

Obras completas

Sigmund Freud



DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [Le Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [Le Livros](#) e seus parceiros, disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [LeLivros.Info](#) ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados [neste link](#).

Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível.



Sumário

[Volume 01](#)

[Volume 02](#)

[Volume 03](#)

[Volume 04](#)

[Volume 05](#)

[Volume 06](#)

[Volume 07](#)

[Volume 08](#)

[Volume 09](#)

[Volume 10](#)

[Volume 11](#)

[Volume 12](#)

[Volume 13](#)

[Volume 14](#)

[Volume 15](#)

[Volume 16](#)

[Volume 17](#)

[Volume 18](#)

[Volume 19](#)

[Volume 20](#)

[Volume 21](#)

[Volume 22](#)

[Volume 23](#)

Publicações pré-Psicanalíticas e esboços inéditos

VOLUME I

(1886-1899)

PREFÁCIO GERAL DO EDITOR INGLÊS

(1) O OBJETIVO DA STANDARD EDITION

O material contido nesta edição está indicado por seu título - Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud; contudo, seria conveniente que eu começasse por indicar mais explicitamente seu conteúdo. Meu objetivo foi incluir nesta edição a totalidade dos escritos psicológicos publicados de Freud - isto é, tanto os psicanalíticos como os pré-psicanalíticos. Não se incluem aqui os numerosos trabalhos de Freud sobre as ciências físicas publicados durante os primeiros quinze anos, mais ou menos, de sua atividade produtiva. Fui bastante liberal quanto ao critério de seleção adotado, pois encontrei lugar para dois ou três trabalhos elaborados por Freud imediatamente após seu regresso de Paris, em 1886. Estes, que abordam principalmente a histeria, foram escritos sob a influência de Charcot, quase sem nenhuma referência aos processos mentais; mas constituem uma verdadeira ponte entre os trabalhos neurológicos e psicológicos de Freud.

A Standard Edition não inclui a correspondência de Freud. Esta tem enorme extensão e apenas algumas seleções relativamente pequenas foram publicadas até o momento. Com exceção das 'Cartas Abertas' e de algumas outras, publicadas com o consentimento de Freud durante sua vida, minha exceção principal a essa regra geral está representada pela correspondência que Freud manteve com Wilhelm Fliess no correr da parte inicial de sua carreira. Essa correspondência é de tão vital importância para a compreensão dos pontos de vista de Freud (e não só dos seus pontos de vista iniciais) que grande parte dela

não poderia ser rejeitada. Por conseguinte, o primeiro volume da edição contém o Projeto de 1895 e a série de "Rascunhos" remediados por Freud e Fliess entre 1892 e 1897, bem como as partes das cartas que possuem interesse científico explícito.

A Standard Edition também não contém quaisquer relatos ou sumários, publicados nas revistas da época, das muitas conferências e artigos de Freud apresentados, nos primeiros tempos de sua carreira, em reuniões de diversas sociedades médicas de Viena. Aqui, as únicas exceções são os raros casos em que o relato foi feito ou revisado pelo próprio Freud.

Por outro lado, a Standard Edition encerra todo o conteúdo das Gesammelte Werke (a única edição alemã quase completa), além de uma série de trabalhos que ou vieram a lume após a conclusão das Gesammelte Werke, ou foram, por motivos vários, omitidos por seus organizadores. Também pareceu imprescindível incluir, no Volume II, a participação de Josef Breuer nos Studien über Hysterie, que foi deixada de fora em ambas as edições alemãs coligidas.

(2) O PLANO DA EDIÇÃO

Para um editor que se defrontou com um total de uns dois milhões de palavras, o primeiro problema foi decidir qual a melhor maneira de apresentá-las aos leitores. Deveria o material ser ordenado segundo um critério classificatório ou um critério cronológico? A primeira edição alemã coligida (os Gesammelte Schriften, publicados durante a vida de Freud) empreendeu uma divisão de acordo com o assunto; para as Gesammelte Werke, mais recentes, pretendeu-se uma disposição estritamente cronológica. Nenhum dos dois critérios foi satisfatório. Os escritos de Freud não se encaixam comodamente em categorias, e a cronologia estrita significaria interromper cerradas seqüências de idéias. Aqui, portanto, foi adotada uma conciliação. O arranjo é, no geral, cronológico; todavia, não seguiu a regra em alguns casos - aqueles em que, por exemplo, Freud escreveu um adendo muitos anos depois do trabalho original (como acontece com o Estudo Autobiográfico, no Volume XX), ou em que ele mesmo agrupou um conjunto de artigos de diferentes datas (tal como os artigos sobre técnica, no

Volume XII). Em geral, porém, cada volume contém todos os trabalhos pertencentes a um determinado período de anos. O conteúdo de cada volume (exceto, naturalmente, quando se trata de um único trabalho extenso) é agrupado em três classes: coloquei em primeiro lugar o trabalho principal (ou trabalhos principais) pertencente ao período - que dá o título ao volume; seguem-se os escritos mais importantes, de menor extensão; e por fim são incluídos os trabalhos realmente breves (e, geralmente, de importância relativamente menor). Na medida do possível, a cronologia é determinada pela data da redação real da obra em questão. Muitas vezes, porém, a única data certa é a da publicação. Por conseguinte, cada item é encimado pela data de publicação entre parênteses, seguida da data de composição, entre colchetes, nos casos em que esta pode, com bastante segurança, ser considerada diferente da anterior. Assim, é quase certo que os dois últimos artigos "metapsicológicos", no Volume XIV, embora publicados em 1917, tenham sido escritos na mesma época que seus três predecessores, em 1915. Esses dois últimos, por conseguinte, são incluídos no mesmo volume que os demais, sendo encimados pelas datas "(1917 [1915])". Cabe ainda dizer que cada volume contém sua bibliografia e índice próprios, embora estejam planejados para o Volume XXIV uma bibliografia e um índice completos para todo o conjunto da obra.

(3) AS FONTES ALEMÃS

As traduções da edição inglesa baseiam-se, em geral, nas últimas edições alemãs publicadas ainda em vida de Freud. No entanto, uma das minhas principais dificuldades foi a natureza insatisfatória dos textos alemães. As publicações originais, editadas sob a supervisão direta de Freud, via de regra são fidedignas; entretanto, à medida que o tempo transcorria e a responsabilidade passava a outras mãos, os erros começavam a se infiltrar. Isso aconteceu até mesmo na primeira edição coligida, publicada em Viena entre as duas grandes guerras e destruída pelos nazistas em 1938. A segunda edição coligida, impressa na Inglaterra em meio às maiores dificuldades, durante a Segunda Guerra Mundial, é, em grande parte, uma fotocópia da que a precedeu, mas naturalmente mostra sinais das circunstâncias em que foi produzida. No entanto, continua sendo a única edição alemã existente dos trabalhos de Freud com alguma pretensão de ser completa.

De 1908 em diante, Freud preservou seus manuscritos; mas no caso dos trabalhos publicados durante sua vida, não os consultei, exceto em alguns casos de dúvida. Quanto aos textos publicados postumamente, a situação é diferente; em alguns casos, especialmente no do Projeto (como se pode constatar a partir da Introdução do Editor Inglês a esse trabalho), a tradução foi feita diretamente de uma cópia fotostática do manuscrito.

Um grave defeito nas edições alemãs é a ausência de qualquer tentativa de levar em conta as numerosas modificações de texto feitas por Freud nas edições sucessivas de alguns dos seus livros. Isso se aplica especialmente à Interpretação dos Sonhos e aos Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade, pois ambos foram, em grau muito acentuado, remodelados em suas edições posteriores. Para um estudioso sério do desenvolvimento das idéias de Freud, é do maior interesse ter bem exposta a estratificação de seus pontos de vista. Assim sendo, aqui me empenhei em assinalar, pela primeira vez, as datas em que foram realizadas as diferentes modificações, e em expor em notas de rodapé as versões anteriores.

(4) OS COMENTÁRIOS

A partir do que acabou de ser dito, depreende-se que, no conjunto, concebi esta edição tendo em mente o 'estudioso sério'. Inevitavelmente, o resultado foi um grande número de comentários, com o qual muitos leitores ficarão irritados. Nesse ponto, sou levado a citar o Dr. Johnson:

“Para um expositor, é impossível não escrever muito pouco para alguns e demais para outros. Somente por sua própria experiência é que ele pode julgar aquilo que é necessário; e, por mais que faça deliberações, acabará por explicar muitas passagens que o erudito achará impossível que se compreendam mal e por omitir muitas outras explicações para as quais o inculto desejaria sua ajuda. Estas são censuras meramente relativas, que devem ser toleradas com tranqüilidade.”

Os comentários da Standard Edition são de diferentes tipos. Em primeiro lugar, há as notas puramente textuais, às quais me referi há pouco. Seguem-se as elucidações das numerosíssimas alusões históricas e a lugares, bem como das

citações literárias de Freud. Freud constituiu um vívido exemplo de homem igualmente à vontade nas 'duas culturas', como têm sido denominadas. Não era apenas um hábil neuroanatomista e fisiologista; era também largamente versado nos clássicos gregos e latinos, bem como na literatura de seu idioma e nas literaturas da Inglaterra, da França, da Itália e da Espanha. A maioria de suas alusões deve ter sido imediatamente compreensível para seus contemporâneos em Viena, mas elas estão muito além do alcance de um leitor atual de língua inglesa. Contudo, muitas vezes, especialmente em *A Interpretação dos Sonhos*, essas alusões desempenham um papel real no desenvolvimento de sua argumentação; sua explicação não pôde ser posta de lado, conquanto tivesse exigido pesquisa considerável e às vezes infrutífera.

Um outro tipo de anotações é constituído pelas remissões. Estas devem ser de especial valor para o estudioso. Freud freqüentemente abordou o mesmo assunto várias vezes e, talvez, de diferentes maneiras, em datas separadas por longos intervalos. As remissões entre essas ocasiões, alcançando toda a extensão da edição, devem ajudar a superar a objeção ao tratamento cronológico geral do material. Por fim, e mais raramente, há notas explicativas de comentários feitos por Freud. Estas, todavia, são em geral apenas exemplos ampliados das remissões; as discussões mais elaboradas do sentido em Freud ficam habitualmente reservadas a uma outra categoria de comentário.

É que, além dessas explicações feitas correntemente em notas de rodapé, cada trabalho é, sem exceção, acompanhado de uma nota introdutória. Esta varia em extensão, de acordo com a importância do trabalho. Em todos os casos, essa nota inicia com uma bibliografia do texto alemão e de todas as suas traduções para o inglês. (Não é feita qualquer menção a traduções para outros idiomas; também não se procurou fornecer uma lista completa das reedições subseqüentes à morte de Freud em 1939.) Segue-se um relato daquilo que se conhece a respeito da data e das circunstâncias da redação e publicação do trabalho. Vem, a seguir, alguma indicação do conteúdo temático do trabalho e do lugar que ele ocupa na corrente principal do pensamento de Freud. Naturalmente, é aqui que as diferenças serão encontradas. No caso de um trabalho breve, de pequeno interesse, haverá apenas uma ou duas frases. No caso de um trabalho maior, pode haver um ensaio introdutório de muitas páginas.

Todos esses vários tipos de intervenção editorial foram norteados por um único princípio. Meu objetivo foi, espero que corretamente, deixar que Freud fosse seu próprio expositor. Onde há pontos obscuros, busquei explicações nos escritos do próprio Freud; onde parece haver contradições, contentei-me em colocar o fato diante do leitor e possibilitar que este formasse sua própria opinião. Dei de mim o melhor que pude a fim de evitar ser didático, e evitei qualquer pretensão de

autoridade ex-cathedra. Mas, se refreei minhas opiniões próprias, especialmente em questão de teoria, constatar-se-á que deixei igualmente de mencionar todos os comentários, abordagens e críticas oriundos de qualquer outra fonte. Assim, quase sem exceção, esta edição não contém absolutamente referências a outros autores, por mais eminentes que sejam - exceto, naturalmente, aqueles que são citados pelo próprio Freud. (A enorme proliferação da bibliografia psicanalítica depois de sua morte, de qualquer modo, teria imposto essa decisão.) Assim, o estudioso poderá abordar os escritos de Freud sem a influência de opiniões alheias.

É no tocante aos comentários que me sinto sobremaneira consciente das deficiências desta edição, muitas delas irremediáveis. Os numerosos erros tipográficos e pequenos lapsos podem ser corrigidos, segundo espero, no Volume XXIV; mas as falhas que me preocupam não podem ser reparadas com tanta facilidade. Na maioria, elas surgem da imaturidade do material. Exemplo disso é algo que já mencionei - a ausência de qualquer edição alemã realmente fidedigna. Na realidade, porém, quando se iniciava o trabalho desta edição, há mais de quinze anos, toda a área estava inexplorada e sem demarcação. Nem sequer tinha sido iniciada a publicação da biografia de Freud de autoria de Ernest Jones; a maioria das pessoas desconhecia a correspondência com Fliess e a própria existência do Projeto. É verdade que recebi assistência de muitas pessoas de todas as partes, especialmente de Ernest Jones, que me punha a par das suas descobertas à medida que as fazia. Não obstante, a Standard Edition constitui um trabalho pioneiro, com todos os inevitáveis erros e tropeços que isso implica. Eu próprio fui-me tornando mais bem informado quanto às idéias de Freud, à medida que o tempo passava, e é provável que os volumes de publicação mais recente dêem prova disso.

Mencionem-se, em particular, duas deficiências. A primeira delas é que, naturalmente, foi impossível concretizar a situação ideal de manter toda a edição composta tipograficamente, mas aberta a correções até estar concluído o último volume. Foi necessário tomar toda uma série de decisões fundamentais antes de publicar o primeiro volume. Essas decisões incluíram tanto as questões de formato quanto a escolha de termos técnicos e, uma vez tomadas tais decisões, em geral foi necessário respeitá-las em toda a edição. Naturalmente, mais tarde lamentou-se o fato de algumas delas terem sido tomadas. Uma outra fonte de deficiências que o crítico benévolo poderá ter em mente é que a Standard Edition foi, sob muitos aspectos, um trabalho de amadores. Foi um trabalho feito por algumas pessoas que habitualmente se dedicam a outras ocupações, um trabalho feito sem apoio de qualquer organização acadêmica disposta a fornecer pessoal

ou instalações.

(5) AS TRADUÇÕES

Ao se pensar numa tradução revista de Freud, o objetivo primeiro só poderia ser o de transmitir seu pensamento com a máxima fidelidade possível. No entanto, um outro problema, talvez mais difícil, não podia ser evitado: o problema do estilo. Certamente não é possível deixar de levar em conta os méritos literários de Freud. Thomas Mann, por exemplo, referiu-se às qualidades “genuinamente artísticas” de Totem e Tabu - “em sua estrutura e em sua forma literária, uma obra-prima relacionada e vinculada com todos os grandes exemplos de obras ensaísticas alemãs”. Dificilmente se poderia esperar que esses méritos sobrevivessem à tradução, mas era preciso empreender algum esforço nesse sentido. Quando a Standard Edition foi inicialmente planejada, considerou-se que seria vantajoso uma única pessoa incumbir-se de moldar todo o texto; com efeito, uma única pessoa executou a maior parte do trabalho de tradução, e mesmo quando uma versão anterior foi utilizada como base, pode-se constatar que se impôs a execução de grandes alterações. Infelizmente, isso provocou a rejeição, no interesse da desejada uniformidade, de muitas traduções feitas anteriormente e que, em si mesmas, eram excelentes. O modelo imaginário que sempre tive diante de mim foram os escritos de algum homem de ciência inglês, de grande cultura, nascido em meados do século dezanove. E em caráter explicativo, e não patriótico, eu gostaria de enfatizar a palavra “inglês”.

Se me volto agora para a questão primeira da tradução correta da intenção de Freud, devo entrar em conflito com o que acabei de dizer. Pois, em todas as passagens em que Freud se torna difícil ou obscuro, é necessário aproximar-se mais de uma tradução literal, sacrificando a elegância estilística. Também por idêntico motivo é necessário absorver por inteiro, na tradução, uma série de termos técnicos, expressões estereotipadas e neologismos que, com a maior boa vontade deste mundo, não podem ser considerados “ingleses”. Há também a dificuldade especial - que emerge, por exemplo, em A Interpretação dos Sonhos, A Psicopatologia da Vida Cotidiana e no livro sobre os chistes - do aparecimento de material que envolve aspectos verbais intraduzíveis. Aqui, não dispusemos da alternativa fácil de eliminar ou substituir por algum material equivalente em

língua inglesa. Tivemos que nos socorrer de colchetes e notas de rodapé, pois nos prende o compromisso da regra fundamental: Freud, Freud, e nada mais do que Freud.

No que diz respeito ao vocabulário técnico, adotei, em geral, os termos sugeridos em *A New German-English Psycho-Analytical Vocabulary*, de Alix Strachey (1943), que, por sua vez, baseou-se nas sugestões de um "Glossary Committee" instituído por Ernest Jones vinte anos antes. Somente em alguns casos divergi dessas autoridades. Determinadas palavras que levantam controvérsias são discutidas em uma nota à parte, mais adiante (em [1]).

Na medida do possível, procurei ater-me à regra geral de traduzir invariavelmente um termo técnico alemão pelo mesmo termo inglês. Assim, "Unlust" é sempre traduzido por "unpleasure" ("desprazer") e "Schmerz" é sempre traduzido por "pain" ("dor"). Contudo, deve-se observar que essa regra é passível de conduzir a equívocos. Por exemplo, o fato de "psychisch" ser habitualmente traduzido por "psychical" ("psíquico") e "seelisch" por "mental" ("mental") pode levar à idéia de que essas palavras possuam significados diferentes, quando penso que são sinônimas. A regra da tradução uniforme, porém, foi levada mais adiante e estendida a expressões e, a rigor, passagens inteiras. Quando, como tantas vezes acontece, Freud apresenta a mesma argumentação ou conta o mesmo episódio em mais de uma ocasião (às vezes com grandes intervalos de tempo), procurei acompanhá-lo e usar quando ele as usa, palavras idênticas; quando ele as modifica, procurei fazer o mesmo. Alguns pontos não destituídos de interesse são assim preservados na tradução.

Tenho a obrigação de dizer explicitamente, aqui, que todos os acréscimos ao texto, por menores que sejam, e todas as notas de rodapé adicionais estão indicados por colchetes.

(6) AGRADECIMENTOS

Antes de mais nada, é necessário expressar reconhecimento ao apoio extremamente generoso prestado ao empreendimento, nos seus primórdios, pelos membros da Associação Americana de Psicanálise (à qual me orgulho de pertencer, atualmente, como membro honorário), por iniciativa, em especial, do

Dr. John Murray, de Boston, com apoio do Dr. W. C. Menninger, àquela época presidente da Associação. Todas as tentativas feitas anteriormente para levantar o capital necessário tinham falhado, e todo o projeto teria sido abandonado, não fosse a magnífica atitude da América ao subscrever, adiantado, mais ou menos quinhentas coleções da edição proposta. A soma foi subscrita como um ato de pura e até imoderada confiança, numa época em que não havia provas concretas de uma coisa chamada Standard Edition e os resignados subscritores foram obrigados a esperar quatro ou cinco anos para que os primeiros volumes lhes fossem remetidos.

Dessa época em diante, o apoio americano foi constante e chegou até mim oriundo de muitas fontes. Ao longo dos anos, mantive constantes contatos com o Dr. K. R. Eissler, que colocou à minha disposição todos os recursos dos Arquivos Sigmund Freud, além de me proporcionar o mais amistoso incentivo pessoal. Ainda por intermédio dele, tive acesso ao valioso material guardado na biblioteca do Instituto de Psiquiatria do Estado de Nova Iorque. Naturalmente, estive em débito constante para com o Dr. Alexander Grinstein e seu Index of Psychoanalytic Writings. Ainda no âmbito da ajuda que obtive da América, devo mencionar dois homens de regiões separadas por uma grande distância; cada um deles, por longo tempo, deu seu apoio ao sonho de ter um Freud completo em inglês, mas nenhum dos dois viveu o bastante para ver esse sonho realizado: Otto Fenichel e Ernst Kris.

Aproximando-me mais de casa, meu principal apoio veio, naturalmente, do Instituto de Psicanálise e, em particular, do seu Comitê de Publicações, que, sob a direção de diferentes nomes, me apoiou resolutamente desde o primeiro momento, a despeito inclusive do que, muitas vezes devem ter-se afigurado exigências financeiras exorbitantes. Parece uma impropriedade mencionar nomes individualmente, mas devo recordar, mais uma vez, minha volumosa e instrutiva correspondência com Ernest Jones. Tenho especiais motivos para ser grato à Dra. Sylvia Payne, que durante longo tempo ocupou a presidência do Comitê de Publicações.

Passando à germinação real da Standard Edition, é desnecessário dizer que meus primeiros agradecimentos cabem à colaboradora e aos auxiliares cujos nomes são vistos na página de rosto de cada volume: Srta. Anna Freud, minha esposa e o Dr. Alan Tyson. A Srta. Freud, sobretudo, revelou-se incansável ao dedicar suas preciosas horas de lazer à leitura de toda a tradução e ao contribuir com inestimáveis críticas. O nome da Srta. Angela Richards (atualmente Sra. Angela Harris) também aparece na página de rosto do presente volume. Nesses últimos anos, ela foi, de fato, minha auxiliar principal, e se incumbiu de grande

parte do aspecto editorial de meu trabalho. Também devo gratidão à Srta. Ralph Partridge, que preparou a maior partados índices de cada volume, e às Sras. Ambrose Price e D. H. O'Brien, que, em trabalho conjunto, datilografaram todo o material da edição.

As dificuldades nos preparativos iniciais desta edição foram exacerbadas pelas complicações decorrentes do fato de Freud haver lidado de modo totalmente não-pragmático com os direitos autorais de suas traduções. Esses problemas, especialmente os referentes aos direitos autorais americanos, só foram solucionados mediante a decisiva intervenção do Sr. Ernst Freud por um período de vários meses. O lado inglês dessa questão foi manipulado por The Hogarth Press e, em especial, pelo Sr. Leonard Woolf. O Sr. Woolf, que vem publicando as traduções inglesas de Freud há uns quarenta anos, participou ativamente da evolução desta edição. Sinto que minha gratidão especial, e até um tanto mesclada de culpa, se deve aos editores e impressores, por sua tolerância em atenderem às minhas exigências.

Cabe-me acrescentar que, embora tenha recebido conselho de muitas pessoas que me auxiliaram, e tenha-me beneficiado muito desses conselhos em todos os pontos da tradução ou dos comentários, a decisão final, em última análise, só poderia ser minha; portanto, é apenas sobre mim que repousa toda a responsabilidade pelos erros que o tempo, certamente, há de revelar em abundância.

Por fim, eu tomaria a liberdade de expressar um reconhecimento mais pessoal: minha dívida de gratidão para com a companheira que há tantos anos tem participado do meu trabalho como tradutor. Já faz hoje quase meio século desde que, juntos, passamos dois anos em Viena, em análise com Freud, e desde que, decorridas apenas algumas semanas de análise, ele, de repente, nos instruiu a fazer uma tradução de um trabalho que escrevera havia pouco tempo - "Ein Kind wird geschlagen" -, tradução que agora faz parte, aqui, do Volume XVII. No presente empreendimento, ela me prestou ajuda constante, por sua imparcialidade tanto na aprovação como na crítica, e ela pôde ajudar-me a atravessar alguns períodos de dificuldade física, quando parecia absurdo imaginar que um dia a Standard Edition pudesse ser concluída.

JAMES STRACHEY

MARLOW, 1966

**RELATÓRIO SOBRE MEUS ESTUDOS EM PARIS E
BERLIM (1956 [1886])**

BERICHT ÜBER MEINE MIT UNIVERSITÄTS-JUBILÄUMS REISESTIPENDIUM
UNTERNOMMENE STUDIENREISE NACH PARIS UND BERLIN

(a) EDIÇÃO ALEMÃ:

(1886 Data de redação.)

1960 Em Sigmund Freuds akademische Laufbahn im Lichte der
Dokumente, de J. e R. Gicklhorn, 82, Viena.

(b) TRADUÇÃO INGLESA: "Report on my Studies in Paris and Berlin"

1956 Int. J. Psycho-Anal., 37 (1), 2-7, (Trad. de James Strachey.)

A presente tradução inglesa é uma reimpressão ligeiramente corrigida da publicada em 1956.

O relatório com que apropriadamente tem início a Standard Edition das Obras Psicológicas de Freud é um relato contemporâneo que seu protagonista faz de um evento histórico: o desvio dos interesses científicos de Freud da neurologia para a psicologia.

As circunstâncias em que, em 1885, Freud obteve da Universidade de Viena uma bolsa de estudos para viajar estão detalhadamente relatadas por Ernest Jones (1953, 82-4). A subvenção, no valor de 600 florins (que, naquele tempo, equivaliam a pouco menos de £ 50 ou US\$ 250) e destinada a cobrir um período de seis meses, foi concedida pelo Colégio de Professores da Faculdade de Medicina: e esperava-se que Freud lhes fizesse um relatório formal quando de seu regresso a Viena. Ele passou cerca de dez dias escrevendo esse relatório, quase que imediatamente após seu retorno, havendo-o concluído em 22 de abril de

1886. (Jones, *ibid.*, 252.) Por iniciativa de Siegfried Bernfeld, esse relatório foi descoberto nos Arquivos da Universidade pelo Professor Josef Gicklhorn, o que possibilitou sua publicação - primeiramente em inglês - setenta anos depois de ter sido escrito, por gentileza do Dr. K. R. Eissler, Secretário dos Arquivos Sigmund Freud em Nova Iorque. O original, que se encontra nos Arquivos da Universidade de Viena, consiste em doze folhas manuscritas, das quais a primeira contém apenas o título.

É de conhecimento geral a importância que o próprio Freud sempre atribuiu aos seus estudos com Charcot. Esse relatório mostra com a maior clareza que suas experiências no Salpêtrière constituíram um momento de decisão. Quando chegou a Paris, seu "tema de eleição" era a anatomia do sistema nervoso; ao partir, sua mente estava povoada com os problemas da histeria e do hipnotismo. Dera as costas à neurologia e se voltava para a psicopatologia. Seria até mesmo possível assinalar uma data precisa para a mudança - princípio de dezembro de 1885, quando terminou seu trabalho no laboratório de patologia do Salpêtrière; contudo, a incômoda organização daquele laboratório, que o próprio Freud apresenta como explicação, naturalmente não foi outra coisa senão uma causa precipitante da momentosa mudança de direção nos interesses de Freud. Outros fatores mais profundos estiveram em ação e, entre eles, sem dúvida a grande influência pessoal que Charcot naturalmente exercia sobre ele. Freud expressou de forma mais plena sua consciência dessa influência no obituário que escreveu por ocasião da morte de seu professor, alguns anos mais tarde (1893f). Com efeito, muito do que ele diz de Charcot neste relatório encontrou lugar em seu estudo posterior.

Um relato mais pessoal da estada de Freud em Paris encontra-se na série de vívidas cartas que escreveu à sua futura mulher, muitas das quais estão incluídas no volume de sua correspondência organizado por Ernst Freud (1906a).

RELATÓRIO SOBRE MEUS ESTUDOS EM PARIS E BERLIM

EFETUADOS COM O AUXÍLIO DE UMA BOLSA

DE ESTUDOS CONCEDIDA PELO FUNDO DOJUBILEU UNIVERSITÁRIO

(OUTUBRO DE 1885 - FIM DE MARÇO DE 1886)

por

DR. SIGMUND FREUD

Docente de Neuropatologia da Universidade de Viena

Ao Emérito Colégio de Professores da Faculdade de Medicina de Viena.

Quando me candidatei ao prêmio da Bolsa de Estudos do Fundo do Jubileu Universitário, referente ao ano de 1885-6, expressei minha intenção de me dirigir ao Hospice de la Salpêtrière, em Paris, e de ali continuar meus estudos de neuropatologia. Diversos fatores contribuíram para essa escolha. Em primeiro lugar, havia a certeza de encontrar reunido no Salpêtrière um grande acervo de material clínico que, em Viena, só se pode encontrar disperso por diferentes departamentos, não sendo, portanto, de fácil acesso. Além disso, havia o grande renome de J.-M. Charcot, que há dezessete anos vem trabalhando e lecionando em seu hospital. Por fim, fui levado a refletir que nada de essencialmente novo poderia esperar aprender numa universidade alemã, depois de haver usufruído do ensino direto e indireto, em Viena, dos professores T. Meynert e H. Nothnagel. A escola francesa de neuropatologia, por outro lado, parecia-me prometer algo diferente e característico de sua maneira de trabalhar, além de haver ingressado em novas áreas da neuropatologia que não tinham sido abordadas de forma parecida pelos cientistas da Alemanha e da Áustria. Em decorrência da escassez de qualquer contato pessoal estimulante entre médicos franceses e alemães, as descobertas da escola francesa - algumas (sobre hipnotismo) deveras surpreendentes e outras (sobre histeria) de importância prática - foram recebidas, em nossos países, mais com dúvidas do que com reconhecimento e crédito; e os pesquisadores franceses, sobretudo Charcot, viram-se submetidos à acusação de terem uma reduzida capacidade crítica ou, pelo menos, de se inclinarem a estudar material raro e estranho e de dramatizarem seu trabalho com esse material. Por conseguinte, quando o emérito Colégio de Professores me distinguiu com o prêmio da bolsa de estudos, com alegria agarrei a oportunidade, que assim me era oferecida, de formar um julgamento sobre esses fatos baseado na minha própria experiência, e senti-me feliz, ao mesmo tempo, por estar em situação de pôr em prática a sugestão que me dera meu respeitado mestre, Professor von

Brücke.

Quando me encontrava em visita a Hamburgo, durante as férias, fui recebido com muita amabilidade pelo Dr. Eisenlohr, renomado representante da neuropatologia naquela cidade. Ele me possibilitou examinar um considerável número de pacientes nervosos no Hospital Geral e no Hospital Heine, e também me deu acesso ao Hospital Mental de Klein-Friedrichsberg. Mas os estudos de que me ocupo neste Relatório começaram com minha chegada a Paris, na primeira quinzena de outubro, no início do ano acadêmico.

O Salpêtrière, que foi o primeiro local que visitei, é um amplo conjunto de edifícios que, por seus prédios de dois andares dispostos em quadriláteros, assim como por seus pátios e jardins, lembra muito o Hospital Geral de Viena. Com o passar do tempo, o Salpêtrière serviu a finalidades muito diferentes, e seu nome (assim como a nossa "Gewehrfabrik") provém da primeira dessas finalidades. Os edifícios foram, afinal, convertidos em lar de mulheres idosas ("Hospice pour la vieillesse (femmes)", [1813]) e proporcionam asilo a cinco mil pessoas. A natureza das circunstâncias fez com que as doenças nervosas crônicas viessem a figurar nesse material clínico com especial freqüência; e os antigos "médicins des hôpitaux" da instituição (Briquet, por exemplo) tinham começado a fazer um estudo científico dos pacientes. Mas o trabalho não pôde prosseguir de modo sistemático por causa do costume existente entre os "médicins des hôpitaux" franceses de mudarem freqüentemente de hospital e, ao mesmo tempo, trocarem o ramo especial da medicina que estão estudando, até que sua carreira os conduza ao grande hospital clínico do Hôtel-Dieu. Mas J.-M. Charcot, quando era "interne" no Salpêtrière, em 1856, percebeu ser necessário fazer das doenças nervosas crônicas o tema de um estudo constante e exclusivo; resolveu retornar ao Salpêtrière como "médicin des hôpitaux" e, depois, jamais abandonar esse hospital. Charcot modestamente declara que seu único mérito consiste em ter executado esse plano. A natureza favorável do material à sua disposição levou-o a estudar as doenças nervosas crônicas e sua base anatomopatológica; durante uns doze anos, deu aulas de clínica, como professor voluntário, sem ter qualquer cargo oficial, até que finalmente, em 1881, foi instituída no Salpêtrière uma cátedra de Neuropatologia, confiada a ele.

Essa nomeação produziu modificações de grande alcance nas condições em que trabalhavam Charcot e seus discípulos (que, nesse meio tempo, tinham-se tornado numerosos). Ao material permanente presente no Salpêtrière acrescentou-se um complemento essencial, quando foi fundada uma seção clínica, na qual eram internados para tratamento pacientes tanto masculinos como femininos selecionados a partir das consultas semanais realizadas num departamento de pacientes de ambulatório ("consultation externe"). Havia ainda,

à disposição do professor de neuropatologia, um laboratório destinado a estudos de anatomia e fisiologia, um museu de patologia, um estúdio de fotografia e preparação de moldes de gesso, um gabinete de oftalmologia e um instituto de eletricidade e hidropatia. Estavam localizados em diferentes partes do grande hospital e possibilitavam ao diretor assegurar-se da permanente cooperação de alguns de seus discípulos, que eram encarregados desses departamentos.

O homem que chefia toda essa organização e seus serviços auxiliares tem, atualmente, a idade de sessenta anos. Possui a vivacidade, a jovialidade e a perfeição formal no falar que costumamos atribuir ao caráter da nacionalidade francesa; ao mesmo tempo, mostra a paciência e o amor pelo trabalho que geralmente atribuímos aos de nossa nação. A atração exercida por semelhante personalidade logo me levou a limitar minhas visitas a um único hospital e a buscar os ensinamentos de um único homem. Abandonei minhas eventuais tentativas de assistir a outras conferências, depois de haver-me convencido de que tudo o que elas tinham a me oferecer eram, na sua maior parte, peças de retórica bem construídas. As únicas exceções eram as autópsias e conferências forenses do Professor Brouardel no Necrotério, que eu raramente perdia.

No Salpêtrière, meu trabalho assumiu uma forma diferente daquela que eu, de início, tinha estabelecido para mim mesmo. Eu havia chegado com a intenção de fazer de uma única pergunta, objeto de uma cuidadosa investigação; e como, em Viena, o assunto eleito por mim eram os problemas anatômicos, tinha escolhido o estudo das atrofia e degenerações secundárias que se seguem às afecções do cérebro nas crianças. Um material patológico extremamente valioso estava à minha disposição; achei, todavia, que as condições para me utilizar dele eram muitíssimo desfavoráveis. O laboratório de modo algum oferecia condições para receber um pesquisador de fora, e esse espaço e esses recursos, tal como existiam, haviam-se tornado inacessíveis devido à falta de qualquer espécie de organização. Assim sendo, vi-me obrigado a desistir do trabalho com a anatomia e a me contentar com uma descoberta referente às relações dos núcleos da coluna posterior da "medulla oblongata". Depois, porém, tive oportunidade de retomar pesquisas semelhantes com o Dr. von Darkschewitsch (de Moscou), e nossa colaboração possibilitou uma artigo publicado nos *Neurologisches Centralblatt* (1886, 5, 212), que teve por título "Über die Beziehung des Strickkörpers zum Hinterstrang und Hinterstragskern nebst Bemerkungen über zwei Felder der Oblongata".

Contrastando com a inadequação do laboratório, a clínica do Salpêtrière

proporcionava tal abundância de material novo e interessante que eram necessários todos os meus esforços para me beneficiar do ensino que essa oportunidade favorável me oferecia. O horário da semana era dividido como se segue. Na segunda-feira, Charcot dava sua aula teórica, que encantava os ouvintes pela perfeição de sua forma, ao mesmo tempo que o tema da aula era conhecido a partir do trabalho da semana anterior. O que essas aulas ofereciam não era tanto um ensino elementar de neuropatologia sob a forma de informações, mas, antes, as mais recentes pesquisas do Professor; e elas produziam efeito principalmente em virtude de suas constantes referências aos pacientes que estavam sendo examinados. Na terça-feira, Charcot realizava a "consultation externe", na qual seus assistentes lhe apresentavam para exame os casos típicos ou difíceis, selecionados dentre o grande número dos que compareciam ao departamento de ambulatório. Às vezes, era desanimador quando o grande homem deixava algum desses casos, para usar sua própria expressão, afundar "no caos de uma nosografia ainda desconhecida"; outros, contudo, lhe davam a oportunidade de usá-los como ponto de partida para os mais instrutivos comentários sobre uma ampla variedade de questões de neuropatologia. As quartas-feiras eram, em parte, dedicadas aos exames oftalmológicos, que o Dr. Parinaud efetuava na presença de Charcot. Nos demais dias da semana, Charcot percorria as enfermarias, ou continuava as pesquisas que estivesse empreendendo na ocasião, examinando, para esse fim, pacientes em seu consultório.

Tive, assim, oportunidade de ver um grande número de pacientes, de examiná-los e de ouvir a opinião de Charcot a respeito deles. O que me parece ter tido maior valor do que essa efetiva aquisição de experiência foi, no entanto, o estímulo que recebi, durante os cinco meses que passei em Paris, do meu constante contato científico e pessoal com o Professor Charcot.

No que diz respeito ao contato científico, certamente não me foi dada preferência em relação a qualquer outro estrangeiro. Pois a clínica era acessível a qualquer médico que se apresentasse, e o trabalho do Professor era executado abertamente, cercado de todos os jovens que atuavam como seus assistentes, assim como dos médicos estrangeiros. Parecia que ele, por assim dizer, trabalhava conosco, pensava em voz alta e esperava que os discípulos lhe apresentassem objeções. Todo aquele que assim desejasse podia entrar na discussão, e nenhum comentário passava despercebido ao grande homem. A informalidade que prevalecia no relacionamento e a maneira como cada um era tratado, com cortesia e em condições de igualdade - o que constituía surpresa para os visitantes estrangeiros -, facilitavam a situação, de modo que até os mais tímidos tinham a mais viva participação nos exames de Charcot. Podia-se verificar a maneira como ele, inicialmente, ficava indeciso em face de alguma nova

manifestação difícil de interpretar; podia-se seguir os caminhos pelos quais se esforçava por chegar a uma compreensão; podia-se estudar o modo como avaliava as dificuldades e as vencias; e podia-se observar, com surpresa, que ele nunca se cansava de observar o mesmo fenômeno, até que seus esforços repetidos e sem prevenções lhe permitissem chegar a uma visão correta de seu significado. Quando, além de tudo isso, acode à lembrança a total sinceridade manifestada pelo Professor durante essas sessões, compreende-se por que o autor deste relatório, assim como aconteceria com qualquer outro estrangeiro em situação semelhante, deixou o Salpêtrière com irrestrita admiração por Charcot.

Charcot costumava dizer que, falando de modo geral, o trabalho da anatomia estava encerrado e que a teoria das doenças orgânicas do sistema nervoso podia ser dada como completa: o que precisava ser abordado a seguir eram as neuroses. Sem dúvida, essa afirmação pode ser considerada como nada além da expressão do rumo tomado por suas próprias atividades. Por muitos anos, então, seu trabalho centralizou-se quase por completo nas neuroses, principalmente na histeria, que, desde o início das atividades do departamento de ambulatório e da clínica, ele teve oportunidade de estudar tanto nos homens como nas mulheres.

Tentarei resumir em poucas palavras o que Charcot realizou no estudo clínico da histeria. Até o presente, dificilmente se pode considerar a palavra histeria como um termo com significado bem definido. O estado mórbido a que se aplica tal nome caracteriza-se cientificamente apenas por sinais negativos; tem sido estudado escassa e relutantemente; e carrega a ira de alguns preconceitos muito difundidos. Entre estes estão a suposição de que a doença histérica depende de irritação genital, o ponto de vista de que nenhuma sintomatologia definida pode ser atribuída à histeria simplesmente porque nela pode ocorrer qualquer combinação de sintomas e, finalmente, a exagerada importância dada à simulação no quadro clínico da histeria. Durante as últimas décadas, é quase certo que uma mulher histérica seria tratada como simuladora, do mesmo modo que, em séculos anteriores, certamente seria julgada e condenada como feiticeira ou possuída pelo demônio. Sob outro aspecto, é possível que até se tenha dado um passo atrás no conhecimento da histeria. A Idade Média estava familiarizada de modo preciso com os "estigmas" da histeria, seus sinais somáticos, e os interpretava e utilizava à sua própria maneira. No departamento de ambulatório, em Berlim, contudo, verifiquei que esses sinais somáticos da histeria eram praticamente desconhecidos e que, em geral, quando se fazia um diagnóstico de "histeria", parecia estar eliminada qualquer motivação para se obter mais algum informe a respeito do paciente.

Em seu estudo da histeria, Charcot partiu dos casos mais completamente

desenvolvidos, que ele considerava como tipos perfeitos da doença. Começou por reduzir a conexão entre a neurose e o sistema genital a suas proporções corretas, demonstrando a insuspeitada freqüência dos casos de histeria masculina e, especialmente, de histeria traumática. Nesses casos típicos, ele encontrou a seguir numerosos sinais somáticos (tais como a natureza do ataque, a anestesia, os distúrbios da visão, os pontos histerógenos etc.), que lhe possibilitaram estabelecer com segurança o diagnóstico da histeria, com base em indicações positivas. Estudando cientificamente o hipnotismo - área da neuropatologia que teve que ser arrancada, de um lado, do ceticismo e, de outro, do embuste -, Charcot chegou a uma espécie de teoria da sintomatologia histérica. Teve a coragem de reconhecer esses sintomas como sendo, na sua maior parte, reais, sem negligenciar as precauções exigidas pela insinceridade do paciente. A experiência, que aumentou rapidamente com o excelente material, logo lhe possibilitou levar em conta também as variantes do quadro típico. À época em que fui obrigado a deixar a clínica, ele estava passando do estudo das paralisias e artralguas histéricas para o das atrofia histéricas, de cuja existência só conseguiu convencer-se durante os últimos dias de minha visita.

A enorme importância prática da histeria masculina (que geralmente não é reconhecida) e, em particular, a histeria que se segue a um trauma foi ilustrada por ele como o caso de um paciente que, durante cerca de três meses, constituiu o ponto central dos estudos de Charcot. Assim, por meio de seu trabalho, a histeria foi retirada do caos das neuroses, diferenciada de outros estados de aparência semelhante, e a ela se atribuiu uma sintomatologia que, embora extremamente multiforme, tornava impossível duvidar de que imperassem nela uma lei e uma ordem. Tive uma animada troca de opiniões com o Professor Charcot (tanto oralmente como por escrito) sobre os pontos de vista oriundos de suas investigações. Isso me levou a preparar um artigo que está por ser publicado nos Archives de Neurologie e que tem como título "Vergleichung der hysterischen mit der organischen Symptomatologie".

Neste ponto, devo observar que a disposição de considerar as neuroses provenientes de trauma ("railway spine") como histeria encontrou decidida oposição por parte de autoridades alemãs, especialmente do Dr. Thomsen e do Dr. Oppenheim, médicos assistentes do Charité, de Berlim. Conheci pessoalmente a ambos, mais tarde, em Berlim, e esperava ter a oportunidade de verificar se sua oposição era justificada. Infelizmente, porém, os pacientes em questão já não se encontravam mais no Charité. Fiquei, todavia, com a impressão de que a questão não está madura para uma decisão, mas que Charcot acertadamente

começara por abordar os casos típicos e mais simples, ao passo que seus adversários alemães partiram do estudo de exemplos indeterminados e mais complexos. Em Paris, contestou-se a afirmação de que formas tão graves de histeria como aquelas em que Charcot baseou seu trabalho não ocorriam na Alemanha; chamou-se atenção para os relatos históricos de epidemias semelhantes e insistiu-se na identidade da histeria em qualquer época e lugar.

Também não perdi a ocasião de adquirir um conhecimento pessoal dos fenômenos do hipnotismo, que são tão surpreendentes e aos quais se dá tão pouco crédito, e, em especial, do "grand hypnotisme" ["grande hipnotismo"] descrito por Charcot. Com surpresa, verifiquei que nessa área determinadas coisas aconteciam abertamente diante dos nossos olhos e que era quase impossível duvidar delas; assim mesmo, eram tão estranhas que não se podia acreditar nelas, a menos que delas se tivesse uma experiência pessoal. Contudo, não vi nenhum sinal de que Charcot mostrasse qualquer preferência especial por material raro e estranho, ou de que tentasse explorá-lo para fins místicos. Pelo contrário, considerava o hipnotismo uma área de fenômenos que ele submetia à descrição científica, tal como fizera, muitos anos antes, com a esclerose múltipla ou com a atrofia muscular progressiva. Não me parecia em absoluto que ele fosse um desses homens que se mostram mais encantados com aquilo que é raro do que com aquilo que é comum; e a tendência geral de sua mente leva-me a supor que ele não consegue descansar enquanto não descreve e classifica corretamente algum fenômeno que o interesse, mas dorme tranqüilamente sem ter chegado à explicação fisiológica do fenômeno em questão.

Neste Relatório, dediquei espaço considerável aos comentários sobre a histeria e o hipnotismo, porque tive de abordar aquilo que era totalmente novo e que foi objeto dos estudos específicos de Charcot. Embora me tenha referido menos às doenças orgânicas do sistema nervoso, não gostaria que se supusesse que vi pouco ou nada a respeito delas. Mencionarei apenas alguns dos casos particularmente interessantes em meio à riqueza do notável material apresentado. Entre estes estavam, por exemplo, as formas de atrofia muscular hereditária, recentemente descritas pelo Dr. Marie; embora estas não mais sejam incluídas entre as doenças do sistema nervoso, ainda estão sob os cuidados dos neuropatologistas. Devo mencionar também os casos da doença de Ménière, de esclerose múltipla, de tabes, com todas as suas complicações, particularmente acompanhada pela doença das articulações descrita por Charcot, da epilepsia parcial e de outras formas de doença que compõem o acervo de material das clínicas e dos ambulatórios de doenças nervosas. Entre as doenças funcionais (exceto a histeria), a coréia e as diversas formas de "tiques" (por exemplo, a

doença de Gilles de la Tourette) estavam recebendo atenção especial durante a época em que freqüentei aquele serviço.

Quando tomei conhecimento de que Charcot tencionava publicar uma nova coletânea de suas conferências, ofereci-me para fazer uma tradução alemã; graças a essa tarefa, entrei em contato pessoal mais próximo com o Professor Charcot e também pude prolongar minha estada em Paris além do período coberto por minha bolsa de estudos. Essa tradução está por ser publicada em Viena, em maio do corrente ano, pela editora de Toeplitz e Deuticke.

Por fim, devo mencionar que o Professor Ranvier, do Collège de France, revelou-se extremamente gentil ao mostrar-me suas excelentes preparações de células nervosas e neurógliã.

Minha estada em Berlim, que se estendeu de 1º de março até o fim do mesmo mês, deu-se durante o período de férias. Ainda assim, tive muitas oportunidades de examinar crianças que sofriam de doenças nervosas nas clínicas de pacientes externos dos professores Mendel e Eulenburg e do Dr. A. Baginsky, tendo sido muito bem recebido em todos os lugares. As repetidas visitas ao Professor Munk e ao laboratório de agricultura do Professor Zuntz (onde me encontrei com o Dr. Loeb, de Estrasburgo) possibilitaram-me formar opinião própria acerca da controvérsia entre Goltz e Munk quanto à questão da localização do sentido da visão no córtex cerebral. O Dr. B. Baginsky, do laboratório de Munk, teve a gentileza de demonstrar para mim suas preparações do trajeto do nervo acústico e de solicitar minha opinião a respeito delas.

Considero meu dever apresentar meus mais calorosos agradecimentos ao Colégio de Professores da Faculdade de Medicina de Viena por me haver escolhido para o prêmio da bolsa de estudos. Com isso, o Colégio (no qual estão incluídos todos os meus respeitados mestres) concedeu-me a possibilidade de adquirir conhecimentos valiosos, dos quais espero fazer uso como Docente de doenças nervosas, assim como na minha atividade médica.

VIENA, Páscoa de 1886

PREFÁCIO À TRADUÇÃO DAS CONFERÊNCIAS SOBRE AS DOENÇAS DO SISTEMA NERVOSO, DE CHARCOT (1886)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

PREFÁCIO À TRADUÇÃO DE LEÇONS SUR LES MALADIES DU SYSTÈME NERVEUX: TOME TROISIÈME, DE CHARCOT

(a) EDIÇÃO ALEMÃ:

1886 Em J.-M. Charcot, *Neue Vorlesungen über die Krankheiten des Nervensystems insbesondere über Hysterie* [Novas Conferências sobre as Doenças do Sistema Nervoso, Particularmente sobre a Histeria], iii-iv, Leipzig e Viena, Toeplitz e Deuticke.

O prefácio não foi reimpresso em alemão. A presente tradução (a primeira para o inglês) do prefácio é de autoria de James Strachey. A tradução de Freud de duas das conferências (XXIII e XXIV) foi publicada antecipadamente no *Wien. med. Wochenschr.*, 36 (20), 711-15 e (21), 756-9 (15 e 22 de maio de 1886), tendo como título "Über einen Fall von hysterischer Coxalgie aus traumatischer Ursache bei einem Manne" ("Sobre um caso de coxalgia num homem em decorrência de um acidente") (Freud, 1886e). A publicação do livro não pode ter sido anterior a julho de 1886 (data do prefácio de Freud); em todo caso, porém, ela se deu antes da publicação do original francês (Paris, 1887), como Freud menciona em seu prefácio.

O modo como Charcot confiou a Freud a incumbência de fazer a tradução desse

livro para o alemão foi relatado por Freud, com mais detalhes em seu Estudo Autobiográfico (1925d), Edição Standard Brasileira, Vol. XX, [1], IMAGO Editora, 1976, e também numa carta que, nessa época, Freud escreveu a sua futura esposa (12 de dezembro de 1885) editada em Freud, 1960a (Carta 88).

As poucas notas de rodapé escritas por Freud simplesmente registram, como ele mesmo indica no prefácio, a evolução subsequente de um ou dois casos clínicos relatados no texto e, numa delas, uma recente mudança de opinião de Charcot quanto a um detalhe do diagnóstico. Três dessas conferências (XI, XII e XIII) tratam da afasia. Em um breve comentário, Freud mostra que já estava especialmente interessado no assunto, sobre o qual, cinco anos depois, escreveria sua monografia. Nesta, fez uma breve descrição dos pontos de vista de Charcot (1891b, 100-2) e referiu-se ao presente trabalho.

Conta-nos Jones (1953, 230) que Charcot recompensou Freud pela tradução, dando-lhe de presente uma coleção completa de suas obras, encadernada em couro, com esta dedicatória: "A Monsieur le Docteur Freud, excellents souvenirs de la Salpêtrière. Charcot".

PREFÁCIO À TRADUÇÃO DAS CONFERÊNCIAS SOBRE AS DOENÇAS DO SISTEMA NERVOSO, DE CHARCOT

Um empreendimento como este, que objetiva apresentar os ensinamentos de um mestre de clínica médica a círculos médicos mais amplos, por certo dispensa justificativas. Proponho-me, portanto, dizer apenas algumas palavras a respeito da origem desta tradução e sobre a matéria das conferências que ela contém.

No inverno de 1885, quando cheguei ao Salpêtrière para uma permanência de quase meio ano, constatei que o Professor Charcot (então pelos seus sessenta anos, trabalhando com o vigor da mocidade) se havia afastado do estudo das doenças nervosas que se baseiam em alterações orgânicas e estava-se dedicando exclusivamente à pesquisa das neuroses - e, em especial, da histeria. Essa mudança relacionava-se com as modificações (descritas na primeira conferência

deste livro) que se efetuaram nas condições do trabalho e do ensino de Charcot, em 1882.

Após superar minha perplexidade inicial diante das descobertas das novas pesquisas de Charcot, e depois que aprendi a avaliar sua grande importância, pedi ao Professor Charcot permissão para fazer uma tradução para o alemão das conferências que continham essas novas teorias. E aqui devo agradecer-lhe não apenas pela presteza com que me concedeu sua permissão, como também por sua ajuda ulterior, que tornou possível que a edição alemã, na realidade, seja publicada vários meses antes da edição francesa. Seguindo instruções do autor, acrescentei algumas notas, na maioria acréscimos às histórias dos pacientes de que trata o texto.

O cerne deste livro está nas magistrais e fundamentais conferências sobre histeria, que, junto com seu autor, podemos esperar venham a descerrar uma nova era na conceituação dessa neurose pouco conhecida e, a rigor, denegrida. Por esse motivo, com o consentimento do Professor Charcot, modifiquei o título do livro, que em francês é "Leçons sur les maladies du système nerveux, Tome troisième", e coloquei em destaque a histeria dentre os temas nele abordados.

Todo aquele a quem estas conferências motivarem a um aprofundamento nas pesquisas sobre histeria feitas pela escola francesa poderá remeter-se aos *Études cliniques sur la grande hystérie*, de P. Richer, de que saiu uma segunda edição em 1885 e que, em mais de um aspecto, constitui uma obra extraordinária.

VIENA, 18 de julho de 1886

**OBSERVAÇÃO DE UM CASO GRAVE DE
HEMIANESTESIA EM UM HOMEM HISTÉRICO
(1886)**

INTRODUÇÃO

BEOBACHTUNG EINER HOCHGRADIGEN HEMIANASTHESIE BEI EINEM
HYSTERISCHEN MANNE

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1886 Wien. med. Wschr., 36 (49), 1633-38 (4 de dezembro).

Parece que este artigo foi reeditado. A presente tradução de James Strachey é a primeira que se fez para o idioma inglês. Aparentemente, havia a intenção de que este artigo viesse a ser o primeiro de uma série, de vez que o encima o título "Beitrag zur Kasuistik der Hysterie, I" (Contribuições ao Estudo Clínico da Histeria, I). Mas a série não teve continuação.

Em 15 de outubro de 1886, uns seis meses depois de seu retorno de Paris, Freud leu perante a "Gesellschaft der Aerzte" (Sociedade de Medicina) de Viena um artigo intitulado "Über mannliche Hysterie" (Sobre a Histeria Masculina). O texto desse artigo não sobreviveu, ainda que sobre ele surgissem resenhas nos periódicos médicos de Viena, como, por exemplo, no Wien, med. Wochenschr., 63 (43), 1444-6 (23 de outubro). Também é encontrado num breve resumo de Ernest Jones (1953, 252). O próprio Freud dá um relato desse evento em seu Estudo Autobiográfico (1925d), Edição Standard Brasileira, Vol. XX, em [1], IMAGO Editora, 1976. O artigo foi mal recebido, e Meynert desafiou Freud a apresentar perante a sociedade um caso de histeria masculina. Freud teve alguma dificuldade em encontrar um caso, pois os médicos mais antigos dos departamentos do Hospital Geral recusaram-se a lhe facultar o uso do material de que dispunham. Por fim, com a ajuda de um jovem laringologista, encontrou noutro lugar um paciente adequado e o apresentou perante a "Gesellschaft der Aerzte" em 26 de novembro de 1886. O caso foi demonstrado por Freud e por seu amigo Dr. Königstein, cirurgião oftalmologista que tinha feito um exame dos sintomas oculares do paciente. O artigo desse especialista foi publicado no Wochenschrift uma semana depois do de Freud - na edição de 11 de dezembro (1674-6). Freud conta-nos que o presente artigo encontrou uma recepção melhor do que o artigo anterior; todavia, não chegou a suscitar interesse.

A maior parte do artigo, conforme se verá, trata dos fenômenos físicos da histeria, nos moldes característicos da atitude de Charcot em relação a essa doença. Há somente alguns indícios muito leves que revelam interesse por fatores psicológicos.

Senhores:

A 15 de outubro, quando tive a honra de pedir-lhes a atenção para um breve informe sobre o recente trabalho de Charcot na área da histeria masculina, fui desafiado pelo meu respeitado mestre Hofrat Professor Meynert a apresentar perante a sociedade alguns casos em que pudessem ser observadas, de forma claramente visível, as indicações somáticas da histeria - os "estigmas histéricos" pelos quais Charcot caracteriza essa neurose. Hoje, enfrento esse desafio - de maneira insuficiente, é verdade, mas na medida do que me permite o material clínico de que disponho -, apresentando perante os senhores um homem histérico que mostra o sintoma da hemianestesia, num grau que se poderia descrever com o mais elevado. Antes de começar minha demonstração, quero apenas observar que estou longe de pensar que o que lhes estou mostrando é um caso raro ou peculiar. Pelo contrário, considero-o um caso muito comum, de ocorrência freqüente, embora muito amiúde possa passar despercebido.

Por esse paciente, devo agradecer à gentileza do Dr. von Beregszászy, que o enviou a mim para confirmação do diagnóstico que ele havia feito. O paciente, August P., gravador de 29 anos, é a pessoa que está diante dos senhores: um homem inteligente, que de pronto se ofereceu para ser examinado por mim, na esperança de uma rápida recuperação.

Permitam-me que comece por um relato de sua história familiar e de sua história pessoal. O pai do paciente, aos 48 de idade, morreu da doença de Bright; trabalhava numa adega, bebia muito e tinha temperamento violento. Sua mãe morreu, aos 46 anos, de tuberculose. Soube-se que ela sofria muito de dores de cabeça, quando jovem: o paciente nada tem a dizer sobre ataques convulsivos ou algo semelhante. O casal teve seis filhos, dos quais o primeiro levou uma vida irregular e faleceu de uma afecção sifilítica cerebral. O segundo filho tem interesse especial para nós; ele desempenha um papel na etiologia da doença de seu irmão e parece que ele próprio era histérico. Contou ao nosso paciente haver sofrido de ataques convulsivos; e, por uma estranha coincidência, nesse mesmo dia, encontrei um colega de Berlim que tratara desse irmão, em Berlim, durante uma enfermidade, e havia diagnosticado que ele sofria de histeria - diagnóstico

este que também foi confirmado num hospital daquela cidade. O terceiro filho desapareceu desde que desertou do exército; o quarto e o quinto morreram em tenra idade, e o último é o nosso paciente.

Nosso paciente teve um desenvolvimento normal na infância, nunca sofreu convulsões infantis e teve as doenças comuns de crianças. Aos oito anos, teve a infelicidade de ser atropelado na rua; sofreu ruptura do tímpano direito, com permanente déficit da audição do ouvido direito, e foi acometido de uma doença que durou diversos meses, durante a qual sofria freqüentes desmaios, cuja natureza atualmente já não é possível descobrir. Esses desmaios continuaram por uns dois anos. Desse acidente adveio um certo embotamento intelectual, que o paciente afirma ter sido notado em seu rendimento escolar, e uma tendência a sensações vertiginosas sempre que, por alguma razão, se sentia indisposto. Mais tarde, completou o curso primário; após a morte dos pais, passou a aprendiz de gravador; um dado que fala muito a favor de seu caráter é o fato de ter permanecido como artífice e empregado do mesmo mestre de ofício durante dez anos. Considera-se pessoa cujos pensamentos estavam total e unicamente voltados para a perfeição de seu habilidoso ofício e que, com esse fim em vista, leu muito e exercitou-se no desenho, não se permitindo relacionamentos sociais nem divertimentos. Via-se obrigado a refletir muito acerca de si mesmo e de suas ambições e, por fazê-lo com tanta freqüência, caía num estado de excitada fuga de idéias, no qual ficava alarmado a respeito de sua saúde mental; seu sono muitas vezes era agitado e sua digestão fazia-se lenta por causa de seu modo de vida sedentário. Sofreu de palpitações durante os últimos nove anos; mas, afora isto, era sadio e jamais precisou interromper seu trabalho.

Sua doença atual começou há uns três anos. Nessa época, teve um desentendimento com o irmão que levava uma vida desregrada, porque este se recusou a lhe pagar uma soma em dinheiro que o paciente lhe emprestara. O irmão ameaçou apunhalá-lo e avançou contra ele com uma faca. Isto causou ao paciente um medo indescritível; sentiu um zumbido na cabeça, como se ela fosse estourar; correu para casa, sem poder contar como foi que chegou lá, e caiu no chão, inconsciente, em frente à porta de casa. Depois, ouviu dizer que, durante duas horas, tinha tido violentos espasmos, durante os quais falara da cena com seu irmão. Quando voltou a si, sentia-se muito fraco; durante as seis semanas seguintes, sofreu de violentas dores no lado esquerdo da cabeça e pressão intracraniana. Parecia-lhe alterada a sensibilidade na metade esquerda do corpo, e seus olhos se cansavam facilmente no trabalho, que ele retomou em seguida. Com algumas oscilações, seu estado ficou sendo este durante três anos, até que, há sete semanas, uma nova agitação causou uma mudança para pior. O paciente foi acusado de roubo por uma mulher, teve palpitações violentas e, por uns quinze dias, esteve tão deprimido que pensou em suicídio; ao mesmo tempo, um

tremor muito intenso tomou conta de seus membros esquerdos. A metade esquerda de seu corpo ficou como se tivesse sido afetada por um pequeno acidente cerebral; seus olhos se enfraqueceram muito e freqüentemente faziam-no ver tudo cinza; seu sono era interrompido por aparições terrificantes e sonhos nos quais pensava estar caindo de uma grande altura; começaram a surgir dores no lado esquerdo da garganta, na virilha esquerda, na região sacra e em outras áreas; seu estômago, com freqüência, estava "como se tivesse estourado", e ele se viu obrigado a parar de trabalhar. Outra piora em todos esses sintomas data da última semana. Além disso, o paciente está sujeito a dores violentas no joelho esquerdo e na planta do pé esquerdo, quando caminha durante algum tempo; tem uma sensação peculiar na garganta, como se a língua estivesse presa, ouve freqüentes zumbidos nos ouvidos, e outras coisas dessa natureza. Sua memória está prejudicada quanto aos acontecimentos ocorridos durante sua doença; quanto aos eventos anteriores à doença, porém, não apresenta problemas. Os ataques sob forma de convulsões repetiram-se de seis a nove vezes durante os três anos; contudo, a maior parte deles foi muito benigna; somente um ataque, à noite, no último mês de agosto, acompanhou-se de "agitação" com bastante gravidade.

Agora examinemos o paciente: um homem bastante pálido, de compleição média. O exame de seus órgãos internos nada revela de patológico, exceto bulhas cardíacas abafadas. Quando comprimo o ponto de saída dos nervos supra-orbital, infra-orbital ou do mento, do lado esquerdo, o paciente volta a cabeça com uma expressão de dor intensa. Podemos, portanto, supor que há uma alteração nevrálgica no trigêmeo esquerdo. Também a abóbada craniana é muito sensível à percussão na sua metade esquerda. A pele da metade esquerda da cabeça comporta-se, no entanto, de modo muito diferente do que esperávamos: está completamente insensível a estímulos de qualquer espécie. Posso aplicar-lhe alfinetadas, beliscá-la, torcer o lobo da orelha entre meus dedos, sem que o paciente chegue sequer a perceber o contato. Aqui, pois, existe um grau muito elevado de anestesia; esta, contudo, atinge não só a pele como também as membranas mucosas, conforme lhes mostrarei no caso dos lábios e da língua do paciente. Se introduzo um rolinho de papel em seu canal auditivo externo esquerdo e depois em sua narina esquerda, não se produz nenhuma reação. Repito agora a experiência no lado direito e mostro que aqui a sensibilidade do paciente é normal. Em consonância com a anestesia, os reflexos sensoriais também estão abolidos ou diminuídos. Assim, posso introduzir meu dedo e tocar todos os tecidos faríngeos do lado esquerdo, sem que resultem ânsias de vômito; os reflexos faríngeos do lado direito, contudo, também se encontram diminuídos; apenas quando toco a epiglote no lado direito é que se dá uma reação. O toque da conjuntiva palpebral e ocular mal produz o fechamento das pálpebras; por outro lado, o reflexo corneano está presente, embora muito reduzido. Aliás, os

reflexos conjuntival e corneano do lado direito também estão diminuídos, embora em grau menor; e esse comportamento dos reflexos é suficiente para me possibilitar a conclusão de que os distúrbios da visão não se limitam necessariamente a um olho (o esquerdo). E, realmente, quando pela primeira vez examinei o paciente, ele mostrava em ambos os olhos a peculiar poliopia monocular dos pacientes histéricos e distúrbios da sensibilidade às cores. Com o olho direito, reconhecia todas as cores, exceto o roxo, que dizia ser cinzento; com o olho esquerdo, reconhecia apenas o vermelho-claro e o amarelo-claro, ao passo que considerava todas as outras cores como cinzento, quando eram claras, e como preto, quando escuras. O Dr. Königstein teve a gentileza de submeter o paciente a um minucioso exame oftalmológico e posteriormente relatará suas conclusões. [Ver em [1]] Passando aos outros órgãos dos sentidos, o olfato e o paladar estão inteiramente anulados no lado esquerdo. Somente a audição foi poupada da hemianestesia cerebral. Convém lembrar que a acuidade do ouvido direito ficou seriamente prejudicada desde que o paciente sofreu um acidente, aos oito anos de idade; seu ouvido esquerdo é o melhor; a redução da audição nele presente é (segundo uma gentil comunicação do Professor Gruber) suficientemente explicada por uma visível e substancial afecção da membrana timpânica.

Se procedermos agora a um exame do tronco e dos membros, verificaremos também uma anestesia absoluta, sobretudo no braço esquerdo. Como vêem, consigo espetar a ponta de uma agulha numa dobra da pele sem que o paciente reaja. As estruturas profundas - músculos, ligamentos e articulações - também devem estar insensíveis em grau igualmente elevado, pois posso mover a articulação do punho e estirar os ligamentos sem provocar qualquer sensação no paciente. É consoante com essa anestesia das estruturas profundas o fato de que o paciente, quando seus olhos são vendados, também não tem noção da posição do seu braço esquerdo no espaço, nem de qualquer movimento que executo com ele. Passo uma venda em seus olhos e depois lhe pergunto o que fiz com sua mão esquerda. Ele não consegue dizer. Peço-lhe que, com a mão direita, segure o polegar, o cotovelo ou o ombro esquerdos. Ele tateia às cegas, confunde sua própria mão com a minha, que lhe estendo, e então admite que não sabe a quem pertence a mão que segurou.

Deve ser particularmente interessante descobrir se o paciente é capaz de encontrar as partes da metade esquerda de sua face. Seria de supor que isso não lhe oferecesse quaisquer dificuldades, pois, afinal, a metade esquerda do rosto está, digamos, firmemente cimentada à metade direita, intacta. Mas a experiência mostra o contrário. O paciente erra o alvo no olho esquerdo, no lobo

da orelha esquerda, e assim por diante; na verdade, parece sair-se pior ao tatear com a mão direita as partes anestesiadas do rosto do que se estivesse tocando uma parte do corpo de alguma outra pessoa. A causa disso não é uma perturbação na mão direita, que ele está usando para apalpar, pois os senhores podem ver com que certeza e rapidez ele encontra os pontos em que lhe digo para tocar a metade direita do rosto.

A mesma anestesia está presente no tronco e na perna esquerda. Observamos aí que a perda das sensações tem seu limite na linha média, ou se estende um pouco além desta.

Para mim, parece haver um interesse especial na análise dos distúrbios do movimento que o paciente mostra em seus membros anestesiados. Acredito que esses distúrbios do movimento devam ser atribuídos, inteira e unicamente, à anestesia. Certamente não existe paralisia do braço esquerdo, por exemplo. Um braço paralisado ou cai flacidamente, ou se mantém rígido, devido às contraturas em posições forçadas. Aqui a coisa se passa de modo diverso. Se eu vendar os olhos do paciente, seu braço esquerdo permanecerá na posição que tinha assumido anteriormente. Os distúrbios da mobilidade são mutáveis e dependem de diversas condições. Em primeiro lugar, aqueles dentre os senhores que tiverem notado como o paciente se despiu com ambas as mãos e como fechou sua narina esquerda com os dedos da mão esquerda, não terão tido a impressão de qualquer distúrbio grave do movimento. A um exame mais acurado, verificar-se-á que o braço esquerdo, em especial os dedos, são movimentados mais lentamente e com menos habilidade, como se estivessem entorpecidos, e com um leve tremor. Todos os movimentos, até os mais complicados, são, todavia, executados, e isso acontece sempre que a atenção do paciente é desviada dos órgãos do movimento e dirigida unicamente para o objetivo do movimento. As coisas se passam diversamente quando lhe peço que efetue movimentos isolados com o braço esquerdo, sem qualquer objetivo mais remoto - como, por exemplo, dobrar o braço na articulação do cotovelo enquanto segue o movimento com os olhos. Nesse caso, seu braço esquerdo parece muito mais inibido do que antes, o movimento é feito com muita lentidão, incompletamente, em estágios diferentes, como se houvesse uma grande resistência a ser vencida, e é acompanhado de um nítido tremor. Os movimentos dos dedos são extraordinariamente débeis nessas circunstâncias. Uma terceira espécie da perturbação do movimento, a mais grave, surge, finalmente, quando o paciente é solicitado a efetuar movimentos isolados com os olhos fechados. Por certo, algo se passa no membro que está absolutamente anestesiado, pois, como vêm, a inervação motora é independente de qualquer informação sensitiva do tipo que normalmente procede de um membro que vai ser movimentado; esse movimento, no entanto, é mínimo, de modo algum dirigido a um determinado segmento, e não

determinável quanto à sua direção por parte do paciente. Não suponham, porém, que esse último tipo de perturbação do movimento seja uma consequência necessária da anestesia; é precisamente com relação a esse aspecto que se encontram marcantes diferenças individuais. Observamos, no Salpêtrière, pacientes com anestésias que, de olhos fechados, conservam um controle muito mais acentuado de membros que tivessem sido eliminados da consciência.

A mesma influência da atenção desviada e do olhar aplica-se à perna esquerda. Hoje, durante pelo menos uma hora, o paciente caminhou a meu lado pelas ruas, a passos rápidos, sem olhar para seus pés enquanto andava. E tudo o que pude notar foi que pisava com o pé esquerdo girando-o um pouco para fora e que, muitas vezes, arrastava-o pelo chão. Mas quando lhe ordeno que ande, ele tem que acompanhar com os olhos cada movimento da perna anestesiada, e o movimento faz-se lento e hesitante, cansando-o com muita facilidade. Por fim, com os olhos fechados, ele caminha completamente inseguro e se desloca mantendo ambos os pés em contato com o chão, como faria qualquer um de nós se caminhasse no escuro em local desconhecido. Ele também tem grande dificuldade em permanecer de pé apenas sobre a perna esquerda; quando fecha os olhos nessa posição, cai imediatamente ao chão.

Prosseguirei com a descrição do comportamento de seus reflexos. Estes são, em geral, mais vivos do que o normal e, além disso, mostram pequena coerência entre si. Os reflexos do tríceps e do extensor são efetivamente mais vivos na extremidade direita, não anestesiada. O reflexo patelar parece mais vivo na esquerda; o reflexo do tendão de Aquiles é igual em ambos os lados. Também é possível obter uma discreta reação patelar, mais nitidamente observável à direita. Os reflexos do cremaster estão ausentes; por outro lado, os reflexos abdominais são rápidos, sendo que o esquerdo está intensamente aumentado, de modo que o mais leve toque numa área da pele do abdômen provoca uma contração máxima do músculo reto-abdominal esquerdo.

Em conjugação com uma hemianestesia histórica, nosso paciente mostra, tanto espontaneamente como sob pressão, áreas dolorosas nesse lado do corpo que é, em outros aspectos, o lado insensível - o que se conhece como "zonas histerógenas", embora nesse caso sua conexão com a provocação dos ataques não seja acentuada. Assim o nervo trigêmeo, cujos ramos terminais, como lhes mostrei anteriormente, são sensíveis à pressão, é a sede de uma zona histerógena desse tipo; também o são uma estreita área na fossa cervical média esquerda, uma faixa mais larga na parede esquerda do tórax (onde a pele também é sempre sensível), a parte lombar da coluna e a parte mediana do osso sacro (a pele é sensível também sobre a porção anterior dessas). Finalmente, o

cordão espermático esquerdo está muito sensível à dor, e essa zona se prolonga no trajeto do cordão espermático, pela cavidade abdominal, até a área que, nas mulheres, freqüentemente é sede da "ovaralgia".

Devo acrescentar dois comentários referentes aos desvios que nosso caso apresenta em relação ao quadro típico da hemianestesia histérica. O primeiro diz respeito ao fato de que o lado direito do corpo do paciente também não está livre da anestesia, ainda que não seja em grau intenso e pareça afetar apenas a pele. Há, portanto, uma zona de diminuição da sensibilidade à dor (e à temperatura) sobre a saliência do ombro direito; uma outra estende-se em forma de faixa ao redor da extremidade distal do antebraço; a perna direita apresenta hipoestesia no lado externo da coxa e na panturrilha.

Um segundo comentário refere-se ao fato de que a hemianestesia de nosso paciente mostra muito nitidamente a característica da instabilidade. Assim, num teste para sensibilidade elétrica, contrariando minha expectativa, tornei sensível uma área de pele no cotovelo esquerdo; e testes repetidos mostraram que a extensão das zonas dolorosas do tronco e as perturbações do sentido da visão oscilavam de intensidade. É nessa instabilidade do distúrbio da sensibilidade que baseio minha esperança de ser capaz de restaurar a sensibilidade normal do paciente, dentro de pouco tempo.

DUAS BREVES RESENHAS

RESENHA DE DIE AKUTE NEURASTHENIE. DE AVERBECK

A insuficiência da chamada formação médica adquirida em nossos hospitais, diante das necessidades dos médicos clínicos, revela-se com maior nitidez, talvez, a partir do exemplo da "neurastenia". Esse estado patológico do sistema nervoso seguramente pode ser classificado como a mais comum de todas as doenças em nossa sociedade: complica e agrava muitíssimo outros quadros clínicos em pacientes das melhores classes, sendo ainda praticamente desconhecido dos médicos de boa formação científica, ou tido por eles como apenas um nome moderno com conteúdo arbitrariamente constituído. A neurastenia não é um quadro clínico no sentido dos manuais que se baseiam, com demasiada exclusividade, na anatomia patológica: de preferência, deve ser descrita como um modo de reação do sistema nervoso. Mereceria a máxima atenção da parte dos médicos que trabalham cientificamente - atenção não menor do que a já demonstrada pelos médicos que trabalham como terapeutas, pelos diretores de sanatórios etc. Deve-se, portanto, recomendar a círculos mais amplos esse breve trabalho, em virtude de suas descrições oportunas intencionalmente veementes, e de suas proposições e observações referentes às condições sociais. Estas, como suspeita seu autor, nem sempre encontrarão a concordância de seus colegas, embora o trabalho venha a despertar o interesse deles em todas as áreas. Sua observação sobre o serviço militar obrigatório como cura para os males da vida civilizada e sua proposição de que se deve possibilitar uma recuperação periódica para os trabalhadores da classe média em épocas de boa saúde, por intermédio da assistência do Estado - estas estão abertas a múltiplas objeções. Contudo, deve-se admitir que o livreto trata imaginativamente de importantes questões relativas à assistência médica.

DR. SIGM. FREUD

RESENHA DE DIE BEHADLUNG GEWISSER FORMEN VON NEURASTHENIE UND HYSTERIE, DE WEIR MITCHELL

O método terapêutico proposto por Weir Mitchell, originalíssimo especialista em doenças nervosas de Filadélfia, foi recomendado na Alemanha, pela primeira vez, por Burkart e teve pleno reconhecimento durante o ano passado, numa conferência proferida por Leyden. Esse método, combinando repouso no leito, isolamento, alimentação abundante, massagem e eletricidade, de forma estritamente controlada, supera os estados de exaustão nervosa graves e de



HISTERIA (1888)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

HYSTERIE

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1888 Em Handwörterbuch der gesamten Medizin, org. de A. Villaret, Stuttgart, 1, 886-92.

1953 Psyche, 7 (9), 486-500.

A presente tradução, de James Strachey, parece ser a primeira para o inglês.

Em duas das cartas que escreveu a Fliess, publicadas nos Anfänge (1950a), datadas de 28 de maio (Carta 4) e 29 de agosto (Carta 5) de 1888 - e, implicitamente, numa terceira, de 24 de novembro de 1887 (Carta 1) -, Freud fala de suas contribuições à enciclopédia de Villaret, obra publicada em dois volumes (1888 e 1891). De vez que os verbetes na Villaret não levam assinatura, não é possível ter completa certeza da autoria deles. O próprio Freud especifica apenas um deles nessas cartas - o que trata de anatomia cerebral - e queixa-se de que sofreu muitos cortes; contudo, em seu Estudo Autobiográfico (1925d), menciona também um verbete sobre a afasia, Edição Standard Brasileira, Vol. XX, [1], IMAGO Editora, 1976. Os organizadores dos Anfänge sugerem ainda que os verbetes sobre as lesões cerebrais infantis e sobre as paralisias poderiam ser atribuídos a ele e, com maior convicção, incluem como sendo provavelmente de Freud o que se refere à histeria, que é apresentado a seguir.

A reimpressão, em 1953, desse verbete em Psyche, periódico de Stuttgart, vem precedida de um breve artigo escrito pelo Professor Paul Vogel, que faz um resumo admirável e convincente dos argumentos que fazem crer seja o verbete realmente da autoria de Freud. Ninguém pode ter dúvidas quanto à sua autoria, lendo-o em conexão com os escritos contemporâneos de Freud. À parte toda uma série de reproduções de pontos de vista expostos por Freud em outros trabalhos que levam sua assinatura, existe um determinado aspecto que parece conclusivo. Trata-se de uma passagem, quase na parte final, em que o método catártico de tratamento é descrito explicitamente e atribuído a Breuer. Nessa data (1888), o método de Breuer não tinha sido publicado nem por ele próprio nem por outra pessoa. Sua primeira publicação deu-se na "Comunicação Preliminar", de Breuer e Freud, mais de quatro anos depois (1893a). Freud, segundo ele próprio nos relata (1925d, Edição Standard Brasileira, Vol. XX, [1], IMAGO Editora, 1976), há muito gozava da confiança de Breuer e tinha tomado conhecimento de seu método ainda antes de ir a Paris (em 1885). Assim, a autoria de Freud pode ser dada como estabelecida.

O verbete, em seu conjunto, mostra Freud ainda seguindo fielmente as doutrinas de Charcot na sua descrição da histeria, embora, sem levar em conta a

referência a Breuer, haja duas ou três passagens, especialmente no final do verbete, em que existem claros sinais de uma atitude mais independente.

HISTERIA

HISTERIA (υδτερα, útero); (hystérie, em francês; hysterics [sic], em inglês; isteria, f., isterismo, m., em italiano).

I. HISTÓRIA. - O nome "histeria" tem origem nos primórdios da medicina e resulta do preconceito, superado somente nos dias atuais, que vincula as neuroses às doenças do aparelho sexual feminino. Na Idade Média, as neuroses desempenharam um papel significativo na história da civilização; surgiam sob a forma de epidemias, em consequência de contágio psíquico, e estavam na origem do que era fatural na história da possessão e da feitiçaria. Alguns documentos daquela época provam que sua sintomatologia não sofreu modificação até os dias atuais. Uma abordagem adequada e uma melhor compreensão da doença tiveram início apenas com os trabalhos de Charcot e da escola do Salpêtrière, inspirada por ele. Até essa época, a histeria tinha sido a bête noire da medicina. Os pobres histéricos, que em séculos anteriores tinham sido lançados à fogueira ou exorcizados, em épocas recentes e esclarecidas, estavam sujeitos à maldição do ridículo; seu estado era tido como indigno de observação clínica, como se fosse simulação e exagero.

A histeria é uma neurose no mais estrito sentido da palavra - quer dizer, não só não foram achadas nessa doença alterações perceptíveis do sistema nervoso, como também não se espera que qualquer aperfeiçoamento das técnicas de anatomia venha a revelar alguma dessas alterações. A histeria baseia-se total e inteiramente em modificações fisiológicas do sistema nervoso; sua essência deve ser expressa numa fórmula que leve em consideração as condições de excitabilidade nas diferentes partes do sistema nervoso. Uma fórmula fisiopatológica desse tipo, no entanto, ainda não foi descoberta; por enquanto, devemos-nos contentar em definir a neurose de um modo puramente nosográfico, pela totalidade dos sintomas que ela apresenta, da mesma forma como a doença de Graves se caracteriza por um grupo de sintomas - exoftalmia, bócio, tremor, aceleração do pulso e alteração psíquica -, sem qualquer consideração relativa a alguma conexão mais íntima entre esses fenômenos.

II. DEFINIÇÃO. - As autoridades alemãs, assim como as inglesas, ainda hoje têm o hábito de distribuir caprichosamente as descrições "histeria" e "histérico" e de agrupar indiscriminadamente a "histeria" com os estados nervosos em geral, a neurastenia, muitos dos estados psicóticos e muitas neuroses que ainda não foram retiradas do caos das doenças nervosas. Charcot, pelo contrário, sustenta com firmeza a opinião de que a "histeria" é um quadro clínico nitidamente circunscrito e bem definido, que pode ser reconhecido com bastante clareza nos casos extremos daquilo que se conhece como "grande hystérie" [grande histeria] (ou histeroepilepsia). A histeria cobre também as formas mais brandas e rudimentares que ocorrem numa série que abrange toda uma gradação, desde o tipo da grande hystérie até o tipo normal. A histeria é fundamentalmente diferente da neurastenia, e, na verdade, estritamente falando, é o contrário desta.

III. SINTOMATOLOGIA. - A sintomatologia da "grande histeria", extremamente rica, mas nem por isso anárquica, compõe-se de uma série de sintomas que incluem os seguintes:

(1) Ataques convulsivos. Estes são precedidos de uma "aura" peculiar: pressão no epigástrico, constrição na garganta, latejamento nas têmporas, zumbido nos ouvidos, ou partes desse complexo de sensações. Essas sensações-aura, como são chamadas, também surgem, nos pacientes histéricos, como sintomas isolados, ou representam em si mesmas um ataque. É especialmente conhecido o globus hystericus, uma sensação atribuível aos espasmos da faringe, como se uma bola estivesse subindo do epigástrico para a garganta. Um ataque propriamente dito, quando completo, apresenta três fases. A primeira, "epileptóide", assemelha-se a um ataque epiléptico unilateral. A segunda fase, a dos "grands mouvements", apresenta movimentos de "salamaleque", atitudes em arco (arc de cercle), contorções e outros. A força desenvolvida nesses ataques é, com freqüência, muito grande. Para diferenciar esses movimentos de um ataque epiléptico, deve-se observar que os movimentos histéricos sempre são executados com certa correção e de modo coordenado, o que contrasta nitidamente com a cega brutalidade dos espasmos epilépticos. Além disso, mesmo nas convulsões histéricas mais violentas, geralmente se evitam os ferimentos comparativamente graves. A terceira fase, a fase alucinatória do ataque histérico, a das "attitudes passionelles", distingue-se pelas atitudes e

posturas que sugerem cenas de movimento passional, que o paciente alucina e freqüentemente acompanha com as palavras correspondentes. Durante todo o ataque, a consciência pode conservar-se ou se perder - mais freqüentemente ocorre a última dessas possibilidades. Os ataques do tipo descrito seguem-se freqüentemente uns aos outros, em série, de modo que o ataque inteiro pode durar diversas horas ou dias. É insignificante a elevação de temperatura durante os mesmos (em contraste com o que acontece na epilepsia). Cada fase do ataque ou cada parte separada de uma fase pode estar isolada e pode representar o ataque em casos rudimentares. Naturalmente, os ataques abreviados desse tipo são encontrados com freqüência incomparavelmente maior do que os ataques completos. Possuem especial interesse ataques histéricos que, em lugar das três fases, exibem um coma que surge de maneira apoplectiforme - os chamados "ataques de sommeil" [ataques de sono]. Esse coma pode assemelhar-se ao sono natural ou acompanhar-se de tamanha diminuição da respiração e da circulação a ponto de ser confundido com a morte. Existem casos autênticos de estados dessa espécie que duram semanas e meses; nesse sono prolongado, a nutrição corporal diminui gradualmente, mas não há risco de vida. - Em cerca de um terço dos casos de histeria, o sintoma dos ataques, o mais característico, está ausente.

(2) Zonas histerógenas. Em íntima conexão com os ataques, encontramos as chamadas "zonas histerógenas", áreas supersensíveis do corpo, nas quais um leve estímulo desencadeia um ataque cuja aura muitas vezes começa por uma sensação proveniente dessa área. Tais áreas podem situar-se na pele, nas partes profundas, nos ossos, nas membranas mucosas, até mesmo nos órgãos dos sentidos. São encontradas com maior freqüência no tronco do que nos membros e têm preferência por determinados locais - por exemplo, nas mulheres (e mesmo nos homens), numa área da parede abdominal correspondente aos ovários, na região coronária do crânio e na região inframamária; e nos homens, nos testículos e no cordão espermático. A pressão nessas áreas desencadeia, com freqüência, não uma convulsão, mas sim sensações-aura. A partir de muitas das zonas histerógenas também é possível exercer uma influência inibidora sobre os ataques convulsivos; uma vigorosa pressão sobre a área ovariana, por exemplo, desperta muitas pacientes no meio de um ataque histérico ou de um sono histérico. No caso dessas pacientes, pode-se fazer a prevenção de um ataque ameaçador fazendo-as usar um cinto semelhante a uma funda para hérnia, cuja almofada comprima a área ovariana. As zonas histerógenas às vezes são numerosas, às vezes poucas, e podem ser unilaterais ou bilaterais.

(3) Distúrbios da sensibilidade. Estes são os sinais mais freqüentes da neurose e os mais importantes do ponto de vista diagnóstico. Persistem mesmo durante os períodos de remissão e são os mais importantes, porque os distúrbios da

sensibilidade desempenham um papel relativamente pequeno nas doenças cerebrais orgânicas. Consistem em anestesia ou hiperestesia e apresentam, quanto à extensão e ao grau de intensidade, uma variabilidade não observada em nenhuma outra doença. A anestesia pode afetar a pele, as membranas mucosas, os ossos, os músculos e nervos, os órgãos dos sentidos e os intestinos; contudo, o mais comum é a anestesia da pele. No caso da anestesia histérica da pele, todas as diferentes espécies de sensações da pele podem ser dissociadas e comportar-se de forma muito independente umas das outras. A anestesia pode ser total ou atingir apenas a sensação de dor (analgesia - que é a mais comum), ou apenas as sensações de temperatura, pressão ou eletricidade, ou a sensibilidade muscular. Só uma possibilidade não se concretiza na histeria: uma diminuição do sentido do tato enquanto as outras propriedades são mantidas. Por outro lado, pode ocorrer que as sensações puramente táteis dêem origem a uma sensação de dor (alfalgesia). Muitas vezes, a anestesia histérica atinge um grau tão elevado que a mais potente faradização dos troncos nervosos não produz qualquer reação sensorial. Quanto à extensão, a anestesia pode ser total; em casos raros, pode afetar toda a superfície da pele e a maioria dos órgãos dos sentidos. Com maior freqüência, no entanto, trata-se de uma hemianestesia, como a que é produzida por uma lesão da cápsula interna; distingue-se, porém, da hemianestesia devida a doença orgânica pelo fato de que geralmente ultrapassa a linha média em algum ponto - por exemplo, inclui a língua, a laringe ou os genitais como um todo - e os olhos não são afetados sob a forma de hemianopsia, e sim de ambliopia ou amaurose em um olho. Ademais, a hemianestesia histérica apresenta maior variabilidade na forma como se distribui; pode acontecer que um dos órgãos dos sentidos ou um órgão localizado no lado anestesiado escape inteiramente à anestesia, e qualquer área sensível no quadro da hemianestesia pode ser substituída pela área simétrica do outro lado (transfert espontâneo, ver [em [1]]). Por fim, a anestesia histérica pode surgir em focos disseminados unilaterais ou bilaterais, ou simplesmente em determinadas áreas, de forma monoplégica nos membros ou em áreas situadas sobre órgãos internos atingidos por alguma doença (faringe, estômago etc.).

Em todas essas relações, ela pode ser substituída pela hiperestesia.

No caso da anestesia histérica, os reflexos sensoriais ficam geralmente diminuídos, como, por exemplo, o reflexo conjuntival, o do espirro e o faringiano; os reflexos vitais da córnea e da glote são, porém, mantidos. Os reflexos vasomotores e a dilatação pupilar mediante estimulação da pele não são

interrompidos sequer no caso do mais elevado grau de anestesia. A anestesia histérica é sempre um sintoma a ser pesquisado pelo médico, de vez que, na maior parte dos casos, mesmo quando tem ampla extensão e grande gravidade, geralmente escapa totalmente à percepção do paciente. Em contraste com a anestesia orgânica, deve-se enfatizar que os distúrbios histéricos da sensibilidade, a rigor, não prejudicam os pacientes em nenhuma atividade motora. As áreas da pele que estão histericamente anestesiadas caracterizam-se, com freqüência, por anemia local e não sangram quando picadas; isso é apenas uma complicação, não constituindo, porém, condição necessária da anestesia. É possível separar artificialmente os dois fenômenos um do outro. Freqüentemente existe uma relação recíproca entre a anestesia e as zonas histerógenas, como se toda a sensibilidade de uma parte relativamente grande do corpo estivesse comprimida numa única zona. - Os distúrbios da sensibilidade são os sintomas nos quais é possível basear um diagnóstico de histeria, mesmo nas suas formas mais rudimentares. Na Idade Média, a descoberta de áreas anestésicas e não-hemorrágicas (sigmata Diaboli) era considerada prova de feitiçaria.

(4) Distúrbios da atividade sensorial. Estes podem afetar todos os órgãos dos sentidos e podem aparecer simultaneamente com ou independentemente de modificações na sensibilidade da pele. O distúrbio histérico da visão consiste em amaurose ou ambliopia unilaterais, ou ambliopia bilateral, mas nunca em hemianopsia. Seus sintomas são: fundo de olho normal ao exame; ausência do reflexo conjuntival (reflexo corneano diminuído); estreitamento concêntrico do campo visual; redução da percepção luminosa; e acromatopsia. No caso do último sintoma citado, a sensibilidade ao roxo é a primeira a ser perdida, e a sensibilidade ao vermelho ou ao azul é a que persiste por mais tempo. Os fenômenos não se coadunam com nenhuma teoria do daltonismo; as diferentes sensibilidades às cores comportam-se independentemente umas das outras. São freqüentes os distúrbios da acomodação, assim como as falsas conclusões deles resultantes. Os objetos que se aproximam do olho e que dele se afastam são vistos em tamanhos diferentes e duplicados ou multiplicados (diplopia monocular com macropsia ou micropsia). - A surdez histérica raramente é bilateral; é, com muita freqüência, mais ou menos completa, combinada com anestesia do pavilhão da orelha, do canal auditivo e até mesmo da membrana do tímpano. Quando existe distúrbio histérico do paladar e também do olfato, via de regra é possível encontrar anestesia das regiões da pele e da membrana mucosa pertencentes aos órgãos desses sentidos. São freqüentes em pacientes histéricos a parestesia e a hiperestesia dos órgãos inferiores dos sentidos; às vezes, há uma extraordinária exacerbação da atividade sensória, especialmente do olfato e da audição.

(5) Paralisias. As paralisias históricas são mais raras do que a anestesia e quase sempre acompanhadas de anestesia da parte do corpo paralisada, ao passo que, nas doenças orgânicas, os distúrbios da motilidade predominam e surgem independentemente da anestesia. As paralisias históricas não levam em conta a estrutura anatômica do sistema nervoso, a qual, conforme se sabe, evidencia-se da maneira mais inequívoca na distribuição das paralisias orgânicas. Acima de tudo, não existem paralisias históricas que se possam equiparar às paralisias periféricas do facial, do radial ou do denteado - isto é, que abranjam grupos de músculos ou de músculos e pele, agrupados segundo a inervação anatômica comum. As paralisias históricas só são comparáveis às paralisias corticais, porém se distinguem destas por múltiplos aspectos. Assim, existe a hemiplegia histórica na qual, entretanto, são atingidos somente o braço e a perna do mesmo lado: não existe paralisia facial histórica. Quando muito, além da paralisia dos membros, pode haver uma contratura dos músculos faciais e da língua, situada, às vezes, no lado da paralisia e, às vezes, no lado oposto, e manifestada, entre outras coisas, por um excessivo desvio da língua. Uma outra característica que distingue a hemiplegia histórica é o fato de que a perna paralisada não se movimenta, na articulação da coxa, em circundução, mas é arrastada como um apêndice morto. A hemiplegia histórica sempre está ligada a uma hemianestesia que, em geral, é de intensidade comparativamente grave. Além disso, na histeria encontramos paralisia de um braço ou de uma perna, independentemente, ou de ambas as pernas (paraplegia). Nesse último caso, a paralisia do intestino e da bexiga pode acompanhar a anestesia das pernas e, por conseguinte, o quadro clínico pode vir a se assemelhar de perto a uma paraplegia medular. E mais, a paralisia, em vez de se estender a um membro em todas as suas partes, pode afetar segmentos do mesmo - mão, ombro, cotovelo etc. Com relação a isso, não há preferência para a parte distal, ao passo que é característico de uma paralisia orgânica ser esta sempre mais marcada na porção distal de um membro do que nas partes proximais. No caso de paralisia parcial de um membro, a anestesia geralmente obedece aos mesmos limites que a paralisia e é circunscrita por linhas que fazem ângulos retos com o eixo longitudinal do membro. Na paralisia histórica das pernas, o triângulo de pele situado entre os músculos glúteos, correspondente ao nervo sacro, não é afetado pela anestesia. Em todas essas paralisias estão ausentes os fenômenos da degeneração descendente, por mais que durem as paralisias; muitas vezes, há uma intensa flacidez muscular e o comportamento dos reflexos é inconstante; por outro lado, os membros paralisados podem atrofiar-se, e realmente sucumbem a uma atrofia que se desenvolve muito rapidamente, logo atinge uma parada e não se faz acompanhar por nenhuma alteração na excitabilidade elétrica. Às paralisias dos membros deve-se acrescentar a afasia histórica, ou, mais corretamente, a mudez, que consiste numa incapacidade de produzir qualquer som articulado ou [mesmo] de executar movimentos da fala sem voz. É sempre acompanhada de afonia, que

também pode ocorrer isoladamente; nesses casos, a capacidade de escrever é conservada e até mesmo aumentada. As demais paralisias motoras encontradas na histeria não podem ser relacionadas a partes do corpo, mas apenas a funções, como, por exemplo, astasia e abasia (incapacidade de andar e de manter-se de pé); isto ocorre enquanto as pernas mantêm sua sensibilidade, sua força total e a capacidade de executar qualquer tipo de movimento quando em posição horizontal - uma separação das funções dos mesmos músculos não encontrada nas lesões orgânicas. Todas as paralisias histéricas distinguem-se pelo fato de que podem ser da maior gravidade, mas, ao mesmo tempo, limitam-se nitidamente a uma determinada parte do corpo, ao passo que as paralisias orgânicas, via de regra, estendem-se por uma área maior, à medida que sua gravidade aumenta.

(6) Contraturas. Nas formas mais graves de histeria, há uma tendência geral no sentido de o aparelho reagir a pequenos estímulos através de contratura (diathèse de contracture). Para isso pode ser suficiente a simples aplicação de uma faixa de Esmarch. As contraturas dessa espécie também ocorrem com freqüência em casos graves e nos músculos mais variados. Nos membros, elas se caracterizam por sua excessiva intensidade e podem ocorrer em qualquer posição, o que não se explica pela estimulação de determinados troncos nervosos. Apresentam uma persistência incomum, não relaxam com o sono, como ocorre com as contraturas orgânicas, e não se consegue modificar sua intensidade mediante excitação, temperatura etc. Somente cedem com a narcose mais profunda, e recobram sua intensidade total quando o paciente acorda. As contraturas musculares são muito freqüentes nos outros órgãos, nos órgãos dos sentidos, nos intestinos e, num grande número de casos, também constituem o mecanismo pelo qual a função fica suspensa nas paralisias. A tendência aos espasmos clônicos também aumenta muito na histeria.

(7) Características gerais. A sintomatologia da histeria tem uma série de características gerais; conhecê-las é importante tanto para o diagnóstico como para a compreensão da histeria. As manifestações histéricas têm, preferentemente, a característica de serem exageradas: uma dor histérica é descrita pelos pacientes como extremamente dolorosa; uma anestesia e uma paralisia podem com facilidade tornar-se absolutas; uma contratura histérica causa a maior retração de que um músculo é capaz. Ao mesmo tempo, qualquer sintoma particular pode ocorrer, por assim dizer, isoladamente: a anestesia e a paralisia não se acompanham dos fenômenos gerais que, no caso das lesões orgânicas, evidenciam a afecção cerebral e que, no geral, devido a sua importância, obscurecem os sintomas localizados. Muito próximo de uma área de pele absolutamente insensível, poderá haver uma outra área de sensibilidade

absolutamente normal. Concomitantemente com um braço completamente paralisado, poderá haver, do mesmo lado, uma perna perfeitamente intacta. É especialmente característico da histeria que seja um distúrbio, ao mesmo tempo, desenvolvido no mais alto grau e limitado da maneira mais nítida. Ademais, os sintomas histéricos mudam de uma forma que, de saída, exclui qualquer suspeita de lesão orgânica. Essa mutabilidade dos sintomas realiza-se ou espontaneamente (por exemplo, depois de ataques convulsivos, que muitas vezes alteram a distribuição da paralisia e da anestesia, ou as interrompem), ou por influência artificial dos chamados métodos estesiogênicos, tais como a eletricidade, a aplicação de metais, o emprego de irritantes cutâneos, ímãs etc. Esse último método de influência parece extremamente notável, tendo em vista o fato de que um sistema nervoso histérico oferece, em regra geral, uma grande resistência à influência química por meio da medicação interna e reage de forma decididamente refratária aos narcóticos como a morfina e o hidrato de cloral. - Entre os meios capazes de remover os sintomas histéricos, cabe mencionar com especial ênfase a influência da excitação e da sugestão hipnótica, esta última porque atinge diretamente o mecanismo dos distúrbios histéricos e não se pode suspeitar que produza nenhum outro efeito além dos efeitos psíquicos. Quando os sintomas histéricos mudam, algumas circunstâncias marcantes entram em jogo. Pelo uso de métodos "estesiogênicos" é possível transferir uma anestesia, uma paralisia, uma contratura, um tremor etc. para a área simétrica da outra metade do corpo ("transfert"), enquanto a área originalmente afetada se normaliza. Desse modo, a histeria fornece provas da relação simétrica, havendo, ademais, indícios de que tal relação desempenha um papel também nos estados fisiológicos - tal como, em geral, as neuroses não criam nada de novo, mas simplesmente desenvolvem e exageram as relações fisiológicas. Uma outra característica muito importante dos distúrbios histéricos é que estes de modo algum representam uma cópia das condições anatômicas do sistema nervoso. Pode-se dizer que a histeria é tão ignorante da ciência da estrutura do sistema nervoso como nós o somos antes de tê-la aprendido. Os sintomas de afecções orgânicas, como se sabe, refletem a anatomia do órgão central e são as fontes mais fidedignas de nosso conhecimento a respeito dele. Por essa razão, temos de descartar a idéia de que na origem da histeria esteja situada alguma possível doença orgânica; e não devemos apelar para as influências vasomotoras (espasmos vasculares) como causa dos distúrbios histéricos. Um espasmo vascular é, em essência, uma modificação orgânica, cujo efeito é determinado pelas condições anatômicas; difere da embolia, por exemplo, somente pelo fato de que não produz nenhuma alteração permanente.

Juntamente com os sintomas físicos da histeria, pode-se observar toda uma série de distúrbios psíquicos nos quais, futuramente, serão sem dúvida encontradas as modificações características da histeria, mas cuja análise, até o

momento, mal começou. Esses distúrbios psíquicos são alterações no curso e na associação de idéias, inibições na atividade da vontade, exagero e repressão dos sentimentos etc. - que podem ser resumidos como alterações na distribuição normal, no sistema nervoso, das quantidades estáveis de excitação. Uma psicose, no sentido psiquiátrico do termo, não faz parte da histeria, ainda que possa desenvolver-se sobre a base do estado histérico, nesse caso devendo ser considerada uma complicação. Aquilo que popularmente se descreve como temperamento histérico - instabilidade da vontade, alterações do humor, aumento da excitabilidade com diminuição de todos os sentimentos altruísticos - pode estar presente na histeria, mas não é absolutamente necessário para seu diagnóstico. Existem casos graves de histerianos quais está inteiramente ausente uma alteração psíquica desse tipo; muitos dos pacientes que pertencem a essa classe encontram-se entre as pessoas mais amáveis e inteligentes, de vontade muito forte, que percebem nitidamente sua doença como algo alheio à sua natureza. Os sintomas psíquicos têm sua significação dentro do quadro total da histeria, mas não são mais constantes do que os diferentes sintomas físicos, os estigmas. Por outro lado, as modificações psíquicas, que devem ser assinaladas como o fundamento do estado histérico, ocorrem inteiramente na esfera da atividade cerebral inconsciente, automática. Talvez ainda se possa acentuar que na histeria (como em todas as neuroses) aumenta a influência dos processos psíquicos sobre os processos físicos do organismo, e que os pacientes histéricos funcionam com um excesso de excitação no sistema nervoso - excesso que se manifesta ora como inibidor, ora como irritante, deslocando-se com grande mobilidade dentro do sistema nervoso. [1]

A histeria deve ser considerada como um estado, uma diátese nervosa que eclode de tempos em tempos. A etiologia do status hystericus deve ser buscada inteiramente na hereditariedade: os histéricos sempre têm uma disposição hereditária para perturbações da atividade nervosa; entre seus parentes são encontrados epiléticos, doentes mentais, tabéticos etc. A transmissão hereditária direta da histeria também é constatada; e é a origem, por exemplo, do surgimento da histeria em meninos (originária da mãe). Comparados com o fator, da hereditariedade, todos os outros fatores situam-se em lugar secundário e assumem o papel de causas incidentais, cuja importância quase sempre é superestimada na prática. As causas acidentais de histeria, no entanto, são importantes na medida em que desencadeiam o início de ataques histéricos, de histerias agudas. Como fatores capazes de propiciar o desenvolvimento de uma disposição histérica, podem ser mencionados: a criação cheia de mimos (histeria em filhos únicos), o despertar prematuro da atividade mental nas crianças, excitamentos freqüentes e violentos. Todas essas influências possuem igual tendência a produzir neuroses de outros tipos (por exemplo, neurastenia), de forma que nisto fica flagrantemente demonstrada a influência decisiva da

disposição hereditária. Como fatores que fazem irromper a doença histérica aguda podem se citados: trauma, intoxicação (chumbo, álcool), luto, emoção consumptiva - tudo, enfim, capaz de exercer um efeito de natureza prejudicial. Em outras ocasiões, os estados histéricos muitas vezes são gerados por causas banais ou obscuras. No que diz respeito ao que freqüentemente se considera como a influência preponderante das anormalidades na esfera sexual sobre o desenvolvimento da histeria, deve-se dizer que, no mais das vezes, sua importância é superestimada. Em primeiro lugar, a histeria é encontrada em meninas e meninos sexualmente imaturos, do mesmo modo como a neurose também ocorre com todas as suas características no sexo masculino, embora muito mais raramente (1:20). Ademais, a histeria tem sido constatada em mulheres que apresentam ausência total da genitália, e todo médico deve ter verificado numerosos casos de histeria em mulheres cujos genitais não mostravam absolutamente nenhuma alteração anatômica; do mesmo modo, em contrapartida, a maioria das mulheres com doenças dos órgãos sexuais não sofre de histeria. Entretanto, tem-se de admitir que as condições funcionalmente relacionadas à vida sexual desempenham importante papel na etiologia da histeria (assim como na de todas as neuroses), e isto se dá em virtude da elevada significação psíquica dessa função, especialmente no sexo feminino. - O trauma é uma causa incidental freqüente da doença histérica, em dois sentidos: primeiro, porque a disposição histérica, anteriormente não detectada, pode manifestar-se por ocasião de um trauma físico intenso, que se acompanha de medo e perda momentânea da consciência; em segundo lugar, porque a parte do corpo afetada pelo trauma se torna sede de uma histeria local. Assim, por exemplo, em pessoas histéricas, a uma leve contusão da mão pode seguir-se o desenvolvimento de uma contratura da mão, ou, em circunstâncias análogas, pode-se desenvolver uma coxalgia dolorosa, e assim por diante. Para os cirurgiões, é da maior importância ter um conhecimento mais íntimo dessas afecções rebeldes; em casos dessa espécie, uma intervenção cirúrgica não pode senão prejudicar. O diagnóstico diferencial desses estados nem sempre é fácil, especialmente quando eles envolvem articulações. Os estados mórbidos causados por trauma geral grave (acidentes ferroviários etc.), conhecidos como "railway spine" e "railway brain", são considerados histeria por Charcot, com o que concordam os autores americanos, com inquestionável autoridade nesse assunto. Esses estados freqüentemente possuem a mais sombria e grave aparência; apresentam-se combinados com depressão e humor melancólico e mostram, seja de que maneira for, em numerosos casos, uma combinação de sintomas histéricos com sintomas neurastênicos e orgânicos. Charcot provou que também a encefalopatia conseqüente ao saturnismo está relacionada com a histeria e, ademais, que a anestesia comum nos alcoólatras não é uma doença à parte, mas sim um sintoma de histeria. Contudo, opõe-se à idéia de estabelecer diferentes subespécies de histeria (traumática, alcoólica, saturnina etc.); ele insiste em que

a histeria é sempre a mesma e que simplesmente é provocada por uma série de diferentes causas incidentais. Também na sífilis de instalação recente tem-se observado o surgimento de sintomas histéricos.

IV. EVOLUÇÃO DA HISTERIA. - A histeria, mais do que uma doença circunscrita, representa uma anomalia constitucional. Em geral, seus primeiros sinais provavelmente aparecem na adolescência. Na verdade, as doenças históricas, mesmo as de gravidade considerável, não são raridade em crianças entre seis e dez anos. Em meninos e meninas de intensa disposição histórica, o período anterior e posterior à puberdade enseja um primeiro surto da neurose. Na histeria infantil são encontrados os mesmos sintomas das neuroses dos adultos. No entanto, os estigmas quase sempre são mais raros; em primeiro plano estão as alterações psíquicas, os espasmos, os ataques e as contraturas. As crianças históricas são, com bastante freqüência, precoces e altamente dotadas; em numerosos casos, a histeria é, por certo, simplesmente sintoma de profunda degeneração do sistema nervoso, que se manifesta em perversão moral permanente. Conforme se sabe, a juventude, dos quinze anos em diante, é o período no qual a neurose histórica, na maioria das vezes, se mostra ativa em pessoas do sexo feminino. Isto pode acontecer devido a uma sucessão ininterrupta de distúrbios relativamente leves (histeria crônica), ou devido a diversos surtos graves (histeria aguda) separados por intervalos livres que duram anos. Em geral, os primeiros anos de um casamento feliz interrompem a doença; quando as relações conjugais se tornam mais frias e os nascimentos sucessivos acarretam um esvaziamento, reaparece a neurose. Nas mulheres com mais de quarenta anos, a doença geralmente não apresenta fenômenos novos; mas os antigos sintomas podem persistir, e até mesmo numa idade avançada a doença pode intensificar-se diante de provocações fortes. Os homens em idade juvenil parecem particularmente suscetíveis à histeria devida a trauma e intoxicação. A histeria masculina tem a aparência de uma doença grave; os sintomas que produz são quase sempre pertinazes; a doença, em homens, de vez que tem a importância maior de provocar uma interrupção do trabalho, tem também maior importância prática. - Também existe algo de característico a respeito do rumo que tomam os diferentes sintomas históricos (como as contraturas, as paralisias etc.) Em alguns casos, os sintomas isolados desaparecem espontaneamente, com grande rapidez, e dão lugar a outros, igualmente transitórios; em outros casos, todos os fenômenos são dominados por grande fixidez. As contraturas e paralisias muitas vezes podem durar anos e, depois, desaparecer inesperada e subitamente. De modo geral, não há limite para a curabilidade dos distúrbios históricos; é característico de uma função acometida de distúrbio, depois de estar

interrompida durante anos, ser, de repente, restaurada em sua totalidade. Por outro lado, a evolução dos distúrbios histéricos muitas vezes exige uma espécie de incubação, ou melhor, um período de latência, durante o qual a causa desencadeante continua atuando no inconsciente. Assim, é raro que uma paralisia histérica apareça imediatamente depois de um trauma; as pessoas envolvidas num acidente de trem, por exemplo, são totalmente capazes de movimentar-se após o trauma e vão para casa aparentemente incólumes; somente alguns dias ou semanas depois é que se produzem os fenômenos que levam à conjectura de uma "concussão da medula". Assim, também a recuperação que se opera bruscamente requer, em geral, um período de diversos dias para se desenvolver. Em todo caso, pode-se afirmar que a histeria nunca constitui grave risco de vida, mesmo nas suas manifestações mais ameaçadoras. Além disso, nos próprios casos mais prolongados de histeria, preservam-se uma completa clareza intelectual e uma capacidade até para realizações não-corriqueiras.

A histeria pode estar combinada com muitas outras doenças nervosas neuróticas e orgânicas, e tais casos oferecem grandes dificuldades à análise. A mais comum é a combinação da histeria com a neurastenia; isto ocorre ou quando se tornam neurastênicas as pessoas cuja disposição histérica está quase esgotada, ou quando impressões agravantes desencadeiam ambas as neuroses simultaneamente. Infelizmente, a maioria dos médicos ainda não aprendeu a fazer a distinção entre essas duas neuroses. Essa combinação é encontrada, com muita freqüência, em homens histéricos. O sistema nervoso masculino tem uma disposição tão preponderante para a neurastenia como o feminino para a histeria. Além disso, também é superestimada a freqüência da histeria feminina; a maioria das mulheres que os médicos supõem sejam histéricas são, estritamente falando, apenas neurastênicas. Ademais, a "histeria local" pode acompanhar doenças locais de órgãos isolados; uma articulação que está realmente micótica pode se tornar sede de artralgia histérica; um estômago com afecção catarral pode originar vômitos histéricos, globus hystericus e anestesia ou hiperestesia da mucosa do epigástrico. Nesses casos, a doença orgânica torna-se causa eventual da neurose. As doenças febris geralmente interrompem o desenvolvimento da neurose histérica; uma hemianestesia histérica regride na presença de febre.

V. TRATAMENTO DA NEUROSE. - Esse assunto dificilmente pode ser abordado em poucas palavras. Nenhuma outra doença dispõe o médico a fazer tantos milagres ou mostrar-se tão impotente. Do ponto de vista do tratamento devem ser destacadas três tarefas: o tratamento da disposição histérica, dos ataques histéricos (histeria aguda) e dos sintomas histéricos isolados (histeria local). O

tratamento da disposição histérica proporciona ao médico uma certa liberdade de escolha dos métodos. A disposição não pode ser eliminada, mas podem-se instituir medidas profiláticas, tomando-se cuidado para que os exercícios físicos e a higiene não sejam postos de lado em benefício exclusivo do trabalho intelectual; pode-se aconselhar a não sobrecarregar de esforços o sistema nervoso; pode-se tratar a anemia ou a clorose, que parecem emprestar um apoio especial à tendência à neurose; por fim, pode-se não levar em conta a importância dos sintomas histéricos benignos. Deve-se ter a cautela de não revelar com demasiada clareza o interesse, na qualidade de médico, por sintomas histéricos de pouca gravidade, a fim de não incentivá-los. O trabalho intelectual sério, ainda que árduo, raramente causa histeria, embora, por outro lado, esse reparo crítico possa ser endereçado à educação das melhores classes da sociedade, que se empenha pelo cultivo exagerado do sentimento e da sensibilidade. Nesse sentido, os métodos das gerações anteriores de médicos (que tratavam as manifestações histéricas nos jovens como má-criação e fraqueza da vontade e os ameaçavam com castigos) não eram métodos ruins, ainda que dificilmente estivessem baseados em concepções corretas. No tratamento da neurose em crianças, a proibição autoritária pode conseguir mais resultados do que qualquer outro método. Na verdade, esse tipo de tratamento não tem êxito algum quando aplicado à histeria de adultos ou a casos graves. No tratamento de histerias agudas, nas quais a neurose constantemente produz fenômenos novos, o trabalho do médico é penoso: é fácil cometer erros, e os êxitos são raros. A primeira condição para uma intervenção bem-sucedida consiste, quase sempre, em remover o paciente de suas condições habituais e isolá-lo do círculo em que ocorreu o ataque. Essas medidas não são por si mesmas benéficas, mas possibilitam uma estrita observação médica e permitem ao médico dedicar ao paciente uma atenção cuidadosa, sem a qual jamais terá êxito no tratamento da histeria. Via de regra, um homem histérico - ou uma mulher histérica - não constitui um único membro neurótico do círculo familiar. O alarma ou o excesso de preocupação dos pais ou dos parentes só fazem aumentar a excitação ou a tendência do paciente, quando nele existe uma modificação psíquica, a exibir sintomas mais intensos. Se, por exemplo, ocorre um ataque em determinada hora, diversas vezes e sucessivamente, esse ataque será aguardado pela mãe do paciente, com regularidade, na mesma hora; ansiosamente perguntará ao filho se ele não está se sentindo mal, com isso assegurando a repetição do evento temido. São muito raros os casos em que se consegue induzir os parentes a enfrentarem os ataques histéricos de uma criança com calma e aparente indiferença; em geral, o convívio com a família deve ser substituído por um período de internação em casa de saúde e a isto os parentes geralmente oferecem maior resistência do que os próprios pacientes. No sanatório as percepções deformadas do paciente diante da segurança amável e animadora do médico e sua convicção, que logo se transferem para o paciente,

revelam que a neurose não é perigosa e pode ser curada rapidamente; a evitação de toda excitação emocional que possa contribuir para um ataque histérico; a aplicação de todo tipo de tratamentos revigorantes (massagem, faradização geral, hidroterapia) - sob todas essas influências, constata-se que as mais graves histerias agudas, que causaram ao paciente um total colapso físico e moral, dão lugar à saúde no decorrer de alguns meses. Nestes últimos anos, a chamada "cura de repouso" de Weir Mitchell (também conhecida como tratamento de Playfair) conquistou elevada e merecida reputação como método para tratamento da histeria em instituições. Ela consiste numa combinação de isolamento em absoluta tranqüilidade com aplicação sistemática de massagens e faradização geral; a assistência de uma enfermeira experiente é tão essencial como a influência constante do médico. Esse tratamento tem extraordinário valor na histeria, como a feliz combinação de "traitement moral" e de melhora no estado geral da nutrição do paciente. Não deve ser considerado, contudo, como algo sistematicamente completo em si mesmo; o isolamento, em especial, e a influência do médico permanecem sendo os agentes principais e, juntamente com a massagem e a eletricidade, os outros métodos terapêuticos não devem ser negligenciados. O melhor esquema consiste em, após quatro a oito semanas de repouso no leito, aplicar hidroterapia e ginástica, assim como encorajar ampla movimentação. No caso de outras neuroses, como, por exemplo, a neurastenia, o êxito do tratamento é muito menos seguro; baseia-se apenas no valor da alimentação abundante, na medida em que isto é possível a um aparelho digestivo neurastênico, e no valor do repouso; na histeria, o sucesso muitas vezes é extraordinário e permanente.

O tratamento dos sintomas histéricos isolados não oferece nenhuma perspectiva de êxito enquanto persiste a histeria aguda: os sintomas eliminados reaparecem ou são substituídos por outros, novos. No final, ambos, médico e paciente, se fatigam. A situação é diferente, contudo, quando os sintomas histéricos representam um resíduo da histeria aguda que findou seu curso, ou quando aparecem numa histeria crônica devido a alguma causa excitante especial, como localizações da neurose. Em princípio, nesses casos desaconselha-se a medicação interna, como também devem ser evitadas as drogas narcóticas. Prescrever uma droga narcótica em caso de histeria aguda não passa de grave erro técnico. No caso de histeria local e resistente, nem sempre é possível evitar os medicamentos internos; mas não se pode confiar em seu efeito. Este, às vezes, surge com rapidez mágica, às vezes não surge de modo algum, e parece depender da auto-sugestão do paciente ou da sua crença na sua eficácia. Ademais, podemos escolher entre iniciar o tratamento direto e o tratamento indireto da doença histérica. Este último consiste em negligenciar o problema local e visar a uma influência geral sobre o sistema nervoso, no decorrer da qual utilizamos vida ao ar livre, hidroterapia, eletricidade (de preferência mediante o

tratamento com alta-tensão), e procuramos melhorar o sangue por meio de arsenicais e medicação ferrosa. Temos ainda, no uso do tratamento indireto, que considerar a remoção de fontes de estímulos, caso exista alguma de natureza física. Assim, por exemplo, os espasmos gástricos histéricos podem ter sua origem num catarro gástrico benigno, ao passo que uma área eritematosa na laringe ou uma tumefação nos cornetos podem originar uma persistente tussis hysterica. É realmente duvidoso que as alterações nos genitais realmente constituam, com tanta freqüência, fontes de estímulo para os sintomas histéricos. Tais casos devem ser examinados com maior senso crítico. O tratamento direto consiste na remoção das fontes psíquicas que estimulam os sintomas histéricos, e isto se torna compreensível se buscarmos as causas da histeria na vida ideativa inconsciente. Consiste em dar ao paciente sob hipnose uma sugestão que contém a eliminação do distúrbio em causa. Assim, por exemplo, curamos uma tussis nervosa hysterica fazendo pressão sobre a laringe do paciente hipnotizado e assegurando-lhe que foi removido o estímulo que o faz tossir, ou curamos uma paralisia histérica do braço compelindo o paciente, sob hipnose, a mover o membro paralisado, parte por parte. O efeito até se torna maior se adotarmos um método posto em prática, pela primeira vez, por Joseph Breuer, em Viena, e fizermos o paciente, sob hipnose, remontar à pré-história psíquica da doença, compelindo-o a reconhecer a ocasião psíquica em que se originou o referido distúrbio. Esse método de tratamento é novo, mas produz curas bem-sucedidas, que, por outros meios, não são alcançadas. É o método mais apropriado para a histeria, justamente porque imita o mecanismo da origem e da cessação desses distúrbios histéricos. Isso porque muitos sintomas histéricos que resistiram a todos os tratamentos desaparecem espontaneamente sob a influência de um motivo psíquico suficiente (por exemplo, uma paralisia da mão direita desaparecerá se, numa discussão, o paciente sentir ímpetos de dar um murro no ouvido do adversário), ou sob a influência de alguma excitação moral, de um susto ou de uma expectativa (por exemplo, em um local de peregrinação), ou, por fim, quando há uma drástica alteração das excitações no sistema nervoso, após um ataque convulsivo. O tratamento psíquico direto dos sintomas histéricos ainda será considerado o melhor no dia em que o entendimento da sugestão tiver penetrado mais profundamente nos círculos médicos (Bernheim - Nancy). - Atualmente, não se pode decidir com certeza até que ponto a influência psíquica desempenha um papel em alguns outros tratamentos aparentemente físicos. Assim, por exemplo, as contraturas podem ser curadas quando se consegue efetuar um transfert por meio de um ímã. Repetindo-se os transferts, a contratura torna-se mais débil e, afinal, desaparece.

VI. RESUMO. - Para sintetizar, podemos dizer que a histeria é uma anomalia do sistema nervoso que se fundamenta na distribuição diferente das excitações, provavelmente acompanhada de excesso de estímulos no órgão da mente. Sua sintomatologia mostra que esse excesso é distribuído por meio de idéias conscientes ou inconscientes. Tudo o que modifica a distribuição das excitações no sistema nervoso pode curar os distúrbios histéricos: esses efeitos são, em parte, de natureza física e, em parte, de natureza diretamente psíquica.

APÊNDICE: HISTEROEPILEPSIA

HISTEROEPILEPSIA (em francês, *hystéroépilepsie*; em inglês, *hystero-epilepsy*; em italiano, *isteroepilessia*).

Na histeroepilepsia observam-se ataques de convulsões generalizadas, como na epilepsia. Como precursores surgem: sensação de sufocação, dificuldade de deglutir, dor de cabeça e dor no estômago, vertigem e algumas sensações peculiares de estiramento nos membros. Os pacientes caem, emitindo forte grito, e são acometidos de convulsões, sua boca espuma e suas feições ficam deformadas. As convulsões, no início, são de natureza tônica, mas, depois, são clônicas. No entanto, em geral o ataque não se instala subitamente, como sucede na epilepsia. Por um curto espaço de tempo, os pacientes procuram lutar contra as convulsões, precaver-se de lesões graves por ocasião de quedas e evitar situações perigosas. Um epilético pode até cair dentro do fogo, mas isto não acontece com os histéricos. Enquanto aquele se mostra pálido no começo do ataque e, depois, se torna cianótico, a face de um histérico mantém aproximadamente a sua cor normal. Na histeria, são raras as lesões da língua decorrentes de mordedura. Nos ataques histeroepilépticos, ocorre muitas vezes um opistótono completo; isto geralmente não ocorre na epilepsia. Durante os ataques, a consciência não desaparece completamente, a não ser nos casos mais graves. Depois do ataque, o histérico em geral se recupera imediatamente; não subsistem a tendência ao sono e a fraqueza que são observadas nos epiléticos. Por outro lado, não são raras, depois, as visões de ratos, camundongos e cobras, bem como as alucinações auditivas. Além desses ataques, nesses pacientes são encontrados todos os sintomas da histeria.

ARTIGOS SOBRE HIPNOTISMO E SUGESTÃO (1888-1892)

INTRODUÇÃO DO EDITOR INGLÊS

Após retornar de Paris a Viena, em 1886, Freud dedicou, por alguns anos, grande parte de sua atenção ao estudo do hipnotismo e da sugestão. Naturalmente, embora o assunto apareça em muitos pontos (por exemplo, nos Estudos sobre a Histeria e no necrológio de Charcot), os trabalhos escritos nesse período e diretamente referentes aos dois temas pareciam ou não existir ou estar fora de alcance, exceto o prefácio à tradução de *De la suggestion* (1888-9), de Bernheim, e o artigo sobre "Um Caso de Cura pelo Hipnotismo" (1892-3). Como se verifica, podemos agora, entre esses dois, inserir três outros trabalhos bastante extensos. Em primeiro lugar, conseguimos devolver à luz a resenha do livro de Forel sobre hipnotismo (1889a), a qual, parece, nunca foi reeditada. Os

outros dois, à sua maneira, são trabalhos recém-chegados; ambos só vieram à luz em 1963. Destes, o primeiro é realmente um velho conhecido: o artigo que tem por título "Tratamento Psíquico (ou Mental)" (1890a) que se encontra na Edição Standard Brasileira, Vol. VII, [1], IMAGO Editora, 1972. Esse artigo não foi incluído nas *Gesammelte Schriften*, mas foi editado no quinto volume das *Gesammelte Werke*, sendo atribuída a ele a data de 1905, juntamente com outros trabalhos, como os *Três Ensaio*s e o relato do caso clínico de "Dora". Foi ali classificado como uma contribuição a *Die Gesundheit*, um manual coletivo de medicina em dois volumes, de caráter semipopular. O artigo versa sobre hipnotismo e não encerra alusão sequer às descobertas de Freud, exceto uma possível e única referência imprecisa ao tratamento catártico. Sempre pareceu misterioso que Freud retrocedesse quinze anos no tempo, subitamente, em 1905. Recentemente, a explicação desse fato foi dada pelo Prof. Saul Rosenzweig, da Washington University de St. Louis. Suas investigações mostraram que a data de 1905, até há pouco tempo sistematicamente atribuída a esse trabalho, realmente era a data da terceira edição de *Die Gesundheit* - fato que os editores daquele manual deixaram de indicar. Sua primeira edição fora publicada em 1890 e já continha o artigo de Freud, tal como o temos agora. (A segunda edição surgiu em 1900.) "Tratamento Psíquico (ou Mental)", portanto, simplesmente se situa junto dos demais trabalhos de Freud publicados naquele período; de direito, deveria ter sido incluído neste volume depois da resenha de Forel. A outra novidade, pelo que sabemos, é uma revelação completa. Trata-se de um artigo sobre hipnose, com o qual Freud contribuiu para um manual médico, *Therapeutisches Lexikon*, editado por A. Bum e publicado pela primeira vez em 1891. (Saiu uma segunda edição em 1893 e uma terceira em 1900.) Nenhum vestígio da existência desse artigo seria encontrado em parte alguma, até ele ser descoberto pelo Dr. Paul F. Cranefield, editor do *Bulletin of the New York Academy of Medicine*.

A experiência clínica de Freud com o hipnotismo pode ser rastreada de modo um tanto detalhado. Em seu *Estudo Autobiográfico* (1925d), ele relata que, quando ainda era estudante, compareceu a uma exibição pública feita por Hansen, o "magnetizador", e se convenceu da autenticidade dos fenômenos da hipnose (Edição Standard Brasileira, Vol. XX, [1], IMAGO Editora, 1976). Além disso, mal tinha seus vinte anos, Freud ficou sabendo que seu futuro colaborador Breuer (um homem quase quinze anos mais velho) às vezes empregava o hipnotismo com fins terapêuticos. A essa época, entretanto, muitas sumidades médicas de Viena ainda manifestavam opiniões alarmistas ou céticas sobre o assunto. (Ver, por exemplo, os comentários de Meynert, antigo mestre de Freud,

citados na resenha de Forel, cf. em [1]. Somente quando, aos trinta anos de idade, chegou à clínica de Charcot, em Paris, foi que Freud verificou que a sugestão hipnótica era reconhecida e vinha sendo usada correntemente. A profunda impressão que isso lhe causou está evidenciada no Relatório que escreveu quando de seu regresso de Paris, em 1886 (1956a), [1], assim como em muitas outras passagens subseqüentes. Depois de se estabelecer como neurologista em Viena, tentou valer-se de diferentes métodos, como eletroterapia, hidroterapia e curas de repouso, para o tratamento das neuroses; entretanto, por fim, retornou ao hipnotismo. "Durante essas últimas semanas", escrevia ele a Fliess em 28 de dezembro de 1887, "utilizei-me da hipnose e tive uma série de pequenos, porém notáveis, êxitos." Na mesma carta, relatava que já assumira o compromisso de traduzir o livro de Bernheim sobre sugestão. Mas essa extrema rapidez não era resultado de entusiasmo, pois, numa carta a Fliess, em 29 de agosto do ano seguinte, que provavelmente acompanhava uma cópia do seu prefácio (este, com a data "agosto de 1888") ao livro de Bernheim, ele escrevia que só aceitara a tradução em meio a muita hesitação e por motivos meramente práticos (Freud, 1950a, Carta 5). A sugestão hipnótica, sem dúvida, era sua preocupação imediata; porém, mais uma vez, no Estudo Autobiográfico, *ibid.*, Vol. XX, [1], ele menciona que, "desde o princípio, usei a hipnose de uma outra maneira, diferente da sugestão hipnótica". Naturalmente, com isso estava-se referindo ao método de Breuer de usar o hipnotismo para determinar a origem dos sintomas. Existem algumas dúvidas quanto à data exata em que começou a aplicar esse novo método; contudo, por certo usou-o no caso de Frau Emmy von N., que começou a tratar em maio de 1889, ou possivelmente um ano antes. (Ver em [1] e [2].) Daí em diante, aderiu cada vez mais ao método catártico de Breuer.

Nesse ínterim, continuava o interesse de Freud pela sugestão hipnótica. A tradução da obra de Bernheim parece ter sido concluída no início de 1889. Nessa época, Freud já estava em contato com August Forel, conhecido psiquiatra suíço, cujo livro sobre hipnotismo ele resenhou em dois fascículos, em julho e novembro de 1889 (em [1]); e foi com a apresentação de Forel que (entre a publicação dos dois fascículos) fez uma visita de algumas semanas a Bernheim e Liébeault, em Nancy. O motivo para fazer tal visita, conforme nos conta (*ibid.*, Vol. XX, [1]), foi a idéia de aperfeiçoar sua técnica de hipnose. Pois o fato é que Freud não se considerava um grande adepto da arte de hipnotizar, ou então era mais sincero do que muitas pessoas para reconhecer as limitações do método. Já em 1891, quando publicou a contribuição ao dicionário médico de Bum, a qual será encontrada adiante, ele estava provavelmente consciente dessas dificuldades e, ademais, começava a se irritar com elas (em [1]). Sua irritação foi expressa novamente, logo depois, numa nota de rodapé à tradução que fez (1892-4) das

Leçons du Mardi (em [1]), de Charcot, e, ainda com maior franqueza, numa passagem do caso clínico de Miss Lucy R. nos Estudos sobre a Histeria (1895d), Edição Standard Brasileira, Vol. II, [1]-[2], IMAGO Editora, 1974. Muitos anos mais tarde, resumiria sua posição nas Cinco Lições (1910a), *ibid.*, Vol. XI, [1], IMAGO Editora, 1970: “Mas logo a hipnose passou a me desagradar.. Quando verifiquei que, apesar de todos os meus esforços, não conseguia produzir o estado hipnótico senão numa parte dos meus pacientes, decidi abandonar a hipnose...” Mas o momento adequado ainda não tinha chegado. Continuou a utilizar a hipnose não só como parte do método catártico mas também para a sugestão direta; em fins de 1892, publicou um relato minucioso de um caso desse tipo, especialmente bem-sucedido. (Ver em [1]) Além disso, no mesmo ano, fez a tradução de um segundo livro de Bernheim (1892a), embora dessa vez sem a introdução. No entanto, levou pouco tempo para que concebesse um sistema pelo qual pudesse produzir os efeitos da sugestão, sem a necessidade de colocar o paciente em estado de hipnose. O primeiro passo foi substituir o sono hipnótico por aquilo que denominou estado de “concentração” (Estudos sobre a Histeria, *ibid.*, Vol. II, [1]-[2], IMAGO Editora, 1974). A seguir, desenvolveu a “técnica da pressão” (*ibid.*, [1]-[2], [3], [4] e [5]): simplesmente exercendo pressão com suas mãos sobre a fronte do paciente, conseguia obter a informação desejada. Não está esclarecido se teria empregado esse método pela primeira vez no caso de Miss Lucy R. ou no caso de Fräulein Elisabeth von R., sendo que ambos os tratamentos começaram no final do ano de 1892. Naturalmente, esse método era utilizado apenas no tratamento catártico e não no tratamento sugestivo.

Não é possível saber com precisão a época em que Freud abandonou esses diferentes métodos. Numa conferência proferida no final de 1904 (1905a), ele declarava (*ibid.*, Vol. VII, [1], IMAGO Editora, 1972): “Ora, há uns oito anos não tenho usado a hipnose com fins terapêuticos(exceto para algumas experiências especiais)” - portanto, desde mais ou menos 1896. Talvez seja esse o período que marca o fim da “técnica da pressão”, pois, na descrição de seu método, no começo de A Interpretação dos Sonhos (1900a [1899]), *ibid.*, Vol. IV, [1], IMAGO Editora, 1972, não faz qualquer menção a semelhante contato com o paciente, embora, nessa passagem, ainda recomendasse ao paciente manter os olhos fechados. Porém, numa contribuição ao livro de Löewenfeld sobre as obsessões, na qual descrevia sua técnica (1940a), escreveu explicitamente: “Ele [Freud] nem mesmo lhes solicita que fechem os olhos e evita tocar neles, assim como evita qualquer outro procedimento que possa lembrar a hipnose” (*ibid.*, Vol. VII, [1], IMAGO Editora, 1972). Na verdade, no fim ainda restava um vestígio de hipnotismo - o “ritual que diz respeito à posição em que é efetuado o tratamento, a qual é remanescente do método hipnótico a partir do qual se desenvolveu a

psicanálise”, e que Freud pensava merecesse ser mantida por muita razões (“Sobre o Início do Tratamento”, 1913c, *ibid.*, Vol. XII, [1]-[2], IMAGO Editora, 1976). O período durante o qual Freud fez algum uso efetivo da hipnose situa-se portanto, no máximo, entre 1886 e 1896.

Naturalmente, o interesse de Freud pela teoria do hipnotismo e da sugestão durou mais tempo. Aqui havia a controvérsia com respeito a correntes que podem ser esquematicamente descritas como “Charcot versus Bernheim” - entre a opinião do Salpêtrière, segundo a qual a sugestão não passa de uma forma leve de hipnose, e a opinião da escola de Nancy, de que a hipnose era simplesmente produção da sugestão. É possível detectar sinais de vacilação na atitude de Freud relativa a esse debate. Na carta a Fliess de 29 de agosto de 1888, que já citamos e que ele remeteu imediatamente depois de redigir seu prefácio ao livro de Bernheim, Freud escrevia: “Não compartilho dos pontos de vista de Bernheim, que me parecem unilaterais, e em meu prefácio procurei defender a opinião de Charcot”. A orientação segundo a qual Freud assim procedeu pode ser depreendida do próprio prefácio em [1]. Naturalmente, isto se deu antes de sua visita a Nancy, que provavelmente o influenciou muito, de vez que, não muito tempo depois, em seu obituário de Charcot (1893f), manifestava críticas à “abordagem exclusivamente nosográfica da escola de Salpêtrière” diante dos fenômenos hipnóticos: “A limitação do estudo da hipnose aos pacientes histéricos, a diferenciação entre grande e pequeno hipnotismo, a hipótese dos três estágios da ‘grande hipnose’ e a caracterização desses estágios por fenômenos somáticos - tudo isso fez declinar o conceito dos contemporâneos de Charcot, quando Bernheim, discípulo de Liébeault, passou a elaborar a teoria do hipnotismo a partir de um fundamento psicológico mais abrangente e a fazer da sugestão o ponto central da hipnose”. (*Ibid.*, Vol. III, [1], IMAGO Editora, 1977.) No entanto, em diversas passagens Freud insistiu na imprecisão do termo “sugestão” e no fato de que o próprio Bernheim não conseguia explicar o mecanismo do processo: por exemplo, já na resenha de Forel (1889a), em [1], e também no caso clínico do “Pequeno Hans” (1909b), Edição Standard Brasileira, Vol. X, [1], IMAGO Editora, 1977, e nas Conferências Introdutórias (1916-17), *ibid.*, Vol. XVI, [1], IMAGO Editora, 1976. Retornou ao tema uma vez mais na Psicologia de Grupo (1921c), *ibid.*, Vol. XVIII, [1], IMAGO Editora, 1976, trabalho esse em que há uma série de discussões tanto sobre sugestão como sobre hipnose. E aí, numa nota de rodapé (*ibid.*, [1]), ele se afastava claramente da sua tendência anterior a apoiar os pontos de vista de Bernheim: “Parece-me que convém acentuar o fato de que as discussões contidas nesta seção nos induziram a abandonar a concepção de Bernheim sobre a hipnose e a voltar à concepção naïf [ingênu] anterior. Consoante Bernheim, todos os fenômenos hipnóticos podem ser atribuídos ao

fator da sugestão, que por si mesmo não é passível de qualquer outra explicação. Chegamos à conclusão de que a sugestão constitui manifestação parcial do estado de hipnose, e que a hipnose se fundamenta solidamente numa predisposição que sobreviveu no inconsciente desde o início da história da família humana". O tranqüilo equilíbrio dos pontos de vista de Freud a respeito dessa controvérsia foi expresso numa frase de uma carta sua a A. A. Roback, muitos anos depois, a 20 de fevereiro de 1930: "Na questão da hipnose, realmente tomei partido contra Charcot, ainda que não estivesse inteiramente a favor de Bernheim" (Freud, 1960a, 391).

A despeito de haver abandonado cedo a hipnose como método terapêutico, durante toda a sua vida Freud nunca hesitou em expressar-lhe seu sentimento de gratidão. "Nós, psicanalistas", declarou ele nas Conferências Introdutórias (1916-17), Edição Standard Brasileira, Vol. XVI, [1], IMAGO Editora, 1976, "podemos afirmar que somos seus legítimos herdeiros e não esquecemos quanto estímulo e esclarecimento teórico devemos à hipnose." E disso deu uma explicação mais específica num de seus artigos sobre técnica (1914g): "Ainda devemos ser gratos à velha técnica da hipnose por nos ter mostrado os processos psíquicos simples da análise, numa forma isolada ou esquemática. Só isto pôde nos dar a coragem de construir, no tratamento analítico, situações mais complexas, e de mantê-las claras diante de nós". (Ibid., Vol. XII, [1].)

PREFÁCIO À TRADUÇÃO DE DE LA SUGGESTION, DE BERNHEIM (1888-9)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

PREFÁCIO À TRADUÇÃO DE DE LA SUGGESTION, DE BERNHEIM

(a) EDIÇÃO ALEMÃ:

1888 Em H. Bernheim, *Die Suggestion und ihre Heilwirkung* (A Sugestão e Seus Efeitos Terapêuticos), iii-xii, Leipzig e Viena: Deuticke, (1896, 2ª ed.)

(b) TRADUÇÕES INGLÊSAS:

1946 *Int J. Psycho-Anal.*, 27 (1-2), 59-64. (Sob o título "Hypnotism and Suggestion".) (Trad. de James Strachey.)

A presente edição inglesa é uma versão consideravelmente corrigida da que foi publicada em 1950. O título francês completo do livro de Bernheim era *De la suggestion et de ses applications à la thérapeutique* (Paris: 1886; 2ª ed. 1887). Um trecho da tradução de Freud surgiu antecipadamente no *Wiener med. Wochenschrift*, 38 (26), 898-900, de 30 de junho de 1888, sob o título "Hypnose durch Suggestion" ("Hipnose pela sugestão"), e o prefácio completo de Freud, com exceção dos seus dois primeiros parágrafos, foi publicado no *Wiener med. Blätter*, 11 (38), 1189-93 e (39), 1226-8, a 20 e a 27 de setembro de 1888, tendo como título "Hypnotismus und Suggestion". Embora a página de rosto do livro consigne a data "1888", sua publicação realmente não foi completada senão em 1889, como mostra um "Pós-escrito do Tradutor" que aparece na última página: "Em decorrência de circunstâncias pessoais que atingiram o tradutor, a publicação da segunda parte [o livro tem duas partes] foi adiada alguns meses além da data prometida. Mesmo agora, provavelmente eu não teria conseguido terminá-la, não tivesse o meu prezado amigo Dr. Otto von Springer tido a grande gentileza de se encarregar da tradução de todos os casos clínicos da segunda parte, pelo que lhe expresso os meus melhores agradecimentos. Viena, janeiro de 1889". Nada se sabe a respeito do que foram essas "circunstâncias pessoais" - se foram, por exemplo, as mesmas que as "razões acidentais e pessoais" que, nessa mesma época, impediram Freud de completar seu artigo em francês sobre as paralisias orgânicas e histéricas (1893c), cf. em. [1]. Freud acrescentou somente umas poucas e breves notas do tradutor ao texto desse volume, notas que, na sua maioria, eram referências às edições alemãs de obras mencionadas por Bernheim. A única que requer atenção é citada em [1]-[2].

Em seu *Estudo Autobiográfico*, Freud mostra alguma confusão quanto à data de publicação do presente trabalho. Depois de descrever sua visita a Bernheim, em Nancy, no verão de 1889, conclui assim: "Mantive com ele muita conversas estimulantes e encarreguei-me de traduzir para o alemão seus dois trabalhos sobre a sugestão e seus efeitos terapêuticos" (Edição Standard Brasileira, Vol. XX, [1], IMAGO Editora, 1976). Na verdade, conforme vimos, esse livro já estava publicado antes de se realizar a visita. O segundo livro de Bernheim a ser traduzido por Freud - *Hypnotisme, suggestion, psychothérapie: études nouvelles* - não foi publicado em francês senão dois anos mais tarde (Paris: 1891). A

tradução de Freud veio à luz no ano seguinte, tendo como título *Neue Studien über Hypnotismus, Suggestion und Psychotherapie* (Leipzig e Viena: Deuticke). Esse livro não continha nem introdução nem notas do tradutor.

Em 1896, foi publicada uma segunda edição do primeiro dos dois volumes. Mas essa nova edição, como veremos, passara por uma revisão completa, sob a supervisão do Dr. Max Kahane, que foi um dos primeiros adeptos de Freud e que também se encarregou do segundo volume da tradução das *Leçons du Mardi*, de Charcot (ver em [1]). Nessa segunda edição, a presente introdução não foi, como se tem afirmado, abreviada, mas sim inteiramente abolida e substituída pelo breve prefácio que reproduzimos num Apêndice em [1].

PREFÁCIO À TRADUÇÃO DE *DE LA SUGGESTION*, DE BERNHEIM

Este livro já recebeu calorosa recomendação do Prof. Forel, de Zurique, e espera-se que nele os seus leitores venham a descobrir todas as qualidades que levaram o tradutor a apresentá-lo em língua alemã. Verificarão que o trabalho desenvolvido pelo Dr. Bernheim, de Nancy, proporciona uma admirável introdução ao estudo do hipnotismo (assunto que os médicos não podem mais negligenciar), que, sob muitos aspectos, é estimulante e, sob alguns outros aspectos é realmente esclarecedor e está destinado a destruir a crença de que o problema da hipnose, segundo afirma o Prof. Meynert, ainda esteja envolvido por um "halo de absurdo".

A realização de Bernheim (e de seus colegas em Nancy que trabalham segundo as mesmas diretrizes) consiste precisamente em despojar as manifestações do hipnotismo do seu mistério, correlacionando-as com fenômenos conhecidos da vida psicológica normal e do sono. Parece-me que o valor principal deste livro está na prova que ele fornece das relações que vinculam os fenômenos hipnóticos aos processos correntes da vida de vigília e do sono, e no fato de trazer à luz as leis psicológicas que se aplicam a ambos os tipos de eventos. Com isso, o problema da hipnose é inteiramente transposto para a esfera da psicologia, e a "sugestão" é erigida como núcleo do hipnotismo e chave para sua compreensão. Além disso, nos últimos capítulos, assinala-se a importância da sugestão em outras áreas além da hipnose. Na segunda parte do livro, encontram-se provas convincentes de que o uso da sugestão hipnótica proporciona ao médico um

poderoso método terapêutico, que realmente parece ser o mais adequado para combater determinados distúrbios nervosos e o mais apropriado ao mecanismo dos mesmos. Isto confere ao livro uma importância prática incomum. E sua insistência no fato de que tanto a hipnose como a sugestão hipnótica podem ser aplicadas não só aos pacientes histéricos e neuropáticos graves, mas também à maior parte das pessoas sadias, destina-se a ampliar para além do estreito círculo dos neuropatologistas o interesse dos médicos por esse método terapêutico.

O tema do hipnotismo tem tido uma recepção muitíssimo desfavorável entre os expoentes da ciência médica alemã (excluídas algumas poucas exceções, como Krafft-Ebing, Forel etc.). Ainda assim, a despeito disso, é válido expressar o desejo de que os médicos alemães venham a dirigir sua atenção para esse problema e para esse método terapêutico, pois continua sendo verdade que, em matéria científica, é sempre a experiência, e nunca a autoridade sem a experiência, que dá o veredicto final, seja a favor, seja contra. Na verdade, as objeções que até o momento temos ouvido, na Alemanha, contra o estudo e o uso da hipnose merecem atenção apenas por causa dos nomes dos seus autores, e o Prof. Forel teve pouca dificuldade em refutar, num breve ensaio [1889], toda uma infinidade de objeções dessa natureza.

Há cerca de dez anos, a opinião corrente na Alemanha ainda era a de pôr em dúvida a realidade dos fenômenos hipnóticos e procurar explicar os relatos referentes a eles como devidos a uma combinação de credulidade por parte dos observadores e simulação por parte das pessoas submetidas às experiências. Atualmente, essa posição já não é mais defensável, graças aos trabalhos de Heidenhain e Charcot, para mencionar apenas os maiores nomes dentre aqueles que deram seu irrestrito apoio à realidade do hipnotismo. Até os mais ferrenhos adversários do hipnotismo se tornaram conscientes disso e, por conseguinte, suas obras, embora ainda deixem transparecer uma nítida tendência a negar a realidade da hipnose, geralmente também incluem tentativas de explicá-la e com isso realmente reconhecem a existência desses fenômenos.

Uma outra corrente de argumentos hostis à hipnose rejeita-a como sendo perigosa para a saúde mental da pessoa e dá-lhe o rótulo de "psicose produzida experimentalmente". A prova de que a hipnose leva a resultados prejudiciais em uns poucos casos nem por isso seria um argumento decisivo contra sua utilidade geral, da mesma forma que, por exemplo, a ocorrência de casos isolados de morte por narcose pelo clorofórmio não proscreeve o uso do clorofórmio com o objetivo de obter anestesia cirúrgica. No entanto, constitui fato digno de nota que a analogia não consiga estender-se além desse ponto. O maior número de acidentes na narcose pelo clorofórmio ocorre com os cirurgiões que executam o maior número de cirurgias. Contudo, a maior parte dos relatos sobre os efeitos

nocivos da hipnose provém de observadores que trabalham muito pouco com hipnose, ao passo que todos os pesquisadores que tiveram grande experiência com a hipnose são unânimes na crença de que o método é inócuo. Portanto, a fim de evitar qualquer efeito prejudicial no uso da hipnose, tudo o que é necessário é que o procedimento seja efetuado com cuidado, de modo suficientemente seguro e em casos corretamente selecionados. Deve-se acrescentar que pouco se ganha ao se chamarem as sugestões de "idéias obsessivas" e a hipnose de "psicose experimental". Parece provável que as idéias obsessivas serão mais bem esclarecidas se comparadas com as sugestões, em vez de se proceder ao contrário. E todo aquele que se atemoriza com o termo injurioso "psicose" bem pode se perguntar se nosso sono natural também merece ser descrito como tal - se é que, na realidade, existe mesmo algo a lucrar com a transposição de termos técnicos para situações alheias às suas áreas específicas. Não, desse lado não há que temer nenhum perigo para a causa do hipnotismo. E tão logo um grande número de médicos esteja em condições de relatar observações do tipo das que se podem encontrar na segunda parte do livro de Bernheim, ficará estabelecido que a hipnose é um estado inofensivo e que induzi-la é um método "digno" de um médico.

Este livro também discute uma outra questão, que, na época atual, divide em dois campos opostos os adeptos do hipnotismo. Uma corrente, cujas opiniões Bernheim exprime nestas páginas, sustenta que todos os fenômenos do hipnotismo têm a mesma origem: isto é, surgem de uma sugestão, de uma idéia consciente, que foi introduzida, mediante uma influência externa, no cérebro da pessoa hipnotizada e por esta foi aceita como se tivesse surgido espontaneamente. Sob esse ponto de vista, todas as manifestações hipnóticas seriam fenômenos psíquicos, efeitos de sugestões. A outra corrente, pelo contrário, sustenta a opinião de que o mecanismo de pelo menos algumas das manifestações do hipnotismo se baseia em modificações fisiológicas - ou seja, em deslocamentos da excitabilidade no sistema nervoso, que ocorrem sem a participação das partes do mesmo que operam com a consciência; os adeptos dessa corrente falam, portanto, dos fenômenos físicos ou fisiológicos da hipnose.

O ponto principal dessa controvérsia é o "grand hypnotisme" ["grande hipnotismo"] - os fenômenos descritos por Charcot no caso de pacientes histéricos hipnotizados. Diferindo das pessoas normais hipnotizadas, esses pacientes histéricos, segundo se acredita, apresentam três estágios de hipnose, cada um deles distinguindo-se por sinais físicos especiais, de natureza muito marcada (tais como uma extraordinária hiperexcitabilidade neuromuscular, contraturas sonambúlicas etc.). Facilmente se compreenderá que, em relação a essa área de fatos, as diferenças de opinião há pouco delineadas devem ter uma repercussão muito importante. Se têm razão os adeptos da teoria da sugestão, todas as

observações feitas no Salpêtrière ficam invalidadas; tornam-se erros de observação. A hipnose de pacientes histéricos não teria nenhuma característica própria; mas todo médico teria a possibilidade de produzir, nos pacientes que hipnotizasse, qualquer sintomatologia que desejasse. Com o estudo do grande hipnotismo não aprenderíamos que modificações sucessivas se efetuam na excitabilidade do sistema nervoso, decorrentes de determinadas formas de intervenção; iríamos apenas aprender quais as intenções que Charcot sugeriu (de uma forma da qual nem ele tinha consciência) às pessoas submetidas a essas experiências - coisa inteiramente irrelevante para nossa compreensão da hipnose e da histeria.

É fácil verificar as demais implicações desse ponto de vista e como seria conveniente a explicação, que ela pode prometer, da sintomatologia da histeria em geral. Se a sugestão feita pelo médico falsificou os fenômenos da hipnose histérica, é bem possível que também tenha interferido na observação do resto da sintomatologia histérica: pode ter estabelecido leis que governem os ataques histéricos, as paralisias, as contraturas etc.; esses sintomas teriam na sugestão o seu único vínculo com a neurose e, como consequência, perderiam sua validade tão logo um outro médico, num outro lugar, procedesse a um exame dos pacientes histéricos. Essa inferência impõe-se com muita lógica, e de fato já foi feita. Hückel (1888) exprime sua convicção de que o primeiro "transfert" (a transferência de sensibilidade de uma parte do corpo para a parte correspondente do outro lado) feito por uma histérica foi sugerido a ela em alguma circunstância específica de sua história e que, daí em diante, os médicos continuaram constantemente a produzir pela sugestão, de forma renovada, esse sintoma pretensamente fisiológico.

Estou convencido de que esse ponto de vista será o mais bem aceito por parte daqueles que se sentem inclinados - e, atualmente, ainda são a maioria, na Alemanha - a não atentar para o fato de que os fenômenos histéricos são regidos por leis. Aqui devemos assinalar um excelente exemplo de como o descaso pelo fator psíquico da sugestão desorientou um grande observador e o levou à criação artificial e falsa de um tipo clínico, em decorrência da natureza cheia de caprichos e maleabilidade de uma neurose.

Não obstante, não há dificuldade em provar, parte por parte, a objetividade da sintomatologia da histeria. As críticas de Bernheim podem ser plenamente justificadas em relação a investigações como as que foram efetuadas por Binet e Féré; de qualquer modo, essas críticas revelar-se-ão importantes porque, em toda investigação futura da histeria e do hipnotismo, a necessidade de excluir o elemento sugestão será lembrada de modo mais consciente. Os principais pontos da sintomatologia da histeria, contudo, estão livres da suspeita de se terem

originado na sugestão de um médico. Os relatos provenientes de épocas passadas e de países distantes, que foram reunidos por Charcot e seus discípulos, não dão margem à dúvida de que as peculiaridades dos ataques histéricos, das zonas histerógenas, da anestesia, das paralisias e contraturas se têm manifestado em todos os tempos e lugares, tal como foram vistas no Salpêtrière quando Charcot efetuava sua memorável investigação dessa grande neurose. O "transfert" em particular, que parece prestar-se especialmente bem para provar que os sintomas histéricos se originam da sugestão, indubitavelmente é um processo autêntico. Vem sendo observado em casos de histeria não-influenciados: freqüentemente se encontram pacientes nos quais aquilo que sob outros aspectos é uma hemianestesia típica se interrompe justamente num órgão ou numa extremidade, e nos quais essa parte específica do corpo conserva sua sensibilidade no lado insensível, ao passo que a parte correspondente do outro lado se tornou anestesiada. Ademais, o "transfert" é um fenômeno fisiologicamente compreensível. Como ficou demonstrado por investigações feitas na Alemanha e na França, trata-se meramente do exagero de uma relação normalmente presente em partes simétricas do corpo; tanto é assim que pode ser produzido, numa forma rudimentar, em pessoas sadias. Muitos outros sintomas histéricos da sensibilidade também têm sua origem em relações fisiológicas normais, como foi brilhantemente demonstrado pelas investigações de Urbantschitsch. Esta não é a ocasião apropriada para efetuar uma justificação detalhada da sintomatologia da histeria; mas podemos aceitar a afirmação de que, na sua essência, essa sintomatologia é de natureza real, objetiva; não é forjada pela sugestão da parte do observador. Isto não significa negar que seja psíquico o mecanismo das manifestações históricas mas não se trata do mecanismo de sugestão por parte do médico.

Uma vez demonstrada a existência de fenômenos fisiológicos, objetivos, na histeria, já não há mais nenhuma razão para abandonar a possibilidade de que o "grande" hipnotismo histórico chegue a apresentar fenômenos que não se derivam da sugestão da parte do pesquisador. Se tais fenômenos de fato ocorrem, isto é uma hipótese que deve ser deixada para uma investigação à parte, que tenha esse fim em vista. Assim, cabe à escola do Salpêtrière provar que os três estágios da hipnose histórica podem ser inequivocamente demonstrados mesmo numa pessoa que vem para a experiência sem qualquer influência prévia e mesmo quando o pesquisador mantém a conduta mais escrupulosa; e, sem dúvida, tal prova não há de demorar. Pois já a descrição do grande hipnotismo apresenta sintomas que vão muito nitidamente contra a possibilidade de serem considerados psíquicos. Refiro-me ao aumento da excitabilidade neuromuscular durante o estágio letárgico. Todo aquele que tenha visto como, durante a letargia, uma leve pressão sobre um músculo (mesmo que seja um músculo facial ou um dos três músculos externos do pavilhão da orelha,

que jamais são contraídos durante a vida) consegue desencadear uma contração tônica em todo o feixe muscular em questão, ou como a pressão exercida sobre um nervo superficial consegue revelar sua distribuição terminal - qualquer pessoa que tenha visto coisas assim inevitavelmente há de supor que o efeito deve ser atribuído a causas fisiológicas, ou a um treino deliberado, e, sem hesitações, haverá de excluir a sugestão não-intencional como causa possível. Isso porque a sugestão não pode produzir algo que não esteja contido na consciência ou seja nela introduzido. Nossa consciência, no entanto, apenas toma conhecimento do resultado final de um movimento; nada sabe da ação e da distribuição anatômica dos músculos isoladamente e nada sabe da distribuição anatômica dos nervos em relação aos músculos. Num trabalho que será publicado em breve, mostrarei detalhadamente que as características das paralisias históricas se prendem a esse fato e que é por essa razão que a histeria não apresenta paralisias de músculos em separado, paralisias periféricas, nem paralisias faciais de natureza central. O Dr. Bernheim não deveria ter deixado de produzir fenômenos de hiperexcitabilidade neuromuscular por meio da sugestão; tal omissão constitui uma grave lacuna em sua argumentação contra os três estágios.

Assim, os fenômenos fisiológicos efetivamente ocorrem, pelo menos no grande hipnotismo histórico. Mas, no pequeno hipnotismo normal, que, conforme insiste apropriadamente Bernheim, tem maior importância para a nossa compreensão do problema, toda manifestação - assim se afirma - surge por meio da sugestão, por meios psíquicos. Até mesmo o sono hipnótico, ao que parece, resulta da sugestão: o sono sobrevém por causa da sugestibilidade humana normal, e por isso Bernheim sugere uma expectativa de sono. Porém, outras ocasiões há em que o mecanismo do sono hipnótico parece ser outro. Todo aquele que tenha hipnotizado com freqüência terá por vezes encontrado pessoas que só com muita dificuldade podem ser colocadas em estado de sono mediante conversa, ao passo que, pelo contrário, o mesmo resultado pode ser facilmente obtido fazendo-se com que a pessoa se fixe durante algum tempo. De fato, quem não teve a oportunidade de ver entrar em sono hipnótico um paciente que não se teve qualquer intenção de hipnotizar e que por certo não tinha nenhuma noção prévia da hipnose? Uma paciente toma seu lugar para que lhe façam um exame de olhos ou de garganta; não há nenhuma expectativa de sono, seja da parte do médico, seja da paciente; porém, mal o feixe de luz incide em seus olhos, ela já passa a dormir e, talvez pela primeira vez em sua vida, está hipnotizada. Nesse caso, certamente, poderia ser excluída qualquer ligação psíquica consciente. Nosso sono natural, que Bernheim, com tanta propriedade, compara com a hipnose, comporta-se de forma semelhante. De modo geral, provocamos o sono por sugestão, por um estado de preparação mental e pela expectativa do sono; algumas vezes, porém, ele se instala sem qualquer ingerência de nossa parte, como resultado da condição fisiológica da fadiga. De igual modo, quando as

crianças são ninadas para dormir, ou quando os animais são hipnotizados ao serem mantidos numa posição fixa, dificilmente se pode dizer que a causa seja psíquica. Assim, chegamos à posição adotada por Preyer e Binswanger na Realencyclopädie de Eulenburg; no hipnotismo existem fenômenos tanto psíquicos como fisiológicos, e a hipnose pode ser realizada de uma forma ou de outra. Realmente, na descrição do próprio Bernheim para suas hipnoses, há inequivocamente um fator objetivo, independente da sugestão. É com lógica que Jendrassik (1886) insiste em que, se não fosse assim, a hipnose assumiria uma aparência diferente, de acordo com a individualidade de cada experimentador; seria impossível compreender por que o aumento da sugestionabilidade haveria de seguir uma seqüência uniforme, por que o sistema muscular invariavelmente seria influenciado somente em direção à catalepsia, e assim por diante.

Contudo, devemos concordar com Bernheim em que a divisão dos fenômenos hipnóticos em fenômenos fisiológicos e fenômenos psíquicos deixa muito a desejar: precisa-se urgentemente de um elo que vincule as duas espécies de fenômenos. A hipnose, seja ela produzida de uma forma ou de outra, é sempre a mesma e mostra os mesmos aspectos. A sintomatologia da histeria, sob muitos aspectos, sugere um mecanismo psíquico, embora este não precise ser necessariamente o mecanismo da sugestão. E, por fim, a sugestão possui uma vantagem sobre os fenômenos fisiológicos, de vez que seu modo de atuação é incontestável e relativamente claro, ao passo que não temos maior conhecimento das influências mútuas da excitabilidade nervosa, da qual derivam os fenômenos fisiológicos. Nos comentários que se seguem, espero poder dar algumas indicações do elo de ligação entre os fenômenos psíquicos e fisiológicos da hipnose, que estamos pesquisando.

Em minha opinião, o uso cambiante e ambíguo da palavra "sugestão" confere a essas antíteses uma exatidão enganadora, que de fato não existe. Vale a pena refletir sobre o que é que legitimamente podemos chamar de "sugestão". Sem dúvida, alguma espécie de influência psíquica está implícita nesse termo; e eu gostaria de apresentar o ponto de vista de que o elemento que distingue uma sugestão de outros tipos de influência psíquica, como dar uma ordem ou fornecer uma informação ou orientação, é que, no caso da sugestão, é despertada no cérebro de outra pessoa uma idéia que não é examinada quanto à sua origem, mas que é aceita como originada espontaneamente no cérebro dessa pessoa. Exemplo clássico de uma sugestão desse tipo ocorre quando o médico diz a uma pessoa hipnotizada: "Seu braço deve permanecer na posição em que o coloquei" e com isto se instala o fenômeno da catalepsia; ou então, quando o médico levanta o braço do paciente vezes seguidas, repetidamente, depois de o braço ter caído, e com isso faz o paciente supor que o médico deseja que o braço seja mantido elevado. Mas, em outras ocasiões, falamos de sugestão quando o

mecanismo do processo evidentemente é um mecanismo diferente. Por exemplo, em muitas dentre as pessoas hipnotizadas, a catelepsia se instala sem que se opere qualquer interferência: o braço que foi levantado permanece levantado espontaneamente, ou então a pessoa mantém inalterada a postura em que iniciou o sono, a menos que haja alguma interferência. Bernheim chama de sugestão também a esse resultado, dizendo que a própria postura sugere a sua manutenção. Nesse caso, contudo, o papel desempenhado pela situação fisiológica da pessoa, que rejeita qualquer impulso no sentido de modificar sua postura, é maior do que nos primeiros casos. A diferença entre uma sugestão diretamente psíquica e uma sugestão indireta (fisiológica) talvez possa ser vista com maior clareza mediante o seguinte exemplo. Se eu disser a uma pessoa: "Seu braço direito está paralisado; você não pode movê-lo", estarei fazendo uma sugestão diretamente psíquica. Em vez disso, Charcot dá uma leve pancada no braço da pessoa, ou lhe diz: "Olhe para essa cara horrível! Dê um murro nela!"; a pessoa dá o murro, e [em ambos os casos] seu braço cai paralisado. Nesses dois [últimos] casos, um estímulo externo produziu, inicialmente, uma sensação de dolorosa exaustão no braço; e com isso, em troca, espontânea e independentemente de qualquer intervenção por parte do médico, a paralisia foi sugerida - se é que aqui ainda se pode aplicar tal expressão. Em outras palavras, trata-se, nesses casos, não tanto de sugestões, como de estimulação às auto-sugestões. E estas, como qualquer pessoa pode verificar, encerram um fator objetivo, independente da vontade do médico, e revelam uma conexão entre diferentes estados de inervação ou excitação no sistema nervoso. São as auto-sugestões dessa natureza que levam à produção de paralisias histéricas espontâneas, e é uma tendência para tais auto-sugestões, mais do que a sugestionabilidade em relação ao médico, que caracteriza a histeria. E aquela não parece de modo algum ter semelhanças com esta.

Não necessito insistir no fato de que também Bernheim trabalha, em grande medida, com sugestões indiretas dessa ordem - isto é, com estimulações à auto-sugestão. Seu método de produzir o sono, conforme descrito nas primeiras páginas deste livro, é essencialmente um método misto: a sugestão abre vigorosamente as portas que de fato se estão abrindo lentamente por auto-sugestão.

As sugestões indiretas, nas quais uma série de elos intermediários, originários da própria atividade da pessoa, são inseridos entre o estímulo externo e o resultado, são, não obstante, processos psíquicos; contudo, não estão mais expostas à plena luz da consciência, que incide sobre as sugestões diretas. Pois estamos muito mais habituados a voltar nossa atenção para as percepções externas do que para os processos internos. As sugestões indiretas ou as auto-sugestões, por conseguinte, podem ser igualmente descritas como fenômenos

fisiológicos ou psíquicos, e o termo "sugestão" tem o mesmo significado que o recíproco despertar de estados psíquicos segundo as leis da associação. O fechamento dos olhos leva ao sono porque está ligado ao conceito de sono na medida em que é um de seus acompanhamentos mais regulares: um componente das manifestações do sono sugere as demais manifestações, que completam o fenômeno como um todo. Essa vinculação faz parte da natureza do sistema nervoso e não advém de alguma ação arbitrária do médico; não pode ocorrer a não ser que esteja baseada em modificações na excitabilidade das regiões cerebrais relevantes, na inervação dos centros vasomotores etc. e apresenta igualmente um aspecto psicológico e um aspecto fisiológico. Tal como acontece em qualquer interligação de estados do sistema nervoso, esta permite a passagem [de excitação] numa direção diferente. A idéia de sono pode produzir sensações de fadiga nos olhos e nos músculos e o correspondente estado nos centros nervosos vasomotores; ou, por outro lado, o estado do aparelho muscular ou um impacto sobre os nervos vasomotores podem despertar a pessoa que dorme, e assim por diante. Tudo o que se pode dizer é que seria tão unilateral considerar somente o aspecto psicológico do processo quanto atribuir toda a responsabilidade dos fenômenos da hipnose à inervação vascular.

De que modo isso afeta a antítese entre os fenômenos psíquicos e fisiológicos da hipnose? Havia nela um significado enquanto, por sugestão, entendia-se uma influência psíquica diretamente exercida pelo médico, que impunha à pessoa hipnotizada qualquer sintomatologia que desejasse. Mas tal significado desaparece tão logo se percebe que mesmo a sugestão só desencadeia determinados grupos de manifestações fundamentadas nas peculiaridades funcionais do sistema nervoso hipnotizado, e que, na hipnose, também se fazem presentes outras características do sistema nervoso, além da sugestibilidade. Poder-se-ia, ademais, questionar se todos os fenômenos da hipnose têm de passar, em algum lugar, pela esfera psíquica; em outras palavras - pois a questão não pode ter outro sentido -, se as mudanças de excitabilidade que ocorrem na hipnose invariavelmente afetam apenas a região do córtex cerebral. Formulando a questão sob essa outra forma, parece que encontramos sua resposta. Não se justifica estabelecer um contraste como o que aqui se estabeleceu entre o córtex cerebral e o resto do sistema nervoso; é improvável que uma modificação funcional tão profunda no córtex do cérebro possa ocorrer sem ser acompanhada por mudanças importantes na excitabilidade das demais partes do cérebro. Não temos critério algum que nos possibilite estabelecer uma distinção exata entre um processo psíquico e um processo fisiológico, entre um ato que ocorre no córtex cerebral e um ato que ocorre na substância subcortical; isso porque a "consciência", o que quer que isto seja, não está ligada a toda atividade do córtex cerebral, e não está sempre ligada em igual grau a qualquer de suas atividades em particular; não é algo que esteja em conexão com alguma região do sistema

nervoso. Portanto, parece-me que não pode ser aceita, nessa formulação genérica, a questão de saber se a hipnose exhibe fenômenospsíquicos ou fisiológicos; e parece-me que a decisão, no caso de cada fenômeno em particular, deve ser tomada com base numa investigação especial.

Nesse sentido, sinto-me justificado ao dizer que, enquanto, de um lado, o trabalho de Bernheim vai além da área da hipnose, de outro lado ele deixa de levar em conta uma parte do seu tema. Todavia, é de esperar que também os leitores alemães de Bernheim venham agora a ter a oportunidade de reconhecer quão esclarecedora e importante é a sua contribuição, pelo fato de descrever o hipnotismo a partir do ponto de vista da sugestão. VIENA, agosto de 1888

APÊNDICE: PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO ALEMÃ (1896)

A primeira edição alemã deste livro tinha um prefácio do tradutor que hoje se tornou desnecessário reimprimir. A situação da ciência que vigorava na época em que surgiu a tradução de Suggestion, de Bernheim, sofreu modificações fundamentais na atualidade. Silenciou a dúvida a respeito da realidade dos fenômenos hipnóticos; cessou o anátema que então, inexoravelmente, recaía sobre todo neuropatologista que considerasse essa área de fenômenos importante e merecedora de uma investigação séria. Não foi pequeno o mérito deste livro, em si mesmo, ao defender, de modo extraordinariamente convincente e vigoroso, a causa do hipnotismo científico.

Quando se tornou clara a necessidade de, uma segunda vez, tornar acessível aos leitores de língua alemã essa obra fundamental do médico de Nancy, o organizador e o editor, em concordância com o autor, decidiram eliminar do livro capítulos que continham apenas casos clínicos e relatos de tratamentos. Eles não puderam deixar de reconhecer que não era precisamente nesses capítulos que estava a força da obra de Bernheim. Herr Dr. Kahane teve então a gentileza de se encarregar, em lugar deste que subscreve o presente prefácio, da tarefa de revisar a nova edição em francês.

No que se refere ao conteúdo do prefácio à primeira edição, o tradutor gostaria apenas de repetir um comentário, ao qual se mantém tão fiel hoje como naquela

época. O que ele acha que falta nas proposições de Bernheim é a opinião segundo a qual a "sugestão" (ou melhor, a efetivação de uma sugestão) é um fenômeno psíquico patológico que requer condições especiais prévias para que possa realizar-se. Não é necessário pôr em xeque essa opinião confrontando-a com a freqüência e com facilidade do fenômeno da sugestão, nem com o importante papel que ela desempenha na vida quotidiana. No livro de Bernheim, a constatação dessas últimas circunstâncias enquanto fatos ocupa tanto espaço que ele descarta de examinar o problema psicológico de quando e por que os métodos normais de influência psíquica entre os seres humanos podem ser substituídos pela sugestão. E, enquanto explica mediante a sugestão todos os fenômenos do hipnotismo, a própria sugestão permanece inteiramente inexplicada e é obscurecida por uma demonstração de que não necessita de explicação. Sem dúvida, essa lacuna foi observada por todos os pesquisadores que seguiram Forel na busca de uma teoria psicológica da sugestão.

DR. SIGM. FREUD

VIENA, junho de 1896

RESENHA DE HIPNOTISMO, DE AUGUST FOREL (1889)

RESENHA DE DER HIPNOTISMUS, DE AUGUST FOREL

(a) EDIÇÃO ALEMÃ:

1889 Wiener med. Wochensch., 39 (28), 1097-1100 e (47), 1892-6 (13 de julho e 23 de novembro).

Parece que o original alemão jamais foi reeditado; esta tradução (de James Strachey) é a primeira versão para a língua inglesa.

O título completo do livro de Forel era Der Hypnotismus, seine Bedeutung und seine Handhabung (O Hipnotismo, Sua Significação e Seu Manejo). Seu autor (1848-1931), nessa época, era professor de psiquiatria em Zurique e gozava de enorme reputação. Seus escritos posteriores sobre temas sociológicos (e sobre a história natural das formigas) foram muito lidos. Embora no final viesse a criticar acerbamente a psicanálise, foi ele quem apresentou Freud a Bernheim. Freud visitou Nancy durante o verão de 1889, entre a publicação das duas partes desta resenha. (Cf. a Introdução do Editor Inglês, em [1])

I

Esta obra do conceituado psiquiatra de Zurique, com apenas 88 páginas, é a ampliação de um artigo sobre a importância forense do hipnotismo, publicado em 1889 na *Zeidchrift für die gesamte Strafrechtswissenschaft* [Revista de Penologia Geral], 9, 131. Sem dúvida, ocupará um lugar de destaque, por muitos anos, na bibliografia alemã sobre hipnotismo. Conciso, com a forma quase de um catecismo, expresso em linguagem muito clara e decidida, cobre toda a área de fenômenos e problemas compreendidos no título "teoria do hipnotismo"; de maneira feliz, estabelece uma distinção entre fatos e teorias; nunca lhe falta a abordagem séria que se exige de um médico empenhado em investigação minuciosa; e, no seu todo, evita o tom pomposo que é tão despropositado numa discussão científica. Somente num ponto a exposição de Forel torna-se entusiástica o bastante para declarar que "a descoberta da importância psicológica da sugestão, levada a efeito por Braid e Liébeault, é, segundo minha opinião, tão magnífica que pode ser comparada com as maiores descobertas, ou melhor, revelações do espírito humano". Todo aquele que achar esse comentário uma flagrante supervalorização da hipnose deve adiar seu julgamento definitivo até que os próximos anos tenham deixado claro quantas revoluções teóricas e práticas - que a hipnose promete desencadear - podem realmente resultar dela. Ao mencionar os obscuros problemas limítrofes ao hipnotismo (transmissão de pensamento etc.) com que se ocupa atualmente o "espiritualismo", Forel mostra uma reserva realmente científica. É impossível compreender por que um autorizado cientista desta cidade, diante de um auditório científico, qualificou o autor desta obra como "Forel, o sulista", confrontando-o com um adversário da hipnose supostamente "mais nortista", como modelo de uma forma mais comedida de pensar. Ainda que fosse menos deselegante procurar abordar as opiniões sobre assuntos científicos, emitidas por cientistas ainda vivos, tomando como base a nacionalidade ou o país de origem desses cientistas, e mesmo que o Prof. Forel não tivesse tido a sorte de nascer e ser educado na latitude de quarenta e seis graus Norte, não haveria justificativa para concluir, do presente trabalho, que seu autor tem o costume de deixar que suas emoções lhe tirem a lógica.

Pelo contrário, este breve estudo é o trabalho de um médico sério, que veio a conhecer o valor e a importância da hipnose a partir de sua rica experiência própria e tem o direito de exclamar aos "zombadores e incrédulos": "Provem antes de julgar!" E temos de concordar com ele quando diz: "A fim de formar um julgamento acerca do hipnotismo, é preciso que se tenha praticado o hipnotismo

por experiência própria”.

Realmente, há numerosos adversários da hipnose que formaram seu julgamento de um modo mais apressado. Não puseram à prova o novo método terapêutico e não o empregaram imparcial e cuidadosamente, como se procederia, por exemplo, com uma droga recentemente recomendada; rejeitaram a hipnose a priori, e agora a ausência de conhecimentos dos valiosos efeitos terapêuticos desse método não os autoriza, seja qual for o seu fundamento, a manifestar tão cáusticas e injustificadas expressões de antipatia à hipnose. Exageram enormemente os perigos da hipnose, passam a destruí-la sistematicamente e, diante da abundância de relatos de cura pela hipnose, que já não podem ser relegadas ao descaso, reagem com esses pronunciamentos oraculares: “As curas nada provam, elas mesmas exigem prova”. Tendo em conta a violência de sua oposição, não é de admirar que acusem os médicos que consideram seu dever usar a hipnose para beneficiar seus pacientes de terem motivos insinceros e formas de pensar não-científicas - acusações que devem ser excluídas de uma discussão científica, sejam elas apresentadas publicamente, sejam veiculadas de modo mais ou menos disfarçado. Quando entre esses adversários encontram-se homens como Hofrat Meynert, homens que, por seus escritos, adquiriram grande autoridade, e quando essa autoridade, sem nem sequer ser posta em dúvida, se estende, pelo consenso tanto dos médicos como do público leigo, a todos os seus pronunciamentos, então sem dúvida é inevitável que daí resulte algum dano para a causa do hipnotismo. Para a maioria das pessoas, é difícil supor que um cientista que teve grande experiência em certas áreas da neuropatologia e deu provas de grande agudeza de espírito não possa qualificar-se para ser citado como autoridade em outros problemas; e o respeito à grandeza, particularmente à grandeza intelectual, certamente está entre as melhores características da natureza humana. Mas é necessário ter o devido respeito pelos fatos. Não há por que recuar dizer isso francamente, quando se trata de colocar de lado a dependência que se tinha em relação a uma autoridade, em favor da opinião própria, formada a partir do estudo dos fatos.

Todo aquele que, tal como o autor desta resenha, alcançou um julgamento independente nos assuntos referentes à hipnose, haverá de se consolar com a reflexão de que qualquer ofensa à reputação da hipnose, feita dessa maneira, só pode ser uma ofensa limitada tanto no tempo como no espaço. O movimento que procura introduzir o tratamento sugestivo no estoque terapêutico da medicina já triunfou em outros países e, no final, alcançará seu objetivo também na Alemanha (e em Viena). Todo médico que se disponha a examinar os fatos com isenção será levado a tomar uma atitude menos desfavorável quando verificar que as supostas vítimas da terapia hipnótica sofrem menos, depois do

tratamento, e podem executar suas funções melhor do que o faziam antes - e é este o caso dos meus próprios pacientes, como posso afirmar. Algumas experiências mostrarão a eles que toda uma série de censuras à hipnose aplica-se não à hipnose, em particular, mas sim à nossa terapia em geral, e pode, na verdade, ser mais justificadamente dirigida contra determinados métodos que todos nós usamos na prática do que contra a hipnose. Como médicos, descobrirão que é impossível não utilizar a hipnose e deixar que seus pacientes sofram, quando podem aliviá-los mediante o uso inócuo da influência psíquica. Serão obrigados a dizer a si mesmos que a hipnose não perde nada de sua inocuidade nem de seu valor curativo quando a denominam "loucura artificial" ou "histeria artificial", do mesmo modo que a carne não perde nem um pouco seu gosto nem seu valor nutritivo só porque a ira dos vegetarianos a denuncia como "carniça".

Esqueçamos por um momento que conhecemos, por nossa experiência, os efeitos da hipnose; perguntemo-nos que efeitos prejudiciais esperaríamos, a priori, resultassem dela. O tratamento hipnótico, em primeiro lugar, consiste em induzir um estado hipnótico e, em segundo, em veicular uma sugestão à pessoa hipnotizada. Qual desses dois atos se supõe seja prejudicial? Promover a hipnose? Mas a hipnose, quando tem seu mais pleno êxito, nada mais é do que o sono comum, coisa tão conhecida de todos nós, embora, sob muitos aspectos, sem dúvida ainda não a compreendamos; e, por outro lado, quando menos completamente desenvolvida, a hipnose corresponde às diferentes fases do processo do adormecer. É verdade, que, no sono, perdemos nosso equilíbrio psíquico, e a atividade de nosso cérebro durante o sono é uma atividade desordenada que, em muitos aspectos, lembra a loucura; esta analogia, contudo, também não impede que despertemos do sono com renovada força mental. Se fôssemos seguir as opiniões de Meynert acerca dos efeitos prejudiciais da redução da atividade cortical e da origem que ele atribui à euforia hipnótica, nós, médicos, realmente teríamos toda a razão para manter as pessoas insones. Até agora, porém, as pessoas ainda preferem dormir, e não temos por que recear que os perigos da terapia hipnótica se situem no ato de hipnotizar. Comunicar uma sugestão seria o fator prejudicial? Isto é impossível, pois é ato notório que os ataques da oposição de modo algum são dirigidos contra a sugestão. Como se sabe, o uso da sugestão tem sido uma coisa familiar aos médicos, desde épocas imemoriais: "Todos nós estamos dando sugestões constantemente", dizem eles; e, realmente, um médico - mesmo que não pratique a hipnose - nunca se sente mais satisfeito do que depois de haver recalçado um sintoma da atenção de um paciente mediante o poder de sua personalidade e influência de suas palavras - e de sua autoridade. Por que não deveria então o médico procurar exercer sistematicamente a influência que sempre lhe parece tão desejável quando nela tropeça inadvertidamente? Entretanto, talvez seja a sugestão, de qualquer modo, o elemento passível de objeções: a repressão de uma personalidade livre pelo

médico, que ao mesmo tempo conserva um poder de direção sobre o cérebro adormecido em sono artificial. É deveras interessante ver os mais ardorosos deterministas defendendo, de repente, o periclitante "livre-arbítrio pessoal" e constatar que os psiquiatras que estão habituados a sufocar a "atividade mental de livre aspiração" de seus pacientes com grandes doses de brometos, morfina e hidrato de cloral passem a acusar a influência da sugestão como coisa degradante tanto para o paciente como para o médico. Será então realmente possível esquecer que a repressão da independência de um paciente pela sugestão da hipnose é sempre apenas uma repressão parcial; que ela visa aos sintomas de uma doença; que (como foi mostrado uma centena de vezes) toda a educação social dos seres humanos se baseia numa repressão de idéias e motivações impróprias e na sua substituição por outras melhores; e que, diariamente, a vida produz em todas as pessoas efeitos psíquicos que, ainda que as atinjam no seu estado de vigília, nelas produzem modificações muito mais intensas do que aquelas produzidas pela sugestão do médico que tenta eliminar uma idéia penosa ou angustiante, usando a eficácia de uma contra-idéia? Não. Não há nada de perigoso na terapia pela hipnose; apenas o seu mau uso é que pode ser perigoso; e todo aquele que, na qualidade de médico, não confiar no escrúpulo ou retidão de sua intenção de evitar esse mau uso, agirá acertadamente mantendo-se à distância desse método terapêutico novo.

No que concerne à avaliação pessoal dos médicos que têm a coragem de utilizar a hipnose como medida terapêutica antes que a onda da moda a torne obrigatória, o autor desta resenha é de opinião de que é conveniente ter certa tolerância para com a freqüente intolerância dos grandes homens. Por isso, não lhe parece aconselhável, ou matéria digna de algum interesse para um círculo mais amplo, investigar aqui as razões que levaram o Hofrat Maynert a apresentá-lo [o resenhista], bem como a parte da história de sua vida, aos leitores de seu artigo sobre as neuroses traumáticas.

O autor desta resenha julga mais importante falar a favor da hipnose para aqueles que se habituaram a deixar que seu julgamento sobre matérias científicas seja determinado por uma grande autoridade, e que talvez a isto tenham sido levados por uma correta percepção da inadequação do seu próprio discernimento. Propõe-se fazê-lo, confrontando com a resistente autoridade de Meynert, outros cientistas que se mostraram mais receptivos à hipnose. Lembra que, entre nós, foi o Prof. H. Obersteiner quem primeiro deu impulso ao estudo científico da hipnose e que um psiquiatra e neurologista tão conceituado como o Prof. Krafft-Ebing (recente aquisição de nossa Universidade) pronunciou-se irrestritamente a favor da hipnose e a utiliza em sua prática médica com os melhores resultados. Ver-se-á que esses nomes satisfarão também àqueles que são desprovidos de opinião, que sua confiança exige das autoridades científicas o

preenchimento de determinadas condições, tais como nacionalidade, raça e latitude geográfica, e cuja confiança acaba nos postos de fronteira de sua terra natal.

Todos os outros que são receptivos à autoridade científica, mesmo que proveniente de fora de sua terra natal, incluirão também o Prof. Forel entre os homens cuja defesa da hipnose pode tranquilizá-los quanto à suposta ilegitimidade e desmerecimento desse método de tratamento. O autor desta resenha, em particular, quando se defrontou com os ataques de Meynert, sentiu que, apoiando a hipnose, estava em boa companhia. O Prof. Forel é uma prova de que um homem pode ser um notável anatomista do cérebro e, não obstante, enxergar na hipnose algo mais do que um absurdo. Também não pode ser-lhe negada a qualificação de "um médico de rigorosa formação em fisiologia" - que o Hofrat Meynert muito amavelmente atribuiu ao passado deste que escreve esta resenha; e assim como o autor desta resenha retornou da iniquidade de Paris em estado corrompido, uma visita a Bernheim, em Nancy, constituiu para o Prof. Forel o ponto de partida da nova atividade a que devemos este excelente trabalho.

II

Nas partes iniciais deste livro, Forel procura, na medida do possível, estabelecer uma distinção entre "fatos, teorias, conceitos e terminologia".

O fato principal do hipnotismo consiste na possibilidade de colocar uma pessoa num estado especial da mente (ou, mais precisamente, do cérebro), que se assemelha ao sono. Esse estado é conhecido como hipnose. Um segundo conjunto de atos consiste na maneira como esse estado é produzido (e encerrado). Isto parece ser possível de três modos: (1) pela influência psíquica que uma pessoa exerce sobre outra (sugestão), (2) pela influência (fisiológica) de determinados métodos (fixação), por ímãs, pela mão do hipnotizador etc. e (3) pela auto-influência (auto-sugestão). No entanto, apenas o primeiro desses métodos está estabelecido: a produção por idéias - sugestão. Em nenhuma das outras formas de produzir a hipnose parece possível excluir a ação da sugestão, de uma ou de outra forma.

Um terceiro grupo de fatos diz respeito à conduta da pessoa hipnotizada. Quando a pessoa está sob hipnose, é possível exercer, pela sugestão, os mais amplos efeitos sobre quase todas as funções do sistema nervoso e, entre elas, sobre aquelas atividades cuja dependência com relação aos processos que ocorrem no cérebro é geralmente estimada como bastante reduzida. O fato de a

influência do cérebro sobre as funções orgânicas poder tornar-se mais intensa sob hipnose do que no estado de vigília certamente se harmoniza pouco com as teorias dos fenômenos hipnóticos que procuram considerá-los como "depressores da atividade cortical", uma espécie de imbecilidade experimental. Existem, contudo, muitas outras coisas, além dos fenômenos hipnóticos, que não se harmonizam com essa teoria, a qual procura compreender quase todos os fenômenos da atividade cerebral por meio do contraste entre "cortical" e "subcortical" e parece chegar ao ponto de localizar o princípio do "mal" nas partes subcorticais do cérebro.

Outros fatos inquestionáveis são a dependência da atividade mental da pessoa hipnotizada em relação à do hipnotizador e a produção daquilo que se conhece como efeitos "pós-hipnóticos" na pessoa hipnotizada - isto é, a determinação de atos psíquicos que só são executados muito tempo depois de cessada a hipnose. Por outro lado, há toda uma série de afirmativas que relatam as mais interessantes atividades executadas pelo sistema nervoso (clarividência, sugestão mental etc.), mas que, atualmente, não podem ser arroladas como fatos; e embora um exame científico dessas afirmações não deva ser recusado, deve-se ter em mente que um esclarecimento satisfatório das mesmas envolve as maiores dificuldades.

Para explicar os fenômenos da hipnose foram propostas três teorias fundamentalmente diferentes. A mais antiga destas, que ainda denominamos teoria de Mesmer, supõe que, no ato de hipnotizar, um material imponderável - um fluido - passa do hipnotizador para o organismo hipnotizado. Mesmer chamava esse agente de "magnetismo". Sua teoria tornou-se tão estranha à nossa forma de pensamento científico contemporâneo que pode ser considerada eliminada. Uma segunda teoria, somática, explica os fenômenos hipnóticos com base nos reflexos medulares; considera a hipnose um estado fisiológico modificado do sistema nervoso, causado por estímulos externos (impacto da mão, fixidez da atividade sensorial, adução de ímãs, aplicação de metais etc.). Afirma que os estímulos desse tipo só têm efeito "hipnogênico" quando há uma disposição peculiar do sistema nervoso e, portanto, só os neuropatas (especialmente os histéricos) são hipnotizáveis. Despreza a influência das idéias na hipnose e descreve uma série típica de modificações puramente somáticas que podem ser observadas durante o estudo hipnótico. Como se sabe, é a grande autoridade de Charcot que apóia essa concepção exclusivamente somática da hipnose.

Forel, no entanto, posiciona-se inteiramente segundo uma terceira teoria - a teoria da sugestão, criada por Liébeault e seus discípulos (Bernheim, Beaunis, Liégeois). Segundo essa teoria, todos os fenômenos da hipnose constituem efeitos psíquicos, efeitos de idéias que, intencionalmente ou não, são provocadas na pessoa hipnotizada. O estado de hipnose, como tal, é produzido não por estímulos externos, mas por uma sugestão; não é exclusivo dos neuropatas e pode ser conseguido, sem muita dificuldade, na grande maioria das pessoas sadias. Em resumo, "o conceito de hipnotismo, tão mal definido até agora, deve equivaler ao conceito de sugestão". Deve ficar reservado à decisão de uma crítica mais aprofundada saber se o conceito de sugestão realmente é menos mal definido que o conceito de hipnotismo. Aqui é necessário apenas assinalar que um médico que deseja estudar a hipnose e, a respeito dela, formar uma opinião, indubitavelmente deverá adotar, em princípio, a teoria da sugestão. Pois será capaz de se convencer da correção dos postulados da escola de Nancy, a qualquer tempo, com seus próprios pacientes, ao passo que provavelmente terá poucas condições de confirmar por sua própria observação os fenômenos descritos por Charcot como "grande hipnotismo", os quais parecem ocorrer somente em alguns portadores de grande hystérie.

A segunda parte do livro trata da sugestão; com admirável concisão e uma capacidade de descrição magistral e penetrante, cobre toda a área dos fenômenos psíquicos que foram observados em pessoas sob hipnose. A chave para a compreensão da hipnose é dada pela teoria do sono normal (ou melhor, do adormecer normal), de Liébeault, segundo a qual a hipnose se distingue somente pela inserção do relacionamento entre a pessoa hipnotizada e a pessoa que a faz adormecer. Dessa teoria infere-se que toda pessoa é hipnotizável e que, para não se promover a hipnose, é necessária a presença de obstáculos especiais. Examina-se a natureza desses obstáculos (um desejo demasiadamente intenso de ser hipnotizado, tanto quanto uma grande resistência intencional, e assim por diante), discutem-se os graus de hipnose e se estuda a relação entre o sono sugerido e os outros fenômenos da hipnose, quase sempre em completo acordo com Bernheim, cuja obra categorizada sobre a sugestão parece ter encontrado amplo círculo de leitores em sua tradução alemã. Os parágrafos sobre os efeitos da sugestão sob hipnose são igualmente apresentados sob a forma de excertos de Bernheim, mas são invariavelmente ilustrados com exemplos provenientes da experiência do próprio autor. Forel apresenta-os com esta frase: "Por meio da sugestão sob hipnose, é possível produzir, influenciar, impedir (inibir, modificar, paralisar, ou estimular) todos os fenômenos subjetivos conhecidos da mente humana e uma grande parte das funções objetivamente conhecidas do sistema nervoso" - isto é, influenciar as funções sensitivas e motoras do corpo, determinados reflexos e processos vasomotores (a ponto mesmo de causar bolhas!) e, na esfera psíquica, influenciar sentimentos,

instintos, memória, atividade volitiva e assim por diante. Todo aquele que já tenha acumulado algumas experiências pessoais com o hipnotismo há de se lembrar da impressão que lhe causou o fato de, pela primeira vez, poder exercer sobre a vida psíquica de uma outra pessoa aquilo que até então tinha sido uma influência inimaginável, e de poder efetuar com uma mente humana uma experiência que, de tal forma, normalmente só é possível executar no corpo de um animal. É verdade que essa influência apenas raramente se efetua sem resistência da parte da pessoa hipnotizada. Esta não é um simples autômato; muitas vezes, empreende uma luta contra a sugestão, e por sua própria atividade cria "auto-sugestões" - termo que, aliás, apenas parece enriquecer o conceito de "sugestão", mas que, estritamente falando, é uma ab-rogação do mesmo.

São da maior importância as discussões que se seguem, referentes aos fenômenos pós-hipnóticos - sugestões destinadas a produzir seu efeito após um tempo-limite fixado - e a sugestão em estado de vigília - grupo de fenômenos cujo estudo já trouxe as mais valiosas conclusões acerca dos processos psíquicos normais dos seres humanos, embora sua interpretação ainda esteja sujeita a alguma controvérsia. Se o trabalho de Liébeault e seus discípulos não tivesse produzido nada além do conhecimento desses fenômenos notáveis - embora, ao mesmo tempo, sejam fenômenos do dia-a-dia - e do enriquecimento da psicologia por um novo método experimental, esse trabalho, mesmo excetuando qualquer alcance prático, já teria assegurado um lugar de destaque entre as descobertas científicas deste século. O pequeno livro de Forel contém toda uma série de comentários e conselhos oportunos sobre a aplicação prática do hipnotismo, os quais impõem a mais integral admiração do autor. Só um médico que associa o mais completo domínio do seu difícil tema a uma firme convicção da importância deste pode escrever dessa maneira. A técnica do hipnotismo não é tão fácil, como se poderia supor pela conhecida crítica feita no primeiro debate de Berlim: "Hipnotizar não é uma especialidade médica, já que qualquer pastor de ovelhas adolescente a pratica". É necessário estar imbuído de entusiasmo, paciência, grande certeza e uma boa dose de estratagemas e inspiração. Aquele que tenta hipnotizar segundo um padrão predeterminado, que teme a desconfiança ou o escárnio da pessoa a ser hipnotizada, ou que já começa com um estado de ânimo vacilante, conseguirá pouca coisa. A pessoa a ser hipnotizada não deve ser nervosamente deixada em apuros; as pessoas muito nervosas são as menos indicadas para realizar esse tipo de tratamento. Um procedimento competente e firme elimina todas as supostas más conseqüências do hipnotismo. Conforme apropriadamente se expressou o Dr. Bérillon, "On ne s'improvise pas plus médecin hypnotiseur qu'on ne s'improvise oculiste."

Pois bem, o que pode conseguir a hipnose? Forel dá uma lista de doenças "que parecem ceder muito bem com a sugestão", sem pretender que essa lista seja completa. Deve-se acrescentar que a posição que ocupam as "indicações", no caso do tratamento hipnótico, difere um tanto do que se passa em outros casos, como, por exemplo, no uso da digitalina. Praticamente depende mais das características da pessoa do que da natureza de sua doença. Há determinadas pessoas nas quais dificilmente um sintoma deixa de ceder à sugestão, por mais firme que seja sua base orgânica - por exemplo, a vertigem, na doença de Ménière, ou a tosse, na tuberculose; em outras pessoas é impossível exercer qualquer influência, sequer sobre distúrbios de indubitável origem psíquica. E não depende menos da habilidade do hipnotizador e das condições nas quais ele é capaz de tratar seus pacientes. Eu mesmo tenho tido não poucos resultados felizes com o tratamento hipnótico; mas não me arrisco a empreender certas curas de um tipo que testemunhei junto a Liébeault e Bernheim, em Nancy. Também sei que boa parte do sucesso é devida à "atmosfera sugestiva" que circunda a clínica daqueles dois médicos, ao milieu e ao estado de ânimo dos pacientes - coisas de que nem sempre consigo encontrar sucedâneos em meus clientes experimentais.

Será possível modificar permanentemente uma função nervosa por meio da sugestão? Ou será justificada a acusação de que a sugestão só produz êxitos sintomáticos por um curto espaço de tempo? O próprio Bernheim deu a essa acusação uma resposta irrefutável, nos últimos parágrafos de seu livro. Assinala que a sugestão atua da mesma forma que qualquer outro agente terapêutico que temos à nossa disposição; isto é, uma sugestão escolhe, dentre um complexo de fenômenos patológicos, um ou outro sintoma importante cuja remoção exercerá a influência mais favorável na evolução de todo o processo. Pode-se acrescentar que a sugestão, além disso, satisfaz todos os requisitos de um tratamento causal, em numerosos casos. É o que sucede, por exemplo, nos distúrbios histéricos, que são resultado direto de uma idéia patogênica ou sedimento de uma experiência desagregadora. - Quando essa idéia é eliminada ou essa lembrança é enfraquecida - que é o que a sugestão realiza -, também o distúrbio geralmente é superado. É verdade que isso não significa que a histeria esteja curada: em condições parecidas, ela provocará sintomas parecidos. Mas será que a histeria é curada pela hidroterapia, pela superalimentação ou pela valeriana? Acaso se espera que um médico possa curar uma diátese nervosa quando persistem as circunstâncias que a sustentam? Segundo Forel, pode-se conseguir êxito permanente, por meio da sugestão, nas seguintes condições: (1) Quando a mudança efetuada tem dentro de si mesma a força para se manter entre os elementos da dinâmica do sistema nervoso. Por exemplo, suponhamos que uma criança, por meio da sugestão, interrompeu a enurese noturna. Então o hábito normal pode conseguir estabelecer-se tão firmemente como o hábito anterior,

indesejável. Ou (2) quando essa força para a mudança é suprida por um medicamento. Suponhamos, por exemplo, que alguém sofra de insônia, fadiga e enxaqueca. Então a sugestão lhe assegura o sono e, assim, melhora seu estado geral, e o retorno da enxaqueca é evitado permanentemente.

Mas o que é realmente a sugestão, que é a base de todo o hipnotismo, no qual todos esses resultados são possíveis? Ao levantarmos essa questão, apontamos um dos pontos fracos da teoria de Nancy. Sem querer, lembramo-nos da questão do ponto de apoio de São Cristóvão, quando verificamos que o trabalho exaustivo de Bernheim, que culmina com a afirmação "Tout est dans la suggestion", nem de longe procura abordar a natureza da sugestão - isto é, a definição do conceito. Quando tive o privilégio de receber ensinamentos pessoais do professor Bernheim sobre os problemas do hipnotismo, pareceu-me verificar que ele denominava sugestão a toda influência psíquica eficaz exercida por uma pessoa sobre outra, e que considerava como "sugerir" todo esforço no sentido de exercer uma influência psíquica em alguma outra pessoa. Forel procura estabelecer uma distinção mais clara. Uma seção sobre "Sugestão e Consciência", rica em idéias, intenta compreender a atuação da sugestão com base em determinadas hipóteses fundamentais relativas aos eventos psíquicos normais. Ainda que não sejamos solicitados a dar uma declaração de que estamos completamente satisfeitos com esse debate, devemos ao autor nossos agradecimentos por apontar a direção em que se pode procurar uma solução para o problema, e por numerosas sugestões e contribuições nesse sentido. Não pode haver dúvidas de que comentários como os que fez Forel nessa seção de seu livro têm maior conexão com o problema da hipnose do que o contraste entre "cortical e subcortical" e as especulações sobre dilatação e constrição dos vasos sanguíneos do cérebro.

O livro termina com uma seção sobre a importância forense da sugestão. Conforme sabemos, até o momento, os "crimes sugeridos" são simplesmente uma possibilidade para a qual os juristas estão se preparando, e que os romancistas podem prever como "não tão improváveis que não possam acontecer algum dia". De fato, em laboratório, não é difícil induzir um bom sonâmbulo a cometer um crime imaginário. Mas, depois das perspicazes críticas de Delboeuf aos experimentos de Liégeois, deve permanecer em aberto a questão de até que ponto a consciência de se tratar apenas de uma experiência facilita à pessoa a execução do crime.

DR. SIGM. FREUD

HIPNOSE (1891)

(a) EDIÇÃO ALEMÃ:

1891 Em *Therapeutisches Lexikon*, de Anton Bum, 724-732. (Viena: Urban & Schwarzenberg.) (1893, 2ª ed., 896-904; 1900, 3ª ed., 1, 1110-19.)

A segunda e a terceira edições não sofreram modificações, exceto quanto a algumas correções mínimas, principalmente tipográficas. A tradução de James Strachey é a primeira para o inglês.

Essa contribuição assinada para um dicionário médico tinha passado inteiramente despercebida até ser descoberta, em 1963, pelo Dr. Paul F. Cranefield, Ph.D., editor do *Bulletin of the New York Academy of Medicine*. A ele cabem nossos agradecimentos por chamar-nos a atenção para esse trabalho e por nos ter fornecido cópias fotostáticas. Parece que nada se sabe acerca da feitura desse trabalho.

Seria um equívoco pensar que é muito fácil praticar a hipnose com fins terapêuticos. Pelo contrário, a técnica de hipnotizar é um método médico tão difícil como qualquer outro. Um médico que deseja hipnotizar deve tê-lo aprendido com um mestre nessa arte e, mesmo depois disso, deverá ter tido bastante experiência própria, a fim de obter êxitos em mais do que alguns poucos casos. Depois, como hipnotizador experiente, haverá de abordar o assunto com toda a seriedade e firmeza que nascem da consciência de estar empreendendo algo útil e, a rigor, em algumas circunstâncias, necessário. A lembrança de tantas outras curas realizadas pela hipnose conferirá à sua conduta para com seus pacientes uma certeza que não deixará de despertar, também nestes, a expectativa de mais um êxito terapêutico. Todo aquele que se põe a hipnotizar com ceticismo, que talvez se afigure cômico a si mesmo nessa situação e que revele, por sua expressão, sua voz e seus modos, não esperar nada da experiência, não terá motivos para se surpreender com seus fracassos; deveria, preferentemente, deixar esse método de tratamento para outros médicos capazes de praticá-lo sem se sentirem feridos em sua dignidade médica, de vez que se convenceram, pela experiência e pela leitura, da realidade e da importância da influência hipnótica.

Devemos ter como regra não procurar impor ao paciente o tratamento pela hipnose. Entre o público acha-se difundido o preconceito (realmente reforçado por alguns médicos conceituados, conquanto inexperientes nesse assunto) de que a hipnose é um procedimento perigoso. Se tentássemos impor a hipnose a alguém que acreditasse nessa afirmação, provavelmente viríamos a ser interrompidos, não mais do que uns poucos minutos depois, por acontecimentos desagradáveis, que surgiriam da ansiedade do paciente e de seu sentimento angustiante de estar sendo dominado, os quais, porém, com bastante certeza, seriam considerados como resultado da hipnose. Portanto, sempre que surge uma intensa resistência contra o uso da hipnose, devemos renunciar ao método e esperar até que o paciente, sob a influência de outras informações, aceite a idéia de ser hipnotizado. Por outro lado, não é absolutamente desfavorável se um paciente declara que não teme a hipnose, mas que não acredita nela ou não acredita que ela lhe possa ser útil. Num caso desses, dizemos-lhe: "Não exigimos sua crença, mas, de início, apenas sua atenção e sua cooperação". E, em regra, nesse estado de espírito indiferente do paciente, encontramos excelente apoio. Por outro lado, deve-se dizer que há pessoas que são impedidas de serem hipnotizadas justamente por sua vontade e insistência em serem hipnotizadas. Isto está em completa discordância com a opinião popular segundo a qual a "fé" é um fator da hipnose; mas realmente são estes os fatos. Em geral, podemos partir da presunção de que qualquer pessoa é hipnotizável; porém, todo médico encontrará determinado número de pessoas que, dentro das condições de suas experiências, não conseguirá hipnotizar e, muitas vezes, será incapaz de dizer de onde se

originou seu fracasso. Por vezes, um método consegue obter algo que parecia impossível com um outro método, e o mesmo se aplica aos diferentes médicos. Nunca podemos dizer antecipadamente se será possível hipnotizar um paciente ou não; empreender a tentativa é a única maneira de que dispomos para descobrir isso. Até os dias atuais, não se conseguiu relacionar a acessibilidade à hipnose com qualquer outro atributo de uma pessoa. O que se sabe de verdadeiro é que os portadores de doença mental e os degenerados, na sua maior parte, não são hipnotizáveis, e os neurastênicos somente o são com grande dificuldade. Não é verdade que os pacientes histéricos não se adaptem à hipnose. Pelo contrário, são precisamente estes os pacientes nos quais a hipnose se efetua como reação a medidas puramente fisiológicas e com toda a aparência de um estado físico especial. É importante formar um julgamento provisório da individualidade psíquica do paciente que desejamos hipnotizar; mas, nesse ponto específico, não se podem estabelecer leis gerais. Entretanto, é evidente que não há vantagem em começar um tratamento médico pela hipnose; é melhor, antes de tudo, conquistar a confiança do paciente e deixar que sua desconfiança e seu senso crítico se neutralizem. No entanto, todo aquele que goza de uma grande reputação como médico ou como hipnotizador pode agir sem essa preparação.

Contra que doenças podemos usar a hipnose? Nesse sentido, as indicações são mais difíceis do que no caso de outros métodos de tratamento, pois a reação individual à terapia hipnótica desempenha um papel quase tão grande como a própria natureza da doença a ser combatida. Em geral, evitaremos aplicar o tratamento hipnótico em sintomas que tenham origem orgânica; empregaremos esse método apenas em casos de doenças nervosas puramente funcionais, em doenças de origem psíquica, bem como em casos de dependência de tóxicos e outras dependências. Ainda assim, convencer-nos-emos de que numerosos sintomas de doenças orgânicas são acessíveis à hipnose e de que a modificação orgânica pode existir sem distúrbio funcional dela decorrente. Devido à antipatia ao tratamento hipnótico verificada no momento, raramente podemos empregar a hipnose, exceto quando todos os outros tipos de tratamento foram tentados sem êxito. Isto tem sua vantagem, pois assim ficamos conhecendo a verdadeira área de ação da hipnose. Naturalmente, também podemos hipnotizar com vistas ao diagnóstico diferencial: por exemplo, quando estamos em dúvida se determinados sintomas se relacionam com a histeria ou com uma doença nervosa orgânica. Contudo, essa prova só tem algum valor em casos nos quais o resultado é favorável.

Quando tivermos conseguido uma certa familiaridade com o paciente e tivermos estabelecido o diagnóstico, surge a questão de saber se iremos experimentar a hipnose num tête-à-tête, ou se introduziremos uma terceira pessoa de confiança. Essa medida seria desejável para proteger o paciente de um

mau uso da hipnose, bem como proteger o médico de alguma acusação de abuso do método. E ambas as coisas sabidamente já ocorreram. Mas nem sempre se pode empregar essa medida. A presença de uma amiga, ou do marido da paciente, e assim por diante, muitas vezes perturba enormemente a paciente e por certo diminui a influência do médico. Ademais, o assunto central das sugestões a serem feitas na hipnose nem sempre é apropriado para se tornar do conhecimento de pessoas muito próximas da paciente. A introdução de um segundo médico não teria essa desvantagem, mas aumenta em tal grau a dificuldade de executar o tratamento que o torna impossível, na maioria dos casos. Visto que compete ao médico, acima de tudo, prestar auxílio por meio da hipnose, na maior parte dos casos ele terá de abrir mão da introdução de uma terceira pessoa e enfrentar o risco já mencionado, junto com os demais riscos inerentes ao exercício da profissão médica. A paciente, porém, deverá precaver-se, não se deixando hipnotizar por um médico que não pareça merecer a mais completa confiança.

Por outro lado, é da maior utilidade para a paciente a ser hipnotizada que ela veja outras pessoas em estado de hipnose, que saiba por imitação, como irá se conduzir e saiba, por outras pessoas, qual a natureza das sensações que ocorrem durante o estado hipnótico. Em Nancy, na clínica de Bernheim e no ambulatório de Liébeault, onde todo médico pode obter esclarecimentos a respeito dos resultados de que é capaz a influência hipnótica, nunca se efetua a hipnose num tête-à-tête. Todo paciente que, pela primeira vez, toma contato com a hipnose observa, durante algum tempo, como adormecem os pacientes há mais tempo em tratamento, como obedecem durante a hipnose e como, depois de acordarem, admitem que seus sintomas desapareceram. Isso o conduz a um estado de preparação psíquica que, tão logo chegue sua vez, o faz entrar em profunda hipnose. Contra esse procedimento existe a objeção de as doenças e males de cada indivíduo serem discutidos diante de grande número de pessoas, o que não é adequado a pacientes de classe social mais elevada. Não obstante, um médico que deseje tratar pela hipnose não deve renunciar a esse poderoso fator auxiliar, e deve, na medida do possível, dispor as coisas de tal modo que a pessoa a ser hipnotizada esteja presente, antes, a uma ou mais experiências hipnóticas. Se não podemos contar com a possibilidade de o paciente hipnotizar-se por imitação, logo que lhe damos o sinal, podemos escolher entre diferentes métodos de induzir-lhe a hipnose, tendo todos eles em comum o fato de que, por determinadas sensações físicas, lembrem o adormecer. A melhor maneira de proceder é a que se segue. Colocamos o paciente numa cadeira confortável, pedimos que se mantenha cuidadosamente atento e que não fale mais, pois falar lhe impediria o adormecer. Remove-se-lhe qualquer roupa apertada e pede-se a quaisquer outras pessoas presentes que se mantenham numa parte da sala onde não possam ser vistas pelo paciente. Escurece-se a sala, mantém-se o silêncio.

Após esses preparativos, sentamo-nos em frente ao paciente e pedimos-lhe que fixe os olhos em dois dedos da mão direita do médico e, ao mesmo tempo, observe atentamente as sensações que passará a sentir. Depois de curto espaço de tempo, um minuto, talvez, começamos a persuadir o paciente a sentir as sensações do adormecer. Por exemplo: "Estou reparando que as coisas estão indo rápido no seu caso: seu rosto assumiu um aspecto fixo, sua respiração ficou mais profunda, você ficou muito tranqüilo, suas pálpebras estão pesadas, seus olhos estão piscando, você não pode mais ver com muita clareza, logo terá de engolir, depois vai fechar os olhos - e você está dormindo". Com essas palavras e outras semelhantes, já estamos propriamente no processo de "sugerir", que é como podemos chamar a esses comentários persuasivos durante a hipnose. Mas estamos apenas sugerindo sensações e processos da motricidade, tal como ocorrem espontaneamente na instalação do sono hipnótico. Podemos convencer-nos disto se tivermos diante de nós uma pessoa que possa ser submetida à hipnose somente por meio da fixação do olhar (método de Braid), pessoa em que, por conseguinte, a fadiga dos olhos causa o estado de sono, devido ao esforço da atenção e porque esta se desvia das outras impressões. Primeiramente, a fisionomia do paciente assume um aspecto rígido, sua respiração se aprofunda, seus olhos se umedecem e piscam freqüentemente, ocorrem um ou mais movimentos de deglutição e, por fim, os globos oculares se voltam para dentro e para cima, as pálpebras caem e a hipnose está presente. É grande o número de pessoas nas quais o fenômeno se passa dessa maneira; se observarmos que temos diante de nós uma pessoa nessas condições, será bom mantermos silêncio e só ocasionalmente dar ajuda mediante uma sugestão. Procedendo de modo diferente, só estaríamos perturbando o paciente que se está hipnotizando, e se a sucessão de sugestões não corresponder à seqüência real de suas sensações, provocaremos uma contradição. Contudo, geralmente é aconselhável não esperar pelo desenvolvimento espontâneo da hipnose; convém estimulá-la por sugestões. Estas, no entanto, devem ser dadas de modo resolutivo numa seqüência rápida. Não se deve deixar, por assim dizer, que o paciente caia em si: ele não deve ter tempo para testar se é correto aquilo que lhe foi dito. Para que seus olhos se fechem, não precisamos de mais do que dois a quatro minutos aproximadamente; se não se fecharem espontaneamente, nós os fechamos exercendo uma pressão sobre eles, sem demonstrar surpresa ou aborrecimento por não ter ocorrido seu fechamento espontâneo. Se os olhos permanecerem cerrados, é provável que tenhamos conseguido um determinado grau de influência hipnótica. Este é o momento decisivo para tudo o que virá a seguir.

Pois acontece uma de duas possibilidades. A primeira alternativa é o paciente, mantendo fixo o olhar e ouvindo as sugestões, realmente ter sido posto em estado hipnótico; nesse caso, ele permanece quieto depois de cerrar os olhos.

Podemos então fazer a prova da catalepsia, dar-lhe as sugestões requeridas para sua doença e, então, despertá-lo. Depois de acordar, o paciente ou estará amnésico (esteve "sonambúlico", durante a hipnose), ou conservará completamente a sua memória e relatará as sensações que teve durante a hipnose. Não é raro aparecer no seu semblante um sorriso, depois de termos fechado seus olhos. O médico não deve perturbar-se com isso; via de regra, significa apenas que a pessoa sob hipnose ainda é capaz de ajuizar acerca de seu próprio estado e o acha estranho ou cômico. A segunda alternativa, porém, é a de não se ter estabelecido a influência, ou de ter havido apenas um grau muito leve da mesma, enquanto o médico se conduziu como se tivesse diante de si uma hipnose completa. Imaginemos o estado mental do paciente nessa situação. Ele prometeu, no início dos preparativos, manter-se calmo, não falar mais e não dar nenhuma indicação de confirmação ou negação; agora ele verifica que, com base em sua concordância com isto, está-lhe sendo dito que está hipnotizado; ele se irrita com o fato, sente-se mal por não lhe ser permitido expressar sua irritação; sem dúvida, também está receoso de que o médico de imediato comece a fazer sugestões, na crença de que ele, paciente, está hipnotizado, antes de estar. E nisso a experiência mostra que, se não está realmente hipnotizado, não mantém o acordo que fizemos com ele. O paciente abre os olhos e diz (geralmente ressentido): "Não estou dormindo coisa nenhuma!" Um principiante, diante disso, pensaria que a hipnose é um fracasso, mas alguém com experiência não haverá de perder sua compostura. Responderá sem a menor irritação, ao mesmo tempo que novamente fecha os olhos do paciente: "Mantenha-se tranqüilo. Você prometeu não falar. Naturalmente, sei que você não está dormindo; e nem isso é necessário. Qual teria sido o sentido de eu simplesmente fazer você adormecer? Você não compreenderia quando eu lhe falasse. Você não está dormindo, mas está hipnotizado, está sob minha influência; o que eu lhe digo agora causará uma impressão especial em você e lhe será útil". Depois dessa explicação, geralmente o paciente se mantém calmo e lhe fazemos as sugestões; por ora, abstermos-nos de procurar os sinais físicos da hipnose; contudo, depois que essa dita hipnose tiver sido repetida diversas vezes, verificaremos que aparecem alguns dos fenômenos somáticos que caracterizam a hipnose.

Em muitos casos desse tipo, no final ainda continua duvidoso se o estado que provocamos merece o nome de "hipnose". No entanto, estaríamos cometendo um erro se procurássemos restringir a veiculação de sugestões aos casos em que o paciente se torna sonambúlico ou entra em um grau profundo de hipnose. Em casos assim, que, na realidade, só têm a aparência de hipnose, podemos conseguir os mais surpreendentes resultados terapêuticos, que, por outro lado, não são obtidos com a "sugestão de vigília". Portanto, também nesse caso, o que temos diante de nós é, ainda assim, certamente hipnose - cujo único objetivo, afinal, é o efeito que nela se produz pela sugestão. Entretanto, se, depois de

tentativas repetidas (de três a seis), não houver qualquer indício de êxito, nem qualquer sinal somático de hipnose, desistiremos da experiência.

Bernheim e outros distinguiram diversos graus de hipnose, mas sua enumeração tem pouco valor na prática. O que tem importância decisiva é apenas se o paciente ficou sonambúlico ou não - isto é, se o estado de consciência produzido na hipnose difere nitidamente do estado habitual de modo significativo para que a lembrança daquilo que ocorreu durante a hipnose esteja ausente depois de ele acordar. Nesses casos, o médico pode negar a realidade das dores que estão presentes, ou de qualquer outro sintoma, com a maior decisão - o que, geralmente, ele é incapaz de fazer, se sabe que alguns minutos mais tarde o paciente lhe dirá: "Quando o senhor disse que eu não tinha mais dores, eu as tinha do mesmo jeito, e as tenho ainda agora". Os esforços do hipnotizador orientam-se no sentido de ele se poupar de contradições dessa ordem, que só fazem abalar sua autoridade. Portanto, seria da maior importância para o tratamento se possuíssemos um método que possibilitasse colocar qualquer pessoa em estado de sonambulismo. Infelizmente, não há tal método. A principal deficiência do tratamento pela hipnose é que ele não pode ser dosado. O grau alcançável de hipnose não depende do método do médico, mas da reação casual do paciente. É também muito difícil aprofundar a hipnose em que um paciente entra, embora isso habitualmente aconteça quando as sessões se repetem com frequência.

Quando não ficamos satisfeitos com a hipnose obtida, procuramos lançar mão de outros métodos quando o tratamento prossegue. Estes, muitas vezes, atuam mais energicamente ou continuam atuando depois de se haver enfraquecido a influência do método inicialmente adotado. Aqui estão alguns desses métodos: aplicar pequenos golpes no rosto e no corpo do paciente, com ambas as mãos, continuamente, durante cinco a dez minutos (isto tem um efeito surpreendentemente relaxante e tranqüilizador); usar a sugestão acompanhada da passagem da corrente galvânica fraca, que produz uma perceptível sensação de sabor (o anódio colocado numa faixa larga sobre a testa e o catódio numa faixa ao redor do pulso) - aqui a impressão de estar atado e a sensação galvânica contribuem em muito para a hipnose. Podemos improvisar métodos parecidos a nosso critério; basta que mantenhamos o objetivo de desenvolver, por uma associação de pensamento, o estado do adormecer e de fixar a atenção por meio de uma sensação persistente.

O verdadeiro valor terapêutico da hipnose está nas sugestões feitas durante a mesma. Essas sugestões consistem numa enérgica negação dos males de que o paciente se queixou, ou num asseguramento de que ele pode fazer algo, ou numa

ordem para que o execute. Um resultado muito mais marcante do que o produzido por simples asseguramento ou negação será obtido se vincularmos a esperada cura a uma ação ou intervenção [nossa] durante a hipnose. Por exemplo: "Você não tem mais dores neste lugar; eu aperto aqui e a dor desaparece". Aplicar pequenas pancadas e pressão na parte afetada do corpo, durante a hipnose, em geral proporciona excelente apoio à sugestão falada. E não devemos deixar de esclarecer o paciente sob hipnose acerca da natureza de sua afecção, mostrar-lhe as razões do término do seu problema, e assim por diante; pois o que temos diante de nós, via deregra, não é um autômato psíquico, mas um ser dotado do poder de crítica e da capacidade de julgamento, sobre o qual simplesmente estamos em condição de exercer maior impressão agora do que quando ele se encontra em estado de vigília. Quando a hipnose é incompleta, devemos evitar permitir que o paciente fale. Uma expressão motora dessa espécie faz dissipar a sensação de entorpecimento que corrobora sua hipnose, e o faz acordar. Pode-se, sem receio, permitir às pessoas sonambúlicas que falem, andem e ajam, e obtemos uma influência psíquica de máximo alcance sobre elas perguntando-lhes, quando estão sob hipnose, a respeito dos seus sintomas e da origem deles.

Mediante a sugestão, fazemos surgir ou um efeito imediato - especialmente ao tratar paralisias, contraturas etc. -, ou um efeito pós-hipnótico - ou seja, um efeito cujo aparecimento estipulamos para um determinado tempo após o despertar. No caso de sintomas muito rebeldes, é muito vantajoso intercalar um período de espera como este (digamos, até mesmo uma noite inteira) entre a sugestão e a sua execução. A observação dos pacientes mostra que, em regra geral, as impressões psíquicas necessitam de certo tempo, de um período de incubação, a fim de efetuarem uma modificação física. (Cf. "Neurose traumática"). Cada uma das sugestões deve ser feita com a maior decisão, pois qualquer indício de dúvida é percebido pelo paciente, que o explora desfavoravelmente; não deve ser permitida uma contradição sequer e, se formos capazes, insistiremos em nosso poder de produzir catalepsia, contraturas, anestesia, e assim por diante.

A duração de uma hipnose deve ser planejada de acordo com a necessidade prática; a manutenção da hipnose por tempo relativamente longo - até algumas horas - certamente não é desfavorável para o êxito. O despertar é executado mediante algum comentário mais ou menos assim: "Isto é suficiente por ora!" Não devemos deixar de assegurar ao paciente, na primeira sessão de hipnose, que ele vai acordar sem dor de cabeça, sentindo-se satisfeito, bem-disposto. Apesar disso, pode-se observar que, após uma ligeira hipnose, muitas pessoas despertam com sensação de pressão na cabeça e fadiga, no caso de a duração da hipnose ter sido demasiado curta. É como se não tivessem terminado seu sono.

A profundidade de uma hipnose não está invariavelmente em proporção direta com seu sucesso. Podemos produzir as maiores modificações nas hipnoses mais leves e, ao contrário, podemos fracassar num caso que atinja o estado de sonambulismo. Quando o resultado desejado não é conseguido após algumas hipnoses, aparece uma outra dificuldade vinculada a esse método de tratamento. Enquanto paciente algum se arrisca a mostrar-se impaciente, caso ainda não tenha sido curado depois da vigésima sessão de aplicação de eletricidade, ou depois de igual número de garrafas de água mineral, no tratamento hipnótico tanto o médico como o paciente se cansam muito mais depressa, em consequência do contraste entre o matiz deliberadamente otimista das sugestões e a melancólica verdade dos efeitos. Também aqui, os pacientes inteligentes podem tornar mais fácil o trabalho do médico, na medida em que percebem que, ao fazer as sugestões, o médico está, por assim dizer, desempenhando um papel, e que, quanto mais energicamente ele atacar a doença dos pacientes, mais benefícios, segundo se espera, estes obterão. Em todo tratamento hipnótico prolongado deve-se evitar cuidadosamente um procedimento monótono. O médico deve estar constantemente à procura de um novo ponto de partida para suas sugestões, de uma renovada prova de seu poder, de uma nova modificação no seu método de hipnotizar. Pois também para ele, que tem, quem sabe, dúvidas íntimas a respeito do êxito, este representa um grande e até exaustivo esforço.

Não há dúvida de que a área coberta pelo tratamento hipnótico é muito mais extensa do que a de outros métodos de tratamento de doenças nervosas. E não há nenhuma justificativa para a acusação de que a hipnose só é capaz de influenciar sintomas, e apenas por breve período de tempo. Se o tratamento hipnótico é dirigido somente contra os sintomas, e não contra os processos patológicos, está seguindo justamente o mesmo caminho que todos os demais métodos de tratamento são obrigados a trilhar.

Quando a hipnose tem êxito, a estabilidade da cura depende dos mesmos fatores que a estabilidade de todas as curas conseguidas por outros métodos. Caso a hipnose se tenha defrontado com fenômenos residuais de um processo já concluído, a cura será permanente; se as causas que produziram os sintomas ainda estiverem em atividade e com sua força não diminuída, é provável que haja uma recaída. O emprego da hipnose nunca exclui o emprego de qualquer outro tratamento, dietético, mecânico ou de algum outro tipo. Em numerosos casos - ou seja, naqueles em que os sintomas são de origem psíquica - a hipnose preenche todos os requisitos que se podem exigir de um tratamento causal; nessas circunstâncias, fazer perguntas e infundir calma ao paciente em hipnose profunda geralmente proporciona o mais brilhante êxito.

Tudo que se tem dito e escrito a respeito dos grandes perigos da hipnose pertence ao reino da fantasia. Se colocarmos de lado o mau uso da hipnose com fins ilegítimos - possibilidade esta que existe em todos os outros métodos terapêuticos eficazes -, o problema principal que teremos de considerar é a tendência de as pessoas com neurose grave, depois de se repetir a hipnose, entrarem em hipnose espontaneamente. Cabe à capacidade do médico proibir essa hipnose espontânea, que parece ocorrer somente em pessoas muito impressionáveis. As pessoas cuja impressionabilidade vai ao ponto de poderem ser hipnotizadas contra sua vontade também podem ser protegidas, de modo bastante completo, pela sugestão de que apenas seu médico será capaz de hipnotizá-las.

FREUD

UM CASO DE CURA PELO HIPNOTISMO (1892-93)

EIN FALL VON HYPNOTISCHER HEILUNG NEBST BEMERKUNGEN ÜBER DIE ENTSTEHUNG HYSTERISCHER SYMPTOME DURCH DEN "GEGENWILLEN"

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1892-93 Zeitschr. Hypnot., 1 (3), 102-7, (4), 123-9. (dezembro de 1892 e janeiro de 1893).

1925 G. S., 1, 258-72.

1952 G. W., 1, 3-17.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

“A Case of Successful Treatment by Hypnotism”

1950 C. P., 5, 33-46. (Trad. de James Strachey.)

A presente tradução inglesa constitui uma versão ligeiramente corrigida da que foi publicada em 1950.

Este artigo veio à luz quase exatamente na mesma época da "Comunicação Preliminar" de Breuer e Freud (1893a). Algumas das idéias nele encontradas (por exemplo, a da "contra vontade") aparecem na obra posterior de Freud, constituindo o artigo como que uma ligação entre seus escritos sobre hipnotismo e aqueles que abordam a histeria, pela qual ele passava a se interessar. A opinião de que "um momento de disposição para a histeria" - neste caso, a fadiga física - proporciona a ocasião para a contra vontade afirmar-se sugere a influência de Breuer e do "estado hipnóide". (Ver em [1].)

UM CASO DE CURA PELO HIPNOTISMO COM ALGUNS COMENTÁRIOS SOBRE A ORIGEM DOS SINTOMAS HISTÉRICOS ATRAVÉS DA CONTRAVONTADE

Nas páginas que se seguem, proponho-me trazer a público um caso isolado de cura pela sugestão hipnótica, pois, devido a uma série de circunstâncias concomitantes, esse caso foi mais convincente e mais claro do que a maioria dos nossos tratamentos nos quais houve êxito.

Já havia vários anos que eu conhecia a senhora a quem pude, desse modo, proporcionar atendimento numa fase importante de sua existência, e ela permaneceu sob minha observação, posteriormente, por vários anos. O distúrbio do qual foi aliviada pela sugestão hipnótica tinha surgido, pela primeira vez, algum tempo antes. E havia em vão lutado contra ele e, devido a tal problema, tinha sido forçada a uma limitação da qual depois, com minha ajuda, se viu livre. Um ano mais tarde, o mesmo distúrbio apareceu mais uma vez, e novamente foi superado da mesma forma. O êxito terapêutico foi valioso para a paciente e persistiu enquanto ela desejou levar a cabo a função afetada pelo distúrbio. Por fim, nesse caso, foi possível individualizar o mecanismo psíquico básico do distúrbio e correlacioná-lo com atos semelhantes na área da neuropatologia.

Posso agora deixar de falar por enigmas. Tratava-se de uma mãe que era incapaz de amamentar seu bebê recém-nascido, até haver a intervenção da sugestão hipnótica. Suas experiências com um filho anterior e com um outro, subsequente, serviram de controle do êxito terapêutico, tal como raramente se consegue lograr.

A pessoa de que trata esse caso clínico é uma jovem senhora, entre vinte e trinta anos de idade, a quem eu conhecia desde os seus anos de infância. Sua capacidade, tranqüilo bom senso e espontaneidade tornavam impossível que alguém, inclusive seu médico de família, a considerasse neurótica. Tendo em conta as circunstâncias que passo a relatar, devo classificá-la, segundo a apropriada expressão de Charcot, como uma *hystérique d'occasion*. Essa categoria, como sabemos, não exclui uma admirável combinação de qualidades e de uma saúde nervosa isenta de comprometimentos em outros aspectos. Quanto a sua família, conheço sua mãe, que de modo algum é uma pessoa neurótica, e uma irmã mais nova, igualmente sadia. Um irmão sofreu de uma neurastenia típica do início da idade adulta, o que arruinou sua carreira. Estou familiarizado com a etiologia e a evolução dessa forma de doença, que encontro repetidamente, todos os anos, no meu exercício da medicina. Tendo começado a vida com uma boa constituição, o paciente se defronta, na puberdade, com as dificuldades sexuais próprias da idade; seguem-se anos de sobrecarga de trabalho, como estudante; ele se prepara para exames e sofre um ataque de gonorréia, seguido de um súbito início de dispepsia, acompanhada de uma constipação rebelde e inexplicável. Depois de alguns meses, a constipação é substituída por sensação de pressão intracraniana, depressão e incapacidade para o trabalho. Daí em diante o paciente torna-se cada vez mais ensimesmado e seu caráter vai ficando sempre mais fechado, até ele se tornar um tormento para a família. Não tenho certeza se não é possível adquirir essa forma de neurastenia com todos os seus elementos; portanto, sobretudo porque não conheço os demais parentes da minha paciente, deixo em aberto a questão de podermos supor que, nessa família, estaria presente uma disposição hereditária para a neurose.

Ao chegar a época do nascimento do primeiro filho de seu casamento (que era um casamento feliz), a paciente pretendia amamentar o bebê. O parto não foi mais difícil do que o habitual numa primípara já não tão jovem; foi concluído por fórceps. Entretanto, embora sua constituição física parecesse favorável, ela não conseguia amamentar satisfatoriamente a criança. Havia pouca produção de leite, surgiam dores quando o bebê era posto a mamar, a mãe perdeu o apetite e se mostrava alarmantemente sem vontade de se alimentar, tendo noites agitadas e insones. Por fim, após uns quinze dias, a fim de evitar algum risco maior para a mãe e a criança diante do fracasso, abandonou-se a tentativa e a criança passou a ser alimentada por uma ama-de-leite. Com isso, todos os problemas da mãe desapareceram. Devo acrescentar que não tenho condições de fazer um relato, nem como médico nem como testemunha ocular, dessa primeira tentativa de amamentação.

Três anos mais tarde, nasceu o segundo bebê; nessa ocasião, circunstâncias

externas somaram-se ao fato de ser desejável evitar a ama-de-leite. Mas os esforços da própria mãe para amamentar a criança pareciam ainda menos bem-sucedidos e pareciam provocar sintomas ainda mais desagradáveis do que da primeira vez. A paciente vomitava todo o alimento ingerido, ficava inquieta quando ele era trazido até sua cama e era completamente incapaz de dormir. Ficou tão deprimida com sua incapacidade que seus dois médicos de família - médicos amplamente conceituados em Viena, como o Dr. Breuere o Dr. Lott - não queriam nem ouvir em prosseguir com alguma outra tentativa mais prolongada nessa ocasião. Recomendaram apenas que se fizesse mais um esforço - com o auxílio da sugestão hipnótica; e, no entardecer do quarto dia, fizeram com que eu fosse apresentado profissionalmente, de vez que pessoalmente eu já era conhecido da paciente.

Encontrei-a deitada no leito, as faces ruborizadas, irritada com sua incapacidade de amamentar o bebê - incapacidade que aumentava a cada tentativa, mas contra a qual ela lutava com todas as suas forças. A fim de evitar os vômitos, não tinha ingerido nenhum alimento durante todo aquele dia. Seu epigástrico estava distendido e apresentava-se sensível à pressão; a palpação revelou motilidade anormal do estômago; de tempos em tempos, havia eructação inodora, e a paciente se queixou de ter tido mau gosto constante na boca. A área de ressonância gástrica estava consideravelmente aumentada. Longe de ser bem recebido como um salvador em hora de necessidade, vi-me sendo recebido de má vontade e não pude contar com muita confiança por parte da paciente.

Logo tratei de induzir a hipnose por meio de fixação do olhar, ao mesmo tempo que fazia constantes sugestões referentes aos sintomas do sono. Três minutos depois, a paciente estava deitada, com a fisionomia tranqüila de alguém que dorme profundamente. Não me recordo de ter feito quaisquer testes de catalepsia e outros sintomas de flexibilidade. Utilizei a sugestão para contestar todos os temores dela e os sentimentos em que esses temores se baseavam: "Não tenha receio! Você vai poder cuidar muito bem do seu bebê, ele vai crescer forte. O seu estômago está perfeitamente calmo, o seu apetite está excelente, você já está na expectativa da próxima refeição etc." A paciente continuou dormindo, o que permiti por alguns minutos, e, depois que a despertei, ela revelou amnésia para o que ocorrera. Antes de sair de casa, vi-me na necessidade de contestar um comentário preocupado do marido da paciente; achava ele que os nervos de uma mulher poderiam ser totalmente arruinados pela hipnose.

No começo da noite seguinte, foi-me dito algo que me pareceu uma garantia de êxito, mas que, muito estranhamente, não tinha causado nenhuma impressão na paciente nem nas pessoas da família. Na noite anterior, ela havia feito uma refeição, sem qualquer consequência prejudicial, dormindo placidamente, e, na

manhã seguinte, por sua própria iniciativa, tinha-se alimentado e amamentado a criança impecavelmente. No entanto, não suportou a refeição bastante farta do almoço. Nem bem a comida lhe foi trazida e logo sua indisposição voltou; os vômitos começaram antes mesmo de ela tocar no alimento. Foi impossível colocar o bebê ao seio e todos os sinais objetivos eram os mesmos de quando eu chegara, na noitinha anterior. Não consegui nenhum resultado com minha argumentação de que a batalha já estava quase ganha, de que agora ela estaria convencida de que o problema podia desaparecer e que de fato havia desaparecido durante meio dia. Produzi então a segunda hipnose, que a levou ao estado de sonambulismo, tão rapidamente como da primeira vez, e agi com maior energia e confiança. Disse à paciente que, cinco minutos depois de minha saída, ela iria zangar-se com sua família e dizer com aspereza: o que tinha acontecido com o jantar dela? será que pretendiam deixá-la passar fome? como poderia ela amamentar a criança, se ela mesma não tinha nada para comer? e assim por diante.

Na terceira tarde, quando retornei, a paciente recusou-se a prosseguir qualquer tratamento. Já não havia mais nenhum problema, disse ela: tinha um excelente apetite e muito leite para o bebê, não havia a menor dificuldade quando este era posto a mamar etc. Seu marido achou muito estranho que, depois de minha saída, na véspera, ela tivesse reclamado violentamente, exigindo comida, e tivesse censurado a mãe de um modo que não lhe era habitual. Todavia, acrescentou ele, tudo tinha estado muito bem desde então.

Não havia nada mais a ser feito por mim. A mãe amamentou a criança por oito meses; e com satisfação tive repetidas oportunidades de me inteirar de que ambos passavam bem. No entanto, eu achava difícil compreender, ao mesmo tempo que isto me aborrecia, o fato de jamais ter sido feita qualquer referência ao meu notável trabalho.

Um ano mais tarde, chegou a minha vez, quando o terceiro filho fez as mesmas exigências à mãe e esta foi incapaz de corresponder a elas, tal como nas ocasiões anteriores. Encontrei a paciente no mesmo estado do ano anterior, sentindo-se efetivamente exasperada consigo mesma, pois sua vontade nada conseguia fazer contra sua aversão aos alimentos e contra seus outros sintomas; e a primeira hipnose da tarde teve como único resultado fazê-la sentir-se mais desesperada. Mais uma vez, após a segunda hipnose, os sintomas foram eliminados tão completamente que não se fez necessária uma terceira hipnose. Também essa criança, que agora tem dezoito meses de idade, foi amamentada sem qualquer problema e a mãe tem gozado de boa saúde.

Em face desse êxito, a paciente e seu marido perderam o constrangimento e confessaram o motivo que havia determinado sua conduta em relação a mim. "Eu me sentia envergonhada", disse-me a mulher, "porque uma coisa como a hipnose podia obter resultado, ao passo que eu, com toda a minha força de vontade, não conseguia nada." Não obstante, não penso que ela ou o marido tenham superado a ojeriza à hipnose.

Passarei agora a considerar qual pode ter sido o mecanismo psíquico do distúrbio de minha paciente, que foi, desse modo, removido pela sugestão. Não tenho informações diretas sobre o assunto, como as tenho referentes a alguns outros casos, que discutirei noutra ocasião; por isso sou forçado a recorrer à alternativa de deduzir qual teria sido esse mecanismo.

Existem determinadas idéias que têm um afeto de expectativa que lhes está vinculado. São de dois tipos: idéias de eu fazer isto ou aquilo - o que denominamos intenções - e idéias de isto ou aquilo me acontecer - são as expectativas propriamente ditas. O afeto vinculado a tais idéias depende de dois fatores: primeiro, o grau de importância que o resultado tem para mim; segundo, o grau de incerteza inerente à expectativa desse resultado. A incerteza subjetiva, a contra-expectativa, é em si representada por um conjunto de idéias ao qual darei o nome de "idéias antitéticas aflitivas". No caso de uma intenção, essas idéias antitéticas se passam assim: "Não vou conseguir executar minha intenção, porque isto ou aquilo é demasiado difícil para mim, e eu sou incapaz de fazê-lo; sei, também, que algumas outras pessoas igualmente fracassaram em situação semelhante". O outro caso, o de uma expectativa, não precisa de comentário: a contra-expectativa consiste em enumerar todas as coisas que talvez possam me acontecer, diferentes da que eu desejo. Ainda seguindo essa linha de raciocínio, iríamos chegar até as fobias, que desempenham tão grande papel na sintomatologia das neuroses. Retornemos, todavia, à primeira categoria, às intenções. Como é que uma pessoa, com vida ideativa sadia, lida com as idéias antitéticas que se opõem a uma intenção? Com a poderosa autoconfiança da saúde, a pessoa as reprime e inibe, na medida do possível, e as exclui de suas associações de pensamentos. Isto muitas vezes sucede em tal medida que a existência de uma idéia antitética contra uma intenção geralmente nem sequer se manifesta, tornando-se uma probabilidade somente quando passamos a examinar as neuroses. De outro lado, quando há uma neurose presente - e não me estou referindo explicitamente apenas à histeria, mas ao status nervosus em geral -, temos de supor a presença primária de uma tendência à depressão e à

diminuição da autoconfiança, tal como as encontramos muito desenvolvidas e individualizadas na melancolia. Nas neuroses, pois, uma grande atenção é dedicada [pelo paciente] às idéias antitéticas que se opõem às intenções, talvez porque o tema de tais idéias se coadune com o estado de ânimo da neurose, ou talvez porque as idéias antitéticas, que de outro modo estariam ausentes, vicejem no terreno da neurose.

Quando essa intensificação das idéias antitéticas se relaciona com expectativas, se o caso é de um simples status nervosus, o feito se manifesta num quadro mental difusamente pessimista; se o caso é de neurastenia, as idéias, associando-se às mais fortuitas sensações, ocasionam as numerosas fobias encontradas nos neurastênicos. Quando a intensificação se relaciona com intenções, ela origina as perturbações que se agrupam sob a classificação de folie de doute, que tem como ponto principal a descrença na capacidade pessoal. Justamente nesse ponto as duas principais neuroses, neurastenia e histeria, comportam-se de modo diferente, característico de cada uma delas. Na neurastenia, a idéia antitética, patologicamente intensificada, combina-se com a idéia volitiva num único ato da consciência; ela exerce uma subtração na idéia volitiva e causa a fraqueza da vontade, que é tão marcante nos neurastênicos e de que eles mesmos estão conscientes. Na histeria, o processo difere desse que acabamos de descrever, em dois aspectos ou, possivelmente, apenas em um aspecto. [Em primeiro lugar,] em consonância com a tendência à dissociação da consciência na histeria, a idéia antitética aflitiva, que parece estar inibida, é afastada da associação com a intenção e continua a existir como idéia desconectada, muitas vezes inconscientemente para o próprio paciente. [Em segundo lugar,] é extremamente característico da histeria que, quando chega o momento de se pôr em execução a intenção, a idéia antitética inibida consegue atualizar-se através da inervação do corpo, com a mesma facilidade com que o faz, em circunstâncias normais, uma idéia volitiva. A idéia antitética se estabelece, por assim dizer, como uma "contravontade", ao passo que o paciente, surpreso, apercebe-se de que tem uma vontade que é resoluto, porém impotente. Talvez, conforme já disse, esses dois fatores, no fundo, sejam um só: pode ser que a idéia antitética apenas seja capaz de se impor porque não a inibe a sua combinação com a intenção, da forma como a intenção é inibida por ela. [1]

Se, no caso de que nos ocupamos, a mãe, que se viu impedida por dificuldades neuróticas de amamentar seu filho, fosse neurastênica, sua conduta teria sido diferente. Ela teria sentido um temor consciente da tarefa que lhe competia, teria estado muito preocupada com os vários acidentes e perigos possíveis e, depois de muito contemporizar com ansiedades e dúvidas, teria, afinal, conseguido

amamentar sem qualquer dificuldade; ou então, se a idéia antitética se tivesse tornado dominante, a paciente teria abandonado seu encargo, por sentir-se receosa do mesmo. Mas a histórica se conduz de modo muito diverso. Pode não estar consciente do seu receio, estar bastante decidida a levar a cabo sua intenção e passar a executá-la sem hesitação. Aí, porém, comporta-se como se fosse sua vontade não amamentar a criança em absoluto. Ademais, essa vontade desperta nela todos os sintomas subjetivos que uma simuladora apresentaria como desculpa para não amamentar seu filho; perda do apetite, aversão à comida, dores quando a criança é posta a mamar. E, como a contravontade exerce sobre o corpo um controle maior do que a simulação consciente, também produz no aparelho digestivo uma série de sinais objetivos que a simulação seria incapaz de engendrar. Aqui, em contraste com a fraqueza da vontade mostrada na neurastenia, temos uma perversão da vontade; e, em contraste com a resignada irresolução mostrada no primeiro caso, aqui encontramos surpresa e exasperação ante uma dissensão que é incompreensível para a paciente.

Portanto, considero-me justificado ao classificar minha paciente como uma *hystérique d'occasion*, de vez que ela, em conseqüência de uma causa fortuita, era capaz de produzir um complexo de sintomas com um mecanismo tão agudamente característico da histeria. Pode-se presumir que, nesse caso, a causa fortuita era o estado de excitação da paciente antes do primeiro parto ou sua exaustão após o mesmo. Um primeiro parto, afinal, é o maior choque a que está sujeito o organismo feminino e, em conseqüência dele, uma mulher geralmente produz alguns sintomas neuróticos, que podem estar latentes em sua disposição.

Parece provável que o caso dessa paciente seja um caso típico, e ele esclarece toda uma série de outros casos nos quais a amamentação no seio, ou alguma função semelhante, é impedida por influências neuróticas. Contudo, visto que, no caso por mim relatado, só entendi o mecanismo psíquico por inferências, apressome a acrescentar a afirmação de que, muitas vezes, consegui estabelecer diretamente a ação de um mecanismo psíquico semelhante em sintomas históricos, investigando o paciente sob hipnose.

Aqui, desejo mencionar apenas um dentre os exemplos mais expressivos. Há alguns anos, tratei uma paciente histórica que demonstrava grande força de vontade nos aspectos de sua conduta não afetados pela doença; contudo, nos que estavam assim afetados, ela mostrava bem claramente o peso da carga que lhe impunham os numerosos e opressivos impedimentos e incapacidades históricos. Uma das características mais evidentes era um ruído peculiar que, como um tique, intrometia-se em sua conversa. Posso descrevê-lo melhor,

dizendo que se tratava de um singular estalo da língua, com súbita interrupção do fechamento convulsivo dos lábios. Depois de observá-lo por algumas semanas, perguntei-lhe quando e como aquilo tinha surgido pela primeira vez. "Não sei quando foi", respondeu, "ah! faz muito tempo." Isso me levou a considerar que se tratava de um tique verdadeiro, até que, um dia, me ocorreu fazer-lhe a mesma pergunta estando a paciente em profunda hipnose. Essa paciente, sob hipnose, conseguia chegar (sem haver qualquer necessidade de sugerir-lhe a idéia) ao acervo completo de suas recordações - ou, como eu preferiria expressar-me, a toda a extensão de sua consciência, que se encontrava limitada durante sua vida desperta. Ela respondeu prontamente: "Foi quando minha filha mais nova esteve muito doente; ela havia passado o dia inteiro tendo convulsões, mas, por fim, no final da tarde, adormeceu. Eu estava sentada à beira da cama dela e pensei comigo mesma: 'Agora você tem de ficar absolutamente quieta, para não acordá-la.' Foi então que o estalo ocorreu pela primeira vez. Depois, desapareceu. Mas, um dia, passados alguns anos, quando eu estava passando de carruagem por uma floresta perto de -, sobreveio uma violenta tempestade, e um tronco de árvore junto ao caminho, bem à nossa frente, foi atingido por um raio, de forma que o cocheiro teve de sofrer os cavalos bruscamente, e eu pensei comigo: 'Agora, haja o que houver, você não deve gritar, senão os cavalos disparam'. E naquele momento o estalo veio novamente e persistiu desde essa ocasião". Pude verificar que o ruído que ela fazia não era um tique verdadeiro, pois, a partir do momento em que assim se desvendou sua origem, ele desapareceu e nunca mais retornou durante todos os anos em que permaneci em contacto com a paciente. Esta, porém, foi a primeira ocasião em que consegui observar a origem dos sintomas histéricos mediante a atuação de uma idéia antitética aflitiva - isto é, mediante a contravontade. A mãe, exausta com suas angústias e dúvidas acerca de suas tarefas de cuidar da criança enferma, tomou a decisão de não deixar que sequer um som saísse de seus lábios, com receio de perturbar o sono da filhinha, o qual tinha custado tanto a vir. Mas, no seu estado de exaustão, mostrou-se mais forte a concomitante idéia antitética de que ela, não obstante, pudesse fazer um ruído; e essa idéia teve acesso à inervação da língua, que sua decisão de manter-se em silêncio talvez pudesse ter-se esquecido de inibir, irrompeu no fechamento dos lábios e produziu um ruído que daí em diante permaneceu fixado por muitos anos, especialmente depois que se repetiu a mesma sucessão de fatos.

Existe uma objeção que temos de enfrentar antes de podermos compreender inteiramente esse processo. Pode-se perguntar como sucede a idéia antitética adquirir supremacia em consequência da exaustão geral (que é o que constitui a disposição para o processo). Eu responderia apresentando a teoria de que a

exaustão é apenas parcial. O que está exausto são os elementos do sistema nervoso que formam o fundamento material das idéias associadas com a consciência primária; as idéias que estão excluídas dessa cadeia associativa - isto é, da cadeia de associações do ego normal -, as idéias inibidas e suprimidas, não estão exaustas e, por conseguinte, predominam no momento da disposição para a histeria.

Todo aquele que esteja bem familiarizado com a histeria há de observar que o mecanismo psíquico que acabei de descrever oferece uma explicação não apenas das ocorrências histéricas isoladas, mas também das partes principais da sintomatologia da histeria e, ainda, de uma de suas características mais salientes. Se atentarmos cuidadosamente para o fato de que são as idéias antitéticas aflitivas (inibida e rechaçadas pela consciência normal) que se impõem num primeiro plano, no momento da disposição para a histeria, e têm acesso à inervação somática, então teremos a solução para compreender também a peculiaridade dos delírios dos ataques histéricos. Não é mera coincidência que o delírio histérico das monjas durante as epidemias da Idade Média tenha assumido a forma de blasfêmias violentas e linguagem erótica desenfreada, ou (como observou Charcot no primeiro volume de suas *Leçons du Mardi*) que sejam justamente os meninos de boa educação e bem-comportados os que sofrem de ataques histéricos, nos quais dão livre vazão a todo tipo de insubordinação, a todo tipo de má-criação e má conduta. São os grupos de idéias recalçadas - laboriosamente recalçadas - que entram em ação nesses casos, pela operação de uma espécie de contravontade, quando a pessoa cai vítima de exaustão histérica. Talvez, na realidade, a conexão possa ser mais íntima, pois o estado histérico é possivelmente produzido pela repressão laboriosa; mas, no presente trabalho, não estou levando em consideração os aspectos psicológicos de tal estado. Aqui me interessa simplesmente explicar por que - supondo que haja um estado de disposição para a histeria - os sintomas assumem a forma particular sob a qual os vemos.

Essa emergência de uma contravontade é predominantemente responsável pela característica demoníaca tão freqüentemente mostrada pela histeria - isto é, a característica de os pacientes serem incapazes de fazer alguma coisa precisamente quando e onde mais ardentemente desejam fazê-la; de fazerem justamente o oposto daquilo que lhes foi solicitado; e de serem obrigados a cobrir de maus-tratos e suspeitas tudo o que mais valorizam. A perversidade de caráter que os histéricos mostram, sua ânsia de fazerem a coisa errada, de parecerem doentes quando mais necessitam estar bem - as compulsões dessa ordem (como as conhece todo aquele que já teve contacto com esses pacientes) muitas vezes podem comprometer os caracteres mais irrepreensíveis, quando, durante algum

período, esses pacientes se tornam vítimas desamparadas de suas idéias antitéticas.

Parece destituído de significação querer saber o que acontece às intenções inibidas em relação à vida ideativa normal. Poderíamos ser tentados a responder que elas simplesmente não existem. O estudo da histeria mostra que, não obstante, elas realmente existem, ou seja, que é mantida a modificação física a elas correspondente e que elas são armazenadas e levam a vida insuspeitada numa espécie de reino das sombras, até emergirem como maus espíritos e assumirem o controle do corpo, que, geralmente, está sob as ordens da predominante consciência do ego.

Já disse que esse mecanismo é extremamente característico da histeria, mas devo acrescentar que não ocorre somente na histeria. Encontra-se presente, de modo bastante notável, no tic convulsif, uma neurose que, em matéria de sintomas, tem tanta semelhança com a histeria que todo o seu quadro pode ocorrer como manifestação parcial da histeria. Tanto é assim que Charcot, se não compreendi mal seus ensinamentos sobre esse assunto, após manter separados a histeria e o tic convulsif por algum tempo, conseguiu constatar apenas um aspecto diferencial entre os dois - o tique histérico desaparece, mais cedo ou mais tarde, enquanto o tique verdadeiro persiste. O quadro de tic convulsif grave, como sabemos, é constituído de movimentos involuntários, freqüentemente (ou sempre, conforme opinião de Charcot e Guinon) sob a forma de caretas ou gestos que, numa época, tiveram um significado - de coprolalia, de ecolalia e de idéias obsessivas pertencentes ao âmbito da folie de doute. Contudo, é surpreendente verificar que Guinon, que nunca teve qualquer idéia de penetrar no mecanismo psíquico desses sintomas, nos conta que alguns dos seus pacientes vieram a ter os espasmos e caretas porque uma idéia antitética tinha entrado em ação. Esses pacientes relataram que, em alguma ocasião, tinham visto um tique parecido ou tinham visto um comediante fazer intencionalmente uma careta semelhante, e tinham tido o receio de que pudessem ser obrigados a imitar esses movimentos grotescos. Daí em diante, realmente, tinham começado a imitá-los. Sem dúvida, apenas uma pequena proporção dos movimentos involuntários que ocorrem nos tiques tem essa origem. Por outro lado, seria tentador atribuir a esse mecanismo a origem da coprolalia, um termo usado para descrever a exclamação involuntária, ou melhor, a exclamação a contragosto, dos piores palavrões, que ocorre nos tiques. Assim, a coprolalia teria origem na percepção do paciente de que ele não consegue impedir-se de produzir determinado som, geralmente um "h'm'h'm". Ele então recearia perder o controle também de outros sons, especialmente o controle de palavras que um homem de boa educação evita

usar, e esse receio faria com que se efetuasse o que temia. Guinon não apresenta nenhuma anamnese que confirme essa hipótese; eu próprio nunca tive a oportunidade de interrogar um paciente que sofresse de coprolalia. Por outro lado, na obra desse mesmo autor, encontrei um relato sobre um outro caso de tique em que a palavra pronunciada involuntariamente não pertencia (e isso é muito excepcional) ao vocabulário coprolálico. Tratava-se de um homem adulto que era atormentado pela necessidade de exclamar "Maria"! Quando esse paciente estava na idade escolar, tinha tido uma ligação sentimental com uma menina chamada Maria; ficara totalmente absorto por ela, e esse acontecimento, pode-se supor, o predisps a uma neurose. Naquela época, ele começou a exclamar o nome de seu ídolo no meio da aula, e o nome continuou com ele por boa parte de sua vida, depois de ter esquecido seu caso amoroso. Penso que a explicação deve ser esta: num momento de especial excitação, o seu esforço mais resolutivo de manter em segredo o nome inverteu-se na contravontade e, depois disso, o tique persistiu, como sucedeu no caso de meu segundo paciente. Caso minha explicação desse exemplo esteja correta, seria interessante atribuir ao mesmo mecanismo a coprolalia propriamente dita, visto que as palavras obscenas constituem segredos que todos nós conhecemos, mas cujo conhecimento sempre procuramos ocultar. [1]

PREFÁCIO E NOTAS DE RODAPÉ À TRADUÇÃO DAS CONFERÊNCIAS DAS TERÇAS-FEIRAS, DE CHARCOT (1892-94)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

PREFÁCIO E NOTAS DE RODAPÉ À TRADUÇÃO DAS LEÇONS DU MARDI DE LA SALPÊTRIÈRE (1887-8) DE CHARCOT

(a) EDIÇÃO ALEMÃ:

1892-4 Em J.-M. Charcot, Poliklinische Vorträge [Conferências de Ambulatório], 1, Ano Acadêmico de 1887-1888, iii-vi, Leipzig e Viena, Deuticke.

Parece que esse prefácio e essas notas de rodapé nunca foram reeditados; a tradução de James Strachey é a primeira para o inglês. O livro em francês foi publicado, em Paris, em 1888.

A data de publicação da tradução de Freud levanta algumas dúvidas referentes à cronologia. Seu prefácio é datado de “Junho de 1892” e a página de rosto de alguns exemplares encadernados do livro também leva a data “1892”; mas outros exemplares levam na página de rosto a data “1894”. De fato, o livro foi publicado em fascículos no decorrer desses anos. A uma carta que enviou a Fliess, datada de 28 de junho de 1892, Freud juntou um fascículo (provavelmente o primeiro) com o seguinte comentário: “O fascículo de Charcot que lhe estou enviando hoje é todo ele um sucesso; mas estou aborrecido em virtude de diversos acentos errados e erros de ortografia não corrigidos nas poucas palavras em francês. Desleixo!”

O método de edição em fascículos induz Freud a algumas incoerências nas suas notas de rodapé. Por exemplo, nelas existem duas referências ao artigo de Freud sobre a diferença entre paralisias orgânicas e histéricas (1893c, incluído no presente volume, em [1]), uma antes (ver em [1]) e outra depois (em [1]) da publicação do artigo, a qual de fato se deu no final de junho de 1893. De modo semelhante, existem duas referências provavelmente antes (ver em [1]) e a outra depois (em [1]) da publicação da “Comunicação Preliminar” (1893a), que ocorreu no início de janeiro de 1893. A primeira dessas duas indicações da teoria da catarse talvez seja, na realidade, a sua primeira publicação; infelizmente, porém, não dispomos de material para estabelecer com exatidão a data do fascículo em questão.

O número de notas de rodapé que Freud acrescentou à sua tradução é muito grande, e muitas delas são evidentes críticas às opiniões de Charcot. Em *A Psicopatologia da Vida Cotidiana* (1901b), Freud menciona a matéria um pouco em tom de desculpa: "Acrescentei notas ao texto que traduzi, sem pedir a permissão do autor, e, alguns anos depois, tive motivos para suspeitar de que o autor havia ficado insatisfeito com minha ação arbitrária" (Edição Standard Brasileira, Vol. VI, [1], IMAGO Editora, 1976). As notas de rodapé focalizam principalmente tópicos puramente neurológicos, e aqui incluímos somente aquelas que denotam algum interesse psicológico.

Observe-se por fim, que Charcot morreu (no verão de 1893) antes que a publicação estivesse concluída.

As conferências de Charcot, que aqui se encontram traduzidas para o alemão com a gentil permissão do autor, têm em francês o título de *Leçons du Mardi de la Salpêtrière*. Esse título deriva-se do dia da semana em que o professor titular, pessoalmente, diante do seu auditório, examina pacientes do departamento de ambulatório. O primeiro volume dessas *Leçons* surgiu em 1888, de modo muito modesto, como "Notas de MM. Blin, Charcot Júnior e Colin". No corrente ano (1892), foi revisado pelo autor; e essa revisão é a base de nossa edição alemã.

A edição francesa foi apresentada por um prefácio escrito pelo Dr. Babinski, no qual esse discípulo preferido de Charcot insiste, com justificado orgulho, em como emanou do "Mestre" uma abundância quase inexaurível de estímulos e ensinamentos, ainda muitos anos depois, e insiste em quão imperfeitamente o estudo de seus escritos publicados substitui o efeito que tinha o seu ensino oral. Ele acredita, pois, que se justifica o plano de difundir junto ao público essas conferências improvisadas e, assim ampliar incomensuravelmente o círculo de seus discípulos e ouvintes. E penso que todo aquele que teve o privilégio de, ao menos por um curto período de tempo, ver o grande pesquisador trabalhando e assimilar seus ensinamentos, haverá de concordar inteiramente com o Dr. Babinski.

Essas conferências realmente encerram tanto material novo que ninguém, nem mesmo os especialistas no assunto, as lerá sem um considerável acréscimo em

seus conhecimentos. E esse material novo se reveste de uma forma tão estimulante e esplêndida que o livro está destinado, como talvez nenhuma outra obra desde as Leçons de Trousseau, a servir como manual para os estudantes e para todos os médicos que desejem manter seu interesse pela neuropatologia.

O encanto peculiar dessas conferências reside no fato de que, na sua maior parte, elas foram inteiramente improvisadas. O professor não conhece o paciente que lhe é apresentado, ou o conhece apenas superficialmente. É obrigado a conduzir-se diante de seu auditório tal como habitualmente o faz somente em sua clínica particular, exceto quanto ao detalhe de que pensa em voz alta e permite que os ouvintes participem do rumo de suas conjecturas e investigações. Interroga o paciente, examina um sintoma e depois outro, e dessa forma estabelece o diagnóstico do caso, delimitando-o ou confirmando-o com outros exames. Observamos que ele comparou o caso que tem diante de si com um acervo de quadros clínicos derivados de sua experiência e arquivados na sua memória, e identificou os sinais visíveis do presente caso com um desses quadros. De fato, também é assim que todos nós, à beira do leito de um enfermo, chegamos a um diagnóstico, embora o ensino oficial da clínica, muitas vezes, dê ao estudante uma idéia diferente. A isto se seguem os comentários acerca do diagnóstico diferencial, e o conferencista se empenha em tornar claros os fundamentos em que se baseou sua identificação: fundamentos que, conforme sabemos, muitos médicos com habilidade para fazer diagnósticos não sabem explicitar, embora seu juízo seja determinado por eles. A discussão restante refere-se às peculiaridades clínicas do caso. O quadro clínico, a "entité morbide", permanece a base de todo o estudo; mas o quadro clínico é formado por uma série de fenômenos, uma série que freqüentemente se ramifica em numerosas direções. A identificação clínica do caso consiste em definir a sua localização dentro da série de fenômenos. No centro da série está o "type", a forma extrema do quadro clínico, consciente e intencionalmente esquematizada; ou, então, podem ser estabelecidos diversos desses tipos, que estão conectados por formas de transição. Certamente é verdade que o type, a descrição completa e característica do quadro clínico, pode ser encontrado; mas os casos que de fato são observados geralmente divergem do tipo: determinados detalhes do quadro estão apagados; esses casos podem ser agrupados em uma ou mais séries que se afastam do quadro e por fim terminam em formas rudimentares, praticamente indeterminadas (formes frustes), nas quais somente um especialista consegue reconhecer derivados do tipo. Enquanto a descrição dos quadros clínicos é o tema central da nosografia, a tarefa da clínica médica é averiguar até o fim a forma individual que cada caso assume e a combinação de seus sintomas.

Aqui enfatizei os conceitos de "entité morbide", de séries, de "type" e de

“formes frustes”, porque é no emprego desses conceitos que repousa a principal característica do método francês de trabalhar em clínica médica. Essa forma de abordagem é, de fato, estranha ao método alemão. Para este, o quadro clínico e o tipo não desempenham qualquer papel de relevo, e é explicada pela evolução dos clínicos alemães: uma tendência a fazer uma interpretação fisiológica do estado clínico e da inter-relação dos sintomas. A observação clínica dos franceses, indubitavelmente, ganha em auto-suficiência, no sentido de que relega a plano secundário os critérios relativos à fisiologia. A exclusão destes, no entanto, pode ser a principal explicação para a impressão enigmática que os métodos clínicos franceses causam ao não-iniciado. Aliás, nisso não há nenhum descaso pela fisiologia, mas uma deliberada exclusão, que é considerada vantajosa. Ouvi Charcot dizer: “Je fais la morphologie pathologique, je fais même un peu l’anatomie pathologique; mais je ne fais pas la physiologie pathologique, j’attends que quelqu’un autre la fasse”.

A apreciação que fazemos dessas conferências ficaria lamentavelmente incompleta se a interrompêssemos neste ponto. O interesse por uma conferência só era propriamente despertado quando o diagnóstico tinha sido feito e o caso, examinado de acordo com suas peculiaridades. Depois, Charcot se valia da vantagem que lhe oferecia a liberdade desse método de ensino para fazer daquilo que tínhamos visto o ponto de partida para comentários sobre casos semelhantes de que se lembrava, e para iniciar as mais esclarecedoras discussões sobre tópicos essencialmente clínicos de sua etiologia, hereditariedade e correlação com outras doenças. Era nessas ocasiões que, fascinados tanto pelo talento artístico do narrador como pela inteligência penetrante do observador, ouvíamos atentamente as pequenas histórias que mostravam como uma experiência clínica tinha levado a uma nova descoberta; era então que, em companhia de nosso mestre, éramos conduzidos da consideração de um quadro clínico, relativo a uma doença nervosa, para o debate de algum problema fundamental da doença em geral; era também nessas ocasiões que todos víamos, a um só tempo, o mestre e o médico dando lugar ao sábio, cuja mente aberta absorveu o grande e variado panorama das realizações do mundo e que nos proporciona um vislumbre de como as doenças nervosas não devem ser consideradas uma extravagância da patologia, mas sim um componente necessário de todo o conjunto. Essas conferências apresentam um quadro tão preciso da maneira de falar e de pensar de Charcot que, para todo aquele que um dia foi seu ouvinte, torna-se viva a lembrança da voz e dos gestos do mestre, e retornam as horas preciosas em que o encanto de uma grande personalidade atraía irresistivelmente os seus ouvintes para os temas e os problemas da neuropatologia.

Devo acrescentar algumas palavras para justificar as notas que, impressas em tipos menores, interrompeu a seqüência da exposição de Charcot, em intervalos

muito irregulares. Essas notas são de minha autoria e, em parte, constituem explicações do texto e referências adicionais à bibliografia; mas, em parte, são objeções e anotações críticas, tais como as que podem ocorrer a quem está ouvindo uma conferência. Espero que estes comentários não venham a ser entendidos como se eu estivesse tentando, de algum modo, colocar minhas opiniões acima das de meu respeitado mestre, a quem muito devo pessoalmente como seu discípulo. Simplesmente estou pretendendo exercer o direito de criticar, do qual se serve, por exemplo, todo autor de resenha de revista técnica, independentemente dos seus próprios méritos. Na neuropatologia existem tantas coisas ainda não explicadas e ainda passíveis de debate, e a compreensão das mesmas pode beneficiar-se tanto com esse debate, que me aventurei a pôr em discussão alguns desses pontos, mencionados de passagem nas conferências. É por demais evidente que o faço segundo meu próprio ponto de vista, na medida em que este diverge das teorias do Salpêtrière. No entanto, com estes comentários não se pretende dar ensejo a que os leitores de Charcot lhes dispensem mais atenção do que eles mereceriam por sua própria natureza.

Ao traduzir essas conferências, meu esforço se fez no sentido não propriamente de imitar o estilo incomparavelmente claro, e ao mesmo tempo elevado, de Charcot - o que seria inatingível para mim -, mas de obscurecer o menos possível sua linguagem caracteristicamente informal.

DR. SIGM. FREUD

VIENA, junho de 1892

EXTRATOS DAS NOTAS DE RODAPÉ DE FREUD À SUA TRADUÇÃO DAS
CONFERÊNCIAS DAS TERÇAS-FEIRAS, DE CHARCOT

Pág. 107

[Charcot tinha feito uma descrição dos ataques histéricos.]

...Sirvo-me da oportunidade que me oferece o texto para apresentar ao leitor uma opinião independente sobre os ataques histéricos. O "tipo" de Charcot, com

suas modificações e com a possibilidade de cada fase tornar-se independente e representar o ataque inteiro etc., sem dúvida é suficientemente extenso para abranger todas as formas de ataque observadas. Por essa mesma razão, alguns poderão argumentar que ele não representa uma verdadeira entidade.

Procurei abordar o problema dos ataques históricos segundo um outro critério diferente do descritivo; examinando pacientes históricos em estado hipnótico, cheguei a novos achados, alguns dos quais mencionarei aqui. O ponto central de um ataque histórico, qualquer que seja a forma em que este apareça, é uma lembrança, a revivescência alucinatória de uma cena que é significativa para o desencadeamento da doença. É esse evento que se manifesta de forma perceptível na fase das "attitudes passionelles"; mas também está presente quando o ataque parece consistir somente em fenômenos motores. O conteúdo da lembrança geralmente é ou um trauma psíquico, que, por sua intensidade, é capaz de provocar a irrupção da histeria no paciente, ou é um evento que, devido à sua ocorrência em um momento particular, tornou-se um trauma.

Nos casos conhecidos como histeria "traumática", esse mecanismo é evidente até à observação mais superficial, mas também pode ser demonstrado na histeria em que não existe um único trauma de maior significação. Em tais casos, constatamos traumas menores, repetidos, ou, quando predomina o fator da disposição, lembranças em si mesmas indiferentes, mas que assumem a intensidade de traumas. Um trauma teria de ser definido como um acréscimo da excitação no sistema nervoso, que este é incapaz de fazer dissipar-se adequadamente pela reação motora. Um ataque histórico talvez deva ser considerado como uma tentativa de completar a reação ao trauma.

- Neste ponto, posso remeter a um trabalho sobre esse assunto, iniciado em colaboração com o Dr. Josef Breuer.

Pág. 137

[Charcot descrevera casos em que meninos de esmerada educação tinham ataques históricos acompanhados por explosões de linguagem obscena.]

Seria casual que os ataques em jovens de cuja boa educação e boas maneiras Charcot fala elogiosamente assumam a forma de delírio furioso e linguagem

desaforada? Penso que isso em nada difere do fato conhecido de que os delírios histéricos das monjas se manifestam sob a forma de blasfêmias e imagens eróticas. Nisso podemos suspeitar da existência de uma conexão que nos permite uma profunda compreensão interna do mecanismo dos estados histéricos. Nos delírios histéricos, emerge um material sob a forma de idéias e impulsos à ação que a pessoa, em seu estado sadio, rechaçou e inibiu - muitas vezes, inibiu mediante um grande esforço psíquico. Algo parecido aplica-se a muitos sonhos, que desfiam associações adicionais que foram rejeitadas ou interrompidas durante o dia. Foi nesse fato que baseei a teoria da "contravontade histérica", que abrange um bom número de sintomas histéricos.

Pág. 142

[Charcot discutia um caso em que apareciam simultaneamente sintomas de tique e obsessões.]

Posso lembrar aqui um caso interessante que observei recentemente; esse caso mostrava uma variante nova da relação entre o tique e a obsessão. Um homem de 23 anos consultou-me em virtude de sofrer de obsessões de uma espécie típica. Dos 8 aos 15 anos ele tinha sofrido de um tique violento, que daí em diante desapareceu. As obsessões surgiram aos 12 anos e se tornaram muito mais graves recentemente.

Pág. 210

[Freud escreve uma longa nota de rodapé em que trata de uma minuciosa discussão exposta por Charcot, que sustentava que, em determinados casos, podia ocorrer completa hemianestesia, devido a um tipo especial de lesão orgânica central, nesses casos exatamente semelhante à hemianestesia histérica. Em especial, Charcot negava que em tais casos estivesse presente a hemianopsia.]

...Quando, certa vez, me dispus a fazer-lhe perguntas sobre esse ponto e argumentar que isso contrariava a teoria da hemianopsia, ele saiu-se com este excelente comentário: "La théorie c'est bon; mais ça n'empêche pa d'exister". Se ao menos se soubesse o que é que existe!...

Pág. 224

[Charcot tinha afirmado que a hereditariedade era a "causa verdadeira" dos

ataques histéricos de um paciente, de sua vertigem e de sua agorafobia.]

Eu me animo a apontar uma contradição nesse ponto. Com maior freqüência, a causa da agorafobia, assim como de outras fobias, está não na hereditariedade, mas nas anormalidades da vida sexual. É até possível especificar a forma de mau uso da função sexual em questão. Esses distúrbios podem ser adquiridos, em qualquer grau de intensidade; naturalmente, havendo a mesma etiologia, ocorrem com maior intensidade em pessoas com disposição hereditária.

Pág. 237

[Charcot discutia um caso de doença de Graves.]

Alguns leitores, assim como eu, por certo farão objeções à teoria etiológica de Charcot, que não faz distinção entre a disposição para as neuroses e a disposição para as doenças nervosas orgânicas, que não leva em conta o papel desempenhado pelas doenças nervosas adquiridas (que é impossível superestimar) e que considera uma tendência à artrite em pessoas da família como uma disposição neuropática hereditária. Sua valorização excessiva da influência do fator hereditário também explica o fato de que, ao abordar a doença de Graves, Charcot não menciona o órgão em cujas alterações, segundo indicações de peso nos aconselham, devemos procurar a verdadeira causa da afecção. Refiro-me naturalmente, à glândula tireóide e, em conexão com essa discussão sobre o fato de a disposição hereditária e o trauma psíquico desempenharem papel importante no desenvolvimento da doença, posso mencionar o excelente artigo de Moebius sobre a doença de Graves, na *Deutsche Zeitschrift für Nervenheilkunde*, 1 (1891).

Pág. 268

[Charcot mostrava a diferença entre afasia orgânica e histérica.]

Quando deixei o Salpêtrière, em 1886, Charcot incumbiu-se de efetuar um estudo comparativo das paralisias orgânicas e histéricas, com base nas observações feitas pelo Salpêtrière. Executei o trabalho, mas não o publiquei. Seu resultado é uma ampliação da tese aqui exposta por Charcot: as paralisias histéricas se caracterizam por dois fatores e, em particular, além disso, por uma convergência dos mesmos. Em primeiro lugar, elas são capazes de possuir a

maior intensidade e, em segundo lugar, de apresentar a mais nítida delimitação, e se diferenciam especialmente das paralisias orgânicas quando combinam intensidade e delimitação. Uma monoplegia do braço, que seja de causa orgânica, pode limitar-se exclusivamente ao braço; mas nesse caso quase nunca é absoluta. Tão logo sua intensidade cresce, também a paralisia se torna mais extensa; de fato, observamos regularmente que, então, ela se acompanha também de um discreto grau de paresia na face e na perna. Quando se limita apenas ao braço e, ao mesmo tempo, é absoluta, a paralisia só pode ser histérica. [1]

Pág. 286

[Charcot estivera dando conselhos técnicos sobre o uso da sugestão: "Os ingleses, que certamente são pessoas práticas, têm na sua linguagem um conselho: 'Não faça profecias, a menos que você tenha certeza'. Gostaria de me juntar a essa maneira de pensar e os aconselharia a que agissem da mesma forma. Na verdade, se, em caso de indubitável paralisia de origem psíquica, você diz ao paciente, com plena confiança: 'Levante-se e ande!', e se ele realmente o faz, você de fato pode atribuir a si mesmo e ao seu diagnóstico o milagre que realizou. Mas eu os aconselho a não irem demasiado longe nessas coisas e, antes de tudo, a considerarem o modo como, no possível caso de um fracasso, vocês poderão garantir-se uma saída honrosa'."]

Com estas sábias palavras Charcot revela um dos maiores inconvenientes com que tem de contar o uso prático da sugestão em estado desperto e sob hipnose superficial. A longo prazo, nem o médico nem o paciente podem tolerar a contradição criada entre a decidida negação da doença, contida na sugestão, e a necessária constatação da doença fora da sugestão.

Pág. 314

[Charcot expusera o caso clínico de um paciente histérico cuja doença aparentemente resultara de intoxicação por mercúrio.]

Os leitores dessas conferências provavelmente estão cientes de que P. Janet, Breuer e eu, assim como outros autores, em data muito recente, procuramos delinear uma teoria psicológica dos fenômenos histéricos com base nos trabalhos escritos de Charcot (sobre a explicação das paralisias histerotraumáticas). Por

mais sólida e promissora que essa teoria possa nos parecer, a prudência recomenda admitir que, até o momento, não se deu nenhum passo no sentido de mostrar que a histeria por intoxicação, ou que a analogia entre hemiplegia histérica e orgânica, ou que a origem das contraturas históricas possam estar subordinadas à idéia básica dessa linha de abordagem. Espero que essa tarefa não se mostre insolúvel ou, pelo menos, que esses fatos não venham a se revelar inconciliáveis com a teoria psicológica.

Pág. 368

[Charcot assinalava o diagnóstico diferencial entre monoplegias orgânicas e históricas.]

Num breve trabalho ("Quelques considérations pour une étude comparative des paralysies motrices organiques et hystériques", Archives de Neurologie, N° 77, 1893), procurei ampliar essa observação de Charcot e debati sua relação com a teoria das neuroses.

Pág. 371

[Charcot descrevia os diferentes ataques apresentados por uma jovem histérica.]

Por certo não estaremos compreendendo mal Charcot se, a partir dos seus comentários sobre "hystéro-épilepsie à crises mixtes" e "à crises séparées", concluirmos que o termo "histeroepilepsia" é certamente objetável e que o seu uso deve ser totalmente abolido. Alguns dos pacientes indicados sob essa designação simplesmente padecem de histeria; outros sofrem de histeria e epilepsia, duas doenças que têm pouca relação essencial entre si e que só por acaso são encontradas num mesmo indivíduo. Uma afirmação como esta pode não ser desnecessária, visto que muitos médicos, não obstante, parecem ser da opinião de que a "histeroepilepsia" é um agravamento da histeria, ou uma transição da histeria para a epilepsia. Sem dúvida, ao se criar o termo "histeroepilepsia", houve a intenção de veicular esse significado. Mas Charcot, há muito tempo, abandonou tal ponto de vista; e não há por que ficarmos desatualizados em relação a ele nesse ponto.

Pág. 399

[Charcot expressara sua opinião sobre o excesso de trabalho como causa de "neurastenia cerebral".]

Todas essas discussões etiológicas referentes à neurastenia são incompletas na medida em que não são consideradas as influências nocivas sexuais, as quais, em minha experiência, constituem o fator mais importante, o único fator etiológico indispensável.

Pág. 404

[A propósito de uma discussão sobre os determinantes hereditários das neuroses.]

...A teoria da "famille névropathique" certamente necessita de uma revisão urgente.

Pág. 417

[Tópico semelhante ao anterior.]

...Difícilmente poderia resistir a uma crítica séria a concepção da famille névropathique - que, aliás, engloba quase tudo que conhecemos sob a forma de doenças nervosas, orgânicas e funcionais, sistêmicas e acidentais.

ESBOÇOS PARA A COMUNICAÇÃO PRELIMINAR DE 1893 (1940-41 [1892])

Os três apontamentos condensados que vêm a seguir estavam incluídos entre os escritos póstumos de Freud, no volume XVII das *Gesammelte Werke*. (Dados bibliográficos mais detalhados encontram-se anexados a cada um dos esboços, adiante.) Os editores da edição alemã nos informam que todos os três escritos tinham estado em poder de Breuer, mas foram por este devolvidos a Freud em 1909, ano seguinte ao da publicação da segunda edição dos *Estudos sobre a Histeria*. Freud acusou o recebimento deles numa carta que leva a data de 8 de outubro de 1909: "Agradeço-lhe muito por me dar a oportunidade de reaver os velhos esboços e rascunhos, que me parecem muito interessantes. Quanto às notas a respeito dos ataques histéricos [Esboço C, adiante], deve ser como você diz; mas não guardei o manuscrito depois de publicado".

Conquanto o segundo desses esboços não traga data, não cabem dúvidas de que todos os três foram escritos no final de 1892, em preparação para a "Comunicação Preliminar" - "Sobre o Mecanismo Psíquico dos Fenômenos

Históricos” (1893a), Edição Standard Brasileira, Vol. II, [1], IMAGO Editora, 1974. Esse trabalho, produzido em colaboração com Josef Breuer, foi publicado nos dias 1 e 15 de janeiro de 1893.

Grande parte desses esboços encontra-se numa forma altamente condensada, mas é possível descobrir, quase que um por um, todos os elementos que depois se encontram enunciados de modo mais claro na “Comunicação Preliminar”. Há, contudo, uma exceção especial. O “princípio da constância” está enunciado com muita clareza, e possivelmente pela primeira vez na Seção 5 do Esboço C (em [1]); mas, por algum motivo ignorado, está inteiramente omitido na “Comunicação Preliminar”. Um apanhado completo da história do “princípio da constância” pode ser encontrado no Apêndice do Editor Inglês a propósito das “Hipóteses Fundamentais de Freud” na Edição Standard Brasileira, Vol. III, ver em [1], IMAGO Editora, 1977.

(A) CARTA A JOSEF BREUER

29.6.92

Prezado amigo,

A satisfação com que despreocupadamente lhe entreguei essas minhas poucas páginas deu lugar ao desassossego que tão facilmente acompanha os esforços de pensar. Atormenta-me este problema: como oferecer um quadro bidimensional de algo tão sólido como a nossa teoria da histeria. Sem dúvida, a questão principal é saber se devemos descrevê-la do ponto de vista histórico e começar com todos os casos clínicos (ou dois dentre os melhores), ou se, de outro lado, devemos começar por afirmar dogmaticamente as teorias que formulamos à guisa de explicação. Penso que é preferível a segunda sugestão; o material ficaria assim disposto:

(1) Nossas teorias:

(a)

O teorema referente à constância da soma da excitação.

(b)

A teoria da memória.

(c)

O teorema que estabelece que os conteúdos dos diferentes estados de consciência não estão relacionados entre si.

(2) A origem dos sintomas histéricos crônicos: sonhos, auto-hipnose, afetos e resultados dos traumas absolutos. Os três primeiros desses fatores relacionam-se com a disposição; o último relaciona-se com a etiologia. Parece que os sintomas crônicos correspondiam a um mecanismo normal; são deslocamentos [tema subsidiário], em parte, ao longo de uma via normal (modificação interna) de somas de excitação que não foram dissipadas. Motivo do deslocamento: tentativa de reação. Motivo da persistência: teorema (c) [acima], referente ao isolamento associativo. - Comparação com a hipnose. [1]

Tema subsidiário: A respeito da natureza do deslocamento: localização dos sintomas histéricos crônicos.

(3) O ataque histérico: Também uma tentativa de reação, por meio da recordação etc.

(4) A origem dos estigmas histéricos: Altamente obscura, escassos indícios.

(5) A fórmula patológica da histeria: Histeria disposicional e acidental. A série proposta por mim. A magnitude da soma da excitação, o conceito de trauma, o segundo estado da consciência.

(B) III

No que escrevemos acima, tivemos de salientar como fato observado que as recordações subjacentes aos fenômenos histéricos estão ausentes da memória acessível do paciente, ao passo que, sob hipnose, elas podem ser despertadas com a clareza de alucinações. Também salientamos que numerosas recordações dessa ordem relacionam-se a fatos ocorridos em estados peculiares (como cataplexia devida ao susto, estados oniróides, auto-hipnose, e assim por diante), cujo conteúdo não está em conexão associativa com a consciência normal. Assim, com relação a isso, ainda nos era impossível discutir o que é que determina a ocorrência dos fenômenos histéricos, sem primeiro considerar uma hipótese especial, que procura caracterizar a disposição histérica. Na histeria, de acordo com essa hipótese, o conteúdo da consciência com facilidade se torna temporariamente dissociado, e determinados complexos de idéias, que não estão em conexão associativa, com facilidade se desgarram. A disposição histérica, portanto, deve ser pesquisada quando estados dessa espécie aparecem espontaneamente (devido a causas internas), ou se produzem facilmente devido a influências externas; e podemos supor uma série de casos em que esses dois fatores desempenham um papel de importância variável.

Descrevemos esses estados como "hipnóides" e enfatizamos que uma característica essencial deles é o fato de seu conteúdo, em grau maior ou menor, estar desconectado do conteúdo restante da consciência, e assim se encontrar privado da possibilidade de ser liberado pelas associações - do mesmo modo que no sonhar e no estado de vigília, um modelo de dois estados que diferem entre si, não estamos inclinados a fazer associações de um estado para o outro, mas apenas associações dentro de cada um deles em particular. Em pessoas com disposição histérica, qualquer afeto pode dar origem a uma divisão desse tipo; e uma impressão recebida durante a vigência do afeto se tornaria, assim, um trauma, mesmo que não fosse suficiente, em si, para agir como um trauma. Ademais, a impressão mesma poderia produzir o afeto. Na sua forma completamente desenvolvida, esses estados hipnóides, entre os quais pode haver conexões associativas, formam a condition seconde, tão conhecida nos casos clínicos. Mas os rudimentos de tal disposição, segundo parece, são identificáveis em qualquer pessoa e podem ser desenvolvidos por traumas apropriados, mesmo em pessoas sem essa disposição. A vida sexual é especialmente apropriada para proporcionar o conteúdo [de tais traumas], devido ao contraste muito grande que representa para o restante da personalidade e por ser impossível reagir a suas idéias.

Deve-se compreender que nossa terapia consiste em remover os resultados das idéias que não sofreram ab-reação, seja revivendo o trauma num estado de sonambulismo, e então ab-reagindo e corrigindo-o, seja trazendo-o para o plano

da consciência normal, sob hipnose relativamente superficial.

(C) SOBRE A TEORIA DOS ATAQUES HISTÉRICOS

Até onde sabemos, não há, por enquanto, nenhuma teoria dos ataques histéricos, mas apenas uma descrição dos mesmos, feita por Charcot, que se relaciona ao raro e prolongado "grande attaque hystérique [grande ataque histérico]". Segundo Charcot, um ataque "típico" dessa espécie compõe-se de quatro fases: (1) fase epileptóide, (2) fase dos grandes movimentos, (3) fase das "attitudes passionnelles", (4) fase do delírio terminal. Todas as variadas formas de ataques histéricos, que o médico tem oportunidade de observar com mais freqüência do que o típico grande ataque, surgem, conforme nos diz Charcot, na medida em que essas distintas fases se tornam independentes, ou se prolongam, ou se modificam, ou são omitidas.

Essa descrição não projeta absolutamente nenhuma luz sobre alguma conexão que possa haver entre as diferentes fases, sobre a importância dos ataques no quadro geral da histeria, ou sobre a maneira como os ataques são modificados em cada paciente individualmente. Talvez não estejamos equivocados ao supor que a maioria dos médicos tende a considerar o ataque histérico como "uma descarga periódica dos centros motores e psíquicos do córtex cerebral".

Formamos nossa opinião sobre os ataques histéricos tratando pacientes histéricos por meio da sugestão hipnótica e, desse modo, investigando seus processos psíquicos durante o ataque. A exposição que fazemos a seguir é o que pensamos a respeito do ataque histérico; e devemos preliminarmente assinalar que, para a explicação dos fenômenos histéricos, é indispensável supor a presença de uma dissociação - uma divisão no conteúdo da consciência.

(1) O elemento constante e essencial de um ataque histérico (recorrente) é o retorno de um estado psíquico que o paciente já experimentou anteriormente - em outras palavras, o retorno de uma lembrança.

Afirmamos, pois, que a parte essencial de um ataque histérico está situada na fase que Charcot denominou de attitudes passionnelles. Em muitos casos, é bastante evidente que essa fase encerra uma lembrança oriunda da vida do paciente e, freqüentemente, na verdade, essa lembrança é sempre a mesma. Mas, em outros casos, essa fase parece estar ausente, e o ataque aparentemente consiste apenas em fenômenos motores - contrações epileptóides, ou um estado de imobilidade cataléptica, ou um estado semelhante ao sono; contudo, mesmo nesses casos, o exame sob hipnose evidencia nitidamente um processo mnêmico psíquico tal como, em geral, se manifesta francamente na phase passionnelle.

Os fenômenos motores de um ataque nunca são desprovidos de relação com seu conteúdo psíquico; ou exprimem no seu aspecto geral a emoção concomitante, ou correspondem exatamente às ações envolvidas no processo alucinatório.

(2) A lembrança que forma o conteúdo de um ataque histérico não é uma lembrança qualquer; é o retorno do evento que causou a irrupção da histeria - o trauma psíquico.

Essa relação também se manifesta nos casos clássicos de histeria traumática, segundo demonstrado por Charcot em pacientes do sexo masculino; nesses casos, um indivíduo previamente não-histérico passava a sofrer de uma neurose após um único episódio de medo intenso (como um acidente ferroviário, uma queda etc.). Nesses casos, o conteúdo do ataque consiste na reprodução alucinatória do evento que pôs em perigo a vida da pessoa, reprodução essa que talvez se acompanhe das seqüências de pensamentos e impressões da sensibilidade que passaram por sua mente na ocasião. Mas a conduta desses pacientes não difere da conduta de pacientes comuns do sexo feminino; é um modelo exato desta. Se examinarmos o conteúdo dos ataques de uma dessas pacientes na forma como foi indicado, depararemos com eventos que, por sua natureza, são igualmente apropriados para atuar como traumas (por exemplo, sustos, ofensas humilhantes, frustrações). Nesses casos, porém, o grande trauma isolado está substituído, geralmente, por uma série de traumas menores que se inter-relacionam por sua semelhança ou pelo fato de fazerem parte de uma história penosa. Esses pacientes, por conseguinte, muitas vezes têm ataques de tipos diferentes, cada um desses com um conteúdo mnêmico particular. Esse fato torna necessário ampliar consideravelmente o conceito de histeria traumática.

Num terceiro grupo de casos, constatamos que o conteúdo dos ataques consiste em lembranças que não consideraríamos capazes, por si mesmas, de constituir

traumas. Evidentemente, devem isto ao fato de se terem associado, numa coincidência fortuita, com um momento em que a disposição histórica da pessoa se encontrava patologicamente intensificada e, com isso, foram elevadas à condição de traumas.

(3) A lembrança que forma o conteúdo de um ataque histórico é uma lembrança inconsciente, ou, mais corretamente, faz parte do segundo estado da consciência, que está presente, organizado em grau maior ou menor, em toda histeria. Por conseguinte, essa lembrança ou está inteiramente ausente da recordação do paciente, quando este se encontra em seu estado normal, ou está presente apenas em forma rudimentar, condensada. Se conseguirmos trazer essa lembrança inteiramente à consciência normal, ela deixa de ter a capacidade de produzir ataques. Durante um ataque real, o paciente se encontra parcial ou totalmente no segundo estado de consciência. Nesse último caso, o ataque inteiro é coberto pela amnésia, durante sua vida normal; no primeiro caso, o paciente apercebe-se da modificação em seu estado e da sua conduta motora, mas os eventos psíquicos que ocorrem durante o ataque lhe permanecem ocultos. No entanto, podem ser despertados a qualquer momento pela hipnose.

(4) A questão da origem do conteúdo mnêmico dos ataques históricos coincide com a outra questão: o que decide se uma experiência (uma idéia, intenção etc.) haverá de se localizar na segunda consciência, e não na consciência normal? Descobrimos, com certeza, dois desses determinantes nas pessoas históricas:

Se uma pessoa histórica intencionalmente procura esquecer uma experiência, ou decididamente rechaça, inibe e suprime uma intenção ou idéia, esses atos psíquicos, em consequência, entram no segundo estado da consciência; daí produzem seus efeitos permanentes e a lembrança deles retorna sob a forma de ataque histórico. (Cf. histeria em monjas, em mulheres castas, em adolescentes de boa educação, em pessoas com aspirações artísticas ou teatrais etc.)

As impressões recebidas durante estados psíquicos não-habituais (como os estados afetivos, estados de êxtase ou auto-hipnose) também entram no segundo estado da consciência.

Pode-se acrescentar que esses dois fatores muitas vezes se combinam por meio de vínculos internos e que provavelmente há outros determinantes além destes.

(5) O sistema nervoso procura manter constante, nas suas relações funcionais, algo que podemos descrever como a "soma da excitação". Ele executa essa precondição da saúde eliminando associativamente todo acúmulo significativo de

excitação, ou, então, descarregando-o mediante uma reação motora apropriada. Se partirmos desse enunciado, o qual, aliás, tem implicações de amplo alcance, verificaremos que as experiências psíquicas que formam o conteúdo dos ataques histéricos têm uma característica que lhes é comum. Todas são impressões que não conseguiram encontrar uma descarga adequada, seja porque o paciente se recusa a enfrentá-las, por temor de conflitos mentais angustiantes, seja porque (tal como ocorre no caso de impressões sexuais) o paciente se sente proibido de agir, por timidez ou condição social, ou, finalmente, porque recebeu essas impressões num estado em que seu sistema nervoso estava impossibilitado de executar a tarefa de eliminá-las.

Chegamos, assim, também a uma definição de trauma psíquico, que pode ser empregada na teoria da histeria: transforma-se em trauma psíquico toda impressão que o sistema nervoso tem dificuldade em abolir por meio do pensamento associativo ou da reação motora.

**ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARA UM ESTUDO
COMPARATIVO DAS PARALISIAS MOTORAS
ORGÂNICAS E HISTÉRICAS (1893 [1888-1893])**

NOTA DO EDITOR INGLES

QUELQUES CONSIDÉRATIONS POUR UNE ÉTUDE COMPARATIVE DES
PARALYSIES MOTRICES ORGANIQUES ET HYSTÉRIQUES

(a) EDIÇÕES FRANCESAS:

1893 Arch. Neurol., 26 (77), 29-43. (Julho.)

1906 S. K. N .S., 1, 30-44^a (1911, 2^a ed.; 1920, 3^a ed.; 1922, 4^a ed.)

1925 G. S., 1, 273-89.

1952 G.W., 1, 39-55.

(b)TRADUÇÃO INGLESA:"Some Points in a Comparative Study of Organic and Hysterical Paralyzes"

1924 C. P., 1, 42-58. (Tad. de M. Meyer.)

Incluído (Nº XXVIII) no sumário dos primeiros trabalhos de Freud organizado por ele próprio (1897b). O original foi escrito em francês. A presente tradução inglesa é uma nova tradução, com título modificado, feita por James Strachey.

Esse artigo tem toda uma longa história atrás de si, narrada em detalhes por Ernest Jones (1953, 255-7). Aparentemente, o tema da presente investigação foi sugerido por Charcot a Freud, em fevereiro de 1886, pouco antes de este partir de Paris. No seu "Relatório sobre Meus Estudos em Paris e Berlim" (1956a) escrito em abril de 1886, imediatamente após o regresso a Viena, Freud escreve que suas conversas com Charcot "levaram-me a preparar um artigo que está por ser publicado nos Archives de Neurologie e que tem como título 'Vergleichung der hysterischen mit der organischen Symptomatologie'" ["Comparação entre a Sintomatologia Histórica e a Orgânica"]. (Ver em [1]) Assim, parece que o artigo já estava escrito naquela época; porém, mais de dois anos após, em carta a Fliess de 28 de maio de 1888, ele escreve: "O primeiro rascunho das 'paralisias históricas' está agora concluído; não sei quando concluirei o segundo". (Freud, 1950a, Carta 4.) Três meses depois, escreve novamente, em 29 de agosto: "Agora estou justamente terminando as paralisias históricas e orgânicas o que me

deixa mesmo muito satisfeito” (ibid., Carta 5). Ademais, em seu prefácio (que também leva a data “agosto de 1888”) à tradução do livro sobre a sugestão de Bernheim (Freud, 1888-9), ele se refere ao presente assunto e fala de um trabalho “que está por ser publicado em breve” (em [1]). Seguem-se então cinco anos de completo silêncio, rompido mais uma vez por uma carta a Fliess, em 30 de maio de 1893 (ibid., Carta 12): “O livro que hoje estou lhe remetendo não é muito interessante. O outro trabalho, sobre paralisias histéricas, menor e mais interessante, vai surgir no começo de junho”. A 10 de julho (ibid., Carta 13): “As paralisias histéricas deveriam ter sido publicadas há muito tempo; provavelmente aparecerão no número de agosto. É um artigo muito curto... Talvez você possa estar lembrado de que eu já me ocupava dessa questão quando você era meu aluno, e que, naquela época, proferi uma de minhas conferências na Universidade sobre esse assunto”. Isto se teria passado no outono de 1887, quando Fliess assistiu a algumas das conferências de Freud em Viena. E, por fim, numa outra carta (não publicada) a Fliess, de 24 de julho de 1893: “Enfim, foram publicadas as paralisias histéricas”.

Não existe nada que mostre qual a natureza dos “motivos fortuitos e pessoais a que Freud se refere aqui (em [1]) para explicar o atraso de cinco anos na publicação do rascunho original, aparentemente concluído. (Cf. também em [1]) Não sabemos dizer se também este foi escrito em francês; porém, apesar do título em alemão, que lhe foi dado em seu “Relatório de Paris” (em [1]), atrás, parece provável que tenha sido escrito em francês, pois, conforme vimos, à época de seus entendimentos iniciais, parece que Charcot prometeu publicar o resultado da pesquisa de Freud nos Archives de Neurologie, e o fez sete anos depois - somente cerca de duas semanas antes de sua morte inesperada.

No entanto, talvez haja uma explicação para o atraso, que está relacionado com a posição que esse artigo ocupa no divisor de águas entre os escritos neurológicos e psicológicos de Freud. As três primeiras partes do trabalho são inteiramente sobre neurologia e, sem dúvida, foram escritas em 1888, se não em 1886. Mas a quarta parte deve datar de 1893, quando menos porque cita a “Comunicação Preliminar”, de Breuer e Freud, que surgira no início desse ano. A totalidade dessa última parte, na verdade, baseia-se inteiramente nas novas idéias com que Breuer e Freud tinham começado a operar - recalçamento, abreação, princípio de constância -, todas elas aí implícitas, quando não nomeadas explicitamente. O contacto direto de Freud com essas idéias tinha começado por volta de 1887 e, nos anos seguintes, ele se deixou absorver cada vez mais por elas. Parece não ser impossível que, ao concluir o primeiro esboço desse artigo,

ele houvesse começado a ter alguma vaga idéia de uma explicação dos atos contidos nele, explicação esta que envolvia novas idéias, e, por esse motivo, ele pode ter suspenso a publicação até penetrar mais profundamente na questão.

Por fim, pode-se comentar um ponto menos importante, mas que tem interesse por ser um sinal das coisas que estavam por vir: no fim do artigo há um parágrafo que talvez seja a primeira incursão breve e pública de Freud na antropologia social.

Na época em que, em 1885 e 1886, fui aluno de M. Charcot, ele teve a grande amabilidade de me confiar a tarefa de efetuar um estudo comparativo das paralisias motoras orgânicas e histéricas, baseado nas observações do Salpêtrière, na esperança de que tal estudo pudesse revelar algumas características gerais da neurose e proporcionar melhor visão da sua natureza. Por motivos fortuitos e pessoais, durante muito tempo me vi impedido de realizar a incumbência que ele me dera; e mesmo agora estou apresentando somente alguns dos resultados de minhas pesquisas, deixando de lado os detalhes necessários a uma completa formulação de minhas opiniões.

I

Devo começar apresentando algumas observações acerca das paralisias motoras orgânicas, observações que, aliás, são de aceitação geral. A neurologia clínica reconhece dois tipos de paralisia motora - paralisia periférico-medular ou (bulbar) e paralisia cerebral. Essa distinção condiz inteiramente com os achados da anatomia do sistema nervoso, que mostra que o trajeto das fibras condutoras da motricidade se divide em apenas dois segmentos: o primeiro segmento estende-se da periferia até as células do corno anterior da medula espinhal, onde começa o segundo segmento, que vai até o córtex cerebral. A histologia moderna do sistema nervoso, fundamentada no trabalho de Golgi, Ramón y Cajal, Kölliker etc., exprime esses fatos com a afirmação de que "o trajeto das fibras da condução da motricidade é constituído por dois neurônios (unidades neurais célula-fibrilares), que se acham em conexão e se relacionam entre si no nível das

células conhecidas como células motoras do corno anterior". A diferença essencial entre essas espécies de paralisia, em termos clínicos, é a seguinte: a paralisia periférico-medular é uma paralisia "détaillée", a paralisia cerebral é uma paralisia "en masse".

O tipo da primeira é a paralisia facial na paralisia de Bell, a paralisia da poliomielite infantil aguda etc. Nessas doenças, cada músculo - poder-se-ia dizer, cada fibra muscular - pode estar paralisado individualmente, isoladamente. O que acontece depende da localização e da extensão da lesão nervosa; não há regra fixa segundo a qual um elemento periférico possa escapar da paralisia, enquanto outro é afetado por ela permanentemente.

A paralisia cerebral, pelo contrário, é sempre um distúrbio que acomete uma parte extensa da periferia, um membro, um segmento de uma extremidade, ou um aparelho motor complexo. Nunca afeta um único músculo - por exemplo, o bíceps no braço ou o tibial, isoladamente; e se existem evidentes exceções a essa regra (por exemplo, a ptose cortical), podemos constatar claramente que o que está em questão são músculos que executam por si mesmos uma função da qual constituem o único instrumento.

Nas paralisias cerebrais dos membros pode-se observar que os segmentos distais sempre estão mais comprometidos do que os proximais; por exemplo, a mão está mais paralisada do que o ombro. Pelo que sei, não existe, por exemplo, uma paralisia cerebral do ombro, isoladamente, com a mão conservando sua motilidade, ao passo que o contrário constitui regra nas paralisias que não são completas.

No estudo crítico da afasia, publicado em 1891, procurei mostrar que a causa dessa importante diferença entre as paralisias periférico-medulares e cerebrais deve ser investigada na estrutura do sistema nervoso. Cada elemento da periferia corresponde a um elemento da massa cinzenta da medula, que, conforme disse Charcot, é sua terminação nervosa; a periferia, por assim dizer, é projetada sobre a massa cinzenta da medula, ponto por ponto, elemento por elemento. Propus dar à paralisia periférico-medular détaillée o nome de paralisia em projeção. Mas o mesmo não se aplica às relações entre os elementos da medula e os do córtex. O número de fibras condutoras já não seria suficiente para dar uma segunda projeção da periferia sobre o córtex. Devemos supor que as fibras que se estendem da medula até o córtex não representam mais, cada uma em separado, um elemento único da periferia, e sim um grupo de elementos periféricos, e que até mesmo, por outro lado, um elemento da periferia pode corresponder a diversas fibras condutoras medulo-corticais. O fato é que há uma modificação no

ordenamento das fibras no ponto de conexão entre os dois segmentos do sistema motor. Sustento, pois, que a reprodução da periferia no córtex não é mais uma reprodução fiel, ponto por ponto; que não é mais uma projeção verdadeira. É uma relação por meio do que se pode chamar de fibras representativas, e para a paralisia cerebral proponho o nome de paralisia em representação.

Naturalmente, quando a paralisia em projeção é total e muito extensa, também ela é uma paralisia en masse e sua característica principal é eliminada. Por outro lado, a paralisia cortical, que se distingue dentre as paralisias cerebrais por sua maior tendência à dissociação, sempre apresenta, ainda assim, o caráter de uma paralisia em representação.

As outras diferenças entre paralisias em projeção e paralisias em representação são bem conhecidas. Posso citar, como exemplos de tais diferenças, a nutrição normal e a integridade das reações à eletricidade [nas partes afetadas] que estão associadas à última. Embora sejam muito importantes sob o aspecto clínico, esses sinais não possuem a importância teórica que se costuma atribuir à primeira característica diferencial que mencionamos - paralisia détaillée e paralisia en masse.

Com muita freqüência tem-se atribuído à histeria a capacidade de simular as mais diferentes doenças nervosas orgânicas. Surge a questão de saber se, mais precisamente, ela simula as características dos dois tipos de paralisias orgânicas, se existem paralisias históricas em projeção e paralisias históricas em representação, tal como as que encontramos na sintomatologia orgânica. Nesse ponto emerge um aspecto importante. A histeria nunca simula paralisias periférico-medulares ou paralisias em projeção; as paralisias históricas somente compartilham as características das paralisias orgânicas em representação. Este é um dado muito interessante, pois a paralisia de Bell, a paralisia radial etc. estão entre os distúrbios mais comuns do sistema nervoso.

Convém assinalar aqui, com a finalidade de evitar qualquer confusão, que estou tratando somente das paralisias históricas flácidas, e não das contraturas históricas. Parece impossível aplicar as mesmas regras às paralisias históricas e às contraturas históricas. Pode-se afirmar que é típico das paralisias históricas flácidas não afetarem músculos isolados (exceto onde o músculo em questão é o único instrumento de uma função), serem sempre paralisias en masse e, nesse

aspecto, corresponderem às paralisias em representação ou paralisias cerebrais orgânicas. Além disso, no que tange à nutrição das partes paralisadas e às suas reações à eletricidade, as paralisias históricas apresentam as mesmas características que as paralisias cerebrais orgânicas.

Se a paralisia histórica está assim correlacionada com a paralisia cerebral e, em especial, com a paralisia cortical, que apresenta maior tendência à dissociação, por outro lado delas se distingue por importantes características. Em primeiro lugar, não obedece à regra, que se aplica regularmente às paralisias cerebrais orgânicas, segundo a qual o segmento distal sempre está mais afetado do que o segmento proximal. Na histeria, o ombro ou a coxa podem estar mais paralisados do que a mão ou o pé. Podem surgir movimentos dos dedos enquanto o segmento proximal ainda está absolutamente inerte. Não existe a menor dificuldade em produzir artificialmente uma paralisia isolada da coxa, da perna etc., e, clinicamente, podem-se encontrar com muita frequência essas paralisias isoladas, contrariando as regras da paralisia cerebral orgânica.

Quanto a esse importante aspecto, a paralisia histórica é, por assim dizer, intermediária entre a paralisia em projeção e a paralisia orgânica em representação. Se não possui todas as características de dissociação e delimitação próprias da primeira, está longe de ver-se submetida às leis estritas que regem a segunda - a paralisia cerebral. Tendo em conta tais restrições, pode-se afirmar que a paralisia histórica também é paralisia em representação, mas com um tipo especial de representação cujas características permanecem como um assunto a ser desvendado.

II

Como um passo nessa direção, proponho estudar as demais características que fazem a distinção entre a paralisia histórica e a paralisia cortical, o tipo mais acabado de paralisia cerebral orgânica. Já mencionamos a primeira dessas características - o fato de que a paralisia histórica pode estar mais dissociada, mais sistematizada do que a paralisia cerebral. Na histeria, os sintomas da paralisia orgânica aparecem como que fracionados. Dos sintomas da hemiplegia orgânica comum (paralisia dos membros superiores e inferiores e da parte inferior da face), a histeria reproduz somente a paralisia dos membros, e até mesmo dissocia, com muita frequência e com a maior facilidade, as paralisias do braço e da perna, sob a forma de monoplegias. Da síndrome da afasia orgânica ela copia a afasia motora, isoladamente; e -algo não existente na afasia orgânica - ela pode criar a afasia total (motora e sensitiva) para um determinado idioma, sem causar a menor interferência na capacidade de compreender e de articular um outro idioma. (Observei isto em alguns casos não publicados.) Esse mesmo poder

de dissociação manifesta-se nas paralisias isoladas de um segmento de um membro, ao passo que outras partes do mesmo membro permanecem totalmente indenes, ou então na total abolição de uma função (por exemplo, na abasia e na astasia), enquanto outra função executada pelos mesmos órgãos permanece intacta. Essa dissociação é, sem dúvida, surpreendente quando a função que não foi prejudicada é a função mais complexa. Na sintomatologia orgânica, se existe um debilitamento desigual de diversas funções, é sempre a função mais complexa, a que foi adquirida mais recentemente, a que fica mais afetada em consequência da paralisia.

Além do mais, a paralisia histérica exhibe uma outra característica que, por assim dizer, é o sinal identificador da neurose e que surge como acréscimo ao primeiro. A histeria, conforme ouvi M. Charcot dizer, é realmente uma doença com excessivas manifestações; tende a produzir seus sintomas com a máxima intensidade possível. Essa característica evidencia-se não só nas suas paralisias, mas também nas suas contraturas e anestésias. Sabemos em que grau de distorção podem efetuar-se as contraturas históricas - grau praticamente não igualado na sintomatologia orgânica. Também sabemos com que freqüência ocorrem na histeria as anestésias profundas, absolutas, das quais as lesões orgânicas só conseguem reproduzir um pálido esboço. O mesmo se dá com as paralisias. Freqüentemente, são absolutas no grau mais extremo. O afásico não articula uma só palavra, ao passo que o afásico orgânico quase sempre conserva algumas palavras, "sim" ou "não", uma exclamação etc.; o braço paralisado fica completamente inerte - e assim por diante. Essa característica é por demais conhecida para que se insista nela. Contrastando com isso, sabemos que, na paralisia orgânica, a paresia é sempre mais comum do que a paralisia absoluta.

A paralisia histérica se caracteriza, pois, pela delimitação precisa e pela intensidade excessiva; possui essas duas qualidades ao mesmo tempo, e é nisso que manifesta o maior contraste em relação à paralisia cerebral orgânica, na qual regularmente se constata que essas duas características não se associam entre si. Existem monoplegias na sintomatologia orgânica, mas quase sempre são monoplegias a priori e sem delimitação precisa. Se o braço está paralisado em consequência de uma lesão cortical orgânica, há quase sempre um comprometimento concomitante, menor, na face e na perna; e se essa complicação não é visível num dado momento, certamente terá existido no início da doença. A verdade é que uma monoplegia cortical é sempre uma hemiplegia da qual um ou outro componente está mais ou menos apagado, porém, mesmo assim, ainda é reconhecível. Prosseguindo um pouco mais, suponhamos que a paralisia não tenha atingido nenhuma outra parte a não ser o braço e que se trate apenas de uma monoplegia cortical; nesse caso se verificará que a paralisia

tem uma intensidade moderada. Tão logo essa monoplegia aumenta de intensidade e se torna uma paralisia absoluta, ela perde seu caráter de monoplegia simples e é acompanhada por distúrbios motores da perna ou da face. Não consegue ao mesmo tempo tornar-se absoluta e conservar sua delimitação.

Isso, pelo contrário, é o que consegue realizar com facilidade uma paralisia histérica, como nos demonstra todos os dias a experiência clínica. Por exemplo, afeta um braço, exclusivamente, sem que possamos encontrar um vestígio seu na perna ou na face. Ademais, no nível do braço, essa paralisia histérica é tão grave quanto pode ser uma paralisia, e nisso vemos uma nítida diferença em relação a uma paralisia orgânica - uma diferença que nos oferece redobrados motivos para reflexão.

Naturalmente, há casos de paralisias históricas em que a intensidade não é excessiva e em que a dissociação não é de modo algum notável. Tais casos podem ser reconhecidos por outras características; são, contudo, casos que não apresentam a marca típica da neurose e que, visto não nos ensinarem nada acerca de sua natureza, não se revestem de nenhum interesse, do nosso atual ponto de vista.

Acrescentarei alguns comentários, que são de importância secundária e que até mesmo se situam um tanto fora dos limites de nosso tema.

Em primeiro lugar, quero assinalar que as paralisias históricas, muito mais freqüentemente do que as paralisias orgânicas, se acompanham de distúrbios de sensibilidade. Tais distúrbios geralmente são mais profundos e mais freqüentes nas neuroses do que na sintomatologia orgânica. Nada é mais comum do que a anestesia ou a analgesia históricas. Por outro lado, recorde-se com que tenacidade persiste a sensibilidade onde há uma lesão neural. Quando um nervo periférico é lesado, a anestesia é menor em extensão e intensidade do que seria de esperar. Se uma lesão inflamatória atinge os nervos espinhais ou os centros medulares, sempre verificamos que a motilidade é a primeira coisa a ser enfraquecida, de vez que aqui e ali sempre subsistem elementos neurais que não foram totalmente destruídos. Onde há uma lesão cerebral, já conhecemos bem a freqüência e a duração da hemiplegia motora, ao mesmo tempo que a hemianestesia concomitante é indistinta e transitória e não está presente em todos os casos. São apenas algumas localizações muito especiais da lesão que conseguem produzir uma perturbação intensa e persistente da sensibilidade (confluência de trajetos sensitivos), e, assim mesmo, esse caso é passível de dúvidas.

Esse comportamento da sensibilidade, que é diferente nas lesões orgânicas e na histeria, dificilmente pode ser explicado na atualidade. Parece que aqui temos um problema cuja solução talvez possa projetar alguma luz sobre a natureza íntima dos fenômenos.

Outro ponto que julgo deva ser mencionado é que, na histeria, como de resto nas paralisias periférico-medulares em projeção, não se encontram certas formas de paralisia cerebral. É o que se passa, de modo especial, com a paralisia da metade inferior da face, que é a manifestação mais freqüente de uma doença orgânica do cérebro, e (se me permitem passar, por um momento, às paralisias sensoriais) com a hemianopsia lateral homônima. Estou consciente de que é quase arriscar-se a um desafio afirmar que esse ou aquele sintoma não é encontrado na histeria, quando as pesquisas de M. Charcot e seus discípulos encontram nela - poder-se-ia dizer, a cada dia - sintomas novos, dos quais antes não se suspeitara. Mas devo considerar as coisas tal como são no momento. A ocorrência de paralisia facial histérica é firmemente rejeitada por M. Charcot e, mesmo que acreditemos que isso possa ocorrer, trata-se de um fenômeno muito raro. Na histeria, a hemianopsia ainda não foi observada, e penso que jamais o será.

Como é, portanto, que as paralisias históricas, conquanto estreitamente assemelhadas às paralisias corticais, divergem destas pelas características diferenciais que tentei destacar? E qual é a característica genética do tipo especial de representação com o qual devem estar associadas? A resposta a essa questão incluiria uma parte extensa e importante da teoria da neurose.

III

Não existe a mais leve dúvida quanto às condições que regem a sintomatologia da paralisia cerebral. Tais condições são constituídas pelos fatos da anatomia - a estruturação do sistema nervoso e a distribuição de seus vasos - e a relação entre essas duas séries de fatos e as circunstâncias da lesão. Assinalamos que o número menor de fibras que vêm da medula até o córtex, em comparação com o menor número de fibras que vêm da periferia até a medula, é a base da diferença entre a paralisia em projeção e a paralisia em representação. Da mesma forma, cada detalhe clínico da paralisia em representação pode ser explicado por algum detalhe da estrutura cerebral; e, inversamente, a partir das características clínicas das paralisias podemos deduzir a estrutura do cérebro. Penso que existe um completo paralelismo entre essas duas séries.

Assim, se não há grande facilidade para a dissociação na paralisia cerebral comum, isto se dá porque as fibras motoras percorrem tão unidas um longo

trecho do seu trajeto intracerebral que não podem ser lesadas individualmente. Se a paralisia cortical mostra maior tendência a ser monoplégica, isso ocorre porque o diâmetro dos feixes condutores (braquial, crural etc.) aumenta no sentido do córtex. Se a paralisia da mão é a mais completa de todas as paralisias corticais, isso se deve, segundo pensamos, ao fato de que a relação cruzada entre o hemisfério cerebral e a periferia é mais atingida por uma paralisia do que o segmento proximal; supomos que as fibras representativas do segmento distal sejam muito mais numerosas do que as do segmento proximal, de modo que a influência cortical se torna mais importante para a parte distal do que para a proximal. Quando as lesões muito extensas do córtex não conseguem produzir monoplegias puras, inferimos que os centros motores no córtex estão nitidamente separados uns dos outros por território neutro, ou inferimos que existem fatores operando à distância (Fernwirkungen), que pareceriam anular o efeito de uma separação precisa entre os centros.

De igual maneira, se, na afasia orgânica, sempre há uma mistura de distúrbios de diferentes funções, isso pode ser explicado pelo fato de que os ramos da mesma artéria irrigam todos os centros da fala, ou, se for aceita a opinião expressada no meu estudo crítico da afasia [Freud, 1891b], pelo fato de que não estamos tratando de centros separados, mas de uma área contínua de associação. Seja como for, sempre se pode encontrar uma explicação baseada na anatomia.

As notáveis associações com tanta freqüência observadas clinicamente nas paralisias corticais (afasia motora e hemiplegia à direita, alexia e hemianopsia à direita) são explicadas pela proximidade dos centros lesados. A hemianopsia como tal, sintoma muito curioso e estranho para uma mente não-científica, só é explicável pelo cruzamento das fibras do nervo óptico no quiasma; é a expressão clínica desse cruzamento, assim como todo detalhe das paralisias cerebrais é a expressão clínica de um fato da anatomia.

De vez que só pode haver uma única anatomia cerebral verdadeira, de vez que ela se expressa nas características clínicas das paralisias cerebrais, evidentemente é impossível que essa anatomia constitua explicação dos aspectos diferenciais das paralisias histéricas. Por essa razão, não devemos, com base na sintomatologia dessas paralisias histéricas, tirar conclusões sobre a anatomia cerebral.

A fim de explicar esse difícil problema, por certo devemos considerar a natureza da lesão em estudo. Nas paralisias orgânicas, a natureza da lesão desempenha um papel secundário; ao contrário, são a extensão e a localização da lesão que,

em determinadas condições estruturais do sistema nervoso, produzem as características da paralisia orgânica que indicamos. Qual poderia ser a natureza da lesão, na paralisia histérica, que define a situação sem respeitar a localização ou a extensão da lesão ou da anatomia do sistema nervoso?

Em diversas ocasiões ouvimos M. Charcot dizer que se trata de uma lesão cortical, mas uma lesão puramente dinâmica ou funcional. Esta é uma tese cujo aspecto negativo podemos entender facilmente: equivale a afirmar que nenhuma modificação tecidual detectável será encontrada post mortem. Mas, no seu aspecto positivo, sua interpretação está longe de ser inequívoca. Afinal, o que é uma lesão dinâmica? Tenho bastante certeza de que muitos daqueles que leram as obras de M. Charcot acreditam que uma lesão dinâmica é realmente uma lesão, contudo uma lesão da qual, após a morte, não se encontra nenhum vestígio, tal como um edema, uma anemia ou uma hiperemia ativa. Contudo, esses sinais, embora não necessariamente possam persistir após a morte, são lesões orgânicas verdadeiras, mesmo que sejam mínimas e transitórias. As paralisias partilhariam das características das paralisias orgânicas. Nem o edema nem a anemia, não menos do que a hemorragia ou o amolecimento, poderiam produzir a dissociação e a intensidade das paralisias histéricas. A única diferença estaria em que a paralisia devida a edema, por constrição vascular etc. seria menos duradoura do que a paralisia devida à destruição do tecido nervoso. Elas têm em comum todas as outras condições, e a anatomia do sistema nervoso determinará as propriedades da paralisia, tanto no caso de uma anemia transitória, como no caso de uma anemia que é permanente e final.

Estes comentários não me parecem totalmente prescindíveis. Se alguém ler que "deve haver uma lesão histérica" nesse ou naquele centro, o mesmo centro no qual uma lesão orgânica produziria uma correspondente síndrome orgânica, e recordar que se está acostumado a localizar uma lesão dinâmica histérica da mesma forma que uma lesão orgânica, será levado a crer que por trás da expressão "lesão dinâmica" está oculta a idéia de uma lesão como edema ou anemia, que são, de fato, afecções orgânicas transitórias. Eu, pelo contrário, afirmo que a lesão nas paralisias histéricas deve ser completamente independente da anatomia do sistema nervoso, pois, nas suas paralisias e em outras manifestações, a histeria se comporta como se a anatomia não existisse, ou como se não tivesse conhecimento desta.

E, de fato, um bom número de características das paralisias histéricas justifica essa afirmação. A histeria ignora a distribuição dos nervos, e é por isso que não simula paralisias periférico-medulares ou paralisias em projeção. Ela não conhece o quiasma óptico e, por conseguinte, não produz hemianopsia. Ela toma os

órgãos pelo sentido comum, popular, dos nomes que eles têm: a perna é a perna até sua inserção no quadril, o braço é o membro superior tal como aparece visível sob a roupa. Não há motivo para acrescentar à paralisia do braço a paralisia da face. Um histérico que não consegue falar não tem motivo para esquecer que compreende a fala, de vez que a afasia motora e a surdez para a palavra não estão correlacionadas entre si na concepção popular, e assim por diante. Só posso concordar inteiramente com as opiniões expressas por M. Janet em números recentes dos Archives de Neurologie; elas são confirmadas tanto pelas paralisias históricas como pela anestesia e pelos sintomas psíquicos.

IV

Por fim, procurarei indicar como poderia ser essa lesão causadora das paralisias históricas. Não digo que mostrarei que tipo de lesão é; pretendo simplesmente indicar uma linha de pensamento, a qual poderia levar a uma concepção que não contraria as propriedades da paralisia histérica, na medida em que esta difere da paralisia cerebral orgânica.

Tomarei a expressão "lesão funcional ou dinâmica" no seu sentido próprio, isto é, "modificação na função ou na dinâmica" - modificação de uma propriedade funcional. Exemplos de modificação dessa espécie seria numa diminuição na excitabilidade ou numa qualidade fisiológica que normalmente permanece constante ou varia dentro de limites fixos.

Mas, objeta-se, a modificação funcional não é uma coisa diferente da modificação orgânica, é simplesmente o outro lado desta. Suponhamos que o tecido nervoso esteja num estado de anemia transitória; nesse caso, essa circunstância diminui sua excitabilidade. É impossível, com esse expediente, deixar de levar em conta as lesões orgânicas.

Tentarei mostrar que pode haver modificação funcional sem lesão orgânica concomitante - ou, ao menos, sem lesão nitidamente perceptível até a mais minuciosa análise. Em outras palavras, darei um exemplo adequado de modificação de uma função primitiva; e, com essa finalidade, somente peço permissão para passar à área da psicologia - que dificilmente se pode evitar, em se tratando de histeria.

Estou de acordo com M. Janet quando diz que, na paralisia histérica, assim como na anestesia etc., o que está em questão é a concepção corrente, popular, dos órgãos e do corpo em geral. Essa concepção não se fundamenta num conhecimento profundo de neuroanatomia, mas nas nossas percepções tácteis e, principalmente, visuais. Se é isso o que determina as características da paralisia histérica, esta, naturalmente, deve mostrar-se ignorante e independente de qualquer noção da anatomia do sistema nervoso. Portanto, na paralisia histérica, a lesão será uma modificação da concepção, da idéia de braço, por exemplo. Mas que espécie de modificação será essa, capaz de produzir a paralisia?

Considerada do ponto de vista psicológico, a paralisia do braço consiste no fato de que a concepção do braço não consegue entrar em associação com as outras idéias constituintes do ego, das quais o corpo da pessoa é parte importante. A lesão, portanto, seria a abolição da acessibilidade associativa da concepção do braço. O braço comporta-se como se não existisse para as operações das associações. Não há dúvida de que, se as condições materiais correspondentes à concepção do braço estão profundamente modificadas, a concepção também será prejudicada. Mas tenho de demonstrar que esta consegue estar inacessível sem estar destruída e sem estar lesado o seu substrato material (o tecido nervoso da região correspondente do córtex).

Começarei mostrando alguns exemplos extraídos da vida social. Uma história cômica narra que um homem de grande lealdade não queria lavar a mão porque seu soberano a tinha tocado. A relação dessa mão com a imagem do rei parecia tão importante para a vida do homem que ele se recusava a deixar que a mão entrasse em qualquer outra relação. Estamos obedecendo ao mesmo impulso quando quebramos a taça em que bebemos à saúde de um par recém-casado. Na Antiguidade, as tribos selvagens que queimavam o cavalo do seu chefe morto, suas armas e até mesmo suas esposas, juntamente com seu corpo morto, estavam obedecendo à concepção segundo a qual ninguém jamais deveria tocá-los. A força de todas essas ações é evidente. A quantidade de afeto que devotamos à primeira associação de um objeto oferece resistência a que ela entre numa nova associação com outro objeto e, por conseguinte, torna a idéia do [primeiro] objeto inacessível à associação.

Não se trata de uma simples comparação; é quase a mesma coisa, quando passamos à esfera da psicologia das concepções. Se, numa associação, a concepção do braço está envolvida com uma grande quantidade de afeto, essa concepção será inacessível ao livre jogo das outras associações. O braço estará paralisado em proporção com a persistência dessa quantidade de afeto ou com a diminuição através de meios psíquicos apropriados. Esta é a solução do problema que levantamos, pois em todos os casos de paralisia histérica verificamos que o órgão paralisado ou a função abolida estão envolvidos numa associação subconsciente que é revestida de uma grande carga de afeto, e pode ser demonstrado que o braço tem seus movimentos liberados tão logo essa quantidade de afeto seja eliminada. Por conseguinte, a concepção do braço existe no substrato material, mas não está acessível às associações e impulsos conscientes, porque a totalidade de sua afinidade associativa está, por assim dizer, impregnada de uma associação subconsciente com a lembrança do evento, o trauma, que produziu a paralisia.

M. Charcot foi o primeiro a nos ensinar que, para explicar a neurose histérica, devemos concentrar-nos na psicologia. Breuer e eu seguimos seu exemplo numa comunicação preliminar (1893a) "Sobre o Mecanismo Psíquico dos Fenômenos Históricos". Nesse artigo, mostramos que os sintomas permanentes da histeria que são descritos como "não-traumáticos" são explicados (com exceção dos estigmas) pelo mesmo mecanismo que Charcot identificou nas paralisias traumáticas. Mas também mostramos o motivo que explica a persistência desses sintomas e mostramos por que eles podem ser curados por um método especial de psicoterapia hipnótica. Todo evento, toda impressão psíquica é revestida de uma determinada carga de afeto (Affektbetrag) da qual o ego se desfaz, seja por meio de uma reação motora, seja pela atividade psíquica associativa. Se a pessoa é incapaz de eliminar esse afeto excedente ou se mostra relutante em fazê-lo, a lembrança da impressão passa a ter a importância de um trauma e se torna causa de sintomas histéricos permanentes.

A impossibilidade de eliminação torna-se evidente quando a impressão permanece no subconsciente. Denominamos a essa teoria "Das Abreagieren der Reizzuwächse".

Para resumir, penso que está em completo acordo com nossa opinião geral acerca da histeria, já que conseguimos moldá-la segundo o ensinamento de M. Charcot, supor que a lesão, nas paralisias histéricas, não consiste senão na incapacidade do órgão ou função em exame de ter acesso às associações do ego consciente; que essa modificação puramente funcional (mesmo não estando afetada a concepção) é causada pela fixação dessa concepção numa associação

subconsciente com a lembrança do trauma; e que essa concepção não fica liberada e acessível enquanto a carga de afeto do trauma psíquico não é eliminada por uma reação motora adequada ou pela atividade psíquica consciente. Mas, mesmo que não ocorra esse mecanismo, se uma idéia auto-sugestiva direta sempre é necessária para haver uma paralisia histérica, como se depreende dos casos clínicos de traumas de M. Charcot, conseguimos demonstrar qual teria de ser a natureza da lesão, ou melhor, da modificação, na paralisia histérica, a fim de explicar as diferenças entre esta e a paralisia cerebral orgânica.

EXTRATOS DOS DOCUMENTOS DIRIGIDOS A FLIESS (1950 [1892-1899])

NOTA DO EDITOR INGLÊS

(a) EDIÇÃO ALEMÃ:

1950 Em *Aus den Anfängen der Psychoanalyse*, editado por Marie Bonaparte, Anna Freud e Ernst Kris. Londres: Imago Publishing Co.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

1954 Em *The Origins of Psycho-Analysis*, editado como acima. Londres: Imago Publishing Co.; Nova Iorque: Basic Books. (Trad. de Eric Mosbacher e James Strachey.)

A presente tradução inglesa, baseada na de 1954, foi inteiramente revista.

A história do relacionamento de Freud com Wilhelm Fliess (1858-1928) está narrada com detalhes no Capítulo XIII do primeiro volume da biografia de Freud por Ernest Jones (1953) e na introdução que Ernst Kris escreveu para os livros da bibliografia acima. Aqui basta explicar que Fliess, dois anos mais novo do que Freud, era médico especialista em nariz e garganta e residia em Berlim; com ele Freud manteve uma correspondência volumosa e íntima, entre 1887 e 1902. Fliess era um homem de grande capacidade, com interesses muito amplos em biologia geral; mas, nessa área, adotou teorias que atualmente são consideradas excêntricas e praticamente indefensáveis. Contudo, era mais acessível às idéias de Freud do que qualquer outro contemporâneo. Por conseguinte, Freud lhe comunicava seus pensamentos com a máxima liberdade, e o fazia não apenas em suas cartas, como também numa série de documentos ("Rascunhos", como os chamamos aqui) que representavam relatos organizados de suas idéias em evolução e que, em alguns casos, são os primeiros esboços de obras posteriormente publicadas. O mais importante deles é o extenso documento - com umas quarenta mil palavras - a que demos o título de Projeto para uma Psicologia Científica. Mas toda a série de documentos, escritos durante os anos de formação das teorias psicanalíticas de Freud, que culminam com *A Interpretação dos Sonhos*, merece o mais atento estudo.

Esses documentos, e mesmo o fato da sua existência, eram totalmente desconhecidos até a época da Segunda Guerra Mundial. A melodramática história de sua descoberta e seu salvamento também foi narrada por Ernest Jones no mesmo capítulo de sua biografia. Nossa dívida principal em todo esse assunto é para com a Princesa Marie Bonaparte (Princesa George, da Grécia), que não só

adquiriu os documentos imediatamente, como teve a extraordinária coragem de resistir aos intentos do autor deles, e seu mestre, de destruí-los.

Até agora, foi publicada somente uma seleção desses documentos (editada nos livros citados no cabeçalho desta nota). Para a Edição Standard, fizemos uma outra seleção a partir daquela seleção. Escolhemos (a) o Projeto para uma Psicologia Científica, (b) todos os "Rascunhos", menos um deles, e (c) as partes das cartas que parecem ter uma conexão significativa com a história da psicanálise e a evolução dos pontos de vista de Freud. O leitor deverá ter em mente que o material desses rascunhos e cartas não foi projetado por seu autor para ser considerado uma expressão acabada de suas opiniões e que, muitas vezes, o material será articulado numa forma altamente condensada. Portanto, não há por que surpreender-se com a presença ocasional de incoerências e obscuridades.

A presente tradução inglesa baseia-se na versão alemã publicada nos Anfänge. Contudo, foi comparada com o manuscrito original e, nas passagens em que foram constatadas divergências significativas, estas foram corrigidas, sempre com uma nota explicativa. Para simplificar as referências, manteve-se a designação com letras e números dos rascunhos e cartas adotada nos Anfänge e nas Origins. Seguimos o critério dos organizadores dos Anfänge (por motivos que explicamos em [1]), ao destacar o Projeto do restante da correspondência e editá-lo no fim do volume.

RASCUNHO A

PROBLEMAS

(1) Será a angústia das neuroses de angústia derivada da inibição da função sexual ou da angústia ligada à etiologia dessas neuroses?

(2) Até que ponto uma pessoa sadia reage aos traumas sexuais posteriores de

modo diferente de alguém predisposto pela masturbação? Apenas quantitativamente? Ou qualitativamente?

(3) Será o coitus reservatus simples (condom) um fator nocivo?

(4) Existirá uma neurastenia inata, com fraqueza sexual inata, ou será ela sempre adquirida na juventude? (Por meio das babás, da masturbação praticada por outra pessoa.)

(5) Será a hereditariedade algo mais que um multiplicador?

(6) O que é que participa da etiologia da depressão periódica?

(7) Será a anestesia sexual nas mulheres outra coisa que não um resultado da impotência? Poderá ela, por si mesma, provocar neuroses?

TESES

(1) Não existe nenhuma neurastenia ou neurose análoga sem distúrbio da função sexual.

(2) Este tem um efeito causal imediato, ou então atua como uma disposição para outros fatores, mas sempre de tal modo que, sem ele, os demais fatores não podem causar neurastenia.

(3) A neurastenia nos homens, dada sua etiologia, é acompanhada de relativa impotência.

(4) A neurastenia nas mulheres é uma consequência direta da neurastenia nos homens, por meio da redução da potência deles.

(5) A depressão periódica é uma forma de neurose de angústia, que, fora desta, manifesta-se em fobias e ataques de angústia.

(6) A neurose de angústia é, em parte, uma consequência da inibição da função sexual.

(7) O excesso simples e a sobrecarga de trabalho não são fatores etiológicos.

(8) A histeria, nas neuroses neurastênicas, indica a repressão dos afetos concomitantes.

GRUPOS [PARA OBSERVAÇÃO]

(1) Homens e mulheres que permaneceram sadios.

(2) Mulheres estéreis em que há ausência de traumas pela prevenção da gravidez no casamento.

(3) Mulheres infectadas por gonorréia.

(4) Homens de vida promíscua que têm gonorréia e que, por esse motivo, estão protegidos em todos os sentidos, tendo conhecimento de sua hipospermia.

(5) Membros que permaneceram sadios em famílias gravemente afetadas.

(6) Observações de países em que são endêmicas certas anormalidades sexuais específicas.

FATORES ETIOLÓGICOS

(1) Esgotamento devido a [formas de] satisfação anormais.

(2) Inibição da função sexual.

(3) Afetos concomitantes a essas práticas.

(4) Traumas sexuais anteriores ao início da idade da compreensão.

RASCUNHO B A ETIOLOGIA DAS NEUROSES

Estou escrevendo tudo uma segunda vez para você, meu caro amigo, e em prol de nossos trabalhos em comum. Naturalmente, você manterá este rascunho longe de sua jovem esposa.

I. Pode-se tomar como fato reconhecido que a neurastenia é uma conseqüência freqüente da vida sexual anormal. Contudo, a afirmação que quero fazer e comprovar por minhas observações é que a neurastenia é sempre apenas uma neurose sexual.

Adotei uma opinião semelhante (juntamente com Breuer) com relação à histeria. A histeria traumática era bem conhecida; o que afirmamos, além disso, foi que toda histeria que não é hereditária é traumática. Do mesmo modo, afirmo agora que toda neurastenia é sexual.

Por ora, deixaremos de lado a questão de saber se a disposição hereditária e, secundariamente, as influências tóxicas conseguem produzir a neurastenia verdadeira, ou se aquilo que parece ser neurastenia hereditária também remonta a um esgotamento sexual precoce. Se existe algo que se possa chamar neurastenia hereditária, cabe indagar se o status nervosus dos casos hereditários não deveria ser diferenciado da neurastenia; que relações ela tem, afinal, com os sintomas correspondentes na infância, e assim por diante.

Portanto, em primeiro lugar, minha argumentação se restringirá à neurastenia adquirida. Por conseguinte, o que afirmo pode ser formulado da seguinte maneira. Na etiologia de uma afecção nervosa, devemos distinguir (1) a condição necessária sem a qual o estado não pode surgir em absoluto e (2) os fatores desencadeantes. A relação entre esses dois elementos pode ser assim retratada: quando a condição necessária atua de modo suficiente, a afecção se instala como conseqüência inevitável; quando não atua de modo suficiente, o resultado de sua atuação é, em primeiro lugar, uma disposição para a afecção, que deixa de ser latente tão logo sobrevém uma quantidade suficiente de um dos fatores secundários. Assim, o que falta para o efeito integral na etiologia primária pode ser substituído pela etiologia de segunda ordem; esta, contudo, é dispensável, ao passo que a de primeira ordem é imprescindível.

Se essa fórmula etiológica for aplicada a nosso caso atual, chegaremos à seguinte conclusão: apenas o esgotamento sexual pode, por si só, provocar

neurastenia. Quando não consegue esse resultado por si mesmo, tem um efeito tal sobre a disposição do sistema nervoso que a doença física, os afetos depressivos e o excesso de trabalho (influências tóxicas) não mais podem ser tolerados sem [levar à] neurastenia. Sem o esgotamento sexual, porém, todos esses fatores são incapazes de gerar neurastenia. Acarretam fadiga normal, tristeza normal e fraqueza física normal, mas continuam apenas a evidenciar quanto "dessas influências prejudiciais uma pessoa normal consegue tolerar".

Examinarei separadamente a neurastenia nos homens e nas mulheres.

A neurastenia masculina é adquirida na puberdade e se manifesta quando o paciente atinge a casa dos vinte anos. Sua origem é a masturbação, cuja freqüência tem completa correlação com a freqüência da neurastenia masculina. Podemos observar, no círculo de nossas relações (ao menos nas populações urbanas), que os indivíduos que foram seduzidos por mulheres em idade precoce escapam à neurastenia. Quando esse fator nocivo atua por um período prolongado e com intensidade, ele transforma a pessoa em questão num neurastênico sexual cuja potência fica igualmente prejudicada; a intensidade da causa tem correlação com a persistência desse estado por toda a vida. Uma prova adicional da conexão causal está no fato de que um neurastênico sexual sempre é, ao mesmo tempo, um neurastênico geral.

Se o fator nocivo não foi suficientemente intenso, ele terá (de acordo com a fórmula dada acima) um efeito sobre a disposição do paciente; desse modo, se, posteriormente, intervierem fatores precipitantes, ele provocará neurastenia, que esses fatores isoladamente não teriam produzido. Trabalho intelectual - neurastenia cerebral; atividade sexual normal - neurastenia medular etc.

Nos casos intermediários, encontramos a neurastenia da juventude, que tipicamente começa e segue sua evolução acompanhada de dispepsia etc., e que cessa com o casamento.

O segundo fator nocivo, que afeta homens em idade mais avançada, exerce seu impacto sobre um sistema nervoso que ou está intacto ou foi predisposto à neurastenia pela masturbação. A questão é saber se esse fator pode acarretar resultados prejudiciais mesmo no primeiro caso; é provável que sim. Seu efeito é patente no segundo caso, em que ele revive a neurastenia da juventude e cria novos sintomas. Esse segundo fator nocivo é o onanismus conjugalis - o coito incompleto, com a finalidade de evitar a gravidez. Quanto aos homens, todos os métodos utilizados para conseguir isso parecem equivaler-se: atuam com intensidade variável, conforme a disposição prévia da pessoa, mas, de fato, não

diferem qualitativamente. Mesmo o coito normal não é tolerado pelos que têm uma disposição intensa ou pelos neurastênicos crônicos; e, além disso, a intolerância ao condom, ao coito extravaginal e ao coitus interruptus cobra seu tributo. Um homem sadio tolerará todos esses métodos por longo tempo, mas não indefinidamente. Depois de certo tempo, comporta-se como o indivíduo portador de uma predisposição. Sua única vantagem em relação ao masturbador é o privilégio de uma latência mais prolongada, ou o fato de que, em cada ocasião, ele necessita de uma causa precipitante. Nisso o coitus interruptus prova ser o principal fator nocivo e produz seu efeito característico mesmo em indivíduos não-predispostos.

Neurastenia feminina. Normalmente, as meninas são sadias e não-neurastênicas; e isto é também para as jovens mulheres casadas, apesar de todos os traumas sexuais desse período da vida. Em casos relativamente raros, a neurastenia em sua forma pura surge em mulheres casadas e em mulheres não-casadas de mais idade; deve-se então pensar que surgiu espontaneamente e do mesmo modo [? que nos homens]. Com muito maior freqüência, a neurastenia numa mulher casada decorre da neurastenia existente no homem, ou é produzida simultaneamente. Nesse caso, quase sempre há uma mistura de histeria, e temos então a neurose mista comum da mulheres.

A neurose mista das mulheres decorre da neurastenia existente nos homens, em todos os casos não raros em que o homem, sendo neurastênico sexual, sofre de limitações na sua potência. A mistura com a histeria resulta diretamente do refreamento da excitação do ato. Quanto mais reduzida a potência do homem, mais predominante é a histeria da mulher; assim, um homem sexualmente neurastênico torna sua mulher não tanto neurastênica, mas histérica.

Essa neurose surge, juntamente com a neurastenia dos homens, durante o segundo impacto dos fatores nocivos sexuais, que é de significação maior para a mulher, supondo-se que seja sadia. Assim, encontramos muito mais homens neuróticos durante a primeira década da puberdade e muito mais mulheres neuróticas durante a segunda. No caso das mulheres, isso resulta dos fatores nocivos devidos à evitação da gravidez. Não é fácil classificá-los e, de modo geral, nenhum deles deve ser considerado inteiramente inócuo para as mulheres; de modo que, mesmo nos casos mais favoráveis (condom), as mulheres, sendo parceiros sexuais mais escrupulosos, dificilmente escaparão de neurastenia discreta. Evidentemente, muita coisa dependerá das duas predisposições: se (1) a

mulher era neurastênica antes do casamento ou se (2) tornou-se histórico-neurastênica durante o período de relações sexuais livres [sem preservativos].

II. Neurose de angústia. Todos os casos de neurastenia caracterizam-se, indubitavelmente, por uma certa diminuição da autoconfiança, uma expectativa pessimista e uma inclinação para idéias antitéticas aflitivas. Contudo, a questão é saber se o surgimento proeminente desse fator [angústia], sem estarem os outros sintomas especialmente desenvolvidos, não deveria ser destacado como uma "neurose de angústia" independente, particularmente tendo em conta que esta pode ser encontrada não menos freqüentemente na histeria do que na neurastenia.

A neurose de angústia surge sob duas formas: como um estado crônico e como um ataque de angústia. As duas formas podem combinar-se facilmente; e um ataque de angústia nunca ocorre sem sintomas crônicos. Os ataques de angústia são mais comuns nas formas ligadas à histeria - são, portanto, mais freqüentes em mulheres. Os sintomas crônicos são mais comuns em homens neurastênicos. Os sintomas crônicos são: (1) angústia relacionada com o corpo (hipocondria); (2) angústia em relação ao funcionamento do corpo (agorafobia, claustrofobia, vertigem em lugares altos); (3) angústia relacionada com as decisões e a memória - isto é, as fantasias de alguém a respeito de seu próprio funcionamento psíquico (folie de doute, ruminações obsessivas etc.). Até este momento, não tive nenhuma razão para não tratar desses sintomas como sendo equivalentes. De resto, a questão é a seguinte: (1) em que medida esse estado emerge nos casos hereditários, sem qualquer fator nocivo sexual, (2) se ele é desencadeado, no casos hereditários, por algum fator nocivo sexual, (3) se ele se acrescenta, sob a forma de intensificação, à neurastenia comum. Não há dúvida de que é adquirido, e especialmente por homens e mulheres casados, durante o segundo período de fatores nocivos sexuais, através do coitus interruptus. Não penso que, para isso, seja necessária uma predisposição devida a uma neurastenia anterior; mas, quando falta a predisposição, a latência é maior. A fórmula causal é a mesma da neurastenia [em [1]].

Os casos mais raros de neurose de angústia fora do casamento são encontrados especialmente nos homens. No final, revelam-se como casos de congressus interruptus em que o homem se envolve psiquicamente de forma intensa com mulheres cujo bem-estar constitui, para ele, tema de preocupação. Esse procedimento, em tais condições, é um fator nocivo de maior importância para o homem do que o coitus interruptus no casamento, de vez que este é e

frequentemente corrigido, por assim dizer, pelo coito normal fora do casamento.

Devo examinar a depressão periódica, um ataque de angústia com duração de semanas ou meses, como uma terceira forma de neurose de angústia. Essa forma de depressão, em contraste com a melancolia propriamente dita, quase sempre tem uma conexão aparentemente racional com um trauma psíquico. Este, no entanto, é apenas a causa precipitante. Ademais, essa depressão periódica não é acompanhada por anestesia [sexual] psíquica, que é característica da melancolia [em [1]].

Tive a possibilidade de estabelecer como causa de numerosos casos dessa espécie o coitus interruptus; seu início era tardio, durante o casamento, depois do nascimento do último filho. Num caso de uma torturante neurastenia que começou na puberdade, pude comprovar a existência de uma violência sexual no oitavo ano de vida. Um outro caso, que durava desde a infância, veio a revelar-se como reação histérica a uma violência sexual sob a forma de masturbação. Assim, não posso dizer se, nesses casos, estamos diante de formas verdadeiramente hereditárias sem uma causa sexual; e, por outro lado, não sei dizer se o coitus interruptus, por si mesmo, pode ser incriminado nesses casos, nem se a disposição hereditária é sempre prescindível.

Omitirei as neuroses ocupacionais, pois, como lhe disse, nelas foram demonstradas modificações nos componentes musculares.

CONCLUSÕES

Depreende-se do que eu disse que as neuroses são inteiramente evitáveis como também inteiramente incuráveis. A tarefa do médico desloca-se totalmente para a profilaxia.

A primeira parte dessa tarefa, a prevenção do fator nocivo sexual do primeiro período, coincide com profilaxia contra a sífilis e a gonorréia, pois estes são os fatores nocivos que ameaçam todo aquele que abandona a masturbação. A única alternativa seriam as relações sexuais livres entre rapazes e moças respeitáveis; isto, contudo, só poderia ser adotado se houvesse métodos inócuos de evitar a gravidez. Não sendo assim, as alternativas são: masturbação, neurastenia masculina e histero-neurastenia na mulher, ou então sífilis no homem, sífilis na geração seguinte, gonorréia no homem, gonorréia e esterilidade na mulher.

O mesmo problema - um meio inócuo de controlar a concepção - é trazido pelo trauma sexual do segundo período, pois o condom não proporciona uma solução segura nem aceitável para quem já é neurastênico.

Na ausência de tal solução, a sociedade parece condenada a cair vítima de neuroses incuráveis, que reduzem a um mínimo o gozo da vida, destroem a relação conjugal e trazem a ruína hereditária a toda a geração seguinte. As camadas inferiores da sociedade nada sabem do malthusianismo, mas estão em plena procura e, do jeito que as coisas vão, atingirão o mesmo ponto e serão vitimadas pela mesma fatalidade.

Assim, o médico se defronta com um problema cuja solução merece todo o seu empenho.

CARTA 14

...As coisas se complicam cada vez mais, à medida que chega a confirmação. Ontem, por exemplo, vi quatro casos novos cuja etiologia, como evidenciado pelos dados cronológicos, só poderia ser o coitus interruptus. Talvez eu possa mantê-lo interessado, fazendo um breve relato desses casos. Eles estão longe de ser uniformes.

(1) Mulher, 41 anos; filhos, com 16, 14, 11 e 7 anos. Problemas nervosos nos últimos 12 anos; passou bem nos períodos de gravidez; recaída, posteriormente; não piorou com a última gravidez. Ataques de vertigem com sensação de fraqueza, agorafobia, expectativa ansiosa, nenhum indício de neurastenia, histeria pouca. Etiologia confirmada: [neurose de angústia] simples.

(2) Mulher, 24 anos; filhos de 4 e 2 anos. Desde a primavera de '93, ataques de dor (nas costas até o esterno) à noite, com insônia; quanto ao mais, nada de especial; durante o dia, bem. Marido, caixeiro-viajante; esteve em casa por algum tempo na primavera e agora. No verão, enquanto o marido estava fora, sentia-se

muito bem. Coitus interruptus e muito receio de ter filhos. Histeria, portanto.

(3) Homem, 42 anos: filhos de 17, 16 e 13 anos. Esteve bem até há seis anos. Aí, com a morte do pai, súbito ataque de angústia com palpitações, temores hipocondríacos de câncer da língua; vários meses depois, um segundo ataque, com cianose, pulso intermitente, medo de morrer etc.; a partir de então, fraqueza, vertigem, agorafobia, alguma dispepsia. Este é um caso de neurose de angústia pura, acompanhado de sintomas cardíacos subseqüentes a uma emoção; contudo, o coitus interruptus foi aparentemente tolerado com facilidade durante dez anos. [1]

(4) Homem, 34 anos. Perda do apetite nos últimos três anos; dispepsia há um ano, com perda de 20 quilos, constipação. Quando esses sintomas cessaram, passou a sentir violenta pressão intracraniana nas ocasiões em que soprava o siroco; ataques de fraqueza com sensações correlatas e espasmos clônicos histeriformes. Nesse caso, portanto, predomina a histeria. Tem um filho de cinco anos de idade. Desde então, coitus interruptus devido a uma doença da mulher. Mais ou menos na mesma época em que se recuperou da dispepsia, foram reiniciadas as relações sexuais normais.

Em vista dessas reações aos mesmos fatores nocivos, é preciso coragem para insistir na natureza específica dos seus efeitos, tal como a concebo. E, no entanto, deve ser assim; há determinados pontos que ligam todos esses quatro casos (neurose de angústia simples - histeria simples - neurastenia com histeria).

Em (1), uma mulher muito inteligente, não havia receio de ter filhos; ela tem uma neurose de angústia simples.

Em (2), uma mulher jovem, agradável e obtusa, a angústia era muito intensa; depois de breve período, teve histeria pela primeira vez.

O caso (3), com neurose de angústia e sintomas cardíacos, era um homem muito potente e fumante inveterado.

O caso (4), pelo contrário, era (sem se ter masturbado) apenas moderadamente potente - frígido.

RASCUNHO D: SOBRE A ETIOLOGIA E A TEORIA DAS PRINCIPAIS NEUROSES

I. CLASSIFICAÇÃO

Introdução. Histórico. Diferenciação gradual das neuroses. O curso de evolução dos meus próprios pontos de vista.

A. Morfologia das Neuroses.

(1) Neurastenia e as pseudoneurastenias.

(2) Neurose de angústia.

(3) Neurose obsessiva.

(4) Histeria.

(5) Melancolia, Mania.

(6) As neuroses mistas.

(7) Ramificações das neuroses e transições para o normal.

B. Etiologia das Neuroses (provisoriamente restrita às neuroses adquiridas).

(1) Etiologia da neurastenia - Tipo de neurastenia congênita.

(2) Etiologia da neurose de angústia.

(3) da neurose obsessiva e da histeria.

(4) da melancolia.

(5) da neuroses mistas.

(6) A fórmula etiológica básica [em [1], atrás]. - A tese da especificidade [da etiologia]; a análise do conjunto das neuroses.

(7) Os fatores sexuais em sua significação etiológica.

(8) Exame dos pacientes.

(9) Objeções e Provas.

(10) Conduta das pessoas assexuais.

C. Etiologia e Hereditariedade.

Os tipos hereditários. - Relação da etiologia com a degeneração, com as psicoses e com a predisposição.

II. TEORIA

D. Pontos de Contacto com a Teoria da Constância.

Aumento interno e externo do estímulo; excitação constante e passageira. - Soma, uma característica da excitação interna. Reação específica. - Formulação e exposição da teoria da constância. - Interposição do ego, com acumulação da excitação.

E. O Processo Sexual à Luz da Teoria da Constância.

A via seguida pela excitação no processo sexual masculino e feminino. - A via seguida pela excitação na presença de fatores sexuais nocivos etiologicamente operantes. - Teoria de uma substância sexual. - O diagrama esquemático sexual.

F. Mecanismo das Neuroses.

As neuroses como perturbações do equilíbrio devidas ao aumento da dificuldade de descarga. - Tentativas de ajustamento, limitadas em sua eficácia. - Mecanismo das diferentes neuroses em relação à sua etiologia sexual. - Afetos e neuroses.

G. Paralelo entre as neuroses da sexualidade e a fome.

H. Resumo da teoria da constância e da teoria da sexualidade e das neuroses.

Lugar das neuroses na patologia; fatores a que elas estão sujeitas; leis que regem sua combinação. - Inadequação psíquica, desenvolvimento, degeneração etc.

CARTA 18

...Existe ainda uma centena de lacunas, grandes e pequenas, em minhas idéias a respeito das neuroses. Mas estou-me aproximando de um ponto de vista abrangente e de alguns critérios gerais de abordagem. Conheço três mecanismos: transformações do afeto (histeria de conversão), deslocamento do afeto (obsessões) e (3) troca de afeto (neurose de angústia e melancolia). Em todos os casos, é a excitação sexual que parece sofrer essas alterações, mas o estímulo para elas não é, em todos os casos, algo sexual. Ou seja, em todos os casos em que as neuroses são adquiridas, elas o são devido a perturbações na vida sexual; mas existem pessoas nas quais o comportamento de seus afetos sexuais é perturbado hereditariamente, e elas desenvolvem as formas correspondentes de neuroses hereditárias. Os aspectos mais gerais a partir dos quais posso classificar as neuroses são os seguintes:

(1) Degeneração.

(2) Senilidade. E o que significa isto?

(3) Conflito

(4) Conflagração.

Degeneração: significa o comportamento inatamente anormal dos afetos sexuais; desse modo, os processos da conversão, do deslocamento e da transformação em angústia ocorrem na proporção em que os afetos sexuais desempenham um papel no decurso da vida.

Senilidade: é evidente. Por assim dizer, é uma degeneração normalmente adquirida na velhice.

Conflito: coincide com minha concepção de defesa [rechaço]; compreende os casos de neurose adquirida em pessoas que não são hereditariamente anormais. O que é rechaçado é sempre a sexualidade.

Conflagração: é uma concepção nova. Significa o que se pode chamar de degeneração aguda (por exemplo, nas intoxicações graves, nas febres, no estágio inicial da paralisia geral) - ou seja, catástrofes em que há perturbações dos afetos sexuais sem causas desencadeantes sexuais. Talvez as neuroses traumáticas pudessem ser abordadas sob esse enfoque.

Naturalmente, o ponto central e principal de todo esse assunto continua sendo o fato de que, em conseqüência de determinados fatores nocivos sexuais, até mesmo as pessoas sadias podem adquirir as diferentes formas de neurose. O acesso a uma visão mais ampla é proporcionado pelo fato de que, nos casos em que uma neurose se desenvolve sem um fator nocivo, pode-se demonstrar a presença, desde o início, de uma perturbação similar dos afetos sexuais. "Afeto sexual", naturalmente, é tomado no seu sentido mais amplo, como uma excitação de quantidade definida.

Posso apresentar-lhe o meu mais recente exemplo para apoiar essa tese:

Um homem de 42 anos, forte e elegante, de repente desenvolveu uma dispepsia neurastênica, aos 30 anos, perdendo uns 25 quilos de peso, e a partir daí viveu uma vida limitada e neurastênica. Na época em que isso aconteceu, aliás, ele tinha combinado seu casamento e estava emocionalmente abalado pela doença da noiva. Salvo esse aspecto, porém, não havia fatores sexuais nocivos. Ele se masturbou mais ou menos por um ano, dos 16 anos aos 17 anos; dos 17 em diante, passou a ter relações sexuais normais; muito raramente, coitus interruptus; nenhum excesso, nenhuma abstinência. Ele próprio atribui a causa à sobrecarga a que submeteu sua constituição até a idade de 30 anos: trabalhava, bebia e fumava muito, levava uma vida irregular. Mas esse homem vigoroso,

sujeito [apenas] a fatores nocivos corriqueiros, nunca (nunca, entre os 17 e os 30 anos) foi propriamente potente: jamais conseguiu praticar mais de um coito em cada ocasião; sempre ejaculava rapidamente, nunca fez pleno uso de seu sucesso [inicial] junto às mulheres, nunca conseguiu penetrar com facilidade a vagina. Qual era a origem de sua limitação? Não sei dizer. O interessante, todavia, é que isso estava presente justamente nele. Aliás, tratei de duas de suas irmãs, portadoras de neuroses; uma delas está entre as minhas mais bem-sucedidas curas de dispepsia neurastênica.

RASCUNHO E: COMO SE ORIGINA A ANGÚSTIA

Com mão certa você tocou na questão que penso ser o ponto fraco. Tudo o que sei a respeito é o seguinte:

Logo ficou claro para mim que a angústia de meus pacientes neuróticos tinha muito a ver com a sexualidade; e me chamou especialmente a atenção a certeza com que o coitus interruptus praticado numa mulher conduz à neurose de angústia. Comecei, então, a seguir diversas pistas falsas. Achei que a angústia de que sofrem os pacientes devia ser considerada um prolongamento da angústia experimentada durante o ato sexual - ou seja, que era, na realidade, um sintoma histérico. Na verdade, são por demais evidentes as conexões entre a neurose de angústia e a histeria. Duas coisas poderiam originar o sentimento de angústia no coitus interruptus: na mulher, o receio de ficar grávida e, no homem, a preocupação de seu artifício [preventivo] poder falhar. A partir de uma série de casos, convenci-me de que a neurose de angústia também surgia em situações em que, para as duas pessoas envolvidas, a eventualidade de virem a ter um filho basicamente não representava uma questão de maior importância. Assim, a angústia da neurose de angústia não era continuada, lembrada, histérica.

Um segundo ponto, extremamente importante, ficou definido para mim a partir da seguinte observação. A neurose de angústia afeta tanto as mulheres que são frígidas no coito como as que têm sensibilidade. Esse aspecto é interessante, e só pode significar que a origem da angústia não deve ser buscada na esfera psíquica. Por conseguinte, deve estar radicada na esfera física: é um fator físico da vida sexual que produz a angústia. Mas que fator?

Tendo em mira esse ponto, reuni os casos em que encontrei a angústia originando-se de uma causa sexual. Em princípio, eles me pareceram muito heterogêneos:

(1) Angústia das pessoas virgens (observações e informações sexuais, prenúncios da vida sexual); confirmada por numerosos exemplos, em ambos os sexos, predominantemente no sexo feminino. Não raro, existe um indício de uma ligação intermediária - uma sensação semelhante à ereção, que aparece nos genitais.

(2) Angústia das pessoas voluntariamente abstinentes, das beatas (um tipo de neuropata), de homens e mulheres que se caracterizam pelo rigor excessivo e por uma paixão pela limpeza, que consideram horrível tudo o que é sexual. As mesmas pessoas tendem a transformar sua ansiedade em fobias, atos obsessivos, folie de doute.

(3) Angústia das pessoas obrigatoriamente abstinentes: mulheres que são esquecidas por seus maridos ou não são satisfeitas devido à falta de potência. Essa forma de neurose de angústia certamente pode ser adquirida e, devido a circunstâncias concomitantes, combina-se muitas vezes com a neurastenia.

(4) Angústia das mulheres que vivem a prática do coitus interruptus ou, o que é parecido, das mulheres cujos maridos sofrem de ejaculação precoce - portanto, pessoas em que a estimulação física não é satisfeita.

(5) Angústia dos homens que praticam o coitus interruptus e mesmo dos homens que se excitam de diferentes maneiras e não empregam sua ereção para o coito.

(6) Angústia dos homens que vão além do seu desejo ou da sua força, pessoas de mais idade cuja potência está diminuindo, mas que, ainda assim, se impõem a prática do coito.

(7) Angústia das pessoas que se abstêm ocasionalmente: homens jovens que se casaram com mulheres de mais idade, por quem na verdade sentem repulsa; ou neurastênicos que foram desviados da masturbação pelo trabalho intelectual,

sem compensá-la através do coito; ou homens cuja potência começa a enfraquecer e que, no casamento, abstêm-se das relações sexuais por causa de sensações post coitum [cf. em [1]].

Nos demais casos, não ficou evidenciada a ligação entre a angústia e a vida sexual. (Poderia ser estabelecida teoricamente.)

Como juntar todos esses casos separados? O que há de comum neles, com maior freqüência, é a abstinência. Depois de constatar o fato de que mesmo as mulheres frígidas estão sujeitas à angústia após o coitus interruptus, somos levados a dizer que se trata de uma questão de acumulação física de excitação - isto é, uma acumulação de tensão sexual física. A acumulação ocorre como conseqüência de ter sido evitada a descarga. Assim a neurose de angústia é uma neurose de represamento, como a histeria; daí a sua semelhança. E visto que absolutamente nenhuma angústia está contida no que é acumulado, a situação se define dizendo-se que a angústia surge por transformação a partir da tensão sexual acumulada.

Aqui se pode intercalar algum conhecimento que nesse meio tempo se obteve acerca do mecanismo da melancolia. Com freqüência muito especial verifica-se que os melancólicos são anestéticos. Não têm necessidade de relação sexual (e não têm a sensação correlata). Mas têm um grande anseio pelo amor em sua forma psíquica - uma tensão erótica psíquica, poder-se-ia dizer. Nos casos em que esta se acumula e permanece insatisfeita, desenvolve-se a melancolia. Aqui, pois, poderíamos ter a contrapartida da neurose de angústia. Onde se acumula tensão sexual física - neurose de angústia. Onde se acumula tensão sexual psíquica - melancolia.

Mas por que ocorre essa transformação em angústia quando há uma acumulação? Nesse ponto devemos examinar o mecanismo normal para lidar com a tensão acumulada. O que nos interessa aqui é o segundo caso - o caso da excitação endógena. As coisas são mais simples no caso da excitação exógena. A fonte da excitação situa-se externamente e envia para dentro da psique um acréscimo de excitação que é manejado de acordo com sua quantidade. Para esse propósito, basta qualquer reação que reduza em igual quantidade a excitação psíquica. [Cf. em [1].]

Mas as coisas se passam de modo diverso no caso da tensão endógena, cuja fonte se situa dentro do corpo do indivíduo (fome, sede, pulsão sexual). Nesse caso, só têm utilidade as reações específicas - reações que evitem novo surgimento de excitação nos órgãos terminais em questão, sejam essas reações exequíveis com maior ou menor gasto [de energia]. Aqui podemos supor que a tensão endógena cresce contínua ou descontinuamente, mas, de qualquer modo, só é percebida quando atinge um determinado limiar. É somente acima desse limiar que a tensão passa a ter significação psíquica, que entra em contacto com determinados grupos de idéias que, com isso, passam a buscar soluções. Assim, a tensão sexual física acima de certo nível desperta a libido psíquica, que então induz ao coito etc. Quando a reação específica deixa de se realizar, a tensão físico-psíquica (o afeto sexual) aumenta desmedidamente. Torna-se uma perturbação, mas ainda não há base para sua transformação. Contudo, na neurose de angústia, essa transformação de fato ocorre, o que sugere a idéia de que, nessa neurose, as coisas se desvirtuam da seguinte maneira: a tensão física aumenta, atinge o nível do limiar em que consegue despertar afeto psíquico, mas, por algum motivo, a conexão psíquica que lhe é oferecida permanece insuficiente: um afeto sexual não pode ser formado, porque falta algo nos fatores psíquicos. Por conseguinte, a tensão física, não sendo psiquicamente ligada, é transformada em - angústia.

Se aceitarmos a teoria até esse ponto, teremos de insistir em que deve haver, na neurose de angústia, um déficit constatável de afeto sexual na libido psíquica. E isso se confirma pela observação. Quando essa correlação é posta diante de alguma paciente, ela sempre se indigna e declara que, pelo contrário, agora já não tem nenhum desejo etc. Os pacientes do sexo masculino muitas vezes confirmam, como fato observado, que, após passarem a sofrer de angústia, não sentiram nenhum desejo sexual.

Vejamos agora se esse mecanismo concorda com os diferentes casos enumerados acima.

(1) Angústia das pessoas virgens. Nesse caso, o conjunto de idéias que deve captar a tensão física ainda não está presente, ou está presente apenas de maneira insuficiente; e, além disso, existe uma recusa psíquica que é um

resultado secundário da educação. Esse exemplo se enquadra muito bem.

(2) Angústia das pessoas excessivamente pudicas. Nesse caso, o que existe é a defesa - uma completa rejeição psíquica que impossibilita qualquer transformação da tensão sexual. É também nesses casos que encontramos numerosas obsessões. Outro exemplo muito adequado.

(3) Angústia nos casos de abstinência forçosa. É essencialmente a mesma, pois a maioria das mulheres desse tipo cria uma rejeição psíquica destinada a evitar a tentação. Nesse caso, a rejeição é uma contingência; em (2) trata-se de algo fundamental.

(4) Angústia das mulheres, decorrente de coitus interruptus. Nesse caso, o mecanismo é mais simples. Trata-se de excitação endógena que não se origina [espontaneamente], mas é induzida, embora não em quantidade suficiente para que seja capaz de despertar afeto psíquico. Efetua-se artificialmente um alheamento entre o ato físico-sexual e sua transformação psíquica. Quando, depois disso, a tensão endógena aumenta ainda mais por sua própria conta, ela não consegue ser transformada e gera angústia. Nesse caso, a libido pode estar presente, mas não ao mesmo tempo que a angústia. Desse modo, aqui, a rejeição psíquica é seguida de alheamento psíquico; a tensão de origem endógena é acompanhada por uma tensão induzida.

(5) Angústia dos homens em decorrência do coitus interruptus ou do coitus reservatus. O caso do coitus reservatus é mais claro; o coitus interruptus pode ser considerado, em parte, subordinado a ele. Também nesse caso, trata-se de um afastamento psíquico, pois a atenção é voltada para um outro objetivo e mantida afastada da transformação da tensão física. Contudo, provavelmente há que aprimorar a explicação para o coitus interruptus.

(6) Angústia que acompanha a diminuição da potência ou a libido insuficiente. De vez que, nesses casos, não ocorre a transformação da tensão física em angústia, por causa da senilidade, a explicação estaria no fato de que é insuficiente o desejo psíquico que pode ser concentrado para o ato em questão.

(7) Angústia dos homens em consequência de aversão, ou dos neurastênicos abstinentes. O primeiro caso não requer uma explicação nova; o outro, dos neurastênicos abstinentes, talvez seja uma forma atenuada de neurose de

angústia, pois em geral isso só acontece propriamente em homens potentes. Pode ser que o sistema nervoso neurastênico não consiga tolerar uma acumulação de tensão física, pois a masturbação implica o habituar-se a uma freqüente e completa ausência de tensão.

No seu todo, a concordância não é tão precária assim. Nos casos em que há um considerável desenvolvimento da tensão sexual física, mas esta não pode ser convertida em afeto pela transformação psíquica - por causa do desenvolvimento insuficiente da sexualidade psíquica, ou por causa da tentativa de suprimi-la (defesa), ou por causa do declínio da mesma, ou por causa do alheamento habitual entre sexualidade física e psíquica -, a tensão sexual se transforma em angústia. Assim, nisso desempenham um papel a acumulação de tensão física e a evitação da descarga no sentido psíquico.

Mas por que a transformação se faz precisamente em angústia? Angústia é a sensação de acumulação de um outro estímulo endógeno, o estímulo de respirar, um estímulo que é incapaz de ser psiquicamente elaborado à parte o próprio respirar; portanto, a angústia poderia ser empregada para a tensão física acumulada em geral. Além disso, se examinarmos mais detidamente os sintomas da neurose de angústia, encontraremos nela os componentes separados de um grande ataque de angústia, ou seja, dispnéia isolada, palpitações isoladas, sensação de angústia isolada, ou uma combinação desses elementos. Vistas mais de perto, estas são as vias de inervação que a tensão psicosexual comumente percorre, mesmo quando está por ser transformada psiquicamente. A dispnéia e as palpitações fazem parte do coito; e, conquanto sejam habitualmente utilizadas somente como vias auxiliares de descarga, aqui, por assim dizer, servem como as únicas saídas para a excitação. Na neurose de angústia, existe uma espécie de conversão, tal como ocorre na histeria (mais um exemplo de sua semelhança [em [1]]); contudo, na histeria, é a excitação psíquica que toma um caminho errado, exclusivamente em direção à área somática, ao passo que aqui é uma tensão física, que não consegue penetrar no âmbito psíquico e, portanto, permanece no trajeto físico. As duas se combinam com extrema freqüência.

Foi esse o ponto a que consegui chegar por ora. As lacunas precisam muito ser preenchidas. Penso que tudo isso está incompleto: falta-me algo; mas creio que os fundamentos estão corretos. Naturalmente, tudo isso ainda não está maduro para ser publicado. Sugestões, ampliações e certamente refutações e explicações serão recebidas com a máxima gratidão.

18 de agosto de 1894.Nº 1.

Neurose de angústia:disp. hered.

Herr K., 27 anos.

Pai em tratamento por melancolia senil; irmã, O., bom caso de neurose de angústia complicada, cuidadosamente analisado; todos os membros da família K. são neuróticos e de constituição geniosa. Primo do Dr. K., em Bordéus. - Boa saúde até há pouco tempo; tem dormindo mal nos últimos nove meses; em fevereiro e março, acordava muitas vezes, com pesadelos e palpitações; excitabilidade geral aumentando gradualmente; remissão dos sintomas devido a manobras militares, que lhe fizeram muito bem. Há três semanas, no início da noite, súbito ataque de angústia, sem razão [aparente], com sensação de congestão desde o peito até a cabeça. Interpretou que isso significava que, necessariamente, algo de terrível estava por acontecer; sem opressão concomitante, apenas discretas palpitações. Posteriormente, ataques semelhantes também durante o dia, na hora da refeição do meio-dia. Há duas semanas, consultou um médico; melhorou com o brometo; o estado ainda continua, mas dorme bem. Também durante as duas últimas semanas, breves ataques de profunda depressão, assemelhando-se a completa apatia, durante apenas alguns minutos. Melhorou somente aqui em R[eichenau]. Além disso, acessos de pressão na parte posterior da cabeça.

Ele próprio tomou a iniciativa de dar informações sobre sua vida sexual. Há um ano, apaixonou-se por uma moça com quem flertava; grande choque ao saber que ela estava noiva de outro. Não está mais apaixonado atualmente. - Atribui pouca importância ao fato. - Prosseguiu: masturbava-se entre os 13 e os 16 ou 17 anos (seduzido no colégio), moderadamente, disse ele. Moderado nas relações sexuais; nos últimos 2 anos e meio, tem feito uso do condom, por medo de infecção; depois de tais relações, muitas vezes se sente fraco. Descreveu esse tipo de relações como forçadas. Verifica que sua libido diminuiu muito durante o último ano. Ficava excitadíssimo sexualmente em seu relacionamento com a moça (sem tocá-la etc.) Seu primeiro ataque, à noite (fevereiro), ocorreu dois dias após uma relação sexual; seu primeiro ataque de angústia se deu após relação sexual, na mesma noite; a partir de então (três semanas), abstinente - um homem tranqüilo, de maneiras afáveis e, afora isso, sadio.

18 de agosto de 1894. Discussão do Nº 1

Ao procurarmos interpretar o caso de K., uma coisa nos chama especialmente a atenção. O homem tem uma disposição hereditária: seu pai sofre de melancolia, talvez melancolia de angústia; a irmã tem uma típica neurose de angústia; conheço intimamente essa neurose, mas, não fosse por isso, eu decerto a descreveria como adquirida. Isso dá motivo para pensar em sua hereditariedade. Na família K., provavelmente existe apenas uma "disposição" (uma tendência a adoecer cada vez com maior gravidade em resposta à etiologia típica), e não uma "degeneração". Podemos, pois, supor que, no caso de Herr K., a discreta neurose de angústia se desenvolveu a partir de uma etiologia discreta. Onde buscá-la, sem preconceito?

Em primeiro lugar, parece-me tratar-se de um estado de enfraquecimento da sexualidade. A libido desse homem vinha diminuindo há algum tempo; os preparativos para usar um condom são o bastante para que ele sinta que todo o ato é algo que lhe é forçado, e o prazer derivado do ato, algo a que foi induzido. Sem dúvida, esse é o nó de toda essa questão. Após o coito, muitas vezes se sente enfraquecido; como diz, ele percebe isso e então, dois dias depois de um coito, ou, conforme o caso, na mesma noite, tem seus primeiros ataques de angústia.

A confluência do declínio da libido e da neurose de angústia se ajusta sem dificuldade à minha teoria. Há uma debilidade no domínio psíquico da excitação sexual somática. Essa fraqueza tem estado presente há algum tempo e possibilita o aparecimento da angústia quando há um aumento casual da excitação somática.

Como foi adquirido esse enfraquecimento psíquico? Não se poderia esperar maiores conseqüências de sua masturbação na juventude; ela certamente não teria dado esses resultados, especialmente porque não parece ter ultrapassado as medidas habituais. Seu relacionamento com a moça, que muito o excitava sensualmente, parece muito mais apto a ter como efeito uma perturbação nesse sentido; de fato, o caso se assemelha às conhecidas condições das neuroses dos homens durante os noivados prolongados. Acima de tudo, porém, não se pode duvidar de que o temor de infecção e a decisão de usar um condom constituíram o motivo daquilo que descrevi como o fator do alheamento entre o somático e o psíquico [em [1]]. O efeito seria o mesmo do caso do coitus interruptus nos homens. Em resumo, Herr K. desenvolveu uma fraqueza sexual psíquica porque por si mesmo arruinou o coito, e, estando intactas sua saúde física e a produção

de estímulos sexuais, a situação deu origem à produção de angústia. Podemos dizer que sua decisão de tomar precauções, em vez de procurar satisfação adequada num relacionamento seguro, mostra que sua sexualidade, já de início, não tinha muito vigor. O homem tinha uma disposição hereditária; a etiologia que pode ser encontrada nesse caso, embora seja qualitativamente importante, seria tolerada sem maiores prejuízos por um homem sadio - isto é, um homem vigoroso.

Um aspecto interessante desse caso é o aparecimento de um estado de espírito tipicamente melancólico em ataques de curta duração. Isso deve ter importância teórica para a neurose de angústia devida ao alheamento; por ora, posso apenas fazer o registro disso.

20 de agosto de 1894. Nº 2. Herr von F., Budapeste, 44 anos.

Homem fisicamente sadio, ele se queixa de que "está perdendo sua vivacidade e o prazer de viver, de uma forma que não é natural num homem da sua idade". Esse estado - em que tudo lhe parece indiferente, em que considera seu trabalho uma carga pesada e se sente mal-humorado e debilitado - é acompanhado de intensa pressão no alto e também na parte posterior da cabeça. Ademais, esse estado se caracteriza por má digestão - isto é, aversão à comida, flatulência e prisão de ventre. Também parece dormir mal.

No entanto, o estado é evidentemente intermitente. Dura, a cada vez, uns 4 ou 5 dias, e se dissipa lentamente. Pela flatulência, ele percebe que a fraqueza nervosa está chegando. Há intervalos de 12 a 14 dias, e ele chega a passar bem durante várias semanas. Têm ocorrido até mesmo períodos melhores, com duração de meses. Ele insiste em que as coisas têm estado assim nos últimos 25 anos. Como acontece tantas vezes, tem-se de começar a compor o quadro clínico, pois ele fica repetindo monotonamente suas queixas e declara não ter prestado atenção a outros eventos. Assim, os contornos indeterminados dos ataques, bem como sua completa irregularidade no tempo, fazem parte do quadro. Naturalmente, ele atribui a culpa do seu estado à digestão...

Organicamente sadio; sem preocupações ou perturbações emocionais de gravidade. Quanto à sexualidade: masturbação entre os 12 e os 16 anos; depois, relações muito regulares com mulheres; não se sentia muito atraído; casado nos últimos 14 anos, teve somente 2 filhos, o último há 10 anos; nesse intervalo e desde então, somente uso de condom e nenhuma outra técnica. Nos últimos

anos, nítida diminuição da potência. Coito a cada 12 ou 14 dias, mais ou menos; muitas vezes, há também longos intervalos. Admite que, após coito com o uso do condom, sente-se enfraquecido e infeliz; mas não logo depois, só dois dias mais tarde - ou, como diz, tem notado que, dois dias depois, tem problemas digestivos. Por que usa condom? Não se deve ter filhos demais! ([Ele tem] 2.)

Discussão.

Um caso benigno, mas muito característico, de depressão periódica, melancolia. Sintomas: apatia, inibição, pressão intracraniana, dispepsia, insônia - o quadro está completo.

Há uma inequívoca semelhança com a neurastenia, e a etiologia é a mesma. Tenho alguns casos bastante parecidos: são masturbadores (Herr A.) e têm também um traço hereditário. Os von F. são reconhecidamente psicopatas. Assim, trata-se de um caso de melancolia neurastênica; deve haver aí um ponto de contato com a teoria da neurastenia.

É bem possível que o ponto de partida de uma melancolia de menor importância, como a que vimos, possa ser sempre o ato do coito: um exagero do ditado da filosofia "omne animal post coitum triste". Os intervalos de tempo provariam se este é ou não o caso. O homem sente melhoras a cada série de tratamentos, a cada ausência de casa - isto é, em cada período em que se vê livre do coito. Naturalmente, como afirma, ele é fiel à esposa. O uso do condom é uma prova de pouca potência; sendo algo parecido com a masturbação, é uma causa contínua de sua melancolia.

...Só reuni uns poucos casos esta segunda-feira.

Nº 3.

Dr. Z., médico, 34 anos. Por muitos anos, tem sofrido de sensibilidade orgânica nos olhos: fosfenos [clarões], ofuscação, escotomas etc. Isso tem aumentado consideravelmente, a ponto de impedi-lo de trabalhar nos últimos quatro meses (desde a época de seu casamento). Antecedentes: masturbação desde os 14 anos de idade, aparentemente continuada até esses últimos anos. Casamento não consumado, potência muito reduzida; aliás, tomadas providências para o divórcio.

Caso típico evidente de hipocondria num determinado órgão em um masturbador, em períodos de excitação sexual. É interessante que a formação médica atinja uma profundidade tão rasa.

Nº 4.

Her D., sobrinho de Frau A., que morreu histérica. Família altamente neurótica. Idade, 28 anos. Há algumas semanas tem sofrido de lassidão, pressão intracraniana, pernas bambas, potência reduzida, ejaculação precoce e dos pródromos da perversão: as jovens muito novas o excitam em grau maior do que as de mais idade.

Alega que, desde o início, sua potência foi instável; admite a masturbação, mas não muito prolongada; atualmente, anda numa fase de abstinência. Antes disto, estados de angústia no início da noite.

Será que ele fez uma confissão completa?

RASCUNHO G: MELANCOLIA

I

Os fatos que temos diante de nós parecem ser assim:

(A) Existem notáveis correlações entre a melancolia e a anestesia [sexual]. Isso foi estabelecido (1) pela verificação de que, em muitos melancólicos, houve uma longa história prévia de anestesia, (2) pela descoberta de que tudo o que provoca anestesia favorece o desenvolvimento da melancolia, (3) pela existência de um tipo de mulheres, psiquicamente muito exigentes, nas quais o desejo intenso facilmente se transforma em melancolia, e que são frígidas.

(B) A melancolia se desenvolve como intensificação da neurastenia, através da masturbação.

(C)A melancolia surge numa combinação típica com a angústia intensa.

(D)A forma típica e extrema da melancolia parece ser a forma hereditária periódica ou cíclica.

II

A fim de obtermos algum proveito desse material, precisamos estabelecer alguns pontos de partida fixos. Estes parecem ser proporcionados pelas seguintes considerações:

(a)O afeto correspondente à melancolia é o luto - ou seja, o desejo de recuperar algo que foi perdido. Assim, na melancolia, deve tratar-se de uma perda - uma perda na vida pulsional.

(b)A neurose nutricional paralela à melancolia é a anorexia. A famosa anorexia nervosa das moças jovens, segundo me parece (depois de cuidadosa observação), é uma melancolia em que a sexualidade não se desenvolveu. A paciente afirma que não se alimenta simplesmente porque não tem nenhum apetite; não há qualquer outro motivo. Perda do apetite - em termos sexuais, perda da libido.

Portanto, não seria muito errado partir da idéia de que a melancolia consiste em luto por perda da libido.

Restaria saber se essa fórmula explica a ocorrência e as características dos pacientes melancólicos. Discutirei isso com base no diagrama esquemático da sexualidade.

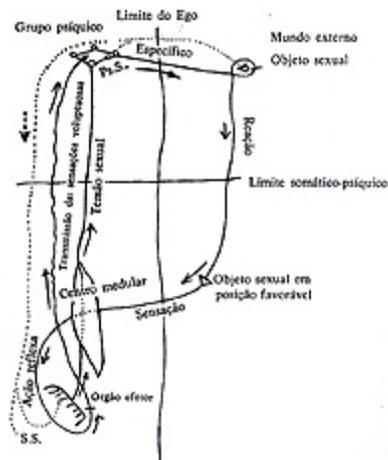
III

Com base no diagrama esquemático da sexualidade [Fig. 1], de que me tenho

utilizado freqüentemente, passarei agora a examinar as condições sob as quais o grupo sexual psíquico (ps. S) sofre uma perda na quantidade de

1. QUADRO ESQUEMÁTICO DA SEXUALIDADE

1. QUADRO ESQUEMÁTICO DA SEXUALIDADE



sua excitação. Aqui, são possíveis dois casos: (1) quando a produção de s. S. (excitação sexual somática) diminuiu ou cessa, e (2) quando a tensão sexual é desviada por ps. S. [grupo sexual psíquico]. O primeiro caso, em que cessa a produção de s. S. [excitação sexual somática], é provavelmente o que caracteriza a melancolia grave comumente propriamente dita, que reaparece periodicamente, ou a melancolia cíclica, na qual se alternam períodos de aumento e cessação da produção. Ademais, podemos supor que a masturbação excessiva, que, segundo nossa teoria, conduz a uma excessiva descarga de E. (o órgão efector) e, com isso, a um baixo nível de estímulo em E. - a masturbação excessiva passa a afetar a produção de s. S. [excitação sexual somática] e a causar uma redução duradoura de s. S., levando, conseqüentemente, a um enfraquecimento do p. S. [grupo sexual psíquico]. Essa é a melancolia neurastênica. O [segundo] caso, no qual a tensão sexual é desviada do p. S. [grupo sexual psíquico], embora a produção de s. S. [excitação sexual somática] não esteja diminuída, pressupõe que a s. S. [excitação sexual somática] é utilizada em outra parte - na fronteira [entre o somático e o psíquico]. Este, contudo, é o fator determinante da angústia; e, por conseguinte, isso coincide com o caso da melancolia de angústia, uma forma mista que reúne neurose de angústia e melancolia.

Assim sendo, nesta discussão estão explicadas as três formas de melancolia, que realmente devem ser diferenciadas.

IV

Como é que a anestesia desempenha esse papel na melancolia?

De acordo com o diagrama esquemático [Fig. 1], existem os tipos de anestesia que se seguem.

A anestesia, realmente, sempre consiste na omissão de V. (a sensação voluptuosa), que deve ser dirigida para o ps. S. [grupo sexual psíquico] após a ação reflexa que descarrega o órgão efetor. A sensação voluptuosa é medida pela quantidade da descarga.

(a) O E. [órgão efetor] não está completamente provido de carga; daí a descarga no coito ser pequena, e a V. [sensação voluptuosa], muito reduzida: o caso da frigidez.

(b) O trajeto desde a sensação até a ação reflexa está prejudicado, de modo que a ação não é suficientemente forte. Nesse caso, também é reduzida a descarga de V.: é o caso da anestesia masturbatória, da anestesia do coitus interruptus etc.

(c) Tudo o mais está em ordem; só que a V. não é admitida no ps. G. [grupo sexual psíquico] por estar vinculada numa outra direção (com a repulsa-defesa): esta é a anestesia histérica, inteiramente análoga à anorexia nervosa (repulsa).

Em que grau, pois, a anestesia favorece a melancolia?

No caso (a), de frigidez, a anestesia não é a causa da melancolia, mas um sinal de predisposição para a melancolia. Isso se coaduna com o Fato A (1), mencionado no começo deste artigo [em [1]]. Em outros casos, a anestesia é a causa da melancolia, pois o ps. G. [grupo sexual psíquico] é intensificado pela introdução de V. e enfraquecido por sua ausência. (Fundamentado em teorias gerais da vinculação da excitação na memória.) O Fato A (2) é assim levado em

conta [em [1]].

Disto se conclui que é possível a pessoa sofrer de anestesia sem ser melancólica, pois a melancolia está relacionada com a falta de s. S. [excitação sexual somática], ao passo que a anestesia se relaciona com a ausência de V. No entanto, a anestesia é um sinal ou um pródromo da melancolia, pois o p. S. [grupo sexual psíquico] fica tão enfraquecido pela ausência de V. como pela ausência de s. S. [excitação sexual somática].

V

Torna-se necessário verificar por que a anestesia é tão predominantemente característica das mulheres. Isso tem origem no papel passivo desempenhado por elas. Um homem com anestesia logo deixa de empreender qualquer relação sexual; a mulher não tem escolha. As mulheres tornam-se frígidas mais facilmente porque:

(1) toda a sua educação se faz no sentido de não despertarem s. S. [excitação sexual somática], e sim de transformarem em estímulos psíquicos todas as excitações que de outro modo teriam esse efeito - isto é, de dirigirem a linha pontilhada [no diagrama esquemático, Fig. 1] do objeto sexual inteiramente para o ps. G. [grupo sexual psíquico]. Isso é necessário porque, se houvesse uma vigorosa s. S. [excitação sexual somática], o ps. G. [grupo sexual psíquico] logo adquiriria tal intensidade, intermitentemente, que, como ocorre no caso dos homens, traria o objeto sexual para uma situação favorável, por meio de uma reação específica [em [1]]. Mas das mulheres exige-se que renunciem ao arco da reação específica; em lugar

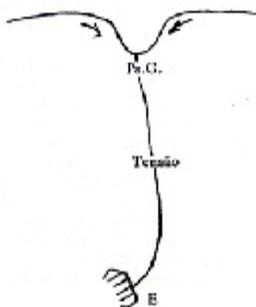


Fig. 2

disso, delas se exigem ações específicas que atraíam o homem para a ação específica. A tensão sexual é mantida em nível reduzido, seu acesso ao ps. G. [grupo sexual psíquico], na medida do possível, é vedado, e a força indispensável do ps. G. é suprida de uma outra maneira. Quando o ps G. entra num estado de desejo intenso, então, em vista do reduzido nível [de tensão] no E. [órgão efetor], esse estado é facilmente transformado em melancolia. O ps G., por si mesmo, comporta pouca resistência. Aqui temos o tipo juvenil e imaturo de libido, e as mulheres exigentes e frígidas, mencionadas acima [Fato A (3), em [1]], são simplesmente uma continuação desse tipo.

(2)As mulheres [tornam-se frígidas mais facilmente do que os homens] porque, muitas vezes, chegam ao ato sexual (casam) sem amor - ou seja, com menos s. S. [excitação sexual somática] e tensão em E. Nesse caso, são frígidas e continuam a sê-lo.

O reduzido nível de tensão em E. parece encerrar a principal predisposição à melancolia. Em pessoas desse tipo, toda neurose assume facilmente um cunho melancólico. Assim, enquanto os indivíduos potentes adquirem facilmente neuroses de angústia, os impotentes tendem à melancolia.

VI

E agora, como se explicam os efeitos da melancolia? A melhor descrição dos mesmos: inibição psíquica, com empobrecimento pulsional e o respectivo sofrimento.

Podemos imaginar que, quando o ps. G. [grupo sexual psíquico] se defronta com uma grande perda da quantidade de sua excitação, pode acontecer uma retração para dentro (por assim dizer) na esfera psíquica, que produz um efeito de sucção sobre as quantidades de excitação contíguas. Os neurônios associados são obrigados a desfazer-se de sua excitação, o que produz sofrimento. [Fig. 2.] Desfazer associações é sempre doloroso. Com isso, instala-se um empobrecimento da excitação (no seu depósito livre) - uma hemorragia interna,

por assim dizer - que se manifesta nas outras pulsões e funções. Essa retração para dentro atua de forma inibidora, como uma ferida, num modo análogo ao da dor (cf. a teoria da dor física). (Uma contrapartida disso seria apresentada pela mania, na qual o excedente de excitação se comunica a todos os neurônios associados [Fig. 3].)

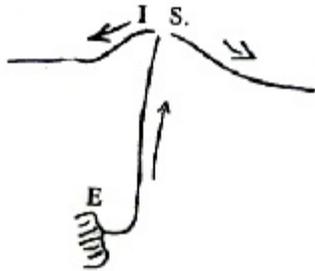


Fig. 3

Aqui, pois, há uma semelhança com a neurastenia. Nesta, acontece um empobrecimento muito semelhante, porque é como se, digamos, a excitação escapasse através de um buraco. Mas, nesse caso, o que escapa pelo buraco é s. S. [excitação sexual somática]; na melancolia, o buraco é na esfera psíquica. Contudo, o empobrecimento neurastênico pode estender-se à esfera psíquica. E, realmente, as manifestações são tão parecidas que alguns casos só podem ser diferenciados com dificuldade.

RASCUNHO H: PARANÓIA

Na psiquiatria, as idéias delirantes situam-se ao lado das idéias obsessivas como distúrbios puramente intelectuais, e a paranóia situa-se ao lado da loucura obsessiva como um psicose intelectual. Se as obsessões já foram atribuídas a uma perturbação afetiva e se encontrou prova de que elas devem sua força a um conflito, então a mesma opinião deve ser válida para os delírios, e também estes devem ser consequência de distúrbios afetivos, e sua força deve estar radicada

num processo psicológico. Os psiquiatras aceitam o contrário desse fato, ao passo que os leigos tendem a atribuir a loucura delirante a eventos mentais desagregadores. “Um homem que não perde a razão diante de determinadas coisas não tem nenhuma razão para perder.”

Ora, sucede que a paranóia, na sua forma clássica, é um modo patológico de defesa, tal como a histeria, a neurose obsessiva e a confusão alucinatória. As pessoas tornam-se paranóicas diante de coisas que não conseguem tolerar, desde que para isso tenham a predisposição psíquica característica.

Em que consiste essa predisposição? Nenhuma tendência para aquilo que representa a caracterização psíquica da paranóia; e esta, nós a estudaremos mediante um exemplo.

Uma mulher solteira, já não muito nova (cerca de trinta anos), morava numa casa com o irmão e a irmã [mais velha]. Pertencia à classe trabalhadora superior; seu irmão trabalhou até tornar-se um pequeno industrial. Nesse meio tempo, alugaram um quarto a um colega de trabalho, um homem muito viajado, um tanto enigmático, muito talentoso e inteligente. Ele morou na companhia deles durante um ano e mantinha [com essa família] um relacionamento muito amável e comunicativo. A seguir, foi-se embora, mas voltou seis meses mais tarde. Dessa vez, ficou morando na casa por um tempo relativamente breve, e então desapareceu definitivamente. As irmãs, muitas vezes, costumavam lamentar sua ausência e não podiam senão falar bem dele. Não obstante, a irmã mais nova contou à mais velha um episódio em que ele fizera uma tentativa de deixá-la em dificuldade. Ela estava fazendo a arrumação dos quartos, enquanto ele ainda estava na cama. Ele a chamou para junto da cama e quando, inadvertidamente, ela obedeceu, ele colocou o pênis na mão dela. A cena não teve seqüência, e bem pouco tempo depois o estranho foi embora.

No decorrer dos anos seguintes, a irmã que tinha tido essa experiência adoeceu. Passou a se queixar e, por fim, desenvolveu delírios inequívocos de estar sendo observada e perseguida, no seguinte sentido: achava que suas vizinhas tinham pena dela por ter sido abandonada pelo pretense namorado e por ainda estar esperando que o homem voltasse; estavam sempre a lhe dizer insinuações dessa natureza, diziam-lhe todo tipo de coisas a respeito do homem, e assim por diante. Tudo isso, dizia ela, era naturalmente inverídico. A partir daí, a paciente cai nesse estado somente por algumas semanas de cada vez. Sua compreensão interna (insight) retorna temporariamente e ela explica que tudo

isso foi consequência de se haver excitado; mesmo assim, nos intervalos, padece de uma neurose que pode ser facilmente interpretada como neurose sexual. E logo cai em novo surto de paranóia.

A irmã mais velha ficava surpresa ao verificar que, tão logo a conversa se encaminhava para a cena da sedução, a paciente costumava evitá-la. Breuer ouvir falar no caso, a paciente foi-me encaminhada, e procurei curar sua tendência à paranóia tentando fazê-la reviver a lembrança da cena. Não obtive resultado. Conversei com ela duas vezes e insisti para que me contasse tudo o que se relacionava com o inquilino, em hipnose de "concentração". Em resposta a minhas perguntas para saber se não teria mesmo acontecido algo de embaraçoso, deparei com a mais resoluta negativa - nunca mais vi a paciente. Ela ainda me enviou um recado, para dizer que aquilo a havia aborrecido demais. Defesa! Isso era óbvio. Ela queria não se lembrar do incidente e, por conseguinte, recalca-o intencionalmente.

Não podia haver qualquer dúvida a respeito da defesa; mas essa defesa poderia igualmente ter levado a um sintoma histérico ou a uma idéia obsessiva. Qual seria a peculiaridade da defesa paranóica?

Ela estava-se poupando de algo; algo fora recalçado. Podemos entrever o que era. Provavelmente, na realidade, ela ficava excitada com o que viu e com a lembrança do fato. Logo, estava-se poupando da censura de ser uma "mulher depravada". Daí em diante, passou a ouvir essa mesma censura, agora proveniente de fora. Assim, o tema permanecia inalterado; o que mudava era a localização da coisa. Antes, tratara-se de uma autocensura interna; agora, era uma recriminação vinda de fora. O julgamento a respeito dela fora transposto para fora: as pessoas estavam dizendo aquilo que, de outro modo, ela diria a si mesma. Havia uma vantagem nisso. Ela teria sido obrigada a aceitar o julgamento proveniente de dentro; já o que vinha do exterior, podia rejeitar. Dessa forma, o julgamento, a censura, era mantida afastada de seu ego.

Portanto, o propósito da paranóia é rechaçar uma idéia que é incompatível com o ego, projetando seu conteúdo no mundo externo.

Neste ponto surgem duas questões: [1] Como se efetua uma transposição dessa espécie? [2] Isso se aplica também a outros casos de paranóia?

(1) A transposição se efetua de maneira muito simples. Trata-se do abuso de um mecanismo psíquico muito comumente utilizado na vida normal: a transposição ou projeção. Sempre que ocorre uma modificação interna, temos a opção de supor a existência de uma causa interna ou de uma causa externa. Quando algo nos impede a derivação interna, naturalmente recorreremos à externa. E, depois, estamos acostumados a verificar que nossos estados internos se revelam (por uma expressão da emoção) às outras pessoas. Isso responde pelos delírios normais de estar sendo observado e pela projeção normal. Pois são normais na medida em que, nesse processo, permanecemos conscientes de nossa própria mudança interna. Se a esquecermos e se nos ativermos tão-somente a uma das premissas do silogismo, àquela que conduz para o exterior, teremos aí a paranóia, com sua supervalorização daquilo que as pessoas sabem a nosso respeito e daquilo que as pessoas nos fizeram. O que é que as pessoas sabem a nosso respeito, de que nada sabemos e que não podemos admitir? Trata-se, pois, de um abuso do mecanismo da projeção para fins de defesa.

Realmente, algo muito parecido se passa com as idéias obsessivas. O mecanismo de substituição também é um mecanismo normal. Quando uma solteirona idosa se dedica a cuidar de um cão, ou um solteirão idoso coleciona caixas de rapé, aquela está encontrando um sucedâneo para sua necessidade de companhia no casamento, e este, para sua necessidade de - uma infinidade de conquistas. Todo colecionador é substituto de um Don Juan Tenorio, como igualmente o são o montanhista, o desportista, todas essas pessoas. Essas coisas são equivalentes eróticos. As mulheres também as conhecem. O tratamento ginecológico enquadra-se nessa categoria. Há duas espécies de pacientes femininas: umas são tão leais a seus médicos como a seus maridos, e outras mudam de médico com a mesma freqüência com que mudam de amante. Esse mecanismo de substituição, normalmente atuante, é usado em excesso nas idéias obsessivas - e também aí a finalidade é a defesa.

(2) Pois bem, será que esse ponto de vista se aplica também aos outros casos de paranóia? A todos eles, é o que penso. No entanto, passo a mostrar alguns exemplos.

O paranóico litigante não consegue tolerar a idéia de que agiu errado ou de que deve repartir sua propriedade. Portanto, pensa que o julgamento não foi legalmente válido, que ele não está errado etc. Esse caso é por demais claro, mas também não de todo evidente; talvez se possa mostrá-lo em termos mais simples.

A "grande nation" não consegue enfrentar a idéia de ter sido derrotada na guerra. Logo, não foi derrotada; a vitória não conta. Constituiu um exemplo de paranóia de massa e cria o delírio de traição.

O alcoólatra jamais admitirá perante si mesmo que se tornou impotente por causa da bebida. Por mais que consiga tolerar o álcool, não consegue suportar esse conhecimento. Assim, é sua mulher a culpada - delírios de ciúme, e assim por diante.

O hipocondríaco vai se debater, durante muito tempo, até encontrar a chave de suas sensações de estar gravemente enfermo. Não admitirá perante si mesmo que seus sintomas têm origem na sua vida sexual; mas causa-lhe a maior satisfação pensar que seu mal, como diz Moebius, não é endógeno, mas exógeno. Logo, ele está sendo envenenado.

O funcionário que foi preterido na promoção convence-se de que deve haver conspiração contra ele e de que devem estar a espioná-lo em sua sala. Não fosse isso, teria de admitir seu fracasso.

Nem sempre, necessariamente, são delírios de perseguição que se desenvolvem desse modo. Talvez a megalomania até comporte mais capacidade de manter afastada do ego a idéia penosa. Tome-se, por exemplo, uma cozinheira que perdeu seus atrativos e que precisa acostumar-se com a idéia de que está definitivamente excluída da felicidade no amor. É este o momento certo de aparecer o cavalheiro da casa em frente, que, evidentemente, deseja casar-se com ela, que lhe está dando a entender isso de um modo extraordinariamente tímido, mas, mesmo assim, inconfundível.

Em todos os casos a idéia delirante é sustentada com a mesma energia com que uma outra idéia, intoleravelmente penosa, é rechaçada do ego. Assim, essas pessoas amam seus delírios como amam a si mesmas. É esse o segredo.

Pois bem, como é que se compara essa forma de defesa com as formas de defesa que já conhecemos: (1) histeria, (2) idéia obsessiva, (3) confusão alucinatória, (4) paranóia? Temos de levar em conta: afeto, conteúdo da idéia e alucinações. [Cf. resumo na Fig. 4.]

(1) Histeria. A idéia incompatível não tem acesso à associação com o ego. O conteúdo é retido num compartimento separado, está ausente da consciência; seu afeto [é eliminado] por conversão na esfera somática - A psicose é a

única [conseqüência].

(2) Idéia obsessiva. Também aqui, a idéia incompatível não tem acesso à associação. O afeto é conservado; o conteúdo é representado por um substituto.

(3) Confusão alucinatória. A totalidade da idéia incompatível - afeto e conteúdo - é mantida afastada do ego; e isto só se torna possível à custa de um desligamento parcial do mundo externo. Resta o recurso às alucinações, que comprazem ao ego e apóiam a defesa.

(4) Paranóia. O conteúdo e o afeto da idéia incompatível são mantidos, em direto contraste com (3); mas são projetados no mundo externo. As alucinações, que surgem em algumas formas da doença, são hostis ao ego, mas apóiam a defesa.

Nas psicoses históricas, pelo contrário, são justamente as idéias rechaçadas que assumem o domínio. O tipo dessas psicoses é o ataque e o état secondaire. As alucinações são hostis ao ego.

A idéia delirante é ou uma cópia da idéia rechaçada, ou o oposto desta (megalomania). A paranóia e a confusão alucinatória são as duas psicoses de desafio ou oposição. A "auto-referência" da paranóia é análoga às alucinações dos estados confusionais, pois estas procuram afirmar exatamente o contrário do fato que foi rechaçado. Assim, a referência a si mesmo sempre tenta provar a correção da projeção.

RESUMO

RESUMO				
	Estado	Conteúdo da Idéia	Afeto	Resultado
Idéia obsessiva	conservado	substituído	conservado	afeto conservado
Idéia delirante	conservado	substituído	conservado	afeto conservado
Idéia alucinatória	afastado	substituído	afastado	afeto conservado
Idéia paranóica	afastado	substituído	afastado	afeto conservado
Idéia delirante	afastado	substituído	afastado	afeto conservado
Idéia delirante	afastado	substituído	afastado	afeto conservado

Fig. 4

CARTA 22

...Não tenho nada para lhe contar. Quando muito, uma pequena analogia com a psicose onírica de D, que estudamos juntos. Rudi Kaufmann, sobrinho muito inteligente de Breuer, e também estudante de medicina, é uma pessoa que custa a levantar da cama. Manda que a empregada o chame, porém sempre reluta muito em obedecer a ela. Certa manhã, ela o despertou uma segunda vez e, como ele não respondesse, chamou-o pelo nome: "Herr Rudi!" Com isso, o dorminhoco teve uma alucinação com um quadro de avisos junto a um leito de hospital (cf. o Rudolfinerhaus), no qual havia o nome "Rudolf Kaufmann", e disse a si mesmo: "Bom, de qualquer modo o R. K. está no hospital; portanto, não preciso ir até lá", e continuou a dormir. [1]

RASCUNHO I: ENXAQUECA: ASPECTOS ESTABELECIDOS

(1) Uma questão de soma: Há um intervalo de horas ou dias entre a instigação dos sintomas. Tem-se uma espécie de sensação de que um obstáculo está sendo superado e de que um processo segue então adiante.

(2) Uma questão de soma. Mesmo sem uma instigação, tem-se a impressão de que deve haver um estímulo que se acumula, o qual está presente em quantidade mínima, no início do intervalo, e em quantidade máxima, no fim do mesmo.

(3) Uma questão de soma, na qual a suscetibilidade aos fatores etiológicos está na altura do nível do estímulo já presente.

(4) Uma questão com etiologia complexa. Talvez nos moldes de uma etiologia em cadeia, na qual uma causa próxima pode ser induzida por uma série de fatores, direta e indiretamente, ou nos moldes de uma etiologia em soma, na

qual, juntamente com uma causa específica, as causas acumuladas podem agir como substitutos quantitativos. [1]

(5) Uma questão semelhante ao modelo da enxaqueca menstrual e pertencente ao grupo sexual. Provas:

(a) Raríssima em homens sadios.

(b) Restrita ao período sexual da vida: infância e velhice praticamente excluídas.

(c) Se é produzida por soma, também o estímulo sexual é algo que se produz por soma.

(d) A analogia da periodicidade.

(e) Frequência em pessoas com perturbação da descarga sexual (neurastenia, coitus interruptus).

(6) Certeza de que a enxaqueca pode ser produzida por estímulos químicos: emanções tóxicas humanas, siroco, fadiga, odores. Ora, o estímulo sexual também é um estímulo químico.

(7) Cessaçãõ da enxaqueca durante a gravidez, quando a produção talvez esteja voltada para outra parte.

Isto parece mostrar que a enxaqueca é um efeito tóxico produzido pela substância estimulante sexual quando esta não consegue encontrar descarga suficiente. E talvez se deve acrescentar a isto o fato de que está presente uma determinada via (cuja localização precisa ser determinada) que se acha num estado de suscetibilidade especial. A questão implícita nisto é a questão a respeito da localização da enxaqueca.

(8) Com relação a essa via, temos indicações de que as doenças orgânicas do crânio, tumores e supurações (sem ligações tóxicas intermediárias?) produzem enxaqueca, ou algo parecido, além do que a enxaqueca é unilateral, correlaciona-se com o nariz e se liga a fenômenos isolados de paralisias. O primeiro desses sinais não é muito claro. A unilateralidade, a localização acima do olho e a complicação pelas paralisias localizadas são mais importantes.

(9) A dor da enxaqueca só pode sugerir o envolvimento das meninges, pois as afecções da massa cerebral certamente são indolores.

(10) Se, nesse sentido, a enxaqueca se assemelha à nevralgia, isso se coaduna com a soma, a sensibilidade e suas oscilações, a produção de nevralgia mediante estímulos tóxicos. A nevralgia tóxica será, assim, o seu protótipo fisiológico. O couro cabeludo é a sede de sua dor e o trigêmeo é sua via. Como, entretanto, a alteração nevrálgica só pode ser de natureza central, devemos supor que, logicamente, o centro da enxaqueca é um núcleo do trigêmeo cujas fibras inervam a dura-máter.

De vez que, na enxaqueca, a dor tem uma localização parecida com a da nevralgia supra-orbital, esse núcleo dural deve situar-se nas proximidades do núcleo da primeira ramificação. Como os diferentes ramos e núcleos do trigêmeo se influenciam uns aos outros, todas as outras afecções do trigêmeo podem contribuir para a etiologia [da enxaqueca] como fatores convergentes (não como fatores banais).

A sintomatologia e a posição biológica da enxaqueca.

A dor de uma nevralgia geralmente encontra sua descarga através de tensão tônica (ou mesmo de espasmo clônico). Portanto, não é impossível que a enxaqueca possa incluir uma inervação espástica dos músculos dos vasos sanguíneos na esfera reflexa da região dural. Podemos atribuir a essa intervenção a perturbação geral (e, a rigor, a perturbação local) da função, que não difere, sintomatologicamente, de um distúrbio parecido, causado por constrição vascular. (Cf. a semelhança entre a enxaqueca e os ataques de trombose.) Parte da inibição é devida à própria dor. Presumivelmente, é a área vascular do plexo coróide a primeira a ser atingida pelo espasmo da descarga. A relação com o olho e com o nariz é explicada pela sua inervação comum pelo primeiro ramo [do trigêmeo]. [1]

RASCUNHO J

FRAU P. J. (27 ANOS)

[I]

Estava casada havia três meses. Seu marido, caixeiro-viajante, precisara deixá-la por algumas semanas, depois do casamento, e já estava ausente há semanas. Ela sentia muita falta dele e ansiava por sua volta. Tinha sido cantora ou, pelo menos, se formara como cantora. Para passar o tempo, estava [um dia] sentada ao piano, cantando, quando subitamente sentiu-se mal - um mal-estar no abdome e no estômago, com a cabeça rodando, sensações de opressão e angústia e parestesia cardíaca; pensou que estava enlouquecendo. Instantes após, lembrou-se de que, naquela manhã, havia comido ovos e cogumelos e concluiu ter-se envenenado. No entanto, esse estado logo se dissipou. No dia seguinte, a empregada contou-lhe que uma mulher que morara na mesma casa tinha enlouquecido. Desse momento em diante, nunca mais ficou livre da obsessão, acompanhada de angústia, de que também ela estaria por enlouquecer.

Essa é a essência do caso. De início, supus que sua condição tivesse sido um ataque de angústia - uma liberação de sensação sexual que se transformou em angústia. Um ataque desse tipo, segundo pensei, poderia ocorrer sem qualquer processo psíquico concomitante. Ainda assim, eu não queria rejeitar a possibilidade mais favorável de que se pudesse descobrir tal processo; pelo contrário, eu o tomaria como o ponto de partida de meu trabalho. O que eu esperava encontrar era o seguinte. Ela alimentava um desejo intenso pelo marido - isto é, o desejo de ter relações sexuais com ele; com isso, veio-lhe uma idéia que excitou o afeto sexual e, depois, a defesa contra a idéia; a seguir, ela foi assaltada pelo medo e fez uma falsa conexão ou substituição.

Comecei perguntando-lhe acerca das circunstâncias acessórias do ocorrido; algo devia tê-la feito recordar-se do marido. Ela estivera cantando a ária de Carmen "Près des remparts de Séville". Pedi-lhe que a repetisse para mim; ela nem conseguia lembrar-se exatamente das palavras. - Em que ponto a Sr^a acha que

lhe veio o ataque? - Ela não sabia. - Quando apliquei pressão [em sua frente], ela disse que tinha sido depois de haver terminado a ária. Isso parecia bem possível: tinha sido uma seqüência de pensamentos, que emergira a partir da letra da ária. - Afirmei então que, antes do ataque, tinha havido nela pensamentos dos quais não conseguia lembrar-se. De fato, não se lembrava de nada, mas a pressão [em sua frente] fez surgir as palavras "marido" e "desejar". Diante de minha insistência, esta última palavra foi mais especificada como sendo desejo de carícias sexuais. - "Penso que é isso mesmo. Afinal, seu ataque não passou de um estado de extravasamento amoroso. Pergunto-lhe se conhece a canção do pajem:

Voi che sapete che cosa è amor, Donne vedete s'io l'ho nel cor...

Por certo houve algo além disso: uma sensação na parte inferior do corpo, um desejo convulsivo de urinar." - Ela então confirmou isso. A insinceridade das mulheres começa quando elas omitem os sintomas sexuais característicos ao descreverem o que sentem. De modo que tinha sido realmente um orgasmo.

- "Bem, a senhora percebe, de qualquer modo, que um estado de desejo como esse, numa mulher jovem que se viu abandonada pelo marido, não é nada de que se deva sentir vergonha." - Pelo contrário, pensou ela, algo a ser aprovado. - "Muito bem; mas, nesse caso, não consigo ver o motivo do medo. Certamente a senhora não receou 'marido' nem 'desejo'; de modo que devem estar faltando outros pensamentos que são mais próprios para suscitar medo." - Mas ela apenas acrescentou que sempre temera as dores que lhe causava a relação sexual, mas que seu desejo tinha sido muito mais forte do que o medo das dores. - Nesse ponto, interrompemos.

II

Havia fortes razões para suspeitar de que, na Cena I (estando a paciente ao piano), juntamente com os pensamentos desejantes em relação ao marido (dos quais antes se lembrava), ela havia entrado numa outra seqüência profunda de pensamentos, da qual não tinha recordação, e foram estes os pensamentos que levaram à Cena II. Mas eu ainda não conhecia seu ponto de partida. Hoje, a paciente veio chorando e desesperada, evidentemente sem qualquer esperança de o tratamento ter êxito. De modo que suas resistências já estavam aguçadas, e o progresso se tornou bem mais difícil. O que eu desejava saber, a essa altura, era que pensamentos capazes de assustá-la ainda se encontravam presentes. Ela mencionou todo tipo de coisas que não poderiam ser pertinentes ao caso: o fato de que, por longo tempo, não tinha sido deflorada (o que lhe foi confirmado pelo Prof. Chrobak), de que atribuía seu estado nervoso a isso e, por esse motivo,

desejava que o defloramento pudesse ser feito. - Naturalmente, esse pensamento provinha de uma época posterior: até a Cena I ela tivera boa saúde. - Por fim, obtive a informação de que ela já havia experimentado um ataque semelhante, mas muito mais fraco e mais transitório, com as mesmas sensações. (A partir disso, verifiquei ter sido a partir do quadro mnêmico do orgasmo que entrou em jogo a via de acesso que abriu caminho para as camadas mais profundas.) Investigamos a outra cena. Naquela época - há quatro anos passados - ela tivera um compromisso em Ratisbona. Pela manhã, havia cantado num recital e tinha-se saído bem. De tarde, em casa, teve uma "visão" - como se houvesse algo, uma "briga" entre ela e o tenor da companhia e um outro homem, e depois disso teve o ataque, com o medo de estar enlouquecendo.

Aqui estava, pois a Cena II, a que se fizera uma alusão, por associação, na Cena I. No entanto, era evidente que também aqui havia lacunas na memória. Outras idéias deveriam ter estado presentes para explicar o desencadeamento da sensação sexual e do pavor. Indaguei sobre esses elos intermediários e, em lugar destes, foram-me contados os motivos da paciente. Ela se havia desgostado de tudo o que se referia à vida de artista. - "Por quê?" - A rispidez do diretor e o relacionamento dos atores entre si. - Perguntei por detalhes a esse respeito. - Tinha havido uma velha atriz cômica, com quem os atores jovens costumavam gracejar, perguntando-lhe se podiam passar a noite com ela. - "E o que mais, a respeito do tenor?" - Também este a tinha importunado; no recital, tinha colocado a mão no seio dela. - "Na sua roupa, ou diretamente na pele?" - Primeiro, ela disse que fora na pele, mas depois voltou atrás: disse que fora tocada na roupa. - "Bem, e o que mais?" - Todas as características dos relacionamentos daquelas pessoas, todos os abraços e beijos entre os atores tinham-na deixado amedrontada. - "Sim?" - Mais uma vez, fala na rispidez do diretor, embora só tivesse ficado lá alguns dias. - "A investida do tenor aconteceu no mesmo dia do seu ataque?" - Não; ela não sabia se fora antes ou depois. - Minhas perguntas feitas com auxílio da pressão mostraram que a tentativa de sedução ocorrera no quarto dia de sua estada, e o ataque, no sexto.

Interrompido pelo sumiço da paciente.

NOTA

Durante toda a parte final do ano de 1895, Freud esteve muito ocupado com o problema teórico fundamental da relação entre neurologia e psicologia. Suas reflexões finalmente levaram ao trabalho inconcluso a que demos o título de Projeto para uma Psicologia Científica. Este foi escrito em setembro e outubro de 1895 e deveria ser publicado, cronologicamente, nesse ponto dos documentos dirigidos a Fliess. No entanto, ele sobressai tanto dentre esses outros documentos

e constitui uma entidade tão extraordinária e autônoma que pareceu aconselhável editá-lo de forma destacada, no final deste volume. Uma das cartas, a de nº 39, escrita em 1º de janeiro de 1896, está tão estreitamente relacionada com o Projeto (sem o qual, aliás, seria ininteligível) que também foi tirada do seu lugar original na correspondência e editada como um apêndice ao Projeto. Que Freud, durante todo esse tempo, tivesse estado interessado também em temas clínicos, fica visivelmente demonstrado pelo fato de que, no mesmo dia em que remeteu essa carta (1º de janeiro de 1896), também remeteu a Fliess o Rascunho K, que se segue aqui e que é, sob muitos aspectos, um esboço preliminar completo de seu segundo artigo sobre as neuropsicoses de defesa (1896b), concluído logo após.

RASCUNHO K: AS NEUROSES DE DEFESA

(Um Conto de Fadas Natalino)

Há quatro tipos e muitas formas dessas neuroses. Posso apenas traçar uma comparação entre histeria, neurose obsessiva e uma forma de paranóia. Elas têm várias coisas em comum. São aberrações patológicas de estados afetivos psíquicos normais: de conflito (histeria), de autocensura (neurose obsessiva), de mortificação (paranóia), de luto (amênia alucinatória aguda). Diferem desses afetos pelo fato de não conduzirem à resolução de coisa alguma, e sim a um permanente prejuízo para o ego. Ocorrem sujeitas às mesmas causas precipitantes dos seus protótipos afetivos, contanto que a causa preencha duas condições a mais - que seja de natureza sexual e que ocorra durante o período anterior à maturidade sexual (as condições de sexualidade e infantilismo). Quanto às condições que se aplicam à pessoa em questão, não tenho novos conhecimentos. Genericamente, diria que a hereditariedade é uma condição a mais, no sentido de que ela facilita e aumenta o afeto patológico - isto é, a condição que, predominantemente, torna possíveis as gradações entre o normal e o caso extremo. Não creio que a hereditariedade determine a escolha de uma neurose defensiva especial.

Existe uma tendência normal à defesa - uma aversão contra dirigir a energia psíquica de tal maneira que daí resulte algum desprazer. Essa tendência, que está

ligada às condições mais fundamentais do funcionamento psíquico (a lei da constância), não pode ser empregada contra as percepções, pois estas são capazes de se impor à atenção (como é evidenciado pela consciência dessas percepções); tal tendência atua somente contra as lembranças e os pensamentos. É inócua quando se trata de idéias às quais, em alguma época, esteve ligado algum desprazer, mas que, na época atual, não tem possibilidade de originar desprazer (a não ser o desprazer recordado); também em tais casos, essa tendência pode ser implantada pelo interesse psíquico.

A tendência à defesa, porém, torna-se prejudicial quando é dirigida contra idéias também capazes de, sob a forma de lembranças, liberar um novo desprazer - como é o caso das idéias sexuais. É nisso, realmente, que se concretiza a possibilidade de uma lembrança ter, posteriormente, uma capacidade de liberação maior do que a produzida pela experiência correspondente. Somente uma coisa é necessária para isto: que a puberdade se interponha entre a experiência e sua repetição na lembrança - evento que tanto aumenta o efeito da revivescência. O funcionamento psíquico parece despreparado para essa exceção; por esse motivo, para que a pessoa esteja livre da neurose, a condição necessária é que antes da puberdade não tenha ocorrido nenhuma estimulação sexual de maior significação, embora seja verdade que o efeito de tal experiência deve ser incrementado pela predisposição hereditária, antes de poder atingir um nível capaz de causar doença.

(Aqui surge um problema correlato: como ocorre que, sob condições análogas, em vez da neurose emergem a perversão ou, simplesmente, a imoralidade?)

Por certo mergulharemos profundamente em enigmas psicológicos, se investigarmos a origem do desprazer que parece ser liberado pela estimulação sexual prematura, e sem o qual, enfim, não é possível explicar um recalamento. A resposta mais plausível apontará o fato de que a vergonha e a moralidade são as forças recalcadoras, e que a vizinhança em que estão naturalmente situados os órgãos sexuais deve, inevitavelmente, despertar repugnância junto com as experiências sexuais. Onde não existe vergonha (como numa pessoa do sexo masculino), ou onde não entra a moralidade (como nas classes inferiores da sociedade), ou onde a repugnância é embrutecida pelas condições de vida (com nas zonas rurais), também não resultam nem neurose nem recalamento em decorrência da estimulação sexual na infância. Contudo, temo que essa explicação não resista a um teste mais aprofundado. Não penso que a produção de desprazer durante as experiências sexuais seja conseqüência da mistura ao acaso de determinados fatores desprazerosos. A experiência diária nos mostra que, quando a libido alcança um nível suficiente, a repulsa não é sentida e a moralidade é suplantada; penso que o aparecimento da vergonha se relaciona,

por meio de ligações mais profundas, com a experiência sexual. Em minha opinião, a produção de desprazer na vida sexual deve ter uma fonte independente: uma vez que esteja presente essa fonte, ela pode despertar sensações de repulsa, reforçar a moralidade, e assim por adiante. Persisto no modelo da neurose de angústia em adultos, na qual uma quantidade proveniente da vida sexual causa, de modo parecido, um distúrbio na esfera psíquica, embora habitualmente pudesse ter um outro uso no processo sexual. De vez que não existe nenhuma teoria correta do processo sexual, permanece sem resposta a questão da origem do desprazer que atua no recalçamento. [Ver em [1].]

O rumo tomado pela doença nas neuroses de recalçamento é, em geral, sempre o mesmo: (1) a experiência sexual (ou a série de experiências), que é traumática e prematura e deve ser recalçada. (2) Seu recalçamento em alguma ocasião posterior, que desperta a lembrança correspondente; ao mesmo tempo, a formação de um sintoma primário. (3) Um estágio de defesa bem-sucedida, que é equivalente à saúde, exceto quanto à existência do sintoma primário. (4) O estágio em que as idéias recalçadas retornam e em que, durante a luta entre elas e o ego, formam-se novos sintomas, que são os da doença propriamente dita: isto é, uma fase de ajustamento, de ser subjogado, ou de recuperação com uma malformação.

As principais diferenças entre as diversas neuroses são demonstradas na forma como retornam as idéias recalçadas; outras diferenças são evidenciadas na maneira como os sintomas se formam e no rumo tomado pela doença. Mas o caráter específico de uma determinada neurose está no modo como se realiza o recalque.

O curso dos acontecimentos na neurose obsessiva é o mais claro para mim, pois foi o que cheguei a conhecer melhor.

NEUROSE OBSESSIVA

Aqui, a experiência primária foi acompanhada de prazer. Quer tenha sido uma experiência ativa (nos meninos), quer tenha sido uma experiência passiva (nas meninas), ela se realizou sem dor ou qualquer mescla de nojo; e isso, no caso das meninas, implica, em geral, uma idade relativamente maior (cerca de 8 anos). Quando essa experiência é lembrada posteriormente, ela dá origem ao surgimento de desprazer; e, em especial, emerge primeiro uma autocensura, que é consciente. Na verdade, aparentemente, é como se todo o complexo psíquico -

lembrança e autocensura - fosse de início consciente. Depois, sem que nada de novo sobrevenha, ambas são recalçadas, e na consciência se forma, em lugar delas, um sintoma antitético, uma nuance de escrupulosidade.

O recalçamento pode processar-se devido ao fato de que a lembrança do prazer, como tal, produz desprazer, quando recordada anos depois; isso deveria ser explicável por uma teoria da sexualidade. Mas as coisas também podem acontecer de modo diferente. Em todos os meus casos de neurose obsessiva, em idade muito precoce, anos antes da experiência de prazer, tinha havido uma experiência puramente passiva; e isso dificilmente se daria por acaso. Assim, podemos supor que é a convergência, posteriormente, dessa experiência passiva com a experiência de prazer que adiciona o desprazer à lembrança prazerosa e possibilita o recalçamento. De modo que uma condição clínica necessária da neurose obsessiva consistiria em que a experiência passiva deveria ocorrer tão precocemente que não fosse capaz de impedir a ocorrência espontânea da experiência de prazer. A fórmula, portanto, seria esta:

Desprazer - Prazer - Recalçamento.

O fator determinante seriam as relações cronológicas das duas experiências entre si e com a época da maturidade sexual.

No estágio do retorno do recalçado ocorre que a autocensura retorna sem modificação, mas raramente de modo a atrair a atenção para si; durante certo tempo, portanto, emerge simplesmente como um sentimento de culpa sem qualquer conteúdo. Em geral, vem a se ligar a um conteúdo que é distorcido de duas maneiras - no tempo e no conteúdo: distorcido quanto ao tempo na medida em que se refere a uma ação contemporânea ou futura, e distorcido quanto ao conteúdo na medida em que significa não o evento real, mas um sucedâneo escolhido a partir da categoria daquilo que é análogo - uma substituição. Por conseguinte, uma idéia obsessiva é produto de um compromisso, correto quanto ao afeto e à categoria, mas falso devido ao deslocamento cronológico e à substituição por analogia.

O afeto da autocensura pode ser transformado, por diferentes processos psíquicos, em outros afetos, os quais, depois, entram na consciência mais claramente do que o afeto como tal: por exemplo, pode ser transformado em angústia (medo das conseqüências da ação a que se refere a autocensura), hipocondria (medo dos efeitos corporais), delírios de perseguição (medo dos seus

efeitos sociais), vergonha (medo de que outras pessoas saibam), e assim por diante.

O ego consciente considera a obsessão como algo que lhe é estranho: não acredita nela, ao que parece, valendo-se da idéia antitética da escrupulosidade, formada muito tempo antes. Mas, nesse estágio, muitas vezes pode acontecer uma subjugação do ego pela obsessão - por exemplo, quando o ego é atingido por uma melancolia transitória. Exceto quanto a isso, a fase de doença é marcada pela luta defensiva do ego contra a obsessão; e isso, por si só, pode produzir novos sintomas - os da defesa secundária. A idéia obsessiva, tal como qualquer outra idéia, é atacada pela lógica, embora sua força compulsiva seja inabalável. Os sintomas secundários são uma intensificação da escrupulosidade e uma compulsão a perscrutar minuciosamente as coisas e acumulá-las. Outros sintomas secundários surgem quando a compulsão é transferida para impulsos motores contra a obsessão - por exemplo, compulsão a ensimesmar-se, compulsão para a bebida (dipsomania), rituais protetores, folie de doute.

Com isto, chegamos à formação de três espécies de sintomas:

(a) o sintoma primário da defesa - escrupulosidade,

(b) os sintomas de compromisso da doença - idéias obsessivas ou afetos obsessivos,

(c) os sintomas secundários da defesa - ensimesmamento obsessivo, acumulação obsessiva de objetos, dipsomania, rituais obsessivos.

Os casos em que o conteúdo da memória não se tornou admissível à consciência através da substituição, mas em que o afeto da autocensura se tornou admissível mediante transformação, dão a impressão de ter ocorrido um deslocamento numa cadeia de inferências: acuso-me por causa de um acontecimento - receio que outras pessoas saibam dele - portanto, sinto vergonha diante de outras pessoas. Tão logo é recalcado o primeiro elo da seqüência, a obsessão passa para o segundo ou terceiro elo e leva a duas formas de delírios de observação que, no entanto, fazem realmente parte da neurose obsessiva. A luta defensiva termina em mania de generalizada dúvida ou no desenvolvimento de uma vida de excêntrico, com um sem-número de sintomas defensivos secundários - isto é, se é que chega mesmo a haver um término.

Ainda permanece em aberto a questão de saber se as idéias recalçadas retornam espontaneamente, sem a ajuda de qualquer força psíquica contemporânea, ou se necessitam desse tipo de ajuda a cada novo movimento de retorno. Minhas experiências indicam esta última alternativa. Parece que os estados de libido insatisfeita contemporânea são o elemento que empresta a força do seu desprazer para reavivar a autocensura recalçada. Uma vez que tenha ocorrido esse reavivamento e que os sintomas tenham surgido mediante o impacto do recalçado sobre o ego, aí, sem dúvida, o material ideativo recalçado continua a atuar espontaneamente; contudo, dentro das oscilações de potencial quantitativo, sempre permanece dependente da quantidade de tensão libidinal presente no momento. A tensão sexual que, por ter sido satisfeita, não tem oportunidade de se transformar em desprazer, permanece inócua. Os neuróticos obsessivos são pessoas sujeitas ao perigo de que toda a tensão sexual cotidianamente gerada neles acabe por se transformar em autocensura, ou melhor, nos sintomas provenientes da autocensura, embora, nessa ocasião, não reconheçam novamente a autocensura primária.

A neurose obsessiva pode ser curada se desfizemos todas as substituições e transformações afetivas ocorridas, de tal modo que a autocensura primária e a experiência a ela pertinente possam ser desnudadas e colocadas diante do ego consciente para serem julgadas de novo. Ao fazermos isso, temos de trabalhar um número incrível de idéias intermediárias ou de compromisso, que se tornam temporariamente idéias obsessivas. Adquirimos uma convicção muito clara de que, para o ego, é impossível dirigir para o material recalçado a parte da energia psíquica a que o pensamento consciente está vinculado. As idéias recalçadas - ao que devemos crer - estão presentes nas seqüências mais racionais de idéias e nelas penetram sem inibição; e também a lembrança delas é despertada pelas mais insignificantes alusões. A suspeita de que a "moralidade" é apresentada como força recalçadora somente na qualidade de pretexto é confirmada pela experiência segundo a qual a resistência, durante o trabalho terapêutico, se vale de todos os motivos de defesa possíveis.

PARANÓIA

Os determinantes clínicos e as relações cronológicas do prazer e do desprazer na experiência primária ainda me são desconhecidos. O que pude distinguir foram a existência do recalçamento, o sintoma primário e o estágio de doença tal como determinado pelo retorno das idéias recalçadas.

A experiência primária parece ser de natureza semelhante à da neurose obsessiva. O recalque ocorre depois que a respectiva lembrança causou desprazer - não se sabe como. Contudo, nenhuma autocensura se forma, nem é posteriormente recalçada; e o desprazer gerado é atribuído a pessoas que, de algum modo, se relacionam com o paciente, segundo a fórmula psíquica da projeção. O sintoma primário formado é a desconfiança (suscetibilidade a outras pessoas). Nesta, o que se passa é que a pessoa se recusa a crer na autocensura.

Podemos suspeitar da existência de diferentes formas, conforme o caso: quando apenas o afeto é reprimido por projeção, ou quando, juntamente com o afeto, também o conteúdo da experiência é recalçado. Logo, mais uma vez, o que retorna pode ser simplesmente o afeto aflitivo, ou também a lembrança. No segundo caso, que é o que conheço melhor, o conteúdo da experiência retorna sob a forma de um pensamento que ocorre ao paciente como alucinação visual ou sensorial. O afeto reprimido parece retornar invariavelmente nas alucinações auditivas.

As partes das lembranças que retornam sofrem uma distorção ao serem substituídas por imagens análogas, extraídas do momento presente - isto é, são simplesmente distorcidas por uma substituição cronológica, e não pela formação de um substituto. As vozes, igualmente, lembram a autocensura, como sintoma de compromisso, e o fazem, em primeiro lugar, distorcidas em seu enunciado a ponto de se tornarem indefinidas e de se transformarem em ameaças; e, em segundo lugar, relacionadas não com a experiência primária, mas justamente com a desconfiança - isto é, com o sintoma primário.

Como a crença foi separada da autocensura primária, ela assume o comando irrestrito dos sintomas de compromisso. O ego não os considera como estranhos a si mesmo, mas é impelido por eles a fazer tentativas de explicá-los, tentativas que podem ser descritas como delírios assimilatórios.

Nesse ponto, com o retorno do recalçado sob forma distorcida, a defesa fracassa de vez; e os delírios assimilatórios não podem ser interpretados como sintomas de defesa secundária, mas como o início de uma modificação do ego, expressão do fato de ter sido ele subjogado. O processo atinge seu ponto conclusivo ou na melancolia (sentimento de aniquilação do ego), que, de um modo secundário, liga às distorções a crença que foi desvinculada da autocensura primária; ou - o que é mais freqüente e mais grave - nos delírios protetores (megalomania), até o ego ser completamente remodelado.

O elemento determinante da paranóia é o mecanismo da projeção, que envolve a recusa da crença na autocensura. Daí decorrem os aspectos característicos comuns da neurose: a importância das vozes como meio pelo qual as outras pessoas nos afetam, e também dos gestos, que nos revelam a vida mental das outras pessoas; e a importância do tom dos comentários e das alusões das vozes - pois que uma referência direta que ligue o conteúdo dos comentários à lembrança recalçada é inadmissível para a consciência.

Na paranóia, o recalque se dá após um processo de pensamento consciente e complexo (a recusa da crença). Talvez isso seja um indício de que ele se instala, pela primeira vez, em idade relativamente mais avançada do que na neurose obsessiva e na histeria. As condições do recalque são, sem dúvida, as mesmas. Ainda não se sabe se o mecanismo da projeção é inteiramente uma questão de predisposição individual ou se é selecionado por fatores especiais transitórios e fortuitos.

Quatro espécies de sintomas:

- (a) sintomas primários de defesa,
- (b) sintomas de compromisso do retorno,
- (c) sintomas secundários de defesa,
- (d) sintomas da subjugação do ego.

HISTERIA

A histeria pressupõe necessariamente uma experiência primária de desprazer - isto é, de natureza passiva. A passividade sexual natural das mulheres explica o fato de elas serem mais propensas à histeria. Nos casos em que encontrei histeria em homens, pude comprovar, em suas anamneses, a presença de acentuada passividade sexual. Uma outra condição da histeria é que a experiência primária de desprazer não ocorra numa idade muito precoce, na qual a produção de desprazer seja ainda muito reduzida e na qual, naturalmente, os eventos causadores de prazer ainda possam ter um prosseguimento independente. De outro modo, o resultado será apenas a formação de obsessões. Por essa razão, muitas vezes encontramos nos homens uma combinação das duas neuroses, ou a

substituição de uma histeria inicial por uma neurose obsessiva subsequente. A histeria começa com a subjugação do ego, que é o ponto a que leva a paranóia. A produção de tensão, na experiência primária de desprazer, é tão grande que o ego não resiste a ela e não forma nenhum sintoma psíquico, mas é obrigado a permitir uma manifestação de descarga - geralmente, uma expressão exagerada de excitação. Esse primeiro estágio da histeria pode ser qualificado como "histeria do susto"; seu sintoma primário é a manifestação de susto, acompanhada por uma lacuna psíquica. Ainda não se sabe até que idade pode ocorrer essa primeira subjugação histórica do ego.

O recalçamento e a formação de sintomas defensivos só ocorrem posteriormente, em conexão com a lembrança; e, daí em diante, defesa e subjugação (isto é, a formação dos sintomas e a irrupção dos ataques) podem estar combinadas em qualquer grau na histeria.

O recalçamento não se dá pela construção de uma idéia antitética excessivamente forte [em [1]], mas sim pela intensificação de uma idéia limítrofe, que, depois, representa a lembrança no fluxo do pensamento. Pode ser chamada de idéia limítrofe porque, de um lado, pertence ao ego e, de outro, forma uma parte não-distorcida da lembrança traumática. Assim, também aqui se trata do resultado de um compromisso; este, contudo, não se manifesta numa substituição com base em alguma categoria de tema, mas num deslocamento da atenção ao longo de uma série de idéias ligadas pela simultaneidade temporal. Quando o evento traumático encontra uma saída para si mesmo através de uma manifestação motora, é esta que se torna a idéia limítrofe e o primeiro símbolo do material recalçado. Assim, não há necessidade de supor que alguma idéia esteja sendo suprimida em cada repetição do ataque primário; trata-se, primordialmente, de uma lacuna na psique.

CARTA 46

...Como fruto de trabalhosas reflexões, envio-lhe a seguinte solução da

etiologia das psiconeuroses, que ainda aguarda confirmação de análises individuais. Podem-se distinguir quatro períodos de vida [Fig. 5]:

Idades					
Ia	Ib	A	II	B	III
até os 4 anos	até os 8 [fase infantil]		até os 14 [adolescência]		até os 18
			Puberdade		Sexualidade

Fig. 5

A e B (desde cerca de 8 a 10 e 13 a 17 anos) são os períodos de transição durante os quais ocorre o recalçamento, na maior parte dos casos.

O despertar, numa época posterior, de uma lembrança sexual de época precedente produz um excesso de sexualidade na psique, o qual atua como uma inibição do pensamento e confere à lembrança e às conseqüências desta um caráter obsessivo - impossibilidade de ser inibido.

O período Ia possui a característica de ser intraduzível, de modo que o despertar de uma cena sexual Ia conduz não a conseqüências psíquicas, mas à conversão. O excesso de sexualidade impede a tradução.

O excesso de sexualidade, isoladamente, não é suficiente para causar recalçamento; faz-se necessária a cooperação da defesa; entretanto, sem um excesso de sexualidade a defesa não produz uma neurose.

As diferentes neuroses têm seus requisitos cronológicos particulares para suas cenas sexuais [Fig. 6].

Requisitos Cronológicos					
	Ia	Ib	A	II	III
	até os 4	até os 8		até os 14	até os 18
Histeria	Cena		Recalque		Recalque
Neur. Obs.		Cena	Recalque		Recalque
Paranoia				Cena	Recalque

Fig. 6

Isto é, para a histeria, as cenas ocorrem no primeiro período da infância (até os 4 anos), no qual os resíduos mnêmicos não são traduzidos em imagens verbais. É indiferente se essas cenas de Ia são despertadas durante o período posterior à segunda dentição (8 aos 10 anos) ou na fase da puberdade. O resultado é sempre a histeria, e sob a forma de conversão, pois a atuação conjunta da defesa e do excesso de sexualidade impede a tradução.

Para as neuroses obsessivas, as cenas pertencem à Época Ib. Elas dispõem de tradução em palavras e, ao serem despertadas em II ou em III, formam-se os sintomas obsessivos psíquicos.

Quanto à paranóia, as cenas respectivas situam-se no período posterior à segunda dentição, na Época II, e são despertadas em III (maturidade). Nesse caso, a defesa manifesta-se através da desconfiança. Assim, os períodos em que se dá o recalque não têm nenhuma importância para a escolha da neurose, sendo decisivos os períodos em que ocorre o evento. A natureza da cena tem importância na medida em que ela seja capaz de dar origem à defesa. [Cf. em [1].]

O que acontece quando as cenas se estendem por vários períodos? Nesse caso, a época mais precoce é decisiva, ou aparecem formas combinadas, o que deveria ser possível demonstrar. Tal combinação é, na sua maior parte, impossível entre a paranóia e a neurose obsessiva, porque o recalque da cena Ib, efetuado durante II, torna impossível novas cenas sexuais. [Cf. Rascunho N. [1].]

A histeria é a única neurose em que os sintomas talvez possam existir mesmo sem defesa, pois mesmo assim a característica da conversão permaneceria. (Histeria somática pura.)

Verifica-se que a paranóia quase não depende dos fatores infantis. É a neurose de defesa par excellence, independente até mesmo da moralidade e da repulsa à sexualidade, que é o que, em A e B, proporciona o motivo para a defesa na neurose obsessiva e na histeria e, por conseguinte, tem incidência mais provável nas classes inferiores. É uma doença da idade adulta. Quando não há cenas em Ia, Ib, ou II, a defesa não pode ter nenhuma consequência patológica

(recalcamento normal). O excesso de sexualidade preenche as condições para que haja ataques de angústia durante a idade adulta. Os traços de memória são insuficientes para absorver a quantidade sexual liberada, que deveria transformar-se em libido [psíquica].

A importância dos intervalos entre as experiências sexuais é evidente. Uma continuação das cenas através de uma faixa limítrofe entre as épocas talvez consiga evitar a possibilidade de recalcamento, pois, nesse caso, não surge nenhum excesso de sexualidade entre a cena e a primeira lembrança significativa da mesma.

A respeito da consciência [isto é, do estar consciente], ou melhor, do tornar-se consciente, devemos supor três coisas:

(1) que, no que tange às lembranças, ela consiste, na maior parte, na consciência verbal relativa a essas lembranças - isto é, no acesso às representações verbais associadas;

(2) que a consciência não está exclusiva e inseparavelmente ligada nem ao chamado inconsciente, nem ao chamado reino consciente, de modo que parece necessário rejeitar esses termos;

(3) que a consciência é influenciada por um compromisso entre as diferentes forças psíquicas que entram em conflito quando ocorrem os recalcaamentos.

É necessário examinar minuciosamente essas forças e tirar conclusões acerca dos seus efeitos. Estes são (1) a força quantitativa inerente de uma representação e (2) uma atenção livremente móvel, que é atraída segundo certas regras e repelida de acordo com a regra da defesa. Quase todos os sintomas são estruturas de compromisso. Deve-se fazer uma distinção entre processos psíquicos não-inibidos e inibidos pelo pensamento. É no conflito entre esses dois processos que os sintomas surgem como soluções de compromisso para as quais está aberto o acesso à consciência. Nas neuroses, cada um desses processos é, em si mesmo, racional (o não-inibido é monoideístico, unilateral); o compromisso resultante é irracional, análogo a um erro de pensamento.

Em todos os casos devem ser preenchidas as condições quantitativas, pois, de outro modo, a defesa pelo processo inibido pelo pensamento impedirá a formação

do sintoma.

Quando a força dos processos não-inibidos aumenta, surge uma espécie de distúrbio psíquico; uma outra espécie surge quando decresce a força da inibição pelo pensamento. (Melancolia, exaustão - os sonhos como um protótipo.)

O aumento dos processos não-inibidos, a ponto de eles manterem a posse exclusiva do acesso à consciência verbal, produz a psicose.

Não há como separar os dois processos; são somente os critérios relativos ao desprazer que impedem as diversas transições associativas possíveis entre eles.

CARTA 50

...Preciso contar-lhe um sonho interessante que tive na noite após os funerais. Eu me encontrava num local público e li um aviso que havia lá:

Pede-se que você feche os olhos.

Imediatamente reconheci o local como sendo o salão de barbearia a que vou diariamente. No dia do sepultamento, tive de me demorar ali, esperando minha vez, e por isso cheguei à casa funerária um tanto atrasado. Na ocasião, meus familiares estavam aborrecidos comigo porque eu providenciara para que o funeral fosse modesto e simples, com o que depois concordaram, achando isso bastante acertado. Também interpretaram um pouco mal o meu atraso. A frase no quadro de avisos tem um duplo sentido, e em ambos os sentidos significa: "deve-se cumprir a obrigação para com os mortos". (Uma desculpa, como se eu não a tivesse cumprido e como se minha conduta precisasse ser tolerada, e a obrigação, assumida literalmente.) Assim, o sonho é uma saída para a tendência à autocensura, que costuma estar presente entre os sobreviventes.

...Como você sabe, estou trabalhando com a hipótese de que nosso mecanismo psíquico tenha-se formado por um processo de estratificação: o material presente em forma de traços da memória estaria sujeito, de tempos em tempos, a um rearranjo segundo novas circunstâncias - a uma retranscrição. Assim, o que há de essencialmente novo a respeito de minha teoria é a tese de que a memória não se faz presente de uma só vez, mas se desdobra em vários tempos; que ela é registrada em diferentes espécies de indicações. Postulei a existência de um tipo parecido de rearranjo (Afasia), há algum tempo, para as vias que vão da periferia [do corpo para o córtex]. Não sei dizer quantos desses registros há: três, pelo menos, provavelmente mais. Isto está mostrado na figura esquemática que se segue [Fig. 7], que supõe que os diferentes registros também estejam separados (não necessariamente segundo o aspecto topográfico) de acordo com os neurônios que são seus veículos. Essa suposição talvez não seja necessária, mas é a mais simples e é provisoriamente admissível.

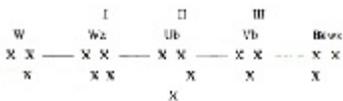


Fig. 7

W [Wahrnehmungen (percepções)] são os neurônios em que se originam as percepções, às quais a consciência se liga, mas que, nelas mesmas, não conservam nenhum traço do que aconteceu. Pois a consciência e a memória são mutuamente exclusivas.

Wz [Wahrnehmungszeichen (indicação da percepção)] é o primeiro registro das percepções; é praticamente incapaz de assomar à consciência e se dispõe conforme as associações por simultaneidade.

Ub (Unbewusstsein) [inconsciência] é o segundo registro, disposto de acordo

com outras relações (talvez causais). Os traços Ub talvez correspondam a lembranças conceituais; igualmente sem acesso à consciência.

Vb (Vorbewusstsein) [pré-consciência) é a terceira transcrição, ligada às representações verbais e correspondendo ao nosso ego reconhecido como tal. As catexias provenientes de Vb tornam-se conscientes de acordo com determinadas regras; essa consciência secundária do pensamento é posterior no tempo e provavelmente se liga à ativação alucinatória das representações verbais, de modo que os neurônios da consciência seriam também neurônios da percepção e, em si mesmos, destituídos de memória.

Se eu conseguisse dar uma descrição completa das características psicológicas da percepção e dos três registros, teria descrito uma nova psicologia. Disponho de algum material para isso, mas não é esta a minha intenção, por ora.

Gostaria de acentuar o fato de que os sucessivos registros representam a realização psíquica de épocas sucessivas da vida. Na fronteira entre essas épocas deve ocorrer uma tradução do material psíquico. Explico as peculiaridades das psiconeuroses com a suposição de que essa tradução não se fez no caso de uma determinada parte do material, o que provoca determinadas conseqüências. Pois sustento firmemente a crença numa tendência ao ajustamento quantitativo. Cada transcrição subsequente inibe a anterior e lhe retira o processo de excitação. Quando falta uma transcrição subsequente, a excitação é manejada segundo as leis psicológicas vigentes no período anterior e consoante as vias abertas nessa época. Assim, persiste um anacronismo: numa determinada região ainda vigoram os "fueros"; estamos em presença de "sobrevivências".

Uma falha na tradução - isto é o que se conhece clinicamente como "recalcamento". Seu motivo é sempre a produção de desprazer que seria gerada por uma tradução; é como se esse desprazer provocasse um distúrbio do pensamento que não permitisse o trabalho de tradução.

Dentro de uma mesma fase psíquica e entre os registros da mesma espécie, forma-se uma defesa normal devida à produção do desprazer. Já a defesa patológica somente ocorre contra um traço de memória de uma fase anterior, que ainda não foi traduzido.

Certamente não é por causa da magnitude da produção de desprazer que a defesa consegue efetuar o recalcamento. Muitas vezes, lutamos em vão

precisamente contra lembranças que envolvem o máximo de desprazer. Foi por isso que chegamos à seguinte formulação. Se um evento A, quando era atual, despertou uma determinada quantidade de desprazer, então o seu registro mnêmico, A I ou A II, possui um meio de inibir a produção de desprazer quando a lembrança é redespertada. Quanto mais freqüentemente a lembrança retorna, mais inibida se torna, finalmente, a produção de desprazer. Contudo, existe um caso em que a inibição é insuficiente. Se A, quando era atual, produziu determinado desprazer, e se, quando redespertado, produz um novo desprazer, então este não pode ser inibido. Nesse aspecto, a lembrança se comporta como se se tratasse de um evento atual. Esse caso só pode ocorrer com os eventos sexuais, porque as magnitudes das excitações causadas por eles aumentam por si mesmas com o tempo (com o desenvolvimento sexual).

Assim, um evento sexual de uma dada fase atua sobre a fase seguinte como se fosse um evento atual e, por conseguinte, não é passível de inibição. O que determina a defesa patológica (recalcamento), portanto, é a natureza sexual do evento e a sua ocorrência numa fase anterior.

Nem todas as experiências sexuais produzem desprazer; a maioria delas produz prazer. Assim, a maioria delas está ligada a um prazer não passível de inibição. O prazer não passível de inibição dessa espécie constitui uma compulsão. Chegamos, pois, à seguinte formulação. Quando uma experiência sexual é recordada numa fase diferente, a liberação de prazer é acompanhada por uma compulsão e a liberação de desprazer é acompanhada pelo recalcamento. Em ambos os casos, a tradução para as indicações de uma nova fase parece ser inibida (?).

Ora, a experiência clínica nos evidencia três grupos de psiconeuroses sexuais - histeria, neurose obsessiva e paranóia; e nos ensina que as lembranças recalçadas referem-se àquilo que era atual, no caso da histeria, entre as idades de 1 1/2 e 4 anos; no caso da neurose obsessiva, entre os 4 e os 8 anos; e, no caso da paranóia, entre os 8 e os 14 anos. Mas, antes dos 4 anos de idade, ainda não existe recalque, de modo que os períodos psíquicos do desenvolvimento e as fases sexuais não coincidem. [Fig. 8.]

	1 1/2	4	8	14-15
Psíqu.	Ia	Ib	II	III
Sex.	I	II	III	

Fig. 8

O pequeno diagrama seguinte encaixa-se aqui: [Fig. 9 em [1].]

	Wc	Wc + Ub	Wc + Ub + Wb	Idéia
	Melhores	2008 anos	2014-20 anos	
Liberal	atual	compulsão	realizado em Wb	
Neurose		atual	realizado em (relações de Ub)	
Perversão			nunca	repetição nos relacionamentos de Wb
Reversão	atual	atual	compulsão (nunca)	realizado nos relacionamentos de Wb

Fig. 9

Pois uma outra consequência das experiências sexuais prematuras é a perversão, cuja causa parece consistir em que a defesa ou não ocorreu antes de estar completo o aparelho psíquico, ou não ocorreu nunca.

Basta da superestrutura. Agora, passemos a uma tentativa de situar isso em seus fundamentos orgânicos. O que falta explicar é por que as experiências sexuais, que, na época em que eram atuais, geraram prazer, passam, quando são lembradas numa fase diferente, a gerar desprazer em algumas pessoas e, em outras, a persistir como compulsão. No primeiro caso, é evidente que elas devem estar liberando, numa época posterior, um desprazer que não foi liberado de início.

Também precisamos delinear a derivação das diferentes épocas, psicológicas e sexuais. Você me explicou estas últimas como sendo múltiplos especiais do ciclo feminino de 28 dias.

A fim de explicar por que o resultado [da experiência sexual prematura (ver acima)] às vezes é a perversão e, às vezes, a neurose, valho-me da bissexualidade de todos os seres humanos. Num ser puramente masculino, haveria um excesso de liberação masculina também nas duas barreiras sexuais - isto é, seria gerado prazer e, em consequência, perversão; nos seres exclusivamente femininos haveria, nessas ocasiões, um excesso de substâncias

causadoras de desprazer. Nas primeiras fases, as liberações seriam paralelas, isto é, produziriam um excesso normal de prazer. Isso explicaria a preferência das pessoas verdadeiramente femininas pelas neuroses de defesa.

Desse modo, a natureza intelectual dos seres humanos masculinos estaria confirmada com base na teoria que você propôs.

Por fim, não posso eliminar uma suspeita de que a indiferença entre neurastenia e neurose de angústia, que detectei clinicamente, esteja correlacionada com a existência das duas substâncias, de 23 dias e 28 dias.

Além dessas duas, sugiro aqui, poderia haver diversas substâncias de cada tipo.

Cada vez mais me parece que o ponto essencial da histeria é que ela resulta de perversão por parte do sedutor, e mais e mais me parece que a hereditariedade é a sedução pelo pai. Assim, surge uma alternância entre as gerações:

1ª geração: Perversão.

2ª geração: Histeria e conseqüente esterilidade. Por vezes, há uma metamorfose dentro de um mesmo indivíduo: pervertido durante a idade do vigor e, depois, passado um período de angústia, histérico. Por conseguinte, histeria não é sexualidade repudiada, mas, antes, perversão repudiada.

Ademais, por trás disso está a idéia das zonas erógenas abandonadas. Isto é, parece que, durante a infância, seria possível obter a liberação sexual a partir de muitas das diferentes partes do corpo, as quais, em época posterior, só são capazes de liberar a substância dos 28 [dias], e não outras. Nessa diferenciação e limitação [estaria, pois,] o progresso na cultura e na moral, assim como no desenvolvimento individual.

O ataque histérico não é uma descarga, mas uma ação; e conserva a característica original de toda ação - ser um meio de reprodução do prazer. (Isso, pelo menos, é o que o ataque é em sua origem; além disso, apresenta todos os tipos de outras razões ao pré-consciente.) Assim, os pacientes aos quais foi feito algo de sexual no sono têm ataques de sono. Irão dormir novamente a fim de experimentar a mesma coisa e, muitas vezes, provocam dessa maneira um desmaio histérico.

Os ataques de vertigem e acessos de choro - tudo isso tem como alvo uma outra pessoa - mas, na sua maior parte, uma outra pessoa pré-histórica, inesquecível, que nunca é igualada por nenhuma outra posterior. Até o sintoma crônico de o indivíduo ser um dorminhoco preguiçoso é explicado da mesma forma. Um dos meus pacientes ainda choraminga durante o sono, como costumava fazer para ser levado para a cama por sua mãe, que morreu quando ele tinha 22 meses de idade. Parece que os ataques nunca ocorrem como uma "expressão intensificada de emoção".

CARTA 55

...Estou-lhe remetendo duas idéias recentíssimas, que me ocorreram hoje e me parecem viáveis. Baseiam-se, naturalmente, em descobertas analíticas.

(1) O que determina uma psicose (ou seja, amênia ou psicose confusional - uma psicose de subjugação, como a denominei anteriormente), em lugar de uma neurose, parece ser o fato de o abuso sexual ocorrer antes do fim do primeiro estágio intelectual - isto é, antes de o aparelho psíquico ter sido completado na sua primeira forma (antes dos 15 a 18 meses). É possível que tal abuso remonte a uma época tão remota que essas experiências permaneçam ocultas atrás de experiências mais recentes e que a elas se possa voltar de tempos em tempos. Penso que a epilepsia remonta ao mesmo período... Tenho de abordar de maneira diferente o tic convulsif, que eu costumava atribuir ao mesmo estágio. Eis como cheguei a essa outra visão. Um de meus pacientes histéricos... levou sua irmã mais velha a uma psicose histérica, que terminou num estado de completa confusão. Agora averigüei qual foi o sedutor dele, um homem de grande capacidade intelectual que, no entanto, tinha tido ataques da mais grave dipsomania a partir dos seus cinqüenta anos. Esses ataques começavam regularmente, com diarréia ou com catarro e rouquidão (o sistema sexual oral!) ... isto é, com a reprodução de suas experiências passivas. Ora, até ele próprio sentir-se doente, esse homem tinha sido pervertido e, conseqüentemente, sadio. A dipsomania surgiu através da intensificação - ou melhor, através da substituição do impulso sexual correlato por esse impulso [para a bebida]. (Provavelmente, o

mesmo se aplica à mania de jogatina do velho F.) Ocorreram entre esse sedutor e meu paciente, sendo que a irmã deste, que tinha menos de um ano de idade, presenciou algumas delas. Meu paciente, mais tarde, veio a ter relações com ela, que se tornou psicótica na puberdade. Disso se pode depreender como uma neurose se agrava e passa a uma psicose na geração seguinte (o que as pessoas chamam de "degeneração"), simplesmente porque uma pessoa de idade mais tenra é colhida nas malhas de uma situação dessas. Aliás, aqui está a hereditariedade desse caso [Fig. 10]:



Fig. 10

Espero poder contar-lhe muito mais coisas importantes a respeito desse caso, que projeta uma luz sobre três formas de doença.

(2) As perversões normalmente levam à zoofilia e têm uma característica animal. São explicadas não pelo funcionamento das zonas erógenas que foram posteriormente abandonadas, mas sim pela atuação de sensações erógenas, que depois perdem essa intensidade. Com relação a isto, convém recordar que o principal órgão dos sentidos nos animais (para fins sexuais, bem como para outros fins) é o sentido do olfato, que perdeu essa posição nos seres humanos. Na medida em que é dominante o olfato (ou o paladar), o cabelo, as fezes e toda a superfície do corpo - e também o sangue - têm um efeito sexualmente excitante. Sem dúvida está em conexão com isso o aumento do sentido do olfato na histeria. O fato de que os grupos de sensações têm muito a ver com a estratificação psicológica parece ser dedutível a partir da distribuição deles nos sonhos e, sem dúvida, têm uma conexão direta com o mecanismo da anestesia histerica.

CARTA 56

...Aliás, que diria você se eu lhe contasse que toda aquela minha história da histeria, história original e novinha em folha, já era conhecida e tinha sido publicada repetidamente uma centena de vezes - há alguns séculos? Você se lembra de que eu sempre disse que a teoria medieval da possessão pelo demônio, sustentada pelos tribunais eclesiásticos, era idêntica à nossa teoria de um corpo estranho e de uma divisão (splitting) da consciência? Mas por que é que o diabo, que se apossava das pobres bruxas, invariavelmente as desonrava, e de forma revoltante? Por que as confissões delas sob tortura tanto se assemelham às comunicações feitas por meus pacientes em tratamento psíquico? Dentro em breve, precisarei pesquisar a bibliografia do assunto. Aliás, as crueldades possibilitam o entendimento de alguns sintomas da histeria, que até agora têm permanecido obscuros. Os alfinetes que aparecem das formas mais surpreendentes, as agulhas que fazem com que as pobres criaturas tenham seus seios operados, e que são invisíveis aos raios X, embora possam ser encontradas na história de sua sedução...

Mais uma vez, os inquisidores espetam agulhas para descobrir os estigmas do demônio, e, numa situação parecida, as vítimas inventam a mesma cruel e velha história (ajudadas, talvez, pelos disfarces do sedutor). Assim, não só as vítimas, mas também os seus algozes, relembram nisso os primórdios de sua adolescência.

CARTA 57

...Ganha força a idéia de trazer à cena as bruxas, e penso que ela vai direto ao alvo. Começam a avolumar-se os detalhes. O seu "vôo" está explicado; o cabo de vassoura em que montam é provavelmente o grande Senhor Pênis. Suas reuniões secretas, com danças e outros divertimentos, podem ser vistas, todos os dias, nas ruas onde há crianças brincando. Outro dia, li que o ouro que o diabo dá a suas

vítimas habitualmente se transforma em fezes; e, no dia seguinte, Herr E., que me descreve os delírios de dinheiro de sua antiga babá, de repente (por meio de um circunlóquio, via Cagliostro-alquimista-Dukatenscheisser) diz que o dinheiro de Louise era sempre cocô. Assim, nas histórias de feiticeiras, o dinheiro simplesmente está sendo novamente reduzido à substância da qual surgiu. Se ao menos eu soubesse por que o sêmen do diabo, nas confissões das feiticeiras, é sempre descrito como "frio"! Solicitei um exemplar do Malleus Maleficarum e, agora que fiz o arremate final no meu Kinderlähmungen, estudá-lo-ei com afinco. A história do diabo, o vocabulário dos palavrões populares, as cantigas e hábitos de tenra infância - tudo isso, atualmente, está adquirindo significação para mim. Você poderia, sem maior problema, recomendar-me alguma boa leitura, com base em sua prodigiosa memória? Com relação às danças nas confissões das bruxas, lembre-se das epidemias de dança na Idade Média. A Louise de E. era uma bruxa dançante desse tipo; muito coerentemente, foi no balé que ele se lembrou dela pela primeira vez: daí sua angústia nos teatros.

Paralelamente ao vôo e à flutuação no ar, devemos situar as proezas acrobáticas dos meninos nos ataques histéricos etc.

Em minha mente está-se formando a idéia de que, nas perversões, das quais a histeria é o negativo, podemos ter diante de nós um remanescente de um culto sexual primevo que, no Oriente semítico (Moloch, Astarte), em certa época, foi, e talvez ainda seja, uma religião...

As ações pervertidas, além disso, são sempre as mesmas - têm um significado e são executadas segundo um padrão que há de ser possível compreender.

Portanto, venho sonhando com uma religião demoníaca primeva, cujos ritos são executados secretamente, e compreendo o tratamento severo prescrito pelos juízes das bruxas. Os elos de ligação são abundantes.

Uma outra contribuição para essa corrente de idéias deriva da reflexão de que há uma classe de pessoas que, ainda nestes dias em que vivemos, contam histórias semelhantes às das bruxas e às de meus pacientes; não encontram quem lhes dê crédito, mas, mesmo assim, sua crença nelas não pode ser abalada. Como você deve ter adivinhado, refiro-me aos paranóicos, cujas queixas de que as pessoas põem fezes em sua comida, maltratam-nos à noite da maneira mais abjeta, sexualmente etc., são mero conteúdo da memória. Como você sabe, tenho feito uma diferenciação entre delírios da memória e delírios interpretativos [pág. [1]]. Estes últimos estão relacionados com a indefinição característica que

cerca as pessoas que praticam as maldades, pessoas que, naturalmente, estão ocultas pela defesa.

Um detalhe a mais. Nos pacientes histéricos, reconheço o pai por trás de seus elevados padrões referentes ao amor, de sua humildade para com o amante, ou da sua incapacidade de casar, porque seus ideais não são satisfeitos. Naturalmente, o fundamento disso é a altura a partir da qual um pai olha com superioridade para o filho. Compare-se a isso a combinação, existente nos paranóicos, de megalomania com histórias fictícias de filiação ilegítima. Este é o outro lado da medalha.

Ao mesmo tempo, estou tendo menos certeza da idéia, que estive acalentando até há pouco tempo, de que a escolha da neurose é determinada pelo período em que esta se origina; antes, ela parece estar fixada na mais remota infância. Parece, contudo, que a decisão continua a oscilar entre o período em que ela se origina e (o que prefiro atualmente) o período em que ocorre o recalçamento. [Cf em [1].]

CARTA 59

...O aspecto que me escapou na solução da histeria está na descoberta de uma nova fonte a partir da qual surge um novo elemento da produção inconsciente. O que tenho em mente são as fantasias históricas, que, habitualmente, segundo me parece, remontam a coisas ouvidas pelas crianças em tenra idade e compreendidas somente mais tarde. A idade em que elas captam informações dessa ordem é realmente surpreendente - dois seis ou sete meses em diante!...

CARTA 60

...A noite passada tive um sonho referente a você. Tratava-se de uma mensagem telegráfica sobre o seu paradeiro:

Via "(Veneza) Casa SECERNO" Villa A maneira como escrevi isso mostra o que foi que pareceu obscuro e o que pareceu múltiplo. "Secerno" era o que estava mais claro. Meu sentimento em relação a isso era de aborrecimento por você não ter ido ao lugar que eu lhe recomendara: à Casa Kirsch.

Os motivos do sonho. - A causa desencadeante: acontecimentos do dia anterior. H. esteve aqui e falou a respeito de Nuremberg, dizendo que conhecia muito bem essa cidade e costumava hospedar-se no Preller. Não consegui recordá-lo imediatamente, mas, depois, perguntei: "Fora da cidade, então?" Essa conversa despertou-me a pena que tenho sentido ultimamente por não saber onde você tem estado e não ter notícias suas. Eu queria ter você como meu interlocutor e contar-lhe algo daquilo que andei experimentando e descobrindo em meu trabalho. Mas não tive coragem de enviar minhas anotações para destino ignorado, pois teria desejado pedir-lhe que as guardasse para mim como material de valor. De modo que se tratava da realização do desejo de que você telegrafasse, dando-me seu endereço. Existe todo tipo de coisas por trás do enunciado do telegrama: a lembrança do prazer etimológico que você me proporciona, minha menção a "fora da cidade", feita a H., mas também coisas sérias que logo acudiram à minha mente. "Como se você sempre tivesse de ter algo de especial!" é o que diz meu aborrecimento. E, depois, o fato de você não gostar nem um pouco da Idade Média. E mais, ainda, minha contínua reação a seu sonho de defesa que tentou colocar um avô no lugar costumeiro do pai. Com referência a isso, minha constante irritação por não saber como lhe posso dar uma pista para descobrir quem era a pessoa que chamava I. F. de "Katzel" [gatinho] quando ela era criança, tal como agora ela trata você. Visto que eu próprio ainda estou em dúvida a respeito das coisas referentes ao pai, minha sensibilidade se torna compreensível. Assim, o sonho enfeixa todo o aborrecimento inconscientemente presente em mim em relação a você.

Além disso, o enunciado significa também:

Via (ruas de Pompéia, que estou estudando).

Villa (a Villa Romana de Böcklin).

E depois, nossas conversas sobre viagem. Secerno me soa parecido com

Salerno: napolitano-siciliano. E, por trás disso, sua promessa de um encontro em solo italiano.

A interpretação completa só me ocorreu depois que um feliz acaso, ocorrido esta manhã, trouxe uma nova confirmação da etiologia referente ao pai. Ontem, comecei o tratamento de um caso novo: uma jovem senhora, que, por falta de tempo, eu teria preferido não começar a tratar. Ela teve um irmão que morreu louco; e o sintoma principal dela (insônia) apareceu pela primeira vez depois que ela ouviu afastar-se da porta da frente da casa a carruagem que o levaria para o hospício. Desde então, ela tem sofrido de angústia ao andar de carruagem e vinha tendo a convicção de que haveria um acidente com a carruagem. Anos depois, os cavalos dispararam durante um passeio de carruagem, e ela aproveitou a oportunidade para saltar fora do veículo e quebrar a perna. Hoje, ela veio e relatou ter pensado um bocado no tratamento e ter descoberto um obstáculo. - "E o que foi?" - "Eu posso me imaginar tão má quanto for necessário; mas preciso poupar as outras pessoas. O senhor deve me permitir que eu não cite nomes." - "Sem dúvida, os nomes não são importantes. A senhora quer se referir aos seus relacionamentos com pessoas. Estes certamente não podem ser silenciados." - "O que eu quero dizer é que, de qualquer modo, antes eu teria sido mais fácil de tratar do que hoje. Antigamente, eu não tinha suspeitas; mas agora o sentido criminoso de certas coisas se tornou claro para mim, e eu não consigo decidir-me a falar sobre elas." - "Pelo contrário, eu penso que uma mulher adulta se torna mais tolerante a respeito dos assuntos sexuais." - "Sim, nisso o senhor tem razão. Quando digo a mim mesma que as pessoas que fazem tais coisas são indubitavelmente de espírito elevado, sou forçada a refletir que se trata de uma doença, uma espécie de loucura, e preciso desculpá-las." - "Está bem, vamos falar francamente. Em minhas análises, as pessoas culpadas são parentes próximos, um pai ou um irmão." - "Não há irmão nesse caso." - "Seu pai, então."

E aí descobriu-se que o pai, supostamente uma pessoa de mente elevada e respeitável, em outros aspectos, levava-a regularmente para a cama, quando ela estava entre 8 e 12 anos, e abusava dela sexualmente, sem penetração ("molhava-a", visitas noturnas). Já naquela época, sentia-se angustiada. Uma irmã, seis anos mais velha, contou-lhe, alguns anos mais tarde, que tinha tido as mesmas experiências com o pai de ambas. Uma prima contou-lhe que, quando tinha quinze anos, tivera de rechaçar os abraços do avô. Naturalmente, quando eu lhe disse que coisas parecidas e piores deveriam ter acontecido em sua mais remota infância, ela não achou que isso fosse inacreditável. Em outras palavras, trata-se de um caso bastante comum de histeria, com os sintomas de sempre.

Q. E. D.

CARTA 61

...Como você pode deduzir pelo anexo [Rascunho L], meus progressos estão-se consolidando. Em primeiro lugar, formei uma idéia coerente a respeito da estrutura da histeria. Tudo remonta à reprodução das cenas, a algumas das quais se pode chegar diretamente, enquanto a outras, só por meio de fantasias erigidas à frente delas. As fantasias derivam de coisas que foram ouvidas, mas só compreendidas posteriormente, e todo o seu material, naturalmente, é verídico. São estruturas protetoras, sublimações dos fatos, embelezamentos deles e, ao mesmo tempo, servem como auto-absolvição. Talvez sua origem desencadeante se deva às fantasias de masturbação. Um segundo elemento de compreensão interna (insight) do assunto me diz que as estruturas psíquicas que, na histeria, são afetadas pelo recalçamento não são, na realidade, lembranças - de vez que ninguém se entrega à atividade mnêmica sem um motivo -, mas sim impulsos decorrentes das cenas primevas [ver em [1]]. [1] Percebo, agora, que todas as três neuroses (histeria, neurose obsessiva e paranóia) mostram os mesmos elementos (ao mesmo tempo que mostram a mesma etiologia) - ou seja, fragmentos mnêmicos, impulsos (derivados da lembrança) e ficções protetoras, e percebo que a irrupção na consciência, a formação de compromissos (isto é, sintomas), ocorre nessas neuroses em pontos diferentes. Na histeria, são as lembranças, na neurose obsessiva, os impulsos pervertidos, na paranóia, as ficções protetoras (fantasias) que penetram na vida normal, distorcidos pela formação de compromissos.

Vejo aqui um grande progresso na compreensão (insight). Espero que isso lhe cause o mesmo impacto.

RASCUNHO L [NOTAS I]

A ARQUITETURA DA HISTERIA

O objetivo parece ser o de chegar [retroativamente] às cenas primevas. Em alguns casos, isso é conseguido diretamente, mas, em outros, somente por um caminho indireto, através das fantasias. Pois as fantasias são fachadas psíquicas construídas com a finalidade de obstruir o caminho para essas lembranças. As fantasias servem, ao mesmo tempo, à tendência de aprimorar as lembranças, de sublimá-las. São feitas de coisas que são ouvidas e posteriormente utilizadas; assim, combinam coisas que foram experimentadas e coisas que foram ouvidas, acontecimentos passados (da história dos pais e dos ancestrais) e coisas que a própria pessoa viu. Relacionam-se com coisas ouvidas, assim como os sonhos se relacionam com coisas vistas. Nos sonhos, realmente, não ouvimos nada, nós vemos.

O PAPEL DESEMPENHADO PELAS EMPREGADAS

Uma imensa carga de culpa, com autocensuras (por furto, aborto etc.), torna-se possível [para uma mulher] através da identificação com essas pessoas de baixo padrão moral, que tão freqüentemente são lembradas por ela como mulheres sem valor, sexualmente ligadas com o pai ou o irmão dela. E, como resultado da sublimação dessas empregadas nas fantasias, fazem-se as mais inverossímeis acusações contra outras pessoas nessas fantasias. O temor da prostituição [isto é, de se tornar prostituta] (medo de andar sozinha na rua), o medo de que haja um homem escondido debaixo da cama etc. também apontam na direção das empregadas. Há uma trágica justiça no fato de que a ação do chefe da família, ao descer ao nível de uma empregada, é expiada pela auto degradação de sua filha.

COGUMELOS

No verão passado, houve uma moça que tinha medo de colher uma flor ou mesmo de arrancar um cogumelo, porque isso era contra o mandamento de Deus, que não queria que as sementes vivas fossem destruídas. - Isso provinha de uma lembrança dos provérbios religiosos que sua mãe citava, dirigidos contra as precauções durante o coito, porque estas significavam que se destruíam sementes vivas. As "esponjas" (esponjas de Paris) eram explicitamente mencionadas entre tais precauções. O principal conteúdo da neurose dessa moça era a identificação com a mãe.

DORES

Estas não são a sensação real de uma fixação, mas uma repetição intencional da mesma. A criança choca-se contra uma quina, um móvel etc., e assim realiza um contacto ad genitalia, a fim de repetir uma cena na qual aquilo que agora é o ponto doloroso, e foi então pressionado contra a quina, levou à fixação. [Cf. em [1]]

MULTIPLICIDADE DE PERSONALIDADES PSÍQUICAS

A existência da identificação talvez nos permita tomar literalmente essa expressão.

EMBRULHAR

Continuação da história do cogumelo. A moça insistia em que todos os objetos que lhe eram entregues fossem embrulhados. (Condom.)

EDIÇÕES MÚLTIPLAS DAS FANTASIAS -ESTARÃO TAMBÉM RETROSPECTIVAMENTE VINCULADAS [À EXPERIÊNCIA ORIGINAL]?

Nos casos em que um paciente deseja estar doente e se apega à sua doença, isso acontece, geralmente, porque a doença é considerada uma arma protetora contra sua própria libido - ou seja, porque ele desconfia de si mesmo. Nessa fase, o sintoma mnêmico torna-se um sintoma defensivo: combinam-se as duas correntes atuantes. Nos estágios precedentes, o sintoma era uma consequência da libido, um sintoma provocativo: pode ser que, entre os estágios, as fantasias sirvam de defesa.

É possível seguir o caminho, a época e o material da construção das fantasias. Vê-se então, que ela em muito se assemelha à construção dos sonhos. Mas não há regressão na forma [de representação] conferida às fantasias, somente progressão. Observe-se a relação entre sonhos, fantasias e reprodução.

OUTRO SONHO DE REALIZAÇÃO DE DESEJO

“O senhor vai dizer, segundo suponho, que este é um sonho de realização de desejo”, disse E. [em [1]]. “Sonhei que, assim que chegava em casa com uma mulher, eu era preso por um policial, que me mandou entrar numa carruagem. Pedi-lhe tempo, a fim de colocar meus assuntos em ordem, e assim por diante.” - “Mais alguns detalhes.” - “Isso foi de manhã, depois de eu ter passado a noite com essa mulher.” - “Você ficou com medo?” - “Não.” - “Sabe de que era acusado?” - “Sim. De ter matado uma criança.” - “Isso tem alguma conexão com a realidade?” - “Uma vez, fui responsável pelo aborto de uma criança, em decorrência de um caso amoroso. Não gosto de pensar nisso.” - “Bem, não tinha acontecido nada nessa manhã, antes do sonho?” - “Sim, acordei e tive relações sexuais.” - “Mas você tomou precauções?” - “Sim. Eu tirei fora.” - “Então, você estava com medo de ter gerado um filho, e o sonho lhe mostra a realização de seu desejo de que não acontecesse nada e de você ter arrancado o filho pela raiz. Você utilizou, como material para o seu sonho, o sentimento de angústia que surge após uma relação desse tipo.” [1]

RASCUNHO M

[NOTAS II]

A ARQUITETURA DA HISTERIA

Provavelmente, é assim: algumas das cenas são diretamente acessíveis, mas outras o são apenas por intermédio das fantasias erigidas em frente a elas. As cenas são dispostas em ordem crescente de resistência: as que foram recalçadas com menos energia vêm à luz primeiro, porém só incompletamente, devido a sua associação com as que foram duramente recalçadas. O caminho seguido pelo trabalho [analítico] desce primeiro em círculos até as cenas ou suas cercanias; depois, desce de um sintoma até uma profundidade um pouco maior, e depois, novamente a partir de um sintoma, desce ainda mais. Como a maioria das cenas converge para uns poucos sintomas, nosso caminho traça círculos repetidos através dos pensamentos que estão por trás dos mesmos sintomas. [Ver Fig. 11.]

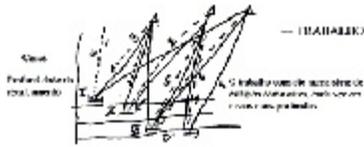


Fig. 11

RECALCAMENTO

Pode-se suspeitar que o elemento essencialmente recalçado é sempre o que é feminino. Isso é confirmado pelo fato de que as mulheres, assim como os homens, admitem com maior facilidade as experiências com mulheres do que com homens. O que os homens recalcam essencialmente é o elemento da pederastia.

FANTASIAS

As fantasias originam-se de uma combinação inconsciente, e conforme determinadas tendências, de coisas experimentadas e ouvidas. Essas tendências têm o sentido de tornar inacessível a lembrança da qual emergiram ou poderiam emergir os sintomas. As fantasias são construídas por um processo de amálgama e distorção análogo à decomposição de um corpo químico que está combinado com outro. Pois o primeiro tipo de distorção consiste numa falsificação da memória por um processo de fragmentação, no qual especialmente as relações cronológicas são postas de lado. (As correções cronológicas parecem depender justamente da atividade do sistema da consciência.) Um fragmento da cena visual junta-se, depois, a um fragmento da experiência auditiva e é transformado numa fantasia, enquanto o fragmento restante é ligado a alguma outra coisa. Desse modo, torna-se impossível determinar a conexão original. Em consequência da construção de fantasias como esta (em períodos de excitação), os sintomas mnêmicos cessam. Em vez destes, acham-se presentes ficções inconscientes não sujeitas à defesa. Quando a intensidade dessa fantasia aumenta até um ponto em que forçosamente irromperia na consciência, ela é recalçada e cria-se um sintoma mediante uma força que impele para trás, indo desde a fantasia até as lembranças que a constituíram.

Todos os sintomas de angústia (fobias) derivam, assim, de fantasias. Não obstante, isso simplifica os sintomas. Talvez haja um terceiro movimento para a frente e um terceiro método de construir sintomas, derivado da construção dos impulsos.

TIPOS DE DESLOCAMENTO DE COMPROMISSO

Deslocamento por associações: histeria.

Deslocamento por semelhança (conceitual): neurose obsessiva (característica do lugar em que ocorre a defesa e, talvez, também do tempo).

Deslocamento causal: paranóia.

CURSO TÍPICO DOS ACONTECIMENTOS

Bons motivos para suspeitar de que o despertar do recalcado não se dá ao acaso, mas segue as leis do desenvolvimento. Ademais, que o recalcado atua para trás, a partir do que é recente, e afeta primeiro os últimos eventos.

DIFERENÇA ENTRE AS FANTASIAS NA HISTERIA E NA PARANÓIA

As últimas são sistematizadas, todas em harmonia umas com as outras; as primeiras são independentes entre si e contraditórias - isto é, insuladas e, por assim dizer, geradas automaticamente (por um processo químico). Isto e mais a eliminação da característica do tempo é, sem dúvida, essencial para a diferenciação entre a atividade do pré-consciente e do inconsciente. [Ver em [1]]

RECALCAMENTO NO INCONSCIENTE

Não basta levar em conta o recalcamto entre o pré-consciente e o inconsciente; devemos também atentar para o recalcamto normal dentro do sistema do próprio inconsciente. Muito importante, mas ainda muito obscuro.

Existe uma esperança muito grande de conseguirmos determinar o número e a espécie de fantasias, assim como conseguimos fazer com as cenas. O romance de ilegitimidade (cf. paranóia [em [1]]) é regularmente encontrado e serve como meio para ilegitimar os parentes em questão. A agorafobia parece depender de um romance de prostituição, que, por sua vez, também remonta a esse romance familiar. Assim, uma mulher que não sai sozinha está afirmando a infidelidade de sua mãe.

CARTA 64

... Aqui estão alguns fragmentos lançados à praia na última maré. Venho tomando nota deles somente para você e espero que os guarde para mim. Nada acrescentando à guisa de desculpas ou explicações: sei que são apenas premonições, mas sempre surgiu algo de todas as coisas desse tipo e só tive que voltar atrás no que tentei elaborar em torno do sistema Pcs. [Cf. em [1].] Um outro pressentimento também me diz, como eu já sabia - embora eu de fato não saiba absolutamente nada -, que muito em breve descobrirei a origem da moralidade...

Não faz muito tempo, sonhei que tinha sentimentos supercarinhosos para com Mathilde, só que ela se chamava Hella, e depois vi novamente "Hella" diante de mim, escrito em letras destacadas. Solução: Hella é o nome de uma sobrinha americana cujo retrato nos foi enviado. Mathilde pôde ser chamada Hella porque, ultimamente, tem chorado muito as derrotas dos gregos. Ela tem grande entusiasmo pela mitologia da antiga Hélade e, naturalmente, considera heróis todos os helenos. O sonho, é claro, mostra a realização do meu desejo de encontrar um pai que seja o causador da neurose e, desse modo, pôr fim às dúvidas que ainda persistem em mim sobre esse assunto.

Numa outra ocasião, sonhei que subia uma escadaria, vestido com muito pouca roupa. Eu me movimentava, como o sonho enfatizou, com grande agilidade (meu coração - confiança renovada!). De repente, porém, percebi que uma mulher vinha atrás de mim, e então aconteceu aquela experiência, tão comum nos

sonhos, de ficar pregado no mesmo lugar, de estar paralisado. A sensação concomitante não foi de angústia, mas de excitação erótica. Assim, você vê como a sensação de paralisia, característica do sono, foi usada para a realização de um desejo exibicionista. Pouco antes, naquela noite, eu realmente tinha subido a escadaria do nosso apartamento no andar térreo - sem colarinho, pelo menos - e tinha pensado que um de nossos vizinhos poderia estar na escada.

RASCUNHO N

[NOTAS III] IMPULSOS

Os impulsos hostis contra os pais (desejo de que eles morram) também são um elemento integrante das neuroses. Vêm à luz, conscientemente, como idéias obsessivas. Na paranóia, o que há de pior nos delírios de perseguição (desconfiança patológica dos governantes e monarcas) corresponde a esses impulsos. Estes são recalcados nas ocasiões em que é atuante a compaixão pelos pais - nas épocas de doença ou morte deles. Nessas ocasiões, constitui manifestação de luto uma pessoa acusar-se da morte deles (o que se conhece como melancolia) ou punir-se numa forma histérica (por intermédio da idéia de retribuição) com os mesmos estados [de doença] que eles tiveram. A identificação que aí ocorre, como podemos verificar, nada mais é do que um modo de pensar, e não nos exime da necessidade de procurar o motivo.

Parece que esse desejo de morte, no filho, está voltado contra o pai e, na filha, contra a mãe. Uma empregada faz uma transferência disso, desejando que a patroa morra e, desse modo, o patrão possa casar-se com ela. (Cf. o sonho de Lisl a respeito de Martha e de mim.)

RELAÇÃO ENTRE IMPULSOS E FANTASIAS

Parece que as lembranças se bifurcam: parte delas é posta de lado e substituída por fantasias; outra parte, mais acessível, parece conduzir diretamente aos impulsos. Será possível que, posteriormente, os impulsos também decorram das fantasias?

De modo semelhante, a neurose obsessiva e a paranóia derivariam ex aequo [nos mesmos termos] da histeria, o que explicaria a incompatibilidade entre elas.

TRANSPOSIÇÃO DA CRENÇA

A crença (e a dúvida) é um fenômeno que pertence inteiramente ao sistema do ego (o Cs.) e não tem contrapartida no Inc. Nas neuroses, a crença é deslocada: é recusada ao material recalçado, quando ele pressiona no sentido da reprodução, e - como punição, poder-se-ia dizer - é transposta para o material que executa a defesa. Titânia, que se recusa a amar Oberon, seu marido legítimo, é obrigada, em vez disso, a entregar seu amor a Bottom, o asno da fantasia.

POESIA E FINE FRENZY

O mecanismo da poesia [criação literária] é o mesmo das fantasias históricas. Para compor seu Werther, Goethe combinou algo que havia experimentado (seu amor por Lotte Kästner) e algo que tinha ouvido (o destino do jovem Jerusalém, que se suicidou). Provavelmente, Goethe estava brincando com a idéia de se matar; encontrou nisso um ponto de contato e identificou-se com Jerusalém, de quem tomou emprestado o motivo para sua própria história de amor. Por meio dessa fantasia, protegeu-se das conseqüências de sua experiência.

De modo que Shakespeare tinha razão ao justapor a poesia e a loucura (fine frenzy).

MOTIVOS PARA A CONSTRUÇÃO DOS SINTOMAS

Recordar nunca é um motivo, mas apenas uma maneira, um método. O primeiro motivo para a construção de sintomas é, cronologicamente, a libido. Portanto, os sintomas, como os sonhos, são a realização de um desejo.

Em estágios subseqüentes, a defesa contra a libido conquista seu espaço

também no Inc. A realização de desejos deve preencher os requisitos dessa defesa inconsciente. Isso acontece quando o sintoma é capaz de atuar como um auto-impedimento, seja por meio de punição (por um impulso mau) ou a partir da desconfiança. Os motivos da libido e da realização de desejo como punição agem, nesse caso, por soma. Aqui é inequívoca a tendência geral no sentido da ab-reação e da irrupção do recalcado, e a isso se somam os dois outros motivos. O que parece é que, em fases posteriores, por um lado, algumas estruturas psíquicas complexas (impulsos, fantasias, motivos) são deslocadas das lembranças e, por outro lado, a defesa, surgindo do Pcs. (o ego), pareceria abrir caminho para dentro do inconsciente, de modo que a defesa também se torna multilocular.

A construção de sintomas por identificação está ligada às fantasias - isto é, a seu recalçamento no Inc. - numa forma análoga à da modificação do ego na paranóia [em [1]]. Como a irrupção da angústia está ligada a essas fantasias recalçadas, devemos concluir que a transformação da libido em angústia não ocorre por intermédio da defesa atuante entre o ego e o Inc., mas sim no Inc. como tal. Conclui-se, pois, que existe também uma libido Inc.

Parece que o recalçamento dos impulsos produz não angústia, mas talvez depressão - melancolia. Desse modo, as melancolias estão relacionadas com a neurose obsessiva.

DEFINIÇÃO DE "SANTIDADE"

A "santidade" é algo que se baseia no fato de que os seres humanos, em benefício da comunidade maior, sacrificaram uma parte de sua liberdade sexual e de sua liberdade de se entregarem às perversões. O horror ao incesto (como coisa ímpia) baseia-se no fato de que, em consequência da comunidade da vida sexual (mesmo na infância), os membros de uma família se mantêm permanentemente unidos e se tornam incapazes de contatos com estranhos. Assim, o incesto é anti-social - a civilização consiste nessa renúncia progressiva. É o contrário do "super-homem". [1]

...Ainda não sei o que andou acontecendo comigo. Algo proveniente das mais recônditas profundezas de minha neurose insurgiu-se contra qualquer avanço em minha compreensão das neuroses, e você, de algum modo, esteve envolvido nisso. Isso porque minha paralisia redacional me parece destinada a impedir nossas comunicações. Não estou nada seguro disso; são apenas sentimentos de uma natureza muito obscura. Não lhe aconteceu algo parecido? Nos últimos dias, pareceu-me que se vislumbra uma saída dessa obscuridade. Constato que, nesse ínterim, realizei todo tipo de progressos em meu trabalho, e a cada momento me ocorre mais uma idéia. Para isso concorrem, sem dúvida, o tempo quente e o excesso de trabalho.

Pois bem, vejo que a defesa contra as lembranças não impede que estas dêem origem a estruturas psíquicas superiores, que persistem por algum tempo e, depois, são elas mesmas submetidas à defesa. Esta, porém, é de um tipo específico mais elevado - precisamente como nos sonhos, que contêm in nuce [numa casca de noz] a psicologia das neuroses, muito genericamente. O que temos diante de nós são falsificações da memória e fantasias - estas referentes ao passado ou ao futuro. Conheço mais ou menos as leis segundo as quais se agrupam essas estruturas e os motivos pelos quais são mais fortes do que as lembranças verdadeiras; assim, aprendi coisas novas que ajudam a caracterizar os processos do Inc. Ao lado destes, surgem impulsos pervertidos, e quando, à medida que se torna necessário posteriormente, essas fantasias e impulsos são recalçados, aparecem as determinações superiores dos sintomas, já provenientes das lembranças, e novos motivos para manter a doença. Estou estudando alguns casos típicos de agrupamento dessas fantasias e alguns fatores típicos do surgimento do recalque contra os mesmos. Esse conhecimento ainda não está completo. Minha técnica está começando a preferir um determinado método como sendo o método natural.

Parece-me que a coisa mais indubitável é a explicação dos sonhos, mas ela está cercada de uma quantidade enorme de enigmas obstinados. As questões organológicas esperam de você uma solução: nestas, não fiz nenhum progresso.

Existe um sonho interessante em que o indivíduo vagueia entre pessoas

estranhas, total ou parcialmente despido, e com sentimentos de vergonha e angústia. Muito estranhamente, as pessoas nunca reparam nisso - o que devemos atribuir à realização de desejos. Esse material onírico, que tem sua origem no exibicionismo da infância, foi erroneamente compreendido e didaticamente transformado num conhecido conto de fadas. (As roupas imaginárias do rei - "Talismã".) Habitualmente, o ego interpreta outros sonhos da mesma maneira equivocada.

CARTA 67

...As coisas estão fermentando dentro de mim, mas não concluí nada. Estou mais do que satisfeito com a psicologia: estou atormentado por graves dúvidas sobre minha teoria das neuroses. Minha mente anda muito preguiçosa; aqui neste lugar não consegui acalmar a agitação que há em minha cabeça e meus sentimentos; isso só pode acontecer na Itália.

Depois de ter estado muito satisfeito aqui, estou agora passando por um período de mau humor. O principal paciente que me preocupa sou eu mesmo. Minha leve histeria (muito agravada, porém, pelo trabalho) foi resolvida em mais uma parte: mas o resto ainda está na imobilidade. É principalmente disso que depende o meu humor. A análise é mais difícil do que qualquer outra coisa. É ela também que paralisa minha energia psíquica para descrever e comunicar o que consegui até agora. Mas penso que deve ser feita e que é uma etapa intermediária necessária em meu trabalho.

CARTA 69

...Confiar-lhe-ei de imediato o grande segredo que lentamente comecei a compreender nos últimos meses. Não acredito mais em minha neurotica [teoria das neuroses]. Provavelmente, isso não é compreensível sem uma explicação;

afinal, você mesmo considerou crível o que lhe pude dizer. De modo que começarei, historicamente, a partir da questão da origem de meus motivos de descrença. Os contínuos desapontamentos em minhas tentativas de fazer minha análise chegar a uma conclusão real, a debandada das pessoas que, durante algum tempo, eu parecia estar compreendendo com muita segurança, a ausência dos êxitos completos com que eu havia contado, a possibilidade de explicar os êxitos parciais de outras maneiras, segundo critérios comuns - este foi o primeiro grupo [de motivos]. Depois, veio a surpresa diante do fato de que, em todos os casos, o pai, não excluindo o meu, [1] tinha de ser apontado como perverso - a constatação da inesperada freqüência da histeria, na qual o mesmo fator determinante é invariavelmente estabelecido, embora, afinal, uma dimensão tão difundida da perversão em relação às crianças não seja muito provável. (A perversão teria de ser incomensuravelmente mais freqüente do que a histeria, de vez que a doença só aparece quando há uma acumulação de eventos e quando sobrevém um fator que enfraquece a defesa.) Depois, em terceiro lugar, a descoberta comprovada de que, no inconsciente, não há indicações da realidade, de modo que não se consegue distinguir entre a verdade e a ficção que é catexizada com o afeto. (Assim, permanecia aberta a possibilidade de que a fantasia sexual tivesse invariavelmente os pais como tema.) Em quarto lugar, a reflexão de que, na psicose mais profunda, a lembrança inconsciente não vem à tona, não sendo, pois, revelado o segredo das experiências da infância nem mesmo no delírio mais confuso. Se, dessa forma, verificamos que o inconsciente nunca supera a resistência do consciente, então também abandonamos nossa expectativa de que o inverso aconteça no tratamento, a ponto de o inconsciente ser totalmente domado pelo consciente.

Em tal medida fui influenciado por isso que estava disposto a abandonar duas coisas: a resolução completa de uma neurose e o conhecimento seguro de sua etiologia na infância. Não tenho agora nenhuma idéia do ponto a que cheguei, não obtive uma compreensão teórica do recalçamento e de sua inter-relação de forças. Parece que novamente se tornou discutível se são somente as experiências posteriores que estimulam as fantasias, que então retornam à infância; e, com isso, o fator de uma predisposição hereditária recupera uma esfera de influência da qual eu me incumbira de excluí-lo - com a intenção de elucidar amplamente a neurose.

Se eu tivesse deprimido, confuso ou exausto, as dúvidas desse tipo deveriam, por certo, ser interpretadas como sinais de fraqueza. De vez que estou num estado oposto, devo reconhecê-las como o resultado de um trabalho intelectual honesto e esforçado e devo ter orgulho, depois de ter ido tão a fundo, de ainda

ser capaz de tal crítica. Será que essa dúvida simplesmente representa um episódio prenunciador de um novo conhecimento?

Também é digno de nota não ter havido nenhum sentimento de vergonha, para o que, afinal, poderia haver uma justificativa. Certamente, não vou contar isso em Dan nem publicá-lo em Ascalon, na terra dos filisteus. Mas, perante você e perante mim mesmo, tenho mais um sentimento de vitória do que de derrota - e, afinal, isso não está certo.

CARTA 70

...[3 de outubro] Muito pouca coisa ainda está acontecendo comigo externamente; contudo, internamente, ocorre algo interessantíssimo. Isso porque, nos últimos quatro dias, minha auto-análise, que considero indispensável para esclarecer todo o problema, tem prosseguido nos sonhos e me presenteou com as mais valiosas inferências e indicações. Em alguns pontos, tenho a sensação de haver chegado ao término, e até agora, também, sempre tenho sabido onde é que o sonho da próxima noite vai retomar as coisas. Descrever esse fato por escrito é mais difícil do que qualquer outra coisa, e também a descrição seria imprecisa demais. Só posso dizer resumidamente que der Alte [meu pai] não teve papel ativo no meu caso, a partir de mim mesmo; que o "originador primordial" [de meus problemas] foi uma mulher feia e velha, mas esperta, que me contou uma porção de coisas a respeito de Deus todo-poderoso e do inferno e que me deu uma opinião elevada acerca das minhas próprias capacidades; que, mais tarde (entre dois e dois anos e meio de idade), minha libido foi despertada para a matrem, isto é, por ocasião de uma viagem com ela de Leipzig a Viena, durante a qual devemos ter passado a noite juntos e devo ter tido oportunidade de vê-la nudam - você tirou a conclusão disto há muito tempo no tocante a seu próprio filho, num comentário que me revelou; - que saudei o nascimento de meu irmão (que era um ano mais novo do que eu e morreu depois de alguns meses) com desejos hostis e verdadeiro ciúme infantil, e que sua morte deixou em mim a semente das autocensuras. Faz também muito tempo que conheço meu companheiro de travessuras entre um e dois anos de idade. Era meu sobrinho, um ano mais velho do que eu; atualmente vive em Manchester e nos visitou em Viena quando eu tinha quatorze anos. Parece que, algumas vezes,

eu e ele nos conduzimos de maneira cruel com minha sobrinha, que era um ano mais nova. Esse sobrinho e esse irmão mais novo determinaram o que há de neurótico, mas também o que há de intenso, em todas as minhas amizades. Você mesmo viu minha angústia diante das viagens em plena atividade.

Ainda não descobri nada a respeito das cenas que subjazem a toda essa história. Se elas vierem à luz e eu conseguir resolver minha própria histeria, serei grato à memória da velha senhora que me proporcionou, em idade tão precoce, os meios de viver e de prosseguir vivendo. Como você vê, minha antiga afeição por ela está reaparecendo. Não posso dar-lhe sequer uma idéia da beleza intelectual do trabalho...

4 de outubro... O sonho de hoje apresentou o que se segue, sob os mais estranhos disfarces.

Ela era minha professora em assuntos de sexo e me repreendia por eu ser desajeitado e não ser capaz de fazer nada. É sempre assim que ocorre a impotência do neurótico; é assim que o medo de ser incapaz na escola adquire seu substrato sexual.) Ao mesmo tempo, eu via o crânio de um pequeno animal e, no sonho, pensei: "Porco!" Na análise, porém, associei isso com o seu desejo, há dois anos, de que eu pudesse encontrar no Lido um crânio para me esclarecer, como fez Goethe certa vez. Mas não o encontrei. De modo que fui um boboca. Todo o sonho estava repleto das mais mortificantes alusões a minha atual impotência como terapeuta. Talvez seja disso que deriva a tendência a acreditar que a histeria é curável. Além disso, ela me banhava numa água avermelhada, na qual ela mesma se havia banhado antes. (A interpretação não é difícil; não encontro nada parecido com isso nas seqüências de minhas lembranças, de modo que considero uma verdadeira descoberta do passado distante.) E ela me fazia furtar "zehners" (moedas de dez kreuzers) e dá-los a ela. Há uma longa seqüência desde esses primeiros zehners de prata até a pilha de notas de dez florins que vi no sonho como o dinheiro de Martha para as despesas da casa. O sonho pode ser resumido como "mau tratamento". Assim como a velha senhora recebia dinheiro de mim pelo mau tratamento que me dispensava, também eu, atualmente, ganho dinheiro pelo mau tratamento que dou a meus pacientes. Um papel especial foi desempenhado por Frau Qu., cujo comentário você me relatou: eu devia não cobrar nada dela, já que é a esposa de um colega. (Naturalmente, ele fez questão de que eu cobrasse.)

De tudo isso um crítico severo poderia dizer que foi retrospectivamente fantasiado e não determinado progressivamente. Os experimenta crucis

[experimentos cruciais] teriam de contradizê-lo. A água avermelhada já seria, parece, um desses experimentos. Onde é que todos os pacientes arranjam terríveis detalhes pervertidos que, muitas vezes, são tão afastados de sua experiência quanto de seu conhecimento?

CARTA 71

...Minha auto-análise é realmente a coisa mais essencial que me ocupa atualmente e promete adquirir o maior valor para mim, se chegar a seu término. A meio caminho, ela subitamente cessou por três dias, e tive a sensação de estar amarrado por dentro, coisa de que tanto se queixam os pacientes; e fiquei realmente inconsolável...

É estranho que minha clínica ainda me permita uma grande quantidade de tempo livre.

Tudo isso é muito valioso para meus propósitos, de vez que consegui encontrar alguns pontos de referência reais para a história. Perguntei a minha mãe se ela ainda se recordava da babá. "Naturalmente", disse ela, "uma pessoa de idade, muito esperta. Estava sempre levando você à igreja: depois, quando voltava, você costumava pregar sermões e falar-nos a respeito de Deus todo-poderoso. Durante meu resguardo, quando Anna nasceu" (ela é dois anos e meio mais nova do que eu), "descobriu-se que ela era ladra, e todas as moedas novas e reluzentes de kreuzers e zehners e todos os brinquedos que tinham sido dados a você foram encontrados entre os pertences dela. Seu irmão Philipp [ver diante] foi buscar um policial, e ela pegou dez meses de cadeia." Ora, veja só como isso confirma as conclusões de minha interpretação dos sonhos. Encontrei uma explicação simples para o meu possível engano. Escrevi a você contando que ela me induzia a furtar zehners e dá-los a ela. O sonho realmente quis dizer que ela mesma os roubava. Pois o quadro onírico era uma lembrança de eu estar tomando o dinheiro da mãe de um médico - isto é, indevidamente. A interpretação correta é: Eu = ela, e a mãe de um médico equivale a minha mãe. Tão longe eu estava de saber que ela era uma ladra que fiz interpretação errada.

Também andei indagando a respeito do médico que tínhamos em Freiberg,

porque um sonho mostrou uma grande dose de ressentimento contra ele. Na análise da figura existente no sonho, detrás da qual ele estava oculto, pensei também no professor von K., que foi meu professor de história na escola. Ele não parecia encaixar-se absolutamente no caso, de vez que minhas relações com ele eram indiferentes, ou melhor, agradáveis. Minha mãe então me contou que o médico de minha infância tinha um olho só, e, dentre todos os meus professores de escola, também o Professor K. era o único que tinha esse mesmo defeito.

O valor comprobatório dessas coincidências poderia ser invalidado pela objeção de que, em alguma ocasião posterior da minha infância, eu teria ouvido dizer que a babá era ladra e depois o teria esquecido, aparentemente, até que afinal isso emergiu no sonho. Eu mesmo penso que é assim. Mas tenho outra prova inatacável e divertida. Eu disse a mim mesmo que, se a velha senhora desapareceu tão de repente, deveria ser possível averiguar a impressão que esse fato causou em mim. Onde, pois, está essa impressão? Ocorreu-me então uma cena que, nos últimos 29 anos, emergiu algumas vezes em minha memória consciente, sem que eu a compreendesse. Não havia jeito de encontrar minha mãe: eu berrava a plenos pulmões. Meu irmão Philipp, vinte anos mais velho do que eu, mantinha aberto diante de mim um guarda-louça [Kasten], e ao verificar que mamãe não estava dentro dele, comecei a chorar ainda mais, até que, esguia e linda, ela entrou pela porta. Que pode significar isso? Por que estaria meu irmão abrindo o guarda-louça, se sabia que mamãe não estava lá dentro e que aquilo não poderia me tranquilizar? E então, subitamente, compreendi. Eu pedira a ele que o fizesse. Ao sentir falta de mamãe, temi que ela tivesse desaparecido de mim, tal como acontecera, pouco tempo antes, com a velha babá. Ora, devo ter ouvido dizer que a velha tinha sido trancafiada e, por conseguinte, devo ter pensado que minha mãe também o fora - ou melhor, que tivesse sido "encaixotada" ["eingekastelt"], pois meu irmão Philipp, atualmente com 63 anos, ainda hoje gosta de falar por meio de trocadilhos. O fato de eu ter recorrido a ele, em particular, prova que eu sabia muito bem da sua participação no desaparecimento da babá. [1]

Depois disso, consegui aclarar muitas coisas mais; entretanto, não cheguei ainda a nenhum ponto conclusivo. Comunicar o que está inacabado é tão vago e trabalhoso que espero que você me perdoe por isso e se contente com o conhecimento dos aspectos que estão estabelecidos com certeza. Se a análise contiver aquilo que espero dela, eu o escreverei ordenadamente e o apresentarei a você depois. Até agora, não encontrei nada completamente novo, só complicações, à quais, de resto, estou acostumado. Não é nada fácil. Ser completamente honesto consigo mesmo é uma boa norma. Um único pensamento de valor genérico revelou-se a mim. Verifiquei, também no meu caso, a paixão pela mãe e o ciúme do pai, e agora considero isso como um evento universal do

início da infância, mesmo que não tão precoce como nas crianças que se tornaram histéricas. (Algo parecido com o que acontece com o romance da filiação na paranóia - heróis, fundadores de religiões.) Sendo assim, podemos entender a força avassaladora de Oedipus Rex, apesar de todas as objeções levantadas pela razão contra a sua pressuposição do destino; e podemos entender por que os "dramas do destino" posteriores estavam fadados a fracassar lamentavelmente. Nossos sentimentos opõem-se a qualquer compulsão arbitrária e individual [do destino], tal como é pressuposto em Die Ahnfrau [de Grillparzer] etc. Mas a lenda grega capta uma compulsão que toda pessoa reconhece porque sente sua presença dentro de si mesma. Cada pessoa da platéia foi, um dia, em germe ou na fantasia, exatamente um Édipo como esse, e cada qual recua, horrorizada, diante da realização de sonho aqui transposta para a realidade, com toda a carga de recalçamento que separa seu estado infantil do seu estado atual.

Passou-me pela cabeça uma rápida idéia no sentido de saber se a mesma coisa não estaria também no fundo do Hamlet. Não estou pensando na intenção consciente de Shakespeare, mas acredito, antes, que algum evento real tenha instigado o poeta à sua representação, no sentido de que o inconsciente de Shakespeare compreendeu o inconsciente de seu herói. Como é que o histérico Hamlet consegue justificar suas palavras: "Assim a consciência nos torna a todos covardes"? Como é que ele consegue explicar sua hesitação em vingar o pai assassinado através do seu tio - ele, o homem que, sem nenhum escrúpulo, envia à morte seus cortesãos e efetivamente se precipita ao matar Laertes? De que outro modo poderia ele justificar-se melhor do que mediante o tormento de que padece com a obscura lembrança de que ele próprio planejou perpetrar a mesma ação contra seu pai, por causa da paixão pela mãe - "a se tratar cada homem segundo seu merecimento, quem escapará do açoite?" Sua consciência [moral] é seu sentimento inconsciente de culpa. E não será seu afastamento sexual [em [1]], na conversa com Ofélia, tipicamente histérico? e sua rejeição do instinto que visa a procriar filhos? e, por fim, que dizer de ele ter transferido a ação de seu pai para o de Ofélia? E não faz ele descer sobre si, no final, de modo tão evidente como os meus pacientes histéricos, o castigo, sofrendo o mesmo destino do pai, ao ser envenenado pelo mesmo rival? [1]

...Uma idéia a respeito da resistência possibilitou-me situar corretamente todos aqueles casos meus que tinham enveredado por graves dificuldades, e reencaminhá-los satisfatoriamente. A resistência, que finalmente causa uma parada no trabalho, não é senão seu caráter passado da criança, degenerado, que (em conseqüência das experiências que se acham conscientemente presentes nos casos ditos degenerados) se desenvolveu ou poderia ter-se desenvolvido, mas que é encoberto pelo recalque. Esse caráter, eu o desencavo com meu trabalho, e ele se debate; e quem, no início do tratamento, era um sujeito excelente e franco, torna-se grosseiro, mentiroso ou obstinado e se finge de doente - até que lhe digo isso e, desse modo, torna-se possível superar esse caráter. Assim, a resistência tornou-se para mim uma coisa real e tangível; desejaria também que, em lugar do conceito de recalque, eu já estivesse de posse daquilo que jaz oculto por trás dele.

Essa característica infantil desenvolve-se durante o período de "anseio intenso", depois que a criança é afastada das experiências sexuais. Ansiar ardentemente é o principal traço de caráter da histeria, assim como a anestesia atual (ainda que apenas potencial) é o seu principal sintoma. Durante esse mesmo período de anseio, as fantasias são construídas e (invariavelmente?) a masturbação é praticada, dando lugar ao recalque, posteriormente. Quando ela não cede, não há histeria; a descarga da excitação sexual retira a possibilidade de haver histeria, na maioria dos casos. Para mim ficou claro que diversos movimentos obsessivos têm o significado de um substituto dos movimentos de masturbação abandonados...

CARTA 73

...Minha análise prossegue e continua sendo o meu interesse principal. Tudo é ainda obscuro, até mesmo os problemas; mas há um sentimento reconfortante de que é necessário tão-somente dar uma busca no depósito para encontrar, mais cedo ou mais tarde, aquilo de que se precisa. O mais desagradável de tudo são os estados de humor, que, com freqüência, ocultam totalmente a realidade. Para alguém como eu, também, a excitação sexual já não tem serventia. Mas ainda estou absolutamente satisfeito com ela. Quanto aos resultados, precisamente agora existe mais uma vez uma calma.

Você acha que a fala das crianças durante o sono também pode ser encarada como sonho? Se é assim, posso presentear-lo com os mais recentes sonhos de realização de desejos: Aninha, um ano e meio de idade. Um dia, em Aussee, ela teve de ficar sem comer porque passou mal de manhã, o que foi atribuído ao fato de ter comido morangos. Durante a noite seguinte, ela recitou um cardápio inteiro no sono: “Molangos, molangos silvestres, omelete, pudim!” Talvez eu já lhe tenha contado isso.

CARTA 75

...“Era o dia 12 de novembro de 1897. O sol estava no quadrante leste; Mercúrio e Vênus estavam em conjunção -” Não, os anúncios de nascimento já não se fazem mais assim. Foi a 12 de novembro, um dia dominado por uma enxaqueca no lado esquerdo, um dia em que, à tarde, Martin sentou-se para escrever um novo poema, e, ao entardecer, Oli perdeu seu segundo dente, um dia em que, após as terríveis dores de parto das últimas semanas, dei à luz um novo conhecimento. Não de todo novo, para dizer a verdade; esse conhecimento tinha-se mostrado repetidas vezes e se havia retraído novamente; [1] mas, dessa vez, permaneceu firme e fitou a luz do dia. Coisa engraçada, costumo ter um pressentimento dessas coisas um bom tempo antes. Por exemplo, certa vez lhe escrevi, no verão [Carta 64, em [1], atrás], que eu estava por encontrar a fonte do recalçamento sexual normal (moralidade, vergonha etc.) e, depois, por longo tempo, não consegui encontrá-la. Antes das férias [Carta 67, em [1]], contei-lhe que o paciente mais importante para mim era eu mesmo; e então, subitamente, depois que voltei das férias, minha auto-análise, da qual até então não havia nenhum sinal, [1] pôs-se em andamento. Há algumas semanas [Carta 72, em [1]], veio-me o desejo de que o recalque pudesse ser substituído pela coisa essencial que jazia por trás dele; e é disso que me ocupo agora.

Muitas vezes suspeitei de que alguma coisa orgânica desempenhava um papel no recalçamento; certa vez, antes disso, disse-lhe que se tratava do abandono de zonas sexuais precedentes [em [1] e [2]] e acrescentei que me agradara encontrar uma idéia parecida em Moll. Privatim [confidencialmente], a ninguém concedo prioridade na idéia; no meu caso, eu ligava essa idéia de recalque à modificação do papel desempenhado pelas sensações do olfato: a adoção da postura ereta, o nariz levantado do chão, ao mesmo tempo que uma série de

sensações, que antes despertavam interesse e eram relacionadas à terra, tornaram-se repulsivas - por um processo que ainda me é desconhecido. (Ele levanta o nariz = considera-se especialmente nobre.) Ora, as zonas que não produzem mais uma liberação da sexualidade nos seres humanos normais e maduros certamente são as regiões da boca, do ânus e da garganta. Isto pode ser compreendido de duas maneiras: primeiro, a aparência e a idéia dessas zonas não mais produzem um efeito excitante e, segundo, as sensações internas originárias dessas zonas não proporcionam qualquer contribuição à libido, de modo como fazem os órgãos sexuais propriamente ditos. Nos animais, essas zonas sexuais continuam em vigor, sob ambos aspectos; quando isso persiste também nos seres humanos, o resultado é a perversão. Devemos supor que, na infância, a liberação da sexualidade ainda não é tão localizada como o é posteriormente, de modo que as zonas (e talvez também toda a superfície do corpo) que depois são abandonadas também provocam algo análogo à liberação posterior da sexualidade. A extinção dessas zonas sexuais iniciais teria uma contrapartida na atrofia de determinados órgãos internos, no decurso da evolução. Uma liberação da sexualidade - como você sabe, tenho em mente uma espécie de secreção que é propriamente sentida como o estado interno da libido - ocorre, então, não apenas (1) mediante estímulo periférico sobre os órgãos sexuais, ou (2) mediante as excitações internas que surgem desses órgãos, mas também (3) a partir de idéias - isto é, a partir de traços de memória - portanto, também por via de uma ação postergada. (Você já está familiarizado com essa linha de pensamento.) Se os genitais de uma criança foram excitados por alguém, a lembrança disso, anos depois, produzirá, por efeito retardado, uma liberação de sexualidade muito mais intensa do que na época da excitação, porque o aparelho efector e a quantidade de secreção terão aumentado nesse meio tempo. Assim, uma ação não-neurótica postergada pode ocorrer normalmente, e esta gera a compulsão. (Nossas outras lembranças atuam habitualmente apenas porque atuaram como experiências.) A ação retardada dessa espécie ocorre também em conexão com as lembranças de excitações das zonas sexuais abandonadas. O resultado, porém, é uma liberação não de libido, mas de desprazer, uma situação interna análoga à repugnância no caso de um objeto.

Dito em termos grosseiros, a lembrança atual cheira mal, assim como um objeto real cheira mal; e assim como afastamos nosso órgão sensorial (cabeça e nariz) com repugnância, também nossa pré-consciência e nosso sentido consciente se afastam da lembrança. Isto é o recalçamento.

O que, então, nos proporciona o recalçamento normal? Algo que, livre, pode levar à angústia, e, psiquicamente ligado, pode produzir rejeição - ou seja, a base afetiva para um sem-número de processos intelectuais de desenvolvimento, tais

como a moralidade, a vergonha etc. Assim, tudo isso surge à custa da sexualidade (potencial) extinta. Disso podemos inferir que, com as ondas sucessivas do desenvolvimento de uma criança, esta é sobrecarregada de respeito, vergonha, essas coisas, e vemos como a não-ocorrência dessa extinção das zonas sexuais pode produzir a insanidade moral como uma inibição do desenvolvimento. Essas ondas sucessivas do desenvolvimento provavelmente possuem um ordenamento cronológico diferente nos sexos masculino e feminino. (A repugnância surge mais cedo nas meninas do que nos meninos.) Contudo, a principal diferença entre os sexos emerge na época da puberdade, quando as meninas são acometidas por uma repugnância sexual não-neurótica, e os meninos, pela libido. Pois, nesse período, extingue-se nas adolescentes (total ou parcialmente) mais uma zona sexual, que persiste nos adolescentes masculinos. Estou-me referindo à zona genital masculina, a região do clitóris, na qual, durante a infância, tanto nas meninas como nos meninos, mostra-se concentrada a sensibilidade sexual. Daí a torrente de vergonha que avassala a adolescente nesse período, até ser despertada a nova zona, a zona vaginal, seja espontaneamente, seja por ação reflexa. Daí também resultam, talvez, a anestesia nas mulheres, o papel desempenhado pela masturbação nas crianças predispostas à histeria e a interrupção, no caso de resultar a histeria.

E agora vejamos as neuroses. As experiências ocorridas na infância, quando afetam apenas os genitais, nunca produzem neurose nos homens (ou nas mulheres másculas), mas somente masturbação compulsiva e libido. Entretanto, de vez que, de modo geral, as experiências da infância também afetam as duas outras zonas sexuais, fica aberta, também para os homens, a possibilidade de que o despertar da libido através de uma ação retardada enseje o surgimento do recalque e da neurose. Quando a lembrança reaviva uma experiência correlacionada com os genitais, o que ela produz por ação retardada é a libido. Quando [reaviva uma experiência correlacionada com] o ânus, a boca etc., produz repugnância interna retardada, e o resultado final, por conseguinte, é que uma carga de libido não consegue, como em geral acontece, passar à ação ou à tradução em termos psíquicos [em [1]], mas é obrigada a deslocar-se numa direção regressiva (como acontece nos sonhos). Ao que parece, a libido e a repugnância estariam associativamente vinculadas. À libido devemos o fato de que a lembrança não consegue produzir um desprazer generalizado etc., mas encontra um uso psíquico; e à repugnância devemos o fato de que esse uso só produz sintomas, não produz idéias orientadas para um objetivo. Assim sendo, não deve ser difícil apreender o lado psicológico dessa questão; o fator orgânico existe nela, quer o abandono das zonas sexuais se efetue segundo o tipo masculino ou feminino de desenvolvimento, quer esse abandono absolutamente não ocorra.

É provável, portanto, que a escolha da neurose (a decisão quanto à emergência da histeria, da neurose obsessiva, ou da paranóia) dependa da natureza da onda de desenvolvimento (ou seja, de sua localização cronológica) que possibilita a ocorrência do recalçamento - isto é, que transforma uma fonte de prazer interno em uma fonte de repugnância interna.

Foi esse o ponto a que cheguei - com todas as obscuridades aí envolvidas. Decidi, pois, daqui por diante, considerar como fatores separados o que causa a libido e o que causa a angústia. E também abandonei a idéia de explicar a libido como o fator masculino e o recalçamento como o fator feminino. [Cf. em [1]] De qualquer modo, estas são decisões importantes. A obscuridade está principalmente na natureza da modificação pela qual a sensação interna de necessidade se transforma em sensação de repugnância. Não há por que eu chamar sua atenção para outros pontos obscuros. O valor principal da síntese está no fato de ela unir em um só o processo neurótico e o processo normal. Existe agora, portanto, uma necessidade premente de elucidar prontamente a angústia neurastênica comum.

Minha auto-análise ainda está interrompida, e compreendi qual a razão. Só consigo analisar-me com o auxílio do conhecimento adquirido objetivamente (como um observador externo). A verdadeira auto-análise é impossível; não fosse assim, não haveria nenhuma doença [neurótica]. Visto que ainda encontro alguns enigmas em meus pacientes, eles estão fadados a retardar também a mim em minha auto-análise.

CARTA 79

...Comecei a compreender que a masturbação é o grande hábito, o "vício primário", e que é somente como sucedâneo e substituto dela que outros vícios - álcool, morfina, tabaco etc. - adquirem existência. O papel desempenhado por esse vício na histeria é imenso, e talvez aí se encontre, no todo ou em parte, o meu grande obstáculo, que ainda resiste. Naturalmente, nisto surge a dúvida de saber se um vício dessa espécie é curável, ou se a análise e a terapia, nesse ponto, sofreriam uma parada e deveriam contentar-se em transformar um caso

de histeria em um caso de neurastenia.

No que concerne à neurose obsessiva, está confirmado o fato de que a localização em que o recalcado irrompe é a representação da palavra, e não o conceito vinculado à mesma. (Mais precisamente, a memória verbal.) Por isso é que as coisas mais díspares são prontamente unidas numa idéia obsessiva, sob uma única palavra possuidora de mais de um significado. A tendência à irrupção utiliza-se de uma palavra que tenha essa espécie de ambigüidade com seus di[versos significados] como se se estivessem matando diversas moscas com um só golpe. Veja, por exemplo, o caso que passo a expor. Uma moça, que estava freqüentando uma escola de corte e costura e estava perto da conclusão do seu curso, era atormentada por essa idéia obsessiva: "Não, você não deve ir embora, você ainda não terminou, você deve fazer [machen] mais, precisa aprender muito mais." Por trás disso estava uma lembrança de cenas de infância em que ela era colocada no urinol, mas queria ir embora e era submetida à mesma compulsão: "Você não pode ir embora, ainda não terminou, precisa fazer [machen] mais. A palavra "machen" [que significa "fazer" possibilitou juntara situação posterior e a situação infantil. As idéias obsessivas, muitas vezes, revestem-se de uma extraordinária imprecisão verbal, a fim de permitir esse emprego múltiplo. Se examinarmos de modo mais atento (consciente) esse exemplo, encontraremos paralelamente a frase "você precisa aprender mais", que, depois, tornou-se a idéia obsessiva fixa e surgiu através de uma interpretação equivocada desse tipo por parte do consciente.

Isso não é inteiramente arbitrário. A própria palavra "machen" passou por uma transformação análoga em seu significado. Uma antiga fantasia minha, que eu gostaria de recomendar à sua sagacidade lingüística, ocupa-se da derivação de nossos verbos de termos originalmente copro-eróticos como este.

Mal posso enumerar para você todas as coisas que eu (um Midas moderno) transformo em - excremento. Isso se ajusta perfeitamente à teoria do mau cheiro interno [em [1]]. Dinheiro, acima de tudo. Penso que a associação se faz através da palavra "sujo" como sinônimo de "avarento". Do mesmo modo, tudo o que se relaciona com nascimento, aborto e menstruação remonta a privada, através da palavra "Abort" ["privada, latrina"] ("Abortus") ["aborto"]. Isso está muito desconjuntado, mas é inteiramente análogo ao processo pelo qual as palavras assumem um significado transferido, tão logo aparecem novos conceitos que exigem designação...

Você viu alguma vez um jornal estrangeiro que tenha passado pela censura

russa na fronteira? Palavras, orações e frases inteiras são obliteradas, de modo que o que resta se torna ininteligível. Uma censura russa desse tipo se efetua nas psicoses e produz os delírios aparentemente sem sentido.

CARTA 84

...Não foi uma façanha nada insignificante de sua parte ver o livro dos sonhos concluído diante de você. Ele sofreu uma interrupção novamente, e nesse meio tempo o problema foi aprofundado e ampliado. Parece-me que a teoria da realização de desejos trouxe apenas a solução psicológica, e não a biológica, ou melhor, a metafísica. (Aliás, vou perguntar-lhe com seriedade se posso usar o nome de metapsicologia para minha psicologia que vai além da consciência.) Biologicamente, parece-me que a vida onírica deriva inteiramente dos resíduos do período pré-histórico da vida (entre um e três anos de idade) - o mesmo período que é a fonte do inconsciente e que, sozinho, contém a etiologia de todas as psiconeuroses, o período caracterizado por uma amnésia análoga à amnésia histórica. Parece-me coerente a seguinte fórmula: O que é visto no período pré-histórico produz sonhos; o que é ouvido nesse mesmo período produz fantasias; o que é experimentado sexualmente, ainda no mesmo período, produz as psiconeuroses. A repetição daquilo que foi experimentado nesse período é, em si mesma, a realização de um desejo; um desejo recente só conduz a um sonho quando consegue estar em conexão com material proveniente desse período pré-histórico, quando o desejo recente é um derivado pré-histórico. Ainda resta examinar até que ponto serei capaz de ater-me a essa teoria extremada e até que ponto poderei expô-la no livro dos sonhos.

CARTA 97

...Comecei um caso novo, de modo que o estou abordando sem qualquer conclusão antecipada. De início, como é natural, tudo se ajusta maravilhosamente. Trata-se de um homem jovem, de vinte e cinco anos, que mal consegue caminhar por causa da rigidez das pernas, espasmos, tremores etc. Uma salvaguarda contra qualquer diagnóstico incorreto é proporcionada pela angústia concomitante, que o faz manter-se agarrado às saias da mãe como o bebê que se esconde atrás desse homem. A morte de seu irmão e a morte do pai, portador de uma psicose, precipitaram o início de seu estado, que esteve presente desde a idade de quatorze anos. Sente-se envergonhado diante de qualquer pessoa que o veja caminhando dessa maneira e considera isso natural. Seu modelo é um tio tabético, como qual já se identificava quando tinha treze anos, por causa da etiologia aceita (levar uma vida dissoluta). Aliás, ele tem compleição de um verdadeiro urso.

Por favor, observe que a vergonha está simplesmente apenas aos sintomas e deve relacionar-se com outros fatores desencadeantes. Espontaneamente, ele disse que o tio não se sentia nem um pouco envergonhado de seu modo de andar. A relação entre a vergonha e seu modo de caminhar foi uma relação racional há muitos anos, quando ele teve gonorréia, o que naturalmente era perceptível em seu andar, e também até mesmo alguns anos antes, quando as ereções constantes (sem objetivo) interferiam no seu andar. Além disso, a causa de sua vergonha era mais profunda. Contou-me ele que, no ano passado, quando estavam morando junto ao [rio] Wien (no campo), que de repente começou a subir, ele foi tomado de terrível medo de que a água pudesse chegar até dentro do seu quarto - ou seja, de que seu quarto fosse inundado durante a noite. Observe, por favor, a ambigüidade da expressão: eu sabia que ele sofrera de enurese quando criança. Cinco minutos depois, contou-me espontaneamente que, na época em que freqüentava o curso primário, ele ainda urinava na cama regularmente, que sua mãe o ameaçava de contar isso aos professores e aos outros meninos. Ele sentira uma angústia enorme. De modo que é aí que se situa sua vergonha. Toda a história de sua adolescência, por um lado, tem seu clímax nos sintomas da perna e, por outro, libera o afeto pertencente a essa fase; ambos, afeto e sintomas, vinculam-se somente pela sua percepção interna. No espaço entre os dois insere-se toda a história perdida de sua infância.

Ora, uma criança que urinou regularmente na cama até os sete anos de idade (sem ser epilética ou algo parecido) deve ter tido experiências sexuais no início da infância. Espontâneas, ou por sedução? Esta é a situação que deve encerrar também os fatores causais mais precisos - relativos a suas pernas.

CARTA 101

...Em primeiro lugar: uma pequena parte de minha auto-análise progrediu e confirmou que as fantasias são produtos de períodos posteriores e são projetadas para o passado, desde o que era então o presente até épocas mais remotas da infância; o modo como isso ocorre também emergiu - mais uma vez, um vínculo verbal.

À pergunta: "O que aconteceu nos primórdios da infância?", a resposta é "nada". Mas o embrião de um impulso sexual estava lá. Seria fácil e maravilhoso contar-lhe como é a coisa; mas seria necessária uma meia dúzia de páginas para eu escrever tudo isso por extenso, e por isso vou guardá-lo para nosso encontro na Páscoa, com algumas outras informações a respeito de meus primeiros anos [de vida].

Além disso, encontrei um outro elemento psíquico que considero ter significado geral e ser uma fase preliminar dos sintomas, anterior, mesmo, à fantasia.

(4 de janeiro.) Ontem, fiquei cansado, e hoje, não consigo continuar escrevendo de acordo com o que pretendia, porque a coisa está crescendo. Há qualquer coisa aí. Está começando a despontar. Nos próximos dias, por certo haverá algum acréscimo. Então, quando a coisa ficar aclarada, eu lhe escreverei. Apenas lhe revelarei que o padrão onírico é passível da mais genérica aplicação, e que também compreendo por que, a despeito de todos os meus esforços, ainda não concluí o livro dos sonhos. Se eu esperar um pouco mais, conseguirei descrever o processo mental que ocorre nos sonhos, de tal maneira que ele também inclua o processo que ocorre na formação dos sintomas histéricos. Portanto, esperemos.

CARTA 102

...Algumas outras coisas de menor importância vieram à luz - por exemplo, que as dores de cabeça histéricas baseiam-se numa analogia, na fantasia, que iguala a parte superior com a extremidade inferior do corpo (cabelo em ambos os

lugares - bochechas [Backen] e nádegas [Hinterbacken (literalmente, "bochechas de trás")] - lábios [Lippen] e labia [Schamlippen (literalmente, "lábios da vergonha")] - boca = vagina, de forma que um ataque de enxaqueca pode ser utilizado para representar um defloramento forçado, embora, ao mesmo tempo, toda a indisposição também represente uma situação de realização de desejo. A ação determinante da sexualidade torna-se sempre mais clara. Em uma paciente (em que determinei exatamente a fantasia) havia constantes estados de desespero, com uma convicção melancólica de que ela não valia nada, era incapaz de fazer qualquer coisa etc. Sempre pensei que, no início de sua infância, ela houvesse testemunhado um estado análogo, uma melancolia verdadeira, em sua mãe. Isso concordava com a teoria anterior, mas dois anos não trouxeram nenhuma confirmação. E agora se verificou que, quando ela era uma adolescente de quatorze anos, descobriu que tinha atresia hymenalis [hímen imperfurado] e ficou desesperada, imaginando que não serviria para esposa: melancolia - isto é, temor da impotência. Outros estados, em que não consegue decidir-se quanto à escolha de um chapéu ou um vestido, originam-se de sua luta na época em que teve de escolher um marido.

Com uma outra paciente, convenci-me de que realmente existe algo a que se pode chamar melancolia histérica e quais são suas manifestações. Também verifiquei como a mesma lembrança aparece nas mais diferentes versões; e ainda obtive um primeiro vislumbre da melancolia que ocorre por soma. Essa paciente, além disso, é totalmente anestésica, como deveríamos ser, de conformidade com uma idéia que data do período inicial do meu trabalho referente às neuroses [em [1]]

Sobre uma terceira mulher obtive essa informação interessantíssima. Um homem importante e rico (um diretor de banco), com cerca de sessenta anos de idade, veio ver-me e me entreteve descrevendo as características de uma jovem com quem tem uma liaison. Arrisquei um palpite de que ela seria provavelmente muito frígida. Pelo contrário, ela tem quatro a seis orgasmos durante um só coito. Mas...logo na primeira abordagem, ela é tomada de tremores e, imediatamente depois, cai num estado de sono patológico; enquanto se encontra nesse estado, fala como se estivesse em hipnose, executa sugestões pós-hipnóticas e tem completa amnésia quanto a todo esse estado. Ele está para se casar com ela, e ela certamente será frígida com o marido. Esse cavalheiro idoso, pela possibilidade de ser identificado como o pai imensamente poderoso da infância dela, surte evidentemente o efeito de poder liberar a libido dela, ligada às fantasias. Instrutivo.

CARTA 105

...Minha última generalização mostrou-se válida e parece que tende a crescer até uma dimensão imprevisível. Não só os sonhos são realizações de desejos: os ataques histéricos também o são. Isso se aplica aos sintomas histéricos, mas, provavelmente, também a todos os eventos neuróticos, pois constatei-o há muito tempo na insanidade delirante aguda. Realidade - realização de desejos. É desse par de opostos que brota nossa vida mental. Penso que agora sei o que é que determina a diferença entre os sonhos e os sintomas, que emergem na vida desperta. Para um sonho, é suficiente que ele seja a realização de desejo de um pensamento recalcado, pois os sonhos são mantidos longe da realidade. Mas um sintoma, que está inserido no meio da vida, precisa constituir algo mais, além disso: precisa ser também a realização de desejo do pensamento recalcador. O sintoma surge ali onde o pensamento recalcado e o pensamento recalcador conseguem juntar-se na realização do desejo. Um sintoma é a realização de desejo do pensamento recalcador quando, por exemplo, o sintoma constitui uma punição, uma autopunição, a substituição final da autogratificação, da masturbação.

Essa chave abre muitas portas. Você sabe, por exemplo, porque X.Y. padece de vômitos histéricos? Porque, na fantasia, ela está grávida, porque ela é tão insaciável que não consegue tolerar o fato de não ter um bebê também de seu último amante em sua fantasia. Mas ela também tem de vomitar porque, nesse caso, passará a fome e ficará magra, perderá sua beleza e não mais será atraente para ninguém. Assim, o sentido do sintoma é um par contraditório de realizações de desejos. [1]

Você sabe por que nosso amigo E., que você conhece, enrubesce e começa a suar assim que vê alguém de uma determinada categoria de conhecidos, especialmente no teatro? Ele sente vergonha. Sem dúvida. Mas de quê? De uma fantasia na qual ele figura como o deflorador de toda pessoa que encontra. Ele transpira porque deflora: trabalho muito pesado o dele. Um eco desse significado encontra expressão nele, tal como o ressentimento de alguém que é derrotado, a cada vez que ele se sente envergonhado diante de uma mulher: "Ora, essa estúpida pensa que tenho vergonha dela. Se eu a tivesse numa cama, ela iria ver como não me sinto nada constrangido com ela!" E a ocasião em que canalizou

seus desejos para essa fantasia deixou sua marca no complexo psíquico que produz o sintoma. Foi a aula de latim. O auditório do teatro lembra-lhe a sala de aula; ele sempre procura ocupar o mesmo assento de costume, na fila da frente. O entr'acte é o "recreio" dos tempos de escola e o "suar" significa o "operam dare" [trabalhar] daqueles tempos. Ele teve uma discussão com o professor a respeito dessa expressão. Ademais, não consegue esquecer o fato de que depois, na universidade, foi reprovado em botânica; e prossegue nisso, agora, como "deflorador". É verdade que ele deve à sua infância a capacidade de lavar-se em suor - à época em que (tendo ele três anos) seu irmão despejou-lhe em cima água do banho e jogou espuma de sabão em seu rosto, quando ele estava no banho - um trauma, embora não trauma sexual. E por que é que em Interlaken, quando tinha quatorze anos, ele se masturbou numa atitude tão especial no W.C.? Foi só para conseguir dar uma espiada no Jungfrau [literalmente, "a virgem"]; e, a partir de então, nunca mais viu uma outra - pelo menos ad genitalia. Evitou isso intencionalmente, é claro; de outro modo, por que só teria casos amorosos com atrizes?

CARTA 125

...Há não muito tempo, tive o que pode ter sido um primeiro vislumbre de alguma coisa nova. Tenho diante de mim o problema da "escolha da neurose". Quando é que uma pessoa se torna histérica em vez de paranóica? Uma primeira tentativa rudimentar, feita na época em que eu tentava, à força, tomar de assalto a cidadela, deu-me a impressão de que essa escolha dependia da idade em que ocorreram os traumas sexuais - da idade que a pessoa tinha na época da experiência. [Cf. em [1]] Abandonei há muito tempo esse ponto de vista, e fiquei sem meio de solucionar a questão até há poucos dias, quando comecei a compreender um elo da teoria da sexualidade.

A camada sexual mais inferior é o auto-erotismo, que age sem qualquer objetivo psicosexual e exige somente sensações locais de satisfação. Depois dele vem o aloerotismo (homo e heteroerotismo); mas ele certamente também continua a existir como uma corrente separada. A histeria (e sua variante, a neurose obsessiva) é aloerótica: sua via principal é a identificação; restabelece todas as figuras amadas da infância que foram abandonadas (cf. minha exposição sobre os sonhos de exibicionismo) e dissolve o próprio ego em figuras externas.

Assim, cheguei a considerar a paranóia como uma irrupção da corrente auto-erótica, como um retorno à posição então prevalente. A perversão correspondente a ela seria o que se conhece como "loucura idiopática". As relações especiais do auto-erotismo com o "ego" original projetariam viva luz sobre a natureza dessa neurose. Nesse ponto, o fio se interrompe.

PROJETO PARA UMA PSICOLOGIA CIENTÍFICA (1950 [1895])

INTRODUÇÃO DO EDITOR INGLÊS

[ENTWURF EINER PSYCHOLOGIE]

(a) EDIÇÃO ALEMÃ:

1950 Em *Aus den Anfängen der Psychoanalyse* [Dos Primórdios da Psicanálise], organizada por Marie Bonaparte, Anna Freud e Ernst Kris, 371-466. Londres: Imago Publishing Co.

(a) TRADUÇÃO INGLESA:[*Project for a Scientific Psychology*]

1954 Em *The Origins of Psycho-Analysis*, pelos mesmos organizadores, 347-445. Londres: Imago Publishing Co.; Nova Iorque: Basic Books. (Tradução de James Strachey.)

A presente tradução inglesa, também de James Strachey, foi completamente revisada e editada segundo o manuscrito original. O título alemão (“Esboço de uma Psicologia”) foi escolhido pelos compiladores dos *Anfänge*; o título inglês é escolha do tradutor. O original

não tem título.

(1) *Resumo Histórico*

Em carta escrita a Wilhelm Fliess, com data de 27 de abril de 1895 (Freud, 1950a, Carta 23), Freud se queixa de estar demasiadamente absorvido pela sua “Psicologia para Neurologistas”: “Sinto-me literalmente devorado por ela, a ponto de ficar exausto e me ver obrigado a interromper. Nunca passei por uma preocupação tão grande assim. E dará algum resultado? Espero que sim, mas é um trabalho difícil e lento.” Um mês depois, em outra carta, datada de 25 de maio de 1895 (Carta 24), essa “psicologia” fica mais explicada: “Ela tem-me acenado à distância desde tempos imemoriais, mas agora que deparei com as neuroses, tornou-se muito mais próxima. Vivo atormentado por duas intenções: descobrir que forma tomará a teoria do funcionamento psíquico se nela for introduzido um método de abordagem quantitativo, uma espécie de economia de força nervosa, e, em segundo lugar, extrair da psicopatologia tudo o que puder ser útil à psicologia normal. É de fato impossível conceber uma noção geral satisfatória dos distúrbios neuropsicóticos, a menos que se possa relacioná-los a hipóteses claras sobre os processos psíquicos normais. Venho dedicando todos os meus minutos livres dessas últimas semanas a esse trabalho; passo as noites, das onze até as duas horas da madrugada, a imaginar, comparar e fazer conjecturas desse gênero; e só desisto quando chego a uma conclusão absurda ou fico tão irremediavelmente exausto que perco todo o interesse pela minha atividade médica cotidiana. Mas você ainda terá que esperar muito tempo por qualquer resultado.” Ele não demorou muito, porém, a se mostrar mais otimista: em 12 de junho (Carta 25) já comunicava que “a construção psicológica parece em vias de obter êxito, o que me daria enorme prazer. É claro que, por enquanto, nada posso afirmar com certeza. Fazer uma comunicação disso agora equivaleria a levar a um baile um feto feminino de seis meses.” E, em 6 de agosto (Carta 26), ele anuncia que, “após longas reflexões, creio ter chegado à compreensão da defesa patológica e, ao mesmo tempo, de muitos processos psicológicos importantes”. Mas logo surgem novos obstáculos. Em 16 de agosto (Carta 27), escreve: “Tive uma estranha experiência com a minha *fyw*. Pouco depois de comunicar a você a sensacional novidade, conclamando suas felicitações pela escalada de um pico secundário, eis que esbarrei em novas dificuldades e constatei que não me restava fôlego suficiente para a nova tarefa. Por isso, decidi-me prontamente, pus de lado todo o alfabeto e me convenci de que não tenho mais o menor interesse pelo assunto.” E depois, na mesma carta: “A ‘Psicologia’ representa, positivamente, uma cruz para mim. Seja como for, jogar boliche e colher cogumelos são atividades muito mais saudáveis. Afinal, eu queria apenas explicar a defesa, mas, quando dei por mim, estava tentando explicar algo que pertence ao próprio núcleo da natureza. Tive de elaborar os problemas da qualidade, do sono, da memória - em suma, a psicologia inteira. Agora não quero mais ouvir falar nisso.”

Pouco depois, em 4 de setembro, segundo conta Ernest Jones (1953,418), Freud foi visitar Fliess em Berlim. As conversas com o amigo evidentemente ajudaram-no a aclarar as idéias, pois a redação do *Projeto* foi iniciada logo em seguida. Literalmente em seguida, pois, segundo escreve Freud em 23 de setembro (Carta 28), “enquanto ainda estava no trem, comecei um breve resumo da minha *fyw* para submeter à sua apreciação”. Resumo que, efetivamente, constitui as primeiras folhas escritas a lápis do *Projeto*, tal como o possuímos hoje. Passa, então, a descrever a marcha do trabalho iniciado durante a viagem. “Já tenho um volume considerável, de meros rabiscos, é lógico, nos quais deposito grande esperança. Meu cérebro descansado agora encara como brincadeira as dificuldades acumuladas.” É na data de 8 de outubro que Freud envia a Fliess, em dois cadernos, o que já tinha completado (Carta 29). “Elas foram inteiramente rascunhadas depois de minha volta e lhe dirão pouca coisa a título de novidade. Conservei comigo um terceiro caderno, que trata da psicopatologia do recalçamento, porque ele só leva o assunto até certo ponto. A partir daí, vi-me forçado a reiniciar todo o trabalho em esboços e tenho estado ora orgulhoso e contente com ele, ora envergonhado e deprimido; até agora, depois de um excesso de tormentos mentais, digo a mim mesmo, apaticamente, que o material ainda não se coaduna e talvez nunca venha a se coadunar. O que não consigo enquadrar não é o mecanismo - para isso não me faltaria paciência -, mas sim a explicação do recalçamento, embora, diga-se de passagem, tenha efetuado grandes progressos no que tange a seu conhecimento clínico. Uma semana depois, no dia 15 de outubro (Carta 30), o assunto é mais uma vez posto de lado por falta de solução, mas em 20 de outubro (Carta 32) Freud já se manifesta muito mais otimista: “Durante uma noite em que estive muito ocupado... de repente as barreiras caíram por terra, os véus se desfizeram e me foi possível enxergar desde os detalhes das neuroses até os determinantes da consciência. Tudo pareceu encaixar-se e as engrenagens se ajustavam, dando a impressão de que o conjunto era realmente uma máquina que logo começaria a andar sozinha. Os três sistemas de neurônios, as condições livre e ligada da quantidade, os processos primário e secundário, as tendências principal e de compromisso do sistema nervoso, as duas regras biológicas da atenção e da defesa, as indicações de qualidade, realidade e pensamento, o estado dos grupos psicosexuais, a determinação sexual do recalçamento e, por fim, os determinantes da consciência como função perceptiva - tudo isso se coadunava e ainda se coaduna! É claro que mal posso conter minha alegria.” Mas o acesso de entusiasmo teve curta duração. No dia 8 de novembro (Carta 35) ele comunicou ter jogado todos os manuscritos da psicologia dentro de uma gaveta “onde ficarão dormindo até 1896”. Sentira-se esgotado pelo trabalho, irritado, confuso e incapaz de dominar o assunto, e por isso preferia deixá-lo de lado e se ocupar de outras questões. E em 29 de novembro (Carta 36), escreveu: “Já não posso compreender o estado de ânimo em que concebi a ‘Psicologia’; nem consigo entender como fui capaz de importunar você com isso.” Mesmo assim, decorrido apenas um mês, remeteu a Fliess a longa carta de 1º de janeiro de 1896 (Carta 39), que consiste, em linhas gerais, na elaborada revisão de algumas das posições fundamentais adotadas no *Projeto*. Esse texto será reproduzido, em apêndice, no próprio *Projeto*. E desde então o *Projeto* desaparece de vista, até ressurgir, cerca de

cinquenta anos mais tarde, no meio das cartas esquecidas que Freud escreveu a Fliess. Só que as idéias nele contidas persistiram e, por fim, floresceram nas teorias da psicanálise.

(2) *O Texto e Sua Tradução*

Tal como indica a bibliografia atrás (em. [1]), a primeira versão publicada do texto alemão da obra, incluída em *Aus den Anfängen der Psychoanalyse*, foi lançada em Londres em 1950 e a tradução inglesa apareceu quatro anos mais tarde. Houve certas dúvidas quanto à precisão da versão alemã publicada, tornando-se evidente que, antes de se proceder a uma tradução revisada, seria imprescindível fixar um texto alemão definitivo. Isso só foi possível graças à gentileza de Ernst Freud, que se encarregou de tirar fotocópias do manuscrito, colocando-as à inteira disposição do editor.

O exame do manuscrito logo confirmou a existência de inúmeras divergências em relação à versão publicada. O tradutor se viu, assim, na situação diversa da que tinha enfrentado para verter a maior parte das obras de Freud, onde o leitor que alimenta dúvidas ou desconfianças a respeito da fidelidade da tradução pode quase sempre recorrer a um texto alemão confiável. Aqui, infelizmente, não existe tal texto publicado, só sendo possível obtê-lo mediante um fac-símile do manuscrito original. De modo que o tradutor arca inevitavelmente com uma responsabilidade especial e absoluta, pois o leitor fica inteiramente à mercê dele, e o tratamento do texto tem que se adaptar a essa situação. Seu critério deve obedecer a duas considerações: conseguir apresentar algo que seja inteligível, fluente e com um estilo inglês aceitável, além de reproduzir a intenção do autor da maneira mais exata possível. Esses dois objetivos muitas vezes entram em conflito, mas, no caso de uma obra tão difícil e importante como esta (e nas circunstâncias que acabamos de mencionar), a tradução precisa optar, mais do que nunca, pela fidelidade.

A letra de Freud, nesse caso específico, não é muito difícil de ser decifrada por quem já esteja familiarizado com os caracteres góticos, e não existem realmente muitos pontos discutíveis no texto propriamente dito. Pode-se, aliás, afirmar que Freud (tal como Ben Jonson disse de Shakespeare) “nunca riscou uma linha”, e as páginas de seus manuscritos se sucedem completamente livres de alterações: no *Projeto*, em cerca de quarenta mil palavras do mais conciso raciocínio, existem ao todo apenas vinte e poucas correções. De modo que não é em relação às questões textuais que surgem os problemas e as dúvidas - embora, como se verá, haja uma série de omissões e equívocos acidentais no texto publicado -, e sim em relação à interpretação de expressões usadas por Freud e à melhor forma de apresentá-las ao leitor.

Começamos pelos aspectos mais simples. Freud não foi um escritor meticuloso; ocorre, assim, um determinado número de deslizes óbvios, corrigidos sem comentário em nossa versão, exceto quando o erro é discutível ou de especial importância. A pontuação não é sistemática (às vezes faltam vírgulas ou não se fecham alguns parênteses) e, seja como for, em geral não coincide com as normas inglesas. Isso também se aplica à mudança de parágrafos, que, além do mais, nem sempre é fácil de determinar. Em nossa versão, portanto, não julgamos necessário respeitar rigorosamente o original em nenhum desses aspectos. Em compensação, mantivemo-nos invariavelmente fiéis ao método extremamente pessoal e muito pouco inglês com que Freud sublinha toda palavra, oração ou frase a que atribui suma importância. Para outro de seus expedientes para imprimir ênfase - o de escrever uma palavra ou oração em caracteres latinos, em vez de caracteres góticos - julgamos desnecessário acrescentar uma nota de rodapé. Na maioria desses casos, por sinal, nosso modo de proceder coincide com o observado nos *Anfänge*.

Mas o maior problema causado pelo manuscrito de Freud é o uso de abreviaturas. São dos mais variados gêneros. Atingem o máximo nas primeiras quatro páginas e meia - o trecho escrito a lápis no trem. Não que esteja redigido com menos nitidez do que o resto; pelo contrário. Mas não só as palavras isoladas se acham abreviadas, como acontece com freqüência em todo o manuscrito, como também as próprias frases estão escritas em estilo telegráfico: faltam artigos definidos e indefinidos e há orações que omitem o verbo principal. Eis, por exemplo, a tradução literal da primeira frase da obra: “Intenção de fornecer psic. natural-científica, i.e., representar processos psic. como quant. determinar estados de partículas matérias especificáveis, para assim tornar compreensível e livre de contradições.” Onde o sentido não admite dúvidas, a solução óbvia é preencher as lacunas, indicando entre colchetes unicamente as conclusões menos certas quanto ao sentido. Depois dessas primeiras quatro páginas e meia, opera-se uma mudança radical: a partir daí as abreviaturas ficam quase que inteiramente restritas a palavras isoladas.

Aqui, porém, cumpre observar novas distinções. (a) Em primeiro lugar, há, naturalmente, abreviaturas de uso universal: por exemplo, “*usw*” para “*und so weiter*” (“etc.”) e “*u*” para “*und*” (“e”). (b) Existem também outras, usadas sistematicamente por Freud em seu manuscrito, tais como ao abreviar sufixos em “*ung*” e em “*ungen*” para “*g*” e “*gen*”: “*Besetzg*” para “*Besetzung*” (“catexia”). (c) Depois vêm as abreviaturas de termos especiais usados com muita freqüência na obra ou em determinados trechos dela. Uma bem típica é “*Cschr*”, que substitui “*Contactschranke*” (“barreira de contacto”). Essa palavra, quando aparece pela primeira vez, está escrita por extenso, mas depois só surge em forma abreviada. O mesmo acontece com termos freqüentes como “*Qualz*”, que substitui “*Qualitätszeichen*” (“indicação de qualidade”). Em todos esses tipos de abreviatura não há, evidentemente, vantagem em aborrecer o leitor, reproduzindo-as na tradução: jamais ocorre a menor dúvida quanto ao que Freud quer dizer com elas. (d) Agora chegamos àquilo que se assemelha mais a símbolos do que a abreviaturas - os sinais alfabéticos de que Freud tanto gostava: por exemplo, “*N*” para “*Neuron*” (“neurônio”), “*W*” para “*Wahrnehmung*”

(“percepção”), “V” para “*Vorstellung*” (“idéia”). A estes pode-se ainda acrescentar “*Er*”, a abreviatura que ele tanto usou para “*Erinnerung*” (“memória”). Todas estas são usadas por Freud com grande freqüência, embora de vez em quando (e incoerentemente) escreva as palavras por extenso. Já que aqui, mais uma vez, não existem dúvidas quanto ao sentido, adotamos uniformemente a forma não abreviada. (e) Ainda resta, porém uma quinta categoria à qual isso não se aplica. As letras gregas *f*, *y* e *w* (*phi*, *psi* e *ômega*) são usadas por Freud neste trabalho como sinais estenográficos para noções bastante complexas, devidamente explicadas quando introduzidas; por conseguinte, ficaram inalteradas em nossa tradução.

Eis uma teoria plausível a respeito de *w* e de sua relação com *W*. Freud começara com dois “sistemas” de neurônios que, por motivos relativamente óbvios, chamou de *f* e *y*. Depois descobriu que precisava de um símbolo para um terceiro sistema de neurônios, relacionado com as percepções. Ora, por um lado, o mais apropriado seria outra letra grega - como as duas anteriores, tirada talvez do fim do alfabeto. Por outro lado, seria aconselhável que fizesse certa alusão à percepção. Como vimos, a maiúscula “*W*” substitui “*percepção*” (“*Wahrnehmung*”) e a letra grega *ômega* se parece muito com o “*w*” minúsculo. Por isso ele escolheu o “*w*” para o sistema perceptual. O chiste, ou pelo menos metade dele, desaparece em inglês, mas mesmo assim julgamos mais aconselhável manter o “*w*” do que adotar o “*pcpt*”, que é o nome dado ao sistema em todos os volumes subseqüentes da *Standard Edition*. A distinção entre “*W*” e “*w*” é praticamente inconfundível no manuscrito de Freud; contudo, o defeito mais grave dos *Anfänge* talvez seja o de não observá-la com a devida freqüência, às vezes com resultados desastrosos para o sentido.

O último de todos esses sinais alfabéticos é o *Q* e seu misterioso companheiro *Qh*. Ambos, indubitavelmente, simbolizam “quantidade”. Mas qual a razão dessa diferença? E, acima de tudo, por que o *eta* grego com o espírito brando? Não resta dúvida de que a diferença existe, embora Freud não a indique nem a explique em parte alguma. A certa altura (em [1]), começou a escrever “*Qh*” e depois riscou “*h*”, e em outro trecho (em [1]) fala de “uma quantidade composta de *Q* e *Qh*”.

Mas, na verdade, apenas uma página antes (em [1]), ele parece finalmente explicar a diferença. *Q*, ao que tudo indica, é a “quantidade externa” e *Qh*, a “quantidade psíquica” - embora a redação não deixe de ter sua dose de ambigüidade. Cumpre acrescentar que o próprio Freud às vezes se mostra incoerente no uso desses sinais e freqüentemente escreve a palavra “*Quantität*” por extenso ou ligeiramente abreviada. É óbvio que o leitor terá que encontrar sua própria solução para o enigma - nós nos limitamos a respeitar escrupulosamente o manuscrito, escrevendo “*Q*”, “*Qh*” ou “*quantidade*”.

De modo geral, realmente, como já ressaltamos, manteve-se a máxima fidelidade possível

ao original: onde divergimos em aspectos importantes e sempre que surgiram dúvidas sérias, o fato ficou registrado entre colchetes ou em nota de rodapé. É nesse sentido que divergimos fundamentalmente dos organizadores dos *Anfänge*, que fazem todas as suas modificações sem o menor tipo de advertência. Em vista disso, julgamos necessário, sempre que nossa versão diverge substancialmente do texto dos *Anfänge*, apresentar o original alemão em nota de rodapé. As imprecisões de menor gravidade, como, por exemplo, os freqüentes equívocos entre “Q” e “Qh”, ficaram sem comentário; mas, ainda assim, a necessidade de corrigir os inúmeros erros cometidos na versão publicada em alemão nos acarretou um excesso de notas de rodapé. Sem dúvida, muitos leitores ficarão irritados com isso, mas desse modo os que possuem edição alemã poderão compará-la de perto com o manuscrito original. Assim, as circunstâncias excepcionais talvez justifiquem nosso aparente pedantismo.

(3) *A Importância do Trabalho*

Terá valido a pena tomar medidas tão complicadas com o texto do *Projeto*? O próprio Freud, com toda a probabilidade, diria “não”. Depois de redigi-lo em duas ou três semanas, deixou-o inacabado, não lhe poupando críticas na época em que o escrevia. Mais tarde, parece tê-lo esquecido ou, pelo menos, nunca mais fez referência a ele. E quando, na velhice, veio a reencontrá-lo, procurou destruí-lo de todos os modos. Como pode, então, ter algum valor?

Há motivos para pensar que o autor passou a ter uma visão deturpada do trabalho, e seu valor pode ser definido de duas maneiras bem diversas.

Quem examinar os índices biográficos dos volumes posteriores da *Standard Edition* terá a surpresa de encontrar em cada um deles referências, não raro profusas, às cartas a Fliess e ao *Projeto*. E, como corolário, verificará, nas notas de rodapé das páginas que se seguem, muitas referências aos volumes posteriores da *Standard Edition*. Essa circunstância é expressão da admirável verdade de que o *Projeto*, apesar de ser manifestamente um documento neurológico, contém em si o núcleo de grande parte das teorias psicológicas que Freud desenvolveria mais tarde. Nesse sentido, sua descoberta não tem apenas interesse histórico; na verdade, esclarece, pela primeira vez, algumas hipóteses fundamentais mais obscuras de Freud. O auxílio que o *Projeto* dá à compreensão do sétimo capítulo teórico de *A Interpretação dos Sonhos* está comentado com certa minúcia na Introdução do Editor Inglês àquela obra (Edição *Standard* Brasileira, Vol. IV, [1], IMAGO Editora, 1972). Mas, na realidade, o *Projeto*, ou melhor, seu espírito invisível, paira sobre toda a série de obras técnicas de Freud até o fim.

O fato de haver muitos elos de ligação evidentes entre o *Projeto* e os conceitos posteriores de Freud não deve, porém, levar-nos a esquecer as diferenças básicas entre eles.

Em primeiro lugar, logo se evidenciará que, de fato, há pouquíssimas coisas nestas páginas que antecipam os procedimentos técnicos da psicanálise. A livre associação de idéias, a interpretação do material inconsciente e a transferência são apenas insinuadas. Só nos trechos sobre os sonhos é que há alguma antecipação dos desenvolvimentos clínicos posteriores. O material clínico está, de fato, em grande parte restrito à parte II, que trata da psicopatologia. As partes I e III se compõem, em geral, de princípios teóricos e *a priori*. Nesse sentido, manifesta-se um novo contraste. Enquanto a sexualidade tem grande proeminência na parte clínica, praticamente independente (parte II), nas partes teóricas (partes I e III) ela já desempenha um papel secundário. Na verdade, na época em que Freud redigia o *Projeto*, suas pesquisas clínicas das neuroses se concentravam principalmente na

sexualidade. Convém lembrar que, no mesmo dia (1º de janeiro de 1896) em que ele enviou a Fliess a extensa carta revisando certos princípios teóricos do *Projeto* (em [1], adiante), também lhe remeteu o “Conto de Fadas Natalino” (em [1]), que constitui um estudo preliminar para seu artigo sobre as neuropsicoses de defesa (1896b) e que enfocam os efeitos das experiências sexuais. Essa incômoda separação entre a importância clínica e teórica da sexualidade só viria a ser solucionada um ou dois anos depois pela auto-análise de Freud, que o levou ao reconhecimento da sexualidade infantil e à importância fundamental dos ímpetos pulsionais inconscientes.

Isso trás à baila outra grande diferença entre as teorias de Freud no *Projeto* e suas teorias posteriores. Aqui a ênfase está colocada exclusivamente no impacto do meio sobre o organismo e na reação do organismo ao meio. É verdade que, além dos estímulos externos, existem excitações endógenas, mas a natureza dessas excitações não é objeto de muitas considerações. As “pulsões” são apenas entidades indefinidas, que mal recebem um nome. O interesse pelas excitações endógenas se restringe, em geral, às operações “defensivas” e seus mecanismos. O mais curioso é que o que posteriormente constituiria o quase onipotente “princípio do prazer” seja aqui encarado unicamente como mecanismo de inibição. Efetivamente, mesmo em *A Interpretação dos Sonhos*, publicada quatro anos depois, ele ainda é sempre chamado de “princípio do desprazer”. As forças internas dificilmente representam mais do que reações secundárias às externas. O id, de fato, ainda estava por ser descoberto.

Levando isso em conta, podemos talvez chegar a um ponto de vista mais geral sobre a evolução das teorias de Freud. O que temos no *Projeto* é uma descrição pré-id - “defensiva” - da mente. Com o reconhecimento da sexualidade infantil e a análise das pulsões sexuais, o interesse de Freud se desviou da defesa e, durante cerca de vinte anos, concentrou-se extensamente no estudo do id. Só quando esse estudo lhe pareceu mais ou menos esgotado foi que ele voltou, na última fase de sua obra, a considerar a defesa. Já se assinalou muitas vezes que é no *Projeto* que se encontra uma antecipação do ego estrutural que surge em *O Ego e o Id*. Mas é natural que seja assim. Era fatal que houvesse semelhanças entre um quadro pré-id e um quadro pós-id dos processos psicológicos.

A reflexão sobre essas características do *Projeto* tende a sugerir outra possível fonte de interesse na obra - uma fonte distante da psicanálise e que não pode ser adequadamente abordada aqui. O método tentado por Freud há setenta anos para descrever os fenômenos mentais em termos fisiológicos pode muito bem parecer assemelhar-se com certos métodos modernos de tratar o mesmo problema. Hoje em dia, sugere-se que o sistema nervoso humano pode ser considerado, em seu modo de funcionamento, como parecido ou até mesmo idêntico a um computador eletrônico - ambos trabalham para receber, armazenar, processar

e fornecer informações. Já se assinalou, com bastante plausibilidade, que, nas complexidades dos eventos “neurônais” aqui descritos por Freud e nos princípios que os governam, podemos perceber mais do que uma ou duas alusões às hipóteses da teoria da informação e da cibernética em sua aplicação ao sistema nervoso. Para citar alguns exemplos dessa semelhança de abordagem, pode-se, em primeiro lugar, notar a insistência de Freud na necessidade primordial de prover a máquina de uma “memória”; por outro lado, há o seu sistema de “barreiras de contacto”, que permite à máquina fazer uma “escolha” adequada, com base na lembrança de acontecimentos anteriores, entre as linhas alternativas de reação ao estímulo externo; e, mais uma vez, há, na descrição feita por Freud do mecanismo de percepção, a introdução da noção fundamental de realimentação (*feed-back*) como modo de corrigir erros no próprio relacionamento da máquina com o meio.

Essas e outras semelhanças, caso confirmadas, constituíram sem dúvida novas provas da originalidade e fertilidade das idéias de Freud e, talvez, uma sedutora possibilidade de ver nele um precursor do behaviorismo de nossos dias. Ao mesmo tempo, existe o risco de que o entusiasmo possa causar uma distorção do uso dos termos por Freud e atribuir às suas observações, às vezes obscuras, interpretações modernas que elas não confirmam. E, afinal, não se deve esquecer de que o próprio Freud terminou por abandonar toda a estrutura neurológica. Não é difícil adivinhar o motivo. Pois ele descobriu que sua maquinaria neurônica não dispunha de meios para explicar o que, em *O Ego e o Id* (1923b), Edição *Standard Brasileira*, Vol. XIX, [1]), ele descreveu como sendo, “em última análise, nosso único fecho de luz nas trevas da psicologia profunda” - isto é, “a faculdade de estar consciente ou não”. Em sua última obra, o póstumo *Esboço de Psicanálise* (1940a [1938], Edição *Standard Brasileira*, Vol. XXIII, [1], IMAGO Editora, 1975), ele declara que o ponto de partida para investigar a estrutura do aparelho psíquico “é proporcionado por um fato sem paralelo, que desafia toda explicação ou descrição - o fato da consciência”, e acrescenta numa nota de rodapé: “Uma linha radical de pensamento, exemplificada pela doutrina americana do behaviorismo, acredita ser possível construir uma psicologia que considera esse fato fundamental!” Seria certamente despropositado tentar atribuir uma consideração semelhante ao próprio Freud. O *Projeto* deve continuar sendo o que é: uma obra inacabada, renegada por seu criador.

O editor teve o privilégio de comentar certas partes da tradução com o professor Merton M. Gill, da State University of New York, e de adotar uma série de suas preciosas sugestões. Não se deve, porém, supor que ele seja de nenhum modo responsável pelo texto ou comentários finais.

CHAVE DAS ABREVIATURAS USADAS NO PROJETO

Q = Quantidade (em geral, ou da ordem de magnitude no mundo externo) - Ver em [1]

Qh= Quantidade (da ordem de magnitude intercelular) - Ver em [1]

f= sistema de neurônios permeáveis

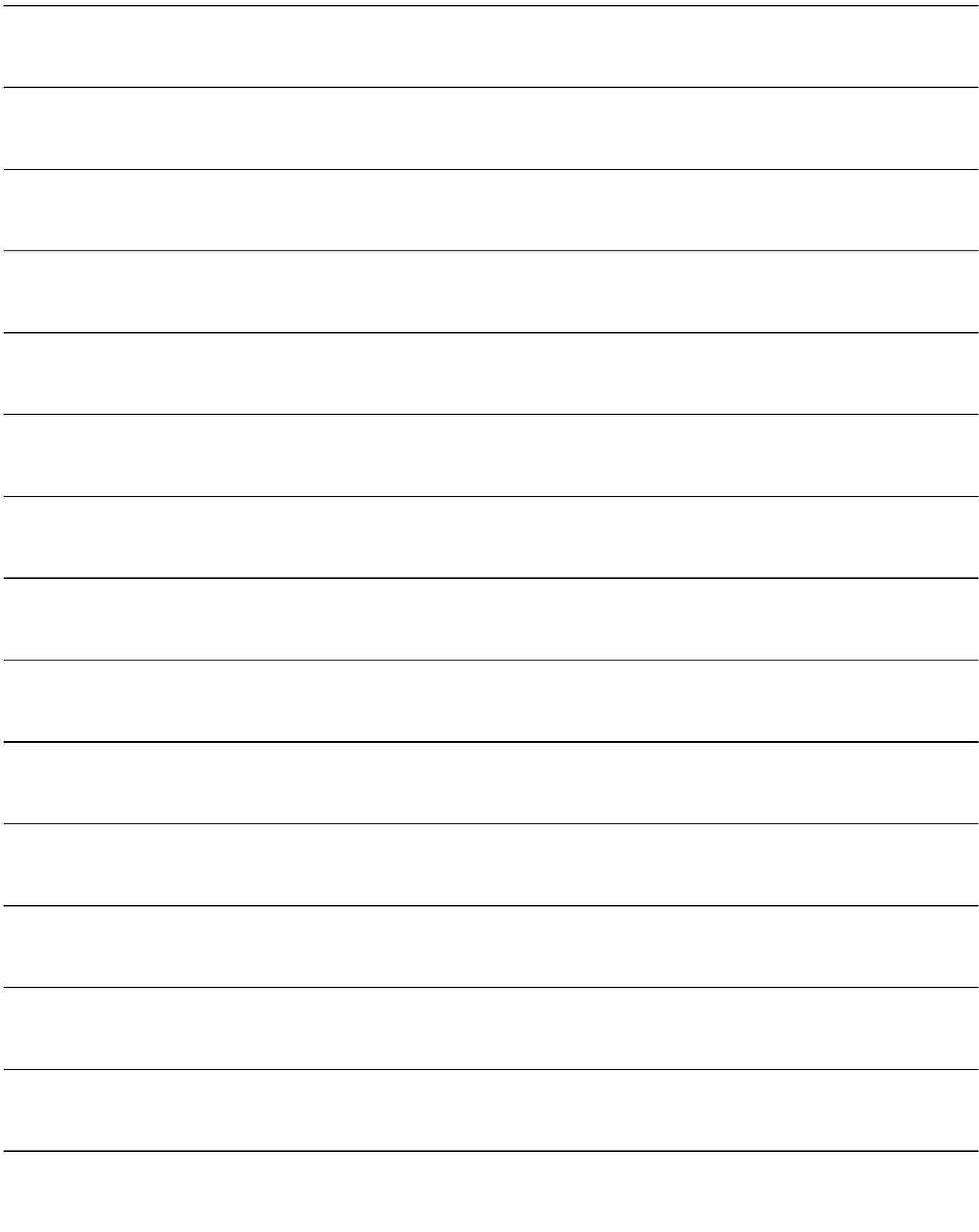
y = sistema de neurônios impermeáveis

w = sistema de neurônios perceptuais

W = percepção (*Wahrnehmung*)

V = idéia (*Vorstellung*)

M = imagem motora



[PARTE I]

ESQUEMA GERAL

Introdução

A intenção é prover uma psicologia que seja ciência natural: isto é, representar os processos psíquicos como estados quantitativamente determinados de partículas materiais especificáveis, tornando assim esses processos claros e livres de contradição. Duas são as idéias principais envolvidas: [1] A que distingue a atividade do repouso deve ser considerada como Q, sujeita às leis gerais do movimento. (2) Os neurônios devem se encarados como as partículas materiais.

N e Q - Hoje em dia as experiências desse tipo são freqüentes.

[1] (A) PRIMEIRO TEOREMA PRINCIPAL: A CONCEPÇÃO QUANTITATIVA

Deriva diretamente das observações clínicas patológicas, especialmente no que diz respeito a idéias excessivamente intensas - na histeria e nas obsessões, nas quais, como veremos, a característica quantitativa emerge com mais clareza do que seria normal. Processos, como estímulos, substituição, conversão e descarga que tiveram de ser ali descritos [em conexão com esses distúrbios], sugeriram diretamente a concepção da excitação neuronal como uma quantidade em estado de fluxo. Parecia lícito tentar generalizar o que ali se comprovou. Partindo dessa consideração, pôde-se estabelecer um princípio básico da atividade neuronal em relação a Q, que prometia ser extremamente elucidativo, visto que parecia abranger toda a função. Esse é o princípio de inércia neuronal: os neurônios tendem a se livrar de Q. A estrutura e o desenvolvimento, bem como as funções [dos neurônios], devem ser compreendidos com base nisso.

Em primeiro lugar, o princípio da inércia explica a dicotomia estrutural [dos neurônios] em motores e sensoriais, como um dispositivo destinado a neutralizar a recepção de Q, através de sua descarga. O movimento reflexo torna-se compreensível agora como uma forma estabelecida de efetuar essa descarga: a origem da ação fornece o motivo para o movimento reflexo. Se retrocedermos ainda mais, poderemos, em primeira instância, vincular o sistema nervoso, como herdeiro da irritabilidade geral do protoplasma, com a superfície externa irritável [de um organismo], que é interrompida por extensões consideráveis de superfície não-irritável. Um sistema nervoso primário se vale dessa Q, assim adquirida, para descarregá-la nos mecanismos musculares através das vias correspondentes, e desse modo se mantém livre do estímulo. Essa descarga representa a função primária do sistema nervoso. Aqui existe espaço para o desenvolvimento de uma função secundária. Pois, entre as vias de descarga, são preferidas e conservadas aquelas que envolvem a cessação do estímulo: fuga do estímulo. Em geral, aqui se verifica uma proporção entre a Q de excitação e o esforço requerido para a fuga do estímulo, de modo que o princípio da inércia não seja abalado por isso.

Desde o início, porém, o princípio da inércia é rompido por outra circunstância. À proporção que [aumenta] a complexidade interior [do organismo], o sistema nervoso recebe estímulos do próprio elemento somático - os estímulos endógenos - que também têm que ser descarregados. Esses estímulos se originam nas

células do corpo e criam as grandes necessidades: como, respiração, sexualidade. Deles, ao contrário do que faz com os estímulos externos, o organismo não pode esquivar-se; não pode empregar a Q deles para a fuga do estímulo. Eles cessam apenas mediante certas condições, que devem ser realizadas no mundo externo. (Cf., por exemplo, a necessidade de nutrição.) Para efetuar essa ação (que merece ser qualificada de "específica"), requer-se um esforço que seja independente da Q endógena e, em geral, maior, já que o indivíduo se acha sujeito a condições que podem ser descritas como as exigências da vida. Em conseqüência, o sistema nervoso é obrigado a abandonar sua tendência original à inércia (isto é, a reduzir o nível [da Q a zero]). Precisa tolerar [a manutenção de] um acúmulo de Q suficiente para satisfazer as exigências de uma ação específica. Mesmo assim, a maneira como realiza isso demonstra que a mesma tendência persiste, modificada pelo empenho de ao menos manter a Q no mais baixo nível possível e de se resguardar contra qualquer aumento da mesma - ou seja, mantê-la constante. Todas as funções do sistema nervoso podem ser compreendidas sob o aspecto das funções primária ou secundária impostas pelas exigências da vida.

[2] (B) SEGUNDO TEOREMA PRINCIPAL: A TEORIA DO NEURÔNIO

A idéia de combinar esse teoria da Q com o conhecimento dos neurônios, estabelecido pela histologia contemporânea, constitui o segundo pilar desta tese. A essência dessas novas descobertas é que o sistema nervoso se compõe de neurônios distintos e construídos de forma similar, que estão em contacto recíproco por meio de uma substância estranha, que terminam uns sobre os outros como fazem sobre porções de tecido estranho, [e] nos quais se acham estabelecidas determinadas vias de condução, no sentido de que eles [os neurônios] recebem [excitações] através dos processos celulares [dendritos] e [deles se descarregam] através de um cilindro axial [axônio]. Além disso, possuem inúmeras ramificações de vários calibres.

Se combinarmos essa descrição dos neurônios com a concepção da teoria da Q, chegaremos à noção de um neurônio catexizado, cheio de determinada Q, ao passo que, em outras circunstâncias, ele pode estar vazio. O princípio da inércia [em [1]] encontra expressão na hipótese de uma corrente que parte das vias de condução ou processos celulares [dendritos] em direção ao cilindro axial. Cada

neurônio isolado é, assim, um modelo de todo o sistema nervoso, com sua dicotomia de estrutura, sendo o cilindro axial o órgão de descarga. A função secundária [do sistema nervoso], porém, que requer a acumulação da Q [em [1]], torna-se possível ao se admitir que existam resistências opostas à descarga; e a estrutura dos neurônios torna provável a localização de todas as resistências nos contactos [entre os neurônios], que desse modo funcionariam como barreiras. A hipótese de barreiras de contacto é frutífera em vários sentidos. [1]

[3] AS BARREIRAS DO CONTACTO

A primeira justificativa para essa hipótese resulta da consideração de que a via de condução passa, a essa altura, através do protoplasma indiferenciado, e não (como se dá afora isso, dentro do neurônio) através do protoplasma diferenciado, que provavelmente se adapta melhor à condução. Isso faz sugerir que a capacidade de condução esteja ligada à diferenciação, de modo que se pode esperar que o próprio processo de condução criará uma diferenciação no protoplasma e, com isso, uma melhor capacidade condutora para a condução subsequente.

Além disso, a teoria das barreiras de contacto pode resultar nas seguintes vantagens. Uma das principais características do tecido nervoso é a memória; isto é, em termos muito gerais, a capacidade de ser permanentemente alterado por simples ocorrências - característica que contrasta tão flagrantemente com o modo de ação de uma matéria que permita a passagem de um movimento ondulatório, para logo voltar a seu estado primitivo. Uma teoria psicológica digna de consideração precisa fornecer uma explicação para a "memória". Ora, qualquer explicação dessa espécie se depara com a dificuldade de admitir, por um lado, que, depois de cessar a excitação, os neurônios fiquem permanentemente

modificados em relação a seu estado anterior, ao passo que, por outro lado, não se pode negar que as novas excitações, em geral, encontrem as mesmas condições de recepção que encontraram as excitações precedentes. Desse modo, parece que os neurônios teriam que ser ao mesmo tempo, indiferenciadamente, influenciados e inalterados. Não se pode imaginar, de improviso, um aparelho capaz de funcionamento tão complicado; a solução, portanto, consiste em atribuir a uma classe de neurônios a característica de ser permanentemente influenciada pela excitação, ao passo que a imutabilidade - a característica de estar livre para excitações inéditas - corresponderia a outra classe. Daí surgir a atual distinção entre "células perceptuais" e "células mnêmicas" - distinção, porém, que não se aplica a nenhum outro contexto, e nada pode recorrer a seu favor.

A teoria das barreiras de contacto, se adota essa solução, pode ser expressa nos termos que se seguem. Há duas classes de neurônios: [1] os que deixam passar a Q como se não tivessem barreiras de contacto e que, da mesma forma, depois de cada passagem de excitação permanecem no mesmo estado anterior, e (2) aqueles cujas barreiras de contacto se fazem sentir, de modo que só permitem a passagem da Q com dificuldade ou parcialmente. Os dessa última classe podem, depois de cada excitação, ficar num estado diferente do anterior, fornecendo assim uma possibilidade de representar a memória.

Assim, existem neurônios permeáveis (que não oferecem resistência e nada retêm), destinados à percepção, e impermeáveis (dotados de resistência e retentivos de Q), que são portadores da memória e, com isso, provavelmente também dos processos psíquicos em geral. Daqui por diante chamarei ao primeiro sistema de neurônios de e, ao segundo, de .

Seria conveniente agora esclarecer quais as suposições acerca dos neurônios que são imprescindíveis para abranger as características mais gerais da memória. O argumento é o seguinte. Esses neurônios ficam permanentemente alterados pela passagem de uma excitação. Se introduzirmos a teoria das barreiras de contacto: as barreiras de contacto deles ficam em estado permanentemente alterado. E como o conhecimento psico[lógico] demonstra a existência de algo assim como um re-aprender baseado na memória, essa alteração deve consistir em tornar as barreiras de contacto mais capazes de condução, menos impermeáveis e, assim, mais semelhantes às do sistema . Descreveremos esse estado das barreiras de contacto como grau de facilitação [Bahnung]. Pode-se então dizer: a memória está representada pelas facilitações existentes entre os neurônios .

Suponhamos que todas as barreiras de contacto estejam igualmente facilitadas ou (o que vem a dar no mesmo) ofereçam resistência idêntica; nesse caso, evidentemente, as características da memória não emergiriam. Pois, em relação à passagem da excitação, a memória é evidentemente uma das forças determinantes e orientadoras de sua direção, e, se a facilitação fosse idêntica em todos os sentidos, não seria possível explicar por que motivo uma via teria preferência sobre outra. Por isso, pode-se dizer de maneira ainda mais correta que a memória está representada pelas diferenças nas facilitações entre os neurônios .

De que depende, então a facilitação nos neurônios ? Segundo o conhecimento psico[lógico], a memória de uma experiência (isto é, sua força eficaz contínua) depende de um fator que se pode chamar de magnitude da impressão e da frequência com que a mesma impressão se repete. Traduzido em teoria: a facilitação depende da Q que passa pelo neurônio no processo excitativo) e do número de vezes em que esse processo se repete. Daí se vê, portanto, que Q é o fator operativo e que a quantidade mais a facilitação que resultam de Q são ao mesmo tempo algo capaz de substituir Q .

Somos, aqui, quase involuntariamente obrigados a recordar que a tendência do sistema nervoso, mantida durante cada modificação, é a de evitar que ele fique carregado de Q ou a de reduzir a carga ao mínimo possível. Sob a pressão das exigências da vida, o sistema nervoso se viu forçado a guardar uma reserva de Q [em [1]]. Para esse fim, teve de aumentar o número de seus neurônios, que precisaram ser impermeáveis. Agora evita, pelo menos em parte, ficar cheio de Q (catexia), recorrendo a facilitações. Verifica-se, pois, que as facilitações servem à função primária. [do sistema nervoso].

A necessidade de encontrar um lugar para a memória requer algo um pouco à parte da teoria das barreiras de contacto. É preciso que a cada neurônio correspondam, em geral, diversas vias de conexão com outros neurônios - isto é, de várias barreiras de contacto. Disso depende, com efeito, a possibilidade da escolha determinada pela facilitação [em [1]]. Isto posto, torna-se bastante evidente que o estado de facilitação de cada barreira de contacto deve ser independente do de todas as demais barreiras do mesmo neurônio , do contrário não haveria de novo nenhuma preferência, ou seja, nenhuma motivação. Daí pode-se tirar uma conclusão negativa a respeito da natureza do estado "facilitado". Se imaginarmos um neurônio cheio de Q - isto é, catexizado - só poderemos supor que essa Q [sic] esteja distribuída uniformemente por todas as regiões do neurônio e, portanto, também por todas as suas barreiras de contacto.

Por outro lado, não há dificuldade em imaginar que, no caso de Q em estado fluente, seja tomada apenas uma via particular através do neurônio; de modo que somente uma de suas barreiras de contacto fique sujeita à ação da Q fluente e depois conserve a facilitação que esta lhe proporciona. Por conseguinte, a facilitação não pode basear-se numa catexia que permaneça retida, pois isso não produziria as diferenças de facilitação nas barreiras de contacto de um mesmo neurônio.

Resta observar em que consiste, além disso, a facilitação. Uma primeira idéia poderia ser: na absorção da Q pelas barreiras de contacto. Será, talvez, esclarecido mais tarde. [Cf. em. [1]] A Q que deixou para trás a facilitação é, sem dúvida, descarregada - precisamente em consequência da facilitação, que, com efeito, aumenta a permeabilidade. Além disso, não é imprescindível o caso em que a facilitação que persiste depois de uma passagem de Q seja maior, como deveria ser durante a passagem. [Ver em [1].] É possível que apenas subsista uma fração dela como facilitação permanente. Da mesma forma, por enquanto ainda é impossível determinar se uma única passagem de Q:3 é equivalente a três passagens de uma Q. Tudo isso terá que ser levado em consideração à luz das aplicações posteriores da teoria aos fatos psíquicos.

[4] O PONTO DE VISTA BIOLÓGICO

A hipótese de haver dois sistemas de neurônios, e , o primeiro formado por elementos permeáveis e o segundo por impermeáveis, parece fornecer a explicação para uma das peculiaridades do sistema nervoso- a de reter e, ainda assim, permanecer capaz de receber [em [1]]. Toda aquisição psíquica, neste caso, consistiria na organização do sistema por suspensões parcial e localmente determinadas da resistência nas barreiras de contacto, que diferencia de . Com o progresso dessa organização, a capacidade do sistema nervoso para novas recepções chegaria, literalmente, a uma barreira.

Contudo, quem se dedica à construção de hipóteses científicas só pode começar a levar suas teorias a sério se elas se adaptam em mais de uma direção ao nosso conhecimento, e se a arbitrariedade de uma constrictio ad hoc pode ser mitigada em relação a elas. Contra nossa hipótese das barreiras de contacto, poder-se-ia objetar que ela pressupõe duas classes de neurônios, uma diferença fundamental

em suas condições de funcionamento, embora, por ora, não exista outra base de diferenciação. Seja como for, do ponto de vista morfológico (isto é, histopatológico), nada se conhece que corrobore a distinção.

Onde situar, então, essa divisão em duas classes? Se possível, no desenvolvimento biológico do sistema nervoso, que, como tudo mais, no entender dos cientistas naturais, é algo que se formou gradativamente. Gostaríamos de saber se as duas classes de neurônios podem ter tido significação biológica diferente e, nesse caso, graças a que mecanismo teriam desenvolvido características tão diversas como a permeabilidade e a impermeabilidade. O mais satisfatório, naturalmente, seria que o próprio mecanismo que estamos procurando surgisse da função biológica primitiva desempenhada [pelas duas classes]; nesse caso, teríamos uma só resposta para as duas perguntas.

Lembremos, portanto, que desde o início o sistema nervoso teve duas funções: a recepção do estímulo vindo de fora e a descarga de excitações de origem endógena [em [1]]. A rigor, foi desta última obrigação que, devido às exigências da vida, fez surgir a necessidade de um desenvolvimento biológico posterior [em [1]]. Poder-se-ia supor, então, que nossos sistemas de e tenham realmente sido os que assumiriam, cada qual, uma dessas obrigações primárias. O sistema seria o grupo de neurônios atingido pelos estímulos externos, enquanto o sistema conteria os neurônios que recebem as excitações endógenas. Em tal caso não teríamos inventado as duas [classes], e , e sim descoberto o que já existia. Ainda falta identificá-las com algo que já conhecemos. De fato, a anatomia nos ensina que existe um sistema de neurônios (a massa cinzenta da medula espinhal) que é o único a estar em contacto com o mundo externo, e um sistema superposto (a massa cinzenta do cérebro) que não tem ligações periféricas, mas ao qual estão relacionados o desenvolvimento do sistema nervoso e as funções psíquicas. O cérebro primitivo se enquadra bastante bem na nossa caracterização do sistema , caso possamos admitir que o cérebro tem vias de conexão diretas e independentes de com o interior do corpo. Ora, os anatomistas desconhecem a origem e o significado biológico original do cérebro primitivo; segundo a nossa teoria, tratar-se-ia, em termos simples, de um gânglio simpático. Eis aqui a primeira possibilidade de verificar nossa teoria com o material fatural.

Provisoriamente, consideraremos o sistema como identificado com a massa cinzenta do cérebro. Agora se compreende facilmente, partindo de nossos comentários biológicos iniciais [em [1]], que é justamente que deve estar sujeito

a um desenvolvimento posterior pela multiplicação de seus neurônios e pela acumulação de Q. E agora se compreende como é conveniente que se constitua de neurônios impermeáveis, pois, do contrário, ele não poderia atender os requisitos da ação específica [em [1]]. Mas como foi que adquiriu a característica de impermeabilidade? Afinal de contas, também tem barreiras de contacto; se elas não desempenham função alguma, por que as de haveriam de desempenhá-las? Atribuir que exista uma diferença fundamental entre a valência das barreiras de contacto de e as de teria, mais uma vez, um lamentável toque de arbitrariedade [cf. pág. [1]], embora fosse possível seguir uma linha de pensamento darwiniano e apelar para o fato de que os neurônios impermeáveis são imprescindíveis e, por conseguinte, têm que subsistir.

Há outra solução que parece mais frutífera e mais modesta. Convém recordar que as barreiras de contacto dos neurônios, no fim, também ficam sujeitas à facilitação e que é Q que as facilita [em [1]]. Quanto maior for Q na passagem das excitações, tanto maior será a facilitação: isso implica, porém, que tanto maior será a aproximação das características nos neurônios [em [1]]. Atribuamos, pois, as diferenças não aos neurônios, mas às quantidades com que eles têm de lidar. Deve-se então supor que pelos neurônios passam quantidades contra as quais a resistência das barreiras de contacto é praticamente nula, ao passo que aos neurônios só chegam quantidades da mesma ordem de magnitude que essa resistência. Nesse caso, um neurônio se tornaria impermeável e um neurônio, permeável - se pudéssemos trocar sua localização e suas conexões; eles, porém, conservam as suas características, pois o neurônio está ligado apenas à periferia, e o, apenas à parte inferior do corpo. A diferença na essência de ambos é substituída por uma diferença na ambiência a que estão destinados.

Agora, entretanto, teremos que examinar o nosso pressuposto de que as quantidades de estímulo que chegam aos neurônios, procedendo da periferia externa, são de ordem superior às que chegam da periferia interna do corpo. Existem, de fato, muitos argumentos a favor desse pressuposto.

Em primeiro lugar, não resta dúvida de que o mundo externo constitui a fonte de todas as grandes quantidades de energia, pois, segundo as descobertas da física, ele consiste em poderosas massas que estão em movimento violento e que esse movimento é transmitido pelas ditas massas. O sistema, orientado para esse mundo externo, terá a missão de descarregar com a maior rapidez possível as Qs que penetram nos neurônios, mas, de qualquer maneira, ficará exposto aos efeitos das Qs maiores.

Para melhor conhecimento nosso, o sistema está fora de contacto com o mundo

externo; recebe apenas Q , por um lado, dos próprios neurônios e, por outro, dos elementos celulares no interior do corpo, tratando-se agora de determinar a probabilidade de que essas quantidades de estímulo sejam de ordem de magnitude comparativamente baixa. À primeira vista, talvez pareça perturbador que devamos atribuir aos neurônios duas fontes de estímulo tão diversas como e as células do interior do corpo; mas é justamente aqui que recebemos o apoio decisivo da recente histologia do sistema nervoso. Isso mostra que a terminação de um neurônio e a conexão entre os neurônios são constituídas da mesma forma e que os neurônios terminam uns nos outros do mesmo modo que os elementos somáticos [cf. em [1]]; provavelmente, o caráter funcional de ambos os processos também é do mesmo tipo. É provável que as extremidades nervosas e no caso da condução intercelular sejam manejadas quantidades semelhantes. Também se pode esperar que os estímulos endógenos pertençam a essa mesma ordem de magnitude intercelular. A propósito, eis aqui a segunda oportunidade para verificar nossa teoria [pág. [1]].

[5] O PROBLEMA DA QUANTIDADE

Nada sei a respeito da magnitude absoluta dos estímulos intercelulares; mas me aventurarei a admitir que eles sejam de uma ordem de magnitude relativamente pequena e idêntica à das resistências das barreiras de contacto. Se for assim, isso é facilmente compreensível. Esse pressuposto resguardaria a identidade essencial entre os neurônios e , e explicaria biológica e mecanicamente sua diferença no que tange à permeabilidade.

Aqui há falta de prova; mais interessante são certas perspectivas e concepções que surgem desse pressuposto. Em primeiro lugar, se tivermos formado uma impressão correta da magnitude das Q s no mundo externo, perguntar-nos-emos se, afinal de contas, a tendência original do sistema nervoso de manter a Q [no nível] zero [em [1] e [2]] se satisfaz com a descarga rápida - se ela já não atua durante a recepção dos estímulos. Verificamos, com efeito, que os neurônios não terminam livremente na periferia [isto é, sem proteções], mas em estruturas celulares que recebem o estímulo exógeno em seu lugar. Esses "aparelhos nervosos terminais", [usando o termo] no sentido mais amplo, bem poderiam ter a finalidade de não permitir que as Q s exógenas incidissem com o máximo de

intensidade sobre , mas sim a de atenuá-las. Exerceriam, então, a função de telas de Q, que só deixariam passar frações de Qs exógenas.

Isso confirmaria o fato de que o outro tipo de terminações nervosas, as livres, sem órgãos terminais, seja muito mais comum na periferia interna do corpo. Ali, as telas de Q não parecem ser necessárias, provavelmente porque as Qs que têm de ser recebidas ali não precisam ser reduzidas antes ao nível intercelular, por já se encontrarem nele desde o início.

Uma vez que é possível calcular as Qs recebidas pelas terminações dos neurônios , isso talvez nos forneça um meio de formar alguma idéia das magnitudes que passam entre os neurônios , que, como sabemos, são do mesmo tipo de resistência que as barreiras de contacto [em [1]].

Aqui, além disso, vislumbra-se uma tendência que bem poderia reger a construção do sistema nervoso a partir de diversos sistemas: uma tendência cada vez maior a manter a Q afastada dos neurônios. Desse modo, a estrutura do sistema nervoso serviria à finalidade de afastar a Q dos neurônios e sua função seria a de descarregá-la.

[6] A DOR

Todos os dispositivos de natureza biológica têm limite de eficiência e falham quando um limite é ultrapassado. Essa falha se manifesta em fenômenos quase patológicos - que poderiam ser descritos como protótipos normais do patológico. Já vimos que o sistema nervoso está constituído de tal maneira que as grandes Qs externas ficam afastadas de e mais ainda de : [pelas] telas de terminação nervosa, [e pela] conexão meramente indireta entre e o mundo externo. Existe algum fenômeno que possa ser interpretado como o equivalente da falha desses dispositivos? A meu ver, existe: a dor.

Tudo o que sabemos a respeito da dor se enquadra nisso. O sistema nervoso tem a mais decidida propensão a fugir da dor. Vemos nisso uma manifestação da tendência primária contra o aumento da tensão Q e inferimos que a dor consiste

na irrupção de grandes Qs em . As duas tendências ficam, nesse caso, reduzidas a uma só. A dor aciona tanto o sistema como o , não há nenhum obstáculo à sua condução, e ela é o mais imperativo de todos os processos. Os neurônios parecem, pois, permeáveis a ela; portanto, a dor consiste na ação de Qs de ordem comparativamente elevada.

As causas precipitadoras da dor são, por um lado, o aumento de quantidade: toda excitação sensorial, mesmo a dos órgãos superiores dos sentidos, tende a se transformar em dor à medida que o estímulo aumenta. Isso deve ser interpretado, sem hesitação, como uma falha [do dispositivo]. Por outro lado, a dor se manifesta quando a quantidade externa é pequena, e, nesses casos, aparece sempre vinculada a uma interrupção da continuidade: isto é, uma Q externa que atua diretamente sobre as terminações dos neurônios , e não através dos aparelhos de terminações nervosas, produz a dor. A dor fica assim caracterizada como uma irrupção de Qs excessivamente [de magnitude] ainda maior que a dos estímulos .

É fácil compreender o fato de que a dor passa por todas as vias de descarga. Com base em nossa teoria de que Q produz facilitação [em [1]], a dor sem dúvida deixa facilitações permanentes atrás de si em - como se tivesse sido atingida por um raio -, facilitações estas que possivelmente derrubam por completo a resistência das barreiras de contacto e ali estabelecem uma via de comunicação como as que existem em .

[7] O PROBLEMA DA QUALIDADE

Até aqui nada se disse sobre o fato de que toda teoria psicológica, independentemente do que se realiza do ponto de vista da ciência natural, precisa satisfazer mais um requisito fundamental. Ela tem de nos explicar tudo o que já conhecemos, da maneira mais enigmática, através de nossa "consciência"; e, uma vez que essa consciência nada sabe do que até agora vimos pressupondo - quantidades e neurônios -, também terá de nos explicar essa falta de conhecimento.

Imediatamente passamos a compreender um postulado que nos tem orientado

até aqui. Estivemos tratando os processos psíquicos como algo que pode prescindir dessa percepção da consciência, como algo que existe independentemente dela. Estamos preparados para constatar que alguns de nossos pressupostos não são confirmados pela consciência. Se não nos deixarmos confundir por causa disso, verificaremos, a partir do postulado de que a consciência não nos fornece conhecimentos completos nem fidedignos sobre os processos neuronais, que estes devem ser considerados em sua totalidade, antes de mais nada, como inconscientes, e que devem ser inferidos como os demais fenômenos naturais.

Nesse caso, porém, é preciso encontrar um lugar para conteúdo da consciência em nossos processos quantitativos. A consciência nos dá o que se convencionou chamar de qualidades - sensações que são diferentes numa ampla gama de variedades e cuja diferença se discerne conforme suas relações com o mundo externo. Nessa diferença existem séries, semelhanças etc., mas, na realidade, ela não contém nada de quantitativo. Pode-se perguntar como se originam as qualidades e onde. Trata-se de perguntas que exigem um exame extremamente atento e que aqui só pode ser abordado superficialmente.

Onde se originam as qualidades? Não no mundo externo. Pois lá, segundo o parecer da nossa ciência natural, à qual também devemos submeter a psicologia aqui [no Projeto], só existem massas em movimento e nada mais. Quem sabe não se originam no sistema? Isso estaria de acordo com o fato de as qualidades estarem vinculadas à percepção, mas entra em contradição com tudo o que, com justa razão, fala em favor da localização da consciência nos níveis mais altos do sistema nervoso. Quem sabe, então, no sistema? Contra essa hipótese, porém, há uma forte objeção. Os sistemas e atuam conjuntamente na percepção; mas existe um processo psíquico que é sem dúvida efetuado exclusivamente em - a reprodução ou recordação -, e este é, falando em termos gerais, desprovido de qualidade. De norma [normalmente], a recordação não produz nada que possua o caráter peculiar da qualidade perceptual. Assim reunimos ânimo suficiente para presumir que haja um terceiro sistema de neurônios - , talvez [pudéssemos chamá-lo] - que é excitado junto com a percepção, mas não com a reprodução, e cujos estados de excitação produzem as diversas qualidades - ou seja, são sensações conscientes.

Se nos ativermos com firmeza ao fato de que nossa consciência fornece apenas qualidades, ao passo que a ciência reconhece apenas quantidades, emerge, como que por regra de três, uma caracterização dos neurônios . Porque, enquanto a

ciência se impôs a tarefa de reduzir todas as quantidades de nossas sensações a quantidades externas, é esperado, para a estrutura do sistema nervoso, que ela se constitua de instrumentos destinados a converter a quantidade externa em qualidade; e aqui triunfaria mais uma vez a tendência original a afastar a quantidade [em [1]]. Os dispositivos das terminações nervosas constituiriam uma tela destinada a permitir que apenas algumas frações de quantidade externa agissem sobre □□ ao passo que □□ ao mesmo tempo, efetuar a descarga bruta da quantidade. O sistema□□ já estava protegido contra as qualidades de ordem maior e só diria respeito às magnitudes intercelulares. Indo ainda mais longe, pode-se presumir que o sistema□□□ seja movido por quantidades ainda mais reduzidas. Ao que parece, a característica da qualidade (ou seja, sensação consciente) só se manifesta quando as quantidades são tão excluídas quanto possível. Não se pode eliminá-las por completo, pois os neurônios□□□ também devem ser concebidos como catexizados com Q e se esforçando para conseguir a descarga. [1]

A esta altura, porém, deparamo-nos com uma dificuldade aparentemente intrasponível. Já vimos [em [1]-[2]] que a permeabilidade depende do efeito da Q e que os neurônios já são impermeáveis. Com uma Q ainda mais reduzida, os neurônios teriam que ser ainda mais impermeáveis. Mas essa é uma característica que não podemos atribuir aos veículos da consciência. A mutabilidade de seu conteúdo, a transitoriedade da consciência, a fácil combinação de qualidades simultaneamente percebidas - tudo isso só é compatível com uma completa permeabilidade dos neurônios, junto com uma total restitutio in integrum [restauração do estado anterior deles]. Os neurônios se comportam como órgãos de percepção e neles não encontramos nenhum lugar para a memória [em [1]]. A permeabilidade arremata a facilitação, que não provém da quantidade. De onde mais [pode ela provir]?

Só vejo uma saída para essa dificuldade: uma revisão de nossa hipótese fundamental sobre a passagem de Q. Até o momento, só a considere como uma transferência de Q de um neurônio para outro. Mas ela deve ter mais outra característica, de natureza temporal; pois a mecânica dos físicos também atribuiu essa característica temporal aos outros movimentos de massas no mundo externo. Para abreviar, designarei essa característica como o período. Assim, presumirei que toda a resistência das barreiras de contacto se aplica somente à transferência de Q, mas que o período do movimento neuronal é transmitido a todas as direções sem inibição, como se fosse um processo de indução.

Aqui, muito resta a ser feito no sentido do esclarecimento físico, pois as leis

gerais do movimento também devem ser aplicadas aqui sem contradições. A hipótese, porém, vai mais longe [e presume] que os neurônios□□□sejam incapazes de receber Q, mas que, em compensação, se apropriem do período de excitação, e que nesse estado de serem afetados por um período enquanto são enchidas de um mínimo de Q constitui a base fundamental da consciência. É claro que os neurônios□□ também possuem o seu período; mas ele é desprovido de qualidade ou, mais corretamente, monótono. Os desvios desse período psíquico que lhes é específico chegam à consciência como qualidades.

De onde emanam essas diferenças de período? Tudo indica os órgãos dos sentidos, cujas qualidades parecem estar representadas precisamente por períodos diferentes do movimento neuronal. Os órgãos dos sentidos não só funcionam como telas de Q, a exemplo de todos os dispositivos de terminações nervosas, mas também como peneiras; pois só deixam passar estímulos provenientes de certos processos de um período particular. É provável que eles então transfiram essa diferença a , por comunicar ao movimento neuronal períodos que diferem de algum modo análogo (energia específica); e são essas modificações que passam através de , via , até , e aí, onde estão quase desprovidos de quantidades, geram sensações conscientes de qualidades. Essa transmissão da qualidade não é duradoura; não deixa rastro e não pode ser reproduzida. [1]

[8] A CONSCIÊNCIA

Só mediante essas hipóteses tão complicadas e pouco óbvias é que pude até agora introduzir os fenômenos da consciência na estrutura da psicologia quantitativa. Naturalmente, não se pode tentar explicar como é que os processos excitatórios dos neurônios levam à consciência. É apenas uma questão de estabelecer uma coincidência entre as características da consciência que conhecemos e os processos nos neurônios□□□que variam paralelamente a elas. E isso é bem possível, um tanto detalhadamente.

Uma observação quanto à relação dessa teoria da consciência com as demais. Segundo uma avançada teoria mecanicista, a consciência é um mero apêndice aos processos fisiológico-psíquicos e sua omissão não acarretaria alteração na

passagem psíquica [dos acontecimentos]. De acordo com outra teoria, a consciência é o lado subjetivo de todos os eventos psíquicos, e é assim inseparável do processo mental fisiológico. A teoria aqui elaborada situa-se entre essas duas. A consciência é aqui o lado subjetivo de uma parte dos processos físicos do sistema nervoso, isto é, dos processos ; e a omissão da consciência não deixa os eventos psíquicos inalterados, mas acarreta a falta da contribuição de .

Se representarmos a consciência por neurônios □□ várias conseqüências surgirão. Esses neurônios precisam ter uma descarga, por mínima que seja, e deve uma maneira de encher os neurônios□□□com Q na pequena cota requerida. A descarga, como todas as outras, se efetua na direção da motilidade; e aqui convém notar que a transformação em movimento acarreta a perda de qualquer característica qualitativa, de qualquer peculiaridade do período. O preenchimento dos neurônios□□□com Q pode, sem dúvida, provir somente de , uma vez que não queremos admitir nenhum vínculo direto entre esse terceiro sistema e . Não é possível sugerir qual terá sido o valor biológico dos neurônios .

Até agora, porém, limitamo-nos a descrever o conteúdo da consciência de maneira incompleta. Além da série de qualidades sensoriais, ela exhibe outra muito diferente daquela - a série de sensações de prazer e desprazer, que agora clama por uma interpretação. Já que temos um certo conhecimento de uma tendência da vida psíquica a evitar o desprazer, ficamos tentados a identificá-la com a tendência primária à inércia. Nesse caso, o desprazer teria que ser encarado como coincidente com um aumento do nível de Q ou com um aumento da pressão quantitativa: equivaleria à sensação quando há um aumento da Q em . O prazer corresponderia à sensação de descarga. Uma vez que se supõe que [acima] deve ser preenchido a partir de , decorre daí a hipótese de que, quando o nível em aumenta, a catexia em se eleva, e quando, por outro lado, esse nível diminui, a catexia cai. O prazer e o desprazer seriam as sensações correspondentes à própria catexia de , ao seu próprio nível; e aqui e funcionariam, por assim dizer, como vasos comunicantes. Desse modo também chegariam à consciência os processos quantitativos em , mais uma vez como qualidades.

A capacidade de perceber as qualidades sensoriais que se acham localizadas, por assim dizer, na zona de indiferença entre o prazer o desprazer, desaparece ante a [presença da] sensação de prazer e desprazer. Isso se traduziria: os neurônios mostram uma aptidão ótima para receber o período do movimento neuronal para uma determinada [força de] catexia; quando a catexia é mais intensa, eles produzem desprazer; quando mais fraca, prazer - até que, devido à

falta de catexia, sua capacidade receptiva se extingue. A forma de movimento correspondente teria que ser construída com base em dados como esses.

[9] O FUNCIONAMENTO DO APARELHO

Agora já é possível elaborar o seguinte quadro de funcionamento do aparelho constituído por .

As cargas de excitação do exterior penetram até as extremidades do sistema . Primeiro esbarram nos dispositivos de terminações nervosas, que as fragmentam em frações cuja ordem de magnitude é provavelmente superior à dos estímulos intercelulares (quem sabe não pertenceriam, afinal de contas, à mesma ordem?). Aqui nos deparamos com um primeiro limiar: abaixo de determinada quantidade não se pode constituir nenhuma fração eficaz, de modo que a capacidade efetiva dos estímulos fica, até certo ponto, limitada às quantidades médias. Além disso, a natureza dos invólucros das extremidades nervosas atua como uma peneira, de maneira que nem todo tipo de estímulo pode operar nos diversos pontos terminais. Os estímulos que realmente chegam aos neurônios possuem uma quantidade e uma característica qualitativa; no mundo externo, formam uma série da mesma qualidade e de uma quantidade que vai desde o limiar até o limite da dor.

Enquanto, no mundo externo, os processos exibem uma sucessão contínua em duas direções, segundo a quantidade e o período (qualidade), os estímulos correspondentes [aos processos] ficam, no que diz respeito à quantidade, em primeiro lugar reduzidos e, em segundo, limitados em virtude de uma excisão, e, no que diz respeito à qualidade, ficam descontínuos, de modo que certos períodos nem sequer atuam como estímulos. [Fig. 12.]

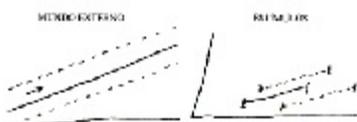


Fig. 12

A característica qualitativa dos estímulos se propaga então sem empecilhos por , por meio de para , onde produz sensação; é representada por um período particular do movimento neuronal, que certamente não é o mesmo do estímulo, mas tem uma determinada relação com ele, segundo uma fórmula de redução que desconhecemos. Esse período não persiste por muito tempo e desaparece em direção ao lado motor; e, como pode passar sem dificuldade, tampouco deixa qualquer lembrança em seu rastro.

A quantidade do estímulo excita a tendência do sistema nervoso à descarga, transformando-se numa excitação motora proporcional. O aparelho da motilidade está diretamente ligado a . As quantidades assim traduzidas produzem um efeito que lhes é quantitativamente muito superior, penetrando nos músculos, glândulas etc. - atuando ali, ou seja, por uma liberação [da quantidade], ao passo que entre os neurônios só ocorre uma transferência.

Além disso, nos neurônios terminam os neurônios . Para estes últimos é transferida uma parte da Q, mas apenas uma parte - uma fração, talvez, correspondente à magnitude de um estímulo intercelular. A essa altura pode-se perguntar se a Q transferida para não aumenta em proporção à Q que passa para , de modo tal que um estímulo maior produza um efeito psíquico mais forte. Aqui parece manifestar-se um dispositivo especial, que mais uma vez mantém a Q afastada de . Pois a via sensorial de condução em possui uma estrutura peculiar. Ela se ramifica continuamente e apresenta vias de espessura variável que vão desembocar em numerosos pontos terminais - provavelmente, com o significado seguinte: um estímulo mais forte segue uma via diferente de um mais fraco. [Cf. Fig. 13.]



Fig. 13

Por exemplo, [1] Q percorre unicamente a via I e, no ponto terminal , transmitirá uma fração a . 2 (Q) não transmitirá uma fração dupla em a, mas poderá passar também pela via II, que é mais estreita, e abrirá outro ponto terminal para [em b]. 3 (Q) abrirá a via mais estreita [III] e a transmitirá também por . É assim que a via única de fica aliviada de sua carga; a maior quantidade em será expressa pelo fato de ele catexizar vários neurônios em em vez de um só. As diferentes catexias dos neurônios podem, nesse caso, ser mais ou menos iguais. Se a Q em produzir uma catexia em , 3 (Q) se expressará por uma catexia em $1 + 2 + 3$. Logo, uma quantidade em se expressa por um enredo em . Por meio disso, a Q fica afastada de , ao menos dentro de certos limites. Isso lembra muito as condições impostas pela lei de Fechner, que poderiam ser localizadas.

Desse modo, y é catexizado a partir de f em Qs que são normalmente pequenas. A quantidade da excitação de f se expressa em y por enredamento; sua qualidade se expressa topograficamente, uma vez que, segundo suas relações anatômicas, os diferentes órgãos sensoriais só se comunicam através de f com determinados neurônios y. Mas y também recebe catexia do interior do corpo; e é provável que os neurônios y devam ser divididos em dois grupos: os neurônios de pallium, que são catexizados a partir de f, e os neurônios nucleares, catexizados a partir das vias endógenas de condução.

[10] *As Vias de Condução de y*

O núcleo de está em conexão com as vias pelas quais ascendem as quantidades endógenas de excitação. Sem excluir a possibilidade de que essas vias estejam em conexão com , devemos continuar sustentando nosso pressuposto inicial de que há uma via direta que parte do interior do corpo até chegar aos neurônios [em [1]-[2]]. Se é assim, porém, está exposto, sem proteção, às Qs provenientes dessa direção, e nesse fato se assenta a *mola mestra* do mecanismo psíquico.

O que sabemos a respeito dos estímulos *endógenos* se pode expressar no pressuposto de que eles são de natureza intercelular, que se produzem de forma contínua e que só

periodicamente se transformam em estímulos psíquicos. A idéia de sua acumulação é inevitável; e o caráter intermitente de seu efeito psíquico exige a idéia de que, em sua via de condução até y , eles enfrentam resistências só superadas quando há um aumento da quantidade. As vias de condução, portanto, são compostas de segmentos múltiplos, tendo uma série de barreiras de contacto intercaladas até chegar ao núcleo de y . Acima de determinada Q , porém, elas [as excitações endógenas] atuam continuamente como um estímulo, e cada aumento de Q é percebido como um aumento do estímulo y . Isso implica, então, a existência de um estado em que a via de condução torna a recuperar sua resistência.

Um processo desse tipo se denomina soma. As vias de condução y se enchem por soma até ficarem permeáveis. É evidente que o que permite a soma é a pequenez de cada estímulo. Comprovou-se também que a soma ocorre nas vias de condução f - por exemplo, no caso de condução da dor; ali só se aplica para pequenas quantidades. O papel menor desempenhado pela soma no lado fala a favor da impressão de que ali estamos lidando, de fato, com Q s relativamente grandes. As muito pequenas parecem ser afastadas pelo funcionamento dos aparelhos de terminações nervosas como um limiar [em [1]], ao passo que esses [aparelhos] estão ausentes no lado y e ali só atuam Q s pequenas.

É muito digno de nota o fato de que a condução dos neurônios y consiga manter uma posição entre as características da permeabilidade e da impermeabilidade, de vez que recuperam sua resistência quase por completo, apesar da passagem de Q . Isso contradiz totalmente a propriedade que atribuímos aos neurônios y , de ficarem permanentemente facilitados pela passagem de uma corrente de Q [em [1]-[2]]. Como explicar essa contradição?

Admitindo que a restauração da resistência, depois da passagem de uma corrente, é uma característica geral das barreiras de contacto. Se assim for, não haverá muita dificuldade em conciliar isso com o fato de que os neurônios y são influenciados [pela passagem da quantidade] no sentido da facilitação. Precisamos apenas supor que a facilitação restante após a passagem da Q consiste, não na supressão de toda e qualquer resistência, mas em sua redução a um mínimo remanescente necessário. Durante a passagem da Q , a resistência fica suspensa; depois ela se restabelece, mas em vários níveis, em proporção à Q que passou por ela, de maneira que, na vez seguinte, uma Q menor já conseguirá passar, e assim por diante. Quando se estabelece a facilitação mais completa, ainda resta uma certa resistência, que é igual para todas as barreiras de contacto e que também requer o aumento das Q s até um determinado limiar antes de permitir sua passagem. Essa resistência seria uma constante. Por conseguinte, o fato de que as Q s endógenas atuam por soma apenas significa que essas Q s são constituídas de parcelas de excitação mínimas, menores que a constante. A via endógena de condução está, portanto, e apesar disso, completamente facilitada.

Disso se conclui, porém, que as barreiras de contacto y são, em geral, mais altas do que as vias [endógenas] de condução, de modo que nos neurônios nucleares possa produzir-se uma

nova acumulação de Q. [Cf. em [1]-[2]] No momento em que a via de condução é reajustada, nenhum limite adicional é fixado para essa soma. Aqui, y está à mercê de Q, e é assim que surge no interior do sistema o impulso que sustenta toda a atividade psíquica. [Cf. em [1]-[2]] Conhecemos essa força como *vontade* - o derivado das *pulsões*. [Cf. em [1], adiante.]

[11] A EXPERIÊNCIA DE SATISFAÇÃO

O enchimento dos neurônios nucleares em y terá como resultado uma propensão à descarga, uma *urgência* que é liberada pela via motora. A experiência demonstra que, aqui, a primeira via a ser seguida é a que conduz a *alteração interna* (expressão das emoções, gritos inervação vascular). Mas, como já explicamos no início [em. [1]], nenhuma descarga pode produzir resultado aliviante, visto que o estímulo endógeno continua a ser recebido e se restabelece a tensão em y. Nesse caso, o estímulo só é passível de ser abolido por meio de uma intervenção que suspenda provisoriamente a descarga de Q no interior do corpo; e uma intervenção dessa ordem requer a alteração no mundo externo (fornecimento de víveres, aproximação do objeto sexual), que, como *ação específica*, só pode ser promovida de determinadas maneiras. O organismo humano é, a princípio, incapaz de promover essa ação específica. Ela se efetua por *ajuda alheia*, quando a atenção de uma pessoa experiente é voltada para um estado infantil por descarga através da via de alteração interna. Essa via de descarga adquire, assim, a importantíssima função secundária da *comunicação*, e o desamparo inicial dos seres humanos é a *fonte primordial* de todos os *motivos morais*. [Ver em. [1].]

Quando a pessoa que ajuda executa o trabalho da ação específica no mundo externo para o desamparado, este último fica em posição, por meio de dispositivos reflexos, de executar imediatamente no interior de seu corpo a atividade necessária para remover o estímulo endógeno. A totalidade do evento constitui então a *experiência de satisfação*, que tem as conseqüências mais radicais no desenvolvimento das funções do indivíduo. Isso porque três coisas ocorrem no sistema : (1) efetua-se uma descarga permanente e, assim, elimina-se a urgência que causou desprazer em ; (2) produz-se no *pallium* a catexização de um (ou de vários) neurônio que corresponde à percepção do objeto; e (3) em outros pontos do *pallium* chegam as informações sobre a descarga do movimento reflexo liberado que se segue à ação

específica. Estabelece-se então uma facilitação entre as catexias e os neurônios nucleares.

A informação sobre a descarga reflexa surge porque cada movimento, através de seus resultados subsidiários, torna-se uma oportunidade de novas excitações sensoriais (provenientes da pele e dos músculos) que produzem em y uma *imagem motora* [cinestésica]. A facilitação, no entanto, se forma de uma maneira que nos permite uma compreensão mais ampla do desenvolvimento de y. Até agora, aprendemos a saber que os neurônios y são influenciados por e pelas vias de condução endógena; mas os diversos neurônios y ficaram isolados uns dos outros por barreiras de contacto com fortes resistências. Ora, existe uma lei básica de *associação por simultaneidade*, que atua no caso da atividade y pura, de lembrança reprodutiva, e que constitui o fundamento de todos os vínculos entre os neurônios y. Nós verificamos que a consciência - isto é, a catexia quantitativa de um neurônio , - passa para outra, , caso e tenham estado, em algum momento, catexizadas simultaneamente a partir da f (ou de alguma outra parte). Desse modo, uma barreira de contacto ficou facilitada pela catexia simultânea -. Daí se conclui, nos termos da nossa teoria, que uma Q passa mais facilmente de um neurônio para um neurônio catexizado do que para um não catexizado. Assim, a catexia do segundo neurônio atua da mesma maneira que um aumento de catexia no primeiro. *Nesse caso, mais uma vez, a catexia se revela, no que diz respeito à passagem de Q, como equivalente da facilitação.* [Cf. em [1]-[2].]

Aqui, portanto, travamos conhecimento com um segundo fator importante para a determinação do curso que segue uma Q. Uma Q no neurônio a não só tomará a direção da barreira mais facilitada, como também, a direção que esteja catexizada a partir do lado oposto. Os dois fatores podem reforçar-se mutuamente ou, em certos casos, antagonizar-se.

Assim, como resultado da experiência da satisfação, há uma facilitação entre duas imagens mnêmicas e os neurônios nucleares que ficam catexizados em estado de urgência. Junto com a descarga de satisfação, não resta dúvida de que a Q se esvai também das imagens mnêmicas. Ora, com o reaparecimento do estado de *urgência* ou de *desejo*, a catexia também passa para as duas lembranças, reativando-as. É provável que a imagem mnêmica do objeto será a primeira a ser afetada pela *ativação do desejo*.

Não tenho dúvida de que na primeira instância essa ativação do desejo produz algo idêntico a uma percepção - a saber, uma *alucinação*. Quando uma ação reflexa é introduzida em seguida a esta, a conseqüência inevitável é o desapontamento. [Ver em [1].]

[12] A EXPERIÊNCIA DA DOR

Normalmente, *y* está exposto a *Q* a partir das vias endógenas de condução, e, anormalmente, embora ainda não patologicamente, nos casos em que *Q*s excessivamente grandes rompem os dispositivos de tela em *f* - isto é, nos casos de *dor*. [Ver em [1].] A dor produz em (1) grande aumento de nível, que é sentido como desprazer por [Ver em [1]], (2) uma propensão à descarga, que pode ser modificada em determinados sentidos, e (3) uma facilitação entre esta última [a propensão à descarga] e uma imagem mnêmica do objeto que provoca a dor. Além disso, não há dúvida de que a dor possui uma *qualidade* especial, que se faz sentir junto com o desprazer.

Quando a imagem mnêmica do objeto (hostil) é renovadamente catexizada por qualquer razão - por nova percepção, digamos -, surge um estado que não é o da dor, mas que, apesar disso, tem certa semelhança com ela. Esse estado inclui o desprazer e a tendência à descarga que corresponde à experiência da dor. Como o desprazer significa aumento de nível, deve-se perguntar qual a origem dessa *Q*. Na experiência da dor propriamente dita, era a *Q* externa irruptora que elevava o nível de *y*. Na reprodução da experiência - no *afeto* - a única *Q* adicional é a que catexiza a lembrança, sendo evidente que esta é da mesma natureza de qualquer outra percepção e não pode ter como resultado o aumento geral de *Q*.

Só nos resta, pois, pressupor que, devido à catexia das lembranças, o desprazer é *liberado* do interior do corpo e de novo transmitido. O mecanismo dessa liberação só pode ser retratado da seguinte maneira. Assim como existem neurônios motores que, quando cheios até certo ponto, conduzem *Q* aos músculos, descarregando-a, devem também existir neurônios “secretores” que, quando excitados, provocam no interior do corpo o surgimento de algo que atua como estímulo sobre as vias endógenas de condução de *y* - neurônios que, dessa forma, influenciam a produção de *Q* endógena e, conseqüentemente, não descarregam *Q*, mas fornecem-nas por vias indiretas. A esses neurônios [secretores] chamaremos de “neurônios-chave”. É evidente que eles só são excitados a partir de certo nível em *y*. Como resultado da experiência da dor, a imagem mnêmica do objeto hostil adquiriu uma facilitação excelente para esses neurônios-chave, em virtude da qual [a facilitação] se libera então desprazer no afeto.

Essa hipótese intrigante, mas indispensável, é confirmada pelo que ocorre no caso da liberação sexual. Ao mesmo tempo, somos forçados a suspeitar de que os estímulos

endógenos, em ambos os casos, consistem em *produtos químicos*, cujo número pode ser considerável. Como a liberação do desprazer pode ser extremamente grande quando existe uma catexia bastante insignificante da lembrança hostil, pode-se concluir que a dor deixa atrás de si facilitações especialmente abundantes. Nessa conexão, é de se presumir que a facilitação dependa inteiramente da Q alcançada; de modo que o efeito facilitador de 3 Q pode ser muito maior que o de 3 x Q.

[13] AFETOS E ESTADOS DE DESEJO

Os resíduos dos dois tipos de experiências [de dor e de satisfação] que acabamos de examinar são os afetos e os estados de desejo. Estes têm em comum o fato de que ambos envolvem um aumento da tensão Q em y - produzido, no caso de um afeto, pela liberação súbita e, no de um desejo, por soma. Ambos os estados são da maior importância para a passagem [da quantidade] em y, pois deixam atrás dele motivações para isso, que se constituem no tipo compulsivo. O estado do desejo resulta numa atração positiva para o objeto desejado, ou mais precisamente, por sua imagem mnêmica; a experiência da dor leva à repulsa, à aversão por manter catexizada a imagem mnêmica da dor leva à repulsa, à aversão por manter catexizada a imagem mnêmica hostil. Eis aqui a atração de desejo primária e a defesa [repúdio] primária.

A atração de desejo pode ser facilmente explicada pelo pressuposto de que a catexia da imagem mnêmica agradável num estado de desejo supera amplamente em Q a catexia que ocorre quando há uma simples percepção, de modo que a facilitação particularmente boa passa do núcleo y para o neurônio correspondente do pallium.

É mais difícil explicar a defesa primária ou recalçamento - o fato de a imagem mnêmica hostil ser regularmente abandonada o mais depressa possível por sua catexia. Apesar disso, a explicação deve estar no fato de que as experiências primárias da dor foram eliminadas pela defesa reflexa. A aparição de outro objeto, em lugar do hostil, foi o sinal para o fato de que a experiência da dor estava terminando, e o sistema y, pensando biologicamente, procura reproduzir o

estado de y que assinalou a cessação da dor. Com a expressão pensando biologicamente acabamos de introduzir uma nova base de explicação, que deve ter validade independente, ainda que não exclua, mas, pelo contrário, exija o recurso a princípios mecânicos (fatores quantitativos). No caso diante de nós, poderia perfeitamente ser o aumento de Q, invariavelmente produzido com a catexia de uma lembrança hostil, que força o acréscimo da atividade de descarga e, com isso, também a drenagem da lembrança.

[14] INTRODUÇÃO DO EGO

Com efeito, porém, com a hipótese da "atração de desejo" e da propensão ao recalçamento, já abordamos um estado de y que ainda não foi discutido. Pois esses dois processos indicam que em y se formou uma organização cuja presença interfere nas passagens [de quantidade] que, na primeira vez, ocorreram de determinada maneira [isto é, acompanhadas de satisfação ou dor]. Essa organização se chama "ego". Pode ser facilmente descrito se considerarmos que a recepção sistematicamente repetida de Q endógena em certos neurônios (do núcleo) e o conseqüente efeito facilitador produzem um grupo de neurônios que é constantemente catexizado [em [1] e [2]-[3]] e que, desse modo, corresponde ao veículo da reserva requerido pela função secundária [em [1]]. O ego deve, portanto, ser definido como a totalidade das catexias y existentes em determinado momento, nas quais cumpre diferenciar um componente permanente e outro mutável [em [1], adiante]. É fácil ver que as facilitações entre os neurônios y fazem parte dos domínios do ego, já que representam possibilidades, se o ego for alterado, de determinar a sua extensão nos momentos seguintes.

Embora esse ego deva esforçar-se por se livrar de suas catexias pelo método da satisfação, isso não pode acontecer de nenhuma outra maneira senão por ele influenciar a repetição das experiências de dor e dos afetos, e pelo método seguinte, que é geralmente descrito como inibição.

Uma Q que irrompe em um neurônio a partir de um ponto qualquer continuará em direção à barreira de contacto que estiver mais facilitada, estabelecendo uma corrente nessa direção. Explicando com mais precisão: a corrente de Q se dividirá

na direção das diversas barreiras de contacto na proporção inversa de suas resistências; e, em tal caso, quando uma fração se choca contra uma barreira de contacto cuja resistência é inferior a ela [barreira de contacto], não passará praticamente nada por esse ponto. Essa relação pode facilmente conduzir-se para cada Q no neurônio, pois poderão surgir frações que sejam superiores também ao limiar de outras barreiras de contacto. Assim, o curso adotado dependerá das Q e da relação das facilitações. Já conhecemos, porém, o terceiro fator poderoso [Ver em [1]-[2]]. Quando um neurônio adjacente é simultaneamente catexizado, isso atua como uma facilitação temporária da barreira de contacto existente entre os dois, modificando o curso [da corrente], que, de outro modo, teria tomado a direção de uma barreira de contacto facilitada. Assim, pois, uma catexia colateral atua como uma inibição do curso da Q. Imaginemos o ego como uma rede de neurônios catexizados e bem facilitados entre si, da seguinte maneira: [ver Fig. 14].



Fig. 14

Suponhamos que uma Q penetrasse no neurônio a vindo do exterior (), então, se não fosse influenciada, ela passaria para o neurônio b; mas ela é tão influenciada pela catexia colateral - que libera apenas uma fração para b, e talvez nem sequer chegue de todo a b. Logo, se o ego existe, ele deve inibir os processos psíquicos primários.

Uma inibição desse tipo representa, porém, uma vantagem decisiva para y. Suponhamos que a seja uma imagem mnêmica hostil e b, um neurônio-chave para o desprazer [Ver em [1]]. Então, se é despertado, o desprazer primariamente será liberado, o que talvez fosse inútil e que o é, de qualquer modo, [quando ele é liberado] em sua totalidade. Com a ação inibitória de , a liberação de desprazer ficará muito reduzida e o sistema nervoso será poupado, sem qualquer outro dano, do desenvolvimento e da descarga de Q. Agora se

torna fácil imaginar como o ego, com o auxílio de um mecanismo que atrai sua atenção para a nova catexia iminente da imagem mnêmica hostil, pode conseguir inibir a passagem [da quantidade] de uma imagem mnêmica para a liberação do desprazer por meio de uma copiosa catexia colateral que pode ser reforçada de acordo com as necessidades. E, realmente, se admitirmos que a liberação inicial de desprazer é captada da Q pelo próprio ego, teremos nessa mesma [liberação] a fonte do dispêndio que a catexia colateral inibidora exige do ego. Nesse caso, quanto mais intenso for o desprazer, mais forte será a defesa primária.

[15] OS PROCESSOS PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO EM Y.

A conclusão do que até aqui se desenvolveu é que o ego em y, que consideramos no que tange às suas tendências, como a totalidade do sistema nervoso, pode, quando os processos não são influenciados em y, cair num estado de inermidade e sofrer dano em duas situações.

Quer dizer, isto pode ocorrer em primeiro lugar quando ele, encontrando-se em *estado de desejo*, catexiza de novo a lembrança de um objeto e então põe em ação o processo de descarga; nesse caso, deixa de ocorrer a satisfação, porque o objeto não é *real*, mas está presente apenas como *idéia* imaginária. Para começar, é incapaz de estabelecer essa distinção, já que só pode funcionar como base da seqüência de estados análogos entre neurônios. Assim, necessita de um critério proveniente de outra parte para distinguir entre *percepção e idéia*.

Por outro lado, y precisa de uma indicação que atraia sua atenção para a recatexização de uma imagem mnêmica hostil e que lhe permita evitar, por meio de catexias laterais, a conseqüente liberação de desprazer. Se y conseguir efetuar essa inibição a tempo, a liberação de desprazer e ao mesmo tempo as defesas serão mínimas; caso contrário, ocorrerá um desprazer imenso e uma defesa primária excessiva.

Ambas, a catexia de desejo e a liberação de desprazer, quando a lembrança em questão é de novo catexizada, podem ser biologicamente nocivas. É o que acontece na catexia de desejo sempre que ela ultrapassa determinada quantidade e, desse modo, age como um estímulo à descarga; e é o que acontece também na liberação de desprazer, pelo menos quando a catexia da imagem mnêmica hostil emana (por associação) do próprio y, e não do

mundo externo. Aqui, mais uma vez, trata-se, portanto, de encontrar uma indicação para distinguir entre percepção e lembrança (idéia).

Provavelmente, são neurônios w que fornecem essa indicação: a *indicação da realidade*. No caso de cada percepção externa, produz-se em w [Ver em [1]] uma excitação qualitativa que, na primeira situação, porém, não tem nenhuma importância para y . Deve-se acrescentar que a excitação de w conduz a uma descarga de w e que desta, como de qualquer descarga [em [1]], chega a informação a y . *Desse modo, a informação da descarga proveniente de w constitui a indicação da qualidade ou da realidade para y .*

Quando o objeto desejado é abundantemente catexizado, a ponto de ser ativado de maneira alucinatória, também se produz a mesma indicação de descarga ou de realidade que no caso da percepção externa. Nessa situação o critério falha. Mas quando a catexia do desejo ocorre sujeita a uma inibição, como pode acontecer quando existe um ego catexizado, pode ser imaginada uma instância quantitativa em que a catexia de desejo, não sendo suficientemente intensa, não produza nenhuma *indicação de qualidade*, ao passo que a percepção externa seria capaz de produzi-la. Nessa instância, portanto, o critério manteria seu valor. Porque a diferença consiste em que a *indicação de qualidade*, quando proveniente do exterior, aparece sempre, seja qual for a intensidade da catexia, ao passo que, quando proveniente de y , ela só se manifesta em presença de intensidades elevadas. É, por conseguinte, a *inibição pelo ego que possibilita um critério de diferenciação entre a percepção e a lembrança*. A experiência biológica ensinará, então, a não iniciar a descarga antes da chegada da *indicação da realidade* e, tendo essa finalidade em vista, a não levar a catexia das lembranças desejadas além de certa quantidade.

Por outro lado, a excitação dos neurônios w também pode servir para proteger o sistema y no segundo dos casos mencionados: isto é, atraindo a atenção de y para o fato da presença ou ausência de uma percepção. Com essa finalidade, deve-se presumir que os neurônios w estão originalmente vinculados de forma anatômica com as vias de condução procedentes dos diversos órgãos sensoriais e que [os neurônios w] reorientam sua descarga para os aparelhos motores pertencentes a esses mesmos órgãos sensoriais. Em tal caso, a informação desta última descarga (a informação da *atenção reflexa*) atuará para y como um sinal biológico de que ele deve enviar uma quantidade de catexias nessas mesmas direções.

Resumindo, pois: quando há inibição por um ego catexizado, as indicações de descarga w tornam-se, em termos muito gerais, *indicações da realidade*, que y aprende biologicamente a aproveitar. Quando o ego, no momento em que surge essa *indicação da realidade*, se encontra em estado de tensão e desejo, ela permite que se siga uma descarga no sentido da ação específica [Ver em [1]]. Quando a *indicação da realidade* coincide com um aumento do desprazer, y produzirá então, por meio de uma catexia colateral de considerável grandeza, uma defesa de magnitude normal situada no lugar indicado. Se não ocorrer nenhuma dessas duas circunstâncias, a catexia poderá prosseguir sem nenhum impedimento, de acordo com as condições em que se encontrem as facilitações. A *catexia* de desejo, levada ao ponto de alucinação, [e] a completa produção do desprazer, que envolve o dispêndio total da defesa, são por nós designadas como *processos psíquicos primários*; em contrapartida, os processos que só se tornam possíveis mediante uma boa catexia do ego, e que representam versões atenuadas dos referidos processos primários, são descritos como *processos psíquicos secundários*. Ver-se-á que a condição necessária destes últimos é a utilização correta das *indicações da realidade*, que só se torna possível quando existe inibição por parte do ego.

[16] COGNIÇÃO E PENSAMENTO REPRODUTIVO

Formulamos a hipótese de que, durante o processo de desejar, a inibição por parte do ego produz uma catexia moderada do objeto desejado, que permite reconhecê-lo como não-real; e agora podemos prosseguir com a análise desse processo. Várias possibilidades podem ocorrer. No primeiro caso: simultaneamente à catexia de desejo da imagem mnêmica, acha-se presente a percepção dela. Se assim é, as duas catexias coincidem - o que não pode ser biologicamente aproveitado -, mas, além disso, a indicação da realidade provém de □□ após o que, como mostra a experiência, a descarga é eficaz [Ver em [1]]. Esse é um caso fácil de abordar. No segundo caso: a catexia de desejo está presente e, ao lado dela, uma percepção que não corresponde a ela inteiramente, mas apenas em parte. É chegado o momento de lembrar que as catexias perceptivas nunca são catexias de neurônios isolados, mas sempre de complexos. Até agora desconsideramos essa característica; chegou o momento de levá-la em conta. Suponhamos que, em termos bastante gerais, a catexia de desejo se relaciona com o neurônio a + o neurônio b, e a catexia perceptiva, com os

neurônios a + c. Visto que este será o caso mais comum, mais comum que o da identidade, ele merece uma consideração mais precisa. Também aqui a experiência biológica ensina [Ver em [1]] que não é seguro iniciar a descarga se as indicações da realidade não confirmarem a totalidade do complexo, mas só uma parte dele. Agora, porém, encontra-se um modo de aperfeiçoar a semelhança, convertendo-a em identidade. Comparando o complexo perceptual com outros complexos congêneres, pode-se decompô-lo em dois componentes: o peimri, que geralmente se mantém constante, é o neurônio a, e o segundo, habitualmente variável, é o neurônio b. A linguagem aplicará mais tarde o termo juízo a essa análise e descobrirá a semelhança que de fato existe [por um lado] entre o núcleo do ego e o componente perceptual constante e [por outro] entre as catexias cambiantes no pallium [em [1] e [2]] e a componente inconstante: esta [a linguagem] chamará o neurônio a de a coisa, e o neurônio b, de sua atividade ou atributo - em suma, de seu predicado. [Cf. em [1]-[2], [3] e [4]].

Assim, julgar é um processo que só se torna possível graças à inibição pelo ego e que é evocado pela dessemelhança entre a catexia de desejo de uma lembrança e a catexia perceptual que lhe seja semelhante. Daí se deduz que a coincidência entre essas duas catexias se converte num sinal biológico para pôr fim à atividade do pensamento e permitir que se inicie a descarga. Quando as duas catexias não coincidem, surge o ímpeto para a atividade do pensamento, que voltará a ser interrompida pela coincidência entre ambas.

O processo pode ser mais bem analisado. Se o neurônio a coincide [nas duas catexias], mas o neurônio c é percebido em lugar do neurônio b, a atividade do ego segue as conexões desse neurônio c e, mediante uma corrente de Q ao longo dessas conexões, faz surgir novas catexias até que se encontre acesso para o neurônio b desaparecido. Via de regra, aparece a imagem de um movimento [uma imagem motora], que é intercalada entre os neurônios c e b; e quando essa imagem é ativada de novo pela realização efetiva de um movimento, ficam estabelecidas a percepção do neurônio b e, ao mesmo tempo, a identidade visada. Suponhamos, por exemplo, que uma imagem mnêmica desejada [pela criança] seja a do seio materno com o mamilo, vistos de frente, e que a primeira percepção obtida seja uma visão lateral do mesmo objeto, sem o mamilo. Na

memória da criança há uma experiência, casualmente adquirida no ato de mamar, segundo a qual a imagem frontal se converte em lateral mediante determinado movimento da cabeça. A imagem lateral agora percebida conduz [à imagem do] movimento da cabeça; um teste experimental mostra que o equivalente desse movimento deve ser executado para se obter a percepção da imagem frontal.

Por enquanto, ainda não há muito julgamento nisso; mas trata-se de um exemplo da possibilidade de chegar, pela reprodução das catexias, a uma ação que já é uma das ramificações acidentais da ação específica.

Não resta dúvida de que o elemento subjacente a essa migração ao longo dos neurônios facilitados é a Q proveniente do ego catexizado, e de que essa migração não é regida pela facilitação, e sim por um objetivo. Que objetivo é esse e como pode ser alcançado?

O objetivo é voltar ao neurônio b desaparecido e liberar a sensação de identidade - isto é, o momento em que só é catexizado o neurônio b e em que a catexia migratória desemboca no neurônio b. [Cf. em [1] e [2].] Ele é alcançado mediante um deslocamento experimental de Q ao longo de cada via possível, e é claro que, para tal propósito, é necessário um dispêndio ora maior, ora menor, de catexia colateral, conforme se possa aproveitar as facilitações presentes ou se uma precisa trabalhar contra elas. A luta entre as facilitações estabelecidas e as catexias mutáveis caracteriza o processo secundário do pensamento reprodutivo, em contraste com a seqüência primária de associações.

O que dirige o curso dessa migração? O fato de que a idéia desejante da memória [isto é, do neurônio b] se mantém catexizada durante o tempo em que a cadeia associativa é percorrida a partir do neurônio c. Como já sabemos [em [1]], graças a essa catexização do neurônio b, todas as suas conexões possíveis ficam, por sua vez, mais facilitadas e acessíveis.

No curso dessa migração pode acontecer que a Q esbarre numa lembrança relacionada com uma experiência de dor, provocando assim uma liberação de desprazer. Visto ser esse um sinal seguro de que o neurônio b não pode ser atingido por essa via, a corrente se desvia imediatamente da catexia em questão. Apesar disso, as vias do desprazer conservam o seu grande valor como orientadoras da corrente de reprodução.

[17] MEMÓRIA E JUÍZO

O pensamento reprodutivo tem, pois, um objetivo prático e um fim biologicamente estabelecido - a saber, conduzir de volta para a catexia do neurônio desaparecido uma Q que está migrando da percepção supérflua [indesejada]. Com isso, obtém-se a identidade e o direito à descarga, se, em adição, a indicação da realidade provier do neurônio b. Mas o processo também pode tornar-se independente deste último objetivo e lutar unicamente pela identidade. Se é assim, temos diante de nós um ato puro de pensamento, embora este possa em qualquer caso, mais tarde, ser colocado em prática. Aqui, ademais, o ego catexizado se comporta de maneira exatamente igual.

Chegamos agora a uma terceira possibilidade que pode surgir no estado de desejo: é quando há uma catexia de desejo e emerge uma percepção que não coincide, de modo algum, com a imagem mnêmica desejada (mnem. +). Surge então um interesse de conhecer essa imagem perceptiva, de maneira que talvez se consiga encontrar, afinal, uma via entre ela e a mnem. +. É de se supor que, com essa finalidade em vista, a imagem perceptiva seja novamente hipercatexizada a partir do ego, como aconteceu no caso anterior com apenas uma parte componente dela, o neurônio c. Se a imagem perceptiva não for absolutamente nova, ela agora recordará e reviverá uma imagem perceptiva mnêmica com a qual coincida pelo menos em parte. O processo de pensamento prévio é agora repetido, em conexão com essa imagem mnêmica, embora, até certo ponto, sem o objetivo que foi anteriormente proporcionando pela idéia de desejo catexizada [Cf. em [1]].

Na medida em que coincidem, as catexias não dão oportunidade à atividade de pensamento. Por outro lado, as partes discrepantes “despertam interesse” e podem dar lugar à atividade do pensamento de duas maneiras. Ou a corrente se dirigirá para as lembranças despertadas e porá em ação uma atividade mnêmica sem objetivo, que assim será dirigida pelas diferenças, e não pelas semelhanças, ou [a corrente] permanecerá nos componentes [da percepção] recém-surgidos e em tal caso exhibe uma atividade judicativa igualmente sem objetivo. [1]

Suponhamos que o objeto que compõe a percepção se pareça com o sujeito - um outro ser humano. Nesse caso, o interesse teórico [que lhe é dedicado] também se explica pelo fato de que um objeto semelhante foi, ao mesmo tempo, o primeiro objeto hostil, além de sua única força auxiliar. Por esse motivo, é em relação a seus semelhantes que o ser humano aprende a conhecer. Os complexos perceptivos emanados desse ser semelhante serão então, em parte novos e incomparáveis - como, por exemplo, seus traços, na esfera visual; mas outras percepções visuais - as do movimento das mãos, por exemplo - coincidirão no sujeito com a lembrança de impressões visuais muito semelhantes, emanadas de seu próprio corpo, [lembranças] que estão associadas a lembranças de movimentos experimentados por ele mesmo. Outras percepções do objeto - se, por exemplo, ele der um grito - também despertarão a lembrança do próprio grito [do sujeito] e, ao mesmo tempo, de suas próprias experiências de dor. Desse modo, o complexo do ser humano semelhante se divide em dois componentes, dos quais um produz uma impressão por sua estrutura constante e permanece unido como uma coisa, enquanto o outro pode ser compreendido por meio da atividade de memória - isto é, pode ser rastreado até as informações sobre o próprio corpo [do sujeito]. Essa dissecação de um complexo perceptivo é descrita como o conhecimento dele; envolve um juízo e chega a seu término uma vez atingido este último objetivo. Como se verá, o juízo não é uma função primária, mas pressupõe a catexia das porções [da percepção] díspares [não comparáveis] a partir do ego; no primeiro caso, [o juízo] não tem nenhuma finalidade prática e, ao que parece, durante o processo judicativo, a catexia das porções díspares é descarregada, pois isso explicaria por que as atividades, os "predicados" [em [1]] são separados do complexo do sujeito por uma via relativamente frouxa. [1]

A partir daqui seria possível penetrar a fundo na análise do ato judicativo; mas isso nos desviaria de nosso tema. Contentemo-nos, pois, em deixar bem estabelecido que é o interesse primitivo em estabelecer a situação de satisfação que leva, num caso, à consideração reprodutiva e, no outro, ao juízo, como um método para ir da situação perceptiva dada na realidade à situação que é desejada. Para tanto, o requisito indispensável continua sendo o de que os processos□□ não sigam seu curso sem serem inibidos, e sim em conjunto com um ego ativo. Com isso ficaria demonstrado o sentido eminentemente prático de toda atividade de pensamento.

Assim, o objetivo e o fim de todos os processos de pensamento é o estabelecimento de um *estado de identidade*, a transmissão de uma catexia Q [sic], emanada do exterior, a um neurônio catexizado a partir do ego. O pensamento *cognitivo* ou *judicativo* procura uma identidade com uma catexia corporal, ao passo que o pensamento *reprodutivo* procura uma identidade com uma catexia psíquica do próprio sujeito (com uma experiência do próprio sujeito). O pensamento judicativo opera antes do reprodutivo, fornecendo-lhe facilidades já prontas para a migração associativa posterior. Quando uma vez concluído o ato de pensamento, a indicação da realidade chega à percepção, obtém-se então um *juízo de realidade*, uma *crença*, atingindo-se com isso o objetivo de toda essa atividade.

No que se refere ao juízo, cumpre ainda observar que sua base é, evidentemente, a presença de experiências corporais, sensações e imagens motoras de si próprio. Enquanto faltarem esses elementos, a porção variável [Cf. em [1]] do complexo perceptivo permanece não compreendida - isto é, poderá ser reproduzida, mas não apontará direção para novas vias de pensamento. Assim, por exemplo, e isso se tornará importante mais adiante [na Parte II], nenhuma experiência sexual produz qualquer efeito enquanto o sujeito ignora toda e qualquer sensação sexual - quer dizer, em geral, antes do início da puberdade.

O *juízo primário* parece pressupor um grau de influência menor por parte do ego catexizado do que os atos reprodutivos de pensamento. Neste [no juízo primário], trata-se de persistir numa associação que se deve a uma coincidência parcial [entre as catexias de desejo e perceptiva] - uma associação à qual não se aplica modificação alguma. E, efetivamente, também existem casos em que o processo associativo do juízo é levado a cabo com [um montante] integral [de] quantidade. A percepção corresponderia a um objeto-núcleo + uma imagem motora. Enquanto alguém está percebendo a percepção, ele copia o próprio movimento - isto é, inerva-se tão intensamente a própria imagem motora despertada para coincidir [com a percepção] que o movimento vem a ser efetuado. Daí se pode falar em percepções que têm *valor imitativo*. Ou então a percepção desperta a imagem mnêmica de uma sensação de dor do próprio sujeito, de modo que sente o desprazer correspondente e se repete o movimento defensivo adequado. Eis aí o *valor de simpatia* de uma percepção.

Não resta dúvida de que esses dois casos nos apresentam o *processo primário* atuando no *juízo*, e podemos presumir que todo juízo secundário tenha surgido pela atenuação desses processos puramente associativos. Assim, o juízo, que mais tarde se converterá num meio de *cognição* de um objeto que talvez tenha importância prática, é originalmente um processo de associação entre catexias que chegam ao exterior e catexias oriundas do próprio corpo -

uma identificação de informações ou catexias procedentes de f e de dentro. Talvez não esteja errado supor que ele [o juízo] representa, ao mesmo tempo, um método pelo qual as Qs procedentes de f podem ser transmitidas e descarregadas. O que chamamos *coisas* são resíduos que fogem de serem julgados.

O exemplo do julgamento nos fornece, pela primeira vez, indício da diferença em suas características quantitativas que é preciso descobrir entre o pensamento e o processo primário. É lícito supor que, durante o *pensar*, saia de y uma tênue corrente de inervação motora - mas, naturalmente, só se durante esse processo tiver sido inervado um neurônio motor ou um neurônio-chave [Ver em [1]]. Apesar disso, seria errôneo considerar essa descarga como o próprio processo de pensamento, do qual ela não passa de um efeito acessório e inintencional. O *processo de pensamento* consiste na catexia dos neurônios y, acompanhada por uma mudança, promovida pela catexia colateral do ego, naquilo que é imposto pelas facilidades. Do ponto de vista mecânico, é compreensível que, nesse caso, apenas uma parte da Q possa acompanhar as facilidades e que a magnitude dessa parte seja constantemente regulada pelas catexias. Mas é também evidente que, ao mesmo tempo, economiza-se com isso Q suficiente para fazer com que a reprodução como um todo seja proveitosa. Do contrário, *toda* a Q necessária para a descarga final seria gasta durante a sua passagem pelos pontos de saída motora. *Assim, o processo secundário é uma repetição da passagem original [da quantidade] em , num nível mais baixo e com quantidades menores.*

Aqui se poderia objetar: “Com Qs ainda menores do que as que normalmente correm pelos neurônios? Como é possível franquear a Qs tão pequenas as vias que, afinal, só são transitáveis por [Qs] maiores do que as que W recebe habitualmente?” A única resposta cabível é que isso deve ser uma consequência mecânica das catexias colaterais. Devemos concluir que as condições são tais que, quando há uma catexia colateral, pequenas Qs fluem por facilidades que comumente só seriam percorriáveis por [Qs] grandes. A catexia colateral liga, por assim dizer, uma cota de Q que corre pelo neurônio.

Existe uma outra condição que o pensamento necessita satisfazer. Não deve realizar modificação essencial nas facilidades criadas pelos processos primários; caso contrário, efetivamente falsearia os traços da realidade. Quanto a essa condição, basta observar que a facilidade provavelmente é o resultado de uma única [passagem de] grande quantidade e que a catexia, por mais poderosa no momento, não deixa no entanto atrás de si qualquer efeito permanente comparável. As pequenas Qs que passam durante o pensamento não podem em geral prevalecer contra as facilidades.

Não resta dúvida, porém, de que o processo de pensamento deixa efetivamente atrás de si traços duradouros, uma vez que um segundo pensamento, um re-pensar, exige tão menor

dispêndio [de energia] que o primeiro. Portanto, a fim de que a realidade não seja falseada, faz-se necessária a existência de traços especiais, signos dos processos de pensamento, que constituam uma memória - [de] - pensamento, que ainda não é possível delinear. Mais adiante, veremos de que maneira os traços dos processos - [de] - pensamento se diferenciam dos da realidade.

[19] PROCESSOS PRIMÁRIOS - O SONO E OS SONHOS

Surge agora o problema quanto a quais são os meios quantitativos que mantêm o *processo primário* y. No caso de uma *experiência de dor*, trata-se evidentemente da Q que irrompe do exterior; no caso de um *afeto*, é a Q endógena liberada por facilitação. No caso do processo secundário do *pensamento reprodutivo*, é óbvio que uma Q maior ou menor pode ser transferida do ego para o neurônio c [em [1]] e esta [Q] pode ser descrita como *interesse do pensamento*, sendo proporcional ao *interesse afetivo*, onde este houver surgido. A questão é apenas saber se existem processos y de índole primária para os quais seja suficiente a Q fornecida por f, ou se a catexia f de uma percepção é automaticamente suplementada por uma contribuição y (atenção), sendo somente esta que possibilita um processo y. [Ver em [1], adiante.] Essa questão terá que permanecer em aberto, embora talvez se possa determinar se ela é especialmente aplicável a [alguns] fatos psicológicos.

Um fato importante é que os *processos* de y, tais como os que foram biologicamente suprimidos no curso do desenvolvimento de y, se apresentam diariamente a nós durante o sono. Um segundo fato de igual importância é que os mecanismos patológicos revelados nas psiconeuroses pela análise mais cuidadosa guardam uma grande semelhança com os processos oníricos. Dessa comparação, que desenvolveremos mais adiante [em [1]], tiram-se as mais importantes conclusões. [1]

Antes, porém, é preciso introduzir o fato do sono em nossa teoria. A *precondição essencial* do sono é facilmente reconhecida na criança. As crianças dormem enquanto não são atormentadas por nenhuma necessidade [física] ou estímulo externo (pela fome ou pela sensação de frio causada pela urina). Elas adormecem depois de serem satisfeitas (no seio). Os adultos também adormecem com facilidade *post coenam et coitum* [depois da refeição e da cópula]. Por conseguinte, a *precondição* do sono é uma *queda da carga endógena no*

núcleo de y, que torna supérflua a função secundária. No sono, o indivíduo se encontra no estado ideal de inércia, livre de sua reserva de Q [Ver em [1]].

Nos adultos, essa reserva se encontra acumulada no “ego” [em [1]]; podemos supor que é a *descarga do ego* que determina e caracteriza o sono. E aqui, como se percebe de imediato, temos a *precondição dos processos psíquicos primários*.

Não é certo que, nos adultos, o *ego* fique completamente livre de sua carga durante o sono. De qualquer forma, ele retira um enorme número de catexias, que, no entanto, ao despertar, são restabelecidas imediatamente e sem esforço. Isso não contradiz nenhuma de nossas pressuposições; mas chama atenção para o fato de que devemos presumir que, entre os neurônios adequadamente ligados, existem correntes que afetam o nível total [da catexia], tal como ocorre nos vasos comunicantes, embora o nível atingido em cada neurônio em particular precise apenas ser proporcional, e não necessariamente uniforme. [Cf. em [1].]

As peculiaridades do sono revelam uma série de coisas de que talvez não fosse possível suspeitar.

O sono se caracteriza por uma *paralisia motora (paralisia da vontade)*. A vontade é a descarga da Q total de y [em [1]]. No sono, o tônus espinhal fica parcialmente relaxado; é provável que a descarga motora de f se manifeste no tônus; outras inervações persistem [durante o sono], junto com as fontes de sua excitação.

É sumamente interessante que o estado do sono comece e seja provocado pela oclusão dos órgãos sensoriais que podem ser obstruídos. Durante o sono não se produzem percepções, e nada perturba mais o sono do que a aparição de impressões sensoriais, do que a catexização de y a partir de f. Isso parece indicar que, durante a vigília, uma catexia constante, embora deslocável (*atenção*), dirige-se aos neurônios do *pallium*, que recebem percepções de f [em [1]], sendo, pois, bem possível que os processos primários de y sejam levados a cabo com o auxílio dessa contribuição de y [Cf. em [1]]. Resta saber se os próprios neurônios do *pallium* ou os neurônios nucleares adjacentes já se encontram pré-catexizados. Quando retira essas catexias do *pallium*, as percepções incidem sobre os neurônios não-catexizados, sendo pequenas e talvez até incapazes de dar uma indicação de qualidade a partir de W [em [1]]. Como já presumimos, ao se esvaziarem os neurônios, cessa também a inervação de uma descarga que aumenta a atenção. A explicação do enigma do hipnotismo também teria que ser abordada a partir desse *ponto*. A aparente inexcitabilidade dos órgãos sensoriais

[durante a hipnose] deve basear-se nessa retirada da catexia da atenção.

Assim, por meio de um mecanismo automático que é correlato do mecanismo de atenção, exclui as impressões de enquanto está catexizado.

O mais estranho, porém, é que durante o sono ocorrem processos - os sonhos, que têm muitas características que não são compreendidas.

[20] A ANÁLISE DOS SONHOS

Os sonhos apresentam todos os graus de transição até a vigília e a uma mistura com os processos normais; no entanto, é fácil discernir o que constitui a natureza onírica propriamente dita.

(1) Os sonhos *são desprovidos de descarga motora* e, em geral, de elementos motores. Nos sonhos, ficamos paralisados [Ver em [1]].

A explicação mais fácil dessa característica é a falta de pré-catexia espinhal graças à cessação da descarga de . Quando os neurônios não estão catexizados [em [1]], a excitação motora não pode transpor as barreiras . Em outros estados oníricos, o movimento não é excluído. Esta não é a característica mais essencial dos sonhos.

(2) Nos sonhos, as conexões são parcialmente *absurdas*, parcialmente *imbecis*, ou até mesmo sem sentido ou estranhamente loucas.

Esta última característica se explica pelo fato de que, nos sonhos, predomina a *compulsão a associar*, que sem dúvida também domina primordialmente a vida psíquica em geral. Ao que parece, duas catexias coexistentes *precisam* pôr-se em mútua conexão. Colhi alguns exemplos cômicos do predomínio dessa compulsão na vida de vigília. (Por exemplo, alguns homens das províncias que se encontravam no Parlamento francês durante um atentado [a bomba] chegaram à conclusão de que, cada vez que um deputado proferia um bom discurso, era aplaudido ... a tiros.)

As outras duas características, que na realidade são idênticas, demonstram que uma parte das experiências psíquicas [do sonhador] fica esquecida. Com efeito, todas as experiências biológicas que comumente inibem o processo primário são esquecidas, o que se deve à falta de catexia do ego. A insensatez e a ilogicidade dos sonhos devem, provavelmente, ser atribuídas a essa mesma característica. Ao que parece, as catexias que não foram retiradas estabilizam-se, em parte, em direção às facilitações mais próximas e, em parte, em direção às catexias vizinhas. Se a descarga do ego fosse completa, o sono teria que ser forçosamente livre dos sonhos.

(3) As idéias oníricas são de caráter alucinatório; despertam a consciência e recebem crédito.

Essa é a característica mais importante do sono. Manifesta-se de pronto quando há momentos alternantes de sono [e vigília]. A pessoa fecha os olhos e alucina; torna a abri-los e pensa com palavras. Existem várias explicações para o caráter alucinatório das catexias oníricas. Em primeiro lugar, pode-se supor que a *corrente* de f para a mobilidade [durante a vida desperta] impediria uma catexia retroativa dos neurônios a partir de y e que, quando essa corrente cessa, f é retroativamente catexizado, satisfazendo-se assim a condição necessária para [a produção de] qualidade. O único argumento contrário é o de que os neurônios f , pelo fato de não estarem catexizados, deveriam estar protegidos contra a catexia proveniente de y , tal como ocorre com a motilidade. É típico do sono que inverta toda a situação nesse caso, que suspenda a descarga motora vinda de y e que torne possível a descarga retroativa até f . Seria tentador atribuir aqui o papel determinante à grande corrente de descarga que, na vida desperta, vai de y até a motilidade. Em segundo lugar, poderíamos invocar a natureza do processo primário e ressaltar que a lembrança primária de uma percepção é sempre uma alucinação e que somente a inibição por parte do ego nos ensinou a jamais catexizar uma imagem perceptiva de maneira tal que possa transferir Q retroativamente até f . [Ver em [1] e [1].] Para tornar essa hipótese mais aceitável, poder-se-ia acrescentar nesta conexão que, em todo caso, a condução de f é mais fácil que a de y ; de modo que uma catexia y de um neurônio, mesmo quando ultrapassa em muito a catexia perceptiva do mesmo neurônio, ainda assim não precisa ser retroativamente conduzida. Essa explicação é também apoiada pela circunstância de que, nos sonhos, a vivacidade de alucinação é diretamente proporcional à importância - isto é, à catexia quantitativa - da idéia em questão. Isso indica que é Q que determina a alucinação. Quando uma percepção chega de na vida desperta, a catexia de (interesse) a torna sem dúvida mais nítida, mas não vívida; não altera sua característica quantitativa.

(4) O objetivo e o sentido dos sonhos (dos normais, pelo menos) podem ser estabelecidos com certeza. Eles [os sonhos] são *realizações de desejos* - isto é, processos primários que acompanham as experiências de satisfação [em [1]]; e só não são reconhecidos como tal porque a liberação de prazer (a reprodução de traços das descargas de prazer [em [1]]) neles

é escassa, pois, em geral, eles seguem seu curso sem afeto (sem liberação motora). É muito fácil, porém, demonstrar que esta é sua verdadeira natureza. É justamente por essa razão que me sinto inclinado a deduzir que a *catexia de desejo primária também foi de caráter alucinatório* [em [1]].

(5) É digno de nota como a lembrança dos sonhos é fraca e o pouco dano que eles causam, comparados com outros processos primários. Mas isso se explica facilmente pelo fato de que os sonhos, na maior parte, seguem as velhas facilitações e por isso não provocam nenhuma mudança [nelas]; de que as experiências de se mantêm afastadas deles e de que [os sonhos], devido à paralisia da motilidade, não deixam atrás de si nenhum vestígio de descarga.

(6) Além disso, é interessante que, nos sonhos, a *consciência* fornece a qualidade com a mesma facilidade que na vida desperta. Isso demonstra que a consciência não está presa ao ego, podendo agregar-se a qualquer processo y. Isso nos adverte, também, contra uma possível identificação dos processos primários com os processos inconscientes. *Eis aqui dois conselhos para futuro!*

Se, quando a lembrança de um sonho é preservada, indagarmos sobre o seu conteúdo, verificaremos que o significado dos sonhos como realizações de desejo se acha encoberto por uma série de processos : todos os quais são reencontrados nas neuroses, de cuja natureza patológica são característicos [Cf. em [1]].

[21] A CONSCIÊNCIA DO SONHO

A consciência das idéias oníricas é, acima de tudo, descontínua. O que se torna consciente não é uma sucessão integral de associações, mas apenas alguns de seus pontos de parada isolados. Entre os quais existem vínculos intermediários inconscientes que podemos facilmente descobrir quando estamos acordados. Se investigarmos a causa dessas lacunas, eis o que descobriremos. Suponhamos que A [Fig. 15] seja uma idéia onírica que se tornou consciente e que conduz a B. Em vez de B, porém, aparece C na consciência simplesmente porque [ele] se encontra no caminho entre B e uma catexia D, simultaneamente presente. Desse modo, um desvio é produzido por uma catexia simultânea de outra espécie, que,

a propósito, também não é consciente. Por esse motivo, então, C tomou o lugar de B, muito embora B se enquadre na conexão de pensamento, na realização do desejo.

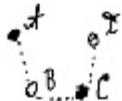


Fig. 15

Por exemplo, [num de meus próprios sonhos,] R. dá uma injeção de propileno em A. Depois, com toda a nitidez, vejo diante de mim trimetilamina, alucinada como uma fórmula. Explicação: o pensamento simultaneamente presente [D] é a natureza sexual da doença de A. Entre esse pensamento e o propileno [A] existe uma associação com uma conversa a respeito da química sexual [B] que tive com W□ Fl[iess], durante a qual ele me chamou especialmente a atenção para a trimetilamina. Isso agora se torna consciente [C] devido à pressão de ambos os lados.

É muito estranho que não se tornem conscientes também o vínculo intermediário (química sexual) [B] e a idéia diversiva (a natureza sexual da doença), coisa que precisa ser explicada. Poder-se-ia supor que as catexias de B ou de D não são, por si sós, suficientemente intensas para fazer o percurso até uma alucinação regressiva, ao passo que C, catexizada de ambos os lados, poderia obter esse resultado. No exemplo escolhido, porém, D (a natureza sexual [da doença]) era certamente tão intenso quanto A (a injeção de propileno), e o derivado dessas duas, a fórmula química [C], era extremamente vívido. O enigma dos vínculos intermediários inconscientes se aplica também ao pensamento desperto, no qual eventos semelhantes são uma ocorrência cotidiana. Mas o que persiste como característica dos sonhos é a facilidade com que a Q se desloca [neles] e, com isso, a substituição de B por um C que lhe é quantitativamente superior.

Algo parecido ocorre, geralmente, com a realização dos desejos no sonho. O que acontece, por exemplo, não é que o desejo se torne consciente e sua realização seja, então, alucinada, mas apenas está última: o vínculo intermediário fica por inferir. Não resta a menor dúvida de que ele foi percorrido, sem que tivesse oportunidade de se desenvolver qualitativamente. É evidente, porém, que a catexia da idéia de desejo nunca poderá ser mais forte que o motivo que impele para ela. Desse modo, a passagem psíquica [da excitação] no sonho se efetua de acordo com Q; mas não é Q que decide o que se tornará consciente.

Dos processos oníricos talvez possamos inferir também que a consciência se

manifesta durante a passagem de uma Q - quer dizer, que não é despertada por uma catexia constante. Deve-se ainda suspeitar de que uma corrente intensa de Q não é favorável à geração da consciência, uma vez que ela [a consciência] se vincula ao resultado do movimento - a uma persistência relativamente tranqüila, por assim dizer, da catexia. Por causa dessas condições mutuamente contraditórias, torna-se difícil discernir o que realmente determina a consciência. Além disso, devemos levar em consideração as circunstâncias em que a consciência se manifesta no processo secundário.

A peculiaridade da consciência onírica, que acabamos de indicar, talvez se explique pelo fato de que o fluxo retroativo de uma corrente de Q até é incompatível com uma corrente enérgica até as vias de associação. Os processos da consciência de parecem estar subordinados a outras condições.

25 set 95

APÊNDICE A: O USO DO CONCEITO DE REGRESSÃO, DE FREUD

O conceito de regressão, prenunciado nas duas últimas seções da Parte I do Projeto, iria desempenhar um papel cada vez mais importante nas teorias de Freud.

Numa nota de rodapé acrescentada em 1914 ao Capítulo VII (B) de A Interpretação dos Sonhos (Edição Standard Brasileira, Vol. V, [1], IMAGO Editora, 1972), o próprio Freud atribuiu a descoberta do conceito de regressão a Albertus Magnus, filósofo escolástico do século XIII, e ao Leviathan de Hobbes (1651). Mas parece tê-lo deduzido ainda mais diretamente da contribuição teórica de Breuer aos Estudos sobre a Histeria (ibid., Vol. III, [1], IMAGO Editora, 1974), publicado apenas alguns meses antes de ele mesmo ter escrito a presente obra. Breuer ali descreveu o movimento retrogressivo da excitação proveniente de uma idéia ou imagem mnêmica desde a percepção (ou alucinação) quase exatamente da mesma maneira aqui descrita por Freud. Ambos usaram a mesma palavra, "rückläufig", aqui traduzida como "retrogressiva".

A palavra alemã "Regression" apareceu pela primeira vez, ao que nos conste (num contexto semelhante), cerca de dezoito meses mais tarde, num rascunho enviado a Fliess no dia 2 de maio de 1897 (Rascunho L, [1]). Mas sua primeira publicação foi em A Interpretação dos Sonhos (1900a), no trecho subseqüentemente vinculado à nota de rodapé citada no início deste Apêndice.

Com o correr do tempo, o termo passou a ser usado nos sentidos mais variados, a certa altura classificado por Freud como "topográfico", "temporal" e "formal".

A regressão "topográfica" é a que Breuer introduziu; foi empregada no Projeto e forma o tema principal do Capítulo VII (B) de A Interpretação dos Sonhos (1900a). Deve seu nome ao quadro diagramático da mente que aparece naquele Capítulo (Edição Standard Brasileira, Vol. V, [1], IMAGO Editora, 1972), que registra a trajetória dos processos psíquicos entre a extremidade perceptiva e a extremidade motora do aparelho psíquico. Na regressão topográfica, a excitação é concebida como um retrocesso que se move no sentido da extremidade perceptiva. Desse modo, o termo constitui, essencialmente, a descrição de um fenômeno psicológico.

A regressão "temporal" tem relações mais estreitas com o material clínico. Surge pela primeira vez, mas sem qualquer referência explícita à "regressão", no caso clínico de "Dora", escrito em 1901, embora só publicado quatro anos depois (1905e). Ali ela aparece relacionada com um exame das perversões (Edição Standard Brasileira, Vol. VII, [1]-[2], IMAGO Editora, 1972). O que se sugere é que, quando algum incidente fortuito na vida posterior inibe o desenvolvimento normal da sexualidade, a conseqüência pode ser o ressurgimento da sexualidade infantil "indiferenciada". Freud apresentou então, pela primeira vez, uma de suas analogias favoritas: "Uma corrente de água que encontra obstáculos no leito do rio fica represada e reverte para velhos canais que antes pareciam fadados a secar". A mesma hipótese, ilustrada pela mesma analogia, aparece mais de uma vez nos Três Ensaio (ibid., Vol. VII, [1]), mas novamente sem mencionar, na primeira edição dessa obra, o termo "regressão", embora ele ocorra em vários trechos acrescentados às edições posteriores (por exemplo, ibid., [1], acrescentado em 1915). Essa espécie de regressão já fora identificada nos Três Ensaio como desempenhando um papel não só nas perversões como também nas neuroses (ibid., [1]), até na escolha normal de objeto na puberdade (ibid., [1]).

A princípio, não se percebeu nitidamente que existiam de fato dois tipos de

mecanismos diferentes nessa regressão "temporal". Tanto se poderia tratar simplesmente de um retorno a um objeto libidinal anterior, como de um retorno da própria libido a modos de funcionamento anteriores. Esses dois tipos já se encontram, de fato, implícitos no exame das perversões nos Três Ensaio, onde fica patente que pode haver um retorno tanto a um objetivo sexual anterior como a um objeto sexual anterior. (Essa distinção fica bem clara na Conferência XXII das Conferências Introdutórias (1916-17), Edição Standard Brasileira, Vol. XVI, [1].) Assim como o primeiro desses tipos de regressão temporal é particularmente característico da histeria, o segundo está especialmente associado à neurose obsessiva. Já se haviam fornecido exemplos dessa relação no caso clínico do "Homem dos Ratos" (1909d), *ibid.*, X, [1]-[1]. Mas só se chegou à plena compreensão de sua importância com o advento da hipótese dos pontos de fixação e das organizações pré-genitais no desenvolvimento da libido. Aí foi possível compreender o efeito da frustração como causa da regressão da libido para algum ponto de fixação anterior. Isso se tornou especialmente claro em dois artigos: "Tipos de Desencadeamento da Neurose" (1912c), *ibid.*, Vol. XII, ver em [1], e "A Predisposição à Neurose Obsessiva" (1913i), *ibid.*, Vol. XII, ver em [1]-[2]. Mas já se suspeitava de que um processo semelhante também deveria estar em ação nos distúrbios mais graves, na esquizofrenia e na paranóia, hipótese cuja prova seria encontrada no estudo da autobiografia de Schreber (1911c), *ibid.*, ver em [1].

Se aceitarmos a última definição de Freud para a "defesa" (em Inibição, Sintoma e Angústia, 1926d, *ibid.*, XX, [1]-[2]), como uma "designação geral para todas as técnicas a que o ego recorre nos conflitos que podem levar a uma neurose", talvez possamos considerar todos esses exemplos de regressão "temporal" como mecanismos de defesa. Isso, porém, dificilmente pode ser dito, salvo em sentido muito indireto, sobre outra manifestação clínica da regressão - a transferência - que foi examinada por Freud em seu artigo técnico "A Dinâmica da Transferência" (1912b), *ibid.*, XII, ver em [1]-[2]. Essa forma especial de regressão temporal foi alvo de alguns outros comentários interessantes em A História do Movimento Psicanalítico (1914d), Edição Standard Brasileira, Vol. XIV, [1]-[2], IMAGO Editora, 1974.

A terceira espécie de regressão de Freud - a regressão "formal" - descrita por ele como ocorrendo "onde os métodos primitivos de expressão e representação tomam o lugar dos métodos habituais" (A Interpretação dos Sonhos, Edição Standard Brasileira, Vol. V, [1], IMAGO Editora, 1972) - foi por ele examinada sobretudo nas Conferências X, XI e XII das Conferências Introdutórias em relação

com os sonhos, o simbolismo e a lingüística.

As próprias classificações de Freud dessas várias espécies de regressão não foram uniformes. Na primeira delas, nas Cinco Lições (1910a), Edição Standard Brasileira, Vol. XI, [1], IMAGO Editora, 1970, ele descreveu a regressão "temporal" e a "formal". No parágrafo incluído em 1914 em A Interpretação dos Sonhos, *ibid.*, Vol. V, [1], ele acrescentou a regressão "topográfica". Em seu artigo metapsicológico sobre os sonhos (1917d), escrito em 1915, falou (*ibid.*, Vol. XIV, [1]-[2]) de dois tipos de regressão "temporal", "um afetando o desenvolvimento do ego e outro, o da libido"; e em (*ibid.*, em [1]), referiu-se a uma regressão "topográfica", diferenciando-a da "já mencionada regressão temporal ou evolutiva". Por fim, na Conferência XIII das Conferências Introdutórias (1916-1917), Edição Standard Brasileira, Vol. XV, em [1], diferenciou uma regressão "formal" de uma "material".

Ao considerar essas pequenas variações de terminologia, convém lembrar o comentário final de Freud no parágrafo acrescentado em 1914 à Interpretação dos Sonhos (Edição Standard Brasileira, Vol. V, em [1], IMAGO Editora, 1972), que já citamos mais de uma vez: "Todas essas três espécies de regressão; porém, são no fundo uma só e ocorrem, em geral, simultaneamente; pois a que é mais antiga no tempo é a mais primitiva na forma, e na topografia psíquica situa-se mais próxima da extremidade perceptual".

PARTE II

PSICOPATOLOGIA

A primeira parte desse projeto continha, mais ou menos a priori, tudo o que se poderia deduzir das hipóteses básicas, modelado e corrigido segundo várias experiências concretas. Esta segunda parte procura inferir na análise dos processos patológicos alguns determinantes adicionais do sistema fundamentado nas hipóteses básicas; uma terceira parte tentará estruturar, a partir das duas anteriores, as características do transcurso normal dos eventos psíquicos.

A. Psicopatologia da Histeria

[1] A COMPULSÃO HISTÉRICA

Começarei pelo estudo dos fenômenos que ocorrem na histeria, sem que lhe sejam forçosamente peculiares. - O que antes de mais nada chama a atenção de qualquer observador da histeria é o fato de que os pacientes histéricos estão sujeitos a uma compulsão exercida por idéias excessivamente intensas. Assim, por exemplo, uma idéia pode surgir na consciência com freqüência particular, sem que a passagem [dos eventos] a justifique; ou a ativação dessa idéia será acompanhada de conseqüências psíquicas que são inteligíveis. A emergência da idéia excessivamente intensa acarreta conseqüências que, por um lado, não podem ser suprimidas e, por outro, não podem ser compreendidas - descarga de afeto, inervações motoras, impedimentos. A pessoa não fica, de modo algum, alheia ao caráter surpreendente da situação.

As idéias excessivamente intensas também ocorrem normalmente. Elas conferem individualidade ao ego. Não nos surpreendem quando conhecemos seu desenvolvimento genético (educação, experiências) e seus motivos. Estamos acostumados a considerar essas idéias excessivamente intensas como produto de motivos imperiosos e justificáveis. As idéias histéricas excessivamente intensas, ao contrário, surpreendem por sua extravagância; são idéias que não teriam conseqüências em outras pessoas e cuja importância não conseguimos entender. Parecem-nos intrusas, usurpadoras e, conseqüentemente, ridículas.

A compulsão histérica é, portanto, (1) ininteligível, (2) incapaz de resolver-se pela atividade do pensamento, (3) incongruente em sua estrutura.

Existe uma compulsão neurótica simples que pode ser contrastada com a de tipo histérica. Assim, por exemplo, um homem pode ter corrido o risco de cair de uma carruagem e, desde então, ser-lhe impossível viajar dessa maneira. Essa compulsão é (1) inteligível, pois se conhece sua origem e (3) congruente, pois a associação com o perigo justifica a relação entre o viajar de carruagem e o medo. No entanto, não é também passível de ser solucionada pela atividade do pensamento. Esta última característica não pode ser considerada como inteiramente patológica: também as nossas idéias normais excessivamente intensas são, muitas vezes, impossíveis de solucionar. Negar-se-ia à compulsão histérica qualquer caráter patológico, se a experiência não nos demonstrasse que, nas pessoas saudáveis, tal compulsão só persiste por um breve espaço de tempo depois de sua ocorrência, desintegrando-se gradativamente. A persistência da compulsão é, pois, patológica e indica uma neurose simples.

Nossa análise mostra agora que a compulsão histérica se resolve

imediatamente, é explicada (tornada inteligível). Essas características são, assim, em essência uma. Aprendemos na análise, também, como opera o processo do aparecimento da absurdidade e da incongruidade. O resultado da análise, expressa em termos gerais, apresenta-se como se segue:

Antes da análise, A é uma idéia excessivamente intensa que irrompe na consciência com demasiada freqüência, provocando a cada vez o pranto. A pessoa não sabe por que chora diante de A; acha absurdo, mas não consegue evitar.

Depois da análise, descobriu-se que existe uma idéia B que, com toda a razão, é motivo de pranto, e que com toda a razão se repete freqüentemente enquanto a pessoa não pratica contra ela uma determinada ação psíquica bastante complicada. O efeito de B não é absurdo; é inteligível para a pessoa e pode até ser combatido por ela.

B mantém uma relação particular com A.

Pois houve uma ocorrência que consistiu de B + A. A foi uma circunstância incidental; B foi apropriado para produzir um efeito duradouro. A reprodução desse evento na memória tomou agora uma forma de tipo tal que é como se A tomasse o lugar de B. B tornou-se um substituto, um símbolo de B. Daí a incongruidade: A é acompanhado de conseqüências que não parecem adequadas, que não se enquadram nele.

A formação de símbolos também ocorre normalmente. Um soldado é capaz de se sacrificar por um farrapo multicolor preso a um mastro, por que isso se transformou para ele no símbolo de sua pátria, e ninguém considera isso neurótico.

Mas o símbolo histórico porta-se de outra maneira. O cavaleiro que se bate pela luva de sua dama sabe, em primeiro lugar, que a luva deve toda a sua importância à dama; e, em segundo lugar, sua veneração pela luva não o impede, de modo algum, de pensar na dama e de servi-la de outras formas. O histórico, que chora por causa de A, não percebe que isso se deve à associação A-B, sendo que B não desempenha o menor papel em sua vida psíquica. Neste caso, a coisa foi completamente substituída pelo símbolo.

Essa confirmação está certa no sentido mais estrito. Nós [podemos] convencer[-nos] de que, sempre que é evocada, do exterior ou por associação, alguma coisa que de fato deveria catexizar B, em seu lugar aparece A na consciência. A rigor, pode-se deduzir a natureza de B a partir das causas provocadoras que - de maneira marcante - suscitam o aparecimento de A.

Em suma: A é compulsiva e B está recalçada (ao menos da consciência).

A análise levou a esta surpreendente conclusão: para cada compulsão existe um recalque correspondente e, para cada intrusão excessiva na consciência, existe uma amnésia correspondente.

A expressão "excessivamente intensa" aponta para características quantitativas. É plausível supor que o recalçamento tenha o sentido quantitativo de ser despojado de Q, e que a soma dos dois [da compulsão e do recalçamento] seja igual ao normal. Sendo assim, só a distribuição se modificou. Algo foi acrescentado a A, que foi subtraído de B. O processo patológico é um processo de deslocamento, tal como vimos a conhecer nos sonhos - ou seja, um processo primário.

[2] A GÊNESE DA COMPULSÃO HISTÉRICA

Surgem agora várias perguntas importantes. Em que condições ocorrem semelhante formação simbólica patológica [e] (por outro lado) semelhante recalçamento? Qual a força ativa que intervém? Em que estado se encontram os neurônios da idéia excessivamente intensa e os da idéia recalçada?

Nada se poderia depreender disso e nada mais se poderia construir, se a experiência clínica não nos ensinasse dois fatos. Primeiro, que o recalçamento é invariavelmente aplicado a idéias que despertam no *ego* um afeto penoso (de desprazer) e segundo, a idéia[s] provenientes da vida sexual.

Já se pode suspeitar que é esse afeto desprazeroso que aciona o recalçamento. De fato, já

presumimos a existência de uma *defesa primária* que consiste na inversão da corrente de pensamento assim que ele se depara com um neurônio cuja catexização libera desprazer. [Cf. em [1] e [2]-[3].] A justificação dessa [hipótese] surgiu de duas experiências: (1) que a catexia desse neurônio certamente não era a que estava sendo procurada quando o processo de pensamento visava, originalmente, estabelecer uma situação de satisfação de y; (2) que, quando uma experiência de dor é terminada por um reflexo, a percepção hostil é substituída por outra [em [1]].

Podemos, porém, convencer-nos de modo mais direto quanto ao papel desempenhado pelo afeto defensivo. Se investigarmos o estado da [idéia] recalcada *B*, comprovaremos que é fácil encontrá-la e levá-la à consciência. Isso constitui uma surpresa, pois seria perfeitamente possível supor que *B* estivesse realmente esquecida, que não houvesse restado em y nenhum traço mnêmico de *B*. Mas não, *B* é uma imagem mnêmica como outra qualquer; não se extingue. Mas se, como de costume, *B* for um complexo de catexias, surgirá então uma *resistência*, extraordinariamente forte e difícil de vencer, contra a atividade de pensamento com *B*. Podemos imediatamente reconhecer nessa resistência a *B* a medida de *compulsão* exercida por *A* e concluir que a força que recalçou *B* no passado pode ser aqui vista em ação mais uma vez. Ao mesmo tempo, aprendemos algo mais. Até agora sabia-se apenas que *B* não podia se tornar *consciente*; ignorava-se tudo a respeito da relação de *B* com a catexia de pensamento. Agora aprendemos que a resistência é dirigida contra qualquer pensamento que tenha qualquer relação com *B*, mesmo que esta [*B*] já se tenha tornado parcialmente consciente. Assim, em vez de excluída da consciência, pode-se dizer *excluída do processo de pensamento*.

Existe, portanto, um processo defensivo oriundo do *ego catexizado* que resulta no recalçamento histórico e, concomitantemente, na compulsão histórica. Nesse sentido, o processo parece diferenciar-se dos processos y primários.

[3] A DEFESA PATOLÓGICA

Não obstante, ainda estamos longe de uma solução. Como se sabe, o resultado

do recalçamento histórico se distingue profundamente do da defesa normal, que se conhece com exatidão. É um dado de observação geral que evitamos pensar em coisas que despertam unicamente desprazer, e o fazemos desviando o pensamento para outras coisas. Se conseguirmos, porém, consoantemente, fazer com que a [idéia] B incompatível surja raramente em nossa consciência, por tê-la mantido tão isolada quanto possível, ainda assim jamais conseguiremos esquecer B a ponto de nenhuma percepção nova reavivar sua lembrança. Ora, tampouco na histeria é possível evitar semelhante reativação; a única diferença consiste no fato de que então, em vez de B, A sempre se torna consciente - isto é, catexizada. É, portanto, a formação simbólica desse tipo estável que constitui a função que ultrapassa a defesa normal.

A explicação mais óbvia para essa função aumentada seria a de atribuí-la à maior intensidade do afeto defensivo. A experiência demonstra, porém, que as lembranças mais penosas, que deveriam necessariamente despertar o maior desprazer (a lembrança do remorso pelas más ações), não podem ser recalçadas e substituídas por símbolos. A existência de uma segunda precondição da defesa patológica [Cf. em [1]] - a sexualidade - também sugere que a explicação deve ser buscada em outra parte. É impossível supor que os afetos sexuais penosos superem tanto em intensidade a todos os demais afetos desprazerosos. Deve haver alguma outra característica das idéias sexuais capaz de explicar como é que só elas ficam sujeitas ao recalçamento.

Cumpramos acrescentar aqui ainda outra observação. É evidente que o recalçamento histórico ocorre mediante o auxílio da formação de símbolos, do deslocamento para outros neurônios. Poder-se-ia supor, então, que o enigma reside apenas no mecanismo desse deslocamento e que não há nada a explicar sobre o próprio recalçamento. No entanto, quando chegarmos à análise da neurose obsessiva, por exemplo, veremos que nela existe um recalçamento sem formação de símbolos e, de fato, que o recalque e a substituição estão separados cronologicamente. Por conseguinte, o processo de recalçamento continua sendo o cerne do enigma.

Vimos que a compulsão histérica se origina de um tipo peculiar de movimento da Q (formação simbólica), que é provavelmente um processo primário, uma vez que pode ser facilmente demonstrado nos sonhos; [e vimos] que a força ativadora desse processo é a defesa por parte do ego, a qual, no entanto, desempenha aqui mais do que a sua função normal [em [1]]. Precisamos de uma explicação para o fato de que um processo-do-ego possa acarretar conseqüências que estamos acostumados a encontrar somente nos processos primários. Devemos esperar aqui a intervenção de determinantes psíquicos muito especiais. Sabemos da observação clínica que tudo isso ocorre apenas na esfera sexual; de modo que talvez tenhamos que explicar o determinante psíquico especial a partir das características naturais da sexualidade.

Ora, acontece que existe na esfera sexual uma constelação psíquica toda especial que bem poderia ser útil para nossos fins. Vou ilustrá-la (já o conhecemos empiricamente) com um exemplo.

Emma acha-se dominada, atualmente, pela compulsão de não poder entrar nas lojas sozinha. Como motivo para isso, [apresentou] uma lembrança da época em que tinha doze anos (pouco depois da puberdade). Ela entrou numa loja para comprar algo, viu dois vendedores (de um dos quais ainda se lembra) rindo juntos, e saiu correndo, tomada de uma espécie de afeto de susto. Em relação a isso, terminou recordando que os dois estavam rindo das roupas dela e que um deles a havia agradado sexualmente.

Tanto a relação desses fragmentos [entre si] como o efeito da experiência são ininteligíveis. Se ela se sentiu mal porque suas roupas eram alvo de riso, isso terá sido remediado há muito tempo, desde que passou a se vestir como uma moça [crescida]. Além disso, entrar sozinha ou acompanhada numa loja nada tem a ver com as roupas que ela usa. Que ela não precisa simplesmente de proteção é algo que fica comprovado pelo fato de que, como acontece nos casos de agorafobia, até a companhia de uma criança pequena é suficiente para dar-lhe segurança. Existe ainda o fato, totalmente incongruente, de um dos vendedores tê-la agradado; para isso também não faria diferença estar acompanhada ou não. Por conseguinte, as lembranças despertadas não explicam nem a compulsão nem a determinação do sintoma.

As novas investigações revelaram uma segunda lembrança, que ela nega ter

tido em mente na ocasião da Cena I. Também não há nada que a comprove. Aos oito anos de idade, ela esteve numa confeitaria em duas ocasiões para comprar doces, e na primeira o proprietário agarrou-lhe as partes genitais por cima da roupa. Apesar da primeira experiência, ela voltou lá uma segunda vez; depois, parou de ir. Agora, recria-se por ter ido a segunda vez, como se com isso tivesse querido provocar a investida. De fato, seu estado de "consciência pesada e opressiva" remonta a essa experiência.

Agora compreendemos a Cena I (vendedores), combinando-a com a Cena II (proprietário da confeitaria). Basta estabelecer um vínculo associativo entre ambas. Ela própria indicou que ele é fornecido pelo riso: o riso dos vendedores a fez lembrar-se do sorriso com que o proprietário da confeitaria acompanhou sua investida. A marcha dos acontecimentos pode ser reconstituída. Na loja, os dois vendedores estavam rindo; esse riso evocou (inconscientemente) a lembrança do proprietário. De fato, a segunda situação tinha ainda outra semelhança [com a primeira]: ela mais uma vez estava sozinha na loja. Juntamente com o dono da confeitaria, lembrou-se de que ele a agarrara por cima da roupa; de que desde então ela alcançara a puberdade. A lembrança despertou o que ela certamente não era capaz na ocasião, uma liberação sexual, que se transformou em angústia. Devido a essa angústia, ela temeu que os vendedores da loja pudessem repetir o atentado e saiu correndo.

Não resta dúvida de que estão aqui misturadas duas espécies de processos □□ e de que a lembrança da Cena II (proprietário da confeitaria) ocorreu num estado muito diferente do da primeira. O que se passou pode ser representado da seguinte maneira [Fig. 16].



Fig. 16

No desenho as idéias em escuro correspondem às percepções que foram lembradas. O fato de que liberação sexual também penetrou na consciência

ficou comprovado pela idéia, de outro modo incompreensível, da atração que ela sentiu pelo vendedor que ria. O resultado - não permanecer sozinha na loja, devido ao risco de atentado - é construído de maneira perfeitamente racional, levando em conta todos os elementos do processo associativo. No entanto, nada do processo (representado embaixo) penetrou na consciência, a não ser o elemento "roupas"; e o pensamento conscientemente operante estabeleceu duas conexões falsas no material à sua disposição (vendedores, riso, roupas, sensação sexual): primeiro, que riam dela por causa da roupa e, segundo, que ela havia ficado sexualmente excitada por um dos vendedores.

Todo o complexo ([círculos] não escurecidos) estava representado na consciência de "roupas", evidentemente a mais inocente. Aqui houve um recalçamento acompanhado pela formação de símbolos. O fato de o efeito - o sintoma - ser então construído de modo perfeitamente racional [ver acima], sem que o símbolo desempenhasse qualquer papel nele, é, na realidade, uma peculiaridade desse caso.

Poder-se-ia dizer que é muito comum uma associação passar por uma série de vínculos intermediários inconscientes antes de chegar a um que seja consciente, como acontece aqui. Nesse caso, o elemento que penetra na consciência é, provavelmente, o que desperta interesse especial. No nosso exemplo, porém, o que chama atenção é justamente que o elemento que penetra na consciência não é o que desperta interesse (o atentado), mas outro, na qualidade de símbolo (as roupas). Se nos perguntarmos qual seria a causa desse processo patológico interpolado, só poderemos indicar uma - a liberação sexual, da qual também há provas na consciência. Isso está vinculado à lembrança do atentado; mas é altamente digno de nota o fato de ela [a liberação sexual] não se vinculou ao atentado quando esse foi cometido. Temos aqui um caso em que uma lembrança desperta um afeto que não pôde suscitar quando ocorreu como experiência, porque, nesse entretempo, as mudanças [trazidas] pela puberdade tornaram possível uma compreensão diferente do que era lembrado.

Ora, esse caso é típico do recalçamento na histeria. Constatamos invariavelmente que se recalçam lembranças que só se tornaram traumáticas por ação retardada. A causa desse estado de coisas é o retardamento da puberdade em comparação com o resto do desenvolvimento do indivíduo.

Embora, em geral, não se dê na vida psíquica a situação de uma lembrança despertar um afeto que não existiu por ocasião da experiência, tal é, no entanto, uma ocorrência muito comum no caso das idéias sexuais, precisamente porque o retardamento da puberdade constitui uma característica geral da organização. Cada indivíduo adolescente porta traços de memória que só podem ser compreendidos com a manifestação de suas próprias sensações sexuais; todo adolescente, portanto, traz dentro de si o germe da histeria. É evidente que terá de haver também outros fatores concomitantes, já que essa tendência universal fica limitada ao pequeno número de pessoas que realmente se tornam histéricas. Ora, a análise indica que o que há de perturbador num trauma sexual é, sem dúvida, a liberação do afeto; e a experiência nos ensina que os histéricos são pessoas das quais se sabe que, em parte, tornaram-se prematuramente excitáveis em sua sexualidade devido à estimulação mecânica e emocional (masturbação), e das quais, em parte, podemos supor que uma liberação sexual prematura está presente na sua disposição inata. Mas o início prematuro da liberação sexual ou a insatisfação prematura da liberação sexual evidentemente se equivalem, de modo que essa condição fica reduzida a um fator quantitativo.

Em que consiste, porém, o significado dessa prematuridade da liberação sexual? Aqui, todo o peso recai sobre a prematuridade, pois não se pode afirmar que a liberação sexual em geral origine o recalçamento; isso converteria o recalque, mais uma vez, num processo de frequência normal.

[6] PERTURBAÇÃO DO PENSAMENTO PELO AFETO

Não podemos refutar [o fato] de que a perturbação do processo psíquico normal teria dois determinantes: (1) que a liberação sexual estaria ligada a uma lembrança, e não a uma experiência, (2) que a liberação sexual ocorreria prematuramente. Essas duas ocorrências produziriam uma perturbação que ultrapassa o normal, mas que também está potencialmente presente no normal.

A experiência cotidiana ensina que a geração de afeto inibe de várias maneiras

o curso normal do pensamento. Em primeiro lugar, isso se dá no sentido de serem esquecidas muitas vias de pensamento que seriam normalmente levadas em conta - isto é, à semelhança do que ocorre nos sonhos [Ver em [1]]. Assim, por exemplo, ocorreu-me, durante a agitação causada por uma grande angústia, esquecer de fazer uso do telefone que acabara de ser instalado em minha casa. A via recém-estabelecida sucumbia ao estado afetivo: a facilitação - ou seja, o que estava estabelecido desde longa data - levou a melhor. Esse esquecimento envolve o desaparecimento da [capacidade de] seleção, da eficiência e da lógica no decurso [do pensamento], tal como acontece nos sonhos. Em segundo lugar, [o afeto inibe o pensamento] no sentido de que, sem que haja nenhum esquecimento, adotam-se vias que são geralmente evitadas: sobretudo, vias que conduzem à descarga, [tais como] ações [efetuadas] sob a influência do afeto. Em suma, pois, o processo afetivo se aproxima do processo primário não inibido.

Disso se devem extrair várias inferências. Primeiro, que na liberação afetiva se intensifica a própria idéia liberadora; segundo, que a função principal do ego catexizado consiste em evitar novos processos afetivos e em reduzir as antigas facilitações afetivas. Essa posição só pode ser descrita da seguinte maneira. Originalmente, uma catexia perceptual, em sua qualidade de herdeira de uma experiência dolorosa, gerou desprazer; ela [a catexia] foi intensificada pela Q liberada, prosseguindo então até a descarga por vias de passagem que já se encontravam parcialmente pré-facilitadas. Uma vez formado o ego catexizado, a "atenção" para as novas catexias perceptuais desenvolveu-se da forma que conhecemos [em. [1] e [2]] e ela [a atenção] seguiu, com as catexias colaterais, o curso [da quantidade] proveniente da percepção. Desse modo, a liberação de desprazer ficou quantitativamente restrita e seu início serviu, precisamente, de sinal para o ego pôr em ação a defesa normal [em [1]]; assim se evitou o desenvolvimento muito fácil de novas experiências de dor, com todas as suas facilitações. Todavia, quanto mais intensa é a liberação de desprazer, tanto mais penosa é a tarefa para o ego, que, com suas catexias colaterais, afinal só consegue contrabalançar as Qs até determinado limite, estando portanto fadado a permitir a ocorrência de uma passagem primária [de quantidade].

Além disso, quanto maior é a quantidade que se esforça por passar, tanto mais difícil é para o ego a atividade de pensamento, que, segundo tudo indica, consiste no deslocamento experimental de pequenas Qs, [em [1] e [2]]. A "reflexão" é uma atividade do ego que exige tempo e que se torna impossível quando existem grandes Qs no nível do afeto. Eis por que há uma precipitação quando existe afeto, assim como uma seleção de vias semelhantes à que se adota no processo primário.

Por conseguinte, cabe ao ego não permitir nenhuma liberação de afeto, pois este, ao mesmo tempo, permite um processo primário. Seu melhor instrumento para esse fim é o mecanismo da atenção. Se uma catexia liberadora de desprazer conseguisse escapar à atenção, o ego chegaria tarde demais para neutralizá-la. Ora, isso é justamente o que acontece no caso da *proton pseudos* [primeira mentira] histórica. A atenção está [normalmente] concentrada nas percepções, onde geralmente se originam as liberações de desprazer. Aqui, [porém, o que aparece] não é uma percepção, mas uma lembrança, que inesperadamente libera desprazer, e o ego só descobre isso tarde demais. Ele permitiu que houvesse um processo primário porque não esperava que tal acontecesse.

Existem, também, outras ocasiões em que as lembranças liberam desprazer, o que é, sem dúvida, perfeitamente normal no caso das lembranças mais recentes. Quando o trauma (a experiência da dor) ocorre - os primeiros [traumas] escapam totalmente o ego - num momento em que já existe um ego, produz-se de início uma liberação de desprazer, mas o ego também atua simultaneamente, criando catexias colaterais. Quando a catexia se repete, e o desprazer também se repete, mas as facilitações-do-ego igualmente já se acham presentes: a experiência demonstra que a liberação [de desprazer] diminui de intensidade na segunda vez, até que, depois de várias repetições, ela se reduz à intensidade de um sinal aceitável para ao ego. [Cf. em [1], atrás.] Assim, pois, o essencial é que, por ocasião da primeira liberação de desprazer, não ocorra como experiência afetiva primária póstuma; essa [condição] é precisamente o que ocorre quando a lembrança é a primeira a motivar a liberação de desprazer, como no caso da *proton pseudos* histórica.

Com isso, parece confirmada a importância de um dos determinantes que apresentamos [em [1]] e que foi fornecido pela experiência clínica: o retardamento da puberdade possibilita os processos primários póstumos.

PARTE III

TENTATIVA DE REPRESENTAR OS PROCESSOS NORMAIS

5 out. 95.

[1]

Deve ser possível explicar em termos mecânicos [em [1]] o que denominei processos secundários, através do efeito produzido por uma massa de neurônios (o ego) constantemente catexizados sobre outros com catexias variáveis. Começarei por uma tentativa de representação psicológica dos processos dessa espécie.

Se de um lado tenho o ego e, de outro, as percepções - isto é, catexias em provenientes de (do mundo externo) -, então terei de encontrar um mecanismo que induza o ego a seguir as percepções e a influir sobre elas. Encontro-o [esse mecanismo] no fato de que, segundo meus pressupostos, toda percepção invariavelmente excita , dando assim origem a indicações de qualidade. Ou, para ser mais exato, excita a consciência (a consciência de uma qualidade) em , e a descarga da excitação de fornecerá, [como] toda descarga, informações a , o que constitui de fato a indicação de qualidade. Por conseguinte, proponho a sugestão de que seriam essas indicações de qualidade as que interessam a na percepção. [Cf. em [1].]

Tal seria o mecanismo da atenção psíquica. Acho difícil dar uma explicação mecânica (automática) para a sua origem. Por esse motivo, creioque ela é biologicamente determinada - isto é, que se conservou no curso da evolução psíquica, pois qualquer outro comportamento de y ficou excluído por ser gerador de desprazer. O efeito da atenção psíquica é a catexia dos mesmos neurônios que são os portadores da catexia perceptual. Esse estado tem um protótipo na experiência de satisfação [em [1]], que é tão importante para todo o curso de desenvolvimento, e em suas repetições: estados de anseio que evoluem para estados de desejo e estados de expectativa. Já demonstrei [Parte I, Seções 16-8] que esses estados contêm a justificativa biológica de todo o pensamento. A situação psíquica neles é a seguinte. O anseio implica um estado de tensão no ego e, em consequência disso, a representação do objeto amado (a idéia de desejo) é catexizada. A experiência biológica nos ensina que essa idéia não deve ser tão intensamente catexizada a ponto de se confundir com uma percepção, e que sua descarga deve ser adiada até que da idéia partam indicações de qualidade que comprovem que a idéia agora é real, que é uma catexia perceptiva. Quando surge uma percepção idêntica ou semelhante à idéia, ela encontra seus neurônios pré-catexizados pelo desejo - quer dizer, todos ou parte deles já catexizados - na medida em que ambas coincidam. A diferença entre a idéia e a percepção recém-chegada dá origem, então, ao processo de pensamento, que chegará a seu fim quando se tiver encontrado uma via pela qual as catexias perceptuais supérfluas [isto é, indesejadas] se houverem convertido em catexias ideativas. Com isso se terá obtido a identidade. [Cf. em [1]]

A atenção consiste, pois, em estabelecer o estado psíquico de expectativa, inclusive para aquelas percepções que não coincidem, em parte, com as catexias de desejo. Acontece, simplesmente, que se tornou importante mandar catexias ao encontro de todas as percepções, uma vez entre elas podem estar as desejadas. A atenção é biologicamente justificada; basta apenas orientar o ego quanto a qual catexia expectante ele deve estabelecer, e é para esse fim que servem as indicações de qualidade.

Talvez seja possível examinar com maior exatidão o processo de adoção de uma atitude psíquica. Suponhamos que, de início, o ego não esteja previamente

preparado; e surja uma catexia perceptual, seguida por sua indicação de qualidade. A íntima facilitação entre os dois elementos de informação intensificará a catexia perceptual e produzirá então a catexia dos neurônios perceptuais com atenção. A próxima percepção do mesmo objeto conduzirá (de acordo com a segunda lei de associação) a uma catexia mais plena da mesma percepção, e apenas esta será a percepção que é psiquicamente utilizável.

(Já esta primeira parte da descrição fornece uma tese de suma importância. A catexia perceptual, quando ocorre pela primeira vez, tem pouca intensidade, com escassa Q; na segunda vez, quando existe uma pré-catexia y, ela é quantitativamente maior. Ora, em princípio, o juízo sobre as características quantitativas do objeto não é modificado pela atenção. Conseqüentemente, a Q externa dos objetos não pode ser expressa em y pela Q psíquica. A Q psíquica significa algo bem diferente, que não está representando na realidade, e, efetivamente, a Q externa está expressa em por algo diferente - pela complexidade das catexias [em [1]]. Mas é por esse meio que a Q externa se mantém afastada de y.)

A próxima descrição é ainda mais satisfatória. Como resultado da experiência biológica, a atenção y está constantemente voltada para as indicações de qualidade. Essas ocorrem, pois, em neurônios pré-catexizados e com quantidade suficientemente grande. As informações da qualidade, assim intensificadas, intensificam por sua vez, graças à sua facilitação, as catexias perceptivas; e o ego aprende a fazer com que suas catexias de atenção sigam o curso desse movimento associativo ao passarem da indicação de qualidade para a percepção. Com isso ele [o ego] é levado a catexizar precisamente as percepções corretas ou a seu meio. Com efeito, se admitirmos que é a mesma Q procedente do ego que percorre a facilitação entre a indicação de qualidade e a percepção, teremos realmente encontrado uma explicação mecânica (automática) para a catexia da atenção [em [1]]. Desse modo, a atenção abandona as indicações de qualidade para dirigir-se aos neurônios perceptivos, agora hipercatexizados [em [1]].

Suponhamos que, por um motivo qualquer, o mecanismo da atenção falhe; nesse caso, não se produzirá a catexia y dos neurônios perceptivos, ea Q que os atingiu se transmitirá (de maneira puramente associativa) na direção das melhores facilitações, na medida em que o permitam as relações entre as resistências e a quantidade da catexia perceptiva. [Cf. em [1].] Provavelmente, essa passagem [de quantidade] não tardaria a chegar a seu fim, já que Q se divide e logo se reduz, em algum neurônio mais próximo, a um nível demasiadamente baixo para seguir adiante. A passagem da quantidade perceptiva, em certas circunstâncias, subseqüentemente pode excitar a atenção, ou de novo, não pode. Nesse caso ele termina não absorvido na catexia de algum

neurônio vizinho, de cujo destino nada sabemos. Tal é a passagem da percepção sem atenção, como deve acontecer inúmeras vezes por dia. Como demonstrará a análise do processo da atenção, a passagem não pode ir muito longe, de onde se deduz que a quantidade perceptiva é pequena.

Em compensação, se um [neurônio] perceptivo recebeu sua catexia da atenção, pode acontecer uma série de coisas, entre as quais se devem ressaltar duas situações - a do pensamento comum e a do pensamento meramente observador. Este último caso parece o mais simples; corresponde mais ou menos ao estado do investigador que fez uma percepção e pergunta a si mesmo: o que significa isso? aonde leva? Então procede da seguinte forma. (Para maior simplicidade, porém, agora terei que substituir a catexia da percepção complexa pela de um único neurônio.) O neurônio perceptivo está hipercatexizado; a quantidade composta de Q e Q flui na direção das melhores facilidades e, de acordo com a resistência e a quantidade, transporá algumas barreiras e catexizará novos neurônios associados; outras barreiras serão superadas, porque a fração [de quantidade] que incide sobre eles é inferior ao limiar. Seguramente, agora serão catexizados neurônios mais numerosos e mais remotos do que no caso de um mero processo associativo destituído de atenção. Também aqui, a corrente acabará desembocando em determinadas catexiastermi nais ou numa só. O resultado da atenção será que, em vez de percepção, aparecerão uma ou várias catexias mnêmicas (ligadas por associação ao neurônio inicial).

Para maior simplicidade, suponhamos que se trate de uma única imagem mnêmica. Se esta pudesse ser novamente catexizada (com atenção) a partir de y , o jogo se repetiria: a Q tornaria a fluir mais uma vez e catexizaria (despertaria) uma nova imagem mnêmica, recorrendo para isso à via de melhor facilidade. Ora, o propósito do pensamento observador é, evidentemente, o de se familiarizar ao máximo com as vias que partem da percepção; pois, desse modo, ele poderá realmente esgotar o conhecimento do objeto perceptivo. Note-se que a forma de pensamento aqui descrita leva à cognição. Por esse motivo, precisa-se, mais uma vez, não só de uma catexia y para as imagens mnêmicas já alcançadas, como também de um mecanismo que leve essa catexia aos lugares certos. De que outra maneira os neurônios y do ego poderiam saber para onde a catexia deve ser dirigida? Um mecanismo de atenção como o que acabamos de descrever mais acima, porém, torna a pressupor indicações de qualidade. Será que elas surgem durante a passagem associativa [de quantidade]? Segundo os nossos pressupostos, normalmente, não como regra. Mas podem ser obtidas por meio de um novo dispositivo que passaremos a descrever. Em geral, as indicações de qualidade emanam apenas da percepção; portanto, trata-se de

obter uma percepção da passagem de Q. Se à passagem de Q estivesse vinculada uma descarga (além da [mera] circulação), ela [a descarga] forneceria, como qualquer movimento, uma informação sobre o movimento [em [1]]. Afinal de contas, as próprias indicações de qualidades são apenas informações da descarga [em [1]] (talvez mais adiante [possamos saber] de que tipo). Agora, pode acontecer que, durante a passagem de Q também fique catexizado um neurônio motor, que então descarregará Q, fornecendo uma indicação de qualidade. O problema, porém, é receber descargas desse gênero de todas as catexias. Nem todas são motoras, de modo que deverão, para esse fim, ser colocadas numa facilitação segura com os neurônios motores.

Essa finalidade é preenchida pelas associações da fala, que consistem na vinculação de neurônios y com neurônios utilizados nas representações sonoras, que, por sua vez, se encontram intimamente associadas com as imagens verbais motoras. Essas associações têm sobre as demais a vantagem de possuir outras duas características: são limitadas (escassas em número) e exclusivas. Em todo caso, a excitação passa da imagem-sonora para a imagem-verbal e desta para a descarga. Por conseguinte, quando as imagens mnêmicas são de tal natureza que uma corrente parcial pode partir delas para imagens-sonoras e para as imagens-verbais, a catexia das imagens mnêmicas é acompanhada por informações de descarga, o que constitui uma indicação de qualidade e também, conseqüentemente, indicação de que a lembrança é consciente. Ora, quando o ego pré-catexiza essas imagens-verbais, como antes pré-catexizou as imagens da descarga de [Ver em [1]], com isso terá criado para si mesmo o mecanismo que lhe permite dirigir a catexia de y para as lembranças que emergem durante a passagem da Q. Eis aqui o pensamento consciente, observador. [1]

Além de possibilitar o conhecimento, as associações da fala efetuam ainda outra coisa de suma importância. As facilitações entre os neurônios y constituem, como sabemos, a memória, ou seja, a representação de todas as influências que y vivenciou a partir do mundo externo. Agora observamos que o próprio ego também catexiza os neurônios y e aciona passagens [de quantidade] que certamente devem deixar traços na forma de facilitações. Mas y não dispõe de nenhum meio para discernir entre esses resultados dos processos de pensamento e os resultados dos processos perceptivos. Talvez seja possível conhecer e reproduzir os processos perceptivos pela sua associação com as descargas de ; mas das facilitações estabelecidas pelo pensamento resta apenas o seu efeito, e não uma lembrança. Uma mesma facilitação de pensamento pode ter sido gerada por um único processo intenso ou por dez processos de menor força. As indicações de descarga verbal são, porém, as que vêm agora compensar essa

lacuna; pois equiparam os processos de pensamento com os processos perceptivos, conferindo-lhe realidade e possibilitando a sua lembrança. [Cf. em [1], mas também em [1], adiante.]

Também merece ser considerado o desenvolvimento biológico dessa [espécie de] associação extremamente importante. A inervação da fala é, a princípio, uma via de descarga para y , que atua como válvula de segurança, servindo para regular as oscilações de Q ; é uma parte da via que conduz à mudança interna, que representa a única descarga enquanto não se redescobre a ação específica. [Para tudo isso, cf. em [1]-[2].] Essa via adquire uma função secundária ao atrair a atenção da pessoa que auxilia (geralmente o próprio objeto de desejo) para o estado de anseio e aflição da criança; e, desde então, passa a servir ao propósito da comunicação, ficando assim incluída na ação específica. No início da função judicativa, quando as percepções despertam interesse devido a sua possível conexão com o objeto desejado, e seus complexos (como já foi demonstrado [em [1] e [2]]) são decompostos num componente não assimilável (a coisa) e num componente conhecido do ego através de sua própria experiência (atributos, atividade) - o que chamamos de compreensão -, dois vínculos emergem [nesse ponto] em relação com o enunciado da fala. Em primeiro lugar, existem objetos - percepções - que nos fazem gritar, porque provocam dor; é imensamente importante que essa associação de um som (que também desperta imagens motoras da própria pessoa) com uma [imagem] perceptiva, que em si já é complexa, ressalta o caráter hostil daquele objeto e serve para dirigir a atenção para a [imagem] perceptiva. Numa situação em que a dor impede o recebimento de boas indicações da qualidade do objeto, a informação sobre o grito do próprio sujeito serve para caracterizar as lembranças que provocam desprazer e para convertê-las em objetos da atenção: está criada a primeira categoria de lembranças conscientes. Pouco falta agora para inventar a fala. Existem outros objetos que emitem constantemente certos sons - isto é, em cujo complexo perceptivo o som desempenha um papel. Em virtude da tendência à imitação, que surge durante o processo judicativo [ver [1]], é possível encontrar informações de movimento que correspondam a essa imagem sonora. Também essa espécie de lembranças pode agora tornar-se consciente. Só falta associar os sons intencionais com as percepções; feito isso, as lembranças de quando se observam indicações de descarga sonora tornam-se conscientes se como as percepções e podem ser catexizadas a partir de y .

Assim, verificamos ser característico do processo de pensamento cognitivo que,

durante sua ocorrência, a atenção seja desde o início dirigida para as indicações de descarga de pensamento, para as indicações da fala. Efetivamente, como se sabe, o chamado pensamento consciente se efetua com o acompanhamento de um leve dispêndio motor.

O processo de seguir a passagem de Q através de uma associação pode, pois, ser continuado indefinidamente, em geral até chegar a elementos associativos terminais "completamente conhecidos". A determinação dessa via e de seus pontos terminais abarca, então, a "cognição" do que talvez seja uma nova percepção.

Gostaríamos, porém, de ter alguma informação quantitativa sobre esse processo de pensamento cognitivo. Aqui, efetivamente, a percepção está hipercatexizada, em comparação com o processo associativo simples. O próprio processo consiste num deslocamento de Q regulado pela associação com as indicações de qualidade; em cada ponto de parada, a catexia y se renova e, finalmente, há uma descarga a partir dos neurônios motores da via da fala. Agora caber perguntar se esse processo significa uma perda considerável de Q para o ego ou se o dispêndio de pensamento é relativamente pequeno. A resposta a essa pergunta nos é sugerida pelo fato de que a corrente de inervações da fala durante o pensamento é evidentemente mínima. Nós não falamos realmente, nem tampouco nos movemos realmente, quando imaginamos uma imagem motora em movimento. Mas a diferença entre a idéia e o movimento é apenas quantitativa, como nos ensinaram as experiências de leitura do pensamento. Quando pensamos com intensidade, não há dúvida de que chegamos a falar em voz alta. Mas, como é possível promover descargas tão pequenas, se, afinal de contas, as Qs pequenas não conseguem fluir e as grandes se estabilizam em masse através dos neurônios motores? [1]

É provável que as quantidades afetadas pelo deslocamento no processo de pensamento também não sejam grandes. Em primeiro lugar, o gasto de grandes Qs significa uma perda para o ego, que deve ser limitada na medida do possível, pois as Qs estão destinadas à exigente ação específica [Cf. [1] e [2]]. Em segundo lugar, uma Q grande percorreria simultaneamente várias vias associativas e não deixaria tempo para a catexização do pensamento, além de causar grande dispêndio. Não resta dúvida, pois, de que a corrente de Q durante o processo de pensamento deve ser pequena. Apesar disso, segundo nossa hipótese, a percepção e a memória durante o processo de pensamento devem estar mais intensamente hipercatexizadas do que durante a percepção simples.

Ademais, existem, naturalmente, diferentes graus de intensidade da atenção que só podemos interpretar como diferentes aumentos das Qs catexizantes. Nesse caso, o processo da vigilância observadora [das associações] seria precisamente tanto mais difícil quanto mais intensa fosse a atenção - o que seria tão impraticável que nem sequer podemos admiti-lo.

Temos aqui dois requisitos aparentemente contraditórios: catexia forte e deslocamento fraco. Se quisermos conciliá-los, chegaremos à hipótese do que é, por assim dizer, um estado ligado do neurônio, que, embora na presença de uma catexia elevada, permite apenas uma corrente pequena. Essa hipótese se torna mais plausível ao considerarmos que a corrente de um neurônio é obviamente influenciada pelas catexias que o rodeiam. Ora, o próprio ego é uma massa de neurônios dessa espécie, que se agarram a suas catexias - isto é, que estão em estado ligado, e isso, com toda a certeza, só pode suceder como resultado de seus efeitos mútuos. Podemos, portanto, imaginar que um [neurônio] perceptivo, catexizado com atenção, seja, por assim dizer, [absorvido] temporariamente pelo ego e fique então sujeito à mesma ligação de sua Q, tal como todos os neurônios do ego. Se for mais intensamente catexizado, a quantidade de corrente pode em consequência ser diminuída, e não necessariamente aumentada. Talvez possamos supor que, graças a essa ligação, precisamente a Q externa permaneça livre para fluir, enquanto a catexia da atenção permanece ligada; relação essa que não precisa, naturalmente, ser invariável.

Assim, os processos de pensamento seriam mecanicamente caracterizados por esse estado de ligação, que combina uma catexia elevada com uma corrente pequena. É possível conceber outros processos em que a corrente seja proporcional à catexia - os processos com descarga desinibida.

Espero que a hipótese de um estado ligado dessa espécie demonstre ser mecanicamente sustentável. Gostaria de ilustrar um pouco as consequências psicológicas dessa hipótese. A princípio, a hipótese parece exposta a uma contradição interna. Se o estado [de ligação] consiste em que, na presença de uma catexia dessa espécie, só restem pequenas Qs para efetuar os deslocamentos, como pode ele [esse estado de ligação] atrair novos neurônios - isto é, fazer com que grandes Qs cheguem até eles? E, reduzindo as mesmas dificuldades a termos mais simples, como pode um ego assim constituído ser capaz de se desenvolver de todo?

Assim, vemo-nos inesperadamente diante do mais obscuro problema: a origem do "ego" - ou seja, de um complexo de neurônios que se mantêm presos a suas catexias, um complexo, por conseguinte, que permanece por breves períodos em

nível constante [Ver em [1]]. O exame genético será muito elucidativo. O ego consiste, originariamente, de neurônios nucleares, que recebem Q endógena pelas vias de condução [em [1]] e a descarregam ao longo do curso da alteração interna [em [1]]. A experiência da satisfação produz uma associação entre esse núcleo e uma imagem perceptiva (a imagem de desejo) e a informação de um movimento ([informação da] porção reflexa da ação específica) [em [1]]. A educação e o desenvolvimento desse ego primitivo se efetuam num estado repetitivo de desejo, ou seja, em estados de expectativa [em [1]]. Ele [o ego] primeiro aprende que não deve catexizar as imagens motoras, de modo que resulte a descarga, enquanto não se cumprirem determinadas condições advindas da percepção. Aprende, ademais, que não deve catexizar a idéia desejante acima de certa medida, caso contrário estaria enganando a si mesmo de maneira alucinatória [em [1]]. Se, porém, respeita essas duas restrições e orienta sua atenção para as novas percepções, apresenta uma perspectiva de obter a satisfação que procura. É evidente, portanto, que as barreiras que impedem o ego de catexizar a imagem desejante e a imagem motora acima de certa medida são a causa de uma acumulação de Q no ego e o impelem, talvez, a transferir a sua Q, dentro de certos limites, para os neurônios que se encontram a seu alcance.

Os neurônios nucleares hipercatexizados incidem, em última instância, sobre as vias de condução provenientes do interior [do corpo] que se tornaram permeáveis em virtude de sua contínua relação com Q [em [1]]; e, sendo uma continuação dessas [vias de condução], [os neurônios nucleares] também devem ficar repletos de Q. A Q que neles exista escoará por uma distância proporcional às resistências que se oponham a seu curso, até que as resistências seguintes sejam maiores do que a fração de Q disponível para a corrente. A partir daí, a totalidade da massa catexizada está em equilíbrio, mantida, de um lado, pelas duas barreiras contra a motilidade e o desejo, de outro, pelas resistências dos neurônios mais distantes e, na direção interna, pela pressão constante das vias de condução. No interior dessa estrutura do ego, a catexia não será, de modo algum, igual em todos os pontos; precisa apenas ser proporcionalmente igual - isto é, em relação às facilitações. [Cf. em [1].]

Quando o nível de catexia aumenta no núcleo do ego, a amplitude deste último pode expandir seu âmbito; quando [o nível] diminui, o ego se constrange concentricamente. Em um nível determinado e em determinada amplitude do ego, não há nada a impedir a possibilidade de deslocamento [da catexia] dentro da área catexizada.

Resta apenas averiguar a origem das duas barreiras que garantem o nível constante do ego e, sobretudo, a da barreira contra as imagens motoras, que impede a descarga. Aqui nos deparamos com um ponto decisivo para a nossa

concepção de toda a organização. A única coisa que se pode dizer é que quando ainda não existia essa barreira e quando, junto com desejo, ocorria também a descarga motora, o prazer esperado nunca aparecia e a liberação contínua de estímulos endógenos terminava por causar desprazer. Só essa ameaça de desprazer, que ficou vinculada à descarga prematura, pode representar a barreira em questão. No curso posterior do desenvolvimento, a facilitação assumiu uma parte dessa tarefa. Mas ainda persiste o fato de que a Q no ego não catexiza as imagens motoras imediatamente, porque a consequência seria uma liberação de desprazer.

Tudo o que chamo de aquisição biológica do sistema nervoso é, na minha opinião, representado por uma ameaça de desprazer dessa espécie, cujo efeito consiste no fato de não serem catexizados os neurônios que levam à liberação do desprazer. Isso constitui a defesa primária [em [1]], consequência compreensível da tendência básica do sistema nervoso [em [1]]. O desprazer permanece como o único meio de educação. Confesso, porém, que não sei explicar como a defesa primária, a não-catexização devido a uma ameaça de desprazer, pode ser representada mecanicamente.

Daqui por diante me arriscarei a deixar sem resposta a questão de descobrir uma mecânica para tais regras biológicas; ficarei contente se conseguir permanecer fiel a uma descrição claramente comprovável do curso do desenvolvimento. Uma segunda regra biológica, abstraída do processo de expectativa [Ver em [1]], deve indubitavelmente ser a de que a atenção precisa ser dirigida para indicações de qualidade, porque estas pertencem a percepções que podem levar à satisfação, e de que a pessoa então se deixe guiar pela indicação de qualidade até a percepção recém-surgida. Em suma, o mecanismo da atenção deve sua origem, com certeza, a uma regra biológica dessa natureza; ele [esse mecanismo] regulará o deslocamento das catexias do ego.

Agora se poderia objetar que tal mecanismo, atuando com o auxílio das indicações de qualidade, é rudimentar. O ego poderia ter aprendido biologicamente a catexizar por si só a esfera perceptiva nos estados de expectativa, em vez de apenas esperar que as indicações de qualidade o induzam a essa catexização. Há, porém, dois pontos a ressaltar em justificativa do mecanismo da atenção. (1) O setor das indicações de descarga proveniente de é evidentemente menor e compreende menos neurônios do que o setor das percepções - quer dizer, de todo o pallium de que se relacione com os órgãos sensoriais [Cf. em [1]]; o ego, portanto, poupa um gasto extraordinariamente

grande ao manter catexizadas as indicações de descarga em lugar das percepções. E (2) as indicações de descarga ou as indicações da realidade, destinadas a servir precisamente à distinção entre as catexias de percepções reais e as catexias de desejo. Vemos, pois, que sempre consiste na catexização que o ego faz dos neurônios em que já apareceu uma catexia.

Para o ego, portanto, a regra biológica da atenção é a seguinte: Quando aparece uma indicação da realidade, aí então a catexia perceptiva que existe simultaneamente deve ser hipercatexizada.

Essa é a segunda regra biológica. A primeira foi a da defesa primária.

[2]

Do ponto a que chegamos até aqui, podemos também deduzir algumas sugestões gerais para a explicação mecânica [dos processos psíquicos] - como, por exemplo, a primeira que mencionamos, no sentido de que a quantidade externa não pode ser representada por Q , isto é, pela quantidade psíquica [em [1]]. Pela descrição do ego e de suas oscilações [em [1]], conclui-se que tampouco o nível [de sua catexia] tem relação com o mundo externo, ou seja, que sua redução ou elevação gerais não modificam (normalmente) a imagem do mundo. Uma vez que essa imagem do mundo externo se baseia em facilitações, isso significa que as oscilações gerais do nível não alteram essas facilitações. Já mencionamos também um segundo princípio: a saber, o de que as quantidades pequenas podem ser deslocadas com mais facilidade quando o nível [de catexia] está alto do que quando está baixo [Ver em [1]]. Eis aí alguns pontos que devem ser levados em consideração ao se buscarem as características do movimento neuronal, que ainda nos é amplamente desconhecido. [1]

Voltemos agora à descrição do processo de pensamento observador ou cognitivo [em [1]], que é distinto do processo de expectativa pelo fato de que [a princípio] as percepções não incidem sobre as catexias de desejo. Nesse caso, são as primeiras indicações da realidade que dirigem a atenção do ego para a região perceptiva que terá de ser catexizada. A passagem da associação de Q que [as percepções] trazem consigo ocorre por neurônios pré-catexizados, e a Q , que está em deslocamento, pode tornar de novo a fluir a cada vez. Durante essa passagem [da associação] geram-se as indicações de qualidade [da fala], em

conseqüência das quais a passagem da associação se torna consciente e passível de ser reproduzida.

Aqui se poderia questionar, mais uma vez, a utilidade das indicações de qualidade, [argumentando que] a única coisa que elas fazem é induzir o ego a enviar uma catexia para o ponto em que ela surge na passagem [da associação]. Elas [as indicações de qualidade] não fornecem, porém, essa Q catexizante - no máximo, apenas contribuem para tanto. Mas, sendo assim, o próprio ego pode, sem essa ajuda, fazer com que a sua catexia percorra a passagem da Q.

Não resta dúvida de que assim é, mas nem por isso a consideração das indicações de qualidade se torna redundante. Pois cabe frisar que a regra biológica da atenção enunciada acima é abstraída da percepção [Ver em [1]] e que, a princípio, só se aplica às indicações de qualidade. Também as indicações de descarga por meio da fala são, de certo modo, indicações da realidade - mas da realidade do pensamento, e não da realidade externa, e de modo algum se pôde impor para essas indicações da realidade do pensamento uma regra biológica como a que estamos considerando, já que sua violação não acarretaria nenhuma ameaça constante de desprazer. O desprazer produzido ao se negligenciar a cognição não é tão flagrante como o que advém de ignorar o mundo externo, embora, no fundo, eles sejam o mesmo. Assim, existe realmente também um processo de pensamento observador em que as indicações de qualidade nunca são evocadas, ou o são apenas esporadicamente, e que se torna possível pelo fato de que o ego segue a passagem [da associação] automaticamente com suas catexias. Esse processo de pensamento é, aliás, sem dúvida o mais freqüente, sem ser anormal; é o nosso pensamento do tipo comum, inconsciente, com intrusões ocasionais na consciência - o que é conhecido pelo nome de pensamento consciente com vínculos intermediários inconscientes, que podem, porém, ser conscientizados. [Cf. em [1].]

Apesar disso, o valor das indicações de qualidade para o pensamento é indiscutível. Em primeiro lugar, efetivamente, as indicações de qualidade despertadas intensificam as catexias na passagem [da associação] e asseguram a atenção automática que - embora não saibamos como - está evidentemente vinculada à emergência das catexias. Ademais (o que parece ser mais importante), a atenção dirigida para as indicações de qualidade assegura a imparcialidade da passagem [da associação]. Pois é muito difícil para o ego colocar-se na situação de mera "investigação". O ego quase sempre tem catexias intencionais ou de desejo, cuja presença durante a investigação, como veremos

[em [1]], influencia a passagem da associação, produzindo assim um falso conhecimento das percepções. Ora, não existe melhor proteção contra essa falsificação do pensamento do que a de uma Q normalmente deslocável que seja dirigida para o [? pelo] ego até uma região incapaz de manifestar um desvio semelhante na passagem [da associação]. Só existe um expediente dessa espécie - se, a saber, a atenção se dirige para as indicações de qualidade, que não se equivalem a idéias intencionais, cuja catexia, pelo contrário, acentua ainda mais a passagem da associação, ao fazer novas contribuições para a quantidade da catexia.

Portanto, o pensamento que é acompanhado pela catexia das indicações de realidade do pensamento ou das indicações da fala representa a forma mais elevada e segura do processo de pensamento cognitivo.

Em vista da indubitável utilidade do aparecimento de indicações de pensamento, podemos presumir a existência de dispositivos destinados a assegurá-la. Com efeito, as indicações de pensamento não são geradas espontaneamente, sem a participação de , como indicações da realidade. Aqui a observação demonstra que esses dispositivos não se aplicam a todos os processos de pensamento da mesma forma que ao pensamento investigativo. A condição necessária para despertar de todo as indicações de pensamento é, naturalmente, que elas sejam catexizadas pela atenção; essas indicações surgem, nesse caso, em virtude da lei segundo a qual a condução é favorecida entre dois neurônios ligados e simultaneamente catexizados [em [1]]. No entanto, a atração produzida pela pré-catexia das indicações de pensamento só tem até certo ponto força suficiente para lutar contra outras influências. Assim, por exemplo, cada outra catexia perto da passagem [da associação] (catexias intencionais, catexias afetivas) competirão com ela, tornando inconsciente a passagem [da associação]. Um efeito semelhante (como confirma a experiência) será produzido quando as Qs em trânsito são de magnitude considerável, pois elas aumentam a corrente, acelerando com isso toda a passagem [de associação]. A afirmação comum de que "a coisa se passou tão depressa que nem deu tempo de perceber" é indubitavelmente certa. E é universalmente sabido que os afetos podem interferir no surgimento das indicações de pensamento.

Com isso chegamos a uma nova tese sobre a representação mecânica dos processos psíquicos: a saber, de que a passagem [da associação], que não é alterada pelo nível [da catexia] pode ser influenciada pela própria magnitude da Q fluente. De modo geral, uma Q grande segue, na rede de facilitações, vias diferentes das tomadas por uma [Q] pequena. Acho que não será difícil ilustrar essa circunstância:

Para cada barreira há um valor-limiar abaixo do qual nenhuma Q será levada em conta - muito menos, portanto, uma fração dela. Uma Q tão mínima assim ainda se dividirá [em [1]] por outras duas vias para cuja facilitação Q seja suficiente. Se a Q aumentar nesse momento, a primeira via será levada em conta, facilitando a passagem das frações correspondentes; e, então, talvez as catexias do lado oposto ao que é agora uma barreira transponível também consigam se fazer sentir. Ainda existe outro fator capaz de adquirir importância. Talvez possamos presumir que nem todas as vias de um neurônio são igualmente receptivas a Q, e podemos descrever essa diferença como a largura da via. A largura da via é em si mesma independente da resistência, que pode, efetivamente, ser alterada pelas Qs em curso, enquanto a largura da via permanece constante. Se supusermos que, ao aumentar a Q, abre-se uma via capaz de fazer valer sua largura, perceberemos a possibilidade de que a passagem de Q seja fundamentalmente alterada por um aumento da Q em fluxo. A experiência cotidiana parece corroborar expressamente essa conclusão.

Assim, o aparecimento das indicações de pensamento parece estar subordinado à passagem de pequenas Qs. Com isso não pretendo afirmar que qualquer outro tipo de passagem [de Q] deva ficar inconsciente, pois o aparecimento das indicações da fala não é o único método para despertar a consciência.

Como podemos, então, dar uma idéia clara do tipo de pensamento que se torna intermitentemente consciente, com súbitas intrusões na consciência [em [1]]. Afinal de contas, nosso pensamento erradio [não-intencional] comum, embora acompanhado de pré-catexia e de atenção automática, não dá maior importância às indicações de pensamento. Não ficou biologicamente demonstrado que elas sejam imprescindíveis para o processo. Apesar disso, costumam manifestar-se (1) quando a passagem regular [de quantidade] chega a um término ou depara com um obstáculo, e (2) quando [a passagem] suscita uma idéia que, em virtude de outros motivos, evoca indicações de qualidade - isto é, a consciência. A essa altura já se pode interromper a nossa exposição.

[3]

Existem, evidentemente, outras formas do processo de pensamento que não visam ao fim desinteressado da cognição, mas a outro, de utilidade prática. O estado de expectativa, que foi o ponto de partida de todo o pensamento [Ver em [1]], é um exemplo desse segundo tipo de pensamento. Nele se retém

firmemente uma catexia de desejo, enquanto uma segunda catexia, perceptual, se manifesta e é acompanhada pela atenção. Nesse caso, porém, a intenção não consiste em descobrir aonde conduzirá em geral [essa catexia perceptual], e sim em averiguar por que vias ela conduzirá à ativação da catexia de desejo que ficou, nesse meio tempo, firmemente retida. Esse tipo de pensamento - biologicamente, o primeiro - pode ser facilmente representado segundo nossas premissas.

Digamos que $V +$ seja a representação de desejo que se mantém especialmente catexizada, e W , a percepção que terá de ser seguida. O resultado, então, da catexia W com atenção consistirá, antes de mais nada, em que a Q [quantidade pertencente ao sistema de neurônios (em [1])] flua na direção do neurônio a , o mais facilitado; a partir dali ela prosseguirá, mais uma vez, em direção à melhor facilitação, e assim por diante. Essa tendência, porém, será interrompida pela presença de catexias colaterais. Supondo que, se de a partirem três vias para b , c e d (na ordem respectiva de [qualidade de] facilitação) e se d estiver situado na proximidade da catexia de desejo $+ V$, o resultado bem pode ser que a Q , apesar das facilitações, não flua para c e b , mas sim para d e, dele, para $+ V$; revelando-se assim que a via procurada é $W-a-d-V$. Vemos aqui em ação o princípio, que já reconhecemos há muito tempo [em [1]], de que a catexia pode desviar a facilitação e assim agir contra ela e que, conseqüentemente, uma catexia colateral modifica a passagem da Q . Já que as catexias são modificáveis, fica a critério do ego alterar a passagem [da associação] a partir de W na direção de qualquer catexia intencional.

Por "catexia intencional" deve-se entender aqui não uma catexia uniforme, como a que afeta todo um setor no caso da atenção, mas uma catexia que se destaque, que sobressaia ao nível do ego. Provavelmente devemos supor que, nesse tipo de pensamento com catexias intencionais, a Q também flui simultaneamente a partir de $+ V$, de modo que a passagem [da associação] a partir de W pode ser influenciada não só por $+ V$, como também por seus outros pontos de parada. Nessa situação, porém, a via que parte de $+ V$... é conhecida e fixa, mas a via que parte de W ... a ... precisa ser descoberta. Já que, na realidade, nosso ego sempre alimenta catexias intencionais - amiúde muitas delas ao mesmo tempo - podemos agora compreender a dificuldade do pensamento puramente cognitivo e também a possibilidade, no caso do pensamento prático, de serem alcançadas as mais variadas vias, em momentos diversos, mediante

circunstâncias diferentes, por várias pessoas.

No caso do pensamento prático também chegamos a uma apreciação das dificuldades do pensamento, que, sem dúvida, já conhecemos por experiência própria. Voltemos ao nosso exemplo anterior, no qual a corrente de Q fluiria, segundo as facilitações, até b e c, enquanto d estaria marcado por uma ligação estreita com a catexia intencional ou com uma idéia derivada dela. É possível, então, que a influência da facilitação a favor de b...c seja tão grande que supere amplamente a atração por d...+V. Apesar disso, a fim de que a passagem [da associação] se dirigisse até +V, seria necessário que a catexia de + V e de suas idéias derivadas fosse também ainda mais intensificada, talvez, para que a atenção voltada para W [a percepção] se modificasse no sentido de alcançar um maior ou menor grau de ligação e um nível de corrente mais favorável à via d...+V. Um dispêndio dessa natureza, requerido para superar as facilitações boas, com o objetivo de atrair a Q para vias menos facilitadas, porém mais próximas da catexia intencional, corresponde à dificuldade do pensamento.

O papel desempenhado pelas indicações de qualidade do pensamento prático pouco difere do desempenhado por elas no pensamento cognitivo. As indicações de qualidade asseguram e fixam a passagem [da associação], mas não são absolutamente indispensáveis para ela. Se substituirmos os neurônios e as idéias, respectivamente, por complexos de neurônios e de idéias, estaremos diante de uma complicação do pensamento prático que não será possível descrever e perceberemos que, a essa altura, seria desejável [poder] esclarecer as coisas prontamente. [Cf. em [1], adiante.] Durante essa [passagem de associação], porém, as indicações de qualidade, na maioria, não são completamente despertadas, e é precisamente a geração delas que serve para retardar e complicar a passagem [da associação]. Depois que a passagem de determinada percepção para certas catexias intencionais específicas é repetidamente seguida e se encontra estereotipada por facilitações mnêmicas, em geral não há mais motivo para que sejam despertadas as indicações de qualidade.

O objetivo do pensamento prático é a identidade [Cf. em [1]], o desembocar da catexia Q, deslocada na catexia de desejo, que, nesse meio tempo, ficou firmemente retida. Devemos encarar de um ângulo puramente biológico o fato de que, com isso, cessa toda a necessidade de pensar e se possibilita, em vez dela, a inversão total das imagens motoras que foram tocadas durante a passagem [da quantidade], imagens que, em tais circunstâncias, representam um elemento

auxiliar justificável da ação específica [em [1]]. Uma vez que, durante a passagem [da associação], a catexia dessas imagens motoras só se deu por ligação, e uma vez que o processo de pensamento partiu de uma imagem perceptual unicamente seguida na qualidade de imagem mnêmica, todo o processo de pensamento pode tornar-se independente tanto do processo de expectativa como da realidade, progredindo até a identidade sem sofrer a menor modificação. Assim, ele [o processo de pensamento] parte de uma simples idéia e, mesmo depois de completado, não leva à ação; mas terá produzido um conhecimento prático, que poderá ser utilizado numa oportunidade real posterior. Com efeito, é conveniente preparar o processo de pensamento prático antecipadamente para enfrentar as condições da realidade, e não ter que improvisá-lo quando ele se faz necessário.

Agora é chegado o momento de fazer uma ressalva a uma hipótese anteriormente formulada [em [1]], a de que a lembrança dos processos de pensamento só é possível graças às indicações de qualidade, já que de outro modo não se poderiam diferenciar seus vestígios dos que são deixados pelas facilitações perceptivas. Ainda continua válida a afirmação de que uma lembrança real não é propriamente modificável por nenhuma quantidade de pensamento a ela dedicada. Por outro lado, é inegável que pensar sobre um tema deixa traços extraordinariamente importantes para qualquer repensar posterior a respeito dele [cf. em [1] a [1]]; e é muito duvidoso que esse resultado provenha exclusivamente de um pensamento acompanhado por indicações de qualidade e consciência. Devem existir, portanto, facilitações de pensamento, mas sem que se obliterem as vias de associação originais. Mas, como só pode haver facilitações de uma espécie, poder-se-ia pensar que essas duas conclusões são incompatíveis. No entanto, deve ser possível encontrar um modo de conciliá-las e explicá-las no fato de que todas as facilitações de pensamento apenas se originaram depois de alcançado um alto nível [de catexia] e que, provavelmente, também só entram em ação na presença de um nível alto, ao passo que as facilitações associativas, originadas durante as passagens [de quantidade] totais ou primárias, tornam a aparecer quando se estabelecerem condições para uma passagem livre [de quantidade]. Por conseguinte, não se pode negar algum possível efeito das facilitações de pensamento sobre as facilitações associativas.

Assim, chegamos à seguinte caracterização suplementar do movimento neuronal desconhecido:

A memória consiste em facilitações [Ver em [1]]. As facilitações não são modificadas por um aumento do nível [da catexia]; mas existem facilitações que

só vigoram em determinado nível. A direção tomada pela passagem [de quantidade] não é alterada, a princípio, pela mudança de nível, embora sem dúvida o seja pela quantidade da corrente [em [1]] e pelas catexias colaterais [em [1]]. Quando o nível é alto, as Qs pequenas são as que se deslocam com mais facilidade [em [1]].

Ao lado do pensamento cognitivo e do pensamento prático, devemos distinguir o pensamento reprodutivo, pensamento rememorativo, que em parte coincide com o prático, sem abrangê-lo por completo.

Esse rememorar é a condição prévia de qualquer exame efetuado pelo pensamento crítico: ele acompanha um dado processo de pensamento em sentido reversivo, retrocedendo, possivelmente, até uma percepção - mais uma vez, em contraste com o pensamento prático, sem objetivo determinado - e, ao assim proceder, recorre em grande escala às indicações de qualidade. Nesse curso recessivo, o processo depara com vínculos intermediários até então inconscientes, que não deixaram atrás de si nenhuma indicação de qualidade, mas cujas indicações de qualidade aparecem posteriormente. Isso implica que a própria passagem do pensamento, sem nenhuma indicação de qualidade, deixa vestígios. De fato, alguns casos dão a impressão de que certos trechos da via só podem ser conjecturados, porque seus pontos inicial e terminal são dados por indicações de qualidade.

De qualquer forma, a reprodutibilidade dos processos de pensamento ultrapassa amplamente as indicações de qualidade; eles podem tornar-se conscientes a posteriori, embora o resultado de uma passagem de pensamento talvez deixe rastros com maior freqüência do que as suas etapas intermediárias. [1]

Durante uma passagem de pensamento, seja ele cognitivo, crítico ou prático, podem ocorrer acontecimentos de toda sorte, que merecem uma descrição. O pensamento pode levar ao desprazer ou à contradição. Examinemos o caso em que o pensamento prático, acompanhado de catexias intencionais, leva à liberação de desprazer. [Cf. atrás, ver em [1]]

A experiência mais corriqueira mostra que esse acontecimento resulta num obstáculo ao processo de pensamento. Como é possível, então, que sequer ocorra? Quando uma lembrança, ao ser catexizada, causa desprazer, isso em geral se deve ao fato de que, no momento em que ocorreu a percepção

correspondente, esta causou desprazer -isto é, fez parte de uma experiência de dor [em [1]]. A experiência demonstra também que as percepções dessa espécie atraem um alto grau de atenção, mas que não suscitam tanto suas próprias indicações de qualidade quanto as da reação que [as percepções] desencadeiam: estão associadas com suas próprias manifestações de afeto e de defesa [em [1]]. Se seguirmos as vicissitudes dessas percepções depois [de elas se terem transformado] em imagens mnêmicas, constataremos que suas primeiras repetições continuam a despertar afeto e também desprazer, até que, com o correr do tempo, percam essa capacidade. Simultaneamente, elas passam por outra mudança. A princípio, conservam o caráter das qualidades sensoriais; quando não são mais capazes de afeto, perdem também essas [qualidades sensoriais] e se assemelham progressivamente a outras imagens mnêmicas. Quando uma passagem de pensamento esbarra nesse tipo de imagem mnêmica ainda indomada, geram-se as indicações de qualidade correspondentes - muitas vezes de caráter sensorial - com uma sensação de desprazer e uma tendência à descarga cuja combinação caracteriza determinado afeto, interrompendo-se assim a passagem do pensamento.

Que acontece, então, com as lembranças capazes de afeto até serem dominadas? Não se pode supor que o "tempo", a repetição enfraqueçam sua capacidade de afeto, já que, normalmente, esse fator [a repetição] até contribui para intensificar a associação. É evidente que algo deve acontecer no [curso do] "tempo", durante as repetições, que provoque essa subjugação [das lembranças]; e esse algo só pode consistir em que alguma relação como ego ou com as catexias do ego adquira poder sobre as lembranças. Se isso é mais demorado nesses casos do que de hábito, pode-se encontrar uma região especial - na origem dessas lembranças capazes de gerar afeto. Sendo traços de experiências de dor, elas foram catexizadas (de acordo com nossa hipótese sobre a dor [em [1]]) com uma Q excessivamente intensa para a liberação de desprazer e afeto. Por conseguinte, deverão receber do ego uma ligação especialmente considerável e reiterada para contrabalançar essa facilitação para o desprazer.

O fato de que a lembrança exhibe característica alucinatória durante tanto tempo também requer explicação, que é importante para nosso conceito da alucinação. Aqui é plausível supor que essa capacidade para a alucinação, além da capacidade para o afeto, sejam indicações de que a catexia do ego ainda não exerceu nenhuma influência sobre a lembrança e de que nesta predominam as linhas primárias de descarga e o processo total ou primário.

Somos obrigados a ver no [estado de] alucinação um refluxo de Q para e

também para [em [1]]; assim, um neurônio ligado não admite semelhante refluxo. Pode-se ainda perguntar se não será a quantidade excessivamente grande da catexia da lembrança que possibilita esse refluxo. Aqui, porém, convém lembrar que essa Q considerável só está presente na primeira vez, na própria experiência da dor. Ao se produzirem as repetições, estamos lidando apenas com uma catexia de força comum, que apesar disso provoca alucinação e desprazer - só podemos supor que graças a uma facilitação extraordinariamente intensa. Daí se conclui que uma quantidade de magnitude comum é sem dúvida suficiente para produzir o refluxo e excitar a descarga, com o que adquire maior importância o efeito inibidor da ligação promovida pelo ego.

Ao final, portanto, torna-se possível catexizar a lembrança da dor de tal maneira que ela não possa exibir nenhum refluxo e só possa liberar um desprazer mínimo. Estará, então, domada - e por uma facilitação de pensamento suficientemente forte para exercer um efeito permanente e voltar a produzir uma ação inibidora a cada repetição posterior dessa lembrança. A via que conduz à liberação de desprazer aumentará gradativamente sua resistência, graças à falta de uso, pois as facilitações estão sujeitas a uma decadência gradativa (esquecimento). Somente depois disso é que [a] lembrança será tão domada como outra qualquer.

Parece, no entanto, que esse processo de sujeição da lembrança deixa um efeito permanente na passagem do pensamento. Já que antes ela [a passagem de pensamento] era perturbada a cada vez que se ativava a memória e se suscitava o desprazer, há uma tendência ainda hoje a inibir o curso do pensamento assim que a lembrança subjugada gere seu rastro de desprazer. Essa tendência é muito conveniente para o pensamento prático, pois um vínculo intermediário que leve ao desprazer não pode, de modo algum, achar-se na via procurada até a identidade com a catexia de desejo [em [1]]. Assim, surge uma defesa de pensamento primária, que, no pensamento prático, interpreta a liberação de desprazer como um sinal [em [1]] para abandonar uma determinada via - isto é, para dirigir a catexia da atenção para outro lugar. Aqui, mais uma vez, é o desprazer que dirige a corrente de WW, tal como ocorre na primeira regra biológica [em [1]]. Deve-se perguntar por que essa defesa de pensamento não se dirigiu contra a lembrança quando ainda era capaz de gerar afeto. Cabe presumir, porém, que àquela altura uma objeção foi levantada pela segunda regra biológica, que postula a necessidade de atenção sempre que há uma indicação da realidade [Cf. em [1]], e a memória domada ainda era capaz de impor indicações de qualidade reais. Como vemos, as duas regras se harmonizam para atender a uma finalidade prática.

É interessante notar como o pensamento prático se deixa guiar pela regra biológica da defesa. No [pensamento] teórico (cognitivo e verificador), essa regra já não é observada. Isso é compreensível, pois, no pensamento intencional, trata-se de encontrar alguma via ou outra, e, por conseguinte, as que estão ligadas ao desprazer podem ser excluídas, ao passo que, no [pensamento] teórico, cada via deve ser reconhecida.

[4]

Surge aqui nova pergunta de como pode ocorrer um erro no curso do pensamento. Qual é o erro?

Teremos agora que examinar ainda mais minuciosamente o processo de pensamento. O pensamento prático, origem de todos os processos de pensamento, continua sendo, também, o objetivo final deles. Todas as demais formas derivaram dele. É evidentemente vantajoso que a distribuição do pensamento, que se efetua no pensamento prático, possa ocorrer de antemão, sem que seja preciso esperar pelo estado de expectativa [em [1]]: porque (1) isso poupa tempo, que poderá ser aproveitado para a elaboração da ação específica [em [1]] e (2) o estado de expectativa está longe de ser particularmente favorável à passagem do pensamento. O valor da presteza no curto intervalo que separa a percepção da ação se evidencia ao considerarmos a rapidez da mudança das percepções. Se o processo de pensamento persistir por tempo demasiadamente longo, seu produto se tornará inútil nesse ínterim. É por essa razão que “pensamos com antecipação”.

O início dos processos de pensamento derivados [do pensamento prático] é a formação de juízos. O ego que chegou devido a algo que descobre em sua própria organização - graças à mencionada [em [1] e [2]] coincidência parcial entre as catexias perceptuais e as informações provenientes do próprio corpo. Em consequência, os complexos perceptuais se dividem em uma parte constante e incompreendida - a coisa - e outra variável, compreensível - os atributos ou movimentos da coisa. Como o complexo-coisa continua reaparecendo em combinação com uma série de complexos-atributo, e estes, por sua vez, em combinação com uma série de complexos-coisa, surge a possibilidade de se elaborarem vias de pensamento que liguem esses dois tipos de complexos ao estado de desejo da coisa, [e de fazê-lo] de uma maneira que seja, por assim

dizer, genericamente válida e independente da percepção que é real num dado momento. A atividade de pensamento realizada com juízos, e não com complexos perceptuais desordenados, significa, portanto, uma economia considerável. Devemos deixar de lado a questão de saber se a unidade psicológica assim obtida também é representada na passagem do pensamento por uma unidade neuronal e por uma unidade que não seja a de representação da palavra.

O erro já pode ser introduzido durante a criação de um juízo, pois o complexo-coisa e o complexo-movimento nunca são totalmente idênticos, e entre seus elementos divergentes pode haver alguns cuja desconsideração prejudique o resultado na realidade. Esse defeito do pensamento tem origem no empenho - que efetivamente estamos imitando aqui - em substituir o complexo por um único neurônio, empenho este que é exigido justamente pela imensa complexidade [do material]. [Cf. em [1].] Esses são os erros de juízo ou falhas nas premissas.

Outra fonte de erro pode consistir no fato de as percepções da realidade não serem completamente percebidas por se encontrarem fora do campo dos sentidos. Esses são os erros por ignorância, que nenhum ser humano é capaz de evitar. Quando esse determinante não se aplica, a pré-catexia psíquica pode estar defeituosa (pelo fato de o ego ter-se desviado das percepções), daí resultando percepções imprecisas e passagens de pensamento incompletas. Esses são os erros devidos à insuficiência de atenção.

Se agora tomarmos, como material dos processos de pensamento, complexos já julgados e ordenados, em vez de complexos não sofisticados, surgirá a oportunidade de abreviar o próprio processo de pensamento prático. Com efeito, se se demonstrou que o caminho que liga a percepção à identidade com a catexia de desejo passa por uma imagem motora M, será biologicamente garantido que, uma vez alcançada a identidade, essa M ficará completamente inervada. A simultaneidade da percepção com M cria uma intensa facilitação entre ambas, e uma imagem perceptual imediatamente subsequente evocará M, sem necessidade de nenhuma passagem associativa. Ao fazer essa afirmação, estamos pressupondo, naturalmente, que seja possível estabelecer a qualquer momento um vínculo entre duas catexias. O que foi originariamente uma conexão de pensamento arduamente estabelecida se transforma, depois, graças a uma catexia simultânea total, em poderosa facilitação. A única pergunta que se pode formular a esse respeito é se sempre é efetuada pela via descoberta originariamente, ou se pode seguir uma outra, de conexão mais direta. Esta última alternativa parece mais provável e mais conveniente, pois evita a necessidade de

fixar vias de pensamento que, na verdade, devem ficar livres para outras conexões dos mais diversos tipos. Quando a via de pensamento [originária] não é percorrida, tampouco se deve esperar alguma facilitação nela, e o resultado será mais bem fixado por meio de uma conexão mais direta. A propósito, permanece em aberto a questão de qual seria o ponto de origem dessa nova via. O problema ficaria simplificado se as duas catexias, a da percepção e a de M, tivessem associação comum com uma terceira.

O trecho da passagem do pensamento que vai da percepção até a identidade através de uma M também pode ser ressaltado, e levará a um resultado semelhante se, mais tarde, a atenção fixar a M e a colocar em associação com a percepção, que também terá sido fixada mais uma vez. Essa facilitação do pensamento também se restabelecerá quando houver uma ocorrência real.

Nessa [espécie de] atividade de pensamento a possibilidade de erros não é óbvia à primeira vista. Mas não resta dúvida de que se pode enveredar por uma via de pensamento inadequada e enfatizar um movimento antieconômico, uma vez que, afinal de contas, no pensamento prático a escolha depende exclusivamente de experiências reproduzíveis.

Com o crescente número de lembranças surgem constantemente novas vias de deslocamento. Por esse motivo considera-se vantajoso seguir as diferentes percepções até o fim, para descobrir, entre todas as vias, as mais favoráveis, e isso é tarefa do pensamento cognitivo, que, indubitavelmente, aparece como uma preparação para [o pensamento] prático, embora na realidade só se tenha desenvolvido tardiamente deste último. Os resultados dessa [tarefa] são, portanto, úteis para mais de uma espécie de catexia de desejo.

Os erros do pensamento cognitivo são auto-evidentes. Constituem-se da parcialidade, quando não se evitam as catexias intencionais, e da incompletude, quando não se percorrem todas as vias possíveis. Está claro que constitui uma enorme vantagem aqui que as indicações de qualidade sejam evocadas simultaneamente. Quando esses processos de pensamento [as indicações de qualidade] são selecionados e introduzidos no estado de expectativa, a passagem da associação, do primeiro ao último vínculo, pode dar-se pelas indicações de qualidade, em vez de atravessar toda a série de pensamentos, e nem sequer se torna necessário que a série de qualidades coincida completamente com a série de pensamentos.

O desprazer não desempenha nenhum papel no pensamento teórico, e é

também possível com respeito às lembranças subjugadas.

Ainda temos de considerar outro tipo de pensamento: o crítico ou examinador. Essa forma de pensamento é motivada quando, apesar de ter obedecido a todas as regras, o processo de expectativa, seguido pela ação específica, não causa satisfação, e sim desprazer. O pensamento crítico, procedendo vagarosamente, sem nenhum objetivo prático, e recorrendo a todas as indicações de qualidade, procura repetir toda a passagem de Q a fim de detectar alguma falha no pensamento ou algum defeito psicológico. [O pensamento crítico] é um pensamento cognitivo que atua sobre um objeto particular - a saber, uma série de pensamentos. Já vimos em que podem consistir estes últimos [? defeitos psicológicos]; mas em que consistem as falhas lógicas?

Em poucas palavras, na não-observância das regras biológicas que regem a passagem de pensamento. Essas regras determinam para onde deve dirigir-se a cada vez a catexia da atenção e quando o processo de pensamento deve parar. Elas são protegidas pelas ameaças de desprazer, derivam da experiência e podem ser diretamente transpostas para as regras da lógica - o que terá de ser minuciosamente comprovado. Por conseguinte, o desprazer intelectual da contradição, diante do qual se detém a passagem do pensamento verificador, não é outra coisa senão o [desprazer] acumulado para proteger as regras biológicas, agora ativado por um processo de pensamento incorreto.

A existência dessas regras biológicas pode ser comprovada precisamente pela sensação de desprazer diante dos erros lógicos.

Só podemos retratar a ação, de novo, como a catexia plena das imagens motoras que foram destacadas durante o processo de pensamento [em [1]], em adição, talvez, das que fizeram parte do componente volitivo da ação específica (caso tenha havido um estado de expectativa). Aqui se renuncia ao estado de ligação e as catexias de atenção são retiradas. O que sem dúvida acontece em relação ao primeiro [a renúncia ao estado de ligação] é que o nível do ego cai irresistivelmente ante a primeira passagem [da Q] proveniente dos neurônios motores. Não se pode, naturalmente, esperar que o ego seja completamente descarregado em consequência de atos isolados, pois isso só poderá acontecer nos atos de satisfação do tipo mais amplo. É instrutivo observar que a ação não ocorre por uma inversão da via percorrida pelas imagens motoras, e sim ao longo de vias motoras especiais; e, por esse motivo, o efeito do movimento não é necessariamente o desejado, caso houvesse uma inversão da mesma via. Por isso é que, no decurso da ação, uma nova comparação deve ser feita entre a

informação que chega sobre os movimentos e os [movimentos] pré-catexizados, e é preciso que haja uma excitação das inervações corretivas até se alcançar a identidade. Aqui nos encontramos diante da mesma situação que já ocorreu no caso das percepções, embora com menor multiplicidade, maior rapidez e uma descarga contínua e plena, que não existia [no caso das percepções]. Mas a analogia entre o pensamento prático e a ação eficiente é digna de nota. Isso nos demonstra que as imagens motoras são sensoriais. No entanto, o fato peculiar de serem adotadas novas vias no caso da ação, em lugar de haver uma inversão muito mais simples, parece mostrar que a direção tomada pela condução dos elementos neuronais está firmemente fixada, e talvez, a rigor, que o movimento neuronal pode ter características diferentes nos dois casos.

As imagens motoras são percepções e, como tal, decerto possuem qualidade e despertam a consciência. Não se pode também discutir que, por vezes, elas atraem considerável atenção para si mesmas. Suas qualidades, porém, não são muito marcantes nem provavelmente tão multiformes quanto as do mundo externo; não estão associadas com representações de palavra; pelo contrário, elas próprias servem, em parte, às finalidades dessa associação. No entanto, não procedem de órgãos sensoriais altamente organizados; sua qualidade é sem dúvida monótona [em [1]-[2]].

APÊNDICE B: TRECHO DA CARTA 39, ESCRITA POR FREUD A FLIESS EM 1º DE JANEIRO DE 1896

...Seus comentários sobre a enxaqueca me deram uma idéia cuja conseqüência seria a

revisão completa de todas as minhas teorias sobre fyw, o que de momento não posso arriscar-me a fazer. Mas vou ver se consigo esboçá-la.

Meu ponto de partida são os dois tipos de terminações nervosas. As livres [em [1]] só recebem quantidade, que conduzem por soma [em [1]] até y; mas não têm poder de evocar sensações - isto é, de afetar w. Nesse sentido, o movimento neuronal conserva suas características qualitativas [em [1]] genuínas e monótonas. Essas são as vias de toda a quantidade que preenche y, e também, é claro, as vias da energia sexual. As vias de condução nervosa que começam nos órgãos terminais não conduzem quantidade, mas sim a característica qualitativa que lhes é peculiar; nada acrescentam à soma [de quantidade] nos neurônios y, colocando-os apenas em estado e de excitação. Os neurônios w são os neurônios y que só têm capacidade muito reduzida de catexia quantitativa. A condição necessária para que se produza a consciência é a coincidência dessas quantidades mínimas com a qualidade que lhes é fielmente transferida do órgão terminal. Agora [em meu novo esquema], intercalo esses neurônios w entre os neurônios f e os neurônios y, de modo que f transfira sua qualidade para w, e então w não transfere qualidade nem quantidade a y, mas meramente o excita - isto é, indica as vias a serem tomadas pela energia livre. (Não sei se você vai poder entender essa confusão. Existem, por assim dizer, três formas pelas quais os neurônios se afetam mutuamente: (1) transferindo quantidade entre si, (2) transferindo qualidade entre si e (3) exercendo, segundo determinadas regras, um efeito excitante recíproco.)

Segundo essa visão, os processos perceptuais abrangeriam *eo ipso* [por sua própria natureza] a consciência e só produziriam seus efeitos psíquicos *depois* de se tornarem conscientes. Os processos y, em compensação, seriam inconscientes em si e só subseqüentemente adquiririam uma consciência secundária, artificial, ao se vincularem aos processos de descarga e de percepção (associação da fala) [em [1]]. Uma descarga de w, que tive de postular na exposição anterior desse tema [em [1]] já não é mais necessária; a alucinação, cuja explicação sempre criou dificuldades, já não é mais um movimento retroativo da excitação até [em [1]], mas só até w. Agora fica muito mais fácil compreender a regra da defesa, que não se aplica às percepções, mas apenas aos processos y. O fato de a consciência secundária ficar para trás [ver atrás] possibilita uma descrição simples dos processos neuróticos. Também me livrei do incômodo problema de determinar quanto da intensidade f (dos estímulos sensoriais) é transferida para os neurônios y. A resposta é: em forma direta, absolutamente nada. A Q em y depende exclusivamente da medida em que a atenção livre de y é dirigida pelos neurônios w.

Essa nova hipótese também se ajusta melhor ao fato de que os estímulos sensoriais objetivos são tão ínfimos que, de acordo com o princípio da constância, é difícil derivar dessa fonte a força de vontade. Em compensação, [na nova teoria] a sensação não traz nenhum Q para y; a fonte da energia de y são as vias de condução orgânicas [endógenas].

O conflito entre a condução orgânica puramente quantitativa e os processos *excitados* em y pela sensação consciente me permite explicar também a liberação de desprazer, da qual necessito para o recalçamento nas neuroses sexuais.

No que se refere ao *seu* lado da questão, essa nova colocação abre a possibilidade de que ocorram estados de estimulação em órgãos que não produzem sensações espontâneas (embora devam ser, indubitavelmente, sensíveis à pressão), mas que por ação reflexa (isto é, pela influência do equilíbrio) podem instigar distúrbios a partir de outros centros nervosos. Com efeito, a idéia de que existe uma ligação mútua entre os neurônios ou entre os centros nervosos sugere também que os sintomas motores da descarga são de vários tipos. É provável, também, que os atos voluntários sejam determinados por uma transferência de Q, uma vez que descarregam a tensão psíquica. Além disso, existem descargas de prazer, espasmos etc. que não explico pela transferência de Q para o centro motor, mais sim pela liberação dela nesse centro, em decorrência de uma possível diminuição da Q de ligação no centro sensorial pareado com ele. Isso nos ofereceria a tão almejada distinção entre os movimentos “voluntários e espásticos”, e ao mesmo tempo permitiria explicar todo um grupo de efeitos somáticos secundários - na histeria, por exemplo.

Quanto aos processos puramente quantitativos de transferência para y, existe uma possibilidade de eles atraírem a consciência para si mesmos - mas só se essas conduções de Q atenderem às condições necessárias para produzir dor. Dessas condições, a essencial talvez seja a suspensão da soma e um afluxo contínuo [de Q] até y durante algum tempo. Certos neurônios w tornam-se *hipercatexizados*, produzem um sentimento de desprazer e levam também a atenção a se fixar nesse ponto particular. Assim se teria de conceber a “modificação nevrálgica” como um afluxo de Q emanada de determinado órgão e aumentada acima de certo limite, até deixar anulada a soma, levando à hipercatexização dos neurônios w e à fixação da energia y livre. Como vê, chegamos à enxaqueca; a pré-condição necessária seria a existência de regiões nasais no estado de estimulação que você comprovou a olho nu. O excesso de Q se distribuiria por diversas vias subcorticais antes de chegar a y. Uma vez feito isso, o fluxo de Q, agora contínuo, força seu acesso a y e, de acordo com a regra da atenção [em [1]], a energia y livre afluí para a sede da erupção.

Agora cabe perguntar qual é a fonte dos estados de estimulação nos órgãos nasais. A idéia que logo se oferece é a de que o órgão qualitativo dos estímulos olfativos seria a membrana de Schneider, enquanto o órgão quantitativo (diferente daquele) seriam os *corpora cavernosa*. As substâncias olfativas, como você mesmo crê e as flores nos ensinam, são produtos de degradação do metabolismo sexual; funcionariam como estímulos sobre os dois órgãos citados. Durante a menstruação e em outros processos sexuais, o organismo produz uma Q aumentada dessas substâncias - desses estímulos, portanto. Teríamos que estabelecer se elas atuam sobre os órgãos nasais através do ar expiratório ou por intermédio dos vasos

sangüíneos; provavelmente por via sangüínea, já que antes dos ataques de enxaqueca não se tem nenhuma sensação olfativa subjetiva. Por conseguinte, o nariz receberia, por assim dizer, informações sobre os estímulos olfativos *internos* por intermédio dos *corpora cavernosa*, tal como recebe os estímulos externos através da membrana de Schneider: seríamos vítimas do próprio corpo. Essas duas formas de se produzir a enxaqueca - espontaneamente ou por odores e emanações tóxicas humanas [em [1]], seriam portanto equivalentes, e seus respectivos efeitos poderiam ser provocados a qualquer momento por soma.

Desse modo, a tumefação dos órgãos nasais de quantidade seria uma espécie de adaptação do órgão sensorial, resultante do incremento do estímulo interno, à semelhança do que ocorre, na adaptação dos órgãos sensoriais verdadeiros (qualitativos), no arregalar dos olhos e concentrá-los em algum foco de atenção, no aguçar dos ouvidos, e assim por diante.

Talvez não seja muito difícil transpor para essa concepção as outras fontes de enxaqueca e estados semelhantes, embora eu ainda não saiba como se poderia fazer isso. Em todo caso, é mais importante verificar a idéia em relação ao nosso tema principal.

Dessa maneira, numerosas idéias médicas antigas e obscuras adquirem vida e valor.

APÊNDICE C: A NATUREZA DA Q

Não há mistério em torno da primeira das duas “idéias principais” com que Freud inicia o *Projeto* (cf. em [1]) - o neurônio e a Q. A segunda, porém, exige certo exame, principalmente quando tudo leva a crer que foi a precursora de um conceito que iria desempenhar um papel fundamental na psicanálise. Aqui não nos interessa decifrar o enigma especial, mencionado atrás, na Introdução do Editor, da diferença entre Q e Q. Vamos nos ocupar agora é da Q (como o próprio Freud declara explicitamente no fim do primeiro parágrafo do *Projeto*) - uma Q que possui alguma conexão especial com o sistema nervoso.

Como foi, portanto, que Freud imaginou essa Q no outono de 1895?

À parte a circunstância óbvia de que ele tencionava apresentá-la como uma coisa concreta - “sujeita às leis gerais do movimento” (em [1]) -, logo se percebe que ela surge em duas formas distintas. A primeira consistiria na Q em fluxo, passando através de um neurônio ou

indo de um neurônio a outro. Isso vem descrito de vários modos: por exemplo, “a excitação neuronal em estado fluente” (em [1]), “uma Q fluente” (em [1]), “corrente” (em [1]), ou “passagem de excitação” (em [1]). A segunda, que é mais estática, é demonstrada por “um neurônio catexizado, cheio de” Q (em [1]).

A importância dessa distinção entre os dois estados da Q só se faz sentir gradativamente no *Projeto*, ficando-se quase tentado a supor que o próprio Freud só se deu conta dela quando escrevia a obra. O primeiro indício dessa importância está relacionado com a análise do mecanismo para apontar a diferença entre alucinações e percepções, e o papel desempenhado nesse mecanismo pela ação inibidora procedente do ego (Seções 14 e 15 da Parte I). Os pormenores dessa ação inibidora (a interferência de uma “catexia colateral”, dirigida por uma catexia da atenção vinda do ego) são fornecidos em [1]-[2], e seu efeito consiste em modificar o estado da Q em fluxo para um estado de Q estática num neurônio. Essa distinção é depois (em [1]-[2]) relacionada com a distinção entre o processo primário (não-inibido) e o secundário (inibido). Outra forma ainda de descrevê-la surge pouco mais adiante (em [1]), com a noção de que a catexia colateral interveniente exerce um efeito “de ligação” sobre a Q. Mas é só na Parte III do *Projeto*(em [1]) que ficam expostas todas as implicações da diferença entre um estado ligado e um estado móvel da Q. A necessidade da hipótese de haver dois estados de Q aparece, àquela altura, relacionada à análise do mecanismo do pensamento de Freud, que requer um estado no neurônio “que, embora na presença de uma catexia elevada, permite apenas uma corrente pequena” (em [1]).

Assim, a Q pareceria mensurável de dois modos: pela altura do nível da catexia dentro de um neurônio e pelo índice de fluxo entre as catexias. Isso foi ocasionalmente interpretado como prova de que Freud realmente acreditava que a Q fosse simplesmente eletricidade e que as duas maneiras de medi-la corresponderiam à amperagem e à voltagem. É bem verdade que, cerca de um ano e meio antes da redação do *Projeto*, em seu primeiro artigo sobre as neuropsicoses de defesa (1894a), ele já tinha feito uma vaga comparação entre algo que seria precursor da Q e “uma carga elétrica espalhada pela superfície de um corpo” (ver em [1]). É também verdade que Breuer, em sua contribuição teórica para os *Estudos sobre a Histeria* (1895d) (publicados apenas alguns meses antes de ser escrito o *Projeto*), dedicou um pouco de espaço a uma analogia elétrica com as “excitações” nas “vias condutoras do cérebro” (ver em [1]-[2]). Apesar disso, não há nenhuma palavra no *Projeto* que sugira que houvesse qualquer idéia desse tipo na mente de Freud. Ao contrário, ele não cansa de salientar que desconhecemos a natureza do “movimento neuronal”. (Ver, por exemplo, em [1], [2] e [3].)

É forçoso reconhecer que existem certas partes obscuras na descrição fornecida no *Projeto* para a natureza do estado “ligado” e seu mecanismo. Uma das mais intrigantes diz

respeito ao processo de “juízo” e ao papel nele desempenhado por uma catexia procedente do ego. Essa influência está descrita das maneiras mais variadas - como “catexia colateral”, ou “pré-catexia”, ou “hipercatexia” - e se encontra intrinsecamente implicada na idéia de uma catexia da atenção. A princípio (ver em [1], por exemplo), parece que a atenção é apenas um meio de dirigir as catexias colaterais para o lugar onde são necessárias. Mas em outros trechos (ver em [1], por exemplo), tem-se a impressão de que a hipercatexia da atenção constitui, em si mesma, a força que produz o estado “ligado”.

Efetivamente, todo o problema da relação da atenção com a Q requer um exame metuculoso. (A “energia livre de ”, como Freud parece denominá-la na carta enviada a Fliess em 1º de janeiro de 1896, Apêndice B) A atenção é mencionada discretamente na Seção 14 da Parte I (em [1]), mas logo começa a mostrar sua importância (na Seção 19 da Parte I e na Seção 6 da Parte II), até se tornar, na Parte III, um elemento quase predominante. Apesar disso, nos escritos posteriores de Freud, a “atenção”, depois de ser citada esporadicamente, é quase relegada ao esquecimento. Alguns vestígios anônimos, porém, persistem até o fim, em dois sentidos bastante diferentes que, em última análise, remontam ao *Projeto*. O primeiro e mais óbvio se relaciona com o “teste de realidade”, cuja história foi integralmente documentada na Nota do Editor Inglês à discussão metapsicológica dos sonhos (1917d), Edição *Standard* Brasileira, Vol. XIV, em [1]-[2], IMAGO Editora, 1974. O outro, menos evidente, mas talvez mais importante, diz respeito justamente ao papel desempenhado pela atenção ou por alguma instância semelhante na determinação da diferença entre a Q em seu estado ligado e seu estado livre, e, além disso, entre os processos primário e secundário. Essa função da atenção é discutida numa nota de rodapé do Editor Inglês a “O Inconsciente” (1915e), Edição *Standard* Brasileira, Vol. XIV, em [1], IMAGO Editora, 1974. E há uma alusão indireta nas derradeiras obras de Freud, *Moisés e o Monoteísmo* (1939a), Edição *Standard* Brasileira, Vol. XXIII, em [1], IMAGO Editora, 1975, e o *Esboço de Psicanálise* (1940a) [1938], *ibid.*, em [1].

Sejam quais forem os pormenores exatos do mecanismo responsável pela transformação da Q livre em Q ligada, é evidente que Freud atribuía a maior importância à distinção propriamente dita. “Em minha opinião”, escreveu ele em “O Inconsciente”, “essa distinção representa a compreensão mais profunda a que chegamos até agora quanto à natureza da energia nervosa” (*ibid.*, Vol. XIV, em [1]).

Essa citação talvez também nos anime a esperar que os escritos posteriores de Freud esclareçam nosso problema imediato da natureza da Q. A Q propriamente dita, com esse nome, jamais reaparece, embora não haja dificuldade em reconhecê-la sob várias cognominações, a maioria das quais já usadas no *Projeto*. Uma delas, sobretudo, a “energia psíquica”, exige atenção, pois enfatiza o que parece constituir uma mudança vital sofrida

pelo conceito. Q não é mais “uma coisa concreta”, tornou-se uma coisa psíquica. Não há nenhuma referência a “energia psíquica” no *Projeto* (“Energia y”, mencionada na Carta 39, cf. em [1] etc., significa apenas “energia procedente do sistema neuronal y”). Mas já passa ao uso comum em *A Interpretação dos Sonhos*. Apesar disso, a mudança não implica um abandono completo de uma base física. Muito embora Freud declare (Edição *Standard Brasileira*, Vol. V, [1], IMAGO Editora, 1972), que “permanecerá no campo psicológico”, um exame minucioso revela traços da antiga formação neurológica. Mesmo no famoso trecho do livro sobre o chiste (1905c, Edição *Standard Brasileira*, Vol. VIII, [1]), onde ele parece dar as costas aos neurônios e fibras nervosas, na realidade deixa a porta totalmente aberta para uma explicação fisiológica. Com efeito, na frase do artigo sobre “O Inconsciente” (1915e) citada acima, Freud fala em “energia nervosa”, e não em “energia psíquica”. Por outro lado, na edição alemã de suas obras completas publicada em 1925, ele modificou duas palavras na última frase dos *Estudos sobre a Histeria* (1895d), de “sistema nervoso” para “vida mental” (Edição *Standard Brasileira*, Vol. II, [1], IMAGO Editora, 1974). Mas, por maior ou menor que tenha sido essa revolução, não resta dúvida de que muitas características fundamentais da Q sobreviveram em forma transfigurada, até o fim, nos escritos de Freud: prova disso são as inúmeras referências nas notas de rodapé destas páginas.

Um problema particularmente interessante surge na relação da Q com as pulsões. Estas quase nunca são citadas pelo nome no *Projeto*. É evidente, porém, que são as sucessoras da “Q endógena” ou das “excitações endógenas”. Um pouco da história da evolução dos pontos de vista de Freud em relação às pulsões é dado na Nota do Editor Inglês a “As Pulsões (“Os Instintos”) e Suas Vicissitudes”, Edição *Standard Brasileira*, Vol. XIV, [1] e seguintes, IMAGO Editora, 1974, e, sobretudo, da história das várias classificações que fez delas, primeiro em pulsões libidinais e do ego e, depois, em pulsões libidinais e destrutivas. Um aspecto que não foi mencionado aqui e que apresenta um interesse todo especial no presente contexto é a sugestão, duas vezes lançada por Freud, da possibilidade de uma “energia psíquica indiferente”, que poderia assumir qualquer das duas formas de pulsão: cf. o artigo sobre o narcisismo (1914c), Edição *Standard Brasileira*, Vol. XIV, [1], IMAGO Editora, 1974, e Edição *Standard Brasileira*, Vol. XIX, [1]. Essa “energia psíquica indiferente” se parece muito com um retorno à Q.

Essas incertezas subseqüentes a respeito das pulsões (entidades que, tal como a Q, se encontram “na fronteira entre o mental e o físico”) e de sua classificação nos lembram que Freud sempre se mostrou muito coerente ao salientar nossa ignorância quanto à natureza básica da Q ou de seja lá qual for o nome que se lhe dê. Isso, como já vimos (em [1]) é repetido com insistência no próprio *Projeto*. Mas a questão volta uma infinidade de vezes

nas obras posteriores: para citar apenas algumas, em *A Interpretação dos Sonhos* (1900a), Edição *Standard* Brasileira, Vol. V, [1], IMAGO Editora, 1972, no artigo sobre “O Inconsciente” (1915e), *ibid.*, Vol. XIV, [1], e em *Moisés e o Monoteísmo* (1939a), *ibid.*, Vol. XXIII, [1]. Essa conclusão está expressa com a maior clareza possível em *Além do Princípio do Prazer* (1920g), Edição *Standard* Brasileira, Vol. XVIII, [1]: “A indefinição de todas as nossas discussões sobre o que descrevemos como metapsicologia se deve, naturalmente, ao fato de nada sabermos da natureza do processo excitatório que ocorre nos elementos dos sistemas psíquicos, e a não nos sentirmos autorizados a formular qualquer hipótese sobre o assunto. Estamos, conseqüentemente, trabalhando o tempo todo com um grande fator desconhecido, que somos obrigados a transportar para cada fórmula nova”. Tudo indica, portanto, que a nossa investigação tem que terminar aqui e que não há outro remédio senão seguir Freud, deixando insólvel o problema da Q.

Mas, embora a natureza fundamental da Q fosse ignorada por Freud, alguns de seus traços essenciais sempre foram pressupostos e reiterados por ele até o fim de sua vida. Se nos voltarmos para uma das primeiras referências a ela, citada em [1], no primeiro artigo sobre as neuropsicoses de defesa (1894a), Edição *Standard* Brasileira, Vol. III, [1], encontraremos essa entidade desconhecida descrita como algo “que possui todas as características de uma quantidade (embora não tenhamos meios de medi-la) capaz de aumento, diminuição, deslocamento e descarga”. Não resta a menor dúvida de que a misteriosa Q recebeu seu nome pela própria razão de possuir essas características.

Desde o início, as considerações quantitativas sempre tiveram que ser levadas em conta em vários pontos das teorias de Freud. Por exemplo, em “A Etiologia da Histeria” (1896c) lê-se que “na etiologia das neuroses, as precondições quantitativas são tão importantes quanto as qualitativas: há valores liminares que têm de ser transpostos antes que a enfermidade possa tornar-se manifesta” (Edição *Standard* Brasileira, Vol. III, [1]). Mais importante, porém, é o fato de que a quantidade está implícita em toda a teoria do conflito como causa não só das neuroses, mas também de toda uma série de estados mentais. Há uma porção de trechos em que esse fato se torna explícito: por exemplo, em “Tipos de Desencadeamento da Neurose” (1912c), Edição *Standard* Brasileira, Vol. XII, [1]; na Conferência XXIII das *Conferências Introdutórias* (1916-17), *idem*, Vol. XVI, [1]-[2]; em “Alguns Mecanismos Neuróticos” (1922b), *idem*, Vol. XVIII, [1], e em “Análise Terminável e Interminável” (1937c), Edição *Standard* Brasileira, Vol. XXIII, [1], IMAGO Editora, 1975. Neste último caso, a importância dos fatores quantitativos está relacionada com a situação terapêutica; mas isso também já ocorrera quarenta anos antes, na contribuição de Freud aos *Estudos sobre a Histeria* (1895d), Edição *Standard* Brasileira, Vol. II, pág. [1], IMAGO Editora, 1974. Em seu grande artigo sobre “O Inconsciente” (1915e), Freud usou o

termo “econômico” como equivalente de “quantitativo”, *ibid.*, Vol. XIV, pág. [1], IMAGO Editora, 1974, e a partir daí passou a usar as duas palavras como sinônimos. Estaremos certos, portanto, em considerar a nossa enigmática Q, seja qual for a sua natureza última, como a precursora de um dos três fatores fundamentais de metapsicologia.

Estudos sobre a histeria

VOLUME II

(1893-1895)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

(James Strachey)

(A) ÜBER DEN PSYCHISCHEN MECHANISMUS HYSTERISCHER PHÄNOMENE
(VORLÄUFIGE MITTEILUNG)

(a) EDIÇÕES ALEMÃES:

1893 *Neurol. Centralbl.*, 12 (1), 4-10 (Seções I-II), e 12 (2), 43-7 (Seções III-V).
(1º e 15 de janeiro.)

1893 *Wien. med. Blätter*, 16 (3), 33-5 (Seções I-II), e 16 (4), 49-51 (Seções III-V).
(19 e 26 de janeiro.)

1895, etc. Em *Studien über Hysterie*. (Ver adiante.)

1906 *S.K.S.N.*, I, 14-29. (1911, 2ª ed.; 1920, 3ª ed.; 1922, 4ª ed.)

(b) TRADUÇÕES INGLÊSAS:

“The Psychic Mechanism of Hysterical Phenomena

(Preliminary Communication)”

1909 *S.P.H.*, 1-13. (Trad. A. A. Brill.) (1912, 2ª ed., 1920, 3ª ed.)

1936 Em *Studies in Hysteria*. (Ver adiante.)

“On the Psychological Mechanism of Hysterical Phenomena”

1924 *C.P.*, 1, 24-41. (Trad. J. Rickman.)

(B) STUDIEN ÜBER HYSTERIE

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1895 Leipzig e Viena: Deuticke. Págs. v + 269.

1909 2ª ed. Mesmos editores. (Sem modificações, mas com novo prefácio.) Págs. vii + 269.

1916 3ª ed. Mesmos editores. (Sem modificações.) Págs. vii + 269

1922 4ª ed. Mesmos editores. (Sem modificações.) Págs. vii + 269.

1925 *G.S.*, 1, 3-238. (Com omissão das contribuições de Breuer; com notas de rodapé adicionais de Freud.)

1952 *G.W.*, 1, 77-312. (Reimpressão de 1925.)

(b) TRADUÇÕES INGLESAS:

Studies in Hysteria

1909 *S.P.H.*, 1-120. (1912, 2ª ed.; 1920, 3ª ed.; 1922, 4ª ed.) (Trad. A. A. Brill.)
(Somente em parte: com omissão dos casos clínicos da Srta. Anna O., Sra. Emmy von N. e Katharina, bem como do capítulo teórico de Breuer.)

1936 New York: Nervous and Mental Disease Publishing. Co. (Monograph Series nº 61.) Págs. ix + 241. (Trad. A. A. Brill.)

(Completo, salvo quanto à omissão das notas de rodapé adicionais de Freud, de 1925.)

A tradução inglesa, inteiramente nova e completa, de James e Alix Strachey, inclui as contribuições de Breuer, mas quanto ao resto baseia-se na edição alemã de 1925, contendo as notas de rodapé adicionais de Freud. A omissão das contribuições de Breuer das duas coletâneas alemãs (*G.S. e G.W.*) acarretou algumas modificações necessárias e notas de rodapé adicionais, onde Freud tinha feito referência, na edição original, às partes omitidas. Nessas edições completas, também a numeração dos casos clínicos foi alterada, em vista da ausência do caso clínico de Anna O. Todas essas alterações foram abandonadas na presente tradução. - Os extratos da “Comunicação Preliminar” e do volume principal tinham sido incluídos por Freud em sua primeira coletânea de extratos de seus próprios trabalhos (1897b, nºs XXIV e XXXI).

(1)

Conhecemos a história da redação deste livro com algum detalhe.

O tratamento da Srta. Anna O. por Breuer, no qual se baseou toda a obra, ocorreu entre 1880 e 1882. Naquela ocasião, Josef Breuer (1842-1925) já gozava de alta reputação em Viena, tanto como médico com grande clínica, como por realizações científicas, enquanto Sigmund Freud (1856-1939) apenas acabara de formar-se em medicina. Os dois, contudo, já eram amigos há vários anos. O tratamento terminou no início de junho de 1882, e em novembro Breuer relatou a notável história a Freud, que (embora, naquela época, tivesse seus principais interesses concentrados na anatomia do sistema nervoso) ficou muito impressionado com ela. Tanto assim que quando, cerca de três anos depois, estava estudando em Paris sob a orientação de Charcot, deu-lhe conhecimento do caso. “Mas o grande homem não mostrou nenhum interesse por meu primeiro esboço do assunto, de modo que jamais voltei ao tema e deixei que saísse de minha mente.” (*Um Estudo Autobiográfico* - 1925d, Capítulo II.)

Os estudos de Freud sob a orientação de Charcot tinham-se concentrado, em grande parte, na histeria, e quando Freud voltou a Viena em 1886 e ali se fixou para estabelecer uma clínica de doenças nervosas, a histeria forneceu uma grande proporção de sua clientela. De início, ele se baseou nos métodos de tratamento então correntemente recomendados, como a hidroterapia, a eletroterapia, massagens e a cura pelo repouso, de Weir Mitchell. Mas quando esses métodos se revelaram insatisfatórios, seus pensamentos se voltaram para outra área. “Nessas últimas semanas”, escreve ele a seu amigo Fliess em 28 de dezembro de 1887, “atirei-me à hipnose e logrei toda espécie de sucessos pequeninos, mas dignos de nota” (Freud, 1950a, Carta 2). E nos deu uma descrição pormenorizada de um desses tratamentos bem-sucedidos (1892-3b). Mas o caso de Anna O. ainda estava em sua mente, e “desde o início”, conta-nos ele (1925d), “vali-me da hipnose de *outra* maneira, independentemente da sugestão hipnótica”. Essa “outra maneira” foi o método catártico, que constitui o tema do presente volume.

O caso da Sra. Emmy von N. foi o primeiro, como sabemos por Freud (ver em [1] e [2]), que ele tratou pelo método catártico. Numa nota de rodapé acrescentada ao livro em 1925, ele explica melhor essa observação e diz que esse foi o primeiro caso em que utilizou esse método “extensivamente” (ver em [1]); e é verdade que, nessa fase inicial, ele vinha constantemente empregando a hipnose na forma convencional - para dar sugestões terapêuticas diretas. Mais ou menos na mesma época, de fato, seu interesse pela sugestão hipnótica era acentuado o bastante para levá-lo a traduzir um dos livros de Bernheim em 1888 e outro em 1892, bem como a fazer uma visita de algumas semanas às clínicas de Liébeault e Bernheim em Nancy, no verão de 1889. A intensidade com que ele estava utilizando a sugestão terapêutica no caso da Sra. Emmy é indicada de maneira bem nítida no

seu relato cotidiano das duas ou três primeiras semanas do tratamento, reproduzido por ele a partir das “anotações que fiz todas as noites” (ver em [1]). Não podemos, infelizmente, ter certeza de quando ele iniciou esse caso (ver Apêndice A, em [1]); foi em maio de 1888 ou 1889 - isto é, cerca de quatro ou cerca de dezesseis meses depois de ele haver pela primeira vez “adotado a hipnotismo”. O tratamento terminou um ano depois, no verão de 1889 ou 1890. Numa ou noutra alternativa, há um considerável hiato antes da data do caso clínico seguinte (em ordem cronológica, embora não em ordem de apresentação). Esse foi o caso da Srta. Elisabeth von R., que teve início no outono de 1892 (ver em [1]) e que Freud descreve como sua “primeira análise integral de uma histeria” (ver em [1]). Foi logo seguido pelo de Miss Lucy R., que começou no fim do mesmo ano (ver em [1]). Não se atribui nenhuma data ao caso restante, o de Katharina (ver em [1]). Mas, no intervalo entre 1889 e 1892, Freud por certo teve experiência com outros casos. Em particular, houve o da Srta. Cäcilie M., a quem ele “veio a conhecer de forma muito mais completa do que qualquer das outras pacientes mencionadas nestes estudos” (ver em [1]), mas cujo caso não pôde ser descrito em detalhes em virtude de “considerações pessoais”. Contudo, ela é freqüentemente mencionada por Freud, bem como por Breuer, no decorrer do volume, e sabemos (ver em [1]) por Freud que “foi o estudo desse caso notável, feito em conjunto com Breuer, que levou diretamente à publicação de nossa ‘Comunicação Preliminar’”. [1]

O rascunho daquele memorável artigo (que compõe a primeira seção do presente volume) se iniciara em junho de 1892. Uma carta a Fliess, de 28 de junho (Freud, 1950a, Carta 9), anuncia que “Breuer concordou em que a teoria da ab-reação e os outros resultados sobre a histeria a que chegamos em conjunto também sejam apresentados conjuntamente numa publicação pormenorizada”. “Uma parte dela”, prossegue, “que, a princípio, eu queria escrever sozinho, está concluída”. Evidentemente, a essa parte “concluída” do artigo faz nova referência numa carta a Breuer escrita no dia seguinte, 29 de junho de 1892 (Freud, 1941a): “A inocente satisfação que senti quando lhe entreguei aquelas poucas páginas minhas deu margem a (...) inquietação.” Essa carta prossegue fornecendo um resumo muito condensado do conteúdo proposto do artigo. A seguir, temos uma nota de rodapé acrescentada por Freud a sua tradução de um volume das *Leçons du Mardi*, de Charcot (Freud, 1892-94, 107), que apresenta, em três curtos parágrafos, um resumo da tese da “Comunicação Preliminar” e se refere a ele como estando “começado”. Além disso, dois rascunhos bem mais elaborados chegaram até nós. O primeiro (Freud, 1940d) deles (escrito com a caligrafia de Freud, embora se afirme ter sido escrito em conjunto com Breuer) está datado de “Final de novembro de 1892”. Versa sobre ataques histéricos e a maior parte de seu conteúdo foi incluída, embora com palavras diferentes, na Seção IV da “Comunicação Preliminar” (ver em [1]). Entretanto, um importante parágrafo relacionado com o “princípio da constância” foi inexplicavelmente omitido, e nesse volume o tema é tratado apenas por Breuer, na parte final da obra (ver em [1] e [2]). Por fim, há um memorando (Freud, 1941b)

com o título “III”, que não tem data. Examina os “estados hipnóides” e a dissociação histérica, estando estreitamente relacionado com a Seção III do artigo publicado (ver em [1]).

Em 18 de dezembro de 1892, Freud escreveu a Fliess (1950a, Carta11): “Apraz-me poder dizer-lhe que nossa teoria sobre a histeria (reminiscência, ab-reação, etc.) vai aparecer no *Neurologisches Centralblatt* no dia 1º de janeiro de 1893, sob a forma de uma comunicação preliminar pormenorizada. Custou-me longa batalha com meu colaborador.” O artigo, datado de “dezembro de 1892”, foi na realidade publicado em dois números do periódico: as duas primeiras seções em 1º de janeiro, e as três restantes em 15 de janeiro. O *Neurologisches Centralblatt* (que saía quinzenalmente) era publicado em Berlim; e a “Comunicação Preliminar” foi quase imediatamente reimpressa na íntegra em Viena, nas *Wiener medizinische Blätter* (em 19 e 26 de janeiro). Em 11 de janeiro, quando apenas metade do artigo fora publicada, Freud pronunciou uma conferência sobre o tema no Wiener medizinischer Club. A transcrição taquigráfica completa da conferência, “revista pelo conferencista”, apareceu no *Wiener medizinische Presse* em 22 e 29 de janeiro (34, 122-6 e 165-7). A conferência (Freud, 1893h) abrangia aproximadamente o mesmo tema que o artigo, mas tratava o material de forma bem diferente e de maneira muito menos formal.

A publicação do artigo parece ter surtido pouco efeito visível em Viena ou na Alemanha. Na França, por outro lado, como relata Freud a Fliess numa carta de 10 de julho de 1893 (1950a, Carta 13), o trabalho foi favoravelmente notado por Janet, cuja resistência às idéias de Freud só surgiria mais tarde. Janet incluiu uma nota longa e altamente elogiosa sobre a “Comunicação Preliminar” num artigo sobre “Algumas Definições Recentes da Histeria”, publicado nos *Archives de Neurologie* em junho e julho de 1893. Utilizou esse artigo como capítulo final de seu livro *L'État Mental des Hystériques*, publicado em 1894. Mais inesperado, talvez, é o fato de que em abril de 1893 - apenas três meses após a publicação da “Comunicação Preliminar” - um relato razoavelmente completo da mesma foi apresentado por F. W. H. Myers numa reunião geral da Society for Psychical Research, em Londres, tendo sido impresso em sua *Ata (Proceedings)* no mês de junho seguinte. A “Comunicação Preliminar” também foi totalmente resumida e examinada por Michell Clarke em *Brain* (1894, 125). A reação mais surpreendente e inexplicável, porém, foi a publicação, em fevereiro e março de 1893, de uma tradução completa da “Comunicação Preliminar” para o espanhol, na *Gazeta Médica de Granada* (11, 105-11 e 129-35).

A tarefa seguinte dos autores foi a preparação do material dos casos clínicos e, já em 7 de fevereiro de 1894, Freud referiu-se ao livro como “semi-acabado: o que resta a fazer é apenas uma pequena parte dos casos clínicos e dois capítulos gerais”. Num trecho não publicado da carta de 21 de maio, ele menciona que está justamente escrevendo o último caso clínico, e em 22 de junho (1950a, Carta 19) apresenta uma lista do que o “livro com Breuer” irá conter: “cinco casos clínicos, um ensaio da autoria dele, com o qual não tenho absolutamente nada a ver, sobre as teorias da histeria (resumo e crítica), e um meu sobre terapia, que ainda não comecei”. Depois disso, é óbvio que houve uma paralisação, pois só em 4 de março de 1895 (ibid., Carta 22) é que ele escreve dizendo estar “trabalhando apressadamente no ensaio sobre a terapia da histeria”, concluído em 13 de março (carta não publicada). Em outra carta não publicada, de 10 de abril, Freud envia a Fliess a segunda metade das provas tipográficas do livro, e no dia seguinte lhe diz que este sairá em três semanas.

Os *Estudos sobre a Histeria* parecem ter sido publicados, como se esperava, em maio de 1895, embora a data exata não seja indicada. O livro foi recebido desfavoravelmente nos círculos médicos alemães; recebeu, por exemplo, forte crítica de Adolf von Strümpell, o conhecido neurologista (*Deutsch. Z. Nervenheilk.*, 1896, 159). Por outro lado, um escritor não-médico, Alfred von Berger, mais tarde diretor do Burgtheater de Viena, sobre ele se expressou com apreço no *Neue Freie Presse* (2 de fevereiro de 1896). Na Inglaterra, o livro foi alvo de longa e favorável nota de Mitchell Clarke em *Brain* (1896, 401) e mais uma vez Myers mostrou seu interesse pela obra numa palestra de considerável extensão, originariamente proferida em março de 1897, que acabou sendo incluída em seu *Human Personality* (1903).

Decorreram mais de dez anos antes que houvesse um pedido de segunda edição do livro, e já nessa época os caminhos de seus dois autores se haviam separado. Em maio de 1906 Breuer escreveu a Freud concordando com uma reimpressão, mas houve certa discussão para determinar se seria desejável um novo prefácio em conjunto. Seguiram-se outras delongas e, no final, como se verá mais adiante, foram escritos dois prefácios separados. Estes trazem a data de julho de 1908, embora a segunda edição só fosse realmente publicada em 1909. O texto continuou inalterado nessa e nas edições posteriores do livro. Mas, em 1924, Freud escreveu algumas notas de rodapé adicionais para o volume de suas obras completas que continha sua parte dos *Estudos* (publicado em 1925) e fez uma ou duas pequenas modificações no texto.

A RELAÇÃO DOS *ESTUDOS* COM A PSICANÁLISE

Os *Estudos sobre a Histeria* costumam ser considerados como o ponto de partida da psicanálise. Vale a pena considerar brevemente se essa afirmação é verdadeira, e em que sentido. Para os objetivos dessa discussão, a questão das parcelas do trabalho atribuíveis aos dois autores será posta de lado, para consideração posterior, e o livro será tratado como um todo. A investigação sobre a relação dos *Estudos* com o desenvolvimento subsequente da psicanálise pode ser dividida, por conveniência, em duas partes, embora tal separação seja necessariamente artificial. Até que ponto e de que maneira os procedimentos técnicos descritos nos *Estudos* e as descobertas clínicas a que conduziram prepararam o terreno para a prática da psicanálise? Em que medida os pontos de vista teóricos aqui propostos foram aceitos nas doutrinas posteriores de Freud?

Raras vezes se aprecia suficientemente o fato de que a mais importante das realizações de Freud talvez tenha sido sua invenção do primeiro instrumento para o exame científico da mente humana. Um dos principais atrativos do presente volume é que ele nos permite rastrear os primeiros passos do desenvolvimento desse instrumento. O que ele nos relata não é simplesmente a história da superação de uma série de obstáculos; é a história da *descoberta* de uma série de obstáculos a serem superados. A própria paciente de Breuer, Anna O., demonstrou e superou o primeiro desses obstáculos - a amnésia característica dos pacientes histéricos. Quando a existência dessa amnésia foi trazida à luz, seguiu-se de imediato a compreensão de que a mente manifesta do paciente não é a mente em sua totalidade, havendo por trás uma mente *inconsciente* (ver em [1]). Tornou-se assim patente, desde o início, que o problema não era meramente a investigação dos processos mentais *conscientes*, para a qual bastariam os métodos corriqueiros de indagação empregados na vida cotidiana. Se havia também processos mentais *inconscientes*, era claramente necessário algum instrumento especial. O instrumento óbvio para esse fim era a sugestão hipnótica - a sugestão hipnótica utilizada não para finalidades diretamente terapêuticas, mas para persuadir o paciente a produzir material proveniente da região inconsciente da mente. Com Anna O. apenas um ligeiro uso desse instrumento se afigurou necessário. Ela produzia torrentes de material vindo de seu “inconsciente”, e tudo o que Breuer tinha de fazer era ficar sentado e ouvi-las sem interrompê-la. Mas isso não era tão fácil como parece, e o caso clínico da Sra. Emmy revela em muitos pontos como foi difícil para Freud adaptar-se a esse novo uso da sugestão hipnótica e ouvir tudo o que a paciente tinha a dizer, sem qualquer

tentativa de interferir ou de levá-la a encurtar o relato (por exemplo em [1] e [2]). Nem todos os pacientes histéricos além disso eram tão dóceis quanto Anna O.; a hipnose profunda em que ela caía, aparentemente por sua própria vontade, não era tão prontamente alcançada com qualquer um. E aqui surgia outro obstáculo: conta-nos Freud que ele estava longe de ser adepto do hipnotismo. Neste livro (por exemplo em [1]), ele nos fornece vários relatos de como contornava essa dificuldade, de como pouco a pouco foi abandonando suas tentativas de provocar a hipnose e se contentava em levar os pacientes a um estado de “concentração”, com o uso ocasional da pressão na testa. Mas foi o abandono do hipnotismo que ampliou ainda mais sua compreensão dos processos mentais. Esse abandono revelou a presença de mais um obstáculo - a “resistência” dos pacientes ao tratamento (ver em [1] e [2]), sua relutância em cooperarem na própria cura. Como se deveria lidar com essa relutância? Deveria ser suprimida com gritos ou afastada pela sugestão? Ou deveria, como outros fenômenos mentais, ser simplesmente investigada? A opção de Freud por esse segundo caminho levou-o diretamente ao mundo desconhecido que iria passar a vida inteira explorando.

Nos anos que se seguiram aos *Estudos*, Freud abandonou cada vez mais a técnica da sugestão deliberada | ver em [1]| e passou cada vez mais a confiar no fluxo de “associações livres” do paciente. Estava aberto o caminho para a análise dos sonhos. Essa análise permitiu-lhe, em primeiro lugar, obter uma compreensão do funcionamento do “processo primário” na mente e das formas pelas quais ele influenciava os produtos de nossos pensamentos mais acessíveis, e assim Freud adquiriu um novo recurso técnico - o da “interpretação”. Mas a análise dos sonhos possibilitou, em segundo lugar, sua própria auto-análise e suas conseqüentes descobertas da sexualidade infantil e do complexo de Édipo. Todas essas questões, porém, salvo por alguns leves indícios, ainda estavam por surgir. No entanto, nas últimas páginas deste volume, Freud já se havia defrontado com outro obstáculo no caminho do pesquisador - a “transferência” (ver em [1]). Já tivera um vislumbre de sua impressionante natureza, e talvez já tivesse começando a reconhecer que ela iria revelar-se não só um obstáculo como também mais um instrumento fundamental da técnica psicanalítica.

À primeira vista, a principal posição teórica adotada pelos autores da “Comunicação Preliminar” parece simples. Eles sustentam que, no curso normal das coisas, se uma experiência for acompanhada de uma grande dose de “afeto”, esse afeto é “descarregado” numa variedade de atos reflexos conscientes, ou então vai-se desgastando gradativamente pela associação com outros materiais mentais conscientes. No caso dos pacientes histéricos, por outro lado (por motivos que logo mencionaremos), nenhuma dessas coisas acontece. O afeto permanece num estado “estrangulado”, e a lembrança da experiência a que está ligado é isolada da consciência. A partir daí, a lembrança afetiva se manifesta em sintomas histéricos, que podem ser considerados como “símbolos mnêmicos” - vale dizer, como símbolos da lembrança suprimida (ver em [1]-[2]). Sugerem-se duas razões principais para explicar a ocorrência desse resultado patológico. Uma delas é que a experiência original

ocorreu enquanto o indivíduo se encontrava num particular estado de dissociação mental, descrito como “hipnóide”; a outra é que o “ego” do indivíduo considerou essa experiência como sendo “incompatível” com ele próprio e, portanto, ela teve de ser “rechaçada”. Em ambos os casos, a eficácia terapêutica do método “catártico” é explicada com base nos mesmos fundamentos: se a experiência original, juntamente com seu afeto, puder ser introduzida na consciência, o afeto é por si mesmo descarregado ou “ab-reagido”, a força que até então manteve o sintoma deixa de atuar, e o próprio sintoma desaparece.

Tudo isso parece muito claro, mas uma pequena reflexão mostra que restam ainda muitas coisas por explicar. Por que um afeto precisa ser “descarregado”? E por que são tão terríveis as conseqüências de ele não ser descarregado? Esses problemas subjacentes não são considerados de modo algum na “Comunicação Preliminar”, embora a eles se fizesse uma breve alusão em dois dos rascunhos postumamente publicados (1941a e 1940d) e já existisse uma hipótese para explicá-los. Curiosamente, na verdade essa hipótese foi formulada por Freud em sua conferência de 11 de janeiro de 1893 (veja em [1]), apesar de ter sido omitida na própria “Comunicação Preliminar”. Ele aludiu de novo a essa hipótese nos dois últimos parágrafos do seu primeiro artigo sobre “As Neuropsicoses de Defesa” (1894a), onde declara especificamente que ela fundamentava a teoria da ab-reação na “Comunicação Preliminar” de um ano antes. Mas essa hipótese básica foi formalmente enunciada e designada pela primeira vez em 1895, na segunda parte da contribuição de Breuer ao presente volume (ver em [1]). É curioso que esta, a mais fundamental das teorias de Freud, tenha sido integralmente examinada, pela primeira vez, por Breuer (se bem que, de fato, atribuída por ele a Freud), e que o próprio Freud, embora retornasse vez por outra a seu tema (como nas primeiras páginas de seu artigo sobre “As Pulsões e suas Vicissitudes”, 1915c), não a mencionasse explicitamente até escrever *Além do Princípio do Prazer* (1920g). Freud, como sabemos agora, referiu-se a essa hipótese pelo nome numa comunicação de data incerta a Fliess, possivelmente 1894 (Rascunho D, 1950a), e examinou-a na íntegra, embora sob outro nome (veja adiante, ver em [1]), no “Projeto para uma Psicologia Científica”, que escreveu alguns meses após a publicação dos *Estudos*. Mas só cinquenta e cinco anos depois (1950a) é que o Rascunho D e o “Projeto” foram publicados.

O “princípio da constância” (pois esta foi a denominação dada à hipótese) pode ser definido nos termos empregados pelo próprio Freud em *Além do Princípio do Prazer*: “O aparelho mental esforça-se por manter a quantidade de excitação nele presente em um nível tão baixo quanto possível, ou pelo menos por mantê-la constante” (Edição *Standard Brasileira*, Vol. XVIII, em [1], 1ª edição, Imago). Breuer o enuncia mais adiante, neste livro (ver em [1]), em termos muito semelhantes, mas com uma inclinação neurológica, como “uma tendência a manter constante a excitação intracerebral”. Em sua discussão em [1] e segs., argumenta ele que os afetos devem sua importância na etiologia da histeria ao fato de serem acompanhados pela produção de grandes quantidades de excitação, e de estas, por sua

vez, exigirem uma descarga, de acordo com o princípio da constância. De modo semelhante, também as experiências traumáticas devem sua força patogênica ao fato de produzirem quantidades de excitação grandes demais para serem tratadas da maneira normal. Assim, a posição teórica essencial subjacente aos *Estudos* é que a necessidade clínica da ab-reação do afeto e os resultados patogênicos que surgem quando ele fica estrangulado são explicados pela tendência muito mais geral (expressa no princípio da constância) a manter constante a quantidade de excitação.

Tem-se pensado com freqüência que os autores dos *Estudos* atribuíam os fenômenos da histeria apenas aos traumas e às lembranças inextirpáveis deles, e que só mais tarde é que Freud, depois de deslocar a ênfase dos traumas infantis para as fantasias infantis, chegou a sua momentosa concepção “dinâmica” dos processos da mente. Ver-se-á, contudo, pelo que acaba de ser dito, que uma hipótese dinâmica sob a forma do princípio da constância já estava subjacente à teoria do trauma e da ab-reação. E quando chegou o momento de ampliar os horizontes e atribuir uma importância muito maior às pulsões, em contraste com a experiência, não houve necessidade de modificar a hipótese básica. Na realidade, Breuer já ressalta o papel desempenhado pelas “principais necessidades e pulsões fisiológicas do organismo” na gênese dos aumentos de excitação que exigem descarga (ver em [1]), e frisa a importância da “pulsão sexual” como “a fonte mais poderosa dos acúmulos sistemáticos de excitação (e, conseqüentemente, de neuroses)” (ver em [1]). Além disso, toda a noção de conflito e do recalçamento das idéias incompatíveis é explicitamente baseada no ocorrência dos aumentos desagradáveis de excitação. Isso conduz à consideração adicional de que, como salienta Freud em *Além do Princípio do Prazer* (Edição *Standard* Brasileira, 1ª edição, Vol. XVIII, ver em [1]), o próprio “princípio do prazer” está estreitamente vinculado ao princípio da constância. Ele chega mesmo a ir mais adiante e declarar (ibid., 83) que o princípio do prazer “é uma tendência que atua a serviço de uma função cuja tarefa é libertar inteiramente da excitação o aparelho mental, ou manter constância o nível de excitação dentro dele, ou mantê-lo tão baixo quanto possível”. O caráter “conservador” que Freud atribui às pulsões em seus trabalhos posteriores, assim como a “compulsão à repetição”, também são vistos no mesmo trecho como manifestações do princípio da constância; e fica claro que a hipótese em que se basearam esses primeiros *Estudos sobre a Histeria* ainda continuava a ser considerada fundamental por Freud em suas últimas especulações.

(3)

AS DIVERGÊNCIAS ENTRE OS DOIS AUTORES

Não estamos interessados aqui nas relações pessoais entre Breuer e Freud, descritas com detalhes no primeiro volume da biografia escrita por Ernest Jones, mas é interessante examinarmos brevemente suas divergências *científicas*. A existência de tais divergências foi abertamente mencionada no prefácio à primeira edição e muitas vezes falou-se nelas com exagero nas publicações posteriores de Freud. Mas no próprio livro, por estranho que pareça, elas estão longe de ganhar preeminência e, muito embora a “Comunicação Preliminar” seja a única parte do livro de autoria explicitamente conjunta, não é fácil determinar com certeza de quem é a responsabilidade pela origem dos vários elementos componentes do trabalho como um todo.

Sem dúvida, podemos com segurança atribuir a Freud os desenvolvimentos técnicos posteriores, bem como os conceitos teóricos vitais de resistência, defesa e recalçamento que decorreram deles. É fácil ver pelo relato apresentado em [1] como esses conceitos decorreram da substituição da hipnose pela técnica da “pressão”. O próprio Freud, em sua “História do Movimento Psicanalítico” (1914d), declara que “a teoria do recalçamento é a pedra angular em que repousa toda a estrutura da psicanálise”, e dá a mesma explicação aqui apresentada sobre a maneira como se chegou a ela. Afirma também sua crença de ter chegado de forma independente a essa teoria, e a história da descoberta confirma amplamente essa crença. No mesmo trecho, Freud observa que uma sugestão da idéia do recalçamento encontra-se em Schopenhauer (1844), cujas obras, contudo, ele só veio a ler em idade avançada; e há pouco tempo se ressaltou que a palavra “*Verdrängung*” (“recalçamento”) ocorre nos escritos do psicólogo Herbart (1824), do início do século XIX, cujas idéias tiveram grande influência sobre numerosas pessoas que faziam parte do círculo de Freud, em particular seu professor imediato de psiquiatria, Meynert. Mas nenhuma dessas sugestões diminui de modo significativo a originalidade da teoria de Freud, com sua base empírica, que encontrou sua primeira expressão na “Comunicação Preliminar” (ver em [1]-[2]).

Em contraposição a isso, não há nenhuma dúvida de que Breuer deu origem à noção dos “estados hipnóides”, ponto a que voltaremos dentro em breve, e parece possível que tenha

sido responsável pelos termos “catarse” e “ab-reação”.

Todavia, muitas das conclusões teóricas dos *Estudos* devem ter sido produto de discussões entre os dois autores durante seus anos de colaboração, e o próprio Breuer comenta (ver em [1]-[2]) sobre a dificuldade de determinar a prioridade em tais casos. Afora a influência de Charcot, sobre a qual Freud jamais deixou de insistir, deve-se também recordar que tanto Breuer como Freud eram basicamente fiéis à escola de Helmholtz, da qual um professor deles, Ernst Brücke, foi membro preeminente. Grande parte da teoria subjacente aos *Estudos sobre a Histeria* deriva da doutrina daquela escola, teoria que diz serem todos os fenômenos naturais, em última análise, explicáveis em função de forças físicas e químicas.

Já vimos (em [1]) que, embora Breuer fosse o primeiro a mencionar o “princípio da constância” pelo nome, ele atribuiu essa hipótese a Freud. De modo semelhante, ele ligou o nome de Freud ao termo “conversão”, mas (como será explicado mais adiante, em [1]), o próprio Freud declarou que isso se aplicava apenas à *palavra* e que se chegou em conjunto ao conceito.

Por outro lado, há um grande número de conceitos muito importantes que parecem ser corretamente atribuíveis a Breuer: a idéia de a alucinação ser uma “retrogressão” das imagens mentais para a percepção (ver em [1]), a tese de que as funções da percepção e da memória não podem ser realizadas pelo mesmo aparelho (ver em [1]), e, finalmente, causando grande surpresa, a distinção entre a energia psíquica ligada (tônica) e a não-ligada (móvel) e a distinção correlata entre os processos psíquicos primário e secundário (ver em [1]).

O emprego do termo “*Besetzung*” (“catexia”), que aparece pela primeira vez em [1]-[2] com o sentido que iria tornar-se tão familiar na teoria psicanalítica, provavelmente deve ser atribuído a Freud. Como é natural, a idéia de todo o aparelho mental, ou parte dele, transportar uma carga de energia é pressuposta pelo princípio da constância. E embora o termo real que iria transformar-se no padrão fosse empregado pela primeira vez neste volume, a idéia fora antes expressa por Freud sob outras formas. Assim, encontramos-lo utilizando expressões tais como “*mit Energie ausgestattet*” (“suprido de energia”) (1895b), “*mit einer Erregungssumme behaftet*” (“carregado de uma soma de excitação”) (1894a), “*munie d’une valeur affective*” (“provido de uma cota de afeto”) (1893c), “*Verschiebungen*

von Erregungs summen” (“deslocamentos de somas de excitação”) (1941a |1892|) e, já no prefácio a sua primeira tradução de Bernheim (1888-9) “*Verschiebungen von Erregbarkeit im Nervensystem*” (deslocamentos de excitabilidade no sistema nervoso”).

Esta última citação, porém, constitui um lembrete de algo de grande importância que pode muito facilmente ser desprezado. Não há dúvida alguma de que, na época da publicação dos *Estudos*, Freud considerava o termo “catexia” como puramente fisiológico. Isso é comprovado pela definição do termo dada por ele na Parte I, Seção 2, de seu “Projeto para uma Psicologia Científica”, com o qual sua mente já estava ocupada (como se verifica nas cartas a Fliess) e que foi escrito apenas alguns meses depois. Ali, após fornecer uma explicação sobre uma entidade neurológica recém-descoberta, o “neurônio”, prossegue ele: “Se combinarmos esta descrição dos neurônios com uma abordagem nos moldes da teoria da quantidade, chegaremos à idéia de uma neurônio ‘catexizado’, cheio de certa quantidade, embora em outras ocasiões possa estar vazio.” A propensão neurológica das teorias de Freud nesse período é indicada ainda pela forma como o princípio da constância é enunciado no mesmo trecho do “Projeto”. Recebe a designação de “o princípio da inércia neuronal” e é definido como indicativo de “que os neurônios tendem a desembaraçar-se da quantidade”. Revela-se assim um notável paradoxo. Breuer, como veremos adiante (ver em [1]), declara sua intenção de tratar o assunto da histeria em moldes puramente psicológicos: “No que se segue, pouca menção será feita ao cérebro e absolutamente nenhuma às moléculas. Os processos psíquicos serão tratados na linguagem da psicologia.” Na verdade, porém, seu capítulo teórico versa basicamente sobre as “excitações intracerebrais” e sobre paralelos entre o sistema nervoso e as instalações elétricas. Por outro lado, Freud dedicava todas as suas energias a explicar os fenômenos mentais em termos fisiológicos e químicos. Não obstante, como ele próprio confessa com pesar (ver em [1]), seus casos clínicos têm a forma de contos e suas análises são psicológicas.

A verdade é que, em 1895, Freud encontrava-se a meio caminho no processo de passar das explicações fisiológicas dos estados psicopatológicos para as explicações psicológicas. Por um lado, propunha o que era, em linhas gerais, uma explicação química das neuroses “atuais” - neurastenia e neurose de angústia - (em seus dois artigos sobre neurose de angústia, 1895b e 1895f), e, por outro, propunha uma explicação essencialmente psicológica - em termos de “defesa” e “recalcamento” - para a histeria e as obsessões (em seus dois artigos sobre “As Neuropsicoses de Defesa”, 1894a e 1896b). Sua formação anterior e sua carreira como neurologista levavam-no a resistir à aceitação das explicações psicológicas como definitivas; e ele estava empenhado em elaborar uma estrutura complexa de hipóteses destinadas a possibilitar a descrição dos eventos mentais em termos puramente neurológicos. Essa tentativa culminou no “Projeto” e foi abandonada não muito depois. Até o fim da vida, porém, Freud continuou adepto da etiologia química das neuroses “atuais” e a acreditar que se acabaria encontrando uma base física para todos os fenômenos mentais. Entrementes, ele chegou pouco a pouco ao ponto de vista expresso por Breuer de que os processos psíquicos só podem ser tratados na linguagem da psicologia. Foi só em 1905 (em

seu livro sobre o chiste, Capítulo V) que ele pela primeira vez repudiou de forma explícita qualquer intenção de empregar o termo “catexia” em algum sentido que não fosse o psicológico e abandonou todas as tentativas de relacionar os tratos nervosos ou os neurônios com as vias de associação mental.

Quais eram, porém, as divergências científicas essenciais entre Breuer e Freud? Em seu *Estudo Autobiográfico* (1925d) Freud afirma que a primeira delas relacionava-se com a etiologia da histeria e poderia ser descrita como “os estados hipnóides versus as neuroses de defesa”. Mais uma vez, no entanto, aqui mesmo neste volume, o problema é menos nítido. Na “Comunicação Preliminar” elaborada em conjunto, ambas as etiologias são aceitas (ver em [1]). Breuer, em seu capítulo teórico, evidentemente dá maior ênfase aos estados hipnóides (ver em [1]), mas também acentua a importância da “defesa” (ver em [1] e [2]), embora de modo pouco entusiástico. Freud parece aceitar a noção dos “estados hipnóides” no caso clínico de “Katharina” (ver em [1]) e, de modo menos definitivo, no da Sra. Elisabeth (ver em [1]). É só no capítulo final que seu ceticismo começa a tornar-se evidente (ver em [1]). Num artigo sobre “A Etiologia da Histeria”, publicado no ano seguinte (1896c), esse ceticismo é expresso de forma ainda mais franca e, numa nota de rodapé ao caso de “Dora” (1905e), Freud declara que a expressão “estados hipnóides” é “desnecessária e confusa” e que a hipótese “decorreu inteiramente da iniciativa de Breuer” (Edição *Standard* Brasileira, 1ª edição, Vol. VII, pág. 25n).

Mas a principal diferença de opinião entre os dois autores, na qual Freud posteriormente insistiu, dizia respeito ao papel desempenhado pelos impulsos sexuais na causação da histeria. Também aqui, contudo, verificaremos que a divergência *expressa* aparece de uma forma menos clara do que seria de se esperar. A crença de Freud na origem sexual da histeria pode ser inferida com bastante clareza a partir da discussão em seu capítulo sobre a psicoterapia (ver em [1]), mas em nenhum ponto ele chega a afirmar, como faria mais tarde, que uma etiologia sexual se mostra invariavelmente presente nos casos de histeria. Por outro lado, Breuer fala em vários pontos, e usando os termos mais incisivos, sobre a importância do papel desempenhado pela sexualidade nas neuroses, e o faz em especial no longo trecho em [1] e segs. Diz ele, por exemplo (como já se observou, em [1]), que “a pulsão sexual é sem dúvida a fonte mais poderosa dos aumentos persistentes de excitação (e, conseqüentemente, das neuroses)” (ver em [1]), e declara (ver em [1]) que “a grande maioria das neuroses graves nas mulheres tem sua origem no leito conjugal”.

Parece que, para encontrarmos uma explicação satisfatória para a dissolução dessa parceria científica, deveríamos olhar o que está atrás da palavra impressa. As cartas de Freud a Fliess mostram Breuer como um homem cheio de dúvidas e reservas, sempre

inseguro em suas conclusões. Há um exemplo extremo disso numa carta de 8 de novembro de 1895 (1950a, Carta 35), cerca de seis meses após a publicação dos *Estudos*: “Não faz muito tempo, no Colégio de Medicina, Breuer fez um longo discurso falando de mim, no qual anunciou sua conversão à crença na etiologia sexual [das neuroses]. Quando o chamei de lado para agradecer-lhe, ele estragou meu prazer, dizendo: ‘Ainda assim não creio nisso.’ Você consegue entender isso? Eu, não.” Algo dessa natureza pode ser lido nas entrelinhas das contribuições de Breuer aos *Estudos*, onde temos o quadro de um homem meio temeroso de suas próprias descobertas notáveis. Era inevitável que ele ficasse ainda mais desconcertado pelo pressentimento das descobertas ainda mais inquietantes que estavam por vir; e era inevitável que Freud, por sua vez, se sentisse prejudicado e irritado com as incômodas hesitações de seu companheiro de trabalho.

Seria enfadonho enumerar os muitos trechos, nas obras posteriores de Freud, nos quais ele se refere aos *Estudos sobre a Histeria* e a Breuer; porém, algumas citações ilustrarão a variação da ênfase em sua atitude para com eles.

Nos numerosos relatos abreviados de seus métodos terapêuticos e das teorias psicológicas que publicou durante os anos logo após o lançamento dos *Estudos*, Freud se esforçou por ressaltar as diferenças entre a “psicanálise” e o método catártico - as inovações técnicas, a extensão de seu processo quanto às outras neuroses que não a histeria, o estabelecimento da motivação da “defesa”, a insistência numa etiologia sexual e, como já vimos, a rejeição final dos “estados hipnóides”. Ao chegarmos à primeira série das obras principais de Freud - os volumes sobre sonhos (1900a), parapraxias (1901b), chistes (1905c) e sexualidade (1905d) - naturalmente há pouco ou nenhum material retrospectivo; e é somente nas cinco conferências proferidas na Universidade de Clark (1910a) que vamos encontrar um levantamento histórico extenso. Nessas conferências, Freud parecia ansioso por estabelecer a continuidade entre sua obra e a de Breuer. Toda a primeira conferência e grande parte da segunda são dedicadas a um resumo dos *Estudos*, e a impressão da era a de que não Freud, e sim Breuer era o verdadeiro fundador da psicanálise.

O longo levantamento retrospectivo seguinte, na “História do Movimento Psicanalítico” (1914d), teve um tom muito diferente. Todo o artigo, naturalmente, teve uma intenção polêmica, e não é de surpreender que, ao esboçar a história inicial da psicanálise, Freud frisasse mais suas divergências com Breuer do que sua dívida para com ele, e que revogasse explicitamente sua visão de Breuer como o fundador da psicanálise. Também nesse artigo Freud discorreu largamente sobre a incapacidade de Breuer para enfrentar a transferência sexual e revelou o “lastimável evento” que encerrou a análise de Anna O (ver em [1]).

A seguir veio o que parece ser quase uma *amende*- já mencionada na ver em [1]: a inesperada atribuição a Breuer da distinção entre a energia psíquica ligada e a não-ligada e

entre os processos primário e secundário. Não tinha havido nenhuma sugestão dessa atribuição quando essas hipóteses foram originalmente introduzidas por Freud (em *A Interpretação dos Sonhos*); ela foi feita pela primeira vez numa nota de rodapé à Seção V do artigo metapsicológico sobre “O Inconsciente” (1915e) e repetida em *Além do Princípio do Prazer* (1920g); (Edição *Standard* Brasileira, Vol. XVIII, em [1] e [2]). Não muito tempo depois houve algumas frases de louvor num artigo preparado por Freud para o *Handwörterbuch* de Marcuse (1923a; Edição *Standard* Brasileira, Vol. XVIII, em [1]): “Numa seção teórica dos *Estudos*, Breuer propôs algumas idéias especulativas sobre os processos de excitação da mente. Essas idéias determinaram a direção das futuras linhas de pensamento...” Mais ou menos na mesma orientação, Freud escreveu, um pouco depois, numa contribuição para uma publicação norte-americana (1924f): “O método catártico foi o precursor imediato da psicanálise e, apesar de toda amplitude da experiência e de todas as modificações de teoria, ainda se acha contido nela como seu núcleo.”

O longo levantamento histórico de Freud que se seguiu, *Um Estudo Autobiográfico* (1925d), pareceu mais uma vez afastar-se da obra conjunta: “Se o relato que fiz até agora”, escreveu, “levou o leitor a esperar que os *Estudos sobre a Histeria*, em todos os pontos essenciais de seu conteúdo, tenham sido um produto da mente de Breuer, isso é precisamente o que eu mesmo sempre sustentei... No tocante à *teoria* formulada no livro, fui parcialmente responsável, mas numa medida que hoje não é mais possível determinar. Aquela teoria, de qualquer modo, era despretensiosa e mal foi além da descrição direta das observações.” E acrescentou que “teria sido difícil adivinhar, pelos *Estudos sobre a Histeria*, a importância que tem a sexualidade na etiologia das neuroses”, passando mais uma vez a descrever a relutância de Breuer em reconhecer esse fator.

Logo depois disso Breuer faleceu, e talvez seja apropriado encerrar esta introdução à obra conjunta com uma citação do necrológio feito por Freud sobre seu colaborador (1925g). Depois de comentar a relutância de Breuer em publicar os *Estudos* e de declarar que o principal mérito dele próprio em relação a essa obra fora o de haver persuadido Breuer a concordar com seu lançamento, prosseguiu: “Na época em que ele aceitou minha influência e estava elaborando os *Estudos* para publicação, seu julgamento do significado da obra pareceu confirmar-se. ‘Creio’, disse-me ele, ‘que esta é a coisa mais importante que nós dois temos a dar ao mundo’. Além do caso clínico de sua primeira paciente, Breuer redigiu um artigo teórico para os *Estudos*. Esse texto está muito longe de ser desatualizado; pelo contrário, oculta pensamentos e sugestões que não foram suficientemente levados em conta. Qualquer um que se aprofunde nesse ensaio especulativo formará uma verdadeira impressão da estatura mental desse homem cujos interesses científicos, infelizmente, só

foram orientados na direção de nossa psicopatologia por um curto episódio de sua longa vida.”

PREFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO

Em 1893 publicamos a “Comunicação Preliminar” sobre um novo método de examinar e tratar os fenômenos histéricos. A ela acrescentamos, de forma tão concisa quanto possível, as conclusões teóricas a que havíamos chegado. Estamos aqui reimprimindo essa “Comunicação Preliminar” para servir como a tese que temos por finalidade ilustrar e provar.

Anexamos a ela uma série de casos clínicos cuja seleção, infelizmente, não pôde ser determinada em bases puramente científicas. Nossa experiência provém da clínica particular numa classe social culta e letrada, e o assunto com que lidamos muitas vezes aborda a vida e a história mais íntimas de nossos pacientes. Constituiria grave quebra de confiança publicar material dessa espécie, com o risco de os pacientes serem identificados e seus conhecidos ficarem a par de fatos confiados apenas ao médico. Foi-nos portanto impossível fazer uso de algumas das nossas observações mais instrutivas e convincentes. Isso naturalmente se aplica de forma especial a todos os casos em que as relações sexuais e maritais desempenham um importante papel etiológico. Assim, ocorre que só conseguimos apresentar provas muito incompletas em favor de nosso ponto de vista de que a sexualidade parece desempenhar um papel fundamental na patogênese da histeria, como fonte de traumas psíquicos e como motivação para a “defesa” - isto é, para que as idéias sejam recalçadas da consciência. Foram precisamente as observações de natureza marcadamente sexual que nos vimos obrigados a não publicar.

Os casos clínicos são seguidos de diversas considerações teóricas e, num capítulo final sobre terapia, propõe-se a técnica do “método catártico” tal como se desenvolveu nas mãos do neurologista.

Se em algumas ocasiões se expressam opiniões divergentes e até mesmo contraditórias, isso não deve ser considerado como prova de qualquer vacilação em nossos pontos de vista. Decorre das divergências naturais e justificáveis entre as opiniões dos dois observadores que estão de acordo quanto aos fatos e à leitura básica dos mesmos, mas que nem sempre concordam invariavelmente em suas interpretações e conjeturas.

J. BREUER, S. FREUD

Abril de 1895

PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO

O interesse que, em grau sempre crescente, vem se voltando para a psicanálise parece agora estar-se estendendo a estes *Estudos sobre a Histeria*. O editor deseja publicar nova edição do livro, que no momento se acha esgotado. Aparece ele agora numa reimpressão sem quaisquer alterações, embora as opiniões e os métodos apresentados na primeira edição tenham desde então passado por desenvolvimentos de longo alcance e profundidade. No que me diz respeito, pessoalmente, desde aquela época não lidei ativamente com o assunto; não tive nenhuma participação em seu importante desenvolvimento e nada poderia acrescentar de novo ao que foi escrito em 1895. Assim, nada pude fazer além de expressar o desejo de que minhas duas contribuições ao volume fossem reimpressas sem alteração.

BREUER

Também quanto a minha participação no livro, a única decisão possível é que o texto da primeira edição seja reimpresso sem alteração. Os desenvolvimentos e mudanças ocorridos em meus pontos de vista no decorrer de treze anos de trabalho foram extensos demais para que seja possível vinculá-los a minha anterior exposição sem destruir inteiramente seu caráter essencial. Tampouco tenho qualquer motivo para desejar eliminar esta prova de meus conceitos iniciais. Ainda hoje não os considero como erros, mas como valiosas primeiras aproximações de um conhecimento que só poderia ser plenamente adquirido após longos e continuados esforços. O leitor atento será capaz de descobrir neste livro os germes de tudo aquilo que desde então foi acrescentado à teoria da catarse; por exemplo, o papel desempenhado pelos fatores psicosexuais e pelo infantilismo, e a importância dos sonhos e

do simbolismo inconsciente. E não posso dar melhor conselho a qualquer interessado no desenvolvimento da catarse até chegar à psicanálise do que começar pelos *Estudos sobre a Histeria* e, desse modo, seguir o caminho que eu próprio trilhei.

FREUD

VIENA, *julho* de 1908

I - SOBRE O MECANISMO PSÍQUICO DOS FENÔMENOS

HISTÉRICOS:

COMUNICAÇÃO PRELIMINAR (1893)

(BREUER E FREUD)

I

Uma observação casual levou-nos, durante vários anos, a pesquisar uma grande variedade de diferentes formas e sintomas de histeria, com vistas a descobrir sua causa precipitante - o fato que teria provocado a primeira ocorrência, muitos anos antes com freqüência, do fenômeno em questão. Na grande maioria dos casos não é possível estabelecer o ponto de origem através da simples interrogação do paciente, por mais minuciosamente que seja levada a efeito. Isso se verifica, em parte, porque o que está em questão é, muitas vezes, alguma experiência que o paciente não gosta de discutir; mas ocorre principalmente porque ele é de fato incapaz de recordá-la e, muitas vezes, não tem nenhuma suspeita da conexão causal entre o evento desencadeador e o fenômeno patológico. Via de regra, é necessário hipnotizar o paciente e provocar, sob hipnose, suas lembranças da época em que o sintoma surgiu pela primeira vez; feito isso, torna-se possível demonstrar a conexão causal da forma mais clara e convincente.

Esse método de exame tem produzido, num grande número de casos, resultados que se afiguram valiosos tanto do ponto de vista teórico como do ponto de vista prático.

Eles são teoricamente valiosos porque nos ensinaram que os fatos externos determinam a patologia da histeria numa medida muito maior do que se sabe e reconhece. Naturalmente, é óbvio que, nos casos de histeria “traumática”, o que provoca os sintomas é o acidente. A ligação causal evidencia-se igualmente nos ataques histéricos quando é possível deduzir dos enunciados do paciente que, em cada ataque, ele está alucinando o mesmo evento que provocou o primeiro deles. A situação é mais obscura no caso de outros fenômenos.

Nossas experiências, porém, têm demonstrado que os mais variados sintomas, que são ostensivamente espontâneos e, como se poderia dizer, produtos idiopáticos da histeria, estão tão estritamente relacionados com o trauma desencadeador quanto os fenômenos a que acabamos de aludir e que exibem a conexão causal de maneira bem clara. Os

sintomas cujo rastro pudemos seguir até os referidos fatores desencadeadores deste tipo abrangem nevralgias e anestésias de naturezas muito diversas, muitas das quais haviam persistido durante anos, contraturas e paralisias, ataques histéricos e convulsões epileptóides, que os observadores consideravam como epilepsia verdadeira, *petit mal* e perturbações da ordem dos *tiques*, vômitos crônicos e anorexia, levados até o extremo de rejeição de todos os alimentos, várias formas de perturbação da visão, alucinações visuais constantemente recorrentes, etc. A desproporção entre os muitos anos de duração do sintoma histérico e a ocorrência isolada que o provocou é o que estamos invariavelmente habituados a encontrar nas neuroses traumáticas. Com grande freqüência, é algum fato da infância que estabelece um sintoma mais ou menos grave, que persiste durante os anos subseqüentes.

Muitas vezes, a ligação é tão nítida que se torna bem evidente como foi que o fato desencadeante produziu um dado fenômeno específico, de preferência a qualquer outro. Nesse caso, o sintoma foi de forma bem óbvia determinado pela causa desencadeadora. Podemos tomar como exemplo muito comum uma emoção penosa surgida durante uma refeição, mas suprimida na época, e que produz então náuseas e vômitos que persistem por meses sob a forma de vômitos histéricos. Uma jovem que velava o leito de um enfermo, atormentada por uma grande angústia, caiu num estado crepuscular e teve uma alucinação aterrorizante, enquanto seu braço direito, que pendia sobre o dorso da cadeira, ficou dormente; disso proveio uma paresia do mesmo braço, acompanhada de contratura e anestesia. Ela tentou rezar, mas não conseguiu encontrar as palavras; por fim, conseguiu repetir uma oração para crianças em inglês. Posteriormente, ao surgir uma histeria grave e altamente complicada, ela só conseguia falar, escrever e compreender o inglês, enquanto sua língua materna permaneceu ininteligível para ela por dezoito meses. - A mãe de uma criança muito doente, que finalmente adormecera, concentrou toda a sua força de vontade em manter-se imóvel a fim de não despertá-la. Precisamente por causa da sua intenção, produziu um ruído de “estalo” com a língua. (Um exemplo de “contravontade histérica”.) Esse ruído se repetiu numa ocasião subseqüente em que ela desejava manter-se perfeitamente imóvel, tendo dele surgido um tique que, sob a forma de um estalido com a língua, ocorreu durante um período de muitos anos sempre que ela se sentia excitada. - Um homem muito inteligente estava presente quando uma articulação da coxa anquilosada de seu irmão foi submetida a uma manobra de extensão sob a ação de um anestésico. No momento em que a articulação cedeu com um estalido, ele sentiu uma dor violenta em sua própria articulação, que persistiu por quase um ano. - Outros exemplos poderiam ser citados.

Em outros casos a conexão causal não é tão simples. Consiste apenas no que se poderia denominar uma relação “simbólica” entre a causa precipitante e o fenômeno patológico - uma relação do tipo da que as pessoas saudáveis formam nos sonhos. Por exemplo, uma nevralgia pode sobrevir após um sofrimento mental, ou vômitos após um sentimento de repulsa moral. Temos estudado pacientes que costumavam fazer o mais abundante uso dessa espécie de simbolização. Noutros casos ainda, não é possível compreender à primeira vista

como os sintomas podem ser determinados à maneira como sugerimos. São precisamente os sintomas histéricos típicos que se enquadram nessa classe, tais como a hemianestesia, a contração do campo visual, as convulsões epileptiformes e assim por diante. Uma explicação de nossos pontos de vista sobre esse grupo deve ser reservada para um exame mais acurado do assunto.

Observações como essas nos parecem estabelecer uma analogia entre a patogênese da histeria comum e a das neuroses traumáticas e justificar uma extensão do conceito de histeria traumática. Nas neuroses traumáticas, a causa atuante da doença não é o dano físico insignificante, mas o afeto do susto - o trauma psíquico. De maneira análoga, nossas pesquisas revelam para muitos, se não para a maioria dos sintomas histéricos, causas desencadeadoras que só podem ser descritas como traumas psíquicos. Qualquer experiência que possa evocar afetos aflitivos - tais como os de susto, angústia, vergonha ou dor física - pode atuar como um trauma dessa natureza; e o fato de isso acontecer de verdade depende, naturalmente, da suscetibilidade da pessoa afetada (bem como de outra condição que será mencionada adiante). No caso da histeria comum não é rara a ocorrência, em vez de um trauma principal isolado, de vários traumas parciais que formam um *grupo* de causas desencadeadoras. Essas causas só puderam exercer um efeito traumático por adição e constituem um conjunto por serem, em parte, componentes de uma mesma história de sofrimento. Existem outros casos em que uma circunstância aparentemente trivial se combina com o fato realmente atuante ou ocorre numa ocasião de peculiar suscetibilidade ao estímulo e, dessa forma, atinge a categoria de um trauma, que de outra forma não teria tido, mas que daí por diante persiste.

Mas a relação causal entre o trauma psíquico determinante e o fenômeno histérico não é de natureza a implicar que o trauma atue como mero *agent provocateur* na liberação do sintoma, que passa então a levar uma existência independente. Devemos antes presumir que o trauma psíquico - ou, mais precisamente, a lembrança do trauma - age como um corpo estranho que, muito depois de sua entrada, deve continuar a ser considerado como um agente que ainda está em ação; encontramos a prova disso num fenômeno invulgar que, ao mesmo tempo, traz um importante interesse *prático* para nossas descobertas.

É que verificamos, a princípio com grande surpresa, que *cada sintoma histérico individual desaparecia, de forma imediata e permanente, quando conseguíamos trazer à luz com clareza a lembrança do fato que o havia provocado e despertar o afeto que o acompanhara, e quando o paciente havia descrito esse fato com o maior número de detalhes possível e traduzido o afeto em palavras.* A lembrança sem afeto quase invariavelmente não produz nenhum resultado. O processo psíquico originalmente ocorrido deve ser repetido o mais nitidamente possível; deve ser levado de volta a seu *status nascendi* e então receber expressão verbal. Quando aquilo com que estamos lidando são

fenômenos que envolvem estímulos (espasmos, nevralgias e alucinações), estes reaparecem mais uma vez com intensidade máxima e a seguir desaparecem para sempre. As deficiências funcionais, tais como paralisias e anestésias, desaparecem da mesma maneira, embora, é claro, sem que a intensificação temporária seja discernível.

É plausível supor que se trata aqui de sugestão inconsciente: o paciente espera ser aliviado de seus sofrimentos por esse procedimento, e é essa expectativa, e não a expressão verbal, o fator operativo. Mas não é isso que ocorre. O primeiro caso dessa natureza a ser objeto de observação remonta ao ano de 1881, isto é, à era da “pré-sugestão”. Um caso muito complicado de histeria foi analisado dessa maneira, e os sintomas que decorriam de causas distintas foram distintamente eliminados. Essa observação foi possibilitada por auto-hipnoses espontâneas por parte do paciente, e surgiu com uma grande surpresa para o observador.

Podemos inverter a máxima “*cessante causa cessat effectus*” [“cessando a causa cessa o efeito”] e concluir dessas observações que o processo determinante continua a atuar, de uma forma ou de outra, durante anos - não indiretamente, através de uma corrente de elos causais intermediários, mas como uma causa *diretamente* liberadora - da mesma forma que um sofrimento psíquico que é recordado no estado consciente de vigília ainda provoca uma secreção lacrimal muito tempo depois de ocorrido o fato. *Os histéricos sofrem principalmente de reminiscências.*

II

À primeira vista parece extraordinário que fatos experimentados há tanto tempo possam continuar a agir de forma tão intensa - que sua lembrança não esteja sujeita ao processo de desgaste a que, afinal de contas, vemos sucumbirem todas as nossas recordações. Talvez as considerações que se seguem possam tornar isso um pouco mais inteligível.

O esmaecimento de uma lembrança ou a perda de seu afeto dependem de vários fatores. O mais importante destes é *se houve uma reação energética ao fato capaz de provocar um afeto*. Pelo termo “reação” compreendemos aqui toda a classe de reflexos voluntários e involuntários - das lágrimas aos atos de vingança - nos quais, como a experiência nos mostra, os afetos são descarregados. Quando essa reação ocorre em grau suficiente, grande parte do afeto desaparece como resultado. O uso da linguagem comprova esse fato de observação cotidiana com expressões como “desabafar pelo pranto” [“*sich ausweinen*”] e “desabafar através de um acesso de cólera” [“*sich austoben*”, literalmente “esvair-se em cólera”]. Quando a reação é reprimida, o afeto permanece vinculado à lembrança. Uma ofensa revidada, mesmo que apenas com palavras, é recordada de modo bem diferente de outra que teve que ser aceita. A linguagem também reconhece essa distinção, em suas conseqüências mentais e físicas; de maneira bem característica, ela descreve uma ofensa sofrida em silêncio como “uma mortificação” [“*Kränkung*”, literalmente, um “fazer adoecer”]. - A reação da pessoa insultada em relação ao trauma só exerce um efeito inteiramente “catártico” se for uma reação *adequada* - como, por exemplo, a vingança. Mas a linguagem serve de substituta para a ação; com sua ajuda, um afeto pode ser “ab-reagido” quase com a mesma eficácia. Em outros casos, o próprio falar é o reflexo adequado: quando, por exemplo, essa fala corresponde a um lamento ou é a enunciação de um segredo torturante, por exemplo, uma confissão. Quando não há uma reação desse tipo, seja em ações ou palavras, ou, nos casos mais benignos, por meio de lágrimas, qualquer lembrança do fato preserva sua tonalidade afetiva do início.

A “ab-reação”, contudo, não é o único método de lidar com a situação para uma pessoa normal que tenha experimentado um trauma psíquico. Uma lembrança desse trauma, mesmo que não tenha sido ab-reagida, penetra no grande complexo de associações, entra em confronto com outras experiências que possam contradizê-la, e está sujeita à retificação por outras representações. Depois de um acidente, por exemplo, a lembrança do perigo e a repetição (mitigada) do medo é associada à lembrança do que ocorreu depois - o socorro e a situação consciente da segurança atual. Da mesma forma, a lembrança de uma humilhação é corrigida quando a pessoa situa os fatos no devidos lugares, considerando seu próprio valor, etc. Desse modo, uma pessoa normal é capaz de provocar o desaparecimento do afeto concomitante por meio do processo de associação.

A isso devemos acrescentar a obliteração geral das impressões, o evanescimento das lembranças a que chamamos “esquecimento” e que desgasta as representações não mais afetivamente atuantes.

Nossas observações demonstraram, por outro lado, que as lembranças que se tornaram os determinantes de fenômenos histéricos persistem por longo tempo com surpreendente vigor e com todo o seu colorido afetivo. Devemos, contudo, mencionar outro fato notável do qual posteriormente poderemos tirar proveito, a saber, que essas lembranças, em contraste com

outras de sua vida passada, não se acham à disposição do paciente. Pelo contrário, *essas experiências estão inteiramente ausentes da lembrança dos pacientes quando em estado psíquico normal, ou só se fazem presentes de forma bastante sumária*. Apenas quando o paciente é inquirido sob hipnose é que essas lembranças emergem com a nitidez inalterada de um fato recente.

Assim, durante nada menos de seis meses, uma de nossas pacientes reproduziu sob hipnose, com uma nitidez alucinatória, tudo o que a havia excitado no mesmo dia no ano anterior (durante um ataque de histeria aguda). Um diário mantido por sua mãe sem o conhecimento da paciente provou a inteireza da reprodução |ver em [1]|. Outra paciente, em parte sob hipnose e em parte durante ataques espontâneos, reviveu com clareza alucinatória todos os fatos de uma psicose histérica que experimentara dez anos antes e que havia esquecido, em sua maior parte, até o momento em que ela ressurgiu. Além disso, verificou-se que certas lembranças de importância etiológica que datavam dos quinze aos vinte e cinco anos estavam surpreendentemente intactas e possuíam uma intensidade sensorial notável, e que, ao retornarem, atuaram com toda a força afetiva das experiências novas |ver em [1]-[2]|.

Isso só pode ser explicado pelo fato de que essas lembranças constituem uma exceção em sua relação com todos os processos de desgaste que examinamos atrás. *Em outras palavras: parece que essas lembranças correspondem a traumas que não foram suficientemente ab-reagidos*; e se penetrarmos mais a fundo nos motivos que impediram isso, encontraremos pelo menos dois grupos de condições sob as quais a reação ao trauma deixa de ocorrer.

No primeiro grupo acham-se os casos em que os pacientes não reagiram a um trauma psíquico porque a natureza do trauma não comportava reação, como no caso da perda obviamente irreparável de um ente querido, ou porque as circunstâncias sociais impossibilitavam uma reação, ou porque se tratava de coisas que o paciente desejava esquecer, e portanto, recalcara intencionalmente do pensamento consciente, inibindo-as e suprimindo-as. São precisamente as coisas aflitivas dessa natureza que, sob hipnose, constatamos serem a base dos fenômenos histéricos (por exemplo, os delírios histéricos de santos e freiras, de mulheres que guardam a castidade e de crianças bem-educadas).

O segundo grupo de condições é determinado, não pelo conteúdo das lembranças, mas pelos estados psíquicos em que o paciente recebeu as experiências em questão, pois encontramos sob hipnose, dentre as causas dos sintomas histéricos, representações que em si mesmas não são importantes, mas cuja persistência se deve ao fato de que se originaram durante a prevalência de afetos gravemente paralisantes, tais como o susto, ou durante estados psíquicos positivamente anormais, como o estado crepuscular semi-hipnótico dos devaneios, a auto-hipnose, etc. Em tais casos, é a natureza dos estados que torna impossível uma reação ao acontecimento.

É claro que ambas as espécies de condições podem estar presentes ao mesmo tempo, e isso de fato ocorre com freqüência. É o que acontece quando um trauma que é atuante por si mesmo ocorre enquanto predomina um afeto gravemente paralisante, ou durante um estado de alteração da consciência. Mas também parece ser verdade que em muitas pessoas um trauma psíquico *produz* um desses estados anormais, o que, por sua vez, torna a reação impossível.

Ambos os grupos de condições, porém, possuem em comum o fato de que os traumas psíquicos que não foram eliminados pela reação também não podem sê-lo pela elaboração por meio da associação. No primeiro grupo, o paciente está decidido a esquecer as experiências aflitivas e, por conseguinte, as exclui tanto quanto possível da associação; já no segundo grupo, a elaboração associativa deixa de ocorrer porque não existe nenhuma vinculação associativa abrangente entre o estado normal da consciência e os estados patológicos em que as representações surgiram. Logo teremos ocasião de nos aprofundarmos nesse assunto.

Assim, pode-se dizer que as representações que se tornaram patológicas persistiram com tal nitidez e intensidade afetiva porque lhes foram negados os processos normais de desgaste por meio da ab-reação e da reprodução em estados de associação não inibida.

III

Mencionamos as condições que, como demonstra nossa experiência, são responsáveis pelo desenvolvimento de fenômenos histéricos provenientes de traumas psíquicos. Ao fazê-lo, já fomos obrigados a falar nos estados anormais de consciência em que surgem essas representações patogênicas e a ressaltar o fato de que a lembrança do trauma psíquico atuante não se encontra na memória normal do paciente, mas em sua memória ao ser hipnotizado. Quanto mais nos ocupamos desses fenômenos, mais nos convencemos de que *a divisão da consciência, que é tão marcante nos casos clássicos conhecidos sob a forma de “double conscience”, acha-se presente em grau rudimentar em toda histeria, e que a tendência a tal dissociação, e com ela ao surgimento dos estados anormais da consciência que (reuniremos sob a designação de “hipnóides”), constitui o fenômeno*

básico dessa neurose. Quanto a esses concordamos com Binet e com os dois Janets, embora não tenhamos tido nenhuma experiência das notáveis descobertas que eles fizeram com pacientes anestésicos.

Gostaríamos de contrabalançar a conhecida tese de que a hipnose é uma histeria artificial com uma outra - a de que a base e condição sine qua non da histeria é a existência de estados hipnóides. Esses estados hipnóides partilham uns com os outros e com a hipnose, por mais que difiram sob outros aspectos, uma característica comum: as representações que neles surgem são muito intensas, mas estão isoladas da comunicação associativa com o restante do conteúdo da consciência. Podem ocorrer associações entre esses estados hipnóides, e seu conteúdo representativo pode, dessa forma, atingir um grau mais ou menos elevado de organização psíquica. Além disso, deve-se supor que a natureza desses estados e a extensão em que ficam isolados dos demais processos da consciência variam do mesmo modo que ocorre na hipnose, que vai desde uma leve sonolência até o sonambulismo, de uma lembrança completa até a amnésia total.

Quando os estados hipnóides dessa natureza já se acham presentes antes da instalação da doença manifesta, eles fornecem o terreno em que o afeto planta a lembrança patogênica com suas conseqüentes manifestações somáticas. Isso corresponde à histeria *disposicional*. Verificamos, todavia, que um trauma grave (tal como ocorre numa neurose traumática) ou uma supressão trabalhosa (como a de um afeto sexual, por exemplo) podem ocasionar uma divisão expulsiva de grupos de representações mesmo em pessoas que, sob outros aspectos, não estão afetadas; e esse seria o mecanismo da histeria *psiquicamente adquirida*. Entre os extremos dessas duas formas devemos presumir a existência de uma série de casos dentro dos quais a tendência à dissociação do indivíduo e a magnitude afetiva do trauma variam numa proporção inversa.

Nada temos de novo a dizer sobre a questão da origem desses estados hipnóides disposicionais. Ao que parece, eles freqüentemente emergem dos devaneios que são tão comuns até mesmo nas pessoas sadias e aos quais os trabalhos de costura e ocupações semelhantes tornam as mulheres particularmente propensas. Por que é que as “associações patológicas” surgidas nesses estados são tão estáveis, e por que é que exercem uma influência tão maior sobre os processos somáticos do que costumam fazer as representações, são perguntas que coincidem com o problema geral da eficácia das sugestões hipnóticas. Nossas observações não trazem nenhuma nova contribuição para esse assunto, mas lançam luz sobre a contradição entre a máxima “a histeria é uma psicose” e o fato de que, entre os histéricos, podem-se encontrar pessoas da mais lúcida inteligência, da maior força de vontade, do melhor caráter e da mais alta capacidade crítica. Essa caracterização é válida em relação a seus pensamentos em estado de vigília, mas, em seus estados hipnóides, elas são insanas, como somos todos nos sonhos. Todavia, enquanto nossas psicoses oníricas não exercem nenhum efeito sobre nosso estado de vigília, os produtos dos estados hipnóides

intrometem-se na vigília sob a forma de sintomas histéricos.

IV

O que afirmamos sobre os sintomas histéricos crônicos pode ser aplicado quase que integralmente aos *ataques* histéricos. Charcot, como se sabe, deu-nos uma descrição esquemática do “grande” ataque histérico, segundo a qual se podem distinguir quatro fases num ataque completo: (1) a fase epileptóide, (2) a fase dos movimentos amplos, (3) a fase das “*attitudes passionnelles*” (fase alucinatória) e (4) a fase de delírio terminal. Charcot deduz todas as formas de ataque histérico que, na prática, são encontradas com maior freqüência do que o “*grande attaque*” completo, a partir da abreviação ou do prolongamento, da ausência ou do isolamento dessas quatro fases distintas.

Nossa tentativa de explicação tem como ponto de partida a terceira dessas fases, a das “*attitudes passionnelles*”. Quando esta se acha presente numa forma bem acentuada, ela apresenta a reprodução alucinatória de uma lembrança que foi importante no desencadeamento da histeria - a lembrança de um grande trauma isolado (que encontramos *par excellence* no que é denominado histeria traumática) ou de uma série de traumas parciais interligados (como os subjacentes à histeria comum). Ou, finalmente, o ataque pode reviver os fatos que se tornaram relevantes em virtude de sua *coincidência* com um momento de predisposição especial ao trauma.

Entretanto, há também ataques que parecem consistir exclusivamente em fenômenos motores e nos quais a fase de *attitudes passionnelles* se acha ausente. Quando se consegue entrar em *rapport* com o paciente durante um ataque como esse, de espasmos clônicos generalizados ou rigidez cataléptica, ou durante um *attaque de sommeil* |acesso de sono| - ou quando, melhor ainda, se consegue provocar o acesso sob hipnose - verifica-se que também aqui há uma lembrança subjacente do trauma psíquico ou da série de traumas, que, de modo geral, chama nossa atenção numa fase alucinatória.

Dessa forma, durante anos, uma menina sofreu ataques de convulsões generalizadas que poderiam ser, e realmente foram, considerados como epilépticos. Ela foi hipnotizada com vistas a um diagnóstico diferencial, e de imediato teve um de seus acessos. Perguntaram-lhe o que estava vendo e ela respondeu: “O cachorro! O cachorro está vindo!”; e de fato

verificou-se que tivera o primeiro de seus ataques após ter sido perseguida por um cão feroz. O êxito do tratamento confirmou o diagnóstico.

Por sua vez, um funcionário que ficara histérico em decorrência de ser maltratado por seu superior sofria de ataques em que caía no chão e tinha acessos de raiva, mas sem dizer uma só palavra ou demonstrar qualquer sinal de alucinação. Foi possível provocar um ataque sob hipnose, e o paciente então revelou estar revivendo a cena em que seu patrão o insultara na rua e batera nele com a bengala. Dias depois o paciente voltou e queixou-se de ter tido outro ataque da mesma natureza. Nessa ocasião, verificou-se sob hipnose que ele estivera revivendo a cena com que estava relacionada a instalação real da doença: a cena no tribunal em que ele não conseguira obter reparação pelas injúrias sofridas.

Também em todos os demais aspectos as lembranças que emergem ou podem ser provocadas nos ataques histéricos correspondem às causas desencadeadoras que temos encontrado na raiz dos sintomas histéricos *crônicos*. Tais como estas últimas causas, as lembranças subjacentes aos ataques histéricos relacionam-se com traumas psíquicos que não foram eliminados pela ab-reação ou pela atividade associativa do pensamento. À semelhança delas, estas estão, quer inteiramente, quer em seus elementos essenciais, fora do alcance da lembrança da consciência normal, e mostram pertencer ao conteúdo representativo dos estados hipnóides de consciência, com associação restrita. Por fim, também o teste terapêutico pode ser aplicado a elas. Nossas observações nos têm com freqüência ensinado que uma recordação dessa espécie, que até então havia provocado ataques, deixa de ser capaz de fazê-lo depois que os processos de reação e de correção associativa são a ela aplicados sob hipnose.

Os fenômenos motores dos ataques histéricos podem ser parcialmente interpretados como formas universais de reação apropriadas ao afeto que acompanha a lembrança (tais como espernear e agitar os braços e pernas, o que até mesmo os bebês de tenra idade fazem), e em parte como uma expressão direta dessas lembranças; mas em parte, como no caso dos estigmas histéricos verificados entre os sintomas crônicos, não podem ser explicadas dessa maneira.

Os ataques histéricos, além disso, são especialmente interessantes se tivermos em mente uma teoria que mencionamos atrás, a saber, que na histeria certos grupos de representações que se originam nos estados hipnóides estão presentes e são isolados da ligação associativa com as outras representações, mas podem associar-se entre si, formando assim o rudimento mais ou menos altamente organizado de uma segunda consciência, uma *condition seconde*. Se assim for, um sintoma histérico crônico corresponderá à intrusão desse segundo estado na inervação somática, que, em geral, se acha sob o controle da consciência normal. O ataque histérico, por outro lado, é prova de uma organização mais elevada desse segundo estado. Quando o ataque surge pela primeira vez, indica um momento em que essa consciência

hipnóide adquiriu controle sobre toda a existência do indivíduo - indica, em outras palavras, uma histeria aguda; quando ocorre em ocasiões subseqüentes e contém uma lembrança, indica um retorno daquele momento. Charcot já sugeriu que os ataques histéricos constituem uma forma rudimentar de uma *condition seconde*. Durante o ataque, o controle sobre toda a inervação somática passa para a consciência hipnóide. A consciência normal, como o demonstram observações bem conhecidas, nem sempre é inteiramente recalcada. Ela pode até mesmo perceber os fenômenos motores do ataque, enquanto os fatos psíquicos concomitantes ficam fora de seu conhecimento.

O curso característico de um caso grave de histeria é, como sabemos, o seguinte: de início, forma-se um conteúdo representativo durante os estados hipnóides; quando esse conteúdo aumenta de forma suficiente, ele assume o controle, durante um período de “histeria aguda”, da inervação somática e de toda a existência do paciente, criando sintomas crônicos e ataques; depois disso, desaparece, a não ser por certos resíduos. Quando a personalidade normal consegue recuperar o controle, o que resta do conteúdo representativo hipnóide reaparece em ataques histéricos e, de tempos em tempos, leva o sujeito de volta a estados semelhantes, eles próprios novamente influenciáveis a traumas. Um estado de equilíbrio, por assim dizer, pode então ser estabelecido entre os dois grupos psíquicos que se combinam na mesma pessoa: os ataques histéricos e a vida normal prosseguem lado a lado sem que um interfira no outro. O ataque ocorre de modo espontâneo, como fazem as lembranças nas pessoas normais; contudo, é possível provocá-lo, do mesmo modo que qualquer lembrança pode ser suscitada de acordo com as leis da associação. Pode-se provocá-lo, quer pela estimulação de uma zona histerogênica, quer por uma nova experiência que o desencadeia graças a uma semelhança com a experiência patogênica. Esperamos poder demonstrar que essas duas espécies de determinantes, embora pareçam tão diferentes, não diferem quanto aos pontos essenciais, mas que em ambas uma lembrança hiperestésica é evocada.

Em outros casos esse equilíbrio é muito instável. O ataque surge como manifestação do resíduo da consciência hipnóide sempre que a personalidade está esgotada e incapacitada. Não se pode afastar a possibilidade de que, nessa situação, o ataque tenha sido despojado de seu significado original e esteja recorrendo como uma reação motora sem qualquer conteúdo.

Cabe a uma pesquisa ulterior descobrir o que é que determina se uma personalidade histérica se manifestará em ataques, em sintomas crônicos ou numa mistura de ambos.

Agora poderá ficar claro por que o método psicoterápico que descrevemos nestas páginas tem um efeito curativo. *Ele põe termo à força atuante da representação que não fora ab-reagida no primeiro momento, ao permitir que seu afeto estrangulado encontre uma saída através da fala; e submete essa representação à correção associativa, ao introduzi-la na consciência normal (sob hipnose leve) ou eliminá-la por sugestão do médico, como se faz no sonambulismo acompanhado de amnésia.*

Em nossa opinião, as vantagens terapêuticas desse método são consideráveis. Naturalmente, é verdade que não curamos a histeria na medida em que ela dependa de fatores disposicionais. Nada podemos fazer contra a recorrência dos estados hipnóides. Além disso, durante a fase produtiva de uma histeria aguda, nosso método não pode impedir que os fenômenos tão laboriosamente eliminados sejam imediatamente substituídos por outros. Tão logo passa essa fase aguda, porém, quaisquer resíduos que possam ter ficado sob a forma de sintomas crônicos ou ataques costumam ser removidos de forma permanente por nosso método, porque ele é radical; e nesse sentido ele nos parece muito superior em sua eficácia à remoção através da sugestão direta, tal como é hoje praticada pelos psicoterapeutas.

Se, ao descobrirmos o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos, demos um passo à frente na trilha inicialmente aberta com tanto êxito por Charcot, com sua explicação e sua imitação artificial das paralisias hístico-traumáticas, não podemos ocultar de nós mesmos que isso só nos aproximou um pouco mais da compreensão do mecanismo dos sintomas histéricos, e não das causas internas da histeria. Não fizemos mais do que tocar de leve na etiologia da histeria e, a rigor, só conseguimos lançar luz sobre suas formas adquiridas - sobre a importância dos fatores acidentais nessa neurose.

VIENA, *dezembro* de 1892

II - CASOS CLÍNICOS

(BREUER E FREUD)

CASO 1 - SRTA. ANNA O. (BREUER)

Na ocasião em que adoeceu (em 1880), a Srta. Anna O. contava vinte e um anos de idade. Pode-se considerar que era portadora de uma hereditariedade neuropática moderadamente grave, visto que algumas psicoses haviam ocorrido entre seus parentes mais distantes. Seus pais eram normais nesse aspecto. A própria paciente fora sempre saudável até então e não havia mostrado nenhum sinal de neurose durante seu período de crescimento. Era dotada de grande inteligência e aprendia as coisas com impressionante rapidez e intuição aguçada. Possuía um intelecto poderoso, que teria sido capaz de assimilar um sólido acervo mental e que dele necessitava - embora não o recebesse desde que saíra da escola. Anna tinha

grandes dotes poéticos e imaginativos, que estavam sob o controle de um agudo e crítico bom senso. Graças a esta última qualidade, ela era *inteiramente não sugestível*, sendo influenciada apenas por argumentos e nunca por meras asserções. Sua força de vontade era vigorosa, tenaz e persistente; algumas vezes, chegava ao extremo da obstinação, que só cedia pela bondade e consideração para com as outras pessoas.

Um de seus traços de caráter essenciais era a generosa solidariedade. Mesmo durante a doença, pôde ajudar muito a si mesma por ter conseguido cuidar de grande número de pessoas pobres e enfermas, pois assim satisfazia a um poderoso instinto. Seus estados de espírito sempre tenderam para um leve exagero, tanto na alegria como na tristeza; por conseguinte, era às vezes sujeita a oscilações de humor. A noção da sexualidade era surpreendentemente não desenvolvida nela. A paciente, cuja vida se tornou conhecida por mim num grau em que raras vezes a vida de uma pessoa é conhecida de outra, nunca se apaixonara; e em todo o imenso número de alucinações que ocorreram durante sua doença a noção da sexualidade nunca emergiu.

Essa moça, cheia de vitalidade intelectual, levava uma vida extremamente monótona no ambiente de sua família de mentalidade puritana. Embelezava sua vida de um modo que provavelmente a influenciou de maneira decisiva em direção à doença, entregando-se a devaneios sistemáticos que descrevia como seu “teatro particular”. Enquanto todos pensavam que ela estava prestando atenção, ela se imaginava vivendo contos de fada; mas estava sempre alerta quando lhe dirigiam a palavra, de modo que ninguém se dava conta de seu estado. Exercia essa atividade de modo quase ininterrupto enquanto se ocupava de seus afazeres domésticos, dos quais se desincumbia de forma irrepreensível. Terei a seguir que descrever a maneira pela qual esses devaneios habituais, no período em que ela estava com saúde, foram-se convertendo gradativamente em doença.

O curso da doença enquadrou-se em várias fases nitidamente separáveis:

(A) Incubação latente. De meados de julho até cerca de 10 de dezembro de 1880. Essa fase da doença costuma ficar omissa para nós; mas, nesse caso, graças a seu caráter peculiar, foi-nos completamente acessível; esse fato, por si só, traz um apreciável interesse patológico para o caso. Descreverei esta fase em seguida.

(B) A doença manifesta. Uma psicose de natureza peculiar, com parafasia, estrabismo convergente, graves perturbações da visão, paralisias (sob a forma de contraturas) completa na extremidade superior direita e em ambas as extremidades inferiores, e parcial na extremidade superior esquerda, e paresia dos músculos do pescoço. Redução gradual da contratura nas extremidades da mão direita. Alguma melhora, interrompida por um grave trauma psíquico (a morte do pai da paciente) em abril, depois do que se seguiram:

(C)Um período de sonambulismo persistente, alternando-se subsequente com estados mais normais. Grande número de sintomas crônicos perduraram até dezembro de 1881.

(D)Cessação gradual dos estados e sintomas patológicos até junho de 1882.

Em julho de 1880, o pai da paciente, a quem ela era extremamente afeiçoada, adoeceu de um abscesso peripleurítico que não sarou e do qual veio a morrer em abril de 1881. Durante os primeiros meses da doença, Anna dedicou todas as suas energias a cuidar do pai, e ninguém ficou muito surpreso quando, pouco a pouco, sua própria saúde foi-se deteriorando de forma acentuada. Ninguém, talvez nem mesmo a própria paciente, sabia o que lhe estava acontecendo; mas afinal, o estado de debilidade, anemia e aversão pelos alimentos se agravou a tal ponto que, para seu grande pesar, não lhe permitiram mais que continuasse a cuidar do paciente. A causa imediata dessa proibição foi uma tosse muito intensa, razão pela qual a examinei pela primeira vez. Era uma *tussis nervosa* típica. Anna logo começou a mostrar uma pronunciada necessidade de repouso durante a tarde, continuada, ao anoitecer, por um estado semelhante a sono e, a seguir, por uma condição de intensa excitação.

No início de dezembro apareceu um estrabismo convergente. Um oftalmologista o explicou (erroneamente) como decorrente da paresia de um dos abdutores. Em 11 de dezembro a paciente caiu de cama e assim permaneceu até 1º de abril.

Surgiu em rápida sucessão uma série de perturbações graves que eram *aparentemente* novas: dor de cabeça occipital esquerda; estrabismo convergente (diplopia), acentuadamente aumentado pela excitação; queixas de que as paredes do quarto pareciam estar vindo abaixo (afecção do nervo oblíquo); perturbações da visão difíceis de ser analisadas; paresia dos músculos anteriores do pescoço, de modo que, afinal, a paciente só conseguia mover a cabeça pressionando-a para trás entre os ombros erguidos e movendo as costas inteiramente; contratura e anestesia da extremidade superior direita e, depois de certo tempo, da extremidade inferior direita. Esta última sofreu total extensão, adução e rotação para dentro. Posteriormente, surgiu o mesmo sintoma na extremidade inferior esquerda e, por fim, no braço esquerdo, cujos dedos, contudo conservaram até certo ponto a capacidade de movimento. De igual modo, também não havia uma rigidez completa nas articulações do ombro. A contratura atingiu seu ponto máximo nos músculos dos braços. Da mesma forma, a região dos cotovelos revelou-se a mais atingida pela anestesia quando, num estágio posterior, tornou-se possível fazer um exame mais cuidadoso da sensibilidade. No início da doença a anestesia não pôde ser testada de modo eficiente em virtude da resistência da paciente em decorrência de sentimentos de angústia.

Foi enquanto a paciente se achava nesse estado que comecei a tratá-la, havendo logo reconhecido a gravidade da perturbação psíquica com que teria de lidar. Havia dois estados

de consciência inteiramente distintos, que se alternavam, de modo freqüente e súbito e que se tornaram cada vez mais diferenciados no curso da doença. Num desses estados ela reconhecia seu ambiente; ficava melancólica e angustiada, mas relativamente normal. No outro, tinha alucinações e ficava “travessa” - isto é, agressiva, e jogava almofadas nas pessoas, tanto quanto o permitiam as contraturas, arrancava botões da roupa de cama e de suas roupas com os dedos que conseguia movimentar, e assim por diante. Nesse estágio da doença, se alguma coisa tivesse sido tirada do lugar no quarto ou alguém tivesse entrado ou saído dele [durante seu outro estado de consciência], ela se queixava de haver “perdido” tempo e tecia comentários sobre as lacunas na seqüência de seus pensamentos conscientes. Visto que as pessoas que a cercavam tentavam negar isso e confortá-la quando ela se queixava de estar ficando louca, Anna, depois de jogar os travesseiros, acusava as pessoas de fazerem coisas contra ela e de a deixarem num estado de confusão, etc.

Essas “*absences*” já tinham sido observadas antes de ela cair de cama; costumava parar no meio de uma frase, repetir as últimas palavras e, depois de uma breve pausa, continuar a falar. Essas interrupções aumentaram de forma gradual até atingirem as dimensões que acabam de ser descritas; e no auge da doença, quando as contraturas se haviam estendido até o lado esquerdo do corpo, só durante um curto período do dia é que ela apresentava certo grau de normalidade. Mas as perturbações invadiram até mesmo seus momentos de consciência relativamente clara. Haveria modificações muitíssimo rápidas de humor, que levavam a uma fase de animação intensa, mas bastante passageira, e em outras ocasiões havia uma angústia acentuada, uma oposição tenaz a qualquer esforço terapêutico e alucinações assustadoras com cobras negras, que eram a maneira como Anna via seus cabelos, fitas e coisas semelhantes. Ao mesmo tempo, ficava dizendo a si mesma para deixar de ser tão tola: o que na verdade via eram apenas seus cabelos, etc. Em certos momentos, quando sua mente estava inteiramente lúcida, queixava-se da profunda escuridão na cabeça, de não conseguir pensar, de ficar cega e surda, de ter dois eus, um real e um mau, que a forçava a comportar-se mal, e assim por diante.

Às tardes caía num estado de sonolência que durava até cerca de uma hora depois do pôr-do-sol. Então despertava e se queixava de que algo a estava atormentando - ou melhor, ficava a repetir na forma impessoal: “atormentando, atormentando”, e isso porque, paralelamente ao desenvolvimento das contraturas, surgiu uma profunda desorganização funcional da fala. A princípio, ficou claro que ela sentia dificuldade de encontrar as palavras, e essa dificuldade foi aumentando de maneira gradativa. Posteriormente, ela perdeu o domínio da gramática e da sintaxe; não mais conjugava verbos e acabou por empregar apenas os infinitivos, em sua maioria formados incorretamente a partir dos participios passados, e omitia tanto o artigo definido quanto o indefinido. Com o passar do tempo, ficou quase totalmente desprovida de palavras. Juntava-as penosamente a partir de quatro ou cinco idiomas e tornou-se quase ininteligível. Quando tentava escrever (até que as contraturas a impediram totalmente de fazê-lo), empregava o mesmo jargão. Durante duas semanas emudeceu por completo e, apesar de envidar grandes e contínuos esforços, foi

incapaz de emitir uma única sílaba. E então, pela primeira vez, o mecanismo psíquico do distúrbio ficou claro. Como eu sabia, ela se sentira extremamente ofendida com alguma coisa e tomara a deliberação de não falar a esse respeito. Quando adivinhei isso e a obriguei a falar sobre o assunto, a inibição, que também tornara impossível qualquer outra forma de expressão, desapareceu.

Essa mudança coincidiu com a volta da capacidade de movimento das extremidades do lado esquerdo do corpo, em março de 1881. A parafasia regrediu, mas daí por diante ela passou a falar apenas inglês - só que, aparentemente, sem saber que o estava fazendo. Tinha discussões com a enfermeira, que, como é lógico, não conseguia entendê-la. Só alguns meses depois é que pude convencê-la de que estava falando inglês. Não obstante, ela própria ainda compreendia as pessoas a seu redor que falavam alemão. Só em momentos de extrema ansiedade é que sua capacidade de falar a abandonava por completo, ou então ela utilizava uma mistura de toda sorte de línguas. Às vezes, quando se encontrava em seu melhor estado e com a máxima liberdade, falava francês e italiano. Havia uma amnésia total entre essas ocasiões e aquelas em que falava inglês. Também nessa época seu estrabismo começou a diminuir e passou a se apresentar apenas nos momentos de grande excitação. Ela voltou a conseguir sustentar a cabeça. No dia 1º de abril, levantou-se pela primeira vez.

No dia 5 de abril morreu seu adorado pai. Durante a doença da paciente ela o vira muito raramente e por períodos curtos. Esse foi talvez o trauma psíquico mais grave que ela poderia ter experimentado. Uma violenta explosão de excitação foi acompanhada de um profundo estupor, que durou cerca de dois dias e do qual ela emergiu num estado acentuadamente modificado. No começo, ficou muito mais tranqüila e seus sentimentos de angústia tiveram uma redução considerável. A contratura do braço e perna direitos persistiu, bem como a anestesia de ambos, embora esta não fosse profunda. Houve um alto grau de restrição do campo visual: num buquê de flores que lhe proporcionou muito prazer, só pôde ver uma flor de cada vez. Queixava-se de não conseguir reconhecer as pessoas. Normalmente, dizia, fora capaz de reconhecer os rostos sem ter de fazer nenhum esforço deliberado; agora era obrigada a fazer um laborioso "*recognizing work*" e tinha que dizer a si mesma: "o nariz dessa pessoa é assim e assim e o cabelo é assim ou assado, de modo que deve ser fulano". Todas as pessoas que via pareciam figuras de cera, sem qualquer ligação com ela. Achava muito aflitiva a presença de alguns de seus parentes próximos, e essa atitude negativa foi-se acentuando cada vez mais. Quando alguém a quem comumente via com prazer entrava no quarto, ela o reconhecia e ficava consciente das coisas por um curto espaço de tempo, mas logo mergulhava de novo em suas elucubrações, e o visitante se apagava. Eu era a única pessoa que ela sempre reconhecia quando entrava; enquanto eu conversava com ela, a paciente permanecia animada e em contato com as coisas exceto pelas súbitas interrupções causadas por uma de suas "*absences*" alucinatórias.

Nesses momentos, só falava inglês e não conseguia compreender o que lhe diziam em alemão. Os que a cercavam eram obrigados a dirigir-lhe a palavra em inglês, e até a

enfermeira aprendeu, até certo ponto, a se fazer entender dessa maneira. Anna, porém, conseguia ler em francês e italiano. Se tivesse que ler uma dessas línguas em voz alta, o que produzia, com extraordinária fluência, era uma admirável tradução improvisada do inglês.

Ela recomeçou a escrever, mas de maneira peculiar. Escrevia com a mão esquerda, a menos rígida, e empregava letras de forma romanas, copiando o alfabeto da sua edição de Shakespeare.

Anteriormente, ela costumava comer muito pouco, mas agora recusava qualquer alimento. Entretanto, permitiu-me que a alimentasse, de modo que logo começou a se alimentar mais. Mas nunca consentia em comer pão. Após a refeição, lavava invariavelmente a boca, e o fazia até mesmo quando, por qualquer motivo, nada era comido - o que indica como era distraída a respeito dessas coisas.

Seus estados de sonolência à tarde e seu sono profundo depois do crepúsculo persistiram. Quando, depois disso, ela se havia esgotado de tanto falar (tereí que explicar depois o que quero dizer com isso), ficava com a mente clara, calma e alegre.

Esse estado relativamente tolerável não durou muito. Cerca de dez dias após a morte do pai, chamou-se um médico para opinar sobre o caso, a quem, como fazia com todos os estranhos, ela ignorou inteiramente enquanto eu demonstrava a ele todas as peculiaridades da paciente. “*That’s like an examination*”, disse ela a rir quando fiz com que lesse em inglês, em voz alta, um texto escrito em francês. O outro médico interveio na conversa etentou atrair-lhe a atenção, mas foi inútil. Era uma autêntica “alucinação negativa” do tipo que, desde então, vem sendo produzida com frequência em caráter experimental. No fim, ele conseguiu romper a alucinação ao soprar fumaça no rosto da paciente. De súbito, ela viu diante de si um estranho, precipitou-se para a porta a fim de retirar a chave e caiu no chão, inconsciente. Seguiu-se um breve acesso de raiva e depois uma grave crise de angústia, que tive grande dificuldade em acalmar. Infelizmente, tive que sair de Viena naquela noite e, ao retornar, passados vários dias, encontrei a paciente muito pior. Ela ficara sem qualquer alimentação durante todo aquele tempo, estava extremamente angustiada e, em suas *absences* alucinatórias, via figuras aterradoras, caveiras e esqueletos. Dado que se comportava diante dessas coisas como se as estivesse vivenciando e em parte as traduzia em palavras, as pessoas em torno dela ficaram amplamente cientes do conteúdo dessas alucinações.

A ordem habitual das coisas era: o estado sonolento à tarde, seguido, após o pôr-do-sol, pela hipnose profunda, para a qual ela inventou o nome técnico de “*clouds*”. Quando, durante a hipnose, ela conseguia narrar as alucinações que tivera no decorrer do dia, despertava com a mente desanuviada, calma e alegre. Sentava-se para trabalhar e escrever ou desenhar até altas horas da noite, de maneira bem racional. Por volta das quatro horas ia deitar-se. No dia seguinte, toda a série de fatos se repetia. Era um contraste realmente notável: durante o dia, a paciente irresponsável, perseguida por alucinações, e à noite a moça com a mente inteiramente lúcida.

Apesar de sua euforia noturna, seu estado psíquico continuava a se deteriorar. Surgiram fortes impulsos suicidas, que tornaram desaconselhável que ela permanecesse morando no terceiro andar. Contra sua vontade, portanto, foi transferida para uma casa de campo nas imediações de Viena (em 7 de junho de 1881). Eu nunca a havia ameaçado com essa mudança de seu lar, que ela encarava com horror, mas ela, sem o dizer, havia esperado e temido tal medida. Esse fato deixou claro, mais uma vez, até que ponto o afeto de angústia dominava seu distúrbio psíquico. Assim como se havia instalado um estado de maior tranquilidade logo após a morte do pai da paciente, também agora, quando o que ela temia de fato ocorreu, de novo ela ficou mais calma. Não obstante, a mudança foi imediatamente seguida por três dias e três noites sem qualquer sono e sem alimento, por numerosas tentativas de suicídio (embora, como Anna ficasse num jardim, tais tentativas não fossem perigosas), pela quebra de janelas e assim por diante, e por alucinações não acompanhadas

de *absences* - que ela era capaz de distinguir facilmente de suas outras alucinações. Depois disso, ficou mais calma, passou a deixar que a enfermeira a alimentasse e chegou até a tomar cloral à noite.

Antes de prosseguir em meu relato do caso, preciso voltar mais uma vez para descrever uma de suas peculiaridades, que até agora só mencionei de passagem. Já disse que ao longo de toda a doença, até esse ponto, a paciente caía num estado de sonolência todas as tardes, e que, após o pôr-do-sol, esse período passava para um sono mais profundo - “*clouds*”. (Parece plausível atribuir essa seqüência regular dos acontecimentos apenas à experiência dela enquanto cuidava do pai, o que teve de fazer por vários meses. Durante as noites, ela velava à cabeceira do paciente ou ficava acordada, escutando ansiosamente até amanhecer; às tardes, deitava-se para um ligeiro repouso, como é o costume habitual das enfermeiras. Esse padrão de ficar acordada à noite e dormir à tarde parece ter sido transposto para sua própria doença e persistido muito depois de o sono ter sido substituído por um estado hipnótico.) Após cerca de uma hora de sono profundo, ela ficava irrequieta, virava de um lado para outro e repetia “atormentando, atormentando”, com os olhos fechados o tempo todo. Também se observou como, durante suas *absences* diurnas, ela obviamente criava alguma situação ou episódio para o qual dava uma pista murmurando algumas palavras. Acontecia então - de início por acaso, mas depois a propósito - que alguém perto dela repetia uma dessas suas frases enquanto ela se queixava do “atormentando”. Ela imediatamente fazia coro e começava a retratar alguma situação ou a narrar alguma história, a princípio com hesitação e no seu jargão parafásico; mas, quanto mais se estendia, mais fluente se tornava, até que por fim falava um alemão bem fluente. (Isso se aplica ao período inicial, antes que começasse a falar somente em inglês |ver em [1]|.) As histórias eram sempre tristes, e algumas delas, encantadoras, no estilo do *Álbum de Figuras sem Figuras*, de Hans Andersen, e de fato é provável que se estruturassem sobre aquele modelo. Via de regra, seu ponto de partida ou situação central era o de uma moça ansiosamente sentada à cabeceira de um doente. Mas ela também construía suas histórias com outros temas bem diversos. - Alguns momentos depois de haver concluído a narrativa, ela despertava, obviamente acalmada, ou, como dizia, “*gehaeglich*”. Durante a noite, tornava a ficar irrequieta, e pela manhã, após algumas horas de sono, estava visivelmente envolvida em algum outro grupo de representações. - Quando, por qualquer motivo, não podia narrar-me a história durante a hipnose do anoitecer, não conseguia acalmar-se depois, e no dia seguinte tinha que me contar *duas* histórias para que isso acontecesse.

As características essenciais desse fenômeno - o aumento e a intensificação de suas *absences* até sua auto-hipnose do anoitecer, o efeito dos produtos de sua imaginação como estímulos psíquicos e o afrouxamento e a remoção de seu estado de estimulação quando os

expressava verbalmente em sua hipnose - permaneceram constantes durante todos os dezoito meses em que a paciente ficou em observação.

As histórias naturalmente se tornaram ainda mais trágicas após a morte do pai. Contudo, foi só depois da deterioração do estado mental da paciente, o que se seguiu quando seu estado de sonambulismo sofreu uma interrupção abrupta, da maneira já descrita, que suas narrativas do anoitecer deixaram de ter o caráter de composições poéticas, criadas de forma mais ou menos livre, e se transformaram numa cadeia de alucinações medonhas e apavorantes. (Já era possível chegar a elas a partir do comportamento da paciente durante o dia). Já descrevi | [1]-[2] | como sua mente ficava inteiramente aliviada depois que, trêmula de medo e horror, havia reproduzido essas imagens assustadoras e dado expressão verbal a elas.

Enquanto Anna ficou no campo, ocasião em que não pude fazer-lhe as visitas diárias, a situação processou-se da seguinte maneira. Visitava-a à tardinha, quando sabia que a encontraria em hipnose, e então a aliviava de toda a carga de produtos imaginativos que ela havia acumulado desde minha última visita. Era essencial que isso fosse feito de forma completa se se quisesse alcançar bons resultados. Quando isso era levado a efeito, ela ficava perfeitamente calma e, no dia seguinte, mostrava-se agradável, fácil de lidar, diligente e até mesmo alegre; no segundo dia, porém, tornava-se cada vez mais mal-humorada, voluntariosa e desagradável, o que se acentuava ainda mais no terceiro dia. Quando ficava assim, nem sempre era fácil fazê-la falar, mesmo em seu estado hipnótico. Ela descrevia de modo apropriado esse método, falando a sério, como uma “*talking cure*”, ao mesmo tempo em que se referia a ele, em tom de brincadeira, como “*chimney-sweeping*”. A paciente sabia que, depois que houvesse dado expressão a suas alucinações, perderia toda a sua obstinação e aquilo que descrevia como sua “energia”; equando, após um intervalo relativamente longo, ficava de mau humor, recusava-se a falar, sendo eu obrigado a superar sua falta de disposição encarecendo e suplicando, e até usando recursos como repetir uma fórmula com a qual ela estava habituada a iniciar suas histórias. Mas ela jamais começava a falar antes de haver confirmado plenamente minha identidade, apalpando-me as mãos com cuidado. Nas noites em que não se acalmava pela enunciação verbal, era necessário recorrer novamente ao cloral. Eu já o havia experimentado em algumas ocasiões anteriores, mas vi-me obrigado a aplicar-lhe 5 gramas, sendo o sono precedido por um estado de intoxicação que durava algumas horas. Quando me achava presente, esse estado era de euforia, mas em minha ausência era altamente desagradável e caracterizado por angústia e excitação. (Pode-se observar, a propósito, que esse estado de intoxicação aguda não fazia nenhuma diferença quanto a suas contraturas.) Eu havia conseguido evitar o uso de narcóticos, visto que a expressão verbal de suas alucinações a tranqüilizava, ainda que não induzisse ao sono; entretanto, quando ela estava no campo, as noites em que não conseguia alívio hipnótico eram tão insuportáveis que, apesar de tudo, era necessário recorrer ao cloral. Mas foi

possível reduzir a dose, de forma gradual.

O sonambulismo persistente não reapareceu, mas, por outro lado, a alternância entre os dois estados de consciência perdurou. Ela costumava ter alucinações no meio de uma conversa, sair correndo, subir numa árvore, etc. Quando alguém a agarrava, com grande rapidez retomava a frase interrompida, sem tomar nenhum conhecimento do que acontecera no intervalo. Todas essas alucinações, contudo, sobrevinham e eram relatadas em sua hipnose.

Seu estado, de modo geral, experimentou melhoras. Ela ingeria alimentos sem dificuldades e permitia que a enfermeira a alimentasse com exceção do pão, que pedia mas rejeitava no momento em que lhe tocava os lábios. A paralisia espástica da perna teve uma diminuição acentuada. Verificaram-se também melhoras em sua capacidade de julgamento, e ela ficou muito apegada a um amigo meu, o Dr. B., médico que a visitava. Beneficiou-se muito da presença de um cão terra-nova que lhe tinha sido presenteado e pelo qual tinha uma afeição apaixonada. Em certa ocasião, porém, seu animal de estimação atacou um gato, e foi extraordinário ver a forma como a frágil moça tomou de um chicote na mão esquerda e afastou a chicotadas o enorme animal para salvar sua vítima. Mais tarde, cuidou de algumas pessoas pobres e doentes, e isto a ajudou.

Foi após minha volta de uma viagem de férias, que durou várias semanas, que tive a prova mais convincente do efeito patogênico e excitante ocasionado pelos complexos de representações produzidos durante suas *absences*, ou *condition seconde*, e do fato de que esses complexos eram eliminados ao receberem expressão verbal durante a hipnose. Nesse intervalo não fora efetuada nenhuma “cura pela fala”, porque foi impossível persuadi-la a confiar o que tinha a dizer a qualquer pessoa senão eu - nem mesmo ao Dr. B., a quem, sob outros aspectos, ela se havia afeiçoado. Encontrei-a num estado moral deplorável, inerte, intratável, mal-humorada e até mesmo malévola. Tornou-se claro por suas histórias noturnas que sua veia imaginativa e poética se estava esgotando. O que ela relatava dizia respeito, cada vez mais, a suas alucinações e, por exemplo, às coisas que a haviam aborrecido nos últimos dias. Estas eram revestidas de uma forma imaginativa, mas apenas formuladas em imagens estereotipadas, e não elaboradas em produções poéticas. Mas a situação só ficou tolerável depois de eu haver providenciado o retorno da paciente a Viena por uma semana e de, noite após noite, fazer com que ela me contasse três a cinco histórias. Quando levei isso a termo, tudo o que se acumulara durante as semanas de minha ausência fora descarregado. Foi só então que se restabeleceu o ritmo anterior: no dia seguinte àquele em que dava expressão verbal a suas fantasias, ela ficava amável e alegre; no segundo dia, mais irritada e menos agradável e, no terceiro, verdadeiramente “detestável”. Seu estado moral era uma função do tempo decorrido desde a última expressão oral. Isso ocorria porque cada um dos produtos espontâneos de sua imaginação e todos os fatos que tinham sido assimilados pela parte patológica de sua mente persistiam como um estímulo psíquico até serem narrados em sua hipnose, após o que deixavam inteiramente de atuar.

Quando, no outono, a paciente retornou a Viena (embora para uma casa diferente daquela em que adoecera), sua condição era suportável, tanto física como mentalmente, pois pouquíssimas de suas experiências - de fato, apenas as mais marcantes - eram transformadas em estímulos psíquicos de maneira patológica. Eu tinha esperança de uma melhora contínua e progressiva, desde que o permanente carregamento de sua mente com novos estímulos pudesse ser evitado através da expressão verbal dada a eles. Mas, de início, fiquei decepcionado. Em dezembro houve um agravamento acentuado de seu estado psíquico. Ela voltou a ficar excitada, taciturna e irritável. Não tinha mais nenhum “dia realmente bom”, mesmo quando era impossível detectar alguma coisa que estivesse permanecendo “presa” dentro dela. Em fins de dezembro, na época do Natal, a paciente ficou particularmente inquieta e por uma semana inteira, nos fins de tarde, nada me disse de novo além dos produtos imaginativos que havia elaborado dia a dia sob pressão de uma angústia e emoção intensas durante o Natal de 1880 |um ano antes|. Quando as séries eram concluídas, ela sentia um enorme alívio.

Já havia transcorrido um ano desde que Anna se separara do pai e caíra de cama, e a partir dessa época seu estado tornou-se mais claro e foi sistematizado de maneira muito peculiar. Seus estados de consciência alternados, que se caracterizavam pelo fato de que, a partir da manhã, suas *absences* (isto é, o surgimento de sua *condition seconde*) sempre se tornavam mais freqüentes à medida que o dia avançava e exerciam seu domínio absoluto até o anoitecer - esses estados alternados tinham diferido um do outro, no passado, pelo fato de o primeiro ser normal, e o segundo, alienado; agora, porém, eles diferiam ainda mais pelo fato de que, no primeiro, ela estava vivendo, como o restante de nós, no inverno de 1881-2, ao passo que, no segundo, vivia no inverno de 1880-1 e se esquecera por completo de todos os eventos subsequêntes. A única coisa que, não obstante, parecia permanecer consciente a maior parte do tempo era o fato de que o pai morrera. Ela se via transportada ao ano anterior com tal intensidade que, na casa nova, tinha alucinações com seu antigo quarto, de modo que quando queria ir até a porta, tropeçava na estufa, que ficava situada em relação à janela do mesmo modo que a porta em seu antigo quarto. A transição de um estado para outro ocorria de forma espontânea, mas também podia ser facilmente promovida por qualquer impressão sensorial que lembrasse o ano anterior com nitidez. Bastava segurar uma laranja diante dos olhos dela (essa fruta tinha constituído seu principal alimento durante a primeira parte da doença) para que ela se visse transportada para o ano de 1881. Mas essa transferência ao passado não ocorria de modo geral ou indefinido; ela revivia o inverno anterior dia a dia. Eu só teria podido *suspeitar* de que isso estava acontecendo, não fosse pelo fato de que todas as noites, durante a hipnose, ela falava sobre o que a havia excitado no mesmo dia em 1881, e não fosse pelo fato de um diário particular mantido pela mãe dela em 1881 ter confirmado, sem sombra de dúvida, a ocorrência dos fatos subjacentes. Essa revivescência do ano anterior continuou até que a doença chegasse a seu final, em junho de 1882.

Também foi interessante observar, nesse aspecto, a forma pela qual esses estímulos

psíquicos revividos, pertencentes a seu estado secundário, insinuavam-se em seu primeiro estado, mais normal. Aconteceu, por exemplo, que certa manhã a paciente me disse rindo que não tinha nenhuma idéia de qual era o problema, mas estava com raiva de mim. Graças ao diário eu sabia o que estava ocorrendo, e dito e feito, a situação foi revivida na hipnose do anoitecer; eu tinha aborrecido muito a paciente na mesma noite, em 1881. Houve outra ocasião em que ela me disse que havia algo errado com seus olhos: estava vendo as cores erradas. Sabia estar usando um vestido marrom, mas o via como se fosse azul. Logo verificamos que ela sabia distinguir todas as cores das folhas de teste visual de forma correta e clara, e que a perturbação só se relacionava com o material do vestido. O motivo foi que, durante o mesmo período em 1881, ela estivera muito atarefada com a confecção de um roupão para o pai, que era feito do mesmo material de seu atual vestido, porém era azul em vez de marrom. A propósito, constatava-se com freqüência que essas lembranças emergentes revelavam de antemão seu efeito; a perturbação do estado normal ocorria mais cedo, e a lembrança era despertada de forma gradativa apenas em sua *condition seconde*.

Sua hipnose da noite ficava assim intensamente sobrecarregada, pois tínhamos que escoar pela fala não só seus produtos imaginários contemporâneos, como também os eventos e “*vexations*” de 1881. (Felizmente, nessa época eu já a havia aliviado dos produtos imaginários daquele ano.) Mas, além de tudo isso, o trabalho a ser executado pela paciente e por seu médico era imensamente aumentado por um terceiro grupo de perturbações isoladas, que tinham de ser eliminadas da mesma maneira. Tratava-se dos eventos psíquicos em jogo no período de incubação da moléstia, entre julho e dezembro de 1880; eles é que haviam produzido todos os fenômenos histéricos e, quando receberam expressão verbal, os sintomas desapareceram.

Quando isso aconteceu pela primeira vez - quando, em decorrência de um enunciado acidental e espontâneo dessa natureza, durante a hipnose da noite, uma perturbação que havia persistido por um tempo considerável veio a desaparecer - fiquei extremamente surpreso. Era verão, numa época de calor intenso, e a paciente sofria de uma sede horrível, pois, sem que pudesse explicar a causa, viu-se de repente impossibilitada de beber. Apanhava o copo de água desejado, mas, assim que o tocava com os lábios, repelia-o como alguém que sofresse de hidrofobia. Ao fazê-lo, ficava obviamente numa *absence* por alguns segundos. Para mitigar a sede que a martirizava, vivia somente de frutas, como melões, etc. Quando isso já durava perto de seis semanas, um dia, durante a hipnose, ela resmungou qualquer coisa a respeito de sua dama de companhia inglesa, de quem não gostava, e começou então a descrever, com demonstrações da maior repugnância, como fora certa vez ao quarto dessa senhora e como lá pudera ver o cãozinho dela - criatura nojenta! - bebendo num copo. A paciente não tinha dito nada, pois quisera ser gentil. Depois de exteriorizar energicamente a cólera que havia contido, pediu para beber alguma coisa, bebeu sem qualquer dificuldade uma grande quantidade de água e despertou da hipnose com o copo nos lábios. A partir daí, a perturbação desapareceu de uma vez por todas. Vários outros

caprichos extremamente obstinados foram eliminados de forma semelhante, depois de ela haver descrito as experiências que os tinham ocasionado. A paciente deu um grande passo à frente quando o primeiro de seus sintomas crônicos desapareceu da mesma maneira - a contratura da perna direita, que, é verdade, já havia diminuído muito. Esses achados - de que, no caso dessa paciente, os fenômenos histéricos desapareciam tão logo o fato que os havia provocado era reproduzido em sua hipnose - tornaram possível chegar-se a uma técnica terapêutica que nada deixava a desejar em sua coerência lógica e sua aplicação sistemática. Cada sintoma individual nesse caso complicado era considerado de forma isolada; todas as ocasiões em que tinha surgido eram descritas na ordem inversa, começando pela época em que a paciente ficara acamada e retrocedendo até o fato que levava à sua primeira aparição. Quando este era descrito, o sintoma era eliminado de maneira permanente.

Dessa forma, suas paralisias espásticas e anestésias, os diferentes distúrbios da visão e da audição, as nevralgias, tosses, tremores, etc., e por fim seus distúrbios da fala foram “removidos pela fala”. Entre suas perturbações da visão, os seguintes, por exemplo, foram eliminados um de cada vez: o estrabismo convergente com diplopia; o desvio de ambos os olhos para a direita, de modo que quando a mão se estendia para apanhar algo, sempre se dirigia para a esquerda do objeto; a restrição do campo visual; a ambliopia central; a macropsia; a visão de uma caveira em vez do pai; e a incapacidade para a leitura. Apenas alguns fenômenos dispersos (como, por exemplo, a extensão das paralisias espásticas para o lado esquerdo do corpo), que surgiram enquanto ela estava confinada ao leito, permaneceram intocados por esse processo de análise, sendo provável, na realidade, que de fato não tivessem nenhuma causa psíquica imediata | ver em [1]-[2]].

Revelou-se inteiramente impraticável abreviar o trabalho pela tentativa de evocar de imediato em sua memória a primeira causa provocadora de seus sintomas. Ela era incapaz de descobri-la, ficava confusa e as coisas se processavam ainda com maior lentidão do que se lhe fosse permitido, de modo tranqüilo e firme, retomar o fio retrospectivo das recordações em que se havia envolvido. Dado que este último método, porém, levava muito tempo na hipnose noturna, em vista de ela estar muito tensa e profundamente perturbada por “eliminar pela fala” os dois outros grupos de experiências - e também em virtude do fato de que as reminiscências precisavam de tempo antes para poderem atingir uma nitidez suficiente - elaboramos o seguinte método. Eu costumava visitá-la pela manhã e hipnotizá-la. (Alguns métodos muito simples para isso foram obtidos de forma empírica.) A seguir, pedi-lhe que concentrasse os pensamentos no sintoma que estávamos tratando no momento e me dissesse as ocasiões em que ele surgira. A paciente passava a descrever em rápida sucessão e em frases sucintas os fatos externos em causa, os quais eu anotava. Durante sua subsequente hipnose noturna, ela então me fazia, com a ajuda de minhas anotações, um relato razoavelmente minucioso dessas circunstâncias.

Um exemplo revelará a forma completa pela qual ela realizava isso. Nossa experiência

comum era que a paciente não ouvisse quando lhe era dirigida a palavra. Foi possível diferenciar da seguinte forma esse hábito passageiro de não ouvir:

(a) Não ouvir quando alguém entrava, enquanto se abstraía em seus pensamentos. 108 exemplos detalhados e isolados desses casos, com menção das pessoas e circunstâncias, muitas vezes com datas. Primeiro exemplo: não ouvir o pai entrar.

(b) Não compreender quando várias pessoas conversavam. 27 exemplos. Primeiro exemplo: o pai, mais uma vez, e um conhecido.

(c) Não ouvir quando estava sozinha e lhe dirigiam a palavra diretamente. 50 exemplos. Origem: o pai tendo em vão lhe pedido vinho.

(d) Surdez ocasionada por ter sido sacudida (numa carruagem, etc.). 15 exemplos. Origem: por ter sido sacudida com raiva pelo irmão mais novo quando este a surpreendeu, certa noite, com o ouvido colado ao quarto do doente.

(e) Surdez provocada ao assustar-se com um ruído. 37 exemplos. Origem: um acesso de sufocação do pai, causado por ter engolido mal.

(f) Surdez durante *absence* profunda. 12 exemplos.

(g) Surdez ocasionada por ouvir mal durante muito tempo, de modo que, quando lhe dirigiam a palavra, deixava de ouvir. 54 exemplos.

É claro que todos esse episódios eram, numa ampla medida, idênticos, no sentido de que era possível relacioná-los com estados de alheamento, *absences* ou susto. Mas, na memória da paciente, eram diferenciados de modo tão claro que, se acontecia ela cometer algum erro em sua seqüência, era obrigada a corrigir-se e pô-los na ordem certa; se isso não fosse feito, seu relato ficava paralisado. Os fatos que ela descrevia eram tão sem interesse e significação, e narrados com tanta riqueza de detalhes, que não se poderia suspeitar de que tivessem sido inventados. Muitos desses incidentes consistiam em experiências puramente internas e, assim, não podiam ser verificados; outros (ou as circunstâncias que os cercavam) estavam na lembrança das pessoas do ambiente de Anna.

Também esse exemplo apresentava uma característica que era sempre observável quando um sintoma estava sendo “eliminado pela fala”: o sintoma específico surgia com maior intensidade enquanto ela o abordava. Assim, durante a análise de sua incapacidade de ouvir, ela ficou tão surda que numa parte do tempo fui obrigado a comunicar-me com ela por escrito. A primeira causa provocadora costumava ser um susto de alguma espécie,

experimentado enquanto ela cuidava do pai - alguma negligência da parte dela, por exemplo.

O trabalho de recordação nem sempre era fácil e, algumas vezes, a paciente tinha que fazer grandes esforços. Certa ocasião, todo o nosso progresso ficou obstruído por algum tempo porque uma lembrança recusava-se a emergir. Tratava-se de uma alucinação particularmente pavorosa. Quando cuidava do pai, vira seu rosto como se fosse uma caveira. Ela e as pessoas a seu redor lembravam que, certa vez, enquanto parecia ainda gozar de boa saúde, ela fizera uma visita a um de seus parentes. Abrira a porta e imediatamente caíra no chão, inconsciente. Para superar a obstrução a nosso progresso, ela tornou a visitar o mesmo lugar e, ao entrar no quarto, mais uma vez caiu no chão, inconsciente. Durante a hipnose noturna seguinte, o obstáculo foi superado. Ao entrar no quarto, ela vira seu rosto pálido refletido num espelho que pendia defronte à porta, mas não fora a si mesma que tinha visto, e sim o pai com um rosto de caveira. - Muitas vezes observamos que seu pavor de uma lembrança, como no presente exemplo, inibia o surgimento da mesma, e esta precisava ser provocada à força pela paciente ou pelo médico.

O seguinte incidente, entre outros, ilustra o alto grau de coerência lógica de seus estados. Durante esse período, como já se teve ocasião de explicar, a paciente estava sempre em sua *condition seconde* - isto é, no ano de 1881 - à noite. Certa ocasião, despertou durante a noite, declarando ter sido levada para longe de casa mais uma vez, e ficou de tal forma excitada que todas as pessoas da casa se alarmaram. A razão foi simples. Na noite anterior, a cura pela fala havia dissipado o distúrbio da visão, e isso também se aplicava a sua *condition seconde*. Assim, ao acordar durante a noite, ela se viu num quarto estranho, pois a família se mudara na primavera de 1881. Acontecimentos desagradáveis dessa espécie eram evitados por mim pelo fato de (a pedido da paciente) eu sempre fechar meus olhos à noite e dar-lhe a sugestão de que ela não poderia abri-los até que eu próprio o fizesse na manhã seguinte. Essa perturbação só se repetiu uma vez, quando a paciente gritou num sonho e abriu os olhos ao despertar dele.

Visto que essa trabalhosa análise de seus sintomas versou sobre os meses do verão de 1880, o período preparatório de sua doença, consegui uma compreensão completa da incubação e patogênese desse caso de histeria, que agora passarei a descrever de forma sucinta.

Em julho de 1880, quando se encontrava no campo, o pai de Anna adoeceu gravemente em decorrência de um abscesso subpleural. Ela dividia com a mãe as tarefas de cuidar do enfermo. Certa vez, acordou de madrugada, muito ansiosa pelo doente, que estava com febre alta; e ela estava sob a tensão de aguardar a chegada de um cirurgião de Viena que iria operá-lo. Sua mãe se ausentara por algum tempo, e Anna, sentada à cabeceira do doente, pôs o braço direito sobre o espaldar da cadeira. Entrou num estado de devaneio e viu, como se viesse da parede, uma cobra negra que se aproximava do enfermo para mordê-lo. (É muito

provável que, no terreno situado atrás da casa, algumas cobras tivessem de fato aparecido anteriormente, assustando a moça e fornecendo agora o material para a alucinação.) Ela tentou manter a cobra a distância, mas estava como que paralisada. O braço direito, que pendia sobre o espaldar da cadeira, ficara dormente, insensível e parético; e quando ela o contemplou seus dedos se transformaram em cobrinhas cujas cabeças eram caveiras (as unhas). (É provável que ela tenha tentado afugentar a cobra com o braço direito paralisado e por isso a anestesia e a paralisia do braço se associaram com a alucinação da cobra.) Quando a cobra desapareceu, Anna, aterrorizada, tentou rezar. Mas não achou palavras em idioma algum, até que, lembrando-se de um poema infantil em inglês, pôde pensar e rezar nessa língua. O apito do trem que trazia o médico por ela esperado desfez o encanto.

No dia seguinte, durante um jogo, Anna atirou uma argola em alguns arbustos e, quando foi buscá-la, um galho recurvado fez com que ela revivesse a alucinação da cobra, e ao mesmo tempo seu braço direito ficou distendido com rigidez. A partir de então, ocorria invariavelmente a mesma coisa sempre que a alucinação era recordada por algum objeto com aparência mais ou menos semelhante à de uma cobra. Essa alucinação, contudo, bem como a contratura, só apareciam durante as curtas *absences*, que se tornaram cada vez mais freqüentes a partir daquela noite. (A contratura só veio a se estabilizar em dezembro, quando a paciente ficou inteiramente prostrada e acamada de forma permanente.) Como resultado de algum fato particular cujo registro não consigo encontrar em minhas anotações e do qual não me recordo mais, a contratura da perna direita foi acrescida à do braço direito.

Sua tendência às *absences* auto-hipnóticas fixou-se a partir daquele momento. Na manhã seguinte à noite que descrevi, enquanto esperava a chegada do cirurgião, Anna caiu num tal estado de alheamento que ele por fim chegou ao quarto sem que ela o ouvisse aproximar-se. Sua angústia persistente interferia com a ingestão de alimentos e conduziu aos poucos a intensas sensações de náusea. Afora isso, a rigor, cada um de seus sintomas histéricos surgiu sob a ação de um afeto. Não é bem certo se em cada um dos casos houve um estado momentâneo de *absence*, mas isso parece provável em vista do fato de que, em seu estado de vigília, a paciente ficava totalmente alheia ao que havia acontecido.

Alguns de seus sintomas, contudo, parecem não haver surgido em suas *absences*, mas apenas quando de algum afeto durante sua vida de vigília; se foi esse o caso, porém, eles reapareciam da mesma forma. Assim pudemos rastrear todas as suas diversas perturbações da visão até diferentes causas determinantes mais ou menos claras. Por exemplo, certa ocasião, quando, com lágrimas nos olhos, se achava sentada à cabeceira do pai, ele de repente lhe perguntou que horas eram. Ela não conseguia enxergar com nitidez; fez um grande esforço e aproximou o relógio dos olhos. O mostrador pareceu-lhe então muito grande, explicando assim sua macropsia e seu estrabismo convergente. Ou então ela se esforçou para reprimir as lágrimas para que o doente não as visse.

Uma discussão, durante a qual Anna reprimiu uma resposta à altura, provocou um espasmo de glote, e isso se repetia em todas as ocasiões semelhantes.

Perdeu a capacidade de falar (a) como resultado do medo, depois de sua primeira alucinação à noite, (b) após haver reprimido uma observação noutra ocasião (por inibição ativa), (c) depois de ter sido injustamente culpada de algo e (d) em todas as ocasiões análogas (quando se sentia mortificada). Começou a tossir pela primeira vez quando, certa feita, sentada à cabeceira do pai, ouviu o som de música para dançar que vinha de uma casa vizinha sentiu um súbito desejo de estar lá e foi dominada por auto-recriminações. A partir de então, durante toda a sua doença, reagia a qualquer música acentuadamente ritmada com uma *tussis nervosa*.

Não lamento muito que o fato de minhas anotações serem incompletas torne impossível para mim enumerar todas as ocasiões em que seus vários sintomas histéricos apareciam. Ela própria os relatava a mim em cada caso isolado, com uma única exceção por mim mencionada [em [1] e também mais adiante, em [1]-[2]]; e, como já disse, todos os sintomas desapareciam depois de ela descrever sua primeira ocorrência.

Também dessa maneira toda a doença desapareceu. A própria paciente formara o firme propósito de que todo o tratamento deveria terminar no dia em que fizesse um ano da data em que foi levada para o campo [7 de junho (ver em [1])]. Por conseguinte, no começo de junho, ela iniciou a “cura pela fala” com a maior energia. No último dia - recorrendo, como ajuda, a uma nova arrumação do quarto, a fim de assemelhá-lo ao quarto de doente do pai - ela reproduziu a aterrorizante alucinação já descrita acima e que constitui a raiz de toda a sua doença. Durante a cena original, Anna só havia conseguido pensar e rezar em inglês; mas, logo após sua reprodução, pôde falar alemão. Além disso, libertou-se das inúmeras perturbações que exibira antes. Depois, saiu de Viena e viajou por algum tempo, mas passou-se um período considerável antes que recuperasse inteiramente seu equilíbrio mental. Desde então tem gozado de perfeita saúde.

Embora eu tenha suprimido um grande número de detalhes bem interessantes, este caso clínico de Anna O. tornou-se mais volumoso do que pareceria necessário para uma doença histérica que, em si mesma, não foi de caráter inusitado. Entretanto, foi impossível descrever o caso sem entrar em pormenores, e suas características me parecem suficientemente importantes para justificar esta exposição extensa. Da mesma maneira, os ovos dos equinodermos são importantes na embriologia, não porque o ouriço-do-mar seja um animal interessante, mas porque o protoplasma de seus ovos é transparente e porque o que neles observamos lança luz, desse modo, sobre o provável curso dos acontecimentos nos ovos cujo protoplasma é opaco. O interesse do presente caso me parece residir, acima de tudo, na extrema clareza e inteligibilidade de sua patogênese.

Havia nessa moça, enquanto ainda gozava de perfeita saúde, duas características psíquicas que atuaram como causas de predisposição para sua subsequente doença histérica:

(1) Sua vida familiar monótona e a ausência de ocupação intelectual adequada deixavam-na com um excedente não utilizado de vivacidade e energia mentais, tendo esse excedente encontrado uma saída na atividade constante de sua imaginação.

(2) Isso a levou ao hábito dos devaneios (seu “teatro particular”), que lançou as bases para uma dissociação de sua personalidade mental. Não obstante, uma dissociação desse grau ainda se acha nos limites da normalidade. Os devaneios e as reflexões durante ocupações mais ou menos mecânicas não implicam, em si mesmos, uma divisão patológica da consciência visto que, ao serem interrompidos - quando, por exemplo, alguém dirige a palavra à pessoa - a unidade normal da consciência é restaurada; não implicam tampouco a existência de amnésia. No caso de Anna O., porém, esse hábito preparou o terreno em que o afeto de angústia e pavor pôde estabelecer-se na forma que descrevi, tão logo esse afeto transformou os devaneios habituais da paciente numa *absence* alucinatória. É notável que a primeira manifestação da doença em seus primórdios já exibisse de modo tão completo suas principais características, que depois permaneceram inalteradas por quase dois anos. Estas compreendiam a existência de um segundo estado de consciência, que surgiu primeiro como uma *absence* temporária e depois se organizou sob a forma de uma “*double conscience*”; uma inibição da fala, determinada pelo afeto de angústia, que encontrou uma descarga fortuita nos versos em língua inglesa; posteriormente, a parafasia e a perda da língua materna, que foi substituída por um inglês excelente; e, por fim, a paralisia acidental do braço direito, em virtude da pressão, que depois evoluiu para uma paresia espástica e anestesia do lado direito. O mecanismo pelo qual esta segunda afecção veio a existir mostrou-se em inteira consonância com a teoria da histeria traumática de Charcot - um ligeiro trauma ocorrido durante um estado de hipnose.

Mas, enquanto a paralisia experimentalmente provocada por Charcot em seus pacientes se estabilizava de imediato, e enquanto a paralisia causada em vítimas de neuroses traumáticas devidas a grave choque traumático logo se estabelece, o sistema nervoso dessa moça ofereceu uma resistência bem-sucedida durante quatro meses. Sua contratura, bem como as outras perturbações que se acompanharam, só se estabeleceu durante as curtas *absences* e em sua *condition seconde*, deixando-a, durante seu estado normal, com pleno controle do corpo, e em posse de seus sentidos, de modo que nada foi observado nem por ela própria nem por aqueles que a cercavam, se bem que a atenção deles estivesse enfocada no pai enfermo da paciente e, por conseguinte, desviada dela.

Entretanto, uma vez que suas *absences*, com sua amnésia total, e fenômenos histéricos

concomitantes, tornaram-se cada vez mais freqüentes a partir da época de sua primeira auto-hipnose alucinatória, as oportunidades se multiplicaram para a formação de novos sintomas da mesma espécie, e os que já se haviam formado tornaram-se mais fortemente entrincheirados pela freqüente repetição. Além disso, qualquer afeto angustiante súbito passou gradativamente a ter o mesmo resultado de uma *absence* (embora, a rigor, seja possível que esses afetos *causassem* de fato uma *absence* temporária em todos os casos); algumas coincidências fortuitas formaram associações patológicas e perturbações sensoriais ou motoras, que daí por diante passaram a surgir junto com o afeto. Mas até então isso só havia ocorrido durante momentos passageiros. Antes de ficar permanentemente acamada, a paciente já havia desenvolvido todo o conjunto de fenômenos histéricos, sem que ninguém o soubesse. Só depois de ela ter entrado em colapso completo, graças ao esgotamento acarretado pela falta de alimentos, insônia e angústia constante, e só depois de ter começado a passar mais tempo em sua *condition seconde* do que em seu estado normal, foi que os fenômenos histéricos se estenderam a este último e passaram da condição de sintomas agudos intermitentes à de sintomas crônicos.

Surge agora a questão de determinar até que ponto se pode confiar nas declarações da paciente e de saber se as ocasiões e o modo de origem dos fenômenos foram realmente tais como ela os representou. Quanto aos fatos mais importantes e fundamentais, o grau de confiabilidade de seu relato me parece estar fora de dúvida. Quanto ao fato de os sintomas desaparecerem depois de “verbalizados”, não posso empregar isso como prova; é bem possível que isso se explique pela sugestão. Mas sempre achei que a paciente era inteiramente fiel à verdade e digna de toda confiança. As coisas que me relatou estavam intimamente vinculadas com o que lhe era mais sagrado. O que quer que pudesse ser verificado através de outras pessoas era plenamente confirmado. Até mesmo a moça mais bem-dotada seria incapaz de engendrar uma trama de dados com tal grau de coerência interna como o exibido na história deste caso. Não se pode duvidar, contudo, de que precisamente sua coerência talvez a tenha levado (em absoluta boa-fé) a atribuir a alguns dos seus sintomas uma causa desencadeadora que na verdade não possuíam. Mas também a essa suspeita considero injustificada. A própria insignificância de tantas dessas causas e o caráter irracional de tantas das conexões envolvidas depõem a favor de sua realidade. A paciente não conseguia entender como é que a música para dançar a fazia tossir; uma construção dessa natureza é por demais destituída de sentido para ter sido deliberada. (Pareceu-me muito provável, aliás, que cada um de seus dramas de consciência acarretasse um de seus habituais espasmos da glote e que os impulsos motores que sentia - pois ela gostava muito de dançar - transformassem o espasmo numa *tussis nervosa*.) Por conseguinte, em minha opinião, as declarações da paciente mereciam toda a confiança e correspondiam aos fatos.

E agora devemos considerar até que ponto é justificável supor que a histeria se produza de maneira análoga em outros pacientes e que o processo seja semelhante quando nenhuma

condition seconde tão claramente distinta tenha-se organizado. Para sustentar esse ponto de vista, posso assinalar o fato de que, também no presente caso, a história da evolução da doença teria permanecido inteiramente desconhecida, tanto da paciente quanto do médico, se não fosse a peculiaridade de a paciente se recordar de coisas na hipnose, como descrevi, e de conseguir relacioná-las. Enquanto estava em seu estado de vigília, ela não tinha nenhum conhecimento de tudo isso. Portanto, é impossível, nos outros casos, chegar-se ao que está acontecendo através de um exame dos pacientes em estado de vigília, pois, com a melhor boa vontade do mundo, eles não podem dar informação alguma a ninguém. E já ressaltai como as pessoas que cercavam a paciente eram pouco capazes de observar aquilo que estava acontecendo. Por conseguinte, só seria possível descobrir o estado de coisas em outros pacientes por meio de um método semelhante ao que foi proporcionado, no caso de Anna O., por suas auto-hipnoses. Por enquanto, podemos apenas externar o ponto de vista de que seqüências de fatos semelhantes aos aqui descritos ocorrem com maior freqüência do que nos levou a supor nossa ignorância do mecanismo patogênico em causa.

Quando a paciente ficou de cama e sua consciência passou a oscilar de forma constante entre o estado normal e o “secundário”, toda a série de sintomas histéricos, que haviam surgido isoladamente e até então se achavam latentes, tornou-se manifesta, como já vimos, como sintomas crônicos. Acrescentou-se então a estes um novo grupo de fenômenos que pareciam ter tido uma origem diferente: as paralisias espásticas das extremidades esquerdas e a paresia dos músculos elevadores da cabeça. Eu os distingo dos outros fenômenos porque, uma vez que tivessem desaparecido, nunca mais retornavam, mesmo na forma mais breve ou branda, ou durante a fase conclusiva e de recuperação, quando todos os outros sintomas se tornaram de novo ativos após terem ficado inativos por algum tempo. Da mesma forma, jamais vieram à tona nas análises hipnóticas e não foram rastreados até as fontes emocionais ou imaginativas. Inclino-me a pensar, portanto, que seu surgimento não se deveu ao mesmo processo psíquico dos outros sintomas, mas que cabe atribuí-lo a uma extensão secundária daquela condição desconhecida que constitui o fundamento somático dos fenômenos histéricos.

Durante toda a doença seus dois estados de consciência persistiram lado a lado: o primário, em que ela era bastante normal psiquicamente, e o secundário, que bem pode ser assemelhado a um sonho, em vista de sua abundância de produções imaginárias e alucinações, suas grandes lacunas de memória e a falta de inibição e controle em suas associações. Nesse estado secundário, a paciente ficava numa situação de alienação. O fato de que toda a condição mental da paciente estava na dependência da intrusão desse estado secundário no normal parece lançar uma considerável luz sobre pelo menos um tipo de psicose histérica. Cada uma de suas hipnoses à noite oferecia provas de que a paciente estava inteiramente lúcida e bem ordenada em sua mente e normal no tocante a seus sentimentos e a sua volição, desde que nenhum dos produtos de seu estado secundário atuasse como um estímulo “no inconsciente”. A psicose extremamente acentuada que surgia sempre que havia um intervalo considerável nesse processo de desabafo revelou o grau em

que esses produtos influenciavam os fatos psíquicos de seu estado latentes, tornou-se manifesta, como já vimos, como sintomas crônicos. Acrescentou-se então a estes um novo grupo de fenômenos que pareciam ter tido uma origem diferente: as paralisias espásticas das extremidades esquerdas e a paresia dos músculos elevadores da cabeça. Eu os distingo dos outros fenômenos porque, uma vez que tivessem desaparecido, nunca mais retornavam, mesmo na forma mais breve ou branda, ou durante a fase conclusiva e de recuperação, quando todos os outros sintomas se tornaram de novo ativos após terem ficado inativos por algum tempo. Da mesma forma, jamais vieram à tona nas análises hipnóticas e não foram rastreados até as fontes emocionais ou imaginativas. Inclino-me a pensar, portanto, que seu surgimento não se deveu ao mesmo processo psíquico dos outros sintomas, mas que cabe atribuí-lo a uma extensão secundária daquela condição desconhecida que constitui o fundamento somático dos fenômenos histéricos.

Durante toda a doença seus dois estados de consciência persistiram lado a lado: o primário, em que ela era bastante normal psicicamente, e o secundário, que bem pode ser assemelhado a um sonho, em vista de sua abundância de produções imaginárias e alucinações, suas grandes lacunas de memória e a falta de inibição e controle em suas associações. Nesse estado secundário, a paciente ficava numa situação de alienação. O fato de que toda a condição mental da paciente estava na dependência da intrusão desse estado secundário no normal parece lançar uma considerável luz sobre pelo menos um tipo de psicose histérica. Cada uma de suas hipnoses à noite oferecia provas de que a paciente estava inteiramente lúcida e bem ordenada em sua mente e normal no tocante a seus sentimentos e a sua volição, desde que nenhum dos produtos de seu estado secundário atuasse como um estímulo “no inconsciente”. A psicose extremamente acentuada que surgia sempre que havia um intervalo considerável nesse processo de desabafo revelou o grau em que esses produtos influenciavam os fatos psíquicos de seu estado “normal”. É difícil evitar expressar a situação afirmando que a paciente estava dividida em duas personalidades, das quais uma era mentalmente normal, e a outra, insana. Em minha opinião, a nítida divisão entre os dois estados nessa paciente só vem revelar com maior clareza aquilo que ocasionou um grande número de problemas inexplicados em muitos outros pacientes histéricos. Foi especialmente observável, em Anna O., o grau em que os produtos de seu “mau eu”, conforme ela própria o denominava, afetavam seu senso ético mental. Se esses produtos não tivessem sido continuamente eliminados, ter-nos-íamos confrontado com uma histérica do tipo malévol - teimosa, indolente, desagradável e rabugenta; mas o que se passava era que, após a remoção desses estímulos, seu verdadeiro caráter, que era o oposto de tudo isso, sempre ressurgia de imediato.

Não obstante, embora seus dois estados fossem assim nitidamente separados, não só o estado secundário invadia o primeiro, como também - e isso se dava com freqüência em todas as ocasiões, mesmo quando ela se encontrava numa condição muito ruim - um observador lúcido e calmo ficava sentado, conforme ela dizia, num canto de seu cérebro, contemplando toda aquela loucura a seu redor. Essa persistência do pensamento claro

enquanto a psicose estava em pleno processo encontrava expressão numa forma muito curiosa. Numa ocasião em que, depois de terem cessado os fenômenos histéricos, a paciente estava atravessando uma depressão temporária, ela apresentou grande número de temores e auto-recriminações infantis, entre eles a idéia de que de modo algum estivera doente e tudo aquilo fora simulado. Observações semelhantes, como sabemos, têm sido feitas com freqüência. Depois que um distúrbio dessa natureza desapareceu e os dois estados de consciência voltaram a se fundir num só, os pacientes, lançando um olhar retrospectivo para o passado, se vêem como a personalidade única e indivisa que se dava conta de todo aquele absurdo; acham que poderiam tê-lo impedido se assim tivessem desejado e se sentem como se tivessem praticado todo o mal de forma deliberada. - Deve-se acrescentar que esse raciocínio normal que persistia durante o estado secundário deve ter variado enormemente de intensidade e, muitas vezes, até deve ter estado ausente de todo.

Já descrevi o surpreendente fato de que, do começo ao fim da doença, todos os estímulos decorrentes do estado secundário, junto com suas conseqüências, eram eliminados de maneira permanente ao receberem expressão verbal na hipnose, e resta-me apenas acrescentar a certeza de que isso não foi uma invenção minha imposta à paciente por sugestão. Fui apanhado inteiramente de surpresa, e só depois de todos os sintomas serem assim eliminados em toda uma série de situações é que desenvolvi uma técnica terapêutica a partir dessa experiência.

A cura final da histeria merece mais algumas palavras. Ela foi acompanhada, como já tive oportunidade de dizer, por perturbações consideráveis e uma deterioração do estado mental da paciente. Tive impressão muito forte de que os numerosos produtos do seu estado secundário que ficaram latentes forçavam agora sua entrada na consciência; e embora de início fossem recordados apenas em seu estado secundário, estavam ainda assim sobrecarregando e perturbando seu estado normal. Resta verificar se não deveríamos procurar a mesma origem nos outros casos em que a histeria crônica termina numa psicose.

CASO 2 - SRA EMMY VON N., IDADE 40 ANOS, DA LIVÔNIA (FREUD)

Em 1º de maio de 1889, comecei o tratamento de uma senhora de cerca de quarenta anos, cujos sintomas e personalidade me interessaram de tal forma que lhe dediquei grande parte de meu tempo e decidi fazer tudo o que estivesse ao meu alcance para recuperá-la. Era histérica e podia ser posta com a maior facilidade num estado de sonambulismo; ao tomar ciência disso, resolvi fazer uso da técnica de investigação sob hipnose, de Breuer, que eu viera a conhecer pelo relato que ele me fizera do bem-sucedido tratamento de sua primeira

paciente. Essa foi minha primeira tentativa de lidar com aquele método terapêutico | ver em [1] e [2]]. Estava ainda longe de tê-lo dominado; de fato, não fui bastante à frente na análise dos sintomas, nem o segui de maneira suficientemente sistemática. Talvez possa apresentar melhor um quadro da condição da paciente e de minha conduta clínica reproduzindo as anotações que fiz todas as noites durante as três primeiras semanas do tratamento. Onde quer que a experiência posterior me haja proporcionado melhor compreensão, eu a incorporarei em notas de rodapé e comentários intercalados.

1º de maio de 1889. - Essa senhora, quando a vi pela primeira vez, estava deitada num sofá com a cabeça repousando numa almofada de couro. Parecia ainda jovem e as feições eram delicadas e marcantes. O rosto tinha uma expressão tensa e penosa, as pálpebras estavam cerradas e os olhos, baixos; a testa apresentava profundas rugas e as dobras nasolabiais eram acentuadas. Falava em voz baixa, como se tivesse dificuldade, e a fala ficava de tempos em tempos sujeita a interrupções espásticas, a ponto de ela gaguejar. Conservava os dedos firmemente entrelaçados, e eles exibiam uma agitação incessante, parecida com a que ocorre na atetose. Havia freqüentes movimentos convulsivos semelhantes a tiques, no rosto e nos músculos do pescoço, durante os quais alguns destes, especialmente o esternocleidomastóideo direito, se tornavam muito salientes. Além disso, ela interrompia com freqüência suas observações emitindo um curioso “estalido” com a boca, um som impossível de imitar.

O que a paciente me dizia era perfeitamente coerente e revelava um grau inusitado de instrução e inteligência. Isso fazia com que parecesse ainda mais estranho que, a cada dois ou três minutos, ela de súbito se calasse, contorcesse o rosto numa expressão de horror e nojo, estendesse a mão em minha direção, abrindo e entortando os dedos, e exclamasse numa voz alterada, carregada de angústia: “Fique quieto! - Não diga nada! - Não me toque!” É provável que estivesse sob a influência de alguma alucinação recorrente de natureza apavorante e que, com essa fórmula, estivesse mantendo afastado o material intromissivo. Essas interpolações chegavam ao fim tão de súbito quanto começavam, e a paciente retomava seu relato anterior, sem dar continuidade a sua excitação momentânea e sem explicar ou pedir desculpas por seu comportamento - provavelmente, portanto, sem que ela própria notasse a interpolação.

Tomei conhecimento do seguinte sobre as circunstâncias de sua vida: Sua família era originária da Alemanha Central, mas duas de suas gerações haviam fixado residência nas províncias bálticas da Rússia, onde possuía grandes propriedades. Ela era a décima terceira de quatorze filhos. Apenas quatro dentre eles sobreviveram. A paciente recebeu uma educação cuidadosa, mas sob a disciplina rígida de uma mãe excessivamente enérgica e severa. Quando contava vinte e três anos, casou-se com um homem muito bem-dotado e capaz, que alcançara uma posição elevada como grande industrial, mas que era muito mais velho do que ela. Depois de um casamento de curta duração, ele morreu de derrame cerebral. A esse fato, bem como à tarefa de educar as duas filhas, então com dezesseis e

quatorze anos, muitas vezes enfermas e que sofriam de distúrbios nervosos, ela atribuía sua própria doença. Desde a morte do marido, quatorze anos antes, vivera constantemente doente, com variados graus de gravidade. Há quatro anos, seu estado sofrera uma melhora temporária com uma série de massagens combinadas com banhos elétricos. Afora isso, todos os seus esforços para melhorar de saúde têm sido infrutíferos. Ela viajou muito e tem um vivo interesse por muitas coisas. Atualmente, mora numa casa de campo num ponto do Báltico, perto de uma grande cidade. Há vários meses tem estado outra vez muito doente, sofrendo de depressão e insônia e atormentada por dores; foi até Abbazia na vã esperança de obter melhoras, e nas últimas seis semanas está em Viena, até agora sob os cuidados de um médico de excelente reputação.

Sugeri que ela se separasse das duas filhas, que têm governanta, e se internasse numa casa de saúde, onde eu poderia vê-la todos os dias. Concordou com isso sem levantar a menor objeção.

Na noite de *2 de maio* visitei-a na casa de saúde. Notei que se assustava muito sempre que a porta se abria de modo inesperado. Assim, providenciei para que, ao visitá-la, as enfermeiras e os médicos internos batessem com força na porta e só entrassem depois de ela dizer que podiam fazê-lo. Mesmo assim, ela ainda fazia trejeitos faciais e dava um pulo toda vez que alguém entrava.

Sua principal queixa hoje foi sobre sensações de frio e dor na perna esquerda, que se originavam nas costas, acima da crista do ilíaco. Ordenei que lhe dessem banhos quentes e lhe aplicarei massagens por todo o corpo duas vezes ao dia.

Ela é uma excelente paciente para o hipnotismo. Bastou eu levantar um dedo diante dela e ordenar-lhe que dormisse para que se reclinasse com uma expressão atordoada e confusa. Sugeri que ela dormiria bem, que todos os seus sintomas melhorariam, e assim por diante. Ela ouviu tudo isso com os olhos fechados, mas sem dúvida com uma atenção inconfundivelmente concentrada, e suas feições aos poucos se relaxaram e assumiram uma aparência pacífica. Depois dessa primeira hipnose, conservou uma tênue lembrança de minhas palavras, mas, já na segunda, houve completo sonambulismo (com amnésia). Tinha-a avisado de que pretendia hipnotizá-la, ao que ela não opusera nenhuma dificuldade. Ela nunca fora hipnotizada antes, mas pode-se supor que já leu sobre o hipnotismo, embora eu não saiba dizer quais são suas idéias sobre o estado hipnótico.

Esse tratamento à base de banhos quentes, massagens duas vezes ao dia e sugestão hipnótica prosseguiu por mais alguns dias. Ela dormia bem, melhorava a olhos vistos e passava a maior parte do dia tranqüilamente deitada. Não lhe foi proibido ver as filhas, ler,

ou cuidar da correspondência.

8 de maio, manhã. - Ela me entreteve, num estado que parecia normal, com histórias aterradoras sobre animais. Lera no *Frankfurter Zeitung*, que estava na mesa em frente a ela, uma história de como um aprendiz amarrara um menino e lhe pusera na boca um rato branco. O menino morrera de susto. O Dr. K. lhe dissera ter mandado uma caixa cheia de ratos brancos para Tiflis. Ao narrar-me isso, ela demonstrava todos os sinais de horror. Torcia e retorcia as mãos várias vezes. “Fique quieto! - Não diga nada! - Não me toque! - Imagine só se houvesse uma criatura dessas na cama!” (Estremeceu.) “Pense só, quando for aberta! Há um rato morto entre eles - um que foi ro-o-í-do!”

Durante a hipnose tentei eliminar essas alucinações com animais. Enquanto ela dormia, apanhei o *Frankfurter Zeitung*. Achei a história do menino que fora maltratado, mas sem nenhuma referência a camundongos ou ratos. Logo, ela os havia introduzido a partir de seu delírio enquanto lia. (À noite, falei-lhe de nossa conversa sobre os ratos brancos. Ela não sabia de nada daquilo, ficou muito surpresa e deu boas risadas.)

À tarde teve o que chamou de uma “cãibra no pescoço”, que no entanto, como disse, “só durou pouco tempo - umas poucas horas”.

Noite. - Pedi-lhe que, sob hipnose, falasse, o que, depois de certo esforço, ela conseguiu fazer. Falava baixo e refletia por um momento, cada vez, antes de responder. Sua expressão se alterava de acordo com o tema de suas observações e se acalmava tão logo minha sugestão punha termo à impressão nela causada pelo que dizia. Perguntei-lhe por que se assustava com tanta facilidade e ela respondeu: “Está relacionado com as lembranças de minha meninice.” “Quando?” “Primeiro, quando eu tinha cinco anos e meus irmãos e irmãs costumavam atirar animais mortos em mim. Foi aí que tive meu primeiro desmaio e espasmos. Mas minha tia disse que aquilo era uma vergonha e que eu não devia ter daqueles ataques, de modo que eles pararam. Depois me assustei de novo quando tinha sete anos, e inesperadamente, vi minha irmã no caixão; e outra vez quando contava oito anos e meu irmão me aterrorizou uma porção de vezes, enrolando-se em lençóis como um fantasma; e também quando tinha nove anos e vi minha tia no caixão e de repente o queixo dela caiu.”

É claro que essa série de causas desencadeadoras traumáticas que ela citou em resposta a minha pergunta sobre a razão de ser tão propensa a se assustar já estava pronta em sua memória. Ela não poderia ter reunido tão depressa esses episódios de diferentes períodos de

sua infância no curto intervalo transcorrido entre minha pergunta e sua resposta. No fim de cada uma das histórias ela se crispava toda e assumia uma expressão de medo e horror. Ao final da última, escancarou a boca e ficou ofegante. As palavras com que descreveu o tema pavoroso de sua experiência foram pronunciadas com dificuldade e entremeadas de estertores. Depois, suas feições se tranqüilizaram.

Em resposta a uma pergunta, disse-me que enquanto descrevia essas cenas via-as diante de si, numa forma plástica e em suas cores naturais. Contou que, em geral, pensava nessas experiências com muita frequência e o fizera nos últimos dias. Sempre que isso acontecia, via essas cenas com toda a nitidez da realidade. Compreendo agora por que tantas vezes ela me entretém com cenas de animais e quadros de cadáveres. Minha terapia consiste em eliminar esses quadros, de modo que ela não possa mais vê-los diante de si. Para reforçar minha sugestão, passei suavemente a mão por seus olhos várias vezes.

9 de maio, |manhã. - Sem que lhe tivesse dado nenhuma outra sugestão, ela dormiu bem. Mas sentiu dores gástricas pela manhã. Estas surgiram ontem, no jardim, onde ela permaneceu muito tempo com as filhas. Concordou em que eu limitasse as visitas das moças a duas horas e meia. Alguns dias atrás recriminara a si própria por deixar as filhas sozinhas. Encontrei-a um tanto agitada hoje; a testa estava enrugada, a fala era hesitante e ela produzia aqueles estalidos característicos. Enquanto era massageada, disse-me apenas que a governanta das filhas lhe levara um atlas etnológico e que algumas fotografias de índios norte-americanos vestidos como animais lhe produziram um grande choque. “Pense só se eles ganhassem vida!” (Estremeceu.)

Sob hipnose perguntei-lhe por que se assustara tanto com essas fotografias, visto já não ter mais medo de animais. Respondeu que a tinham feito recordar as visões que tivera (aos dezenove anos) na época da morte do irmão. (Deixarei para depois as indagações sobre essa lembrança.) A seguir, perguntei-lhe se sempre gaguejara e há quanto tempo tinha o tique (o estalido peculiar): A gagueira, disse, surgira quando estava doente; tinha o tique há cinco anos, desde o tempo em que estivera sentada à cabeceira da filha mais nova, quando esta esteve muito doente, e desejara ficar absolutamente *quieta*. Tentei reduzir a importância dessa lembrança, ressaltando que, afinal de contas, nada acontecera à filha, e assim por diante. A coisa surgiu, disse-me ela, sempre que ficava apreensiva ou assustada. Dei-lhe instruções para que não se assustasse com os retratos dos peles-vermelhas, mas que risse à vontade deles e até chamasse para eles minha atenção. E isso de fato aconteceu depois de ela despertar: olhou para o livro, perguntou-me se o tinha visto, abriu-o na página e riu alto das figuras grotescas, sem o menor indício de medo e sem que suas feições denotassem a menor tensão. O Dr. Breuer entrou subitamente com o médico interno para visitá-la. Ela se assustou e começou a produzir o estalido característico, de modo que eles logo se retiraram.

A paciente me explicou que ficara agitada daquela maneira por ser desagradavelmente afetada pelo fato de o médico interno também entrar a todo instante.

Eu também havia eliminado suas dores gástricas durante a hipnose, tocando-a levemente no abdome, e lhe disse que, embora ela esperasse pelo retorno da dor depois do almoço, isso não aconteceria.

Noite. - Pela primeira vez ela se mostrou alegre e falante e deu mostras de um senso de humor que eu não teria esperado numa mulher tão séria; e entre outras coisas, com a acentuada sensação de estar melhor, zombou do tratamento feito por meu antecessor. De há muito pretendia, segundo me disse, desistir daquele tratamento, mas não conseguia encontrar o método certo de fazê-lo, até que uma observação fortuita feita pelo Dr. Breuer, numa ocasião em que a visitou, indicou-lhe a solução. Quando pareci surpreso com isso, assustou-se e começou a recriminar-se asperamente por ter sido indiscreta. Ao que parece, porém, consegui reassegurá-la. - Ela não tinha sentido as dores gástricas, embora as houvesse esperado.

Sob hipnose pedi-lhe que me contasse outras experiências que tivessem dado margem a um medo duradouro. Ela forneceu uma segunda seqüência dessa espécie, que datava do final de sua juventude, com a mesma rapidez da primeira seqüência, e me assegurou mais uma vez que todas essas cenas surgiram diante dela muitas vezes, nitidamente e em cores. Uma delas era de como viu uma prima ser levada para um asilo de loucos (quando ela estava com quinze anos). Ela havia tentado pedir socorro, mas não conseguira e perdera a capacidade de falar até a noite do mesmo dia. Visto que ela falava em hospícios com muita freqüência em seu estado de vigília, interrompi-a e perguntei em que outras ocasiões ela se preocupara com a loucura. Ela me contou que sua própria mãe tinha passado algum tempo num hospício. Em certa época, tiveram uma empregada cuja antiga patroa estivera muito tempo internada numa dessas instituições e que costumava contar-lhes histórias aterradoras de como os pacientes eram amarrados a cadeiras, espancados, etc. Ao narrar-me isso, retorceu as mãos, horrorizada; estava vendo tudo diante dos olhos. Esforcei-me por corrigir-lhe as idéias sobre os manicômios e lhe assegurei que ela conseguiria ouvir falar de instituições dessa natureza sem referi-las a si mesma. Com isso, suas feições se relaxaram.

Prosseguiu com sua relação de lembranças aterradoras. Uma, aos quinze anos, de como encontrara a mãe, que tivera um derrame cerebral, estendida no chão (a mãe viveu mais quatro anos); de novo, aos dezenove, de como chegou a casa certo dia e encontrou a mãe morta, com o rosto contorcido. Naturalmente, tive uma dificuldade considerável em atenuar-lhe essas lembranças. Após uma explicação bastante longa, assegurei-lhe que também esse quadro só lhe surgiria outra vez de forma indistinta e sem intensidade. - Outra lembrança era a da maneira como, aos dezenove anos, ela levantou uma pedra e encontrou debaixo dela um sapo, o que a fez perder a fala durante horas.

Durante essa hipnose convenci-me de que ela sabia de tudo o que acontecera na última hipnose, enquanto na vida de vigília não tem nenhum conhecimento disso.

10 de maio, manhã. - Pela primeira vez, deram-lhe hoje um banho de farelo, em vez de seu habitual banho morno. Achei-a com uma expressão de aborrecimento e angústia, com as mãos envoltas num xale. Queixava-se de frio e dores. Quando lhe perguntei o que se passava, disse-me que o banho fora incomodamente curto e provocara dores. Durante a massagem, começou por dizer que ainda se sentia mal por ter atraído o Dr. Breuer ontem. Acalmei-a com uma pequena mentira e disse que eu já sabia daquilo o tempo todo, ao que sua agitação (estalidos, trejeitos faciais) cessou. Todas as vezes, portanto, mesmo enquanto a massagem, minha influência já começa a afetá-la; a paciente fica mais tranqüila e mais lúcida, e mesmo sem que haja perguntas sob hipnose consegue descobrir a causa de seu mau humor daquele dia. Tampouco sua conversa durante a massagem é tão sem objetivo como poderia parecer. Pelo contrário, encerra uma reprodução razoavelmente completa das lembranças e das novas impressões que a afetaram desde nossa última conversa e, muitas vezes, de maneira bem inesperada, progride até as reminiscências patogênicas, que ela vai desabafando sem ser solicitada. É como se tivesse adotado meu método e se valesse de nossa conversa, aparentemente sem constrangimento e guiada pelo acaso, como um complemento de sua hipnose. Por exemplo, hoje começou a falar sobre sua família e, com muitos rodeios, passou ao assunto de um primo. Este não era muito bom da cabeça e os pais mandaram arrancar-lhe todos os dentes de uma só vez. Ela acompanhou a história com expressões de horror e ficou repetindo sua fórmula protetora (“Fique quieto! - Não diga nada! - Não me toque!”). Depois disso, seu rosto se descontraíu e ela ficou alegre. Assim, seu comportamento na vida de vigília é dirigido pelas experiências que teve durante o sonambulismo, embora acredite, enquanto está acordada, nada saber a respeito delas.

Sob hipnose repeti minha pergunta quanto àquilo que a perturbara e recebi as mesmas respostas, mas na ordem inversa: (1) sua conversa indiscreta de ontem, e (2) suas dores provocadas por ter sentido muito desconforto no banho. - Perguntei-lhe hoje o significado de sua frase “Fique quieto!”, etc. Explicou que, quando tinha pensamentos assustadores, temia que eles fossem interrompidos em seu curso, porque então tudo ficaria confuso e as coisas ficariam ainda piores. O “Fique quieto!” relacionava-se com o fato de que as formas animais que lhe apareciam quando ela se achava em mau estado começavam a mover-se e a atacá-la se alguém fizesse um movimento em sua presença. A exortação final “Não me toque!” provinha das seguintes experiências: contou-me como, quando o irmão estivera muito doente por ter ingerido muita morfina - ela estava com dezenove anos na ocasião - costumava muitas vezes agarrá-la, e como, de outra feita, um conhecido enlouquecera de súbito em sua casa e a tinha segurado pelo braço (houve um terceiro exemplo semelhante, do qual não se recordava com exatidão); e por último, como, quando tinha vinte e oito anos e a filha estava muito doente, a criança se agarrara nela com tanta força em seu delírio que ela quase fora

sufocada. Embora esses quatro exemplos fossem tão separados no tempo, ela os relatou numa única frase e numa sucessão tão rápida que poderiam ter constituído um único episódio em quatro atos. A propósito, todos os relatos que me fazia de traumas como esses, dispostos em grupos, começavam por um “como”, sendo os traumas componentes separados por um “e”. Uma vez que percebi que a fórmula protetora se destinava a salvaguardá-la contra uma repetição dessas experiências, eliminei esse medo por meio da sugestão e, de fato, jamais a ouvi dizer a fórmula de novo.

Noite. - Encontrei-a muito animada. Contou-me, sorridente, que se assustara com um cãozinho que havia latido para ela no jardim. Seu rosto, porém, estava um pouco contraído, e havia certa agitação interna, que só desapareceu quando ela me perguntou se eu estava aborrecido com alguma coisa que ela dissera durante a massagem nessa manhã e respondi “não”. Sua menstruação recomeçou hoje, após um intervalo que mal chegou a uma quinzena. Prometi-lhe regulá-la por sugestão hipnótica e, sob hipnose, fixei o intervalo em 28 dias.

Em hipnose, também lhe perguntei se se recordava da última coisa que me contara; ao perguntar-lhe isso, o que eu tinha em mente era uma tarefa que restara da noite passada, mas ela começou, muito corretamente, pelo “não me toque” da hipnose de *hoje de manhã*. Assim, levei-a de volta ao assunto de ontem. Eu lhe havia perguntado qual a origem de sua gagueira e ela respondera “não sei”. Pedira-lhe, portanto, que se lembrasse disso na hora da hipnose de hoje. Em consequência, me respondeu hoje, sem nenhuma reflexão adicional, mas com grande agitação e com dificuldades espásticas na fala: “Como os cavalos certa vez saíram em disparada com as crianças na carruagem; e como outra vez eu estava passando de carruagem pela floresta com as meninas, durante uma tempestade, e uma árvore bem à frente dos cavalos foi atingida por um raio e os cavalos se assustaram e eu pensei: ‘Agora você precisa ficar bem quietinha, senão seus gritos vão assustar os cavalos ainda mais e o cocheiro não conseguirá contê-los de jeito nenhum.’ Surgiu a partir daquele momento.” A paciente ficou extraordinariamente agitada ao contar-me essa história. Soube também por ela que a gagueira tinha começado logo após a primeira dessas duas ocasiões, mas havia desaparecido pouco depois e então se estabeleceu de uma vez por todas após a segunda ocasião semelhante. Apaguei sua lembrança plástica dessas cenas, mas pedi-lhe que as imaginasse mais uma vez. Ela pareceu tentar fazê-lo e permaneceu quieta enquanto atendia a meu pedido; a partir de então, falou durante a hipnose sem qualquer impedimento espástico.

Verificando que ela estava disposta a ser comunicativa, perguntei-lhe que outros fatos em sua vida a haviam assustado tanto a ponto de a terem deixado com lembranças plásticas. Ela respondeu fornecendo-me uma coleção de tais experiências: - |1| Como um ano após a morte da mãe, estava visitando uma francesa que era sua amiga, quando lhe disseram que fosse ao quarto contíguo com outra moça para buscar um dicionário e ela viu, sentado na cama, alguém que tinha a aparência idêntica à da mulher que ela acabara de deixar no outro aposento. Ficou toda rígida e pregada no chão. Depois, ficara sabendo que se tratava de um manequim especialmente preparado. Asseverei que o que a paciente tinha visto fora uma

alucinação e apelei para seu bom senso, e então seu rosto se relaxou. |2| Como cuidara do irmão enfermo e este tivera acessos terríveis por causa da morfina, aterrorizando-a e agarrando-a. Lembrei que ela já havia mencionado essa experiência hoje de manhã e, a título de experimentação, perguntei-lhe em que outras ocasiões esse “agarramento” havia ocorrido. Para minha agradável surpresa, ela fez uma longa pausa dessa vez antes de responder e então perguntou, num tom de dúvida: “Minha filhinha?” Ficou inteiramente incapaz de recordar-se das outras duas ocasiões (ver atrás |em [1]|). Minha proibição - o apagamento de suas lembranças - tinha sido, portanto, eficaz. - E mais: |3| como, enquanto cuidava do irmão, o rosto pálido da tia havia aparecido de súbito por cima do biombo. Ela acabara de convertê-lo ao catolicismo.

Vi que havia chegado à raiz de seu constante temor das surpresas e pedi-lhe outros exemplos. Proseguiu: como tinha na casa dela um amigo que gostava de entrar furtivamente no quarto, de modo que de repente estava lá; como ela ficara muito doente após a morte da mãe e fora para uma casa de saúde, e um lunático havia entrado por engano em seu quarto várias vezes, à noite, chegando bem perto de sua cama; e por fim, como, na vinda de Abbazia para cá, um estranho abrira quatro vezes a porta de sua cabine e cada vez fixara nela um olhar demorado. A Sra. Emmy tinha ficado tão apavorada que chegou a chamar o condutor.

Apaguei todas essas lembranças, despertei-a e lhe garanti que ela dormiria bem à noite, tendo deixado de fazer-lhe essa sugestão na hipnose. A melhora de seu estado geral foi revelada por sua observação de que não lera nada hoje, pois estava vivendo num sonho muito feliz - ela, que sempre tinha que estar fazendo alguma coisa em virtude de sua inquietude interior.

11 de maio, manhã. - Hoje teve uma entrevista com o Dr. N., o ginecologista, que deve examinar sua filha mais velha por causa das complicações menstruais. Encontrei a Sra. Emmy bastante agitada, embora isso se traduzisse em sinais físicos mais leves que antes. De vez em quando, exclamava: “Estou com medo, estou com tanto medo que acho que vou morrer.” Perguntei-lhe de que estava com medo. Era o Dr. N.? Não sabia, respondeu; simplesmente estava com medo. Sob a hipnose, que induzi antes da chegada de meu colega, declarou ter medo de que me tivesse ofendido por alguma coisa que dissera durante a massagem, ontem, que lhe parecera indelicada. Também tinha medo de tudo o que era novo e, por conseguinte, do novo médico. Consegui acalmá-la e, embora se assustasse uma ou duas vezes na presença do Dr. N., ela se comportou muito bem e não produziu nenhum de seus estalidos nem houve qualquer inibição da fala. Depois que ele se foi, tornei a colocá-la sob hipnose para eliminar qualquer possível resíduo da excitação provocada pela visita. Ela própria ficou muito contente com seu comportamento e depositou grandes esperanças no

tratamento; tentei convencê-la, a partir desse exemplo, de que não é preciso ter medo do que é novo, já que o que é novo também contém o que é bom.

Noite. - Estava muito animada e desabafou um grande número de dúvidas e escrúpulos em nossa conversa antes da hipnose. Durante a hipnose, perguntei-lhe que acontecimento de sua vida havia produzido efeito mais duradouro sobre ela e que mais surgia em sua memória. A morte do marido, respondeu. Fiz com que me descrevesse esse fato com todos os pormenores e ela o fez, com todos os sinais da mais profunda emoção, mas sem nenhum estalido e sem gaguejar: - Como, começou a dizer, tinham ido a um lugar de que ambos gostavam muito na Riviera e, ao atravessarem uma ponte, ele caíra de repente no chão e lá ficara inerte por alguns minutos, mas depois se levantara, parecendo estar muito bem; como, pouco tempo depois, quando ela estava de cama após seu segundo parto, o marido, que estivera tomando o café da manhã numa mesinha ao lado de sua cama e lendo o jornal, levantara-se de súbito, olhando-a de modo muito estranho, dera alguns passos à frente e, em seguida, caíra morto; ela havia se levantado da cama, e os médicos que foram chamados se esforçaram para reanimá-lo, o que ela ouviu do quarto contíguo, mas em vão. E, prosseguiu a Sra. Emmy, como o bebê, que contava então algumas semanas de idade, fora tomado de grave moléstia, que durou seis meses, durante a qual ela própria ficara de cama com muita febre. - E vieram então, em ordem cronológica, suas reclamações contra essa criança, que ela externou rapidamente, com uma expressão zangada no rosto, da maneira como alguém falaria de uma pessoa que se houvesse tornado um incômodo. Essa criança, disse, se comportara de forma muito estranha por longo tempo; gritava o tempo todo e não dormia, e desenvolvera uma paralisia da perna esquerda cuja recuperação parecera apresentar muito poucas esperanças. Aos quatro anos, a criança tivera visões; aprendera a andar e a falar, tardiamente, de modo que por muito tempo fora julgada idiota. De acordo com os médicos, tivera encefalite e mielite e ela não sabia mais o quê. Interrompi-a nesse ponto e a fiz ver que essa mesma criança era hoje uma menina normal, que gozava de perfeita saúde, e impossibilitei-a de voltar a ver qualquer dessas coisas melancólicas, não apenas apagando suas lembranças das mesmas na forma *plástica*, mas também removendo toda a sua recordação dessas coisas, como se nunca tivessem existido em sua mente. Prometi-lhe que isso a levaria a libertar-se da expectativa de infortúnios que não cessava de atormentá-la e também das dores por todo o corpo, das quais se queixara precisamente durante sua narrativa, depois de passarmos vários dias sem ouvir falar nelas.

Para minha surpresa, depois dessa minha sugestão, ela começou a falar, sem qualquer transição, sobre o Príncipe L., cuja fuga de um hospício era objeto de muitos comentários nessa época. Externou novos temores sobre os hospícios - de que as pessoas que lá se

encontravam recebiam duchas de água gelada na cabeça e eram postas num aparelho que as fazia girar ininterruptamente até se acalmarem. Quando, há três dias, ela se queixara pela primeira vez do seu medo dos hospícios, eu a havia interrompido após sua primeira história, a de que os pacientes eram amarrados a cadeiras. Vi então que nada tinha ganho com essa interrupção e que não posso me furtar a escutar suas histórias com todos os detalhes até a última palavra. Depois de reparar essas falhas, liberei-a também dessa nova safra de temores. Apelei para seu bom senso e lhe disse que ela realmente deveria acreditar mais em mim do que na moça tola de quem ouvira aquelas histórias horripilantes sobre a maneira como se trabalha nos hospícios. Como notei que ela às vezes ainda gaguejava ao narrar-me essas outras coisas, perguntei-lhe mais uma vez de onde provinha a gagueira. Nenhuma resposta. - “A senhora não sabe?” - “Não.” - “Por que não?” - “Por que não?” - “Porque não posso saber!” (Pronunciou estas últimas palavras com violência e raiva). Essa declaração me parece ser a prova do êxito de minha sugestão, mas ela me expressou o desejo de que a despertasse da hipnose, e assim fiz.

12 de maio, |manhã|. - Contrariamente a minha expectativa, ela dormira mal e por pouco tempo. Encontrei-a num estado de grande angústia, embora, incidentalmente, sem demonstrar seus costumeiros sinais físicos desta. Não disse o que estava acontecendo, mas apenas que tivera sonhos ruins e ficava vendo as mesmas coisas. “Como seria horrível”, disse, “se eles se tornassem realidade”. Durante a massagem, ela abordou alguns pontos em resposta a minhas perguntas. Ficou alegre então; falou-me de sua vida social na casa do Báltico que lhe coubera por morte do marido, das pessoas importantes que recebe da cidade vizinha, etc.

Hipnose. - Ela tivera alguns sonhos de horror. Os pés e braços das cadeiras se haviam transformado todos em cobras; um monstro com bico de abutre estraçalhava e comia todo o seu corpo; outros animais selvagens saltavam sobre ela, etc. Passou então a outros delírios com animais, que, contudo, qualificou acrescentando: “Isso foi real” (não um sonho): como (numa ocasião anterior) ela fora apanhar um novelo de lã e era um rato que saíra correndo; como estivera fazendo uma caminhada e um grande sapo saltara de repente sobre ela, e assim por diante. Compreendi que minha proibição geral fora ineficaz e que teria de afastar dela suas impressões assustadoras uma a uma. Aproveitei também a oportunidade para lhe perguntar por que ela sofria de dores gástricas e de onde provinham. (Creio que todos os seus acessos de zoopsia |alucinações com animais| são acompanhados de dores gástricas.) Sua resposta, dada a contragosto, foi que não sabia. Pedi-lhe que se lembrasse até amanhã. Disse-me então, num claro tom de queixa, que eu não devia continuar a perguntar-lhe de onde provinha isso ou aquilo, mas que a deixasse contar-me o que tinha a dizer. Concordei com isso e ela prosseguiu, sem nenhum preâmbulo: “Quando o levaram embora, não pude acreditar que ele estivesse morto.” (Estava, portanto, falando sobre o marido mais uma vez, e compreendi então que a causa de seu mau humor era que ela estivera sofrendo em virtude dos resíduos não revelados dessa história.) Depois disso, contou-me, odiara a filha por três

anos, pois sempre disse a si mesma que talvez tivesse podido restaurar a saúde do marido se não estivesse de cama por causa da criança. Além disso, após a morte do marido, não tinha havido nada senão insultos e agitações. Os parentes dele, que sempre foram contra o casamento e que tinham ficado com raiva por eles serem tão felizes juntos, espalharam o boato de que ela o havia envenenado, de modo que ela desejara abrir um inquérito. Os parentes tinham-na envolvido em toda espécie de processos legais, com a ajuda de um jornalista suspeito. O miserável espalhara agentes a fim de incitar as pessoas contra ela. Fazia com que os jornais locais publicassem artigos difamantes a seu respeito e depois lhe mandava recortes. Essa fora a origem de sua insociabilidade e de seu ódio por todos os estranhos. Após eu dizer algumas palavras tranquilizadoras sobre o que me contara, ela disse que se sentia melhor.

13 de maio, |manhã|. - Mais uma vez ela dormira mal, por causa de dores gástricas. Não tinha jantado. Também não se queixou de dores no braço direito. Mas estava de bom humor; mostrou-se alegre e, desde ontem, tem-me tratado com especial distinção. Pediu minha opinião sobre toda espécie de coisas que lhe pareciam importantes e ficou excessivamente agitada, por exemplo, quando tive de procurar as toalhas necessárias à massagem, e assim por diante. Seu estalido e seu tique facial eram freqüentes.

Hipnose. - Ontem à noite, súbito lhe ocorrera por que os animaizinhos que ela via se tornavam tão grandes. Isso lhe acontecera pela primeira vez em D -, durante um espetáculo teatral em que um enorme lagarto aparecia em cena. Essa lembrança a havia atormentado muito ontem também.

O motivo do reaparecimento dos estalidos foi que ontem ela teve dores abdominais e tentou não gemer para não demonstrá-las. Não tinha nenhuma idéia da verdadeira causa desencadeadora do estalido (ver em [[1]].) Também se recordou de que eu lhe dera instruções para descobrir a origem de suas dores gástricas. Não o sabia, contudo, e me pediu que a ajudasse. Perguntei-lhe se, talvez, em alguma ocasião após uma grande excitação, ela se haveria forçado a comer. Ela confirmou isso. Após a morte do marido, perdera inteiramente o apetite por muito tempo e havia comido apenas por um sentimento de obrigação, e as dores gástricas haviam de fato começado naquela época. Eliminei então essas dores passando a mão algumas vezes sobre seu epigástrico. A seguir, por conta própria, ela começou a falar sobre as coisas que mais a haviam afetado. “Já lhe contei”, disse, “que não gostava da criança. Mas devo acrescentar que ninguém poderia adivinhar isso por meu comportamento. Fiz tudo o que era necessário. Até hoje me recrimino por ter gostado mais da primogênita”.

14 de maio, |manhã. - Estava bem e alegre e dormira até 7h30min da manhã. Queixou-se apenas de ligeiras dores na região radial da mão e na cabeça e rosto. O que ela me diz antes da hipnose vai adquirindo um significado cada vez maior. Hoje não teve quase nada de horrível para apresentar. Queixou-se de dores e perda de sensibilidade na perna direita. Disse-me que teve um surto de inflamação abdominal em 1871; mal se havia recuperado, ficou tratando do irmão doente, e foi então que as dores apareceram pela primeira vez, chegando até a levar a uma paralisia temporária da perna direita.

Durante a hipnose, perguntei-lhe se agora lhe seria possível participar da vida social, ou se ainda estava muito temerosa. Respondeu-me que ainda lhe era desagradável ter alguém de pé atrás dela ou mesmo a seu lado. A esse respeito, falou-me de outras ocasiões em que fora desagradavelmente surpreendida pelo súbito aparecimento de alguém. Certa feita, por exemplo, quando passeava com as filhas na ilha de Rügen, dois indivíduos de aparência suspeita haviam saído de uns arbustos e lhes dirigido insultos. Em Abbazia, quando estava passeando certa noite, um mendigo saíra de repente de detrás de uma pedra e se ajoelhou diante dela. Parece que era um louco inofensivo. Por último, contou-me como sua isolada casa de campo fora arrombada à noite, o que muito a havia alarmado. É fácil ver, entretanto, que a origem essencial desse medo das pessoas foi a perseguição a que ela se viu sujeita após a morte do marido.

Noite. - Embora parecesse muito animada, saudou-me com a exclamação: “Estou morta de medo; oh, mal posso lhe dizer, eu me odeio!” Afinal fui informado de que ela havia recebido a visita do Dr. Breuer e levava um susto ao vê-lo aparecer. Como ele percebeu isso, ela lhe assegurou que fora “só aquela vez”. Ficou profundamente penalizada por minha causa, por ter traído esse vestígio de seu antigo nervosismo. Em mais de uma ocasião tive oportunidade de notar, nestes últimos dias, o quanto ela é severa consigo mesma, como tende a se culpar com severidade pelos ínfimos sinais de negligência - quando as toalhas para a massagem não estão em seu lugar habitual ou quando o jornal para eu ler enquanto ela adormece não se encontra prontamente à mão. Após a eliminação da primeira e mais superficial camada de lembranças torturantes, sua personalidade moralmente supersensível, com tendência à autodepreciação, veio à tona. Tanto em seu estado de vigília como sob a hipnose, eu lhe disse (o que correspondeu ao velho preceito legal “*de minimis non curat lex*” que existe uma multidão de coisinhas insignificantes entre o que é bom e o que é mau - coisas sobre as quais ninguém precisa censurar-se. Ela não aceitou minha lição, suponho, tal como não o faria um monge medieval, que vê o dedo de Deus ou a tentação do Demônio em cada fato trivial de sua vida e que é incapaz de imaginar o mundo, sequer por um momento fugaz ou em seu menor recanto, como destituído de uma referência a ele próprio.

Em sua hipnose, ela trouxe à baila algumas outras imagens apavorantes (em Abbazia, por exemplo, via cabeças ensangüentadas em cada onda do mar). Fi-la repetir as instruções que lhe dera enquanto estava acordada.

15 de maio, |manhã. - Ela dormira até as 8h30min da manhã, mas depois ficara inquieta, tendo-me recebido com ligeiros sinais de seu tique, dos estalidos e da inibição da fala. “Estou morta de medo”, disse mais uma vez. Em resposta a uma pergunta, falou-me que a pensão onde se encontravam suas filhas ficava no quarto andar de um prédio e lá se chegava de elevador. Ontem havia insistido em que as filhas usassem o elevador tanto para descer como para subir, e agora se recriminava por isso, porque não se devia confiar inteiramente no ascensor. O próprio dono da pensão tinha dito isso. Teria eu ouvido, perguntou, a história da Condessa Sch., que encontrara a morte em Roma num acidente dessa natureza? Por coincidência, conheço essa pensão e sei que o elevador é propriedade particular do dono da mesma; não me parece provável que esse homem, que chama uma atenção especial para o elevador num anúncio, fosse ele próprio advertir alguém contra sua utilização. Pareceu-me que teríamos aí uma das paramnésias acarretadas pela angústia. Dei a minha opinião à Sra. Emmy e consegui, sem nenhuma dificuldade, fazê-la rir da improbabilidade de seus temores. Exatamente por essa razão, não pude acreditar que esta fosse a causa da sua angústia e decidi formular a pergunta a sua consciência hipnótica. Durante a massagem, que hoje reiniciei após um intervalo de alguns dias, ela me contou uma série de histórias sem ligação umas com as outras, que talvez tenham sido reais - sobre um sapo que foi encontrado num porão, uma mãe excêntrica que cuidava do filho idiota de maneira estranha, uma mulher que foi trancada num hospício porque sofria de melancolia - e que revelavam o tipo de recordações que lhe passavam pela cabeça quando ela estava intranquila. Depois de se livrar dessas histórias, ficou muito animada. Descreveu a vida em sua propriedade e seus contatos com homens preeminentes da Rússia teutônica e da Alemanha setentrional e, na verdade, achei extremamente difícil conciliar atividades desse tipo com o quadro de uma mulher tão gravemente neurótica.

Assim, perguntei-lhe em sua hipnose por que ela estava tão desassossegada esta manhã. Em vez de suas dúvidas sobre o elevador, informou-me ter sentido medo de que sua menstruação recomeçasse e tornasse a interferir na massagem.

Fiz então com que ela me contasse a história das dores na perna. Começou da mesma forma que ontem |falando sobre haver cuidado do irmão| e prosseguiu com uma longa série de exemplos de experiências, alternadamente aflitivas e irritantes, que tivera ao mesmo tempo que as dores na perna e cujo efeito fora o de torná-las cada vez piores, até mesmo a ponto de ela ficar com paralisia bilateral e perda de sensibilidade nas pernas. O mesmo se aplicava às dores do braço. Elas também surgiram enquanto a paciente cuidava de algum doente, ao mesmo tempo que as cãibras no pescoço.”Quanto a estas, fiquei sabendo apenas que se seguiram a alguns curiosos estados de inquietude acompanhados de depressão, que já

existiam antes. Consistem num “aperto gelado” na nuca, juntamente com o surgimento da rigidez e um frio doloroso em todas as extremidades da paciente, incapacidade de falar e completa prostração. Duram de seis a doze horas. Falharam minhas tentativas de demonstrar que esse complexo de sintomas representava uma lembrança. Fiz-lhe algumas perguntas com a finalidade de descobrir se seu irmão, enquanto a paciente o assistia durante o delírio dele, alguma vez a agarrara pelo pescoço; mas ela negou e disse não saber de onde provinham esses acessos.

Noite. - Ela estava muito animada e demonstrava grande senso de humor. Contou-me, aliás, que o caso do elevador não era como me havia relatado. O proprietário só dissera aquilo para dar uma desculpa pelo fato de o elevador não ser utilizado para descer. Ela me fez um grande número de perguntas que nada tinham de patológicas. Tem sofrido de lancinantes dores no rosto, na mão junto ao polegar e na perna. Fica rígida e sente dores no rosto se ficar sentada sem se mexer ou se olhar fixamente para algum ponto por um período considerável de tempo. Quando levanta qualquer coisa pesada, isso lhe causa dores no braço. - O exame da perna direita revelou sensibilidade relativamente boa na coxa, alto grau de insensibilidade na parte inferior da perna e no pé e menor na região das nádegas e do quadril.

Sob hipnose, ela me informou que ocasionalmente ainda tem idéias assustadoras, como a de que algo pode acontecer com suas filhas, que elas poderiam adoecer ou morrer, ou que o irmão dela, que está agora em lua-de-mel, poderia sofrer um acidente, ou que a esposa dele poderia morrer (porque os casamentos de todos os seus irmãos e irmãs tinham sido muito curtos). Não consegui arrancar da paciente quaisquer outros temores. Proibi-a de sentir qualquer necessidade de se assustar quando não houvesse nenhum motivo para isso. Prometeu-me desistir disso “porque o senhor está pedindo”. Dei-lhe outras sugestões quanto às dores, à perna, etc.

16 de maio, [manhã]. - Ela havia dormindo bem. Queixava-se ainda de dores no rosto, braços e pernas. Estava muito alegre. Sua hipnose não rendeu nada. Apliquei um pincel farádico em sua perna insensibilizada.

Noite. - Sobressaltou-se assim que entrei: “Estou muito contente com sua vinda”, disse, “estou muito assustada”. Ao mesmo tempo, dava todos os sinais de terror, juntamente com a gagueira e o tique. Primeiro fiz com que me contasse, em estado de vigília, o que tinha acontecido. Retorcendo os dedos e estendendo as mãos para a frente, pintou um quadro nítido de seu terror ao dizer: “Um camundongo enorme passou de repente sobre minha mão

no jardim e desapareceu num segundo; as coisas ficaram deslizando para trás e para a frente.” (Uma ilusão do jogo de sombras?) “Um bando inteiro de ratinhos estava sentado nas árvores. - O senhor não está ouvindo os cavalos batendo com as patas no circo? - Há um homem gemendo no quarto ao lado; deve estar sentindo dores depois de sua operação. - Será que estou em Rügen? Eu tinha uma estufa como essa lá?” Ela estava confusa com a multidão de pensamentos que se entrecruzavam em seu cérebro e com o esforço que fazia para separá-los do ambiente que a cercava de fato. Quando lhe formulei perguntas sobre coisas atuais, tais como se as filhas estavam aqui, não soube dar nenhuma resposta.

Tentei desembaraçar por meio da hipnose a confusão que lhe ia pela mente. Perguntei-lhe o que era que a assustava. Repetiu a história do camundongo, com todos os sinais de terror, e acrescentou que, quando descia os degraus, viu um animal horrível deitado, que desapareceu imediatamente. Disse-lhe que isso eram alucinações e lhe instruí para que não se assustasse com os camundongos; só os bêbados é que os viam (ela detestava bêbados). Contei-lhe a história do Bispo Hatto. Ela também a conhecia, e ouviu-a horrorizada. - “Como foi que a senhora veio a pensar no circo?” perguntei-lhe então. Disse-me que tinha ouvido claramente os cavalos batendo com as patas nos estábulos ali perto e acabando presos nos arreios, o que poderia machucá-los. Quando isso acontecia, Johann costumava sair para desamarrá-los. Neguei que houvesse estábulos por perto ou que alguém no quarto contíguo tivesse gemido. Ela sabia onde estava? Respondeu que *agora* sabia, mas antes pensara estar em Rügen. Perguntei-lhe como tinha chegado a essa lembrança. Tinham estado conversando no jardim, disse, sobre como fazia calor numa parte dele, e imediatamente lhe viera a idéia do terraço sem sombra em Rügen. Muito bem, perguntei-lhe, quais eram as recordações tristes que guardava de sua estada em Rügen? Ela citou uma série delas. Lá sentira as dores mais terríveis nas pernas e nos braços; quando saía em excursões, fora várias vezes apanhada por um nevoeiro e se perdera; duas vezes, quando passeava, um touro tinha corrido atrás dela, e assim por diante. Como é quando tinha tido essa crise hoje? - Como (respondeu)? Escrevera grande número de cartas; tinha levado três horas e isso lhe deixara a cabeça confusa. - Pude presumir, por conseguinte, que seu surto delirante fora provocado pelo cansaço e que seu conteúdo fora determinado por associações tais como a do lugar sem sombra do jardim, etc. Repeti todos os conselhos que tinha o hábito de lhe dar e deixei-a recomposta para dormir.

17 de maio, [manhã]. - Ela passou a noite muito bem. No banho de farelo que tomou hoje, deu alguns gritos, por ter confundido o farelo com vermes. Fui informado disso pela enfermeira. A própria paciente relutou em falar-me a respeito. Estava quase exageradamente alegre, mas interrompia-se com exclamações de horror e asco e fazia caretas que expressavam terror. Também gaguejou mais do que nos últimos dias. Contou-me haver sonhado, na noite passada, que estava caminhando sobre uma porção de sanguessugas. Na

noite anterior tinha tido sonhos horríveis. Tivera que amortalhar um grande número de defuntos e colocá-los em caixões, mas não os tampava. (Obviamente, uma lembrança do marido.) Disse-me ainda que, no decurso de sua vida, tivera inúmeros incidentes com animais. O pior tinha sido com um morcego que ficara preso em seu guarda-roupa, de modo que ela se precipitara para fora do quarto sem nenhuma roupa. Para curá-la desse medo, o irmão lhe dera um belo broche com a forma de um morcego, mas ela nunca pudera usá-lo.

Sob hipnose, explicou-me que seu medo de vermes provinha de ter recebido como presente, certa vez, uma linda almofada para alfinetes; na manhã seguinte, porém, quando quis usá-la, uma porção de vermezinhas saíram da almofada, que tinha sido enchida com farelo que não estava bem seco. (Uma alucinação? Talvez um fato real.) Pedi-lhe que me contasse outras histórias de animais. Certa feita, disse ela, quando passeava com o marido num parque de São Petersburgo, todo o caminho que levava a um pequeno lago estava recoberto de sapos, de modo que foram obrigados a voltar. Houve épocas em que ela ficara impossibilitada de estender a mão para qualquer pessoa, temendo que a mão se transformasse num animal terrível, como tantas vezes tinha acontecido. Tentei libertá-la de seu medo de animais designando-os um por um e perguntando-lhe se tinha medo deles. Em alguns casos, respondeu “não”; em outros, “não devo ter medo deles”. Perguntei-lhe por que havia gaguejado e se mexido tanto ontem. Respondeu que sempre fazia isso quando estava muito assustada. - Mas por que tinha estado tão assustada *ontem*? - Porque todas as espécies de pensamentos opressivos lhe haviam passado pela cabeça no jardim: em particular, a idéia de como poderia impedir que algo se acumulasse de novo dentro dela depois que seu tratamento terminasse. Repeti as três razões que eu já lhe tinha dado para sentir-se reassegurada: (1) que ela se tornara mais sadia e mais capaz de ter resistência, (2) que adquiriria o hábito de contar seus pensamentos a alguém com quem mantivesse estreitas relações, e (3) que, daí por diante, consideraria indiferente um grande número de coisas que até então a haviam oprimido. Ela prosseguiu dizendo que também estivera preocupada porque não me havia agradecido pela visita que eu lhe fizera ao fim do dia, e temia que eu perdesse a paciência com ela em vista de sua recente recaída. Ficara muito perturbada e alarmada porque o médico interno perguntara a um senhor no jardim se ele agora se sentia capaz de enfrentar sua operação. A esposa estava sentada ao lado dele, e ela (a paciente) não pôde deixar de pensar que talvez aquela fosse a última noite do pobre homem. Após esta última explicação, sua depressão pareceu dissipar-se.

Noite. - Ela estava muito animada e satisfeita. A hipnose não produziu absolutamente nada. Dediquei-me a cuidar de suas dores musculares e restaurar-lhe a sensibilidade da perna direita. Isso foi conseguido com muita facilidade na hipnose, mas sua sensibilidade restaurada tornou a perder-se parcialmente quando ela despertou. Antes de eu deixá-la, externou seu espanto de que há tanto tempo não tivesse cãibras no pescoço, já que elas costumavam sobrevir antes de cada tempestade.

18 de maio. - Há anos não dormia tão bem como na noite passada. Depois do banho, porém, queixou-se de frio na nuca, contrações e dores no rosto, nas mãos e nos pés. Suas feições estavam tensas, e os punhos, cerrados. A hipnose não revelou qualquer conteúdo psíquico subjacente às câibras no pescoço. Melhorei-as através de massagens, depois que ela havia despertado.

Espero que este resumo do histórico das três primeiras semanas do tratamento seja suficiente para fornecer um quadro nítido do estado da paciente, da natureza de meus esforços terapêuticos e da medida de seu êxito. Passarei agora a ampliar o relato do caso.

O delírio que acabo de descrever foi também a última perturbação importante no estado da Sra. Emmy von N. Visto que eu não tomava a iniciativa de procurar os sintomas e sua base, mas esperava que algo surgisse na paciente ou que ela me revelasse algum pensamento que lhe estivesse causando angústia, suas hipnoses logo deixaram de produzir material. Assim, passei a usá-las principalmente com a finalidade de proporcionar-lhe máximas que ficassem sempre em sua mente e que a protegessem contra recaídas em estados semelhantes quando voltasse para casa. Naquela época, eu estava sob total influência do livro de Bernheim sobre sugestão e previa mais resultados dessas medidas didáticas do que o faria hoje. O estado de minha paciente melhorou tão depressa que ela logo me assegurou que não se sentia tão bem desde a morte do marido. Após um tratamento que durou ao todo sete semanas, permiti-lhe que voltasse para sua casa no Báltico.

Não fui eu, mas o Dr. Breuer, quem recebeu notícias dela cerca de sete meses depois. Seu estado de saúde continuara bom durante vários meses, mas depois havia voltado a piorar como resultado de um novo choque psíquico. Sua filha mais velha, durante a primeira estada de ambas em Viena, já havia tido, como a mãe, câibras no pescoço e ligeiros estados histéricos; em particular, porém, sofrera de dores ao andar, em virtude de uma retroversão do útero. A conselho meu, procurara para tratamento o Dr. N., um de nossos mais famosos ginecologistas, que recolocara o útero em sua posição por meio de massagens, havendo ela ficado livre de problemas durante vários meses. Seus problemas reapareceram, contudo, enquanto as duas estavam em casa, e a mãe chamou um ginecologista da cidade universitária vizinha. Ele receitou para a moça um tratamento local e geral que, todavia, acarretou uma grave doença nervosa (ela estava, na época, com dezessete anos). É provável que isso já fosse um indício da sua predisposição patológica que iria manifestar-se um ano depois numa alteração do caráter. [Ver em [1].] A mãe, que havia entregue a moça às mãos dos médicos com sua habitual mistura de docilidade e desconfiança, foi dominada pelas mais violentas auto-recriminações após o infeliz resultado do tratamento. Uma associação de idéias que eu

não tinha investigado levou-a à conclusão de que eu e o Dr. N. éramos os responsáveis pela doença da filha, porque havíamos feito pouco caso da gravidade de seu estado. Por um ato de vontade, por assim dizer, ela desfez os efeitos do meu tratamento e de imediato recaiu nos estados dos quais eu a havia libertado. Um ilustre médico de suas redondezas, a quem procurei para obter orientação, juntamente com o Dr. Breuer, que se correspondia com ela, conseguiram convencê-la da inocência dos dois alvos de suas acusações; mas, mesmo depois que isso se dissipou, a aversão formada contra mim nessa época permaneceu como um resíduo histórico, e ela declarou que lhe era impossível reiniciar o tratamento comigo. A conselho da mesma autoridade médica, recorreu à ajuda de um sanatório na Alemanha setentrional. Por desejo de Breuer, expliquei ao médico encarregado as modificações da terapia hipnótica que eu julgara eficazes no caso dessa paciente.

Essa tentativa de transferência falhou completamente. Desde o início ela parece ter mostrado uma disposição contrária ao médico. Esgotava-se na resistência ao que quer que fosse feito por ela. Ficou deprimida, perdeu o sono e o apetite e só se recuperou depois que uma amiga sua, que foi visitá-la no sanatório, na verdade a seqüestrou às escondidas e tratou-a em sua casa. Pouco tempo depois, exatamente um ano após seu primeiro encontro comigo, ela estava de novo em Viena e mais uma vez se entregou a meus cuidados.

Achei-a muito melhor do que esperava pelos relatos que recebera por carta. Podia movimentar-se e estava livre da angústia, e grande parte do que eu conseguira um ano antes ainda se mantinha. Sua principal queixa era com relação a freqüentes estados de confusão - “tempestades na cabeça”, como as denominava. Além disso, sofria de insônia e muitas vezes ficava em prantos por horas a fio. Sentia-se triste numa determinada hora do dia (cinco horas). Esse era o horário habitual em que, no inverno, pudera visitar a filha na casa de saúde. Gaguejava e emitia o estalido com grande freqüência e esfregava as mãos como se estivesse enfurecida, e quando lhe perguntei se estava vendo muitos animais, apenas respondeu: “Oh, fique quieto!”

À minha primeira tentativa de induzir a hipnose, cerrou os punhos e exclamou: “Não deixarei que me apliquem nenhuma injeção antipirética; prefiro ter minhas dores! Não gosto do Dr. R.; ele me é antipático.” Compreendi que ela estava presa à lembrança de ser hipnotizada no sanatório, e acalmou-se tão logo eu a trouxe de volta à situação atual.

Logo no início do tratamento [reiniciado] tive uma experiência instrutiva. Eu lhe havia perguntado há quanto tempo a gagueira voltara, e ela respondera de forma hesitante (sob hipnose) que tinha sido desde um choque que experimentara em D - durante o inverno. Um garçom do hotel em que estava hospedada havia se escondido em seu quarto de dormir. Na escuridão, disse ela, confundira o objeto com um sobretudo e estendera a mão para apanhá-lo, tendo o homem de repente “dado um pulo para o alto”. Eliminei essa imagem mental e, de fato, a partir daquele momento, ela deixou de gaguejar visivelmente, quer na hipnose, quer na vida de vigília. Não me recordo do que foi que me levou a testar o êxito da minha

sugestão, mas quando voltei na mesma noite, perguntei-lhe, num tom aparentemente inocente, como eu poderia trancar a porta quando fosse embora (quando ela estivesse deitada dormindo), de modo que ninguém pudesse entrar furtivamente no quarto. Para meu assombro, ela levou um susto horrível e começou a rilhar os dentes e esfregar as mãos. Revelou que tivera um choque violento desse tipo em D -, mas não consegui persuadi-la a me contar a história. Percebi que tinha em mente a mesma história que me narrar aquela manhã, durante a hipnose, e que eu julgara haver apagado. Em sua hipnose seguinte, contou-me a história com maior riqueza de detalhes e maior verossimilhança. Agitada, estivera andando pelo corredor de um lado para o outro e encontrara aberta a porta do quarto da empregada. Tentou entrar e sentar-se. A empregada lhe bloqueou o caminho, mas a paciente não se deixou deter e entrou, e foi então que viu contra a parede o objeto escuro que veio a se revelar como sendo um homem. Evidentemente, o fator erótico dessa pequena aventura é que a levava a fazer um relato falso da mesma. Isso me ensinou que uma história incompleta sob hipnose não produz nenhum efeito terapêutico. Acostumei-me a considerar incompleta qualquer história que não trouxesse nenhuma melhora, e aos poucos tornei-me capaz de ler nos rostos dos pacientes se eles não estariam ocultando uma parte essencial de suas confissões.

O trabalho que tive de levar a efeito com ela nessa ocasião consistiu em lidar, por meio da hipnose, com as impressões desagradáveis que ela recebera durante o tratamento da filha e quando de sua própria estada no sanatório. Ela estava cheia de raiva, reprimida, pelo médico que a tinha obrigado, sob hipnose, a soletrar a palavra “s...a...p...o” e me fez prometer que jamais a faria dizer isso. A esse respeito, aventurei-me a fazer uma brincadeira prática numa de minhas sugestões a ela. Este foi o único abuso da hipnose - aliás um abuso muito inocente - cuja culpa para com essa paciente tenho de confessar. Assegurei-lhe que sua estada no sanatório em “-tal” [“vale”] se tornaria tão remota para ela que nem sequer conseguiria lembrar-se do nome, e sempre que quisesse referir-se a ele hesitaria entre “-berg” [“colina”], “-tal”, “-wald” [“bosque”], e assim por diante. Isso efetivamente aconteceu, e logo o único sinal remanescente de sua inibição da fala foi sua incerteza sobre esse nome. Por fim, após uma observação do Dr. Breuer, aliviei-a dessa paramnésia compulsiva.

Travei com o que ela descrevia como “as tempestades na cabeça” uma luta mais longa do que com os resíduos dessas experiências. Quando a vi pela primeira vez num desses estados, estava deitada no sofá com as feições transtornadas e todo o corpo em permanente agitação. Ficava a pressionar a testa com as mãos e a chamar, em tons de súplica e desânimo, o nome “Emmy”, que era o de sua filha mais velha e também o seu. Sob hipnose, confessou-me que esse estado era uma repetição dos numerosos acessos de desespero pelos quais se vira dominada durante o tratamento da filha, quando, depois de passar horas tentando descobrir algum meio de corrigir seus efeitos negativos, não se lhe apresentava nenhuma saída. Quando, em tais ocasiões, sentia que seus pensamentos ficavam confusos, adotava o hábito de chamar pelo nome da filha, de modo que pudesse ajudá-la a desanuviar a cabeça; e isso porque, durante o período em que a doença da filha lhe estava impondo

novos deveres e ela sentia que seu próprio estado nervoso mais uma vez começava a dominá-la, ela determinou que o que quer que tivesse a ver com a moça devia ficar isento de confusão, por mais caótico que tudo o mais pudesse estar em sua cabeça.

No decurso de algumas semanas conseguimos eliminar também essas lembranças, e a Sra. Emmy permaneceu sob minha observação por mais algum tempo, sentindo-se perfeitamente bem. Ao final da sua estada aconteceu algo que passarei a descrever com pormenores, visto que lança a mais intensa luz sobre o caráter da paciente e a maneira pela qual seus estados se produziam.

Visitei-a um belo dia na hora do almoço e surpreendi-a no ato de atirar no jardim algo embrulhado em papel, que foi apanhado pelos filhos do porteiro. Em resposta à minha pergunta, ela admitiu que era o seu pudim (seco) e que a mesma coisa acontecia todos os dias. Isso me levou a investigar o que sobrava dos outros pratos e verifiquei que restava mais da metade da comida. Quando lhe perguntei por que comia tão pouco, respondeu que não tinha o hábito de comer mais e que passava mal se o fizesse; a Sra. Emmy tinha a mesma constituição do pai, que também tinha o hábito de comer pouco. Quando lhe perguntei o que bebia, disse-me que só podia tolerar líquidos espessos, como leite, café ou chocolate; beber água, comum ou mineral, lhe perturbava a digestão. Isso tinha todos os sinais de uma escolha neurótica. Tirei uma amostra de sua urina e verifiquei que estava altamente concentrada e sobrecarregada de uratos.

Julguei portanto aconselhável recomendar-lhe que bebesse mais e resolvi também aumentar a quantidade de seus alimentos. É verdade que ela de modo algum parecia magra a ponto de chamar atenção, mas mesmo assim achei que valeria a pena fazê-la comer mais um pouco. Quando, em minha visita seguinte, ordenei-lhe que ingerisse água alcalina e proibi-a de lidar com o pudim da maneira como fazia, demonstrou agitação considerável. “Farei isso porque o senhor está pedindo”, disse “mas posso dizer-lhe de antemão que dará mau resultado, porque é contrário à minha natureza, e o mesmo aconteceu com meu pai”. Quando lhe perguntei sob hipnose por que não podia comer mais nem beber água, respondeu num tom mal-humorado: “Não sei.” No dia seguinte, a enfermeira informou que ela havia comido tudo o que lhe fora servido e bebera um copo de água alcalina. Mas encontrei a própria Sra. Emmy numa profunda depressão e num estado de humor muito irritado. Queixou-se de sentir dores gástricas muito violentas. “Eu lhe disse o que aconteceria”, falou. “Sacrificamos todos os bons resultados pelos quais vimos lutando há tanto tempo. Estraguei minha digestão, como sempre acontece quando como mais ou bebo água, e agora terei de morrer de fome por cinco dias a uma semana antes que possa tolerar qualquer coisa.” Assegurei-lhe que não havia nenhuma necessidade de ela morrer de fome e que era impossível estragar a digestão dessa forma: suas dores se deviam somente à angústia em relação a comer e beber. Ficou

claro que essa explicação minha não causou nela a mais leve impressão, pois quando, logo depois, tentei fazê-la dormir, pela primeira vez não consegui provocar a hipnose; e o olhar furioso que ela me dirigiu convenceu-me de que estava em franca rebelião e de que a situação era muito grave. Desisti de tentar hipnotizá-la e anunciei que lhe daria vinte e quatro horas para pensar bem e aceitar a opinião de que suas dores gástricas provinham apenas de seu medo. No fim desse período, eu lhe perguntaria se ainda era de opinião que sua digestão podia ser estragada por uma semana pela ingestão de um copo de água mineral e de uma modesta refeição; se ela dissesse que sim, eu lhe pediria que fosse embora. Essa pequena cena apresentava um acentuado contraste com nossas relações normais, que eram as mais amistosas.

Encontrei-a vinte e quatro horas depois, dócil e submissa. Quando lhe perguntei o que pensava sobre a origem de suas dores gástricas, ela respondeu, porque era incapaz de subterfúgios: “Penso que provêm da minha angústia, mas só porque o senhor é dessa opinião.” Em seguida, coloquei-a em hipnose e perguntei mais uma vez: “Por que a senhora não consegue comer mais?”

A resposta veio prontamente e consistiu, mais uma vez, numa série de razões dispostas em ordem cronológica a partir de seu acervo de lembranças: “Estou pensando em como, quando eu era criança, muitas vezes acontecia que, por malcriação, recusava-me a comer carne ao jantar. Minha mãe era muito severa a esse respeito e, sob a ameaça de um castigo exemplar, eu era obrigada, duas horas depois, a comer a carne, que era deixada no mesmo prato. A essa altura a carne já estava muito fria e a gordura, muito dura” (ela demonstrou sua repulsa) “...Ainda posso ver o garfo na minha frente... um de seus dentes era meio torto. Sempre que me sento à mesa vejo os pratos diante de mim, com a carne e a gordura frias. E me lembro como, muitos anos depois, morei com meu irmão, que era oficial e teve aquela doença horrível. Eu sabia que era contagiosa e tinha um medo terrível de apanhar sua faca e seu garfo por engano” (estremeceu) “...e apesar disso, fazia minhas refeições com ele, para que ninguém soubesse que ele estava doente. E como, logo depois disso, cuidei de meu outro irmão quando esteve muito doente de tuberculose. Sentávamos ao lado de sua cama, e a escarradeira ficava sempre sobre a mesa, aberta” (estremeceu de novo) “...ele tinha o hábito de escarrar por sobre os pratos na escarradeira. Isso sempre me provocava muita náusea, mas eu não podia demonstrá-la, temendo magoar os sentimentos dele. E essas escarradeiras ainda estão na mesa sempre que faço uma refeição, e ainda me causam náuseas.” Naturalmente, removi com cuidado todo esse conjunto de fomentadores da repulsa e então lhe perguntei por que ela não conseguia beber água. Quando tinha dezessete anos, respondeu, a família havia passado alguns meses em Munique e quase todos os membros haviam contraído catarro gástrico, graças à água potável de má qualidade. No caso dos outros, o distúrbio foi logo aliviado pelos cuidados médicos, mas com ela havia persistido. Tampouco melhorara com a água mineral que lhe fora recomendada. Quando o médico a receitou, ela logo pensou: “isso não vai adiantar nada”. A partir daquela ocasião, essa intolerância pela água comum e pela água mineral repetiu-se inúmeras vezes.

O efeito terapêutico dessas descobertas sob hipnose foi imediato e duradouro. Ela *não* passou fome durante uma semana, mas logo no dia seguinte comeu e bebeu sem nenhuma dificuldade. Dois meses depois, informou-me numa carta: “Estou comendo muitíssimo bem e ganhei bastante peso. Já bebi quarenta garrafas de água. O senhor acha que devo continuar?”

Revi a Sra. von N. na primavera do ano seguinte em sua propriedade rural perto de D-. Nessa ocasião, sua filha mais velha, por cujo nome ela havia chamado durante suas “tempestades na cabeça”, entrou numa fase de desenvolvimento anormal. Exibia ambições desenfreadas, inteiramente desproporcionais a seus escassos dons, e tornou-se desobediente e até violenta para com a mãe. Eu ainda gozava da confiança da Sra. Emmy e fui chamado para dar minha opinião sobre o estado da moça. Tive uma impressão desfavorável da alteração psicológica que se processara na jovem e, para chegar a um prognóstico, também tive que levar em conta o fato de que todos os seus meio-irmãos e irmãs (os filhos do primeiro matrimônio do Sr. von N.) tinham sucumbido à paranóia. Também na família de sua mãe não faltava uma hereditariedade neuropática, embora nenhum de seus parentes mais próximos houvesse desenvolvido psicose crônica. Comuniquei à Sra. von N., sem qualquer reserva, a opinião que me havia pedido, e ela a recebeu com calma e compreensão. Ela havia engordado, e sua saúde era florescente. Tinha-se sentido relativamente bem durante os nove meses decorridos desde o término de seu último tratamento. Fora perturbada apenas por ligeiras câibras no pescoço e outros males de pequena monta. Nos vários dias que passei em sua casa vim a compreender, pela primeira vez, toda a extensão de seus deveres, ocupações e interesses intelectuais. Conheci também o médico da família, que não tinha muitas queixas da paciente: logo, até certo ponto, ela fizera as pazes com a profissão médica.

Em inúmeros aspectos, portanto, ela estava mais saudável e mais apta; porém, apesar de todas as minhas sugestões de melhora, verificara-se pouca alteração em seu caráter fundamental. Ela não parecia ter aceito a existência de uma categoria de “coisas sem importância”. Sua inclinação para atormentar-se era muito pouco menor do que na época do tratamento, e tampouco sua disposição histérica estivera estagnada durante esse bom período. Ela se queixava, por exemplo, de uma impossibilidade de fazer viagens de trem, de qualquer duração. Isso aparecera nos últimos meses. Uma tentativa necessariamente apressada de aliviá-la dessa dificuldade resultou apenas na produção de diversas impressões desagradáveis e insignificantes deixadas por algumas viagens recentes que ela fizera a D- e suas imediações. Entretanto, ela parecia relutar em ser comunicativa sob hipnose, e comecei mesmo a suspeitar de que estava a ponto de se afastar mais uma vez da minha influência e de que a finalidade secreta de sua inibição em relação aos trens era impedir que fizesse uma nova viagem a Viena.

Foi também durante esses dias que ela formulou suas queixas a respeito de lacunas na memória, “em especial quanto aos fatos mais importantes” |ver em [1]|, donde concluí que o trabalho que eu executara dois anos antes tinha sido inteiramente eficaz e duradouro. - Um

dia, ela passeava comigo por uma avenida que se estendia da casa até uma enseada no mar e me arrisquei a perguntar se o caminho costumava ficar infestado de sapos. Como resposta, ela me lançou um olhar de censura, embora não acompanhado de sinais de horror; ampliou isso um momento depois, com as palavras “mas os daqui são *reais*”. Durante a hipnose, que induzi para lidar com sua inibição a respeito dos trens, ela própria pareceu insatisfeita com as respostas que me deu e externou o temor de que, no futuro, era provável que fosse menos obediente sob hipnose do que antes. Decidi-me a convencê-la do contrário. Escrevi algumas palavras num pedaço de papel, entreguei-o a ela e disse: “No almoço de hoje a senhora me servirá um copo de vinho tinto, da mesma forma que ontem. Quando eu levar o copo aos lábios, a senhora dirá: ‘Oh, por favor, sirva-me também um copo de vinho’, e quando eu estender a mão para apanhar a garrafa, dirá: ‘Não, obrigada; afinal, acho que não vou querer’. A senhora então porá a mão em sua bolsa, retirará dela um pedaço de papel e encontrará essas mesmas palavras escritas nele”. Isso foi pela manhã. Algumas horas depois, o pequeno episódio ocorreu exatamente como eu o havia predisposto, e de maneira tão natural que nenhuma das muitas pessoas presentes notou qualquer coisa. Quando me pediu o vinho, ela revelou visíveis sinais de uma luta interna - pois nunca bebia vinho - e depois de haver recusado a bebida com evidente alívio, pôs a mão na bolsa e retirou o pedaço de papel em que figuravam as últimas palavras que havia pronunciado. Balançou a cabeça e olhou-me com assombro.

Após minha visita em maio de 1890, minhas notícias da Sra. von N. foram ficando cada vez mais escassas. Soube indiretamente que o estado deplorável da filha, que lhe causava todas as espécies de aflições e agitações, acabou por minar-lhe a saúde. Por fim, no verão de 1893, recebi dela um bilhete pedindo-me permissão para ser hipnotizada por outro médico, visto que voltara a ficar doente e não podia vir a Viena. A princípio, não compreendi por que minha permissão era necessária, até me recordar que, em 1890, por sua própria solicitação, eu a havia protegido de ser hipnotizada por qualquer outra pessoa, para que não houvesse nenhum risco de ela ficar aflita ao se colocar sob o controle de algum médico que lhe fosse antipático, tal como acontecera em *-berg (-tal, -wald)*. Por conseguinte, renunciei por escrito a minha prerrogativa exclusiva.

DISCUSSÃO

A menos que tenhamos em primeiro lugar chegado a um acordo completo sobre a

terminologia em jogo, não é fácil resolver se um caso particular deve ser considerado como sendo de histeria ou de alguma outra neurose (refiro-me aqui às neuroses que não são de tipo puramente neurastênico); e ainda temos de aguardar a mão orientadora que fixará os marcos fronteiros na região das neuroses mistas, que ocorrem comumente, e que trará à tona os aspectos essenciais para a caracterização destas. Por conseguinte, se ainda estivermos acostumados a diagnosticar uma histeria, no sentido mais estrito do termo, por sua semelhança com casos típicos já conhecidos, dificilmente poderemos questionar o fato de que o caso da Sra. Emmy von N. era de histeria. O caráter brando de seus delírios e alucinações (enquanto suas outras atividades mentais permaneciam intactas), a modificação de sua personalidade e de seu acervo de lembranças quando se encontrava num estado de sonambulismo artificial, a anestesia em sua perna dolorida, certos dados revelados em sua anamnese, sua nevralgia ovariana, etc. não admitem dúvida quanto à natureza histérica da doença, ou, pelo menos, da paciente. Se alguma questão pode ser levantada, é apenas graças a um aspecto particular do caso, que também dá oportunidade para um comentário de validade geral. Como explicamos na “Comunicação Preliminar” que aparece no início deste volume, consideramos os sintomas histéricos como efeitos e resíduos de excitações que atuaram sobre o sistema nervoso como traumas. Não há permanência de resíduos dessa natureza quando a excitação original é descarregada por ab-reação ou pela atividade do pensamento. Não é mais possível, a esta altura, evitar a introdução da idéia de quantidades (ainda que não mensuráveis). Devemos considerar o processo como se uma soma de excitação, atuando sobre o sistema nervoso, se transformasse em sintomas crônicos, na medida em que não fosse empregada em ações externas na proporção de sua quantidade. Ora, estamos habituados a verificar que, na histeria, uma parte considerável dessa “soma de excitação” do trauma é transformada em sintomas puramente somáticos. Foi essa característica da histeria que por tanto tempo atrapalhou seu reconhecimento como um distúrbio psíquico.

Se, para sermos breves, adotarmos o termo “conversão” para designar a transformação da excitação psíquica em sintomas somáticos crônicos, que é tão característica da histeria, podemos então dizer que o caso da Sra. Emmy von N. apresentava apenas uma pequena quantidade de conversão. A excitação, que era originariamente psíquica, permaneceu em sua maior parte nessa esfera, e é fácil compreender que isso lhe confere uma semelhança com as outras neuroses, não histéricas. Existem casos de histeria em que todo o excedente da estimulação sofre conversão, de modo que os sintomas somáticos da histeria se intrometem no que parece ser uma consciência inteiramente normal. A transformação incompleta, no entanto, é mais comum, de modo que pelo menos parte do afeto que acompanha o trauma persiste na consciência como um componente do estado emocional do indivíduo.

Os sintomas psíquicos em nosso atual caso de histeria, em que havia muito pouca conversão, podem ser divididos em alterações do humor (angústia, depressão melancólica), fobias e abulias (inibições da vontade). As duas últimas classes de perturbação psíquica são consideradas pela escola francesa de psiquiatria como estigmas da degenerescência

neurótica, mas em nosso caso verifica-se que foram suficientemente determinadas por experiências traumáticas. Essas fobias e abulias eram, na sua maior parte, de origem traumática, como mostrarei com detalhes.

Algumas das fobias da paciente, é verdade, correspondiam às fobias primárias dos seres humanos, e especialmente dos neuropatas - em particular, por exemplo, seu medo de animais (cobras e sapos, bem como todos os vermes de que Mefistófeles se gabava de ser o senhor), de tempestades e assim por diante. Mas também essas fobias se firmaram mais graças a acontecimentos traumáticos. Assim, seu medo dos sapos foi fortalecido pela experiência, nos primeiros anos de infância, de um de seus irmãos lhe ter atirado um sapo morto, o que levou a seu primeiro acesso de espasmos histéricos [ver em [1]]; e de modo semelhante, seu medo de tempestades foi provocado pelo choque que deu lugar a seu estalido característico [ver em [1]], e o medo de nevoeiros pelo passeio na Ilha de Rügen [ver em [1]]. Não obstante, neste grupo o medo primário - ou talvez se pudesse dizer o medo instintivo - (considerado como um estigma psíquico) desempenha o papel preponderante.

As outras fobias, mais específicas, também foram explicadas por acontecimentos bem determinados. Seu temor de choques inesperados e súbitos era consequência da terrível impressão que teve ao ver o marido, que parecia estar gozando de ótima saúde, sucumbir a um ataque cardíaco diante de seus próprios olhos. Seu medo dos estranhos e das pessoas em geral revelou-se originário da época em que estava sendo perseguida pela família [do marido] e tendia a ver um agente deles em cada estranho, e de quando lhe pareceu provável que os estranhos soubessem das coisas que estavam sendo espalhadas por toda parte a respeito dela, por escrito e verbalmente [ver em [1]-[2]]. Seu medo dos hospícios e de seus ocupantes remontava a toda uma série de acontecimentos tristes ocorridos em sua família e às histórias despejadas em seus ouvidos atentos por uma empregada estúpida [ver em [1]]. Independentemente disso, essa fobia era sustentada, de um lado, pelo horror primário e instintivo que as pessoas sadias têm à loucura, e de outro, pelo medo sentido por ela, não menos do que por todos os neuróticos, de que ela mesma viesse a enlouquecer. Seu medo altamente específico de que houvesse alguém de pé atrás dela [ver em [1]] foi determinado por diversas experiências apavorantes na mocidade e mais tarde. Desde o episódio do hotel [ver em [1]], que lhe foi especialmente aflitivo por causa de suas implicações eróticas, seu medo de que um estranho se esgueirasse para seu quarto foi muito acentuado. Por fim, seu medo de ser enterrada viva, que partilhava com tantos neuropatas, era inteiramente explicado por sua crença de que o marido não estava morto quando seu corpo foi levado - crença esta que expressava de modo tão comovente sua incapacidade de aceitar o fato de que sua vida com o homem a quem amava chegara a um fim súbito. Na minha opinião, contudo, todos esses fatores psíquicos embora possam responder pela *escolha* dessas fobias, não podem explicar-lhe a *persistência*. É necessário, julgo eu, acrescentar um fator *neurótico* para explicar sua *persistência* - o fato de que a paciente vinha vivendo há anos em estado de abstinência sexual. Tais circunstâncias se acham entre as causas mais

freqüentes de uma tendência à angústia.

As abulias de nossa paciente (inibições da vontade, incapacidade de agir) admitem ainda menos que as fobias sejam consideradas como estigmas psíquicos causados por uma limitação geral da capacidade. Pelo contrário, a análise hipnótica do caso tornou claro que suas abulias eram determinadas por um duplo mecanismo psíquico - o qual, no fundo, era um só. Em primeiro lugar, uma abulia pode ser simples consequência de uma fobia. Isso ocorre quando a fobia se acha ligada a uma ação do próprio sujeito, e não a uma expectativa |de um fato externo| - por exemplo, em nosso caso atual, o medo de sair ou de se relacionar com as pessoas, em contraste com o medo de alguém se esgueirar para dentro do quarto. Aqui, a inibição da vontade é causada pela angústia concomitante à realização da ação. Seria errado considerar tais espécies de abulias como sintomas distintos das fobias correspondentes, embora se deva admitir que essas fobias podem existir (contanto que não sejam graves demais) sem produzir abulias. A segunda classe de abulias depende da presença de associações carregadas de afeto e não resolvidas que se oponham à vinculação com outras associações, e particularmente com qualquer uma que seja incompatível com elas. A anorexia da nossa paciente oferece o mais brilhante exemplo dessa espécie de abulia |ver em [1] |. Ela comia tão pouco por não gostar do sabor, e não podia apreciar o sabor porque o ato de comer, desde os primeiros tempos, se vinculava a lembranças de repulsa cuja soma de afeto jamais diminuía em qualquer grau; e é impossível comer com repulsa e prazer ao mesmo tempo. Sua antiga repulsa às refeições permanecera inalterada porque ela era constantemente obrigada a reprimi-la, em vez de livrar-se dela por reação. Na infância ela fora forçada, sob ameaça de punição, a comer a refeição fria que lhe era repugnante, e nos anos posteriores tinha sido impedida, por consideração aos irmãos, de externar os afetos a que ficava exposta durante suas refeições em comum.

Neste ponto, talvez deva referir-me a um pequeno artigo no qual tentei dar uma explicação psicológica das paralisias histéricas (Freud 1893c). Nele cheguei à hipótese de que a causa dessas paralisias residiria na inacessibilidade a novas associações por parte de um grupo de representações vinculadas, digamos, a uma das extremidades do corpo; essa inacessibilidade associativa dependeria, por sua vez, do fato de a representação do membro paralisado estar ligada à lembrança do trauma - uma lembrança carregada de afeto que não fora descarregado. Mostrei, a partir de exemplos extraídos da vida cotidiana, que uma catexia como essa, de uma representação cujo afeto não foi decomposto, envolve sempre uma certa dose de inacessibilidade associativa e de incompatibilidade com novas catexias.

Até agora não consegui confirmar, por meio da análise hipnótica, essa teoria sobre as paralisias motoras, mas posso citar a anorexia da Sra. von N. como prova de que esse mecanismo é o que opera em certas abulias, e de que as abulias nada mais são que uma

espécie altamente especializada - ou, para usar uma expressão francesa, “sistematizada” - de paralisia psíquica.

A situação psíquica da Sra. von N. pode ser caracterizada no seu essencial, ressaltando-se dois pontos. (1) Os afetos aflitivos vinculados a suas experiências traumáticas tinham ficado indecompostos - por exemplo, sua depressão, sua dor (pela morte do marido), seu ressentimento (por ser perseguida pelos parentes dele), sua repulsa (pelas refeições compulsórias), seu medo (das numerosas experiências assustadoras), e assim por diante. (2) Sua memória exibia uma intensa atividade, que, ora espontaneamente, ora em reação a um estímulo contemporâneo (por exemplo, as notícias da revolução em São Domingos [ver em [1]]), trazia seus traumas e os afetos concomitantes, pouco a pouco, até sua consciência atual. Minha conduta terapêutica baseou-se nessa atividade de sua memória, e esforcei-me todos os dias para resolver e livrar-me de tudo o que cada dia trazia à tona, até que o acervo acessível de suas lembranças patológicas pareceu estar esgotado.

Essas duas características psíquicas, que considero como geralmente presentes nos paroxismos histéricos, abriram caminho para muitas considerações importantes. Adiarei, contudo, a discussão das mesmas até que tenha dispensado certa atenção ao mecanismo dos sintomas somáticos.

Não é possível atribuir a mesma origem a todos os sintomas somáticos desses pacientes. Pelo contrário, mesmo a partir deste caso, que não os apresentava em grande número, verificamos que os sintomas somáticos de uma histeria podem surgir de várias maneiras. Ousarei, em primeiro lugar, incluir as dores entre os sintomas somáticos. Até onde posso ver, um grupo de dores da Sra. von N. fora por certo organicamente determinado por ligeiras modificações (de natureza reumática) nos músculos, tendões ou feixes, que causam muito mais dor nos neuróticos do que nas pessoas normais. Outro grupo de dores era, com certeza, as *lembranças* de dores - eram símbolos mnêmicos das épocas de agitação e cuidados prestados aos doentes, épocas que desempenharam papel de grande relevância na vida da paciente. É bem possível que essas dores também se tenham justificado, originariamente, em bases orgânicas, mas foram depois adaptadas para as finalidades da neurose. Baseio estas afirmativas sobre as dores da Sra. von N. principalmente em observações feitas em outro caso, as quais relatarei mais adiante. Quanto a este ponto particular, poucas informações puderam ser colhidas com a própria paciente.

Alguns dos notáveis fenômenos motores revelados pela Sra. von N. eram simplesmente expressão das emoções e podiam ser reconhecidos com facilidade como tal. Assim, a maneira como estendia as mãos para a frente com os dedos separados e retorcidos expressava horror, do mesmo modo que seu jogo facial. Esta era, com certeza, uma maneira mais viva e desinibida de expressar as emoções do que era comum entre as mulheres de sua instrução e raça. Na realidade, ela própria era comedida, quase rígida em seus movimentos

expressivos quando não se encontrava em estado histérico. Outros de seus sintomas motores estavam, de acordo com ela própria, relacionados diretamente com suas dores. Agitada, ela brincava com os dedos (1888) |ver em [1]| ou esfregava as mãos uma na outra (1889) |ver em [1]| para impedir-se de gritar. Esse raciocínio nos obriga a lembrar de um dos princípios formulados por Darwin para explicar a expressão das emoções - o princípio do extravasamento da excitação |Darwin, 1872, Cap. III|, que explica, por exemplo, por que os cães abanam as caudas. Todos nós estamos acostumados, ao sermos atingidos por estímulos dolorosos, a substituir o grito por outros tipos de inervações motoras. Uma pessoa que tenha tomado a firme decisão de, no consultório do dentista, conservar a cabeça e a boca imóveis, e não colocar a mão no caminho, poderá no mínimo começar a bater com os pés.

Um método mais complicado de conversão é revelado pelos movimentos semelhantes a tiques da Sra. von N., como estalar a língua e gaguejar, chamar pelo nome “Emmy” nos estados confusionais |ver em [1]| e empregar a expressão “Fique quieto! Não diga nada! Não me toque!” (1888) |ver em [1]|. Dessas manifestações motoras, a gagueira e o estalido com a língua podem ser explicados segundo um mecanismo que descrevi, num breve artigo sobre o tratamento de um caso por sugestão hipnótica (1892-93), como “o acionamento de idéias antitéticas”. O processo, tal como exemplificado em nosso caso atual |ver em [1]| seria como se segue. Nossa paciente histérica, esgotada pela preocupação e pelas longas horas de vigília junto ao leito da filha enferma que afinal adormecera, disse a si mesma: “Agora você precisa ficar inteiramente imóvel para não acordar a menina.” É provável que essa intenção tenha dado origem a uma representação antitética, sob a forma de um medo de que, mesmo assim, ela fizesse um ruído que despertasse a criança do sono que tanto esperara. Representações antitéticas como essa surgem em nós de forma marcante quando nos sentimos inseguros de poder pôr em prática alguma intenção importante.

Os neuróticos, em cujo sentimento a respeito de si mesmos é difícil deixar de encontrar uma veia de depressão ou de expectativa ansiosa, formam um número maior dessas idéias antitéticas do que as pessoas normais, ou as percebem com mais facilidade, e as consideram mais importantes. No estado de exaustão de nossa paciente a idéia antitética, que seria normalmente rejeitada, mostrou-se a mais forte. Foi essa idéia que entrou em ação e que, para horror da paciente, na realidade produziu o ruído que ela tanto temia. A fim de explicar todo o processo, pode-se ainda presumir que sua exaustão fosse apenas parcial; ela afetava, para empregarmos a terminologia de Janet e seus seguidores, apenas seu ego “primário”, e não resultava igualmente num enfraquecimento da representação antitética.

Pode-se ainda presumir que foi seu horror ao ruído produzido contra sua vontade que tornou traumático aquele momento e fixou o ruído em si como um sintoma mnêmico somático de toda a cena. Creio, realmente, que o caráter do próprio tique, que consistia numa

sucessão de sons emitidos de forma convulsiva e separados por pausas e que melhor se assemelharia a estalidos, revela traços do processo ao qual devia sua origem. Parece ter havido um conflito entre a intenção dela e a idéia antitética (a contravontade), o que deu ao tique seu caráter descontínuo e confinou a representação antitética em outras vias que não as habituais para inervar o aparelho muscular da fala.

A inibição espástica da fala da paciente - sua gagueira peculiar - era o resíduo de uma causa excitante fundamentalmente similar [ver em [1]-[2]]. Nesse caso, contudo, não foi o *resultado* da inervação final - a exclamação - mas o próprio processo de inervação - a tentativa de inibição convulsiva dos órgãos da fala - que foi transformado num símbolo do acontecimento em sua memória.

Esses dois sintomas, o estalido e a gagueira, que estavam assim intimamente relacionados pela história de sua origem, continuaram a se associar e se transformaram em sintomas crônicos após se repetirem numa ocasião semelhante. A partir daí, passaram a ser utilizados em mais um sentido. Tendo-se originado num momento de violento pavor, foram desde então ligados a *qualquer* medo (de acordo com o mecanismo da histeria monossintomática, que será descrito no Caso 5 [ver em [1]]), mesmo quando o medo não podia levar ao acionamento de uma representação antitética.

Os dois sintomas acabaram sendo vinculados a tantos traumas, e tiveram tantas razões para serem reproduzidos na memória, que passaram a interromper sempre a fala da paciente, sem nenhuma causa específica, à maneira de um tique sem significado. A análise hipnótica, entretanto, pôde demonstrar quanto significado se ocultava por trás desse aparente tique; e se o método de Breuer não conseguiu, nesse caso, eliminar de todo os dois sintomas de um só golpe, foi porque a catarse se estendera apenas aos três traumas principais, e não aos traumas associados de forma secundária.

Segundo as normas que regem os ataques histéricos, a exclamação “Emmy” durante seus acessos de confusão reproduzia, como havemos de recordar, seus freqüentes estados de desamparo durante o tratamento da filha. Essa exclamação estava ligada ao conteúdo do ataque por um complexo encadeamento de idéias e sua natureza era a fórmula protetora contra o ataque. A exclamação, por uma aplicação mais ampla do seu significado, provavelmente degeneraria num tique, como de fato já havia acontecido no caso da complicada fórmula protetora “Não me toque”, etc. Em ambas as situações o tratamento hipnótico impediu qualquer outra progressão dos sintomas; mas a exclamação “Emmy” mal havia surgido, e apanhei-a enquanto ainda estava em seu solo nativo, restrito aos ataques de confusão.

Como vimos, esses sintomas motores se originaram de várias maneiras: por meio do acionamento de uma representação antitética (como no estalido), por uma simples conversão da excitação psíquica em atividade motora (como na gagueira), ou por uma ação voluntária durante um paroxismo histérico (como nas medidas protetoras exemplificadas pela exclamação “Emmy” e pela fórmula mais longa). Mas como quer que esses sintomas motores se tenham originado, todos têm uma coisa em comum. Pode-se demonstrar que possuem uma ligação originária ou de longa data com os traumas, e representam símbolos destes nas atividades da memória.

Outros dos sintomas somáticos da paciente não eram em absoluto de natureza histérica. Isto se aplica, por exemplo, às câibras no pescoço, que considero como uma forma modificada de enxaqueca [ver em [1]] e que, como tal, não devem ser classificadas como uma neurose, mas como um distúrbio orgânico. Os sintomas histéricos, porém, ligam-se regularmente a tais distúrbios. As câibras no pescoço da Sra. von N., por exemplo, eram empregadas para fins dos ataques histéricos, embora ela não tivesse a seu dispor a sintomatologia típica dos ataques histéricos.

Ampliarei esta descrição do estado psíquico da Sra. von N. com algumas considerações sobre as alterações patológicas de consciência que puderam ser observadas nela. Tais como suas câibras no pescoço, os acontecimentos aflitivos presentes (cf. seu último delírio no jardim [em [1]]) ou qualquer coisa que a fizesse recordar com intensidade qualquer de seus traumas levavam-na a um estado de delírio. Em tais estados - e as poucas observações que fiz não me conduziram a nenhuma outra conclusão - havia uma limitação da consciência e uma compulsão a associar, semelhante à que predomina nos sonhos [em [1]]; as alucinações e ilusões eram facilitadas até o mais alto grau e faziam-se inferências tolas ou mesmo disparatadas. Esse estado, que era comparável ao da alienação alucinatória, provavelmente representava um ataque. Poderia ser encarado como uma psicose aguda (servindo como equivalente de um ataque) que seria classificada como uma situação de “confusão alucinatória”. Uma outra semelhança entre esses seus estados e um ataque histérico típico foi mostrada pelo fato de que uma parcela das lembranças traumáticas enraizadas desde longa data podia em geral ser detectada como subjacente ao delírio. A transição de um estado normal para um delírio ocorria muitas vezes de forma imperceptível. Num dado momento, ela ia conversando de modo perfeitamente racional sobre assuntos de pequena importância emocional e, à medida que a conversa passava para idéias de natureza aflitiva, eu notava por seus gestos exagerados ou pelo surgimento de suas fórmulas habituais de fala, etc., que ela se encontrava num estado de delírio. No início do tratamento o delírio durava o dia inteiro, de modo que era difícil definir com certeza se quaisquer sintomas - como seus gestos - faziam parte de seu estado psíquico como meros sintomas de um ataque, ou se - como o estalido e a gagueira - tinham-se tornado autênticos sintomas crônicos. Muitas vezes, só *após o evento* é que era possível distinguir entre o que tinha acontecido num delírio e o que tinha acontecido em seu estado normal, pois os dois estados estavam separados em sua memória e, algumas vezes, ela ficava extremamente surpresa ao saber das coisas que o

delírio havia introduzido aos poucos em sua conversa normal. Minha primeira entrevista com ela constituiu o exemplo mais marcante da maneira como os dois estados se entrelaçavam sem prestar nenhuma atenção um ao outro. Somente num momento dessa gangorra psíquica foi que sua consciência normal, em contato com o tempo presente, mostrou-se afetada: foi quando me deu uma resposta oriunda do delírio e disse ser “uma mulher que datava do século passado” |ver em [1]|.

A análise desses estados delirantes na Sra. von N. não foi realizada de forma completa, em virtude de ter sua condição melhorado tão depressa que os delírios se tornaram nitidamente diferenciados de sua vida normal e se restringiram aos períodos de suas câibras no pescoço. Por outro lado, colhi grande número de informações sobre o comportamento da paciente num terceiro estado, o do sonambulismo artificial. Enquanto, em seu estado normal, ela não tinha nenhum conhecimento das experiências psíquicas ocorridas durante seus delírios e o sonambulismo, tinha acesso durante o sonambulismo, às lembranças de todos os três estados. A rigor, portanto, era no estado de sonambulismo que ela se encontrava no auge de sua normalidade. Realmente, se eu deixar de lado o fato de que no sonambulismo ela era muito menos reservada comigo do que em seus melhores momentos da vida cotidiana - isto é, que no sonambulismo me dava informações sobre sua família e coisas semelhantes, enquanto nas outras ocasiões me tratava como um estranho - e se, além disso, eu desprezar o fato de que ela exibia o grau pleno de sugestionabilidade que é característico do sonambulismo, serei forçado a dizer que durante o sonambulismo ela se achava num estado inteiramente normal. Era interessante observar que, por outro lado, seu sonambulismo não apresentava nenhum sinal de ser supernormal, mas estava sujeito a todas as falhas mentais que estamos acostumados a associar a um estado normal de consciência.

Os exemplos que se seguem esclarecem o comportamento de sua memória no sonambulismo. Certo dia, numa conversa, ela expressou seu encanto pela beleza de uma planta num vaso que decorava o saguão de entrada da casa de saúde. “Mas qual é o nome dela, doutor? O senhor sabe? Eu sabia seus nomes em alemão e latim, mas esqueci.” A paciente tinha amplo conhecimento de plantas, ao passo que fui obrigado, nessa ocasião, a admitir minha falta de preparo em botânica. Alguns minutos depois perguntei-lhe, sob hipnose, se ela agora sabia o nome da planta do saguão. Sem qualquer hesitação, respondeu: “O nome em alemão é ‘*Tuerkenlilie*’ |martagão|; esqueci *mesmo* o nome em latim.” De outra feita, quando se sentia bem de saúde, falou-me de uma visita que fizera às catacumbas romanas, mas não conseguia recordar-se de dois termos técnicos, nem pude eu ajudá-la. Logo depois perguntei-lhe, sob hipnose, quais as palavras que estavam em sua mente. Mas ela também não soube dizê-las em hipnose, de modo que lhe falei: “Não se preocupe mais com elas agora, mas quando estiver no jardim amanhã, entre cinco e seis da tarde - mais perto das seis do que das cinco - elas subitamente lhe ocorrerão.” Na noite seguinte, enquanto conversávamos sobre algo que não tinha nenhuma relação com as catacumbas, ela subitamente exclamou: “‘Cripta’, doutor, e ‘Columbário’.” “Ah! essas são as palavras em que a senhora não conseguia pensar ontem. Quando foi que lhe ocorreram?” “Hoje à tarde no

jardim, pouco antes de eu subir para meu quarto.” Vi que, com isso, ela queria que eu soubesse que havia seguido com precisão minhas instruções quanto ao horário, já que tinha o hábito de sair do jardim por volta das seis horas da tarde.

Vemos assim que mesmo no sonambulismo ela não tinha acesso a toda a extensão do seu conhecimento. Mesmo nesse estado havia uma consciência real e outra potencial. Muitas vezes acontecia que, quando eu lhe perguntava, durante seu sonambulismo, de onde provinha esse ou aquele fenômeno, ela franzia a testa e, depois de uma pausa, respondia num tom de desculpas: “Não sei.” Em tais ocasiões eu tinha adquirido o hábito de dizer: “Pense por um momento; virá sem nenhum rodeio”; e depois de breve reflexão, ela conseguia dar-me a informação desejada. Mas algumas vezes acontecia nada lhe ocorrer, e eu era obrigado a deixá-la com a tarefa de lembrar-se daquilo no dia seguinte, o que nunca deixou de acontecer.

Em sua vida cotidiana a Sra. von N. evitava escrupulosamente qualquer inverdade, e jamais mentiu para mim sob hipnose. Às vezes, contudo, dava-me respostas incompletas e retinha parte da história até eu insistir uma segunda vez para que a completasse. Em geral, como no exemplo citado em [1], era o desagrado inspirado pelo assunto que lhe fechava a boca no sonambulismo, assim como na vida cotidiana. Não obstante, apesar desses traços restritivos, a impressão causada por seu comportamento mental durante o sonambulismo era, no conjunto, a de um desinibido desenrolar de seus poderes mentais e de um pleno domínio sobre seu acervo de lembranças.

Embora não se possa negar que no estado de sonambulismo ela era altamente sugestionável, estava longe de exibir uma ausência patológica de resistência. Pode-se asseverar, de modo geral, que eu não lhe causava maior impressão nesse estado de que esperaria conseguir se estivesse procedendo a uma pesquisa dessa natureza sobre os mecanismos psíquicos de alguém em pleno gozo de suas faculdades e que tivesse plena confiança no que eu dizia. A única diferença era que a Sra. von N. era incapaz, no que era considerado seu estado normal, de ter para comigo tal atitude mental favorável. Quando, como aconteceu com sua fobia por animais, eu não conseguia apresentar-lhe razões convincentes, ou não penetrava na história psíquica da origem de um sintoma, mas tentava atuar por meio de sugestão autoritária, invariavelmente notava em seu rosto uma expressão tensa e insatisfeita; e quando, ao final da hipnose, perguntava-lhe se ainda tinha medo do animal, ela respondia: “Não... já que o senhor insiste.” Uma afirmação como esta, baseada apenas em sua obediência a mim, nunca tinha êxito, como também não o alcançavam as numerosas injunções genéricas que lhe fazia em lugar das quais bem poderia ter repetido a simples sugestão de que ela ficasse boa.

Mas essa mesma pessoa que se apegava tão obstinadamente a seus sintomas em face da sugestão e só os abandonava em resposta à análise psíquica ou à convicção pessoal era, por outro lado, tão dócil quanto a melhor paciente encontrável em qualquer hospital, no que

dizia respeito às sugestões irrelevantes - na medida em que se tratasse de assuntos não relacionados com sua doença. Já apresentei exemplos de sua obediência pós-hipnótica ao longo do relato do caso. Não me parece haver nada de contraditório nesse comportamento. Também aqui a idéia mais forte estava destinada a se afirmar. Se penetrarmos no mecanismo das “*idées fixes*”, constataremos que se acham baseadas e apoiadas por tantas experiências, que atuam com tal intensidade, que não nos podemos surpreender ao descobrir que essas idéias são capazes de opor uma resistência bem-sucedida à idéia contrária apresentada pela sugestão, que só está revestida de poderes limitados. Apenas de um cérebro verdadeiramente patológico é que se poderiam varrer por mera sugestão produtos tão bem fundamentados de eventos psíquicos intensos.

Foi enquanto estudava as abulias da Sra. von N. que comecei a ter sérias dúvidas quanto à validade da asserção de Bernheim de que “*tout est dans la suggestion*” [“tudo está na sugestão”] e sobre a dedução do seu sagaz amigo Delboeuf: “*Comme quoi il n’y a pas d’hypnotisme*” [“Sendo assim, não existe o que se chama de hipnotismo”]. E até hoje não posso compreender como se pode supor que, apenas levantando um dedo e dizendo uma vez “durma”, eu tinha criado na paciente o estado psíquico peculiar em que sua memória tinha acesso a todas as suas experiências psíquicas. Talvez eu tenha *evocado* esse estado com minha sugestão, mas não o criei, visto que suas características - que, aliás, são encontradas universalmente - foram uma grande surpresa para mim.

O relato do caso esclarece suficientemente a maneira como o trabalho terapêutico foi conduzido durante o sonambulismo. Como é praxe na psicoterapia hipnótica, lutei contra as representações patológicas da paciente por meio de garantias e proibições e apresentando toda espécie de representações opostas. Mas não me contentei com isso. Investiguei a gênese dos sintomas individuais a fim de poder combater as premissas sobre as quais se erguiam as representações patológicas. No curso dessa análise costumava acontecer que a paciente expressava verbalmente, com a mais violenta agitação, assuntos cujo afeto associado até então só se manifestara como uma expressão de emoção. [ver em [1].] Não sei dizer quanto do êxito terapêutico, em cada situação, deveu-se ao fato de eu ter eliminado o sintoma por sugestão *in statu nascendi*, e quanto se deveu à transformação do afeto por ab-reação, já que combinei esses dois fatores terapêuticos. Por conseguinte, este caso não pode ser rigorosamente utilizado como prova da eficácia terapêutica do método catártico; ao mesmo tempo, devo acrescentar que só os sintomas de que fiz uma análise psíquica foram de fato eliminados de forma permanente.

De modo geral o êxito terapêutico foi considerável, mas não duradouro. A tendência da paciente a adoecer de forma semelhante sob o impacto de novos traumas não foi afastada. Qualquer um que desejasse empreender a cura definitiva de um caso de histeria como este teria que penetrar mais a fundo do que eu o fiz, em minha tentativa, no complexo de fenômenos. A Sra. von N. era, sem dúvida, uma personalidade com grave hereditariedade

neuropática. Parece provável que não pode haver histeria independente de uma predisposição dessa natureza. Mas, por outro lado, a predisposição sozinha não faz a histeria. Deve haver razões que a trazem à tona, e, na minha opinião, essas razões devem ser apropriadas: a etiologia é de natureza específica. Já tive ocasião de mencionar que, na Sra. von N., os afetos pertinentes a um grande número de experiências traumáticas tinham ficado retidos, e que a atividade dinâmica de sua memória fazia aflorar à sua mente ora um, ora outro desses traumas. Aventurar-me-ei agora a formular uma explicação do motivo por que ela retinha os afetos dessa maneira. Esse motivo, é verdade, estava ligado a sua predisposição hereditária. Por um lado, seus sentimentos eram muito intensos; ela possuía uma natureza veemente, capaz das mais fortes paixões. Por outro, desde a morte do marido, tinha vivido em completa solidão mental; a perseguição que lhe moveram os parentes a havia tornado desconfiada dos amigos, e ela ficou atentamente em guarda para impedir que qualquer pessoa adquirisse demasiada influência sobre suas ações. O círculo de suas obrigações era muito amplo, e ela realizava sozinha todo o trabalho mental que estas lhe impunham, sem um amigo ou confidente, quase isolada da família e prejudicada por sua conscienciosidade, sua tendência a se atormentar e também, muitas vezes, pelo desamparo natural da mulher. Em suma, o mecanismo da *retenção de grandes quantidades de excitação*, independente de tudo o mais, não pode ser desprezado neste caso. Baseava-se em parte nas circunstâncias de sua vida, e em parte em sua predisposição natural. Sua aversão, por exemplo, a dizer qualquer coisa sobre si mesma era tão grande, que, como notei com assombro, em 1891, nenhum dos visitantes diários que iam à sua casa percebia que ela estava doente nem tinha consciência de que eu era seu médico.

Será que isso esgota a etiologia deste caso de histeria? Penso que não, pois, na época de seus dois tratamentos, eu ainda não levantara em minha própria mente as questões a que é preciso responder antes que seja possível uma explicação completa de um caso como este. Sou agora de opinião que deve ter havido algum fator adicional para provocar a irrupção da doença precisamente nestes últimos anos, considerando-se que as condições etiológicas operantes tinham estado presentes durante muitos anos anteriormente. Também me ocorreu que, dentre todas as informações íntimas que me foram dadas pela paciente, houve uma ausência completa do elemento sexual, que é, afinal de contas, passível mais do que qualquer outro de ocasionar traumas. É impossível que suas excitações nesse campo não tivessem deixado quaisquer vestígios; o que me foi permitido ouvir foi, sem dúvida, uma *editio in usum delphini* |uma edição expurgada| da história de sua vida. A paciente comportava-se com o maior e mais natural senso de decoro, a julgar pelas aparências, sem nenhum traço de pudicícia. Quando, porém, reflito sobre a reserva com que me narrou, sob hipnose, a pequena aventura de sua empregada no hotel, não posso deixar de suspeitar de que essa mulher, que era tão passional e tão capaz de sentimentos fortes, não tenha vencido suas necessidades sexuais sem grandes lutas, e que, por vezes, suas tentativas de suprimir essa pulsão, que é de todas a mais poderosa, tinham-na exposto a seu grave esgotamento mental. Uma vez, ela admitiu que ainda não se havia casado de novo porque, em vista da sua grande fortuna, não podia dar crédito ao desinteresse de seus pretendentes e porque se

recriminaria por prejudicar as expectativas de suas duas filhas com um novo matrimônio.

Cabe-me fazer mais uma observação antes de encerrar o caso clínico da Sra. von N. O Dr. Breuer e eu a conhecíamos razoavelmente bem e há bastante tempo, e costumávamos sorrir ao comparar seu caráter com o quadro da psique histérica que pode ser acompanhado desde os primeiros tempos por meio dos trabalhos e das opiniões dos médicos. Nós tínhamos aprendido, a partir de nossas observações da Sra. Caecilie M., que o tipo mais grave de histeria pode coexistir com dons da natureza mais rica e mais original - uma conclusão mais do que comprovada na biografia de mulheres eminentes na história e na literatura. Da mesma forma, a Sra. Emmy von N. nos deu um exemplo de como a histeria é compatível com um caráter impecável e um modo de vida bem orientado. A mulher que viemos a conhecer era admirável. A seriedade moral com que encarava suas obrigações, sua inteligência e energia, que não eram inferiores às de um homem, e seu alto grau de instrução e de amor à verdade nos impressionaram grandemente, enquanto seu generoso cuidado para com o bem-estar de todos os seus dependentes, sua humildade de espírito e o requinte de suas maneiras revelaram também suas qualidades de verdadeira dama. Descrever essa mulher como “degenerada” seria distorcer por completo o significado desse termo. Faríamos bem em distinguir o conceito de “predisposição” do de “degenerescência” tais como aplicados às pessoas; de outra forma, ver-nos-emos forçados a admitir que a humanidade deve uma grande parcela de suas maiores realizações ao esforço de “degenerados”.

Devo igualmente confessar que não vejo na história da Sra. von N. nenhum sinal da “ineficiência psíquica” à qual Janet atribui a gênese da histeria. De acordo com ele, a predisposição histérica consiste numa restrição anormal do campo da consciência (em virtude da degenerescência hereditária), que resulta no desprezo por grupos inteiros de representações e, mais tarde, numa desintegração do ego e na organização de personalidades secundárias. Se assim fosse, o que resta do ego após a retirada dos grupos psíquicos histericamente organizados seria, por necessidade, também menos eficiente do que um ego normal; e de fato, de acordo com Janet, o ego na histeria é afligido por estigmas psíquicos, condenado ao monoideísmo e incapaz dos atos volitivos da vida cotidiana. Janet, julgo eu, cometeu aqui o erro de promover o que constituem os efeitos secundários das alterações da consciência decorrentes da histeria à posição de determinantes primários da histeria. O assunto merece maior consideração em outro trecho, mas na Sra. von N. não havia qualquer sinal de tal ineficiência. Por ocasião de seus piores momentos, ela era e continuou a ser capaz de desempenhar seu papel na administração de uma grande empresa industrial, de manter uma vigilância constante sobre a educação das filhas e de manter sua correspondência com pessoas preeminentes do mundo intelectual - em suma, de cumprir com suas obrigações bastante bem para que sua doença permanecesse oculta. Inclino-me a acreditar, portanto, que tudo isso envolvia com excesso considerável de eficiência, que talvez não pudesse ser mantido por muito tempo e estava fadado a levar ao esgotamento - a uma “*misère psychologique*” [“empobrecimento psicológico”] secundária. Parece provável que algumas perturbações desse tipo em sua eficiência estivessem começando a se fazer

sentir na época em que a vi pela primeira vez, mas, seja como for, uma histeria grave estivera presente por muitos anos antes do aparecimento dos sintomas de esgotamento.

CASO 3 - MISS LUCY R., 30 ANOS (FREUD)

No fim do ano de 1892, um colega conhecido meu encaminhou-me uma jovem que estava sendo tratada por ele de rinite supurativa cronicamente recorrente. Verificou-se em seguida que a obstinada persistência do problema da jovem se devia a uma cárie do osso etmóide. Ultimamente, ela se vinha queixando de alguns sintomas novos que o competente clínico não pôde mais continuar a atribuir a uma afecção local. Ela perdera todo o sentido do olfato e era quase continuamente perseguida por uma ou duas sensações olfativas subjetivas, que lhe eram muito aflitivas. Além disso, estava desanimada e fatigada e se queixava de peso na cabeça, pouco apetite e perda de eficiência.

A jovem, que vivia como governanta na casa do diretor-gerente de uma fábrica nos arredores de Viena, vinha visitar-me de vez em quando em meus horários de consulta. Era de nacionalidade inglesa. Tinha uma constituição delicada, de pigmentação deficiente, mas gozava de boa saúde, salvo por sua afecção nasal. Suas primeiras declarações confirmaram o que o médico me dissera. Sofria de depressão e fadiga e era atormentada por sensações subjetivas do olfato. Quanto aos sintomas histéricos, apresentava uma analgesia geral mais ou menos definida, sem nenhuma perda da sensibilidade tátil, e um exame grosseiro (com a mão) não revelou nenhuma restrição do campo visual. O interior de seu nariz era inteiramente analgésico e sem reflexos: ela era sensível à pressão tátil no local, mas a percepção propriamente dita do nariz como órgão dos sentidos estava ausente, tanto para estímulos específicos quanto para outros (por exemplo, amônia, ou ácido acético). O catarro nasal purulento estava então numa fase de melhora.

Em nossas primeiras tentativas de tornar a doença inteligível, foi necessário interpretar as sensações olfativas subjetivas, visto que eram alucinações recorrentes, como sintomas histéricos crônicos. Sua depressão talvez fosse o afeto ligado ao trauma, e deveria ser possível encontrar uma experiência em que esses odores, que agora se haviam tornado subjetivos, tivessem sido objetivos. Essa experiência devia ter sido o trauma que as sensações recorrentes do olfato simbolizavam na memória. Talvez seja mais correto considerar as alucinações olfativas recorrentes, em conjunto com a depressão que as acompanhava, como equivalentes de um *ataque* histérico. A natureza das alucinações recorrentes, a rigor, torna-as inadequadas para desempenharem o papel de sintomas

crônicos. Mas na verdade essa questão não surgiu um caso como este, que mostrava apenas um desenvolvimento rudimentar. Era essencial, contudo, que as sensações subjetivas do olfato tivessem tido uma origem especializada de uma natureza que admitisse terem-se derivado de algum objeto real bem específico.

Essa expectativa foi logo realizada. Quando lhe perguntei qual era o odor pelo qual era mais constantemente perturbada, ela me respondeu: “Um cheiro de pudim queimado.” Assim, eu só precisava presumir que um cheiro de pudim queimado tinha de fato ocorrido na experiência que atuara como trauma. É muito incomum, sem dúvida, que as sensações olfativas sejam escolhidas como símbolos mnêmicos de traumas, mas não foi difícil explicar essa escolha. A paciente vinha sofrendo de rinite supurativa e, em consequência disso, sua atenção estava especialmente enfocada no nariz e nas sensações nasais. O que eu sabia das circunstâncias da vida da paciente limitava-se ao fato de que as duas crianças de quem ela cuidava não tinham mãe; esta morrera alguns anos antes em decorrência de uma moléstia aguda.

Resolvi então fazer do cheiro de pudim queimado o ponto de partida da análise. Descreverei o curso dessa análise como se tivesse ocorrido em condições favoráveis. De fato, o que deveria ter sido uma única sessão estendeu-se por várias. Isso se verificou porque a paciente só podia visitar-me em meus horários de consulta, quando eu só lhe podia dedicar pouco tempo. Além disso, uma única discussão dessa natureza costumava estender-se por mais de uma semana, visto que as obrigações dela não lhe permitiam fazer a longa viagem da fábrica até minha casa com grande freqüência. Costumávamos, portanto, interromper nossa conversa em meio a seu curso e retomar o fio da meada no mesmo ponto na vez seguinte.

Miss Lucy R. não entrou em estado de sonambulismo quando tentei hipnotizá-la. Assim, abri mão do sonambulismo e conduzi toda a sua análise enquanto ela se encontrava num estado que, a rigor, talvez tenha diferido muito pouco de um estado normal.

Terei que falar com mais detalhes sobre esse aspecto de meu procedimento técnico. Quando, em 1889, visitei as clínicas de Nancy, ouvi o Dr. Liébeault, o *doyen* (decano) do hipnotismo, dizer: “Se ao menos tivéssemos meios de pôr todos os pacientes em estado de sonambulismo, a terapia hipnótica seria a mais poderosa de todas.” Na clínica de Bernheim chegava quase a parecer que essa arte realmente existia e que era possível aprendê-la com Bernheim. Mas logo que tentei praticá-la com meus próprios pacientes, descobri que pelo menos *meus* poderes estavam sujeitos a graves limitações e que, quando o sonambulismo não era provocado num paciente nas três primeiras tentativas, eu não tinha nenhum meio de

induzi-lo. A porcentagem de casos acessíveis ao sonambulismo era muito menor, em minha experiência, do que a relatada por Bernheim.

Vi-me, por conseguinte, defrontado com a opção de abandonar o método catártico na maioria dos casos que lhe seriam apropriados ou aventurar-me à experiência de empregar esse método sem o sonambulismo, quando a influência hipnótica fosse leve ou mesmo quando sua existência fosse duvidosa. Parecia-me indiferente qual o grau de hipnose - de acordo com uma ou outra das escalas propostas para medi-la - que era alcançado nesse estado sonambúlico, pois, como sabemos, de qualquer modo cada uma das várias formas assumidas pela sugestionabilidade independe das outras, e a obtenção da catalepsia, de movimentos automáticos e assim por diante não funciona nem favorecendo, nem prejudicando aquilo de que eu precisaria para minhas finalidades, ou seja, que o despertar das lembranças esquecidas fosse facilitado. Além disso, logo abandonei a prática de fazer testes para indicar o grau de hipnose alcançado, visto que num bom número de casos isso provocava a resistência dos pacientes e abalava sua confiança em mim, da qual eu necessitava para executar o trabalho psíquico mais importante. Ademais, logo comecei a ficar cansado de proferir assegureamentos e ordens tais como “Você vai dormir... durma!” e de ouvir o paciente, como tantas vezes acontecia quando o grau de hipnose era leve, reclamar comigo: “Mas doutor, eu *não* estou dormindo”, e de ter então que fazer distinções sutis: “Não me refiro a um sono comum, mas sim à hipnose. Como vê, você está hipnotizado, não consegue abrir os olhos”, etc., “e de qualquer modo, não há necessidade de que você adormeça”, e assim por diante. Estou certo de que muitos outros médicos que praticam a psicoterapia sabem sair dessas dificuldades de forma mais hábil do que eu. Se assim for, não de poder adotar algum outro método que não o meu. Parece-me, contudo, que quando alguém espera com tanta freqüência descobrir-se numa situação embaraçosa pelo uso de determinada palavra, será prudente evitar tanto a palavra quanto o embaraço. Quando, portanto, minha primeira tentativa não me conduzia nem ao sonambulismo nem a um grau de hipnose que acarretasse modificações físicas marcantes, eu abandonava de modo ostensivo a hipnose e pedia apenas “concentração”; e ordenava ao paciente que se deitasse e deliberadamente fechasse os olhos como meio de alcançar essa “concentração”. É possível que, dessa forma, eu obtivesse com apenas um ligeiro esforço o mais profundo grau de hipnose possível de ser alcançado naquele caso particular.

Mas, ao abrir mão do sonambulismo, talvez me estivesse privando de uma precondição sem a qual o método catártico não parecia utilizável, pois esse método era claramente baseado na possibilidade de os pacientes, em seu estado alterado de consciência, terem acesso às lembranças e serem capazes de identificar ligações que não pareciam estar presentes em seu estado de consciência normal. Se a extensão sonambúlica da memória estivesse ausente, também não haveria nenhuma possibilidade de estabelecer quaisquer causas determinantes que o paciente pudesse apresentar ao médico como algo desconhecido para ele (o paciente); e está claro que são precisamente as lembranças patogênicas que, como já tivemos ocasião de dizer em nossa “Comunicação Preliminar” |ver em [1]|, se

acham “ausentes da lembrança dos pacientes quando em estado psíquico normal, ou só se fazem presentes de forma bastante sumária”.

Poupei-me desse novo embaraço ao me lembrar de que eu próprio vira Bernheim dar provas de que as lembranças dos acontecimentos ocorridos durante o sonambulismo são apenas *aparentemente* esquecidas no estado de vigília, e podem ser revividas por meio de uma ordem delicada e de uma pressão com a mão, destinada a indicar um estado diferente de consciência. Ele havia, por exemplo, dado a uma mulher em estado de sonambulismo uma alucinação negativa, no sentido de que ele não estava mais presente, e depois se esforçava por chamar a atenção dela para si próprio de diversas maneiras diferentes, inclusive algumas de natureza decididamente agressiva. Não teve sucesso. Depois de ela ser despertada, ele lhe pediu que contasse o que lhe fizera enquanto ela achava que ele não estava mais lá. Surpresa, ela respondeu nada saber a esse respeito. Mas ele não aceitou essa resposta, insistindo em que ela podia recordar-se de tudo, e pôs a mão em sua testa a fim de ajudá-la a lembrar-se. E vejam só! Ela acabou por descrever tudo o que aparentemente não havia percebido durante o sonambulismo e aparentemente não havia recordado no estado de vigília.

Essa surpreendente e instrutiva experiência me serviu de modelo. Resolvi partir do pressuposto de que meus pacientes sabiam tudo o que tinha qualquer significado patogênico e que se tratava apenas de uma questão de obrigá-los a comunicá-lo. Assim, quando alcançava um ponto em que, depois de formular ao paciente uma pergunta como “Há quanto tempo tem este sintoma?” ou “Qual foi sua origem?”, recebia como resposta “Realmente não sei”, eu prosseguia da seguinte maneira. Colocava a mão na testa do paciente ou lhe tomava a cabeça entre as mãos e dizia: “Você pensará nisso sob a pressão da minha mão. No momento em que eu relaxar a pressão, verá algo à sua frente, ou algo aparecerá em sua cabeça. Agarre-o. Será o que estamos procurando. - E então, o que foi que viu ou o que lhe ocorreu?”

Nas primeiras ocasiões em que usei esse método (não foi com *Miss Lucy R.*), eu próprio me surpreendi ao constatar que ele me proporcionava precisamente os resultados de que eu necessitava. E posso afirmar com segurança que quase nunca me deixou em dificuldades desde então. Sempre apontou o caminho que a análise deveria seguir e me permitiu conduzir cada uma dessas análises até o fim sem o emprego do sonambulismo. Afinal fiquei tão confiante que, quando os pacientes respondiam “não vejo nada” ou “nada me ocorreu”, podia descartar essa afirmação como uma impossibilidade e assegurar-lhes que por certo haviam ficado conscientes do que se desejava, mas se recusavam a acreditar que fosse aquilo e o rejeitavam. Dizia-lhes que estava pronto a repetir o método quantas vezes desejassem e que eles veriam a mesma coisa todas as vezes. Invariavelmente, eu tinha razão.

Os pacientes ainda não tinham aprendido a relaxar sua faculdade crítica. Haviam rejeitado a lembrança que surgira ou a idéia que lhes tinha ocorrido, sob a alegação de que não servia e era uma interrupção irrelevante. E depois que a relatavam a mim, ela sempre revelava ser aquilo que se desejava. Às vezes, quando após três ou quatro pressões eu tinha por fim extraído a informação, o paciente replicava: “Aliás, eu de fato já sabia disso desde a primeira vez, mas era justamente o que eu não queria dizer”, ou então, “Eu tinha esperança de que não fosse isso”.

Era trabalhosa essa questão de ampliar o que se supunha ser uma consciência limitada - muito mais trabalhosa, pelo menos, do que uma investigação durante o sonambulismo. Não obstante, tornou-se independente do sonambulismo e me proporcionou uma compreensão dos motivos que muitas vezes determinam o “esquecimento” das lembranças. Posso afirmar que esse esquecimento é muitas vezes intencional e desejado, e seu êxito nunca é mais do que *aparente*.

Achei ainda mais surpreendente, talvez, que pelo mesmo método fosse possível fazer retornarem números e datas que, a um exame superficial, há muito tinham sido esquecidos, e assim revelar como a memória pode ser inesperadamente precisa.

O fato de, ao procurarmos números e datas, nossa escolha ser tão limitada permite-nos chamar em nosso auxílio uma proposição que nos é familiar a partir da teoria da afasia, ou seja, que reconhecer alguma coisa é uma tarefa mais leve para a memória do que pensar nela espontaneamente. Assim, quando o paciente é incapaz de recordar-se do ano, mês ou dia em que um fato particular ocorreu, podemos repetir-lhe os números dos anos possivelmente relevantes, os nomes dos doze meses e os trinta e um números dos dias do mês, assegurando-lhe que, quando chegarmos ao número certo, ou ao nome certo, seus olhos se abrirão por sua livre vontade ou ele sentirá qual é o certo. Na grande maioria dos casos, de fato o paciente se decide por uma data particular. Com grande freqüência (como no caso da Sra. Caecilie M.) é possível comprovar, por documentos do período em questão, que a data foi reconhecida de forma correta, enquanto em outros casos e em outras ocasiões a indiscutível exatidão da data escolhida pode ser inferida pelo contexto dos fatos recordados. Por exemplo, depois que uma paciente teve sua atenção atraída para a data a que se tinha chegado por esse método de “contagem”, ela disse: “Ora, esse é o aniversário do meu pai!” e acrescentou: “É claro! foi por ser aniversário dele que eu estava esperando o acontecimento de que estávamos falando”.

Aqui, só de passagem posso tocar nesse tema. A conclusão que extraí de todas essas observações foi que as experiências que desempenharam um papel patogênico importante, junto com todos os seus concomitantes secundários, são retidas com exatidão na memória do paciente, mesmo quando parecem ter sido esquecidas - quando ele é incapaz de relembrá-las.

Após essa longa mais inevitável digressão, voltarei ao caso de *Miss Lucy R.* Como disse, portanto, minhas tentativas de hipnose com ela não produziram o sonambulismo. Ela simplesmente ficava deitada, quieta, num estado acessível a um discreto grau de influência, com os olhos fechados o tempo todo, as feições um pouco rígidas e sem mexer nem as mãos nem os pés. Perguntei-lhe se conseguia lembrar-se da ocasião em que sentira pela primeira vez o cheiro de pudim queimado. - “Ah, sim, sei exatamente. Foi há uns dois meses, dois dias antes do meu aniversário. Estava com as crianças na sala de aula e brincava de cozinhar com elas” (eram duas meninas). - “Chegou uma carta que acabara de ser entregue pelo carteiro. Vi pelo carimbo postal e pela letra que era da minha mãe, em Glasgow, e queria abri-la e lê-la, mas as crianças se precipitaram sobre mim, arrancaram a carta de minhas mãos e gritaram: ‘Não, você não vai ler agora! Deve ser pelo seu aniversário, vamos guardar a carta para você!’ Enquanto as crianças faziam essa brincadeira comigo, houve de repente um cheiro forte. Elas haviam esquecido o pudim que estavam assando, e ele estava queimando. Desde então tenho sido perseguida pelo cheiro, que está sempre presente e fica mais forte quando estou agitada”.

- “Você vê essa cena com nitidez diante de seus olhos?” - “Em tamanho natural, exatamente como a experimentei.” - “Que poderia haver a respeito dela que fosse tão perturbador?” - “Fiquei emocionada porque as crianças foram muito afetuosas comigo.” - “E não o eram sempre?” - “Sim... mas justamente quando recebi a carta de minha mãe.” - “Não compreendo por que há um contraste entre a afeição das crianças e a carta de sua mãe, pois é o que você parece estar sugerindo.” - “Eu estava pretendendo voltar para a casa de minha mãe, e pensar em deixar aquelas crianças queridas me deixava muito triste.” - “Qual é o problema com sua mãe? Tem se sentido sozinha e mandou buscar você? Ou estava doente na ocasião, e você esperava notícias dela?” - “Não; ela não é muito forte, mas não está exatamente doente, e tem alguém que lhe faz companhia.” - “Então por que você precisava deixar as crianças?” - “Não podia mais suportar ficar naquela casa. A empregada, a cozinheira e a governanta francesa pareciam pensar que eu me estava colocando acima do meu lugar. Aliaram-se numa pequena intriga contra mim e disseram toda espécie de coisas a meu respeito ao avô das crianças, e não obtive tanto apoio quanto esperava dos dois cavalheiros quando me queixei a eles. Assim, notifiquei o Diretor (o pai das crianças) de que pretendia ir embora. Ele respondeu de maneira muito amável que seria melhor eu pensar mais sobre o assunto durante umas duas ou três semanas, antes de dar-lhe minha decisão final. Eu estava nessa situação de incerteza na época e achava que iria deixar a casa, mas acabei ficando.” - “Havia algo em particular, afóra a afeição delas por você, que a ligasse às crianças?” - “Havia. A mãe delas era parente distante da minha mãe, e eu lhe prometera em seu leito de morte que me devotaria com todas as minhas forças às crianças, que não as deixaria e que ocuparia o lugar da mãe junto a elas. Ao dar a notificação de minha saída eu havia quebrado essa promessa”.

Isso pareceu completar a análise da sensação objetiva de cheiro apresentada pela paciente. De fato, ela mostrara ter sido, em sua origem, uma sensação objetiva, intimamente associada a uma experiência - uma pequena cena - em que dois afetos antagônicos tinham estado em conflito: sua tristeza por deixar as crianças e as desconsiderações que, não obstante, a estavam impelindo a decidir-se por aquele curso de ação. A carta da mãe naturalmente a havia feito lembrar suas razões para tomar essa decisão, visto que era sua intenção juntar-se a ela ao partir. O conflito entre seus afetos promovera o momento da chegada da carta à categoria de um trauma, e a sensação de cheiro associada a esse trauma persistiu como seu símbolo. Ainda era necessário explicar por que, de todas as percepções sensoriais proporcionadas pela cena, ela havia escolhido aquele odor como símbolo. Eu já estava preparado, contudo, para recorrer à afecção crônica do nariz de minha paciente para ajudar a explicar esse ponto. Em resposta a uma pergunta direta, disse-me que, justamente naquela época, estava mais uma vez com um resfriado nasal tão forte que mal podia sentir o cheiro do que quer que fosse. Entretanto, quando em seu estado de agitação, percebeu o cheiro do pudim queimado, que transpôs a barreira da perda organicamente determinada de seu sentido de olfato.

Mas não fiquei satisfeito com a explicação assim alcançada. Tudo parecia muito plausível, mas havia algo que me escapava, alguma razão adequada por que essas agitações e esse conflito de afetos levaram à histeria, e não a qualquer outra coisa. Por que tudo não havia permanecido no nível da vida psíquica normal? Em outras palavras, qual era a justificativa para a conversão que havia ocorrido? Por que ela não se recordava sempre da própria cena, em vez da sensação associada que ela isolava como o símbolo da lembrança? Tais questões poderiam parecer curiosas demais e supérfluas, se estivéssemos lidando com uma histérica de longa data em quem o mecanismo da conversão fosse habitual. Mas não fora senão quando do advento desse trauma, ou pelo menos dessa pequena história de perturbações, que a moça ficara histérica.

Ora, eu já sabia, pela análise de casos semelhantes, que antes de a histeria poder ser adquirida pela primeira vez, uma condição essencial precisa ser preenchida: uma representação precisa ser *intencionalmente recalcada da consciência* e excluída das modificações associativas. Em minha opinião, esse recalco intencional constitui também a base para a conversão total ou parcial da soma de excitação. A soma de excitação, estando isolada da associação psíquica, encontra ainda com mais facilidade seu caminho pela trilha errada para a inervação somática. A base do próprio recalco só pode ser uma sensação de desprazer, uma incompatibilidade entre a representação isolada a ser recalcada e a massa dominante de representações que constituem o ego. A representação recalcada vingá-se, contudo, tornando-se patogênica.

Por conseguinte, do fato de *Miss Lucy R.* ter sucumbido à conversão histérica no momento em questão, inferi que, entre os determinantes do trauma, devia ter havido um que ela

intencionalmente procurara deixar na obscuridade e se esforçara por esquecer. Se sua afeição pelas crianças e sua sensibilidade em relação aos outros membros da casa fossem consideradas em conjunto, só se poderia tirar uma conclusão. Fui ousado o bastante para informar minha paciente dessa interpretação. Disse-lhe: “Não consigo conceber que essas sejam todas as razões para seus sentimentos a respeito das crianças. Creio que, na verdade, você está apaixonada por seu patrão, o Diretor, embora talvez sem que você própria esteja consciente disso, e que nutre a esperança secreta de tomar de verdade o lugar da mãe delas. E devemos também recordar a sensibilidade que você agora tem em relação às criadas, após ter vivido pacificamente com elas durante anos. Você teme que elas suspeitem de suas esperanças e se divirtam à sua custa.

Ela respondeu em seu habitual estilo lacônico: “Sim, acho que isso é verdade.” - “Mas, se você sabia que amava seu patrão, por que não me disse?” - “Não sabia... ou melhor, não queria saber. Queria tirar isso de minha cabeça e não pensar mais no assunto, e creio que ultimamente tenho conseguido.” - “Por que foi que você não estava disposta a admitir essa inclinação? Estava envergonhada de amar um homem?” - “De forma alguma, não sou assim tão pudica. De qualquer forma, não somos responsáveis por nossos sentimentos. Isso me foi aflitivo apenas porque ele é meu patrão e estou a seu serviço, morando em sua casa. Não sinto em relação a ele a mesma independência completa que sentiria em relação a qualquer outro. E depois, sou apenas uma moça pobre, e ele é um homem muito rico e de boa família. As pessoas iriam rir de mim se tivessem alguma idéia disso”.

A essa altura, ela não opôs nenhuma resistência a esclarecer a origem dessa inclinação. Disse-me que nos primeiros anos vivera feliz na casa, cumprindo com seus deveres e livre de quaisquer desejos irrealizáveis. Um dia, porém, seu patrão, um homem sério e sobrecarregado de trabalho, cujo comportamento em relação a ela sempre fora reservado, iniciou uma discussão sobre os moldes em que as crianças deveriam ser educadas. Ele foi menos formal e mais cordial do que de costume e lhe disse o quanto dependia dela para cuidar de seus filhos órfãos; e ao dizer isso, olhou-a de modo significativo... O amor da jovem por ele havia começado nesse momento, e ela se permitira até mesmo apoiar-se nas esperanças gratificantes que havia baseado nessa conversa. Mas quando não houve nenhum outro progresso, e depois de esperar em vão por outra hora íntima de troca de opiniões, ela decidiu banir tudo aquilo da mente. *Miss Lucy* concordou inteiramente comigo em que era provável que o olhar por ela notado durante a conversa havia brotado dos pensamentos dele sobre a esposa, e reconheceu de maneira bem clara que não havia nenhuma perspectiva de que seus sentimentos por ele fossem de algum modo correspondidos.

Esperava que essa conversa trouxesse uma modificação fundamental em seu estado, mas por algum tempo isso não se verificou. Ela continuou desanimada e deprimida. Sentia-se um pouco revigorada pela manhã, graças ao tratamento hidropático que eu lhe receitara ao mesmo tempo. O cheiro de pudim queimado não desapareceu por completo, embora se tornasse menos freqüente e mais fraco. Só aparecia, disse-me ela, quando ficava

extremamente agitada. A persistência desse símbolo mnêmico levou-me a suspeitar que, além da cena principal, ele havia assumido a representação dos numerosos traumas secundários associados àquela cena. Assim, procuramos alguma outra coisa que pudesse ter relação com o pudim queimado; penetramos na questão do atrito doméstico, do comportamento do avô e assim por diante, e à medida que o fazíamos o cheiro de queimado foi-se dissipando cada vez mais. Também durante essa época o tratamento foi interrompido por um tempo considerável, graças a um novo ataque de seu distúrbio nasal, que levou então à descoberta da cárie do etmóide |ver em [1]|.

Ao retornar, contou ela que no Natal recebera muitos presentes dos dois cavalheiros da casa e até das empregadas, como se todos estivessem ansiosos por fazer as pazes com ela e apagar de sua lembrança os conflitos dos últimos meses. Mas esses sinais de boas intenções não haviam causado nenhuma impressão nela.

Quando lhe perguntei mais uma vez sobre o cheiro de pudim queimado, ela me informou que ele havia desaparecido, mas que agora vinha sendo importunada por outro cheiro semelhante, parecido com o de fumaça de charuto. Esse cheiro também estivera presente antes, mas fora encoberto, por assim dizer, pelo cheiro do pudim. Agora aparecera por si mesmo.

Não fiquei muito satisfeito com os resultados do tratamento. O que acontecera fora exatamente o que sempre se consegue com um tratamento sintomático: eu apenas eliminara um sintoma só para que seu lugar fosse ocupado por outro. Entretanto, não hesitei em dedicar-me à tarefa de eliminar esse novo símbolo mnêmico através da análise.

Mas dessa vez ela não sabia de onde provinha a sensação olfativa subjetiva - em que ocasião importante ela fora uma sensação objetiva. “Todos os dias as pessoas fumam em nossa casa,” disse, “e realmente não sei se o cheiro que sinto se refere a alguma ocasião especial”. Insisti então em que ela tentasse recordar sob a pressão de minha mão. Já tive oportunidade de mencionar |ver em [1]| que suas lembranças possuíam a qualidade de uma nitidez plástica, que ela era um tipo “visual”. E de fato, por insistência minha, um quadro surgiu gradativamente diante dela, a princípio de maneira hesitante e fragmentada. Era a sala de jantar de sua casa, onde ela esperava com as crianças que os dois cavalheiros voltassem da fábrica para almoçar. “Agora estamos todos sentados à mesa: os cavalheiros, a governanta francesa, a empregada, as crianças e eu. Mas isso é o que acontece todos os dias.” - “Continue a olhar para o quadro; ele se desenvolverá e ficará mais específico.” - “Sim, há um convidado. É o contador-chefe. É um senhor e é tão afeiçoado às crianças como se fossem seus próprios netos. Mas ele vem tantas vezes almoçar que também não há nada de especial nisso.” - “Tenha paciência e continue a olhar para o quadro; é certo que acontecerá alguma coisa.” - “Não está acontecendo nada. Estamos nos levantando da mesa; as crianças se despedem e sobem conosco, como de costume, para o segundo andar.” - “E então?” - “Ora, afinal de contas é uma ocasião especial. Agora reconheço a cena. Quando as crianças

se despedem, o contador tenta beijá-las. Meu patrão se exalta e chega a gritar com ele: ‘Não beije as crianças!’ Sinto uma punhalada no coração, e como os cavalheiros já estão fumando, a fumaça dos charutos fica em minha memória.”

Essa, portanto, era uma segunda cena, mais profunda, que à semelhança da primeira funcionou como um trauma e deixou atrás de si um símbolo mnêmico. Mas a que essa cena devera sua eficácia? - “Qual das duas cenas foi a primeira”, perguntei, “essa ou a do pudim queimado?” - “A cena que acabo de lhe contar foi a primeira, com uma diferença de quase dois meses.” - “Então por que você sentiu essa punhalada quando o pai das crianças deteve o velho? A reprimenda dele não visava a você.” - “Não foi certo da parte dele gritar com um senhor idoso, que era um bom amigo e, ainda por cima, um convidado. Ele poderia ter dito aquilo com delicadeza.” - “Então foi só a violência com que ele se expressou que magoou você? Você se sentiu constrangida por ele? Ou talvez tenha pensado: ‘Se ele pode ser tão violento por uma coisa tão insignificante com um velho amigo e convidado, quanto mais seria comigo se eu fosse mulher dele.’” - “Não, não é isso.” - “Mas teve algo a ver com a violência dele, não foi?” - “Teve, em relação ao fato de as crianças serem beijadas. Ele jamais gostou disso.”

E nesse momento, sob a pressão de minha mão, emergiu a lembrança de uma terceira cena, ainda mais antiga, que fora o trauma realmente atuante e que dera à cena com o contador-chefe sua eficácia traumática. Ainda acontecera, alguns meses antes, que uma senhora conhecida do patrão fora visitá-los e, ao sair, beijara as duas crianças na boca. O pai delas, que se achava presente, conseguira refrear-se para não dizer nada à senhora, mas depois que ela havia partido, sua fúria explodira sobre a cabeça da infeliz governanta. Disse que a responsabilizaria se alguém beijasse as crianças na boca, que era seu dever não permitir tal coisa e que ela estaria incidindo numa falta para com seu dever se o permitisse; se aquilo acontecesse de novo, ele confiaria a educação das crianças a outras mãos. Isso havia acontecido numa ocasião em que *Miss Lucy* ainda supunha que ele a amava, e estava na expectativa de uma repetição de sua primeira conversa amistosa. A cena esmagara suas esperanças. Ela dissera consigo mesma: “Se ele pode enfurecer-se comigo dessa maneira e fazer tais ameaças por um assunto tão banal, e em relação ao qual, além disso, não tenho a mínima responsabilidade, devo ter cometido um erro. Ele não pode jamais ter tido quaisquer sentimentos ternos por mim, senão eles o teriam ensinado a tratar-me com maior consideração.” Foi obviamente a lembrança dessa cena aflitiva que lhe veio quando o contador-chefe tentou beijar as crianças e foi repreendido pelo pai destas últimas.

Depois dessa última análise, quando, dois dias depois, *Miss Lucy* tornou a me visitar, não pude deixar de lhe perguntar o que lhe acontecera para deixá-la tão feliz. Parecia transfigurada. Estava sorridente e de cabeça erguida. Pensei por um momento que, afinal de contas, eu estava errado sobre a situação e a governanta das crianças tinha ficado noiva do Diretor. Mas ela desfez essa minha idéia. “Não aconteceu nada. Ocorre apenas que o senhor

não me conhece. O senhor só me viu doente e deprimida. Em geral, sou sempre alegre. Quando acordei ontem pela manhã, não sentia mais aquele peso na cabeça, e desde então tenho-me sentido bem.” - “E o que acha de suas perspectivas na casa?” - “Tenho uma idéia bem clara sobre o assunto. Sei que não tenho nenhuma possibilidade e não vou ficar infeliz por isso.” - “E será que agora vai se dar bem com os empregados?” - “Acho que minha própria sensibilidade exagerada foi a responsável pela maior parte do que aconteceu.” - “E você ainda está apaixonada por seu patrão?” - “Sim, é claro que estou, mas isso não faz nenhuma diferença. Afinal, posso guardar comigo meus próprios pensamentos e sentimentos.”

Examinei-lhe então o nariz e verifiquei que sua sensibilidade à dor e sua excitabilidade reflexa tinham sido quase inteiramente restauradas. Ela também conseguia distinguir os odores, embora com insegurança e apenas se fossem fortes. Cabe-me deixar em aberto, contudo, a questão de saber até que ponto seu distúrbio nasal terá desempenhado um papel na redução de seu sentido do olfato.

Esse tratamento durou ao todo nove semanas. Quatro meses depois encontrei-me por acaso com a paciente numa de nossas estações de veraneio. Estava animada e assegurou-me que sua recuperação fora duradoura.

DISCUSSÃO

Não estou inclinado a subestimar a importância do caso que acabo de descrever, muito embora a paciente só estivesse sofrendo de uma histeria leve e benigna e houvesse apenas poucos sintomas em jogo. Pelo contrário, parece-me um fato instrutivo que mesmo uma doença como essa, tão improdutiva quando encarada como uma neurose, exigisse tantos determinantes psíquicos. Na realidade, quando considero esse caso clínico mais detidamente, fico tentado a vê-lo como um modelo exemplar de um tipo particular de histeria, ou seja, a forma dessa moléstia que pode ser contraída mesmo por uma pessoa de boa hereditariedade, como resultado de experiências apropriadas. Deve-se compreender que não me refiro, com isso, a uma histeria independente de *qualquer* predisposição já existente. É provável que tal histeria não exista. Mas só reconhecemos uma predisposição dessa natureza numa pessoa depois que ela se torna de fato histérica, pois antes disso não há provas da sua existência. A predisposição neuropática, tal como genericamente

compreendida, é diferente. Já está marcada, antes da instalação da doença, pelo quantum da contaminação hereditária do sujeito ou pela soma de suas anormalidades psíquicas individuais. Até onde vão minhas informações, não havia em *Miss Lucy R.* nenhum traço de qualquer desses fatores. Sua histeria, portanto, pode ser descrita como adquirida, e não pressupôs nada além da posse do que é, provavelmente, uma tendência muito difundida - a tendência para adquirir a histeria. Ainda não temos quase nenhuma idéia de quais possam ser as características dessa tendência. Nos casos dessa espécie, contudo, a ênfase principal recai na natureza do trauma, embora, é claro, considerada em conjunto com a reação do sujeito ao mesmo. Para a aquisição da histeria, vem a ser um *sine qua non* o desenvolvimento de uma incompatibilidade entre o ego e alguma idéia a ele apresentada. Espero ter a possibilidade de indicar, em outro texto, como diferentes perturbações neuróticas emergem dos diversos métodos adotados pelo "ego" para escapar a essa incompatibilidade. O método histérico de defesa - para o qual, como vimos, é necessária a posse de uma tendência específica - reside na conversão da excitação em uma inervação somática; e a vantagem disso é que a idéia incompatível é forçada para fora do ego consciente. Em troca, essa consciência guarda então a reminiscência física surgida por meio da conversão (em nosso caso, as sensações subjetivas de olfato da paciente) e sofre por causa do afeto que se acha de forma mais ou menos clara ligado precisamente àquela reminiscência. A situação assim provocada passa então a não ser suscetível de modificação, pois a incompatibilidade que teria exigido uma eliminação do afeto não existe mais, graças ao recalque e à conversão. Assim, o mecanismo que produz a histeria representa, por um lado, um ato de covardia moral e, por outro, uma medida defensiva que se acha à disposição do ego. Com bastante freqüência temos de admitir que rechaçar as excitações crescentes provocando a histeria é, nessas circunstâncias, a coisa mais conveniente a fazer; com maior freqüência, naturalmente, temos que concluir que uma dose maior de coragem moral teria sido vantajosa para a pessoa em causa.

O momento traumático real, portanto, é aquele em que a incompatibilidade se impõe sobre o ego e em que este último decide repudiar a idéia incompatível. Essa idéia não é aniquilada por tal repúdio, mas apenas recalcada para o inconsciente. Quando esse processo ocorre pela primeira vez, passa a existir um núcleo e centro de cristalização para a formação de um grupo psíquico divorciado do ego - um grupo em torno do qual tudo o que implicaria uma aceitação da idéia incompatível passa então a se reunir. A divisão da consciência nesses casos de histeria adquirida é, portanto, deliberada e intencional. Pelo menos, é muitas vezes *introduzida* por um ato de volição, pois o resultado real é um pouco diferente do que o indivíduo pretendia. O que ele desejava era eliminar uma idéia, como se jamais tivesse surgido, mas tudo o que consegue fazer é isolá-la psiquicamente.

Na história de nossa atual paciente, o momento traumático foi o da explosão do padrão contra ela porque as crianças foram beijadas pela senhora. Por algum tempo, contudo, essa cena não teve nenhum efeito manifesto. (Pode ser que a hipersensibilidade e o desânimo da

paciente tenham começando a partir dela, mas não posso afirmá-lo.) Seus sintomas histéricos só começaram depois, em momentos que podem ser descritos como “auxiliares”. O traço característico do momento auxiliar é, creio eu, que os dois grupos psíquicos divididos convergem temporariamente para ele, como fazem na consciência ampliada que ocorre no sonambulismo. No caso de *Miss Lucy R.*, o primeiro dos momentos auxiliares, no qual ocorreu a conversão, foi a cena à mesa, quando o contador-chefe tentou beijar as crianças. Aqui a lembrança traumática estava desempenhando um papel: a paciente não se comportou como se se tivesse livrado de tudo o que se relacionava com sua dedicação ao patrão. (Na história de outros casos, esses diferentes momentos coincidem; a conversão ocorre como efeito imediato do trauma.)

O segundo momento auxiliar repetiu o mecanismo do primeiro de forma quase exata. Uma impressão poderosa reagrupou temporariamente a consciência da paciente, e a conversão mais uma vez seguiu a trilha que se abrira na primeira ocasião. É interessante notar que o segundo sintoma a se desenvolver camuflou o primeiro, de modo que este só foi percebido com clareza quando o segundo foi retirado do caminho. Também me parece que vale a pena fazer uma observação sobre o curso inverso que teve de ser seguido também pela análise. Tive a mesma experiência num grande número de casos; os sintomas surgidos posteriormente camuflaram os primeiros, e a chave de toda a situação estava apenas no último sintoma a ser alcançado pela análise.

O processo terapêutico, neste caso, consistiu em compelir o grupo psíquico que fora dividido a se reunir mais uma vez com a consciência do ego. Estranhamente, o êxito não acompanhou pari passu o volume de trabalho realizado. Foi só quando a última tarefa foi concluída que de repente ocorreu a recuperação.

CASO 4 - KATHARINA - (FREUD)

Nas férias de verão do ano de 189.. fiz uma excursão ao Hohe Tauern para que por algum tempo pudesse esquecer a medicina e, mais particularmente, as neuroses. Quase havia conseguido isso quando, um belo dia, desviei-me da estrada principal para subir uma montanha que ficava um pouco afastada e que era renomada por suas vistas e sua cabana de hospedagem bem administrada. Alcancei o cimo após uma subida estafante e, sentindo-me revigorado e descansado, sentei-me, mergulhando em profunda contemplação do encanto do panorama distante. Estava tão perdido em meus pensamentos que, a princípio, não relacionei comigo estas palavras, quando alcançaram meus ouvidos: “O senhor é médico?” Mas a

pergunta fora endereçada a mim, e pela moça de expressão meio amuada, de talvez dezoito anos de idade, que me servira a refeição e à qual a proprietária se dirigira pelo nome de “Katharina”. A julgar por seus trajes e seu porte, não podia ser uma empregada, mas era sem dúvida filha ou parenta da hospedeira.

Voltando a mim, respondi:

-Sim, sou médico, mas como você soube disso?

-O senhor escreveu seu nome no livro de visitantes. E pensei que, se o senhor pudesse dispor de alguns momentos... A verdade, senhor, é que meus nervos estão ruins. Fui ver um médico em L- por causa deles, e ele me receitou alguma coisa, mas ainda não estou boa.

Assim, lá estava eu novamente às voltas com as neuroses - pois nada mais poderia haver de errado com aquela moça de constituição forte e sólida e de aparência tristonha. Fiquei interessado ao constatar que as neuroses podiam florescer assim, a uma altitude superior a 2.000 metros; portanto, fiz-lhe outras perguntas. Relato a conversa que se seguiu entre nós tal como ficou gravada em minha memória, e não alterei o dialeto da paciente.

-Bem, e de que é que você sofre?

-Sinto muita falta de ar. Nem sempre. Mas às vezes ela me apanha de tal forma que acho que vou ficar sufocada.

Isso não pareceu, à primeira vista, um sintoma nervoso. Mas logo me ocorreu que provavelmente era apenas uma descrição representando uma crise de angústia: ela estava destacando a falta de ar do complexo de sensações que decorrem da angústia e atribuindo uma importância indevida a esse fator isolado.

-Sente-se aqui. Como são as coisas quando você fica “sem ar”?

-Acontece de repente. Antes de tudo, parece que há alguma coisa pressionando meus olhos. Minha cabeça fica muito pesada, há um zumbido horrível e fico tão tonta que quase chego a cair. Então alguma coisa me esmaga o peito a tal ponto que quase não consigo respirar.

-E não nota nada na garganta?

-Minha garganta fica apertada, como se eu fosse sufocar.

-Acontece mais alguma coisa na cabeça?

-Sim, umas marteladas, o bastante para fazê-la explodir.

-E não se sente nem um pouco assustada quando isso acontece?

-Sempre acho que vou morrer. Em geral, sou corajosa e ando sozinha por toda parte, desde o porão até a montanha inteira. Mas no dia em que isso acontece não ousa ir a parte alguma; fico o tempo todo achando que há alguém atrás de mim que vai me agarrar de repente.

Portanto, era de fato uma crise de angústia, e introduzida pelos sinais de uma “aura” histérica - ou, mais corretamente, era um ataque histérico cujo conteúdo era a angústia. Mas não seria provável que houvesse também outro conteúdo?

-Quando você tem uma dessas crises, pensa em alguma coisa? E sempre a mesma coisa? Ou vê alguma coisa diante de você?

-Sim. Sempre vejo um rosto medonho que me olha de uma maneira terrível, de modo que fico assustada.

Talvez isso pudesse oferecer um meio rápido de chegarmos ao cerne da questão.

-Você reconhece o rosto? Quero dizer, é um rosto que realmente já viu alguma vez?

-Não.

-Sabe de onde vêm as suas crises?

-Não.

-Quando as teve pela primeira vez?

-Há dois anos, quando ainda morava na outra montanha com minha tia. (Ela dirigia uma cabana de hospedagem e nós nos mudamos para cá há dezoito meses.) Mas elas continuam a acontecer.

Deveria eu fazer uma tentativa de análise? Não podia aventurar-me a transplantar a hipnose para essas altitudes, mas talvez tivesse sucesso com uma simples conversa. Teria que arriscar um bom palpite. Eu havia constatado com bastante freqüência que, nas moças, a angústia era conseqüência do horror de que as mentes virginais são tomadas ao se

defrontarem pela primeira vez com o mundo da sexualidade.

Então disse-lhe:

-Se você não sabe, vou dizer-lhe como *eu* penso que você passou a ter seus ataques. Nessa ocasião, há dois anos, você deve ter visto ou ouvido algo que muito a constrangeu e que teria preferido muitíssimo não ver.

-Céus, é isso mesmo! - respondeu. - Foi quando surpreendi meu tio com a moça, com Franziska, minha prima.

-Que história é essa sobre uma moça? Não vai me contar?

-Suponho que se pode contar *tudo* a um médico. Bem, naquela época, o senhor sabe, meu tio, o marido de minha tia que o senhor viu aqui, tinha a estalagem na - kogel. Agora eles estão divorciados, e a culpa é minha, pois foi através de mim que se veio a saber que ele estava andando com Franziska.

-E como você descobriu isso?

-Foi assim. Um dia, há dois anos, uns cavalheiros tinham subido a montanha e pediram alguma coisa para comer. Minha tia não estava em casa, e Franziska, que era quem sempre cozinhava, não foi encontrada em parte alguma. E meu tio também não foi encontrado. Procuramos por toda parte, e finalmente Alois, o garotinho que era meu primo, disse: “Ora, Franziska deve estar no quarto de papai!” E ambos rimos, mas não estávamos pensando em nada de mau. Fomos então ao quarto do meu tio, mas o encontramos trancado. Isso me pareceu estranho. Então Alois disse: “Há uma janela no corredor de onde se pode olhar para dentro do quarto.” Dirigimo-nos para o corredor, mas Alois recusou-se a ir até a janela e disse que estava com medo. Então, eu falei: “Seu menino bobo! Eu vou. Não tenho o menor medo.” E não tinha nada de mau na mente. Olhei para dentro. O quarto estava um pouco escuro, mas vi meu tio e Franziska; ele estava deitado em cima dela.

-E então?

-Afastei-me da janela imediatamente, apoiei-me na parede e fiquei sem ar, justamente o que me acontece desde então. Tudo ficou opaco, minhas pálpebras se fecharam à força e havia marteladas e um zumbido em minha cabeça.

-Você contou isso a sua tia no mesmo dia?

-Oh, não, não disse nada.

-Então por que ficou tão assustada quando os viu juntos? Você entendeu? Sabia o que estava acontecendo?

-Oh, não. Não compreendi nada naquela ocasião. Tinha apenas dezesseis anos. Não sei por que me assustei.

-Srta. Katharina, se pudesse lembrar-se agora do que lhe aconteceu naquela ocasião em que teve sua primeira crise, no que pensou sobre o fato ... isso a ajudaria.

-Sim, se pudesse. Mas fiquei tão assustada que me esqueci de tudo.

(Traduzido na terminologia de nossa “Comunicação Preliminar” [ver em [1]], isso significa: “O próprio afeto criou um estado hipnóide cujos produtos foram então isolados da ligação associativa com a consciência do ego”.)

-Diga-me, senhorita, será que a cabeça que você sempre vê quando fica sem ar é a de Franziska, tal como a viu naquele momento?

-Não, não, ela não era tão horrível. Além disso, é uma cabeça de homem.

-Ou talvez a de seu tio?

-Não vi o rosto dele assim com tanta clareza. Estava escuro demais no quarto. E por que estaria fazendo uma cara tão medonha exatamente naquela hora?

-Você tem toda razão.

(O caminho de repente pareceu bloqueado. Talvez algo pudesse surgir no restante de sua história.)

-E o que aconteceu depois?

-Bem, os dois devem ter ouvido algum ruído, porque saíram logo em seguida. Senti-me muito mal o tempo todo. Ficava sempre pensando naquilo. Então, dois dias depois, era domingo, havia muito o que fazer, e trabalhei o dia inteiro. E na manhã de segunda-feira tornei a me sentir tonta e caí doente, fiquei acamada por três dias seguidos.

Nós [Breuer e eu] muitas vezes havíamos comparado a sintomatologia da histeria com uma

escrita pictográfica que se torna inteligível após a descoberta de algumas inscrições bilíngües. Nesse alfabeto, estar doente significa repulsa. Então eu disse:

-Se você ficou doente três dias depois, creio que isso significa que quando olhou para dentro do quarto sentiu repulsa.

-Sim, tenho certeza de que senti repulsa - disse ela, pensativa -, mas repulsa de quê?

-Não terá visto alguém nu, talvez? Como estavam eles?

-Estava muito escuro para ver qualquer coisa; além disso, ambos estavam vestidos. Oh, se pelo menos soubesse do que foi que senti nojo!

Eu também não tinha nenhuma idéia. Mas disse-lhe que continuasse e que me contasse qualquer coisa que lhe ocorresse, na confiante expectativa de que ela viesse a pensar exatamente no que eu precisava para explicar o caso.

Bem, ela passou a descrever como afinal havia contado sua descoberta à tia, que a achou mudada e suspeitou que estivesse escondendo algum segredo. Seguiram-se algumas cenas muito desagradáveis entre o tio e a tia, no decorrer das quais as crianças vieram a ouvir muitas coisas que lhes abriram os olhos de várias maneiras e que teria sido melhor que não tivessem ouvido. Finalmente, a tia resolveu mudar-se com os filhos e a sobrinha e ficar com a atual estalagem, deixando o tio sozinho com Franziska, que entretimes ficara grávida. Depois disso, contudo, para minha surpresa, Katharina abandonou o fio da meada e começou a me contar dois grupos de histórias mais antigas, que retrocediam a dois ou três anos antes do momento traumático. O primeiro grupo relacionava-se com ocasiões em que o mesmo tio fizera investidas sexuais contra ela própria, quando estava com apenas quatorze anos. Ela descreveu como, certa feita, fora com ele numa viagem até o vale, no inverno, e ali passara a noite na estalagem. Ele ficou no bar bebendo e jogando cartas, mas ela sentiu sono e foi cedo para a cama, no quarto que iam partilhar no andar de cima. Não estava ainda inteiramente adormecida quando ele subiu; depois, tornou a adormecer e acordou de repente, “sentindo o corpo dele” na cama. Deu um salto e admoestou-o: “O que é que o senhor está pretendendo, tio? Por que não fica na sua própria cama?” Ele tentou apaziguá-la: “Ora, sua bobinha, fique quieta. Você não sabe como é bom.” - “Não gosto de suas coisas ‘boas’; o senhor nem ao menos deixa a gente dormir em paz.” Ela ficou de pé na porta, pronta a se refugiar no corredor do lado de fora, até que finalmente ele desistiu e foi dormir. Então ela voltou para sua própria cama e dormiu até de manhã. Pela maneira como relatou ter-se defendido, parece que ela não reconheceu nitidamente a investida como sendo de ordem sexual. Quando lhe perguntei se sabia o que ele estava tentando fazer com ela, respondeu: “Não naquela ocasião.” Disse então que isso lhe ficara claro muito depois: resistira porque era desagradável ser perturbada durante o sono e “porque não era bom”.

Fui obrigado a relatar isso minuciosamente por causa de sua grande importância para a compreensão de tudo o que se seguiu. Ela passou a relatar-me ainda outras experiências um pouco posteriores: como mais uma vez teve de defender-se dele numa estalagem, quando ele estava inteiramente bêbado, e histórias semelhantes. Em resposta a uma pergunta para saber se, nessas ocasiões, sentira algo semelhante a sua posterior falta de ar, ela respondeu com firmeza que em todas as ocasiões sentira a pressão nos olhos e no peito, mas nada semelhante à força que havia caracterizado a cena da descoberta.

Logo após ter terminado esse conjunto de lembranças, ela começou a me contar um segundo conjunto, que se relacionava com ocasiões em que notara algo entre o tio e Franziska. Uma vez, toda a família passara a noite, com a roupa que trazia no corpo, num palheiro, e ela fora subitamente despertada por um ruído; pensou ter reparado que o tio, que estivera deitado entre ela e Franziska, se afastava, e que Franziska estava acabando de se deitar. De outra feita, passavam a noite numa estalagem na aldeia de N-; ela e o tio estavam num quarto, e Franziska, num outro contíguo. Ela acordou de repente durante a noite e viu uma figura alta e branca na porta, prestes a girar a maçaneta: - “Deus do céu, é o senhor, tio? O que está fazendo na porta?” - “Fique quieta. Estava só procurando uma coisa.” - “Mas a saída é pela *outra* porta.” - “É, foi um engano meu” ... e assim por diante.

Perguntei-lhe se ficara desconfiada nessa ocasião. “Não, não dei nenhuma importância àquilo; apenas notei e não pensei mais no assunto.”

Quando lhe perguntei se tinha ficado assustada também nessas ocasiões, respondeu que achava que sim, mas não estava tão certa disso.

Ao fim desses dois conjuntos de lembranças, ela parou. Parecia alguém que tivesse passado por uma transformação. O rosto amuado e infeliz ficara animado, os olhos brilhavam, sentia-se leve e exultante. Entrementes, a compreensão de seu caso tornara-se clara para mim. A última parte do que me contara, numa forma aparentemente sem sentido, proporcionou uma admirável explicação de seu comportamento na cena da descoberta. Naquela ocasião, ela carregava consigo dois conjuntos de experiências de que se recordava mas que não compreendia, e das quais não havia extraído nenhuma inferência. Quando vislumbrou o casal no ato sexual, estabeleceu de imediato uma ligação entre a nova impressão e aqueles dois conjuntos de lembranças, começou a compreendê-los e, ao mesmo tempo, a rechaçá-los. Seguiu-se então um curto período de elaboração, de “incubação”, após o qual os sintomas de conversão se instalaram, com os vômitos funcionando como um substituto para a repulsa moral e física. Isto solucionou o enigma. Ela não sentira repulsa pela visão das duas pessoas, mas pela lembrança que aquela visão despertara. E, levando tudo em conta, esta só poderia ser a lembrança da investida contra ela na noite em que “sentira o corpo do tio”.

Assim, quando ela terminou sua confissão, eu lhe disse:

-Sei agora o que foi que você pensou ao olhar para dentro do quarto: “Agora ele está fazendo com ela o que queria fazer comigo naquela noite e nas outras vezes.” Foi disso que você sentiu repulsa, porque lembrou-se da sensação de quando despertou durante a noite e sentiu o corpo dele.

-É bem possível - respondeu - que tenha sido isso o que me causou repulsa e que tenha sido nisso que pensei.

-Diga-me só mais uma coisa. Você agora é uma moça crescida e sabe toda espécie de coisas...

-Sim, agora eu sou.

-Diga-me apenas uma coisa. Qual foi a parte do corpo dele que você sentiu naquela noite?

Mas ela não me deu mais nenhuma resposta definida. Sorriu de maneira constrangida, como se tivesse sido apanhada, como alguém que é obrigado a admitir que se atingiu uma posição fundamental na qual não resta mais muita coisa a dizer. Pude imaginar qual fora a sensação tátil que ela depois aprendera a interpretar. Sua expressão facial parecia dizer que ela achava que eu tinha razão em minha conjectura. Mas não pude ir mais além e, de qualquer modo, fiquei-lhe grato por me haver tornado muito mais fácil conversar com ela do que com as senhoras pudicas da minha clínica na cidade, que consideram vergonhoso tudo o que é natural.

Assim, o caso ficou esclarecido. Mas esperemos um momento! O que dizer da alucinação periódica da cabeça que surgia durante suas crises e lhe infundia terror? De onde provinha? Perguntei-lhe então sobre isso e, como se seu conhecimento também tivesse sido ampliado por nossa conversa, ela respondeu prontamente:

-Sim, agora eu sei. A cabeça é a do meu tio, agora a reconheço, mas não *daquela* época. Mais tarde quando todas as brigas tinham irrompido, meu tio deu vazão a uma cólera absurda contra mim. Vivia dizendo que era tudo culpa minha: se eu não tivesse dado com a língua nos dentes, aquilo nunca teria redundado em divórcio. Ele vivia ameaçando fazer alguma coisa contra mim; e quando me avistava a distância, seu rosto se transfigurava de ódio e ele partia para cima de mim com a mão levantada. Eu sempre fugia dele e sempre ficava apavorada com a idéia de que um dia ele me pegasse desprevenida. O rosto que sempre vejo agora é o dele, quando ficava furioso.

Esses dados me fizeram recordar que seu primeiro sintoma histérico - o vômito - havia

passado, a crise de angústia permanecera e adquirira um novo conteúdo. Por conseguinte, estávamos lidando com uma histeria que fora ab-reagida num grau considerável. E, de fato, ela havia informado a tia de sua descoberta pouco depois do acontecimento.

-Você contou a sua tia as outras histórias... sobre as investidas que ele fez contra você?

-Contei. Não imediatamente, mas depois, quando já se falava em divórcio. Minha tia disse: “Vamos guardar isso de reserva. Se ele criar caso no tribunal, contaremos isso também.”

Posso compreender muito bem que tenha sido precisamente este último período - quando ocorreram cenas cada vez mais agitadas na casa e quando o estado da própria paciente deixou de interessar a tia, que estava inteiramente absorta na disputa - que tenha sido esse período de acúmulo e retenção que lhe tenha deixado o legado do símbolo mnêmico [do rosto alucinado].

Espero que essa moça, cuja sensibilidade sexual fora afetada numa idade tão precoce, tenha tirado algum benefício de nossa conversa. Desde então não voltei a vê-la.

DISCUSSÃO

Se alguém afirmasse que o presente relato não é tanto um caso analisado de histeria, e sim um caso solucionado por conjeturas, eu nada teria a dizer contra ele. É certo que a paciente concordou que aquilo que introduzi em sua história provavelmente era verdade, mas ela não estava em condições de reconhecê-lo como algo que houvesse experimentado. Creio que teria sido necessária a hipnose para conseguir isso. Admitindo que minhas conjeturas tenham sido certas, tentarei agora inserir o caso no quadro esquemático de uma histeria “adquirida”, nos moldes sugeridos pelo Caso 3. Parece plausível, portanto, comparar os dois conjuntos de experiências eróticas com momentos “traumáticos”, e a cena da descoberta do casal, com um momento “auxiliar”. | ver em [1] e seg.| A semelhança está no fato de que, nas experiências anteriores, criou-se um elemento da consciência que foi excluído da atividade de pensamento do ego e permaneceu, por assim dizer, armazenado, ao passo que, na última cena, uma nova impressão ocasionou forçosamente uma ligação associativa entre esse grupo separado e o ego. Por outro lado, existem diferenças que não podem ser desprezadas. A

causa do isolamento não foi, como no Caso 3, um ato de vontade do ego, mas *ignorância* por parte deste, que ainda não era capaz de lidar com experiências sexuais. Nesse sentido, o caso de Katharina é típico. Em toda análise de casos de histeria baseados em traumas sexuais, verificamos que as impressões do período pré-sexual que não produziram nenhum efeito na criança atingem um poder traumático, numa data posterior, como lembranças, quando a moça ou a mulher casada adquire uma compreensão da vida sexual. Pode-se dizer que a divisão dos conjuntos psíquicos é um processo normal no desenvolvimento do adolescente, sendo fácil ver que sua recepção posterior pelo ego proporciona oportunidades freqüentes para perturbações psíquicas. Além disso, gostaria, neste ponto, de externar a dúvida de se uma divisão da consciência devida à ignorância é realmente diferente de uma que se deva à rejeição consciente, e se mesmo os adolescentes não possuem conhecimento sexual com muito mais freqüência do que se supõe ou do que eles mesmos acreditam.

Outra distinção no mecanismo psíquico deste caso reside no fato de que a cena da descoberta, que classificamos de “auxiliar” merece igualmente ser denominada de “traumática”. Ela atuou por seu próprio conteúdo, e não simplesmente como alguma coisa que revivesse experiências traumáticas anteriores. Combinou as características de um momento “auxiliar” e de um momento “traumático”. Não parece haver nenhum motivo, contudo, para que essa coincidência nos leve a abandonar uma separação conceitual que em outros casos corresponde também a uma separação no tempo. Outra peculiaridade do caso de Katharina, que, aliás, há muito já nos é familiar, pode ser observada na circunstância de que a conversão, a produção dos fenômenos histéricos, não ocorreu imediatamente após o trauma, e sim depois de um intervalo de incubação. Charcot gostava de classificar esse intervalo de “período de elaboração |*élaboration*| psíquica”.

A angústia de que Katharina sofria em suas crises era histérica, isto é, era uma reprodução da angústia que surgira em conexão com cada um dos traumas sexuais. Não comentarei aqui o fato que tenho encontrado regularmente num número muito grande de casos - a saber, que a mera suspeita de relações sexuais desperta o afeto de angústia nas pessoas virgens. | ver em [1].|

CASO 5 - SRTA. ELISABETH VON R. (FREUD)

No outono de 1892, um médico meu conhecido pediu-me que examinasse uma jovem que

vinha sofrendo há mais de dois anos de dores nas pernas e que tinha dificuldades em andar. Ao fazer esse pedido, acrescentou que julgava tratar-se de um caso de histeria, embora não houvesse nenhum vestígio das indicações habituais dessa neurose. Disse-me conhecer ligeiramente a família, e que, nos últimos anos, ela tivera muitos infortúnios e pouca felicidade. Primeiro, o pai da paciente morrera, em seguida a mãe tivera de submeter-se a uma séria operação da vista e logo depois uma irmã casada sucumbira a uma afecção cardíaca de longa duração após o puerpério. De todas essas dificuldades e todos os cuidados dispensados aos enfermos, a maior parcela recaía sobre nossa paciente.

Minha primeira entrevista com essa jovem de vinte e quatro anos de idade não me ajudou a realizar grandes progressos na compreensão do caso. Ela parecia inteligente e mentalmente normal, e suportava seus problemas, que interferiam em sua vida social e seus prazeres, com ar alegre - a *belle indifférence* dos histéricos, como não pude deixar de pensar. Andava com a parte superior do corpo inclinada para a frente, mas sem fazer uso de qualquer apoio. Sua marcha não era de nenhum tipo patológico reconhecido e, além disso, de modo algum era notavelmente mau. Tudo o que se observava era que ela se queixava de grande dor ao andar e de se cansar rapidamente ao andar e ao ficar de pé, e que depois de curto intervalo tinha de descansar, o que diminuía as dores mas não as eliminava inteiramente. A dor era de caráter indefinido; deparei que era algo da natureza de uma fadiga dolorosa. Uma área bastante grande e mal definida da superfície anterior da coxa direita era indicada como o foco das dores, a partir da qual elas se irradiavam com mais freqüência e onde atingiam sua maior intensidade. Nessa região, a pele e os músculos eram também particularmente sensíveis à pressão e aos beliscões (embora uma picada de agulha provocasse, quando muito, certa dose de indiferença). A hiperalgia da pele e dos músculos não se restringia a essa região, mas podia ser observada mais ou menos em toda a extensão das duas pernas. Os músculos eram talvez ainda mais sensíveis à dor do que a pele; mas não havia dúvida de que as coxas eram as partes mais sensíveis a essas duas espécies de dor. A força motora das pernas não podia ser qualificada de pequena e os reflexos eram de intensidade média. Não havia outros sintomas, de modo que não existia fundamento para se suspeitar da presença de qualquer afecção orgânica grave. O distúrbio se desenvolvera gradativamente durante os dois anos anteriores e variava bastante em intensidade.

Não achei fácil chegar a um diagnóstico, mas resolvi por duas razões concordar com o que fora proposto por meu colega, isto é, que se tratava de um caso de histeria. Em primeiro lugar, fiquei impressionado com a indefinição de todas as descrições do caráter das dores fornecidas pela paciente, que era, não obstante, uma pessoa muito inteligente. Um paciente que sofra de dores orgânicas, a menos que além disso seja neurótico, as descreverá de forma definida e calma. Dirá, por exemplo, que são dores lancinantes, que ocorrem a certos intervalos, que se estendem deste lugar para aquele e que lhe parecem ser provocadas por uma coisa ou outra. Por outro lado, quando um neurastênico descreve suas dores, dá a impressão de estar empenhado numa difícil tarefa intelectual que ultrapassa em muito suas forças. Suas feições se contraem e se deformam como se ele estivesse sob a influência de um

afeto angustiante. A voz torna-se mais aguda e ele luta por encontrar um meio de expressão. Rejeita qualquer descrição de suas dores proposta pelo médico, mesmo que ela depois se revele inquestionavelmente adequada. Percebe-se que ele é da opinião de que a linguagem é pobre demais para que ele encontre palavras para descrever suas sensações e de que essas sensações são algo único e até então desconhecido do qual seria inteiramente impossível dar uma descrição completa. Por esse motivo, ele jamais se cansa de acrescentar novos detalhes sem cessar e, quando é obrigado a parar, com certeza fica com a convicção de que não conseguiu se fazer entender pelo médico. Tudo isso porque as dores atraíram toda a atenção dele para elas. A Srta. von R. comportava-se de forma inteiramente oposta, e somos levados a concluir que, já que ela ainda assim atribuía importância suficiente a seus sintomas, sua atenção devia estar em outra coisa, da qual as dores eram apenas um fenômeno acessório - provavelmente, portanto, em pensamentos e sentimentos que estavam vinculados a elas.

Mas existe um segundo fator que é ainda mais decisivamente favorável a essa opinião sobre as dores. Quando estimulamos uma região sensível à dor em alguém com uma doença orgânica ou num neurastênico, o rosto do paciente assume uma expressão de mal-estar ou de dor física. Além disso, ele se esquiva, retrai-se e resiste ao exame. No caso da Srta. von R., contudo, quando se pressionava ou beliscava a pele e os músculos hiperalgésicos de suas pernas, seu rosto assumia uma expressão peculiar, que era antes de prazer do que de dor. Ela gritava mais e eu não podia deixar de pensar que era como se ela estivesse tendo uma voluptuosa sensação de cócega - o rosto enrubescia, ela jogava a cabeça para trás e fechava os olhos, e seu corpo se dobrava para trás. Nenhum desses movimentos era muito exagerado, mas era distintamente observável, e isso só podia ser conciliado com o ponto de vista de que seu distúrbio era histérico e de que o estímulo tocava uma zona histerogênica.

Sua expressão facial não se ajustava à dor evidentemente provocada pela beliscadura dos músculos e da pele; provavelmente se harmonizava mais com o tema dos pensamentos que jaziam ocultos por trás da dor e que eram despertados nela pela estimulação das partes do corpo associadas com esses pensamentos. Observei repetidamente expressões de significado semelhante em casos incontestáveis de histeria, quando se aplicava um estímulo às zonas hiperalgésicas. Os outros gestos da paciente eram, é claro, indícios muito leves de um ataque histérico.

Para começar, não havia explicação para a localização inusitada de sua zona histerogênica. O fato de a hiperalgia afetar principalmente os músculos também dava o que pensar. O distúrbio mais habitualmente responsável pela sensibilidade difusa e local à pressão nos músculos é uma infiltração reumática desses músculos - o reumatismo muscular crônico comum. Já mencionei | ver em. [1]| a tendência desse distúrbio a simular afecções nervosas. Essa possibilidade não entrava em contradição com a consistência dos músculos hiperalgésicos da paciente. Havia numerosas fibras endurecidas na substância muscular e estas pareciam ser especialmente sensíveis. Assim, era provável que uma alteração muscular orgânica da espécie indicada estivesse presente e que a neurose se houvesse ligado

a ela, fazendo-a parecer exageradamente importante.

O tratamento prosseguiu na suposição de que o distúrbio fosse dessa espécie mista. Recomendamos a continuação da massagem e faradização sistemática dos músculos sensíveis, independentemente da dor resultante, e reservei para mim o tratamento das pernas com correntes elétricas de alta tensão, a fim de poder manter-me em contato com a paciente. Sua pergunta quanto a se deveria forçar-se a andar foi respondida com um incisivo “sim”.

Dessa maneira, promovemos uma ligeira melhora. Em especial, ela parecia gostar muito dos choques dolorosos produzidos pelo aparelho de alta-tensão, e quanto mais fortes estes eram, mais pareciam afastar suas próprias dores para um segundo plano. Entrementes, meu colega preparava o terreno para o tratamento psíquico, e quando, após quatro semanas de meu pretenso tratamento, propus a ela o outro método e lhe dei algumas explicações sobre seu processamento e modo de ação, obtive rápida compreensão e pouca resistência.

A tarefa em que então me empenhei veio a ser, entretanto, uma das mais árduas que já empreendi, e a dificuldade de fazer um relato dela é comparável, além disso, às dificuldades que tive então de superar. Também por muito tempo fui incapaz de apreender a conexão entre os fatos de sua doença e seus sintomas reais, que, não obstante, deveriam ter sido causados e determinados por aquele conjunto de experiências.

Quando se inicia um tratamento catártico dessa natureza, a primeira pergunta que se faz é se a própria paciente tem consciência da origem e da causa precipitante de sua doença. Em caso afirmativo, não se faz necessária nenhuma técnica especial para permitir-lhe reproduzir a história de sua doença. O interesse que o médico demonstra por ela, a compreensão que lhe permite sentir e as esperanças de recuperação que lhe dá, tudo isso faz com que a paciente se decida a revelar seu segredo. Desde o início me pareceu provável que a Srta. Elisabeth estivesse consciente da causa de sua doença, que o que guardava na consciência fosse apenas um segredo, e não um corpo estranho. Contemplando-a, não se podia deixar de pensar nas palavras do poeta:

Das Maeskchen da weissagt verborgnen Sinn

A princípio, portanto, pude dispensar a hipnose, porém com a ressalva de que poderia fazer uso dela posteriormente, se no curso de sua confissão surgisse algum material cuja elucidação não estivesse ao alcance de sua memória. Ocorreu assim que nesta, que foi a

primeira análise integral de uma histeria empreendida por mim, cheguei a um processo que mais tarde transformei num método regular e empreguei deliberadamente. Esse processo consistia em remover o material psíquico patogênico camada por camada e gostávamos de compará-lo à técnica de escavar uma cidade soterrada. Eu começava por fazer com que a paciente me contasse o que sabia e anotava cuidadosamente os pontos em que alguma seqüência de pensamentos permanecia obscura ou em que algum elo da cadeia causal parecia estar faltando. E depois penetrava em camadas mais profundas de suas lembranças nesses pontos, realizando uma investigação sob hipnose ou utilizando alguma técnica semelhante. Todo o trabalho baseava-se, naturalmente, na expectativa de que seria possível identificar um conjunto perfeitamente adequado de determinantes para os fatos em questão. Examinarei agora os métodos utilizados para a investigação profunda.

A história que a Srta. Elisabeth me relatou de sua doença foi cansativa, composta de muitas experiências penosas diferentes. Enquanto fazia o relato, ela não ficava sob hipnose, mas eu a fazia deitar-se e conservar os olhos fechados, embora não me opusesse a que os abrisse ocasionalmente, mudasse de posição, se sentasse e assim por diante. Quando ela ficava mais profundamente emocionada do que de costume com uma parte da história, parecia cair num estado mais ou menos semelhante à hipnose. Ficava então imóvel e mantinha os olhos bem fechados.

Começarei por repetir o que surgiu como a camada mais superficial de suas lembranças. Sendo a mais jovem de três filhas, ela era ternamente apegada aos pais e passara a juventude na propriedade deles, na Hungria. A saúde da mãe era freqüentemente perturbada por uma afecção dos olhos, bem como por estados nervosos. Foi assim que ela se viu atraída para um contato muito íntimo com o pai, um homem alegre e experiente conhecedor da vida que costumava dizer que aquela filha ocupava o lugar de um filho e de um amigo com quem ele podia trocar idéias. Embora a mente da moça encontrasse estímulo intelectual nessa relação com o pai, ele não deixava de observar que a constituição mental dela estava, por causa disso, afastando-se do ideal que as pessoas gostam de ver concretizado numa moça. Em tom brincalhão, ele a chamava de “insolente” e “convencida” e a aconselhava a não ser categórica demais em seus julgamentos, advertindo-a contra o hábito de dizer a verdade às pessoas sem medir as conseqüências e muitas vezes dizendo que ela teria dificuldades em achar um marido. Ela se sentia, de fato, muito descontente por ser mulher. Tinha muitos planos ambiciosos. Queria estudar ou receber educação musical e ficava indignada com a idéia de ter de sacrificar suas inclinações e sua liberdade de opinião pelo casamento. Assim, nutria-se de seu orgulho pelo pai e do prestígio e posição social da família, e guardava zelosamente tudo o que se relacionava com essas vantagens. O altruísmo, contudo, com que colocava em primeiro lugar a mãe e as irmãs mais velhas, quando surgia a ocasião, reconciliava inteiramente seus pais com o lado mais áspero do seu caráter.

Em vista da idade das moças, ficou resolvido que a família se mudaria para a capital, onde Elisabeth, durante um curto espaço de tempo, pôde desfrutar de uma vida mais

completa e mais alegre no círculo familiar. Mas sobreveio então o golpe que destruiu a felicidade da família. O pai ocultara, ou talvez tivesse ele próprio subestimado, uma afecção crônica do coração, e um dia foi levado inconsciente para casa, com um edema pulmonar. Foi assistido durante dezoito meses, e Elisabeth agiu no sentido de desempenhar o papel principal junto a seu leito de doente. Dormia no quarto dele, estava pronta a despertar quando ele a chamava à noite, cuidava dele durante o dia e obrigava-se a parecer alegre, enquanto ele se conformava com seu estado irremediável, mostrando uma resignação sem queixas. O início da doença dela deve ter-se relacionado com esse período de desvelos, pois ela se recordava de que, durante os últimos seis meses, ficara acamada por um dia e meio por causa das dores que descrevemos. Ela asseverou, porém, que essas dores passaram rapidamente e não lhe haviam causado nenhuma inquietação nem atraído sua atenção. E, de fato, só dois anos após o falecimento do pai foi que ela se sentiu doente e ficou impossibilitada de andar por causa das dores.

A lacuna causada na vida dessa família de quatro mulheres pela morte do pai, seu isolamento social, a interrupção de tantas relações que prometiam trazer-lhe interesse e diversão, a saúde precária da mãe, que então se tornou mais acentuada - tudo isso lançou uma sombra sobre o estado de espírito da paciente; mas, ao mesmo tempo, despertou-lhe um vivo desejo de que sua família logo pudesse encontrar algo para substituir a felicidade perdida, levando-a a concentrar toda a sua afeição e cuidado na mãe que ainda vivia.

Quando o ano de luto havia passado, sua irmã mais velha casou-se com um homem bem-dotado e dinâmico. Ele ocupava posição de responsabilidade e sua capacidade intelectual parecia prometer-lhe um grande futuro. Mas para com os conhecidos mais íntimos ele exibia uma sensibilidade mórbida e uma insistência egoísta em suas excentricidades. E foi o primeiro do círculo da família a ousar demonstrar falta de consideração pela velha senhora. Isso foi demais para Elisabeth. Ela se sentiu convocada a empreender uma luta contra o cunhado sempre que ele lhe dava oportunidade para isso, enquanto as outras mulheres não levavam a sério as explosões temperamentais dele. Foi um desapontamento penoso para ela ver assim interrompida a reconstrução da antiga felicidade da família, e ela não conseguia perdoar a irmã casada pela complacência feminina com que esta sempre evitava tomar partido. Elisabeth reteve na memória inúmeras cenas ligadas a isso, envolvendo queixas parcialmente não verbalizadas contra seu primeiro cunhado. Mas sua principal recriminação a ele continuava a prender-se ao fato de, em nome de uma possível promoção, ele ter-se mudado com sua pequena família para uma remota cidade da Áustria e assim ter ajudado a aumentar o isolamento da mãe. Nessa ocasião, Elisabeth sentiu de maneira intensa seu desamparo, sua incapacidade de proporcionar à mãe um substituto pela felicidade que perdera e a impossibilidade de levar a cabo a intenção que tivera quando da morte do pai.

O casamento da segunda irmã pareceu prometer um futuro mais brilhante para a família, pois o segundo cunhado, embora menos bem-dotado intelectualmente, era do agrado daquelas mulheres cultas, educado que fora, como acontecera com elas, para ter

consideração pelos outros. Seu comportamento reconciliou Elisabeth com a instituição do matrimônio e com a idéia dos sacrifícios que este implicava. Além disso, o segundo casal permaneceu morando perto da mãe e o filho que tiveram tornou-se o predileto de Elisabeth. Infelizmente, outro acontecimento veio lançar uma sombra sobre o ano em que a criança nasceu. O tratamento do problema na vista da mãe exigiu que ela permanecesse num quarto escuro por várias semanas, durante as quais Elisabeth ficou com ela. Uma operação foi considerada inevitável. A agitação diante dessa perspectiva coincidiu com os preparativos para a mudança do primeiro cunhado. Finalmente, a mãe saiu-se bem da operação, que foi realizada por mão de mestre. As três famílias se reuniram numa estação de veraneio e esperou-se que Elisabeth, que ficara exausta com as ansiedades dos últimos meses, se recuperasse inteiramente durante o que seria o primeiro período de libertação dos pesares e temores a ser desfrutado pela família desde a morte do pai.

Foi precisamente durante essas férias, contudo, que as dores e a fraqueza locomotora de Elisabeth começaram. Ela estivera mais ou menos cônica das dores por um curto período, mas elas sobrevieram com violência, pela primeira vez, depois de ela ter tomado um banho quente na pequena estação de águas. Alguns dias antes ela saíra para dar um longo passeio - na verdade, uma caminhada que durou meio dia -, o qual eles relacionaram com o aparecimento das dores, de modo que foi fácil adotar o ponto de vista de que Elisabeth primeiro ficara “cansada demais” e em seguida “se resfriara”.

A partir dessa época Elisabeth foi a inválida da família. Foi aconselhada pelo médico a dedicar o resto do mesmo verão a um período de tratamento hidropático em Gastein [nos Alpes austríacos], e viajou para lá com a mãe. Mas foi então que surgiu uma nova preocupação. A segunda irmã ficara grávida novamente e as notícias de seu estado eram extremamente desfavoráveis, de modo que a custo pôde decidir-se a ir para Gastein. Ela e a mãe mal tinham passado quinze dias lá quando foram chamadas de volta pelas notícias de que a irmã se achava acamada e em estado gravíssimo.

Seguiu-se uma viagem angustiante, durante a qual Elisabeth foi atormentada não só por suas dores como também por expectativas sombrias. Quando as duas chegaram à estação, houve sinais que as levaram a temer o pior; e ao entrarem no quarto da doente tiveram a certeza de que haviam chegado tarde demais para se despedirem de uma pessoa viva.

Elisabeth sofreu não só com a perda dessa irmã, a quem amava ternamente, mas quase na mesma medida com os pensamentos provocados pela morte dela e pelas mudanças que esta acarretou. A irmã sucumbira a uma doença cardíaca que fora agravada pela gravidez. Surgiu então a idéia de que a doença de coração fora herdada do lado paterno da família. Recordou-se que a irmã morta havia sofrido, no início da adolescência, de coréia, acompanhada de um distúrbio cardíaco brando. A família culpou a si própria e aos médicos por terem permitido o casamento, e foi impossível poupar o infeliz do viúvo da acusação de ter posto em perigo a saúde da esposa, ao provocar duas gestações em sucessão imediata. A

partir dessa época, os pensamentos de Elisabeth se ocuparam ininterruptamente com a sombria reflexão de que quando, para variar, as raras condições para um casamento feliz tinham sido preenchidas, essa felicidade chegara a um fim terrível. Além disso, ela viu mais uma vez o colapso de tudo o que desejara para a mãe. O cunhado viúvo ficou inconsolável e afastou-se da família da esposa. Ao que parece, a família dele, que se afastara durante seu breve e feliz casamento, achou que aquele momento era favorável para atraí-lo de volta para seu próprio círculo. Não houve meio de preservar a união que existira anteriormente. Não era viável ele morar com a mãe dela, uma vez que Elisabeth era solteira. Como ele também se recusasse a deixar a criança, que era o único legado da esposa morta, sob a custódia das duas mulheres, deu-lhes a oportunidade, pela primeira vez, de acusá-lo de crueldade. Por fim - e este não foi o fato menos aflitivo - chegou aos ouvidos de Elisabeth o boato de que surgira uma querela entre seus dois cunhados. Ela só pôde tentar adivinhar-lhe a causa; mas, ao que parecia, o viúvo formulara exigências de ordem financeira que o outro declarou injustificáveis e que, na verdade, em vista do pesar da mãe na ocasião, ele pôde caracterizar como chantagem da pior espécie.

Essa era, portanto, a infeliz história dessa moça orgulhosa com sua ânsia de amor. Incompatibilizada com seu destino, amargurada pelo fracasso de todos os seus pequenos planos para o restabelecimento das antigas glórias da família, com todos aqueles a quem amava mortos, distantes ou estremecidos, e despreparada para refugiar-se no amor de algum homem desconhecido, ela viveu dezoito meses em reclusão quase completa, não tendo nada a ocupá-la senão os cuidados com a mãe e com suas próprias dores.

Se pusermos de lado os grandes infortúnios e penetrarmos nos sentimentos de uma moça, não poderemos deixar de sentir profunda solidariedade humana pela Srta. Elisabeth. Mas que dizer do interesse, puramente médico, dessa história de sofrimentos, de suas relações com a dolorosa fraqueza locomotora da paciente e das possibilidades de explicação e cura proporcionadas por nosso conhecimento desses traumas psíquicos?

No que concerne ao médico, a confissão da paciente foi, à primeira vista, uma grande decepção. Era um relato de choques emocionais corriqueiros e nada havia que explicasse por que ela adoecera precisamente de histeria ou por que sua histeria assumira a forma específica de uma abasia dolorosa. O relato não esclarecia nem as causas, nem a determinação específica de sua histeria. Talvez pudéssemos presumir que a paciente havia estabelecido uma associação entre suas impressões mentais dolorosas e as dores corporais que por acaso estava experimentando na mesma época, e que agora, em sua vida de lembranças, estivesse usando suas sensações físicas como símbolo das mentais. Mas restava explicar quais teriam sido seus motivos para fazer tal substituição e em que momento ela ocorrera. Essas perguntas, aliás, não eram do tipo que os médicos tinham por hábito formular. Em geral, nós nos contentávamos com a afirmação de que um paciente era constitucionalmente histérico e sujeito a desenvolver sintomas histéricos sob a pressão de excitações intensas *de qualquer natureza*.

Aquela confissão parecia oferecer ainda menos ajuda para a cura de sua doença do que para sua explicação. Não era fácil verificar que tipo de influência benéfica a Srta. Elisabeth poderia obter da recapitulação da história de seus sofrimentos de anos recentes - com os quais todos os membros da sua família estavam acostumados - para um estranho que a ouvia com solidariedade apenas moderada. Nem havia qualquer sinal de que a confissão produzisse um efeito curativo dessa espécie. Durante esse primeiro período de tratamento, ela nunca deixou de repetir que ainda se sentia doente e que suas dores continuavam intensas como sempre; e, quando dizia isso olhando-me com uma expressão maliciosa de satisfação por eu estar confuso, eu não podia deixar de me lembrar da opinião do velho Sr. von R. sobre sua filha predileta - que ela era muitas vezes “insolente” e “convencida”. Mas eu era obrigado a admitir que ela estava certa.

Se eu tivesse interrompido o tratamento psíquico da paciente nesse estágio, o caso da Srta. Elisabeth von R. não teria lançado nenhuma luz sobre a teoria da histeria. Mas continuei minha análise porque esperava, convicto, que os níveis mais profundos de sua consciência proporcionariam uma compreensão tanto das causas como dos determinantes específicos dos sintomas histéricos. Resolvi, portanto, formular uma pergunta direta à paciente, num estado ampliado de consciência, e indagar-lhe qual teria sido a impressão psíquica à qual se vinculara a primeira emergência de dores nas pernas.

Com essa finalidade em vista, propus-me pôr a paciente em hipnose profunda. Infelizmente, porém, não pude deixar de observar que meu procedimento não a colocara em nenhum outro estado a não ser naquele em que ela fizera seu relato. Já me dei por satisfeito por ela não ter protestado triunfalmente nessa ocasião: “Não estou dormindo, sabe; não posso ser hipnotizada.” Nesse ponto, ocorreu-me a idéia de recorrer ao expediente de aplicar-lhe a pressão na cabeça, cuja origem descrevi na íntegra no caso clínico de *Miss Lucy* | ver em. [1] e segs.]. Realizei isso instruindo a paciente para que me informasse com fidelidade tudo o que aparecesse em sua imaginação ou de que se lembrasse no momento da pressão. Ela ficou calada por muito tempo e então, por insistência minha, admitiu ter pensado numa noite em que um jovem a acompanhara até em casa depois de uma festa, da conversa que houvera entre eles e dos sentimentos com que voltara para casa a fim de ficar à cabeceira do pai enfermo.

Essa primeira menção ao rapaz abriu uma nova corrente de representações cujos conteúdos extraí então gradativamente. Tratava-se aqui de um segredo, pois ela não havia contado a ninguém, exceto a um amigo comum, suas relações com esse rapaz e as esperanças ligadas a elas. Ele era filho de uma família com a qual há muito eles mantinham relações amistosas e que morava perto da antiga propriedade de nossa paciente. O jovem, que era órfão, fora devotadamente afeiçoado ao pai dela e seguira os conselhos deste no tocante a

sua carreira. Estendera sua admiração pelo pai às damas da família. Numerosas lembranças de leituras feitas em comum, de trocas de idéias e de observações feitas por ele que eram repetidas a ela por outras pessoas apoiaram nela o gradual desenvolvimento da convicção de que ele a amava e a compreendia e de que o casamento com ele não implicaria sacrifícios por parte dela, sacrifícios esses que ela tanto temia no casamento de maneira geral. Infelizmente, ele era pouco mais velho do que ela e ainda estava longe de poder sustentar-se. Mas ela estava firmemente determinada a esperar por ele.

Depois que o pai de Elisabeth adoeceu gravemente e ela ficou muito ocupada em cuidar dele, seus encontros com o namorado se tornaram cada vez mais raros. A noite da qual ela se recordara pela primeira vez representou o que fora, na verdade, o clímax dos sentimentos dela, mas mesmo nessa ocasião não tinha havido nenhum *éclaircissement* entre eles. Naquela ocasião ela se deixara convencer, por insistência da família e do próprio pai, a ir a uma festa em que era provável que o encontrasse. Quisera voltar cedo para casa, mas fora pressionada a ficar e cedera quando ele prometeu acompanhá-la até a residência dela. Elisabeth nunca experimentou sentimentos tão afetuosos para com ele como enquanto ele a acompanhou nessa noite. Mas ao chegar tarde em casa, nesse estado de espírito abençoado, ela constatou que o pai sofrera uma piora e se recriminou amargamente por ter sacrificado tanto tempo à sua própria diversão. Essa foi a última vez que se afastou do pai doente por uma noite inteira. Encontrou-se poucas vezes com o namorado depois disso. Após a morte do pai, o jovem pareceu afastar-se dela em sinal de respeito por seu pesar. O curso de sua vida levou-o então por outros rumos. Ela teve de se acostumar pouco a pouco com a idéia de que o interesse dele por ela fora substituído por outros e de que ela o havia perdido. Mas essa decepção em seu primeiro amor ainda a feria sempre que ela pensava nele.

Foi nessa relação, portanto, e na cena descrita acima, na qual ela atingiu seu auge, que pude procurar as causas de suas primeiras dores históricas. O contraste entre os sentimentos de alegria que ela se permitira ter naquela ocasião e o agravamento do estado do pai com que deparara ao voltar para casa constituiu um conflito, uma situação de incompatibilidade. O resultado desse conflito foi que a representação erótica foi recalcada para longe da associação e o afeto ligado a essa representação foi utilizado para intensificar ou reviver uma dor física que estivera presente simultaneamente ou pouco antes. Assim, tratava-se de um exemplo do mecanismo de conversão com finalidade de defesa, o qual descrevi com pormenores em outro texto.

Vários comentários, é claro, podem ser feitos a esta altura. Devo ressaltar que não consegui estabelecer, com base em suas recordações, se a conversão ocorreu no momento de sua volta à casa. Assim, procurei por experiências semelhantes durante o tempo em que ela cuidou do pai e trouxe à tona grande número delas. Entre estas, uma importância especial se

preendeu, por causa de sua ocorrência freqüente, a cenas em que, a chamado do pai, ela pulava da cama de pés descalços num quarto frio. Eu me senti inclinado a atribuir alguma importância a esses fatores, visto que além de se queixar de dor nas pernas, ela também se queixava de torturantes sensações de frio. Não obstante, mesmo aqui fui incapaz de obter qualquer cena passível de ser identificada como aquela em que ocorreu a conversão. Por essa razão, eu me sentia inclinado a achar que havia uma lacuna na explicação nesse ponto, até me lembrar que, de fato, as dores histéricas nas pernas não haviam surgido durante o período em que ela estava cuidando do pai. Ela só se recordava de um único acesso de dor, que durara apenas um ou dois dias e não lhe chamara a atenção | ver em. [1]|. Dirigi então minhas indagações para esse primeiro aparecimento das dores. Consegui reavivar com segurança a lembrança que a paciente tinha dele. Precisamente naquela ocasião um parente os visitara e ela não pudera recebê-lo por estar de cama. Esse mesmo homem fora infeliz o bastante para visitá-las novamente dois anos depois, para encontrá-la de cama mais uma vez. Mas, apesar de repetidas tentativas, não conseguimos descobrir qualquer causa psíquica para as primeiras dores. Julguei seguro presumir que, de fato, elas haviam surgido sem nenhuma causa psíquica e eram uma afecção reumática branda; e pude estabelecer que esse distúrbio orgânico, que foi o modelo copiado em sua histeria posterior, teria de ser situado, de qualquer modo, antes da cena em que ela voltara da festa acompanhada. A julgar pela natureza das coisas, não obstante, é possível que essas dores, sendo de origem orgânica, tivessem persistido por algum tempo em grau atenuado, sem serem muito percebidas. A obscuridade devida ao fato de que a análise apontava para a ocorrência de uma conversão de excitação psíquica em dor física, embora essa dor certamente não fosse percebida na ocasião em questão ou relembrada em época posterior - esse é um problema que espero poder solucionar mais tarde, com base em outras considerações e em exemplos posteriores. | ver em [1] |

A descoberta da razão da primeira conversão abriu um segundo período profícuo do tratamento. A paciente surpreendeu-me logo depois, ao anunciar que agora sabia por que era que as dores sempre se irradiavam daquela região específica da coxa direita e atingiam ali sua maior intensidade: era nesse lugar que seu pai costumava apoiar a perna todas as manhãs, enquanto ela renovava a atadura em torno dela, pois estava muito inchada. Isso deve ter acontecido uma centena de vezes, mas ela não havia notado a ligação até esse momento. Assim, ela me forneceu a explicação de que eu precisava quanto ao surgimento do que era uma zona histerogênica atípica. Além disso, suas pernas doloridas começaram a “participar da conversa” durante nossas sessões de análise. | ver em [1].| O que tenho em mente é o seguinte fato notável: em geral, a paciente estava sem dor quando começávamos a trabalhar. Se então, por meio de uma pergunta ou pela pressão na sua cabeça, eu despertava uma lembrança, surgia uma sensação de dor, e esta era comumente tão aguda que a paciente estremecia e punha a mão no ponto doloroso. A dor assim despertada persistia enquanto a paciente estivesse sob a influência da lembrança; alcançava seu clímax quando ela estava no ato de me contar a parte essencial e decisiva do que tinha a comunicar, e com a última palavra desse relato, desaparecia. Com o tempo, passei a utilizar essas dores como uma

bússola para minha orientação: quando a moça parava de falar mas admitia ainda estar sentindo dor, eu sabia que ela não me havia contado tudo e insistia para que continuasse sua história, até que a dor se esgotasse pela fala. Só então eu despertava uma nova lembrança.

Durante esse período de ‘ab-reação’, o estado da paciente, tanto físico quanto mental, teve uma melhora tão notável que eu costumava dizer, meio de brincadeira, que estava retirando um pouco de seus motivos de dor de cada vez e que, quando os tivesse eliminado inteiramente, ela ficaria boa. Elisabeth logo chegou ao ponto de passar a maior parte do tempo sem dor; deixou-se convencer a caminhar bastante e a abandonar seu isolamento anterior. No curso da análise, ora eu acompanhava as oscilações espontâneas do estado da paciente, ora seguia minha própria estimativa da situação, quando achava não ter esgotado inteiramente alguma parte da história de sua doença.

Durante esse trabalho, fiz algumas observações interessantes, cujas lições vi confirmadas mais tarde, ao tratar de outros pacientes. Quanto às oscilações espontâneas, em primeiro lugar, constatei que, na verdade, não ocorrera nenhuma que não tivesse sido provocada por associação com algum evento contemporâneo. Numa ocasião, ela ouvira falar de uma doença de um de seus conhecidos, o que a fez lembrar-se de um detalhe da doença do pai; de outra feita, o filho da irmã morta fora visitá-las e sua semelhança com a mãe provocara nela sentimentos de pesar; e ainda noutra ocasião uma carta da irmã distante mostrou claramente a influência do cunhado insensível e causou-lhe uma dor que a obrigou a relatar a história de uma cena familiar que ainda não me contara. Visto que ela nunca trazia à tona duas vezes a mesma causa precipitante para uma dor, parecia-me justificado supor que assim esgotaríamos o estoque dessas causas. Desse modo, eu não hesitava em colocá-la em situações projetadas para despertar novas lembranças que ainda não tivessem alcançado a superfície. Por exemplo, mandei-a visitar o túmulo da irmã e encorajei-a a ir a uma festa, em que poderia mais uma vez encontrar o namorado de sua juventude.

A seguir, consegui algum discernimento sobre o modo originário do que poderia ser chamado de histeria “monossintomática”. Verifiquei que sua perna *direita* doía durante a hipnose quando a discussão versava sobre os cuidados que ela dispensara ao pai enfermo, ou sobre suas relações com o namorado da mocidade, ou sobre outros acontecimentos que se enquadravam no primeiro período de suas experiências patogênicas; por outro lado, a dor surgia na outra perna, a *esquerda*, tão logo eu provocava uma lembrança relacionada com a irmã morta ou com os dois cunhados - em suma, com uma impressão proveniente da segunda metade da história de sua doença. Tendo assim minha atenção despertada pela regularidade dessa relação, levei minha pesquisa adiante e fiquei com a impressão de que essa diferenciação ia ainda mais além e que cada novo determinante psíquico de sensações dolorosas ficara ligado a algum ponto novo da região dolorosa das pernas. O ponto doloroso original de sua coxa direita se relacionara com os cuidados prestados ao pai; a região da dor estendera-se desse ponto para regiões vizinhas, como resultado de novos traumas. O que

tínhamos aqui, portanto, não era, rigorosamente falando, um sintoma físico *único*, ligado a uma variedade de complexos mnêmicos na mente, mas sim um grande número de sintomas semelhantes, que pareciam, numa visão superficial, estar fundidos num único sintoma. Mas, ao verificar que a atenção da paciente se desviava desse tema, não prossegui com a delimitação das zonas de dor correspondentes aos diferentes determinantes psíquicos.

Não deixei, contudo, de voltar minha atenção para o modo como todo o complexo sintomático da abasia poderia ter-se estruturado nessas zonas dolorosas e, nesse sentido, fiz várias perguntas à paciente, tais como: Qual foi a origem de suas dores ao andar? E ao ficar de pé? E ao deitar-se? A algumas dessas perguntas ela respondeu espontaneamente, a outras sob a pressão de minha mão. Duas coisas resultaram daí. Em primeiro lugar, ela dividiu em grupos para mim todas as cenas a que estavam vinculadas impressões dolorosas, conforme as tivesse experimentado enquanto estava sentada ou de pé, e assim por diante. Por exemplo, estava *de pé* junto a uma porta quando o pai foi levado para casa logo após o ataque cardíaco | ver em [1]| e, com o susto, ficara paralisada como se tivesse raízes no chão. Continuou acrescentando várias outras lembranças a esse primeiro exemplo de susto quando se achava de pé, até chegar à cena assustadora em que, mais uma vez, estava *de pé*, como que enfeitiçada, junto ao leito de morte da irmã | ver em [1]|. Poder-se-ia esperar que toda essa cadeia de lembranças mostrasse haver uma conexão verdadeira entre suas dores e o ficar de pé, e a rigor ela poderia ser aceita como prova de uma associação. Mas convém lembrar que seria preciso comprovar a presença de um outro fator em todos esses eventos, um fator que lhe teria dirigido a atenção precisamente para o fato de estar de pé (ou, conforme o caso, andando, sentada, etc.) e, por conseguinte, levado à conversão. A explicação para o fato de sua atenção ter tomado esse rumo só pode ser buscada na circunstância de que andar, ficar de pé e deitar são funções e estados da parte do corpo que, no caso dela, abrangiam as zonas dolorosas: a saber, as pernas. Portanto, foi fácil compreender nesse caso a ligação entre a astasia-abasia e a primeira ocorrência da conversão.

Entre os episódios que, de acordo com esse catálogo, pareceram ter tornado doloroso o andar, um recebeu destaque especial: um passeio que ela fizera na estação de águas em companhia de várias outras pessoas | ver em [1]-[2]| e que teria sido longo demais. Os detalhes desse episódio só emergiram de maneira hesitante e deixaram vários enigmas não solucionados. Ela estivera num estado de ânimo particularmente dócil e se juntou, alegremente, a seu grupo de amigos. O dia estava bonito e não fazia muito calor. A mãe ficou em casa e a irmã mais velha já tinha ido embora. A irmã mais moça sentiu-se mal, mas não quis estragar o prazer dela; o cunhado primeiro disse que ficaria com a esposa, mas depois resolveu juntar-se ao grupo por causa de Elisabeth. Essa cena parecia estar estreitamente relacionada com o primeiro aparecimento das dores, pois ela se lembrou de ter ficado muito cansada e de ter sentido uma dor violenta ao voltar do passeio. Disse, contudo, não estar certa de já ter percebido as dores antes disso. Fiz-lhe ver que era improvável que tivesse

empreendido uma caminhada tão longa se já tivesse sentido quaisquer dores fortes. Perguntei-lhe o que na caminhada poderia ter provocado a dor, e ela me forneceu a resposta um tanto obscura de que o contraste entre sua própria solidão e a felicidade conjugal da irmã enferma (felicidade esta que o comportamento do cunhado lhe lembrava constantemente) fora doloroso para ela.

Outra cena, muito próxima da primeira no tempo, teve seu papel na ligação das dores com o *sentar*. Ocorreu alguns dias depois, quando a irmã e o cunhado já haviam ido embora. Ela estava inquieta e ansiosa. Levantou-se cedo e subiu uma pequena colina, indo até um lugar onde muitas vezes eles tinham estado juntos e que proporcionava uma linda vista. Sentou-se num banco de pedra e se abandonou a seus pensamentos, que mais uma vez diziam respeito a sua solidão e ao destino de sua família, e dessa vez confessou abertamente o desejo intenso de ser tão feliz quanto a irmã. Retornou dessa meditação matinal com dores violentas e, naquela mesma noite, tomou o banho após o qual as dores surgiram em caráter definitivo e permanente | ver em [1]].

Constatou-se ainda, sem qualquer sombra de dúvida, que suas dores ao andar e ao ficar de pé eram, de início, aliviadas quando ela se *deitava*. As dores só passaram a se relacionar com o ficar deitada quando, após ter notícia da doença da irmã, ela viajou de volta de Gastein [*loc. cit.*] e foi atormentada durante a noite tanto pela preocupação com a irmã quanto por dores lancinantes, tendo ficado estendida e insone no vagão de trem. E por muito tempo depois disso, deitar-se foi, na realidade, mais doloroso para ela do que andar ou ficar de pé.

Dessa forma, em primeiro lugar, a região dolorosa se estendera com o acréscimo de áreas adjacentes: cada novo tema que exercia um efeito patogênico catexizara uma nova região das pernas; em segundo lugar, cada uma das cenas que lhe haviam causado uma forte impressão deixara um vestígio, provocando uma catexia duradoura e constantemente acumulada das várias funções das pernas, uma ligação dessas funções com suas sensações dolorosas. Mas um terceiro mecanismo indubitavelmente estivera envolvido na formação de sua astasia-abasia. A paciente encerrou sua descrição de uma série de episódios com a queixa de que eles lhe haviam tornado doloroso o fato de “ficar sozinha”. Em outra série de episódios, que abrangiam suas tentativas frustradas de estabelecer uma nova vida para sua família, ela nunca se cansou de repetir que o doloroso nelas tinha sido seu sentimento de desamparo, o sentimento de que não podia “dar um único passo à frente”. Em vista disso, fui forçado a supor que entre as influências que contribuíram para a formação de sua abasia, tiveram papel essas suas reflexões; não pude deixar de pensar que a paciente não fizera nada mais nada menos do que procurar uma expressão *simbólica* para seus pensamentos dolorosos, e que a encontrara na intensificação de seus sofrimentos. O fato de que os sintomas somáticos da histeria podem ser produzidos por uma simbolização dessa natureza já foi afirmado em nossa “Comunicação Preliminar” | ver em [1]]. Na discussão do presente caso, apresentarei

dois ou três exemplos conclusivos disso. | ver em [1] e segs. | Esse mecanismo psíquico de simbolização não exerceu um papel importante na Srta. Elisabeth von R, não *criou* sua abasia. Mas tudo contribuiu para mostrar que a abasia que já estava presente recebeu assim um reforço considerável. Por conseguinte, essa abasia, na fase de desenvolvimento em que a encontrei, devia ser igualada não só a uma paralisia funcional baseada em associações psíquicas, mas também a uma paralisia baseada na simbolização.

Antes de prosseguir meu relato do caso, acrescentarei algumas palavras sobre o comportamento da paciente durante essa segunda fase do tratamento. No curso de toda a análise usei a técnica de provocar o surgimento de imagens e idéias através da pressão sobre a cabeça da paciente, um método, vale dizer, que seria impraticável sem a plena cooperação e a atenção voluntária da paciente. | ver em [1] e segs. | Por vezes, realmente, seu comportamento correspondeu às minhas melhores expectativas, e durante tais períodos foi surpreendente a prontidão com que as diferentes cenas relacionadas com um dado tema surgiram numa ordem rigorosamente cronológica. Era como se ela estivesse lendo um extenso livro ilustrado cujas páginas estivessem sendo viradas diante de seus olhos. Em outras ocasiões, parecia haver impedimentos de cuja natureza eu não desconfiava na época. Quando lhe pressionava a cabeça, ela sustentava que nada lhe havia ocorrido. Eu repetia a pressão e lhe dizia que esperasse, mas ainda assim nada aparecia. Nas primeiras vezes em que surgiu, essa recalcitrância permitiu-me interromper o trabalho: era um dia desfavorável, tentaríamos em outra ocasião. Duas observações, contudo, levaram-me a alterar minha atitude. Notei, em primeiro lugar, que o método só falhava quando eu encontrava Elisabeth alegre e sem dor, e nunca quando ela se sentia mal. Em segundo lugar, reparei que muitas vezes ela fazia essas afirmações de não ter visto nada depois de deixar passar um longo intervalo durante o qual, não obstante, a expressão tensa e preocupada de seu rosto traía o fato de haver um processo mental em curso. Resolvi, portanto, adotar a hipótese de que o método nunca falhava: de que, em todas as ocasiões, sob a pressão da minha mão, alguma idéia ocorria a Elisabeth ou alguma imagem surgia diante de seus olhos, mas ela nem sempre estava preparada para comunicá-las a mim e tentava reprimir mais uma vez o que fora evocado. Consegui pensar em dois motivos para esse encobrimento. Ou ela estava criticando a idéia, o que não tinha nenhum direito de fazer, com o pretexto de que não era suficientemente importante ou de que era uma resposta irrelevante à pergunta que lhe fora formulada, ou estava hesitando em exibi-la por achá-la muito desagradável de contar. Passei a agir, portanto, como se estivesse inteiramente convencido da confiabilidade da minha técnica. Não aceitava mais sua declaração de que nada lhe havia ocorrido e assegurava a ela que algo *devia* ter acontecido. Talvez, dizia eu, ela não tivesse prestado bastante atenção, e nesse caso eu teria prazer em repetir a pressão. Ou talvez ela achasse que sua idéia não era a idéia certa. Isso, dizia-lhe eu, não era problema dela; sua obrigação era a de ser inteiramente objetiva e dizer o que lhe viesse à cabeça, quer fosse apropriado, quer não. Por fim, eu declarava saber muito bem que algo lhe *havia* ocorrido e que ela o estava ocultando de mim, mas que jamais se livraria de suas dores enquanto escondesse qualquer coisa. Ao

insistir dessa maneira, consegui que, a partir dessa época minha pressão sobre sua cabeça jamais falhasse. Não pude deixar de concluir que minha opinião estava certa e extraí dessa análise uma confiança literalmente irrestrita em minha técnica. Muitas vezes acontecia de só depois de eu pressionar-lhe a cabeça por três vezes é que ela me dava uma informação. Mas ela mesma observava depois: “Poderia ter-lhe dito isso da primeira vez.” - “E por que não disse?” - “Pensei que não fosse o que era preciso”, ou “Pensei que pudesse evitá-lo, mas ficava voltando todas as vezes”. No curso desse difícil trabalho, comecei a atribuir maior importância à resistência oferecida pela paciente na reprodução de suas lembranças e a compilar cuidadosamente as ocasiões em que era particularmente acentuada.

Cheguei então à terceira fase do tratamento. A paciente sentia-se melhor. Fora mentalmente aliviada e era agora capaz de esforços bem-sucedidos. Mas suas dores, manifestamente, não tinham sido eliminadas, repetiam-se de tempos em tempos e com toda a sua antiga gravidade. Esse resultado terapêutico incompleto correspondia a uma análise incompleta. Eu ainda não sabia exatamente em que momento e por qual mecanismo as dores se haviam originado. Durante a reprodução da grande variedade de cenas da segunda fase e enquanto observava a resistência da paciente em falar-me delas, eu havia formado uma suspeita específica. Não me aventurava ainda, contudo, a adotá-la como base para minha ação subsequente. Mas uma ocorrência fortuita resolveu o assunto. Um dia, enquanto trabalhava com a paciente, ouvi passos de um homem na sala contígua e uma voz agradável que parecia estar formulando alguma pergunta. Minha paciente levantou-se de imediato e pediu para interrompermos os trabalhos por aquele dia: tinha ouvido o cunhado chegar e perguntar por ela. Até esse momento ela estivera livre de dor, mas, após a interrupção, sua expressão facial e seu andar traíram o súbito surgimento de dores agudas. Minha suspeita foi fortalecida por esse fato e decidi-me a precipitar a explicação decisiva.

Assim, perguntei-lhe pelas causas e circunstâncias da primeira vez em que as dores haviam surgido. À guisa de resposta, seus pensamentos se voltaram para a visita de verão à estação de águas antes de sua viagem a Gastein, e inúmeras cenas que não tinham sido tratadas de maneira muito completa surgiram de novo. Ela se lembrou de como se sentia na época, de como estava esgotada após a preocupação com a visão da mãe e os cuidados prestados a ela na época da operação, e de como por fim perdera a esperança de que uma moça solitária como ela pudesse ter alguma felicidade na vida ou realizar alguma coisa. Até então ela se julgara forte o bastante para poder passar sem a ajuda de um homem, mas agora se via dominada pelo sentimento de sua fraqueza como mulher e por um anseio de amor no qual, citando suas próprias palavras, sua natureza congelada começava a derreter-se. Nesse estado de espírito, ela foi profundamente afetada pelo casamento feliz da segunda irmã - por ver com que tocante carinho o cunhado cuidava dela, como os dois se entendiam com um simples olhar e como pareciam seguros um do outro. Sem dúvida, era lastimável que a segunda gravidez tivesse vindo tão perto da primeira, e a irmã sabia que esse era o motivo

de sua doença, mas como a suportava de bom grado por ter sido ele o causador! Por ocasião do passeio que estava tão intimamente ligado às dores de Elisabeth, o cunhado a princípio não se mostrara disposto a participar e desejara permanecer ao lado da esposa enferma. Ela, porém, o persuadira com um olhar a acompanhá-los, por achar que isso daria prazer a Elisabeth. Elisabeth permaneceu na companhia dele durante todo o passeio. Falaram sobre todos os assuntos, até os mais íntimos. Ela se descobriu em completo acordo com tudo o que ele dizia, e o desejo de ter um marido como ele acentuou-se muito. Então, alguns dias depois, veio a cena da manhã após a partida da irmã e do cunhado, quando ela foi ao local que tinha uma vista bonita e que fora o preferido nos passeios deles. Ali, sentou-se e sonhou mais uma vez em desfrutar de uma felicidade como a da irmã e em encontrar um marido que soubesse cultivar-lhe o coração, como seu cunhado cativara o dela. Sentiu dor ao levantar-se, mas esta passou mais uma vez. Foi somente à tarde, depois de ter tomado o banho quente, que as dores irromperam, e ela nunca mais se livrou delas. Tentei descobrir que pensamentos lhe teriam ocupado a mente enquanto ela tomava banho, mas soube apenas que o banheiro a fizera recordar-se dos membros da família que haviam partido, pois fora naquela casa que eles tinham ficado.

Como era inevitável, tudo isso já ficara claro para mim há muito tempo. Mas a paciente, mergulhada em suas lembranças acridoces, não parecia notar para onde se estava encaminhando e continuou a reproduzir suas recordações. Passou a falar de sua visita a Gastein, da ansiedade com que aguardava cada carta e finalmente das más notícias sobre a irmã, da longa espera até o anoitecer, que foi o primeiro momento em que puderam partir de Gastein, e então da viagem, feita numa torturante incerteza, e da noite insone - tudo isso acompanhado por um violento aumento das dores. Perguntei-lhe se durante a viagem havia pensado na possibilidade deplorável que depois se concretizou. Respondeu-me que evitara cuidadosamente pensar nela, mas acreditava que desde o início a mãe havia esperado o pior. Suas lembranças passaram então à chegada a Viena, à impressão que lhes causaram os parentes que as esperavam, à curta viagem de Viena até a estação de veraneio próxima onde morava a irmã, à chegada à noite, à caminhada apressada pelo jardim até a porta da casa ajardinada, ao silêncio que reinava em seu interior e à escuridão opressiva. Lembrou que o cunhado não estava lá para recebê-las e que ficaram diante da cama, olhando para a irmã morta. Naquele momento de terrível certeza de que a irmã amada estava morta sem ter-lhes dito adeus, e sem que ela lhe tivesse aliviado os últimos dias com seus cuidados, naquele exato momento outro pensamento atravessou a mente de Elisabeth, e agora se impunha de maneira irresistível a ela mais uma vez, como um relâmpago nas trevas: “Agora ele está livre novamente e posso ser sua esposa.”

Tudo ficou claro então. Os esforços do analista foram ricamente recompensados. Os conceitos de “rechaço” de uma representação incompatível, da gênese dos sintomas histéricos através da conversão de excitações psíquicas em algo físico e da formação de um grupo psíquico separado, através do ato de vontade que conduziu ao rechaço - todas essas coisas, naquele momento, apareceram diante de meus olhos de forma concreta. Assim, e de

nenhuma outra maneira, as coisas haviam ocorrido nesse caso. Essa moça sentia pelo cunhado uma ternura cuja aceitação na consciência deparara com a resistência de todo o seu ser moral. Ela conseguiu poupar-se da dolorosa convicção de que amava o marido da irmã induzindo dores físicas em si mesma. E foi nos momentos em que essa convicção procurou impor-se a ela (no passeio com o cunhado, durante o devaneio matinal, no banho e junto ao leito da irmã) que suas dores surgiram, graças à conversão bem-sucedida. Na época em que comecei o tratamento dela, o grupo de representações relativas a seu amor já havia sido separado de seu conhecimento. De outra forma, penso eu, ela jamais teria concordado em iniciar o tratamento. A resistência que ela havia repetidamente oferecido à reprodução das cenas que atuaram de forma dramática correspondera, na verdade, à energia com que a representação incompatível fora expulsa de suas associações.

O período que se seguiu, porém, foi árduo para o médico. O resgate dessa representação recalçada teve um efeito devastador sobre a pobre moça. Ela chorou alto quando lhe expus secamente a situação com as palavras: “Quer dizer que, durante muito tempo, você esteve apaixonada por seu cunhado. ”Nesse momento, ela queixou-se das dores mais terríveis e fez um último e desesperado esforço para rejeitar a explicação: não era verdade, eu a havia induzido àquilo, não *podia* ser verdade, ela seria incapaz de tanta maldade, jamais poderia perdoar-se por isso. Foi fácil provar-lhe que o que ela própria me dissera não admitia outra interpretação. Mas passou-se muito tempo antes que meus dois argumentos consoladores - o de que não somos responsáveis por nossos sentimentos e o de que seu comportamento, o fato de ter adoecido naquelas circunstâncias, era prova suficiente de seu caráter moral - passou-se muito tempo antes que essas minhas consolações a impressionassem um mínimo que fosse.

Para minorar os sofrimentos da paciente, tive então que percorrer mais de um caminho. Em primeiro lugar, eu queria dar-lhe uma oportunidade de se livrar da excitação que se vinha acumulando há tanto tempo através da “ab-reação”. Vasculhamos as primeiras impressões que suas relações com o cunhado lhe causaram, o início dos sentimentos por ele que ela mantivera inconscientes. Aí deparamos com todos os pequenos sinais e impressões premonitórios a que uma paixão plenamente desenvolvida confere tanta importância em retrospectiva. Na primeira visita que fizera à família, ele a confundira com a moça com quem iria casar-se e a cumprimentara antes da irmã mais velha, de aparência um tanto insignificante. Certa noite, os dois conversavam com tanta animação e pareciam dar-se tão bem que a noiva os interrompeu num tom parcialmente sério, com a seguinte observação: “A verdade é que vocês dois se ajustariam de maneira esplêndida.” De outra vez, numa festa em que ninguém sabia do noivado dele, falava-se do rapaz e uma senhora criticou-lhe um defeito físico que indicava que ele tivera uma doença óssea na infância. A própria noiva ouviu isso tranqüilamente, mas Elisabeth inflamou-se e defendeu a simetria do físico de seu futuro cunhado com um zelo que ela própria não pôde compreender. À medida que fomos trabalhando essas lembranças, tornou-se claro para Elisabeth que seu sentimento afetoso

pelo cunhado estivera latente por muito tempo, talvez mesmo desde que o conhecera e ficara escondido todo aquele tempo atrás da máscara de uma mera afeição fraterna, que seu senso familiar muito desenvolvido permitia-lhe aceitar como natural.

Esse processo de ab-reação certamente lhe fez muito bem. Mas pude aliviá-la ainda mais ao me interessar como amigo por sua situação atual. Com essa finalidade em mente, providenciei uma entrevista com a Sra. von R. Verifiquei ser ela uma senhora compreensiva e sensível, embora seu ânimo vital tivesse sido abatido pelos recentes infortúnios. Soube por ela que, num exame mais detido, a acusação de chantagem insensível que o cunhado mais velho proferira contra o viúvo, e que fora tão penosa para Elisabeth, tivera de ser retirada. Não restou nenhuma mancha no caráter do rapaz. Tudo fora um mal-entendido devido aos valores diferentes que, como se pode ver facilmente, são atribuídos ao dinheiro por um homem de negócios, para quem o dinheiro constitui um instrumento de sua profissão, e por um servidor público. Nada além disso restara do penoso episódio. Pedi à mãe dela que, a partir daquele momento contasse a Elisabeth tudo o que ela precisava saber, e que no futuro lhe desse a oportunidade de descarregar sua mente, coisa a que eu já a teria habituado.

Eu também estava, naturalmente, ansioso para saber que possibilidade haveria de que o desejo da moça, do qual ela agora tinha consciência, se concretizasse. Aqui, as perspectivas eram menos favoráveis. A mãe contou-me que há muito adivinhara os sentimentos de Elisabeth pelo rapaz, embora não soubesse que esses sentimentos já existiam quando a irmã era viva. Ninguém que visse os dois juntos - embora, na verdade, isso agora ocorresse raramente - poderia duvidar da ânsia da moça em agradá-lo. Mas, disse, nem ela (a mãe) nem os conselheiros da família eram muito favoráveis a um casamento. A saúde do rapaz não era nada boa e recebera um novo golpe com a morte da esposa amada. Também não era nada certo que o estado mental dele já se houvesse recuperado o bastante para que ele fizesse um novo casamento. Talvez fosse por isso que ele se comportava com tanta reserva; talvez, também, estivesse incerto da acolhida que poderia ter e desejasse evitar os comentários que provavelmente seriam feitos. Em vista dessas restrições de ambos os lados, era improvável que a solução pela qual ansiava Elisabeth viesse a ocorrer.

Disse à moça o que ouvira da mãe dela e tive a satisfação de ajudá-la ao dar-lhe a explicação sobre a questão do dinheiro. Por outro lado, encorajei-a a enfrentar com calma a incerteza sobre o futuro, que era impossível dissipar. Mas a essa altura, a aproximação do verão tornou urgente que encerrássemos a análise. O estado da paciente estava de novo melhor e não se falara mais em suas dores desde que começáramos a investigar-lhes as causas. Ambos tínhamos a sensação de havermos chegado ao fim, embora eu dissesse a mim mesmo que a ab-reação do amor que ela havia refreado por tanto tempo não se realizara completamente. Considerei-a curada e disse-lhe que a solução de suas dificuldades se processaria por sua própria conta, agora que o caminho fora aberto. Ela não questionou isso. Partiu de Viena com a mãe para encontrar-se com a irmã mais velha e a família desta, a fim de passarem juntas o verão.

Tenho algumas palavras a acrescentar sobre o curso posterior do caso da Srta. Elisabeth von R. Algumas semanas depois de nos termos separado, recebi uma carta desesperada de sua mãe. Na primeira tentativa que fizera, disse-me ela, de discutir os assuntos sentimentais da filha com ela, a moça se rebelara violentamente e desde então passara a sofrer de dores intensas mais uma vez. Ficara indignada comigo por eu ter traído seu segredo. Mostrava-se inteiramente inacessível e o tratamento fora um fracasso completo. O que se deveria fazer agora? - perguntou. Elisabeth se recusava a ter mais qualquer outra coisa a ver comigo. Não respondi a isso. Era evidente que Elisabeth, depois de sair dos meus cuidados, faria mais uma tentativa de rejeitar a intervenção da mãe e refugiar-se mais uma vez no isolamento. Mas eu tinha uma espécie de convicção de que tudo acabaria bem e de que o trabalho que eu tivera não fora em vão. Dois meses depois elas voltaram a Viena, e o colega que me apresentara o caso deu-me notícias de que Elisabeth se sentia perfeitamente bem e se comportava como se não houvesse nada de errado com ela, embora ainda sofresse ocasionalmente de leves dores. Várias vezes desde então ela me enviou mensagens semelhantes e, em cada uma delas, prometeu vir ver-me. Mas é característico da relação pessoal que se estabelece nos tratamentos dessa natureza que ela nunca o tenha feito. Como me assegura meu colega, ela deve ser considerada curada. A ligação do cunhado dela com a família permaneceu inalterada.

Na primavera de 1894, eu soube que ela iria a um baile particular para o qual eu poderia obter um convite, e não deixei escapar a oportunidade de ver minha ex-paciente passar por mim rodopiando numa dança animada. Depois dessa ocasião, por sua própria vontade, casou-se com alguém que não conheço.

DISCUSSÃO

Nem sempre fui psicoterapeuta. Como outros neuropatologistas, fui preparado para empregar diagnósticos locais e eletroprognósticos, e ainda me causa estranheza que os relatos de casos que escrevo pareçam contos e que, como se poderia dizer, falte-lhes a marca de seriedade da ciência. Tenho de consolar-me com a reflexão de que a natureza do assunto é evidentemente a responsável por isso, e não qualquer preferência minha. A verdade é que o diagnóstico local e as reações elétricas não levam a parte alguma no estudo da histeria, ao passo que uma descrição pormenorizada dos processos mentais, como as que estamos acostumados a encontrar nas obras dos escritores imaginativos, me permite, com o

emprego de algumas fórmulas psicológicas, obter pelo menos alguma espécie de compreensão sobre o curso dessa afecção. Os casos clínicos dessa natureza devem ser julgados como psiquiátricos; entretanto, possuem uma vantagem sobre estes últimos, a saber: uma ligação íntima entre a história dos sofrimentos do paciente e os sintomas de sua doença - uma ligação pela qual ainda procuramos em vão nas biografias das outras psicoses.

Ao relatar o caso da Srta. Elisabeth von R., esforcei-me por entrelaçar as explicações que pude fornecer sobre o caso com minha descrição do curso da recuperação da paciente. Talvez valha a pena reunir mais uma vez os pontos importantes. Descrevi o caráter da paciente - as características que são encontradas com tanta freqüência nas pessoas histéricas e que não há nenhuma desculpa para se considerar como consequência da degenerescência: seus talentos variados, sua ambição, sua sensibilidade moral, sua excessiva exigência de amor, a princípio atendida pela família, e a independência de sua natureza, que ia além do ideal feminino e encontrava expressão numa dose considerável de obstinação, combatividade e reserva. Nenhuma mancha hereditária apreciável, segundo me disse meu colega, pôde ser encontrada em qualquer dos dois lados da família. É verdade que a mãe sofrera por muitos anos de uma depressão neurótica que não fora investigada, mas os irmãos e as irmãs da mãe, assim como o pai e a família deste, podiam ser considerados pessoas equilibradas, sem problemas nervosos. Não ocorrera nenhum caso grave de neuropsicose entre os parentes próximos.

Tal era a natureza da paciente, que agora se via dominada por emoções dolorosas, a começar pelo efeito depressivo de cuidar de seu querido pai durante uma doença prolongada.

Há bons motivos para que o fato de cuidar de pessoas doentes desempenhe um papel tão significativo na pré-história dos casos de histeria. Muitos dos fatores em ação são óbvios: a perturbação da saúde física que decorre do sono interrompido, o desleixo para consigo mesmo e o efeito da preocupação constante sobre as próprias funções vegetativas. Em minha opinião, porém, deve-se procurar o determinante mais importante em outra parte. Qualquer pessoa cuja mente seja ocupada pelas mil e uma tarefas envolvidas na prestação de cuidados a pessoas enfermas, tarefas essas que se seguem umas às outras numa sucessão interminável por um período de semanas e meses, adotará, por um lado, o hábito de suprimir todos os sinais de sua própria emoção, e por outro, logo desviará a atenção de suas próprias impressões, visto não ter nem tempo nem forças para apreciá-las devidamente. Assim, acumula uma massa de impressões passíveis de carregar afeto, que mal chegam a ser suficientemente percebidas e que, de qualquer modo, não foram enfraquecidas pela abreação. Está criando material para uma “histeria de retenção”. Quando o doente se recupera, é claro, todas essas impressões perdem seu significado. Mas quando ele morre e se instala

então o período de luto, no qual as únicas coisas que parecem ter valor são as que se relacionam com a pessoa que morreu, aquelas impressões que ainda não foram trabalhadas entram igualmente em cena, e após um breve intervalo de exaustão, irrompe a histeria, cujas sementes foram lançadas durante o tempo de prestação de cuidados ao doente.

Também deparamos ocasionalmente com esse mesmo fato de os traumas acumulados durante a prestação de cuidados a um enfermo serem enfrentados mais tarde, sem que haja nenhuma impressão geral de doença, mas retendo-se ainda assim o mecanismo da histeria. É o caso, por exemplo, de uma senhora que conheço, extremamente bem-dotada, que sofre de leve nervosismo e cujo caráter, como um todo, apresenta traços de histeria, embora ela nunca tenha tido que procurar assistência médica ou ficado impossibilitada de cumprir seus deveres. Ela já cuidou até o fim de três ou quatro pessoas a quem amava. A cada vez, chegava a um estado de completo esgotamento, mas não adoecia depois desses trágicos esforços. Pouco depois da morte de cada paciente seu, contudo, iniciava-se nela um trabalho de reprodução que mais uma vez lhe colocava diante dos olhos as cenas da doença e da morte. Todos os dias ela repassava cada uma daquelas impressões, chorava e se consolava - a seu bel-prazer, poder-se-ia dizer. Esse processo de lidar com suas impressões encaixava-se em suas tarefas cotidianas sem que as duas atividades interferissem uma na outra. A situação inteira lhe passava pela mente em seqüência cronológica. Não sei dizer se o trabalho de rememoração correspondia dia a dia ao passado. Desconfio que isso dependia do número de horas de lazer proporcionadas por seus afazeres domésticos correntes.

Além dessas explosões de choro com que ela compensava o atraso e que ocorriam logo após o término fatal da doença, essa senhora celebrava festivais anuais de lembranças no período de suas várias catástrofes, e nessas ocasiões sua nítida reprodução visual e suas expressões de sentimento se atinham rigorosamente às datas exatas. Por exemplo, uma vez encontrei-a chorando a perguntei-lhe amavelmente o que acontecera naquele dia. Ela repeliu minha pergunta, um pouco irritada: “Não foi nada”, disse, “foi só que o especialista esteve aqui hoje novamente e nos deu a entender que não havia mais nenhuma esperança. Não tive tempo de chorar por causa disso na hora”. Referia-se à última doença do marido, que falecera três anos antes. Muito me interessaria saber se as cenas que ela relembrava nesses festivais anuais de recordações eram sempre as mesmas, ou se a cada vez se apresentavam detalhes diferentes para fins de ab-reação, tal como suspeito em vista de minha teoria. Mas não posso saber com certeza. Essa senhora, que não tinha menos força de caráter do que inteligência, sentia-se envergonhada do efeito violento que essas reminiscências tinham sobre ela.

Devo frisar mais uma vez que essa mulher não está doente; sua ab-reação retardada não era um processo histórico, por mais que se assemelhasse a tal processo. Podemos perguntar por que uma situação de velar por doentes é acompanhada de histeria e outra, não. Não pode ser uma questão de predisposição individual, pois esta se achava presente em alto grau na senhora de que falei.

Mas devo agora voltar à Srta. Elisabeth von R. Enquanto cuidava do pai, como vimos, ela desenvolveu pela primeira vez um sintoma histérico - uma dor numa região específica da coxa direita. Por meio da análise, foi possível encontrar uma elucidação adequada para o mecanismo do sintoma. Ele aconteceu no momento em que o círculo de idéias que abrangia seus deveres para com o pai enfermo entrou em conflito com o conteúdo do desejo erótico que ela estava sentindo na época. Sob a pressão de intensas autocensuras, ela se decidiu em favor do primeiro e, ao fazê-lo, provocou a dor histérica.

De acordo com a visão sugerida pela teoria conversiva da histeria o que aconteceu pode ser descrito da seguinte maneira. Ela recalcou uma idéia erótica fora da consciência e transformou a carga de seu afeto em sensações físicas de dor. Não ficou claro se esse primeiro conflito se apresentou a ela numa única ocasião ou em várias; a segunda alternativa é a mais provável. Um conflito exatamente semelhante - embora de maior significação ética e ainda mais claramente estabelecido pela análise - desenvolveu-se de novo alguns anos depois e levou a uma intensificação e uma extensão das mesmas dores para além dos limites originais. Mais uma vez, foi um círculo de representações de natureza erótica que entrou em conflito com todas as suas representações morais, pois suas inclinações centralizaram-se no cunhado e, tanto durante a vida da irmã como depois de sua morte, a representação de ser atraída precisamente por esse homem lhe era totalmente inaceitável. A análise proporcionou informações pormenorizadas sobre esse conflito, que foi o ponto central da história da doença. Os germes do sentimento da paciente pelo cunhado podiam ter estado presentes por muito tempo; seu desenvolvimento foi favorecido pela exaustão física devida à ampliação dos cuidados com os doentes e pela exaustão moral devida às decepções que se estendiam por muitos anos. A frieza de sua natureza começou a ceder e ela admitiu para si mesma sua necessidade do amor de um homem. Durante as várias semanas que passou na companhia dele na estação de águas, seus sentimentos eróticos, bem como suas dores, alcançaram seu clímax.

A análise, além disso, deu provas de que durante o mesmo período a paciente se encontrava num estado psíquico especial. A ligação desse estado com seus sentimentos eróticos e suas dores parece possibilitar a compreensão do que aconteceu segundo a teoria da conversão. Parece-me seguro afirmar que, na época, a paciente só se conscientizou claramente de seus sentimentos pelo cunhado, por mais poderosos que fossem, numas poucas ocasiões, e mesmo assim apenas momentaneamente. Se tivesse sido de outra forma, ela também se teria conscientizado, inevitavelmente, da contradição entre esses sentimentos e suas representações morais, e teria experimentado tormentos mentais como os que a observei ter depois de nossa análise. Ela não se lembrava de nenhum sofrimento desse tipo; havia-os evitado. Sucedeu que seus próprios sentimentos não ficaram claros para ela. Naquela época, assim como durante a análise, seu amor pelo cunhado estava presente em sua consciência, como um corpo estranho, sem entrar em relação com o restante de sua vida representativa. Com relação a esses sentimentos, ela estava na situação peculiar de saber e, ao mesmo tempo, de não saber - situação, vale dizer, em que um grupo psíquico é isolado.

Mas isto, e nada mais, é o que queremos dizer quando afirmamos que esses sentimentos não estavam claros para ela. Não queremos dizer que a consciência deles fosse de qualidade inferior ou de menor grau, mas sim que eles foram isolados de qualquer livre conexão associativa de pensamento com o resto do conteúdo representativo de sua mente.

Mas como poderia ocorrer que um grupo representativo com tanta força emocional fosse mantido tão isolado? Afinal de contas, em geral o papel desempenhado nas associações por uma idéia aumenta, proporcionalmente à quantidade de afetos que há nela.

Poderemos responder a essa pergunta se levarmos em conta dois fatos que podemos usar como estabelecidos com certeza. (1) Simultaneamente à formação desse grupo psíquico isolado, a paciente desenvolveu suas dores histéricas. (2) A paciente ofereceu forte resistência à tentativa de se promover uma associação entre o grupo psíquico isolado e o resto do conteúdo de sua consciência; e quando, apesar disso, a ligação se realizou, ela sentiu uma grande dor psíquica. Nossa visão da histeria relaciona esses dois fatos com a divisão de sua consciência, afirmando que o segundo deles indica o *motivo* para a divisão da consciência, ao passo que o primeiro indica seu *mecanismo*. O motivo foi o de defesa - a recusa, por parte de todo o ego da paciente, a chegar a um acordo com esse grupo representativo. O mecanismo foi o de conversão, isto é, em lugar das dores mentais que ela evitou, surgiram as dores psíquicas. Desse modo, efetuou-se uma transformação que teve a vantagem de livrar a paciente de uma condição mental intolerável, embora, é verdade, à custa de uma anormalidade psíquica - a divisão da consciência que se efetuou - e de uma doença física - suas dores, sobre as quais se desenvolveu uma astasia-abasia.

Devo confessar que não posso oferecer nenhuma indicação de como se processa uma conversão dessa natureza. Evidentemente, ela não se efetua da mesma maneira que uma ação intencional e voluntária. É um processo que ocorre sob a pressão da motivação de defesa em alguém cuja organização - ou modificação temporária dela - tem uma tendência nesse sentido.

Essa teoria exige um exame mais detido. Podemos perguntar: o que é que se transforma aqui em dor física? Uma resposta cautelosa seria: algo que talvez se tivesse transformado e que deveria ter-se transformado em dor *mental*. Se nos aventurarmos um pouco mais e tentarmos representar o mecanismo representativo numa espécie de quadro algébrico, poderemos atribuir uma certa carga de afeto ao complexo representativo dos sentimentos eróticos que permaneceram inconscientes e dizer que essa quantidade (a carga afetiva) é o que foi convertido. Resultaria diretamente dessa descrição que o “amor inconsciente” teria perdido tanto de sua intensidade através de uma conversão desse tipo que se teria reduzido a apenas uma representação fraca. Essa redução da força seria, então, a única coisa que tornou possível a existência desses sentimentos inconscientes como um grupo psíquico isolado. O presente caso, contudo, não se presta bem a dar um quadro nítido de um assunto tão

delicado, pois nele provavelmente só houve conversão parcial; em outros, pode-se demonstrar com probabilidade que a conversão completa também ocorre, e que nela a representação incompatível é de fato “recalcada”, como somente uma representação de intensidade muito fraca pode ser. Os pacientes em questão declaram, depois que a ligação associativa com a representação incompatível se estabelece, que seus pensamentos não se voltavam para ela desde o aparecimento dos sintomas histéricos.

Afirmei anteriormente | ver em [1]| que em algumas ocasiões, embora apenas por um momento, a paciente reconheceu conscientemente seu amor pelo cunhado. Como exemplo disso, podemos recordar o momento em que ela se encontrava de pé junto à cama da irmã e um pensamento lhe cruzou a mente: “Agora ele está livre e você pode ser sua esposa” | ver em [1]|. Cabe-me agora considerar o significado desses momentos em sua relação com nossa visão de toda a neurose. Parece-me que o próprio conceito de “histeria de defesa” implica que pelo menos *um* desses momentos deve ter ocorrido. A consciência simplesmente não sabe por antecipação quando uma representação incompatível vai aflorar. A representação incompatível, que juntamente com as que lhe estão associadas é depois excluída e forma um grupo psíquico separado, deve originalmente ter estado em comunicação com a corrente principal de pensamento. De outra forma, o conflito que levou a sua exclusão não poderia ter ocorrido. São esses momentos, portanto, que devem ser classificados de “traumáticos”; é nesses momentos que ocorre a conversão, cujos resultados são a divisão da consciência e o sintoma histérico. No caso da Srta. Elisabeth von R., tudo indica que ocorreram vários desses momentos - as cenas do passeio, o devaneio matinal, o banho e a presença à cabeceira da irmã. É até possível que novos momentos da mesma espécie tenham acontecido durante o tratamento. O que possibilita a existência de vários desses momentos traumáticos é que as experiências semelhantes à que originalmente introduziu a representação incompatível acrescentam uma nova excitação ao grupo psíquico separado e, desse modo, suspendem temporariamente o êxito da conversão. O ego é obrigado a prestar atenção a essa irrupção súbita da representação e a restaurar o antigo estado de coisas através de uma nova conversão. A Srta. Elisabeth, que passava muito tempo na companhia do cunhado, deve ter ficado particularmente sujeita à ocorrência de novos traumas. Do ponto de vista da minha exposição atual, eu teria preferido um caso em que a história traumática se situasse inteiramente no passado.

Cabe-me agora tocar num ponto que conforme descrevi | ver em [1]-[2]| levanta um obstáculo à compreensão desse caso. Baseando-se na análise, presumi que uma primeira conversão havia ocorrido quando a paciente estava cuidando do pai, na época em que seus deveres de enfermeira entraram em conflito com seus desejos eróticos, e que o que aconteceu então foi o protótipo dos eventos posteriores, na estação de águas nos Alpes, que levaram à irrupção da doença. Mas parecia, pelo relato da paciente, que enquanto cuidava do pai e durante o tempo que se seguiu - o que descrevi como o “primeiro período” - *ela não teve nenhuma dor e nenhuma fraqueza locomotora*. É verdade que certa vez, durante a

doença do pai, ela esteve acamada por alguns dias com dores nas pernas, mas permaneceu uma dúvida quanto a determinar se esse ataque deveria ser atribuído à histeria. Não se pôde achar na análise nenhuma ligação causal entre essas primeiras dores e qualquer impressão psíquica. É possível, e na realidade provável, que o que ela sentia na época fossem dores musculares reumáticas comuns. Além disso, mesmo que estivéssemos inclinados a supor que esse primeiro acesso de dores foi o efeito de uma conversão histérica devida ao repúdio de seus pensamentos eróticos na época, permanece o fato de que as dores desapareceram depois de apenas alguns dias, de modo que a paciente se comportara, na vida real, de maneira diferente do que pareceu indicar na análise. Durante a reprodução do que denominei de primeiro período, todas as histórias da paciente sobre a doença e morte do pai, sobre suas impressões acerca do relacionamento com o primeiro cunhado, e assim por diante, foram acompanhadas de dores, ao passo que, na época em que efetivamente vivenciou essas impressões, ela não sentira dor alguma. Não seria esta uma contradição destinada a reduzir bastante nossa crença no valor explicativo de uma análise como esta?

Creio que posso solucionar essa contradição presumindo que as dores - os produtos da conversão - não ocorreram enquanto a paciente estava experimentando as impressões do primeiro período, mas só posteriormente, isto é, no segundo período, enquanto reproduzia essas impressões em seus pensamentos. Em outras palavras, a conversão não se deu ligada a suas impressões enquanto novas, mas sim em conexão com suas lembranças das mesmas. Acredito mesmo que esse curso dos acontecimentos não é nada incomum na histeria e que, na verdade, desempenha um papel regular na gênese dos sintomas histéricos. Mas como uma afirmação desse tipo não é evidente em si mesma, tentarei torná-la mais plausível apresentando mais alguns exemplos.

Certa vez aconteceu que um novo sintoma histérico se desenvolveu numa paciente em pleno curso de um tratamento analítico dessa espécie, de modo que pude empreender a tarefa de me livrar dele um dia após seu aparecimento. Interpolarei aqui as principais características do caso. Foi um caso bem simples, porém não destituído de interesse.

A Srta. Rosalia H., de vinte e três anos de idade, vinha há alguns anos estudando para tornar-se cantora. Tinha boa voz, mas se queixava de que, em certas partes de seu registro, perdia o controle sobre ela. Tinha uma sensação de sufocamento e de constrição na garganta, de modo que sua voz soava velada. Por esse motivo seu professor ainda não pudera consentir que ela se apresentasse em público como cantora. Embora essa imperfeição lhe afetasse apenas o registro médio, não podia ser atribuída a um defeito no próprio órgão. Às vezes a perturbação desaparecia por completo e seu professor expressava grande satisfação; em outras ocasiões, bastava ela estar um pouco agitada, algumas vezes sem nenhuma causa aparente, para que a sensação de constrição reaparecesse e a produção da voz fosse prejudicada. Não foi difícil reconhecer uma conversão histérica nessa sensação extremamente perturbadora. Não tomei nenhuma providência para descobrir se havia de fato uma contratura dos músculos das cordas vocais. Durante a análise hipnótica que realizei

com a moça vim a saber dos seguintes fatos sobre sua história e, conseqüentemente, sobre a causa de seu problema. Ela perdera os pais cedo e fora levada para morar com uma tia que tinha muitos filhos. Em conseqüência disso, envolveu-se numa vida familiar muito infeliz. O marido da tia, que era uma pessoa visivelmente patológica, maltratava de maneira brutal a esposa e os filhos. Feria os sentimentos deles, sobretudo pela forma como demonstrava uma evidente preferência sexual pelas criadas e amas da casa; e quanto mais os filhos foram crescendo, mais ofensivo isso se tornou. Após a morte da tia, Rosalia tornou-se a protetora da multidão de crianças que agora eram órfãs e oprimidas pelo pai. Ela levava seus deveres a sério e superou todos os conflitos a que sua posição a conduziu, embora isso requeresse grande esforço para reprimir o ódio e o desprezo que sentia pelo tio. Foi nessa época que a sensação de constrição na garganta começou. Todas as vezes que tinha de reprimir uma resposta, ou se obrigava a ficar calada em face de alguma acusação ultrajante, sentia a garganta arranhar e apertar e perdia a voz - todas as sensações localizadas na laringe ou na faringe que agora interferiam com o canto. Não era de admirar que ela buscasse uma oportunidade para se tornar independente e escapar das agitações e das experiências aflitivas que ocorriam diariamente na casa do tio. Um professor de canto muito competente ajudou-a de modo desinteressado e lhe assegurou que sua voz justificava que escolhesse o canto como profissão. Ela começou então a tomar lições com ele em segredo. Mas muitas vezes saía às pressas para a aula de canto enquanto ainda tinha a constrição na garganta, que costumava persistir após cenas violentas em casa. Como conseqüência, estabeleceu-se com firmeza uma ligação entre o canto e sua paraestesia histérica - uma ligação para a qual o caminho foi preparado pelas sensações orgânicas provocadas pelo canto. O aparelho sobre o qual ela deveria ter pleno controle quando cantava revelou-se catexizado com resíduos de inervação que sobraram das numerosas cenas de emoção reprimida. Depois dessa época, ela abandonou a casa do tio e se mudou para outra cidade, para ficar longe da família. Mas isso não eliminou sua dificuldade.

Essa moça bonita e excepcionalmente inteligente não exibia quaisquer outros sintomas histéricos.

Fiz o melhor que pude para livrá-la dessa “histeria de retenção” fazendo-a narrar todas as suas experiências perturbadoras e a ab-reagi-las *a posteriori*. Fiz com que destratasse o tio, lhe passasse sermões, lhe dissesse a verdade nua e crua e assim por diante, e esse tratamento lhe fez bem. Infelizmente, contudo, ela vivia em Viena em condições muito desfavoráveis. Não tinha sorte com os parentes. Fora alojada por outro tio, que a tratava de maneira amistosa, mas exatamente por esse motivo a tia tomara aversão a ela. Essa mulher suspeitava que o marido tinha um interesse mais profundo pela sobrinha e, assim resolveu tornar-lhe a estada em Viena tão desagradável quanto possível. A própria tia, em sua mocidade, fora obrigada a desistir de uma carreira artística e invejava a sobrinha por poder cultivar seu

talento, embora no caso da moça não tivesse sido seu desejo, mas sua necessidade de independência, que lhe determinara a decisão. Rosalie sentia-se tão constrangida na casa que não se aventurava, por exemplo, a cantar ou tocar piano enquanto a tia pudesse ouvi-la, e evitava cuidadosamente cantar ou tocar para o tio (que, aliás, era um senhor idoso, irmão de sua mãe) quando havia alguma possibilidade de a tia entrar. Enquanto eu tentava eliminar os vestígios de antigas agitações, surgiram outras a partir dessas relações com seu anfitrião e sua anfitriã, que por fim interferiram no êxito do meu tratamento e o levaram a um fim prematuro.

Um dia a paciente chegou para a sessão com um novo sintoma, que não chegava a ter vinte e quatro horas. Queixava-se de uma desagradável sensação de alfinetadas nas pontas dos dedos, as quais, segundo disse, vinha sentindo com intervalos de poucas horas desde o dia anterior e que a obrigavam a fazer um movimento peculiar de contorção dos dedos. Não cheguei a observar um acesso, caso contrário sem dúvida teria podido adivinhar, pela natureza dos movimentos, o que os havia ocasionado. Mas imediatamente tentei seguir a trilha da explicação do sintoma (era, na verdade, um ataque histérico menor) pela análise hipnótica. Visto que a coisa só começara a existir há tão pouco tempo, eu tinha esperança de poder explicar rapidamente o sintoma e eliminá-lo. Para minha surpresa, a paciente desfiou um grande número de cenas, sem hesitação e em ordem cronológica, a começar por sua primeira infância. Pareciam ter em comum o fato de lhe ter sido causado algum dano do qual ela não pudera defender-se e que teria feito seus dedos estremecerem. Eram cenas, por exemplo, como a de ter que estender a mão na escola para que o professor lhe batesse com uma régua. Mas tinham sido ocasiões muito comuns e eu estava preparado para negar que pudessem desempenhar um papel na etiologia de um sintoma histérico. Mas foi diferente com uma cena de sua infância que ela descreveu. O tio mau, que sofria de reumatismo, pedira-lhe que massageasse suas costas e ela não ousara recusar. Na ocasião, ele estava deitado na cama e, de repente, jogou longe os lençóis, deu um salto e tentou agarrá-la e derrubá-la na cama. A massagem, é claro, estava terminada, e no momento seguinte ela havia fugido e se trancado em seu quarto. Ficou claro que ela relutava em se lembrar disso e não estava disposta a dizer se vira algo quando ele se descobriu subitamente. As sensações nos dedos poderiam ser explicadas, nesse caso, pelo impulso reprimido de puni-lo, ou simplesmente por tê-lo massageado na ocasião. Foi somente depois de relatar essa cena que ela chegou à do dia anterior, depois da qual a sensação e os tremores nos dedos haviam-se instalado como um símbolo mnêmico recorrente. O tio com quem ela morava agora pedira-lhe que tocasse alguma coisa. Ela se sentara ao piano e se acompanhara numa canção, pensando que a tia houvesse saído, mas, de repente, esta apareceu na porta. Rosalie deu um salto, fechou violentamente a tampa do piano e jogou longe a partitura. Podemos adivinhar qual foi a lembrança que lhe surgiu à mente e qual a seqüência de pensamentos que ela estava rechaçando naquele momento: um sentimento intenso de ressentimento pela suspeita injusta a que ficou sujeita e que a teria levado a abandonar a casa, ao passo que, na verdade, se via obrigada a permanecer em Viena por causa do tratamento e não havia nenhum outro lugar onde pudesse alojar-se. O movimento dos dedos que a vi fazer enquanto narrava essa

cena foi o de afastar algo retorcendo os dedos, da maneira como em sentido literal ou figurado, pomos algo de lado - jogamos fora um pedaço de papel ou rejeitamos uma sugestão.

Ela foi muito firme em sua insistência de que não havia notado esse sintoma antes - de que ele não fora ocasionado pelas cenas inicialmente descritas por ela. Assim, só nos restou supor que o acontecimento da véspera havia, em primeiro lugar, despertado a lembrança de acontecimentos anteriores de temática semelhante, e que a partir daí se formara um símbolo mnêmico que se aplicava a todo o grupo de lembranças. A energia para a conversão fora suprida, de um lado, por um afeto renovado e, de outro, pelo afeto relembrado.

Ao considerarmos a questão mais detidamente, devemos reconhecer que um processo dessa natureza é mais a regra do que a exceção na gênese dos sintomas histéricos. Quase invariavelmente, ao investigar os determinantes desses estados, o que tenho encontrado não é uma *única* causa traumática, mas um grupo de causas semelhantes. (Isso foi bem exemplificado no caso da Sra. Emmy - Caso 2). Em alguns desses exemplos, foi possível comprovar que o sintoma em causa já aparecera por um breve período após o primeiro trauma e depois passara, até ser novamente provocado e estabilizado por um trauma subsequente. Não existe, contudo, em princípio, nenhuma diferença entre o fato de o sintoma surgir dessa forma temporária após sua primeira causa provocadora e o fato de estar latente desde o começo. Com efeito, na grande maioria dos exemplos, verificamos que um primeiro trauma não deixa nenhum sintoma, ao passo que um trauma posterior da mesma espécie produz um sintoma, só que este último não pode ter surgido sem a cooperação da causa provocadora anterior, nem pode ter esclarecido sem se levarem em conta todas as causas provocadoras.

Enunciado em termos da teoria da conversão, esse fato indiscutível da soma dos traumas e da latência preliminar dos sintomas nos ensina que a conversão pode resultar tanto de sintomas novos quanto dos que são lembrados. Essa hipótese explica inteiramente a aparente contradição que observamos entre os fatos da doença da Srta. Elisabeth von R. e sua análise. Não resta dúvida de que a existência persistente na consciência de idéias cujo afeto não foi trabalhado pode ser tolerada em alto grau por indivíduos saudáveis. A opinião que acabo de apresentar nada mais faz do que aproximar o comportamento das pessoas histéricas do das pessoas sadias. O que nos interessa aqui é claramente um fator quantitativo - a questão de qual o grau máximo de tensão afetiva dessa natureza que o organismo pode tolerar. Mesmo uma pessoa histérica é capaz de reter certa quantidade de afeto com o qual não se lidou; quando, em virtude da ocorrência de causas provocadoras semelhantes, essa

quantidade é aumentada pela soma até um ponto além da tolerância do indivíduo, dá-se o ímpeto para a conversão. Assim, quando dizemos que a formação dos sintomas histéricos pode processar-se com base tanto em afetos lembrados quanto em afetos novos, não estamos fazendo nenhuma afirmação desconhecida, e sim declarando algo que é quase aceito como um postulado.

Acabo de examinar os motivos e o mecanismo desse caso de histeria; resta-me considerar com que precisão o sintoma histérico foi determinado. Por que foi que o sofrimento mental da paciente passou a ser representado por dores nas pernas e não em qualquer outra parte?

As circunstâncias indicam que essa dor somática não foi *criada* pela neurose, mas apenas utilizada, aumentada e mantida por ela. Posso acrescentar imediatamente que encontrei um estado de coisas semelhantes em quase todos os casos de dores histéricas dos quais pude obter alguma compreensão. | ver em [1].| Sempre estivera presente, no início, uma dor autêntica, de base orgânica. Parece que as dores humanas mais comuns e mais difundidas são as escolhidas com mais freqüência para desempenhar um papel na histeria: em particular, as dores periosteais e nevrálgicas que acompanham as doenças dentárias, as dores de cabeça provenientes de muitas fontes diferentes e, não com menos freqüência, as dores musculares reumáticas que tantas vezes deixam de ser reconhecidas | ver em [1]]. Da mesma forma, atribuo uma base orgânica ao primeiro acesso de dor da Srta. Elisabeth von R., que ocorreu muito antes, quando ela ainda cuidava do pai. Não obtive nenhum resultado quando tentei descobrir uma causa psíquica para ela - e estou inclinado, devo confessar, a atribuir um poder de diagnóstico diferencial a meu método de evocar lembranças ocultas, contanto que ele seja utilizado com cuidado. Essa dor, que fora reumática em sua origem, tornou-se então um símbolo mnêmico das excitações psíquicas penosas da paciente, e isso aconteceu, até onde posso ver, por mais de uma razão. A primeira, e sem dúvida a mais importante delas, foi que a dor se achava presente na consciência [de Elisabeth] mais ou menos na mesma época que as excitações. Em segundo lugar, estava ligada, ou poderia estar ligada, por muitos caminhos com as idéias em sua mente na época. De fato, a dor pode realmente ter sido uma consequência, embora apenas remota, do período em que ela cuidara dos doentes - da falta de exercício e da alimentação reduzida que seus deveres de enfermeira acarretavam. Mas a moça não tinha nenhum conhecimento nítido disso. Maior importância provavelmente há de ser atribuída ao fato de que ela deve ter sentido a dor naquela ocasião em momentos significativos, por exemplo, quando pulava da cama no frio do inverno em resposta aos chamados do pai | ver em [1]]. Mas o que deve ter tido influência positivamente decisiva sobre o rumo tomado pela conversão foi outra linha de conexão associativa | ver em [1]]: o fato de que, durante vários dias seguidos, uma de suas pernas doloridas entrou em contato com a perna intumescida do pai enquanto as ataduras eram trocadas. A região da perna direita que foi marcada por esse contato ficou sendo, a partir daí, o foco de suas dores e o ponto de onde elas se irradiavam. Formou uma zona histerogênica artificial cuja origem, no presente caso, pôde ser claramente observada.

Se alguém ficar surpreso com essa conexão associativa entre a dor física e o afeto

psíquico, em razão de ela ser de caráter tão múltiplo e artificial, devo responder que esse sentimento é tão pouco justificado quanto a surpresa diante do fato de serem os ricos aqueles que têm mais dinheiro. Na verdade, quando não existem essas conexões tão numerosas, o sintoma histérico não se forma, pois a conversão não encontra nenhuma trilha aberta para ela. E posso afirmar que, quanto a sua determinação, o exemplo da Srta. Elisabeth von R. situou-se entre os mais simples. Já tive que desenredar fios dos mais emaranhados, especialmente no caso da Sra. Caecilie M.

No relato do caso clínico | ver em [1] e segs. | já discuti a maneira pela qual a astasia-abasia da paciente se desenvolveu sobre essas dores, depois de uma trilha específica ter sido aberta para a conversão. Naquele trecho, contudo também externei a opinião de que a paciente criara ou aumentara seu distúrbio funcional por meio da simbolização, que encontrara na astasia-abasia uma expressão somática para sua falta de uma posição independente e sua incapacidade de fazer qualquer alteração em suas circunstâncias de vida, e que expressões como “não ser capaz de dar um único passo à frente” e “não ter nada em que se apoiar” serviram de ponte para esse novo ato de conversão | ver em [1]].

Tentarei sustentar esse ponto de vista por meio de outros exemplos. A conversão com base na simultaneidade, quando há também uma ligação associativa, parece ser a que menos exige uma predisposição histérica; a conversão por simbolização, por outro lado, parece exigir a presença de um grau mais elevado de modificações históricas. Isso pôde ser observado no caso da Srta. Elisabeth, mas apenas no último estágio de sua histeria. Os melhores exemplos de simbolização que vi ocorreram na Sra. Caecilie M., cujo caso eu poderia descrever de o mais grave e instrutivo que já tive. Já expliquei | ver em [1]] que um relato pormenorizado de sua doença é infelizmente impossível.

A Sra. Caecilie sofria, entre outras coisas, de uma nevralgia facial extremamente violenta, que surgia subitamente duas ou três vezes por ano, durava de cinco a dez dias, resistia a qualquer espécie de tratamento e cessava abruptamente. Limitava-se à segunda e terceira ramificações do trigêmeo, e visto que uma excreção anormal de uratos estava sem dúvida alguma presente e que um “reumatismo agudo” não muito bem definido desempenhava certo papel na história da paciente, o diagnóstico de nevralgia gotosa era bastante plausível. Esse diagnóstico foi confirmado pelos diferentes médicos chamados a cada acesso. Prescrevia-se o tratamento comum para esses casos: escova elétrica, água alcalina e purgantes; mas a cada vez a nevralgia se mantinha inalterada até que resolvia dar lugar a outro sintoma. Numa época anterior de sua vida - a nevralgia tinha quinze anos de idade -, os dentes da paciente tinham sido responsabilizados pelo problema. Foram condenados à extração e, um belo dia, sob narcose, a sentença foi executada em sete dos criminosos. Essa tarefa não foi tão fácil; os dentes estavam presos com tanta firmeza que as raízes da maioria deles tiveram que ser deixadas no lugar. Essa operação cruel não teve nenhum resultado, nem temporário nem permanente. Naquela época, a nevralgia campeou por meses a fio. Mesmo durante meu tratamento, a cada acesso de nevralgia o dentista era chamado. Em todas essas ocasiões, ele

diagnosticou a presença de raízes doentes e começou a trabalhar nelas; mas, em geral, logo foi interrompido, pois a nevralgia cessava de repente, ao mesmo tempo, cessava a necessidade dos serviços do dentista. No intervalo entre as crises, os dentes da paciente não doíam. Certo dia, quando um acesso estava outra vez campeando furiosamente, a paciente fez com que eu lhe aplicasse tratamento hipnótico. Proibi-lhe energicamente que sentisse dores e, a partir desse momento, elas pararam. Comecei então a ter dúvidas quanto à autenticidade da nevralgia.

Cerca de um ano após esse tratamento hipnótico bem-sucedido, a doença da Sra. Caecilie assumiu uma forma nova e surpreendente. Ela subitamente apresentou novos estados patológicos, diferentes dos que haviam caracterizado os últimos anos. Mas, após pensar um pouco, a paciente declarou que tivera todos eles em várias ocasiões durante sua longa doença, que datava de trinta anos antes. Surgiu então uma abundância realmente surpreendente de ataques histéricos a que a paciente pôde atribuir um lugar preciso no passado. Logo foi possível acompanhar também as cadeias de pensamento muitas vezes complexas que determinaram a ordem de ocorrência desses ataques. Elas pareciam uma série de quadros com textos explanatórios. Pitres deve ter pensado em algo semelhante ao apresentar sua descrição do que denominou de “*délire ecmnésique*”. Era notável observar a maneira como um ataque histérico desse tipo, pertencente ao passado, era reproduzido. Primeiro surgia, enquanto a paciente gozava da melhor saúde, um estado de “ânimo patológico com um colorido específico, que ela sistematicamente interpretava mal e atribuía a algum acontecimento corriqueiro das últimas horas. A seguir, acompanhados por uma crescente turvação da consciência, sobrevinham os sintomas histéricos: alucinações, dores, espasmos e longos discursos declamatórios. Por fim, estes sintomas eram seguidos pela emergência, sob forma alucinatória, de uma experiência passada que tornava possível explicar seu estado de espírito inicial e o que determinara os sintomas de seu atual ataque. Com essa última parte do ataque ela recuperava a lucidez mental. Seus problemas desapareciam como que num passe de mágica e ela voltava a sentir-se bem - até o ataque seguinte, meio dia depois. Em geral, eu era chamado no clímax do ataque, induzia um estado de hipnose, evocava a reprodução da experiência traumática e apressava o final do ataque por meios artificiais. Como assisti a várias centenas desses ciclos com a paciente, obtive as informações mais instrutivas sobre a maneira pela qual os sintomas histéricos são determinados. Na realidade, foi o estudo desse caso notável, juntamente com Breuer, que levou diretamente à publicação de nossa “Comunicação Preliminar” [de 1893, que serve de introdução ao presente volume].

Nessa fase do trabalho chegamos finalmente à reprodução de sua nevralgia facial, que eu próprio tratara nas ocasiões em que surgiu em ataques atuais. Estava curioso em descobrir se também a nevralgia mostraria ter uma causa psíquica. Quando comecei a evocar a cena traumática, a paciente viu-se de volta a um período de grande irritabilidade mental para com o marido. Descreveu uma conversa que tivera com ele e uma observação dele que ela sentira como um áspero insulto. De repente, levou a mão à face, soltou um grande grito de dor e

exclamou: “Foi como uma bofetada no rosto”. Com isso, cessaram tanto a dor como o ataque.

Não há dúvida de que o que acontecera fora uma simbolização. Ela se sentira como se tivesse realmente recebido uma bofetada. Todos perguntarão imediatamente como foi que a sensação de uma “bofetada no rosto” veio a assumir os contornos externos de uma nevralgia do trigêmeo, por que se restringiu às segundas e terceiras ramificações e por que piorava quando a paciente abria a boca e mastigava - embora, diga-se de passagem, não quando ela falava.

No dia seguinte, a nevralgia estava de volta. Mas dessa vez foi dissipada pela narração de *outra* cena, cujo conteúdo fora, mais uma vez, um suposto insulto. As coisas continuaram assim por nove dias. Parecia que, durante anos, os insultos, principalmente os externados verbalmente, haviam, através da simbolização, provocado novos ataques de sua nevralgia facial.

Mas por fim repercorreu o caminho de volta a seu primeiro acesso de nevralgia, mais de quinze anos antes. Ali não tinha havido simbolização, mas uma conversão através da simultaneidade. Ela vira um quadro doloroso, acompanhado de sentimentos de autocensura, e isso a forçara a rechaçar outro grupo de pensamentos. Assim, tratava-se de um caso de conflito e defesa. A geração da nevralgia naquele momento só podia ser explicada pela suposição de que ela estava sofrendo, na época, de leves dores de dentes ou de dores no rosto, e isso não era improvável, visto que ela estava então nos primeiros meses de sua primeira gravidez.

Assim, a explicação foi que essa nevralgia passara a ser indicativa de uma excitação psíquica específica pelo método usual da conversão, mas que, posteriormente, pôde ser acionada através de reverberações associativas provenientes de sua vida mental ou da conversão simbólica - a rigor, o mesmo comportamento que encontramos na Srta. Elisabeth von R.

Darei um segundo exemplo que demonstra a ação da simbolização em outras condições. Num determinado período, a Sra. Caecilie foi acometida de uma violenta dor no calcanhar direito - uma dor lancinante a cada passo que dava, que tornou impossível andar. A análise levou-nos, com relação a isso, a uma época em que a paciente estivera num sanatório no exterior. Ela passara uma semana de cama e ia ser levada ao refeitório comum pela primeira vez pelo médico residente. A dor sobreveio no momento em que ela lhe tomou o braço para sair da sala com ele; desapareceu durante a reprodução da cena, quando a paciente me disse que, não ocasião, ficara com medo de não “acertar o passo” com aqueles estranhos.

A princípio, isso parece ser um exemplo surpreendente e mesmo cômico da gênese dos

sintomas histéricos através da simbolização por meio de uma expressão verbal. Um exame mais detido da situação, no entanto, favorece outra opinião do caso. A paciente vinha sofrendo, na época, de dores generalizadas nos pés, e fora por causa delas que ficara presa ao leito por tanto tempo. Tudo o que se poderia alegar em favor da simbolização era que o medo que dominou a paciente ao dar os primeiros passos escolheu, dentre todas as dores que a afligiam na época, a dor específica que era simbolicamente apropriada, a dor no calcanhar direito, e a transformara numa dor psíquica, imprimindo-lhe uma persistência especial.

Nesses exemplos, o mecanismo da simbolização parece ser relegado a uma importância secundária, como sem dúvida é a regra geral. Mas disponho de exemplos que parecem provar a gênese dos sintomas histéricos apenas através da simbolização. O exemplo que se segue é um dos melhores e se relaciona, mais uma vez, com a Sra. Caecilie. Quando contava quinze anos, ela estava deitada na cama sob o olhar vigilante da avó rigorosa. A moça subitamente deu um grito; sentira uma dor penetrante na testa, entre os olhos, que durou semanas. No decorrer da análise dessa dor, que foi descrita após quase trinta anos, ela me disse que a avó lhe dirigira um olhar tão “penetrante” que fora direto até o cérebro. (Ela sentira medo de que a velha a estivesse olhando com desconfiança.) Ao contar-me isso, irrompeu numa sonora gargalhada e a dor mais uma vez desapareceu. Neste caso, não posso discernir outra coisa senão o mecanismo da simbolização, que tem seu lugar, em certo sentido, a meio caminho entre a auto-sugestão e a conversão.

Minha observação da Sra. Caecilie M. proporcionou-me a oportunidade de fazer uma coletânea sistemática de tais simbolizações. Todo um grupo de sensações físicas que normalmente se considera que são determinadas por causas orgânicas era, no caso dela, de origem psíquica, ou pelo menos possuía um significado psíquico. Uma série específica de suas experiências foi acompanhada por uma sensação de punhalada na região cardíaca (significando “apunhalou-me no coração”). A dor, que ocorre na histeria, em que se cravam pregos na cabeça tinha sem dúvida de ser explicada, no caso dela, como uma dor relacionada com o pensamento. (“Uma coisa me entrou na cabeça.”) As dores dessa espécie eram sempre dissipadas tão logo os problemas em jogo eram esclarecidos. Junto com a sensação de uma “aura” histérica na garganta, quando essa sensação surgia após um insulto, havia a idéia de que “terei de engolir isto”. A paciente apresentava uma quantidade enorme de sensações e idéias que corriam paralelamente umas às outras. Ora a sensação evocava a idéia que a explicava, ora a idéia criava a sensação por meio de simbolização, e não raro tinha-se que deixar em aberto a questão de qual dos dois elementos fora o primário.

Não constatei nenhum uso tão extenso da simbolização em qualquer outro paciente. É verdade que a Sra. Caecilie M. era uma mulher de talentos bastante incomuns, principalmente

artísticos, e cujo senso muito desenvolvido da forma era revelado em alguns poemas de grande perfeição. Sou de opinião, contudo, que quando um histérico cria uma expressão somática para uma idéia emocionalmente colorida, através da simbolização, isso depende menos do que se poderia imaginar de fatores pessoais ou voluntários. Ao tomar uma expressão verbal ao pé da letra e sentir uma “punhalada no coração” ou uma “bofetada no rosto” após um comentário depreciativo vivido como um fato real, o histérico não está tomando liberdades com as palavras, mas simplesmente revivendo mais uma vez as sensações a que a expressão verbal deve sua justificativa. Como poderíamos referir-nos a alguém que foi menosprezado dizendo que foi “apunhalado no coração”, a menos que o menosprezo tivesse de fato sido acompanhado por uma sensação precordial que poderia ser adequadamente descrita por essa expressão e a menos que fosse identificável por essa sensação? O que poderia ser mais provável do que a idéia de que a figura de linguagem “engolir alguma coisa”, que empregamos ao falar de um insulto ao qual não foi apresentada nenhuma réplica, originou-se na verdade das sensações inervatórias que surgem na faringe quando deixamos de falar e nos impedimos de reagir ao insulto? Todas essas sensações e inervações pertencem ao campo da “Expressão das Emoções”, que, como nos ensinou Darwin [1872], consiste em ações que originalmente possuíam um significado e serviam a uma finalidade. Em sua maior parte, estas podem ter-se enfraquecido tanto que sua expressão em palavras nos parece ser apenas um quadro figurativo delas, ao passo que, com toda probabilidade, essa descrição um dia foi tomada em seu sentido literal; e a histeria tem razão em restaurar o significado original das palavras ao retratar suas inervações inusitadamente fortes. Com efeito, talvez seja errado dizer que a histeria cria essas sensações através da simbolização. É possível que ela não tome em absoluto o uso da língua como seu modelo, mas que tanto a histeria quanto o uso da língua extraíam seu material de uma fonte comum. [1]

III - CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

(BREUER)

Na “Comunicação Preliminar” que introduz este trabalho formulamos as conclusões a que fomos levados por nossas observações, e penso que posso mantê-las em essência. Mas a “Comunicação Preliminar” é tão curta e concisa que, em sua maior parte, só nos foi possível ventilar nossos conceitos. Portanto, agora que os casos clínicos apresentaram provas que confirmam nossas conclusões, talvez seja permissível enunciá-las mais amplamente. Por certo aqui não é uma questão, é evidente, de lidar com *todo* o campo da histeria. Mas talvez possamos dar um tratamento mais detido e mais claro (com acréscimo de algumas ressalvas, sem dúvida) dos pontos para os quais foram reunidas provas insuficientes ou que não receberam bastante destaque na “Comunicação Preliminar”.

No que se segue, far-se-á pouca menção ao cérebro e nenhuma absolutamente às moléculas. Os processos psíquicos serão abordados na linguagem da psicologia; e, a rigor, não poderia ser de outra forma. Se em vez de “idéia” escolhêssemos falar em “excitação do córtex”, a segunda expressão só teria algum sentido para nós na medida em que

reconhecêssemos um velho amigo sob esse disfarce e tacitamente restaurássemos a “idéia”. Pois, enquanto as idéias são objetos permanentes de nossa experiência e nos são familiares em todas as suas gradações de significado, as “excitações corticais” pelo contrário, têm mais a natureza de um postulado: são objetos que temos a esperança de identificar no futuro. A substituição de um termo pelo outro não pareceria ser mais do que um disfarce desnecessário. Por conseguinte, talvez me seja perdoado recorrer quase exclusivamente a termos psicológicos.

Há outro aspecto para o qual devo pedir de antemão a indulgência do leitor. Quando uma ciência vem fazendo rápidos avanços, certos pensamentos inicialmente expressos por indivíduos isolados logo se transformam em domínio público. Dessa forma, ninguém que tente formular hoje seus conceitos sobre a histeria e sua base psíquica pode evitar repetir um grande número de idéias de outrem que se acham em transição do domínio pessoal para o público. É difícil ter sempre a certeza de quem os expressou pela primeira vez, e há sempre o perigo de se considerar como produto próprio o que já foi dito por terceiros. Espero, portanto, que me desculpem se forem encontradas poucas citações neste trabalho e se não for feita qualquer distinção rigorosa entre o que é de minha própria lavra e o que tem origens alhures. Reivindicamos originalidade para uma parte muito pequena do que será encontrado nas páginas que se seguem.

(1) SERÃO IDEOGÊNICOS TODOS OS FENÔMENOS HISTÉRICOS?

Em nossa “Comunicação Preliminar” examinamos o mecanismo psíquico dos “fenômenos histéricos”, e não da “histeria”, pois não quisemos defender o conceito de que esse mecanismo psíquico, ou a teoria psíquica dos sintomas histéricos em geral, têm validade ilimitada. Não somos de opinião de que todos os fenômenos da histeria ocorram da maneira descrita por nós naquele artigo, nem acreditamos que todos sejam ideogênicos, isto é, determinados por idéias. Nesse aspecto divergimos de Moebius, que em 1888 propôs definir como histéricos todos os fenômenos patológicos determinados por idéias. Essa afirmação foi posteriormente elucidada no sentido de que apenas parte dos fenômenos patológicos corresponde, em seu conteúdo, às idéias que os provocam - a saber, os fenômenos que são produzidos por alo-sugestão ou auto-sugestão, como, por exemplo, quando a idéia de não poder mover o braço provoca uma paralisia do mesmo, enquanto outra parte dos fenômenos, embora causados por idéias, não corresponde a elas em seu conteúdo - como, por exemplo, quando em uma de nossas pacientes uma paralisia do braço foi provocada pela visão de objetos semelhantes a cobras [ver em [1]-[2]].

Ao dar essa definição, Moebius não está meramente propondo uma modificação na nomenclatura e sugerindo que, no futuro, só deveremos descrever como histéricos os fenômenos patológicos que forem ideogênicos (determinados por idéias); o que ele está supondo é que todos os sintomas histéricos são ideogênicos. “Visto que as idéias são com muita freqüência a causa dos fenômenos histéricos, creio que sempre o são.” Ele denomina isso de inferência por analogia. Prefiro denominá-lo de generalização, cuja justificativa deve primeiro ser submetida à prova.

Antes de qualquer discussão do assunto, devemos obviamente decidir o que entendemos por histeria. Considero que a histeria é um quadro clínico empiricamente descoberto e baseado na observação, da mesma maneira que a tuberculose pulmonar. Esses quadros clínicos empiricamente obtidos ganham mais precisão, profundidade e clareza com o progresso de nossos conhecimentos, mas não devem nem podem ser desmontados por eles. A pesquisa etiológica revela que os vários processos constitutivos da tísica pulmonar têm diversas causas: o tubérculo é devido ao *bacillus Kochii*, enquanto a degeneração do tecido, a formação de cavernas e a febre séptica se devem a outros micróbios. Apesar disso, a tuberculose permanece como uma unidade clínica e seria um erro desintegrá-la, atribuindo-lhe apenas as modificações “especificamente tuberculosas” do tecido, provocadas pelo bacilo de Koch, e desvinculando dela as outras modificações. Da mesma forma, a histeria deve continuar a ser uma unidade clínica, mesmo se ficar demonstrado que suas manifestações são determinadas por várias causas e que algumas delas são acarretadas por um mecanismo psíquico e outras, não.

Estou convencido de que é isto o que de fato ocorre; apenas parte dos fenômenos da histeria é ideogênica, e a definição formulada por Moebius rompe a unidade clínica da histeria, e, a rigor, também a unidade de um mesmo sintoma num mesmo paciente.

Estaríamos fazendo uma inferência inteiramente análoga à “inferência por analogia” de Moebius, se afirmássemos que, como as idéias e percepções com muita freqüência provocam ereções, devemos presumir que só elas é que o fazem e que os estímulos periféricos só poriam esse processo vasomotor em ação por vias indiretas através da psique. Sabemos que essa inferência seria falsa e, no entanto, ela está baseada em pelo menos tantos fatos quanto os que fundamentam a asserção de Moebius sobre a histeria. De conformidade com nossa experiência de um grande número de processos fisiológicos, tais como a secreção de saliva ou de lágrimas, as modificações no trabalho do coração, etc., é possível e plausível presumir que o mesmíssimo processo pode ser igualmente acionado por idéias e por estímulos periféricos e outros estímulos não-psíquicos. O contrário teria de ser provado e estamos muito longe disso. Com efeito parece certo que muitos fenômenos descritos como histéricos não são provocados apenas por idéias.

Consideremos um exemplo cotidiano. Uma mulher pode, sempre que surge um afeto,

apresentar no pescoço, nos seios e no rosto um eritema, que aparece primeiro em manchas e depois se torna confluyente. Isso é determinado por idéias e, portanto, de acordo com Moebius, é uma manifestação histérica. Mas esse mesmo eritema surge, embora numa área menos extensa, quando a pele fica irritada ou é tocada, etc. Isso *não* seria histérico. Assim, um fenômeno que é indubitavelmente uma unidade completa seria histérico numa ocasião e não-histérico em outra. É claro que se pode indagar se esse fenômeno - o eretismo vasomotor - deveria ser considerado como especificamente histérico ou se não seria mais apropriado encará-lo como simplesmente “nervoso”. Do ponto de vista de Moebius, porém, o esfacelamento da unidade seria uma consequência necessária, de qualquer maneira, e só o eritema determinado pelo afeto deveria ser denominado histérico.

Isso se aplica exatamente do mesmo modo às dores históricas, que são de tão grande importância prática. Sem dúvida, elas muitas vezes são determinadas diretamente por idéias. São “alucinações de dor”. Se as examinarmos bem mais de perto, veremos que, ao que parece, o fato de uma idéia ser muito nítida não é suficiente para produzi-las, mas que deve haver uma condição anormal especial nos aparelhos relativos à condução e percepção da dor, do mesmo modo que no caso do eritema emocional deve estar presente uma excitabilidade anormal dos vasomotores. A expressão “alucinações de dor” sem dúvida proporciona a mais rica descrição da natureza dessas nevralgias, mas também nos obriga a transpor para elas os conceitos que formamos sobre as alucinações em geral. Não caberia aqui um exame pormenorizado desses conceitos. Endosso a opinião de que as “representações”, imagens mnêmicas puras e simples, sem qualquer excitação do aparelho perceptivo, jamais, nem mesmo no ápice de sua nitidez e intensidade, atingem o caráter de existência objetiva, que é a marca das alucinações.

Isso se aplica às alucinações sensoriais e mais ainda às alucinações de dor, pois não parece possível que uma pessoa sadia seja capaz de dotar a lembrança de uma dor física sequer com o mesmo grau de nitidez ou sequer com uma aproximação distante da sensação real que pode, afinal de contas, ser alcançada pelas imagens mnêmicas ópticas e acústicas. Mesmo no estado alucinatório normal das pessoas sadias, que ocorre durante o sono, nunca há, creio eu, sonhos de dor, a menos que uma sensação real de dor esteja presente. Essa excitação “retrogressiva”, que emana do órgão da memória e atua sobre o aparelho perceptivo por meio das reproduções, é, portanto, no curso normal das coisas, ainda mais difícil no caso da dor do que no das sensações visuais ou auditivas. Uma vez que as alucinações de dor surgem com tanta facilidade na histeria, devemos pressupor uma excitabilidade anormal do aparelho relacionado com as sensações de dor.

Essa excitabilidade surge não apenas sob o estímulo das idéias, mas também sob estímulos periféricos, da mesma forma que o eretismo dos vasomotores que examinamos acima.

É uma observação cotidiana constatar que, nas pessoas com nervos normais, as dores periféricas são provocadas por processos patológicos não dolorosos em si mesmos, localizados em outros órgãos. Assim, surgem as dores de cabeça decorrentes de alterações relativamente insignificantes no nariz ou nas cavidades vizinhas, e nevralgias dos nervos intercostais e braquiais provenientes de patologias do coração, etc. Quando a excitabilidade anormal, que fomos obrigados a postular como uma condição necessária para as alucinações de dor, acha-se presente num paciente, essa excitabilidade também fica à disposição, por assim dizer, das irradiações que acabo de mencionar. As irradiações que ocorrem também em pessoas não-neuróticas são mais intensificadas e formam-se irradiações de um tipo que, na verdade, só encontramos em pacientes neuróticos, mas que se baseiam no mesmo mecanismo que as outras. Dessa forma, a nevralgia ovariana depende, creio eu, das condições do aparelho genital. Sua causalidade psíquica teria que ser provada, e não se chega a essa comprovação pela demonstração de que essa particular espécie de dor, como qualquer outra, pode ser produzida sob hipnose como uma alucinação, ou de que suas causas *podem* ser psíquicas. Tal como o eritema ou qualquer das secreções normais, a nevralgia surge tanto de causas psíquicas como de causas puramente somáticas. Será que devemos descrever apenas a primeira espécie como histérica - os casos que sabemos terem uma origem psíquica? Se assim for, os casos comumente observados de nevralgia ovariana teriam de ser excluídos da síndrome histérica, e isso mal seria uma solução.

Quando um ligeiro traumatismo numa articulação é gradativamente seguido de uma artralgia grave, o processo sem dúvida envolve um elemento psíquico, isto é, uma concentração da atenção na parte traumatizada, o que intensifica a excitabilidade dos filetes nervosos em questão. Poder-se-ia dificilmente expressar isso, no entanto, afirmando que a hiperalgesia foi causada por representações.

O mesmo se aplica à *diminuição* patológica da sensação. Não está de modo algum provado e é improvável que a analgesia geral ou a analgesia de partes individuais do corpo, desacompanhada de anestesia, seja provocada por representações. E mesmo que as descobertas de Binet e Janet fossem confirmadas por completo, no sentido de que a hemianestesia é determinada por uma condição psíquica peculiar, por uma divisão da psique, o fenômeno seria psicogênico, mas não ideogênico, e portanto, de acordo com Moebius, não deve ser denominado histérico.

Se existe, portanto, um grande número de fenômenos histéricos característicos que não podemos supor que sejam ideogênicos, pareceria acertado limitar a aplicação da tese de Moebius. Não definiremos como histéricos os fenômenos patológicos que são causados por representações, mas apenas asseveraremos que um grande número de fenômenos histéricos, provavelmente mais do que suspeitamos hoje em dia, são ideogênicos. Mas a alteração patológica fundamental que se acha presente em cada caso e que permite às representações, bem como aos estímulos não-psicológicos, produzirem efeitos patológicos, reside numa

excitabilidade anormal do sistema nervoso. Até que ponto essa excitabilidade é de origem psíquica é uma outra questão.

Contudo, mesmo que apenas alguns dos fenômenos da histeria sejam ideogênicos, na verdade são eles que podem ser considerados especificamente histéricos, e é a investigação deles, a descoberta de sua origem psíquica, que constitui o avanço recente mais importante na teoria desse distúrbio. Surge então uma outra pergunta: como se dão esses fenômenos? Qual é seu “mecanismo psíquico”?

Essa pergunta exige uma resposta bem diferente no caso de cada um dos dois grupos em que Moebius divide os sintomas ideogênicos | ver em [1]|. Os fenômenos patológicos que correspondem em seu conteúdo à representação instigadora são relativamente compreensíveis e claros. Quando a representação de uma voz ouvida não a faz apenas ecoar fracamente no “ouvido interior”, como acontece nas pessoas sadias, mas a leva a ser percebida de maneira alucinatória como uma sensação acústica objetiva real, isso pode ser equiparado a fenômenos familiares da vida normal - aos sonhos - e é bem inteligível com base na hipótese de excitabilidade anormal. Sabemos que a cada movimento voluntário é a idéia do resultado a ser alcançado que dá início à contração muscular pertinente, e não é muito difícil ver que a idéia de que essa contração é impossível impedirá o movimento (como acontece na paralisia por sugestão).

A situação é outra com os fenômenos que não têm nenhuma conexão lógica com a representação determinante. (Também aqui, a vida normal oferece paralelos como, por exemplo, o enrubescer de vergonha.) Como surgem eles? Por que uma representação num homem doente evoca um movimento ou uma alucinação específica inteiramente irracional que de modo algum corresponde a ela?

Em nossa “Comunicação Preliminar” sentimo-nos em condições de dizer algo sobre essa relação causal com base em nossas observações. Em nossa exposição do assunto, entretanto, introduzimos e empregamos, sem o justificar, o conceito de “excitações que fluem ou têm de ser ab-reagidas”. Esse conceito, que é de fundamental importância para nosso tema e para a teoria das neuroses em geral, parece exigir e merecer um exame mais detalhado. Antes de passar a efetuar-lo, devo pedir desculpas por levar o leitor de volta aos problemas básicos do sistema nervoso. Um sentimento de opressão está fadado a acompanhar qualquer descida desse tipo até as “Mães” [isto é, à exploração das profundezas].

Mas qualquer tentativa de chegar às raízes de um fenômeno leva inevitavelmente, dessa forma, a problemas básicos dos quais não se pode escapar. Espero, portanto, que a obscuridade do exame que se segue possa ser encarada com indulgência.

(2) AS EXCITAÇÕES TÔNICAS INTRACEREBRAIS - OS AFETOS

(A)

Conhecemos duas condições extremas do sistema nervoso central: um estado lúcido de vigília e um sono desprovido de sonhos. Uma transição entre elas é proporcionada por uma série de condições com todos os graus de decrescente lucidez. O que nos interessa aqui não é a questão da finalidade do sono e sua base física (seus determinantes químicos ou vasomotores), mas a questão da distinção essencial entre as duas condições.

Não podemos dar nenhuma informação direta sobre o sono mais profundo e sem sonhos, pela mesma razão de que todas as observações e experiências são excluídas pelo estado de total inconsciência. Mas no que tange à condição fronteira do sono acompanhado de sonhos podem-se fazer as asserções que se seguem. Em primeiro lugar, quando, estando nessa condição, tentamos fazer movimentos voluntários - de andar, falar, etc. - isso não faz com que as contrações correspondentes dos músculos sejam voluntariamente iniciadas, como na vida de vigília. Em segundo lugar, os estímulos sensoriais talvez sejam percebidos (pois muitas vezes forçam sua entrada nos sonhos), mas não são apercebidos, isto é, não se tornam percepções conscientes. Além disso, as representações que emergem não ativam, como na vida de vigília, todas as representações vinculadas a ela e que se encontram presentes na consciência potencial; um grande número destas últimas permanece não excitado. (Por exemplo, descobrimo-nos falando com uma pessoa morta sem nos lembrarmos de que está morta.) Outrossim, representações incompatíveis podem estar presentes ao mesmo tempo sem se inibirem mutuamente, como fazem na vida de vigília. Dessa forma, a associação é imperfeita e incompleta. Podemos presumir com segurança que, no sono mais profundo, essa ruptura das vinculações entre os elementos psíquicos é levada ainda mais além e se torna total.

Por outro lado, quando estamos inteiramente acordados, todo ato de vontade inicia o movimento correspondente; as impressões sensoriais transformam-se em percepções conscientes e as representações se associam com todo conteúdo presente na consciência potencial. Nesse estado o cérebro funciona como uma unidade, com conexões internas completas.

Talvez estejamos apenas descrevendo esses fatos com outras palavras, se dissermos que, no sono, as vias de conexão e condução do cérebro não são percorriáveis pelas excitações dos elementos psíquicos (células corticais?), ao passo que na vida de vigília o são

inteiramente.

A existência desses dois estados diferentes das vias de condução, ao que parece, só pode tornar-se inteligível se supormos que, na vida de vigília, essas vias se encontram num estado de excitação tônica (o que Exner [1894, 93] chama de “tetania intercelular”) e que essa excitação intracerebral tônica é o que determina sua capacidade condutora, sendo que sua diminuição e desaparecimento é que estabelecem o estado de sono.

Não devemos pensar na via cerebral de condução como semelhante a um fio telefônico que só é eletricamente excitado no momento em que tem de funcionar (isto é, no contexto presente, quando tem que transmitir um sinal). Devemos assemelhá-lo ao tipo de fio telefônico em que há sempre um fluxo constante de corrente galvânica e que deixa de ser excitável quando tal corrente cessa. Ou melhor, imaginemos um sistema elétrico amplamente ramificado para transmissão de luz e força; o que se espera desse sistema é que o simples estabelecimento de um contato seja capaz de pôr qualquer lâmpada ou máquina em funcionamento. Para possibilitar isso, de modo que tudo esteja pronto para funcionar, deve haver certa tensão presente em toda a rede de linhas de condução, devendo o gerador despender uma dada quantidade de energia para esse fim. Da mesma forma, há certa quantidade de excitação presente nas vias condutoras do cérebro quando este se encontra em repouso, mas desperto e preparado para trabalhar.

Esse conceito é apoiado pelo fato de que estar meramente desperto, sem realizar qualquer trabalho, dá lugar à fadiga e produz a necessidade de dormir. O estado de vigília em si provoca um consumo de energia.

Imaginemos um homem num estado de intensa expectativa, que não está, contudo, dirigida para qualquer campo sensorial específico. Temos então diante de nós um cérebro em repouso mas preparado para a ação. Podemos com razão supor que em tal cérebro todas as vias de condução se encontram no máximo de sua capacidade condutora - que se acham num estado de excitação tônica. É significativo que na linguagem comum nos refiramos a esse estado como sendo de tensão. A experiência nos ensina o quanto de desgaste esse estado representa e como pode ser fátigante, mesmo que nenhum trabalho motor ou psíquico seja nele realizado.

Esse é um estado excepcional que, precisamente por causa do grande consumo de energia em jogo, não pode ser tolerado por muito tempo. Mas mesmo o estado normal de estar bem desperto exige uma quantidade de excitação intracerebral que varia entre limites separados

de forma não muito ampla. Cada grau decrescente de vigília, até a sonolência e o verdadeiro sono, faz-se acompanhar por graus correspondentes menores de excitação.

Quando o cérebro está realmente trabalhando, exige-se sem dúvida um consumo maior de energia do que quando está apenas *preparado* para executar trabalho. (Da mesma forma, o sistema elétrico descrito anteriormente à guisa de analogia deve fazer com que maior quantidade de energia elétrica flua para as linhas condutoras quando um grande número de lâmpadas ou motores está ligado ao circuito.) Quando o funcionamento é normal, não se libera maior quantidade de energia do que a empregada de imediato na atividade. O cérebro, contudo, comporta-se como um daqueles sistemas elétricos de capacidade restrita que são incapazes de produzir ao mesmo tempo uma quantidade superior de luz e de trabalho mecânico. Quando um deles está transmitindo força, dispõe-se apenas de uma pequena quantidade de energia para a iluminação, e *vice-versa*. Assim, constatamos que, se estivermos fazendo grandes esforços musculares, seremos incapazes de nos empenharmos num raciocínio contínuo, ou que, se concentrarmos nossa atenção num único campo sensorial, a eficiência dos outros órgãos cerebrais ficará reduzida - em outras palavras, verificamos que o cérebro trabalha com uma quantidade de energia variável, mas limitada.

A distribuição não-uniforme de energia é sem dúvida determinada pelo que Exner [1894, 165] denomina de “facilitação pela atenção” - por um aumento da capacidade condutora das vias em uso e um decréscimo da capacidade das outras, e assim, num cérebro em funcionamento, a “excitação tônica intracerebral” também é distribuída de maneira não uniforme.

Despertamos uma pessoa que está adormecida - ou seja, elevamos de repente a quantidade de sua excitação intracerebral tônica - fazendo que um vívido estímulo sensorial exerça influência sobre ela. Se as alterações na circulação sanguínea cerebral são aqui elos essenciais na corrente causal, e se os vasos sanguíneos são diretamente dilatados pelo estímulo, ou se a dilatação é conseqüência da excitação dos elementos cerebrais - tudo isso é incerto. O certo é que o estado de excitação, penetrando por uma das portas dos sentidos, espalha-se pelo cérebro a partir desse ponto, torna-se difuso e leva todas as vias de condução a um estado de facilitação mais elevado.

Ainda não está nada esclarecido, é natural, como ocorre o despertar *espontâneo* - se é sempre a mesma parte do cérebro que entra num estado de excitação de vigília, e se a excitação então se difunde a partir dali, ou se ora um, ora outro grupo de elementos atua como o agente que desperta. Não obstante, o despertar espontâneo que, como sabemos, pode ocorrer na total quietude e escuridão sem qualquer estímulo externo, prova que o

desenvolvimento da energia se baseia no processo vital dos próprios elementos cerebrais. Um músculo pode permanecer não estimulado e quiescente por mais que tenha ficado em estado de repouso e mesmo que tenha acumulado um máximo de força elástica. O mesmo não se aplica aos elementos cerebrais. Sem dúvida, temos razão ao supor que durante o sono os elementos cerebrais recuperam sua condição anterior e acumulam energia potencial. Quando isso acontece até certo ponto - quando, por assim dizer, certo nível é atingido - o excedente é descarregado nas vias de condução, facilita-as e estabelece a excitação intracerebral do estado de vigília.

Podemos encontrar um exemplo instrutivo da mesma coisa na vida de vigília. Quando o cérebro em vigília ficou quiescente por um tempo considerável, sem transformar a força elástica em energia ativa através de seu funcionamento, surgem uma necessidade e um impulso para a atividade. Aquiescência motora prolongada gera necessidade de movimento (compare-se o correr sem objetivo, de um lado para outro, de um animal enjaulado), e quando essa necessidade não pode ser atendida instaura-se uma sensação aflitiva. A falta de estímulos sensoriais, a escuridão e o silêncio total tornam-se uma tortura; o repouso mental e a falta de percepções, idéias e atividade associativa produzem o tormento de tédio. Essas sensações de desprazer correspondem a uma “excitação”, a um aumento da excitação intracerebral normal.

Assim, os elementos cerebrais, depois de serem restaurados por completo, liberam certa quantidade de energia mesmo quando estão em repouso; e quando essa energia não é empregada funcionalmente, ela aumenta a excitação intracerebral normal. O resultado é uma sensação de desprazer. Tais sensações são sempre geradas quando uma das necessidades do organismo deixa de encontrar satisfação. Visto que essas sensações desaparecem quando a quantidade excedente de energia que foi liberada é empregada funcionalmente, podemos concluir que a eliminação dessa excitação excedente é uma necessidade do organismo. E aqui deparamos pela primeira vez com o fato de que existe no organismo uma “*tendência a manter constante a excitação intracerebral*”. (Freud.)

Tal excedente de excitação é uma sobrecarga e um incômodo, e o impulso de consumi-lo surge como consequência disso. Quando não pode ser utilizado na atividade sensorial ou ideacional, o excedente se descarrega numa ação motora sem finalidade, no andar de um lado para outro e assim por diante - o que encontraremos mais à frente como o método mais comum de descarregar as tensões excessivas.

Estamos familiarizados com as grandes variações individuais que se encontram a esse respeito: as grandes diferenças entre as pessoas vivazes e as inertes e letárgicas, entre as que “não conseguem ficar paradas” e as que têm o “dom inato de se espreguiçarem nos sofás”, e entre os espíritos mentalmente ágeis e os embotados, que conseguem tolerar a inação intelectual por um período ilimitado de tempo. Essas diferenças, que constituem o “temperamento natural” de um homem, por certo se baseiam em profundas diferenças em seu

sistema nervoso - no grau em que os elementos cerebrais funcionalmente quiescentes liberam energia.

Já nos referimos à tendência, por parte do organismo, a manter constante a excitação cerebral tônica. Uma tendência dessa natureza, porém, só se torna inteligível quando conseguimos ver a que necessidade atende. Podemos compreender a tendência nos animais de sangue quente de manter uma temperatura média constante porque nossa experiência nos ensinou que essa temperatura é a ideal para o funcionamento de seus órgãos. E fazemos uma suposição similar quanto à constância do teor de água no sangue, e assim por diante. Creio podermos também presumir que existe um ponto ótimo para o nível da excitação tônica intracerebral. Nesse nível de excitação tônica o cérebro é acessível a todos os estímulos externos, os reflexos são facilitados, embora apenas na medida da atividade reflexa normal, e o acervo de representações é passível de ser despertado e aberto à associação, na relação mútua entre representações individuais que corresponde a um estado mental de lucidez. É nesse estado que o organismo se acha mais bem preparado para funcionar.

A situação já fica alterada pela elevação uniforme | ver em [1] | da excitação tônica que constitui a “expectativa”. Isso torna o organismo hiperestésico aos estímulos sensoriais, que rapidamente se tornam aflitivos, e aumenta também sua excitabilidade reflexa acima do que é útil (inclinação ao susto). Sem dúvida esse estado é útil para algumas situações e finalidades, mas quando aparece espontaneamente e não por quaisquer dessas razões, não melhora nossa eficiência, mas a prejudica. Na vida cotidiana, chamamos a isso estar “nervoso”. Na grande maioria das formas de aumento da excitação, contudo, a superexcitação *não* é uniforme, o que é sempre prejudicial à eficiência. Chamamos a isso “excitamento”. Que o organismo tenda a manter o ponto ótimo de excitação e a retornar a esse ponto ótimo depois de havê-lo ultrapassado não é de se surpreender, mas está inteiramente de acordo com outros mecanismos reguladores do organismo.

Permitir-me-ei mais uma vez recorrer à comparação com um sistema de iluminação elétrica. A tensão na rede de linhas de condução possui também o seu ponto ótimo. Se este for ultrapassado, seu funcionamento pode ser prejudicado com facilidade; por exemplo, os filamentos da luz elétrica podem ser prontamente queimados. Falarei mais adiante sobre o dano causado ao próprio sistema se o isolamento falhar ou se ocorrer um “curto-circuito”.

(B)

Nossa fala, resultado da experiência de muitas gerações, distingue com admirável sutileza as formas e graus de elevação da excitação que ainda são úteis à atividade mental [isto é, apesar de se elevarem acima do ponto ótimo (ver penúltimo parágrafo)], por elevarem a energia livre de todas as funções cerebrais de maneira uniforme, das formas e graus que prejudicam essa atividade, por aumentarem parcialmente e inibirem parcialmente essas funções psíquicas de uma maneira que *não* é uniforme. Às primeiras se dá o nome de “incitação” e às últimas, de “excitamento”. Uma conversa interessante ou uma xícara de chá ou café têm um efeito “incitante” [estimulante]; uma altercação ou uma dose considerável de álcool têm um efeito “excitante”. Enquanto a incitação desperta apenas a ânsia de empregar funcionalmente o excesso de excitação, o excitamento procura descarregar-se de formas mais ou menos violentas, que são quase ou decididamente patológicas. O excitamento constitui a base psicofísica dos efeitos, que serão examinados mais adiante. Mas devo em primeiro lugar abordar sucintamente algumas causas fisiológicas e endógenas dos aumentos de excitação.

Entre essas, em primeiro lugar, estão as principais necessidades e pulsões fisiológicas do organismo: a necessidade de oxigênio, o anseio intenso de alimentos e a sede. Visto que o excitamento que eles disparam está vinculado a certas sensações e idéias intencionais, esse não é um exemplo tão puro do aumento de excitação como o examinado anteriormente | ver em [1]-[2]|, que surgia apenas da aquiescência dos elementos cerebrais. O primeiro sempre possui seu colorido especial. Mas é inconfundível na agitação angustiante que acompanha a dispnéia e na inquietação de um homem faminto.

O aumento da excitação que provém dessas fontes é determinado pela alteração química dos próprios elementos cerebrais, que estão carentes de oxigênio, de força elástica ou de água. Tal excitação flui por vias motoras pré-formadas que levam à satisfação da necessidade que a estimulou: a dispnéia leva à respiração forçada, e a fome e a sede, à busca e obtenção de alimento e água. O princípio da constância da excitação quase não entra em ação no que tange a essa espécie de excitamento, pois os interesses que são atendidos pelo aumento da excitação nesses casos são de muito maior importância para o organismo do que o restabelecimento das condições normais de funcionamento no cérebro. É verdade que vemos os animais de um jardim zoológico correndo excitadamente de um lado para outro antes da hora da alimentação, mas isso sem dúvida pode ser considerado como um resíduo da atividade motora pré-formada de procurar alimento, que agora se tornou inútil pelo fato de estarem eles em cativeiro, e não como um meio de livrar o sistema nervoso do excitamento.

Se a estrutura química do sistema nervoso tiver sido permanentemente alterada pela introdução sistemática de substâncias estranhas, então a falta dessas substâncias provocará estados de excitamento, tal como a falta de substâncias nutritivas normais nas pessoas sadias. Vemos isso no excitamento que se verifica na abstinência de narcóticos.

Uma transição entre esses aumentos endógenos da excitação e os afetos psíquicos no sentido mais estrito é proporcionada pela excitação sexual e pelo afeto sexual. A sexualidade na puberdade surge, na primeira dessas formas, como uma elevação vaga, indeterminada e despropositada da excitação. À medida que o desenvolvimento se processa, tal elevação endógena da excitação, determinada pelo funcionamento das glândulas sexuais, torna-se firmemente vinculada (no curso normal das coisas) à percepção ou idéia do outro sexo - e, a rigor, à idéia de um indivíduo em particular, quando ocorre o notável fenômeno do apaixonar-se. Essa idéia absorve toda a quantidade de excitação liberada pela pulsão sexual. Torna-se uma “idéia afetiva”; em outras palavras, quando está ativamente presente na consciência, ela estimula o acréscimo de excitação que de fato se originou de outra fonte, a saber, as glândulas sexuais.

A pulsão sexual é sem dúvida a fonte mais poderosa de acúmulos sistemáticos de excitação (e, por conseguinte, de neuroses). Esses aumentos distribuem-se de maneira muito desigual pelo sistema nervoso. Quando alcançam um grau considerável de intensidade, o encadeamento de idéias fica perturbado e o valor relativo das idéias se altera; e no orgasmo o pensamento é quase inteiramente extinto.

Também a percepção - a interpretação psíquica das impressões sensoriais - é prejudicada. Um animal normalmente tímido e cauteloso torna-se cego e surdo ao perigo. Por outro lado, pelo menos nos machos, há uma intensificação do instinto agressivo. Os animais pacíficos ficam perigosos, até a sua excitação ser descarregada nas atividades motoras do ato sexual.

(C)

Tal perturbação do equilíbrio dinâmico do sistema nervoso - uma distribuição não uniforme do aumento da excitação - é o que compõe a faceta psíquica dos afetos.

Não se fará aqui nenhuma tentativa de formular uma psicologia ou uma filosofia dos afetos. Examinarei apenas um único ponto, que é de importância para a patologia, e além disso apenas para os afetos ideogênicos - os que são provocados por percepções e representações. (Lange, 1885 [[1] e segs.]), ressaltou com razão que os afetos podem ser causados por substâncias tóxicas, ou, como a psiquiatria nos ensina, acima de tudo pelas alterações patológicas, quase da mesma forma que podem ser causadas pelas representações.

Pode-se considerar evidente por si mesmo que todas as perturbações do equilíbrio mental que denominamos de afetos agudos acompanham um aumento da excitação. (No caso dos afetos *crônicos*, tais como o pesar e a preocupação, isto é, a angústia prolongada, o quadro se complica por um estado de grave fadiga, que, embora mantenha a distribuição não uniforme da excitação, reduz sua intensidade.) Mas esse aumento da excitação não pode ser empregado na atividade psíquica. Todos os afetos intensos restringem a associação - o fluxo de representações. As pessoas ficam “insensatas” com a raiva ou com o pavor. Somente o grupo de representações que provocou o afeto persiste na consciência e o faz com extrema intensidade. Assim, a atividade associativa não consegue aplacar o excitamento.

Os afetos que são “ativos” ou “estênicos”, entretanto, de fato aplacam a excitação aumentada através da descarga *motora*. Os gritos e os saltos de alegria, o maior tônus muscular da cólera, as palavras raivosas e as ações retaliatórias - tudo isso permite que a excitação se escoe em movimentos. O sofrimento mental a descarrega na respiração difícil e em atividades secretoras: em soluços e lágrimas. É uma constatação cotidiana que tais reações reduzem e aliviam o excitamento. Como já tivemos ocasião de observar | ver em [1]|, a linguagem comum expressa isso em frases como “debulhar-se em lágrimas”, “desabar as mágoas”, etc. Aquilo que se está expelindo nada mais é do que o aumento da excitação cerebral.

Apenas algumas dessas reações, como os atos e as palavras raivosas, servem a uma finalidade no sentido de promoverem alguma modificação no estado real de coisas. O resto não serve a qualquer finalidade, ou melhor, seu único objetivo é aplainar o aumento da excitação e estabelecer o equilíbrio psíquico. Na medida em que o conseguem, servem à “tendência a manter constante a excitação |intra-|cerebral” | ver em [1]|.

Os afetos “astênicos” do medo e da angústia não promovem essa descarga reativa. O pavor paralisa por completo a capacidade de movimento, bem como a de associação, e o mesmo faz a angústia, quando a única reação útil - de fugir - é excluída pela causa do afeto de angústia ou pelas circunstâncias. A excitação do pavor só desaparece através de um nivelamento gradual.

A raiva dispõe de reações adequadas que correspondem a sua causa. Quando estas não são viáveis ou estão inibidas, são trocadas por substitutos. Até as palavras raivosas são substitutos dessa espécie. Mas outros atos, mesmo inteiramente destituídos de sentido, podem aparecer como substitutos. Quando Bismarck teve de reprimir seus sentimentos enraivecidos na presença do Rei, desabafou depois espatifando um valioso vaso no chão. Essa substituição deliberada de uma ação motora por outra corresponde exatamente à substituição dos reflexos naturais da dor por outras contrações musculares. Quando se extrai um dente; o reflexo pré-formado é o de empurrar o dentista e soltar um grito; se, em vez disso, contraímos os músculos dos braços e fazemos pressão nos braços da cadeira, estamos

deslocando o *quantum* de excitação que foi gerado pela dor de um grupo de músculos para outro. [ver em [1].] No caso de uma violenta dor de dente espontânea, quando não há nenhum reflexo pré-formado afora o gemido, a excitação se escoia num despropositado andar de um lado para outro. Da mesma forma, transpomos a excitação da raiva da reação adequada para outra e nos sentimos aliviados, contanto que ela seja consumida por *qualquer* inervação motora vigorosa.

Quando, porém, o afeto não consegue encontrar nenhuma descarga de excitação de qualquer natureza dentro desses moldes, a situação é a mesma, tanto com a raiva quanto com o pavor e a angústia. A excitação intracerebral é poderosamente aumentada, mas não é empregada nem em atividade associativa, nem motora. Nas pessoas normais a perturbação é eliminada de modo gradativo. Mas em algumas, aparecem reações anormais. Forma-se uma “expressão anormal dos afetos”, como afirma Oppenheim [1890].

(3) CONVERSÃO HISTÉRICA

Difícilmente hão de suspeitar que identifico a excitação nervosa com a eletricidade por eu recorrer mais uma vez à comparação com um sistema elétrico. Quando a tensão em tal sistema torna-se excessivamente alta, há um risco de que ocorra uma interrupção nos pontos fracos do isolamento. Os fenômenos elétricos aparecem então em pontos anormais, ou, quando dois fios estão muito próximos um do outro, dá-se um curto-circuito. Visto que uma alteração permanente produz-se nesses pontos, a perturbação assim provocada pode repetir-se constantemente se a tensão for aumentada de modo suficiente. Passou a haver uma “facilitação” anormal.

É perfeitamente possível afirmar que as condições que se aplicam ao sistema nervoso são, até certo ponto, semelhantes. Ele forma em toda a sua extensão um todo interligado, mas em muitos de seus pontos interpõem-se grandes resistências, embora não insuperáveis, que impedem a distribuição geral uniforme da excitação. Assim, nas pessoas normais em estado de vigília, a excitação no órgão de representação não passa para os órgãos da percepção: essas pessoas não têm alucinações. [ver em [1].] A bem da segurança e da eficiência do organismo, os plexos nervosos dos complexos de órgãos que são de importância vital - os aparelhos circulatório e digestivo - são separados por fortes resistências dos órgãos de representação. Sua independência está assegurada e eles não são diretamente afetados pelas representações. Mas as resistências que impedem a passagem da excitação intracerebral para os aparelhos circulatório e digestivo variam de intensidade de um indivíduo para outro.

Todos os graus de excitabilidade afetiva situam-se, por um lado, entre o ideal (que raramente se encontra hoje em dia) de um homem absolutamente livre de problemas dos “nervos” - um homem cuja ação cardíaca permanece constante em todas as situações e só é afetada pelo trabalho específico que tem de realizar, um homem que tem bom apetite e boa digestão, qualquer que seja o perigo em que se ache - entre um homem desse tipo e, por outro lado, um homem “nervoso”, que tem palpitações e diarreia à menor provocação.

Como quer que seja, há resistências nas pessoas normais contra a passagem da excitação cerebral para os órgãos vegetativos. Essas resistências correspondem ao isolamento nas linhas condutoras elétricas. Nos pontos onde estão anormalmente fracas, elas são invadidas quando a tensão da excitação cerebral se eleva, e esta - a excitação afetiva - passa para os órgãos periféricos. Segue-se a isso uma “expressão do afeto anormal”.

Dos dois fatores que mencionamos como responsáveis por esse resultado, um já foi examinado por nós com pormenores. Esse primeiro fator é um alto grau de excitação intracerebral que deixou de ser aplacada, fosse por atividades ideacionais, fosse pela descarga motora, ou que é grande demais para ser enfrentado dessa maneira.

O segundo fator é uma fraqueza anormal das resistências em algumas vias específicas de condução. Isso pode ser determinado pela constituição inicial do indivíduo (predisposição inata), ou pode ser determinado por estados de excitação de longa duração, que afrouxam, por assim dizer, toda a estrutura do sistema nervoso do indivíduo e reduzem toda a sua resistência (predisposição puberal); ou pode ser determinado por influências debilitantes, como doença e subnutrição (predisposição devida aos estados de esgotamento). A resistência de certas vias específicas de condução pode estar reduzida por uma doença prévia do órgão em causa, que facilitou as vias que ascendem e descendem do cérebro. Um coração doente é mais suscetível à influência de um afeto do que um coração sadio. “Tenho uma espécie de caixa de ressonância no abdome”, disse-me uma mulher que sofria de parametrite; “quando acontece alguma coisa, ela recomeça minha antiga dor”. (Disposição através de doença local.)

As ações motoras em que a excitação dos afetos costuma ser descarregada são ordenadas e coordenadas, muito embora com freqüência sejam inúteis. Mas uma excitação excessivamente forte pode contornar ou irromper através dos centros coordenadores e se escoar em movimentos primitivos. Nos bebês, além do ato respiratório de gritar, os afetos só produzem e encontram expressão em contrações musculares descoordenadas desse tipo primitivo - em arquear o corpo e espernear. À medida que o desenvolvimento se processa, a musculatura passa cada vez mais para o controle da coordenação e da vontade. Mas o opistótono, que representa o máximo de esforço motor da musculatura somática total, bem

como os movimentos clônicos do espremer e do debater-se, persistem pela vida afora como a forma de reação à excitação máxima do cérebro - à excitação puramente física dos ataques epiléticos e à descarga dos afetos máximos sob a forma de convulsões mais ou menos epileptóides (por exemplo, a parte puramente motora dos ataques histéricos).

É verdade que essas reações afetivas anormais são características da histeria. Mas também ocorrem independentemente dessa doença. O que indicam é um grau mais ou menos elevado de distúrbio nervoso, e não de histeria. Tais fenômenos não podem ser descritos como histéricos, quando aparecem como conseqüências de um afeto que, embora de grande intensidade, possui uma base objetiva, mas só quando surgem com aparente espontaneidade, como manifestações de uma moléstia. Estas últimas, como demonstraram muitas observações, inclusive as nossas, baseiam-se em lembranças que revivem o afeto original - ou melhor, *que o reviveriam se essas reações de fato não ocorressem em seu lugar.*

Pode-se admitir como certo que um fluxo de representações e lembranças corre pela consciência de qualquer pessoa razoavelmente inteligente enquanto sua mente está em repouso. Essas representações são tão pouco nítidas que não deixam nenhum traço na memória e é impossível dizer, posteriormente, como foi que as associações ocorreram. Quando, porém, surge uma representação que originalmente esteve vinculada a um afeto intenso, esse afeto é revivido com maior ou menor intensidade. A representação assim “colorida” pelo afeto emerge na consciência clara e nitidamente. A intensidade de afeto que pode ser liberada por uma lembrança é muito variável, conforme o grau em que tenha ficado exposta ao “desgaste” por diferentes influências e sobretudo o grau em que o afeto original tenha sido “ab-reagido”. Ressaltamos em nossa “Comunicação Preliminar” | ver em [1]| em que extensão variável o afeto de raiva diante de um insulto, por exemplo, é evocado por uma lembrança, conforme o insulto tenha sido revidado ou suportado em silêncio. Se o reflexo psíquico tiver sido plenamente realizado na ocasião original, a lembrança dele liberará uma quantidade muito menor de excitação. Em caso negativo, a lembrança ficará perpetuamente forçando nos lábios do indivíduo as palavras abusivas que foram originalmente reprimidas e que teriam sido o reflexo psíquico do estímulo original.

Nos casos em que o afeto original foi descarregado não através de um reflexo normal, mas por um reflexo “anormal”, este último é também liberado pela lembrança. A excitação decorrente da idéia afetiva é “convertida” (Freud) num fenômeno somático.

Caso esse reflexo anormal se torne inteiramente facilitado pela repetição freqüente, poderá, ao que parece, exaurir a força operativa das representações liberadoras de forma tão total que o próprio afeto não surgirá, ou surgirá com intensidade mínima. Em tal caso, a “conversão histérica” é completa. Além disso, a representação, que agora não produz mais

quaisquer conseqüências psíquicas, pode ser desprezada pelo indivíduo, ou pode ser prontamente esquecida quando emergir, como qualquer outra representação desacompanhada de afeto.

Talvez seja mais fácil aceitar a possibilidade de uma excitação cerebral que deveria ter dado origem a uma representação ser substituída por uma excitação de alguma via periférica, se recordarmos o curso inverso dos acontecimentos que se verifica quando um reflexo pré-formado deixa de ocorrer. Escolherei um exemplo extremamente trivial - o reflexo do espirro. Quando um estímulo da membrana mucosa do nariz deixa, por qualquer motivo, de liberar esse reflexo pré-formado, surge uma sensação de excitação e de tensão, como todos sabemos. A excitação, que ficou impossibilitada de se escoar pelas vias motoras, agora, inibindo todas as outras atividades, dissemina-se pelo cérebro. Esse exemplo cotidiano nos fornece o modelo do que acontece quando um reflexo psíquico, mesmo o mais complicado, deixa de ocorrer. O excitamento que examinamos anteriormente | ver em [1] | como característica da pulsão de vingança é, em essência, o mesmo. E podemos seguir esse processo mesmo até as regiões mais elevadas da realização humana. Goethe não sentia haver elaborado uma experiência até tê-la descarregado numa atividade artística criadora. Esse era, no seu caso, o reflexo pré-formado concernente aos afetos, e enquanto não fosse levado a cabo, persistia no poeta o aumento afluente de excitação.

A excitação intracerebral e o processo excitatório nas vias periféricas são de magnitudes recíprocas: a primeira aumenta se e enquanto nenhum reflexo é liberado; diminui e desaparece depois de transformada em excitação nervosa periférica. Assim, parece compreensível que nenhum afeto observável seja gerado quando a representação que deveria tê-lo feito emergir libera imediatamente um reflexo anormal, no qual a excitação se escoar tão logo é gerada. A “conversão histérica” é então completa. A excitação intracerebral original pertinente ao afeto é transformada em processo excitatório nas vias periféricas. O que era originalmente uma representação afetiva deixa agora de provocar o afeto, suscitando apenas o reflexo anormal.

Acabamos de dar um passo além da “expressão anormal dos afetos”. Os fenômenos histéricos (reflexos anormais) não parecem ser ideogênicos mesmo para os pacientes inteligentes que são bons observadores, porque a representação que lhes deu origem não é mais colorida pelo afeto, nem destacada de outras representações e lembranças. Surgem como fenômenos puramente somáticos, aparentemente sem raízes psíquicas.

O que é que determina a descarga de afeto de tal forma que um específico reflexo anormal é produzido em vez de algum outro? Nossas observações respondem a essa pergunta, em muitos casos, revelando que novamente aqui a descarga segue o “princípio da menor

resistência” e ocorre ao longo das vias cujas resistências já foram enfraquecidas por circunstâncias coincidentes. Isso abrange o caso que já mencionamos | ver em [1]| de um reflexo particular ser facilitado pela doença somática já existente. Se, por exemplo, alguém sofre com frequência de dores cardíacas, estas também serão provocadas pelos afetos. Alternadamente, um reflexo pode ser facilitado pelo fato de a inervação muscular em causa ter sido deliberadamente pretendida no momento em que o afeto ocorreu originalmente.

Assim, Anna O. (em nosso primeiro caso clínico) | ver em [1]| tentou, em seu medo, estender o braço direito, que ficara dormente por causa da pressão contra o espadar da cadeira, a fim de afastar a cobra; e a partir dessa época a tetania no braço direito passou a ser provocada pela visão de qualquer objeto semelhante a cobras. Ou ainda | ver em [1]|, em sua emoção, ela forçou a vista para ler os ponteiros do relógio, e a partir de então um estrabismo convergente se transformou num dos reflexos daquele afeto. E assim por diante.

Isso se deve à ação da simultaneidade que de fato rege as nossas associações normais. Toda percepção sensorial traz de volta à consciência qualquer outra percepção sensorial que tenha originalmente ocorrido ao mesmo tempo. (Cf. o exemplo do livro-texto com a imagem visual de um carneiro e o som do seu balido, etc.) Se o afeto original se fez acompanhar de uma nítida impressão sensorial, esta última é evocada mais uma vez quando o afeto se repete; e já que é uma questão de descarga de uma excitação excessivamente grande, a impressão sensorial emerge não como uma lembrança, mas como uma alucinação. Quase todos os nossos casos clínicos proporcionam exemplos disso. É também o que aconteceu no caso de uma mulher que experimentou um afeto aflitivo numa época em que estava sofrendo de violenta dor de dente por causa de uma periostite, e que a partir daí passou a sofrer nevralgia infra-orbital sempre que o afeto se renovava ou sequer era lembrado | ver em [1]-[2]|.

O que temos aqui é a facilitação de reflexos anormais de acordo com as leis gerais da associação. Mas algumas vezes (embora, deva-se admitir, só em graus mais elevados de histeria) há verdadeiras seqüências de representações associadas entre o afeto e seu reflexo. Temos aí a *determinação através do simbolismo*. O que une o afeto ao seu reflexo é, muitas vezes, algum trocadilho ridículo ou associações pelo som, mas isso só acontece em estados semelhantes ao sonho, quando os poderes críticos se acham reduzidos, e está fora do grupo de fenômenos com que estamos lidando aqui.

Num grande número de casos o caminho seguido pela seqüência da determinação permanece ininteligível para nós, pois com frequência temos uma compreensão muito incompleta do estado mental do paciente e um conhecimento imperfeito das representações que eram ativas por ocasião da origem do fenômeno histórico. Mas podemos presumir que o processo não é inteiramente dessemelhante do que podemos observar com clareza em casos mais favoráveis.

As experiências que liberaram o afeto original, cuja excitação foi então convertida num fenômeno somático, são por nós descritas como *traumas psíquicos*, e a manifestação patológica que surge desta forma, como *sintomas histéricos de origem traumática*. (A expressão “histeria traumática” já foi aplicada a fenômenos que, por serem consequência de danos físicos - traumas no sentido mais estrito do termo - fazem parte da classe das “neuroses traumáticas”.)

A gênese dos fenômenos que são determinados por traumas encontra analogia na conversão histérica da excitação psíquica, que se origina não de estímulos externos nem da inibição dos reflexos psíquicos normais, e sim da inibição do curso de associação. O exemplo e modelo mais simples disso é proporcionado pela excitação que surge quando não conseguimos recordar um nome ou não podemos solucionar um enigma, e assim por diante. Quando alguém nos diz o nome ou nos dá a resposta do enigma, a cadeia de associações termina e a excitação desaparece, exatamente como faz no final de uma cadeia de reflexos. A intensidade da excitação causada pelo bloqueio de uma linha de associações está na razão direta do interesse que temos nelas - isto é, do grau em que elas acionam nossa vontade. Visto, porém, que a procura de uma solução do problema, ou o que quer que seja, sempre envolve grande volume de trabalho, embora possa não ter nenhuma serventia, mesmo uma poderosa excitação encontra utilização e não pressiona a descarga, e conseqüentemente, jamais se torna patogênica.

Essa excitação, entretanto, se torna de fato patogênica quando o curso de associações é inibido graças às representações irreconciliáveis de igual importância - quando, por exemplo, novas representações entram em conflito com complexos representativos enraizados. Tais são os tormentos da dúvida religiosa a que muitas pessoas sucumbem e muitas outras sucumbiram no passado. Mesmo nesses casos, contudo, a excitação e o sofrimento psíquico acompanhante (a sensação de desprazer) só atingem um grau considerável quando entra em jogo algum interesse volitivo do sujeito - quando, por exemplo, alguém cheio de dúvidas se sente ameaçado em sua felicidade ou salvação. Tal fator está sempre presente, no entanto, quando o conflito se dá entre complexos firmemente enraizados de representações morais em que o indivíduo foi educado e a lembrança de ações ou simples pensamentos irreconciliáveis com essas representações; quando, em outras palavras, se sentem as dores da consciência. O interesse volitivo em gostar da própria personalidade e estar satisfeito com ela entra em ação nesse ponto e eleva ao mais alto grau a excitação atribuída à inibição das associações. É uma constatação cotidiana que um conflito entre representações irreconciliáveis possui um efeito patogênico. O que se acha em questão na maioria das vezes são representações e processos ligados à vida sexual: a masturbação num adolescente com susceptibilidades morais; ou, numa mulher casada de moral rigorosa, a conscientização de sentir-se atraída por um homem que não é o próprio marido. Com efeito, o primeiro aparecimento das sensações e representações sexuais, por si só, é muitas vezes suficiente para acarretar um intenso estado de excitação, por causa de seu

conflito com a representação profundamente enraizada da pureza moral.

Um estado de excitação dessa natureza costuma ser seguido por conseqüências psíquicas, tais como a depressão patológica e os estados de angústia (Freud [1895b]). Às vezes, porém, algumas circunstâncias coincidentes acarretam um fenômeno somático anormal em que a excitação é descarregada. Assim, pode haver vômitos quando o sentimento de impureza produz uma sensação física de náusea; ou uma *tussis nervosa*, como em Anna O. (Caso Clínico nº 1 | ver em [1]), quando a angústia moral provoca um espasmo da glote, e assim por diante.

Há uma reação normal apropriada à excitação provocada por representações muito nítidas e irreconciliáveis - a saber, comunicá-las pela fala. Um quadro divertidamente exagerado da ânsia de fazer isso é fornecido na história do barbeiro de Midas, que revelou em voz alta seu segredo aos caniços. Encontramos o mesmo anseio como um dos fatores básicos de uma grande instituição histórica - o confessionário católico romano. Dizer as coisas é um alívio; descarrega a tensão, mesmo quando a pessoa a quem elas são ditas não é um padre e mesmo quando não se procura qualquer absolvição. Quando se nega essa saída à excitação, ela às vezes se converte num fenômeno somático, tal como acontece com a excitação pertinente aos afetos traumáticos. Todo o grupo de fenômenos histéricos que assim se origina pode ser descrito, com Freud, como *fenômenos histéricos de retenção*.

O relato que fizemos até aqui do mecanismo pelo qual se originam os fenômenos histéricos está sujeito à crítica de ser esquemático em demasia e de simplificar os fatos. Para que uma pessoa saudável que não seja inicialmente neuropata possa desenvolver um sintoma histérico autêntico, com sua aparente independência da mente e com existência somática própria, deve haver sempre grande número de circunstâncias convergentes.

O caso seguinte servirá de exemplo da natureza complicada do processo. Um menino de doze anos de idade, que antes sofrera de *pavor nocturnus* e cujo pai era altamente neurótico, voltou certo dia da escola para casa sentindo-se mal. Queixava-se de dificuldade de engolir e de dor de cabeça. O médico da família presumiu que a causa fosse uma inflamação na garganta. Mas o estado não melhorou, mesmo após vários dias. O menino recusava os alimentos e vomitava quando estes lhe eram forçados. Movia-se de um lado para o outro apaticamente, sem energia ou prazer; queria ficar deitado o tempo todo e estava fisicamente muito abatido. Quando o examinei cinco semanas depois, ele me deu a impressão de ser uma criança acanhada e introvertida e me convenci de que seu estado tinha uma base psíquica. Ao ser inquirido detidamente, apresentou uma explicação trivial - uma reprimenda severa passada pelo pai - que claramente não fora a causa real de sua doença. Nada se pôde saber tampouco em sua escola. Prometi que extrairia a informação mais tarde, sob hipnose. Mas isso foi desnecessário. Reagindo a fortes apelos de sua mãe inteligente e enérgica, o menino debulhou-se em lágrimas e contou a seguinte história. Quando voltava da

escola para casa, ele fora a um mictório e um homem lhe mostrara o pênis e pedira-lhe que ele o pusesse na boca. O garoto fugira apavorado e nada mais lhe tinha acontecido. Mas a partir daquele instante, adoeceu. Tão logo fez sua confissão, recuperou-se inteiramente. - Para produzir a anorexia, a dificuldade de engolir e os vômitos, vários fatores se fizeram necessários: a natureza neurótica inata do menino, seu intenso pavor, a irrupção da sexualidade em sua forma mais crua no seu temperamento infantil e, como fator especificamente determinante, a idéia de repulsa. A doença deveu sua persistência ao silêncio do menino, que impediu a excitação de encontrar sua saída normal.

Em todos os outros casos, como nesse, é preciso haver uma convergência de vários fatores para que um sintoma histérico possa ser gerado em qualquer um que até então tenha sido normal. Tais sintomas são invariavelmente “sobredeterminados”, para usar a expressão de Freud.

Pode-se presumir que uma sobre determinação dessa natureza também se ache presente quando o mesmo afeto é evocado por uma série de causas desencadeantes. O paciente e aqueles que o cercam atribuem o sintoma histérico apenas à última causa, embora essa causa, em geral, só tenha gerado algo que já fora quase realizado por outros traumas.

Uma moça de dezessete anos teve seu primeiro ataque histérico (seguido de vários outros) quando um gato pulou sobre seu ombro no escuro. O ataque parecia ser apenas o resultado do susto. Uma investigação mais detida revelou, contudo, que a moça, que era bonita e não muito vigiada, recentemente experimentara várias investidas mais ou menos brutais e ficara sexualmente excitada com elas. (Temos aqui o fator da predisposição.) Alguns dias antes, um jovem a atacara na mesma escada escura e ela fugira dele com dificuldade. Esse fora o verdadeiro trauma psíquico, que o gato nada mais fez do que tornar manifesto. Mas teme-se que em muitos outros casos dessa natureza o gato seja considerado a *causa efficiens*.

Para que a repetição de um afeto promova uma conversão dessa maneira, nem sempre é necessário que haja grande número de causas *externas* desencadeantes; a renovação do afeto na *memória* é também muitas vezes suficiente, se a lembrança for repetida com rapidez e freqüência, logo após o trauma e antes que seu afeto fique enfraquecido. Isso é o bastante caso o afeto tenha sido muito intenso. Tal é o caso da histeria traumática, no sentido mais estrito do termo. Durante os dias que se seguem a um acidente ferroviário, por exemplo, o sujeito volta a vivenciar suas experiências assustadoras, tanto dormindo como acordado, e sempre com o afeto renovado de pavor, até que afinal, depois desse período de “elaboração |*élaboration*| psíquica” (para usar a expressão de Charcot | ver em [1]| ou de “incubação”, ocorre a conversão num fenômeno somático (embora haja outro fator em causa,

que teremos de examinar mais tarde).

Em geral, porém, uma representação afetiva é prontamente submetida a um “desgaste”, isto é, a todas as influências mencionadas em nossa “Comunicação Preliminar” (ver em [1]), que a privam pouco a pouco de sua carga de afeto. Sua revivescência causa uma quantia sempre decrescente de excitação, e a lembrança perde assim a capacidade de contribuir para a produção de um fenômeno somático. A facilitação do reflexo anormal desaparece e o *status quo ante* é então restabelecido.

As influências do “desgaste”, entretanto, são todos efeitos da associação, do pensamento e de correções por referências a outras representações. Esse processo de correção torna-se impossível quando a representação afetiva retira-se do “contato associativo”. Quando isso acontece, a representação retém toda a sua carga afetiva. Visto que a cada renovação toda a soma de excitação do afeto original volta a ser liberada, a facilitação do reflexo anormal que se iniciou na época é finalmente estabelecida; ou então, se a facilitação já estava completa, ela é mantida e estabilizada. O fenômeno da conversão histérica assim se estabelece permanentemente.

Nossas observações mostram duas maneiras pelas quais as representações afetivas podem ser excluídas da associação.

A primeira é a “defesa”, a supressão deliberada de representações aflitivas que parecem ameaçar a felicidade ou a auto-estima do indivíduo. Em seu primeiro artigo sobre “As Neuropsicoses de Defesa” (1894a) e em seus casos clínicos no presente volume, Freud examinou esse processo, que indubitavelmente possui altíssima significação patológica. Não podemos, é verdade, compreender como uma representação pode ser deliberadamente recalcada da consciência. Mas estamos perfeitamente familiarizados com o processo positivo correspondente, o de concentrar a atenção numa representação, e somos da mesma maneira incapazes de dizer como efetuamos *isso*. Assim, as representações de que a consciência se desvia, que não são objeto de pensamento, são também retiradas do processo de desgaste e retêm sua carga afetiva sem diminuição.

Verificamos ainda que existe outra espécie de representação que permanece isenta do desgaste pelo pensamento. Isso pode acontecer, não porque não se *queira* lembrar a representação, mas porque não se *consegue* lembrá-la: porque ela emergiu originalmente e foi dotada de afeto em estados com relação aos quais existe uma amnésia na consciência de vigília - isto é, na hipnose ou estados semelhantes a ela. Estes últimos parecem ser da mais alta importância para a teoria da histeria e, por conseguinte, merecem um exame um pouco mais complexo.

(4) ESTADOS HIPNÓIDES

Quando, em nossa “Comunicação Preliminar” | ver em [1]|, apresentamos a tese de que a base e condição *sine qua non* da histeria é a existência de estados hipnóides, estávamos desprezando o fato de que Moebius já dissera exatamente a mesma coisa em 1890. “A condição necessária para a atuação (patogênica) das idéias é, por um lado, uma predisposição inata - isto é, uma disposição histérica - e, por outro, um peculiar estado mental. Podemos apenas formar uma idéia imprecisa desse estado mental. Deve assemelhar-se a um estado de hipnose; deve corresponder a alguma espécie de vazio da consciência em que uma idéia emergente não depara com qualquer resistência por parte de outra - no qual, por assim dizer, o campo está livre para a primeira idéia que vier. Sabemos que esse tipo de estado pode ser acarretado não somente pelo hipnotismo, como também pelo choque emocional (susto, cólera, etc.) e por fatores que esgotam as forças (privação do sono, fome, etc.)” [Moebius, 1894, 17].

O problema para cuja solução Moebius fazia aqui uma abordagem preliminar é o da geração de manifestações somáticas pelas idéias. Ele recorda nesse ponto a facilidade com que isso pode ocorrer sob hipnose e considera análoga à atuação dos afetos. Nosso conceito sobre a atuação dos afetos, um tanto diferente, foi plenamente explicado atrás | ver em [1] e segs.|. Não preciso, portanto, penetrar ainda mais na dificuldade existente na suposição de Moebius de que, na raiva, há um “vazio da consciência” (o que reconhecidamente existe no pavor e na angústia prolongada), ou na dificuldade mais geral de traçar uma analogia entre o estado de excitação num afeto e o estado quiescente na hipnose. Recorreremos mais adiante | ver em [1]|, contudo, a essas observações de Moebius, que em minha opinião contêm uma verdade importante.

A nosso ver, a importância desses estados que se assemelham à hipnose - “os estados hipnóides” - reside além disso e principalmente na amnésia que os acompanha e em seu poder de provocarem a divisão da mente, que logo examinaremos e que é de fundamental significação para a “grande histeria”. Ainda atribuímos essa importância aos estados hipnóides. Mas devo acrescentar uma ressalva substancial à nossa tese. A conversão - a produção ideogênica de fenômenos somáticos - também pode ocorrer independentemente dos estados hipnóides. Freud encontrou na amnésia deliberada de defesa uma segunda fonte, independente dos estados hipnóides, para a formação de complexos representativos que são excluídos do contato associativo. Mas ao aceitar essa ressalva, ainda sou de opinião que os estados hipnóides são a causa e a condição necessária de muitas, na realidade da maioria, das histerias grandes e complexas.

Antes de mais nada, é claro, devem-se enumerar entre os estados hipnóides as auto-hipnoses verdadeiras, que só se distinguem das hipnoses artificiais pelo fato de se originarem de modo espontâneo. Encontramo-las em grande número de histerias plenamente desenvolvidas, ocorrendo com variada freqüência e duração, e muitas vezes alternando-se rapidamente com estados de vigília normais (cf. Casos Clínicos 1 e 2). Em virtude da natureza quase onírica de seu conteúdo, muitas vezes merecem o nome de “*delirium histericum*”. O que acontece durante os estados auto-hipnóticos está sujeito à amnésia mais ou menos total na vida de vigília (ao passo que é completamente recordado na hipnose artificial). Os produtos psíquicos desses estados e as associações que se formaram neles são impedidos pela amnésia de qualquer correção durante o pensamento de vigília; e como na auto-hipnose a crítica e o controle provocados por outras idéias se reduzem, e em geral desaparecem quase por completo, os mais loucos delírios podem emergir dela intactos por longos períodos. Assim, quase só nesses estados é que surge uma “relação simbólica (um tanto irracional e complicada) entre a causa precipitante e o fenômeno patológico” | ver em [1]-[2]|, que, na verdade, muitas vezes se baseia nas mais absurdas semelhanças fonéticas e associações verbais. A ausência de crítica nos estados auto-hipnóticos explica por que deles surgem auto-sugestões com tanta freqüência - como, por exemplo, quando uma paralisia fica como seqüela após um ataque histérico. Mas - e isso talvez apenas se deva ao acaso - quase nunca deparamos, em nossas análises, com um exemplo de um fenômeno histérico que se tenha originado assim. Sempre a vimos acontecer, não menos na auto-hipnose do que fora dela, como resultado do mesmo processo - a saber, a conversão de uma excitação afetiva.

Seja como for, essa “conversão histérica” verifica-se mais facilmente na auto-hipnose do que no estado de vigília, do mesmo modo que as representações sugeridas se realizam fisicamente, como alucinações e movimentos, com muito mais facilidade na hipnose artificial. Não obstante, o processo de conversão da excitação é em essência idêntico ao descrito acima. Uma vez que tenha ocorrido, o fenômeno somático se repete se o afeto e a auto-hipnose ocorrerem simultaneamente. E nesse caso, é como se o estado hipnótico fosse evocado pelo próprio afeto. Por conseguinte, desde que haja uma alternância nítida entre a hipnose e a vida de vigília plena, o sintoma histérico permanece restrito ao estado hipnótico e é nele fortalecido pela repetição; além disso, a representação que lhe deu lugar fica isenta de correção pelos pensamentos de vigília e pela sua crítica, precisamente porque nunca emerge na vida lúcida de vigília.

Assim, com Anna O. (Caso Clínico 1), a contratura do braço direito, que se associava em sua auto-hipnose com o afeto de angústia e com a representação da cobra, permaneceu durante quatro meses restrita aos momentos durante os quais ela se encontrava num estado hipnótico (ou, se considerarmos esse termo inapropriado para as *absences* de duração muito curta, um estado hipnóide), embora se repetisse com freqüência. A mesma coisa aconteceu com outras conversões que se verificaram em seu estado hipnóide; e dessa forma, o grande complexo de fenômenos histéricos organizou-se num estado de completa latência e veio a

revelar-se quando seu estado hipnóide se tornou permanente. | ver em [1] |

Os fenômenos assim surgidos só emergem na consciência lúcida quando a divisão da mente, que examinarei depois, já foi concluída, e quando a alternância entre os estados de vigília e hipnose foi substituída por uma coexistência entre os complexos representativos normais e os hipnóides.

Será que existem estados hipnóides dessa natureza antes de o paciente adoecer? Como aparecem eles? Muito pouco posso dizer a respeito disso, pois afora o caso de Anna O., não dispomos de qualquer observação que possa lançar luz sobre esse ponto. Parece certo que, no caso dela, a auto-hipnose teve seu terreno preparado por devaneios habituais e foi plenamente estabelecida por um afeto de angústia prolongado, o qual, por si só, teria sido a base de um estado hipnóide. Não nos parece improvável que este processo seja válido de um modo bastante geral.

Uma grande variedade de estados conduz à “ausência da mente”, mas apenas alguns deles predispõem à auto-hipnose ou logo passam para ela. Sem dúvida, um investigador profundamente absorto num problema fica anestesiado até certo ponto, não formando qualquer percepção consciente de grandes grupos de suas sensações; e o mesmo se aplica a qualquer um que esteja usando ativamente sua imaginação criadora (cf. “o teatro particular” de Anna O. | ver em [1]). Mas em tais estados, um intenso trabalho mental é executado e a excitação liberada pelo sistema nervoso é consumida nesse trabalho. Nos estados de distração e devaneio, por outro lado, a excitação intracerebral cai abaixo de seu nível lúcido de vigília. Esses estados bordejam a sonolência e se convertem em sono. Se, durante tal estado de absorção e enquanto o fluxo de representações é inibido, um grupo de representações de tonalidade afetiva estiver em ação, criará um alto nível de excitação intracerebral que não será consumida pelo trabalho mental e ficará à disposição do funcionamento anormal, como a conversão.

Assim, nem a “ausência da mente” durante o trabalho intenso, nem os estados crepusculares destituídos de emoção são patogênicos; por outro lado, os devaneios carregados de emoção e os estados de fadiga decorrentes de afetos prolongados são patogênicos. As rumações de um homem cheio de preocupações, a angústia de uma pessoa que esteja velando à cabeceira de um doente que lhe é caro e os devaneios dos amantes são estados desta segunda natureza. A concentração no grupo afetivo de representações começa por produzir uma “ausência da mente”. O fluxo de representações torna-se gradualmente mais lento e, por fim, quase pára; mas a representação afetiva e seu afeto permanecem ativas e, por conseguinte, também a grande quantidade de excitação que não está sendo consumida funcionalmente. A semelhança entre essa situação e os determinantes da hipnose parece inconfundível. O indivíduo que vai ser hipnotizado não precisa realmente adormecer, isto é, sua excitação intracerebral não precisa mergulhar ao nível do sono; mas seu fluxo de

representações deve ser inibido. Quando isso acontece, toda a massa de excitação fica à disposição da representação sugerida.

É dessa maneira que a auto-hipnose patogênica parece surgir em algumas pessoas - através da introdução de afeto num devaneio habitual. Essa talvez seja uma das razões por que, na anamnese da histeria, deparamos tão freqüentemente com os dois grandes fatores patogênicos de estar apaixonado e cuidar de doentes. No primeiro, os pensamentos saudosos do indivíduo sobre a pessoa amada ausente criam nele um estado de espírito “arrebatado”, fazem com que seu ambiente real se esmaça e então levam seu pensamento a um estado de paralisação carregado de afeto; já no cuidar de doentes, a quietude pela qual o indivíduo se vê rodeado, sua concentração num objeto, sua atenção fixada na respiração do paciente - tudo isso garante precisamente as condições exigidas por muitas técnicas hipnóticas e enche o estado crepuscular assim produzido com o afeto de angústia. É possível que esses estados difiram apenas quantitativamente das auto-hipnoses verdadeiras e que se transformem nelas.

Uma vez que isso tenha acontecido, o estado semelhante à hipnose se repete muitas vezes ao surgirem as mesmas circunstâncias, e o indivíduo, em vez dos *dois* estados normais da mente, possui três: o estado de vigília, o de sono e o hipnóide. Verificamos que a mesma coisa acontece quando a hipnose artificial profunda é com freqüência provocada.

Não sei dizer se os estados hipnóticos espontâneos podem também ser gerados sem que haja a intervenção de um afeto dessa maneira, como resultado de uma predisposição inata, mas considero-o muito provável. Quando vemos a diferença de suscetibilidade à hipnose artificial tanto entre pessoas sadias como entre doentes, e vemos quão facilmente é provocada em algumas delas, parece razoável supor que em tais pessoas ela também possa aparecer de modo espontâneo. E talvez seja necessária uma predisposição para isso para que um devaneio possa transformar-se numa auto-hipnose. Estou, portanto, longe de atribuir a todos os pacientes histéricos o mecanismo gerador que nos foi ensinado por Anna O.

Refiro-me antes a estados hipnóides do que à hipnose em si porque é muito difícil estabelecer uma demarcação clara desses estados, que desempenham um papel tão importante na gênese da histeria. Não sabemos se os devaneios, descritos acima como estágios preliminares da auto-hipnose, não podem eles próprios ser capazes de produzir o mesmo efeito patológico que a auto-hipnose, e se os mesmos também não podem aplicar-se a um afeto prolongado de angústia. Por certo que isso se aplica ao medo. Visto que o medo inibe o fluxo de representações ao mesmo tempo em que uma representação afetiva (de perigo) está muito ativa, ele oferece um paralelo completo a um devaneio carregado de afeto; e uma vez que a lembrança da representação afetiva que sempre se renova, continua a estabelecer esse estado mental, passa a existir um “medo hipnóide” em que a conversão é promovida ou estabilizada. Temos aí o estágio de incubação da “histeria traumática” no sentido estrito da expressão.

Uma vez que há possibilidade de agrupar com a auto-hipnose estados mentais tão diferentes, embora compatíveis entre si nos aspectos mais importantes, parece desejável adotar a expressão “hipnóide”, que dá ênfase a essa semelhança interna. Ela resume o conceito, apresentado por Moebius no trecho citado anteriormente | ver em [1]-[2]. Acima de tudo, porém, essa expressão aponta para a própria auto-hipnose, cuja importância na gênese dos fenômenos histéricos repousa no fato de que ela torna a conversão mais fácil e protege (pela amnésia) as representações convertidas de se desgastarem - proteção esta que acaba por levar a um aumento da divisão psíquica.

Quando um sintoma somático causado por uma representação é repetidamente desencadeado por ela, poderíamos esperar que os pacientes inteligentes e capazes de auto-observação ficassem conscientes da vinculação; eles saberiam por experiência que a

manifestação somática aparecia ao mesmo tempo que a lembrança de um fato específico. O nexo causal subjacente, na verdade, é desconhecido deles; mas todos nós sempre sabemos qual é a representação que nos faz chorar, rir ou enrubescer, ainda que não tenhamos a mais leve compreensão do mecanismo nervoso desses fenômenos ideogênicos. Algumas vezes os pacientes realmente observam a conexão e estão cientes dela. Por exemplo, uma mulher pode dizer que seu ataque histérico branco (tremores e palpitação, talvez) provém de alguma grande perturbação emocional e se repete quando, e somente quando, algum fato faz com que ela se lembre disso. Mas este não é o caso com muitos ou, na verdade, com a maioria dos sintomas histéricos. Mesmo os pacientes inteligentes não estão cientes de que seus sintomas surgem como resultado de uma representação e os consideram manifestações físicas independentes. Se fosse de outra forma, a teoria psíquica da histeria já teria alcançado uma idade respeitável.

Seria plausível acreditar que, embora os sintomas em questão fossem originalmente ideogênicos, a repetição deles os tornou, para usar o termo de Romberg [1840, 192], “gravados” no corpo, e agora não mais se baseariam num processo psíquico, e sim em modificações no sistema nervoso ocorridas nesse meio tempo: ter-se-iam tornado sintomas independentes e genuinamente somáticos.

Esse conceito não é, em si mesmo, nem insustentável nem improvável. Mas creio que a nova luz que nossas observações lançaram sobre a teoria da histeria reside precisamente em ter ela demonstrado que essa visão é insuficiente para sustentar os fatos, pelo menos em muitos casos. Vimos que sintomas histéricos dos mais variados tipos, que datavam de muitos anos, “desapareciam imediata e permanentemente quando conseguíamos evocar com clareza a lembrança do fato que os havia provocado e despertar seu afeto concomitante, e quando a paciente havia descrito tal evento com os maiores detalhes possíveis e traduzira o afeto em palavras” | ver em [1]]. Os casos clínicos relatados nessas páginas fornecem algumas provas em apoio de tais asserções. “Podemos inverter a máxima ‘*cessante causa cessat effectus*’ [‘cessando a causa cessa o efeito’] e concluir dessas observações que o processo determinante” (isto é, a recordação dele) “continua a atuar durante anos - não indiretamente, através de uma cadeia de elos causais intermediários, mas como uma causa *diretamente* liberadora - do mesmo modo que um sofrimento psíquico que é recordado na consciência de vigília ainda provoca uma secreção lacrimal muito depois do acontecimento. Os histéricos sofrem principalmente de reminiscências” | p. [1]]. Mas se esse for o caso - se a lembrança do trauma psíquico tiver que ser considerada tão atuante quanto um agente contemporâneo, como um corpo estranho muito depois da sua entrada forçada, e se, não obstante, o paciente não tiver nenhuma consciência de tais lembranças ou do surgimento delas - então deveremos admitir que as *representações inconscientes existem e são atuantes*.

Além disso, quando chegamos a analisar os fenômenos histéricos, não encontramos apenas essas representações inconscientes *em isolamento*. Devemos reconhecer o fato de que na

realidade, como foi demonstrado pelo valioso trabalho executado por pesquisadores franceses, grandes complexos de representações e processos psíquicos complicados e de importantes conseqüências permanecem inteiramente inconscientes num grande número de pacientes, e coexistem com a vida mental consciente: devemos reconhecer que há algo que se pode chamar de divisão da atividade psíquica, e que isso é de valor fundamental para nossa compreensão das histerias complicadas.

Talvez me seja permitido explorar bem mais amplamente essa região difícil e obscura. A necessidade de estabelecer o significado da terminologia aqui empregada talvez justifique, até certo ponto, a discussão teórica que se segue.

(5) REPRESENTAÇÕES INCONSCIENTES E REPRESENTAÇÕES INADMISSÍVEIS À CONSCIÊNCIA - DIVISÃO DA MENTE

Chamamos representações conscientes àquelas de que temos conhecimento. Existe nos seres humanos o fato estranho da consciência de si mesmo. Somos capazes de encarar e observar, como se fossem objetos, representações que surgem em nós e se sucedem umas às outras. Isso nem sempre acontece, uma vez que são raras as oportunidades de auto-observação. Mas a capacidade para isso está presente em cada um, pois todos podem dizer: “pensei nisto ou naquilo”. Descrevemos como conscientes as representações que observamos como ativas em nós, ou que assim observaríamos se prestássemos atenção a elas. Em qualquer momento específico do tempo há pouquíssimas delas; e se além dessas houver também outras representações presentes, teremos de chamá-las de representações *inconscientes*.

Não mais parece necessário argumentar em favor da existência de representações correntes que são inconscientes ou subconscientes. Elas se acham entre os fatos mais comuns na vida cotidiana. Caso me esqueça de fazer uma de minhas visitas médicas, terei sentimentos de viva inquietação. Sei por experiência o que significa essa sensação de que me esqueci de algo. Vasculho minhas lembranças em vão; não consigo descobrir a causa até que, subitamente, talvez algumas horas depois, ela entra em minha consciência. Mas estive inquieto o tempo todo. Por conseguinte, a representação da visita esteve todo o tempo atuante, isto é, presente, mas não em minha consciência. Ou então um homem atarefado se aborrece com alguma coisa em certa manhã. Fica inteiramente absorto em seu trabalho no

escritório; enquanto o executa, seus pensamentos conscientes estão inteiramente ocupados e ele não pensa em seu aborrecimento. Mas suas decisões são influenciadas por ele e é bem possível que o sujeito diga “não” onde de outra forma diria “sim”. Portanto, apesar de tudo, essa lembrança é atuante, ou seja, está presente. Grande parte do que descrevemos como “estado de ânimo” provém de fontes dessa natureza, de representações que existem e estão atuantes abaixo do limiar da consciência. De fato, toda a conduta da nossa vida é constantemente influenciada por representações subconscientes. Podemos ver na vida cotidiana como, quando há degenerescência mental, como por exemplo nos estágios iniciais da paralisia geral, as inibições que normalmente restringem certas ações se tornam mais fracas e desaparecem. Mas o paciente que agora faz piadas indecentes na presença de mulheres não era, em seus dias de saúde, impedido de fazê-lo por lembranças e reflexões consciente; evitava-o “instintiva” e “automaticamente” - isto é, era refreado por representações que eram evocadas pelo impulso de comportar-se dessa forma, mas que permaneciam abaixo do limiar da consciência, embora, não obstante, inibissem o impulso. - Toda a atividade intuitiva é dirigida por representações que em grande medida são inconscientes, pois apenas as representações mais claras e mais intensas são percebidas pela consciência de si mesmo, enquanto a grande massa de representações correntes, porém mais fracas, permanece inconsciente.

As objeções que são levantadas contra a existência e a atuação das “representações inconscientes” parecem, na maior parte, ser um jogo de palavras. Sem dúvida, “representação” é uma palavra que pertence à terminologia do pensamento consciente, e “representação inconsciente” é portanto uma expressão autocontraditória. Mas o processo físico subjacente a uma representação é o mesmo no conteúdo e na forma (embora não em quantidade), quer a representação se eleve acima do limiar da consciência, quer permaneça abaixo dele. Bastaria construir uma expressão como “substrato representativo” para evitar a contradição e rebater a objeção.

Assim, não parece haver nenhuma dificuldade teórica em reconhecer também as representações inconscientes como causas dos fenômenos patológicos. Mas se entrarmos no assunto mais detidamente, encontraremos outras dificuldades. Em geral, quando a intensidade de uma representação inconsciente aumenta, ela penetra na consciência *ipso facto*. Só quando sua intensidade é leve é que ela permanece inconsciente. O que parece difícil de compreender é como uma representação pode ser suficientemente intensa para provocar um ato motor ativo, por exemplo, e ao mesmo tempo não ser intensa o bastante para tornar-se consciente.

Já mencionei |ver em. [1] | um conceito que talvez não deva ser descartado de imediato. De acordo com ele, a clareza de nossas representações, e conseqüentemente sua capacidade de serem observadas por nossa autoconsciência - isto é, de serem conscientes - é determinada, entre outras coisas, pelas sensações de prazer ou desprazer que desperta, por sua carga de afeto. Quando uma representação produz imediatamente nítidas conseqüências

somáticas, isso implica que a excitação engendrada por ela escoou-se pelas vias implicadas nessas conseqüências, em vez de difundir-se no cérebro, e precisamente *porque* essa representação tem conseqüências físicas, porque suas somas de estímulos psíquicos são “convertidas” em estímulos somáticos, ela perde a clareza que de outra forma a teria destacado na corrente de representações. Em vez disso, perde-se entre as demais.

Suponhamos, por exemplo, que alguém tenha experimentado um afeto violento durante uma refeição e não o tenha “ab-reagido”. Ao tentar comer, mais tarde, ele é dominado por engasgos e vômitos e estes lhe parecem sintomas puramente somáticos. Seus vômitos histéricos continuam por tempo considerável. Desaparecem depois que o afeto é revivido, descrito e tornado alvo de reação por parte do paciente sob hipnose. Não há dúvida de que cada tentativa de comer evocava a lembrança em causa. Essa lembrança deu origem aos vômitos, mas não surgiu claramente na consciência, pois estava então destituída do afeto, enquanto os vômitos absorviam a atenção inteiramente.

É concebível que a razão que acaba de ser dada explique por que *algumas* idéias que liberam fenômenos histéricos não sejam reconhecidas como suas causas. Mas essa razão - o fato de as representações que perderam seu afeto, por terem sido convertidas, passarem despercebidas - não tem possibilidade de explicar por que, em outros casos, complexos representativos que são tudo, menos desprovidos de afeto, não entram na consciência. Numerosos exemplos disso são encontrados em nossos casos clínicos.

Em tais pacientes verificamos que a norma era a perturbação emocional - apreensão, irritabilidade raivosa, tristeza - preceder o aparecimento do sintoma somático ou segui-lo imediatamente, e aumentar até ser dissipada através de sua expressão em palavras, ou até que o afeto e a manifestação somática tornassem a desaparecer gradativamente. Quando ocorria o primeiro caso, a qualidade do afeto sempre se tornava perfeitamente compreensível, embora sua intensidade não pudesse deixar de parecer, aos olhos de uma pessoa normal (e do próprio paciente, depois de ter sido esclarecida), totalmente desproporcional. Essas eram, portanto, representações intensas o bastante não apenas para causar fortes fenômenos somáticos, como também para evocar o afeto apropriado e influenciar o curso da associação, dando destaque a representações afins - mas que, apesar de tudo isso, permaneciam elas próprias fora da consciência. Para trazê-las à consciência, a hipnose se fazia necessária (como nos Casos Clínicos 1 e 2), ou (como nos Casos 4 e 5) era preciso empreender uma busca trabalhosa com a ajuda esforçada do médico.

Representações tais como essas, que, embora presentes, são inconscientes, não por causa de seu grau relativamente pequeno de nitidez, mas apesar de sua grande intensidade, podem ser descritas como representações que são “inadmissíveis à consciência”.

A existência desse tipo de representações inadmissíveis à consciência é patológica. Nas

peças normais, todas as representações que podem tornar-se presentes também penetram na consciência, desde que sejam suficientemente intensas. Em nossos pacientes encontramos um grande complexo de representações admissíveis à consciência coexistindo com um complexo menor de representações que não o são. Neles, portanto, o campo da atividade psíquica representativa não coincide com a consciência potencial. Esta última é mais restrita que a primeira. A atividade psíquica representativa dessas pessoas divide-se numa parte consciente e noutra inconsciente, e suas representações se dividem em algumas que são admissíveis e algumas que são inadmissíveis à consciência. Não podemos, portanto, falar numa divisão da consciência, embora possamos mencionar uma *divisão da mente*.

Inversamente, essas representações subconscientes não podem ser influenciadas ou corrigidas pelo pensamento consciente. Com muita frequência elas se referem a experiências que, entretanto, perderam seu significado - o pavor de fatos que não ocorreram, o susto que se transformou em riso ou alegria após um salvamento. Tais desenvolvimentos subseqüentes privam a memória de todo o seu afeto no que tange à consciência, mas deixam inteiramente intacta a representação subconsciente que provoca fenômenos somáticos.

Talvez me seja permitido citar outro exemplo. Uma jovem mulher casada ficou, por algum tempo, muito preocupada com o futuro de sua irmã mais moça. Como resultado disso, sua menstruação, normalmente regular, passou a durar duas semanas. Ela ficou com o hipogástrico esquerdo sensível e por duas vezes se descobriu deitada no chão, rígida, voltando a si de um “desmaio”. Seguiu-se uma nevralgia ovariana do lado esquerdo, com sinais de peritonite aguda. A ausência de febre e uma contratura da perna esquerda (e das costas) indicaram que a moléstia era uma *pseudo*-peritonite; e quando alguns anos depois a paciente faleceu, e se procedeu à autópsia, tudo o que se encontrou foi uma “degeneração microcística” de *ambos* os ovários, sem quaisquer vestígios de uma antiga peritonite. Os sintomas agudos foram desaparecendo aos poucos e deixaram atrás de si uma nevralgia ovariana, uma contratura dos músculos das costas, de modo que seu tronco ficara rijo como uma tábua, e uma contratura da perna esquerda. Esta última foi eliminada sob hipnose por sugestão direta. A contratura das costas não foi afetada por isso. Entretanto, as dificuldades da irmã mais moça tinham sido inteiramente dissipadas e todos os seus temores baseados nelas desapareceram. Mas os fenômenos histéricos, que só poderiam ter-se originado delas, permaneceram inalterados. Era tentador presumir que aquilo com que nos defrontávamos eram modificações da inervação, que teriam assumido um *status* independente e não mais estariam vinculadas à representação que as havia causado. Mas depois de a paciente ter sido obrigada a narrar, sob hipnose, toda a história até a época em que adoecera de “peritonite” - o que fez muito a contragosto - ela logo sentou-se aprumada na cama, sem ajuda, e as contraturas das costas desapareceram para sempre. (A nevralgia ovariana, que sem dúvida era de origem muito antiga, permaneceu inalterada.) Assim, vemos que sua representação patogênica angustiada continuara a agir ativamente por meses a fio e fora totalmente inacessível a qualquer correção pelos acontecimentos reais.

Se formos obrigados a reconhecer a existência de complexos representativos que jamais penetram na consciência e não são influenciados pelo pensamento consciente, teremos admitido que, mesmo em casos tão simples de histeria como o que acabo de descrever, há uma divisão da mente em duas partes relativamente independentes. Não afirmo que tudo o que denominamos de histérico apresente tal divisão como sua base e condição necessária; mas *de fato* assevero que “a divisão da atividade psíquica que é tão marcante nos casos famosos sob a forma de ‘*double conscience*’ encontra-se presente, em grau rudimentar, em toda grande histeria”, e que “a disposição e tendência a essa dissociação constitui o fenômeno básico dessa neurose”.

Mas antes de examinarmos este assunto, devo acrescentar um comentário quanto às representações inconscientes que produzem efeitos somáticos. Muitos fenômenos histéricos duram continuamente por muito tempo, como a contratura no caso antes descrito. Será que devemos e podemos supor que, por todo esse tempo, a representação causativa está perpetuamente em ação e se acha presente na atualidade? Penso que sim. É verdade que nas pessoas sadias vemos a atividade psíquica processar-se concomitantemente a uma rápida mudança de idéias. Mas encontramos portadores de melancolia grave imersos, por longos períodos, numa mesma representação aflitiva, que está perpetuamente ativa e presente. Na verdade, podemos muito bem acreditar que mesmo quando uma pessoa sadia tem uma grande preocupação em sua mente, esta se faz presente o tempo todo, uma vez que tal preocupação domina a expressão facial mesmo quando a consciência está repleta de outros pensamentos. Mas a parcela da atividade psíquica que é isolada nas pessoas histéricas, e na qual costumamos pensar como estando repleta de representações inconscientes, encerra, em geral, uma dose tão pequena destas e é tão inacessível ao intercâmbio com as impressões externas que é fácil acreditar que uma representação única possa estar permanentemente ativa na mente.

Se nos parece, como ocorre com Binet e Janet, que o que se acha no centro da histeria é uma expulsão de parte da atividade psíquica, temos o dever de ser tão claros quanto possível sobre este assunto. É fácil demais cairmos num hábito de pensamento que pressuponha que todo substantivo tem por detrás uma substância - um hábito que pouco a pouco passa a considerar a “consciência” como representando uma coisa real; e quando nos acostumamos a fazer uso das relações espaciais metaforicamente como no termo “subconsciente”, verificamos, à medida que o tempo passa, que na verdade formamos uma representação que perdeu sua natureza metafórica e que podemos com facilidade manipular como se fosse real. Nossa mitologia torna-se então completa.

Todo o nosso pensamento tende a se fazer acompanhar e ajudar por representações espaciais, e nos expressamos através de metáforas espaciais. Assim, quando falamos de

representações que se encontram na região da consciência lúcida e de representações inconscientes que jamais penetram na plena luz da consciência de si mesmo, quase inevitavelmente formamos quadros de uma árvore com o tronco à luz do dia e as raízes na escuridão, ou de um edifício com seus escuros porões subterrâneos. Se, contudo, tivermos sempre em mente que todas essas relações espaciais são metafóricas, e não nos deixarmos iludir pela suposição de que essas relações se acham literalmente presentes no cérebro, poderemos, não obstante, falar numa consciência e num subconsciente. Mas só nessa condição.

Estaremos livres do perigo de nos deixarmos enganar por nossas próprias figuras de linguagem se sempre nos lembrarmos de que, afinal de contas, é no mesmo cérebro, e muito provavelmente no mesmo córtex cerebral, que as representações conscientes e inconscientes têm sua origem. Como isso é possível não sabemos dizer. Por outro lado, sabemos tão pouco sobre a atividade psíquica do córtex cerebral que mais uma complicação enigmática quase não chega a aumentar nossa ignorância sem limites. Devemos aceitar como um fato que, nos pacientes histéricos, parte de sua atividade psíquica é inacessível à percepção pela autoconsciência do indivíduo desperto e que a mente deles é assim dividida.

Um exemplo universalmente conhecido de uma divisão de atividade psíquica como essa pode ser visto nos ataques histéricos, em algumas de suas formas e fases. No início deles, o pensamento consciente muitas vezes se extingue, mas depois gradualmente desperta. Muitos pacientes inteligentes admitem que seu eu consciente estava bem lúcido durante o ataque e contemplava com curiosidade e surpresa todas as coisas loucas que eles faziam e diziam. Esses pacientes têm, além disso, a crença (errônea) de que, com um pouco de boa vontade, poderiam ter inibido o ataque, e mostram-se inclinados a culpar-se por isso. “Não precisavam ter-se comportado assim.” (Suas autocensuras por se sentirem culpados de simulação também se baseiam, em grande medida, nesse sentimento.) Mas quando sobrevém outro ataque, o eu consciente é tão incapaz de controlá-lo como nos anteriores. - Temos aqui uma situação na qual o pensamento e a representação do eu consciente e desperto encontram-se lado a lado com representações que normalmente residem nas trevas do inconsciente, mas que agora adquiriram controle sobre o aparelho muscular e sobre a fala e, na realidade, até mesmo sobre grande parte da própria atividade representativa: a divisão da mente é manifesta.

Talvez se possa observar que as descobertas de Binet e Janet merecem ser descritas como uma divisão não só da atividade psíquica, mas da consciência. Como sabemos, esses observadores conseguiram entrar em contato com o “subconsciente” de seus pacientes, com a parcela da atividade psíquica da qual o eu consciente e desperto nada sabe, e puderam, em alguns de seus casos, demonstrar a presença de todas as funções psíquicas, inclusive a autoconsciência, nessa parte da mente, uma vez que ela tem acesso à lembrança de fatos psíquicos anteriores. Essa metade da mente é, portanto, bastante completa e consciente em si mesma. Em nossos casos, a parte dividida da mente é “lançada nas trevas”, como os Titãs

aprisionados na cratera do Etna, que podem abalar a terra, mais jamais emergirem à luz do dia. Nos casos de Janet, a divisão do domínio da mente foi total. Não obstante, existe ainda uma desigualdade de *status*. Mas também esta desaparece quando as duas metades da consciência se alternam, como fazem nos célebres casos de *double conscience*, e quando não diferem em sua capacidade funcional.

Mas voltemos às representações que indicamos em nossos pacientes como as causas de seus fenômenos histéricos. Está longe de ser possível para nós descrever todas elas com sendo “inconscientes” e “inadmissíveis à consciência”. Elas formam uma escala quase ininterrupta, passando por todas as gradações da indefinição e obscuridade, entre as representações perfeitamente conscientes que liberam um reflexo inusitado e aquelas que jamais entram na consciência na vida de vigília, a não ser na hipnose. Apesar disso, consideramos estabelecido que uma divisão da atividade psíquica ocorre nos graus mais graves da histeria e que só ela parece tornar possível uma teoria psíquica da doença.

Que, então, pode ser asseverado ou suspeitado com probabilidade sobre as causas e a origem desse fenômeno?

Janet, a quem a teoria da histeria tanto deve e com quem estamos em concordância na maioria dos aspectos, externou uma opinião sobre esse ponto que não podemos aceitar.

O conceito de Janet é o seguinte. Considera ele que a “divisão de uma personalidade” repousa numa insuficiência psicológica inata (“*insuffisance psychologique*”). Toda atividade mental normal pressupõe certa capacidade de “síntese”, a capacidade de unir várias representações num complexo. A combinação das várias percepções sensoriais num quadro do ambiente já é uma atividade sintética dessa natureza. Verifica-se que essa função mental está muito abaixo do normal nos pacientes histéricos. Quando a atenção de uma pessoa normal é dirigida tão plenamente quanto possível para algum ponto, por exemplo, para uma percepção por um único sentido, é verdade que ela perde temporariamente a capacidade de aperceber impressões provenientes dos outros sentidos - ou seja, de absorvê-las em seu pensamento consciente. Mas nos indivíduos histéricos isso acontece sem qualquer concentração especial da atenção. Logo que percebem qualquer coisa, eles se tornam inacessíveis a outras percepções sensoriais. De fato, sequer estão em condições de receber em conjunto diversas impressões decorrentes de um *único* sentido. Podem, por exemplo, aperceber-se apenas de sensações táteis em um lado do corpo; as que são oriundas do outro lado alcançam o centro e são utilizadas para a coordenação do movimento, mas não são apercebidas. Uma pessoa assim é hemianestésica. Nas pessoas normais, uma representação atrai para a consciência um grande número de outras, por associação; estas podem relacionar-se com a primeira, por exemplo, de maneira confirmatória ou inibitória, e apenas as representações mais nítidas têm tamanho poder que suas associações permanecem abaixo do limiar da consciência. Nas pessoas histéricas isso sempre acontece. Cada representação

apodera-se de toda a sua limitada atividade mental, e isso explica sua afetividade excessiva. Essa característica da mente delas é descrita por Janet como a “restrição do campo da consciência”, nos pacientes histéricos, por analogia com a “restrição do campo da visão”. Em sua maior parte, as impressões sensoriais que não são apercebidas e as representações que são despertadas, mas não entram na consciência, cessam sem produzir outras conseqüências. Contudo, elas às vezes se acumulam e formam complexos - camadas mentais retiradas da consciência; formam uma subconsciência.

A histeria, que se baseia essencialmente nessa divisão da mente, é uma “*maladie par faiblesse*” [“doença causada pela fraqueza”], e eis por que se desenvolve mais depressa quando uma mente fraca por natureza é submetida a influências que a enfraquecem ainda mais, ou se defronta com exigências fortes em relação às quais sua debilidade se destaca ainda mais.

As opiniões de Janet, resumidas dessa forma, dão de antemão sua resposta à importante questão sobre a predisposição para a histeria - sobre a natureza do *typus hystericus* (tomando a expressão no sentido pelo qual nos referimos a um *typus phthisicus*, pelo que compreendemos o tórax estreito e longo, o coração pequeno, etc.). Janet considera que a predisposição à histeria é uma forma particular de debilidade mental congênita. Em resposta, gostaríamos de formular em breves linhas nosso conceito, como se segue. Não é uma questão de a divisão da consciência ocorrer porque os pacientes têm a mente fraca; eles parecem ter a mente fraca porque sua atividade mental está dividida e apenas parte de sua capacidade se acha à disposição do seu pensamento consciente. Não podemos considerar a fraqueza mental como o *typus hystericus*, como a essência da predisposição à histeria.

Um exemplo esclarece o que se pretende dizer com a primeira dessas duas frases. Pudemos observar muitas vezes a seguinte evolução dos acontecimentos com uma de nossas pacientes (Sra. Caecilie M.). Quando ela se sentia relativamente bem, surgia um sintoma histérico - uma alucinação torturante e obsessiva, uma nevralgia ou coisa semelhante - que, durante algum tempo, aumentava de intensidade. Simultaneamente, a capacidade mental da paciente decrescia de forma contínua e, após alguns dias, qualquer observador não-iniciado seria levado a dizer que a mente dela era fraca. Em seguida, ela era aliviada da representação inconsciente (a lembrança de um trauma psíquico, muitas vezes pertencente ao passado remoto), quer pelo médico, sob hipnose, quer pelo fato de ela descrever de súbito o evento, num estado de agitação e com o acompanhamento de ativa emoção. Depois que isso acontecia, ela não só ficava tranqüila, alegre e livre do sintoma torturante, como era sempre espantoso observar a amplitude e a lucidez de seu intelecto, bem como a agudeza de sua compreensão e julgamento. O xadrez, que ela jogava muito bem, era uma de suas ocupações favoritas, e ela gostava de jogar duas partidas de cada vez, o que se poderia dificilmente considerar indicativo de falta de síntese mental. Era impossível fugir à impressão de que, durante uma evolução de acontecimentos como o que acabamos de descrever, a

representação inconsciente atraía para si própria uma parcela sempre crescente da atividade psíquica da paciente e que, quanto mais isso acontecia, menor se tornava o papel desempenhado pelo pensamento consciente, até ficar reduzido à imbecilidade total; mas que, para empregarmos a expressão vienense notavelmente adequada, quando ela estava “*beisammen*” [literalmente, “reunida”, significando “eu seu juízo perfeito”], possuía poderes mentais bem marcantes.

Como um estado comparável nas pessoas normais poderíamos mencionar não a concentração da atenção, mas a *preocupação*. Quando alguém está “preocupado” com alguma nítida representação, como um aborrecimento, sua capacidade mental fica similarmente reduzida.

Todo observador é basicamente influenciado por seus objetos de observação, e estamos inclinados a crer que os conceitos de Janet formaram-se principalmente na evolução de um estudo detalhado dos pacientes histéricos oligofrênicos que costumam ser encontrados nos hospitais e instituições, por não terem conseguido levar sua própria vida em virtude de sua doença e da fraqueza mental por ela provocada. Nossas próprias observações, levadas a efeito em pacientes histéricos instruídos, forçaram-nos a adotar uma visão essencialmente diferente de suas mentes. Em nossa opinião, “entre os histéricos podem-se encontrar pessoas da mais lúcida inteligência, da maior força de vontade, do melhor caráter e da mais elevada capacidade crítica” | ver em [1]. Nenhuma parcela de uma dotação mental sólida e autêntica é excluída pela histeria, embora as realizações efetivas com freqüência se tornem impossíveis por causa da doença. Afinal, a padroeira da histeria, Santa Teresa, era uma mulher de gênio com grande capacidade prática.

Mas por outro lado, nenhum grau de sandice, incompetência e fraqueza de vontade constitui proteção contra a histeria. Mesmo que desprezemos o que é meramente um *resultado* da doença, devemos reconhecer o tipo de histérico oligofrênico como um tipo comum. Mesmo assim, entretanto, o que encontramos aí não é a estupidez embotada e fleumática, mas um grau excessivo de mobilidade mental que leva à ineficiência. Examinarei posteriormente a questão da predisposição inata. Aqui, proponho apenas demonstrar que a opinião de Janet de que a fraqueza mental está de algum modo na raiz da histeria e de que a divisão da mente é insustentável.

Em total oposição aos conceitos de Janet, creio que, num grande número de casos, o que está subjacente à dissociação é um *excesso* de eficiência, a coexistência habitual de duas seqüências de representações heterogêneas. Tem-se ressaltado com freqüência que, muitas vezes, não estamos apenas “mecanicamente” ativos enquanto nosso pensamento consciente se acha ocupado com cadeias de representações que nada têm em comum com nossa atividade, mas que somos também capazes do que é, sem dúvida, um funcionamento psíquico, enquanto nossos pensamentos estão “ocupados em outro lugar” como, por

exemplo, quando lemos em voz alta corretamente e com entonação adequada, mas depois não temos a menor idéia do que estivemos lendo.

Há sem dúvida inúmeras atividades, desde as mecânicas, como tricotar ou tocar escalas, até algumas que exigem no mínimo um pequeno grau de funcionamento mental, que são todas realizadas por muitas pessoas com apenas parte da mente concentrada nelas. Isso se aplica especialmente às pessoas dotadas de disposição muito ativa, para as quais uma ocupação monótona, simples e desinteressante constitui uma tortura, e que na realidade começam deliberadamente a se divertir pensando em algo diferente (cf. o “teatro particular” de Anna O. | ver em [1]). Outra situação semelhante, ocorre quando um grupo interessante de representações, oriundo por exemplo de livros ou peças, impõe-se à atenção do sujeito e se intromete em seus pensamentos. Essa intromissão é ainda mais vigorosa quando o grupo estranho de representações tem uma intensa tonalidade afetiva (por exemplo, a aflição ou a saudade da pessoa amada). Temos então o estado de preocupação a que aludi acima, o qual, não obstante, não impede muitas pessoas de executarem ações bastante complicadas. As situações sociais muitas vezes exigem uma duplicação dessa espécie, mesmo quando os pensamentos em jogo são de natureza dominadora - como, por exemplo, quando uma mulher que lutando com uma extrema preocupação ou uma excitação inflamada desempenha seus deveres sociais e as funções de afável anfitriã. Todos nós conseguimos apenas realizações desse tipo no decurso de nosso trabalho, e a auto-observação parece sempre demonstrar que o grupo de representações afetivas não é meramente despertado de quando em vez pela associação, mas está presente todo o tempo na mente e penetra na consciência, a menos que esta esteja tomada por alguma impressão externa ou ato de vontade.

Mesmo nas pessoas que têm o costume de não permitirem que sua mente seja perpassada por devaneios paralelos a sua atividade habitual, certas situações dão margem, durante consideráveis períodos de tempo, a essa existência simultânea de impressões e reações mutáveis da vida externa, por um lado, e de um grupo de representações coloridas de afeto, por outro. *Post equitem sedet atra cura* [“atrás do cavaleiro senta-se a negra preocupação”]. Entre essas situações, as mais marcantes são a de cuidar de alguém que nos é caro e a de estar apaixonado. A experiência mostra que o cuidar de doentes os afetos sexuais também desempenham o papel principal na maioria dos casos de pacientes histéricos analisados mais detidamente.

Suspeito que a duplicação do funcionamento psíquico, quer seja habitual, quer provocada por situações emocionais da vida, atue como uma *predisposição* apreciável para uma divisão patológica autêntica da mente. Essa duplicação passa para o segundo estado quando o conteúdo dos dois grupos de representações coexistentes deixa de ser da mesma espécie, quando um deles encerra representações que são inadmissíveis à consciência - ou seja, que foram repelidas ou surgiram de estados hipnóides. Quando isto ocorre, é impossível para as duas correntes temporariamente divididas voltarem a se reunir, como acontece com

frequência nas pessoas sadias, e uma região da atividade psíquica inconsciente é dividida de forma permanente. Essa cisão histórica da mente está para o “duplo eu” assim como o estado hipnóide está para um devaneio normal. Neste segundo contraste, o que determina a qualidade patológica é a amnésia, e no primeiro, o que a determina é a inadmissibilidade das representações à consciência.

Nosso primeiro caso clínico, o de Anna O., a que sou obrigado a estar sempre recorrendo, proporciona uma compreensão nítida do que acontece. Essa moça tinha o hábito, enquanto gozava de perfeita saúde, de permitir que seqüências de representações imaginativas lhe passassem pela mente durante suas ocupações corriqueiras. Enquanto se encontrava numa situação que favorecia a auto-hipnose, o afeto de angústia penetrou em seu devaneio e criou um estado hipnóide em relação ao qual ela teve amnésia. Isso se repetiu em diversas ocasiões e seu conteúdo representativo foi-se tornando cada vez mais rico, mas continuou a se alternar com estados de pensamento de vigília inteiramente normais. Após quatro meses, o estado hipnóide assumiu pleno controle da paciente. Os ataques isolados esbarraram uns nos outros e assim surgiu um *état de mal*, uma histeria aguda do tipo mais grave. Este durou vários meses sob diversas formas (o período de sonambulismo); foi então interrompido à força | ver em [1]| e, a partir daí, voltou a se alternar com o comportamento psíquico normal. Mesmo durante seu comportamento normal, porém, havia uma persistência de fenômenos somáticos e psíquicos (contraturas, hemianestesia e alterações da fala) a respeito dos quais, neste caso, sabemos com certeza que se baseavam em representações pertinentes ao estado hipnóide. Isso prova que, mesmo durante seu comportamento normal, o complexo representativo pertencente ao estado hipnóide, a “subconsciência”, estava atuante, e que a divisão em sua mente persistia.

Não disponho de um segundo exemplo a oferecer de um curso evolutivo semelhante. Penso, contudo, que o caso lança alguma luz também sobre o desenvolvimento das neuroses *traumáticas*. Durante os primeiros dias após o fato traumático, o estado de pavor hipnóide repete-se a cada vez que o fato é lembrado. Enquanto esse estado se repete com frequência cada vez maior, sua intensidade vai diminuindo tanto que ele não mais se *alterna* com o pensamento de vigília, mas apenas coexiste com ele. Torna-se então contínuo, e os sintomas somáticos, que antes só se faziam presentes durante o ataque de pavor, adquirem existência permanente. Todavia, posso apenas *suspeitar* de que seja isso o que acontece, já que nunca analisei um caso dessa natureza.

As observações e as análises de Freud revelam que a divisão da mente também pode ser causada pela “defesa”, pelo desvio deliberado da consciência das representações aflitivas: mas só em algumas pessoas, às quais, portanto, devemos atribuir uma idiosincrasia mental. Nas pessoas normais, tais representações ou são suprimidas com êxito, e nesse caso desaparecem por completo, ou não o são, e nesse caso continuam a surgir na consciência. Não sei dizer qual é a natureza dessa idiosincrasia. Arrisco-me apenas a sugerir que o

auxílio do estado hipnóide é necessário para que a defesa resulte não meramente na transformação de representações convertidas isoladas em representações inconscientes, mas numa autêntica divisão da mente. A auto-hipnose, por assim dizer, terá criado o espaço ou região da atividade psíquica inconsciente para o qual são dirigidas as representações rechaçadas. Seja como for, porém, a realidade da significância patogênica da “defesa” é um fato que devemos reconhecer.

Não penso, entretanto, que a gênese da divisão da mente sequer seja abarcada pelos processos incompletamente compreendidos que vimos discutindo. Assim, em suas fases iniciais, as histerias de grau severo costumam exibir por algum tempo uma síndrome que pode ser descrita como de histeria aguda. (Na anamnese dos casos masculinos de histeria em geral nos defrontamos com uma representação dessa forma de doença como “encefalite”; nos casos femininos, a nevralgia ovariana leva a um diagnóstico de “peritonite”.) Nesse estágio agudo da histeria, os traços psicóticos são muito distintos, tais como estados de excitação maníacos e coléricos, fenômenos histéricos que se transformam rapidamente, alucinações e assim por diante. Em tais estados, a divisão da mente talvez ocorra de maneira diferente da que tentamos descrever acima. Talvez todo esse estágio deva ser encarado como um longo estado hipnóide cujos resíduos fornecem o núcleo do complexo representativo inconsciente, enquanto o pensamento de vigília é amnésico quanto a ele. Visto que na maioria das vezes ignoramos as causas que levam a uma histeria aguda dessa natureza (não me arrisco a considerar o curso dos acontecimentos observados em Anna O. como tendo aplicação geral), parece haver outra espécie de divisão psíquica que, em contraste com as examinadas acima, poderia ser denominada de irracional. E sem dúvida ainda existem outras formas desse processo, que ainda se acham ocultas de nossa jovem ciência psicológica, pois é certo que demos apenas os primeiros passos nesse setor do conhecimento e nossos conceitos atuais serão substancialmente alterados por outras observações.

Perguntemo-nos agora qual o resultado que o conhecimento da divisão da mente alcançado nos últimos anos trouxe para a compreensão da histeria. Parece ter sido grande em quantidade e importância.

Tais descobertas possibilitaram, em primeiro lugar, que o que parece serem sintomas puramente somáticos fosse relacionado com representações, as quais, contudo, não podem ser descobertas na consciência dos pacientes. (É desnecessário abordar isso novamente.) Em segundo lugar, ensinaram-nos a compreender os ataques histéricos, pelo menos em parte, como sendo produtos de um complexo representativo inconsciente. (Cf. Charcot.) Mas, além disso, explicaram também algumas das características psíquicas da histeria, e este ponto talvez mereça um exame mais pormenorizado.

É verdade que as “representações inconscientes” jamais, ou só raramente e com dificuldade, penetram no pensamento de vigília; mas elas o influenciam. Fazem-no, em primeiro lugar, através de suas conseqüências - quando, por exemplo, um paciente é

atormentado por uma alucinação que é totalmente ininteligível e absurda, mas cujo significado e motivação tornam-se claros sob hipnose. Além disso, influenciam a associação, tornando certas representações mais nítidas do que teriam sido caso não fossem assim reforçadas a partir do inconsciente. Dessa maneira, alguns grupos específicos de representações impõem-se constantemente ao paciente com certo grau de compulsão e ele é obrigado a pensar neles. (O caso é semelhante aos dos pacientes semi-anestésicos de Janet. Quando sua mão anestésica é repetidamente tocada, eles não sentem nada, mas quando lhes mandam indicar um número qualquer a seu gosto, eles sempre escolhem o que corresponde ao número de vezes que foram tocados.) Por outro lado, as representações inconscientes regem o tônus emocional do paciente, seu estado de espírito. Quando, no curso do desenrolar de suas lembranças, Anna O. abordava um fato que em sua origem estivera ligado a um afeto nítido o sentimento correspondente surgia com vários dias de antecedência e antes que a lembrança aparecesse claramente, mesmo em sua consciência hipnótica.

Isso torna inteligíveis os “estados de ânimo” dos pacientes - suas alterações inexplicáveis e desarrazoadas de humor, que parecem ao pensamento de vigília ocorrer sem motivo. Com efeito, a impressionabilidade dos pacientes histéricos é determinada, em grande parte, simplesmente por sua excitabilidade inata; mas os afetos nítidos em que eles são lançados por causas relativamente triviais ficam mais inteligíveis ao considerarmos que a “parte dividida da mente” reage como uma caixa de ressonância à nota de um diapasão. Qualquer acontecimento que provoque lembranças inconscientes libera toda a força afetiva dessas representações que não sofreram desgaste, e o afeto evocado fica então inteiramente desproporcional a qualquer um que surgisse apenas na mente consciente.

Referi-me antes (ver em [1]) a uma paciente cujo funcionamento psíquico estava sempre na razão inversa da nitidez de suas representações inconscientes. A diminuição de seu pensamento consciente baseava-se, em parte, mas apenas em parte, numa espécie peculiar de abstração. Após cada uma de suas “*absences*” momentâneas - e estas sempre ocorriam - ela não sabia em que havia pensado no curso dela. Oscilava entre suas “*conditions primes*” e “*secondes*”, entre os complexos representativos conscientes e inconscientes. Mas não era apenas por isso que seu funcionamento psíquico se via reduzido, nem por causa do afeto que a dominava a partir do inconsciente. Enquanto se encontrava nesse estado, seu pensamento de vigília ficava sem energia, seu julgamento era infantil e ela parecia, como já tive ocasião de dizer, positivamente imbecil. Creio que isso se devia ao fato de que o pensamento de vigília dispõe de menos energia quando uma grande quantidade de excitação psíquica é apropriada pelo inconsciente.

Quando este estado de coisas não é apenas temporário, quando a parte dividida da mente está num *constante* estado de excitação, como ocorria com os pacientes hemianestésicos de Janet - nos quais, além disso, todas as sensações em nada menos da metade do corpo só eram percebidas pela mente inconsciente - quando este é o caso, resta tão pouco funcionamento cerebral para o pensamento de vigília que a debilidade mental que Janet

descreve e considera inata fica plenamente explicada. São pouquíssimas as pessoas de quem se pode dizer, como do Bertrand de Born, de Uhland, que nunca precisam de mais da metade de sua mente.¹ Tal redução da energia psíquica realmente transforma a maioria das pessoas em débeis mentais.

Essa debilidade mental, causada por uma divisão da psique, também parece ser a base de uma notável característica de *alguns* pacientes histéricos - sua sugestionabilidade. (Digo “alguns” por ser certo que entre os pacientes histéricos também se encontram pessoas do julgamento mais sensato e mais crítico.)

Por sugestionabilidade entendemos, em primeiro lugar, apenas uma incapacidade de criticar as representações e complexos de representações (julgamentos) que emergem na própria consciência do sujeito, ou são nela introduzidos de fora através da palavra falada ou da leitura. Qualquer crítica dessas representações recém-chegadas na consciência baseia-se no fato de elas despertarem outras representações por associação, e entre estas algumas que são irreconciliáveis com as novas. A resistência a estas últimas fica assim na dependência do acervo de representações antagônicas na consciência potencial, e a intensidade da resistência corresponde à proporção entre a nitidez das novas representações e a das despertadas na memória. Mesmo nos intelectos normais essa proporção é muito variada. O que descrevemos como um temperamento intelectual depende dela em larga medida. Um homem “sangüíneo” sempre se delicia com novas pessoas e coisas, e isso sem dúvida ocorre porque a intensidade de suas imagens mnêmicas é menor em comparação com a das novas impressões num homem mais tranqüilo e “fleumático”. Nos estados patológicos a preponderância de novas representações e a falta de resistência a elas aumentam em proporção à escassez das imagens mnêmicas despertadas - isto é, proporcionalmente à pobreza e à debilidade de seus poderes associativos. Isso já é o que acontece no sono e nos sonhos, na hipnose e sempre que há uma redução da energia mental, desde que esta não reduza também a nitidez das novas representações.

A parte inconsciente expelida pela mente na histeria é sobretudo sugestionável, em virtude da pobreza e incompletude de seu conteúdo representativo. Mas em alguns pacientes histéricos também a sugestionabilidade da mente consciente parece basear-se nisso. Eles são excitáveis por causa de sua predisposição inata; neles, as representações novas são muito nítidas. Em contraste com isso, sua atividade intelectual propriamente dita, sua função associativa, é reduzida, porque apenas parte de sua energia psíquica se acha à disposição de seu pensamento de vigília, em virtude da cisão de um “inconsciente”. Como resultado disso, seu poder de resistência tanto às auto-sugestões como às alo-sugestões se vê reduzido e por vezes abolido. A sugestionabilidade de sua *vontade* também parece dever-se apenas a isso.

Por outro lado, a sugestionabilidade *alucinatoria*, que transforma prontamente qualquer representação de uma percepção sensorial numa percepção real, exige, como todas as alucinações, um grau anormal de excitabilidade do órgão perceptivo e não pode ser

atribuída apenas a uma divisão da mente.

(6) PREDISPOSIÇÃO INATA - DESENVOLVIMENTO DA HISTERIA

Em quase todas as etapas destas considerações fui obrigado a reconhecer que a maioria dos fenômenos que nos vimos esforçando por compreender pode basear-se, entre outras coisas, numa idiossincrasia inata. Isso desafia qualquer explicação que procure ir além de uma simples enunciação dos fatos. Mas a *capacidade de adquirir* a histeria também se acha indubitavelmente ligada a uma idiossincrasia da pessoa em questão, e a tentativa de defini-la com maior exatidão talvez não seja inteiramente infrutífera.

Expliquei acima por que não posso aceitar a opinião de Janet de que a predisposição para a histeria se baseia numa fraqueza psíquica inata. O clínico que, na qualidade de médico da família, observa os membros de famílias histéricas em todas as idades, por certo ficará inclinado a achar que essa predisposição reside antes num excesso do que numa falta. Os adolescentes que depois se tornarão histéricos são, em sua maioria, bem vivazes, dotados e repletos de interesses intelectuais antes de adoecerem. Muitas vezes, sua força de vontade é notável. Incluem-se entre eles moças que levantam da cama à noite, em segredo, para fazer algum estudo que seus pais lhes proibem temendo que se esforcem demais. A capacidade de formar opiniões sólidas por certo não é maior neles do que nas outras pessoas; mas é raro encontrar neles simples inércia intelectual e estupidez. A produtividade exuberante de suas mentes levou um de meus amigos a afirmar que os histéricos são a flor da humanidade - tão estéreis, sem dúvida, mas tão belos quanto as flores.

Sua vivacidade e inquietude, sua ânsia de sensações e atividade mental, sua intolerância à monotonia e ao tédio podem ser assim formuladas: eles se situam entre aquelas pessoas cujo sistema nervoso, enquanto em repouso, libera um excesso de excitação que exige ser utilizado (ver em [1]). Durante o desenvolvimento na puberdade e em conseqüência dele, esse excesso original é complementado pelo poderoso aumento da excitação que decorre do despertar da sexualidade, das glândulas sexuais. A partir daí há uma quantidade excedente de energia nervosa livre disponível para a produção de fenômenos patológicos.

Mas, para que esses fenômenos surjam sob a forma de sintomas histéricos, evidentemente precisa haver também uma outra idiossincrasia específica no indivíduo em questão, pois, afinal, a grande maioria das pessoas ativas e excitáveis não se torna histérica. Um pouco mais atrás | ver em [1]|, só pude definir essa idiossincrasia com uma expressão vaga e não

esclarecedora: “excitabilidade anormal do sistema nervoso”. Mas talvez seja possível ir mais além e dizer que essa anormalidade reside no fato de que em tais pessoas a excitação do órgão central pode fluir para os aparelhos nervosos sensoriais que normalmente só são acessíveis aos estímulos periféricos, bem como para os aparelhos nervosos dos órgãos vegetativos, que são isolados do sistema nervoso central por poderosas resistências. É possível que essa idéia de haver um excedente de excitação constantemente presente, com acesso aos aparelhos sensorial, vasomotor e visceral, já explique certos fenômenos patológicos.

Nas pessoas desse tipo, tão logo sua atenção se concentra forçosamente em alguma parte do corpo, aquilo a que Exner [1894, 165 e segs.] chama de “facilitação pela atenção” na via sensorial de condução em questão excede a quantidade normal. A excitação livre e flutuante é, por assim dizer, desviada para essa via, produzindo-se uma hiperalgesia local. Como resultado, qualquer dor, como quer que seja causada, alcança intensidade máxima, e qualquer mal-estar é “horrível” e “insuportável”. Além disso, enquanto nas pessoas normais uma quantidade de excitação, depois de catexizar uma via sensitiva, sempre a abandona, isto não ocorre nestes casos. Aquela quantidade, ademais, não só permanece ali como é constantemente aumentada pelo influxo de novas excitações. Um leve dano a uma articulação leva assim à artralgia, e as sensações dolorosas devidas ao intumescimento ovariano conduzem à nevralgia ovariana crônica; e visto que os aparelhos nervosos da circulação são mais acessíveis à influência cerebral do que nas pessoas normais, deparamos com palpitações nervosas do coração, tendência a desmaios, propensão ao enrubescimento e empalidecimento excessivos, e assim por diante.

Todavia, não é apenas quando às influências *centrais* que os aparelhos nervosos periféricos são mais facilmente excitáveis. Eles também reagem de maneira excessiva e imprópria a estímulos funcionais adequados. Surgem palpitações tanto a partir de esforços moderados quanto da excitação emocional, e os nervos vasomotores fazem com que as artérias se contraíam (“dedos mortos”) independentemente de qualquer influência psíquica. E, da mesma forma que um ligeiro dano deixa uma artralgia atrás de si, um curto acesso de bronquite é seguido de asma nervosa, e a indigestão, de freqüentes dores cardíacas. Por conseguinte, devemos admitir que a acessibilidade a somas de excitação de origem central nada mais é do que um caso especial de uma excitabilidade anormal genérica, muito embora ela seja a mais importante do ponto de vista de nosso tópico atual.

Parece-me, portanto, que a antiga “teoria reflexa” desses sintomas, que talvez fossem mais bem definidos simplesmente como “nervosos”, mas que fazem parte do quadro clínico empírico da histeria, não deve ser inteiramente rejeitada. Os vômitos, que naturalmente acompanham a dilatação do útero na gravidez, podem muito bem, quando existe uma

excitabilidade anormal, ser desencadeados de maneira reflexa por estímulos uterinos banais, ou talvez até mesmo pelas alterações periódicas do tamanho dos ovários. Estamos familiarizados com tantos efeitos remotos decorrentes de alterações orgânicas, tantos casos estranhos de “dor transferida”, que não podemos rejeitar a possibilidade de que um imenso grupo de sintomas nervosos por vezes determinados psicologicamente possam, em outros casos, ser efeitos distantes da ação reflexa. De fato, arrisco-me a formular a heresia bastante conservadora de que até mesmo a debilidade motora numa perna pode, algumas vezes, ser determinada por uma afecção genital, não psicologicamente, mas por ação reflexa direta. Penso que faremos bem em não insistir demais na exclusividade de nossas novas descobertas ou procurar aplicá-las a todos os casos.

Outras formas de excitabilidade sensorial anormal ainda escapam inteiramente à nossa compreensão: a analgesia geral, por exemplo, as áreas anestésicas, a restrição real do campo da visão, e assim por diante. É possível, e talvez provável, que outras observações venham comprovar a origem psíquica de um ou outro desses estigmas e assim expliquem o sintoma; só que isso ainda não aconteceu (pois não me arrisco a generalizar os resultados apresentados por nosso primeiro relato de caso), e não acho justificável presumir que essa seja a origem deles enquanto ela não tiver sido satisfatoriamente investigada.

Por outro lado, a idiosincrasia do sistema nervoso e da mente que vimos examinando parece explicar uma ou duas propriedades muito familiares de diversos pacientes histéricos. O excedente de excitação liberado pelo sistema nervoso dessas pessoas quando em estado de repouso determina sua incapacidade de tolerarem uma vida monótona e o tédio - a ânsia de sensações que os impele, após início de sua doença, a interromper a monotonia de sua vida sem validade por toda sorte de “incidentes”, dos quais os mais destacados são, a julgar pela natureza das coisas, fenômenos patológicos. Muitas vezes, essas pessoas são ajudadas nisso pela auto-sugestão. São impelidas a cada vez mais penetrar nesse caminho por sua necessidade de ficarem doentes - um traço notável que é tão patognômico para a histeria quanto é o *medo* de adoecer para a hipocondria. Conheço uma mulher histérica que infligia a si mesma danos freqüentemente muito graves, apenas para seu próprio consumo e sem que aqueles que a cercavam, ou seu médico, tomassem conhecimento disso. Que mais não fosse, ela costumava fazer toda sorte de brincadeiras enquanto estava sozinha em seu quarto, simplesmente para provar a si mesma que não era normal. E o fazia, por ter, de fato, uma nítida sensação de não estar bem e de não poder desempenhar seus deveres de maneira satisfatória, tentando justificar-se a seus próprios olhos através de ações como essas. Outra paciente, uma mulher muito doente que sofria de uma conscienciosidade patológica e era cheia de dúvidas a respeito de si mesma, vivenciava todos os fenômenos histéricos como algo culposos, pois, segundo dizia, não precisava tê-los se realmente não os quisesse ter. Quando uma parestesia em suas pernas foi erroneamente diagnosticada como uma doença da espinha, ela vivenciou isso como um imenso alívio e, quando lhe disseram que era “apenas nervosa” e que passaria, isso foi o bastante para acarretar graves dores de consciência. A necessidade de adoecer decorre do desejo da paciente de convencer a si mesma e às outras

pessoas da realidade de sua doença. Quando essa necessidade se associa ainda à aflição causada pela monotonia de um quarto de enfermo, a inclinação a produzir cada vez mais sintomas novos desenvolve-se ao máximo.

Quando, no entanto, isso se transforma em fingimento e verdadeira simulação (e penso que agora pecamos tanto por excesso ao negar a simulação quanto pecávamos ao aceitá-la), isso se baseia, não na predisposição histérica, mas, como disse Moebius tão apropriadamente, em ser ela complicada por outras formas de degenerescência - por uma inferioridade moral inata. Da mesma forma, o “histérico rancoroso” surge quando alguém que é inatamente excitável, mas deficiente de emoção, cai também vítima do embrutecimento egoísta do caráter que é tão facilmente produzido pela má saúde crônica. Aliás, o “histérico rancoroso” mal chega a ser mais comum do que o paciente rancoroso nos estágios mais avançados da *tabes*.

O excedente da excitação também dá margem a fenômenos patológicos na esfera motora. As crianças com essa característica desenvolvem com muita facilidade movimentos semelhantes a *tiques*. Estes podem começar, num primeiro caso, por alguma sensação nos olhos ou no rosto, ou por alguma peça desconfortável do vestuário, mas se tornam permanentes a menos que sejam prontamente contidos. As vias reflexas são muito fáceis e rapidamente marcadas a fundo.

Também não se pode afastar a possibilidade de haver ataques convulsivos puramente motores, independentes de qualquer fator psíquico, e nos quais tudo o que acontece é que a massa de excitação acumulada por soma é descarregada, do mesmo modo que a massa de estímulos causada por modificações anatômicas é descarregada num ataque epiléptico. Nesse caso, teríamos a convulsão histérica não-ideogênica.

É tão freqüente vermos adolescentes anteriormente sadios, embora excitáveis, adoecerem de histeria durante a puberdade, que devemos perguntar a nós mesmos se esse processo não poderia criar uma predisposição para a histeria quando ela não está inatamente presente. E de qualquer modo, devemos atribuir a ela mais do que uma simples elevação da quantidade de excitação. O amadurecimento sexual incide sobre todo o sistema nervoso, aumentando a excitabilidade e reduzindo as resistências por toda parte. Isso nos é ensinado pela observação de adolescentes que não são histéricos, e temos assim justificativas para crer que o amadurecimento sexual também estabelece a predisposição histérica, na medida em que consiste precisamente nessa característica do sistema nervoso. Ao afirmarmos isso, já estamos reconhecendo a sexualidade como um dos principais componentes da histeria. Veremos que o papel que desempenha nela é ainda muito maior e que contribui das mais diversas maneiras para a constituição da doença.

Se os estigmas brotam diretamente desse campo de cultura inato da histeria e não são de origem ideogênica, é também impossível dar à ideogênese uma posição tão central na histeria quanto às vezes se dá hoje em dia. O que poderia ser mais autenticamente histórico do que os estigmas? Eles são os achados patognomônicos que estabelecem o diagnóstico, e no entanto, precisamente, eles não parecem ser ideogênicos. Mas se a base da histeria é uma idiosincrasia de todo o sistema nervoso, o complexo de sintomas ideogênicos psiquicamente determinados ergue-se sobre ela tal como um prédio sobre seus alicerces. É um prédio *de vários andares*. Do mesmo modo que só é possível compreender a estrutura de tal prédio se distinguirmos os planos dos diferentes pisos, é necessário, penso eu, para entendermos a histeria, prestar atenção às várias espécies de complicação na causação dos sintomas. Se as desprezarmos e tentarmos levar adiante uma explicação da histeria empregando um nexos causal único, sempre encontraremos um resíduo muito grande de fenômenos que permanecem inexplicados. É como se tentássemos inserir os diferentes cômodos de uma casa de muitos pavimentos na planta de um único andar.

Tal como os estigmas, diversos outros sintomas nervosos - certas dores e fenômenos vasomotores, e talvez os ataques convulsivos puramente motores - são, como vimos, não causados por idéias, mas resultados diretos da anormalidade fundamental do sistema nervoso.

Os mais próximos deles são os fenômenos ideogênicos que consistem simplesmente em conversões da excitação afetiva (ver em [1]). Surgem como conseqüências de afetos em pessoas com uma predisposição histérica e, a princípio, são apenas uma “expressão anormal das emoções” (Oppenheim |1890|). Esta se transforma, pela repetição, num sintoma histérico autêntico e, na aparência, puramente somático, enquanto a idéia que deu lugar a ele se torna imperceptível (ver em [1]) ou é rechaçada e, portanto, repelida da consciência. As mais numerosas e importantes das representações que são rechaçadas e convertidas possuem um contexto sexual. Elas se acham na base de grande parte dos casos de histeria da puberdade. As moças que se aproximam da maturidade - e é principalmente delas que se trata - comportam-se de maneiras muito diferentes em relação às representações e sentimentos sexuais que se avolumam nelas. Certas moças defrontam-se com eles com total desembaraço, havendo entre elas algumas que ignoram e fecham os olhos a todo o assunto. Outras aceitam-nos como os meninos, sendo esta sem dúvida a norma entre as moças das classes camponesa e trabalhadora. Outras ainda, com uma curiosidade mais ou menos obstinada, correm atrás de qualquer coisa sexual que possam encontrar em conversas ou livros. E, finalmente, há naturezas de organização requintada que, embora seja grande sua excitabilidade sexual, possuem uma pureza moral igualmente grande e sentem que qualquer coisa sexual é algo incompatível com seus padrões éticos, algo de conspurcante e degradante. Elas recalcam a sexualidade afastando-a da consciência, e as representações

afetivas de conteúdo sexual que provocaram os fenômenos somáticos são rechaçadas e assim se tornam inconscientes.

A tendência a rechaçar o que é sexual é ainda mais intensificada pelo fato de que, nas moças solteiras, a excitação sensual tem uma mescla de angústia, de medo do que está por vir, do que é desconhecido e apenas suspeitado, ao passo que, nos rapazes normais e saudáveis, ela é uma pulsão agressiva sem mesclas. A moça sente em Eros o terrível poder que rege e decide seu destino, e se assusta com isso. Tanto maior, portanto, é sua inclinação para desviar os olhos e recalcar para fora da consciência a coisa que a assusta.

O casamento acarreta novos traumas sexuais. É surpreendente que a noite de núpcias não tenha efeitos patogênicos com maior freqüência, visto que, infelizmente, o que ela implica é, muitas vezes, não uma sedução erótica, mas uma violação. A rigor, porém, não é raro encontrar em jovens casadas histerias que podem ser relacionadas a isso e que desaparecem quando, no correr do tempo, o prazer sexual emerge e apaga o trauma. Os traumas sexuais também ocorrem no curso ulterior de muitos casamentos. Os relatos de caso de cuja publicação fomos obrigados a nos abster incluem um grande número deles - exigências caprichosas feitas pelo marido, práticas antinaturais, etc. Não penso estar exagerando ao afirmar que *a grande maioria das neuroses graves nas mulheres tem sua origem no leito conjugal*.

Certos fatores sexuais nocivos, que consistem essencialmente em satisfação insuficiente (*coitus interruptus, ejaculatio praecox*, etc.) resultam, de acordo com a descoberta de Freud (1895b), não na histeria, mas numa neurose de angústia. Sou da opinião, entretanto, de que mesmo nesses casos a excitação do afeto sexual muitas vezes se converte em fenômenos histéricos somáticos.

É evidente por si só, e suficientemente comprovado por nossas observações, que os afetos não sexuais do susto, da angústia e da raiva levam ao desenvolvimento de fenômenos histéricos. Mas talvez valha a pena insistir repetidamente em que o fator sexual é de longe o mais importante e o que mais produz resultados patológicos. As observações pouco sofisticadas de nossos antecessores, cujo resíduo é preservado no termo “histeria” [originado da palavra grega designativa de “útero”], aproximaram-se mais da verdade do que a concepção mais recente, que situa a sexualidade quase em último lugar, a fim de poupar os pacientes de recriminações morais. As necessidades sexuais dos pacientes histéricos são, sem dúvida, tão variáveis em grau de indivíduo para indivíduo quanto nas pessoas sadias, e não são mais fortes do que nelas; mas os primeiros adoecem por causa delas e, na maioria das vezes, precisamente pela luta que travam contra elas, em virtude de sua *defesa* contra a sexualidade.

Juntamente com a histeria sexual, devemos recordar nesta altura a histeria devida ao susto - a histeria traumática propriamente dita -, que constitui uma das formas de histeria mais conhecidas e reconhecidas.

No que se pode denominar de camada idêntica à dos fenômenos que resultam da conversão da excitação afetiva, encontram-se aqueles que devem sua origem à sugestão (na maioria das vezes, à auto-sugestão) em indivíduos inatamente sugestionáveis. O grau elevado de sugestionabilidade - isto é, a preponderância irrestrita das representações que foram despertadas recentemente - não se encontra entre os traços essenciais da histeria. Contudo, pode estar presente como uma complicação em pessoas com predisposição histérica, nas quais essa mesma idiossincrasia do sistema nervoso possibilita a realização somática de representações supervalentes. Além disso, na maioria dos casos, são apenas representações *afetivas* que se realizam em fenômenos somáticos por sugestão e, conseqüentemente, o processo pode muitas vezes ser considerado uma conversão do afeto concomitante de medo ou de angústia.

Esses processos - a conversão do afeto e a sugestão - permanecem idênticos mesmo nas formas complicadas de histeria que devemos agora considerar. Eles simplesmente encontram condições mais favoráveis em tais casos: é sempre através de um desses dois processos que surgem os fenômenos histéricos psicicamente determinados.

O terceiro componente da predisposição histérica, que aparece em alguns casos além dos que já foram analisados, é o estado hipnóide, a tendência à auto-hipnose (ver em [1]). Esse estado favorece e facilita em grau máximo tanto a conversão como a sugestão, e dessa forma erige, por assim dizer, no topo das pequenas histerias, o pavimento mais alto da grande histeria. A tendência à auto-hipnose é um estado que, no começo, é apenas temporário e se alterna com o estado normal. Podemos atribuir-lhe o mesmo aumento de influência mental sobre o corpo que observamos na hipnose artificial. Essa influência é muito mais intensa e profunda aqui, na medida em que atua sobre um sistema nervoso que mesmo fora da hipnose é anormalmente excitável. Não sabemos dizer até que ponto e em que casos a tendência à auto-hipnose constitui uma propriedade inata do organismo. Externei antes (ver em [1]-[2]) a opinião de que ela se desenvolve a partir de devaneios carregados de afeto. Mas não há nenhuma dúvida de que a predisposição inata também desempenha um papel nisso. Se esse ponto de vista for correto, mais uma vez ficará claro aqui o quanto é enorme a influência atribuível à sexualidade no desenvolvimento da histeria, pois, salvo pelo cuidar de doentes, nenhum fator psíquico é tão bem destinado a produzir devaneios carregados de afeto quanto os anseios de uma pessoa apaixonada. E acima de tudo isso, o próprio orgasmo sexual, com

sua riqueza de afeto e sua restrição da consciência, é intimamente afim dos estados hipnóides.

O elemento hipnóide manifesta-se mais claramente nos ataques histéricos e nos estados que podem ser classificados de histeria aguda e que, segundo parece, desempenham um papel tão relevante no desenvolvimento da histeria (ver em [1]). Estes são, obviamente, estados psicóticos que persistem por muito tempo, muitas vezes durante vários meses, e que com freqüência é necessário classificar de confusão alucinatória. Mesmo quando a perturbação não vai tão longe assim, surge nela uma grande variedade de fenômenos histéricos, alguns dos quais, na realidade, persistem depois de ela terminar. O conteúdo psíquico desses estados consiste, em parte, precisamente nas representações que foram rechaçadas na vida de vigília e recalçadas, sendo eliminadas da consciência. (Cf. os “delírios histéricos dos santos e das freiras, das mulheres que guardam a castidade e das crianças bem-educadas” | ver em [1].)

Visto que esses estados são, com muita freqüência, nada menos do que psicoses, apesar de derivados imediata e exclusivamente da histeria, não posso concordar com a opinião de Moebius de que, “com exceção dos delírios ligados aos ataques, é impossível falar numa insanidade histérica real” (1895, 18). Em muitos casos, esses estados constituem uma insanidade dessa natureza; e psicoses como estas também se repetem no curso ulterior de uma histeria. É verdade que, em essência, elas nada mais são do que a fase psicótica de um ataque, mas, considerando-se que duram meses, seria difícil denominá-las de ataques.

Como surge uma dessas histerias agudas? No caso mais conhecido (Caso 1), surgiu de uma acumulação de ataques hipnóides; em outro caso (quando já estava presente uma histeria complicada), surgiu associada a uma suspensão da morfina. O processo, em sua maior parte, é inteiramente obscuro e aguarda elucidação a partir de observações adicionais.

Assim sendo, podemos aplicar às histerias aqui analisadas o pronunciamento de Moebius (ibid., 16): “A modificação essencial que ocorre na histeria é que o estado mental do paciente histérico torna-se temporária ou permanentemente semelhante ao de um indivíduo hipnotizado.”

No estado normal, a persistência dos sintomas que surgem durante o estado hipnóide corresponde inteiramente a nossas experiências com a sugestão pós-hipnótica. Mas isso já implica que complexos de representações inadmissíveis à consciência coexistem com as seqüências de representações que seguem um curso consciente, que ocorreu uma divisão da mente (ver em [1]). Parece certo que isso pode acontecer até mesmo sem um estado hipnóide, a partir da profusão de pensamentos que foram rechaçados e recalçados da

consciência, mas não suprimidos. De um modo ou de outro, passa a existir uma região da vida mental - ora precária de representações e rudimentar, ora mais ou menos em igualdade de condições com o pensamento de vigília - cujo conhecimento devemos, acima de tudo, a Binet e Janet. A divisão da mente é a consumação da histeria. Mostrei anteriormente (na Seção 5) de que modo ele explica as principais características desse distúrbio. Uma parte da mente do paciente fica em estado hipnóide permanentemente, mas com um grau variável de nitidez em suas representações, estando sempre preparada, todas as vezes que há um lapso no pensamento de vigília, para assumir o controle da pessoa inteira (por exemplo, num ataque ou num delírio). Isso ocorre tão logo um afeto poderoso interrompe o curso normal das representações, nos estados crepusculares e nos estados de exaustão. A partir desse estado hipnóide persistente, representações não motivadas e estranhas à associação normal forçam sua entrada na consciência, introduzem-se alucinações no sistema perceptivo e inervam-se atos motores independentemente da vontade consciente. Essa mente hipnóide é suscetível, no mais alto grau, à conversão de afetos e à sugestão, e assim aparecem com facilidade novos fenômenos histéricos, que, sem a divisão da mente, só surgiriam com grande dificuldade e sob a pressão de afetos repetidos. A parte expelida da mente é o demônio pelo qual a observação ingênua dos supersticiosos dos tempos primitivos acreditava que esses pacientes se achavam possuídos. É verdade que um espírito estranho à consciência de vigília do paciente exerce domínio sobre ele, porém o espírito não é de fato um estranho, mas parte dele mesmo.

A tentativa aqui empreendida de fazer uma interpretação sintética da histeria partindo do que dela sabemos hoje está sujeita à recriminação de ecletismo, se é que tal recriminação é justificável. Houve inúmeras formulações da histeria, desde a antiga “teoria reflexa” até a “dissociação da personalidade”, que tiveram de encontrar um lugar nela. Mas dificilmente poderia ser de outra forma, já que numerosos observadores excelentes e espíritos agudos se interessaram pela histeria. É improvável que qualquer de suas formulações estivesse destituída de uma parcela de verdade. Uma futura exposição do verdadeiro estado de coisas por certo as abrangerá a todas e simplesmente combinará todas as visões unilaterais do assunto numa realidade coletiva. O ecletismo, portanto, não me parece nada de que se deva envergonhar.

Mas quão longe ainda estamos hoje da possibilidade de qualquer compreensão completa da histeria! Com que traços incertos seus contornos foram esboçados nestas páginas, com que hipóteses toscas as imensas lacunas foram escondidas, e não preenchidas! Apenas uma consideração é até certo ponto consoladora: a de que essa falha se prende, e deve prender-se, a todas as exposições fisiológicas de processos psíquicos complexos. Devemos sempre dizer delas o que Teseu, no *Sonho de uma Noite de Verão*, diz da tragédia: “As melhores dentre estas não passam de sombras.” E mesmo a mais fraca não será destituída de valor se,

honestamente, tentar apegar-se aos contornos das sombras que os objetos reais desconhecidos lançam sobre a parede, pois assim, apesar de tudo, sempre se justificará a esperança de que possa haver algum grau de correspondência e semelhança entre os processos reais e a idéia que fazemos deles.

IV - A PSICOTERAPIA DA HISTERIA

(FREUD)

Em nossa “Comunicação Preliminar” relatamos como, no curso de nossa pesquisa sobre a etiologia dos sintomas histéricos, deparamo-nos também com um método terapêutico que nos pareceu de importância prática. Pois “verificamos, a princípio para nossa grande surpresa, *que cada sintoma histérico individual desaparecia, de forma imediata e permanente, quando conseguíamos trazer à luz com clareza a lembrança do fato que o havia provocado e despertar o afeto que o acompanhava, e quando o paciente havia descrito esse acontecimento com o maior número de detalhes possível e traduzido o afeto em palavras.*” (ver em [1].)

Esforçamo-nos ainda por explicar o modo como funciona nosso método psicoterapêutico: “*Ele põe termo à força atuante da representação que não fora ab-reagida no primeiro momento, ao permitir que seu fato estrangulado encontre uma saída através da fala; e submete essa representação à correção associativa ao introduzi-la na consciência normal (sob hipnose leve), ou eliminá-la por sugestão do médico, como se faz no sonambulismo acompanhado de amnésia.*” (ver em [1].)

Tentarei agora fazer um relato coerente de até onde este método nos leva, dos aspectos em que ele consegue mais do que outros métodos, da técnica pela qual funciona e das dificuldades com que se defronta. Grande parte da substância disso já se acha no relato dos casos que constam da parte anterior deste livro, e não conseguirei evitar repetir-me no relato que se segue.

(1)

De minha parte, também posso afirmar que ainda me mantenho fiel ao que está contido na “Comunicação Preliminar”. Não obstante, devo confessar que, durante os anos decorridos desde então - nos quais estive incessantemente voltado para os problemas ali abordados -, novos pontos de vista se impuseram a minha mente. Estes levaram ao que é, ao menos em parte, um agrupamento e uma interpretação diferentes do material fático por mim conhecido naquela época. Seria injusto tentar atribuir uma responsabilidade grande demais por essa transformação a meu estimado amigo Dr. Josef Breuer. Por este motivo, as considerações que se seguem são formuladas principalmente em meu próprio nome.

Quando tentei aplicar a um número relativamente grande de pacientes o método de Breuer, de tratamento de sintomas histéricos pela investigação e ab-reação destes sob hipnose, defrontei-me com duas dificuldades e, ao lidar com elas, fui levado a fazer uma alteração tanto na minha técnica quanto na minha visão dos fatos. (1) Verifiquei que nem todas as pessoas que exibiam sintomas histéricos indiscutíveis e que, muito provavelmente, eram regidas pelo mesmo mecanismo psíquico podiam ser hipnotizadas. (2) Vi-me forçado a tomar uma posição quanto à questão do que, afinal, caracteriza essencialmente a histeria e do que a distingue de outras neuroses.

Deixarei para depois meu relato de como superei a primeira dessas duas dificuldades e o que dela aprendi e começarei por descrever a atitude que adotei em minha prática diária em relação ao segundo problema. É muito difícil obter uma visão clara de um caso de neurose antes de tê-lo submetido a uma análise minuciosa - uma análise que, na verdade, só pode ser efetuada pelo uso do método de Breuer; mas a decisão sobre o diagnóstico e a forma de terapia a ser adotada tem de ser tomada antes de se chegar a qualquer conhecimento assim minucioso do caso. O único caminho aberto a mim, portanto, era selecionar para tratamento catártico os casos que pudessem ser provisoriamente diagnosticados como histeria, que exibissem um ou mais dos estigmas ou sintomas característicos da histeria. Ocorreu então algumas vezes que, apesar do diagnóstico de histeria, os resultados terapêuticos se revelaram muito escassos e nem mesmo a análise trazia à luz nada de significativo. Em outras ocasiões ainda, tentei aplicar o método de tratamento de Breuer a casos de neurose

que ninguém poderia confundir com histeria, e assim verifiquei que eles podiam ser influenciados e, na verdade, esclarecidos. Tive essa experiência, por exemplo, com as idéias obsessivas - idéias obsessivas autênticas, do tipo de Westphal - em casos sem um único traço que lembrasse a histeria. Conseqüentemente, o mecanismo psíquico revelado pela “Comunicação Preliminar” não poderia ser patognômico da histeria, nem tampouco consegui decidir-me, apenas para preservar aquele mecanismo como critério, a englobar todas essas neuroses na histeria. Acabei encontrando uma saída para todas essas dúvidas através do plano de tratar todas as outras neuroses em questão da mesma forma que a histeria. Determinei-me a investigar sua etiologia e a natureza de seu mecanismo psíquico em cada caso e a deixar na dependência do resultado dessa investigação a decisão quanto a se o diagnóstico de histeria se justificava.

Assim, partindo do método de Breuer, vi-me envolvido em considerações sobre a etiologia e o mecanismo das neuroses em geral. Tive sorte o bastante para chegar a alguns resultados úteis num prazo relativamente curto. Em primeiro lugar, fui obrigado a reconhecer que, na medida em que se possa falar em causas determinantes que levam à *aquisição* de neuroses, sua etiologia deve ser buscada em fatores *sexuais*. Seguiu-se a descoberta de que diferentes fatores sexuais, no sentido mais geral, produzem diferentes quadros de distúrbios neuróticos. Tornou-se então possível, na medida em que essa relação era confirmada, correr o risco de utilizar a etiologia com o objetivo de caracterizar as neuroses e de fazer uma distinção nítida entre os quadros clínicos das várias neuroses. Quando as características etiológicas coincidiam sistematicamente com as clínicas, isso era naturalmente justificável.

Dessa maneira, verifiquei que a neurastenia apresentava um quadro clínico monótono no qual, como demonstram minhas análises, nenhum papel era desempenhado por um “mecanismo psíquico”. Havia uma nítida distinção entre a neurastenia e a “neurose obsessiva”, a neurose das idéias obsessivas propriamente ditas. Nesta última pude reconhecer um complexo mecanismo psíquico, uma etiologia semelhante à da histeria e uma ampla possibilidade de reduzi-la pela psicoterapia. Por outro lado, pareceu-me absolutamente necessário destacar da neurastenia um complexo de sintomas neuróticos que dependem de uma etiologia inteiramente diferente e, na verdade, no fundo, *contrária*. Os sintomas que formam esse complexo estão unidos por uma característica que já foi reconhecida por Hecker (1893), pois são sintomas ou equivalentes e rudimentos de *manifestações de angústia*; e por essa razão dei a tal complexo, a ser destacado da neurastenia, o nome de *neurose de angústia*. Sustentei (Freud, 1895b) que ele decorre de um acúmulo de tensão física, que é, em si mesma, também de origem sexual. Essa neurose também não possui nenhum mecanismo psíquico, mas invariavelmente influencia a vida mental, de modo que a “expectativa ansiosa”, as fobias, e hiperestesia às dores, etc. encontram-se entre suas manifestações regulares. Essa neurose de angústia, no sentido que dou à expressão, sem dúvida coincide em parte com as neuroses que, sob o nome de “hipocondria”, encontra lugar em muitas descrições ao lado da histeria e da neurastenia.

Mas não posso considerar correta a delimitação da hipocondria em nenhum dos trabalhos em questão, e a aplicabilidade de seu nome me parece ser prejudicada pela ligação fixa do termo com o sintoma de “medo de doença”.

Depois de ter fixado assim os quadros simples de neurastenia, neurose de angústia e idéias obsessivas, passei a considerar os casos de neurose comumente incluídos no diagnóstico de histeria. Refleti que não era certo rotular de histérica uma neurose, em sua totalidade, só porque alguns sintomas histéricos ocupavam um lugar de destaque em seu complexo de sintomas. Era-me fácil compreender essa prática, visto que, afinal de contas, a histeria é a mais antiga, a mais conhecida e a mais marcante das neuroses em consideração; mas isso era um abuso, pois lançava por conta da histeria muitos traços de perversão e degenerescência. Sempre que um sintoma histérico, como uma anestesia ou um ataque característico, era observado num caso complicado de degeneração psíquica, todo esse estado era descrito como de “histeria”, de modo que não surpreende que as piores e mais contraditórias coisas fossem reunidas sob esse rótulo. Mas, assim como era certo que *esse* diagnóstico estava errado, era igualmente certo que também deveríamos separar as várias neuroses; e já que estávamos familiarizados com a neurastenia, a neurose de angústia, etc., em sua forma pura, não havia mais necessidade de desprezá-las no quadro conjunto.

O ponto de vista que se segue, portanto, parecia ser o mais provável. As neuroses que comumente ocorrem devem ser classificadas, em sua maior parte, de “mistas”. A neurastenia e as neuroses de angústia são facilmente encontradas também em formas puras, especialmente em pessoas jovens. As formas puras de histeria e neurose obsessiva são raras; em geral, essas duas neuroses combinam-se com a neurose de angústia. A razão por que as neuroses mistas ocorrem com tanta freqüência é que seus fatores etiológicos se acham muitas vezes entremeados, às vezes apenas por acaso, outras vezes como resultado de relações causais entre os processos de que derivam os fatores etiológicos das neuroses. Não há nenhuma dificuldade em descobrir isso e demonstrá-lo com detalhes. Quanto à histeria, porém, sucede que esse distúrbio dificilmente poderia ser segregado, para fins de estudo, do eixo de ligação das neuroses sexuais; que, em geral, ele representa apenas um lado isolado, apenas um aspecto de um caso complicado de neuroses; e que é somente em casos marginais que ele pode ser encontrado e tratado isoladamente. Talvez possamos dizer em algumas ocasiões: *a potiori fit denominatio* [isto é, recebeu seu nome pela sua característica mais importante].

Examinarei agora os casos clínicos aqui relatados a fim de verificar se eles depõem em favor da minha opinião de que a histeria não é uma entidade clínica independente.

A paciente de Breuer, Anna O., parece contradizer minha opinião e ser um exemplo de distúrbio histérico puro. Esse caso, porém, que foi tão útil para nosso conhecimento da histeria, não foi de modo algum considerado por seu observador do ponto de vista de uma

neurose sexual, sendo agora inteiramente inútil para esse propósito. Quando comecei a analisar a segunda paciente, a Sra. Emmy von N., a expectativa de que a base da histeria fosse uma neurose sexual estava muito longe de minha mente. Eu acabara de sair da escola de Charcot e encarava a ligação da histeria com o tema da sexualidade como uma espécie de insulto - exatamente como fazem as próprias pacientes. Quando examino minhas notas sobre esse caso hoje em dia, parece-me não haver nenhuma dúvida de que ele deve ser visto como um caso grave de neurose de angústia acompanhada de expectativa ansiosa e fobias - uma neurose de angústia que se originara da abstinência sexual e se combinara com a histeria. O caso 3, de *Miss Lucy R.*, talvez possa ser definido de maneira mais conveniente como um caso marginal de histeria pura. Foi uma histeria breve que seguiu um curso episódico e tinha uma inconfundível etiologia sexual do tipo que corresponderia a uma neurose de angústia. A paciente era uma moça plenamente madura, que precisava ser amada e cujos afetos tinham sido despertados, muito apressadamente, por um mal-entendido. A neurose de angústia, contudo, não se tornou visível ou me escapou. O caso 4, de Katharina, nada mais era do que um modelo do que classifiquei de “angústia virginal”. Era uma combinação de neurose de angústia e histeria. A primeira criava os sintomas, enquanto a segunda os repetia e se valia deles para atuar. A propósito, era um caso típico de um grande número de neuroses de pessoas jovens que são classificadas de “histeria”. O caso 5, da Srta. Elisabeth von R., também não foi investigado como neurose sexual. Pude apenas expressar, sem confirmá-la, a suspeita de que uma neurastenia espinhal talvez tivesse constituído sua base | ver em [1]].

Devo acrescentar, todavia, que nesse meio tempo as histerias puras se tornaram ainda mais raras em minha experiência. Se pude reunir esses quatro casos como de histeria e se, ao relatá-los, pude desprezar os pontos de vista que eram de importância quanto às neuroses sexuais, a razão foi que essas histórias remontam a um tempo algo distante e que, naquela época, eu ainda não submetia tais casos a uma investigação deliberada e minuciosa de sua base sexual neurótica. E se, em vez desses quatro, não relatei *doze* casos cuja análise proporciona uma confirmação do mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos proposto por nós, essa relutância foi exigida pelo próprio fato de que a análise revelou esses casos como sendo, simultaneamente, neuroses sexuais, embora por certo nenhum diagnosticador lhes recusasse o nome de histeria. Mas a elucidação dessas neuroses sexuais ultrapassaria os limites da presente publicação conjunta.

Eu não gostaria que se pensasse, erroneamente, que não desejo admitir que a histeria é uma afecção neurótica independente, que a considero meramente uma manifestação psíquica da neurose de angústia e que lhe atribuo apenas os sintomas “ideogênicos”, transferindo os sintomas somáticos (por exemplo, pontos histerogênicos e anestésias) para a neurose de angústia. Nada disso. Em minha opinião, é possível lidar com a histeria, liberada de qualquer mistura, como algo independente, e fazê-lo em todos os aspectos, salvo na terapêutica, pois nesta estamos voltados para uma finalidade prática - livrarmo-nos do estado patológico como um todo. E se em geral a histeria aparece como componente de uma

neurose mista, essa situação se assemelha àquela em que há uma infecção mista e em que a preservação da vida cria um problema que não coincide com o de combater a ação de um agente patogênico específico.

É muito importante para mim distinguir o papel desempenhado pela histeria, no quadro das neuroses mistas, do papel desempenhado pela neurastenia, pela neurose de angústia e assim por diante, pois, uma vez feita essa distinção, poderei expressar de maneira concisa o valor terapêutico do método catártico. E isso porque me inclino a arriscar a afirmação de que esse método é, em termos teóricos, perfeitamente capaz de eliminar qualquer sintoma histérico, ao passo que, como será fácil compreender, ele é inteiramente impotente contra os fenômenos da neurastenia e só raramente e por vias indiretas, é capaz de influenciar os efeitos psíquicos da neurose de angústia. Sua eficácia terapêutica em qualquer caso específico dependerá, por conseguinte de os componentes histéricos do quadro clínico assumirem ou não uma posição de importância prática em comparação com os outros componentes neuróticos.

Existe ainda outro obstáculo à eficácia do método catártico, que já indicamos na “Comunicação Preliminar” | ver em [1]]. Ele não consegue afetar as causas subjacentes da histeria: assim, não consegue impedir que novos sintomas tomem o lugar daqueles que foram eliminados. *Grosso modo*, portanto, cabe-me reivindicar um lugar de destaque para nosso método terapêutico quando empregado dentro do contexto de uma terapia das neuroses, mas eu gostaria de advertir contra a apreciação de seu valor ou sua aplicação fora desse contexto. Entretanto, uma vez que não posso, nestas páginas, oferecer uma “terapia das neuroses” do tipo de que os clínicos precisam, o que acabo de dizer equivale a adiar minha visão do assunto para uma possível publicação ulterior. Penso, no entanto, poder acrescentar as seguintes observações à guisa de ampliação e elucidação.

(1) Não sustento ter de fato eliminado todos os sintomas histéricos que me dispus a influenciar pelo método catártico. Mas sou da opinião de que os obstáculos residiram nas circunstâncias pessoais das pacientes e não se deveram a qualquer questão de teoria. Sinto-me justificado a desconsiderar esses casos malsucedidos ao formar um juízo sobre o assunto, da mesma forma que um cirurgião despreza os casos de morte ocorridos sob anestesia, devido a hemorragia pós-operatória, sepsia acidental, etc., ao tomar uma decisão sobre uma nova técnica. Quando vier a abordar as dificuldades e os defeitos do processo, mais adiante, voltarei a uma consideração das falhas oriundas dessa fonte. | ver em [1].|

(2) O método catártico não deve ser considerado sem valor pelo fato de ser sintomático, e não causal, pois a rigor a terapia causal é, via de regra, uma terapia profilática; ela faz com que cessem quaisquer efeitos adicionais do agente nocivo, mas não elimina, necessariamente, os resultados que esse agente já causou. Em geral, uma segunda fase de tratamento é necessária para realizar esta segunda tarefa, e nos casos de histeria o método

catártico é de valor inestimável para esse fim.

(3) Depois que um período de produção histérica, um paroxismo histérico agudo, é superado e tudo o que resta são sintomas histéricos sob a forma de fenômenos residuais, o método catártico é suficiente para todas as indicações e promove êxitos completos e permanentes. Tal quadro terapêutico favorável não raro é encontrado precisamente na esfera da vida sexual, graças às amplas oscilações da intensidade das necessidades sexuais e às complicações das condições necessárias para provocar um trauma sexual. Aqui o método catártico faz tudo o que se pode esperar dele, pois um médico não pode atribuir-se a tarefa de alterar uma constituição como a histérica. Deve contentar-se em eliminar os problemas a que tal constituição está inclinada e que podem decorrer dela em conjunto com as circunstâncias externas. Deve sentir-se satisfeito se o paciente recuperar sua capacidade de trabalho. Além disso, não precisa ficar desanimado quanto ao futuro, ao considerar a possibilidade de uma recaída. Ele está ciente do aspecto principal da etiologia das neuroses - que sua gênese é, em geral, sobredeterminada, que vários fatores precisam reunir-se para produzir esse resultado; e poderá ter esperança de que essa convergência não se repita de uma só vez, mesmo que alguns fatores etiológicos individuais permaneçam atuantes.

Talvez se possa objetar que, em casos de histeria como esse, em que a doença já completou seu curso, os sintomas residuais, de qualquer modo, desaparecem espontaneamente. Pode-se replicar, porém, que uma cura espontânea desse tipo muitas vezes não é rápida nem completa o bastante, e que pode ser ajudada num grau extraordinário por nossa intervenção terapêutica. Podemos deixar em aberto, por enquanto, a questão de se por meio da terapia catártica curamos apenas o que é passível de cura espontânea ou, algumas vezes, também o que não se teria dissipado espontaneamente.

(4) Quando nos defrontamos com uma histeria aguda, um caso que esteja atravessando o período da produção mais ativa de sintomas histéricos, no qual o ego seja constantemente subjugado pelos produtos da doença (isto é, durante uma psicose histérica), até mesmo o método catártico fará poucas alterações no aparecimento e na evolução do distúrbio. Nessas circunstâncias, vemo-nos, no que diz respeito à neurose, na mesma posição de um médico que se defronta com uma doença infecciosa aguda. Os fatores etiológicos realizaram suficientemente seu trabalho numa época que já passou e que está fora do alcance de qualquer influência; e agora, passado o período de incubação, eles se tornaram manifestos. A doença não pode ser interrompida de súbito. Temos de esperar que siga seu curso e, enquanto isso, tornar a situação do paciente tão favorável quanto possível. Quando, durante um período agudo como esse, eliminamos os produtos da doença, os sintomas histéricos recém-gerados, devemos também estar preparados para descobrir que aqueles que foram eliminados serão prontamente substituídos por outros. Não será poupado ao médico o sentimento deprimente de estar às voltas com uma tarefa de Sísifo. O imenso dispêndio de trabalho e a insatisfação da família do paciente, para quem a extensão inevitável de uma neurose aguda não tende a ser tão familiar quanto é o caso análogo de uma moléstia

infecciosa aguda - em geral, estas e outras dificuldades provavelmente tornarão impossível, de qualquer modo, uma aplicação sistemática do método catártico. Não obstante, continua sendo um assunto para séria reflexão a questão de se é ou não verdade que, mesmo numa histeria aguda, a elucidação regular dos produtos da doença exerce uma influência curativa, ao apoiar o ego normal do paciente, que se acha ocupado no trabalho de defesa, e ao impedi-lo de ser subjugado e cair numa psicose, e talvez até num estado permanente de confusão.

O que o método catártico é capaz de realizar, mesmo na histeria aguda, e como pode até mesmo restringir a nova produção de sintomas patológicos, de uma forma que tem importância prática, é revelado de maneira bem clara pelo caso clínico de Anna O., em que Breuer aprendeu originalmente a empregar tal processo psicoterapêutico.

(5) Quando se trata de histerias que seguem um curso crônico, acompanhadas de uma produção moderada, mas constante, de sintomas histéricos, encontramos a mais forte razão para lamentar nossa falta de uma terapia que tenha eficácia causal, mas temos também os maiores motivos para apreciar o valor do processo catártico como terapia *sintomática*. Em tais casos temos que lidar com o dano produzido por uma etiologia que persiste de maneira crônica. Tudo depende de reforçar a capacidade de resistir do sistema nervoso do paciente, e devemos lembrar que a existência de um sintoma histérico significa uma diminuição da resistência do sistema nervoso e representa um fator que predispõe à histeria. Como se pode ver pelo mecanismo da histeria monossintomática, a maneira mais fácil de se formar um novo sintoma histérico é em relação e em analogia com outro que já esteja presente. O ponto no qual um sintoma já irrompeu uma vez (ver em [1]) constitui um ponto fraco onde ele irromperá novamente da vez seguinte. Um grupo psíquico que já tenha sido expelido uma vez desempenha o papel de cristal “provocador” a partir do qual se inicia, com a maior facilidade, uma cristalização que de outra forma não teria ocorrido | ver em [1]]. Eliminar os sintomas já presentes e desfazer as alterações psíquicas subjacentes a eles é devolver aos pacientes toda a sua capacidade de resistência, de modo que possam suportar com êxito os efeitos do agente prejudicial. Muito se pode fazer por esses pacientes através de uma supervisão prolongada e de uma “limpeza de chaminé” ocasional (ver em [1]).

(6) Resta-me citar a aparente contradição entre admitir que nem todos os sintomas histéricos são psicogênicos e afirmar que todos eles podem ser eliminados por um processo psicoterapêutico. A solução está no fato de que alguns desses sintomas não-psicogênicos (os estigmas, por exemplo), são, é verdade, sinais de doença, mas não podem ser classificados de moléstias e conseqüentemente não tem importância prática que eles persistam após o tratamento bem-sucedido da doença. Quanto a outros sintomas desses, parece que, de alguma forma indireta, eles são eliminados juntamente com os sintomas psicogênicos, do mesmo modo que, afinal, de alguma forma indireta dependem de uma causação psíquica.

Devo agora considerar as dificuldades e desvantagens de nosso processo terapêutico, na medida em que elas não se tornem óbvias para todos a partir dos casos clínicos relatados antes ou das observações sobre a técnica do método que se seguem mais adiante. Irei sobretudo enumerar e indicar essas dificuldades, e não entrar em pormenores sobre elas.

O processo é laborioso e exige muito tempo do médico. Pressupõe grande interesse pelos acontecimentos psicológicos, mas também um interesse pessoal pelos pacientes. Não consigo me imaginar sondando o mecanismo psíquico de uma histeria de alguém que me causasse a impressão de ser vulgar e repelente e que, num conhecimento mais íntimo, não fosse capaz de despertar solidariedade humana, ao passo que consigo manter o tratamento de um paciente tabético ou reumático, independentemente de uma aprovação pessoal desse tipo. As exigências feitas ao paciente não são menores. O processo não é de modo algum aplicável abaixo de certo nível de inteligência, sendo extremamente dificultado por qualquer vestígio de debilidade mental. A concordância e a atenção integrais dos pacientes são necessárias, mas, acima de tudo, é preciso contar com sua confiança, visto que a análise invariavelmente leva à revelação dos eventos psíquicos mais íntimos e secretos. Grande número dos pacientes que se adequariam a essa forma de tratamento abandonam o médico tão logo começam a suspeitar da direção para a qual a investigação está conduzindo. Para tais pacientes, o médico continua a ser um estranho. Com outros, que resolvem colocar-se em suas mãos e depositar sua confiança nele - um passo que em outras situações dessa natureza só é dado voluntariamente, e nunca a pedido do médico -, com esses pacientes, repito, é quase inevitável que sua relação pessoal com ele assuma indevidamente, pelo menos por algum tempo, o primeiro plano. Na verdade, parece que tal influência por parte do médico é uma condição *sine qua non* para a solução do problema. Não penso que faça qualquer diferença essencial, nesse sentido, se a hipnose poderá ser utilizada ou se terá que ser contornada e substituída por outra coisa. Mas a razão exige que ressaltemos o fato de que esses obstáculos, embora inseparáveis de nosso método, não podem ser atribuídos unicamente a ele. Pelo contrário, está bastante claro que eles se baseiam nas condições predeterminantes das neuroses a serem curadas e que têm de estar ligados a qualquer atividade médica que envolva uma intensa preocupação com o paciente e conduza a uma modificação psíquica nele. Não pude atribuir nenhum efeito deletério ou qualquer perigo ao emprego da hipnose, embora a tenha usado abundantemente em alguns de meus casos. Nas situações em que causei algum dano, as razões foram outras e mais profundas. Ao examinar meus esforços terapêuticos desses últimos anos, desde que as comunicações feitas por meu estimado mestre e amigo Josef Breuer me mostraram a utilidade do método catártico, creio que, apesar de tudo, fiz muito mais, e com maior freqüência, o bem do que o mal, e consegui algumas coisas que nenhum outro processo terapêutico poderia ter alcançado. De modo geral, como disse a “Comunicação Preliminar”, ele trouxe “consideráveis vantagens terapêuticas” | ver em [1]].

Há uma outra vantagem no uso desse processo que devo ressaltar. Não conheço melhor forma de começar a compreender um caso grave de neurose complicada, com maior ou menor mistura de histeria, do que submetendo-o a uma análise pelo método de Breuer. A primeira coisa que acontece é o desaparecimento de qualquer coisa que exiba um mecanismo histérico. Entrementes, aprendi, no curso das análises, a interpretar os fenômenos residuais e a traçar-lhes a etiologia, e assim assegurei uma base firme para decidir qual das armas do arsenal terapêutico contra as neuroses é indicada no caso em questão. Ao refletir sobre a diferença que costumo encontrar entre meu julgamento sobre um caso de neurose *antes e depois* de uma análise, sinto-me quase inclinado a considerar a análise essencial à compreensão de uma doença neurótica. Além disso, adotei o hábito de combinar a psicoterapia catártica com uma cura de repouso, que pode, se necessário, estender-se a um tratamento completo de dieta alimentar nos moldes de Weir Mitchell. Isso me dá a vantagem de poder, por um lado, evitar a introdução muito perturbadora de novas impressões psíquicas durante a psicoterapia, e, por outro, eliminar o tédio de uma cura de repouso, na qual os pacientes não raro caem no hábito de entregar-se a devaneios prejudiciais. Poder-se-ia esperar que o trabalho psíquico, freqüentemente muito intenso, imposto aos pacientes durante um tratamento catártico, bem como as excitações resultantes da reprodução de experiências traumáticas, fossem de encontro às intenções do método da cura de repouso de Weir Mitchell e prejudicassem os êxitos que estamos acostumados a vê-lo trazer. Mas é o oposto que de fato se verifica. Uma combinação dos métodos de Breuer e de Weir Mitchell produz todas as melhoras físicas que esperamos deste último, além de ter uma influência psíquica de grande amplitude, que jamais resulta de uma cura de repouso sem psicoterapia.

(2)

Voltarei agora a minha observação anterior | ver em [1]| de que, em minhas tentativas de aplicar mais amplamente o método de Breuer, deparei com a dificuldade de que muitos pacientes não eram hipnotizáveis, embora seu diagnóstico fosse de histeria e parecesse provável que o mecanismo psíquico por nós descrito atuasse neles. Eu precisava da hipnose para ampliar-lhes a memória, a fim de descobrir as lembranças patogênicas que não estavam presentes em seu estado comum de consciência. Assim, eu era obrigado a desistir da idéia de tratar tais pacientes, ou a me esforçar por promover essa ampliação de alguma outra forma.

Eu era tão incapaz quanto qualquer outra pessoa de explicar por que uma pessoa pode ser hipnotizada e outra não, e assim não podia adotar um método causal para enfrentar essa dificuldade. Notei, contudo, que em alguns pacientes o obstáculo era ainda mais arraigado: eles recusavam até mesmo qualquer *tentativa* de hipnose. Ocorreu-me então, um dia, a idéia de que os dois casos poderiam ser idênticos e de que ambos poderiam significar uma indisposição: que as pessoas não hipnotizáveis eram as que faziam uma objeção psíquica à hipnose, quer sua objeção se expressasse como má vontade ou não. Não está claro para mim se posso manter este ponto de vista.

O problema, porém, estava em como contornar a hipnose e, ainda assim, obter as lembranças patogênicas. Consegui fazer isso da maneira que relato a seguir.

Quando, em nossa primeira entrevista, eu perguntava a meus pacientes se se recordavam do que tinha originariamente ocasionado o sintoma em questão, em alguns casos eles diziam não saber nada a esse respeito, enquanto, em outros, traziam à baila algo que descreviam como uma lembrança obscura e não conseguiam prosseguir. Quando, seguindo o exemplo de Bernheim ao provocar em seus pacientes impressões provenientes do estado sonambúlico que tinham aparentemente sido esquecidas (ver em [1] e seg.), eu me tornava insistente - quando lhes assegurava que eles *efetivamente* sabiam, que aquilo lhes viria à mente - então, nos primeiros casos, algo de fato lhes ocorria, e nos outros a lembrança avançava mais um pouco. Depois disso, eu ficava ainda mais insistente: dizia aos pacientes que se deitassem e fechassem deliberadamente os olhos a fim de se “concentrarem” - o que tinha pelo menos alguma semelhança com a hipnose. Verifiquei então que, sem nenhuma hipnose, surgiam novas lembranças que recuavam ainda mais no passado e que provavelmente se relacionavam com nosso tema. Experiências como essas fizeram-me pensar que seria de fato possível trazer à luz, por mera insistência, os grupos patogênicos de representações que, afinal de contas, por certo estavam presentes. E visto que essa insistência exigia esforços de minha parte, e assim sugeria a idéia de que eu tinha de superar uma resistência, a situação conduziu-me de imediato à teoria de que, *por meio de meu trabalho psíquico, eu tinha de superar uma força psíquica nos pacientes que se opunha a que as representações patogênicas se tornassem conscientes (fossem lembradas)*. Uma nova compreensão pareceu abrir-se ante meus olhos quando me ocorreu que esta sem dúvida deveria ser a mesma força psíquica que desempenhara um papel na geração do sintoma histérico e que, na época, impedira que a representação patogênica se tornasse consciente. Que espécie de força poder-se-ia supor que estivesse em ação ali, e que motivo poderia tê-la posto em ação? Pude formar com facilidade uma opinião sobre isso, pois já dispunha de algumas análises concluídas em que viera a conhecer exemplos de representações que eram patogênicas e que tinham sido esquecidas e expulsas da consciência. A partir desses exemplos, reconheci uma característica universal de tais representações: eram todas de natureza aflitiva, capazes de despertar afetos de vergonha, de autocensura e de dor psíquica, além do sentimento de estar sendo prejudicado; eram todas de uma espécie que a pessoa

preferiria não ter experimentado, que preferiria esquecer. De tudo isso emergiu, como que de forma automática, a idéia de *defesa*. Com efeito, em geral os psicólogos têm admitido que a aceitação de uma nova representação (aceitação no sentido de crer ou de reconhecer como real) depende da natureza e tendência das representações já reunidas no ego, e inventaram nomes técnicos especiais para esse processo de censura a que a nova representação deve submeter-se. O ego do paciente teria sido abordado por uma representação que se mostrara incompatível, o que provocara, por parte do ego, uma força de repulsão cuja finalidade seria defender-se da representação incompatível. Essa defesa seria de fato bem-sucedida. A representação em questão fora forçada para fora da consciência e da memória. Seu traço psíquico foi aparentemente perdido de vista. Não obstante, esse traço deveria estar ali. Quando eu me esforçava por dirigir a atenção do paciente para ele, apercebia-me, sob a forma de *resistência*, da mesma força que se mostrara sob a forma de *repulsão* quando o sintoma fora gerado. Ora, se eu pudesse fazer com que parecesse provável que a representação se tornara patogênica precisamente em conseqüência de sua expulsão e de seu recalçamento, a cadeia pareceria completa. Em várias discussões sobre nossos casos clínicos e num breve artigo sobre “As Neuropsicoses de Defesa” (1894a), tentei esboçar as hipóteses psicológicas com cuja ajuda essa ligação causal - o fato da conversão - pode ser demonstrada.

Assim, uma força psíquica, uma aversão por parte do ego, teria originariamente impellido a representação patogênica para fora da associação e agora se oporia a seu retorno à memória. O “não saber” do paciente histérico seria, de fato, um “não querer saber” - um não querer que poderia, em maior ou menor medida, ser consciente. A tarefa do terapeuta, portanto, está em superar, através de seu trabalho psíquico, essa resistência à associação. Ele o faz, em primeiro lugar, “insistindo”, usando a compulsão psíquica para dirigir a atenção dos pacientes para os traços representativos que está buscando. Seus esforços, contudo, não se esgotam aí, mas, como demonstrarei, assumem outras formas no decorrer da análise e recorrem a outras forças psíquicas para assistir-lhes.

Devo repisar um pouco mais a questão da insistência. As simples afirmações do tipo “é claro que você sabe”, “diga-me assim mesmo” ou “você logo se lembrará” não nos levam muito longe. Mesmo com pacientes num estado de “concentração”, o fio da meada se quebra após algumas frases. Não se deve esquecer, entretanto, que se trata sempre aqui de uma comparação *quantitativa*, de uma luta entre forças motivacionais de diferentes graus de vigor ou intensidade. A insistência por parte de um médico estranho, não familiarizado com o que está acontecendo, não é poderosa o bastante para lidar com a resistência à associação nos casos graves de histeria. Devemos pensar em meios mais vigorosos.

Nessas circunstâncias, valho-me em primeiro lugar de um pequeno artifício técnico. Informo ao paciente que, um momento depois, farei pressão sobre sua testa, e lhe asseguro que, enquanto a pressão durar, ele verá diante de si uma recordação sob a forma de um

quadro, ou a terá em seus pensamentos sob a forma de uma idéia que lhe ocorra; e lhe peço encarecidamente que me comunique esse quadro ou idéia, quaisquer que sejam. Não deve guardá-los para si se acaso achar que não é o que se quer, ou não são a coisa certa, nem por ser-lhe desagradável demais contá-lo. Não deve haver nenhuma crítica, nenhuma reticência, quer por motivos emocionais, quer porque os julgue sem importância. Só assim podemos encontrar aquilo que estamos procurando, mas assim o encontraremos infalivelmente. Depois de dizer isso, pressiono por alguns segundos a testa do paciente deitado diante de mim; em seguida, relaxo a pressão e pergunto calmamente, como se não houvesse nenhuma hipótese de decepção: “que você viu?”, ou “que lhe ocorreu?”

Esse método muito me ensinou e também nunca deixou de alcançar sua finalidade. Hoje, não posso mais passar sem ele. Naturalmente, estou ciente de que a pressão na testa poderia ser substituída por qualquer outro sinal, ou por algum outro exercício de influência física sobre o paciente, mas, já que o paciente está deitado diante de mim, pressionar sua testa ou tomar-lhe a cabeça entre minhas mãos parece ser o modo mais conveniente de empregar a sugestão para a finalidade que tenho em vista. Ser-me-ia possível dizer, para explicar a eficácia desse artifício, que ele corresponde a uma “hipnose momentaneamente intensificada”, mas o mecanismo da hipnose me é tão enigmático que eu preferiria não utilizá-lo como explicação. Sou, antes, de opinião que a vantagem do processo reside no fato de que, por meio dele, desvio a atenção do paciente de sua busca e reflexão conscientes - de tudo, em suma, em que ele possa empregar sua vontade - do mesmo modo que isso é feito quando se olha fixamente para uma bola de cristal, e assim por diante. A conclusão que tiro do fato de que o que estou procurando sempre aparece sob a pressão de minha mão é a seguinte: a representação patogênica aparentemente esquecida está sempre “à mão” e pode ser alcançada por associações facilmente acessíveis. É uma simples questão de retirar algum obstáculo do caminho. Este obstáculo parece, mais uma vez, ser a vontade do sujeito, e diferentes pessoas podem aprender, com diferentes graus de facilidade, a se liberar de seu pensamento intencional e a adotar uma atitude de observação inteiramente objetiva dos processos psíquicos que nelas se verificam.

O que emerge sob a pressão de minha mão nem sempre é uma lembrança “esquecida”; apenas nos casos mais raros é que as lembranças patogênicas reais acham-se tão facilmente à mão na superfície. É muito mais freqüente o surgimento de uma representação que é um elo intermediário na cadeia de associações entre a representação da qual partimos e a representação patogênica que procuramos; ou pode ser uma representação que constitui o ponto de partida de uma nova série de pensamentos e lembranças, ao fim da qual a representação patogênica será encontrada. É verdade que, quando isso acontece, minha pressão não revela a representação patogênica - que, de qualquer modo, seria incompreensível, arrancada de seu contexto e sem que se fosse levado até ela - mas aponta o caminho para ela e indica o sentido em que se devem fazer maiores pesquisas. A representação provocada em primeiro lugar pela pressão nesses casos pode ser uma lembrança familiar que nunca foi recalçada. Quando em nosso caminho para a representação

patogênica o fio se interrompe mais uma vez, é necessária apenas uma repetição do processo, da pressão, para nos dar novas orientações e um novo ponto de partida.

Ainda em outras ocasiões a pressão da mão provoca uma lembrança que é em si mesma familiar ao paciente, mas cujo surgimento o surpreende por ele ter-se esquecido de sua relação com a representação de que partimos. Essa relação é então confirmada no desenvolvimento subsequente da análise. Todas essas conseqüências da pressão dão-nos uma impressão ilusória de haver uma inteligência superior fora da consciência do paciente, que mantém um grande volume de material psíquico organizado para fins específicos e fixou uma ordem planejada para seu retorno à consciência. Suspeito, porém, de que essa segunda inteligência inconsciente nada mais seja do que uma aparência.

Em toda análise mais ou menos complicada, o trabalho é efetuado pelo uso repetido, na verdade contínuo, desse método de pressão sobre a testa. Algumas vezes, partindo de onde a retrospectiva de vigília do paciente se interrompe, esse procedimento aponta o outro caminho a seguir através das lembranças das quais o paciente permaneceu consciente; por vezes, chama a atenção para ligações que foram esquecidas; noutras, evoca e organiza lembranças que foram retiradas das associações por muitos anos, mas que ainda podem ser reconhecidas como lembranças; e às vezes, por fim, como auge de sua realização em termos do pensamento reprodutivo, ele faz com que emergjam pensamentos que o paciente jamais reconhece como seus, dos quais nunca se *recorda*, embora admita que o contexto os exige inexoravelmente e se convença de que são precisamente essas idéias que levam à conclusão da análise e à eliminação de seus sintomas.

Tentarei enumerar alguns exemplos dos excelentes resultados obtidos com esse procedimento técnico.

Tratei de uma moça que sofria de intolerável *tussis nervosa* que se arrastava por seis anos. Sua tosse obviamente se alimentava de qualquer catarro comum, mas, não obstante, devia ter fortes motivações psíquicas. Todos os outros tipos de terapia há muito se haviam mostrado impotentes contra ela. Portanto, tentei eliminar o sintoma por meio da análise psíquica. Tudo o que a jovem sabia era que sua tosse nervosa começara quando, na idade de quatorze anos, ela estava morando com uma tia. Ela sustentava não saber de quaisquer agitações mentais naquela época, e não acreditava que houvesse nenhum motivo para sua queixa. Sob a pressão de minha mão, ela se lembrou, em primeiro lugar, de um grande cachorro. Em seguida, reconheceu o quadro em sua memória: era um cão de sua tia que ficara afeiçoado à paciente, acompanhava-a por toda parte, e assim por diante. E então lhe ocorreu, sem maior instigação, que esse cão havia morrido, que as crianças o enterraram com solenidade e que a tosse havia começado na volta do enterro. Perguntei-lhe por que,

mas tive mais uma vez que recorrer à ajuda da pressão. Veio-lhe então o seguinte pensamento: “Agora estou inteiramente só no mundo. Ninguém aqui me ama. Esse animal era meu único amigo, e agora eu o perdi.” Prosseguiu com sua história: “A tosse desapareceu quando deixei a casa de minha tia, mas voltou dezoito meses depois.” “Por quê?” “Não sei.” Usei novamente a pressão. Ela se lembrou da notícia da morte do tio, quando a tosse começara de novo, e também se lembrou de ter tido uma cadeia de pensamentos semelhante. O tio parece ter sido o único membro da família que mostrara qualquer afeição por ela, que a havia amado. Ali estava, portanto, a representação patogênica. Ninguém a amava, preferiam qualquer outro a ela, ela não merecia ser amada, e assim por diante. Mas havia alguma coisa vinculada à representação de “amor” que ela mostrava forte resistência em me contar. A análise foi interrompida antes que isso fosse esclarecido.

Há algum tempo pediram-me que aliviasse uma senhora idosa de seus ataques de angústia, embora, a julgar por seus traços de caráter, ela dificilmente se prestasse a um tratamento dessa espécie. Desde a menopausa ela ficara excessivamente devota, e em cada visita costumava receber-me armada de um pequeno crucifixo de marfim oculto em sua mão, como se eu fosse o Demônio. Seus ataques de angústia, que eram de natureza histérica, remontavam aos primeiros anos da juventude e, de acordo com a paciente, haviam-se originado do uso de um preparado de iodo destinado a reduzir um discreto crescimento de sua tireóide. Naturalmente, rejeitei essa origem e tentei encontrar outra que se harmonizasse melhor com meus pontos de vista sobre a etiologia das neuroses. Pedi-lhe primeiro que me desse alguma impressão de sua juventude que tivesse uma relação causal com seus ataques de angústia e, sob a pressão de minha mão, surgiu a lembrança de ela ter lido o que é chamado de livro “edificante”, no qual se fazia uma menção, em tom suficientemente respeitoso, aos processos sexuais. O trecho em questão causara na moça uma impressão inteiramente oposta à intenção do autor: ela irrompera em lágrimas e arremessara o livro para longe. Isso foi *antes* de seu primeiro ataque de angústia. Uma segunda pressão sobre a testa da paciente evocou outra reminiscência - a lembrança de um tutor de seus irmãos que havia manifestado grande admiração por ela, e por quem ela própria nutrira sentimentos um tanto calorosos. Essa lembrança culminou com a reconstituição de uma noite na casa de seus pais, quando todos se haviam sentado em torno da mesa com o rapaz e se haviam divertido imensamente numa animada conversa. Na madrugada seguinte a essa noite, ela foi despertada por seu primeiro ataque de angústia, que, pode-se afirmar com segurança, teve mais a ver com o repúdio de um impulso sensual do que com quaisquer doses concomitantes de iodo. - Que perspectiva teria eu tido, com qualquer outro método, de revelar tal ligação, contra suas próprias opiniões e asserções, nessa paciente recalcitrante que tinha tantos preconceitos contra mim e contra qualquer forma de terapia comum?

Outro exemplo diz respeito a uma mulher jovem e bem-casada. Ainda nos primeiros anos de sua adolescência, ela costumava por algum tempo ser encontrada todas as manhãs num estado de estupor, com os membros rígidos, a boca aberta e a língua para fora; e agora, mais uma vez, estava sofrendo, ao despertar, de acessos que eram semelhantes, embora não tão

graves. Como a hipnose profunda se revelou inobtenível, comecei a investigar enquanto ela estava num estado de concentração. À primeira pressão, assegurei-lhe que ela veria algo que estava diretamente relacionado com as causas de seu estado na infância. Ela era tranqüila e cooperativa. Viu mais uma vez a casa em que passara os primeiros anos de sua juventude, seu próprio quarto, a posição de sua cama, a avó, que morava com eles naquela época, e uma de suas governantas, de quem gostava muito. Algumas pequenas cenas, todas sem importância, ocorridas nesses aposentos e em meio a essas pessoas, sucederam-se umas às outras; terminaram com a partida da governanta, que fora embora para se casar. Não pude depreender absolutamente nada dessas reminiscências; não consegui estabelecer nenhuma relação entre elas e a etiologia dos ataques. Várias circunstâncias mostravam, contudo, que elas pertenciam ao mesmo período em que os ataques haviam surgido. Mas antes que eu pudesse prosseguir na análise, tive oportunidade de conversar com um colega que, anos antes, fora o médico da família dos pais de minha paciente. Ele me deu a seguinte informação: na época em que tratara da menina por causa de seus primeiros ataques, ela se aproximava da maturidade e já era muito desenvolvida fisicamente, e ele ficara surpreso com a excessiva afetuosidade que havia na relação entre ela e a governanta que estava na casa na ocasião. Ficara desconfiado e induziu a avó a manter vigilância sobre aquele relacionamento. Após um curto período, a senhora pôde informá-lo de que a governanta tinha o hábito de visitar a menina na cama à noite e que, após essas noites, a criança era invariavelmente encontrada na manhã seguinte presa de um ataque. Depois disso, não hesitaram em providenciar o discreto afastamento dessa corruptora de jovens. As crianças e até mesmo a mãe foram levadas a crer que a governanta partira a fim de se casar. - Minha terapia, que teve sucesso imediato, consistiu em transmitir à jovem senhora as informações que eu recebera.

Às vezes, as revelações que se obtêm através do método da pressão aparecem de forma muito marcante e em circunstâncias que tornam ainda mais tentadora a suposição de haver uma inteligência inconsciente. Assim, lembro-me de uma senhora que sofrera durante muitos anos de obsessões e fobias e que me indicou a infância como gênese de sua moléstia, mas que era também totalmente incapaz de dizer a que se poderia atribuir a culpa por esta última. Ela era franca e inteligente e opunha apenas uma resistência consciente notavelmente pequena. (Posso observar entre parênteses que o mecanismo psíquico das obsessões tem uma afinidade interna muito grande com os sintomas histéricos, e que a técnica de análise é a mesma para ambos.) Quando perguntei a essa senhora se vira alguma coisa ou recordara algo sob a pressão de minha mão, ela respondeu: “Nem uma coisa nem outra, mas de repente uma palavra me ocorreu.” “Uma única palavra?” “Sim, mas parece tola demais.” “De qualquer maneira, diga-a.” “Porteiro.” “Nada mais?” “Não.” Pressionei uma segunda vez e de novo uma palavra isolada lhe atravessou a mente: “Camisola.” Vi então que essa era uma nova espécie de método de resposta e, pressionando repetidas vezes, trouxe à tona o que parecia ser uma série de palavras sem sentido: “Porteiro” ... “camisola” ... “cama” ... “carroça”. “O que significa tudo isso?”, perguntei. Ela refletiu um momento e a seguinte idéia lhe ocorreu: “Deve ser a história que acaba de me vir à mente. Quando eu tinha dez

anos, e minha irmã mais velha, doze, certa noite ela enlouqueceu e teve que ser amarrada e levada para a cidade numa carroça. Lembro perfeitamente que foi o porteiro que a dominou e depois também foi com ela ao hospício.” Seguimos esse método de investigação e nosso oráculo produziu outra série de palavras que, embora não fôssemos capazes de interpretar todas, tornaram possível continuar essa história e passar para outra. Além disso, o significado dessa reminiscência ficou logo claro. A doença da irmã causara nela essa impressão tão profunda porque as duas partilhavam um segredo; dormiam no mesmo quarto e, uma noite, ambas sofreram as investidas sexuais de certo homem. A menção desse trauma sexual na infância da paciente revelou não apenas a origem de suas primeiras obsessões como também o trauma que em seguida produziu os efeitos patogênicos.

A peculiaridade desse caso estava apenas na emergência de palavras-chave isoladas, que tivemos de elaborar em frases, pois a aparente incoerência e impropriedade que caracterizavam as palavras enunciadas dessa forma oracular aplicam-se tanto às representações quanto às cenas completas que são normalmente produzidas sob minha pressão. Quando estas são acompanhadas, nunca se deixa de constatar que as reminiscências aparentemente desconexas se acham ligadas de modo estreito no pensamento e conduzem de forma bastante direta ao fator patogênico que estamos buscando. Por essa razão, apraz-me recordar um caso de análise no qual minha confiança nos produtos da pressão foi, de início, submetida a um rigoroso teste, mas depois brilhantemente justificada.

Uma jovem mulher casada, muito inteligente e aparentemente feliz, consultara-me sobre uma dor persistente no abdome, que resistia ao tratamento. Vi que a dor estava situada na parede abdominal e devia relacionar-se com indurações musculares palpáveis, e prescrevi um tratamento local. Alguns meses depois, tornei a examinar a paciente, e ela me disse: “A dor que eu sentia desapareceu após o tratamento que o senhor recomendou, e permaneceu assim por muito tempo. Mas agora ela voltou sob uma forma nervosa. Sei que é nervosa porque não é mais como eu costumava senti-la, ao fazer certos movimentos, mas só em certas ocasiões - por exemplo, quando acordo de manhã e quando fico agitada de certas maneiras.” O diagnóstico dessa jovem senhora estava certo. Tratava-se agora de descobrir a causa da dor, e ela não conseguiu ajudar-me nisso enquanto se achava num estado de consciência não influenciado. Quando lhe perguntei, em concentração e sob a pressão de minha mão, se algo lhe ocorria ou se via alguma coisa, ela me disse estar vendo e começou a descrever suas imagens visuais. Viu algo como um sol cheio de raios, que naturalmente tomei como um fosfeno produzido pela pressão nos olhos. Eu esperava que algo mais útil se seguisse. Mas ela prosseguiu: “Estrelas de uma curiosa luz azul-pálido, como o luar” e assim por diante, que julguei não serem mais do que cintilações, clarões e pontos brilhantes diante dos seus olhos. Já estava preparado para considerar a experiência como um fracasso e imaginava como poderia fazer uma retirada discreta do caso, quando minha atenção foi atraída por um dos fenômenos que ela descreveu. Viu uma grande cruz negra, inclinada, que tinha em volta de seus contornos o mesmo brilho luminoso com que todos os seus outros quadros haviam brilhado, e em cuja viga transversal bruxuleava uma pequena chama. Era

claro que não podia mais tratar-se de um fósforo. Passei então a escutar com atenção. Inúmeros quadros apareceram banhados na mesma luz, sinais curiosos que se pareciam muito com o sânscrito; figuras como triângulos, entre elas um grande triângulo; de novo a cruz... Dessa vez, suspeitei de um significado alegórico e perguntei o que poderia ser a cruz. “Provavelmente significa sofrimento”, respondeu. Objetei que por “cruz” em geral se quer dizer responsabilidade moral. Que estaria oculto por trás do sofrimento? Ela não soube dizer e prosseguiu com suas visões: um sol com raios dourados. E a isso também pôde interpretar: “É Deus, a força primeva.” Surgiu então um lagarto gigantesco que a contemplava de maneira inquisidora, mas não alarmante. A seguir, um grande número de cobras. Depois, mais uma vez, um sol, mas de raios suaves e prateados, e à sua frente, entre ela e essa fonte de luz, uma grade que escondia dela o centro do sol. Eu já sabia há algum tempo que estava lidando com alegorias e de imediato perguntei qual o sentido dessa última imagem. Ela respondeu sem hesitar: “O sol é a perfeição, o ideal, e a grade representa minhas fraquezas e falhas, que se interpõem entre mim e o ideal.” “A senhora está então se recriminando? Está insatisfeita consigo mesma?” “Na verdade, estou.” “Desde quando?” “Desde que passei a ser membro da Sociedade Teosófica e tenho lido suas publicações. Sempre me tive em baixa conta.” “O que lhe causou a mais forte impressão recentemente?” “Uma tradução do sânscrito que agora mesmo está saindo em fascículos.” Um momento depois eu era introduzido em suas lutas mentais e suas auto-recriminações e ouvia o relato de um episódio insignificante que dera margem à autocensura - uma ocasião na qual o que antes fora uma dor orgânica surgiu pela primeira vez como consequência da conversão de uma excitação. Os quadros que eu a princípio tomara por fósforos eram símbolos de seqüências de representações influenciadas pelas ciências ocultas e, na verdade, talvez fossem emblemas provenientes das páginas de frontispício de livros de ocultismo.

Até aqui, tenho sido tão entusiasmado em meus louvores aos resultados da pressão como método auxiliar, e durante todo o tempo tenho negligenciado de tal maneira o aspecto da defesa ou resistência que, sem dúvida, deve ter dado a impressão de que esse pequeno artifício nos deixou em condições de dominar os obstáculos psíquicos a um tratamento catártico. Mas acreditar nisso seria cometer um grave erro. Êxitos dessa espécie, pelo que sei, não devem ser procurados no tratamento. Aqui, com em tudo o mais, uma grande mudança exige um grande volume de trabalho. A técnica da pressão nada mais é do que um truque para apanhar temporariamente desprevenido um ego ansioso por defender-se. Em todos os casos mais ou menos graves o ego torna a lembrar seus objetivos e oferece resistência.

Preciso mencionar as diferentes formas em que surge essa resistência. Uma delas é que, em geral, a técnica da pressão falha na primeira ou segunda ocasião. O paciente então declara, com grande desapontamento: “Esperava que alguma coisa me ocorresse, mas tudo em que pensei foi no grau de tensão com que estava esperando por isso. Não surgiu nada.” O

fato de o paciente pôr-se assim em guarda ainda não chega a constituir um obstáculo. Podemos dizer em resposta: “é precisamente porque você estava curioso demais: da próxima vez dará resultado.” E de fato dá. É notável a frequência com que os pacientes, mesmo os mais dóceis e inteligentes, conseguem esquecer-se por completo de seu compromisso, embora tenham concordado com ele de antemão. Uns prometem dizer o que quer que lhes ocorra sob a pressão de minha mão, independentemente de lhes parecer pertinente ou não e de lhes ser ou não agradável dizê-lo - isto é, prometem dizê-lo sem selecionar e sem serem influenciados pela crítica ou pelo afeto. Mas não cumprem essa promessa; evidentemente, fazê-lo está além de suas forças. O trabalho torna a ser paralisado, e eles continuam a dizer que dessa vez nada lhes ocorreu. Não devemos crer no que dizem; devemos sempre presumir, e dizer-lhes também, que eles retiveram algo porque o julgaram sem importância ou o acharam ofensivo. Devemos insistir nisso, devemos repetir a pressão e representar o papel de infalíveis, até que afinal nos contem alguma coisa. O paciente então acrescenta: “Eu poderia ter-lhe dito isso desde a primeira vez.” “Por que não disse?” “Não consegui acreditar que pudesse ser isso. Foi só quando continuou voltando todas as vezes que resolvi dizê-lo.” Ou então: “Esperava que não fosse logo isso. Eu poderia muito bem passar sem dizê-lo. Foi só quando isso se recusou a ser repellido que vi que não devia desprezá-lo.” Assim, *a posteriori*, o paciente trai os motivos de uma resistência que, de início, se recusava a admitir. É evidente que ele é incapaz de fazer outra coisa senão opor resistência.

Essa resistência muitas vezes se oculta por trás de notáveis desculpas. “Minha cabeça hoje está distraída; o relógio (ou o piano da sala ao lado) está me perturbando.” Aprendi a responder a tais observações: “De modo algum. Neste momento você esbarrou em alguma coisa que preferiria não dizer. Isso não lhe fará nenhum bem. Continue a pensar nela.” Quanto mais longa a pausa entre a pressão de minha mão e o momento em que o paciente começa a falar, mais desconfiado fico e mais se deve temer que o paciente esteja reorganizando o que lhe surgiu e o esteja mutilando em sua reprodução. Uma informação importantíssima é muitas vezes anunciada como sendo um acessório redundante, como um príncipe de ópera disfarçado de mendigo. “Agora me ocorreu uma coisa, mas não tem nada a ver com o assunto. Só estou lhe dizendo porque o senhor quer saber de tudo.” Palavras como essas em geral introduzem a solução há muito procurada. Sempre aguço os ouvidos quando ouço um paciente falar de forma tão depreciativa de algo que lhe ocorreu, pois é sinal de que a defesa foi bem-sucedida se as representações patogênicas parecem ter tão pouca importância ao reemergirem. Disso podemos inferir em que consistiu o processo de defesa: consistiu em transformar uma representação forte numa representação fraca, em roubá-la de seu afeto.

Portanto, uma lembrança patogênica é reconhecível, entre outras coisas, pelo fato de o paciente a descrever como sem importância e, não obstante, só enunciá-la sob resistência. Também existem casos em que o paciente tenta renegá-la mesmo após seu retorno. “Agora me ocorreu uma coisa, mas é óbvio que foi o senhor que a pôs em minha cabeça.” Ou então:

“Sei o que o senhor espera que eu responda. É claro que acredita que pensei nisto ou naquilo.” Um método particularmente hábil de recusa está em dizer: “Agora me ocorreu uma coisa, é verdade, mas é como se eu a tivesse provocado de propósito. Não parece de modo algum ser um pensamento reproduzido.” Em todos esses casos, permaneço inabalavelmente firme. Evito entrar em qualquer uma dessas distinções, mas explico ao paciente que elas são apenas formas de sua resistência e pretextos por ela levantados contra a reprodução dessa lembrança em particular, que devemos reconhecer apesar de tudo isso.

Quando as lembranças retornam sob a forma de imagens, nossa tarefa costuma ser mais fácil do que quando voltam como pensamentos. Os pacientes histéricos, que em geral são do tipo “visual”, não oferecem tantas dificuldades ao analista quanto aqueles que têm obsessões.

Uma vez surgida uma imagem na memória do paciente, podemos ouvi-lo dizer que ela vai se tornando fragmentada e obscura à medida que ele continua a descrevê-la. *O paciente está, por assim dizer, livrando-se dela ao transformá-la em palavras.* Passamos a examinar a própria imagem lembrada para descobrir a direção em que nosso trabalho deve prosseguir. “Olhe para a imagem mais uma vez. Ela desapareceu?” “A maior parte, sim, mas ainda vejo um detalhe.” “Então esse resíduo ainda deve significar alguma coisa. Ou você verá alguma coisa nova além dele, ou algo lhe ocorrerá em ligação com ele.” Realizado esse trabalho, o campo de visão do paciente volta a ficar limpo e podemos evocar outro quadro. Em outras ocasiões, porém, uma dessas imagens permanece obstinadamente diante da visão interior do paciente, apesar de ele a ter descrito; para mim, isso é um indício de que ele ainda tem algo importante a me dizer sobre o tema da imagem. Tão logo isso é feito, a imagem desaparece, como um fantasma que fosse exorcizado.

Naturalmente, é de grande importância para o progresso da análise que o analista sempre mostre ter razão diante do paciente, caso contrário ficará sempre na dependência do que este resolver contar. Assim, é reconfortante saber que a técnica da pressão na verdade nunca falha, afora um único caso, que terei de examinar depois | ver em [1] e segs., mas do qual posso dizer desde logo que corresponde a um motivo particular para a resistência. Pode acontecer, é claro, que se faça uso do método em circunstâncias em que ele nada tenha a revelar. Por exemplo, podemos procurar a etiologia adicional de um sintoma quando já o temos por completo diante de nós, ou podemos investigar a genealogia psíquica de um sintoma, como uma dor, que de fato seja somático. Nesses casos, o paciente também afirmará que nada lhe ocorreu, e dessa vez terá razão. Podemos evitar cometer injustiças contra o paciente se nos habituarmos, como norma geral durante toda a análise, a observar-lhe a expressão facial quando ele estiver deitado em silêncio diante de nós. Assim poderemos aprender a distinguir sem dificuldade o sereno estado de ânimo que acompanha a

verdadeira ausência de lembranças, da tensão e dos sinais de emoção com que ele tenta recusar a lembrança emergente, em obediência à defesa. Além disso, experiências como essa também possibilitam o uso da técnica da pressão para fins de diagnóstico diferencial.

Assim, mesmo com a assistência da técnica da pressão, de maneira alguma o trabalho é fácil. A vantagem que obtemos é descobrir, pelos resultados desse método, a direção em que temos de conduzir nossas indagações e as coisas em que temos de insistir junto ao paciente. Em alguns casos isso basta. O ponto principal é que devo adivinhar o segredo e dizê-lo diretamente ao paciente, sendo ele, em geral, obrigado a não mais rejeitá-lo. Em outros casos, mais alguma coisa é necessária. A persistente resistência do paciente é indicada pelo fato de que as ligações se interrompem, as soluções não aparecem e as imagens são recordadas de forma indistinta e incompleta. Voltando a olhar de um período posterior para um período anterior da análise, muitas vezes ficamos atônitos diante da maneira mutilada com que surgiram todas as idéias e cenas que extraímos do paciente pelo método da pressão. Precisamente os elementos essenciais do quadro estavam faltando - a relação do quadro com o próprio paciente ou com os principais conteúdos de seus pensamentos - e eis por que ele permanecia ininteligível.

Darei um ou dois exemplos da forma pela qual uma censura dessa espécie atua quando surgem pela primeira vez as lembranças patogênicas. Por exemplo, o paciente vê a parte superior de um corpo de mulher com o vestido mal fechado - por descuido, parece. Só muito depois é que ele coloca uma cabeça nesse tronco e assim revela uma determinada pessoa e sua relação com ela. Ou ele evoca de sua infância uma reminiscência sobre dois meninos. A aparência deles lhe é inteiramente obscura, mas ele diz que são culpados de algum malfeito. Só muitos meses depois, após a análise ter feito grandes progressos, é que ele revê essa reminiscência e se reconhece numa das crianças, e seu irmão na outra.

De que meios dispomos para superar essa resistência contínua? Poucos, mas abrangem quase todos pelos quais um homem pode comumente exercer uma influência psíquica sobre outro. Em primeiro lugar, devemos refletir que a resistência psíquica, em especial uma que esteja em vigor há muito tempo, só pode ser dissipada com lentidão, passo a passo, e devemos esperar com paciência. Em segundo lugar, podemos contar com o interesse intelectual que o paciente começa a sentir após trabalhar por um curto espaço de tempo. Explicando-lhe as coisas, dando-lhe informações sobre o mundo maravilhoso dos processos psíquicos que nós mesmos só começamos a discernir através dessas análises, nós o transformamos num colaborador, induzimo-lo a encarar a si mesmo com o interesse objetivo de um pesquisador e assim afastamos sua resistência, que repousa, de fato, numa base afetiva. Mas por último - e essa continua a ser a alavanca mais poderosa - devemos nos esforçar, depois de descobrirmos os motivos de sua defesa, por despojá-los de seu valor ou mesmo substituí-los por outros mais poderosos. É aqui, sem dúvida, que deixa de ser possível enunciar a atividade psicoterapêutica em fórmulas. Trabalha-se com o melhor da própria capacidade, como elucidador (ali onde a ignorância deu origem ao medo), como

professor, como representante de um visão mais livre ou superior do mundo, como um padre confessor que ministra a absolvição, por assim dizer, pela permanência de sua compreensão e de seu respeito depois de feita a confissão. Tenta-se dar ao paciente assistência humana, até o ponto em que isso é permitido pela capacidade da própria personalidade de cada um e pela dose de compreensão que se possa sentir por cada caso específico. É uma precondição essencial para tal atividade psíquica que tenhamos mais ou menos adivinhando a natureza do caso e os motivos da defesa que nele atuam, e felizmente a técnica da insistência e da pressão nos leva até esse ponto. Quanto mais tenhamos solucionado tais enigmas, mais fácil achamos decifrar um novo enigma e mais cedo podemos iniciar o trabalho psíquico verdadeiramente curativo. Pois é bom reconhecer uma coisa com clareza: o paciente só se livra do sintoma histérico ao reproduzir as impressões patogênicas que o causaram e ao verbalizá-las com uma expressão de afeto; e assim a tarefa terapêutica *consiste unicamente em induzi-lo a agir dessa maneira*; uma vez realizada essa tarefa, nada resta ao médico para corrigir ou eliminar. O que quer que se faça necessário para esse fim em termos de contra-sugestões já terá sido despendido durante a luta contra a resistência. A situação pode ser comparada ao destrancamento de uma porta trancada, depois de sua abertura girando a maçaneta, não oferece nenhuma outra dificuldade.

Além das motivações intelectuais que mobilizamos para superar a resistência, há um fator afetivo, a influência pessoal do médico, que raramente podemos dispensar, e em diversos casos só este último fator está em condições de eliminar a resistência. A situação aqui não é diferente da que se pode encontrar em qualquer setor da medicina, não havendo processo terapêutico sobre o qual possamos dizer que dispensa por completo a cooperação desse fator pessoal.

(3)

Em vista do que disse na seção precedente sobre as dificuldades de minha técnica, que expus extensamente (reuni-as, aliás, a partir dos casos mais graves; as coisas muitas vezes se passam de maneira muito mais conveniente) - em vista de tudo isso, portanto, sem dúvida, todos hão de sentir-se inclinados a perguntar se não seria mais vantajoso, em vez de enfrentar todas essas complicações, fazer uso mais enérgico da hipnose ou restringir o emprego do método catártico a pacientes que possam ser colocados em hipnose profunda. Quanto à segunda proposta, eu teria de responder que, nesse caso, o número de pacientes

apropriados, até onde vai *minha* habilidade, seria por demais reduzido; e quanto ao primeiro conselho, desconfio de que a imposição forçada da hipnose não nos pouparia de muita resistência. Minhas experiências nesse aspecto, curiosamente, não têm sido numerosas, e não posso, portanto, ir além de uma suspeita. Mas nas situações em que apliquei um tratamento catártico sob hipnose, em vez de concentração, não achei que isso diminuísse o trabalho que eu tinha a executar. Não faz muito tempo, concluí um tratamento dessa espécie, e em seu decorrer fiz com que uma paralisia histérica das pernas desaparecesse. A paciente passava para um estado muito diferente, psiquicamente, do de vigília, e que no aspecto físico se caracterizava pelo fato de que lhe era impossível abrir os olhos ou levantar-se até que eu lhe dissesse em voz alta: “Agora, acorde!” Não obstante, jamais me defrontei com maior resistência do que nesse caso. Eu não atribuía nenhuma importância a esses sinais físicos e, ao aproximar-se o final do tratamento, que durou dez meses, eles haviam deixado de ser dignos de nota. Mas, apesar disso, o estado da paciente enquanto trabalhávamos não perdeu nenhuma de suas características psíquicas - a capacidade que possuía de lembrar-se de material inconsciente e sua relação toda especial com a figura do médico. Por outro lado, dei um exemplo, no relato do caso da Sra. Emmy von N., de um tratamento catártico no mais profundo sonambulismo, no qual a resistência mal chegou a desempenhar qualquer papel. Mas também é verdade que nada ouvi dessa senhora cujo relato pudesse ter exigido qualquer superação especial de objeções, nada que ela não me pudesse ter dito mesmo em estado de vigília, supondo-se que nos conhecêssemos há algum tempo e que ela me tivesse razoavelmente em boa conta. Nunca cheguei às verdadeiras causas de sua doença, que sem dúvida foram idênticas às causas de sua recaída após meu tratamento (pois essa foi minha primeira tentativa com esse método); e na única ocasião em que me aconteceu pedir-lhe uma reminiscência que envolvesse um elemento erótico | ver em [1]], achei-a tão relutante e indigna de confiança no que me dizia quanto o foram, mais tarde, quaisquer de meus pacientes não sonambúlicos. Já me referi, no relato do caso dessa senhora, à resistência que ela opunha, mesmo durante o sonambulismo, a outras solicitações e sugestões minhas. Tornei-me inteiramente cético quanto ao valor da hipnose na facilitação dos tratamentos catárticos, visto ter vivenciado situações em que, durante o sonambulismo profundo, houve absoluta recalcitrância *terapêutica*, ao passo que em outros aspectos o paciente era perfeitamente obediente. Relatei casos, de modo resumido, em [1] e poderia acrescentar outros. Posso também admitir que essa experiência correspondeu bastante bem ao requisito em que insisto, no sentido de que deve haver uma relação quantitativa entre causa e efeito também no campo psíquico |assim como no físico|.

No que afirmei até agora, a idéia de resistência se impôs no primeiro plano. Demonstrei como, no curso de nosso trabalho terapêutico, fomos levados à visão de que a histeria se origina por meio do recalçamento de uma idéia incompatível, de uma motivação de defesa. Segundo esse ponto de vista, a idéia recalçada persistiria como um traço mnêmico fraco (de

pouca intensidade), enquanto o afeto dela arrancado seria utilizado para uma inervação somática. (Em outras palavras, a excitação é “convertida”.) Ao que parece, portanto, é precisamente por meio de seu recalçamento que a idéia se transforma na causa de sintomas mórbidos - ou seja, torna-se patogênica. Pode-se dar a designação de “histeria de defesa” à histeria que exiba esse mecanismo psíquico.

Ora, tanto eu como Breuer temo-nos referido muitas vezes a duas outras espécies de histeria, para as quais introduzimos as expressões “histeria hipnóide” e “histeria de retenção”. Foi a histeria hipnóide a primeira de todas a entrar em nosso campo de estudo. Eu não poderia, de fato, encontrar melhor exemplo dessa histeria do que no primeiro caso de Breuer, que encabeça a exposição de nossos casos clínicos. Breuer propôs para esses casos de histeria hipnóide um mecanismo psíquico substancialmente diferente do de defesa por conversão. Segundo a visão de Breuer, o que acontece na histeria hipnóide é que uma idéia se torna patogênica por ter sido recebida durante um estado psíquico especial e permanecido desde o início fora do ego. Portanto, não foi necessária nenhuma força psíquica para mantê-la fora do ego, e nenhuma resistência precisa ser despertada quando a induzimos no ego com a ajuda da atividade mental durante o sonambulismo. E o caso de Anna O. de fato não mostra nenhum sinal de uma resistência dessa natureza.

Considero de tal importância essa distinção que, com base nela, alio-me de bom grado a essa hipótese da existência de uma histeria hipnóide. Estranhamente, em minha própria experiência, nunca deparei com uma histeria hipnóide autêntica. Todas as que aceitei para tratamento transformaram-se em histerias de defesa. A rigor, não é que eu jamais tenha tido de lidar com sintomas que comprovadamente emergiram durante estados dissociados de consciência, sendo obrigados, por esse motivo, a ficar excluídos do ego. Isso também aconteceu algumas vezes em meus casos, mas pude demonstrar, mais tarde, que o chamado estado hipnóide devia sua separação ao fato de nele haver entrado em vigor um grupo psíquico que antes fora dividido pela defesa. Em suma, é-me impossível reprimir a suspeita de que em algum ponto as raízes da histeria hipnóide e da histeria de defesa se reúnem, e que seu fator primário é a defesa. Mas nada posso dizer a esse respeito.

Meu julgamento é, no momento, igualmente incerto quanto à “histeria de retenção”, na qual se supõe que o trabalho terapêutico também se processe sem resistência. Tive um caso que encarei como uma típica histeria de retenção e exultei com a perspectiva de um êxito fácil e certo. Mas esse êxito não ocorreu, embora o trabalho fosse efetivamente fácil. Suspeito, portanto, embora mais uma vez com todas as ressalvas próprias da ignorância, de que também na base da histeria de retenção também haja um elemento de defesa que tenha forçado todo o processo na direção da histeria. É de se esperar que novas observações logo venham decidir se estou correndo o risco de incidir em parcialidade e erro ao favorecer assim a extensão do conceito de defesa para toda a histeria.

Tratei até agora das dificuldades e da técnica do método catártico e gostaria de acrescentar algumas indicações quanto à forma assumida pela análise quando essa técnica é adotada. Para mim, isto é um assunto altamente interessante, mas não posso esperar que desperte interesse semelhante em outros, que ainda não efetuaram uma análise dessa espécie. Estarei, é verdade, referindo-me mais uma vez à técnica, mas desta vez falarei das dificuldades inerentes pelas quais não podemos responsabilizar os pacientes e que, em parte, devem ser as mesmas tanto numa histeria hipnóide ou de retenção quanto nas histerias de defesa que tenho diante dos olhos como modelo. Abordo esta última parte de minha exposição na expectativa de que as características psíquicas a serem nela reveladas possam um dia adquirir certo valor como matéria-prima para a dinâmica da representação.

A primeira e mais poderosa impressão causada numa dessas análises é com certeza a de que o material psíquico patogênico aparentemente esquecido, que não se acha à disposição do ego e não desempenha nenhum papel na associação e na memória, não obstante está de algum modo à mão, e em ordem correta e adequada. Trata-se apenas de remover as resistências que barram o caminho para o material. Em outros sentidos esse material é conhecido, da mesma forma como somos capazes de conhecer qualquer coisa; as ligações corretas entre as representações separadas e entre elas e as não-patogênicas, que são lembradas com freqüência, existem, foram completadas em alguma época e estão armazenadas na memória. O material psíquico patogênico parece constituir o patrimônio de uma inteligência não necessariamente inferior à de um ego normal. A aparência de uma segunda personalidade é muitas vezes apresentada da maneira mais enganosa.

Se essa impressão é justificada, ou se, ao pensar nela, estamos atribuindo ao período da doença um arranjo do material psíquico que na verdade foi feito após a recuperação - essas são perguntas que eu preferiria não discutir ainda, e não nestas páginas. De qualquer modo, as observações feitas durante tais análises serão descritas de modo mais claro e convincente se as considerarmos a partir da posição que nos é possível assumir após a recuperação, com a finalidade de examinar o caso como um todo.

Em geral, de fato, a situação não é tão simples como a representamos nos casos específicos - por exemplo, quando existe apenas um sintoma surgido de um trauma principal. Não costumamos encontrar um sintoma histérico *único*, mas muitos deles, em parte independentes uns dos outros e em parte ligados. Não devemos esperar encontrar uma lembrança traumática *única* e uma idéia patogênica *única* como seu núcleo; devemos estar preparados para *sucessões* de traumas *parciais e concatenações* de cadeias patogênicas de idéias. A histeria traumática monossintomática é, por assim dizer, um organismo elementar, uma criatura unicelular, em comparação com a estrutura complexa de tais neuroses

relativamente graves com que costumamos deparar.

O material psíquico nesses casos de histeria apresenta-se como uma estrutura em várias dimensões, estratificada de pelo menos três maneiras diferentes. (Espero logo poder justificar essa forma pictórica de expressão.) Para começar, há um núcleo que consiste em lembranças de eventos ou seqüências de idéias em que o fator traumático culminou, ou onde a idéia patogênica encontrou sua manifestação mais pura. Em torno desse núcleo encontramos o que é muitas vezes uma quantidade incrivelmente grande de outro material mnêmico que tem de ser elaborado na análise e que está, como dissemos, arranjado numa ordem tríplice.

Em primeiro lugar, há uma inconfundível ordem cronológica linear que vigora em cada tema isolado. Como exemplo disso, apenas citarei o arranjo do material na análise de Anna O. por Breuer. Tomemos o tema do ensurdecimento, do não ouvir. Este se diferenciou de acordo com sete conjuntos de determinantes, e em cada um desses sete tópicos foram coletadas em seqüência cronológica dez a mais de cem lembranças individuais (ver em [1]-[2]). Foi como se estivéssemos examinando um arquivo que fosse mantido em perfeita ordem. A análise de minha paciente Emmy von N. continha arquivos semelhantes de lembranças, embora não fossem enumerados e descritos de forma tão completa. Esses arquivos são um traço bastante geral de cada análise, e seu conteúdo sempre emerge numa ordem cronológica tão infalivelmente fidedigna quanto a sucessão dos dias da semana ou dos meses numa pessoa mentalmente normal. Eles dificultam o trabalho da análise pela peculiaridade de que, ao reproduzirem as lembranças, invertem a ordem em que estas se originaram. A experiência mais recente e mais nova do arquivo aparece em primeiro lugar, como uma capa externa, e por último vem a experiência com a qual a seqüência de fatos realmente começou.

Descrevi esses agrupamentos de lembranças semelhantes, em coleções dispostas em seqüências lineares (como um arquivo de documentos, um maço de papéis, etc.) como constituindo “temas”. Esses temas exibem um segundo tipo de arranjo. Cada um deles está - não sei expressá-lo de outra forma - concêntricamente estratificado em torno do núcleo patogênico. Não é difícil dizer o que produz essa estratificação, qual a magnitude decrescente ou crescente que é a base desse arranjo. O conteúdo de cada camada caracteriza-se por um grau igual de resistência, e esse grau aumenta na proporção em que as camadas se acham mais perto do núcleo. Assim, há zonas dentro das quais existe um grau idêntico de modificação da consciência, e os diferentes temas estendem-se através dessas zonas. As camadas mais periféricas contêm as lembranças (ou arquivos), as quais, pertencendo a temas diferentes, são recordados com facilidade e sempre estiveram claramente conscientes. Quanto mais nos aprofundamos, mais difícil se torna o reconhecimento das lembranças emergentes, até que, perto do núcleo, esbarramos em lembranças que o paciente renega até mesmo ao reproduzi-las.

É essa peculiaridade da estratificação concêntrica do material psíquico patogênico que, como veremos, confere ao decorrer dessas análises seus traços característicos. É preciso mencionar ainda uma terceira espécie de arranjo - a mais importante, porém aquela sobre a qual é menos fácil fazer qualquer afirmação genérica. O que tenho em mente é um arranjo de acordo com o conteúdo do pensamento, a ligação feita por um fio lógico que chega até o núcleo e tende a seguir um caminho irregular e sinuoso, diferente em cada caso. Esse arranjo possui um caráter dinâmico, em contraste com o caráter morfológico das duas estratificações mencionadas acima. Enquanto estas seriam representadas num diagrama espacial por uma linha contínua, curva ou reta, o curso da cadeia lógica teria de ser indicado por uma linha interrompida, que passaria pelos caminhos mais indiretos, indo e vindo da superfície até as camadas mais profundas, e contudo, de modo geral, avançaria da periferia para o núcleo central, tocando em cada ponto de parada intermediário - uma linha semelhante à linha em ziguezague na solução de um problema do lance do cavalo, que atravessa os quadrados do diagrama no tabuleiro de xadrez.

Devo demorar-me um pouco mais neste último símile para enfatizar um ponto em que ele não faz justiça às características do objeto da comparação. A cadeia lógica corresponde não apenas a uma linha retorcida, em ziguezague, mas antes a um sistema de linhas em ramificação e, mais particulamente, a um sistema convergente. Ele contém pontos nodais em que dois ou mais fios se juntam e, a partir daí, continuam como um só; e em geral diversos fios que se estendem de forma independente, ou não, ligados em vários pontos por vias laterais, desembocam no núcleo. Em outras palavras, é notável a freqüência com que um sintoma é determinado de vários modos, é “sobredeterminado”.

Minha tentativa de demonstrar a organização do material psíquico patogênico ficará completa quando eu tiver introduzido mais uma complexidade. Pois é possível que haja mais de um único núcleo no material patogênico - quando, por exemplo, temos de analisar uma segunda irrupção da histeria que possui uma etiologia própria, mas, apesar disso, está ligada a uma primeira irrupção de histeria aguda superada anos antes. É fácil imaginar, quando é esse o caso, quantos acréscimos deve haver nas camadas e linhas de pensamento para estabelecer uma ligação entre os dois núcleos patogênicos.

Farei agora um ou dois comentários adicionais sobre o quadro da organização do material patogênico a que acabamos de chegar. Dissemos que esse material se comporta como um corpo estranho, e que também o tratamento atua como a remoção de um corpo estranho do tecido vivo. Estamos agora em condições de ver onde essa comparação fracassa. Um corpo estranho não entra em qualquer relação com as camadas de tecido que o circundam, embora as modifique e exija delas uma inflamação reativa. Nosso grupo psíquico patogênico, por outro lado, não admite ser radicalmente extirpado do ego. Suas camadas externas passam em todas as direções para partes do ego normal; e, na realidade, pertencem tanto a este quanto a organização patogênica. Na análise, a fronteira entre os dois é fixada de maneira puramente convencional, ora num ponto, ora em outro, sendo que em alguns lugares não pode em

absoluto ser estabelecida. As camadas internas da organização patogênica são cada vez mais estranhas ao ego, porém mais uma vez sem que haja nenhuma fronteira visível em que se inicie o material patogênico. De fato, a organização patogênica não se comporta como um corpo estranho, porém muito mais como um infiltrado. Nesse símile, a resistência deve ser considerada como aquilo que se infiltra. E o tratamento também não consiste em extirpar algo - a psicoterapia até agora não é capaz de fazer isso - mas em fazer com que a resistência se dissolva e assim permitir que a circulação prossiga para uma região que até então esteve isolada.

(Estou usando aqui diversos símiles, dos quais todos apresentam apenas uma semelhança muito limitada com meu assunto e, além disso, são incompatíveis entre si. Estou ciente disso e não corro o perigo de superestimar seu valor. Mas meu propósito ao utilizá-los é lançar luz de diferentes direções sobre um tópico altamente complexo, que nunca foi representado até hoje. Arriscar-me-ei, portanto, nas páginas seguintes, a introduzir outros símiles da mesma maneira, embora saiba que isso não está livre de objeções.)

Se fosse possível, depois de um caso ter sido completamente elucidado, mostrar o material patogênico a outra pessoa naquilo que agora sabemos ser organização complexa e multidimensional de tal caso, com razão nos seria perguntado como foi que um camelo como esse passou pelo buraco da agulha. Pois há certa justificativa em falarmos num “desfiladeiro” da consciência. O termo ganha sentido e vida para um médico que conclua uma análise como essa. Apenas uma única lembrança de cada vez consegue entrar na consciência do ego. O paciente que esteja ocupado em elaborar tal lembrança nada vê daquilo que a está empurrando e se esquece do que já conseguiu entrar. Quando há dificuldades em dominar essa lembrança patogênica isolada - como, por exemplo, quando o paciente não relaxa sua resistência contra ela, quando tenha recalca-la ou mutila-la - então o desfiladeiro fica, por assim dizer, bloqueado. O trabalho fica paralisado, nada mais consegue aparecer, e a lembrança isolada que está no processo de atravessar permanece diante do paciente até que ele a tenha absorvido na amplitude de seu ego. Toda a massa especialmente ampliada de material psicogênico é assim impelida através de uma fenda estreita e chega à consciência, por assim dizer, retalhada em pedaços ou tiras. Cabe ao psicoterapeuta voltar a reunir estes últimos na organização que ele presuma ter existido. Qualquer um que sinta atração por novas analogias poderá pensar, a essa altura, num quebra-cabeças chinês.

Se tivermos que iniciar uma análise assim, em que tenhamos razões para esperar uma organização do material patogênico como essa, seremos ajudados pelo que nos ensinou a experiência, ou seja, que é *inteiramente inútil tentar penetrar direto no núcleo da organização patogênica*. Ainda que nós mesmos pudéssemos adivinhá-lo, o paciente não saberia o que fazer com a explicação a ele oferecida e não seria psicologicamente modificado por ela.

Não há nada a fazer senão manter-se, a princípio, na periferia da estrutura psíquica. Começamos por fazer com que o paciente nos diga aquilo que sabe e lembra, enquanto, ao mesmo tempo, já vamos direcionando sua atenção e superando suas resistências mais leves pelo uso da técnica da pressão. Sempre que tivermos aberto um novo caminho pressionando-lhe a testa, podemos esperar que ele avance mais um pouco sem nova resistência.

Depois de trabalharmos assim por algum tempo, em geral, o paciente começa a cooperar conosco. Muitas reminiscências passam então a lhe ocorrer sem que tenhamos de fazer-lhe perguntas ou fixar-lhe tarefas. O que fizemos foi abrir caminho para uma camada interna dentro da qual o paciente agora dispõe espontaneamente de um material ligado a um grau idêntico de resistência. O melhor é permitir-lhe, por algum tempo, reproduzir esse material sem ser influenciado. É verdade que ele próprio não está em condições de desvendar ligações importantes, mas se pode deixar que elucide o material que está dentro da mesma camada. As coisas que ele traz à tona dessa maneira parecem muitas vezes desconexas, mas fornecem um material que ganhará sentido quando mais tarde se descobrir uma ligação.

Nesse ponto, em geral temos de nos prevenir contra duas coisas. Se interferirmos com o paciente em sua reprodução das idéias que nele estão jorrando, poderemos “enterrar” coisas que depois terão de ser liberadas com grande dificuldade. Por outro lado, não devemos superestimar a “inteligência” inconsciente do paciente e deixar a cargo dela a direção de todo o trabalho. Se eu quisesse fornecer um quadro diagramático de nosso modo de operação, diria talvez que nós mesmos empreendemos a abertura das camadas internas, avançando *radialmente*, enquanto o paciente cuida da extensão *periférica* do trabalho.

Os progressos são conseguidos, como sabemos, pela superação da resistência, na forma já assinalada. Mas antes disso temos, em geral, outra tarefa a executar. Precisamos apoderar-nos de um pedaço do fio lógico, pois é apenas através de sua orientação que podemos ter esperança de penetrar no interior. Não podemos esperar que as comunicações livres feitas pelo paciente, o material proveniente das camadas mais superficiais, facilitem ao analista reconhecer em que pontos o caminho conduz às profundezas ou onde ele irá encontrar os pontos de partida das ligações de idéias que está procurando. Pelo contrário. É precisamente isso que é ocultado com cuidado; o relato feito pelo paciente soa como se fosse completo e auto-suficiente. De início, é como se estivéssemos diante de um muro que obstrui toda a perspectiva e nos impede de ter qualquer idéia de haver ou não algo atrás dele e, em caso afirmativo, o quê.

Mas se examinarmos com visão crítica o relato que o paciente nos fez sem muito esforço ou resistência, nele descobriremos infalivelmente lacunas e imperfeições. Em determinado ponto, a seqüência de idéias será visivelmente interrompida e remendada da melhor forma possível pelo paciente, com um recurso de linguagem ou uma explicação inadequada; noutro ponto depararemos com uma motivação que teria de ser descrita como débil numa pessoa

normal. O paciente não reconhece essas deficiências quando sua atenção é chamada para elas. Mas o médico terá razão em procurar atrás dos pontos fracos uma abordagem para o material das camadas mais profundas e em esperar descobrir precisamente ali os fios de ligação que está buscando por meio da técnica da pressão. Por conseguinte, dizemos ao paciente: “Você está enganado; o que você está formulando não pode ter nada a ver com o assunto atual. Devemos esperar encontrar aí alguma outra coisa, e isso lhe ocorrerá sob a pressão de minha mão.”

Pois podemos fazer a um paciente histérico as mesmas exigências de ligação lógica e motivação suficiente na cadeia de idéias, mesmo que se estenda até o inconsciente, que faríamos a um indivíduo normal. Não está dentro das possibilidades de uma neurose relaxar essas relações. Se nos pacientes neuróticos, e particularmente nos histéricos, as cadeias de idéias produzem uma impressão diferente, se neles a relativa intensidade das diferentes idéias se afigura inexplicável apenas por determinantes psicológicos, já descobrimos a razão disso e podemos atribuí-la à *existência de motivos inconscientes ocultos*. Podemos assim suspeitar da presença de tais motivos secretos sempre que esse tipo de interrupção numa cadeia de idéias se torna evidente, ou quando a força atribuída pelo paciente a seus motivos vai muito além do normal.

Ao executarmos esse trabalho, é claro, devemos manter-nos isentos do preconceito teórico de estarmos lidando com os cérebros anormais de “*dégénérés*” e “*déséquilibrés*”, que estão livres, graças a um estigma, para lançar por terra as leis psicológicas comuns que regem a ligação das idéias, e nos quais uma única idéia fortuita pode tornar-se exageradamente intensa sem nenhum motivo, enquanto outra pode permanecer indestrutível sem nenhuma razão psicológica. A experiência demonstra que o contrário se aplica à histeria. Uma vez que descobramos os motivos ocultos, que muitas vezes permaneceram inconscientes, e os levemos em conta, nada de enigmático ou contrário às normas persiste nas ligações de pensamento histéricos, não mais do que nas normais.

Dessa forma, portanto, detectando lacunas na primeira descrição do paciente, lacunas muitas vezes encobertas por “falsas ligações” |ver mais adiante, ver em [1]-[2]|, apoderamos de um pedaço do fio lógico na periferia e, a partir desse ponto, desobstruímos mais um caminho pela técnica da pressão.

Ao fazê-lo, é muito raro conseguirmos abrir caminho diretamente para o interior através de um único fio. Em geral, ele se rompe a meio caminho: a pressão falha e não produz nenhum resultado, ou então produz um resultado que não pode ser esclarecido ou levado adiante, apesar de todos os esforços. Logo aprendemos, quando isso acontece, a evitar os erros em que poderíamos incorrer. A expressão facial do paciente deverá determinar se chegamos mesmo ao fim, ou se se trata de uma situação que não exige nenhuma elucidação psíquica, ou se o que levou o trabalho a uma paralisação é uma resistência excessiva. Neste

último caso, se não pudermos superar de imediato a resistência, poderemos presumir que seguimos o fio até uma camada que, por enquanto, ainda é impenetrável. Abandonamo-lo e tomamos outro fio, que talvez possamos seguir até a mesma distância. Quando tivermos atingido essa camada percorrendo todos os fios e tivermos descoberto os emaranhados em virtude dos quais os fios separados não puderam ser isoladamente seguidos até mais longe, poderemos pensar em atacar de novo a resistência diante de nós.

É fácil imaginar até que ponto um trabalho dessa natureza pode tornar-se complexo. Forçamos nossa entrada nas camadas internas, superando resistências todo o tempo; travamos conhecimento com os temas acumulados numa dessas camadas e com os fios que a atravessam, e experimentamos até que ponto podemos avançar com nossos meios atuais e os conhecimentos que adquirimos; obtemos informações preliminares sobre o conteúdo das camadas seguintes por meio da técnica da pressão; abandonamos fios e os retomamos; seguimo-los até os pontos nodais; constantemente voltamos atrás; e toda vez que perseguimos um acervo de lembranças, somos conduzidos a algum desvio que, não obstante, termina por confluir para o fio inicial. Por esse método, chegamos afinal a um ponto em que podemos parar de trabalhar em camadas e podemos penetrar, por uma trilha principal, diretamente no núcleo da organização patogênica. Com isso a luta está vencida, embora ainda não esteja terminada. Devemos retroceder e retomar outros fios e esgotar o material. Mas agora o paciente nos ajuda vigorosamente. A maior parte de sua resistência foi quebrada.

Nessas etapas finais do trabalho convém que possamos adivinhar o modo como as coisas se interligam e dizê-lo ao paciente antes que o desvendemos. Se tivermos adivinhado certo, o curso da análise será acelerado; mas até mesmo uma hipótese errada nos ajuda a prosseguir, compelindo o paciente a tomar partido e induzindo-o a negativas enérgicas que traem seu indubitável conhecimento.

Disso aprendemos com admiração que *não estamos em condições de impor nada ao paciente sobre as coisas que ele aparentemente ignora, nem de influenciar os produtos da análise pela provocação de expectativas*. Nem uma só vez consegui, ao prever algo, alterar ou falsificar a reprodução das lembranças ou a ligação dos acontecimentos, pois se o tivesse feito, isso inevitavelmente teria sido traído no final por alguma contradição no material. Quando algo mostrava ser tal como eu o previra, nunca se deixava de comprovar por um grande número de reminiscências indiscutíveis que eu não fizera nada além de adivinhar certo. Não precisamos ter medo, portanto, de dizer ao paciente qual pensamos que será sua próxima associação de idéias; isso não causará nenhum dano.

Outra observação, constantemente repetida, relaciona-se com as reproduções espontâneas do paciente. Pode-se afirmar que toda reminiscência isolada que emerge durante uma dessas análises tem importância. A rigor, a intromissão de imagens mnêmicas *irrelevantes* (que

estejam associadas por acaso, de uma forma ou de outra, às imagens importantes) jamais ocorre. Uma exceção que não contradiz essa regra pode ser postulada quanto às lembranças que, apesar de destituídas de importância em si mesmas, são indispensáveis como pontes, no sentido de que a associação entre duas lembranças importantes só pode ser feita através delas.

O prazo durante o qual uma lembrança permanece no estreito desfiladeiro diante da consciência do paciente está, como já foi explicado | ver em [1]|, em proporção direta com sua importância. Uma imagem que se recusa a desaparecer é uma imagem que ainda exige consideração, um pensamento que não pode ser afastado é um pensamento que precisa ser mais explorado. Além disso, uma lembrança nunca retorna uma segunda vez depois de ter sido trabalhada; a imagem que foi “eliminada pela fala” não volta a ser vista. Quando, não obstante, isso de fato acontece, podemos presumir com segurança que, na segunda vez, a imagem será acompanhada de um novo grupo de pensamentos, ou a idéia terá novas implicações. Em outras palavras, estes não foram trabalhados por completo. Além disso, é freqüente uma imagem ou um pensamento reaparecerem com diferentes graus de intensidade, primeiro como um indício e depois com total clareza. Isso, entretanto, não contradiz o que acabo de afirmar.

Entre as tarefas apresentadas pela análise encontra-se a de eliminar os sintomas passíveis de aumentar de intensidade ou retornar: dores, sintomas (como vômitos) causados por estímulos, sensações ou contraturas. Enquanto trabalhamos num desses sintomas defrontamos com o fenômeno interessante e não indesejável da “participação na conversa”. O sintoma problemático reaparece, ou aparece com maior intensidade, tão logo alcançamos a região da organização patogênica que contém a etiologia do sintoma, e daí por diante ele acompanha o trabalho com oscilações características, que são instrutivas para o médico. A intensidade do sintoma (tomemos como exemplo o desejo de vomitar) aumenta quanto mais profundamente penetramos numa das lembranças patogênicas pertinentes; atinge seu clímax pouco antes de o paciente enunciar essa lembrança; e, depois que ele termina de fazê-lo, diminui de súbito ou até desaparece por completo durante algum tempo. Quando, graças à resistência, o paciente demora muito tempo para dizer algo, a tensão da sensação - do desejo de vomitar - torna-se insuportável e, se não conseguirmos forçá-lo a falar, ele começará mesmo a vomitar. Assim obtemos uma impressão plástica do fato de que o “vomitar” toma o lugar de um ato psíquico (nesse exemplo, o ato de proferir), exatamente como sustenta a teoria conversiva da histeria.

Essa oscilação de intensidade do sintoma histérico é repetida toda vez que nos aproximamos de uma nova lembrança que é patogênica em relação a ele. O sintoma, poderíamos dizer, está nos planos o tempo todo. Quando somos obrigados a abandonar temporariamente o fio a que está ligado, também esse sintoma recua para a obscuridade, para tornar a emergir num período posterior da análise. Isso continua até que a elaboração do material patogênico tenha eliminado o sintoma de uma vez por todas.

Em tudo isso, a rigor, o sintoma histérico de modo algum se comporta de modo diferente da imagem mnêmica ou da idéia reproduzida que invocamos sob a pressão da mão. Em ambos os casos encontramos a mesma recorrência obsessivamente pertinaz na lembrança do paciente, que tem de ser eliminada. A diferença está apenas no surgimento aparentemente espontâneo dos sintomas históricos, ao passo que, como nos recordamos muito bem, nós mesmos provocamos as cenas e idéias. De fato, contudo, há uma seqüência ininterrupta que se estende desde os *resíduos mnêmicos* não modificados das experiências e atos de pensamento afetivos até os sintomas históricos, que são *símbolos mnêmicos* dessas experiências e pensamentos.

O fenômeno dos sintomas históricos que participam da conversa durante a análise envolve um inconveniente de ordem prática, com o qual devemos poder reconciliar o paciente. É inteiramente impossível efetuar a análise de um sintoma de uma só vez, ou distribuir os intervalos de nosso trabalho de modo a se ajustarem com precisão às pausas no processo de lidar com o sintoma. Ao contrário, algumas interrupções que são prescritas de forma imperativa por circunstâncias incidentais no tratamento, tais como o adiantado da hora, muitas vezes ocorrem nos pontos mais inconvenientes, exatamente quando nos podemos estar aproximando de uma decisão ou quando surge um novo tópico. Qualquer leitor de jornal tem a mesma desvantagem ao ler o capítulo diário de sua história seriada, quando, logo após a fala decisiva da heroína, ou depois de o tiro haver ecoado, ele se defronta com as palavras: “Continua no próximo número.” Em nosso próprio caso, o tópico que foi levantado, mas não abordado, o sintoma que temporariamente se intensificou e ainda não foi explicado, persiste na mente do paciente e talvez possa perturbá-lo mais do que fazia até então. Ele terá apenas que lidar com isso da melhor forma possível, pois não existe outra maneira de organizar as coisas. Há pacientes que, no curso de uma análise, simplesmente não conseguem livrar-se de um tópico que tenha sido levantado e ficam obcecados por ele no intervalo entre duas sessões; visto que, por si mesmos, não podem tomar nenhuma providência no sentido de se livrarem dele, sofrem mais, a princípio, do que antes do tratamento. Mas mesmo tais pacientes acabam aprendendo a esperar pelo médico e a deslocar todo o interesse que sentem por se livrarem do material patogênico para os horários das sessões, após as quais começam a se sentir mais livres nos intervalos.

O estado geral dos pacientes durante essas análises também merece atenção. Por algum tempo ele não é influenciado pelo tratamento e continua a ser uma expressão dos fatores que atuavam antes. Mas depois surge um momento em que o tratamento se apodera do paciente, capta seu interesse. Daí por diante, seu estado geral se torna cada vez mais dependente do

desenvolvimento do trabalho. Sempre que uma coisa nova é elucidada ou se atinge um estágio importante do processo da análise, também o paciente se sente aliviado e desfruta de um antegozo, por assim dizer, da sua libertação iminente. Todas as vezes que o trabalho se paralisa e há uma ameaça de confusão, aumenta o fardo psíquico que oprime o paciente, e seu sentimento de infelicidade e sua incapacidade para o trabalho se tornam mais intensos. Mas nenhuma dessas coisas dura mais do que um curto período, pois a análise continua, sem se vangloriar pelo fato de num dado momento o paciente sentir-se bem, e prosseguindo independentemente dos períodos de tristeza do paciente. Ficamos satisfeitos, em geral, quando substituímos as oscilações espontâneas de seu estado por oscilações que nós mesmos provocamos e que compreendemos, da mesma forma que ficamos satisfeitos ao ver a sucessão espontânea dos sintomas substituída por uma ordem do dia que corresponde ao estado da análise.

De início, o trabalho torna-se mais obscuro e difícil, em geral, quanto mais profundamente penetramos na estrutura psíquica estratificada que descrevi atrás. Porém, uma vez que tenhamos, pelo trabalho, chegado até o núcleo, a luz aparece, e não precisamos temer que o estado geral do paciente fique sujeito a nenhum período grave de depressão. Entretanto, a recompensa de nossos esforços - a cessação dos sintomas - só pode ser esperada depois de termos efetuado a análise completa de cada sintoma individual; e a rigor, já que os sintomas individuais são interligados em numerosos pontos nodais, nem sequer devemos ser estimulados durante o trabalho pelos êxitos parciais. Graças às abundantes ligações causais, toda representação patogênica que ainda não tenha sido eliminada atua como uma motivação para a totalidade dos produtos da neurose, e é apenas com a última palavra da análise que todo o quadro clínico desaparece, tal como ocorre com as lembranças reproduzidas de forma individual.

Quando uma lembrança patogênica ou uma ligação patogênica antes retirada da consciência do ego é revelada pelo trabalho da análise e introduzida no ego, verificamos que a personalidade psíquica assim enriquecida tem várias maneiras de expressar-se quanto ao que adquiriu. É particularmente freqüente, depois de havermos imposto com esforço algum conhecimento ao paciente, ouvi-lo declarar: “Eu sempre soube disso, poderia ter-lhe dito antes.” Os que são dotados de certo grau de discernimento reconhecem, mais tarde, que essa é uma forma de enganarem a si mesmos e se culpam por serem ingratos. Afora isso, a atitude adotada pelo ego quanto a sua nova aquisição costuma depender da camada de análise da qual se origina essa aquisição. As coisas que pertencem às camadas externas são reconhecidas sem dificuldades; haviam, de fato, permanecido sempre em poder do ego, e a única novidade para o ego é a ligação delas com as camadas mais profundas do material patológico. As coisas que são trazidas à luz dessas camadas mais profundas também são reconhecidas e admitidas, porém muitas vezes só depois de consideráveis hesitações e dúvidas. As imagens mnêmicas visuais são, naturalmente, mais difíceis de ser renegadas do que os traços mnêmicos de simples cadeias de pensamentos. Não é raro o paciente começar por dizer: “É possível que eu tenha pensado nisso, mas não consigo me lembrar.” E não é

senão depois de ter-se familiarizado com a hipótese há algum tempo que ele vem a reconhecê-la também; ele se recorda - e confirma também esse fato por vínculos secundários - de que realmente, certa vez, a idéia lhe ocorreu. Durante a análise, porém, adoto como norma reservar minha avaliação da reminiscência que surge independente do reconhecimento da mesma pelo paciente. Jamais me cansei de repetir que somos forçados a aceitar tudo o que nossa técnica traz à luz. Se houver algo nela que não seja autêntico ou correto, mas tarde o contexto nos dirá para rejeitá-lo. Mas, posso dizer de passagem que raramente tive ocasião de renegar, mais tarde, uma reminiscência aceita de modo provisório. Tudo o que emergiu, a despeito da mais enganosa aparência de ser contradição gritante, acabou por revelar-se correto.

As representações que se originam das camadas mais profundas e que formam o núcleo da organização patogênica são também aquelas que são reconhecidas com extrema dificuldade como lembranças pelo paciente. Mesmo quando tudo termina e os pacientes são dominados pela força da lógica e convencidos pelo efeito terapêutico que acompanha o surgimento precisamente dessas representações - quando, digo eu, os próprios pacientes aceitam o fato de terem pensado isso ou aquilo, muitas vezes acrescentam: “Mas eu não consigo me *lembrar* de ter pensado isso.” É fácil chegar a um acordo com eles dizendo-lhes que os pensamentos estavam *inconscientes*. Mas como enquadrar esse estado de coisas em nossas próprias concepções psicológicas? Devemos desprezar essa negação de reconhecimento por parte dos pacientes, quando, agora que o trabalho terminou, não existe mais nenhum motivo para que eles ajam dessa forma? Ou devemos supor que estamos de fato lidando com pensamentos que nunca ocorreram, que meramente tiveram uma *possibilidade* de existir, de modo que o tratamento consistiria na realização de um ato psíquico que não se verificou na época? É claro que é impossível dizer qualquer coisa a esse respeito - isto é, sobre o estado em que se encontrava o material patogênico antes da análise - até que tenhamos chegado a uma elucidação completa de nossas concepções psicológicas básicas, em especial quanto à natureza da consciência. Resta, penso eu, como elemento digno de séria consideração, o fato de que em nossas análises podemos seguir uma cadeia de pensamentos desde o consciente até o inconsciente (isto é, até algo que de modo algum é reconhecido como uma lembrança), de que podemos mais uma vez acompanhá-la por certa distância através da consciência, e de que podemos vê-la terminar de novo no inconsciente, sem que essa alternância de “revelação psíquica” cause qualquer modificação na própria cadeia de pensamentos, em sua coerência lógica e na interligação entre suas várias partes. Uma vez que essa cadeia de pensamentos se colocasse diante de mim como um todo, eu não seria capaz de adivinhar qual de suas partes seria reconhecida pelo paciente como lembrança e qual não o seria. Vejo apenas, por assim dizer, os cumes da cadeia de pensamentos mergulhando no inconsciente - o inverso do que foi afirmado quanto a nossos processos psíquicos normais.

Por fim, tenho de examinar mais outro tópico, que desempenha um papel indesejavelmente grande na condução de análises catárticas como essas. Já admiti | ver em [1]| a possibilidade de a técnica de pressão falhar, de não suscitar nenhuma reminiscência, apesar de toda a garantia e insistência. Quando isso acontece, disse eu, há duas possibilidades: ou, no ponto que estamos investigando, não há mesmo nada mais a ser encontrado - e isso é algo que podemos reconhecer pela completa serenidade da expressão facial do paciente -, ou esbarramos numa resistência que só poderá ser superada mais tarde, estamos diante de uma nova camada em que ainda não podemos penetrar - e isso, mais uma vez, é algo que podemos inferir da expressão facial do paciente, que se acha tensa e dá mostras de esforço mental | ver em [1]|. Mas existe ainda uma terceira possibilidade que da mesma forma testemunha a presença de obstáculo, porém um obstáculo externo, e não inerente ao material. Isso acontece quando a relação entre o paciente e o médico é perturbada e constitui o pior obstáculo com que podemos deparar. No entanto, podemos esperar encontrá-lo em qualquer análise relativamente séria.

Já indiquei | ver em [1]-[2]| o importante papel desempenhado pela figurado médico na criação de motivos para derrotar a força psíquica da resistência. Não são poucos os casos, especialmente com as mulheres e quando se trata de elucidar cadeias de pensamento eróticas, em que a cooperação do paciente se torna um sacrifício pessoal, que deve ser compensado por algum substituto do amor. O empenho do médico e sua cordialidade têm que bastar na condição desse substituto. Ora, quando essa relação entre a paciente e o médico é perturbada, a cooperação da primeira também falha; quando o médico tenta investigar a representação patogênica seguinte, o paciente é retido pela interposição da consciência das queixas que nele se acumulam contra o médico. Em minha experiência, esse obstáculo surge em três casos principais.

(1) Quando há uma desavença pessoal - quando, por exemplo, a paciente acha que foi negligenciada, muito pouco apreciada ou insultada, ou quando ouve comentários desfavoráveis sobre o médico ou sobre o método de tratamento. Esse é o caso menos grave. O obstáculo pode ser superado com facilidade por meio da discussão e da explicação, muito embora a sensibilidade e a desconfiança dos pacientes histéricos possam às vezes atingir dimensões surpreendentes.

(2) Quando a paciente é tomada pelo pavor de ficar por demais acostumada com o médico em termos pessoais, de perder sua independência em relação a ele, e até, quem sabe, de tornar-se sexualmente dependente dele. Esse é um caso mais importante, pois seus determinantes são menos individuais. A causa desse obstáculo reside na especial solicitude que é inerente ao tratamento. A paciente tem então um novo motivo para a resistência, que se manifesta não só em relação a alguma reminiscência específica, mas a qualquer tentativa de tratamento. É muito comum a paciente se queixar de dor de cabeça ao iniciarmos a técnica da pressão, pois em geral seu novo motivo para a resistência permanece inconsciente, expressando-se por meio de um novo sintoma histérico. A dor de cabeça indica que ela não

gosta de se deixar influenciar.

(3) Quando a paciente se assusta ao verificar que está transferindo para a figura do médico as representações aflitivas que emergem do conteúdo da análise. Essa é uma ocorrência freqüente e, a rigor, usual em algumas análises. A transferência para o médico se dá por meio de uma *falsa ligação*. Preciso fornecer um exemplo disso. Numa de minhas pacientes, a origem de um sintoma histérico específico estava num desejo, que ela tivera muitos anos antes e relegara de imediato ao inconsciente, de que o homem com quem conversava na ocasião ousasse tomar a iniciativa de lhe dar um beijo. Numa ocasião, ao fim de uma sessão, surgiu nela um desejo semelhante a meu respeito. Ela ficou horrorizada com isso, passou uma noite insone e, na sessão seguinte, embora não se recusasse a ser tratada, ficou inteiramente inutilizada para o trabalho. Depois de eu haver descoberto e removido o obstáculo, o trabalho prosseguiu e, vejam só!, o desejo que tanto havia assustado a paciente surgiu como sua próxima lembrança patogênica, aquela que era exigida pelo contexto lógico imediato. O que aconteceu, portanto, foi isto: o conteúdo do desejo apareceu, antes de mais nada, na consciência da paciente, sem nenhuma lembrança das circunstâncias contingentes que o teriam atribuído a uma época passada. O desejo assim presente foi então, graças à compulsão a associar que era dominante na consciência da paciente, ligado a minha pessoa, na qual a paciente estava legitimamente interessada; e como resultado dessa *mésalliance* - que descrevo como uma “falsa ligação” - provocou-se o mesmo afeto que forçara a paciente, muito tempo antes, a repudiar esse desejo proibido. Desde que descobri isso, tenho podido, todas as vezes que sou pessoalmente envolvido de modo semelhante, presumir que uma transferência e uma falsa ligação tornaram a ocorrer. Curiosamente, a paciente volta a ser enganada todas as vezes que isso se repete.

É impossível concluir qualquer análise a menos que saibamos como enfrentar a resistência que surge por essas três maneiras. Mas podemos encontrar um meio de fazê-lo se resolvermos que esse novo sintoma, produzido com base no modelo antigo, deve ser tratado da mesma forma que os sintomas antigos. Nossa primeira tarefa é tornar o “obstáculo” consciente para o paciente. Numa de minhas pacientes, por exemplo, de repente a técnica da pressão falhou. Eu tinha razões para supor que havia uma representação inconsciente do tipo antes mencionado no item (2), e tentei primeiro lidar com essa representação pegando a paciente de surpresa. Disse-lhe que deveria ter surgido algum obstáculo à continuação do tratamento, mas que a técnica da pressão tinha pelo menos o poder de mostrar-lhe qual era esse obstáculo; pressionei sua cabeça e ela disse, admirada: “Estou vendo o senhor sentado aqui na cadeira, mas isso é absurdo. Que pode significar?” Pude então dar-lhe os esclarecimentos. Numa outra paciente, o “obstáculo” costumava não aparecer diretamente como resultado de minha pressão, mas eu sempre conseguia descobri-lo levando a paciente de volta ao momento em que ele se havia originado. A técnica da pressão jamais deixou de nos trazer de volta esse momento. Quando o obstáculo era descoberto e demonstrado, a primeira dificuldade era removida do caminho. Mas persistia outra maior, que estava em

induzir a paciente a produzir informações que dissessem respeito a relações aparentemente pessoais e onde a terceira pessoa coincidissem com a figura do médico.

A princípio, fiquei muito aborrecido com esse aumento de meu trabalho psicológico, até que percebi que o processo inteiro obedecia a uma lei; e então notei também que esse tipo de transferência não trazia nenhum aumento significativo para o que eu tinha de fazer. Para a paciente, o trabalho continuava a ser o mesmo: ela precisava superar o afeto aflitivo despertado por ter sido capaz de alimentar aquele desejo sequer por um momento; e parecia não fazer nenhuma diferença para o êxito do tratamento que ela fizesse desse repúdio psíquico o tema de seu trabalho no contexto histórico, ou na recente situação relacionada comigo. Aos poucos, também os pacientes aprenderam a compreender que nessas transferências para a figura do médico tratava-se de uma compulsão e de uma ilusão que se dissipavam com a conclusão da análise. Creio, porém, que se lhes tivesse deixado de esclarecer a natureza do “obstáculo”, eu simplesmente lhes teria dado um novo sintoma histórico - embora, é verdade, mais brando - em troca de outro que fora espontaneamente gerado.

Já forneci indicações suficientes, penso eu, da maneira pela qual essas análises foram efetuadas e das observações que fiz no decorrer das mesmas. O que disse talvez faça com que algumas coisas pareçam mais complicadas do que são. Muitos problemas se solucionam quando nos descobrimos empenhados nesse trabalho. Não enumerei as dificuldades do trabalho para criar a impressão de que, em vista das exigências que a análise catártica impõe tanto ao médico como ao paciente, só vale a pena empreendê-la em casos extremamente raros. Permito que minhas atividades médicas sejam regidas pela suposição contrária, embora eu não possa, é verdade, formular as indicações mais definidas para a aplicação do método terapêutico descrito nestas páginas sem entrar num exame do ponto mais importante e abrangente do tratamento das neuroses em geral. Em minha própria mente, tenho muitas vezes comparado a psicoterapia catártica com a intervenção cirúrgica. Tenho descrito meus tratamentos como operações psicoterapêuticas e tenho exposto sua analogia com a abertura de uma cavidade cheia de pus, a raspagem de um região cariada, etc. Uma analogia como essa justifica-se menos pela remoção do que é patológico do que pela criação de condições que tenham maior probabilidade de conduzir o avanço do processo no sentido de recuperação.

Quando prometo a meus pacientes ajuda ou melhora por meio de um tratamento catártico, muitas vezes me defronto com a seguinte objeção: “Ora, o senhor mesmo me diz que minha doença provavelmente está relacionada com as circunstâncias e os acontecimentos de minha vida. O senhor, de qualquer maneira, não pode alterá-los. Como se propõe ajudar-me, então?” E tem-me sido possível dar esta resposta: “Sem dúvida o destino acharia mais fácil

do que eu aliviá-lo de sua doença. Mas você poderá convencer-se de que haverá muito a ganhar se conseguirmos transformar seu sofrimento histérico numa infelicidade comum. Com uma vida mental restituída à saúde, você estará mais bem armado contra essa infelicidade.”

APÊNDICE A: A CRONOLOGIA DO CASO DA SRA. EMMY VON N.

Existem sérias incoerências nas datas do caso clínico da Sra. Emmy von N. apresentadas em todas as edições alemãs da obra e reproduzidas na presente tradução. O início do primeiro período de tratamento da Sra. Emmy por Freud é atribuído duplamente a maio de 1889 em [1]. Esse período durou cerca de sete semanas (ver em [1]). Seu segundo período de tratamento começou exatamente um ano após o primeiro, isto é, em maio de 1890. Tal período durou umas oito semanas (ver em [1]). Freud visitou a Sra. Emmy em sua propriedade do Báltico na primavera do ano seguinte (ver em [1]), isto é, 1891. A primeira contradição dessa cronologia aparece em [1], onde a data dessa visita é indicada como maio de 1890. Esse novo sistema de datação é mantido em pontos posteriores. Em [1] Freud atribui um sintoma surgido no segundo período de tratamento ao ano de 1899, e por duas vezes atribui sintomas que surgiram no primeiro período de tratamento ao ano de 1888. No entanto, recorre a seu sistema original em [1], onde indica a data de sua visita à propriedade do Báltico como 1891.

Há uma evidência em favor da primeira cronologia - isto é, a que atribui o primeiro tratamento da Sra. Emmy por Freud ao ano de 1888. Em [1] ele observa que foi enquanto

estudava as abúlias dessa paciente que começou pela primeira vez a ter sérias dúvidas sobre a validade da asserção de Bernheim de que “a sugestão é tudo”. Externou essas mesmas dúvidas energicamente em seu prefácio a sua tradução do livro de Bernheim sobre a sugestão (Freud, 1888-9), e somos informados, numa carta a Fliess de 29 de agosto de 1888 (1950a, Carta 5), de que ele já terminara o prefácio naquela data. Também nessa carta escreve ele: “Não partilho das opiniões de Bernheim, que me parecem unilaterais.” Se as dúvidas de Freud foram indicadas pela primeira vez pelo tratamento da Sra. Emmy, esse tratamento deve ter tido início, portanto, em maio de 1888, e não de 1889.

A propósito, essa correção esclareceria uma incoerência no relato aceito de algumas das atividades de Freud após seu retorno a Paris, na primavera de 1886. Em seu *Estudo Autobiográfico* (1925d, Capítulo II) ele observa que, ao utilizar o hipnotismo, empregou-o “desde o começo” não só para dar sugestões terapêuticas, mas também com a finalidade de rastrear a história do sintoma até suas origens - desde o começo, em outras palavras, ele usou método catártico de Breuer. Sabemos por uma carta a Fliess, de 28 de dezembro de 1887 (1950a, Carta 2), que foi em fins daquele ano que ele começou a dedicar-se ao hipnotismo; já em [1] e [2] do presente volume, ele nos diz que o caso da Sra. Emmy foi o primeiro em que tentou manejar o procedimento técnico de Breuer. Se, portanto, esse caso data de maio de 1889, houve um intervalo de no mínimo dezesseis meses entre os dois fatos, e, como observa o Dr. Ernest Jones (no Vol. I de sua biografia, 1953, pág. 63, edição inglesa), a memória de Freud era pouco precisa quando ele empregava a expressão “desde o começo”. No entanto, se a data do tratamento da Sra. Emmy fosse antecipada para maio de 1888, essa lacuna ficaria reduzida a apenas uns quatro ou cinco meses.

A questão se encerraria caso fosse possível demonstrar que Freud esteve fora de Viena por um período longo o bastante para cobrir uma visita à Livônia (ou qualquer país que este possa ter representado) durante o mês de maio de 1890 ou de 1891. Mas, infelizmente, as cartas que ainda existem daquele período não oferecem qualquer prova de tal ausência.

A questão torna-se ainda mais obscura em virtude de outra incoerência. Num nota de rodapé em [1], Freud comenta sobre a enorme eficácia de algumas de suas sugestões feitas durante o primeiro período de tratamento (a rigor, em 11 de maio de 1888 ou 1889). A amnésia então produzida por ele, em suas palavras, ainda estava atuante “dezoito meses depois”. Isso por certo se refere à época de sua visita à propriedade campestre da Sra. Emmy, pois, em seu relato dessa visita, ele volta a mencionar tal episódio. Ali, contudo, fala das sugestões originais como se fossem feitas “dois anos antes”. Se a visita à propriedade se deu em maio de 1890 ou de 1891, os “dois anos” devem estar certos e os “dezoito meses” devem ter sido um lapso.

Mas essas contradições repetidas sugerem outra possibilidade. Há motivos para crer que Freud alterou o *local* da residência da Sra. Emmy. Não terá ele, como uma precaução extra

para não trair a identidade de sua paciente, alterado também a *época* do tratamento, mas falhado em manter essas alterações coerentemente até o fim? Toda essa questão permanece em aberto.

APÊNDICE B: LISTA DE OBRAS DE FREUD QUE TRATAM PRINCIPALMENTE DA HISTERIA DE CONVERSÃO

|Na lista que se segue, a data no início de cada título é a do ano em que a obra em questão provavelmente foi escrita. A data no final é a da publicação; a consulta a essa data na Bibliografia e Índice Remissivo de Autores fornecerá maiores detalhes sobre a obra em questão. Os títulos entre colchetes foram publicados postumamente.|

|1886 “Observação de um Caso Grave de Hemianestesia num Homem Histérico.” (1886d)|

1888 “Histeria”, em *Handwoerterbuch*, de Villaret. (1888b)

1892 “Carta a Josef Breuer.” (1941a)

|1892 “Sobre a Teoria dos Ataques Históricos.” (Com Breuer.) (1940d)|

|1892 “Rascunho III”. (1941b)|

1892 “Um Caso de Cura pelo Hipnotismo.” (1892-93)

1892 “Sobre o Mecanismo Psíquico dos Fenômenos Históricos: Comunicação Preliminar.” (Com Breuer.) (1893a)

1893 “Sobre o Mecanismo Psíquico dos Fenômenos Históricos: Uma Conferência.” (1893h)

1893 “Considerações para um Estudo Comparativo das Paralisias Motoras Históricas e Orgânicas.” (1893c)

1894 “As Neuropsicoses de Defesa”, Seção I. (1894a)

1895 *Estudos sobre a Histeria*. (Com Breuer.) (1895d).

|1895 “Projeto para uma Psicologia Científica”, Parte II. (1950a)|

|1896 “Rascunho K”, última Seção, (1950a)|

1896 “Observações Adicionais sobre as Neuropsicoses de Defesa”. (1896b)

1896 “A Etiologia da Histeria.” (1896c)

1901-5 “Fragmento da Análise de um Caso de Histeria.” (1905e)

1908 “As Fantasias Históricas e sua Relação com a Bissexualidade.” (1908a)

1909 “Algumas Observações Gerais sobre os Ataques Históricos.” (1909a)

1909 *Cinco Lições de Psicanálise*, Lições I e II. (1910a)

1910 “A Concepção Psicanalítica do Distúrbio Psicogênico da Visão.” (1910i)

Primeiras Publicações Psicanalíticas

VOLUME III

(1893-1899)

Dr. Sigmund Freud

PREFÁCIO AOS ESCRITOS BREVES DE FREUD 1893-1906 (1906)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

PREFÁCIO A *SAMMLUNG KLEINER SCHRIFTEN ZUR NEUROSENLEHRE AUS DEN JAHREN*

1893-1906

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1906 *S.K.S.N.*, 1, iii. (1911, 2ª ed.; 1920, 3ª ed.; 1922, 4ª ed.)

1925 *G.S.*, 1, 241-2.

1952 *G.W.*, 1, 557-8.

Esta tradução do prefácio por James Strachey parece ser a primeira em inglês.

O livro que leva esse prefácio foi o primeiro dos cinco volumes-coletâneas de artigos breves de Freud, tendo os demais aparecido em 1909, 1913, 1918 e 1922. O presente volume da *Standard Edition* inclui a maior parte do conteúdo dessa primeira coletânea. Entretanto, o primeiro dos artigos em francês, que compara a paralisia orgânica com a histérica (1893c), foi incluído no Volume I da *Standard Edition*, como pertencendo quase inteiramente à fase pré-psicanalítica. Do mesmo modo, seus três últimos itens (dois artigos que figuram nos volumes de Loewenfeld, 1904a e 1906a, e o artigo “Sobre a Psicoterapia”, 1905a), que têm data posterior aos demais, serão encontrados no Volume VII da *Standard Edition*. Além do mais, a “Comunicação Preliminar” (1893a), reimpressa em *Estudos sobre a Histeria* (1895d), está incluída no Volume II da *Standard Edition*, não se repetindo aqui. No entanto, seu lugar é tomado por uma conferência (1893h) recentemente descoberta, contemporânea da “Comunicação Preliminar” e cobrindo o mesmo campo, da qual há uma transcrição estenografada corrigida por Freud. Este volume contém ainda dois artigos que Freud omitira de sua coletânea: a discussão sobre o esquecimento (1898b), depois desenvolvida no primeiro capítulo de *Sobre a Psicopatologia da Vida Cotidiana*, e o artigo sobre as “Lembranças Encobridoras” (1899a). Inclui também a lista das sinopses dos primeiros trabalhos de Freud (1897b), elaboradas por ele mesmo com vistas a sua pretensão ao cargo de Professor.

Em razão da precedência dada por Freud, entre esses artigos, a seu obituário de Charcot, parece adequado introduzir o presente volume da *Standard Edition* com uma reprodução da fotografia autografada com que Charcot o presenteou quando ele deixou Paris em fevereiro de 1886.

PREFÁCIO DE FREUD À COLETÂNEA DOS ESCRITOS BREVES SOBRE A TEORIA DAS NEUROSES DE 1893 A 1906

Atendendo a muitas solicitações que me têm chegado, decidi apresentar a meus colegas, em forma de coletânea, os pequenos trabalhos sobre as neuroses que venho publicando desde 1893. Consistem em quatorze artigos curtos, que em sua maior parte têm o caráter de comunicações preliminares, publicados em boletins científicos ou em periódicos médicos - três deles em francês. Os dois últimos (XIII e XIV), que apresentam em termos sucintos minha atual posição quanto à etiologia e ao tratamento das neuroses, foram extraídos dos conhecidos volumes de Loewenfeld, *Die psychischen Zwangerscheinungen* [Sintomas Psíquicos Obsessivos], 1904, e da 4ª edição de *Sexualleben und Nervenleiden* [Vida Sexual e Doença Nervosa], 1906, e foram escritos por mim a pedido de seu autor, que é meu amigo. [Ver em. [1].]

Esta coletânea serve como introdução e suplemento a minhas publicações de maior envergadura versando sobre os mesmos tópicos - *Estudos sobre a Histeria* (com o Dr. J. Breuer), 1895; *A Interpretação dos Sonhos*, 1900; *Sobre a Psicopatologia da Vida Cotidiana*, 1901 e 1904; *O Chiste e sua Relação com o Inconsciente*, 1905; *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade*, 1905; e *Fragmento da Análise de um Caso de Histeria*, 1905. O fato de ter posto meu Obituário de J.-M. Charcot à frente desta coletânea de artigos de minha autoria deve ser considerado não apenas como o resgate de uma dívida de gratidão, mas também como um marco do ponto em que meu próprio trabalho se separa do trabalho do mestre.

Nenhuma pessoa familiarizada com o processo de desenvolvimento do saber humano ficará surpresa ao constatar que, neste ínterim, ultrapassei algumas das opiniões aqui expressas, ao mesmo tempo que venho modificando outras. Não obstante, consegui manter inalterada a maior parte delas e, de fato, não senti necessidade de eliminar coisa alguma como totalmente errônea ou completamente desprezível.

CHARCOT (1893)

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1893 *Wien. med. Wschr.*, 43 (37), 1513-20. (9 de setembro).

1906 *S.K.S.N.*, 1, 1-13. (1911, 2ª ed.; 1920, 3ª ed.; 1922, 4ª ed.)

1925 *G.S.*, 1, 243-57.

1952 *G.W.*, 1, 21-35.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

“Charcot”

1924 *C.P.*, 1, 9-23. (Trad. de J. Bernays.)

Incluído (Nº XXII) na coleção de sinopses dos primeiros trabalhos de Freud elaborada por ele mesmo (1897b). A presente tradução é baseada na de 1924.

De outubro de 1885 a fevereiro de 1886, Freud trabalhou na Salpêtrière, em Paris, sob a direção de Charcot. Esse foi o ponto crucial de sua carreira, pois foi durante esse período que seu interesse transferiu-se da neuropatologia para a psicopatologia - da ciência física para a psicologia. Ainda que outros fatores mais profundos possam ter interferido na mudança, o determinante imediato foi, sem sombra de dúvida, a personalidade de Charcot. Como escreveu ele a sua futura esposa, logo após ter chegado a Paris (em 24 de novembro de 1885). “Acho que estou mudando muito. Vou dizer-lhe detalhadamente o que me está

afetando. Charcot, que é um dos maiores médicos e um homem cujo senso comum tem um toque de gênio, está simplesmente desarraigando minhas metas e opiniões. Por vezes, saio de suas aulas como se estivesse saindo da Notre Dame, com uma nova idéia de perfeição. Mas ele me exaure; quando me afasto, não sinto mais nenhuma vontade de trabalhar em minhas próprias bobagens; há três dias inteiros não faço qualquer trabalho, e não tenho nenhum sentimento de culpa. Meu cérebro está saciado, como se eu tivesse passado uma noite no teatro. Se a semente frutificará algum dia, não sei; o que sei é que ninguém jamais me afetou dessa maneira...”

Este obituário, escrito poucos dias após a morte de Charcot, é uma evidência adicional da enorme admiração de Freud por ele, admiração que não perdeu até o fim de sua vida. Os ditos de Charcot afloram constantemente nos textos de Freud e, em todos os relatos de seu próprio desenvolvimento, nunca foi esquecido o papel desempenhado por Charcot.

Embora este seja o mais longo estudo de Freud sobre ele, dois ou três outros trabalhos podem complementá-lo: o relatório oficial de Freud às autoridades da Universidade de Viena sobre o curso de seus estudos em Paris (1956a [1886]), fonte de parte do material de tal obituário; a “História do Movimento Psicanalítico” (1914d), *Standard Edition*, Vol. XIV, (ver em [1]), o *Estudo Autobiográfico* (1925d), *ibid.*, Vol. XX (12-4), e também o primeiro volume da biografia de Ernest Jones (1953, 202-5).

CHARCOT

A 16 de agosto deste ano, J.-M. Charcot morreu subitamente, sem dor ou doença, após uma vida de felicidade e fama. Nele, prematuramente, a jovem ciência neurológica perdeu seu maior líder, os neurologistas de todos os países perderam seu grande mestre e a França perdeu um de seus mais destacados cidadãos. Tinha apenas sessenta e oito anos; sua força física e seu vigor mental, ao lado das esperanças que ele expressava tão abertamente, pareciam prometer-lhe a longevidade de que desfrutaram não poucos dos intelectuais deste século. Os nove volumes imponentes de suas *Oeuvres complètes*, em que seus discípulos reuniram suas contribuições à medicina e à neuropatologia, suas *Leçons du mardi*, os relatórios anuais de sua clínica no Salpêtrière, e outros trabalhos mais - todas essas publicações permanecerão preciosas para a ciência e para seus alunos; mas não podem substituir o homem, que tinha ainda muito mais a dar e a ensinar, e de cuja pessoa e cujos textos ninguém jamais se aproximou sem que aprendesse alguma coisa.

Seu grande sucesso trazia-lhe um honesto e humaníssimo prazer, e ele gostava de conversar sobre o começo de sua trajetória e sobre o caminho já percorrido. Sua curiosidade científica, dizia, cedo fora despertada, quando ele era ainda um jovem *interne*, pelo abundante material apresentado pelos fatos da neuropatologia, material sequer compreendido àquele tempo. Nessa época, sempre que fazia a ronda com o médico-assistente num dos departamentos do Salpêtrière (instituição hospitalar encarregada de mulheres), em meio a toda a profusão de paralisias, espasmos e convulsões para os quais, há quarenta anos, não havia nome nem compreensão, ele dizia: “*Faudrait y retourner et y rester*”; e manteve sua palavra. Quando se tornou *médecin des hôpitaux*, imediatamente providenciou seu ingresso num dos departamentos de pacientes nervosos do Salpêtrière. Tendo-o conseguido, lá permaneceu, ao invés de fazer o que se permitia aos médicos franceses - transferir-se, em sucessão regular, de um departamento para outro e de hospital para hospital, mudando ao mesmo tempo de especialidade.

Assim, sua primeira impressão e a resolução daí resultante foram decisivas para a totalidade de seu desenvolvimento ulterior. Dispor de um grande número de pacientes nervosos crônicos permitiu-lhe utilizar seus próprios dotes especiais. Não era Charcot um homem dado a reflexões excessivas, um pensador: tinha, antes, a natureza de um artista - era, como ele mesmo dizia, um “*visuel*”, um homem que vê. Eis o que nos falou sobre seu método de trabalho. Costumava olhar repetidamente as coisas que não compreendia, para aprofundar sua impressão delas dia-a-dia, até que subitamente a compreensão raiava nele. Em sua visão mental, o aparente caos apresentado pela repetição contínua dos mesmos sintomas cedia então lugar à ordem: os novos quadros nosológicos emergiam, caracterizados pela combinação constante de certos grupos de sintomas. Os casos extremos e completos, os “tipos”, podiam ser destacados com a ajuda de uma espécie de planejamento esquemático e, tomando esses tipos como ponto de partida, a mente podia viajar pela longa série de casos mal definidos - as “*formes frustes*” - que, bifurcando-se a partir de um ou outro traço característico do tipo, desvaneciam-se na indistinção. Ele chamava essa espécie de trabalho intelectual, no qual ninguém o igualava, de “nosografia prática”, e se orgulhava dele. Podia-se ouvi-lo dizer que a maior satisfação humana era ver alguma coisa nova - isto é, reconhecê-la como nova; e insistia repetidamente na dificuldade e na importância dessa espécie de “visão”. Costumava indagar por que, na medicina, as pessoas enxergavam apenas o que tinham aprendido a ver. Falava em como era maravilhoso que alguém pudesse subitamente ver coisas novas - novos estados de doença - provavelmente tão velhas quanto a raça humana, e em como tinha que confessar a si mesmo que via agora nas enfermarias hospitalares inúmeras coisas que lhe haviam passado despercebidas durante trinta anos. Não é preciso falar a nenhum médico a respeito da riqueza de formas que a neuropatologia adquiriu através dele, nem do aumento de precisão e segurança de diagnóstico que suas observações tornaram possível. Mas um aluno que passasse com ele muitas horas, acompanhando-o nas inspeções das enfermarias do Salpêtrière - aquele museu de fatos clínicos cujos nomes e características peculiares, em sua maior parte, provieram dele -

haveria de se lembrar de Cuvier, cuja estátua, erguendo-se em frente do Jardin des Plantes, exibe esse grande entendedor e descritor do mundo animal cercado por uma multidão de figuras animais; ou então se lembraria do mito de Adão, que, diante das criaturas do Paraíso que Deus lhe trouxera para serem distinguidas e nomeadas, deve ter experimentado no mais alto grau o prazer intelectual que Charcot tanto louvava, que Deus lhe trouxera para serem distinguidas e nomeadas, deve ter experimentado no mais alto grau o prazer intelectual que Charcot tanto louvava.

De fato, Charcot era infatigável na defesa dos direitos do trabalho puramente clínico, que consiste em observar e ordenar as coisas, contrariando as usurpações da medicina teórica. Em certa ocasião, éramos um pequeno grupo de estudantes estrangeiros que, educados na tradição da fisiologia acadêmica alemã, esgotávamos sua paciência com nossas dúvidas quanto às suas inovações clínicas. “Mas isso não pode ser verdade”, objetou um de nós, “pois contradiz a teoria de Young-Helmholtz”. Ele não retrucou com um “tanto pior para a teoria; primeiro os fatos clínicos”, ou qualquer outra expressão no mesmo sentido; dissemos, entretanto, uma coisa que nos causou enorme impressão: “*La théorie, c’est bon, mais ça n’empêche pas d’exister.*”

Por muitos anos Charcot ocupou a Cátedra de Anatomia Patológica em Paris, tendo prosseguido, voluntariamente e como ocupação secundária, em seus estudos e cursos de neuropatologia, que rapidamente o tornaram famoso tanto no exterior quanto na França. Foi um acaso fortuito para a neuropatologia que o mesmo homem pudesse encarregar-se do desempenho de duas funções: por um lado, criou a descrição nosológica através da observação clínica e, por outro, demonstrou que as mesmas mudanças anatômicas subjaziam à doença, quer esta aparecesse como típica, quer como *forme fruste*. O êxito desse método anátomo-clínico de Charcot é amplamente reconhecido no campo das doenças nervosas orgânicas - tabe, esclerose múltipla, esclerose amiotrófica lateral etc. Frequentemente foram necessários anos de espera paciente antes que se pudesse comprovar a presença da mutação orgânica nessas moléstias crônicas que não são diretamente fatais, e somente num hospital para casos incuráveis, como era o Salpêtrière, seria possível manter os pacientes em observação por períodos tão longos de tempo. Charcot fez a primeira demonstração desse gênero antes de se encarregar de um departamento. Quando era ainda estudante, aconteceu-lhe contratar uma criada que sofria de um tremor singular e não conseguia arranjar colocação devido à sua falta de jeito. Charcot reconheceu em seu estado uma *paralysie choréiforme*, enfermidade que já fora descrita por Duchenne, mas cujo fundamento era desconhecido. Charcot conservou essa curiosa criada, embora ela lhe custasse, no correr dos anos, uma pequena fortuna em pratos e travessas. Quando ela finalmente faleceu, ele estava em condições de demonstrar, a partir desse caso, que a *paralysie choréiforme* era a expressão clínica da esclerose cérebro-espinal múltipla.

A anatomia patológica deve servir à neuropatologia de duas maneiras. Além de

demonstrar a presença de uma alteração mórbida, deve estabelecer a localização dessa mudança; e todos sabemos que, nas duas últimas décadas, a segunda dessas tarefas foi a que despertou maior interesse, sendo a mais ativamente empreendida. Charcot desempenhou também nessa empresa um papel extremamente destacado, embora as descobertas pioneiras não tenham sido feitas por ele. De início ele seguiu a trilha de nosso compatriota Türck, que se diz ter vivido e pesquisado em relativo isolamento entre nós. Quando emergiram as duas grandes inovações - as experiências de estimulação de Hitzig-Fritsch e as descobertas de Flechsig sobre o desenvolvimento da medula espinhal - que anunciaram uma nova época no nosso conhecimento da “localização das doenças nervosas”, as aulas de Charcot sobre esse assunto desempenharam o maior e mais importante papel na aproximação entre as novas teorias e o trabalho clínico, tornando-as frutíferas para este. No que concerne especialmente à relação do aparelho somático muscular com a área motora do cérebro humano, posso lembrar ao leitor o longo período de tempo durante o qual estiveram em questão a natureza mais exata dessa relação, assim como sua topografia. (Haveria uma representação comum de ambas as extremidades nas mesmas áreas? Ou haveria uma representação da extremidade superior na circunvolução central anterior e da extremidade inferior na posterior - isto é, uma disposição vertical?) Afinal, as contínuas observações clínicas e as experiências com estimulação e extirpação em pacientes vivos, durante operações cirúrgicas, decidiram a questão em favor da concepção de Charcot e Pitres, segundo a qual o terço médio das circunvoluções centrais serve principalmente à representação do braço, enquanto o terço superior e a porção medial servem à da perna - ou seja, a disposição da área motora é horizontal.

Uma enumeração das contribuições isoladas de Charcot não nos capacitaria a demonstrar sua importância para a neuropatologia, pois durante as duas últimas décadas não houve tema, qualquer que fosse sua importância, em cuja formulação e discussão a escola do Salpêtrière não tivesse uma significativa participação; e a “escola do Salpêtrière” era, naturalmente, o próprio Charcot, que, com a riqueza de sua experiência, a transparente clareza de suas exposições e a plasticidade de suas descrições, era facilmente reconhecível em todas as publicações da escola. Do círculo de jovens que ele assim reuniu a seu redor e transformou em participantes de suas pesquisas, alguns acabaram adquirindo uma consciência da própria individualidade e conseguiram uma reputação brilhante. Vez por outra, acontecia mesmo a um deles apresentar ao mestre uma asserção que parecia a este mais engenhosa que correta; ele então retorquia com grande sarcasmo em suas conversas e preleções, mas sem causar nenhum prejuízo à relação afetuosa que mantinha com o aluno. De fato, Charcot deixa atrás de si uma legião de discípulos cuja qualidade intelectual e cujas realizações constituem, até agora, uma garantia de que o estudo e a prática da neuropatologia em Paris tão cedo não descerão do alto nível a que Charcot os conduziu.

Em Viena, temos tido freqüentes oportunidades de reconhecer que o valor intelectual de um professor não se combina necessariamente com a influência pessoal direta que ele possa exercer sobre os mais jovens, levando à criação de uma grande e importante escola. Se

Charcot foi muito mais afortunado a este respeito, devemos atribuir isso às qualidades pessoais do homem - à magia que emanava de sua aparência e de sua voz, à cordial franqueza que caracterizava seu trato social, tão logo suas relações com alguém transpunham a etapa de constrangimento inicial, à boa vontade com que punha tudo à disposição de seus discípulos e à sua perene lealdade para com eles. As horas que passava em suas enfermarias eram horas de companheirismo e de troca de idéias com a totalidade de sua equipe médica. Lá, nunca se isolava dela. O mais jovem dos médicos recém-graduados, percorrendo as enfermarias, tinha oportunidade de observá-lo em seu trabalho e podia interrompê-lo; e a mesma liberdade era desfrutada pelos estudantes estrangeiros, que, nos últimos anos, nunca estavam ausentes de suas rondas hospitalares. E, por fim, nas noites em que Madame Charcot, auxiliada por uma filha altamente dotada e cada vez mais parecida com o pai, recebia uma seleta sociedade, os convidados encontravam os discípulos e assistentes médicos, sempre presentes, como parte da família.

Em 1882 ou 1883, as circunstâncias da vida e do trabalho de Charcot assumiram sua forma final. As pessoas haviam-se apercebido de que as atividades desse homem faziam parte do patrimônio da “*gloire*” nacional, que, após a lastimável guerra de 1870-1, era ainda mais zelosamente guardado. O governo, à frente do qual se achava Gambetta, um velho amigo de Charcot, criou para ele uma Cátedra de Neuropatologia na Faculdade de Medicina (para que ele pudesse abandonar a Cátedra de Anatomia Patológica) e também uma clínica, com departamentos científicos auxiliares, no Salpêtrière. “*Le service de M. Charcot*” agora incluía, além das antigas enfermarias para enfermas crônicas, vários consultórios clínicos onde também eram recebidos pacientes masculinos, um amplo ambulatório para pacientes externos - a “*consultation externe*” -, um laboratório histológico, um museu, um departamento eletroterapêutico, um departamento de olhos e ouvidos e um estúdio fotográfico especial. Todas essas coisas eram múltiplas maneiras de manter os antigos discípulos e assistentes permanentemente ligados à clínica, em postos seguros. Os edifícios de dois andares, com sua aparência desgastada pelo tempo e seus pátios internos, lembravam vivamente ao estrangeiro nosso *Allgemeines Krankenhaus*, mas sem dúvida a semelhança não ia além disso. “Aqui pode não ser bonito”, dizia Charcot ao mostrar seus domínios a um visitante, “mas há espaço para fazer tudo o que se quiser.”

Charcot estava bem no auge de sua vida quando essas inúmeras facilidades para o ensino e a pesquisa foram postas à sua disposição. Era um trabalhador infatigável e, creio eu, sempre o mais ocupado de todo o instituto. Suas consultas particulares, às quais ocorriam pacientes “de Samarcândia e das Antilhas”, não conseguiam afastá-lo de suas atividades de ensino ou de suas pesquisas. Sem dúvida, essa multidão não o procurava exclusivamente por ele ser um descobridor famoso, mas também por ser um grande médico e filantropo, que sempre achava a solução dos problemas e era capaz de dar bons palpites nos casos em que o estado atual da ciência não lhe permitia *saber*. Frequentemente o censuraram por seu método terapêutico, que, com sua multiplicidade de receitas, não podia deixar de ofender as

consciências racionalistas. Mas ele estava apenas dando continuidade aos procedimentos correntes naquela época e lugar, sem se iludir muito quanto a sua eficácia. Contudo, não era pessimista em suas expectativas terapêuticas, e repetidamente se mostrava pronto a experimentar novos métodos de tratamento em sua clínica: os êxitos pouco duradouros destes teriam explicação em outro lugar.

Como professor, Charcot era positivamente fascinante. Cada uma de suas aulas era uma pequena obra de arte em construção e composição; era perfeita na forma e tão marcante que, pelo resto do dia, não conseguíamos expulsar de nossos ouvidos o som de suas palavras nem de nossas mentes a idéia que ele demonstrara. Raras vezes fazia demonstrações com pacientes isolados; antes, expunha uma série de casos similares ou contrastantes e comparava-os entre si. Na sala em que dava suas aulas havia um quadro do “cidadão” Pinel removendo as correntes dos pobres loucos do Salpêtrière. O Salpêtrière, que testemunhara tantos horrores durante a Revolução, foi também cenário da mais humana de todas as revoluções. Nessas aulas, o próprio Mestre Charcot causava uma curiosa impressão. Ele, que noutras ocasiões borbulhava de vivacidade e bom humor, e que tinha sempre uma brincadeira nos lábios, parecia então sério e solene com seu pequeno barrete de veludo verde; de fato, chegava mesmo a parecer mais velho. Sua voz soava abrandada. Quase conseguíamos compreender por que os estranhos mal-intencionados criticavam toda a exposição como sendo teatral. Os que assim falavam estavam sem dúvida acostumados à natureza amorfa das conferências clínicas alemãs, ou então se esqueciam de que Charcot dava apenas *uma* aula por semana e, portanto, podia prepará-la cuidadosamente.

Nessa exposição formal, em que tudo estava preparado e todas as coisas tinham que ter seu lugar, Charcot indubitavelmente seguia uma tradição profundamente enraizada; mas sentia também necessidade de apresentar a sua audiência um quadro menos esmerado de suas atividades. Esse propósito era cumprido por sua clínica de pacientes externos, da qual se encarregava pessoalmente nas chamadas “*leçons du mardi*”. Ali levantara casos que lhe eram completamente desconhecidos; expunha-se a todas as casualidades de um exame, a todos os erros de uma primeira investigação; ocasionalmente, punha de lado sua autoridade e admitia, num caso, que não conseguia chegar a qualquer diagnóstico, e noutro, que fora enganado pelas aparências; e nunca parecia maior à sua audiência do que nos momentos em que, fornecendo o mais detalhado relato de seus processos de pensamento e mostrando a máxima franqueza sobre suas dúvidas e hesitações, procurava estreitar dessa forma a distância entre professor e aluno. A publicação dessas aulas improvisadas, dadas nos anos de 1887 e 1888, primeiro em francês e agora também em alemão, ampliou também imensuravelmente o círculo de seus admiradores; nunca antes um trabalho de neuropatologia alcançou tanto sucesso quanto esse junto ao público médico.

Mais ou menos na época em que a clínica foi fundada e em que ele abandonou a cátedra de Anatomia Patológica, houve uma mudança no sentido das investigações científicas de Charcot, fato ao qual devemos o melhor de seu trabalho. Ele declarou que a teoria das

doenças nervosas orgânicas estava então bastante completa e começou a voltar sua atenção quase exclusivamente para a histeria, que assim se tornou de imediato o foco do interesse geral. Esta, a mais enigmática de todas as doenças nervosas, para cuja avaliação a medicina ainda não achara nenhum ângulo de enfoque aproveitável, acabara então de cair no mais completo descrédito, e esse descrédito se estendia não só aos pacientes, mas também aos médicos que se interessassem pela neurose. Sustentava-se que na histeria qualquer coisa era possível e não se dava crédito aos histéricos em relação a nada. A primeira coisa feita pelo trabalho de Charcot foi a restauração da dignidade desse tópico. Pouco a pouco, as pessoas abandonaram o sorriso desdenhoso com que uma paciente podia ter certeza de ser recebida naquele tempo. Ela não era mais necessariamente uma simuladora de doença, pois Charcot jogara todo o peso de sua autoridade em favor da autenticidade e objetividade dos fenômenos histéricos. Charcot repetira, em menor escala, o ato de libertação em cuja memória o retrato de Pinel pendia da parede da sala de conferências do Salpêtrière. Uma vez abandonado o temor cego de ser feito de tolo por algum infeliz paciente - medo que até então bloqueara o caminho de um estudo sério da neurose -, podia-se levantar a questão de qual método de abordagem levaria mais rapidamente à solução do problema. Um observador sem nenhum preconceito poderia chegar a esta conclusão: se encontro alguém num estado tal que manifesta todos os sintomas de um afeto doloroso - chorando, gritando e se enfurecendo -, parece provável a conclusão de que está ocorrendo nele um processo mental cuja expressão apropriada são estes fenômenos físicos. Uma pessoa saudável, se indagada, estaria em condições de dizer que impressão a estava atormentando; o histérico, porém, responderia que não sabe. Logo surgiria o problema de saber como é que um paciente histérico é dominado por um afeto em relação a cuja causa afirma nada saber. Se nos ativermos a nossa conclusão de que *deve* existir um processo psíquico correspondente, e se, ainda assim, acreditarmos no paciente quando ele o nega; se reunirmos as múltiplas indicações de que o paciente se comporta como se de fato *soubesse disso*; e se penetrarmos na história da vida do paciente e descobirmos alguma ocasião, algum trauma, que pudesse evocar de maneira adequada exatamente aquelas expressões de sentimento - então tudo apontará para uma solução: a paciente se acha num estado de ânimo especial em que todas as suas impressões, ou suas lembranças das mesmas, não mais se mantêm reunidas numa cadeia associativa, um estado de ânimo em que é possível a uma lembrança expressar seu afeto através de fenômenos somáticos, sem que o grupo dos outros processos mentais, o eu, tome conhecimento disso ou possa interferir para evitá-lo. Se tivéssemos evocado a conhecida diferença psicológica entre o sono e a vigília, a estranheza de nossa hipótese talvez parecesse menor. Ninguém deve objetar que a teoria de uma divisão (*splitting*) da consciência como solução para o enigma da histeria seja demasiado remota para impressionar um observador destreinado e imparcial, pois, na realidade, ao declarar a possessão demoníaca como causa dos fenômenos histéricos, a Idade Média escolheu essa solução; seria apenas uma questão de trocar a terminologia religiosa daquela era obscurantista e supersticiosa pela linguagem científica de nossos dias.

Charcot, entretanto, não seguiu esse caminho para uma explicação da histeria, embora se

valesse copiosamente dos relatos remanescentes de julgamentos de bruxas e de casos de possessão, a fim de mostrar que as manifestações da neurose naquela época eram idênticas às de hoje. Ele tratou a histeria como sendo apenas mais um tópico da neuropatologia; forneceu uma descrição completa de seus fenômenos, demonstrou que estes tinham suas próprias leis e regularidades, e mostrou como reconhecer os sintomas que possibilitam a feitura de um diagnóstico de histeria. As mais trabalhosas investigações, iniciadas por ele mesmo e por seus discípulos, estenderam-se aos distúrbios histéricos da sensibilidade da pele e dos tecidos mais profundos, ao comportamento dos órgãos dos sentidos e às peculiaridades das contraturas e paralisias histéricas, dos distúrbios tróficos e das alterações do metabolismo. Descreveram-se as muitas formas diferentes do ataque histérico e delineou-se um plano esquemático, retratando a configuração típica do grande ataque histérico [*“grande hystérie”*] como ocorrendo em quatro estágios, o que permitiu rastrear os ataques “menores” comumente observados [*“petite hystérie”*] até essa mesma configuração típica. Estudaram-se também a localização e a frequência da ocorrência das chamadas “zonas histerogênicas”, e a relação destas com os ataques, e assim por diante. Uma vez que se chegou a todas essas informações sobre as manifestações da histeria, fez-se uma quantidade de descobertas surpreendentes. Descobriu-se que a histeria nos homens, especialmente nos da classe trabalhadora, era muito mais freqüente do que se esperava; demonstrou-se convincentemente que certos estados atribuídos à intoxicação alcoólica ou ao envenenamento por chumbo eram de natureza histérica; foi possível incluir na histeria um conjunto de afecções até então não compreendidas nem classificadas; e nos casos em que a neurose se juntara a outros distúrbios de modo a formar quadros complexos, foi possível distinguir o papel desempenhado pela histeria. As investigações de maior alcance foram aquelas votadas às doenças nervosas decorrentes de traumas graves - as “neuroses traumáticas” -, a respeito das quais os pontos de vista ainda são controvertidos e em relação às quais Charcot propusera com êxito os argumentos a favor da histeria.

Depois que as últimas extensões do conceito de histeria levaram com tanta freqüência a uma rejeição do diagnóstico etiológico, tornou-se necessário esmiuçar a etiologia da própria histeria. Charcot propôs uma fórmula simples para esta: devia-se considerar a hereditariedade como causa única. Conseqüentemente, a histeria seria uma forma de degeneração, um membro da *“famille névropathique”*. Todos os outros fatores etiológicos desempenhariam o papel de causas incidentais, de *“agents provocateurs”*.

Naturalmente, a construção desse grande edifício não foi alcançada sem oposição violenta. Mas foi a oposição estéril de uma velha geração que não queria ter suas convicções mudadas. Os neuropatologistas mais jovens, inclusive os da Alemanha, aceitaram os ensinamentos de Charcot em maior ou menor grau. O próprio Charcot estava absolutamente certo de que suas teorias sobre a histeria triunfariam. Quando se objetou que os quatro estágios da histeria, a histeria masculina etc., não eram observáveis fora da França, ele indicou por quanto tempo essas coisas haviam passado despercebidas para ele próprio, e disse uma vez mais que a histeria era a mesma em todas as épocas e lugares. Era

muito sensível à acusação de que a França era uma nação muito mais neurótica que qualquer outra e de que a histeria era uma espécie de mau hábito nacional; e ficou muito satisfeito quando o artigo “Sobre um Caso de Epilepsia Reflexa”, que versava sobre o caso de um granadeiro prussiano, permitiu-lhe fazer um diagnóstico mais abrangente da histeria.

A certa altura de seu trabalho, Charcot elevou-se a um nível mais alto até mesmo do que o de seu tratamento usual da histeria. O passo que deu também lhe assegurou para sempre a fama de ter sido o primeiro a explicar a histeria. Enquanto estava empenhado no estudo das paralisias históricas decorrentes de traumas, teve a idéia de reproduzir artificialmente essas paralisias, que antes diferenciara das orgânicas com todo cuidado. Para esse propósito, utilizou pacientes históricos que colocava em estado de sonambulismo, hipnotizando-os. Teve êxito em provar, através de uma sólida cadeia de argumentos, que essas paralisias eram o resultado de idéias que tinham dominado o cérebro do paciente em momentos de disposição especial. Desse modo, o mecanismo de um fenômeno histórico foi explicado pela primeira vez. Essa amostra incomparavelmente arguta de investigação clínica foi depois retomada por seu discípulo, Pierre Janet, assim como por Breuer e outros, que desenvolveram a partir dela uma teoria da neurose que coincidia com a visão medieval - depois de eles terem substituído o “demônio” da fantasia clerical por uma fórmula psicológica.

O interesse de Charcot pelos fenômenos hipnóticos nos pacientes históricos levou a enormes avanços nessa importante área de fatos até então negligenciados e desprezados, pois o peso de seu nome pôs fim de uma vez por todas a qualquer dúvida sobre a realidade das manifestações hipnóticas. Mas a abordagem exclusivamente nosográfica adotada na escola do Salpêtrière não foi suficiente para um assunto puramente psicológico. A limitação do estudo da hipnose aos pacientes históricos, a diferenciação entre grande e pequeno hipnotismo, a hipótese sobre os três estágios da “grande hipnose” e a caracterização desses estágios por fenômenos somáticos - tudo isso declinou no conceito dos contemporâneos de Charcot, quando Bernheim, discípulo de Liébeault, passou a elaborar a teoria do hipnotismo a partir de fundamentos psicológicos mais abrangentes e a fazer da sugestão o ponto central da hipnose. Os opositores do hipnotismo, satisfeitos em poder ocultar sua falta de experiência pessoal por trás de um apelo à autoridade, são os únicos que ainda se prendem às asserções de Charcot e gostam de tirar proveito de uma declaração feita por ele em seus últimos anos, na qual negava à hipnose qualquer valor como método terapêutico.

Além disso, as teorias etiológicas sustentadas por Charcot em sua doutrina da “*famille névropathique*”, base de todo o seu conceito dos distúrbios nervosos, requererá brevemente, sem dúvida, um minucioso exame e algumas retificações. A tal ponto Charcot superestimou a hereditariedade como agente causativo, que não deixou espaço algum para a aquisição da doença nervosa. À sífilis conferiu apenas um modesto lugar entre os “*agents provocateurs*”; tampouco fez uma distinção suficientemente clara entre as afecções nervosas orgânicas e as neuroses, tanto no que toca a sua etiologia como no que toca a outros aspectos. É inevitável

que o avanço da ciência, na medida em que aumenta nosso conhecimento, deva ao mesmo tempo reduzir o valor de inúmeras coisas que Charcot nos ensinou; mas nem os tempos mutáveis nem as concepções mutáveis podem diminuir a reputação do homem que - na França e em toda parte - estamos hoje pranteando.

VIENA, agosto de 1893.

**SOBRE O MECANISMO PSÍQUICO DOS FENÔMENOS
HISTÉRICOS: UMA CONFERÊNCIA (1893)**

NOTA DO EDITOR INGLÊS

ÜBER DEN PSYCHISCHEN MECHANISMUS

(a) EDIÇÃO ALEMÃ:

1893 *Wien. med. Presse*, 34 (4), 121-6 e (5), 165-7. (22 e 29 de janeiro).

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

“On the Psychological Mechanism of Hysterical Phenomena”

1956 *Int. J. Psycho-Anal.*, 37 (1), 8-13. (Trad. de James Strachey.)

O original alemão parece nunca ter sido reeditado. A presente tradução é uma versão levemente corrigida da de 1956.

O original alemão é encabeçado pelas palavras “Pelo Dr. Josef Breuer e Dr. Sigm. Freud de Viena”. Na verdade, porém, está é uma transcrição estenografada de uma conferência proferida por Freud e por este revista. Embora verse sobre o mesmo assunto (e freqüentemente em termos similares) da famosa “Comunicação Preliminar” (1893a), que tem seu lugar próprio no Volume II da *Standard Edition* no início dos *Estudos sobre a Histeria* (1895d), esta conferência apresenta todos os indícios de ser um trabalho apenas de Freud.

A “Comunicação Preliminar” de Breuer e Freud foi publicada num periódico de Berlim, o *Neurologisches Zentralblatt*, em duas partes, a 1º e a 15 de janeiro de 1893. (Imediatamente depois foi republicada em Viena no *Wiener medizinische Blätter* de 19 e 26 janeiro.) A conferência aqui publicada foi profetizada por Freud numa reunião do Clube Médico de Viena em 11 de janeiro - isto é, antes que a segunda parte da “Comunicação Preliminar” fosse publicada.

Talvez o aspecto mais notável desta conferência seja a predominância do fator traumático entre as causas presumíveis da histeria. Isso constitui, naturalmente, uma prova da força da

influência de Charcot sobre as idéias de Freud. A mudança em direção ao reconhecimento do papel desempenhado pelas “moções pulsionais” estava ainda no futuro.

SOBRE O MECANISMO PSÍQUICO DOS FENÔMENOS HISTÉRICOS

Senhores: Venho hoje a sua presença com o objetivo de informá-los sobre um trabalho cuja primeira parte já foi publicada no *Zentralblatt für Neurologie*, assinada por Josef Breuer e por mim. Como se pode depreender do título do trabalho, ele versa sobre a patogênese dos sintomas histéricos e sugere que as razões imediatas do desenvolvimento dos sintomas histéricos devem ser buscadas na esfera da vida psíquica.

Antes de passar ao conteúdo deste trabalho conjunto, entretanto, devo esclarecer a posição que ele ocupa, bem como nomear o autor e a descoberta que, ao menos em substância, tomamos como ponto de partida, embora nossa contribuição tenha-se desenvolvido de modo bastante independente.

Como os senhores sabem, todos os modernos avanços na compreensão e no conhecimento da histeria derivam do trabalho de Charcot. Na primeira metade dos anos oitenta, Charcot começou a voltar sua atenção para a “neurose maior”, que é como os franceses chamam a histeria. Numa série de pesquisas, ele obteve êxito em provar a presença de regularidades e leis onde as observações clínicas insuficientes ou apáticas de outras pessoas viam apenas simulação de doença ou uma intrigante falta de conformidade à regra. Pode-se afirmar, com segurança, que tudo o que se tem aprendido de inédito sobre a histeria nos últimos anos procede, direta ou indiretamente, de suas sugestões. Contudo, entre os numerosos trabalhos de Charcot, nenhum a meu ver é mais valioso do que aquele onde nos ensinou a compreender as paralisias traumáticas que aparecem na histeria; e como este é precisamente o trabalho que o nosso vem continuar, espero que os senhores me permitam apresentar-lhes esse assunto, uma vez mais, com algum detalhe.

Consideraremos o caso de uma pessoa sujeita a um trauma, sem antes ter estado doente e, talvez, mesmo sem ter qualquer predisposição hereditária. O trauma deve satisfazer a certas condições. Deve ser grave - isto é, ser de uma espécie que envolva a idéia de perigo mortal, de uma ameaça à vida. Mas não deve ser grave no sentido de pôr termo à atividade psíquica. De outra forma, não produziria o resultado que esperamos dele. Assim, por exemplo, não

deve envolver concussão cerebral ou qualquer ferimento realmente sério. Além disso, o trauma deve ter uma relação especial com alguma parte do corpo. Suponhamos que uma pesada tora de madeira caia sobre o ombro de um trabalhador. O golpe o derruba, mas ele logo verifica que nada ocorreu e vai para casa com uma ligeira contusão. Passadas algumas semanas ou meses, ele acorda certa manhã e observa que o braço submetido ao trauma pende flácido e paralisado, embora, no intervalo, que poderíamos chamar de período de incubação, ele o tenha utilizado perfeitamente bem. Se se tratar de um caso típico, é possível que sobrevenham ataques peculiares - que, depois de uma aura, o sujeito desfaleça repentinamente, fique muito agitado e se torne delirante: e, se falar em seu delírio, sua fala talvez mostre que a cena do acidente está sendo repetida nele, acrescida talvez de vários quadros imaginários. O que estará acontecendo aqui? Como se deve explicar esse fenômeno?

Charcot explica o processo reproduzindo-o, induzindo artificialmente o paciente à paralisia. Para promover isso, ele precisa de um paciente que já se encontre num estado histérico; requer ainda o estado de hipnose e o método da sugestão. Ele hipnotiza profundamente um paciente desse tipo e então golpeia seu braço levemente. O braço pende; fica paralisado e exhibe precisamente os mesmos sintomas que ocorrem na paralisia traumática espontânea. O golpe também pode ser substituído por uma sugestão verbal direta: “Veja! Seu braço está paralisado!” Também nesse caso a paralisia apresenta as mesmas características.

Tentemos comparar os dois casos: de um lado, um trauma, de outro, uma sugestão traumática. O resultado final, a paralisia, é exatamente o mesmo em ambos os casos. Se o trauma num deles pode ser substituído, no outro, por uma sugestão verbal, é plausível supor que uma idéia dessa natureza seja responsável pelo desenvolvimento da paralisia também no caso de paralisia traumática espontânea. E, de fato, muitos pacientes relatam que, no momento do trauma, tiveram realmente a sensação de que seu braço estava esmagado. Se assim for, é realmente possível considerar o trauma como equivalente completo da sugestão verbal. Entretanto, para completar a analogia, requer-se um terceiro fator. Para que a idéia “seu braço está paralisado” pudesse provocar uma paralisia no paciente, seria necessário que ele estivesse em estado hipnótico. Mas o trabalhador não se achava em estado hipnótico. Ainda assim, podemos presumir que se encontrasse num estado de espírito especial durante o trauma; e Charcot se inclina a equiparar esse afeto com o estado de hipnose artificialmente induzido. Sendo assim, a paralisia traumática espontânea fica completamente explicada e se torna paralela à paralisia produzida por sugestão; e a gênese do sintoma é determinada de modo inequívoco pelas circunstâncias do trauma.

Além disso, Charcot repetiu a mesma experiência a fim de explicar as contraturas e dores que aparecem na histeria traumática; em minha opinião, dificilmente haverá algum outro ponto em que sua compreensão da histeria tenha avançado mais profundamente. Todavia, sua análise não vai adiante: não ficamos sabendo como são gerados os outros sintomas e, acima

de tudo, não aprendemos como os sintomas histéricos aparecem na histeria comum, não-traumática.

Aproximadamente na mesma época, senhores, em que Charcot assim lançava luz sobre as paralisias histerotraumáticas, o Dr. Breuer, entre 1880 e 1882, empreendia o tratamento médico de uma jovem senhora que - com uma etiologia não-traumática - fora acometida de uma histeria aguda e complicada (acompanhada de paralisias, contraturas, distúrbios da fala e da visão e toda sorte de peculiaridades psíquicas) enquanto tratava de seu pai enfermo. Esse caso conservará um lugar importante na história da histeria, já que foi o primeiro em que um médico teve êxito em elucidar todos os sintomas do estado histérico, desvendando a origem de cada sintoma e descobrindo, ao mesmo tempo, os meios de fazer cada sintoma desaparecer. Podemos dizer que foi o primeiro caso de histeria a se tornar inteligível. O Dr. Breuer guardou para si as conclusões derivadas desse caso até certificar-se de que não se tratava de um caso isolado. Depois de retornar, em 1886, de um curso com Charcot, comecei a fazer, com a constante cooperação do Dr. Breuer, observações detalhadas sobre um número bastante grande de pacientes histéricos, examinando-os a partir desse ponto de vista; descobri então que o comportamento dessa primeira paciente fora de fato típico e que as inferências justificadas por aquele caso podiam ser estendidas a um número considerável de pacientes histéricos, se não a todos.

Nosso material consistia em casos da histeria comum, isto é, não-traumática. Nosso procedimento era a consideração de cada sintoma, em separado, e a indagação das circunstâncias em que ele tinha aparecido pela primeira vez; esforçávamos-nos, desse modo, por chegar a uma idéia clara da causa precipitante que talvez tivesse determinado aquele sintoma. Mas não se deve supor que essa seja uma tarefa simples. Para começar, quando interrogamos os pacientes dentro dessa orientação, em geral não obtemos nenhuma resposta. Num pequeno grupo de casos, os pacientes têm suas razões para não dizer o que sabem. Em um número maior de casos, porém, os pacientes não têm qualquer noção do contexto de seus sintomas. O método pelo qual se consegue alguma coisa é árduo. É assim: os pacientes devem ser colocados em hipnose e então indagados sobre a origem de algum sintoma particular - quando apareceu e o que lembram em conexão com ele. Enquanto se acham nesse estado, a memória, que não lhes era acessível no estado de vigília, retorna. Assim aprendemos, para dizê-lo em termos grosseiros, que há uma experiência afetivamente marcante por trás da maioria dos fenômenos da histeria, se não de todos; e mais, que essa experiência é de tal ordem que torna imediatamente inteligível o sintoma com que se relaciona, mostrando uma vez mais, por conseguinte, que o sintoma é inequivocamente determinado. Se os senhores me permitem comparar essa experiência afetivamente marcante com a grande experiência traumática subjacente à histeria traumática, posso desde já formular a primeira tese a que chegamos: *“Há uma analogia total entre a paralisia traumática e a histeria comum, não-traumática”*. A única diferença é que, na primeira, há um grande trauma em ação, ao passo que, na segunda raramente há um *único* evento principal a ser assinalado, operando antes uma série de impressões afetivas - toda uma

história de sofrimentos. Mas não é nada forçado equiparar essa história, que aparece como o fator determinante nos pacientes histéricos, ao acidente que ocorre na histeria traumática, pois hoje não restam dúvidas de que, mesmo no caso do grande trauma mecânico da histeria traumática, o que produz o resultado não é o fator mecânico, mas o afeto de terror, o trauma *psíquico*. A primeira coisa que se deduz disso, portanto, é que o padrão da histeria traumática, tal como exposto por Charcot nas paralisias histéricas, aplica-se de maneira geral a todos os fenômenos histéricos, ou pelo menos à sua grande maioria. Na totalidade dos casos, aquilo com que temos de lidar é a atuação de traumas psíquicos, que determinam inequivocamente a natureza dos sintomas emergentes.

Apresentarei agora aos senhores alguns exemplos disso. Primeiro, vejamos um caso de ocorrência de contraturas. Durante todo o período de sua doença, a paciente de Breuer, que já mencionei, exibia uma contratura do braço direito. Durante a hipnose, veio à tona o fato de que, algum tempo antes de adoecer, ela fora submetida ao seguinte trauma: estava sentada, semi-adormecida, ao lado do leito de seu pai enfermo; seu braço direito pendia sobre as costas da cadeira e ficou dormente. Nesse momento, ela teve uma alucinação apavorante; tentou afastá-la com um movimento do braço, mas foi incapaz de fazê-lo. Ela lhe deu um susto violento, mas, de momento, o assunto terminou por ali. Só quando da irrupção da histeria é que se instalou a contratura do braço. Em outra paciente, observei que a fala era interrompida por um “estalido” peculiar da língua, semelhante ao grito de um tetraz-das-serras. Eu já me familiarizara há meses com esse sintoma e o encarava como um tique. Só quando me ocorreu perguntar-lhe sob hipnose sobre a origem dele foi que descobri que o ruído aparecera primeiramente em duas ocasiões. Em cada uma destas, ela tomara a firme decisão de se manter absolutamente silenciosa. Isso lhe ocorreu, numa das vezes, ao cuidar de um de seus filhos, que estava seriamente doente. (Tratar de pessoas doentes é um fator que freqüentemente atua na etiologia da histeria.) A criança adormecera e ela se havia determinado não fazer qualquer barulho que pudesse acordá-la. Mas o medo de fazer barulho transformou-se efetivamente na produção de um ruído - um exemplo de “contravontade histérica”; ela apertou os lábios e fez o estalido com a língua. Muitos anos depois, o mesmo sintoma se manifestou uma segunda vez, novamente numa ocasião em que ela decidira ficar absolutamente quieta, e desde então havia persistido. Muitas vezes, uma única causa precipitante não basta para fixar um sintoma; mas, quando esse mesmo sintoma aparece reiteradamente, acompanhado por um afeto específico, torna-se fixado e crônico.

Um dos sintomas mais comuns da histeria é a combinação de anorexia e vômito. Sei de um grande número de casos em que a ocorrência desse sintoma é explicada de maneira bastante simples. Assim, numa paciente o vômito persistiu depois de ela ter lido uma carta humilhante pouco antes de uma refeição e ter ficado violentamente nauseada com isso. Em outros casos, a repulsa pela comida pode ser claramente relacionada ao fato de que; graças à instituição da “mesa comum”, uma pessoa pode ser compelida a fazer uma refeição em companhia de alguém que detesta. A repulsa é então transferida da pessoa para os alimentos. A mulher com o tique, que mencionei há pouco, era particularmente interessante a esse

respeito. Comia excepcionalmente pouco e apenas sob pressão. Ela me informou, sob hipnose, que uma série de traumas psíquicos havia acabado por produzir esse sintoma de repulsa à comida. Quando era ainda criança, sua mãe, muito severa, insistia para que ela comesse toda a carne que tivesse deixado no almoço duas horas depois, quando a carne estava fria e a gordura, toda congelada. Ela o fazia com enorme asco e guardou a lembrança disso; mais tarde, quando já não estava sujeita a essa punição, sentia regularmente enjôo na hora das refeições. Dez anos depois, costumava sentar-se à mesa com um parente tuberculoso que escarrava constantemente, durante as refeições, numa escarradeira postada do outro lado da mesa. Pouco tempo depois, foi obrigada a partilhar suas refeições com um parente que ela sabia ser portador de uma doença contagiosa. Também a paciente de Breuer comportou-se por algum tempo como se sofresse de hidrofobia. Durante a hipnose, revelou-se que ela uma vez surpreendera um cachorro bebendo água em um copo seu.

A insônia ou o sono perturbado são também sintomas usualmente passíveis de uma explicação extremamente precisa. Assim, por anos a fio uma mulher jamais conseguia dormir antes da seis da manhã. Durante muito tempo, dormira num quarto contíguo ao do marido doente, que costumava levantar-se às seis horas. Depois desse horário, ela podia dormir tranqüilamente; e voltou a se comportar da mesma maneira muito anos depois, durante uma doença histérica. Outro caso foi o de um paciente histérico que vinha dormindo pessimamente nos últimos doze anos. Sua insônia, porém, era de um tipo muito especial. No verão, dormia esplendidamente, mas no inverno, muito mal; e em novembro dormia particularmente mal. Não tinha a menor idéia do fator responsável por isso. A investigação revelou que num mês de novembro, doze anos antes, ele passara muitas noites em claro velando junto ao leito de seu filho, que estava acamado com difteria.

A paciente de Breuer, a quem me tenho referido com tanta freqüência, forneceu um exemplo de distúrbio da fala. Por um longo período de sua doença, falava apenas inglês e não conseguia falar nem entender o alemão. Esse sintoma remeteu a um evento que ocorrera antes da irrupção da doença. Em certa ocasião, em estado de grande angústia, ela tentara rezar mas não conseguira encontrar as palavras. Finalmente, ocorreram-lhe algumas palavras de uma prece infantil em inglês. Ao adoecer, posteriormente, o inglês tornou-se a única língua que dominava.

A determinação do sintoma pelo trauma psíquico não é tão transparente em todos os casos. Freqüentemente, só encontramos o que se pode descrever como uma relação “simbólica” entre a causa determinante e o sintoma histérico. Isso se aplica especialmente às dores. Uma paciente, por exemplo, sofria de dores penetrantes entre as sobrancelhas. A razão era que uma vez, quando criança, sua avó lhe dirigira um olhar inquisitório, “penetrante”. A mesma paciente sofreu por algum tempo dores violentas no calcanhar direito, para as quais não havia explicação. Essas dores, ficou-se sabendo, estavam ligadas a uma idéia que ocorrera à paciente quando esta aparecera pela primeira vez em sociedade. Ficara dominada pelo medo de não “acertar o passo” naquele meio. Tais simbolizações foram empregadas por muitos

pacientes num enorme conjunto das chamadas nevralgias e dores. É como se houvesse a intenção de expressar o estado mental através de um estado físico; e o uso lingüístico fornece uma ponte pela qual isso pode ser efetuado. No caso, entretanto, daqueles que são afinal os sintomas típicos da histeria - tais como hemianestesia, restrição do campo visual, convulsões epileptiformes etc. - não se pode demonstrar um mecanismo psíquico dessa ordem. Por outro lado, pode-se fazê-lo freqüentemente com respeito às zonas histerógenas.

Esses exemplos, que escolhi entre inúmeras observações, parecem provar que os fenômenos da histeria comum podem ser seguramente considerados como seguindo o mesmo modelo da histeria traumática, e que, portanto, toda histeria pode ser encarada como histeria traumática, no sentido de que implica um trauma psíquico e de que todo fenômeno histérico é determinado pela natureza do trauma.

A questão adicional a que então se deveria responder refere-se à natureza da conexão causal entre o fator determinante que tenhamos descoberto durante a hipnose e o fenômeno que persiste posteriormente como sintoma crônico. Essa conexão pode ser de vários tipos. Pode ser da espécie que descreveríamos como fator “desencadeante”. Por exemplo, quando alguém com predisposição à tuberculose recebe um golpe no joelho, em conseqüência do qual se desenvolve uma inflamação tuberculosa na junta, o golpe é uma simples causa desencadeante. Mas não é isso que ocorre na histeria. Há uma outra espécie de causação - a saber, a causação *direta*. Podemos elucidá-la tendo por base o quadro de um corpo estranho, que continua a atuar incessantemente como causa estimulante de doença até nos livrarmos dele. *Cessante causa cessat effectus*. A observação de Breuer mostra-nos que há uma conexão deste segundo tipo entre o trauma psíquico e o fenômeno histérico, pois Breuer aprendeu com sua primeira paciente que a tentativa de descobrir a causa determinante de um sintoma era, ao mesmo tempo, uma manobra terapêutica. O momento em que o médico desvenda a ocasião da primeira ocorrência do sintoma e a razão de seu aparecimento é também o momento em que o sintoma se desfaz. Quando, por exemplo, o sintoma apresentado pelo paciente consiste em dores, e quando lhe indagamos sob hipnose sobre sua origem, ele evoca uma série de lembranças ligadas a elas. Se conseguirmos suscitar nele uma lembrança realmente vívida e se ele vir as coisas diante de si com toda a sua realidade original, observaremos que está completamente dominado por algum afeto. E se então o compelirmos a exprimir verbalmente esse afeto, verificaremos que, ao mesmo tempo em que ele manifesta esse afeto violento, o fenômeno de suas dores desponta marcadamente uma vez mais e, daí por diante, o sintoma, em seu caráter crônico, desaparece. Assim se passaram os fatos em todos os exemplos que mencionei. Foi interessante notar que a lembrança desse acontecimento específico era extraordinariamente mais vívida que a lembrança de quaisquer outros, e que o afeto concomitante era tão intenso, talvez, quanto o fora no momento da ocorrência efetiva do evento. Só restava supor que o trauma psíquico de fato continua a atuar no sujeito e sustenta o fenômeno histérico, sendo eliminado tão logo o paciente fala sobre ele.

Como acabei de dizer, quando, de acordo com nosso procedimento, se chega ao trauma psíquico fazendo perguntas ao paciente sob hipnose, descobre-se que a lembrança envolvida é excepcionalmente forte e preserva a totalidade de seu afeto. A questão que agora se coloca é de que modo um evento ocorrido há tanto tempo - talvez dez ou vinte anos - pode continuar exercendo poder sobre o sujeito, e como foi que tais lembranças não foram submetidas ao processos de desgaste e esquecimento.

Com o objetivo de responder a essa questão, eu gostaria de começar por alguns comentários sobre as condições que regem o desgaste dos conteúdos de nossa vida representativa. Partiremos de uma tese que pode ser formulada nos seguintes termos. Quando uma pessoa experimenta uma impressão psíquica, alguma coisa em seu sistema nervoso, que chamaremos provisoriamente de soma de excitação, aumenta. Ora, em todo indivíduo existe uma tendência a tornar a diminuir essa soma de excitação, a fim de preservar a saúde. O aumento da soma de excitação ocorre por vias sensoriais, e sua diminuição, por vias motoras. Assim, podemos dizer que quando alguma coisa atinge alguém, esse alguém reage de maneira motora. Podemos agora afirmar com segurança que depende dessa reação o quanto restará de uma impressão psíquica inicial. Consideremos isso em relação a um exemplo específico. Suponhamos que um homem seja insultado, esmurrado, ou qualquer coisa desse gênero. Esse trauma psíquico está ligado a um aumento da soma de excitação de seu sistema nervoso. Surge então instintivamente uma inclinação a diminuir de imediato a excitação aumentada. Ele revida a ofensa, e então sente-se melhor; talvez tenha reagido adequadamente - isto é, talvez se haja livrado de tanto quanto foi introduzido nele. Ora, essa reação pode assumir várias formas. Para os aumentos muito ligeiros da excitação, as alterações corporais talvez sejam suficientes: chorar, insultar, esbravejar etc. Quanto mais intenso o trauma, maior a reação suficiente. A reação mais adequada, entretanto, é sempre uma tomada de atitude. Mas como observou espirituosamente um escrito inglês, o primeiro homem a desfechar contra seu inimigo um insulto, em vez de uma lança, foi o fundador da civilização. Portanto, as palavras são substitutas das ações e, em alguns casos (por exemplo, na confissão) as únicas substitutas. Dessa maneira, paralelamente à reação adequada, há aquela que é menos adequada. Quando, porém, não há *nenhuma* reação a um trauma psíquico, a lembrança dele preserva o afeto que lhe coube originalmente. Assim, quando alguém que foi insultado não pode vingar o insulto com um golpe retaliatório ou uma ofensa verbal, surge a possibilidade de que a lembrança desse evento torne a evocar nele o afeto originalmente presente. Um insulto revidado, mesmo que apenas com palavras, é recordado de maneira muito diversa de outro que tenha sido forçosamente aceito; e o uso lingüístico descreve caracteristicamente o insulto sofrido em silêncio como uma “mortificação” [*Kraenkung*], literalmente, “adoecimento”. Assim, quando por qualquer motivo não pode haver reação a um trauma psíquico, ele retém seu afeto original, e quando a pessoa não consegue livrar-se do acréscimo de estímulo através de sua “ab-reação”, deparamos com a possibilidade de que o evento em questão permaneça como um trauma psíquico. A propósito, um mecanismo psíquico sadio tem outros métodos de lidar com o afeto de um trauma psíquico mesmo que lhe sejam negadas a reação motora e a reação por palavras - a

saber, elaborando-o associativamente e produzindo idéias contrastantes. Mesmo que a pessoa insultada não retribua o golpe, nem retruque com uma grosseira, ela pode ainda assim reduzir o afeto ligado ao insulto pela evocação de idéias contrastantes, tais como a de seu valor pessoal, da indignidade de seu inimigo, e assim por diante. Quer um homem sadio lide com o insulto de um modo ou de outro, ele sempre consegue chegar ao resultado de que o afeto originalmente intenso em sua memória acabe perdendo a intensidade e finalmente, tendo perdido seu afeto, a lembrança caia vítima do esquecimento e do processo de desgaste.

Ora, descobrimos que não há nos pacientes histéricos nada além de impressões que não perderam seu afeto e cuja lembrança permaneceu vívida. Daí decorre, portanto, que essas lembranças dos pacientes histéricos, que se tornaram patogênicas, ocupam uma posição excepcional com respeito ao processo de desgaste; e a observação mostra que, no caso de todos os eventos que se tornaram determinantes dos fenômenos histéricos, estamos lidando com traumas psíquicos que não foram totalmente ab-reagidos, ou completamente tratados. Podemos, pois, afirmar que *os pacientes histéricos sofrem de traumas psíquicos incompletamente ab-reagidos*.

Constatamos dois grupos de condições sob as quais as lembranças se tornaram patogênicas. No primeiro, as lembranças a que se podem vincular os fenômenos histéricos têm como conteúdo representações que envolveram um trauma tão grande que o sintoma nervoso não teve forças para manipulá-lo de nenhuma forma, ou representações às quais foi vedada a reação por motivos sociais (isso se aplica amiúde à vida conjugal); ou, por fim, o sujeito pode simplesmente recusar-se a reagir, pode não *querer* reagir ao trauma psíquico. Neste último caso, o conteúdo dos delírios histéricos freqüentemente revela ser o próprio círculo de representações que o paciente em seu estado normal rejeitou, inibiu e suprimiu com todas as suas forças. (Por exemplo, ocorrem blasfêmias e representações eróticas nos delírios histéricos de freiras.) No entanto, num segundo grupo de casos, a razão da ausência de reação não está no teor do trauma psíquico, mas em outras circunstâncias, pois é muito freqüente constatarmos que o conteúdo e os fatores determinantes dos fenômenos histéricos são eventos em si mesmos bastante triviais, mas que adquiriram alta significação pelo fato de terem ocorrido em momentos especialmente importantes, quando a predisposição do paciente havia aumentado patologicamente. Por exemplo, o afeto de pavor pode assomar no curso de algum outro afeto intenso e por isso adquirir enorme importância. Os estados dessa ordem são de curta duração e estão, por assim dizer, isolados do resto da vida mental do sujeito. Enquanto se encontra num estado de auto-hipnose como esse, ele não consegue livrar-se associativamente de uma representação que lhe ocorra, tal como faria estando acordado. Depois de considerável experiência com esses fenômenos, julgamos provável que em toda histeria estejamos lidando com um rudimento do que é chamado “*double conscience*” - consciência dupla - e que o fenômeno básico da histeria seja uma tendência para tal dissociação e, com ela, para a emergência de estados da consciência anormais, que

propomos chamar de “hipnóides”.

Consideremos agora a maneira como funciona nossa terapia. Ela se coaduna com um dos mais ardentes desejos humanos - o desejo de poder refazer alguma coisa. Alguém experimentou um trauma psíquico sem reação suficiente a ele. Nós o levamos a experimentá-lo de novo, dessa vez sob hipnose, e o forçamos a completar sua reação. Assim ele pode livrar-se do afeto ligado à representação que estava, por assim dizer, “estrangulado”, e uma vez feito isso, põe-se termo à atuação da representação. Desse modo, curamos não a histeria, mas alguns de seus sintomas individuais, fazendo com que uma reação incompleta se conclua.

Os senhores, portanto, não devem supor que se tenha tirado disso um enorme proveito para a terapêutica da histeria. A histeria, como as neuroses, tem causas mais profundas; e são essas causas mais profundas que estabelecem limites, muitas vezes bem apreciáveis, ao sucesso de nosso tratamento.

AS NEUROPSICOSES DE DEFESA (1894)

(a)EDIÇÕES ALEMÃS:

1894 *Neurol. Zbl.*, 13 (10), 362-4, e (11), 402-9. (15 de maio e 1º de junho).

1906 *S.K.S.N.*, 1, 45-59. (1911, 2ª ed.; 1920, 3ª ed.; 1922, 4ª ed.)

1925 *G.S.*, 1, 290-305.

1952 *G.W.*, 1, 59-74.

(b)TRADUÇÕES INGLESAS:

“The Defense Neuro-Psychoses”

1909 *S.P.H.*, 121-32. (Trad. de A. A. Brill.) (1912, 2ª ed.; 1920, 3ª ed.)

“The Defence Neuro-Psychoses”

1924 *C.P.*, 1, 59-75. (Trad. de J. Rickman.)

Incluído (Nº XXIX) na coletânea das sinopses dos primeiros trabalhos de Freud, elaborada por ele mesmo (1897b). A presente tradução, com o título modificado, baseia-se na de 1924

Quando Freud terminou este artigo, em janeiro de 1894, passara-se um ano desde o aparecimento de seu último trabalho psicopatológico - a “Comunicação Preliminar”, escrita juntamente com Breuer. (As únicas exceções foram o artigo sobre as paralisias histéricas, planejado e rascunhado anos antes, e o obituário de Charcot). E mais um ano haveria de passar antes que quaisquer outros fossem publicados. No entanto, os anos de 1893 e 1894 estiveram longe de ser ociosos. Em 1893, Freud estava ainda produzindo intenso trabalho

neurológico, enquanto, em 1894, preparava sua contribuição aos *Estudos sobre a Histeria*. Mas durante esses dois anos, como podemos constatar por suas cartas a Fliess, ele estava profundamente engajado na investigação daquilo que então afastara completamente a neurologia de seu foco de interesse - os problemas das neuroses. Esses problemas enquadravam-se em dois grupos bastante distintos, respectivamente relacionados com o que mais tarde se tornaria conhecido (ver em. [1], adiante) como as “neuroses atuais” e as “psiconeuroses”. Freud não se sentiu preparado para publicar coisa alguma sobre as primeiras - a neurastenia e os estados de angústia - até o início de 1895. Quanto à histeria e às obsessões, porém, já estava apto a demarcar o campo, daí resultando o presente artigo.

Aqui, é claro, ele tinha ainda um profundo débito para com Charcot e Breuer; entretanto, é possível detectar também um primeiro surgimento de muito do que se iria transformar numa parte essencial de suas próprias concepções. Por exemplo, embora a teoria da defesa tivesse sido mencionada muito brevemente na “Comunicação Preliminar”, ela é aqui longamente discutida pela primeira vez. O próprio termo “defesa” ocorre aqui pela primeira vez (ver em. [1]), o mesmo ocorrendo com “conversão” (ver em. [1]) e “fuga para a psicose” (ver em. [1]). A importância do papel desempenhado pela sexualidade começa a emergir (ver em. [1]); alude-se à questão da natureza do “inconsciente” (ver em. [1]). Talvez o mais importante seja, na segunda seção, o levantamento de toda a teoria fundamental da catexia e sua possibilidade de deslocamento e, no penúltimo parágrafo do artigo, a clara enunciação da hipótese em que se baseou o esquema de Freud. Uma discussão mais completa desse primeiro surgimento das concepções teóricas fundamentais de Freud aparece no Apêndice do Editor Inglês a este artigo, ver. [1] e segs., adiante.

AS NEUROPSICOSES DE DEFESA (TENTATIVA DE FORMULAÇÃO DE UMA TEORIA DA HISTERIA ADQUIRIDA, DE MUITAS FOBIAS E OBSESSÕES E DE CERTAS PSICOSES ALUCINATÓRIAS)

Depois de fazer um estudo detalhado de diversos pacientes nervosos que sofriam de fobias e obsessões, cheguei a uma tentativa de explicação desses sintomas; e isso me permitiu, posteriormente, chegar com êxito à origem desse tipo de representações patológicas em casos novos e diferentes. Minha explicação, portanto, me parece merecer publicação e um exame mais detido. Simultaneamente a essa “teoria psicológica das fobias e obsessões”, minha observação dos pacientes resultou numa contribuição à teoria da histeria ou, antes, numa modificação dela, que parece levar em conta uma importante característica comum à histeria e às neuroses que acabo de mencionar. Além disso, tive a oportunidade de discernir o que sem dúvida constitui uma forma de doença mental e descobri, ao mesmo

tempo, que o ponto de vista que eu adotara provisoriamente estabelecia uma conexão inteligível entre essas psicoses e as duas neuroses em questão. Ao final deste artigo, formularei uma hipótese de trabalho da qual me vali em todos os três casos.

I

Começamos pela modificação que a teoria da neurose histérica me parece reclamar.

Desde o esplêndido trabalho realizado por Pierre Janet, Josef Breuer e outros, pode-se considerar geralmente aceito que a síndrome da histeria, tanto quanto é inteligível até o momento, justifica a suposição de que haja uma divisão da consciência, acompanhada da formação de grupos psíquicos separados. As opiniões, entretanto, estão menos firmadas no que concerne à origem dessa divisão da consciência e ao papel desempenhado por essa característica na estrutura da neurose histérica.

De acordo com a teoria de Janet (1892-4 e 1893), a divisão da consciência é um traço primário da alteração mental na histeria. Baseia-se numa deficiência inata da capacidade de síntese psíquica, na estreiteza do “campo da consciência (*champ de la conscience*)”, que, na forma de um estigma psíquico, evidencia a degeneração dos indivíduos histéricos.

Contrapondo-se à concepção de Janet, que me parece passível de uma multiplicidade de objeções, existe a posição proposta por Breuer em nossa comunicação conjunta (Breuer e Freud, 1893). Segundo ele, “a base e condição *sine qua non* da histeria” é a ocorrência de estados de consciência peculiares, semelhantes ao sonho, com uma capacidade de associação restrita, para os quais propôs o nome de “estados hipnóides”. Nesse caso, a divisão da consciência é secundária e adquirida: ocorre porque as representações que emergem nos estados hipnóides são excluídas da comunicação associativa com o resto do conteúdo da consciência.

Estou agora em condições de fornecer provas de duas outras formas extremas de histeria, nas quais é impossível considerar a divisão da consciência como primária, no sentido de Janet. Na primeira dessas |duas outras| formas, pude repetidas vezes demonstrar que *a divisão do conteúdo da consciência resulta de um ato voluntário do paciente*; ou seja, é promovida por um esforço de vontade cujo motivo pode ser especificado. Com isso, é claro, não pretendo dizer que o paciente tencione provocar uma divisão da sua consciência. A intenção dele é outra, mas, em vez de alcançar seu objetivo, produz uma divisão da

consciência.

Na terceira forma de histeria, que demonstramos através de uma análise psíquica, de pacientes inteligentes, a divisão da consciência desempenha um papel insignificante, ou talvez nulo. Trata-se dos casos em que aconteceu apenas uma falta de reação aos estímulos traumáticos, e que podem, conseqüentemente, ser resolvidos e curados por “ab-reação”. Estas são as “histerias de retenção” puras. No que tange à conexão com as fobias e obsessões, tratarei apenas da segunda forma da histeria. Por motivos que logo ficarão claros, vou chamar essa forma de “histeria de *defesa*”, usando tal nome para distingui-la da histeria *hipnóide* e da histeria de *retenção*. Posso também, provisoriamente, apresentar meus casos de histeria de defesa “adquirida”, já que neles não se tratava nem de uma grave tara hereditária nem de uma atrofia degenerativa individual.

Esses pacientes que analisei, portanto, gozaram de boa saúde mental até o momento em que *houve uma ocorrência de incompatibilidade em sua vida representativa* - isto é, até que seu eu se confrontou com uma experiência, uma representação ou um sentimento que suscitaram um afeto tão aflitivo que o sujeito decidiu esquecê-lo, pois não confiava em sua capacidade de resolver a contradição entre a representação incompatível e seu eu por meio da atividade de pensamento.

Nas mulheres, esse tipo de representações incompatíveis assoma principalmente no campo da experiência e das sensações sexuais; e as pacientes conseguem recordar com toda a precisão desejável seus esforços defensivos, sua intenção de “expulsar aquilo para longe”, de não pensar no assunto, de suprimi-lo. Darei alguns exemplos, facilmente multiplicáveis, extraídos de minha própria observação: o caso de uma moça que se culpava porque, enquanto cuidava do pai doente, pensara num rapaz que lhe causara uma leve impressão erótica; o caso de uma governanta que se apaixonara pelo patrão e resolvera expulsar essa inclinação de sua mente por parecer-lhe incompatível com seu orgulho; e assim por diante.

Não posso, naturalmente, afirmar que um esforço voluntário de eliminar da mente coisas desse tipo seja um ato patológico, nem sei dizer se e de que modo o esquecimento intencional é bem-sucedido nas pessoas que, sob as mesmas influências psíquicas, permanecem saudáveis. Sei apenas que esse tipo de “esquecimento” não funcionou nos pacientes que analisei, mas levou a várias reações patológicas que produziram ou a histeria, ou uma obsessão, ou uma psicose alucinatória. A capacidade de promover um desses estados - que estão todos ligados a uma divisão da consciência - através de um esforço voluntário desse tipo deve ser considerada como manifestação de uma disposição patológica, embora esta não seja necessariamente idêntica à “degeneração” individual ou hereditária.

Quanto ao trajeto entre o esforço voluntário do paciente e o surgimento do sintoma

neurótico, formei uma opinião que pode ser expressa, em termos das abstrações psicológicas correntes, mais ou menos da seguinte maneira. A tarefa que o eu se impõe, em sua atitude defensiva, de tratar a representação incompatível como “*non-arrivé*”, simplesmente não pode ser realizada por ele. Tanto o traço mnêmico como o afeto ligado à representação lá estão de uma vez por todas e não podem ser erradicados. Mas uma realização aproximada da tarefa se dá quando o eu *transforma essa representação poderosa numa representação fraca*, retirando-lhe o afeto - a soma de excitação - do qual está carregada. A representação fraca não tem então praticamente nenhuma exigência a fazer ao trabalho da associação. *Mas a soma de excitação desvinculada dela tem que ser utilizada de alguma outra forma.*

Até esse ponto, os processos observados na histeria, nas fobias e nas obsessões são os mesmos; daí por diante, seus caminhos divergem. Na histeria, a representação incompatível é tornada inócua pela *transformação de sua soma de excitação em alguma coisa somática*. Para isso eu gostaria de propor o nome de conversão.

A conversão pode ser total ou parcial. Ela opera ao longo da linha de inervação motora ou sensorial relacionada - intimamente ou mais

frouxamente - com a experiência traumática. Desse modo o ego consegue libertar-se da contradição com a qual é confrontado; em contrapartida, porém, sobrecarrega-se com um símbolo mnêmico que se aloja na consciência como uma espécie de parasita, quer sob a forma de uma inervação motora insolúvel, quer como uma sensação alucinatória constantemente recorrente, que persiste até que ocorra uma conversão na direção oposta. Conseqüentemente, o traço mnêmico da idéia recalçada não é, afinal, dissolvido; daí por diante, forma o núcleo de um segundo grupo psíquico.

Acrescentarei apenas mais algumas palavras a essa concepção dos processos psicofísicos na histeria. Uma vez formado tal núcleo para uma expulsão (*splitting-off*) histérica num “momento traumático”, ele passa a ser aumentado em outros momentos (que poderiam ser chamados “momentos auxiliares”), sempre que a chegada de uma nova impressão da mesma espécie consegue uma ruptura na barreira erigida pela vontade, suprimindo a representação enfraquecida de um afeto renovado e restabelecendo provisoriamente o elo associativo entre os dois grupos psíquicos, até que uma nova conversão estabeleça uma defesa. A distribuição da excitação assim ensejada na histeria usualmente se revela uma distribuição instável. A excitação, forçada a escoar-se por um canal impróprio (pela inervação somática) vez por outra reencontra o caminho de volta para a representação da qual se destacou, e compele então o sujeito a elaborar a representação associativamente ou a livrar-se dela em ataques histéricos - como vemos no conhecido contraste entre os ataques e os sintomas crônicos. A operação do método catártico de Breuer consiste em promover deliberadamente a recondução da excitação da esfera somática para a psíquica, e assim a resolução da contradição, através da atividade de pensamento e da descarga da excitação por meio da

fala. Se a divisão da consciência que ocorre na histeria adquirida se baseia num ato voluntário, temos então uma explicação surpreendentemente simples para o notável fato de a hipnose ampliar regularmente a consciência restrita do histérico e permitir acesso ao grupo psíquico que foi expelido (*split off*). Na verdade, sabemos ser uma peculiaridade de todos os estados similares ao sono que eles suspendam a distribuição da excitação em que se baseia a “vontade” da personalidade consciente.

Assim, vemos que o fator característico da histeria não é a divisão da consciência, mas *a capacidade de conversão*, e podemos aduzir, como parte importante da predisposição para a histeria - predisposição ainda desconhecida em outros aspectos -, uma aptidão psicofísica para transpor enormes somas de excitação para a inervação somática.

Essa aptidão, por si só, não exclui a saúde psíquica, e só conduz à histeria quando há uma incompatibilidade psíquica ou um acúmulo de excitação. Ao adotarmos essa visão, Breuer e eu nos aproximamos das conhecidas definições da histeria feitas por Oppenheim e Strümpell e divergimos da concepção de Janet, que atribui demasiada importância à divisão da consciência em sua caracterização da histeria. A apresentação aqui fornecida pode sustentar a pretensão de ter tornado inteligível a conexão entre a conversão e a divisão histérica da consciência.

II

Quando alguém com predisposição à neurose carece da aptidão para a conversão, mas, ainda assim, parece rechaçar uma representação incompatível, dispõe-se a separá-la de seu afeto, *esse afeto fica obrigado a permanecer na esfera psíquica*. A representação, agora enfraquecida, persiste ainda na consciência, separada de qualquer associação. *Mas seu afeto, tornado livre, liga-se a outras representações que não são incompatíveis em si mesmas, e graças a essa “falsa ligação”, tais representações se transformam em representações obsessivas*. Essa é, em poucas palavras, a teoria psicológica das obsessões e fobias, mencionada no início deste artigo.

Indicarei agora quais dos vários elementos explicitados nessa teoria podem ser diretamente demonstrados e quais foram supridos por mim. O que se pode demonstrar diretamente, além do produto final do processo - a obsessão -, é, em primeiro lugar, a fonte do afeto agora colocado numa falsa ligação. Em todos os casos que analisei, era a *vida*

sexual do sujeito que havia despertado um afeto aflitivo, precisamente da mesma natureza do ligado à sua obsessão. Teoricamente, não é impossível que esse afeto possa às vezes emergir em outras áreas; resta-me apenas relatar que, até o momento, não deparei com nenhuma outra origem. Ademais, é fácil verificar que é precisamente a vida sexual que traz em si as mais numerosas oportunidades para o surgimento de representações incompatíveis.

Além disso, as mais inequívocas declarações dos pacientes evidenciam o esforço de vontade e a tentativa de defesa enfatizados pela teoria; e pelo menos num bom número de casos os próprios pacientes informam-nos que sua fobia ou obsessão apareceu pela primeira vez depois que um esforço de vontade aparentemente atingiu seu objetivo com êxito. “Certa vez me aconteceu uma coisa muito desagradável, e tentei com muito empenho afastá-la de mim e não pensar mais nisso. Finalmente, consegui, mas aí me apareceu essa outra coisa, de que não pude livrar-me desde então.” Foi com essas palavras que uma paciente confirmou os pontos principais da teoria que aqui desenvolvi.

Nem todos os que sofrem de obsessões têm uma idéia tão clara assim sobre sua origem. Em geral, quando se chama a atenção do paciente, para a representação primitiva, de natureza sexual, a resposta é: “Não pode provir daí. Nunca pensei muito nisso. Por um momento fiquei assustado, mas logo desviei o pensamento e, desde então, isso nunca mais me perturbou.” Nessa freqüente objeção temos a prova de que a obsessão representa um substituto ou sucedâneo da representação sexual incompatível, tendo tomado seu lugar na consciência.

Entre o esforço voluntário do paciente, que consegue recalcar a representação sexual inaceitável, e o surgimento da representação obsessiva, que, embora tendo pouca intensidade em si mesma, está agora suprida [ver em. [1]] de um afeto incompreensivelmente forte, subsiste o hiato que a teoria aqui desenvolvida busca preencher. A separação da representação sexual de seu afeto e a ligação deste com outra representação - adequada, mas não incompatível - são processos que ocorrem fora da consciência. Pode-se apenas presumir sua existência, mas não prová-la através de qualquer análise clínico-psicológica. [Cf. em [1].] Talvez fosse mais correto dizer que tais processos não são absolutamente de natureza psíquica, e sim processos físicos cujas conseqüências psíquicas se apresentam como se de fato tivesse ocorrido o que se expressa pelos termos “separação entre a representação e seu afeto” e “falsa ligação” deste último.

Junto aos casos que mostram uma seqüência entre uma representação sexual incompatível e uma representação obsessiva, encontramos vários outros em que as representações obsessivas e as representações sexuais de caráter aflitivo ocorrem simultaneamente.

Não será muito satisfatório chamar estas últimas de “representações obsessivas sexuais”, pois falta-lhes um traço essencial das representações obsessivas: elas se mostram perfeitamente justificadas, ao passo que o caráter aflitivo das representações obsessivas comuns é um problema tanto para o médico quanto para o paciente. Até onde tenho podido explorar o terreno nos casos desse tipo, o que ocorre é que uma defesa perpétua vai-se erigindo contra representações sexuais que reemergem continuamente - ou seja, um trabalho que ainda não chegou a sua conclusão.

Já que os pacientes estão cômnicos da origem sexual de suas obsessões, freqüentemente as mantêm em segredo. Quando chegam a se queixar delas, costumam expressar seu espanto por estarem sujeitos ao afeto em questão - por sentirem angústia, ou terem certos impulsos, e assim por diante. Ao médico experiente, pelo contrário, o afeto parece justificado e compreensível; o que ele acha notável é apenas que um afeto desse tipo esteja ligado a uma representação que não o merece. O afeto da obsessão, em outras palavras, parece-lhe estar *desalojado ou transposto*, e se tiver aceito o que se disse nestas páginas, ele poderá, em diversos casos de obsessões, *retraduzi-las em termos sexuais*.

Para fornecer essa conexão secundária ao afeto liberado, pode-se utilizar qualquer representação que, por sua natureza, possa unir-se a um afeto da *qualidade* em questão, ou que tenha com a representação incompatível certas relações que a façam parecer adequada como substituta dela. Assim, por exemplo, a angústia liberada cuja origem sexual não deva ser lembrada pelo paciente irá apoderar-se das fobias primárias comuns da espécie humana, relacionadas com animais, tempestades, escuridão, e assim por diante, ou de coisas inequivocamente associadas, de um modo ou de outro, com o que é sexual - tais como a micção, a defecação ou, de um modo geral, a sujeira e o contágio.

O eu leva muito menos vantagem escolhendo a *transposição do afeto como método de defesa do que escolhendo a conversão* histérica da excitação psíquica em inervação somática. O afeto de que o eu sofre permanece como antes, inalterado e não diminuído, com a única diferença de que a representação incompatível é abafada e isolada da memória. As representações recalçadas, como no outro caso, formam o núcleo de um segundo grupo psíquico, que, acredito, é acessível mesmo sem a ajuda da hipnose. Se as fobias e obsessões são desacompanhadas dos notáveis sintomas que caracterizam a formação de um grupo psíquico independente na histeria, isto é sem dúvida porque, em seu caso, toda a alteração permaneceu na esfera psíquica, e a relação entre a excitação psíquica e a inervação somática não sofreu qualquer mudança.

Para ilustrar o que foi dito sobre as obsessões, darei alguns exemplos que suponho serem típicos:

(1) Uma jovem sofria auto-recriminações obsessivas. Quando lia alguma coisa nos jornais sobre falsificadores de moedas, ocorria-lhe a idéia de que também ela produzira dinheiro falso; se uma pessoa desconhecida cometia um assassinato, perguntava-se ansiosamente se não teria sido ela a autora daquela ação. Ao mesmo tempo, estava perfeitamente cônica do disparate dessas acusações obsessivas. Por algum tempo, esse sentimento de culpa adquiriu tal ascendência sobre ela que suas capacidades críticas ficaram embotadas e ela se acusou perante seus parentes e seu médico de ter realmente cometido todos esses crimes. (Eis um exemplo de psicose por simples intensificação - uma “*Überwältigungspsychose*” uma psicose em que o eu é subjugado. Um minucioso interrogatório revelou então a fonte de onde brotava seu sentimento de culpa. Estimulada por uma sensação voluptuosa casual, ela se deixara induzir por uma amiga a se masturbar, e praticara a masturbação durante anos, inteiramente consciente de sua má ação, que era acompanhada das mais violentas, embora inúteis, auto-recriminações. Um excesso a que se entregara depois de ir a um baile havia produzido a intensificação que levou à psicose. Depois de alguns meses de tratamento e da mais estrita vigilância, a jovem se recuperou.

(2) Uma outra moça sofria de um pavor de ser dominada pela necessidade de urinar e de ser incapaz de evitar molhar-se, desde a ocasião em que uma necessidade desse tipo de fato a obrigara a sair de um salão de concerto durante a apresentação. Pouco a pouco, essa fobia a deixara completamente incapaz de se divertir ou de freqüentar a sociedade. Só se sentia bem ao saber que havia um toailete próximo e acessível, que ela poderia atingir discretamente. Não havia sombra de nenhuma enfermidade orgânica que pudesse justificar essa desconfiança em seu poder de controlar a bexiga; quando ela estava em casa, em condições tranqüilas, ou à noite, a necessidade de urinar não assomava. Um exame detalhado mostrou que a necessidade ocorrera primeiramente nas seguintes circunstâncias: no salão de concerto, um cavalheiro ao qual ela não era indiferente tomara assento não longe dela. A moça começou a pensar nele e a imaginar-se sentada a seu lado, como sua esposa. Durante esse devaneio erótico, teve a sensação corporal que é comparável à ereção masculina e que, no caso dela - não sei se é sempre assim -, terminava com uma leve necessidade de urinar. Ficou então muito aterrorizada pela sensação sexual (à qual estava normalmente acostumada), pois tomara a resolução interna de combater aquela preferência específica, assim como qualquer outra que pudesse sentir; no momento seguinte, o afeto se transferira para a necessidade concomitante de urinar e a compelira, depois de agoniada luta, a deixar o recinto. Em sua vida corriqueira, ela era tão pudica que experimentava intenso horror por qualquer coisa relacionada a sexo e não podia contemplar a idéia de vir a casar-se um dia. Por outro lado, era tão hiperestésica sexualmente que, durante qualquer devaneio erótico, ao qual se abandonava prontamente, a mesma sensação voluptuosa aparecia. Em todas as ocasiões a ereção era acompanhada pela necessidade de urinar, embora sem produzir-lhe qualquer impressão até a cena no salão de concerto. O tratamento levou-a a um controle quase completo de sua fobia.

(3) Uma jovem esposa, que tivera apenas um filho em cinco anos de casamento, queixou-

se a mim de sentir um impulso obsessivo de se atirar pela janela, ou de uma sacada, e queixou-se também de um temor de apunhalar seu filho, temor que a acometia quando via uma faca afiada. Admitiu que raramente havia relações sexuais conjugais, sempre sujeitas a precauções contra a concepção, mas afirmou não sentir falta delas por não ser de natureza sensual. Nesse ponto, aventurei-me a dizer-lhe que, à vista de um homem, ocorriam-lhe representações eróticas e que, por isso, ela perdera a confiança em si própria e se considerava uma pessoa depravada, capaz de qualquer coisa. A tradução da representação obsessiva em termos sexuais foi um êxito. Em lágrimas, ela imediatamente confessou a precariedade de seu casamento, há muito ocultada; e me comunicou também, mais tarde, representações angustiantes de caráter sexual inalterado, tais como a sensação freqüentíssima de que alguma coisa a forçava por sob sua saia.

Tenho-me valido desse tipo de observações em meu trabalho terapêutico, reconduzindo a atenção dos pacientes com fobias e obsessões às representações sexuais recalcadas, a despeito de todos os seus protestos, e, sempre que possível, estancando as fontes de onde tais representações provieram. Não posso, naturalmente, afirmar que *todas* as fobias e obsessões emergem do modo que aqui caracterizei. Em primeiro lugar, minha experiência delas inclui apenas um número limitado de casos, em comparação com a freqüência dessas neuroses; e, em segundo lugar, eu mesmo estou ciente de que nem todos esses sintomas “psicastênicos”, como os chama Janet, são equivalentes. Existem, por exemplo, fobias puramente histéricas. Penso, contudo, que será possível mostrar a presença do mecanismo de transposição do afeto na maioria das fobias e obsessões, e portanto insisto em que essas neuroses, que são encontradas isoladamente com tanta freqüência quanto combinadas com a histeria ou a neurastenia, não devem ser indiscriminadamente misturadas com a neurastenia comum, para cujos sintomas básicos não há nenhum fundamento para se pressupor um mecanismo *psíquico*.

III

Em ambos os casos até aqui considerados, a defesa contra a representação incompatível foi efetuada separando-a de seu afeto; a representação em si permaneceu na consciência, ainda que enfraquecida e isolada. Há, entretanto, uma espécie de defesa muito mais poderosa e bem-sucedida. Nela, o eu rejeita a representação incompatível juntamente com seu afeto e se comporta como se a representação jamais lhe tivesse ocorrido. *Mas a partir do momento em que isso é conseguido, o sujeito fica numa psicose que só pode ser qualificada como “confusão alucinatória”*. Um único exemplo pode servir para ilustrar

essa asserção:

Uma moça devotara a um homem sua primeira afeição impulsiva e acreditava firmemente que ele lhe retribuía o amor. Na verdade, estava enganada; o rapaz tinha motivos diferentes para visitar sua casa. Não faltaram decepções. A princípio, a jovem se defendeu delas, fazendo uma conversão histérica das experiências em questão, e assim preservou sua crença de que um dia ele pediria sua mão. Ao mesmo tempo, porém, sentia-se doente e infeliz, porque a conversão fora incompleta e ela deparava-se continuamente com novas impressões dolorosas. Por fim, num estado de grande tensão, aguardou a chegada dele em determinado dia, que era de celebração familiar. Mas o dia passou e ele não apareceu. Quando todos os trens em que ele poderia vir já tinham chegado e partido, ela entrou num estado de confusão alucinatória: ele chegara, ela ouviu sua voz no jardim, desceu às pressas, de camisola, para recebê-lo. Daquele dia em diante, durante dois meses, ela viveu um sonho encantador cujo conteúdo era que ele estava presente, ao seu lado, e tudo voltara a ser como antes (antes da época das decepções que ela rechaçara com tanto empenho). Sua histeria e seu desânimo foram superados. Durante a enfermidade, ela silenciou sobre todo o período final de dúvida e sofrimento; ficava feliz desde que não fosse perturbada, e só explodia de ódio quando alguma norma de conduta reiterada pelos que a rodeavam vinha atrapalhá-la em algo que lhe parecia ser uma decorrência lógica de seu abençoado sonho. Essa psicose, que fora ininteligível na época, foi explicada dez anos depois com a ajuda de uma análise hipnótica. |cf.em [1]|.

O fato para o qual desejo agora chamar atenção é que o conteúdo de uma psicose alucinatória desse tipo *consiste precisamente na acentuação da representação* que era ameaçada pela causa precipitante do desencadeamento da doença. Portanto, é justificável dizer que o eu rechaçou a representação incompatível através de uma fuga para a psicose. O processo pelo qual isso é conseguido escapa, mais uma vez, à autopercepção do sujeito, assim como escapa à análise psicológico-clínica. Deve ser encarado como a expressão de uma predisposição patológica de grau bastante alto e pode ser descrito mais ou menos como se segue. O eu rompe com a representação incompatível; esta, porém, fica inseparavelmente ligada a um fragmento da realidade, de modo que, à medida que o eu obtém esse resultado, também ele se desliga, total e parcialmente, da realidade. Em minha opinião, este último evento é a condição sob a qual as representações do sujeito recebem a vividez das alucinações; assim, quando a defesa consegue ser levada a termo, ele se encontra num estado de confusão alucinatória.

Disponho apenas de muito poucas análises de psicoses dessa natureza. Penso, entretanto, que deparamos aqui com um tipo de enfermidade psíquica muito freqüentemente empregada, pois em nenhum manicômio faltam exemplos que podem ser considerados análogos - a mãe que adoeceu pela perda de seu bebê e que agora embala incessantemente um pedaço de madeira nos braços, ou a noiva rejeitada que, adornada com seus trajes nupciais, espera durante anos pelo noivo.

Talvez não seja supérfluo assinalar que os três métodos de defesa aqui descritos e, juntamente com eles, as três formas de doença a que levam esses métodos podem combinar-se numa mesma pessoa. O aparecimento simultâneo de fobias e sintomas histéricos, freqüentemente observado na prática, é um dos fatores que dificultam uma separação nítida entre a histeria e as outras neuroses e que tornam necessária a postulação da categoria de “neuroses mistas”. É verdade que a confusão alucinatória nem sempre é compatível com a persistência da histeria nem das obsessões, de um modo geral. Por outro lado, não é raro uma psicose de defesa irromper episodicamente no decurso de uma neurose histérica ou mista.

Gostaria, por fim, de me deter por um momento na hipótese de trabalho que utilizei nesta exposição das neuroses de defesa. Refiro-me ao conceito de que, nas funções mentais, deve-se distinguir algo - uma carga de afeto ou soma de excitação - que possui todas as características de uma quantidade (embora não tenhamos meios de medi-la) passível de aumento, diminuição, deslocamento e descarga, e que se espalha sobre os traços mnêmicos das representações como uma carga elétrica espalhada pela superfície de um corpo.

Essa hipótese, que aliás já está subjacente a nossa teoria da “ab-reação” na “Comunicação Preliminar” (1893a), pode ser aplicada no mesmo sentido que os físicos aplicam a hipótese de um fluxo de energia elétrica. Ela é provisoriamente justificada por sua utilidade na coordenação e explicação de uma grande variedade de estados psíquicos.

VIENA, *fim de janeiro de 1894.*

APÊNDICE: O SURGIMENTO DAS HIPÓTESES FUNDAMENTAIS DE FREUD

Com esse primeiro artigo sobre as neuropsicoses de defesa, Freud deu expressão pública, se não direta, ao menos implicitamente, a muitas das noções teóricas mais fundamentais sobre as quais se baseou todo o seu trabalho posterior. Não se deve esquecer que o artigo foi escrito em janeiro de 1894 - um ano após a publicação da “Comunicação Preliminar” e um ano antes da conclusão da seção principal dos *Estudos sobre a Histeria* e das contribuições teóricas de Breuer para aquele volume. À época em que escreveu o artigo, portanto, Freud estava profundamente envolvido em sua primeira série de investigações

psicológicas. Destas começavam a emergir diversas inferências clínicas e, por trás delas, algumas hipóteses mais gerais que emprestariam coerência às descobertas clínicas. Mas foi somente passados mais seis meses após a publicação dos *Estudos sobre a Histeria* - no outono de 1895 - que Freud fez uma primeira tentativa de exposição sistemática de suas concepções teóricas; e tal tentativa (o “Projeto para uma Psicologia Científica”) foi deixada incompleta e não publicada por seu autor. Só viu a luz do dia em 1950, mais de meio século depois. Nesse intervalo, o estudante interessado nas concepções teóricas freudianas tinha que captar o que pudesse das descrições descontínuas, e por vezes obscuras, fornecidas por Freud em vários pontos posteriores de sua carreira. Além disso, sua única discussão extensa de suas teorias em anos posteriores - os artigos metapsicológicos de 1915 - sobreviveu apenas de forma truncada: sete dos doze artigos desapareceram completamente.

Em sua “História do Movimento Psicanalítico” (1914d), Freud declarou que “a teoria do recalçamento”, ou defesa, para dar-lhe seu nome alternativo, “é a pedra angular sobre a qual repousa toda a estrutura da psicanálise” (Edição *Standard* Brasileira, Vol. XIV, ver em [1], IMAGO Editora, 1974). O termo “defesa” realmente ocorre pela primeira vez no presente artigo (ver em [1]), e é aqui que a teoria recebe sua primeira consideração efetiva, embora uma ou duas frases lhe tivessem sido dedicadas na “Comunicação Preliminar” (Edição *Standard* Brasileira, Vol. II, ver em [1], 3ª edição, IMAGO, 1995) e na “Conferência” (ver em [1] deste volume).

Entretanto, a própria hipótese clínica da defesa era necessariamente baseada em pressuposições mais gerais, uma das quais é especificada no penúltimo parágrafo deste artigo (ver em [1]). Essa pressuposição pode ser convenientemente designada (embora o nome provenha de data um pouco posterior) como teoria da “catexia” (“*Besetzung*”). Talvez não haja nenhuma outra passagem, nos escritos publicados de Freud, em que ele reconheça tão explicitamente a necessidade dessa que constitui a mais fundamental de todas as suas hipóteses: “nas funções mentais, deve-se distinguir algo - uma carga de afeto ou soma de excitação - que possui todas as características de uma quantidade... passível de aumento, diminuição, deslocamento e descarga...” A noção de “quantidade deslocável” estivera implícita, é claro, em todas as suas discussões teóricas anteriores. Como ele próprio indica nessa mesma passagem, ela estava subjacente à teoria da ab-reação; foi a base necessária do princípio da constância (que logo será discutido); estava implícita sempre que Freud utilizava expressões como “carregado com uma soma de excitação” (ver em [1]), “suprido com uma carga de afeto” (1893c), “suprido de energia” (1895b), - predecessoras do que logo se converteria no termo padrão “catexizado”. Já no prefácio a sua primeira tradução de Bernheim (1888-9) ele falara em “deslocamentos da excitabilidade no sistema nervoso”.

Esse último exemplo traz-nos à mente, entretanto, uma complicação adicional. Pouco mais de dezoito meses após escrever o presente artigo, Freud enviou a Fliess o notável fragmento conhecido como o “Projeto”, já mencionado acima. Ali a hipótese da catexia é, pela

primeira e última vez, integralmente discutida. Mas essa discussão completa traz claramente à luz algo que é esquecido com demasiada facilidade. Durante todo esse período Freud parece ter considerado os processos de catexização como eventos *materiais*. Em seu “Projeto”, duas pressuposições básicas foram explicitadas. A primeira era a da validade da então recente descoberta histológica de que o sistema nervoso consistia em cadeias de neurônios; a segunda era a idéia de que a excitação dos neurônios devia ser considerada como “uma quantidade sujeita às leis gerais do movimento”. Combinando essas duas pressuposições, “chegamos à idéia de um neurônio ‘catexizado’, cheio de determinada quantidade, embora em outras ocasiões possa estar vazio” (“Projeto”, Parte I, Seção 2). Entretanto, embora a catexia fosse assim definida primariamente como um evento neurológico, a situação não era tão simples. Até muito pouco tempo antes, o interesse de Freud estivera centrado na neurologia, e agora que seus pensamentos estavam sendo cada vez mais desviados para a psicologia, era natural que seu primeiro esforço fosse o de conciliar esses dois interesses. Acreditava ele que devia ser possível postular os fatos da psicologia em termos neurológicos, e seus esforços nesse sentido culminaram precisamente no “Projeto”. A tentativa falhou; o “Projeto” foi abandonado; e nos anos que se seguiram, pouco mais se ouviu sobre a base neurológica dos eventos psicológicos, exceto (como veremos adiante, ver em [1] e seg.) em conexão com o problema das “neuroses atuais”. Contudo, esse repúdio não envolveu nenhuma revolução maciça. O fato, sem dúvida, é que as formulações e hipóteses apresentadas por Freud em termos neurológicos tinham sido efetivamente elaboradas com vistas mais do que parciais aos eventos psicológicos; e quando chegou o momento de abandonar a neurologia, verificou-se que a maior parte do material teórico podia ser entendida como aplicável - a rigor, mais convincentemente aplicável - a fenômenos puramente mentais.

Essas considerações aplicam-se ao conceito de “catexia”, que apresentou um sentido inteiramente não-físico em todos os escritos posteriores de Freud, inclusive o sétimo capítulo teórico de *A Interpretação dos Sonhos* (1900a). Aplicam-se também à hipótese posterior que utiliza o conceito de catexia de que ficou mais tarde conhecida como “princípio da constância”. Também esta começou como uma hipótese aparentemente fisiológica. O princípio é definido no “Projeto” (Parte I, Seção I) como “princípio da inércia neuronal, que afirma que os neurônios tendem a se desfazer da quantidade”. Foi formulado em termos psicológicos vinte e cinco anos depois, em *Além do Princípio do Prazer* (1920g), como se segue: “O aparelho mental se esforça por manter a quantidade de excitação nele presente tão baixa quanto possível, ou, pelo menos, por mantê-la constante.” (Edição *Standard* Brasileira, Vol. XVIII, pág. [1], IMAGO Editora, 1976). Esse princípio não é explicitamente estabelecido no presente artigo, embora esteja implícito em vários pontos. Já fora mencionado na conferência sobre a “Comunicação Preliminar” (1893h, ver em [1]), embora não na própria “Comunicação Preliminar”, e no artigo em francês sobre as paralisias histéricas (1893c). Fora também formulado com muita clareza num rascunho

postumamente publicado da “Comunicação Preliminar” (1940d), datado de “Fim de novembro de 1892”, e citado, antes disso ainda, numa carta de Freud a Breuer datada de 29 de junho de 1892 (1941a), assim como, indiretamente, numa das notas de rodapé de Freud a sua tradução de um volume das *Leçons du Mardi*, de Charcot (Freud, 1892-94, 107). Nos anos posteriores, o princípio foi repetidamente discutido: por exemplo, por Breuer em sua contribuição teórica aos *Estudos sobre a Histeria* - (1895d), Edição *Standard* Brasileira, Vol. II, ver em [1] e [2], 3ª edição, IMAGO, 1995, e por Freud em “Os Instintos (*Pulsões*) e suas Vicissitudes” (1915c), *ibid.*, Vol. XIV, ver em [1], [2] e [3], *ibid.*, 1974; e em *Além do Princípio do Prazer* (1920g), Vol. XVIII, ver em [1], [2] e [3] e seg., *ibid.*, 1976, onde ele lhe deu pela primeira vez a nova denominação de “princípio do Nirvana”.

O princípio do prazer, não menos fundamental que o princípio da constância no arsenal psicológico de Freud, está igualmente presente neste artigo, embora mais uma vez apenas implicitamente. A princípio, Freud considerou os dois princípios intimamente ligados, e talvez idênticos. No “Projeto” (Parte I, Seção 8), escreveu: “Já que temos certo conhecimento de uma tendência da vida psíquica a evitar o desprazer, ficamos tentados a identificá-la com a tendência primária à inércia. Nesse caso, o *desprazer* coincidiria com um aumento do nível da quantidade... O *prazer* corresponderia à sensação de descarga.” Só muito mais tarde, em “O Problema Econômico do Masoquismo” (1924c), é que Freud demonstrou a necessidade de distinguir os dois princípios (Vol. XIX, ver em [1], [2] e [3], IMAGO Editora, 1976). O curso das alterações na visão de Freud sobre essa questão é detalhadamente acompanhado numa nota de rodapé do Editor inglês ao artigo metapsicológico sobre “Os Instintos (*Pulsões*) e suas Vicissitudes” (1915c), Vol. XIV, ver em [1] e [2], IMAGO Editora, 1974.

Pode-se levantar a questão adicional de até que ponto essas hipóteses fundamentais eram específicas de Freud e até que ponto derivaram de outras influências. Muitas fontes possíveis têm sido sugeridas - Helmholtz, Herbart, Fechner e Meynert, entre outros. Este, contudo, não é o lugar para se introduzir uma questão tão abrangente. Basta dizer que Ernest Jones a examinou exaustivamente no primeiro volume de sua biografia de Freud (1953, 405-15).

Cabe dizer algumas palavras sobre um ponto que se destaca particularmente do penúltimo parágrafo deste artigo - a aparente equivalência dos termos “carga de afeto (*Affektbetrag*)” e “soma de excitação (*Erregungssumme*)”. Estará Freud utilizando tais palavras como sinônimos? A descrição que faz dos afetos na Conferência XXV de suas *Conferências Introdutórias* (1916-17) e seu uso da palavra na Seção III do artigo sobre “O Inconsciente” (1915e), assim como numerosas outras passagens mostram que em geral ele atribuía a “afeto” aproximadamente o mesmo sentido que costumamos dar a “sentimento” ou

“emoção”. “Excitação”, por outro lado, é um dos vários termos que ele parece usar para descrever a desconhecida energia da “catexia”. No “Projeto”, como vimos, ele a chama simplesmente de “quantidade. Em outros trechos, utiliza termos como “intensidade psíquica” ou “energia pulsional”. “Soma de excitação” remonta a sua menção ao princípio da constância na carta a Breuer de junho de 1892. Assim, os dois termos parecem *não* ser sinônimos. Essa opinião é confirmada por uma passagem de Breuer no capítulo teórico dos *Estudos sobre a Histeria*, onde ele fornece razões para a suposição de que os afetos “acompanham um aumento da excitação”, implicando com isso que se trata de duas coisas diferentes (Edição *Standard* Brasileira, Vol. II, ver em [1], 3ª edição, IMAGO, 1995). Tudo isso pareceria bastante claro, não fosse por uma passagem no artigo metapsicológico sobre o “Recalcamento” (1915d), Vol. XIV, ver em [1] e segs., IMAGO Editora, 1974. Trata-se da passagem em que Freud mostra que o “representante psíquico” de uma pulsão consiste em dois elementos que têm destinos bem diferentes sob a ação do recalcamento. Um desses elementos é a representação ou grupo de representações catexizadas, e o outro é a energia pulsional nelas investida. “Para esse outro elemento do representante psíquico a expressão *carga afetiva* tem sido genericamente adotada”. Algumas frases adiante e em vários outros pontos, ele se refere a esse elemento como “fator quantitativo”, mas depois, ainda um pouco além, volta a falar nele como “carga de afeto”. À primeira vista, Freud pareceria estar tratando afeto e energia psíquica como noções sinônimas. Mas esse afinal não pode ser o caso, já que exatamente na mesma passagem ele menciona como um possível destino da pulsão “a transformação em afetos... das energias psíquicas das pulsões” (Edição *Standard* Brasileira, Vol. XIV, ver em [1], IMAGO Editora, 1974).

A explicação da aparente ambigüidade parece residir na concepção subjacente de Freud sobre a natureza dos afetos. Sua formulação mais clara talvez seja a que se encontra na terceira seção do artigo sobre “O Inconsciente” (1915e), Edição *Standard* Brasileira, Vol. XIV, ver em [1] e [2], IMAGO Editora, 1974, onde Freud declara que os afetos “correspondem a processos de descarga cujas manifestações finais são percebidas como sentimentos”. De modo similar, na Conferência XXV das *Conferências Introdutórias*, ele indaga o que é um afeto “no sentido dinâmico” e prossegue: “Um afeto inclui, em primeiro lugar, determinadas inervações ou descargas motoras e, em segundo lugar, certos sentimentos; estes são de dois tipos: as percepções das ações motoras ocorridas e os sentimentos diretos de prazer e desprazer, que, como se costuma dizer, dão ao afeto seu tom predominante.” E, por último, no artigo sobre “O Recalcamento”, do qual partimos, ele escreve que a carga de afeto “corresponde à pulsão na medida em que esta... encontra expressão, proporcional a sua quantidade, em processos que são vivenciados como afetos”.

Assim, é provavelmente correto supor que Freud considerasse a “carga de afeto” como uma manifestação particular da “soma de excitação”. Sem dúvida, é verdade que o afeto era o que estava usualmente envolvido nos casos de histeria e neuroses obsessivas que

constituíram o principal interesse de Freud no período inicial. Por essa razão, ele tendia, nessa época, a descrever a “quantidade deslocável” como uma carga de afeto, em vez de descrevê-la, em termos mais gerais, como uma excitação; e esse hábito parece ter persistido mesmo nos artigos metapsicológicos, onde uma diferenciação mais precisa poderia ter contribuído para a clareza de sua tese.

OBSESSÕES E FOBIAS: SEU MECANISMO PSÍQUICO E SUA ETIOLOGIA (1895 |1894|)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

OBSESSIONS ET PHOBIES

(LEUR MÉCANISME PSYCHIQUE ET LEUR ÉTIOLOGIE)

(a) EDIÇÕES EM FRANCÊS:

1895 *Rev. Neurol.*, 3 (2), 33-8. (30 de janeiro).

1906 *S.K.S.N.*, 1, 86-93. (1911, 2ª ed.; 1920, 3ª ed.; 1922, 4ª ed.)

1925 *G.S.*, 1, 334-42.

1952 *G.W.*, 1, 345-53.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

“Obsessions and Phobias”

1924 *C.P.*, 1, 128-37. (Trad. de M. Meyer.)

Incluído (nº XXX) na coletânea de sinopses dos primeiros trabalhos de Freud elaborada por ele mesmo (1897b). O original está em francês. A presente tradução é uma versão consideravelmente revista da publicada em 1924. Uma tradução alemã, de A.Schiff, sob o título “Zwangsvorstellungen und Phobien”, foi publicada em *Wien. klin. Rundsch.*, 9 (17), 262-3 e (18), 276-8, a 28 de abril de 5 de maio de 1895.

Embora este artigo tenha sido publicado quinze dias após o primeiro artigo sobre a neurose de angústia (1895b), foi escrito anteriormente, pois há aqui uma referência (ver em [1]) ao artigo sobre a neurose de angústia como algo que Freud esperava escrever no futuro, e há naquele uma referência ao presente artigo (ver em [1], adiante).

A primeira parte deste artigo é pouco mais que uma repetição da Seção II do primeiro artigo sobre “As Neuropsicoses de Defesa” (1894a), tratando das obsessões. A última parte, relativa às fobias, é discutida no Apêndice do Editor inglês (ver em [1] [2]).

Este é um dos três artigos que Freud escreveu em francês por volta dessa época; o primeiro (1893c), que versa sobre a distinção entre paralisias orgânicas e histéricas, será encontrado no primeiro volume da Edição *Standard*, e o restante neste volume, em [1] e segs. Em um ou dois casos, os termos franceses selecionados pelo próprio Freud como versões dos termos alemães interessam ao tradutor inglês. Assim, ele sempre traduz “Zwangsvorstellung” pelo francês “*obsession*”. Isso deve dissipar qualquer sentimento inquietante de que a versão inglesa adequada devesse ser “representação compulsiva” ou coisa semelhante. De fato, parece não ter havido nenhum equivalente em alemão para a palavra francesa e inglesa até que Krafft-Ebing introduziu “Zwangsvorstellung” em 1867 (cf. Loewenfeld, 1904, 8). A palavra inglesa “*obsession*”, no sentido de idéia fixa, remonta pelo menos ao século XVII. Do mesmo modo, Freud traduz “Zwangsnervose” pelo francês “*névrose d’obsessions*”. O alemão “*Angstnervose*” é por ele vertido por “*névrose d’angoisse*”; entretanto, em pelo menos um ponto (ver em [1]), ele traduz “*Angst*” por “*anxiété*”, palavra francesa com a mesma conotação da inglesa “*anxiety*” (Ver em [1] e

seg.). Outra palavra que Freud usa com enorme frequência em seus escritos desse período é “*unverträglich*”, aplicada às representações recalçadas na histeria ou descartadas de outras maneiras na neurose obsessiva. Há uma boa dose de má vontade em aceitar essa palavra como significando “incompatível”. Existe outra palavra alemã com apenas uma letra a menos, “*unetraeglich*”, que significa “intolerável”. Esta última ocorre algumas vezes, provavelmente por erro de impressão, nas edições alemãs (cf. em [1]), e o termo “intolerável” foi adotado como tradução uniforme na maior parte do primeiro volume dos *Collected Papers* de 1924. As dúvidas quanto ao sentido pretendido por Freud parecem ter sido dirimidas pelo equivalente francês escolhido por ele - “*inconciliable*”.

Pode-se acrescentar que, no Volume I das *Gesammelte Werke* (publicado em 1952), no início do primeiro desses artigos em francês (que é o que foi incluído no Volume I da Edição *Standard*), lê-se a seguinte nota de rodapé: “Nos três artigos em francês, o texto original foi revisto e corrigido no que concerne aos erros de impressão e erros de francês, embora se tenha respeitado estritamente o sentido.” A maioria das alterações assim efetuadas é puramente verbal, e conseqüentemente não afetou a tradução inglesa. Em alguns casos, porém, neste artigo e no que é reproduzido mais adiante (ver em [1] e segs.), talvez se possa pensar que as modificações foram mais além, embora em duas delas (ver em [1] e [2]) a versão de 1952 de fato remonte à que consta da publicação periódica original. Ao decidir sobre os casos duvidosos, deve-se ter em mente que o próprio Freud muito provavelmente leu por inteiro as reimpressões de 1906 e de 1925, já que acrescentou novas notas de rodapé a esta última (cf. em [1]). As versões de 1906 são as que adotamos usualmente no texto. Em todos os casos fornece-se a alternativa numa nota de rodapé.

OBSESSÕES E FOBIAS: SEU MECANISMO PSÍQUICO E SUA ETIOLOGIA

Começarei por questionar duas afirmações que têm sido freqüentemente repetidas a respeito das síndromes de “obsessões” e “fobias”. Deve-se dizer, em primeiro lugar, que elas não podem ser incluídas na neurastenia propriamente dita, já que os pacientes afligidos por esses sintomas são ora neurastênicos, ora não o são; e, em segundo lugar, não temos justificativa para encará-las como efeito de degeneração mental, pois são encontradas em pessoas não mais degeneradas do que a maioria dos neuróticos em geral, e porque às vezes elas se recuperam e outras vezes conseguimos até mesmo curá-las.

As obsessões e as fobias são neuroses distintas, com mecanismo e etiologia específicos, que consegui demonstrar num certo número de casos e que, segundo espero, se revelarão

semelhantes num número de casos novos.

Quanto à classificação do assunto, proponho, em primeiro lugar, excluir um grupo de obsessões intensas que nada mais são do que lembranças, imagens inalteradas de eventos importantes. Como exemplo, posso citar a obsessão de Pascal: ele sempre achava estar vendo um abismo a sua esquerda, “depois de quase ter sido atirado no Sena em seu coche”. Tais obsessões e fobias, que podem ser chamadas de *traumáticas*, estão ligadas aos sintomas da histeria.

A parte esse grupo, devemos distinguir: (a) as obsessões verdadeiras; (b) as fobias. A diferença essencial entre elas é a seguinte:

Dois correspondentes são encontrados em toda obsessão: (1) uma representação que se impõe ao paciente; (2) um estado emocional associado. Ora, no grupo das fobias, esse estado emocional é sempre de “angústia”, ao passo que, nas obsessões verdadeiras, outros estados emocionais, como a dúvida, o remorso ou a raiva, podem ocorrer tanto quanto a angústia. Tentarei primeiramente explicar o mecanismo psicológico, realmente notável, das obsessões verdadeiras - um mecanismo bem diferente do das fobias.

I

Em muitas obsessões verdadeiras, é evidente que o principal é o estado emocional, já que este permanece inalterado, enquanto a representação a ele associada varia. A jovem do Caso 1 citado adiante, por exemplo, sentia um certo grau de remorso por toda sorte de razões - por ter cometido um furto, por ter maltratado as irmãs, por ter fabricado dinheiro falso etc. As pessoas que duvidam têm muitas dúvidas simultânea ou sucessivamente. É o estado emocional que permanece constante nelas; a representação muda. Em outros casos, a representação também parece fixada, como no Caso 4, da menina que perseguia os empregados da casa com um ódio incompreensível, embora modificando constantemente o objeto individual.

Ora, uma cuidadosa análise psicológica desses casos mostra que o *estado emocional, como tal, é sempre justificado*. A moça do Caso 1, que sofria de remorso, tinha boas razões para isso; a mulher do Caso 3, que duvidava de sua capacidade de resistência à tentação, sabia muito bem por quê. A moça do Caso 4, que detestava os criados, tinha bons motivos para se queixar etc. Só que - e é nessas duas características que reside a marca patológica -

(1) *o estado emocional persiste indefinidamente* e (2) a representação associada *não é mais a representação apropriada original, relacionada com a etiologia da obsessão, mas uma representação que a substitui, um sucedâneo dela.*

A prova disso é o fato de que sempre conseguimos descobrir, na história prévia do paciente, *no início da obsessão*, a representação original que foi substituída. Todas as representações substituídas têm atributos comuns; elas correspondem a experiências realmente penosas na vida sexual do sujeito, que ele se esforça por esquecer. Consegue meramente substituir a representação incompatível por uma outra, mal adaptada para se associar com o estado emocional, o qual, por sua vez, permanece inalterado. É essa *mésalliance* entre o estado emocional e a representação associada que explica os disparates tão característicos das obsessões.

Passo agora a apresentar minhas observações, e concluirei com uma tentativa de explicação teórica.

Caso 1. Uma jovem censurava-se por coisas que sabia serem absurdas: por ter roubado, fabricado dinheiro falso, por envolver-se numa conspiração etc., conforme o que tivesse lido durante o dia.

Reinstauração da representação substituída: Ela se recriminava pela masturbação que vinha praticando em segredo, sem conseguir abandoná-la. Foi curada por uma cuidadosa vigilância, que a impediu de se masturbar.

Caso 2. Um rapaz, estudante de medicina, sofria de obsessão análoga. Recriminava-se por toda sorte de atos imorais: por ter matado o primo, violado a irmã, ateado fogo a uma casa etc. Chegou ao ponto de ter que se voltar na rua para ver se ano tinha assassinado a última pessoa a passar por ele.

Reinstauração: Ficara muito afetado pela leitura, num livro paramédico, de que a masturbação, na qual era viciado, destruía a moral das pessoas.

Caso 3. Várias mulheres queixaram-se de um impulso obsessivo de se atirarem pela janela, ferirem seus filhos com facas, tesouras etc.

Reinstauração: Obsessões baseadas em tentações típicas. Tratava-se de mulheres que, inteiramente insatisfeitas com seus casamentos, tinham de lutar contra os desejos e idéias voluptuosas que constantemente as perturbavam à visão de outros homens.

Caso 4. Uma moça perfeitamente sadia e muito inteligente exibia um ódio incontrolável pelos empregados de sua casa. Este fora deflagrado em conexão com uma criada impertinente e se transferia de criada para criada, a ponto de tornar o serviço doméstico impossível. O sentimento era uma mistura de ódio e repugnância. Ela se justificava dizendo que a grosseria dessas moças arruinava sua representação do amor.

Reinstauração: Essa moça fora testemunha involuntária de uma cena de amor em que sua mãe tomara parte. Escondera o rosto, tapara os ouvidos e fizera o máximo para esquecer a cena, pois ela a repugnava e teria tornado impossível sua permanência com a mãe, a quem ela amava ternamente. Teve êxito em seus esforços, mas a raiva pela maculação de sua representação do amor persistiu dentro dela, e esse estado emocional logo se ligou à representação de alguma pessoa que assumisse o lugar de sua mãe.

Caso 5. Uma jovem se isolara quase completamente por causa de um medo obsessivo da incontinência urinária. Não podia mais sair de seu quarto ou receber visitas sem ter urinado inúmeras vezes. Quando estava em casa ou inteiramente só, o medo não a perturbava.

Reinstauração: Tratava-se de obsessão baseada na tentação ou na desconfiança. Ela não desconfiava de sua bexiga, mas de sua resistência aos impulsos eróticos. A origem da obsessão mostra-o claramente. Uma vez, no teatro, vendo um homem que a atraía, ela sentiu um desejo erótico, acompanhado (como as poluções espontâneas nas mulheres sempre o são) de um desejo de urinar. Foi obrigada a deixar o teatro e, a partir desse momento, viu-se presa do medo de experimentar a mesma sensação, mas o desejo de urinar substituíra o desejo erótico. Ficou completamente curada.

Embora os casos que enumerei mostrem graus variáveis de complexidade, têm em comum o seguinte: a representação original (incompatível) foi substituída por outra representação, a representação substituta. Nos casos que acrescento agora, a representação original foi substituída, mas não por outra representação - foi substituída por atos ou impulsos que serviram originalmente como medidas de *alívio* ou como procedimentos *protetores*, e que são agora grotescamente associados a um estado emocional que não lhes é adequado, mas que permaneceu inalterado e continuou a ser tão justificável quanto em sua origem.

Caso 6. Aritmomania obsessiva. - Uma mulher via-se na obrigação de contar as tábuas do assoalho, os degraus da escada etc., atos estes que praticava num ridículo estado de angústia.

Reinstauração: Ela começara a contar para desviar sua mente das representações obsessivas (de tentação). Conseguira fazê-lo, mas o impulso de contar substituíra a obsessão original.

Caso 7. Preocupação e especulação obsessivas. - Uma mulher sofria de ataques dessa obsessão, que só cessavam quando ela adoecia, cedendo então lugar a temores hipocondríacos. O tema de sua preocupação era sempre uma parte ou função de seu corpo; por exemplo a respiração: “Por que preciso respirar? Suponhamos que eu não queira respirar” etc.

Reinstauração: Logo no princípio ela sofrera do medo de enlouquecer - fobia hipocondríaca bastante comum entre mulheres não satisfeitas por seus maridos, como era seu caso. *Para se assegurar de que não estava louca*, de que estava ainda de posse de suas faculdades mentais, começara a se fazer perguntas e a se interessar por problemas sérios. Isso inicialmente a acalmara, mas, com o tempo, o hábito da especulação substituiu a fobia. Por mais de quinze anos, alternaram-se nela períodos de medo (patofobia) e de especulação obsessiva.

Caso 8. Folie du doute. - Vários casos mostraram os sintomas típicos dessa obsessão, mas foram explicados de forma muito simples. Essa pessoa tinha sofrido ou sofriam ainda de várias obsessões, e o conhecimento de que essas obsessões haviam perturbado todos os seus atos e interrompido muitas vezes o curso de seu pensamento provocava uma dúvida legítima quanto à confiabilidade de sua memória. Todos já tivemos nossa confiança abalada, já fomos forçados a reler uma carta ou refazer um cálculo, quando nossa atenção é dispersada várias vezes durante a realização desse ato. A dúvida é um resultado bastante lógico na presença de obsessões.

Caso 9. Folie du doute. (Hesitação.) - A moça do Caso 4 se tornara extremamente vagarosa na execução de todos os seus atos cotidianos, em especial na de sua toalete. Levava horas para amarrar os sapatos ou limpar as unhas. A guisa de explicação, dizia que não conseguia fazer sua toalete enquanto as representações obsessivas ocupavam sua mente, nem imediatamente após. Assim, acostumara-se a esperar um intervalo definido depois de cada retorno da representação obsessiva.

Caso 10. Folie du doute. (Medo de pedacinhos de papel.) - Uma jovem sofria de escrúpulos após ter escrito uma carta; ao mesmo tempo, juntava todos os pedaços de papel que enxergava. Explicou esse fato confessando um amor que antes se recusara a admitir. Em consequência da repetição constante do nome de seu amado, fora dominada pelo medo de que esse nome pudesse ter-lhe escapado da pena, de que pudesse tê-lo escrito em algum pedaço de papel num momento de introspecção.

Caso 11. Misofobia [Medo de sujeira.] - Uma mulher lavava suas mãos constantemente e só tocava os trincos das portas com os cotovelos.

Reinstauração: É o caso de Lady Macbeth. A lavagem era simbólica, destinada a substituir pela pureza física a pureza moral que ela lastimava ter perdido. Atormentavam-na os remorsos pela infidelidade conjugal, cuja lembrança ela resolvera banir da mente. Além disso, costumava lavar seus órgãos genitais.

No que tange à teoria desse processo de substituição, ficarei contente em responder a três perguntas que aqui surgem:

(1) Como se produz a substituição?

Ela parece ser expressão de uma predisposição mental específica herdada. De qualquer forma, a “hereditariedade similar” é encontrada com bastante frequência nos casos obsessivos, assim como na histeria. O paciente do Caso 2, por exemplo, contou-me que seu pai sofrera de sintomas semelhantes. Certa vez, o rapaz me apresentou a um primo em primeiro grau que tinha obsessões e um *tic convulsif*, e à filha de sua irmã, de 11 anos, que já dava sinais de obsessões (provavelmente de remorso).

(2) Qual o motivo da substituição?

Penso que ele pode ser considerado como um ato de defesa (*Abwehr*) do ego contra a representação incompatível. Entre meus pacientes há alguns que se recordam do esforço deliberado de banir a representação ou recordação aflitiva do campo da consciência. (Ver Casos 3, 4 e 11). Em outros casos, a expulsão da representação incompatível é processada de modo inconsciente, que não deixa nenhum traço na memória do paciente.

(3) Por que o estado emocional associado com a representação obsessiva persiste indefinidamente, em vez de se dissipar como outros estados de nosso eu?

Essa questão pode ser respondida com referência à teoria da gênese dos sintomas histéricos, desenvolvida por Breuer e por mim. Aqui observarei apenas que, pelo próprio fato da substituição, torna-se impossível o desaparecimento do estado emocional.

II

Além desses dois grupos de obsessões verdadeiras, há a classe de “fobias”, que deve ser agora considerada. Já mencionei a grande diferença entre obsessões e fobias: nestas últimas,

a emoção é sempre de angústia, de medo. Poderia acrescentar que as obsessões são variadas e mais especializadas, enquanto as fobias são mais monótonas e típicas. Mas essa distinção não é de importância capital.

Entre as fobias, é também possível diferenciar dois grupos, conforme a natureza do objeto temido: (1) fobias comuns, medo exagerado de coisas que todos detestam ou temem em alguma medida, tais como a noite, a solidão, a morte, as doenças, os perigos em geral, as cobras etc.; (2) fobias contingentes, medo de condições especiais que não inspiram medo ao homem normal: por exemplo, agorafobia e as outras fobias da locomoção. É interessante notar que essas fobias não têm o traço obsessivo que caracteriza as verdadeiras obsessões e as fobias comuns. O estado emocional só aparece, nesses casos, em condições especiais, que o paciente evita cuidadosamente.

O mecanismo das fobias é totalmente diferente do das obsessões. A substituição não é mais o traço predominante nas primeiras; a análise psicológica não revela nelas nenhuma representação incompatível substituída. Nunca se encontra nada além do *estado emocional de angústia*, que, por uma espécie de processo seletivo, traz à tona todas as representações adequadas para se tornarem alvo de uma fobia. No caso da agorafobia etc., encontramos freqüentemente *a recordação de um ataque de angústia*; e o que o paciente de fato teme é a ocorrência de tal ataque nas condições especiais em que acredita não poder escapar dele.

A angústia pertinente a esse estado emocional, que subjaz a todas as fobias, não deriva de qualquer lembrança; bem podemos imaginar qual seja a fonte dessa poderosa condição do sistema nervoso.

Espero poder demonstrar, em outra ocasião, que há motivos para se distinguir uma neurose especial, a “neurose de angústia”, cujo principal sintoma é esse estado emocional. Enumerarei então seus vários sintomas e insistirei sobre a necessidade de diferenciar essa neurose da neurastenia, com a qual é agora confundida. *As fobias, portanto, fazem parte da neurose de angústia*, e são quase sempre acompanhadas por outros sintomas do mesmo grupo.

Tanto quanto posso perceber, também *a neurose de angústia tem uma origem sexual*, mas não se prende a representações extraídas da vida sexual; para dizê-lo com propriedade, não tem qualquer mecanismo psíquico. Sua causa específica é a acumulação de tensão sexual produzida pela abstinência ou pela excitação sexual não consumada (usando o termo como fórmula geral para os efeitos do *coitus reservatus*, da impotência relativa do marido, da excitação não satisfeita dos noivos, da abstinência forçada etc.).

É nessas condições, extremamente freqüentes na sociedade moderna, especialmente entre

as mulheres, que se desenvolve a neurose de angústia (da qual as fobias são uma manifestação psíquica).

Para concluir, posso assinalar que é possível coexistirem combinações de uma fobia com uma obsessão propriamente dita, e essa é de fato uma ocorrência muito freqüente. Podemos constatar que uma fobia se desenvolvera no início da doença como um sintoma de neurose de angústia. A representação que constitui a fobia e que é associada ao estado de medo pode ser substituída por outra representação, ou melhor, pelo *procedimento protetor* que parecia aliviar o medo. O Caso 7 (especulação obsessiva) fornece um nítido exemplo desse grupo: *uma fobia acompanhada de uma obsessão substitutiva verdadeira*.

APENDICE: AS CONCEPÇÕES DE FREUD SOBRE AS FOBIAS

A mais antiga abordagem feita por Freud do problema das fobias foi seu primeiro artigo sobre as psiconeuroses de defesa (1894a); tratou-o de modo bem mais completo, um ano depois, na segunda seção do presente artigo, e voltou a aludir a ele no primeiro artigo sobre a neurose de angústia (1895b), escrito logo depois. Em todas essas primeiras discussões das fobias não é difícil detectar alguma incerteza; de fato, numa outra breve referência à questão, no segundo artigo sobre a neurose de angústia (1895f), Freud qualifica de “obscuro” o mecanismo das fobias (ver em [1] e [2]). No primeiro desses artigos ele atribuiu o mesmo mecanismo à maioria das fobias e obsessões” (ver em [1]), excetuando as “fobias puramente históricas” (ver em [1]) e “o grupo de fobias típicas das quais um modelo é a agorafobia” (ver em [1]. nota de rodapé 1). Essa última distinção, que ocorre pela primeira vez numa nota de rodapé, iria revelar-se crucial, pois implicava uma distinção entre fobias de base psíquica e fobias (as “típicas”) sem qualquer base psíquica. Assim, essa distinção se ligava à separação entre o que seria posteriormente conhecido como psiconeuroses e “neuroses atuais” (ver adiante, ver em [1]). Nesses primeiros artigos, entretanto, a distinção não era consistentemente traçada. Dessa forma, no presente artigo, ela parece ser feita não entre dois grupos diferentes de fobias (como no texto mais antigo), mas entre, de um lado, as “obsessões” (de base psíquica) e, de outro, as “fobias” (sem base psíquica) sendo estas últimas declaradas “parte da neurose de angústia” (ver em [1], [2], [3] e [4]). Aqui, entretanto, o quadro se confunde pela divisão adicional das fobias em dois grupos, de acordo com a natureza de seus objetos (ver em [1]), e também pela discriminação (como no primeiro artigo) de uma outra classe de fobias “que poderiam se chamadas de traumáticas” e que estão “ligadas aos sintomas da histeria” (ver em [1]). Além disso, no artigo sobre neurose de angústia, a principal distinção não se referia às obsessões e fobias, como aqui, porém, mais uma vez, à distinção entre as fobias pertencentes à neurose obsessiva e as

pertencentes à neurose de angústia (ver em [1] e [2]), se bem que, ainda uma vez, a distinção se estabelecesse entre a presença e a ausência de uma base psíquica. Nesses artigos, portanto, permaneceram certos vínculos indeterminados entre as fobias, a histeria, as obsessões e a neurose de angústia.

Com exceção de pouquíssimas alusões aqui e ali, o tema das fobias parece não ter sido discutido por Freud, após o presente grupo de artigos, durante quase quinze anos. Então, no caso clínico do “Pequeno Hans” (1909b), deu-se o primeiro passo em direção ao esclarecimento desses pontos obscuros com a introdução de uma nova entidade clínica - a “histeria de angústia” (Edição *Standard* Brasileira, Vol. X, ver em [1], [2] e [3]). Naquele texto Freud observou que as fobias “devem ser consideradas apenas como síndromes que podem fazer parte de várias neuroses, e não precisamos classificá-las como um processo patológico independente”; e propôs então o nome “histeria de angústia” para um tipo específico de fobia cujo mecanismo se assemelhava ao da histeria. Foi nesse caso clínico e no caso posterior do “Homem dos Lobos” (1918b |1914|) que Freud forneceu sua mais completa descrição clínica das fobias - ocorrendo ambas, naturalmente, em crianças. Um pouco mais tarde, em seus artigos metapsicológicos sobre “O Recalcamento” e “O Inconsciente” (1915d e e), ele entrou numa discussão detalhada da metapsicologia do mecanismo que produz as fobias, quer relacionadas à histeria ou à neurose obsessiva (Edição *Standard* Brasileira, Vol. XIV, ver em [1], [2], [3], [4] e [1], [2], [3], [4], [5], IMAGO Editora, 1974). Restou, porém, o problema das fobias “típicas” da neurose de angústia, que remonta ao primeiro do presente conjunto de artigos. Aqui, como vimos, toda a questão das “neuroses atuais” estava envolvida; e esta só seria inteiramente elucidada ainda mais tarde, em *Inibição, Sintoma e Angústia* (1926d), cujo núcleo é um reexame das fobias do “Pequeno Hans” e do “Homem dos Lobos”.

**SOBRE OS FUNDAMENTOS PARA DESTACAR DA
NEURASTENIA UMA SÍNDROME ESPECÍFICA
DENOMINADA NEUROSE DE ANGÚSTIA (1895 |1894|)**

ÜBER DIE BERECHTIGUNG, VON DER NEURASTHENIE EINEN BESTIMMTEN SYMPTOMENKOMPLEX ALS “ANGSTNEUROSE” ABZUTRENNEN

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1895 *Neurol. Zbl.*, 14 (2), 50-66. (15 de janeiro.)

1906 *S.K.S.N.*, 1, 60-85. (1911, 2ª ed.; 1920, 3ª ed.; 1922, 4ª ed.)

1925 *G.S.*, 1, 306-33.

1952 *G.W.*, 1, 315-42.

(b) TRADUÇÕES INGLESAS:

“On the Right to Separate from Neurasthenia a Definite Symptom-Complex as ‘Anxiety Neurosis’”

1909 *S.P.H.*, 133-54. (Trad. de A.A. Brill.) (1912, 2ª ed.; 1920.; 3ª ed.)

“The Justification for Detaching from Neurasthenia a Particular Symptom-Complex as ‘Anxiety Neurosis’”

1924 *C.P.*, 1, 76-106. (Trad. de J. Rickman.)

Incluído (Nº XXXII) na coletânea de sinopses dos primeiros trabalhos de Freud, elaborada por ele mesmo (1897b). A presente tradução, com um novo título, baseia-se na de 1924.

Pode-se considerar este artigo como o primeiro trecho de uma pista que percorreu, com mais de uma bifurcação e mais de um retorno acentuado, a totalidade dos escritos de Freud. Entretanto, como se verifica pela lista de trabalhos sobre a angústia impressa como apêndice a *Inibição, Sintoma e Angústia* (1926d) (Edição *Standard* Brasileira, Vol. XX, ver em [1], IMAGO Editora, 1976), este não é, estritamente falando, o início da pista. Ele foi precedido de várias partidas exploratórias em forma de rascunhos submetidos por Freud a Wilhelm Fliess (particularmente os Rascunhos A, B e E). Assim, na Seção II do Rascunho B, datado de 8 de fevereiro de 1893 (Freud, 1950a), já estão resumidos alguns dos principais pontos do presente artigo. Em especial, insiste-se na necessidade de “destacar” da neurastenia a neurose de angústia, e muitos dos sintomas são enumerados exatamente como aqui. Por outro lado, esse Rascunho não contém nenhuma indicação da etiologia mais profunda da neurose tal como proposta aqui - o acúmulo de excitação sexual que não consegue encontrar descarga no campo psíquico. Para isso temos que recorrer ao Rascunho E, onde a teoria é formulada na íntegra, talvez até com mais clareza do que adiante. Infelizmente, o Rascunho E não está datado. Os editores da correspondência com Fliess atribuem-lhe, por razões não muito convincentes, a data de junho de 1894; mas, seja como for, é evidente que ele deve ter sido escrito antes, e não muito antes, deste artigo. Alguns dos pontos obscuros aqui encontrados são esclarecidos pelo Rascunho E, assim como pelo Rascunho G (também sem data, mas com certeza contemporâneo do presente trabalho), que inclui um notável diagrama retratando as idéias de Freud sobre o mecanismo do processo sexual.

É também recomendável ter em mente, ao ler esses primeiros artigos, que Freud, nessa época, estava profundamente empenhado numa tentativa de formular os dados da psicologia em termos neurológicos - tentativa que culminou em seu abortado “Projeto para uma Psicologia Científica” (1950a, escrito no outono de 1895, poucos meses após esses Rascunhos, mas, como eles, só postumamente publicado) e que, daí por diante, soçobrou inteiramente. (Cf. em [1].) Freud ainda não adotara por completo a hipótese da existência de processos mentais inconscientes (como se observa numa frase de seu artigo anterior sobre “As Neuropsicoses de Defesa”, ver em [1]). Assim, neste artigo, ele faz uma distinção entre “excitação sexual somática”, de um lado, e “libido sexual ou desejo psíquico”, de outro (ver em [1]). A “libido” é encarada como algo exclusivamente “psíquico”, embora, mais uma vez, ainda não pareça ter havido uma distinção clara entre “psíquico” e “consciente”. É interessante notar que na sinopse deste artigo, escrita pelo próprio Freud apenas dois anos depois (1897b), ver em [1] e [2], adiante, ele evidentemente já aceita a concepção de libido como algo potencialmente inconsciente, e escreve: “A angústia neurótica é a libido sexual transformada.”

Seja quais forem os termos em que expressou essa teoria, porém, Freud a sustentou

durante quase toda a vida, ainda que com várias complicações restritivas. Quanto à longa série de opiniões mutáveis que estavam por vir, um apanhado será feito na Introdução do Editor inglês (no Vol. XX da Edição *Standard*) ao último dos principais trabalhos de Freud sobre o assunto: *Inibição, Sintoma e Angústia* (1926d). Nesse intervalo, porém, Freud se viu frente a uma controvérsia imediata com um colega cético - e psiquiatra Loewenfeld, de Munique -, da qual resultou o estudo que se segue a este.

SOBRE OS FUNDAMENTOS PARA DESTACAR DA NEURASTENIA UMA SÍNDROME ESPECÍFICA DENOMINADA NEUROSE DE ANGUSTIA

|INTRODUÇÃO|

É difícil fazer qualquer afirmação de validade geral sobre a neurastenia, na medida em que usemos esse nome para abranger todas as coisas que Beard incluiu nele. Em minha opinião, a neuropatologia só terá a ganhar se fizermos uma tentativa de separar da neurastenia propriamente dita todos os distúrbios neuróticos em que, por um lado, os sintomas estão mais firmemente ligados entre si do que aos sintomas típicos da neurastenia (tais como pressão intracraniana, irritação espinhal e dispepsia com flatulência e constipação), e que, por outro lado, exibem diferenças essenciais, em sua etiologia e mecanismo, em relação à neurose neurastênica típica. Se aceitarmos esse plano, logo obteremos um quadro bastante uniforme da neurastenia. Estaremos então em condições de diferenciar da neurastenia genuína, mais nitidamente do que tem sido possível até aqui, várias pseudoneurastenias (tais como o quadro clínico da neurose reflexa nasal, organicamente determinada, os distúrbios nervosos das caquexias e arteriosclerose, os estágios preliminares de paralisia geral dos loucos, e algumas psicoses). Além disso, será possível - como propôs Moebius - eliminar alguns dos *status nervosi* |estados nervosos| de indivíduos hereditariamente degenerados; e também descobriremos razões pelas quais várias neuroses hoje descritas como neurastenia - em particular, as neuroses de natureza periódica ou intermitente - devem, antes, ser incluídas na melancolia. Contudo, a mais notável de todas as mudanças será introduzida se decidirmos destacar da neurastenia a síndrome que proponho descrever nas próximas páginas e que satisfaz de modo especialmente completo as condições estabelecidas acima. Clinicamente, os sintomas dessa síndrome relacionam-se de modo muito mais estreito entre si do que com os da neurastenia

genuína (isto é, freqüentemente aparecem juntos e substituem uns aos outros no curso da enfermidade); e tanto a etiologia como o mecanismo dessa neurose são fundamentalmente diferentes da etiologia e do mecanismo da neurastenia genuína, tal como esta será caracterizada depois de efetuada a referida separação.

Chamo essa síndrome de “neurose de angústia” porque todos os seus componentes podem ser agrupados em torno do sintoma principal da angústia, pois cada um deles mantém com esta última uma relação definida. Eu acreditava que essa concepção dos sintomas da neurose de angústia se tivesse originado em mim, até que me chegou às mãos um interessante artigo de E. Hecker (1893) onde encontrei a mesma interpretação, exposta com toda a clareza e completude que se poderia desejar. Entretanto, embora Hecker reconheça certos sintomas como equivalentes ou como rudimentos de um ataque de angústia, não os separa do campo da neurastenia como me proponho fazer. Mas isso se deve, evidentemente, ao fato de ele não ter levado em consideração a diferença entre os determinantes etiológicos nos dois casos. Quando esta diferença é reconhecida, não há mais necessidade de designar os sintomas de angústia pelo mesmo nome dos legítimos sintomas neurastênicos, pois o objetivo principal de postular o que de outra maneira seria um nome arbitrário é facilitar a enunciação de asserções gerais.

I - A SINTOMATOLOGIA CLÍNICA DA NEUROSE DE ANGÚSTIA

O que denomino “neurose de angústia” pode ser observado numa forma rudimentar ou totalmente desenvolvida, tanto isoladamente como combinada com outras neuroses. Naturalmente, são os casos até certo ponto completos e ao mesmo tempo isolados que sustentam de maneira especial a impressão de que a neurose de angústia é uma entidade clínica. Em outros casos em que a síndrome corresponde a uma “neurose mista”, defrontamo-nos com a tarefa de distinguir e separar os sintomas que não pertencem à neurastenia ou à histeria etc., mas à neurose de angústia.

O quadro clínico da neurose de angústia abrange os seguintes sintomas:

(1) *Irritabilidade geral*. Este é um sintoma nervoso comum e, como tal, pertence a outros *status nervosi*. Menciono-o aqui porque aparece invariavelmente na neurose de angústia e é teoricamente importante. A irritabilidade aumentada aponta sempre para um acúmulo de excitação ou uma incapacidade de tolerar tal acúmulo - isto é, para um acúmulo *absoluto* ou *relativo de excitação*. Uma das manifestações dessa irritabilidade aumentada me parece

merecer menção especial; refiro-me à *hiperestesia auditiva*, a uma hipersensibilidade ao ruído - um sintoma indubitavelmente explicável pela íntima relação inata entre as impressões auditivas e o pavor. A hiperestesia auditiva revela-se freqüentemente como sendo causa de insônia, da qual mais de uma forma pertence à neurose de angústia.

(2)*Expectativa angustiada*. Não conheço melhor maneira de descrever o que tenho em mente senão por esse nome e acrescentando alguns exemplos. Por exemplo, uma mulher que sofre de expectativa angustiada pensará numa pneumonia fatal a cada vez que seu marido tossir quando estiver resfriado, e com os olhos da imaginação assistirá à passagem do funeral dele; se, dirigindo-se a sua casa, observar duas pessoas paradas à porta da frente, não poderá evitar a idéia de que um de seus filhos caiu da janela; quando ouve baterem à porta, imagina que sejam notícias da morte de alguém, e assim por diante - sendo que, em todas essas ocasiões, não há nenhum fundamento específico para exagerar uma mera possibilidade.

Naturalmente, a expectativa angustiada se esmaece e se transforma imperceptivelmente na angústia normal, compreendendo tudo o que se costuma qualificar de ansiedade - ou tendência a adotar uma visão pessimista das coisas; no entanto, em qualquer oportunidade ela ultrapassa a angústia plausível dessa natureza e é freqüentemente reconhecida pelo próprio paciente como uma espécie de compulsão. Para uma das formas da expectativa angustiada - a que se relaciona com a saúde do próprio sujeito - podemos reservar o velho termo *hipocondria*. O auge alcançado pela hipocondria nem sempre é paralelo à expectativa angustiada geral; requer como pré-condição a existência de parestesias e sensações corporais aflitivas. Assim, a hipocondria é a forma preferida pelos neurastênicos genuínos quando estes caem presa da neurose de angústia, como ocorre com freqüência.

Outra expressão da expectativa angustiada é sem dúvida encontrada na inclinação para a *angústia moral*, o escrúpulo e o pedantismo - uma inclinação muitas vezes presente em pessoas com uma dose de sensibilidade moral maior que de costume e que, da mesma forma, varia desde o normal até uma forma exagerada de *mania de duvidar*.

A expectativa angustiada é o sintoma nuclear da neurose. Também revela abertamente uma parte da teoria da neurose. Talvez possamos dizer que existe nesses casos um *quantum de angústia em estado de livre flutuação*, o qual, quando há uma expectativa, controla a escolha das representações e está sempre pronto a se ligar a qualquer conteúdo representativo adequado.

(3)Mas a ansiedade - que, embora fique latente a maior parte do tempo no que concerne à consciência, está constantemente à espreita no fundo - tem outros meios de se expressar, além desse. Pode irromper subitamente na consciência sem ter sido despertada por uma

seqüência de representações, provocando assim um ataque de angústia. Esse tipo de ataque de angústia pode consistir apenas no sentimento de angústia, sem nenhuma representação associada, ou ser acompanhado da interpretação que estiver mais à mão, tal como representações de extinção da vida, ou de um acesso, ou de uma ameaça de loucura; ou então algum tipo de parestesia (similar à aura histérica pode combinar-se com o sentimento de angústia, ou, finalmente, o sentimento de angústia pode estar ligado ao distúrbio de uma ou mais funções corporais - tais como a respiração, a atividade cardíaca, a inervação vasomotora, ou a atividade glandular. Dessa combinação o paciente seleciona ora um fator particular, ora outro. Queixa-se de “espasmos do coração”, “dificuldade de respirar”, “inundações de suor”, “fome devoradora”, e coisas semelhantes; e, em sua descrição, o sentimento de angústia freqüentemente recua para o segundo plano ou é mencionado de modo bastante irreconhecível, como um “sentir-se mal”, “não estar à vontade”, e assim por diante.

(4)Ora, um fato interessante e de importância desde a perspectiva do diagnóstico é que a proporção em que esses elementos se misturam num ataque de angústia varia em grau notável, e que quase todos os sintomas concomitantes podem constituir o ataque isoladamente, assim como o pode a própria angústia. Há, por conseguinte, *ataques de angústia rudimentares e equivalentes de ataques de angústia*, todos provavelmente com a mesma significação, exibindo uma grande riqueza de formas até aqui pouco estudada. Um exame mais detalhado desses estados larvares de angústia (como Hecker |1893| os chama) e de sua diferenciação diagnóstica dos outros ataques logo se tornará uma tarefa necessária para os neuropatologistas.

Incluo aqui uma lista que inclui apenas as formas de ataques de angústia que me são conhecidas:

(a)Ataques de angústia acompanhados por distúrbios da *atividade cardíaca*, tais como palpitação, seja com arritmia transitória ou com taquicardia de duração mais longa, que pode terminar num grave enfraquecimento do coração e que nem sempre é facilmente diferenciável da afecção cardíaca orgânica; e ainda a pseudo-angina do peito - um assunto delicado em termos de diagnóstico!

(b)Ataques de angústia acompanhados por *distúrbios respiratórios*, várias formas de dispnéia nervosa, acessos semelhando asma e similares. Gostaria de enfatizar que mesmo esses ataques nem sempre vêm acompanhados de angústia reconhecível.

(c)Acessos de suor, geralmente à noite.

(d)Acessos de *tremores e calafrios*, muito facilmente confundidos com ataques histéricos.

(e)Acessos de *fome devoradora*, freqüentemente acompanhados de vertigem.

(f)Diarréia sobrevindo em acessos.

(g)Acessos de *vertigem locomotora*.

(h)Acessos do que se conhece como *congestões*, incluindo praticamente tudo o que tem sido denominado de neurastenia vasomotora.

(i)Acessos de *parestesias*. (Estes, porém, raramente ocorrem sem angústia ou uma sensação semelhante de mal-estar.)

(5)O *acordar em pânico à noite* (o *pavor nocturnus* dos adultos), que em geral se combina com angústia, dispnéia, suores etc., muitas vezes nada mais é do que uma variante do ataque de angústia. Esse distúrbio é determinante de uma segunda forma de insônia dentro do campo da neurose de angústia. [Cf. em [1].] Além disso, estou convencido de que o *pavor nocturnus* das crianças também exhibe uma forma que pertence à neurose de angústia. O traço de histeria existente nele, a ligação da angústia à reprodução de uma experiência apropriada ou de um sonho, dá ao *pavor nocturnus* infantil a aparência de alguma coisa especial. O *pavor*, porém, também pode emergir em forma pura, sem qualquer sonho ou alucinação repetitiva.

(6)A “vertigem” ocupa um lugar preeminente no grupo de sintomas da neurose de angústia. Em sua forma mais branda, sua melhor descrição é a de “tonteira”; em suas manifestações mais intensas, como os “acessos de vertigens” (com ou sem angústia), deve ser classificada entre os sintomas mais graves da neurose. A vertigem da neurose de angústia não é rotatória nem afeta especialmente certos planos ou direções, como a vertigem de Ménière. Pertence à classe da vertigem locomotora ou coordenatória, tal como a vertigem da paralisia oculomotora. Consiste num estado específico de mal-estar, acompanhado por sensações de que o solo oscila, as pernas cedem e é impossível manter-se em pé por mais tempo; enquanto isso, as pernas pesam como chumbo e tremem, ou os joelhos se dobram. Essa vertigem nunca leva a quedas. Por outro lado, gostaria de esclarecer que esse tipo de acesso de vertigem pode ser substituído por um desmaio profundo. Outros estados da natureza do desmaio que ocorre na neurose de angústia parecem depender do colapso cardíaco.

Os acessos de vertigem não raro são acompanhados pelo pior tipo de angústia, freqüentemente combinada com distúrbios cardíacos e respiratórios. De acordo com minhas observações, as vertigens produzidas pela altitude, pelas montanhas e precipícios participam com freqüência da neurose de angústia. Além disso, não estou certo se não seria também correto reconhecer, ao lado destas, uma *vertigo a stomacho laeso* [de origem gástrica].

(7) Com base, por um lado, na ansiedade crônica (expectativa angustiada) e, por outro, uma tendência a ataques de angústia acompanhados de vertigem, dois grupos de fobias típicas se desenvolvem, relacionando-se o primeiro com riscos fisiológicos gerais e o segundo com a locomoção. Pertencem ao primeiro grupo o medo de cobras, tempestades, escuridão, vermes, e assim por diante, assim como o típico escrúpulo moral excessivo e algumas formas da mania de duvidar. Aqui, a angústia disponível é empregada simplesmente para reforçar aversões que estão instintivamente implantadas em todas as pessoas. Em geral, porém, uma fobia que atue de modo obsessivo só é formada se se acrescentar a ela a recordação de uma experiência em que a angústia tenha podido manifestar-se - como, por exemplo, depois de o paciente ter vivenciado uma tempestade ao desabrigo. É um erro tentar explicar tais casos como simples persistência de impressões fortes; o que torna essas experiências importantes, e sua lembrança duradoura, é, afinal, apenas a angústia que pôde emergir no momento [da experiência] e que, da mesma maneira, pode emergir agora. Em outras palavras, tais impressões só permanecem poderosas em pessoas com “expectativa angustiada”.

O outro grupo inclui a *agorafobia*, com todas as suas formas acessórias, todas caracterizadas por sua relação com a locomoção. Muitas vezes constatamos que essa fobia se baseia num acesso de vertigem que a precedeu; não penso, porém, que se possa postular tal acesso na totalidade dos casos. Ocasionalmente, constatamos que, após um primeiro acesso de vertigem sem angústia, a locomoção ainda continua possível sem restrição, embora, daí por diante, seja constantemente acompanhada de uma sensação de vertigem; mas vemos que, em certas condições - como estar sozinho ou numa rua estreita -, a locomoção fica impossibilitada quando a angústia vem somar-se ao acesso de vertigem.

A relação dessas fobias com as fobias da neurose obsessiva, cujo mecanismo esclareci num artigo anterior deste periódico, é da espécie que se segue. O que elas têm em comum é que, em ambas, uma representação torna-se obsessiva em decorrência de estar ligada a um afeto disponível. O mecanismo de *transposição do afeto*, portanto, é válido em ambos os tipos de fobia. Contudo, nas fobias da neurose de angústia (1) esse afeto tem sempre a mesma tonalidade, que é a da angústia; e (2) o afeto não se origina numa representação recalçada, revelando-se *não adicionalmente redutível pela análise psicológica, nem equacionável pela psicoterapia*. Portanto, o mecanismo da *substituição* não é válido para

as fobias da neurose de angústia.

Ambas as espécies de fobias (e também as obsessões) freqüentemente aparecem lado a lado, embora as fobias *atípicas*, baseadas nas obsessões, não precisem brotar, necessariamente, do solo da neurose de angústia. Um mecanismo muito freqüente e aparentemente complicado ocorre quando, no que era originalmente uma simples fobia pertencente a uma neurose de angústia, o conteúdo dessa fobia é substituído por outra representação de modo que o substituto é *subseqüente* à fobia. Geralmente, o que mais se emprega como substituições são as “medidas protetoras” originalmente usadas para combater a fobia. Por exemplo, a “mania especulativa” é suscitada a partir dos esforços do sujeito para provar que ele não é louco, como lhe afirma sua fobia hipocondríaca; as hesitações e a dúvida, e mais ainda as repetições da *folie du doute* [mania de duvidar] emergem de uma dúvida justificável quanto à certeza do curso do próprio pensamento, já que se está cômico do persistente distúrbio deste por representações de tipo obsessivo, e assim por diante. Portanto, podemos afirmar que também muitas das síndromes da neurose obsessiva, como a *folie du doute* e outras semelhantes, devem ser consideradas, clínica, se não conceitualmente, como pertencentes à neurose de angústia.

(8)As atividades digestivas sofrem apenas alguns distúrbios na neurose de angústia; mas estes são característicos. Sensações como uma inclinação ao vômito e náusea não são raras, e o sintoma da fome devoradora pode, isoladamente ou em conjunto com outros sintomas (como as congestões), suscitar um ataque de angústia rudimentar. Como mudança crônica, análoga à expectativa angustiada, encontramos uma disposição à diarréia, o que tem ocasionado os mais estranhos erros de diagnóstico. Se não me engano, foi para essa diarréia que Moebius (1894) chamou a atenção recentemente num pequeno artigo. Suspeito ainda que a diarréia reflexa de Peyer, que ele deriva de distúrbios da próstata (Peyer, 1893), nada mais é que essa diarréia da neurose de angústia. A ilusão de uma relação reflexa é criada porque os mesmos sintomas que atuam na etiologia da neurose de angústia atuam na deflagração de tais afecções da próstata e distúrbios semelhantes.

O comportamento do aparelho gastrointestinal na neurose de angústia apresenta um agudo contraste com a influência da neurastenia nessas funções. Os casos mistos mostram com freqüência a familiar “alternância entre diarréia e constipação”. Análoga a essa diarréia é a necessidade de urinar que ocorre na neurose de angústia.

(9)As *parestesias* que podem acompanhar os acessos de vertigem ou angústia são interessantes porque, tal como as sensações da aura histérica, associam-se numa seqüência definida, embora eu considere que essas associações, contrariamente às histéricas, são atípicas e mutáveis. Outra similaridade com a histeria é fornecida pelo fato de que, na neurose de angústia, ocorre uma espécie de *conversão* para sensações corporais que pode

facilmente passar despercebida - por exemplo, para os músculos reumáticos. Grande número do que se conhece como indivíduos reumáticos - que, além disso, se pode demonstrar *serem* reumáticos - sofre, na realidade, de neurose de angústia. Ao lado desse aumento da sensibilidade à dor, tenho também observado em muitos casos de neurose de angústia uma tendência às *alucinações*; e estas não podem ser interpretadas como histéricas.

(10) Vários dos sintomas que mencionei, que acompanham ou substituem um ataque de angústia, aparecem também sob forma crônica. Nesse caso, são ainda menos fáceis de reconhecer, pois a sensação ansiosa que os acompanha é menos clara que num ataque de angústia. Isso se aplica particularmente à diarréia, à vertigem e às parestesias. Assim como um acesso de vertigens pode ser substituído por um desmaio, a vertigem crônica pode ser substituída por uma sensação permanente de grande fraqueza, lassidão e assim por diante.

II - INCIDÊNCIA E ETIOLOGIA DA NEUROSE DE ANGÚSTIA

Em alguns casos de neurose de angústia não se descobre absolutamente nenhuma etiologia. Vale notar que, em tais casos, raramente há dificuldade em se estabelecerem provas de uma grave tara hereditária.

Mas quando há fundamentos para se considerar a neurose como *adquirida*, uma cuidadosa investigação orientada nesse sentido revela que um conjunto de perturbações e influências da *vida sexual* são os fatores etiológicos atuantes. Estes, à primeira vista, parecem de natureza variada, mas logo revelam o caráter comum que explica por que têm um efeito similar no sistema nervoso. Além disso, fazem-se presentes, isoladamente ou em conjunto com outras perturbações de tipo banal (“*stock*”) às quais podemos atribuir um efeito de contribuição. Essa etiologia sexual da neurose de angústia pode ser demonstrada com tão esmagadora freqüência que me arrisco, *no âmbito deste pequeno artigo*, a desconsiderar os

casos em que a etiologia é duvidosa ou diferente.

A fim de que as condições etiológicas sob as quais ocorre a neurose de angústia possam ser apresentadas com maior precisão, será recomendável considerarmos separadamente homens e mulheres. Nas mulheres - deixando de lado, por ora, sua predisposição inata - a neurose de angústia ocorre nos seguintes casos:

(a) Como *angústia virginal* ou *angústia nas adolescentes*. Inúmeras observações inequívocas me têm demonstrado que a neurose de angústia pode ser produzida, nas meninas que se aproximam da maturidade, por seu primeiro contato com o problema do sexo, por qualquer revelação mais ou menos repentina de algo até então escondido - por exemplo, pela visão do ato sexual ou por conversas ou leituras sobre esse assunto. Tal neurose de angústia combina-se com a histeria de maneira quase típica.

(b) Como *angústia da recém-casada*. As jovens casadas que permaneceram anestésicas durante suas primeiras coabitações não raro adoecem de neurose de angústia, que volta a desaparecer tão logo a anestesia cede lugar à sensibilidade normal. Já que a maioria das jovens esposas continua saudável quanto há uma anestesia inicial desse tipo, deduz-se daí que, a fim de que esse gênero de angústia possa emergir, outros determinantes são requeridos, e eu os mencionarei mais adiante.

(c) Como angústia nas mulheres cujos maridos sofrem de ejaculação precoce ou de potência marcadamente enfraquecida; e (d) cujos maridos praticam o coito interrompido ou *reservatus*. Esses casos [(c) e (d)] integram uma mesma classe, pois, analisando um grande número de exemplos, é fácil nos convenceremos de que eles dependem simplesmente de a mulher obter ou não satisfação no coito. Se não, deparamos com a condição da gênese de uma neurose de angústia. Por outro lado, ela escapa da neurose quando o marido que sofre de ejaculação precoce consegue repetir o coito imediatamente com maior sucesso. O *coitus reservatus através do condom* não é nocivo à mulher, desde que esta seja rapidamente excitável e o marido, muito potente; de outro modo, essa espécie de intercuro preventivo não é menos nociva que as demais. O coito interrompido é quase sempre prejudicial. Para a mulher, porém, só o é quando o marido o pratica descuidadamente - isto é, quando interrompe a relação tão logo *ele* se aproxima da emissão, sem se importar com o curso da excitação *nela*. Quando, por outro lado, o marido aguarda a satisfação da mulher, o coito corresponde a uma relação normal para *ela*, mas *ele* padecerá de neurose de angústia. Coligi e analisei um grande número de observações em que estas asserções se fundamentam.

(e) A neurose de angústia ocorre também como angústia em *viúvas e mulheres*

voluntariamente *abstinentes*, não raro numa combinação típica com representações obsessivas; e

(f) Como angústia no *climatério*, durante o último grande aumento da necessidade sexual.

Os casos (c), (d) e (e) abarcam as condições em que a neurose de angústia no sexo feminino surge de maneira mais freqüente e rápida, independentemente da predisposição hereditária. É com referência a esses casos curáveis e adquiridos - que tentarei mostrar que as perturbações sexuais neles descobertas são, na realidade, o fator etiológico da neurose.

Antes de fazê-lo, entretanto, discutirei os determinantes sexuais da neurose de angústia nos *homens*. Proponho distinguir os seguintes grupos todos os quais têm analogias nas mulheres:

(a) Angústia em homens voluntariamente *abstinentes*, freqüentemente combinada com sintomas de *defesa* (idéias obsessivas, histeria). Os motivos responsáveis pela abstinência voluntária implicam que muitas pessoas com predisposição hereditária, excêntricas etc., incluem-se nessa categoria.

(b) Angústia em homens em estado de *excitação não consumada* (por exemplo, durante o período do noivado) ou naqueles que (por medo das conseqüências da relação sexual) se contentam em tocar ou contemplar as mulheres. Esse grupo de determinantes - os quais, aliás, podem aplicar-se sem alterações ao outro sexo (durante o noivado ou em situações onde se evita a relação sexual) - fornece os casos mais puros da neurose.

(c) Angústia em homens que praticam o coito interrompido. Como se disse, este é nocivo à *mulher* quando praticado sem respeito a sua satisfação; mas é nocivo ao *homem* quando este, para proporcionar-lhe satisfação, dirige voluntariamente o coito e adia a emissão. Desse modo, torna-se inteligível por que, quando um casal pratica o coito interrompido, em geral apenas *um* dos parceiros adoece. Nos homens, além disso, é raro o coito interrompido produzir uma neurose de angústia pura; em geral, produz uma mistura de neurose de angústia e neurastenia.

(d) Angústia em homens *senescentes*. Há homens que têm um *climatério*, como as mulheres, e que desenvolvem uma neurose de angústia nessa ocasião de potência decrescente e crescente libido.

Finalmente, devo acrescentar dois outros casos que se aplicam a ambos os sexos:

(α)As pessoas que, em decorrência de praticarem a masturbação, tornaram-se neurastênicas, caem vítimas da neurose de angústia tão logo abandonam sua forma de satisfação sexual. Tais pessoas tornaram-se particularmente incapazes de tolerar a abstinência.

Devo assinalar aqui, como um dado importante para a compreensão da neurose de angústia, que qualquer desenvolvimento pronunciado dessa afecção só ocorre entre os homens que continuaram potentes ou entre as mulheres que não são anestésicas. Entre os neuróticos cuja potência já foi severamente comprometida pela masturbação, a neurose de angústia resultante da abstinência é muito leve e geralmente restrita à hipocondria e à vertigem crônica branda. A maioria das mulheres, de fato, deve ser considerada “potente”; a mulher realmente impotente - isto é, realmente anestésica - é similarmente pouco suscetível à neurose de angústia e tolera notavelmente bem as perturbações que descrevi.

Neste artigo, ainda não me agradaria discutir até que ponto, além disso, é justificável postularmos qualquer relação constante entre determinados fatores etiológicos e determinados sintomas no complexo da neurose de angústia.

(β) A última das condições etiológicas que tenho a apresentar parece, à primeira vista, não ser de natureza sexual. A neurose de angústia também emerge - em ambos os sexos - como resultado do fator de sobrecarga de trabalho ou esforço exaustivo - como, por exemplo, após noites em claro, atendimento a pessoas doentes, ou mesmo após enfermidades graves.

A principal objeção a meu postulado de uma etiologia sexual na neurose de angústia terá, provavelmente, o seguinte cunho: as condições anormais de vida sexual do tipo que descrevi são constatadas com tão grande freqüência que estamos fadados a encontrá-las sempre que procurarmos por elas. Sua presença nos casos de neurose de angústia que enumerei não prova, portanto, que nelas tenhamos descoberto a etiologia da neurose. Ademais, o número de pessoas que praticam o coito interrompido e coisas semelhantes é incomparavelmente maior que o número das pessoas afligidas pela neurose de angústia, e a grande maioria das primeiras tolera muito bem essa perturbação.

A isso devo responder, em primeiro lugar, que, considerando a freqüência admitidamente enorme das neuroses, sobretudo da neurose de angústia, por certo não seria correto esperar encontrar para elas um fator etiológico de ocorrência *rara*; em segundo lugar, que um postulado de patologia é efetivamente atendido quando, numa investigação etiológica, é possível demonstrar que a *presença* de um fator etiológico é mais freqüente do que seus efeitos, já que, para que estes ocorram, talvez seja preciso que existam outras condições adicionais (tais como predisposição, soma de elementos etiológicos específicos, ou reforço por meio de outros fatores banais); e ainda, que uma dissecação detalhada de casos

adequados de neurose de angústia comprova sem sombra de dúvida a importância do fator sexual. Aqui, entretanto, vou restringir-me ao fator etiológico isolado do coito interrompido, ressaltando certas observações que o confirmam.

(1) Quando uma neurose de angústia ainda não se estabeleceu numa jovem casada, aparecendo apenas em acessos isolados e logo desaparecendo espontaneamente, é possível demonstrar que cada um desses acessos da neurose é atribuível a um coito de satisfação deficiente. Dois dias após essa experiência - ou, no caso de pessoas de pouca resistência, no dia seguinte -, o ataque de angústia ou de vertigem aparece regularmente, trazendo em sua esteira outros sintomas da neurose. Tudo isso torna a desaparecer, desde que a relação conjugal seja relativamente rara. Um eventual afastamento do marido de casa, ou uma temporada nas montanhas que exija uma separação do casal têm bom efeito. O tratamento ginecológico a que se costuma recorrer é benéfico porque, enquanto dura, a relação sexual é suspensa. Curiosamente, o sucesso do tratamento local é apenas transitório: a neurose se instala de novo na montanha, tão logo o marido inicia também suas férias, e assim por diante. Quando, na qualidade de médico que compreenda essa etiologia, providencia-se a substituição do coito interrompido por uma relação sexual normal - num caso em que a neurose ainda não se tenha estabelecido - obtém-se uma prova *terapêutica* da afirmação que fiz. A angústia menor é eliminada e - a menos que haja uma nova causa do mesmo tipo - não retorna.

(2) Nas anamneses de muitos casos de neurose de angústia descobrimos, tanto em homens como em mulheres, uma notável oscilação na intensidade de suas manifestações e, a rigor, nas alternâncias de todo esse estado. Um ano, dirão eles, foi quase inteiramente bom, enquanto o ano seguinte foi terrível; numa dada ocasião a melhora pareceu dever-se a um tratamento específico, que, no entanto, revelou-se inútil no ataque seguinte; e assim por diante. Se indagarmos o número e a seqüência dos filhos e compararmos esse registro do casamento com a história peculiar da neurose, chegaremos à simples conclusão de que os períodos de melhora ou de boa saúde coincidiram com as gestações da esposa, durante as quais, é claro, não havia mais necessidade do coito com medidas preventivas. O marido beneficiou-se do tratamento depois do qual soube que sua mulher estava grávida - quer o tenha recebido do Pastor Kneipp ou de um estabelecimento hidropático.

(3) A anamnese dos pacientes freqüentemente revela que os sintomas da neurose de angústia, em algum período definido, sucederam-se aos sintomas de alguma outra neurose - talvez da neurastenia - e assumiram seu lugar. Nesses casos, pode-se mostrar com grande regularidade que, pouco antes dessa alteração do quadro, ocorrera uma mudança correspondente na forma do fator sexual nocivo.

As observações desse tipo, que podem ser multiplicadas à vontade, decididamente impõem ao médico uma etiologia sexual para certa categoria de casos. E outros casos, que

de outra forma permaneceriam ininteligíveis, podem ao menos ser compreendidos e classificados sem incongruência, empregando-se tal etiologia como chave. Tenho em mente os inúmeros casos em que, de fato, acha-se presente tudo o que encontramos na categoria anterior - de um lado, as manifestações da neurose de angústia e, de outro, o fator específico do coito interrompido -, mas em que algo mais também se introduz: a saber, um longo intervalo entre a etiologia presumida e a eclosão de seus efeitos, e talvez também fatores etiológicos que não sejam de natureza sexual. Tome-se, por exemplo, um homem que, ao receber a notícia da morte do pai, tem um ataque cardíaco e, a partir desse momento, cai vítima de uma neurose de angústia. O caso não é compreensível, pois, até então, o homem não era neurótico. A morte do pai, que tinha idade bastante avançada, não ocorreu em circunstâncias nada especiais, e havemos de admitir que o falecimento normal e esperado de um pai idoso não é uma daquelas experiências que costumam fazer com que um adulto saudável adoça. Talvez a análise etiológica se torne mais clara se eu acrescentar que esse homem vinha praticando o coito interrompido há onze anos, com a devida consideração pela satisfação de sua mulher. Os sintomas clínicos são, no mínimo, exatamente iguais aos que aparecem em outras pessoas logo após uma breve perturbação sexual da mesma espécie, e sem a interpolação de qualquer outro trauma. Uma avaliação similar deve ser feita do caso de uma mulher cuja neurose de angústia eclodiu após a perda de um filho, ou do caso do estudante cujos estudos preparatórios para o exame final foram perturbados por uma neurose de angústia. Penso que, também nesses casos, o efeito não é explicável pela etiologia aparente. Não se fica necessariamente “sobrecarregado” pelo estudo, e uma mãe saudável costuma reagir apenas com uma tristeza normal à perda de um filho. Acima de tudo, entretanto, eu teria esperado que o estudante, em consequência de sua sobrecarga de trabalho, adquirisse cefalastenia, e a mãe, em consequência de sua aflição, histeria. O fato de ambos terem sido dominados pela neurose de angústia leva-me a atribuir importância ao fato de a mãe ter praticado por oito anos o coito conjugal interrompido e ao fato de o estudante ter tido, durante três anos, um ardente caso amoroso com uma jovem “respeitável” cuja gravidez ele precisara evitar.

Essas considerações levam-nos à conclusão de que a perturbação sexual específica do coito interrompido, mesmo que não consiga, por sua própria conta, provocar uma neurose de angústia no sujeito, ao menos o *predispõe* a adquiri-la. A neurose de angústia eclode tão logo se adiciona ao efeito latente do fator específico o efeito de outra perturbação banal. Esta última pode atuar quantitativamente no sentido do fator específico, mas não pode substituí-lo qualitativamente. O fator específico permanece sempre decisivo quanto à *forma* tomada pela neurose. Espero poder provar essa asserção concernente à etiologia das neuroses de maneira também mais abrangente.

Além disso, estes últimos comentários contêm uma suposição que não é em si mesma improvável, no sentido de que uma perturbação sexual como o coito interrompido passa a vigorar por soma. É preciso um tempo mais ou menos longo - dependendo da disposição

individual e de quaisquer outras deficiências hereditárias do sistema nervoso - para que o efeito dessa soma se torne visível. De fato, os indivíduos que aparentemente toleram sem prejuízo o coito interrompido ficam por ele predispostos aos distúrbios da neurose de angústia, seja após um trauma corriqueiro que, em condições normais, não seria suficiente para isso; do mesmo modo, por meio da soma, um alcoólatra crônico desenvolverá finalmente uma cirrose ou alguma outra doença, ou ainda, por influência de uma febre, cairá vítima de um delírio.

III - PRIMEIROS PASSOS EM DIREÇÃO A UMA TEORIA DA NEUROSE DE ANGÚSTIA

A discussão teórica que se segue arroga-se apenas o valor de uma primeira e tateante tentativa; a crítica que se faça dela não deve afetar a aceitação dos *fatos* que apresentamos acima. Além disso, a avaliação dessa “teoria da neurose de angústia” é ainda mais dificultada por ser ela apenas um fragmento de uma explicação mais abrangente das neuroses.

O que dissemos até aqui sobre a neurose de angústia já fornece alguns pontos de partida para obtermos um discernimento do mecanismo dessa neurose. Em primeiro lugar, havia nossa suspeita de que estávamos diante de um acúmulo de excitação [ver em [1]]; e havia ainda o fato extremamente importante de que não se podia atribuir a *nenhuma origem psíquica* a angústia que subjaz aos sintomas clínicos da neurose. Tal origem existiria, por exemplo, se ficasse constatado que a neurose de angústia se baseava num único ou repetido terror justificável, e que este supriria desde então a fonte da pronta disposição do sujeito para a angústia. Mas não é assim. A histeria ou uma neurose traumática podem ser adquiridas a partir de um único susto, mas nunca a neurose de angústia. Já que o coito interrompido ocupa lugar tão preeminente entre as causas da neurose de angústia, julguei, a princípio, que a fonte da angústia contínua pudesse residir no medo, reiterado a cada vez que o ato sexual é praticado, de que a técnica falhasse e daí resultasse a concepção. Contudo, descobri que esse sentimento, durante o coito interrompido, tanto no homem como na mulher, em nada influencia a gênese da neurose de angústia; que as mulheres basicamente indiferentes à consequência de uma possível concepção são tão suscetíveis à neurose quanto as que estremecem ante essa possibilidade; e que tudo depende simplesmente de qual dos parceiros renuncia à satisfação nessa técnica sexual.

Outro ponto de partida é fornecido pela observação, não mencionada até aqui, de que, em

grandes grupos de casos, a neurose de angústia é acompanhada por um decréscimo extremamente acentuado da libido sexual, ou *desejo psíquico*, de modo que, quando se diz aos pacientes que suas queixas decorrem de “satisfação insuficiente”, eles respondem regularmente que isso é impossível, pois justamente agora toda a sua necessidade sexual se extinguiu. Todas essas indicações - de que estamos diante de um acúmulo de excitação; de que a angústia, provavelmente correspondente a essa excitação acumulada, é de origem somática, de modo que o que se está acumulando é uma excitação *somática*; e ainda, de que essa excitação somática é de natureza sexual é acompanhada por um decréscimo da participação *psíquica* nos processos sexuais -, todas essas indicações, dizia eu, levam-nos a esperar que o *mecanismo da neurose de angústia deva ser buscado numa deflexão da excitação sexual somática da esfera psíquica e no conseqüente emprego anormal dessa excitação*.

Esse conceito do mecanismo da neurose de angústia poderá ser esclarecido se aceitarmos a seguinte concepção do processo sexual, que se aplica, em primeiro lugar, aos homens. No organismo masculino sexualmente maduro produz-se a excitação sexual somática - provavelmente de forma contínua - e, periodicamente, ela se torna um estímulo para a psique. Para firmarmos nossas idéias quanto a esse ponto, acrescentarei, por meio de uma interpolação, que essa excitação somática se manifesta como uma pressão nas paredes das vesículas seminais, que são revestidas de terminações nervosas; assim, essa excitação visceral se desenvolve continuamente, mas tem que atingir uma certa altura para poder vencer a resistência da via de condução intermediária até o córtex cerebral e expressar-se como um estímulo psíquico. Depois que isso acontece, entretanto, o grupo de representações sexuais presente na psique fica suprido de energia e passa a existir um estado psíquico de tensão libidinal que traz em si uma ânsia de eliminar essa tensão. Uma descarga psíquica desse gênero só é possível por meio do que chamarei de ação *específica* ou *adequada*. Essa ação adequada consiste, quanto à pulsão sexual masculina, num complicado ato reflexo raquidiano que promove a descarga das terminações nervosas, e em todas as preparações psíquicas que têm que ser feitas para acionar esse reflexo. Qualquer coisa que não a ação adequada seria infrutífera, pois, uma vez que a excitação sexual somática atinja seu valor limite, ela se converte continuamente em excitação psíquica, e é positivamente preciso que ocorra algo que liberte as terminações nervosas da carga de pressão sobre elas - algo que, por conseguinte, elimine a totalidade da excitação somática existente e permita à via de condução subcortical restabelecer sua resistência. Abstenho-me de descrever de maneira similar situações mais complicadas do processo sexual. Afirmarei apenas que, em essência, essa fórmula é também aplicável às mulheres, a despeito da confusão introduzida no problema por todos os retardamentos e tolhimentos artificiais da pulsão sexual feminina. Também nas mulheres devemos postular uma excitação sexual somática e um estado em que essa excitação se transforma num estímulo psíquico - libido - e provoca a ânsia da ação específica a que está ligada a sensação voluptuosa. No que se refere às mulheres, porém,

não estamos em condições de dizer qual é o processo análogo ao relaxamento da tensão das vesículas seminais.

Podemos incluir no âmbito dessa descrição do processo sexual não apenas a etiologia da neurose de angústia, mas também a da neurastenia genuína. A neurastenia surge sempre que a descarga adequada (a ação adequada) é substituída por uma menos adequada - por exemplo, quando o coito normal, praticado nas condições mais favoráveis, é substituído pela masturbação ou pela emissão espontânea. A neurose de angústia, por outro lado, é produto de todos os fatores que impedem a excitação sexual somática de ser psicologicamente elaborada. As manifestações da neurose de angústia aparecem quando a excitação somática que foi desviada da psique é subcorticalmente despendida em reações totalmente inadequadas.

Tentarei agora descobrir se as condições etiológicas da neurose de angústia estabelecida acima [ver em [1] e segs.] exibem a característica comum que acabo de lhes atribuir. O primeiro fator etiológico que postulei para os homens foi a abstinência intencional [ver em [1]]. A abstinência consiste no refreamento da ação específica que ordinariamente decorre da libido. Esse refreamento pode ter duas conseqüências. Em primeiro lugar, a excitação somática se acumula; é então desviada por outros canais, que se mostram mais promissores em termos de descarga do que a via que passa pela psique. Assim, a libido termina por soçobrar e a excitação se manifesta subcorticalmente como angústia. Em segundo lugar, quando a libido *não* diminui, ou quando a excitação somática é despendida, numa espécie de atalho, em emissões, ou quando, por ser forçado a recuar, a excitação realmente cessa, segue-se toda sorte de coisas que não uma neurose de angústia. A abstinência, portanto, leva à neurose de angústia da maneira acima descrita. Mas ela é também o fator atuante em seu segundo grupo etiológico, o da excitação não consumada [ver em [1]]. Meu terceiro grupo, o do *coitus reservatus* com consideração pela mulher [ibid.], atua por meio de um distúrbio da prontidão psíquica do homem para o processo sexual, na medida em que introduz, juntamente à tarefa de manejar o afeto sexual, uma outra tarefa psíquica de cunho defletor. Em conseqüência dessa deflexão psíquica, mais uma vez, a libido desaparece gradualmente e o curso subsequente das coisas é o mesmo que no caso da abstinência. A angústia na senectude (o climatério masculino) [ver em [1]] requer outra explicação. Aqui não há diminuição da libido; no entanto, como no climatério feminino, ocorre um aumento tão grande na produção de excitação somática que a psique se mostra relativamente insuficiente para manejá-lo.

As condições etiológicas aplicáveis às mulheres podem ser incluídas no contexto de meu esquema sem maiores dificuldades do que no caso dos homens. A angústia virginal [ver em [1] [2]] é um exemplo particularmente claro, pois aqui os grupos de representações aos quais a excitação sexual somática deveria ligar-se ainda não estão suficientemente desenvolvidos. Na mulher recém-casada anestésica [ver em [1]], a angústia só aparece quando as primeiras coabitações despertam uma quantidade suficiente de excitação somática. Quando faltam as

indicações locais de tal excitação (sensações espontâneas de estimulação, desejo de urinar, e assim por diante), a angústia também fica ausente. O caso da ejaculação precoce e do coito interrompido [ibid.] pode ser explicado tal como nos homens, isto é, o desejo libidinal do ato psiquicamente insatisfatório desaparece gradualmente, enquanto a excitação despertada durante o ato é despendida subcorticalmente. A *alienação* entre as esferas psíquica e somática no rumo tomado pela excitação sexual é mais prontamente estabelecida nas mulheres que nos homens. Os casos de viuvez e abstinência voluntária, e também os do climatério [ver em [1] e segs.] são tratados do mesmo modo em ambos os sexos; contudo, no que se refere à abstinência, não há dúvida de que, no caso das mulheres, existe ainda a questão do recalçamento intencional do círculo às representações sexuais, à qual a mulher abstinente deve estar atenta com freqüência em sua luta contra a tentação. O horror que, na época da menopausa, a mulher em processo de envelhecimento sente diante do aumento indevido de sua libido pode agir de maneira semelhante.

As duas últimas condições etiológicas de nossa lista parecem enquadrar-se sem dificuldade. A tendência à angústia nos masturbadores que se tornaram neurastênicos [vr em [1]] é explicada pelo fato de que lhes é muito fácil passarem a um estado de “abstinência” depois de se terem acostumado por tanto tempo a descarregar até mesmo a menor quantidade de excitação somática, por mais deficiente que seja essa descarga. Finalmente, o último caso - a gênese da neurose de angústia por meio de doença grave, sobrecarga de trabalho, cuidado exaustivo com doentes etc. [ibid.] - encontra uma interpretação fácil ao ser relacionado com os efeitos do coito interrompido. Aqui, a psique, graças a sua deflexão, pareceria não mais ser capaz de manejar a excitação somática, tarefa esta em que, como sabemos, ela está continuamente engajada. Estamos cientes de que uma libido de nível baixo pode soçobrar nessas condições, e temos aí um bom exemplo de neurose que, embora não apresente *nenhuma etiologia sexual, apresenta, entretanto, um mecanismo sexual*.

A concepção aqui desenvolvida retrata os sintomas da neurose de angústia como sendo, em certo sentido, *substitutos* da ação específica omitida posteriormente à excitação sexual. Para sustentar ainda mais essa concepção, posso indicar que, também na copulação normal, a excitação é despendida, entre outras coisas, na respiração acelerada, palpitação, transpiração, congestão, e assim por diante. Nos correspondentes ataques de angústia de nossa neurose, defrontamo-nos com a dispnéia, as palpitações etc., da copulação, numa forma isolada e exagerada.

E possível formular mais uma questão. Por que motivo, nessas condições de insuficiência psíquica para manejar a excitação sexual, o sistema nervoso se descobre no peculiar estado afetivo de *angústia*? Pode-se sugerir uma resposta como se segue. A psique é invadida pelo *afeto* de angústia quando se sente incapaz de lidar, por meio de uma reação apropriada, com uma tarefa (um perigo) *vinda de fora*; e fica presa de uma *neurose* de angústia quando se

percebe incapaz de equilibrar a excitação (sexual) vinda *de dentro* - em outras palavras, *ela se comporta como se estivesse projetando tal excitação para fora*. O afeto e a neurose a ele correspondente estão firmemente inter-relacionados. O primeiro é uma reação a uma excitação exógena, e a segunda, uma reação à excitação endógena análoga. O afeto é um estado que passa rapidamente, enquanto a neurose é um estado crônico, porque, enquanto a excitação exógena age num único impacto, a excitação endógena atua como uma força constante. *Na neurose, o sistema nervoso reage a uma fonte de excitação que é interna, enquanto, no afeto correspondente, ele reage contra uma fonte análoga de excitação que é externa.*

IV - RELAÇÃO COM OUTRAS NEUROSES

Há ainda algumas palavras a dizer sobre as relações da neurose de angústia com as outras neuroses, no que se refere a seu desencadeamento e suas conexões internas.

Os casos mais puros da neurose de angústia costumam ser os mais marcantes. São encontrados em indivíduos jovens e sexualmente potentes, com etiologia não dividida e doença que não data de muito tempo.

Mais freqüentemente, porém, os sintomas de angústia ocorrem ao mesmo tempo que - e em combinação com - os sintomas de neurastenia, histeria, obsessões ou melancolia. Se permitíssemos que uma mistura clínica como essa impedisse nosso reconhecimento da neurose de angústia como entidade independente, deveríamos também, logicamente, abandonar uma vez mais a separação tão arduamente conseguida entre a histeria e a neurastenia.

No intuito de analisar as “neuroses mistas” posso afirmar esta importante verdade: *onde quer que ocorra uma neurose mista, será possível descobrir uma mistura de várias etiologias específicas.*

Uma multiplicidade de fatores etiológicos como esses, que determinam uma neurose mista, pode ocorrer de maneira puramente fortuita. Por exemplo, uma nova perturbação pode acrescentar seus efeitos aos de um fator nocivo já existente. Assim, uma mulher que sempre foi histérica pode começar, a certa altura de seu casamento, a vivenciar o *coitus reservatus*; adquirirá então uma neurose de angústia em acréscimo a sua histeria. Ou ainda, um homem

que antes se masturbava e que se tornou neurastênico pode ficar noivo e ser sexualmente excitado por sua noiva; a sua neurastenia virá juntar-se então uma nova neurose de angústia.

Em outros casos, a multiplicidade de fatores etiológicos de modo algum é fortuita; um dos fatores desencadeia a atuação de outro. Por exemplo, uma mulher com quem o marido pratica o *coitus reservatus* sem consideração pela satisfação dela pode sentir-se compelida a se masturbar, a fim de eliminar a excitação aflitiva que se segue a tal ato; como resultado, produzirá não apenas uma neurose de angústia pura e simples, mas uma neurose de angústia acompanhada por sintomas de neurastenia. Outra mulher que sofra desse mesmo fator nocivo pode ter que lutar contra as imagens lascivas de que tenta defender-se, e assim adquirirá, por intermédio do coito interrompido, tanto obsessões quanto uma neurose de angústia. Finalmente, em decorrência do coito interrompido, uma terceira mulher pode perder sua afeição pelo marido e sentir-se atraída por outro homem, circunstância que será cuidadosamente mantida em segredo; em conseqüência, ela apresentará uma mistura de neurose de angústia e histeria.

Numa terceira categoria de neuroses mistas, a interligação dos sintomas é ainda mais íntima, no sentido de que o mesmo determinante etiológico provoca, regular e simultaneamente, ambas as neuroses. Assim, por exemplo, a súbita revelação sexual que vimos estar presente na angústia virginal sempre dá origem também à histeria [assim como à neurose de angústia]; a imensa maioria dos casos de abstinência voluntária liga-se desde o início com idéias obsessivas verdadeiras; o coito interrompido nos homens nunca me pareceu capaz de provocar uma neurose de angústia pura, mas sempre uma mistura desta com a neurastenia.

Com base nessas considerações, parece que devemos ainda distinguir as condições etiológicas de *desencadeamento* da neurose e seus fatores etiológicos específicos. As primeiras - por exemplo, o coito interrompido, a masturbação ou a abstinência - são ainda ambíguas, e cada qual pode produzir diferentes neuroses. Apenas os fatores etiológicos que nelas podem ser identificados, tais como a *descarga inadequada*, a *insuficiência psíquica* ou a *defesa acompanhada de substituição*, têm uma relação específica e inambígua com a etiologia de cada uma das principais neuroses.

No que concerne a sua natureza íntima, a neurose de angústia apresenta as mais interessantes concordâncias e diferenças em relação às outras neuroses principais, especialmente a neurastenia e a histeria. Partilha com a neurastenia uma característica essencial - a saber, a de que a fonte da excitação, a causa precipitante do distúrbio, reside no campo somático, e não no psíquico, como ocorre na histeria e na neurose obsessiva. Em outros aspectos, constatamos, antes, uma espécie de antítese entre os sintomas da neurose de angústia e os da neurastenia, que poderia evidenciar-se em rótulos como “acúmulo de excitação” e “empobrecimento da excitação”. Essa antítese não impede que as duas neuroses

se misturem; mesmo assim, porém, transparece no fato de que as formas mais extremas de cada uma das neuroses são também, em ambos os casos, as mais puras.

A sintomatologia da histeria e a da neurose de angústia mostram muitos pontos em comum, que ainda não foram suficientemente considerados. O aparecimento dos sintomas, seja sob forma crônica ou em ataques, as parestesias, agrupadas como auras, as hiperestésias e pontos de pressão que são encontrados em certos substitutos do ataque de angústia (na dispnéia e nos ataques cardíacos), a intensificação, pela conversão, de dores que talvez tenham justificação orgânica - estes e outros traços que as duas doenças têm em comum permitem até a suspeita de que uma parcela nada insignificante do que se atribui à histeria poderia, com maior justiça, ser posta na conta da neurose de angústia. Quando se penetra no mecanismo das duas neuroses, tanto quanto foi possível descobri-lo até aqui, vêm à tona certos aspectos que sugerem que a neurose de angústia é, realmente, o equivalente somático da histeria. Tanto na segunda como na primeira há um acúmulo de excitação (que talvez seja a base da similaridade entre os sintomas que mencionamos). Tanto na segunda como na primeira constatamos uma *insuficiência psíquica, em conseqüência da qual surgem processos somáticos anormais*. E ainda, tanto na segunda como na primeira, em vez de uma elaboração psíquica da excitação, há um desvio dela para o campo somático; a diferença está apenas em que, na neurose de angústia, a excitação, em cujo deslocamento a neurose se expressa, é puramente somática (excitação sexual somática), ao passo que, na histeria, ela é psíquica (provocada por um conflito). Assim, não surpreende que a histeria e a neurose de angústia se combinem regularmente uma com a outra, como se vê na “angústia virginal” ou na “histeria sexual”, e que a histeria simplesmente tome de empréstimo à neurose de angústia vários sintomas, e assim por diante. Essas relações íntimas da neurose de angústia com a histeria fornecem, além disso, um novo argumento para se insistir em destacar a neurose de angústia da neurastenia, pois, se essa separação não for admitida, também ficaremos impossibilitados de continuar a manter a distinção entre neurastenia e histeria, que obtivemos com tanto trabalho e que é tão indispensável para a teoria das neuroses.

VIENA, dezembro de 1894.

APÊNDICE: O TERMO *ANGST* E SUA TRADUÇÃO INGLESA

Há pelo menos três passagens em que Freud discute as várias nuances semânticas expressas pela palavra alemã “*Angst*” e pelos cognatos “*Furcht*” e “*Schreck*”. Embora ele acentue o elemento antecipatório e a ausência de objeto em “*Angst*”, as distinções que traça não são inteiramente convincentes e o uso real que faz do termo está longe de obedecer-lhes invariavelmente. E isso não chega a surpreender, de vez que “*Angst*” é uma palavra usada comumente na fala alemã usual, não sendo de forma alguma exclusivamente um termo técnico psiquiátrico. Ocasionalmente, pode ser traduzida por qualquer uma dentre meia dúzia de palavras inglesas igualmente comuns - “*fear*” |medo|, “*fright*” |pavor ou susto|, “*alarm*” |sobressalto| e assim por diante -, sendo, portanto, muito pouco prático fixarmo-nos num único termo inglês como sua tradução exclusiva. Entretanto, “*Angst*” aparece com frequência como termo psiquiátrico (particularmente em combinações como “*Angstneurose*” ou “*Angstanfall*”) e, nessas ocasiões, um equivalente técnico inglês parece fazer-se necessário. A palavra universalmente, e talvez infelizmente, adotada para esse fim foi “*anxiety*” - infelizmente, já que “*anxiety*” tem também um sentido corrente de emprego cotidiano, que tem apenas uma remota conexão com qualquer dos usos do alemão “*Angst*”. Há, entretanto, um consagrado uso psiquiátrico, ou ao menos médico, do termo inglês “*anxiety*”, que remonta (como nos diz o *Oxford Dictionary*) à metade do século XVII. Com efeito, o uso psiquiátrico das duas palavras traz à luz suas origens paralelas. “*Angst*” é aparentado a “*eng*”, palavra alemã que designa “estreito”, “restrito”; “*anxiety*” deriva do latim “*angere*”, “estrangular” ou “apertar”, “estreitar”; em ambos os casos, a referência é aos sentimentos asfíxiantes que caracterizam as formas graves do estado psicológico em questão. Um estado ainda mais agudo é descrito em inglês pela palavra “*anguish*”, que tem a mesma derivação; e convém notar que Freud, em seus artigos em francês, usa a palavra aparentada “*angoisse*” (assim como seu sinônimo “*anxiété*”) para traduzir o alemão “*Angst*”. (Ver em [1].)

O tradutor inglês é assim levado a uma solução de compromisso: deve usar “*anxiety*” nas acepções técnicas ou semitécnicas e, em outros trechos, escolher qualquer outra palavra do inglês corriqueiro que pareça mais apropriada. Aliás, a solução adotada em muitas das primeiras traduções de Freud, substituindo “*Angst*” por “ansiedade mórbida”, parece especialmente impensada. Um dos principais problemas teóricos discutidos por Freud é precisamente se, e nesse caso, por que a “*Angst*” é ora patológica ora normal. (Ver, por exemplo, o Adendo B a *Inibição, Sintoma e Angústia*, Edição *Standard Brasileira*, Vol. XX, pág. 189 e segs., IMAGO, Editora, 1976.)

**RESPOSTA ÀS CRÍTICAS A MEU ARTIGO SOBRE A
NEUROSE DE ANGÚSTIA (1895)**

NOTA DO EDITOR INGLÊS

ZUR KRITIK DER “ANGSTNEUROSE”

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1895 *Wien.klin. Rdsch*, 9 (27), 417-19, (28), 435-7, (29), 451-2. (7, 14 e 21 de julho.)

1906 *S.K.S.N.*, 1, 94-111. (1911, 2ª ed., 1920, 3ª ed.; 1922, 4ª ed.).

1925 *G.S.*, 1, 343-62.

1952 *G.W.*, 1, 357-76.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

“A Reply to Criticisms on the Anxiety-Neurosis”

1924 *C.P.* 1, 107-27. (Trad. de J. Rickman.)

Incluído (Nº XXXIII) na coleção de sinopses dos primeiros trabalhos de Freud elaborada por ele mesmo (1897b). Esta tradução, com o título modificado, baseia-se na de 1924.

Após a publicação do primeiro artigo de Freud sobre a neurose de angústia em janeiro de 1895, uma crítica de Loewenfeld a ele foi estampada no exemplar de março do *Neurologisches Zentralblatt*. O artigo aqui reproduzido é a réplica de Freud. Leopold Loewenfeld (1847-1923) era um afamado psiquiatra que clinicava em Munique. Era conhecido de Freud e continuou a manter com ele relações amigáveis. Incluiu capítulos de Freud em dois de seus livros, compareceu aos dois primeiros Congressos Psicanalíticos, em 1908 e 1910, e chegou até a apresentar um estudo (sobre hipnotismo) neste último. Apesar disso, porém, nunca aceitou inteiramente as idéias de Freud. Uma referência ao fato de que a presente controvérsia não afetou as boas relações entre ambos ocorre na Conferência XVI

das *Conferências Introdutórias* (1916-17).

A principal importância deste artigo está na discussão minuciosa do que Freud chama aqui de “equação etiológica - as inter-relações entre as diferentes *espécies* de causas envolvidas na geração de uma neurose (ou, a rigor, de qualquer outra doença). A questão já fora esboçada numa comunicação a Fliess em 8 de fevereiro de 1893 (Freud, 1950a, Rascunho B) e voltou a ser abordada, mais tarde, no artigo em francês sobre “A Hereditariedade e a Etiologia das Neuroses” (1896a). Uma nova alusão à “equação etiológica”, cujos termos devem ser todos satisfeitos para que uma neurose possa manifestar-se, é feita dez anos depois do artigo sobre a sexualidade nas neuroses (1906a, Edição *Standard* Brasileira, Vol. VII, ver em [1], IMAGO Editora, 1972, e ela reaparece na comunicação dirigida ao Congresso de Nuremberg (1910d), Edição *Standard* Brasileira, Vol. XI, ver em [1], IMAGO Editora, 1970. Daí em diante, porém, ela se reduz gradualmente à interação entre hereditariedade e experiência - os dois principais conjuntos de determinantes da neurose - e termina pela introdução do conceito de “séries complementares” nas Conferências XXII e XXIII das *Conferências Introdutórias* (1916-17). Há uma passagem nos *Três Ensaio*s onde a transição é mostrada claramente. Em algumas frases acrescentadas àquele trabalho em 1915, Freud referiu-se duas vezes a uma “série etiológica”, “em que a intensidade decrescente de um fator é contrabalançada pela intensidade crescente de outro”. Então, em 1920, *depois* de escrever as *Conferências Introdutórias*, ele alterou a expressão nos *Três Ensaio*s para “série complementar”; ao menos mudou *uma* de suas ocorrências, embora a segunda lhe passasse despercebida, de modo que as duas versões do termo são conservadas a poucas linhas uma da outra (Edição *Standard* Brasileira, Vol. VII, ver em [1] e [2], IMAGO Editora, 1972), revelando a linha de tendência da equação etiológica até a série complementar.

Um breve extrato da tradução anterior (1924) deste artigo foi incluído em *A General Selection from the Works of Sigmund Freud* (1937, 68-9), de Rickman.

RESPOSTA ÀS CRÍTICAS A MEU ARTIGO SOBRE A NEUROSE DA ANGÚSTIA

No segundo número do *Neurologisches Zentralblatt* de Mendel para 1895, publiquei um breve artigo em que me arrisquei a fazer uma tentativa de isolar da neurastenia vários

estados nervosos e estabelecê-los como uma entidade independente, sob o nome de “neurose de angústia”. Fui levado a fazê-lo pela presença de uma conjunção constante de certos traços clínicos com outros etiológicos - coisa que em geral nos permite fazer uma separação desse tipo. Descobri - e nisso Hecker (1893) se antecipara a mim - que todos os sintomas neuróticos em questão podiam ser classificados em conjunto como constituindo expressões de angústia; e meu estudo da etiologia das neuroses permitiu-me acrescentar que essas porções do complexo da “neurose de angústia” exibem condições etiológicas especiais que são quase o inverso da etiologia da neurastenia. Minhas observações me haviam mostrado que, na etiologia das neuroses (pelo menos na dos casos *adquiridos* e das formas *adquiríveis*), os fatores sexuais desempenham um papel predominante, ao qual se tem atribuído pouquíssimo peso; assim, uma asserção como “a etiologia das neuroses reside na sexualidade”, com toda sua inevitável incorreção *per excessum et defectum* [por excesso ou falta], mesmo assim está mais próxima da verdade do que as outras doutrinas dominantes no momento. Outra afirmação que minhas observações me forçaram a fazer foi no sentido de que os vários fatores sexuais nocivos não são indiferentemente encontrados na etiologia de todas as neuroses, mas que existem relações especiais inconfundíveis entre determinados fatores nocivos e determinadas neuroses. Desse modo, pude presumir que havia descoberto as causas *específicas* das várias neuroses. Procurei então formular sucintamente o caráter especial das perturbações sexuais que constituem a etiologia da neurose de angústia, e, com base em minha concepção do processo sexual (ver em [1]), cheguei a esta proposição: a neurose da angústia é criada por tudo aquilo que mantém a tensão sexual somática afastada da esfera psíquica, por tudo o que interfere em sua elaboração psíquica. Ao retrocedermos às circunstâncias concretas em que esse fator se torna atuante, somos levados a afirmar que a abstinência [sexual], quer voluntária quer involuntária, a relação sexual com satisfação incompleta, o coito interrompido, o desvio do interesse psíquico da esfera da sexualidade e coisas similares são os fatores etiológicos específicos dos estados que denominei de “neurose de angústia”.

Quando publiquei o artigo aqui mencionado, não tinha nenhuma ilusão quanto a seu poder de persuasão. Em primeiro lugar, estava ciente de que a explicação que eu fornecera era apenas uma explicação sumária e incompleta e, em alguns pontos, até mesmo difícil de compreender - talvez apenas o bastante para despertar as expectativas do leitor. Além disso, oferecera também muitos poucos exemplos e nenhuma cifra. Tampouco abordara a técnica de coleta de anamneses ou tomara providências para evitar mal-entendidos. Não levava em conta nada além das objeções mais óbvias e, no tocante à própria teoria, enfatizara apenas sua proposição principal, e não suas restrições. Sendo assim, cada leitor estava de fato livre para formar sua própria opinião quanto à força de sustentação de toda a hipótese. Eu também podia contar com outra dificuldade em sua aceitação. Sei muito bem que, ao expor minha “etiologia sexual” das neuroses, não apresentei nada de novo, e que nunca faltaram correntes não oficiais da literatura médica que levam esses fatos em conta. Sei ainda que, de fato, a medicina acadêmica oficial também tem estado ciente deles. Mas tem agido como se nada

soubesse sobre o assunto. Não tem utilizado seus conhecimentos nem extraído deles nenhuma inferência. Tal comportamento deve ter alguma causa profundamente enraizada, talvez oriunda de uma espécie de relutância em focar diretamente os assuntos sexuais, ou de uma reação contra as tentativas mais antigas de explicação, consideradas obsoletas. Em todo caso, tem-se que estar preparado para enfrentar resistências quando se arrisca empreender uma tentativa de tornar fidedigno para outras pessoas algo que elas poderiam descobrir por si mesmas, sem nenhuma dificuldade.

Nessas circunstâncias, talvez fosse mais conveniente não responder às objeções críticas até que eu mesmo tivesse expressado meus pontos de vista sobre esse tema complexo com maiores detalhes, tornando-os assim mais inteligíveis. Entretanto, não posso resistir aos motivos que me impelem a dar uma resposta imediata a uma crítica de minha teoria da neurose de angústia recentemente publicada. Faço-o porque o seu autor, L. Loewenfeld, de Munique, autor de *Pathologie und Therapie der Neurasthenie*, é um homem cujo julgamento decerto tem muito peso junto ao público médico; por causa de uma concepção equivocada que o texto de Loewenfeld me atribui; e finalmente, porque desejo combater de saída a impressão de que minha teoria pode ser tão facilmente refutada pelas primeiras objeções que aparecem.

Com olho infalível, Loewenfeld (1895) detecta a característica essencial de meu artigo - a saber, minha asserção de que os sintomas da angústia têm uma etiologia específica e uniforme, de natureza sexual. Não sendo possível estabelecer isso como um fato, desaparece também a principal razão para se destacar da neurastenia uma neurose de angústia independente dela. Resta, é verdade, uma dificuldade para a qual chamei atenção [ver em [1] e seg.]: o fato de que os sintomas de angústia têm também ligações rigorosamente inequívocas com a histeria, de modo que uma decisão nos termos de Loewenfeld prejudicaria a separação entre neurastenia e histeria. Tal dificuldade, no entanto, é equacionada por um recurso à hereditariedade como causa comum de todas essas neuroses (concepção que examinarei depois).

Que argumentos, pois, Loewenfeld utiliza para fundamentar sua objeção a minha teoria?

(1) Enfatizarei, como ponto essencial para a compreensão da neurose de angústia, que a angústia nela ocorrente não permite uma derivação psicológica - isso significa que a pronta disposição para a angústia, que constitui o núcleo da neurose, não pode ser adquirida por um fato isolado ou repetido de pânico psiquicamente justificado. O pânico, sustentei, poderia resultar em histeria ou neurose traumática, mas não numa neurose de angústia. Essa negação, como se percebe facilmente, nada mais é do que a contrapartida de minha afirmação, de cunho positivo, de que a angústia que aparece em minha neurose corresponde a uma tensão

sexual somática que foi desviada do campo psíquico - uma tensão que, de outra forma, far-se-ia sentir como libido.

Em oposição a isso, Loewenfeld insiste no fato de que, em muitos casos, “os estados de angústia aparecem imediatamente ou logo após um choque psíquico (apenas pavor ou acidentes acompanhados de pavor), e nessas situações às vezes há circunstâncias que tornam extremamente improvável a atuação simultânea de perturbações sexuais da espécie mencionada”. Ele apresenta em poucas palavras, como exemplo particularmente fecundo, uma observação clínica (servindo por muitas). Esse exemplo concerne a uma mulher de trinta anos, com uma tara hereditária, que estivera casada por quatro anos e que, um ano antes, tivera um primeiro parto muito difícil. Poucas semanas após esse acontecimento, seu marido fora acometido de um ataque de doença que a assustara e, em sua agitação, ela ficara correndo de camisola pelo cômodo frio. Desde essa época, havia adoecido. Primeiro sofrera de estados de angústia e palpitações à noite, depois vieram os acessos de tremores convulsivos, depois fobias, e assim por diante. Era o quadro de uma neurose de angústia plenamente desenvolvida. “Aqui”, conclui Loewenfeld, “os estados de angústia são obviamente de origem psíquica, desencadeados pelo susto isolado.”

Não duvido que meu respeitável crítico possa apresentar muitos casos similares. Eu mesmo posso fornecer uma longa lista de exemplos análogos. Quem não tiver visto tais casos - e eles são extremamente comuns - de eclosão da neurose de angústia após um choque psíquico não pode considerar-se qualificado para tomar parte em discussões sobre a neurose de angústia. A esse respeito, observarei apenas que nem o susto nem a expectativa angustiada precisam ser sempre encontrados na etiologia desses casos; qualquer outra emoção serviria igualmente bem. Rememorando rapidamente alguns casos, lembro-me de um homem de quarenta e cinco anos que teve seu primeiro ataque de angústia (com colapso cardíaco) ao receber a notícia da morte do pai, que era um senhor idoso; daí por diante, desenvolveu uma neurose de angústia típica e completa, acompanhada de agorafobia. Lembro-me também de um rapaz acometido da mesma neurose em virtude de sua agitação diante dos desentendimentos entre sua jovem esposa e sua mãe, e que tinha um novo surto de agorafobia depois de cada discussão doméstica. Havia ainda um estudante, um tanto preguiçoso, que teve seus primeiros ataques de angústia durante um período em que, instigado pelo desagrado paterno, estava arduamente empenhado em se preparar para um exame. Lembro-me também de uma mulher sem filhos que adoeceu em função da angústia ligada à saúde de uma sobrinha pequena. E outros casos similares. Quanto aos fatos em si usados por Loewenfeld contra mim não paira a menor dúvida.

Contudo, há uma dúvida quanto a sua interpretação. Será que devemos aceitar incontinenti a conclusão *post hoc ergo propter hoc* e abster-nos de qualquer exame crítico do material bruto? Há exemplos suficientes em que a causa desencadeante final não preserva, ante uma análise crítica, sua posição de *causa efficiens*. Basta pensar, por

exemplo, na relação entre o trauma e a gota. O papel de um trauma na estimulação de um ataque de gota no membro afetado provavelmente não difere do papel que ele desempenha na etiologia da tabes e da paralisia geral dos insanos; só que, no caso da gota, fica claro, até para a mais medíocre das capacidades, que é absurdo supor que o trauma tenha “causado” a gota, em vez de tê-la meramente provocado. Há que refletir com cuidado ao nos depararmos com fatores etiológicos dessa natureza - fatores “banais”, como gostaria de chamá-los - na etiologia das mais variadas formas de doença. A emoção, o susto, é também um fator banal desse tipo. O pânico pode provocar coréia, apoplexia, paralisia agitante e muitas outras coisas, assim como pode provocar a neurose de angústia. Não devo, é claro, prosseguir na argumentação de que, graças a sua ubiqüidade, as causas banais não satisfazem a nossos requisitos, e de que deve haver também causas específicas; fazê-lo seria incorrer numa petição de princípio em favor da proposição que quero provar. Mas é justificável que eu extraia a seguinte conclusão: se for possível mostrar que existe uma mesma causa específica na etiologia de todos ou da grande maioria dos casos de neurose de angústia, nossa visão do assunto não precisará ficar abalada pelo fato de a doença só eclodir depois que um ou outro fator banal, tal como a emoção, torna-se atuante.

Foi o que se deu com meus casos de neurose de angústia. Tomemos o homem que |ver em [1]|, após receber a notícia da morte do pai, adoeceu tão inexplicavelmente. (Acrescento “inexplicavelmente” porque a morte não fora imprevista, nem ocorrera em circunstâncias incomuns ou chocantes.) Esse homem praticara por onze anos o coito interrompido com sua mulher, a quem quase sempre tentara satisfazer. Da mesma forma, o rapaz que não suportava as brigas entre a mulher e a mãe havia praticado a retirada do pênis com sua jovem esposa desde o início do casamento, para se livrar do encargo de filhos. Temos então o estudante que contraíra uma neurose de angústia, em vez da esperável neurastenia cerebral, em conseqüência da sobrecarga de trabalho: ele vinha mantendo há três anos uma relação com uma jovem que não lhe era permitido engravidar. Havia ainda a mulher sem filhos que fora acometida de neurose de angústia por causa da doença de uma sobrinha: era casada com um homem impotente e nunca fora sexualmente satisfeita. E assim por diante. Nem todos esses casos são igualmente claros ou igualmente bons como comprovação de minha tese; contudo, quando os junto ao imenso número de casos em que a etiologia só mostra o fator específico, eles se enquadram sem contradição na teoria que formulei e permitem estender nossa compreensão etiológica para além das fronteiras vigentes até aqui.

Se alguém quiser provar-me que, nesses comentários, negligenciei indevidamente a importância dos fatores etiológicos banais, deverá confrontar-me com observações em que meu fator específico esteja ausente - isto é, com casos em que a neurose de angústia tenha emergido após um choque psíquico, embora (de modo geral) o sujeito tenha levado uma *vita sexualis* normal. Vejamos agora se o caso de Loewenfeld satisfaz a essa condição. É óbvio que meu respeitável oponente não percebeu com clareza a necessidade disso, do contrário não nos teria deixado tão completamente no escuro quanto à *vita sexualis* de sua paciente.

Deixarei de lado o fato de que esse caso da mulher de trinta anos é obviamente complicado por uma histeria sobre cuja origem psíquica não tenho a mínima dúvida; e naturalmente admito, sem levantar qualquer objeção, a presença de uma neurose de angústia ao lado dessa histeria. Mas antes de usar um caso para comprovar ou refutar a teoria da etiologia sexual das neuroses, é preciso, primeiramente, que eu tenha estudado o comportamento sexual do paciente mais de perto do que fez Loewenfeld. Não me contentaria em concluir que, por ter a mulher sofrido seu choque psíquico numa fase imediatamente posterior a um parto, o coito interrompido não poderia ter desempenhado um papel nisso no ano anterior, e que, portanto, as perturbações sexuais estariam excluídas. Sei de casos de mulheres que engravidavam todos os anos e que, apesar disso, sofriam de neurose de angústia, pois - por incrível que pareça - todas as relações sexuais eram suspensas depois do primeiro coito fertilizante, de modo que, a despeito de terem muitos filhos, elas haviam sofrido de privação sexual durante todos esses anos. Nenhum médico ignora o fato de que as mulheres concebem filhos de homens cuja potência é muito reduzida e que não podem proporcionar-lhes satisfação. Por fim (e essa é uma consideração que deve ser levada em conta precisamente pelos defensores de uma etiologia hereditária), há muitas mulheres afligidas por neurose de angústia congênita - isto é, que herdaram ou desenvolvem, sem nenhum distúrbio externamente demonstrável, uma *vita sexualis* idêntica à usualmente adquirida por meio do coito interrompido e de perturbações similares. Em muitas dessas mulheres podemos descobrir uma doença histérica na juventude, desde a qual sua *vita sexualis* ficou perturbada e se estabeleceu um desvio da tensão sexual para longe da esfera psíquica. As mulheres com esse tipo de sexualidade são incapazes de obter satisfação real, mesmo no coito normal, e desenvolvem uma neurose de angústia, seja espontaneamente, seja depois de sobrevirem outros fatores atuantes. Quais desses elementos estavam presentes no caso de Loewenfeld? Não sei. Mas repito: esse caso só constituirá uma prova contra mim se a mulher que reagiu a um único susto com uma neurose de angústia tiver antes desfrutado de uma *vita sexualis* normal.

É impossível empreender uma investigação etiológica baseada em anamneses se aceitarmos essas anamneses tais como os pacientes as apresentam, ou se nos contentarmos com o que eles estão dispostos a informar voluntariamente. Se os especialistas em sífilis ainda confiassem no depoimento de seus pacientes para ligar uma infecção inicial da genitália às relações sexuais, poderiam atribuir um respeitável número de cancro em pessoas declaradamente virgens a simples resfriados; e os ginecologistas teriam pouca dificuldade em confirmar o milagre da partenogênese entre suas clientes solteiras. Espero que um dia prevaleça a idéia de que também os neuropatologistas, ao colherem as anamneses das grandes neuroses, podem estar procedendo com base em preconceitos etiológicos de natureza semelhante.

(2) Loewenfeld diz ainda que tem visto repetidamente o aparecimento e desaparecimento

de estados de angústia em casos em que decerto não ocorreu qualquer mudança na vida sexual do sujeito, mas onde havia outros fatores em jogo.

Eu próprio fiz exatamente a mesma observação, sem contudo deixar-me levar por ela. Também eu fiz desaparecerem ataques de angústia por meio de tratamento psíquico, melhoria da saúde geral do paciente, e assim por diante; mas, naturalmente, não concluí daí que o que causara o ataque de angústia fora uma falta de tratamento. Não que me agrade imputar a Loewenfeld uma conclusão dessa espécie. Meu comentário jogoso tenciona apenas mostrar que o estado de coisas pode facilmente complicar-se o bastante para invalidar por completo a objeção de Loewenfeld. Não acho difícil conciliar o fato aqui apresentado com minha afirmativa de que a neurose de angústia tem uma etiologia específica. Há que admitir prontamente que existem fatores etiológicos que, para surtirem efeito, precisam atuar com certa intensidade (ou quantidade) e durante um certo período de tempo - fatores que, em outras palavras, são *somados*. Os efeitos do álcool são um exemplo-padrão desse tipo de causação por soma. Deduz-se daí que deve haver um período em que a etiologia específica está em ação, mas no qual seu efeito ainda não é manifesto. Durante essa fase, o sujeito ainda não está doente, mas está predisposto a uma enfermidade particular - em nosso caso, à neurose de angústia-, e então o acréscimo de uma perturbação banal poderá deflagrar a neurose, tal como o faria uma nova intensificação da ação do fator perturbador específico. A situação também pode expressar-se da seguinte maneira: não basta a perturbação específica estar presente; ela também precisa atingir um patamar definido; e, no processo de atingir esse limite, uma quantidade da perturbação específica pode ser substituída por uma dose de perturbações banais. Se estas últimas voltarem a ser eliminadas, ficaremos abaixo de um certo limiar e os sintomas clínicos tornarão a desaparecer. Toda a terapia das neuroses se apóia no fato de que a carga total sobre o sistema nervoso, à qual este sucumbiu, pode ser levada a um nível inferior a esse limiar, influenciando-se de inúmeras maneiras a mistura etiológica. Com base nessas circunstâncias, não podemos tirar nenhuma conclusão quanto à existência ou inexistência de uma etiologia específica. Essas considerações são certamente seguras e incontestáveis. Mas quem quer que não as julgue suficientes poderá ser influenciado pelo seguinte argumento. De acordo com as concepções de Loewenfeld e de inúmeros outros, a etiologia dos estados de angústia deve ser buscada na hereditariedade. Ora, a hereditariedade é certamente imune a alterações; logo, se a neurose de angústia é curável sob tratamento, temos que concluir, segundo a argumentação de Loewenfeld, que sua etiologia não pode residir na hereditariedade.

Quanto ao mais, talvez me fosse poupado ter que me defender dessas duas objeções de Loewenfeld, se meu respeitável oponente tivesse prestado maior atenção a meu artigo. Nele, ambas as objeções foram previstas e respondidas (ver em [1] e segs.). Aqui pude apenas repetir o que disse lá, e cheguei até a reanalisar deliberadamente os mesmos casos outra vez. Além disso, as fórmulas etiológicas que acabo de enfatizar estão contidas no texto de meu artigo [ver em [1]]. Vou repeti-las uma vez mais. Sustento que *existe um fator etiológico*

específico da neurose de angústia que pode ser substituído em sua atuação por uma perturbação banal, em sentido QUANTITATIVO, mas não em sentido QUALITATIVO; sustento ainda que *esse fator específico determina primordialmente a FORMA da neurose; a ocorrência ou não da doença neurótica depende da carga total sobre o sistema nervoso (proporcionalmente a sua capacidade de suportar tal carga)*. Em geral, as neuroses são sobredeterminadas, isto é, vários fatores operaram conjuntamente em sua etiologia.

(3) Não há por que me preocupar muito com a refutação dos comentários subseqüentes de Loewenfeld, já que, por um lado, eles afetam muito pouco a minha teoria e, por outro, levantam dificuldades cuja existência reconheço. Loewenfeld escreve: “A teoria freudiana é totalmente insuficiente para explicar o aparecimento ou não-aparecimento dos ataques de angústia em casos isolados. Se os estados de angústia - isto é, os sintomas clínicos da neurose de angústia - ocorressem somente por um armazenamento subcortical da excitação sexual somática e por um emprego anormal desta, todas as pessoas afetadas por estados de angústia deveriam, desde que não ocorresse nenhuma mudança em sua vida sexual, ter de tempos em tempos um ataque de angústia, assim como o epiléptico tem seu ataque de *grand e petit mal*. Mas isso, como mostras a experiência cotidiana, de modo algum acontece. Os ataques de angústia ocorrem, na grande maioria dos casos, apenas em ocasiões definidas; quando o paciente evita essas ocasiões ou consegue paralisar sua influência por meio de alguma precaução, fica isento dos ataques de angústia, quer se entregue regularmente ao coito interrompido ou à abstinência, quer goze de uma vida sexual normal.”

Há muito a dizer sobre isso. Em primeiro lugar, Loewenfeld impõe à minha teoria uma inferência que ela não é obrigada a aceitar. Supor que na armazenagem de excitação sexual somática ocorre a mesma coisa que na acumulação de estímulo que leva a uma convulsão epiléptica é formular uma hipótese excessivamente minuciosa, e não dei nenhum motivo para isso; nem essa hipótese é a única que se apresenta. Para descartar a alegação de Loewenfeld, basta-me apenas presumir que o sistema nervoso tem o poder de manejar um certo *quantum* de excitação sexual somática mesmo quando esta última é desviada de seu objetivo, e que os distúrbios só ocorrem quando esse *quantum* de excitação recebe um súbito acréscimo. Não me arrisquei a estender minha teoria nessa direção, principalmente por não esperar encontrar pontos de apoio sólidos ao longo desse caminho. Gostaria apenas de indicar que não devemos pensar na *produção* da tensão sexual como algo independente de sua *distribuição*: que, na vida sexual normal, essa produção, quando estimulada por um objeto sexual, assume uma forma substancialmente diversa da que toma no estado de inércia psíquica (ver ver em [1]) e assim por diante.

Convém admitir que, com toda a probabilidade, a situação aqui difere da que prevalece na tendência às convulsões epilépticas, e que ainda não pode ser sistematicamente deduzida da teoria do acúmulo da excitação sexual somática.

Contrariando a outra afirmação de Loewenfeld - a de que os estados de angústia só aparecem em certas ocasiões e deixam de aparecer quando essas condições são evitadas, independentemente de qual seja a *vita sexualis* do sujeito - convém assinalar que, nesse ponto, é claro que ele só tem em mente a angústia das *fobias*, como de fato fica demonstrado pelos exemplos ligados à passagem que citei. Ele não diz absolutamente nada sobre os ataques espontâneos de angústia que tomam a forma de vertigens, palpitações, dispnéia, tremores, transpiração etc. Minha teoria, ao contrário, de modo algum parece incapaz de explicar a emergência ou não-emergência desses ataques de angústia, pois, num grande número desses casos de neurose de angústia, parece efetivamente haver uma periodicidade na emergência dos estados de angústia, semelhante à que se observa na epilepsia, exceto que, nesta última, a periodicidade é mais transparente. Mediante um exame detalhado, descobrimos com grande regularidade a presença de um processo sexual excitatório (isto é, um processo capaz de gerar tensão sexual somática), que, após o decorrer de um intervalo de tempo definido e quase sempre constante, é seguido pelo ataque de angústia. Esse papel |excitatório| é desempenhado, nas mulheres abstinentes, pela excitação menstrual; é ainda desempenhado pelas poluções noturnas, que também se repetem periodicamente. Acima de tudo, esse papel é desempenhado pela própria relação sexual (prejudicial, quando incompleta), que transfere sua própria periodicidade aos efeitos que acarreta, ou seja, aos ataques de angústia. Quando ocorrem ataques de angústia que rompem a periodicidade usual, costuma ser possível atribuí-los a uma causa incidental de ocorrência rara e irregular - a uma experiência sexual isolada, a alguma coisa lida ou vista, e outras situações semelhantes. O intervalo que mencionei oscila de poucas horas a dois dias; é idêntico ao que transcorre em outras pessoas, entre a ocorrência das mesmas causas e o surgimento da conhecida enxaqueca sexual, que tem ligações bem estabelecidas com a síndrome da neurose de angústia.

Há, além disso, inúmeros casos em que um estado isolado de angústia é provocado pela adição extra de um fator banal, por uma excitação de um ou outro tipo. O mesmo se aplica, portanto, à etiologia do ataque de angústia isolado e à causação de toda a neurose. Não é muito estranho que a angústia das fobias obedeça a condições diferentes; elas têm uma estrutura mais complicada que os ataques de angústia puramente somáticos. Nas fobias, a angústia está ligada a um conteúdo representativo ou perceptivo definido, e a estimulação desse conteúdo psíquico é a principal condição para a emergência da angústia. Quando isso ocorre, a angústia é “gerada”, assim como, por exemplo, a tensão sexual é gerada pela excitação de idéias libidinais. Todavia, a conexão desse processo com a teoria da neurose de angústia ainda não foi elucidada.

Não vejo razão por que eu deva tentar esconder as lacunas e pontos fracos de minha teoria. O aspecto principal do problema das fobias parece-me ser que, *quando a vita sexualis é normal* - quando a condição específica, o distúrbio da vida sexual no sentido de uma deflexão do somático em relação ao psíquico, não é preenchida -, *as fobias não aparecem em absoluto*. Quaisquer que sejam os demais pontos obscuros quanto ao mecanismo das fobias, minha teoria só poderá ser refutada quando me tiverem mostrado fobias em que a vida sexual seja normal, ou mesmo em que nela haja um distúrbio de tipo inespecífico.

(4) Passo agora a um comentário de meu estimado crítico que não posso deixar sem resposta. Em meu artigo sobre a neurose de angústia eu havia escrito (ver em [1]) o seguinte:

“Em alguns casos de angústia não se descobre absolutamente nenhuma etiologia. Vale notar que, em tais casos, raramente há dificuldade em se estabelecerem provas de uma grave tara hereditária.

“Mas quando há fundamento para se considerar a neurose como *adquirida*, uma cuidadosa investigação orientada nesse sentido revela que um conjunto de perturbações e influências da *vita sexual* ... [são os fatores etiológicos atuantes].” Loewenfeld cita essa passagem e acrescenta o seguinte comentário: “Parece depreender-se disso que Freud sempre encara uma neurose como “adquirida” quando se encontram causas incidentais para ela.”

Se tal sentido é naturalmente depreendido de meu texto, então este confere uma expressão muito distorcida a minhas idéias. Permitam-me assinalar que, nas páginas precedentes, mostrei-me muito mais rigoroso do que Loewenfeld em minha avaliação das causas incidentais. Se eu próprio tivesse que elucidar o sentido da passagem que escrevi, acrescentaria, depois da oração subordinada “Mas quando há fundamento para se considerar a neurose como *adquirida*...,” as palavras “*por não se evidenciarem as provas (mencionadas na frase anterior) de uma disposição hereditária,...*” O que isso significa é que sustento que um caso é adquirido quando não se descobre nele nenhuma hereditariedade. Ao agir assim, comporto-me como todas as outras pessoas, talvez com a pequena diferença de que os outros podem declarar que o caso é determinado pela hereditariedade mesmo quando não há hereditariedade, desconsiderando toda a categoria das neuroses adquiridas. Mas essa diferença depõe a meu favor. Admito, contudo, que eu próprio sou responsável por esse mal-entendido, em virtude da maneira como me expressei na primeira frase: “não se descobre absolutamente nenhuma etiologia.” Decerto serei criticado também por outras

fontes e dirão que me criei dificuldades desnecessárias ao procurar as causas específicas das neuroses. Alguns dirão que a verdadeira etiologia da neurose de angústia, assim como das neuroses em geral, já é conhecida: é a hereditariedade. E duas causas reais não podem coexistir. Não neguei, dirão eles, o papel etiológico da hereditariedade; mas, nesse caso, todas as outras etiologias são causas meramente incidentais e equivalentes em valor ou falta de valor.

Não partilho dessa visão do papel da hereditariedade; e, considerando que em meu breve artigo sobre a neurose de angústia foi justamente a esse tema que dediquei menos atenção, tentarei agora compensar parte do que nele omiti e eliminar a impressão de que, ao escrever meu artigo, não atentei para todos os problemas relevantes.

Creio que poderemos chegar a um quadro da situação etiológica, provavelmente muito complicada, que prevalece na patologia das neuroses, se postularmos os seguintes conceitos:

(a) *Precondição*, (b) *Causa Específica*, (c) *Causas Concorrentes*, e, como um termo não equivalente aos anteriores, (d) *Causa Precipitante ou Desencadeante*.

Para fazer frente a qualquer possibilidade, vamos presumir que os fatores etiológicos que nos interessam são passíveis de mudança quantitativa - isto é, de aumento ou redução.

Aceitando a idéia de uma equação etiológica de vários termos que precisem ser satisfeitos para que o efeito ocorra, podemos caracterizar como causa *precipitante* ou desencadeante aquela que aparece por último na equação, de modo que precede imediatamente a emergência do efeito. É apenas esse fator cronológico que constitui a natureza essencial da causa precipitante. Qualquer das demais causas também pode, em determinado caso, desempenhar o papel de causa precipitante; e |o fator que desempenha| esse papel pode mudar dentro da mesma combinação etiológica.

Os fatores que se podem descrever como *precondições* são aqueles em cuja ausência o efeito nunca se manifestaria, mas que são incapazes de produzi-lo por si mesmos, não importando em que quantidade estejam presentes, pois falta ainda a causa específica.

A *causa específica* é aquela que nunca está ausente em todos os casos em que o efeito se dá e que, além disso, quando presente na quantidade ou intensidade requerida, é suficiente para produzir o efeito, desde que as condições também sejam cumpridas.

Como *causas concorrentes* podem considerar os fatores que não estão necessariamente presentes todas as vezes, nem podem, qualquer que seja sua quantidade, produzir o efeito

por si mesmos, mas que operam em conjunto com as condições e a causa específica para satisfazer a equação etiológica.

O caráter distintivo das causas concorrentes ou auxiliares parece claro; no entanto, como distinguir entre condição e causa específica, já que ambas são indispensáveis mas nenhuma delas, isoladamente, basta para atuar como causa?

As seguintes considerações parecem permitir-nos chegar a uma decisão. Entre as “*causas necessárias*” encontramos diversas que reaparecem nas equações etiológicas referentes a muitos outros efeitos, e que portanto não apresentam nenhuma relação especial com algum efeito particular. Uma dessas causas, entretanto, destaca-se do resto pelo fato de não ser encontrada em qualquer outra equação etiológica, ou de sê-lo em muito poucas; tem-se assim o direito de chamá-la de causa *específica* do efeito em questão. Além disso, as condições e causas específicas distinguem-se particularmente entre si nos casos em que as condições têm a característica de serem estados duradouros e pouco suscetíveis à alteração, ao passo que a causa específica é um fator de recente entrada em ação.

Tentarei exemplificar esse quadro esquemático etiológico completo:

Efeito: Tuberculose pulmonar.

Precondição: Predisposição da constituição orgânica, baseada, em sua maior parte, na hereditariedade.

Causa específica: Bacilo de Koch.

Causas auxiliares: Qualquer coisa que diminua a resistência - tanto as emoções como as supurações ou resfriados.

O quadro esquemático da etiologia da neurose de angústia me parece seguir o mesmo padrão:

Precondição: Hereditariedade.

Causa específica: Um fator sexual, no sentido de uma deflexão da tensão sexual para fora do campo psíquico.

Causas auxiliares: Quaisquer perturbações banais - a emoção, o susto, e também o esgotamento físico devido a doenças ou à estafa.

Examinando detalhadamente essa fórmula da neurose de angústia, posso acrescentar os comentários que se seguem. Se uma constituição pessoal especial (não necessariamente produzida pela hereditariedade) é absolutamente necessária para a produção da neurose de angústia, ou se qualquer pessoa normal pode ter uma neurose de angústia devido a algum aumento quantitativo do fator específico, é algo que não posso decidir com certeza; mas inclino-me fortemente para a segunda possibilidade. A predisposição hereditária é a mais importante condição da neurose de angústia; não é, porém, uma condição *indispensável*, já que está ausente num grupo de casos fronteiros. Pode-se demonstrar com certeza a presença do fator sexual na maioria dos casos. Numa série de casos (congenitos), esse fator não se separa da condição da hereditariedade, mas é cumprido com a ajuda desta. Isto é, em alguns pacientes, essa peculiaridade da *vita sexualis* - insuficiência psíquica para manejar a excitação sexual somática - é inata sob a forma de um estigma, ao passo que, comumente, é através dessa peculiaridade que as pessoas adquirem a neurose. Em outra classe de casos fronteiros, a causa específica está contida numa causa concorrente. Trata-se do caso em que a insuficiência psíquica que acabo de mencionar é acarretada pelo esgotamento ou causas semelhantes. Todos esses casos agrupam-se em classes que se fundem umas nas outras e não formam categorias isoladas. Em todos eles, além disso, verificamos que a tensão sexual sofre as mesmas vicissitudes; e, na maioria, mantém-se a distinção entre condição, causa específica e causa auxiliar, em conformidade com a solução da equação etiológica dada acima.

Quando consulto minha experiência sobre esse ponto, não consigo ver nenhuma relação antitética, no que concerne à neurose de angústia, entre a predisposição hereditária e o fator sexual específico. Pelo contrário, os dois fatores etiológicos se apóiam e se complementam. O fator sexual só costuma ser atuante nas pessoas que têm também uma tara hereditária inata; a hereditariedade, por si só, usualmente não é capaz de produzir uma neurose de angústia, tendo que aguardar a ocorrência de uma quantidade suficiente da perturbação sexual específica. A descoberta do fator hereditário, por conseguinte, não nos isenta da busca de um fator específico. De sua descoberta, aliás, depende também todo o nosso interesse terapêutico, pois o que podemos fazer terapêuticamente a respeito da hereditariedade enquanto elemento etiológico? Ela sempre esteve no paciente e lá permanecerá até o fim de sua vida. Tomada isoladamente, não pode ajudar-nos a compreender nem o desencadeamento episódico de uma neurose nem a cessação dessa neurose em consequência de tratamento. Ela nada mais é do que uma *precondição* da neurose - uma condição de indizível importância, é verdade, mas que tem sido superestimada em detrimento da terapia e da compreensão teórica. Para nos convenceremos de que a situação é diferente, basta pensarmos nos casos de enfermidades nervosas familiares (tais como a coréia crônica, a doença de Thomsen e outras), nos quais a hereditariedade reúne em si todas as condições etiológicas.

Concluindo, gostaria de repetir os enunciados com que estou acostumado a expressar as

relações recíprocas entre os vários fatores etiológicos, como primeira aproximação da verdade:

(1) Se *ocorrerá ou não* uma doença neurótica, depende de um fator quantitativo - da carga total sobre o sistema nervoso, comparada à capacidade da resistência deste. Tudo o que consegue manter esse fator quantitativo abaixo de certo valor limítrofe ou restituí-lo a esse nível tem um efeito terapêutico, já que, assim fazendo, mantém a equação etiológica insatisfeita.

O que se deve entender por “carga total” e por “capacidade de resistência” do sistema nervoso poderia sem dúvida ser mais claramente explicado com base em certas hipóteses referentes à função dos nervos.

(2) *As dimensões* que a neurose atingirá dependem, em primeira instância, da extensão da tara hereditária. A hereditariedade age como um multiplicador introduzido num círculo elétrico, que aumenta muitas vezes o desvio da agulha.

(3) Mas a *forma* que a neurose assumirá- a direção a ser tomada pelo desvio - é determinada exclusivamente pelo fator etiológico específico procedente da vida sexual.

Embora esteja cômico das muitas dificuldades ainda não resolvidas nessa questão, espero que, no conjunto, minha hipótese sobre a neurose de angústia venha a se mostrar mais fecunda para a compreensão das neuroses do que a tentativa de Loewenfeld de dar conta dos mesmos fatos postulando “*uma combinação de sintomas neurastênicos e histéricos sob a forma de um ataque*”.

VIENA, começo de maio de 1895.

A HEREDITARIEDADE E A ETIOLOGIA DAS NEUROSES (1896)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

L'HÉRÉDITÉ ET L'ÉTIOLOGIE DES NÉVROSES

(a) EDIÇÕES EM FRANCÊS:

1896 *Rev. neurol.*, 4 (6), 161-9. (30 de março).

1906 *S.K.S.N.*, 1, 135-48. (1911, 2ª ed.; 1920, 3ª ed.; 1922, 4ª ed.)

1925 *G.S.*, 1, 388-403.

1952 *G.W.*, 1, 407-422.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

“Heredity and the Aetiology of the Neuroses”

1924 *C.P.*, 1, 138-154. (Trad. de M. Meyer.)

Incluído (Nº XXXVII) na coleção de sinopses dos primeiros trabalhos de Freud elaborada por ele mesmo (1897b). O original está em francês. Esta é uma nova tradução de James Strachey.

Este artigo e o seguinte, o segundo sobre as neuropsicoses de defesa (1896b), foram remetidos a seus respectivos editores no mesmo dia - 5 de fevereiro de 1896 -, como relatou Freud em carta a Fliess um dia depois (Freud, 1950a, Carta 40). O artigo em francês foi publicado, no fim de março, cerca de seis semanas antes do outro e, conseqüentemente, tem prioridade sobre ele no que tange à primeira ocorrência publicada da palavra “psicanálise” (ver em [1]). O artigo é um resumo das concepções contemporâneas de Freud sobre a etiologia dos quatro tipos de neuroses que ele então considerava os principais: as duas “psiconeuroses”, histeria e neurose obsessiva, e as duas “neuroses atuais” (como seriam posteriormente denominadas, ver nota de rodapé 2, ver em [1], adiante), neurastenia e neurose de angústia. A primeira parte do artigo é, em grande parte, uma repetição da discussão sobre a etiologia apresentada no segundo artigo sobre neurose de angústia (1895f), enquanto a última parte cobre, muito sucintamente, o mesmo terreno que seu contemporâneo, o segundo artigo sobre as neuropsicoses de defesa (1896b). O leitor, portanto, poderá reportar-se a estes e aos comentários editoriais sobre eles para maiores informações.

A HEREDITARIEDADE E A ETIOLOGIA DAS NEUROSES

Dirijo-me em particular aos discípulos de J.-M. Charcot, para formular algumas objeções à teoria etiológica das neuroses que nos foi legada por nosso mestre.

O papel atribuído naquela teoria à hereditariedade nervosa é bem conhecido: é a única causa verdadeira e indispensável das afecções neuróticas, podendo as outras influências etiológicas aspirar apenas ao nome de *agents provocateurs*. Essa era a opinião sustentada pelo próprio grande homem e por seus discípulos, MM. Guinon, Gilles de la Tourette, Janet e outros, a respeito da neurose maior, a histeria; e creio que a mesma visão seja sustentada na França e na maioria dos outros lugares a propósito das demais neuroses, embora, no que concerne a esses estados análogos à histeria, ainda não tenha sido promulgada de maneira tão solene e decidida.

Por muito tempo tive dúvidas sobre esse assunto, mas tive que esperar pela descoberta de fatos corroborativos em minha experiência cotidiana como médico. Minhas objeções são agora de ordem dúplice: argumentos fatuais e argumentos derivados da especulação. Começarei pelos primeiros, dispondo-os de acordo com a importância que lhes atribuo.

(a) Certas afecções que, muitas vezes, estão bem distantes do domínio da neuropatologia, e que não dependem necessariamente de uma doença do sistema nervoso, têm sido ocasionalmente consideradas como nervosas e como demonstrativas da presença de uma tendência neuropática hereditária. É o que tem ocorrido com as nevralgias faciais autênticas e com muitas dores de cabeça que se acreditava serem nervosas, embora na verdade proviessem de alterações patológicas pós-infecciosas e de supuração nas cavidades faringonasais. Estou convencido de que os pacientes seriam beneficiados se encaminhássemos com mais freqüência o tratamento dessas afecções aos cirurgiões rinológicos.

(b) Todas as afecções nervosas encontradas na família do paciente, sem consideração para com sua freqüência ou gravidade, têm sido aceitas como fundamento para atribuir-lhe uma tara nervosa hereditária. Não implicará esse modo de encarar as coisas o estabelecimento de uma nítida linha divisória entre famílias livres de qualquer predisposição nervosa e famílias sujeitas a ela em grau ilimitado? E será que os fatos não depõem a favor da concepção contrária de que há transições e graus na predisposição nervosa, e de que nenhuma família escapa a ela por completo?

(c) Nossa opinião sobre o papel etiológico da hereditariedade nas doenças nervosas deve decididamente basear-se num exame estatístico imparcial, e não numa *petitio principii*. Até que se faça tal exame, devemos acreditar que a existência de distúrbios nervosos adquiridos é tão viável quanto a de distúrbios hereditários. Contudo, se houver distúrbios nervosos adquiridos por pessoas sem nenhuma predisposição, não mais se poderá negar que as afecções nervosas encontradas em parentes de nosso paciente talvez tenham surgido, em parte, dessa maneira. Não será mais possível, então, citá-los como prova conclusiva da predisposição hereditária imputada a nosso paciente em razão de sua história familiar, pois é raro conseguir-se fazer com êxito um diagnóstico retrospectivo das doenças dos ancestrais ou dos familiares ausentes.

(d) Os adeptos de M. Fournier e M. Erb quanto ao papel desempenhado pela sífilis na etiologia da tabes dorsal e da paralisia progressiva aprenderam que é preciso reconhecer poderosas influências etiológicas cuja colaboração é indispensável para a patogênese de certas doenças, que não se produziriam apenas pela hereditariedade. Contudo, M. Charcot se manteve, até o fim (sei disso por uma carta particular que recebi dele), estritamente contrário à teoria de Fournier, que no entanto vem ganhando terreno dia a dia.

(e) Não há dúvida de que certos distúrbios nervosos podem desenvolver-se em pessoas perfeitamente sadias cujas famílias estão acima de qualquer recriminação. Esse é um fato cotidianamente constatado nos casos da neurastenia de Beard; se a neurastenia estivesse restrita às pessoas predispostas, nunca teria atingido a importância e a extensão com que estamos familiarizados.

(f) Na patologia nervosa existe a *hereditariedade similar* e o que se conhece como *hereditariedade dissimilar*. Não é possível fazer nenhuma objeção à primeira; é realmente notável que, nos distúrbios que dependem da hereditariedade similar (doença de Thomsen, doença de Friedrich, as miopatias, a coréia de Huntington etc.), nunca deparemos com vestígios de qualquer outra influência etiológica acessória. Já a hereditariedade dissimilar, que é muito mais importante do que a outra, deixa lacunas que teriam de ser preenchidas antes que se pudesse chegar a uma solução satisfatória dos problemas etiológicos. A hereditariedade dissimilar consiste no fato de membros de uma mesma família serem afetados pelos mais diversos distúrbios nervosos, funcionais e orgânicos, sem que se possa descobrir qualquer lei determinante da substituição de uma doença por outra ou da ordem de sua sucessão entre as gerações. Ao lado dos membros doentes dessas famílias há outros que permanecem saudáveis; e a teoria da hereditariedade dissimilar não nos diz por que uma pessoa tolera a mesma carga hereditária sem sucumbir a ela, ou por que outra pessoa, doente, opta por uma afecção nervosa específica dentre todas as doenças que compõem a grande família das doenças nervosas, em vez de escolher uma outra - a histeria em lugar da epilepsia ou da insanidade, e assim por diante. Desde que, tanto na patogênese neurótica quanto em qualquer outra área, não se pode falar em acaso, deve-se admitir que não é a hereditariedade que rege a escolha do distúrbio nervoso específico a ser desenvolvido no membro predisposto de uma família, mas que há motivos para se suspeitar da existência de outras influências etiológicas de natureza menos incompreensível, que mereceriam então ser chamadas de *etiologia específica* dessa ou daquela afecção nervosa. Sem a existência desse fator etiológico especial, a hereditariedade nada poderia ter feito; ter-se-ia prestado à produção de algum outro distúrbio nervoso, caso a etiologia específica em questão tivesse sido substituída por alguma outra influência.

II

Tem havido pouquíssimas pesquisas sobre essas causas específicas e determinantes dos distúrbios nervosos, pois a atenção dos médicos permaneceu deslumbrada pela grandiosa perspectiva da precondição etiológica da hereditariedade. Tais causas merecem, no entanto, ser objeto de estudo assíduo. Embora seu poder patogênico, em geral, seja apenas secundário ao da hereditariedade, há um grande interesse prático ligado ao conhecimento dessa etiologia específica; ela permitirá que nossos esforços terapêuticos encontrem uma via de acesso, enquanto a predisposição hereditária, previamente fixada para o paciente desde seu nascimento, leva nossos esforços a um impasse com seu poder inacessível.

Há anos me venho empenhando em pesquisas sobre a etiologia das quatro grandes neuroses (estados nervosos funcionais análogos à histeria), e é o resultado desses estudos que me proponho descrever-lhes nas páginas seguintes. Para evitar possíveis mal-entendidos, começarei por fazer dois comentários sobre a nosografia das neuroses e sobre a etiologia das neuroses em geral.

Fui obrigado a começar meu trabalho por uma inovação nosográfica. Julguei razoável dispor ao lado da histeria a neurose obsessiva (*Zwangsneurose*), como distúrbio auto-suficiente e independente, embora a maioria das autoridades situe as obsessões entre as síndromes constitutivas da degeneração mental ou as confunda com a neurastenia. Por meu lado, examinando o mecanismo psíquico das obsessões, eu havia aprendido que elas estão mais estreitamente ligadas à histeria do que se poderia supor.

A histeria e a neurose obsessiva compõem o primeiro grupo das grandes neuroses por mim estudadas. O segundo contém a neurastenia de Beard, que dividi em dois estados funcionais separados tanto por sua etiologia como por seu aspecto sintomático - a *neurastenia* propriamente dita e a *neurose de angústia* (*Angstneurose*), nome com o qual, diga-se de passagem, eu mesmo não estou satisfeito. Apresentei minhas razões detalhadas para fazer essa separação, que considero necessária, num artigo publicado em 1895 [Freud, 1895b].

No que se refere à etiologia das neuroses, penso que a teoria deve reconhecer que as influências etiológicas, diferentes entre si tanto em importância quanto na maneira como se relacionam com o efeito que produzem, podem ser agrupadas em três classes: (1) *Precondições*, que são indispensáveis para produzir o distúrbio em causa, mas que são de caráter geral e igualmente encontráveis na etiologia de muitos outros distúrbios; (2) *Causas Concorrentes*, que compartilham com as condições a característica de funcionarem tanto na causação de outros distúrbios quanto na do distúrbio em questão, mas que não são indispensáveis para a produção deste último; e (3) *Causas Específicas*, que são indispensáveis como as condições, mas têm natureza limitada e só aparecem na etiologia do distúrbio de que são específicas.

Na patogênese das grandes neuroses, portanto, a hereditariedade preenche o papel de *precondição*, poderosa em todos os casos e até indispensável na maioria deles. Ela não poderia prescindir da colaboração das causas específicas, mas a importância da predisposição hereditária é comprovada pelo fato de que as mesmas causas específicas, agindo num indivíduo saudável, não produzem nenhum efeito patológico manifesto, ao passo que, numa pessoa predisposta, sua ação provoca a emergência da neurose, cujo desenvolvimento será proporcional em intensidade e extensão ao grau da condição hereditária.

Assim, a ação da hereditariedade é comparável à de um multiplicador num circuito elétrico, multiplicador este que exagera o desvio visível da agulha, mas não pode determinar sua direção.

Há ainda outra coisa a ser notada nas relações entre a precondição hereditária e as causas específicas das neuroses. A experiência mostra - como se poderia imaginar de antemão - que, nessas questões de etiologia, não se devem desprezar as quantidades relativas, por assim dizer, das influências etiológicas. Mas não se poderia adivinhar o seguinte fato, que parece proceder de minhas observações: a saber, que a hereditariedade e as causas específicas podem substituir uma à outra no que tange à quantidade - que o mesmo efeito patológico é produzido pela coincidência de uma etiologia específica muito grave com uma predisposição moderada, ou de uma hereditariedade nervosa intensamente carregada com uma leve influência específica. E estaremos simplesmente nos deparando com exemplos extremos e esperáveis nessa série, se encontrarmos casos de neurose nos quais procuremos inutilmente qualquer grau apreciável de predisposição hereditária, desde que o que falta seja compensado por uma poderosa influência específica.

Como *causas concorrentes* (ou auxiliares) das neuroses podemos enumerar todos os agentes banais encontrados em outras situações: perturbação emocional, esgotamento físico, doenças graves, intoxicações, acidentes traumáticos, sobrecarga intelectual etc. Sustento que nenhum desses, nem mesmo o último, integra regular ou necessariamente a etiologia das neuroses, e estou ciente de que expressar essa opinião equivale a ficar em oposição direta a uma teoria considerada universalmente aceita e irrepreensível. Desde que Beard declarou a neurastenia como fruto de nossa civilização moderna, só tem encontrado seguidores; entretanto, acho impossível aceitar essa visão. Um laborioso estudo das neuroses ensinou-me que a etiologia específica das neuroses escapou à observação de Beard.

Não tenho qualquer desejo de depreciar a importância etiológica desses agentes banais. Por serem muito diversificados, ocorrerem com grande frequência e serem na maioria das vezes nomeados pelos próprios pacientes, eles se tornam mais preeminentes do que as causas específicas das neuroses - uma etiologia que está oculta ou é desconhecida. Com frequência considerável, cumprem a função de *agents provocateurs* que tornam manifesta uma neurose antes latente; e há um interesse prático ligado a eles, pois o exame dessas causas banais pode oferecer linhas de abordagem para uma terapia que não tenha como objetivo uma cura radical e se satisfaça em reprimir a doença a seu estado de latência anterior.

Todavia, é impossível estabelecer qualquer relação constante e estreita entre uma dessas causas banais e essa ou aquela forma de afecção nervosa. O distúrbio emocional, por exemplo, encontra-se igualmente na etiologia da histeria, das obsessões e da neurastenia, assim como na da epilepsia, da doença de Parkinson, do diabetes e de muitas outras.

As causas concorrentes banais podem também substituir a etiologia específica com respeito à quantidade, mas nunca tomar seu lugar inteiramente. Há numerosos casos em que todas as influências etiológicas são representadas pela precondição hereditária e pela causa específica, estando ausentes as causas banais. Em outros casos, os fatores etiológicos indispensáveis não são quantitativamente suficientes em si mesmos para acarretar a eclosão da neurose; um estado de aparente saúde pode ser mantido por muito tempo, embora seja, na realidade, um estado de predisposição à neurose. Basta então que uma causa banal entre também em ação para que a neurose se torne manifesta. Mas é preciso assinalar claramente que, nessas condições, a natureza da causa banal que sobrevém é absolutamente indiferente - seja ela uma emoção, um trauma, uma doença infecciosa ou qualquer outra coisa. O efeito patológico não será modificado de acordo com essa variação; a natureza da neurose será sempre dominada pela causa específica preexistente.

Quais são, então, as causas específicas das neuroses? Haverá uma só causa ou várias? E será que é possível estabelecer uma relação etiológica constante entre uma dada causa e um dado efeito neurótico, de tal modo que cada uma das grandes neuroses possa ser atribuída a uma etiologia especial?

Com base num árduo exame dos fatos, afirmo que esta última suposição concorda perfeitamente com a realidade, que cada uma das grandes neuroses que enumerei tem como causa imediata uma perturbação específica da economia do sistema nervoso, e que essas modificações patológicas funcionais *têm como fonte comum a vida sexual do sujeito, quer residam num distúrbio de sua vida sexual contemporânea, quer em fatos importantes de sua vida passada.*

Esta não é, para dizer a verdade, uma proposição nova e jamais ouvida. Os distúrbios sexuais sempre foram admitidos entre as causas da doença nervosa, mas têm sido subordinados à hereditariedade e coordenados com os demais *agents provocateurs*; sua influência etiológica tem-se restringido a um número limitado de casos observados. Os médicos haviam até mesmo caído no hábito de não investigá-los, a menos que o próprio paciente os mencionasse. O que confere um caráter distintivo a minha linha de abordagem é que elevo essas influências sexuais à categoria de causas específicas, reconheço sua atuação em todos os casos de neurose e, finalmente, traço um paralelismo regular, prova de uma relação etiológica especial, entre a natureza da influência sexual e a espécie patológica da neurose.

Estou certo de que essa teoria invocará uma tempestade de contestações por parte dos médicos contemporâneos. Mas não é este o lugar para apresentar a documentação e as experiências que me forçaram a minha convicção, nem para explicar o verdadeiro sentido da expressão bastante vaga “distúrbios da economia do sistema nervoso”. Isso será feito mais completamente, espero, num trabalho que estou preparando sobre o assunto. No presente

artigo limito-me a relatar minhas descobertas.

A neurastenia propriamente dita, ao destacarmos dela a neurose de angústia, tem um aspecto clínico muito monótono: fadiga, pressão intracraniana, dispepsia flatulenta, constipação, parestesias raquidianas, fraqueza sexual etc. Sua única etiologia específica é fornecida pela masturbação (imoderada) ou pelas emissões espontâneas.

É a ação prolongada e intensa dessa perniciosa satisfação sexual que se revela suficiente, por si mesma, para provocar uma neurose neurastênica, ou que imprime no sujeito a marca neurastênica especial que depois se manifesta sob a influência de uma causa acessória incidental. Deparei também com pessoas, apresentando indicações de uma constituição neurastênica, nas quais não consegui trazer à luz a etiologia que mencionei, mas ao menos mostrei que a função sexual nunca se desenvolvera até seu nível normal nesses pacientes; a hereditariedade parecia tê-los dotado de uma constituição sexual análoga à que se produz no neurastênico em consequência da masturbação.

A neurose de angústia exhibe um quadro clínico muito mais rico: irritabilidade, estados de expectativa angustiada, fobias, ataques de angústia completos ou rudimentares, ataques de medo e de vertigem, tremores, suores, congestão, dispnéia, taquicardia etc., diarreia crônica, vertigem locomotora crônica, hiperestesia, insônia etc. Ela se revela facilmente como sendo o efeito específico de várias perturbações da vida sexual, todas as quais possuem uma característica comum. A abstinência forçada, a excitação genital não consumada (excitação não aliviada pelo ato sexual), o coito imperfeito ou interrompido (que não termina em gratificação), os esforços sexuais que excedem a capacidade física do sujeito etc. - todos esses agentes, que ocorrem tão freqüentemente na vida moderna, parecem concordar quanto ao fato de que perturbam o equilíbrio das funções psíquicas e somáticas nos atos sexuais, e de que impedem a participação psíquica necessária para libertar a economia nervosa da tensão sexual.

Estes comentários, que talvez contenham o germe de uma explicação teórica do mecanismo funcional da neurose em questão, já levantam a suspeita de que uma exposição completa e verdadeiramente científica do assunto não é possível no momento, e de que seria necessário começar por uma abordagem do problema fisiológico da vida sexual a partir de um novo ângulo.

Direi, finalmente, que a patogênese da neurastenia e da neurose de angústia pode facilmente prescindir da cooperação de uma predisposição hereditária. Este é o resultado da observação cotidiana. Contudo, quando a hereditariedade está presente, o desenvolvimento da neurose é afetado por sua poderosa influência.

No que concerne à segunda classe das grandes neuroses, a histeria e a neurose obsessiva, a solução do problema etiológico é de surpreendente simplicidade e uniformidade. Devo

meus resultados a um novo método de psicanálise, o procedimento exploratório de Josef Breuer; é um pouco intrincado, mas insubstituível, tal a fertilidade que tem demonstrado para lançar luz sobre os obscuros caminhos da ideação inconsciente. Por meio desse procedimento - este não é o lugar para descrevê-lo -, os sintomas histéricos são investigados até sua origem, sempre encontrada em algum evento da vida sexual do sujeito, apropriado para a produção de uma emoção aflitiva. Percorrendo retrospectivamente o passado do paciente, passo a passo, e sempre guiado pelo encadeamento orgânico dos sintomas e das lembranças e representações despertadas, atingi finalmente o ponto de partida do processo patológico; e fui obrigado a verificar que, no fundo, a mesma coisa estava presente em todos os casos submetidos à análise - a ação de um agente que deve ser aceito como causa específica da histeria.

Esse agente é, de fato, uma lembrança relacionada à vida sexual, mas que apresenta duas características de máxima importância. O evento do qual o sujeito reteve uma lembrança inconsciente é *uma experiência precoce de relações sexuais com excitação real dos órgãos genitais, resultante de abuso sexual cometido por outra pessoa*; e o período da vida em que ocorre esse evento fatal é a *infância* - até a idade de 8 ou 10 anos, antes que a criança tenha atingido a maturidade sexual.

Uma experiência sexual passiva antes da puberdade: eis, portanto, a etiologia específica da histeria.

Acrescentarei sem demora alguns detalhes fatuais e alguns comentários sobre o resultado que anunciei, a fim de combater o ceticismo com que espero deparar-me. Pude efetuar uma psicanálise completa em treze casos de histeria, três dos quais eram combinações efetivas de histeria e neurose obsessiva. (Não me refiro à histeria *com obsessões*.) Em nenhum desses casos faltou um evento do tipo definido acima. Este era representado quer por um ataque brutal praticado por um adulto, quer por uma sedução menos rápida e menos repulsiva, mas chegando à mesma conclusão. Em sete dos treze casos a relação se dera entre duas crianças - relações sexuais entre uma garotinha e um menino um pouco mais velho (na maioria das vezes, um irmão), que fora por sua vez vítima de sedução anterior. Essas relações por vezes perduraram durante anos, até os pequenos culpados atingirem a puberdade; o menino repetia reiteradamente com a garotinha as mesmas práticas, sem alteração - práticas às quais ele próprio fora submetido por alguma criada ou governanta e que, em virtude de sua origem, eram freqüentemente de natureza repugnante. Em alguns casos, havia a combinação de um ataque com relações entre crianças, ou a repetição de um abuso brutal.

A data dessa experiência precoce era variável. Em dois casos, a série foi iniciada no segundo ano de vida da criaturinha(?); a idade mais comum em minhas observações é o

quarto ou quinto ano. Talvez ela seja um tanto accidental, mas formei a opinião, a partir disso, de que uma experiência sexual passiva que só ocorra após a idade de oito a dez anos não pode mais servir como fundação da neurose.

Como é possível ficar convencido da realidade dessas confissões analíticas, que alegam ser lembranças guardadas da mais tenra infância? E como precaver-se contra a tendência a mentir e a facilidade de invenção atribuídas aos sujeitos histéricos? Eu me acusaria de censurável credulidade se não dispusesse de provas mais conclusivas. Mas o fato é que esses pacientes nunca repetem tais histórias espontaneamente, nem jamais apresentam ao médico, repetidamente, no curso do tratamento, a recordação completa de uma cena desse gênero. Só se consegue despertar o vestígio psíquico de um evento sexual precoce sob a mais vigorosa pressão da técnica analítica e vencendo uma enorme resistência. Além disso, a lembrança tem que ser extraída dos pacientes pouco a pouco e, enquanto vai sendo despertada em sua consciência, eles se tornam presa de uma emoção difícil de ser forjada.

No fim, virá a convicção, mesmo que não se seja influenciado pelo comportamento do paciente, desde que se possa acompanhar com detalhes o relato da psicanálise de um caso de histeria.

O evento precoce deixa uma marca indelével na história clínica, sendo nela representado por uma profusão de sintomas e traços especiais que não poderiam ser explicados de nenhum outro modo; é peremptoriamente exigido pelas interconexões sutis, mas sólidas, da estrutura intrínseca da neurose; o efeito terapêutico da análise se retarda quando não se penetra tão fundo, e então não resta outra escolha senão rejeitar ou aceitar o conjunto.

Será compreensível que esse tipo de experiência sexual precoce, sofrida por um indivíduo cujo sexo mal se diferenciou, pode tornar-se fonte de uma anormalidade psíquica persistente como a histeria? E como se enquadraria essa suposição em nossas idéias atuais sobre o mecanismo psíquico daquela neurose? É possível dar uma resposta satisfatória à primeira dessas questões. É precisamente por estar o sujeito em sua primeira infância que a excitação sexual precoce surte pouco ou nenhum efeito na época; mas seu traço psíquico é preservado. Mais tarde, na puberdade, quando as reações dos órgãos sexuais se desenvolvem num nível desproporcional a seu estado infantil, esse traço psíquico inconsciente é de algum modo despertado. Graças à transformação devida à puberdade, a lembrança exibe um poder que esteve totalmente ausente do próprio evento. *A lembrança atua como se ele fosse um evento contemporâneo.* O que acontece é, por assim dizer, *a ação póstuma de um trauma sexual.*

Ao que eu sabia, esse despertar de uma lembrança sexual após a puberdade, quando o próprio evento ocorreu muito antes desse período, constitui a única situação psicológica em que o efeito imediato de uma *lembrança* suplanta o efeito de um evento atual. Mas trata-se de uma constelação anormal, que afeta o lado fraco do mecanismo psíquico e está fadada a

produzir um efeito psíquico patológico.

Creio poder constatar que *essa relação inversa entre o efeito psíquico da lembrança e o do evento* contém a razão pela qual *a lembrança permanece inconsciente*.

Nesse aspecto chegamos a um problema psíquico muito complexo, mas que, uma vez adequadamente apreciado, promete lançar luz sobre as mais delicadas questões da vida psíquica.

As idéias aqui apresentadas, que têm como ponto de partida a descoberta, pela psicanálise, de que a lembrança de uma experiência sexual precoce é sempre encontrada como causa específica da histeria, não se harmonizam com a teoria psicológica das neuroses sustentada por M. Janet, nem com qualquer outra; concordam perfeitamente, porém, com minhas próprias especulações sobre as “*Abwehrneurosen*” [neuroses de defesa], tais como as desenvolvi em outro texto.

Todos os eventos subseqüentes à puberdade a que se deva atribuir influência no desenvolvimento da neurose histérica e na formação de seus sintomas são, de fato, apenas causas concorrentes - “*agents provocateurs*”, como Charcot costumava dizer, embora, para ele, a hereditariedade nervosa ocupasse o lugar que reivindico para a experiência sexual precoce. Esses agentes acessórios não estão sujeitos às condições estritas impostas às causas específicas; a análise demonstra de modo irrefutável que eles só desfrutam de uma influência patogênica na histeria graças a sua faculdade de despertarem o traço psíquico inconsciente do evento infantil. É também graças à ligação deles com a impressão patogênica primária, e inspirada nela, que a lembrança desses agentes torna-se por sua vez inconsciente e passa a contribuir para o desenvolvimento de uma atividade psíquica retirada do poder das funções conscientes.

A neurose obsessiva (*Zwangsneurose*) emerge de uma causa específica muito semelhante à da histeria. Também aqui encontramos um evento sexual precoce, ocorrendo antes da puberdade, cuja lembrança torna-se ativa durante ou depois desse período; e os mesmos comentários e argumentos que apresentei em conexão com a histeria se aplicarão as minhas observações sobre a outra neurose (seis casos, três dos quais puros). Há apenas uma diferença que parece capital. Na base da etiologia da histeria encontramos um evento de sexualidade passiva, uma experiência à qual alguém se submeteu com indiferença ou com um pequeno grau de aborrecimento ou medo. Na neurose obsessiva, trata-se, por outro lado, de um evento que proporcionou *prazer*, de um ato de agressão inspirado no desejo (no caso do menino) ou de um ato de participação nas relações sexuais acompanhado de gozo (no caso da menina). As representações obsessivas, quando seu significado íntimo é reconhecido pela análise, quando se reduzem, por assim dizer, a sua expressão mais simples, nada passam de *recriminações dirigidas pelo sujeito a si mesmo por causa desse gozo sexual antecipado*,

mas recriminações distorcidas por um trabalho psíquico inconsciente de transformação e substituição.

O próprio fato de agressões sexuais desse tipo ocorrerem em tão tenra idade parece revelar a influência de uma sedução prévia, da qual a precocidade do desejo sexual seria uma conseqüência. Nos casos por mim analisados, a análise confirma essa suspeita. Assim se explica um interessante fato que é sempre encontrado nesses casos de obsessão: a complicação regular do quadro de sintomas por certo número de sintomas simplesmente histéricos.

A importância do elemento ativo na vida sexual como causa das obsessões, e da passividade sexual na patogênese das histerias, parece até mesmo desvendar a razão da conexão mais íntima da histeria com o sexo feminino e da preferência dos homens pela neurose obsessiva. Às vezes deparamos com um par de pacientes neuróticos que formaram um casal de pequenos amantes em sua mais remota infância - o homem sofrendo de obsessões e a mulher, de histeria. Quando se trata de irmão e irmã, pode-se cometer o equívoco de tomar como resultado da hereditariedade nervosa o que é, de fato, conseqüência de experiências sexuais precoces.

Há, sem dúvida, casos puros e isolados de histeria ou de obsessões, independentes da neurastenia ou da neurose de angústia; mas essa não é a regra. A psiconeurose aparece mais freqüentemente como um acessório da neurose neurastênica, provocada por esta e acompanhando seu declínio. Isso ocorre porque as causas específicas da neurastenia, as perturbações contemporâneas da vida sexual, atuam ao mesmo tempo como causas auxiliares da psiconeurose, cuja causa específica, a lembrança da experiência sexual precoce, elas despertam e revivem.

No que concerne à hereditariedade nervosa, estou longe de poder estimar corretamente sua influência na etiologia das psiconeuroses. Admito que sua presença é indispensável para os casos graves; duvido que seja necessária para os leves, mas estou convencido de que a hereditariedade nervosa, por si só, é incapaz de produzir as psiconeuroses se faltar sua etiologia específica, isto é, a excitação sexual precoce. Creio mesmo que a decisão quanto ao desenvolvimento de uma das duas neuroses, histeria ou obsessões, em determinado caso, não provém da hereditariedade, mas de uma característica especial do evento sexual na tenra infância.

**OBSERVAÇÕES ADICIONAIS SOBRE AS
NEUROPSICOSES DE DEFESA (1896)**

NOTA DO EDITOR INGLÊS

WEITERE BEMERKUNGEN ÜBER DIE

ABWERHNEUROPSYCHOSEN

(a)EDIÇÕES ALEMÃS:

1896 *Neurol. Zbl.*, 15 (10), 434-48. (15 de maio.)

1906 *S.K.S.N.*, 1, 112-34. (1911, 2ª ed.; 1920, 3ª ed.; 1922, 4ª. ed.)

1925 *G.S.*, 1, 363-87.

1952 *G.W.*, 1, 379-403.

(b)TRADUÇÕES INGLESAS:

“Further Observations on the Defense Neuropsychoses”

1909 *S.P.H.*, 155-74. (Trad. de A. A. Brill.) (1912, 2ª ed.; 1920, 3ª ed.)

“Further Remarks on the Defence Neuro-Psychoses”

1924 *C.P.*, 1, 155-82. (Trad. de J. Rickman.)

Incluído (Nº XXXV) na coleção de sinopses dos primeiros trabalhos de Freud elaborada por ele mesmo (1897b). A presente tradução, com o título modificado, baseia-se na de 1924.

Este artigo, como já se explicou na ver em [1], foi enviado por Freud no mesmo dia (5 de fevereiro de 1896) que o artigo em francês sobre “A Hereditariedade e a Etiologia das Neuroses”, mas foi publicado seis semanas depois dele. Quando este artigo chegou a ser incluído nos *Gesammelte Schriften*, em 1925, Freud acrescentou-lhe duas ou três notas de

rodapé. Anteriormente, ele fizera um acréscimo substancial a uma nota de rodapé na tradução inglesa de 1924 (ver em [1], adiante), mas este não foi incluído em nenhuma edição alemã.

Este segundo artigo sobre as “neuropsicoses de defesa” retoma a discussão no ponto em que ela fora deixada no primeiro artigo (1894a), produzido dois anos antes. Muitas das conclusões aqui alcançadas tinham sido brevemente antecipadas pelo artigo contemporâneo em francês sobre a hereditariedade (1896a); a parte essencial do trabalho fora comunicada algumas semanas antes a Fliess, num longo documento intitulado por Freud “Um Conto de Fadas Natalino”, datado de 1º de janeiro de 1896 (Freud, 1950a, Rascunho K). Como seu predecessor de 1894, o presente trabalho é dividido em três seções, que tratam respectivamente da histeria, das obsessões e dos estados psicóticos, sendo-nos apresentados, em cada caso, os resultados de dois anos de investigações adicionais. No artigo anterior, a ênfase já era posta no conceito de “defesa” ou “recalcamento”; aqui há um exame muito mais detalhado daquilo contra o qual a defesa é posta em ação, e conclui-se, em todos os casos, que o fator responsável é uma experiência *sexual* de caráter traumático - no caso da histeria, uma experiência *passiva*; no das obsessões, *ativa*, muito embora, mesmo nesse caso, uma experiência passiva anterior remonte a um plano ainda mais remoto. Em outras palavras, a causa última seria sempre a sedução de uma criança por um adulto. (Cf. “A Etiologia da Histeria”, 1896c, ver em [1], adiante.) Além disso, o evento traumático efetivo sempre ocorreria antes da puberdade, embora a irrupção da neurose ocorresse *após* a puberdade.

Como se perceberá pela longa nota de rodapé acrescentada por Freud à ver em [1], toda essa posição foi depois abandonada por ele, e tal abandono assinalou uma reviravolta da maior importância em seus pontos de vista. Numa carta a Fliess em 21 de setembro de 1897 (Freud, 1950a Carta 69), Freud revelou que há alguns meses vinha despontando nele a idéia de que era muito difícil acreditar que os atos pervertidos contra as crianças fossem tão generalizados - em especial porque, na totalidade dos casos, o pai era responsabilizado por eles. Só após vários anos, porém, foi que ele deu expressão pública a suas opiniões modificadas. Entretanto, a importante consequência dessa percepção foi que Freud se conscientizou do papel desempenhado pela fantasia nos eventos mentais, o que abriu as portas para a descoberta da sexualidade infantil e do complexo de Édipo. Um relato mais minucioso das mudanças em suas concepções sobre o assunto é fornecido na Nota do Editor inglês aos *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade* (1950d), Edição *Standard Brasileira*, Vol. VII, ver em [1] e segs., IMAGO Editora, 1972, enquanto um outro desenvolvimento está registrado no artigo posterior de Freud sobre “Sexualidade Feminina” (1913b) *ibid.*, Vol. XXI, ver em [1], IMAGO Editora, 1974, onde as fantasias primitivas da menina sobre a sedução pelo pai são atribuídas às relações tidas ainda mais cedo com a mãe.

Aliás, o problema de como a *lembrança* de um trauma infantil podia ter um efeito tão maior do que a experiência real dele na época - problema repetidamente discutido por Freud nesse período e cuidadosamente tratado em sua longa nota de rodapé em [1] - perdeu sentido graças à descoberta da sexualidade infantil e ao reconhecimento da persistência dos movimentos inconscientes.

Talvez seja ainda mais interessante observar a emergência, neste artigo, de vários novos *mecanismos* psicológicos que viriam a desempenhar um enorme papel nas explicações posteriores de Freud sobre os processos mentais. Especialmente notável é a minuciosa análise dos mecanismos obsessivos, que antecipa muito do que iria aparecer quinze anos depois na seção teórica da análise do “Homem dos Ratos” (1909d). Assim, encontramos as primeiras alusões à concepção das obsessões como auto-acusações (ver em [1]), à noção de sintoma implicando uma falha da defesa e um “retorno do recalcado” (ibid.), e à abrangente teoria de que os sintomas são formações de compromisso entre as forças recalcadas e as recalcadoras (ver em [1] e [2]). Finalmente, na seção sobre a paranóia, o conceito de “projeção” entra em cena pela primeira vez (ver em [1]) e, no conceito de “alteração do ego”, quase ao fim do artigo (conceito já presente no Rascunho K da correspondência com Fliess), podemos ver uma prefiguração de idéias que reaparecem em alguns dos últimos escritos de Freud, como, por exemplo, em “Análise Terminável e Interminável” (1937com).

OBSERVAÇÕES ADICIONAIS SOBRE AS NEUROPSICOSES DE DEFESA

[INTRODUÇÃO]

Num breve artigo publicado em 1894, agrupei a histeria, as obsessões e certos casos de confusão alucinatória aguda sob o nome de “neuropsicoses de defesa” [Freud, 1894a], porque tais afecções revelaram um aspecto comum. Este consistia em que seus sintomas emergiam por meio do mecanismo psíquico de *defesa* (inconsciente) - isto é, emergiam como uma tentativa de recalcar uma representação incompatível que se opunha aflitivamente ao ego do paciente. Em algumas passagens de um livro posteriormente publicado pelo Dr. J.

Breuer e por mim (*Estudos sobre a Histeria [1895d]*), pude elucidar e ilustrar, partindo das observações clínicas, o sentido em que se deve entender esse processo psíquico de “defesa” ou “recalcamento”. Há também ali algumas informações sobre o trabalhoso mas totalmente confiável método da psicanálise, usado por mim no curso daquelas investigações - investigações que também constituem uma técnica terapêutica.

Minhas observações durante os dois últimos anos de trabalho fortaleceram-me a tendência a considerar a defesa como o ponto nuclear no mecanismo psíquico das neuroses em questão, e também me capacitaram a fornecer uma fundamentação clínica a essa teoria psicológica. Para minha surpresa, cheguei a algumas soluções simples, embora estritamente circunscritas, para os problemas da neurose, e nas páginas seguintes fornecerei um relato breve e preliminar delas. Neste tipo de comunicação é impossível apresentar as provas necessárias para sustentar minhas asserções, mas espero poder mais tarde cumprir com essa obrigação por intermédio de uma apresentação detalhada.

I - A ETIOLOGIA ESPECÍFICA DA HISTERIA

Em publicações anteriores, Breuer e eu já expressávamos a opinião de que os sintomas da histeria só poderiam ser compreendidos se remetidos a experiências de efeito traumático referindo-se esses traumas psíquicos à vida sexual do paciente. O que tenho a acrescentar aqui, como resultado uniforme das análises efetuadas por mim em treze casos de histeria, diz respeito, por um lado, à *natureza* desses traumas sexuais e, por outro, ao período da vida em que eles ocorrem. Para causar a histeria, não basta ocorrer em algum período da vida do sujeito um evento relacionado com sua vida sexual e que se torne patogênico pela liberação e supressão de um afeto aflitivo. Pelo contrário, *tais traumas sexuais devem ter ocorrido na tenra infância, antes da puberdade, e seu conteúdo deve consistir numa irritação real dos órgãos genitais (por processos semelhantes à copulação)*.

Descobri um determinante específico da histeria - a *passividade sexual durante o período pré-sexual* - em todos os casos de histeria (inclusive dois casos masculinos) que analisei. Não é necessário fazer mais do que uma menção ao enorme grau em que ficam diminuídas as alegações em prol de uma predisposição hereditária em face desse estabelecimento de fatores etiológicos acidentais como sendo determinantes. Além disso, fica aberto um caminho para se compreender por que a histeria é tão mais freqüente nos membros do sexo feminino, pois, já na infância, estes são mais suscetíveis de provocar

ataques sexuais.

As objeções mais imediatas a essa conclusão serão, provavelmente, que as investidas sexuais contra crianças pequenas ocorrem com demasiada freqüência para terem qualquer importância etiológica, ou que esse tipo de experiências está destinado a não ter efeito, precisamente por acontecer com pessoas não desenvolvidas sexualmente; e ainda, que se deve ter cuidado para não impor aos pacientes supostas reminiscências dessa espécie ao interrogá-los, e para não acreditar nos romances que eles mesmos inventam. Em resposta às últimas objeções, podemos pedir que ninguém forme juízos seguros demais nesse campo obscuro enquanto não tiver utilizado o único método que pode lançar luz sobre ele - o método da psicanálise, com o propósito de tornar consciente o que era até então inconsciente. O essencial nas primeiras objeções pode ser refutado ao se assinalar que não são as experiências em si que agem de modo traumático, mas antes sua revivescência como *lembrança* depois que o sujeito ingressa na maturidade sexual.

Meus treze casos eram graves, sem exceção; em todos eles a doença vinda de muitos anos, e alguns chegaram a mim após longo e fracassado tratamento institucional. Todos os traumas de infância que a análise descobriu nesses casos agudos tiveram que ser classificados como graves ofensas sexuais; alguns eram positivamente revoltantes. Em primeiro lugar entre os culpados de abusos como esses, com suas significativas conseqüências, estão as babás, governantas e empregadas domésticas, a cujos cuidados as crianças são muito impensadamente confiadas; os professores, ademais, figuram com lamentável freqüência. Em sete dos treze casos, entretanto, revelou-se que os autores das investidas tinham sido inocentes crianças; em sua maioria, eram irmãos que, por anos a fio, tinham mantido relações sexuais com irmãs um pouco mais novas. Sem dúvida, o curso dos acontecimentos, na totalidade dos casos, era semelhante ao que foi possível reconstituir com certeza em alguns casos individuais: em outras palavras, o menino sofrera um abuso por parte de alguém do sexo feminino, de modo que sua libido fora prematuramente despertada, e então, passados alguns anos, cometera um ato de agressão sexual contra sua irmã, com quem repetiu precisamente os mesmos procedimentos a que ele próprio fora submetido.

A masturbação ativa deve ser excluída da minha lista das perturbações sexuais na tenra infância que são patogênicas para a histeria. Embora seja encontrada muito freqüentemente ao lado da histeria, isso se deve à circunstância de que a própria masturbação é uma conseqüência muito mais freqüente do abuso ou da sedução do que se supõe.

Não é nada raro ambas as crianças adoecerem, mais tarde, vítimas de uma neurose de defesa - o irmão com obsessões e a irmã com histeria. Isso naturalmente produz a aparência de uma predisposição neurótica familiar. Ocasionalmente, contudo, essa pseudo-hereditariedade é resolvida de modo surpreendente. Em um de meus casos, um irmão, uma irmã e um primo um pouco mais velho estavam todos doentes. A partir da análise que

realizei com o irmão, fiquei sabendo que ele sofria de auto-acusações por ser a causa da doença da irmã. Ele próprio fora seduzido pelo primo, e este último, como era sabido na família, fora vítima de sua babá.

Não sei dizer ao certo qual a idade máxima abaixo da qual a ofensa sexual desempenha um papel na etiologia da histeria; duvido, porém, que a passividade sexual possa resultar em recalçamento depois de uma idade entre oito e dez anos, a não ser que isso seja possibilitado por experiências anteriores. O limite mínimo retrocede tanto quanto a própria memória - isto é, portanto, até a tenra idade de um ano e meio ou dois anos! (Tive dois casos desse tipo.) Em muitos de meus casos, o trauma sexual (ou série de traumas) ocorreu no terceiro ou quarto anos de vida. Eu mesmo não daria crédito a essas extraordinárias descobertas se sua completa confiabilidade não fosse comprovada pelo desenvolvimento da neurose subsequente. Em todos os casos, diversos sintomas, hábitos e fobias patológicos só podem ser explicados retrocedendo-se a essas experiências na infância, e a estrutura lógica das manifestações neuróticas torna impossível rejeitar essas lembranças fielmente preservadas que emergem da vida infantil. É verdade que seria inútil tentar extrair de um histérico esses traumas de infância interrogando-o fora da psicanálise; os vestígios deles nunca estão presentes na memória consciente, mas apenas nos sintomas da doença.

Todas as experiências e excitações que, no período *posterior* à puberdade, preparam o caminho ou precipitam a eclosão da histeria, só surtem esse efeito, *como se pode demonstrar*, por despertarem o traço mnêmico desses traumas de infância, que não se tornam conscientes de imediato, mas levam a uma descarga de afeto e ao recalçamento. Esse papel dos traumas posteriores se adequa bem ao fato de que eles não estão sujeitos às condições estritas que regem os traumas da infância, mas podem variar em intensidade e natureza, desde a efetiva violação sexual até meras investidas sexuais, ou ao testemunho dos atos sexuais de outras pessoas, ou ao recebimento de informações sobre os processos sexuais.

Em meu primeiro artigo sobre as neuroses de defesa [1894a], não havia nenhuma explicação sobre o modo como os esforços do sujeito até então saudável para esquecer uma experiência traumática como essa podiam ter como resultado a realização efetiva do recalque pretendido, e assim abrir as portas para a neurose de defesa. Isso não poderia estar na natureza das experiências, já que outras pessoas permaneciam saudáveis, apesar de terem sido expostas às mesmas causas precipitantes. Portanto, a histeria não poderia ser inteiramente explicada a partir do efeito do trauma: era preciso reconhecer que a suscetibilidade a uma reação histérica já preexistiria ao trauma.

O lugar dessa predisposição histérica indefinida pode agora ser tomado, inteiramente ou em parte, pela ação póstuma de um trauma sexual na infância. O “recalçamento” da lembrança de uma experiência sexual aflitiva, que ocorre em idade mais madura, só é possível para aqueles em quem essa experiência consegue ativar o traço mnêmico de um

trauma da infância.

As obsessões pressupõem, do mesmo modo, uma experiência sexual na infância (embora de natureza diferente da encontrada na histeria). A etiologia das duas neuropsicoses de defesa relaciona-se da seguinte maneira com a etiologia das duas neuroses simples, a neurastenia e a neurose de angústia: os dois últimos distúrbios são efeitos diretos das próprias perturbações sexuais, como demonstrei em meu artigo sobre a neurose de angústia (1895b); ambas as neuroses de defesa são conseqüências indiretas das perturbações sexuais ocorridas antes do advento da maturidade sexual - ou seja, são conseqüência dos traços mnêmicos psíquicos dessas perturbações. As causas atuais que produzem a neurastenia e a neurose de angústia freqüentemente desempenham, ao mesmo tempo, o papel de causas excitantes das neuroses de defesa; por outro lado, as causas específicas de uma neurose de defesa - os traumas da infância - podem ao mesmo tempo constituir a base para um desenvolvimento posterior da neurastenia. Finalmente, também não é raro a neurastenia ou a neurose de angústia serem mantidas, não pelas perturbações sexuais contemporâneas, mas, ao contrário, apenas pelo efeito persistente de uma lembrança de traumas infantis.

II - A NATUREZA E O MECANISMO DA NEUROSE OBSESSIVA

As experiências sexuais da primeira infância têm na etiologia da neurose obsessiva a mesma importância que na histeria. Aqui, entretanto, não se trata mais de *passividade* sexual, mas de atos de agressão praticados com prazer e de participação prazerosa em atos sexuais - ou seja, trata-se de *atividade* sexual. Essa diferença nas circunstâncias etiológicas está relacionada com o fato de a neurose obsessiva mostrar visível preferência pelo sexo masculino.

Além disso, em todos os meus casos de neurose obsessiva, descobri um *substrato de sintomas histéricos* que puderam ser atribuídos a uma cena de passividade sexual que precedeu a ação prazerosa. Suspeito de que essa coincidência não seja fortuita, e de que a agressividade sexual precoce implique sempre uma experiência prévia de ser seduzido. Entretanto, não posso ainda fornecer uma explicação definitiva sobre a etiologia da neurose obsessiva; tenho apenas a impressão de que o fator decisivo quanto à emergência de histeria ou neurose obsessiva a partir de traumas na infância depende de circunstâncias

cronológicas no desenvolvimento da libido.

A natureza da neurose obsessiva pode ser expressa numa fórmula simples. As *idéias obsessivas são, invariavelmente, auto-acusações* transformadas que reemergiram do *recalcamento* e que sempre se relacionam com algum ato *sexual* praticado com prazer *na infância*. Para elucidar essa afirmação é necessário descrever o curso típico tomado por uma neurose obsessiva.

Num primeiro período - o período da imoralidade infantil - ocorrem os eventos que contêm o germe da neurose posterior. Antes de tudo, na mais tenra infância, temos as experiências de sedução sexual que mais tarde tornarão possível o recalcamento, e então sobrevêm os atos de agressão sexual contra o outro sexo, que aparecerão depois sob a forma de atos que envolvem auto-acusação.

Este período é encerrado pelo advento da “maturação” sexual, freqüentemente precoce demais. Uma auto-acusação fica então ligada à lembrança dessas ações prazerosas; e a conexão com a experiência inicial passiva torna possível |ver em [1]| - muitas vezes, só depois de esforços conscientes e lembrados - recalca-las e substituí-las por um *sintoma primário de defesa*. A conscienciosidade, a vergonha e a autodesconfiança são sintomas dessa espécie, que dão início ao terceiro período - período de *aparente* saúde, mas, na realidade, de defesa bem-sucedida.

O período seguinte, o da doença, é caracterizado *pelo retorno das lembranças recalçadas* - isto é, pelo fracasso da defesa. Não se sabe ao certo se o despertar de tais lembranças ocorre com maior freqüência de modo espontâneo e acidental, ou em conseqüência de distúrbios sexuais contemporâneos, como uma espécie de subproduto deles. Entretanto, as lembranças reativadas e as auto-acusações delas decorrentes nunca reemergem inalteradas na consciência: o que se torna consciente como representações e afetos obsessivos, substituindo as lembranças patogênicas no que concerne à vida consciente, são estruturas da ordem de uma *formação de compromisso* entre as representações recalçadas e as recalçadoras.

Para descrever com clareza e provável precisão os processos de recalcamento, o retorno do recalçado e o surgimento de representações patológicas como formações de compromisso, seria necessário optar por pressupostos bem definidos a respeito do substrato dos eventos psíquicos e da consciência. Na medida em que se procure evitar isso, é preciso contentar-se com os comentários que se seguem e que devem ser entendidos de maneira mais ou menos figurada. Há duas formas de neurose obsessiva, conforme a passagem para a

consciência seja forçada somente pelo *conteúdo mnêmico* do ato que envolve auto-acusação, ou também pelo *afeto* auto-acusador ligado àquele ato.

A primeira forma inclui as representações obsessivas típicas, nas quais o conteúdo retém a atenção do paciente e, à guisa de afeto, ele sente apenas um desprazer indefinido, ao passo que o único afeto adequado à representação obsessiva seria o de uma auto-acusação. O conteúdo da representação obsessiva é distorcido de dois modos em relação ao ato obsessivo da infância. Em primeiro lugar, alguma coisa contemporânea toma o lugar de algo do passado e, em segundo, alguma coisa sexual é substituída por algo não sexual que lhe é análogo. Essas duas alterações são efeito da tendência ainda vigente a recalcar, que atribuiremos ao “ego”. A influência da lembrança patogênica reativada é mostrada pelo fato de que o conteúdo da representação obsessiva é ainda parcialmente idêntico ao que fora recalçado, ou decorre dele por um encadeamento lógico do pensamento. Ao reconstruirmos, com a ajuda do método psicanalítico, a origem de uma representação obsessiva isolada, constatamos que, a partir de uma única impressão atual, dois cursos de pensamento diferentes foram ativados. Aquele que passou pela lembrança recalçada revela-se tão corretamente lógico em sua estrutura quanto o outro, embora seja incapaz de se tornar consciente e não seja passível de retificação. Quando os produtos dessas duas operações psíquicas não se coadunam, o que ocorre não é uma espécie de ajustamento lógico da contradição entre elas; em vez disso, paralelamente ao resultado intelectual *normal*, introduz-se na consciência, como uma solução de compromisso entre a resistência e o produto intelectual *patológico*, uma representação obsessiva que parece absurda. Quando os dois cursos de pensamento levam à *mesma* conclusão, eles se reforçam mutuamente, de modo que o produto intelectual a que se chegou normalmente comporta-se agora, em termos psicológicos, como uma representação obsessiva. *Sempre que uma obsessão neurótica emerge na esfera psíquica, ela provém do recalçamento*. As representações obsessivas têm, por assim dizer, uma circulação psíquica compulsiva [obsessiva], não em virtude de seu valor intrínseco, mas em virtude da fonte de que derivam ou que acrescentou uma contribuição a seu valor.

Uma segunda forma da neurose obsessiva manifesta-se quando o que forçou sua representação na vida psíquica consciente não é o conteúdo mnêmico recalçado, mas a também recalçada auto-acusação. O afeto da auto-acusação pode, por meio de algum acréscimo mental, transformar-se em qualquer outro afeto desagradável. Quando isso acontece, não há mais nada que impeça o afeto posto no lugar do primeiro de se tornar consciente. Assim, a *auto-acusação* (por ter praticado o ato sexual na infância) pode facilmente transformar-se em *vergonha* (de que alguém o descubra), em *angústia hipocondríaca* (medo dos danos físicos resultantes do ato que envolve a auto-acusação), em

angústia social (medo de ser socialmente punido pelo delito), em *angústia religiosa*, em *delírios de ser observado* (medo de delatar-se pelo ato diante de outras pessoas), ou em *medo da tentação* (justificada desconfiança em relação a seus próprios poderes de resistência), e assim por diante. Além disso, o conteúdo mnêmico do ato envolvido na auto-acusação pode ser representado também na consciência, ou permanecer completamente obscurecido - o que torna o diagnóstico muito mais difícil. Muitos casos que, superficialmente examinados, parecem ser de hipocondria (neurastênica) comum, pertencem a esse grupo de *afetos obsessivos*; o que se conhece como “neurastenia periódica” ou “melancolia periódica” parece, em particular, decompor-se com inesperada frequência em afetos obsessivos e idéias obsessivas - uma descoberta que não é insignificante do ponto de vista terapêutico.

Além desses sintomas de compromisso, que significam o retorno do recalcado e, conseqüentemente, um colapso da defesa originalmente alcançada, a neurose obsessiva constrói um conjunto de outros sintomas cuja origem é muito diferente, pois o ego procura rechaçar os derivados da lembrança inicialmente recalcada e, nessa luta defensiva, cria sintomas que poderiam ser conjuntamente classificados como “*defesa secundária*”. Tudo isso constitui “*medidas protetoras*” que já prestaram bons serviços na luta contra as representações e afetos obsessivos. Quando esses auxiliares na luta defensiva conseguem *genuinamente* recalcar mais uma vez os sintomas do retorno |do recalcado| que se impuseram ao ego, a obsessão é transferida para as próprias medidas protetoras e cria uma terceira forma de “neurose obsessiva” - as *ações obsessivas*. Essas ações nunca são primárias; contêm exclusivamente uma defesa - nunca uma agressão. Sua análise psíquica mostra que, a despeito de sua peculiaridade, elas sempre podem ser inteiramente explicadas ao serem atribuídas às lembranças obsessivas contra as quais estão lutando.

A defesa secundária contra as representações obsessivas pode ser efetuada por um violento desvio para outros pensamentos de conteúdo tão contrário quanto possível. Eis por que a *ruminação obsessiva*, quando bem-sucedida, versa regularmente sobre coisas abstratas e *supra-sensuais*, pois as representações recalcadas sempre se referem à *sensualidade*. Ou então o paciente tenta controlar, ele próprio, cada uma de suas representações obsessivas, exclusivamente pelo trabalho lógico e pelo recurso a suas lembranças conscientes. Isso leva a um *pensamento obsessivo*, a uma *compulsão a testar coisas* e à *mania de duvidar*. A vantagem que a percepção leva sobre a lembrança em tais testes inicialmente impele e depois compele o paciente a colecionar e armazenar todos os objetos com que entra em contato. A defesa secundária contra os *afetos obsessivos* leva a um conjunto ainda mais vasto de medidas protetoras passíveis de se transformarem em atos obsessivos. Estes podem ser agrupados de acordo com seu objetivo; medidas *penitenciais*

(cerimoniais opressivos, observação de números); medidas *de precaução* (toda sorte de fobias, superstição, minuciosidade, aumento do sintoma primário de conscienciosidade); medidas relacionadas com o *medo de delatar-se* (coleccionar pedaços de papel, isolar-se), ou medidas para assegurar o *entorpecimento* |da mente| (dipsomania). Entre esses atos e impulsos obsessivos, as fobias, por restringirem a existência do paciente, desempenham o papel mais importante.

Há casos em que se pode observar como a obsessão é transferida da representação ou do afeto para a medida protetora; outros em que a obsessão oscila periodicamente entre o sintoma do retorno do recalcado e o sintoma da defesa secundária; e ainda outros casos em que nenhuma representação obsessiva é construída, mas, em vez disso, a lembrança recalcada é imediatamente representada pelo que é, aparentemente, uma medida primária de defesa. Aqui atingimos de um salto o estágio que, em outros casos, só encerra o curso percorrido pela neurose obsessiva após a ocorrência da luta defensiva. Os casos graves desse distúrbio terminam na fixação das ações cerimoniais, ou num estado generalizado de mania de duvidar, ou numa vida de excentricidades condicionada pelas fobias.

O fato de as representações obsessivas e o que delas deriva não receberem nenhum crédito |por parte do sujeito| explica-se, sem dúvida, pelo fato de, na época de seu primeiro recalçamento, ter-se formado o sintoma defensivo da *conscienciosidade*, e por tal sintoma adquirir também uma força obsessiva. A certeza do sujeito de ter vivido uma vida moralmente correta durante todo o período da defesa bem-sucedida torna-lhe impossível acreditar na auto-acusação que sua representação obsessiva implica. Apenas transitoriamente, ao aparecer uma nova representação obsessiva ou, ocasionalmente, em estados melancólicos de esgotamento do ego, é que os sintomas patológicos do retorno do recalcado compelem à crença. O caráter “obsessivo” das formações psíquicas que aqui descrevi geralmente nada tem a ver com a crença que se lhes atribua. Tampouco se deve confundi-lo com o fator que é descrito como “força” ou “intensidade” de uma representação. Sua essência é, antes, a indissolubilidade pela atividade psíquica passível de ser consciente; e esse atributo não sofre nenhuma mudança, quer a representação à qual se liga a obsessão seja mais forte ou mais fraca, mais ou menos intensamente “esclarecida”, ou “investida de energia”, e assim por diante.

A causa dessa invulnerabilidade da representação obsessiva e de seus derivados nada mais é, no entanto, do que sua ligação com a lembrança recalcada da tenra infância. E isso porque, ao conseguirmos tornar tal ligação consciente - e os métodos psicoterápicos já parecem poder fazer isso -, também a obsessão é resolvida.

III - ANÁLISE DE UM CASO DE PARANÓIA CRÔNICA

Por tempo considerável tenho alimentado a suspeita de que também a paranóia - ou algumas classes de casos que se incluem na categoria de paranóia - é uma psicose de defesa; isto é, que, tal como a histeria e as obsessões, ela provém do recalçamento de lembranças aflitivas, sendo seus sintomas formalmente determinados pelo conteúdo do que foi recalçado. Entretanto, a paranóia deve ter um método ou mecanismo especial de recalçamento que lhe é peculiar, assim como a histeria efetua o recalque pelo método da *conversão* em inervação somática, e neurose obsessiva, pelo método da *substituição* (ou seja, pelo deslocamento através de certas categorias de associações). Eu havia observado diversos casos que favoreciam essa interpretação, mas nenhum que a comprovasse; até que, alguns meses atrás, tive a oportunidade, graças à gentileza do Dr. Josef Breuer, de empreender a psicanálise, com propósitos terapêuticos, de uma mulher inteligente de 32 anos em cujo caso não se podia questionar o diagnóstico de paranóia crônica. Relato nestas páginas, sem mais delongas, parte das informações que pude obter a partir desse trabalho, pois não tenho perspectivas de estudar a paranóia exceto em ocasiões muito isoladas, e porque acho possível que meus comentários possam encorajar algum psiquiatra mais bem situado que eu nesse assunto a conferir ao fator da “defesa” seu lugar de direito na discussão sobre a natureza e o mecanismo psíquico. Naturalmente, com base na observação isolada que se segue, não tenho intenção de dizer mais do que: “Este é um caso de psicose de defesa e, muito provavelmente, há outros classificados como ‘paranóia’ que também o são.”

A Sra. P., de 32 anos de idade, é casada há três anos e mãe de uma criança de dois. Seus pais não eram neuróticos, mas seu irmão e sua irmã são, a meu ver, neuróticos como a Sra. P. É duvidoso se ela teria ou não, em alguma época entre seus vinte e trinta anos, ficado temporariamente deprimida e confusa em seus julgamentos. Nos últimos anos, era saudável e capaz, até que, seis meses após o nascimento de seu filho, mostrou os primeiros sinais de sua atual enfermidade. Tornou-se pouco comunicativa e desconfiada, manifestando aversão ao encontrar-se com os irmãos e irmãs do marido, e passou a se queixar de que seus vizinhos, na pequena cidade onde vivia, se estavam comportando para com ela de modo diferente do que faziam antes, sendo grosseiros e sem consideração. Gradualmente, essas queixas foram aumentando de intensidade, embora não em sua clareza. A Sra. P. achava que as pessoas tinham alguma coisa contra ela, embora não tivesse idéia do que fosse; mas não havia dúvida de que todos - parentes e amigos - tinham deixado de respeitá-la e estavam fazendo tudo o que podiam para menosprezá-la. Ela quebrava a cabeça, segundo dizia, para descobrir a razão disso, mas não fazia a menor idéia. Pouco tempo depois, queixou-se de que estava sendo observada, e de que as pessoas liam seus pensamentos e sabiam tudo o que ocorria em sua casa. Uma tarde, repentinamente, ocorreu-lhe que estava sendo observada enquanto se despia, à noite. Desde então, passou a tomar medidas da maior precaução ao

despir-se; ia para o cama na escuro e só começava a tirar a roupa quando já estava embaixo das cobertas. Como evitasse todo o contato com outras pessoas, comesse frugalmente e estivesse muito deprimida, mandaram-na, no verão de 1895, a um estabelecimento hidropático. Lá, surgiram novos sintomas e os que ela já tinha aumentaram de intensidade. Já na primavera daquele ano, num dia em que estava sozinha com sua criada, tivera subitamente um sensação em seu baixo abdome e pensara consigo mesmo que a moça, naquele momento, tinha tido uma idéia imprópria. Essa sensação tornou-se mais freqüente durante o verão, até torna-se quase contínua. Ela sentia seus órgãos genitais “como se sente uma mão pesada”. Começou então a ver coisas que a horrorizavam - alucinações de mulheres nuas, especialmente da parte inferior do abdome feminino com os pêlos pubianos e, ocasionalmente, também da genitália masculina. A imagem do abdome com os pêlos e a sensação física em seu próprio abdome costumavam ocorrer juntas. As imagens tornaram-se muito torturantes, pois ocorriam regularmente quando ela estava em companhia feminina e a faziam pensar que estava vendo a mulher num estado indecente de nudez, mas que, simultaneamente, a mulher estava tendo dela o mesmo quadro (!). Ao mesmo tempo que tinha essas alucinações visuais - que se desvaneceram novamente por vários meses, depois de surgirem pela primeira vez no estabelecimento hidropático -, ela começou a ser importunada por vozes que não reconhecia nem conseguia explicar. Quando estava na rua, elas diziam: “Aquela é a Sra. P. - Lá vai ela! Aonde estará indo?” Cada um de seus movimentos e atos era comentado; e ouvia às vezes ameaças e censuras. Todos esse sintomas pioravam quando ela estava acompanhada ou na rua. Por essa razão, recusava-se a sair; dizia que comer a nauseava; e seu estado de saúde deteriorou-se rapidamente.

Obtive todas essas informações por ela mesma, quando veio a Viena tratar-se comigo, no inverno de 1895. Fiz dela uma exposição extensa porque quero transmitir a impressão de que o que temos aqui é, de fato, uma forma bem freqüente de paranóia crônica - conclusão a que veremos que se ajustam os detalhes de seus sintomas e comportamentos que ainda tenho a descrever. Nessa ocasião, ela escondeu de mim os delírios que serviriam para interpretar suas alucinações, ou talvez os delírios de fato ainda não tivessem ocorrido. Sua inteligência não diminuía; a única coisa estranha de que tomei conhecimento foi que ela havia marcado encontros repetidos com seu irmão, que morava na imediações, para confiar-lhe alguma coisa importante, mas nunca lhe dissera nada. Ela nunca falou sobre suas alucinações e, ao se aproximar o fim, também não dizia mais muita coisa sobre as desfeitas e perseguições a que era submetida.

O que tenho a relatar sobre essa paciente refere-se à etiologia do caso e ao mecanismo das alucinações. Descubri a etiologia quando apliquei o método de Breuer, exatamente como num caso de histeria - em primeiro lugar, para a investigação e eliminação das alucinações. Ao fazê-lo, parti do pressuposto de que nesse caso de paranóia, exatamente como nas outras duas neuroses de defesa com que eu estava familiarizado, devia haver pensamentos inconscientes e lembranças recalçadas que poderiam ser trazidos à consciência do mesmo modo que naquelas neuroses, superando-se uma certa resistência. A paciente imediatamente

confirmou minha expectativa, pois comportou-se na análise exatamente como, por exemplo, um paciente histérico; concentrando sua atenção sob a pressão de minha mão, ela produziu pensamentos que não se lembrava de ter tido, que a princípio não entendia e que eram contrários as suas expectativas. A presença de representações inconscientes importantes foi assim demonstrada também num caso de paranóia, e pude ter esperanças de investigar também a compulsão da paranóia até o recalçamento. A única peculiaridade consistia em que os pensamentos que emergiam do inconsciente eram, em sua maior parte, ouvidos interiormente pela paciente ou alucinados por ela, do mesmo modo que suas vozes.

Quanto à origem das alucinações visuais, ou ao menos das imagens nítidas, fiquei sabendo o seguinte: a imagem da parte inferior de um abdome de mulher quase sempre coincidia com a sensação física em seus próprio abdome; esta última, porém, era muito mais constante, e freqüentemente ocorria sem a imagem. As primeiras imagens de um abdome de mulher haviam surgido no estabelecimento hidropático, poucas horas depois de ela ter visto, de fato, diversas mulheres nuas nos banhos; assim, tais imagens revelaram ser simples reproduções de uma impressão real. Era de se presumir, portanto, que essas impressões se haviam repetido apenas por causa de um grande interesse ligado a elas. A Sra. P. me disse que se sentira envergonhada por essas mulheres; ela própria tinha vergonha de ser vista nua desde quando podia lembrar-se. Como estivesse obrigado a encarar a vergonha como alguma coisa obsessiva, concluí, de acordo com o mecanismo de defesa, que deveria ter sido recalçada uma experiência relacionada com algo de que ela não se envergonhara. Assim, pedi-lhe que deixasse emergirem as lembranças pertinentes ao tema de sentir-se envergonhada. Ela prontamente reproduziu uma série de cenas que retrocediam dos dezessete aos oito anos de idade, nas quais se envergonhava de estar nua no banho diante de sua mãe, sua irmã e do médico; mas a série terminou numa cena aos seis anos de idade, na qual ela se despia no quarto das crianças antes de ir para a cama, sem sentir qualquer vergonha diante do irmão que lá estava. Quando a interroguei, tornou-se clara que cenas como essa tinham ocorrido freqüentemente e que, durante anos, irmão e irmã tiveram o hábito de se exibirem nus um para o outro antes de irem para a cama. Compreendi então o sentido de sua idéia repetida de que estava sendo observada ao ir para a cama. Era um fragmento inalterado da antiga lembrança que envolvia uma autocensura, e ela agora estava suprimindo a vergonha que deixara de sentir quando criança.

Minha conjectura de que estaríamos diante de um caso amoroso entre crianças, como se encontra tão freqüentemente na etiologia da histeria, foi reforçada pelo progresso posterior da análise, que, ao mesmo tempo, forneceu soluções para detalhes individuais freqüentemente recorrentes no quadro clínico da paranóia. A depressão da paciente começou na época de uma discussão entre seu marido e seu irmão, em conseqüência da qual este passou a não mais freqüentar sua casa. Ela sempre apreciara muito esse irmão e, nessa ocasião, sentira imensamente sua falta. Além disso, ela falou num certo momento de sua doença em que, pela primeira vez, “tudo ficara claro para ela” - ou seja, em que ela se convencera da verdade de sua suspeita de que todos a desprezavam e a desfeiteavam

deliberadamente. Essa certeza lhe viera durante uma visita de sua cunhada, que, no decorrer da conversa, deixara escapar estas palavras: “Quando me acontece alguma coisa desse tipo, eu a trato com descaso.” A princípio, a Sra. P. tomou esse comentário sem desconfianças; depois, porém, quando a visitante já se retirara, pareceu-lhe que essas palavras continham uma censura, como se *ela* tivesse o hábito de tratar as coisas sérias com descaso; e a partir desse momento, teve certeza de que era vítima da maledicência geral. Quando lhe perguntei sobre o que a fizera sentir-se justificada para aplicar tais palavras a si mesma, respondeu que fora o tom em que a cunhada tinha falado que a convencera disso (embora, é verdade, apenas posteriormente). Esse é um detalhe característico da paranóia. Obriguei-a então a lembrar-se do que a cunhada estivera dizendo *antes* do comentário de que ela se queixava, e emergiu a resposta de que a cunhada estivera contando como, na casa dos pais dela, tinha havido toda sorte de dificuldades com seus *irmãos*, e acrescentara o comentário sensato: “Em toda família acontecem coisas sobre as quais se gostaria de pôr uma pedra. Mas quando uma coisa desse tipo acontece *comigo*, eu a trato com descaso.” A Sra. P. teve então que admitir que sua depressão estava ligada às declarações feitas pela cunhada *antes* do último comentário. Uma vez que recalcará ambas as afirmações que poderiam ter despertado a lembrança de suas relações com seu irmão, e retivera apenas a última e insignificante afirmação, foi a esta que se viu obrigada a ligar seu sentimento de que a cunhada a estivera censurando; e, já que o *conteúdo* não oferecia nenhuma base para isso, ela se voltara do conteúdo para o *tom* em que as palavras tinham sido proferidas. Essa é, provavelmente, uma evidência típica de que as interpretações errôneas da paranóia se baseiam num recalçamento.

A conduta singular de minha paciente, marcando encontros com o irmão nos quais nada lhe dizia, foi também resolvida de maneira surpreendente. Sua explicação foi que ela pensara que, se pudesse apenas olhá-lo, ele estaria fadado a entender seus sofrimentos, uma vez que lhes conhecia a causa. Ora, como esse irmão era, de fato, a única pessoa que poderia saber da etiologia de sua doença, estava claro que ela agira de acordo com um motivo que, embora ela própria não compreendesse conscientemente, seria considerado perfeitamente justificado tão logo lhe fosse dado um sentido derivado do inconsciente.

Consegui então fazê-la reproduzir as várias cenas de seu relacionamento sexual com o irmão (que certamente durara pelo menos dos seis aos dez anos.) Durante esse trabalho de reprodução, a sensação física em seu abdome “participou da conversa”, por assim dizer, tal como se observa regularmente na análise de resíduos mnêmicos históricos. A imagem da parte inferior do abdome de uma mulher nua (agora reduzido às suas proporções infantis, e sem pêlos) aparecia junto com a sensação, ou permanecia afastada, dependendo de a cena em questão ter ocorrido em plena luz ou no escuro. Sua repugnância em comer também encontrou explicação num detalhe repulsivo desses procedimentos. Depois de percorrermos essa série de cenas, as sensações e imagens alucinatórias desapareceram e (ao menos até o

presente) não retornaram.

Assim, eu havia descoberto que essas alucinações nada mais eram que partes do conteúdo de suas experiências infantis recalçadas, ou seja, sintomas do retorno do recalçado.

Voltei-me então para a análise das vozes. Antes de mais nada, era preciso explicar por que um conteúdo tão neutro como “Ali vem a Sra. P.”, ou “Ela agora está procurando uma casa” etc., podia afligi-la tanto; em seguida, por que é que precisamente essas frases inocentes tinham chegado a ser marcadas por um reforço alucinatório. Logo de saída, ficou claro que “as vozes” não poderiam ser *lembranças* produzidas de modo alucinatório, como as imagens e as sensações, mas eram *pensamentos* “ditos em voz alta”.

A primeira vez que ela ouviu as vozes foi nas seguintes circunstâncias. Estava lendo com ávido interesse a bela história de Otto Ludwig, *Die Heiterethei*, e notou que, enquanto lia, iam emergindo pensamentos que reclamavam sua atenção. Logo em seguida, saiu para um passeio por uma estrada campestre e, quando passava por uma pequena casa camponesa, as vozes subitamente lhe disseram: “É assim que era a cabana de Heiterethei! Lá está a fonte e lá estão as moitas! Como ela era feliz, apesar de toda a sua pobreza!” As vozes então lhe repetiram parágrafos inteiros que ela acabara de ler. No entanto, permanecia ininteligível a razão de a cabana de Heiterethei, com as moitas e a fonte, e precisamente as passagens mais banais e irrelevantes da história, serem impostas a sua atenção com uma intensidade patológica. Entretanto, a solução do enigma não foi difícil. Sua análise mostrou que, enquanto estava lendo, ela tivera também outros pensamentos e fora excitada por passagens muito diferentes do livro. Contra esse material - analogias entre o casal da história e ela própria e seu marido, lembranças da intimidade na vida conjugal e de segredos de família -, contra tudo isso levantara-se uma resistência recalçadora, porque o material estava ligado, por associações de pensamentos facilmente demonstráveis, a sua aversão pela sexualidade e assim, em última instância, remontava a sua antiga experiência infantil. Em consequência dessa censura exercida pelo recalque, as passagens inócuas e idílicas, que estavam ligadas por contraste e por contigüidade às que tinham sido proscritas, adquiriram a força adicional, em sua relação com a consciência, que tornou possível dizê-las em voz alta. A primeira das representações recalçadas, por exemplo, relacionava-se com a maledicência a que a heroína, que morava sozinha, ficava exposta por parte de seus vizinhos. Minha paciente descobriu facilmente a analogia com ela própria. Também morava num lugarejo, não se encontrava com ninguém e se considerava desprezada pelos vizinhos. Essa desconfiança em relação aos vizinhos tinha um fundamento real. A princípio, ela fora obrigada a se contentar com um pequeno apartamento em que a parede do quarto na qual se encostava a cama de casal era adjacente a um quarto pertencente a seus vizinhos. Com o início do casamento - obviamente pelo despertar inconsciente de seu caso amoroso infantil, onde ela e o irmão brincavam de marido e mulher - ela desenvolveu uma grande aversão à sexualidade. Estava constantemente preocupada com a idéia de que os vizinhos ouvissem palavras e ruídos

através da parede comum, e essa vergonha transformou-se em suspeita em relação aos vizinhos.

Assim, as vozes deviam sua origem ao recalçamento de representações que, em última análise, eram de fato auto-acusações por experiências que eram análogas a seu trauma infantil. Por conseguinte, as vozes eram sintomas do retorno do recalçado. Ao mesmo tempo, porém, eram conseqüência de uma formação de compromisso entre a resistência do ego e o poder do retorno do recalçado - uma solução que, nesse exemplo, acarretara uma distorção que eliminava a possibilidade de reconhecimento. Em outras situações em que tive oportunidade de analisar as vozes da Sra. P., a distorção foi menor. Não obstante, as palavras que ela ouvia tinham um braço de diplomática indefinição: a alusão insultuosa era, em geral, profundamente escondida; a conexão entre as frases soltas era disfarçada por uma estranha forma de expressão, por maneirismos incomuns da fala, e assim por diante - características que são comuns às alucinações auditivas dos paranóicos em geral e nas quais percebo os vestígios de distorção pela formação de compromisso. Por exemplo, o comentário "lá vai a Sra. P.; está procurando uma casa na rua" significava uma ameaça de que ela nunca se recuperaria, pois eu lhe prometera que, após o tratamento, ela poderia voltar à cidadezinha onde seu marido trabalhava. (Provisoriamente, alojava-se em Viena por alguns meses.)

Em ocasiões isoladas a Sra. P. recebia também ameaças mais claras - por exemplo, com respeito aos parentes de seu marido; mas havia ainda um contraste entre a maneira reservada como eram expressas e os tormentos que as vozes lhe causavam. Em vista do que se sabe da paranóia além disso, inclino-me a supor que há um gradual comprometimento das resistências que enfraquecem as auto-acusações, de modo que, por fim, a defesa fracassa por completo e a auto-acusação original, o termo real do insulto de que o sujeito vinha tentando poupar-se, retorna em sua forma inalterada. Não sei, entretanto, se esse curso dos acontecimentos é constante, nem se a censura das palavras que envolvem a auto-acusação pode estar ausente desde o início ou persistir até o fim.

Agora, resta-me apenas empregar o que aprendi a partir desse caso de paranóia para fazer uma comparação dela com a neurose obsessiva. Em ambas, mostrou-se que o recalçamento é o núcleo do mecanismo psíquico, e em ambas, o que foi recalçado é uma experiência sexual na infância. Nesse caso de paranóia, além disso, todas as obsessões provinham do recalque; os sintomas da paranóia permitem uma classificação similar à que se mostrou justificada na neurose obsessiva. Parte dos sintomas, ademais, provém da defesa primária - a saber, todas as representações delirantes caracterizadas pela desconfiança e pela suspeita e relacionadas à representação de perseguição por outrem. Na neurose obsessiva, a auto-acusação inicial é recalçada pela formação do sintoma primário da defesa: a *autodesconfiança*. Com isso, a auto-acusação é reconhecida como justificável; e, para contrabalançá-la, a conscienciosidade que o sujeito adquiriu durante seus intervalos sadios protege-o então de dar crédito às auto-acusações que retornam sob a forma de representações obsessivas. Na

paranóia, a auto-acusação é recalcada por um processo que se pode descrever como *projeção*. É recalcada pela formação do sintoma defensivo de *desconfiança nas outras pessoas*. Dessa maneira, o sujeito deixa de reconhecer a auto-acusação; e, como que para compensar isso, fica privado de proteção contra as auto-acusações que retornam em suas representações delirantes.

Outros sintomas de meu caso de paranóia devem ser descritos como sintomas de retorno do recalcado, e também eles, como os sintomas da neurose obsessiva, ostentam traços da única formação de compromisso que lhes permite a entrada na consciência. É o caso, por exemplo, da representação delirante de minha paciente de estar sendo observada ao despir-se, de suas alucinações visuais, de suas alucinações de sensação e de sua audição de vozes. Na representação delirante que acabo de mencionar há um conteúdo mnêmico quase inalterado, que só se tornou vago por omissão. O retorno do recalcado em imagens visuais aproxima-se mais na natureza da histeria do que do caráter da neurose obsessiva; a histeria, porém, tem por hábito repetir os símbolos mnêmicos sem alteração, enquanto as alucinações mnêmicas da paranóia sofrem uma distorção similar à da neurose obsessiva: uma imagem moderna análoga toma o lugar da que foi recalcada. (Por exemplo, o abdome de uma mulher adulta aparece no lugar de um abdome infantil, e um abdome onde os pêlos são especialmente distintos, por terem estado ausentes da impressão original.) Uma característica bastante peculiar à paranóia, e sobre a qual esta comparação não pode lançar mais luz, é que as auto-acusações recalcadas retornam sob a forma de pensamentos ditos em voz alta. No decorrer desse processo, eles são obrigados a submeter-se a uma dupla distorção: ficam sujeitos a uma censura, que os leva a serem substituídos por outras representações associadas, ou a serem ocultados por um modo de expressão indefinido, sendo relacionados com experiências recentes que nada mais são do que experiências análogas às antigas.

O terceiro grupo de sintomas encontrados na neurose obsessiva, os sintomas da defesa secundária, não pode estar presente como tal na paranóia, porque nenhuma defesa pode valer contra os sintomas de retorno aos quais, como sabemos, liga-se uma crença. Em lugar disso, encontramos na paranóia uma outra fonte para a formação de sintomas. As representações delirantes que chegam à consciência através de uma formação de compromisso (os sintomas do retorno [do recalcado]) fazem exigências à atividade de pensamento do ego, até que possam ser aceitas sem contradição. Visto que elas próprias não são influenciáveis, o ego precisa adaptar-se a elas; e assim, o que aqui corresponde aos sintomas da defesa secundária na neurose obsessiva é uma formação delirante combinatória- *delírios interpretativos* que terminam por uma *alteração do ego*. Nesse aspecto, o caso em discussão não foi completo; na época, minha paciente ainda não apresentava nenhum sinal das tentativas de interpretação que apareceram mais tarde. Mas não tenho dúvidas de que, se aplicarmos a psicanálise também a esse estágio da paranóia, poderemos chegar a outro resultado importante. Dever-se-á então constatar que a chamada *fraqueza de memória* dos

paranóicos é também tendenciosa - isto é, baseia-se no recalque e serve aos fins do recalque. Ocorre um recalque e substituição subseqüentes de lembranças que não são nada patogênicas, mas que contradizem a alteração do ego tão insistentemente exigida pelos sintomas do retorno do recalado.

A ETIOLOGIA DA HISTERIA (1896)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

ZUR AETIOLOGIE DER HISTERIE

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1896 *Wien. klin. Rdsch.*, 10 (22), 379-81, (23), 395-7, (24), 413-15, (25), 423-3, e (26), 450-2. (31 de maio, 7, 14, 21 e 28 de junho.)

1906 *S.K.S.N.*, 1, 149-180. (1911, 2ª ed., 1920, 3ª ed., 1922, 4ª ed.)

1925 *G.S.*, 1, 404-38.

1952 *G.W.*, 1, 425-59.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

“The Aetiology of Hysteria”

1924 *C.P.*, 1, 183-219. (Trad. de C. M. Baines.)

Incluído (Nº XXXVI) na coleção de sinopses dos primeiros trabalhos de Freud elaborada por ele mesmo (1897b). A presente tradução é uma versão modificada da de 1924.

Segundo uma nota de rodapé na *Wiener klinische Rundschau* de 31 de maio de 1896, este artigo se baseia numa conferência proferida por Freud ante a “Verein für Psychiatrie und Neurologie” no dia 2 de maio. A exatidão dessa data, contudo, é questionável. Numa carta não publicada a Fliess, de quinta-feira, 16 de abril, Freud escreveu que, na terça-feira seguinte [21 de abril], deveria fazer uma conferência diante da “Psychiatrischer Verein”. Não especifica o tema, mas, numa outra carta inédita, datada de 26 e 28 de abril de 1896, relatou ter feito perante aquela sociedade uma conferência sobre a etiologia da histeria. Prosseguiu comentando que “os imbecis deram-lhe uma recepção gélida” e que Krafft-Ebing, que estava na presidência, dissera que aquilo soava como um conto de fadas científico. Ainda em outra carta, datada de 30 de maio, dessa vez incluída na correspondência com Fliess (Freud, 1950a, Carta 46), escreveu: “Desafiando meus colegas, redigi toda a minha conferência sobre a etiologia da histeria para Paschkis [o editor da *Rundschau*]” E sua publicação de fato começou naquele periódico, no dia seguinte. De tudo isso parece depreender-se que a conferência foi realmente proferida a 21 de abril de 1896.

O presente trabalho pode ser considerado uma repetição ampliada da primeira seção de seu predecessor, o segundo artigo sobre as neuropsicoses de defesa (1896b). As descobertas de Freud sobre as causas da histeria são dadas em maior detalhe, com um relato das dificuldades que ele teve de vencer para atingi-las. Muito mais espaço é devotado, especialmente na última parte do artigo, às experiências sexuais na infância, que Freud acreditava estarem por trás dos sintomas posteriores. Como nos artigos anteriores, essas experiências são encaradas como sendo invariavelmente uma iniciativa dos adultos: a percepção da existência da sexualidade infantil repousava ainda no futuro. Há, entretanto,

um indício (ver em [1] e [2]) do que seria descrito nos *Três Ensaio*s (1905d), Edição *Standard* Brasileira, Vol. VII, ver em [1], IMAGO Editora, 1989, como o caráter “perverso polimorfo” da sexualidade infantil. Entre outros pontos de interesse, podemos notar uma crescente tendência a proferir as explicações psicológicas às neurológicas (ver em [1]), bem como uma primeira tentativa de resolver o problema a “escolha da neurose” (ver em [1] e [2]), que viria a ser um tema de discussão constantemente retomado. As variadas concepções de Freud a esse respeito são examinadas na Nota do Editor inglês a “A Predisposição à Neurose Obsessiva” (1913i), Edição *Standard* Brasileira, Vol. XII, ver em [1] e segs., IMAGO Editora, 1976; de fato, o assunto já fora abordado nos dois artigos a este (ver em [1], [2] e [2]).

A ETIOLOGIA DA HISTERIA

I

SENHORES:

Quando nos dispomos a formar uma opinião sobre a causação de um estado patológico como a histeria, começamos por adotar o método de investigação anamnésica; interrogamos o paciente ou aqueles que o cercam, a fim de descobrir a que influências danosas eles próprios atribuem seu adoecimento e o desenvolvimento desses sintomas neuróticos. O que descobrimos dessa maneira, naturalmente, é falseado por todos os fatores que comumente ocultam de um paciente o conhecimento de seu próprio estado - por sua falta de compreensão científica das influências etiológicas, pela falácia do *post hoc, propter hoc*, e por sua relutância em pensar, ou mencionar certas perturbações e traumas. Assim, ao fazermos uma investigação anamnésica desse tipo, atemo-nos ao princípio de não adotar a crença dos pacientes sem um minucioso exame crítico, de não lhes permitir que postulem por nós nossa opinião científica sobre a etiologia da neurose. Embora, por um lado, realmente reconheçamos a veracidade de certas asserções constantemente repetidas, tais como a de que o estado histérico é um efeito tardio e duradouro de uma emoção vivida no passado, introduzimos na etiologia da histeria, por outro lado, um fator que o próprio paciente nunca menciona e cuja validade só admite com relutância - a saber, a predisposição hereditária derivada de seus antepassados. Como sabem os senhores, do ponto de vista da influente

escola de Charcot, somente a hereditariedade merece ser reconhecida como a verdadeira causa da histeria, enquanto todas as outras perturbações, da mais variada natureza e intensidade, desempenham apenas o papel de causas incidentais, de “*agents provocateurs*”.

Os senhores hão de admitir prontamente que seria bom dispormos de um segundo método de chegar à etiologia da histeria, um método em que nos sentíssemos menos dependentes das asserções dos próprios pacientes. Um dermatologista, por exemplo, pode reconhecer uma chaga como sendo luética pelo caráter de suas bordas, de sua crosta e de sua forma, sem se deixar enganar pelos protestos do paciente, que nega qualquer fonte dessa infecção; e um médico-legista pode chegar à causa de um ferimento mesmo tendo que prescindir de qualquer informação da pessoa ferida. Também na histeria existe uma possibilidade similar de penetrarmos, a partir dos sintomas, no conhecimento de suas causas. Contudo, para explicar a relação entre o método que temos de empregar para esse fim e o antigo método da investigação anamnésica, eu gostaria de expor aos senhores uma analogia baseada num avanço real efetuado em outro campo de trabalho.

Imaginemos que um explorador chega a uma região pouco conhecida onde seu interesse é despertado por uma extensa área de ruínas, com restos de paredes, fragmentos de colunas e lápides com inscrições meio apagadas e ilegíveis. Pode contentar-se em inspecionar o que está visível, em interrogar os habitantes que moram nas imediações - talvez uma população semibárbara - sobre o que a tradição lhes diz a respeito da história e do significado desses resíduos arqueológicos, e em anotar o que eles lhe comunicarem - e então seguir viagem. Mas pode agir de modo diferente. Pode ter levado consigo picaretas, pás e enxadas, e colocar os habitantes para trabalhar com esses instrumentos. Junto com eles, pode partir para as ruínas, remover o lixo e, começando dos resíduos visíveis, descobrir o que está enterrado. Se seu trabalho for coroado de êxito, as descobertas se explicarão por si mesmas: as paredes tombadas são parte das muralhas de um palácio ou de um depósito de tesouro; os fragmentos de colunas podem reconstituir um templo; as numerosas inscrições, que, por um lance de sorte, talvez sejam bilíngües, revelam um alfabeto e uma linguagem que, uma vez decifrados e traduzidos, fornecem informações nem mesmo sonhadas sobre os eventos do mais remoto passado em cuja homenagem os monumentos foram erigidos. *Saxa loquuntur!*

Ao tentarmos, de maneira aproximadamente semelhante, induzir os sintomas da histeria a se fazerem ouvir como testemunhas da história da origem da doença, devemos partir da portentosa descoberta de Josef Breuer: *os sintomas das histeria (à parte os estigmas) são determinados por certas experiências do paciente que atuaram de modo traumático e que são reproduzidas em sua vida psíquica sob a forma de símbolos mnêmicos*. O que temos a fazer é aplicar o método de Breuer - ou algum que lhe seja essencialmente idêntico - de modo a fazer a atenção do paciente retroagir desde seu sintoma até a cena na qual e pela qual o sintoma surgiu; e, tendo assim localizado a cena, eliminamos o sintoma ao promover, durante a reprodução da cena traumática, uma correção subsequente do curso psíquico dos

acontecimentos que então ocorreram.

Não é minha intenção hoje discutir a difícil técnica desse procedimento terapêutico ou as descobertas psicológicas que têm sido obtidas por seu intermédio. Sou obrigado a partir desse ponto apenas porque as análises conduzidas nos termos de Breuer parecem, ao mesmo tempo, abrir caminho para as causas da histeria. Se submetermos a essa análise um número bastante grande de sintomas em inúmeros sujeitos, chegaremos naturalmente ao conhecimento de um número correspondentemente grande de cenas de ação traumatizante. São nessas experiências que as causas eficientes da histeria entram em ação. Assim, esperamos descobrir, partindo do estudo dessas cenas traumáticas, quais são as influências que produzem sintomas histéricos e de que modo o fazem.

Essa expectativa se mostra verdadeira; e nem poderia deixar de fazê-lo, uma vez que as teses de Breuer, quando submetidas à verificação num número considerável de casos, revelaram-se corretas. Mas o caminho que vai dos sintomas da histeria até sua etiologia é mais trabalhoso, e passa por conexões bem diferentes do que se poderia imaginar.

Portanto, vamos esclarecer esse ponto. A atribuição de um sintoma histérico à cena traumática só auxilia nossa compreensão quando a cena atende a duas condições: quando possui a pertinente *adequação para funcionar como determinante* e quando tem, reconhecidamente, a necessária *força traumática*. Em vez de uma explicação verbal, aqui vai um exemplo. Suponhamos que o sintoma em exame seja o vômito histérico; nesse caso, consideraremos que nos foi possível compreender sua causação (exceto por um certo resíduo) se a análise atribuir o sintoma a uma experiência que *tenha justificavelmente produzido uma alta dose de repugnância* - por exemplo, a visão de um cadáver em decomposição. Mas se, em vez disso, a análise nos mostrar que o vômito proveio de um grande susto, como, por exemplo, num acidente ferroviário, ficaremos insatisfeitos e teremos que nos perguntar por que o susto levou ao sintoma específico do vômito. A essa derivação falta a *adequação como determinante*. Teremos outro caso de explicação insuficiente se o vômito for supostamente proveniente, digamos, de se ter comido uma fruta parcialmente estragada. Aqui, é verdade, o vômito é determinado pela repugnância, mas não podemos compreender como, nesse caso, a náusea ter-se-ia tornado tão poderosa a ponto de se perpetuar num sintoma histérico; falta à experiência *força traumática*.

Consideremos agora até que ponto as cenas traumáticas da histeria descobertas pela análise preenchem, num grande número de sintomas e casos, os dois requisitos que nomeei. Aqui deparamos com nossa primeira grande decepção. Realmente é verdade que a cena traumática de que se origina o sintoma possui, ocasionalmente, as duas qualidades - adequação como determinante e força traumática - de que precisamos para a compreensão do sintoma. Com muito mais freqüência, porém, com freqüência incomparavelmente maior,

encontramos realizada uma de três outras possibilidades muito desfavoráveis à compreensão: ou a cena a que somos conduzidos pela análise e na qual o sintoma apareceu pela primeira vez parece-nos inadequada para determiná-lo, no sentido de que seu conteúdo não tem nenhuma relação com a natureza do sintoma; ou a experiência supostamente traumática, embora tenha *de fato* uma relação com o sintoma, revela ser uma impressão normalmente inócua e, via de regra, incapaz de produzir qualquer efeito; ou, finalmente, a “cena traumática” nos deixa às escuras em ambos os aspectos, afigurando-se ao mesmo tempo inócua e sem relação com o caráter do sintoma histérico.

(Posso observar aqui, de passagem, que a concepção de Breuer sobre a origem dos sintomas histéricos não é abalada pela descoberta de cenas traumáticas que correspondem a experiências insignificantes em si mesmas. Isso porque Breuer presumiu - seguindo Charcot - que mesmo uma experiência inócua pode ser elevada à categoria de um trauma e desenvolver força determinante, se acontecer com o sujeito num momento em que ele se achar num estado psíquico especial - no que se descreve como *estado hipnóide*. Considero, porém, que muitas vezes não há nenhum fundamento para se pressupor a presença de tais estados hipnóides. O que permanece decisivo é que a teoria dos estados hipnóides em nada contribui para a solução das outras dificuldades, a saber, que falta freqüentemente às cenas traumáticas adequação como determinantes.)

Além disso, senhores, essa primeira decepção que enfrentamos ao seguir o método de Breuer é imediatamente seguida de outra, que é especialmente dolorosa para nós como médicos. Quando nosso procedimento leva, como nos casos descritos acima, a descobertas que são insuficientes enquanto explicação, tanto no aspecto de sua adequação como determinante quanto no de sua eficiência traumática, também não conseguimos assegurar nenhum proveito terapêutico; o paciente mantém seus sintomas inalterados, a despeito do resultado inicial produzido pela análise. Os senhores podem compreender como é grande a tentação, nesse ponto, de não mais prosseguir no que, de qualquer modo, é um trabalho cansativo.

Mas talvez tudo de que precisamos seja uma idéia nova para nos ajudar a sair de nosso dilema e nos levar a resultados valiosos. A idéia é a seguinte. Como sabemos através de Breuer, os sintomas histéricos podem ser resolvidos quando, partindo deles, conseguimos encontrar o caminho de volta à lembrança de uma experiência traumática. Se a lembrança que descobrimos não atende a nossa expectativa, talvez devamos prosseguir um pouco mais no mesmo caminho; é possível que, por trás da primeira cena traumática, oculte-se a lembrança de uma segunda cena que satisfaça melhor a nossos requisitos e cuja reprodução tenha maior efeito terapêutico; de modo que a cena descoberta em primeiro lugar tem apenas a importância de um elo de ligação na cadeia de associações. E talvez essa situação se repita; cenas inoperantes poderão ser interpoladas mais de uma vez, como transições necessárias no processo de reprodução, até que encontremos finalmente nosso caminho

desde o sintoma histérico até a cena que é efetivamente traumatizante e satisfatória em ambos os aspectos, tanto terapêutica como analiticamente. Bem, senhores, essa suposição é correta. Quando a cena inicialmente descoberta é insatisfatória, dizemos a nosso paciente que essa experiência nada explica, mas que por trás dela deve ocultar-se uma experiência anterior significativa; e dirigimos sua atenção, pela mesma técnica, para o fio associativo que liga as duas lembranças - a que foi descoberta e a que ainda está por se revelar. O prosseguimento da análise leva então, na totalidade dos casos, à reprodução de novas cenas do tipo que esperamos. Por exemplo, consideremos mais uma vez o caso de vômitos histéricos que selecionei antes e no qual a análise remontou, primeiro, ao susto decorrente de um acidente ferroviário - uma cena à qual faltava adequação como determinante. A análise posterior mostrou que esse acidente despertara no paciente a lembrança de outro acidente anterior, que, na verdade, ele próprio não vivenciara, mas que lhe dera a oportunidade de ter uma visão medonha e repulsiva de um cadáver. É como se a ação combinada das duas cenas tornasse possível o cumprimento de nossos postulados, com uma experiência suprimindo, pelo susto, a força traumática, e a outra, por seu conteúdo, o efeito determinante. O outro caso, em que o vômito foi atribuído ao ato de comer uma maçã parcialmente estragada, foi ampliado pela análise mais ou menos da seguinte maneira. A maçã estragada recordara ao paciente uma experiência anterior: enquanto apanhava frutas derrubadas pelo vento num pomar, ele deparara acidentalmente com um animal morto em estado repugnante.

Não voltarei mais a esses exemplos, pois devo confessar que eles não derivam de nenhum caso da minha experiência, sendo por mim inventados. E além disso, muito provavelmente, mal inventados. Chego até a considerar impossíveis tais soluções dos sintomas histéricos. Mas fui obrigado a criar exemplos fictícios por várias razões, uma das quais posso declarar de imediato. Todos os exemplos reais são incomparavelmente mais complicados: o relato detalhado de um só deles ocuparia todo o tempo desta conferência. A cadeia de associações tem sempre mais do que dois elos; e as cenas traumáticas não formam uma corrente simples, como um fio de pérolas, mas antes se ramificam e se interligam como árvores genealógicas, de modo que, a cada nova experiência, duas ou mais experiências anteriores entram em operação como lembranças. Em suma, fazer um relato da resolução de um único sintoma equivaleria, de fato, à tarefa de relatar um caso clínico inteiro.

Mas não devemos deixar de conferir ênfase especial a uma conclusão a que inesperadamente levou o trabalho analítico ao longo dessas cadeias de lembranças. Aprendemos que *nenhum sintoma histérico pode emergir de uma única experiência real, mas que, em todos os casos, a lembrança de experiências mais antigas despertadas em associação com ela atua na causação do sintoma*. Se - como acredito - essa proposição se confirmar sem exceções, ela nos mostrará, além disso, a base sobre a qual se deve construir uma teoria psicológica da histeria.

Talvez os senhores suponham que os raros casos em que a análise consegue refazer o

trajeto do sintoma, ligando-o diretamente a uma cena traumática inteiramente adequada como determinante e que possui força traumática, e nos quais, ao refazer esse trajeto, ela consegue ao mesmo tempo eliminar o sintoma (da maneira descrita no caso clínico de Anna O., de Breuer) - talvez os senhores suponham que, afinal, esses casos devem constituir objeções poderosas à validade geral da proposição que acabo de formular. Certamente é o que parece. Contudo, devo assegurar-lhes que tenho os melhores fundamentos para presumir que, mesmo nesses casos, há uma cadeia de lembranças atuantes que se estende muito além da primeira cena traumática, *ainda que* somente a reprodução desta última possa resultar na eliminação do sintoma.

Parece-me realmente assombroso que os sintomas histéricos só possam emergir com a cooperação das lembranças, sobretudo ao refletirmos que, de acordo com os relatos unânimes dos próprios pacientes, essas lembranças não tiveram acesso a suas consciências no momento da primeira aparição do sintoma. Há aqui muita matéria para reflexão, mas esses problemas não devem desviar-nos, neste ponto, de nossa discussão sobre a etiologia da histeria. Devemos, antes, perguntar-nos: a que ponto chegaremos se seguirmos as cadeias de lembranças associadas que a análise desvendou? Até onde elas se estendem? Será que em algum ponto encontram um fim natural? Levarão elas, talvez, experiências de algum modo parecidas, seja em seu conteúdo, seja no período de vida em que ocorrem, de sorte que possamos discernir nesses fatores universalmente similares a etiologia da histeria que estamos procurando?

Os conhecimentos que adquiri até aqui já me habilitam a responder a essas perguntas. Ao considerarmos um caso que apresenta vários sintomas, chegamos, através da análise, partindo de cada sintoma, a uma série de experiências cujas lembranças se ligam em associação. A princípio, as cadeias de lembranças percorrem cursos regressivos independentes, mas, como já disse, ramificam-se. A partir de uma mesma cena, duas ou mais lembranças são atingidas ao mesmo tempo e destas, por sua vez, procedem cadeias laterais cujos elos individuais podem mais uma vez estar associativamente ligados a elos pertencentes à cadeia principal. Na verdade, a comparação com a árvore genealógica de uma família cujos membros também se casassem entre si não é nada má. Outras complicações na vinculação das cadeias emergem da circunstância de que uma única cena pode ser evocada várias vezes na mesma cadeia, apresentando assim múltiplas relações com uma cena posterior e exibindo com ela tanto uma conexão direta quanto uma conexão estabelecida através de laços intermediários. Em suma, a concatenação está longe de ser simples; e o fato de as cenas serem descobertas numa ordem cronológica invertida (fato esse que justifica nossa comparação desse trabalho com a escavação de uma área) certamente em nada contribui para uma compreensão mais rápida do que ocorreu.

Quando a análise vai mais além, surgem novas complicações. As cadeias associativas pertencentes aos diferentes sintomas começam a se relacionar entre si; as árvores genealógicas se interpenetram. Assim, por exemplo, um sintoma específico na cadeia de

lembranças relacionada com o sintoma do vômito invoca não apenas os elos anteriores de sua própria cadeia, mas também uma lembrança de outra cadeia, relacionada com outro sintoma, tal como dor de cabeça. Essa experiência, conseqüentemente, pertence a ambas as séries, e portanto constitui um *ponto nodal*. Vários desses pontos nodais podem ser encontrados em toda análise. Seu correlato no quadro clínico pode ser o fato de, a partir de certo momento, ambos os sintomas aparecerem juntos, simbioticamente, sem terem de fato qualquer dependência interna entre si. Retrocedendo ainda mais, deparamos com pontos nodais de outra espécie. Aqui, as cadeias associativas separadas convergem. Encontramos experiências de que dois ou mais sintomas se originaram; uma cadeia ligou-se a um detalhe da cena, e segunda, a outro.

Mas a descoberta mais importante a que chegamos, quando uma análise é sistematicamente conduzida, é a seguinte: qualquer que seja o caso e qualquer que seja o sintoma que tomemos como ponto de partida, *no fim chegamos infalivelmente ao campo da experiência sexual*. Aqui, portanto, pela primeira vez, parece que descobrimos uma precondição etiológica dos sintomas histéricos.

Ajular pela experiência prévia, antevejo que é precisamente contra essa asserção ou contra sua validade universal que sua objeção, senhores, será dirigida. Talvez fosse melhor dizer, sua *inclinação* a contestar, pois nenhum dos senhores, sem dúvida, dispõe até o momento de investigações que, baseadas no mesmo procedimento, possam ter produzido um resultado diferente. No que tange ao próprio tema controvertido, farei apenas a observação de que a escolha do fator sexual na etiologia da histeria não procede, pelo menos, de nenhuma opinião preconcebida de minha parte. Os dois investigadores como discípulo dos quais iniciei meus estudos da histeria, Charcot e Breuer, estavam longe de tal pressuposição; de fato, tinham uma prevenção pessoal contra ela, da qual eu originalmente partilhava. Apenas as mais laboriosas e detalhadas investigações converteram-me, e bastante lentamente, à concepção que hoje sustento. Se submeterem ao mais rigoroso exame minha afirmação de que a etiologia da histeria repousa na vida sexual, os senhores verificarão que ela é confirmada pelo fato de que, em dezoito casos de histeria, pude descobrir essa conexão em cada sintoma isolado e, onde o permitiram as circunstâncias, pude confirmá-lo pelo sucesso terapêutico. Sem dúvida, os senhores poderão levantar a objeção de que a décima nona ou a vigésima análise talvez mostre que os sintomas histéricos derivam também de outras fontes, assim reduzindo a validade universal da etiologia sexual a uns oitenta por cento. Mas claro, vamos esperar para ver! No entanto, já que esses dezoito casos são, ao mesmo tempo, todos os casos em que pude realizar o trabalho da análise, e já que não foram selecionados por ninguém visando a minha conveniência, os senhores hão de considerar compreensível que eu não partilhe essa expectativa, mas esteja disposto a deixar minha crença adiantar-se à força comprobatória das observações que fiz até agora. Além disso, sou também influenciado por outro motivo, que no momento é de valor meramente subjetivo. Na única tentativa que pude fazer de explicar o mecanismo filosófico e psíquico da histeria,

para correlacionar minhas observações, passei a encarar a participação das forças motivadoras sexuais como uma premissa indispensável.

Eventualmente, portanto, após terem convergido as cadeias de lembranças, chegamos ao campo da sexualidade e a um pequeno número de experiências que ocorrem, em sua maior parte, no mesmo período da vida - ou seja, na puberdade. Ao que parece, é nessas experiências que devemos procurar a etiologia da histeria, e é através delas que aprenderemos a compreender a origem dos sintomas histéricos. Mas aqui encontramos uma nova e seriíssima decepção. É verdade que essas experiências, descobertas com tanta dificuldade e extraídas de todo o material mnêmico, e que pareceriam ser as experiências traumáticas máximas, têm em comum as duas características de serem sexuais e ocorrerem na puberdade; mas em todos os outros aspectos, elas diferem muito entre si, tanto em *espécie* como em *importância*. Em alguns casos, sem dúvida, nosso interesse é voltado para experiências que devem ser encaradas como traumas graves - uma tentativa de estupro, talvez, que de um só golpe revela a uma menina imatura toda a brutalidade do desejo sexual, ou o testemunho involuntário de atos sexuais entre os pais, que a um só tempo mostra uma insuspeitada fealdade e fere do mesmo modo a sensibilidade moral e infantil, e assim por diante. Em outros casos, porém, as experiências são surpreendentemente triviais. No caso de uma de minhas pacientes, sua neurose revelou basear-se na seguinte experiência: um menino de seu círculo de relações lhe acariciara ternamente a mão e, em outra oportunidade, pressionara o joelho contra o vestido dela quando ambos se sentavam à mesa lado a lado, com uma expressão no rosto que a fez perceber que ele estava fazendo alguma coisa proibida. No caso de outra moça, o simples fato de ouvir uma charada que sugeria uma resposta obscena foi suficiente para provocar o primeiro ataque de angústia, e, com ele, o início da doença. Tais descobertas obviamente não favorecem a compreensão da causação dos sintomas histéricos. Se tanto os acontecimentos graves quanto os banais, e não apenas as experiências que afetam o próprio corpo do sujeito, mas também as impressões visuais e as informações recebidas pela audição devem ser reconhecidas como traumas últimos da histeria, podemos ser tentados a arriscar a explicação de que os histéricos são criaturas peculiarmente constituídas - provavelmente em virtude de alguma predisposição hereditária ou atrofia degenerativa -, nas quais um retraimento da sexualidade, que normalmente ocorre na puberdade, é elevado a um grau patológico e é permanentemente mantido; são, portanto, por assim dizer, pessoas psiquicamente inaptas para atender às exigências da sexualidade. Essa concepção, é claro, deixa sem explicação a histeria masculina. No entanto, mesmo sem essas objeções flagrantes, dificilmente ficaríamos tentados a nos contentar com essa solução. Estamos cômicos demais de um sentimento intelectual de algo apenas parcialmente entendido, obscuro e insuficiente.

Para a felicidade de nossa explicação, algumas dessas experiências sexuais da puberdade mostram mais uma insuficiência que é a conta certa para nos estimular a prosseguir em nosso trabalho analítico. Pois ocorre que, algumas vezes, também a elas falta adequação como determinante - embora isso ocorra muito mais raramente do que com as cenas traumáticas

pertencentes a uma etapa posterior da vida. Assim, por exemplo, tomemos as duas pacientes a quem acabo de me referir como casos em que as experiências da puberdade foram realmente inocentes. Em consequência dessas experiências, as pacientes ficaram sujeitas a peculiares sensações dolorosas nos órgãos genitais, que se haviam estabelecido como os principais sintomas da neurose. Não pude encontrar nenhum indício de que tivessem sido determinadas pelas cenas da puberdade ou por cenas posteriores; todavia, certamente não eram sensações orgânicas normais, nem sinais de excitação sexual. Parecia óbvio, portanto, dizer a nós mesmos que deveríamos procurar os determinantes desses sintomas em outras experiências - em experiências que retrocedessem ainda mais - e que deveríamos, pela segunda vez, seguir a salvadora noção que já nos levava das primeiras cenas traumáticas às cadeias de lembranças por trás delas. Ao fazer isso, é claro, chegamos ao período da primeira infância, a um período anterior ao desenvolvimento da vida sexual; e isso pareceria envolver o abandono de uma etiologia sexual. Mas será que não temos o direito de presumir que nem mesmo a infância é desprovida de leves excitações sexuais, e que o futuro desenvolvimento sexual talvez seja decisivamente influenciado pelas experiências infantis? As lesões sofridas por um órgão ainda imaturo, ou por uma função em processo de desenvolvimento, freqüentemente causam efeitos mais graves e duradouros do que causariam em época mais madura. Talvez a reação anormal às impressões sexuais, que nos surpreende nos sujeitos histéricos na fase da puberdade, baseie-se, muito genericamente, nesse tipo de experiências sexuais na infância, caso em que tais experiências deverão ser de natureza uniforme e importante. Se assim for, estará aberta a perspectiva de que o que até agora se atribuiu a uma predisposição hereditária ainda inexplicada possa ser compreendido como algo adquirido em tenra idade. E já que, afinal, as experiências infantis de conteúdo sexual só poderiam exercer efeito psíquico através de seus *traços mnêmicos*, não seria essa concepção uma ampliação bem-vinda da descoberta da psicanálise que nos diz que *os sintomas histéricos só podem emergir com a cooperação de lembranças?* |ver em [1] e [2].|

II

Os senhores, sem dúvida, hão de ter imaginado que eu não teria levado tão longe esta última linha de raciocínio se não quisesse prepará-los para a idéia de que é só essa linha que, após tantas delongas, nós levará a nosso objetivo. Pois agora estamos realmente no fim de nosso cansativo e penoso trabalho analítico, e aqui vemos a realização de todas as pretensões e expectativas em que vínhamos insistindo. Se tivermos a perseverança de avançar na análise até atingir a primeira, retrocedendo até onde a memória humana é capaz de alcançar, invariavelmente levaremos o paciente a reproduzir experiências que, graças a

seus traços peculiares e suas relações com os sintomas da doença posterior, devem ser consideradas como a procurada etiologia de sua neurose. Essas experiências *infantis* são, mais uma vez, de conteúdo *sexual*, mas de um tipo muito mais uniforme do que as cenas da puberdade anteriormente descobertas. Não se trata mais de temas sexuais que tenham sido despertados por uma ou outra impressão sensorial, mas de experiências sexuais que afetaram o próprio corpo do sujeito - de *contato sexual* (no sentido mais amplo). Os senhores hão de admitir que a importância dessas cenas dispensa provas adicionais; a isso podemos agora acrescentar que, na totalidade dos casos, os senhores poderão descobrir, nos detalhes das cenas, os fatores *determinantes* que talvez faltassem às outras cenas - às cenas que ocorreram mais tarde e foram primeiro reproduzidas. [Cf. em [1].]

Exponho, portanto, a tese de que, na base de todos os casos de histeria, há *uma ou mais ocorrências de experiência sexual prematura*, ocorrências estas que pertencem aos primeiros anos da infância, mas que podem ser reproduzidas através do trabalho da psicanálise a despeito das décadas decorridas no intervalo. Creio que essa é uma descoberta importante, a descoberta de uma *caput Nili* na neuropatologia; mas é-me difícil saber que ponto de partida devo tomar para o prosseguimento de minha discussão deste assunto. Deverei apresentar-lhes o material real que obtive em minhas análises? Ou deverei primeiro tentar fazer face à multidão de objeções e dúvidas que, como é seguramente acertado supor, deve agora ter-se apossado de sua atenção? Escolherei esse último caminho; talvez possamos então examinar os fatos com mais calma.

(a) Ninguém que se oponha completamente a uma visão psicológica da histeria, que não se disponha a desistir da esperança de que algum dia seja possível reportar seus sintomas a “alterações anatômicas mais sutis” e que tenha rejeitado a concepção de que as bases materiais das mudanças históricas estão fadadas a ser do mesmo tipo que as de nossos processos mentais normais - ninguém que adote essa atitude, é claro, terá qualquer confiança nos resultados de nossas análises; entretanto, a diferença de princípio entre suas premissas e as nossas dispensa-nos da obrigação de convencê-lo de quaisquer aspectos individuais.

Mas também outras pessoas, ainda que menos avessas às teorias psicológicas da histeria, ficarão tentadas, ao considerarem nossas descobertas analíticas, a indagar sobre o grau de certeza que a aplicação da psicanálise oferece. E não será também possível que o médico imponha tais cenas a seus dóceis pacientes, alegando que elas são lembranças, ou ainda, que os pacientes digam ao médico coisas que imaginaram ou inventaram deliberadamente, e que ele as aceite como verdadeiras? Bem, minha resposta a isso é que a dúvida geral quanto à fidedignidade do método psicanalítico só poderá ser apreciada e eliminada quando se dispuser de uma apresentação completa de sua técnica e seus resultados. As dúvidas quanto à autenticidade das cenas sexuais infantis, entretanto, podem ser rebatidas aqui e agora por mais de um argumento. Em primeiro lugar, o comportamento dos pacientes enquanto

reproduzem essas experiências infantis é, sob todos os aspectos, incompatível com a pressuposição de que as cenas não sejam uma realidade sentida com sofrimento e reproduzida com a mais extrema relutância. Antes de entrarem em análise, os pacientes nada sabem sobre essas cenas. Em geral, ficam indignados quando os advertimos de que tais cenas irão emergir. Apenas a intensa compulsão do tratamento consegue induzi-los a embarcar na reprodução delas. Enquanto trazem essas experiências infantis à consciência, eles sofrem as mais violentas sensações, das quais se envergonham e que tentam ocultar; e, mesmo depois de as terem revivido mais uma vez de maneira tão convincente, ainda tentam negar-lhes crédito, enfatizando o fato de que, contrariamente ao que acontece no caso de outros dados esquecidos, eles não têm nenhuma sensação de se lembrarem das cenas.

Esse último detalhe do comportamento parece fornecer provas conclusivas. Por que os pacientes me garantiriam tão enfaticamente sua descrença, se o que querem desacreditar é alguma coisa que - por qualquer motivo - eles próprios inventaram?

É menos fácil refutar a idéia de que o médico impõe esse tipo de reminiscências ao paciente, influenciando-o por sugestão a imaginá-las e reproduzi-las. Contudo, isso me parece igualmente insustentável. Até hoje, jamais consegui impor a um paciente uma cena que eu esperasse descobrir, de tal modo que ele parecesse vivê-la com todos os sentimentos apropriados. Talvez outros tenham mais êxito nisso que eu.

Há, todavia, inúmeras outras coisas que atestam a realidade das cenas sexuais infantis. Em primeiro lugar, há a uniformidade que elas exibem em certos detalhes, o que constitui uma consequência necessária, caso as condições dessas experiências sejam sempre do mesmo tipo, e que, se assim não fosse, levar-nos-ia a crer na existência de um entendimento secreto entre os vários pacientes. Em segundo lugar, os pacientes às vezes descrevem como sendo inofensivos certos eventos cuja importância obviamente não percebem, já que, de outro modo, ficariam horrorizados com eles. Ou então mencionam, sem conferir-lhes qualquer ênfase, detalhes que somente alguém com experiência na vida é capaz de compreender e apreciar como indícios sutis de realidade.

Esse tipo de acontecimento fortalece nossa impressão de que os pacientes devem realmente ter vivenciado aquilo que, sob a compulsão da análise, reproduzem como cenas de sua infância. Mas outra prova ainda mais forte disso é fornecida pela relação das cenas infantis com o conteúdo de todo o restante do caso clínico. É exatamente como montar as peças de um quebra-cabeça infantil: depois de muitas tentativas, ficamos absolutamente certos, no final, de qual das peças se encaixa numa dada lacuna, pois apenas aquela peça completa o quadro e, ao mesmo tempo, permite que suas bordas irregulares se ajustem às bordas das outras peças de modo a não deixar nenhum espaço vazio nem acarretar nenhuma superposição. Do mesmo modo, os conteúdos das cenas infantis revelam-se como complementos indispensáveis à estrutura associativa e lógica da neurose, e sua inserção evidencia pela primeira vez o curso de desenvolvimento da neurose, ou mesmo, como muitas

vezes poderíamos dizer, torna-o auto-evidente.

Sem pretender enfatizar especialmente esse ponto, acrescentarei que, em diversos casos, também é possível fornecer provas terapêuticas da autenticidade das cenas infantis. Há casos em que se pode obter uma cura parcial ou completa sem que tenhamos de nos aprofundar nas experiências infantis. E há outros em que não se obtém absolutamente nenhum sucesso até que a análise chegue a seu fim natural, com a descoberta dos traumas mais primitivos. A meu ver, nos primeiros casos, não temos garantia contra as recaídas; e é minha expectativa que uma psicanálise completa implique uma cura radical da histeria. Não devemos, entretanto, ser levados a antecipar as lições da observação.

Haveria outra prova realmente inatacável da autenticidade das experiências sexuais infantis - a saber, se as declarações de alguém que estivesse sendo analisado fossem confirmadas por outra pessoa, em tratamento ou não. Essas duas pessoas deveriam ter tomado parte numa mesma experiência em sua infância - talvez mantido algum relacionamento sexual entre si. Tais relações entre crianças, como os senhores verão num momento [ver em [1]], não são nada raras. Além disso, é muito freqüente ambas as pessoas envolvidas sofrerem posteriormente de neurose; mas considero um acidente fortuito que, em dezoito casos, eu tenha podido obter em dois uma confirmação objetiva desse tipo. Num dos casos, foi o irmão (que permanecera sadio) que confirmou, voluntariamente não, é verdade, suas experiências sexuais precoces com a irmã (que era a paciente), mas, pelo menos, a existência de cenas desse tipo em época posterior de sua infância, e o fato de ter havido relações sexuais ainda mais cedo. No outro caso, deu-se que duas mulheres que eu estava tratando haviam mantido, na infância, relações sexuais com o mesmo homem, havendo certas cenas ocorrido *à trois*. Um sintoma específico, derivado desses eventos infantis, havia surgido em ambas as mulheres, como prova de sua experiência em comum.

(b) As experiências sexuais infantis que consistem na estimulação dos órgãos genitais, em atos semelhantes ao coito, e assim por diante, devem portanto ser consideradas, em última análise, como os traumas que levam a uma reação histérica nos eventos da puberdade e ao desenvolvimento de sintomas histéricos. Essa afirmação certamente encontrará duas objeções mutuamente contraditórias, procedentes de diferentes direções. Algumas pessoas dirão que esse tipo de abusos sexuais, sejam eles praticados contra as crianças ou entre elas, são raros demais para que se possa considerá-los como o determinante de uma neurose tão comum quanto a histeria. Outros talvez argumentem que, pelo contrário, tais experiências são muito freqüentes - freqüentes demais para que possamos atribuir a sua ocorrência uma significação etiológica. Sustentarão ainda que é fácil, em se fazendo algumas inquirições, encontrar pessoas que se recordam de cenas de sedução sexual e de abuso sexual nos anos da infância e que, mesmo assim, nunca foram histéricas. Finalmente nos dirão, como um argumento de peso, que, nas camadas mais baixas da população, a histeria certamente não é mais comum do que nas mais altas, ao passo que tudo indica que a injunção da salvaguarda sexual da infância é muito mais freqüentemente transgredida no caso das crianças do

proletariado.

Comecemos nossa defesa pela parte mais fácil. Parece-me certo que nossos filhos são muito mais freqüentemente expostos a ataques sexuais do que nos levariam a esperar as escassas precauções tomadas pelos pais a esse respeito. Quando fiz minhas primeiras indagações sobre o que se conhecia do assunto, fiquei sabendo, através de colegas, que existem várias publicações pediátricas estigmatizando a freqüência de práticas sexuais por amas de leite e por babás, realizadas até mesmo com crianças de colo; e há poucas semanas deparei com uma discussão do “Coito na Infância”, do Dr. Stekel (1895), de Viena. Não tive tempo de coligir outras provas publicadas, mas ainda que elas sejam escassas, é de se esperar que uma atenção maior para o assunto venha a confirmar muito em breve a grande freqüência das experiências sexuais e da atividade sexual na infância.

Por último, as descobertas de minha análise estão em condições de falar por si. Em todos os dezoito casos (de histeria pura e histeria combinada com obsessões, abrangendo seis homens e doze mulheres), vim a saber, como já disse, de experiências sexuais desse tipo na infância. Posso dividir meus casos em três grupos, de acordo com a origem da estimulação sexual. No primeiro grupo, trata-se de ataques - de situações únicas ou, pelo menos, isoladas, de abuso praticado, em sua maior parte, em crianças do sexo feminino, por adultos que eram estranhos e que, aliás, sabiam como evitar infligir grandes danos mnêmicos. Nesses ataques, está fora de dúvida que não houve consentimento da criança, e o primeiro efeito da experiência foi preponderantemente de susto. O segundo grupo consiste nos casos muito mais numerosos em que algum adulto que cuidava da criança - uma babá, uma governanta, um tutor ou, infelizmente, com freqüência grande demais, um parente próximo - iniciou a criança no contato sexual e manteve com ela uma relação amorosa regular - uma relação amorosa que teve, além disso, seu lado mental desenvolvido - que, muitas vezes, durou anos. O terceiro grupo, finalmente, contém relações infantis propriamente ditas - relações sexuais entre duas crianças de sexo diferente, em geral um irmão e uma irmã, que se prolongam com freqüência além da puberdade e têm as mais extensas conseqüências para o par. Na maioria de meus casos, verifiquei que havia duas ou mais dessas etiologias em ação ao mesmo tempo; em alguns casos, o acúmulo de experiências sexuais oriundas de fontes diferentes era verdadeiramente impressionante. Contudo, os senhores facilmente entenderão esse traço peculiar de minhas observações ao considerarem que todos os pacientes que eu estava tratando eram casos de neurose grave, que ameaçava tornar a vida impossível.

Nos casos em que tinha havido uma relação entre duas crianças, pude algumas vezes provar que o menino - desempenhando, aqui também, o papel do agressor - fora previamente seduzido por um adulto do sexo feminino, e que depois, sob a pressão de sua libido prematuramente despertada e compelido por suas lembranças, tentara repetir com a garotinha exatamente as mesmas práticas que aprendera com a mulher adulta, sem fazer qualquer modificação por sua conta no caráter da atividade sexual.

Em vista disso, inclino-me a supor que as crianças não sabem chegar aos atos de agressão sexual, a menos que tenham sido previamente seduzidas. Por conseguinte, as bases da neurose seriam sempre lançadas na infância por adultos, e as próprias crianças transferiram umas às outras a predisposição para serem acometidas de histeria posteriormente. Peço-lhes que considerem por mais um momento a especial freqüência com que as relações sexuais na infância ocorrem precisamente entre irmãos, irmãs e primos, em decorrência das oportunidades tão freqüentes de estarem juntos; supondo-se então que, dez ou quinze anos depois, vários membros da geração mais nova da família se revelem doentes, não poderia essa aparência de neurose familiar levar naturalmente à falsa suposição da existência de uma predisposição hereditária quando há apenas uma *pseudo-hereditariedade* e quando, de fato, o que houve foi uma contaminação, uma infecção na infância?

Voltemo-nos agora para a outra objeção [ver em [1]], baseada precisamente num reconhecimento da freqüência das experiências sexuais infantis e no fato observado de que muitas pessoas que se recordam de tais cenas *não* se tornaram histéricas. Nossa primeira resposta é que a freqüência excessiva de um fator etiológico não tem possibilidade de ser usada como objeção a sua importância etiológica. Então não é ubíquo o bacilo da tuberculose, e não é ele inalado por muito mais pessoas do que as que efetivamente adoecem de tuberculose? E será sua importância etiológica diminuída pelo fato de que, obviamente, deve haver também outros fatores em ação para que a tuberculose, que é seu efeito específico, seja evocada? Para se estabelecer o bacilo com etiologia específica, basta mostrar que a tuberculose não tem como ocorrer sem sua atuação. O mesmo se aplica, sem dúvida, a nosso problema. Não importa que muitas pessoas vivenciem cenas sexuais infantis sem se tornarem histéricas, desde que todas as que se tornam histéricas tenham vivenciado cenas dessa ordem. Pode-se admitir livremente que a área de ocorrência de um fator etiológico seja mais ampla que a de seu efeito, mas ela não deve ser mais estreita. Nem todas as pessoas que se aproximam ou que tocam num paciente com varíola contraem a doença; não obstante, a infecção é quase a única etiologia conhecida da varíola.

É verdade que, se a atividade sexual infantil fosse uma ocorrência quase universal, a demonstração de sua presença em todos os casos não teria nenhum peso. Mas, para começar, asseverar tal coisa seria certamente um grande exagero; e, em segundo lugar, as pretensões etiológicas das cenas infantis repousam não apenas na regularidade de seu aparecimento nas anamneses dos histéricos, mas também, acima de tudo, na evidência de haver laços lógicos e associativos entre essas cenas e os sintomas histéricos - evidência que, se lhes fosse apresentado todo o relato de um caso clínico, seria para os senhores tão clara como a luz do dia.

Quais podem ser os outros fatores de que a “etiologia específica” da histeria ainda necessita para produzir realmente a neurose? Esse, senhores, é um tema por si só, que não proponho examinar agora. Hoje preciso apenas indicar o ponto de contato em que as duas

partes do tema - a etiologia específica e a auxiliar - se encaixam. Sem dúvida, inúmeros fatores terão que ser levados em conta. Haverá a constituição hereditária e pessoal do sujeito, a importância intrínseca das experiências sexuais infantis e, acima de tudo, seu número - um relacionamento breve com um garoto estranho, que depois se torna indiferente, deixará um efeito menos poderoso numa menina do que relações sexuais íntimas mantidas por vários anos com seu próprio irmão. Na etiologia das neuroses, as condições quantitativas são tão importantes quanto as qualitativas: há valores liminares que têm que ser transpostos para que a doença possa tornar-se manifesta. Além disso, eu mesmo não considero completa essa série etiológica, nem ela resolve o enigma de por que a histeria não é mais comum entre as classes inferiores. (A propósito, os senhores devem estar lembrados da incidência surpreendentemente grande de histeria relatada por Charcot entre *homens* da classe trabalhadora.) Posso também recordar-lhes que, há alguns anos, eu próprio apontei um fator, até então pouco considerado, ao qual atribuo o papel principal na provocação da histeria depois da puberdade. Propus então a idéia de que a eclosão da histeria pode ser quase invariavelmente atribuída a um *conflito psíquico* que emerge quando uma representação incompatível detona uma *defesa* por parte do ego e solicita um recalçamento. Na época, eu não soube dizer quais seriam as circunstâncias em que um esforço defensivo desse tipo teria o efeito patológico de realmente jogar no inconsciente uma lembrança que fosse aflitiva para o ego e de criar um sintoma histérico em seu lugar. Hoje, porém, posso reparar essa omissão. *A defesa cumpre seu propósito de arremessar a representação incompatível para fora da consciência quando há cenas sexuais infantis presentes no sujeito (até então normal) sob a forma de lembranças inconscientes, e quando a representação a ser recalçada pode vincular-se em termos lógicos e associativos com uma experiência infantil desse tipo.*

Visto que os esforços defensivos do ego dependem do desenvolvimento moral e intelectual completo do sujeito, o fato de a histeria ser muito mais rara nas classes inferiores do que o justificaria sua etiologia específica deixa de ser inteiramente incompreensível.

Voltemos uma vez mais, senhores, ao último grupo de objeções, cuja resposta já nos levou por um caminho tão longo. Já ouvimos e reconhecemos que há numerosas pessoas com uma recordação muito nítida de experiências sexuais infantis e que, não obstante, não sofrem de histeria. Essa objeção não tem valor; propicia, porém, uma oportunidade para se tecer um valioso comentário. De acordo com nossa compreensão da neurose, as pessoas desse tipo *não devem* em absoluto ser histéricas, ou pelo menos, não devem ser histéricas em consequência das cenas de que se lembram conscientemente. Em nossos pacientes, essas lembranças nunca são conscientes; ao contrário, nós os curamos da histeria, transformando suas lembranças inconscientes das cenas infantis em lembranças conscientes. Nada há que possamos ou precisemos fazer quanto ao fato de eles terem tido tais experiências. Disso os senhores poderão perceber que o problema não é apenas a existência de experiências

sexuais, mas que uma precondição psicológica também entra em jogo. As cenas devem estar presentes como *lembranças inconscientes*; apenas desde que e na medida em que sejam inconscientes é que elas podem criar e manter os sintomas histéricos. Mas o que decide se essas experiências produzirão lembranças conscientes ou inconscientes - se isso é condicionado pelo conteúdo das experiências, pela época em que ocorrem ou por influências posteriores - constitui um novo problema, que prudentemente evitaremos. Deixem-me apenas lembrar-lhes, como primeira conclusão, que a análise chegou à proposição de que *os sintomas histéricos são derivados de lembranças que agem inconscientemente*.

(c) Sustentamos, portanto, que as experiências sexuais infantis constituem a precondição fundamental da histeria, que são, por assim dizer, a *predisposição* para esta, e que são elas que criam os sintomas histéricos - mas não o fazem de imediato, permanecendo inicialmente sem efeito e só exercendo uma ação patogênica depois, ao serem despertadas, após a puberdade, sob a forma de lembranças inconscientes. Se mantivermos essa posição, teremos que enfrentar as numerosas observações que mostram que uma doença histérica já pode manifestar-se na infância e antes da puberdade. Essa dificuldade, entretanto, é esclarecida tão logo examinamos mais detidamente os dados procedentes de análises referentes à cronologia das experiências infantis. Verificamos então que, em nossos casos graves, a formação dos sintomas começa - não em casos excepcionais, mas antes, regularmente - na idade de oito anos, e que as experiências sexuais que não apresentam nenhum efeito imediato remontam, invariavelmente, a uma época mais precoce, ao terceiro ou quarto, ou mesmo ao segundo ano de vida. Uma vez que em nenhum dos casos a cadeia de experiências afetivas se interrompe aos oito anos, devo presumir que esse período da vida, a fase do crescimento em que ocorre a segunda dentição, constitui uma linha limítrofe para a histeria, depois da qual a doença não pode ser causada. A partir daí, uma pessoa que não tenha tido experiências sexuais anteriormente não mais pode tornar-se predisposta à histeria; e uma pessoa que *tenha* tido experiências anteriores já é capaz de desenvolver sintomas histéricos. Os casos isolados de ocorrência da histeria do outro lado da linha limítrofe (isto é, *antes* da idade de oito anos) podem ser interpretados como um fenômeno de maturidade precoce. A existência dessa linha limítrofe está muito provavelmente ligada aos processos de desenvolvimento do sistema sexual. A precocidade do desenvolvimento sexual somático pode ser freqüentemente observada e é até possível que seja promovida por uma estimulação sexual prematura.

Desse modo obtemos uma indicação de que é necessário um certo estado *infantil* das funções psíquicas, assim como do sistema sexual, para que uma experiência sexual ocorrida durante esse período produza, mais tarde, sob a forma de lembrança, um efeito patogênico. Não me aventuro ainda, entretanto, a fazer qualquer afirmação mais precisa sobre a natureza desse infantilismo psíquico ou sobre seus limites cronológicos.

(d) Outra objeção poderia ser suscitada pela crítica à suposição de que a *lembrança* das experiências sexuais infantis produza um efeito patogênico tão imenso, enquanto a própria experiência real não tem qualquer efeito. E é verdade que não estamos acostumados à noção de poderes emanados de uma imagem mnêmica e que tenham estado ausentes da impressão real. Ademais, os senhores poderão notar a consistência com que se mantém na histeria a proposição de que os sintomas só podem proceder de lembranças. Nenhuma das cenas posteriores, nas quais emergem os sintomas, é efetiva; e as experiências que *são* efetivas não têm, de início, nenhuma conseqüência. Todavia, defrontamo-nos aqui com um problema que podemos, muito justificadamente, manter separado de nosso tema. É verdade que nos sentimos impelidos a fazer uma síntese ao examinarmos o número de condições excepcionais que passamos a conhecer: o fato de que, para a formação de uma sintoma histérico, deve haver um esforço defensivo contra uma representação aflitiva; de que essa representação deve apresentar uma conexão lógica ou associativa com uma lembrança inconsciente através de alguns ou muitos elos intermediários, que também permanecem inconscientes no momento; de que essa lembrança inconsciente deve ter um conteúdo sexual; e de que esse conteúdo deve ser uma experiência ocorrida durante certo período infantil da vida. É verdade que não podemos deixar de nos perguntar como é que essa lembrança de uma experiência que foi inócua na ocasião em que ocorreu poderia produzir, postumamente, o efeito anormal de levar um processo psíquico como a defesa a um resultado patológico, enquanto ela própria permanece inconsciente.

Contudo, teremos que nos dizer que esse é um problema puramente psicológico, cuja solução talvez exija certas hipóteses sobre os processos psíquicos normais e sobre o papel neles desempenhado pela consciência, mas que é um problema que pode permanecer sem solução por ora, sem diminuir o valor do discernimento que obtivemos até aqui acerca da etiologia dos fenômenos histéricos.

III

Senhores, o problema cuja abordagem acabei de formular refere-se ao *mecanismo* da formação dos sintomas histéricos. Vemo-nos obrigados, porém, a descrever a *causação* desses sintomas sem levar em conta esse mecanismo, o que envolve uma perda inevitável de integralidade e clareza em nossa discussão. Voltemos ao papel desempenhado pelas cenas sexuais infantis. Temo que possa tê-los levado a superestimarem erroneamente seu poder formador de sintomas. Permitam-me, pois, frisar mais uma vez o fato de que todos os casos

de histeria apresentam sintomas determinados não por experiências infantis, mas por experiências posteriores, muitas vezes recentes. Outros sintomas, é verdade, remontam às primeiríssimas experiências e pertencem, por assim dizer, à mais antiga nobreza. Entre essas últimas se encontram, principalmente, as numerosas e diversas sensações e parestesias dos órgãos genitais e de outras partes do corpo, sendo tais sensações e parestesias fenômenos que simplesmente correspondem ao conteúdo sensorial das cenas infantis, reproduzidas de maneira alucinatória e, muitas vezes, das mesmas experiências infantis e era explicado, sem dificuldade, por certas peculiaridades invariáveis de tais experiências. E isso porque a idéia dessas cenas sexuais infantis é muito repelente para os sentimentos de um indivíduo sexualmente normal; elas incluem todos os abusos conhecidos pelas pessoas depravadas e impotentes, entre as quais a cavidade bucal e o reto são indevidamente usados para fins sexuais. Nos médicos, o espanto diante disso logo cede lugar a um entendimento completo. Das pessoas que não hesitam em satisfazer seus desejos sexuais com crianças não se pode esperar que relutem ante nuances mais sutis dos métodos para obter essa satisfação; e a impotência sexual inerente às crianças força-as inevitavelmente às mesmas ações substitutivas a que se rebaixam os adultos quando se tornam impotentes. Todas as singulares condições em que esse par inadequado conduz suas relações amorosas - de um lado, o adulto que não consegue escapar de sua parcela na dependência mútua necessariamente implicada por uma relação sexual, mas que, apesar disso, está munido de completa autoridade e do direito de punir, e que pode inverter esses papéis para a satisfação irrestrita de seus caprichos; e de outro lado, a criança, que em seu desamparo fica à mercê dessa vontade arbitrária, que é prematuramente despertada para todo tipo de sensibilidade e exposta a toda sorte de desapontamentos, e cujo desempenho das atividades sexuais que lhe são atribuídas é freqüentemente interrompido pelo controle imperfeito de suas necessidades naturais -, todas essas incongruências grotescas, mas trágicas, mostram-se impressas no desenvolvimento posterior do indivíduo e de sua neurose, em incontáveis efeitos permanentes que merecem ser delineados nos mínimos detalhes. Quando a relação se dá entre duas crianças, o caráter das cenas sexuais não é de espécie menos repulsiva, já que todo relacionamento dessa natureza entre crianças pressupõe a sedução prévia de uma delas por um adulto. As conseqüências psíquicas dessas relações entre crianças são extraordinariamente abrangentes; os dois indivíduos permanecem ligados por um elo invisível durante toda a vida.

Algumas vezes, são as circunstâncias acidentais dessas cenas sexuais infantis que, em anos posteriores, adquirem um poder determinante sobre os sintomas da neurose. Assim, num de meus casos, a circunstância de a criança ter sido solicitada a estimular os órgãos genitais de uma mulher adulta com seu pé foi o bastante para fixar por anos sua atenção neurótica em suas pernas e na função delas, produzindo finalmente uma paraplegia histérica. Em outro caso, uma paciente que sofria de ataques de angústia que tendiam a ocorrer em certas horas do dia só se acalmava quando uma determinada irmã, dentre as muitas que tinha, ficava a seu lado todo o tempo. A razão disso teria permanecido um enigma, se a análise não tivesse mostrado que o homem que atentara sexualmente contra ela costumava indagar, a

cada visita, se a tal irmã, que ele temia viesse a interrompê-lo, estava em casa.

Por vezes ocorre que o poder determinante das cenas infantis está tão oculto que, ante uma análise superficial, está fadado a passar despercebido. Nesses casos, imaginamos ter descoberto a explicação de algum sintoma particular no conteúdo de uma das cenas posteriores - até que, no curso de nosso trabalho, deparamos com o mesmo conteúdo numa das cenas infantis, de modo que acabamos sendo obrigados a reconhecer que, afinal, a cena posterior só deve seu poder de determinar sintomas a sua concordância com a cena anterior. Não quero por isso retratar a cena posterior como algo sem importância; se fosse minha tarefa apresentar-lhes as normas que regem a formação de sintomas histéricos, eu teria que incluir como uma delas a de que a representação escolhida para a produção de um sintoma é uma representação evocada pela combinação de vários fatores, e despertada por várias fontes simultaneamente. Num outro trabalho, tentei expressar isso com a seguinte fórmula: *os sintomas histéricos são sobredeterminados*.

Mais uma coisa, senhores. É verdade que, anteriormente [ver em [1] e seg.], isolei a relação entre a etiologia recente e a etiologia infantil como um tema separado. Entretanto, não posso abandonar o assunto sem infringir essa resolução ao menos com um comentário. Os senhores concordarão comigo em que há *um* fato, acima de todos, que nos induz a cometer erros na compreensão psicológica dos fenômenos histéricos, e que nos parece advertir para não aplicarmos a mesma medida aos atos psíquicos dos histéricos e das pessoas normais. Esse fato é a discrepância entre os estímulos psiquicamente excitantes e as reações psíquicas com que deparamos nos sujeitos histéricos. Tentamos dar conta dela admitindo, nos histéricos, a presença de uma sensibilidade anormal generalizada aos estímulos, e muitas vezes nos esforçamos por explicá-la em termos fisiológicos, como se, nesses pacientes, certos órgãos do cérebro que servem para transmitir estímulos se encontrassem num estado químico peculiar (como os centros espinhais de uma rã, por exemplo, ao lhe ser injetada estricnina), ou como se esses órgãos cerebrais tivessem escapado da influência dos centros inibidores superiores (como nos animais submetidos a experiências ou durante a vivisseção). Ocasionalmente, um ou outro desses conceitos pode ser perfeitamente válido como explicação dos fenômenos histéricos; não questiono isso. Mas a parte principal dos fenômenos - da reação histérica anormal e exagerada aos estímulos psíquicos - admite uma outra explicação, confirmada por inúmeros exemplos extraídos das análises dos pacientes. Essa explicação é a seguinte: *A reação dos histéricos só é aparentemente exagerada; está fadada a nos parecer exagerada porque só conhecemos uma pequena parte dos motivos dos quais decorre*.

Na realidade, essa reação é proporcional ao estímulo excitante e, portanto, é normal e psicologicamente compreensível. Nós o percebemos imediatamente quando a análise acrescenta aos motivos manifestos, dos quais o paciente tem consciência, os outros motivos que estavam em ação sem o seu conhecimento, de modo que ele nada nos podia dizer sobre

eles.

Eu poderia gastar horas demonstrando a validade dessa importante asserção para toda a gama de atividade psíquica na histeria, mas devo restringir-me aqui a alguns exemplos. Os senhores decerto se lembrarão da “susceptibilidade” mental que é tão freqüente entre os pacientes histéricos, e que os leva a reagirem ao menor sinal de depreciação como se estivessem recebendo um insulto mortal. O que pensariam então se observassem esse alto grau de inclinação a magoar-se ante a menor ofensa, se o encontrassem entre duas pessoas normais, digamos, entre marido e mulher? Os senhores certamente infeririam que a cena conjugal testemunhada não era exclusivamente resultante dessa ocasião banal recente, mas que o material inflamável vinha-se acumulando há muito tempo e que a pilha inteira fora incendiada pela última provocação.

Eu lhes pediria que transpusessem essa linha de raciocínio para os pacientes histéricos. Não é a última desfeita - em si mesma, mínima - que produz o acesso de choro, a explosão de desespero ou a tentativa de suicídio, desrespeitando o axioma de que um efeito deve ser proporcional a sua causa: a pequena ofensa do momento atual despertou e pôs em ação as lembranças de muitas e mais intensas ofensas anteriores, por trás das quais jaz, além disso, a lembrança de uma grave ofensa na infância que nunca foi superada. Ou ainda, tomemos o exemplo de uma moça que se recrimina terrivelmente por ter permitido que um rapaz acariciasse sua mão em segredo, sendo desde então dominada por uma neurose. Naturalmente, os senhores poderão responder ao quebra-cabeça considerando-a uma pessoa anormal, de inclinações excêntricas e hipersensível; contudo, terão uma idéia diferente quando a análise lhes mostrar que aquele toque na mão a fez lembrar-se de outro toque semelhante, que ocorrera precocemente em sua infância e que integrava um conjunto menos inocente, de modo que suas auto-acusações eram, na verdade, censuras a essa antiga ocasião. Finalmente, o problema dos pontos histerogênicos é da mesma espécie. Ao se tocar determinado ponto, faz-se uma coisa que não se pretendia: desperta-se uma lembrança que pode desencadear um ataque consulsivo e, como não se sabe coisa alguma sobre esse vínculo psíquico intermediário, o ataque é diretamente ligado à ação do contato. Os pacientes acham-se no mesmo estado de ignorância e incidem, portanto, em erros similares. Estabelecem constantemente “falsas ligações” entre a causa mais recente, da qual estão conscientes, e o efeito, que depende de inúmeros elos intermediários. Ao conseguir, entretanto, reunir os motivos conscientes e inconscientes a fim de explicar uma reação histérica, o médico é quase sempre obrigado a reconhecer que a reação aparentemente exagerada é adequada, sendo anormal apenas em sua forma.

Os senhores, entretanto, poderão acertadamente objetar a essa justificação da reação histérica aos estímulos psíquicos e dizer que, ainda assim, a reação não é normal, pois por que razão as pessoas normais se comportam de modo diferente? Por que é que todas as excitações do passado remoto *delas* não entram em ação tão logo sucede uma nova excitação atual? Na verdade, tem-se a impressão de que, nos pacientes histéricos, todas as

suas experiências antigas - às quais eles já reagiram com tanta freqüência e, além disso, com tanta violência - retiveram seu poder efetivo; é como se essas pessoas fossem incapazes de se desfazerem de seus estímulos psíquicos. Com efeito, senhores, deve-se realmente presumir algo dessa natureza. Os senhores não devem esquecer que, nas pessoas histéricas, quando há uma causa precipitante atual, entram em ação as antigas experiências sob a forma de *lembranças inconscientes*. É como se a dificuldade de se desfazerem de uma impressão atual, a impossibilidade de transformá-la numa lembrança inofensiva, estivesse ligada precisamente ao caráter do inconsciente psíquico. Como os senhores podem ver, o restante do problema repousa uma vez mais no campo da psicologia - e, o que é mais importante, de uma psicologia de um tipo para o qual os filósofos pouco fizeram para nos preparar.

A essa psicologia, que ainda está por ser criada para atender a nossas necessidades - a essa futura *psicologia nas neuroses* devo também encaminhar os senhores, ao dizer-lhes, em conclusão, algo que a princípio os levará a temer nossa compreensão nascente da etiologia da histeria. E isso porque afirmar que o papel etiológico da experiência sexual infantil não se restringe à histeria, mas se aplica igualmente à notável neurose das obsessões e, a rigor, talvez também às várias formas de paranóia crônica e outras psicoses funcionais. Expresso-me a esse respeito de maneira menos explícita porque, até o momento, analisei menos casos de neurose obsessiva do que de histeria; e, no que tange à paranóia, tenho a meu dispor apenas uma única análise completa e umas poucas fragmentadas. Mas o que descobri nesses casos pareceu fidedigno e me encheu de expectativas confiantes quanto a outros casos. Talvez os senhores se recordem que, já em data anterior, recomendei que a histeria e as obsessões fossem agrupadas em conjunto sob a denominação de "*neuroses de defesa*", mesmo antes de vir a conhecer a etiologia infantil comum. Devo agora acrescentar que - embora não seja necessário esperar que isso aconteça em geral - todos os meus casos de obsessões revelaram um substrato de sintomas histéricos, principalmente sensações e dores, que remontavam precisamente às primeiras experiências infantis. Portanto, o que é que determina se as cenas sexuais infantis que permanecem inconscientes, irão, mais tarde, quando os outros fatores patogênicos lhes forem acrescentados, suscitar a neurose histérica, a neurose obsessiva, ou mesmo a paranóia? Esse aumento de nosso conhecimento como vêem os senhores, parece prejudicar o valor etiológico das cenas, porquanto elimina a especificidade da relação etiológica.

Ainda não estou em condições de dar aos senhores uma resposta segura a essa pergunta. O número de casos que analisei não é suficientemente grande, nem os fatores determinantes neles têm sido suficientemente variados. Até aqui, observei que se pode mostrar pela análise que as obsessões são, sistematicamente, *auto-acusações* disfarçadas e transformadas, *relativas a atos de agressão sexual na infância*, sendo portanto mais freqüentemente encontradas nos homens do que nas mulheres, e desenvolvendo-se neles com mais freqüência do que a histeria. A partir disso eu poderia concluir que o caráter das cenas infantis - se foram experimentadas com prazer ou apenas passivamente - tem uma influência

determinante na escolha da neurose posterior; mas não quero subestimar a importância da idade em que essas ações infantis ocorrem, nem a de outros fatores. Apenas uma discussão de outras análises poderá lançar a luz sobre esses pontos. No entanto, quando se tornar claro quais são os fatores decisivos na escolha entre as possíveis formas de neuropsicoses de defesa, a questão de qual é o mecanismo em virtude do qual uma determinada forma se constitui será, mais uma vez, um problema puramente psicológico.

Chego agora ao fim do que tinha a lhes dizer hoje. Embora esteja preparado para fazer face a objeções e descrença, gostaria de dizer mais uma coisa em defesa de minha posição. O que quer que os senhores pensem sobre as conclusões a que cheguei, devo pedir-lhes que não as encarem como o fruto de especulações inúteis. Elas se baseiam num minucioso exame individual dos pacientes, que, na maioria dos casos, consumiu cem ou mais horas de trabalho. O que me é ainda mais importante do que o valor que os senhores possam atribuir a meus resultados é a atenção que dedicarem ao procedimento que empreguei. Esse procedimento é novo e de difícil manejo, mas, apesar disso, é insubstituível para fins científicos e terapêuticos. Os senhores não de reconhecer, estou certo, que não se poderão propriamente negar as descobertas decorrentes dessa modificação do procedimento de Breuer enquanto ela for posta de lado e se usar apenas o método costumeiro de interrogar os pacientes. Agir desse modo seria o mesmo que tentar refutar as descobertas da técnica histológica com base no exame macroscópico. O novo método de pesquisa dá amplo acesso a um novo elemento no campo psíquico dos eventos, a saber, os processos de pensamento que permanecem inconscientes - os quais, para usar a expressão de Breuer, são “inadmissíveis à consciência”. Assim, tal método nos inspira a esperança de uma nova e melhor compreensão de todos os distúrbios psíquicos funcionais. Não posso acreditar que a psiquiatria se negue por muito tempo a utilizar esse novo caminho de acesso ao conhecimento.

SINOPSES DOS ESCRITOS CIENTÍFICOS DO DR. SIGM. FREUD 1877-1897 (1897)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

INHALTSANGABEN DER WISSENSCHAFTLICHEN

ARBEITEN DES PRIVATDOCENTEN DR. SIGM. FREUD 1877-1897

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1897 Viena: Deuticke. 24 págs. (Edição particular.)

1940 *Int. Z. Psychoanal, Imago* 25 (1), 69-93. (Com o título “Bibliographie und Inhaltsangaben der Arbeiten Freuds bis zu den Anfaengen der Psychoanalyse” [Bibliografia e Sinopses dos Trabalhos de Freud até os Primórdios da Psicanálise].)

1952 *G.W.* 1, 463-88.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

“Abstracts of the Scientific Writings of Dr. Sigm. Freud (1877-1897)”

Esta tradução, a primeira em inglês, é de James Strachey.

Freud fora nomeado *Privatdozent* na Universidade de Viena em 1885. (Esse posto era comparável, embora não muito precisamente, à *Lectureship* [função de conferencista ou lente] das universidades inglesas.) A etapa seguinte seria a nomeação como “*Professor Extraordinarius*” (grosseiramente equivalente ao *Assistant Professor* [Professor Assistente]), mas essa nomeação sofreu longos adiamentos, e só doze anos depois foi que Freud soube que seu nome seria proposto ao Conselho da Faculdade por dois homens muito eminentes, Nothnagel e Krafft-Ebing. Esse fato foi relatado numa carta a Fliess de 8 de fevereiro de 1897 (Freud, 1950a, Carta 58). Os pré-requisitos necessários incluíam um “*Curriculum Vitae*” (ibid., Carta 59, de 6 de abril) e uma sinopse bibliográfica das publicações reeditadas aqui. Ela fora concluída antes de 16 de maio (ibid., Carta 62) e estava evidentemente impressa em 25 de maio (ibid., Carta 63), quando Freud enviou uma cópia a Fliess, descrevendo-a, com uma frase tomada de Leporello, como uma “Lista de todas as belezas etc...” Todos esses preparativos, no entanto, foram em vão, pois embora o Conselho da Faculdade, por voto majoritário, recomendasse a nomeação, o consentimento ministerial, de alçada superior, foi negado em grande parte, sem dúvida por razões anti-semíticas. Somente após cinco anos, em 1902, Freud foi nomeado professor.

Será possível notar, caso se faça uma comparação com a bibliografia completa fornecida no último volume desta edição, que alguns itens foram omitidos da presente lista por Freud. Esses itens ausentes são, em sua maior parte, resenhas, artigos menores, e algumas contribuições não assinadas para obras coletivas. Apenas um único trabalho de certa importância parece ter sido omitido por lapso - uma conferência sobre a cocaína (1885b) -, e parece possível que certos fatores inconscientes tenham participado dessa omissão (Jones, 1953, 106).

A inclusão dessas sinopses na Edição *Standard* fornece aos leitores um oportuno lembrete de que as “obras psicológicas completas” de Freud estão muito longe de coincidir com as “obras completas” de Freud, e de que os primeiros quinze prolíficos anos de sua atividade foram inteiramente voltados para as ciências físicas. Convém notar que o próprio Freud era às vezes algo inclinado a tecer comentários bastante desdenhosos sobre seus escritos neurológicos, alguns deles citados adiante. Mas outros neurologistas, mais recentes, estão longe de concordar com Freud quanto a isso. (Cf. uma discussão do neurologista suíço Brun, 1936.)

O leitor poderá notar que a ordem em que Freud dispôs os itens, embora seja mais ou menos cronológica, não respeita exatamente a seqüência de redação nem a de publicação.

Somos imensamente gratos ao Dr. Sabine Strich, do Departamento de Neuropatologia no

Instituto de Psiquiatria da Universidade de Londres, por ler estas sinopses e orientar a tradução do material neurológico.

(A) ANTES DA NOMEAÇÃO COMO *PRIVATDOZENT*

I

“Observações sobre a configuração e a estrutura delicada dos órgãos lobados descritos como testículos nas enguias.” |1877b.|

O Dr. Syrski reconhecera recentemente um órgão disposto aos pares, lobulado e estriado, na cavidade abdominal da enguia, como sendo o órgão sexual masculino do animal, órgão que fora procurado por longo tempo. Por sugestão do professor Claus, investiguei a ocorrência e os componentes tissulares desses órgãos lobados na estação zoológica de Trieste.

II

“Sobre a origem das raízes nervosas posteriores na medula espinal dos Ammocoetes (*Petromyzon planeri*).” |1877a|

(Do Instituto de Fisiologia da Universidade de Viena. Com um clichê.)

A investigação da medula espinal dos Ammocoetes mostrou que as grandes células nervosas descritas por Reissner como ocorrendo na parte posterior da massa cinzenta (células posteriores) dão origem à fibras radiculares das raízes posteriores. - As raízes espinhais anteriores e posteriores do *Petromyzon*, pelo menos na região caudal, são deslocadas em suas origens umas em relação às outras e permanecem distintas entre si em seu curso periférico.

III

“Sobre os gânglios espinhais e a medula espinhal do Petromyzon.” |1878a.|

(Do Instituto de Fisiologia da Universidade de Viena. Com quatro clichês e duas xilografuras.)

As células ganglionares espinhais dos peixes foram por muito tempo consideradas *bipolares*, enquanto as dos animais superiores eram consideradas *unipolares*. No que se refere a estes últimos elementos, Ranvier mostrou que seu processo único ramifica-se em forma de T depois de um pequeno percurso. - Pelo uso de uma técnica de maceração do ouro foi possível fazer um levantamento completo dos gânglios espinhais do Petromyzon; suas células nervosas exibem todas as transições entre bipolaridade e unipolaridade, com ramificação das fibras em forma de T; o número de fibras da raiz posterior é sistematicamente maior que o número de células nervosas no gânglio; assim, há “fibras de passagem” e fibras nervosas “subsidiárias”, as últimas das quais simplesmente se mesclam com os elementos das raízes. - Um elo entre as células ganglionares espinhais e as células posteriores da medula espinhal que foram descritas [por Reissner, ver II acima] é fornecido, no Petromyzon, por elementos celulares expostos na superfície da medula espinhal entre a raiz posterior e o gânglio. Essas células dispersas indicam o caminho tomado pelas células ganglionares espinhais no curso da evolução. - Em relação à medula espinhal do Petromyzon, o artigo descreve ainda a ramificação bifurcada das fibras comissurais anteriores, a intercalação das células nervosas nas porções espinhais das raízes anteriores, e uma rede nervosa muito delicada (que pode ser corada por cloreto de ouro) na pia máter.

IV

“Nota sobre um método para as preparações anatômicas do sistema nervoso.” |1879a.|

Modificação de um método recomendado por Reichert. - Uma mistura de uma parte de

ácido nítrico concentrado, três partes de água, e uma parte de glicerina concentrada, por destruir o tecido conjuntivo e facilitar a remoção de ossos e músculos, é útil para desnudar o sistema nervoso central com suas ramificações periféricas, particularmente em pequenos mamíferos.

V

“Sobre a estrutura das fibras nervosas e das células nervosas do lagostim-de-rio.”
|1882a.|

As fibras nervosas do lagostim-de-rio, quando se examinam os tecidos vivos, apresentam, sem exceção, uma estrutura fibrilar. As células nervosas, cuja sobrevivência pode ser reconhecida pelos grânulos em seus núcleos, parecem ser compostas de duas substâncias. Uma destas é reticular e se prolonga nas fibrilas das fibras nervosas, e a outra é homogênea e se prolonga em sua substância de base.

VI

“A estrutura dos elementos do sistema nervoso.” |1884f.|

(Conferência proferida ante a Sociedade Psiquiátrica, 1882)

Conteúdo como em V.

VII

“Novo método para o estudo dos tratos nervosos no sistema nervoso central.” (1884d.)

Quando seções finas do órgão central, enrijecidas em cromato, são tratadas com cloreto de ouro, uma solução forte de soda e uma solução de iodeto de cálcio a 10%, obtém-se uma coloração vermelha a azul que afeta as bainhas medulares ou apenas os cilindros do eixo. O método não é mais fidedigno do que outros métodos de coloração com ouro.

VIIa

“Novo método histológico para o estudo dos tratos nervosos no cérebro e na medula espinhal.” |1884c.|

Conteúdo como em VII.

VIII

“Um caso de hemorragia cerebral com sintomas focais basais indiretos num paciente portador de escorbuto.” |1884a.|

Relatório de um caso de hemorragia cerebral num paciente portador de escorbuto, que teve um rápido desfecho sob observação contínua. Os sintomas são explicados com referência à teoria do efeito indireto das lesões focais, de Wernicke.

IX

“Sobre a Coca.” |1884e.|

O alcalóide da coca, descrito por Nieman |em 1860|, recebeu na época pouca atenção do ponto de vista dos fins medicinais. Meu trabalho incluiu notas botânicas e históricas sobre a coca, baseadas nas asserções existentes na literatura; confirmou, através de experimentos com sujeitos normais, os notáveis efeitos estimulantes da cocaína, bem como sua ação suspensiva da fome, sede e sono; e se esforçou por fornecer indicações para o uso terapêutico da droga.

Entre essas indicações, assumiu importância, mais tarde, a referência ao possível emprego da cocaína durante a supressão da morfina. A expectativa proclamada ao final do trabalho, de que a propriedade de produção de anestesia local da cocaína encontraria outras aplicações, foi logo depois realizada pelas experiências de K. Koller com a anestesia da córnea.

X

“Contribuição para nossos conhecimentos sobre os efeitos da coca.” |1885a.|

Demonstração dinamométrica do aumento da força motora durante a euforia provocada pela cocaína. A força motora (medida pela força do aperto de mão) mostra uma oscilação regular diária (semelhante à da temperatura do corpo).

XI

“Uma nota sobre o trato interolivar.” |1885d.|

Breves notas sobre as conexões das raízes do nervo auditivo e a conexão entre o trato

interolivar e o corpo trapezoidal transverso, baseada em preparações humanas incompletamente mielinizadas.

XII

“Um caso de atrofia muscular com grandes distúrbios da sensibilidade (*siringomielia*).”
|1885c.]

A combinação de uma atrofia muscular bilateral, com distúrbio bilateral da sensibilidade sob a forma de uma paralisia “parcial” e dissociada da sensação, e com distúrbios tróficos na mão esquerda (que também exibia a mais intensa anestesia), juntamente com a restrição dos sintomas patológicos à parte superior do corpo, permitiu, num homem de 36 anos, um diagnóstico *in vivo* de siringomielia, afecção que na época era considerada rara e difícil de reconhecer.

(B) APÓS A NOMEAÇÃO COMO *PRIVATDOZENT*

XIII

“Polineurite aguda dos nervos espinhais e cranianos.” |1886a.)

Um rapaz de dezoito anos adoeceu sem febre, mas com sintomas generalizados e dores prolongadas no tórax e nas pernas. Apresentou inicialmente sintomas de endocardite, mas depois as dores aumentaram e surgiu uma suscetibilidade à pressão na coluna vertebral e, localizadamente, na pele, nos músculos e nos troncos nervosos, à medida que a afecção foi tomando uma extremidade após outra: acentuação dos reflexos, acessos de suor, emaciação localizada e, por fim, diplopia, distúrbios da deglutição, paresia facial e rouquidão.

Finalmente, febre, extrema aceleração do pulso e afecção pulmonar. O diagnóstico de polineurite aguda, feito durante o curso da doença, foi confirmado pelas constatações *post-mortem*, que mostraram que todos os nervos espinhais em suas bainhas estavam injetados, vermelho-acinzentados e como que reunidos em feixes. Alterações semelhantes nos nervos cranianos. Endocardite. - De acordo com o patologista [Kundrat], essa foi a primeira constatação *post-mortem* de polineurite a ser feita em Viena.

XIV

“Sobre a relação do corpo restiforme com a coluna posterior e seu núcleo, com alguns comentários sobre dois campos da medula oblonga.”|1886b.|

Em colaboração com o Dr. L. Darkschewitsch (Moscou).

Pelo estudo de preparações com a medula incompletamente mielinizada pode-se dividir o corpo restiforme em dois componentes: um “núcleo” (corpo restiforme primário) e uma “fimbria” (corpo restiforme secundário). Esta última contém o sistema fibroso olivar, que depois é mielinizado. O corpo restiforme primário, que é mielinizado antes, divide-se numa “porção nuclear” e numa “porção caudal”. O núcleo do corpo restiforme primário procede do núcleo da coluna de Burdach e assim representa uma continuação (em sua maior parte, não cruzada) do trato centrípeto das extremidades até o cerebelo. A continuação correspondente até o cérebro é fornecida por meio das fibras arqueadas originárias desse mesmo núcleo. A porção caudal do corpo restiforme primário é uma continuação direta do trato espinhocerebelar lateral. - O campo lateral da medula oblonga permite uma interpretação uniforme de seus componentes. Contém quatro substâncias cinzentas com os sistemas de fibras delas provenientes, que devem ser considerados mutuamente homólogos como substâncias em que se originam os nervos sensoriais que partem das extremidades, e os nervos trigêmeo, vago e auditivo.

XV

“Sobre a origem do nervo auditivo.” |1886c.|

Descrição da origem do nervo auditivo, baseada em preparações do feto humano, ilustrada por quatro desenhos de cortes transversais e um diagrama. O nervo auditivo reparte-se em três porções, das quais a mais baixa (mais espinhal) termina no gânglio auditivo e tem continuações através do corno trapezóide e dos tratos do corpo olivar superior; a segunda pode ser acompanhada, como a raiz auditiva “ascendente” de Roller, até o que se conhece como núcleo de Deiters; e a terceira corre para o campo auditivo interno da medula oblonga, de onde procedem as continuações para o cerebelo. São fornecidos detalhes do desenvolvimento posterior desses tratos até onde foi possível segui-los.

XVI

“Observação de um caso grave de hemianestesia num histérico.” |1886d.|

(O órgão da visão foi examinado pelo Dr. Koenigstein.)

Caso clínico de um gravador de 29 anos, com história familiar precária, que adoeceu após uma discussão com seu irmão. O caso proporcionou uma demonstração do sintoma da hemianestesia sensível e sensorial em sua forma clássica. - O distúrbio no campo da visão e no sentido da cor é relatado pelo Dr. Koenigstein.

XVII

“Comentários sobre a dependência da cocaína e o medo da cocaína.”|1887d.|

(Com referência a uma conferência de W. A. Hammond.)

O emprego da cocaína para alívio da abstinência da morfina resultou na má utilização da cocaína e deu aos médicos a oportunidade de observarem o novo quadro clínico da dependência crônica da cocaína. Meu ensaio, apoiado no pronunciamento de um neuropatologista norte-americano, procura mostrar que essa dependência da cocaína só se manifesta em viciados em outras drogas (tais como a morfina), não podendo a própria cocaína ser responsabilizada por isso.

XVIII

“Sobre a hemianopsia na primeira infância.” |1888a.|

Observação do distúrbio em metade do campo visual em duas crianças, uma de vinte e seis meses e outra de três anos e três meses, idade em que o sintoma não fora objeto prévio de registro médico. - Discussão sobre a inclinação lateral da cabeça e dos olhos que seria observada num dos casos, e sobre a localização da lesão suspeita. Ambos os casos devem ser classificados entre as “paralisias cerebrais unilaterais das crianças”.

XIX

Sobre a Interpretação das Afásias, estudo crítico. |1891b.|

Depois que uma base sólida para a compreensão dos distúrbios cerebrais da fala fora estabelecida pela descoberta e pela localização clara de uma afasia motora e uma afasia sensorial (Broca e Wernicke), as autoridades puseram-se a investigar também os sintomas mais sutis da afasia até fatores de localização. Desse modo, chegaram à hipótese de uma afasia *de condução*, com formas subcorticais e transcorticais, motoras e sensoriais. Esse estudo crítico opõe-se a essa concepção dos distúrbios da fala e procura introduzir, para sua explicação, fatores funcionais em lugar dos topográficos. As formas descritas como subcorticais e transcorticais não são explicáveis por uma localização específica da lesão, mas por condições de capacidade reduzida da condução no aparelho da fala. De fato, não há afasias causadas por lesão subcortical. Discute-se também a justificação para se distinguir uma afasia central de uma afasia de condução. A área da fala no córtex é antes vista como uma região contínua do córtex, inserida entre os campos motores do córtex e os dos nervos ótico e auditivo - uma região em que ocorrem todas as comunicações e associações que servem à função da fala. Os chamados centros da fala revelados pela patologia do cérebro correspondem meramente aos cantos desse campo da fala; não se distinguem, funcionalmente, das regiões anteriores; é apenas graças a sua posição em relação aos centros corticais contíguos que eles produzem os sinais mais óbvios quando ficam perturbados.

A natureza do assunto aqui tratado requereu, em muitos pontos, uma investigação mais detalhada da delimitação entre a abordagem fisiológica e psicológica. As concepções de Meynert e Wernicke sobre a localização das idéias nos elementos nervosos tiveram que ser rejeitadas, e a explicação de Meynert de uma representação do corpo no córtex cerebral exigiu uma revisão. Dois fatos da anatomia cerebral, a saber, (1) que as massas das fibras que penetram na medula espinhal são constantemente diminuídas ao se dirigirem para cima, devido à interposição de massa cinzenta, e (2) que não há vias diretas da periferia do corpo até o córtex - esses dois fatos levaram à conclusão de que uma representação realmente completa do corpo está presente apenas na massa cinzenta da medula (como uma “projeção”), enquanto que, no córtex, a periferia do corpo é apenas “representada” com menos detalhes através de fibras selecionadas, dispostas de acordo com sua função.

XX

(Em colaboração com o Dr. O. Rie.)

(Nº III de *Beitraege zur Kinderheilkunde* [Contribuições à Pediatria], organizado pelo Dr. M. Kassowitz.)

Monografia descrevendo tal afecção, com base em estudos empíricos no Primeiro Instituto Público de Doenças Infantis de Viena, dirigido por Kassowitz. Trata, em dez seções, de (1) história e literatura das paralisias cerebrais nas crianças; (2) trinta e cinco observações do próprio autor, sumariadas em forma tabular e descritas individualmente; (3) análise dos sintomas individuais do quadro clínico; (4) anatomia patológica; (5) relações da paralisia cerebral com a epilepsia e (6) com a poliomielite infantil; (7) diagnóstico diferencial; e (8) terapia. Uma “paresia coreática” é descrita pelos autores pela primeira vez; distingue-se pelas características peculiares de sua instalação e seu curso, e nela a paresia é representada desde o início pela hemicoréia. Há, além disso, um relato das constatações de uma autópsia (esclerose lobar como conseqüência de uma embolia da artéria cerebral média) de uma paciente descrita na *Iconographie de la Salpêtrière* [3, 22-30]. Enfatizam-se as estreitas relações entre a epilepsia e as paralisias cerebrais das crianças, em conseqüência das quais alguns casos de aparente epilepsia mereceriam ser descritos como “paralisia cerebral sem paralisia”. Com respeito à tão discutida questão da existência de uma *polioencephalitis acuta*, que se supõe constituir a base anatômica da paralisia cerebral unilateral e fornecer uma analogia completa com a *poliomyelitis infantilis*, os autores se opõem a essa hipótese de Strümpell; mas sustentam firmemente a expectativa de que uma concepção modificada da *polyomyelitis acuta infantilis* permitirá que ela seja equiparada à paralisia cerebral em outros termos. Na seção terapêutica, coligem-se os relatórios até então publicados sobre a intervenção de cirurgões cerebrais tendo como objetivo a cura da epilepsia genuína ou da epilepsia traumática.

XXI

“Um caso de cura pelo hipnotismo, com alguns observações sobre a origem dos sintomas histéricos através da ‘contravontade’.” |1892-93.|

Uma jovem mulher, após o nascimento de seu primeiro filho, foi compelida a desistir de amamentá-lo, em virtude de um complexo de sintomas histéricos (perda de apetite, insônia, dores nos seios, falta de leite, agitação). Quando, após o nascimento de um segundo filho, esses obstáculos se repetiram, a hipnose profunda em duas ocasiões, acompanhada de contra-sugestões, conseguiu remover os obstáculos, de modo que a paciente se tornou uma excelente mãe e nutriz. O mesmo resultado foi obtido um ano depois, em circunstâncias similares, após mais duas hipnoses. Acrescentam-se alguns comentários sobre o fato de que é possível se realizarem, nos pacientes histéricos, idéias angustiantes ou antitéticas aflitivas que as pessoas normais são capazes de inibir; várias observações de tique são relacionadas com esse mecanismo de “contravontade”.

XXII

“Charcot.” |1893f.|

Um obituário do mestre da neuropatologia, que morreu em 1893 e entre cujos discípulos o presente autor se enumera.

XXIII

“Sobre um sintoma que freqüentemente acompanha a *enuresis nocturna* nas crianças.”
|1893g.|

Em cerca de metade dos casos de crianças que sofrem de enurese constatamos uma hipertonia das extremidades inferiores cuja importância e implicações não estão explicadas.

XXIV

“Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos.”

(Comunicação preliminar em colaboração com o Dr. J. Breuer.) |1893a.|

O mecanismo ao qual Charcot reportou as paralisias histerotraumáticas, e cuja pressuposição lhe permitiu provocá-las deliberadamente em pacientes histéricos hipnotizados, pode ser também responsabilizado por numerosos sintomas do que se descreve como histeria não-traumática. Ao hipnotizarmos o histérico e reconduzirmos seus pensamentos até a ocasião em que o sintoma em questão apareceu pela primeira vez, emerge nele com nitidez alucinatória a lembrança de um trauma psíquico (ou de uma série de traumas) ligado àquele tempo, persistindo o sintoma como um símbolo mnêmico do trauma. Assim, os histéricos sofrem principalmente de reminiscências. Quando a cena traumática a que se chegou dessa maneira é vividamente reproduzida, acompanhada por uma geração de afeto, o sintoma, que até ali se mantivera obstinadamente, desaparece. Portanto, devemos supor que a lembrança esquecida estivesse agindo na mente como um corpo estranho, cessando o fenômeno irritante com sua remoção. Essa descoberta, originalmente feita por Breuer em 1881, pode converter-se na base de uma terapia dos fenômenos histéricos que merece ser descrita como “catártica”.

As lembranças reveladas como “patogênicas”, como as raízes dos sintomas histéricos, são sistematicamente “inconscientes” para o paciente. Parece que, por permanecerem inconscientes, elas escapam ao processo de desgaste a que o material psíquico é normalmente submetido. Esse tipo de desgaste é promovido pelo método da “ab-reação”. As

lembranças patogênicas evitam ser tratadas pela ab-reação, seja porque as experiências correlatas ocorreram em estados psíquicos especiais a que as pessoas histéricas são intrinsecamente propensas, seja porque tais experiências foram acompanhadas por um afeto que acarreta um estado psíquico especial nas pessoas histéricas. Conseqüentemente, uma tendência à “divisão (*splitting*) da consciência” é o fenômeno psíquico básico nos casos de histeria.

XXV

Uma Abordagem das Diplegias Cerebrais na Infância (em Conexão com a Doença de Little). |1893b.|

(Nº III, Nova Série, de *Beitraege zur Kinderheilkunde* |Contribuições à Pediatria|, organizado pelo Dr. M. Kassowitz.)

Suplemento ao *Estudo Clínico das Paralisias Cerebrais Unilaterais das Crianças*, resumido antes como XX |ver em [1]|. A história, a anatomia patológica e a fisiologia da afecção são aqui tratadas na mesma ordem que na monografia anterior, e os quadros clínicos pertinentes são ilustrados por cinquenta e três observações feitas pelo próprio autor. Entretanto, foi necessário levar também em conta a gama de formas que devem ser descritas como “diplegias cerebrais” e assinalar sua semelhança clínica. Em face das diferenças de opinião prevalecentes na literatura sobre esses distúrbios, o autor adotou o ponto de vista de uma autoridade mais antiga, Little, e chegou assim à postulação de quatro tipos principais, descritos como espasticidade geral, espasticidade paraplégica, coréia geral e atetose bilateral, e hemiplegia espástica bilateral (diplegia espástica).

A espasticidade geral inclui as formas a que se costuma fazer referência como “doença de Little”. A espasticidade paraplégica é o nome dado ao que antes se considerava como uma afecção espinhal, *tabes spastica infantilis*. As diplegias espásticas correspondem muito facilmente a uma duplicação das paralisias cerebrais unilaterais, mas se caracterizam por uma superfluidade de sintomas que encontra explicação na natureza bilateral da afecção cerebral. A justificativa para incluir a coréia geral e a atetose bilateral entre esses tipos é fornecida por numerosas características do quadro clínico e pela existência de muitas formas mistas e transicionais que ligam todos esses tipos.

Segue-se uma discussão das relações desses tipos clínicos com os fatores etiológicos aqui tomados como atuantes e com o número insuficiente de constatações *post-mortem* que têm sido relatadas. Chega-se às seguintes conclusões:

As diplegias cerebrais podem ser divididas, de acordo com sua origem, em (a) determinadas congenitamente, (b) surgidas no momento do nascimento, e (c) adquiridas depois do nascimento. Mas só muito raramente essa distinção pode ser estabelecida pelas peculiaridades clínicas do caso, não sendo sempre possível fazê-la pela anamnese. Todos os fatores etiológicos das diplegias são enumerados: pré-natais (trauma, doença ou choque afetando a mãe, posição da criança na família); atuantes no momento do nascimento (os fatores enfatizados por Little, a saber, nascimento prematuro, parto difícil, asfixia); e depois do nascimento (moléstias infecciosas, trauma ou choque afetando a criança). Não se pode considerar as convulsões como causas, mas apenas como sintomas da afecção. O papel etiológico da sífilis hereditária é reconhecido como importante. Não há nenhuma relação etiológica exclusiva entre uma dada etiologia entre essas e um dado tipo de diplegia cerebral, mas as relações preferenciais são freqüentemente evidentes. É insustentável a concepção de que as diplegias cerebrais são afecções de etiologia única.

São de muitos tipos as constatações patológicas nas diplegias e, em geral, são as mesmas das hemiplegias; em sua maior parte, têm a natureza de estados terminais, dos quais não é invariavelmente possível inferir as lesões iniciais. Em geral, não permitem uma decisão quanto à categoria etiológica a que um caso deve ser reportado. Tampouco costuma ser possível deduzir o quadro clínico das constatações *post-mortem*, de modo que se deve rejeitar também a pressuposição de que existam relações íntimas e exclusivas entre os tipos clínicos e as alterações anatômicas.

A fisiologia patológica das diplegias cerebrais tem um vínculo essencial com as duas características pelas quais a espasticidade geral e a paraplégica se distinguem de outras manifestações de doença orgânica cerebral. Pois em ambas essas formas clínicas, a contratura predomina sobre a paralisia e as extremidades inferiores são mais gravemente afetadas do que as superiores. A discussão desse artigo chega à conclusão de que a afecção mais intensa das extremidades inferiores em geral e a espasticidade paraplégica devem ser ligadas à localização da lesão (hemorragia meníngea ao longo da fissura mediana), e a preponderância de contratura deve ser ligada à superficialidade da lesão. O estrabismo das crianças diplégicas, que é particularmente comum na espasticidade paraplégica e quando a etiologia é o nascimento prematuro, é atribuível às hemorragias retinianas em crianças recém-nascidas, descritas por Koenigstein.

Uma seção especial enfoca numerosos casos de ocorrência familiar e hereditária de doenças infantis que apresentam uma afinidade clínica com as diplegias cerebrais.

XXVI

“Sobre as formas familiares de diplegias cerebrais.” |(1893d.)

Observação de dois irmãos, um de seis anos e meio e outro de cinco, cujos pais eram parentes consagüíneos, e que apresentavam um complicado quadro clínico que se desenvolveu gradualmente, num dos casos, desde o nascimento, e no outro, desde o segundo ano de vida. Os sintomas desse distúrbio familiar (nistagmo lateral, atrofia do nervo óptico, estrabismo convergente alternante, fala monótona e como que escandida, tremor intencional dos braços, fraqueza espástica das pernas e um alto grau de inteligência) fundamentam a postulação de uma nova afecção, que deve ser considerada uma contraparte espástica da doença de Friedreich e, em vista disso, classificada entre as diplegias cerebrais familiares. Dá-se ênfase à extensa similaridade desses casos com os descritos como esclerose múltipla por Pelizaeus, em 1885.

XXVII

|“As diplegias cerebrais infantis.” |1893e.)

Síntese das constatações da monografia resumida acima, N° XXV.

XXVIII

“Considerações para um estudo comparativo das paralisias motoras orgânicas e histéricas.” |1893c.|

Comparação entre as paralisias orgânicas e histéricas, feita sob a influência de Charcot a fim de chegar a uma linha de abordagem da natureza da histeria. A paralisia orgânica é periférico-espinal ou cerebral. Com base nas discussões de meu estudo crítico da afasia [Nº XIX acima], a primeira é descrita como paralisia de *projeção* e é uma paralisia *en détail*, enquanto a segunda é descrita como paralisia de *representação* e é uma paralisia *en masse*. A histeria imita apenas esta última categoria das paralisias, mas tem liberdade para se especializar, o que a faz assemelhar-se à paralisia de projeção; ela pode dissociar as áreas de paralisia que ocorrem regularmente nas afecções cerebrais. A paralisia histérica tende a um excessivo desenvolvimento; pode ser extremamente intensa e, no entanto, restringir-se estritamente a uma pequena área, enquanto a paralisia cortical aumenta sistematicamente de extensão paralelamente ao aumento de sua intensidade. A sensibilidade comporta-se de maneira diametralmente oposta nos dois tipos de paralisia.

As características especiais da paralisia cortical são determinadas pelas peculiaridades da estrutura cerebral e nos permitem inferir a anatomia do cérebro. A paralisia histérica, pelo contrário, comporta-se como se a anatomia cerebral não existisse. A histeria nada sabe sobre a anatomia cerebral. A alteração que subjaz à paralisia histérica não pode ter nenhuma semelhança com as lesões orgânicas, devendo, antes, ser buscada nas condições que regem o acesso a algum círculo específico de representações.

XXIX

“As neuropsicoses de defesa: tentativa de formulação de uma teoria psicológica da histeria adquirida, de muitas fobias e obsessões e de certas psicoses alucinatórias.” |1894a.|

Primeiro de uma série de artigos breves que aparecem em seguida e se voltam para a tarefa de preparar uma exposição geral das neuroses em novas bases agora acessíveis.

A divisão da consciência não é uma característica primária dessa neurose, baseada na fraqueza degenerativa, como insiste Janet. É consequência de um processo psíquico peculiar, conhecido como “defesa”, que alguns curtos relatos de análises mostram estar presente não só na histeria, mas também em inúmeras outras neuroses e psicoses. A defesa entra em ação quando surge uma situação de incompatibilidade na vida representativa entre uma determinada representação e o “ego”. O processo da defesa pode ser figurativamente representado como se a carga de excitação fosse extraída da representação a ser recalçada e fosse utilizada de outra maneira. Isso pode ocorrer de vários modos: na histeria, a soma de excitação liberada é transformada em inervação somática (*histeria de conversão*); na neurose obsessiva, ela persiste no campo psíquico e se vincula a outras representações não incompatíveis em si mesmas e que assim *substituem* a representação recalçada. A fonte das representações incompatíveis sujeitas à defesa é única e exclusivamente a vida sexual. A análise de um caso de psicose alucinatória mostra que também essa psicose representa um método de chegar à defesa.

XXX

“Obsessões e fobias: seu mecanismo psíquico e sua etiologia”. |1895c|

As obsessões e fobias devem ser distinguidas da neurastenia como afecções neuróticas independentes. Em ambas |obsessões e fobias| trata-se do vínculo entre uma representação e um estado afetivo. Nas fobias, este último é sempre o mesmo, a saber, a angústia; nas obsessões verdadeiras, o afeto pode ser de vários tipos (autocensura, sentimento de culpa, dúvida etc.). O estado afetivo emerge como o elemento essencial da obsessão, já que permanece inalterado em cada caso, enquanto a representação a ele vinculada se modifica. A análise psíquica mostra que o afeto da obsessão é justificado em todos os casos, mas que a representação a ele vinculada representa um substituto de uma representação derivada da vida sexual, que é mais adequada ao afeto e sucumbiu ao recalçamento. Esse estado de coisas é ilustrado por numerosas análises curtas de casos de *folie du doute*, mania de lavar, aritmomania etc., nos quais a reinstalação da representação recalçada teve êxito e foi acompanhada de proveitosos efeitos terapêuticos. As fobias, *stricto senso*, são examinadas no artigo sobre a neurose de angústia (Nº XXXII).

XXXI

Estudos sobre a Histeria |1895d.|

(Em colaboração com o Dr. J. Breuer.)

Esse volume contém a complementação do assunto aventado na “Comunicação Preliminar” (Nº XXIV), versando sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos. Embora resulte de trabalho conjunto dos dois autores, está dividido em seções separadas, das quais quatro casos clínicos detalhados, juntamente com suas discussões e o ensaio de uma “Psicoterapia da Histeria” constituem minha parte. Nesse livro, o papel etiológico desempenhado pela sexualidade é frisado com maior ênfase do que na “Comunicação Preliminar”, e o conceito de “conversão” é utilizado para lançar luz sobre a formação dos sintomas histéricos. O ensaio sobre psicoterapia procura fornecer alguns esclarecimentos sobre a técnica do procedimento psicanalítico, o único que é capaz de levar à investigação do conteúdo inconsciente da mente, e de cujo emprego também se pode esperar que leve a importantes descobertas psicológicas.

XXXII

“Fundamentos para destacar da neurastenia uma síndrome específica denominada ‘neurose de angústia’.” |1895b.|

A conjunção de um agrupamento constante de sintomas com um determinante etiológico específico possibilita destacar do campo múltiplo da “neurastenia” uma síndrome que merece o nome de “neurose de angústia”, porque todos os seus componentes procedem dos sintomas de angústia. Estes devem ser considerados como manifestações imediatas de angústia ou como rudimentos e equivalentes delas (E. Hecker), e estão freqüentemente em

completa oposição aos sintomas que constituem a neurastenia propriamente dita. A etiologia das duas neuroses também aponta para uma oposição desse tipo. Enquanto a neurastenia verdadeira decorre de emissões espontâneas ou é adquirida através da masturbação, os fatores pertinentes à etiologia da neurose de angústia são tais que correspondem a um refreamento da excitação sexual - por exemplo, a abstinência quando a libido está presente, a excitação não consumada e, acima de tudo, o coito interrompido. Na vida real, as neuroses aqui distinguidas costumam aparecer combinadas, embora também seja possível demonstrar casos puros. Quando se submete esse tipo de neurose mista à análise, é possível indicar uma mistura de várias etiologias específicas.

A tentativa de chegar a uma teoria da neurose de angústia leva a uma fórmula segundo a qual seu mecanismo reside no *desvio da excitação sexual somática do campo psíquico* e num conseqüente emprego anormal dessa excitação. *A neurose de angústia é a libido sexual transformada.*

XXXIII

“Resposta às críticas a meu artigo sobre a neurose de angústia.” |1895f.|

Réplica às objeções feitas por Loewenfeld ao conteúdo do N° XXXII. O problema da etiologia da patologia das neuroses é aqui enfocado para justificar a divisão dos fatores etiológicos que aparecem em três categorias: (a) condições; (b) causas específicas e (c) causas concorrentes ou auxiliares. As chamadas condições são os fatores que, embora indispensáveis para produzir o efeito, não podem por si mesmos produzi-lo, mas necessitam, adicionalmente, das causas específicas. As causas específicas distinguem-se das condições pelo fato de figurarem em apenas algumas fórmulas etiológicas, enquanto as condições desempenham o mesmo papel em numerosas afecções. As causas auxiliares são de tal ordem que nem precisam estar invariavelmente presentes, nem podem, por si mesmas, produzir o efeito em questão. - No caso das neuroses, é possível que a condição seja a hereditariedade; a causa específica reside nos fatores sexuais; tudo o mais que, afóra isso, é apontado como formador da etiologia das neuroses (sobrecarga de trabalho, emoção, doença física), constitui uma causa auxiliar e não pode nunca substituir inteiramente o fator específico, embora sem dúvida possa servir como substituto dele no que concerne à

quantidade. A forma de uma neurose depende da natureza da causa sexual específica; a ocorrência *efetiva* de uma doença neurótica é determinada por fatores que atuam quantitativamente; a hereditariedade funciona como um multiplicador inserido num circuito elétrico.

XXXIV

“Sobre o distúrbio de Bernhardt da sensibilidade na coxa.” |1895e.|

Auto-observação dessa afecção inofensiva, provavelmente atribuível à neurite local; e relatório sobre alguns outros casos, inclusive bilaterais.

XXXV

“Observações adicionais sobre as neuropsicoses de defesa.” |1896b.|

(1) *A etiologia específica da histeria*. A continuação do trabalho psicanalítico com sujeitos histéricos teve o resultado uniforme de mostrar que os eventos traumáticos suspeitados (como símbolos mnêmicos dos quais os sintomas histéricos persistem) ocorrem na *primeira infância* dos pacientes e devem ser descritos como abusos sexuais no sentido mais restrito.

(2) *A natureza e o mecanismo da neurose obsessiva*. As representações obsessivas são, invariavelmente, autocensuras transformadas, que reemergiram do recalçamento e estão sempre relacionadas com algum ato sexual praticado com prazer na infância. Investiga-se o curso tomado por esse retorno do recalçado, bem como o trabalho de defesa primária e

secundária.

(3) *Análise de um caso de paranóia crônica.* Essa análise, relatada em detalhe, indica que a etiologia da paranóia deve ser buscada nas mesmas experiências sexuais da primeira infância, nas quais já fora descoberta a etiologia da histeria e da neurose obsessiva. Os sintomas desse caso de paranóia são detalhadamente reportados às atividades de defesa.

XXXVI

“A etiologia da histeria.” |1896c.|

Relatos mais detalhados das experiências sexuais infantis que se demonstrou constituírem a etiologia das psiconeuroses. Em seu conteúdo, essas experiências devem ser descritas como “perversões”, e os responsáveis devem ser procurados, em geral, entre os parentes mais próximos do paciente. Discussão das dificuldades que têm de ser superadas na descoberta dessas lembranças recalcadas e das objeções que se podem levantar aos resultados assim obtidos. Demonstra-se que os sintomas histéricos são derivados de lembranças que atuam inconscientemente, pois só aparecem em colaboração com tais lembranças. A presença de experiências sexuais infantis é uma condição indispensável para que os esforços defensivos (que ocorrem também em pessoas normais) resultem na produção de efeitos patogênicos - ou seja, de neuroses.

XXXVII

“A hereditariedade e a etiologia das neuroses.” |1896a.|

As constatações a que a psicanálise chegou até agora sobre a etiologia das neuroses são aqui empregadas para criticar teorias atuais da onipotência da hereditariedade na neuropatologia. O papel desempenhado pela hereditariedade tem sido superestimado em vários sentidos. Primeiramente, por incluir entre as doenças neuropáticas hereditárias estados como as dores de cabeça, as nevralgias etc, que são muito provavelmente atribuíveis, em geral, a afecções orgânicas das cavidades cranianas (o nariz). Em segundo lugar, por considerar qualquer enfermidade nervosa que se descubra entre os parentes como evidência de uma tara hereditária, e assim, desde logo, não deixando nenhum espaço para as doenças neuropáticas *adquiridas* que não possuam força comprobatória similar. Em terceiro lugar, o papel etiológico da sífilis tem sido mal compreendido e as moléstias nervosas dela derivadas têm sido atribuídas à hereditariedade. Mas, além disso, é viável levantar-se uma objeção geral contra uma forma de hereditariedade descrita como “herança dissimilar” (ou herança com modificação da forma da doença), à qual se concede um papel muito mais importante que o atribuído à herança “similar”. Contudo, quando se demonstra uma tara hereditária numa família pelo fato de seus membros serem alternadamente afetados por toda sorte de doenças nervosas - coréia, epilepsia, histeria, apoplexia etc. -, sem qualquer determinante mais preciso, então, ou necessitamos de um conhecimento das leis segundo as quais essas doenças se sucedem, ou fica aberto o espaço para as etiologias individuais que determinam precisamente a escolha do estado neuropático que efetivamente resulta delas. Se existem tais etiologias particulares, são elas as tão almejadas causas específicas das várias formas clínicas diferentes, e a hereditariedade é restituída ao papel de requisito ou precondição.

XXXVIII

Paralysias Cerebrais Infantis. |1897a.|

Esse é um resumo dos dois trabalhos sobre o mesmo tema publicados em 1891 e 1893 [Nos. XX e XXV], juntamente com os acréscimos e alterações que desde então se fizeram necessários. Estes afetam o capítulo sobre a *poliomyelitis acuta*, que nesse ínterim foi reconhecida como uma doença não-sistemática, o capítulo sobre a encefalite como um processo inicial de hemiplegia espástica, e o capítulo sobre a interpretação dos casos de espasticidade paraplégica, cuja natureza cerebral tem sido recentemente posta em dúvida. Uma discussão especial refere-se às tentativas de fracionar o conteúdo das diplegias

cerebrais em várias entidades clínicas claramente divididas, ou pelo menos de destacar o que se conhece como “doença de Little”, como individualidade clínica, da mistura de formas de afecções similares. As dificuldades em que esbarram tais tentativas são assinaladas, e se sustenta como única posição justificável a de que a “paralisia cerebral infantil” deve ser mantida, no momento, como um conceito clínico coletivo para todo um conjunto de afecções similares com etiologia exógena. O rápido incremento das observações de distúrbios nervosos familiares e hereditários em crianças, que se assemelham em muitos pontos às paralisias cerebrais infantis, tem criado a premência de se coligirem essas novas formas e de se buscar traçar uma distinção fundamental entre elas e as paralisias cerebrais infantis.

APÊNDICE

A. *Obras escritas sob minha influência*

E. Rosenthal, *Contribution à l'étude des diplégies cérébrales de l'enfance*. Thèse de Lyon. (Médaille d'argent.) (1892.).

L. Rosenberg, *Casuistische Beitræge zur Kenntnis der cerebralen Kinderlaehmungen und der Epilepsie*. (Nº IV, Nova Série, de *Beitræge zur Kinderheilkunde*, organizado por Kassowitz.) (1893.).

B. *Traduções do francês.*

J.-M. Charcot, *Neue Vorlesungen über die Krankheiten des Nervensystems*,

insbesondere über Hysterie. (Toeplitz & Deuticke, Viena.) |1886f.|

H. Bernheim, *Die Suggestion und ihre Heilwirkung.* (Fr. Deuticke, Viena.) |1888-89.|
(Segunda edição, 1896.)

H. Bernheim, *Neue Studien über Hypnotismus, Suggestion und Psychotherapie.* (Fr. Deuticke, Viena.) |1892a.|

J.-M. Charcot, *Poliklinische Vortraege.* Vol. I. (*Leçons du Mardi.*) Com notas do tradutor. (Fr. Deuticke, Viena.) |1892-94.|

A SEXUALIDADE NA ETIOLOGIA DAS NEUROSES (1898)

DIE SEXUALITAET IN DER AETIOLOGIE DER NEUROSEN

(a)EDIÇÕES ALEMÃS:

1898 *Wien. klin. Rdsch.*, 12 (2), 21-2, (4), 55-7, (5), 70-2, (7), 103-5. (9, 23 e 30 de janeiro e 13 de fevereiro.)

1906 *S.K.S.N.*, 1, 181-204. (1911, 2ª ed.; 1922, 4ª ed.)

1925 *G.S.*, 1, 439-64.

1952 *G.W.*, 1, 491-516.

(b)TRADUÇÃO INGLESA:

“Sexuality in the Aetiology of the Neuroses”

1924 *C.P.*, 1, 220-48. (Trad. de J. Bernays.)

A presente tradução é uma versão modificada da publicada em 1924.

Este artigo foi concluído em 9 de fevereiro de 1898, como nos informa uma carta a Fliess (Freud, 1950a, Carta 83.) Já fora iniciado um mês antes (*ibid.*, Carta 81) e, em ambas as cartas, Freud o trata desdenhosamente como um artigo “*Gartenlaube*”. Este era o título (literalmente, “caramanchão”) de uma revista de assuntos domésticos cujo nome se tornara proverbial por suas histórias sentimentais. Mas ele acrescenta que o artigo “é bastante impudente e basicamente destinado a criar caso, no que sem dúvida terá êxito. Breuer dirá que me causei muitos prejuízos.”

Dois anos se haviam passado desde o último artigo de Freud sobre psicopatologia, “A Etiologia da Histeria” (1896c), e durante esses dois anos muita coisa acontecera para ocupar sua mente. Talvez a menos importante (pelo menos do nosso ponto de vista) tenha sido a conclusão, em inícios de 1897, de seu tratado de trezentas páginas sobre as paralisias infantis para a grande enciclopédia de medicina de Nothnagel, no qual estivera ocupado por vários anos, muito a contragosto, e que foi seu último trabalho neurológico. Cf., por exemplo, as cartas a Fliess de 20 e 31 de outubro e 8 de novembro de 1895, 4 de julho e 2 de novembro de 1896, e 24 de janeiro de 1897 (Freud, 1950a, Cartas 32, 33, 35, 47, 50 e 57). Uma vez ultrapassada essa tarefa, ele podia dedicar-se mais completamente à psicologia, e logo se envolveu num evento que se revelaria um marco memorável - sua própria auto-análise. Esta começou no verão de 1897 e, já pelo outono, conduziu a algumas descobertas fundamentais: o abandono da teoria traumática da etiologia das neuroses (21 de setembro, Carta 69), a descoberta do complexo de Édipo (15 de outubro, Carta 71) e o reconhecimento gradual da sexualidade infantil como um fato normal e universal (p.ex. 14 de novembro, Carta 75.)

De todos esses desenvolvimentos (e dos avanços paralelos na compreensão de Freud da

psicologia do sonho) não há praticamente nenhum vestígio no presente artigo, o que sem dúvida explica o desdém de seu autor por ele. Quanto aos aspectos fundamentais, ele não vai além do ponto atingido dois anos antes: Freud se reservava para seu grande esforço subsequente, que ocorreria dali a mais dois anos, em *A Interpretação dos Sonhos* (1900a).

Mas, se a primeira parte do trabalho contém pouco mais que uma reafirmação das concepções anteriores de Freud sobre a etiologia das neuroses, a argumentação também nos apresenta algo de novo - uma abordagem de problemas sociológicos. A crítica sem rodeios aqui feita à atitude da profissão médica em relação aos assuntos sexuais, particularmente à masturbação, ao uso de anticoncepcionais e às dificuldades da vida conjugal, denuncia toda uma série de restrições posteriores de Freud às convenções sociais da civilização - começando com o artigo sobre “Moral Sexual ‘Civilizada’” (1908d) e findando com *O Mal-Estar na Cultura* (1930a).

A SEXUALIDADE NA ETIOLOGIA DAS NEUROSES

Pesquisas exaustivas durante os últimos anos levaram-me a reconhecer que as causas mais imediatas e, para fins práticos, mais importantes de todos os casos de doença neurótica são encontradas em fatores emergentes da vida sexual. Essa teoria não é inteiramente nova. Uma certa dose de importância tem sido concedida aos fatores sexuais na etiologia das neuroses desde tempos imemoriais e por todos os autores que trataram do assunto. Em certas áreas marginais da medicina sempre se prometeu, simultaneamente, a cura das “queixas sexuais” e da “fraqueza nervosa”. Uma vez que a validade da teoria deixe de ser negada, portanto, não será difícil contestar sua originalidade.

Em alguns artigos sucintos que apareceram nos últimos anos no *Neurologisches Zentralblatt* [1894a, 1895b e 1896b), na *Revue Neurologique* [1895c e 1896a] e na *Wiener Klinische Rundschau* [1895f e 1896c] tentei dar uma indicação do material e dos pontos de vista que oferecem apoio científico à teoria da “etiologia sexual das neuroses”. Falta ainda, entretanto, uma apresentação completa, principalmente porque, no esforço de lançar luz sobre o que se reconhece como a situação atual, deparemos sempre com novos problemas para cuja solução ainda não se realizou o trabalho preliminar necessário. Não me parece nada prematuro, porém, tentar dirigir a atenção dos profissionais da medicina para o que acredito serem os fatos, de modo que eles possam convencer-se da verdade de minhas asserções e, ao mesmo tempo, dos benefícios que podem extrair, na prática, do

conhecimento delas.

Bem sei que se farão esforços, pelo uso de argumentos com um colorido ético, para impedir o médico de levar o assunto adiante. Quem quer que pretenda certificar-se de que as neuroses de seus pacientes estão ou não realmente ligadas à vida sexual deles não pode evitar interrogá-los sobre sua vida sexual e insistir em receber um depoimento verdadeiro sobre ela. Mas nisso, afirma-se, está o perigo para o indivíduo e para a sociedade. O médico, segundo ouço dizer, não tem o direito de se intrometer nos segredos sexuais de seus pacientes, nem de ferir grosseiramente seu recato (especialmente tratando-se de pacientes do sexo feminino) com interrogatórios desse tipo. Sua mão inábil só conseguirá arruinar a felicidade da família, ofender a inocência dos jovens e usurpar a autoridade dos pais; e no que concerne aos adultos, ele passará a partilhar de conhecimentos incômodos e destruirá suas próprias relações com os pacientes. A conclusão, portanto, é que é seu dever ético manter-se afastado de toda a questão sexual.

A isso se pode muito bem replicar que não passa da expressão de um puritanismo indigno de um médico e que esconde insuficientemente sua fraqueza por trás de argumentos precários. Se os fatores procedentes da vida sexual precisam realmente ser reconhecidos como causas de doença, então, por essa mesma razão, a investigação e a discussão deles incluem-se automaticamente na esfera do dever do médico. A ofensa ao pudor de que ele é culpado nesse caso não é diferente nem pior, como se pode supor, do que sua insistência em examinar os órgãos genitais de uma mulher a fim de curar uma afecção local - pedido em que ele tem o compromisso de insistir por sua própria formação médica. Até hoje se ouve com freqüência mulheres mais velhas que passaram sua juventude nas províncias, contarem como, em curta época, ficaram reduzidas a um estado de esgotamento por hemorragias genitais excessivas porque não conseguiam decidir-se a permitir que um médico contemplasse sua nudez. A influência educativa exercida no público pelo mundo da medicina, no decorrer de uma geração, alterou de tal modo as coisas que uma objeção desse tipo é uma ocorrência extremamente rara entre as jovens de hoje. Se viesse a ocorrer, seria condenada como puritanismo absurdo, como recato fora de lugar. Será que estamos vivendo na Turquia, perguntaria um marido, onde tudo o que uma mulher doente pode mostrar ao médico é seu braços através de um buraco na parede?

Não é verdade que o interrogatório dos pacientes e o conhecimento de suas preocupações sexuais forneçam ao médico um grau perigoso de poder sobre eles. Em épocas anteriores, a mesma objeção pôde ser feita ao uso de anestésicos, que privam o paciente de sua consciência e do exercício de sua vontade, deixando a critério do médico determinar se e quando ele os recuperará. No entanto, hoje em dia, os anestésicos tornaram-se indispensáveis para nós, porque podem, melhor do que qualquer outra coisa auxiliar o médico em seu trabalho; e entre suas várias outras obrigações sérias, ele assume a responsabilidade por seu uso.

Um médico sempre pode causar danos, quando é inábil ou inescrupuloso, e isso não se aplica mais nem menos à investigação da vida sexual dos pacientes do que a outras áreas. Naturalmente, se alguém, após um auto-exame honesto, sentir que não possui o tato, a seriedade e a discrição necessários para interrogar pacientes neuróticos, e se estiver ciente de que as revelações de caráter sexual lhe provocariam arrepios lascivos, em vez de interesse científico, ele estará certo em evitar o tópico da etiologia das neuroses. Tudo o que pedimos, além disso, é que se abstenha também de tratar pacientes nervosos.

Tampouco é verdade que os pacientes levantam obstáculos insuperáveis à investigação de sua vida sexual. Após uma ligeira hesitação, os adultos costumam adaptar-se à situação, dizendo: “Afim, estou diante do médico; posso dizer-lhe qualquer coisa”. Inúmeras mulheres, que acham bastante difícil passar a vida escondendo seus sentimentos sexuais, ficam aliviadas ao descobrir que, com o médico, nenhuma consideração sobrepuja a de sua recuperação, e lhe são gratas por permitir, ao menos uma vez na vida, que se comportem humanamente em relação às coisas sexuais. O vago conhecimento da esmagadora importância dos fatores sexuais na produção das neuroses (um conhecimento que estou tentando resgatar para a ciência) parece nunca ter passado despercebido à consciência dos leigos. Quantas vezes testemunhamos cenas como essa: um casal em que um dos membros sofre de uma neurose procura-nos para uma consulta. Depois de tecermos inúmeros comentários introdutórios e justificativos, no sentido de que não deve existir nenhuma barreira entre eles e o médico, que quer ser útil em tais casos etc., falamos-lhes de nossa suspeita de que a causa da doença reside na forma antinatural e prejudicial de relações sexuais que eles devem ter escolhido desde o último parto da mulher. Dizemos que os médicos em geral não se interessam por esses assuntos, mas que isso é repreensível neles, mesmo que os pacientes não gostem que lhes falemos sobre essas coisas etc. Nisso, um dos cônjuges cutuca o outro e diz: “Está vendo? Eu sempre lhe disse que isso ia me deixar doente”. Ao que o outro responde: “É, eu sei, eu também achava, mas que se há de fazer?”

Em algumas outras circunstâncias, quando se está lidando com mocinhas que, afinal, são sistematicamente educadas para esconderem sua vida sexual, é preciso contentar-se com uma dose muito pequena de sinceridade nas respostas da paciente. Mas aqui entra uma consideração importante - a saber, que o médico experiente nessas coisas não está despreparado ao se defrontar com seus pacientes e, em geral, não precisa pedir-lhes informações, mas apenas uma confirmação de suas suspeitas. Quem seguir minhas indicações de como elucidar a morfologia das neuroses e traduzi-la em termos etiológicos necessitará, além disso, de muito poucas revelações adicionais de seus pacientes; na própria descrição de seus sintomas, que todos estão prontos a fornecer, eles costumam apresentar ao médico, ao mesmo tempo, os fatores sexuais que estão ocultos.

Seria muito vantajoso que as pessoas doentes tivessem maior conhecimento da segurança com que o médico está agora em condições de interpretar suas queixas neuróticas e de inferir delas a etiologia sexual atuante. Sem dúvida, isso estimularia tais pessoas a

abandonarem seu sigilo a partir do momento em que se decidissem a buscar ajuda para seus sofrimentos. Além disso, é do interesse geral que se torne um dever, entre homens e mulheres, um grau mais alto de franqueza sobre as coisas sexuais do que se tem esperado deles até agora. Isso só pode constituir-se em benefício para a moral sexual. Em matéria de sexualidade, somos todos, no momento, doentes ou sãos, não mais do que hipócritas. Será muito bom se obtivermos, em consequência dessa franqueza geral, uma certa dose de tolerância quanto às questões sexuais.

Os médicos costumam interessar-se muito pouco pelas questões discutidas entre os neuropatologistas com relação às neuroses: se é justificável, por exemplo, estabelecer uma diferenciação estrita entre histeria e neurastenia, se é possível distinguir ao lado delas a histeroneurastenia, se as obsessões devem ser classificadas juntamente com a neurastenia ou reconhecidas como uma neurose distinta, e assim por diante. E a rigor, é bem possível que essas distinções sejam irrelevantes para o profissional, desde que não haja outras consequências das decisões a que se tenha chegado - nenhum aprofundamento maior da compreensão e nenhuma indicação para um tratamento terapêutico - e desde que o paciente seja sempre enviado a um estabelecimento hidropático e informado de que não há nenhum problema com ele. A situação será diferente, entretanto, se for adotado nosso ponto de vista sobre as relações causais entre a sexualidade e as neuroses. Nesse caso, um novo interesse será despertado pela sintomatologia dos diferentes casos neuróticos, e passará a ter importância prática que se possa decompor corretamente o complicado quadro em seus componentes, assim como nomeá-los com acerto. E isso porque a morfologia das neuroses pode ser traduzida, com pouca dificuldade, em sua etiologia, e o conhecimento desta última leva, naturalmente, a novas indicações quanto aos métodos de cura.

Assim, a importante decisão que precisamos tomar - e pode-se tomá-la com segurança em todos os casos, se os sintomas forem cuidadosamente avaliados - é se o caso tem as características da neurastenia ou de uma psicose (histeria, obsessões). (Os casos mistos, em que os sinais da neurastenia se combinam com os de uma psicose, são de ocorrência muito freqüente, mas deixaremos sua consideração para mais tarde.) É apenas nas neurastenias que a inquirição do paciente consegue desvendar os fatores etiológicos em sua vida sexual. Esses fatores, é claro, são conhecidos dele e pertencem ao momento atual, ou, mais exatamente, ao período de sua vida que se estende desde a maturidade sexual (embora essa delimitação não cubra todos os casos). Nas psicoses, esse tipo de inquirição traz pouco resultado. Talvez nos forneça um conhecimento dos fatores que devem ser reconhecidos como precipitantes, e que podem estar ou não ligados à vida sexual. Quando essa ligação existe, eles mostram não diferir, quanto a sua natureza, dos fatores etiológicos da neurastenia, isto é, falta-lhes inteiramente qualquer relação específica com a causação da psicose. Não obstante, em todos os casos, a etiologia das psicoses reside também no campo da sexualidade. Por um singular percurso tortuoso de que falarei mais adiante, é possível chegar a um conhecimento dessa etiologia e compreender por que o paciente era incapaz de nos dizer qualquer coisa a esse respeito. Pois os acontecimentos e

influências que estão na raiz de toda psiconeurose pertencem, não ao momento atual, mas a uma época da vida há muito passada, que é, por assim dizer, pré-histórica - à época da primeira infância; e eis por que o paciente também nada sabe deles. Ele os esqueceu - embora apenas em determinado sentido.

Assim, em todo caso de neurose há uma etiologia sexual; mas nas neurastenia é uma etiologia de tipo contemporâneo, enquanto nas psiconeuroses os fatores são de natureza infantil. Esse é o primeiro grande contraste na etiologia das neuroses. Um segundo emerge ao considerarmos uma diferença na sintomatologia da própria neurastenia. Aqui, por um lado, encontramos casos em que se destacam certas queixas que são características da neurastenia (pressão intracraniana, propensão à fadiga, dispesia, constipação, irritação espinhal etc.); em outros casos, esses sinais desempenham um papel menor e o quadro clínico se compõe de outros sintomas, apresentando todos uma relação com o sintoma nuclear, o de angústia (ansiedade, inquietação, expectativa angustiada, ataques de angústia completos, rudimentares ou complementares, vertigem locomotora, agorafobia, insônia, maior sensibilidade à dor, e assim por diante). Reservei para o primeiro tipo o nome de neurastenia, mas distingui o segundo como “neurose de angústia”, e forneci as razões para essa separação em outro texto, onde também levei em conta o fato de que, em geral, as duas neuroses aparecem juntas. Para o presente propósito, basta enfatizar que, paralelamente à diferença nos sintomas dessas duas formas de doença, há uma diferença em sua etiologia. A neurastenia sempre pode ser reportada a um estado do sistema nervoso como o que é adquirido pela masturbação excessiva ou decorre espontaneamente de emissões freqüentes; a neurose de angústia revela sistematicamente influências sexuais que têm em comum o fator da continência ou da satisfação incompleta - como o coito interrompido, a abstinência ao lado de uma libido viva, a chamada excitação não consumada, e outros. Em meu breve artigo que tencionou apresentar a neurose de angústia, propus a fórmula de que a angústia é sempre a libido que foi desviada de seu emprego [normal].

Quando surge um caso em que os sintomas da neurastenia e da neurose de angústia se combinam - ou seja, quando temos um caso misto -, basta nos atermos a nossa proposição empiricamente obtida de que a mistura de neuroses implica a colaboração de vários fatores etiológicos para constatar, em todas as situações, a confirmação de nossa expectativa. A freqüência com que esses fatores etiológicos se ligam entre si organicamente, por meio da interação de processos sexuais - por exemplo, coito interrompido ou potência insuficiente no homem, paralelamente à masturbação -, bem merece uma discussão separada.

Depois de diagnosticar com segurança um caso de neurose neurastênica e classificar seus sintomas corretamente, estamos em condições de traduzir a sintomatologia em etiologia; e podemos então, confiantemente, solicitar do paciente a confirmação de nossas suspeitas. Não nos devemos deixar enganar pelas negativas iniciais. Se sustentarmos firmemente aquilo que inferimos, acabaremos por quebrar qualquer resistência, enfatizando a natureza inabalável de nossas convicções. Desse modo, aprendemos sobre a vida sexual de homens e

mulheres toda sorte de coisas, que preencheriam um volume útil e instrutivo; e aprendemos também a lamentar, por todos os pontos de vista, que a ciência sexual hoje em dia ainda seja desacreditada. Já que os pequenos desvios de uma *vita sexualis* normal são por demais comuns para que possamos atribuir qualquer valor a sua descoberta, concederemos peso explicativo apenas às anormalidades sérias e prolongadas na vida sexual de um paciente neurótico. Ademais, a idéia de que se poderia, pela insistência, fazer um paciente psiquicamente normal acusar-se falsamente de delitos sexuais - tal idéia pode seguramente ser descartada como um perigo imaginário.

Ao se proceder dessa maneira com os pacientes, adquire-se também a convicção de que, no que se refere à teoria da etiologia sexual da neurastenia, não há casos negativos. Quando a mim, pelo menos, essa convicção tornou-se tão firme que, nos casos em que a inquirição mostra um resultado negativo, também tiro proveito disso para fins de diagnóstico. Em outras palavras, digo a mim mesmo que tal caso não pode ser de neurastenia. Desse modo, fui levado, em várias oportunidades, a presumir a presença de uma paralisia progressiva em vez de neurastenia, por não ter conseguido comprovar o fato - necessário para minha teoria - de que o paciente se entregava livremente à masturbação; e o curso posterior desses casos confirmou minha posição. Em outro caso, o paciente, que não apresentava nenhuma alteração orgânica evidente, queixava-se de pressão intracraniana, dores de cabeça e dispepsia, mas refutava minhas suspeitas sobre sua vida sexual de maneira franca e com uma certeza inabalável; ocorreu-me então a possibilidade de que ele tivesse uma supuração latente numa de suas cavidades nasais. Um colega meu, especialista nessa área, confirmou a inferência que eu fizera a partir dos resultados sexuais negativos de minha inquirição, retirando o pus da cavidade do paciente e aliviando-o de suas queixas.

Entretanto, a existência aparente de “casos negativos” também pode surgir de outra maneira. Algumas vezes, a interrogação revela a presença de uma vida sexual normal num paciente cuja neurose, num exame superficial, de fato se assemelha estreitamente a uma neurastenia ou uma neurose de angústia. Mas uma investigação mais aprofundada revela, sistematicamente, o verdadeiro estado de coisas. Por trás desses casos, tomados como neurastenia, há uma psiconeurose - histeria ou neurose obsessiva. A histeria, em especial, que imita tantas afecções orgânicas, pode facilmente assumir a aparência de uma das “neuroses atuais”, elevando os sintomas destas à categoria de sintomas histéricos. Tais histerias, sob a forma de neurastenia, não são sequer muito raras. Todavia, recorrer à psiconeurose, quando um caso de neurastenia apresenta um resultado sexual negativo, não é uma saída fácil para o problema: a prova de que estamos certos deve ser obtida pelo único método capaz de desmascarar a histeria com certeza - o método da psicanálise, a que logo nos referiremos.

Entretanto, talvez haja algumas pessoas dispostas a reconhecer a etiologia sexual de seus pacientes neurastênicos, mas que, apesar disso, encaram como parcialidade o fato de não serem solicitadas a prestar atenção também a outros fatores sempre mencionados pelas

autoridades como causas da neurastenia. Ora, nunca me ocorreria substituir pela etiologia sexual das neuroses toda e qualquer outra etiologia, e assim afirmar que estas não têm nenhuma força atuante. Isso seria um equívoco. O que penso, antes, é que, além de todos os conhecidos fatores etiológicos já reconhecidos por essas autoridades - provavelmente de forma acertada - como conducentes à neurastenia, os fatores sexuais, que até hoje não foram suficientemente apreciados, também devem ser levados em conta. Em minha opinião, porém, esses fatores sexuais merecem que se lhes conceda um lugar especial na série etiológica. Porque só eles nunca estão ausentes de todos os casos de neurastenia, só eles são capazes de produzir a neurose sem nenhuma ajuda adicional, de modo que os outros fatores parecem reduzir-se ao papel de etiologia auxiliar e complementar, e só eles permitem ao médico reconhecer relações sólidas entre sua natureza diversificada e a multiplicidade dos quadros clínicos. Quando, por outro lado, agrupo todos os pacientes que aparentemente se tornaram neurastênicos por excesso de trabalho, agitação emocional, ou por um efeito posterior da febre tifóide, e assim por diante, eles não me apresentam nada em comum nos seus sintomas. A natureza de sua etiologia não me dá nenhuma idéia de que tipo de sintomas esperar, assim como, inversamente, o quadro clínico por eles apresentado não me faculta inferir a etiologia neles atuante.

As causas sexuais são também as que mais profundamente oferecem ao médico um pouco de apoio para sua influência terapêutica. A hereditariedade é sem dúvida um fator importante, quando está presente; possibilita a manifestação de um forte efeito patológico onde, de outra maneira, o resultado seria apenas um efeito muito fraco. Mas a hereditariedade é inacessível à influência do médico; todos nascem com suas próprias tendências hereditárias à doença e nada podemos fazer para alterá-las. Tampouco devemos esquecer que é precisamente na etiologia das neurastenias que devemos, necessariamente, negar o primeiro lugar à hereditariedade. A neurastenia (em ambas as suas formas) é uma dessas afecções que qualquer um pode facilmente adquirir sem ter nenhuma tara hereditária. Se assim não fosse, o enorme crescimento da neurastenia de que se queixam todas as autoridades, seria impensável. No que se refere à civilização, entre cujos pecados as pessoas tão freqüentemente incluem a responsabilidade pela neurastenia, é bem possível que essas autoridades estejam certas (embora o modo como isso se dá difira bastante, provavelmente, do que elas imaginam). Mas o estado de nossa civilização, mais uma vez, é algo inalterável pelo indivíduo. Além disso, sendo esse um fator comum a todos os membros da mesma sociedade, ele nunca poderá explicar a seletividade da incidência da doença. O médico que não é neurastênico está tão exposto a essa mesma influência de uma civilização supostamente prejudicial quanto o paciente neurastênico de que tem que tratar. Sujeitos a essas limitações, os fatores de estafa retêm sua importância. Mas o elemento do “excesso de trabalho”, que os médicos tanto gostam de apontar a seus pacientes como causa de suas neuroses, é com demasiada freqüência indevidamente usado. É bem verdade que qualquer pessoa que, devido a perturbações sexuais, tenha-se predisposto à neurastenia, tolera mal o trabalho intelectual e as exigências psíquicas da vida; mas ninguém se torna neurótico apenas por efeito do trabalho ou da agitação. O trabalho intelectual é, antes, uma proteção

contra a neurastenia; são precisamente os mais incansáveis trabalhadores intelectuais que escapam da neurastenia, e aquilo de que os neurastênicos se queixam como “excesso de trabalho que os faz adoecerem” não merece, em geral, ser chamado de “trabalho intelectual”, seja por sua qualidade, seja por sua quantidade. Os médicos terão que se acostumar a explicar aos empregados de escritório que se “esgotaram” em suas escrivatinhas, ou às donas-de-casa para quem se tornaram pesadas demais as tarefas domésticas, que eles adoeceram, não por terem tentado executar tarefas facilmente realizáveis por um cérebro civilizado, mas porque, durante todo o tempo, negligenciaram e prejudicaram flagrantemente sua vida sexual.

Além disso, somente a etiologia sexual nos possibilita compreender todos os detalhes da história clínica dos neurastênicos, as misteriosas melhoras em meio ao decurso da doença e as deteriorações igualmente incompreensíveis, ambas usualmente relacionadas por médicos e pacientes a qualquer tratamento que tenha sido adotado. Em meus registros, que incluem mais de duzentos casos, há, por exemplo, a história de um homem que, uma vez fracassado o tratamento prescrito pelo médico da família, procurou o pastor Kneipp e, durante um ano após ter sido tratado por ele, apresentou uma extraordinária melhora no meio de sua doença. Mas quando, um ano depois, seus sintomas tornaram a piorar e ele voltou a Woerishofen em busca de ajuda, o segundo tratamento fracassou. Uma olhadela na crônica familiar do paciente resolveu o duplo enigma. Seis meses e meio após seu primeiro retorno de Woerishofen, sua mulher lhe deu um filho. Isso significa que ele a deixara no começo de uma gravidez da qual ainda não estava informado; após seu retorno, pôde praticar o coito *natural* com ela. Ao fim desse período, que teve nele um efeito curativo, sua neurose ressurgiu por ele ter voltado a recorrer ao coito interrompido; o segundo tratamento estava destinado ao fracasso, já que essa foi a última gravidez de sua esposa.

Houve um caso semelhante em que, mais uma vez, o tratamento teve um efeito inesperado que requeria uma explicação. Esse caso revelou-se ainda mais instrutivo, pois exibia uma enigmática alternância nos sintomas da neurose. Um jovem paciente neurótico fora enviado por seu médico a um conceituado estabelecimento hidropático devido a uma neurastenia típica. Lá, seu estado teve, a princípio, uma melhora constante, de modo que tudo indicava que ele receberia alta como um grato discípulo da hidroterapia. Mas na sexta semana ocorreu uma mudança completa: o paciente “não podia mais tolerar a água”, tornou-se cada vez mais nervoso e, por fim, deixou o estabelecimento após mais duas semanas, não curado e insatisfeito. Quando se queixou a mim dessa fraude terapêutica, fiz-lhe algumas perguntas sobre os sintomas que o tinham acometido em meio ao tratamento. Muito curiosamente, eles haviam sofrido uma mudança completa. O paciente *entrara* no sanatório com pressão intracraniana, fadiga e dispepsia; os sintomas que o perturbaram *durante* o tratamento tinham sido agitação, ataques de dispnéia, vertigem ao caminhar e distúrbios do sono. Pude então dizer-lhe “Você está cometendo uma injustiça contra a hidroterapia. Você mesmo sabia muito bem que tinha adoecido em consequência da masturbação prolongada. No

sanatório, abandonou essa forma de satisfação e, por isso, recuperou-se depressa. Ao sentir-se bem, entretanto, você procurou imprudentemente manter relações com uma dama - uma paciente do mesmo estabelecimento, suponhamos -, o que só podia levar à excitação sem satisfação normal. As belas caminhadas pelas imediações do estabelecimento lhe deram ampla oportunidade para isso. Foi esse relacionamento, e não uma repentina impossibilidade de tolerar a hidroterapia, que o fez adoecer de novo. Além disso, seu atual estado de saúde me leva a concluir que você está continuando a manter esse relacionamento também aqui na cidade.” Posso garantir a meus leitores que o paciente confirmou o que eu dissera, ponto por ponto.

O atual tratamento da neurastenia - que talvez seja executado com mais êxito nos estabelecimentos hidropáticos - tem como objetivo a melhora do estado nervoso através de dois fatores: proteção e fortalecimento do paciente. Nada tenho a dizer contra esse método de tratamento, exceto que ele não leva em conta as circunstâncias da vida sexual do paciente. Segundo minha experiência, é altamente desejável que os diretores médicos de tais estabelecimentos se conscientizem adequadamente de que estão lidando, não com vítimas da civilização ou da hereditariedade, mas - *sit venia verbo* - com pessoas sexualmente aleijadas. Eles seriam então, por um lado, mais facilmente capazes de explicar seus sucessos e seus fracassos, e, por outro, obteriam novos sucessos, que estiveram até agora à mercê do acaso ou do comportamento espontâneo do paciente. Se afastarmos de casa uma neurastênica que sofra de angústia e a enviarmos a um estabelecimento hidropático, e se lá, liberada de todas as suas obrigações, ela for levada a tomar banhos, fazer exercícios e comer muito bem, certamente nos inclinaremos a pensar que a melhora - freqüentemente brilhante - obtida em algumas semanas ou meses se deve ao repouso de que ela desfrutou e aos efeitos revigorantes da hidroterapia. É possível que seja assim, mas estamos desconsiderando o fato de que seu afastamento de casa implica também uma interrupção das relações conjugais, e que é apenas a eliminação temporária dessa causa patogênica que possibilita a recuperação da paciente com o auxílio do tratamento favorável. O desprezo por esse ponto de vista etiológico é posteriormente vingado, quando o que se afigurava uma cura tão gratificante revela-se uma recuperação muito transitória. Logo depois de o paciente retornar à vida do dia-a-dia, os sintomas da enfermidade reaparecem e o obrigam a passar parte de sua existência improdutivamente, de tempos em tempos, em estabelecimentos desse tipo, ou a dirigir suas esperanças de recuperação para outro lugar. Portanto, está claro que, na neurastenia, os problemas terapêuticos devem ser atacados, não em instituições hidropáticas, mas dentro do contexto da vida do paciente.

Em outros casos, nossa teoria etiológica pode ajudar o médico encarregado da instituição, lançando luz sobre a fonte dos fracassos que ocorrem na própria instituição, e pode sugerir-lhe meios de evitá-los. A masturbação é muito mais comum entre as meninas crescidas e os homens maduros do que se costuma supor, e tem efeito nocivo não só por produzir sintomas neurastênicos, mas também por manter os pacientes vergados sob o peso do que eles consideram ser um segredo vergonhoso. Os médicos não acostumados a traduzir a

neurastenia em masturbação explicam o estado patológico do paciente reportando-o a algum rótulo como anemia, subnutrição, excesso de trabalho etc., e esperam então curá-lo aplicando uma terapia projetada para se opor a esses estados. Para seu espanto, contudo, os períodos de melhora se alternam no paciente com períodos em que todos os seus sintomas pioram e são acompanhados de grave depressão. O resultado de tal tratamento é, em geral, duvidoso. Se os médicos soubessem que o paciente estava lutando contra seu hábito sexual, e que estava em desespero por ter sido mais uma vez obrigado a ceder a ele, se compreendessem como extrair dele esse segredo, torná-lo menos grave a seus olhos e apoiá-lo em sua luta contra o hábito, o êxito de seus esforços terapêuticos bem poderia ser assim assegurado.

Arrancar o paciente do hábito da masturbação é apenas uma das novas tarefas terapêuticas impostas ao médico que leva em conta a etiologia sexual dessa neurose; e parece que precisamente essa tarefa, tal como a cura de qualquer outro vício, só pode ser efetuada numa instituição e sob supervisão médica. Entregue a si mesmo, o masturbador está acostumado, sempre que acontece alguma coisa que o deprime, a retornar a sua cômoda forma de satisfação. O tratamento médico, nesse caso, não pode ter nenhum outro objetivo senão o de reconduzir o neurastênico, que agora recobrou suas forças, ao contato sexual normal. Pois a necessidade sexual, uma vez despertada e satisfeita por algum tempo, não pode mais ser silenciada; só pode ser deslocada por outro caminho. Aliás, o mesmo se aplica a todos os tratamentos para romper com um vício. Seu sucesso será apenas aparente enquanto o médico se contentar em privar seus pacientes da substância narcótica, sem se importar com a fonte de que brota sua necessidade imperativa. O “hábito” é uma simples palavra, sem nenhum valor explicativo. Nem todos os que têm oportunidade de tomar morfina, cocaína, hidrato de cloral etc. por algum tempo adquirem dessa forma “um vício”. A pesquisa mais minuciosa geralmente mostra que esses narcóticos visam a servir - direta ou indiretamente - de substitutos da falta de satisfação sexual; e sempre que a vida sexual normal não pode mais ser restabelecida, podemos contar, com certeza, com uma recaída do paciente.

Outra tarefa é colocada para os médicos pela etiologia da neurose de angústia. Consiste em induzir o paciente a desistir de todas as formas prejudiciais de prática sexual e adotar relações sexuais normais. Esse dever, como é compreensível, recai primordialmente sobre o médico de confiança do paciente - seu médico de família; e este infligirá ao paciente um grave dano se se considerar respeitoso demais para interferir nesse campo.

Uma vez que nesses casos trata-se quase sempre de questões conjugais, os esforços do médico logo tropeçam em planos malthusianos para limitar o número de concepções no casamento. Parece-me não haver dúvida de que essas propostas vêm ganhando cada vez mais terreno entre a classe média. Tenho encontrado alguns casais que já começaram a praticar métodos para impedir a concepção tão logo tiveram seu primeiro filho, e outros cujas relações sexuais, desde a noite de núpcias, foram praticadas de modo a atender a esse objetivo. O problema do malthusianismo é extenso e complexo, e não tenho intenção de

abordá-lo aqui da maneira exaustiva que seria realmente necessária para o tratamento das neuroses. Examinarei apenas qual a melhor atitude a ser tomada por um médico que reconheça a etiologia sexual das neuroses em face desse problema.

A pior coisa que ele pode fazer, obviamente - sob qualquer pretexto -, é tentar ignorá-lo. Nada que seja necessário pode estar abaixo de minha dignidade como médico; e é necessário fornecer a um casal que tencione limitar o número de seus filhos a assistência da orientação médica, se não se quiser expor um ou ambos os seus membros a uma neurose. Não se pode negar que, em qualquer casamento, as medidas preventivas malthusianas se tornarão necessárias num ou noutro momento; e, do ponto de vista teórico, seria um dos maiores triunfos da humanidade, uma das mais tangíveis liberações das restrições da natureza a que está sujeita a espécie humana, se pudéssemos elevar o ato responsável de procriar filhos ao nível de uma atividade deliberada e intencional, libertando-o de seu embaraçoso envolvimento com a satisfação necessária de uma necessidade natural.

O médico perspicaz tomará a si, portanto, decidir em que condições se justifica o uso de medidas preventivas da concepção e, entre essas medidas, terá que separar as nocivas das inofensivas. Tudo o que impede a ocorrência de satisfação é nocivo. Mas, como se sabe, não possuímos no momento nenhum método de impedir a concepção que preencha todos os requisitos legítimos - isto é, que seja seguro e cômodo, que não diminua a sensação de prazer durante o coito e que não fira a sensibilidade da mulher. Isso impõe aos médicos uma tarefa prática para cuja solução eles poderiam concentrar suas energias com resultados compensadores. Quem preencher essa lacuna em nossa técnica médica terá preservado o prazer da vida e mantido a saúde de inúmeras pessoas, muito embora, é verdade, tenha também preparado o terreno para uma drástica mudança em nossas condições sociais.

Isso não esgota as possibilidades decorrentes do reconhecimento da etiologia sexual das neuroses. O principal benefício que dele extraímos para os neurastênicos reside na esfera da profilaxia. Se a masturbação é a causa da neurastenia na juventude e se, mais tarde, ela adquire importância etiológica também para a neurose de angústia, devido à redução de potência que acarreta, então a prevenção da masturbação em ambos os sexos é uma tarefa que merece mais atenção do que tem recebido até agora. Quando refletimos sobre todos os danos, dos mais graves aos mais insignificantes, que provêm da neurastenia - distúrbio que, segundo dizem, está se tornando cada vez mais freqüente -, verificamos que, positivamente, é de interesse público que *os homens ingressem nas relações sexuais com toda a sua potência*. Em matéria de profilaxia, entretanto, o indivíduo está relativamente desamparado. Toda a comunidade precisa interessar-se pelo assunto e dar seu apoio à criação de regulamentos genericamente aceitáveis. No momento, estamos ainda muito longe dessa situação que prometeria alívio, e é por esse motivo que podemos justificadamente considerar a civilização como também responsável pela difusão da neurastenia. Muitas coisas teriam que ser mudadas. É preciso romper a resistência de toda uma geração de médicos que já não conseguem lembrar-se de sua própria juventude; o orgulho dos pais, que

não se dispõem a descer ao nível da humanidade ante os olhos de seus filhos, precisa ser superado; e o puritanismo insensato das mães deve ser combatido - das mães que consideram um golpe incompreensível e imerecido do destino que “justamente os filhos *delas* sejam os que se tornam neuróticos”. Mas, acima de tudo, é necessário criar um espaço na opinião pública para a discussão dos problemas da vida sexual. Tem que ser possível falar sobre essas coisas sem que se seja estigmatizado como um arruaceiro ou uma pessoa que tira proveito dos mais baixos instintos. E também aqui há trabalho suficiente para se fazer nos próximos cem anos - nos quais nossa civilização terá que aprender a conviver com as reivindicações de nossa sexualidade.

O valor da elaboração de um diagnóstico correto, separando as psiconeuroses da neurastenia, é também demonstrado pelo fato de que as psiconeuroses requerem uma avaliação prática diferente e medidas terapêuticas especiais. Elas aparecem em consequência de dois tipos de determinantes, seja independentemente, seja no rastro das “neuroses atuais” (neurastenia e neurose de angústia). Neste último caso, estamos tratando de um novo tipo de neurose - aliás, muito freqüente -, uma neurose mista. A etiologia das “neuroses atuais” tornou-se uma etiologia auxiliar das psiconeuroses. Surge um quadro clínico em que, digamos, a neurose de angústia predomina, mas que contém também traços de neurastenia pura, de histeria e de neurose obsessiva. Quando nos confrontamos com uma mistura desse tipo, no entanto, não nos será conveniente desistirmos de separar os quadros clínicos próprios de cada doença neurótica, pois, afinal, não é difícil explicar o caso da maneira que se segue. O lugar predominantemente ocupado pela neurose de angústia mostra que a doença surgiu sob a influência etiológica de uma perturbação sexual “atual” [i.e., do momento presente]. Mas a pessoa em questão estava, à parte isso, predisposta a uma ou mais psiconeuroses, devido a uma etiologia especial e seria em algum momento acometida de uma psiconeurose, espontaneamente ou pelo advento de algum outro fator enfraquecedor. Desse modo, a etiologia auxiliar da psiconeurose que ainda falta é suprida pela etiologia atual [corrente] da neurose de angústia.

Nesses casos, a prática terapêutica passou a ser, muito acertadamente, a desconsideração dos componentes psiconeuróticos do quadro clínico, tratando-se exclusivamente da “neurose atual”. Em inúmeros casos é possível superar também a [psico]neurose que aparece concomitantemente, desde que a neurastenia seja efetivamente tratada. Mas deve-se adotar uma visão diferente nos casos de psiconeuroses que aparecem espontaneamente ou que permanecem como uma entidade independente depois de a doença composta de neurastenia e psiconeurose ter percorrido seu curso. Quando falo no aparecimento “espontâneo” de uma psiconeurose, não quero dizer que a investigação anamnésica não nos mostre nenhum elemento etiológico. Sem dúvida, isso pode ocorrer; mas também é possível que nossa atenção seja dirigida para algum fator irrelevante - um estado emocional, uma debilitação devida a uma doença física, e assim por diante. Entretanto, deve-se ter em mente, em todos esses casos, que a verdadeira etiologia das psiconeuroses não se acha nessas causas precipitantes, mas permanece fora do alcance do exame anamnésico comum.

Como sabemos, foi numa tentativa de preencher essa lacuna que se pressupôs uma predisposição neuropática especial (que aliás, se existisse, não deixaria muita esperança de êxito ao tratamento de tais condições patológicas.) A própria predisposição neuropática é encarada como um sinal de degeneração geral, e assim, esse cômodo termo médico veio a ser copiosamente usado contra os pobres pacientes a quem os médicos são inteiramente incapazes de ajudar. Felizmente, a situação é outra. A predisposição neuropática sem dúvida existe, mas devo negar que seja suficiente para a criação de uma psiconeurose. Devo ainda negar que a conjunção de uma predisposição neuropática com as causas precipitantes que ocorrem em épocas posteriores da vida constitua uma etiologia suficiente para as psiconeuroses. Ao reportarmos as vicissitudes da enfermidade de um indivíduo às experiências de seus ancestrais, fomos longe demais; esquecemos que, entre a concepção e a maturidade de um indivíduo, há um longo e importante período da vida - sua infância -, no qual se podem adquirir os germes da doença posterior. E isso é o que efetivamente ocorre com a psiconeurose. Sua verdadeira etiologia é encontrada nas experiências infantis, e mais uma vez - exclusivamente -, nas impressões referentes à vida sexual. Erramos ao ignorar inteiramente a vida sexual das crianças; segundo minha experiência, as crianças são capazes de todas as atividades sexuais psíquicas, e também de muitas atividades somáticas. Assim como a totalidade do aparelho sexual humano não está compreendida nos órgãos genitais externos e nas duas glândulas reprodutoras, também a vida sexual humana não começa apenas na puberdade, como poderia parecer a um exame superficial. Contudo, é verdade que a organização e a evolução da espécie humana se esforçam por evitar uma ampla atividade sexual durante a infância. Aparentemente, no homem, as forças pulsionais sexuais destinam-se a ser armazenadas, de modo que, com sua liberação na puberdade, possam servir a grandes fins culturais. (W. Fliess.) Uma consideração dessa espécie possibilita compreender por que as experiências sexuais na infância estão fadadas a ter um efeito patogênico. Mas, no momento em que ocorrem, elas só produzem efeito em grau muito reduzido; muito mais importante é seu efeito *retardado*, que só pode ocorrer em períodos posteriores do crescimento. Esse efeito retardado se origina - como não poderia deixar de ser - nos traços psíquicos deixados pelas experiências sexuais infantis. Durante o intervalo entre as experiências dessas impressões e sua reprodução (ou melhor, o reforço dos impulsos libidinais delas provenientes), tanto o aparelho sexual somático como o aparelho psíquico sofrem um importante desenvolvimento; e é assim que a influência dessas experiências sexuais primitivas leva então a uma reação psíquica anormal e à existência de estruturas psicopatológicas.

Nestas breves indicações, não posso fazer mais do que mencionar os principais fatores em que se baseia a teoria das psiconeuroses: a natureza adiada do efeito e o estado infantil do aparelho sexual e do instrumento mental. Para se chegar a uma verdadeira compreensão do mecanismo pelo qual se produzem as psiconeurose, seria necessária uma exposição mais extensa. Acima de tudo, seria indispensável formular como dignas de crença certas hipóteses, que me parecem novas, sobre a composição e o funcionamento do aparelho psíquico. Num livro sobre a interpretação dos sonhos em que estou agora trabalhando, terei

oportunidade de tocar nesses elementos fundamentais para uma psicologia das neuroses, pois os sonhos pertencem ao mesmo conjunto de estruturas psicopatológicas que as *idéés fixes* históricas, as obsessões e os delírios.

Já que as manifestações das psiconeuroses provêm da ação retardada de traços psíquicos inconscientes, elas são acessíveis à psicoterapia. Mas, nesse caso, a terapia deve seguir caminhos diferentes do único até hoje seguido: o da sugestão, com ou sem hipnose. Baseando-me no método “catártico” introduzido por Josef Breuer, elaborei quase completamente, nos últimos anos, um processo terapêutico que proponho descrever como “*psicanalítico*”. Devo a ele grande número de êxitos, e espero poder ainda aumentar-lhe consideravelmente a eficácia. As primeiras explicações sobre a técnica e o alcance desse método foram fornecidas nos *Estudos sobre a Histeria*, escritos conjuntamente com Breuer e publicados em 1895. Desde então, creio poder dizer que muita coisa foi alterada para melhor. Enquanto, naquela época, declaramos modestamente que só podíamos encarregar-nos de eliminar os sintomas da histeria, mas não de curar a histeria em si, essa distinção parece-me hoje sem substância, de modo que há uma perspectiva de cura genuína da histeria e das obsessões. Portanto, foi com o mais vívido interesse que li nas publicações de colegas que, “nesse caso, o engenhoso processo concebido por Breuer e Freud fracassou”, ou “o método não realizou o que parecia prometer”. Isso meu deu um pouco da sensação de um homem que lê no jornal seu próprio obituário, mas pode tranquilizar-se por seu melhor conhecimento dos fatos. Pois o método é tão difícil que, definitivamente, tem que ser aprendido; e não me lembro de um só de meus críticos que tenha expressado o desejo de aprendê-lo comigo. Nem acredito que, como eu, eles se tenham ocupado do método com intensidade suficiente para poderem descobri-lo sozinhos. As observações feitas nos *Estudos sobre a Histeria* são totalmente insuficientes para permitir ao leitor o domínio da técnica, nem pretendem de modo algum transmitir tal instrução completa.

A terapia psicanalítica não é, no momento, aplicável a todos os casos. Tem, a meu ver, as seguintes limitações. Requer um certo grau de maturidade e compreensão nos pacientes, e portanto não é adequada para os jovens ou os adultos com debilidade mental ou sem instrução. Fracassa também com as pessoas muito idosas porque, devido ao acúmulo de material nelas, o tratamento tomaria tanto tempo que, ao terminar, elas teriam chegado a um período da vida em que já não se dá valor à saúde nervosa. Finalmente, o tratamento só é possível quando o paciente tem um estado psíquico normal a partir do qual o material patológico pode ser controlado. Durante um estado de confusão histórica ou uma mania ou melancolia interpolada, nada se pode fazer por meios psicanalíticos. Tais casos, contudo, podem ser tratados pela análise depois de se acalmarem as manifestações violentas pelas medidas usuais. Na prática atual, os casos crônicos de psiconeurose são muito mais acessíveis ao método do que os casos com crises agudas, nos quais a maior ênfase é posta, naturalmente, na rapidez com que as crises possam ser tratadas. Por essa razão, o campo de trabalho mais favorável a essa nova terapia é proporcionado pelas fobias históricas e pelas

várias formas de neurose obsessiva.

Que o método se restrinja a esses limites se explica, em grande parte, pelas circunstâncias em que tive que elaborá-lo. Meu material consiste, de fato, em casos nervosos crônicos derivados das classes mais cultas. Acho muito provável que seja possível conceber métodos complementares para o tratamento de crianças e das pessoas que recebem assistência médica nos hospitais. Devo também dizer que, até o momento, experimentei meu tratamento exclusivamente em casos *graves* de histeria e de neurose obsessiva; não sei dizer como ele se sairia nos casos brandos que, ao menos aparentemente, são curados ao cabo de alguns meses por algum tipo de tratamento inespecífico. É fácil compreender que uma nova terapia que exija muitos sacrifícios só pode contar com a procura de pacientes que já tenham tentado sem sucesso os métodos geralmente aceitos, ou cujo estado justifique a inferência de que eles nada poderiam esperar desses procedimentos terapêuticos mais breves e supostamente mais convenientes. Assim, ocorre que fui obrigado a enfrentar de imediato as mais duras tarefas com um instrumento imperfeito. O teste se revelou extramamente convincente.

As principais dificuldades que ainda restam no caminho do método terapêutico psicanalítico não se devem a ele próprio, mas à falta de compreensão, entre médicos e leigos, da natureza das psiconeuroses. Não passa de um corolário necessário dessa completa ignorância que os médicos se sintam justificados para usar as mais infundadas certezas para consolar seus pacientes ou para induzi-los a adotarem medidas terapêuticas. “Venha para meu sanatório por seis semanas”, dizem eles, “e você ficará livre de seus sintomas” (angústia nas viagens, obsessões, e assim por diante). Os sanatórios são, na verdade, indispensáveis para acalmar os ataques agudos que podem surgir no curso da psiconeurose, distraindo a atenção do paciente, alimentando-o e cuidando dele. Mas, quanto à eliminação dos estados crônicos, não conseguem rigorosamente nada: e os melhores sanatórios, supostamente norteados por fundamentos científicos, não fazem mais do que os estabelecimentos hidropáticos comuns.

Seria mais digno, e também mais útil para o paciente - que, afinal, tem que conviver com suas aflições - que o médico dissesse a verdade, tal como a conhece por sua prática diária. As psiconeuroses, enquanto categoria, não são em absoluto doenças brandas. Quando a histeria se instala, ninguém pode prever quando terminará. A maioria de nós se consola com a vã profecia de que “um dia ela desaparecerá repentinamente”. A recuperação, muitas vezes, mostra ser simplesmente um acordo de tolerância mútua estabelecido entre a parte doente do paciente e sua parte sadia, ou então resulta da transformação de um sintoma numa fobia. A histeria de uma menina, dominada com dificuldade, revive nela quando se torna esposa, após o breve intervalo da primeira felicidade conjugal. A única diferença é que a outra pessoa, o marido, é agora movida por seus próprios interesses a guardar silêncio quanto a seu estado. Mesmo quando uma doença desse tipo não acarreta nenhuma incapacidade visível de os pacientes levarem sua vida, ela quase sempre impede o livre desdobramento de seus poderes mentais. As obsessões se repetem por toda a vida deles; e

as fobias e outras restrições da vontade têm sido até aqui intratáveis por qualquer tipo de terapia. Tudo isso é ocultado do conhecimento do leigo. Por conseguinte, o pai de uma menina histérica fica horrorizado quando, por exemplo, é solicitado a concordar em que ela receba tratamento por um ano, quando talvez só tenha estado doente por alguns meses. O leigo está, por assim dizer, profundamente convencido de que todas essas psiconeuroses são desnecessárias; portanto, não tem paciência com os processos da doença, nem nenhuma disposição de fazer sacrifícios para seu tratamento. Se, em face de um tifo que dura três semanas, ou de uma perna quebrada que leva seis meses para se curar, ele adota uma atitude mais compreensiva, e se, tão logo seu filho mostra os primeiros sinais de uma curvatura na espinha, ele acha razoável que se deva proceder a um tratamento ortopédico por vários anos, essa diferença de comportamento se deve aos melhores conhecimentos por parte do médico, que são por ele honestamente transmitidos ao leigo. A honestidade por parte do médico e a aquiescência voluntária por parte do leigo hão de ser estabelecidas também para as neuroses, tão logo a compreensão da natureza dessas afecções se transforme num patrimônio comum do mundo da medicina. O tratamento radical desses distúrbios requererá sempre, sem dúvida, uma formação especial, e será incompatível com outros tipos de atividade médica. Por outro lado, a essa classe de médicos, que acredito que se amplie no futuro, abre-se a perspectiva de obter resultados notáveis, assim como um discernimento satisfatório da vida mental da espécie humana.

O MECANISMO PSÍQUICO DO ESQUECIMENTO (1898)

ZUM PSYCHISCHEN MECHANISMUS DER VERGESSLICHKEIT

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1898 *Mshr. Psychiat. Neurol.*, 4 (6), 436-443. (Dezembro.)

1952 *G.W.*, 1, 519-27.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

“The Psychological Mechanism of Forgetfulness”

A presente tradução, de Alix Strachey, parece ter sido a primeira para o inglês.

O episódio que é objeto deste artigo ocorreu durante a visita de Freud à costa do Adriático em setembro de 1898. Enviou a Fliess uma breve narrativa dele, quando de seu retorno a Viena, em carta datada de 22 de setembro (Freud, 1950a, Carta 96), e relatou, poucos dias depois (27 de setembro, *ibid.*, Carta 91), ter enviado este artigo à revista em que foi publicado logo em seguida. Esta foi a primeira história publicada de um ato falho e Freud a transformou na base do capítulo de abertura de seu trabalho mais longo sobre o assunto, três anos depois (1901b); a Introdução do Editor inglês a este último (Edição *Standard Brasileira*, Vol. VI, IMAGO Editora, 1976) discute toda essa questão mais minuciosamente. O presente artigo só foi reeditado após a morte de Freud, mais de cinquenta anos depois de sua primeira publicação. Havia uma pressuposição genérica, com base nas observações de Freud no início do primeiro capítulo de *Sobre a Psicopatologia da Vida Cotidiana*, *Ibid.*, ver em [1], de que este artigo não passasse de um rascunho da versão posterior. A comparação efetiva dos dois trabalhos mostra agora que apenas as linhas principais do tema são as mesmas, que a argumentação está aqui disposta de modo diferente, e que o material é ampliado em um ou dois pontos.

O MECANISMO PSÍQUICO DO ESQUECIMENTO

O fenômeno do esquecimento, que eu gostaria de descrever e em seguida explicar neste artigo, já foi sem dúvida experimentado por qualquer um em si próprio ou observado em outras pessoas. Afeta, em particular, o uso dos nomes próprios - *nomina propria* - e se manifesta da seguinte maneira. Em meio a uma conversa, vemo-nos obrigados a confessar à pessoa com quem falamos que não conseguimos descobrir um nome que desejaríamos mencionar naquele momento, o que nos força a pedir sua ajuda - em geral, ineficaz. “Como é mesmo o nome dele? Eu sei tão bem! Está na ponta da língua. De repente, me escapou.” Um inequívoco sentimento de irritação, semelhante ao que acompanha a afasia motora, junta-se então a nossos esforços adicionais para descobrir o nome que sabemos ter estado em nossa mente apenas um minuto antes. Nas situações características, dois traços concomitantes merecem ser notados. Em primeiro lugar, a concentração enérgica e deliberada da função

que chamamos de atenção se revela impotente, por mais que persista, para descobrir o nome esquecido. Em segundo lugar, em vez do nome que estamos procurando, surge prontamente um outro nome, que reconhecemos ser incorreto e rejeitamos, mas que insiste em retornar. Ou então, em vez do nome substituto, encontramos em nossa memória uma única letra ou sílaba que reconhecemos ser parte do nome que estamos buscando. Dizemos, por exemplo: “Começa com ‘B’.” Quando finalmente conseguimos, de um modo ou de outro, descobrir o nome buscado, verificamos que, na grande maioria dos casos, este não começa com “B” e nem sequer contém essa letra.

A melhor técnica para captar o nome que falta é, como se sabe, “não pensar nele” - isto é, desviar dessa tarefa a parcela da atenção sobre a qual se exerce controle voluntário. Passado algum tempo, o nome desaparecido “irrompe” na mente; e o sujeito não consegue impedir-se de enunciá-lo em voz alta, para grande espanto do interlocutor, que já se havia esquecido do episódio e que, de qualquer forma, se interessara muito pouco pelos esforços do locutor. “Escute”, é provável que diga, “não faz muita diferença qual é mesmo o nome do homem; continue com sua história”. Durante o tempo todo, até que a questão seja esclarecida, e mesmo depois do desvio intencional [de sua atenção], a pessoa fica preocupada a um ponto que, a rigor, não pode ser explicado pelo volume de interesse que o caso todo possua.

Em alguns casos em que eu próprio passei por essa experiência de esquecer nomes, consegui, através da análise psíquica, explicar a mim mesmo a seqüência de eventos; e agora descreverei detalhadamente o caso mais simples e nítido desse tipo.

Durante minhas férias de verão, fiz certa vez uma viagem de trem da encantadora cidade de Ragusa até uma cidadezinha próxima, na Herzegovina. A conversa com meu companheiro de viagem girou, como era natural, em torno da situação dos dois países (Bósnia e Herzegovina) e das características de seus habitantes. Eu falava sobre as várias peculiaridades dos turcos que lá viviam, tais como descrevera, anos antes, um amigo e colega que vivera entre eles por muitos anos como médico. Pouco depois, nossa conversa voltou-se para o tema da Itália e das pinturas, e tive oportunidade de recomendar enfaticamente a meu companheiro que algum dia visitasse Orvieto, para lá contemplar os afrescos do fim do mundo e do Juízo Final com que fora decorada uma das capelas da catedral por um grande artista. Mas o nome do artista escapou-me e não consegui lembrá-lo. Exerci minhas faculdades de recordação, fazendo desfilar pela memória todos os detalhes do dia que passara em Orvieto, e me convenci de que nem sequer a mais íntima parte dele fora obliterada ou se tornara vaga. Pelo contrário, eu era capaz de evocar os quadros com maior nitidez sensorial do que me era comum. Vi diante de meus olhos, com nitidez especial, o auto-retrato do artista - com o rosto sério e as mãos cruzadas -, que ele pusera no canto de um dos quadros, próximo ao retrato de seu predecessor na obra, Fra Angelico da Fiesole; mas o nome do artista, geralmente tão familiar para mim, permanecia obstinadamente oculto, sem que meu companheiro de viagem pudesse me ajudar. Meus esforços contínuos não

tiveram nenhum êxito, a não ser pela evocação dos nomes de dois outros artistas, que eu sabia não serem os nomes corretos. Eram eles *Botticelli* e, em segundo lugar, *Boltraffio*. A repetição do som “Bo” em ambos os nomes substitutos talvez levasse um neófito a supor que esse som pertencia também ao nome esquecido, mas tomei cuidado de passar ao largo dessa expectativa.

Como não tivesse qualquer acesso a livros de consulta em minha viagem, tive que suportar por vários dias esse lapso de memória e o tormento interno a ele associado, que recorria todos os dias com intervalos freqüentes, até que esbarrei num italiano culto que me libertou desse sofrimento ao dizer-me o nome: *Signorelli*. Eu próprio pude acrescentar o primeiro nome do artista, *Luca*. Imediatamente, minha lembrança ultranítida dos traços do mestre, tal como representados em seu retrato, esmaeceu-se.

Que influências me teriam levado a esquecer o nome *Signorelli*, que me era tão familiar e que se grava tão facilmente na memória? E que caminhos teriam levado a sua substituição por *Botticelli* e *Boltraffio*? Uma breve excursão de volta às circunstâncias em que ocorrera o esquecimento bastou para lançar luz sobre ambas as questões.

Pouco antes de chegar ao assunto dos afrescos na catedral do Orvieto, eu estivera contando a meu companheiro de viagem algo que ouvira de meu colega, anos antes, sobre os turcos da Bósnia. Estes tratam os médicos com respeito especial e exibem, em marcante contraste com nosso próprio povo, uma atitude de resignação ante os desígnios do destino. Se um médico tem que informar a um pai de família que um de seus parentes está à morte, a resposta é: “*Herr* [Senhor], que se há de fazer? Se houvesse uma maneira de salvá-lo, sei que o senhor o ajudaria.” Outra lembrança próxima disso estava em minha memória. Esse mesmo colega me falara da suprema importância que esses bosnianos atribuem aos prazeres sexuais. Certa vez, um de seus pacientes lhe disse: “Sabe, *Herr*, se *isso* acabar, a vida não vale mais nada.” Naquela ocasião, pareceu ao médico e a mim que se podia presumir que os dois traços de caráter do povo bosniano assim ilustrados estivessem estreitamente ligados. Mas, ao relembrar essas histórias em minha viagem para Herzegovina, suprimi a segunda, em que se abordava o tema da sexualidade. Foi logo depois disso que o nome *Signorelli* me escapou e os nomes *Botticelli* e *Boltraffio* apareceram como substitutos.

A influência que tornara o nome *Signorelli* inacessível à memória, ou, como costume dizer, aquilo que o “recalcara”, só podia proceder da história que eu havia suprimido sobre o valor atribuído à morte e ao gozo sexual. Se assim fosse, deveríamos poder descobrir as idéias intermediárias que serviram para ligar os dois temas. A afinidade entre o conteúdo deles - de um lado, o Juízo Final, o “Dia do Juízo”, e de outro, a morte e a sexualidade -

parece muito superficial; e já que se tratava do recalçamento da lembrança de um *nome*, era provável, a julgar pelas aparências, que a conexão estivesse entre um e outro nome. Ora, “*Signor*” significa “*Herr* [Senhor]”, e “*Herr*” está também presente no nome “Herzegovina”. Além disso, decerto não era irrelevante que ambos os comentários dos pacientes por mim recordados contivessem um “*Herr*” como forma de dirigir-se ao médico. A tradução de “*Signor*” por “*Herr*” fora, portanto, o meio pelo qual a história que eu havia suprimido arrastara consigo para o recalçamento o nome que eu estava procurando. Todo o processo fora claramente facilitado pelo fato de que, nos últimos dias passados em Ragusa, eu falara italiano continuamente - isto é, acostumara-me a traduzir mentalmente do alemão para o italiano.

Quando tentei recuperar o nome do artista, resgatando-o do recalçamento, a influência do laço em que o nome se enredara no intervalo fez-se inevitavelmente sentir. De fato, descobri o nome de um artista, mas não o correto. Era um nome deslocado, e a orientação do deslocamento fora dada pelos nomes contidos no tema recalçado. “*Boticelli*”; contém as mesmas sílabas finais que “*Signorelli*”; portanto, as sílabas finais - que, diversamente da primeira parte da palavra, “*Signor*”, não podiam estabelecer uma ligação direta com o nome “Herzegovina” - tinham retornado; mas a influência do nome “Bósnia”, regularmente associado com o nome “Herzegovina”, evidenciara-se ao dirigir a substituição para dois nomes de artistas que começavam com a mesma sílaba, “Bo”: “*Botticelli*” e, depois, “*Boltraffio*”. Verifica-se, pois, que a descoberta do nome “*Signorelli*” sofrera a interferência do tema que estava por trás dele, no qual apareciam os nomes “Bósnia” e “Herzegovina”.

Para que esse tema pudesse produzir tais efeitos, não seria bastante que eu o tivesse suprimido uma vez na conversa - coisa que se deu por motivos casuais. Devemos, antes, presumir que o próprio tema estivesse também intimamente ligado a fluxos de representações em mim presentes em estado de recalque - isto é, fluxos de representações que, a despeito da intensidade do interesse nelas depositado, deparassem com uma resistência que os impedisse de serem elaborados por uma dada instância psíquica, e portanto, de se tornarem conscientes. Que isso realmente se aplicou, na época, ao tema “morte e sexualidade”, é algo de que tenho muitas provas que não preciso abordar aqui, extraídas de minha própria auto-observação. Mas posso chamar atenção para uma conseqüência dessas representações recalçadas. A experiência ensinou-me a insistir em que todo produto psíquico é elucidável e até mesmo sobredeterminado. Conseqüentemente, pareceu-me que o segundo nome substituto, “*Boltraffio*”, exigia outra determinação, pois, ali, apenas suas letras iniciais tinham sido explicadas, por sua assonância com “Bósnia”. Recordei-me então de que essas representações recalçadas nunca me haviam absorvido mais do que algumas semanas antes, depois de ter recebido uma certa notícia. O lugar onde a notícia me chegou chamava-se “*Trafoi*”, e esse nome é por demais semelhante à segunda metade do nome “*Boltraffio*” para não ter tido um efeito determinante em minha escolha deste último. No pequeno diagrama esquemático que se segue [Fig. 1], tentei reproduzir as

relações agora trazidas à luz.

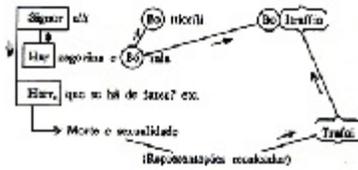


Fig. 1

Talvez não deixe de haver um interesse intrínseco em se poder perscrutar a história de um evento psíquico desse tipo, que está entre os mais triviais distúrbios que podem afetar o controle do aparelho psíquico, e que é compatível com um estado de saúde psíquica sem outras perturbações. Mas o exemplo aqui elucidado ganha um enorme interesse adicional ao sabermos que ele pode servir como nada menos do que um modelo dos processos patológicos a que devem sua origem os sintomas psíquicos das psiconeuroses - histeria, obsessões e paranóia. Em ambos os casos, encontramos os mesmos elementos e a mesma interação de forças entre esses elementos. Do mesmo modo que aqui e por meio de associações superficiais similares, um fluxo de representações recalcado se apodera, na neurose, de uma ingênua impressão recente e a faz imergir com ele no recalque. O mesmo mecanismo que faz os nomes substitutos “Botticelli” e “Boltraffio” emergirem de “Signorelli” (uma substituição por meio de representações intermediárias ou conciliatórias) rege também a formação das representações obsessivas e das paramnésias paranóicas. Além disso, vimos que esses casos de esquecimento têm a característica de liberar um desprazer contínuo até o momento em que o problema é resolvido - uma característica que seria ininteligível a não ser por isso, e algo que |no exemplo que mencionei| foi de fato ininteligível para a pessoa com quem eu estava falando |ver em [1]|; mas há uma completa analogia com isso no modo pelo qual os conjuntos de representações recalcadas ligam sua capacidade de gerar afeto a algum sintoma cujo conteúdo psíquico parece, em nosso julgamento, inteiramente inadequado a tal liberação de afeto. Finalmente, a dissolução de toda a tensão pela comunicação do nome correto por uma fonte externa é, em si mesma, um bom exemplo da eficácia da terapia psicanalítica, que visa a corrigir os recalques e deslocamentos e que elimina os sintomas pela reinstalação do verdadeiro objeto psíquico.

Portanto, entre os vários fatores que contribuem para o fracasso de uma recordação ou para uma perda de memória, não se deve menosprezar o papel desempenhado pelo recalque, e isso pode ser demonstrado não só nos neuróticos, mas também (de modo qualitativamente idêntico) nas pessoas normais. Pode-se afirmar, muito genericamente, que a facilidade (e em última instância, também a fidelidade) com que dada impressão é despertada na memória depende não só da constituição psíquica do indivíduo, da força da impressão quando recente, do interesse voltado para ela nessa ocasião, da constelação

psíquica no momento atual, do interesse *agora* voltado para sua emergência, das ligações para as quais a impressão foi arrastada etc. - não só de coisas como essas, mas também da atitude favorável ou desfavorável de um dado fator psíquico que se recusa a reproduzir qualquer coisa que possa liberar desprazer, ou que possa subseqüentemente levar à liberação de desprazer. Assim, a função da memória, que gostamos de encarar como um arquivo aberto a qualquer um que sinta curiosidade, fica desse modo sujeita a restrições por uma tendência da vontade, exatamente como qualquer parte de nossa atividade dirigida para o mundo externo. Metade do segredo da amnésia histórica é desvendado ao dizermos que as pessoas históricas não sabem o que não *querem* saber; e o tratamento psicanalítico, que se esforça por preencher tais lacunas da memória no decorrer de seu trabalho, leva-nos à descoberta de que a tarefa de resgatar essas lembranças perdidas enfrenta certa resistência, que tem de ser contrabalançada por um trabalho proporcional a sua magnitude. No caso de processos psíquicos que são basicamente normais, não se pode, naturalmente, alegar que a influência desse fator tendencioso na revivescência das lembranças de algum modo supere, regularmente, todos os outros fatores que devem ser levados em conta.

Como respeito à natureza tendenciosa de nosso recordar e esquecer, vivi, não faz muito tempo, um exemplo instrutivo - instrutivo pelo que traiu -, do qual gostaria de acrescentar um relato. Eu tencionava fazer uma visita de vinte e quatro horas a um amigo que, lamentavelmente, mora muito longe, e estava repleto de coisas para lhe contar. Antes disso, porém, senti-me na obrigação de visitar uma família conhecida em Viena, da qual um dos membros se mudara para a cidade em questão, de modo a levar comigo seus cumprimentos e recados para o parente ausente. Eles me disseram o nome da *pension* onde ele morava, assim como o nome da rua e o número da casa, e, em vista de minha memória precária, escreveram o endereço num cartão, que coloquei em minha carteira. No dia seguinte, ao chegar à casa de meu amigo, anunciei: “Só tenho um dever a cumprir que pode atrapalhar minha estada com você; é uma visita, e será a primeira coisa que vou fazer. O endereço está em minha carteira”. Para meu espanto, contudo, não o achei lá. Assim, no final das contas, eu tinha que recorrer a minha memória. Minha memória para nomes não é particularmente boa, mas é incomparavelmente melhor do que para números e algarismos. Posso fazer visitas médicas a uma casa por um ano inteiro e, ainda assim, se tiver que ser levado até lá por um cocheiro, terei dificuldade em recordar o número da casa. Nesse caso, porém, eu o gravei especialmente; ele estava ultranítido, como que para zombar de mim - pois nenhum traço do nome da *pension* ou da rua ficara em minha lembrança. Eu havia esquecido todos os dados do endereço que poderiam servir como ponto de partida para descobrir a *pension*; e, contrariando muito meu hábito, retivera o número da casa, que era inútil para esse fim. Por conseguinte, não pude fazer a visita. Consolei-me com notável rapidez e dediquei-me inteiramente a meu amigo. Ao retornar a Viena e me postar diante da minha escrivania, eu soube, sem um momento de hesitação, o lugar em que, em minha “distração”, eu pusera o cartão com o endereço. O fator atuante em minha ocultação inconsciente da coisa fora a

mesma intenção que atuara em meu ato curiosamente modificado de esquecimento.

LEMBRANÇAS ENCOBRIDAS (1899)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

ÜBER DECKERINNERUNGEN

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1899 *M Schr. Psychiat. Neurol.*, 6 (3), 215-30. (Setembro.)

1925 *G.S.*, 1, 465-88.

1952 *G.W.*, 1, 531-54.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

“Screen Memories”

1950 *C.P.*, 5, 47-69 (Trad. de James Strachey.)

A presente tradução é uma reedição ligeiramente revista da que foi publicada em 1950.

Uma carta inédita de Freud a Fliess, de 25 de maio de 1899, narra que, naquela data, este artigo fora enviado ao editor do periódico em que apareceria mais tarde, naquele mesmo ano. Freud acrescenta que ficara imensamente satisfeito durante sua produção, fato que considerava um mau presságio para seu futuro destino.

O conceito de “lembranças encobridoras” foi aqui introduzido por Freud pela primeira vez. Sem dúvida fora trazido à baila por seu exame do caso específico que ocupa a maior parte do artigo, caso esse a que ele aludira numa carta a Fliess de 3 de janeiro de 1899

(Carta 101). Entretanto, esse tema estava intimamente relacionado com vários outros que já vinham ocupando sua mente por muitos meses - de fato, desde que ele se envolvera em sua auto-análise, no verão de 1897 -, problemas referentes ao funcionamento da memória e suas distorções, à importância e *raison d'être* das fantasias, à amnésia que cobre nossos primeiros anos de vida e, por trás de tudo isso, à sexualidade infantil. Os leitores das cartas a Fliess encontrarão muitas abordagens da presente discussão. Ver, por exemplo, os comentários sobre as fantasias no Rascunho M, de 25 de maio de 1897, e na Carta 66, de 7 de julho de 1897. As lembranças encobridoras analisadas por Freud ao final do Capítulo IV da edição de 1907 de *Sobre a Psicopatologia da Vida Cotidiana* (1901b) remontam a esse mesmo verão de 1897.

É curioso que o tipo de lembrança encobridora predominantemente examinado neste artigo - o tipo em que uma lembrança anterior é usada como uma tela para encobrir um evento posterior - quase desaparece da literatura subsequente. O que passou desde então a ser considerado como o tipo usual - aquele em que um acontecimento anterior é encoberto por uma lembrança posterior - mal chega a ser mencionado aqui, embora passasse a ser o tipo abordado por Freud, de maneira quase exclusiva, apenas dois anos depois, no capítulo de *Sobre a Psicopatologia da Vida Cotidiana* acima mencionado. (Ver também nota de rodapé, ver em [1].)

O interesse intrínseco deste artigo foi imerecidamente obscurecido por um fato externo a ele. Não era difícil adivinhar que o incidente nele descrito era realmente autobiográfico, o que se converteu numa certeza após o aparecimento da correspondência com Fliess. Muitos dos detalhes, entretanto, podem ser encontrados nos escritos publicados de Freud. Assim, as crianças da lembrança encobridora eram, de fato, seu sobrinho John e sua sobrinha Pauline, que aparecem em vários pontos de *A Interpretação dos Sonhos* (1900a). (Cf., por exemplo, Edição *Standard* Brasileira, Vol. V, ver em [1], [2], [3], [4] [5], IMAGO Editora, 1972.) Eram filhos de seu meio-irmão mais velho, mencionado no Capítulo X de *Sobre a Psicopatologia da Vida Cotidiana* (1901b), *ibid.*, Vol. VI, ver em [1], IMAGO Editora, 1976. Esse irmão, depois da dispersão da família em Freiberg, quando Freud tinha três anos, estabeleceu-se em Manchester, onde Freud o visitou aos dezenove anos de idade - e não aos vinte, como implicado aqui (ver em [1]) -, visita essa a que é feita uma alusão na mesma passagem de *Sobre a Psicopatologia da Vida Cotidiana*, e também em *A Interpretação dos Sonhos* (*ibid.*, Vol. V, ver em [1], IMAGO Editora, 1972). Sua idade na ocasião da primeira volta a Freiberg era também um ano menos do que a aqui indicada. Ele estava com dezesseis anos, como nos diz na “Carta ao Burgomestre de Příbor” (1931e), *ibid.*, Vol. XXI, ver em [1], IMAGO Editora, 1974. Ficamos sabendo, também por essa fonte, que a família com que se hospedou chamava-se Fluss, e uma das filhas dessa família, Gisela, é a figura central da presente história. O episódio é integralmente descrito no primeiro volume da biografia de

LEMBRANÇAS ENCOBRIDAS

No curso de meu tratamento psicanalítico de casos de histeria, neurose obsessiva etc., tenho freqüentemente lidado com recordações fragmentárias dos primeiros anos da infância, que permaneceram na memória dos pacientes. Como mostrei em outros textos, deve-se atribuir grande importância patogênica às impressões dessa época da vida. Mas o tema das lembranças da infância está, de qualquer modo, destinado a ser de interesse psicológico, pois elas põem em notável relevo uma diferença fundamental entre o funcionamento psíquico das crianças e dos adultos. Ninguém contesta o fato de que as experiências dos primeiros anos de nossa infância deixam traços inerradicáveis nas profundezas de nossa mente. Entretanto, ao procurarmos averiguar em nossa *memória* quais as impressões que se destinaram a influenciar-nos até o fim da vida, o resultado é, ou absolutamente nada, ou um número relativamente pequeno de recordações isoladas, que são freqüentemente de importância duvidosa ou enigmática. É somente a partir do sexto ou sétimo ano - em muitos casos, só depois dos dez anos - que nossa vida pode ser reproduzida na memória como uma cadeia concatenada de eventos. Daí em diante, porém, há também uma relação direta entre a importância psíquica da experiência e sua retenção na memória. O que quer que pareça importante por seus efeitos imediatos ou diretamente subsequentes é recordado; o que quer que seja julgado não essencial é esquecido. Quando consigo lembrar um acontecimento por muito tempo após sua ocorrência, encaro o fato de tê-lo retido na memória como uma prova de que ele causou em mim, na época, uma profunda impressão. Surpreendo-me ao esquecer uma coisa importante, e talvez me sinta ainda mais surpreso ao recordar alguma coisa aparentemente irrelevante.

É apenas em certos estados mentais patológicos que torna a deixar de aplicar a relação mantida, nos adultos normais, entre a importância psíquica de um evento e sua retenção na memória. Por exemplo, o histérico habitualmente mostra uma amnésia em relação a algumas ou todas as experiências que levaram à instalação de sua doença, as quais, por isso mesmo, tornaram-se importantes para ele, e que, independentemente disso, podem ter sido importantes por si mesmas. A analogia entre esse tipo de amnésia patológica e a amnésia normal que afeta nossos primeiros anos de vida parece-me fornecer um valioso indício da íntima ligação que existe entre o conteúdo psíquico das neuroses e nossa vida infantil.

Estamos tão acostumados a essa falta de lembrança das impressões infantis que tendemos

a desconsiderar o problema subjacente a ela, e nos inclinamos a explicá-lo como uma conseqüência óbvia do caráter rudimentar das atividades mentais das crianças. Na verdade, porém, uma criança normalmente desenvolvida de três ou quatro anos já exibe uma ampla margem de funcionamento mental altamente organizado, tanto em suas comparações e inferências quanto na expressão de seus sentimentos; e não há nenhuma razão evidente pela qual a amnésia deva incidir sobre esses atos psíquicos, que não são menos importantes do que os de idade posterior.

Antes de abordarmos problemas psicológicos ligados às mais antigas lembranças da infância, seria essencial, é claro, fazer uma coleta de material, enviando circulares a um número bastante grande de adultos e descobrindo que espécie de recordações eles são capazes de fornecer desses primeiros anos. Um primeiro passo nessa direção foi dado em 1895 por V. e C. Henri, que circularam um formulário de perguntas por eles preparado. Os resultados altamente sugestivos desse questionário, que colheu respostas de cento e vinte e três pessoas, foram publicados pelos dois autores em 1897. Não tenho intenção de discutir, no momento, o assunto como um todo, e assim me contentarei em enfatizar os poucos pontos que me permitirão introduzir a idéia do que denominei de “lembranças encobridoras”.

A idade a que o conteúdo dessas primeiras lembranças da infância costuma remontar é o período entre dois e quatro anos. (Esse é o caso de oitenta e oito pessoas na série observada pelos Henris.) Há alguns indivíduos, entretanto, cujas lembranças recuam ainda mais - até mesmo ao período antes de completarem seu primeiro aniversário; por outro lado, há aqueles cujas recordações mais antigas remontam apenas aos seis, sete ou mesmo oito anos. Não há nada, por ora, que mostre o que mais está relacionado com essas diferenças individuais; mas convém notar, dizem os Henris, que uma pessoa cuja primeira recordação remonta a uma idade muito tenra - ao primeiro ano de vida, talvez - terá também a seu dispor outras lembranças isoladas dos anos seguintes, e poderá reproduzir suas experiências como uma cadeia contínua a partir de um ponto mais recuado no tempo - por exemplo, a partir dos cinco anos - do que é possível para outras pessoas, cuja primeira lembrança data de época posterior. Assim, em casos particulares, não apenas a data do aparecimento da primeira recordação, mas também toda a função da memória, pode ser avançada ou retardada.

Um interesse muito especial prende-se à questão do *conteúdo* usual dessas primeiras lembranças da infância. A psicologia dos adultos nos levaria necessariamente a esperar que fossem selecionadas como dignas de recordação as experiências que tivessem despertado alguma emoção poderosa ou que, em virtude de suas conseqüências, tivessem sido reconhecidas como importantes logo após sua ocorrência. E, de fato, algumas das observações coligidas pelos Henris parecem atender a essa expectativa. Eles relatam que o conteúdo mais freqüente das primeiras lembranças da infância constitui-se, de um lado, das situações de medo, vergonha, dor física etc. e, de outro, de acontecimentos importantes como doenças, mortes, incêndios, nascimentos de irmãos e irmãs etc. Poderíamos, portanto, inclinar-nos a presumir que o princípio que rege a escolha das lembranças é o mesmo, tanto

no caso de crianças quanto de adultos. É compreensível - embora esse fato mereça ser explicitamente mencionado - que as lembranças retidas da infância evidenciem, necessariamente, a diferença entre o que desperta o interesse da criança e o do adulto. Isso explica facilmente por que, por exemplo, uma mulher relata lembrar-se de diversos acidentes ocorridos com suas bonecas quando ela contava dois anos de idade, mas não tem nenhuma recordação dos eventos sérios e trágicos que possa ter observado na mesma época.

Agora, entretanto, estamos diante de um fato diametralmente oposto a nossas expectativas e que fatalmente nos assombra. Somos informados de que há algumas pessoas cujas recordações mais remotas da infância relacionam-se com eventos cotidianos e irrelevantes, que não poderiam produzir qualquer efeito emocional nem mesmo em crianças, mas que são recordados (com *demasiada* nitidez, fica-se inclinado a dizer) em todos os detalhes, enquanto outros acontecimentos aproximadamente contemporâneos não foram retidos em sua memória, mesmo que, segundo o testemunho de seus pais, tenham-nos comovido intensamente na ocasião. Assim, os Henris mencionam um professor de filologia cuja lembrança mais antiga, situada entre os três e quatro anos, mostrava-lhe uma mesa posta para uma refeição e, sobre ela, uma bacia com gelo. Na mesma época, ocorreu a morte de sua avó, o que, de acordo com seus pais, foi um rude golpe para o garoto. Mas o atual professor de filologia não tem nenhuma recordação dessa perda; tudo de que se lembra daqueles dias é a bacia de gelo. Outro homem relata que sua lembrança mais antiga é um episódio durante um passeio a pé, no qual ele quebrou um galho de árvore. Ele acredita que ainda é capaz de identificar o local onde isso ocorreu. Havia várias outras pessoas presentes, e uma delas o ajudou.

Os Henris descrevem tais casos como sendo raros. Segundo minha experiência, que em sua maior parte, é verdade, baseia-se em neuróticos, eles são bastante freqüentes. Um dos sujeitos da investigação dos Henris fez uma tentativa de explicar a ocorrência dessas imagens mnêmicas cuja inocência as torna tão misteriosas, e sua explicação me parece extremamente pertinente. Ele acha que, nesses casos, a cena relevante pode ter sido retida na memória apenas *incompletamente*, e essa talvez seja a razão de parecer tão pouco esclarecedora: as partes esquecidas continham, provavelmente, tudo o que era digno de nota na experiência. Posso confirmar a veracidade dessa concepção, embora prefira dizer que esses elementos da experiência foram *omitidos*, em vez de esquecidos. Tenho conseguido com freqüência, por meio do tratamento psicanalítico, descobrir as partes que faltam numa experiência infantil, provando assim que a impressão da qual não se reteve mais do que um fragmento na memória, uma vez restaurada em sua íntegra, mostra efetivamente confirmar o pressuposto de que as coisas mais importantes é que são recordadas. Isso, entretanto, não fornece nenhuma explicação para a notável escolha feita pela memória entre os elementos da experiência. Devemos primeiro indagar por que se suprime precisamente o que é importante, retendo-se o irrelevante; e não encontraremos uma explicação para isso enquanto não tivermos investigado mais a fundo o mecanismo desses processos. Verificaremos então que

há duas forças psíquicas envolvidas na promoção desse tipo de lembranças. Uma dessas forças encara a importância da experiência como um motivo para procurar lembrá-la, enquanto a outra - uma resistência - tenta impedir que se manifeste qualquer preferência dessa ordem. Essas duas forças opostas não se anulam mutuamente, nem qualquer delas predomina (com ou sem perda para si própria) sobre a outra. Em vez disso, efetua-se uma conciliação, numa analogia aproximada com a resultante de um paralelogramo de forças. E a conciliação é a seguinte: o que é registrado como imagem mnêmica não é a experiência relevante em si - nesse aspecto, prevalece a resistência; o que se registra é um outro elemento psíquico intimamente associado ao elemento passível de objeção - e, nesse aspecto, o *primeiro* princípio mostra sua força: o princípio que se esforça por fixar as impressões importantes, estabelecendo imagens mnêmicas reproduzíveis. O resultado do conflito, portanto, é que, em vez da imagem mnêmica que seria justificada pelo evento original, produz-se uma outra, que foi até certo ponto associativamente *deslocada* da primeira. E já que os elementos da experiência que suscitaram objeção foram precisamente os elementos importantes, a lembrança substituta perde necessariamente esses elementos importantes e, por conseguinte, é muito provável que se nos afigure trivial. Ela nos parece incompreensível porque nos inclinamos a buscar a razão de sua retenção em seu próprio conteúdo, ao passo que essa retenção se deve, de fato, à relação que existe entre seu conteúdo e um conteúdo diferente, que foi suprimido. Há entre nós um dito corrente sobre as falsificações, no sentido de que, em si mesmas, elas não são feitas de ouro, mas estiveram perto de algo *realmente* feito de ouro. É bem possível aplicar essa mesma comparação a algumas das experiências infantis retidas na memória.

Há numerosos tipos possíveis de casos em que um conteúdo psíquico aparece em lugar de outro, e estes se manifestam numa multiplicidade de constelações psicológicas. Um dos casos mais simples é obviamente o que ocorre nas lembranças infantis que nos interessam aqui - isto é, o caso em que os elementos essenciais de uma experiência são representados na memória pelos elementos não essenciais da mesma experiência. Trata-se de um caso de deslocamento para alguma coisa associada por continuidade; ou, examinando-se o processo como um todo, de um caso de recalçamento acompanhado de substituição por algo próximo (seja no espaço ou no tempo). Em outra oportunidade tive ocasião de descrever um exemplo muito semelhante de substituição ocorrida na análise de uma paciente que sofria de paranóia. A mulher em questão tinha alucinações com vozes que lhe repetiam longas passagens do romance *Die Heiterethei*, de Otto Ludwig. Mas as passagens escolhidas pelas vozes eram as mais insignificantes e irrelevantes do livro. A análise mostrou, contudo, que havia outras passagens na mesma obra que tinham suscitado na paciente os mais aflitivos pensamentos. O afeto aflitivo motivara a construção de uma defesa contra essas idéias, mas os motivos para levá-las adiante recusaram-se a ser suprimidos. O resultado foi uma conciliação, pela qual as passagens inocentes emergiam na memória da paciente com força e nitidez patológicas. O processo que aqui vemos em ação - conflito, recalçamento e substituição envolvendo uma conciliação - retorna em todos os sintomas psiconeuróticos e nos fornece a chave para

compreendermos sua formação. Portanto, não deixa de ter importância que possamos mostrar o mesmo processo em ação na vida mental de indivíduos normais. O fato de esse processo influenciar, nas pessoas normais, precisamente a escolha de suas lembranças infantis parece proporcionar mais um indício das íntimas relações em que vimos insistindo entre a vida mental das crianças e o material psíquico das neuroses.

Os processos da defesa normal e patológica e os deslocamentos em que resultam são claramente de grande importância. Mas, ao que eu saiba até hoje os psicólogos não fizeram nenhum estudo sobre eles, e resta ainda definir em que camadas da atividade psíquica e em que condições eles entram em ação. É bem possível que a razão dessa negligência esteja no fato de que nossa vida mental, na medida em que é objeto de nossa percepção interna *consciente*, nada nos mostra desses processos, salvo pelos casos que classificamos de “raciocínio falho” e por algumas operações mentais que visam produzir um efeito cômico. A asserção de que é possível deslocar uma intensidade psíquica de uma representação (que é então abandonada) para outra (que daí por diante desempenha o papel psicológico da primeira) é tão desnorteante para nós quanto certas características da mitologia grega - por exemplo, quando se diz que os deuses vestem alguém de beleza como se esta fosse um véu, enquanto *nós* pensamos apenas num rosto transfigurado por uma mudança de expressão.

As investigações adicionais dessas lembranças infantis irrelevantes ensinaram-me que elas podem também originar-se de outras maneiras, e que uma insuspeitada riqueza de significados se oculta por trás de sua aparente inocência. Quanto a esse aspecto, porém, não me contentarei com uma simples asserção, mas fornecerei um relato pormenorizado de um caso particular que me parece o mais instrutivo dentre um número considerável de casos similares. Seu valor é seguramente aumentado pelo fato de relacionar-se com alguém que de modo algum é neurótico, ou que só o é muito levemente.

O sujeito dessa observação é um homem de instrução universitária, com trinta e oito anos de idade. Embora sua profissão se situe em campo muito diferente, ele passou a se interessar por questões psicológicas desde a ocasião em que consegui livrá-lo de uma leve fobia por meio da psicanálise. No ano passado, ele me chamou atenção para suas lembranças infantis, que já tinham desempenhado certo papel em sua análise. Após estudar a pesquisa efetuada por V. e C. Henri, ele me forneceu o seguinte relato sumarizado de sua própria experiência.

“Disponho de um bom número de antigas lembranças da infância, que posso datar com grande certeza, pois, por volta dos três anos de idade, deixei o lugarejo onde nascera e me mudei para uma grande cidade; e todas essas minhas lembranças relacionam-se com meu lugar de nascimento e correspondem, portanto, ao segundo e terceiro anos de minha vida. Em sua maioria, são cenas curtas, mas muito bem conservadas e providas de todos os detalhes da percepção sensorial, em completo contraste com minhas lembranças dos anos adultos, às quais falta inteiramente o elemento visual. Dos três anos em diante, minhas recordações

tornam-se mais escassas e menos claras; há lacunas nelas que devem cobrir mais de um ano; e creio que é só depois dos seis ou sete anos que o fluxo de minhas lembranças torna-se contínuo. As lembranças anteriores à época em que deixei minha primeira residência dividem-se em três grupos. O primeiro grupo consiste em cenas que meus pais me descreveram repetidamente desde então. Quanto a estas, não sei ao certo se já tinha sua imagem mnêmica desde o início, ou se só a reconstruí depois de ouvir uma dessas descrições. Posso assinalar, entretanto, que há também acontecimentos dos quais não tenho nenhuma imagem mnêmica, apesar de terem sido freqüentemente relatados com minúcias por meus pais. Atribuo mais importância ao segundo grupo. Este compreende cenas que não me foram descritas (pelo menos ao que eu saiba), algumas das quais, na verdade, *não poderiam* ter-me sido descritas, já que não voltei a encontrar os outros participantes delas (minha babá e meus companheiros de brincadeiras) desde sua ocorrência. Logo cheguei ao terceiro grupo. No que se refere ao conteúdo dessas cenas e à conseqüente razão de serem lembradas, gostaria de dizer que não estou inteiramente perdido. A rigor, não posso sustentar que as lembranças que retive sejam lembranças dos acontecimentos mais importantes desse período, ou dos que eu hoje reputaria como os mais importantes. Não tomei conhecimento do nascimento de uma irmã dois anos e meio mais nova que eu, e minha partida, minha primeira visão da estrada de ferro e a longa viagem de charrete até ela - nada disso deixou qualquer traço em minha memória. Por outro lado, consigo lembrar-me de duas pequenas ocorrências durante a viagem de trem; estas, como o senhor se lembrará, emergiram na análise de minha fobia. Mas o que mais deveria ter-me impressionado foi um ferimento em meu rosto, que causou considerável perda de sangue e devido ao qual um cirurgião teve que me dar alguns pontos. Ainda posso sentir a cicatriz resultante desse acidente, mas não sei de nenhuma lembrança que o aponte, nem direta nem indiretamente. É verdade que eu talvez tivesse menos de dois anos nessa época.

“Decorre daí que não sinto nenhuma surpresa diante dos quadros e cenas desses dois primeiros grupos. Sem dúvida, são lembranças deslocadas cujo elemento essencial, na maioria dos casos, foi omitido. Mas em alguns ele é ao menos sugerido, e em outros, é-me fácil completá-lo seguindo certos indícios. Ao fazê-lo, consigo estabelecer uma sólida conexão entre os fragmentos separados das lembranças e chegar a uma compreensão clara de qual foi o interesse infantil que recomendou essas ocorrências específicas a minha memória. Isso não se aplica, entretanto, ao conteúdo do terceiro grupo, que não discuti até aqui. Vejo-me aí defrontado por um material - uma cena bastante longa e vários quadros menores - com o qual não consigo fazer nenhum progresso. A cena me parece bem irrelevante, e não posso compreender por que se fixou em minha memória. Deixe-me descrevê-la para o senhor. Vejo uma pradaria retangular com um declive bastante acentuado, verde e densamente plantada; no relvado há um grande número de flores amarelas - evidentemente, dentes-de-leão comuns. No topo da campina há uma casa de campo e, frente a sua porta, duas mulheres conversam animadamente - uma camponesa com um lenço na cabeça e uma babá. Três crianças brincam na grama. Uma delas sou eu mesmo (na idade de dois ou três anos); as duas outras são meu primo, um ano mais velho que eu, e sua irmã, que tem quase exatamente a minha idade.

Estamos colhendo as flores amarelas e cada um de nós segura um ramo de flores já colhidas. A garotinha tem o ramo mais bonito e, como que por um acordo mútuo, nós - os dois meninos - caímos sobre ela e arrebatamos suas flores. Ela sobe correndo a colina, em lágrimas, e a título de consolo a camponesa lhe dá um grande pedaço de pão preto. Mal vemos isso, jogamos fora as flores, corremos até a casa e pedimos pão também. E de fato o recebemos; a camponesa corta as fatias com uma longa faca. Em minha lembrança, o pão tem um sabor delicioso - e nesse ponto a cena se interrompe.

“Ora, o que há nessa ocorrência para justificar o dispêndio de memória que ela me acarretou? Em vão quebrei a cabeça para descobrir. Será que a ênfase está em nosso comportamento desagradável para com a garotinha? Será que a cor amarela dos dentes-de-leão - uma flor que hoje, é claro, estou longe de admirar - me agradou tanto assim? Ou será que, em consequência de minha corrida pela grama, o pão me pareceu tão mais saboroso do que de hábito, a ponto de me deixar uma impressão inesquecível? Também não consigo descobrir nenhuma ligação entre essa cena e o interesse que (como pude descobrir sem qualquer dificuldade) mantinha unidas as outras cenas de minha infância. *Grosso modo*, parece-me que alguma coisa não está muito certa nessa cena. O amarelo das flores é um elemento desproporcionalmente destacado na situação como um todo, e o gosto saboroso do pão me parece exagerado de maneira quase alucinatória. Não consigo deixar de me lembrar de uns quadros que vi certa vez numa exposição de um teatro de variedades. Certas partes desses quadros, e naturalmente as menos apropriadas, em vez de serem pintadas, destacavam-se em três dimensões - por exemplo, as anquinhas das damas. Bem, o senhor saberia indicar algum meio de encontrar uma explicação ou interpretação para essa lembrança redundante de minha infância?”

Achei recomendável perguntar-lhe desde quando se ocupava com essa recordação: se achava que ela vinha retornando periodicamente a sua lembrança desde a infância, ou se ela teria emergido em alguma ocasião posterior que pudesse ser recordada. Essa pergunta foi tudo o que se fez necessário para que eu contribuísse para a solução do problema; o resto foi descoberto por meu próprio colaborador, que não era neófito em tarefas desse tipo.

-Eu ainda não havia pensado nisso, respondeu ele. - Agora que o senhor levantou a questão, parece-me quase com certeza que essa lembrança infantil nunca me ocorreu em meus primeiros anos. Mas lembro-me também da ocasião que levou à recuperação dessa e de muitas outras recordações de minha tenra infância. Quando tinha dezessete anos e estava na escola secundária, voltei pela primeira vez a minha terra natal para passar férias com uma família que fora nossa amiga desde aquela época remota. Sei muito bem da abundância de impressões que se apossou de mim nessa ocasião. Mas vejo agora que terei que contar-lhe um longo trecho de minha história: ele é pertinente a isso e o senhor mesmo o suscitou com sua pergunta. Portanto, escute. Meus pais eram originalmente pessoas abastadas e que, imagino, viviam com bastante conforto naquele cantinho de província. Quando eu tinha cerca

de três anos, o ramo industrial em que meu pai trabalhava sofreu uma catástrofe. Ele perdeu todos os seus bens e fomos forçados a deixar a localidade, mudando-nos para uma cidade grande. Seguiram-se alguns anos longos e difíceis, dos quais, parece-me, nada é digno de ser lembrado. Nunca me senti realmente à vontade na cidade. Acredito agora que nunca me livreii da saudade dos lindos bosques próximos de nossa casa, onde (como me diz uma de minhas recordações daqueles dias) eu costumava fugir de meu pai, quase antes mesmo de aprender a andar. Aquelas férias aos dezessete anos foram minhas primeiras férias no campo e, como já disse, hospedei-me com uma família da qual éramos amigos e que tinha conseguido uma grande ascensão social desde nossa mudança. Pude comparar o conforto reinante por lá com nosso próprio estilo de vida em casa, na cidade. Mas não adianta continuar a fugir do assunto: devo admitir que houve outra coisa que me excitou poderosamente. Eu estava com dezessete anos e na família com que me hospedei havia uma filha de quinze anos, por quem me apaixonei imediatamente. Esse foi meu primeiro amor, e foi bastante intenso, mas eu o mantive em completo segredo. Passados alguns dias, a menina voltou a sua escola (de onde também viera passar férias em casa), e foi essa separação, depois de um contato tão breve, que realmente levou minha saudade ao auge. Passei muitas horas em caminhadas solitárias pelos bosques adoráveis que havia redescoberto, e passava o tempo construindo castelos no ar. Curiosamente, eles não se relacionavam com o futuro, mas procuravam melhorar o passado. Que bom se a bancarrota não tivesse ocorrido! Ah, se eu tivesse ficado e crescido no campo, e me tornado forte como os rapazes da casa, os irmãos de minha amada! E se tivesse seguido a profissão de meu pai, e finalmente casado com ela, pois a teria conhecido intimamente por todos aqueles anos! É claro que eu não tinha a menor dúvida de que, nas circunstâncias criadas por minha imaginação, eu a teria amado tão apaixonadamente quanto de fato me parecia amá-la nessa época. É estranho, porque agora, quando a vejo vez por outra - ela se casou com uma pessoa daqui - ela me é extraordinariamente indiferente. No entanto, lembro-me muito bem que, durante um bom tempo depois disso, eu era afetado pela cor amarela do vestido que ela estava usando quando nos encontramos pela primeira vez, em toda parte onde visse a mesma cor.

Isso soa muito parecido com seu comentário entre parênteses de que você não gosta mais do dente-de-leão comum. Não acha que pode haver uma ligação entre o amarelo do vestido da menina e o amarelo ultranítido das flores em sua cena infantil? |Cf. nota de rodapé 3, ver em [1].|

-É possível, mas não era o mesmo amarelo. O vestido era mais de um marrom-amarelado, mais parecido com a cor do goivo. Mas posso dar-lhe pelo menos uma idéia intermediária que talvez lhe seja útil. Numa ocasião posterior, quando estava nos Alpes, vi como certas flores que têm uma coloração clara nas planícies adquirem tons mais escuros em grandes altitudes. Se não estou muito equivocado, encontra-se freqüentemente, nas regiões montanhosas, uma flor muito semelhante ao dente-de-leão, mas que é amarelo-escura, o que coincidiria exatamente com a cor do vestido da jovem de quem eu tanto gostava. Mas ainda não terminei. Vou lhe falar agora de uma segunda ocasião que avivou em mim certas

impressões da infância, e que data de época não muito distante da primeira. Eu tinha dezessete anos quando revi minha cidade natal. Três anos depois, durante as férias, fui visitar meu tio e reencontrei seus filhos, que tinham sido meus primeiros parceiros de brincadeiras - os mesmos dois primos, o menino um ano mais velho que eu e a menina de minha idade, que aparecem na cena infantil com os dentes-de-leão. Essa família deixara minha cidade natal na mesma época que nós e prosperara numa cidade muito distante.

E você voltou a se apaixonar - dessa vez por sua prima -, e se entregou a um novo grupo de fantasias?

-Não, dessa vez as coisas foram diferentes. Nessa época eu estava na universidade e era escravo de meus livros. Não me sobrava nada para minha prima. Tanto quanto posso perceber, não tive nenhuma fantasia semelhante nessa ocasião. Mas creio que meu pai e meu tio haviam arquitetado um plano pelo qual eu deveria trocar o tema obscuro de meus estudos por alguma coisa de maior valor prático, estabelecer-me, depois de concluir meus estudos, no lugar onde meu tio morava, e desposar minha prima. Sem dúvida, quando perceberam o quanto eu estava absorto em minhas próprias intenções, o plano foi abandonado; mas imagino que eu certamente me dera conta de sua existência. Só mais tarde, quando já era um cientista inexperiente, duramente pressionado pelas exigências da vida, e quando tive que aguardar muito tempo até conseguir uma colocação aqui, é que devo ter pensado, algumas vezes, que meu pai tivera boas intenções ao planejar aquele casamento, para compensar a perda em que a catástrofe inicial tinha envolvido toda a minha existência.

Nesse caso, tendo a acreditar que a cena infantil que estamos examinando tenha emergido nessa época, quando você estava lutando pelo pão de cada dia - desde, naturalmente, que você possa confirmar minha idéia de que foi durante esse mesmo período que teve seu primeiro contato com os Alpes.

-Sim, é isso mesmo: o montanhismo era o único divertimento que eu me permitia nessa época. Mas ainda não consigo acompanhar seu raciocínio.

Já chego lá. O elemento que você mais enfatizou em sua cena infantil foi o fato de o pão feito no interior ter um sabor tão delicioso. Parece claro que essa representação, que equivalia quase a uma alucinação, correspondia a sua fantasia na vida confortável que teria levado se tivesse ficado no campo e casado com aquela moça |de vestido amarelo| - ou, em linguagem simbólica, de como seria doce o sabor do pão pelo qual você vinha tendo de lutar tão arduamente nos últimos anos. Também o amarelo das flores aponta para essa mesma moça. Mas há ainda alguns elementos da cena infantil que só podem estar relacionados com a segunda fantasia - a de desposar sua prima. Jogar fora as flores em troca do pão não me parece ser um mau disfarce para o esquema que seu pai lhe tinha preparado: você deveria desistir de suas idéias impraticáveis e dedicar-se a uma ocupação “pão com manteiga”, não é mesmo?

-Então, parece que combinei os dois conjuntos de fantasias sobre como minha vida poderia ter sido mais fácil: de um lado, o “amarelo” e o “pão feito no campo” e, de outro, as flores jogadas fora e as pessoas reais envolvidas.

Sim. Você projetou as duas fantasias uma na outra e fez delas uma lembrança infantil. O elemento das flores alpinas constitui, por assim dizer, um selo indicando a data da fabricação. Posso garantir-lhe que as pessoas muitas vezes constroem essas coisas inconscientemente - quase como obras de ficção.

-Mas, se é assim, não houve *nenhuma* lembrança infantil, apenas uma fantasia recolocada na infância. No entanto, sinto que a cena é autêntica. Como se explica isso?

Em geral, não há nenhuma garantia quanto aos dados produzidos por nossa memória. Mas estou pronto a concordar com você em que a cena é autêntica. Nesse caso, você a selecionou dentre inúmeras outras da mesma espécie ou não, porque, graças a seu conteúdo (em si mesmo irrelevante), ela se prestava bem para representar as duas fantasias, tão importantes para você. Uma recordação como essa, cujo valor reside no fato de representar na memória impressões e pensamentos de uma data posterior cujo conteúdo está ligado a ela por elos simbólicos ou semelhantes, pode perfeitamente ser chamada de “*lembrança encobridora*”. De qualquer modo, você deixará de se sentir surpreso pela freqüente repetição dessa cena em sua mente. Ela não pode mais ser considerada inocente, já que, como descobrimos, é a conta certa para ilustrar os mais importantes pontos críticos de sua vida, a influência das duas mais poderosas forças motivacionais - a fome e o amor.

-É, ela representou bem a fome. Mas, e o amor?

No amarelo das flores, a meu ver. Mas não posso negar que, nessa sua cena infantil, o amor é representado com muito menos destaque do que eu poderia esperar com base em minha experiência prévia.

-Não, o senhor está enganado. A essência dela é a representação do amor. Agora estou entendendo pela primeira vez. Pense um instante! Tirar as flores de uma menina significa deflorá-la. Que contraste entre o despudor dessa fantasia e minha timidez na primeira ocasião, e minha indiferença na segunda.

Posso assegurar-lhe que a timidez juvenil costuma ter como complemento esse tipo de fantasias despudoradas.

-Mas, nesse caso, a fantasia que se transformou nessas lembranças infantis não seria uma fantasia consciente de que eu pudesse lembrar-me, e sim uma fantasia inconsciente, não é?

Pensamentos inconscientes que são um prolongamento dos pensamentos conscientes. Você pensa consigo mesmo, “Ah, se eu tivesse casado com fulana”, e por trás desse pensamento há um impulso a formar um quadro daquilo em que realmente consiste esse “estar casado”.

-Agora posso prosseguir sozinho. A parte mais sedutora de todo esse assunto para um molecote é o quadro da noite de núpcias. (Que lhe importa o que vem depois?) Mas esse quadro não pode arriscar-se à luz do dia: a atitude predominante de acanhamento e respeito perante a mocinha o mantém suprimido. Assim, ele permanece inconsciente...

E resvala para uma lembrança infantil. Você tem toda razão. É precisamente o elemento grosseiramente sensual da fantasia que explica por que ela não evolui para uma fantasia *consciente*, devendo antes contentar-se em se transformar alusivamente e sob um disfarce floreado numa cena infantil.

-Mas o que eu gostaria de saber é por que justamente numa cena *infantil*?

Por sua inocência, talvez. Você seria capaz de imaginar um contraste maior com essas intenções de agressão sexual grosseira do que uma brincadeira infantil? Entretanto, há fundamentos mais gerais que têm uma influência decisiva na promoção do deslizamento dos pensamentos e desejos recalcados para lembranças infantis, pois você constatará que a mesma coisa acontece invariavelmente nos pacientes histéricos. Além disso, é como se a própria recordação do passado remoto fosse facilitada por algum motivo prazeroso: *forsan et haec olim meminisse juvabit*.

-Sendo assim, perdi toda a confiança na autenticidade da cena dos dentes-de-leão. Eis como vejo tudo isso: nas duas ocasiões em questão, e com o apoio de motivos realistas muito compreensíveis, ocorreu-me o seguinte pensamento: “Se eu tivesse desposado essa ou aquela moça, minha vida se teria tornado muito mais agradável.” A corrente sensual de minha mente se apossou do pensamento contido na prótase e a repetiu em imagens de um tipo capaz de proporcionar a mesma satisfação sensual atual. Essa segunda versão do pensamento permaneceu inconsciente, graças a sua incompatibilidade com a predisposição sexual dominante; mas o próprio fato de permanecer inconsciente permitiu-lhe persistir em minha mente muito depois de as mudanças na situação real se terem desfeito por completo da versão consciente. Segundo uma lei geral, como diz o senhor, a oração que permanecera inconsciente procurou transformar-se numa cena infantil que, por sua inocência, poderia tornar-se consciente. Para isso, ela teve que sofrer uma nova transformação, ou melhor, duas novas transformações. Uma destas eliminou o elemento passível de objeção na prótase, expressando-o figurativamente; a segunda impôs à apódose uma forma passível de representação visual - usando, para esse fim, as representações intermediárias de “pão” e de “ocupações pão-com-manteiga” [prosaicas]. Vejo que, ao produzir uma fantasia como essa, eu estava promovendo, por assim dizer, a realização dos dois desejos recalcados - de

defloramento e de conforto material. Mas agora que dei uma explicação tão completa dos motivos que me levaram à produção da fantasia dos dentes-de-leão, não posso deixar de concluir que estou lidando com uma coisa que nunca aconteceu, mas foi injustificada e subrepticamente introduzida em minhas lembranças infantis.

Vejo que preciso tomar a defesa da autenticidade dela. Você está indo longe demais. Aceitou minha afirmação de que toda fantasia suprimida dessa espécie tende a deslizar para uma cena infantil. Mas suponha agora que isso não possa ocorrer, a menos que haja um traço mnêmico cujo conteúdo ofereça à fantasia um ponto de contato - como se andasse meio caminho até ela. Uma vez encontrado um ponto de contato desse tipo - no presente caso, foi o defloramento, o retirar as flores -, o conteúdo remanescente da fantasia é remodelado com a ajuda de todos os pensamentos intermediários legítimos - tome o pão como um exemplo -, até que possa encontrar outros pontos de contato com o conteúdo da cena infantil. É muito possível que, no decorrer desse processo, a própria cena infantil também sofra mudanças; considero certo que também é possível promover falsificações da memória dessa maneira. No seu caso, a cena infantil parece apenas ter tido algumas de suas linhas gravadas mais profundamente: pense na ênfase exagerada no amarelo e na qualidade excessivamente saborosa do pão. Mas a matéria-prima era utilizável. Não fosse por isso, não teria sido possível que essa lembrança particular, em vez de quaisquer outras, ganhasse acesso à consciência. Nenhuma cena desse tipo lhe teria ocorrido como uma lembrança infantil, ou talvez lhe ocorresse alguma outra - pois você sabe como é fácil para nossa engenhosidade construir pontes de ligação entre dois pontos quaisquer. E afora seu sentimento subjetivo, que não estou inclinado a subestimar, há mais uma coisa que depõe a favor da autenticidade de sua lembrança dos dentes-de-leão. Ela contém elementos que não foram solucionados pelo que você me disse e que, a rigor, não se coadunam com o sentido requerido pela fantasia. Por exemplo, seu primo ajudando-o a roubar as flores da garotinha - faz algum sentido para você o pensamento de ser ajudado num defloramento? ou o da camponesa e da babá defronte à casa?

-Não que eu possa perceber.

Logo, a fantasia não coincide completamente com a cena infantil. Baseia-se nela apenas em certos pontos, e isso depõe a favor da autenticidade da lembrança infantil.

-O senhor acha que uma interpretação como essa, de uma lembrança infantil aparentemente inocente, é aplicável com freqüência?

Muito freqüentemente, em minha experiência. Que tal nos divertimos verificando se os dois exemplos dados pelos Henris podem ser interpretados como lembranças encobridoras, ocultando experiências e desejos subseqüentes? Refiro-me à lembrança da mesa posta para uma refeição, com uma bacia de gelo sobre ela, que se supôs ter alguma ligação com a morte da avó do sujeito, e à outra lembrança, de uma criança quebrando um galho de árvore

durante um passeio e sendo ajudada por alguém.

Ele refletiu um pouco e respondeu:

-Não consigo deduzir coisa alguma da primeira. É muito provável que se trate de um caso de deslocamento em ação; mas é impossível adivinhar os passos intermediários. Quanto ao segundo caso, eu teria condições de fazer uma interpretação, se a pessoa envolvida não fosse um francês.

Não estou acompanhando seu raciocínio. Que diferença isso faz?

-Muita diferença, já que o passo intermediário entre uma lembrança encobridora e aquilo que ela esconde tende a ser fornecido por uma expressão verbal. Em alemão, “quebrar um galho” é uma expressão vulgar muito comum para designar a masturbação. A cena equivaleria, portanto, a recolocar na primeira infância uma tentação a se masturbar - com a ajuda de alguém - efetivamente ocorrida num período posterior. Mesmo assim, isso não se ajusta, pois na cena infantil havia diversas outras pessoas presentes.

Ao passo que a tentação dele a se masturbar deve ter ocorrido na solidão e em segredo. É justamente esse contraste que me inclina a aceitar sua visão: mais uma vez, ele serve para tornar a cena inocente. Você sabe o que significa vermos, num sonho, “uma porção de estranhos”, como acontece tão freqüentemente nos sonhos de nudez em que nos sentimos tão terrivelmente embaraçados? Nada mais, nada menos, do que o sigilo, que ali se expressa novamente por seu oposto. Entretanto, nossa interpretação permanece como uma brincadeira, já que não sabemos se um francês reconheceria uma alusão à masturbação nas palavras *casser une branche d'un arbre* ou em alguma expressão apropriadamente retificada.

Essa análise, que reproduzi tão acuradamente quanto possível, terá, espero, esclarecido até certo ponto o conceito de “lembrança encobridora” como aquela que deve seu valor enquanto lembrança não a seu próprio conteúdo, mas às relações existentes entre esse conteúdo e algum outro que tenha sido suprimido. É possível distinguir diferentes classes de lembranças encobridoras, conforme a natureza dessa relação. Encontramos exemplos de duas dessas classes entre o que se descreve como as primeiras lembranças da infância - isto é, se incluirmos na categoria de lembranças encobridoras as cenas infantis incompletas, que são inocentes justamente por sua incompletude. Pode-se prever que as lembranças encobridoras também hão de ser formadas de resíduos de lembranças relativas a etapas posteriores da vida. Quem quer que tenha em mente seu traço característico - a saber, que elas são extremamente bem lembradas, mas seu conteúdo é completamente irrelevante - evocará facilmente vários exemplos dessa espécie de sua própria memória. Algumas dessas lembranças encobridoras, versando sobre eventos posteriores da vida, devem sua importância a uma ligação com experiências da juventude que permaneceram suprimidas.

Tal ligação é o reverso da existente no caso que analisei, onde uma lembrança infantil foi explicada por experiências posteriores. A lembrança encobridora pode ser descrita como “regressiva” ou “progressiva”, conforme exista uma ou outra relação cronológica entre o encobrimento e a coisa encoberta. De outro ponto de vista, podemos distinguir as lembranças encobridoras positivas das negativas (ou lembranças refratárias), cujo conteúdo estabelece uma relação antitética com o material suprimido. Todo esse assunto merece um exame mais completo, porém devo contentar-me em assinalar que há processos complicados - processos que, aliás, são inteiramente análogos à formação dos sintomas histéricos - envolvidos na construção de nosso estoque de lembranças.

Nossas primeiras lembranças infantis serão sempre um tema de especial interesse, porque o problema mencionado no início deste artigo (o fato de as impressões de maior importância para todo o nosso futuro geralmente não deixarem quaisquer imagens mnêmicas atrás de si) leva-nos a refletir sobre a origem das lembranças conscientes em geral. A princípio, sem dúvida, tendemos a isolar as lembranças encobridoras que são objeto deste estudo como elementos heterogêneos entre os resíduos das recordações infantis. No que concerne às imagens remanescentes, é provável que adotemos o ponto de vista simplista de que elas emergem simultaneamente a uma experiência, como consequência imediata da impressão por ela causada, e que, daí por diante, retornam de tempos em tempos, de acordo com as leis de reprodução conhecidas. Uma observação mais minuciosa, entretanto, revela certos traços que não combinam com essa concepção. Há, sobretudo, o seguinte aspecto: na maioria das cenas infantis importantes e, em outros aspectos, incontestáveis, o sujeito se vê na recordação como criança, sabedor de que essa criança é ele mesmo; no entanto, vê essa criança tal como a veria um observador externo à cena. Os Henris chamam devidamente a atenção para o fato de que muitos dos que participaram de sua pesquisa enfatizaram expressamente essa peculiaridade das cenas infantis. Ora, é evidente que tal quadro não pode ser uma repetição exata da impressão originalmente recebida, pois, na época, o sujeito estava em meio à situação e não prestava atenção a si mesmo, mas sim ao mundo externo.

Sempre que numa lembrança o próprio sujeito assim aparecer como um objeto entre outros objetos, esse contraste entre o ego que age e o ego que recorda pode ser tomado como uma prova de que a impressão original foi elaborada. É como se um traço mnêmico da infância se retraduzisse numa forma plástica e visual em época posterior - na época do despertar da lembrança. Mas nenhuma reprodução da impressão original jamais penetrou na consciência do sujeito.

Há um outro fato que proporciona uma prova ainda mais convincente em favor dessa segunda visão. Dentre várias das lembranças infantis de experiências importantes, todas com nitidez e clareza similares, há algumas cenas que, quando verificadas (por exemplo, pelas recordações dos adultos), revelam ter sido falsificadas. Não que sejam completas invenções; são falsas no sentido de terem transposto um acontecimento para um lugar onde ele não ocorreu - é o caso de um dos exemplos citados pelos Henris -, ou de terem fundido

duas pessoas numa só, ou substituído uma pela outra, ou então as cenas como um todo dão sinal de serem combinações de duas experiências separadas. A simples imprecisão da recordação não desempenha aqui um papel considerável, em vista do alto grau de intensidade sensorial de que as imagens são dotadas e da eficiência da função da memória nos jovens; a investigação detalhada mostra, antes, que esses falseamentos das lembranças são tendenciosos - isto é, que servem aos objetivos de recalque e deslocamento de impressões abjetáveis ou desagradáveis. Segue-se, portanto, que essas lembranças falsificadas também devem ter-se originado num período da vida em que se tornou possível conferir um lugar na vida mental a esse tipo de conflitos e aos impulsos ao recalque - muito posterior, portanto, ao período a que pertence seu conteúdo. Mas também nesses casos a lembrança falsificada é a primeira de que tomamos conhecimento: a matéria-prima dos traços mnêmicos de que a lembrança foi forjada permanece desconhecida para nós em sua forma original.

O reconhecimento desse fato deve reduzir a distinção que traçamos entre as lembranças encobridoras e outras lembranças derivadas de nossa infância. Com efeito, pode-se questionar se temos mesmo alguma lembrança *proveniente* de nossa infância: as lembranças *relativas* à infância talvez sejam tudo o que possuímos. Nossas lembranças infantis nos mostram nossos primeiros anos não como eles foram, mas tal como apareceram nos períodos posteriores em que as lembranças foram despertadas. Nesses períodos de despertar, as lembranças infantis não *emergiram*, como as pessoas costumam dizer; elas foram *formadas* nessa época. E inúmeros motivos, sem qualquer preocupação com a precisão histórica, participaram de sua formação, assim como da seleção das próprias lembranças.

NOTA AUTOBIOGRÁFICA (1901 |1899|)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

(a) EDIÇÃO ALEMÃ:

1901 Em *Biographisches Lexicon hervorragender Aerzte des neuzehnten Jahrhunderts* [Léxico Biográfico dos Médicos Eminentes do Século XIX], de J. L.

Parece que essa nota nunca foi reeditada e que esta tradução, de James Strachey, é a primeira em inglês.

As evidências internas mostram que esta nota deve ter sido escrita no outono de 1899. É interessante por mostrar a visão que Freud supunha ter adotado sobre suas atividades às vésperas da publicação da obra que iria revolucionar sua posição no mundo científico. As numerosas abreviações do original foram grafadas por extenso.

NOTA AUTOBIOGRÁFICA

FREUD, SIGM., Viena. Nascido a 6 de maio de 1856, em Freiberg, na Morávia. Estudou em Viena. Aluno de Brücke, o fisiologista. Formatura [grau de médico], 1881. Aluno de Charcot em Paris, 1885-6. Habilitação [nomeação como *Privatdozent*], 1885. Trabalhou como médico e *Dozent* na Universidade de Viena a partir de 1886. Indicado como *Professor Extraordinarius*, 1897. Antes disso, Freud produziu textos sobre histologia e anatomia cerebral e, subseqüentemente, trabalhos clínicos sobre neuropatologia; traduziu obras de Charcot e Bernheim. Em 1884, “Über Coca” [“Sobre a Coca”], artigo que apresentou a cocaína à medicina. Em 1891, *Zur Auffassung der Aphasien* [Sobre a Interpretação das Afásias]. Em 1891 e 1893, monografias sobre as paralisias cerebrais infantis, que culminaram em 1897 no volume sobre esse assunto no *Handbuch* de Nothnagel. Em 1895, *Studien über Hysterie* [Estudos sobre a Histeria] (com o Dr. J. Breuer). Desde então Freud voltou-se para o estudo das psiconeuroses, especialmente da histeria, e numa série de trabalhos mais curtos enfatizou a importância etiológica da vida sexual para as neuroses. Desenvolveu também uma nova psicoterapia da histeria, sobre a qual muito pouca coisa tem sido publicada. Um livro, *Die Traumdeutung* [A Interpretação dos Sonhos], está no prelo.

BIBLIOGRAFIA E ÍNDICE DE AUTORES

|Os títulos de livros e periódicos aparecem grifados; os títulos de artigos, entre aspas. As abreviaturas estão de acordo com a *World List of Scientific Periodicals* (Londres, 1952). Outras abreviaturas usadas neste volume serão encontradas na Lista ao final desta bibliografia. Os números em negrito referem-se a volumes; os comuns, a páginas. No caso dos títulos de Freud, as letras adicionais às datas de publicação estão de acordo com os títulos correspondentes na bibliografia completa dos escritos de Freud a ser incluída no último volume da Edição *Standard* Brasileira.

Quanto aos autores não-técnicos e aos autores técnicos dos quais não se menciona nenhuma obra específica, ver o Índice Remissivo.|

BEARD, G. M. (1881) *American Nervousness, its Causes and Consequences*, Nova York.

(1884) *Sexual Neurasthenia (Nervous Exhaustion), its Hygiene, Causes, Symptoms and Treatment*, Nova York.

BERNHEIM, H. (1886) *De la suggestion et de ses applications à la therapeutique* Paris.

(1891) *Hypnotisme, suggestion et psychothérapie: études nouvelles*, Paris.

BREUER, J. e FREUD, S. (1893) *Ver* FREUD, S. (1893a)

(1895) *Ver* FREUD, S. (1895d)

BRUN, R. (1936) “Sigmund Freuds Leistungen auf dem Gebiete der organischen Neurologie”, *Schweiz. Arch. Neurol. Psychiat.*, 37, 200.

CHARCOT, J.-M. (1887) *Leçons sur les maladies du système nerveux*, Vol. III, Paris.

(1888) *Leçons du mardi*, 1887-8, Paris.

(1889) *Leçons du mardi*, 1888-9, Paris.

(1886-90) *Oeuvres complètes* (9 vols.), Paris.

DARKSCHEWITSCH, L. (1886) *Ver* FREUD, S. (1886b)

ERLENMEYER, F. A. (1885) Crítica das concepções de Freud sobre a cocaína, *Zbl. Nervenheilk.*, 8.

(1886) “Über Cocainsucht”, *Wien med. Pr.*, 27, Col. 918.

(1887) *Die Morphiumsucht und ihre Behandlung*, 3^a ed., Berlin, Leipzig e Neuwied.

FISHER, J. (1955) *Bird Recognition III*, Penguin Books.

FLIESS, W. (1892) *Neue Beitræge und Therapie der nasalen Reflexneurose*, Viena.

(1893) *Die nasale Reflexneurose*”, *Verhandlungen des Kongresses für innere Medizin*, Wiesbaden, 384.

FREUD, S. (1877a) “Über den Ursprung der hinteren Nervenwurzeln im Rückenmarke

von Ammonoetes (Petromyzon Planeri)”. *S. B. Akad. Wiss. Wien (Math.-Naturwiss. Kl.)*, III Abt., 75, 15.

(1877b) “Beobachtungen über Gestaltung und feineren Bau der als Hoden beschriebenen Lappenorgane des Aals”, *S. B. Akad. Wiss. Wien (Math.-Naturwiss.Kl.)*, I Abt., 75, 419.

(1878a) “Über *Spinalganglien und Rückenmark des Petromyzon*”, *S. B. Akad. Wiss. Wien (Math.-Naturwiss. Kl.)*, III Abt., 78, 81.

(1879a) “Notiz über eine Methode zur anatomischen Praeparation des Nervensystems”, *Zbl. med. Wiss.*, 17, N° 26, 468.

(1882a) “Über *den Bau der Nervenfasern und Nervenzellen beim Flusskrebs*”, *S. B. Akad. Wiss. Wien (Math.-Naturwiss, Kl.)*, III Abt., 85, 9.

(1884a) “Ein Fall von Hirnblutung mit indirekten basalen Herdsymptomen bei Scorbut”, *Wien, med. Wschr.*, 34, N° 9, 244 e 10, 276.

(1884b) “Eine neue Methode zum Studium des Faserverlaufes im Centralnervensystem”, *Zbl, med. Wiss.*, 22, N° 11, 161.

(1884c) “A New histological Method for the Study of Nerve-Tracts in the Braim and Spinal Cord” |em inglês|, *Brain*, 7, 86.

(1884d) “Eine neue Methode zum Studium des Faserverlaufes im Centralnervensystem”, *Arch. Anat. Physiol., Lpz., Anat. Abt.*, 453.

(1884e) “Über *Coca*”, *Zbl. ges. Ther.*, 2, 289.

|Trad. (resumida): “*Coca*”, *St Louis Med. surg. J.*, 47, 502.|

(1884f) |1882| “Die Struktur der Elemente des Nervensystems”, *Jb. Psychiat. Neurol.*, 5, Heft 3, 221.

(1885a) “Beitrag zur Kenntnis de Cocawirkung”, *Wien. med. Wschr.*, 35, N° 5, 129.

(1885b) “Über die *Allgemeinwirkung de Cocaiens*”, *med.-chir. Zbl.*, 20, N° 32, 374.

(1885c) “Ein Fall von Muskelatrophie mit ausgebreiteten Sensibilitaetsstoerungen (Syrigomyelie)”, *Wien, med. Wschr.*, 35, N° 13, 389, e 14, 325.

(1885d) “Zur Kenntnis der Olivenzwichenschicht”, *Neurol. Zbl.*, 4, N° 12, 268.

(1885e) “Gutachten über das Parke Cocaien”, in *Gutt*, “Über die *verschiedenen Cocaien-Praeparate* und deren Wirkung”, *Wien. med. Pr.*, 26, N° 32, 1036.

(1886a) “Akute multiple Neuritis der spinalen und Hirnnerven”, *Wien. med. Wschr.*, 36, N° 6, 168.

(1886b) Com DARKSCHEWITSCH, L., “Über die Beziehung des Strickkoepers zum Hinterstrang und Hinterstrangkern nebst Bemerkungen über zwei Felder der Oblongata”, *Neurol. Zbl.*, 5, N° 6, 121.

(1886c) “Über den Ursprung des Nervus acusticus”, *M Schr. Ohrenheilk.*, Neue Folge, 20, N° 8, 245, e 9, 277.

(1886d) “Beobachtung einer hochgradien Hemianaesthesie bei einem hysterischen manne (Beitraege zur Kasuistik der Hysterie I)”, *Wien. med. Wschr.*, 36, N° 49, 1633.

[Trad.: “Observação de um Caso Grave de Hemianestesia num Homem Histérico”. *Ed. Standard*, 1.]

(1886f) Tradução com Prefácio e Notas de Rodapé de *Leçons sur les maladies du système nerveux*, Vol. III, de J.-M. Charcot, Paris, 1887, sob o título *Neue Vorlesungen über die Krankheiten des Nervensystems insbesondere über Hysterie*, Viena.

[Trad.: Prefácio e Notas de Rodapé à tradução das *Conferências sobre as Doenças do Sistema Nervoso*, de J.-M. Charcot, *Ed. Standard*, 1.]

(1887d) “Bemerkungen über Cocainsucht und Cocainfurcht, mit Beziehung auf einen Vortrag W. A. Hammonds’ s”, *Wien. med. Wschr.*, 37, N° 28, 929.

(1888a) “Über *Hemianopsie im frühesten Kindesalter*”, *Wien, med. Wschr.*, 38, N° 32, 1081, e 33, 1116.

(1888b) “Aphasie”, “Gehirn”, “Hysterie” e “Hysteroepilpsie” em *Handwoerterbuch der gesamten Medizin*, 1, de Villaret, Stuttgart. (Não assinado, autoria incerta.)

(1888-9) Tradução com Introdução e Notas de *De la suggestion et de ses applications à la thérapeutique*, de Bernheim, Paris, 1886, sob o título *Die Suggestion und ihre Heilwirkung*, Viena.

[Trad.: Prefácio à tradução de *De la Suggestion*, de Bernheim, Ed. *Standard*, 1.]

(1891a) Com RIE, O., “Klinische Studie über die halbseitige Cerebrallaehmung der Kinder”, Heft III de *Beitraege zur Kinderheilkund*, org. Kassowitz, Viena.

(1891b) *Zur Auffassung der Aphasien*, Viena.

[Trad.: *On Aphasia*, Londres e Nova York, 1953.]

(1892a) Tradução de *Hypnotisme suggestion et psychothérapie: études nouvelles*, de Bernheim, Paris, 1891, sob o título *Neue Studien über Hypnotismus, Suggestion und Psychotherapie*, Viena.

(1892-3) “Ein Fall von hypnotischer Heilung nebst Bemerkungen über die Entstehung hysterischer Symptome durch den ‘Gegenwillen’”, *G. S.*, 1, 258; *G. W.*, 1, 3.

[Trad.: “A Case of Successful Treatment by Hypnotism”, *C. P.*, 5, 33; “Um Caso de Cura pelo Hipnotismo”, Ed., *Standard*, 1.]

(1892-4) Tradução com Prefácio e Notas de Rodapé de *Leçons du mardi* (1887-8), de J.-M. Charcot, Paris, 1888, sob o título *Poliklinische Vortraege*, 1, Viena. [Trad.: Prefácio e Notas de Rodapé à tradução de *Leçons du mardi*, de Charcot, Ed. *Standard*, 1.]

(1893a) Com BREUER, J., “Über den psychischen Mechanismus hysterischer

Phaenomene: Vorlaeufige Mitteilung”, *G. S.*, 1, 7; *G. W.*, 1, 81.

[Trad.: “Sobre o Mecanismo Psíquico dos Fenômenos Históricos: Comunicação Preliminar”, Ed. *Standard*, 2.]

(1893d) “Zur Kenntnis der cerebralen Diplegien des Kindesalters (im Anschluss an die Little’sche Krankheit)”, Heft III, Neue Folge, de *Beitraege zur Kinderheilkunde*, org. Kassowitz, Viena.

(1893c) “Quelques considérations pour une étude comparative des paralysies motrices organiques et hystériques” |em francês|, *G. S.*, 1, N° 8, 1-7.

[Trad.: “Some Points for a Comparative Study of Organic and Hysterical Motor Paralysis”, *C. P.* 1, 42; “Considerações para um Estudo Comparativo das Paralisias Motoras Orgânicas e Históricas”, Ed. *Standard*, 1.]

(1893d) “Über familiaere Formen von cerebralen Diplegien”, *Neurol. Zbl.*, 12, N° 15, 512, e 16, 542.

(1893e) “Les diplégies cérébrales infantiles” |em francês|, *Rev. neurol.*, 1, N° 8, 177.

(1893f) “Charcot”, *G. S.*, 1, 243; *G. W.*, 1, 21.

[Trad.: “Charcot”, *C. P.* 1, 9; Ed. *Standard*, 3.]

(1893g) “Über ein Symptom, das haeufig die Enuresis nocturna der Kinder begleitet”, *Neurol. Zbl.*, 12, N° 21, 735.

(1893h) Vortrag “Über den psychischen Mechanismus hysterischer Phaenomene” |relatório taquigrafado revisto pelo conferencista|, *Wien. med. Pr.*, 34, N° 4, 121, e 5, 165.

[Trad.: Conferência “On the Psychological Mechanism of Hysterical Phenomena”, *Int. J. Psycho-Anal.*, 37, 8; “Sobre o Mecanismo Psíquico dos Fenômenos Históricos: Uma Conferência”, Ed. *Standard*, 3.]

(1894a) “Die Abwehr-Neuropsychosen”, *G. S.*, 1, 290; *G. W.*, 1, 59.

[Trad.: “The Neuro-Psychoses of Defence”, *C. P.*, 1, 59; “As Neuropsicoses de Defesa”, Ed. *Standard*, 3.]

(1895b) |1894| “Über die *Berechtigung, von der* Neurasthenie einen bestimmten Symptomenkomplex als ‘Angstneurose’ abzutrennen”. *G. S.* 1, 306; *G. W.*, 1, 315.

[Trad.: “On the Grounds for Detaching a Particular Syndrome from Neurasthenia under the Description ‘Anxiety Neurosis’”, *C. P.* 1, 76, “Fundamentos para Destacar da Neurastenia uma Síndrome Específica Denominada ‘Neurose de Angústia’.” Ed. *Standard*, 3.]

(1895c) |1894| “Obsessions et phobies” |em francês|, *G. S.*, 1, 334; *G. W.*, 1, 345.

[Trad.: “Obsessions and Phobias”, *C. P.*, 1, 128; “Obsessões e Fobias”. Ed. *Standard*, 3.]

(1895d) Com BREUER, J., *Studien über Hysterie*, Viena. *G. S.*, 1, 3; *G. W.*, 1, 77, (omitindo as contribuições de Breuer).

[Trad.: *Estudos sobre a Histeria*, Ed. *Standard*, 2. Incluindo as contribuições de Breuer.]

(1895e) “Über die *Bernhardt’sche* Sensibilitaetsstoerung am Oberschenkel”, *Neurol. Zbl.*, 14, N° 11, 491.

(1895f) “Zur Kritik der ‘Angstneurose’”, *G. S.*, 1, 343; *G. W.*, 1, 357.

[Trad.: “A Reply to Criticisms of my Paper on Anxiety Neurosis”, *C. P.*, 1, 107; “Resposta às Críticas a meu Artigo sobre a ‘Neurose de Angústia’”, Ed. *Standard*, 3.]

(1896a) “*L’hérédité et l’étiologie des névroses*” |em francês|, *G. S.*, 1, 388; *G. W.*, 1, 407.

[Trad.: “Heredity and the Aetiology of the Neuroses”, *C. P.*, 1, 138; “A Hereditariedade e a Etiologia das Neuroses”, Ed. *Standard*, 3.]

(1896b) “Weitere Bemerkungen über die Abwehr-Neuropsychosen”, *G. S.*, 1, 363; *G. W.*, 1, 379.

[Trad.: “Further Remarks on the Neuro-Psychoses of Defence”, *C. P.*, 1, 155; “Observações Adicionais sobre as Neuropsicoses de Defesa”, Ed. *Standard*, 3.]

(1896c) “Zur Aetiologie der Hysterie”, *G. S.*, 1, 404; *G. W.*, 1, 425.

[Trad.: “The Aetiology of Hysteria”, *C. P.*, 1, 183; “A Etiologia da Histeria”, Ed. *Standard*, 3.]

(1897a) *Die infantile Cerebrallaehmung*, II Theil, II Abt. de *Specielle Pathologie und Therapie*, 9, de Nothnagel, Viena.

(1897b) *Inhaltsangaben der wissenschaftlichen Arbeiten des Privatdozenten Dr. Sigm. Freud (1877-1897)*, Viena. *G. W.*, 1, 463.

[Trad.: *Sinopses dos Escritos Científicos do Dr. Sigm. Freud (1877-1897)*, Ed. *Standard*, 3.]

(1898a) “Die Sexualität in der Aetiologie der Neurosen”, *G. S.*, 1, 439; *G. W.*, 1, 491.

[Trad.: “Sexuality in the Aetiology of the Neuroses”, *C. P.*, 1, 220; “A Sexualidade na Etiologia das Neuroses”, Ed. *Standard*, 3.]

(1898b) “Zum psychischen Mechanismus der Vergesslichkeit”, *G. W.*, 1, 519.

[Trad.: “O Mecanismo Psíquico do Esquecimento”, Ed. *Standard*, 3.]

(1899a) “Über Deckerinnerungen”, *G. S.*, 1, 465; *G. W.*, 1, 531.

[Trad.: “Screen Memories”, *C. P.*, 5, 47; “Lembranças Encobridoras”, Ed. *Standard*, 3.]

(1900a) *Die Traumdeutung*, Viena. *G. S.*, 2-3; *G. W.*, 2-3.

[Trad.: *The Interpretation of Dreams*, Londres e Nova York, 1955; *A Interpretação dos Sonhos*, Ed. *Standard*, 4-5.]

(1901b) *Zur Psychopathologie des Alltagslebens*, Berlim, 1904, *G. S.*, 4, 3; *G. W.*, 4.
[Trad.: *Sobre a Psicopatologia da Vida Cotidiana*, Ed. *Standard*, 6.]

(1901c [1899]) Nota Autobiográfica em *Biographisches Lexicon hervorragender Aerzte des neunzehnten Jahrhunderts*, de J. L. Pagel, Berlim.

[Trad.: Ed. *Standard*, 3.]

(1904a) “Die Freud’sche psychoanalytische Methode”, *G. S.*, 6, 3; *G. W.*, 5, 3.

[Trad.: “Freud’s Psycho-Analytic Procedure”, *C. P.*, 1, 264; “O Método Psicanalítico de Freud”, Ed. *Standard*, 7.]

(1905a) “Über Psychotherapie”, *G. S.*, 6, 11; *G. W.*, 5, 13.

[Trad.: “On Psychotherapy”, *C. P.*, 1, 249; “Sobre a Psicoterapia”, Ed. *Standard*, 7.]

(1905c) *Der Witz und seine Beziehung zum Unbewussten*, Viena. *G. S.*, 9, 5; *G. W.*, 6.

[Trad.: *O Chiste e sua Relação com o Inconsciente*, Ed. *Standard*, 8.]

(1905d) *Drei Abhandlungen zur Sexualtheorie* Viena. *G. S.*, 5, 3; *G. W.*, 5, 29.

[Trad.: *Three Essays on the Theory of Sexuality*, Londres, 1949; *Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade*, Ed. *Standard*, 7.]

(1905e) [1901] “Bruchstück einer Hysterie-Analyse”, *G. S.*, 8, 3; *G. W.*, 5, 163.

[Trad.: “Fragment of an Analysis of a Case of Hysteria”, *C. P.*, 3, 13; “Fragmento da Análise de um Caso de Histeria”, Ed. *Standard*, 7.]

(1906a) “Meine Ansichten über die Rolle der Sexualitaet in der Aetiologie der Neurosen”, *G. S.*, 5, 123; *G. W.*, 5, 149.

[Trad.: “My Views on the Part played by Sexuality in the Aetiology of the Neuroses”, *C. P.*, 1, 272; “Minha Visão do Papel desempenhado pela Sexualidade na Etiologia da Neurose”, Ed. *Standard*, 7.]

(1906b) Prefácio a *Sammlung kleiner Schriften zur Neurosenlehre aus dens Jahren 1893-1906*, de Freud, *G. S.*, 1, 241; *G. W.*, 1, 557.

[Trad.: Prefácio aos Escritos Breves de Freud de 1893 a 1906, Ed. *Standard*, 3.] (1906c) “Tatbestandsdiagnostik und Psychoanalyse”, *G. S.*, 10, 197; *G. W.*, 7, 3.

[Trad.: “Psycho-Analysis and the Establishment of the Facts in Legal Proceedings”, *C. P.* 2, 13; “A Psicanálise e a Determinação dos Fatos nos Processos Jurídicos”, Ed. *Standard*, 9.]

(1908d) “Die ‘kulturelle’ Sexualmoral und die moderne Nervositaet”, *G. S.*, 5, 143; *G. W.*, 7, 143.

[Trad.: “‘Civilized’ Sexual Morality and Modern Nervous Illness”, *C. P.*, 2, 76; “Moral Sexual ‘Civilizada’ e Doença Nervosa Moderna”, Ed. *Standard*, 9.]

(1909a) “Allgemeines über den hysterischen Anfall”, *G. S.*, 5, 255; *G. W.*, 7, 235.[Trad.: “Some General Remarks on Hysterical Attacks”, *C. P.*, 2, 100; “Observações Gerais sobre os Ataques Histéricos”, Ed. *Standard*, 9.]

(1909d) “Analyse der Phobie eines fünfjaehrigen Knaben”, *G. S.*, 8, 129; *G. W.*, 7, 243.

[Trad.: “Analysis of a Phobia in a Five-Year-Old Boy”. *C. P.*, 3, 149; “Análise de uma Fobia num Menino de Cinco Anos”, Ed. *Standard*, 10.]

(1909d) “Bemerkungen über einen Fall von Zwangsneurose”, *G. S.*, 8, 269; *G. W.*, 7, 381.

[Trad.: “Notes upon a Case of Obsessional Neurosis”, *C. P.*, 3, 293; “Notas sobre um Caso de Neurose Obsessiva”, Ed. *Standard*, 10.]

(1910a |1909) *Über Psychoanalyse*, Viena. *G. S.*, 4, 349; *G. W.*, 8, 3.

[Trad.: “Five Lectures on Psycho-Analysis”, *Amer. J. Psychol.*, 21 (1910), 181; “Cinco Lições de Psicanálise”. Ed. *Standard*, 11.]

(1910d) “Die zukünftigen Chancen der psychoanalytischen Therapie”, *G. S.*, 6, 25; *G. W.*, 8, 104.

[Trad.: “The Future Prospects of Psycho-Analytic Therapy”, *C. P.*, 2, 285; “Perspectivas Futuras da Terapia Psicanalítica”, Ed. *Standar*, 11.]

(1910k) “Über ‘wilde’ Psychoanalyse”, *G. S.*, 6, 37; *G. W.*, 8, 118.

[Trad.: “‘Wild’ Psycho-Analysis”, *C. P.*, 2, 297; “Psicanálise ‘selvagem’”, Ed. *Standard*, 11.]

(1911b) “Formulierungen über die zwei Prinzipien des psychischen Geschehens”, *G. S.*, 5, 409; *G. W.*, 8, 230.

[Trad.: “Formulations on the Two Principles of Mental Functioning”, *C. P.*, 4, 13; “Formulações sobre os Dois Princípios do Funcionamento Psíquico”, Ed. *Standard*, 12.]

(1912f) “Zur Onanie-Diskussion”, *G. S.*, 3, 324; *G. W.*, 8, 332.

[Trad.: “Contribuições para um Debate sobre a Masturbação”, Ed. *Standard*, 12.]

(1913i) “Die Disposition zur Zwangsneurose”. *G. S.*, 5, 277; *G. W.*, 8, 442.

[Trad.: “The Disposition to Obsessional Neurosis”, *C. P.*, 2, 122; “A Predisposição à Neurose Obsessiva”, Ed. *Standard*, 12.]

(1914c) “Zur Einführung des Narzissmus”, *G. S.*, 6, 155; *G. W.*, 10, 138.

[Trad.: “On Narcissism: and Introduction”, *C. P.*, 4, 30; “Sobre o Narcisismo: Introdução”. Ed. *Standard*, 14].

(1914d) “Zur Geschichte der psychoanalytischen Bewegung”, *G. S.*, 4, 411; *G. W.*, 10, 44.

[Trad.: “On the History of the Psycho-Analytic Movement”, *C. P.*, 1, 287; “Sobre a História do Movimento Psicanalítico”, Ed. *Standard*, 14.]

(1915c) “Triebe und Tribschicksale”, *G. S.*, 5, 443; *G. W.*, 10, 210.

[Trad.: “Instincts and their Vicissitudes”, *C. P.*, 4, 60; “As Pulsões e suas Vicissitudes”, Ed. *Standard*, 14.]

(1915d) “Die Verdraengung”, *G. S.*, 5, 466; *G. W.*, 10, 248.

[Trad.: “Repression”, *C. P.*, 4, 84; “O Recalcamento”, Ed. *Standard*, 14.]

(1915e) “Das Unbewusste”, *G. S.*, 5, 480; *G. W.*, 10, 264.

[Trad.: “The Unconscious”, *C. P.*, 4, 98; “O Inconsciente”, Ed. *Standard*, 14.]

(1916-17) *Vorlesungen zur Einführung in die Psychoanalyse*, Viena. *G. S.*, 7; *G. W.*, 11.

[Trad.: *Introductory Lectures on Psycho-Analysis*, ed. revista, Londres, 1929 (A General Introduction to Psychoanalysis, Nova York, 1935); *Conferências Introdutórias sobre Psicanálise*, Ed. *Standard*, 15-16.]

(1918b |1914) “Aus der Geschichte einer infantilen Neurose”, *G. S.*, 8, 439; *G. W.*, 12, 29.

[Trad.: “From the History of an Infantile Neurosis”, *C. P.*, 3, 473; “História de uma

Neurose Infantil”, Ed. *Standard*, 17.]

(1920g) *Jenseits des Lustprinzips*, Viena. *G. S.*, 6, 191; *G. W.*, 13, 3.

[Trad.: *Beyond the Pleasure Principle*, Londres, 1961; *Além do Princípio do Prazer*, Ed. *Standard*, 18.]

(1921c) *Massenpsychologie und Ich-Analyse*, Viena. *G. S.*, 6, 261; *G. W.*, 13, 73.

[Trad.: *Group Psychology and the Analysis of the Ego*, Londres, 1959; Nova York, 1960; *Psicologia das Massas e Análise do Ego*, Ed. *Standard*, 18.]

(1923a) “‘Psychoanalyse’ und ‘Libido Theorie’ ”, *G. S.*, 11, 201; *G. W.*, 13, 211.

[Trad.: “Two Encyclopaedia Articles”, *C. P.*, 5, 107; “Dois Verbetes de Enciclopédia”, Ed. *Standard*, 18.]

(1923b) *Das Ich und das Es*, Viena. *G. S.*, 6, 353; *G. W.*, 13, 237.

[Trad.: *The Ego and the Id*, Londres, 1927; *O Ego e o Id*, Ed. *Standard*, 19.]

(1923c) “Bemerkungen zur Theorie und Praxis der Traumdeutung”, *G. S.*, 3, 305; *G. W.*, 13, 301.

[Trad.: “Remarks on the Theory and Practice of Dream-Interpretation“, *C. P.*, 5, 136; “Observações sobre a Teoria e a Prática da Interpretação do Sonho”, Ed. *Standard*, 19.]

(1923d) “Eine Teufelsneurose im siebzehnten Jahrhundert”, *G. S.*, 10, 409; *G. W.*, 13, 317.

[Trad.: “A Seventeenth Century Demonological Neurosis”, *C. P.*, 4, 436; “Uma Neurose Demoníaca do Século XVII”, Ed. *Standard*, 19.]

(1924a) Carta |em francês| a *le Disque Vert*, *G. S.*, 11, 266; *G. W.*, 13, 446. [Trad.: Ed.

Standard, 19.]

(1924b) “Neurose und Psychose”, *G. S.*, 5, 418; *G. W.*, 13, 387.

[Trad.: “Neurosis and Psychosis”, *C. P.*, 2, 250; “Neurose e Psicose” Ed. *Standard*, 19.]

(1924c) “Das oekonomische Problem des Masochismus”, *G. S.*, 5, 374; *G. W.*, 13, 371.

[Trad.: “The Economic Problem of Masochism”, *C. P.*, 2, 255; “O Problema Econômico do Masoquismo”, Ed. *Standard*, 19.]

(1924e) “Die Realitaetsverlust bei Neurose und Psychose”, *G. S.*, 6, 409; *G. W.*, 13, 363.

[Trad.: “The Loss of Reality in Neurosis and Psychosis”, *C. P.*, 2, 277; “A Perda da Realidade na Neurose e na Psicose”, Ed. *Standard*, 19.]

(1925d) [1924]) *Selbstdarstellung*, Viena, 1934. *G. S.*, 11, 119; *G. W.*, 14, 33.

[Trad.: *An Autobiographical Study*, Londres, 1935 (*Autobiography*, Nova York, 1935); “Um Estudo Autobiográfico”, Ed. *Standard*, 20.]

(1926d) *Hemmung, Symptom und Angst*, Viena. *G. S.*, 11, 23; *G. W.*, 14, 113.

[Trad.: *Inhibitions, Symptoms and Anxiety*, Londres, 1960 (*The Problem of Anxiety*, Nova York, 1936); *Inibição, Sintoma e Angústia*, Ed. *Standard*, 20.]

(1926e) *Die Frage der Laienanalyse*, Viena. *G. S.*, 11, 307; *G. W.*, 14, 209.

[Trad.: *The Question of Lay Analysis*, Londres, 1947; *A Questão da Análise Leiga*, Ed. *Standard*, 20.]

(1926f) Artigo na *Encyclopaedia Britannica* [publicado como “Psycho-Analysis: Freudian School”], *Encyclopaedia Britannica*, 13ª ed., Novo Vol. 3, 253, “Psicanálise”, Ed. *Standard*, 20.]

[Texto alemão: “Psycho-Analysis”, *G. S.*, 12, 372; *G. W.*, 14, 299. Original alemão publicado pela primeira vez em 1934.]

(1927e) “Fetischismus”, *G. S.*, 11, 395; *G. W.*, 14, 311.

[Trad.: “Fetishism”, *C. P.*, 5, 198; “Fetichismo”, Ed. *Standard*, 21.]

(1930a) *Das Unbehagen in der Kultur*, Viena. *G. S.*, 12, 29; *G. W.*, 14, 421.

[Trad.: *Civilization and its Discontents*, Londres e Nova York, 1930; *O Mal Estar na Cultura*, Ed. *Standard*, 21.]

(1931b) “Über die weibliche Sexualität”, *G. S.*, 12, 120; *G. W.*, 14, 517.

[Trad.: “Female Sexuality”, *C. P.* 5, 252; “Sexualidade Feminina”, Ed. *Standard*, 21.]

(1931e) Carta ao Burgomestre de Příbor, *G. S.*, 12, 414; *G. W.*, 14, 561.

[Trad.: Ed. *Standard*, 21.]

(1937c) “Die endliche und die unendliche Analyse”, *G. W.*, 16, 59.

[Trad.: “Analysis Terminable and Interminable”, *C. P.*, 5, 316; “Análise Terminável e Interminável”, Ed. *Standard*, 23.]

(1937d) “Konstruktionen in der Analyse”, *G. W.*, 16, 43.

[Trad.: “Constructions in Analysis”, *C. P.*, 5, 358, “Construções em Análise”, E. *Standard*, 23.]

(1940d |1892|) Com BREUER, J., “Zur Theorie des hysterischen Anfalls”, *G. W.*, 17, 9.

[Trad.: “Ons the Theory of Hysterical Attacks”, *C. P.*, 5, 27; “Sobre a Teoria dos Ataques Históricos”, Ed. *Standard*, 1.]

(1940e) |1938|) “Dei Ichspaltung im Abwehrovorgan”, *G. W.*, 17, 59.

[Trad.: “Splitting of the Ego in the Process of Defence”, *C. P.*, 5, 372; “A Divisão do Ego no Processo de Defesa”, Ed. *Standard*, 23.]

(1941a) |1892|) Carta a Josef Breuer, *G. W.*, 17, 5.

[Trad.: *C. P.*, 5, 25; Ed. *Standard*, 1.]

(1941b |1892|) “Notiz ‘III’”, *G. W.*, 17, 17.

[Trad.: “III”, *C. P.*, 5, 31; Ed. *Standard*, 1.]

(1950a |1887-1902|) *Aus den Anfaengen der Psychoanalyse*, Londres. Inclui “Entwurf einer Psychologie” (1895).

[Trad.: *The Origins of Psycho-Analysis*, Londres e Nova York, 1954. (Em parte, incluindo o “Projeto para uma Psicologia Científica“, in Ed. *Standard*, 1.)

(1955a |1907-8|) Relatório Original do Caso de Neurose Obsessiva (o “Homem dos Ratos”, Ed. *Standard*, 10. Texto alemão não publicado.

(1956a |1886|) “Report on my Studies in Paris and Berlin, on a Travelling Bursary Granted from the University Jubille Fund, 1885-6”, *Int. J. Psycho-Anal.*, 37, 2; “Relatório sobre meus Estudos em Paris e Berlim”, Ed. *Standard*, 1. |*Texto alemão (não publicado)*: “Bericht über meine mit Universitaets-Jubilaeums Reisestipendium unternommene Studienreise nach Paris und Berlin”.|

(1960a) *Briefe 1873-1939* (org. E. L. Freud), Berlim.

[Trad.: *Letters 1873-1939* (org. E. L. Freud) (trad. de T. e J. Stern), Nova York, 1960; Londres, 1961.]

GÉLINEAU, J. B. É. (1894) *Des peurs malades ou phobies*, Paris.

HAMMOND, W. A. (1886) "Remarks on Cocaine and the so-called Cocaine Habit", *J. nerv. ment. dis.*, 11, 754.

HECKER, E. (1893) "Über larvirte und abortive Angstzustaende bei Neurasthenie", *Zbl. Nervenheilk*, 16, 565.

HENRI, V. e C. (1897) "Enquête sur les premiers souvenirs de l'enfance", *L'annés psychologique*, 3, 184.

ICONOGRAPHIE DE LA SALPÊTRIÈRE, 3 (1879-80), Paris.

JANET, PIERRE (1892-4) *État mental des hystériques* (2 vols.), Paris.

(1893) "Quelques définitions récentes de l'hystérie", *Arch. neurol.*, 25, 417, e 26, 1.

JONES, E. (1953) *Sigmund Freud: Life and Work*, Vol. 1, Londres e Nova York.

(1955) *Sigmund Freud: Life and Work*, Vol. 2, Londres e Nova York.

KAAN, H. (1893) *Der neurasthenische Angstaffekt bei Zwangsvorstellungen und der primordiale Grübelzwang*, Viena.

KASSOWITZ, M. (org.) (1890 etc.) *Beitraege zur Kinderheilkunde*, Viena.

KRAFFT-EBING, R. VON (1867) *Beitraege zur Erkennung und richtigen forensischen Beurteilung krankhafter Gemütszustaende für Aerzte, Richter und Verteidiger*, Erlangen.

LOEWENFELD, L. (1893) *Pathologie und Therapie der Neurasthenie und Hysterie*, Wiesbaden.

(1895) "Über die Verknüpfung neurasthenischer und hysterischer Symptome in Anfallsform nebst Bemerkungen über die Freudsche Angstneurose", *Münchener med. Wschr.*, 42, 282.

(1904) *Die psychischen Zwangerscheinungen*, Wiesbaden.

(1906) *Sexualleben und Nervenleiden*, 4^a ed., Wiesbaden.

MOEBIUS, P. J. (1894) *Neurologische Beitrage*, Vol. 2, Leipzig.

MOLL, A. (1898) *Untersuchungen über die Libido sexualis*, Vol. 1, Berlin.

NIEMANN, A. (1860) *Über eine neue organische Basis in den Cocablaettern*, Göttingen.

NOTHNAGEL, H. (org.) (1897) *Specielle Pathologie und Therapie*, Vol. 9, Viena.

OPPENHEIM, H. (1890) “Thatsächliches und Hypothetisches über das Wesen der Hysterie”, *Berl. klin. Wschr.*, 27, 553.

PEYER, A. (1893) “Die nervösen Affektionen des Darmes bei der Neurasthenie des männlichen Geschlechtes (Darmneurasthenie)”, *Vorträge aus des gesamten praktischen Heilkunde*, 1, Viena.

RIE, O. (1891) *Ver* FREUD, S. (1891a).

ROSENBERG, L. (1893) *Casuistische Beiträge zur Kenntnis der cerebralen Kinderlähmungen und der Epilepsie*, Heft IV, Neue Folge de *Beitrage zur Kinderheilkunde*, org. Kassowitz, Viena.

ROSENTHAL, E. (1892) *Contribution à l'étude des diplégies cérébrales de l'enfance*. Thèse de Lyon.

STEKEL, W. (1895) “Koitus im Kindesalter”, *Wien. med. Bl.*, 18, 247.

STRÜMPPELL, A. VON (1892) *Über die Entstehung und die Heilung von Krankheiten durch Vorstellungen*, Erlangen.

TUKE, D. HACK (1894) “Imperative Ideas”, *Brain*, 17, 179.

VILLARET, A. (org.) (1888, 1891) *Handwoerterbuch der gesamten Medizin* (2 vols.), Stuttgart.

WALDEYER, W. (1891) *Über einige neuere Forschungen im Gebiete der Anatomie des Centralnervensystems*, Leipzig.

WERNICKE, K. (1894) Conferência sobre Psicose de Angústia, relatada em *Allg. Z. Psychiat.*, 51, (1895), 1020.

LISTA DE ABREVIATURAS

G.S. = Freud, *Gesammelte Schriften* (12 vols.), Viena, 1924-34.

G.W. = Freud, *Gesammelte Werke* (18 vols.), Londres, a partir de 1940.

C.P. = Freud, *Collected Papers* (5 vols.), Londres, 1924-50.

Ed. *Standard* = Freud, *Edição Standard* (24 vols.), Rio de Janeiro, a partir de 1970.

S.K.S.N. = Freud, *Sammlung kleiner Schriften zur Neurosenlehre* (5 vols.),

Viena, 1906-22.

S.P.H. = Freud, *Selected Papers on Hysteria and Other Psychoneuroses*,

Nova York, 1909-20.

A interpretação dos sonhos

(Primeira parte)

VOLUME IV

(1900)

**DIE
TRAUMDEUTUNG**

von

Dr. SIGMUND FREUD

FLECTERE SI NEQUEO SUPEROS, ACHERONTA MOVEBO.

LEIPZIG UND WIEN.

FRANZ DEUTICKE.

1900

INTRODUÇÃO

(2)

BIBLIOGRAFIA

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1900 *Die Traumdeutung*. Leipzig e Viena: Franz Deuticke. Págs. iv + 375

1909 2ª ed. (Ampliada e revista.) Mesmos editores. Págs. vii+389.

1911 3ª ed. (Ampliada e revista.) Mesmos editores. Págs. x + 418.

1914 4ª ed. (Ampliada e revista.) Mesmos editores. Págs. x + 498.

1919 5ª ed. (Ampliada e revista.) Mesmos editores. Págs. ix + 474.

1921 6ª ed. (Reimpressões da 5ª ed., exceto pelo novo prefácio e 1922 7ª ed. pela bibliografia revista.) Págs. vii + 478

1925 Vol. II e parte do Vol. III de Freud, *Gesammelte Schriften*. (Ampliada e revista.) Leipzig, Viena e Zurique: Internationaler Psychoanalytischer Verlag. Pág. 543 e 1-185.

1930 8ª ed. (Ampliada e revista.) Leipzig e Viena: Franz Deuticke. Págs. x + 435.

1942 Em volume Duplo II & III de Freud, *Gesammelte Werke*. (Reimpressão da 8ª ed.) Londres: Imago Publishing Co. Págs. xv e 1-642.

(b) TRADUÇÕES INGLESAS:

1913 Por A. A. Brill. London: George Allen & Co.; Nova Ioque: The Macmillan Co. Págs. xiii + 510.

1915 2ª ed. Londess; George Allen & Unwin; Nova Ioque: The Macmillan Co. Págs. xii + 510.

1932 3ª ed. (Completamente revista e em grande parte reescrita por vários colaboradores não especificados.) London: George Allen & Unwin; Nova Ioque: The Macmillan Co. Pág. 600.

1938 Em *The Basic Writings of Sigmund Freud*. Págs. 181-549. (Reimpressão da 3ª e. com a omissão de quase todo o Capítulo I.) Nova Ioque: Random House.

A atual tradução para o inglês, inteiramente nova, é de James Strachey.

Na realidade, *Die Traumdeutung* apareceu pela primeira vez em 1899. Esse fato é mencionado por Freud no início de seu segundo artigo sobre Josef Popper (1932c): “Foi no inverno de 1899 que meu livro sobre a interpretação dos sonhos (embora sua página de rosto estivesse pós-datada com o novo século) finalmente surgiu diante de mim”. Mas agora temos informações mais exatas por sua correspondência com Wilhelm Fliess (Freud, 1950a). Em sua carta de 5 de novembro de 1899 (Carta 123), Freud anuncia que “ontem, finalmente, o livro apareceu”; e pela carta precedente parece que o próprio Freud recebera de antemão dois exemplares, cerca de uma quinzena antes, um dos quais enviara a Fliess como presente de aniversário.

A Interpretação dos Sonhos foi um dos dois livros - *Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade* (1950d) foi o outro - que Freud manteve mais ou menos sistematicamente “atualizados” à medida que foram passando por suas edições sucessivas. Após a terceira edição da presente obra, as alterações nela feitas não foram indicadas de maneira alguma, o que produziu um efeito algo confuso sobre o leitor das edições posteriores, visto que o novo material às vezes implicava um conhecimento de modificações dos pontos de vista de Freud que datam de épocas muito posteriores ao período em que o livro foi originalmente escrito.

Numa tentativa de superar essa dificuldade, os editores da primeira edição das obras completas de Freud (as *Gesammelte Schriften*) reimprimiram a primeira edição de *A Interpretação dos Sonhos* em sua forma original num só volume, e enfeixaram num segundo volume todo o material que fora acrescentado depois. Infelizmente, contudo, o trabalho não foi efetuado de modo muito sistemático, pois os próprios acréscimos não foram datados e, com isso, grande parte da vantagem do plano foi sacrificada. Nas edições subseqüentes, voltou-se ao antigo volume único e não diferenciado.

O maior número de acréscimos versando sobre qualquer assunto isolado é constituído, sem dúvida, pelos que dizem respeito ao simbolismo nos sonhos. Freud explica, em sua “História do Movimento Psicanalítico” (1914d), bem como no início do Capítulo VI, Seção E (pág. [1]) desta obra, que chegou tardiamente a uma compreensão plena da importância dessa faceta do assunto. Na primeira edição, o exame do simbolismo limitou-se a algumas páginas e a um único sonho modelo (dando exemplos de simbolismo sexual) no final da seção sobre as “Considerações sobre a Representabilidade”, no Capítulo VI. Na segunda edição (1909), nada foi acrescentado a essa seção; mas, por outro lado, várias páginas sobre o simbolismo sexual foram inseridas no fim da seção sobre “Sonhos Típicos”, no Capítulo V. Estas foram consideravelmente ampliadas na terceira edição (1911), enquanto o trecho original do Capítulo VI continuou ainda inalterado. Era evidente que uma reorganização há muito se fazia necessária, e, na quarta edição (1914), uma seção inteiramente nova sobre o Simbolismo foi introduzida no Capítulo VI, e para ela transpôs-se então o material sobre o assunto que se acumulara no Capítulo V, junto com grande quantidade de material inteiramente novo. Não se fizeram quaisquer modificações na *estrutura* do livro nas edições posteriores, embora outro grande volume de material tenha sido acrescido. Após a versão em dois volumes (1925) - isto é, na oitava edição (1930) - alguns trechos da seção sobre “Sonhos Típicos” no Capítulo V, que haviam sido totalmente abandonados numa fase anterior, foram reinsertos.

Na quarta, na quinta, na sexta e na sétima edições (isto é, de 1914 até 1922), dois ensaios de autoria do Otto Rank (sobre “Os Sonhos e a Literatura Criativa” e “Sonhos e Mitos”) foram publicados no final do Capítulo VI, mas foram posteriormente omitidos.

Restam as bibliografias. A primeira edição continha uma lista de cerca de oitenta livros, e à grande maioria deles Freud faz referências no texto. Esta lista permaneceu inalterada na segunda e na terceira edições; porém, na terceira, uma segunda relação foi acrescentada, contendo cerca de quarenta livros escritos desde 1900. Daí por diante, ambas as listas começaram a aumentar rapidamente, até que, na oitava edição, a primeira delas continha cerca de 260 obras, e a segunda, mais de 200. Nessa fase, somente uns poucos títulos da primeira lista (pré-1900) eram de livros realmente mencionados no texto de Freud, enquanto, por outro lado, a segunda lista (pós-1900, como se pode inferir das próprias observações de Freud em seus vários prefácios) não pôde realmente atualizar-se de acordo

com a produção de escritos analíticos ou quase-analíticos sobre o assunto. Além disso, muitas das obras citadas por Freud no texto não eram encontradas em *nenhuma das duas* listas. Parece provável que, a partir da terceira edição, Otto Rank tenha-se tornado o principal responsável por essas bibliografias. Uma carta de Freud a André Breton, datada de 14 de dezembro de 1932 (1933e), declara explicitamente que, na quarta edição e nas que vieram a seguir, as bibliografias ficaram inteiramente a cargo de Rank.

(2) HISTÓRICO

A publicação da correspondência de Freud com Fliess permite-nos acompanhar a redação de *A Interpretação dos Sonhos* com certa riqueza de detalhes. Na “História do Movimento Psicanalítico” (1914d), Freud escreveu, rememorando seu lento ritmo de publicação nos primeiros tempos: “*A Interpretação dos Sonhos*, por exemplo, foi concluída, em todos os seus aspectos essenciais, no começo de 1896, mas só foi escrita no verão de 1899”. Da mesma forma, nas notas introdutórias a seu trabalho sobre as conseqüências psicológicas da distinção anatômica entre os sexos (1925j), ele escreveu: “Minha *Interpretação dos Sonhos* e meu ‘Fragmento da Análise de um Caso de Histeria’ (1905e)... foram sustados por mim - se não durante os nove anos impostos por Horácio, ao menos por quatro ou cinco anos, antes que eu permitisse que fossem publicados.” Estamos agora em condições de ampliar e, sob certos aspectos, corrigir essas memórias, com base em provas contemporâneas do autor.

Além de várias referências dispersas ao assunto - que, em sua correspondência, remontam a pelo menos 1881 -, as primeiras importantes publicadas sobre o interesse de Freud pelos sonhos aparecem no curso de uma longa nota de rodapé ao primeiro de seus casos clínicos (o da Sra. Emmy von N., com data de 15 de maio), nos *Estudos sobre a Histeria*, de Breuer e Freud (1895). Examina ele o fato de que os pacientes neuróticos parecem ter necessidade de associar umas com as outras quaisquer idéias que porventura estejam simultaneamente presentes em suas mentes. Prossegue ele: “Não faz muito tempo, pude convencer-me da intensidade de uma compulsão dessa espécie à associação, a partir de algumas observações feitas num campo diferente. Durante várias semanas, vi-me obrigado a trocar minha cama habitual por uma mais dura, na qual tive sonhos numerosos ou mais nítidos, ou na qual talvez não tenha conseguido atingir a profundidade normal do sono. No primeiro quarto de hora depois do acordar, recordava-me de todos os sonhos que tivera durante a noite e me dei ao trabalho de anotá-los e tentar solucioná-los. Consegui relacionar todos esses sonhos com dois fatores: (1) com a necessidade de elaborar quaisquer idéias de que só tivesse tratado de modo superficial durante o dia - que tivessem sido apenas mencionados, e afinal não tivessem sido tratados; e (2) com a compulsão de vincular quaisquer idéias que pudessem

estar presentes no mesmo estado de consciência. O caráter absurdo e contraditório dos sonhos pode ser investigado até a ascendência não controlada deste segundo fator.”

Infelizmente, não se pode datar esse trecho com exatidão. O prefácio ao volume foi escrito em abril de 1895. Uma carta de 22 de junho de 1894 (Carta 19) parece implicar que os casos clínicos já estavam concluídos nessa ocasião, e isso certamente já havia ocorrido em 4 de março de 1895. A carta de Freud dessa data (Carta 22) é de particular interesse, por dar o primeiro vislumbre da teoria da realização de desejo: no decorrer dessa carta, Freud cita a história do “sonho de conveniência” do estudante de medicina que se acha incluído nas págs. [1]-[2] deste volume. Entretanto, foi somente em 24 de julho de 1895 que a análise de seu próprio sonho com a injeção de Irma - o sonho modelo do Capítulo II - estabeleceu essa teoria em definitivo na mente de Freud. (Ver Carta 137, de 12 de junho de 1900). Em setembro desse mesmo ano (1895), Freud escreveu a primeira parte de seu “Projeto para uma Psicologia Científica” (publicado como apêndice à correspondência com Fliess), e as Seções 19, 20 e 21 do “Projeto” constituem uma primeira abordagem de uma teoria coerente dos sonhos. Ele já inclui muitos elementos importantes que reaparecem na presente obra, tais como (1) o caráter de realização de desejos dos sonhos, (2) seu caráter alucinatorio, (3) o funcionamento regressivo da mente nas alucinações e nos sonhos (o que já fora apontado por Breuer em sua contribuição teórica aos *Estudos sobre a Histeria*), (4) o fato de o estado do sonho envolver paralisia motora, (5) a natureza do mecanismo de deslocamento nos sonhos, e (6) a semelhança entre os mecanismos dos sonhos e dos sintomas neuróticos. Mais do que isso, contudo, o “Projeto” traz uma indicação clara do que é, provavelmente, a mais crucial das descobertas dadas ao mundo em *A Interpretação dos Sonhos* - a distinção entre os dois diferentes modos de funcionamento psíquico, os Processos Primário e Secundário.

Isso, contudo, está longe de esgotar a importância do “Projeto” e das cartas a Fliess escritas em relação a tal “Projeto” em fins de 1895. Não é exagero afirmar que grande parte do sétimo capítulo de *A Interpretação dos Sonhos* e, de fato, dos estudos “metapsicológicos” posteriores de Freud só se tornou plenamente inteligível a partir da publicação do “Projeto”.

Os estudiosos dos escritos teóricos de Freud têm estado cientes de que, até mesmo em suas especulações psicológicas mais profundas, encontra-se pouco ou nenhum debate sobre alguns dos conceitos *mais* fundamentais de que ele se vale: conceitos, por exemplo, como os de “energia psíquica”, “somas de excitação”, “catexia”, “quantidade”, “qualidade”, “intensidade”, e assim por diante. Praticamente, a única abordagem explícita de uma discussão desses conceitos nas obras publicadas de Freud é a penúltima frase de seu primeiro trabalho sobre “As Neuropsicoses de Defesa” (1894a), no qual formula a hipótese de que “nas funções mentais, deve-se distinguir algo - uma carga de afeto ou soma de excitação - que possui todas as características de uma quantidade (embora não tenhamos meios de medi-la) passível de aumento, diminuição, deslocamento e descarga, e que se

espalhasobre os traços mnêmicos das representações como uma carga elétrica espalhada pela superfície de um corpo”. A escassez de explicação dessas idéias tão básicas nos escritos posteriores de Freud sugere que ele presumia que elas fossem uma coisa tão natural para seus leitores quanto eram para ele mesmo; e devemos nossa gratidão à correspondência com Fliess, publicada postumamente, por lançar muita luz precisamente sobre esses pontos obscuros.

Naturalmente, é impossível entrarmos aqui em qualquer exame pormenorizado do assunto, e o leitor deve ser encaminhado ao próprio volume (Freud, 1905a) e sua elucidativa introdução feita pelo Dr. Kris. O ponto crucial da questão, entretanto, pode ser indicado de maneira bem simples. A essência do *Projeto* de Freud estava na idéia de combinar num todo único duas teorias de origem diferente. A primeira delas derivava, em última análise, da escola fisiológica de Helmholtz, da qual o professor de Freud, o fisiologista Brücke, era um membro destacado. De acordo com essa teoria, a neurofisiologia, e conseqüentemente a psicologia, eram regidas por leis puramente físico-químicas. Tal, por exemplo, era a “lei da constância”, freqüentemente mencionada por Freud e por Breuer e expressa nos seguintes termos em 1892 (num rascunho postumamente publicado, Breuer e Freud, 1940): “O sistema nervoso se esforça por manter constante em seu estado funcional algo que pode ser descrito como a ‘soma de excitação’.” A maior parte de contribuição teórica feita por Breuer (outro discípulo da escola de Helmholtz) aos *Estudos sobre a Histeria* foi uma complexa construção elaborada em harmonia com essas linhas. A segunda grande teoria evocada por Freud em seu *Projeto* foi a doutrina anatômica do neurônio, que estava obtendo a aceitação dos neuroanatomistas no fim da década de 1880. (O termo “neurônio” só foi introduzido por Waldeyer em 1891.) Essa doutrina estabelecia que a unidade funcional do sistema nervoso central era uma célula distinta, sem nenhuma continuidade anatômica direta com as células adjacentes. As frases iniciais do *Projeto* mostram claramente como sua base residia numa combinação dessas duas teorias. Seu objetivo, escreveu Freud, era “re-presentar os processos psíquicos como estados quantitativamente definidos de partículas materiais especificáveis”. Em seguida, ele postulou que essas “partículas materiais” eram os neurônios, e que a distinção entre se acharem eles num estado de atividade ou num estado de repouso era feita por “quantidade” que estava “sujeita às leis gerais do movimento”. Assim, um neurônio poderia estar “vazio” ou “cheio de uma certa quantidade”, ou seja “catexizado”. A “excitação nervosa” deveria ser interpretada como uma “quantidade” fluindo através de um sistema de neurônios, e essa corrente poderia encontrar resistência ou ser facilitada, conforme o estado das “barreiras de contato” entre os neurônios. (Somente depois, em 1897, é que o termo “sinapse” foi introduzido por Foster e Sherrington.) O funcionamento de todo o sistema nervoso estaria sujeito a um princípio geral de “inércia”, segundo o qual os neurônios sempre tendem a se livrar de qualquer “quantidade” de que possam estar cheios - um princípio correlato ao princípio da “constância”. Utilizando como tijolos esses e outros conceitos semelhantes, Freud construiu um modelo altamente complexo

e extraordinariamente engenhoso da mente como uma máquina neurológica.

Um papel preponderante foi desempenhado no esquema de Freud por uma divisão hipotética dos neurônios em três classes ou sistemas, diferenciados de acordo como seus modos de funcionamento. Desses, os dois primeiros relacionavam-se, respectivamente, aos estímulos *externos* e às excitações *internas*. Ambos funcionavam numa base apenas *quantitativa*, isto é, suas ações eram inteiramente determinadas pela magnitude das excitações nervosas que incidiam sobre eles. O terceiro sistema estava correlacionado com as diferenças *qualitativas* que distinguem as sensações e sentimentos conscientes. Essa divisão dos neurônios em três sistemas constituiu a base de complexas explicações fisiológicas de coisas como o funcionamento da memória, a percepção da realidade, o processo de pensamento, e também os fenômenos dos sonhos e dos distúrbios neuróticos.

Entretanto, as obscuridades e dificuldades começaram a se acumular, e durante os meses que se seguiram à redação do “Projeto”, Freud revisou continuamente suas teorias. Com o passar do tempo, seu interesse foi-se desviando gradualmente dos problemas neurológicos e teóricos para os problemas psicológicos e clínicos, e ele acabou por abandonar todo o esquema. E quando, alguns anos depois, no capítulo VII desta obra, Freud retomou o problema teórico - embora por certo jamais abandonasse a crença de que uma base física da psicologia seria finalmente estabelecida -, o fundamento neurofisiológico foi aparentemente abandonado. Não obstante - e é por esse motivo que o “Projeto” é importante para os leitores de *A Interpretação dos Sonhos* - grande parte do modelo geral do esquema anterior, assim como muitos de seus elementos, foram transpostos para o novo esquema. Os sistemas de neurônios foram substituídos por sistemas ou instâncias *psíquicos*; uma “catexia” hipotética da energia psíquica tomou o lugar da “quantidade” física; o princípio da inércia tornou-se a base do princípio do prazer (ou, como Freud o denominou aqui, do princípio do desprazer). Além disso, alguns dos relatos pormenorizados dos processos psíquicos apresentados no Capítulo VII muito devem a seus precursores fisiológicos e podem ser compreendidos com mais facilidade mediante referência a eles. Isso se aplica, por exemplo, à descrição do armazenamento dos traços de memória nos “sistemas mnêmicos”, ao exame da natureza dos desejos e das diferentes formas de satisfazê-los, e à ênfase dada ao papel desempenhado pelos processos verbais de pensamento na adaptação às exigências da realidade.

Tudo isso é amplamente suficiente para justificar a asserção de Freud que a *A Interpretação dos Sonhos* “estava concluída, em todos os seus aspectos essenciais, no começo de 1896”. Não obstante, estamos agora em condições de acrescentar algumas ressalvas. Por exemplo, a existência do complexo de Édipo só foi estabelecida no verão e outono de 1897 (Cartas 64 a 71); e, embora isso não constituísse por si só uma contribuição direta à teoria dos sonhos, mesmo assim desempenhou um papel relevante ao ressaltar as

raízes *infantis* dos desejos inconscientes subjacentes aos sonhos. De importância teórica mais evidente foi a descoberta da onipresença, nos sonhos, do desejo de dormir. Isso só foi anunciado por Freud em 9 de junho de 1899 (Carta 108). Além disso, a primeira insinuação do processo de “elaboração secundária” parece ter-se verificado numa carta de 7 de julho de 1897 (Carta 66). A semelhança de estrutura entre os sonhos e os sintomas neuróticos já fora assinalada, como vimos, no “Projeto” de 1895, e houve alusões periódicas a ela até o outono de 1897. Curiosamente, contudo, daí por diante parece ter caído no esquecimento, pois é anunciada em 3 de janeiro de 1899 (Carta 101) como uma nova descoberta e como uma explicação da razão por que o livro permanecera inacabado por tanto tempo.

A correspondência com Fliess permite-nos acompanhar com alguns detalhes o processo efetivo de composição. A idéia de escrever o livro é mencionada por Freud pela primeira vez em maio de 1897, mas é rapidamente posta de lado, provavelmente porque seu interesse começara a centralizar-se, naquela época, em sua auto-análise, que iria conduzi-lo, durante o verão, à descoberta do complexo de Édipo. No fim do ano, o livro foi retomado e, nos primeiros meses de 1898, um primeiro esboço de toda a obra parece ter sido concluído, com exceção do primeiro capítulo. O trabalho no livro foi paralisado em junho daquele ano e só foi reiniciado após as férias de verão. Em 23 de outubro de 1898 (Carta 99), Freud escreve que o livro “permanece estacionário, inalterado; não tenho nenhum motivo para prepará-lo para publicação, e a lacuna na psicologia [isto é, o Capítulo VII], bem como a lacuna deixada pela eliminação do sonho modelar completamente analisado [cf. parág. seguinte], são entraves a sua conclusão que ainda não superei”. Verificou-se uma pausa de longos meses, até que de repente, e como escreve o próprio Freud, “sem nenhum motivo particular”, o livro começou a se movimentar de novo em fins de maio de 1899. Daí por diante, continuou com rapidez. O primeiro capítulo, versando sobre a literatura, que sempre fora um bicho-papão para Freud, foi concluído em junho, sendo as primeiras páginas enviadas ao tipógrafo. A revisão dos capítulos intermediários foi completada em fins de agosto, e o último capítulo, sobre psicologia, foi inteiramente reescrito, sendo as páginas finais despachadas no início de setembro.

Tanto o manuscrito como as provas eram regularmente submetidos por Freud a Fliess para receberem sua apreciação crítica. Fliess parece ter exercido considerável influência sobre a forma final do livro e ter sido responsável pela omissão (evidentemente, por motivo de discrição) da análise de um importante sonho do próprio Freud (cf. parágr. ant.). Mas as críticas mais severas provieram do próprio autor e foram dirigidas principalmente contra o estilo e a forma literária. “Creio”, escreveu ele em 21 de setembro de 1899 (Carta 119), depois de terminado o livro, “que minha autocrítica não era de todo injustificada. Oculto em alguma parte de mim, também eu tenho senso fragmentário da forma, uma apreciação da beleza como uma espécie de perfeição; e as frases complicadas de meu livro sobre os sonhos, apoiadas em expressões indiretas e com visões oblíquas de seu conteúdo, ofenderam gravemente algum ideal dentro de mim. E é difícil que eu esteja errado em considerar essa

falta de forma como sinal de um domínio incompleto do material”.

Mas, apesar dessas autocríticas, e a despeito da depressão que se seguiu ao desprezo quase total do livro pelo mundo exterior - apenas 351 exemplares foram vendidos nos seis primeiros anos após a publicação - *A Interpretação dos Sonhos* sempre foi considerada por Freud como sua obra mais importante: “Um discernimento claro como esse”, como escreveu em seu prefácio à terceira edição inglesa, “só acontece uma vez na vida.”

(3) A ATUAL EDIÇÃO INGLESA

Esta tradução se baseia na oitava edição alemã (1930), a última a ser publicada durante a vida do autor. Ao mesmo tempo, difere de todas as edições anteriores (tanto alemãs como inglesas) num aspecto importante, pois tem a natureza de uma edição “Variorum”. Envidaram-se esforços para indicar, com datas, todas as alterações substanciais introduzidas no livro, desde sua primeira edição. Sempre que se abandonou algum material ou que este foi muito modificado em edições posteriores, o trecho cancelado ou a versão mais antiga é apresentado numa nota de rodapé. A única exceção é que os dois apêndices de Rank ao Capítulo VI foram omitidos. A questão de sua inclusão foi seriamente considerada, mas resolveu-se não fazê-la. Os ensaios são inteiramente autônomos e não guardam nenhuma relação direta com o livro de Freud; teriam ocupado mais ou menos outras 50 páginas, e particularmente para os leitores de língua inglesa, não esclareceriam nada, visto tratarem principalmente da literatura e mitologia germânicas.

As bibliografias foram refundidas por completo. A primeira delas contém uma lista de todas as obras realmente citadas no texto ou nas notas de rodapé. Essa bibliografia foi também disposta para servir de Índice de Autores. A segunda bibliografia encerra todas as obras da lista alemã pré-1900 *não* efetivamente citadas por Freud. Pareceu que valia a pena imprimi-la, visto não ser acessível com facilidade nenhuma outra bibliografia comparavelmente completa da literatura mais antiga sobre os sonhos. Os textos *posteriores* a 1900, salvo pelos realmente citados e, por conseguinte, incluídos na primeira bibliografia, não foram levados em consideração. Deve-se, contudo, fazer uma advertência no tocante a ambas as minhas listas. Uma pesquisa demonstrou uma proporção muito elevada de erros nas bibliografias alemãs.

Estes foram corrigidos sempre que possível, mas um número considerável de verbetes revelou-se impossível de localizar em Londres, e estes (que são distinguidos por um asterisco) devem ser considerados suspeitos.

Os acréscimos feitos pelo editor vêm entre colchetes. Muitos leitores, sem dúvida, ficarão irritados com o número de referências e outras notas explicativas. As referências, contudo, dizem respeito essencialmente aos escritos do próprio Freud, encontrando-se um número muito reduzido em relação a outros autores (afora, naturalmente, as referências feitas pelo próprio Freud). Seja como for, deve-se encarar o fato de que *A Interpretação dos Sonhos* constitui um dos grandes clássicos da literatura científica e de que o tempo veio considerá-la como tal. O editor espera e acredita que as referências, e mais particularmente as remissões a outras partes da própria obra, possam realmente tornar mais fácil aos verdadeiros estudiosos acompanhar os pontos intrincados do material. Os leitores em busca de mero entretenimento - se é que existem - devem revestir-se da firme determinação de desprezar esses parênteses.

Cabe acrescentar algumas palavras sobre a própria tradução. Grande atenção teve que ser dispensada, é claro, aos pormenores da redação do texto dos sonhos. Nos casos em que a tradução inglesa se afigura inusitadamente rígida ao leitor, ele pode presumir que a rigidez foi imposta por alguma exigência verbal determinada pela interpretação que virá a seguir. Quando há incoerências entre diferentes versões do texto do mesmo sonho, ele pode presumir que há incoerências paralelas no original. Essas dificuldades verbais culminam nos exemplos bastante freqüentes em que uma interpretação depende inteiramente de um trocadilho. Existem três métodos de lidar com tais situações. O tradutor pode omitir o sonho por completo, ou substituí-lo por outro sonho paralelo, quer derivado de sua própria experiência, quer inventado *ad hoc*. Esses dois métodos foram adotados em caráter predominante nas primeiras traduções do livro. Mas há sérias objeções contra eles. Devemos lembrar, mais uma vez, que estamos lidando com um clássico científico. O que queremos conhecer são os exemplos escolhidos por Freud - e não outrem. Conseqüentemente, esta tradução adotou a pedante e cansativa terceira alternativa de manter o trocadilho alemão original, explicando-o trabalhosamente entre colchetes ou numa nota de rodapé. Qualquer graça que se pudesse extrair dele se evapora por completo nesse processo. Mas esse, infelizmente, é um sacrifício que tem de ser feito.

Na cansativa tarefa de leitura das provas tipográficas recebeu-se a ajuda generosa (entre outros) da Sra. R. S. Partridge e do Dr. C. F. Rycroft. A Sra. Partridge é também em grande parte responsável pelo índice alfabético. A revisão das bibliografias esteve predominantemente a cargo do Sr. G. Talland.

Finalmente, o editor deseja expressar seus agradecimentos ao Dr. Ernest Jones por sua constante orientação e estímulo. Poder-se-á constatar que o primeiro volume de sua biografia de Freud lança inestimável luz sobre os antecedentes desta obra como um todo, bem como sobre muitos de seus pormenores.

Prefácio

Tentei neste volume fornecer uma explicação da interpretação dos sonhos e, ao fazê-lo, creio não ter ultrapassado a esfera de interesse abrangida pela neuropatologia. Pois a pesquisa psicológica mostra que o sonho é o primeiro membro de uma classe de fenômenos psíquicos anormais, da qual outros membros, como as fobias histéricas, as obsessões e os delírios, estão fadados, por motivos práticos, a constituir um tema de interesse para os médicos. Como se verá a seguir, os sonhos não podem fazer nenhuma reivindicação semelhante de importância prática, mas seu valor teórico como paradigma, é por outro lado, proporcionalmente maior. Quem quer que tenha falhado em explicar a origem das imagens oníricas dificilmente poderá esperar compreender as fobias, obsessões ou delírios, ou fazer com que uma influência terapêutica se faça sentir sobre eles.

Mas a mesma correlação que responde pela importância do assunto deve também ser responsabilizada pelas deficiências desta obra. Os encadeamentos rompidos que com tanta frequência interrompem minha apresentação nada mais são do que os numerosos pontos de contato entre o problema da formação dos sonhos e os problemas mais abrangentes da psicopatologia. Estes não podem ser tratados aqui, mas, se o tempo e as forças o permitirem e houver mais material à disposição, eles serão objeto de comunicações posteriores.

As dificuldades de apresentação foram aumentadas ainda mais pelas peculiaridades do material que tive de utilizar para ilustrar a interpretação de sonhos. Tornar-se-á claro, no decorrer da própria obra, o motivo por que nenhum dos sonhos já relatados na literatura do assunto ou coligidos de fontes desconhecidas poderia ter qualquer serventia para meus propósitos. Os únicos sonhos dentre os quais pude escolher foram os meus e os de meus pacientes em tratamento psicanalítico. Mas fui impedido de utilizar o segundo material pelo fato de que, nesse caso, os processos oníricos estavam sujeitos a uma compilação indesejável, em vista da presença adicional de características neuróticas. Mas, se quisesse relatar meus próprios sonhos, a consequência inevitável é que eu teria de revelar ao público maior número de aspectos íntimos de minha vida mental do que gostaria, ou do que é normalmente necessário para qualquer escritor que seja um homem de ciência e não um poeta. Tal foi a penosa mas inevitável exigência, e me submeti a ela para não abandonar por completo a possibilidade de fornecer a comprovação de minhas descobertas psicológicas. Naturalmente, contudo, não pude resistir à tentação de aparar as arestas de algumas de minhas indiscrições por meio de omissões e substituições. Sempre que isso aconteceu, porém, o valor de meus exemplos se viu drasticamente reduzido. Posso apenas manifestar a esperança de que os leitores deste livro se coloquem em minha difícil posição e me tratem com indulgência, e, além disso, que qualquer um que encontre alguma espécie de referência a si próprio em meus sonhos se disponha a conceder-me o direito à liberdade de pensamento - ao menos em minha vida onírica, se não em qualquer outra área.

Capítulo I - A LITERATURA CIENTÍFICA QUE TRATA DOS PROBLEMAS DOS SONHOS

Nas páginas que seguem, apresentarei provas de que existe uma técnica psicológica que torna possível interpretar os sonhos, e que, quando esse procedimento é empregado, todo sonho se revela como uma estrutura psíquica que tem um sentido e pode ser inserida num ponto designável nas atividades mentais da vida de vigília. Esforçar-me-ei ainda por elucidar os processos a que se devem a estranheza e a obscuridade dos sonhos e por deduzir desses processos a natureza das forças psíquicas por cuja ação concomitante ou mutuamente oposta os sonhos são gerados. A essa altura, minha descrição se interromperá, pois terá atingido um ponto em que o problema dos sonhos se funde com problemas mais abrangentes cuja solução deve ser abordada com base num material de outra natureza.

Apresentarei, à guisa de prefácio, uma revisão do trabalho empreendido por autores anteriores sobre o assunto, bem como a posição atual dos problemas dos sonhos no mundo da ciência, visto que, no curso de meu exame, não terei muitas ocasiões de voltar a esses tópicos. Pois, apesar de muitos milhares de anos de esforço, a compreensão científica dos sonhos progrediu muito pouco - fato tão genericamente aceito na literatura que parece desnecessário citar exemplos para confirmá-lo. Nesses escritos, dos quais consta uma relação ao final de minha obra, encontram-se muitas observações estimulantes e uma boa quantidade de material interessante relacionado com nosso tema, porém pouco ou nada que aborde a natureza essencial dos sonhos ou ofereça uma solução final para qualquer de seus enigmas. E menos ainda, é claro, passou para o conhecimento dos leigos estudiosos.

Talvez se possa indagar qual terá sido o ponto de vista adotado em relação aos sonhos pelas raças primitivas dos homens e que efeito os sonhos teriam exercido na formação de suas concepções do mundo e da alma; e esse é um assunto de tão grande interesse que só com extrema relutância me abstenho de abordá-lo nesse sentido. Devo encaminhar meus

leitores às obras-padrão de *Sir John Lubbock*, *Herbert Spencer*, *E. B. Tylor* e outros, e acrescentarei apenas que só poderemos apreciar a ampla gama desses problemas e especulações quando tivermos tratado da tarefa que aqui se coloca diante de nós - a interpretação dos sonhos.

A visão pré-histórica dos sonhos sem dúvida ecoou na atitude adotada para com os sonhos pelos povos da Antiguidade clássica. Eles aceitavam como axiomático que os sonhos estavam relacionados com o mundo dos seres sobre-humanos nos quais acreditavam, e que constituíam revelações de deuses e demônios. Não havia dúvida, além disso, de que, para aquele que sonhava, os sonhos tinham uma finalidade importante, que era, via de regra, prever o futuro. A extraordinária variedade no conteúdo dos sonhos e na impressão que produziam dificultava, todavia, ter deles qualquer visão uniforme, e tornava necessário classificá-los em numerosos grupos e subdivisões conforme sua importância e fidedignidade. A posição adotada perante os sonhos por filósofos isolados na Antiguidade dependia, naturalmente, até certo ponto, da atitude destes em relação à adivinhação em geral.

Nas duas obras de Aristóteles que versam sobre os sonhos, ele já se tornaram objeto de estudo psicológico. Informam-nos as referidas obras que os sonhos não são enviados pelos deuses e não são de natureza divina, mas que são “demoníacos”, visto que a natureza é “demoníaca”, e não divina. Os sonhos, em outras palavras, não decorrem de manifestações sobrenaturais, mas seguem as leis do espírito humano, embora este, é verdade, seja afim do divino. Definem-se os sonhos como a atividade mental de quem dorme, na medida em que esteja adormecido.

Aristóteles estava ciente de algumas características da vida onírica. Sabia, por exemplo, que os sonhos dão uma construção ampliada aos pequenos estímulos que surgem durante o sono. “Os homens pensam estar caminhando no meio do fogo e sentem um calor enorme, quando há apenas um pequeno aquecimento em certas partes.” E dessa circunstância infere ele a conclusão de que os sonhos podem muito bem revelar a um médico os primeiros sinais de alguma alteração corporal que não tenha sido observada na vigília.

Antes da época de Aristóteles, como sabemos, os antigos consideravam os sonho não como um produto da mente que sonhava, mas como algo introduzido por uma instância divina; e, já então, as duas correntes antagônicas que iremos encontrar influenciando as opiniões sobre a vida onírica em todos os períodos da história se faziam sentir. Traçou-se a distinção entre os sonhos verdadeiros e válidos, enviados ao indivíduo adormecido para adverti-lo ou prever-lhe o futuro, e os sonhos vãos, falazes e destituídos de valor, cuja finalidade era desorientá-lo ou destruí-lo.

Gruppe (1906, 2, 390) cita uma classificação dos sonhos, de *Macrobius* e *Artemidorus*

[de Daldil (ver em [1])], seguindo essa orientação “Os sonhos eram divididos em duas classes. Supunha-se que uma classe fosse influenciada pelo presente ou pelo passado, mas sem nenhum significado futuro. Abrangia o enunia ou *insomnia*, que reproduzia diretamente uma certa representação ou o seu oposto - por exemplo, de fome ou sua saciação -, e o jantsmata, que emprestava uma extensão fantástica à representação - por exemplo, o pesadelo ou *ephialtes*. A outra classe, ao contrário, supostamente determinava o futuro. Abrangia (1) profecias diretas recebidas num sonho (o crhmatismV ou *oraculum*), (2) previsões de algum evento futuro (o rama ou *visio*), e (3) sonhos simbólicos, que precisavam de interpretação (o neuroV ou *somnium*). Essa teoria persistiu durante muitos séculos.”

Essa variação no valor que se deveria atribuir aos sonhos estava intimamente relacionada com o problema de “interpretá-los”. Em geral, esperavam-se importantes conseqüências dos sonhos. Mas nem todos eles eram imediatamente compreensíveis, e era impossível dizer se um sonho inteligível em particular não estaria fazendo alguma comunicação importante. Isso proporcionou o incentivo para que se elaborasse um método mediante o qual o conteúdo ininteligível de um sonho pudesse ser substituído por outro compreensível e significativo. Nos últimos anos da Antiguidade, Artemidorus de Daldis foi considerado a maior autoridade na interpretação dos sonhos, e a sobrevivência de sua obra exaustiva [Oneirocritica] deve compensar-nos pela perda dos outros escritos sobre o mesmo assunto.

A visão pré-científica dos sonhos adotada pelos povos da Antigüidade estava, por certo, em completa harmonia com sua visão do universo em geral, que os levou a projetar no mundo exterior, como se fossem realidades, coisas que de fato só gozavam de realidade dentro de suas próprias mentes. Além disso, seu ponto de vista sobre os sonhos levava em conta a principal impressão produzida na mente desperta, pela manhã, pelo que resta de um sonho na memória: uma impressão de algo estranho, advindo de outro mundo e contrastando com os demais conteúdos da mente. A propósito, seria um erro supor que a teoria da origem sobrenatural dos sonhos está desprovida de defensores em nossos próprios dias. Podemos deixar de lado os escritores carolas e místicos, que de fato estão perfeitamente justificados em permanecerem ocupados com o que restou do outrora amplo domínio do sobrenatural enquanto esse campo não é conquistado pela explicação científica. Mas, além deles, depara-se com homens de visão esclarecida, sem quaisquer idéias extravagantes, que procuram apoiar sua fé religiosa na existência e na atividade de forças espirituais sobre-humanas precisamente pela natureza inexplicável dos fenômenos dos sonhos. (Cf. Haffner, 1887.) A alta estima em que é tida a vida onírica por algumas escolas de filosofia (pelos seguidores de Schelling, por exemplo) é nitidamente um eco da natureza divina dos sonhos que era incontestada na Antiguidade. Tampouco chegaram ao fim os debates acerca do caráter

premonitório dos sonhos e de seu poder de predizer o futuro, pois as tentativas de dar uma explicação psicológica têm sido insuficientes para cobrir o material coletado, por mais decididamente que as simpatias dos que são dotados de espírito científico se inclinam contra a aceitação de tais crenças.

É difícil escrever uma história do estudo científico dos problemas dos sonhos porque, por mais valioso que tenha sido esse estudo em alguns pontos, não se pode traçar nenhuma linha de progresso em qualquer direção específica. Não se lançou nenhum fundamento de descobertas seguras no qual um pesquisador posterior pudesse edificar algo; ao contrário, cada novo autor examina os mesmos problemas de novo e recomeça, por assim dizer, do início. Se eu tentasse relacionar em ordem cronológica aqueles que têm escrito sobre o assunto e apresentasse um sumário de seus pontos de vista sobre os problemas dos sonhos, teria de abandonar qualquer esperança de apresentar um quadro geral abrangente do atual estado dos conhecimentos sobre o assunto. Optei, portanto, por estruturar meu relato de acordo com tópicos, e não com autores, e à medida que for levantando cada problema relacionado com o sonho, apresentarei qualquer material que a literatura contenha para sua solução.

Visto, contudo, ter-me sido impossível englobar toda a literatura sobre o tema, amplamente dispersa como é e invadindo muitos outros campos, sou compelido a pedir a meus leitores que se dêem por satisfeitos desde que nenhum fato fundamental ou ponto de vista importante seja deixado de lado em minha descrição.

Até pouco tempo atrás, a maioria dos autores que escreviam sobre o assunto sentia-se obrigada a tratar o sono e os sonhos como um tópico único, e em geral abordava, além disso, condições análogas fronteiriças à patologia e estados semelhantes aos sonhos, como as alucinações, visões etc. As últimas obras, pelo contrário, mostram preferência por um tema restrito e tomam por objeto, talvez, alguma questão isolada no campo da vida onírica. Agradar-me-ia ver nessa mudança de atitude a expressão de uma convicção de que, nessas questões obscuras, só será possível chegar a explicações e resultados sobre os quais haja acordo mediante uma série de investigações pormenorizadas. Uma pesquisa detalhada desse tipo, predominantemente psicológica por natureza, é tudo o que tenho a oferecer nestas páginas. Tive poucas oportunidades de lidar com o problema do sono, posto que esse é essencialmente um problema da fisiologia, muito embora uma das características do estado de sono deva ser a de promover modificações nas condições de funcionamento do aparelho mental. A literatura sobre o tema do sono, conseqüentemente, não é considerada adiante.

As questões levantadas por uma indagação científica sobre os fenômenos dos sonhos como tais podem ser agrupadas sob as epígrafes que se seguem, embora não se possa evitar certa dose de superposição.

(A) A RELAÇÃO DOS SONHOS COM A VIDA DE VIGÍLIA

O julgamento simplista de vigília feito por alguém que tenha acabado de acordar presume que seus sonhos, mesmo que não tenham eles próprios vindo de outro mundo, ao menos o haviam transportado para outro mundo. O velho fisiólogo Burdach (1838, 499), a quem devemos um relato cuidadoso e sagaz dos fenômenos dos sonhos, expressou essa convicção num trecho muito citado: “Nos sonhos, a vida cotidiana, com suas dores e seus prazeres, suas alegrias e mágoas, jamais se repete. Pelo contrário, os sonhos têm como objetivo verdadeiro libertar-nos dela. Mesmo quando toda a nossa mente está repleta de algo, quando estamos dilacerados por alguma tristeza profunda, ou quando todo o nosso poder intelectual se acha absorvido por algum problema, o sonho nada mais faz do que entrar em sintonia com nosso estado de espírito e representar a realidade em símbolos.” I. H. Fichte (1864, 1, 541), no mesmo sentido, fala efetivamente em “sonhos complementares” e os descreve como um dos benefícios secretos da natureza autocurativa do espírito. Strümpell (1877, 16) escreve um sentido semelhante em seu estudo sobre a natureza e origem dos sonhos - uma obra ampla e merecidamente tida em alta estima: “O homem que sonha fica afastado do mundo da consciência de vigília.” E também (ibid., 17): “Nos sonhos, nossa recordação do conteúdo ordenado da consciência de vigília e de seu comportamento normal vale tanto como se estivesse inteiramente perdido.” E de novo (ibid., 19) escreve que “a mente é isolada, nos sonhos, quase sem memória, do conteúdo e assuntos comuns da vida de vigília”.

A grande maioria dos autores, contudo, assume um ponto de vista contrário quanto à relação entre os sonhos e a vida de vigília. Assim, diz Haffner (1887, 245): “Em primeiro lugar, os sonhos dão prosseguimento à vida de vigília. Nossos sonhos se associam regularmente às representações que estiveram em nossa consciência pouco antes. A observação acurada quase sempre encontra um fio que liga o sonho às experiências da véspera.” Weygandt (1893, 6) contradiz especificamente o enunciado de Burdach que acabo de citar: “Pois muitas vezes, e aparentemente na maioria dos sonhos, pode-se observar que eles de fato nos levam de volta à vida comum, em vez de libertar-nos dela.” Maury (1878, 51) apresenta uma fórmula concisa: “Nous rêvons de ce que nous avons vu, dit, désiré ou fait”; enquanto Jessen, em seu livro sobre psicologia (1855, 530), observa mais extensamente: “O conteúdo de um sonho é, invariavelmente, mais ou menos determinado pela personalidade individual daquele que sonha, por sua idade, sexo, classe, padrão de educação e estilo de vida habitual, e pelos fatos e experiências de toda a sua vida pregressa.”

A atitude menos comprometedora sobre esta questão é adotada por J. G. E. Maass, o filósofo (1805, [1, 168 e 173]), citado por Winterstein (1912): “A experiência confirma

nossa visão de que sonhamos com maior frequência com as coisas em que se centralizam nossas mais vivas paixões. E isso mostra que nossas paixões devem ter influência na formação de nossos sonhos. O homem ambicioso sonha com os lauréis que conquistou (ou imagina ter conquistado) ou com aqueles que ainda tem de conquistar: já o apaixonado se ocupa, em seus sonhos, com o objeto de suas doces esperanças... Todos os desejos e aversões sensuais adormecidos no coração podem, se algo os puser em movimento, fazer com que o sonho brote das representações que estão associadas com eles, ou fazer com que essas representações intervenham num sonho já presente.”

A mesma concepção foi adotada na Antigüidade quanto à dependência do conteúdo dos sonhos em relação à vida de vigília. Radestock (1879, 134) relata-nos como, antes de iniciar sua expedição contra a Grécia, Xerxes recebeu judiciosos conselhos de natureza desencorajadora, mas foi sempre impelido por seus sonhos a prosseguir, ao que Artabanus, o velho e sensato intérprete persa dos sonhos, observou-lhe pertinentemente que, via de regra, os quadros oníricos contêm aquilo que o homem em estado de vigília já pensa.

O poema didático de Lucrécio, *De rerum natura*, encerra o seguinte trecho (IV, 962):

Et quo quisque fere studio devinctus adhaeret aut quibus in rebus multum sumus ante moratque in ea ratione fuit contenta magis mens, in somnis eadem plerumque videmur obire; causidici causas agere et componere leges, induperatores pugnare ac proelia obire...

Cícero (*De divinatione*, II, lxxvii, 140) escreve exatamente no mesmo sentido que Maury tantos anos depois: “Maximeque reliquiae rerum earum moventur in animis et agitantur de quibus vigilantes aut cogitavimus aut egimus.”

A contradição entre esses dois pontos de vista sobre a relação entre vida onírica e vida de vigília parece de fato insolúvel. É portanto relevante, nesta altura, lembrar o exame do assunto por Hildebrandt (1875, 8 e segs.), que acredita ser completamente impossível descrever as características dos sonhos, salvo por meio de “uma série de [três] contrastes que parecem acentuar-se em contradições”. “O primeiro desses contrastes”, escreve ele, “é proporcionado, por um lado, pela completude com que os sonhos são isolados e separados da vida real e atual, e, por outro, por sua constante interpretação e por sua constante dependência mútua. O sonho é algo completamente isolado da realidade experimentada na vida de vigília, algo, como se poderia dizer, como uma existência hermeticamente fechada e toda própria, e separada da vida real por um abismo intransponível. Ele nos liberta da realidade, extingue nossa lembrança normal dela, e nos situa em outro mundo e numa história de vida inteiramente diversa, que, em essência, nada tem a ver com a nossa história real...”

Hildebrandt prossegue demonstrando como, ao adormecermos, todo o nosso ser, com todas as suas formas de existência, “desaparece, por assim dizer, por um alçapão invisível”. Então, talvez o sonhador empreenda uma viagem marítima até Santa Helena para oferecer a Napoleão, que ali se encontra prisioneiro, uma barganha primorosa em vinhos da Mosela. É recebido com extrema afabilidade pelo ex-imperador e chega quase a lamentar-se quando acorda e sua curiosa ilusão é destruída. Mas, comparemos a situação do sonho, prossegue Hildebrandt, com a realidade. O sonhador nunca foi negociante de vinhos, nem jamais desejou sê-lo. Nunca fez uma viagem marítima e, se o fizesse, Santa Helena seria o último lugar do mundo que escolheria para visitar. Não nutre quaisquer sentimentos de simpatia para com Napoleão, mas, ao contrário, um violento ódio patriótico. E, além disso tudo, nem sequer era nascido quando Napoleão morreuna ilha, de modo que ter quaisquer relações pessoais com ele estaria além dos limites da possibilidade. Assim, a experiência onírica parece algo estranho, inserido entre duas partes da vida perfeitamente contínuas e compatíveis entre si.

“E contudo”, continua Hildebrandt [ibid., 10], “o que parece ser o contrário disso é igualmente verdadeiro e correto. Apesar de tudo, o mais íntimo dos relacionamentos caminha de mãos dadas, creio eu, com o isolamento e a separação. Podemos mesmo chegar a dizer que o que quer que os sonhos ofereçam, seu material é retirado da realidade e da vida intelectual que gira em torno dessa realidade... Quaisquer que sejam os estranhos resultados que atinjam, eles nunca podem de fato libertar-se do mundo real; e tanto suas estruturas mais sublimes como também as mais ridículas devem sempre tomar de empréstimo seu material básico, seja do que ocorreu perante nossos olhos no mundo dos sentidos, seja do que já encontrou lugar em algum ponto do curso de nossos pensamentos de vigília - em outras palavras, do que já experimentamos, externa ou internamente.

(B) O MATERIAL DOS SONHOS - A MEMÓRIA NOS SONHOS

Todo o material que compõe o conteúdo de um sonho é derivado, de algum modo, da experiência, ou seja, foi reproduzido ou lembrado no sonho - ao menos isso podemos considerar como fato indiscutível. Mas seria um erro supor que uma ligação dessa natureza entre o conteúdo de um sonho e a realidade esteja destinada a vir à luz facilmente, como resultado imediato da comparação entre ambos. A ligação exige, pelo contrário, ser diligentemente procurada, e em inúmeros casos pode permanecer oculta por muito tempo. A

razão disso está em diversas peculiaridades exibidas pela faculdade da memória nos sonhos, e que, embora geralmente observadas, até hoje têm resistido à explicação. Vale a pena examinar essas características mais de perto.

É possível que surja, no conteúdo de um sonho, um material que, no estado de vigília, não reconhecamos como parte de nosso conhecimento ou nossa experiência. Lembramo-nos, naturalmente, de ter sonhado com a coisa em questão, mas não conseguimos lembrar se ou quando a experimentamos na vida real. Ficamos assim em dúvida quanto à fonte a que recorreu o sonho e sentimo-nos tentados a crer que os sonhos possuem uma capacidade de produção independente. Então, finalmente, muitas vezes após um longo intervalo, alguma nova experiência relembra a recordação perdida do outro acontecimento e, ao mesmo tempo, revela a fonte de sonho. Somos assim levados a admitir que, no sonho, sabíamos e nos recordávamos de algo que estava além do alcance de nossa memória de vigília.

Um exemplo particularmente impressionante disso é fornecido por Delboeuf [1885, [1]], extraído de sua própria experiência. Viu ele num sonho o quintal de sua casa, coberto de neve, e sob ela encontrou dois pequenos lagartos semicongelados e enterrados. Sendo muito afeiçoado aos animais, apanhou-os, aqueceu-os e os levou de volta para o pequeno buraco que ocupavam na alvenaria. Deu-lhes ainda algumas folhas de uma pequena samambaia que crescia no muro, as quais, como sabia, eles muito apreciavam. No sonho, ele conhecia o nome da planta: *Asplenium ruta muralis*. O sonho prosseguiu e, após uma digressão, voltou aos lagartos. Deboeuf viu então, para sua surpresa, dois outros lagartos que se ocupavam dos restos da samambaia. Depois, olhou ao redor e viu um quinto e a seguir um sexto lagarto, que se dirigiam para o buraco no muro, até que toda a estrada fervilhava com uma procissão de lagartos, todos se movimentando na mesma direção... e assim por diante.

Quando desperto, Delboeuf sabia os nomes em latim de pouquíssimas plantas, e *Asplenium* não estava entre eles. Para sua grande surpresa, pôde confirmar o fato de que realmente existe uma samambaia com esse nome. Sua denominação correta é *Asplenium ruta muraria*, que fora ligeiramente deturpada no sonho. Isso dificilmente poderia ser uma coincidência; e, para Delboeuf, continuou a ser um mistério o modo como viera a conhecer o nome “*Asplenium*” no sonho.

O sonho ocorreu em 1862. Dezesesseis anos depois, quando o filósofo visitava um de seus amigos, viu um pequeno álbum de flores prensadas, do tipo dos que são vendidos aos estrangeiros como lembrança em algumas partes da Suíça. Começou então a recordar-se de algo - abriu o herbário, encontrou a *Asplenium* de seu sonho e viu o nome em latim, escrito por seu próprio punho, abaixo da flor. Os fatos podiam agora ser verificados. Em 1860 (dois anos antes do sonhos com os lagartos), uma irmã desse mesmo amigo, em viagem de lua-de-mel, fizera uma visita a Delboeuf. Trazia consigo o álbum, que seria um presente dela ao

irmão, e Delboeuf deu-se ao trabalho de escrever sob cada planta seca o nome em latim, ditado por um botânico.

Um feliz acaso, que tornou esse exemplo tão digno de ser recordado, permitiu a Delboeuf reconstruir mais uma parte do conteúdo do sonho até sua fonte esquecida. Um belo dia, em 1877, aconteceu-lhe pegar um velho volume de um periódico ilustrado, e nele encontrar uma fotografia de toda a procissão de lagartos com que sonhara em 1862. O volume trazia a data de 1861, e Delboeuf se lembrava de ter sido assinante da publicação desde seu primeiro número.

O fato de os sonhos terem sob seu comando lembranças que são inacessíveis na vida de vigília é tão notável, e de tal importância teórica, que eu gostaria de chamar ainda mais atenção para ele, relatando mais alguns sonhos “hipermnésicos”. Maury [1878, 142] conta-nos como, por algum tempo, a palavra “Mussidan” surgia e ressurgia em sua mente durante o dia. Nada sabia a respeito dela, a não ser que era o nome de uma pequena cidade da França. Certa noite, sonhou que conversava com alguém que lhe dizia ter vindo de Mussidan, e que, ao lhe perguntarem onde ficava isso, respondia ser uma pequena cidade do Departamento de Dordogne. Ao acordar, Maury não nutria nenhuma crença na informação que lhe fora transmitida no sonho; soube por um jornaleiro, contudo, que era perfeitamente correta. Nesse caso, a realidade do conhecimento superior do sonho foi confirmada, mas não se descobriu a fonte esquecida desse conhecimento.

Jessen (1855, 551) relata um fato muito semelhante num sonho datado de época mais remota: “A essa classe pertence, entre outros, um sonho do velho Scaliger (citado por Hennings, 1874, 300), que escreveu um poema em louvor dos famosos homens de Verona. Um homem chamado Brugnolus apareceu-lhe num sonho e se queixou de ter sido desprezado. Embora Scaliger não conseguisse lembrar-se de jamais ter ouvido falar dele, escreveu alguns versos a seu respeito. Seu filho soube posteriormente, em Verona, que alguém chamado Brugnolus de fato fora ali famoso como crítico.”

O Marquês d’Hervey de St. Denys [1867, 305], citado por Vaschide (1911, 23 e seg.), descreve um sonho hipermnésico que possui uma peculiaridade especial, pois foi seguido de outro que completou o reconhecimento do que, a princípio, foi lembrança não identificada: “Certa feita, sonhei com uma jovem de cabelos dourados, a quem vi conversando com minha irmã enquanto lhe mostrava um bordado. Ela me pareceu muito familiar no sonho e pensei já tê-la visto muitas vezes. Depois que acordei, ainda tinha seu rosto muito nitidamente diante de mim, mas era totalmente incapaz de reconhecê-lo. Voltei a dormir e o quadro onírico se repetiu... Mas, nesse segundo sonho, falei com a dama de cabelos louros e perguntei-lhe se já não tivera o prazer de conhecê-la antes, em algum lugar. ‘Naturalmente’, respondeu ela, ‘não se lembra da *plage* em Pornic?’ Despertei imediatamente e pude então recordar-me com clareza de todos os pormenores associados com a atraente visão do sonho.”

O mesmo autor [ibid., 306] (também citado por Vaschide, ibid., 233-4) conta como o músico seu conhecido ouviu num sonho, certa vez, uma melodia que lhe pareceu inteiramente nova. Só muitos anos depois foi que ele encontrou a mesma melodia numa velha coleção de peças musicais, embora ainda assim não pudesse recordar-se de tê-la examinado algum dia.

Sei que Myers [1892] publicou toda uma coletânea de sonhos hipermnésicos dessa natureza nas Atas da Sociedade de Pesquisas Psíquicas, mas, infelizmente, não tenho acesso a elas. Ninguém que se ocupe de sonhos pode, creio eu, deixar de descobrir que é fato muito comum um sonho dar mostras de conhecimentos e lembranças que o sujeito, em estado de vigília, não está ciente de possuir. Em meu trabalho psicanalítico com pacientes nervosos, do qual falarei mais adiante, tenho condições, várias vezes por semana, de provar aos pacientes, com base em seus sonhos, que eles de fato estão bem familiarizados com citações, palavras obscenas etc., e que as utilizam em seus sonhos, embora tenham-nas esquecido em sua vida de vigília. Acrescentei mais um caso inocente de hipermnésia num sonho, em vista de grande facilidade com que foi possível descobrir a fonte do conhecimento acessível apenas no sonho.

Um de meus pacientes, no decurso de um sonho bastante prolongado, sonhou que pedira um “*Kontuszówka*” quando se encontrava num café. Depois de me dizer isso, perguntou-me o que era um “*Kontuszówka*”, pois nunca ouvira esse nome. Pude responder-lhe que se tratava de um licor polonês e que ele não poderia ter inventado esse nome, que há muito me era familiar pelos anúncios afixados nos tapumes. De início, ele não me quis dar crédito, mas, alguns dias depois, após concretizar seu sonho num café, notou o nome num tapume na esquina de uma rua pela qual devia ter passado pelo menos duas vezes ao dia durante vários meses.

Eu mesmo tenho observado, em relação a meu próprio sonho, o quanto é uma questão de acaso descobrir-se ou não a fonte dos elementos específicos de um sonho. Assim é que, durante anos, antes de concluir este livro, fui perseguido pela imagem de uma torre de igreja de desenho muito simples, que eu não lembrava ter visto jamais. E então, de súbito, reconheci-a com absoluta certeza numa pequena estação da linha férrea entre Salzburgo e Reichenhall. Isso ocorreu na segunda metade da década de 1890, e eu viajara naquela linha pela primeira vez em 1896. Em anos a freqüente repetição, em meus sonhos, da imagem de determinado lugar de aparência inusitada tornou-se para mim um verdadeiro incômodo. Numa relação especial específica comigo, à minha esquerda, eu via um espaço escuro onde reluziam diversas figuras grotescas de arenito. Uma vaga lembrança à qual eu não queria dar crédito dizia-me tratar-se da entrada de uma cervejaria. Mas não consegui descobrir nem o significado do quadro onírico nem sua origem. Em 1907, ocorreu-me estar em Pádua, que, lamentavelmente, eu não pudera visitar desde 1895. Minha primeira visita àquela encantadora cidade universitária fora uma decepção, pois eu não pudera ver os afrescos de Giotto na Madonna dell’Arena. Voltara a meio caminho da rua que leva até lá ao ser informado de que a capela estava fechada naquele dia. Em minha segunda visita, doze anos

depois, resolvi compensar isso, e a primeira coisa que fiz foi encaminhar-me para a capela da Arena. Na rua que conduz a ela, à minha esquerda e, com toda probabilidade, no ponto do qual retornara em 1895, deparei com o lugar que tantas vezes vira em meus sonhos, com as figuras de arenito que faziam parte dele. Era, de fato, o acesso ao jardim de um restaurante.

Uma das fontes de onde os sonhos retiram material para reprodução - material que, em parte, não é nem lembrado nem utilizado nas atividades do pensamento de vigília - é a experiência da infância. Citarei apenas alguns dos autores que observaram e ressaltaram esse fato.

Hildebrandt (1875, 23): “Já admiti expressamente que os sonhos às vezes trazem de volta a nossas mentes, com um maravilhoso poder de reprodução, fatos muito remotos e até mesmo esquecidos de nossos primeiros anos de vida.”

Strümpell (1877, 40): “A posição é ainda mais notável quando observamos como os sonhos por vezes trazem à luz, por assim dizer, das mais profundas pilhas de destroços sob as quais as primeiras experiências da meninice são soterradas em épocas posteriores, imagens de localidades, coisas ou pessoas específicas, inteiramente intactas e com todo o seu viço original. Isso não se limita às experiências que criaram uma viva impressão quando ocorreram, ou que desfrutam de alto grau de importância psíquica e retornaram depois, num sonho, como autênticas lembranças com as quais a consciência de vigília se regozija. Ao contrário, as profundezas da memória, nos sonhos, também incluem imagens de pessoas, coisas, localidades e fatos que datam dos mais remotos tempos, que nunca tiveram nenhuma importância psíquica ou mais que um pálido grau de nitidez ou que há muito perderam o que teriam possuído de uma coisa ou de outra, e que, por conseguinte, parecem inteiramente estranhos e desconhecidos tanto para a mente que sonha quanto para a mente em estado de vigília, até que sua origem mais remota tenha sido descoberta.”

Volkelt (1875, 119): “É especialmente notável a facilidade com que as recordações da infância e da juventude ganham acesso aos sonhos. Os sonhos continuamente nos relembram coisas em que deixamos de pensar e que há muito deixaram de ser importantes para nós.”

Como os sonhos têm a seu dispor material oriundo da infância, e dado que, como todos sabemos, esse material se acha obliterado, em sua maior parte, por lacunas em nossa faculdade consciente da memória, essas circunstâncias dão margem a curiosos sonhos hipermnésicos, dos quais, mais uma vez, darei alguns exemplos.

Maury (1878, 92) relata como, quando criança, costumava ir freqüentemente de Meaux, que era seu torrão natal, à aldeia vizinha de Trilport, onde o pai supervisionava a construção de uma ponte. Certa noite, num sonho, ele se viu em Trilport e, mais uma vez, brincava na rua da aldeia. Um homem, envergando uma espécie de uniforme, dirigiu-se a ele. Maury perguntou-lhe como se chamava e ele respondeu que seu nome era C., e que era vigia da

ponte. Maury despertou com um sentimento de ceticismo quanto à exatidão da lembrança, e perguntou a uma velha empregada, que estivera com ele desde sua infância, se ela conseguia recordar-se de um homem com aquele nome. Mas é claro”, foi a resposta, “ele era o vigia da ponte quando seu pai a estava construindo.”

Maury (ibid., 143-4) fornece outro exemplo igualmente bem corroborado da exatidão de uma lembrança da infância, surgida num sonho. O sonho ocorreu a um certo *Monsieur F.*, que, quando criança, vivera em Montbrison. Vinte e cinco anos depois de partir dali, resolveu rever a cidade natal e alguns amigos da família que não encontrara desde então. Na noite que precedeu sua partida, sonhou que já estava em Montbrison e que, perto da cidade, encontrava um cavalheiro a quem não conhecia de vista, mas que lhe dizia ser *Monsieur T.*, um amigo de seu pai. No sonho, *Monsieur F.* estava ciente de que, quando criança, conhecera alguém com aquele nome, mas, em seu estado de vigília, não se lembrava mais da aparência dele. Passados alguns dias, chegou realmente a Montbrison, achou o local que no sonho lhe parecera desconhecido, e ali encontrou um cavalheiro que reconheceu imediatamente como o *Monsieur T.* do sonho. A pessoa real, contudo, aparentava ser muito mais velha do que parecera no sonho.

Nesse ponto, posso mencionar um sonho que eu mesmo tive, no qual o que tinha de ser reconstruído não era uma impressão, mas uma ligação. Sonhei com alguém que, no sonho, eu sabia ser o médico de minha cidade natal. Seu rosto era indistinto, mas se confundia com a imagem de um dos professores da minha escola secundária, com quem ainda me encontro ocasionalmente. Quando acordei, não conseguia descobrir que ligação haveria entre esses dois homens. Entretanto, fiz a minha mãe algumas perguntas sobre esse médico que remontava aos primeiros anos de minha infância, e soube que ele tinha apenas um olho. O professor cuja fisionomia se sobrepusera à do médico no sonho também só tinha uma vista. Fazia trinta e oito anos que eu vira o médico pela última vez e, ao que eu sabia, nunca pensara nele em minha vida de vigília, embora uma cicatriz em meu queixo pudesse ter-me feito recordar suas atenções para comigo.

Diversos autores, por outro lado, asseveram que na maioria dos sonhos se encontram elementos derivados dos últimos dias antes de sua ocorrência; e isso parece ser uma tentativa de contrabalançar a excessiva ênfase dada ao papel desempenhado na vida onírica pelas experiências da infância. Assim, Robert (1886, 46) realmente declara que os sonhos normais, de modo geral, dizem respeito apenas às impressões dos últimos dias. Verificaremos, porém, que a teoria dos sonhos elaborada por Robert torna-lhe essencial destacar as impressões mais recentes, deixando fora de alcance as mais antigas. Não obstante, o fato que ele afirma permanece correto, como posso confirmar por minhas próprias pesquisas. Um autor norte-americano, Nelson [1888, 380 e seg.], é de opinião que as impressões mais freqüentemente empregadas num sonho decorrem do penúltimo ou do

antepenúltimo dia antes que o sonho ocorra - como se as impressões do dia *imediatamente* anterior ao sonho não fossem suficientemente atenuadas ou remotas.

Vários autores, preocupados em não lançar dúvidas sobre a íntima relação entre o conteúdo dos sonhos e a vida de vigília, têm-se surpreendido com o fato de as impressões com que os pensamentos de vigília se acham intensamente ocupados só aparecerem nos sonhos depois de terem sido um tanto postas de lado pelas atividades do pensamento diurno. Assim, após a morte de um ente querido, as pessoas em geral não sonham com ele logo de início, enquanto se acham dominadas pela dor (Delage, 1891, [40]). Por outro lado, uma das mais recentes observadoras, a Srta. Hallam (Hallam e Weed, 1896, 410-11), coligiu exemplos em contrário, assim afirmando o direito de cada um de nós ao individualismo psicológico nesse aspecto.

A terceira, mais surpreendente e menos compreensível característica da memória nos sonhos é demonstrada na *escolha* do material reproduzido. Pois o que se considera digno de ser lembrado não é, como na vida de vigília, apenas o que é mais importante, mas, pelo contrário, também o que é mais irrelevante e insignificante. No tocante a este ponto, citarei os autores que deram expressão mais vigorosa à sua estupefação.

Hildebrandt (1875, 11): “Pois o fato notável é que os sonhos extraem seus elementos não dos fatos principais e excitantes, nem dos interesses poderosos e imperiosos do dia anterior, mas dos detalhes casuais, dos fragmentos sem valor, poder-se-ia dizer, do que se vivenciou recentemente, ou do passado mais remoto. Uma morte na família, que nos tenha comovido profundamente e sob cuja sombra imediata tenhamos adormecido tarde da noite, é apagada de nossa memória até que, com nosso primeiro momento de vigília, retorna a ela novamente com perturbadora violência. Por outro lado, uma verruga na testa de um estranho que vimos na rua, e em quem não pensamos mais depois de passar por ele, *tem* um papel a desempenhar em nosso sonho...”

Strümpell (1877, 39): “Há casos em que a análise de um sonho demonstra que alguns de seus componentes, na realidade, provêm de experiências do dia precedente ou do dia anterior a este, mas de experiências tão sem importância e tão triviais, do ponto de vista da consciência de vigília, que foram esquecidas logo após sua ocorrência. As experiências dessa natureza incluem, por exemplo, observações acidentalmente entreouvidas, ações desatentamente observadas de outra pessoa, vislumbres passageiros de pessoas ou coisas, ou fragmentos isolados do que se leu, e assim por diante.”

Havelock Ellis (1899, 77); “As emoções profundas da vida de vigília, as questões e os problemas pelos quais difundimos nossa principal energia mental voluntária, não são os que se costumam apresentar de imediato à consciência onírica. No que diz respeito ao passado imediato, são basicamente as impressões corriqueiras, casuais e ‘esquecidas’ da vida

cotidiana que reaparecem em nossos sonhos. As atividades psíquicas mais intensamente despertas são as que dormem mais profundamente.”

Binz (1878, 44-5) efetivamente faz dessa peculiaridade específica da memória nos sonhos uma oportunidade para expressar sua satisfação com as explicações dos sonhos que ele próprio sustentou: “E os sonhos naturais levantam problemas semelhantes. Por que nem sempre sonhamos com as impressões mnêmicas do dia que acabamos de viver? Por que, muitas vezes, sem nenhum motivo aparente, mergulhamos, em vez disso, no passado remoto e quase extinto? Por que a consciência, nos sonhos, recebe com tanta freqüência a impressão de imagens mnêmicas *indiferentes*, enquanto as células cerebrais, justamente onde trazem as marcas mais sensíveis do que se experimentou, permanecem, em sua maioria, silenciosas e inertes, a menos que tenham sido incitadas a uma nova atividade pouco antes, durante a vida de vigília?”

É fácil perceber como a notável preferência demonstrada pela memória, nos sonhos, por elementos indiferentes, e conseqüentemente despercebidos da experiência de vigília está fadada a levar as pessoas a desprezarem, de modo geral, a dependência que os sonhos têm da vida de vigília, e pelo menos a dificultar, em qualquer caso específico, a comprovação dessa dependência. Assim, a Srta. Whiton Calkis (1893, 315), em seu estudo estatístico de seus próprios sonhos e dos de seu colaborador, verificou que em onze por cento do total não havia nenhuma conexão visível com a vida de vigília. Hildebrandt (1875, [12 e seg.]) está indubitavelmente certo ao afirmar que seríamos capazes de explicar a gênese de todas as imagens oníricas se dedicássemos tempo e empenho suficientes à investigação de sua origem. Ele se refere a isso como “uma tarefa extremamente trabalhosa e ingrata. Pois, em geral, termina por desenterrar dos mais remotos pontos dos compartimentos da memória toda sorte de fatos psíquicos totalmente sem valor e por arrastar à luz, mais uma vez, do esquecimento em que fora mergulhado talvez na primeira hora após sua ocorrência, toda sorte de momento completamente irrelevante do passado.” Só posso lamentar que esse autor de aguda visão se tenha deixado impedir de seguir a trilha que teve esse começo inauspicioso; se a tivesse seguido, ela o teria levado ao próprio cerne da explicação dos sonhos.

O modo como a memória se comporta nos sonhos é, sem sombra de dúvida, da maior importância para qualquer teoria da memória em geral. Ele nos ensina que “nada que tenhamos possuído mentalmente uma vez pode se perder inteiramente” (Scholz, 1893, 59); ou, como o exprime Delboeuf [1885, 115], “que toute impression, même la plus insignifiante, laisse une trace inaltérable, indéfiniment susceptible de reparaître au jour”. Essa é uma conclusão a que também somos levados por muitos fenômenos patológicos da vida mental. Certas teorias sobre os sonhos, que mencionaremos adiante, procuram explicar seu absurdo e incoerência por meio de um esquecimento parcial do que sabemos durante o dia. Quando tivermos em mente a extraordinária eficiência que acabamos de ver exibida

pela memória nos sonhos, teremos um sentimento vivo da contradição que essas teorias envolvem.

Talvez nos ocorra que o fenômeno do sonhar possa ser inteiramente reduzido ao da memória: os sonhos, poder-se-ia supor, são a manifestação de uma atividade reprodutiva que é exercida mesmo durante a noite e que constitui um fim em si mesma. Isso se coadunaria com afirmações como as que foram formuladas por Pilez (1899), segundo as quais existe uma relação fixa observável entre o momento em que um sonho ocorre e seu conteúdo, sendo as impressões do passado mais remoto reproduzidas nos sonhos durante o sono profundo, enquanto as impressões mais recentes surgem ao amanhecer. Mas tais pontos de vista são intrinsecamente improváveis, em vista da maneira como os sonhos lidam com o material a ser lembrado. Strümpell [1877, 18] frisa, com razão, que os sonhos não reproduzem experiências. Eles dão um passo à frente, mas o próximo passo da seqüência é omitido, ou aparece de forma alterada, ou é substituído por algo inteiramente estranho. Os sonhos não produzem mais do que *fragmentos* de reproduções; e isso constitui uma regra tão geral que nela é possível basear conclusões teóricas. É verdade que existem casos excepcionais em que um sonho repete uma experiência tão completamente quanto está ao alcance de nossa memória de vigília. Delboeuf [1885, 239 e seg.] conta-nos como um de seus colegas da universidade teve um sonho que reproduzia, em todos os detalhes, um perigoso acidente de carruagem que ele sofrera, do qual escapou quase por milagre. A Srta. Calkins (1893) menciona dois sonhos cujo conteúdo foi uma reprodução exata de um acontecimento do dia anterior, e eu mesmo terei oportunidade, mais adiante, de relatar um exemplo por mim observado de uma experiência infantil que reapareceu num sonho sem qualquer modificação. [Ver em [1] [2] e [3].]

(C) OS ESTÍMULOS E AS FONTES DOS SONHOS

Há um ditado popular que diz que “os sonhos decorrem da indigestão”, e isso nos ajuda a entender o que se pretende dizer com estímulos e fontes dos sonhos. Por trás desses conceitos há uma teoria segundo a qual os sonhos são o resultado de uma perturbação do sono: não teríamos um sonho a menos que algo de perturbador acontecesse durante nosso sono, e o sonho seria uma reação a essa perturbação.

Os debates sobre as causas estimuladoras dos sonhos ocupam um espaço muito amplo na literatura sobre o assunto. Obviamente, esse problema só poderia surgir depois de os sonhos se terem tornado alvo de pesquisas biológicas. Os antigos, que acreditavam que os sonhos eram inspirados pelos deuses, não precisavam ir em busca de seu estímulo: os sonhos emanavam da vontade de poderes divinos ou demoníacos, e seu conteúdo provinha do conhecimento ou do objetivo desses poderes. A ciência foi imediatamente confrontada com a questão de determinar se o estímulo ao sonho era sempre o mesmo ou se haveria muitos desses estímulos; e isso envolvia a questão de a explicação das causas dos sonhos se enquadrar no domínio da psicologia ou, antes, no da fisiologia. A maioria das autoridades parece concordar na suposição de que as causas que perturbam o sono - isto é, as fontes dos sonhos - podem ser de muitas espécies, e que tanto os estímulos somáticos quanto as excitações mentais podem vir a atuar como instigadores dos sonhos. As opiniões diferem amplamente, contudo, na preferência demonstrada por uma ou outra fonte dos sonhos e na ordem de importância atribuída a elas como fatores na produção dos sonhos.

Qualquer enumeração completa das fontes dos sonhos leva ao reconhecimento de quatro tipos de fonte, e estes também têm sido utilizados para a classificação dos próprios sonhos. São eles: (1) excitação sensoriais externas (objetivas); (2) excitações sensoriais internas (subjetivas); (3) estímulos somáticos internos (orgânicos); e (4) fontes de estimulação puramente psíquicas.

(C) 1. ESTÍMULOS SENSORIAIS EXTERNOS

O jovem Strümpell [1883-4; trad. ingl. (1912, 2, 160), filho do filósofo cujo livro sobre os sonhos já nos deu várias idéias acerca dos problemas oníricos, publicou um célebre relato de suas observações sobre um de seus pacientes, que sofria de anestesia geral da superfície do corpo e paralisia de vários de seus órgãos sensoriais superiores. Quando se fechava o pequeno número de canais sensoriais desse homem que permaneciam abertos ao mundo exterior, ele adormecia. Ora, quando nós mesmos desejamos dormir, temos o hábito de tentar produzir uma situação semelhante à da experiência de Strümpell. Fechamos nossos canais sensoriais mais importantes, os olhos, e tentamos proteger os outros sentidos de todos os estímulos ou de qualquer modificação dos estímulos que atuam sobre eles. Então adormecemos, muito embora nosso plano jamais se concretize inteiramente. Não podemos manter os estímulos completamente afastados de nossos órgãos sensoriais, nem podemos suspender inteiramente a excitabilidade de nossos órgãos dos sentidos. O fato de um estímulo razoavelmente poderoso nos despertar a qualquer momento é prova de que, “Mesmo no sono, a alma está em constante contato com o mundo extracorporal”. Os

estímulos sensoriais que chegam até nós durante o sono podem muito bem tornar-se fontes de sonhos.

Ora, há inúmeros desses estímulos, que vão desde os inevitáveis, que o próprio estado de sono necessariamente envolve ou precisa tolerar de vez em quando, até os eventuais, que despertam estímulos que podem pôr, ou de fato põem, termo ao sono. Uma luz forte pode incidir sobre os olhos, ou um ruído pode se fazer ouvir, ou alguma substância de odor pronunciado poderá estimular a membrana mucosa do nariz. Por movimentos involuntários durante o sono, podemos descobrir alguma parte do corpo e expô-lo a sensações de frio, ou, mediante uma mudança de posição, podemos provocar sensações de pressão ou contato. É possível que sejamos picados por um mosquito, ou algum pequeno incidente durante a noite talvez afete vários dos nossos sentidos ao mesmo tempo. Alguns observadores atentos coligiram toda uma série de sonhos em que houve uma correspondência tão grande entre um estímulo constatado ao despertar e uma parte do conteúdo do sonho que foi possível identificar o estímulo como a fonte do sonho.

Citarei, de autoria de Jessen (1855, 527 e seg.), uma série desses sonhos, que podem ser ligados a uma estimulação sensorial objetiva e mais ou menos accidental.

“Todo ruído indistintamente percebido provoca imagens oníricas correspondentes. Uma trovoadas nos situa em meio a uma batalha; o cantar de um galo pode transmudar-se no grito de terror de um homem; o ranger de uma porta pode produzir um sonho com ladrões. Se os lençóis da cama caírem durante a noite, talvez sonhemos que estamos andando nus de um lado para outro, ou então caindo n’água. Se estivermos atravessados na cama e com os pés para fora da beirada, talvez sonhemos que estamos à beira de um tremendo precipício ou caindo de um penhasco. Se a cabeça ficar debaixo do travesseiro, sonharemos estar debaixo de uma pedra enorme, prestes a nos soterrar sob seu peso. Os acúmulos de sêmen provocam sonhos lascivos e as dores locais produzem idéias de estarmos sendo maltratados, atacados ou feridos...

“Meier (1758, 33) sonhou, certa feita, que era dominado por alguns homens que o estendiam de costas no chão e enfiavam uma estaca na terra entre seu dedão do pé e o dedo ao lado. Enquanto imaginava essa cena no sonho, acordou e verificou que havia um pedaço de palha entre seus dedos. Em outra ocasião, segundo Hennings (1784, 258), quando Meier apertara muito o colarinho da roupa de dormir no pescoço, sonhou que estava sendo enforcado. Hoffbauer (1796, 146) sonhou, quando jovem, que estava caindo de um muro alto, e ao acordar, viu que a armação da cama desabara e ele realmente caíra no chão... Gregory relata que, certa vez, quando estava com os pés num saco de água quente, sonhou ter subido até o cume do Monte Etna, onde o chão esta insuportavelmente quente. Outro homem, que dormia com um cataplasma quente na cabeça, sonhou que estava sendo escalpelado por um bando de peles-vermelhas, enquanto um terceiro, que usava uma camisa de dormir

úmida, imaginou que estava sendo arrastado por uma correnteza. Um ataque de gota repentinamente surgido durante o sono levou um paciente a acreditar que estava nas mãos da Inquisição e sendo torturado no cavalete (Macnisch [1835, 40]).”

O argumento baseado na semelhança entre o estímulo e o conteúdo do sonho se fortalece quando é possível transmitir deliberadamente um estímulo sensorial à pessoa adormecida e nela produzir um sonho correspondente àquele estímulo. De acordo com Macnisch (loc. cit.), citado por Jessen (1855, 529), experimentos dessa natureza já foram feitos por Girou de Buzareingues [1848, 55]. “Ele deixara o joelho descoberto e sonhou que estava viajando de noite numa diligência. A esse respeito, ele observa que os viajantes por certo estão cientes de como os joelhos ficam frios à noite num coche. Noutra ocasião, ele deixou descoberta a parte posterior da cabeça e sonhou que estava participando de uma cerimônia religiosa ao ar livre. Cabe explicar que, no país onde morava, era costume manter sempre a cabeça coberta, exceto em circunstâncias como essas.”

Maury (1878, [154-6]) apresenta algumas novas observações sobre sonhos produzidos nele mesmo. (Diversos outros experimentos foram mal-sucedidos.)

(1) Alguém fez cócegas em seus lábios e na ponta do nariz com uma pena. - Ele sonhou com uma forma medonha de tortura: uma máscara de piche ora colocada em seu rosto e depois puxada, arrancando-lhe a pele.

(2) Alguém afiou uma tesoura num alicate. - Ele ouviu o repicar de sinos, seguido por sinais de alarma, e se viu de volta aos dias de junho de 1848.

(3) Deram-lhe água-de-colônia para cheirar. - Ele se viu no Cairo, na loja de Johann Maria Farina. Seguiram-se algumas aventuras absurdas que ele não soube reproduzir.

(4) Beliscaram-lhe levemente o pescoço. - Ele sonhou que lhe aplicavam um emplastro de mostarda e pensou no médico que o tratara quando criança.

(5) Aproximaram um ferro quente de seu rosto. - Sonhou que os *“chauffeurs”* haviam penetrado na casa e forçavam seus moradores a dar-lhes dinheiro, enfiando-lhes os pés em braseiros. Apareceu então a Duquesa de Abrantes, de quem ele era secretário no sonho.

(8) Pingaram uma gota d’água em sua testa. - Ele estava na Itália, suava violentamente e bebia vinho branco de Orvieto.

(9) Fez-se com que a luz de uma vela brilhasse repetidamente sobre ele através de uma folha de papel vermelho. - Sonhou com o tempo e com o calor, e se viu novamente numa tempestade que enfrentara no Canal da Mancha.

Outras tentativas de produzir sonhos experimentalmente foram relatadas por Hervey de Saint-Denys [1867, 268 e seg. e 376 e seg.], Weygandt (1893) e outros.

Muitos autores teceram comentários sobre “a notável facilidade com que os sonhos conseguem enfrentar uma impressão súbita vinda do mundo dos sentidos em sua própria estrutura, de modo que esta surge sob a aparência de uma catástrofe previamente preparada a que se chegou gradativamente” [(Hildebrandt, 1875, [36])]. “Em minha juventude”, prossegue esse autor, “eu costumava usar um despertador para me levantar regularmente numa determinada hora. Por centenas de vezes deve ter acontecido de o ruído produzido por esse instrumento se enquadrar num sonho aparentemente único e tivesse alcançado seu fim precípua no que era clímax logicamente indispensável.” [Ibid., 37.]

Citarei três desses sonhos despertadores, agora num outro sentido. [Ver em. [1]-[2]]

Volket (1875, 108 e seg.) escreve: “Um compositor, certa feita, sonhou que estava dando uma aula e tentando esclarecer determinado ponto a seus alunos. Quando acabou de fazê-lo, voltou-se para um dos meninos e perguntou-lhe se havia entendido. Este respondeu-lhe aos gritos, como um possesso: ‘*Oh ja!* [Oh, sim!]. Ele começou a repreender o menino asperamente por estar gritando, mas toda a classe irrompeu em gritos, primeiro de ‘*Orja!*’, depois de ‘*Eurjo!*’ e finalmente de ‘*Feuerjo!*’ Neste ponto ele foi despertado por gritos reais de ‘*Feurjo!*’ na rua.”

Garnier (1872, [1, 476]) conta como Napoleão I foi despertado pela explosão de uma bomba enquanto dormia em sua carruagem. Sonhou que estava novamente atravessando o Tagliamento sob o bombardeio austríaco, e por fim, sobressaltado, acordou gritando: “Estamos perdidos!”

Um sonho de Maury (1878, 161) tornou-se famoso. Estava doente e de cama em seu quarto, com a mãe sentada a seu lado, e sonhou que estava no Reinado do Terror. Após testemunhar diversas cenas pavorosas de assassinato, foi finalmente levado perante o tribunal revolucionário. Lá viu Robespierre, Marat, Fouquier-Tinville e o resto dos soturnos heróis daqueles dias terríveis. Foi interrogado por eles, e depois de alguns incidentes que não guardou na memória, foi condenado e conduzido ao local de execução, cercado por uma multidão enorme. Subiu ao cadafalso e foi amarrado à prancha pelo carrasco. A guilhotina estava preparada e a lâmina desceu. Ele sentiu a cabeça sendo separada do corpo, acordou em extrema angústia - eviu que a cabeceira da cama caíra e lhe atingira as vértebras cervicais, tal como a lâmina da guilhotina as teria realmente atingido.

Esse sonho constituiu a base de um interessante debate entre Le Lorain (1894) e Egger (1895) na *Revue philosophique*. A questão levantada foi se e como era possível que alguém, ao sonhar, condensasse tal quantidade de material aparentemente superabundante, no curto

período transcorrido entre a percepção do estímulo emergente e o despertar.

Os exemplos dessa natureza deixam a impressão de que, de todas as fontes dos sonhos, as mais bem confirmadas são os estímulos sensoriais objetivos durante o sono. Além disso, eles constituem rigorosamente as únicas fontes levadas em conta pelos leigos. Quando se pergunta a um homem culto, que não esteja familiarizado com a literatura dos sonhos, como é que estes surgem, ele responde infalivelmente com uma referência a algum exemplo de seu conhecimento em que um sonho tenha sido explicado por um estímulo sensorial objetivo descoberto após o despertar. A investigação científica, contudo, não pode parar aí. Ela encontra uma oportunidade de formular outras perguntas no fato observado de que o estímulo que incide sobre os sentidos durante o sono não aparece no sonho em sua forma *real*, mas é substituído por outra imagem que, de algum modo, está relacionada com ele. Todavia, a relação que liga o estímulo do sonho ao sonho que dele resulta é, para citarmos as palavras de Maury (1854, 72), “une affinité quelconque, mais qui n’est pas unique et exclusive”. Consideremos, a esse respeito, três dos sonhos de Hildebrandt com despertadores (1875, 37 e seg.). A questão que eles levantam é porque o mesmo estímulo teria provocado três sonhos tão diferentes, e porque teria provocado estes, e não outros.

“Sonhei, então, que, numa manhã de primavera, eu estava passeando e caminhando pelos campos verdejantes, quando cheguei a uma aldeia vizinha, onde vi os aldeões em seus melhores trajes, com livros de hinos debaixo do braço, afluindo para a igreja em bandos. Claro! Era domingo, e o serviço religioso matutino logo estaria começando. Resolvi participar dele, mas primeiro, como estava sentindo calor por causa da caminhada, fui até o cemitério que circundava a igreja para me refrescar. Enquanto lia algumas das inscrições das lápides, ouvi o sineiro subindo para a torre da igreja e, no alto da mesma, vi então o sino do vilarejo, que logo daria o sinal para o começo das preces. Por um bom tempo, lá ficou imóvel, e depois começou balançar, e de repente, seu repicar passou a soar de maneira nítida e penetrante - tão nítida e penetrante que pôs termo a meu sono. Mas o que estava tocando era meu despertador.”

“Eis aqui outro exemplo. Fazia um dia claro de inverno e as ruas estavam cobertas por uma espessa camada de neve. Eu havia concordado em participar de um grupo para um passeio de trenó, mas tive de esperar muito tempo antes de chegar a notícia de que o trenó se achava à porta. Seguiram-se então os preparativos para entrar - o tapete de pele foi estendido, ajeitou-se o agasalho para os pés - e finalmente ocupei meu lugar. Mas, ainda assim, o momento da partida foi retardado, até que um puxão nas rédeas deu aos cavalos, que esperavam, o sinal da partida. Eles partiram e, com uma violenta sacudidela, os pequenos guizos do trenó começaram a produzir seu conhecido tilintar - com tal violência, de fato, que num instante se rompeu a fina teia de meu sonho. E, mais uma vez, era apenas o som estridente do despertador.”

“E agora, um terceiro exemplo. Eu olhava para uma copeira que ia levando várias dúzias de pratos empilhados uns sobre os outros, andando pelo corredor que dava para a sala de jantar. A pilha de louça em seus braços me pareceu prestes a perder o equilíbrio. ‘Cuidado’, exclamei, (‘senão você vai deixar cair tudo!’). Seguiu-se, como de praxe, a inevitável resposta: ela estava acostumada àquele tipo de trabalho, e assim por diante. Entrementes, meu olhar ansioso seguia a figura que avançava. E então - justamente como eu esperava - ela tropeçou na soleira da porta e a frágil louça escapuliu e, numa verdadeira sinfonia de ruídos, espatifou-se em mil pedaços no chão. Mas o barulho prosseguiu sem cessar, e logo já não parecia ser estrondoso retinir da louça se quebrando; começou a se transformar no som de uma campainha - e essa campainha, como agora percebia meu eu desperto, era apenas o despertador cumprindo seu dever.”

A questão de por que a mente confunde a natureza dos estímulos sensoriais objetivos nos sonhos recebe quase a mesma resposta de Strümpell (1877, [103]) e de Wundt (1874, 659 e seg.): a mente recebe estímulos que a alcançam durante o sono sob condições favoráveis à formação de ilusões. Uma impressão sensorial é reconhecida por nós e corretamente interpretada - isto é, é situada no grupo de lembranças a que, de acordo com todas as nossas experiências, ela pertence - contanto que a impressão seja suficientemente forte, nítida e duradoura, e contanto que tenhamos tempo suficiente a nosso dispor para considerar o assunto. Se essas condições não forem satisfeitas, confundiremos o objeto que é a fonte da impressão: formaremos uma ilusão sobre ele. “Se alguém fizer uma caminhada pelo campo e tiver uma percepção indefinida de um objeto distante, poderá a princípio pensar que se trata de um cavalo.” Vendo mais de perto, poderá ser levado a interpretá-la como uma vaca deitada, e a imagem poderá finalmente transformar-se em definitivo num grupo de pessoas sentadas no chão. As impressões de estímulos exteriores recebidas pela mente durante o sono são de natureza similarmente vaga; e com base nisso, a mente cria alusões, visto que um número maior ou menor de imagens mnêmicas é despertado pela impressão, e é através destas que ela adquire seu valor psíquico. De *qual* dos numerosos grupos de lembranças em causa as imagens correlatas serão despertadas, e *qual* das possíveis conexões associativas será por conseguinte posta em ação - também essas questões, segundo a teoria de Strümpell, são indetermináveis e ficam, por assim dizer, abertas à decisão arbitrária da mente.

Nesta altura, defronta-se-nos uma escolha entre duas alternativas. Podemos admitir como um fato que é impossível examinar ainda mais as leis que regem a formação dos sonhos; e podemos, conseqüentemente, deixar de inquirir se haverá ou não outros determinantes que regem a interpretação atribuída por aquele que sonha à ilusão evocada pela impressão sensorial. Ou, por outro lado, podemos suspeitar de que o estímulo sensorial que atinge o sujeito adormecido desempenha apenas um modesto papel na geração de seu sonho, e que outros fatores determinam a escolha das imagens mnêmicas que nele serão despertadas. De fato, se examinarmos os sonhos experimentalmente produzidos de Maury (que relatei com tal riqueza de detalhes exatamente por esse motivo), seremos tentados a dizer que o

experimento, de fato, explica a origem de apenas um elemento dos sonhos; o restante de seu conteúdo parece autônomo demais e excessivamente definido em seus detalhes para ser explicável apenas pela necessidade de se ajustar ao elemento experimentalmente introduzido de fora. De fato, começa-se a ter dúvidas sobre a teoria das ilusões e o poder das impressões objetivas de darem forma aos sonhos, quando se verifica que essas impressões, por vezes, estão sujeitas, nos sonhos, às mais peculiares e exageradas interpretações. Assim, Simon (1888) relata-nos um sonho no qual via algumas figuras gigantes sentadas à mesa, e ouvia distintamente o pavoroso som do estalido produzido pelo fechamento de suas mandíbulas ao mastigarem. Quando despertou, ouviu o barulho dos cascos de um cavalo que passava a galope por sua janela. O ruído feito pelos cascos do cavalo talvez tenha sugerido idéias provenientes de um grupo de lembranças ligadas às *Viagens de Gulliver* - os gigantes de Brobdingnag e o virtuoso Houyhnhnms - se é que posso arriscar uma interpretação sem a ajuda do autor do sonho. Não será provável, portanto, que a escolha de um grupo tão inusitado de lembranças como esse tenha sido facilitada por motivos outros que não apenas o estímulo objetivo?

(C) 2. EXCITAÇÕES SENSORIAIS INTERNAS (SUBJETIVAS)

Apesar de quaisquer objeções em contrário, é forçoso admitir que o papel desempenhado na causação dos sonhos pelas excitações sensoriais objetivas durante o sono permanece indiscutível. E se, por sua natureza e freqüência, esses estímulos parecem insuficientes para explicar *todas* as imagens oníricas, somos incentivados a buscar outras fontes de sonhos análogas a eles em seu funcionamento. Não sei dizer quando despontou pela primeira vez a idéia de se levarem em conta as excitações *internas* (subjetivas) dos órgãos dos sentidos, juntamente com os estímulos sensoriais *externos*. É fato, porém, que isso é feito, mais ou menos explicitamente, em todas as discussões mais recentes da etiologia dos sonhos. “Um papel essencial é também desempenhado, creio eu”, escreve Wundt (1874, 657), “na produção das ilusões que ocorrem nos sonhos, pelas sensações visuais e auditivas subjetivas que nos são familiares, no estado de vigília, como as áreas amorfas de luminosidade que se tornam visíveis para nós quando nosso campo visual é obscurecido, como o tinido ou zumbido nos ouvidos, e assim por diante. Especialmente importante entre elas são as excitações subjetivas da retina. É dessa forma que se deve explicar a notável tendência dos sonhos a fazerem surgir diante dos olhos objetos semelhantes ou idênticos, em grande número. Vemos diante de nós inúmeros pássaros, borboletas, peixes, contas coloridas, flores, etc. Aqui, a poeira luminosa no campo obscurecido da visão assume uma forma

fantástica, e os numerosos pontos de que ela se compõe são incorporados ao sonho como um número equivalente de imagens separadas; e estas, em vista de sua mobilidade, são consideradas como objetos *móveis*. - Isso também constitui, sem dúvida, a base da grande predileção demonstrada pelos sonhos por toda sorte de figuras de animais, pois a imensavariada de tais formas pode se ajustar facilmente à forma específica assumida pelas imagens luminosas subjetivas.”

Como fontes de imagens oníricas, as excitações sensoriais subjetivas possuem a vantagem óbvia de não dependerem, como as objetivas, de circunstâncias fortuitas externas. Estão à mão, como se poderia dizer, sempre que delas se necessita como explicação. Mas estão em desvantagem, comparadas aos estímulos sensoriais objetivos, no sentido de que seu papel na instigação de um sonho é pouco ou nada acessível à confirmação e a experimentação. A principal prova em favor do poder de instigação de sonhos das excitações sensoriais subjetivas é fornecida pelo que se conhece como “alucinações hipnagógicas”, ou, para empregar a expressão de Johannes Müller (1826), “fenômenos visuais imaginativos”. Estes consistem em imagens, com frequência muito nítidas e rapidamente mutáveis, que tendem a surgir - de forma bastante habitual em algumas pessoas - durante o período do adormecimento; e também podem persistir por algum tempo depois de os olhos se abrirem. Maury, que era altamente sujeito a elas, procedeu a seu exame exaustivo e sustenta (como fez Müller [ibid., 49 e seg.] antes dele) a ligação e mesmo a identidade delas com as imagens oníricas. Para produzi-las, diz ele (Maury, 1878, 59 e seg.), faz-se necessária uma certa dose de passividade mental, um relaxamento do esforço de atenção. No entanto, basta cair num estado letárgico desse tipo por apenas um segundo (contanto que se tenha a necessária predisposição) para que se experimente uma alucinação hipnagógica. Depois disso, pode-se acordar novamente, e é possível que o processo se repita várias vezes até que afinal se adormeça. Maury verificou que, quando lhe acontecia acordar mais uma vez após um intervalo muito prolongado, ele conseguia detectar em seu sonho as mesmas imagens que lhe haviam flutuado diante dos olhos como alucinações hipnagógicas antes de adormecer. (Ibid., 134 e seg.). Foi o que ocorreu, em certa ocasião, com diversas figuras grotescas, de feições contorcidas e estranhas *coiffures*, que o importunaram com extrema persistência enquanto ele adormecia, e com as quais se lembrou de ter sonhado depois de acordar. De outra feita, quando sentia fome, por ter entrado num regime frugal, teve uma visão hipnagógica de um prato e de uma mão a segurar um garfo, que se servia da comida do prato. No sonho seguinte, estava sentado a uma mesa farta e ouvia o barulho feito com os garfos pelas pessoas que jantavam. Ainda numa outra ocasião, quando foi dormir com os olhos irritados e doloridos, teve uma alucinação hipnagógica com alguns sinais microscopicamente pequenos, que só pôde decifrar um a um, com extrema dificuldade; despertou uma hora depois e se lembrou de um sonho em que havia um livro impresso com tipos muito pequenos, que ele lia com grande esforço.

Alucinações auditivas de palavras, nomes e assim por diante também podem ocorrer

hipnagógicamente, da mesma forma que as imagens visuais, e ser então repetidas num sonho - tal como uma *ouverture* anuncia os temas principais que se irão ouvir uma ópera.

Um observador mais recente das alucinações hipnagógicas, G. Trumbull Ladd (1892), seguiu a mesma orientação de Müller e Maury. Depois de praticar um pouco, tornou-se capaz de se acordar repentinamente, sem abrir os olhos, dois a cinco minutos após haver adormecido gradualmente. Assim, teve oportunidade de comparar as sensações retinianas que acabavam de desaparecer com as imagens oníricas que lhe persistiam na memória. Declara ele que foi possível, em todos os casos, reconhecer uma relação interna entre as duas, pois os pontos e as linhas luminosos da luz idiorretínica proporcionavam, por assim dizer, um contorno ou diagrama das figuras mentalmente percebidas no sonho. Por exemplo, uma disposição dos pontos luminosos da retina em linhas paralelas correspondeu a um sonho em que ele vira, claramente dispostas diante de si, algumas linhas de matéria impressa que estava lendo. Ou, para empregar suas próprias palavras, “a página nitidamente impressa que eu estava lendo no sonho evaneceu-se num objeto que se afigurou, perante minha consciência de vigília, como um trecho de uma página impressa real, vista através de um orifício oval num pedaço de papel, a uma distância grande demais para que se pudesse distinguir mais do que um fragmento ocasional de uma palavra, e, mesmo assim, indistintamente”. Ladd é de opinião (embora não subestime o papel desempenhado nesse fenômeno pelos fatores centrais [cerebrais]) que é difícil ocorrer um único sonho visual sem que haja participação de material fornecido pela excitação retiniana intra-ocular. Isso se aplica especialmente aos sonhos que ocorrem logo depois de alguém adormecer num quarto escuro, ao passo que a fonte de estímulo para os sonhos que ocorrem de manhã, pouco antes do despertar, é a luz objetiva que penetra nos olhos num quarto que se vai clareando. A natureza mutável, e perpetuamente alternante, da excitação da luz idiorretínica corresponde precisamente à sucessão de imagens em constante movimento que nos é mostrada por nossos sonhos. Ninguém que dê importância a essas observações de Ladd há de subestimar o papel desempenhado nos sonhos por essas fontes subjetivas de estimulação, pois, como sabemos, as imagens visuais constituem o principal componente de nossos sonhos. As contribuições dos outros sentidos, salvo o da audição, são intermitentes e de menor importância. lembrou de um sonho em que havia um livro impresso com tipos muito pequenos, que ele lia com grande esforço.

Alucinações auditivas de palavras, nomes e assim por diante também podem ocorrer hipnagógicamente, da mesma forma que as imagens visuais, e ser então repetidas num sonho - tal como uma *ouverture* anuncia os temas principais que se irão ouvir uma ópera.

Um observador mais recente das alucinações hipnagógicas, G. Trumbull Ladd (1892), seguiu a mesma orientação de Müller e Maury. Depois de praticar um pouco, tornou-se capaz de se acordar repentinamente, sem abrir os olhos, dois a cinco minutos após haver adormecido gradualmente. Assim, teve oportunidade de comparar as sensações retinianas que acabavam de desaparecer com as imagens oníricas que lhe persistiam na memória.

Declara ele que foi possível, em todos os casos, reconhecer uma relação interna entre as duas, pois os pontos e as linhas luminosos da luz idiorretínica proporcionavam, por assim dizer, um contorno ou diagrama das figuras mentalmente percebidas no sonho. Por exemplo, uma disposição dos pontos luminosos da retina em linhas paralelas correspondeu a um sonho em que ele vira, claramente dispostas diante de si, algumas linhas de matéria impressa que estava lendo. Ou, para empregar suas próprias palavras, “a página nitidamente impressa que eu estava lendo no sonho evaneceu-se num objeto que se afigurou, perante minha consciência de vigília, como um trecho de uma página impressa real, vista através de um orifício oval num pedaço de papel, a uma distância grande demais para que se pudesse distinguir mais do que um fragmento ocasional de uma palavra, e, mesmo assim, indistintamente”. Ladd é de opinião (embora não subestime o papel desempenhado nesse fenômeno pelos fatores centrais [cerebrais]) que é difícil ocorrer um único sonho visual sem que haja participação de material fornecido pela excitação retiniana intra-ocular. Isso se aplica especialmente aos sonhos que ocorrem logo depois de alguém adormecer num quarto escuro, ao passo que a fonte de estímulo para os sonhos que ocorrem de manhã, pouco antes do despertar, é a luz objetiva que penetra nos olhos num quarto que se vai clareando. A natureza mutável, e perpetuamente alternante, da excitação da luz idiorretínica corresponde precisamente à sucessão de imagens em constante movimento que nos é mostrada por nossos sonhos. Ninguém que dê importância a essas observações de Ladd há de subestimar o papel desempenhado nos sonhos por essas fontes subjetivas de estimulação, pois, como sabemos, as imagens visuais constituem o principal componente de nossos sonhos. As contribuições dos outros sentidos, salvo o da audição, são intermitentes e de menor importância.

(C) 3. ESTÍMULOS SOMÁTICOS ORGÂNICOS INTERNOS

Visto estarmos agora empenhados em buscar as fontes dos sonhos dentro do organismo, e não fora dele, devemos ter em mente que quase todos os nossos órgãos internos, embora mal nos dêem qualquer informação sobre seu funcionamento enquanto sadios, tornam-se uma fonte de sensações predominantemente penosas quando se acham no que descrevemos como estados de excitação, ou durante as doenças. Essas sensações devem ser equiparadas aos estímulos sensoriais ou penosos que nos chegam do exterior. A experiência de séculos reflete-se - para citarmos um exemplo - nas observações de Strümpell sobre o assunto (1877, 107): “Durante o sono, a mente atinge uma consciência sensorial muito mais profunda e ampla dos eventos somáticos do que durante o estado de vigília. É obrigada a receber e a ser afetada por impressões de estímulos provenientes de partes do corpo e de modificações do corpo das quais nada sabe enquanto desperta.” Um escritor tão remoto quanto Aristóteles já considerava perfeitamente possível que os primórdios de uma doença se pudessem fazer

sentir nos sonhos, antes que se pudesse observar qualquer aspecto dela na vida de vigília, graças ao efeito amplificador produzido nas impressões pelos sonhos. (Ver em [1].) Também os autores médicos, que certamente estavam longe de acreditar no poder profético dos sonhos, não contestaram seu significado como pressagiadores de doenças. (Cf. Simon, 1888, 31, e muitos outros autores mais antigos.)

Alguns exemplos do poder diagnosticador dos sonhos parecem ser invocados em épocas mais recentes. Assim, Tissié (1898, 62 e seg.) cita a história de Artigues (1884, 43) sobre uma mulher de quarenta e três anos de idade que, embora aparentemente em perfeita saúde, foi durante alguns anos atormentada por sonhos de angústia. Passando então por um exame médico, verificou-se que estava no estágio inicial de uma afecção cardíaca, da qual veio finalmente a falecer.

Os distúrbios pronunciados dos órgãos internos agem, obviamente, como instigadores de sonhos em inúmeros casos. A frequência dos sonhos de angústia nas doenças do coração e dos pulmões é geralmente admitida. Realmente, essa faceta da vida onírica é colocada em primeiro plano por tantas autoridades que me contento com uma mera referência à literatura: Radestock [1879, 70], Spitta [1882, 241 e seg.], Maury [1878, 33 e seg.], Simon (1888), Tissié [1898, 60 e segs.]. Tissié chega a ser de opinião que o órgão específico afetado dá um cunho característico ao conteúdo do sonho. Assim, os sonhos dos que sofrem doenças cardíacas costumam ser curtos e têm um fim assustador no momento do despertar; seu conteúdo quase sempre inclui uma situação que implica uma morte horrível. Os que sofrem de doenças pulmonares sonham com sufocação, grandes aglomerações e fugas, e estão notavelmente sujeitos ao conhecido pesadelo. (A propósito, pode-se observar que Boerner (1855) conseguiu provocar este último experimentalmente, deitando-se com o rosto voltado para a cama ou cobrindo as vias respiratórias.) No caso de distúrbios digestivos, os sonhos contêm idéias relacionadas com o prazer na alimentação ou a repulsa. Finalmente, a influência da excitação sexual no conteúdo dos sonhos pode ser adequadamente apreciada por todos mediante sua própria experiência, e fornece à teoria de que os sonhos são provocados por estímulos orgânicos seu mais poderoso apoio.

Além disso, ninguém que consulte a literatura sobre o assunto poderá deixar de notar que alguns autores, como Maury [1878, 451 e seg.] e Weygandt (1893), foram levados ao estudo dos problemas oníricos pelo efeito de suas próprias doenças sobre o conteúdo dos seus sonhos.

Não obstante, embora esses fatos estejam verificados sem sombra de dúvida, sua importância para o estudo das fontes dos sonhos não é tão grande como se poderia esperar. Os sonhos são fenômenos que ocorrem em pessoas sadias - talvez em todos, talvez todas as noites - e é óbvio que a doença orgânica não pode ser incluída entre suas condições indispensáveis. E o que nos interessa não é a origem de certos sonhos especiais, mas a fonte que provoca os sonhos comuns das pessoas normais.

Basta-nos apenas dar mais um passo à frente, contudo, para encontrarmos uma fonte de sonhos mais copiosa do que qualquer outra que tenhamos considerado até agora, uma fonte que, a rigor, parece nunca poder esgotar-se. Se se verificar que o interior do corpo, quando se acha enfermo, torna-se uma fonte de estímulos para os sonhos, e se admitirmos que, durante o sono, a mente, estando desviada do mundo exterior, pode dispensar maior atenção ao interior do corpo, parecer-nos-à plausível supor que os órgãos internos não precisam estar doentes para provocar excitações que atinjam a mente adormecida - excitações que, de algum modo, transformam-se em imagens oníricas. Enquanto despertos, estamos cômnicos de uma sensibilidade geral difusa, ou cenestesia, mas apenas como uma qualidade vaga de nosso estado de espírito; para essa sensação, de acordo com a opinião médica, todos os sistemas orgânicos contribuem com uma parcela. À noite, porém, parece que essa mesma sensação, ampliada numa poderosa influência e atuando através dos seus vários componentes, torna-se a fonte mais vigorosa e, ao mesmo tempo, a mais comum para instigar imagens oníricas. Se assim for, resta apenas investigar as leis segundo as quais os estímulos orgânicos se transmudam em imagens oníricas.

Chegamos aqui à teoria da origem dos sonhos preferida por todas as autoridades médicas. A obscuridade em que o centro do nosso ser (o “*moi splanchnique*”, como o chama Tissié [1898, 23]) fica vedado a nosso conhecimento e a obscuridade que cerca a origem dos sonhos coincidem bem demais para não serem relacionadas uma com a outra. A linha de raciocínio que encara a sensação orgânica vegetativa como a formadora dos sonhos tem, além disso, uma atração particular para os médicos, por permitir uma etiologia única para os sonhos e as doenças mentais, cujas manifestações tanto têm em comum, já que as mudanças cenestésicas e os estímulos provenientes dos órgãos internos são também predominantemente responsabilizados pela origem das psicoses. Não é de surpreender, portanto, que a origem da teoria da estimulação somática remonte a mais de uma fonte independente.

A linha de argumentação desenvolvida pelo filósofo Schopenhauer, em 1851, exerceu uma influência decisiva em diversos autores. Nossa imagem do universo, na opinião dele, é alcançada pelo fato de nosso intelecto tomar as impressões que o atingem de fora e remodelá-las segundo as formas de tempo, espaço e causalidade. Durante o dia, os estímulos vindos do interior do organismo, do sistema nervoso simpático, exercem, no máximo, um efeito inconsciente sobre nosso estado de espírito. Mas, à noite, quando já não somos ensurdecidos pelas impressões do dia, as que provêm de dentro são capazes de atrair a atenção - do mesmo modo que, à noite, podemos ouvir o murmúrio de um regato que é abafado pelos ruídos diurnos. Mas, como pode o intelecto reagir a esses estímulos senão exercendo sobre eles sua própria função específica? Os estímulos por conseguinte, são remodelados como formas que ocupam espaço e tempo e obedecem às regras da causalidade, e assim surgem os sonhos [cf. Schopenhauer, 1862, 1, 249 e segs.]. Scherner (1861) e, depois dele, Volkelt (1875) esforçaram-se em seguida por pesquisar com maior riqueza de detalhes a relação entre os estímulos somáticos e as imagens oníricas, mas adiarei meu

exame dessas tentativas até chegarmos à seção que versa sobre as várias teorias acerca dos sonhos. [Ver em [1]]

O psiquiatra Krauss [1859, 255], numa investigação conduzida com notável consistência, reconstrói a origem dos sonhos e *deliria*, de um lado, e dos delírios, de outro, até o mesmo fator, a saber, sensações organicamente determinadas. É quase impossível pensar em qualquer parte do organismo que não possa ser o ponto de partida de um sonho ou de um delírio. As sensações organicamente determinadas “podem ser divididas em duas classes: (1) as que constituem a disposição de ânimo geral (cenestesia) e (2) as sensações específicas imanentes nos principais sistemas do organismo vegetativo. Dentre estas últimas devem-se distinguir cinco grupos: (a) sensações musculares, (b) respiratórias, (c) gástricas, (d) sexuais e (e) periféricas.” Krauss supõe que o processo pelo qual as imagens oníricas surgem com base nos estímulos somáticos é o seguinte: a sensação despertada evoca uma imagem cognata, de conformidade com alguma lei de associação. Combina-se com a imagem numa estrutura orgânica, à qual, no entanto, a consciência reage anormalmente, pois não presta nenhuma atenção à *sensação* e dirige toda ela para as *imagens* concomitantes - o que explica por que os verdadeiros fatos foram mal interpretados por tanto tempo. Krauss tem um tempo especial para descrever esse processo: a “transubstanciação” das sensações em imagens oníricas.

A influência dos estímulos somáticos orgânicos sobre a formação dos sonhos é quase universalmente aceita hoje em dia; mas a questão das leis que regem a relação entre eles é respondida das mais diversas maneiras, e muitas vezes por afirmações obscuras. Com base na teoria da estimulação somática, a interpretação dos sonhos defronta-se assim com o problema especial de atribuir o conteúdo de um sonho aos estímulos orgânicos que o causaram; e, quando as normas de interpretação formuladas por Scherner (1861) não são aceitas, muitas vezes nos vemos diante do fato desconcertante de que a única coisa que revela a existência do estímulo orgânico é precisamente o conteúdo do próprio sonho.

Há uma razoável dose de concordância, contudo, quanto à interpretação de várias formas de sonhos que são descritos como “típicos”, por ocorrerem num grande número de pessoas e com conteúdo muito semelhante. São eles os conhecidos sonhos de cair de grandes alturas, de dentes que caem, de voar e do embaraço de estar despido ou insuficientemente vestido. Este último sonho é atribuído simplesmente ao fato de a pessoa adormecida perceber que atirou longe os lençóis e está exposta ao ar. O sonho com a queda dos dentes é atribuído a um “estímulo dental”, embora isso não implique, necessariamente, que a excitação dos dentes é patológica. De acordo com Strümpell [1877, 119], sonhar que se está voando é a imagem que a mente considera apropriada como interpretação do estímulo produzido pela elevação e pelo abaixamento dos lobos pulmonares nas ocasiões em que as sensações cutâneas no tórax deixam de ser conscientes: é esta última circunstância que leva à sensação ligada à idéia de flutuar. Diz-se que o sonho com as quedas de grandes alturas se deve a um

braço que passa a pender do corpo ou a um joelho flexionado que se estende de súbito, num momento em que a sensação de pressão cutânea começa a não mais ser consciente; os movimentos em questão fazem com que as sensações táteis voltem a se tornar conscientes, e a transição para a consciência é psiquicamente representada pelo sonho de estar caindo (ibid., 118). O evidente ponto fraco dessas tentativas de explicação, por mais plausíveis que sejam, está no fato de que, sem quaisquer outras provas, elas podem produzir hipóteses bem-sucedidas de que este ou aquele grupo de sensações orgânicas entra ou desaparece da percepção mental, até se obter uma configuração que proporcione uma explicação do sonho. Mais adiante, terei oportunidade de voltar à questão dos sonhos típicos e de sua origem. [Ver em [1]-[2] e [3]]

Simon (1888, 34 e segs.) tentou deduzir algumas das normas que regem a forma pela qual os estímulos orgânicos determinam os sonhos resultantes, comparando uma série de sonhos semelhantes. Afirma ele que, quando um aparelho orgânico que normalmente desempenha um papel na expressão de uma emoção é levado, por alguma causa estranha durante o sonho, ao estado de excitação que geralmente se produz pela emoção, surge então um sonho que contém imagens adequadas à emoção em causa. Outra regra estipula que, se um órgão estiver em estado de atividade, excitação ou perturbação durante o sono, produzirá imagens relacionadas com o desempenho da função executada pelo órgão em questão.

Mourly Vold (1896) dispôs-se a provar experimentalmente, num setor específico, o efeito sobre a produção dos sonhos que é sustentado pela teoria da estimulação somática. Seus experimentos consistiram em alterar a posição dos membros de uma pessoa adormecida e comparar os sonhos resultantes com as alterações efetuadas. Eis como enuncia seus resultados:

(1) A posição de um membro no sonho corresponde aproximadamente a sua posição na realidade. Assim, sonhamos com o membro numa posição estática quando ele se acha efetivamente imóvel.

(2) Ao sonharmos com um membro em movimento, uma das posições experimentadas no processo de concluir o movimento corresponde, invariavelmente, à posição real do membro.

(3) A posição do próprio membro do sonhador pode ser atribuída, no sonho, a alguma outra pessoa.

(4) Pode-se ter um sonho de que o movimento em questão está sendo *impedido*.

(5) O membro que se encontra na posição em questão pode aparecer no sonho como um animal ou um monstro, em cujo caso se estabelece uma certa analogia entre eles.

(6) A posição de um membro pode dar margem, no sonho, a pensamentos que tenham alguma relação com o membro. Dessa forma, em se tratando dos dedos, sonhamos com números.

Estou inclinado a concluir desse tipo de resultados que nem mesmo a teoria da estimulação somática conseguiu eliminar inteiramente a visível ausência de determinação na escolha das imagens oníricas a serem produzidas.

(C) 3. FONTES PSÍQUICAS DE ESTIMULAÇÃO

Enquanto abordávamos as relações dos sonhos com a vida de vigília e o material onírico, verificamos que os mais antigos e mais recentes estudiosos dos sonhos eram unânimes na crença de que os homens sonham com aquilo que fazem durante o dia e com o que lhes interessa enquanto estão acordados [em [1]]. Tal interesse, transposto da vida de vigília para o sono, seria não somente um vínculo mental, um elo entre os sonhos e a vida, como também nos proporcionaria uma fonte adicional de sonhos, que não seria de se desprezar. De fato, tomado em um conjunto com os interesses que se desenvolvem durante o sono - os estímulos que afetam a pessoa adormecida -, talvez ele pudesse ser suficiente para explicar a origem de todas as imagens oníricas. Mas também ouvimos a afirmação oposta, ou seja, a de que os sonhos afastam o sujeito adormecido dos interesses diurnos e que, em regra geral, só começamos a sonhar com as coisas que mais nos impressionaram durante o dia depois de elas terem perdido o sabor de realidade na vida de vigília. [Ver em [1] e [2]] Assim, a cada passo que damos em nossa análise da vida onírica, sentimos que é impossível fazer generalizações sem nos resguardarmos por meio de ressalvas como “freqüentemente”, “via de regra” ou “na maioria dos casos”, e sem estarmos dispostos a admitir a validade das exceções.

Se fosse verdade que os interesses de vigília, juntamente com os estímulos internos e externos durante o sono, bastam para esgotar a etiologia dos sonhos, deveríamos estar em condições de dar uma explicação satisfatória da origem de todos os elementos de um sonho: o enigma das fontes dos sonhos estaria resolvido, e restaria apenas definir a parcela cabível, respectivamente, aos estímulos psíquicos e somáticos em qualquer sonho específico. Na realidade, tal explicação completa de um sonho jamais foi obtida, e quem quer que tenha tentado conseguiu-la deparou com partes (geralmente muito numerosas) do sonho sobre cuja origem nada pôde dizer. Está claro que os interesses diurnos não são fontes psíquicas tão importantes dos sonhos quanto se poderia esperar das asserções categóricas de que todas as pessoas continuam a transpor seus assuntos diários para seus sonhos.

Não se conhecem quaisquer outras fontes psíquicas dos sonhos. Assim, ocorre que todas as explicações dos sonhos apresentadas na literatura sobre o assunto - com a possível exceção das de Scherner, que serão abordadas posteriormente [ver em [1]] - deixam uma grande lacuna quando se trata de atribuir uma origem às imagens de representação que constituem o material mais característico dos sonhos. Nessa situação embaraçosa, a maioria dos que escrevem sobre o assunto tende a reduzir ao mínimo o papel desempenhado pelos fatores psíquicos na instigação dos sonhos, visto ser tão difícil chegar a esses fatores. É verdade que esses autores dividem os sonhos em duas classes principais - as “causadas pela estimulação nervosa” e as “causadas pela associação”, das quais as últimas têm sua fonte exclusivamente na reprodução [de material já vivenciado] (cf. Wundt, 1874, 657). Não obstante, não conseguem fugir a uma dúvida: saber “se algum sonho pode ocorrer sem ser impulsionado por algum estímulo somático” (Volkelt, 1875, 127). É difícil até mesmo dar uma descrição dos sonhos puramente associativos. “Nos sonhos associativos propriamente ditos, não há nenhuma possibilidade de existir tal núcleo sólido [derivado da estimulação somática]. Até mesmo o próprio centro do sonho está apenas frouxamente reunido. Os processos de representação que não são regidos pela razão ou pelo bom-senso em nenhum sonho, já nem sequer se mantêm ligados aqui por quaisquer excitações somáticas ou mentais relativamente importantes, ficando assim entregues a suas próprias mudanças caleidoscópicas e a sua própria confusão embaralhada.” (ibid., 118.) Wundt (1874, 656-7) também procura minimizar o fator psíquico na provocação dos sonhos. Declara que não parece haver justificativa para se considerarem os fantasmas dos sonhos como puras alucinações; é provável que a maioria das imagens oníricas consista de fato em ilusões, uma vez que surgem de tênues impressões sensoriais que jamais cessam durante o sono. Weygandt (1893, 17) adotou esse mesmo ponto de vista e generalizou sua aplicação. Ele afirma, no tocante a *todas* as imagens oníricas, “que suas causas primárias são estímulos sensoriais e que só depois é que as associações reprodutivas ficam ligadas a eles”. Tissié (1898, 183) vai ainda mais longe, ao estabelecer um limite para as fontes psíquicas de estimulação: “Les rêves d’origine absolument psychique n’existent pas”; e (ibid., 6) “les pensées de nos rêves nous viennent du dehors...”

Os autores que, como o eminente filósofo Wundt, adotam uma posição intermediária, não deixam de observar que, na maioria dos sonhos, os estímulos somáticos e os instigadores psíquicos (sejam eles desconhecidos ou identificados como interesses diurnos) atuam em cooperação.

Verificaremos mais tarde que o enigma da formação dos sonhos pode ser solucionado pela revelação de uma insuspeitada fonte psíquica de estimulação. Entrementes, não teremos nenhuma surpresa ante a superestimação do papel desempenhado na formação dos sonhos por estímulos que não decorrem da vida mental. Não apenas eles são fáceis de descobrir e até mesmo passíveis de confirmação experimental, como também a visão somática da origem dos sonhos está em perfeita harmonia com a corrente de pensamento predominante na

psiquiatria de hoje. É verdade que a predominância do cérebro sobre o organismo é sustentada com aparente confiança. Não obstante, qualquer coisa que possa indicar que a vida mental é de algum modo independente de alterações orgânicas demonstráveis, ou que suas manifestações são de algum modo espontâneas, alarma o psiquiatra moderno, como se o reconhecimento dessas coisas fosse trazer de volta, inevitavelmente, os dias da Filosofia da Natureza [ver em [1]] e de visão metafísica da natureza da mente. As suspeitas dos psiquiatras puseram a mente, por assim dizer, sob tutela, e agora eles insistem em que nenhum de seus impulsos tenha permissão de sugerir que ela dispõe de quaisquer meios próprios. Esse comportamento apenas mostra quão pouca confiança eles realmente depositam na validade de uma relação causal entre o somático e o psíquico. Mesmo quando uma pesquisa mostra que a causa aprofundada tem de levar mais adiante a trilha e descobrir uma base orgânica para o fato mental. Mas se, no momento, não podemos enxergar além do psíquico, isso não é motivo para negar-lhe a existência.

(D) POR QUE NOS ESQUECEMOS DOS SONHOS APÓS O DESPERTAR

É fato proverbial que os sonhos se desvanecem pela manhã. Naturalmente, eles podem ser lembrados, pois só tomamos conhecimento dos sonhos por meio de nossa recordação deles depois de acordar. Com frequência, porém, temos a sensação de nos termos lembrado apenas parcialmente de um sonho, e de que houve algo mais nele durante a noite; podemos também observar como a lembrança de um sonho, que ainda era nítida pela manhã, se dissipa, salvo por alguns pequenos fragmentos, no decorrer do dia; muitas vezes sabemos que sonhamos, sem saber *o que* sonhamos; e estamos tão familiarizados com o fato de os sonhos serem passíveis de ser esquecidos que não vemos nenhum absurdo na possibilidade de alguém ter tido um sonho à noite e, pela manhã, não saber o que sonhou, nem sequer o fato de ter sonhado. Por outro lado, ocorre às vezes que os sonhos mostram extraordinária

persistência na memória. Tenho analisado sonhos de pacientes meus, ocorridos há vinte e cinco anos ou mais, e lembro-me ainda de um sonho que eu próprio tive há mais de trinta e sete anos e que, no entanto, está mais nítido que nunca em minha memória. Tudo isso é muito notável e não é inteligível de imediato.

A explicação mais detalhada do esquecimento dos sonhos é a que nos fornece Strümpell [1877, 79 e seg.]. Trata-se, evidentemente, de um fenômeno complexo, pois Strümpell o atribuiu não a uma causa única, mas a toda uma série delas.

Em primeiro lugar, todas as causas que conduzem ao esquecimento na vida de vigília operam também no tocante aos sonhos. Quando estamos acordados, normalmente nos esquecemos, de imediato, de inúmeras sensações e percepções, seja porque foram fracas demais ou porque a excitação mental ligada a elas foi excessivamente pequena. O mesmo se aplica a muitas imagens oníricas: são esquecidas por serem fracas demais, enquanto outras imagens mais fortes, adjacentes a elas, são recordadas. O fator da intensidade, contudo, decerto não é suficiente, por si só, para determinar se uma imagem onírica será lembrada. Strümpell [1877, 82] admite, assim como outros autores (p. ex. Calkin, 1893, 312), que muitas vezes nos esquecemos de imagens oníricas que sabemos terem sido muito nítidas, enquanto grande número das que são obscuras e carentes de força sensorial situam-se entre as que são retidas na memória. Além disso, quando acordados, tendemos facilmente a esquecer um fato que ocorra apenas uma vez e a reparar mais depressa naquilo que possa ser percebido repetidamente. Ora, a maioria das imagens oníricas constituem experiências únicas; e esse fato contribui imparcialmente para fazer com que esqueçamos todos os sonhos. Uma importância muito maior prende-se a uma terceira causa do esquecimento. Para que as sensações, as representações, os pensamentos e assim por diante atinjam certo grau de suscetibilidade para serem lembrados, é essencial que não permaneçam isolados, mas que sejam dispostos em concatenações e agrupamentos apropriados. Quando um verso curto de uma composição poética é dividido nas palavras que compõem e estas são embaralhadas, torna-se muito difícil recordá-lo. “Quando as palavras são convenientemente dispostas e colocadas na ordem apropriada, uma palavra ajuda a outra, e o todo, estando carregado de sentido, é facilmente assimilado pela memória e retido por muito tempo. Em geral, é tão difícil e inusitado conservar o que é absurdo como reter o que é confuso e desordenado.” [Strümpell, 1877, 83.] Ora, na maioria dos casos, faltam aos sonhos inteligibilidade e ordem. As composições que constituem os sonhos são desprovidas das qualidades que tornariam possível recordá-las, sendo esquecidas porque, via de regra, desfazem-se em pedaços no momento seguinte. Radestock (1879, 168), contudo, alega ter observado que os sonhos mais peculiares é que são recordados com mais clareza, e isso, deve-se admitir, dificilmente se coadunaria com o que acaba de ser dito.

Strümpell [1877, 82 e seg.] acredita que alguns outros fatores oriundos da relação entre o sonhar e a vida de vigília são de importância ainda maior na causação do esquecimento dos sonhos. A tendência dos sonhos a serem esquecidos pela consciência de vigília é,

evidentemente, apenas a contrapartida do fato já mencionado [em [1]] de que os sonhos quase nunca se apoderam de lembranças ordenadas da vida de vigília. Dessa forma, as composições oníricas não encontram lugar em companhia das seqüências psíquicas de que a mente se acha repleta. Nada existe que nos possa ajudar a nos lembrarmos delas. “Desse modo, as estruturas oníricas estão, por assim dizer, alçadas acima do piso de nossa vida mental, e flutuam no espaço psíquico como as nuvens no firmamento, dispersas pelo primeiro sopro de vento.” (Strümpell, 1877, 87.) Além disso, após o despertar, o mundo dos sentidos exerce pressão e se apossa imediatamente da atenção com uma força à qual muito poucas imagens oníricas conseguem resistir, de modo que também nisso temos outro fator que tende na mesma direção. Os sonhos cedem ante as impressões de um novo dia, da mesma forma que o brilho das estrelas cede à luz do sol.

Por fim, há outro fato que se deve ter em mente como passível de levar os sonhos a serem esquecidos, a saber, que a maioria das pessoas tem muito pouco interesse em seus sonhos. Qualquer pessoa, tal como um pesquisador científico, que preste atenção a seus sonhos por certo período de tempo, terá mais sonhos do que de hábito - o que sem dúvida significa que passa a se lembrar de seus sonhos com maior facilidade e freqüência.

Duas outras razões por que os sonhos são esquecidos, que Benini [1898, 155-6] cita como tendo sido propostas por Bonatelli [1880] como acréscimos às mencionadas por Strümpell, parecem de fato já estar abrangidas por estas últimas. São elas: (1) que a alteração da cenestesia entre os estados de sono e de vigília é desfavorável à reprodução recíproca entre eles; e (2) que o arranjo diferente do material ideacional nos sonhos os torna intraduzíveis, por assim dizer, para a consciência de vigília.

Em vista de todas as razões em favor do esquecimento dos sonhos, é de fato muito notável (como insiste o próprio Strümpell [1877, 6]) que tantos deles sejam retidos na memória. As repetidas tentativas dos que escrevem sobre o assunto no sentido de explicitarem as normas que regem a lembrança dos sonhos equivalem à admissão de que, também aqui, estamos diante de algo enigmático e inexplicado. Certas características específicas das lembranças dos sonhos foram acertadamente ressaltadas em época recente (cf. Radestock, 1879, [169], e Tissié, 1898, [148 e seg.]), como o fato de que, quando um sonho parece, pela manhã, ter sido esquecido, ainda assim pode ser recordado no decorrer do dia, caso seu conteúdo, embora esquecido, seja evocado por alguma percepção casual.

Mas a lembrança dos sonhos, em geral, é passível de uma objeção que está fadada a reduzir radicalmente o valor de tais sonhos na opinião crítica. Visto que uma proporção tão grande dos sonhos se perde por completo, podemos muito bem duvidar se nossa lembrança do que resta deles não será falseada.

Essas dúvidas quanto à exatidão da reprodução dos sonhos também são expressas por Strümpell (1877, [119]): “Assim, pode facilmente acontecer que a consciência de vigília,

inadvertidamente, faça interpolações na lembrança de um sonho: persuadimo-nos de ter sonhado com toda sorte de coisas que não estavam contidas nos sonhos efetivamente ocorridos.”

Jessen (1855, 547) escreve com especial ênfase sobre esse ponto: “Além disso, ao se investigar e interpretar sonhos coerentes e consistentes, deve-seter em mente uma circunstância particular que, ao que me parece, até agora recebeu muito pouca atenção. Nesses casos, a verdade é quase sempre obscurecida pelo fato de que, ao recordarmos tal tipo de sonhos, quase sempre - não intencionalmente e sem notarmos esse fato - preenchemos as lacunas nas imagens oníricas. Raramente ou nunca um sonho coerente foi de fato tão coerente quanto nos parece na lembrança. Mesmo o maior amante da verdade dificilmente consegue relatar um sonho digno de nota sem alguns acréscimos ou retoques. É tão acentuada a tendência da mente humana a ver tudo de maneira concatenada que, na memória, ela preenche, sem querer, qualquer falta de coerência que possa haver num sonho incoerente.”

Algumas observações feitas por Egger [1895, 41], embora sem dúvida tenham sido alcançadas independentemente, soam quase como uma tradução desse trecho de Jessen: “... L’observation des rêves a ses difficultés spéciales et le seul moyen d’éviter tout erreur en pareille matière est de confier au papier sans le moindre retard ce que l’on vient d’éprouver et de remarquer; sinon, l’oubli vient vite ou total ou partiel; l’oubli total est sans gravité; mais l’oubli partiel est perfide; car si l’on se met ensuite à raconter ce que l’on n’a pas oublié, on est exposé à compléter par imagination les fragments incohérents et disjoints fournis par la mémoire (...); on devient artiste à son insu, et le récit périodiquement répété s’impose à la créance de son auteur, qui, de bonne foi, le présente comme un fait authentique, dûment établi selon les bonnes méthodes...”

Idéias muito semelhantes são expressas por Spitta (1882, 338), que parece crer que é somente quando tentamos reproduzir um sonho que introduzimos algum tipo de ordem em seus elementos frouxamente associados: “modificamos coisas que se acham meramente justapostas, transformando-as em seqüências ou cadeias causais, isto é, introduzimos um processo de conexão lógica que falta ao sonho.”

Visto que a única verificação que temos da validade de nossa memória é a confirmação objetiva, e visto que ela não é obténível no tocante aos sonhos, que são nossa experiência pessoal e cuja única fonte de que dispomos é nossa rememoração, que valor podemos ainda atribuir a nossa lembrança dos sonhos?”

(E) AS CARACTERÍSTICAS PSICOLÓGICAS DISTINTIVAS DOS SONHOS

Nosso exame científico dos sonhos parte do pressuposto de que eles são produtos de nossas próprias atividades mentais. Não obstante, o sonho acabado nos deixa a impressão de algo estranho a nós. Estamos tão pouco obrigados a reconhecer nossa responsabilidade por ele que [em alemão] somos tão aptos a dizer “*mir hat geträumt*” [“tive um sonho”, literalmente “um sonho veio a mim”] quanto “*ich habe geträumt*” [“sonhei”]. Qual a origem desse sentimento de que os sonhos são estranhos a nossa mente? Em vista de nossa discussão das fontes dos sonhos, devemos concluir que a estranheza não pode ser causada pelo material que penetra o conteúdo deles, uma vez que esse material, em sua maior parte, é comum aos sonhos e à vida de vigília. Surge a questão de determinar se, nos sonhos, não haverá modificações nos processos da mente que produzam a impressão ora examinada; por isso, faremos uma tentativa de traçar um quadro dos atributos psicológicos dos sonhos.

Ninguém ressaltou com maior precisão a diferença essencial entre o sonhar e a vida de vigília, ou tirou dela conclusões de maior alcance, do que G. T. Fechner, num trecho de sua obra *Elemente der Psychophysik* (1889, 2, 520-1). Em sua opinião, “nem o mero rebaixamento da vida mental consciente a um nível inferior ao do limiar principal, nem o desvio da atenção das influências do mundo externo são suficientes para explicar as características da vida onírica quando contrastadas com a vida de vigília. Ele suspeita, antes, de que a *cena de ação dos sonhos [seja] diferente da cena da vida de representações de vigília*. “Se a cena de ação da atividade psicofísica fosse a mesma no sono e no estado de vigília, os sonhos só poderiam ser, segundo meu ponto de vista, um prolongamento, num grau inferior de intensidade, da vida de representações de vigília, e além disso, seriam necessariamente do mesmo material e forma. Mas os fatos são bem diferentes disso.”

Não está claro o que Fechner tinha em mente ao se referir a essa mudança de localização da atividade mental, nem tampouco, ao que eu saiba, qualquer outra pessoa seguiu a trilha indicada por suas palavras. Podemos, penso eu, descartar a possibilidade de dar à frase uma interpretação anatômica e supor que ela se refere à localização cerebral fisiológica, ou mesmo às camadas histológicas do córtex cerebral. É possível, porém, que a sugestão venha finalmente a se revelar sagaz e fértil, se puder ser aplicada a um aparelho *mental* composto por várias instâncias dispostas seqüencialmente, uma após outra.

Outros autores se contentaram em chamar a atenção para as características distintivas mais tangíveis da vida onírica e em adotá-las como ponto de partida para tentativas que visavam a explicações de maior alcance.

Observou-se, justificadamente, que uma das principais peculiaridades da vida onírica surge durante o próprio processo de adormecimento, podendo ser descrita como um fenômeno anunciador do sonho. De acordo com Scheiermacher (1862, 351), o que caracteriza o estado de vigília é o fato de que a atividade do pensar ocorre em *conceitos*, e não em *imagens*. Já os sonhos pensam essencialmente por meio de imagens e, com a aproximação do sono, é possível observar como, à medida que as atividades voluntárias se tornam mais difíceis, surgem representações involuntárias, todas elas se enquadrando na categoria de imagens. A incapacidade para o trabalho de representações do tipo que vivenciamos como intencionalmente desejado e o surgimento (habitualmente associado a tais estados de abstração) de imagens - estas são duas características perseverantes nos sonhos, que a análise psicológica dos sonhos nos força a reconhecer como características essenciais da vida onírica. Já tivemos ocasião de ver [pág. 69 e segs.] que essas imagens - alucinações hipnagógicas - são, elas próprias, idênticas em seu conteúdo às imagens oníricas.

Os sonhos, portanto, pensam predominantemente em imagens visuais - mas não exclusivamente. Utilizam também imagens auditivas e, em menor grau, impressões que pertencem aos outros sentidos. Além disso, muitas coisas ocorrem nos sonhos (tal como fazem normalmente na vida de vigília) simplesmente como pensamentos ou representações - provavelmente, bem entendido, sob a forma de resíduos de representações verbais. Não obstante, o que é verdadeiramente característico dos sonhos são apenas os elementos de seu conteúdo que se comportam como imagens, que se assemelham mais às percepções, isto é, que são como representações mnêmicas. Deixando de lado todos os argumentos, tão familiares aos psiquiatras, sobre a natureza das alucinações, estaremos concordando com todas as autoridades no assunto ao afirmar que os sonhos *alucinam* - que substituem os pensamentos por alucinações. Nesse sentido, não há distinção entre as representações visuais e acústicas: tem-se observado que, quando se adormece com a lembrança de uma seqüência de notas musicais na mente, a lembrança se transforma numa alucinação da mesma melodia; ao passo que, quando se volta a acordar - e os dois estados podem alternar-se mais de uma vez durante o processo do adormecimento - a alucinação cede lugar, por sua vez, à representação mnêmica, que é, ao mesmo tempo, mais fraca e qualitativamente diferente dela.

A transformação de representações em alucinações não é o único aspecto em que os sonhos diferem de pensamentos correspondentes na vida de vigília. Os sonhos constroem uma *situação* a partir dessas imagens; representam um fato que está realmente acontecendo; como diz Spitta (1882, 145), eles “dramatizam” uma idéia. Mas essa faceta da vida onírica só pode ser plenamente compreendida se reconhecermos, além disso, que nos sonhos - via de regra, pois há exceções que exigem um exame especial - parecemos não *pensar*, mas ter uma *experiência*: em outras palavras, atribuímos completa crença às alucinações. Somente ao despertarmos é que surge o comentário crítico de que não tivemos nenhuma experiência,

mas estivemos apenas pensando de uma forma peculiar, ou, dito de outra maneira, sonhando. É essa característica que distingue os verdadeiros sonhos do devaneio, que nunca se confunde com a realidade.

Burdach (1838, 502 e seg.) resume com as seguintes palavras as características da vida onírica que examinamos até agora: “Figuram entre as características essenciais dos sonhos: (a) Nos sonhos, a atividade subjetiva de nossa mente aparece de forma objetiva, pois nossas faculdades perceptivas encaram os produtos de nossa imaginação como se fossem impressões sensoriais. (...) (b) O sono significa um fim da autoridade do eu. Daí o adormecimento trazer consigo certo grau de passividade (...) As imagens que acompanham o sono só podem ocorrer sob a condição de que a autoridade do eu seja reduzida.”

O passo seguinte consiste em tentar explicar a crença que a mente deposita nas alucinações oníricas, crença esta que só pode surgir depois de ter cessado uma espécie de atividade “autoritária” do eu. Strümpell (1877) argumenta que, neste sentido, a mente executa sua função corretamente e de conformidade com seu próprio mecanismo. Longe de serem meras representações, os elementos dos sonhos são experiências mentais verdadeiras e reais do mesmo tipo das que surgem no estado de vigília através dos sentidos. (ibid., 34.) A mente em estado de vigília produz representações e pensamentos em imagens verbais e na fala; nos sonhos, porém, ela o faz em verdadeiras imagens sensoriais. (Ibid., 35.) Além disso, existe uma consciência espacial nos sonhos, visto que sensações e imagens são atribuídas a um espaço externo, tal como o são na vigília. (Ibid., 43.) Se, não obstante, ela comete um erro ao proceder assim, é porque no estado do sono lhe falta o único critério que torna possível estabelecer uma distinção entre as percepções sensoriais provenientes de fora e de dentro. Ela está impossibilitada de submeter suas imagens oníricas aos únicos testes que poderiam provar sua realidade objetiva. Além disso, despreza a distinção entre as imagens que só são *arbitrariamente* intercambiáveis e os casos em que o elemento do arbítrio se acha ausente. Ela comete um erro por estar impossibilitada de aplicar a lei da causalidade ao conteúdo de seus sonhos. (Ibid., 50-1.) Em suma, o fato de ter-se afastado do mundo externo é também a razão de sua crença no mundo subjetivo dos sonhos.

Delboeuf (1885, 84) chega à mesma conclusão após argumentos psicológicos um pouco diferentes. Acreditamos na realidade das imagens oníricas, diz ele, porque em nosso sono não dispomos de outras impressões com as quais compará-las, por estarmos desligados do mundo exterior. Mas a razão pela qual acreditamos na veracidade dessas alucinações não é por ser impossível submetê-las a um teste dentro do sonho. O sonho pode parecer oferecer-nos esses testes: pode deixar-nos tocar a rosa que vemos - e, ainda assim, estaremos sonhando. Na opinião de Delboeuf, existe apenas um critério válido para determinar se estamos sonhando ou acordados, e esse é o critério puramente empírico do fato de acordarmos. Concluo que tudo o que experimentei entre adormecer e acordar foi ilusório quando, ao despertar, verifico que estou deitado e despido na cama. Durante o sono, tomei

as imagens oníricas por imagens reais graças a meu hábito mental (que não pode ser adormecido) de supor a existência de um modo externo com o qual estabeleço um contraste com meu próprio ego.

Assim, o desligamento do mundo externo parece ser considerado como o fator que determina as características mais marcantes da vida onírica. Vale a pena, portanto, citar algumas observações perspicazes feitas há muito tempo por Burdach, que lançam a luz sobre as relações entre a mente adormecida e o mundo externo, e que são a conta certa para nos impedir de dar grande valor às conclusões tiradas nas páginas anteriores. “O sono”, escreve ele, “só pode ocorrer sob a condição de que a mente não seja irritada por estímulos sensoriais. (...) Mas a precondição real do sono não é tanto a ausência de estímulos sensoriais, mas antes a falta de interesse neles. Algumas impressões sensoriais, a rigor, podem ser necessária para acalmar a mente. Assim, o moleiro só consegue dormir se estiver ouvindo o estalido de seu moinho, e quem quer que encare como precaução necessária manter uma lamparina acesa durante a noite acha impossível dormir no escuro.” (Burdach, 1838, 482.)

“No sono, a mente se isola do mundo externo e se retrai de sua própria periferia. (...) Não obstante, a conexão não se interrompe inteiramente. Se não pudéssemos ouvir nem sentir enquanto estamos efetivamente adormecidos, mas só depois de acordarmos, seria inteiramente impossível despertarmos (...) A persistência da sensação é comprovada com mais clareza ainda pelo fato de que o que nos desperta não é sempre a mera força sensorial de uma impressão, mas seu contexto psíquico: um homem adormecido não é despertado por uma palavra qualquer mas, se for chamado pelo nome, acorda... Assim, a mente adormecida distingue diferentes sensações (...) É por essa razão que a falta de um estímulo sensorial pode despertar um homem, caso esteja relacionada com algo de importância representativa para ele; assim é que o homem com a lamparina acesa acorda se ela se apagar, e o mesmo acontece com o moleiro, se seu moinho parar. Em outras palavras, ele é despertado pela cessação de uma atividade sensorial; e isso implica que tal atividade era percebida por ele, mas, como era indiferente, ou antes, satisfatória, não lhe perturbava a mente.” (Ibid., 485-6.)

Mesmo que desprezemos essas objeções - e de modo algum elas são insignificantes -, teremos de confessar que as características da vida onírica que consideramos até agora, e que foram atribuídas a seu desligamento do mundo externo, não explicam inteiramente seu estranho caráter. Pois, de outro modo, deveria ser possível retransformar as alucinações de um sonho em representações, e suas situações em pensamentos, e assim solucionar o problema da interpretação dos sonhos. E isso é realmente o que fazemos quando, depois de acordar, reproduzimos de memória um sonho; mas, quer consigamos efetuar essa retradução inteiramente ou apenas em parte, o sonho continuará tão enigmático quanto antes.

E, com efeito, todas as autoridades presumem, sem hesitar, que ainda outras e mais

profundas modificações do material de representações da vida de vigília têm lugar nos sonhos. Strümpell (1877, 27-8) esforçou-se por apontar uma dessas modificações no seguinte trecho: “Com a cessação do funcionamento sensorial e da consciência vital normal, a mente perde o solo onde se enraízam seus sentimentos, desejos, interesses e atividades. Também os estados psíquicos - sentimentos, interesses, juízos de valor -, que estão ligados a imagens mnêmicas na vida de vigília, ficam sujeitos a (...) uma pressão obscurecedora, como resultado da qual sua ligação com tais imagens se rompe; as imagens perceptuais das coisas, pessoas, lugares, acontecimentos e ações na vida de vigília são reproduzidas separadamente em grande número, mas nenhuma delas leva consigo seu *valor psíquico*. Esse valor é desligado delas e, assim, elas flutuam na mente a seu bel-prazer...” De acordo com Strümpell, o fato de as imagens serem despojadas de seu valor psíquico (fato este que, por sua vez, remonta ao desligamento do mundo externo) desempenha um papel preponderante na criação da impressão de estranheza que distingue os sonhos da vida real em nossa memória.

Já vimos [em [1]] que o adormecimento envolve, de imediato, a perda de uma de nossas atividades mentais, qual seja, nosso poder de imprimir uma orientação intencional à seqüência de nossas representações. Vemo-nos agora diante da sugestão, que afinal é plausível, de que os efeitos do estado de sono podem estender-se a *todas* as faculdades da mente. Algumas destas parecem ficar inteiramente suspensas, mas surge então a questão de saber se as demais continuam a funcionar normalmente e se, nessas condições, são *capazes* de trabalho normal. E aqui se pode perguntar se as características distintivas dos sonhos não podem ser explicadas pela redução da eficiência psíquica no estado do sono - uma idéia que encontra apoio na impressão causada pelos sonhos em nosso julgamento de vigília. Os sonhos são desconexos, aceitam as mais violentas contradições sem a mínima objeção, admitem impossibilidades, desprezam conhecimentos que têm grande importância para nós na vida diurna e nos revelam como imbecis éticos e morais. Quem quer que se comportasse, quando acordado, da maneira peculiar às situações dos sonhos, seria considerado louco. Quem quer que falasse, quando acordado, da maneira como as pessoas falam nos sonhos, ou descrevesse o tipo de coisas que acontecem nos sonhos, dar-nos-ia a impressão de ser apalermado ou débil mental. Parecemos não fazer mais do que pôr a verdade em palavras quando expressamos nossa opinião extremamente desfavorável sobre a atividade mental nos sonhos e asseveramos que, neles, as faculdades intelectuais superiores, em particular, ficam suspensas ou, pelo menos, gravemente prejudicadas.

As autoridades exibem uma inusitada unanimidade - as exceções serão tratadas adiante [em [1]] - ao expressarem opiniões dessa natureza sobre os sonhos; e esses julgamentos levam diretamente a uma teoria ou explicação específica da vida onírica. Mas é chegado o momento de eu deixar as generalidades e apresentar, em seu lugar, uma série de citações de vários autores - filósofos e médicos - sobre as características psicológicas dos sonhos.

Segundo Lemoine (1855), a “incoerência” das imagens oníricas constitui a característica

essencial dos sonhos.

Maury (1878, 163) concorda com ele: “Il n’y a pas de rêves absolument raisonnables et qui ne contiennent quelque incohérence, quelque anachronisme, quelque absurdité.”

Spitta [1882, 193] cita Hegel como afirmando que os sonhos são destituídos de qualquer coerência objetiva e razoável.

Dugas [1897a, 417] escreve: “Le rêve c’est l’anarchie psychique affective et mentale, c’est le jeu des fonctions livrées à elles-mêmes e s’exerçant sans contrôle et sans but; dans le rêve l’esprit est un automate spirituel”.

Mesmo Volkelt (1875, 14), cuja teoria está longe de considerar a atividade psíquica durante o sono como destituída de propósito, fala no “relaxamento na desconexão e na confusão da vida ideativa, que no estado de vigília se mantém unida pela força lógica do ego central.”

O *absurdo* das associações de representações que ocorrem nos sonhos dificilmente poderia ser criticado com mais agudeza do que por Cícero. (*De divinatione*, II, [LXXI, 146]): “Nihil tam praepostere, tam incondite, tam monstruose cogitari potest, quod non possimus somniare.”

Fechner (1889, 2, 522) escreve: “É como se a atividade psicológica tivesse sido transportada do cérebro de um homem sensato para o de um idiota.”

Radestock (1879, 145): “De fato, parece impossível descobrir quaisquer leis fixas nessa atividade louca. Depois de se furtarem ao rigoroso policiamento exercido sobre o curso das representações de vigília pela vontade racional e pela atenção, os sonhos se dissolvem num louco redemoinho de confusão caleidoscópica.”

Hildebrandt (1875, 45): “Que saltos surpreendentes o sonhador é capaz de dar, por exemplo, ao extrair inferências! Com que calma se dispõe a ver as mais familiares lições da experiência viradas pelo avesso! Que contradições risíveis está pronto a aceitar nas leis da natureza e da sociedade antes que, como se costuma dizer, as coisas vão além de um chiste e a tensão excessiva do contra-senso o desperte. Calculamos, sem nenhum escrúpulo, que três vezes três são vinte; não ficamos nem um pouco surpresos quando um cão cita um verso de um poema, ou quando um morto anda até seu túmulo com as próprias pernas, ou quando vemos uma pedra flutuando na água; dirigimo-nos solenemente, numa importante missão, até o Ducado de Bernburg ou Principado de Liechtenstein para inspecionarmos suas forças navais; ou somos persuadidos a nos alistar nos exércitos de Carlos XII pouco antes da batalha de Poltava.”

Binz (1878, 33), tendo em mente a teoria dos sonhos que se baseia em impressões como essas, escreve: “O conteúdo de pelo menos nove dentre dez sonhos é absurdo. Neles reunimos pessoas e coisas que não têm a menor relação entre si. No momento seguinte, há

uma mudança no caleidoscópio e somos confrontados com um novo agrupamento, ainda mais sem nexos e louco, se é que isso é possível, do que o anterior. E assim prossegue o jogo mutável do cérebro incompletamente adormecido, até que despertamos, levamos a mão à testa e ficamos imaginando se ainda possuímos a capacidade para idéias e pensamentos racionais.”

Maury (1878, 50) encontra um paralelo para a relação entre as imagens oníricas e os pensamentos de vigília que há de ser altamente significativo para os médicos. “La production de ces images que chez l’homme éveillé fait le plus souvent naître la volonté, correspond, pour l’intelligence, à ce que sont pour la motilité certains mouvements que nous offre la chorée et las affections paralytiques...” E considera os sonhos, além disso, como “toute une série de dégradations de la faculté pensante et raisonnante.” (Ibid., 27.)

Quase não chega a ser necessário citar os autores que repetem a opinião de Maury em relação às várias funções mentais superiores. Strümpell (1877, 26), por exemplo, observa que nos sonhos - mesmo, é claro, onde não há contra-senso evidente - há um eclipse de todas as operações lógicas da mente que se baseiam em relações e conexões. Spitta (1882, 148) declara que as representações que ocorrem nos sonhos parecem estar inteiramente afastadas da lei de causalidade. Radestock (1879 [153-4]) e outros autores insistem na fraqueza de julgamento e de inferência característica dos sonhos. Segundo Jodl (1896, 123), não existe faculdade crítica nos sonhos, nenhum poder de corrigir um grupo de percepções mediante referência ao conteúdo geral da consciência. Observa o mesmo autor que “toda sorte de atividade consciente ocorre nos sonhos, mas apenas de forma incompleta, inibida e isolada”. As contradições em que os sonhos se envolvem com nosso conhecimento de vigília são explicadas por Stricker (1879, 98) e muitos outros como causadas por fatos que são esquecidos nos sonhos ou pelo desaparecimento de relações lógicas entre as representações. E assim por diante.

Não obstante, os autores que costumam adotar uma visão tão desfavorável do funcionamento psíquico nos sonhos admitem que ainda resta neles um certo resíduo de atividade mental. Isso é explicitamente admitido por Wundt, cujas teorias têm exercido uma influência significativa em muitos outros pesquisadores neste campo. Qual é, poder-se-ia perguntar, a natureza do resíduo de atividade mental normal que persiste nos sonhos? Há um consenso mais ou menos geral de que a faculdade reprodutiva, a memória, parece ser a que menos sofre, e até mesmo de que mostra certa superioridade a essa mesma função na vida de vigília (ver Seção B), embora parte dos absurdos dos sonhos pareça explicável pela propensão da memória a esquecer. Na opinião de Spitta (1882, 84 e seg.), a parte da mente que não é afetada pelo sono é a vida dos ânimos, e é esta que dirige os sonhos. Por “ânimo” [“*Gemüt*”] ele quer dizer “o conjunto estável de sentimentos que constitui a mais íntima essência de um ser humano”.

Scholz (1893, 64) acredita que uma das atividades mentais que atua nos sonhos é a tendência a submeter o material onírico a uma “reinterpretação em termos alegóricos”. Também Siebeck (1877, 11) vê nos sonhos uma faculdade mental de “interpretação mais ampla”, que é exercida sobre todas as sensações e percepções. Há uma dificuldade específica para avaliar a posição que ocupa, nos sonhos, o que constitui, evidentemente, a mais elevada das funções psíquicas: a consciência. Visto que tudo o que sabemos dos sonhos provém da consciência, não pode haver dúvida de que ela persiste neles; contudo, Spitta (1882, 84-5) acredita que o que persiste nos sonhos é apenas a consciência, e não a *autoconsciência*. Delboeuf (1885, 19), no entanto, se confessa incapaz de perceber essa distinção.

As leis de associação que regem a seqüência de representações são válidas para as imagens oníricas e, a rigor, sua predominância é ainda mais nítida e acentuadamente expressa nos sonhos. “Os sonhos”, afirma Strümpell (1877, 70), “seguem seu curso, ao que parece, segundo as leis quer das representações simples, quer dos estímulos orgânicos que acompanham tais representações - isto é, sem serem de forma alguma afetados pela reflexão, pelo bom-senso, ou pelo gosto estético, ou pelo julgamento moral.” [Ver em [1] e [2] [3].]

Os autores cujos pontos de vista estou agora apresentando retratam o processo da formação dos sonhos mais ou menos da seguinte maneira. A totalidade dos estímulos sensoriais gerados durante o sono, a partir das várias fontes que já enumerei [ver Seção C], despertam na mente, em primeiro lugar, diversas representações que aparecem sob a forma de alucinações, ou, mais propriamente, segundo Wundt [ver em [1]], de ilusões, em vista de sua derivação de estímulos externos e internos. Essas representações vinculam-se de acordo com as conhecidas leis da associação e, de conformidade com as mesmas leis, convocam uma outra série de representações (ou imagens). Todo esse material é então trabalhado, na medida em que o permita, pelo que ainda resta das faculdades mentais de organização e pensamento em ação. (Ver, por exemplo, Wundt [1874, 658] e Weygandt [1893].) Tudo o que permanece irrevelado são os motivos que decidem se a convocação das imagens decorrentes de fontes não externas se processará por uma cadeia de associações ou por outra.

Já se observou muitas vezes, no entanto, que as associações que ligam as imagens oníricas entre si são de natureza muito especial e diferem das que funcionam no pensamento de vigília. Assim, Volkelt (1875, 15) escreve: “Nos sonhos, as associações parecem travar uma luta livre, de acordo com semelhanças e conexões fortuitas que mal são perceptíveis. Todos os sonhos estão repletos desse tipo de associações desalinhas e superficiais.” Maury (1878, 126) atribui enorme importância a essa característica da maneira como as representações se vinculam nos sonhos, uma vez que ela lhe permite traçar uma analogia muito estreita entre a vida onírica e certos distúrbios mentais. Ele especifica duas características básicas de um *“délire”*: “(1) une action spontanée et comme automatique de

l'esprit; (2) une association vicieuse et irrégulière des idées.” O próprio Maury apresenta dois excelentes exemplos de sonhos que ele mesmo teve, nos quais as imagens oníricas se ligavam meramente por meio de uma semelhança no som das palavras. Certa vez, ele sonhou que estava numa peregrinação (*pèlerinage*) a Jerusalém ou Meca; após muitas aventuras, viu-se visitando o químico *Pelletier*, que, depois de conversar um pouco, deu-lhe uma pá (*pelle*) de zinco; na parte seguinte do sonho, esta se transformou numa espada de lâmina larga. (Ibid., 137.) Em outro sonho, estava andando por uma estrada e lendo o número de quilômetros nos marcos; a seguir, encontrava-se numa mercearia onde havia uma grande balança, e um homem punha nela pesos de quilogramas para pesar Maury; disse-lhe então o merceeiro: “O senhor não está em Paris, mas na ilha de *Gilolo*.” Seguiram-se várias outras cenas, nas quais ele viu uma *Lobélia*, e depois o General *Lopes*, sobre cuja morte lera pouco antes. Finalmente, enquanto jogava *loto*, acordou. (Ibid., 126.)

Sem dúvida, porém, estaremos aptos a constatar que não se deixou passar em contradição essa baixa estimativa do funcionamento psíquico nos sonhos - embora a contradição quanto a esse ponto não pareça nada fácil. Por exemplo, Spitta (1882, 118), um dos depreciadores da vida onírica, insiste em que as mesmas leis psicológicas que regem a vida de vigília também se aplicam aos sonhos; e outro, Dugas (1897a), declara que “le rêve n'est pas déraison ni même irraison pure”. Mas tais afirmações têm pouco valor, na medida em que seus autores não fazem nenhuma tentativa de conciliá-las com suas próprias descrições da anarquia psíquica e da ruptura de todas as funções que predominam nos sonhos. Parece, contudo, ter ocorrido a alguns outros autores que a loucura dos sonhos talvez não seja desprovida de método e possa até ser simulada, como a do príncipe dinamarquês sobre o qual se fez esse arguto julgamento. Estes últimos autores não podem ter julgado pelas aparências, ou então a aparência a eles apresentada pelos sonhos deve ter sido diferente.

Assim, Havelock Ellis (1899, 721), sem se deter no aparente absurdo dos sonhos, refere-se a eles como “um mundo arcaico de vastas emoções e pensamentos imperfeitos” cujo estudo talvez nos revele estágios primitivos da evolução da vida mental.

O mesmo ponto de vista é expresso por James Sully (1893, 362), numa forma que é, ao mesmo tempo, mais abrangente e mais perspicaz. Suas palavras merecem ainda mais atenção tendo em mente que ele talvez estivesse mais firmemente convencido do que qualquer outro psicólogo de que os sonhos têm um significado disfarçado. “Ora, nossos sonhos constituem um meio de conservar essas personalidades sucessivas [anteriores]. *Quando adormecidos, retornamos às antigas formas de encarar as coisas e de senti-las, a impulsos e atividades que nos dominavam muito tempo atrás.*”

O sagaz Delboeuf (1885, 222) declara (embora cometa o erro de não apresentar qualquer refutação do material que contradiz sua tese): “Dans le sommeil, hormis la perception, toutes les facultés de l’esprit, intelligence, imagination, mémoire, volonté, moralité, restent intactes dans leur essence; seulement elles s’appliquent à des objets imaginaires et mobiles. Le songeur est un acteur qui joue à volonté les fous et les sages, les bourreaux et les victimes, les nains et les géants, les démons et les anges.”

O mais ferrenho oponente dos que procuram depreciar o funcionamento psíquico nos sonhos parece ser o Marquês d’Hervey de Saint-Denys [1867], com quem Maury travou viva controvérsia, e cujo livro, apesar de todos os meus esforços, não consegui obter. Maury (1878, 19) escreve a respeito dele: “M. le Marquis d’Hervey prête à l’intelligence durant le sommeil, toute sa liberté d’action et d’attention et il ne semble faire consister le sommeil que dans l’occlusion des sens, dans leur fermeture au monde extérieur; en sorte que l’homme qui dort ne se distingue guère, selon sa manière de voir, de l’homme qui laisse vaguer sa pensée en se bouchant les sens; toute la différence qui sépare alors la pensée ordinaire de celle du dormeur c’est que, chez celui-ci, l’idée prend une forme visible, objective et ressemble, à s’y méprendre, à la sensation déterminée par les objets extérieurs; le souvenir revêt l’apparence du fait présent.” A isso Maury acrescenta “qu’il y a une différence de plus et capitale à savoir que les facultés intellectuelles de l’homme endormi n’offrent pas l’équilibre qu’elles gardent chez l’homme éveillé.”

Vaschide (1911, 146 e seg.) nos fornece uma exposição mais clara do livro de Hervey de Saint-Denys e cita dele um trecho [1867, 35] sobre a aparente incoerência dos sonhos: “L’image du rêve est la copie de l’idée. Le principal est l’idée; la vision n’est qu’accessoire. Ceci établi, il faut savior suivre la marche des idées, il faut savoir analyser le tissu des rêves; l’incohérence devientes... alors compréhensible, les conceptions les plus fantasques deviennent des faits simples et parfaitement logiques- Les rêves les plus bizarres trouvent même une explication des plus logiques quand on sait les analyser.”

Johan Stärcke (1913, 243) salientou que uma explicação semelhante da incoerência dos sonhos fora proposta por um autor mais antigo, Wolf Davidson (1799, 136), cuja obra me era desconhecida; “Todos os notáveis saltos dados por nossas representações nos sonhos têm sua base na lei da associação; às vezes, contudo, essas conexões ocorrem na mente de maneira muito obscura, de modo que muitas vezes nossas representações parecem ter dado um salto, quando, de fato, não houve salto algum.”

A literatura sobre o assunto mostra, assim, uma gama muito ampla de variação quanto ao valor que ela atribui aos sonhos como produtos psíquicos. Essa amplitude se estende desde o mais profundo menosprezo, do tipo com que nos familiarizamos, passando por indícios de uma valorização ainda não revelada, até uma supervalorização que coloca os sonhos numa

posição muito mais elevada do que qualquer das funções da vida de vigília. Hildebrandt (1875, 19 e seg.), que, como já soubemos [ver em [1]], enfeixou todas as características psicológicas da vida onírica em três antinomias, vale-se dos dois pontos extremos dessa faixa de valores para compor seu terceiro paradoxo: “trata-se de um contraste entre uma intensificação da vida mental, um realce dela que não raro corresponde ao virtuosismo e, por outro lado, uma deterioração e um enfraquecimento que muitas vezes submergem abaixo do nível da humanidade. No tocante à primeira, poucos há dentre nós que não possam afirmar, por nossa própria experiência, que vez por outra surge, nas criações e tramas do gênio dos sonhos, uma tal profundidade e intimidade da emoção, uma delicadeza do sentimento, uma clareza de visão, uma sutileza de observação e um tal brilho do espírito que jamais alegaríamos ter permanentemente a nosso dispor em nossa vida de vigília. Há nos sonhos uma encantadora poesia, uma alegoria arguta, um humor incomparável, uma rara ironia. O sonho contempla o mundo à luz de um estranho idealismo e, muitas vezes, realça os efeitos do que vê pela profunda compreensão de sua natureza essencial. Retrata a beleza terrena ante nossos olhos num esplendor verdadeiramente celestial e reveste a dignidade com a mais alta majestade; mostra-nos nossos temores cotidianos da mais aterradora forma e converte nosso divertimento em chistes de uma pungência indescritível. E algumas vezes, quando estamos acordados e ainda sob o pleno impacto de uma experiência como essa, não podemos deixar de sentir que jamais em nossa vida o mundo real nos ofereceu algo que lhe fosse equivalente.”

Podemos muito bem perguntar se os comentários depreciativos citados nas páginas anteriores e esse entusiástico elogio têm alguma possibilidade de estar relacionados com a mesma coisa. Será que algumas de nossas autoridades desprezaram os sonhos disparatados, e outras, os profundos e sutis? E, se ocorrerem sonhos de ambas as espécies, sonhos que justificam ambos os julgamentos, não seria um desperdício de tempo buscar qualquer característica psicológica distintiva dos sonhos? Não será bastante dizer que nos sonhos *tudo* é possível - desde a mais profunda degradação da vida mental até uma exaltação dela que é rara nas horas de vigília? Por mais conveniente que fosse uma solução desse tipo, o que se opõe a ela é o fato de que todos os esforços para pesquisar o problema dos sonhos parecem basear-se na convicção de que *realmente* existe uma característica distintiva, que é universalmente válida em seus contornos essenciais e que limparia do caminho essas aparentes contradições.

Não há dúvida de que as realizações psíquicas dos sonhos receberam um reconhecimento mais rápido e mais caloroso durante o período intelectual que agora ficou para trás, quando a mente humana era dominada pela filosofia, e não pelas ciências naturais exatas. Pronunciamentos como o de Schubert (1814, 20 e seg.), de que os sonhos constituem uma libertação do espírito em relação ao poder da natureza externa, uma liberação da alma entre os grilhões dos sentidos, e outros comentários semelhantes do jovem Fichte (1864, 1, 143 e seg.) e de outros, todos os quais retratam os sonhos como uma elevação da vida mental a um

nível superior, parecem-nos agora quase ininteligíveis; hoje em dia, são repetidos apenas pelos místicos e pelos carolas. A introdução do modelo de pensamento científico trouxe consigo uma reação na apreciação dos sonhos. Os autores médicos, em especial, tendem a considerar a atividade psíquica nos sonhos como trivial e desprovida de valor, enquanto os filósofos e os observadores não profissionais - os psicólogos amadores - cujas contribuições para esse assunto específico não devem ser desprezadas - têm conservado (numa afinidade mais estreita com o sentimento popular) a crença no valor psíquico dos sonhos. Quem quer que se incline a adotar uma visão depreciativa do funcionamento psíquico nos sonhos preferirá, naturalmente, atribuir a fonte deles à estimulação somática; ao passo que os que acreditam que a mente preserva, ao sonhar, a maior parte de suas capacidades de vigília não têm nenhuma razão, é claro, para negar que o estímulo ao sonho pode surgir dentro da própria mente que sonha.

Dentre as faculdades superiores que até uma sóbria comparação pode inclinar-se a atribuir à vida onírica, a mais acentuada é a da memória; já examinamos longamente [na Seção B] as provas nada incomuns em defesa desse ponto de vista. Outro ponto de superioridade da vida onírica, muitas vezes louvado pelos autores mais antigos - o de que ela se eleva acima da distância no tempo e no espaço -, pode ser facilmente comprovado como não tendo base nos fatos. Como frisa Hildebrandt (1875, [25]), essa vantagem é ilusória, pois o sonhar se eleva acima do tempo e do espaço precisamente da mesma forma que o pensamento de vigília, e pela simples razão de que ele é apenas uma forma de pensamento. Tem-se alegado, em defesa dos sonhos, que eles desfrutam ainda de outra vantagem sobre a vida de vigília em relação ao tempo - que são independentes da passagem do tempo ainda sob outro aspecto. Sonhos como o que teve Maury com seu próprio guilhotinamento (ver pág. [1]) parecem indicar que um sonho é capaz de comprimir um espaço muito maior do que a quantidade de material de representações com que pode lidar nossa mente em estado de vigília. Essa conclusão, no entanto, tem sido contestada por vários argumentos; desde o trabalho de Le Lorrain (1894) e Egger (1895) sobre a duração aparente dos sonhos, desenvolveu-se um longo e interessante debate sobre o assunto, mas parece improvável que a última palavra já tenha sido dita acerca dessa questão sutil e das profundas implicações que ela envolve.

Relatos de numerosos casos, bem como a coletânea de exemplos feitos por Chabaneix (1897), parecem tornar indiscutível o fato de que os sonhos são capazes de dar prosseguimento ao trabalho intelectual diurno e levá-lo a conclusões que não foram alcançadas durante o dia, e que podem resolver dúvidas e problemas e constituir a fonte de uma nova inspiração para os poetas e compositores musicais. Mas, embora o fato seja indiscutível, suas implicações estão abertas a muitas dúvidas, que levantam questões de princípio.

Por fim, considera-se que os sonhos têm o poder de adivinhar o futuro. Temos aqui um conflito em que um ceticismo quase insuperável se defronta com asserções obstinadamente repetidas. Sem dúvida alguma, estaremos agindo com acerto não insistindo em que esse ponto de vista não tem nenhum fundamento nos fatos, pois é possível que, dentro em breve, muitos dos exemplos citados venham a encontrar explicação no âmbito da psicologia natural.

(F) O SENTIDO MORAL NOS SONHOS

Por motivos que só se tornarão evidentes depois que minhas pesquisas sobre os sonhos forem levadas em conta, isolei do assunto da psicologia dos sonhos o problema especial de determinar se e até que ponto as inclinações e sentimentos morais se estendem até a vida onírica. Também aqui nos vemos diante dos mesmos pontos de vista contraditórios que, curiosamente, vimos adotados por diferentes autores no tocante a todas as outras funções da mente durante os sonhos. Alguns asseveram que os ditames da moralidade não têm lugar nos sonhos, enquanto outros sustentam não menos categoricamente que o caráter moral do homem persiste em sua vida onírica.

O recurso à experiência comum dos sonhos parece estabelecer, sem sombra de dúvida, a correção do primeiro desses pontos de vista. Jessen (1855, 553) escreve: “Tampouco nos tornamos melhores nem mais virtuosos no sono. Pelo contrário, a consciência parece ficar silenciosa nos sonhos, pois neles não sentimos nenhuma piedade e podemos cometer os piores crimes - roubo, violência e assassinato - com completa indiferença e sem quaisquer sentimentos posteriores de remorso.”

Radestock (1879, 164): “Deve-se ter em mente que ocorrem associações e vinculam-se representações nos sonhos sem nenhum respeito pela reflexão, bom-senso, gosto estético ou julgamento moral. O julgamento extremamente fraco e a indiferença ética reina, suprema.”

Volkelt (1875, 23): “Nos sonhos, como todos sabemos, os procedimentos são particularmente irrefreados nos assuntos sexuais. O próprio indivíduo que sonha fica inteiramente despudorado e destituído de qualquer sentimento ou julgamento moral; além disso, vê todos os demais, inclusive aqueles por quem nutre o mais profundo respeito, entregues a atos com os quais ficaria horrorizado em associá-los quando acordado, até mesmo em seus pensamentos.”

Em oposição diametral a estas, encontramos declarações como a de Schopenhauer [1862,

1, 245], no sentido de que qualquer pessoa que apareça num sonho age e fala em completo acordo com seu caráter. K. P. Fischer (1850, 72 e seg.), citado por Spitta (1882, 188), declara que os sentimentos e anseios subjetivos, ou os afetos e as paixões, revelam-se na liberdade da vida onírica, e que as características morais das pessoas se refletem em seus sonhos.

Haffner (1887, 251): “Com raras exceções (...) o homem virtuoso é virtuoso também em seus sonhos; resiste às tentações e se mantém afastado do ódio, da inveja, da cólera e de todos os outros vícios. Mas o pecador, em geral, encontra em seus sonhos as mesmas imagens que tinha ante seus olhos quando acordado.”

Scholz [1893, 62]: “Nos sonhos está a verdade: nos sonhos aprendemos a conhecer-nos tal como somos, a despeito de todos os disfarces que usamos perante o mundo [sejam eles enobrecedores ou humilhantes] (...) O homem honrado não pode cometer um crime nos sonhos, ou, se o fizer, ficará tão horrorizado com isso como com algo contrário à sua natureza. O imperador romano que condenou à morte um homem que sonhara ter assassinado o governante estaria justificado em fazê-lo, se raciocinasse que os pensamentos que se têm nos sonhos também se têm quando em estado de vigília. A expressão corriqueira ‘eu nem sonharia em fazer tal coisa’ tem um significado duplamente correto, quando se refere a algo que não pode encontrar guarida em nosso coração nem em nossa mente.” (Platão, ao contrário, considerava que os melhores homens são aqueles que apenas *sonham* com o que os outros *fazem* em sua vida de vigília.)

Pfaff (1868, [9]), citado por Spitta (1882, 192), altera a formulação de um ditado familiar: “Diz-me alguns de teus sonhos e te direi quem é teu eu interior.”

O problema da moral nos sonhos é tomado como o centro do interesse por Hildebrandt, de cujo pequeno volume já fiz tantas citações - pois, de todas as contribuições ao estudo dos sonhos com que deparei, ele é o mais perfeito quanto à forma e o mais rico de idéias. Também Hildebrandt [1875, 54] formula como norma que, quanto mais pura a vida, mais puro o sonho, e quanto mais impura aquela, mais impuro este. Ele crê que a natureza moral do homem persiste nos sonhos. “Enquanto”, escreve ele, “até o mais grosseiro erro de aritmética, até a mais romântica inversão das leis científicas, até o mais ridículo anacronismo deixa de nos perturbar, ou mesmo de despertar nossas suspeitas, nunca perdemos de vista a distinção entre o bem e o mal, entre o certo e o errado, ou entre a virtude e o vício. Não importa quanto do que nos acompanha durante o dia desapareça em nossas horas de sono, o imperativo categórico de Kant é um companheiro que nos segue tão de perto em nossos calcanhares que não nos podemos ver livres dele nem quando adormecidos, (...) Mas isso só pode ser explicado pelo fato de que o que é fundamental na natureza do homem, seu ser moral, está fixado com firmeza demais para ser afetado pelo embaralhamento caleidoscópico ao qual a imaginação, a razão, a memória e outras dessas

faculdades têm de se submeter nos sonhos.” (Ibid., 45 e seg.)

À medida que prossegue o debate sobre esse assunto, contudo, ambos os grupos de autores começam a exibir notáveis mudanças e incoerências em suas opiniões. Os que sustentam que a personalidade moral do homem deixa de funcionar nos sonhos deveriam, pelo rigor da lógica, perder todo o interesse nos sonhos imorais. Poderiam rejeitar qualquer tentativa de responsabilizar o sonhador por seus sonhos, ou de deduzir da maldade de seus sonhos que haveria um traço maligno em seu caráter, com a mesma confiança com que rejeitariam uma tentativa semelhante de deduzir do absurdo de seus sonhos que as atividades intelectuais dele, na vida de vigília, seriam destituídas de valor. O outro grupo, que acredita que o “imperativo categórico” se estende aos sonhos, deveria logicamente aceitar uma responsabilidade irrestrita pelos sonhos imorais. Só nos restaria esperar, pelo bem deles, que eles mesmos não tivessem tais sonhos repreensíveis, capazes de perturbar sua sólida crença em seu próprio caráter moral.

Parece, no entanto, que ninguém é tão confiante assim quanto a até que ponto é bom ou mau, e que ninguém pode negar a lembrança de ter tido seus próprios sonhos imorais. Pois os autores de ambos os grupos, independentemente da oposição entre suas opiniões sobre a moralidade onírica, fazem esforços para explicar a origem dos sonhos imorais; e surge uma nova diferença de opinião, conforme a origem deles seja baseada nas funções da mente ou nos efeitos perniciosos produzidos na mente por causas somáticas. Assim, a lógica imperativa dos fatos compele tanto os defensores da responsabilidade como da irresponsabilidade da vida onírica a se aliarem no reconhecimento de que a imoralidade dos sonhos tem uma fonte psíquica específica.

Os que crêem que a moral se estende aos sonhos, porém, mostram-se cautelosos para evitar assumir *completa* responsabilidade por seus sonhos. Assim, escreve Haffner (1887, 250): “Não somos responsáveis por nossos sonhos, visto que neles nosso pensamento e nossa vontade são privados do único fundamento com base no qual nossa vida possui verdade e realidade. (...) Por essa razão, nenhum desejo onírico ou ação onírica pode ser virtuoso ou pecaminoso.” Não obstante, prossegue ele, os homens são responsáveis por seus sonhos pecaminosos na medida em que os provocam indiretamente. Eles têm o dever de limpar moralmente suas mentes, não só na vida de vigília como também, mas especialmente, antes de irem dormir.

Hildebrandt [1875, 48 e seg.] nos fornece uma análise muito mais profunda dessa mescla de rejeição e aceitação da responsabilidade pelo conteúdo moral dos sonhos. Argumenta que, ao considerar a aparência imoral dos sonhos, deve-se fazer uma concessão à forma dramática em que eles se expressam, à compressão que fazem dos mais complicados processos de reflexão nos mais curtos períodos de tempo, e também à forma pela qual, como até ele admite, os elementos de representação se tornam confusos e privados de sua

significância. Ainda assim, Hildebrandt confessa que sente enorme hesitação, em pensar que toda a responsabilidade pelos pecados e erros dos sonhos pode ser repudiada.

“Quando estamos ansiosos por negar alguma acusação injusta, especialmente uma acusação que se relacione com nossos objetivos e intenções, muitas vezes usamos a frase ‘eu nunca sonharia com tal coisa’. Desse modo expressamos, por um lado, nosso sentimento de que a região dos sonhos é a mais remota e distante das áreas em que somos responsáveis por nossos pensamentos, já que os pensamentos nessa região acham-se tão frouxamente ligados com nosso eu essencial que mal podem ser considerados como nossos; mas, ainda assim, visto nos sentirmos expressamente obrigados a negar a existência desses pensamentos nessa região, admitimos indiretamente, ao mesmo tempo, que nossa autojustificação não seria completa caso não se estendesse até esse ponto. E penso que nisso falamos, embora inconscientemente, a linguagem da verdade.” (Ibid., 49.)

“É impossível pensar em qualquer ato de um sonho cuja motivação original não tenha passado, de um modo ou de outro - fosse como desejo, anseio ou impulso -, através da mente desperta.” Devemos admitir, prossegue Hildebrandt, que esse impulso original não foi inventado pelo sonho; o sonho simplesmente o copiou e desdobrou, meramente elaborou de forma dramática um fragmento de material histórico que encontrou em nós; meramente dramatizou as palavras do Apóstolo: “Todo aquele que odeia seu irmão é assassino.” [1 João 3, 15.] E embora, depois de acordarmos, conscientes da nossa força moral, possamos sorrir de toda a elaborada estrutura do sonho pecaminoso, mesmo assim o material original de que derivou a estrutura não conseguirá despertar um sorriso. Sentimo-nos responsáveis pelos erros do sonhador - não por sua totalidade, mas por uma certa percentagem. “Em suma, se compreendemos, nesse sentido quase incontestável, as palavras de Cristo, de que ‘do coração procedem os maus pensamentos’ [Mateus 15, 19], dificilmente escaparemos à convicção de que um pecado cometido num sonho traz em si pelo menos um mínimo obscuro de culpa.” (Hildebrandt, 1875, 51 e segs.)

Assim, Hildebrandt encontra a fonte da imoralidade dos sonhos nos germes e indícios de impulsos maléficos que, sob a forma de tentações, atravessam nossa mente durante o dia; e ele não hesita em incluir esses elementos imorais em sua estimativa do valor moral de uma pessoa. Esses mesmos pensamentos, como sabemos, e essa mesma avaliação deles, é que conduziram os devotos e santos de todas as épocas a se confessarem míseros pecadores.

Naturalmente, não há dúvida quanto à existência geral de tais representações incompatíveis; elas ocorrem na maioria das pessoas e em outras esferas que não a da ética. Por vezes, entretanto, têm sido julgadas com menos seriedade. Spitta (1882, 194) cita algumas observações de Zeller [1818, 120-1] que são relevantes a esse respeito: “É raro uma mente ser tão bem organizada a ponto de possuir completo poder em todos os momentos e de não ter o curso regular e livre de seus pensamentos constantemente interrompido, não só

por representações não essenciais como também por representações decididamente grotescas e disparatadas. Com efeito, os maiores pensadores viram-se obrigados a se queixar dessa confusão oniróide, incômoda e torturante de representações que perturbava suas reflexões mais profundas e seus mais solenes e sinceros pensamentos.”

Uma luz mais reveladora é lançada sobre a posição psicológica dessas idéias incompatíveis por meio de outra observação de Hildebrandt (1875, 55), no sentido de que os sonhos nos proporcionam um vislumbre ocasional de profundezas e recessos de nossa natureza a que em geral não temos acesso em nosso estado de vigília. Kant expressa a mesma idéia num trecho de sua *Anthropologie* [1798], onde declara que os sonhos parecem existir para nos mostrar nossas naturezas ocultas e nos revelar não o que somos, mas o que poderíamos ter sido se tivéssemos sido criados de maneira diferente. Radestock (1879, 84) afirma igualmente que, com freqüência, os sonhos não fazem mais do que nos revelar o que não admitiríamos para nós mesmos, e que, portanto, é injusto de nossa parte estigmatizá-los como mentirosos e impostores. Erdmann [1852, 115] escreve: “Os sonhos nunca me mostraram o que devo pensar de um homem; mas, ocasionalmente, tenho descoberto por meio de um sonho, para meu próprio grande assombro, o que realmente penso de um homem e como me sinto em relação a ele.” De modo semelhante, I. H. Fichte (1864, 1, 539) observa: “A natureza de nossos sonhos proporciona um reflexo muito mais verdadeiro de toda a nossa inclinação do que somos capazes de descobrir sobre ela por meio da auto-observação na vida de vigília.”

Observa-se que o surgimento de impulsos alheios a nossa consciência moral é meramente análogo ao que já aprendemos - ao fato de os sonhos terem acesso a um material ideativo que está ausente em nosso estado de vigília ou desempenha nele apenas um pequeno papel. Assim, escreve Benini (1898, 149): “Certe nostre inclinazioni che si credevano soffocate e spente da un pezzo, si ridestano; passioni vecchie e sepolte rivivono: cose e persone a cui non pensiamo mai, ci vengono dinanzi.” E Volkelt (1875, 105): “Também algumas representações que penetraram na consciência de vigília quase despercebidas, e que talvez nunca tenham sido re-evocadas pela memória, com muita freqüência anunciam sua presença na mente através de sonhos.” A esta altura, finalmente, podemos lembrar a asserção de Schleiermacher [ver em [1]] de que o ato de adormecer é acompanhado pelo aparecimento de “representações involuntárias” ou imagens involuntárias.

Podemos, portanto, classificar em conjunto, sob a epígrafe de “representações involuntárias”, todo o material de representações cujo surgimento, tanto nos sonhos imorais quanto nos sonhos absurdos, nos causa tanto espanto. Há, porém, um importante ponto de diferenciação: as representações involuntárias na esfera moral contradizem nossa atitude mental costumeira, ao passo que as outras simplesmente nos causam uma impressão de estranheza. Ainda não se tomou nenhuma providência no sentido de um conhecimento mais

profundo que pudesse solucionar essa distinção.

Surge em seguida a questão da *importância* do aparecimento de representações involuntárias nos sonhos, da luz que pode ser lançada pelo surgimento noturno desses impulsos moralmente incompatíveis na psicologia da mente desperta e da que sonha. E aqui encontramos uma nova divisão de opiniões e mais um agrupamento diferente das autoridades. A linha de pensamento adotada por Hildebrandt e outros que partilham de sua posição fundamental conduz, inevitavelmente, à visão de que os impulsos morais possuem certo grau de poder até mesmo na vida de vigília, embora seja um poder inibido, incapaz de se impor à ação, e que, no sono, desativa-se algo que atua como uma inibição durante o dia e nos impede de nos conscientizarmos da existência de tais impulsos. Assim, os sonhos revelariam a verdadeira natureza do homem, embora não *toda* a sua natureza, e constituiriam um meio de tornar o interior oculto da mente acessível a nosso conhecimento. É somente em premissas como essas que Hildebrandt [1875, 56] pode basear sua atribuição aos sonhos de poderes de advertência, que atraem nossa atenção para as fraquezas morais de nossa mente, da mesma forma que os médicos admitem que os sonhos podem trazer males físicos não observados a nossa atenção consciente. Do mesmo modo, Spitta deve estar adotando esse ponto de vista quando, ao falar [1882, 193 e seg.] nas fontes de excitação que afetam a mente (na puberdade, por exemplo), consola o sonhador com a certeza de que ele terá feito tudo o que está em seu poder se levar uma vida rigorosamente virtuosa em suas horas de vigília, e se tomar o cuidado de suprimir os pensamentos pecaminosos sempre que eles surgirem, e de impedir sua maturação e transformação em atos. Segundo essa visão, poderíamos definir as “representações involuntárias” como “representações que foram “suprimidas” durante o dia, e teríamos de encarar seu surgimento como um fenômeno mental autêntico.

Outros autores, porém, consideram injustificável esta última conclusão. Assim, Jessen (1855, 360) acredita que as representações involuntárias, tanto nos sonhos como no estado de vigília, e também nos estados febris e outras situações de delírio, “têm o caráter de uma atividade volitiva que foi posta em repouso e de uma sucessão mais ou menos mecânica de imagens e representações provocadas por impulsos internos”. Tudo o que um sonho imoral prova quanto à vida mental do sonhador é que, segundo a visão de Jessen, em alguma ocasião ele teve conhecimento do conteúdo de representações em questão; certamente não constitui evidência de um impulso mental próprio do sonhador.

No tocante a outro autor, Maury, chega quase a parecer que também ele atribui ao estado onírico uma capacidade não de destruição arbitrária da atividade mental, mas de decomposição dela em seus elementos constitutivos. Assim escreve ele sobre os sonhos que transgridem os ditames da moral: “Ce sont nos penchants qui parlent et qui nous font agir, sans que la conscience nous retienne, bien que parfois elle nous avertisse. J’ai mes défauts et mes penchants vicieux; à l’état de veille je tâche de lutter contre eux, et il m’arrive assez

souvent de n'y pas succomber. Mais dans mes songes j'y succombe toujours ou pour mieux dire j'agis par leur impulsion, sans crainte et sans remords. (...) Evidemment les visions qui se déroulent devant ma pensée et qui constituent le rêve, me sont suggérées par les incitations que je ressens et que ma volonté absente ne cherche pas à refouler.” (Maury, 1878, 113.)

Ninguém que acredite na capacidade dos sonhos de revelar uma tendência imoral do sonhador, a qual esteja realmente presente, embora suprimida ou oculta, poderia expressar seu ponto de vista mais precisamente do que nas palavras de Maury: “En rêve l'homme se révèle donc tout entier à soi-même dans sa nudité et sa misère natives. Dès qu'il suspend l'exercice de sa volonté, il devient le jouet de toutes les passions contres lesquelles, à l'état de veille, la conscience, le sentiment de l'honneur, la crainte nous défendent.” (Ibid., 165.)

Num outro trecho encontramos as seguintes frases pertinentes: “Dans le songe, c'est surtout l'homme instinctif qui se révèle. (...) L'homme revient pour ainsi dire à l'état de nature quand il rêve; mais moins les idées acquises ont pénétré dans encore sur lui l'influence dans le rêve.” (Ibid., 462.) E Maury prossegue relatando, à guisa de exemplo, como, em seus sonhos, ele é, não raro, vítima da própria superstição que combate em seus textos com particular veemência.

Essas reflexões penetrantes de Maury, contudo, perdem seu valor na investigação da vida onírica, pelo fato de ele considerar os fenômenos que observou com tanta exatidão como não passando de provas de um *“automatisme psychologique”* que, em sua opinião, domina os sonhos, e que ele encara como o oposto exato da atividade mental.

Stricker (1879, [51]) escreve: “Os sonhos não consistem unicamente em ilusões. Quando, por exemplo, num sonho alguém tem medo de ladrões, os ladrões, é verdade, são imaginários - mas o medo é real.” Isso nos chama a atenção para o fato de os *afetos* nos sonhos não poderem ser julgados da mesma forma que o restante de seu conteúdo; e nos confrontamos com o problema de determinar que parte dos processos psíquicos que ocorrem nos sonhos deve ser tomada como real, isto é, que parte tem o direito de figurar entre os processos psíquicos da vida de vigília.

(G) TEORIAS DO SONHAR E DE SUA FUNÇÃO

Qualquer investigação sobre os sonhos que procure explicar o maior número possível de

suas características observadas de um ponto de vista particular, e que, ao mesmo tempo, defina a posição ocupada pelos sonhos numa esfera mais ampla de fenômenos merece ser chamada de teoria dos sonhos. Verificaremos que as várias teorias diferem no sentido de selecionarem uma ou outra característica dos sonhos como sendo a essencial e de tornarem-na como ponto de partida para suas explicações e correlações. Não precisa ser necessariamente possível inferir uma *função* do sonhar (seja ela utilitária ou não) a partir da teoria. Não obstante, visto termos o hábito de buscar explicações teleológicas, estaremos mais propensos a aceitar teorias que estejam ligadas com a atribuição de uma função ao sonhar.

Já travamos conhecimento com vários grupos de pontos de vista que merecem ser mais ou menos intitulados de teorias dos sonhos neste sentido do termo. A crença sustentada na Antiguidade de que os sonhos eram enviados pelos deuses para orientar as ações dos homens constituía uma teoria completa dos sonhos, proporcionando informações sobre tudo o que valia a pena saber a respeito deles. Desde que os sonhos passaram a ser objeto da pesquisa científica, desenvolveu-se um número considerável de teorias, inclusive algumas que são extremamente incompletas.

Sem a intenção de fazer qualquer enumeração exaustiva, podemos tentar dividir as teorias dos sonhos, *grosso modo*, nos três seguintes grupos, conforme seus pressupostos subjacentes quanto ao volume e à natureza da atividade psíquica nos sonhos.

(1) Existem teorias, como a de Delboeuf [1885, 221 e seg.], segundo as quais a totalidade psíquica continua nos sonhos. A mente, presumem elas, não dorme, e seu aparelho permanece intacto; como se enquadra nas condições do estado de sono, que diferem das da vida de vigília, seu funcionamento normal necessariamente produz resultados diferentes durante o sono. Surge, no tocante a essas teorias, a questão de saber se elas são capazes de extrair todas as distinções do estado de sono. Além disso, não há nenhuma possibilidade de elas poderem sugerir qualquer *função* para o sonhar; elas não fornecem nenhuma razão pela qual devamos sonhar, pela qual o complexo mecanismo do aparelho psíquico deva continuar a funcionar mesmo quando colocado em circunstâncias para as quais não parece destinar-se. As únicas reações adequadas pareceriam ser ou o sono sem sonhos, ou, havendo interferência de estímulos perturbadores, o despertar - e não a terceira alternativa, a de sonhar.

(2) Existem as teorias que, pelo contrário, pressupõem que os sonhos implicam um rebaixamento da atividade psíquica, um afrouxamento das conexões e um empobrecimento do material acessível. Essas teorias implicam atribuírem-se ao sono características inteiramente diferentes das sugeridas, por exemplo, por Delboeuf. O sono, segundo essas teorias, exerce vasta influência sobre a mente; não consiste apenas no isolamento da mente em relação ao mundo externo; em vez disso, ele se impõe ao mecanismo mental e o deixa

temporariamente fora de uso. Se é que posso arriscar uma analogia extraída da esfera da psiquiatria, direi que o primeiro grupo de teorias interpreta os sonhos segundo o modelo da paranóia, enquanto o segundo grupo faz com que eles assemelhem à deficiência mental ou aos estados confusionais.

A teoria segundo a qual apenas um fragmento da atividade psíquica encontra expressão nos sonhos, por ter sido paralisada pelo sono, é de longe a mais popular entre os autores médicos e no mundo científico em geral. Tanto quanto se possa presumir que haja um interesse geral na explicação dos sonhos, esta pode ser descrita como a teoria dominante. Convém notar com que facilidade essa teoria evita o pior obstáculo no caminho de qualquer explicação dos sonhos - a dificuldade de lidar com as contradições envolvidas neles. Ela encara os sonhos como o resultado de um despertar parcial - “um despertar gradativo, parcial e, ao mesmo tempo, altamente anormal”, para citar um comentário de Herbart sobre os sonhos (1892, 307). Assim, essa teoria pode valer-se de uma série de condições de um crescente estado de vigília, culminando no estado completamente desperto, a fim de explicar a série de variações na eficiência do funcionamento mental nos sonhos, indo desde a ineficiência revelada por seu absurdo ocasional até o funcionamento intelectual plenamente concentrado. [Ver em [1].]

Os que julgam não poder dispensar uma colocação em termos da fisiologia, ou para os quais uma afirmação nesses termos parece mais científica, encontrarão o que procuram na explicação dada por Binz (1878, 43): “Esse estado” (de torpor) “chega ao fim nas primeiras horas da manhã, mas apenas gradativamente. Os produtos da fadiga que se acumularam na albumina do cérebro diminuem gradualmente; uma quantidade cada vez maior deles é decomposta ou eliminada pelo fluxo incessante da corrente sanguínea. Aqui e ali, grupos isolados de células começam a despontar no estado de vigília enquanto o estado de torpor ainda persiste em torno delas. O trabalho isolado desses grupos separados surge então diante de nossa consciência obscurecido de associação. Por esse motivo, as imagens produzidas, que correspondem, em sua maior parte, a impressões materiais do passado mais recente, são concatenadas de maneira tumultuada e irregular. O número das células cerebrais liberadas cresce continuamente, enquanto a insensatez dos sonhos vai tendo uma redução proporcional.”

Essa visão do sonhar como um estado de vigília incompleto e parcial se encontra, sem dúvida, nos textos de todos os fisiologistas e filósofos modernos. Sua exposição mais elaborada é dada por Maury (1878, 6 e seg.). Muitas vezes, é como se esse autor imaginasse que o estado de vigília ou de sono poderia mudar-se de uma região anatômica para outra, estando cada região anatômica específica ligada a uma função psíquica particular. Neste ponto, teço apenas o comentário de que, mesmo que se confirmasse a teoria da vigília parcial, seus detalhes ainda permaneceriam extremamente discutíveis.

Essa visão, naturalmente, não deixa margem para se atribuir qualquer função ao sonhar. A

conclusão lógica que dela se infere quanto à posição e ao significado dos sonhos é corretamente enunciada por Binz (1878, 35): “Todos os fatos observados forçam-nos a concluir que os sonhos devem ser caracterizados como processos *somáticos* que, na totalidade dos casos, são inúteis, e em muitos deles decididamente patológicos. (...)”

A aplicação do termo “somático” aos sonhos, grifado pelo próprio Binz, tem mais de um sentido. Alude, em primeiro lugar, à *etiologia* dos sonhos que pareceu particularmente plausível a Binz quando ele estudou a produção experimental de sonhos mediante o emprego de substâncias tóxicas. Isso porque as teorias dessa natureza envolvem uma tendência a limitar a instigação dos sonhos, tanto quanto possível, às causas somáticas. Colocada em sua forma mais extrema, a visão é a seguinte: Uma vez que adormecemos pela exclusão de todos os estímulos, não há necessidade nem ocasião para sonhar senão com a chegada da manhã, quando o processo de ser gradualmente acordado pelo impacto dos novos estímulos poderia refletir-se no fenômeno do sonhar. É impraticável, contudo, manter nosso sono livre dos estímulos; eles incidem na pessoa adormecida vindos de todos os lados - como os germes de vida de que se queixava Mefistófeles -, vindo de fora e de dentro, e até de partes do corpo que passam inteiramente despercebidas na vida de vigília. Assim, o sono é perturbado; primeiro uma parte da mente é abalada e despertada, e depois, outra; a mente funciona por um breve momento com sua parte desperta e, então, alegra-se em adormecer de novo. Os sonhos são uma reação à perturbação do sono provocada por estímulo - uma reação, aliás, bastante supérflua.

Mas a descrição do sonhar - que, afinal de contas, continua a ser uma função da mente - como um processo somático implica também outro sentido. Destina-se a demonstrar que os sonhos não merecem ser classificados como processos psíquicos. O sonhar tem sido muitas vezes comparado com “os dez dedos de um homem que nada sabe de música, deslocando-se ao acaso sobre as teclas de um piano” [Strümpell, 1877, 84; ver em [1], adiante]; e esse símile mostra, melhor do que qualquer outra coisa, o tipo de opinião que geralmente fazem do sonhar os representantes das ciências exatas. Sob esse prisma, o sonho é algo total e completamente impossível de interpretar, pois como poderiam os dez dedos de alguém que não soubesse música produzir uma peça musical?

Mesmo no passado distante não faltaram críticos à teoria do estado de vigília parcial. Assim, Burdach (1838, 508 e seg.) escreveu: “Quando se diz que os sonhos são um despertar parcial, em primeiro lugar isso não lança nenhuma luz sobre a vigília ou o sono, e, em segundo, nada faz além de afirmar que, nos sonhos, algumas forças mentais ficam ativas enquanto outras se acham em repouso. Mas esse tipo de variabilidade ocorre ao longo de toda a vida.”

Essa teoria dominante, que considera os sonhos como um processo somático, está

subjacente a uma interessantíssima hipótese, formulada pela primeira vez por Robert, em 1886. Ela é particularmente atraente, pois consegue sugerir uma função, uma finalidade utilitária, para o sonhar. Robert toma como base para sua teoria dois fatos observáveis que já consideramos no decurso de nosso exame do material dos sonhos (ver em [1]), a saber, que é muito freqüente sonharmos com as impressões diurnas mais triviais e que é muito raro transpormos para nossos sonhos os interesses cotidianos importantes. Robert (1866, 10) assevera ser universalmente verdadeiro que as coisas que foram minuciosamente elaboradas pelo pensamento nunca se tornam instigadoras de sonhos, mas apenas as que estão em nossa mente numa forma incompleta, ou que foram simplesmente tocadas de passagem por nossos pensamentos: “A razão por que costuma ser impossível explicar os sonhos é, precisamente, eles serem causados por impressões sensoriais do dia anterior que deixaram de atrair atenção suficiente do sonhador.” [Ibid., 19-20.] Portanto, a condição que determina se uma impressão penetrará num sonho é ter havido uma interrupção no processo de elaborar essa impressão, ou ter ela sido excessivamente sem importância para ter o direito de ser elaborada.

Robert descreve os sonhos como “um processo somático de excreção do qual nos tornamos cômnicos em nossa reação mental a ele”. [Ibid., 9.] Os sonhos são excreções de pensamentos que foram sufocados na origem. “Um homem privado da capacidade de sonhar ficaria, com o correr do tempo, mentalmente transtornado, pois uma grande massa de pensamentos incompletos e não elaborados e de impressões superficiais se acumularia em seu cérebro e, por seu grande volume, estaria fadada a sufocar os pensamentos que deveriam ser assimilados em sua memória como conjuntos completos.” [Ibid., 10.] Os sonhos servem de válvula de escape para o cérebro sobrecarregado. Possuem o poder de curar e aliviar. (Ibid., 32.)

Fariamos uma interpretação errônea de Robert se lhe perguntássemos como pode a mente ser aliviada pela representação nos sonhos. O que Robert faz, evidentemente, é inferir dessas duas características do material onírico que, de um modo ou de outro, uma expulsão de impressões sem valor se realiza durante o sono como um processo *somático*, e que o sonhar não constitui uma modalidade especial de processo psíquico, mas apenas a informação que recebemos sobre essa expulsão. Além disso, a excreção não é o único evento que ocorre na mente à noite. O próprio Robert acrescenta que, além dela, as sugestões surgidas na véspera são trabalhadas e que “todas as partes dos pensamentos indigeridos que não são expelidas são reunidas num todo integrado por fios de pensamento tomados de empréstimo à imaginação, e assim inseridas na memória como um inofensivo quadro imaginatório.” (Ibid., 23.)

Mas a teoria de Robert é diametralmente oposta à teoria dominante em sua avaliação da natureza das *fontes* dos sonhos. Segundo esta última, não haveria sonho algum se a mente não fosse despertada de maneira constante por estímulos sensoriais externos e internos. Na

visão de Robert, porém, o impulso para o sonhar surge na própria mente - no fato de ela ficar sobrecarregada e precisar de alívio; e ele conclui com perfeita lógica que as causas derivadas das condições somáticas desempenham um papel secundário como determinantes dos sonhos, e que tais causas seriam inteiramente incapazes de provocar sonhos numa mente em que não houvesse material para a construção de sonhos oriundo da consciência de vigília. A única ressalva que ele faz é admitir que as imagens fantasiosas que surgem nos sonhos, vindas das profundezas da mente, podem ser afetadas por estímulos nervosos. (Ibid., 48.) Afinal, portanto, Robert não encara os sonhos como sendo tão inteiramente dependentes dos eventos somáticos. Não obstante, em sua opinião, os sonhos não são processos psíquicos, não têm lugar entre os processos psíquicos da vida de vigília; são processos somáticos que ocorrem todas as noites no aparelho relacionado com a atividade mental, e têm como função a tarefa de proteger esse aparelho da tensão excessiva - ou, modificando a metáfora, de agir como “garis” da mente.

Outro autor, Yves Delage, baseia sua teoria nas mesmas características dos sonhos, tais como reveladas na escolha de seu material; e é instrutivo notar como uma ligeira variação em seu ponto de vista acerca das mesmas coisas o leva a conclusões de sentido muito diferente.

Diz-nos Delage (1891, 41) ter experimentado em sua própria pessoa, por ocasião da morte de alguém que lhe era querido, o fato de *não* sonharmos com o que ocupou todos os nossos pensamentos durante o dia, ou não até que isso tenha começado a dar lugar a outros interesses cotidianos. Suas pesquisas em meio a outras pessoas confirmaram-lhe a verdade geral desse fato. Ele faz o que seria uma observação interessante dessa natureza, se provasse ter validade geral, a respeito dos sonhos dos jovens casais: “S’ils ont été fortement épris, presque jamais ils n’ont rêvé l’un de l’autre avant le mariage ou pendant la lune de miel; et s’ils ont rêvé d’amour c’est pour être infidèles avec quelque personne indifférente ou odieuse.” [Ibid., 41.] Como que é, então, que sonhamos? Delage identifica o material de nossos sonhos como consistindo em fragmentos e resíduos dos dias precedentes e de épocas anteriores. Tudo o que aparece em nossos sonhos, ainda que a princípio nos inclinemos a considerá-lo como uma criação de nossa vida onírica, revela-se, quando o examinamos mais de perto, como a reprodução não reconhecida [de material já vivenciado] - “souvenir inconscient”. Mas esse material de representações possui uma característica comum: provém de impressões que provavelmente afetaram nossos sentidos com mais intensidade do que nossa inteligência, ou das quais nossa atenção foi desviada logo depois que surgiram. Quanto menos consciente e, ao mesmo tempo, mais poderosa tenha sido uma impressão, mais possibilidade tem ela de desempenhar um papel no sonho seguinte.

Temos aqui o que são, essencialmente, as duas mesmas categorias de impressões enfatizadas por Robert: as triviais e as que não foram trabalhadas. Delage, contudo, dá à

situação uma interpretação diferente, pois sustenta que é por não terem sido trabalhadas que essas impressões são passíveis de produzir sonhos, e não por serem triviais. É verdade, num certo sentido, que também as impressões triviais não foram completamente trabalhadas; sendo da ordem das impressões novas, elas são “autant de ressorts tendus” que se soltam durante o sono. Uma impressão poderosa que tenha esbarrado casualmente em algum obstáculo no processo de ser trabalhada, ou que tenha sido deliberadamente refreada, tem mais justificativa para desempenhar algum papel nos sonhos do que a impressão que seja fraca e quase despercebida. A energia psíquica armazenada durante o dia mediante inibição e supressão torna-se a força motriz dos sonhos durante a noite. O material psíquico que foi suprimido vem à luz nos sonhos. [Ibid., 1891, 43.]

Nessa altura, infelizmente, Delage interrompe sua seqüência de idéias. Nos sonhos, só consegue atribuir a mais ínfima parcela a qualquer atividade psíquica independente; e assim alinha sua teoria com a teoria dominante do despertar parcial do cérebro: “En somme le rêve est le produit de la pensée errante, sans but et sans direction, se fixant successivement sur les souvenirs, qui ont gardé assez d’intensité pour se placer sur sa route et l’arrêter au passage, établissant entre eux un lien tantôt faible et indécis, tantôt plus fort et plus serré, selon que l’activité actuelle du cerveau est plus ou moins abolie par le sommeil.” [Ibid., 46.]

(3) Podemos situar num terceiro grupo as teorias que atribuem à mente no sonho uma capacidade de inclinação para desenvolver atividades psíquicas especiais de que, na vida de vigília, ela é total ou basicamente incapaz. A ativação dessas faculdades costuma conferir aos sonhos uma função utilitária. A maioria das opiniões do sonhar dadas pelos autores antigos no campo da psicologia enquadra-se nessa classe. Basta-me, porém, citar uma frase de Burdach (1838, 512). O sonhar, escreve ele, “é uma atividade natural da mente que não é limitada pelo poder da individualidade, não é interrompida pela consciência de si mesma e não é dirigida pela autodeterminação, mas que é a vitalidade dos centros sensoriais atuando livremente.”

Esse deleite da psique no livre emprego de suas próprias forças é evidentemente encarado por Burdach e pelos demais como uma condição em que a mente se revigora e reúne novas forças para o trabalho diurno, - na qual, de fato, ela desfruta de uma espécie de feriado. Assim, Burdach [ibid., 514] cita com aprovação as encantadoras palavras com que o poeta Novalis louva o reino dos sonhos: “Os sonhos são um escudo contra a enfadonha monotonia da vida: libertam a imaginação de seus grilhões, para que ela possa confundir todos os quadros da existência cotidiana e irromper na permanente gravidade dos adultos com o brinquedo alegre da criança. Sem sonhos, por certo envelheceríamos mais cedo; assim, podemos contemplá-los, não, talvez, como uma dádiva do céu, mas como uma recreação preciosa, como companheiros amáveis em nossa peregrinação para o túmulo.” [Heinrich

A função curativa e revigorante dos sonhos é descrita com insistência ainda maior por Purkinje (1846, 456): “Essas funções são executadas especialmente pelos sonhos produtivos. Eles são o livre curso da imaginação e não têm ligação alguma com os assuntos do dia. A mente não tem nenhum desejo de prolongar as tensões da vida de vigília; procura relaxá-las e recuperar-se delas. Produz, acima de tudo, condições contrárias às da vigília. Cura o pesar com a alegria, as preocupações com esperanças e imagens de amena descontração, o ódio com o amor e a amizade, o medo com a coragem e a previdência; mitiga a dúvida com a convicção e confiança sólida, e a vãesperança com a realização. Muitas das feridas do espírito, que são constantemente reabertas durante o dia, são curadas pelo sono, que as cobre e resguarda de novos danos. A ação curativa do tempo baseia-se parcialmente nisso.” Todos temos a sensação de que o sono exerce um efeito benéfico sobre as atividades mentais, e o obscuro funcionamento da mentalidade popular se recusa a abrir mão de sua crença de que sonhar é uma das maneiras pelas quais o sono proporciona seus benefícios.

A tentativa mais original e ampla de explicar os sonhos como uma atividade especial da mente, capaz de livre expansão apenas durante o estado de sono, foi a que empreendeu Scherner em 1861. Seu livro é escrito num estilo bombástico e extravagante e se inspira num entusiasmo quase extasiado por seu assunto, fadado a repelir quem quer que não consiga partilhar de seu fervor. Cria tantas dificuldades à análise de seu conteúdo que passamos com alívio à exposição mais clara e mais sucinta das doutrinas de Scherner fornecida pelo filósofo Volkelt. “Lampejos sugestivos de sentido emanam como relâmpagos dessas aglomerações místicas, dessas nuvens de glória e de esplendor - mas não iluminam a trilha de um filósofo.” É nesses termos que os escritos de Scherner são julgados até mesmo por seu discípulo. [Volkelt, 1875, 29.]

Scherner não é dos que acreditam que as capacidades da mente continuem irreduzidas na vida onírica. Ele próprio [nas palavras de Volkelt (ibid., 30)] mostra como o núcleo central do ego - sua energia espontânea - fica privado de sua força nervosa nos sonhos; como, em decorrência dessa descentralização, os processos de cognição, sensação, vontade e representação se vêem modificados e, como os remanescentes dessas funções psíquicas deixam de possuir um caráter verdadeiramente mental, tornando-se nada além de mecanismos. Contudo, à guisa de contraste, a atividade mental que se pode descrever como “imaginação”, liberta do domínio da razão e de qualquer controle moderador, salta para uma posição de soberania ilimitada. Embora a imaginação onírica lance mão das lembranças recentes da vigília como o material de que é construída, ela as erige como estruturas que não guardam a mais remota semelhança com as da vida de vigília; revela-se nos sonhos como possuindo não só poderes reprodutivos, mas também poderes *produtivos*. [Ibid., 31.] Suas características são o que empresta aos sonhos seus traços peculiares. Ela mostra preferência

pelo que é imoderado, exagerado e monstruoso. Mas, ao mesmo tempo, liberta dos entraves das categorias de pensamento, ela adquire maleabilidade, agilidade e versatilidade. É suscetível, da maneira mais sutil, às nuances dos sentimentos de ternura e às emoções apaixonadas, e logo incorpora nossa vida interior em imagensplásticas externas. Nos sonhos, a imaginação se vê destituída do poder da linguagem conceitual. É obrigada a retratar o que tem a dizer de forma pictórica e, como não há conceitos que exerçam uma influência atenuante, faz pleno e poderoso uso da forma pictórica. Assim, por mais clara que seja sua linguagem, ela é difusa, desajeitada e canhestra. A clareza de sua linguagem sofre, particularmente, pelo fato de ela se mostrar avessa a representar um objeto por sua imagem própria, preferindo alguma imagem estranha que expresse apenas a imagem específica dos atributos do objeto que ela busca representar. Temos aqui a “atividade simbolizadora” da imaginação (...) [Ibid., 32.] Outro ponto importantíssimo é que a imaginação onírica jamais retrata as coisas por completo, mas apenas esquematicamente e, mesmo assim, da forma mais rústica. Por essa razão, suas pinturas parecem esboços inspirados. Não se detém, contudo, ante a mera representação de um objeto, mas atende a uma exigência interna de envolver o ego onírico, em maior ou menor grau, com o objeto, assim produzindo um *evento*. Por exemplo, um sonho provocado por um estímulo visual pode representar moedas de ouro na rua; o sonhador as apanhará com prazer e as levará consigo. [Ibid., 33.]

O material com que a imaginação onírica realiza seu trabalho artístico é principalmente, de acordo com Scherner, fornecido por aqueles estímulos somáticos orgânicos que são tão obscuros durante o dia. (Ver em [1]) Assim, a hipótese extremamente fantástica formulada por Scherner e as doutrinas talvez indevidamente sóbrias de Wundt e outros fisiologistas, que são diametralmente opostas em outros aspectos, concordam inteiramente em suas teorias acerca das fontes e dos instigadores dos sonhos. Segundo a visão fisiológica, porém, a reação mental aos estímulos somáticos internos esgotasse na provocação de certas representações apropriadas aos estímulos; essas representações dão lugar a outras por vias associativas e, nesse ponto, o curso dos eventos psíquicos nos sonhos parece chegar ao fim. Segundo Scherner, por outro lado, os estímulos somáticos não fazem mais do que fornecer à mente material que ela possa utilizar para suas finalidades imaginativas. A formação dos sonhos só começa, aos olhos de Scherner, no ponto que os outros autores encaram como seu fim.

O que a imaginação onírica faz aos estímulos somáticos não pode, naturalmente, ser considerado como servindo a alguma finalidade útil. Ela os desloca de um lado para outro e retrata as fontes orgânicas de que surgiram os estímulos do sonho em causa numa espécie de simbolismo plástico. Scherner é de opinião - embora, nisso Volkelt [1875, 37] e outros se recusem a segui-lo - que a imaginação onírica tem uma forma prediletaespecífica de representar o organismo como um todo: a saber, como uma casa. Felizmente, porém, não parece restringir-se a esse método único de representação. Por outro lado, pode valer-se de toda uma fileira de casas para indicar um único órgão; por exemplo, uma rua muito longa, repleta de casas, pode representar um estímulo proveniente dos intestinos. Além disso,

partes isoladas de uma casa podem representar partes separadas do corpo; assim, num sonho causado por uma dor de cabeça, a cabeça pode ser representada pelo teto de um quarto, coberto de aranhas repelentes e semelhantes a sapos. [Ibid., 33 e seg.]

Deixando de lado esse simbolismo da casa, inúmeros outros tipos de coisas podem ser empregados para representar as partes do corpo de que surgiu o estímulo para o sonho. “Assim, o pulmão que respira será simbolicamente representado por uma fornalha flamejante, com chamas a crepitar com um som semelhante ao da passagem de ar; o coração será representado por caixas ou cestas ocas, a bexiga por objetos redondos em forma de sacos ou, mais genericamente, por objetos ocos. Um sonho causado por estímulos provenientes dos órgãos sexuais masculinos poderá fazer com que o sonhador encontre na rua a parte superior de um clarinete ou a boquilha de um cachimbo, ou ainda um pedaço de pele de animal. Aqui, o clarinete e o cachimbo representam a forma aproximada do órgão masculino, enquanto a pele representa os pêlos pubianos. No caso de um sonho sexual numa mulher, o espaço estreito em que as coxas se unem poderá ser representado por um pátio estreito cercado de casas, enquanto a vagina será simbolizada por uma trilha lisa, escorregadia e muito estreita, que atravesse o pátio, por onde a sonhadora terá que passar, talvez, para levar uma carta a um cavaleiro.” (Ibid., 34.) É de especial importância que, ao final de sonhos como esses, com um estímulo somático, a imaginação onírica muitas vezes ponha de lado seu véu, por assim dizer, revelando abertamente o órgão em causa a sua função. Assim, um sonho “com um estímulo dental” costuma terminar com a imagem do sonhador arrancando um dente de sua boca. [Ibid., 35.]

A imaginação onírica pode não apenas dirigir sua atenção para a *forma* do órgão estimulante, mas igualmente simbolizar a substância contida nesse órgão. Dessa maneira, um sonho com um estímulo intestinal pode levar o sonhador a percorrer ruas lamacentas, enquanto um sonho com um estímulo urinário talvez o conduza a um curso d'água espumante. Ou então o estímulo com tal, a natureza da excitação que ele produz, ou o objeto que ele deseja podem ser simbolicamente representados. Ou talvez o ego onírico entre as relações concretas com os símbolos de seu próprio estado; porexemplo, no caso de estímulos dolorosos, o sonhador poderá empenhar-se numa luta desesperada com cães ferozes ou touros selvagens, ou uma mulher que tenha um sonho sexual poderá ver-se perseguida por um homem nu. [Ibid., 35 e seg.] Independentemente da riqueza dos meios que emprega, a atividade simbolizadora da imaginação permanece como a força central em todos os sonhos. [Ibid., 36.] A tarefa de penetrar mais a fundo na natureza dessa imaginação e de encontrar um lugar para ela num sistema de pensamento filosófico é tentada por Volkelt nas páginas de seu livro. Mas, embora este seja bem escrito e dotado de sensibilidade, continua a ser extremamente difícil de compreender por qualquer um cuja formação anterior não o tenha preparado para uma apreensão benevolente dos construtos conceituais da filosofia.

Nenhuma função utilitária se liga à imaginação simbolizadora de Scherner. A mente se entretém, no sono, com os estímulos que incidem sobre ela. Poder-se-ia quase suspeitar que

lida com eles maliciosamente. Mas também me poderiam perguntar se meu exame pormenorizado da teoria de Scherner sobre os sonhos atende a alguma finalidade útil, já que seu caráter arbitrário e sua desobediência a todas as regras da pesquisa parecem óbvios demais. À guisa de resposta, eu poderia registrar um protesto contra a arrogância que descartaria a teoria de Scherner sem examiná-la. Sua teoria se fundamenta na impressão causada pelos sonhos num homem que os considerou com extrema atenção e que parece ter tido um grande talento pessoal para pesquisar as coisas obscuras da mente. Além disso, ela versa sobre um assunto que, por milhares de anos, tem sido considerado pela humanidade como enigmático, sem dúvida, mas também como importante em si mesmo e em suas implicações - um assunto para cuja elucidação a ciência exata, segundo ela própria admite, pouco tem contribuído, salvo por uma tentativa (em oposição direta ao sentimento popular) de negar-lhe qualquer sentido ou importância. E por fim, pode-se afirmar honestamente que, na tentativa de explicar os sonhos, não é fácil evitar ser fantasioso. As células ganglionares também podem ser fantasiosas. O trecho que citei em [1], de um pesquisador sóbrio e rigoroso como Binz, e que descreve o modo como o alvorecer do estado de vigília penetra furtivamente na massa de células adormecidas do córtex cerebral, não é menos fantasioso - nem menos improvável - do que as tentativas de Scherner de chegar a uma interpretação. Espero poder demonstrar que há por trás destas últimas um elemento de realidade, embora tenha sido apenas vagamente percebido e lhe falte o atributo de universalidade que deve caracterizar uma teoria dos sonhos. Entrementes, o contraste entre a teoria de Scherner e a teoria médica nos mostrará os extremos entre os quais as explicações da vida onírica oscilam dubiamente até os dias de hoje.

(H) AS RELAÇÕES ENTRE OS SONHOS E AS DOENÇAS MENTAIS

Ao falarmos na relação entre os sonhos e os distúrbios mentais, podemos ter três coisas em mente: (1) as conexões etiológicas e clínicas, como quando um sonho representa um estado psicótico, ou o introduz, ou é um remanescente dele; (2) as modificações a que está sujeita a vida onírica nos casos de doença mental; e (3) as ligações intrínsecas entre os sonhos e as psicoses, apontando as analogias para o fato de eles serem essencialmente afins. Essas numerosas relações entre os dois grupos de fenômenos constituíram um tema favorito entre os autores médicos de épocas anteriores e voltaram a sê-lo nos dias atuais, como demonstrado pelas bibliografias sobre o assunto coligidas por Spitta [1882, 196 e seg. e 319 e seg.], Radestock [1879, 217], Maury [1878, 124 e seg.] e Tissié [1898, 77 e seg.]. Bem recentemente, Sante de Sanctis voltou sua atenção para esse assunto.

Será suficiente, para fins de minha tese, que eu me limite apenas a tocar nesta importante questão.

Com respeito às ligações clínicas e etiológicas entre os sonhos e as psicoses, as seguintes observações podem ser representadas como amostras. Hohnbaum [1830, 124], citado por Krauss [1858, 619], relata que uma primeira irrupção de insanidade delirante muitas vezes se origina num sonho de angústia ou de terror, e que a idéia dominante está ligada ao sonho. Sante de Sanctis apresenta observações semelhantes em casos de paranóia e declara que, em algumas delas, o sonho foi a “vraie cause déterminante de la folie” A psicose, diz de Sanctis, pode surgir de um só golpe com o aparecimento do sonho operativo que traz à luz o material delirante; ou pode desenvolver-se lentamente numa série de outros sonhos, que têm ainda de superar certa dose de dúvida. Em um de seus casos, o sonho relevante foi seguido de ataques histéricos brandos e, posteriormente, de um estado de melancolia de angústia. Féré [1886] (citado por Tissié, 1898, [78]) relata um sonho que resultou numa paralisia histérica. Nesses exemplos, os sonhos são representados como a etiologia do distúrbio mental; mas faríamos igual justiça aos fatos se disséssemos que o distúrbio mental apareceu pela primeira vez na vida onírica, tendo irrompido primeiro num sonho. Em alguns outros exemplos, os sintomas patológicos estão contidos na vida onírica, ou a psicose se limita a esta. Assim, Thomayer (1897) chama a atenção para certos sonhos de angústia que ele julga deverem ser considerados como equivalentes a ataques epiléticos. Allison [1868] (citado por Radestock, 1879 [225]) descreveu uma “insanidade noturna” na qual o paciente parece inteiramente sadio durante o dia, mas, à noite, fica regularmente sujeito a alucinações, crises de excitação etc. Observações semelhantes são relatadas por de Sanctis [1899, 226] (um sonho de um paciente alcoólatra que era equivalente a uma paranóia, e que representava vozes que acusavam sua mulher de infidelidade) e por Tissié. Este (1898, [147 e segs.]) fornece copiosos exemplos recentes em que atos de natureza patológica, tais como conduta baseada em premissas delirantes e impulsos obsessivos, derivam de sonhos. Guislain [1833] descreve um caso em que o sono foi substituído por uma loucura intermitente.

Não há dúvida de que, juntamente com a psicologia dos sonhos, os médicos terão, algum dia, de voltar sua atenção para uma *psicopatologia* dos sonhos.

Nos casos de recuperação de doenças mentais, observa-se muitas vezes com bastante clareza que, embora o funcionamento seja normal durante o dia, a vida onírica ainda se acha sob a influência da psicose. Segundo Krauss (1859, 270), Gregory foi o primeiro a chamar a atenção para esse fato. Macario [1847], citado por Tissié [1898, 89], descreve como um paciente maníaco, uma semana após sua completa recuperação, ainda estava sujeito, em seus sonhos, à fuga de idéias e às paixões violentas que eram características de sua doença.

Fizeram-se até agora muito poucas pesquisas sobre as modificações que ocorrem na vida onírica durante as psicoses crônicas. Por outro lado, há muito tempo se dirigiu a atenção

para o parentesco subjacente entre os sonhos e os distúrbios mentais, exibido na ampla medida de concordância entre suas manifestações. Maury (1854, 124) conta-nos que Cabanis (1802) foi o primeiro a comentá-las e, depois dele, Lélut [1852], J. Moreau (1855) e, em particular, o filósofo Maine de Biran [1834, 111 e segs.]. Sem dúvida a comparação remonta a épocas ainda mais distantes. Radestock (1879, 217) introduz o capítulo em que trata do assunto mediante várias citações que traçam uma analogia entre os sonhos e a loucura. Kant escreve em algum ponto de sua obra [1764]: “O louco é um sonhador acordado.” Krauss (1859, 270) declara que “a insanidade é um sonho sonhado enquanto os sentidos estão despertos”. Schopenhauer [1862, 1, 246] chama os sonhos de loucura breve e a loucura de sonho longo. Hagen [1846, 812] descreve o delírio como uma vida onírica que é induzida não pelo sono, mas pela doença. Wundt [1878, 662] escreve: “Nós mesmos, de fato, podemos experimentar nos sonhos quase todos os fenômenos encontrados nos manicômios.”

Spitta (1882, 199), da mesma forma que Maury (1854), assim enumera os diferentes pontos de concordância que constituem a base dessa comparação: “(1) A autoconsciência fica suspensa ou, pelo menos, retardada, o que resulta numa falta de compreensão da natureza do estado, com a conseqüente incapacidade de sentir surpresa e com perda da consciência moral. (2) A percepção por meio dos órgãos dos sentidos se modifica, reduzindo-se nos sonhos, mas sendo, em geral, grandemente aumentada na loucura. (3) A interligação de representações ocorre exclusivamente segundo as leis de associação e reprodução; assim, as representações se enquadram automaticamente em seqüências e há uma conseqüente desproporção na relação entre as representações (exageros e ilusões). Tudo isso leva a (4) uma alteração ou, em alguns casos, uma reversão de personalidade, e, ocasionalmente, dos traços de caráter (conduta perversa).”

Radestock (1879, 219) acrescenta mais algumas características - analogias entre o *material* nos dois casos: “A maioria das alucinações e ilusões ocorre na região dos sentidos da visão e da audição, e da cenestesia. Como no caso dos sonhos, os sentidos do olfato e do paladar são os que fornecem menos elementos. - Tanto nos pacientes que sofrem de febre como nas pessoas que sonham, surgem lembranças do passado remoto; tanto as pessoas adormecidas quanto os doentes se lembram de coisas que os indivíduos despertos e sadios parecem ter esquecido.” A analogia entre os sonhos e as psicoses só é plenamente apreciada quando se constata que ela se estende aos detalhes da movimentação expressiva e às características da expressão facial.

“O homem atormentado pelo sofrimento físico e mental obtém dos sonhos o que a realidade lhe nega: saúde e felicidade. Do mesmo modo, há na doença mental imagens brilhantes de felicidade, grandiosidade, eminência e riqueza. A suposta posse de bens e a realização imaginária de desejos - cujo refreamento ou destruição realmente fornece uma base psicológica para a loucura - constituem muitas vezes o conteúdo principal do delírio.

Uma mulher que tenha perdido um filho amado experimenta as alegrias da maternidade em seu delírio; um homem que tenha perdido seu dinheiro julga-se imensamente rico; uma moça que tenha sido enganada sente que é ternamente amada.”

(Esse trecho de Radestock é, na verdade, um resumo de uma aguda observação feita por Griesinger (1861, 106), que mostra com bastante clareza que as representações nos sonhos e nas psicoses têm em comum a característica de serem *realizações de desejos*. Minhas próprias pesquisas ensinaram-me que neste fato se encontra a chave de uma teoria psicológica tanto dos sonhos quanto das psicoses.)

“A principal característica dos sonhos e da loucura reside em suas excêntricas seqüências de pensamento e sua fraqueza de julgamento.” Em ambos os estados [prosegue Radestock], encontramos uma supervalorização das realizações mentais do próprio sujeito que parece destituída de sentido ante uma visão sensata: a rápida seqüência de representações nos sonhos encontra paralelo na fuga de idéias nas psicoses. Há em ambos uma completa falta de sentido do tempo. Nos sonhos, a personalidade pode ser cindida - quando, por exemplo, os conhecimentos do próprio sonhador se dividem entre duas pessoas e quando, no sonho, o ego externo corrige o ego real. Isso corresponde precisamente à cisão da personalidade que nos é familiar na paranóia alucinatória; também o sonhador ouve seus próprios pensamentos pronunciados por vozes externas. Mesmo as idéias delirantes crônicas têm sua analogia nos sonhos patológicos estereotipados recorrentes (*le rêve obsédant*). - Não raro, depois de se recuperarem de um delírio, os pacientes dizem que todo o período de sua doença lhes parece um sonho que não foi desagradável: a rigor, às vezes nos dizem que, mesmo durante a doença, tiveram ocasionalmente a sensação de estarem apenas aprisionados num sonho - como acontece com muita freqüência nos sonhos que ocorrem durante o sono.

Depois de tudo isso, não surpreende que Radestock resuma seus pontos de vista, e os de muitos outros autores, declarando que “a loucura, um fenômeno patológico anormal, deve ser encarada como uma intensificação do estado normal periodicamente recorrente do sonhar”. (Ibid., 228.)

Krauss (1859, 270 e seg.) procurou estabelecer o que talvez seja uma ligação ainda mais íntima entre os sonhos e a loucura do que a que pode ser demonstrada por uma analogia entre essas manifestações externas. Ele vê essa ligação em sua etiologia, ou melhor, nas fontes de sua excitação. O elemento fundamental comum aos dois estados reside, segundo ele, como já vimos [em [1]], nas sensações organicamente determinadas, nas sensações derivadas de estímulos somáticos e na cenestesia que se baseia nas contribuições provenientes de todos os órgãos. (Cf. Peisse, 1857, 2, 21, citado por Maury, 1878, 52.)

A indiscutível analogia entre os sonhos e a loucura, que se estende até seus detalhes característicos, é um dos mais poderosos suportes da teoria médica da vida onírica, que

considera o sonhar como um processo inútil e perturbador e como a expressão de uma atividade reduzida da mente. Não obstante, não se deve esperar que encontremos a explicação final dos sonhos na linha dos distúrbios mentais, pois o estado insatisfatório de nossos conhecimentos acerca da origem destes últimos é genericamente reconhecido. É bem provável, pelo contrário, que uma modificação de nossa atitude perante os sonhos, ao mesmo tempo, afete nossos pontos de vista sobre o mecanismo interno dos distúrbios mentais e nos aproxime de uma explicação das psicoses enquanto nos esforçamos por lançar alguma luz sobre o mistério dos sonhos.

PÓS-ESCRITO, 1909

O fato de eu não haver estendido minha exposição sobre a literatura que trata dos problemas dos sonhos a ponto de abranger o período entre a primeira e a segunda edições deste livro exige uma justificativa. Talvez ela pareça insatisfatória ao leitor, mas, assim mesmo, foi decisiva para mim. Os motivos que me levaram a apresentar qualquer relato da forma pela qual os autores mais antigos lidaram com os sonhos esgotaram-se com a conclusão deste capítulo introdutório; prosseguir nessa tarefa ter-me-ia custado um esforço extraordinário - e o resultado teria sido muito pouco útil ou instrutivo, pois os nove anos intermediários nada trouxeram de novo ou valioso, quer em material factual, quer em opiniões que pudessem lançar luz sobre o assunto. Na maioria das publicações surgidas durante esse intervalo, meu trabalho não foi objeto de menção nem de exame. Recebeu, naturalmente, um mínimo de atenção dos que se empenham no que é descrito como “pesquisa” dos sonhos, e que assim forneceram brilhante exemplo da repugnância por aprender qualquer coisa nova que é característica dos homens de ciência. Nas irônicas palavras de Anatole France, “*les savants ne sont pas curieux*”. Se houvesse na ciência algo como o direito à retaliação, por certo eu estaria justificado, por minha parte, em desprezar a literatura editada desde a publicação deste livro. As poucas notas que apareceram sobre ele nos periódicos científicos demonstram tal *falta* de compreensão e tais *erros* na compreensão, que minha única resposta aos críticos seria sugerir que relessem o livro - ou talvez, a rigor, apenas sugerir que o lessem.

Grande número de sonhos foi publicado e analisado segundo minha orientação em trabalhos da autoria de médicos que resolveram adotar o método terapêutico psicanalítico, bem como de outros autores. Na medida em que esses textos foram além de uma simples confirmação de meus pontos de vista, incluí seus resultados no corpo de minha exposição. Acrescentei uma segunda bibliografia no fim do volume, contendo uma relação das obras mais importantes surgidas desde a primeira edição deste livro. A extensa monografia sobre os sonhos, da autoria de Sante de Sanctis (1899), cuja tradução alemã surgiu logo após seu

lançamento, foi publicada quase simultaneamente a minha *Interpretação dos Sonhos*, de modo que nem eu nem o autor italiano pudemos tecer comentários sobre as obras um do outro. Infelizmente, não pude fugir à conclusão de que seu trabalhoso volume é totalmente deficiente de idéias - tanto, de fato, que nem sequer levaria alguém a suspeitar da existência dos problemas sobre os quais discorri.

Exigem menção apenas duas publicações que se aproximam de minha própria abordagem dos problemas dos sonhos. Hermann Swoboda (1904), um jovem filósofo, empreendeu a tarefa de estender aos eventos psíquicos a descoberta de uma periodicidade biológica (em períodos de 23 e 28 dias) feita por Wilhelm Fliess [1906]. No decurso de seu trabalho altamente imaginativo, ele se esforçou por utilizar essa chave para a solução, entre outros problemas, do enigma dos sonhos. Seus resultados parecem subestimar a importância dos sonhos; o tema de um sonho, segundo seu ponto de vista, deve ser explicado como uma montagem de todas as lembranças que, na noite em que ocorre o sonho, completam um dos períodos biológicos, seja pela primeira ou pela enésima vez. Uma comunicação pessoal do autor levou-me a supor, a princípio, que ele próprio já não levava essa teoria a sério, mas essa parece ter sido uma conclusão errônea de minha parte. Numa fase posterior [ver mais adiante, em [1] e segs.], relatarei algumas observações que fiz em relação à sugestão de Swoboda, mas que não me conduziram a qualquer conclusão convincente. Fiquei mais satisfeito quando, num setor inesperado, descobri casualmente uma visão dos sonhos que coincide na íntegra com o cerne de minha própria teoria. É impossível, por motivos cronológicos, que a formulação em pauta possa ter sido influenciada por meu livro. Devo, portanto, saudá-la como o único exemplo, encontrável na literatura sobre o assunto, de um pensador independente que concorda com a essência da minha teoria dos sonhos. O livro que contém o trecho que tenho em mente sobre os sonhos surgiu em sua segunda edição, em 1900, sob o título de *Phantasien eines Realisten*, de “Lynkeus”. [Primeira edição, 1899.]

PÓS-ESCRITO, 1914

A nota justificatória precedente foi escrita em 1909. Sou forçado a admitir que, desde então, a situação se modificou; minha contribuição para a interpretação dos sonhos já não é desprezada pelos autores que escrevem sobre o assunto. O novo estado de coisas, entretanto, fez com que ficasse inteiramente fora de cogitação a idéia de ampliar meu relato anterior sobre a literatura. *A Interpretação dos Sonhos* levantou toda uma série de novas considerações e problemas que têm sido discutidos de inúmeras maneiras. Não posso apresentar uma exposição dessas obras, no entanto, antes de expor os pontos de vista de

minha própria autoria em que elas se baseiam. Assim sendo, abordei tudo o que me pareceu valioso na literatura mais recente, no lugar apropriado, ao longo da discussão que se segue.

Capítulo II - O MÉTODO DE INTERPRETAÇÃO DOS SONHOS: ANÁLISE DE UM SONHO MODELO

O título que escolhi para minha obra deixa claro quais das abordagens tradicionais do problema dos sonhos estou inclinado a seguir. O objetivo que estabeleci perante mim mesmo é demonstrar que os sonhos são passíveis de ser interpretados; e quaisquer contribuições que eu possa fazer para a solução dos problemas tratados no último capítulo só surgirão como subprodutos no decorrer da execução de minha tarefa propriamente dita. Meu pressuposto de que os sonhos podem ser interpretados coloca-me, de imediato, em oposição à teoria dominante sobre os sonhos e, de fato, a todas as teorias dos sonhos, com a única exceção da de Scherner [em [1]]; pois “interpretar” um sonho implica atribuir a ele um “sentido” - isto é, substituí-lo por algo que se ajuste à cadeia de nossos atos mentais como um elo dotado de validade e importância iguais ao restante. Como vimos, as teorias científicas dos sonhos não dão margem a nenhum problema com a interpretação dos mesmos, visto que, segundo o seu ponto de vista dessas teorias, o sonho não é absolutamente um ato mental, mas um processo somático que assinala sua ocorrência por indicações registradas no aparelho mental. A opinião leiga tem assumido uma atitude diferente ao longo dos tempos. Tem exercido seu direito inalienável de se comportar de forma incoerente; e, embora admitindo que os sonhos são ininteligíveis e absurdos, não consegue convencer-se a declarar que eles não têm importância alguma. Levada por algum sentimento obscuro, parece assumir que, a despeito de tudo, todo sonho tem um significado, embora oculto, que os sonhos se destinam a ocupar o lugar de algum outro processo de pensamento, e que para chegar a esse sentido oculto temos apenas de desfazer corretamente a substituição.

Assim, o mundo leigo se interessa, desde os tempos mais remotos, pela “interpretação” dos sonhos e, em suas tentativas de fazê-la, tem-se servido de dois métodos essencialmente diferentes.

O primeiro desses métodos considera o conteúdo do sonho como um todo e procura substituí-lo por outro conteúdo que seja inteligível e, em certos aspectos, análogo ao

original. Essa é a interpretação “*simbólica*” dos sonhos, e cai inevitavelmente por terra quando se defronta com sonhos que são não apenas inteligíveis, mas também confusos. Um exemplo desse método pode ser observado na explicação do sonho do Faraó, proposta por José na Bíblia. As sete vacas gordas seguidas pelas sete vacas magras que devoraram as gordas - tudo isso era o substituto simbólico para uma profecia de sete anos de fome nas terras do Egito, que deveriam consumir tudo o que fosse produzido nos sete anos de abundância. A maioria dos sonhos artificiais criados pelos escritores de ficção destinam-se a esse tipo de interpretação simbólica; reproduzem os pensamentos do escritor sob um disfarce que se considera como estando em harmonia com as características reconhecidas dos sonhos. A idéia de os sonhos se relacionarem principalmente com o futuro e poderem predizê-lo - um vestígio da antiga importância profética dos sonhos - fornece uma razão para se transpor o sentido do sonho, quando se chega a tal sentido por meio da interpretação simbólica, para o tempo futuro. É obviamente impossível dar instruções sobre o *método* de se chegar a uma interpretação simbólica. O êxito deve ser uma questão de se esbarrar numa idéia inteligente, uma questão de intuição direta, e por esse motivo foi possível à interpretação dos sonhos por meio do simbolismo ser exaltada numa atividade artística que depende da posse de dons peculiares.

O segundo dos dois métodos populares de interpretação dos sonhos está longe de fazer tais afirmações. Poderia ser descrito como o método da “*decifração*”, pois trata os sonhos como uma espécie de criptografia em que cada signo pode ser traduzido por outro signo de significado conhecido, de acordo com o código fixo. Suponhamos, por exemplo, que eu tenha sonhado com uma carta e também com um funeral. Se consultar um “livro dos sonhos”, verificarei que “carta” deve traduzir-se por “transtorno”, e “funeral”, por “noivado”. Resta-me então vincular as palavras-chave que assim decifrei e, mais uma vez, transpor o resultado para o tempo futuro. Uma modificação interessante do processo de decifração, que até certo ponto corrige o caráter puramente mecânico de seu método de transposição, encontra-se no livro escrito sobre a interpretação dos sonhos [*Oneirocritica*] de Artemidoro de Daldis. Esse método leva em conta não apenas o conteúdo do sonho, mas também o caráter e situação do sonhador, de modo que um mesmo elemento onírico terá, para um homem rico, um homem casado ou, digamos, um orador, um sentido diferente do que tem para um homem pobre, um homem solteiro ou um negociante. A essência do método de decifração reside, contudo, no fato de o trabalho de interpretação não ser aplicado ao sonho como um todo, mas a cada parcela independente do conteúdo do sonho, como se o sonho fosse um conglomerado geológico em que cada fragmento de rocha exigisse uma análise isolada. Não há dúvida de que a invenção do método interpretativo de decifração foi sugerida por sonhos desconexos e confusos.

Não se pode imaginar nem por um momento que qualquer dos dois métodos populares de interpretação dos sonhos possa ser empregado numa abordagem científica do assunto. O

método simbólico é restrito em sua aplicação e impossível de formular em linhas gerais. No caso do método de decifração, tudo depende da confiabilidade do “código” - o livro dos sonhos -, e quanto a isso não temos nenhuma garantia. Assim, poderíamos sentir-nos tentados a concordar com os filósofos e psiquiatras e, à semelhança deles, descartar o problema da interpretação dos sonhos como uma tarefa puramente fantasiosa.

Mas descobri que não é bem assim. Fui levado a compreender que temos aqui, mais uma vez, um daqueles casos nada incomuns em que uma antiga crença popular, ciosamente guardada, parece estar mais próxima da verdade que o julgamento da ciência vigente em nossos dias. Devo afirmar que os sonhos realmente têm um sentido e que é possível ter-se um método científico para interpretá-los.

Meu conhecimento desse método foi obtido da seguinte maneira. Tenho-me empenhado há muitos anos (com um objetivo terapêutico em vista) em deslindar certas estruturas psicopatológicas - fobias histéricas, idéias obsessivas, e assim por diante. Com efeito, tenho-o feito desde que soube, por meio de uma importante comunicação de Josef Breuer, que, no tocante a essas estruturas (que são consideradas como sintomas patológicos), sua decomposição coincide com sua solução. (Cf. Breuer e Freud, 1895.) Quando esse tipo de representação patológica pode ser rastreado até os elementos da vida mental do paciente dos quais se originou, a representação ao mesmo tempo se desarticula, e o paciente fica livre dela. Considerando a impotência de nossos outros esforços terapêuticos e a natureza enigmática desses distúrbios, senti-me tentado a seguir a trilha apontada por Breuer, apesar de todas as dificuldades, até que se chegasse a uma explicação completa. Em outra ocasião, terei de discorrer longamente sobre a forma que esse procedimento acabou por assumir e sobre os resultados de meus esforços. Foi no decorrer desses estudos psicanalíticos que me deparei com a interpretação dos sonhos. Meus pacientes assumiam o compromisso de me comunicar todas as idéias ou pensamentos que lhes ocorressem em relação a um assunto específico; entre outras coisas, narravam-me seus sonhos, e assim me ensinaram que o sonho pode ser inserido na cadeia psíquica a ser retrospectivamente rastreada na memória a partir de uma idéia patológica. Faltava então apenas um pequeno passo para se tratar o próprio sonho como um sintoma e aplicar aos sonhos o método de interpretação que fora elaborado para os sintomas. Devemos ter em mira a promoção de duas mudanças nele: um aumento da atenção que ele dispensa a suas próprias percepções psíquicas e a eliminação da crítica pela qual ele normalmente filtra os pensamentos que lhe ocorrem. Para que ele possa concentrar sua atenção na observação de si mesmo, é conveniente que ele se coloque numa atitude repousante e feche os olhos. É necessário insistir explicitamente para que renuncie a qualquer crítica aos pensamentos que perceber. Dizemos-lhe, portanto, que o êxito da psicanálise depende de ele notar e relatar o que quer que lhe venha à cabeça, e de não cair no erro, por exemplo, de suprimir uma idéia por parecer-lhe sem importância ou irrelevante, ou por lhe parecer destituída de sentido. Ele deve adotar uma atitude inteiramente imparcial

perante o que lhe ocorrer, pois é precisamente sua atitude crítica que é responsável por ele não conseguir, no curso habitual das coisas, chegar ao desejado deslindamento de seu sonho, ou de sua idéia obsessiva, ou seja lá o que for.

Tenho observado, em meu trabalho psicanalítico, que todo o estado de espírito de um homem que esteja refletindo é inteiramente diferente do de um homem que esteja observando seus próprios processos psíquicos. Na reflexão, há em funcionamento uma atividade psíquica a mais do que na mais atenta auto-observação, e isso é demonstrado, entre outras coisas, pelos olhares tensos e o cenho franzido da pessoa que esteja acompanhando suas reflexões, em contraste com a expressão repousada de um auto-observador. Em ambos os casos, a atenção deve ser concentrada, mas o homem que está refletindo exerce também sua faculdade *crítica*; isso o leva a rejeitar algumas das idéias que lhe ocorrem após percebê-las, a interromper outras abruptamente, sem seguir os fluxos de pensamento que elas lhe desvendariam, e a se comportar de tal forma em relação a mais outras que elas nunca chegam a se tornar conscientes e, por conseguinte, são suprimidas antes de serem percebidas. O auto-observador, por outro lado, só precisa dar-se o trabalho de suprimir sua faculdade crítica. Se tiver êxito nisso, virão a sua consciência inúmeras idéias que, de outro modo, ele jamais conseguiria captar. O material inédito assim obtido para sua autopercepção possibilita interpretar tanto suas idéias patológicas como suas estruturas oníricas. O que está em questão, evidentemente, é o estabelecimento de um estado psíquico que, em sua distribuição da energia psíquica (isto é, da atenção móvel), tem alguma analogia com o estado que precede o adormecimento - e, sem dúvida, também com a hipnose. Ao adormecermos, surgem “representações involuntárias”, graças ao relaxamento de certa atividade deliberada (e, sem dúvida também crítica) a que permitimos influenciar o curso de nossas representações enquanto estamos acordados. (Costumamos atribuir esse relaxamento à “fadiga”.) À medida que emergem, as representações involuntárias transformam-se em imagens visuais e acústicas. (Cf. as observações de Schleiermacher e outros, citados em [1] [e [2]].) No estado utilizado para a análise dos sonhos e das idéias patológicas, o paciente, de forma intencional e deliberada, abandona essa atividade e emprega a energia psíquica assim poupada (ou parte dela) para acompanhar com atenção os pensamentos involuntários que então emergem, e que - e nisso a situação difere da situação do adormecimento - retêm o caráter de representações. *Dessa forma, as representações “involuntárias” são transformadas em “voluntárias”.*

A adoção da atitude de espírito necessária perante idéias que parecem surgir “por livre e espontânea vontade”, bem como o abandono da função crítica que normalmente atua contra elas parecem ser difíceis de conseguir para algumas pessoas. Os “pensamentos involuntários” estão aptos a liberar uma resistência muito violenta, que procura impedir seu surgimento. A confiar no grande poeta e filósofo Friedrich Schiller, contudo, a criação poética deve exigir uma atitude exatamente semelhante. Num trecho de sua correspondência

com Körner - temos que agradecer a Otto Rank por tê-la descoberto - Schiller (escrevendo em 1º de dezembro de 1788) responde à queixa que lhe faz o amigo a respeito da produtividade insuficiente: “O fundamento de sua queixa parece-me residir na restrição imposta por sua razão a sua imaginação. Tornarei minha idéia mais concreta por meio de um símile. Parece ruim e prejudicial para o trabalho criativo da mente que a Razão proceda a um exame muito rigoroso das idéias à medida que elas vão brotando - na própria entrada, por assim dizer. Encarado isoladamente, um pensamento pode parecer muito trivial ou muito absurdo, mas pode tornar-se importante em função de outro pensamento que suceda a ele, e, em conjunto com outros pensamentos que talvez pareçam igualmente absurdos, poderá vir a formar um elo muito eficaz. A Razão não pode formar qualquer opinião sobre tudo isso, a menos que retenha o pensamento por tempo suficiente para examiná-lo em conjunto com os outros. Por outro lado, onde existe uma mente criativa, a Razão - ao que me parece - relaxa sua vigilância sobre os portais, e as idéias entram precipitadamente, e só então ela as inspeciona e examina como um grupo. - Vocês, críticos, ou como quer que se denominem, ficam envergonhados ou assustados com as mentes verdadeiramente criativas, e cuja duração maior ou menor distingue o artista pensante do sonhador. Vocês se queixam de sua improdutividade porque rejeitam cedo demais e discriminam com excessivo rigor.”

Não obstante, o que Schiller descreve como o relaxamento da vigilância nos portais da Razão, a adoção de uma atitude de auto-observação acrítica, de modo algum é difícil. A maioria de meus pacientes a consegue após as primeiras instruções. Eu mesmo o faço de forma bem completa, ajudado pela anotação de minhas idéias à medida que elas me ocorrem. O volume de energia psíquica em que é possível reduzir a atividade crítica e aumentar a intensidade de auto-observação varia de modo considerável, conforme o assunto em que se esteja tentando fixar a atenção.

Nosso primeiro passo no emprego desse método nos ensina que o que devemos tomar como objeto de nossa atenção não é o sonho como um todo, mas partes separadas de seu conteúdo. Quando digo ao paciente ainda novato: “Que é que lhe ocorre em relação a esse sonho?”, seu horizonte mental costuma transformar-se num vazio. No entanto, se colocar diante dele o sonho fracionado, ele me dará uma série de associações para cada fração, que poderiam ser descritas como os “pensamentos de fundo” dessa parte específica do sonho. Assim, o método de interpretação dos sonhos que pratico já difere, nesse primeiro aspecto importante, do popular, histórico e legendário método de interpretação por meio do simbolismo, aproximando-se do segundo método, ou método de “decifração”. Como este, ele emprega a interpretação *en détail* e não *en masse*; como este, considera os sonhos, desde o início, como tendo um caráter múltiplo, como sendo conglomerados de formações psíquicas. [Ver em [1] e [2].]

No decorrer de minhas psicanálises de neuróticos já devo ter analisado mais de mil sonhos; mas não me proponho utilizar esse material nesta introdução à técnica e à teoria da

interpretação do sonho. Além do fato de que essa alternativa estaria sujeita à objeção de que esses são sonhos de neuropatas, dos quais não se poderia extrair nenhuma inferência válida quanto aos sonhos das pessoas normais, há um outro motivo bem diferente que me impõe essa decisão. O assunto a que levam esses sonhos de meus pacientes e sempre, por certo, a história clínica subjacente a suas neuroses. Cada sonho exigiria portanto, uma longa introdução e uma investigação da natureza e dos determinantes etiológicos das psiconeuroses. Mas essas questões constituem novidades em si mesmas e são altamente desconcertantes, e desviaram a atenção do problema dos sonhos. Ao contrário, é minha intenção utilizar minha atual elucidação dos sonhos como um passo preliminar no sentido de resolver os problemas mais difíceis da psicologia das neuroses. Todavia, ao abrir mão de meu material principal, os sonhos de meus pacientes neuróticos, não devo ser muito exigente quanto ao que me resta. Tudo o que resta são tais sonhos que me foram relatados de tempos em tempos por pessoas normais de minhas relações, e outros como os que foram citados como exemplos na literatura que trata da vida onírica. Infelizmente, porém, nenhum desses sonhos é acompanhado pela análise, sem a qual não posso descobrir o sentido de um sonho. Meu método não é tão cômodo quanto o método popular de decifração, que traduz qualquer parte isolada do conteúdo do sonho por meio de um código fixo. Pelo contrário, estou pronto a constatar que o mesmo fragmento de um conteúdo pode ocultar um sentido diferente quando ocorre em várias pessoas ou em vários contextos. Assim, dá-se que sou levado aos meus próprios sonhos, que oferecem um material abundante e conveniente, oriundo de uma pessoa mais ou menos normal e relacionado com múltiplas circunstâncias da vida cotidiana. É certo que depararei com dúvidas quanto à confiabilidade desse tipo de “auto-análises”, e não de me dizer que elas deixam a porta aberta a conclusões arbitrárias. Em meu julgamento, a situação é de fato mais favorável no caso da *auto*-observação do que na observação de outras pessoas; seja como for, podemos fazer a experiência e verificar até que ponto a auto-análise nos leva na interpretação dos sonhos. Mas tenho outras dificuldades a superar, que estão dentro de mim mesmo. Há uma certa hesitação natural em revelar tantos fatos íntimos sobre nossa própria vida mental, e não pode haver qualquer garantia contra a interpretação errônea por parte dos estranhos. Mas deve ser possível vencer tais hesitações. “Tout psychologue”, escreve Delboeuf [1885], “est obligé de faire l’aveu même de ses faiblesses s’il croit par là jeter du jour sur quelque problème obscur.” E é correto presumir que também meus leitores logo verão seu interesse inicial nas indiscrições que estou fadado a cometer transformado num interessante mergulho nos problemas psicológicos sobre os quais elas lançam luz.

Por conseguinte, passarei a escolher um de meus próprios sonhos e, com base nele, demonstrarei meu método de interpretação. No caso de cada um desses sonhos, far-se-ão necessárias algumas observações à guisa de preâmbulo. - E agora devo pedir ao leitor que faça dos meus interesses os seus próprios por um período bastante longo, e que mergulhe comigo nos menores detalhes de minha vida, pois esse tipo de transferência é

obrigatoriamente exigido por nosso interesse no sentido oculto dos sonhos.

PREÂMBULO

No verão de 1895, eu vinha prestando tratamento psicanalítico a uma jovem senhora que mantinha laços muito cordiais de amizade comigo e com minha família. É fácil compreender que uma relação mista como essa pode constituir uma fonte de muitos sentimentos conturbados no médico, em particular no psicoterapeuta. Embora o interesse pessoal do médico seja maior, sua autoridade é menor; qualquer fracasso traz uma ameaça à amizade há muito estabelecida com a família do paciente. Esse tratamento terminara com êxito parcial; a paciente ficara livre de sua angústia histérica, mas não perdera todos os sintomas somáticos. Nessa ocasião, eu ainda não discernia com muita clareza quais eram os critérios indicativos de que um caso clínico de histeria estava afinal encerrado, e havia proposto à paciente uma solução que ela não parecia disposta a aceitar. Enquanto estávamos nessa discordância, interrompemos o tratamento durante as férias de verão. - Certo dia, recebi a visita de um colega mais novo na profissão, um de meus mais velhos amigos, que estivera com minha paciente, Irma, e sua família, em sua casa de campo. Perguntei-lhe como a achara e ele me respondeu: “Está melhor, mas não inteiramente boa.” Tive consciência de que as palavras de meu amigo Otto, ou o tom em que as proferiu, me aborreceram. Imaginei ter identificado nelas uma recriminação como no sentido de que eu teria prometido demais à paciente; e, com ou sem razão, atribui o suposto fato de Otto estar tomando partido contra mim à influência dos parentes de minha paciente, que, como me parecia, nunca haviam olhado o tratamento com bons olhos. Entretanto, minha impressão desagradável não me ficou clara e não externei nenhum sinal dela. Na mesma noite, redigi o caso clínico de Irma, com a idéia de entregá-lo ao Dr. M. (um amigo comum que, na época, era a principal figura de nosso círculo), a fim de me justificar. Naquela noite (ou na manhã seguinte, como é mais provável), tive o seguinte sonho, que anotei logo ao acordar.

SONHO DE 23-24 DE JULHO DE 1895

Um grande salão - numerosos convidados a quem estávamos recebendo. - Entre eles estava Irma. No mesmo instante, puxei-a de lado, como que para responder a sua carta e repreendê-la por não ter ainda aceitado minha “solução”. Disse-lhe: “Se você ainda sente dores, é realmente apenas por culpa sua.” Respondeu ela: “Ah! se o senhor pudesse imaginar as dores que sinto agora na garganta, no estômago e no abdômen... - isto está me sufocando.” - Fiquei alarmado e olhei para ela. Parecia pálida e inchada. Pensei

comigo mesmo que, afinal de contas, devia estar deixando de perceber algum distúrbio orgânico. Levei-a até a janela e examinei-lhe a garganta, e ela deu mostras de resistências, como fazem as mulheres com dentaduras postiças. Pensei comigo mesmo que realmente não havia necessidade de ela fazer aquilo. - Em seguida, ela abriu a boca como devia e, no lado direito, descobri uma grande placa branca; em outro lugar, vi extensas crostas cinza-esbranquiçadas sobre algumas notáveis estruturas recurvadas, que tinham evidentemente por modelo os ossos turbinados do nariz. - Chamei imediatamente o Dr. M., e ele repetiu o exame e o confirmou... O Dr. M. tinha uma aparência muito diferente da habitual; estava muito pálido, claudicava e tinha o queixo escanhado... Meu amigo Otto estava também agora de pé ao lado dela, e meu amigo Leopold a auscultava através do corpete e dizia: “Ela tem uma área surda bem embaixo, à esquerda.” Indicou também que parte da pele do ombro esquerdo estava infiltrada. (Notei isso, tal como ele fizera, apenas do vestido.)... M. disse: “Não há dúvida de que é uma infecção, mas não tem importância; sobrevirá uma disenteria, e a toxina será eliminada.”... Tivemos também pronta consciência da origem da infecção. Não muito antes, quando ela não estava se sentindo bem, meu amigo Otto lhe aplicara uma injeção de um preparado de propil, propilos... ácido propiônico... trimetilamina (e eu via diante de mim a fórmula desse preparado, impressa em grossos caracteres)... Injeções como essas não deveriam ser aplicadas de forma tão impensada... E, provavelmente, a seringa não estava limpa.

Esse sonho tem uma vantagem sobre muitos outros. Ficou logo claro quais os fatos do dia anterior que haviam fornecido seu ponto de partida. Meu preâmbulo torna isso evidente. A notícia que Otto me dera sobre o estado de Irma e o caso clínico que eu me empenhara em redigir até altas horas da noite haviam continuado a ocupar minha atividade mental mesmo depois de eu adormecer. Não obstante, ninguém que tivesse apenas lido o preâmbulo e o próprio conteúdo do sonho poderia ter a menor idéia do que este significava. Eu mesmo não fazia nenhuma idéia. Fiquei atônito com os sintomas de que Irma se queixou comigo no sonho, já que não eram os mesmos pelos quais eu a havia tratado. Sorri ante a idéia absurda de uma injeção de ácido propiônico e ante as reflexões consoladoras do Dr. M. Em sua parte final, o sonho me pareceu mais obscuro e condensado do que no início. Para descobrir o sentido de tudo isso, foi necessário proceder a uma análise detalhada.

ANÁLISE

O salão - numerosos convidados a quem estávamos recebendo. Passávamos aquele verão em Bellevue, numa casa que se erguia sozinha numa das colinas contíguas a Kahlenberg. A casa fora anteriormente projetada como um local de entretenimento e, por

consequente, suas salas de recepção eram inusitadamente altas e semelhantes a grandes salões. Foi em Bellevue que tive o sonho, poucos dias antes do aniversário de minha mulher. Na véspera, ela me dissera que esperava que alguns amigos, inclusive Irma, viessem visitar-nos no dia de seu aniversário. Assim, meu sonho estava prevendo essa ocasião: era aniversário de minha mulher, e diversos convidados, inclusive Irma, estavam sendo recebidos por nós no grande salão de Bellevue.

Repreendi Irma por não haver aceito minha solução; disse: “Se você ainda sente dores, a culpa é sua.” Poderia ter-lhe dito isso na vida de vigília, e talvez o tenha realmente feito. Era minha opinião, na época (embora desde então a tenha reconhecido como errada), que minha tarefa estava cumprida no momento em que eu informava ao paciente o sentido oculto de seus sintomas: não me considerava responsável por ele aceitar ou não a solução - embora fosse disso que dependia o sucesso. Devo a esse erro, que agora felizmente corrigi, o fato de minha vida ter-se tornado mais fácil numa ocasião em que, apesar de toda a minha inevitável ignorância, esperava-se que eu produzisse sucessos terapêuticos. - Notei, contudo, que as palavras que dirigi a Irma no sonho indicavam que eu estava especialmente aflito por não ser responsável pelas dores que ela ainda sentia. Se fossem culpa dela, não poderiam ser minha culpa. Seria possível que a finalidade do sonho tivesse esse sentido.

Queixa de Irma: dores na garganta, abdômen e estômago; isso a estava sufocando. As dores de estômago estavam entre os sintomas de minha paciente, mas não tinham muito destaque; ela se queixava mais de sensações de náusea e repulsa. As dores na garganta e no abdômen, assim como a constrição da garganta, quase não participavam de sua doença. Fiquei sem saber porque teria optado pela escolha desses sintomas no sonho, mas não pude pensar numa explicação no momento.

Ela parecia pálida e inchada. Minha paciente sempre tivera uma aparência corada. Comecei a desconfiar que ela estivesse substituindo outra pessoa.

Fiquei alarmado com a idéia de não haver percebido alguma doença orgânica. Isso, como bem se pode acreditar, constitui uma fonte perene de angústia para um especialista cuja clínica é quase que limitada a pacientes neuróticos e que tem o hábito de atribuir à histeria um grande número de sintomas que outros médicos tratam como orgânicos. Por outro lado, uma ligeira dúvida infiltrou-se em minha mente - vinda não sei de onde - no sentido de que meu receio não era inteiramente autêntico. Se as dores de Irma tivessem uma base orgânica, também nesse aspecto eu não poderia ser responsabilizado por sua cura; meu tratamento visava apenas a eliminar as dores *hísticas*. Ocorreu-me, de fato, que eu estava realmente *desejando* que tivesse havido um diagnóstico errado, pois, se assim fosse, a culpa por minha falta de êxito também estaria eliminada.

Levei-a até à janela para examinar-lhe a garganta. Ela mostrou alguma resistência, como fazem as mulheres com dentaduras postiças. Pensei comigo mesmo que realmente não havia necessidade de ela fazer aquilo. Eu nunca tivera nenhuma oportunidade de examinar a cavidade bucal de Irma. O que ocorreu no sonho fez-me lembrar um exame que eu efetuara algum tempo antes numa governanta: à primeira vista, ela parecera a imagem da beleza juvenil, mas, quando chegou o momento de abrir a boca, ela tomou providências para ocultar suas chapas. Isso levou a lembranças de outros médicos e de pequenos segredos revelados no decurso dos mesmos - sem que isso satisfizesse a nenhuma das partes. “*Não havia realmente necessidade de ela fazer aquilo*” tencionava, sem dúvida, em primeiro lugar, ser um cumprimento a Irma; mas desconfiei de que teria outro sentido além desse. (Quando se procede atentamente a uma análise, tem-se a sensação de haver ou não esgotado todos os pensamentos antecedentes esperáveis.) A forma pela qual Irma postou-se à janela me fez de repente recordar outra experiência. Irma tinha uma amiga íntima de quem eu fazia uma opinião muito elevada. Quando visitei essa senhora certa noite, encontrei-a perto de uma janela na situação reproduzida no sonho, e seu médico, o mesmo Dr. M., dissera que ela apresentava uma membrana diftérica. A figura do Dr. M. e a membrana reaparecem posteriormente no sonho. Ocorreu-me então que, nos últimos meses, eu tivera todos os motivos para supor que essa outra senhora também fosse histérica. Na verdade, a própria Irma me revelara involuntariamente esse fato. Que sabia eu de seu estado? Uma coisa, precisamente: que, tal como a Irma de meu sonho, ela sofria de sufocação histérica. Assim, no sonho, eu substituíra minha paciente por sua amiga. Recordei-me, então, de que muitas vezes me entretivera com a idéia de que também ela pudesse pedir-me que a aliviasse de seus sintomas. Eu próprio, contudo, julgara isso improvável, visto que ela era de natureza muito reservada. Era *resistente*, como apareceu no sonho. Outra razão era *que não havia necessidade de ela fazer aquilo*: até então, mostrara-se forte o bastante para manejar seu estado sem nenhuma ajuda externa. Restavam ainda algumas características que eu não podia atribuir nem a Irma, nem a sua amiga: *pálida; inchada; dentes postiços*. Os dentes postiços levaram-me à governanta que já mencionei; sentia-me agora inclinado a me contentar com dentes *estragados*. Pensei então numa outra pessoa à qual essas características poderiam estar aludindo. Mais uma vez, não se tratava de uma das minhas pacientes, nem eu gostaria de tê-la como tal, pois havia observado que ela ficava acanhada em minha presença e não achava que pudesse vir a ser uma paciente acessível. Era geralmente pálida, e certa vez, quando estava gozando de ótima saúde, parecera inchada. Portanto, eu estivera comparando minha paciente Irma com duas outras pessoas que também teriam sido resistentes ao tratamento. Qual poderia ter sido a razão de eu a haver trocado, no sonho, por sua amiga? Talvez fosse porque eu teria *gostado* de trocá-la: talvez sentisse mais simpatia por sua amiga, ou tivesse uma opinião mais elevada sobre a inteligência dela, pois Irma me parecera tola por não haver aceito minha solução. Sua amiga teria sido mais sensata, isto é, teria cedido mais depressa. Assim, teria aberto a boca como devia e me dito mais coisas do que Irma.

O que vi em sua garganta: uma placa branca e os ossos turbinados recobertos de crostas. A placa branca fez-me recordar a difterite e tudo mais da amiga de Irma, mas também uma doença grave de minha filha mais velha, quase dois anos antes, e o susto por que passei naqueles dias aflitivos. As crostas nos ossos turbinados fizeram-me recordar uma preocupação sobre meu próprio estado de saúde. Nessa época, eu vinha fazendo uso freqüente da cocaína para reduzir algumas incômodas inchações nasais, e ficara sabendo alguns dias antes que uma de minhas pacientes, que seguira meu exemplo, desenvolvera uma extensa necrose da membrana mucosa nasal. Eu fora o primeiro a recomendar o emprego da cocaína, em 1885, e essa recomendação trouxera sérias recriminações contra mim. O uso indevido dessa droga havia apressado a morte de um grande amigo meu. Isso ocorrera antes de 1895 [a data do sonho].

Chamei imediatamente o Dr. M., e ele repetiu o exame. Isso correspondia simplesmente à posição ocupada por M. em nosso círculo. Mas o “imediatamente” foi curioso o bastante para exigir uma explicação especial. Fez-me lembrar um evento trágico em minha clínica. Certa feita, eu havia provocado um grave estado tóxico numa paciente, receitando repetidamente o que, na época, era considerado um remédio inofensivo (sulfonal), e recorrera às pressas à assistência e ao apoio de meu colega mais experiente. Havia um detalhe adicional que confirmou a idéia de que eu tinha esse incidente em mente. Minha paciente - que sucumbiu ao veneno - tinha o mesmo nome que minha filha mais velha. Isso nunca me ocorrera antes, mas me pareceu agora quase que um ato de retaliação do destino. Era como se a substituição de uma pessoa por outra devesse prosseguir noutro sentido: esta Mathilde por aquela Mathilde, olho por olho e dente por dente. Era como se eu viesse coligindo todas as ocasiões de que podia me acusar como prova de falta de conscienciosidade médica.

O Dr. M. estava pálido, tinha o queixo bem escanhado e claudicava ao andar. Isso era verdade apenas na medida em que sua aparência doentia costumava deixar aflitos os seus amigos. As duas outras características só podiam aplicar-se a outra pessoa. Pensei em meu irmão mais velho, que mora no exterior, tem o rosto escanhado e com quem, se bem me recordo, o M. do sonho se parecia muito. Tínhamos recebido notícias, alguns dias antes, de que ele estava puxando de uma perna em virtude de uma infecção artrítica no quadril. Devia ter havido alguma razão, refleti, para que eu fundisse essas duas figuras numa só no sonho. Lembrei-me então de que tinha uma razão semelhante para estar mal-humorado com cada um deles: ambos haviam rejeitado certa sugestão que eu lhes fizera havia pouco tempo.

Meu amigo Otto estava agora de pé ao lado da paciente, e meu amigo Leopold a examinava e indicava que havia uma área surda bem abaixo, à esquerda. Meu amigo Leopold era também médico e parente de Otto. Como ambos se haviam especializado no mesmo ramo da medicina, era seu destino competirem um com o outro, e freqüentemente se traçavam comparações entre eles. Ambos haviam trabalhado como meus assistentes durante anos, quando eu ainda chefiava o departamento de neurologia para pacientes externos de um hospital infantil. Cenas como a representada no sonho muitas vezes ocorreram ali. Enquanto eu discutia o diagnóstico de um caso com Otto, Leopold examinava a criança mais uma vez e fazia alguma contribuição inesperada para nossa decisão. A diferença entre o caráter de ambos era como a existente entre o meirinho Bräsig e seu amigo Karl: um se destacava por sua rapidez, ao passo que o outro era lento, porém seguro. Se no sonho eu estabelecia um contraste entre Otto e o prudente Leopold, evidentemente o fazia em favor do segundo. A comparação era semelhante à que eu fazia entre minha desobediente paciente Irma e sua amiga, que eu considerava mais sensata do que ela. Percebia então outra das linhas ao longo das quais se ramificava a cadeia de pensamentos no sonho: da criança doente para o hospital infantil. - *A área surda bem abaixo, à esquerda* parecia-me coincidir em todos os detalhes com um caso específico em que Leopold me impressionara por sua meticulosidade. Tive também uma idéia vaga sobre algo da ordem de uma afecção metastática, mas isso também pode ter sido uma referência à paciente que eu gostaria de ter em lugar de Irma. Até onde eu pudera julgar, ela havia produzido uma imitação de tuberculose.

Uma parte da pele do ombro esquerdo estava infiltrada. Vi imediatamente que isso era o reumatismo em meu próprio ombro, que observo invariavelmente quando fico acordado até altas horas da noite. Além disso, as palavras do sonho eram muito ambíguas: “*Notei isso, tal como ele...*” Ou seja, notei-o em meu próprio corpo. Impressionou-me também o enunciado incomum: “uma parte da pele estava infiltrada”. Estamos habituados a falar em “infiltração póstero-superior esquerda”, o que se referia ao pulmão e, portanto, mais uma vez, à tuberculose.

Apesar de seu vestido. Isso, de qualquer modo, fora apenas uma interpolação. Naturalmente, costumávamos examinar as crianças no hospital despidas: e isso seria um contraste com a maneira como as pacientes adultas têm de ser examinadas. Lembrei que se dizia de um famoso clínico que ele jamais fizera um exame físico de seus pacientes a não ser através das roupas. Não consegui ver nada além disso. E francamente, não senti nenhum desejo de penetrar mais a fundo nesse ponto.

O Dr. M. disse: “É um infecção, mas não tem importância. Sobrevirá uma disenteria e a toxina será eliminada.” A princípio, isso me pareceu ridículo. Não obstante, como todo o resto, tinha de ser analisado com cuidado. Quando passei a investigar mais de perto, pareceu-me ter uma espécie de sentido, apesar de tudo. O que descobri na paciente foi uma difterite local. Lembrei-me de uma discussão, na época da doença de minha filha, sobre difterite e difteria, sendo esta a infecção geral que decorre da difterite local. Leopold indicara a presença de uma infecção geral dessa natureza a partir da existência de uma área surda, que assim poderia ser considerada como um foco metastático. Eu parecia pensar, é verdade, que essas metástases de fato não ocorrem com a difteria: aquilo me fazia pensar, ante, em piemia.

Não tem importância. Isso foi dito como consolo. Parecia ajustar-se da seguinte forma no contexto: o conteúdo da parte procedente do sonho fora que as dores de minha paciente eram decorrentes de uma grava infecção orgânica. Tive a sensação de que, dessa maneira, eu estava apenas tentando desviar a culpa de mim mesmo. O tratamento psicológico não podia ser responsabilizado pela persistência de dores diftéricas. Não obstante, experimentei uma sensação de constrangimento por ter inventado uma moléstia tão grave para Irma, apenas para me inocentar. Parecia cruel demais. Assim, precisava de uma certeza de que no fim tudo ficaria bem, e me pareceu que colocar as palavras de consolo precisamente na boca do Dr. M. não fora má escolha. Assim sendo, porém, eu estava adotando uma atitude superior em relação ao sonho, e isso, por si só exigia explicação.

E por que o consolo era tão disparatado?

Disenteria. Parecia haver alguma idéia teórica remota de que o material mórbido pode ser eliminado pelos intestinos. Seria possível que eu estivesse tentando zombar do espírito fértil do Dr. M. na produção de explicações artificiais e no estabelecimento de ligações patológicas inesperadas? Ocorreu-me então outra coisa relacionada com a disenteria. Alguns meses antes, eu aceitara o caso de um rapaz com extremas dificuldades associadas à defecação, que fora tratado por outros médicos como um caso de “anemia acompanhada de desnutrição”. Eu havia identificado o caso como histeria, mas não me sentira disposto a tentar nele meu tratamento psicoterápico e o mandara fazer uma viagem marítima. Alguns dias antes, recebera dele uma carta desesperadora, enviada do Egito, dizendo que ali tivera um novo ataque e que um médico declarara tratar-se de disenteria. Suspeitei que o diagnóstico fosse um erro, por parte de um clínico inexperiente que se deixara enganar pela

histeria. Mas não pude deixar de me recriminar por haver colocado meu paciente numa situação em que poderia ter contraído algum mal orgânico além de seu distúrbio intestinal histérico. Além disso, “disenteria” não soa muito diferente de “difteria” - palavra de mau agouro que não ocorreu no sonho.

Sim, pensei comigo mesmo, devo ter zombado do Dr. M. por meio do prognóstico consolador: “Sobreviverá uma disenteria etc.”, pois voltou a me ocorrer que, anos antes, ele próprio me contara uma história divertida de natureza semelhante sobre outro médico. O Dr. M. fora convocado por ele para dar um parecer sobre um paciente gravemente enfermo, e se sentira obrigado a salientar, em virtude da visão muito otimista assumida por seu colega, que encontrara albumina na urina do paciente. O outro, porém, não se dera absolutamente por achado: “*Não tem importância*”, dissera, “a albumina logo será eliminada!” - Não pude mais sentir nenhuma dúvida, portanto, de que essa parte do sonho expressava desprezo pelos médicos que não conhecem a histeria. E, como que para confirmar isso, outra idéia cruzou-me a mente: “Será que o Dr. M. se apercebe de que os sintomas de sua paciente (a amiga de Irma) que dão margem ao fervor da tuberculose também têm uma base histérica? Terá ele identificado essa histeria? Ou será que se deixou levar por ela?”

Mas qual poderia ser minha motivação para tratar tão mal esse meu amigo? A questão era muito simples. O Dr. M. concordava tão pouco com minha “solução” quanto a própria Irma. Assim, nesse sonho eu já me havia vingado de duas pessoas: de Irma, com as palavras “Se você ainda sente dores, a culpa é toda sua”, e do Dr. M., com o enunciado do consolo absurdo que pus em sua boca.

Tivemos pronta consciência da origem da infecção. Esse conhecimento instantâneo no sonho foi notável. Só que, pouco antes, não tínhamos tido nenhum conhecimento disso, pois a infecção só foi revelada por Leopold.

Quando ela não estava se sentindo bem, meu amigo Otto lhe aplicara uma injeção. Otto efetivamente me contara que, durante sua curta estada com a família de Irma, fora chamado a um hotel das imediações para aplicar uma injeção em alguém que de repente se sentira mal. Essas injeções me fizeram recordar mais uma vez meu infeliz amigo que se envenenara com cocaína [ver em [1]]. Eu o havia aconselhado a só usar a droga internamente [isto é, por via oral], enquanto a morfina era retirada; mas ele de imediato se aplicara *injeções* de cocaína.

Um preparado de propil... propilos... ácido propiônico. Como teria eu chegado a pensar nisso? Na noite anterior, antes de eu redigir o caso clínico e ter o sonho, minha mulher abrira uma garrafa de licor na qual aparecia a palavra “Ananas” e que fora um presente de nosso amigo Otto, pois ele tem o hábito de dar presentes em todas as ocasiões possíveis. Seria de esperar, pensei comigo mesmo, que ele algum dia encontrasse uma esposa para

curá-lo desse hábito. O licor exalava um cheiro tão acentuado de álcool amílico que me recusei a tocá-lo. Minha mulher sugeriu que déssemos a garrafa aos criados, mas eu - com prudência ainda maior - vetei a sugestão, acrescentando, com espírito filantrópico, que não havia necessidade de *eles* serem envenenados tampouco. O cheiro do álcool amílico (amil...) evidentemente avivou em minha mente a lembrança de toda a seqüência - propil, metil, e assim por diante - e isso explicava o preparado propílico no sonho. É verdade que efetuei uma substituição no processo: sonhei com propilo depois de ter cheirado amila. Mas as substituições dessa natureza talvez sejam válidas na química orgânica.

Trimetilamina. Vi a fórmula química dessa substância em meu sonho, o que testemunha um grande esforço por parte de minha memória. Além disso, a fórmula estava impressa em negrito, como se tivesse havido um desejo de dar ênfase a alguma parte do contexto como algo de importância muito especial. Para que era, então, que minha atenção deveria ser assim dirigida pela trimetilamina? Para uma conversa com um outro amigo, que há muitos anos se familiarizara com todos os meus escritos, durante a fase em que eram gerados, tal como eu me familiarizara com os dele. Na época, ele me havia confiado algumas idéias sobre a questão da química dos processos sexuais e mencionara, entre outras coisas, acreditar que um dos produtos do metabolismo sexual era a trimetilamina. Assim, essa substância me levava à sexualidade, fator ao qual eu atribuía máxima importância na origem dos distúrbios nervosos cuja cura era o meu objetivo. Minha paciente, Irma, era uma jovem viúva; se eu quisesse encontrar uma desculpa para o fracasso de meu tratamento em seu caso, aquilo a que melhor poderia recorrer era, sem dúvida, o fato de sua viuvez, que os amigos dela ficariam tão contentes em ver modificado. E de que modo quão estranho, pensei comigo, um sonho como esse se concatena! A outra mulher que eu tinha como paciente no sonho em lugar de Irma, era também uma jovem viúva.

Comecei a imaginar por que a fórmula de trimetilamina teria sido tão destacada no sonho. Numerosos assuntos importantes convergiam para aquela única palavra. A trimetilamina era uma alusão não só ao fator imensamente poderoso da sexualidade, como também a uma pessoa cuja concordância eu recordava com prazer sempre que me sentia isolado em minhas opiniões. Com certeza esse amigo, que desempenhou papel tão relevante em minha vida, deveria reaparecer em outros pontos desses fluxos de pensamentos. Sim, pois ele tinha um conhecimento especial das conseqüências das afecções do nariz e de suas cavidades acessórias, e chamara a atenção do mundo científico para algumas notáveis relações entre os ossos tribunais e os órgãos sexuais femininos. (Cf. as três estruturas recurvadas na garganta de Irma.) Eu tomara providências para que Irma fosse examinada por ele, para ver se suas dores gástricas poderiam ser de origem nasal. Mas ele próprio sofria de rinite supurativa, o que me causava angústia; e houve sem dúvida uma alusão a isso na piemia que me ocorreu vagamente em relação às metástases do sonho.

Injeções como essas não deveriam ser aplicadas de forma tão impensada. Aqui, uma acusação de irreflexão era feita diretamente contra meu amigo Otto. Pareceu-me recordar ter pensado em qualquer coisa da mesma natureza naquela tarde, quando as palavras e a expressão dele pareceram demonstrar que estava tomando partido contra mim. Fora uma idéia mais ou menos assim: “Com que facilidade os pensamentos dele são influenciados! Com que descaso ele tira conclusões apressadas!” - Independentemente disso, essa frase no sonho lembrou-me mais uma vez meu amigo morto, que com tanta pressa recorrera a injeções de cocaína. Como já tive ocasião de dizer, eu nunca havia considerado a idéia de que a droga fosse ministrada por injeções. Notei também que, ao acusar Otto de irreflexão no manuseio de substâncias químicas, eu estava mais uma vez aludindo a história da infeliz Mathilde, que dera margem à mesma acusação contra mim. Aqui, eu estava evidentemente reunindo exemplos de minha conscienciosidade, mas também do inverso.

E, provavelmente, a seringa não estava limpa. Essa era mais uma acusação contra Otto, porém derivada de uma fonte diferente. Ocorre que, na véspera, eu encontrara por acaso o filho de uma velhinha de oitenta e dois anos em que eu tinha de aplicar uma injeção de morfina duas vezes ao dia. No momento, ela se encontrava no campo e, disse-me o filho, estava sofrendo de flebite. Eu logo pensara que deveria ser uma infiltração provocada por uma seringa suja. Orgulhava-me do fato de, em dois anos, não haver causado uma única infiltração; empenhava-me constantemente em me certificar de que a seringa estava limpa. Em suma, eu era consciencioso. A flebite remeteu-me mais uma vez a minha mulher, que sofrera de trombose durante uma das vezes em que estava grávida, e então me vieram à lembrança três situações semelhantes, envolvendo minha esposa, Irma e a falecida Mathilde. A identidade dessas situações evidentemente me permitira, no sonho, substituir as três figuras entre si.

Acabo de concluir a interpretação do sonho. Enquanto a efetuava, tive certa dificuldade em manter à distância todas as idéias que estavam fadadas a ser provocadas pela comparação entre o conteúdo do sonho e os pensamentos ocultos por trás dele. Entrementes, compreendi o “sentido” do sonho. Tomei consciência de uma intenção posta em prática pelo sonho e que deveria ter sido meu motivo para sonhá-lo. O sonho realizou certos desejos provocados em mim pelos fatos da noite anterior (a notícia que me foi dada por Otto e minha redação do caso clínico.) Em outras palavras, a conclusão do sonho foi que eu não era responsável pela persistência das dores de Irma, mas sim Otto. De fato, Otto me aborrecera com suas observações sobre a cura incompleta de Irma, e o sonho me proporcionou minha vingança, devolvendo a reprimenda a ele. O sonho me eximiu da responsabilidade pelo estado de Irma, mostrando que este se devia a outros fatores - e produziu toda uma série de razões. O sonho representou um estado de coisas específico, tal como eu desejaria que fosse. *Assim, seu conteúdo foi a realização de um desejo, e seu motivo foi um desejo.*

Tudo isso saltou aos olhos. Mas, muitos dos detalhes do sonho também se tornaram inteligíveis para mim do ponto de vista da realização de desejos. Não só me vinguei de Otto por se apressar demais em seu tratamento médico (ao aplicar a injeção), como também me vinguei dele por ter-me dado o licor que tinha cheiro de álcool amílico. E, no sonho, encontrei uma expressão que ligava as duas reprimendas: a injeção era um preparado de propil. Isso não me satisfez, e levei minha vingança mais longe, estabelecendo um contraste entre ele e seu concorrente mais digno de confiança. Eu parecia estar dizendo: “Gosto mais *dele* que de *você*.” Mas Otto não foi a única pessoa a sofrer os efeitos da minha ira. Vinguei-me também de minha paciente desobediente, trocando-a por outra mais sensata e menos resistente. Também não permiti que o Dr. M. escapasse às conseqüências de sua contradição, mas lhe mostrei, por meio de uma alusão clara, que ele era um ignorante no assunto (“*Sobrevirá uma disenteria, etc.*”). Com efeito, eu parecia estar lhe voltando as costas para recorrer a alguém dotado de maiores conhecimentos (a meu amigo que me falara de trimetilamina), tal como me voltara de Irma para sua amiga e de Otto para Leopold. “Levem essa gente daqui! Em vez deles dêem-me três outros de minha escolha! Então ficarei livre dessas recriminações imerecidas!” A falta de fundamento das recriminações me foi provada no sonho de maneira extremamente complexa. *Eu* não merecia a culpa pelas dores de Irma, já que ela própria era culpada, por se recusar a aceitar minha solução. *Eu* não tinha nada a ver com as dores de Irma, já que eram de natureza orgânica e totalmente incuráveis pelo tratamento psicológico. As dores de Irma podiam ser satisfatoriamente explicadas por sua viuvez (cf. a trimetilamina), que *eu* não tinha meios de alterar. As dores de Irma tinham sido provocadas pelo fato de Otto ter-lhe aplicado, sem a devida cautela, uma injeção de uma droga inadequada - coisa que *eu* nunca teria feito. As dores de Irma eram o resultado de uma injeção com agulha suja, tal como a flebite da velhinha de quem eu cuidava - ao passo que *eu* nunca provoquei nenhum dano com minhas injeções. Notei, é verdade, que essas explicações das dores de Irma (que contribuíam para me isentar de culpa) não eram inteiramente compatíveis entre si e, a rigor, eram mutuamente excludentes. Toda a apelação - pois o sonho não passara disso - lembrava com nitidez a defesa apresentada pelo homem acusado por um de seus vizinhos de lhe haver devolvido danificada uma chaleira tomada de empréstimo. O acusado asseverou, em primeiro lugar, ter devolvido a chaleira em perfeitas condições; em segundo, que a chaleira tinha um buraco quando a tomara emprestada; e, em terceiro, que jamais pedira emprestada a chaleira a seu vizinho. Tanto melhor: se apenas uma dessas três linhas de defesa fosse aceita como válida, o homem teria de ser absolvido.

Alguns outros temas, que não estavam ligados de forma tão evidente a minha absolvição pela doença de Irma, desempenharam seu papel no sonho: a doença de minha filha e a da minha paciente do mesmo nome, o efeito prejudicial da cocaína, o distúrbio de meu paciente que se encontrava em viagem pelo Egito, minha preocupação com a saúde de minha mulher e de meu irmão e do Dr. M., meus próprios males físicos, e minha aflição por meu amigo

ausente que sofria de rinite supurativa. Mas, ao considerar todas essas coisas, vi que podiam ser todas enfeixadas num único grupo de idéias e rotuladas, por assim dizer, como “interesse por minha própria saúde e pela saúde de outras pessoas - conscienciosidade profissional.” Veio-me à mente a obscura impressão desagradável que experimentara quando Otto me trouxe a notícia do estado de Irma. Esse grupo de idéias que haviam desempenhado um papel no sonho permitiu-me, retrospectivamente, traduzir em palavras aquela impressão passageira. Era como se ele me houvesse dito: “Você não leva seus deveres médicos com a devida seriedade. Você não é consciencioso; não cumpre o que se comprometeu a fazer.” A partir daí, foi como se esse grupo de idéias se tivesse colocado a minha disposição, para que eu pudesse apresentar provas de como eu era extremamente consciencioso, da profundidade com que me interessava pela saúde de meus parentes, amigos e pacientes. Foi um fato digno de nota que esse material tenha também incluído algumas lembranças desagradáveis, que mais davam apoio à acusação de meu amigo Otto do que a minha própria defesa. O material era, como se poderia dizer, imparcial; mas, não obstante, havia uma ligação inconfundível entre esse grupo mais amplo de pensamentos subjacentes ao sonho e o tema mais restrito do sonho, que me deu margem ao desejo de ser inocentado da doença de Irma.

Não tenho a pretensão de haver desvendado por completo o sentido desse sonho, nem de que sua interpretação esteja sem lacunas. Poderia dedicar muito mais tempo a ele, tirar dele outras informações e examinar novos problemas por ele levantados. Eu próprio conheço os pontos a partir dos quais outras linhas de raciocínio poderiam ser seguidas. Mas as considerações que surgem no caso de cada um de meus próprios sonhos me impedem de prosseguir em meu trabalho interpretativo. Se alguém se vir tentado a expressar uma condenação apressada de minha reticência, recomendo-lhe que faça a experiência de ser mais franco do que eu. No momento, estou satisfeito com a obtenção dessa parcela de novos conhecimentos. Se adotarmos o método de interpretação de sonhos que aqui indiquei, verificaremos que os sonhos têm mesmo um sentido e estão longe de constituir a expressão de uma atividade fragmentária do cérebro, como têm alegado as autoridades. Quando o trabalho de interpretação se conclui, percebemos que o sonho é a realização de um desejo.

Capítulo III - O SONHO É A REALIZAÇÃO DE UM DESEJO

Quando, após passarmos por um estreito desfiladeiro, de repente emergimos num trecho de terreno elevado, onde o caminho se divide e as mais belas vistas se desdobram por todos os lados, podemos parar por um momento e considerar em que direção deveremos começar a orientar nossos passos. É esse o nosso caso, agora que ultrapassamos a primeira interpretação de um sonho. Encontramo-nos em plena luz de uma súbita descoberta. Não se devem assemelhar os sonhos aos sons desregulados que saem de um instrumento musical atingido pelo golpe de alguma força externa, e não tocado pela mão de um instrumentista (ver em [1] [2]); eles não são destituídos de sentido, não são absurdos; não implicam que uma parcela de nossa reserva de representações esteja adormecida enquanto outra começa a despertar. Pelo contrário, são fenômenos psíquicos de inteira validade - realizações de desejos; podem ser inseridos na cadeia dos atos mentais inteligíveis de vigília; são produzidos por uma atividade mental altamente complexa.

Contudo, mal começamos a nos alegrar com essa descoberta, e já somos assaltados por uma torrente de questões. Se, como nos diz a interpretação dos sonhos, um sonho representa um desejo realizado, qual a origem da notável e enigmática forma em que se expressa a realização de um desejo? Por que alteração passaram os pensamentos oníricos antes de se transformarem no sonho manifesto que recordamos ao despertar? Como se dá essa alteração? Qual a fonte do material que se modificou, transformando-se em sonho? Qual a fonte das numerosas peculiaridades que se devem observar nos pensamentos oníricos - tais como, por exemplo, o fato de poderem ser mutuamente contraditórios? (Cf. a analogia da chaleira emprestada, em [1]). Pode um sonho dizer-nos algo de novo sobre nossos processos psíquicos internos? Pode seu conteúdo corrigir opiniões que sustentamos durante o dia?

Proponho que, por ora, deixemos de lado todas essas questões e sigamos mais adiante, ao longo de um trilha específica. Aprendemos que um sonho pode representar um desejo como realizado. Nossa primeira preocupação deve ser indagar se esta é uma característica universal dos sonhos, ou se, por acaso, terá sido meramente o conteúdo do sonho específico (o sonho da injeção de Irma) que foi o primeiro a ser por nós analisado. Pois, mesmo que estejamos dispostos a constatar que todo sonho tem um sentido e um valor psíquico, deve permanecer em aberto a possibilidade de que esse sentido não seja o mesmo em todos os sonhos. Nosso primeiro sonho foi a realização de um desejo; um segundo poderia revelar-se como um temor realizado; o conteúdo de um terceiro talvez fosse uma reflexão, ao passo que um quarto poderia apenas reproduzir uma lembrança. Encontramos outros sonhos impregnados de desejo, além desse? Ou será, talvez, que não há outros sonhos senão os sonhos relativos a desejo?

É fácil provar que os sonhos muitas vezes se revelam, sem qualquer disfarce, como realizações de desejos, de modo que talvez pareça surpreendente que a linguagem dos

sonhos não tenha sido compreendida há muito tempo. Por exemplo, há um sonho que posso produzir em mim mesmo quantas vezes quiser - experimentalmente, por assim dizer. Se à noite eu comer anchovas ou azeitonas, ou qualquer outro alimento muito salgado, ficarei com sede de madrugada, e a sede me acordará. Mas meu despertar será precedido por um sonho, sempre com o mesmo conteúdo, ou seja, o de que estou bebendo. Sonho estar engolindo água em grandes goles, e ela tem delicioso sabor que nada senão uma bebida fresca pode igualar quando se está queimando de sede. Então acordo e tenho que tomar uma bebida de verdade. Esse sonho simples é ocasionado pela sede da qual me conscientizo ao acordar. A sede dá origem a um desejo de beber, e o sonho me mostra esse desejo realizado. Ao fazê-lo, ele executa uma função - que seria fácil adivinhar. Durmo bem e não costumo ser acordado por nenhuma necessidade física. Quando consigo aplacar minha sede *sonhando* que estou bebendo, não preciso despertar para saciá-la. Esse é, portanto, um sonho de conveniência. O sonhar toma o lugar da ação, como o faz muitas vezes em outras situações da vida. Infelizmente, minha necessidade de água para aplacar a sede não pode satisfazer-se num sonho da mesma forma que se satisfaz minha sede de vingança contra meu amigo Otto e o Dr. M.; mas a boa intenção está presente em ambos os casos. Não faz muito tempo, esse mesmo sonho meu exibiu algumas modificações. Eu já sentira sede antes mesmo de adormecer e esvaziara um copo d'água que estava na mesa ao lado da cama. Algumas horas depois, durante a madrugada, tive um novo ataque de sede, e isso teve resultados inconvenientes. Para me servir de água, eu teria de me levantar e apanhar o copo que estava na mesa ao lado da cama de minha esposa. Assim, tive um sonho apropriado, em que minha mulher me dava de beber de um vaso; esse vaso era uma urna cinerária etrusca que eu trouxera de uma viagem à Itália e da qual mais tarde me desfizera. Mas sua água tinha um sabor tão salgado (evidentemente por causa das cinzas da urna) que acordei. É de se notar a forma conveniente como tudo se organizava nesse sonhos. Visto que sua única finalidade era realizar um desejo, o sonho poderia ser completamente egoísta. O amor ao comodismo e à conveniência não é realmente compatível com a consideração pelas outras pessoas. A introdução da urna cinerária foi, provavelmente, outra realização de desejo. Eu lamentava que o vaso já não estivesse em meu poder - tal como o copo d'água na mesa de cabeceira de minha mulher estava fora de meu alcance. Também a urna, como suas cinzas, ajustava-se ao sabor salgado em minha boca, que já então se tornara mais forte e que eu sabia estar fadado a me acordar.

Esses sonhos de conveniência eram muito freqüentes em minha juventude. Tendo adquirido, desde quando consigo recordar, o hábito de trabalhar até altas horas da noite, sempre tive dificuldade de acordar cedo. Costumava então sonhar que me havia levantado e estava de pé ao lado do lavatório; passado algum tempo, já não conseguia disfarçar de mim mesmo o fato de que realmente ainda estava na cama, só que, nesse meio tempo, dormira um pouco mais. Um desses sonhos indolentes, expresso numa forma particularmente divertida e refinada, foi-me relatado por um jovem colega médico que parece partilhar de meu gosto pelo sono. A hospedeira de sua pensão, nas proximidades do hospital, tinha instruções rigorosas de acordá-lo na hora todas as manhãs, mas não era nada fácil cumpri-las. Certa manhã, o sonho parecia especialmente doce. A senhoria gritou através da porta: “Acorde,

Herr Pepi! São horas de ir para o hospital!” Em resposta a isso, ele sonhou que estava deitado numa cama num quarto de hospital, e que havia um cartão acima do leito onde estava escrito: “Pepi H., estudante de medicina, idade: 22 anos.” Enquanto sonhava, ele dizia a si mesmo: “Como já *estou* no hospital, não há necessidade de ir até lá” - e, virando-se para o outro lado, continuou a dormir. Desse modo, ele confessou abertamente o motivo de seu sonho.

Eis aqui outro sonho em que, mais uma vez, o estímulo produziu seu efeito durante o sono efetivo. Uma das minhas pacientes, que fora obrigada a se submeter a uma operação no maxilar, operação essa que tomara um rumo desfavorável, recebeu ordens dos médicos para usar um aparelho de resfriamento no lado do rosto, dia e noite. Logo que adormecia, porém, costumava pô-lo de lado. Um dia, depois de ela ter mais uma vez jogado o aparelho no chão, pediram-me que falasse sério com ela a esse respeito. “Dessa vez, realmente não pude evitar”, respondeu. “Foi por causa de um sonho que tive à noite. Sonhei que estava num camarote na ópera, e que estava apreciando muitíssimo o espetáculo. Mas *Herr* Karls Meyer estava na casa de saúde e se queixava amargamente de dores no maxilar. Assim, eu disse a mim mesma que, como não estava sentindo nenhuma dor, não precisava do aparelho; e joguei-o fora.” O sonho dessa pobre sofredora parece quase uma representação concreta de uma frase que às vezes se impõe às pessoas nas situações desagradáveis: “Devo dizer que eu poderia pensar em algo mais agradável do que isso.” O sonho dá uma imagem dessa coisa mais agradável. O *Herr* Karl Meyer para quem a autora do sonho transplantou suas dores era, dentre seus conhecidos, o rapaz mais insignificante que ela pôde lembrar.

A realização de desejos pode ser detectada com igual facilidade em alguns outros sonhos que colhi de pessoas normais. Um amigo meu, que conhece minha teoria dos sonhos e falou dela com sua mulher, disse-me certo dia: “Minha mulher pediu que eu lhe dissesse que ontem sonhou que estava menstruada. Você pode imaginar o que isso significa.” E eu realmente podia. O fato de essa jovem senhora ter sonhado que estava menstruada significava que suas regras não tinham vindo. Eu bem podia acreditar que ela ficaria satisfeita em continuar desfrutando um pouco mais de sua liberdade, antes de arcar com o fardo da maternidade. Foi uma maneira delicada de anunciar sua primeira gravidez. Outro amigo meu escreveu-me dizendo que, não muito tempo antes, sua mulher sonhara ter observados algumas manchas de leite na frente de seu vestido. Também esse foi um aviso de gravidez, mas não da primeira. A jovem mãe estava desejando que pudesse ter mais alimento para dar a seu segundo filho do que tivera para o primeiro.

Uma jovem mulher ficara isolada da sociedade por semanas a fio enquanto cuidava do filho durante uma doença infecciosa. Após a recuperação da criança, sonhou que estava numa festa onde, entre outros, conheceu Alphonse Daudet, Paul Bourget e Marcel Prévost; todos foram afabilíssimos com ela e muito divertidos. Todos esses autores se pareciam com

seus retratos, exceto Marcel Prévost, cuja fotografia ela jamais vira; e ele se parecia com... o funcionário da desinfecção que fumigara o quarto do doente na véspera e que fora seu primeiro visitante após tanto tempo. Assim, parece possível fornecer uma tradução completa do sonho: “Já é hora de fazer alguma coisa mais divertida do que essa perpétua assistência a doentes.”

Esses exemplos talvez bastem para mostrar que os sonhos que só podem ser compreendidos como realizações de desejos e que trazem seu sentido estampado no rosto, sem nenhum disfarce, encontram-se sob as mais freqüentes e variadas condições. Em sua maioria, são sonhos simples e curtos, que apresentam um agradável contraste com as composições confusas e exuberantes que têm predominantemente atraído a atenção das autoridades. Não obstante, será compensador determo-nos por um momento nesse sonhos simples. É de esperar que encontremos as mais simples formas de sonhos nas *crianças*, já que não há dúvida alguma que suas produções psíquicas são menos complicadas que as dos adultos. A psicologia infantil, em minha opinião, está destinada a prestar à psicologia do adulto serviços tão úteis quanto os que a investigação da estrutura ou do desenvolvimento dos animais inferiores para a pesquisa da estrutura das classes superiores de animais. Poucos esforços deliberados foram feitos até agora para se utilizar a psicologia infantil com essa finalidade.

Os sonhos das crianças pequenas são freqüentemente pura realização de desejos e são, nesse caso, muito desinteressantes se comparados com os sonhos dos adultos. Não levantam problemas para serem solucionados, mas, por outro lado, são de inestimável importância para provar que, em sua natureza essencial, os sonhos representam realizações de desejos. Pude reunir alguns exemplos desses sonhos a partir de material fornecido por meus próprio filhos.

Tenho que agradecer a uma excursão que fizemos de Ausee à encantadora aldeia de Hallstatt, no verão de 1896, por dois sonhos: um deles foi de minha filha, que contava então oito anos e meio, e o outro, de seu irmão, de cinco anos e três meses. Devo explicar, à guisa de preâmbulo, que estávamos passando o verão na encosta de uma colina perto de Ausee, de onde, quando fazia bom tempo, descortinávamos uma esplêndida vista do Dachstein. A Cabana Simony era claramente visível por telescópio. As crianças fizeram repetidas tentativas de vê-la por meio desse instrumento - não sei dizer com que grau de sucesso. Antes de nossa excursão, eu dissera às crianças que Hallstatt ficava no sopé do Dachstein. Elas aguardaram o dia com grande expectativa. De Hallstatt caminhamos até o Echerntal, que deliciou as crianças com sua sucessão de paisagens cambiantes. Uma das crianças porém, o menino de cinco anos, foi aos poucos ficando inquieto. Toda vez que divisávamos uma nova montanha, ele perguntava se era o Dachstein, e eu tinha de dizer “Não, é apenas um dos contrafortes.” Depois de ter formulado a pergunta várias vezes, ele caiu em completo silêncio, recusando-se categoricamente a subir conosco a encosta íngreme que leva à

cascata. Achei que estava cansado. Mas, na manhã seguinte, ele veio a mim com uma expressão radiante e disse: “Ontem à noite sonhei que estávamos na Cabana Simony.” Então eu o compreendi. Quando eu falara sobre o Dachstein, ele tinha esperado subir a montanha durante nossa excursão a Hallstatt e encontrar-se perto da cabana sobre a qual tanto se falara em relação ao telescópio. Mas, ao descobrir que estava sendo ludibriado com contrafortes e uma queda d’água, sentiu-se decepcionado e abatido. O sonho foi uma compensação. Tentei descobrir seus detalhes, mas eles eram escassos: “Você precisa galgar degraus durante seis horas” - o que correspondia ao que lhe haviam dito.

A mesma excursão despertou desejos também na menina de oito anos e meio - desejos que tiveram de ser satisfeitos num sonho. Tínhamos levado conosco para Hallstatt o filho de doze anos de nosso vizinho. Ele já era um galanteador de mão cheia, e havia sinais de ter granjeado a afeição da juvenzinha. Na manhã seguinte, ela me contou o seguinte sonho: “Imagine só! Sonhei que Emil fazia parte da família e chamava vocês de ‘Papai’ e ‘Mamãe’, e dormia conosco no quarto grande como os meninos. Aí, mamãe entrou e jogou um punhado de barras grandes de chocolate, embrulhadas em papel azul e verde, embaixo de nossas camas.” Os irmãos dela, que evidentemente não haviam herdado a faculdade de entender os sonhos, seguiram a orientação das autoridades e declararam que o sonho era absurdo. A própria menina defendeu pelo menos uma parte do sonho; e saber *qual* parte lança luz sobre a teoria das neuroses. “É claro que é absurdo Emil fazer parte da família; mas a parte sobre as barras de chocolate não é.” Era precisamente quanto a esse ponto que eu estava em dúvida, mas a mãe da menina deu-me então a explicação. No caminho da estação para casa, as crianças haviam parado em frente a uma máquina automática, da qual estavam habituadas a obter justamente aquele tipo de barras de chocolate, embrulhadas em brilhante papel metálico. Quiseram algumas, mas a mãe, com razão, decidira que o dia já havia realizado um número suficiente de desejos e deixara a realização desse a cargo do sonho. Eu não havia observado esse incidente. Mas a parte do sonho que fora censurada por minha filha imediatamente se tornou mais clara para mim. Eu mesmo ouvira meu bem-comportado hóspede dizer às crianças, no passeio, que esperassem até que Papai e Mamãe os alcançassem. O sonho da menina transformara esse parentesco temporário numa adoção permanente. Sua afeição ainda não podia visualizar quaisquer outras modalidades de companheirismo senão as que foram representadas no sonho, e que se baseavam em sua relação com os irmãos. Naturalmente, era impossível descobrir, sem lhe perguntar, por que as barras de chocolate foram atiradas embaixo da cama.

Um de meus amigos relatou-me um sonho muito semelhante ao do meu filho. Quem o teve foi uma menina de oito anos. O pai dessa menina saíra para uma caminhada com várias crianças até Dornbach, com a idéia de visitar a Cabana Rohrer. Como estivesse ficando tarde, porém, tinha voltado, prometendo às crianças compensar-lhes a decepção noutra oportunidade. A caminho de casa, passaram pelo marco que assinala a trilha que sobe até o Hameau. As crianças pediram então que as levassem até o Hameau; porém, mais uma vez,

pela mesma razão, tiveram de ser consoladas com a promessa de outro dia. Na manhã seguinte, a menina de oito anos dirigiu-se ao pai e disse, com expressão satisfeita: “Papai, ontem à noite sonhei que o senhor foi com a gente à Cabana Rohrer e ao Hameau.” Em sua impaciência, ela previra a realização das promessas do pai.

Eis aqui um sonho igualmente direto, provocado pela beleza dos panoramas de Ausee em outra de minhas filhas, que contava então três anos e três meses. Ela atravessara o lago pela primeira vez e, para ela, a travessia fora curta demais: quando alcançamos o ponto de desembarque, não quis sair do barco e chorou amargamente. Na manhã seguinte, disse: “Ontem de noite fui para o lago.” Esperemos que sua travessia no sonho tenha sido de uma duração mais satisfatória.

Meu filho mais velho, então com oito anos, já tinha sonhos de ver suas fantasias realizadas: sonhou que estava andando de carruagem com Aquiles e que Diomedes era o condutor. Como se pode imaginar, ele ficara excitado, na véspera, com um livro sobre as lendas da Grécia, dado a sua irmã mais velha.

Caso me seja facultado incluir na categoria dos sonhos as palavras ditas pelas crianças durante o sono, posso citar, a esta altura, um dos sonhos mais infantis de toda a minha coleção. Minha filha mais nova, então com dezenove meses de idade, tivera um ataque de vômitos certa manhã e, como conseqüência, ficara sem alimento o dia inteiro. Na madrugada seguinte a esse dia de fome, nós a ouvimos exclamar excitadamente enquanto dormia: “Anna Freud, molangos, molangos silvestes, omelete pudim!” Naquela época, Anna tinha o hábito de usar seu próprio nome para expressar a idéia de se apossar de algo. O menu incluía perfeitamente tudo o que lhe devia parecer constituir uma refeição desejável. O fato de os morangos aparecerem nele em duas variedades era uma manifestação contra os regulamentos domésticos de saúde. Baseava-se no fato, que ela sem dúvida havia observado, de sua ama ter atribuído sua indisposição a uma indigestão de morangos. Assim, ela retaliou no sonho contra esse veredicto indesejável.

Embora tenhamos em alta conta a felicidade da infância, por ser ela ainda inocente de desejos sexuais, não nos devemos esquecer da fonte fértil de decepção e renúncia, e conseqüentemente de estímulo ao sonho, que pode ser proporcionada pelas duas outras grandes pulsões vitais. Eis aqui outro exemplo disso. Meu sobrinho, com um ano e dez meses, fora encarregado de me cumprimentar por meu aniversário e de me presentear com uma cesta de cerejas, que ainda estavam fora de estação nessa época do ano. Ele parece ter achado a tarefa difícil, pois ficava repetindo “Celejas nela”, mas era impossível induzi-lo a entregar o presente. Contudo, ele encontrou um meio de compensação. Estava habituado, todas as manhãs, a contar à mãe que tinha tido um sonho com o “soldado branco” - um oficial da guarda envergando sua túnica branca, que ele um dia ficara na rua a contemplar com admiração. No dia seguinte ao sacrifício do aniversário, ele acordou com uma notícia

animadora, que só poderia ter-se originado num sonho: “Hermann comeu todas as ceijas!”

Eu mesmo não sei com que sonham os animais. Mas um provérbio, para o qual minha atenção foi despertada por um de meus alunos, alega realmente saber. “Com que”, pergunta o provérbio, “sonham os gansos?” E responde: “Com milho”. Toda a teoria de que os sonhos são realizações de desejos se acha contida nessas duas frases.

Como se vê, poderíamos ter chegado mais depressa a nossa teoria do sentido oculto dos sonhos simplesmente observando o uso lingüístico. É verdade que a linguagem comum às vezes se refere aos sonhos com desprezo. (A frase “*Träume sind Schäume*” [Os sonhos são espuma] parece destinada a apoiar a apreciação científica dos sonhos.) *Grosso modo*, porém, o uso comum trata os sonhos, acima de tudo, como abençoados realizadores de desejos. Sempre que vemos nossas expectativas ultrapassadas por um acontecimento, exclamamos em nossa alegria: “Eu nunca teria imaginado tal coisa, nem mesmo em meus sonhos mais fantásticos!”

Capítulo IV - A DISTORÇÃO NOS SONHOS

Se eu passar a afirmar que o sentido de *todos* os sonhos é a realização de um desejo, isto é, que não pode haver nenhum sonho senão os sonhos desejantes, desde já estou certo de que depararei com a mais categórica refutação a tal afirmativa.

“Não há nada de novo”, dirão, “na idéia de que alguns sonhos devam ser encarados como realizações de desejos; as autoridades assinalaram esse fato há muito tempo. Cf. Radestock (1879, 137 e seg.), Volkelt (1875, 110 e seg.), Purkinje (1846, 456), Tissié (1898, 70), Simon (1888, 42, a propósito dos sonhos de fome do Barão Trenck quando prisioneiro), e um trecho em Griesinger (1845, 89). Mas afirmar que não há outros sonhos senão os de realização de desejos constitui apenas mais uma generalização injustificável, embora felizmente fácil de refutar. Afinal de contas, ocorrem numerosos sonhos que contêm os mais penosos temas, mas nenhum sinal de qualquer realização de desejo. Eduard von Hartmann, o filósofo do pessimismo, é provavelmente quem mais se afasta da teoria da realização de desejos. Em sua *Philosophie des Unbewussten* (1890, 2, 344), escreve: ‘Quando se trata de sonhos, vemos todas as contrariedades da vida de vigília transportadas para o estado de sono; a única coisa que não encontramos é aquilo que pode, até certo ponto, reconciliar um homem culto com a vida - o prazer científico e artístico...’ Mas até mesmo observadores menos descontentes têm insistido em que a dor e o desprazer são mais comuns nos sonhos do que o prazer: por exemplo, Scholz (1893, 57), Volkelt (1875, 80) e outros. Com efeito, duas senhoras, Florence Hallam e Sarah Weed (1896, 499), chegaram realmente a dar expressão estatística, baseada num estudo de seus próprios sonhos, à preponderância do desprazer no sonho. Verificaram que 57,2% dos sonhos são ‘desagradáveis’ e apenas 28,6% decididamente ‘agradáveis’. E, afora esses sonhos, que levam para o sono as várias emoções penosas da vida, existem sonhos de angústia, em que o mais terrível de todos os sentimentos desprazerosos nos retém em suas garras até despertarmos. E as vítimas mais comuns desses sonhos de angústia são precisamente as crianças, cujos sonhos o senhor descreveu como indisfarçáveis realizações de desejos.”

De fato, parece que os sonhos de angústia tornam possível asseverar como proposição geral (baseada nos exemplos citados em meu último capítulo) que os sonhos são realizações de desejos; na verdade, eles parecem caracterizar tal proposição como um absurdo.

Não obstante, não há grande dificuldade em enfrentar essas objeções aparentemente irrefutáveis. É necessário apenas observar o fato de que minha teoria não se baseia numa consideração do conteúdo manifesto dos sonhos, mas se refere aos pensamentos que o trabalho de interpretação mostra estarem por trás dos sonhos. Devemos estabelecer um contraste entre os conteúdos *manifesto* e *latente* dos sonhos. Não há dúvida de que existem sonhos cujo conteúdo manifesto é de natureza extremamente aflitiva. Mas terá alguém tentado interpretar esses sonhos? Revelar os pensamentos latentes que se encontram por trás deles? Se não for assim, as duas objeções levantadas contra minha teoria são inconsistentes: é ainda possível que os sonhos aflitivos e os sonhos de angústia, uma vez interpretados, revelem-se como realizações de desejos.

Quando, no decorrer de um trabalho científico, deparamos com um problema de difícil solução, muitas vezes constitui uma boa medida tomar um segundo problema juntamente com o original - da mesma forma que é mais fácil quebrar duas nozes juntas do que cada uma em separado. Assim, não só nos defrontamos com a pergunta “Como podem os sonhos aflitivos e os sonhos de angústia ser realizações de desejos?”, como também nossas reflexões permitem-nos acrescentar uma segunda pergunta: “Por que é que os sonhos de conteúdo irrelevante, que mostram ser realizações de desejos, não expressam seu sentido sem disfarces?” Tomemos, por exemplo, o sonho da injeção de Irma, que abordei exaustivamente. Não foi, de modo algum, de natureza aflitiva, e a interpretação mostrou-o como exemplo marcante da realização de um desejo. Mas por que deveria ele precisar de qualquer interpretação? Por que não expressou diretamente o que queria dizer? À primeira vista, o sonho da injeção de Irma não dava nenhuma impressão de representar como realizado um desejo do sonhador. Meus leitores não terão tido tal impressão; mas nem eu a tive antes de haver efetuado a análise. Descrevamos esse comportamento dos sonhos, que tanto carece de explicação, como “o fenômeno da distorção dos sonhos”. Assim, nosso segundo problema é: qual a origem da distorção onírica?

É possível que nos ocorram de imediato diversas soluções possíveis para o problema, como por exemplo, que existe alguma incapacidade, durante o sono, para darmos expressão direta a nossos pensamentos oníricos. Mas a análise de certos sonhos nos força a adotar outra explicação para a distorção neles existente. Exemplificarei esse ponto por meio de outro sonho que tive. Mais uma vez, esse procedimento me envolverá numa multiplicidade de indiscrições, mas a elucidação minuciosa do problema compensará meu sacrifício pessoal.

PREÂMBULO. - Na primavera de 1897, soube que dois professores de nossa universidade me haviam recomendado para nomeação como *professor extraordinarius*. A notícia me surpreendeu e muito me alegrou, pois implicava o reconhecimento por dois homens eminentes, que não poderia ser atribuído a quaisquer considerações de ordem pessoal. Mas logo me preveni para não ligar ao fato nenhuma expectativa. Nos últimos anos,

o Ministério desconsiderara esse tipo de recomendações, e vários de meus colegas, que eram mais velhos do que e pelo menos se igualavam a mim em termos de mérito, em vão vinham esperando por uma nomeação. Eu não tinha motivos para crer que viesse a ter melhor sorte. Determinei-me, portanto, a encarar o futuro como resignação. Até onde eu me conhecia, não era um homem ambicioso; vinha seguindo minha profissão com êxito gratificante, mesmo sem as vantagens proporcionadas por um título. Além disso, não havia meios de eu dizer que as uvas estavam verdes ou maduras: elas pendiam alto demais sobre minha cabeça.

Certa noite, recebi a visita de um amigo - um dos homens cujo exemplo eu tomara como advertência para mim. Por um tempo considerável, ele fora candidato à promoção ao cargo de professor, categoria que, em nossa sociedade, transforma o médico num semideus para seus pacientes. Menos resignado que eu, porém, ele tinha o hábito de ir de vez em quando cumprimentar o pessoal das repartições do Ministério, com vistas a promover seus interesses. Estivera fazendo uma dessas visitas pouco antes de vir ver-me. Contou-me que, nessa ocasião, pressionara o exaltado funcionário e lhe perguntara à queima-roupa se a demora de sua nomeação não se prendia, de fato, a considerações sectárias. A resposta fora que, em vista do atual estado de coisas, sem dúvida era verdade que, no momento, Sua Excelência não estava em condições, etc. etc. “Pelo menos sei onde estou agora”, concluía meu amigo. Isso não foi novidade para mim, embora estivesse fadado a fortalecer seu sentimento de resignação, pois as mesmas considerações sectárias se aplicavam ao meu próprio caso.

Na manhã seguinte a essa visita, tive o seguinte sonho, que foi notável, entre outras coisas, por sua forma. Consistiu em dois pensamentos e duas imagens - sendo cada pensamento seguido por uma imagem. Entretanto, exporei aqui apenas a primeira metade do sonho, visto que a outra metade não tem nenhuma relação com a finalidade para a qual descrevo o sonho.

I... *Meu amigo R. era meu tio. - Eu tinha por ele um grande sentimento de afeição.*

II. *Vi seu rosto diante de mim, um tanto modificado. Era como se tivesse sido repuxado no sentido do comprimento. Uma barba amarela que o circundava destacava-se de maneira especialmente nítida.*

Seguiam-se as duas outras partes que omitirei - mais uma vez, uma idéia seguida de uma imagem.

A interpretação do sonho ocorreu da seguinte forma.

Quando, no decorrer da manhã, o sonho me veio à cabeça, ri alto e disse: “O sonho é absurdo!” Mas ele se recusava a ir embora e me seguiu o dia inteiro, até que finalmente, à

noite, comecei a me repreender: “Se um de seus pacientes que estivesse interpretando um sonho não encontrasse nada melhor para dizer do que afirmar que ela era um absurdo, você o questionaria sobre isso e suspeitaria de que o sonho tinha por trás alguma história desagradável, da qual o paciente queria evitar conscientizar-se. Pois trate-se da mesma maneira. Sua opinião de que o sonho é absurdo significa apenas que você tem uma resistência interna contra a interpretação dele. Não se deixe despistar dessa maneira.” Assim, dei início à interpretação.

“R. era meu tio.” Que poderia significar isso? Nunca tive mais do que um tio - o Tio Josef. Havia um história triste ligada a ele. Certa vez - há mais de trinta anos -, em sua ansiedade de ganhar dinheiro, ele se deixou envolver num tipo de transação que é severamente punido pela lei, e foi efetivamente castigado por isso. Meu pai, cujo cabelos se embranqueceram de tristeza em poucos dias, costumava sempre dizer que tio Josef não era um mau homem, mas apenas um tolo; essas eram suas palavras. De modo que, se meu amigo R. era meu Tio Josef, o que eu estava querendo dizer era que R. era um tolo. Difícil de acreditar e extremamente desagradável! - Mas havia o rosto que eu via no sonho, com suas feições alongadas e a barba amarela. Meu tio, de fato, tinha um rosto como aquele, alongado e emoldurado por uma bela barba loura. Meu amigo R. fora, a princípio, extremamente moreno; mas quando as pessoas de cabelos pretos começam a ficar grisalhas, elas pagam um tributo pelo esplendor de sua juventude. Fio por fio, sua barba negra começa a passar por uma desagradável mudança de cor: primeiro, para um castanho avermelhado, depois, para um castanho amarelado, e só então para um grisalho definitivo. A barba de meu amigo R. estava, naquela ocasião, passando por essa fase - e também, por coincidência, a minha própria, como eu havia observado com insatisfação. O rosto que vi no sonho era, ao mesmo tempo, o de meu amigo R. e o de meu tio. Era como uma das fotografias compostas por Galton. (Para ressaltar as semelhanças familiares, Galton costumava fotografar vários rostos na mesma chapa [1907, 6 e segs. e 221 e segs.]). Assim, não havia dúvida de que eu realmente queria dizer que meu amigo R. era um tolo - como meu Tio Josef.

Eu ainda não tinha nenhuma idéia sobre qual poderia ser a finalidade dessa comparação, contra a qual continuava a lutar. Ela não ia muito longe, afinal, já que meu tio era um criminoso, ao passo que meu amigo R. tinha um caráter sem mácula... salvo por uma multa que lhe fora imposta por ter derrubado um menino com sua bicicleta. Poderia eu ter tido esse crime em mente? Isso teria sido ridicularizar a comparação. Nesse ponto, lembrei-me de outra conversa que tivera alguns dias antes com outro colega, N., e agora que pensava nela, lembrei que fora o mesmo assunto. Eu havia encontrado N. na rua. Ele também fora recomendado para o cargo de professor. Ouvira falar da homenagem que me fora prestada e me deu seus parabéns por isso, mas eu, sem hesitar, recusei-me a aceitá-los. “Você é a última pessoa”, disse-lhe, “a fazer essa espécie de brincadeira; você sabe o quanto vale essa recomendação por sua própria experiência.” “Quem é que pode dizer?” respondeu ele - gracejando, ao que me pareceu; “havia uma coisa clara contra *mim*. Você não sabe que certa

vez uma mulher abriu um processo judicial contra mim? Nem é preciso dizer que o caso foi arquivado. Foi uma tentativa ignominiosa de chantagem, e tive a maior dificuldade em evitar que a acusadora deixasse de ser punida. Mas talvez eles estejam usando isso no Ministério como desculpa para não me nomearem. Mas *você* tem um caráter impecável.” Isso me disse quem era o criminoso e, ao mesmo tempo, mostrou-me como o sonho devia ser interpretado e qual era sua finalidade. Meu Tio Josef representava meus dois colegas que não tinham sido nomeados para o cargo de professor - um como tolo, e o outro, como criminoso. Agora, eu também compreendia por que tinham sido representados sob esse aspecto. Se a nomeação de meus amigos R. e N. tinha sido adiada por motivos “sectários”, minha própria nomeação também era duvidosa; no entanto, se eu pudesse atribuir a rejeição de meus dois amigos a outras razões, que não se aplicavam a mim, minhas esperanças permaneceriam intocadas. Fora esse o método adotado por meu sonho: ele transformara um deles, R., num tolo, e o outro, N., num criminoso, ao passo que *eu* não era uma coisa nem outra; assim, já não tínhamos mais nada em comum; eu podia me regozijar com minha nomeação para o cargo de professor e podia evitar a penosa conclusão de que o relato de R. sobre o que lhe dissera o alto funcionário devia aplicar-se igualmente a mim.

Mas senti-me obrigado a levar ainda mais longe minha interpretação do sonho; senti que ainda não havia terminado de lidar satisfatoriamente com ele. Ainda estava inquieto com a despreocupação com que degradara dois respeitados colegas para manter aberto meu próprio acesso ao cargo de professor. No entanto, a insatisfação com minha conduta havia diminuído desde que eu me apercebera do valor que se deve atribuir às expressões nos sonhos. Eu estava pronto a negar com toda veemência que realmente considerasse R. um tolo e que de fato desacreditasse da história de N. sobre a chantagem. Tampouco acreditava que Irma tivesse de fato ficado gravemente enferma por haver recebido uma injeção do preparado de propil de Otto. Em ambos os casos, o que meus sonhos haviam expressado era apenas *meu desejo de que fosse assim*. A afirmação na qual meu desejo se materializara soava menos absurda no segundo sonho do que no primeiro; este usou mais habilmente os fatos reais em sua construção, tal como uma calúnia bem engendrada do tipo que faz com que as pessoas sintam que “há qualquer coisa nisso”. Afinal, um dos professores da própria faculdade de meu amigo R. votara contra ele, e meu amigo N. me fornecera inocentemente, ele próprio, o material para minhas difamações. Não obstante, devo repetir, o sonho me parecia requerer maior elucidação.

Recordei então que havia outra parte do sonho intocada pela interpretação. Depois de me ocorrer a idéia de que R. era meu tio, eu havia experimentado um caloroso sentimento de afeição por ele no sonho. De onde vinha esse sentimento? Naturalmente, eu nunca sentira nenhuma afeição por Tio Josef. Apreciava meu amigo R. e o estimara durante muitos anos, mas, se me dirigisse a ele e expressasse meus sentimentos em termos que se aproximassem do grau de afeto que sentira no sonho, não há nenhuma dúvida de que ele teria ficado perplexo. Minha afeição por ele pareceu-me artificial e exagerada - tal como o julgamento

de suas qualidades intelectuais, que eu expressara ao fundir sua personalidade com a de meu tio, embora, *nesse* caso, o exagero tivesse corrido no sentido oposto. Mas uma nova percepção começou a despontar em mim. A afeição, no sonho, não dizia respeito ao conteúdo latente, aos pensamentos que estavam por trás do sonho; estava em contradição com eles e tinha o propósito de ocultar a verdadeira interpretação do sonho. E é provável que essa fosse precisamente sua *raison d'être*. Lembrei-me de minha resistência em proceder à interpretação, de quanto a havia odiado, e de como declarara que o sonho era puro absurdo. Meus tratamentos psicanalíticos ensinaram-me como se deve interpretar um repúdio dessa natureza: ele não tinha nenhum valor como julgamento, mas era simplesmente uma expressão de emoção. Quando minha filhinha não queria uma maçã que lhe era oferecida, afirmava que a maçã estava azeda sem havê-la provado. E, quando meus pacientes se comportavam como a menina, eu sabia que estavam preocupados com uma representação que desejavam recalcar. O mesmo se aplicava a meu sonho. Eu não queria interpretá-lo porque a interpretação encerrava algo que eu estava combatendo. Quando concluí a interpretação, entendi contra que estivera lutando - isto é, a afirmação de que R. era um tolo. A afeição que eu sentia por R. não podia provir dos pensamentos oníricos latentes, mas se originara, sem dúvida, dessa luta que eu travava. Se meu sonho estava distorcido nesse aspecto em relação a seu conteúdo latente - e distorcido pareceu oposto -, então a afeição manifesta no sonho atendera ao propósito dessa distorção. Em outras palavras, a distorção, nesse caso, mostrou ser deliberada e constituiu um meio de *dissimulação*. Meus pensamentos oníricos tinham incluído uma calúnia contra R. e, para que eu não pudesse notá-la, o que apareceu no sonho foi o oposto: um sentimento de afeição por ele.

Pareceu-me que essa seria uma descoberta de validade geral. É verdade que, como ficou demonstrado nos exemplos citados no Capítulo III, há alguns sonhos que são realizações indisfarçadas de desejos. Mas, nos casos em que a realização de desejo é irreconhecível, em que é disfarçada, deve ter havido alguma inclinação para se erguer uma defesa contra o desejo; e, graças a essa defesa, o desejo é incapaz de se expressar, a não ser de forma distorcida. Tentarei encontrar uma distorção semelhante de um ato psíquico na vida social. Onde podemos encontrar uma distorção semelhante de um ato físico na vida social? Somente quando há duas pessoas envolvidas, e uma das quais possui certo grau de poder que a segunda é obrigada a levar em consideração. Nesse caso, a segunda pessoa distorce seus atos psíquicos, ou, como se poderia dizer, dissimula. A polidez que pratico todos os dias é, numa grande medida, uma dissimulação desse tipo; e quando interpreto meus sonhos para meus leitores, sou obrigado a adotar distorções semelhantes. O poeta se queixa da necessidade dessas distorções, com as palavras:

Das Beste, was du wissen kannst, Darfst du den Buben doch nicht sagen.

Dificuldade semelhante enfrenta o autor político que tem verdades desagradáveis a dizer

aos que estão no poder. Se as apresentar sem disfarces, as autoridades reprimirão suas palavras - depois de proferidas, no caso de um pronunciamento oral, mas de antemão, caso ele pretenda fazê-lo num texto impresso. O escritor tem de estar precavido contra a censura e, por causa dela, precisa atenuar e distorcer a expressão de sua opinião. Conforme o rigor e a sensibilidade da censura, ele se vê compelido a simplesmente abster-se de certas formas de ataque ou a falar por meio de alusões em vez de referências diretas, ou tem que ocultar seu pronunciamento objetável sob algum disfarce aparentemente inocente: por exemplo, pode descrever uma contenda entre dois mandarins do Império do Meio [na China], quando as pessoas que de fato tem em mente são autoridades de seu próprio país. Quanto mais rigorosa a censura, mais amplo será o disfarce e mais engenhoso também será o meio empregado para pôr o leitor no rastro do verdadeiro sentido.

O fato de os fenômenos da censura e da distorção onírica corresponderem uns aos outros nos mínimos detalhes justifica nossa pressuposição de que sejam similarmente determinados. Podemos, portanto, supor que os sonhos recebem sua forma em cada ser humano mediante a ação de duas forças psíquicas (ou podemos descrevê-las como correntes ou sistemas) e que uma dessas forças constrói o desejo que é expresso pelo sonho, enquanto a outra exerce uma censura sobre esse desejo onírico e, pelo emprego dessa censura, acarreta forçosamente uma distorção na expressão do desejo. Resta indagar sobre a natureza do poder desfrutado por sua segunda instância, que lhe permite exercer sua censura. Quando temos em mente que os pensamentos oníricos latentes não são conscientes antes de se proceder a uma análise, ao passo que o conteúdo manifesto do sonho é conscientemente lembrado, parece plausível supor que o privilégio fruído pela segunda instância seja o de permitir que os pensamentos penetrem na consciência. Nada, ao que parece, pode atingir a consciência a partir do primeiro sistema sem passar pela segunda instância; e a segunda instância não permite que passe coisa alguma sem exercer seus direitos e fazer as modificações que julgue adequadas no pensamento que busca acesso à consciência. A propósito, isso nos permite formar um quadro bem definido da “natureza essencial” da consciência: vemos o processo de conscientização de algo como um ato psíquico específico, distinto e independente do processo de formação de uma representação ou idéia; e encaramos a consciência como um órgão sensorial que percebe dados surgidos em outros lugares. É possível demonstrar que esses pressupostos básicos são absolutamente indispensáveis à psicopatologia. Devemos, porém, adiar nossas maiores considerações sobre eles para um estágio posterior. [Ver Capítulo VII, particularmente a Seção F, em [1]]

Aceitando-se esse quadro das duas instâncias psíquicas e de sua relação com a consciência, há uma completa analogia, na vida política, com a extraordinária afeição que senti em meu sonho por meu amigo R., que foi tratado com tanto desprezo durante a interpretação do sonho. Imaginemos uma sociedade em que esteja havendo uma luta entre um

governante cioso de seu poder e uma opinião pública alerta. O povo está revoltado contra uma autoridade impopular e exige sua demissão. Mas o autocrata, para mostrar que não precisa levar em conta o desejo popular, escolhe esse momento para conferir uma alta honraria à citada autoridade, embora não haja nenhuma outra razão para fazê-lo. De maneira idêntica, minha segunda instância, que domina o acesso à consciência, distinguiu meu amigo R. com uma exibição de afeição excessiva, simplesmente porque os impulsos de desejo pertencentes ao primeiro sistema, por suas próprias razões particulares, para as quais estavam voltados naquele momento, resolveram condená-lo como um tolo.

Essas considerações talvez nos levem a achar que a interpretação dos sonhos poderá permitir-nos tirar, em relação à estrutura de nosso aparelho psíquico, as conclusões que em vão temos esperado da filosofia. Não pretendo, contudo, seguir essa linha de pensamento [adotada no Capítulo VII]; mas, tendo esclarecido a questão da distorção dos sonhos, voltarei ao problema de onde partimos. A questão levantada foi de que modo os sonhos com um conteúdo aflitivo podem decompor-se em realizações de desejos. Vemos agora que isso é possível, se a distorção do sonho tiver ocorrido e se o conteúdo penoso servir apenas para disfarçar algo que se deseja. Tendo em mente nosso pressuposto da existência de duas instâncias psíquicas, podemos ainda dizer que os sonhos aflitivos de fato encerram alguma coisa que é penosa para a *segunda* instância, mas que, ao mesmo tempo, realiza um desejo por parte da *primeira* instância. São sonhos de desejos, na medida em que todo sonho decorre da primeira instância: a relação da segunda instância com os sonhos é de natureza *defensiva*, e não *criativa*. Se nos limitássemos a considerar em que a segunda instância contribui para os sonhos, jamais conseguiríamos chegar a um entendimento deles: todas as charadas que as autoridades têm observado nos sonhos permaneceriam insolúveis.

O fato de os sonhos realmente terem um significado secreto que representa a realização de um desejo tem de ser provado novamente pela análise em cada caso específico. Escolherei, portanto, alguns sonhos com um conteúdo aflitivo e tentarei analisá-los. Alguns deles são sonhos de pacientes histéricos, que exigem extensos preâmbulos e uma incursão ocasional nos processos psíquicos característicos da histeria. Mas não posso escapar a esse agravamento das dificuldades de apresentar minha tese. [Ver em [1].]

Como já expliquei [em [1]], quando empreendo o tratamento analítico de um paciente psiconeurótico, seus sonhos são invariavelmente discutidos entre nós. No decurso dessas discussões, sou obrigado a dar-lhe todas as explicações psicológicas que permitiram a mim mesmo chegar a uma compreensão de seus sintomas. A partir daí, fico sujeito a uma crítica implacável, por certo não menos severa do que a que tenho de esperar dos membros de minha própria profissão. E meus pacientes invariavelmente contradizem minha asserção de que todos os sonhos são realizações de desejos. Eis aqui, portanto, alguns exemplos do material de sonhos apresentados contra mim como provas em contrário.

“O senhor sempre me diz”, começou uma inteligente paciente minha, “que o sonho é um desejo realizado.” Pois bem, vou lhe contar um sonho cujo tema foi exatamente o oposto - um sonho em que um de meus desejos *não* foi realizado. Como o senhor enquadra isso em sua teoria? Foi este o sonho:

“Eu queria oferecer uma ceia, mas não tinha nada em casa além de um pequeno salmão defumado. Pensei em sair e comprar alguma coisa, mas então me lembrei que era domingo à tarde e que todas as lojas estariam fechadas. Em seguida, tentei telefonar para alguns fornecedores, mas o telefone estava com defeito. Assim, tive de abandonar meu desejo de oferecer uma ceia.”

Respondi, naturalmente, que a análise era a única forma de decidir quanto ao sentido do sonho, embora admitisse que, à primeira vista, ele se afigurava sensato e coerente e parecia ser o inverso da realização de um desejo. “Mas de que material decorreu o sonho? Como sabe, a instigação de um sonho é sempre encontrada nos acontecimentos da véspera.”

ANÁLISE. - O marido de minha paciente, um açougueiro atacadista, honesto e competente, comentara com ela, na véspera, que estava ficando muito gordo e que, por isso, pretendia começar um regime de emagrecimento. Propunha-se levantar cedo, fazer exercícios físicos, ater-se a uma dieta rigorosa e, acima de tudo, não aceitar mais convites para cear. - Ela acrescentou, rindo, que o marido, no lugar onde almoçava regularmente, tratava conhecimento com um pintor que o pressionara a lhe permitir que pintasse seu retrato, pois nunca vira feições tão expressivas. O marido, contudo, replicara, à sua maneira rude, que ficava muito agradecido, mas tinha a certeza de que o pintor preferiria parte do traseiro de uma bonita garota a todo o seu rosto. Ela estava muito apaixonada pelo marido e caçoava muito dele. Ela também implorara a ele que não lhe desse nenhum caviar.

Perguntei-lhe o que significava isso, e ela explicou que há muito tempo desejava comer um sanduíche de caviar todas as manhãs, mas relutava em fazer essa despesa. Naturalmente, o marido a deixara obtê-lo imediatamente, se ela lhe tivesse pedido. Mas, ao contrário, ela lhe pedira que *não* lhe desse caviar, para poder continuar a mexer com ele por causa disso.

Essa explicação me pareceu pouco convincente. Em geral, essas razões insuficientes ocultam motivos inconfessáveis. Fazem-nos lembrar os pacientes hipnotizados de Bernheim. Quando um deles executa uma sugestão pós-hipnótica e lhe perguntam por que está agindo daquela maneira, em vez de dizer que não tem a menor idéia, ele se sente compelido a inventar alguma razão obviamente insatisfatória. O mesmo, sem dúvida, se aplicava a minha

paciente e ao caviar. Vi que ela fora obrigada a criar para si mesma um desejo não realizado na vida real, e o sonho representava essa renúncia posta em prática. Mas por que precisaria ela de um desejo não realizado?

As associações que ela apresentara até então não tinham sido suficientes para interpretar o sonho. Pressionei-a para que apresentasse outras. Após uma pausa curta, como a que corresponderia à superação de uma resistência, ela prosseguiu dizendo que, na véspera, visitara uma amiga de quem confessava ter ciúmes porque seu marido (de minha paciente) estava constantemente a elogiá-la. Felizmente, essa sua amiga é muito ossuda e magra, e o marido de minha paciente admira figuras mais cheinhas. Perguntei-lhe o que havia conversado com sua amiga magra. Naturalmente, respondeu, sobre o desejo dela de engordar um pouco. A amiga também lhe perguntara: “Quando é que você vai nos convidar para outro jantar? Os que você oferece são sempre ótimos.”

Agora o sentido do sonho estava claro, e pude dizer a minha paciente: “É como se, quando ela fez essa sugestão, a senhora tivesse dito a si mesma: ‘Pois sim! Vou convidá-la para comer em minha casa só para que você possa engordar e atrair meu marido ainda mais! Prefiro nunca mais oferecer um jantar.’ O que o sonho lhe disse foi que a senhora não podia oferecer nenhuma ceia, e assim estava realizando seu desejo de não ajudar sua amiga a ficar mais cheinha. O fato de que o que as pessoas comem nas festas as engorda lhe fora lembrado pela decisão de seu marido de não mais aceitar convites para jantar, em benefício de seu plano de emagrecer.” Só faltava agora alguma coincidência que confirmasse a solução. O salmão defumado do sonho ainda não fora explicado. “Como foi”, perguntei, “que a senhora chegou ao salmão que apareceu em seu sonho?” “Oh”, exclamou ela, “salmão defumado é o prato predileto de minha amiga!” Acontece que eu mesmo conheço a senhora em questão e posso afirmar o fato de que ela se ressentia tanto de não comer salmão quanto minha paciente de não comer caviar.

O mesmo sonho admite uma outra interpretação, mais sutil, que de fato se torna inevitável se levarmos em conta um detalhe adicional. (As duas interpretações não são mutuamente contraditórias, mas ambas cobrem o mesmo terreno; constituem um bom exemplo do fato de que os sonhos, como todas as outras estruturas psicopatológicas, têm regularmente mais de um sentido.) Minha paciente, como se pode lembrar, ao mesmo tempo que estava ocupada com seu sonho de renúncia a um desejo, também tentava efetivar um desejo renunciado (pelo sanduíche de caviar) na vida real. Sua amiga também dera expressão a um desejo - de engordar -, e não seria de surpreender que minha paciente tivesse sonhado que o desejo de sua amiga não fora realizado, pois o próprio desejo de minha paciente era que o de sua amiga (engordar) não se realizasse. Mas, em vez disso, ela sonhou que um de seus *próprios* desejos não era realizado. Portanto, o sonho adquirirá nova interpretação se supusermos que a pessoa nele indicada não era ela mesma, e sim a amiga: que ela se colocara no lugar da amiga, ou, como poderíamos dizer, que se “identificara” com a amiga. Creio que ela de fato fizera isso, e a circunstância de ter efetivado um desejo renunciado na vida real foi prova

dessa identificação.

Qual é o sentido da identificação histérica? Isso exige uma explicação um tanto extensa. A identificação é um fator altamente importante no mecanismo dos sintomas histéricos. Ela permite aos pacientes expressarem em seus sintomas não apenas suas próprias experiências, como também as de um grande número de outras pessoas: permite-lhes, por assim dizer, sofrer em nome de toda uma multidão de pessoas e desempenhar sozinhas todos os papéis de uma peça. Dirão que isso não passa da conhecida imitação histérica, da capacidade dos histéricos de imitarem quaisquer sintomas de outras pessoas que possam ter despertado sua atenção - solidariedade, por assim dizer, intensificada até o ponto da reprodução. Isso, porém, não faz mais do que indicar-nos a trilha percorrida pelo processo psíquico na imitação histérica. Essa trilha é diferente do ato mental que se processa ao longo dela. Este é um pouco mais complicado do que o quadro comum da imitação histérica; consiste na feitura inconsciente de uma inferência, como um exemplo deixará claro. Suponhamos que um médico esteja tratando de uma paciente sujeita a um tipo específico de espasmo numa enfermaria hospitalar, em meio a muitos outros pacientes. Ele não mostrará nenhuma surpresa se constatar, numa manhã, que essa forma específica de ataque histérico encontrou imitadores. Dirá apenas: “Os outros pacientes viram isso e o copiaram; é um caso de contágio psíquico.” Isso é verdade; mas o contágio psíquico ocorreu mais ou menos nos seguintes moldes: em geral, os pacientes sabem mais a respeito uns dos outros do que o médico sobre qualquer um deles; e uma vez terminada a visita do médico, eles voltam sua atenção para os companheiros. Imaginemos que essa paciente tenha tido seu ataque num determinado dia; ora, os outros descobrirão rapidamente que ele foi causado por uma carta recebida de casa, pelo reflorescimento de um romance infeliz, ou coisa semelhante. Sua solidariedade é despertada e eles fazem a seguinte inferência, embora ela não consiga penetrar na consciência: “Se uma causa como esta pode produzir um ataque assim, posso ter o mesmo tipo de ataque, já que tenho as mesmas razões para isso.” Se essa inferência fosse capaz de penetrar na consciência, é possível que desse margem a um *medo* de ter a mesma espécie de ataque. Mas, de fato, a inferência se processa numa região psíquica diferente e conseqüentemente resulta na concretização real do temido sintoma. Assim, a identificação não constitui uma simples imitação, mas uma *assimilação* baseada numa alegação etiológica semelhante; ela expressa uma semelhança e decorre de um elemento comum que permanece no inconsciente.

A identificação é empregada com mais freqüência na histeria para expressar um elemento *sexual* comum. Uma mulher histérica se identifica mais rapidamente - embora não exclusivamente - em seus sintomas com as pessoas com quem tenha tido relações sexuais, ou com as pessoas que tenham tido relações sexuais com as mesmas pessoas que ela. O uso da língua leva isso em conta, pois fala-se em duas pessoas apaixonadas como sendo “uma só”. Nas fantasias histéricas, tal como nos sonhos, é suficiente, para fins de identificação, que o sujeito tenha *pensamentos* sobre relações sexuais, sem que estas tenham necessariamente

ocorrido na realidade. Assim, a paciente cujo sonho venho discutindo estava simplesmente seguindo as normas dos processos históricos de pensamento ao expressar ciúme da amiga (que, aliás, ela própria sabia ser injustificado), ocupar seu lugar no sonho e identificar-se como ela por meio da criação de um sintoma - o desejo renunciado. O processo poderia expressar-se verbalmente da seguinte maneira: minha paciente colocou-se no lugar da amiga, no sonho, porque esta estava ocupando o lugar de minha paciente junto ao marido e porque ela (minha paciente) queria tomar o lugar da amiga no alto conceito em que o marido a tinha.

Uma contradição a minha teoria dos sonhos, produzida por outra de minhas pacientes (a mais sagaz de todas as que relatam seus sonhos), resolveu-se de maneira mais simples, porém com base no mesmo padrão, a saber, que a não-realização de um desejo significava a realização de outro. Certo dia, eu lhe estivera explicando que os sonhos são realizações de desejos. No dia seguinte, ela me trouxe um sonho em que estava viajando com a sogra até o lugar no campo onde iriam passar juntas as férias. Ora, eu sabia que ela se rebelara violentamente contra a idéia de passar o verão perto da sogra e que, poucos dias antes, conseguira evitar a temida proximidade reservando aposentos numa estação de veraneio muito distante. E agora, seu sonho desfizera a solução que ela havia desejado: não seria isso a mais contundente contradição possível de minha teoria de que, nos sonhos, os desejos são realizados? Sem dúvida; e bastou seguir a conseqüência lógica do sonho para chegar a sua interpretação. O sonho mostrou que eu estava errado. *Logo, era seu desejo que eu estivesse errado, e seu sonho mostrou esse desejo realizado.* Mas seu desejo de que eu estivesse errado, que se realizou em relação a suas férias de verão, dizia respeito, de fato, a um outro assunto mais sério. Pois, mais ou menos nessa época, eu havia inferido do material produzido em sua análise que, num período específico de sua vida, deveria ter ocorrido algo que foi relevante na determinação de sua doença. Ela contestara isso, visto não ter nenhuma lembrança de tal coisa, mas, logo depois, ficou provado que eu estava certo. Assim, seu desejo de que eu estivesse errado, que se transformou em seu sonho de passar as férias com a sogra, correspondia a um desejo bastante justificado de que os fatos de que ela não vinha conscientizando pela primeira vez nunca tivessem ocorrido.

Aventurei-me a interpretar - sem nenhuma análise, mas apenas por meio de um palpite - um pequeno episódio ocorrido com um amigo meu que freqüentara a mesma classe que eu durante todo o nosso curso secundário. Um dia, ele ouviu uma palestra que proferi perante um pequeno auditório sobre a idéia inédita de que os sonhos eram realizações de desejos. Foi para casa e sonhou que *perdera todos os seus casos* (ele era advogado), e depois me contestou nesse assunto. Fugiu à questão, dizendo-lhe que, afinal de contas, não se podem ganhar *todos* os casos. Mas pensei comigo mesmo: “Considerando que, por oito anos a fio, sentei-me no banco da frente como primeiro da classe, enquanto ele ficava ali pelo meio, ele dificilmente pode deixar de alimentar um desejo, remanescente de seus tempos de escola, de que mais dia menos dia, *eu* venha a me tornar um completo fracasso.”

Um sonho de natureza mais sombria foi também apresentado contra mim por uma paciente como objeção à teoria dos sonhos de desejo.

A paciente, um moça de pouca idade, assim começou: “Como o senhor deve estar lembrado, minha irmã só tem agora um menino - Karl; ela perdeu o filho mais velho, Otto, quando eu ainda morava com ela. Otto era meu favorito; de certa forma, eu o criei. Também gosto do menorzinho, mas, é claro, nem de longe tanto quanto gostava do que morreu. Então, ontem à noite, sonhei que *via Karl morto diante de mim. Estava deitado em seu caixãozinho, com as mãos postas e velas a seu redor - de fato, exatamente como o pequeno Otto, cuja morte foi um golpe tão forte para mim.* Agora me diga: que pode significar isso? O senhor me conhece. Será que sou uma pessoa tão má a ponto de desejar que minha irmã perca o único filho que ainda tem? Ou será que o sonho significa que eu preferiria que Karl estivesse morto, em vez de Otto, de quem eu gostava muito mais?”

Assegurei-lhe que esta última interpretação estava fora de cogitação. E, depois de refletir um pouco, pude dar-lhe a interpretação correta do sonho, posteriormente confirmada por ela. Pude fazê-lo porque estava familiarizado com toda a história prévia da autora do sonho.

Essa moça ficara órfã em tenra idade e fora criada na casa de uma irmã muito mais velha. Entre os amigos que freqüentavam a casa, havia um homem que deixou uma impressão duradoura em seu coração. Por algum tempo, pareceu que suas relações mal admitidas com ele levariam ao casamento, mas esse desenlace feliz foi reduzido a cinzas pela irmã, cujos motivos jamais foram plenamente explicados. Depois do rompimento, esse homem deixou de freqüentar a casa e, pouco depois da morte do pequeno Otto, para quem ela voltara sua afeição neste ínterim, minha paciente fixou residência própria sozinha. Não conseguiu, contudo, libertar-se de seu apego pelo amigo da irmã. Seu orgulho ordenava que o evitasse, mas ela não conseguiu transferir seu amor para nenhum dos outros admiradores que se apresentaram posteriormente. Sempre que se anunciava que o objeto de suas afeições, que era por profissão um homem de letras, ia proferir uma palestra em algum lugar, ela estava invariavelmente na platéia; e aproveitava todas as oportunidades possíveis de contemplá-lo à distância em campo neutro. Lembrei-me de que ela me dissera, na véspera, que o Professor iria a um certo concerto, e que ela pretendia ir também para ter o prazer de dar uma olhadela nele mais uma vez. Isso ocorrera na véspera do sonho, e o concerto iria realizar-se no dia em que ela o relatou a mim. Foi-me portanto fácil construir a interpretação correta, e perguntei-lhe se podia pensar em alguma coisa que tivesse acontecido após a morte do pequeno Otto. Ela respondeu de pronto: “Naturalmente; o Professor veio visitar-nos de novo depois de uma longa ausência e eu o vi mais uma vez ao lado do caixão do pequeno Otto.” Isso era exatamente o que eu esperava, e interpretei o sonho desta forma: “Se o outro menino morresse agora, aconteceria a mesma coisa. Você passaria o dia com sua irmã, e o Professor certamente viria apresentar seus pêsames, de modo que você o veria mais uma vez nas mesmas condições que na outra ocasião. O sonho significa apenas seu desejo de vê-lo mais uma vez, um desejo contra o qual você vem lutando internamente. Sei que você tem na bolsa

uma entrada para o concerto de hoje. Seu sonho foi um sonho de impaciência: antecipou em algumas horas a visão que você vai ter dele hoje.”

A fim de ocultar seu desejo, ela evidentemente escolhera uma situação em que tais desejos costumam ser suprimidos, na situação em que se está tão repleto de tristeza que não se tem nenhum pensamento amoroso. Contudo, é bem possível que, mesmo na situação real da qual o sonho foi uma réplica exata, junto ao caixão do menino mais velho a quem ela amara ainda mais, talvez ela não tenha podido suprimir seus ternos sentimentos pelo visitante que estivera ausente por tanto tempo.

Um sonho semelhante de outra paciente recebeu uma explicação diferente. Quando jovem ela se destacara por sua inteligência viva e sua disposição alegre; e essas características ainda podiam ser observadas, pelo menos nas idéias que lhe ocorriam durante o tratamento. No decorrer de um sonho um tanto longo, essa senhora imaginou ver sua única filha, de quinze anos de idade, morta “numa caixa”. Estava parcialmente inclinada a utilizar essa cena como uma objeção à teoria da realização dos desejos, embora ela própria suspeitasse de que o detalhe da “caixa” devia estar apontando para outra visão do sonho. No decorrer da análise, ela lembrou que, numa reunião na noite anterior, falara-se um pouco sobre a palavra inglesa “box” e as várias formas pelas quais se poderia traduzi-la em alemão - tais como “*Schachtel*” [“caixa”] “*Loge*” [“camarote de teatro”], *Kasten* [arca], “*Ohrfeige*” [“murro no ouvido”], e assim por diante. Outras partes do mesmo sonho nos permitiram descobrir ainda que ela havia pensado que “box”, em inglês, se relacionava mesmo com o “*Büchse*” [“receptáculo”] em alemão, e que depois fora atormentada pela lembrança de que “*Büchse*” é empregado como termo vulgar para designar os órgãos genitais femininos. Fazendo uma certa concessão aos limites de seus conhecimentos de anatomia topográfica, poder-se-ia presumir, portanto, que a criança que jazia na caixa significava um embrião no útero. Após ter sido esclarecida quanto a esse ponto, ela não mais negou que a imagem onírica correspondesse a um desejo seu. Como tantas jovens casadas, ela não ficara nada satisfeita ao engravidar, e, mais de uma vez, tinha-se permitido desejar que a criança que trazia no ventre morresse. De fato, num acesso de cólera após uma cena violenta com o marido, ela batera com os punhos cerrados no próprio corpo para atingir a criança lá dentro. Dessa forma, a criança morta era de fato a realização de um desejo, mas de um desejo que fora posto de lado quinze anos antes. Dificilmente se pode ficar admirado com o fato de um desejo realizado após uma demora tão prolongada não ser reconhecido. Muitas coisas haviam mudado nesse intervalo. [1]

Terei de voltar ao grupo de sonhos a que pertencem os dois últimos exemplos (sonhos que tratam da morte de parentes a quem o sonhador é afeiçoado) quando vier a considerar os sonhos “típicos” [em [1]]. Poderei então mostrar, mediante outros exemplos, que, apesar de seu conteúdo não desejado, todos esses sonhos devem ser interpretados como realizações de

desejos.

Devo o sonho seguinte não a um paciente, mas a um inteligente jurista de minhas relações. Ele o narrou a mim, mais uma vez, para me impedir de fazer uma generalização apressada da teoria dos sonhos de desejos. “*Sonhei*”, disse meu informante, “*que chegava a minha casa de braço dado com uma senhora. Havia uma carruagem fechada em frente à casa e um homem dirigiu-se a mim, mostrou-me suas credenciais de policial e me solicitou que o acompanhasse. Pedi-lhe que me concedesse algum tempo para pôr meus negócios em ordem. Será que o senhor acha que eu tenho um desejo de ser preso?*” - Naturalmente que não, não pude deixar de concordar. O senhor sabe por acaso sob que acusação foi preso? - “Sim, por infanticídio, creio eu.” - Infanticídio? Mas por certo o senhor sabe que esse é um crime que só pode ser praticado por uma mãe contra um recém-nascido, não sabe? - “É verdade.”² - E em que circunstâncias o senhor teve o sonho? Que aconteceu na noite anterior? - “Preferiria não lhe dizer. É um assunto delicado.” - Mesmo assim, terei de ouvi-lo; caso contrário, teremos de desistir da idéia de interpretar o sonho. - “Muito bem; então, escute. Ontem não passei a noite em casa, e sim com uma dama que significa muito para mim. Ao acordarmos pela manhã, houve outro contato entre nós, depois do qual dormi novamente e tive o sonho que lhe descrevi.” - Ela é casada? - “É.” - E o senhor não quer ter um filho com ela, não é verdade? “Ah, não; isso poderia nos denunciar.” - Então o senhor não pratica o coito normal? - “Tomo a precaução de retirar antes da ejaculação.” - Acho que posso presumir que o senhor usou esse expediente várias vezes durante a noite, e que depois de repeti-lo pela manhã sentiu-se um pouco inseguro sobre tê-lo executado com êxito. - “É possível, sem dúvida.” - Nesse caso, seu sonho foi a realização de um desejo. Tranqüilizou-o com a idéia de que o senhor não havia gerado uma criança, ou, o que dá no mesmo, que matara uma criança. Os elos intermediários são fáceis de apontar. O senhor deve estar lembrado de que, alguns dias atrás, falávamos das dificuldades do casamento, e de como é incoerente que não haja nenhuma objeção a que se pratique o coito de modo a não permitir que ocorra a fertilização, ao passo que qualquer interferência depois que o óvulo e o sêmen se unem e um feto é formado é punida como crime. Depois disso, lembramos a controvérsia medieval sobre o momento exato em que a alma penetra no feto, já que é apenas depois disso que o conceito de assassinato se torna aplicável. Sem dúvida, o senhor também conhece o tétrico poema de Lenau [“Das tote Glück”] em que o assassinato de crianças e a prevenção da natalidade são iguados. - “O curioso é que pensei em Lenau esta manhã, por mero acaso, ao que me pareceu.” - Um eco posterior de seu sonho. E agora posso mostrar-lhe outra realização incidental de desejo contida em seu sonho. O senhor chegou em casa de braços dados com a dama. Logo, estava levando-a para casa, em vez de passar a noite na casa dela, como fez na realidade. É possível que haja mais de uma razão para que a realização do desejo que constitui o cerne do sonho tenha-se disfarçado de forma tão desagradável. Talvez o senhor tenha ficado sabendo, por meu artigo sobre a etiologia da neurose de angústia [Freud, 1895b], que considero o *coitus interruptus* como um dos fatores etiológicos no desenvolvimento da angústia neurótica, não é? Seria condizente com

isso que, depois de praticar o ato sexual várias vezes dessa maneira, o senhor ficasse com um mal-estar que depois se transformaria num elemento da construção de seu sonho. Além disso, o senhor utilizou esse mal-estar para ajudar a disfarçar a realização do desejo. [Ver em [1].] A propósito, sua referência ao infanticídio não foi explicada. Como é que o senhor foi dar com esse crime especificamente feminino? - “Tenho de admitir que, alguns anos atrás, vi-me envolvido numa ocorrência desse tipo. Fui responsável pela tentativa de uma moça de evitar a consequência de uma ligação amorosa comigo por meio de um aborto. Nada tive a ver com o fato de ela pôr em prática sua intenção, mas, por muito tempo, senti-me naturalmente muito nervoso com a idéia de que a história viesse a público.” - Compreendo perfeitamente. Essa lembrança fornece uma segunda razão pela qual o senhor deve ter-se preocupado com a suspeita de que seu expediente pudesse não ter funcionado. [1]

Um jovem médico que me ouviu descrever esse sonho durante um ciclo de palestras deve ter ficado muito impressionado com ele, pois imediatamente o reproduziu, aplicando o mesmo padrão de pensamento a outro tema. Um dia antes, ele entregara sua declaração de imposto de renda, que havia preenchido com perfeita honestidade, pois tinha muito pouco a declarar. Então, sonhou que *um conhecido seu foi procurá-lo após sair de uma reunião de membros da comissão de impostos e informou-o de que, embora não se tivesse levantado qualquer objeção a nenhuma das outras declarações, a dele provocara suspeitas generalizadas e uma pesada multa lhe fora imposta*. O sonho foi uma realização precariamente disfarçada de seu desejo de ser conhecido como um médico possuidor de grande renda. Isso faz lembrar a célebre história da moça que foi aconselhada a não aceitar um certo pretendente, porque ele tinha um gênio violento e por certo iria espancá-la se se casassem. “Ah, se ele já tivesse começado a me espancar!”, respondeu ela. Seu desejo de se casar era tão intenso que estava disposta a aceitar, de quebra, essa ameaça de aborrecimento, chegando mesmo a transformá-la num desejo.

Os sonhos muito freqüentes, que parecem contradizer minha teoria, por terem como tema a frustração de um desejo ou a ocorrência de algo claramente indesejado, podem ser reunidos sob o título de “sonhos com o oposto do desejo”. Se esses sonhos forem considerados como um todo, parece-me possível buscar sua origem em dois princípios; ainda não mencionei um deles, embora desempenhe um papel relevante não apenas nos sonhos das pessoas, como também em suas vidas. Uma das duas forças propulsoras que levam a esses sonhos é o desejo de que eu esteja errado. Tais sonhos aparecem regularmente no curso de meus tratamentos, quando um paciente se encontra num estado de resistência a mim; e posso contar como quase certo provocar um deles depois de explicar a um paciente, pela primeira vez, minha teoria de que os sonhos são realizações de desejos. A rigor, é de se esperar que a mesma coisa aconteça com alguns dos leitores frustrados num sonho, caso seu desejo de que eu esteja errado possa se realizar.

Esse mesmo ponto é ilustrado por um último sonho dessa natureza que citarei aqui, obtido de uma paciente em tratamento. Foi o sonho de uma moça que tivera êxito em sua luta para continuar seu tratamento comigo, contrariando a vontade dos parentes e dos especialistas cujas opiniões tinham sido consultadas. *Sonhou que seus familiares a haviam proibido de continuar a me consultar. Lembrou-me então a promessa que eu lhe fizera de, se necessário, continuar o tratamento sem honorários. A isso, respondi: “Não posso fazer nenhuma concessão em questões de dinheiro.”* É preciso admitir que não foi fácil identificar a realização de desejo nesse exemplo. Mas, em todos esses casos, descobre-se um segundo enigma cuja solução ajuda a desvendar o primeiro. Qual a origem das palavras que ela pôs em minha boca? Naturalmente, eu não lhe dissera nada semelhante, mas um de seus irmãos - o que maior influência exercia sobre ela - tivera a gentileza de me atribuir esse sentimento. O sonho, portanto, pretendia provar que o irmão dela estava certo. E não era apenas em seus sonhos que ela insistia em que ele tinha razão; a mesma idéia dominava toda a sua vida e era o motivo de sua doença.

Um sonho que parece à primeira vista trazer dificuldades especiais para a teoria da realização de desejos foi sonhado e interpretado por um médico, e relatado por August Stärcke (1911): *“Vi em meu dedo indicador esquerdo o primeiro indício [Primäraffekt] de sífilis na falange terminal.”* A consideração de que, independentemente do conteúdo indesejado do sonho, ele parece claro e coerente, poderia dissuadir-nos de analisá-lo. No entanto, se estivermos dispostos a enfrentar o trabalho envolvido, descobriremos que *“Primäraffekt”* era equivalente a uma *“prima affectio”* (um primeiro amor), e que a úlcera repelente veio a representar, para citar as palavras de Stärcke, *“realizações de desejos com uma alta carga emocional”*.

O segundo motivo para os sonhos com o oposto do desejo é tão óbvio que é fácil deixá-lo passar despercebido, como eu mesmo fiz por tempo considerável. Há um componente masoquista na constituição sexual de muitas pessoas, que decorre da inversão de um componente agressivo e sádico em seu oposto. Aqueles que encontram prazer não na infligência de dor *física* a eles, mas na humilhação e na tortura mental, podem ser descritos como *“masoquistas mentais”*. Percebe-se de imediato que essas pessoas podem ter sonhos com o oposto do desejo e sonhos desprazerosos que são, ainda assim, realizações de desejos, pois satisfazem suas inclinações masoquistas. Citarei um desses sonhos, produzido por um rapaz que, em sua meninice, havia atormentado imensamente seu irmão mais velho, por quem tinha um apego homossexual. Tendo seu caráter passado por uma modificação fundamental, ele teve o seguinte sonho, dividido em três partes: *I. Seu irmão mais velho estava mexendo com ele. II. Dois homens se acariciavam com um objetivo homossexual. III. Seu irmão vendera o negócio cujo diretor ele próprio aspirava tornar-se.* Ele despertou deste último sonho com sentimentos extremamente aflitivos. Não obstante, tratava-se de um sonho masoquista de desejo e poderia ser traduzido assim: *“Seria bem feito para*

mim se meu irmão me confrontasse com essa venda, como punição por todos os tormentos que ele teve de aturar de mim.”

Espero que os exemplos anteriores sejam suficientes (até que se levante a próxima objeção) para fazer com que pareça plausível que mesmo os sonhos de conteúdo aflitivo devem ser interpretados como realizações de desejos. Ninguém, tampouco, há de considerar mera coincidência que a interpretação desses sonhos nos tenha feito deparar, todas as vezes, com tópicos sobre os quais as pessoas relutam em falar ou pensar. Os sentimento aflitivo provocado por esses sonhos é idêntico à repugnância que tende (em geral com êxito) a nos impedir de discutir ou mencionar tais tópicos, e que cada um de nós tem de superar quando, apesar disso, sente-se compelido a penetrar neles. Mas o sentimento de desprazer que assim se repete nos sonhos não nega a existência de um desejo. Todos têm desejos que prefeririam não revelar a outras pessoas, e desejos que não admitem nem sequer perante si mesmos. Por outro lado, é justificável ligarmos o caráter desprazeroso de todos esses sonhos com o fato da distorção onírica. E é justificável concluirmos que esses sonhos são distorcidos, e que a realização de desejo neles contida é disfarçada a ponto de se tornar irreconhecível, precisamente em vista da repugnância que se sente pelo tema do sonho ou pelo desejo dele derivado, bem como da intenção de recalá-los. Demonstra-se, assim, que a distorção do sonho é de fato um ato da censura. Estaremos levando em conta tudo o que foi trazido à luz por nossa análise dos sonhos desprazerosos se fizermos a seguinte modificação na fórmula com que procuramos expressar a natureza dos sonhos: *o sonho é uma realização (disfarçada) de um desejo (suprimido ou recalçado.)*

Resta examinar os sonhos de angústia como uma subespécie particular dos sonhos de conteúdo aflitivo. A idéia de considerá-los como sonhos impregna dos de desejo encontrará muito pouca receptividade por parte dos não esclarecidos. Não obstante, posso abordar os sonhos de angústia muito sucintamente neste ponto. Eles não nos apresentam um novo aspecto do problema dos sonhos; aquilo com que nos confrontam é toda a questão da angústia neurótica. A angústia que sentimos num sonho é apenas *aparentemente* explicada pelo conteúdo do sonho. Se submetermos o conteúdo do sonho à análise, verificaremos que a angústia do sonho não se justifica melhor pelo conteúdo do sonho do que, digamos, a angústia de uma fobia se justifica pela representação com que se relaciona a fobia. Sem dúvida é verdade, por exemplo, que é possível cair de uma janela, e portanto há razão para se exercer certo grau de cautela nas proximidades de uma janela; mas não vemos por que a angústia sentida a esse respeito numa fobia deva ser tão grande e persiga o paciente muito além da oportunidade de sua ocorrência. Assim, constatamos que a mesma coisa pode ser validamente afirmada em relação à fobia e aos sonhos de angústia: em ambos os casos, a angústia está apenas superficialmente ligada à representação que a acompanha; ela se origina em outra fonte.

Já que existe estreita ligação entre a angústia nos sonhos e nas neuroses, ao examinar a primeira precisarei referir-me à última. Num trabalho sucinto sobre a neurose de angústia (Freud, 1895b), argumentei há algum tempo que a angústia neurótica se origina da vida sexual e corresponde à libido que se desviou de sua finalidade e não encontrou aplicação. Desde então, essa fórmula tem resistido à prova do tempo, permitindo-nos agora inferir dela que os sonhos de angústia são sonhos de conteúdo sexual cuja respectiva libido se transformou em angústia. Haverá oportunidade, mais adiante, de fundamentar essa assertiva na análise dos sonhos de alguns pacientes neuróticos. Também no decurso de mais uma tentativa de chegar a uma teoria dos sonhos, terei oportunidades de examinar mais uma vez os determinantes dos sonhos de angústia e sua compatibilidade com a teoria de realização de desejos.

Capítulo V - O MATERIAL E AS FONTES DOS SONHOS

Quando a análise do sonho da injeção de Irma nos mostrou que um sonho poderia ser a realização de um desejo, nosso interesse foi a princípio inteiramente absorvido pela questão de saber se teríamos chegado a uma característica universal dos sonhos e sufocamos temporariamente nossa curiosidade sobre quaisquer outros problemas científicos que pudessem surgir durante o trabalho de interpretação. Tendo seguido um caminho até o fim, podemos agora voltar sobre nossos passos e escolher outro ponto de partida para nossas incursões através dos problemas da vida onírica: por ora, podemos deixar de lado o tópico da realização de desejos, embora ainda estejamos longe de tê-lo esgotado.

Agora que a aplicação de nosso método para a interpretação dos sonhos nos permite descobrir neles um conteúdo *latente*, que é muito mais significativo do que seu conteúdo *manifesto*, surge de imediato a tarefa premente de reexaminar um por um os vários problemas levantados pelos sonhos, para ver se não estaremos agora em condições que pareciam inabordáveis enquanto só tínhamos conhecimento do conteúdo manifesto.

No primeiro capítulo, apresentei um relato pormenorizado dos pontos de vista das autoridades sobre a relação dos sonhos com a vida de vigília [Seção A] sobre a origem do material dos sonhos [Seção C]. Sem dúvida, meus leitores se recordarão também das três características da memória nos sonhos [Seção B], tão freqüentemente comentadas, porém nunca explicadas:

(1) Os sonhos mostram uma clara preferência pelas impressões dos dias imediatamente anteriores [em [1] e seg.]. Cf. Robert [1886, 46], Strümpell [1877, 39], Hildebrandt [1875, 11] e Hallam e Weed [1896, 410 e seg.].

(2) Fazem sua escolha com base em diferentes princípios de nossa memória de vigília, já que não relembram o que é essencial e importante, mas o que é acessório e despercebido. [Ver em [1]]

(3) Têm à sua disposição as impressões mais primitivas da nossa infância e até fazem surgir detalhes desse período de nossa vida que, mais uma vez, parecem-nos triviais e que, em nosso estado de vigília, acreditamos terem caído no esquecimento há muito tempo. [Ver em [1]]

(A) MATERIAL RECENTE E IRRELEVANTE NOS SONHOS

Se examinar minha própria experiência com a questão da origem dos elementos incluídos no conteúdo dos sonhos, deverei começar pela afirmação de que, em todo sonho, é possível encontrar um ponto de contato com as experiências do dia anterior. Essa visão é confirmada por cada um dos sonhos que investigo, sejam eles meus ou de qualquer outra pessoa. Tendo em mente esse fato, posso, ocasionalmente, começar a interpretação de um sonho procurando o acontecimento da véspera que o acionou; em muitos casos, de fato, isso constitui o método mais fácil.

Nos dois sonhos que analisei pormenorizadamente em meus últimos capítulos (o sonho da injeção de Irma e o de meu tio de barba amarela, a relação com o dia anterior é tão evidente que não exige nenhum outro comentário. Mas, para mostrar a regularidade com que se pode identificar essa ligação, percorrerei os registros de meus próprios sonhos e darei alguns exemplos. Citarei apenas o suficiente do sonho para indicar a fonte que estamos procurando:

(1) *Eu estava visitando uma casa à qual tinha dificuldade em ter acesso...; nesse ínterim, deixava uma senhora ESPERANDO.*

Fonte: Eu tivera uma conversa com uma parenta na noite anterior, na qual lhe dissera que ela teria que esperar por uma compra que desejava fazer até... etc.

(2) *Eu tinha escrito uma MONOGRAFIA sobre uma certa espécie (indistinta) de planta.*

Fonte: Naquela manhã eu vira uma *monografia* sobre o gênero *Ciclâmen* na vitrina de uma livraria. [Ver em [1]]

(3) *Eu via duas mulheres na rua, MÃE E FILHA, sendo a segunda uma paciente minha.*

Fonte: Uma de minhas pacientes me explicara, na noite anterior, as dificuldades que sua mãe vinha antepondo à continuação de seu tratamento.

(4) *Fiz na livraria de S. e R. a assinatura de um periódico que custava VINTE FLORINS por ano.*

Fonte: Minha mulher me lembrara na véspera que eu ainda lhe devia *vinte florins* para as despesas semanais da casa.

(5) *Recebi UMA COMUNICAÇÃO do COMITÊ Social Democrata, tratando-me como se eu fosse um MEMBRO.*

Fonte: Eu havia recebido *comunicações*, simultaneamente, do *Comitê* de Eleições Liberais e do Conselho da Liga Humanitária, sendo que deste último órgão eu era de fato *um membro*.

(6) *Um homem de pé em UM PENHASCO NO MEIO DO MAR, À MANEIRA DE BÖCKLIN.*

Fonte: *Dreyfus na Île du Diable*; eu recebera notícias, ao mesmo tempo, de meus parentes na *Inglaterra*, etc.

Pode-se levantar a questão de determinar se o ponto de contato com o sonho são invariavelmente os acontecimentos do dia *imediatamente* anterior, ou se ele pode remontar a impressões oriundas de um período bem mais extenso do passado mais recente. É improvável que essa questão envolva qualquer assunto de importância teórica; não obstante, estou inclinado a decidir em prol da exclusividade das solicitações do dia imediatamente anterior ao sonho - ao qual me referirei como o “dia do sonho”. Sempre que se afigura, a princípio, que a fonte de um sonho foi uma impressão de dois ou três dias antes, a pesquisa

mais detida tem-me convencido de que a impressão foi lembrada na véspera, e assim tem sido possível demonstrar que uma reprodução da impressão, ocorrida no dia precedente, poderia ser inserida entre o dia do acontecimento original e o momento do sonho; além disso, tem sido possível indicar a eventualidade do dia anterior que teria levado à lembrança da impressão mais antiga.

Por outro lado, não me sinto convencido de que haja qualquer intervalo regular de importância biológica entre a impressão diurna instigadora e seu ressurgimento no sonho (Swoboda, 1904, mencionou um intervalo inicial de dezoito horas a esse respeito.)

Havelock Ellis [1911, 224], que também dispensou certa atenção a esse ponto, declara ter sido incapaz de encontrar qualquer periodicidade dessa ordem em seus sonhos, apesar de tê-la procurado. Ele registra um sonho em que estava na Espanha e desejava ir a um lugar chamado Daraus, Varaus ou Zaraus. Ao acordar, não pôde lembrar-se de nenhum topônimo semelhante e pôs o sonho de lado. Alguns meses depois, descobriu que Zaraus era, na verdade, o nome de uma estação na linha entre San Sebastian e Bilbao, pela qual seu trem havia passado 250 dias antes de ele ter o sonho.

Creio, portanto, que o agente instigador de todo sonho encontra-se entre as experiências sobre as quais ainda não se “consultou o travesseiro”. Assim, as relações entre o conteúdo de um sonho e as impressões do passado mais recente (com a única exceção do dia imediatamente anterior à noite do sonho) não diferem sob nenhum aspecto de suas relações com as impressões que datam de qualquer período mais remoto. Os sonhos podem selecionar seu material de qualquer parte da vida do sonhador, contanto que haja uma linha de pensamento ligando a experiência do dia do sonho (as impressões “recentes”) com as mais antigas.

Mas por que essa preferência pelas impressões recentes? Teremos alguma idéia sobre esse ponto, se submetermos um dos sonhos da série que acabo de citar [em [1]] a uma análise mais completa. Para essa finalidade, escolherei o

SONHO DA MONOGRAFIA DE BOTÂNICA

Eu escrevera uma monografia sobre certa planta. O livro estava diante de mim e, no momento, eu virava uma página dobrada que continha uma prancha colorida. Encadernado com cada exemplar havia um espécime seco de planta, como se tivesse sido

ANÁLISE

Naquela manhã, eu vi um novo livro na vitrina de uma livraria, trazendo o título *O Gênero Cyclâmen* - evidentemente uma *monografia* sobre essa planta.

Os ciclâmens, refleti, eram as *flores prediletas* de minha mulher e me repreendi por lembrar-me tão raramente de *levar flores* para ela, que era o que lhe agradava. - A questão de “levar flores” lembrou-me um episódio que eu repetira recentemente para um círculo de amigos e que havia usado como prova em favor de minha teoria de que o esquecimento é, com muita frequência, determinado por um objetivo inconsciente, e que sempre permite que se deduzam as intenções secretas da pessoa que esquece. Uma jovem estava habituada a receber um buquê de flores do marido em seu aniversário. Certo ano, esse símbolo da afeição dele deixou de se manifestar e ela irrompeu em pranto. O marido chegou em casa e não teve nenhuma idéia da razão por que ela estava chorando, até que ela lhe disse que era o dia de seu aniversário. Ele levou a mão à cabeça e exclamou: “Sinto muito, mas eu havia esquecido por completo! Vou sair agora mesmo para buscar suas *flores*”. Mas não houve meio de consolá-la, pois ela reconheceu que o esquecimento do marido era uma prova de que ela já não ocupava o mesmo lugar de antes em seus pensamentos. - Essa senhora, Sra. L., encontrara minha mulher dois dias antes de eu ter o sonho, dissera-lhe que estava se sentindo muito bem e perguntara por mim. Alguns anos antes, ela me procurara para tratamento.

Comecei então outra vez. Certa feita, recordei-me, eu realmente *havia* escrito algo da natureza de uma *monografia sobre uma planta*, a saber, uma dissertação sobre a *planta da coca* [Freud, 1884e], que atraíra atenção de Karl Koller para as propriedades anestésicas da cocaína. Eu mesmo havia indicado essa aplicação do alcalóide em meu artigo publicado, mas não fora suficientemente rigoroso para levar o assunto adiante. Isso me fez lembrar que, na manhã do dia após o sonho - não tivera tempo de interpretá-lo senão à noite - eu havia pensado na cocaína, numa espécie de devaneio. Se algum dia tivesse glaucoma, pensei, iria até Berlim e me faria operar, incógnito, na casa de meu amigo [Fliess], por um cirurgião recomendado por ele. O cirurgião que me operasse, que não teria nenhuma idéia de minha identidade, vangloriar-se-ia mais uma vez das facilidades com que essas operações podiam ser realizadas desde a introdução da cocaína, e eu não daria a menor indicação de que eu próprio tivera participação na descoberta. Essa fantasia me levava a reflexões de como é

difícil para um médico, no final das contas, procurar tratamento para si próprio com seus colegas de profissão. O cirurgião oftalmologista de Berlim não me conheceria, e eu poderia pagar seus honorários como qualquer outra pessoa. Só depois de me haver lembrado desse devaneio foi que compreendi que a lembrança de um evento específico jaz por trás do mesmo. Logo após a descoberta de Koller, meu pai fora na verdade atacado de glaucoma; um amigo meu, o Dr. Königstein, cirurgião oftalmologista, o havia operado, enquanto o Dr. Koller se encarregara da anestesia de cocaína e comentara o fato de que esse caso reunira todos os três homens que haviam participado da introdução da cocaína.

Meus pensamentos prosseguiram então até o momento em que eu me lembrara pela última vez dessa questão da cocaína. Fora alguns dias antes, quando eu examinava um exemplar de um *Festschrift* em que alunos reconhecidos tinham celebrado o jubileu de seu professor e diretor do laboratório. Entre as pretensões de distinção do laboratório enumeradas nesse livro vira uma menção do fato de que Koller ali fizera sua descoberta das propriedades anestésicas da cocaína. Percebi então, subitamente, que meu sonho estava ligado a um acontecimento da noite anterior. Eu voltara para casa a pé justamente com o Dr. Königstein e conversara com ele sobre um assunto que nunca deixa de provocar minhas emoções sempre que é levantado. Enquanto conversava com ele no saguão de entrada, o Professor *Gartner* [Jardineiro] e a esposa vieram juntar-se a nós, e não pude deixar de felicitar ambos por sua aparência *flourescente*. Mas o Professor Gartner era um dos autores do *Festschrift* que acabo de mencionar, e é bem possível que me tenha feito lembrar dele. Além disso, a Sra. L., cujo desapontamento no aniversário descrevi anteriormente, foi mencionada - embora, é verdade, apenas em relação a outro assunto - em minha conversa com o Dr. Königstein.

Faria uma tentativa de interpretar também os outros determinantes do conteúdo do sonho. Havia um *espécime seco da planta* incluído na monografia, como se ela fosse um *herbário*. Isso me levou a uma recordação de minha escola secundária. Nosso diretor, certa vez, reuniu os meninos das classes mais adiantadas e confiou-lhes o herbário da escola para ser examinado e limpo. Alguns *vermezinhas* - traças de livros - tinham penetrado nele. Parece que o diretor não confiava muito em minha ajuda, pois entregou-me apenas algumas folhas. Estas, como ainda me lembro, compreendiam algumas Crucíferas. Eu nunca tivera o contato especialmente íntimo com a botânica. Em meu exame preliminar de botânica, também recebi uma Crucífera para identificar - e não consegui fazê-lo. Minhas perspectivas não teriam sido muito brilhantes, se eu não tivesse podido contar com meus conhecimentos teóricos. Passei das Crucíferas para as Compostas. Ocorreu-me que as alcachofras eram Compostas e que, na verdade, eu poderia com justiça chamá-las de minhas *floures favoritas*. Sendo mais generosa do que eu, minha mulher muitas vezes me trazia do mercado essas minhas flores favoritas.

Vi *diante de mim* a monografia que eu esperava. Também isso me remeteu a alguma coisa. Eu recebera na véspera uma carta de meu amigo [Fliess] de Berlim em que ele demonstrara sua capacidade de visualização: “Estou extremamente ocupado com seu livro dos sonhos. Vejo-o concluído diante de mim e vejo a mim mesmo virando-lhe as páginas”. Como invejei nele esse dom de vidente! Se ao menos eu pudesse vê-lo concluído diante de mim!

A prancha colorida dobrada. Quando estudante de medicina, eu era vítima constante de um impulso de só aprender as coisas em *monografias*. Apesar de meus recursos limitados, consegui adquirir muitos volumes das atas de sociedades médicas e ficava fascinado com suas *pranchas coloridas*. Orgulhava-me de minha ânsia de perfeição. Ao começar eu mesmo a publicar trabalhos, vira-me obrigado a fazer meus próprios desenhos para ilustrá-los, e lembrei-me que um deles tinha saído tão ruim que um colega, brincalhão, zombara de mim por causa disso. Seguiu-se então - e não pude compreender bem como - uma lembrança da minha meninice. Certa vez, meu pai se divertira ao entregar um livro com *pranchas coloridas* (um relato de uma viagem pela Pérsia) a mim e a minha irmã mais velha para que o destruíssemos. Nada fácil de justificar do ponto de vista educativo! Nessa época, eu tinha cinco anos de idade e minha irmã ainda não fizera três, e a imagem de nós dois, jubilosamente reduzindo o livro a frangalhos (folha por folha, como uma *alcachofra*, percebi-me dizendo), foi quase a única lembrança plástica que guardei desse período de minha vida. Depois, quando me tornei estudante, desenvolvi a paixão de colecionar e possuir livros, que era análoga a minha predileção por estudar em monografias: um *passatempo favorito*. (A idéia de “*favorito*” já surgira em relação aos ciclâmens e às alcachofras.) Eu me tornara uma traça de livros (cf. herbário). Desde que me entendo por gente, sempre liguei essa minha primeira paixão à lembrança infantil que mencionei aqui. Ou melhor, eu tinha reconhecido que a cena infantil era uma “lembrança encobridora” para minhas posteriores propensões bibliófilas. E cedo descobri, é claro, que as paixões muitas vezes levam à dor. Quando tinha dezessete anos, contrai uma dívida um tanto vultosa com meu livreiro e não tinha nada com que fazer face a ela; e meu pai teve dificuldade em aceitar como desculpa que minhas inclinações poderiam ter tomado um rumo pior. A recordação dessa experiência dos anos posteriores de minha juventude me fez lembrar imediatamente a conversa com meu amigo, o Dr. Königstein, pois no decurso dela havíamos discutido a mesma questão de eu ser criticado por ficar absorto demais em meus *passatempos favoritos*.

Por motivos que não nos interessam, não prosseguirei na interpretação desse sonho, indicando simplesmente a direção por ela tomada. No decorrer do trabalho de análise, lembrei-me de minha conversa com o Dr. Königstein e fui conduzido a ela a partir de mais

de uma direção. Quando levo em conta os assuntos abordados nessa conversa, o sentido do sonho se me torna inteligível. Todos os fluxos de pensamento que partem do sonho - as idéias sobre as flores favoritas de minha esposa e minhas, sobre a cocaína, sobre a dificuldade do tratamento médico entre colegas, sobre minha preferência por estudar monografias e sobre minha negligência para com certos ramos da ciência, como a botânica -, todos esses fluxos de pensamento, quando levados adiante, acabavam por conduzir a uma ou outra das numerosas ramificações de minha conversa com o Dr. Königstein. Mais uma vez, o sonho, como o que analisamos primeiro - o sonho da injeção de Irma -, revela ser da natureza de uma autojustificação, uma defesa em favor de meus próprios direitos. Na verdade, ele levou o assunto levantando no primeiro sonho um estágio adiante e o examinou com referência ao material novo que surgira no intervalo entre os dois sonhos. Mesmo a forma aparentemente irrelevante de que se revestiu o sonho mostra ter tido importância. O que ela quis dizer foi: “Afinal de contas, sou o homem que escreveu o valioso e memorável trabalho (sobre a cocaína)”, tal como eu dissera a meu favor no primeiro sonho: “Sou um estudioso esforçado e consciencioso.” Em ambos os casos, aquilo em que eu insistia era: “Posso permitir-me fazer isto.” Não há necessidade, porém, de eu levar a interpretação do sonho mais adiante, já que meu único objetivo ao relatá-lo foi ilustrar, por meio de um exemplo, a relação entre o conteúdo de um sonho e a experiência da véspera que o provocou. Enquanto eu me apercebia apenas do conteúdo *manifesto* do sonho, ele pareceu estar relacionado somente com o *único* evento do dia do sonho. Mas, uma vez efetuada a análise, surgiu uma *segunda* fonte do sonho em outra experiência do mesmo dia. A primeira dessas duas impressões com que o sonho se ligou era irrelevante, um fato secundário: eu vira um livro numa vitrina cujo título atraía por um momento minha atenção, mas cujo assunto dificilmente me interessaria. A segunda experiência tivera um alto grau de importância psíquica: eu mantivera uma boa hora de conversa animada com meu amigo oftalmologista, no decorrer da qual lhe dera algumas informações que estavam fadadas a afetar de perto a nós dois, e tinham-se avivado em mim algumas lembranças que me haviam despertado a atenção para uma grande variedade de tensões internas em minha própria mente. Além disso, a conversa fora interrompida antes de sua conclusão por causa dos conhecidos que se juntaram a nós.

Devemos agora perguntar qual foi a relação das duas impressões do dia do sonho entre si e com o sonho da noite subsequente. No conteúdo manifesto do sonho, só se fez alusão à impressão *irrelevante*, o que parece confirmar a idéia de que os sonhos têm uma preferência por captar detalhes sem importância da vida de vigília. Todas as correntes da interpretação, por outro lado, levaram à impressão *importante*, àquela que justificadamente agitara meus sentimentos. Se o sentido do sonho for julgado, como certamente só pode ser, por seu conteúdo latente, tal como relevado pela análise, um fato novo e significativo é inesperadamente trazido à luz. O enigma de por que os sonhos se interessam apenas por fragmentos sem valor da vida de vigília parece haver perdido todo o seu significado;

tampouco é possível continuar a sustentar que a vida de vigília não é levada adiante dos sonhos e que estes são, portanto, uma atividade psíquica desperdiçada num material descabido. O inverso é verdadeiro: nossos pensamentos oníricos são dominados pelo mesmo material que nos ocupou durante o dia e só nos damos o trabalho de sonhar com as coisas que nos deram motivo para reflexão durante o dia.

Por que é então que, embora a causa de meu sonho tenha sido uma impressão diurna pela qual eu fora justificadamente agitado, sonhei, na realidade, com uma coisa irrelevante? A explicação mais óbvia, sem dúvida, é que, mais uma vez, estamos diante de um dos fenômenos da distorção onírica, que em meu último capítulo liguei a uma força psíquica atuando como censura. Minha lembrança da monografia sobre o gênero *Clicâmen* serviria, assim, à finalidade de constituir uma *alusão* à conversa com meu amigo, tal como o “salmão defumado” do sonho com a ceia abandonada [em [1]] servira de *alusão* à idéia da sonhadora sobre sua amiga. A única questão prende-se aos elos intermediários que permitiram à impressão da monografia servir de *alusão* à conversa com o oftalmologista, considerando que, à primeira vista, não há nenhuma ligação óbvia entre elas. No exemplo da ceia que não se concretizou, a ligação foi dada imediatamente: sendo o prato predileto da amiga, o “salmão defumado” constituiu um integrante imediato do grupo de representações que tinham probabilidade de ser despertadas na mente da sonhadora pela personalidade de sua amiga. Neste último exemplo, houve duas impressões soltas que, à primeira vista, só tinham em comum o fato de terem ocorrido no mesmo dia: eu vira a monografia pela manhã e tivera a conversa na mesma noite. A análise permitiu-nos solucionar o problema da seguinte maneira: tais ligações, quando não estão presentes em primeiro lugar, são retrospectivamente urdidas entre o conteúdo de representações de uma impressão e o de outra. Já chamei atenção para os elos intermediários no presente caso através das palavras que grifei em meu relatório da análise. Se não tivesse havido quaisquer influências de outro setor, a representação da monografia sobre a *Ciclâmen* teria apenas conduzido, imagino eu, à idéia de ele ser a flor favorita de minha mulher e, possivelmente, também ao buquê ausente da Sra. L. É-me difícil imaginar que esses pensamentos de fundo teriam sido suficientes para evocar um sonho. Como nos diz o texto de *Hamlet*:

“*Senhor, para dizer-nos isso era supérfluo Que algum fantasma deixasse a sepultura.*”

Mas, vejam bem, foi-me lembrado na análise que o homem que interrompeu nossa conversa se chamava Gärtner [Jardineiro] e que eu havia pensado que sua mulher tinha uma aparência *flourescente*. E mesmo ao escrever estas palavras, recordo-me que uma de minhas pacientes, que tinha o encantador nome de *Flora*, foi por algum tempo o pivô de nossa discussão. Esses devem ter sido os elos intermediários, decorrentes do grupo de experiências daquele dia, a irrelevante e a estimulante. Estabeleceu-se a seguir um outro conjunto de ligações - as que cercam a idéia da cocaína, que tinha todo o direito de servir

como elo entre a figura do Dr. Königstein e uma monografia sobre botânica que eu havia escrito; e essas ligações fortaleceram a fusão entre os dois grupos de representações, de modo que se tornou possível a parte de uma experiência servir de alusão à outra.

Estou preparado para ver essa explicação ser alvo de ataques, sob a alegação de ser arbitrária ou artificial. O que, poderão perguntar, teria acontecido se o Professor Gärtner e sua esposa de aparência florescente não tivessem vindo ao nosso encontro, ou se a paciente sobre a qual falávamos se chamasse Anna em vez de Flora? A resposta é simples. Se essas cadeias de pensamento tivessem estado ausentes, outras, sem dúvida, teriam sido escolhidas. É bastante fácil construir tais cadeias, como demonstram os trocadilhos e as charadas que as pessoas fazem todos os dias para seu divertimento. O reino dos chistes não conhece fronteiras. Ou, indo um passo além, se não tivesse havido nenhuma possibilidade de forjar elos intermediários suficientes entre as duas impressões, o sonho simplesmente teria sido diferente. Outra impressão irrelevante do mesmo dia - pois torrentes dessas impressões penetram em nossa mente e são depois esquecidas - teria tomado o lugar da “monografia” no sonho, estabelecido um elo com o assunto da conversa e servido para representá-lo no conteúdo do sonho. Visto que a monografia, e não qualquer outra idéia, foi na verdade escolhida para servir a essa função, devemos supor que ela era a mais adequada à ligação. Não é necessário seguirmos o exemplo de Hänschen Schlau, de Lessing, e nos surpreendermos ante o fato de que “somente os ricos são os que têm mais dinheiro.”

Um processo biológico pelo qual, segundo nossa exposição, as experiências irrelevantes tomam o lugar das psiquicamente significativas, não pode deixar de despertar suspeita e espanto. Será nossa tarefa, num capítulo posterior [Capítulo VI, Seção B, em [1] e segs.] tornar mais inteligíveis as peculiaridades dessa operação aparentemente irracional. Nesse momento, estamos apenas interessados nos *efeitos* de um processo cuja realidade vi-me compelido a presumir mediante observações inumeráveis e regularmente recorrentes feitas na análise dos sonhos. O que ocorre seria algo da natureza de um “deslocamento” - de ênfase psíquica, talvez? - por meio de elos intermediários; desse modo, representações que originalmente só tinham uma carga *fraca* de intensidade recebem a carga de representações que eram originalmente mais *intensamente* “catexizadas”, e acabam por adquirir força suficiente para lhes permitir forçar entrada na consciência. Tais deslocamentos não constituem nenhuma surpresa para nós quando se trata de lidar com quantidades de *afeto* ou com as atividades motoras em geral. Quando uma solteirona solitária transfere sua afeição para os animais, ou um solteirão se torna um entusiástico colecionador, quando um soldado defende um pedaço se torna um entusiástico colecionador, quando um soldado defende um pedaço de pano colorido - uma bandeira - com o sangue de suas veias, quando alguns segundos de pressão extra num aperto de mão significam a bem-aventurança para o enamorado, ou quando, em *Otelo*, um lenço perdido desencadeia uma explosão de cólera - todos esses são exemplos de deslocamento psíquicos aos quais não fazemos nenhuma

objeção. Mas, quando ouvimos dizer que uma decisão quanto ao que alcançará nossa consciência e ao que será mantido fora dela - o que *pensaremos*, em suma - foi tomada da mesma forma e com base nos mesmos princípios, ficamos com a impressão de um evento patológico; e quando essas coisas acontecem na vida de vigília, nós as classificamos de erros de pensamento. Anteciparei as conclusões a que seremos posteriormente conduzidos para sugerir que o processo psíquico que vimos em ação no deslocamento onírico, muito embora não possa ser classificado de perturbação patológica, difere do normal e deve ser considerado um processo de natureza mais *primária*. [Ver mais adiante, Capítulo VII, Seção E, em [1]]

Assim, o fato de o conteúdo dos sonhos incluir restos de experiências triviais deve ser explicado como uma manifestação da distorção onírica (por deslocamento); e cabe lembrar que chegamos à conclusão de que a distorção onírica seria o produto de uma censura que opera na passagem entre duas atividades físicas. É de se esperar que a análise de um sonho revele regularmente sua fonte de verdadeira e psiquicamente significativa na vida de vigília, embora a ênfase se tenha deslocado da lembrança dessa fonte para a de uma fonte irrelevante. Essa explicação nos coloca em completo conflito com a teoria de Robert [em [1]], que deixa de ter qualquer serventia para nós. Pois o fato que Robert se propõe explicar é um fato inexistente. Sua aceitação dele repousa num mal-entendido, em sua não-substituição do conteúdo *aparente* dos sonhos por seu significado *real*. E existe ainda outra objeção que se pode levantar contra a teoria de Robert. Se fosse realmente da alçada dos sonhos aliviar nossa memória das “sobras” das lembranças diurnas através de uma atividade psíquica especial, nosso sono seria mais atormentado e mais trabalhoso do que nossa vida mental quando estamos acordados. E isso porque o número de impressões irrelevantes contra as quais nossa memória precisaria ser protegida é, sem sombra de dúvida, imensamente grande: a noite não seria longa o bastante para lidar com tal massa. É muito mais provável que o processo de esquecimento das impressões irrelevantes prossiga sem a intervenção ativa de nossas forças psíquicas.

Não obstante, não nos devemos apressar em deixar de lado as idéias de Robert sem maior consideração. [Ver em [1]] Ainda não explicamos o fato de uma das impressões irrelevantes da vida de vigília, uma impressão que data, além disso, do dia precedente ao sonho, contribuir invariavelmente para o conteúdo do sonho. As ligações entre essa impressão e a verdadeira fonte do sonho no inconsciente nem sempre estão prontas para uso; como vimos, elas só podem ser estabelecidas retrospectivamente, no decurso do trabalho do sonho, com vistas, por assim dizer, a tornar viável o deslocamento pretendido. Portanto, deve haver alguma força imperativa no sentido de se estabelecerem ligações precisamente com uma impressão recente, embora irrelevante, e esta deve possuir algum atributo que a torne especialmente adequada para esse fim. Se assim não fosse, seria igualmente fácil para os pensamentos oníricos deslocar sua ênfase para algum componente sem importância em seu

próprio círculo de representações.

As seguintes observações poderão ajudar-nos a elucidar esse ponto. Se no decorrer de um único dia tivermos duas ou mais experiências adequadas à provocação de um sonho, este fará uma referência conjunta a elas como um todo único; *ele é forçado a combiná-las numa unidade*. Eis aqui um exemplo. Numa tarde de verão, entrei num compartimento de um vagão de trem onde encontrei dois conhecidos que eram estranhos um ao outro. Um deles era um eminente colega médico, e outro era membro de uma família ilustre com a qual eu mantinha relações profissionais. Apresentei os dois cavalheiros um ao outro, mas, durante toda a longa viagem, eles conduziram sua conversa tomando-me como intermediário, do modo que logo me vi discutindo vários assuntos alternadamente, primeiro com um e depois com o outro. Pedi a meu amigo médico que usasse sua influência em prol de um nosso conhecido comum que estava iniciando sua clínica. O médico respondeu que estava convencido da capacidade do rapaz, mas que sua aparência provinciana lhe dificultaria o acesso às famílias da classe alta, ao qual retruquei que essa era exatamente a razão pela qual ele necessitava de uma ajuda influente. Voltando-me para meu outro companheiro de viagem, perguntei pela saúde de sua tia - mãe de um de meus pacientes -, que na ocasião estava gravemente enferma. Na noite seguinte, sonhei que o jovem em cujo benefício eu intercedera estava sentado numa elegante sala de estar, em meio a um grupo seletivo, composto de todas as pessoas ilustres e ricas que eu conhecia, e que, com a desenvoltura de um homem de sociedade, proferia uma oração fúnebre pela velha senhora (que, no meu sonho, já havia falecido), tia de meu segundo companheiro de viagem. (Devo confessar que não me dava muito bem com essa senhora.) Assim, meu sonho, mais uma vez, elaborava ligações entre os dois conjuntos de impressões do dia anterior e os combinava numa única situação.

Muitas experiências como essas levam-me a afirmar que o trabalho do sonho está sujeito a uma espécie de exigência de combinar todas as fontes que agiram como estímulos ao sonho numa única unidade no próprio sonho.

Passarei agora à questão de investigar se a fonte investigadora de um sonho, revelada pela análise, tem de ser, invariavelmente, um fato recente (e significativo), ou se uma experiência interna, isto é, a *lembrança* de um fato psicologicamente importante - um fluxo de pensamentos -, pode assumir o papel de instigadora do sonho. A resposta, baseada num grande número de análises, é decididamente favorável à segunda alternativa. O sonho pode ser instigado por um processo interno que se tornou, por assim dizer, um fato recente, graças à atividade do pensamento durante o dia anterior.

Este parece ser o momento apropriado para enumerar as diferentes condições às quais constatamos que as fontes dos sonhos estão sujeitas. A fonte de um sonho pode ser:

(a) uma experiência recente e psiquicamente significativa, que é diretamente representada no sonho, ou

(b) várias experiências recentes e significativas, combinadas numa única unidade pelo sonho, ou

(c) uma ou mais experiências recentes e significativas, representadas no conteúdo do sonho pela menção a uma experiência contemporânea, mas irrelevante, ou

(d) uma experiência significativa interna (por exemplo, um lembrança ou um fluxo de idéias), que é, nesse caso, *invariavelmente* representada no sonho por uma menção a uma impressão recente, irrelevante.

Veremos que, na interpretação dos sonhos, uma condição é sempre atendida: um componente do conteúdo do sonho é a repetição de uma impressão recente do dia anterior. Essa impressão a ser representada no sonho pode pertencer, ela própria, ao círculo de representações que cercam o verdadeiro instigador do sonho - quer como parte essencial ou insignificante dele - ou pode provir do campo de uma impressão irrelevante vinculada às idéias que cercam o instigador do sonho por elos mais ou menos numerosos. A aparente multiplicidade das condições dominantes é, na verdade, apenas dependente das alternativas entre um deslocamento ter ou não ocorrido; e vale a pena ressaltar que nos é facultado, por essas alternativas, explicar a gama contrastes entre os diferentes sonhos, com a mesma facilidade com que a teoria médica encontra uma possibilidade de fazê-lo através de sua hipótese de células cerebrais que vão do estado parcial ao estado total de vigília (Ver em [1])

Convém ainda observar, se considerarmos esses quatro casos possíveis, que um elemento psíquico que seja significativo, mas não recente (por exemplo, uma seqüência de idéias ou uma lembrança), pode ser substituído, para fins de formação de um sonho, por um elemento que seja recente mas irrelevante, bastando para isso que duas condições sejam satisfeitas: (1) o conteúdo do sonho deve estar ligado a uma experiência recente, e (2) o instigador do sonho deve permanecer como um processo psiquicamente significativo. Apenas num único caso - o caso (a) - essas duas condições são satisfeitas por uma mesma e única impressão. Deve-se notar, além disso, que as impressões irrelevantes que são passíveis de ser utilizadas para a construção de um sonho, enquanto recentes, perdem essa capacidade tão logo ficam um dia (ou, no máximo, alguns dias) mais velhas. Disso devemos concluir que o caráter recente de uma impressão lhe confere uma espécie de valor psíquico para fins de construção do sonho, que equivale, de certo modo, ao valor das lembranças ou seqüências

de idéias emocionalmente carregadas. A base do valor assim conferido às impressões recentes no tocante à construção dos sonhos só se tornará clara no decurso de nossas discussões psicológicas subseqüentes.

Quanto a isso, aliás, notaremos que podem ocorrer modificações em nosso material mnêmico de representações durante a noite, sem que sejam observadas por nossa consciência. Somos freqüentemente aconselhados, antes de tomarmos uma decisão final sobre algum assunto, a “consultar o travesseiro”, e esse conselho é obviamente justificado. Mas aqui, passamos da psicologia dos sonhos para a do sono, e esta não é a última ocasião em que seremos tentados a fazê-lo.

Entretanto, é possível levantar uma objeção que ameaça perturbar estas últimas conclusões. Se as impressões irrelevantes só podem penetrar num sonho desde que sejam recentes, como é o que o conteúdo dos sonhos abrange também elementos de um período mais antigo da vida, os quais, na época em que eram recentes, não possuíam, para empregar as palavras de Strümpell [1877, 40 e seg.], nenhum valor psíquico, e portanto deveriam ter sido esquecidos há muito tempo - em outras palavras, elementos que não são nem novos nem psiquicamente significativos?

Pode-se tratar plenamente dessa objeção mediante uma referência às descobertas da psicanálise dos neuróticos. A explicação é que o deslocamento que substitui o material psiquicamente importante por material irrelevante (tanto nos sonhos como no pensamento) já ocorreu, nesses casos, no período primitivo de vida em questão, e desde então se fixou na memória. Esses elementos específicos, que eram originalmente irrelevantes, já não o são agora, a partir do momento em que assumiram (por meio do deslocamento) o valor do material psiquicamente significativo. Nada que tenha *realmente* continuado a ser irrelevante pode ser reproduzido num sonho.

O leitor concluirá acertadamente, com base nos argumentos anteriores, que estou afirmando não existirem instigadores oníricos irrelevantes - e, por conseguinte, que não há sonhos “inocentes”. São essas, no sentido mais estrito e mais absoluto, minhas opiniões - se deixar de lado os sonhos das crianças e, talvez, breves reações, nos sonhos, a sensações experimentadas durante a noite. Afora isso, o que sonhamos é manifestamente reconhecível como psiquicamente significativo, ou é distorcido e não pode ser julgado até que o sonho tenha sido interpretado, depois do que se verificará mais uma vez ser ele significativo. Os sonhos nunca dizem respeito a trivialidades: não permitimos que nosso sono seja perturbado por tolices. Os sonhos aparentemente inocentes revelam ser justamente o inverso quando nos

damos ao trabalho de analisá-los. São, se é que posso dizê-lo, lobos na pele do cordeiro. Dado que esse é outro ponto em que posso esperar que me contradigam, e já que me apraz contar com uma oportunidade de mostrar a distorção onírica em ação, selecionarei alguns sonhos “inocentes” de meu registros e os submeterei à análise.

I

Uma jovem inteligente e culta, reservada e retraída em seu comportamento, relatou o seguinte: *Sonhei que chegava tarde demais ao mercado e não conseguia nada nem do açougueiro, nem da mulher que vende legumes.* Um sonho inocente, sem dúvida; mas os sonhos não são tão simples assim, de modo que pedi que ela o narrasse com maiores detalhes. Imediatamente, fez-me o seguinte relato: *Sonhou que estava indo ao mercado com a cozinheira, que carregava a cesta. Depois de ter pedido algo, o açougueiro lhe disse: “Isso também é bom”. Ela rejeitou a oferta e se dirigiu à vendedora de legumes, que tentou fazê-la comprar um legume estranho que estava atado em molhos; mas era de cor negra. Disse ela: “Não reconheço isso; não vou levá-lo.”*

A ligação do sonho com o dia anterior era bem direta. Ela realmente fora ao mercado tarde demais e nada conseguira. A situação pareceu amoldar-se à frase “Die Fleischbank war schon geschlossen” [“o açougue estava fechado”.] Fiquei alerta: não era essa, ou antes, seu oposto, uma descrição vulgar de certa espécie de descuido nos trajes de um homem? Mas a própria sonhadora não empregou a frase; talvez tivesse evitado empregá-la. Esforcemo-nos, então, por chegar a uma interpretação dos detalhes do sonho.

Quando alguma coisa num sonho tem o caráter de discurso direto, isto é, quando é dita ou ouvida e não simplesmente pensada (e é fácil, em geral, estabelecer a distinção com segurança), então isso provém de algo realmente falado na vida de vigília - embora, por certo, esse algo seja meramente alterado e, mais especialmente, desligado de seu contexto. Ao fazer uma interpretação, um dos métodos consiste em partir desse tipo de expressões orais. Qual seria, então, a origem da observação do açougueiro *“Isso não se consegue mais”*? A resposta é que ela proviera de mim mesmo. Alguns dias antes, eu havia explicado à paciente que as primeiras lembranças da infância “não se conseguiam mais como tais”, mas eram substituídas, na análise, por “transferências” e sonhos. Portanto, eu era o açougueiro, e ela estava rejeitando essas transferências de velhos hábitos de pensar e sentir

para o presente. - Novamente, qual seria a origem de sua própria observação no sonho: “*Não reconheço isso; não vou levá-lo*”? Para fins da análise, isso teve de ser fracionado. “*Não reconheço isso*” era algo que ela dissera na véspera à cozinheira, com quem tivera uma alteração; mas naquele momento, ela prosseguira: “*Comporte-se direito!*” Nesse ponto ocorrera claramente um deslocamento. Dentre as duas frases que empregara com a cozinheira, ela havia escolhido a que era insignificante para inclusão no sonho. Mas somente a frase suprimida, “*Comporte-se direito!*”, é que se enquadrava no restante do conteúdo do sonho: essas teriam sido as palavras adequadas para se usar se alguém se aventurasse a fazer sugestões impróprias e se esquecesse de “fechar seu açougue”. As alusões subjacentes ao incidente com a vendedora de legumes foram mais uma confirmação de que nossa interpretação estava na pista certa. Um legume vendido em molho (atado no sentido do comprimento, como a paciente acrescentou depois), e também negro, só poderia ser uma combinação onírica de aspargo e rabanetes (espanhóis) negros. Nenhuma pessoa sagaz de qualquer dos sexos pedirá uma interpretação sobre os aspargos. Mas o outro legume - “*Schwarzer Rettig*” [“rabanete negro”] - pode ser entendido como uma exclamação - “*Schwarzer, rett’ dich!*” [“Negrinho! Dê o fora!”] -; por conseguinte, também ela parece sugerir o mesmo tema sexual de que suspeitáramos desde o início, quando nos sentimos inclinados a introduzir a expressão sobre o açougue estar fechado no relato original do sonho. Não precisamos investigar agora o sentido integral do sonho. Isso, pelo menos, está bem claro: ele *tinha* um sentido, e este estava longe de ser inocente.

II

Eis aqui outro sonho inocente, tido pela mesma paciente, e que em certo sentido se correlaciona com o anterior. *O marido perguntou-lhe: “Você não acha que devemos mandar afinar o piano?” E ela respondeu: “Não vale a pena; de qualquer maneira, os martelos precisam de restauração.”*

Mais uma vez, isso foi a repetição de um fato real do dia anterior. O marido lhe fizera essa pergunta e ela dera uma resposta dessa ordem. Mas qual seria a explicação para ela ter sonhado com isso? Ela me disse que o piano era um *caixa* velha e *repulsiva*, que fazia um *barulho* horroroso, que pertencia ao marido desde antes do casamento e assim por diante. Mas a chave da solução só foi dada por estas palavras suas: “Não vale a pena.” Estas derivavam de uma visita que ela fizera na véspera a uma amiga. Haviam-lhe sugerido que

tirasse o casaco, mas ela recusara com as seguintes palavras: “Muito obrigada, mas *não vale a pena*;, só posso ficar por alguns minutos.” Enquanto ela me dizia isso, lembrei-me de que, durante a análise do dia anterior, ela de repente segurara o casaco, do qual um dos botões se desabotoara. Era como estivesse dizendo: “Por favor, não olhe; *não vale a pena*.” Da mesma forma, a “caixa” [“*Kasten*”] era um substituto de “peito”, “caixa torácica” [“*Brustkasten*”]; e a interpretação do sonho nos levou de volta, imediatamente, à época de seu desenvolvimento físico na puberdade, quando ela começara a ficar insatisfeita com seu corpo. Dificilmente podemos duvidar de que tenha reconduzido a tempos ainda mais remotos, se levarmos em conta o termo “*repulsivo*” e o “*barulho horroroso*”, e se nos lembrarmos de quantas vezes - tanto nos *doubles entendres* como nos sonhos - os hemisférios menores do corpo da mulher são usados, quer como contrastes, quer como substitutos, em lugar dos maiores.

III

Interromperei esta série por um momento para inserir um breve sonho inocente produzido por um rapaz. Ele sonhou que *estava novamente vestindo seu sobretudo de inverno, o que era uma coisa terrível*. A razão aparente desse sonho fora um súbito retorno do tempo frio. Se examinarmos mais de perto, porém, observaremos que as duas pequenas partes que compõem o sonho não estão em completa harmonia, pois o que poderia haver de “terrível” em vestir um sobretudo pesado ou grosso no frio? Além disso, a inocência do sonho foi decisivamente abalada pela primeira associação que ocorreu ao sonhado na análise. Lembrou-se de que uma dama lhe confiara, na véspera, que seu filho mais novo devia sua existência a um preservativo rasgado. Com base nisso, ele pôde reconstruir seus pensamentos. Um preservativo fino era perigoso, mas um preservativo grosso era ruim. O preservativo foi adequadamente representado como um sobretudo, visto que nos enfiamos em ambos. Mas uma eventualidade como a que a dama lhe descrevera certamente seria “terrível” para um homem solteiro.

E agora voltemos a nossa inocente sonhadora.

IV

Ela estava colocando uma vela num castiçal, mas a vela se quebrou de modo que não ficava de pé adequadamente. As colegas de sua escola disseram que ela era desajeitada, mas a diretora disse que não era culpa dela.

Mais uma vez, a causa do sonho fora um fato real. No dia anterior, ela realmente pusera uma vela num castiçal, embora esta não se quebrasse. Certo simbolismo transparente estava sendo utilizado nesse sonho. Uma vela é um objeto que pode excitar os órgãos genitais femininos e, quando está quebrada, de modo que não possa ficar de pé adequadamente, significa que o homem é impotente. (“*Não era culpa dela.*”) Mas poderia uma jovem cuidadosamente educada, que fora poupada do impacto de tudo o que fosse feio, ter sabido que uma vela podia ser usada para esse fim? Casualmente, ela pôde indicar como foi que obteve essa informação. Certa feita, quando estavam num barco a remo no Reno, outra embarcação com alguns estudantes passaram por eles. Estavam muito animados e cantavam, ou antes, gritavam, uma canção:

Wenn die Königin von Schweden, Bei geschlossenen Fensterläden Mit Apollokerzen...

Ou ela não conseguiu ouvir ou não entendeu a última palavra, e teve de pedir ao marido que lhe desse a explicação necessária. O verso foi substituído no conteúdo do sonho por uma recordação inocente de alguma tarefa que ela executara desajeitadamente quando estava na escola, e a substituição foi possibilitada graças ao elemento comum *postigos fechados*. A ligação entre os temas masturbação e impotência é bastante óbvia. O “Apolo” do conteúdo latente desse sonho ligava-o a um sonho anterior em que aparecia a virgem Palas. Nada inocente, portanto.

V

Para que não fiquemos tentados, com demasiada facilidade, a tirar dos sonhos conclusões sobre a vida real do sonhador, acrescentarei mais um sonho da mesma paciente, que de novo tem uma aparência inocente. “*Sonhei,*” disse ela, “*com o que realmente fiz ontem: enchi tanto uma maleta de livros que tive dificuldade em fechá-la, e sonhei exatamente com o que aconteceu mesmo.*” Nesse exemplo, a própria narradora colocou a ênfase principal na consonância entre o sonho e a realidade. [Ver em [1] e [2]-[3].] Todas essas opiniões e comentários sobre um sonho, embora consigam um lugar no pensamento de vigília, são

invariavelmente, na verdade, parte do conteúdo latente do sonho, como veremos confirmado por outros exemplos mais adiante [em [1]] O que nos foi dito, portanto, é que aquilo que o sonho descrevia tinha realmente acontecido na véspera. Ocuparia muito espaço explicar como foi que me ocorreu a idéia de utilizar a língua inglesa na interpretação. Bata dizer que, mais uma vez, o que estava em questão era uma “caixinha” (cf. o sonho da criança morta na “caixa”, [em [1]]), que estava tão cheia que não se podia pôr mais nada nela. De qualquer modo, nada mau desta vez.

Em todos esses sonhos “inocentes”, o motivo da censura é, obviamente, o fator sexual. Esse, porém, é um assunto de importância primordial que tenho de deixar de lado.

(B) O MATERIAL INFANTIL COMO FONTE DOS SONHOS

Como todos os outros autores nesse assunto, com exceção de Robert, assinalei como terceira peculiaridade do conteúdo dos sonhos poder ele incluir impressões que remontam à primeira infância e que não parecem ser acessíveis à memória de vigília. Naturalmente, é difícil determinar com que raridade ou freqüência isso ocorre, visto que a origem dos elementos oníricos em questão não é reconhecida após o despertar. A prova de que aquilo com que estamos lidando são impressões da infância deve, portanto, ser estabelecida por meio de indícios externos, e é raro haver oportunidade de fazê-lo. Um exemplo particularmente convincente é o apresentado por Maury [1878, 143 e seg., citado em [1]], sobre o homem que um dia tomou a decisão de visitar sua terra natal após uma ausência de mais de vinte anos. Durante a noite que antecedeu a partida, sonhou que estava num lugar inteiramente desconhecido e que ali encontrava na rua um homem desconhecido e conversara com ele. Ao chegar a casa, verificou que o lugar desconhecido era real e ficava bem nas imediações de sua cidade natal, e que o homem desconhecido do sonho vinha a ser um amigo de seu pai, já falecido, que ainda morava lá. Essa foi uma prova conclusiva de que, em sua infância, ele vira tanto o homem como o lugar. Esse sonho também deve ser interpretado como um sonho de impaciência, tal como da moça que tinha uma entrada de teatro na bolsa (em [1]), o da criança cujo pai lhe prometera levá-la a uma excursão até o Hameau (em [1]) e sonhos semelhantes. Os motivos que levaram os autores dos sonhos a reproduzirem uma impressão específica de sua infância, e não qualquer outra, não podem, é claro, ser descobertos sem uma análise.

Alguém que freqüentou um de meus ciclos de palestras e que se gabava de que seus sonhos muito raramente sofriam distorção relatou-me que, não fazia muito tempo, sonhara

ver *seu antigo tutor na cama com a babá* que estivera com sua família até os seus onze anos de idade. No sonho, ele identificara o local onde ocorreu a cena. Seu interesse tinha sido despertado e ele contara o sonho a seu irmão mais velho, que rindo, confirmou a veracidade do que ele havia sonhado. O irmão se lembrava muito bem daquilo, pois tinha seis anos na época. Os amantes tinham o hábito de embriagar o menino mais velho com cerveja, sempre que as circunstâncias eram favoráveis às relações sexuais durante a noite. O menino mais novo -o sonhador -, que contava então três anos de idade e dormia no quarto com a ama, não era considerado um empecilho. [Ver também em [1].]

Há outra maneira de se estabelecer com certeza, sem a assistência da interpretação, que um sonho contém elementos da infância. É quando o sonho é do tipo que se chama “recorrente”, isto é, quando se teve o sonho pela primeira vez na infância e depois ele reaparece constantemente, de tempos em tempos, durante o sono adulto. Posso acrescentar aos exemplos conhecidos desses sonhos alguns de meus próprios registros, embora eu mesmo nunca tenha experimentado um deles. Um médico de trinta e poucos anos relatou-me que, desde os primórdios de sua infância até a época atual, um leão amarelo aparecia freqüentemente em seus sonhos; e pôde fornecer uma descrição minuciosa dele. Esse leão de seus sonhos surgiu um dia em forma concreta, como um enfeite de porcelana há muito desaparecido. O rapaz soube, então, por intermédio da mãe, que esse objeto fora seu brinquedo predileto durante a primeira infância, embora ele próprio houvesse esquecido desse fato.

Se passarmos agora do conteúdo manifesto dos sonhos para os pensamentos oníricos que só a análise revela, constataremos, para nosso espanto, que as experiências da infância também desempenham seu papel em sonhos cujo conteúdo jamais levaria alguém a supô-lo. Devo um exemplo particularmente agradável e instrutivo de um sonho dessa natureza ao meu respeitado colega do leão amarelo. Após ler a narrativa de Nansen sobre sua expedição polar, ele sonhou que estava num campo de gelo e aplicava ao bravo explorador tratamento galvânico contra um ataque de ciática do qual ele estava sofrendo. No processo de análise do sonho, ele pensou numa história que datava de sua infância, a qual, aliás, foi a única coisa a tornar o sonho inteligível. Um belo dia, quando tinha três ou quatro anos, ele ouvira os mais velhos conversarem sobre viagens de descobrimento e perguntara ao pai se aquilo era uma doença grave. Evidentemente, confundira “*Reisen*” [“viagens”] com “*Reissen*” [“cólicas”], e seus irmãos e irmãs providenciaram para que ele jamais esquecesse esse erro embaraçoso.

Houve um exemplo semelhante disso quando, no transcurso de minha análise do sonho da monografia sobre o gênero *Ciclâmen* [ver em [1]], tropecei na lembrança infantil de meu pai, quando eu era um garoto de cinco anos, dando-me um livro ilustrado com pranchas coloridas para que eu o destruísse. Talvez se possa pôr em dúvida se essa lembrança realmente

desempenhou algum papel na determinação da forma assumida pelo conteúdo do sonho, ou se, antes, não terá sido o processo de análise que estruturou subsequente a ligação. Mas os elos associativos abundantes e entrelaçados justificam nossa aceitação da primeira alternativa: ciclâmen - flor favorita - prato predileto - alcachofras; dismantelar como a uma alcachofra, folha por folha (expressão que ecoa constantemente em nossos ouvidos em relação ao desmembramento paulatino do Império Chinês) - herbário - traças de livros, cujo alimento favorito são os livros. Além disso, posso assegurar a meus leitores que o sentido último do sonho, que não revelei, está intimamente relacionado com o assunto da cena infantil.

No caso de outro grupo de sonhos, demonstra-nos a análise que o desejo real que instigou o sonho e cuja realização é representada pelo sonho provém da infância; de modo que, para nossa surpresa, *verificamos que a criança e seus impulsos continuam vivos no sonho.*

Neste ponto, retomarei mais uma vez a interpretação de um sonho que já verificamos ser instrutivo - o sonho em que meu amigo R. era meu tio. [Ver em [1]] Acompanhamos sua interpretação até o ponto de reconhecer nitidamente, como uma de suas motivações, meu desejo de ser nomeado para o cargo de professor, e explicamos a afeição que senti no sonho por meu amigo R. como um produto de oposição e revolta contra as calúnias a meus dois colegas contidas nos pensamentos oníricos. O sonho foi meu mesmo; portanto, posso prosseguir sua análise dizendo que meus sentimentos ainda não estavam satisfeitos com a solução até então alcançada. Eu sabia que minha opinião de vigília sobre os colegas que foram tão maltratados nos pensamentos oníricos teria sido bem diferente; e a força de meu desejo de não partilhar do destino deles na questão da indicação evidenciava-se-me como insuficiente para explicar a contradição entre minhas avaliações deles no estado de vigília e no sonho. Se fosse realmente verdade que minha ânsia de que se dirigissem a mim por um título diferente era tão forte assim, isso mostrava uma ambição patológica que eu não reconhecia em mim mesmo e que acreditava ser-me estranha. Eu não saberia dizer como as outras pessoas que acreditavam conhecer-me iriam julgar-me a esse respeito. Talvez eu fosse realmente ambicioso; mas, sendo assim, minha ambição há muito se transferira para objetos bem diferentes do título e do posto de *professor extraordinarius*.

Qual, então, poderia ter sido a origem da ambição que produziu o sonho em mim? Nesse ponto, recordei-me de uma história que ouvira muitas vezes em minha infância. Na época de meu nascimento, uma velha camponesa profetizara à minha orgulhosa mãe que, com seu primeiro filho, ela havia trazido ao mundo um grande homem. Essas profecias devem ser muito comuns: existem inúmeras mães cheias de expectativas felizes e inúmeras velhas camponesas e outras do gênero que compensam a perda de seu poder de controle sobre as coisas do mundo atual concentrando-o no futuro. Nem teria a profetisa nada a perder com o que disse. Teria sido esta origem de minha sede de grandeza? Mas isso me fez recordar outra experiência, que datava dos últimos anos de minha infância, e que oferecia uma

explicação ainda melhor. Meus pais tinham o hábito, quando eu era um menino de onze ou doze anos, de levar-me ao Prater. Uma noite, quando lá estávamos sentados num restaurante, nossa atenção fora atraída por um homem que ia de mesa em mesa e, mediante uma pequena esmola, improvisava uma composição poética sobre qualquer tópico que lhe fosse apresentado. Mandaram-me trazer o poeta à nossa mesa e ele mostrou sua gratidão ao mensageiro. Antes de perguntar qual seria o tema escolhido, dedicou-me algumas linhas, tendo sua inspiração declarado que, quando eu crescesse, provavelmente seria um Ministro do Gabinete. Eu ainda me lembrava muito bem da impressão que essa segunda profecia me havia causado. Aqueles eram os tempos do Ministério “Bürger”. Pouco antes, meu pai levava para casa retratos desses profissionais da classe média - Herbst, Giskra, Unger, Berger e os demais - e nós havíamos iluminado a casa em homenagem a eles. Havia até mesmo alguns judeus entre eles. Assim, dali por diante, todo estudante judeu aplicado levava a pasta de Ministro do Gabinete em sua sacola. Os eventos daquele período sem dúvida tiveram alguma relação com o fato de que, até pouco antes de meu ingresso na Universidade, fora minha intenção estudar Direito, e só no último momento é que eu mudara de opinião. A carreira ministerial está definitivamente barrada aos médicos. Mas agora, voltamos a meu sonho. Comecei a compreender que meu sonho me conduzira do melancólico presente às animadoras esperanças dos dias do Ministério “Bürger”, que o desejo que ele fizera o máximo por realizar remontava àqueles tempos. Ao maltratar meus dois eminentes e eruditos colegas por serem judeus, e ao tratar um deles como simplório e o outro como criminoso, estava comportando-me como se eu fosse o Ministro, colocara-me no lugar do Ministro. Virando a mesa sobre Sua Excelência com vingança! Ele se recusara a me nomear professor extraordinarius, e eu me desferrara no sonho, tomando-lhe o lugar.

Em outro exemplo tornou-se evidente que, embora o desejo que instigou o sonho fosse um desejo atual, ele recebera um poderoso reforço de lembranças que se estendia a épocas muito distantes da infância. O que tenho em mente é uma série de sonhos que se baseiam num anseio de visitar Roma. Ainda por muito tempo, sem dúvida, terei de continuar a satisfazer esse anseio em meus sonhos, pois, na estação do ano em que me é possível viajar, a permanência em Roma deve ser evitada por motivos de saúde. Por exemplo, sonhei certa vez que contemplava, da janela de um vagão de trem, o Tibre e a Ponte Sant’ Angelo. O trem começou a se afastar e ocorreu-me que eu mal havia posto os pés na cidade. O panorama que vi em meu sonho fora tirado de uma famosa gravura que eu vislumbrara por um momento na véspera, na sala de estar de um de meus pacientes. Noutra ocasião, alguém me levava ao alto de uma colina e me mostrava Roma meio envolta em brumas; estava tão distante que fiquei surpreso por ter dela uma visão tão clara. Havia mais coisas no conteúdo desse sonho do que me sinto disposto a descrever com pormenores, mas o tema da “terra prometida vista de longe” era óbvio nele. A cidade que assim vi pela primeira vez, imersa em brumas, era... Lübeck; e o protótipo da colina ficava em... Gleichenberg. Num terceiro sonho, eu finalmente chegara a Roma, como o próprio sonho me informou, mas fiquei desapontado ao

constatar que o cenário estava longe de ter um caráter urbano. *Havia um estreito regato de águas negras; numa de suas margens havia penhascos negros e, na outra, pradarias com grandes flores brancas. Notei um certo Herr Zucker (que eu conhecia ligeiramente) e decidi perguntar-lhe o caminho para a cidade.* Eu estava claramente fazendo uma vã tentativa de ver, em meu sonho, uma cidade que jamais vira na vida de vigília. Decompondo a paisagem do sonho em seus elementos, verifiquei que as flores brancas me levavam a Ravenna, que eu tinha visitado e que, pelo menos por algum tempo, suplantara Roma como capital da Itália. Nos pântanos ao redor de Ravenna encontramos belíssimos lírios que cresciam em águas negras. Como tínhamos tido grandes dificuldades de retirá-los da água, o sonho os fez crescer em pradarias, como os narcisos em nossa própria Aussee. O penhasco negro, tão próximo da água, lembrou-me nitidamente o vale Tepl, perto de Karlsbad. “*Karlsbad*” permitiu-me explicar o curioso detalhe de eu haver perguntado o caminho a *Herr Zucker*. O material de que se tecia o sonho incluía, nesse ponto, duas daquelas jocosas anedotas judaicas que contêm tão profunda e por vezes amarga sabedoria mundana, e que tanto apreciamos citar em nossas conversas e cartas. Eis a primeira: a história da “*constituição*”. Um judeu sem dinheiro metera-se furtivamente, sem passagem, no expresso para *Karlsbad*. Foi apanhado, e toda vez que os bilhetes eram conferidos, ele era retirado do trem e tratado cada vez mais com maior severidade. Numa das estações de sua *via dolorosa*, encontrou-se com um conhecido que lhe perguntou para onde estava viajando. “Para *Karlsbad*”, foi sua resposta, “se minha constituição puder agüentar.” Minha lembrança passou então para outra história: a de um judeu que não sabia falar francês e a quem havia recomendado que, quando chegasse a Paris, perguntasse o caminho para a *rue Richelieu*. A própria Paris fora, durante muitos anos, outra meta dos meus anseios; e a sensação de bem-aventurança com que pela primeira vez pisei em suas calçadas me pareceu uma garantia de outros de meus desejos seriam também realizados. “Perguntar o caminho”, além disso, era uma alusão direta a *Roma*, já que é bem sabido que todos os caminhos levam até lá. Da mesma forma, o nome *Zucker* [açúcar] constituía novamente uma alusão a *Karlsbad*, pois temos o hábito de recomendar o tratamento lá para qualquer pessoa que sofra do mal *constitucional* do diabetes. A instigação desse sonho fora uma proposta feita por meu amigo de Berlim de que nos encontrássemos em Praga na Páscoa. O que ali iríamos debater teria incluído algo com uma outra relação com “açúcar” e “diabetes”.

Um quarto sonho, que ocorreu logo depois do último, levou-me a Roma mais uma vez. Eu via a esquina de uma rua diante de mim e ficava surpreso por encontrar tantos cartazes em alemão ali afixados. Eu escrevera a meu amigo na véspera, com uma visão profética, dizendo achar que Praga talvez não fosse um lugar agradável para as perambulações de um alemão. Assim, o sonho expressou, ao mesmo tempo, o desejo de encontrá-lo em Roma, em vez de uma cidade boêmia, e um desejo, que provavelmente remontava aos meus dias de

estudante, de que a língua alemã fosse mais tolerada em Praga. Aliás, devo ter compreendido o tcheco nos primeiros anos de minha infância, pois nasci numa pequena cidade da Morávia com uma população eslava. Uma canção de ninar tcheca, que ouvi quando tinha dezessete anos, fixou-se em minha memória com tal facilidade que até hoje posso repeti-la, embora não tenha nenhuma idéia do que significa. Assim, também não faltavam ligações com meus primeiros anos de infância nesses sonhos.

Foi em minha última viagem à Itália, que, entre outros lugares, me fez passar pelo Lago Trasimene, que finalmente - depois de ter visto o Tibre e de ter retornado com tristeza quando me encontrava apenas cinqüenta milhas de Roma - descobri de que maneira meu anseio pela cidade eterna fora reforçado por impressões de minha mocidade. Eu estava no processo de elaborar um plano para contornar Roma no ano seguinte e ir até Nápoles, quando me ocorreu uma frase que devo ter lido em um de nossos autores clássicos : “Qual dos dois, pode-se argumentar, andou de um lado para outro em seu gabinete com maior impaciência, depois de ter elaborado seu plano de ir a Roma - Winckelmann, o Vice-Comandante, ou Aníbal, o Comandante-em Chefe?” Na realidade, eu vinha seguindo as pegadas de Aníbal. Como ele, estava destinado a não ver Roma; e também ele se deslocara para a Campagna quando todos os esperavam em Roma. Mas Aníbal, com quem eu viera a me assemelhar nesses aspectos, fora o herói predileto de meus últimos tempos de ginásio. Como tantos meninos daquela idade, eu simpatizara, nas Guerras Púnicas, não com os romanos, mas com os cartagineses. E quando nas séries mais avançadas comecei a compreender pela primeira vez o que significava pertencer a uma raça estrangeira, e os sentimentos anti-semitas entre os outros rapazes me advertiram de que eu precisava assumir uma posição definida, a figura do general semita elevou-se ainda mais em meu conceito. Para minha mente juvenil, Aníbal e Roma simbolizavam o conflito entre a tenacidade dos judeus e a organização da Igreja Católica. E a importância crescente dos efeitos do movimento anti-semita em nossa vida emocional ajudou a fixar as idéias e sentimentos daqueles primeiros anos. Assim, o desejo de ir a Roma se transformara, em minha vida onírica, num disfarce e num símbolo para muitos outros desejos apaixonados. Sua realização seria perseguida com toda a perseverança e unidade de propósitos do cartaginês, embora se afigurasse, no momento, tão pouco favorecida pelo destino quanto fora o desejo de Aníbal, durante toda a sua vida, de entrar em Roma.

Nesse ponto, fui novamente confrontado com o evento de minha juventude, cuja força ainda era demonstrada em todas essas emoções e em todos esses sonhos. Eu devia ter dez ou doze anos quando meu pai começou a me levar com ele em suas caminhadas e a me revelar, em suas conversas, seus pontos de vista sobre as coisas do mundo em que vivemos. Foi assim que, numa dessas ocasiões, ele me contou uma história para me mostrar quão melhores eram as coisas então do que tinham sido nos seus dias. “Quando eu era jovem”, disse ele, “fui dar um passeio num sábado pelas ruas da cidade onde você nasceu; estava bem vestido e usava um novo gorro de pele. Um cristão dirigiu-se a mim e, de um só golpe, atirou meu gorro na lama e gritou: ‘Judeu! saia da calçada!’ - ‘E o que fez o senhor?’, perguntei-lhe.

“Desci da calçada e apanhei meu gorro”, foi sua resposta mansa. Isso me pareceu uma conduta pouco heróica por parte do homem grande e forte que segurava o garotinho pela mão. Contrastei essa situação com outra que se ajustava melhor aos meus sentimentos: a cena em que o pai de Aníbal, Amílcar Barca, fez seu filho jurar perante o altar da casa que se vingaria dos romanos. Desde essa época Aníbal ocupava um lugar em minhas fantasias.

Creio poder remontar às origens de meu entusiasmo pelo general cartaginês recuando mais um passo em minha infância; portanto, mais uma vez, seria apenas questão da transferência de uma relação emocional já formada para um novo objeto. Um dos primeiros livros em que pus as mãos depois que aprendi a ler foi a história do Consulado e do Império, de Thiers. Ainda me lembro de quando colocava etiquetas com os nomes dos marechais de Napoleão nas costas achatadas de meus soldadinhos de madeira. E, naquela época, meu favorito manifesto já era Massena (ou, para dar ao nome sua forma judaica, Manasseh). (Sem dúvida, essa preferência era também parcialmente explicável pelo fato de o meu aniversário cair no mesmo dia que o dele, exatamente cem anos depois.) O próprio Napoleão se assemelha a Aníbal, por terem ambos atravessado os Alpes. É possível até que o desenvolvimento desse ideal marcial possa ser remetido a uma época ainda mais remota de minha infância: a época em que, com a idade de três anos, eu tinha uma estreita relação, às vezes amistosa, mas às vezes hostil, com um menino um ano mais velho que eu, e aos desejos que essa relação deve ter suscitado no mais fraco de nós dois.

Quanto mais alguém se aprofunda na análise de um sonho, com mais freqüência chega ao rastro das experiências infantis que desempenharam seu papel entre as fontes do conteúdo latente desse sonho.

Já vimos (em [1]) que é muito raro um sonho reproduzir as recordações de tal maneira que elas constituam, sem abreviação ou modificação, a *totalidade* de seu conteúdo manifesto. Não obstante, há alguns exemplos indubitáveis da ocorrência disso e posso acrescentar mais alguns, novamente, relacionados com cenas de infância. Apresentou-se a um de meus pacientes num sonho uma reprodução quase não distorcida de um episódio sexual, que foi prontamente reconhecida como uma lembrança verdadeira. Sua recordação do evento, de fato, nunca se perdera por completo na vida de vigília, embora tivesse sido muito obscurecida, e sua revivescência foi conseqüência do trabalho previamente executado na análise. Aos doze anos, o sonhador fora visitar um colega de escola que estava acamado, e este, provavelmente num movimento acidental, descobriu o corpo. À vista dos órgãos do amigo, meu paciente foi tomado por uma espécie de compulsão e também se descobriu, segurando o pênis do outro. O amigo olhou-o com indignação e assombro, ao que ele, tomado de grande embaraço, largou-o. Essa cena se repetiu num sonho vinte e três anos depois, incluindo todos os pormenores de seus sentimentos na época. Modificou-se, porém, no sentido de que o sonhador assumiu o papel passivo em vez do ativo, enquanto a figura de

seu colega de escola foi substituída por alguém pertencente a sua vida contemporânea. [Ver em [1].]

É verdade que, de modo geral, a cena da infância só é representada no conteúdo manifesto do sonho por uma alusão, e ela se tem de chegar por uma interpretação do sonho. Tais exemplos, quando registrados não trazem grande convicção, visto que, via de regra, não existe nenhuma outra prova da ocorrência dessas experiências da infância: quando remontam a uma idade muito prematura, elas já não são reconhecidas como lembranças. A justificação geral para que se infira a ocorrência dessas experiências infantis a partir dos sonhos é proporcionada por toda uma série de fatores do trabalho suficientemente fidedignos. Se eu registrar algumas dessas experiências infantis arrancadas de seu contexto para fins de interpretação dos sonhos, talvez, elas causem uma fraca impressão, especialmente por eu não poder citar todo o material em que se basearam as interpretações. Não obstante, não permitirei que isso me impeça de relatá-las.

I

Todos os sonhos de uma de minhas pacientes se caracterizavam por ela estar sempre “apressada”: estava sempre com uma pressa enorme de chegar a algum lugar a tempo de não perder um trem, e assim por diante. Num dos sonhos, *ela ia visitar uma amiga; a mãe lhe disse que tomasse um táxi e que não fosse a pé, mas, em vez disso, ela saiu correndo e ficou levando tombos.* - O material que surgiu na análise levou a lembranças de *correr de um lado para outro* e de fazer travessuras na infância (o leitor sabe o que os vienenses chamam de “*eine Hetz*” [“uma investida”, “uma corrida furiosa”]). Um sonho específico relembrou o jogo infantil predileto de dizer uma frase, “*Die Kuh rannte, bis sie fiel*” [“A vaca correu até cair”] tão depressa que ela soa como se fosse uma única palavra [disparatada] - outra *corridinha*, na verdade. Todas essas correrias inocentes com as amiguinhas foram lembradas porque tomavam o lugar de outras menos inocentes.

II

Eis aqui o sonho de outra paciente: *Ela estava numa grande sala em que havia toda sorte de máquinas, tal como imaginava que seria um instituto ortopédico. Disseram-lhe que eu não dispunha de tempo e que ela teria que receber o tratamento junto com outros cinco. Ela se recusou, porém, e não queria deitar-se na cama - ou lá o que fosse - que se destinava a ela. Ficou no canto e esperou que eu lhe dissesse que não era verdade. Entrementes, os outros riam dela e diziam que essa era a sua maneira de “ir levando”. - Simultaneamente, era como se ela estivesse fazendo uma porção de quadrinhos.*

A primeira parte do conteúdo desse sonho relacionava-se com o tratamento e era uma transferência para mim. A segunda parte encerrava uma alusão a uma cena da infância. As duas partes estavam ligadas pela menção à cama.

O *instituto ortopédico* remontava a uma observação feita por mim, na qual eu comparara o tratamento, tanto em sua extensão quanto em sua natureza, a um tratamento *ortopédico*. Quando comecei seu tratamento, vira-me compelido a dizer-lhe que, no momento, *não dispunha de muito tempo para ela*, embora depois pudesse dedicar-lhe uma hora inteira diariamente. Isso mexera com sua antiga sensibilidade, que constitui um traço predominante do caráter das crianças inclinadas à histeria: elas são insaciáveis em matéria de amor. Minha paciente fora a caçula de uma família de seis filhos (donde *junto com outras cinco*) e tinha sido, portanto, a favorita do pai; mesmo assim, parece ter sentido que seu adorado pai lhe dedicava muito pouco de seu tempo e sua atenção. - Sua *espera de que eu lhe dissesse que não era verdade* teve a seguinte origem: um jovem aprendiz de alfaiate levava-lhe um vestido e ela lhe dera o dinheiro em pagamento. Depois, perguntara ao marido se, caso o menino perdesse o dinheiro, ela teria que pagá-lo novamente. O marido, para *implicar* com ela, dissera-lhe que sim. (A *implicância* no sonho.) Ela continuou a perguntar-lhe repetidas vezes e *esperou que ele dissesse, afinal, que não era verdade*. Foi então possível inferir que, no conteúdo latente do sonho, ocorrera-lhe a idéia de saber se ela teria que me pagar o dobro caso eu lhe dispensasse o dobro do tempo - idéia que ela considerou avara ou *suja*. (A falta de asseio na infância é muitas vezes substituída nos sonhos pela avareza por dinheiro; o elo entre as duas é a palavra “sujo”.) Se todo o trecho sobre *esperar que eu dissesse* etc., pretendia ser, no sonho, um circunlóquio relativo ao termo “sujo”, então o fato de ela “*ficar de pé no canto*” e “*não se deitar na cama*” combinava com o termo, na qualidade de componentes de uma cena de infância: uma cena em que ela sujara a cama e fora punida tendo de ficar de pé num canto, com a ameaça de que o pai não a amaria mais e de que os irmãos e irmãs se ririam dela, e assim por diante. - Os *quadrinhos* relacionavam-se com sua sobrinha, que lhe mostrara o truque aritmético de dispor Algarismos em nove quadrados (creio que isso está certo), de tal modo que eles somam

quinze em todas as direções.

III

Um homem sonhou o seguinte: *Viu dois meninos brigando - filhos de tanoeiros, a julgar pelas ferramentas que se achavam por perto. Um dos meninos jogou o outro por terra; o que foi derrubado usava brincos de pedras azuis. Ele correu em direção ao atacante com sua bengala erguida, para castigá-lo. Este correu em busca de proteção até uma mulher que estava de pé junto a uma cerca de madeira, como se fosse a mãe dele. Era uma mulher da classe operária e estava de costas para o sonhador. Finalmente, ela se voltou e dirigiu-lhe um olhar terrível, de modo que ele fugiu apavorado. Via-se a carne vermelha de suas pálpebras inferiores à mostra.*

O sonho utilizara copiosamente eventos triviais do dia anterior. Ele de fato vira dois meninos na rua, um dos quais derrubou o outro no chão. Quando ele se precipitou para impedir a briga, ambos saíram correndo. - *Filhos de tanoeiros*. Isso só foi explicado por um sonho subsequente, no qual ele empregou a expressão “*arrancando o fundo de um barril*”. - A partir de sua experiência, ele achava que *brincos de pedras azuis* eram basicamente usados por prostitutas. Ocorreu-lhe então um verso de um conhecido poema burlesco sobre *dois meninos*: “O outro menino chamava-se Marie” (isto é, era uma menina). - *A mulher de pé*. Após a cena com os dois meninos, ele fora fazer uma caminhada pelas margens do Danúbio e aproveitara a solidão do lugar para urinar numa *cerca de madeira*. Mais adiante, uma senhora idosa respeitavelmente trajada sorria para ele de maneira muito amigável e quisera dar-lhe seu cartão de visita. Visto que a mulher do sonho estava de pé na mesma posição que ele ao urinar, devia tratar-se de uma mulher urinando. Isso coincide com sua *aparência* terrível e com a *carne vermelha à mostra*, que só poderia relacionar-se com a abertura dos órgãos genitais causada pela posição abaixada. Isso, visto em sua infância, reapareceu numa lembrança posterior como “*carne viva*” - como uma ferida.

O sonho combinou duas oportunidades que ela tivera, quando menino, de ver os órgãos genitais de garotinhas: quando *foram derrubadas no chão* e quando estava *urinando*. E, da outra parte do contexto, emergiu uma lembrança de ele ser *castigado* ou ameaçado por seu pai pela curiosidade sexual que demonstrara nessas ocasiões.

IV

Por trás do seguinte sonho (produzido por uma senhora idosa) havia toda uma gama de lembranças da infância, combinadas da melhor forma possível numa única fantasia.

Ela saiu numa grande pressa para tratar de alguns assuntos. No Graben, caiu de joelhos, como estivesse inteiramente alquebrada. Grande número de pessoas reuniu-se em torno dela, especialmente condutores de táxis, mas ninguém a ajudou a levantar-se. Ela fez várias tentativas vãs, e deste ter finalmente alcançado êxito, pois foi posta num táxi que iria levá-la para casa. Alguém atirou uma cesta grande e muito carregada (como uma cesta de compras) pela janela depois que ela entrou.

Essa era a mesma senhora que sempre se sentia “apressada” em seus sonhos, tal como havia corrido e feito traquinagens quando criança. [Ver em [1].] A primeira cena do sonho derivava, evidentemente, da visão de um cavalo caído; da mesma forma, o termo “*alquebrada*” referia-se a corrida de cavalos. Em sua juventude, ela cavalgara, e, sem dúvida, quando era ainda mais nova, tinha realmente *sido* um cavalo. O *cair* relacionava-se com uma lembrança da primeira infância, ligada ao filho de dezessete anos do porteiro da casa, que caíra na rua com um ataque epilético e fora levado para casa numa carruagem. Ela, naturalmente, apenas *ouvira* falar sobre isso, mas a idéia dos ataques epiléticos (da “doença das *quedas*”) dominara sua imaginação e, mais tarde, influenciara a forma assumida por seus próprios ataques histéricos. - Quando uma mulher sonha que está caindo, isso tem quase invariavelmente uma conotação sexual: ela se imagina como uma “*mulher decaída*”. Este sonho, em particular, praticamente não deixou qualquer margem para dúvidas, já que o local onde minha paciente caiu foi o Graben, uma parte de Viena que é notória como área de prostituição. A cesta de compras [Korb] levou a mais de uma interpretação. Fê-la lembrar-se de numerosas *recusas* [Körbe] que fizera a seus pretendentes, bem como das que ela própria se queixava de ter recebido posteriormente. Isso também estava ligado ao fato de que *ninguém a ajudou a levantar-se*, o que ela mesma explicou como uma recusa. A *cesta de compras* lembrou-lhe ainda fantasias que já haviam surgido em sua análise, nas quais ela era casada com alguém de condição social muito inferior à sua e tinha de fazer as compras de mercado ela própria. E, finalmente, a cesta podia servir como marca de uma criada. Nesse ponto, surgiram outras lembranças da infância. Em primeiro lugar, de uma cozinheira

que fora despedida por furto, e que *caíra de joelhos* e suplicara para ser perdoada. Ela própria tinha doze anos naquela época. Depois, de uma empregada que fora despedida por causa de um caso amoroso com o *cocheiro* da família (que, aliás, casou-se com ela depois). Assim, essa lembrança era também uma das fontes dos cocheiros (*condutores*) do sonho (que, ao contrário do cocheiro real, não soergueram a mulher decaída). Restava explicar o fato de a cesta ser *atirada depois que ela entrou pela janela*. Isso a fez lembrar-se de *despachar* bagagens a serem *enviadas* por trem, do costume rural de os namorados subirem e entrarem pela *janela* de suas namoradas, e de outros pequenos episódios de sua vida no campo: de como um cavalheiro lançara algumas *ameixas azuis* e uma senhora *pela janela* de seu quarto, e de como sua própria irmã mais nova se assustara com o idiota da aldeia olhando *por sua janela*. Uma lembrança obscura de seus dez anos de idade começou então a emergir, de uma babá do interior que se entregara a cenas amorosas (das quais a menina poderia ter visto algo) com um dos criados da casa, e que, juntamente com seu amante, tinha sido *mandada embora, posta para fora* (o oposto da imagem onírica “atirada *para dentro*”) - uma história de que já nos havíamos aproximado partindo de várias outras direções. A bagagem ou mala de um criado é desdenhosamente designada, em Viena, como “*sete ameixas*”: “arrume suas sete ameixas e dê o fora!”

Meus registros naturalmente abrangem uma grande coletânea de sonhos de pacientes cuja análise levou a impressões infantis obscuras ou inteiramente esquecidas, muitas vezes remontando aos três primeiros anos de vida. Mas seria inseguro aplicar quaisquer conclusões extraídas delas aos sonhos em geral. As pessoas em questão eram, na totalidade dos casos, neuróticas, e em particular, histéricas; e é possível que o papel desempenhado pelas cenas infantis em seus sonhos fosse determinado pela natureza de sua neurose, e não pela natureza dos sonhos. Não obstante, ao analisar meus próprios sonhos - e, afinal, não o estou fazendo por causa de nenhum sintoma patológico gritante -, ocorre com freqüência não inferior que, no conteúdo latente de um sonho, deparo inesperadamente com uma cena de infância, e imediatamente toda uma série de meus sonhos se vincula com associações que se ramificam de alguma experiência de minha infância. Já dei alguns exemplos disso [Ver em [1]-[2]], e terei outros a dar em conexão com uma variedade de aspectos. Talvez eu não possa encerrar melhor esta seção do que relatando um ou dois sonhos meus em que ocasiões recentes e experiências há muito esquecidas da infância se uniram como fontes do sonho.

Fatigado e faminto após uma viagem, fui dormir, e as principais necessidades vitais começaram a anunciar sua presença em meu sono. Tive o seguinte sonho:

Entrei numa cozinha à procura de pudim. Lá havia três mulheres de pé; uma delas era a estalajadeira e revolia algo na mão, como se estivesse fazendo Knödel [bolinhos de massa]. Ela respondeu que eu devia esperar até que ela estivesse pronta. (Essas não foram palavras claras verbalmente enunciadas.) Fiquei impaciente e saí com um sentimento de ofensa. Vesti um sobretudo. Mas o primeiro que experimentei era longo demais para mim. Tirei-o, bastante surpreso ao verificar que era forrado de pele. O segundo que vesti tinha uma longa tira com um desenho turco gravado. Um estranho de rosto alongado e barbicha pontuda apareceu e tentou impedir-me de vesti-lo, dizendo que era dele. Mostrei-lhe então que era todo bordado com um desenho turco. Ele perguntou: “Que têm os (desenhos, galões...) turcos a ver com o sonho?” Mas, em seguida, ficamos muito amáveis um com o outro.

Quando comecei a analisar esse sonho, pensei inesperadamente no primeiro romance que li (quando contava treze anos, talvez); aliás, comecei no fim do primeiro volume. Nunca soube o nome do romance ou de seu autor; mas guardo uma viva lembrança de seu final. O herói enlouqueceu e ficava a chamar pelos nomes das três mulheres que haviam trazido maior felicidade e dor para sua vida. Um desses nomes era *Pélagie*. Eu ainda não tinha nenhuma idéia de onde levaria essa lembrança na análise. Em relação às três mulheres, pensei nas três Parcas que fiam o destino do homem, e soube que uma das três mulheres - a estalajadeira do sonho - era a mãe que dá a vida, e além disso (como no meu próprio caso), dá à criatura viva seu primeiro alimento. O amor e a fome, refleti, reúnem-se no seio de uma mulher. Um rapaz que era grande admirador da beleza feminina falava, certa vez - assim diz a história -, da bonita ama-de-leite que o amamentara quando ele era bebê: “Lamento”, observou ele, “não ter aproveitado melhor aquela oportunidade.” Eu tinha o hábito de citar essa anedota para explicar o fator da “ação retardada” no mecanismo das psiconeuroses. Uma das Parcas, portanto, esfregava as palmas das mãos como se estivesse fazendo bolinhos de massa: estranha ocupação para uma Parca, e que exigia uma explicação. Esta foi fornecida por outra lembrança anterior de minha infância. Quando tinha seis anos de idade e recebi de minha mãe as primeiras lições, esperava-se que eu acreditasse que éramos todos feitos de barro, e portanto, ao barro deveríamos retornar. Isso não me convinha e expressei dúvidas sobre a doutrina. Ao que então minha mãe esfregou as palmas das mãos - exatamente como fazia ao preparar bolinhos de massa, só que não havia massa entre elas - e me mostrou as escamas enegrecidas de *epidermis* produzidas pela fricção como prova de que éramos feitos de barro. Meu assombro ante essa demonstração visual não teve limites, e aceitei a crença que posteriormente iria ouvir expressa nas palavras: “Du bist der natur

einen Tod schuldig.” Assim, foram realmente as Parcas que encontrei na cozinha ao entrar nela - como tantas vezes fizera na infância quando sentia fome, enquanto minha mãe, de pé junto ao fogo, me advertia de que eu devia esperar até que o jantar ficasse pronto. - E agora, quanto aos bolinhos de massa - os *Knödel!* Pelo menos um dos meus professores na Universidade - e precisamente aquele a quem devo meus conhecimentos histológicos (por exemplo, da *epidermis*) - se lembraria infalivelmente, de uma pessoa de nome *Knödl*, contra quem fora obrigado a mover um processo por *plagiar* seus escritos. A idéia de plágio - de apropriar-se do que quer que se possa, muito na qual eu era tratado como se fosse o ladrão que há algum tempo praticava suas atividades de furtar sobretudos nas salas de conferências. Eu havia anotado a palavra “plagiar” sem pensar nela, por ter-me ocorrido; mas então observei que ela podia estabelecer uma ponte [*Brücke*] entre diferentes partes do conteúdo manifesto do sonho. Uma cadeia de associações (*Pélagie* - *plagiar* - *plagióstomos* ou tubarões [*Haifische*] - a bexiga natatória de um peixe [*Fischblase*]) ligou o antigo romance com o caso de *Knödl* e com os sobretudos, que se referiam claramente a dispositivos empregados na técnica sexual [ver em [1]]. (Cf. os sonhos aliterativos de Maury [em [1]].) Sem dúvida, era uma cadeia de idéias muito artificial e sem sentido, mas eu nunca poderia tê-la construído na vida de vigília, a menos que já tivesse sido construída pelo trabalho do sonho. E, como se a necessidade de estabelecer ligações forçadas não considerasse *nada* sagrado, o nome honrado de *Brücke*(cf. a *ponte* verbal acima) lembrou-me o Instituto em que passei as horas mais felizes de minha vida estudantil, livre de todos os outros desejos -

So wird's Euch an der Weisheit Brüsten

Mit jedem Tage mehr gelüsten

- em completo contraste com os desejos que agora me *atortentavam* em meu sonhos. Finalmente, veio-me à lembrança outro professor muito respeitado - seu nome, *Fleischl* [“*Fleisch*” = “carne”], tal como *Knödl*, soava como algo para comer - e uma cena lastimável em que as *escamas de epiderme* desempenhavam certo papel (minha mãe e a estalajadeira), bem como a *loucura* (o romance) e uma droga do dispensário que elimina a *fome*: a cocaína.

Poderia continuar a seguir as intrincadas seqüências de idéias dentro dessa linha e explicar completamente a parte do sonho que ainda não analisei; mas devo desistir neste ponto, porque o sacrifício pessoal exigido seria grande demais. Apanharei apenas um dos fios da meada, que está apto a nos levar diretamente a um dos pensamentos do sonho subjacentes a essa confusão. O estranho de rosto alongado e barba pontuda que tentou impedir que eu vestisse o sobretudo tinha as feições de um lojista de Spalato, de quem minha mulher

comprara diversos artigos *turcos*. Chamava-se Popovi, nome equivoco sobre o qual um escritor humorístico, Stettenheim, já fez um comentário sugestivo: “Ele me disse o nome e, enrubescendo, pressionou minha mão.” Mais uma vez, apanhei-me fazendo mau uso de um nome, como já fizera com Pélagie, Knödl, Brücke e Fleischl. Seria difícil negar que brincar com nomes dessa maneira era uma espécie de travessura infantil. Mas, se eu me entregava a isso, era como um ato de retaliação, pois meu próprio nome fora alvo de gracejos leves como esses em incontáveis ocasiões. Goethe, lembrei-me, comentara em algum lugar a sensibilidade das pessoas em relação a seus nomes: como parecemos transformarmo-nos neles como se fossem nossa própria *pele*. Ele dissera isso *à propos* de um verso escrito sobre seu nome por Herder:

“Der du von Göttern abstammst, von Gothen oder vom Kote.” -

“So seid ihr Götterbilder auch zu Staub”.

Notei que minha digressão sobre o tema do uso incorreto dos nomes estava apenas levando a essa queixa. Mas devo fazer uma interrupção aqui. - A compra que minha mulher fez em Spalato lembrou-me uma outra compra, feita em Cattaro, em relação à qual eu fora cauteloso demais, de modo que perdi uma oportunidade de fazer ótimas aquisições. (Cf. a oportunidade não aproveitada com a ama-de-leite.) Pois uma das idéias que minha fome introduziu no sonho foi esta: “Nunca se deve desprezar uma oportunidade, mas sempre tomar o que se pode, mesmo quando isso implica praticar um pequeno delito. Nunca se deve desprezar uma oportunidade, já que a vida é curta, e a morte, inevitável.” Uma vez que essa lição de “*carpe diem*” tinha, entre outros sentidos, uma conotação sexual, e uma vez que o desejo que ela expressava não se detinha a idéia de agir mal, ele tinha motivos para temer a censura e foi obrigado a se ocultar atrás de um sonho. Toda sorte de pensamentos de sentido *contrário* encontraram então expressão: lembranças de uma época em que o sonhador se contentava com um alimento *espiritual*, idéias restritivas de todo tipo, e até ameaças dos mais revoltantes castigos sexuais.

O sonho seguinte exige um preâmbulo bastante longo:

Eu me dirigia à Estação Oeste [em Viena] a fim de tomar o trem para passar minhas férias de verão em Aussee, mas havia chegado à plataforma enquanto um trem anterior, que ia para Ischl, ainda se encontrava na estação. Lá, vira o Conde Thum, que mais uma vez ia a Ischl para ter uma audiência com o Imperador. Embora estivesse chovendo, ele chegara numa carruagem aberta. Passara direto pela entrada que dava acesso aos Trens Locais. O fiscal de bilhetes no portão não o havia reconhecido e tentara pedir-lhe o bilhete, mas o conde o afastara com um breve e abrupto movimento da mão, sem lhe dar qualquer explicação. Depois que o trem para Ischl partiu, eu deveria de direito deixar novamente a plataforma e retornar à sala de espera, e tive certa dificuldade de arranjar as coisas de modo que me permitissem permanecer na plataforma. Passara o tempo vigiando atentamente, para ver se aparecia alguém que tentasse conseguir um compartimento reservado utilizando alguma espécie de “pistolão”. Pretendia, nesse caso, protestar energicamente, isto é, reivindicar direitos iguais. Entrementes, estivera cantarolando uma melodia que reconheci como sendo a ária de Fígaro em *La Nozze di Figaro*:

Se vuol ballare, signor contino,

Se vuol ballare, signor contino,

Il chitarino le suonerò

(É um pouco duvidoso que alguma outra pessoa pudesse reconhecer a melodia.)

A noite inteira eu me sentira animado e com espírito combativo. Mexera com meu garçom e com o cocheiro do táxi - sem, espero, tê-los melindrado. E agora, toda sorte de idéias insolentes e revolucionárias me passavam pela cabeça, combinando com as palavras de Fígaro e com minhas lembranças da comédia de Beaumarchais que eu vira encenada pela *Comédie française*. Pensei na frase sobre os grandes cavalheiros que se tinham dado ao trabalho de nascer, e no *droit du Seigneur* que o Conde Almaviva tentou exercer sobre Susanna. Pensei também em como nossos maliciosos jornalistas da oposição faziam piadas com o nome do Conde Thum, chamando-o, em vez disso, de “Conde Nichtsthun”. Não que eu o invejasse. Ele estava a caminho de uma audiência espinhosa com o Imperador, enquanto

eu era o verdadeiro Conde Faz-Nada - de partida para minhas férias. Seguiu-se toda sorte de projetos agradáveis para as férias. Nesse momento, chegou à plataforma um cavalheiro que reconheci como sendo um inspetor de exames médicos do governo, o qual, por suas atividades nessa função, ganhara o lisonjeiro apelido de “parceiro de soneca do Governo” Pedi que lhe arranjassem um meio-compartimento de primeira classe em virtude de seu cargo oficial, e ouvi um ferroviário dizer a outro: “Onde devemos pôr o cavalheiro com o meio-bilhete de primeira classe?” Esse, pensei com meus botões, era um belo exemplo de privilégio; afinal, *eu* tinha pago o preço integral de uma passagem de primeira classe. E de fato obtive um compartimento, mas não um vagão com corredor, de modo que não haveria um toalete disponível durante a noite. Queixei-me com um funcionário sem conseguir nenhum êxito, mas espicacei-o sugerindo que, de qualquer modo, ele devia mandar fazer um buraco no chão do compartimento para atender às possíveis necessidades dos passageiros. E, de fato, acordei às quinze para as três da madrugada com grande vontade de urinar, depois de ter tido seguinte sonhos:

Uma multidão de pessoas, uma reunião de estudantes. - Um conde (Thum or Taaffe

) estava falando. Foi desafiado a dizer algo sobre os alemães, e declarou, com um gesto desdenhoso, que a flor predileta deles era a unha-de-cavalo, e pôs uma espécie de folha deteriorada - ou melhor, o esqueleto amassado de uma folha - em sua lapela. Enfureci-me - então me enfureci, embora ficasse surpreso por tomar essa atitude.

(A seguir, de maneira menos distinta:) Era como se eu estivesse na Aula, as entradas estavam fechadas por cordões de isolamento e tínhamos que fugir. Abri caminho por um série de salas lindamente mobiliadas, evidentemente dependências ministeriais ou públicas, com móveis estofados numa cor entre o marrom e o violeta; por fim, cheguei a um corredor onde estava sentada uma zeladora, uma mulher corpulenta e idosa. Evitei dirigir-lhe a palavra, mas, evidentemente, ela achou que eu tinha o direito de passar, pois perguntou se devia acompanhar-me com o candeeiro. Indiquei-lhe, com uma palavra ou um gesto, que ela devia parar na escadaria, e achei que estava sendo muito astuto por evitar assim a fiscalização na saída. Cheguei ao térreo e encontrei um caminho ascendente estreito e íngreme, pelo qual segui.

(Tornando-se indistinto novamente)... Era como se o segundo problema fosse sair da cidade, tal como o primeiro fora sair de casa. Eu estava num tílburí e ordenei ao cocheiro que me levasse a uma estação. “Não posso ir com o senhor ao longo de própria linha férrea”, disse eu, depois de ele ter levantado alguma objeção, como se eu o tivesse fatigado demais. Era como se eu já tivesse viajado com ele parte da distância que normalmente se percorre de trem. As estações estavam fechadas por cordões de isolamento. Fiquei sem saber se deveria ir para Krems ou Znaim, mas refleti que a Corte estaria residindo lá, de modo que me resolvi em favor de Graz ou algum lugar assim. Estava agora sentado no compartimento, que era como um vagão da Stadtbahn [a ferrovia suburbana]; e em minha lapela eu trazia um objeto singular pregueado e alongado, e ao lado dele algumas violetas de cor castanho-violeta feitas de um material rígido. Isso impressionava muito as pessoas. (Nesse ponto, a cena se interrompeu.)

Eu estava de novo em frente à estação, mas dessa vez em companhia de um cavalheiro idoso. Pensei num plano para permanecer incógnito, e então vi que esse plano já fora posto em prática. Era como se pensar e experimentar fossem uma coisa só. Ele parecia ser cego, pelo menos de um olho, e eu lhe entreguei um urinol de vidro para homens (que tivemos de comprar ou tínhamos comprado na cidade). Logo, eu era enfermeiro e tinha de dar-lhe o urinol porque ele era cego. Se o condutor nos visse assim, por certo nos deixaria sair sem reparar em nós. Aqui, a atitude do homem e de seu pênis urinando apareceram em forma plástica. (Foi nesse ponto que acordei, sentido necessidade de urinar.)

O sonho como um todo dá a impressão de ser da ordem de uma fantasia em que o sonhador foi reconduzido ao ano da Revolução de 1848. Algumas lembranças desse ano me tinham sido recordadas pelo Jubileu [do Imperador Francisco José] em 1898, bem como uma curta viagem que eu fizera ao *Wachau*, no decorrer da qual visitara Emmersdorf, o local de retiro do líder estudantil Fischhof, a quem certos elementos do conteúdo manifesto do sonho talvez aludissem. Minhas associações levaram-me então à Inglaterra e à casa de meu irmão ali. Ele costumava mexer freqüentemente com sua mulher com as palavras “Cinqüenta Anos Atrás” (extraídas do título de um dos poemas de Lorde Tennyson), que seus filhos costumavam corrigir por “*quinze anos atrás*”. Essa fantasia revolucionária, contudo, que derivara de idéias despertadas em mim ao ver o Conde Thum, era como a fachada de uma igreja italiana, no sentido de não ter nenhuma relação orgânica com a estrutura por trás dela. Mas diferia dessas fachadas por ser desordenada e cheia de lacunas, e pelo fato de partes da construção interna terem irrompido nela em muitos pontos.

A primeira situação do sonho era um amálgama de várias cenas que posso isolar. A atitude insolente adotada pelo Conde no sonho foi copiada de uma cena em meu curso secundário quando eu tinha *quinze anos*. Havíamos tramado uma conspiração contra um professor impopular e ignorante, cuja mola mestre fora um de meus colegas de escola, que desde aquela época parecia ter adotado *Henrique VII da Inglaterra* como seu modelo. A liderança do ataque principal foi outorgada a mim, e o sinal para a revolta aberta seria um debate sobre a importância do Danúbio para a *Áustria* (cf. *o Wachau*). Um de nossos colegas de conspiração era o único aristocrata da turma, que, em vista do notável comprimento de seus membros, era chamado “a Girafa”. Ele estava de pé, como o conde em meu sonho, depois de ser repreendido pelo tirano da escola, o professor de *língua alemã*. A *flor predileta* e o *colocar em sua lapela* algo da natureza de uma flor (que por último me fez pensar numa orquídeas que eu levava no mesmo dia para uma amiga, e também numa *rosa-de-Jericó*) eram um esplêndido lembrete da cena de uma das peças históricas de Shakespeare [3 Henrique VI, I, 1] *que representava o início das Guerras das Rosas Vermelhas e Brancas*. (A menção a Henrique VIII abriu caminho para essa lembrança.) - A partir desse ponto, foi apenas um passo para os cravos vermelhos e brancos. (Dois pequenos dísticos, um em *alemão* e o outro em *espanhol*, insinuaram-se na análise nesse ponto:

Rosen, Tulpen, Nelken.

alle Blumen welken.

Isabelita, no llores,

.que se marchitan la flores.

O aparecimento de um dístico *espanhol* reconduziu ao Fígaro.) Aqui em Viena, os cravos brancos tinham-se tornado um emblema do anti-semitismo, e os vermelhos, dos Social-Democratas. Por trás disso havia a lembrança de uma provocação anti-semita durante uma viagem de trem pelos belos campos da Saxônia (cf. *Anglo-Saxão*). - A terceira cena que contribuiu para a formação da primeira situação do sonho datava de meus primeiros tempos de estudante. Houve um debate num clube *alemão* de estudantes sobre a relação entre a filosofia e as ciências naturais. Eu era um jovem imaturo, cheio de teorias materialistas, e me lancei à frente para dar expressão a um ponto de vista extremamente unilateral. A isto, alguém que era mais velho que eu e meu superior, alguém que desde então tem demonstrado sua habilidade para liderar homens e organizar grandes grupos (e que também, aliás, tem um nome derivado do Reino Animal), levantou-se e nos passou uma boa descomputura: também ele, disse-nos, havia alimentado porcos em sua juventude e voltara arrependido à casa de seu pai. *Enfureci-me* (como no sonho) e repliquei rudemente [*“saugrob”*, literalmente “grosso como um suíno”], dizendo que, como agora sabia que ele tinha alimentado *porcos* na juventude, já não ficava *surpreso* com o tom de seus discursos. (No sonho, eu ficava *surpreso* com minha atitude nacionalista germânica [em [1]].) Houve uma comoção geral e fui conclamado por muitos dos presentes a retirar minhas observações, mas recusei-me a fazê-lo. O homem que eu insultara era sensato demais para considerar o incidente um *desafio*, e deixou que o assunto morresse.

Os demais elementos dessa primeira situação do sonho derivavam de camadas mais profundas. Qual o significado do pronunciamento do Conde sobre a unha-de-cavalo? Para encontrar a resposta, segui uma série de associações: unha-de-cavalo [*“Huflattich”*, literalmente “alface do casco”] - alface - salada - cão-de-manjedoura [*“Salathund”*, literalmente, “cão-da-salada”]. Aqui estava uma coleção de xingamentos: “Gir-affè” [*“Affè”* corresponde, em alemão, a “macaco”, “suíno”, “cachorro” - e eu poderia ter chegado a “burro”, se tivesse feito um desvio por outro nome e insultado mais outro professor acadêmico. Além disso, traduzi “unha-de-cavalo” - não sei se acertada ou erroneamente - pelo francês *“pisse-en-lit”*. Essa informação derivava do *Germinal*, de Zola, no qual se

mandava uma criança colher essa planta para fazer salada. O termo francês para “cão” - “chien” - me fez lembrar a função principal (“chier”, em francês, comparado com “piser” para a função secundária). Breve, pensei, eu teria coligido exemplos de impropriedades nos três estados da matéria - sólido, líquido e gasoso -, pois esse mesmo livro, *Germinal*, que muito tinha a ver com a revolução iminente, continha um relato de uma espécie muito peculiar de competição - para a produção de uma excreção gasosa conhecida pelo nome de *flatus*. Vi então que o caminho que levava a *flatus* fora preparado com grande antecedência: de flores, passando pelo dístico espanhol, *Isabelita, Isabel e Fernão, Henrique VIII, história inglesa*, até a Armada que navegou contra a *Inglaterra* e após cuja derrota cunhou-se uma medalha com a inscrição “*Flavit et dissipati sunt*”, pois a tempestade dispersara a esquadra espanhola. Eu havia pensado, meio seriamente, em usar essas palavras como epígrafe do capítulo sobre “Terapia”, se algum dia chegasse a ponto de produzir um relato pormenorizado de minha teoria e tratamento da histeria.

Passando agora ao segundo episódio do sonho, estou impossibilitado de lidar com ele com tantos detalhes - em consideração à censura. Ocorre que eu estava me colocando no lugar de um exaltado personagem daqueles tempos revolucionários, que também tivera uma aventura com uma águia [*Adler*] e que se diz ter sofrido de incontinência intestinal, e assim por diante. Pensei comigo mesmo *que não havia justificativa para eu passar* pela censura nesse ponto, muito embora a maior parte da história me tivesse sido narrada por um Hofrat (um *consiliarius aulicus* [conselheiro da corte] - cf. *Aula*). A sucessão de aposentos públicos do sonho provinha do carro-salão de Sua Excelência, que eu conseguira vislumbrar. Mas as “salas” [*Zimmer*] também significavam “mulheres” [*Frauenzimmer*], como ocorre com frequência nos sonhos- nesse caso, “mulheres públicas”. Na figura zeladora eu estava mostrando minha falta de gratidão para com uma espirituosa senhora de idade e retribuindo mal sua hospitalidade e as muitas boas histórias que ouvira quando me hospedei em sua casa. - A alusão ao candeeiro remontava a *Grillparzer*, que introduziu um encantador episódio de natureza semelhante, pelo qual ele passara na realidade, em sua tragédia sobre Hero e Leandro, *Des Meeres und der Liebe Wellen* [“As Ondas do Mar e do Amor”] - a Armada e a *tempestade*.^[1]

Devo também abster-me de qualquer análise pormenorizada dos dois episódios restantes do sonho. Simplesmente selecionarei os elementos que conduzem às duas cenas de infância exclusivamente em função das quais embarquei no exame desse sonho. Pode-se suspeitar, com justa razão, que o que me obriga a fazer essa supressão é o material sexual; mas não há

necessidade de nos contentarmos com essa explicação. Afinal, há muitas coisas de que se tem que fazer segredo para outras pessoas, mas das quais não se guarda nenhum segredo para si próprio; e a questão aqui não é a razão por que sou obrigado a ocultar a solução, mas diz respeito aos motivos da censura *interna* que esconderam de mim o verdadeiro conteúdo do sonho. Por isso, devo explicar que a análise desses três [últimos] episódios do sonho mostrou que eles eram gabolices impertinentes, produtos de uma megalomania absurda que há muito havia sido suprimida de minha vida de vigília, e algumas de suas ramificações haviam até mesmo acedido ao conteúdo manifesto do sonho (por exemplo, “*achei que estava sendo muito astuto*”), e a qual, aliás, explicava meu exuberante bom humor na noite que antecedeu o sonho. A presunção se estendia a todas as esferas; por exemplo, a menção a *Graz* remontava à expressão de gíria “qual é o preço de Graz?”, que externa a auto-satisfação de uma pessoa que se sente extremamente bem de vida. O primeiro episódio do sonho pode também ser incluído entre as fanfarrônicas por quem quer que tenha em mente o incomparável relato do grande Rabelais sobre a vida e os atos de Gargântua e seu filho Pantagruel.

Eis o material relativo à duas cenas de infância que prometi a meus leitores. Eu havia comprado uma mala *nova* para a viagem, de cor *castanho-violeta*. Esta cor aparece mais de uma vez no sonho: as violetas de tom *castanho-violeta feitas de material rígido* e, ao lado delas, uma coisa conhecida por “*Mädchenfänger*” [“*pega-moças*”] - e os móveis dos aposentos ministeriais. As crianças geralmente acreditam que as pessoas *ficam impressionadas* com qualquer coisa *nova*. A seguinte cena de minha infância que me foi descrita, e minha lembrança da descrição tomou o lugar da recordação da própria cena: parece que, quando tinha dois anos, eu ainda *molhava a cama* ocasionalmente, e quando era repreendido por isso, *consolava* meu pai prometendo comprar-lhe uma bela cama *nova e vermelha* em N., a mais próxima cidade com alguma importância. Essa fora a origem da oração entre parênteses do sonho, no sentido de que *tínhamos comprado ou tivemos de comprar* o urinol na cidade: um sujeito deve cumprir suas promessas. (Note-se, também, a justaposição simbólica do urinol masculino e da mala ou caixa feminina. [Ver em [1]-[2]]) Essa minha promessa exibia toda a megalomania da infância. Já nos deparamos com o importante papel desempenhado nos sonhos pelas dificuldades das crianças em relação à micção (cf. o sonho relatado em [1]). Também já tomamos conhecimento, pela psicanálise de sujeitos neuróticos, da íntima relação entre o urinar na cama e o traço de caráter da ambição.

Quando eu contava sete ou oito anos, houve outra cena doméstica da qual me lembro com muita clareza. Uma noite, antes de ir dormir, desprezei as normas formuladas pelo decoro e

obedeci aos apelos da natureza no quarto de meus pais, na presença deles. No decorrer de sua reprimenda, meu pai deixou escapar as seguintes palavras: “Esse menino não vai dar para nada.” Isso deve ter sido um golpe terrível para minha ambição, pois ainda há referências a essa cena recorrendo constantemente em meus sonhos, e estão sempre ligadas a uma enumeração de minhas realizações e sucessos, como se eu quisesse dizer: “Estão vendo, eu *dei* para alguma coisa.” Essa cena, portanto, forneceu o material para o episódio final do sonho, no qual - por vingança, é claro - os papéis foram invertidos. O homem mais velho (claramente meu pai, pois a cegueira num olho se referia a seu glaucoma unilateral) agora urinava diante de mim, tal como eu urinara na presença dele em minha infância. Na referência a seu glaucoma eu o fazia lembrar-se da cocaína, que o havia ajudado na operação [Ver em [1]] como se, dessa maneira, eu tivesse mantido minha promessa. Além disso, estava me divertindo à sua custa; tinha de entregar-lhe o urinol porque ele era cego e me deleitava com as alusões a minhas descobertas ligadas à teoria da histeria, das quais me sentia muito orgulhoso.[1]

As duas cenas de micção de minha infância estavam de qualquer modo, estreitamente ligadas ao tema da megalomania; mas sua emergência enquanto eu viajava para Aussee foi ainda auxiliada pela circunstância fortuita de que não havia um toalete contíguo a meu compartimento e de que eu tinha motivos para prever a dificuldade que de fato surgiu ao amanhecer. Despertei com as sensações de uma necessidade física. Poder-se-ia, penso eu, ficar inclinado a supor que essas sensações tinham sido o verdadeiro agente provocador do sonho, mas prefiro adotar outro ponto de vista, a saber, o de que o desejo de urinar só foi despertado pelos pensamentos do sonho. É muito raro eu ser perturbado em meu sono por necessidades físicas de qualquer natureza, sobretudo no horário em que acordei nessa ocasião, às quinze para as três da madrugada. E talvez possa refutar uma outra objeção observando que em outras viagens, realizadas em condições mais confortáveis, raramente senti necessidade de urinar quando acordava cedo. Mas, seja como for, não haverá nenhum mal em deixar esse ponto não solucionado. [1]

Minhas experiências ao analisar sonhos chamaram ainda atenção para o fato de que as seqüências de idéias que remontam à mais remota infância partem até mesmo de sonhos que parecem, à primeira vista, ter sido inteiramente interpretados, visto que suas fontes e seu desejo instigador são descobertos sem dificuldade. Vi-me, portanto, obrigado a perguntar a mim mesmo se essa característica não seria condição essencial do sonhar. Enunciado em termos gerais, isso implicaria que todo sonho estaria ligado, em seu conteúdo manifesto, a experiências recentes, e, em seu conteúdo latente, às experiências mais antigas. E de fato pude mostrar, em minha análise da histeria, que essas experiências antigas permanecem recentes no sentido próprio do termo, até o presente imediato. Ainda é extremamente difícil demonstrar a verdade dessa suspeita, e terei de voltar, com respeito a outra questão (Capítulo VII [em [1]]), a um exame do provável papel desempenhado pelas experiências primitivas da infância na formação dos sonhos.

Das três características da memória nos sonhos, enumeradas no início deste capítulo, uma - preferência pelo material não-essencial no conteúdo dos sonhos - foi satisfatoriamente esclarecida ao se remontar sua origem à distorção dos sonhos. Pudemos confirmar a existência das outras duas - a ênfase no material recente e no material infantil - mas não pudemos explicá-las com base nos motivos que levam a sonhar. Essas duas características, cuja explicação e apreciação ainda não foram descobertas, devem ser conservadas em mente. Seu lugar apropriado deve ser buscado alhures - quer na psicologia do estado de sono, quer no exame da estrutura do aparelho mental, em que nos envolveremos posteriormente, depois que tivermos compreendido que a interpretação dos sonhos é como uma janela pela qual podemos vislumbrar o interior desse aparelho. [Ver Capítulo VII.]

Existe, contudo, outra inferência decorrente destas últimas análises de sonhos, para a qual chamarei a atenção imediatamente. Os sonhos muitas vezes parecem ter mais de um sentido. Não só, como mostraram nossos exemplos, podem abranger várias realizações de desejos, uma ao lado da outra, como também pode haver uma sucessão de sentidos ou realizações de desejos superpostos uns aos outros, achando-se na base a realização de um desejo que data da primeira infância. E aqui surge mais uma vez a questão de verificar se não seria mais correto asseverar que isso ocorre “invariavelmente”, e não “frequentemente”.

(C) AS FONTES SOMÁTICAS DOS SONHOS

Se tentarmos interessar um leigo culto nos problemas dos sonhos e, com esse propósito em vista, lhe perguntarmos quais são, em sua opinião, as fontes das quais eles surgem, veremos, de modo geral, que ele se sente seguro de possuir a resposta para essa parte da pergunta. Ele pensa imediatamente nos efeitos produzidos na construção dos sonhos pelos distúrbios ou dificuldades digestivas - “os sonhos decorrem da indigestão” [ver em [1]] -, pelas posturas acidentalmente assumidas pelo corpo e por outros pequenos incidentes durante o sono. Nunca lhe parece ocorrer que, uma vez levados em conta todos esses fatores, ainda reste algo que precise de explicação.

Já examinei longamente, no capítulo de abertura (Seção C), o papel atribuído pelos autores científicos às fontes somáticas de estimulação na formação dos sonhos; basta-me, portanto, recordar aqui apenas os resultados dessa investigação. Verificamos que se distinguem três espécies diferentes de fontes somáticas de estimulação: os estímulos sensoriais objetivos provenientes de objetos externos, os estados internos de excitação dos órgãos sensoriais com base apenas subjetiva, e os estímulos somáticos provenientes do

interior do corpo. Percebemos, além disso, que as autoridades se inclinavam a colocar em segundo plano, ou a excluir inteiramente, quaisquer possíveis fontes *psíquicas* dos sonhos, comparadas a esses estímulos somáticos (ver em [1]). Em nosso exame das afirmações feitas em prol das fontes somáticas de estimulação, chegamos às seguintes conclusões. A importância das excitações *objetivas* dos órgãos sensoriais (consistindo, em parte, de estímulos fortuitos durante o sono e, em parte, de excitações que não podem deixar de influenciar nem mesmo uma mente adormecida) é estabelecida a partir de numerosas observações e foi confirmada experimentalmente (ver em [1]). O papel desempenhado pelas excitações sensoriais *subjetivas* parece ser demonstrado pela recorrência de imagens sensoriais hipnagógicas nos sonhos (ver em [1] e segs.). E por fim, parece que, embora seja impossível provar que as imagens e representações que ocorrem em nossos sonhos são atribuíveis aos estímulos somáticos *internos* no grau em que se afirmou que isso se dá, essa origem, ainda assim, encontra apoio na influência universalmente reconhecida que exercem em nossos sonhos os estados de excitação de nossos órgãos digestivos, urinários e sexuais [ver em [1]]

Assim, ao que parece, a “estimulação nervosa” e a “estimulação somática” seriam as fontes somáticas dos sonhos - isto é, segundo muitos autores, sua única fonte.

Por outro lado, já encontramos diversas manifestações de dúvida que pareciam implicar uma crítica não à *correção*, é verdade, mas à *suficiência* da teoria da estimulação somática.

Por mais seguros de sua base concreta que se sentissem os defensores dessa teoria - especialmente no que concerne aos estímulos acidentais e externos, já que estes podem ser detectados no conteúdo dos sonhos sem qualquer dificuldade - nenhum deles pôde deixar de perceber que é impossível atribuir a profusão de material de representações dos sonhos apenas aos estímulos nervosos externos. A Srta. Mary Whiton Calkins (1893, 312) examinou seus próprios sonhos e os de uma outra pessoa durante seis semanas com essa questão em mente. Verificou que em apenas 13,2% e 6,7 % deles, respectivamente, foi possível traçar o elemento de percepção sensorial externa; ao passo que, dos casos do conjunto de sonhos, apenas dois eram decorrentes de sensações orgânicas. Temos aqui a confirmação estatística daquilo que fui levado a suspeitar a partir de um exame apressado de minhas próprias experiências.

Já se propôs muitas vezes separar os “sonhos devido à estimulação nervosa” de outras formas de sonhos, como uma subespécie que foi completamente investigada. Assim, Spitta [1882, 233] divide os sonhos em “sonhos devidos à estimulação nervosa” e “sonhos devido à associação”. Essa solução, todavia, estava fadada a permanecer insatisfatória enquanto fosse impossível demonstrar o elo entre as fontes somáticas de um sonho e seu conteúdo de representações. Assim, além da primeira objeção - a frequência insuficiente das fontes

externas de estimulação -, havia uma segunda - a explicação insuficiente dos sonhos proporcionada por essas fontes. Temos o direito de esperar que os defensores dessa teoria nos dêem explicações sobre dois pontos: primeiro, por que é que o estímulo externo de um sonho não é percebido em sua verdadeira natureza, sendo invariavelmente mal interpretado (cf. os sonhos provocados pelo despertador em [1]); e segundo, por que é que a reação da mente perceptiva a esses estímulos mal interpretados leva a resultados de uma variedade tão imprevisível.

A título de resposta a essas questões, Strümpell (1877, 108 e seg.) nos diz que, como a mente se retrai do mundo externo durante o sono, ela é incapaz de dar uma interpretação correta aos estímulos sensoriais objetivos e é obrigada a construir ilusões com base no que é, em muitos aspectos, uma impressão indeterminada. Para citar suas próprias palavras: “Tão logo uma sensação ou um complexo de sensações, ou um sentimento, ou um processo psíquico de qualquer espécie surge na mente durante o sono, como resultado de um estímulo nervoso externo ou interno, e isso é percebido pela mente, esse processo convoca imagens sensoriais do círculo de experiências deixadas na mente pelo estado de vigília - ou seja, percepções anteriores - que são puras ou se fazem acompanhar de seus valores psíquicos apropriados. O processo se cerca, por assim dizer, de um número maior ou menor de imagens desse tipo e, através delas, a impressão derivada do estímulo adquire seu valor psíquico. Falamos aqui (como costumamos fazer no caso do comportamento de vigília) sobre a mente adormecida ‘interpretar’ as impressões causadas pelo estímulo nervoso. O resultado dessa interpretação é o que chamamos de um ‘sonho devido à estimulação nervosa’, isto é, um sonho cujos componentes são determinados por um estímulo nervoso que produz seus efeitos psíquicos na mente segundo as leis da reprodução.” [Ver em [1], [2] e [3].]

Wundt [1874, 656 e seg.] está dizendo algo essencialmente idêntico a essa teoria ao afirmar que as representações que ocorrem nos sonhos derivam, pelo menos em sua maior parte, de estímulos sensoriais, incluindo especialmente as sensações cenestésicas, e são, por esse motivo, principalmente ilusões imaginativas e, provavelmente apenas em pequeno grau, representações mnêmicas puras intensificadas até assumirem a forma de alucinações. [Ver em [1]] Strümpell (1877, 84) descobriu um símile adequado para a relação que subsiste nessa teoria entre os conteúdos de um sonho e seus estímulos, ao escrever que “é como se os dez dedos de um homem que nada sabe de música vagassem sobre o teclado de um piano” [Ver em [1] e [2]]. Assim, um sonho não é, segundo essa visão, um fenômeno mental baseado em motivos psíquicos, e sim o resultado de um estímulo psicológico que se expressa em sintomas físicos, pois o aparato sobre o qual o estímulo incide não é capaz de outra forma de expressão. Uma pressuposição similar também está subjacente, por exemplo, à famosa analogia por meio da qual Meynert tentou explicar as idéias obsessivas: a analogia de um mostrador de relógio no qual certos algarismos sobressaem por estarem estampados de maneira mais proeminentemente do que os demais.

Por mais popular que se tenha tornado a teoria da estimulação somática dos sonhos, e por mais atraente que ela possa parecer, seu ponto fraco é facilmente demonstrado. Todo estímulo somático onírico que exija que o aparelho mental adormecido o interprete por meio da construção de uma ilusão pode dar origem a um número ilimitado de tais tentativas de interpretação - isto é, pode ser representado no conteúdo do sonho por uma imensa variedade de representações. Mas a teoria proposta por Strümpell e Wundt é incapaz de produzir qualquer motivo que reja a relação entre um estímulo externo e a representação onírica escolhida para sua interpretação - isto é, é incapaz de explicar o que Lipps (1883, 170) chama de a “notável escolha freqüentemente feita” por esses estímulos “no curso de sua atividade produtiva”. Outras objeções foram ainda levantadas contra a pressuposição em que se baseia toda a teoria da ilusão - a pressuposição de que a mente adormecida é incapaz de reconhecer a verdadeira natureza dos estímulos sensoriais objetivos. Burdach, o fisiologista, mostrou-nos há muito tempo que, mesmo no sono, a mente é perfeitamente capaz de interpretar de maneira correta as impressões sensoriais que a alcançaram e de reagir segundo essa interpretação correta; lembrou ele o fato de que determinadas impressões sensoriais que parecem importantes para aquele que dorme podem ser execetadas da negligência geral a que tais impressões ficam sujeitas durante o sono (como no caso da mãe que está amamentando ou da ama-de-leite em relação à criança sob sua responsabilidade), e que é mais certo uma pessoa adormecida ser acordada pelo som de seu próprio nome do que por alguma impressão auditiva indiferente - tudo isso implicando que a mente diferencia as sensações durante o sono (Ver em [1]). Burdach então inferiu dessas observações que o que devemos presumir durante o estado de sono não é uma *falta de interesse* neles. Os mesmos argumentos usados por Burdach em 1830 foram novamente apresentados por Lipps, sem qualquer modificação, em 1883, em sua crítica à teoria da estimulação somática. Assim, a mente parece comportar-se como o adormecido da anedota. Quando alguém lhe perguntou se estava dormindo, ele respondeu “Não”. Mas quando o interlocutor prosseguiu dizendo “Então empreste-me dez florins”, ele se refugiou num subterfúgio e respondeu: “Estou dormindo”.

A insuficiência da teoria da estimulação somática dos sonhos pode ser demonstrada de outras maneiras. A observação mostra que os estímulos externos não me compelem necessariamente a sonhar, muito embora tais estímulos apareçam no conteúdo de meu sonho se e quando chego de fato a sonhar. Vamos supor, digamos, que eu seja submetido a um estímulo táctil enquanto estiver dormindo. Uma multiplicidade de reações diferentes estará então aberta diante de mim. Posso desprezar o estímulo e, ao acordar, constatar, por exemplo, que minha perna está descoberta ou que há alguma pressão em meu braço; a patologia fornece exemplos bastante numerosos em que vários estímulos sensoriais e motores poderosamente excitantes permanecem sem efeito durante o sono. Ou então, posso ficar ciente da sensação em meu sono - posso ficar ciente dela, como se diz, “através” de meu sono (que é o que acontece, via de regra, no caso dos estímulos dolorosos), mas sem que se transforme a dor num sonho. E, em terceiro lugar, posso reagir ao estímulo acordando

para livrar-me dele. É somente como a quarta possibilidade que o estímulo nervoso pode levar-me a sonhar. Contudo, as outras possibilidades se concretizam pelo menos com a mesma frequência desta última, - a de construir um sonho. E isso não poderia acontecer, a menos que o motivo para sonhar estive *em outra parte que não fontes somáticas de estimulação.*

Alguns outros autores - Scherner [1861] e o filósofo Volkelt [1875], que adorou os pontos de vista de Scherner - fizeram uma estimativa justa das lacunas que aqui indiquei na explicação dos sonhos como devidas à estimulação somática. Esses autores tentaram definir com mais precisão as atividades mentais que levam à produção de imagens oníricas tão diversificadas a partir dos estímulos somáticos; em outras palavras, eles buscaram considerar uma atividade psíquica. [Ver em [1]] Scherner não apenas retratou as características psíquicas reveladas na produção dos sonhos em termos carregados de sentimento poético e resplandecentes de vida; ele acreditava, também, ter descoberto o princípio segundo o qual a mente lida com os estímulos a ela apresentados. Em sua opinião, o trabalho do sonho, quando a imaginação é libertada dos grilhões diurnos, procura dar uma representação *simbólica* da natureza do órgão do qual provém o estímulo e da natureza do próprio estímulo. Assim, ele fornece uma espécie de “livro do sonho” para servir como guia para a interpretação dos sonhos, que possibilita deduzir das imagens oníricas inferências sobre as sensações somáticas, o estado dos órgãos e o caráter dos estímulos em questão. “Assim, a imagem de um gato expressa um estado irritado, mau humor e a imagem de um pão macio e de coloração clara representa a nudez física.” [Volkelt, 1875, 32.] O corpo humano como um todo é retratado pela imaginação onírica como uma casa, e os diferentes órgãos do corpo, como partes de uma casa. Nos “sonhos com um estímulo dental”, um saguão de entrada com teto alto e abobadado corresponde à cavidade oral, e uma escadaria, à descida da garganta até o esôfago. “Nos sonhos devido às dores de cabeça, o alto da cabeça é representado pelo teto de um quarto coberto de aranhas repulsivas, semelhantes a sapos.” [Ibid., em [1]] Uma multiplicidade desses símbolos é empregada pelos sonhos para representar o mesmo órgão. “Assim, o pulmão, no ato de respirar, será simbolicamente representado por uma fornalha chamejante, com as labaredas crepitando com um som semelhante ao da passagem de ar; o coração será representado por caixas ou cestas vazias, e a bexiga, por objetos redondos em forma de sacos, ou, mais geralmente, por objetos ocos.” [Ibid., 34] “É de suma importância o fato de que, ao final de um sonho, o órgão em causa ou sua função, com frequência, é abertamente revelado, e via de regra, em relação ao próprio corpo sonhador. Assim, um sonho com um estímulo dental normalmente termina com o sonhador visualizando a si mesmo ao arrancar um dente da boca.” [Ibid., 35.]

Não se pode dizer que essa teoria da interpretação dos sonhos tenha sido recebida de maneira muito favorável por outros autores do ramo. Sua característica principal parece ser sua extravagância; e tem havido hesitação até mesmo em reconhecer a justificação que, na minha opinião, ela pode reivindicar. Como se terá percebido, ela envolve uma

revivescência da interpretação dos sonhos por meio do *simbolismo* - o mesmo método que era empregado na Antiguidade, com a exceção de que o campo de onde se extraem as interpretações fica restrito aos limites do corpo humano. Sua falta de qualquer técnica de interpretação que possa ser cientificamente apreendida talvez reduza em muito a aplicação da teoria de Scherner. Ela parece dar margem a interpretações arbitrárias, sobretudo porque, também em seu caso, o mesmo estímulo pode ser representado no conteúdo onírico de inúmeras maneiras diferentes. Assim, até mesmo o discípulo de Scherner, Volkelt, viu-se impossibilitado de confirmar a idéia de que o corpo era representado por uma casa. Objeções também estão fadadas a provir do fato de que, mais uma vez, a mente fica sobrecarregada com o trabalho do sonho como uma função inútil e sem objetivo; pois, segundo a teoria que estamos examinando, a mente se contenta em fazer fantasias sobre o estímulo de que se ocupa, sem o mais remoto indício de qualquer coisa da ordem de uma *eliminação* do estímulo.

Há uma crítica em particular, no entanto, que é gravemente prejudicial à teoria de Scherner sobre a simbolização dos estímulos somáticos. Esses estímulos estão sempre presentes, e geralmente se afirma que a mente é mais acessível a eles durante o sono do que quando desperta. É difícil entender, então, por que é que a mente não sonha continuamente a noite inteira e, na verdade, por que não sonha todas as noites com todos os órgãos. Pode-se fazer uma tentativa de evitar essa crítica, acrescentando-se a condição adicional de que, para suscitar a atividade onírica, é necessário que excitações *especiais* provenham dos olhos, ouvidos, dentes, intestinos etc. Mas surge então a dificuldade de provar a natureza objetiva de tais aumentos de estímulo - o que só é possível num pequeno número de casos. Se os sonhos de voar são uma simbolização da subida e descida dos lobos dos pulmões [ver em [1]], então, como Strümpell [1877, 119] já assinalou, esses sonhos teriam de ser muito mais freqüentes do que são, ou seria necessário provar um aumento da atividade respiratória no decorrer deles. Há uma terceira possibilidade, que é a mais provável de todas, qual seja, a de que talvez haja motivos especiais temporariamente atuantes dirigindo a atenção para sensações viscerais que estão presentes de maneira uniforme em todos os momentos. Essa possibilidade, entretanto, leva-nos além do alcance da teoria de Scherner.

O valor dos pontos de vista expostos por Scherner e Volkelt está no fato de eles chamarem atenção para diversas características do conteúdo dos sonhos que exigem explicação e parecem prometer novas descobertas. É perfeitamente verdadeiro que os sonhos contêm simbolizações de órgãos e funções do corpo, e que a presença de água num sonho com freqüência assinala um estímulo urinário, e que os órgãos genitais masculinos podem ser representados por um bastão erguido ou uma coluna, e assim por diante. No caso dos sonhos em que o campo visual fica repleto de movimento e cores vivas, em contraste com a insipidez de outros sonhos, dificilmente se poderá deixar de interpretá-los como “sonhos com um estímulo visual”; tampouco se pode contestar o papel desempenhado pelas ilusões no caso dos sonhos que se caracterizam por ruídos e confusão de vozes. Scherner [2861,

167] relata um sonho com duas fileiras de meninos bonitos e louros, postados um de frente ao outro ao longo de uma ponte, que se atacam entre si e então retornam à posição original, até que finalmente o sonhador se viu sentado numa ponte, arrancando um dente enorme de sua boca. De maneira semelhante, Volkelt [1875, 52] relata um sonho em que pareciam duas fileiras de gavetas num armário e que, mais uma vez, terminou com o sonhador arrancando um dente. Formações oníricas como essas, que são registradas em grande número pelos dois autores, impedem que descartemos a teoria de Scherner como uma invenção inútil sem procurarmos seu cerne de verdade. [Ver em [1].] A tarefa que nos confronta, portanto, é encontrar outro tipo de explicação para a suposta simbolização do que se alega um estímulo dental. [1]

Durante toda esta discussão da teoria das fontes somáticas dos sonhos, abster-me de usar o argumento baseado em minha análise dos sonhos. Se ele puder ser confirmado, através de um procedimento não empregado por outros autores em seu material onírico, que os sonhos possuem um valor próprio como atos psíquicos, o de que os desejos são o motivo de sua concentração e que as experiências do dia anterior fornecem o material imediato para seu conteúdo, qualquer outra teoria dos sonhos que despreze um procedimento de pesquisa tão importante e que, por conseguinte, represente os sonhos como uma reação psíquica inútil e enigmática a estímulos somáticos estará condenada, sem necessidade maior de críticas específicas. De outra forma - e isso parece bastante improvável - teria de haver duas espécies bem diferentes de sonhos, um das quais só *eu* pude observar, e outra que só pôde ser percebida pelos autores mais antigos. Resta apenas, portanto, encontrar em minha teoria dos sonhos um lugar para os fatos em que se baseia a atual teoria da estimulação somática dos sonhos.

Já demos o primeiro passo nessa direção ao propor a tese (ver em [1]) de que o trabalho do sonho está sujeito à exigência de combinar em uma unidade os estímulos ao sonhar que estiverem simultaneamente em ação. Verificamos que, quando duas ou mais experiências capazes de criar uma impressão são deixadas pelo dia anterior, os desejos delas derivados se combinam num único sonho, e, de modo similar, que a impressão psiquicamente significativa e as experiências irrelevantes da véspera são reunidas no material onírico, sempre desde que seja possível estabelecer entre elas representações comunicantes. Assim, o sonho parece ser uma reação a tudo o que está simultaneamente presente na mente adormecida como material correntemente ativo. Até onde analisamos o material dos sonhos, vimo-lo como uma coletânea de resíduos psíquicos e traços mnêmicos, à qual (em virtude da preferência mostrada por material recente e infantil) fomos levados a atribuir uma qualidade até aqui indefinível de ser “correntemente ativo”. Podemos por isso antever, sem grandes dificuldades, o que acontecerá se um material nosso, sob a forma de sensações, for acrescentado durante o sono a essas lembranças correntemente ativas. É também graças ao fato de serem correntemente ativas que essas excitações sensoriais são importantes para o sonho; elas se unem ao outro material psíquico correntemente ativo para fornecer aquilo que é usado para a construção do sonho. Em outras palavras, os estímulos que surgem durante o

sono são os conhecidos “restos diurnos” psíquicos. Essa combinação não *precisa* ocorrer; como já assinalei, há mais de uma maneira de reagir a um estímulo somático durante o sono. Quando ela *efetivamente* ocorre, isso significa que foi possível encontrar, para servir de conteúdo do sonho, um material de representações de tal ordem que é capaz de representar ambos os tipos de fontes do sonho: a somática e a psíquica.

A natureza essencial do sonho não é alterada pelo fato de se acrescentar material somático a suas fontes psíquicas: o sonho continua a ser a realização de um desejo, não importa de que maneira a expressão dessa realização de desejo seja determinada pelo material correntemente ativo.

Estou disposto a abrir espaço, neste ponto, para a atuação de diversos fatores especiais que podem emprestar uma importância variável aos estímulos externos em relação aos sonhos. A meu ver, é uma combinação de fatores individuais fisiológicos e fortuitos, produzidos pelas circunstâncias do momento, que determina como uma pessoa se comportará nos casos específicos de uma estimulação objetiva relativamente intensa durante o sono. A profundidade habitual ou acidental de seu sono, tomada em conjunto com a intensidade do estímulo, possibilitará, num caso, que ela suprima o estímulo, para que seu sono não seja interrompido e, noutro caso, obrigá-la-á a acordar ou estimulará uma tentativa de superar o estímulo incorporando-o num sonho. De acordo com essas várias combinações possíveis, os estímulos objetivos externos encontrarão expressão nos sonhos com maior ou menor freqüência em uma pessoa do que em outra. No meu próprio caso, como tenho um sono excelente e me recuso obstinadamente a permitir que qualquer coisa o perturbe, é muito raro as causas externas de excitação conseguirem penetrar em meus sonhos; ao passo que as motivações psíquicas obviamente me fazem sonhar com muita facilidade. De fato, só anotei um único sonho em que uma fonte objetiva e dolorosa de estímulo é reconhecível, e será muito instrutivo examinar o efeito externo produzido neste sonho em particular.

Eu montava um cavalo cinzento, a princípio tímida e desajeitadamente, como se apenas me reclinasse sobre ele. Encontrei um de meus colegas, P., que montava ereto um cavalo, envergando um terno de tweed, e que chamou minha atenção para alguma coisa (provavelmente minha maneira incorreta de sentar). Comecei então a me sentir sentado com firmeza e conforto cada vez maiores em meu cavalo muito inteligente, e percebi que me sentia inteiramente à vontade ali. Minha sela era uma espécie de almofadão, que preenchia completamente o espaço entre o pescoço e a garupa do animal. Assim, passei a cavalgar bem no meio de dois carros de transportes. Depois de cavalgar um pouco rua acima, voltei-me e tentei desmontar, primeiro diante de uma capelinha aberta que ficava de frente para a rua. Depois, desmontei realmente diante de outra capela que ficava perto da primeira. Meu hotel ficava na mesma rua; eu poderia ter deixado o cavalo ir até lá sozinho, mas preferi guiá-lo até aquele ponto. Era como se eu fosse ficar envergonhado por chegar lá a cavalo. Um engraxate estava em pé diante do hotel; mostrou-me um

bilhete que fora encontrado e riu de mim por causa dele. No bilhete estava escrito, duplamente sublinhado: “Sem comida”, e depois outra observação (indistinta) como “Sem trabalho”, juntamente com uma idéia vaga de que eu estava numa cidade estranha e não estava trabalhando.

Ninguém suporia, à primeira vista, que esse sonho se tivesse originado sob a influência, ou antes, sob a compulsão de um estímulo doloroso. Mas, desde alguns dias antes, eu vinha sofrendo de furúnculos que transformavam cada momento numa tortura; e por fim, surgira um furúnculo do tamanho de uma maçã na base do meu escroto, o que me acusava a mais intolerável dor a cada passo que eu dava. Lassidão febril, perda de apetite e o trabalho árduo que, não obstante, eu continuava a fazer - tudo isso se combinara com a dor para me deixar deprimido. Eu estava impossibilitado de cumprir adequadamente minhas funções de médico. Havia, porém, uma atividade para a qual, dada a natureza e a situação de meu problema, eu estaria certamente menos apto do que para qualquer outra, e esta era - montar a cavalo. E foi precisamente essa a atividade em que o sonho me colocou: ele foi a mais enérgica negação de minha doença que se poderia imaginar. Na verdade não sei montar, nem tive, com exceção deste, sonhos com cavalgadas. Só me sentei num cavalo uma vez na vida, e mesmo assim, sem sela, e não gostei. Nesse sonho, porém, eu cavalgava como se não tivesse um furúnculo em meu períneo - ou melhor, *porque eu não queria ter um*. Minha sela, a julgar por sua descrição, era o cataplasma que me tornara possível adormecer. Sob sua influência mitigante, eu provavelmente não estivera consciente de minha dor nas primeiras horas de sono. As sensações dolorosas então se apresentaram e intentaram despertar-me; nesse ponto o sonho chegou e disse suavemente: “Não! Continue a dormir! Não há necessidade de acordar. Você não tem furúnculos, pois está andando a cavalo, e com certeza não poderia cavalgar se tivesse um furúnculo bem nesse lugar.” E o sonho foi bem-sucedido. A dor foi silenciada e continuei a dormir.

Mas o sonho não se contentou em “eliminar por sugestão” meu furúnculo pela insistência obstinada numa representação que era incompatível com ele, e em proceder com o delírio alucinatório da mãe que perdera o filho ou do comerciante cujos prejuízos tinham acabado com sua fortuna. Os detalhes da sensação que estava sendo repudiada e da imagem empregada para reprimir essa sensação também serviram ao sonho como meio de ligar à situação onírica *outro* material que estava correntemente ativo em minha mente e dar representação a esse material. Eu montava um cavalo *cinzento*, cor esta que correspondia precisamente à cor de *pimenta-e-sal* [mesclada de preto e branco] da roupa que meu colega P. estava usando na última vez em que o encontrei no interior. A causa de meus furúnculos fora atribuída à ingestão de alimentos *muito condimentados* - uma etiologia que era ao

menos preferível ao *açúcar* [diabetes] que também poderia ocorrer no contexto dos furúnculos. Meu amigo P. gostava de *ficar a cavaleiro* em relação a mim desde que me tirara uma de minhas pacientes com quem eu havia conseguido alguns *efeitos notáveis*. (No sonho, eu começava cavalgando tangencialmente - como o *feito* de um cavaleiro habilidoso.) Mas, na realidade, tal como o cavalo na anedota do cavaleiro de domingo, essa paciente me levava para onde se sentia inclinada. Assim, o cavalo adquiriu o significado simbólico de uma paciente. (No sonho, ele era *muito inteligente*.) “*Eu me sentia inteiramente à vontade lá*” referia-se à posição que eu ocupara na casa dessa paciente antes de ser substituído por P. Não muito antes, um de meus poucos protetores entre os principais médicos desta cidade me observara, com relação a essa mesma casa: “Você me dá a impressão de estar firme na sela lá.” Era um *feito* notável, também, poder prosseguir em meu trabalho psicoterápico durante oito ou dez horas por dia enquanto estava sentindo tanta dor. Mas eu sabia que não poderia prosseguir por muito tempo em meu trabalho peculiarmente difícil, a menos que estivesse com perfeita saúde física; e meu sonho estava repleto de alusões sombrias à situação em que me encontraria nesse eventualidade. (*O bilhete* que os neurastênicos trazem com eles para mostrar ao médico: *sem dinheiro, sem trabalho*.) Mais adiante na interpretação, vi que o trabalho do sonho conseguira descobrir um caminho da situação desejante de cavalgar para algumas cenas de rixas de minha tenra infância que devem ter ocorrido entre mim e um sobrinho meu, um ano mais velho, que agora vivia na Inglaterra. [Ver em [1].] Além disso, o sonho tirara alguns de seus elementos de minhas viagens pela Itália: a rua do sonho era composta de impressões de Verona e Siena. Uma interpretação ainda mais profunda levou a pensamentos oníricos sexuais, e lembrei-me do sentido que as referências à Itália pareciam ter nos sonhos de uma paciente que nunca visitara aquele adorável país: “*gen Italien*” [para a Itália] - “*Genitalien*” [genitais]; e isso também estava ligado à casa em que eu precedera meu amigo P. como médico, assim como à situação de meu furúnculo.

Num outro sonho consegui êxito semelhante em rechaçar uma ameaça de interrupção de meu sono, vinda desta feita de um estímulo sensorial. Nesse caso, todavia, foi apenas por acaso que pude descobrir o elo entre o sonho e seu estímulo accidental, e assim compreender o sonho. Numa manhã em pleno verão, enquanto estava hospedado numa cidade montanhosa de veraneio no Tirol, acordei sabendo ter sonhado que *o Papa havia morrido*. Não consegui interpretar esse sonho - um sonho não-visual - e só me lembrei, como parte de sua base, de ter lido um jornal, pouco tempo antes, que Sua Santidade estava sofrendo de uma ligeira indisposição. Durante a manhã, contudo, minha mulher me perguntou se eu ouvira o barulho terrível feito pelo repicar dos sinos naquela manhã. Eu nem sequer o percebera, mas então compreendi meu sonho. Ele fora uma reação, por parte de minha necessidade de dormir, ao barulho com que os pios tirolezes haviam tentado acordar-me. Eu me vingara deles extraindo a inferência que formou o conteúdo do sonho, e então continuara a dormir sem dar maior

atenção ao barulho.

Os sonhos citados nos capítulos anteriores incluíram diversos que poderiam servir de exemplos da elaboração desses chamados estímulos nervosos. Meu sonho de beber água em grandes goles [em [1]] é um exemplo. O estímulo somático foi, aparentemente, sua única fonte, e o desejo derivado da sensação (isto é, a sede) pareceu ser sua única motivação. Dá-se um caso semelhante com outros sonhos simples em que um estímulo somático parece, por si só, capaz de construir um desejo. O sonho da paciente que afastou do rosto o aparelho resfriador durante a noite [em [1]] apresenta um método incomum de reagir a um estímulo doloroso com uma realização de desejo: foi como se a paciente conseguisse ficar temporariamente em analgesia, ao tempo em que atribuía suas dores a outrem.

Meu sonho com as três Parcas [em [1]] foi claramente um sonho de fome. Mas conseguiu desviar o desejo de nutrição para o anseio infantil pelo seio materno e se valeu de um desejo inocente como anteparo para um desejo mais sério, que não podia ser tão abertamente exibido. Meu sonho sobre o Conde Thun [em [1]] mostrou como uma necessidade física acidental pode ser vinculada aos mais intensos impulsos mentais (mas, ao mesmo tempo, os mais intensamente suprimidos.) E um caso como o relatado por Garnier (1872, 1, 476), de como o Primeiro Cônsul incorporou o barulho da explosão de uma bomba num sonho de batalha antes de despertar dele [em [1]] revela com clareza bastante especial a natureza do único motivo que leva a atividade mental a se ocupar de sensações durante o sono. Um jovem advogado, recém-saído de seu primeiro processo importante de falência, adormecendo certa tarde, comportou-se exatamente da mesma forma que o grande Napoleão. Teve um sonho com um certo G. Reich, de *Husyatin* [uma cidade de Galícia], que conhecera durante um caso de falência; o nome “Husyatin” continuou a se impor a sua atenção até que ele acordou e viu que sua mulher (que sofria de um catarro brônquico) estava tendo um violento acesso de tosse [em alemão, “*husten*”].

Comparemos esse sonho de Napoleão I (que, aliás, era dono de um sono extremamente profundo) com o do estudante sonolento que foi acordado por sua senhoria e informado de que era hora de ir para o hospital, e que passou a sonhar que estava numa cama do hospital e continuou a dormir, sob o pretexto de que, já que estava no hospital, não havia necessidade de se levantar e ir até lá [em [1]]. Este último sonho foi claramente um sonho de conveniência. O sonhador admitiu uma motivação para sonhar sem nenhum disfarce; mas, ao mesmo tempo, deixou escapar um dos segredos dos sonhos em geral. Todos os sonhos são, num certo sentido, sonhos de conveniência; servem à finalidade de prolongar o sono, em vez de acordar. Os *sonhos são GUARDIÃES do sono, e não perturbadores dele*. Teremos oportunidade, mais adiante, de justificar essa visão deles em relação aos fatores despertadores de ordem *psíquica* [ver em [1]], mas já estamos em condições de mostrar que ela é aplicável ao papel desempenhado pelos estímulos externos objetivos. Ou a mente não

presta a mínima atenção às oportunidades de sensações durante o sono - caso possa fazê-lo a despeito da intensidade dos estímulos e da importância que sabe possuírem; ou se vale de um sonho para negar os estímulos; ou, em terceiro lugar, se for obrigada a reconhecê-los, busca uma interpretação deles que transforme a sensação correntemente ativa em parte integrante de uma situação que seja desejada e compatível com o dormir. A sensação correntemente ativa é incorporada no sonho *para ser despojada de realidade*. Napoleão pôde continuar a dormir - com a convicção de que o que estava tentando perturbá-lo era apenas uma lembrança onírica do ribombar dos canhões de Arcole.

Assim, o desejo de dormir (no qual o ego consciente se concentra e que, justamente com a censura do sonho e a “elaboração secundária” que mencionarei adiante [em [1]], representa a contribuição do ego consciente para o sonhar), deve, na totalidade dos casos, ser reconhecido como um dos motivos da formação dos sonhos, e todo sonho bem-sucedido é uma realização desse desejo. Examinaremos num outro ponto [em [1]] as relações existentes entre esse desejo universal, invariavelmente presente e imutável de dormir e os demais desejos, dos quais ora um ora outro é realizado pelo conteúdo do sonho. Mas encontramos no desejo de dormir o fator capaz de preencher a lacuna na teoria de Strümpell e Wundt [em [1]] e de explicar a maneira perversa e caprichosa como são interpretados os estímulos externos. A interpretação correta, que a mente adormecida é perfeitamente capaz de fazer, envolveria um interesse ativo e exigiria que o sono fosse interrompido; por essa razão, dentre todas as interpretações possíveis, só são admitidas aquelas que são compatíveis com a censura absoluta exercida pelo desejo de dormir. “Ele é rouxinol e não a cotovia”, pois, se fosse a cotovia, isso significaria o término da noite dos amantes. Entre as interpretações do estímulo que são assim admissíveis, seleciona-se então aquela que pode proporcionar o melhor vínculo com os impulsos desejantes que se ocultam na mente. Assim, tudo é inequivocamente determinado e nada fica por conta da decisão arbitrária. A interpretação errônea não é uma ilusão, e sim, como se poderia dizer, uma evasão. Aqui, porém, mais uma vez, tal como quando, em obediência à censura do sonho, uma substituição é efetuada por deslocamento, temos de admitir que estamos diante de um ato que se desvia dos processos psíquicos normais.

Quando os estímulos nervosos externos e os estímulos somáticos internos são suficientemente intensos para forçar a atenção psíquica para eles, então - desde que seu resultado *seja* sonhar e não acordar - eles servem como um ponto fixo para a formação de um sonho, um núcleo em seu material; busca-se então uma realização de desejo que corresponda a esse núcleo, tal como (ver anteriormente [em [1]]) se buscam representações intermediárias entre dois estímulos psíquicos do sonho. Nesta medida, é verdade que, em diversos sonhos, o conteúdo onírico é ditado pelo elemento somático. Nesse exemplo extremo, é possível até que um desejo que não esteja de fato correntemente ativo seja invocado para fins de construção de um sonho. O sonho, porém, não tem outra alternativa

senão representar um desejo na situação de ter sido realizado; ele enfrenta, por assim dizer, o problema de procurar um desejo que possa representar-se como realizado pela sensação correntemente ativa. Quando esse material imediato é de natureza dolorosa ou aflitiva, isso não significa necessariamente que não possa ser utilizado para a construção de um sonho. A mente tem a seu dispor desejos cuja realização produz desprazer. Isso parece autocontraditório, mas torna-se inteligível quando levamos em conta a presença de duas instâncias psíquicas e uma censura entre elas.

Como vimos, há na mente desejos “recaçados” que pertencem ao primeiro sistema e a cuja realização se opõe o segundo sistema. Ao afirmar que tais desejos existem, não estou fazendo uma declaração histórica no sentido de que eles tenham existido um dia e tenham sido abolidos mais tarde. A teoria do recalçamento, que é essencial ao estudo das psiconeuroses, afirma que esses desejos recalçados *ainda existem* - embora haja uma inibição simultânea que os contém. O uso lingüístico atinge o alvo ao falar da “supressão” [isto é, “sub-pressão”] desses impulsos. Os arranjos psíquicos que facultam a esses impulsos imporem sua realização continuam a existir e a funcionar perfeitamente. Na eventualidade, contudo, de um desejo recalçado desse tipo ser levado a efeito, e de sua inibição pelo segundo sistema (o sistema que é admissível à consciência) ser derrotada, essa derrota encontra expressão como desprazerosa. Concluindo: são sensações de natureza desprazerosa provenientes de fontes somáticas, o trabalho do sonho utiliza essa ocorrência para representar - sujeita à continuidade da censura em maior ou menor grau - a realização de algum desejo que é normalmente suprimido.

É esse estado de coisas que possibilita um grupo de sonhos de angústia - estruturas oníricas desfavoráveis do ponto de vista da teoria da realização de desejo. Um segundo grupo revela um mecanismo diferente, pois a angústia nos sonhos pode ser de natureza psiconeurótica: pode originar-se de excitações psicosexuais - caso em que a angústia corresponde à libido recalçada. Quando isso ocorre, a angústia, como a totalidade do sonho de angústia, tem a significação de um sintoma neurótico, e nos aproximamos do limite em que a finalidade de realização de desejo dos sonhos cai por terra. [Ver em [1] e [2]] Mas há alguns sonhos de angústias [- os do primeiro grupo -] em que o sentimento de angústia é somaticamente determinado - quando, por exemplo, dá-se uma dificuldade de respiração devida a doenças pulmonares ou cardíacas; - e, em tais casos, a angústia é explorada a fim de contribuir para a realização, sob a forma de sonhos, de desejos energicamente suprimidos, que se fossem sonhados por motivos *psíquicos*, levariam a uma libertação semelhante de angústia. Mas não há dificuldade em conciliar esses dois grupos aparentemente diferentes. Em ambos os grupos de sonhos, há dois fatores psíquicos envolvidos: uma inclinação para um afeto e um conteúdo de representações; e estes se relacionam intimamente entre si. Quando um deles está correntemente ativo, evoca o outro, mesmo num sonho; num dos casos, a angústia somaticamente determinada evoca o conteúdo de representações suprimindo, e no outro o conteúdo de representações, com sua

concomitante excitação sexual, livre de repressão, evoca uma liberação de angústia. Podemos dizer que, no primeiro caso, um afeto somaticamente determinado recebe uma interpretação psíquica; ao passo que, no outro caso, embora o todo seja psiquicamente determinado, o conteúdo que fora suprimido é facilmente substituído por uma interpretação somática apropriada à angústia. As dificuldades que tudo isso oferece à nossa compreensão pouco têm a ver com os sonhos: surgem do fato de estarmos aqui tocando no problema da produção da angústia e no problema do recalçamento.

Não há dúvida de que a cenestesia física [ou sensibilidade geral difusa, ver em [1]] está entre os estímulos somáticos internos capazes de ditar o conteúdo dos sonhos. Ela pode fazer isso, não no sentido de poder proporcionar o conteúdo do sonho, mas no sentido de ser capaz de impor aos pensamentos oníricos uma escolha do material a ser representado no conteúdo, ao destacar parte do material como sendo adequado à sua própria natureza e reter uma outra parte. Afora isso, aos resíduos psíquicos que têm influência tão importante nos sonhos. Essa disposição geral pode persistir inalterada no sonho ou pode ser dominada, e assim, caso seja desprazerosa, pode ser transformada em seu oposto.

Portanto, em minha opinião, as fontes somáticas de estimulação durante o sono (isto é, as sensações durante o sono), a menos que sejam de intensidade incomum, desempenham na formação dos sonhos papel semelhante ao desempenhado pelas impressões recentes, mas irrelevantes, deixadas pelo dia anterior. Ou seja, creio que elas são introduzidas para ajudar na formação de um sonho caso se ajustem apropriadamente ao conteúdo de representações derivado das fontes psíquicas do sonho, mas não de outra forma. São tratadas como um material barato e sempre à mão, que é empregado sempre que necessário, em contraste com um material precioso que determina, ele próprio, o modo como deverá ser empregado. Quando, para adotar um símile, um patrono das artes leva a um artista uma pedra rara, como um pedaço de ônix, e lhe pede que crie uma obra de arte com ela, o tamanho da pedra, sua cor e suas marcas ajudam a decidir que cabeça ou que cena será nela representada. Ao passo que, no caso de um material uniforme e abundante, tal como o mármore ou o arenito, o artista simplesmente segue uma idéia que se apresente em sua própria mente. É só dessa maneira, ao que me parece, que podemos explicar o fato de o conteúdo onírico proporcionado por estímulos somáticos de intensidade não incomum deixar de aparecer em todos os sonhos ou todas as noites. [Ver em [1].]

Talvez eu possa ilustrar melhor o que quero dizer com um exemplo, que além disso reconduzirá à interpretação do sonho.

Um dia, eu vinha tentando descobrir qual poderia ser o significado das sensações de estar inibido, de estar grudado no lugar, de não poder fazer alguma coisa, e assim por diante, que ocorrem com tanta freqüência nos sonhos e se relacionam tão de perto com os sentimentos de angústia. Naquela noite, tive o seguinte sonho:

Eu estava vestido de forma muito incompleta e subia as escadas de um apartamento térreo para um andar mais alto. Subia três degraus de cada vez e estava encantado com minha agilidade. De repente, vi uma criada descendo as escadas - isto é, vindo em minha direção. Fiquei envergonhado e tentei apressar-me, e neste ponto instalou-se a sensação de estar inibido: eu estava colado aos degraus e incapaz de sair do lugar.

ANÁLISE. - A situação do sonho é extraída da realidade cotidiana. Ocupo dois pavimentos de uma casa em Viena, que se ligam apenas pela escada pública. Meu consultório e meu gabinete ficam no primeiro andar, e minhas acomodações domésticas, um pavimento acima. Quando, tarde da noite, termino meu trabalho, no andar inferior, subo as escadas para meu quarto. Na noite anterior à do sonho, eu realmente fizera um pequeno trajeto com a roupa meio desalinhada - isto é, tinha retirado o colarinho, a gravata e os punhos. No sonho, isso tinha sido transformado num grau maior de desalinhamento, mas, como sempre, indeterminado. [Ver em [1]] Geralmente, subo as escadas de dois em dois ou de três em três degraus; e isto foi reconhecido no próprio sonho como uma realização de desejo: a facilidade com que eu conseguia isso me tranquilizava quanto ao funcionamento do meu coração. Ademais, esse método de subir escadas fora um contraste efetivo com a inibição da segunda metade do sonho. Mostrou-me - o que não precisava de comprovação - que os sonhos não encontram nenhuma dificuldade em representar atos motores realizados com perfeição. (Basta recordarmos os sonhos de estar voando.)

As escadas que eu subia, no entanto, não eram as de minha casa. De início, deixei de percebê-lo, e somente a identidade da pessoa que encontrei esclareceu-me qual era o local pretendido. Essa pessoa era a criada da senhora que eu visitava duas vezes ao dia a fim de lhe aplicar injeções [ver em [1]]; e as escadas eram também exatamente como as de sua casa, que eu tinha de subir duas vezes por dia.

Ora, como entraram em meu sonho essas escadas e essa figura feminina? O sentimento de vergonha por não estar completamente vestido é, sem dúvida, de natureza sexual; mas a criada com quem sonhei era mais velha do que eu, era grosseira e estava longe de ser atraente. A única resposta que me ocorreu para o problema foi esta: quando fazia minhas visitas matutinas a essa casa, eu costumava, em geral, ser tomado por um desejo de tossir ao subir a escadaria, e o produto de minha expectoração caía na escada, pois em nenhum dos pavimentos havia uma escarradeira; e a idéia que eu tinha era que a limpeza das escadas não deveria ser mantida à minha custa, e sim possibilitada pela instalação de uma escarradeira. A zeladora, uma mulher igualmente idosa e grosseira (mas com instintos de limpeza, como eu estava pronto a admitir), encarava a questão de modo diferente. Ela ficava à minha espera para ver se mais uma vez eu me serviria livremente da escada e, quando constatava que eu o fizera, eu costumava ouvi-la resmungar em tom audível; e por vários dias depois disso, ela omitia o cumprimento habitual quando nos encontrávamos. Na véspera do sonho, o grupo de zeladoria recebera reforço sob a forma da criada. Como sempre, eu havia concluído minha rápida visita à paciente, quando a criada me interceptou no saguão e observou: “O senhor

podia ter limpado os sapatos, doutor, antes de entrar na sala hoje. O senhor tornou a sujar todo o tapete vermelho com os pés.” Esta era a única razão para o aparecimento da escadaria e da criada em meu sonho.

Havia uma conexão interna entre subir as escadas correndo e cuspir nos degraus. Tanto a faringite como os problemas cardíacos são considerados castigos pelo vício do fumo. E, em virtude desse hábito, minha reputação de zelo não era das melhores em minha própria casa, quanto mais na outra; por isso as duas se fundiram no sonho.

Devo aplicar a continuação de minha interpretação deste sonho até que possa explicar a origem do sonho típico de estar incompletamente vestido. Assinalei apenas, como conclusão provisória a ser tirada do presente sonho, que uma sensação de movimento inibido nos sonhos é produzida sempre que o contexto específico a requer. A causa dessa parte do conteúdo do sonho não pode ter sido a ocorrência de alguma modificação especial em meus poderes de movimentação durante o sono, já que apenas um momento antes eu me vira (quase como que para confirmar esse fato) subindo agilmente os degraus.

(D) SONHOS TÍPICOS

Em geral, não estamos em condições de interpretar um sonho de outra pessoa, a menos que ela se disponha a nos comunicar os pensamentos inconscientes que estão por trás do conteúdo do sonho. A aplicabilidade prática de nosso método de interpretar sonhos fica, por conseguinte, severamente restrita. Vimos que, como regra geral, cada pessoa tem liberdade de construir seu mundo onírico segundo suas peculiaridades individuais e assim torná-lo ininteligível para outras pessoas. Parece agora, contudo, que, em completo contraste com isto, há um certo número de sonhos que quase todo o mundo tem da mesma forma e que estamos acostumados a presumir que tenham o mesmo sentido para todos. Além disso, há um interesse especial ligado a esses sonhos típicos porque, presumivelmente, eles decorrem das mesmas fontes em todos os casos e, assim, parecem particularmente aptos a esclarecer as fontes dos sonhos.

É, portanto, com expectativas muito particulares que tentaremos aplicar nossa técnica de interpretação de sonhos típicos; e é com grande relutância que temos de confessar que nossa arte desaponta nossas expectativas precisamente em relação a esse material. Ao tentarmos interpretar um sonho típico, o sonhador, em geral, deixa de produzir as associações que em outros casos nos levariam a compreendê-lo, ou então suas associações tornam-se obscuras e

insuficientes, de modo que não conseguimos resolver nosso problema com sua ajuda. Veremos, numa parte posterior deste trabalho [Seção E do Capítulo VI, em [1]], por que isso se dá e como podemos compensar esse defeito em nossa técnica. Meus leitores também descobrirão o motivo por que, neste ponto, só posso abordar alguns membros do grupo de sonhos típicos e preciso adiar meu exame dos demais até esse ponto ulterior de minha análise. [Ver em [1]][2]]

(D1) SONHOS EMBARAÇOSOS DE ESTAR DESPIDO

Os sonhos de estar nu ou insuficientemente vestido na presença de estranhos ocorre, por vezes, com a característica adicional de haver completa ausência de um sentimento como o de vergonha por parte do sonhador. Interessam-nos aqui, entretanto, apenas os sonhos de estar nu em que de fato se *sente* vergonha e embaraço e se faz uma tentativa de fugir ou esconder-se, sendo-se então dominado por uma estranha inibição que impede os movimentos e faz o sujeito sentir-se incapaz de alterar sua constrangedora situação. Somente com este acompanhamento é que o sonho é típico; sem ele, a essência de seu tema pode ser incluída em todas as variedades de contexto ou pode ser adornada com acompanhamentos individuais. Sua essência [em sua forma típica] está num sentimento aflitivo da ordem da vergonha e no fato de que se deseja ocultar a nudez, em geral pela locomoção, mas se constata estar impossibilitado de fazê-lo. Creio que a grande maioria de meus leitores já terá estado nessa situação em sonho.

A natureza do desalinho envolvido, usualmente, está longe de ser clara. O sonhador pode dizer “eu estava de camisola”, mas esta raramente é uma imagem nítida. O tipo de desalinho costuma ser tão vago que a descrição se expressa como uma alternativa: “Eu estava de camisola ou de anágua.” Em geral, a falha na toalete do sonhador não é tão grave que pareça justificar a vergonha a que dá origem. No caso de um homem que tenha usado o uniforme do Imperador, a nudez é freqüentemente substituída por alguma quebra do regulamento sobre os uniformes: “eu caminhava pela rua sem meu sabre e vi alguns oficiais vindo em minha direção”, ou “Eu estava sem a gravata”, ou ainda, “Eu estava usando calças civis” e assim por diante.

As pessoas em cuja presença o sonhador sente vergonha são quase sempre estranhos, com traços indeterminados. No sonho típico, nunca se dá o caso de a roupa que causa tanto embaraço suscitar objeções ou sequer ser percebida pelos espectadores. Ao contrário, elas adotam expressões faciais indiferentes ou (como observei num sonho particularmente claro)

solenes e tensas. Este é um ponto sugestivo.

O embaraço do sonhador e a indiferença dos espectadores oferecem-nos, quando vistos em conjunto, uma daquelas contradições tão comuns nos sonhos. Afinal de contas, estaria mais de acordo com os sentimentos do sonhador que os estranhos o olhassem com assombro e escárnio ou com indignação. Mas essa característica objetável da situação foi, a meu ver, descartada pela realização do desejo, enquanto alguma força conduziu à retenção das demais características; e duas partes do sonho ficam, conseqüentemente, em desarmonia uma com a outra. Possuímos uma prova interessante de que o sonho, na forma em que aparece - parcialmente distorcido pela realização do desejo - não foi corretamente entendido. Pois ele se tornou a base de um conto de fadas com que todos estamos familiarizados na versão de Hans Andersen - *A Roupas Nova do Imperador* -, e que foi recentemente posto em versos por Ludwig Fulda em seu [“conto de fadas dramático”] *O Talismã*. O conto de Hans Andersen relata-nos como dois impostores tecem para o Imperador um traje dispendioso que, segundo eles, só seria visível para as pessoas de virtude e lealdade. O Imperador sai com essa vestimenta invisível e todos os espectadores, intimados pelo poder do tecido de atuar como uma pedra de toque, fingem não notar a nudez do Imperador.

É esta exatamente a situação de nosso sonho. Não chega a ser precipitado presumir que a ininteligibilidade do conteúdo do sonho, tal como ele existe na lembrança, o tenha levado a ser remodelado sob uma forma destinada a dar sentido à situação. Essa situação, todavia, é privada no processo de seu significado original e empregada em usos diferentes. Mas, como veremos adiante, é comum ao pensamento consciente de um segundo sistema psíquico compreender mal o conteúdo de um sonho dessa maneira, e esse mal-entendido deve ser considerado um dos fatores na determinação da forma final assumida pelos sonhos. Ademais, veremos que mal-entendidos semelhantes (que ocorrem, mais uma vez, dentro de uma mesma personalidade psíquica) desempenham papel preponderante na construção das obsessões e fobias.

No caso de nosso sonho, estamos em condições de indicar o material em que se baseia a má interpretação. O impostor é o sonho e o Imperador é o próprio sonhador; o propósito moralizador do sonho revela um conhecimento obscuro do fato de que o conteúdo onírico latente diz respeito a desejos proibidos que foram vítimas do recalçamento. Pois o contexto em que esse tipo de sonhos aparece durante minhas análises de neuróticos não deixa dúvida de que eles se baseiam em lembranças da mais tenra infância. Somente na nossa infância é que somos vistos em trajes inadequados, tanto por membros de nossa família como por estranhos - babás, criadas e visitas; e é só então que não sentimos vergonha de nossa nudez. Podemos observar como o despir-se tem um efeito quase excitante em muitas crianças,

mesmo em seus anos posteriores, em vez de fazê-las sentir-se envergonhadas. Elas riem, pulam e se dão palmadas, enquanto a mãe ou quem quer que esteja presente as reprova e diz: “Uh, que escândalo! Vocês nunca devem fazer isso!” As crianças freqüentemente manifestam um desejo de se exibirem. É difícil passarmos por um vilarejo do interior em nossa parte do mundo sem encontrarmos um criança de dois ou três anos levantando a camisinha diante de nós - em nossa homenagem, talvez. Um de meus pacientes guarda uma lembrança consciente de uma cena de seus oito anos quando, na hora de dormir, quis ir dançar no quarto ao lado - onde dormia sua irmãzinha -, vestindo seu camisão, mas foi impedido por sua babá. Na história da mais tenra infância dos neuróticos, um importante papel é desempenhado pela exposição a crianças do sexo oposto; na paranóia, os delírios de estar sendo observado ao vestir-se e despir-se encontram sua origem nesse tipo de experiências, ao passo que, entre as pessoas que permanecerem no estágio da perversão, há uma categoria na qual esse impulso infantil alcança o nível de um sintoma - a categoria dos “exibicionistas”.

Quando voltamos os olhos para esse período isento de vergonha na infância, ele nos parece um paraíso; e o próprio Paraíso nada mais é do que uma fantasia grupal da infância do indivíduo. Por isso é que a humanidade vivia nua no Paraíso, sem que um sentisse vergonha na presença do outro; até que chegou um momento em que a vergonha e a angústia despertaram, seguiu-se a expulsão e tiveram início a vida sexual e as tarefas da atividade cultural. Mas podemos reconquistar esse Paraíso todas as noites em nossos sonhos. Já expressei [em [1]] a suspeita de que as impressões da primeira infância (isto é, desde a época pré-histórica até aproximadamente o final do terceiro ano de vida) lutam por alcançar sua reprodução, por sua própria natureza independente, talvez, de seu conteúdo real, e que sua repetição constitui a realização de um desejo. Portanto, os sonhos de estar despido são sonhos de exibição.

O núcleo de um sonho de exibição situa-se na figura do próprio sonhador (não como era em criança, mas tal como aparece no presente) e em seu traje inadequado (que emerge indistintamente, seja em virtude de camadas superpostas de inúmeras lembranças posteriores de estar desalinhado, seja como decorrência da censura). Acrescentaram-se a isso as figuras das pessoas em cuja presença o sonhador se sente envergonhado. Não sei de nenhum caso em que os espectadores reais da cena infantil de exibição tenham aparecido no sonho; o sonho raramente é uma lembrança simples. Curiosamente, as pessoas a quem era dirigido nosso interesse sexual na infância são omitidas de todas as reproduções que ocorrem nos sonhos, na histeria e na neurose obsessiva. É só na paranóia que esses espectadores reaparecem e, embora permaneçam invisíveis, sua presença é inferida com uma convicção fanática. O que toma o lugar deles nos sonhos - “uma porção de estranhos” que não prestam a menor atenção ao espetáculo oferecido - não é nada mais, nada menos, do que o contrário imaginário do único indivíduo conhecido diante de quem o sonhador se expunha. Aliás, “uma porção de estranhos” aparece com freqüência nos sonhos em muitos outros contextos, representando sempre o oposto imaginário do “sigilo”. É de se observar que, até na

paranóia, quando se restaura o estado de coisas original, essa inversão no oposto é observada. O sujeito sente que já não está sozinho, não tem nenhuma dúvida de estar sendo observado, mas os observadores são “uma porção de estranhos” cuja identidade permanece curiosamente vaga.

Além disso, o recalçamento desempenha um papel nos sonhos de exibição, pois a aflição experimentada nesses sonhos é uma reação, por parte do segundo sistema, ao fato de o conteúdo da cena de exibição ter encontrado expressão a despeito do veto imposto a ele. Para que se evitasse a aflição, a cena nunca deveria ser revivida.

Voltaremos posteriormente [em [1]] à sensação de estar inibido. Ela serve admiravelmente, nos sonhos, para representar um conflito da vontade ou uma negativa. O objetivo inconsciente requer que a exibição continue; a censura exige que ela cesse.

Não há dúvida de que os vínculos entre nossos sonhos típicos, os contos de fadas e o material de outros tipos de literatura criativa não são pouco nem acidentais. Por vezes acontece que o olhar penetrante de um escritor criativo tenha uma compreensão analítica do processo de transformação do qual ele não costuma ser mais do que o instrumento. Quando isso se dá, ele pode seguir o processo em sentido inverso e, desse modo, identificar a origem do texto imaginativo num sonho. Um de meus amigos chamou-me a atenção para a seguinte passagem de *Der grüne Heinrich*, de Gottfried Keller [Parte III, Capítulo 2]: “Espero, meu caro Lee, que você jamais aprenda por experiência própria a verdade peculiar e *maliciosa* dos apuros de Ulisses quando apareceu, nu e coberto de lama, diante dos sonhos de Nausícaa e suas servas! Devo eu dizer-lhe como isso pode acontecer? Vejamos o nosso exemplo. Se você estiver vagando por terras estranhas, longe de sua pátria e de tudo que lhe é caro, se tiver visto e ouvido muitas coisas, conhecido a tristeza e a inquietação, e se sentir desolado e desesperançado, então infalivelmente sonhará, uma noite, que está se aproximando de casa; você a verá resplandecente e iluminada nas mais vivas cores, e as mais doces, mais caras e mais amadas formas se encaminharão oem sua direção. Então, subitamente, você perceberá que está em trapos, nu e empoeirado. Será tomado de indizível vergonha e terror, tentará encontrar abrigo e se esconder, e acordará banhado em suor. Este, enquanto respirarem os homens será o sonho do viajante infeliz; e Homero evocou a imagem de seus apuros da mais profunda e eterna natureza do homem.”

A mais profunda e eterna natureza do homem, em cuja evocação nos seus ouvintes o poeta está acostumado a confiar, reside nos impulsos da mente que têm suas raízes numa infância que desde então se tornou pré-histórica. Os desejos suprimidos e proibidos da infância irrompem no sonho por trás dos desejos irrepreensíveis do exilado que são capazes de penetrar na consciência; e é pior isso que o sonho que encontra expressão concreta na lenda

de Nausícaa termina, de hábito, com um sonho de angústia.

Meu próprio sonho (registrado em [1]) de correr escada acima e de logo depois sentir-me colado aos degraus foi igualmente um sonho de exibição, já que traz as marcas essenciais desses sonhos. Deve ser possível, portanto, buscar sua origem em experiências ocorridas durante minha infância, e se estas puderam ser descobertas, elas nos possibilitarão julgar até que ponto o comportamento da criada em relação a mim - sua acusação de eu ter sujado o tapete - contribuiu para dar-lhe seu lugar em meu sonho. Casualmente, posso fornecer os pormenores necessários. Numa psicanálise, aprende-se a interpretar a proximidade temporal como representativa de um vínculo temático. [Ver em [1].] Duas idéias que ocorrem em seqüência imediata e sem qualquer conexão aparente são, de fato, parte de uma só unidade que tem de ser descoberta, exatamente do mesmo modo que, seu eu escrever seqüencialmente um “a” e um “b”, eles terão de ser pronunciados como uma única sílaba, “ab”. O mesmo se aplica aos sonhos. O sonho da escadaria a que me referi foi um de uma série. Como esse sonho em particular estava cercado pelos demais, deveria estar versando sobre o mesmo assunto. Ora, esses outros sonhos baseavam-se na lembrança de uma babá a cujos cuidados estive entregue desde alguma data em minha mais tenra infância até os dois anos e meio. Chego até a guardar dela uma obscura lembrança consciente. Segundo o que me contou minha mãe há não muito tempo, ela era velha e feia, mas muito perspicaz e eficiente. Do que posso inferir de meus próprios sonhos, o tratamento que ela dispensava não era sempre excessivo em amabilidades, e suas palavras podiam ser ríspidas se eu deixasse de atingir o padrão de limpeza exigido. E assim, a criada, uma vez que tomara a si a tarefa de dar prosseguimento a esse trabalho educacional, adquiriu o direito de ser tratada, em meu sonho, como uma reencarnação da velha babá pré-histórica. É razoável supor que o menino amasse a velha que lhe ensinava essas lições, apesar do tratamento ríspido que ela lhe dispensava. [1]

(D2) SONHOS SOBRE A MORTE DE PESSOAS QUERIDAS

Outro grupo de sonhos que podem ser qualificados de típicos são os que contêm a morte de um parente amado - por exemplo, de um dos pais, de um irmão ou irmã ou de um filho. Duas classes desses sonhos devem ser distinguidas de imediato: aqueles em que o sonhador não é afetado pela tristeza e, ao acordar, fica atônito ante sua falta de sentimentos, e aqueles em que o sonhador fica profundamente abalado com essa morte e pode até chorar

amargamente durante o sono.

Não precisamos examinar os sonhos da primeira dessas classes, pois não há justificativa para que eles sejam considerados “típicos”. Se os analisarmos, veremos que têm um sentido diverso do sentido aparente e que se destinam a ocultar algum outro desejo. Assim foi o sonho da tia que viu o único filho da irmã deitado em seu caixão. (Ver em [1].) Aquilo não significava que ela desejasse ver o sobrinho morto; como vimos, ocultava meramente o desejo de ver uma determinada pessoa que ela um dia encontrara, depois de um intervalo similarmente longo, junto ao caixão de um outro sobrinho. Esse desejo, que foi o verdadeiro conteúdo do sonho, não dava margem à tristeza e, por conseguinte, nenhuma tristeza foi sentida no sonho. Convém notar que o afeto vivenciado no sonho pertence a seu conteúdo latente, e não ao conteúdo manifesto, e que o conteúdo *afetivo* do sonho permaneceu intocado pela distorção que se apoderou de seu conteúdo de *representações*.

Muito diferentes são os sonhos da outra classe - aqueles em que o sonhador imagina a morte de um ente querido e fica, ao mesmo tempo, dolorosamente afetado. O sentido desses sonhos, como indica seu conteúdo, é um desejo de que a pessoa em questão venha a morrer. E, como devo esperar que os sentimentos de todos os meus leitores e os de quaisquer outras pessoas que tenham tido sonhos similares se rebelem contra minha afirmativa, devo tentar fundamentar minhas provas disso na mais ampla base possível.

Já examinei um sonho que nos ensinou que os desejos representados nos sonhos como realizados nem sempre são desejos atuais. Podem também ser desejos do passado, que foram abandonados, recobertos por outros e recalçados, e aos quais temos de atribuir uma espécie de existência prolongada apenas em função de sua reemergência num sonho. Eles não estão mortos em nosso sentido da palavra, mas são apenas como as sombras da Odisséia, que despertavam para alguma espécie de vida tão logo provavam sangue. No sonho da criança morta na “caixa” (em [1]-[2]), o que estava em jogo era um desejo que fora imediato quinze anos antes, e que foi francamente admitido como existente naquela época. Posso acrescentar - e talvez isso não deixe de ter uma relação com a teoria dos sonhos - que mesmo por trás desse desejo havia uma lembrança da mais remota infância da sonhadora. Quando era pequenina - a data exata não pôde ser fixada com certeza -, ela ouviu dizer que sua mãe caíra em profunda depressão durante a gravidez da qual ela foi o fruto, e que havia desejado ardentemente que a criança que trazia no ventre pudesse morrer. Quando a própria sonhadora cresceu e engravidou, simplesmente seguiu o exemplo da mãe.

Quando alguém sonha, com todos os sinais de dor, que seu pai, mãe, irmãos ou irmã morreu, eu jamais usaria esse sonho como prova de que ele deseja a morte dessa pessoa *no presente*. A teoria dos sonhos não exige tanto assim; ela se satisfaz com a inferência de que essa morte foi desejada numa outra ocasião durante a infância do sonhador. Temo, porém,

que essa ressalva não apazigüe os opositores; eles negarão qualquer possibilidade de terem *já* nutrido essa idéia, com a mesma energia com que insistem em que não abrigam nenhum desejo dessa natureza agora. Devo, por isso, reconstruir parte da vida mental desaparecida das crianças com base na evidência do presente.

Consideremos, primeiro, a relação das crianças com seus irmãos e irmãs. Não sei por que pressupomos que essa relação deva ser amorosa, pois os exemplos de hostilidade entre irmãos e irmãs adultos impõe-se à experiência de todos, e é freqüente podermos estabelecer o ato de que essa desunião se originou na infância ou sempre existiu. Mas é também verdade que inúmeros adultos, que mantêm relações afetuosas com seus irmãos e irmãs e estão prontos a apoiá-los hoje, passaram sua infância em relações quase ininterruptas de inimizade com eles. O filho mais velho maltrata o mais novo, fala mal dele e rouba-lhe os brinquedos, ao passo que o mais novo se consome num ódio impotente contra o mais velho, a quem inveja e teme, ou enfrenta seu opressor com os primeiros sinais do amor à liberdade e com um senso de justiça. Seus pais queixam-se de que as crianças não se dão bem, mas não conseguem descobrir por quê. É fácil perceber que o caráter até mesmo de uma criança boa não é o que desejaríamos encontrar num adulto. As crianças são completamente egoístas; sentem suas necessidades intensamente e lutam de maneira impiedosa para satisfazê-las - especialmente contra os rivais, outras crianças, e, acima de qualquer outra coisa, contra seus irmãos e irmãs. Mas nem por isso chamamos uma criança de “má”: chamamo-la de “levada”; ela é mais responsável por seus malfeitos em nosso julgamento do que ante os olhos da lei. E é certo que seja assim, pois podemos esperar que, antes do fim do período que consideramos como infância, os impulsos altruístas e a moralidade despertem no pequenino egoísta e (para usar os termos de Meynert [por exemplo, 1892, em [1]]) um ego secundário se superponha ao primário e o iniba. É verdade, sem dúvida, que a moral não se instala simultaneamente ao longo de todo o processo e que a extensão da infância amoral varia nos diferentes indivíduos. Quando essa moral deixa de se desenvolver, gostamos de falar em “degeneração”, embora estejamos de fato diante de uma inibição do desenvolvimento. Depois de já ter sido recoberto pelo desenvolvimento posterior, o caráter primário pode ainda ser exposto, pelo menos em parte, nos casos de doença histérica. Há uma semelhança realmente impressionante entre o que se conhece como caráter histérico e o caráter de uma criança levada. A neurose obsessiva, ao contrário, corresponde a uma supermoralidade imposta como um peso de reforço aos primeiros sinais do caráter primário.

Muitas pessoas, portanto, que amam seus irmãos e irmãs e se sentiriam desoladas se eles morressem, abrigam desejos maléficos contra eles em seu inconsciente, datando de épocas anteriores; e estes são passíveis de se realizarem nos sonhos.

É de particular interesse, contudo, observar o comportamento das criancinhas de até dois ou três anos, ou um pouco mais velhas, para com seus irmãos e irmãs menores. Havia, por exemplo, o caso de uma criança que até então fora filha única; e eis que lhe dizem que a

cegonha trouxe um novo bebê. Ela examina o recém-chegado de alto a baixo e declara decisivamente: “A cegonha pode levar ele embora de novo!” Sou seriamente de opinião que uma criança é capaz de fazer uma estimativa justa dos contratempos que terá de esperar nas mãos do pequeno estranho. Uma senhora conhecida minha, que hoje se dá muito bem com uma irmã quatro anos mais nova, contou-me que recebeu a notícia da chegada desta com a seguinte ressalva: “Mas mesmo assim não vou dar a ela minha boina vermelha.” Mesmo que só mais tarde a criança venha a compreender a situação, sua hostilidade datará desse momento. Sei de um caso em que uma menininha de menos de três anos tentou estrangular um bebê em seu berço por achar que sua presença contínua não lhe fazia bem. As crianças nessa época da vida são capazes de ciúmes com diversos graus de intensidade e evidência. Do mesmo modo, na eventualidade de a irmãzinha de fato desaparecer após algum tempo, a criança mais velha verá toda a afeição da casa novamente concentrada nela. Se, depois disso, a cegonha trouxer mais um outro bebê, é bastante lógico que o pequeno favorito alimente o desejo de que seu novo competidor tenha o mesmo destino do primeiro, para que ele próprio possa ser tão feliz quanto era originalmente e durante o intervalo. Normalmente, é claro, é essa atitude de uma criança para com o indefeso recém-nascido.

Os sentimentos hostis para com os irmãos e irmãs devem ser muito mais freqüentes na infância do que é capaz de perceber o olhar distraído do observador adulto.

No caso de meus próprios filhos, que surgiram uns aos outros em rápida sucessão, perdi a oportunidade de fazer esse tipo de observações; mas estou agora compensando essa negligência através da observação de um sobrinhozinho cuja dominação autocrática foi abalada, após uma duração de quinze meses, pelo aparecimento de um rival. É verdade que estou informado de que o rapazinho se comporta da maneira mais cavalheiresca para com sua irmãzinha, de que beija sua mão e a afaga; mas pude convencer-me de que, antes mesmo do final de seu segundo ano, ele se valeu de seus poderes de fala para criticar alguém a quem não podia deixar de considerar supérfluo. Sempre que a conversa se voltava para ela, ele costumava intervir e exclamar com petulância: “Muito f’acota, muito f’acota!” Durante os últimos meses, o crescimento da neném fez progressos suficientes para colocá-la fora do alcance desse motivo específico de desprezo, e o garotinho encontrou outra base para sua afirmação de que ela não merece tanta atenção assim: em todas as ocasiões propícias, ele chama atenção para o fato de que ela não tem dentes. Todos nos lembramos de como a filha mais velha de outra irmã minha, que era então uma menina de seis anos, passou meia hora insistindo junto a cada uma de suas tias, sucessivamente, para que concordassem com ela: “Lucie ainda não entende isso, não é?”, ficava a perguntar. Lucie era sua rival - dois anos e meio mais nova do que ela.

Em nenhuma de minhas pacientes, para citar um exemplo, deixei de esbarrar nesse sonho com a morte de um irmão ou de uma irmã, correspondendo a um aumento da hostilidade. Só

encontrei uma única exceção, e foi fácil interpretá-la como uma confirmação da regra. Numa ocasião, durante uma sessão analítica, explicava esse assunto a uma senhora, já que, em vista de seu sintoma, a discussão do tema me parecia relevante. Para meu assombro, ela respondeu nunca ter tido um desses sonhos. Entretanto, ocorreu-lhe outro sonho que, aparentemente, não tinha nenhuma relação com o assunto - um sonho que ela tivera primeira vez quando estava com quatro anos e era ainda a caçula da família, e que havia sonhado repetidamente desde então: “*Uma multidão de crianças - todas suas irmãs e irmãos, e primos de ambos os sexos - brincava ruidosamente num campo. De repente, todas criaram asas, voaram para longe e desapareceram.* Ela não tinha nenhuma idéia do sentido desse sonho, mas não é difícil reconhecer que, em sua forma original, ele fora um sonho sobre a morte de todos os seus irmãos e irmãs, e só fora ligeiramente influenciado pela censura. Posso ousar sugerir a seguinte análise. Por ocasião da morte de um membro dessa multidão de crianças (nesse exemplo, os filhos de dois irmãos tinham sido criados juntos como uma só família), a sonhadora, que ainda não completara quatro anos na época, deve ter perguntado a algum adulto sensato o que acontecia com as crianças quando elas morriam. A resposta deve ter sido: “Elas criam asas e viram anjinhos.” No sonho que se seguiu a essa informação, todos os irmãos e irmãs da sonhadora tinham asas como pequenos anjos e - é este o ponto principal - voavam para longe. Nossa pequena antiacida ficou só, por mais estranho que isso parecesse: a única sobrevivente do grupo inteiro! É improvável que estejamos errados em supor que o fato de as crianças brincarem ruidosamente num *campo* antes de voarem para longe aponta para as borboletas. É como se a menina tivesse sido levada, pela mesma cadeia de idéias dos povos da Antiguidade, a imaginar a alma com asas de borboleta.

Neste ponto, alguém talvez interrompa: “Admitindo-se que as crianças tenham impulsos hostis em relação a seus irmãos e irmãs, como pode a mente de uma criança chegar a tal extremo de depravação, a ponto de desejar a *morte* de seus rivais ou de coleguinhas mais fortes do que ela, como se a pena de morte fosse a única punição para todos os crimes?” Quem quer que fale assim terá deixado de levar em conta que a idéia infantil de estar “morto” pouco tem em comum com a nossa, a não ser por essa palavra. As crianças nada sabem dos horrores da decomposição que as pessoas adultas acham tão difícil de tolerar, como é provado por todos os mitos de uma vida futura. O medo da morte não tem nenhum sentido para uma criança; daí ela brincar com a palavra terrível e usá-la como ameaça contra algum coleguinha: “Se você fizer isso de novo, você vai morrer, como Franz!” Entrementes, a pobre mãe estremece e se lembra, talvez, de que a maior parte da raça humana não consegue sobreviver aos anos de infância. Foi efetivamente possível a um menino, que tinha mais de oito anos nessa época, dizer a sua mãe, ao voltar de uma visita ao Museu de História Natural: “Gosto tanto de você, Mamãe! Quando você morrer, vou mandar empalhá-la neste quarto, para poder ver você o tempo *todo*”. Como é pequena a semelhança entre a idéia que uma criança faz da morte e a nossa!

Para as crianças que, além disso, são poupadas da visão de cenas de sofrimento que precedem a morte, estar “morto” significa aproximadamente o mesmo que ter “ido embora” - ter deixado de incomodar os sobreviventes. A criança não estabelece nenhuma distinção quanto ao modo como essa ausência é provocada: se é devido a uma viagem, a uma demissão, a uma eparação ou à morte. Quando, durante a fase pré-histórica de uma criança, sua babá é despedida, e quando logo depois que sua mãe morre, esses dois eventos se sobrepõem numa série única em sua memória, como é revelado pela análise. Quando as pessoas estão ausentes, as crianças não sentem falta delas com grande intensidade; muitas mães aprenderam isso, para sua tristeza, quando, após ficarem longe de casa por algumas semanas nas férias de verão, são recebidas, na volta, com a notícia de que nem uma só vez os filhos perguntaram por Mamãe. Quando a mãe realmente viaja para “aquele país inexplorado de cujas fronteiras nenhum viajante regressa”, de início, parecem esquecê-la, e só depois é que começam a lembrar-se da mãe morta.

Assim, quando uma criança tem motivos para desejar a ausência de outra, nada há que a impeça de dar a seu desejo a forma da morte da outra criança. E a reação psíquica aos sonhos que contêm desejos de morte prova que, apesar do conteúdo diferente desses desejos no caso das crianças, eles são, não obstante, de uma maneira ou de outra, idênticos aos desejos expressos nos mesmos termos pelos adultos.

Mas, se os desejos de morte de uma criança contra seus irmãos e irmãs são explicados pelo egoísmo infantil que a faz considerá-los seus rivais, como iremos explicar seus desejos de morte contra seus pais, que a cercam de amor e suprem suas necessidades, e cuja preservação esse mesmo egoísmo deveria levá-la a desejar?

Uma solução para essa dificuldade é fornecida pela observação de que os sonhos com a morte de pais se aplicam com freqüência preponderante ao genitor do mesmo sexo do sonhador, isto é, que os homens sonham predominantemente com a morte do pai, e as mulheres, com a morte da mãe. Não posso afirmar que isso ocorra universalmente, mas a preponderância no sentido que indiquei é tão evidente que precisa ser explicada por um fator de importância geral. Dito sem rodeios, é como se uma preferência sexual se fizesse sentir numa tenra idade: como se os meninos olhassem o pai, e as meninas a mãe como seus rivais no amor, rivais cuja eliminação não poderia deixar de trazer-lhes vantagens.

Antes que essa idéia seja rejeitada como monstruosa, é conveniente, também nesse caso, considerar as relações reais vigentes - desta vez, entre pais e filhos. Devemos distinguir entre o que os padrões culturais de devoção filial exigem dessa relação e o que a observação cotidiana mostra ser a realidade. Mais de uma causa de hostilidade se esconde na relação entre pais e filhos - uma relação que propicia as mais amplas oportunidades de surgimento de desejos que não podem passar pela censura.

Consideremos, primeiramente, a relação entre pai e filho. A sacralidade que atribuímos aos mandamentos explicitados no Decálogo tem toldado, penso eu, nossa capacidade de perceber os atos reais. Mal parecemos ousar observar que a maior parte da humanidade desobedece o Quinto Mandamento. Tanto nas camadas mais baixas como nos retratos mais elevados da sociedade humana, a devoção filial tem o hábito de ceder a outros interesses. As obscuras informações que nos são trazidas pela mitologia e pelas lendas das eras primitivas da sociedade humana fornecem-nos uma imagem desagradável do poder despótico do pai e da crueldade com que ele o usava. Cronos devorou seus filhos, tal como o javali devora as crias da javalina, enquanto Zeus castrou o pai, fazendo-se rei em seu lugar. Quanto mais irrestrita era a autoridade paterna na família antiga, mais precisava o filho, como seu sucessor predestinado, descobrir-se na posição de um inimigo, e mais impaciente devia ficar para tornar-se chefe, ele próprio, através da morte do pai. Mesmo em nossas famílias de classe média, os pais se inclinam, via de regra, a recusar a seus filhos a independência e os meios necessários para obtê-la, fomentando assim o crescimento do germe de hostilidade e que é inerente à sua relação. Um médico estará freqüentemente em condição de notar como a tristeza de um filho pela morte do pai não consegue suprimir sua satisfação por ter finalmente conquistado sua liberdade. Em nossa sociedade de hoje, os pais tendem a se agarrar desesperadamente ao que resta de uma *potestas patris familias* agora tristemente antiquada; e o autor que, como Ibsen, destaca em seu escritos a luta memorial entre pais e filhos pode ter certeza de produzir um efeito.

As causas de conflito entre filha e mãe surgem quando a filha começa a crescer e ansiar por liberdade sexual, mas se descobre sob a tutela da mãe, enquanto esta, por outro lado, é advertida pelo crescimento da filha de que é chegado o momento em que ela própria deve abandonar suas apropriações à satisfação sexual.

Tudo isso fica patente aos olhos de todos. Mas não nos ajuda em nosso esforço de explicar os sonhos com a morte dos pais em pessoas cuja devoção a eles foi irrepreensivelmente estabelecida há muito tempo. As discussões precedentes, além disso, ter-nos-ão preparado para saber que o desejo de morte contra os pais remonta à primeira infância.

Essa suposição confirmada, com uma certeza que não deixa margem a dúvidas, no caso dos psiconeuróticos, quando sujeitos à análise. Com eles aprendemos que os desejos sexuais de uma criança - se é que, em seu estágio embrionário, eles mereçam ser chamados assim - despertam muito cedo, e que o primeiro amor da menina é por seu pai, enquanto os primeiros desejos infantis do menino são pela mãe. Por conseguinte, o pai se transforma num rival perturbador para o menino, e a mãe, para a menina; e já demonstrei, no caso dos irmãos e irmãs, com que facilidade esses sentimentos podem levar a um desejo de morte. Também os pais dão mostras, em geral, da parcialidade sexual: uma predileção natural costuma fazer com que o homem tenda a mimar excessivamente suas filhinhas, enquanto sua mulher toma o

partido dos filhos homens, muito embora os dois, quando seu julgamento não é perturbado pela magia do sexo, mantenham uma rigorosa fiscalização sobre a educação dos filhos. A criança está perfeitamente ciente dessa parcialidade e se volta contra aquele de seus pais que se opõe a demonstrá-la. Ser amada por um adulto não traz para a criança apenas a satisfação de uma necessidade especial; significa igualmente que ele conseguirá o que quiser também em todos os demais aspectos. Assim, ele estará seguindo sua própria pulsão sexual e, ao mesmo tempo, conferindo um novo vigor à inclinação demonstrada por seus pais, se sua escolha entre eles coincidir com a deles.

Os sinais dessas preferências infantis, em sua maior parte, passam despercebidos; no entanto, alguns deles podem ser observados mesmo depois dos primeiros anos da infância. Uma menina de oito anos a quem conheço, quando sua mãe é chamada a se afastar da mesa, aproveita essa ocasião para proclamar-se sua sucessora: “Agora, *eu* vou ser a Mamãe. Você quer mais verduras, Karl? Então se sirva!” e assim por diante. Uma menina de quatro anos, particularmente dotada e esperta, em quem esse dado da psicologia infantil é especialmente visível, declarou com toda franqueza: Mamãe agora pode ir embora. Aí Papai vai ter que casar comigo e eu vou ser mulher dele.” O fato de tal desejo ocorrer numa criança não é absolutamente incompatível com o estar ternamente ligada à mãe. Um menino a quem se permite que durma ao lado da mãe enquanto o pai está fora de casa, mas que tem de voltar para o quarto das crianças e para alguma pessoa de quem gosta muito menos tão logo o pai retorna, pode facilmente começar a formar um desejo de que o pai esteja *sempre* ausente, de modo que ele próprio possa conservar seu lugar ao lado da querida e adorável Mamãezinha. Uma maneira óbvia de concretizar esse desejo seria se o pai estivesse morto, pois a criança aprendeu uma coisa com a experiência - a saber, que as pessoas “mortas”, como o Vovô, estão sempre ausentes e nunca mais voltam.

Embora essas observações sobre crianças pequenas se ajustem perfeitamente à interpretação que propus, elas não transmitem uma convicção tão completa quanto a que é imposta ao médico pelas psicanálises de neuróticos adultos. No segundo caso, os sonhos do tipo que estamos considerando são introduzidos na análise num contexto tal que é impossível evitar interpretá-los como sonhos *de realização de desejos*.

Certo dia, uma de minhas pacientes se achava num estado aflito e choroso. “Nunca mais quero rever meus parentes”, disse ela; “eles devem achar que sou horrível.” Prosseguiu então, quase sem transição alguma, dizendo que se lembrava de um sonho, embora, naturalmente, não tivesse nenhuma idéia do que ele significava. Quando tinha quatro anos, ela sonhara que *um lince ou uma raposa estava andando no telhado; então alguma coisa caíra, ou ela havia caído; e depois, sua mãe fora levada para fora de casa, morta* - e ela chorou amargamente. Eu lhe disse que esse sonho devia significar que, quando criança, ela teria desejado ver a mãe morta, e devia ser por causa do sonho que ela achava que seus

parentes deviam julgá-la horrível. Mal acabei de dizer isso, ela forneceu um material que lançou luz sobre o sonho. “Olho de lince” era um xingamento que lhe fora dirigido por um moleque de rua quando ela era muito pequena. Quando tinha três anos de idade, uma telha caíra na cabeça de sua mãe, fazendo-a sangrar abundantemente.

Tive certa vez a oportunidade de proceder a um estudo pormenorizado de uma jovem que passara por uma multiplicidade de condições psíquicas. Sua doença começou com um estado de excitação confusional durante o qual ela exibiu uma aversão toda especial pela mãe, batendo nela e tratando-a com grosseria toda vez que ela se aproximava de sua cama, ao passo que, nesse mesmo período, mostrava-se dócil e afetuosa para com uma irmã muitos anos mais velha que ela. Seguiu-se um estado em que ela ficou lúcida, mas um tanto apática e sofrendo de um sono muito agitado. Foi durante essa fase que comecei a tratá-la e a analisar seus sonhos. Um imenso número desses sonhos dizia respeito, com maior ou menor grau de disfarce, à morte da mãe: numa ocasião, ela comparecia ao enterro de uma velha; noutra, ela e a irmã estavam sentadas à mesa, trajadas de luto. Não havia nenhuma dúvida quanto ao sentido desses sonhos. À medida que seu estado foi melhorando ainda mais, surgiram fobias históricas. A mais torturante delas era o medo de que algo pudesse ter acontecido à sua mãe. A moça era obrigada a correr para casa, de onde quer que estivesse, para se convencer de que a mãe ainda estava viva. Este caso, considerado em conjunto com o que eu havia aprendido de outras fontes, foi muito instrutivo: exibia, traduzidos, por assim dizer, em diferentes línguas, os vários modos pelos quais o aparelho psíquico reagiu a uma mesma representação excitante. No estado confusional, no qual, segundo creio, a segunda instância psíquica foi dominada pela primeira, que é normalmente suprimida, sua hostilidade inconsciente para com a mãe encontrou uma poderosa expressão *motora*. Quando se instalou o estado mais calmo, reprimida a rebelião e restabelecido o domínio da censura, a única região acessível em que sua hostilidade poderia realizar o desejo da morte da mãe era a região do sonho. Quando um estado normal se estabeleceu ainda mais firmemente, levou à confirmação de sua preocupação exagerada com a mãe, como uma contra-reação histórica e um fenômeno defensivo. Em vista disso, já não é difícil compreender por que as moças históricas são tantas vezes apegadas a suas mães com um afeto tão exagerado.

Numa outra ocasião, tive oportunidade de aceder a uma compreensão profunda da mente inconsciente de um rapaz cuja vida se tornara quase impossível em virtude de uma neurose obsessiva. Ele estava impossibilitado de sair à rua porque era torturado pelo medo de matar toda pessoa que encontrasse. Passava seus dias preparando um álibi para a eventualidade de ser acusado de um dos assassinatos cometidos na cidade. Desnecessário acrescentar que era um homem de moral e educação igualmente elevadas. A análise (que, aliás, o levou a recuperar-se) mostrou que a base dessa torturante obsessão era um impulso de assassinar seu pai extremamente severo. Esse impulso, para surpresa dele, fora conscientemente

expressado quando ele tinha sete anos, mas se originara, é claro, numa fase muito anterior de sua infância. Após a penosa doença e a morte do pai, surgiram no paciente as auto-recriminações obsessivas - ele contava então 31 anos -, tomando a forma de uma fobia transferida para estranhos. Não se podia confiar, achava ele, em que uma pessoa capaz de querer empurrar o próprio pai para o precipício, do alto de uma montanha, fosse respeitar as vidas daqueles com quem tivesse uma relação menos estreita; ele tinha toda a razão de se fechar em seu quarto. [1]

Em minha experiência, que já é extensa, o papel principal na vida mental de todas as crianças que depois se tornam psiconeuróticas é desempenhado por seus pais. Apaixonar-se por um dos pais e odiar o outro figuram entre os componentes essenciais do acervo de impulsos psíquicos que se formam nessa época e que é tão importante na determinação dos sintomas da neurose posterior. Não é minha crença, todavia, que os psiconeuróticos difiram acentuadamente, nesse aspecto, dos outros seres humanos que permanecem normais - isto é, que eles sejam capazes de criar algo absolutamente novo e peculiar a eles próprios. É muito mais provável - e isto é confirmado por observações ocasionais de crianças normais -, que eles se diferenciem apenas por exibirem, numa escala ampliada, sentimentos de amor e ódio pelos pais, os quais ocorrem de maneira a menos óbvia e intensa nas mentes da maioria das crianças.

Essa descoberta é confirmada por uma lenda da Antiguidade clássica que chegou até nós: uma lenda cujo poder profundo e universal de comover só pode ser compreendido se a hipótese que propus com respeito à psicologia infantil tiver validade igualmente universal. O que tenho em mente é a lenda do Rei Édipo e a tragédia de Sófocles que traz o seu nome.

Édipo, filho de Laio, Rei de Tebas, e de Jocasta, foi enjeitado quando criança porque um oráculo advertira Laio de que a criança ainda por nascer seria o assassino de seu pai. A criança foi salva e cresceu como príncipe numa corte estrangeira, até que, em dúvida quanto a sua origem, também ele interrogou o oráculo e foi alertado para evitar sua cidade, já que estava predestinado a assassinar seu pai e receber sua mãe em casamento. Na estrada que o levava para longe do local que ele acreditara ser seu lar, encontrou-se com o Rei Laio e o matou numa súbita rixa. Em seguida dirigiu-se a Tebas e decifrou o enigma apresentado pela Esfinge que lhe barrava o caminho. Por gratidão, os tebanos fizeram-no rei e lhe deram a mão de Jocasta em casamento. Ele reinou por muito tempo com paz e honra, e aquela que, sem que ele o soubesse, era sua mãe, deu-lhe dois filhos e duas filhas. Por fim, então, irrompeu uma peste e os tebanos mais uma vez consultaram o oráculo. É nesse ponto que se inicia a tragédia de Sófocles. Os mensageiros trazem de volta a resposta de que a peste cessará quando o assassino de Laio tiver sido expulso do país.

Mas ele, onde está ele? Onde se há de ler agora O desbotado registro dessa culpa de outrora?

A ação da peça não consiste em nada além do processo de revelação, com engenhosos adiamentos e sensação sempre crescente - um processo que pode ser comparado ao trabalho de uma psicanálise - de que o próprio Édipo é o assassino de Laio, mas também de que é o filho do homem assassinado e de Jocasta. Estarrecido ante o ato abominável que inadvertidamente perpetrara, Édipo cega a si próprio e abandona o lar. A predição do oráculo fora cumprida.

Oedipus Rex é o que se conhece como uma tragédia do destino. Diz-se que seu efeito trágico reside no contraste entre a suprema vontade dos deuses e as vãs tentativas da humanidade de escapar ao mal que a ameaça. A lição que, segundo se afirma, o espectador profundamente comovido deve extrair da tragédia é a submissão à vontade divina e o reconhecimento de sua própria impotência. Os dramaturgos modernos, por conseguinte, tentaram alcançar um efeito trágico semelhante, tecendo o mesmo contraste num enredo inventado por eles mesmos. Mas os espectadores ficaram a contemplar, impassíveis, enquanto uma praga ou um vaticínio oracular se realizava apesar de todos os esforços de algum homem inocente: as tragédias do destino posteriores falharam em seu efeito.

Se *Oedipus Rex* comove tanto uma platéia moderna quanto fazia com a platéia grega da época, a explicação só pode ser que seu efeito não está no contraste entre o destino e a vontade humana, mas deve ser procurado na natureza específica do material com que esse contraste é exemplificado. Deve haver algo que faz uma voz dentro de nós ficar pronta a reconhecer a força compulsiva do destino no *Oedipus*, ao passo que podemos descartar como meramente arbitrários os desígnios do tipo formulado em *die Ahnfrau* [de Grillparzer] ou em outras modernas tragédias do destino. E há realmente um fator dessa natureza envolvido na história do Rei Édipo. Seu destino comove-nos apenas porque poderia ter sido o nosso - porque o oráculo lançou sobre nós, antes de nascermos, a mesma maldição que caiu sobre ele. É destino de todos nós, talvez, dirigir nosso primeiro impulso sexual para nossa mãe, e nosso primeiro ódio e primeiro desejo assassino, para nosso pai. Nossos sonhos nos convencem de que é isso o que se verifica. O Rei Édipo, que assassinou Laio, seu pai, e se casou com Jocasta, sua mãe, simplesmente nos mostra a realização de nossos próprios desejos infantis. Contudo, mais afortunados que ele, entrementes conseguimos, na medida em que não nos tenhamos tornado psiconeuróticos, desprender nossos impulsos sexuais de nossas mães e esquecer nosso ciúme de nossos pais. Ali está alguém em quem esses desejos primevos de nossa infância foram realizados, e dele recuamos com toda a força do recalçamento pelo qual esses desejos, desde aquela época,

foram contidos dentro de nós. Enquanto traz à luz, à medida que desvenda o passado, a culpa de Édipo, o poeta nos compele, ao mesmo tempo, a reconhecer nossa própria alma secreta, onde esses mesmos impulsos, embora suprimidos, ainda podem ser encontrados. O contraste com que nos confronta o coro final -

Fitai de Édipo o horror.

Dele que o obscuro enigma desvendou, mais nobre e sábio vencedor. Alto no céu sua 'estrela se acendeu, ansiada e irradiante de esplendor: Ei-lo que em mar de angústia submergiu, calcado sob a vaga em seu furor.

-tem o impacto de uma advertência a nós mesmos e a nosso orgulho, nós que, desde nossa infância, tornamo-nos tão sábios e tão poderosos ante nossos próprios olhos. Como Édipo, vivemos na ignorância desses desejos repugnantes à moral, que nos foram impostos pela Natureza; e após sua revelação, é bem possível que todos busquemos fechar os olhos às cenas de nossa infância.

Há uma indicação inconfundível no texto da própria tragédia de Sofocles, de que a lenda de Édipo brotou de algum material onírico primitivo que tinha como conteúdo a aflitiva perturbação da relação de uma criança com seus pais, em virtude dos primeiros sobressaltos da sexualidade. Num ponto em que Édipo, embora não tenha sido ainda esclarecido, começa a se sentir perturbado por sua recordação do oráculo, Jocasta o consola fazendo referência a um sonho que muitas pessoas têm, ainda que, na opinião dela, não tenha nenhuma sentido:

Muito homem desde outrora em sonhos tem deitado

Com aquela que o gerou. Menos se aborrece

Quem com tais presságios sua alma não perturba.

Hoje, tal como outrora, muitos homens sonham ter relações sexuais com suas mães, e

mencionarm esse fato com indignação e assombro. Essa é claramente a chave da tragédia e o complemento do sonho de o pai do sonhador estar morto. A história de Édipo é a reação da imaginação a esses dois sonhos típicos. E, assim como esses sonhos, quando produzidos por adultos, são acompanhados por sentimentos de repulsa, também a lenda precisa incluir horror e autopunição. Sua modificação adicional se origina, mais uma vez, numa mal concebida elaboração secundária do material, que procurou explorá-la para fins teológicos. (Cf. o material onírico dos sonhos de exibição, em [1]) A tentativa de harmonizar a onipotência divina com a responsabilidade humana deve, naturalmente, falhar em relação a esse tema, tal como em relação a qualquer outro.

Outra das grandes criações da poesia trágica, *o Hamlet* de Shakespeare, tem suas raízes no mesmo solo que *Oedipus Rex*. Mas o tratamento modificado do mesmo material revela toda a diferença na vida mental dessas duas épocas, bastante separadas, da civilização: o avanço secular do recalçamento na vida emocional da espécie humana. No *Oedipus*, a fantasia infantil imaginária que subjaz ao texto é abertamente exposta e realizada, como o seria num sonho. Em *Hamlet* ela permanece recalcada; e - tal como no caso de uma neurose - só ficamos cientes de sua existência através de suas conseqüências inibidoras. Estranhamente, o efeito esmagador produzido por essa tragédia mais moderna revelou-se compatível com o fato de as pessoas permanecerem em completa ignorância quanto ao caráter do herói. A peça se alicerça nas hesitações de Hamlet em cumprir a tarefa de vingança que lhe é atribuída; mas seu texto não oferece nenhuma razão ou motivo para essas hesitações, e uma imensa variedade de tentativas de interpretá-las falhou na obtenção de qualquer resultado. Segundo a visão que se originou em Goethe e é ainda hoje predominante, Hamlet representa o tipo de homem cujo poder de ação direta é paralisado por um desenvolvimento excessivo do intelecto. (Ele está “amarelecido, com a palidez do pensamento”.) Segundo outra visão, o dramaturgo tentou retratar um caráter patologicamente indeciso, que poderia ser classificado de neurastênico. O enredo do drama nos mostra, contudo, que Hamlet está longe de ser representado como uma pessoa incapaz de adotar qualquer atitude. Vemo-lo fazer isso em duas ocasiões: primeiro, num súbito rompante de cólera, quando trespasa com a espada o curioso que escuta a conversa por trás da tapeçaria, e em segundo lugar, de maneira premeditada e até arдилosa, quando, com toda a insensibilidade de um príncipe da Renascença, envia os dois cortesãos à morte que fora planejada para ele mesmo. O que é, então, que o impede de cumprir a tarefa imposta pelo fantasma do pai? A resposta, mais uma vez, está na natureza peculiar da tarefa. Hamlet é capaz de fazer qualquer coisa - salvo vingar-se do homem que eliminou seu pai e tomou o lugar deste junto a sua mãe, o homem que lhe mostra os desejos recalcados de sua própria infância realizados. Desse modo, o ódio que deveria impeli-lo à vingança é nele substituído por auto-recriminações, por escrúpulos de consciência que o fazem lembrar que ele próprio, literalmente, não é melhor do que o pecador a quem deve punir. Aqui traduzi em termos conscientes o que se destinava a permanecer inconsciente na mente de Hamlet; e, se alguém se inclinar a chamá-lo de histérico, só poderei aceitar esse fato como algo que está implícito

em minha interpretação. A aversão pela sexualidade expressa por Hamlet em sua conversa com Ofélia ajusta-se muito bem a isto: a mesma aversão que iria apossar-se da mente do poeta em escala cada vez maior durante os anos que se seguiram, e que alcançou sua expressão máxima em *Timon de Atenas*. Pois, naturalmente, só pode ser a própria mente do poeta que nos confronta em Hamlet. Observo num livro sobre Shakespeare, de Georg Brandes (1896), uma declaração de que *Hamlet* foi escrito logo após a morte do pai de Shakespeare (em 1601), isto é, sob o impacto imediato de sua perda e, como bem podemos presumir, enquanto seus sentimentos infantis sobre o pai tinham sido recentemente revividos. Sabe-se também que o próprio filho de Shakespeare, que morreu em tenra idade, trazia o nome de “Hamnet”, que é idêntico a “Hamlet”. Assim como *Hamlet* versa sobre a relação entre um filho e seus pais, *Macbeth* (escrito aproximadamente no mesmo período) aborda o tema da falta de filhos. Entretanto, assim como todos os sintomas neuróticos e, no que tange a esse aspecto, todos os sonhos são passíveis de ser “superinterpretados”, e na verdade precisam sê-lo, se pretendermos compreendê-los na íntegra, também todos os textos genuinamente criativos são o produto de mais de um motivo único e mais de um único impulso na mente do poeta, e são passíveis de mais de uma interpretação. No que escrevi, tentei apenas interpretar a camada mais profunda dos impulsos anímicos do escritor criativo.

[1]

Não posso abandonar o tema dos sonhos típicos sobre a morte de parentes queridos sem acrescentar mais algumas palavras, para lançar luz sobre sua importância para a teoria dos sonhos em geral. Nesses sonhos, encontramos realizada a situação extremamente incomum de um pensamento onírico formado por um desejo recalcado que foge inteiramente à censura e passa para o sonho sem modificação. Deve haver fatores especiais em ação para possibilitar esse fato, e creio que a ocorrência desses sonhos é facilitada por dois desses fatores. Em primeiro lugar, nenhum desejo parece mais distante de nós do que este: “não poderíamos nem *sonhar*” - assim acreditamos - em desejar uma coisa dessas. Por essa razão, a censura do sonho não está armada para enfrentar tal monstruosidade, da mesma forma que o código penal de Sólon não continha nenhuma punição para o parricídio. Em segundo lugar, nesse caso o desejo recalcado e insuspeitado coincide parcialmente, com extrema frequência, com um resíduo do dia anterior sob a forma de uma *preocupação* com a segurança da pessoa em questão. Essa preocupação só consegue penetrar no sonho valendo-se do desejo correspondente, enquanto o desejo pode disfarçar-se por trás da preocupação que se tornou ativa durante o dia. [ver em [1]] Podemos inclinar-nos a pensar que as coisas são mais simples do que isso e que o sujeito simplesmente dá continuidade, durante a noite e nos sonhos, àquilo que esteve revolvendo na mente durante o dia; nesse caso, porém, estaremos deixando os sonhos da morte de pessoas que são caras ao sonhador inteiramente no ar e sem qualquer ligação com nossa explicação dos sonhos em geral, e assim nos

estaremos apegando, sem nenhuma necessidade, a um enigma perfeitamente passível de solução.

É também instrutivo considerar a relação desses sonhos com os sonhos de angústia. Nos sonhos que vimos examinando, um desejo recalcado encontrou um meio de fugir à censura - e à distorção que a censura implica. O resultado invariável disso é que se experimentam sentimentos dolorosos no sonho. Da mesma forma, os sonhos de angústia só ocorrem quando a censura é total ou parcialmente subjugada; e, por outro lado, a subjugação da censura é facilitada nos casos em que a angústia já foi produzida como uma sensação imediata decorrente de fontes somáticas. [Ver em [1]] Assim, podemos ver claramente a finalidade para a qual a censura exerce sua função e promove a distorção dos sonhos: ela o faz *para impedir a produção de angústia ou de outras formas de afeto aflitivo*.

Falei acima [em [1]-[2]] sobre o egoísmo da mente das crianças, e posso agora acrescentar, com a sugestão de uma possível ligação entre os dois fatos, que os sonhos têm a mesma característica. Todos eles são inteiramente egoístas: o ego amado aparece em todos eles, muito embora possa estar disfarçado. Os desejos que neles se realizam são invariavelmente desejos do ego, e, quando um sonho parece ter sido provocado por um interesse altruísta, estamos apenas sendo enganados pelas aparências. Eis aqui algumas análises de exemplos que parecem contradizer essa afirmação.

I

Uma criança com menos de quatro anos de idade contou ter sonhado que *vira um prato enorme com um grande pedaço de carne assada e legumes. De repente, toda a carne foi comida - inteira e sem ser destrinchada. Ela não viu a pessoa que a comeu.*

Quem teria sido a pessoa desconhecida cujo suntuoso banquete de carne constitui o tema do sonho do menininho? Suas experiências durante o dia do sonho devem esclarecer-nos sobre o assunto. Por ordem médica, ele fora submetido a uma dieta de leite nos últimos dias. Na noite do dia do sonho ele se mostrara travesso e, como castigo, fora mandado para a cama sem jantar. Ele já havia passado por essa cura pela fome numa ocasião anterior e se portara com muita bravura. Sabia que não conseguiria nada, mas não se permitia demonstrar, nem mesmo por uma única palavra, que estava com fome. A educação já começara a surtir efeito nele: encontrou expressão em seu sonho, que exhibe o início da distorção onírica. Não há nenhuma dúvida de que a pessoa cujos desejos eram visados nessa generosa refeição - de carne, ainda por cima - era ele próprio. Mas, como sabia que isso não lhe era permitido, ele não se aventurou a sentar-se pessoalmente para desfrutar a refeição, como fazem as crianças famintas nos sonhos. (Cf. o sonho de minha filhinha Anna com os morangos, em [1]-[2].) A pessoa que se serviu da refeição permaneceu no anonimato.

II

Sonhei, certa noite, que via na vitrina de uma livraria um novo volume de uma das séries de monografias para conhecedores que tenho o hábito de comprar - monografias sobre grandes artistas, sobre história mundial, sobre cidades famosas etc. *A nova série era intitulada “Oradores Famosos” ou “Discursos”, e seu primeiro volume trazia o nome do Dr. Lecher.*

Quando vim a analisar isso, pareceu-me improvável que devesse preocupar-me, em meus sonhos, com a fama do Dr. Lecher, o orador ininterrupto do grupo dos obstrucionistas do Partido Nacionalista Alemão no Parlamento. O caso foi que, alguns dias antes, eu recebera

alguns pacientes novos para tratamento psicológico, e agora estava obrigado a falar durante dez ou doze horas todos os dias. Assim, eu próprio é que era o orador ininterrupto.

III

De outra feita, sonhei que um homem conhecido meu, que fazia parte do pessoal da Universidade, me dizia: “*Meu filho, o Miope.*” Seguiu-se então um diálogo constituído por curtas observações e réplicas. Depois disso, houve ainda um terceiro fragmento do sonho no qual figurávamos eu próprio e meus filhos. No que dizia respeito ao conteúdo latente do sonho, o Professor M. e seu filho eram testas-de-ferro - um mero anteparo para encobrir a mim e a meu filho mais velho. Terei de voltar a este sonho mais adiante, em virtude de outra de suas características. [Ver em [1]]

IV

O sonho que se segue constitui outro exemplo de sentimentos egoístas realmente baixos, ocultos por trás de uma preocupação afetiva.

Meu amigo Otto parecia doente. Seu rosto estava marrom e ele tinha olhos esbugalhados.

Otto é meu médico de família, e devo-lhe mais do que tenho esperança de algum dia poder retribuir: ele tem cuidado da saúde de meus filhos há muitos anos, tem tratado deles com êxito quando adoecem e, além disso, sempre que as circunstâncias lhe dão uma desculpa, tem-lhes dado presentes. [Ver em [1].] Ele nos visitara no dia do sonho, e minha mulher havia comentado que ele parecia fatigado e tenso. Naquela noite, tive meu sonho, que a apresentou com alguns dos sinais da doença de *Basedow* [de Graves]. Quem quer que interprete este sonho sem considerar minhas normas concluirá que eu estava preocupado com a saúde de meu amigo e que essa preocupação foi concretizada no sonho. Isso não apenas contradiria minha afirmação de que os sonhos são realizações de desejos, como também minha outra afirmação de que eles só são acessíveis a impulsos egoístas. Mas eu gostaria que alguém que interpretasse o sonho dessa forma tivesse a bondade de me explicar por que meus temores por Otto levaram à doença de Basedow - um diagnóstico para o qual sua aparência real não dá o menor fundamento. Minha análise, por outro lado, trouxe à tona o

seguinte material, oriundo de uma ocorrência de seis anos antes. Num grupinho que incluía o Professor R., seguíamos de carruagem em completa escuridão pela floresta de N., que ficava a algumas horas de viagem do lugar onde estávamos passando nossas férias de verão. O cocheiro, que não estava inteiramente sóbrio, lançou-nos, com veículo e tudo, num barranco, e foi apenas por sorte que todos escapamos ilesos. Fomos obrigados, contudo, a passar a noite numa estalagem vizinha, onde a notícia do acidente nos trouxe grande dose de solidariedade. Um cavalheiro com sinais inconfundíveis da doença de Basedow - aliás, exatamente como no sonho, apenas com a descoloração castanha da pele do rosto e os olhos esbugalhados, mas sem bócio - colocou-se à nossa inteira disposição e perguntou o que poderia fazer por nós. O Professor R. respondeu, à sua maneira incisiva: “Nada, a não ser me emprestar um camisolão de dormir.” Ao que o gentil cavalheiro retrucou: “Lamento, mas não posso fazer isso”, e deixou o aposento.

À medida que continuei com minha análise, ocorreu-me que Basedow era não só o nome de um médico, mas também o de um famoso educador. (Em meu estado de vigília eu já não me sentia tão seguro disso.) Mas meu amigo Otto era a pessoa a quem eu pedira que cuidasse da educação física de meus filhos, especialmente na época da puberdade (daí o camisolão de dormir), caso alguma coisa me acontecesse. Ao atribuir a meu amigo Otto, no sonho, os sintomas de nosso nobre auxiliador, eu estava evidentemente dizendo que, se alguma coisa me acontecesse, ele faria tão pouco pelas crianças quanto o Barão L. fizera naquela ocasião, apesar de suas amáveis ofertas de assistência. Isso parece ser prova suficiente do substrato egoísta do sonho.

Mas onde encontrar sua realização de desejo? Não em eu me vingar de meu amigo Otto, cujo destino parece ser o de sofrer maus-tratos em meus sonhos, mas na consideração seguinte. Ao mesmo tempo que, no sonho, representei Otto como o Barão L., identifiquei-me com outra pessoa, a saber, o Professor R., pois, assim como na história, R. fizera um pedido ao Barão L., eu também fizera um pedido a Otto. E esta é a questão. O Professor R., com quem eu realmente não me arriscaria a me comparar à maneira comum, assemelhava-se a mim no sentido de ter seguido um rumo independente fora do mundo acadêmico, e só obtivera seu merecido título na velhice. Assim, mais uma vez, eu estava querendo ser Professor! De fato, as próprias palavras “na velhice” eram uma realização de desejo, pois implicavam que eu viveria o bastante para ver meus filhos atravessarem a época da puberdade. [1]

(D3) OUTROS SONHOS TÍPICOS

Não tenho nenhuma experiência própria de outras espécies de sonhos típicos, nas quais o sonhador se descobre voando em pleno ar, com o acompanhamento de sensações agradáveis, ou se vê caindo, com sensações de angústia; e o que quer que tenha a dizer sobre o assunto se origina de psicanálise. As informações proporcionadas por estas últimas forçam-me a concluir que também esses sonhos reproduzem impressões da infância; isto é, eles se relacionam com jogos que envolvem movimento, que são extraordinariamente atraentes para as crianças. Não existe um único tio que não tenha mostrado a uma criança como voar, precipitando-se pela sala com ela nos braços estendidos, ou que não tenha brincado de deixá-la cair, balançando-a nos joelhos e de repente esticando as pernas, ou levantando-a bem alto e então fingindo que vai deixá-la cair. As crianças se deliciam com tais experiências e nunca se cansam de pedir que elas sejam repetidas, especialmente se houver nelas algo que provoque um pequeno susto ou uma tontura. Anos depois, elas repetem essas experiências nos sonhos; nestes, porém, elas deixam de fora as mãos que as sustentam, de modo que flutuam ou caem sem apoio. O prazer que as crianças pequenas experimentam nas brincadeiras desse tipo (bem como nos balanços e gangorras) é bem conhecido, e quando elas passam a ver façanhas acrobáticas num circo, sua lembrança de tais brincadeiras é revivida. Os ataques histéricos nos meninos às vezes consistem meramente em reproduções de façanhas dessa espécie, executadas com grande habilidade. Não é incomum que esses jogos de movimento, embora inocentes em si, dêem lugar a sensações sexuais. As “travessuras”[“*Hetzen*”] infantis, se é que posso empregar uma palavra que comumente descreve todas essas atividades, são o que se repete nos sonhos de voar, cair, sentir tonteiras e assim por diante, enquanto as sensações prazerosas ligadas a essas experiências são transformadas em angústia. Com bastante frequência, porém, como toda mãe sabe, as travessuras entre as crianças realmente terminam em brigas e lágrimas.

Assim, tenho bons motivos para rejeitar a teoria de que o que provoca os sonhos de voar e cair é o estado de nossas sensações tácteis durante o sono, ou as sensações de movimento de nossos pulmões etc. [Ver em [1]] A meu ver, essas sensações são reproduzidas, elas próprias, como parte da lembrança a que remonta o sonho, isto é, são parte do *conteúdo* do sonho, e não sua fonte.

Não posso, contudo, esconder de mim mesmo que sou incapaz de fornecer qualquer explicação completa sobre essa classe de sonhos típicos. Meu material deixou-me em apuros precisamente neste ponto. Devo, entretanto, insistir na afirmação geral de que todas as sensações tácteis e motoras que ocorrem nesses sonhos típicos são evocadas tão logo se verifica qualquer motivo psíquico para utilizá-las, e podem ser desprezadas quando não surge tal necessidade deles. [Ver em [1].] Sou também de opinião que a relação desses

sonhos com as experiências infantis foi estabelecida com certeza a partir das indicações que obtive nas análises de psiconeuróticos. Não sei dizer, porém, que outros significados podem ligar-se à lembrança dessas sensações no curso de fases posteriores da vida - significados diferentes, talvez, em cada caso individual, apesar da aparência típica dos sonhos; e gostaria de poder preencher essa lacuna mediante uma análise cuidadosa de exemplos claros. Se alguém se sentir surpreso com o fato de, a despeito da frequência precisamente dos sonhos de voar, cair, extrair dentes etc., eu estar me queixando de falta de material sobre esse tópico específico, devo explicar que eu mesmo não tive nenhum sonho dessa natureza desde que voltei minha atenção para o tema da interpretação dos sonhos. Ademais, os sonhos dos neuróticos, dos quais de outro modo eu me poderia valer, nem sempre podem ser interpretados - não, pelo menos, em muitos casos, de modo a revelarem a totalidade de seu sentido oculto; uma força psíquica particular, que se relacionou com a estruturação original da neurose e que é mais uma vez acionada quando se fazem tentativas de solucioná-la, impede-nos de interpretar esses sonhos até seu último segredo.

(D4) SONHOS COM EXAMES

Quem quer que tenha passado pelo vestibular no final de seus estudos escolares queixa-se da obstinação com que é perseguido por sonhos angustiantes de ter sido reprovado, ou de ser obrigado a refazer o exame etc. No caso dos que obtiveram um grau universitário, esse sonho típico é substituído por outro que os representa como tendo fracassado em seus Exames Universitários Finais; e é em vão que fazem objeções, mesmo enquanto ainda estão adormecidos, de que há anos vêm exercendo a medicina ou trabalhando como conferencistas da Universidade ou como chefes de escritório. As lembranças inextirpáveis dos castigos que sofremos por nossas más ações na infância tornam-se ativas em nós mais uma vez e se ligam aos dois pontos cruciais de nossos estudos - o “*die irae, dies illa*” de nossos exames mais duros. A “angústia de prestar exames” dos neuróticos deve sua intensificação a esses mesmos medos infantis. Quando deixamos de ser estudantes, nossos castigos já não nos são infligidos por nossos pais ou por aqueles que nos criaram, ou, posteriormente, por nossos professores. As implacáveis cadeias causais da vida real se encarregam de nossa educação ulterior, e passamos a sonhar com o Vestibular ou com os Exames Finais (e quem não tremeu nessas ocasiões, mesmo que estivesse bem preparado para as provas?) sempre que, tendo feito algo errado ou deixado de fazer alguma coisa de maneira apropriada, esperamos ser punidos por esse acontecimento - em suma, sempre que sentimos o fardo da responsabilidade.

Por uma explicação adicional sobre os sonhos com exames tenho de agradecer a um

experiente colega [Stekel], que certa vez declarou, numa reunião científica, que, ao que ele soubesse, os sonhos com o Vestibular só ocorriam nas pessoas que tinham sido aprovadas, e nunca nas que foram reprovadas nele. Ao que parece, portanto, os sonhos de angústia referentes a exames (os quais, como já foi confirmado repetidas vezes, surgem quando o sonhador tem alguma responsabilidade pela frente no dia seguinte e teme que haja um fiasco) procuram alguma ocasião do passado em que uma grande angústia se tenha revelado injustificada e tenha sido desmentida pelos acontecimentos. Esse, portanto, seria um exemplo notável de o conteúdo de um sonho ser mal interpretado pela instância de vigília. [Ver em [1].] O que é considerado um protesto indignado contra o sonho - “Mas eu já sou médico, etc.!” - seria, na realidade, o consolo trazido pelo sonho, e seu enunciado por conseguinte, seria: “Não tenha medo do amanhã! Pense só em como você estava ansioso antes do Vestibular e, no entanto, nada lhe aconteceu. Você já é médico (etc.)!” E a angústia que é atribuída ao sonho decorreria, na realidade, dos restos diurnos.

Os testes a que tenho submetido essa explicação com respeito a mim mesmo e a outras pessoas, embora não tenham sido suficientemente numerosos, têm confirmado sua validade. Por exemplo, eu próprio fui reprovado em Medicina Forense em meus Exames Finais, mas nunca tive de enfrentar essa matéria nos sonhos, ao passo que, com muito frequência, fui examinado em Botânica, Zoologia ou Química. Fiz prova dessas matérias com uma ansiedade bastante justificada, mas, fosse pela graça do destino ou dos examinadores, escapei à punição. Em meus sonhos com provas escolares, sou invariavelmente examinado em História, na qual me saí brilhantemente - embora apenas, é verdade, porque [no exame oral] meu bondoso mestre (o benfeitor de um olho só de outro sonho, ver em [1]) não deixou de notar que, no papel que lhe devolvi com as perguntas, eu havia riscado com a unha a questão do meio entre as três formuladas, para avisá-lo que não insistisse naquela pergunta específica. Um de meus pacientes, que resolvera não fazer o Vestibular na primeira vez, mas depois foi aprovado nele, e que em seguida foi reprovado em seu exame para o exército, não tendo jamais obtido uma patente, contou-me que sonha com frequência com o primeiro desses exames, mas nunca com o segundo.

A interpretação dos sonhos com exames enfrenta a dificuldade a que já me referi como sendo característica da maioria dos sonhos típicos [em [1]]. Só raramente o material que o sonhador nos fornece nas associações é suficiente para interpretarmos o sonho. Somente reunindo um número considerável de exemplos desses sonhos é que poderemos chegar a uma melhor compreensão deles. Não faz muito tempo cheguei à conclusão de que a objeção “Você já é médico, (etc.)!” não apenas oculta um consolo, como também significa uma recriminação. Esta seria: “Você já está muito velho agora, com uma idade muito avançada, mas ainda continua a fazer essas coisas estúpidas e infantis.” Essa mescla de autocrítica e consolo corresponderia, assim, ao conteúdo latente dos sonhos com exames. Sendo assim,

não surpreenderia que as auto-recriminações por ser “estúpido” e “infantil” nestes últimos exemplos se referissem à repetição de atos sexuais repreensíveis.

Wilhelm Stekel, que propôs a primeira interpretação dos sonhos com o Vestibular [“*Matura*”], era de opinião que eles estavam regularmente relacionados com provas sexuais e com a maturidade sexual. Minha experiência tem muitas vezes confirmado seu ponto de vista. [1]

Capítulo VI - O TRABALHO DO SONHO

Todas as tentativas até hoje feitas de solucionar o problema dos sonhos têm lidado diretamente com seu conteúdo *manifesto*, tal como se apresenta em nossa memória. Todas essas tentativas esforçaram-se para chegar a uma interpretação dos sonhos a partir de seu conteúdo manifesto, ou (quando não havia qualquer tentativa de interpretação) por formar um juízo quanto à natureza deles com base nesse mesmo conteúdo manifesto. Somos os únicos a levar algo mais em conta. Introduzimos uma nova classe de material psíquico entre o conteúdo manifesto dos sonhos e as conclusões de nossa investigação: a saber, seu conteúdo *latente*, ou (como dizemos) os “pensamentos do sonho”, obtidos por meio de nosso método. É desses pensamentos do sonho, e não do conteúdo manifesto de um sonho, que depreendemos seu sentido. Estamos, portanto, diante de uma nova tarefa que não tinha existência prévia, ou seja, a tarefa de investigar as relações entre o conteúdo manifesto dos sonhos e os pensamentos oníricos latentes, e de desvendar os processos pelos quais estes últimos se transformaram naquele.

Os pensamentos do sonho e o conteúdo do sonho nos são apresentados como duas versões do mesmo assunto em duas linguagens diferentes. Ou, mais apropriadamente, o conteúdo do sonho é como uma transcrição dos pensamentos oníricos em outro modo de expressão cujos caracteres e leis sintáticas é nossa tarefa descobrir, comparando o original e a tradução. Os pensamentos do sonho tornaram-se imediatamente compreensíveis tão logo tomamos conhecimento deles. O conteúdo do sonho, por outro lado, é expresso, por assim dizer, numa escrita pictográfica cujos caracteres têm de ser individualmente transpostos para a linguagem dos pensamentos do sonho. Se tentássemos ler esses caracteres segundo seu valor pictórico, e não de acordo com sua relação simbólica, seríamos claramente induzidos ao erro. Suponhamos que eu tenha diante de mim um quebra-cabeça feito de figuras, um rébus. Ele retrata uma casa com um barco no telhado, uma letra solta do alfabeto, a figura de um homem correndo, com a cabeça misteriosamente desaparecida, e assim por diante. Ora, eu poderia ser erroneamente levado a fazer objeções e a declarar que o quadro como um todo, bem como suas partes integrantes, não fazem sentido. Um barco não tem nada que estar no telhado de uma casa e um homem sem cabeça não pode correr. Ademais, o homem é maior

do que a casa e, se o quadro inteiro pretende representar uma paisagem, as letras do alfabeto estão deslocadas nele, pois esses objetos não ocorrem na natureza. Obviamente, porém, só podemos fazer um juízo adequado do quebra-cabeças se pusermos de lado essa críticas da composição inteira e de suas partes, e se, em vez disso, tentarmos substituir cada elemento isolado por uma sílaba ou palavra que possa ser representada por aquele elemento de um modo ou de outro. As palavras assim compostas já não deixarão de fazer sentido, podendo formar uma frase poética de extrema beleza e significado. O sonho é um quebra-cabeça pictográfico desse tipo, e nossos antecessores no campo da interpretação dos sonhos cometeram o erro de tratar o rébus como uma composição pictórica, e como tal, ela lhes pareceu absurda e sem valor.

(A) O TRABALHO DE CONDENSAÇÃO

A primeira coisa que se torna clara para quem quer que compare o conteúdo do sonho com os pensamentos oníricos é que ali se efetuou um trabalho de *condensação* em larga escala. Os sonhos são curtos, insuficientes e lacônicos em comparação com a gama e riqueza dos pensamentos oníricos. Se um sonho for escrito, talvez ocupe meia página. A análise que expõe os pensamentos oníricos subjacentes a ele poderá ocupar seis, oito ou doze vezes mais espaço. Essa relação varia com os diferentes sonhos, mas, até onde vai minha experiência, sua direção nunca varia. Em regra geral, subestima-se o volume de compreensão ocorrido, pois fica-se inclinado a considerar os pensamentos do sonho trazidos à luz como o material completo, ao passo que, se o trabalho de interpretação for levado mais adiante, poderá revelar ainda mais pensamentos ocultos por trás do sonho. Já tive ocasião de assinalar [ver em [1]] que, de fato, nunca é possível ter certeza de que um sonho foi completamente interpretado. [1] Mesmo que a solução pareça satisfatória e sem lacunas, resta sempre a possibilidade de que o sonho tenha ainda outro sentido. Rigorosamente falando, portanto, é impossível determinar o volume de condensação.

Há uma resposta, que à primeira vista parece extremamente plausível, ao argumento de que a grande desproporção entre o conteúdo do sonho e os pensamentos do sonho implica que o material psíquico passou por um extenso processo de condensação no curso da formação do sonho. Temos muitas vezes a impressão de que sonhamos muito durante toda a noite e depois nos esquecemos da maior parte do que foi sonhado. Sob esse ponto de vista, o sonho que recordamos ao acordar seria apenas um remanescente fragmentário de todo o trabalho do sonho, e este, se pudéssemos recordá-lo em sua totalidade, bem poderia ser tão extenso quanto os pensamentos oníricos. Há sem dúvida alguma verdade nisso: os sonhos certamente podem ser reproduzidos com a máxima exatidão se tentarmos lembrá-los tão logo

acordamos, e de que nossa lembrança deles se torna cada vez mais incompleta à medida que se aproxima a noite. Mas, por outro lado, é possível mostrar que a impressão de termos sonhado muito mais do que podemos reproduzir baseia-se, muitas vezes, numa ilusão, cuja origem examinarei depois. [Ver em [1] e [2].] Além disso, a hipótese de que a condensação ocorre durante o trabalho do sonho não é afetada pela possibilidade de os sonhos serem esquecidos, uma vez que a correção dessa hipótese é comprovada pela quantidade de representações que se relacionam com cada fragmento individual retido do sonho. Mesmo supondo que grande parte do sonho tenha escapado à lembrança, isso pode apenas ter impedido que tivéssemos acesso a outro grupo de pensamentos do sonho. Não há justificativa para supor que os fragmentos perdidos do sonho teriam relação com os mesmos pensamentos que já obtivemos a partir dos fragmentos do sonho que sobreviveram.

Em vista do imenso número de associações produzidas na análise para cada elemento individual do conteúdo de um sonho, alguns leitores poderão ser levados a questionar se, por princípio, é justificável considerarmos como parte dos pensamentos do sonho todas as associações que nos ocorrem durante a análise subsequente - se é justificável, em outras palavras, supormos que todos esses pensamentos já estavam ativos durante o estado de sono e desempenharam algum papel na formação do sonho. Não será mais provável que tenham surgido no decorrer da análise novas cadeias de idéias que não tiveram nenhuma participação na formação do sonho? Só posso dar assentimento parcial a essa argumentação. Sem dúvida é verdade que algumas cadeias de idéias surgem pela primeira vez durante a análise. Mas em todos esses casos podemos convencer-nos de que essas novas ligações só se estabelecem entre idéias que já estavam ligadas de alguma outra forma nos pensamentos do sonho. As novas ligações são, por assim dizer, circuitos fechados ou curtos-circuitos possibilitados pela existência de outras vias de ligação mais profundas. Deve-se admitir que a grande maioria das idéias que são reveladas na análise já estava em ação durante o processo de formação do sonho, uma vez que, depois de se elaborar uma sucessão de idéias que parecem não ter qualquer ligação com a formação de um sonho, de repente se esbarra numa idéia que está representada em seu conteúdo e que é indispensável para sua interpretação, mas que não poderia ter sido alcançada senão por essa linha específica de abordagem. Posso aqui recordar o sonho da monografia de botânica [em [1]], que dá a impressão de ser produto de um surpreendente volume de condensação, muito embora eu não tenha relatado sua análise integralmente.

Como, então, devemos retratar as condições psíquicas durante o período de sono que precede os sonhos? Estarão todos os pensamentos do sonho presentes, um ao lado do outro? Ou será que ocorrem em seqüência? Ou haverá diversas cadeias de idéias partindo simultaneamente de centros diferentes e depois se unindo? Em minha opinião, não há necessidade, no momento, de formar qualquer representação plástica sobre as condições psíquicas no decorrer da formação dos sonhos. Não se deve esquecer, porém, que estamos lidando com um processo *inconsciente* de pensamento, que pode diferir com facilidade do

que percebemos durante a reflexão intencional acompanhada pela consciência.

Persiste o fato inegável, contudo, de que a formação dos sonhos baseia-se num processo de condensação. Como se dá essa condensação?

Ao refletimos que somente uma pequena minoria de todos os pensamentos oníricos revelados é reproduzida no sonho por um de seus elementos de representação, poderíamos concluir que a condensação se apresenta por *omissão*: quer dizer, que o sonho não é uma tradução fiel ou uma projeção ponto por ponto dos pensamentos do sonho, mas uma versão altamente incompleta e fragmentária deles. Essa visão, como logo descobriremos, é extremamente inadequada. Mas podemos tomá-la como um ponto de partida provisório e passar para uma outra questão. Se apenas alguns elementos dos pensamentos do sonho conseguem penetrar no conteúdo do sonho, quais são as condições que determinam sua seleção?

Para que lancemos alguma luz sobre essa questão, devemos voltar nossa atenção para os elementos do conteúdo do sonho que devem ter preenchido tais condições. E o material mais favorável para essa pesquisa será um sonho para cuja construção tenha contribuído um processo particularmente intenso de condensação. Começarei, então, por escolher para esse propósito o sonho que já registrei em [1].

I

O SONHO DA MONOGRAFIA DE BOTÂNICA

CONTEÚDO DO SONHO. - *Eu havia escrito uma monografia sobre um gênero (não especificado) de plantas. O livro estava diante de mim e, naquele momento, eu virava uma lâmina colorida dobrada. Encadernado no exemplar havia um espécimen seco da planta.*

O elemento que mais se destacava nesse sonho era a *monografia de botânica*. Isso vinha das impressões do dia do sonho: eu de fato vira um monografia sobre o gênero *Ciclâmen* na vitrina de uma livraria. Não havia menção desse gênero no conteúdo do sonho; tudo o que restava nele era a monografia e sua relação com a botânica. A “monografia de botânica”

revelou de imediato sua ligação com o *trabalho sobre cocaína* que eu havia escrito certa vez. De “cocaína”, as cadeias de idéias levaram, por um lado, ao *Festschrift* e a certos acontecimentos num laboratório da Universidade, e, por outro, a um amigo meu, o Dr. Königstein, cirurgião oftalmologista que tivera participação na introdução da cocaína. A figura do Dr. Königstein fez-me lembrar ainda a conversa interrompida que eu tivera com ele na noite anterior e minhas várias reflexões sobre o pagamento por serviços médicos entre colegas. Essa conversa foi o verdadeiro instigador correntemente ativo do sonho; a monografia sobre o ciclâmen também foi uma impressão correntemente ativa, porém de natureza irrelevante. Como pude perceber, a “monografia de botânica” do sonho revelou-se uma “entidade intermediária comum” entre as duas experiências da véspera: foi extraída, sem nenhuma alteração, da impressão irrelevante, e foi ligada ao acontecimento psiquicamente significativo por abundantes conexões associativas.

Entretanto, não só a idéia composta, “monografia de botânica”, como também cada um de seus componentes, “botânica” e “monografia”, separadamente, levaram por numerosas vias de ligação a um ponto cada vez mais profundo no emaranhado dos pensamentos do sonho. “Botânica” estava relacionada com a figura do Professor *Gärtner* [Jardineiro], com a aparência *florescente* de sua mulher, com minha paciente *Flora* e com a senhora [Sra. L.] sobre quem eu contara a história das *flores* esquecidas. Gärtner, por sua vez, levou ao laboratório a minha conversa com Königstein. Minhas duas pacientes [Flora e Sra. L.] tinham sido mencionadas no decorrer dessa conversa. Uma cadeia de idéias ligou a senhora das flores às *flores favoritas* de minha mulher, e daí ao título da monografia que eu vira por um momento durante o dia. Além desses, “botânica” fez lembrar um episódio em minha escola secundária e um exame da época em que eu estava na Universidade. A um novo tópico abordado em minha conversa com o Dr. Königstein - meus passatempos *favoritos* - veio juntar-se, por meio do elo intermediário do que eu, de brincadeira, chamava de minha *flor favorita*, a alcachofra, uma cadeia de idéias proveniente das flores esquecidas. Por trás das “alcachofras” estavam, de um lado, meus pensamentos sobre a Itália e, de outro, uma cena de minha infância que fora o início do que depois vieram a ser minhas relações íntimas com os livros. Assim, “botânica” era um ponto nodal sistemático no sonho. Para ele convergiam numerosas cadeias de idéias que, como posso garantir, tinham entrado apropriadamente no contexto da conversa com o Dr. Königstein. Estamos aqui numa fábrica de pensamentos onde, como na “obra-prima do tecelão”,

Die Schifflin herüber hinüber schiessen,

Die Fäden ungesehen fließen,

Ein Schlag tausend Verbindungen schlägt.

Da mesma forma, a “monografia” do sonho também toca em dois assuntos: a parcialidade de meus estudos e o custo dispendioso de meus passatempos favoritos.

Essa primeira investigação leva-nos a concluir que os elementos “botânica” e “monografia” penetraram no conteúdo do sonho porque possuíam inúmeros contatos com a maioria dos pensamentos do sonho, ou seja, porque constituíam “pontos nodais” para os quais convergia um grande número de pensamentos do sonho, porque tinham vários sentidos ligados à interpretação do sonho. A explicação desse fato fundamental também pode ser formulada de outra maneira: cada um dos elementos do conteúdo do sonho revelou ter sido “sobredeterminado” - ter sido representado muitas vezes nos pensamentos do sonho.

Descobrimos ainda mais quando passamos a examinar os demais componentes do sonho em relação a seu aparecimento nos pensamentos oníricos. A *lâmina colorida* que eu estava desdobrando levou (ver a análise, em [1]) a um novo tema: as críticas de meus colegas a minhas atividades e a uma que já estava representada no sonho - meus passatempos favoritos; e levou, além disso, à lembrança infantil em que eu fazia em pedaços um livro com lâminas coloridas. O *espécimen seco da planta* tocava no episódio do herbário em minha escola secundária e ressaltou em particular essa lembrança.

A natureza da relação entre o conteúdo do sonho e os pensamentos do sonho torna-se assim visível. Não só os elementos de um sonho são repetidamente determinados pelos pensamentos do sonho como também cada pensamento do sonho é representado neste último por vários elementos. As vias associativas levam de um elemento do sonho para vários pensamentos do sonho e de um pensamento do sonho para vários elementos do sonho. Assim, o sonho não é estruturado por cada pensamento ou grupo de pensamentos do sonho isoladamente, encontrando (de forma abreviada) representação separada no conteúdo do sonho - do modo como um eleitorado escolhe seus representantes parlamentares; o sonho é, antes, construído por toda a massa de pensamentos do sonho, submetida a uma espécie de processo manipulativo em que os elementos que têm suportes mais numerosos e mais fortes adquirem o direito de acesso ao conteúdo do sonho - de maneira análoga à eleição por *scrutin de liste*. No caso de todos os sonhos que submeti a uma análise dessa natureza, encontrei invariavelmente confirmados estes mesmos princípios fundamentais: os elementos

do sonho são construídos a partir de toda a massa de pensamentos do sonho e cada um desses elementos mostra ter sido multiplamente determinado em relação aos pensamentos do sonho.

Certamente não será descabido ilustrar a ligação entre o conteúdo do sonho e os pensamentos do sonho por mais um exemplo, que se distingue pela trama particularmente engenhosa de suas relações recíprocas. É um sonho produzido por um de meus pacientes - um homem que eu estava tratando em virtude de uma claustrofobia. Logo ficará evidente o motivo por que decidi dar a essa produção onírica excepcionalmente inteligente o título de:

II

“UM SONHO ENCANTADOR”

Ele se dirigia com um grande grupo à Rua X, onde havia uma estalagem despretensiosa. (O que não é o caso.) Nela se representava uma peça. Ora ele era platéia, ora ator. Terminado o espetáculo, eles tinham de mudar de roupa para voltarem à cidade. Alguns integrantes da companhia foram levados a aposentos no andar térreo e outros a aposentos no primeiro andar. Surgiu então uma discussão. Os que estavam em cima ficaram zangados porque os de baixo não estavam prontos, e eles não podiam descer. O irmão dele estava lá em cima e ele estava embaixo, e se aborreceu com o irmão porque estavam sendo muito pressionados. (Essa parte estava obscura.) Além disso, tinha-se decidido e providenciado, já na chegada deles, quem ficaria em cima e quem deveria ficar embaixo. Depois, ele ia subindo sozinho a ladeira da Rua X em direção à cidade. Andava com tal dificuldade e tamanho esforço que parecia colado no lugar. Um senhor idoso dirigiu-se a ele e começou a insultar o Rei da Itália. No alto da ladeira ele pôde andar com muito mais facilidade.

Sua dificuldade em subir a ladeira foi tão evidente que, depois de acordar, ele ficou por algum tempo em dúvida se aquilo teria sido sonho ou realidade.

Não teríamos uma opinião muito elevada desse sonho, a julgar por seu conteúdo manifesto. Desafiando as regras, começarei sua interpretação pela parte que o sonhador descreveu como a mais nítida.

A dificuldade com que ele sonhou, e que provavelmente experimentou durante o sonho - a penosa subida pela ladeira, acompanhada de dispnéia -, era um dos sintomas que o paciente com certeza exibira anos antes e que, na época, fora atribuído, juntamente com certos outros sintomas, à tuberculose. (A probabilidade é que esta tenha sido histericamente simulada.) A sensação peculiar de movimento inibido que ocorre nesse sonho já nos é familiar a partir dos sonhos de exibição [ver em [1]], e vemos mais uma vez que se trata de um material disponível a qualquer momento para qualquer outra finalidade de representação. [Ver em [1]] A parte do conteúdo do sonho que descrevia como a subida começara com dificuldade e se tornara fácil no fim da ladeira me fez recordar, quando a ouvi, a magistral introdução a *Safo* de Alfonse Daudet. Esse famoso trecho descreve como um jovem carrega sua amante nos braços escada acima: no início, ela é leve como uma pluma, porém, quanto mais ele sobe, maior parece ser seu peso. A cena inteira prenuncia o curso de sua ligação amorosa, e Daudet pretendia fazer dela uma advertência aos jovens no sentido de não permitirem que suas afeições se prendessem seriamente a moças de origem humilde e de passado duvidoso. Embora soubesse que meu paciente estivera envolvido com uma moça do meio teatral, num caso amoroso, que recentemente rompera, eu não esperava que se justificasse meu palpite para uma interpretação. Além disso, a situação do *Safo* era o *inverso* do que fora no sonho. No sonho, a subida que antes fora difícil, tornara-se posteriormente fácil, ao passo que o simbolismo do romance só faria sentido se algo que tivesse começado com facilidade terminasse por se tornar um fardo pesado. Mas, para meu espanto, o paciente respondeu que minha interpretação se ajustava muito bem a uma peça que ele vira no teatro na noite anterior. Chamava-se *Rund um Wien* [Ao Redor de Viena] e retratava a carreira de uma moça que começara respeitável, depois se transformara numa *demi-mondaine* e tivera *liaisons* com homens em posições elevadas, e assim “subira na vida”, mas que acabara “descendo na vida”. A peça, além disso, fê-lo lembrar-se de outra, a que assistira alguns anos antes, chamada *Von Stufe zu Stufe* [Passo a Passo], e que fora anunciada num cartaz exibindo uma escadaria com um lance de *degraus*.

Continuando com a interpretação. A atriz com quem ele tivera essa recente *liaison* tumultuada morava na Rua X. Não há nada que se assemelhe a uma estalagem nessa rua. Mas, ao passar parte do verão em Viena por causa dessa dama, ele se havia alojado [em alemão “*abgestiegen*”, literalmente “descido os degraus”] num pequeno hotel nas vizinhanças. Ao sair do hotel, ele dissera ao cocheiro da carruagem de aluguel: “De qualquer maneira, tenho sorte por não ter apanhado nenhum verme.” (Esta, aliás, era outra de suas fobias.) A isso o cocheiro retrucara: “Como é que alguém pode se hospedar num lugar desses! Isso não é um hotel, é só uma *estalagem*.”

A idéia de estalagem trouxe-lhe à mente, de imediato, uma citação:

Bei einem *Wirte* wundermild,

Da war ich jüngst zu Gaste.

O hospedeiro do poema de Uhland era uma *macieira*; e segunda citação deu então prosseguimento a sua cadeia de idéias:

FAUST (*mit der Jungen tanzend*):

Einst hatt' ich *einen schönen Traum*,

Da sah ich einen *Apfelbaum*,

Zwei schöne Äpfel glänzten dran,

Sie reizten mich, *ich stieg hinan*.

DIE SCHÖNE:

Der Apfelchen begehrt ihr sehr,

Und schon vom Paradiese her.

Von Freuden fühl' ich mich bewegt,

Dass auch mein Garten solche trägt.

Não existe a menor dúvida quanto ao que representavam a macieira e as maçãs. Além disso, os seios encantadores da atriz tinham estado entre os atrativos que haviam seduzido o sonhador.

O contexto da análise deu-nos todos os fundamentos para supor que o sonho remontava a uma impressão da infância. Se assim for, deveria referir-se à ama-de-leite do sonhador, que agora era um homem de quase trinta anos. Para um bebê, os seios da ama-de-leite não são nada mais, nada menos que uma estalagem. A ama-de-leite, bem como *Safo*, de Daudet, pareciam ser alusões à amante que o paciente recentemente abandonara.

O irmão (mais velho) do paciente também aparecia *embaixo*. Isso, mais uma vez, era o *inverso* da situação real, pois, como eu sabia, o irmão perdera sua posição social, enquanto o paciente mantivera a dele. Ao repetir para mim o conteúdo do sonho, o paciente evitara dizer que seu irmão estava lá em cima e ele próprio, “no andar térreo”. Esse relato teria exposto a situação com demasiada clareza, uma vez que, aqui em Viena, quando dizemos que alguém está “*no andar térreo*”, queremos dizer que perdeu seu dinheiro e sua posição - em outras palavras, que “*desceu na vida*”. Ora, devia haver uma razão para que parte desse trecho do sonho fosse representada por seu *inverso*. Ademais, a inversão deveria aplicar-se também a alguma outra relação entre os pensamentos do sonho e o conteúdo do sonho [ver em [1]]; e temos um indício de onde buscar essa inversão. Evidentemente, ela deve estar no final do sonho, onde, mais uma vez, houve uma *inversão* da dificuldade de subir escadas descrita em *Safo*. Podemos então ver facilmente qual é a inversão pretendida. Em *Safo*, o homem carregava uma mulher que tinha um relacionamento sexual com ele; nos pensamentos do sonho, essa posição estava *invertida*, e uma mulher carregava um homem. E, como isso só pode acontecer na infância, a referência era, mais uma vez, à ama-de-leite, carregando o peso do bebê em seus braços. Portanto, o final do sonho fazia uma referência simultânea a Safo e à ama-de-leite.

Assim como o autor do romance, ao escolher o nome “Safo”, tinha em mente uma alusão a práticas lésbicas, também as partes do sonho que falavam de pessoas “*lá em cima*” e “*lá embaixo*” aludiam a fantasias de natureza sexual que ocupavam a mente do paciente, e que, como desejos suprimidos, não deixavam de ter relação com sua neurose. (A interpretação do sonho não nos mostrou, por si só, que o que estava assim representado no sonho eram fantasias e não lembranças de fatos reais; e análise nos dá apenas o conteúdo de uma idéia e deixa a nosso critério determinar sua realidade. À primeira vista, fatos reais e imaginários aparecem nos sonhos como tendo igual validade; e isso ocorre não apenas nos sonhos, como também na produção de estruturas psíquicas mais importantes.)

Um “grande grupo” significava, como já sabemos [ver em [1]], um segredo. O irmão dele era apenas o representante (introduzido na cena infantil por uma “fantasia retrospectiva”) de todos os seus rivais posteriores na afeição das mulheres. O episódio do cavaleiro que insultava o Rei da Itália relacionava-se, mais uma vez, por intermédio de uma experiência recente e irrelevante em si mesma, com pessoas de categoria inferior que forçam seu ingresso na alta sociedade. Era como se a criança ao seio estivesse recebendo uma advertência paralela à que Daudet fizera aos rapazes.

Para oferecer uma terceira oportunidade de estudarmos a condensação na formação dos sonhos, fornecerei parte da análise de outro sonho, que devo a uma mulher madura que está em tratamento psicanalítico. Como seria de esperar pelos graves estados de angústia de que sofria a paciente, seus sonhos continham um número muito grande de idéias sexuais cujo reconhecimento inicial a surpreendeu e a alarmou. Como não poderei levar a interpretação do sonho até o fim, seu material parecerá enquadrar-se em vários grupos sem nenhuma ligação visível.

III

“O SONHO DO BESOURO-DE-MAIO”

CONTEÚDO DO SONHO. - *Ela se lembrou de que tinha dois besouros-de-maio numa caixa e precisava libertá-los, caso contrário ficariam sufocados. Abriu a caixa e os besouros estavam em estado de esgotamento. Um deles voou pela janela aberta, mas o outro foi esmagado pelo caixilho da janela enquanto ela a fechava a pedido de alguém.* (Sinais de repulsa.)

ANÁLISE. - O marido da paciente estava temporariamente ausente de casa e a filha de quatorze anos vinha dormindo na cama ao lado dela. Na noite anterior, a menina lhe chamara a atenção para uma mariposa que caíra em seu copo d’água, mas ela não a retirara e ficara penalizada pelo pobre inseto na manhã seguinte. O livro que estivera lendo à noite contava como alguns meninos haviam atirado um gato em água fervente e descrevia as convulsões do animal. Essas foram as duas causas precipitantes do sonho - em si mesmas, irrelevantes. Ela

prosseguiu então no assunto da *crueldade para com os animais*. Alguns anos antes, quando passavam o verão em certo lugar, a filha da paciente havia sido muito cruel com os animais. Apanhava borboletas e pedia *arsênico* à mãe para matá-las. Numa outra ocasião, uma mariposa com um alfinete atravessado no corpo continuava a voar pelo quarto durante muito tempo; de outra feita, algumas lagartas que a menina estava guardando para que se transformassem em crisálidas morreram de fome. Numa idade ainda mais tenra, essa mesma menina tinha o hábito de arrancar as asas de *besouros* e borboletas. Mas hoje, ficava horrorizada diante de todas essas ações cruéis - tornara-se muito bondosa.

A paciente refletiu a respeito dessa contradição. Ela a fez lembrar-se de outra contradição, entre a aparência e o caráter, tal como George Elliot a retrata em *Adam Bede*: uma moça que era bonita, porém fútil e ignorante, e outra que era feia, mas de caráter elevado; um nobre que seduziu a moça tola, e um operário que se sentia e agia com verdadeira nobreza. Como era impossível, comentou ela, reconhecer essas coisas nas pessoas! Quem poderia imaginar, olhando para *ela*, que ela era atormentada por desejos sensuais?

No mesmo ano em que a menina começara a colecionar borboletas, o distrito em que se encontravam tinha sido seriamente atingido por uma praga de *besouro-de-maio*. As crianças ficaram furiosas com os insetos e os *esmagavam* sem piedade. Naquela ocasião, minha paciente vira um homem que arrancava as asas dos besouros-de-maio e, em seguida, comia-lhes os corpos. Ela própria nascera em *maio* e se casara em *maio*. Três dias após o casamento, escrevera aos pais dizendo o quanto se sentia feliz. Mas isso estava longe de ser verdade.

Na noite anterior ao sonho ela estivera remexendo em algumas cartas antigas e lera algumas delas - umas sérias, outras cômicas - em voz alta para os filhos. Havia uma carta muito divertida de um professor de piano que a cortejara quando mocinha, e outra de um admirador de *berço nobre*.

Ela se censurava porque uma de suas filhas pusera as mãos num livro “pernicioso” de Maupassant. O *arsênico* que a menina tinha pedido fê-la recordar-se das *pílulas de arsênico* quer restauraram o vigor juvenil do Duque de Mora em *O Nababo* [de Daudet].

“Libertá-los” fez com que ela pensasse num trecho de *A Flauta Mágica*:

Zur Liebe kann ich dich nicht zwingen.

Doch geb ich dir die Freiheit nicht

Os “besouros-de-maio” também a fizeram pensar nas palavras de Kätchen:

Verliebt já wie ein Käfer bist du mir.

E, em meio a tudo isso, veio uma citação de *Tannhauser*:

Weil du von böser Lust beseelt...

Ela vivia numa preocupação constante com o marido ausente. Seu medo de que algo pudesse acontecer-lhe em sua viagem encontrava expressão em numerosas fantasias de vigília. Pouco tempo antes, no decorrer de sua análise, ela havia deparado, entre seus pensamentos inconscientes, com uma queixa sobre o marido estar “ficando senil”. A idéia desejante oculta pelo presente sonho talvez seja mais simples de conjecturar se eu mencionar que, alguns dias antes de ter o sonho, ela ficara horrorizada, em meio a seus afazeres cotidianos, com uma frase no modo imperativo que lhe veio à cabeça e que visava ao marido: “Vá se enforcar!” Ocorre que, algumas horas antes, ela lera em algum lugar que, quando um homem é enforcado, ele tem um forte ereção. Era o desejo de uma ereção que havia emergido do recalçamento sob esse disfarce pavoroso. “Vá se enforcar!” equivalia a “Consiga uma ereção a qualquer preço!” As pílulas de arsênico do Dr. Jenkins em *O Nababo* enquadravam-se nisso. Mas minha paciente também tinha conhecimento de que o afrodisíaco mais poderoso, as cantáridas (comumente conhecidas como “moscas espanholas”), era preparado com *besouros esmagados*. Fora esse o sentido da parte principal do conteúdo do sonho.

Abrir e fechar *janelas* era um dos principais temas de discussão entre ela e o marido. Ela

própria era aerofílica em seus hábitos de dormir; o marido era aerofóbico. O *esgotamento* era o principal sintoma de que ela se queixava na época do sonho.

Em todos os três sonhos que acabo de registrar, indiquei por meio de grifos os pontos em que um dos elementos do conteúdo do sonho reapareceu nos pensamentos do sonho, de modo a indicar com clareza a multiplicidade das ligações que surgem a partir dos primeiros. No entanto, uma vez que a análise de nenhum desses sonhos foi seguida até o fim, talvez valha a pena considerar um sonho cuja análise foi registrada exhaustivamente, para mostrar como seu conteúdo é sobredeterminado. Para esse fim, tomarei o sonho da injeção de Irma [em [1]]. Será fácil verificar, a partir desse exemplo, que o trabalho de condensação utiliza mais de um método na construção dos sonhos.

A principal figura do conteúdo do sonho era minha paciente Irma. Ela aparecia com suas feições da vida real, e portanto, em primeiro lugar, representava a si mesma. Mas a posição em que a examinei junto à janela derivava de outra pessoa: da dama pela qual, como indicaram os pensamentos do sonho, eu queria trocar minha paciente. Na medida em que Irma parecia ter uma membrana diftérica, que me fez recordar minha angústia com relação à minha filha mais velha, ela representava essa criança e, por trás desta, uma vez que tinha o mesmo nome que minha filha, estava oculta a figura de minha paciente que sucumbira ao envenenamento. No curso ulterior do sonho, a figura de Irma adquiriu ainda outros significados, sem que ocorresse qualquer alteração em sua imagem visual no sonho. Ela se transformou numa das crianças que havíamos examinado no departamento neurológico do hospital infantil, onde meus dois amigos revelaram suas índoles contrastantes. A figura de minha própria filha foi, evidentemente, o degrau para essa transição. A mesma resistência “de Irma” em abrir a boca trouxe uma alusão a outra senhora que eu examinara certa vez, e, através da mesma conexão, à minha mulher. Além disso, as alterações patológicas que descobri em sua garganta envolviam alusões a toda uma série de outras figuras.

Nenhuma dessas figuras com que deparei ao acompanhar “Irma” apareceu no sonho em forma corporal. Estavam ocultas por trás da figura onírica de “Irma”, que assim se transformou numa imagem coletiva dotada, há que admitir, de diversas características contraditórias. Irma tornou-se a representante de todas essas outras figuras que tinham sido sacrificadas ao trabalho de condensação, já que transferi para *ela*, ponto por ponto, tudo o que me fazia lembrar-me *delas*.

Existe outro meio pelo qual se pode produzir uma “figura coletiva” para fins de condensação onírica, ou seja, reunindo-se as feições reais de duas ou mais pessoas numa única imagem onírica. Foi assim que se construiu o Dr. M. de meu sonho. Ele trazia o nome

do Dr. M., falava e agia como ele; massuas características físicas e suas doenças pertenciam a outra pessoa, ou melhor, a meu irmão mais velho. Uma característica única, seu aspecto pálido, fora duplamente determinada, uma vez que era comum a ambos na vida real.

O Dr. R. de meu sonho com meu tio de barba amarela [em [1]] era uma figura composta semelhante. Em seu caso, porém, a imagem onírica fora ainda construída de outra forma. Não combinei as feições de uma pessoa com as de outra, omitindo da imagem mnêmica, nesse processo, certos traços de cada uma delas. O que fiz foi adotar o procedimento por que Galton produzia retratos de família: a saber, projetando duas imagens sobre uma chapa única, de modo que certas feições comuns a ambas eram realçadas, enquanto as que não se ajustavam uma à outra se anulavam mutuamente e ficavam indistintas na fotografia. No sonho com meu tio, a barba loura emergia de forma proeminente de um rosto que pertencia a duas pessoas e que estava conseqüentemente indistinto; aliás, a barba envolvia ainda uma alusão a meu pai e a mim mesmo por meio da idéia intermediária de ficar grisalho.

A construção de figuras coletivas e compostas é um dos principais métodos por que a condensação atua nos sonhos. Logo terei ocasião de abordá-los em outro contexto. [Ver em [1]]

A ocorrência da idéia de “disenteria” no sonho da injeção de Irma também teve uma determinação múltipla: primeiro, em virtude da sua semelhança fonética com “difteria” [ver em [1]] e, em segundo lugar, por causa da sua ligação com o paciente que eu enviara ao Oriente e cuja histeria não fora reconhecida.

Outro exemplo interessante de condensação nesse sonho foi a menção nele feita a “propilos” [em [1]]. O que estava contido no pensamento do sonho não era “propilos”, mas “amilos”. Poder-se-ia supor que um único deslocamento ocorrera nesse ponto na construção do sonho. Esse era realmente o caso. Mas o deslocamento servira às finalidades da condensação, como é provado pelo acréscimo que se segue à análise do sonho. Quando permiti que minha atenção se demorasse um pouco mais, na palavra “propilos”, ocorreu-me que soava como “Propileu”. Mas há propileus não só em Atenas, como também em Munique. Um ano antes do sonho eu tinha ido a Munique visitar um amigo que estava gravemente enfermo na ocasião - o mesmo amigo a que aludi inequivocamente no sonho por intermédio da palavra “trimetilamina”, que ocorreu logo depois de “propilos”.

Deixarei de lado o modo surpreendente como, nesse caso, tal como em outras análises de sonhos, utilizam-se associações da mais variada importância intrínseca para estabelecer ligações de idéias, como se tivessem peso igual, e cederei à tentação de apresentar, por assim dizer, uma imagem plástica do processo pelo qual os mamilos, nos pensamentos do sonho, foram substituídos por propilos no conteúdo do sonho.

Por um lado, vemos o grupo de representações ligado a meu amigo Otto, que não me compreendia, que tomava partido contra mim e que me presenteara com um licor com aroma de amilo. Por outro, vemos - ligado ao primeiro grupo por seu próprio contraste - o grupo de representações relacionado com meu amigo de Berlim [Wilhelm Fliess], que *de fato* me compreendia, que tomava meu partido, e a quem eu devia tantas informações valiosas que tratavam, entre outras coisas, da química dos processos sexuais.

As causas excitantes recentes - os instigadores reais do sonho - determinaram o que iria atrair minha atenção no grupo “Otto”; o mamilo se achava entre esses elementos seletos, que estavam predestinados a fazer parte do conteúdo do sonho. O copioso grupo “Wilhelm” foi excitado precisamente por estar em contraste com “Otto”, e nele se enfatizaram os elementos que faziam eco aos que já tinham sido incitados em “Otto”. Em todo o sonho, de fato, fiquei a me voltar de alguém que me aborrecia para alguém que pudesse ser agradavelmente contrastado com ele; ponto por ponto, eu evocava um amigo contra um opositor. Assim, o amilo do grupo “Otto” produziu no outro grupo lembranças do campo da química; dessa maneira, a trimetilamina, que recebia apoio de várias direções, penetrou no conteúdo do sonho. O próprio “amilo” poderia ter entrado sem alteração no conteúdo do sonho, mas ficou sob a influência do grupo “Wilhelm”, pois toda a gama de lembranças abrangida por esse nome foi vasculhada para que se encontrasse algum elemento que pudesse proporcionar uma determinação bilateral para “amilos”. “Propilos” estava intimamente associado com “amilos”, e Munique, do grupo “Wilhelm”, com seu “propileu”, vinha parcialmente a seu encontro. Os dois grupos de idéias convergiram para “propilos-propileu”, e, como que por um ato de conciliação, esse elemento intermediário foi o que penetrou no conteúdo do sonho. Aqui se construiu uma entidade intermediária comum que admitia determinação múltipla. É evidente, portanto, que a determinação múltipla deve tornar mais fácil a um elemento impor-se ao conteúdo do sonho. No sentido de estruturar um elo intermediário dessa natureza, a atenção é deslocada, sem hesitação, daquilo que é realmente pretendido para alguma associação vizinha.

Nosso estudo do sonho da injeção de Irma já nos permitiu adquirir certo discernimento dos processos de condensação no decorrer da formação dos sonhos. Pudemos observar alguns de seus detalhes, tais como o modo como se dá preferência aos elementos que ocorrem várias vezes nos pensamentos do sonho, como se formam novas unidades (sob a forma de figuras coletivas e estruturas compostas), e como se constroem entidades intermediárias comuns. As demais questões relativas à *finalidade* da condensação e aos fatores que tendem a produzi-la não serão levantadas até que tenhamos considerado toda a questão dos processos psíquicos que atuam na formação dos sonhos. [Ver em [1] e Capítulo VII, Seção E, especialmente em [1]] Contentar-nos-emos, por ora, em reconhecer o fato de que a condensação onírica é uma característica notável da relação entre os pensamentos do sonho e o conteúdo do sonho.

O trabalho de condensação nos sonhos é visto com máxima clareza ao lidar com palavras e nomes. É verdade, em geral, que as palavras são freqüentemente tratadas, nos sonhos, como se fossem coisas, e por essa razão tendem a se combinar exatamente do mesmo modo que as representações de coisas. Os sonhos desse tipo oferecem os mais divertidos e curiosos neologismos.

I

Certa ocasião, um colega médico me enviara um artigo que tinha escrito, no qual a importância de uma recente descoberta fisiológica era, em minha opinião, superestimada, e no qual, acima de tudo, o assunto era tratado de maneira demasiado emocional. Na noite seguinte, sonhei com uma frase que se referia claramente a esse artigo: “*Está escrito num estilo positivamente norekdal.*”. A análise dessa palavra causou-me, de início, alguma dificuldade. Não havia dúvida alguma de que era uma paródia dos superlativos [alemães] “*colossal*” e “*piramidal*”, mas sua origem não era muito fácil de adivinhar. Finalmente, vi que a monstruosidade era composta por dois nomes, “Nora” e “Ekdal” - personagens de duas peças famosas de Ibsen. [*Casa de Boneca e O Pato Selvagem*] Alguns tempo antes, eu lera um artigo de jornal sobre Ibsen, escrito pelo mesmo autor cuja última obra eu estava criticando no sonho.

II

Uma de minhas pacientes narrou-me um sonho curto que terminava num composto verbal sem sentido. Sonhou que estava com o marido numa festa de camponeses e dizia: “*Isso vai terminar num ‘Maistollmütz’ geral.*” No sonho, ela experimentava uma vaga sensação de que se tratava de uma espécie de pudim de milho - uma espécie de polenta. A análise dividiu a palavra em “*Mais*” [“*milho*”], “*toll*” [“*louco*”], “*mannstoll*” [“*ninfomaniaca*” - literalmente, “*louca por homens*”] e *Olmütz* [uma cidade da Morávia]. Verificou-se que todos esses fragmentos eram remanescentes de uma conversa que ela tivera à mesa com parentes. As seguintes palavras estavam por trás de “*Mais*” (além de uma referência à

Exposição do Jubileu recém-inaugurada): “*Meissen*” (uma figura de porcelana de Meissen [Dresden] representando um pássaro); “*Miss*” (a governanta inglesa de seus parentes acabara de partir para *Olmütz*); e “*mies*” (termo judaico de gíria empregado em tom de brincadeira para significar “repulsivo”). Uma longa cadeia de idéias e associações partia de cada sílaba dessa confusão verbal.

III

Uma rapaz cuja campainha da porta fora tocada tarde da noite por um conhecido que desejava deixar um cartão de visita com ele, teve um sonho nessa noite: *Um homem estivera trabalhando até tarde da noite para consertar o telefone de sua casa. Depois que ele foi embora, o aparelho continuou a tocar - não continuamente, mas com toques intermitentes. Seu criado foi buscar o homem de volta, e este comentou: “É engraçado como até mesmo as pessoas que são ‘tutelrein’ na verdade são inteiramente incapazes de lidar com uma coisa dessas.”*

Veremos que a causa excitante irrelevante do sono só abrange um de seus elementos. Esse episódio só adquiriu alguma importância pelo fato de o sonhador tê-lo colocado na mesma série de uma experiência anterior, que, apesar de igualmente irrelevante em si, recebera da imaginação dele um significado substitutivo. Quando menino, morando com o pai, ele havia entornado um copo de água no chão, quando estava meio adormecido. Os fios de telefone tinham ficado encharcados e seu *tilintar contínuo* perturbava o sono do pai. Como o tilintar contínuo correspondia a ficar molhado, os “*toques intermitentes*” foram utilizados para representar gotas caindo. A palavra “*tutelrein*” pôde ser analisada em três sentidos e levou, dessa maneira, a três dos assuntos representados nos pensamentos do sonho. “*Tutel*” é um termo jurídico para designar “guarda” [“tutela”]. “*Tutel*” (ou possivelmente “*Tuttel*”) é também um termo vulgar para o seio feminino. A parte restante da palavra, “*rein*” [“limpo”], combinada com a primeira parte de “*Zimmertelegraph*” [“telefone doméstico”], forma “*zummerrein*” [“treinado em casa”] - que se relaciona estreitamente a molhar o chão e, além disso, tinha um som muito semelhante ao do nome de um membro da família do sonhador.

IV

Num sonho confuso e um tanto extenso que eu mesmo tive, cujo ponto central parecia ser uma viagem marítima, a escala seguinte parecia chamar-se “*Hearsin*”, e depois dela vinha “*Fliess*”. Está última palavra era o nome de meu amigo de B[erlim], que muitas vezes fora o objetivo de minhas viagens. “*Hearsing*” era um composto. Parte dela derivava de nomes de lugares ao longo da ferrovia suburbana perto de Viena, que tão freqüentemente terminam em “ing”: Hietzing, Liesing, Mödling (Medelitz, “*meae deliciae*”, era seu antigo nome - ou seja, “*meine Freud*” [“meu deleite”]). A outra parte derivou-se da palavra inglesa “*hearsay*” (boato). Esta sugeria calúnia e estabeleceu a ligação do sonho com seu instigador irrelevante da véspera: um poema no periódico *Fliegende Blätter* sobre um anão caluniador chamado “*Sagter Hatergesagt*” [“disse-me-disse”]. Se a sílaba “ing” fosse acrescentada ao nome “*Fliess*”, teríamos “*Vlissingen*”, que era com certeza a escala na viagem marítima que meu irmão fazia sempre que vinha da Inglaterra nos visitar. Mas o nome inglês para Vlissingen é “*Flushing*”, que em inglês significa “enrubescer”, que me fez lembrar dos pacientes que tratei por sofrerem de ereutofobia, e também de um artigo recente de Bechterew sobre essa neurose, que me causara certo aborrecimento.

V

Em outra ocasião, tive um sonho que consistiu em duas partes separadas. A primeira parte era a palavra “*Autodidasker*”, da qual se recordava nitidamente. A segunda era a reprodução exata de um fantasia curta e inocente que eu produzira alguns dias antes. Essa fantasia era no sentido de que, quando encontrasse o Professor N. da próxima vez, eu deveria dizer-lhe: “O paciente sobre cujo estado eu recentemente o consultei está, na verdade, sofrendo apenas de uma neurose, justamente como o senhor suspeitava.” Assim, o neologismo “*Autodidasker*” precisava satisfazer duas condições: em primeiro lugar, deveria ter ou representar um sentido composto; e em segundo, esse sentido deveria estar firmemente relacionado com a intenção, que eu reproduzira na vida de vigília, de me desculpar junto ao Professor N.

A palavra “*Autodidasker*” pôde ser com facilidade decomposta em “*Autor*” [autor], “*Autodidakt*” [autodidata] e “*Lasker*”, com a qual também associei o nome de Lassalle. A

primeira dessas palavras levou à causa precipitante do sonho - desta vez, uma causa significativa. Eu dera a minha mulher diversos volumes de autoria de um célebre escritor [austríaco] que era amigo de meu irmão, e que, como fui informado, era natural de meu próprio torrão natal: J. J. David. Uma noite, ela me falara da profunda impressão que lhe havia causado a trágica história de um dos livros de David a respeito da maneira como um homem talentoso se arruinou; e nossa conversa se voltara para um exame dos dons de que víamos indícios em nossos próprios filhos. Sob o impacto do que estivera lendo, minha mulher externou uma preocupação com as crianças, e eu a consolei com o comentário de que aqueles eram precisamente os perigos que podiam ser afastados por meio de uma boa educação. Meu fluxo de idéias prosseguiu no decorrer da noite; tomei a preocupação de minha mulher e entremeei nela toda sorte de outras coisas. Um comentário feito pelo autor a meu irmão sobre o tema do casamento indicou a meus pensamentos um caminho pelo qual eles poderiam vir a ser representados no sonho. Esse caminho levou a Breslau, para onde uma dama com quem mantínhamos grandes laços de amizade se dirigira a fim de casar-se e ali fixar residência. A preocupação que eu sentia com o perigo de me arruinar por causa de uma mulher - pois esse era o cerne de meus pensamentos oníricos - encontrou um exemplo em Breslau nos casos de Lasker e Lassalle, o qual possibilitou dar uma imagem simultânea das duas maneiras por que essa influência fatal pode ser exercida. “*Cherchez da femme*”, a frase em que esses pensamentos podiam ser resumidos, levou-me, tomada em outro sentido, a meu irmão ainda solteiro, cujo nome é Alexandre. Percebi então que “Alex”, a forma abreviada do nome pela qual o chamamos, tem quase o mesmo som de um anagrama de “Lasker”, e que esse fator devia ter tido sua participação na condução de meus pensamentos pelo caminho via Breslau.

No entanto, o jogo que eu aqui fazia com nomes e sílabas tinha ainda outro sentido. Expressava o desejo de que meu irmão pudesse ter uma vida doméstica feliz, e o fez dessa forma. No romance de Zola sobre a vida de um artista, *L'oeuvre*, cujo tema deve ter estado próximo de meus pensamentos oníricos, o autor, como se sabe, introduziu a si mesmo e a sua própria felicidade doméstica como um episódio. Ele aparece sob o nome de “Sandoz”. É provável que se obtenha essa transformação da seguinte maneira: se escrevemos “Zola” de trás para frente (o tipo de coisa que as crianças tanto gostam de fazer), chegaremos a “Aloz”. Sem dúvida, isso parecia muito pouco disfarçado. Assim, ele substituiu “Al”, que é a primeira sílaba de “Alexander”, por “Sand”, que é a terceira sílaba do mesmo nome: e assim nasceu “Sandoz”. Meu próprio “Autodidasker” surgiu da mesmíssima forma.

Devo agora explicar como foi que minha fantasia de dizer ao Professor N. que o paciente que ambos havíamos examinado sofria apenas de uma neurose se insinuou no sonho. Pouco antes do fim de meu ano de trabalho, iniciei o tratamento de um novo paciente que frustrou por completo meus poderes de diagnóstico. A presença de uma grave doença orgânica -

talvez alguma degeneração da medula espinhal - sugeriu-se acentuadamente, mas não pôde ser estabelecida. Teria sido tentador diagnosticar uma neurose (o que teria solucionado todas as dificuldades), não fosse o paciente haver repudiado com tanta energia a história sexual sem a qual eu me recuso a reconhecer a presença de uma neurose. Em minha perplexidade, procurei ajuda do médico a quem, como muitas outras pessoas, respeito mais do que qualquer outro homem, e perante cuja autoridade estou inteiramente pronto a me inclinar. Ele escutou minhas dúvidas, disse-me que eram justificadas, e então emitiu sua opinião: “Mantenha o homem em observação; deve ser uma neurose.” Como soubesse que ele não partilhava de meus conceitos sobre a etiologia das neuroses, não apresentei minha contra-argumentação, mas não escondi meu ceticismo. Alguns dias depois, informei ao paciente que nada podia fazer por ele e recomendei que procurasse outra orientação. Diante disso, para meu intenso espanto, ele começou a se desculpar por ter mentido para mim. Esteve muito envergonhado de si mesmo, disse, e então revelou precisamente a etiologia sexual que eu vinha esperando e sem a qual ficara impossibilitado de aceitar sua doença como uma neurose. Fiquei aliviado, mas, ao mesmo tempo, humilhado. Tive de admitir que meu orientador, não se deixando enganar pela consideração da anamnese, enxergara com mais clareza do que eu. E me propus dizer-lhe exatamente isso quando o encontrasse da próxima vez - que *ele* estava certo e *eu*, errado.

Foi precisamente isso o que fiz no sonho. Mas que espécie de realização de desejo teria havido em confessar que eu estava errado? Estar errado, porém, era justamente o que eu *desejava*. Eu queria estar errado em meus temores, ou, para ser mais exato, queria que minha mulher, cujos temores eu adotara nos pensamentos do sonho, estivesse enganada. O tema em torno do qual girava a questão de certo ou errado no sonho não estava muito longe daquilo em que os pensamentos do sonho estavam realmente interessados. Havia a mesma alternativa entre prejuízo orgânico e funcional causado por uma mulher, ou, mais apropriadamente, pela sexualidade: paralisia tabética ou neurose? (O tipo de morte de Lassalle podia ser displicentemente classificado nesta última categoria.)

Nesse sonho de trama cerrada e, depois de cuidadosamente interpretado, muito transparente, o Professor N. desempenhou um papel não só por causa dessa analogia e do meu desejo de estar errado, e em virtude das suas ligações incidentais com Breslau e com a família de nossa amiga que ali se fixara após o casamento, como também por causa do seguinte episódio que ocorreu no fim de nossa consulta. Depois de dar sua opinião e assim encerrar nossa discussão médica, ele passou a assuntos mais pessoais: “Quantos filhos você tem agora?” - “Seis”. Ele fez um gesto de admiração e interesse. - “Meninas ou meninos?” - “Três e três: são meu orgulho e meu tesouro.” - “Bem, então, trate de se prevenir! As meninas são bastante seguras, mas educar meninos leva a dificuldades mais tarde.” - Protestei que os meus se haviam comportado muito bem até ali. É evidente que esse segundo diagnóstico, sobre o futuro de meus meninos, não me agradou mais do que o primeiro, consoante o qual meu paciente estava sofrendo de uma neurose. Assim, essas duas impressões estavam ligadas por sua contigüidade, pelo fato de terem sido experimentadas

numa mesma ocasião; e, ao inserir a história da neurose em meu sonho, eu a estava colocando em lugar da conversa sobre criação de filhos, que tinha mais ligação com os pensamentos do sonho, já que se referia tão de perto às preocupações posteriormente externadas por minha mulher. Assim, até meu medo de que N. pudesse ter razão no que disse sobre a dificuldade de educar meninos encontrou um lugar no sonho, pois jazia oculto por trás da representação de meu desejo de que eu mesmo estivesse errado em abrigar tais temores. A mesma fantasia serviu, sem alterações, para representar ambas as alternativas opostas.

IV

“Hoje cedo, entre o sonhar e o despertar, experimentei um belo exemplo de condensação verbal. No curso de uma massa de fragmentos oníricos de que mal podia lembrar-me, fui detido, por assim dizer, por uma palavra que vi diante de mim como se estivesse meio manuscrita e meio impressa. A palavra era ‘erzefilisch’ e fazia parte de uma frase que se insinuou em minha memória consciente, independente de qualquer contexto e em completo isolamento: ‘Isso tem uma influência erzefilisch nas emoções sexuais.’ Soube imediatamente que a palavra deveria na verdade ter sido ‘erzieherisch’ [‘educacional’]. E fiquei em dúvida, por algum tempo, se o segundo ‘e’ de ‘erzefilisch’ não teria sido um ‘i’. Com respeito a isso, ocorreu-me a palavra ‘sífilis’ e, começando a analisar o sonho enquanto estava ainda meio adormecido, quebrei a cabeça num esforço para descobrir como aquela palavra podia ter entrado em meu sonho, já que eu nada tinha a ver com essa doença, quer pessoalmente, quer profissionalmente. Pensei então em ‘erzehlerisch’ [outra palavra sem sentido], e isso explicou o ‘e’ da segunda sílaba de ‘erzefilisch’, fazendo-me lembrar que, na noite anterior, eu fora solicitado por nossa governanta [Erzieherin] a lhe dizer alguma coisa a respeito do problema da prostituição, e lhe dera o livro de Hesse sobre a prostituição para influenciar sua vida emocional - que não se desenvolvera com inteira normalidade; depois disso, eu tinha conversado [erzählt] muito com ela sobre o problema. Vi então, de uma só vez, que a palavra ‘sífilis’ não devia ser tomada literalmente, mas representava ‘veneno’ - naturalmente, em relação à vida sexual. Quando traduzida, portanto, a frase do sonho tinha bastante lógica: ‘Minha conversa [Erzählung] pretendia ter uma influência educacional [erzieherisch] sobre a vida emocional de nossa governanta [Erzieherin]; mas temo que talvez tenha tido, ao mesmo tempo, um efeito venenoso.’ ‘Erzefilisch’ compunha-se de ‘erzäh-’ e ‘erzieh-’.”

As malformações verbais nos sonhos se assemelham muito às que são conhecidas na paranóia, mas que também estão presentes na histeria e nas obsessões. Os truques lingüísticos feitos pela crianças, que, às vezes, tratam realmente as palavras como se fossem objetos, e além disso inventam novas línguas e formas sintáticas artificiais, constituem a fonte comum dessas coisas tanto nos sonhos como nas psiconeuroses.

A análise das formas verbais absurdas que ocorrem nos sonhos é particularmente adequada para exhibir as realizações do trabalho do sonho em termos de condensação. O leitor não deve inferir da escassez dos exemplos que forneci que esse tipo de material é raro ou apenas excepcionalmente observado. Pelo contrário, é muito comum. Mas em decorrência do fato de que a interpretação dos sonhos depende do tratamento psicanalítico, apenas um número muito reduzido de exemplos é observado e registrado, e as análises desses exemplos, em geral, só são inteligíveis para os peritos na patologia das neuroses. Assim, um sonho dessa natureza foi relatado pelo Dr. von Karpinska (1914), contendo a forma verbal absurda “*Svingnum elvi*”. Vale também a pena mencionar os casos em que aparece num sonho uma palavra que não é, em si mesma, sem sentido, mas que perdeu seu significado próprio e combina diversos outros significados com os quais está relacionada da mesmíssima forma que estaria uma palavra “sem sentido”. Foi isso o que ocorreu, por exemplo, no sonho do menino de dez anos sobre uma “categoria”, que foi registrado por Tausk (1913). “Categoria”, nesse caso, significava “órgãos genitais femininos”, e “categorizar” significava o mesmo que “urinar”.

Quando nos sonhos ocorrem frases faladas, expressamente distinguidas como tais dos pensamentos, a norma invariável é que as palavras faladas no sonho derivam de palavras faladas lembradas no material onírico. O texto do enunciado é então mantido inalterado, ou externado com algum ligeiro deslocamento. Um enunciado, num sonho, é freqüentemente composto por vários enunciados relembrados, permanecendo o texto idêntico, mas sendo-lhe atribuídos, se possível, vários significados, ou um sentido diferente do original.

(B) O TRABALHO DE DESLOCAMENTO

Ao fazer nossa coletânea de exemplos de condensação nos sonhos, a existência de outra relação, provavelmente de importância não inferior, já se tornara evidente. Via-se que os

elementos que se destacam como os principais componentes do conteúdo manifesto do sonho estão longe de desempenhar o mesmo papel nos pensamentos do sonho. E, como corolário, pode-se afirmar o inverso dessa asserção: o que é claramente a essência dos pensamentos do sonho não precisa, de modo algum, ser representado no sonho. O sonho tem, por assim dizer, uma centração diferente dos pensamentos oníricos - seu conteúdo tem elementos diferentes como ponto central. Assim, no sonho da monografia de botânica [em [1]], por exemplo, o ponto central do conteúdo do sonho era, evidentemente, o elemento “botânica”, ao passo que os pensamentos do sonho concerniam às complicações e conflitos que surgem entre colegas por suas obrigações profissionais, e ainda à acusação de que eu tinha o hábito de fazer sacrifícios demais em prol de meus passatempos. O elemento “botânica” não ocupava absolutamente nenhum lugar nesse núcleo dos pensamentos do sonho, a menos que a eles se ligasse vagamente por uma antítese - pelo fato de que a botânica jamais figurara entre meus estudos favoritos. No sonho de minha paciente sobre *Safo* [em [1]], a posição central era ocupada por subir e descer e por estar acima e embaixo; os pensamentos do sonho, porém, versavam sobre os perigos das relações sexuais com pessoas de classe social inferior. De modo que apenas um único elemento dos pensamentos do sonho parece ter penetrado no conteúdo do sonho, embora esse elemento fosse desproporcionalmente ampliado. De forma semelhante, no sonho dos besouros-de-maio [em [1]], cujo tópico foram as relações entre sexualidade e crueldade, é certo que o fator crueldade surgiu no conteúdo onírico; mas o fez com respeito a outra coisa e sem qualquer menção à sexualidade, ou seja, fora de seu contexto e por conseguinte transformado em algo estranho. Mais uma vez, em meu sonho sobre meu tio [em [1]], a barba loura que formava seu ponto central não parece ter tido qualquer ligação em seu significado com meus desejos ambiciosos, que, como vimos, constituíram o núcleo dos pensamentos do sonho. Tais sonhos dão uma impressão justificável de “deslocamento”. Em completo contraste com esses exemplos, podemos ver que, no sonho da injeção de Irma [em [1]], os diferentes elementos puderam reter, no curso do processo de construção do sonho, o lugar aproximado que ocupavam nos pensamentos do sonho. Essa relação adicional entre os pensamentos do sonho e o conteúdo do sonho, inteiramente variável como é em seu sentido ou direção, destina-se, a princípio, a causar espanto. Ao considerarmos um processo psíquico na vida normal e verificarmos que uma de suas várias representações integrantes foi destacada das demais e adquiriu um grau especial de nitidez na consciência, costumamos encarar esse efeito como prova de que uma dose especialmente elevada de valor psíquico - um grau particular de interesse - está ligada a essa representação predominante. Mas agora descobrimos que, no caso dos diferentes elementos dos pensamentos do sonho, esse tipo de valor não persiste ou é desconsiderado no processo da formação do sonho. Nunca há qualquer dúvida quanto a quais dos elementos dos pensamentos do sonho têm o mais alto valor psíquico; tomamos ciência disso por julgamento direto. No curso da formação de um sonho, esses elementos essenciais, carregados como estão de um intenso interesse, podem ser tratados como se tivessem um valor reduzido e seu lugar pode ser tomado, no sonho, por outros elementos sobre cujo pequeno valor nos pensamentos do sonho não há nenhuma dúvida. À primeira vista, é como se nenhuma atenção fosse dispensada à intensidade psíquica das várias representações ao se proceder à escolha

entre elas para o sonho, e como se a única coisa considerada fosse o maior ou menor grau e multiplicidade de sua determinação. O que aparece nos sonhos, poderíamos supor, não é o que é *importante* nos pensamentos do sonho, mas o que neles ocorre repetidas vezes. Mas essa hipótese não nos ajuda muito em nossa compreensão da formação dos sonhos, visto que, a julgar pela natureza das coisas, parece evidente que os dois fatores da determinação múltipla e do valor psíquico intrínseco devem necessariamente atuar no mesmo sentido. As representações mais importantes entre os pensamentos do sonho serão, quase certamente, as que com mais frequência ocorrem neles, uma vez que os diferentes pensamentos oníricos, por assim dizer, delas se irradiarão. Não obstante, o sonho pode rejeitar os elementos assim altamente enfatizados em si próprios e reforçados a partir de muitas direções, e selecionar para seu conteúdo outros elementos que possuam apenas o segundo desses atributos.

Para resolver essa dificuldade, utilizaremos outra impressão derivada de nossa investigação [na seção anterior] da sobredeterminação do conteúdo do sonho. Talvez alguns dos que leram essa investigação já tenham chegado à conclusão independente de que a sobredeterminação dos elementos dos sonhos não é uma descoberta muito importante, já que é evidente em si mesma. E isso porque, na análise, partimos dos elementos do sonho e anotamos todas as associações que deles defluem, de modo que nada há de surpreendente no fato de, no material ideativo assim obtido, depararmos com esses mesmos elementos com peculiar frequência. Não posso aceitar essa objeção, mas eu próprio expressarei em palavras algo que não soa muito diferente dela. Entre as idéias que a análise traz à luz, há muitas que estão relativamente afastadas do núcleo do sonho e que parecem interpolações artificiais feitas para algum fim específico. Tal objetivo é fácil de adivinhar. São precisamente *elas* que constituem uma ligação, quase sempre forçada e exagerada, entre o conteúdo do sonho e os pensamentos do sonho; e se esses elementos fossem eliminados da análise, o resultado seria, muitas vezes, que as partes integrantes do conteúdo do sonho ficariam não apenas sem sobredeterminação, mas também sem qualquer determinação satisfatória. Seremos levados a concluir que a determinação múltipla que decide o que será incluído num sonho nem sempre é um fator primordial na construção do sonho, mas é frequentemente o produto secundário de uma força psíquica que ainda nos é desconhecida. Não obstante, a determinação múltipla deve ser importante na escolha dos elementos específicos que entrarão num sonho, pois é patente que um considerável dispêndio de esforço é empregado para produzi-la nos casos em que ela não provém sem auxílio do material do sonho.

Portanto, parece plausível supor que, no trabalho do sonho, está em ação uma força psíquica que, por um lado, despoja os elementos com alto valor psíquico de sua intensidade, e, por outro, *por meio da sobredeterminação*, cria, a partir de elementos de baixo valor psíquico, novos valores, que depois penetram no conteúdo do sonho. Assim sendo, ocorrem *uma transferência e deslocamento de intensidade psíquicas* no processo de formação do sonho, e é como resultado destes que se verifica a diferença entre o texto do conteúdo do

sono e o dos pensamentos do sonho. O processo que estamos aqui presumindo é nada menos do que a parcela essencial do trabalho do sonho, merecendo ser descrito como o “deslocamento do sonho”. O deslocamento do sonho e a condensação do sonho são os dois fatores dominantes a cuja atividade podemos, em essência, atribuir a forma assumida pelos sonhos.

Não penso tampouco que teremos qualquer dificuldade em reconhecer a força psíquica que se manifesta nos fatos do deslocamento do sonho. A consequência do deslocamento é que o conteúdo do sonho não mais se assemelha ao núcleo dos pensamentos do sonho, e que este não apresentamos do que uma distorção do desejo do sonho que existe no inconsciente. Mas já estamos familiarizados com a distorção do sonho. Descobrimos sua origem na censura que é exercida por uma instância psíquica da mente sobre outra. [Ver em [1]] O deslocamento do sonho é um dos principais métodos pelos quais essa distorção é obtida. *Is fecit cui profuit*. Podemos presumir, portanto, que o deslocamento do sonho se dá por influência da mesma censura - ou seja, a censura da defesa endopsíquica.

A questão da interação desses fatores - deslocamento, condensação e sobredeterminação - na construção dos sonhos, bem como a questão de qual deles é o fator dominante e qual é o fator subordinado -, tudo issodeixaremos de lado para uma investigação posterior. [Ver, por exemplo, em [1]]. Mas podemos enunciar provisoriamente uma segunda condição que deve ser atendida pelos elementos dos pensamentos do sonho que penetram no sonho: *eles têm que escapar da censura imposta pela resistência*. E daqui por diante, ao interpretarmos os sonhos, levaremos em conta o deslocamento do sonho como um fato inegável.

(C) OS MEIOS DE REPRESENTAÇÃO NOS SONHOS

No processo de transformar os pensamentos latentes no conteúdo manifesto de um sonho, vimos dois fatores em ação: a condensação e o deslocamento do sonho. À medida que prosseguirmos em nossa investigação encontraremos, além destes, dois outros determinantes que exercem indubitável influência na escolha do material que terá acesso ao sonho.

Primeiramente, porém, mesmo com o risco de parecer que estou interrompendo nosso progresso, gostaria de dar uma olhadela preliminar nos processos envolvidos na efetivação da interpretação de um sonho. Não posso disfarçar de mim mesmo que a maneira mais fácil de tornar claros esses processos de defender sua fidedignidade das críticas seria tomar

como amostra algum sonho específico, proceder a sua interpretação (como fiz com o sonho da injeção de Irma em meu segundo capítulo) e, em seguida, reunir os pensamentos oníricos descobertos e reconstruir, a partir deles, o processo por que o sonho foi formado - em outras palavras, completar a análise de um sonho por meio de uma síntese do sonho. De fato, executei essa tarefa, para minha própria orientação, com diversas amostras, mas não posso reproduzi-las aqui, já que estou proibido de fazê-lo por motivos relacionados com a natureza do material psíquico em jogo - motivos que são de muitas espécies e que serão aceitos como válidos por qualquer pessoa sensata. Tais considerações interferiram menos na *análise* dos sonhos, uma vez que uma análise poderia ser incompleta e, não obstante, conservar seu valor, muito embora penetrasse apenas um pouco na trama do sonho. No caso da *síntese* de um sonho, porém, não vejo como pode ela ser convincente a menos que seja completa. Eu só poderia dar uma síntese completa de sonhos de pessoas desconhecidas do público leitor. Visto, contudo, que essa condição é preenchida apenas por meus pacientes, que são neuróticos, devo adiar essa parte de minha exposição do assunto até que possa - em outro volume - conduzir a elucidação psicológica das neuroses até um ponto em que ela possa estabelecer contato com nosso tópico atual. [1]

Minhas tentativas de estruturar sonhos por síntese a partir dos pensamentos do sonho ensinaram-me que o material que emerge no curso da interpretação não é todo do mesmo valor. Parte dele é composta dos pensamentos oníricos essenciais - ou seja, aqueles que substituem completamente o sonho, e que, se não houvesse censura dos sonhos, seriam suficientes em si mesmos para substituí-lo. A outra parte do material deve ser em geral considerada de menor importância. Tampouco é possível sustentar o ponto de vista de que todos os pensamentos desse segundo tipo tenham tido uma participação na formação do sonho. [Ver em [1] e [2].] Pelo contrário, pode haver entre eles associações que se relacionem com acontecimentos ocorridos *depois* do sonho, entre os momentos do sonho e da interpretação. Essa parte do material inclui todas as vias de ligação que levaram do conteúdo manifesto do sonho aos pensamentos latentes do sonho, bem como as associações intermediárias e de ligação por meio das quais, no decorrer do processo de interpretação, chegamos a descobrir essas vias de ligação. [1]

Estamos interessados, aqui, apenas nos pensamentos oníricos essenciais. Estes geralmente emergem como um complexo de idéias e lembranças da mais intrincada estrutura possível, com todos os atributos das cadeias de idéias que nos são familiares na vida de vigília. Não raro, são cadeias de idéias que partem de mais de um centro, embora tendo pontos de contato. Cada cadeia de idéias é quase invariavelmente acompanhada por sua contrapartida contraditória, vinculada a ela por associação antitética.

As diferentes porções dessa complicada estrutura mantêm, é claro, as mais diversificadas relações lógicas entre si. Podem representar o primeiro e o segundo planos, digressões e ilustrações, condições, seqüências de provas e contra-argumentações. Quando a massa inteira desses pensamentos do sonho é submetida à pressão do trabalho do sonho, e quando seus elementos são revolvidos, transformados em fragmentos e aglutinados - quase como uma massa de gelo - surge a questão do que acontece às conexões lógicas que até então formaram sua estrutura. Que representação fornecem os sonhos para “se”, “porque”, “como”, “embora”, “ou ...ou”, e todas as outras conjunções sem as quais não podemos compreender as frases ou os enunciados?

Num primeiro momento, nossa resposta deve ser que os sonhos não têm a seu dispor meios de representar essas relações lógicas entre os pensamentos do sonho. Em sua maioria, os sonhos desprezam todas essas conjunções, e é só o conteúdo substantivo dos pensamentos do sonho que eles dominam e manipulam. A restauração dos vínculos que o trabalho do sonho destruiu é uma tarefa que tem de ser executada pelo processo interpretativo.

A incapacidade dos sonhos de expressarem essas coisas deve estar na natureza do material psíquico de que se compõem os sonhos. As artes plásticas da pintura e da escultura vivem, a rigor, sob uma limitação semelhante, quando comparadas à poesia, que pode valer-se da fala; e aqui, mais uma vez, a razão de sua incapacidade está na natureza do material que essas duas formas de arte manipulam em seu esforço de expressar alguma coisa. Antes que a pintura se familiarizasse com as leis de expressão pelas quais se rege, ela fez tentativas de superar essa desvantagem. Nas pinturas antigas, pequenas etiquetas eram penduradas na boca das pessoas representadas, contendo, em caracteres escritos, os enunciados que o pintor perdia a esperança de representar pictoricamente.

Neste ponto, talvez se levante uma objeção contra a idéia de que os sonhos são incapazes de representar relações lógicas. Pois existem sonhos em que ocorrem as mais complicadas operações intelectuais, em que as afirmações são contrariadas ou confirmadas, ridicularizadas ou comparadas, tal como acontece ao pensamento de vigília. Aqui, porém, mais uma vez as aparências enganam. Se nos aprofundarmos na interpretação de sonhos como esses, verificaremos que a totalidade disso *faz parte do material dos pensamentos do sonho e não é uma representação do trabalho intelectual realizado durante o próprio sonho*. O que é reproduzido pelo aparente pensamento no sonho é o tema dos pensamentos do sonho e não as *relações mútuas entre eles*, cuja asserção constitui o pensamento. Exprei alguns exemplos disso. [Ver em [1]] Mas o ponto mais fácil de estabelecer a esse respeito é que todas as frases orais que ocorrem nos sonhos e são especificamente descritas como tais constituem reproduções não modificadas ou ligeiramente modificadas de enunciados que

também se encontram entre as lembranças do material dos pensamentos do sonho. Esse tipo de enunciado muitas vezes não passa de uma alusão a algum acontecimento incluído entre os pensamentos do sonho, e o sentido do sonho pode ser totalmente diferente. [Ver em [1]]

Não obstante, não negarei que uma atividade crítica de pensamento, que não é uma simples repetição do material dos pensamentos do sonho, tem *efetivamente* uma participação na formação dos sonhos. Terei de elucidar o papel desempenhado por esse fator no fim desse exame. Ficará evidente, então, que essa atividade de pensamento não é produzida pelos pensamentos do sonho, mas pelo próprio sonho, depois de, num certo sentido, já ter sido concluído. [Ver a última Seção deste Capítulo (em [1]).]

Provisoriamente, portanto, é possível dizer que as relações lógicas entre os pensamentos oníricos não recebem nenhuma representação isolada nos sonhos. Por exemplo, quando ocorre uma contradição num sonho, ou ela é uma contradição do próprio sonho ou uma contradição oriunda do tema de um dos pensamentos do sonho. Uma contradição num sonho só pode corresponder a uma contradição *entre* os pensamentos do sonho de maneira extremamente indireta. Mas, assim como a arte da pintura finalmente encontrou um modo de expressar por outros meios que não as etiquetas balouçantes, pelo menos a *intenção* das palavras dos personagens representados - afeição, ameaças, advertências e assim por diante -, há também um meio possível pelo qual os sonhos podem levar em conta algumas das relações lógicas entre seus pensamentos oníricos, efetuando uma modificação apropriada no método de representação característico dos sonhos. A experiência demonstra que os diferentes sonhos variam muito nesse aspecto. Enquanto alguns sonhos desprezam completamente a seqüência lógica de seu material, outros tentam dar uma indicação tão completa quanto possível dela. Ao fazê-lo, os sonhos se afastam ora mais, ora menos amplamente do texto de que dispõem para manipular. Aliás, os sonhos variam de forma semelhante em seu tratamento da seqüência cronológica dos pensamentos do sonho, caso tal seqüência tenha-se estabelecido no inconsciente (como, por exemplo, no sonho da injeção de Irma. [Ver em [1]]).

Que meios possui o trabalho do sonho para indicar nos pensamentos oníricos essas relações que são tão difíceis de representar? Tentarei enumerá-las uma a uma.

Em primeiro lugar, os sonhos levam em conta, de maneira geral, a ligação que inegavelmente existe entre todas as partes dos pensamentos do sonho, combinando todo o material numa única situação ou acontecimento.

Eles reproduzem a *ligação lógica* pela *simultaneidade no tempo*. Nesse aspecto, agem

como o pintor que, num quadro da Escola de Atenas ou do Parnaso, representa num único grupo todos os filósofos ou todos os poetas. É verdade que, de fato, eles nunca se reuniram num único salão ou num único cume de montanha, mas certamente formam um grupo no sentido conceitual.

Os sonhos levam esse método de reprodução aos menores detalhes. Sempre que nos mostram dois elementos muito próximos, isso garante que existe alguma ligação especialmente estreita entre o que corresponde a eles nos pensamentos do sonho. Da mesma forma, em nosso sistema de escrita, “*ab*” significa que as duas letras devem ser pronunciadas numa única sílaba. Quando se deixa uma lacuna entre o “a” e o “b”, isso significa que o “a” é a última letra de uma palavra e o “b”, a primeira da seguinte. Do mesmo modo, as colocações nos sonhos não consistem em partes fortuitas e desconexas do material onírico, mas em partes que são mais ou menos estreitamente ligadas também nos pensamentos do sonho.

Para representar *relações causais*, os sonhos possuem dois procedimentos que são, em essência, os mesmos. Suponhamos que os pensamentos do sonho fossem do seguinte teor: “Uma vez que isso foi assim e assim, tal e tal estava fadado a acontecer.” Nesse caso, o método mais comum de representação seria introduzir a oração subordinada como um sonho introdutório e acrescentar a oração principal como o sonho principal. Se interpretei corretamente, a seqüência temporal pode ser invertida. Mas a parte mais extensa do sonho sempre corresponde à oração principal.

Uma de minhas pacientes forneceu certa vez um excelente exemplo desse modo de representar a causalidade num sonho, que mais adiante registrarei na íntegra. [Ver em [1]; também examinado em [1] e [2].] Consistiu um breve prelúdio e num fragmento muito difuso de sonho que se centralizou, em grau acentuado, num único tema, e poderia ser intitulado “A Linguagem das Flores”.

O sonho introdutório foi o seguinte: *Ela entrou na cozinha, onde estavam as suas duas empregadas, e repreendeu-as por não terem aprontado sua “comidinha”. Ao mesmo tempo, ela viu uma enorme quantidade de louça comum de cerâmica, emborcada na cozinha para escorrer; estava amontoada em pilhas. As duas criadas foram buscar água e tiveram de entrar numa espécie de rio que chegava até bem junto da casa ou entrava no quintal.* Seguiu-se então o sonho principal, que começava assim: *Ela estava descendo de uma elevação sobre algumas paliçadas estranhamente construídas e se sentia contente por seu vestido não ter ficado preso nelas... etc.*

O sonho introdutório relacionava-se com a casa dos pais da sonhadora. Sem dúvida, ela

muitas vezes ouvira a mãe empregar as palavras que ocorreram no sonho. As pilhas de louças comum provinham de uma modesta loja de ferragens que estava localizada no mesmo prédio. A outra parte do sonho continha uma referência ao pai dela, que sempre corria atrás das empregadas e que acabou contraindo uma doença fatal durante uma inundação. (A casa ficava perto da margem de um rio.) Assim, o pensamento oculto por trás do sonho introdutório dizia o seguinte: “Como nasci neste casa, em circunstâncias tão mesquinhas e deprimentes...” O sonho principal tomou o mesmo pensamento e apresentou-o numa forma modificada pela realização de desejo: “Sou de alta linhagem.” Assim, o verdadeiro pensamento subjacente era: “Como sou de linhagem tão baixa, o curso de minha vida tem sido assim e assim.”

A divisão de um sonho em duas partes desiguais não significa invariavelmente, até onde posso ver, que exista uma relação causal entre os pensamentos por trás das duas partes. Muitas vezes, é como se o mesmo material fosse representado nos dois sonhos a partir de diferentes pontos de vista. (Isso é certamente o que acontece quando uma série de sonhos durante uma noite termina numa emissão ou num orgasmo - uma série em que a necessidade somática encontra o caminho para uma expressão progressivamente mais clara.) Ou então os dois sonhos podem ter brotado de centros separados no material onírico, e seu conteúdo pode superpor-se, de modo que o que é o centro num sonho está presente como mera sugestão no outro, e *vice-versa*. Todavia, em certo número de sonhos, uma divisão em um sonho preliminar mais curto e uma seqüência longa significa, de fato, que há uma relação causal entre as duas partes.

O outro método de representar uma relação causal adapta-se ao material menos extenso e consiste na transformação de uma imagem do sonho, seja ela de uma pessoa ou de uma coisa, em outra. A existência de uma relação causal só deve ser levada a sério se a transformação realmente ocorrer diante de nossos olhos, e não se apenas notarmos que uma coisa apareceu no lugar de outra.

Afirmo que os dois métodos de representar uma relação causal eram essencialmente os mesmos. Em ambos os casos a causação é representada pela seqüência temporal: num deles, por uma seqüência de sonhos e, no outro, pela transformação direta de uma imagem em outra. Na grande maioria dos casos, cabe confessar, a relação causal não é, em absoluto, representada, mas se perde na confusão de elementos que inevitavelmente ocorre no processo do sonhar.

A alternativa “ou ... ou” não pode ser expressa em sonhos, seja de que maneira for. Ambas as alternativas costumam ser inseridas no texto do sonho como se fossem igualmente válidas. O sonho da injeção de Irma contém um exemplo clássico disso. Seus pensamentos latentes diziam nitidamente [ver em [1]-[2]]: “Não sou responsável pela persistência das

dores de Irma; a responsabilidade esta *ou* na resistência dela a aceitar minha solução, *ou* nas condições sexuais desfavoráveis em que ela vive e que eu não posso alterar, *ou* no fato de que suas dores de modo algum são histéricas, mas de natureza orgânica.” O sonho, por outro lado, preencheu *todas* essas possibilidades (que eram quase mutuamente exclusivas), e não hesitou em acrescentar uma quarta solução, baseada no desejo do sonho. Após interpretar o sonho, procedi à inserção do “ou ... ou” no contexto dos pensamentos do sonho.

Quando, no entanto, ao reproduzir um sonho, seu narrador se sente inclinado a utilizar “ou ... ou” - por exemplo, “era ou um jardim ou uma sala de estar” -, o que estava presente nos pensamentos do sonho não era uma alternativa, e sim um “e”, uma simples adição. “Ou ... ou” é predominantemente empregado para descrever um elemento onírico que tenha uma característica de imprecisão - que, contudo, é passível de ser desfeita. Em tais casos, a norma de interpretação é: trate as duas aparentes alternativas como se fossem de igual validade e ligue-as por um “e”.

Por exemplo, certa ocasião um amigo meu estava na Itália e eu ficara sem seu endereço por um tempo considerável. Tive então um sonho no qual recebia um telegrama com o endereço abaixo. Vi-o impresso em azul no formulário telegráfico. A primeira palavra era vaga:

“*Via*”, talvez, a segunda estava clara:

ou “*Villa*” “*Secerno*”

ou possivelmente até (“*Casa*”)

A segunda palavra soava como algum nome italiano e me fez lembrar as discussões que eu tivera com meu amigo sobre a questão da etimologia. Também expressava minha raiva dele por ter mantido seu endereço em *segredo* para mim por tanto tempo. Por outro lado, cada uma das três alternativas da primeira palavra revelou ser, na análise, um ponto de partida independente e igualmente válido para uma cadeia de idéias. [1]

Durante a noite anterior ao funeral de meu pai, tive um sonho com um aviso, placar ou cartaz impresso - bem semelhante aos avisos proibindo que se fume nas salas de espera das estações de trem - onde aparecia, ou:

“Pede-se que você feche os olhos”

ou, “Pede-se

que você

feche um

olho”.

Costumo escrever isto na forma:

o(s)

“Pede-se que você feche olho(s).”

um

Cada uma dessas duas versões tinha um sentido próprio e levou numa direção diferente quando o sonho foi interpretado. Eu escolhera o ritual mais simples possível para o funeral, pois conhecia as opiniões de meu pai sobre essas cerimônias. Mas alguns outros membros da família não simpatizavam com tal simplicidade puritana e achavam que ficaríamos desonrados aos olhos dos que comparecessem ao enterro. Daí uma das versões: “Pede-se que você feche um olho”, ou seja “feche os olhos a” ou “faça vista grossa”. Aqui, é

particularmente fácil ver o sentido da imprecisão expressa pelo “ou ... ou”. O trabalho do sonho não conseguiu estabelecer um enunciado unificado para os pensamentos dos sonhos, que pudesse ao mesmo tempo ser ambíguo, e, conseqüentemente, as duas principais linhas de pensamento começaram a divergir até no conteúdo manifesto do sonho. [1]

Em alguns casos, a dificuldade de representar uma alternativa é superada dividindo-se o sonho em duas partes de igual extensão.

A maneira como os sonhos tratam a categoria dos contrários e dos contraditórios é altamente digna de nota. Ela é simplesmente desconsiderada. O “não” não parece existir no que diz respeito aos sonhos. Eles mostram uma preferência particular por combinar os contrários numa unidade ou por representá-los como uma só coisa. Os sonhos se sentem livres, além disso, para representar qualquer elemento por seu oposto imaginário, de modo que não há maneira de decidir, à primeira vista, se qualquer elemento que admita um contrário está presente nos pensamentos do sonho como positivo ou negativo.

Num dos sonhos registrados logo acima, cuja primeira oração já foi interpretada (“como minha linhagem foi tal e tal” [ver em [1]]), a sonhadora se viu descendo sobre paliçadas, segurando um ramo florido na mão. Em conexão com essa imagem ela pensou no anjo segurando um buquê de lírios nos quadros da Anunciação - seu próprio nome era Maria - e nas meninas de túnicas brancas andando nas procissões de *Corpus Cristi*, quando as ruas são decoradas com ramos verdes. Assim, o ramo florido do sonho aludia, sem dúvida alguma, à inocência sexual. Contudo, o ramo estava coberto de flores *vermelhas*, cada uma delas semelhante a uma camélia. No final de sua caminhada - assim prosseguia o sonho -, os botões em flor já estavam bem murchados. Seguiram-se então algumas alusões inconfundíveis à menstruação. Por conseguinte, o mesmo ramo que era carregado como um lírio e como que por uma menina inocente era, ao mesmo tempo, uma alusão à *Dame aux camélias*, que, como sabemos, costumava usar uma camélia branca, salvo durante suas regras, quando usava uma vermelha. O mesmo ramo em flor (cf. “des Mädchens Blüten” [“os botões da donzela”] no poema de Goethe “Der Müllerin Verrat”) representava tanto a inocência sexual como seu contrário. E o mesmo sonho que expressava sua alegria por ter conseguido passar pela vida imaculadamente apresentava vislumbres, em certos pontos (por exemplo, no emurchecimento dos botões em flor), da cadeia de idéias contrárias - de ela ter sido culpada de vários pecados contra a pureza sexual (em sua infância, quer dizer). Ao analisar o sonho, foi possível distinguir claramente as duas cadeias de idéias das quais a consoladora parecia ser a mais superficial, e a auto-reproadora, a mais profunda - cadeias de idéias que eram diametralmente opostas uma à outra, mas cujos elementos semelhantes,

embora contrários, foram representados pelos mesmos elementos no sonho manifesto. [1]

Uma e apenas uma dessas relações lógicas é extremamente favorecida pelo mecanismo da formação do sonho; a saber, a relação de semelhança, consonância ou aproximação - a relação de “tal como”. Essa relação, diversamente de qualquer outra, é possível de ser representada nos sonhos de múltiplas maneiras. Os paralelos ou exemplos de “tal como” inerentes ao material dos pensamentos do sonho constituem as primeiras fundações para a construção de um sonho; e uma parte nada insignificante do trabalho do sonho consiste em criar novos paralelos onde os que já estão presentes não conseguem penetrar no sonho em virtude da censura imposta pela resistência. A representação da relação de semelhança é auxiliada pela tendência do trabalho do sonho à condensação.

A semelhança, a consonância, a posse de atributos comuns - tudo isso é representado nos sonhos pela unificação, que pode já estar presente no material dos pensamentos do sonho ou pode ser novamente construída. A primeira dessas possibilidades pode ser descrita como “identificação”, e a segunda, como “composição”. A identificação é empregada quando se trata de *peessoas*; a composição, quando as *coisas* são o material da unificação. Não obstante, a composição também pode aplicar-se às pessoas. As localidades são freqüentemente tratadas como pessoas.

Na identificação, apenas uma das pessoas ligadas por um elemento comum consegue ser representada no conteúdo manifesto do sonho, enquanto a segunda ou as demais pessoas parecem ser suprimidas dele. Mas essa figura encobridora única aparece no sonho em todas as relações e situações que se aplicam quer a ela, quer às figuras que ela encobre. Na composição, quando esta se estende às pessoas, a imagem onírica contém traços que são peculiares a uma ou outra das pessoas em causa, mas não comuns a elas; de modo que a combinação desses traços leva ao aparecimento de uma nova unidade, uma figura composta. O processo efetivo de composição pode ser realizado de várias maneiras. Por um lado, a figura onírica pode ter o nome de uma das pessoas que com ela se relacionam - em cujo caso simplesmente sabemos diretamente, de maneira análoga a nosso conhecimento de vigília, que esta ou aquela pessoa é visada -, enquanto seus traços visuais podem pertencer à outra pessoa. Ou, por outro lado, a própria imagem onírica pode ser composta de traços visuais pertencentes, na realidade, em parte a uma pessoa e em parte à outra. Ou, ainda, a participação da segunda pessoa na imagem onírica pode estar não em seus traços visuais, mas nos gestos que atribuímos a ela, nas palavras que a fazemos pronunciar, ou na situação em que a colocamos. Nesse último caso, a distinção entre a identificação e a construção de uma figura composta começa a perder sua nitidez. Mas é também possível que a formação de uma figura composta dessa natureza seja malsucedida. Quando isso ocorre, a cena no

sonho é atribuída a *uma* das pessoas em causa, enquanto a outra (e, em geral, a mais importante) aparece como uma figura concomitante, sem qualquer outra função. O sonhador pode descrever essa posição numa frase como: “Minha mãe também estava lá.” (Stekel.) Um elemento dessa espécie no conteúdo do sonho pode ser comparado aos “determinantes” empregados na escrita hieroglífica, que não visam a ser pronunciados, servindo meramente para elucidar outros sinais.

O elemento comum que justifica, ou, antes, causa a combinação das duas pessoas pode ser representado no sonho ou omitido dele. Em geral, a identificação ou construção de uma pessoa composta se dá exatamente para fins de evitar a representação do elemento comum. Em vez de dizer: “*A* tem sentimentos hostis para comigo, e o mesmo ocorre com *B*”, formo uma figura composta por *A* e *B* no sonho, ou imagino *A* executando um ato de alguma outra natureza, que é característico de *B*. A figura onírica assim construída aparece no sonho num contexto inteiramente novo, e o fato de ela representar tanto *A* como *B* justifica minha inserção no ponto apropriado do sonho do elemento que é comum a ambos, a saber, uma atitude hostil para comigo. Muitas vezes, é possível chegar dessa maneira a um volume notável de condensação no conteúdo de um sonho; poupo-me a necessidade de fornecer uma representação direta de circunstâncias muito complicadas relativas a uma dada pessoa, se puder encontrar outra pessoa a quem alguma dessas circunstâncias se apliquem igualmente. É também fácil ver o quanto esse método de representação por meio da identificação pode servir bem para se fugir à censura causada pela resistência, que impõe condições tão severas ao trabalho do sonho. Aquilo a que a censura faz objeção pode estar precisamente em certas representações que, no material dos pensamentos do sonho, estão ligadas a uma pessoa específica; assim, passo a procurar uma segunda pessoa que também esteja ligada ao material objetável, mas apenas a uma parte dele. O contato entre as duas pessoas nesse aspecto censurável justifica então minha construção de uma figura composta caracterizada por traços irrelevantes oriundos de ambas. Essa figura, obtida por identificação ou por composição, fica então admissível ao conteúdo do sonho, sem censura, e assim, utilizando a condensação do sonho, atendi às reivindicações da censura onírica.

Quando um elemento comum entre duas pessoas é representado num sonho, isso costuma ser uma sugestão para que procuremos outro elemento comum oculto cuja representação tenha sido impossibilitada pela censura. Fez-se deslocamento no tocante ao elemento comum para, por assim dizer, facilitar sua representação. O fato de a figura composta aparecer no sonho com um elemento comum irrelevante leva-nos a concluir que outro elemento comum, longe de ser indiferente, está presente nos pensamentos do sonho.

Portanto, a identificação ou a produção de figuras compostas serve a várias finalidades nos sonhos: em primeiro lugar, para representar um elemento comum a duas pessoas, em segundo, para representar um elemento comum *deslocado*, e, em terceiro, também para

expressar um elemento comum meramente *imaginário*. Visto que desejar que duas pessoas tivessem um elemento comum muitas vezes coincide com a troca de uma pela outra, esta segunda relação também se expressa nos sonhos por meio da identificação. No sonho da injeção de Irma, eu desejava trocá-la por outra paciente: ou seja, desejava que a outra mulher pudesse ser minha paciente, tal como Irma. O sonho levou esse desejo em conta, mostrando-me uma pessoa que se chamava Irma, mas que era examinada numa posição em que eu só havia tido oportunidade de ver a outra mulher [em [1]]. No sonho com meu tio, uma troca dessa natureza tornou-se o ponto central: eu me identifiquei com o Ministro, não tratando nem julgando meus colegas melhor do que ele o fez. [Ver em [1]]

É minha experiência, e uma experiência para a qual não encontrei nenhuma exceção, que todo sonho versa sobre o próprio sonhador. Os sonhos são inteiramente egoístas. Sempre que meu próprio ego não aparece no conteúdo do sonho, mas somente alguma pessoa estranha, posso presumir com segurança que meu próprio ego está oculto, por identificação, por trás dessa outra pessoa; posso inserir meu ego no contexto. Em outras ocasiões, quando meu próprio ego *de fato aparece* no sonho, a situação em que isso ocorre pode ensinar-me que alguma outra pessoa jaz oculta, por identificação, por trás de meu ego. Nesse caso, o sonho me alertaria a transferir para mim mesmo, ao interpretá-lo, o elemento comum oculto ligado a essa outra pessoa. Há também sonhos em que meu ego aparece juntamente com outras pessoas que, uma vez desfeita a identificação, revelam-se mais uma vez como meu ego. Essas identificações então me possibilitariam pôr em contato com meu ego certas representações cuja aceitação fora proibida pela censura. Assim, meu ego pode ser representado num sonho várias vezes, ora diretamente, ora por meio da identificação com pessoas estranhas. Por meio de várias dessas identificações torna-se possível condensar um volume extraordinário de material do pensamento. O fato de o ego do próprio sonhador aparecer num sonho várias vezes, ou de várias formas, não é, no fundo, mais marcante do que o fato de o ego estar contido num pensamento consciente várias vezes ou em diferentes lugares ou contextos - por exemplo, na frase “quando eu penso em como eu fui uma criança sadia.”

As identificações no caso de nomes próprios de *localidades* se desfazem ainda mais facilmente do que no caso de pessoas, já que aqui não há interferência por parte do ego, que ocupa um lugar tão dominante nos sonhos. Num de meus sonhos sobre Roma [ver em [1]], o lugar em que me encontrava chamava-se Roma, mas eu ficava atônito com a quantidade de cartazes em alemão na esquina de uma rua. Esse segundo ponto era uma realização de desejo, que imediatamente me fez pensar em Praga; e o próprio desejo talvez datasse de uma fase nacionalista-alemã pela qual passei durante minha juventude, mas que depois superei. Na ocasião em que tive o sonho, havia uma perspectiva de eu encontrar meu amigo [Fliess] em Praga; de modo que a identificação de Roma e Praga pode ser explicada como um

elemento desejante comum: eu preferiria encontrar meu amigo em Roma e gostaria de trocar Praga por Roma para fins desse encontro.

A possibilidade de criar estruturas compostas destaca-se como a mais importante entre as características que tantas vezes emprestam aos sonhos uma aparência fantástica, pois introduz no conteúdo dos sonhos elementos que nunca poderiam ter sido objetos de percepção real. O processo psíquico de construir imagens compostas nos sonhos é, evidentemente, o mesmo de quando imaginamos ou retratamos um centauro ou um dragão na vida de vigília. A única diferença é que a que determina a produção da figura imaginária na vida de vigília é a impressão que a própria nova estrutura pretende causar, ao passo que a formação da estrutura composta num sonho é determinada por um fator estranho à sua forma real - a saber, o elemento comum nos pensamentos do sonho. As estruturas compostas nos sonhos podem ser formadas de uma grande variedade de maneiras. O mais ingênuo desses procedimentos representa meramente os atributos de uma coisa, acompanhados pelo conhecimento de que também pertencem a uma outra coisa. Uma técnica mais elaborada combina os traços de ambos os objetos numa nova imagem e, ao proceder assim, utiliza com habilidade quaisquer semelhanças que os dois objetos acaso possuam na realidade. A nova estrutura pode aparecer inteiramente absurda ou causar-nos a impressão de um sucesso imaginativo, conforme o material e a habilidade com que seja aglutinada. Quando os objetos a serem condensados numa só unidade são por demais incongruentes, o trabalho do sonho muitas vezes se contenta em criar uma estrutura composta com um núcleo relativamente distinto, acompanhando por diversos traços menos distintos. Nesse caso, é possível dizer que o processo de unificação numa imagem única falhou. As duas representações se superpõem e produzem algo da ordem de uma competição entre as duas imagens visuais. Poder-se-ia chegar a representações semelhantes num desenho, caso se tentasse ilustrar o modo pelo qual um conceito geral é formado a partir de várias imagens perceptivas isoladas.

Os sonhos são, na verdade, uma massa dessas estruturas compostas. Furneci alguns exemplos delas em sonhos que já analisei; e acrescentarei agora mais alguns. No sonho relatado mais adiante, em [1] [também anteriormente, em [1]-[2]], que descreve o curso da vida da paciente “na linguagem das flores”, o ego do sonho segurava na mão um ramo de botões de flores que, como vimos, representava tanto a inocência como a pecaminosidade sexual. O ramo, graças à maneira como as flores estavam colocadas nele, também fez a sonhadora lembrar-se de flor de *cerejeira*; as próprias flores, consideradas individualmente, eram *camélias*, e, além disso, a impressão geral era a de um crescimento *exótico*. O fator comum entre os elementos dessa estrutura composta foi indicado pelos pensamentos do sonho. O ramo florido era composto de alusões a presentes que lhe tinham sido oferecidos com o propósito de conquistar, ou tentar conquistar, seu favores. Assim, tinham-lhe dado *cerejas* na infância e, em época posterior da vida, uma planta de *camélias*; já “exótico” era uma alusão a um naturalista muito viajado que tentara conquistar suas boas

graças com o desenho de uma flor. - Outra de minhas pacientes produziu, num de seus sonhos, algo intermediário entre uma cabine de banho à beira-mar, um quartinho externo no campo e um sótão numa casa urbana. Os dois primeiros elementos têm em comum uma ligação com pessoas nuas e em desalinho; e sua combinação com o terceiro elemento leva à conclusão de que (em sua infância) um sótão também fora uma cena de desnudamento. - Outro sonhador produziu uma localidade composta a partir de dois lugares onde se fazem “tratamentos”, sendo um deles meu consultório e o outro, o local de entretenimento onde ele travara conhecimento com sua mulher. - Uma moça sonhou, depois de seu irmão mais velho ter-lhe prometido um banquete de caviar, que as pernas desse mesmo irmão estavam *inteiramente cobertas de grãos negros de caviar*. O elemento de “contágio” (no sentido moral) e a lembrança de uma *erupção* em sua infância, que lhe cobrira inteiramente as pernas de manchas *vermelhas*, em vez de negras, tinham-se combinado com os *grãos de caviar* num conceito novo - a saber, o conceito “*o que ela pegara de seu irmão*”. Nesse sonho, como em outros, as partes do corpo humano foram tratadas como objetos. - Num sonho registrado por Ferenczi [1910], ocorreu uma imagem composta que era formada da figura de um *médico* e de um *cavalo* e estava também vestida de *camisão de dormir*. O elemento comum a esses três componentes foi alcançado na análise depois de a paciente reconhecer que o camisão de dormir era uma alusão a seu pai numa cena da infância. Em todos os três casos, a questão era um objeto de sua curiosidade sexual. Quando criança, ela fora muitas vezes levada por sua babá a um haras militar onde teve amplas oportunidades de satisfazer o que, na época, era sua curiosidade ainda não inibida.

Afirmei anteriormente [em [1]] que os sonhos não têm meios de expressar a relação de uma contradição, um contrário ou um “não”. Passarei agora a fazer uma primeira negação dessa assertiva. Uma classe de casos que podem ser reunidos sob o título de “contrários” é, como já vimos [em [1]], simplesmente representada por identificação - ou seja, casos em que a idéia de uma troca ou substituição pode ser posta em ligação com o contraste. Apresentei vários exemplos disso. Outra classe de contrários nos pensamentos do sonho, que se enquadram numa categoria que pode ser descrita como “pelo contrário” ou “justamente o inverso”, penetra nos sonhos da seguinte maneira notável, que quase merece ser descrita como um chiste. O “justamente o inverso” não é representado, em si mesmo, no conteúdo do sonho, mas revela sua presença no material pelo fato de uma parte do conteúdo onírico, que já foi construída e por acaso (por algum outro motivo) lhe é adjacente, ser - digamos como que numa reconsideração - virada no outro sentido. O processo é mais fácil de ilustrar do que de descrever. No interessante sonho do “em cima e embaixo” (em [1]), a representação da subida no sonho foi o inverso do que era em seu protótipo nos pensamentos do sonho - ou seja, na cena introdutória de *Safo*, de Daudet: no sonho, a subida era difícil no começo, porém mais fácil depois, enquanto que, na cena de Daudet, era fácil no início porém cada vez mais difícil depois. Além disso, o “lá em cima” e o “lá em baixo” na relação entre

o sonhador e seu irmão foram representados de maneira invertida no sonho. Isso apontou para a presença de uma relação invertida ou contrária entre duas partes do material dos pensamentos do sonho, e fomos encontrá-la na fantasia infantil do sonhador de ser carregado por sua ama-de-leite, que era o contrário da situação do romance, onde o herói estava carregando sua amante. Do mesmo modo, em meu sonho do ataque de Goethe a *Herr M.* (ver adiante, em [1]), existe um “justamente o inverso” semelhante, que tem de ser posto em ordem antes que o sonho possa ser interpretado com êxito. No sonho, Goethe fazia um ataque a um jovem, *Her M.*; na situação real contida nos pensamentos do sonho, um homem importante, meu amigo [Fliess], fora atacado por um jovem escritor desconhecido. No sonho, fiz um cálculo baseando-me na data da morte de Goethe; na realidade, o cálculo fora feito a partir do ano de nascimento do paciente paraplégico. O pensamento que se revelou decisivo nos pensamentos do sonho foi uma contradição da idéia de que Goethe deveria ser tratado como se fosse um lunático. “Justamente o inverso”, disse [o sentido subjacente de] o sonho; “se você não compreende o livro, é *você* [o crítico] que é um débil mental, e não o autor”. Penso, além disso, que todos esses sonhos de virar as coisas ao contrário incluem uma referência às implicações desdenhosas da idéia de “voltar as costas a alguma coisa”. (Por exemplo, o virar as costas do sonhador em relação a seu irmão no sonho de *Safo* [em [1]].) É relevante observar, além disso, o quanto é freqüente a inversão empregada precisamente nos sonhos oriundos de impulsos homossexuais recalcados.

Aliás, a inversão, ou transformação de uma coisa em seu oposto, é um dos meios de representação mais favorecidos pelo trabalho do sonho, e é passível de utilização nos sentidos mais diversos. Ela serve, em primeiro lugar, para dar expressão à realização de um desejo em referência a algum elemento específico dos pensamentos do sonho. “Ah, se ao menos tivesse sido ao contrário!” Esta é muitas vezes a melhor maneira de expressar a reação do ego a um fragmento desagradável da memória. Além disso, a inversão tem uma utilidade muito especial como auxílio à censura, pois produz uma massa de distorção do material a ser representado, e isto tem um efeito positivamente paralisante, para começar, sobre qualquer tentativa de compreender o sonho. Por essa razão, quando um sonho se recusa obstinadamente a revelar seu sentido, sempre vale a pena ver o efeito de inverter em particular alguns elementos de seu conteúdo manifesto, depois do quê toda a situação, com freqüência, torna-se logo evidente.

E, independentemente da inversão do assunto, a inversão *cronológica* não deve ser negligenciada. Uma técnica bastante comum da distorção do sonho consiste em representar o resultado de um acontecimento ou a conclusão de uma cadeia de idéias no início de um sonho, e em colocar em seu final as premissas em que se basearam a conclusão ou as causas

que levaram ao acontecimento. Quem quer que deixe de ter em mente esse método técnico adotado pela distorção onírica ficará inteiramente perdido quando se deparar com a tarefa de interpretar um sonho.

Em alguns casos, de fato, só é possível chegar ao sentido de um sonho depois de se ter efetuado um bom número de inversões de seu conteúdo sob vários aspectos. Por exemplo, no caso de um jovem neurótico obsessivo, ocultava-se por trás de um de seus sonhos a lembrança de um desejo de morte que datava de sua infância e era dirigido contra seu pai, a quem ele temera. Eis aqui o texto do sonho: *Seu pai o repreendia por voltar para casa tão tarde*. O contexto em que o sonho ocorreu no tratamento psicanalítico e as associações do paciente mostraram, contudo, que as palavras originais deviam ter sido que *ele* estava com raiva do *pai*, e que, em sua opinião, o pai sempre voltava para casa *cedo* demais (ou seja, muito antes do tempo). Ele teria preferido que o pai não voltasse para casa *em absoluto*, e isso era a mesma coisa que um desejo de morte contra o pai. (Ver em [1]). E isso porque, quando muito pequeno, no decorrer da ausência temporária do pai, ele fora culpado de um ato de agressão sexual contra alguém e, como punição, fora ameaçado com estas palavras: “Espere só até seu pai voltar!”

Se desejarmos levar mais avante nosso estudo das relações entre o conteúdo do sonho e os pensamentos do sonho, o melhor plano será tomar os próprios sonhos como nosso ponto de partida e considerar o que certas características *formais* do método de representação nos sonhos significam em relação aos pensamentos subjacentes a elas. As mais destacadas dentre essas características formais, que não podem deixar de nos impressionar nos sonhos, são as diferenças de intensidade sensorial entre imagens oníricas específicas e as diferenças na nitidez de certas partes dos sonhos ou de sonhos inteiros quando comparados entre si.

As diferenças de intensidade entre imagens oníricas específicas abrangem toda a gama que se estende desde uma nitidez de definição que nos sentimos inclinados, sem dúvida injustificadamente, a considerar como maior do que a da realidade, e um irritante caráter vago que declaramos ser característico dos sonhos, porque não é inteiramente comparável a nenhum grau de indistinção que jamais percebemos nos objetos reais. Além disso, em geral descrevemos uma impressão que tenhamos de um objeto indistinto num sonho como “fugaz”, enquanto sentimos que as imagens oníricas que são mais nítidas foram percebidas por uma extensão considerável de tempo. Surge então a questão de investigar, no material dos pensamentos do sonho, o que é que determina essas diferenças na nitidez das partes específicas do conteúdo de um sonho.

Devemos começar por contrariar certas expectativas que quase inevitavelmente se apresentam. Como o material de um sonho pode incluir sensações reais experimentadas

durante o sono, é provável que se presume que estas, ou os elementos do sonho delas oriundos, recebem destaque no conteúdo do sonho, aparecendo com intensidade especial; ou, de forma inversa, que o que quer que seja muito especialmente nítido num sonho pode ser rastreado até sensações reais durante o sono. Em minha experiência, porém, isso nunca foi confirmado. Não se constata que os elementos de um sonho derivados de impressões reais no decorrer do sono (ou seja, de estímulos nervosos) se distingam, por sua nitidez, de outros elementos que surjam de lembranças. O fator da realidade não tem importância alguma na determinação da intensidade das imagens oníricas.

Do mesmo modo, poder-se-ia esperar que a intensidade *sensorial* (ou seja, a nitidez) das imagens oníricas específicas estivesse relacionada com a intensidade *psíquica* dos elementos nos pensamentos oníricos correspondentes a elas. Nestes últimos, a intensidade psíquica coincide com o *valorpsíquico*: os elementos mais intensos são também os mais importantes - os que formam o ponto central dos pensamentos do sonho. Sabemos, é verdade, que são estes precisamente os elementos que, em virtude da censura, em geral não conseguem penetrar no conteúdo do sonho; não obstante, é bem possível que seus derivados imediatos, que os representam no sonho, tivessem um grau mais elevado de intensidade, sem por isso constituir, necessariamente, o centro do sonho. Mas também essa expectativa é frustrada pelo estudo comparativo dos sonhos e do material de que derivam. A intensidade dos elementos de um não tem nenhuma relação com a intensidade dos elementos do outro: o fato é que ocorre uma completa “transposição de todos os valores psíquicos” [na expressão de Nietzsche] entre o material dos pensamentos oníricos e o sonho. Muitas vezes, um derivado direto daquilo que ocupa uma posição dominante nos pensamentos do sonho só pode ser descoberto, precisamente, em algum elemento transitório do sonho, que é muito ofuscado por imagens mais poderosas.

A intensidade dos elementos de um sonho mostra ter uma outra determinação - e por dois fatores independentes. Em primeiro lugar, é fácil ver que os elementos pelos quais a realização de desejo se expressa são representados com especial intensidade. [Ver em [1]] E, em segundo, a análise mostra que os elementos mais nítidos de um sonho constituem o ponto de partida das mais numerosas cadeias de idéias - que os elementos mais nítidos são também aqueles que possuem o maior número de determinantes. Não estaremos alterando o sentido dessa asserção de base empírica se a enunciarmos nestes termos: a intensidade máxima é exibida pelos elementos de um sonho em cuja formação se despendeu o maior volume de condensação. [Ver em [1]] Podemos esperar que eventualmente venha a ser possível expressar esse determinante e o outro (isto é, a relação com a realização de desejo) numa única fórmula.

O problema de que acabo de tratar - as causas da maior ou menor intensidade ou clareza de certos elementos de um sonho - não deve ser confundido com outro problema, que se relaciona com a clareza variável de sonhos inteiros ou de partes de sonhos. No primeiro

caso, a clareza contrasta com a indeterminação, mas, no segundo, contrasta com a confusão. Não obstante, não se pode duvidar de que o aumento e a redução das qualidades nessas duas escalas correm paralelamente. Uma parte de um sonho que nos pareça clara geralmente conterá elementos intensos; um sonho obscuro, por outro lado, é composto de elementos de pequena intensidade. Todavia, o problema apresentado pela escala que se estende desde o que é aparentemente claro até o que é obscuro e confuso é muito mais complicado do que o problema dos graus variáveis de nitidez dos elementos do sonho. Realmente, por motivos que surgirão depois, o primeiro desses problemas ainda não pode ser examinado. [Ver em [1].]

Em alguns casos, verificamos, para nossa surpresa, que a impressão de clareza ou indistinção fornecida por um sonho não tem absolutamente nenhuma relação com a constituição do próprio sonho, mas decorre do material dos pensamentos oníricos e é parte integrante dele. Assim, lembro-me de um sonho que me causou a impressão, quando acordei, de ser tão particularmente bem construído, impecável e claro que, ainda meio tonto de sono, pensei em introduzir uma nova categoria de sonhos que não estariam sujeitos aos mecanismos de condensação e deslocamento, mas deveriam ser descritos como “fantasias durante o sono”. Um exame mais atento provou que essa raridade entre os sonhos exibia em sua estrutura as mesmas lacunas e os mesmos defeitos de qualquer outro; e, por essa razão, abandonei a categoria de “fantasias oníricas”. O conteúdo do sonho, uma vez obtido, representou-me expondo a meu amigo [Fliess] uma teoria difícil e há muito buscada sobre a bissexualidade; e o poder de realização de desejos do sonho era responsável por considerarmos essa teoria (que, aliás, não foi fornecida no sonho) como clara e impecável. Assim, o que eu tomara por um julgamento sobre o sonho concluído era, na realidade, uma parte, e a rigor a parte essencial, do conteúdo do sonho. O trabalho do sonho tinha, nesse caso, usurpado, por assim dizer, meus primeiros pensamentos de vigília, e me transmitira como um *juízo* sobre o sonho a parte do material dos pensamentos oníricos que ele não tinha conseguido representar com exatidão no sonho. Certa vez deparei com uma contrapartida exata disso no sonho de uma paciente no decorrer da análise. De início, ela se recusou inteiramente a contá-lo a mim, “porque era muito indistinto e confuso”. Finalmente, em meio a repetidos protestos de que não tinha nenhuma certeza de que seu relato fosse correto, ela me informou que várias pessoas tinham entrado no sonho - ela própria, o marido e o pai - e que era como se ela não soubesse se seu marido era seu pai, ou quem era seu pai, ou algo dessa espécie. Esse sonho, considerado juntamente com suas associações durante a sessão analítica, mostrou, sem dúvida, que se tratava da história algo comum da criada que era obrigada a confessar que estava esperando um bebê, mas estava incerta quanto a “quem era realmente o pai (da criança)”. Logo, também nesse caso, a falta de clareza exibida pelo sonho era parte do material que a instigara, ou seja, parte desse material estava representada na *forma* do sonho. *A forma de um sonho, ou a forma como é sonhado, é empregada, com*

surpreendente freqüência, para representar seu tema oculto.

As explicações a respeito de um sonho ou os comentários aparentemente inocentes a seu respeito servem, muitas vezes, para disfarçar da maneira mais sutil parte do que foi sonhado, embora, de fato, traindo-a. Por exemplo, um sonhador comentou que, num dado ponto, “o sonho tinha sido lavado”; e a análise levou a uma lembrança infantil de ele escutar alguém se limpando depois de defecar. Ou temos aqui outro exemplo que merece ser registrado com pormenores. Um rapaz teve um sonho muito claro que o fez recordar-se de algumas fantasias de sua meninice que haviam permanecido conscientes. Sonhou que era noite e que ele se encontrava num hotel, numa estação de veraneio. Confundiu o número de seu quarto e entrou num outro em que uma mulher madura e suas duas filhas estavam se despindo para dormir. Prosseguiu ele: “Aqui existem umas lacunas no sonho; alguma coisa está faltando. Finalmente, havia um homem no quarto que tentou me expulsar, e eu tive de entrar numa luta com ele.” O sonhador fez esforços inúteis para recordar a essência e o tema da fantasia infantil a que o sonho evidentemente fazia alusão; até que, por fim, surgiu a verdade de que aquilo que ele estava procurando já se encontrava em seu poder, em seu comentário sobre a parte obscura do sonho. As “lacunas” eram os orifícios genitais das mulheres que estavam indo dormir; e “alguma coisa está faltando” descrevia o espectro principal dos órgãos genitais femininos. Quando rapaz, ele tivera uma ardente curiosidade de ver os órgãos genitais de uma mulher e estivera inclinado a sustentar a teoria sexual infantil segundo a qual as mulheres possuem órgãos masculinos.

Uma lembrança análoga de outro sonhador assumiu uma forma muito semelhante. Ele sonhou o seguinte: “*Eu estava entrando no Restaurante Volksgarten com a Srta. K..., surgiu então um pedaço obscuro, uma interrupção..., em seguida, vi-me no salão de um bordel, onde vi duas ou três mulheres, uma delas de combinação e calcinhas.*”

ANÁLISE - A Srta. K. era a filha de seu antigo chefe, e, como ele próprio admitiu, uma irmã substituta para ele. O rapaz raramente tivera oportunidade de conversar com ela, mas, certa ocasião, tiveram uma conversa em que “foi exatamente como se tivéssemos tomado consciência de nosso sexo, como se eu devesse dizer ‘eu sou um homem e você é uma mulher.’” Apenas uma vez ele estivera no restaurante em questão, com a irmã de seu cunhado, uma moça que nada significa para ele. Outra vez, fora com um grupo de três senhoras até a entrada do mesmo restaurante. Essas damas eram sua irmã, sua cunhada e a irmã do cunhado que acabamos de mencionar. Todas elas lhe eram altamente indiferentes, mas todas três se enquadravam na categoria de “irmãs”. Raras vezes ele visitara um bordel - apenas duas ou três vezes na vida.

A interpretação baseou-se no “pedaço obscuro” e na “interrupção” do sonho, e propôs uma visão de que, em sua curiosidade infantil, ele havia ocasionalmente inspecionado, mesmo que só raras vezes, os órgãos genitais de uma irmã alguns anos mais nova que ele.

Alguns dias depois, ele teve uma lembrança consciente do mau feito a que o sonho aludira.

O conteúdo de todos os sonhos que ocorrem na mesma noite faz parte do mesmo todo; o fato de estarem divididos em várias seções, bem como o agrupamento e número dessas seções -, tudo isso tem sentido e pode ser encarado como uma informação proveniente dos pensamentos latentes do sonho. Ao interpretar sonhos que consistam em várias seções principais ou, em geral, sonhos que ocorram durante a mesma noite, não se deve desprezar a possibilidade de que os sonhos separados e sucessivos dessa natureza tenham o mesmo sentido e possam estar dando expressão aos mesmos impulsos em material diferente. Sendo assim, o primeiro desses sonhos homólogos a ocorrer é muitas vezes o mais distorcido e tímido, ao passo que o seguinte será mais confiante e nítido.

Os sonhos do Faraó na Bíblia sobre as vacas e as espigas de milho, interpretados por José, eram desse tipo. Eles são mais minuciosamente relatados por Josefo (*Ancient History of the Jews*, Livro 2, Capítulo 5) do que a Bíblia. Depois de narrar seu primeiro sonho, disse o Rei: “Após ter tido essa visão, despertei de meu sono; e, estando em desordem e considerando comigo mesmo o que devia ser essa aparição, adormeci novamente, e vi outro sonho, mais maravilhoso que o anterior, que ainda mais me assustou e perturbou...” Após ouvir o relato do sonho do Rei, respondeu José: “Esse sonho, ó Rei, embora visto sob duas formas, significa um e o mesmo fato...”.

Em sua “Contribuição à Psicologia do Boato”, Jung (1910b) descreve como o sonho erótico disfarçado de uma escolar foi compreendido por suas colegas sem qualquer interpretação e como foi adicionalmente elaborado e modificado. Observa ele em relação a uma dessas histórias oníricas: “A idéia final numa longa série de imagens oníricas contém precisamente aquilo que a primeira imagem da série tentara retratar. A censura mantém o complexo à distância o maior tempo possível, mediante uma sucessão de novos encobridores simbólicos, deslocamentos, disfarces inocentes etc.” (Ibid., 87.) Scherner (1861, 166) estava bem familiarizado com essa peculiaridade do método de representação nos sonhos e o descreve, no tocante à sua teoria dos estímulos orgânicos [ver em [1]], como uma lei especial: “Em última análise, contudo, em todas as estruturas oníricas simbólicas provenientes de estímulos nervosos específicos, a imaginação observa uma lei geral: no começo de um sonho, ela só retrata o objeto do qual provém o estímulo por meio das mais remotas e inexatas alusões, mas, no final, depois que a efusão pictórica se esgotou, ela representa cruamente o próprio estímulo, ou, conforme o caso, o órgão envolvido ou a função desse órgão, e com isso o sonho, tendo designado sua causa orgânica real, atinge seu objetivo...”

Otto Rank (1910) forneceu uma bela confirmação dessa lei de Scherner. Um sonho de uma moça, relatado por ele, compunha-se de dois sonhos isolados, com um intervalo entre eles, sonhados no decorrer da mesma noite, tendo o segundo terminado num orgasmo. Foi

possível efetuar uma interpretação pormenorizada desse segundo sonho, mesmo sem muitas contribuições da sonhadora: e o número de ligações entre os conteúdos dos dois sonhos possibilitou ver que o primeiro sonho representa, de maneira mais tímida, a mesma coisa que o segundo. De modo que este, o sonho com o orgasmo, contribuiu para a completa explicação do primeiro. Rank baseia acertadamente nesse exemplo um exame da importância geral dos sonhos com orgasmo ou emissão para a teoria do sonhar. [Ver em [1]]

Não obstante, em minha experiência, só raramente ficamos em condições de interpretar a clareza ou confusão de um sonho pela presença de certeza ou dúvida em seu material. Posteriormente, terei de revelar um fator na formação dos sonhos que ainda não mencionei e que exerce a influência determinante sobre a escala dessas qualidades em qualquer sonho específico. [Ver em [1]]

Por vezes, num sonho em que a mesma situação e cenário persistem por algum tempo, ocorre uma interrupção que é descrita com estas palavras: “Aí foi como se, ao mesmo tempo, fosse outro lugar, e lá aconteceu tal e tal coisa.” Após algum tempo, o fio da meada principal do sonho pode ser retomado, e aquilo que o interrompeu revela ser uma oração subordinada no material onírico - um pensamento interpolado. Uma oração condicional nos pensamentos do sonho é representada neste último por simultaneidade: “se” transforma-se em “quando”.

Qual é o sentido da sensação de movimento inibido que tão comumente aparece nos sonhos e que se aproxima tanto da angústia? O sujeito tenta mover-se para a frente, mas se descobre colado ao chão, ou tenta alcançar algo, mas é retido por uma série de obstáculos. Um trem está prestes a partir, mas fica-se impossibilitado de apanhá-lo. O sujeito ergue a mão para revidar um insulto, mas verifica que ela está impotente. E assim por diante. Já deparamos com essa sensação nos sonhos de exibição [em [1] e [2]], mas ainda não fizemos nenhuma tentativa séria de interpretá-la. Uma resposta fácil, mas insuficiente, seria dizer que a paralisia motora prevalece no sono e que dela tomamos conhecimento na sensação que estamos examinando. Mas pode-se perguntar por quê, nesse caso, não estamos perpetuamente sonhando com esses movimentos inibidos; e é razoável supor que essa sensação, embora possa ser evocada a qualquer momento durante o sono, sirva para facilitar algum tipo específico de representação, sendo despertada apenas quando o material dos pensamentos do sonho precisa ser representado dessa maneira.

Esse “não poder fazer nada” nem sempre aparece nos sonhos como uma sensação, mas é às vezes, simplesmente, parte do conteúdo do sonho. Um caso dessa natureza me parece particularmente apto a lançar luz sobre o sentido desse aspecto do sonhar. Eis aqui uma versão abreviada de um sonho em que, aparentemente, fui acusado de desonestidade. *O local era uma mescla de um sanatório particular e de várias outras instituições. Um criado apareceu para me convocar para um exame. Eu sabia, no sonho, que algo estava*

desaparecido e que o exame se devia a uma suspeita de que eu me apropriara do artigo desaparecido. (A análise demonstrou que o exame devia ser entendido em dois sentidos e incluía um exame médico.) Ciente de minha inocência e do fato de que eu ocupava o posto de consultor no estabelecimento, acompanhei o criado tranqüilamente. À porta, fomos recebidos por outro criado, que disse, apontando para mim: “Por que você o trouxe? Ele é uma pessoa respeitável.” Entrei então, desacompanhado, num grande saguão onde havia máquinas, que me lembraram um Inferno com seus instrumentos de tortura diabólicos. Estendido num aparelho vi um de meus colegas, que tinha todos os motivos para reparar em mim; mas ele não prestou nenhuma atenção. Disseram-me então que eu podia ir. Mas não consegui encontrar meu chapéu e, afinal, não pude ir.

A realização de desejo do sonho estava, evidentemente, em eu ser reconhecido como um homem honesto e informado de que podia ir embora. Devia haver, portanto, toda sorte de material nos pensamentos do sonho contendo uma contradição disso. O fato de eu poder ir embora era um sinal de minha absolvição. Por conseguinte, se aconteceu algo no final do sonho que me impediu de ir, parece plausível supor que o material suprimido que continha a contradição se estivesse fazendo sentir naquele ponto. O fato de eu não conseguir encontrar meu chapéu significava, portanto: “Afinal de contas, o senhor *não* é um homem honesto.” Assim, o “não poder fazer alguma coisa”, nesse sonho, foi uma forma de expressar uma contradição - um “não” -; de modo que minha declaração anterior [em [1]] de que os sonhos não podem expressar o “não” requer uma correção. [1]

Em outros sonhos, nos quais a “não execução” de um movimento ocorre como uma *sensação*, e não simplesmente como uma *situação*, a sensação da inibição de um movimento dá uma expressão mais enérgica à mesma contradição - expressa uma volição que é contraposta por uma contravolição. Assim, a sensação de inibição de um movimento representa um *conflito da vontade*. [Ver em [1].] Veremos mais adiante [em [1]] que a paralisia motora que acompanha o sono é precisamente um dos determinantes fundamentais do processo psíquico enquanto se sonha. Ora, um impulso transmitido pelas vias motoras nada mais é do que uma volição, e o fato de termos tanta certeza de que sentiremos esse impulso inibido durante o sono é o que torna todo o processo tão admiravelmente adequado para representar um ato de volição e um “não” que a ele se opõe. É também fácil perceber, com base em minha explicação da angústia, por que a sensação de uma inibição da vontade se aproxima tão de perto da angústia e é tão freqüentemente ligada a ela nos sonhos. A angústia é um impulso libidinal que tem origem no inconsciente e é inibido pelo pré-consciente. Quando, portanto, a sensação de inibição está ligada à angústia num sonho, deve

tratar-se de um ato de volição que um dia foi capaz de gerar libido - em outras palavras, deve tratar-se de um impulso sexual.

Examinarei, em outro ponto (ver adiante [em [1]]), o sentido e a importância psíquica do julgamento que muitas vezes surge nos sonhos, expresso na frase “afinal, isto é apenas um sonho.” [1] Direi aqui apenas, a título de antecipação, que ele se destina a minimizar a importância do que está sendo sonhado. O interessante problema correlato do que se pretende dizer quando parte do conteúdo de um sonho é descrito no próprio sonho como “sonhado” - o enigma do “sonho dentro do sonho” - foi solucionado num sentido semelhante por Stekel [1909, 459 e seg.], que analisou alguns exemplos convincentes. A intenção é, mais uma vez, minimizar a importância do que é “sonhado” no sonho, retirar-lhe sua realidade. O que é sonhado num sonho, depois que se acorda do “sonho dentro do sonho”, é o que o desejo do sonho procura colocar no lugar de uma realidade obliterada. É seguro supor, então, que o que foi “sonhado” no sonho é uma representação da realidade, a verdadeira lembrança, ao passo que a continuação do sonho, pelo contrário, meramente representa o que o sonhador deseja. Incluir algo num “sonho dentro do sonho” equivale, assim, a desejar que a coisa descrita como sonho nunca tivesse acontecido. Em outras palavras, [1] quando um evento específico é inserido num sonho como sonho pelo próprio trabalho do sonho, isso implica a mais firme confirmação da realidade do evento - sua *afirmação* mais forte. O trabalho do sonho se serve do sonhar como forma de repúdio, confirmando assim a descoberta de que os sonhos são realizações de desejos. [1]

A interpretação dos sonhos

(Segunda parte)

e

Sobre os sonhos

VOLUME V

(1900-1901)

DIE
TRAUMDEUTUNG
von
Dr. SIGMUND FREUD

FLECTERE SI NEQUEO SUPEROS, ACHERONTA MOVEBO.

LEIPZIG UND WIEN.
FRANZ DEUTICKE.

1900-1901

Capítulo VI (continuação)

(D) CONSIDERAÇÃO À REPRESENTABILIDADE

Ocupamo-nos até agora com a investigação dos meios pelos quais os sonhos representam as relações entre os pensamentos oníricos. No curso dessa pesquisa, porém, tocamos mais de uma vez no tópico adicional da natureza geral das modificações por que passa o material dos pensamentos do sonho para fins de formação de um sonho. Aprendemos que esse material, despojado em grande parte de suas relações, é submetido a um processo de compressão, enquanto que, ao mesmo tempo, os deslocamentos de intensidade entre seus elementos promovem necessariamente uma transposição psíquica dos valores do material. Os deslocamentos que examinamos até agora mostraram consistir na substituição de alguma representação particular por outra estreitamente associada a ela em algum aspecto, e foram utilizados para facilitar a condensação, na medida em que, por meio deles, em vez de *dois* elementos, um único elemento intermediário comum a ambos penetra no sonho. Ainda não nos referimos a nenhum outro tipo de deslocamento. As análises nos mostram, contudo, que existe uma outra espécie, e que ela se revela numa mudança da *expressão verbal* dos pensamentos em causa. Em ambos os casos, há um deslocamento ao longo de uma cadeia de associações; mas um processo de tal natureza pode ocorrer em várias esferas psíquicas, e o resultado do deslocamento pode ser, num caso, a substituição de um elemento por outro, enquanto o resultado em outro caso pode ser o de um elemento isolado ter sua *forma verbal* substituída por outra.

Esta segunda espécie de deslocamento que ocorre na formação dos sonhos tem não apenas grande interesse teórico, como é também especialmente adequada para explicar o aparecimento do fantástico absurdo em que os sonhos se disfarçam. A direção tomada pelo deslocamento geralmente resulta no fato de uma expressão insípida e abstrata do pensamento onírico ser trocada por uma expressão pictórica e concreta. A vantagem e, conseqüentemente, o objetivo dessa troca saltam os olhos. Uma coisa pictórica é, do ponto de vista do sonho, uma coisa *passível de ser representada*: pode ser introduzida numa situação em que as expressões abstratas oferecem à representação nos sonhos o mesmo tipo de dificuldades que um editorial político num jornal ofereceria a um ilustrador. Mas não somente a representabilidade, como também os interesses da condensação e da censura podem beneficiar-se dessa troca. Um pensamento onírico não é utilizável enquanto expresso em forma abstrata, mas, uma vez que tenha sido transformado em linguagem pictórica, os

contrastes e identificações do tipo que o trabalho do sonho requer, e que ele cria quando já não estão presentes, podem ser estabelecidos com mais facilidade do que antes entre a nova forma de expressão e o restante do material subjacente ao sonho. Isso se dá porque, em todas as línguas, os termos concretos, em decorrência da história de seu desenvolvimento, são mais ricos em associações do que os conceituais. Podemos supor que boa parte do trabalho intermediário executado durante a formação de um sonho, que procura reduzir os pensamentos oníricos dispersos à expressão mais sucinta e unificada possível, se processe no sentido de encontrar transformações verbais apropriadas para os pensamentos isolados. Qualquer pensamento cuja forma de expressão porventura seja fixa, por outras razões, atua de maneira determinante e seletiva sobre as possíveis formas de expressão destinadas aos outros pensamentos, e talvez o faça desde o início - como ocorre ao se compor um poema. Quando um poema tem de ser escrito em rimas, o segundo verso de um dístico é limitado por duas condições: precisa expressar um significado apropriado e a expressão desse significado deve rimar com o primeiro verso. Sem dúvida, o melhor poema será aquele em que deixarmos de notar a intenção de encontrar uma rima, em que os dois pensamentos, por influência mútua, tiverem escolhido desde o início uma expressão verbal que permita surgir uma rima com apenas um ligeiro ajustamento subsequente.

Em alguns casos, esse tipo de mudança de expressão ajuda a condensação onírica ainda mais diretamente, descobrindo uma forma de palavras que, devido a sua ambigüidade, seja capaz de dar expressão a mais de um dos pensamentos do sonho. Dessa maneira, todo o campo do chiste verbal é posto à disposição do trabalho do sonho. Não há por que nos surpreendermos com o papel desempenhado pelas palavras na formação dos sonhos. As palavras, por serem o ponto nodal de numerosas representações, podem ser consideradas como predestinadas à ambigüidade; e as neuroses (por exemplo, na estruturação de obsessões e fobias), não menos do que os sonhos, servem-se à vontade das vantagens assim oferecidas pelas palavras para fins de condensação e disfarce. É fácil demonstrar que também a distorção do sonho se beneficia do deslocamento de expressão. Quando uma palavra ambígua é empregada em lugar de duas inequívocas, o resultado é desnorteador; e quando nosso sóbrio método cotidiano de expressão é substituído por um método pictórico, nossa compreensão fica paralisada, particularmente visto que um sonho nunca nos diz se seus elementos devem ser interpretados literalmente ou num sentido figurado, ou se devem ser ligados ao material dos pensamentos oníricos diretamente ou por intermédio de alguma locução intercalada. [1] Ao se interpretar qualquer elemento onírico, é em geral duvidoso:

(a) se ele deve ser tomado num sentido positivo ou negativo (como uma relação antitética),

(b) se deve ser interpretado historicamente (como uma lembrança),

(c) se deve ser interpretado simbolicamente, ou

(d) se sua interpretação deve depender de seu enunciado. Contudo, apesar de toda essa ambigüidade, é lícito dizer que as produções do trabalho do sonho, que, convém lembrar, *não são feitas com a intenção de serem entendidas*, não apresentam a seus tradutores maior dificuldade do que as antigas inscrições hieroglíficas àqueles que procuram lê-las.

Já apresentei vários exemplos de representações nos sonhos que só se mantêm unidas pela ambigüidade de seu enunciado. (Por exemplo, “Ela abriu a boca como devia” no sonho da injeção de Irma [em [1]], e “Afinal, não pude ir”, no sonho que citei por último [em [1]].) Registrarei agora um sonho em que um papel considerável foi desempenhado pela transformação de pensamentos abstratos em imagens. A distinção entre esse tipo de interpretação dos sonhos e a interpretação por meio do simbolismo pode ainda ser traçada com muita nitidez. No caso da interpretação simbólica dos sonhos, a chave da simbolização é arbitrariamente escolhida pelo intérprete, ao passo que, em nossos casos de disfarce verbal, as chaves são geralmente conhecidas e estabelecidas pelo uso lingüístico firmemente consagrado. Quando se dispõe de idéia certa no momento exato, é possível solucionar no todo ou em parte esse tipo de sonhos, até mesmo independentemente das informações do sonhador.

Uma senhora conhecida minha teve o seguinte sonho: *Ela estava na Ópera. Encenava-se uma ópera de Wagner, que durara até quinze para as oito da manhã. Havia mesas postas nas primeiras filas da platéia, onde as pessoas estavam comendo e bebendo. Seu primo, que acabara de voltar da lua-de-mel, estava sentado a uma das mesas com sua jovem esposa, e havia um aristocrata sentado ao lado deles. A mulher de seu primo, ao que parecia, trouxera-o com ela da lua-de-mel, muito abertamente, como quem trouxesse um chapéu. No meio das poltronas havia uma torre alta, com uma plataforma no topo circundada por uma grade de ferro. Lá em cima estava o maestro, que tinha as feições de Hans Richter. Ele corria em círculos junto à grade e transpirava violentamente; e dessa posição regia a orquestra, que estava agrupada em torno da base da torre. Ela própria estava sentada num camarote com uma amiga (que eu conhecia). Sua irmã mais nova queria, das poltronas, entregar-lhe um grande pedaço de carvão, sob a alegação de que ela não sabia que iria demorar tanto, e àquela altura devia estar simplesmente congelando. (Como se os camarotes precisassem ser aquecidos durante o longo espetáculo.)*

Muito embora tivesse bem focalizado numa única situação, o sonho, sob outros aspectos, era bastante absurdo: a torre no meio da platéia, por exemplo, com o maestro regendo a orquestra lá do alto! E, acima de tudo, o carvão que sua irmã lhe entregou! Abstive-me deliberadamente de pedir uma análise do sonho. Mas, como tivesse algum conhecimento das relações pessoais da sonhadora, pude interpretar certas partes do sonho independentemente dela. Eu sabia que ela simpatizara muito com um músico cuja carreira fora prematuramente interrompida pela loucura. Assim, resolvi considerar a torre entre as poltronas em sentido metafórico. Emergiu então a idéia de que o homem que ela queria ver no lugar de Hans

Richter *erguia-se qual uma torre muito acima* dos outros membros da orquestra. A torre poderia ser descrita como uma imagem composta formada por oposição. A parte inferior de sua estrutura representava a grandeza do homem; a grade do topo, por trás da qual ele corria em círculos como um prisioneiro ou um animal enjaulado - o que era uma alusão ao nome do infeliz - representava seu destino final. As duas idéias poderiam ter-se reunido na palavra "Narrenturm".

Tendo assim descoberto o modo de representação adotado pelo sonho, poderíamos tentar utilizar a mesma chave para solucionar seu segundo aparente absurdo - o carvão entregue à sonhadora por sua irmã. "Carvão" devia significar "amor secreto":

Kein *Feuer*, keine *Kohle*

kann brennen so heiss

als wie heimliche Liebe,

von der niemand nichts weiss.

Ela própria e sua amiga tinham ficado solteiras [alemão "*sitzen geblieben*", literalmente, "ficado sentadas"]. Sua irmã mais nova, que ainda tinha perspectivas de casamento, entregou-lhe o carvão "por não ter sabido que *iria demorar tanto*". O sonho não especificava *o que* demoraria tanto. Se isso fosse uma história, diríamos "a encenação"; mas, como se trata de um sonho, podemos tomar a oração como uma entidade independente, decidir que foi empregada de maneira ambígua e acrescentar as palavras "até ela se casar". Nossa interpretação do "amor secreto" é ainda apoiada pela menção ao primo da sonhadora, sentado com a mulher nas poltronas da platéia, pelo romance *ostensivo* atribuído a esta última. O sonho foi dominado pela antítese entre amor secreto e amor aparente e entre o ardor da própria sonhadora e a frieza da jovem esposa. Em ambos os casos, além disso, havia alguém "altamente situado" - um termo que se aplica igualmente ao aristocrata e ao músico no qual se haviam depositado tão grandes esperanças. [1]

A discussão precedente levou-nos enfim à descoberta de um terceiro fator cuja participação na transformação dos pensamentos do sonho em conteúdo onírico não deve ser subestimada: a saber, a *consideração à representabilidade no material psíquico peculiar que os sonhos utilizam* - ou seja, na sua maior parte, a representabilidade em imagens visuais. Dentre os vários pensamentos acessórios ligados aos pensamentos oníricos

essenciais, dá-se preferência àqueles que admitem representação visual; e o trabalho do sonho não se furta ao esforço de remodelar pensamentos inadaptáveis numa nova forma verbal - mesmo numa que seja menos usual -, contanto que esse processo facilite a representação e, desse modo, alivie a pressão psicológica causada pela constrição da ação de pensar. Essa vertedura do conteúdo de um pensamento num outro molde pode, ao mesmo tempo, atender às finalidades da atividade de condensação e criar ligações, que de outro modo talvez não se fizessem presentes, com algum outro pensamento; quanto a este segundo pensamento, ele já pode ter tido sua forma original de expressão modificada, com vistas a juntar-se ao primeiro a meio caminho.

Herbert Silberer (1909) [1] apontou uma boa maneira de observar diretamente a transformação de pensamentos em imagens no processo de formação dos sonhos e, assim, estudar isoladamente esse fator do trabalho do sonho. Quando, achando-se num estado de fadiga e sonolência, ele se impunha alguma tarefa intelectual, verificava que, muitas vezes, um pensamento lhe escapava e em seu lugar surgia uma imagem, que ele então podia reconhecer como um substituto do pensamento. Silberer descreve esses substitutos com o termo não muito apropriado de “auto-simbólicos”. Citarei aqui alguns exemplos do artigo de Silberer [*ibid.*, 519-22] e terei oportunidade, em virtude de certas características dos fenômenos em pauta, de voltar a eles posteriormente. [Ver em [1]]

“*Exemplo 1.* -Pensei em ter de revisar um trecho irregular num ensaio.

“*Símbolo.* - Vi-me aplainando um pedaço de madeira.”

“*Exemplo 5.* - Eu me esforçava por convencer-me do objetivo de certos estudos metafísicos que me propunha fazer. Seu objetivo, refleti, era o esforço de conquistar formas de consciência e camadas de existência cada vez mais elevadas na busca dos fundamentos da existência.

“*Símbolo.* - Eu estava empurrando uma longa faca por baixo de um bolo, como se quisesse levantar uma fatia.

“*Interpretação.* - Meu movimento com a faca significava ‘meu esforço de conquista’ em questão. (...) Eis a explicação do simbolismo. Vez por outra, cabe a mim nas refeições cortar um bolo e distribuir as porções. Realizo essa tarefa com uma faca longa e flexível, o que exige algum cuidado. Em particular, levantar habilmente as fatias depois de terem sido cortadas traz certas dificuldades; a faca deve ser empurrada cuidadosamente por baixo da fatia (correspondente ao lento ‘esforço de conquista’ para chegar aos ‘fundamentos’). Mas há ainda um simbolismo nessa imagem, pois o bolo do símbolo era um bolo ‘Dobos’ - um

bolo com diversas ‘camadas’ através das quais, ao cortá-lo, a faca tem de penetrar (as ‘camadas’ da consciência e do pensamento).”

“*Exemplo 9.* - Eu perdera o fio da meada numa cadeia de idéias. Tentei reencontrá-lo, mas tive de admitir que o ponto de partida me escapara completamente.

“*Símbolo.* - Parte de uma matriz de linotipo com as últimas linhas caídas.”

Em vista do papel desempenhado pelos chistes, citações, canções e provérbios na vida mental das pessoas cultas, estaria em total acordo com nossas expectativas que esses tipos de disfarce fossem utilizados com extrema freqüência para representar os pensamentos do sonho. Qual é, por exemplo, num sonho, o significado de diversas carroças, cada qual repleta de uma espécie diferente de legume? Elas representam um contraste desejado com “*Kraute und Rüben*” [literalmente, “couves e nabos”], isto é, com “de pernas para o ar”, e portanto, com “desordem”. Surpreende-me que esse sonho só me tenha sido relatado uma vez. Só no caso de alguns temas emergiu um simbolismo onírico universalmente válido, com base em alusões e substitutos verbais genericamente conhecidos. Além disso, boa parte desse simbolismo é partilhada pelos sonhos com as psiconeuroses, as lendas e os usos populares.

De fato, ao examinarmos o assunto mais detidamente, devemos reconhecer o fato de que o trabalho do sonho nada faz de original ao efetuar essas substituições. Para atingir seus objetivos - neste caso, possibilitar uma representação tolhida pela censura - ele simplesmente percorre as vias que já encontra estabelecidas no inconsciente; e dá preferência às transformações do material recalcado que também se podem tornar conscientes sob a forma de chistes ou alusões, e de que se acham tão repletas as fantasias dos pacientes neuróticos. Neste ponto, chegamos de repente ao entendimento das interpretações de sonhos feitas por Scherner, cuja exatidão essencial defendi em outros trechos [em [1] e [2]]. A preocupação da imaginação com o corpo do próprio sujeito de modo algum é peculiar aos sonhos ou característica apenas deles. Minhas análises têm-me indicado que ele está habitualmente presente nos pensamentos inconscientes dos neuróticos e que deriva da curiosidade sexual, a qual, nos rapazes ou moças em crescimento, volta-se para os órgãos genitais do sexo oposto e também para os do próprio sexo. Tampouco a casa, como acertadamente insistiram Scherner [1861] e Volkelt [1875], é o único círculo de representações empregado para simbolizar o corpo; e isto se aplica tanto aos sonhos quanto às fantasias inconscientes da neurose. É verdade que conheço pacientes que preservaram o simbolismo arquitetônico para o corpo e os órgãos genitais.

(O interesse sexual estende-se muito além da esfera da genitália externa.) Para esses pacientes, os pilares e as colunas representam as pernas (como nos *Cânticos de Salomão*),

todo portão representa um dos orifícios corporais (um“buraco”), todo encanamento de água é um lembrete do aparelho urinário, e assim por diante. Mas o círculo de representações que gira em torno da vida das plantas ou da cozinha pode, com igual presteza, ser escolhido para ocultar imagens sexuais. No primeiro caso, o caminho foi bem preparado pelo uso lingüístico, ele próprio um precipitado de símiles imaginativos que remontam à longínqua antigüidade: por exemplo, a vinha do Senhor, a semente e o jardim da donzela nos *Cânticos de Salomão*.

Os detalhes mais repulsivos e também os mais íntimos da vida sexual podem ser pensados e sonhados em alusões aparentemente inocentes a atividades culinárias; e os sintomas da histeria jamais poderiam ser interpretados se nos esquecêssemos de que o simbolismo sexual pode encontrar seu melhor esconderijo por trás do que é corriqueiro e inconspícuo. Há um sentido sexual válido por trás da intolerância da criança neurótica ao sangue ou à carne crua ou de suas náuseas ante a visão de ovos ou macarrão, e por trás do enorme exagero, nos neuróticos, do natural horror humano às cobras. Sempre que as neuroses se valem de disfarces, estão percorrendo trilhas por onde passou toda a humanidade nas épocas mais remotas da civilização - trilhas de cuja continuada existência em nossos dias, sob o mais diáfano dos véus, encontram-se provas nos usos lingüísticos, nas superstições e nos costumes.

Insiro aqui o “florido” sonho de uma de minhas pacientes que já prometi [em [1]] registrar. Indiquei por meio de grifos seus elementos que devem receber uma interpretação sexual. A sonhadora perdeu muito de sua simpatia por esse lindo sonho depois que ele foi interpretado.

(a) SONHO INTRODUTÓRIO: *Ela entrou na cozinha, onde estavam suas duas empregadas, e as repreendeu por não terem aprontado sua “comidinha”. Ao mesmo tempo, viu uma grande quantidade de louça emborcada para secar, louça comum de barro amontoada em pilhas. Acréscimo posterior: As duas empregadas foram buscar água e tiveram de entrar numa espécie de rio que chegava até bem junto da casa, entrando pelo quintal.*

(b) SONHO PRINCIPAL: *Ela estava descendo de uma elevação sobre umas paliçadas ou cercas de construção estranha reunidas sob grandes painéis e que consistiam em quadradinhos de pau-a-pique. Não eram feitos para se subir; ela teve dificuldade em encontrar um lugar onde pôr os pés e ficou contente por seu vestido não ter-se prendido em lugar nenhum, de modo que ela continuou à medida que prosseguia. Ela segurava um UM GRANDE RAMO na mão; na realidade, era como uma árvore, todo recoberto de*

FLORES VERMELHAS que se ramificavam e espalhavam. Havia uma idéia de que fossem FLORES de cerejeira; mas também pareciam CAMÉLIAS duplas, embora, é claro, estas não cresçam em árvores. Ao descer, ela estava primeiro com UMA, depois, de repente, com DUAS, e depois com UMA outra vez. Ao chegar lá embaixo, as FLORES da parte inferior já estavam bem DESBOTADAS. Então, depois que já havia descido, ela viu um criado que - sentiu-se inclinada a dizer - estava penteando uma árvore semelhante, ou seja, estava usando um PEDAÇO DE MADEIRA para arrancar umas MECHAS ESPESSAS DE CABELO que dela pendiam como musgo. Outros trabalhadores haviam cortado RAMOS semelhantes de um JARDIM e tinham-nos jogado na ESTRADA, onde FICARAM CAÍDOS, de modo que MUITAS PESSOAS PEGARAM ALGUNS. Mas ela perguntou se isso estava certo - se poderia PEGAR UM TAMBÉM. Um HOMEM jovem (alguém que ela conhecia, um forasteiro) estava de pé no jardim; dirigiu-se a ele para perguntar de que modo tais RAMOS poderiam ser TRANSPLANTADOS PARA SEU PRÓPRIO JARDIM.

Ele a abraçou, ao que ela se debateu e perguntou o que ele estava pensando, e se achava que podiam abraçá-la daquela maneira. Ele lhe disse que não havia mal nenhum, que era permitido. Em seguida, disse estar disposto a entrar no OUTRO JARDIM com ela, para lhe mostrar como era feito o plantio, e acrescentou algo que ela não conseguiu entender bem: “Seja como for, preciso de três JARDAS (depois ela forneceu esse dado como três jardas quadradas) ou três braços de terra.” Era como se ele lhe estivesse pedindo alguma coisa em troca de sua boa vontade, como se pretendesse RECOMPENSAR-SE NO JARDIM DELA, ou como se quisesse BURLAR alguma lei, para tirar vantagem disso sem causar mal a ela. Se ele realmente lhe mostrou algo, ela não tinha nenhuma idéia.

Esse sonho, que expus em virtude de seus elementos simbólicos, pode ser descrito como “biográfico”. Tais sonhos ocorrem com freqüência durante a psicanálise, mas talvez sejam bastante raros fora dela.

Naturalmente,[1] disponho desse tipo de material em profusão, mas relatá-lo nos envolveria muito profundamente num exame das condições neuróticas. Tudo leva à mesma conclusão, a saber, que não há necessidade de se presumir a operação de qualquer atividade simbolizadora peculiar da mente no trabalho do sonho, mas sim que os sonhos se servem de quaisquer simbolizações que já estejam presentes no pensamento inconsciente, por se ajustarem melhor aos requisitos da formação do sonho, em virtude de sua

representabilidade, e também, em geral, por escaparem da censura.

(E) REPRESENTAÇÃO POR SÍMBOLOS NOS SONHOS - OUTROS SONHOS TÍPICOS

A análise deste último sonho, de cunho biográfico, é uma prova clara de que reconheci desde o início a presença do simbolismo nos sonhos. Mas foi apenas gradualmente, e à medida que minha experiência foi aumentando, que cheguei a uma apreciação plena de sua extensão e importância, e o fiz sob a influência das contribuições de Wilhelm Stekel (1911), sobre quem não será fora de propósito dizer algumas palavras aqui. [1925.]

Esse autor, que talvez tenha prejudicado a psicanálise tanto quanto a beneficiou, trouxe à baila um grande número de traduções insuspeitadas dos símbolos; a princípio, elas foram recebidas com ceticismo, mas depois, foram confirmadas em sua maior parte e tiveram de ser aceitas. Não estarei minimizando o valor dos serviços de Stekel ao acrescentar que a reserva cética com que suas propostas foram recebidas não deixava de ter sua justificativa. E isso porque os exemplos com que ele confirmava suas interpretações eram amiúde pouco convincentes, e ele utilizou um método que deve ser rejeitado como cientificamente indigno de confiança. Stekel chegou a suas interpretações dos símbolos por meio da intuição, graças a um dom peculiar para a compreensão direta deles. Mas não se pode contar com a existência desse dom em termos gerais; sua eficácia está isenta de qualquer crítica e, por conseguinte, seus resultados não podem pleitear credibilidade. É como se se procurasse basear o diagnóstico das doenças infecciosas nas impressões olfativas recebidas à cabeceira do paciente - embora, indubitavelmente, tenha havido clínicos capazes de realizar mais do que as outras pessoas por meio do sentido do olfato (que geralmente é atrofiado), e querealmente conseguiam diagnosticar um caso de febre entérica através do olfato. [1925.]

Os avanços da experiência psicanalítica trouxeram à nossa atenção pacientes que demonstravam esse tipo de compreensão direta do simbolismo onírico num grau surpreendente. Muitas vezes, eram pessoas que sofriam de demência precoce, de modo que, por algum tempo, houve uma tendência a suspeitar de que todo sonhador dotado dessa apreensão dos símbolos fosse vítima daquela doença. Mas não é esse o caso. Trata-se de um dom ou peculiaridade pessoal que não possui nenhum significado patológico visível. [1925.]

Depois de nos familiarizarmos com o abundante emprego do simbolismo que é feito para

representar o material sexual nos sonhos, está fadada a surgir a questão de saber se muitos desses símbolos não ocorrem com um significado permanentemente fixo, como os “logogramas” da taquigrafia; e ficamos tentados a elaborar um novo “livro dos sonhos”, baseados no princípio da decifração [ver em [1]]. Quanto a esse ponto, há que dizer o seguinte: esse simbolismo não é peculiar aos sonhos, mas característico da representação inconsciente, em particular no povo, e é encontrado no folclore e nos mitos populares, nas lendas, nas expressões idiomáticas, na sabedoria dos provérbios e nos chistes correntes em grau mais completo do que nos sonhos. [1909.]

Seríamos, portanto, levados muito além da esfera da interpretação dos sonhos, se fôssemos fazer justiça à importância dos símbolos e examinar os numerosos problemas, basicamente ainda não solucionados, ligados ao conceito de símbolo. Devemos restringir-nos aqui a assinalar que a representação por símbolos encontra-se entre os métodos indiretos de representação, mas que todo tipo de indicações nos adverte contra englobá-las com outras formas de representação indireta, sem que sejamos capazes de formar um quadro conceitual claro de suas características distintivas. Em diversos casos, o elemento comum entre um símbolo e o que ele representa é óbvio; em outros, acha-se oculto, e a escolha do símbolo parece enigmática. São precisamente estes últimos casos que devem ser capazes de lançar luz sobre o sentido último da relação simbólica, e eles indicam que esta é de natureza genética. As coisas que estão hoje simbolicamente ligadas provavelmente estiveram unidas em épocas pré-históricas pela identidade conceitual e lingüística. A relação simbólica parece ser uma relíquia e um marco de identidade anterior. No tocante a isso, podemos observar como, em muitos casos, o emprego de um símbolo comum se estende por mais tempo do que o uso de uma língua comum, como já foi ressaltado por Schubert (1814). Diversos símbolos são tão antigos quanto a própria linguagem, enquanto outros (por exemplo “dirigível”, “Zeppelin”) vão sendo continuamente cunhados inclusive em nossos dias. [1914.]

Os sonhos se valem desse simbolismo para a representação disfarçada de seus pensamentos latentes. Aliás, muitos dos símbolos são, habitualmente ou quase habitualmente, empregados para expressar a mesma coisa. Não obstante, a plasticidade peculiar do material psíquico [nos sonhos] nunca deve ser esquecida. Muitas vezes, um símbolo tem de ser interpretado em seu sentido próprio, e não simbolicamente, ao passo que, em outras ocasiões, o sonhador pode tirar de suas lembranças particulares o poder de empregar como símbolos sexuais toda sorte de coisas que não são comumente empregadas como tal. Quando um sonhador dispõe de uma escolha entre diversos símbolos, ele se decide em favor do que está ligado, em seu tema, ao restante do material de seus pensamentos - em outras palavras, daquele que tem motivos individuais para sua aceitação, além dos motivos típicos. [1909; última frase, 1914.]

Embora as investigações posteriores à época de Scherner tenham tornado impossível contestar a existência do simbolismo onírico - até mesmo Havelock Ellis [1911, 109] admite ser indubitável que nossos sonhos estão plenos de simbolismo -, é preciso confessar, ainda assim, que a presença de símbolos nos sonhos não só facilita sua interpretação como também a torna mais difícil. Em geral, a técnica de interpretar segundo as associações livres do sonhador deixa-nos em apuros quando chegamos aos elementos simbólicos do conteúdo do sonho. A consideração pela crítica científica nos proíbe de voltarmos ao julgamento arbitrário do intérprete de sonhos, tal como era empregado nos tempos antigos e parece ter sido revivido nas interpretações imprudentes de Stekel. Somos assim obrigados, ao lidar com os elementos do conteúdo do sonho que devem ser reconhecidos como simbólicos, a adotar uma técnica combinada que, por um lado, baseie-se nas associações do sonhador e, por outro, preencha as lacunas provenientes do conhecimento dos símbolos pelo intérprete. Devemos aliar uma cautela crítica na solução de símbolos a um estudo cuidadoso destes em sonhos que forneçam exemplos particularmente claros de seu uso, a fim de desarmarmos qualquer acusação de arbitrariedade na interpretação dos sonhos. As incertezas que ainda se prendem a nossas atividades como intérpretes de sonhos decorrem, em parte, de nossos conhecimentos incompletos, que podem ser progressivamente ampliados à medida que avançarmos, mas decorrem, em parte, de certas características dos próprios símbolos oníricos. Frequentemente, eles possuem mais de um ou mesmo vários significados e, como ocorre com a escrita chinesa, a interpretação correta só pode ser alcançada, em cada ocasião, partindo-se do contexto. Essa ambigüidade dos símbolos vincula-se à característica dos sonhos de admitirem uma “superinterpretação” [ver em [1]] - de representarem num único conteúdo pensamentos e desejos que são, muitas vezes, de natureza amplamente divergente. [1914.]

Levando em conta essas restrições e ressalvas, darei agora prosseguimento ao tema. O Imperador e a Imperatriz (ou o Rei e a Rainha) de fato representam, em geral, os pais do sonhador; e o Príncipe ou Princesa representa a própria pessoa que sonha. [1909.] Mas a mesma alta autoridade é atribuída tanto aos grandes homens quanto ao Imperador, e por essa razão, Goethe, por exemplo, aparece como um símbolo paterno em alguns sonhos (Hitschmann, 1913). [1919.] - Todos os objetos alongados, tais como varas, troncos de árvores e guarda-chuvas (sendo o ato de abrir este último comparável a uma ereção) podem representar o órgão masculino [1909] - bem como o fazem todas as armas longas e afiadas, como facas, punhais e lanças. [1911.]

Outro símbolo freqüente, embora não inteiramente inteligível, da mesma coisa são as lixas de unhas - possivelmente por causa do movimento de esfregar para cima e para baixo. [1909.] - As caixas, estojos, arcas, armários e fornos representam o ventre [1909], o mesmo acontecendo com os objetos ocos, navios e toda sorte de recipientes. [1919.] - Os quartos, nos sonhos, costumam ser mulheres (“*Frauenzimmer*” [ver em [1]]); quando se representam as várias entradas e saídas deles, essa interpretação dificilmente fica sujeita a dúvidas.

[1909.][1] - Com respeito a isso, o interesse em saber se o quarto está aberto ou trancado é facilmente inteligível. (Cf. o primeiro sonho de Dora em meu “Fragmento da Análise de um Caso de Histeria”, 1905e. [Nota de rodapé próxima ao início da Seção II.]) Não há necessidade de designar explicitamente a chave que abre o quarto; em sua balada do Conde Eberstein, Uhland utilizou o simbolismo de fechaduras e chaves para compor um encantador exemplo de obscenidade. [1911] - Sonhar que se passa por uma série de cômodos representa um bordel ou um harém. [1909.]

Mas, como demonstrou Sachs [1914] através de alguns exemplos claros, também pode ser empregado (por antítese) para representar o casamento. [1914.] - Encontramos um vínculo interessante com as investigações sexuais da infância quando alguém sonha com dois quartos que eram originalmente um, ou quando vê um quarto que lhe é familiar dividido em dois no sonho, ou vice-versa. Na infância, os órgãos genitais femininos e o ânus são considerados como uma área única - o “traseiro” (segundo a “teoria da cloaca” própria da infância), e só mais tarde é que se faz a descoberta de que essa região do corpo compreende duas cavidades e orifícios separados. [1919.] - Os degraus, escadas de mão ou escadarias, ou, conforme o caso, subir ou descer por eles, são representações do ato sexual. - As paredes lisas pelas quais sobe o sonhador e as fachadas decasas pelas quais ele desce - muitas vezes, com grande angústia - correspondem a corpos humanos eretos, e provavelmente repetem no sonho lembranças de um bebê subindo em seus pais ou na babá. As paredes “lisas” são homens; em seu medo, o sonhador freqüentemente se agarra a “projeções” nas fachadas das casas. [1911.]

- As mesas, as mesas postas para a refeição e as tábuas também representam mulheres - sem dúvida por antítese, visto que os contornos de seus corpos são eliminados nos símbolos. [1909.] “Madeira” parece, por suas conexões lingüísticas, representar, de modo geral, “material” feminino. O nome da Ilha da “Madeira” significa “madeira” em português. [1911.] Visto que “cama e mesa” constituem o casamento, esta última muitas vezes ocupa o lugar da primeira nos sonhos, e o complexo de idéias sexuais é, na medida do possível, transposto para o complexo de comer. [1909.] - No tocante às peças do vestuário, um chapéu feminino pode amiúde ser interpretado com certeza como um órgão genital e, além disso, como *o de um homem*.

O mesmo se aplica a um sobretudo ou casaco [alemão “Mantel”], embora, neste caso, não fique claro até que ponto o emprego do símbolo se deva a uma assonância verbal. Nos sonhos produzidos por homens, a gravata aparece amiúde como símbolo do pênis. Sem dúvida, isso ocorre não apenas porque as gravatas são objetos longos, pendentes e peculiares aos homens, mas também porque podem ser escolhidas de acordo com o gosto - uma liberdade que, no caso do objeto simbolizado, é proibida pela Natureza.

Os homens que se valem desse símbolo nos sonhos são, com frequência, muito extravagantes com as gravatas na vida real e possuem coleções inteiras delas. [1911.] - É altamente provável que todos os aparelhos e máquinas complicados que aparecem nos sonhos representem os órgãos genitais (e, em geral, os masculinos) [1919] - na descrição dos quais o simbolismo dos sonhos é tão infatigável quanto o “trabalho do chiste”. [1909.] Tampouco há qualquer dúvida de que todas as armas e instrumentos são usados como símbolos do órgão masculino: por exemplo, arados, martelos, rifles, revólveres, punhais, sabres, etc. [1919.] - Da mesma forma, muitas paisagens nos sonhos, especialmente qualquer uma que tenha pontes ou colinas cobertas de vegetação, podem ser claramente reconhecidas como descrições dos órgãos genitais.

[1911.] Marcinowski (1912a) publicou uma coletânea de sonhos ilustrados por seus autores com desenhos que aparentemente representam paisagens e outras localidades que aparecem nos sonhos. Esses desenhos ressaltam muito nitidamente a distinção entre o sentido manifesto e o sentido latente de um sonho. Enquanto, para olhos inocentes, eles aparecem como planos, mapas e assim por diante, uma inspeção mais detida mostra que representam o corpo humano, os órgãos genitais, etc., e só então é que os sonhos se tornam inteligíveis. (Ver a esse respeito os trabalhos de Pfister [1911-12 e 1913] sobre criptogramas e quebra-cabeças pictográficos.) [1914.] Também no caso de neologismos ininteligíveis, vale a pena considerar se eles não poderiam constituir-se de componentes com um significado sexual. [1911.] - As crianças, nos sonhos freqüentemente representam os órgãos genitais, e, de fato, tanto os homens quanto as mulheres têm o hábito de se referir afetuosamente a seus órgãos genitais como os “pequeninos”. [1909.] Stekel [1909, 473] tem razão em reconhecer um “irmãozinho” como o pênis. [1925.] Brincar com uma criancinha, bater nela, etc., muitas vezes representam a masturbação nos sonhos. [1911.] - Para representar simbolicamente a castração, o trabalho do sonho utiliza a calvície, o corte de cabelos, a queda dos dentes e a decapitação. Quando um dos símbolos comuns do pênis aparece duplicado ou multiplicado num sonho, isso deve ser considerado como um rechaço da castração. O aparecimento, nos sonhos, de lagartos - animais cujas caudas voltam a crescer quando arrancadas - tem o mesmo significado. (Cf. o sonho com lagartos em [1]) - Muitos dos animais que são utilizados como símbolos genitais na mitologia e no folclore desempenham o mesmo papel nos sonhos: por exemplo, peixes, caracóis, gatos, camundongos (por causa dos pêlos pubianos) e, acima de tudo, os símbolos mais importantes do órgão masculino - as cobras. Os animaizinhos e os vermes representam crianças pequenas - por exemplo, irmãos e irmãs indesejados. Ver-se infestado por vermes constitui, muitas vezes, um sinal de gravidez. [1919.] - Um símbolo bem recente do órgão masculino nos sonhos merece menção: o dirigível, cujo uso nesse sentido se justifica por sua relação com voar, bem como, às vezes, por sua forma. [1911.]

Diversos outros símbolos foram apresentados, com exemplos comprobatórios, por Stekel, mas ainda não foram suficientemente verificados. [1911.] Os escritos de Stekel, e em

particular seu *Die Sprache des Traumes* (1911), contém a mais completa coleção de interpretações de símbolos. Muitos destes indicam penetração, e um exame ulterior demonstrou que são corretos: por exemplo, sua seção sobre o simbolismo da morte. Mas a falta de senso crítico desse autor e sua tendência à generalização a qualquer preço lançam dúvidas sobre outras de suas interpretações ou as tornam inutilizáveis, de modo que é altamente aconselhável ter cautela ao aceitar suas conclusões. Portanto, contento-me em chamar a atenção apenas para algumas de suas descobertas. [1914.]

Segundo Stekel, “direita” e “esquerda” têm, nos sonhos, um sentido ético. “A via à direita significa sempre o caminho da retidão, e a da esquerda, o do crime. Assim, ‘esquerda’ pode representar homossexualismo, incesto ou perversão, e ‘direita’ pode representar casamento, relações sexuais com uma prostituta e assim por diante, sempre encarados do ponto de vista moral individual do sujeito.” (Stekel, 1909, 466 e segs.) - Os parentes, nos sonhos, geralmente desempenham o papel de órgãos genitais (*ibid.*, 473). Só posso confirmar isso no caso de filhos, filhas e irmãs menores - isto é, apenas na medida em que eles se enquadram na categoria de “pequeninos”. Por outro lado, deparei com casos indubitáveis em que “irmãs” simbolizavam os seios, e “irmãos”, os hemisférios maiores. - Stekel explica que a impossibilidade de alcançar uma carruagem significa pesar por uma diferença de idade que não se pode alcançar (*ibid.*, 479). - A bagagem com que se viaja é uma carga de pecados, diz ele, que tem um efeito opressivo (loc. cit.). [1911.] Mas precisamente a bagagem muitas vezes se revela um símbolo inconfundível dos órgãos genitais do próprio sonhador. [1914.] - Stekel também atribui significados simbólicos fixos aos números, tais como amiúde aparecem nos sonhos [*ibid.*, 497 e segs.]. Mas essas explicações não parecem nem suficientemente verificadas nem genericamente válidas, embora as interpretações dele costumem parecer plausíveis nos casos individuais. [1911.] Seja como for, o número três tem sido confirmado sob muitos ângulos como um símbolo dos órgãos genitais masculinos. [1914.]

Uma das generalizações propostas por Stekel concerne ao duplo significado dos símbolos genitais. [1914.] “Onde”, pergunta ele, “haverá um símbolo que - contanto que a imaginação o admita de algum modo - não possa ser empregado tanto num sentido masculino como feminino?” [1911, 73.] Seja como for, a oração entre travessões elimina grande parte da certeza dessa afirmação, visto que, de fato, a imaginação nem sempre admite isso. Mas penso que vale a pena observar que, em minha experiência, a generalização de Stekel não pode ser mantida em face da maior complexidade dos fatos. Além dos símbolos que podem, com igual frequência, representar os órgãos genitais masculinos e femininos, existem alguns que designam um dos sexos predominantemente ou quase exclusivamente, e ainda outros que são conhecidos *apenas* com um significado masculino ou feminino. Pois é fato que a imaginação não admite que objetos e armas longos e rígidos sejam utilizados como símbolos dos órgãos genitais femininos, ou que objetos ocos, tais como arcas, estojos, etc., sejam

empregados como símbolo dos órgãos masculinos. É verdade que a tendência dos sonhos e das fantasias inconscientes a empregarem bissexualmente os símbolos sexuais trai uma característica arcaica, porquanto, na infância, a distinção entre os órgãos genitais dos dois sexos é desconhecida e a mesma espécie de genitália é atribuída a ambos. [1911.] Mas também é possível que se seja erroneamente levado a supor que um símbolo sexual seja bissexual, caso se esqueça de que, em alguns sonhos, há uma inversão geral do sexo, de modo que o que é masculino é representado como feminino, e vice-versa. Tais sonhos podem, por exemplo, expressar o desejo de uma mulher de ser homem. [1925.]

Os órgãos genitais também podem ser representados nos sonhos por outras partes do corpo: o órgão masculino, por uma mão ou um pé, e o orifício genital feminino, pela boca, um ouvido ou mesmo um olho. As secreções do corpo humano - muco, lágrimas, urina, sêmen, etc. - podem substituir umas às outras nos sonhos. Esta última afirmativa de Stekel [1911, 49], que é correta em termos gerais, foi justificadamente criticada por Reitler (1913b) como exigindo uma certa ressalva: o que de fato acontece é que as secreções importantes, como o sêmen, são substituídas por secreções irrelevantes. [1919.]

Espera-se que essas indicações muito incompletas possam servir para estimular outros a empreenderem um estudo geral mais cuidadoso do assunto. [1909.] Eu próprio tentei dar uma explicação mais elaborada do simbolismo dos sonhos em minhas *Conferências Introdutórias sobre Psicanálise* (1916-17 [Conferência X]). [1919.]

Acrescentarei agora alguns exemplos do emprego desses símbolos nos sonhos, com a idéia de indicar como se torna impossível chegar à interpretação de um sonho quando se exclui o simbolismo onírico, e como se é irresistivelmente levado a aceitá-lo em muitos casos. [1911.] Ao mesmo tempo, contudo, gostaria de externar uma advertência categórica contra a supervalorização da importância dos símbolos na interpretação dos sonhos, contra a restrição do trabalho de traduzir os sonhos a uma simples tradução de símbolos, e contra o abandono da técnica de utilização das associações do sonhador. As duas técnicas de interpretação dos sonhos devem ser complementares uma à outra; mas, tanto na prática como na teoria, o primeiro lugar continua a ser ocupado pelo processo que descrevi inicialmente e que atribui uma importância decisiva aos comentários feitos pelo sonhador, ao passo que a tradução de símbolos, tal como a expliquei, está também a nosso dispor como método auxiliar. [1909.]

I

UM CHAPÉU COMO SÍMBOLO DE UM HOMEM (OU DOS ÓRGÃOS GENITAIS MASCULINOS) [1911]

(Extrato do sonho de uma jovem que sofria de agorafobia decorrente de medos de sedução.)

“Eu ia andando pela rua, no verão, usando um chapéu de palha de formato peculiar; sua parte central estava virada para cima e as partes laterais pendiam para baixo” (a descrição tornou-se hesitante neste ponto), “de tal modo que um lado estava mais baixo que o outro. Eu estava alegre e com um espírito autoconfiante, e, ao passar por um grupo de jovens oficiais, pensei: ‘Nenhum de vocês pode me fazer mal algum!’ ”

Como nada lhe ocorresse em relação ao chapéu no sonho, eu disse: “Sem dúvida, o chapéu era um órgão genital masculino, com sua parte central erguida e as duas partes laterais pendentes. Talvez possa parecer estranho que um chapéu seja um homem, mas você deve estar lembrada da expressão ‘*Unter die Haube kommen*’ [‘achar um marido’ (literalmente, ‘entrar debaixo da touca’)].” Intencionalmente, não lhe fiz nenhuma interpretação sobre o detalhe das duas partes laterais que pendiam desigualmente, embora sejam precisamente esses detalhes que apontam o caminho na determinação de uma interpretação. Prossegui dizendo que, como tinha um marido com órgãos genitais tão bons, não havia necessidade de ela temer os oficiais - nenhuma necessidade, bem entendido, de que ela desejasse alguma coisa deles, visto que, em geral, ela ficava impossibilitada de ir passear sem proteção e desacompanhada, devido a suas fantasias de ser seduzida. Eu já lhe pudera dar esta última explicação sobre sua angústia em várias ocasiões, com base em outro material.

A maneira como a paciente reagiu a esse material foi notável. Ela retirou sua descrição do chapéu e sustentou jamais ter dito que as duas partes laterais estavam penduradas. Eu tinha certeza demais do que ouvira para me deixar confundir, e mantive minha posição. Ela ficou em silêncio algum tempo e, depois disso, encontrou coragem bastante para perguntar o que significava um dos testículos de seu marido ser mais caído do que o outro, e se o mesmo acontecia com todos os homens. Desse modo, o detalhe notável do chapéu foi explicado e a interpretação foi aceita por ela.

Na época em que minha paciente me contou esse sonho, eu há muito estava familiarizado com o chapéu como símbolo. Outros casos menos transparentes haviam-me levado a supor que o chapéu também pode representar os órgãos genitais femininos.

II

UMA “FILHINHA” COMO ÓRGÃO GENITAL - “SERATROPELADA” COMO SÍMBOLO DAS RELAÇÕES SEXUAIS

(Outro sonho da mesma paciente agorafóbica.)

Sua mãe mandara sua filhinha embora, de modo que ela teve de seguir sozinha. Entrou então num trem com a mãe e viu sua pequerrucha andar diretamente até os trilhos, de modo que estava fadada a ser atropelada. Ouvia o estalar de seus ossos. (Isso produziu nela uma sensação desconfortável, mas nenhum pavor real.) Olhou ao redor, pela janela do vagão do trem, para ver se as partes não podiam ser vistas por trás. Em seguida, repreendeu a mãe por ter feito a pequerrucha ir embora sozinha.

ANÁLISE. - Não é nada fácil dar uma interpretação completa do sonho. Ele fazia parte de um ciclo de sonhos e só podia ser entendido na íntegra se considerado em relação aos outros. Há dificuldade em obter, com suficiente isolamento, o material necessário para estabelecer o simbolismo. - Em primeiro lugar, a paciente declarou que a viagem de trem devia ser interpretada historicamente, como uma alusão a uma viagem que ela fizera ao sair de um sanatório de doenças nervosas por cujo diretor, é desnecessário dizer, tinha-se apaixonado. A mãe a havia levado embora, e o médico aparecera na estação e lhe entregara um buquê de flores como presente de despedida. Fora muito embaraçoso que a mãe testemunhasse essa homenagem. Nesse ponto, portanto, a mãe figurava como interferindo em suas tentativas de ter um caso amoroso; e fora, de fato, o papel desempenhado por essa senhora severa durante a adolescência da paciente. - Sua associação seguinte relacionou-se com a frase “olhou ao redor para ver se as partes não podiam ser vistas por trás”. A fachada do sonho levaria, naturalmente, a se pensar nas partes de sua filhinha, que tinha sido atropelada e mutilada. Mas sua associação tomou um rumo inteiramente diverso. Lembrou-se ela de que, certa vez, vira o pai despido no banheiro, por trás; passou então a falar nas distinções entre os sexos e ressaltou o fato de que os órgãos genitais do homem podem ser vistos por trás, mas os da mulher, não. Em relação a isso, ela própria interpretou “a filhinha” como significando os órgãos genitais, e “sua pequerrucha” - a paciente tinha uma filha de quatro anos - como sua própria genitália. Repreendeu a mãe por ter esperado que ela vivesse como se não tivesse órgãos genitais, e assinalou que a mesma recriminação fora expressa na primeira frase do sonho: “sua mãe mandara sua filhinha embora, de modo que ela teve de seguir sozinha”. Na imaginação dela, “andar sozinha pelas ruas” significava não ter um homem, não ter nenhuma relação sexual (“*coire*”, em latim [de onde se origina “coitus”], significa literalmente “ir com”) - e ela não gostava disso. Todos os seus relatos indicavam que, quando menina, ela de fato sofrera com o ciúme da mãe devido à preferência demonstrada para com a filha pelo pai. [1]

A interpretação mais profunda desse sonho foi indicada por outro sonho da mesma noite, no qual a paciente se identificou com seu irmão. Ela realmente fora uma menina com características de menino, e muitas vezes lhe disseram que ela deveria ser um menino. Essa

identificação com o irmão deixou particularmente claro que “a pequerrucha” significava um órgão genital. A mãe estava ameaçando seu irmão (ou ela) de castração, o que só poderia ser um castigo por brincar com o pênis; assim, a identificação também provou que ela própria se masturbara quando criança - uma lembrança que até então só tivera quando aplicada a seu irmão. A informação fornecida pelo segundo sonho mostrou que ela devia ter tomado conhecimento do órgão masculino numa idade precoce e depois esquecido isso. Ademais, o segundo sonho aludia à teoria sexual infantil segundo a qual meninas são meninos castrados. [Cf. Freud, 1908c.] Quando lhe sugeri que ela tivera essa crença infantil, confirmou imediatamente o fato, dizendo-me ter ouvido a anedota do garotinho que diz à garotinha: “Cortado?”, ao que a menininha responde: “Não, foi sempre assim.”

Portanto, mandar a pequerrucha (o órgão genital) embora no primeiro sonho também se relacionava à ameaça de castração. Sua queixa final contra a mãe era por não tê-la dado à luz como um menino.

O fato de que “ser atropelada” simboliza as relações sexuais não ficaria óbvio partindo-se desse sonho, embora tenha sido confirmado por muitas outras fontes.

III

OS ÓRGÃOS GENITAIS REPRESENTADOS POR EDIFÍCIOS, DEGRAUS E POÇOS [1911]

(Sonho de um rapaz inibido por seu complexo paterno.)

Ele estava passeando com o pai num lugar que certamente deveria ser o Prater, já que ele viu a ROTUNDA, com um PEQUENO ANEXO EM FRENTE A ELA ao qual estava preso UM BALÃO CATIVO, embora parecesse bem MOLE. O pai lhe perguntou para que servia aquilo tudo; ele ficou surpreso com a pergunta, mas lhe explicou. A seguir, entraram num pátio onde havia uma grande folha de estanho estendida. Seu pai queria ARRANCAR um pedaço grande dela, mas primeiro olhou em volta para ver se havia alguém. Ele lhe disse que bastaria ele falar com o contramestre para poder levar um pedaço sem nenhum problema. UMA ESCADA descia desse pátio até UM POÇO, cujas paredes eram acolchoadas com uma espécie de material macio, muito parecidas com uma poltrona de couro. Na extremidade do poço havia uma plataforma alongada, e então começava outro POÇO...

ANÁLISE. - Esse sonhador pertencia a um tipo de pessoas cujas perspectivas terapêuticas não são favoráveis: até certo ponto, não oferecem absolutamente nenhuma resistência à análise, mas, a partir daí, revelam-se quase inacessíveis. Ele interpretou esse sonho quase sem ajuda. “A Rotunda”, disse, “eram meus órgãos genitais, e o balão cativo em frente a ela era meu pênis, de cuja flacidez tenho motivos para me queixar.” Entrando então em maiores detalhes, podemos traduzir a Rotunda como o traseiro (habitualmente considerado pelas crianças como parte dos órgãos genitais) e o pequeno anexo à frente dele como o saco escrotal. O pai lhe perguntava, no sonho, o que era tudo aquilo, isto é, qual a finalidade e a função dos órgãos genitais. Pareceu plausível inverter essa situação e transformar o sonhador no indagador. Visto que ele de fato jamais fizera essas perguntas ao pai, tivemos de encarar o pensamento do sonho como um desejo, ou considerá-lo como uma oração condicional, tal como: “Se eu tivesse pedido a meu pai esclarecimentos sexuais...” Logo encontraremos a continuação desse pensamento em outra parte do sonho.

O pátio onde estava estendida a folha de estanho não deve ser tomado simbolicamente à primeira vista. Derivava das dependências comerciais do pai do sonhador. Por motivos de discrição, usei “estanho” em lugar de outro material, com o qual o pai realmente lidava, mas não fiz nenhuma outra modificação na linguagem do sonho. O sonhador havia ingressado na firma do pai e fizera violenta objeção às práticas um tanto suspeitas de que dependiam, em parte, os rendimentos da empresa. Por conseguinte, o pensamento onírico que acabo de interpretar poderia prosseguir desta forma: “(Se lhe tivesse perguntado), ele me teria enganado do mesmo modo que engana seus clientes.” No tocante ao “arrancar” que serviu para representar a desonestidade do pai nos negócios, o próprio sonhador apresentou uma segunda explicação - a saber, que isso representava a masturbação. Não só eu já estava familiarizado com essa interpretação (ver em [1]), como havia algo para confirmá-la no fato de que a natureza secreta da masturbação foi representada por seu inverso: podia ser praticada abertamente. Exatamente como esperaríamos, a atividade masturbatória foi também deslocada para o pai do sonhador, tal como a pergunta na primeira cena do sonho. Ele interpretou prontamente o poço como uma vagina, tendo em conta o acolchoado macio de suas paredes. Acrescentei, com base em meus próprios conhecimentos derivados de outras fontes, que tanto descer quanto subir escadas, em outros casos, descrevia relações sexuais vaginais. (Ver minhas observações [em Freud 1910*d*], citadas anteriormente, em [1])

O próprio sonhador deu uma explicação biográfica do fato de o primeiro poço ser seguido por uma plataforma alongada e, logo depois, por outro poço. Ele tivera relações sexuais por algum tempo, mas depois as havia abandonado por causa de inibições, e agora esperava poder reiniciá-las com a ajuda do tratamento. O sonho, porém, foi-se tornando mais vago ao chegar ao final, e deve parecer provável a quem quer que esteja familiarizado com essas coisas que a influência de outro tema já se estivesse fazendo sentir na segunda cena do sonho, e que foi sugerida pelos negócios do pai, por sua conduta fraudulenta e pela interpretação do primeiro poço como uma vagina: tudo isso apontava para uma ligação com

a mãe do sonhador. [1]

IV

O ÓRGÃO MASCULINO REPRESENTADO POR PESSOAS E O ÓRGÃO FEMININO REPRESENTADO POR UMA PAISAGEM [1911]

(Sonho de uma mulher inculta cujo marido era policial, relatado por B. Dattner.)

“...Então alguém invadiu a casa e ela se assustou e chamou um policial. Mas ele entrara calmamente numa igreja, à qual se chegava subindo alguns degraus, acompanhado de dois vagabundos. Atrás da igreja havia uma colina e, mais acima, um bosque cerrado. O policial usava capacete, gola com insígnia de metal e uma capa. Tinha a barba castanha. Os dois vagabundos, que acompanhavam pacificamente o policial, tinham aventais semelhantes a sacos atados na cintura. Em frente à igreja uma trilha levava até a colina; de ambos os lados cresciam relva e moitas cerradas, que se iam tornando cada vez mais espessas e, no alto da colina, transformavam-se num bosque comum.”

V

SONHOS DE CASTRAÇÃO EM CRIANÇAS

[1919]

(a) Um menino de três anos e cinco meses, que obviamente não gostava da idéia de que seu pai voltasse da frente de batalha, acordou certa manhã perturbado e excitado. Pôs-se a repetir: *“Por que papai estava carregando a cabeça numa bandeja? Ontem de noite papai estava carregando a cabeça numa bandeja.”*

(b) Um estudante que agora sofre de grave neurose obsessiva recorda-se de ter tido o seguinte sonho repetidamente durante o sexto ano de vida: *Ia ao barbeiro para mandar cortar o cabelo. Uma mulher grande e de aspecto severo se dirigia a ele e lhe cortava*

fora a cabeça. Ele reconhecia a mulher como sua mãe.

VI

SIMBOLISMO URINÁRIO

[1914]

A seqüência de desenhos reproduzida [em [1]] foi encontrada por Ferenczi num jornal humorístico húngaro chamado *Fidibusz*, e ele percebeu de imediato quão bem os desenhos poderiam ser utilizados para ilustrar a teoria dos sonhos. Otto Rank já os reproduziu num trabalho (1912a, [99]).

Os desenhos trazem o título “Sonho de uma Ama-seca Francesa”; mas é somente o último quadro, que mostra a babá sendo despertada pelos gritos da criança, que nos diz que os sete quadros anteriores representam as fases de um sonho. O primeiro quadro retrata o estímulo que teria feito a moça adormecida acordar: o garotinho toma ciência de uma necessidade e pede ajuda para satisfazê-la. Mas, no sonho, a sonhadora, em vez de se achar no quarto de dormir, está levando a criança para passear. No segundo quadro, ela já o levou à esquina de uma rua onde ele está urinando - e pode continuar a dormir. Mas o estímulo para despertar continua; na verdade, aumenta. O garotinho, verificando que não está sendo atendido, grita cada vez mais alto. Quanto mais imperiosamente insiste em que a babá acorde e o auxilie, mais insistente se torna a certeza do sonho de que tudo vai bem e de que não há necessidade de ela acordar. Ao mesmo tempo, o sonho traduz o estímulo crescente nas dimensões crescentes de seus símbolos. A corrente de água produzida pelo menino que urina vai-se avolumando cada vez mais. No quarto quadro, já é grande o bastante para fazer flutuar um barco a remo; mas seguem-se uma gôndola, um veleiro e, por fim, um transatlântico. O engenhoso artista, dessa maneira, retratou habilmente a luta entre o desejo obstinado de dormir e um estímulo inexaurível para acordar.

SONHO DE UMA AMA-SECA FRANCESA

VII

UM SONHO COM ESCADA

[1911]

(Relatado e Interpretado por Otto Rank.)

“Tenho de agradecer ao mesmo colega a quem devo o sonho do estímulo dental [registrado em [1]] por um sonho de poluição igualmente transparente:

“ ‘*Eu ia descendo às pressas a escada [de um bloco de apartamentos], perseguindo uma menininha que me havia feito alguma coisa, a fim de castigá-la. No pé da escada, alguém (uma mulher adulta?) deteve a criança para mim. Agarrei-a, mas não sei se bati nela, pois de repente me vi no meio da escada copulando com a menina (como se fosse no ar). Não era uma verdadeira cópula; eu apenas esfregava minha genitália em seus órgãos genitais externos e, enquanto o fazia, eu os via com extrema nitidez, bem como a cabeça dela, que estava voltada para cima e para o lado. Durante o ato sexual eu via penderem acima de mim, à minha esquerda (também como se fora no ar), duas pequenas pinturas - paisagens representando uma casa circundada de árvores. Na parte inferior do quadro menor, em vez da assinatura do pintor, eu via meu próprio nome, como se a pintura se destinasse a ser um presente de aniversário para mim. A seguir, vi uma etiqueta diante dos dois quadros, que dizia que também se podiam conseguir pinturas mais baratas. (Vi então a mim mesmo, muito indistintamente, como se estivesse deitado na cama no patamar), e fui despertado pela sensação de umidade causada pela poluição que tivera.*’

“INTERPRETAÇÃO. - Na noite do dia do sonho, o sonhador estivera numa livraria e, enquanto esperava ser atendido, olhara para alguns quadros que ali se achavam expostos e que representavam temas semelhantes aos do sonho. Aproximara-se de um quadrinho que lhe agradara particularmente para ver o nome do artista - mas este lhe era inteiramente desconhecido.

“Posteriormente, na mesma noite, quando estava com alguns amigos, ele ouvira a história de uma empregada da Boêmia que se vangloriava de que seu filho ilegítimo fora ‘feito na escada’. O sonhador indagara sobre os pormenores desse fato bastante incomum e soubera que a empregada tinha voltado para sua terra com seu admirador, indo para a casa dos pais, onde não houvera nenhuma oportunidade de relações sexuais, e que, em sua excitação, o

homem copulara com ela na escada. O sonhador aludira jocosamente a uma expressão maliciosa empregada para descrever vinhos adulterados e dissera que, de fato, a criança provinha de uma ‘vindima de escada de adega’.

Basta isso no tocante às conexões com o dia anterior, que surgiram com certa insistência no conteúdo onírico e foram reproduzidas pelo sonhador sem qualquer dificuldade. Mas ele trouxe à baila, com igual facilidade, um antigo fragmento de lembrança infantil que também fora usado no sonho. A escada pertencia à casa onde ele passara a maior parte de sua infância e, em particular, onde pela primeira vez travara conhecimento consciente com os problemas do sexo. Com freqüência, brincara nessa escada e, entre outras coisas, costumava deslizar pelo corrimão, descendo montado nele - o que lhe dera sensações sexuais. Também no sonho, ele corra escada abaixo com extraordinária rapidez - de fato, com tanta rapidez que, segundo seu próprio relato específico, não pusera os pés nos degraus, um a um, mas ‘voara’ escada abaixo, como as pessoas costumam dizer. Caso se leve em consideração a experiência infantil, a parte inicial do sonho parece representar o fator da excitação sexual. - Mas o sonhador também fizera muitas vezes brincadeiras de natureza sexual com os filhos dos vizinhos nessa mesma escada e no prédio adjacente, e satisfizera seus desejos da mesma forma que no sonho.

“Se tivermos em mente que as pesquisas de Freud sobre o simbolismo sexual (1910d [ver em [1]]) indicaram que, nos sonhos, as escadarias e subir escadas representam quase invariavelmente a cópula, o sonho se tornará bem transparente. Sua força motivadora, como a rigor ficou demonstrado por seu resultado - uma poluição - era de natureza puramente libidinal. A excitação sexual do sonhador foi despertada durante o sono, sendo isso representado no sonho por sua precipitação escada abaixo. O elemento sádico da excitação sexual, baseado nas brincadeiras da infância, foi indicado pela perseguição e sujeição da criança. A excitação libidinal aumentou e exerceu pressão no sentido da ação sexual - representada no sonho por ele agarrar a criança e levá-la até o meio da escada. Até esse ponto, o sonho fora apenas *simbolicamente* sexual, e teria sido inteiramente ininteligível para qualquer intérprete inexperiente de sonhos. Mas esse tipo de satisfação simbólica não foi suficiente para garantir um sono tranquilo, em vista da intensidade da excitação libidinal. A excitação levou a um orgasmo e, assim, revelou o fato de que todo o simbolismo da escada representava a cópula. - Este sonho fornece uma confirmação especialmente clara do ponto de vista de Freud de que uma das razões da utilização do subir escadas como símbolo sexual é a natureza rítmica de ambas as atividades, pois o sonhador declarou expressamente que o elemento definido de maneira mais clara no sonho inteiro foi o ritmo do ato sexual e seu movimento para cima e para baixo.

“Devo acrescentar uma palavra no tocante aos dois quadros que, independentemente de seu significado real, também figuraram num sentido simbólico como *‘Weibsbilder’*. Isso

ficou demonstrado de imediato por haver um quadro grande e um pequeno, do mesmo modo que uma menina grande (ou adulta) e uma pequena apareceram no sonho. O fato de que ‘também se podiam conseguir pinturas mais baratas’ levou ao complexo das prostitutas, enquanto que, por outro lado, o aparecimento do prenome do sonhador no quadro pequeno e a idéia de este se destinar a ser um presente de aniversário para ele foram indícios do complexo paterno. (‘Nascido na escada’ = ‘gerado pela cópula’.)

“A cena final imprecisa, na qual o sonhador se viu deitado na cama no patamar e experimentou uma sensação de umidade, parece apontar, além da masturbação infantil, para uma época ainda mais remota da infância, e ter seu protótipo em cenas igualmente prazerosas de molhar a cama.”

VIII

UM SONHO MODIFICADO COM ESCADAS

[1911]

Um de meus pacientes, um homem cuja abstinência sexual lhe foi imposta por uma neurose grave e cujas fantasias [inconscientes] se fixavam na mãe, sonhava repetidamente estar subindo escadas na companhia dela. Certa vez, fiz-lhe o comentário de que uma dose moderada de masturbação provavelmente lhe faria menos mal do que sua auto-restrição compulsiva, tendo isso provocado o seguinte sonho:

Seu professor de piano o repreendia por negligenciar seus estudos de piano e por não praticar os “Études” de Moscheles e o “Gradus ad Parnassum” de Clementi.

À guisa de comentário, ele ressaltou que “Gradus” também são “degraus” e que o próprio teclado é uma escadaria, já que contém escalas [escadas de mão].

Cabe dizer que não há nenhum grupo de idéias que seja incapaz de representar fatos e desejos sexuais.

O SENTIMENTO DE REALIDADE EA REPRESENTAÇÃO DA REPETIÇÃO

[1919]

Um homem que conta agora trinta e cinco anos relatou um sonho do qual se lembrava nitidamente e que declarou ter tido aos quatro anos de idade. *O advogado que estava encarregado do testamento de seu pai* - ele perdera o pai aos três anos - *trouxera duas pêras grandes. Deram-lhe uma para comer; a outra ficou no parapeito da janela da sala de estar.* Ele acordou com a convicção da realidade do que havia sonhado e se pôs a pedir obstinadamente a segunda pêra à mãe, insistindo em que estava no parapeito da janela. Sua mãe rira disso.

ANÁLISE. - O advogado era um velho cavalheiro jovial que, como o paciente parecia recordar, realmente levava algumas pêras certa vez. O parapeito da janela era tal como ele o vira no sonho. Nada mais lhe ocorreu em relação a isso - apenas que a mãe lhe contara um sonho pouco antes. Havia dois pássaros pousados em sua cabeça, e ela se perguntara quando iriam embora; eles não foram, mas um deles voou até sua boca e sugou-a.

A falta de associações do paciente nos dá o direito de tentar uma interpretação por substituição simbólica. As duas pêras - "*pommes ou poires*" - eram os seios da mãe, que o haviam nutrido; o parapeito da janela era a projeção formada pelo busto dela - como as sacadas nos sonhos com casas (ver em [1]). Seu sentimento de realidade depois de acordar foi justificado, pois sua mãe realmente o amamentara e, a rigor, fizera-o por muito mais tempo que de hábito; e os seios da mãe ainda lhe estavam disponíveis. O sonho deve ser traduzido por "Dê-me (ou mostre-me) de novo seu seio, mãe, no qual eu costumava beber no passado". "No passado" foi representado por ele comer uma das pêras; "de novo" foi representado por seu desejo pela outra. A repetição temporal de um ato é regularmente indicada nos sonhos pela multiplicação numérica de um objeto.

É extremamente notável, por certo, que o simbolismo já desempenhe seu papel no sonho

de uma criança de quatro anos. Mas isso é a regra, e não a exceção. Pode-se afirmar com segurança que os sonhadores dispõem do simbolismo desde o princípio.

A seguinte lembrança não-influenciada de uma moça que conta agora vinte e sete anos mostra em que idade precoce o simbolismo é empregado, tanto fora da vida onírica quanto dentro dela. *Ela estava entre os três e quatro anos de idade. Sua ama levou-a ao banheiro, juntamente com um irmão onze meses mais novo que ela e uma prima cuja idade se situava entre as dos dois, para satisfazerem suas necessidades antes de saírem a passeio. Sendo a mais velha, ela se sentou no vaso sanitário, enquanto os outros dois sentaram-se em urinóis. Ela perguntou à prima: “Você também tem uma bolsa? Walter tem uma salsichinha; eu tenho uma bolsa.” A prima respondeu: “É, eu também tenho uma bolsa.” A ama ouviu, achando muita graça, o que eles diziam, e relatou a conversa à mãe das crianças, que reagiu com severa reprimenda.*

Interpolei aqui um sonho (registrado num trabalho de Alfred Robitsek, 1912) em que o simbolismo lindamente escolhido possibilitou uma interpretação, apenas com uma ligeira ajuda da sonhadora.

X

A QUESTÃO DO SIMBOLISMO NOS SONHOS DAS PESSOAS NORMAIS

[1914]

“Uma objeção freqüentemente levantada pelos adversários da psicanálise, e que foi recentemente externada por Havelock Ellis (1911, 168), é o argumento de que, embora o simbolismo onírico talvez possa ocorrer como um produto da mente neurótica, não é encontrado em pessoas normais. Ora, a pesquisa psicanalítica não encontra nenhuma distinção fundamental, mas apenas quantitativa, entre a vida normal e a vida neurótica; e, de fato, a análise dos sonhos, onde os complexos recalcados são atuantes tanto nas pessoas sadias quando nas doentes, mostra uma identidade completa nos mecanismos e no simbolismo delas. Os sonhos ingênuos das pessoas sadias, na realidade, muitas vezes encerram um simbolismo muito mais simples, mais compreensível e mais característico do

que os sonhos dos neuróticos, pois nestes, como resultado da ação mais poderosa da censura e, conseqüentemente, de uma distorção onírica mais extensa, o simbolismo pode ser obscuro e difícil de interpretar. O sonho registrado abaixo servirá para ilustrar esse fato. Foi sonhado por uma moça que não é neurótica, mas tem um caráter um tanto pudico e reservado. No decorrer de uma conversa que tive com ela, fiquei sabendo que estava noiva, mas que havia certas dificuldades que se antepunham a seu casamento e que, provavelmente, levariam ao adiamento dele. Por livre e espontânea vontade, ela me relatou o seguinte sonho.

“ ‘Estou arrumando o centro de uma mesa com flores para um aniversário.’ Em resposta a uma pergunta, ela me disse que, no sonho, parecia estar em sua própria casa (onde não estava morando no momento) e tinha ‘uma sensação de felicidade’.

“O simbolismo ‘popular’ possibilitou-me traduzir o sonho sem necessidade de ajuda. Era uma expressão de seus desejos nupciais: a mesa, com seu centro de flores, simbolizava ela própria e seus órgãos genitais; a moça representava como realizados seus desejos ligados ao futuro, pois seus suspensamentos já estavam ocupados com o nascimento de um bebê; logo, o casamento já ficara para trás há muito tempo.

“Frisei-lhe que ‘o “centro” de uma mesa’ era uma expressão inusitada (o que ela admitiu), mas não pude, é claro, formular-lhe diretamente outras perguntas sobre esse ponto. Evitei cuidadosamente sugerir-lhe o significado dos símbolos, e apenas perguntei o que lhe vinha à cabeça em relação às partes isoladas do sonho. No curso da análise, sua reserva cedeu lugar a um evidente interesse na interpretação e a uma franqueza possibilitada pela seriedade da conversa.

“Quando lhe perguntei quais tinham sido as flores, sua primeira resposta foi: ‘*flores caras; tem-se de pagar por elas*’, e, em seguida, que tinham sido ‘*lírios do vale, violetas e cravinas ou cravos*’. Presumi que o termo ‘lírio’ aparecera no sonho em seu sentido popular, como símbolo da castidade; ela confirmou essa suposição, pois sua associação com ‘lírio’ foi ‘*pureza*’. ‘*Vale*’ é um símbolo feminino freqüente nos sonhos, de modo que a combinação casual dos dois símbolos no nome inglês dessa flor foi empregado no simbolismo onírico para frisar a preciosidade de sua virgindade - ‘*flores caras, tem-se de pagar por elas*’ - e para expressar sua expectativa de que seu marido soubesse como apreciar-lhe o valor. A expressão ‘*flores caras, etc.*’, como se verá, possuía um significado diferente no caso de cada um dos três símbolos florais.

“ ‘*Violetas*’, aparentemente, era bem assexual; mas, com muita ousadia, ao que me pareceu, pensei poder desvendar um sentido secreto para essa palavra, num elo inconsciente com a palavra francesa ‘*viol*’ [‘estupro’]. Para minha surpresa, a sonhadora forneceu como associação o termo inglês ‘*violate*’ [‘violar’]. O sonho utilizara a grande similaridade

casual entre as palavras ‘*violet*’ e ‘*violate*’ - a diferença em sua pronúncia está apenas na tonicidade diferenciada de suas sílabas finais - para expressar, ‘na linguagem das flores’, as idéias da sonhadora sobre a violência da defloração (outro termo que emprega o simbolismo das flores) e, possivelmente, também, um traço masoquista de seu caráter. Um belo exemplo das ‘pontes verbais’ [ver em [1]] atravessadas pelas vias que levam ao inconsciente. As palavras ‘*tem-se de pagar por elas*’ significavam ter de pagar com a vida para ser esposa e mãe.

“No tocante a ‘*cravinas*’ [*pinks*], que ela passou a chamar de ‘*cravos*’ [*carnations*], pensei na ligação entre essa palavra e ‘*carnal*’. Mas a associação da sonhadora foi ‘*cor*’. Ela acrescentou que ‘*cravos*’ eram as flores que seu noivo lhe dava com frequência e em grande quantidade. No final de suas observações, ela confessou, súbita e espontaneamente, não ter dito a verdade: o que lhe ocorrera não tinha sido ‘*cor*’, mas ‘*encarnação*’ [*incarnation*] - a palavra que eu havia esperado. Aliás, o próprio termo ‘*cor*’ não era uma associação muito remota, mas determinada pelo significado de ‘*cravo*’ [*carnation*] (cor de carne) - em outras palavras, determinada pelo mesmo complexo. Essa falta de sinceridade mostrou ser esse o ponto em que a resistência era maior, e correspondeu ao fato de ser esse o ponto onde o simbolismo era mais claro e onde a luta entre a libido e seu recalçamento atingia o nível mais intenso em relação a esse tema fálico. O comentário da sonhadora no sentido de que seu noivo muitas vezes lhe dava esse tipo de flores foi uma indicação não só do duplo sentido do termo ‘*cravos*’ [*carnations*], como também de seu significado fálico no sonho. O oferecimento de flores, fator excitante do sonho oriundo da vida corrente da moça, foi empregado para expressar uma troca de dádivas sexuais: ela fazia de sua virgindade um presente e, em troca, esperava uma vida emocional e sexual plena. Também nesse ponto, as palavras ‘*flores caras, tem-se de pagar por elas*’ devem ter tido o que, sem dúvida, era literalmente um significado financeiro. - Assim, o simbolismo das flores, nesse sonho, abrangia a feminilidade virginal, a masculinidade e uma alusão ao defloramento pela violência. Vale a pena salientar, nesse sentido, que o simbolismo sexual das flores, que de fato ocorre muito comumente em outros contextos, simboliza os órgãos sexuais humanos através das flores, que são os órgãos sexuais das plantas. Talvez seja verdade, de modo geral, que as ofertas de flores entre aqueles que se amam tenham esse significado inconsciente.

“O aniversário para o qual ela se estava preparando no sonho significava, sem dúvida, o nascimento de um bebê. Ela se estava identificando com o noivo e o estava representando como ‘arrumando-a’ para um nascimento - isto é, copulando com ela. O pensamento latente talvez tenha sido: ‘Se eu fosse ele, não esperaria - defloraria minha noiva sem lhe pedir licença - empregaria a violência’. Isso foi indicado pelo termo ‘*violar*’ e, desse modo, o componente sádico da libido encontrou expressão.

“Numa camada mais profunda do sonho, a frase ‘*Estou arrumando...*’ deve sem dúvida, ter um significado auto-erótico, isto é, infantil.

“A sonhadora revelou também uma consciência, possibilitada a ela apenas em sonho, de sua deficiência física: viu a si própria como uma mesa, sem projeções, e, por isso mesmo depositou ainda mais ênfase na preciosidade do ‘*centro*’ - noutra ocasião empregou as palavras ‘*um centro de flores*’ - isto é, em sua virgindade. O atributo horizontal de mesa também deve ter dado alguma contribuição para o símbolo.

“A concentração do sonho deve ser observada: nada havia nele de supérfluo, cada palavra era um símbolo.

“Posteriormente, a sonhadora produziu um adendo ao sonho: ‘*Estou decorando as flores com papel crepom verde.*’ Acrescentou tratar-se de um ‘*papel de fantasia*’, do tipo usado para cobrir vasos de flores comuns. E prosseguiu: ‘*Para ocultar coisas desarrumadas, qualquer coisa visível que não fosse agradável aos olhos; há uma lacuna, um pequeno espaço nas flores. O papel parece veludo ou musgo.*’ - Para ‘*decorar*’ ela forneceu a associação ‘*decoro*’, como eu havia esperado. Disse que a cor verde predominava, e sua associação com ela foi ‘*esperança*’ - outro elo com a gravidez. - Nessa parte do sonho, o fator principal não foi a identificação com um homem; as idéias de vergonha e de auto-revelação vieram para o primeiro plano. Ela se estava embelezando para ele e admitindo defeitos físicos de que se envergonhava e que estava tentando corrigir. Suas associações ‘*veludo*’ e ‘*musgo*’ constituíam uma indicação clara de uma referência aos pêlos pubianos.

“Esse sonho, portanto, deu expressão a pensamentos de que a moça mal tinha ciência em sua vida de vigília - pensamentos concernentes ao amor sensual e seus órgãos. Ela estava sendo ‘*arrumada para um aniversário*’ - isto é, estava copulando com alguém. O medo de ser deflorada estava encontrando expressão, o mesmo acontecendo, talvez, com as idéias de um sofrimento prazeroso. Ela admitia para si própria suas deficiências físicas e as supercompensava mediante uma supervalorização da virgindade. Sua vergonha apresentava como desculpa para os sinais de sensualidade o fato de que a finalidade desta era a produção de um bebê. Também as considerações materiais, estranhas ao espírito dos enamorados, encontraram um meio de expressar-se. O afeto ligado a esse sonho simples - uma sensação de felicidade - indicou que poderosos complexos emocionais nele haviam encontrado satisfação.”

Ferenczi (1917) salientou, acertadamente, que o significado dos símbolos e a significação dos sonhos podem ser alcançados com particular facilidade a partir, precisamente, dos sonhos das pessoas que não são iniciadas na psicanálise.

Neste ponto, intercalarei um sonho produzido por uma figura histórica contemporânea. Faço-o porque, no sonho, um objeto que de qualquer modo representaria apropriadamente um órgão masculino tem um atributo adicional que o estabeleceu da maneira mais clara possível como um símbolo fálico. Dificilmente se poderia tomar o fato de um chicote crescer até um comprimento interminável em qualquer outro sentido que não o de uma ereção. Afora isso, ademais, o sonho é um excelente exemplo do modo como pensamentos de natureza séria, muito distantes de qualquer coisa sexual, podem vir a ser representados por material sexual infantil.

XI

UM SONHO DE BISMARCK [1919]

“Em sua obra *Gedanken und Erinnerungen* [1898, 2, 194; tradução inglesa de A. J. Butler, *Bismarck, the Man and the Statesman*, 1898, 2, 209 e segs.], Bismarck cita uma carta que escreveu ao Imperador Guilherme I em 18 de dezembro de 1881, no curso da qual ocorre o seguinte trecho: ‘A comunicação de Vossa Majestade estimula-me a relatar um sonho que tive na primavera de 1863, nos piores dias do Conflito, do qual nenhuma visão humana poderia vislumbrar qualquer saída possível. Sonhei (como relatei antes de qualquer outra coisa a minha mulher e a outras testemunhas na manhã seguinte) que cavalgava por uma estreita trilha alpina, com um precipício à direita e rochas à esquerda. O caminho foi-se estreitando, de tal modo que o cavalo recusou-se a prosseguir e era impossível dar meia-volta ou desmontar, devido à falta de espaço. Então, com o chicote na mão esquerda, golpeei a rocha lisa e invoquei o nome de Deus. O chicote cresceu até atingir um comprimento interminável, a muralha rochosa desmoronou como um pedaço de cenário num palco e abriu-se um caminho largo com uma vista das colinas e florestas, como uma paisagem da Boêmia; havia tropas prussianas com estandartes, e mesmo em meu sonho me veio imediatamente a idéia de que eu deveria relatar isso a Vossa Majestade. Esse sonho se realizou e acordei regozijante e fortalecido...’

“A ação desse sonho enquadra-se em duas seções. Na primeira parte, o sonhador viu-se num *impasse* do qual foi miraculosamente resgatado na segunda. A difícil situação em que cavalo e cavaleiro foram colocados é uma imagem onírica facilmente reconhecível da posição crítica do estadista, que ele talvez tivesse sentido com particular amargura ao ponderar sobre os problemas de sua política na noite anterior ao sonho. No trecho citado

acima, o próprio Bismarck utiliza o mesmo símile [de não haver nenhuma ‘saída’ possível] ao descrever a desesperança de sua situação na época. O significado da imagem onírica, portanto, deve ter sido bem óbvio para ele. Ao mesmo tempo, é-nos apresentado um belo exemplo do ‘fenômeno funcional’ de Silberer [ver em [1]]. O processo ocorrido na mente do sonhador - com cada uma das soluções tentadas por seus pensamentos esbarrando em obstáculos intransponíveis, ao mesmo tempo que, ainda assim, ele não sabia e não podia desvencilhar-se do exame desses problemas - foi retratado com extrema propriedade pelo cavaleiro que não podia avançar nem recuar. Seu orgulho, que impedia que ele pensasse em render-se ou renunciar, foi expresso no sonho pelas palavras ‘era impossível dar meia-volta ou desmontar’. Na qualidade de homem de ação que se empenhava incessantemente e lutava pelo bem de outrem, deve ter sido fácil para Bismarck assemelhar-se a um cavalo; e, de fato, ele assim fez em muitas ocasiões, como por exemplo em seu célebre dito: ‘Um bom cavalo morre trabalhando’. Nesse sentido, as palavras ‘o cavalo recusou-se a prosseguir’ significavam nada mais nada menos do que o fato de que o extenuado estadista sentia uma necessidade de fugir às inquietações do presente imediato, ou, para expressá-lo de outra forma, de que estava no ato de se libertar dos grilhões do princípio de realidade através do sono e do sonho. A realização de desejo, que se tornou tão destacada na segunda parte do sonho, já tinha sido sugerida nas palavras ‘trilha alpina’. Sem dúvida, Bismarck já sabia, nessa ocasião, que iria passar suas próximas férias nos Alpes - em Gastein; assim, o sonho, levando-o até lá, liberou-o de um só golpe de todos os fardos dos negócios de Estado.

“Na segunda parte do sonho, os desejos do sonhador foram representados como realizados de duas maneiras: indisfarçada e obviamente, e além disso, simbolicamente. Sua realização foi simbolicamente representada pelo desaparecimento da rocha obstrutiva e pelo surgimento, em seu lugar, de um caminho amplo - a ‘saída’ à procura da qual ele estava, em sua forma mais conveniente; e foi indisfarçadamente representada na imagem das tropas prussianas que avançavam. Para explicar essa visão profética, não há absolutamente nenhuma necessidade de construir hipóteses místicas; a teoria freudiana da realização de desejo basta plenamente. Já por ocasião desse sonho, Bismarck desejava uma guerra vitoriosa contra a Áustria como a melhor saída para os conflitos internos da Prússia. Assim, o sonho estava representando esse desejo como realizado, justamente como é postulado por Freud, quando o sonhador viu as tropas prussianas com seus estandartes na Boêmia, isto é, em solo inimigo. A única peculiaridade do caso foi que o sonhador em que estamos aqui interessados não se contentava com a realização de seu desejo num sonho, mas sabia como obtê-la na *realidade*. Um aspecto que não pode deixar de impressionar qualquer um que esteja familiarizado com a técnica psicanalítica da interpretação é o chicote - que crescia até atingir um ‘comprimento interminável’. Os chicotes, bastões, lanças e objetos semelhantes nos são familiares como símbolos fálicos; mas, quando um chicote possui ainda a característica mais notável de um falo, que é sua extensibilidade, mal pode restar alguma dúvida. O exagero do fenômeno - seu crescimento até um ‘comprimento interminável’ - parece sugerir uma hipercatexia proveniente de fontes infantis. O fato de o sonhador ter

tomado o chicote nas mãos foi uma alusão clara à masturbação, embora a referência não dissesse respeito, é claro, às circunstâncias contemporâneas do sonhador, mas a desejos infantis do passado remoto. A interpretação descoberta pelo Dr. Stekel [1909, 466 e segs.], de que, nos sonhos, a ‘esquerda’ representa o que é errado, proibido e pecaminoso, vem muito a calhar aqui, pois bem poderia aplicar-se à masturbação praticada na infância em face da proibição. Entre essa camada infantil mais profunda e a mais superficial, que se relacionava com os planos imediatos do estadista, é possível identificar uma camada intermediária que se relacionava com as outras duas. Todo o episódio de uma libertação miraculosa da necessidade, ao bater numa pedra e, ao mesmo tempo, invocar Deus como auxiliar, tem uma notável semelhança com a cena bíblica em que Moisés extrai água de uma rocha para os sedentos Filhos de Israel. Podemos presumir, sem hesitação, que essa passagem, com todos os seus pormenores, era familiar a Bismarck, que provinha de uma família protestante amante da Bíblia. Não seria improvável que, nessa época de conflito, Bismarck se comparasse a Moisés, o líder, a quem o povo que ele procurou libertar recompensou com rebelião, ódio e ingratidão. Aqui, portanto, teríamos a ligação com os desejos contemporâneos do sonhador. Mas, por outro lado, o texto da Bíblia contém alguns detalhes que se aplicam bem a uma fantasia masturbatória. Moisés tomou a vara em face da ordem de Deus, e o Senhor o puniu por essa transgressão dizendo-lhe que ele deveria morrer sem entrar na Terra Prometida. O ato proibido de apanhar a vara (no sonho, um ato inequivocamente fálico), a produção de líquido ao golpear com ela e a ameaça de morte - aí encontramos reunidos todos os principais fatores da masturbação infantil. Podemos observar com interesse o processo de revisão que fundiu essas duas imagens heterogêneas (originando-se, uma, da mente de um estadista de gênio, e outra, dos impulsos da mente primitiva de uma criança) e que, por esse meio, conseguiu eliminar todos os fatores aflitivos. O fato de que segurar a vara era um ato proibido e de rebelião não mais foi indicado senão simbolicamente, através da mão ‘esquerda’ que o praticou. Por outro lado, Deus foi invocado no conteúdo manifesto do sonho, como que para negar tão ostensivamente quanto possível qualquer idéia de uma proibição ou segredo. Das duas profecias feitas por Deus a Moisés - de que ele veria a Terra Prometida, mas nela não entraria - a primeira é claramente representada como realizada (‘a vista das colinas e florestas’), enquanto a segunda, altamente aflitiva, não é mencionada em absoluto. A água foi provavelmente sacrificada às exigências da elaboração secundária [ver em [1]], que se esforçou com êxito por fundir esta cena e a primeira numa só unidade; em vez de água, a própria rocha caiu.

“Poder-se-ia esperar que ao término de uma fantasia masturbatória infantil que tivesse incluído o tema da proibição, a criança desejasse que as pessoas de autoridade em seu ambiente nada soubessem do que havia acontecido. No sonho, esse desejo foi representado por seu oposto, pelo desejo de informar ao Rei imediatamente do que acontecera. Mas essa inversão se ajustava de maneira excelente e muito discreta na fantasia de vitória contida na camada superficial dos pensamentos oníricos e numa parcela do conteúdo manifesto do sonho. Um sonho como esse, de vitória e conquista, é amiúde uma capa para que um desejo seja bem-sucedido numa conquista *erótica*; certas características do sonho, como, por

exemplo, a de ter havido um obstáculo ao avanço do sonhador, mas, depois de ele fazer uso de um chicote extensível, ter-se aberto um caminho amplo, poderiam apontar nessa direção, mas elas fornecem uma base insuficiente para se inferir que uma tendência definida de pensamentos e desejos desse tipo teria perpassado o sonho. Temos aqui um exemplo perfeito de distorção totalmente bem-sucedida do sonho. O que quer que tenha havido nele de desagradável foi trabalhado, de modo que nunca emergiu através da camada superficial que se estendeu sobre o sonho como um manto protetor. Em consequência disso, foi possível evitar qualquer liberação de angústia. O sonho foi um caso ideal de desejo realizado com êxito, sem infringir a censura, de modo que bem podemos crer que o sonhador tenha despertado dele ‘regozijante e fortalecido’.”

Como último exemplo, eis aqui:

XII

O SONHO DE UM QUÍMICO

[1909]

Isso foi sonhado por um homem jovem que se vinha esforçando por abandonar o hábito de se masturbar, em prol de relações sexuais com mulheres.

PREÂMBULO. - No dia anterior ao sonho, ele estivera dando instruções a um aluno sobre a reação de Grignard, na qual o magnésio é dissolvido em éter absolutamente puro através da ação catalisadora do iodo. Dois dias antes, quando a mesma reação estava sendo executada, ocorrera uma explosão que havia queimado a mão de um dos manipuladores.

SONHO. - (I) *Ele devia estar fazendo brometo de fenil-magnésio. Via o aparelho com particular nitidez, mas substituíra o magnésio por ele próprio. Percebeu-se então num estado singularmente instável. Ficou a dizer consigo mesmo: “Isso está certo, as coisas estão funcionando, meus pés já estão começando a se dissolver, meus joelhos estão ficando moles.” Então, estendeu as mãos e apalpou os pés. Entrementes (como, não sabia dizer), tirou as pernas do vaso e disse a si mesmo, mais uma vez: “Isso não pode estar certo. É, mas está.” Nesse ponto, acordou parcialmente e examinou o sonho consigo mesmo, para poder relatá-lo a mim. Estava positivamente assustado com a solução do sonho. Sentiu-se extremamente excitado durante esse período de semi-adormecimento e*

ficou a repetir: “Fenil, fenil.”

(II) *Ele estava em ing com sua família inteira e deveria estar em Schottentor às onze e meia para se encontrar com uma certa mulher. Mas só acordou às onze e meia, e disse para consigo: “É muito tarde. Não se pode chegar lá antes de meio-dia e meia.” No momento seguinte, viu toda a família sentada à mesa; via sua mãe com particular nitidez, e a empregada carregando a terrina de sopa. Então, pensou: “Bem já que começamos a almoçar, é tarde demais para eu sair.”*

ANÁLISE. - Ele não tinha nenhuma dúvida de que mesmo a primeira parte do sonho tinha alguma relação com a mulher com ele se iria encontrar. (Tivera o sonho na noite anterior ao esperado *rendez-vous*.) Considerava o aluno a quem dera instruções como uma pessoa particularmente desagradável. Tinha-lhe dito “Isso não está certo” porque o magnésio não dera nenhum sinal de ser afetado. E o aluno havia respondido, como se estivesse inteiramente despreocupado: “É, não está.” O aluno devia representar ele próprio (o paciente), que era tão indiferente em relação à análise quanto o aluno a respeito da síntese. O “ele” do sonho que executava a operação representava a mim. Quão desagradável eu deveria considerá-lo por ser tão indiferente ao resultado!

Por outro lado, ele (o paciente) era o material que estava sendo utilizado para a análise (ou síntese). O que estava em jogo era o êxito do tratamento. A referência a suas pernas, no sonho, fez com que se lembrasse de uma experiência da noite anterior. Estava tendo uma aula de dança e se encontrara com uma moça a quem muito desejava conquistar. Abraçara-a com tanta força contra si que, em certo momento, ela deu um grito. Ao relaxar a pressão contra as pernas dela, sentira sua forte pressão receptiva contra a parte inferior das coxas dele, descendo até os joelhos - o ponto mencionado em seu sonho. De modo que, nesse sentido, a mulher é que era o magnésio no comentário de que as coisas finalmente estavam funcionando. Ele era feminino em relação a mim, assim como era masculino em relação à mulher. Se estava funcionando com a dama, estava funcionando com ele no tratamento. O fato de ele se apalpar e as sensações nos joelhos apontavam para a masturbação e se encaixavam com sua fadiga do dia anterior. - Seu encontro com a moça fora marcado, de fato, para as onze e meia. O desejo de não comparecer a ele, dormindo demais, e de ficar em casa com seus objetos sexuais (isto é, de se ater à masturbação) correspondiam a sua resistência.

No tocante à repetição da palavra “fenil”, ele me disse que sempre apreciara muito todos esses radicais que terminavam em “-il”, por serem muito fáceis de usar: benzil, acetil, etc. Isso nada explicava. Mas, quando lhe sugeri “Schlemihl” como outro radical da série, ele riu gostosamente e me disse que, durante o verão, lera um livro de Marcel Prévost no qual havia um capítulo sobre “*Les exclus de l’amour*”, que de fato continha algumas observações sobre “*les Schlémiliés*”. Ao lê-las, ele dissera consigo mesmo: “É assim mesmo que eu

sou.” - Se tivesse faltado ao encontro, isso teria sido outro exemplo de sua “schlemihlidade”.

Poder-se-ia supor que a ocorrência do simbolismo sexual nos sonhos já foi experimentalmente confirmada por alguns trabalhos efetuados por K.Schrötter, em moldes propostos por H. Swoboda. Sujeitos em hipnose profunda receberam sugestões de Schrötter, havendo estas levado à produção de sonhos dos quais grande parte do conteúdo foi determinada pelas sugestões. Se ele desse ao sujeito a sugestão de que ele deveria sonhar com relações sexuais normais ou anormais, o sonho, obedecendo à sugestão, utilizaria símbolos que nos são familiares a partir da psicanálise em lugar do material sexual. Por exemplo, quando se deu a um sujeito do sexo feminino a sugestão de que sonhasse estar tendo relações homossexuais com uma amiga, esta apareceu no sonho carregando uma bolsa surrada, com uma etiqueta que trazia os dizeres “Só para damas”. Afirmou-se que a mulher que teve esse sonho nunca tivera nenhum conhecimento do simbolismo nos sonhos ou da interpretação destes. Surgem, contudo, dificuldades em formarmos uma opinião sobre o valor desses interessantes experimentos, pela infeliz circunstância de o Dr. Schrötter ter-se suicidado pouco depois de efetuá-los. O único registro deles encontra-se numa comunicação preliminar publicada no *Zentralblatt für Psychoanalyse* (Schrötter, 1912). [1914.]

Resultados semelhantes foram publicados por Roffenstein em 1923. Alguns experimentos realizados por Betlheim e Hartmann (1924) foram de particular interesse, visto não terem feito uso da hipnose. Esses experimentadores contaram anedotas de natureza grosseiramente sexual a pacientes que sofriam da síndrome de Korsakoff e observaram as distorções que ocorriam quando as anedotas eram reproduzidas pelos pacientes nesses estados confusionais. Constataram que os símbolos que nos são familiares a partir da interpretação dos sonhos passavam a aparecer (por exemplo, subir escadas, apunhalar e atirar como símbolos de copulação, e facas e cigarros como símbolos do pênis). Os autores atribuíram especial importância ao aparecimento do símbolo da escada, pois, como observaram acertadamente, “nenhum desejo consciente de distorcer poderia ter chegado a um símbolo dessa natureza”. [1925.]

Somente agora, depois de termos avaliado adequadamente a importância do simbolismo nos sonhos, é que se nos torna possível retomar o tema dos sonhos típicos, interrompido em [1]. [1914.] Penso termos razões para dividir esses sonhos, *grosso modo*, em duas classes: os que realmente têm sempre o mesmo sentido e os que, apesar de terem conteúdo idêntico ou semelhante, devem, não obstante, ser interpretados de maneira extremamente variada. Entre os sonhos típicos da primeira categoria já tratei [em [1]], com certa riqueza de detalhes, dos sonhos com exames. [1909.]

Os sonhos com a perda de um trem merecem ser postos ao lado dos sonhos com exames por causa da similaridade de seu afeto, e sua explicação mostra que estaremos certos ao fazê-lo. Eles são sonhos de consolação para outra espécie de angústia sentida no sono - o medo de morrer. “Partir” numa viagem é um dos símbolos mais comuns e mais reconhecidos da morte. Esses sonhos dizem, de maneira consoladora, “Não se preocupe, você não morrerá (partirá)”, tal como os sonhos com exames dizem, alentadamente, “Não tenha medo, nenhum mal lhe acontecerá desta vez, tampouco”. A dificuldade de compreender esses dois tipos de sonhos se deve ao fato de que o sentimento de angústia está ligado precisamente à expressão de consolo. [1911.]

O sentido dos sonhos “com um estímulo dental” [cf. em [1]] [2], que muitas vezes tive de analisar em pacientes, escapou-me por muito tempo porque, para minha surpresa, havia invariavelmente resistências fortíssimas a sua interpretação. Provas esmagadoras fizeram com que, finalmente, eu não mais tivesse nenhuma dúvida de que, nos homens, a força motora desses sonhos não derivava de outra coisa senão dos desejos masturbatórios do período da puberdade. Analisarei dois desses sonhos, um dos quais é também um “sonho de voar”. Ambos foram sonhados pela mesma pessoa - um rapaz com fortes inclinações homossexuais que, todavia, eram inibidas na vida real.

Ele estava assistindo a uma encenação de “Fidélio” e se achava sentado nas primeiras filas da Ópera ao lado de L., um homem que lhe era agradável e com que gostaria de fazer amizade. De repente, ele saiu voando pelos ares, bem por cima das poltronas, levou a mão à boca e arrancou dois de seus dentes.

Ele próprio disse, a propósito do vôo, que era como se tivesse sido “jogado” no ar. Como se tratava de uma representação de *Fidélio*, as palavras

Wer ein holdes Weib errungen...

poderiam parecer adequadas. Mas nem mesmo a conquista da mais adorável das mulheres estava entre os desejos do sonhador. Dois outros versos seriam mais apropriados:

Wem der grosse *Wurf* gelungen,

Eines Freundes Freund zu sein...

O sonho efetivamente continha essa “grande jogada”, que, contudo, não era apenas a realização de um desejo. Escondia também a dolorosa reflexão de que o sonhador muitas vezes fora infeliz em suas tentativas de amizade, e fora “jogado fora”. Também escondia seu temor de que esse infortúnio pudesse repetir-se em relação ao rapaz ao lado de quem ele estava desfrutando da representação de *Fidélío*. E então se seguiu o que o desdenhoso sonhador encarava como uma confissão vergonhosa: a de que, certa vez, após ter sido rejeitado por um de seus amigos, ele se masturbara duas vezes seguidas, no estado de excitação sensual provocado por seu desejo.

Eis aqui o segundo sonho: *Ele estava sendo tratado por dois professores universitários de suas relações, e não por mim. Um deles estava fazendo alguma coisa com seu pênis. Ele temia uma operação. O outro empurrava-lhe a boca com um bastão de ferro, de modo que ele perdeu um ou dois dentes. Estava amarrado com quatro panos de seda.*

Difícilmente se pode duvidar de que esse sonho tivesse um sentido sexual. Os panos de seda identificaram-no com um homossexual que ele conhecia. O sonhador nunca praticara o coito e nunca procurara ter relações sexuais com homens na vida real; e imaginava as relações sexuais segundo o modelo da masturbação da puberdade com que outrora estivera familiarizado.

As numerosas modificações do sonho típico com estímulos dentais (por exemplo, sonhos de que um dente é arrancado por outra pessoa, etc.) devem penso eu, ser explicadas da mesma maneira. É possível, porém, que nos intrigue descobrir como foi que os “estímulos dentais” passaram a ter esse significado. Mas eu gostaria de chamar atenção para a freqüência com que o recalçamento sexual se vale de transposições de uma parte inferior do corpo para uma parte superior. Graças a elas, torna-se possível, na histeria, que toda sorte de sensações e intenções sejam efetivadas, se não ali onde são apropriadas - em relação aos órgãos genitais -, pelo menos em relação a outras partes não objetáveis do corpo. Um exemplo de transposição dessa natureza é a substituição dos órgãos genitais pelo rosto no simbolismo do pensamento inconsciente. O uso lingüístico segue o mesmo modelo, ao reconhecer as nádegas [*Hinterbacken*”, literalmente, “bochechas traseiras”] como homólogas às bochechas, e ao traçar um paralelo entre os “*labia*” e os lábios que delimitam o orifício da boca. As comparações entre o nariz e o pênis são comuns, tornando-se a similaridade mais completa pela presença de pêlos em ambos os lugares. A única estrutura que não oferece qualquer possibilidade de analogia são os dentes; e é precisamente essa

combinação de semelhança e dissimilaridade que torna os dentes tão apropriados para fins de representação quando alguma pressão é exercida pelo recalçamento sexual.

Não posso pretender que a interpretação dos sonhos com estímulos dentais como sonhos masturbatórios - uma interpretação cuja correção me parece indubitável - tenha sido inteiramente esclarecida. Dei a explicação que pude e devo deixar o que resta sem solução.

Mas posso chamar atenção para outro paralelo encontrado no uso lingüístico. Em nossa parte do mundo, o ato da masturbação é vulgarmente descrito como “*sich einen ausreissen*” ou “*sich einen herunterreissen*” [literalmente, “dar uma puxada para fora” ou “dar uma puxada para baixo”]. [1] Nada sei da fonte dessa terminologia ou das imagens em que se baseia; mas “um dente” se enquadraria muito bem na primeira das duas expressões.

Segundo a crença popular, os sonhos com dentes que são arrancados devem ser interpretados como significando a morte de um parente, mas a psicanálise pode, no máximo, confirmar essa interpretação somente no sentido jocosos a que aludi acima. Nesse contexto, porém, citarei um sonho com estímulo dental que foi posto a minha disposição por Otto Rank.

“Um colega meu, que há algum tempo vem dedicando vivo interesse aos problemas da interpretação de sonhos, enviou-me a seguinte contribuição ao tema dos sonhos com estímulos dentais.

“ ‘Há pouco tempo, sonhei que *estava no dentista e ele perfurava com a broca um dente posterior em meu maxilar inferior. Trabalhou nele por tanto tempo, que o dente ficou inutilizado. Segurou-o então com um fórceps e o extraiu com uma facilidade tão grande que provocou meu assombro. Disse-me que não me preocupasse com aquilo, pois não se tratava do dente que ele estava realmente tratando, e o colocou na mesa, onde o dente (um incisivo superior, ao que me pareceu então) desfez-se em várias camadas. Levantei-me da cadeira do dentista, aproximei-me mais do dente, com um sentimento de curiosidade, e levantei uma questão médica que me interessava. O dentista explicou-me, enquanto separava as várias partes do dente impressionantemente alvo e as esmagava (pulverizava-as) com um instrumento, que ele estava ligado à puberdade e que era só antes da puberdade que os dentes se soltavam com tanta facilidade e que, no caso das mulheres, o fator decisivo era o nascimento de um filho.*

“Percebi então (enquanto estava parcialmente adormecido, creio eu) que o sonho se fizera acompanhar de uma poluição, que, no entanto, não pude relacionar com certeza a qualquer parte específica do sonho; fiquei muito inclinado a pensar que ela já havia ocorrido enquanto o dente era arrancado.

“ ‘Passei então a sonhar com uma ocorrência que já não consigo recordar, mas que terminava *por eu deixar meu chapéu e meu paletó em algum lugar (possivelmente, na sala de espera do consultório do dentista), na esperança de que alguém os trouxesse a mim, e por sair às pressas, vestindo apenas meu sobretudo, para apanhar um trem que estava de partida. Consegui, no último momento, saltar para o último vagão, onde já havia alguém de pé. Não pude, entretanto, chegar até o interior do vagão, mas fui obrigado a viajar numa situação desconfortável da qual tentei, afinal com êxito, escapar. Entramos num grande túnel e dois trens, indo em direção oposta a nós, passaram por dentro de nosso trem, como se ele fosse o túnel. Eu olhava pela janela de um vagão como se estivesse do lado de fora.*

“ ‘As seguintes experiências e idéias do dia anterior fornecem material para uma interpretação do sonho:

“ ‘(I). Eu vinha, de fato, fazendo um tratamento dentário recentemente, e na ocasião do sonho, sentia dores contínuas no dente do maxilar inferior que era perfurado à broca no sonho, e no qual o dentista, também na realidade, havia trabalhado por mais tempo do que eu queria. Na manhã do dia do sonho, eu fora mais uma vez ao dentista por causa da dor, e ele me sugerira que eu devia extrair outro dente no mesmo maxilar do que ele vinha tratando, dizendo que a dor provavelmente provinha desse outro. Este era um “dente do siso”, que estava nascendo exatamente nessa época. Eu levantara, a propósito disso, uma questão relativa à consciência médica do dentista.

“ ‘(II). Na tarde do mesmo dia, eu fora obrigado a pedir desculpas a uma senhora pelo mau humor de que estava tomado, devido a minha dor de dente, ao que ela me dissera que estava com medo de mandar extrair um dente cuja coroa se desfizera quase por completo. Ela achava que extrair as “presas” era especialmente doloroso e perigoso, embora, por outro lado, um de seus conhecidos lhe tivesse dito que era mais fácil extrair dentes do maxilar superior, que era onde ficava o dela. Esse conhecido também lhe dissera que, certa vez, extraíra o dente errado sob anestesia, e isso aumentara o pavor que ela sentia da operação necessária. Ela me havia então perguntado se as “presas” eram molares ou caninos e o que se sabia a respeito delas. Ressaltei-lhe, por um lado, o elemento de superstição em todas essas opiniões, embora, ao mesmo tempo, frisasse o núcleo de verdade de certas visões populares. Ela pôde então repetir-me o que acreditava ser uma crença popular muito antiga e difundida - a de que, se uma mulher grávida tivesse dor de dentes, teria um menino.

“ ‘(III). Esse dito me interessou, ligado ao que diz Freud, em sua *Interpretação dos Sonhos*, sobre o significado típico dos sonhos com estímulos dentais como substitutos da masturbação, visto que, no dito popular [citado pela senhora], o dente e a genitália masculina (ou um menino) também foram relacionados. Na noite do mesmo dia, portanto, li

todo o trecho pertinente em *A Interpretação dos Sonhos* e ali encontrei, entre outras coisas, as seguintes afirmações, cuja influência sobre meu sonho pode ser observada tão claramente quanto a das duas outras experiências que mencionei. Freud escreve, a propósito dos sonhos com estímulos dentais, que, nos homens, a força motora desses sonhos não derivava de outra coisa senão os desejos masturbatórios do período da puberdade' [em [1]]. E mais: 'As numerosas modificações do sonho típico com estímulos dentais (por exemplo, sonhos de que um dente é arrancado por outra pessoa, etc.) devem, penso eu, ser aplicadas da mesma maneira. É possível, porém, que nos intrigue descobrir como foi que os "estímulos dentais" passaram a ter esse significado. Mas eu gostaria de chamar atenção para a frequência com que o recalçamento sexual se vale de transposições de uma parte inferior do corpo para uma parte superior.' (No sonho em exame, do maxilar inferior para o superior.) 'Graças a elas, torna-se possível, na histeria, que toda sorte de sensações e intenções sejam efetivadas, se não ali onde são apropriadas - em relação aos órgãos genitais -, pelo menos em relação a outras partes não objetáveis do corpo' [em [1]]. E novamente: 'Mas posso chamar atenção para outro paralelo encontrado no uso lingüístico. Em nossa parte do mundo, o ato da masturbação é vulgarmente descrito como "*sich einen ausreissen*" ou "*sich einen herunterreissen*"' [em [1]]. Eu já estava familiarizado com essa expressão, nos primeiros anos de minha mocidade, como uma descrição da masturbação, e nenhum intérprete experiente dos sonhos terá qualquer dificuldade em descobrir o caminho que vai desse até o material infantil subjacente ao sonho. Acrescentarei apenas que a facilidade com que o dente, que depois de sua extração transformou-se num incisivo superior, soltou-se no sonho me fez lembrar uma ocasião de minha infância em que eu próprio arranquei um incisivo superior que estava mole, facilmente e sem dor. Esse fato, do qual ainda hoje me lembro com clareza em todos os seus detalhes, ocorreu no mesmo período precoce ao qual remontam minhas primeiras tentativas conscientes de masturbação. (Esta era uma lembrança encobridora.)

“ ‘A referência de Freud a uma afirmativa de C. G. Jung no sentido de que os ‘sonhos com estímulos dentais que ocorrem nas mulheres têm o sentido de sonhos com nascimentos’ [em [1]], bem como a crença popular no significado da dor de dentes nas mulheres grávidas, explicaram o contraste estabelecido no sonho entre o fator decisivo no caso de mulheres e homens (puberdade). A esse respeito, recordo-me de um sonho anterior que tive logo após uma visita ao dentista, e no qual sonhei que as coroas de ouro que tinham acabado de ser fixadas caíam; isso muito me aborreceu no sonho, por causa da considerável despesa que eu fizera e da qual ainda não me havia recuperado inteiramente na época. Esse outro sonho tornou-se então inteligível para mim (em vista de certa experiência minha) como um reconhecimento das vantagens materiais da masturbação sobre o amor objetal: este último, do ponto de vista econômico, seria, sob todos os aspectos, menos desejável (cf. as coroas de ouro); e creio que a observação da senhora sobre o significado da dor de dentes nas mulheres grávidas havia despertado novamente em mim essas seqüências de idéias.’

“Isso é o bastante no que concerne à interpretação proposta por meu colega, que é altamente esclarecedora e à qual, penso eu, não se pode levantar qualquer objeção. Nada tenho a acrescentar a ela, salvo, talvez, uma sugestão quanto ao sentido provável da segunda parte do sonho. Esta parece ter representado a transição do sonhador entre a masturbação e as relações sexuais, que foi aparentemente realizada com grande dificuldade (cf. o túnel pelo qual os trens entravam e saíam em várias direções), bem como o perigo destas últimas (cf. a gravidez e o sobretudo [ver em [1]]). O sonhador se valeu, para essa finalidade, das pontes verbais ‘Zahn-ziehen (Zug)’ e ‘Zahn-reissen (Reisen)’.

“Por outro lado, teoricamente, o caso me parece interessante sob dois aspectos. Em primeiro lugar, oferece provas em favor da descoberta de Freud de que a ejaculação nos sonhos acompanha o ato de extrair dentes. Qualquer que seja a forma em que a polução aparece, somos obrigados a considerá-la como uma satisfação masturbatória promovida sem a assistência de qualquer estimulação mecânica. Além disso, neste caso, a satisfação que acompanhou a polução não foi, como geralmente acontece, dirigida a um objeto, ainda que apenas imaginário, mas não teve objeto se é que se pode dizer isso; foi completamente auto-erótica, ou, no máximo, exibiu um ligeiro vestígio de homossexualidade (com referência ao dentista).

“O segundo ponto que me parece merecer ênfase é o seguinte. Pode-se plausivelmente objetar que não há necessidade alguma de se considerar o presente caso como uma confirmação do ponto de vista de Freud, visto que os fatos do dia anterior seriam suficientes, por si mesmos, para tornarem inteligível o conteúdo do sonho. A ida do sonhador ao dentista, sua conversa com a dama e a leitura de *A Interpretação dos Sonhos* explicariam suficientemente bem como foi que ele chegou a produzir esse sonho, especialmente uma vez que seu sono foi perturbado por uma dor de dentes: chegariam mesmo a explicar, se necessário, como foi que o sonho serviu para ele se desfazer da dor que lhe perturbava o sono - por meio da representação de se livrar do dente dolorido e, simultaneamente, por afogar com a libido a sensação dolorosa que o sonhador temia. Mas, mesmo que se dê o máximo desconto possível a tudo isso, não se pode sustentar seriamente que a simples leitura das explicações de Freud pudesse estabelecer no sonhador a ligação entre a extração de um dente e o ato da masturbação, ou que pudesse sequer acionar essa ligação, a menos que ela se houvesse estabelecido há muito tempo, como o próprio sonhador admite ter acontecido (na expressão ‘*sich einen ausreissen*’). Essa ligação pode ter sido revivida não apenas por sua conversa com a senhora, como também por uma circunstância que ele relatou subsequente. E isso porque, ao ler *A Interpretação dos Sonhos*, ele não estava disposto, por motivos compreensíveis, a crer nesse sentido típico dos sonhos com estímulos dentais e sentira o desejo de saber se tal sentido se aplicava a todos os sonhos dessa espécie. O presente sonho confirmou o fato de que era isso o que ocorria, ao menos no que lhe dizia respeito, e assim lhe mostrou por que ele fora obrigado a sentir

dúvidas sobre o assunto. Também nesse aspecto, portanto, o sonho foi a realização de um desejo - a saber, o desejo de se convencer da faixa de aplicação e da validade desse ponto de vista de Freud.”

O segundo grupo de sonhos típicos abrange aqueles em que o sonhador voa ou flutua no ar, cai, nada, etc. Qual o sentido desses sonhos? É impossível dar uma resposta geral. Como ficaremos sabendo, eles significam algo diferente em cada um dos casos; é apenas a matéria-prima das sensações neles contidas que deriva sempre da mesma fonte. [1909.]

As informações proporcionadas pelos tratamentos psicanalíticos forçam-me a concluir que também esses sonhos reproduzem impressões da infância, ou seja, relacionam-se com jogos que envolvem movimento, que são extraordinariamente atraentes para as crianças. Não há um único tio que não tenha mostrado a uma criança como voar, correndo com ela pela sala em seus braços estendidos, ou que não tenha brincado de deixá-la cair, fazendo-a cavalgar em seu joelho e, de repente, estirando a perna, ou levantando-a bem alto e, subitamente, fingindo que vai deixá-la cair. As crianças adoram essas experiências e nunca se cansam de pedir que sejam repetidas, especialmente quando há nelas algo que cause um pequeno susto ou tonteira. Nos anos posteriores, elas repetem essas experiências nos sonhos; nestes, porém, deixam de fora as mãos que as sustinham, de modo que flutuam ou caem sem apoio. O prazer que as criancinhas extraem das brincadeiras desse tipo (bem como dos balanços e gangorras) é bem conhecido; quando passam a ver façanhas acrobáticas no circo, sua lembrança desses jogos é reavivada. Os ataques histéricos dos meninos, por vezes, consistem simplesmente em reproduções de façanhas dessa natureza, executadas com grande habilidade. Não é incomum a ocorrência de que esses jogos de movimento, embora inocentes em si mesmos, dêem margem a sensações sexuais. As traquinagens [“*Hetzen*”] infantis, se é que posso empregar um termo que comumente descreve todas essas atividades, são o que se repete nos sonhos de voar, cair, ter tonteiras e assim por diante, ao passo que as sensações prazerosas ligadas a essas experiências transformam-se em angústia. Mas, com bastante freqüência, como toda mãe sabe, a traquinagem entre crianças acaba realmente em alterações e lágrimas. [1900.]

Assim, tenho boas razões para rejeitar a teoria de que o que provoca os sonhos com vôos e quedas é o estado de nossas sensações tácteis durante o sono, ou as sensações do movimento de nossos pulmões, e assim por diante. A meu ver, essas próprias sensações são reproduzidas como parte da lembrança à qual remonta o sonho: isto é, são parte do conteúdo do sonho, e não sua fonte. [1900.]

Esse material, portanto, consistindo em sensações de movimento de tipos semelhantes e oriundas da mesma fonte, é utilizado para representar toda sorte possível de pensamentos oníricos. Os sonhos de voar ou flutuar no ar (em geral, de cunho prazeroso) exigem as mais diversas interpretações; com algumas pessoas, essas interpretações têm de ser de caráter

individual, ao passo que, com outras, podem ser até mesmo de natureza típica. Uma de minhas pacientes costumava sonhar, com muita freqüência, que estava flutuando a certa altura acima da rua, sem tocar o chão. Ela era muito baixa e tinha horror à contaminação envolvida no contato com outras pessoas. Seu sonho de flutuação realizava seus dois desejos, elevando seus pés do chão e alçando sua cabeça até uma camada mais alta de ar. Em outras mulheres, verifiquei que os sonhos de voar expressavam o desejo de “ser como um pássaro”, enquanto outras, no sonho, tornavam-se anjos durante a noite, por não terem sido chamadas de anjos durante o dia. A estreita ligação entre voar e a representação de pássaros explica por que, nos homens, os sonhos de voar costumam ter um sentido francamente sensual; e não nos surpreenderemos ao ouvir dizer que este ou aquele sonhador se sente muito orgulhoso de seus poderes de vôo. [1909.]

O Dr. Paul Federn (de Viena [e, posteriormente, de Nova Iorque]) formulou a atraente teoria de que bom número desses sonhos de vôo são sonhos de ereção, pois o fenômeno notável da ereção, em torno do qual a imaginação humana tem girado constantemente, não pode deixar de ser impressionante, uma vez que envolve uma aparente suspensão das leis da gravidade. (Cf. nesse contexto, os falos alados dos antigos.) [1911.]

É notável que Mourly Vold, um pesquisador de sonhos de espírito sóbrio e que não se inclina a interpretações de qualquer espécie, também apóie a interpretação erótica dos sonhos de voar ou flutuar (Vold, 1910-12, 2, 791). Ele se refere ao fator erótico como “o mais poderoso motivo dos sonhos de flutuar”, chama atenção para a intensa sensação de vibração no corpo que acompanha tais sonhos e ressalta a freqüência com que estão ligados a ereções ou poluções. [1914.]

Os sonhos de cair, por outro lado, são mais amiúde caracterizados pela angústia. Sua interpretação não oferece nenhuma dificuldade no caso das mulheres, que quase sempre aceitam o uso simbólico da queda como um modo de descrever a rendição a uma tentação erótica. Tampouco chegamos ainda a esgotar as fontes infantis dos sonhos de estar caindo. Quase toda criança caiu numa ocasião ou noutra, e depois foi apanhada e mimada; ou, caso tenha caído do berço à noite, foi levada para a cama da mãe ou da babá. [1909.]

As pessoas que têm sonhos freqüentes de estar nadando e sentem grande alegria em furar as ondas, e assim por diante, foram, em geral, pessoas que urinavam na cama, e repetem em seus sonhos um prazer de que há muito aprenderam a se abster. Logo veremos [em [1]], através de mais de um exemplo, o que é que os sonhos de estar nadando são mais facilmente usados para representar. [1909.]

A interpretação dos sonhos com fogo justifica a regra de educação infantil que proíbe a uma criança “brincar com fogo” - de modo que não molhe a cama à noite. Pois, também no caso deles, há uma lembrança subjacente da enurese da infância. Em meu “Fragmento da

Análise de um Caso de Histeria” [1905e, Parte II, primeiro sonho de Dora], forneci uma análise e síntese completas de um desses sonhos com fogo, ligado à história clínica da sonhadora, e mostrei quais impulsos da idade adulta esse material infantil pode ser utilizado para representar. [1911.]

Seria possível mencionar todo um grupo de outros sonhos “típicos”, se adotássemos esse termo no sentido de que o mesmo conteúdo manifesto dos sonhos é freqüentemente encontrado nos sonhos de pessoas diferentes. Por exemplo, poderíamos mencionar os sonhos de estar passando por ruas estreitas ou atravessando grupos inteiros de salas [cf. em [1]], e os sonhos com ladrões - contra os quais, a propósito, as pessoas nervosas tomam precauções antes de irem dormir [ver em [1]]; os sonhos de estar sendo perseguido por animais selvagens (ou por touros ou cavalos) [ver em [1]], ou de ser ameaçado por facas, punhais ou lanças - sendo estas duas últimas categorias do conteúdo manifesto dos sonhos de pessoas que sofrem de angústia - e muitos mais. Uma pesquisa especialmente devotada a esse material recompensaria plenamente o trabalho envolvido. Mas, em vez disso, tenho duas observações a fazer, embora elas não se apliquem exclusivamente aos sonhos típicos. [1909.]

Quanto maior o interesse pela solução dos sonhos, mais se é levado a reconhecer que a maioria dos sonhos dos adultos versa sobre material sexual e dá expressão a desejos eróticos. Um juízo sobre esse ponto só pode ser formado pelos que realmente analisam os sonhos, ou seja, por aqueles que atravessam o conteúdo manifesto dos sonhos até chegar aos pensamentos oníricos latentes, e nunca pelos que se contentam em fazer uma anotação apenas do conteúdo manifesto (como Näcke, por exemplo, em seus escritos sobre sonhos sexuais). Permitam-me dizer, desde logo, que este fato não é nada surpreendente, e está em completa harmonia com os princípios de minha explicação dos sonhos. Nenhuma outra pulsão é submetida, desde a infância, a tanta supressão quanto a pulsão sexual, com seus numerosos componentes [cf. meus *Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade*, 1905d]; de nenhuma outra pulsão restam tantos e tão poderosos desejos inconscientes, prontos a produzir sonhos no estado de sono. Ao interpretarmos os sonhos, nunca nos devemos esquecer da importância dos complexos sexuais, embora também devamos, é claro, evitar o exagero de lhes atribuir importância exclusiva. [1909.]

Podemos asseverar em relação a muitos sonhos, se forem cuidadosamente interpretados, que eles são bissexuais, visto que, incontestavelmente, admitem uma “superinterpretação” na qual se realizam os impulsos homossexuais do sonhador - impulsos, vale dizer, que são contrários a suas atividades sexuais normais. Sustentar, contudo, como o fazem Steckel (1911, [71]) a Adler (1910, etc.), que *todos* os sonhos devem ser interpretados bissexualmente parece-me ser uma generalização igualmente indemonstrável e implausível, e que não estou preparado a apoiar. Em particular, não posso descartar o fato óbvio de que existem numerosos sonhos que satisfazem outras necessidades que não as que são eróticas no

sentido mais amplo do termo: os sonhos com a fome e a sede, os sonhos de conveniência, etc. Da mesma forma, as declarações do tipo “o espectro da morte encontra-se por trás de todos os sonhos” (Stekel [1911, 34]), ou “todo sonho mostra um avanço da orientação feminina para a masculina” (Adler [1910]), me parecem ir muito além de qualquer coisa que possa ser legitimamente sustentada na interpretação dos sonhos. [1911.]

A asserção de que todos os sonhos exigem uma interpretação sexual, contra a qual os críticos se enfurecem de modo tão incessante, não ocorre em parte alguma de minha *A Interpretação dos Sonhos*. Não se encontra em nenhuma das numerosas edições deste livro e está em evidente contradição com outros pontos de vista nele expressos. [1919.]

Já indiquei [em [1]] que sonhos surpreendentemente inocentes podem encarnar desejos cruamente eróticos, e poderia confirmá-lo por numerosos novos exemplos. Mas é também verdade que muitos sonhos que parecem *indiferentes* e que não seriam considerados sob nenhum aspecto peculiar remontam, na análise, a impulsos desejanos que são inconfundivelmente sexuais e, muitas vezes, de natureza inesperada. Quem, por exemplo teria suspeitado da presença de um desejo sexual no seguinte sonho, antes de ele ser interpretado? O sonhador forneceu este relato: *Um pouco atrás de dois imponentes palácios havia uma casinha com as portas fechadas. Minha mulher conduziu-me pelo trecho de rua que levava à pequena casa e abriu a porta com um empurrão; a seguir, esgueirei-me com rapidez e facilidade para o interior de um pátio que subia por uma elevação.* Qualquer um, no entanto, que tenha tido um pouquinho de experiência na tradução de sonhos refletirá, de imediato, que penetrar em espaços estreitos e abrir portas fechadas encontram-se entre os símbolos sexuais mais comuns, e perceberá facilmente nesse sonho a representação de uma tentativa de *coitus a tergo* (entre as duas imponentes nádegas do corpo feminino). A passagem estreita que subia por uma inclinação representava, é claro, a vagina. A ajuda atribuída pelo sonhador a sua mulher força-nos a concluir que, na realidade, era apenas a consideração por ela que o impedia de fazer esse tipo de tentativa. Verificou-se que, no dia do sonho, fora morar na casa do sonhador uma moça que o atraía e que lhe dera a impressão de que não levantaria grandes objeções a uma abordagem dessa espécie. A casinha entre os dois palácios era uma reminiscência do Hradshin [Cidadela] de Praga e era mais uma referência à mesma moça, que provinha desse lugar. [1909.]

Quando insisto junto a um de meus pacientes sobre a freqüência dos sonhos de Édipo, nos quais o sonhador tem relações sexuais com a própria mãe, ele muitas vezes responde: “Não tenho nenhuma lembrança de ter tido um sonho desses”. Logo depois, contudo, surge a lembrança de algum outro sonho inconspícuo e indiferente, que o paciente sonhou repetidas vezes. A análise mostra então que este é, de fato, um sonho com o mesmo conteúdo - mais uma vez, um sonho de Édipo. Posso afirmar com certeza que os sonhos *disfarçados* de relações sexuais com a própria mãe são muitas vezes mais freqüentes do que os sonhos

diretos. [1909.]

Em alguns sonhos com paisagens ou outras localidades dá-se ênfase, no próprio sonho, a um sentimento convicto de que já se esteve lá antes. As ocorrências de “*déjà vu*” nos sonhos têm significado especial. Esses lugares são, invariavelmente, os órgãos genitais da mãe de quem sonha; não existe, de fato, nenhum outro lugar sobre o qual se possa asseverar com tal convicção que já se esteve lá antes. [1909.]

Apenas numa ocasião fiquei perplexo com um neurótico obsessivo que me contou um sonho no qual visitava uma casa em que já estivera duas vezes. Mas esse paciente específico já me narrara, há bastante tempo, um episódio ocorrido quanto tinha 6 anos. Certa feita, ele estivera partilhando da cama da mãe e fizera uso indevido dessa oportunidade, enfiando o dedo na genitália dela enquanto ela dormia. [1914.]

Grande número de sonhos, [1] amiúde acompanhados de angústia e tendo por conteúdo temas como atravessar espaços estreitos ou estar na água, baseiam-se em fantasias da vida intra-uterina, da existência no ventre e do ato do nascimento. O que se segue foi o sonho de um rapaz que, em sua imaginação, tirara partido de uma oportunidade intra-uterina para observar os pais copulando.

Ele estava num poço profundo, que tinha uma janela como a do Túnel Semmering. A princípio, viu uma paisagem deserta pela janela, mas depois inventou um quadro para se encaixar naquele espaço que surgiu imediatamente e preencheu a lacuna. O quadro representava um campo que estava sendo lavrado a fundo por algum instrumento; e o ar puro, juntamente com a idéia de trabalho árduo que acompanhava a cena e com os torrões de terra preto-azulados, produziam uma impressão encantadora. Ai, ele foi adiante e viu um livro sobre educação aberto diante de si... e ficou surpreso que nele se dispensasse tanta atenção aos sentimentos sexuais (das crianças); e isso o levou a pensar em mim.

Eis aqui um interessante sonho com água, produzido por uma paciente, que serviu a uma finalidade especial no tratamento. *Em sua estação de veraneio, no Lago de ---, ela mergulhou nas águas escuras, exatamente no ponto em que a pálida lua se espelhava.*

Sonhos como esse são sonhos de nascimento. Sua interpretação é alcançada invertendo-se o acontecimento relatado no sonho manifesto; assim, em vez de “mergulhar na água”, temos “sair da água”, isto é, nascer. Podemos descobrir o local de onde nasce uma criança trazendo à mente o emprego, em gíria, da palavra “*lune*” em francês [a saber, “traseiro”]. A lua pálida era, portanto, o branco traseiro que as crianças logo supõem ser o lugarde onde

vieram. Qual era o sentido de a paciente desejar ter nascido em sua estação de veraneio? Perguntei-lhe, e ela respondeu sem hesitar: “Não é justamente como se eu houvesse renascido através do tratamento?” Assim, o sonho foi um convite para que eu continuasse a tratá-la na estação de férias - isto é, para que a visitasse ali. Talvez também houvesse nele uma sugestão muito tímida do desejo da própria paciente de vir a ser mãe.

Citarei outro sonho de nascimento, junto com sua interpretação, extraído de um artigo de Ernest Jones [1910b]. “Ela estava na praia contemplando um garotinho, que parecia ser dela, entrando na água com dificuldade. Assim fez até que a água o cobriu, e ela só conseguia ver-lhe a cabeça subindo e descendo perto da superfície. A cena então mudou para o saguão apinhado de um hotel. O marido a deixou e ela ‘começou a conversar com’ um estranho. A segunda metade do sonho revelou-se, na análise, como representando sua fuga do marido e a entrada em relações íntimas com uma terceira pessoa. (...) A primeira parte do sonho foi uma fantasia de nascimento bastante evidente. Nos sonhos, como na mitologia, a saída da criança das águas uterinas é comumente representada, por distorção, como a entrada da criança na água; entre muitos outros, os nascimentos de Adônis, Osíris, Moisés e Baco são ilustrações famosas disso. A subida e descida da cabeça na água lembraram de imediato à paciente a sensação dos movimentos do feto que ela experimentara em sua única gestação. Pensar no menino entrando na água induziu a um devaneio no qual ela se via retirando-o da água, levando-o para um berçário, dando-lhe banho, vestindo-o, e instalando-o em sua casa.

“A segunda metade do sonho, portanto, representou pensamentos concernentes à fuga amorosa, que pertenciam à primeira metade do conteúdo latente subjacente; a primeira metade do sonho correspondeu à segunda metade do conteúdo latente, a fantasia de nascimento. Além dessa inversão da ordem, ocorreram outras inversões em cada metade do sonho. Na primeirametade, a criança *entrava* na água, e então sua cabeça vinha à tona; nos pensamentos oníricos subjacentes, ocorreu primeiro a sensação dos primeiros movimentos do feto e, em seguida, a criança *saiu* da água (uma dupla inversão). Na segunda metade, o marido a deixava; nos pensamentos oníricos, ela deixava o marido.”

Abraham (1909, 22 e segs.) relatou outro sonho de nascimento, produzido por uma jovem que se confrontava com seu primeiro parto. Um canal subterrâneo conduzia diretamente à água, partindo de um lugar no chão de seu quarto - (canal genital - líquido amniótico). Ela erguia a porta de um alçapão no chão e uma criatura vestida numa pele marrom, muito semelhante a uma foca, aparecia prontamente. Essa criatura vinha a ser o irmão mais novo da sonhadora, para quem ela sempre fora como uma mãe. [1911.]

Rank [1912a] mostrou, a partir de uma série de sonhos, que os sonhos de nascimento utilizam o mesmo simbolismo dos que têm um estímulo urinário. O estímulo erótico é

representado nos segundos como um estímulo urinário; e a estratificação do sentido nesses sonhos corresponde a uma mudança que se processou no sentido do símbolo desde a primeira infância. [1914.]

Este é um ponto apropriado para se retornar a um tópico que foi interrompido num capítulo anterior (em [1]) [1]: o problema do papel desempenhado na formação dos sonhos por estímulos orgânicos que perturbam o sono. Os sonhos que ocorrem sob a influência deles exibem abertamente não só a tendência usual à realização de desejo e ao atendimento da finalidade da conveniência, como também, muitas vezes, exibem um simbolismo perfeitamente claro, pois não raro um estímulo desperta o sonhador *depois de este ter feito uma vã tentativa de lidar com ele num sonho sob um disfarce simbólico*. Isso se aplica aos sonhos com poluição ou orgasmo, bem como aos provocados por uma necessidade de urinar ou defecar. “A natureza peculiar dos sonhos acompanhados de ejaculação não somente nos coloca em condições de revelar diretamente certos símbolos sexuais já conhecidos como típicos, mas que não obstante foram violentamente contestados, como também nos permite convencer-nos de que certas situações aparentemente inocentes não passam de um prelúdio simbólico a cenas claramente sexuais. Estas últimas são, em geral, representadas sem disfarces nos sonhos relativamente raros que são acompanhados de poluição, ao passo que, com bastante freqüência, culminam em sonhos de angústia, que têm o mesmo resultado de despertar o sonhador.” [Rank, *ibid.*, 55.]

O simbolismo dos sonhos com estímulos urinários é especialmente transparente e tem sido reconhecido desde as épocas mais remotas. Já Hipócrates expressava a visão de que os sonhos com fontes e nascentes indicam um distúrbio da bexiga (Havelock Ellis [1911, 164]). Scherner [1861, 189] estudou a multiplicidade do simbolismo dos estímulos urinários e asseverou que “qualquer estímulo urinário de intensidade considerável transforma-se invariavelmente em estimulação das regiões sexuais e de suas representações simbólicas. (...) Os sonhos com estímulos urinários são, amiúde, ao mesmo tempo, representantes de sonhos sexuais”. [*Ibid.*, 192.]

Otto Rank, cuja abordagem, em seu trabalho sobre a estratificação dos símbolos nos sonhos que provocam o despertar [Rank, 1912a], estou seguindo aqui, fez parecer altamente provável que um grande número de sonhos com estímulos urinários tenha sido, de fato, causado por estímulo *sexual*, que fez uma primeira tentativa de encontrar satisfação, regressivamente, na forma infantil do erotismo uretral. [*Ibid.*, 78.] São particularmente instrutivos os casos em que o estímulo urinário assim instalado leva a acordar e esvaziar a bexiga, mas nos quais o sonho, não obstante, tem prosseguimento e a necessidade se expressa então em imagens indisfarçadamente eróticas.

Os sonhos com estímulo intestinal lançam luz, de maneira análoga, sobre o simbolismo

neles envolvido, e ao mesmo tempo confirmam a ligação entre o ouro e as fezes, que é também apoiada por numerosas provas oriundas da antropologia social. (Ver Freud, 1908b; Rank, 1912a; Dattner, 1913; e Reik, 1915.) [Ver também Freud (1957a).] “Assim, por exemplo, uma mulher que estava recebendo tratamento médico em vista de um distúrbio intestinal sonhou com alguém que estava enterrando um tesouro nas imediações de uma pequena cabana de madeira que se assemelhava a uma rústica instalação sanitária externa. Havia uma segunda parte do sonho em que ela limpava o traseiro de sua filhinha, que se sujara.” [Rank, 1912a, 55.]

Os sonhos de salvamento estão ligados aos sonhos de nascimento. Nos sonhos das mulheres, salvar, e especialmente salvar das águas, tem o mesmo significado de dar à luz; mas o sentido se modifica quando o sonhador é um homem. [1911.]

Os ladrões, assaltantes e fantasmas, dos quais algumas pessoas sentem medo antes de ir dormir, e que às vezes perseguem suas vítimas depois de estarem adormecidas, são todos originários de uma mesma categoria de reminiscência infantil. São os visitantes noturnos que levantam as crianças e as carregam para impedir que molhem a cama, ou que levantam a roupa da cama para se certificarem de onde elas puseram as mãos enquanto dormiam. As análises de alguns desses sonhos de angústia tornaram-me possível identificar esses visitantes noturnos com maior exatidão. Em todos os casos, os ladrões representavam o pai do sujeito adormecido, ao passo que os fantasmas correspondiam a figuras femininas de camisolas brancas. [1909.]

(F) ALGUNS EXEMPLOS. - CÁLCULOS E DITOS NOS SONHOS

Antes de destinar o quarto dos fatores que regem a formação dos sonhos a seu lugar adequado [em [1]], proponho citar diversos exemplos de minha coleção. Estes servirão, em parte, para ilustrar a interação dos três fatores que já nos são conhecidos e, em parte, para fornecer provas confirmatórias do que foram, até agora, assertivas não fundamentadas, ou para indicar algumas conclusões que inevitavelmente decorrem delas. Ao fazer uma exposição do trabalho do sonho, tive enorme dificuldade em corroborar minhas descobertas através de exemplos. Os exemplos que confirmam proposições específicas só trazem convicção ao serem tratados no contexto da interpretação de um sonho como um todo. Caso sejam desligados de seu contexto, perdem sua virtude, enquanto que, por outro lado, uma interpretação de sonho que seja levada mesmo um pouquinho abaixo da superfície logo se torna tão volumosa que nos faz perder o fio da seqüência de idéias que se destinava a

ilustrar. Esta dificuldade técnica deverá servir de desculpa minha se, no que se segue, eu concatenar toda sorte de coisas cujo único elo comum seja sua ligação com o conteúdo das seções precedentes deste capítulo. [1900.]

Começarei por dar alguns exemplos de modos de representação peculiares ou inusitados nos sonhos.

Uma senhora teve o seguinte sonho: *Uma criada estava de pé numa escada, como se estivesse limpando uma janela, e tinha com ela um chimpanzé e um gato-gorila (ela depois corrigiu isto para um gato angorá). A empregada atirou violentamente os animais na sonhadora; o chimpanzé se aconchegou a ela, o que foi muito repulsivo.* - Este sonho atingiu seu propósito mediante um expediente extremamente simples: tomou uma figura de retórica literalmente e deu uma representação exata de seu enunciado. “Macaco”, assim como os nomes de animais em geral, são empregados como insultos; e a situação do sonho não significava nada mais, nada menos, do que “atirar insultos”. No curso da atual série de sonhos, encontraremos diversos outros exemplos da utilização desse recurso simples durante o trabalho do sonho. [1900.]

Outro sonho adotou um procedimento muito semelhante. *Uma mulher teve um filho com o crânio marcadamente deformado. A sonhadora ouvira dizer que a criança crescera assim devido a sua posição no útero. O médico disse que o crânio poderia ficar com uma conformação melhor mediante compressão, mas que isso danificaria o cérebro da criança. Ela refletiu que, como se tratava de um menino, isso lhe causaria menos mal.* - Esse sonho continha uma representação plástica do conceito abstrato de “impressões causadas nas crianças”, com o qual a sonhadora deparara no curso das explicações que lhe foram dadas durante o tratamento. [1900.]

O trabalho do sonho adotou um método ligeiramente diferente no seguinte exemplo. O sonho referia-se a uma excursão ao Hilmteich, perto de Graz. *O tempo lá fora estava terrível. Havia um péssimo hotel, a água gotejava das paredes do quarto e as roupas de cama estavam úmidas.* (Esta última parte do sonho foi narrada menos diretamente do que a apresentei.) O sentido do sonho era o de “supérfluo”. Essa idéia abstrata, que estava presente nos pensamentos do sonho, recebeu primeiramente uma distorção algo forçada e foi posta numa forma como “transbordante”, “transbordando” ou “fluido”, após o que foi representada em diversas imagens semelhantes: água do lado de fora, água nas paredes no lado de dentro, água na umidade das roupas de cama - tudo fluindo ou “transbordando”. [1900.]

Não ficaremos surpresos em constatar que, para fins de representação nos sonhos, a grafia das palavras é muito menos importante do que seu som, especialmente se tivermos em mente que a mesma regra é válida ao se rimarem versos. Rank (1910, 482) registrou com pormenores e analisou de maneira integral o sonho de uma moça, no qual ela descrevia como estava andando pelos campos e cortando ricas espigas [*“Ähren”*] de cevada e trigo. Um amigo de sua juventude veio em sua direção, mas ela tentou evitar o encontro com ele. A análise mostrou que o sonho dizia respeito a um beijo- um “beijo respeitoso” [*“Kuss in Ehren”*], pronunciado da mesma forma que “Ähren”, com o significado literal de “beijo em sinal de honra”. No próprio sonho, as “Ähren”, que tinham de ser cortadas, e não arrancadas, figuravam como espigas de milho, enquanto, condensadas com “Ehren”, representavam um grande número de outros pensamentos [latentes]. [1911.]

Por outro lado, em outros casos, o curso da evolução lingüística facilitou muito as coisas para os sonhos, pois a linguagem tem sob seu comando toda uma gama de palavras que originalmente possuíam um significado pictórico e concreto, mas são hoje empregadas num sentido descolorido e abstrato. Tudo o que o sonho precisa fazer é imprimir a essas palavras seu significado anterior e pleno, ou recuar um pouco até uma fase anterior de seu desenvolvimento. Um homem sonhou, por exemplo, que seu irmão estava numa *Kasten* [“caixa”]. No decorrer da interpretação, a *Kasten* foi substituída por um *Schrank* [“armário” - também utilizado em sentido abstrato para significar “barreira”, “restrição”]. O pensamento do sonho fora no sentido de que seu irmão deveria restringir-se [*“sich einschränken”*] - em vez de o próprio sonhador fazê-lo. [1909.]

Outro homem sonhou que subia até o cimo de uma montanha que dominava um *panorama extremamente vasto* e incomum. Nesse caso, estava ele se identificando com um irmão que editava um *panorama* sobre assuntos do *Extremo Oriente*. [1911.]

Em *Der Grüne Heinrich* relata-se um sonho em que um cavalo feroso corria por um belo campo de aveia, cada grão da qual era “uma amêndoa doce, uma passa e uma nova moeda de um *penny*... tudo embrulhado em seda vermelha e atado com um pedaço de cerda de porco”. O autor (ou o sonhador) nos dá uma interpretação imediata dessa imagem onírica: o cavalo estava sentindo uma comichão agradável e exclamava “*Der Hafer sticht mich!*” [1914.]

Segundo Henzen [1890], os sonhos que envolvem trocadilhos e jogos de linguagem ocorrem com particular freqüência nas antigas sagas nórdicas, nas quais mal se consegue

encontrar um sonho que não contenha uma ambigüidade ou um jogo de palavras. [1914.]

Constituiria uma tarefa por si só coligir esses modos de representação e classificá-los de acordo com seus princípios subjacentes. [1909.] Algumas dessas representações quase poderiam ser descritas como chistes e dão a sensação de que nunca se poderia compreendê-las sem a ajuda de quem sonhou. [1911.]

(1) Um homem sonhou que *lhe perguntavam pelo nome de alguém, mas que não conseguia pensar nele*. Ele próprio explicou que o significado disso era que “ele jamais sonharia com uma coisa dessas”. [1911.]

(2) Uma paciente contou-me um sonho em que *todas as pessoas eram especialmente grandes*. “Isso significa”, prosseguiu ela, “que o sonho deve ter a ver com fatos de minha tenra infância, pois naquela época, é claro, todas as pessoas adultas me pareciam enormemente grandes”. [Ver em [1].] Ela própria não aparecia no conteúdo desse sonho. - O fato de um sonho referir-se à infância pode também ser expresso de outra maneira, a saber, por uma tradução do tempo em espaço. Os personagens e cenas são vistos como se estivessem a grande distância, no fim de uma longa estrada, ou como se estivessem sendo olhados pelo lado errado de um par de binóculos. [1911.]

(3) Um homem que, em sua vida profissional, tendia a utilizar uma fraseologia abstrata e vaga, embora fosse bastante perspicaz de modo geral, sonhou, certa ocasião, que *chegava a uma estação ferroviária no exato momento em que estava chegando um trem. O que aconteceu então foi que a plataforma se moveu em direção ao trem, enquanto este ficava totalmente parado...* uma inversão absurda do que realmente acontece. Esse pormenor não passava de uma indicação de que deveríamos esperar encontrar outra inversão no conteúdo do sonho. [Ver em [1]] A análise do sonho fez com que o paciente se recordasse de alguns livros de gravuras nos quais havia ilustrações de homens de cabeça para baixo e andando apoiados nas mãos. [1911.]

(4) Noutra ocasião, o mesmo sonhador me relatou um breve sonho que era quase uma reminiscência da técnica dos rébus. Sonhou *que seu tio lhe dava um beijo num automóvel. Passou imediatamente a me dar a interpretação, que eu mesmo jamais teria adivinhado: a saber, que o sonho significava auto-erotismo. O conteúdo desse sonho poderia ter sido produzido como um chiste na vida de vigília.* [1911.]

(5) Um homem sonhou que *estava tirando uma mulher de trás de uma cama. O sentido disso foi que ele lhe estava dando preferência.* [1914.]

(6) Um homem sonhou que *era um oficial sentado à mesa em frente ao Imperador. Isso significou que se estava colocando em oposição ao pai.* [1914.]

(7) Um homem sonhou que *estava tratando de alguém que tinha um membro quebrado. A análise demonstrou que o osso quebrado [“Knochenbruch”] representava um casamento desfeito [“Ehebruch”, propriamente “adulterio”].* [1914.]

(8) Nos sonhos, a hora do dia muitas vezes representa a idade do sonhador em algum período específico de sua infância. Assim, num sonho, “cinco e um quarto da manhã” significava a idade de cinco anos e três meses, o que era importante, visto que essa era a idade do sonhador por ocasião do nascimento de seu irmão mais novo. [1914.]

(9) Eis aqui outro método de representar as idades num sonho. Uma mulher sonhou que *estava andando com duas meninas cujas idades diferiam em quinze meses. Ela foi incapaz de se recordar de qualquer família de suas relações a quem isso se aplicasse. Ela mesma propôs a interpretação de que as duas crianças representavam ela própria e de que o sonho a fazia lembrar que os dois acontecimentos traumáticos de sua infância estavam separados um do outro precisamente por esse intervalo. Um ocorrera quando ela contava três anos e meio, e o outro, quando tinha quatro e três quartos.* [1914.]

(10) Não surpreende que uma pessoa que esteja em tratamento psicanalítico muitas vezes sonhe com ele e seja levada a dar expressão, em seus sonhos, às numerosas idéias e expectativas que o tratamento suscita. A imagem mais freqüentemente escolhida para representá-lo é a de uma viagem, geralmente de automóvel, por ser este um veículo moderno e complicado. A velocidade do carro é então utilizada pelo paciente como uma oportunidade para dar vazão a comentários irônicos. - Se “o inconsciente”, como elemento dos pensamentos de vigília do sujeito, tiver de ser representado num sonho, poderá ser

substituído com muita propriedade por regiões subterrâneas. - Estas, quando ocorrem *sem* qualquer referência ao tratamento analítico, representam o corpo feminino ou o ventre da mulher. - “Embaixo”, nos sonhos, amiúde se relaciona com os órgãos genitais; “em cima”, ao contrário, relaciona-se com o rosto, a boca ou o seio. - Os animais selvagens são empregados pelo trabalho do sonho, em geral, para representar os impulsos arrebatados de que o sonhador tem medo, quer sejam os seus próprios, quer os de outras pessoas. (Torna-se então necessário apenas um ligeiro deslocamento para que os animais selvagens passem a representar as pessoas possuídas por essas paixões. Não é grande a distância entre isso e os casos em que um pai temido é representado por um animal de rapina, um cão ou um cavalo selvagem - uma forma de representação que lembra o totemismo.) Poder-se-ia dizer que os animais selvagens são empregados para representar a libido, uma força temida pelo ego e combatida por meio do recalque. É também freqüente o sonhador separar de si mesmo sua neurose, sua “personalidade enferma”, e retratá-la como uma pessoa independente. [1919.]

(11) Eis aqui um exemplo registrado por Hanns Sachs (1911): “Sabemos, por *A Interpretação dos Sonhos*, de Freud, que o trabalho do sonho se vale de diferentes métodos para dar forma sensorial a palavras ou expressões. Se, por exemplo, a expressão a ser representada é ambígua, o trabalho do sonho pode explorar esse fato utilizando a ambigüidade como um ponto de desvio: quando um dos sentidos da palavra está presente nos pensamentos oníricos, o outro pode ser introduzido no sonho manifesto. Foi o que ocorreu no seguinte sonho curto, no qual se empregaram, de maneira engenhosa, para fins de representação, impressões apropriadas do dia anterior. Eu estava sofrendo de um resfriado no “dia do sonho” e, sendo assim, resolvera, à noite, que se me fosse possível, evitaria sair da cama durante a madrugada. No sonho, eu parecia estar simplesmente dando continuidade ao que estivera fazendo durante o dia. Tinha estado ocupado em colar recortes de jornais num álbum e fizera o melhor possível para colocar cada um no lugar que lhe era adequado. Sonhei que *estava tentando colar um recorte no álbum. Mas ele não cabia na página [‘er geht aber nicht auf die Seite’], o que me causava muita dor.* Acordei e percebi que a dor do sonho persistia sob a forma de uma dor em meu corpo, e fui obrigado a abandonar a decisão que tomara antes de me deitar. Meu sonho, em sua qualidade de guardião do meu sono, dera-me a ilusão de realizar meu desejo de ficar na cama, por meio de uma representação plástica da frase ambígua ‘*er geht aber nicht auf die Seite*’ [‘mas ele não vai ao banheiro’].” [1914.]

Podemos chegar a afirmar que o trabalho do sonho se serve, com o propósito de dar uma representação visual dos pensamentos oníricos, de quaisquer métodos a seu alcance, quer a crítica de vigília os considere legítimos ou ilegítimos. Isso expõe o trabalho do sonho a dúvidas e ridicularizações por parte de todos os que apenas *ouviram falar* da interpretação dos sonhos, mas nunca a praticaram. O livro de Stekel, *Die Sprache des Traumes* (1911), é

particularmente rico em exemplos desse tipo. Tenho evitado, contudo, citar exemplos dele, por causa da falta de senso crítico do autor e da arbitrariedade de sua técnica, que dão margem a dúvidas até mesmo nos espíritos não preconceituosos. [Ver em [1].] [1919.]

(12) [1914.] Os seguintes exemplos foram extraídos de um trabalho de V. Tausk (1914) sobre o uso de roupas e cores na produção de sonhos.

(a) A. sonhou que *via uma ex-governanta sua num vestido de lustrina [“Lüster”] preta que estava muito apertado em suas nádegas.* - Isso foi explicado como tendo o sentido de que a governanta era lasciva [“lüstern”].

(b) C. sonhou *ver uma moça na Estrada de ---, banhada de luz branca e usando uma blusa branca.* - O sonhador tivera relações íntimas com uma certa Srta. White [Branca] pela primeira vez nessa estrada.

(c) A Sra. D. sonhou *ver o ator vienense Blasel, de oitenta anos de idade, deitado num sofá e envergando uma armadura completa [“in voller Rüstung”]. Ele começou a saltar sobre as mesas e cadeiras, sacou de um punhal, olhou-se no espelho e brandiu o punhal no ar como se estivesse lutando com um inimigo imaginário.* - Interpretação: A sonhadora sofria de uma antiga afecção da bexiga [“Blase”]. Deitava-se num divã em sua análise; quando se olhava no espelho, pensava consigo mesma que, apesar de sua idade e da moléstia, ainda parecia estar em plena forma [“rüstig”].

(13) [1919.] UMA “GRANDE REALIZAÇÃO” NUM SONHO. - Um homem sonhou que *era uma mulher grávida deitada na cama. Achou a situação muito desagradável.* Exclamou: *“Preferia estar...”* (durante a análise, depois de se recordar de uma enfermeira, conclui a frase com as palavras “quebrando pedras”). *Por trás da cama pendia um mapa cuja extremidade inferior era mantida esticada por uma barra de madeira. Ele arrancou a barra, segurando-lhe as duas extremidades. Ela se quebrou no sentido transversal, mas dividiu-se em duas metades no sentido do comprimento. Esta ação o aliviou e, ao mesmo tempo, ajudou no parto.*

Sem qualquer ajuda, ele interpretou a quebra da barra [“Leiste”] como uma grande realização [“Leistung”]. Estava fugindo de sua situação incômoda (no tratamento), arrancando-se de sua atitude feminina... O detalhe absurdo de a barra de madeira não se quebrar simplesmente, mas dividir-se no sentido longitudinal, foi assim explicado: o

sonhador lembrou-se de que essa combinação de duplicar e destruir era uma alusão à castração. Os sonhos muitas vezes representam a castração pela presença de dois símbolos do pênis, como a expressão desafiadora de um desejo antitético [ver em [1]]. Aliás, “*Leiste*” [“virilha”] é uma parte do corpo nas proximidades dos órgãos genitais. O sonhador resumiu a interpretação do sonho como significando que ele levava a melhor sobre a ameaça de castração que o levava a adotar uma atitude feminina. [1]

(14) [1919.] Numa análise que eu estava conduzindo em francês, surgiu para interpretação um sonho em que eu aparecia como um elefante. Naturalmente, perguntei ao sonhador por que fui representado naquela forma. “*Vous me trompez*” [“O senhor está me enganando”] foi sua resposta (“*trompe*” = “tromba”).

O trabalho do sonho pode amiúde conseguir representar material muito refratário, como são os nomes próprios, por um emprego forçado de associações inusitadas. Num de meus sonhos, *o velho Brücke me confiara a tarefa de fazer uma dissecação; ... retirei algo que parecia um pedaço de papel prateado amassado.* (Voltarei a esse sonho mais adiante [ver em [1]].) A associação com isso (à qual cheguei com certa dificuldade) foi “Stanniol”. Percebi então que eu estava pensando no nome Stannius, o autor de uma dissertação sobre o sistema nervoso dos peixes, a qual eu muito admirara em minha juventude. A primeira tarefa científica que meu professor [Brücke] me confiou relacionava-se, de fato, com o sistema nervoso de um peixe, o Ammocoetes [Freud, 1877a]. Era claramente impossível empregar o nome desse peixe num quebra-cabeça pictórico. [1900.]

Neste ponto, não consigo resistir ao registro de um sonho peculiar, que também merece ser notado por ter sido sonhado por uma criança, e que é facilmente explicável analiticamente. “Lembro-me de ter sonhado muitas vezes, quando criança”, disse uma senhora “que Deus usava na cabeça um chapéu pontiagudo de papel. Muitas vezes, costumavam colocar um desses chapéus em minha cabeça às refeições, para me impedir de olhar os pratos das outras crianças para ver qual era o tamanho das porções que lhes eram servidas. Como tinha ouvido dizer que Deus era onisciente, o sentido do sonho era que eu sabia tudo - apesar do chapéu que me fora colocado na cabeça.” [1909.]

A natureza do trabalho do sonho [1] e o modo como manipula seu material, os pensamentos oníricos, são instrutivamente exibidos ao considerarmos os números e cálculos que ocorrem nos sonhos. Além disso, os números, nos sonhos, são supersticiosamente encarados como sendo especialmente significativos no tocante ao futuro. Escolherei,

portanto, alguns exemplos dessa natureza, retirados de minha coleção.

I

Extrato de um sonho ocorrido a uma senhora pouco antes do término de seu tratamento: *Ela ia pagar alguma coisa. Sua filha tirou 3 florins e 65 kreuzers de sua bolsa (da mãe). A sonhadora lhe disse: "O que você está fazendo? Custa apenas 21 kreuzers."* Devido a meu conhecimento da situação da sonhadora, esse fragmento de sonho me foi inteligível sem qualquer outra explicação de sua parte. Essa sonhadora viera do exterior e sua filha estava na escola em Viena. Ela estaria em condições de prosseguir em seu tratamento comigo desde que a filha permanecesse em Viena. O ano letivo da menina terminaria em três semanas, e isso significava também o término do tratamento da senhora. No dia anterior ao sonho, a diretora lhe perguntara se ela não consideraria deixar a filha na escola por mais um ano. Dessa sugestão, ela passara evidentemente a refletir que, nesse caso, também poderia continuar seu tratamento. Era a isso que o sonho se referia. Um ano equivale a 365 dias. As três semanas que restavam, tanto do ano letivo como do tratamento, equivaliam a 21 dias (embora as horas de tratamento fossem inferiores a isso). Os números, que nos pensamentos oníricos se referiam a períodos de tempo, estavam ligados, no próprio sonho, a somas em dinheiro - não que não houvesse um sentido mais profundo em questão, pois "tempo é dinheiro". 365 kreuzers montam apenas a 3 florins e 65 kreuzers; e a insignificância das quantias ocorridas no sonho era, obviamente, o resultado da realização de desejo. O desejo da sonhadora reduziu o custo tanto do tratamento quanto das anuidades escolares.

II

Os números ocorridos num outro sonho envolveram circunstâncias mais complicadas. Uma senhora que, embora ainda jovem, era casada há muitos anos, recebeu a notícia de que uma conhecida sua, Elise L., que era quase exatamente sua contemporânea, acabara de ficar noiva. Teve então o seguinte sonho. *Ela estava no teatro com o marido. Um setor das poltronas da platéia estava inteiramente vazio. O marido lhe disse que Elise L. e seu noivo também tinham querido ir, mas só haviam conseguido lugares ruins - três por 1*

florim e 50 kreuzers - e, naturalmente, não puderam aceitá-los. Ela pensou que, realmente, não teria havido mal algum se eles tivessem feito isso.

Qual seria a origem do 1 florim e 50 kreuzers? Isso provinha do que, a rigor, fora um acontecimento irrelevante da véspera. Sua cunhada recebera do marido 150 florins, como um presente, e se apressara a livrar-se deles comprando uma jóia. Convém notar que 150 florins são *cem* vezes mais do que 1 florim e 50 kreuzers. De onde teria vindo o *três*, que era o número das entradas de teatro? A única ligação aqui era que sua amiga, que acabara de ficar noiva, era o mesmo número de meses - *três* - mais nova que ela. Chegou-se à solução do sonho com a descoberta do sentido das poltronas vazias. Elas constituíam uma alusão inalterada a um pequeno incidente que dera a seu marido uma boa desculpa para caçoar dela. Ela planejava ir a uma das peças que tinham sido anunciadas para a semana seguinte e se dera ao trabalho de adquirir entradas com vários dias de antecedência, e tivera, portanto, de pagar uma taxa de reserva. Ao chegarem ao teatro, eles verificaram que um lado da casa estava quase vazio. Não tinha havido nenhuma necessidade de que ela se apressasse tanto.

Permitiram-me agora pôr os pensamentos oníricos em lugar do sonho: “Foi *absurdo* casar tão cedo. Não *havia nenhuma necessidade de eu me apressar tanto*. Pelo exemplo de Elise L., vejo que, no final, eu teria arranjado um marido. A rigor, teria conseguido um *cem vezes* melhor” (um *tesouro*), “se pelo menos tivesse *esperado*” (em antítese à *pressa* da cunhada). “Meu dinheiro” (ou dote) “poderia ter comprado *três* homens igualmente bons.”

Pode-se observar que o sentido e o contexto dos números foram alterados em escala muito maior nesse sonho do que no anterior. Os processos de modificação e distorção foram mais longe aqui, devendo isto ser explicado pelo fato de os pensamentos oníricos terem de superar neste caso um grau especialmente elevado de resistência endopsíquica para poderem obter representação. Tampouco devemos desprezar o fato de que houve um elemento de absurdo no sonho, a saber, de *três* lugares serem tomados por *duas* pessoas. Vou-me adiantar à minha discussão sobre o absurdo nos sonhos [em [1]], assinalando que esse detalhe absurdo no conteúdo do sonho visou a representar o mais intensamente enfatizado dos pensamentos oníricos, a saber, “foi absurdo casar tão cedo”. O absurdo que tinha de encontrar um lugar no sonho foi engenhosamente suprido pelo número 3, que derivava, ele próprio, de um ponto de distinção inteiramente sem importância entre as duas pessoas que estavam sendo comparadas - a diferença de 3 meses entre a idade delas. A redução dos 150 florins reais para um florim e 50 correspondeu ao baixo valor atribuído pela sonhadora a seu marido (ou tesouro) em seus pensamentos suprimidos. [1]

III

O exemplo seguinte exhibe os métodos de cálculo empregados pelos sonhos, que os levaram a um descrédito tão grande. Um homem sonhou que *estava acomodado numa cadeira em casa dos B.* - uma família com a qual se dera antes - e *lhes* dizia: “Foi um grande erro vocês não terem deixado eu ficar com Mali.” - “Quantos anos você tem?” perguntou então à moça. - “Nasci em 1882”, respondeu ela. - “Oh, então você tem 28 anos.”

Visto que o sonho data de 1898, é evidente que isso foi um erro de cálculo, e a incapacidade do sonhador para fazer somas mereceria ser comparada à de um parálítico geral, a não ser que pudesse ser explicada de alguma outra forma. Meu paciente era uma dessas pessoas que, sempre que *lhes* acontece porem os olhos numa mulher, não conseguem afastar dela seus pensamentos. A paciente que, já havia alguns meses, costumava chegar regularmente a meu consultório depois dele, e com quem ele assim esbarrava, era uma jovem; ele constantemente fazia perguntas a respeito dela e se esmerava ao máximo para *lhe* causar uma boa impressão. Foi a idade dela que ele calculou em 28 anos. Basta isto à guisa de explicação do resultado do cálculo aparente. Aliás, 1882 era o ano em que ele se havia casado. - Posso acrescentar que ele era incapaz de resistir a entabular conversa com os dois outros membros do sexo feminino com quem deparava em minha casa - as duas empregadas (nenhuma delas jovem, de modo algum) uma ou outra das quais costumava abrir-*lhe* a porta; ele explicava a falta de receptividade delas como sendo devida a considerarem-no um cavalheiro idoso de hábitos *assentados*.

IV

Eis aqui outro sonho que trata de números, caracterizado pela clareza da maneira pela qual foi determinado, ou antes, sobredeterminado. Devo tanto o sonho quanto sua interpretação ao Dr. B. Dattner. “O senhorio do meu bloco de apartamentos, que é agente de polícia, sonhou que *estava em serviço de rua*. (Isso era a realização de um desejo.) *Um inspetor que tinha na gola o número 22, seguido de 62 ou 26, aproximou-se dele. De qualquer maneira, havia vários dois nele*.

“O simples fato de que, ao relatar o sonho, ele decompôs o número 2262 demonstrou que seus componentes tinham sentidos isolados. Recordou-se ele de que, na véspera, tinha havido uma conversa na delegacia sobre o tempo de serviço dos policiais. O ensejo disso fora um inspetor que se havia aposentado com seus proventos aos 62 anos. O sonhador tinha apenas 22 anos de serviço e faltavam 2 anos e 2 meses para que tivesse direito a uma pensão de 90%. O sonho representava, em primeiro lugar, a realização de um desejo há muito acalentado pelo sonhador - o de chegar ao posto de inspetor. O oficial superior com o ‘2262’ na gola era ele próprio. Estava em serviço de rua - outro de seus desejos favoritos -, servira seus 2 anos e 2 meses restantes e agora, tal como o inspetor de 62 anos de idade, podia aposentar-se com a pensão integral.” [1]

Ao tomarmos em conjunto estes e alguns exemplos que darei mais adiante [em [1]], podemos dizer com segurança que o trabalho do sonho, a rigor, não efetua cálculo algum, quer correta, quer incorretamente; ele simplesmente coloca sob a *forma* de cálculo números que se acham presentes nos pensamentos oníricos e podem servir de alusões a um material que não pode ser representado de nenhuma outra maneira. Nesse aspecto, o trabalho do sonho trata os números como um meio para a expressão de seu propósito, precisamente da mesma forma que trata qualquer outra representação, inclusive os nomes próprios e os ditos que ocorrem reconhecivelmente como representações de palavras. [Ver o segundo parágrafo que se segue.]

É que o trabalho do sonho não pode realmente *criar* ditos. [Ver em [1] e [2].] Por mais que figurem nos sonhos ditos e conversas, sejam eles racionais ou irracionais, a análise invariavelmente prova que tudo o que o sonho fez foi extrair dos pensamentos oníricos fragmentos de ditos realmente pronunciados ou ouvidos. Ele trata esses fragmentos de maneira extremamente arbitrária. Não somente os arranca de seu contexto e os corta em pedaços, incorporando algumas partes e rejeitando outras, como amiúde os reúne numa nova ordem, de modo que um dito que figura no sonho como um todo integrado revela, na análise, compor-se de três ou quatro fragmentos desconexos. Ao produzir essa nova versão, o sonho muitas vezes abandona o sentido que as palavras possuíam originalmente nos pensamentos oníricos e lhes dá um novo sentido. Se examinarmos detidamente um dito que ocorra num sonho, verificaremos que ele consiste, por um lado, de partes relativamente claras e compactas e, por outro, de partes que servem de material de ligação e que, provavelmente, foram inseridas num estágio posterior, do mesmo modo que, na leitura, inserimos quaisquer letras ou sílabas que possam ter sido acidentalmente omitidas. Assim, os ditos nos sonhos têm uma estrutura similar à da brecha, na qual blocos razoavelmente grandes de vários tipos de rocha são consolidados por uma massa intermediária de ligação. [Ver em [1].]

Rigorosamente falando, essa descrição aplica-se apenas aos ditos nos sonhos que possuem algo da qualidade sensorial da fala, e que são descritos pela própria pessoa que

sonha como sendo ditos. Outros tipos de ditos, que não são, por assim dizer, sentidos pelo sonhador como tendo sido ouvidos ou pronunciados (isto é, que não têm nenhum acompanhamento acústico ou motor no sonho), são meramente pensamentos como os que ocorrem em nossa atividade de pensamento da vigília, e são amiúde transportados sem modificação para nossos sonhos. Outra fonte abundante desse tipo de ditos indiferenciados, embora difícil de acompanhar, parece ser proporcionada pelo material que foi *lido*. Mas o que quer que se destaque acentuadamente nos sonhos como um dito pode ser rastreado até sua origem em ditos reais que tenham sido proferidos ou ouvidos pelo sonhador.

Alguns exemplos indicando que os ditos nos sonhos têm essa origem já foram fornecidos por mim no curso de análises de sonhos que citei para fins inteiramente diversos. Assim, no “inocente” sonho com o mercado relatado em [1], as palavras proferidas, “isso não se consegue mais”, serviram para me identificar com o açougueiro, enquanto uma parte do outro dito, “não reconheço isso; não vou levá-lo”, foi responsável, de fato, por tornar o sonho “inocente”. A sonhadora, como se poderá recordar, após lhe ter sido feita certa sugestão pela cozinheira na véspera, respondera com as palavras: “Não reconheço isso; comporte-se direito!” A *primeira* parte desse dito, que soou de forma inocente, foi transportada para o sonho à guisa de alusão à sua *segunda* parte, que se ajustava esplendidamente à fantasia subjacente ao sonho, mas que, ao mesmo tempo, a teria traído.

Eis aqui outro exemplo que pode servir por muitos, todos conducentes à mesma conclusão.

O sonhador estava num grande pátio onde alguns cadáveres estavam sendo queimados. “Vou embora!” disse ele, “não suporto ver isso”. (Isso não foi claramente um dito.) Encontrou-se então com os dois aprendizes de açougueiro. “E então”, perguntou, “estava gostoso?” “Não”, respondeu um deles, “nem um bocadinho” - como se tivesse sido carne humana.

O pretexto inocente do sonho foi o seguinte. O sonhador e sua mulher, depois do jantar, tinham feito uma visita a seus vizinhos, que eram pessoas excelentes, mas não exatamente *apetitosas*. A idosa e hospitaleira senhora estava justamente ceando e tentara forçá-lo (existe uma expressão de sentido sexual que é jocosamente empregada entre os homens para expressar esta idéia) a provar um pouco. Ele declinara, dizendo não ter mais nenhum apetite: “Vamos”, retrucara ela, “você consegue!”, ou alguma coisa nesse sentido. Assim, ele fora obrigado a provar e a cumprimentara pela ceia, dizendo: “Estava muito gostoso.” Ao ver-se novamente a sós com sua mulher, ele reclamara da insistência da vizinha e também da qualidade da comida. O pensamento “Não suporto ver isso”, que também no sonho não chegou a emergir como um dito em sentido estrito, era uma alusão aos encantos físicos da senhora de quem partira o convite, e deve ser considerado como significando que ele não tinha nenhum desejo de olhá-los.

Maiores esclarecimentos podem ser extraídos de outro sonho, que relatarei a propósito disso por causa do dito muito claro que formou seu ponto central, embora tenha de adiar sua explicação integral para depois de minha discussão dos afetos nos sonhos [em [1]]. *Tive um sonho muito claro. Eu fora ao laboratório de Brücke à noite e, em resposta a uma leve batida na porta, abri-a para o (falecido) Professor Fleischl, que entrou com diversos estranhos e, após trocar algumas palavras, sentou-se à sua mesa. Isso foi seguido por um segundo sonho. Meu amigo Fl. [Fliess] tinha vindo discretamente a Viena em julho. Encontrei-o na rua, conversando com meu (falecido) amigo P., e fui com eles a algum lugar onde se sentaram um diante do outro, como se estivessem a uma pequena mesa. Sentei-me à cabeceira, em sua parte mais estreita. Fl. falou sobre sua irmã e disse que em três quartos de hora ela estava morta, acrescentando algo assim como “esse foi o limiar”. Como P. não conseguisse entendê-lo, Fl. voltou-se para mim e me perguntou quanto eu havia falado com P. sobre suas coisas. Diante disso, dominado por estranhas emoções, tentei explicar a Fl. que P. (não podia entender coisa alguma, é claro, porque) não estava vivo. Mas o que realmente disse - e eu próprio notei o erro - foi “NON VIXIT”. Dirigi então a P. um olhar penetrante. Ante meu olhar fixo, ele empalideceu; e sua forma tornou-se indistinta e seus olhos adquiriram um tom azul doentio - e por fim, ele se dissolveu. Fiquei muito satisfeito com isso e compreendi então que Ernst Fleischl também não passara de uma aparição, um “revenant” [“fantasma” - literalmente, “aquele que retorna”]; e me pareceu perfeitamente possível que pessoas assim só existissem enquanto se quisesse, e que pudessem ser descartadas se outra pessoa o desejasse.*

Esse belo espécime reúne muitas das características dos sonhos - o fato de eu ter exercido minhas faculdades críticas durante o sono e de eu próprio haver notado meu erro quando disse “*Non vixit*”, em vez de “*Non vivit*” [isto é, “ele não viveu”, em vez de “ele não estava vivo”]; minha maneira despreocupada de lidar com pessoas que estavam mortas e eram reconhecidas como mortas no próprio sonho; o absurdo de minha inferência final e a grande satisfação que me proporcionou. De fato, esse sonho exhibe tantas dessas características intrigantes que eu daria muito para poder fornecer a solução completa de seus enigmas. A rigor, porém, sou incapaz de fazê-lo - ou seja, de fazer o que fiz no sonho, de sacrificar à minha ambição pessoas a quem valorizo imensamente. Qualquer escamoteamento, contudo, destruiria o que sei muito bem ser o sentido do sonho; por isso me contentarei, tanto aqui como num contexto posterior [em [1]], em selecionar apenas alguns de seus elementos para interpretação.

A característica central do sonho foi uma cena em que aniquilei P. com um olhar. Seus olhos se transformaram num azul estranho e sinistro e ele se dissolveu. Essa cena foi inequivocamente copiada de outra que eu realmente vivenciara. Na ocasião que tenho em mente, eu era instrutor no Instituto de Fisiologia e tinha de começar a trabalhar de manhã cedo. Chegou aos ouvidos de *Brücke* que, às vezes, eu chegava tarde ao laboratório dos

alunos. Certa manhã, ele apareceu pontualmente na hora em que o laboratório abria e aguardou minha chegada. Suas palavras foram breves e incisivas. Mas o importante não foram as palavras. O que me desarmou foram os terríveis olhos azuis com que me fitou e que me reduziram a zero - exatamente como aconteceu com P. no sonho, onde, para meu alívio, os papéis se inverteram. Ninguém que consiga lembrar-se dos olhos desse grande homem, que preservaram sua beleza marcante mesmo na velhice, e que algum dia o tenha visto enfurecido, achará difícil imaginar as emoções do jovem pecador.

Muito tempo se passou, entretanto, antes que eu conseguisse descobrir a origem do “*Non vixit*” com que proferi minha sentença no sonho. Finalmente, porém, ocorreu-me que essas duas palavras tinham alto grau de clareza no sonho, não como palavras ouvidas ou faladas, mas como palavras *vistas*. Percebi então, de imediato, de onde provinham. No pedestal do Monumento ao Imperador José de Hofburg [Palácio Imperial], em Viena, acham-se inscritas estas palavras expressivas:

Saluti patriae vixit non diu sed Totus.

Extraí dessa inscrição apenas o bastante para que se encaixasse numa cadeia de idéias hostil entre os pensamentos oníricos, o suficiente para dar a entender que “esse sujeito não tem nada que dar opinião no assunto - ele nem sequer está vivo”. E isso me fez recordar que eu tivera o sonho poucos dias depois da inauguração do monumento em homenagem a Fleischl nas galerias da Universidade. Nessa época, eu tornara a ver o monumento a Brücke e devo ter refletido (inconscientemente) com pesar sobre o fato de que a morte prematura de meu brilhante amigo P., cuja vida inteira fora devotada à ciência, furtara-lhe o merecido direito a um monumento naquele mesmo recinto. Assim, dei-lhe esse monumento em meu sonho; e, aliás, como me recordei, seu primeiro nome era Josef [José].

Pelas regras da interpretação dos sonhos, nem assim eu tinha direito a passar do *Non vixit* derivado de minha recordação do Monumento ao Imperador José ao *Non vivit* exigido pelo sentido dos pensamentos oníricos. Devia haver algum outro elemento nos pensamentos do sonho que ajudasse a tornar possível a transição. Ocorreu-me então ser digno de nota que, na cena do sonho, havia uma convergência de uma corrente de sentimento hostil e uma afetiva para com meu amigo P., estando a primeira na superfície e a segunda oculta, mas ambas representadas na expressão única *Non vixit*. Como fosse digno de homenagens pela ciência, erigi-lhe um monumento comemorativo; mas, como era culpado de um desejo malévolo (que se expressou no final do sonho), eu o aniquilei. Notei que esta última frase tinha uma cadência toda especial, e devo ter tido algum modelo em minha mente. Onde se poderia encontrar uma antítese dessa natureza, uma justaposição como essa de duas reações opostas a uma única pessoa, ambas alegando ser completamente justificadas e, ainda assim, não

incompatíveis? Somente numa passagem da literatura - mas uma passagem que exerce profunda impressão sobre o leitor: no discurso de autojustificação de Brutus em *Júlio César*, de Shakespeare [iii, 2]; “Como César me amou, choro por ele; como foi afortunado, regozijo-me com isso; como era bravo, respeito-o; mas, como foi ambicioso, matei-o”. Não eram a estrutura formal dessas frases e seu sentido antitético precisamente os mesmos que no pensamento onírico eu desvendara? Assim, eu estivera desempenhando o papel de Brutus no sonho. Se ao menos pudesse encontrar outra prova, no conteúdo do sonho, para confirmar esse surpreendente traço de união colateral! Ocorreu-me uma prova possível: “*Meu amigo Fl. veio a Viena em julho.*” Não havia nenhuma base na realidade para esse detalhe do sonho. Que eu soubesse, meu amigo Fl. nunca estivera em Viena em julho. Mas o mês de julho recebeu esse nome a partir de Júlio César e poderia, portanto, representar muito bem a alusão que eu queria à idéia intermediária de eu desempenhar o papel de Brutus.

Por estranho que pareça, realmente desempenhei o papel de Brutus um dia. Certa ocasião, atuei na cena entre Brutus e César, de Schiller, ante uma platéia de crianças. Tinha quatorze anos na época e estava representando com um sobrinho um ano mais velho que eu. Ele viera da Inglaterra visitar-nos; e também ele era um *revenant*, pois era o companheiro de brincadeiras de meus primeiros anos de vida que nele retornavam. Até o final de meus três anos, tínhamos sido inseparáveis. Tínhamos amado um ao outro e lutado um com o outro; e essa relação infantil, como já sugeri acima [em [1] e [2]], exerceu uma influência decisiva sobre todas as minhas relações subseqüentes com contemporâneos. Desde aquela época, meu sobrinho John tem tido muitas reencarnações, que reviveram ora um lado, ora outro de sua personalidade, inalteravelmente fixada em minha memória inconsciente. Deve ter havido ocasiões em que ele me tratou muito mal, e devo ter demonstrado coragem perante meu tirano, pois, anos mais tarde, falaram-me muitas vezes sobre um breve discurso feito por mim em minha própria defesa, quando meu pai, que era ao mesmo tempo avô de John, me disse em tom de acusação: “Por que você está batendo no John?” Minha resposta - eu ainda não tinha dois anos nessa época - foi “Bati nele porque ele me bateu”. Deve ter sido essa cena de minha infância que desviou o “*Non vivit*” para “*Non vixit*”, pois, na linguagem das crianças mais velhas, o termo usado para bater é “*wichsen*” [pronunciado como o inglês “*vixen*”]. O trabalho do sonho não se envergonha de usar elos como esse. Havia pouco fundamento na realidade para minha hostilidade em relação a meu amigo P., que era muito superior a mim e, por esse motivo, se adequava perfeitamente para figurar como uma nova edição do meu antigo companheiro de folguedos. Essa hostilidade, portanto, certamente remontaria a minhas complicadas relações infantis com John. [Ver ainda em [1]] [2]

Como já disse, voltarei a este sonho posteriormente.

(G) SONHOS ABSURDOS - ATIVIDADE INTELECTUAL NOS SONHOS

No curso de nossas interpretações dos sonhos esbarramos tantas vezes no elemento do absurdo que não mais podemos adiar o momento de investigar sua origem e seu eventual significado. E isso, porque convém lembrar que o caráter absurdo dos sonhos tem proporcionado àqueles que negam o valor deles um de seus principais argumentos para encará-los como o produto sem sentido de uma atividade mental reduzida e fragmentada [ver em [1]].

Começarei por dar alguns exemplos nos quais o absurdo é apenas aparente e desaparece tão logo o sentido do sonho é examinado mais detidamente. Eis aqui dois ou três sonhos que versam (por acaso, como talvez pareça à primeira vista) sobre o pai morto do sonhador.

I

Este é o sonho de um paciente que perdera o pai seis anos antes. *O pai sofrera uma grave calamidade. Estava viajando no trem noturno, que descarrilara. Os assentos do vagão se entrechocaram e sua cabeça foi comprimida de um lado ao outro. O sonhador o viu então deitado numa cama, com um ferimento no supercílio esquerdo que se estendia em direção vertical. Ficou surpreso de que tivesse havido uma calamidade com o pai (visto que já estava morto, como acrescentou ao relatar-me o sonho). Como estavam claros os olhos dele!*

De acordo com a teoria dominante dos sonhos, teríamos de explicar o conteúdo desse sonho da seguinte maneira. Para começar, devemos supor que, enquanto imaginava o acidente, o sonhador deve ter-se esquecido de que o pai jazia em seu túmulo há vários anos; mas, à medida que o sonho prosseguiu, essa lembrança deve ter emergido, levando à surpresa ante seu próprio sonho enquanto ele ainda dormia. A análise nos ensina, contudo, que é visivelmente inútil procurar esse tipo de explicações. O sonhador encomendara um busto do pai a um escultor e o vira pela primeira vez dois dias antes do sonho. Era nisso que ele havia pensado como uma calamidade. O escultor nunca vira seu pai e trabalhara utilizando fotografias. No dia imediatamente anterior ao sonho, o sonhador, em sua devoção filial, mandara um velho criado da família ao estúdio para ver se ele faria a mesma opinião

da cabeça de mármore, a saber, que era muito estreita nas têmporas de um lado ao outro. O paciente passou então a recordar o material que contribuíra para a produção do sonho. Sempre que seu pai era atormentado por preocupações de negócios ou dificuldades familiares, ele tinha o hábito de pressionar as mãos sobre as têmporas, como se sentisse a cabeça larga demais e quisesse comprimi-la. - Quando o paciente contava quatro anos, estivera presente na ocasião em que uma pistola, que fora acidentalmente carregada, havia disparado e enegrecido os olhos do pai. (“*Como estavam claros os olhos dele!*”) - No ponto da testa em que o sonho situou o ferimento do pai aparecia um sulco profundo, durante sua vida, sempre que ele estava pensativo ou triste. O fato de esse sulco ter sido substituído no sonho por um ferimento levou à segunda causa excitante do sonho. O sonhador tirara uma fotografia de sua filhinha. A chapa lhe havia escorregado das mãos e, quando ele a apanhou, havia uma rachadura que se estendia perpendicularmente pela testa da menina, indo até o supercílio. Ele não pôde evitar uma premonição supersticiosa a esse respeito, visto que, dias antes do falecimento de sua mãe, ele quebrara uma chapa fotográfica com o retrato dela.

O absurdo desse sonho não passava, assim, do resultado de um descuido na expressão verbal, que não soube distinguir o busto e a fotografia da pessoa real. Qualquer um de nós poderia dizer [olhando para uma fotografia]: “Há algo errado com papai, não acha?” A aparência de absurdo no sonho teria sido fácil de evitar; e, se nos fosse dado julgar por esse exemplo único, ficaríamos inclinados a pensar que o aparente absurdo fora permitido ou mesmo deliberado.

II

Eis aqui outro exemplo, semelhante em quase todos os aspectos, de um de meus próprios sonhos. (Perdi meu pai em 1896.) *Após sua morte, meu pai desempenhava um papel político entre os magiares e os reunira politicamente. Vi nesse ponto uma imagem pequena e indistinta: uma multidão de homens, como se estivessem no Reichstag; alguém de pé sobre uma ou duas cadeiras, com outras pessoas ao seu redor. Lembrei-me de como ele separecera com Garibaldi em seu leito de morte, e fiquei contente de que aquela promessa se tivesse realizado.*

Que poderia ser mais absurdo do que isso? Foi um sonho ocorrido numa época em que os húngaros tinham sido arrastados pela obstrução parlamentar para um estado de ilegalidade e mergulhado na crise da qual foram salvos por Koloman Széll. O detalhe trivial de a cena do sonho aparecer em imagens de tamanho tão diminuto não deixou de ter importância para sua

interpretação. Nossos pensamentos oníricos costumam ser representados em imagens visuais que parecem ter mais ou menos o tamanho natural. A imagem que eu via em meu sonho, contudo, era a reprodução de uma xilogravura inserida numa história ilustrada da Áustria, que exibia Maria Teresa no Reichstag [Dieta] de Pressburg no famoso episódio de *“Moriatur pro rege nostro”*. Tal como Maria Teresa na fotografia, meu pai, no sonho, estava cercado pela multidão. Mas ele estava *de pé sobre uma ou duas cadeiras* [“cadeira” = “*Stuhl*”]. Ele *os tinha reunido* e, portanto, era um juiz-presidente [“*Stuhlrichter*”, literalmente, “Juiz de cadeira”.] (Um elo de ligação foi proporcionado pela expressão [alemã] coloquial “não precisaremos de nenhum juiz”.) - Os que o estávamos rodeando havíamos de fato observado como meu pai se parecia, em seu leito de morte, com Garibaldi. Ele tivera uma elevação de temperatura *post-mortem*, ficando suas maçãs do rosto enrubescidas e cada vez mais vermelhas... Ao recordar isso, meus pensamentos prosseguiram involuntariamente:

Und hinter ihm in wesenlosem Scheine

Lag, was uns alle bändigt, das Gemeine.

Esses pensamentos elevados prepararam o terreno [na análise] para o aparecimento de algo que era comum [“*gemein*”] em outro sentido. A elevação de temperatura *post-mortem* de meu pai correspondeu às palavras “após sua morte” no sonho. Seu sofrimento mais agudo fora causado por uma paralisia completa (*obstrução*) dos intestinos durante suas últimas semanas. Daí decorreu toda sorte de pensamentos desrespeitosos. Um de meus contemporâneos que perdera o pai enquanto ainda estava no curso secundário - nessa ocasião, eu mesmo ficara profundamente emocionado e me oferecera para ser seu amigo - certa feita me contou, desdenhosamente, como uma de suas parentas passara por uma experiência dolorosa. Seu pai caíra morto na rua e fora levado para casa; quando despiram o cadáver, verificou-se que no momento da morte, ou *post-mortem*, ele tivera uma evacuação [“*Stuhl*”]. A filha se sentira tão desgostosa com isso que não conseguia impedir que esse detalhe odioso lhe perturbasse a lembrança do pai. Chegamos aqui ao desejo que se corporificou nesse sonho. “Erguer-se ante os olhos dos filhos, após a morte, grande e imaculado” - quem não desejaria isto? O que aconteceu com o absurdo do sonho? Seu aparente absurdo deve-se apenas ao fato de ele ter fornecido uma imagem literal de uma figura de retórica que é em si perfeitamente legítima e na qual habitualmente desprezamos qualquer absurdo envolvido na contradição entre duas partes. Nesse exemplo, mais uma vez,

é impossível fugir à impressão de que o aparente absurdo é intencional e foi deliberadamente produzido. [1]

A freqüência com que as pessoas mortas aparecem em sonhos, [1] interagindo e se associando conosco como se estivessem vivas, tem causado surpresa desnecessária e produzido algumas explicações notáveis, que põem em grande destaque nossa falta de compreensão dos sonhos. Não obstante, a explicação desses sonhos é muito óbvia. É freqüentemente nos apanharmos pensando: “Se meu pai fosse vivo, o que diria sobre isto?” Os sonhos são incapazes de expressar um “se” dessa ordem, salvo representando a pessoa em questão como presente em alguma situação específica. Assim, por exemplo, um rapaz que recebera uma grande herança do avô sonhou, numa época em que se recriminava por ter gasto uma considerável soma de dinheiro, que seu avô estava vivo novamente e lhe pedia contas. E quando, por não cairmos nessa cilada, protestamos que afinal de contas a pessoa em questão está morta, o que consideramos como uma crítica ao sonho é, na realidade, uma idéia consoladora de que a pessoa morta não viveu para testemunhar o acontecimento, ou um sentimento de satisfação por ela já não poder interferir.

Há um outro tipo de absurdo que ocorre nos sonhos com parentes mortos mas não expressa ridicularização nem escárnio. Indica um extremo grau de repúdio e, desse modo, possibilita representar uma idéia recalcada que o sonhador preferiria encarar como totalmente impensável. Parece impossível elucidar tais sonhos, a menos que se tenha em mente o fato de que os sonhos não estabelecem diferença entre o que é desejado e o que é real. Por exemplo, um homem que cuidara do pai durante sua última doença e ficara profundamente acabrunhado com sua morte teve o seguinte sonho absurdo algum tempo depois. *O pai estava vivo de novo e conversava com ele em seu estilo usual, mas (isso é que foi notável) ele havia realmente morrido, só que não o sabia.* Este sonho só se torna inteligível se, após as palavras “mas ele havia realmente morrido”, inserirmos “em conseqüência do desejo do sonhador”, e se explicarmos que o que “ele não sabia” era que o sonhador tivera esse desejo. Enquanto cuidava do pai, o filho desejara repetidamente que ele morresse, isto é, tivera o que, a rigor, era um pensamento piedoso, no sentido de que a morte poderia pôr termo aos sofrimentos dele. Durante o luto, após a morte do pai, até mesmo esse desejo compassivo tornou-se tema de auto-recriminação inconsciente, como se, por meio disso, ele tivesse realmente contribuído para abreviar a vida do homem enfermo. O despertar dos impulsos infantis primitivos do sonhador contra o pai tornou possível que essa auto-recriminação se expressasse como um sonho; mas foi precisamente o fato de o instigador do sonho e os pensamentos diurnos serem tão diametralmente opostos que exigiu o aspecto absurdo do sonho. [1]

É verdade que os sonhos com mortos amados pelo sonhador levantam problemas difíceis

na interpretação do sonho e que nem sempre podem ser satisfatoriamente solucionados. A razão disso se encontra na ambivalência emocional de cunho particularmente acentuado que domina a relação do sonhador com a pessoa morta. É muito comum, nos sonhos dessa espécie, a pessoa morta ser tratada, de início, como se estivesse viva, depois, subitamente, revelar-se morta e, numa parte posterior do sonho, estar viva outra vez. Isso tem o efeito de confundir. Por fim, ocorreu-me que essa alternância entre morte e vida visa a representar a *indiferença* do sonhador. (“Tanto se me dá que ele esteja vivo ou morto.”) Essa indiferença, evidentemente, não é real, mas apenas desejada; destina-se a ajudar o sonhador a repudiar suas atitudes emocionais muito intensas e amiúde contraditórias, tornando-se assim uma representação onírica de sua *ambivalência*. - Em outros sonhos em que o sonhador interage com pessoas mortas, a seguinte regra muitas vezes ajuda a nos orientar: não havendo no sonho nenhuma menção ao fato de que o homem morto está morto, o sonhador se está equiparando com ele - está sonhando com sua própria morte. Se, no curso do sonho, o sonhador de repente diz a si próprio com surpresa, “ora, mas ele já morreu há tanto tempo”, está repudiando essa equiparação e negando que o sonho signifique sua própria morte. - Mas de bom grado confesso a impressão de que a interpretação dos sonhos está longe de ter revelado todos os segredos dos sonhos dessa natureza.

III

No exemplo que exporei a seguir, pude surpreender o trabalho do sonho no próprio ato de fabricar intencionalmente um absurdo para o qual não havia margem alguma no material. Foi extraído do sonho que me despertou de meu encontro com o Conde Thun quando eu estava partindo em viagem de férias. [Ver em [1]] *Eu estava num tîlburi e ordenei ao cocheiro que me levasse a uma estação. “Não posso ir com o senhor ao longo da própria linha férrea”, disse eu, depois de ele ter levantado alguma objeção, como se eu o tivesse fatigado demais. Era como se eu tivesse viajado com ele parte da distância que normalmente se percorre de trem.* A análise produziu as seguintes explicações dessa história confusa e sem sentido. No dia anterior, eu alugara um tîlburi para me levar a uma rua afastada em Dornbach. O condutor, contudo, não sabia onde ficava a rua e, como tendem a fazer essas excelentes pessoas, ficou a dar voltas e mais voltas, até que, finalmente, notei o que estava acontecendo e lhe indiquei o caminho certo, acrescentando alguns comentários sarcásticos. Uma cadeia de idéias à qual eu retornaria depois, na análise, levou-me desse condutor aos aristocratas. Na ocasião, foi apenas a idéia passageira de que o que nos impressiona nos aristocratas, a nós da plebe burguesa, é a preferência que eles têm por

ocupar o lugar do condutor. O Conde Thun, de fato, era o condutor do carro do Estado na Áustria. A frase seguinte do sonho, todavia, referia-se a meu irmão, que eu estava assim identificando com o condutor do veículo. Naquele ano, eu havia cancelado uma viagem que faria com ele à Itália. (“*Não posso ir com você pela própria linha do trem.*”) E esse cancelamento fora uma espécie de castigo pelas queixas que ele costumava fazer no sentido de que eu tinha o hábito de cansá-lo demais nessas viagens (isso apareceu no sonho sem alterações), ao insistir em me deslocar muito depressa de um lugar para outro e em ver demasiadas belezas num único dia. Na noite do sonho, meu irmão me acompanhara até a estação, mas descera pouco antes de chegarmos lá, na estação ferroviária suburbana adjacente ao terminal da linha principal, para ir a Purkersdorf pela linha suburbana. Fiz-lhe notar que ele poderia ficar um pouco mais comigo indo até Purkersdorf pela linha principal, em vez da suburbana. Isso levou ao trecho do sonho em que percorri de tálburi *parte da distância que normalmente se percorre de trem*. Foi uma inversão do que havia ocorrido na realidade - uma espécie de argumento “*tu quoque*”. O que eu dissera a meu irmão tinha sido: “você pode percorrer na linha principal, em minha companhia, a distância que percorreria pela linha suburbana”. Provoquei toda a confusão do sonho ao colocar “carro” no lugar de “linha suburbana” (o que, aliás, foi muito útil para reunir as figuras do condutor e de meu irmão). Dessa maneira, consegui produzir no sonho algo sem sentido, que parece quase impossível de desenredar e é quase uma contradição direta do meu comentário anterior no sonho (“*Não posso ir com o senhor pela própria linha do trem*”). Dado, porém, que não havia necessidade alguma de eu confundir a ferrovia suburbana com um carro, devo ter preparado propositadamente toda essa história enigmática do sonho.

Mas, com que propósito? Agora descobriremos o significado do absurdo nos sonhos e os motivos que fazem com que ele seja consentido ou mesmo criado. A solução do mistério neste sonho foi a seguinte: eu precisava que houvesse nesse sonho algo de absurdo e ininteligível ligado à palavra “*fahren*”, porque os pensamentos oníricos incluíam um certo juízo que pedia representação. Uma noite, quando me encontrava na casa da hospitaleira e espirituosa senhora que aparecia como “zeladora” numa das outras cenas do mesmo sonho, eu ouvira duas charadas, que não pude solucionar. Uma vez que elas eram conhecidas do restante do grupo, fiz um papel um tanto ridículo em minhas vãs tentativas de encontrar as respostas. Elas dependiam de trocadilhos com as palavras “*Nachkommen*” e “*Vorfahren*” e, creio eu, diziam o seguinte:

Der Herr befiehlt’s,

Der Kutscher tut’s.

Ein jeder hat's,

Im Grabe ruht's.

[O patrão manda,

O cocheiro faz:

Todos o têm,

Na tumba jaz.]

(Resposta: “*Vorfahren*” [“Seguir viagem“ e “ascendência”; mais literalmente, “ir adiante” e “antepassados”].)

O que causava uma confusão especial era que a primeira metade da segunda charada era idêntica à da primeira:

Der Herr befiehlt's,

Der Kutscher tut's.

Nicht jeder hat's,

In der Wiege ruht's.

[O patrão manda,

cocheiro faz:

Nem todos o têm,

No berço jaz.]

(Resposta: “*Nachkommen*” [“Seguir atrás” e “descendência”; mais literalmente, “vir depois” e “descendentes”].)

Quando vi o Conde Thun *seguir viagem* com tanta imponência e quando, depois disso, entrei no estado de espírito de Fígaro, com suas observações sobre a bondade dos grandes senhores por se terem dado ao trabalho de nascer (de se tornarem *descendência*), essas duas charadas foram adotadas pelo trabalho do sonho como pensamentos intermediários. Visto que os aristocratas podiam ser facilmente confundidos com condutores e visto que houve época, em nossa parte do mundo, em que um condutor era chamado de “*Schwager*” [“cocheiro” e “cunhado”], o trabalho de condensação pôde introduzir meu irmão na mesma imagem. Entretanto, o pensamento onírico que agia por trás de tudo isso dizia: “É absurdo orgulhar-se dos ancestrais; é preferível ser um antepassado”. Esse julgamento de que algo “é absurdo” foi o que produziu a aparência de absurdo no sonho. E isso também esclarece o enigma remanescente nessa obscura região do sonho, ou seja, a razão por que pensei já ter viajado com o condutor *antes* [*vorhergefahren* (“viajado antes”) - *vorgefahren* (“seguido viagem”) - “*Vorfahren*” (“ascendência”)].

Um sonho se torna absurdo, portanto, quando o julgamento de que algo “é absurdo” figura entre os elementos incluídos nos pensamentos oníricos - isto é, quando qualquer das cadeias de idéias inconscientes do sonhador tem por motivo a crítica ou a ridicularização. O absurdo, por conseguinte, é um dos métodos pelos quais o trabalho do sonho representa uma contradição - juntamente com outros métodos como a inversão, no conteúdo do sonho, de uma relação material nos pensamentos oníricos ([em [1]], ou a exploração da sensação de inibição motora [em [1]]. Todavia, o absurdo num sonho não deve ser traduzido por um simples “não”; destina-se a reproduzir o *estado de ânimo* dos pensamentos oníricos que combina o escárnio ou o riso com a contradição. É somente com tal finalidade em vista que o trabalho do sonho produz algo ridículo. Também aqui *ele dá uma forma manifesta a uma parcela do conteúdo latente*. [1]

Na realidade, já deparamos com um exemplo convincente de um sonho absurdo com esse tipo de sentido: o sonho - interpretei-o sem nenhuma análise - da encenação de uma ópera de

Wagner que durou até quinze para as oito da manhã e no qual a orquestra era regida de uma torre, etc. (ver em [1]). Ele evidentemente queria dizer: “Este é um mundo *às avessas* e uma sociedade *maluca*; a pessoa que merece algo não o consegue, e a pessoa que não se importa com algo *realmente* o consegue” - e nesse aspecto, a sonhadora estava comparando seu destino com o de sua prima. Tampouco é por mero acaso que nossos primeiros exemplos de absurdo nos sonhos se relacionaram com um pai morto. Nesses casos, as condições para a criação de sonhos absurdos se reúnem de maneira característica. A autoridade exercida pelo pai provoca a crítica de seus filhos já numa tenra idade, e a severidade das exigências que lhes faz leva-os, para seu próprio alívio, a ficarem de olhos abertos para qualquer fraqueza do pai; entretanto, a devoção filial evocada em nossa mente pela figura do pai, particularmente após sua morte, torna mais rigorosa a censura, que impede qualquer crítica desse tipo de ser conscientemente expressa.

IV

Eis outro sonho absurdo sobre um pai morto. *Recebi uma comunicação da câmara municipal de minha terra natal, referente aos honorários devidos pela manutenção de alguém no hospital no ano de 1851, que fora exigida por um ataque que esse alguém tivera em minha casa. Isso me pareceu engraçado, pois, em primeiro lugar, eu ainda não era nascido em 1851 e, em segundo, meu pai, com quem isso poderia estar relacionado, já estava morto. Fui vê-lo no quarto ao lado, onde ele estava deitado em sua cama, e lhe contei isso. Para minha surpresa, ele se lembrou de que, em 1851, tinha-se embriagado certa vez e tivera de ser trancafiado ou detido. Isso acontecera numa época em que ele trabalhava para a firma T --. “Quer dizer que você também costumava beber?, perguntei;” “você se casou logo depois disso?” Calculei que, naturalmente, eu nascera em 1856, que parecia ser o ano imediatamente seguinte ao ano em questão.*

A partir da discussão anterior, concluiríamos que a insistência com que este sonho exhibia seus absurdos só poderia ser tomada como indicadora da presença, nos pensamentos oníricos, de uma polêmica particularmente acirrada e apaixonada. Assim sendo, ficaremos extremamente surpresos ao observar que, neste sonho, a polêmica se deu abertamente, e que meu pai foi o objeto explícito de ridicularização. Tal franqueza parece contradizer nossos pressupostos acerca da ação da censura ligada ao trabalho do sonho. A situação se tornará mais clara, porém, ao se perceber que, neste exemplo, meu pai foi simplesmente apresentado como um testa-de-ferro e que a disputa realmente se dava com outra pessoa que só apareceu

no sonho numa única alusão. Enquanto que, normalmente, o sonho versa sobre uma rebelião contra outra pessoa por trás de quem se oculta o pai do sonhador, aqui se deu o oposto. Meu pai fora transformado num espantalho para encobrir outra pessoa; e o sonho teve permissão de tratar dessa maneira indisfarçada uma figura que, em geral, era tratada como sagrada, porque, ao mesmo tempo, eu sabia com certeza que não era realmente a ele que se aludia. Que era esse o estado de coisas ficou demonstrado pela causa excitante do sonho. É que ele ocorreu depois de eu ter tomado conhecimento de que um de meus colegas mais velhos, cuja opinião era considerada acima de qualquer crítica, havia expressado sua desaprovação e surpresa ante o fato de o tratamento psicanalítico de um de meus pacientes já ter entrado em seu quinto ano. As primeiras frases do sonho aludiam, sob um disfarce transparente, ao fato de, por algum tempo, esse colega haver assumido as obrigações que meu pai já não podia cumprir (“*honorários devidos*”, “*manutenção no hospital*”) e de, quando nossas relações começaram a ser menos amistosas, eu ter-me envolvido no mesmo tipo de conflito emocional que, ao surgir um desentendimento entre pai e filho, é inevitavelmente produzido, graças à posição ocupada pelo pai e à assistência anteriormente prestada por ele. Os pensamentos oníricos protestaram amargamente contra a reprimenda de que eu *não estava progredindo mais depressa* - reprimenda que, aplicando-se primeiro a meu tratamento do paciente, estendeu-se depois a outras coisas. Conheceria ele alguém, pensei, que pudesse ir mais depressa? Será que não percebia que, salvo por meus métodos de tratamento, essas condições eram inteiramente incuráveis e duravam a vida toda? *O que eram quatro ou cinco anos* comparados a uma vida inteira, especialmente considerando que a existência do paciente fora tão facilitada durante o tratamento?

Grande parte da impressão de absurdo desse sonho foi ocasionada pelo encadeamento de frases de diferentes partes dos pensamentos oníricos sem qualquer transição. Assim, a frase “*Fui vê-lo no quarto ao lado*”, etc., abandonou o assunto de que vinham tratando as frases anteriores e reproduziu corretamente as circunstâncias em que informei a meu pai ter ficado noivo sem consultá-lo. Essa frase, portanto, lembrava-me o admirável desprendimento demonstrado pelo ancião nessa oportunidade, contrastando-o com o comportamento de um terceiro - de mais outra pessoa. Convém observar que o sonho recebeu permissão para ridicularizar meu pai porque, nos pensamentos oníricos, ele era reconhecido, com irrestrita admiração, como um modelo para outras pessoas. E da própria natureza de toda censura que, dentre as coisas proibidas, ela permita que se digam as que são *falsas*, e não as que são *verdadeiras*. A frase seguinte, no sentido de ele se lembrar que “*tinha-se embriagado certa vez e fora trancafiado por isso*”, já não dizia respeito a nada que se relacionasse com meu pai na realidade. Aqui, a figura que ele representava era nada mais, nada menos que o grande Meynert, cujas pegadas eu seguira com profunda veneração e cujo comportamento para comigo, após um breve período de predileção, transformara-se em hostilidade indisfarçada. O sonho me fez lembrar que ele próprio me contara que, em certa época de sua

juventude, entregara-se ao hábito de *se embriagar com clorofórmio* e que, por causa disso, tivera de ir para um *sanatório*. Fez-me lembrar também de outro incidente com ele, pouco antes de sua morte. Havíamos travado uma acirrada controvérsia, por escrito, sobre o tema da histeria masculina, cuja existência ele negava. Quando o visitei durante sua enfermidade fatal e indaguei sobre suas condições, ele se estendeu um pouco sobre seu estado e terminou com estas palavras: “Você sabe, sempre fui um dos casos mais claros de histeria masculina”. Estava assim admitindo, para minha satisfação e espanto, aquilo que por tanto tempo contestara obstinadamente. Mas a razão por que me foi possível, nessa cena do sonho, utilizar meu pai como um disfarce para Meynert não residia em qualquer analogia que eu houvesse descoberto entre as duas figuras. A cena era uma representação concisa, mas inteiramente apropriada, de uma frase condicional nos pensamentos oníricos, cuja íntegra dizia: “Se ao menos eu tivesse sido a segunda geração, o filho de um professor ou de um *Hofrat* [conselheiro áulico], certamente teria *progredido mais depressa*”. No sonho, transformei meu pai num *Hofrat* e professor. - O mais clamoroso e perturbador absurdo do sonho reside em seu tratamento da data 1851, que me parecia não diferir de 1856, *como se uma diferença de cinco anos não tivesse importância alguma*. Mas isso era exatamente o que os pensamentos oníricos procuravam expressar. *Quatro ou cinco anos* eram o intervalo durante o qual desfrutei do apoio do colega que mencionei antes nesta análise; mas eram também o período durante o qual eu fizera minha noiva esperar por nosso casamento; e era também, por uma coincidência fortuita, avidamente explorada pelos pensamentos oníricos, o tempo que fiz meu paciente mais antigo esperar por uma recuperação completa. “*O que são cinco anos?*” perguntavam os pensamentos oníricos; “*no que me concerne, esse prazo não é nada; não conta*. Tenho bastante tempo à minha frente. E, assim como acabei conseguindo *aquilo*, embora não acreditassem, também realizarei *isto*.” Afora isso, contudo, o número 51 em si, sem os algarismos relativos ao século, foi determinado num outro sentido, a rigor, oposto; e foi também por isso que apareceu no sonho diversas vezes. Cinquenta e um é a idade que parece particularmente perigosa para os homens; conheci colegas que morreram subitamente nessa idade e, entre eles, um que, após longas demoras, fora nomeado professor poucos dias antes de sua morte.

V

Aqui temos mais um sonho absurdo que joga com números. *Um de meus conhecidos, o Sr.*

M., fora atacado num ensaio com um injustificado grau de violência, ao que todos pensamos, por ninguém menos que Goethe. O Sr. M., naturalmente, ficou arrasado com o ataque. Queixou-se amargamente dele com algumas pessoas que o acompanhavam à mesa; sua veneração por Goethe, entretanto, não foi afetada por essa experiência pessoal. Tentei esclarecer um pouco os dados cronológicos, que me pareciam improváveis. Goethe morreu em 1832. Uma vez que seu ataque ao Sr. M. teria naturalmente sido feito antes disso, o Sr. M. devia ser um homem muito jovem na ocasião. Pareceu-me uma noção plausível que tivesse dezoito anos. Eu não tinha muita certeza, porém, do ano em que escrevíamos, de modo que todo o meu cálculo se desfazia na obscuridade. A propósito, o ataque estava contido no famoso ensaio de Goethe sobre a “Natureza”.

Logo encontraremos meios de justificar o absurdo desse sonho. O Sr. M., com que eu travara conhecimento em meio a algumas *pessoas que me acompanhavam à mesa*, pedira-me não muito antes que examinasse seu irmão, que estava apresentando sinais de *paralisia geral*. A suspeita era correta; na ocasião dessa visita, aconteceu um episódio embaraçoso, pois no decorrer da conversa, o paciente, sem nenhuma razão justificável, revelou coisas íntimas sobre seu irmão ao falar de suas *loucuras juvenis*. Eu havia perguntado ao paciente o ano de seu nascimento e o fizera efetuar várias pequenas somas, para testar a debilitação de sua memória - embora, aliás, ele ainda ficasse perfeitamente à altura dos testes. Logo pude ver que, no sonho, eu próprio me havia comportado como um paralítico. (*Eu não tinha muita certeza do ano, porém, em que escrevíamos.*) Outra parte do material do sonho derivava de outra fonte recente. O editor de uma revista médica, com quem eu mantinha relações amistosas, publicara uma crítica altamente desfavorável, “*arrasadora*”, do último livro de meu amigo berlinense Fl. [Fliess]. A crítica fora escrita por um profissional muito *jovem*, que tinha pouco discernimento. Achei que tinha o direito de intervir e repreendi o editor por isso. Ele expressou um vivo pesar por haver publicado a crítica, mas se recusou a fazer qualquer retificação. Assim, cortei relações com a revista, mas, em minha carta de desligamento, expressei a esperança de que *nossas relações pessoais não fossem afetadas pelo acontecimento*. A terceira fonte do sonho fora um relato que eu acabara de escutar de uma paciente a respeito da doença mental de seu irmão e de como ele havia entrado em delírio frenético, aos gritos de “*Natureza! Natureza!*”. Os médicos acreditavam que sua exclamação proviesse do fato de ele ter lido o notável ensaio de Goethe sobre esse assunto, e que isso mostrava que ele se vinha extenuando em seus estudos de filosofia natural. Quanto a mim, preferi pensar no sentido sexual em que essa palavra é usada aqui, até mesmo pelas pessoas menos instruídas. Essa minha idéia ao menos não foi refutada pelo fato de o pobre rapaz, em seguida, ter mutilado seus próprios órgãos genitais. *Ele tinha dezoito anos* na ocasião de seu surto.

Posso acrescentar que o livro de meu amigo que fora tão severamente criticado (“fica-se

pensando se o autor é que é louco, ou se nós mesmos o somos”, dissera outro crítico) versava sobre os *dados cronológicos* da vida, e mostrava que a duração da vida *de Goethe* era um múltiplo de um número [de dias] que tem importância na biologia. Logo, é fácil perceber que, no sonho, eu me estava colocando no lugar de meu amigo. (*Tentei esclarecer um pouco os dados cronológicos.*) Mas comportei-me como um paralítico, e o sonho foi um amontoado de absurdos. Desse modo, os pensamentos oníricos diziam com ironia: “*Naturalmente, ele* [meu amigo F.] é que é o tolo, o maluco, e *vocês* [os críticos] é que são os gênios que sabem de tudo. É claro que, por acaso, não seria o inverso, não é mesmo?” Havia muitos exemplos dessa *inversão* no sonho. Por exemplo, Goethe atacava o rapaz, o que é absurdo, ao passo que ainda é fácil para um homem bastante jovem atacar Goethe, que é imortal. Além disso, fiz os cálculos a partir do ano da *morte* de Goethe, ao passo que fizera o paralítico calcular a partir do ano de seu *nascimento*. [Ver em [1], onde esse sonho já foi mencionado.]

Mas eu também me havia comprometido a mostrar que nenhum sonho é induzido por outros motivos que não os egoístas. [Ver em [1]] Logo, preciso explicar o fato de, no presente sonho, ter tornado minha a causa de meu amigo e ter-me colocado em seu lugar. A força de minha convicção crítica na vida de vigília não basta para explicar isso. A história do paciente de dezoito anos, contudo, e as diferentes interpretações de sua exclamação “*Natureza!*” eram alusões à oposição em que eu mesmo me encontrava perante muitos médicos, por causa de minha crença na etiologia sexual das psiconeuroses. Podia dizer a mim mesmo: “O tipo de crítica que foi aplicado a seu amigo será aplicado a você - na verdade, em certa medida, já *foi*”. O “*ele*” do sonho, portanto, pode ser substituído por “*nós*”: “Sim, vocês têm toda razão, *nós* é que somos os tolos.” Havia no sonho um lembrete muito claro de que “*mea res agitur*”, na alusão ao ensaio breve mais primorosamente escrito de Goethe, pois quando, ao final de meu tempo de escola, eu hesitava na escolha de uma carreira, foi escutar esse ensaio lido em voz alta numa conferência pública que me fez optar pelo estudo das ciências naturais. [1]

VI

Num ponto anterior deste volume, dispus-me a mostrar que outro sonho em que meu próprio eu não aparecia era, não obstante, egoísta. Em [1], relatei um curto sonho no qual o Professor M. dizia: “*Meu filho, o Míope...*” e expliquei que este era apenas um sonho

introdutório, preliminar a outro em que eu *realmente* desempenhava um papel. Eis aqui o sonho principal que faltava, introduzindo uma forma verbal absurda e ininteligível que requer explicação.

Por causa de certos acontecimentos que haviam ocorrido na cidade de Roma, tornara-se necessário retirar as crianças para local seguro e isso foi feito. A cena transcorreu depois em frente a um portal, portas duplas no estilo antigo (a “Porta Romana” em Siena, como me dei conta durante o próprio sonho). Eu estava sentado na borda de uma fonte, extremamente deprimido e quase em lágrimas. Uma figura feminina - uma criada ou freira - trouxe dois meninos e os entregou ao pai deles, que não era eu. O mais velho dos dois era claramente meu filho maior; não vi o rosto do outro. A mulher que trouxera o menino pediu-lhe que lhe desse um beijo de despedida. Ela era singular por ter um nariz vermelho. O menino recusou-se a beijá-la, mas, estendendo a mão em sinal de despedida, disse “AUF GESERES” a ela e, depois, “AUF UNGESERES” a nós dois (ou a um de nós). Tive a impressão de que esta segunda frase denotava uma preferência.

Este sonho foi construído com base num emaranhado de pensamentos provocados por uma peça a que eu assistira, chamada *Das neue Ghetto* [*ONovo Gueto*]. O problema judaico, a preocupação com o futuro dos filhos, a quem não se pode dar uma pátria, a preocupação de educá-los de tal maneira que possam movimentar-se livremente através das fronteiras - tudo isso era facilmente reconhecível entre os pensamentos oníricos correspondentes.

“*Junto às águas da Babilônia nos sentamos e choramos.*” Siena, como Roma, é famosa por suas belas fontes. Quando Roma aparecia num de meus sonhos, era preciso que eu encontrasse um substituto para ela em alguma localidade que me fosse conhecida (ver em [1]). Perto da Porta Romana, em Siena, víamos um edifício grande e feericamente iluminado. Soubemos que era o *Manicomio*, o asilo de loucos. Pouco antes de ter o sonho, eu ouvira dizer que um homem de credo religioso igual ao meu fora obrigado a renunciar a um cargo que obtivera com grande esforço num manicômio estatal.

Nosso interesse é despertado pela frase “*Auf Geseres*” (num ponto em que a situação do sonho levaria a esperar por “*Auf Wiedersehen*”), bem como por seu oposto inteiramente sem sentido, “*Auf Ungeseres*”. De acordo com informações que recebi de filologistas, “*Geseres*” é uma palavra hebraica genuína, derivada do verbo “*goiser*”, e sua melhor tradução é “sofrimentos impostos” ou “fatalidade”. O uso dessa palavra na gíria nos inclinaria a supor que seu significado é de “pranto e lamentação”. “*Ungeseres*” era um neologismo particular meu e foi a primeira palavra a chamar minha atenção, só que, de início, nada pude extrair dela. Entretanto, o breve comentário ao final do sonho, no sentido de que “*Ungeseres*” denotava uma preferência sobre “*Geseres*”, abriu a porta às associações e, ao mesmo tempo, a uma elucidação da palavra. Uma relação análoga ocorre

no caso do caviar: o caviar *sem sal* [“*ungesalzen*”] é mais apreciado que o *salgado* [“*gesalzen*”]. “Caviar para o general”, pretensões aristocráticas; por trás disso havia uma alusão jocosa a uma pessoa de minha casa que, por ser mais moça do que eu, cuidaria de meus filhos no futuro, ao que eu esperava. Isso se harmonizou com o fato de que outra pessoa de minha casa, nossa excelente babá, fora reconhecivelmente retratada na empregada ou freira do sonho. Não existia ainda, contudo, nenhuma idéia transicional entre “*salgado - sem sal*” e “*Geseres - Ungeseres*”. Esta foi fornecida por “*fermentado - não fermentado*” [“*gesäuert - ungesäuert*”]. Em sua fuga do Egito, os Filhos de Israel não tinham tempo para deixar que sua massa de pão crescesse e, em memória disso, até hoje comem pão sem fermento na Páscoa. Neste ponto, posso inserir uma repentina associação que me ocorreu durante essa parte da análise. Lembrei-me de como, na Páscoa anterior, meu amigo de Berlim e eu estávamos passeando pelas ruas de Breslau, cidade em que éramos forasteiros. Uma garotinhaperguntou-me o caminho para determinada rua e fui obrigado a confessar que não sabia; e comentei com meu amigo: “Vamos esperar que, quando crescer, essa garotinha mostre mais discriminação na escolha das pessoas a quem pedir que a orientem”. Pouco depois, avistei uma placa numa porta com os dizeres “Dr. Herodes. Horário de Consulta...” “Tomara”, comentei, “que nosso colega não seja médico de crianças”. Entrementes, meu amigo ia me expondo suas idéias sobre a significação biológica da *simetria bilateral* e iniciara uma frase com as palavras “Se tivéssemos um olho no meio da testa, como um Ciclope...” Isso levou ao comentário do Professor no sonho introdutório, “*Meu filho, o Miope...*”, e fui então levado à fonte principal de “*Geseres*”. Muitos anos antes, quando esse filho do Professor M., hoje um pensador independente, sentava-se ainda nos bancos escolares, foi acometido por uma doença dos olhos que, declarou o médico, dava motivos para preocupação. Ele explicou que, enquanto a afecção permanecesse *de um lado* só, não teria importância, mas, se passasse para o *outro olho*, seria um caso grave. A afecção desapareceu completamente no primeiro olho, mas, pouco depois, apareceram realmente sinais de que o outro estava sendo afetado. A mãe do menino, aterrorizada, imediatamente mandou chamar o médico ao local afastado do interior onde se encontravam. O médico, porém, passou-se então *para o outro lado*. “Por que a senhora está fazendo esse ‘*Geseres*’?”, indagou à mãe numa exclamação; “*se um dos lados ficou bom, o outro também ficará*”. E tinha razão.

E agora devemos considerar a relação de tudo isso comigo e com minha família. O banco de escola em que o filho do Professor M. dera seus primeiros passos no conhecimento fora presenteado por sua mãe a meu filho mais velho, em cujos lábios, no sonho, pus as frases de despedida. É fácil adivinhar um dos desejos a que essa transferência deu margem. É que a construção do banco da escola visava também a poupar a criança da *miopia* e de um distúrbio *unilateral*. Daí o aparecimento, no sonho, de “*Miope*” (e, por trás disso,

“*Ciclope*”) e da referência à *bilateralidade*. Minha preocupação com a unilateralidade tinha mais de um sentido: podia referir-se não apenas à unilateralidade física, mas também à unilateralidade do desenvolvimento intelectual. E não seria precisamente essa preocupação que, à sua maneira louca, a cena do sonho contradizia? Depois de se voltar *para um lado* para dizer palavras de despedida, a criança se voltou para o *outro lado* para dizer o contrário, como que visando a restaurar o equilíbrio. *Era como se estivesse agindo com a devida atenção à simetria bilateral!*

É freqüente, portanto, os sonhos serem mais profundos quando parecem mais insensatos. Em todas as épocas da história, aqueles que tinham algo a dizer mas não podiam dizê-lo sem perigo enfiaram prontamente a carapuça do bobo. A platéia a que se dirigia seu discurso proibido tolerava-o mais facilmente quando podia, ao mesmo tempo, rir e lisonjear-se com a idéia de que as palavras inoportunas eram claramente absurdas. O Príncipe da peça, que teve de se disfarçar de louco, comportou-se exatamente como fazem os sonhos na realidade; assim, podemos dizer dos sonhos o que dizia Hamlet de si próprio, ocultando as condições verdadeiras sob um manto de graça e ininteligibilidade: “Sou louco apenas com o nor-noroeste; quando sopra o vento sul, sei distinguir um falcão de uma garça!”

Dessa maneira, solucionei o problema do absurdo nos sonhos, demonstrando que os pensamentos oníricos nunca são absurdos - nunca, pelo menos, nos sonhos das pessoas sadias - e que o trabalho do sonho produz sonhos absurdos e sonhos que contêm elementos absurdos isolados quando se depara com a necessidade de representar alguma crítica, ridicularização ou escárnio que possa estar presente nos pensamentos oníricos.

Minha tarefa seguinte é mostrar que o trabalho do sonho não consiste em nada além de uma combinação dos três fatores que já mencionei - e de um quarto que ainda tenho de mencionar [ver em [1]]; que não executa outra função senão a de traduzir os pensamentos oníricos de acordo com as quatro condições a que está sujeito; e que a questão de a mente atuar nos sonhos com todas as suas faculdades intelectuais ou com apenas parte delas está mal colocada e desconsidera os fatos. Uma vez, contudo, que existem muitos sonhos em cujo conteúdo se exprimem juízos, fazem-se críticas e se expressam valorizações, em que se sente surpresa ante algum elemento singular do sonho, em que se fazem tentativas de explicação e se entra em argumentações, devo agora passar a enfrentar as objeções decorrentes desse tipo de fatos mediante a apresentação de alguns exemplos escolhidos.

Minha resposta [em síntese] é a seguinte: *Tudo o que aparece nos sonhos como atividade aparente da função de julgamento deve ser encarado, não como uma realização intelectual do trabalho do sonho, mas como pertencente ao material dos pensamentos oníricos e deles tendo sido retirada para o conteúdo manifesto do sonho como uma*

estrutura acabada. Posso até levar mais longe esta asserção. Mesmo os juízos formulados *depois de acordar* sobre um sonho que foi lembrado e os sentimentos em nós despertados pela reprodução de tal sonho fazem parte, em grande medida, do conteúdo latente do sonho e devem ser incluídos em sua interpretação.

I

Já citei um exemplo notável disto [em [1]]. [1] Uma paciente recusou-se a me contar um sonho porque “não era suficientemente claro”. Ela vira alguém no sonho, mas não sabia se era seu marido ou seu pai. Seguiu-se então um segundo fragmento de sonho em que aparecia uma lata de lixo [*Misttügerl*], e isso deu origem à seguinte recordação: quando montara residência pela primeira vez, ela um dia comentara em tom de brincadeira, na presença de um jovem parente que estava visitando a casa, que sua tarefa seguinte seria adquirir uma nova lata de lixo. Na manhã do outro dia, chegou-lhe uma dessas latas, mas estava cheia de lírios-do-vale. Esse fragmento do sonho servira para representar uma expressão coloquial [alemã]: “não criado com meu próprio esterco”. Concluída a análise, constatou-se que os pensamentos oníricos estavam relacionados com os efeitos secundários de uma história que a sonhadora ouvira quando jovem, a respeito de como uma moça tivera um bebê e *não se sabia com clareza quem erarealmente o pai*. Aqui, portanto, a representação onírica transbordara para os pensamentos de vigília: um dos elementos dos pensamentos oníricos encontrou representação num julgamento de vigília formulado sobre o sonho como um todo.

II

Aqui temos um caso semelhante. Um de meus pacientes teve um sonho que lhe pareceu interessante, porque, imediatamente após acordar, ele disse a si mesmo: “Preciso contar isso ao médico”. O sonho foi analisado e produziu as mais claras alusões a um caso amoroso que ele havia iniciado durante o tratamento e sobre o qual decidira *não me dizer nada*.

III

Eis um terceiro exemplo, de minha própria experiência. *Estava indo para o hospital com P. por um bairro em que havia casas e jardins. Ao mesmo tempo, tinha a noção de que já vira esse bairro muitas vezes em sonhos. Não sabia orientar-me muito bem por ali. Ele me indicou uma estrada que levava, dobrando a esquina, a um restaurante (fechado, não um jardim). Lá, perguntei pela Sra. Doni e fui informado de que ela morava num quartinho dos fundos com três filhos. Dirigi-me para lá, mas, antes de chegar, encontrei uma figura indistinta com minhas duas filhinhas; levei-as comigo depois de ter ficado com elas um pouquinho. Uma espécie de recriminação contra minha mulher por havê-las deixado lá.*

Quando acordei, tive um sentimento de grande satisfação, cuja razão expliquei a mim mesmo como sendo que eu iria descobrir, a partir dessa análise, o significado do “Já sonhei com isso antes”. De fato, porém, a análise não me ensinou nada sobre isso; o que me revelou foi que a satisfação pertencia ao conteúdo latente do sonho e não a qualquer juízo emitido sobre ele. Minha satisfação prendia-se ao fato de meu casamento haver-me trazido filhos. P. era uma pessoa cujo rumo na vida correria por algum tempo paralelo ao meu, que depois me deixara para trás tanto social quanto materialmente, mas cujo casamento não trouxera filhos. Os dois acontecimentos que ocasionaram o sonho servirão, em vez de uma análise completa, para indicar seu sentido. Na véspera, eu havia lido num jornal o anúncio da morte da Sra. Dona A---y (que transformei em “Doni” no sonho), que morreria de parto. Minha mulher me disse que a falecida fora atendida pela mesma parteira que a assistira no nascimento de nossos dois filhos mais novos. O nome “Dona” me chamara a atenção porque eu o tinha encontrado pela primeira vez pouco antes, num romance inglês. A segunda ocasião do sonho foi fornecida pela data em que ocorreu. Foi na noite anterior ao aniversário de meu filho mais velho - que parece possuir alguns dotes poéticos.

IV

Experimentei o mesmo sentimento de satisfação ao acordar do sonho absurdo de meu pai haver desempenhado um papel político entre os magiares após sua morte, e a razão que dei a

mim mesmo para esse sentimento foi que ele era uma continuação do sentimento que acompanhara a última parte do sonho. [Ver em [1].] *Lembrei-me de como ele se parecera com Garibaldi em seu leito de morte, e fiquei contente de que aquilo se tivesse realizado... (Havia uma continuação que eu tinha esquecido)*. A análise permitiu-me preencher essa lacuna no sonho. Era uma menção a meu segundo filho, a quem eu dera o prenome de uma grande figura histórica [Cromwell] que me atraía intensamente na juventude, especialmente depois de minha visita à Inglaterra. Durante o ano que antecedeu o nascimento desse filho, eu havia decidido usar esse nome, caso fosse um menino, e com ele saudei o recém-nascido, com um sentimento de extrema *satisfação*. (É fácil perceber como a megalomania suprimida dos pais se transfere, em seus pensamentos, para os filhos, e parece bastante provável que esta seja uma das maneiras pela qual a supressão desse sentimento, que se faz necessária na vida real, é efetivada.) O direito do menino de aparecer no contexto desse sonho decorreu do fato de que ele acabara de ter a mesma infelicidade - facilmente perdoável tanto numa criança quanto num moribundo - de sujar as roupas de cama. Compare-se, em relação a isso, *Stuhlrichter* [“juiz-presidente”, literalmente “juiz de cadeira” ou “de fezes”] e o desejo expresso no sonho de se erguer ante os olhos dos filhos *grande e imaculado*. [Ver adiante em [1].]

V

Passo agora a considerar as expressões de juízo emitidas no próprio sonho, mas não continuadas na vida de vigília ou transpostas para ela. Na busca de exemplos delas, minha tarefa será grandemente auxiliada se eu puder fazer uso de sonhos que já registrei com outros objetivos em vista. O sonho do ataque de Goethe ao Sr. M. [em [1]] parece conter um grande número de atos de juízo. “*Tentei esclarecer um pouco os dados cronológicos, que me pareciam improváveis.*” Isto tem toda a aparência de ser uma crítica à idéia absurda de que Goethe pudesse ter feito um ataque literário a um jovem de minhas relações. “*Pareceu-me uma noção plausível que tivesse dezoito anos.*” Também isso soa exatamente como o resultado de um cálculo, embora, é verdade, um cálculo idiota. Por fim, “*eu não tinha muita certeza, porém, do ano em que escrevíamos*” parece ser um exemplo de incerteza ou dúvida num sonho.

Desse modo, todos esses pareciam ser atos de julgamento feitos pela primeira vez no sonho. Mas a análise mostrou que seu enunciado pode ser tomado de outra maneira, à luz da qual eles se tornam indispensáveis para a interpretação do sonho, enquanto, ao mesmo

tempo, todo e qualquer vestígio de absurdo é eliminado. A frase “*Tentei esclarecer um pouco os dados cronológicos*” colocou-me no lugar de meu amigo [Fliess], que estava realmente procurando lançar luz sobre os dados cronológicos da vida. Isso retira da frase sua importância como um juízo que protestasse contra o absurdo das frases anteriores. A oração intercalada, “*que me pareceram improváveis*”, era da mesma categoria que a subsequente, “*Pareceu-me uma noção plausível*”. Eu tinha usado quase exatamente essas palavras com a senhora que me contara o caso clínico de seu irmão: “*Parece-me uma noção improvável* que seus gritos de ‘Natureza! Natureza!’ tenham tido algo que ver com Goethe; *parece-me muito mais plausível* que essas palavras tenham tido o sentido sexual com que a senhora está familiarizada”. É verdade que aqui se emitiu um julgamento - não no sonho, porém, mas na realidade, e numa ocasião que foi lembrada e explorada pelos pensamentos oníricos. O conteúdo do sonho apropriou-se desse juízo exatamente como de qualquer outro fragmento dos pensamentos oníricos. O número “18”, ao qual o juízo do sonho estava absurdamente ligado, preserva um vestígio do contexto real do qual o juízo foi extraído. Por fim, “*Eu não tinha muita certeza, porém, do ano em que escrevíamos*” destinou-se simplesmente a levar mais longe minha identificação com o paciente paralítico, em cujo exame, feito por mim, esse aspecto fora realmente levantado.

A solução do que constitui na aparência atos de julgamento nos sonhos pode servir para nos lembrar as regras estabelecidas no início deste livro [em [1]] para se executar o trabalho de interpretação: a saber, que devemos desprezar a aparente coerência entre os componentes do sonho como uma ilusão não essencial, e que devemos rastrear a origem de cada um de seus elementos independentemente. O sonho é um conglomerado que, para fins de investigação, deve ser novamente decomposto em fragmentos. [Ver em [1].] Por outro lado, contudo, é preciso observar que está em ação nos sonhos uma força psíquica que cria essa concatenação aparente, ou seja, que submete o material produzido pelo trabalho do sonho a uma “*elaboração secundária*”. Isso nos coloca frente a frente com as manifestações de uma força cuja importância avaliaremos posteriormente [em [1]], como o quarto dos fatores que participam da construção dos sonhos.

VI

Aqui temos mais um exemplo de um processo de julgamento operando num sonho que já registrei. No sonho absurdo da comunicação proveniente da câmara municipal [em [1]],

perguntei: “*Você se casou logo depois disso? Calculei que, naturalmente, eu nascera em 1856, que parecia ser o ano imediatamente seguinte ao ano em questão*”. Tudo isso estava revestido da forma de um conjunto de conclusões lógicas. Meu pai se casara em 1851, imediatamente após seu ataque; eu, é claro, era o mais velho da família e nascera em 1856; Q.E.D. Como sabemos, essa falsa conclusão foi tirada a bem da realização de desejo, e o pensamento onírico predominante dizia: “*Quatro ou cinco anos não são nada; isso não conta*”. Todos os passos desse conjunto de conclusões lógicas, por mais semelhantes que sejam em seu conteúdo e forma, poderiam ser explicados de outra maneira como determinados pelos pensamentos oníricos. Era o *paciente*, cuja longa análise meu colega criticara, que decidira casar-se imediatamente após o término do tratamento. A forma de minha conversa com meu pai no sonho se parecia com um interrogatório ou um exame e lembrou-me também um professor da Universidade que costumava anotar pormenores exaustivos dos estudantes que se inscreviam para suas aulas: “*Data de nascimento?*” - “1856” - “*Patre?*” Em resposta a isto, dava-se o primeiro nome do pai com uma terminação latina e nós, os estudantes, presumíamos que o *Hofrat tirava* do prenome do pai *conclusões* que nem sempre podiam ser tiradas do nome do próprio aluno. Assim, *tirar uma conclusão* no sonho não passava de uma repetição do *tirar conclusões* que aparecia como um fragmento do material dos pensamentos oníricos. Algo de novo emerge disto. Quando aparece uma conclusão no conteúdo do sonho, não há dúvida de que ela decorre dos pensamentos oníricos, mas pode estar presente nestes como um fragmento de material lembrado ou pode reunir uma série de pensamentos oníricos numa cadeia lógica. De qualquer modo, porém, uma conclusão no sonho representa uma conclusão nos pensamentos oníricos.

Neste ponto, podemos reiniciar nossa análise do sonho. O interrogatório do professor levou a uma lembrança do registro dos Estudantes Universitários (que, no meu tempo, era redigido em latim). Levou ainda a reflexões sobre o curso de meus estudos acadêmicos. Também os *cinco* anos prescritos para os estudos médicos foram muito pouco para mim. Prossegui em meu trabalho, imperturbável, por vários anos mais e, em meu círculo de relações, era encarado como malandro e duvidavam que algum dia eu o concluiria. Então me decidi *rapidamente* a fazer meus exames e passei *a despeito do atraso*. Aqui estava um novo reforço dos pensamentos oníricos com que eu confrontava meus críticos desafiadoramente: “Ainda que vocês não o acreditem, por eu não me haver apressado, eu vou conseguir, vou levar meus estudos médicos a uma *conclusão*. As coisas já aconteceram assim muitas vezes”.

Esse mesmo sonho, em seu trecho inicial, continha algumas frases às quais dificilmente se poderia recusar o nome de argumentação. Essa argumentação nem ao menos era absurda e bem poderia ter-me ocorrido no pensamento de vigília: *Achei engraçada, no sonho, a*

comunicação da câmara municipal, uma vez que, em primeiro lugar, eu ainda não viera ao mundo em 1851 e, em segundo, meu pai, com quem isso poderia estar relacionado, já estava morto. Ambas essas afirmações eram não apenas corretas em si mesmas, mas concordavam precisamente com os argumentos reais que eu apresentaria se realmente recebesse uma comunicação desse tipo. Minha análise anterior do sonho mostrou que ele brotara de pensamentos oníricos profundamente amargos e derrisórios (ver em [1]). Se pudermos também presumir que havia fortes razões para a atividade da censura, compreenderemos que o trabalho do sonho tinha todos os motivos para produzir *uma refutação perfeitamente válida uma sugestão absurda*, seguindo o modelo contido nos pensamentos oníricos. A análise mostrou, no entanto, que o trabalho do sonho não tivera liberdade de ação para estabelecer esse paralelo, mas fora obrigado, para esse fim, a utilizar material oriundo dos pensamentos oníricos. Era exatamente como se houvesse uma equação algébrica, contendo (além de algarismos) sinais de soma e de subtração, índices e radicais, e como se alguém tivesse de copiá-la sem entendê-la, passando tanto os símbolos operacionais quanto os algarismos para sua cópia, mas misturando-os todos. Os dois argumentos [no conteúdo do sonho] puderam ter sua origem traçada até o seguinte material: era-me aflitivo pensar que algumas das premissas subjacentes e minhas explicações psicológicas das psiconeuroses estavam fadadas a despertar ceticismo e riso quando encontradas pela primeira vez. Por exemplo, eu fora levado a supor que as impressões do segundo ano de vida e, por vezes, até mesmo o primeiro, deixavam um traço duradouro na vida emocional daqueles que mais tarde iriam adoecer, e que essas impressões - embora distorcidas e exageradas em muitos aspectos pela memória - poderiam constituir o primeiro e mais profundo fundamento dos sintomas histéricos. Os pacientes, a quem eu explicava isso em algum momento apropriado, costumavam parodiar esse conhecimento recém-adquirido, declarando que estavam prontos a buscar lembranças datadas de uma época *em que ainda não tinham nascido*. Era perfeitamente esperável que minha descoberta do inesperado papel desempenhado pelo pai nos primeiros impulsos sexuais das pacientes deparasse com uma recepção semelhante (ver a discussão em [1]). Não obstante, eu tinha a sólida convicção de que essas duas hipóteses eram verdadeiras. À guisa de confirmação, lembrei-me de alguns exemplos em que a morte do pai ocorrera quando a criança ainda estava em idade muito tenra, e nos quais certos acontecimentos posteriores, doutra maneira inexplicáveis, provavam que a criança, ainda assim, havia preservado, inconscientemente, lembranças da figura que tão cedo desaparecera de sua vida. Eu estava ciente de que essas minhas duas asserções repousavam na *extração de conclusões* cuja validade seria contestada. Assim, foi uma vitória da realização de desejo que precisamente o material *das conclusões que eu temia serem contestadas* fosse empregado pelo trabalho do sonho para tirar *conclusões que era impossível contestar*.

No início de um sonho em que mal toquei até agora [ver em [1]], havia uma clara expressão de assombro ante o tema que havia emergido. *O velho Brücke devia ter-me atribuído alguma tarefa; ESTRANHAMENTE, relacionava-se com a dissecação da parte inferior de meu próprio corpo, minha pélvis e minhas pernas, que eu via diante de mim como se estivesse na sala de dissecação, mas sem notar sua ausência em mim mesmo e também sem nenhum traço de qualquer sentimento de horror. Louise N. estava de pé a meu lado e fazendo o trabalho comigo. A pélvis tinha sido esvicerada e era visível ora em seu aspecto superior, ora no inferior, estando os dois misturados. Podiam-se ver espessas protuberâncias cor de carne (que, no próprio sonho, fizeram-me pensar em hemorróidas). Algo que estava em cima disso e que se assemelhava a papel prateado amassado também teve de ser cuidadosamente retirado. Depois, eu estava novamente de posse de minhas pernas, andando pela cidade. Mas (por estar cansado) apanhei um táxi. Para meu espanto, o táxi entrou pela porta de uma casa que se abriu e o deixou passar por um corredor que dobrava uma esquina no final e, por fim, levava de novo ao ar livre. Finalmente, eu estava excursionando numa paisagem mutável com um guia alpino que carregava meus pertences. Parte do caminho ele me carregou também, por consideração por minhas pernas cansadas. O terreno era pantanoso e andávamos pela beirada; havia pessoas sentadas no chão como peles-vermelhas ou ciganos - entre elas, uma moça. Antes disso, eu estivera avançando sobre o terreno escorregadio com uma constante sensação de surpresa por poder fazê-lo tão bem após a dissecação. Por fim, chegamos a uma casinha de madeira em cuja extremidade havia uma janela aberta. Lá, o guia me colocou no chão e pôs duas tábuas de madeira, que já estavam preparadas sobre o peitoril da janela, de modo a fazer uma ponte sobre o abismo que tinha de ser cruzado a partir da janela. Nesse ponto, fiquei realmente amedrontado por causa de minhas pernas, mas, em vez da esperada travessia, vi dois homens adultos deitados em bancos de madeira que ficavam junto às paredes da cabana e o que pareciam ser duas crianças dormindo ao lado deles. Era como se o que iria possibilitar a travessia não fossem as tábuas, mas as crianças. Acordei sobressaltado.*

Quem quer que já tenha feito até mesmo a menor idéia da extensão da condensação nos sonhos facilmente imaginará o número de páginas que seria preenchido por uma análise integral desse sonho. Felizmente, contudo, no presente contexto, só preciso tomar um ponto dele, que fornece um exemplo de assombro nos sonhos, como exibido pela interpolação “*estranhamente*”. Fora este o pretexto do sonho: Louise N., a dama que me assistia em meu trabalho no sonho, andara me visitando. “Empreste-me alguma coisa para ler”, dissera. Ofereci-lhe *She* [Ela], de Rider Haggard. “Um livro estranho, mas repleto de um sentido

oculto”, comecei a explicar-lhe; “o eterno feminino, a imortalidade de nossas emoções...” Nesse ponto, ela me interrompeu. “Já o conheço. Não tem nada de sua própria autoria?” - “Não, minhas próprias obras imortais ainda não foram escritas.” - “Bem, e quando é que podemos esperar por essas suas chamadas explicações últimas, que você prometeu que até nós acharíamos legíveis”, perguntou ela, com uma ponta de sarcasmo. Nesse ponto, percebi que alguém mais me estava admoestando por sua boca e silencieei. Refleti sobre a dose de autodisciplina que me estava custando oferecer ao público até mesmo meu livro sobre sonhos - onde eu teria de revelar tanto do meu próprio caráter.

Das Best was du wissen kannst.

Darfst du den Buben doch nicht sagen.

A tarefa que me fora imposta no sonho, de fazer a dissecação *de meu próprio corpo*, era, portanto, minha auto-análise, que estava ligada a meu fornecimento de uma explicação de meus sonhos. Era apropriado que o velho Brücke entrasse aqui; já nos primeiros anos de meu trabalho científico, ocorreu-me deixar pendente uma descoberta minha, até que uma enérgica repreensão dele me forçou a publicá-la. Os outros pensamentos iniciados por minha conversa com Louise N. eram profundos demais para se tornarem conscientes. Desviaram-se na direção do material que fora evocado em mim pela menção de *She*, de Rider Haggard. O juízo “*estranhamente*” remontava a esse livro e a outro, *Heart of the World* [*O Coração do Mundo*], do mesmo autor; e numerosos elementos do sonho derivavam-se desses dois romances imaginativos. O terreno pantanoso pelo qual as pessoas tinham de ser carregadas e o abismo que tinham de atravessar por meio de tábuas trazidas por elas foram retirados de *She*; os peles-vermelhas, a moça e a casa de madeira, de *Heart of the World*. Em ambos os romances, o guia é uma mulher; ambos versam sobre viagens perigosas, enquanto *She* descreve uma estrada cheia de riscos e quase nunca trilhada, que leva a uma região ainda não descoberta. A sensação de cansaço em minhas pernas, segundo uma anotação que descobri ter feito sobre o sonho, fora uma sensação real durante o dia. Provavelmente combinava com um estado de ânimo abatido e com uma reflexão dubitativa: “Por quanto tempo minhas pernas me carregarão?” O final da aventura em *She* é que a guia, em vez de descobrir a imortalidade para si própria e para os outros, perece no misterioso fogo subterrâneo. Um temor desse tipo estava inequivocamente em ação nos pensamentos oníricos. A “casa de madeira” era também, sem dúvida, um ataúde, ou seja, a sepultura. Mas

o trabalho do sonho realizou uma obra-prima em sua representação desse mais indesejado de todos os pensamentos, através de uma realização de desejo. É que eu já estivera numa sepultura antes, mas era uma sepultura etrusca desenterrada perto de Orvieto, uma câmara estreita com dois bancos de pedra ao longo das paredes, onde jaziam os esqueletos de dois homens adultos. O interior da casa de madeira no sonho tinha a aparência exata dela, só que a pedra fora substituída por madeira. O sonho parece ter dito: “Se tens de descansar numa sepultura, que seja uma sepultura etrusca”. E, efetuando essa substituição, ele transformou a mais lúgubre das expectativas numa que era altamente desejável. Infelizmente, como em breve saberemos [em [1]], o sonho pode transformar em seu oposto a *representação* que acompanha um afeto, mas nem sempre o próprio afeto. Por conseguinte, acordei “*sobressaltado*”, mesmo depois de ter emergido com êxito a idéia de que os filhos talvez possam realizar o que o pai não conseguiu - uma nova alusão ao estranho romance em que a identidade de uma pessoa é preservada através de uma série de gerações por mais de dois mil anos. [1]

VIII

Incluída em outro de meus sonhos houve uma expressão de surpresa ante algo que eu experimentara nele, mas a surpresa foi acompanhada por uma tentativa tão notável, rebuscada e quase brilhante de explicação que, nem que seja apenas por *ela*, não posso resistir a submeter o sonho inteiro à análise, independentemente de ele possuir dois outros pontos que despertam nosso interesse. Eu estava viajando pela linha ferroviária *Südbahn* na noite de 18 para 19 de julho, e, enquanto dormia, escutei a chamada: “Hollthurn, dez minutos”. *Pensei imediatamente em holotúrias [lesmas-do-mar] - num museu de história natural - que este fora o lugar em que homens valentes haviam lutado em vão contra o poder superior do governante de seu país - sim, a Contra-Reforma na Áustria - era como se fosse um lugar na Estíria ou no Tirol. Vi então indistintamente um pequeno museu em que as relíquias ou pertences desses homens eram preservados. Eu gostaria de sair, mas hesitei em fazê-lo. Havia mulheres com frutas na plataforma. Estavam acoradas no chão e erguiam seus cestos convidativamente. - Hesitei porque não tinha certeza de que haveria tempo, mas ainda não estávamos em movimento. - De repente, eu estava em outro compartimento, onde os estofamentos e os assentos eram tão estreitos que as costas ficavam diretamente pressionadas contra o fundo do vagão. Fiquei surpreso com isso,*

mas refleti que PODERIA TER TROCADO DE VAGÃO ENQUANTO ME ACHAVA EM ESTADO DE SONO. Havia diversas pessoas, inclusive um irmão e irmã ingleses; uma fileira de livros era claramente visível sobre uma prateleira na parede. Vi “The Wealth of Nations” [A Riqueza das Nações] e “Matter and Motion” [Matéria e Movimento], de Clerk Maxwell, um volume grosso e encadernado em tecido marrom. O homem perguntou a sua irmã por um livro de Schiller, se ela o havia esquecido. Era como se os livros fossem ora meus, ora deles. Nesse ponto, senti-me inclinado a intervir na conversa num sentido confirmatório ou consubstanciador... Acordei transpirando por todo o corpo, pois todas as janelas estavam fechadas. O trem estava parado em Marburg [na Estíria].

Enquanto estava anotando o sonho, ocorreu-me um novo fragmento dele, que minha memória havia tentado omitir. Disse [em inglês] ao irmão e à irmã, referindo-me a determinada obra: “It is from...”, mas me corrigi: “It is by...” “Sim”, comentou o homem com a irmã, “ele disse isso corretamente.”

O sonho começava pelo nome da estação, que devia sem dúvida ter-me acordado parcialmente. Substituí seu nome, *Marburg*, por *Hollturn*. O fato de eu ter ouvido “Marburg” quando anunciado pela primeira vez, ou talvez depois, foi comprovado pela menção a Schiller no sonho, pois ele nascera em Marburg, embora não na Marburg da Estíria. Embora viajasse na primeira classe, eu estava nessa ocasião fazendo minha viagem em condições muito desconfortáveis. O trem estava inteiramente lotado e, em meu compartimento, eu encontrara uma dama e um cavalheiro que pareciam muito aristocráticos e não tiveram a civilidade ou não acharam que valesse a pena disfarçar sua contrariedade por minha intrusão. Minha saudação polida não teve resposta. Embora o homem e sua mulher estivessem sentados lado a lado (de costas para a locomotiva), a mulher, não obstante, apressou-se, bem diante dos meus olhos, a ocupar o assento da janela em frente a ela, colocando nele um guarda-chuva. A porta foi imediatamente fechada e algumas observações mordazes foram trocadas entre eles sobre a questão da abertura das janelas. Provavelmente, perceberam de imediato que eu ansiava por ar fresco. Era uma noite quente e a atmosfera no compartimento completamente fechado logo se tornou sufocante. Minhas experiências de viagem ensinaram-me que esse tipo de conduta desumana e despótica é característica de pessoas que estão viajando com passagens grátis ou meias-passagens. Quando veio o condutor e lhe mostrei a passagem que havia comprado por um alto preço, saíram da boca da dama, em tom altaneiro e quase ameaçador, as palavras: “Meu marido tem passe livre”. Ela era uma figura imponente de traços insatisfeitos, cuja idade não estava longe da fase da decadência da beleza feminina; o homem não proferiu uma só palavra, mas permaneceu sentado e imóvel. Tentei dormir. Em meu sonho, vinguei-me terrivelmente de meus

desagradáveis companheiros; ninguém poderia suspeitar dos insultos e humilhações que se ocultavam por trás dos fragmentos esparsos da primeira metade do sonho. Uma vez satisfeita essa necessidade, um segundo desejo se fez sentir - mudar de compartimento. A cena se modifica com tanta freqüência nos sonhos, e sem que a menor objeção seja levantada, que não seria nada surpreendente que eu tivesse prontamente substituído meus companheiros de viagem por outros mais agradáveis, extraídos de minha memória. Mas ali estava um caso em que algo se ressentiu da mudança de cena e achou necessário explicá-la. Como e que, subitamente, fui ter noutra compartimento? Não tinha lembrança de ter-me mudado. Só podia haver uma explicação: *devo ter deixado o vagão enquanto me achava em estado de sono* - um acontecimento raro, mas do qual se encontram exemplos na experiência de um neuropatologista. Sabemos de pessoas que empreenderam viagens de trem num estado crepuscular, sem trair sua condição anormal por sinal algum, até que, em algum ponto da jornada, de repente voltaram a si completamente e ficaram atônitas diante da lacuna em sua memória. No próprio sonho, por conseguinte, eu me estava declarando um desses casos de “*automatisme ambulatoire*”.

A análise tornou possível encontrar outra solução. A tentativa de explicação, que pareceu tão excepcional quando fui obrigado a atribuí-la ao trabalho do sonho, não fora uma tentativa original de minha própria autoria, mas copiada da neurose de um de meus pacientes. Já em outro ponto [em [1]] falei sobre um homem extremamente culto e, na vida real, de coração bondoso, que, pouco depois da morte dos pais, começou a censurar-se por ter inclinações homicidas, e a seguir caiu vítima das medidas de cautela que foi obrigado a adotar como salvaguarda. Era um caso de obsessões graves, acompanhadas de completo discernimento. A princípio, andar pelas ruas tornou-se um fardo para ele, pela compulsão a certificar-se de por onde desaparecera toda e qualquer pessoa com quem tivesse deparado; se alguém de repente escapava a seu olhar vigilante, ficavam-lhe a sensação aflitiva e a idéia de que talvez o tivesse eliminado. O que estava por trás disso era, entre outras coisas, uma fantasia de “Caim” - porque “*todos os homens são irmãos*”. Devido à impossibilidade de realizar essa tarefa, ele desistiu das caminhadas e passava a vida encarcerado entre quatro paredes. Mas as notícias de assassinatos cometidos lá fora eram constantemente levadas a seu quarto pelos jornais, e sua consciência lhe sugeria, sob a forma de uma dúvida, que talvez ele fosse o assassino procurado. A certeza de realmente não ter abandonado sua casa durante semanas protegeu-o dessas acusações por algum tempo, até que um dia veio-lhe à cabeça a possibilidade de que *talvez tivesse deixado a casa enquanto se achava em estado inconsciente* e, desse modo, podido cometer o assassinato sem saber nada a respeito. Dessa ocasião em diante, trancou a porta da frente da casa e entregou a chave à sua velha governanta, com instruções estritas para nunca deixá-la cair em suas mãos, mesmo que ele a pedisse.

Essa, portanto, foi a origem de minha tentativa de explicação no sentido de ter trocado de vagões enquanto me achava em estado inconsciente; fora transposta para o sonho, prontinha,

do material dos pensamentos oníricos, e estava obviamente destinada, no sonho, a servir ao propósito de me identificar com a figura desse paciente. Minha lembrança dele fora despertada por uma associação fácil. Minha última viagem noturna, algumas semanas antes, fora feita na companhia desse mesmo homem. Ele estava curado e viajava comigo para as províncias e para visitar parentes seus, que me haviam mandado chamar. Tínhamos um compartimento para nós; deixamos todas as janelas abertas a noite inteira e passamos um tempo muito agradável enquanto permaneci acordado. Eu sabia que a raiz de sua doença tinham sido os impulsos hostis contra seu pai, que datavam da infância e envolviam uma situação sexual. Assim, na medida em que me identificava com ele, eu estava procurando confessar alguma coisa análoga. E, de fato, a segunda cena do sonho terminou numa fantasia um tanto extravagante de que meus dois idosos companheiros de viagem me haviam tratado de maneira tão insociável porque minha chegada impedira o intercâmbio afetivo que haviam planejado para aquela noite. Essa fantasia remontava, contudo, a uma cena da primeira infância em que o filho, provavelmente movido pela curiosidade sexual, irrompera no dormitório dos pais e dele fora expulso pelas ordens do pai.

É desnecessário, penso eu, acumular outros exemplos. Simplesmente serviriam para confirmar o que depreendemos dos que já citei - que um ato de julgamento num sonho é apenas uma repetição de algum protótipo nos pensamentos oníricos. Em regra geral, a repetição é mal aplicada e interpolada num contexto inapropriado, mas, ocasionalmente, como em nossos últimos exemplos, é empregada com tal habilidade que, de início, pode dar a impressão de uma atividade intelectual independente no sonho. A partir deste ponto, podemos voltar nossa atenção para a atividade psíquica que, embora não pareça acompanhar invariavelmente a construção dos sonhos, ainda assim, sempre que o faz, empenha-se em fundir os elementos de um sonho que sejam de origem díspar num todo que faça sentido e esteja isento de contradições. Antes de abordarmos esse assunto, porém, temos a premente necessidade de considerar as expressões de afeto que ocorrem nos sonhos e compará-las com os afetos que a análise revela nos pensamentos oníricos.

(H) OS AFETOS NOS SONHOS

Uma observação aguda de Stricker [1879, 51] despertou nossa atenção para o fato de que a expressão do afeto nos sonhos não pode ser tratada da mesma forma depreciativa com que, depois de acordar, estamos acostumados a descartar seu *conteúdo*. “Se temo ladrões num sonho, os ladrões, é certo, são imaginários - mas o temor é real.” [Ver em [1].] E isso se aplica igualmente quando me sinto *alegre* num sonho. Nosso sentimento nos diz que um

afeto experimentado num sonho não é de modo algum inferior a outro de igual intensidade sentido na vida de vigília; e os sonhos insistem com maior energia em seu direito de serem incluídos entre nossas experiências anímicas reais no tocante a sua parte afetiva do que em relação a seu conteúdo de representações. Em nosso estado de vigília, contudo, não podemos de fato incluí-los dessa maneira, pois não podemos fazer nenhuma avaliação psíquica de um afeto a menos que ele esteja vinculado a algum material de representações. Quando o afeto e a idéia são incompatíveis em seu caráter e intensidade, nosso juízo de vigília fica desorientado.

Tem sido sempre motivo de surpresa que, nos sonhos, o conteúdo de representações não se faça acompanhar pelas conseqüências afetivas que consideraríamos inevitáveis no pensamento de vigília. Strümpell [1877, 27 e segs.] declarou que, nos sonhos, as representações ficam despidas de seus valores psíquicos [ver em [1]]. Mas não faltam, nos sonhos, exemplos de natureza contrária, onde uma intensa expressão de afeto aparece ligada a um tema que não parece dar margem a qualquer expressão dessa ordem. Num sonho, posso estar numa situação horrível, perigosa e repulsiva sem sentir nenhum medo ou repulsa, ao passo que noutra ocasião, pelo contrário, posso ficar apavorado ante algo inofensivo e encantado com alguma coisa pueril.

Esse enigma específico da vida onírica desaparece, talvez mais repentina e completamente do que qualquer outro, tão logo passamos do conteúdo manifesto para o conteúdo latente do sonho. Já não precisamos incomodar-nos com o enigma, visto que ele não mais existe. A análise nos mostra que o *material de representações* passou por *deslocamentos e substituições*, ao passo que os *afetos permaneceram inalterados*. Não é de admirar que o material de representações que foi modificado pela distorção onírica, já não seja compatível com o afeto, que é retido sem modificação; tampouco resta qualquer coisa que cause surpresa depois que a análise recoloca o material certo em sua posição anterior.

No caso de um complexo psíquico que tenha ficado sob a influência da censura imposta pela resistência, os *afetos* são o componente menos influenciado e o único que nos pode dar um indício de como preencher os pensamentos que faltam. Isso é observado ainda mais claramente nas psiconeuroses do que nos sonhos. Seus afetos são sempre apropriados, ao menos em sua *qualidade*, embora devamos descontar um aumento de sua intensidade devido a deslocamentos da atenção neurótica. Quando um histérico fica surpreso por ter-se assustado com algo banal ou quando um homem que sofre de obsessões fica surpreso ante as auto-recriminações tão aflitivas que decorrem de um nada, ambos se equivocam, pois consideram o conteúdo de representações - a banalidade ou o nada - como sendo o essencial; e travam uma luta inglória, por tomarem esse conteúdo de representações como o ponto de partida de sua atividade de pensamento. A psicanálise pode colocá-los na trilha certa ao reconhecer o afeto como sendo, pelo contrário, justificado, e ao procurar a

representação que corresponde a ele, mas que foi recalçada e trocada por um substituto. Uma premissa necessária a tudo isso é que a descarga de afeto e o conteúdo de representações não constituem uma unidade orgânica indissolúvel como a que estamos habituados a atribuir-lhes, mas que essas duas entidades separadas podem estar meramente *soldadas* e, desse modo, podem ser desligadas uma da outra pela análise. A interpretação dos sonhos mostra que é esse efetivamente o caso.

Começarei por apresentar um exemplo em que a análise explicou a aparente ausência de afeto num caso em que o conteúdo de representações teria exigido sua liberação.

I

Ela viu três leões num deserto, um dos quais estava rindo; mas não sentiu medo deles. Depois, contudo, deve ter fugido deles, porque estava tentando subir numa árvore; mas descobriu que sua prima, que era professora de francês, já estava lá em cima, etc.

A análise trouxe à tona o seguinte material. A causa precipitante indiferente do sonho foi uma frase de sua composição de inglês: “A juba é o adorno do leão”. Seu pai usava uma barba que lhe emoldurava o rosto como uma juba. Sua professora de inglês chamava-se Srta. Lyons. Um conhecido lhe enviara as baladas de Loewe [a palavra alemã para “leão”]. Esses, portanto, eram os três leões; por que deveria ela temê-los? Ela lera uma história em que um negro, que havia incitado seus companheiros à revolta, era caçado com cães e subia numa árvore para se salvar. A sonhadora passou então, com extremo bom humor, a apresentar diversas lembranças fragmentadas, tais como o conselho de como apanhar leões extraído do *Fliegend Blätter*: “Pegue um deserto e passe-o por uma peneira, e o que sobrar serão os leões.” E também a anedota muito divertida, mas não muito conveniente, do oficial a quem perguntaram por que não se esforçava mais por cair nas boas graças do chefe de seu departamento, e que respondeu que tentara insinuar-se, mas seu superior *já estava em cima*. Todo o material tornou-se inteligível quando se descobriu que a dama recebera, no dia do sonho, a visita do superior de seu marido. Ele fora muito cortês com ela e lhe beijara a mão, e *ela não sentira o mínimo receio dele*, embora fosse um “grande figurão” [em alemão, “*grosses Tier*” = “grande animal”] e desempenhasse o papel de um “leão da sociedade” na

capital do país de onde ela provinha. Assim, esse leão era como o de *Sonho de uma Noite de Verão*, que ocultava a figura de Snug, o marceneiro; e o mesmo se aplica a todos os leões do sonho, que não são temidos pela sonhadora.

II

Como meu segundo exemplo, posso citar o sonho da jovem que viu o filhinho de sua irmã morto num caixão [em [1] e [2]], mas que, posso agora acrescentar, não sentiu dor nem pesar. Sabemos pela análise por que isso se deu. O sonho simplesmente disfarçava o desejo dela de rever o homem por quem estava apaixonada, e seu afeto tinha de estar de acordo com o desejo, e não com seu disfarce. Dessa maneira, não havia razão para o pesar.

Em alguns sonhos, o afeto pelo menos permanece em contato com o material de representações que substituiu aquele a que o afeto se ligava originalmente. Noutros, a dissolução do complexo foi mais longe. O afeto surge totalmente desligado da idéia a que corresponde e é introduzido nalgum outro ponto do sonho, onde se ajusta à nova disposição dos elementos oníricos. A situação é então similar à que encontramos no caso dos atos de julgamento nos sonhos [em [1]] Quando se extrai uma conclusão importante nos pensamentos oníricos, também o sonho contém uma; mas a conclusão no sonho pode ser deslocada para um material inteiramente diferente. Não raro, esse deslocamento segue o princípio da antítese.

Esta última possibilidade é exemplificada no sonho seguinte, que submeti a uma análise extremamente exaustiva.

III

Um castelo à beira-mar; depois, já não ficava imediatamente junto ao mar, mas num estreito canal que conduzia ao mar. O Governador era um Sr. P. Eu estava parado com ele num grande salão de recepção - com três janelas em frente às quais se erguiam cercas de rosas com a aparência de ameias numa fortaleza. Eu estava ligado à guarnição como

uma espécie de oficial de marinha voluntário. Temíamos a chegada de vasos de guerra inimigos, pois estávamos em guerra. O Sr. P. tencionava partir e me deu instruções sobre o que deveria ser feito se acontecesse o que temíamos. Sua mulher inválida estava com os filhos no castelo ameaçado. Caso o bombardeio começasse, o grande salão deveria ser evacuado. Ele respirou com dificuldade e se virou para sair; eu o detive e lhe perguntei como iria comunicar-me com ele em caso de necessidade. Ele acrescentou algo em resposta, mas, imediatamente, caiu morto. Sem dúvida eu lhe impusera um esforço desnecessário com minhas perguntas. Após sua morte, que não me causou maior impressão, fiquei pensando se sua viúva continuaria no castelo, se eu deveria comunicar a morte dele ao Alto Comando e se deveria assumir o comando do castelo, como o seguinte na ordem hierárquica. Estava parado à janela, observando os navios que passavam. Eram navios mercantes que cruzavam rapidamente as águas escuras, alguns deles com diversas chaminés e outros com conveses abaulados (exatamente como os prédios da estação no sonho introdutório - não relatado aqui). Então, meu irmão estava de pé a meu lado e ambos olhávamos da janela para o canal. À visão de um navio, ficamos assustados e exclamamos: “Aí vem o navio de guerra!” Mas constatou-se que eram apenas os mesmos navios que eu já conhecia, retornando. Surgiu então um navio pequeno, cortado ao meio de maneira cômica. Em seu convés, viam-se alguns objetos curiosos em forma de xícara ou de caixa. Exclamamos a uma só voz: “É o navio do desjejum!”

Os movimentos rápidos dos navios, o azul profundo e escuro da água e a fumaça castanha das chaminés - tudo se combinava para criar uma impressão tensa e sinistra.

Os locais do sonho resultaram de uma junção de diversas viagens minhas ao Adriático (a Miramare, Duino, Veneza e Aquiléia). Uma curta mas agradável viagem de Páscoa que eu fizera a Aquiléia com meu irmão, algumas semanas antes do sonho, ainda estava viva em minha memória. O sonho também continha alusões à *guerra naval* entre os Estados Unidos e a Espanha e às inquietações a que ela dera margem quanto ao destino de meus parentes na América. Em dois pontos do sonho, havia afetos em questão. Em determinado ponto, um afeto que seria previsível estava ausente: chamara-se expressamente a atenção para o fato de que a morte do Governador não me causara nenhuma impressão. Noutra parte, quando pensei ver o vaso de guerra, fiquei assustado e senti todas as sensações de medo enquanto dormia. Neste sonho bem construído, os afetos foram distribuídos de tal maneira que se evitou qualquer contradição marcante. Não havia razão para que eu ficasse assustado com a morte do Governador e era bastante razoável que, como Comandante do Castelo, sentisse medo à vista da belonave. A análise mostrou, porém, que o Sr. P. era apenas um substituto para mim mesmo. (No sonho, *eu* era o substituto *dele*.) Era *eu* o Governador que morria subitamente. Os pensamentos oníricos versavam sobre o futuro de minha família após minha morte prematura. Era este o único pensamento aflitivo entre os pensamentos oníricos, e deve ter sido dele que o medo foi desligado e vinculado, no sonho, à visão do navio de guerra. Por outro lado, a análise revelou que a região dos pensamentos oníricos de onde foi retirado o

vaso de guerra estava repleta das mais alegres recordações. Fora um ano antes, em Veneza, e num dia magicamente belo, estávamos à janela de nosso quarto em frente a Riva degli Schiavoni, olhando para a lagoa azul onde, naquele dia, havia mais movimento do que de hábito. Esperava-se por navios ingleses que teriam uma cerimônia de recepção. De repente, minha mulher gritou, alegre como uma criança: “*Aí vem o navio de guerra inglês!*” No sonho, fiquei assustado com essas mesmas palavras. (Vemos mais uma vez que os ditos no sonho decorrem de ditos na vida real [Ver em [1]]; mostrarei em breve que o elemento “inglês” na exclamação de minha mulher tampouco escapou ao trabalho do sonho.) Aqui, portanto, no processo de transformar os pensamentos oníricos no conteúdo manifesto do sonho, transformei a alegria em medo, e basta-me apenas sugerir que essa transformação, ela própria, estava dando expressão a uma parte do conteúdo onírico latente. Este exemplo prova, contudo, que o trabalho do sonho é livre para desligar um afeto de suas conexões nos pensamentos oníricos e introduzi-lo em qualquer ponto que escolher no sonho manifesto.

Aproveito esta oportunidade para fazer uma análise algo detalhada do “navio do desjejum”, cujo aparecimento no sonho deu uma conclusão tão absurda a uma situação que, até ali, mantivera-se num nível racional. Quando, posteriormente, reparei com mais exatidão nesse objeto onírico, ocorreu-me que ele era preto e que, devido ao fato de estar cortado em sua parte mais larga, no meio, tinha grande semelhança, nessa extremidade, com uma classe de objetos que haviam despertado nosso interesse nos museus das cidades etruscas. Tratava-se de bandejas retangulares de cerâmica preta, com duas alças, sobre as quais havia coisas parecidas com xícaras de chá ou café, que não diferiam muito de um de nossos modernos *aparelhos de café*. Em resposta a nossas indagações, soubemos que aquilo era o “*toilette*” (conjunto de toalete) de uma dama etrusca, com recipientes para cosméticos e pó-de-arroz, e havíamos comentado, por brincadeira, que seria uma boa idéia levar um deles conosco para a dona da casa. O objeto do sonho, por conseguinte, significava uma “*toilette*” preta, isto é, um traje de luto, e fazia referência direta a uma morte. A outra extremidade do objeto onírico fez-me lembrar dos barcos fúnebres em que, nos tempos primitivos, os cadáveres eram colocados e entregues ao mar como sepultura. Isso levou ao ponto que explicava por que os barcos retornavam no sonho:

Still, auf gerettetem Boot, treibt in den Hafen der Greis.

Era o retorno após um naufrágio [“*Schiffbruch*”, literalmente, “quebra do navio”] - o navio do desjejum estava quebrado ao meio. Mas qual seria a origem do nome do navio “do desjejum”? Era aqui que entrava a palavra “inglês”, que sobrara dos navios de guerra. A palavra inglesa “breakfast”. [“desjejum”] significa “quebra do jejum”. A “quebra”

relacionava-se, mais uma vez, com o naufrágio [“quebra do navio”], e o jejum estava ligado ao traje ou *toilette* preto.

Mas apenas o *nome* navio do desjejum é que foi uma nova construção do sonho. A coisa existia e me fizera lembrar de uma das mais agradáveis partes de minha última viagem. Desconfiando da comida que seria oferecida em Aquiléia, tínhamos levado provisões conosco de Gorizia e comprado uma garrafa de excelente vinho ístrio em Aquiléia. E, enquanto o pequeno vapor singrava lentamente pelo “*Canale delle Mee*”, atravessando a lagoa deserta até Grado, nós, que éramos os únicos passageiros, comemos nosso desjejum no convés em excelente estado de espírito, e raramente houve um que nos soubesse melhor. Esse, portanto, era o “navio do desjejum”, e foi precisamente por trás dessa lembrança da mais festiva *joie de vivre* que o sonho ocultou os mais sombrios pensamentos sobre um futuro desconhecido e sinistro. [1]

O desligamento entre os fatos e o material de representações que os gerou é a coisa mais notável que lhes ocorre durante a formação dos sonhos; mas não é a única nem a mais essencial alteração por eles sofrida no percurso dos pensamentos oníricos para o sonho manifesto. Se compararmos os afetos dos pensamentos oníricos com os do sonho, uma coisa logo ficará clara. Sempre que há um afeto no sonho, ele também é encontrado nos pensamentos oníricos. Mas o inverso não é verdadeiro. O sonho é, em geral, mais pobre de afetos que o material psíquico de cuja manipulação ele proveio. Quando reconstruo os pensamentos oníricos, habitualmente encontro neles os mais intensos impulsos psíquicos esforçando-se por se fazerem sentir e lutando, em geral, contra outros que lhes são nitidamente opostos. Quando, em seguida, torno a me voltar para o sonho, não é raro ele parecer descolorido e sem qualquer tom afetivo mais intenso. O trabalho do sonho reduziu ao nível do indiferente não apenas o conteúdo, mas, amiúde, também o tom afetivo de meus pensamentos. Poder-se-ia dizer que o trabalho do sonho acarreta uma *supressão dos afetos*. Tomemos, por exemplo, o sonho da monografia de botânica [em [1]]. Os pensamentos a ele correspondentes consistiam num apelo apaixonadamente agitado em prol de minha liberdade de agir como escolhesse e de dirigir minha vida como a mim, e apenas a mim, parecesse certo. O sonho deles surgido tem um toque de indiferença: “Eu escrevera uma monografia; ela estava diante de mim; continha pranchas coloridas; plantas secas acompanhavam cada exemplar”. Isso faz lembrar a paz que desce sobre um campo de batalha recoberto de cadáveres; não resta nenhum traço da luta que nele se travou.

As coisas podem ser diferentes; vívidas manifestações de afeto podem introduzir-se no próprio sonho. Por ora, no entanto, vou deter-me no fato incontestável de que um grande número de sonhos parece ser indiferente, ao passo que nunca é possível penetrar nos pensamentos oníricos sem ficar profundamente emocionado.

Não se pode fornecer aqui nenhuma explicação teórica completa dessa supressão do afeto no decorrer do trabalho do sonho. Ela precisaria ser precedida de uma investigação extremamente minuciosa da teoria dos afetos e do mecanismo do recalçamento. [Ver em [1]]. Permitir-me-ei apenas uma referência a dois pontos. Sou compelido - por outras razões - a retratar a liberação dos afetos como um processo centrífugo dirigido para o interior do corpo e análogo aos processos de inervação motora e secretória. Ora, assim como, no estado de sono, o envio de impulsos motores em direção ao mundo externo parece ficar suspenso, também é possível que a convocação centrífuga de afetos pelo pensamento inconsciente se torne mais difícil durante o sono. Nesse caso, os impulsos afetivos sobrevividos no decurso dos pensamentos oníricos seriam, por sua própria natureza, impulsos fracos, e conseqüentemente, os que penetrassem no sonho seriam não menos fracos. Segundo este ponto de vista, portanto, a “supressão do afeto” não seria, de maneira alguma, conseqüência do trabalho do sonho, mas resultaria do estado de sono. Isso pode ser verdade, mas não a verdade inteira. Precisamos também ter em mente que qualquer sonho relativamente complexo mostra ser uma solução de compromisso produzida por um conflito entre forças psíquicas. Por um lado, os pensamentos que formam o desejo são obrigados a lutar contra a oposição de uma instância censora e, por outro, vimos com freqüência que, no próprio pensamento inconsciente, toda cadeia de idéias está atrelada a seu oposto contraditório. Uma vez que todas essas cadeias de idéias são passíveis de afeto, dificilmente estaremos errados, no todo, se encararmos a supressão do afeto como uma conseqüência da inibição que esses contrários exercem uns sobre os outros e que a censura exerce sobre as pulsões por ela suprimidas. *A inibição do afeto, por conseguinte, deve ser considerada como a segunda conseqüência da censura dos sonhos, tal como a distorção onírica é sua primeira conseqüência.*

Darei aqui como exemplo um sonho em que o colorido afetivo indiferente do conteúdo pode ser explicado pela antítese entre os pensamentos oníricos. Trata-se de um sonho curto, que encherá de repulsa todos os leitores.

IV

Uma colina, sobre a qual havia algo como uma privada ao ar livre: um assento muito comprido com um grande buraco em sua extremidade. A borda traseira estava densamente coberta de pequenos montes de fezes de todos os tamanhos e graus de frescura. Havia arbustos por trás do assento. Urinei no assento; um longo filete de urina lavou e limpou tudo; os montes de fezes desprenderam-se facilmente e caíram na abertura. Era como se, no final,

ainda restassem alguns.

Por que não senti repugnância durante esse sonho?

Porque, como a análise mostrou, os mais prazerosos e gratificantes pensamentos contribuíram para promovê-lo. O que me ocorreu de imediato na análise foram as estrebarias de Augias, limpas por Hércules. Esse Hércules era eu. A colina e os arbustos vinham de Aussee, onde estavam meus filhos na ocasião. Eu havia descoberto a etiologia infantil das neuroses e, assim, salvara meus próprios filhos da doença. O assento (exceto, naturalmente, pelo buraco) era uma cópia exata de um móvel que fora presenteado por uma paciente agradecida. Desse modo, lembrava-me do quanto meus pacientes me respeitavam. De fato, até mesmo o museu de excremento humano podiareceber uma interpretação capaz de encher-me o coração de júbilo. Por mais que me pudesse repugnar na realidade, ele era, no sonho, uma reminiscência das belas terras da Itália, onde, como todos sabemos, os banheiros das cidades pequenas são equipados exatamente dessa maneira. O jorro de urina que limpou tudo era um sinal inequívoco de grandeza. Era assim que Gulliver havia extinguido o grande incêndio de Lilliput - embora, incidentalmente, isso lhe tivesse granjeado o desfavor da minúscula rainha. Mas também Gargantua, o super-homem de Rabelais, vingara-se dos parisienses do mesmo modo, sentando-se escarranchado sobre a Notre Dame e dirigindo seu jato de urina para a cidade. Ainda na noite anterior, antes de dormir, eu estivera folheando as ilustrações de Garnier para Rabelais. E, estranhamente, ali estava outra prova de que era eu o super-homem. A plataforma de Notre Dame era meu recanto favorito em Paris; todas as tardes livres, eu costumava subir as torres da igreja e por lá ficar, entre os monstros e os demônios. O fato de todas as fezes desaparecerem tão depressa sob o jato fez-me lembrar o lema “*Afflavit et dissipati sunt*”, que um dia tencionei colocar como epígrafe de um capítulo sobre a terapia da histeria.

E agora, vamos à verdadeira causa excitante do sonho. Fora uma tarde quente de verão e, à noite, eu havia proferido minha palestra sobre a ligação entre a histeria e as perversões, e tudo o que tivera a dizer desagradara-me intensamente e me parecera completamente desprovido de qualquer valor. Estava cansado e não sentia nenhum vestígio de prazer em meu difícil trabalho; ansiava por estar longe de toda aquela escavação da sujeira humana, para poder reunir-me a meus filhos e depois visitar as belezas da Itália. Nesse estado de espírito, fui da sala de conferências para um café, onde fiz um modesto lanche ao ar livre, uma vez que não tinha apetite. Um de meus ouvintes, entretanto, foi comigo e me pediu licença para sentar-se a meu lado enquanto eu tomava meu café e me engasgava com um bolinho. Começou a lisonjear-me, dizendo o quanto havia aprendido comigo, como agora via tudo com novos olhos e como eu havia limpado as estrebarias augíacas dos erros e preconceitos em minha teoria das neuroses. Disse-me, em resumo, que eu era realmente um grande homem. Meu estado de ânimo não combinava com esse cântico de louvor; lutei contra meu sentimento de repugnância, fui para casa cedo para fugir dele e, antes de me deitar, folheei as páginas de Rabelais e li um dos contos de Conrad Ferdinand Meyer, “*Die Leiden*

eines Knaben” (“Os Infortúnios de um Menino”).

Foi esse o material de que emergiu o sonho. O conto de Meyer trouxe, além disso, uma rememoração de cenas de minha infância. (Cf. o último episódio do sonho sobre o Conde Thun [ver em [1]]). O humor diurno de irritação e asco persistiu no sonho, na medida em que foi capaz de suprir quase todo o material de seu conteúdo manifesto. Durante a noite, entretanto, emergiu um estado de espírito contrário, de poderosa e até exagerada autoafirmação, que deslocou o anterior. O conteúdo do sonho tinha de descobrir uma forma que lhe permitisse expressar no mesmo material tanto os delírios de inferioridade quanto a megalomania. O compromisso entre eles produziu um conteúdo onírico ambíguo, mas também, resultou num colorido afetivo indiferente, devido à inibição mútua desses impulsos contrários.

De acordo com a teoria da realização de desejo, esse sonho não se teria tornado possível se a cadeia antitética de idéias megalomaniacas (que, é verdade, fora suprimida, mas tinha um colorido prazeroso) não houvesse surgido além da sensação de nojo. Porque o que é aflitivo não pode ser representado num sonho; nada que seja aflitivo em nossos pensamentos oníricos consegue penetrar à força num sonho, a menos que, ao mesmo tempo, empreste um disfarce à realização de um desejo [Ver em [1]].

Existe ainda outra maneira alternativa pela qual o trabalho do sonho pode lidar com os afetos nos pensamentos oníricos, além de permitir-lhes passagem ou reduzi-los a nada. Ele pode *transformá-los em seu oposto*. Já travamos conhecimento com a regra interpretativa segundo a qual todo elemento de um sonho, para fins de interpretação, pode representar seu oposto com tanta facilidade quanto a si próprio. [Ver em [1].] Nunca podemos dizer de antemão se representa um ou outro; somente o contexto pode decidir. Uma suspeita dessa verdade evidentemente penetrou na consciência popular: os “livros de sonhos”, com grande freqüência, adotam o princípio dos contrários em sua interpretação dos sonhos. Essa transformação de uma coisa em seu oposto é possibilitada pela íntima cadeia associativa que vincula a representação de uma coisa* a seu oposto em nossos pensamentos. Como qualquer outro tipo de deslocamento, ela pode atender aos propósitos da censura, mas é também, com freqüência, um produto da realização de desejo, pois esta não consiste em nada além da substituição de uma coisa desagradável por seu oposto. Tal como as representações de coisa podem aparecer nos sonhos transformadas em seu oposto, o mesmo pode acontecer com os afetos ligados aos pensamentos oníricos; e parece provável que essa inversão do afeto seja ocasionada, em regra geral, pela censura onírica. Na vida social que nos proporcionou nossa analogia familiar com a censura onírica, também fazemos uso da supressão e da inversão do afeto, principalmente para fins de dissimulação. Se estou falando com alguém a quem sou obrigado a tratar com consideração, embora querendo dizer-lhe algo hostil, é quase mais importante que eu oculte dele qualquer expressão de meu *afeto* do que abrande a forma verbal de meus pensamentos. Se me dirigisse a ele com palavras que não

fossem impolidas, mas as fizesse acompanhar por um olhar ou gesto de ódio e desprezo, o efeito que eu produziria nele não seria muito diferente do que se lhe lançasse em rosto meu desprezo, abertamente. Por conseguinte, a censura me ordena, acima de tudo, a suprimir meus afetos; e, se eu for um mestre da dissimulação, fingirei o afeto *oposto* - sorrirei quando estiver zangado e parecerei afetuoso quando desejar destruir.

Já nos deparamos com um excelente exemplo desse tipo de inversão de afeto, efetuada num sonho a serviço da censura onírica. No sonho com “meu tio da barba amarela” [em [1]], senti extrema afeição por meu amigo R., enquanto e porque os pensamentos oníricos o chamavam de simplório. Foi desse exemplo de inversão do afeto que derivamos nossa primeira pista da existência de uma censura do sonho. Tampouco é necessário presumir, nesses casos, que o trabalho do sonho crie tais afetos contrários a partir do nada; em geral, ele já os encontra à mão no material dos pensamentos oníricos e simplesmente os intensifica com a força psíquica originária dos motivos de defesa, até que eles possam predominar para fins de formação do sonho. No sonho com meu tio que acabei de mencionar, o carinhoso afeto antitético provavelmente surgiu de uma fonte infantil (como foi sugerido pela última parte do sonho), porque a relação tio-sobrinho, devido à natureza peculiar das mais remotas experiências de minha infância (cf. análise em [1] [e adiante, em [1]]), tornara-se a fonte de todas as minhas amizades e todos os meus ódios.

Um excelente exemplo desse tipo de inversão do afeto [1] é encontrado num sonho registrado por Ferenczi (1916): “Um cavalheiro idoso foi acordado certa noite por sua mulher, que ficara alarmada porque ele estava gargalhando muito alto e desenfreadamente em seu sono. Mais tarde, o homem relatou ter tido o seguinte sonho: *Estava deitado na cama e um cavalheiro que me era conhecido entrou no quarto; tentei acender a luz mas não pude fazê-lo: tentei de novo, repetidas vezes, mas em vão. Aí, minha mulher saiu da cama para me ajudar, mas também não conseguiu. No entanto, como se sentisse embaraçada diante do cavalheiro por estar ‘en negligé’ acabou desistindo e voltou para a cama. Tudo isso foi tão engraçado que não pude deixar de rir às gargalhadas. Minha mulher perguntou: “Por que você está rindo? Por que está rindo?”*, mas apenas continuei rindo até acordar. - No dia seguinte, o cavalheiro estava muito deprimido e com dor de cabeça; todo aquele riso o havia perturbado, pensou.

“O sonho parece menos divertido quando é considerado analiticamente. O ‘cavalheiro que lhe era conhecido’ e que entrara no quarto era, nos pensamentos oníricos latentes, a representação da Morte como o ‘grande Desconhecido’ - uma imagem que lhe viera à mente durante o dia anterior. O idoso cavalheiro, que sofria de arteriosclerose, tivera boas razões, na véspera, para pensar em morrer. A gargalhada desenfreada tomou o lugar dos soluços e lágrimas ante a idéia de que deveria morrer. Era a luz da vida que ele já não conseguia acender. Esse pensamento sombrio poderia ter estado vinculado a tentativas de cópula que

ele fizera pouco antes, mas que haviam falhado apesar da ajuda de sua mulher *en negligé*. Ele se apercebeu de que já estava descendo a serra. O trabalho do sonho conseguiu transformar a idéia sombria da impotência e da morte numa cena cômica, e seus soluços, em gargalhadas.”

Há uma classe de sonhos que tem um direito especial a ser descrita como “sonhos hipócritas”, e que submete a uma dura prova a teoria da realização de desejo. [1] Minha atenção foi despertada por eles quando a Dra. M. Hilferding apresentou o seguinte relato de um sonho de Peter Rosegger para debate na Sociedade Psicanalítica de Viena.

Escreve Rosegger em sua história *“Fremd gemacht!”*: “Em geral, costumo dormir bem, mas foram muitas as noites em que perdi meu repouso - é que, juntamente com minha modesta carreira de estudioso e homem de letras, por muitos anos arrastei comigo, como um fantasma do qual não podia libertar-me, a sombra de uma vida de alfaiate.

“Não é que durante o dia eu refletisse com muita freqüência ou intensidade sobre meu passado. Quem já se despira da pele de um filisteu e estava procurando conquistar a Terra e o Céu tinha outras coisas a fazer. E nem tampouco, quando jovem e impetuoso, eu dera a menor atenção a meus sonhos noturnos. Só mais tarde, quando me veio o hábito de refletir sobre tudo, ou quando o filisteu em mim começou a despertar um tantinho, foi que me perguntei por que era que, toda vez que sonhava, eu era sempre um aprendiz de alfaiate e assim passava tanto tempo com meu mestre e trabalhava de graça em sua oficina. Sabia perfeitamente, enquanto me sentava assim a seu lado, costurando e passando a ferro, que meu lugar certo já não era ali e que, como cidadão, eu tinha outras coisas com que me ocupar. Mas estava sempre em férias, sempre em férias de verão, e era assim que ficava sentado ao lado de meu mestre, como seu auxiliar. Isso muitas vezes me aborrecia, e eu ficava triste com a perda de tempo em que bem poderia ter encontrado coisas melhores e mais úteis para fazer. Vez por outra, quando algo saía errado, tinha de suportar uma repreensão de meu mestre, embora nunca se falasse em salário. Muitas vezes, sentado ali, com as costas vergadas na oficina escura, pensei em dar-lhe aviso-prévio e me demitir. Um dia, cheguei até a fazê-lo, mas meu mestre não prestou a menor atenção, e cedo lá estava sentado de novo a seu lado, cosendo.

“Depois dessas jornadas tediosas, que alegria era acordar! E eu me determinara então que, se esse sonho persistente voltasse a surgir, eu o afastaria de mim energicamente e exclamaria: ‘Isso não passa de conversa fiada, estou deitado na cama e quero dormir...’ Mas, na noite seguinte, lá estava eu de novo sentado na oficina do alfaiate.

“E assim continuou por anos, com sinistra regularidade. Ora, um dia aconteceu estarmos

trabalhando, meu mestre e eu, na casa de Alpelhofer (o camponês em cuja casa eu trabalhara quando me iniciei como aprendiz) e meu mestre se mostrou particularmente insatisfeito com meu trabalho: ‘Gostaria de saber onde é que você está com a cabeça’, disse-me, e me lançou um olhar sombrio. A coisa mais sensata a fazer, pensei, seria levantar-me e dizer que só estava com ele para agradá-lo, e depois sair. Mas não o fiz. Não formulei nenhuma objeção quando meu mestre tomou um aprendiz e me ordenou que lhe desse espaço no banco. Mudei-me para o canto e continuei a coser. No mesmo dia, outro diarista foi também contratado, um hipócrita choramingão - era natural da Boêmia - que havia trabalhado em nossa alfaiataria dezanove anos antes e que um dia caíra no riacho, ao voltar da estalagem. Quando procurei um assento, não havia mais lugar. Voltei-me para meu mestre interrogativamente e ele me disse ‘Você não tem dotes de alfaiate, pode ir! Está despedido!’ Diante disso, meu susto foi tão esmagador que acordei.

“A luz cinzenta da manhã entrava em pálidos clarões pelas janelas sem cortinas de minha casa, tão conhecida. As obras de arte me rodeavam; ali, em minha bela estante, estavam o eterno Homero, o gigantesco Dante, o incomparável Shakespeare, o glorioso Goethe - todos os magníficos imortais. Do quarto ao lado vinham as vozes claras e juvenis das crianças que acordavam, brincando com sua mãe. Senti-me como se tivesse reencontrado aquela vida espiritual idilicamente doce, pacífica e poética em que tantas vezes e de maneira tão profunda eu experimentara uma meditativa felicidade humana. Contudo, irritava-me que não me tivesse antecipado a meu mestre para dar-lhe o aviso-prévio, mas tivesse sido despedido por ele.

“E quão atônito fiquei! Desde a noite em que meu mestre me despediu, gozei paz; não sonhei mais com os tempos de alfaiate que estavam tão distantes em meu passado - aqueles tempos que tinham sido tão alegres em sua despreensão, mas haviam projetado uma sombra tão extensa sobre meus anos posteriores.”

Nessa série de sonhos de um escritor que fora aprendiz de alfaiate em sua mocidade, é difícil reconhecer o domínio da realização de desejo. Todo o prazer do sonhador estava em sua existência diurna, ao passo que, em seus sonhos, era ainda perseguido pela sombra de uma vida infeliz da qual enfim escapara. Alguns sonhos meus de natureza semelhante permitiram-me lançar um pouco de luz sobre o assunto. Quando médico recém-formado, trabalhei por muito tempo no Instituto de Química sem nunca me tornar competente nas habilidades que essa ciência exige; e por essa razão, em minha vida de vigília, jamais gostei de pensar nesse episódio estéril e realmente humilhante de minha aprendizagem. Por outro lado, tenho um sonho regularmente recorrente de trabalhar no laboratório, fazer análises e ter diversas experiências ali. Esses sonhos são tão desagradáveis quanto os sonhos com exames e nunca são muito nítidos. Enquanto interpretava um deles, minha atenção acabou sendo atraída pela palavra “análise”, que me forneceu uma chave para sua compreensão. Desde aqueles tempos, tornei-me um “analista”, e hoje efetuo análises altamente elogiadas, embora

seja verdade que se trata de “psico-análises”. Agora ficou claro para mim: se passei a sentir orgulho de fazer esse tipo de análises em minha vida diurna e me sinto inclinado a vangloriar-me de ter alcançado tanto sucesso, meus sonhos relembram-me durante a noite aquelas outras análises malsucedidas de que não tenho razão alguma para me orgulhar. São os sonhos de punição de um *parvenu*, como os sonhos do aprendiz de alfaiate que se transformara num famoso escritor. Mas como é possível que um sonho, no conflito entre o orgulho de um parvenu e sua autocrítica, tome o partido desta e escolha como seu conteúdo uma advertência sensata, em vez de uma realização de desejo proibida? Como já disse, a resposta a essa pergunta levanta dificuldades. Podemos concluir que a base do sonho formou-se, em primeiro lugar, de uma fantasia exageradamente ambiciosa, mas que os pensamentos humilhantes que jogaram água fria na fantasia penetraram no sonho em vez dela. Convém lembrar que existem na mente impulsos masoquistas que podem ser responsáveis por uma inversão como essa. Eu não faria objeção a que essa classe de sonhos fosse distinguida dos “sonhos de realização de desejo” sob o nome de “sonhos de punição”. Não encararia isso como algo que implicasse qualquer restrição da teoria dos sonhos que propus até aqui; isso não passaria de um expediente lingüístico para atender às dificuldades daqueles que acham estranho que os opostos possam convergir. Mas um exame mais atento de alguns desses sonhos traz algo mais à luz. Numa parte indistinta do pano de fundo de um de meus sonhos com o laboratório, eu tinha uma idade que me situava precisamente no ano mais sombrio e mais infrutífero de minha carreira médica. Eu ainda estava sem emprego e não tinha idéia de como poderia ganhar a vida: ao mesmo tempo, todavia, descobri repentinamente que tinha diante de mim uma opção entre diversas mulheres com quem poderia casar-me! Portanto, eu era jovem outra vez e, acima de tudo, ela era jovem outra vez - a mulher que partilhou comigo todos esses anos difíceis. O instigador inconsciente do sonho revelou-se, desse modo, como sendo um dos desejos que corroem constantemente o homem que está envelhecendo. O conflito que se travava em outros níveis da psique entre a vaidade e a autocrítica determinara, é verdade, o conteúdo do sonho, mas só o desejo mais profundamente enraizado de ser jovem é que possibilitou a esse conflito aparecer como um sonho. Mesmo quando acordados, às vezes dizemos a nós mesmos: “As coisas vão muito bem agora e a situação era difícil nos velhos tempos; mesmo assim era uma beleza - eu era ainda jovem”.

Outro grupo de sonhos, [1] que muitas vezes encontrei em mim mesmo e reconheci como hipócritas, tem como conteúdo uma reconciliação com pessoas com quem as relações de amizade cessaram há muito tempo. Nesses casos, a análise habitualmente revela alguma situação que poderia instar-se a abandonar os últimos remanescentes de consideração por esses ex-amigos e tratá-los como estranhos ou inimigos. O sonho, porém, prefere retratar a relação oposta. [Ver em [1].]

Ao formarmos qualquer juízo sobre os sonhos relatados pelos escritores, é razoável

supormos que eles tenham omitido do relato pormenores do conteúdo do sonho que considerassem dispensáveis ou perturbadores. Seus sonhos, nesse caso, levantarão problemas que seriam rapidamente resolvidos se seu conteúdo fosse comunicado na íntegra.

Otto Rank me fez notar que o conto de fadas de Grimm sobre “O Pequeno Alfaiate, ou Sete de um só Golpe” contém um sonho muito semelhante de um *parvenu*. O alfaiate, que se tornara herói e genro do Rei, sonha uma noite com seu antigo ofício, deitado ao lado da esposa, a Princesa. Ela, ficando desconfiada, põe guardas armados na noite seguinte para escutar as palavras do sonhador e prendê-lo. Mas o alfaiatezinho é advertido e providencia para que seu sonho seja corrigido.

O complicado processo de eliminação, diminuição e inversão por meio do qual os afetos dos pensamentos oníricos acabam por transformar-se nos dos sonhos pode ser satisfatoriamente compreendido em sínteses apropriadas de sonhos que tenham sido completamente analisados. Citarei mais alguns exemplos de afetos nos sonhos, que mostram realizadas algumas das possibilidades que enumerei.

V

Se retornarmos ao sonho sobre a estranha tarefa de que me encarregou o velho Brücke, de fazer uma dissecação de minha própria pélvis [em [1] será lembrado que, no próprio sonho, faltou-me o sentimento de horror [“*Grauen*”] que lhe seria apropriado. Ora, isso foi uma realização de desejo em mais de um sentido. A dissecação significava a auto-análise que eu estava realizando, por assim dizer, com a publicação deste livro sobre os sonhos - um processo que me fora tão penoso na realidade que adiei por mais de um ano a impressão do manuscrito já concluído. Surgiu então um desejo de que eu pudesse vencer esse sentimento de aversão; daí eu não ter tido nenhum sentimento de horror [“*Grauen*”] no sonho. Mas também me agradaria muito não ter de ficar grisalho. “*Grauen*”, no outro sentido do termo. Eu já estava ficando bastante grisalho, e os fios cor de gris em meus cabelos eram outro lembrete de que não deveria demorar-me mais. E, como vimos, a idéia de que teria de deixar a cargo de meus filhos a consecução do objetivo de minha difícil jornada impôs sua representação no final do sonho.

Consideremos agora os dois sonhos em que uma expressão de satisfação foi transposta para o momento seguinte ao despertar. No primeiro caso, a razão fornecida para a satisfação era a expectativa de que eu agora descobriria o que significava “Já sonhei com isso antes”,

ao passo que a satisfação realmente se referia ao nascimento de meus primeiros filhos [ver [1]]. No outro caso, a razão aparente era minha convicção de que algo que fora “prognosticado” estava agora se tornando realidade, quando a referência real era semelhante à do sonho anterior: tratava-se da satisfação com que acolhi o nascimento de meu segundo filho [em [1]]. Aqui, os afetos que dominavam os pensamentos oníricos persistiram nos sonhos, mas é seguro afirmar que em *nenhum* sonho as coisas podem ser tão simples assim. Se penetrarmos um pouco mais a fundo nas duas análises, descobriremos que essa satisfação que havia escapado à censura recebera um acréscimo de outra fonte. Essa outra fonte tinha motivos para temer a censura e seu afeto teria indubitavelmente despertado oposição, se ela não se tivesse escudado no afeto similar e legítimo e de satisfação, proveniente da fonte permissível, e se insinuado, por assim dizer, sob sua asa.

Infelizmente, não posso demonstrar isso no caso efetivo desses sonhos, mas um exemplo extraído de outra esfera da vida deixará claro o que quero dizer. Suponhamos o caso seguinte: há uma pessoa de minhas relações a quem odeio, de maneira que tenho uma viva inclinação a ficar contente quando alguma coisa adversa lhe acontece. Entretanto, o lado moral de minha natureza não faz concessões a esse impulso. Não me atrevo a expressar o desejo de que ela seja infeliz e, caso ela depare com algum infortúnio imerecido, suprimo minha satisfação diante disso e me imponho manifestações e pensamentos de pesar. Todos já devem ter passado por essa situação numa ou noutra época. Mas sucede então que a pessoa odiada, por alguma transgressão sua, envolve-se num merecido dissabor; quando isso acontece, posso dar rédea solta à minha satisfação por ela ter recebido uma punição justa e, nisto, estou de acordo com muitas outras pessoas que são imparciais. Posso observar, contudo, que minha satisfação parece mais intensa que a dessas outras pessoas; ela recebeu um acréscimo da fonte de meu ódio, até então impedida de manifestar seu afeto, mas que, com a alteração das circunstâncias, já não é mais obstada em fazê-lo. Na vida social, isso geralmente ocorre sempre que as pessoas antipáticas ou os membros de uma minoria impopular se mostram sem razão. Sua punição não costuma corresponder a seus erros, mas a seu erros *acrescidos* da má vontade dirigida contra eles, a qual antes não tivera nenhuma conseqüência. Sem dúvida é verdade que aqueles que infligem o castigo estão com isso cometendo uma injustiça; mas ficam impedidos de percebê-la pela satisfação resultante da retirada de uma supressão que por muito tempo fora mantida dentro deles. Em casos como esse, o afeto é justificado em sua *qualidade*, mas não em sua *quantidade*, e a autocrítica tranqüilizada quanto ao primeiro aspecto tende, com extrema facilidade, a se descuidar do exame do segundo. Uma vez aberta uma porta, é fácil irromperem por ela mais pessoas do que originalmente se tencionava deixar entrar.

Um traço marcante das pessoas neuróticas - o fato de uma causa passível de liberar um afeto tender a produzir nelas um resultado qualitativamente justificado, mas quantitativamente excessivo - pode ser explicado dentro dessa mesma linha, na medida em que admita alguma explicação psicológica. O excesso provém de fontes de afeto que antes

permaneceram inconscientes e suprimidas. Essas fontes conseguem estabelecer um elo associativo com a causa liberadora *real*, e a desejada facilitação [*Bahnung*] da liberação de seu próprio afeto é aberta pela *outra* fonte de afeto, que é inobjektável e legítima. Nossa atenção é assim atraída para o fato de que, ao considerarmos as instâncias suprimidas e supressoras, não devemos encarar sua relação como sendo exclusivamente de inibição recíproca. Igual atenção deve ser dada aos casos em que as duas instâncias provocam um efeito patológico, atuando lado a lado e se intensificando mutuamente.

Apliquemos agora essas indicações sobre os mecanismos psíquicos a um entendimento das expressões de afeto nos *sonhos*. Uma satisfação que seja exibida num sonho e possa, é claro, ter seu lugar exato imediatamente apontado nos pensamentos oníricos nem sempre é completamente elucidada apenas por essa referência. Em geral, é necessário buscar outra fonte delanos pensamentos do sonho, uma fonte que esteja sob a pressão da censura. Em resultado dessa pressão, essa fonte normalmente produziria, não satisfação, mas o afeto contrário. Graças à presença da primeira fonte do afeto, porém, a segunda fonte fica habilitada a subtrair do recalque seu afeto de satisfação e a permitir que ele funcione como uma intensificação da satisfação da primeira fonte. Assim, parece que os afetos nos sonhos são alimentados por uma confluência de diversas fontes e sobredeterminados em sua referência ao material dos pensamentos oníricos. *Durante o trabalho do sonho, as fontes de afeto passíveis de produzir o mesmo afeto unem-se para gerá-lo.*

Podemos obter algum discernimento dessas complicações mediante a análise daquele belo espécime de sonho cujo ponto central era formado pelas palavras “*Non vixit*”. (Ver em [1] e segs.) Nesse sonho, externalizações de afeto de diversas qualidades reuniram-se em dois pontos do conteúdo manifesto. Sentimentos hostis e aflitivos - “dominado por estranhas emoções” foram as palavras utilizadas no próprio sonho - superpuseram-se no ponto em que aniquilei meu oponente e amigo com duas palavras. E de novo, ao final do sonho, fiquei extremamente satisfeito e cheguei a aprovar a possibilidade, que na vida de vigília sabia ser absurda, de existirem *revenants* que pudessem ser eliminados por um simples desejo.

Ainda não relatei a causa excitante do sonho. Foi de grande importância e levou a uma compreensão profunda do mesmo. Eu recebera de meu amigo de Berlim, a quem me referi como “Fl.” [Fliess], a notícia de que ele estava prestes a sofrer uma operação e de que eu obteria novas informações sobre seu estado com alguns de seus parentes em Viena. As primeiras notícias que recebi após a operação não foram tranquilizadoras e me deixaram inquieto. Eu preferiria muito ir ter com ele pessoalmente, mas, exatamente nessa ocasião, estava acometido de uma enfermidade dolorosa que transformava qualquer espécie de movimento numa tortura para mim. Os pensamentos oníricos informaram-me então que eu temia pela vida de meu amigo. Como era de meu conhecimento, sua única irmã, que nunca cheguei a conhecer, tinha morrido muito jovem, após uma doença fulminante. (No sonho, Fl.

falou sobre sua irmã e disse que em três quartos de hora ela estava morta.)Devo ter imaginado que a constituição dele não era muito mais resistente que a de sua irmã, e que, depois de receber notícias muito piores sobre ele, eu acabaria fazendo a viagem, afinal - e chegaria *tarde demais*, pelo que nunca cessaria de me censurar. Essa recriminação por chegar tarde demais tornou-se o ponto central do sonho, mas foi representada por uma cena em que Brücke, o venerado professor de meus tempos de estudante, a dirigia a mim com uma expressão terrível em seus olhos azuis. Logo se evidenciará o que foi que fez a situação [referente a Fl.] transmudar-se nesses moldes. A cena em si [com Brücke] não podia ser reproduzida pelo sonho na forma como eu a vivenciara. A outra figura do sonho pôde conservar os olhos azuis, mas o papel aniquilador foi atribuído a mim - uma inversão que, obviamente, foi obra da realização de desejo. Meu desassossego a respeito da recuperação de meu amigo, minhas autocensuras por não ir vê-lo, a vergonha que senti por isso - *ele tinha vindo a Viena* (para ver-me) “*discretamente*” -, a necessidade que eu tinha de me considerar desculpado por minha doença - tudo isso se combinou para produzir a tormenta emocional que foi claramente percebida em meu sono e que devastava essa região dos pensamentos oníricos.

Mas havia na causa excitante do sonho outra coisa, que teve em mim um efeito inteiramente oposto. Junto com as notícias desfavoráveis dos primeiros dias após a operação, recebi a advertência de não discutir o assunto com ninguém. Senti-me ofendido com isso, pois implicava uma desconfiança desnecessária de minha discrição. Dava-me plena conta de que essas instruções não haviam partido de meu amigo e se deviam à falta de tato ou ao excesso de zelo por parte do intermediário, mas afetou-me de maneira muito desagradável essa censura velada, pois não era inteiramente injustificada. Como todos sabemos, somente as censuras que têm algum fundamento é que “colam”; só elas é que nos perturbam. O que tenho em mente não se relaciona, é verdade, com esse amigo, mas com um período muito anterior de minha vida. Naquela ocasião, causei problemas entre dois amigos (ambos os quais haviam também decidido honrar-me com esse título) por dizer a um deles, sem necessidade alguma, no decorrer da conversa, o que o outro havia falado a seu respeito.

Também nessa ocasião tinham-me feito censuras, e elas ainda estavam em minha memória. Um dos dois amigos em questão era o Professor Fleischl; posso descrever o outro por seu prenome “Josef” - que era também o de P., meu amigo e oponente no sonho.

A recriminação por eu ser incapaz de guardar um segredo foi atestada no sonho pelo elemento “discreto” e pela pergunta de Fl. sobre *quanto eu havia falado com P. sobre suas coisas*. Mas foi a intervenção dessa lembrança [de minha antiga indiscrição e suas conseqüências] que transportou do presente para a época em que trabalhei no laboratório de Brücke a recriminação contra mim por chegar tarde demais. E, ao transformar a segunda pessoa da cena onírica de aniquilamento num Josef, fiz com que essa cena representasse não apenas a recriminação feita a mim por chegar tarde demais, mas também a recriminação,

muito mais intensamente recalcada, por eu ser incapaz de guardar um segredo. Aqui, são excepcionalmente visíveis os processos de condensação e deslocamento em ação no sonho, bem como suas razões de ser.

Minha ligeira raiva, no presente, pela advertência que eu recebera de não deixar escapar nada [sobre a doença de Fl.] recebeu reforços de fontes situadas nas profundezas de minha mente, e assim se avolumou numa corrente de sentimentos hostis contra pessoas de quem eu realmente gostava. A fonte desse reforço brotava de minha infância. Já assinalei [em [1]] como minhas amizades calorosas, e também minhas inimizades com contemporâneos, remontam a minhas relações da infância com um sobrinho que era um ano mais velho que eu; como ele era superior a mim, como cedo aprendi a me defender dele, como éramos amigos inseparáveis e como, de acordo com o testemunho dos mais velhos, às vezes brigávamos um com outro e... lhes fazíamos queixas um do outro. Todos os meus amigos têm sido, num certo sentido, reencarnações dessa primeira figura que “früh sich einst dem trüben Blick gezeigt”: têm sido *revenants*. Meu próprio sobrinho apareceu em minha meninice e, nessa ocasião, representamos juntos os papéis de César e Brutus. Minha vida afetiva sempre insistiu em que eu tivesse um amigo íntimo e um inimigo odiado. Sempre me foi possível reabastecer-me de ambos, e não raro essa situação ideal da infância se reproduziu tão completamente que amigo e inimigo convergiram numa só pessoa - embora não, é claro, ambos ao mesmo tempo ou com oscilações constantes, como talvez tenha acontecido em minha tenra infância.

Não me proponho discutir neste ponto como é que, nessas circunstâncias, uma oportunidade recente de geração de um afeto pode retornar a uma situação infantil e ser substituída por essa situação no que concerne à produção do afeto. [Ver em [1].] Essa questão faz parte da psicologia do pensamento inconsciente e encontraria lugar adequado numa elucidação psicológica das neuroses. Para fins da interpretação dos sonhos, presumamos que surja ou seja construída na fantasia uma lembrança da infância, mais ou menos com o seguinte conteúdo: as duas crianças entraram em disputa por causa de certo objeto. (Qual era esse objeto é uma questão que pode ficar em aberto, embora a lembrança ou pseudo-lembrança tenha um objeto bastante específico em vista.) Cada uma delas alega ter *chegado antes da outra e*, portanto, ter mais direito a ele. Vão às vias de fato e a força prevalece sobre o direito. Pelas indicações do sonho, é possível que eu mesmo soubesse que estava errado (*“eu próprio notei o erro”*). Dessa vez, porém, fui o mais forte e continuei senhor do terreno. O vencido correu para seu avô - meu pai - e queixou-se de mim; defendi-me com as palavras que conheço pelo relato de meu pai: *“Bati nele porque ele me bateu”*. Essa lembrança, ou mais provavelmente fantasia, que me veio à mente enquanto eu analisava o sonho - sem outras indicações, eu mesmo não saberia dizer como - constituiu um elemento intermediário nos pensamentos oníricos, que reuniu os afetos neles desencadeados tal como um poço recebe a água que para ele flui. Desse ponto em diante, os pensamentos oníricos seguiram mais ou menos esta linha: *“É bem feito de me tenha tido de me dar lugar.*

Por que tentou tirar a mim do meu lugar? Não preciso de você; posso muito bem encontrar outra pessoa para brincar comigo”, etc. Esses pensamentos penetraram então nas vias que levaram a sua representação no sonho. Houve época em que tive de censurar meu amigo Josef [P.] por uma atitude deste mesmo tipo: “*Ôte-toi que je m’y mette!*” Ele seguira meus passos como demonstrador no laboratório de Brücke, mas a promoção lá era lenta e tediosa. Nenhum dos dois assistentes de Brücke estava inclinado a sair de seu lugar, e a juventude era impaciente. Meu amigo, que sabia não ter esperança de viver muito e a quem nenhum laço de intimidade ligava seu superior imediato, por vezes expressava em voz alta sua impaciência; e como o superior [Fleischl] estava gravemente enfermo, o desejo de P. de vê-lo fora do caminho talvez tivesse um sentido mais torpe que a simples esperança de promoção do homem. Como não deixa de ser natural, alguns anos antes, eu próprio acalentara um desejo ainda mais vivo de preencher uma vaga. Onde quer que haja hierarquia e promoção, está aberto o caminho para desejos que pedem supressão. O Príncipe Hal, de Shakespeare, mesmo junto ao leito de seu pai enfermo, não pôde resistir à tentação de experimentar a coroa. Mas, como seria de se esperar, o sonho puniu meu amigo e não a mim por esse desejo impiedoso.

“Como foi ambicioso, matei-o.” Como não pudesse esperar pelo afastamento de outro homem, ele próprio foi afastado. Foram esses meus pensamentos logo depois de ter assistido à inauguração, na universidade, do monumento comemorativo - não a ele, mas ao outro homem. Assim, parte da satisfação que senti no sonho deveria ser interpretada como: “Um castigo justo! É bem feito para você!”

No funeral de meu amigo [P.], um rapaz fizera o que pareceu ser um comentário inoportuno no sentido de que o orador que pronunciara o discurso fúnebre havia deixado implícito que, sem esse homem, o mundo se acabaria. Ele havia expressado os sentimentos sinceros de alguém em cujo pesar um certo exagero estava interferindo. Mas esse seu comentário foi o ponto de partida dos seguintes pensamentos oníricos. “É bem verdade que ninguém é insubstituível. Quantas pessoas já acompanhei até a sepultura! Mas ainda estou vivo. Sobrevivi a todos; fiquei senhor do terreno.” Esse tipo de pensamento, ocorrendo-me num momento em que temia talvez não encontrar meu amigo [Fl.] vivo se fizesse a viagem para vê-lo, só poderia ser interpretado no sentido de eu estar radiante por ter, mais uma vez, sobrevivido a alguém, por ter sido *ele* e não eu a morrer e por eu ter ficado senhor do terreno, como ficara na cena fantasiada de minha infância. Essa satisfação de origem infantil por ficar senhor do terreno constituiu a maior parte do afeto que apareceu no sonho. Eu estava radiante por sobreviver e dei expressão a meu deleite com todo o egoísmo ingênuo exibido na anedota do casal em que um dos cônjuges diz ao outro: “Se um de nós morrer, vou-me mudar para Paris”. Era-me óbvio assim que não seria eu a morrer.

Não se pode negar que interpretar e relatar os próprios sonhos exige elevado grau de

autodisciplina. Fica-se condenado a emergir como o único vilão entre a multidão de personagens nobres com quem se partilha a própria vida. Assim, pareceu-me muito natural que os *revenants* só existissem enquanto se quisesse e fossem elimináveis mediante um desejo. Já vimos pelo quê foi punido meu amigo Josef. Mas os *revenants* eram uma série de reencarnações do amigo de minha infância. Desse modo, era também fonte de satisfação para mim o fato de sempre ter conseguido achar substitutos sucessivos para aquela figura; e senti que seria capaz de encontrar um substituto para o amigo a quem estava agora a ponto de perder: ninguém era insubstituível.

Mas e a censura onírica, que era feito dela? Por que não levantara as mais enérgicas objeções contra essa seqüência de idéias flagrantemente egoísta? E por que não transformara a satisfação ligada a essa cadeia de idéias num agudo desprazer? A explicação, penso eu, foi que outras seqüências de idéias inobjetéveis ligadas às mesmas pessoas encontraram uma satisfação simultânea e encobriram, com seu afeto, o afeto proveniente da fonte infantil proibida. Em outra camada de meus pensamentos, durante a cerimônia de inauguração do monumento, eu assim refletira: “Quantos amigos valiosos já perdi, uns por morte, outros por um rompimento em nossa amizade! Quão afortunado foi ter encontrado para eles um substituto e ter ganho um que significa para mim mais do que os outros jamais poderiam significar, e, numa época da vida em que não é fácil fazer novas amizades, nunca perder a dele!” Minha satisfação por ter encontrado um substituto para esses amigos perdidos teve permissão de penetrar no sonho sem interferência, mas, junto com ela, insinuou-se a satisfação hostil decorrente da fonte infantil. É verdade, sem dúvida, que a afeição infantil serviu para reforçar minha afeição contemporânea e justificada. Mas também o ódio infantil conseguiu fazer-se representar.

Mas o sonho conteve, além disso, uma alusão clara a outra cadeia de idéias que poderia legitimamente levar à satisfação. Pouco tempo antes, após uma longa espera, nascera uma filha de meu amigo [Fl.]. Eu sabia quão profundamente ele havia pranteado a irmã que perdera tão cedo, e lhe escrevi dizendo estar certo de que ele transferira o amor que por ela sentira para a filha, e que a nenenzinha enfim lhe permitiria esquecer sua perda irreparável.

Portanto, esse grupo de pensamentos ligava-se mais uma vez ao pensamento intermediário do conteúdo latente do sonho [ver em [1]-[2]] de onde se bifurcavam as vias associativas em direções contrárias: “Ninguém é insubstituível! Não há nada além de *revenants*: todos aqueles que perdemos retornam!” E então os laços associativos entre os componentes contraditórios dos pensamentos oníricos foram estreitados pela circunstância fortuita de a filhinha de meu amigo ter o mesmo nome da menina com quem eu costumava brincar em criança, que tinha minha idade e era irmã de meu primeiro amigo e oponente. [Ver em [1].] Deu-me grande *satisfação* saber que o bebê iria chamar-se “Pauline”. E, numa alusão a essa coincidência, substituí um Josef por outro no sonho e descobri ser impossível eliminar a

semelhança entre as letras iniciais dos nomes “Fleischl” e “Fl.”. Desse ponto, meus pensamentos passaram para a questão do nome de meus próprios filhos. Insistira em que o nome deles fosse escolhido, não segundo a moda do momento, mas em memória de pessoas de quem eu havia gostado. O nome transformava as crianças em *revenants*. E afinal, refleti, ter filhos não seria nosso único acesso à imortalidade?

Resta-me apenas acrescentar mais algumas observações sobre a questão do afeto nos sonhos, de outro ponto de vista. É possível que um elemento dominante na psique da pessoa adormecida seja constituído por aquilo a que chamamos “disposição de ânimo” - ou *tendência* a algum afeto -, e isto pode então exercer uma influência determinante em seus sonhos. Tal disposição de ânimo pode brotar de suas experiências ou pensamentos da véspera, ou suas fontes podem ser somáticas. [Ver em [1]] De qualquer modo, será acompanhada pelas cadeias de idéias que lhe forem apropriadas. Do ponto de vista da formação do sonho, é indiferente que, como às vezes acontece, esses conteúdos de representações dos pensamentos oníricos determinem primariamente a disposição de ânimo, ou sejam eles próprios secundariamente despertados por uma disposição emocional do sonhador que, por sua vez, seja explicável em termos somáticos. Seja como for, a formação dos sonhos está sujeita à condição de só poder representar algo que seja a realização de um desejo, e de apenas dos desejos poder extrair sua força psíquica impulsora. Uma disposição de ânimo atual e operante é tratada da mesma maneira que uma sensação que surja e se torne atuante durante o sono (ver em [1]), a qual pode ser desprezada ou reinterpretada no sentido de uma realização de desejo. As disposições de ânimo aflitivas durante o sono podem tornar-se a força propulsora de um sonho, despertando desejos enérgicos que o sonho é chamado a realizar. O material a que se ligam as disposições de ânimo é trabalhado até poder ser utilizado para expressar a realização de um desejo. Quanto mais intenso e dominante é o papel desempenhado nos pensamentos oníricos pela disposição anímica aflitiva, mais certo é que os impulsos desejantes mais intensamente suprimidos se valham dessa oportunidade para chegar à representação. É que, como já está presente o desprazer que, de outro modo, por si só produziriam necessariamente, eles já encontram realizada a parte mais difícil de sua tarefa - a tarefa de se imporem à representação. Aqui, mais uma vez, somos confrontados com o problema dos sonhos de angústia; e estes, como iremos constatar, constituem um caso marginal da função onírica. [Ver em [1]]

(I) ELABORAÇÃO SECUNDÁRIA [1]

E agora podemos enfim voltar-nos para o quarto dos fatores implicados na formação dos

sonhos. Ao prosseguirmos em nossa investigação do conteúdo dos sonhos da maneira como a iniciamos - isto é, comparando eventos manifestos no conteúdo do sonho com suas fontes nos pensamentos oníricos -, chegamos a elementos cuja explicação requer um pressuposto inteiramente novo. O que tenho em mente são casos em que o sonhador fica surpreso, irritado ou enojado no sonho e, além disso, com algum fragmento do próprio conteúdo onírico. Como demonstrei em diversos exemplos [na última seção], a maioria desses sentimentos críticos nos sonhos não se dirige, de fato, ao conteúdo do sonho, mas mostra constituir-se de partes dos pensamentos oníricos que foram apropriadas e usadas para um fim conveniente. Entretanto, parte desse material não se presta a essa explicação; seu correlato no material dos pensamentos oníricos não se encontra em parte alguma. Qual é, por exemplo, o sentido de uma observação crítica tão freqüentemente encontrada nos sonhos, ou seja, “Isto é apenas um sonho”? [Ver em [1].] Temos aí uma verdadeira crítica ao sonho, tal como se poderia fazer na vida de vigília. Com bastante freqüência, ademais, ela é de fato o prelúdio do despertar; e com freqüência ainda maior, é precedida por algum sentimento aflitivo que se tranqüiliza ante o reconhecimento de que se trata de um estado de sonho. Quando ocorre num sonho o pensamento “isto é apenas um sonho”, ele tem em vista o mesmo propósito das palavras pronunciadas no palco por *la belle Hélène*, na ópera cômica de Offenbach que leva esse nome: visa a reduzir a importância do que acaba de ser vivenciado e a tornar possível tolerar o que vem a seguir. Serve para fazer adormecer uma dada instância que, nesse momento, teria todos os motivos para ser acionada e proibir a continuação do sonho - ou da cena da ópera. É mais cômodo, porém, continuar a dormir e tolerar o sonho, porque, afinal, “é apenas um sonho”. Ameu ver, esse juízo crítico desdenhoso, “é apenas um sonho”, aparece no sonho quando a censura, que nunca está inteiramente adormecida, sente que foi apanhada desprevenida por um sonho que já se deixou passar. É tarde demais para suprimi-lo e, por conseguinte, a censura utiliza essas palavras para combater o sentimento de angústia ou aflição por ele suscitado. Essa expressão é um exemplo de *esprit d’escalier* por parte da censura psíquica.

Esse exemplo, contudo, fornece-nos uma prova convincente que nem tudo que está contido num sonho decorre dos pensamentos oníricos, mas que pode haver contribuições para seu conteúdo advindas de uma função psíquica que é indistinguível de nossos pensamentos de vigília. Surge então a questão de determinar se isso ocorre apenas em casos excepcionais, ou se a instância psíquica que, no mais, atua apenas como censura tem uma participação *habitual* na formação dos sonhos.

Não podemos hesitar em decidir pela segunda alternativa. Não há dúvida de que a instância censora, cuja influência só reconhecemos, até aqui, nas limitações e omissões no conteúdo do sonho, é também responsável por intercalações e acréscimos a ele. É fácil reconhecer tais intercalações. São freqüentemente relatadas com hesitação e introduzidas por um “como se”; não são particularmente vívidas por si só e são sempre introduzidas em pontos em que podem servir de elo entre dois fragmentos do conteúdo onírico ou preencher

uma lacuna entre duas partes do sonho. São menos fáceis de reter na memória do que os autênticos derivados do material dos pensamentos oníricos; quando o sonho é esquecido, elas são sua primeira parte a desaparecer, e tenho fortes suspeitas de que a queixa corriqueira de se haver sonhado muito, mas esquecido a maior parte do sonho e conservado apenas fragmentos [em [1]], baseia-se no rápido desaparecimento justamente desses pensamentos agregadores. Numa análise completa, essas intercalações por vezes se deixam trair pelo fato de nenhum material ligado a elas ser encontrado nos pensamentos oníricos. Mas um exame cuidadoso leva-me a considerar esse caso como o menos freqüente; *grosso modo*, os pensamentos agregadores reconduzem, mesmo assim, a algum material nos pensamentos oníricos, mas a um material que não poderia reivindicar aceitação no sonho, nem por seu próprio valor, nem por ser sobredeterminado. Somente em casos extremos, ao que parece, é que a função psíquica de formação de sonhos que ora estamos examinando passa a fazer novas criações. Tanto quanto possível, ela emprega qualquer coisa apropriada que possa encontrar no material dos pensamentos oníricos.

O que distingue e, ao mesmo tempo, revela essa parte do trabalho do sonho é sua finalidade. Essa função se comporta da maneira que o poeta maliciosamente atribui aos filósofos: preenche as lacunas da estrutura do sonho com trapos e remendos. Como resultado de seus esforços, o sonho perde sua aparência de absurdo e incoerência e se aproxima do modelo de uma experiência inteligível. Mas seus esforços nem sempre são coroados de êxito. Ocorrem sonhos que, a uma visão superficial, podem afigurar-se impecavelmente lógicos e racionais; partem de uma situação possível, dão-lhe prosseguimento através de uma cadeia de modificações coerentes e - embora com muito menor freqüência - levam-na a uma conclusão que não causa surpresa. Os sonhos dessa natureza foram submetidos a uma extensa elaboração por essa função psíquica aparentada ao pensamento de vigília; parecem ter um sentido, mas esse sentido é o mais afastado possível de sua verdadeira significação. Se os analisamos, podemos convencer-nos de que foi nesses sonhos que a elaboração secundária manipulou o material da maneira mais livre possível e preservou ao mínimo as relações existentes nesse material. São sonhos dos quais se poderia dizer que já foram interpretados uma vez, antes de serem submetidos à interpretação de vigília. Em outros sonhos, essa elaboração tendenciosa tem êxito apenas em parte; a coerência parece prevalecer até certo ponto, mas depois o sonho se torna disparatado ou confuso, embora talvez, mais adiante, possa apresentar pela segunda vez uma aparência de racionalidade. Noutros sonhos, ainda, a elaboração falha por completo; vemo-nos desamparados frente a um amontoado de material fragmentário e sem nenhum sentido.

Não desejo negar categoricamente que essa quarta força na formação do sonho - que logo reconheceremos como uma velha conhecida, visto que, de fato, é a única das quatro com que estamos familiarizados em outros contextos - não desejo negar que esse quarto fator tem a capacidade de criar novas contribuições para os sonhos. É certo, porém, que, tal como os

outros, ele exerce sua influência principalmente por suas preferências e seleções do material psíquico já formado nos pensamentos oníricos. Ora, há um caso em que lhe é poupado, em grande medida, o trabalho de, por assim dizer, estruturar uma fachada para o sonho - a saber, o caso em que já existe uma formação dessa natureza no material dos pensamentos oníricos, pronta para ser usada. Tenho o hábito de descrever esse elemento dos pensamentos oníricos que tenho em mente como uma “fantasia”. Talvez eu evite mal-entendidos se mencionar o “sonho diurno” [ou devaneio] como algo análogo a ela na vida de vigília. O papel desempenhado em nossa vida anímica por essas estruturas ainda não foi plenamente reconhecido e elucidado pelos psiquiatras, embora M. Benedikt tenha conseguido o que me parece um início muito promissor nessa direção. A importância dos sonhos diurnos não escapou à visão infalível dos escritores imaginativos; há, por exemplo, um célebre relato de Alphonse Daudet, em *Le Nabab*, dos devaneios de um dos personagens secundários da história. [Ver em [1].] O estudo das psiconeuroses leva à surpreendente descoberta de que essas fantasias ou sonhos diurnos são os precursores imediatos dos sintomas histéricos, ou pelo menos de uma série deles. Os sintomas histéricos não estão ligados a lembranças reais, mas a fantasias construídas com base em lembranças. A freqüente ocorrência de fantasias diurnas conscientes traz essas estruturas ao nosso conhecimento; mas tal como há fantasias conscientes dessa natureza, também há grande número de fantasias inconscientes, que têm de permanecer inconscientes por causa de seu conteúdo e por se originarem de material recalcado. Uma investigação mais detida das características dessas fantasias diurnas revelamos como é acertado que essas formações recebam a mesma designação que damos aos produtos de nosso pensamento durante a noite - ou seja, a designação de “sonhos”. Elas partilham com os sonhos noturnos um grande número de suas propriedades e, de fato, sua investigação poderia terservido como a melhor e mais curta abordagem à compreensão dos sonhos noturnos.

Como os sonhos, elas são realizações de desejos; como os sonhos, baseiam-se, em grande medida, nas impressões de experiências infantis; como os sonhos, beneficiam-se de certo grau de relaxamento da censura. Se examinarmos sua estrutura, perceberemos como o motivo de desejo que atua em sua produção mistura, rearranja e compõe num novo todo o material de que eles são construídos. Eles estão, para as lembranças infantis de que derivam, exatamente na mesma relação em que estão alguns dos palácios barrocos de Roma para as antigas ruínas cujos pisos e colunas forneceram o material para as estruturas mais recentes.

A função de “elaboração secundária” que atribuímos ao quarto dos fatores envolvidos na formação do conteúdo dos sonhos mostra-nos em ação, mais uma vez, a atividade que consegue ter livre vazão na criação de sonhos diurnos sem ser inibida por quaisquer outras influências. Poderíamos simplificar isso dizendo que este nosso quarto fator procura configurar o material que lhe é oferecido em algo semelhante a um sonho diurno. No entanto, se um desses sonhos diurnos já tiver sido formado na trama dos pensamentos oníricos, esse

quarto fator do trabalho do sonho preferirá apossar-se do sonho diurno já pronto e procurará introduzi-lo no conteúdo do sonho. Há alguns sonhos que consistem meramente na repetição de uma fantasia diurna que talvez tenha permanecido inconsciente, como, por exemplo, o sonho em que o menino andava numa biga com os heróis da Guerra de Tróia [em [1]]. Em meu sonho do “autodidasker” [em [1]], pelo menos a segunda parte foi uma reprodução fiel de uma fantasia diurna, inocente em si mesma, de uma conversa com o Professor N. Em vista das complexas condições que o sonho tem de satisfazer em sua gênese, é muito mais freqüente a fantasia já pronta formar apenas um *fragmento* do sonho, ou apenas uma parcela da fantasia irromper no sonho. A partir daí, a fantasia é tratada, em geral, como qualquer outra parcela do material latente, embora freqüentemente permaneça reconhecível como uma entidade no sonho. Muitas vezes, partes de meus sonhos sobressaem como causadoras de uma impressão diferente das demais. Parecem-me, por assim dizer, mais fluentes, mais concatenadas e, ao mesmo tempo, mais fugazes que outras partes do mesmo sonho. Estas, bem sei, são fantasias inconscientes que penetraram na trama do sonho, mas jamais consegui delimitar uma delas com clareza. Afóra isso, tais fantasias, como qualquer outro componente dos pensamentos oníricos, são comprimidas, condensadas, superpostas umas às outras e assim por diante. Há, todavia, casos transicionais, desde o caso em que elas constituem, inalteradas, o conteúdo (ou pelo menos a fachada) do sonho, e o extremo oposto, em que são representadas no conteúdo do sonho apenas por *um* de seus elementos ou por uma alusão distante. O que acontece às fantasias presentes nos pensamentos oníricos é também, evidentemente, determinado por quaisquer vantagens que elas tenham a oferecer aos requisitos da censura e à exigência de condensação.

Ao selecionar exemplos de interpretação de sonhos, tenho evitado, na medida do possível, os sonhos em que as fantasias inconscientes desempenhem papel considerável, pois a introdução desse elemento psíquico específico teria exigido extensas discussões sobre a psicologia do pensamento inconsciente. Não obstante, não posso escapar inteiramente a um exame das fantasias neste contexto, dado que, muitas vezes, elas penetram nos sonhos em sua íntegra e, com freqüência ainda maior, é possível vislumbrá-las claramente por trás do sonho. Citarei, portanto, mais um sonho, que parece compor-se de duas fantasias diferentes e opostas, coincidentes entre si em alguns pontos, e das quais uma é superficial, enquanto a segunda constitui, por assim dizer, uma interpretação da primeira. [Ver anteriormente, em [1].]

O sonho - o único do qual não tenho notas cuidadosas - era mais ou menos o seguinte. O sonhador, um rapaz solteiro, estava sentado no restaurante onde costumava comer, e que foi realisticamente representado no sonho. Surgiram então várias pessoas para tirá-lo dali, e uma delas queria prendê-lo. Ele disse a seus companheiros de mesa: “Depois eu pago; vou voltar”. Mas eles exclamaram, com sorrisos zombeteiros: “Já conhecemos essa história; isso é o que todos dizem!” Um dos convivas gritou-lhe: “Lá se vai mais um!” Depois o

conduziram a um aposento estreito, onde encontrou uma figura feminina com uma criança no colo. Uma das pessoas que o acompanhava disse: “Este é o Sr. Müller”. Um inspetor de polícia, ou algum funcionário parecido, estava remexendo num punhado de cartões ou papéis e, ao fazê-lo, repetia “Müller, Müller, Müller”. Por fim, formulou uma pergunta ao sonhador, à qual este respondeu com um “Sim”. Em seguida, ele se voltou para olhar para a figura feminina e observou que ela agora usava uma grande barba.

Não há aqui nenhuma dificuldade em separar os dois componentes. O superficial era uma *fantasia de prisão*, que parece como que recém-construída pelo trabalho do sonho. Mas, por trás dele, é visível um material que foi apenas ligeiramente remodelado pelo trabalho do sonho: *uma fantasia de casamento*. Os traços comuns a ambas as fantasias emergem com especial clareza, tal como numa das fotografias superpostas de Galton. A promessa do rapaz (que até então era solteiro) de que voltaria a se reunir com os companheiros de jantar à mesa, o ceticismo de seus companheiros (já escolados pela experiência), a exclamação “lá se vai mais um (para se casar)” - todos esses traços se encaixavam facilmente na interpretação alternativa. O mesmo se aplica ao “Sim” com que ele respondeu à pergunta do funcionário. O remexer na pilha de papéis, a constante repetição do mesmo nome, correspondia a uma característica menos importante, porém, reconhecível, das festas de casamento, a saber, a leitura de um maço de telegramas de felicitações, todos endereçados com o mesmo nome. A fantasia do casamento, na realidade, levou a melhor sobre a fantasia encobridora de prisão, com o aparecimento da noiva em pessoa no sonho. Através de uma indagação - o sonho não foi analisado -, pude descobrir por que, ao final dele, a noiva usava barba. Na véspera, o sonhador estivera andando pela rua com um amigo que era tão arredo ao casamento quanto ele, e lhe chamara a atenção para uma beldade de cabelos negros que passara por eles. “É”, comentara o amigo, “se pelo menos essas mulheres, em poucos anos, não ficassem com uma barba igual à do pai...” Não faltaram a esse sonho, naturalmente, elementos em que a distorção onírica tivesse ido mais a fundo. É bem possível, por exemplo, que as palavras “depois eu pago” se referissem ao que ele temia ser a atitude do sogro quanto à questão do dote. De fato, é evidente que toda sorte de receios impedia o sonhador de se atirar com algum prazer à fantasia de casamento. Um desses receios, o medo de que o casamento pudesse custar-lhe a liberdade, encarnou-se em sua transformação numa cena de prisão.

Se voltarmos por um momento ao ponto em que o trabalho do sonho se serve de bom grado de uma fantasia já pronta, em vez de compô-la a partir do material dos pensamentos oníricos, talvez nos achemos em condições de solucionar um dos mais interessantes enigmas relacionados com os sonhos. Em [1], relatei a famosa história de como Maury, depois de ser atingido na nuca por um pedaço de madeira enquanto dormia, despertou de um longo sonho que era como uma história completa tendo por cenário a época da Revolução Francesa.

Visto que o sonho, tal como relatado, foi coerente e totalmente projetado com vistas a fornecer uma explicação para o estímulo que acordou o sonhador e cuja ocorrência ele não poderia ter previsto, a única hipótese possível parece ser a de que todo esse sonho complexo deve ter sido composto e ter ocorrido no curto espaço de tempo decorrido entre o contato do pedaço de madeira com as vértebras cervicais de Maury e seu conseqüente despertar. Nunca ousaríamos atribuir tal rapidez à atividade de pensamento na vida de vigília, e portanto, seríamos levados a concluir que o trabalho do sonho possui a vantagem de acelerar extraordinariamente nossos processos de pensamento.

Fortes objeções ao que se converteu prontamente numa conclusão popular têm sido levantadas por alguns autores mais modernos (Le Lorrain, 1894 e 1895; Egger 1895, e outros). Por um lado, eles lançam dúvidas sobre a exatidão do relato que Maury fez de seu sonho; e por outro, tentam mostrar que a rapidez das operações de nossos pensamentos de vigília não é menor do que a desse sonho, depois de descontados os exageros. O debate levantou questões de princípio cuja solução não me parece imediata. Mas devo confessar que os argumentos apresentados (por Egger, por exemplo), particularmente contra o sonho de Maury com a guilhotina, não me convencem. Eu mesmo proporia a seguinte explicação para esse sonho. Acaso será tão improvável que o sonho de Maury represente uma fantasia já pronta e armazenada em sua memória por muitos anos, e que foi despertada - ou, diria eu, "aludida" - no momento em que ele tomou conhecimento do estímulo que o acordou? Se assim fosse, teríamos escapado a toda a dificuldade de compreender como é que uma história tão longa, com todos os seus pormenores, poderia ter sido composta no curtíssimo intervalo de que dispunha o sonhador, visto que a história já teria sido composta. Se o pedaço de madeira tivesse atingido a nuca de Maury quando acordado, teria havido oportunidade para um pensamento como "Isto é o mesmo que ser guilhotinado". Mas, como foi durante o sono que a tábua o atingiu, o trabalho do sonho serviu-se do estímulo incidente para produzir sem demora uma realização de desejo, *como se* pensasse (isto deve ser tomado puramente em sentido figurado): "Eis aqui uma boa oportunidade de realizar uma fantasia de desejo que se formou em tal ou qual época durante a leitura". Dificilmente se poderia contestar, penso eu, que a história do sonho era precisamente do tipo que os jovens tendem a construir sob a influência de impressões intensamente excitantes. Quem - e, menos ainda, qual o francês ou o estudioso da história da civilização - poderia deixar de ser cativado pelas narrativas do Reinado do Terror, quando homens e mulheres da aristocracia, a fina flor da nação, mostravam-se capazes de morrer com ânimo sereno e de conservar sua agudeza de espírito e a elegância de suas maneiras até o último momento do fatal chamado? Quão tentador para um jovem mergulhar em tudo isso em sua imaginação - ver-se dizendo adeus a uma dama, beijando-lhe a mão e galgando, intrépido, o cadafalso! Ou, se a ambição fosse o motivo principal da fantasia, quão tentador para ele ocupar o lugar de um daqueles temíveis personagens que, pela simples força de suas idéias e de sua flamejante eloquência, dominavam a cidade onde, nessa época, pulsava convulsivamente o coração da humanidade - que foram levados por suas convicções a enviar milhares de homens à morte e prepararam o terreno para a transformação da Europa, enquanto, todo o tempo, suas próprias cabeças

não tinham segurança e estavam destinadas a cair um dia sob a lâmina da guilhotina - quão tentador imaginar-se como um dos girondinos, talvez, ou como o heróico Danton! Há uma característica na lembrança que Maury guardou do sonho - a de ser “conduzido ao local da execução, cercado por uma multidão imensa” - que parece sugerir que sua fantasia era, de fato, desse tipo ambicioso.

Tampouco era necessário que essa fantasia de há muito preparada fosse revivida durante o sono; bastaria apenas que fosse tocada. O que quero dizer é o seguinte; quando soam alguns compassos musicais e alguém comenta (como acontece no *Don Giovanni*) que são do *Fígaro*, de Mozart, despertam-se em mim, de uma só vez, inúmeras lembranças, nenhuma das quais pode penetrar isoladamente em minha consciência no primeiro momento. A frase-chave serve como um posto avançado através do qual toda a rede é simultaneamente posta em estado de excitação. É bem possível que o mesmo se dê no caso do pensamento inconsciente. O estímulo despertador excita o posto avançado psíquico que dá acesso a toda a fantasia da guilhotina. Mas a fantasia não é repassada durante o sono, e sim apenas na lembrança da pessoa antes adormecida, após seu despertar. Depois de acordar, ela lembra em todos os detalhes a fantasia que foi instigada em sua íntegra no sonho. Não há como certificar-se, nesse caso, de que se está realmente recordando algo que se sonhou. Essa mesma explicação - de que se trata de fantasias já prontas que são excitadas como um todo pelo estímulo despertador - pode ser aplicada a outros sonhos que se concentram num estímulo despertador, como, por exemplo, o sonho de Napoleão com a batalha, antes da explosão da máquina infernal [em [1], e [2]].

Entre os sonhos [1] coligidos por Justine Tobowolska em sua dissertação sobre a passagem manifesta do tempo nos sonhos, o mais instrutivo me parece ser o que relatou Macario (1857, 46) como sonhado por um autor dramático, Casimir Bonjour (Tobowolska [1900], 53). Certa noite, Bonjour desejava assistir à primeira apresentação de uma de suas peças, mas estava tão fatigado que, enquanto sentado nos bastidores, cochilou no momento exato em que o pano subia. Durante o sono, passou por todos os cinco atos da peça e observou todos os vários sinais de emoção exibidos pela platéia quando das diferentes cenas. No fim do espetáculo, ficou radiante ao ouvir seu nome gritado com as mais vivas demonstrações de aplauso. De repente, acordou. Não podia acreditar no que via nem no que ouvia, pois o espetáculo ainda não passara das primeiras linhas da primeira cena, e ele não teria dormido por mais de dois minutos. Por certo, não é demasiadamente precipitado supor, no caso desse sonho, que o fato de o sonhador ter passado por todos os cinco atos da peça e observado a atitude do público em relação aos diferentes trechos dela não precisa ter decorrido de nenhuma nova produção de material durante o sono, mas pode ter reproduzido uma atividade de fantasia já concluída (no sentido que descrevi). Tobowolska, como outros autores, ressalta o fato de que os sonhos com uma passagem acelerada das representações têm a característica comum de parecerem singularmente coerentes, ao contrário de outros sonhos, e que a lembrança deles é muito mais sumária do que pormenorizada. Essa seria

realmente uma característica que tais fantasias já prontas, tocadas pelo trabalho do sonho, estariam fadadas a possuir, embora esta seja uma conclusão que os autores em causa não chegam a tirar. Não assevero, contudo, que *todos* os sonhos de despertar admitam essa explicação, ou que o problema da passagem acelerada das representações nos sonhos possa, desse modo, ser inteiramente descartado.

Neste ponto, é impossível evitarmos o exame da relação entre essa elaboração secundária do conteúdo dos sonhos e os demais fatores do trabalho do sonho. Deveremos acaso supor que o que acontece é que, aprincípio, os fatores formadores do sonho - a tendência à condensação, o imperativo de fugir à censura e a consideração à representabilidade pelos recursos psíquicos acessíveis ao sonho - compõem um conteúdo onírico provisório a partir do material fornecido, e que esse conteúdo é subseqüentemente remoldado para conformar-se tanto quanto possível às exigências de uma segunda instância? Isto é muito improvável. Devemos antes presumir que, desde o início, as exigências dessa segunda instância constituem uma das condições que o sonho precisa satisfazer, e que essa condição, tal como as formuladas pela condensação, pela censura imposta pela resistência e pela representabilidade, atua simultaneamente num sentido indutivo e seletivo sobre o conjunto do material presente nos pensamentos oníricos. De qualquer modo, porém, dentre as quatro condições para a formação do sonho, a que conhecemos por último é aquela cujas exigências parecem exercer a influência menos compulsória nos sonhos.

A consideração que se segue torna altamente provável que a função psíquica que empreende o que descrevemos como elaboração secundária do conteúdo dos sonhos deva ser identificada com a atividade de nosso pensamento de vigília. Nosso pensamento desperto (pré-consciente) comporta-se ante qualquer material perceptivo com que se depare exatamente do mesmo modo que se comporta a função ora examinada em relação ao conteúdo dos sonhos. É próprio de nosso pensamento de vigília estabelecer ordem nesse material, nele estruturar relações e fazê-lo conformar-se a nossas expectativas de um todo inteligível. [Ver em [1] e [2].] A rigor, chegamos a nos exceder nisso. Os adeptos da prestidigitação conseguem iludir-nos por confiarem nesse nosso hábito intelectual. Em nosso empenho de criar um padrão inteligível com impressões sensoriais que são oferecidas, muitas vezes incidimos nos mais estranhos erros, ou até falseamos a verdade do material que nos é apresentado.

As provas disso são por demais conhecidas de todos para que haja qualquer necessidade de insistirmos nelas ainda mais. Em nossas leituras, passamos por cima de erros tipográficos que destroem o sentido e temos a ilusão de que o que estamos lendo é correto. Diz-se que o editor de um popular periódico francês apostou que mandaria o tipógrafo inserir as palavras “em frente” ou “atrás” em todas as frases de um longo artigo sem que um único de seus leitores o notasse. Ganhou a aposta. Há muitos anos, li num jornal um exemplo cômico de falsa ligação. Certa feita, durante uma sessão da Câmara francesa, uma bomba lançada por um anarquista explodiu no próprio recinto e Dupuy dominou o pânico subseqüente com as

corajosas palavras: “*La séance continue*”. Os visitantes das galerias foram solicitados a dar suas impressões como testemunhas do atentado. Havia entre eles dois homens das províncias. Um deles disse ser verdade que ouvira uma detonação ao final de um dos discursos, mas presumira que fosse um costume parlamentar disparar um tiro sempre que um orador se sentava. O segundo, que provavelmente já tinha ouvido *vários* discursos, chegara à mesma conclusão, exceto pelo fato de supor que só se disparava um tiro em homenagem a algum discurso particularmente bem-sucedido.

Não há dúvida, pois, de que nosso pensamento normal é que é a instância psíquica que aborda o conteúdo dos sonhos com a exigência de que ele seja inteligível, que o submete a uma primeira interpretação e que, conseqüentemente, gera um completo desentendimento dele. [Ver em [1].] Para fins de *nossa* interpretação, persiste como regra essencial desconsiderar invariavelmente a aparente continuidade de um sonho como sendo de origem suspeita, e percorrer o mesmo caminho de volta ao material dos pensamentos oníricos, quer o sonho em si seja claro ou confuso.

Percebemos agora, aliás, do que é que depende a escala de qualidade dos sonhos entre a confusão e a clareza, examinada em [1]. As partes do sonho em que a elaboração secundária conseguiu surtir algum efeito são claras, ao passo que as outras em que seus esforços falharam são confusas. Visto que as partes confusas do sonho, ao mesmo tempo, são freqüentemente menos vívidas, podemos concluir que o trabalho secundário do sonho também deve ser responsabilizado por uma contribuição à intensidade plástica dos diferentes elementos do sonho.

Quando procuro algo com que comparar a forma final assumida pelo sonho, tal como aparece depois que o pensamento normal faz sua contribuição, não consigo pensar em nada melhor do que as inscrições enigmáticas com que o *Fliegende Blätter* vem há muito entretendo os seus leitores. Eles pretendem levar o leitor a crer que uma certa frase - para efeito de contraste, uma frase em dialeto e tão chula quanto possível - é uma inscrição latina. Para esse fim, as letras contidas nas palavras são separadas de sua combinação em sílabas e dispostas numa nova ordem. Aqui e ali surge uma autêntica palavra latina; em outros pontos, parecemos ver abreviações de termos latinos, e ainda em outros pontos da inscrição, deixamo-nos ser levados a fazer vista grossa à falta de sentido das letras isoladas por partes da inscrição que parecem estar apagadas ou mostrando lacunas. Se quisermos evitar o engodo do chiste, teremos de desprezar tudo o que faça parecer uma inscrição, olhar firmemente para as letras, não prestar atenção a seu arranjo aparente e, desse modo, combiná-las em palavras pertencentes a nossa própria língua materna.

A elaboração secundária [1] é o único fator do trabalho do sonho que tem sido observado pela maioria dos autores no assunto e cuja importância tem sido apreciada. Havelock Ellis

(1911, 10-11) fez uma exposição divertida do seu funcionamento: “Com efeito, podemos até imaginar a consciência adormecida dizendo a si própria: ‘Aí vem nosso amo, a Consciência de Vigília, que atribui tão enorme importância à razão e à lógica, e assim por diante. Rápido! apanhem as coisas, ponham-nas em ordem - qualquer ordem serve - antes que ele entre para tomar posse.’”

A identidade entre seu método de trabalho e o do pensamento de vigília foi enunciada com particular clareza por Delacroix (1904, 926): “Cette fonction d’interprétation n’est pas particulière au rêve; c’est le même travail de coordination logique que nous faisons sur nos sensations pendant la veille.” James Sully [1893, 355-6] é da mesma opinião, assim como Tobowolska (1900,93): “Sur ces successions incohérentes d’hallucinations, l’esprit s’efforce de faire le même travail de coordination logique qu’il fait pendant la veille sur les sensations. Il relie entre elles par un lien imaginaire toutes ces images décousues et bouche les écarts trop grands qui se trouvaient entre elles.”

De acordo com alguns autores, esse processo de arranjo e interpretação se inicia durante o próprio sonho e continua após o despertar. Assim, diz Paulhan (1894, 546): “Cependant j’ai souvent pensé qu’il pouvait y avoir une certaine déformation, ou plutôt réformation, du rêve dans le souvenir ... La tendance systématisante de l’imagination pourrait fort bien achever après le réveil ce qu’elle a ébauché pendant le sommeil. De la sorte, la rapidité réelle de la pensée serait augmentée en apparence par les perfectionnements dûs à l’imagination éveillée.” Bernard-Leroy e Tobowolska (1901, 592): “Dans le rêve, au contraire, l’interprétation et la coordination se font non seulement à l’aide des données du rêve, mais encore à l’aide de celles de la veille...”

Inevitavelmente, portanto, esse único fator reconhecido na formação dos sonhos teve sua importância superestimada, de modo que a ele se atribuiu toda a proeza da criação dos sonhos. Esse ato de criação, como supõem Goblot (1896, 288 e seg.) e mais ainda, Foucault (1906) é executado no momento do despertar, pois esses dois autores atribuem ao pensamento de vigília a capacidade de formar um sonho a partir dos pensamentos surgidos durante o sono. Bernard-Leroy e Tobowolska (1901) assim comentam essa concepção. “On a cru pouvoir placer le rêve au moment du réveil, et ils ont attribué à la pensée de la veille la fonction de construire le rêve avec les images présentes dans la pensée du sommeil.”

Dessa discussão da elaboração secundária passarei ao exame de outro fator do trabalho do sonho recentemente trazido à luz por algumas observações sutilmente perceptivas feitas por Herbert Silberer. Como mencionei antes (em [1]), Silberer apanhou em flagrante, por assim dizer, o processo de transformação dos pensamentos em imagens, impondo-se uma atividade intelectual em estados de fadiga e sonolência. Nessas ocasiões, o pensamento com que ele estava às voltas desaparecia e era substituído por uma visão que se revelava um substituto do que, em geral, eram pensamentos abstratos. (Cf. os exemplos do trecho que acabo de citar.) Ora, acontece que, nesses experimentos, a imagem que surgia, e que poderia ser comparada a um elemento de um sonho, por vezes representava algo diverso do pensamento que estava sendo abordado- a saber, a própria fadiga, a dificuldade e o desprazer frente a esse trabalho. Representava, em outras palavras, o estado subjetivo e o modo de funcionamento da pessoa que empreendia o esforço, em vez do objeto de seu empenho. Silberer descreveu tais ocorrências, que eram muito freqüentes em seu caso, como um “fenômeno funcional”, em contraste com o “fenômeno material” que seria esperável.

Por exemplo: “Uma tarde, estava deitado em meu sofá, sentindo-me extremamente sonolento; mesmo assim, forcei-me a pensar num problema filosófico. Queria comparar as concepções de Kant e Schopenhauer sobre o Tempo. Como resultado de minha sonolência, eu não conseguia manter os argumentos de ambos na mente ao mesmo tempo, o que era

necessário para estabelecer o confronto. Após várias tentativas inúteis, gravei mais uma vez na mente as deduções de Kant, com toda a força de minha vontade, para que pudesse aplicá-las à formulação do problema por Schopenhauer. Voltei então minha atenção para este último, mas quando tentei retornar outra vez a Kant, verifiquei que sua tese me escapara de novo e tentei em vão captá-la novamente. Esse esforço inútil de recuperar o *dossier* de Kant que estava armazenado em alguma parte de minha cabeça foi subitamente representado perante meus olhos fechados como um símbolo concreto e plástico, como se fosse uma imagem onírica: “*Eu pedia uma informação a um secretário descortês que estava curvado sobre sua escrivaninha e se recusava a dar ouvidos a meu pedido insistente. Ele se aprumou um pouco e me lançou um olhar desagradável e duro*”. (Silberer, 1909, 513 e seg. [O grifo é de Freud.])

Eis alguns outros exemplos relacionados com a oscilação entre dormir e acordar:

“Exemplo N.º 2. - Circunstâncias: Pela manhã, ao despertar. Enquanto me achava em certo nível de sono (um estado crepuscular), refletindo sobre um sonho anterior e, de certo modo, continuando a sonhá-lo, senti-me chegar mais perto da consciência da vigília, mas quis permanecer no estado crepuscular.

“*Cena: Ia dando um passo para atravessar um regato, mas recuei o pé na mesma hora, com a intenção de permanecer deste lado.*” (Silberer, 1912, 625.)

“Exemplo N.º 6. - Circunstâncias iguais à do exemplo N.º 4” (em que ele queria ficar na cama um pouco mais, porém sem dormir até tarde). “Querida entregar-me ao sono mais um pouquinho.”

“*Cena: Estava me despedindo de alguém e combinava com ele (ou ela) encontrá-lo (la) novamente dentro em breve.*” (Ibid., 627.)

O fenômeno “funcional”, “a representação de um estado em vez de um objeto”, foi observado por Silberer principalmente nas condições de adormecimento e despertar. É evidente que a interpretação dos sonhos só se interessa pelo segundo caso. Silberer tem dado exemplos que revelam de modo convincente que, em muitos sonhos, as últimas partes do conteúdo manifesto, que são imediatamente seguidas pelo despertar, representam nada mais, nada menos que uma intenção de acordar ou o processo de acordar. A representação pode ocorrer em termos de imagens como atravessar um umbral (“simbolismo do umbral”), sair de um quarto e entrar noutro, partir, voltar para casa, despedir-se de um companheiro, mergulhar n’água etc. Não posso, entretanto, deixar de observar que tenho deparado com elementos oníricos passíveis de ser relacionados com o simbolismo do umbral, seja em meus próprios sonhos, seja nos dos sujeitos a quem tenho analisado, com freqüência muito

menor do que seria esperável pelas comunicações de Silberer.

De modo algum é inconcebível ou improvável que esse simbolismo do umbral venha a lançar luz sobre alguns elementos situados no meio da trama dos sonhos - nos lugares, por exemplo, onde há uma questão de oscilações na profundidade do sono e de uma inclinação para interromper o sonho. Não se apresentaram, porém, exemplos convincentes disso. O que parece ocorrer com mais freqüência são os casos de sobredeterminação, nos quais parte de um sonho que tenha derivado seu conteúdo material da interconexão dos pensamentos oníricos é empregada para representar, além disso, algum estado de atividade mental.

Esse interessantíssimo fenômeno funcional de Silberer, sem nenhuma culpa de seu descobridor, tem levado a muitos abusos, pois tem sido encarado como um apoio à antiga inclinação a se darem interpretações abstratas e simbólicas aos sonhos. A preferência pela “categoria funcional” é levada a tal ponto por certas pessoas que elas se referem ao fenômeno funcional onde quer que ocorram atividades intelectuais ou processos afetivos nos pensamentos oníricos, embora esse material não tenha nem mais nem menos direito do qualquer outro a penetrar num sonho na qualidade de resto diurno. [Cf. [1] e [2].]

Estamos prontos a reconhecer o fato de que os fenômenos de Silberer constituem uma segunda contribuição do pensamento de vigília à formação dos sonhos, embora esteja presente com menos regularidade e seja menos significativo do que o primeiro, já introduzido sob a designação de “elaboração secundária”. Mostrou-se que parte da atenção que atua durante o dia continua a ser orientada para os sonhos durante o estado de sono, que os controla e critica e se reserva o poder de interrompê-los. Pareceu plausível reconhecer na instância anímica que assim permanece desperta o ensor a quem tivemos de atribuir tão poderosa influência restritiva sobre a forma assumida pelos sonhos. O que as observações de Silberer acrescentaram a isso foi o fato de que, em certas circunstâncias, uma espécie de auto-observação participa disso e presta uma contribuição ao conteúdo do sonho. As relações prováveis dessa instância auto-observadora, que talvez seja particularmente acentuada nas mentes filosóficas, com a percepção endopsíquica, os delírios de observação, a consciência e o censor de sonhos poderão ser mais apropriadamente tratadas em outro lugar.

Tentarei agora resumir esta longa exposição sobre o trabalho do sonho. Havíamos deparado com a questão de saber se a alma emprega irrestritamente todas as suas faculdades na formação dos sonhos, ou apenas um fragmento funcionalmente restrito delas. Nossas investigações levaram-nos a rejeitar por completo essa forma de colocar a questão, como sendo inadequada às circunstâncias. Entretanto, se tivéssemos de responder à pergunta com base nos termos em que foi formulada, seríamos obrigados a responder afirmativamente a *ambas* as alternativas, ainda que pareçam mutuamente exclusivas. É possível distinguir duas

funções isoladas na atividade anímica durante a formação do sonho: a produção dos pensamentos oníricos e sua transformação no conteúdo do sonho. Os pensamentos oníricos são inteiramente racionais e formados com o dispêndio de toda a energia psíquica de que somos capazes. Situam-se entre processos de pensamento que não se tornaram conscientes - processos dos quais, após alguma modificação, também brotam nossos pensamentos conscientes. Por muitas que sejam as questões interessantes e enigmáticas envolvidas nos pensamentos oníricos, tais questões não têm, afinal, nenhuma relação especial com os sonhos e não precisam ser tratadas entre os problemas destes. Por outro lado, a segunda função da atividade anímica na formação do sonho - a transformação dos pensamentos inconscientes no conteúdo do sonho - é peculiar à vida onírica e dela característica. Esse trabalho do sonho, propriamente dito, diverge ainda mais de nossa visão do pensamento de vigília do que tem sido suposto até pelo mais obstinado depreciador do funcionamento psíquico durante a formação dos sonhos. O trabalho do sonho não é apenas mais descuidado, mais irracional, mais esquecido e mais incompleto do que o pensamento de vigília; é inteiramente diferente deste em termos qualitativos e, por essa razão, não é, em princípio, comparável com ele. Não pensa, não calcula e nem julga de nenhum modo; restringe-se a dar às coisas uma nova forma. É exaustivamente descritível mediante a enumeração das condições que tem de satisfazer ao produzir seu resultado. Esse produto, o sonho, tem, acima de tudo, de escapar à censura, e com esse propósito em vista, o trabalho do sonho se serve do *deslocamento das intensidades psíquicas* a ponto de chegar a uma transmutação de todos os valores psíquicos. Os pensamentos têm de ser reproduzidos, exclusiva ou predominantemente, no material dos traços mnêmicos visuais e acústicos, e essa necessidade impõe ao trabalho do sonho uma *consideração à representabilidade*, que ela atende efetuando novos deslocamentos. É provável que se tenham de produzir intensidades maiores do que as disponíveis nos pensamentos oníricos durante a noite, e para essa finalidade serve a *ampla condensação* efetuada com os componentes dos pensamentos oníricos. Pouca atenção é dada às relações lógicas entre os pensamentos; estas recebem, em última análise, uma representação disfarçada em certas características *formais* dos sonhos. Qualquer afeto ligado aos pensamentos oníricos sofre menos modificação do que seu conteúdo de representações. Tais afetos, via de regra, são suprimidos; quando retidos, são desligados das representações a que pertencem propriamente, sendo reunidos os afetos de caráter semelhante. Apenas uma única parcela do trabalho do sonho, e uma parcela que atua em grau irregular - a reelaboração do material pelo pensamento de vigília parcialmente desperto -, ajusta-se em certa medida à visão que outros autores procuraram aplicar a toda a atividade da formação do sonho. [1]

Capítulo VII - A PSICOLOGIA DOS PROCESSOS

ONÍRICOS

Entre os sonhos que me foram comunicados por outras pessoas há um que merece especialmente nossa atenção neste ponto. Foi-me contado por uma paciente que dele tomou conhecimento numa conferência sobre os sonhos: sua origem real ainda me é desconhecida. Seu conteúdo impressionou essa dama, contudo, e ela tratou de “ressonhá-lo”, ou seja, de repetir alguns de seus elementos num sonho dela própria, de tal modo que, assim se apoderando dele, pudesse expressar sua concordância com ele num determinado ponto.

As condições preliminares desse sonho-padrão foram as seguintes: um pai estivera de vigília à cabeceira do leito de seu filho enfermo por dias e noites a fio. Após a morte do menino, ele foi para o quarto contíguo para descansar, mas deixou a porta aberta, de maneira a poder enxergar de seu quarto o aposento em que jazia o corpo do filho, com velas altas a seu redor. Um velho fora encarregado de velá-lo e se sentou ao lado do corpo, murmurando preces. Após algumas horas de sono, o pai sonhou que *seu filho estava de pé junto a sua cama, que o tomou pelo braço e lhe sussurrou em tom de censura: “Pai, não vês que estou queimando?”* Ele acordou, notou um clarão intenso no quarto contíguo, correu até lá e constatou que o velho vigia caíra no sono e que a mortalha e um dos braços do cadáver de seu amado filho tinham sido queimados por uma vela acesa que tombara sobre eles.

A explicação desse sonho comovente é bem simples e, segundo me disse minha paciente, foi corretamente fornecida pelo conferencista. O clarão de luz chegou pela porta aberta aos olhos do homem adormecido e o levou à conclusão a que teria chegado se tivesse acordado, ou seja, que uma vela caída havia ateado fogo em alguma coisa nas proximidades do corpo. É possível até que, ao dormir, ele sentisse uma certa preocupação de que o velho não fosse capaz de cumprir sua tarefa.

Não é que eu tenha qualquer modificação a sugerir nessa interpretação, salvo para acrescentar que o conteúdo do sonho deve ter sido sobredeterminado e que as palavras proferidas pelo menino devem ter sido compostas de expressões que ele realmente proferira em vida e que estavam ligadas a acontecimentos importantes no espírito do pai. Por exemplo, *“Estou queimando”* pode ter sido dito em meio à febre da doença fatal da criança e *“Pai não vês?”* talvez tenha derivado de alguma outra situação altamente carregada de afeto que nos é desconhecida.

Entretanto, depois de reconhecermos que o sonho foi um processo dotado de sentido e passível de ser inserido na cadeia de experiências psíquicas do sonhador, podemos ainda conjecturar por que teria um sonho ocorrido em tais circunstâncias, quando se fazia

necessário o mais rápido despertar possível. E aqui observaremos que também esse sonho abrigou a realização de um desejo. O filho morto comportou-se no sonho como vivo; ele próprio advertiu o pai, veio até sua cama e o segurou pelo braço, tal como provavelmente fizera na ocasião de cuja lembrança se originou a primeira parte das palavras da criança no sonho. Em nome da realização desse desejo, o pai prolongou seu sono por um momento. O sonho foi preferido a uma reflexão desperta, porque podia mostrar o menino vivo outra vez. Se o pai tivesse primeiro acordado, e depois feito a inferência que o levou a ir até o quarto contíguo, teria, por assim dizer, abreviado a vida de seu filho por esse breve lapso de tempo.

Não há dúvida sobre qual é a peculiaridade que atrai nosso interesse para esse curto sonho. Até aqui, estivemos principalmente interessados no sentido secreto dos sonhos e no método para descobri-lo, bem como nos meios empregados pelo trabalho do sonho para ocultá-lo. Os problemas da interpretação do sonho ocuparam até aqui o centro da descrição. E agora esbarramos num sonho que não levanta problemas de interpretação e cujo sentido é óbvio, mas que, não obstante, como vimos, preserva as características essenciais que diferenciam tão notavelmente os sonhos da vida de vigília e, por conseguinte, requerem explicação. Só depois de haveremos resolvido tudo o que diz respeito ao trabalho de interpretação é que poderemos começar a nos aperceber de quão incompleta é nossa psicologia dos sonhos.

Entretanto, antes de partirmos por esse novo caminho, será bom fazermos uma pausa e olharmos em torno, para ver se, no curso de nossa jornada até este ponto, não teremos desprezado algo importante. É que deve ficar claramente entendido que a parte fácil e agradável de nossa viagem ficou para trás. Até aqui, a menos que eu esteja muito equivocado, todos os caminhos por onde viajamos nos conduziram à luz - ao esclarecimento e a uma compreensão mais completa. Contudo, mal nos empenhamos em penetrar mais a fundo nos processos anímicos envolvidos no ato de sonhar, todos os caminhos terminam na escuridão. Não há possibilidade de *explicar* os sonhos como um processo psíquico, uma vez que explicar algo significa fazê-lo remontar a alguma coisa já conhecida, e não há, no momento, nenhum conhecimento psicológico estabelecido a que possamos subordinar aquilo que o exame psicológico dos sonhos nos habilita a inferir como base de sua explicação. Pelo contrário, seremos obrigados a formular diversas novas hipóteses que toquem provisoriamente na estrutura do aparelho psíquico e no jogo das forças que nele atuam. Precisamos, porém, ter o cuidado de não levar essas hipóteses muito além de suas primeiras articulações lógicas, ou seu valor se perderá em incertezas. Ainda que não façamos inferências falsas e levemos em conta todas as possibilidades lógicas, a provável imperfeição de nossas premissas ameaça levar nossos cálculos a um completo malogro. Nem mesmo partindo da mais minuciosa investigação dos sonhos ou de qualquer outra função psíquica, tomada *isoladamente*, é possível chegar a conclusões sobre a construção e os métodos de funcionamento do instrumento anímico, ou, pelo menos, prová-las

integralmente. Para chegar a esse resultado, será necessário correlacionar todas as implicações já estabelecidas, derivadas de um estudo comparativo de toda uma série de funções. Portanto, as hipóteses psicológicas a que fomos levados por uma análise dos processos oníricos deverão ficar em suspenso, por assim dizer, até que possam ser relacionadas com os resultados de outras investigações que busquem chegar ao âmago do mesmo problema a partir de outro ângulo de abordagem.

(A) O ESQUECIMENTO DOS SONHOS

Sugiro, por conseguinte, que nos voltemos primeiro para um tema que levanta uma dificuldade até agora não considerada, mas que, não obstante, é capaz de jogar por terra todos os nossos esforços de interpretação dos sonhos. Já se objetou, em mais de uma ocasião, que de fato não temos nenhum conhecimento dos sonhos que nos dispomos a interpretar ou, falando mais corretamente, que não temos nenhuma garantia de conhecê-los tal como realmente ocorreram. [Ver em [1]]

Em primeiro lugar, o que lembramos de um sonho, aquilo em que exercemos nossa arte interpretativa, já foi mutilado pela infidelidade de nossa memória, que parece singularmente incapaz de reter um sonho e bem pode ter perdido exatamente as partes mais importantes de seu conteúdo. É muito freqüente, ao procurarmos voltar a atenção para um de nossos sonhos, descobrirmos-nos lamentando o fato de que, embora tenhamos sonhado mais, não conseguimos recordar nada além de um único fragmento, ele próprio relembrado com peculiar incerteza.

Em segundo lugar, temos todas as razões para suspeitar de que nossa lembrança dos sonhos é não apenas fragmentada, mas positivamente inexata e falseada. Por um lado, podemos duvidar de se o que sonhamos foi realmente tão desconexo e nebuloso quanto é nossa lembrança dele e, por outro, também se pode pôr em dúvida se um sonho foi realmente tão coerente quanto o é no relato que dele fornecemos; se, na tentativa de reproduzi-lo, não preenchemos com material novo e arbitrariamente escolhido o que nunca esteve lá ou o que foi esquecido; se não lhe acrescentamos adornos e acabamentos, e o arredondamos de tal maneira que não há possibilidade de determinar qual pode ter sido seu conteúdo original. Na verdade, um autor, Spitta (1882, [338]), chega a ponto de sugerir que, se o sonho mostra qualquer tipo de ordem ou coerência, tais qualidades só são introduzidas nele ao tentarmos evocá-lo. [Ver em [1].] Assim, parece haver um risco de que a própria coisa cujo valor nos propusemos determinar escape-nos completamente por entre os dedos.

Até aqui, ao interpretarmos os sonhos, temos desconsiderado tais advertências. Ao contrário, aceitamos como igualmente importante interpretar tanto os componentes mais ínfimos, menos destacados e mais incertos do conteúdo dos sonhos quanto os que são preservados com mais nitidez e certeza. O sonho da injeção de Irma continha a frase “Chamei *imediatamente* o Dr. M.” [em [1]] e presumimos que nem mesmo esse detalhe teria penetrado no sonho, a menos que tivesse uma origem específica. Foi assim que chegamos à história da infeliz paciente a cuja cabeceira eu havia “imediatamente” chamado meu colega mais experimentado. No sonho aparentemente absurdo que tratou a diferença entre 51 e 56 como um valor desprezível, o número 51 foi mencionado diversas vezes. [Ver em [1].] Em vez de encarar isso como uma coisa banal ou indiferente, inferimos daí que havia uma *segunda* linha de pensamentos no conteúdo latente do sonho, levando ao número 51; e por essa trilha chegamos a meus temores de que 51 anos fossem o limite de minha vida, em flagrante contraste com a cadeia de pensamentos dominante no sonho, que era pródiga em seu alarde de uma vida longa. No sonho do “*Non vixit*” [em [1]], houve uma interpolação discreta que a princípio me passou despercebida: “*Como P. não conseguisse entendê-lo, Fl. me perguntou*”, etc. Quando a interpretação estancou, retornei a essas palavras e foram elas que me levaram à fantasia infantil que se revelou um ponto nodal intermediário nos pensamentos oníricos. [Ver em [1]] Chegou-se a isso através dos versos:

Selten habt ihr mich *verstanden*,

Selten auch verstand ich Euch,

Nur wenn wir im *Kot* uns fander,

So verstanden wir uns gleich.

Em toda análise se poderiam encontrar exemplos para mostrar que precisamente os elementos mais triviais de um sonho são indispensáveis a sua interpretação e que o trabalho em andamento é interrompido quando se tarda a prestar atenção a esses elementos. Ao interpretar sonhos, atribuímos idêntica importância a cada um dos matizes de expressão lingüística em que eles nos foram apresentados. E mesmo quando o texto do sonho, tal como o tínhamos, era sem sentido ou insuficiente - como se o esforço de fornecer dele um relato

correto tivesse fracassado - levamos também essa falha em consideração. Em suma, tratamos como Sagrada Escritura aquilo que os autores precedentes haviam encarado como uma improvisação arbitrária, remendada às pressas no embaraço do momento. Essa contradição requer uma explicação.

A explicação nos é favorável, embora sem tirar a razão dos outros autores. À luz de nosso recém-adquirido entendimento da origem dos sonhos, a contradição desaparece por completo. É verdade que distorcemos os sonhos ao tentar reproduzi-los; aí reencontramos em ação o processo que descrevemos como a elaboração secundária (e muitas vezes mal formulada) do sonho pela instância encarregada do pensamento normal [em [1]]. Mas essa mesma distorção não passa de uma parte da elaboração a que os pensamentos oníricos são regularmente submetidos em decorrência da censura do sonho. Os outros autores notaram ou suspeitaram aqui do papel de distorção do sonho que atua de maneira ostensiva; quanto a nós, estamos menos interessados nisso, pois sabemos que um processo de distorção muito mais extenso, embora menos óbvio, já fez o sonho brotar dos pensamentos oníricos ocultos. O único erro cometido pelos autores precedentes foi supor que a modificação do sonho, no processo de ser lembrado e posto em palavras, é arbitrária e não admite maior análise, sendo, portanto, passível de nos fornecer uma imagem enganosa do sonho. Eles subestimaram a extensão do determinismo nos eventos psíquicos. Não há neles nada de arbitrário. De modo bastante geral, pode-se demonstrar que, se um elemento deixa de ser determinado por certa cadeia de pensamentos, sua determinação é imediatamente comandada por outra. Por exemplo, posso tentar pensar arbitrariamente num número, mas isso é impossível: o número que me ocorre é inequívoca e necessariamente determinado por pensamentos que haja em mim, ainda que estejam distantes de minha intenção imediata. Do mesmo modo, as modificações a que os sonhos são submetidos na redação [*Redaktion*] da vida de vigília tampouco são arbitrárias. Estão associativamente ligadas ao material que substituem e servem para indicar-nos o caminho para esse material, que, por sua vez, pode ser substituto de alguma outra coisa.

Ao analisar os sonhos de meus pacientes, às vezes submeto essa asserção ao seguinte teste, que nunca me falhou: quando o primeiro relato que me é feito de um sonho por um paciente é muito difícil de compreender, peço-lhe que o repita. Ao fazer isso, ele raramente emprega as mesmas palavras. Entretanto, as partes do sonho que ele descreve em termos diferentes são-me reveladas, por esse fato, como o ponto fraco do disfarce do sonho: servem para mim como serviu para Hagen o sinal bordado no manto de Siegfried. É esse o ponto por onde se pode iniciar a interpretação do sonho. Minha solicitação de que o paciente repetisse seu relato do sonho advertiu-o de que eu tinha o propósito de me empenhar particularmente em solucioná-lo; assim, sob a pressão da resistência, ele encobre às pressas os pontos fracos do disfarce do sonho, substituindo quaisquer expressões que ameacem trair seu sentido por outras menos reveladoras. Desse modo, atraí minha atenção para a expressão

que abandonou. O empenho do sonhador em impedir a solução do sonho fornece-nos uma base para inferir o cuidado com que seu manto foi tecido.

Menos justificativa tiveram os autores precedentes para devotar tanto espaço à *dúvida* com que nosso juízo recebe os relatos de sonhos. É que essa dúvida não tem nenhuma justificativa intelectual. Em geral, não há garantia de exatidão de nossa memória, mas, mesmo assim, cedemos à compulsão de dar crédito a seus dados com muito mais frequência do que seria obviamente justificado. A dúvida sobre a exatidão do relato de um sonho ou de certos pormenores dele é também um derivado da censura onírica, da resistência à irrupção dos pensamentos oníricos na consciência. Essa resistência não se esgotou nem mesmo com os deslocamentos e substituições que ocasionou; persiste sob a forma de uma dúvida ligada ao material que foi admitido [na consciência]. Ficamos especialmente inclinados a interpretar mal essa dúvida na medida em que ela tem o cuidado de nunca atacar os elementos mais intensos do sonho, mas apenas os fracos e indistintos. Como já sabemos, porém, uma completa transmutação de todos os valores psíquicos se dá entre os pensamentos oníricos e o sonho [em [1]]. A distorção só é possibilitada pela retirada do valor psíquico; habitualmente, ela se expressa por esse meio e às vezes se contenta em não pedir mais nada. Assim, quando um elemento indistinto do conteúdo do sonho é, além disso, atacado pela dúvida, temos aí uma indicação segura de estarmos lidando com um derivado mais ou menos direto de um dos pensamentos oníricos proscritos. O estado de coisas é como o que se instaurava após uma grande revolução numa das repúblicas da Antigüidade ou da Renascença. As famílias nobres e poderosas que antes haviam dominado o cenário eram mandadas para o exílio e todos os altos postos eram ocupados por recém-chegados. Apenas os membros mais empobrecidos e impotentes das famílias derrotadas ou seus dependentes distantes tinham permissão de permanecer na cidade e, mesmo assim, não desfrutavam de plenos direitos civis e eram encarados com desconfiança. A desconfiança, nessa analogia, corresponde à dúvida no caso que estamos considerando. É por isso que, ao analisar um sonho, insisto em que toda a escala de estimativas de certeza seja abandonada e que a mais ínfima possibilidade de que possa ter ocorrido no sonho algo de tal ou qual natureza seja tratada como uma certeza completa. Ao rastrear a origem de qualquer elemento do sonho, descobrir-se-á que, a menos que essa atitude seja firmemente adotada, a análise chegará a uma paralisação. Quando se lança qualquer dúvida sobre o valor do elemento em questão, o resultado psíquico, no paciente, é que não lhe ocorre nenhuma das representações involuntárias subjacentes a esse elemento. Esse resultado não é evidente por si só. Não seria absurdo que alguém dissesse: “Não sei ao certo se tal ou qual coisa entrou no sonho, mas eis o que me ocorre a respeito”. De fato, porém, ninguém jamais diz isso, e é precisamente o fato de a dúvida produzir esse efeito de interrupção na análise que a revela como um derivado e um instrumento da resistência psíquica. A psicanálise é justificadamente desconfiada. Uma de suas regras é que *tudo o que interrompe o progresso do trabalho analítico é uma resistência.*

Também o *esquecimento* dos sonhos permanece inexplicável enquanto não se leva em consideração o poder da censura psíquica. Em diversos casos, a sensação de se haver sonhado muito durante a noite e de se haver retido apenas uma pequena parcela disso pode, na realidade, ter outro sentido: por exemplo, o de que o trabalho do sonho esteve perceptivelmente ativo a noite inteira, mas só deixou atrás de si um sonho curto. [Ver em [1], [2] e [3].] Decerto é indubitável que nos esquecemos cada vez mais dos sonhos à medida que o tempo passa após o despertar; muitas vezes os esquecemos apesar dos mais esmerados esforços de lembrá-los. Entretanto, sou de opinião que a extensão desse esquecimento costuma ser superestimada; e de maneira similar se superestima o grau em que as lacunas do sonho limitam nosso conhecimento dele. Com freqüência, se pode resgatar, por meio da análise, tudo o que foi perdido pelo esquecimento do conteúdo do sonho; pelo menos, num número bastante grande de casos, pode-se reconstruir, a partir de um único fragmento remanescente, não o sonho, é verdade - o que, de qualquer modo, não tem nenhuma importância -, mas todos os pensamentos oníricos. Isso exige certa dose de atenção e autodisciplina na condução da análise; isto é tudo - mas mostra que não faltou a atuação de um propósito hostil [isto é, resistente] no esquecimento do sonho. [1]

Uma prova convincente do fato de que o esquecimento dos sonhos é tendencioso e serve aos propósitos da resistência é fornecida quando se tem a possibilidade de observar, nas análises, um estágio preliminar de esquecimento. Não é infreqüente que, no meio do trabalho de interpretação, uma parte omitida do sonho venha à luz e seja descrita como tendo sido esquecida até então. Ora, uma parte do sonho assim resgatada do esquecimento é, invariavelmente, a mais importante; situa-se sempre no caminho mais curto para a solução do sonho e por isso foi mais exposta à resistência do que qualquer outra parte. Entre os exemplos de sonhos dispersos neste volume, há um em que parte do conteúdo foi assim acrescentada como uma reflexão posterior. Trata-se do sonho em que me vinguei de dois desagradáveis companheiros de viagem e que tive de deixar quase sem interpretação por ser grosseiramente indecente. [Ver em [1]] A porção omitida era a seguinte: “Eu disse [em inglês], referindo-me a uma das obras de Schiller: ‘It is from...’, mas, notando o engano, corriji-me: ‘It is by...’ ‘Sim’, comentou o homem com sua irmã, ‘ele disse isso corretamente.’” ‘

As autocorreções nos sonhos, que parecem tão maravilhosas a certos autores, não precisam ocupar nossa atenção. Indicarei, em vez disso, a lembrança que serviu de modelo para meu erro verbal nesse sonho. Quando tinha dezenove anos, visitei a Inglaterra pela primeira vez e passei um dia inteiro nas praias do Mar da Irlanda. Naturalmente, regalei-me com a oportunidade de recolher animais marinhos deixados para trás pela maré e estava ocupado com uma estrela-do-mar - as palavras “*Hollthurn*” e “*holotúria*” [lesma-do-mar] ocorreram no início do sonho - quando uma encantadora garotinha aproximou-se de mim e perguntou: “É uma estrela-do-mar? Está viva?” [*It is alive*] “Sim”, respondi, “está viva” [*he is alive*]” e, em seguida, embaraçado com meu erro, repeti a frase corretamente. O sonho substituiu o erro verbal então cometido por outro em que um alemão está igualmente sujeito a incorrer: “*Das Buch ist von Schiller*” deveria ser traduzido não por “*from*”, mas por “*by*”. Após tudo o que já aprendemos sobre os propósitos do trabalho do sonho e sua escolha afoita de métodos para atingi-los, não ficaremos surpresos em saber que ele efetuou essa substituição por causa do magnífico exemplo de condensação possibilitado pela identidade fonética entre o inglês “*from*” e o adjetivo alemão “*fromm*” [“devoto”, “beatífico”]. Mas como foi que minha inocente lembrança da beira-mar entrou no sonho? Ela funcionou como o exemplo mais inocente possível de meu emprego de uma palavra indicativa de gênero ou sexo no lugar errado - de eu trazer à baila o sexo (a palavra “*he*”) onde ele não era cabível. Essa, aliás, foi uma das chaves para a solução do sonho. Ademais, ninguém que tenha conhecimento da origem atribuída ao título “*Matter and Motion*” [“*Matéria e Movimento*”], de Clerk Maxwell [mencionado no sonho, em [1]] terá qualquer dificuldade em preencher as lacunas: “Le Malade Imaginaire”, de “*Molière* - “La *matière* est-elle *laudable*?” - Movimento dos intestinos.

Além disso, estou em condições de oferecer uma demonstração ocular do fato de que o esquecimento dos sonhos, em grande parte, é produto da resistência. Vem um de meus pacientes e me conta que teve um sonho, mas esqueceu todo e qualquer vestígio dele: portanto, é como se nunca tivesse acontecido. Prosseguimos com nosso trabalho. Deparo com uma resistência; por isso, explico algo ao paciente e o auxilio, através do incentivo e da pressão, a chegar a um acordo com algum pensamento desagradável. Mal consigo fazer isso, ele exclama: “Agora me lembro do que foi que sonhei!” A mesma resistência que estava interferindo em nosso trabalho desse dia também o fizera esquecer o sonho. Superando essa resistência, resgatei o sonho para sua memória.

Exatamente da mesma maneira, quando um paciente atinge determinado ponto em seu trabalho, é possível que consiga lembrar-se de um sonho ocorrido há três ou quatro dias, ou até mais, e que até então permanecera esquecido.

A experiência psicanalítica forneceu-nos ainda outra prova de que o esquecimento dos

sonhos depende muito mais da resistência que do fato, acentuado pelas autoridades, de serem os estados de vigília e sono estranhos um ao outro [em [1]]. Não raro me acontece, tal como a outros analistas e a pacientes em tratamento, depois de ser despertado por um sonho, por assim dizer, passar imediatamente, e em plena posse de minhas faculdades intelectuais, a interpretá-lo. Nessas situações, muitas vezes me recusei a descansar enquanto não chegasse a uma compreensão completa do sonho; contudo, foi minha experiência, algumas vezes, depois de finalmente acordar pela manhã, constatar que havia esquecido inteiramente tanto minha atividade interpretativa quanto o conteúdo do sonho, embora sabendo que tivera um sonho e que o interpretara. É muito mais freqüente o sonho arrastar consigo para o esquecimento os resultados de minha atividade interpretativa do que minha atividade intelectual conseguir preservá-lo na memória. Não obstante, não existe entre minha atividade interpretativa e meus pensamentos de vigília o abismo psíquico que as autoridades supõem para explicar o esquecimento dos sonhos.

Morton Prince (1910 [141]) levantou objeções a minha explicação do esquecimento dos sonhos, mediante a alegação de que o esquecimento é apenas um caso particular da amnésia ligada aos estados mentais dissociados, de que é impossível estender minha explicação dessa amnésia especial a outros tipos e de que, por conseguinte, minha explicação é destituída de valor até mesmo para seu propósito imediato. Seus leitores são assim lembrados de que, ao longo de todas as descrições que faz desses estados dissociados, ele nunca tentou descobrir uma explicação dinâmica para tais fenômenos. Se o tivesse feito, teria inevitavelmente descoberto que o recalque (ou, mais precisamente, a resistência criada por ele) é a causa tanto das dissociações quanto da amnésia ligada ao conteúdo psíquico destas.

Uma observação que pude fazer durante a preparação deste manuscrito mostrou-me que os sonhos não são mais esquecidos do que outros atos mentais e podem ser comparados, sem nenhuma desvantagem, com outras funções mentais, no que concerne a sua retenção na memória. Eu havia conservado registros de um grande número dos meus próprios sonhos que, por uma razão ou outra, não pudera interpretar por completo na época ou deixara inteiramente sem interpretação. E agora, passados um a dois anos, tentei interpretar alguns deles com a intenção de obter mais material para ilustrar meus pontos de vista. Essas tentativas tiveram êxito na totalidade dos casos; a rigor, pode-se dizer que a interpretação progrediu com mais facilidade após esse longo intervalo do que na época em que o sonho era uma experiência recente. Uma possível explicação disso é que, entretanto, superei algumas das resistências internas que antes me obstruíam. Ao fazer essas interpretações posteriores, comparei os pensamentos oníricos que evocara na época do sonho com a produção atual, geralmente muito mais abundante, e constatei que os antigos estavam sempre incluídos entre os novos. Meu assombro diante disso foi prontamente sustado pela consideração de que, desde longa data, desenvolvi o hábito de fazer com que meus pacientes, que às vezes me contam sonhos de anos anteriores, interpretem-nos - pelo mesmo procedimento e com o mesmo sucesso - como se os houvessem sonhado na noite anterior.

Quando chegar à discussão dos sonhos de angústia, apresentarei dois exemplos dessas interpretações adiadas. [Ver em [1]] Fui levado a fazer minha primeira experiência dessa natureza pela justificável expectativa de que nisso, como em outros aspectos, os sonhos se comportariam como sintomas neuróticos. Quando trato um psiconeurótico - um histérico, digamos - pela psicanálise, sou forçado a chegar a uma explicação tanto dos sintomas mais primitivos e há muito desaparecidos de sua doença quanto dos sintomas contemporâneos que o trouxeram a mim para tratamento; e, a rigor, considero o problema primitivo mais fácil de solucionar do que o imediato. Já em 1895, foi-me possível dar uma explicação, nos *Estudos sobre a Histeria* [Breuer e Freud, 1895], do primeiro ataque histérico que uma mulher com mais de quarenta anos tivera aos quinze anos de idade. [Essa paciente era a Sra. Cäcilie M., mencionada ao final do Caso Clínico V.]

E quero aqui mencionar alguns outros pontos um tanto desconexos sobre a questão da interpretação dos sonhos, que talvez ajudem a orientar os leitores que se sintam porventura inclinados a conferir minhas afirmações mediante um trabalho posterior com seus próprios sonhos.

Ninguém deve esperar que uma interpretação de seus sonhos lhe caia no colo como um maná dos céus. A prática é necessária até mesmo para perceber fenômenos endópticos ou outras sensações de que nossa atenção está normalmente afastada; e isso ocorre apesar de não haver nenhum motivo psíquico lutando contra tais percepções. É decididamente mais difícil captar as “representações involuntárias”. Quem quer que procure fazê-lo deve familiarizar-se com as expectativas levantadas nesta obra e, de acordo com as regras nela estabelecidas, esforçar-se, durante o trabalho, por se abster de qualquer crítica, qualquer *parti pris* e qualquer inclinação afetiva ou intelectual. Deve ter em mente o conselho de Claude Bernard aos experimentadores de um laboratório de fisiologia: “*travailler comme une bête*” - isto é, trabalhar com a mesma persistência de um animal e com idêntica despreocupação com o resultado. Se esse conselho for seguido, já não será difícil a tarefa.

Nem sempre se pode consumir a interpretação de um sonho de uma só vez. Depois de seguirmos uma cadeia de associações, não raro sentimos esgotada nossa capacidade; nada mais se pode saber do sonho nesse dia. O mais aconselhável, nesse caso, é interromper o trabalho e retomá-lo em outro dia: outra parte do conteúdo do sonho poderá então atrair nossa atenção e dar-nos acesso a outra camada dos pensamentos oníricos. Esse procedimento poderia ser descrito como interpretação “fracionada” do sonho.

Só com extrema dificuldade é que o principiante na tarefa de interpretar sonhos se deixa

persuadir de que sua tarefa não chega ao fim quando ele tem nas mãos uma interpretação completa - uma interpretação que faz sentido, é coerente e esclarece todos os elementos do conteúdo do sonho. É que um mesmo sonho pode ter também outra interpretação, uma “superinterpretação” que lhe escapou. De fato, não é fácil ter uma concepção da abundância das cadeias inconscientes de pensamento ativas em nosso psiquismo, todas lutando por encontrar expressão. Tampouco é fácil dar crédito à perícia exibida pelo trabalho do sonho na descoberta permanente de formas de expressão capazes de abrigar diversos sentidos - como o Alfaiatezinho do conto de fadas que acertou sete moscas com um só golpe. Meus leitores estarão sempre inclinados a me acusar de introduzir uma quantidade desnecessária de engenhosidade em minhas interpretações; mas a experiência real lhes ensinaria que não é bem assim. [Ver em [1].]

Por outro lado, [1] não posso confirmar a opinião, originalmente formulada por Silberer [p. ex., 1914, Parte II, Seção 5], de que todos os sonhos (ou muitos sonhos, ou certas classes de sonhos) requerem duas interpretações diferentes, que se afirma até mesmo possuírem uma relação fixa entre si. Afirma-se que uma dessas interpretações, que Silberer chama de “psicanalítica”, dá ao sonho um ou outro sentido, geralmente de cunho infantil-sexual; quanto à outra interpretação, mais importante, a que ele dá o nome de “anagógica”, diz-se que revela os pensamentos mais sérios, muitas vezes de implicações profundas, que o trabalho do sonho tomou como material. Silberer não forneceu provas confirmadoras dessa opinião através do relato de uma série de sonhos analisados nessas duas direções. E tenho de objetar que inexiste o fato alegado. Apesar do que ele diz, a maioria dos sonhos não requer “superinterpretação” e, mais particularmente, é insuscetível à interpretação “anagógica”. Tal como ocorre com muitas outras teorias formuladas em anos recentes, é impossível desprezar o fato de que as opiniões de Silberer são influenciadas, até certo ponto, por uma tendência que visa a disfarçar as circunstâncias fundamentais em que se formam os sonhos e desviar o interesse de suas raízes pulsionais. Em certo número de casos, pude corroborar as afirmações de Silberer. A análise demonstrou que, em tais casos, o trabalho do sonho viu-se diante do problema de transformar em sonho uma série de pensamentos altamente abstratos da vida de vigília, insuscetíveis a receber qualquer representação direta. Esforçou-se por resolver esse problema apoderando-se de outro grupo do material intelectual um tanto frouxamente relacionado com os pensamentos abstratos (muitas vezes, de maneira que se poderia descrever como “alegórica”) e, ao mesmo tempo, passível de ser representado com menor dificuldade. A interpretação *abstrata* de um sonho assim surgido é dada pelo sonhador sem qualquer dificuldade; a interpretação “correta” do material interpolado deve ser buscada pelos métodos que agora nos são familiares.

Caso se pergunte se é possível interpretar todos os sonhos, a resposta deve ser negativa. Não se deve esquecer que, na interpretação de um sonho, tem-se como oponentes as forças psíquicas que foram responsáveis por sua distorção. É numa relação de forças, portanto, que se determina se nosso interesse intelectual, nossa capacidade de autodisciplina, nossos

conhecimentos psicológicos e nossa prática de interpretar sonhos irão habilitar-nos a dominar nossas resistências internas. É sempre possível caminhar *um pouco*: o bastante, pelo menos, para nos convenceremos de que o sonho é uma estrutura provida de sentido, e, em geral, o bastante para entrever qual é esse sentido. Com muita freqüência, um sonho que vem logo a seguir permite-nos confirmar e levar adiante a interpretação que adotamos experimentalmente para seu antecessor. Muitas vezes, uma série de sonhos que se estende por um período de semanas ou meses está baseada num fundo comum e, por conseguinte, deve ser interpretada como um conjunto interligado. [Ver em [1] e [2].] No caso de dois sonhos consecutivos, observa-se com freqüência que um deles toma como ponto central algo que se acha apenas na periferia do outro e vice-versa, de maneira que também suas interpretações são mutuamente complementares. Já forneci exemplos que mostram que os diferentes sonhos de uma mesma noite, em regra bastante geral, devem ser tratados como um todo único em sua interpretação. [Ver em [1]]

Mesmo no sonho mais minuciosamente interpretado, é freqüente haver um trecho que tem de ser deixado na obscuridade; é que, durante o trabalho de interpretação, apercebemo-nos de que há nesse ponto um emaranhado de pensamentos oníricos que não se deixa desenredar e que, além disso, nada acrescenta a nosso conhecimento do conteúdo do sonho. Esse é o umbigo do sonho, o ponto onde ele mergulha no desconhecido. [Ver em [1].] Os pensamentos oníricos a que somos levados pela interpretação não podem, pela natureza das coisas, ter um fim definido; estão fadados a ramificar-se em todas as direções dentro da intrincada rede de nosso mundo do pensamento. É de algum ponto em que essa trama é particularmente fechada que brota o desejo do sonho, tal como um cogumelo de seu micélio.

Mas temos de retornar aos fatos concernentes ao esquecimento dos sonhos, pois deixamos de tirar deles uma importante conclusão. Vimos que a vida de vigília mostra uma tendência inequívoca a esquecer qualquer sonho que se tenha formado durante a noite, seja como um todo, logo após o despertar, seja aos bocadinhos no correr do dia; e reconhecemos que o principal responsável por esse esquecimento é a resistência anímica ao sonho, resistência essa que já fez o que pôde contra ele durante a noite. Mas, se é assim, uma questão se coloca: como é que o sonho pode chegar a se formar em face dessa resistência? Tomemos o caso mais extremo, em que a vida de vigília se descarta de um sonho como se ele nunca houvesse ocorrido. Um exame da interação das forças psíquicas nesse caso deverá levar-nos a inferir que o sonho de fato não teria ocorrido se a resistência fosse tão acentuada durante a noite quanto o é durante o dia. Temos de concluir que, no decorrer da noite, a resistência perde parte de seu poder, embora saibamos que não o perde inteiramente, uma vez que já mostramos o papel que desempenha na formação dos sonhos como agente deformador. Mas somos levados a supor que seu poder fique diminuído à noite e que isso possibilite a formação dos sonhos. Fica então fácil compreender como, depois de recuperar a plenitude de sua força no momento do despertar, ela passa imediatamente a se livrar daquilo que foi obrigada a permitir enquanto enfraquecida. Diz-nos a psicologia descritiva que o principal

sine qua non para a formação de sonhos é que a mente esteja em estado de sono; e agora podemos explicar esse fato; *o estado de sono possibilita a formação de sonhos porque reduz o poder da censura endopsíquica.*

É sem dúvida tentador encarar essa inferência como a única possível a partir dos fatos do esquecimento dos sonhos e fazer dela a base para outras conclusões quanto às condições de energia que prevalecem durante o sono e a vigília. Por ora, entretanto, deter-nos-emos aqui. Quando tivermos penetrado um pouco mais a fundo na psicologia dos sonhos, veremos que os fatores que possibilitam sua formação também podem ser concebidos de outra maneira. Talvez a resistência à conscientização dos pensamentos oníricos possa ser evitada sem que tenha havido qualquer redução em seu poder. E parece plausível que *ambos* os fatores que favorecem a formação dos sonhos - a redução e a evitação da resistência - sejam simultaneamente possibilitados pelo estado de sono. Farei aqui uma interrupção, embora vá retomar este tema dentro em breve. [Ver em [1]]

Existe outro conjunto de objeções a nosso método de interpretação dos sonhos, do qual devemos agora tratar. Nosso procedimento consiste em abandonar todas as representações-meta que normalmente dirigem nossas reflexões, focalizar nossa atenção num único elemento do sonho e, então, tomar nota de todos os pensamentos involuntários que possam ocorrer-nos a propósito dele. Tomamos então a parte seguinte do sonho e repetimos o processo com *ela*. Deixamo-nos impelir por nossos pensamentos, qualquer que seja a direção em que nos conduzam, e assim vagamos a esmo de uma coisa para outra. Mas nutrimos a firme crença de que, no final, sem qualquer intervenção ativa de nossa parte, chegaremos aos pensamentos oníricos de que se originou o sonho.

Nossos críticos objetam a isso nos seguintes termos: não há nada de maravilhoso no fato de um elemento isolado do sonho nos conduzir a *algum lugar*; toda representação pode ser associada com *algo*. O que é excepcional é que uma cadeia de pensamentos tão arbitrária e sem objetivo nos leve aos pensamentos oníricos. A probabilidade é que nos estejamos iludindo. Seguimos uma cadeia de associações que parte de um elemento até que, por uma razão ou outra, ela parece romper-se. Se tomarmos então um segundo elemento, é de se esperar que o caráter originalmente irrestrito de nossas associações se estreite, pois ainda temos a cadeia anterior de associações em nossa memória e, por essa razão, aos analisarmos a segunda representação onírica, é mais provável que esbarremos em associações que tenham algo em comum com as da primeira cadeia. Iludimo-nos então com a idéia de haveremos descoberto um pensamento que é um ponto de ligação entre dois elementos do sonho. Uma vez que nos damos total liberdade para ligar os pensamentos como bem entendermos, e visto que, na realidade, as únicas transições que excluímos de uma representação para outra são as que vigem no pensamento normal, não teremos nenhuma dificuldade, com o correr do tempo, em compor, a partir de alguns “pensamentos

intermediários”, algo que descrevemos como sendo os pensamentos oníricos e que - embora sem qualquer garantia, pois não dispomos de outros conhecimentos do que sejam os pensamentos oníricos - alegamos ser o substituto psíquico do sonho. Mas tudo isso é completamente arbitrário; estamos meramente explorando ligações fortuitas de uma maneira que propicia um efeito engenhoso. Assim, quem quer que se dê a todo esse trabalho inútil poderá excogitar para qualquer sonho a interpretação que mais lhe aprouver.

Se de fato nos levantassem tais objeções, poderíamos defender-nos apelando para a impressão causada por nossas interpretações, para as surpreendentes ligações com outros elementos do sonho que emergem enquanto seguimos uma de suas representações isoladas, e para a improbabilidade de que se pudesse chegar a algo capaz de dar uma explicação tão exaustiva do sonho senão seguindo ligações psíquicas já estabelecidas. Poderíamos também assinalar, em nossa defesa, que nosso procedimento na interpretação dos sonhos é idêntico ao procedimento pelo qual resolvemos os sintomas histéricos; e nisso, a correção de nosso método é atestada pela emergência e desaparecimento coincidentes dos sintomas, ou, para usar um símile, as afirmações feitas no texto são corroboradas pelas ilustrações que as acompanham. Mas não temos nenhuma razão para nos esquivarmos do problema de como é possível chegar-se a um objetivo preexistente seguindo o curso fortuito de uma cadeia de pensamentos arbitrária e sem meta alguma; e isso porque, embora talvez não possamos solucionar o problema, podemos esvaziá-lo por completo.

Ocorre que é demonstravelmente inverídico que estejamos sendo arrastados por uma corrente de representações sem meta alguma quando, no processo de interpretar um sonho, abandonamos a reflexão e deixamos que emerjam representações involuntárias. Pode-se demonstrar que a única coisa de que conseguimos libertar-nos são as representações-meta que nos são *conhecidas*; mal fazemos isso, as representações-meta *desconhecidas* - ou, como dizemos sem precisão, “inconscientes” - assumem o comando e, daí por diante, determinam o curso das representações involuntárias. Nenhuma influência que possamos exercer sobre nossos processos anímicos nos facultará pensar sem representações-meta, nem tenho conhecimento de qualquer estado de confusão psíquica que seja capaz de fazê-lo. Os psiquiatras renunciaram com excessiva pressa, nesse aspecto, a sua crença na concatenação dos processos psíquicos. Sei com certeza que não ocorrem cadeias de pensamento desprovidas de representações-meta nem na histeria e na paranóia, nem na formação ou resolução dos sonhos. É possível que elas não ocorram em nenhum dos distúrbios psíquicos endógenos. Até mesmo os delírios dos estados confusionais podem ter sentido, se aceitarmos a brilhante sugestão de Leuret [1834, 131] de que eles só nos são inteligíveis por causa das lacunas que apresentam. Eu próprio formei a mesma opinião a cada vez que tive oportunidade de observá-los. Os delírios são obra de uma censura que já não se dá ao trabalho de ocultar seu funcionamento; em vez de colaborar para produzir uma nova versão

que seja inobjektável, ela suprime brutalmente tudo aquilo a que desaprova, de maneira que o que resta se torna muito desconexo. Essa censura age exatamente como a censura dos jornais na fronteira russa, que só permite que os periódicos estrangeiros caiam nas mãos dos leitores por quem tem o dever de zelar depois de colocar uma tarja negra sobre diversos trechos.

É possível que um livre jogo das representações com uma cadeia de associações fortuita seja encontrado nos processos cerebrais orgânicos destrutivos; o que é encarado como tal nas psiconeuroses é sempre explicável como um efeito da influência da censura numa cadeia de pensamentos empurrada para o primeiro plano por representações-meta que permaneceram ocultas. Tem-se considerado como sinal infalível de que uma associação está isenta da influência das representações-meta o fato de as associações (ou imagens) em questão parecerem inter-relacionadas de um modo que se descreve como “superficial” - por assonância, ambigüidade verbal, coincidência temporal sem relação interna de sentido, ou por qualquer associação do tipo que permitimos nos chistes ou nos trocadilhos. Essa característica está presente nas cadeias de pensamento que vão dos elementos do sonho até os pensamentos intermediários e, destes, até os pensamentos oníricos propriamente ditos; já vimos exemplos disso - não sem espanto - em muitas análises de sonhos. Nenhuma ligação era solta demais, nenhum chiste era precário demais para servir de ponte entre um pensamento e outro. Mas a verdadeira explicação desse estado de coisas tolerante não tarda em ser descoberta. Sempre que um elemento psíquico está vinculado a outro por uma associação objetável ou superficial, há também entre eles um vínculo legítimo e mais profundo que está submetido à resistência da censura.

A verdadeira razão do predomínio de associações superficiais não está no abandono das representações-meta, mas sim na pressão da censura. As associações superficiais substituem as profundas quando a censura torna intransitáveis as vias normais de ligação. Podemos imaginar, a título de analogia, uma região montanhosa onde uma interrupção geral do tráfego (devida a inundações, por exemplo) bloqueou as estradas principais, mais importantes, porém onde as comunicações ainda são mantidas através de trilhas inconvenientes e íngremes, normalmente utilizadas apenas pelos caçadores.

Aqui se podem distinguir dois casos, embora, em essência, eles sejam o mesmo. No primeiro, a censura se volta apenas contra a *ligação* entre dois pensamentos que, separadamente, não suscitam objeção. Nesse caso, os dois pensamentos penetram sucessivamente na consciência; a ligação entre eles permanece oculta e, em seu lugar, ocorre-nos entre os dois uma ligação superficial em que, de outra maneira, nunca teríamos pensado. Essa ligação costuma estar vinculada a uma parte do complexo de representações muito diferente daquela em que se baseia a ligação suprimida e essencial. O segundocaso é aquele em que os dois pensamentos, por si só, são submetidos à censura por causa de seu conteúdo. Sendo assim, nenhum dos dois aparece em sua forma verdadeira, mas apenas

numa forma modificada que a substitui, e os dois pensamentos substitutos são escolhidos de maneira a possuírem uma associação superficial que reproduza o vínculo essencial que relaciona os dois pensamentos substituídos. *Em ambos os casos, a pressão da censura resultou num deslocamento de uma associação normal e séria para uma associação superficial e aparentemente absurda.*

Uma vez que estamos cientes da ocorrência desses deslocamentos, não hesitamos, na interpretação dos sonhos, em confiar tanto nas associações superficiais quanto nas outras.

Na psicanálise das neuroses, faz-se o mais amplo uso desses dois teoremas - que, quando se abandonam as representações-meta conscientes, as representações-meta ocultas assumem o controle do fluxo de representações, e que as associações superficiais são apenas substitutos, por deslocamento, de associações mais profundas e suprimidas. A rigor, esses teoremas transformaram-se em pilares básicos da técnica psicanalítica. Quando instruo um paciente a abandonar qualquer tipo de reflexão e me dizer tudo o que lhe vier à cabeça, estou confiando firmemente na premissa de que ele não conseguirá abandonar as representações-meta inerentes ao tratamento, e sinto-me justificado para inferir que o que se afigura como as coisas mais inocentes e arbitrárias que ele me conta está de fato relacionado com sua enfermidade. Há uma outra representação-meta de que o paciente não desconfia - uma que se relaciona comigo. A plena avaliação da importância desses dois teoremas, bem como as informações mais pormenorizadas sobre eles, enquadram-se no âmbito de uma exposição da técnica da psicanálise. Aqui atingimos, portanto, um dos pontos limítrofes em que, segundo nosso programa, devemos abandonar o tema da interpretação dos sonhos.

Há uma conclusão verdadeira que podemos extrair dessas objeções, qual seja, que não precisamos supor que todas as associações ocorridas durante o trabalho de interpretação tenham tido lugar no trabalho do sonho durante a noite. [Ver em [1] e [2].] É verdade que, ao fazermos a interpretação no estado de vigília, seguimos um caminho que retrocede dos elementos do sonho para os pensamentos oníricos, e que o trabalho do sonho seguira um rumo inverso. Mas é altamente improvável que esses caminhos sejam transitáveis em ambos os sentidos. Ao contrário, parece que, durante o dia, enveredamos por novas cadeias de pensamentos e que essas veredas estabelecem contato com os pensamentos intermediários e com os pensamentos oníricos ora num ponto, ora noutra. É fácil perceber como, dessa maneira, o novo material diurno se imiscui nas cadeias interpretativas. É provável também que o aumento da resistência instaurado desde a noite torne necessários novos e mais tortuosos desvios. O número e a natureza dos fios colaterais [ver em [1]] que assim tecemos durante o dia não têm a menor importância psicológica, desde que nos conduzam aos pensamentos oníricos de que estamos à procura.

(B) REGRESSÃO

Tendo agora rechaçado as objeções levantadas contra nós, ou tendo pelo menos indicado onde se acham nossas armas defensivas, não mais devemos adiar a tarefa de abordar as investigações psicológicas para as quais nos vimos preparando há tanto tempo. Resumamos os principais resultados de nossa investigação até onde ela nos levou. Os sonhos são atos psíquicos tão importantes quanto quaisquer outros; sua força propulsora é, na totalidade dos casos, um desejo que busca realizar-se; o fato de não serem reconhecíveis como desejos, bem como suas múltiplas peculiaridades e absurdos, devem-se à influência da censura psíquica a que foram submetidos durante o processo de sua formação; à parte a necessidade de fugir a essa censura, outros fatores que contribuíram para sua formação foram a exigência de condensação de seu material psíquico, a consideração a sua representabilidade em imagens sensoriais e - embora não invariavelmente - a demanda de que a estrutura do sonho possua uma fachada racional e inteligível. Cada uma dessas proposições abre caminho para novas especulações e postulados psicológicos; a relação recíproca entre o desejo que é a força propulsora do sonho e as quatro condições a que está sujeita sua formação, bem como as inter-relações entre essas condições, precisam ser investigadas; e cabe assinalar o lugar dos sonhos na concatenação da vida anímica.

Foi com vistas a nos lembrar os problemas ainda por solucionar que iniciei este capítulo com o relato de um sonho. Não houve dificuldade em interpretá-lo - o sonho da criança que se estava queimando -, muito embora sua interpretação não fosse dada integralmente segundo nosso sentido. Levantei a questão do motivo por que o sonhador o produzira, em vez de acordar, e reconheci que um de seus motivos fora o desejo de representar o filho como ainda vivo. Nossas discussões ulteriores mostrarão que um outro desejo também teve participação nisso. [Ver adiante, em [1].] Assim, em primeiro lugar, foi em nome da realização de um desejo que o processo de pensamento durante o sono transformou-se num sonho.

Se eliminarmos a realização de desejo, veremos que resta apenas um aspecto para distinguir as duas formas de ocorrência psíquica. O pensamento onírico teria sido: “Vejo um clarão vindo do quarto onde jaz o cadáver. Talvez uma vela tenha caído e meu filho esteja ardendo!” O sonho reproduziu essas reflexões inalteradas, mas representou-as numa situação que erarealmente atual e podia ser percebida pelos sentidos como uma experiência de vigília. Temos aqui a característica psicológica mais geral e mais notável do processo de sonhar: um pensamento, geralmente um pensamento sobre algo desejado, objetiva-se no sonho, é representado como uma cena, ou, segundo nos parece, é vivenciado.

Como então explicar essa peculiaridade característica do trabalho do sonho, ou, para formular a pergunta em termos mais modestos, como descobrir um lugar para ele na trama dos processos psíquicos?

Se examinarmos o assunto mais de perto, observaremos que dois aspectos quase independentes ressaltam como característicos da forma assumida por esse sonho. Um deles é o fato de o pensamento ser representado como uma situação imediata em que o “talvez” é omitido, e o outro é o fato de que o pensamento se transforma em imagens visuais e em fala.

Nesse sonho específico, a modificação feita nos pensamentos pela colocação da expectativa por eles expressa no presente do indicativo talvez não pareça particularmente notável. Isso se deve ao que só se pode descrever como o papel inusitadamente secundário desempenhado nesse sonho pela realização de desejo. Consideremos, em vez dele, um outro em que o desejo onírico não se tenha distanciado dos pensamentos de vigília transportados para o sono - o sonho da injeção da Irma, por exemplo [em [1]]. Neste, o pensamento onírico representado estava no optativo. “Oxalá Otto fosse responsável pela doença de Irma!” O sonho recalcou o optativo e o substituiu por um presente direto: “Sim, Otto é responsável pela doença de Irma”. Esta, portanto, é a primeira das transformações promovidas nos pensamentos oníricos até mesmo por um sonho isento de distorções. Não precisamos estender-nos nessa primeira peculiaridade dos sonhos. Podemos abordá-la chamando a atenção para as fantasias conscientes - os devaneios - que tratam seu conteúdo de representações exatamente do mesmo modo. Enquanto o Sr. Joyeuse, de Daudet, vagava sem trabalho pelas ruas de Paris (embora suas filhas acreditassem que ele tinha um emprego e estava sentado em seu escritório), sonhava com acontecimentos que pudessem trazer-lhe algum auxílio influente e levá-lo a encontrar emprego - e sonhava no presente do indicativo. Assim, os sonhos se valem do presente da mesmamente e com o mesmo direito que os devaneios. O presente é o tempo em que os desejos se representam como realizados.

Mas os sonhos diferem dos devaneios em sua segunda característica, ou seja, no fato de seu conteúdo de representações transmutar-se de pensamentos em imagens sensoriais a que se dá crédito e que parecem ser vivenciadas. Devo acrescentar desde já que nem todos os sonhos apresentam essa transformação da representação em imagem sensorial. Há sonhos que consistem apenas em pensamentos, mas aos quais não se pode, por causa disso, negar a natureza essencial de sonhos. Meu sonho do “Autodidasker” - a fantasia diurna com o Professor N. [em [1]] - foi um desses; incluiu poucos elementos sensoriais a mais do que se eu tivesse pensado seu conteúdo durante o dia. E em todo sonho razoavelmente longo há elementos que, diversamente dos demais, não recebem forma sensorial, mas são simplesmente pensados ou sabidos, tal como estamos acostumados a pensar ou saber as coisas na vida de vigília. Cabe também lembrar aqui que não é apenas nos sonhos que ocorrem essas transformações das representações em imagens sensoriais: elas são também encontradas nas alucinações e visões, que podem aparecer como entidades independentes,

por assim dizer, na saúde, ou como sintomas nas psiconeuroses. Em suma, a relação que estamos agora examinando não é, de modo algum, uma relação exclusiva. Não obstante, persiste o fato de que essa característica dos sonhos, quando presente, aparece-nos como a mais notável, a tal ponto que nos seria impossível imaginar o mundo onírico sem ela. Para chegarmos a entendê-la, porém, temos de embarcar numa discussão que nos levará a extensas divagações.

Como ponto de partida de nossa investigação, gostaria de destacar uma dentre as muitas observações feitas sobre a teoria do sonhar por aqueles que escrevem sobre o assunto. No curso de um breve exame do tema dos sonhos, o grande Fechner (1889, 2, 520-1) expressa a idéia de que *a cena de ação dos sonhos é diferente da cena da vida representacional de vigília*. [Ver em [1].] Esta é a única hipótese que torna inteligíveis as particularidades especiais da vida onírica. [1]

O que nos é apresentado com essas palavras é a idéia de uma *localização* psíquica. Desprezarei por completo o fato de que o aparelho anímico em que estamos aqui interessados é-nos também conhecido sob a forma de uma preparação anatômica, e evitarei cuidadosamente a tentação de determinar essa localização psíquica como se fosse anatômica. Permanecerei no campo psicológico, e proponho simplesmente seguir a sugestão de visualizarmos o instrumento que executa nossas funções anímicas como semelhante a um microscópio composto, um aparelho fotográfico ou algo desse tipo. Com base nisso, a localização psíquica corresponderá a um ponto no interior do aparelho em que se produz um dos estágios preliminares da imagem. No microscópio e no telescópio, como sabemos, estes ocorrem, em parte, em pontos ideais, em regiões em que não se situa nenhum componente tangível do aparelho. Não vejo necessidade de me desculpar pelas imperfeições desta ou de qualquer imagem semelhante. Essas analogias visam apenas a nos assistir em nossa tentativa de tornar inteligíveis as complicações do funcionamento psíquico, dissecando essa função e atribuindo suas operações singulares aos diversos componentes do aparelho. Ao que me consta, não se fez até hoje a experiência de utilizar esse método de dissecação com o fito de investigar a maneira como se compõe o instrumento anímico e não vejo nele mal algum. A meu ver, é lícito darmos livre curso a nossas especulações, desde que preservemos a frieza de nosso juízo e não tomemos os andaimes pelo edifício. E uma vez que, em nossa primeira abordagem de algo desconhecido, tudo de que precisamos é o auxílio de algumas representações provisórias, darei preferência, inicialmente, às hipóteses de caráter mais tosco e mais concreto.

Por conseguinte, retrataremos o aparelho psíquico como um instrumento composto a cujos componentes daremos o nome de “instâncias”, ou (em prol de uma clareza maior) “sistemas”. Pode-se prever, em seguida, que esses sistemas talvez mantenham entre si uma relação espacial constante, do mesmo modo que os vários sistemas de lentes de um telescópio se dispõem uns atrás dos outros. A rigor, não há necessidade da hipótese de que

os sistemas psíquicos realmente se disponham numa ordem *espacial*. Bastaria que uma ordem fixa fosse estabelecida pelo fato de, num determinado processo psíquico, a excitação atravessar os sistemas numa dada seqüência *temporal*. Em outros processos, a seqüência talvez seja diferente, e essa é uma possibilidade que deixaremos em aberto. Para sermos breves, doravante nos referiremos aos componentes do aparelho como “sistemas- ψ ”.

A primeira coisa a nos saltar aos olhos é que esse aparelho, composto de sistemas- ψ , tem um sentido ou direção. Toda a nossa atividade psíquica parte de estímulos (internos ou externos) e termina em inervações. Por conseguinte, atribuiremos ao aparelho uma extremidade sensorial e uma extremidade motora. Na extremidade sensorial, encontra-se um sistema que recebe as percepções; na extremidade motora, outro, que abre as comportas da atividade motora. Os processos psíquicos, em geral, transcorrem da extremidade perceptual para a extremidade motora. Portanto, o quadro esquemático mais geral do aparelho psíquico pode ser assim representado (Fig. 1):

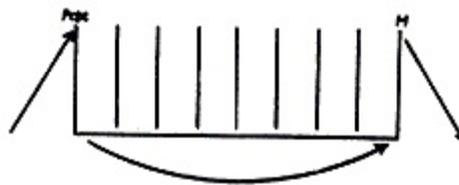


Fig. 1

Isso, contudo, não faz mais do que atender a um requisito com que há muito estamos familiarizados, ou seja, que o aparelho psíquico deve construir-se como um aparelho reflexo. Os processos reflexos continuam a ser o modelo de todas as funções psíquicas.

A seguir, temos razões para introduzir uma primeira diferenciação na extremidade sensorial. Em nosso aparelho psíquico, permanece um traço das percepções que incidem sobre ele. A este podemos descrever como “traços mnêmicos”, e à função que com ele se relaciona damos o nome de “memória”. Se levamos a sério nosso projeto de ligar os processos psíquicos a sistemas, os traços mnêmicos só podem consistir em modificações permanentes dos elementos dos sistemas. Mas, como já foi assinalado em outro texto, há dificuldades óbvias em se supor que um mesmo sistema possa reter fielmente as modificações de seus elementos e, apesar disso, permanecer perpetuamente aberto à recepção de novas oportunidades de modificação. Assim, de acordo com o princípio que norteia nosso experimento, atribuiremos essas duas funções a sistemas diferentes. Suporemos que um sistema logo na parte frontal do aparelho recebe os estímulos perceptivos, mas não preserva nenhum traço deles, e portanto, não tem memória, enquanto, por trás dele, há um segundo sistema que transforma as excitações momentâneas do primeiro em traços permanentes. O quadro esquemático de nosso aparelho psíquico seria então o

seguinte (Fig. 2):

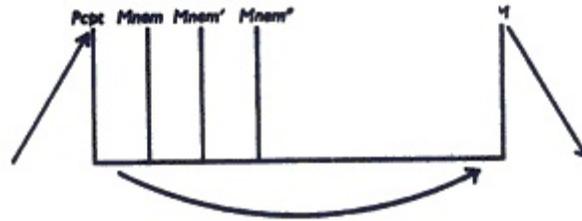


Fig. 2

É fato conhecido que retemos permanentemente algo mais do que o simples *conteúdo* das percepções que incidem sobre o sistema *Pcpt.* Nossas percepções acham-se mutuamente ligadas em nossa memória - antes de mais nada, segundo a simultaneidade de sua ocorrência. Referimo-nos a esse fato como “associação”. Assim, fica claro que, se o sistema *Pcpt.* não tem nenhuma memória, ele não pode reter nenhum traço associativo; os elementos isolados do *Pcpt.* ficariam intoleravelmente impedidos de desempenhar sua função se o remanescente de uma ligação anterior exercesse alguma influência nas novas percepções. Portanto, devemos presumir que a base da associação está nos sistemas mnêmicos. A associação consistiria, assim, no fato de que, em decorrência de uma diminuição das resistências e do estabelecimento de vias de facilitação, a excitação é mais prontamente transmitida de um primeiro elemento *Mnem.* para um segundo do que para um terceiro.

Um exame mais detido nos indicará a necessidade de supormos a existência não de um, mais de diversos elementos *Mnem.*, nos quais uma única excitação, transmitida pelos *Pcpt.*, deixa fixada uma variedade de registros diferentes. O primeiro desses sistemas *Mnem.* conterà, naturalmente, o registro da associação por *simultaneidade temporal*, ao passo que o mesmo material perceptivo será disposto nos sistemas posteriores em função de outros tipos de coincidência, de maneira que um desses sistemas posteriores, por exemplo, registrará relações de similaridade, e assim por diante, no que concerne aos outros. Naturalmente, seria perda de tempo tentar pôr em palavras a importância psíquica de um desses sistemas. Seu caráter residiria nos pormenores íntimos de suas relações com os diferentes elementos do material bruto da memória, isto é - se pudermos apontar para uma teoria de tipo mais radical -, nos graus de resistência de condução erguida contra a passagem da excitação proveniente desses elementos.

Cabe-me intercalar aqui uma observação de natureza geral que talvez tenha implicações importantes. É o sistema *Pcpt.*, desprovido da capacidade de reter modificações, e, portanto, sem memória, que supre nossa consciência de toda a multiplicidade das qualidades

sensoriais. Por outro lado, nossas lembranças - sem excetuar as que estão mais profundamente gravadas em nossa psique - são inconscientes em si mesmas. Podem tornar-se conscientes, mas não há dúvida de que produzem todos os seus efeitos quando em estado inconsciente. O que descrevemos como nosso “caráter” baseia-se nos traços mnêmicos de nossas impressões; e além disso, as impressões que maior efeito causaram em nós - as de nossa primeira infância - são precisamente as que quase nunca se tornam conscientes. Mas, quando as lembranças voltam a se tornar conscientes, não exibem nenhuma qualidade sensorial, ou mostram uma qualidade sensorial ínfima se comparadas às percepções. Haveria um esclarecimento extremamente promissor sobre as condições que regem a excitação dos neurônios se fosse possível confirmar que, nos sistemas- ψ , a memória e a qualidade que caracteriza a consciência são mutuamente exclusivas.

Os pressupostos até aqui apresentados acerca da estruturação do aparelho psíquico em sua extremidade sensorial foram formulados sem referência aos sonhos ou às informações psicológicas que deles pudemos inferir. As provas fornecidas pelos sonhos, contudo, não de ajudar-nos a compreender outra parte do aparelho. Vimos [ver em [1]] que só nos foi possível explicar a formação dos sonhos arriscando a hipótese de existirem duas instâncias psíquicas, uma das quais submeteria a atividade da outra a uma crítica que envolveria sua exclusão da consciência. A instância crítica, concluímos, tem uma relação mais estreita com a consciência do que a instância criticada, situando-se como uma tela entre esta última e a consciência. Ademais, encontramos razões [em [1]] para identificar a instância crítica com a instância que dirige nossa vida de vigília e determina nossas ações voluntárias e conscientes. Se, de acordo com nossas suposições, substituímos essas instâncias por sistemas, nossa última conclusão deverá levar-nos a situar o sistema crítico na extremidade motora do aparelho. Introduziremos agora esses dois sistemas em nosso quadro esquemático e lhes daremos nomes para expressar sua relação com a consciência (Fig. 3):

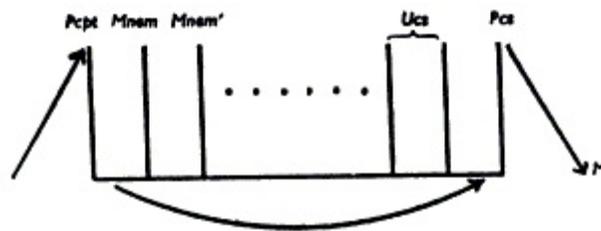


Fig. 3

Descreveremos o último dos sistemas situados na extremidade motora como o “pré-consciente”, para indicar que os processos excitatórios nele ocorridos podem penetrar na consciência sem maiores empecilhos, desde que certas condições sejam satisfeitas: por exemplo, que eles atinjam certo grau de intensidade, que a função que só se pode descrever como “atenção” esteja distribuída de uma dada maneira [ver em [1]], etc. Este é, ao mesmo tempo, o sistema que detém a chave do movimento voluntário. Descreveremos o sistema que

está por trás dele como “o inconsciente”, pois este não tem acesso à consciência *senão através do pré-consciente*, ao passar pelo qual seu processo excitatório é obrigado a submeter-se a modificações. [1]

Em qual desses sistemas, portanto, devemos situar o impulso para a formação dos sonhos? Para simplificar, no sistema *Ics*. É verdade que, no decorrer de nossas discussões posteriores, veremos que isso não é inteiramente exato e que o processo de formação dos sonhos é obrigado a ligar-se a pensamentos oníricos pertencentes ao sistema pré-consciente. [Ver em [1].] Entretanto, quando considerarmos o desejo onírico, descobriremos que a força propulsora da formação dos sonhos é fornecida pelo *Ics*. [em [1]] e, devido a este último fator, tomaremos o sistema inconsciente como ponto de partida da formação do sonho. Como todas as outras estruturas de pensamento, esse instigador do sonho se esforçará por avançar para o *Pcs*. e, a partir daí, ganhar acesso à consciência.

A experiência nos mostra que essa via que passa pelo pré-consciente para chegar à consciência é barrada aos pensamentos oníricos durante o dia através da censura imposta pela resistência. Durante a noite, eles conseguem obter acesso à consciência, mas surge a questão de determinar como o fazem e graças a que modificação. Se o que permite aos pensamentos oníricos conseguir isso fosse o fato de haver durante a noite, uma diminuição da resistência que guarda a fronteira entre o inconsciente e o pré-consciente, teríamos sonhos que seriam da ordem das idéias e não possuiriam o caráter alucinatorio em que ora estamos interessados. Assim, a diminuição da censura entre os dois sistemas, *Ics*. e *Pcs*., só pode explicar sonhos formados como o do “Autodidasker”, e não sonhos como o do menino que estava queimando, que tomamos como ponto de partida de nossas investigações.

A única maneira pela qual podemos descrever o que acontece nos sonhos alucinatorios é dizendo que a excitação se move em direção retrocedente. Em vez de se propagar para a extremidade motora do aparelho, ela se movimenta no sentido da extremidade sensorial e, por fim, atinge o sistema perceptivo. Se descrevermos como “progressiva” a direção tomada pelos processos psíquicos que brotam do inconsciente durante a vida de vigília, poderemos dizer que os sonhos têm um caráter “regressivo”.

Essa regressão é pois, indubitavelmente, uma das características psicológicas do processo onírico, mas devemos lembrar que ela não ocorre apenas nos sonhos. A rememoração

deliberada e outros processos constitutivos de nosso pensamento normal envolvem um movimento retrocedente do aparelho psíquico, retornando de um ato complexo de representação para a matéria-prima dos traços subjacentes. No estado de vigília, contudo, esse movimento retrocedente nunca se estende além das imagens mnêmicas; não consegue produzir uma revivescência alucinatória das imagens *perceptivas*. Por que as coisas se dão de outro modo nos sonhos? Quando consideramos o trabalho de condensação nos sonhos, fomos levados a supor que as intensidades ligadas às representações podem ser completamente transferidas pelo trabalho do sonho de uma representação para outra [em [1]]. Provavelmente, é essa alteração do processo psíquico normal que torna possível a catexia do sistema *Pcpt.* na direção inversa, partindo dos pensamentos, até se atingir o nível de completa vividez sensorial.

Não nos devemos iludir, exagerando a importância dessas considerações. Não fizemos mais do que dar nome a um fenômeno inexplicável. Falamos em “regressão” quando, num sonho, uma representação é retransformada na imagem sensorial de que originalmente derivou. Mas até mesmo esse passo requer uma justificação. Qual é o sentido dessa nomenclatura, se não nos ensina nada de novo? Creio que o nome “regressão” nos é útil na medida em que liga um fato que já nos era conhecido a nosso quadro esquemático, no qual se deu ao aparelho psíquico um sentido ou direção. E é nesse ponto que esse quadro começa a recompensar-nos por havê-lo construído. É que o exame dele, sem qualquer reflexão adicional, revela outra característica da formação dos sonhos. Se encararmos o processo onírico como uma regressão que ocorre em nosso hipotético aparelho anímico, chegaremos sem demora à explicação do fato empiricamente comprovado de que todas as relações lógicas pertencentes aos pensamentos oníricos desaparecem durante a atividade onírica, ou só conseguem expressar-se com dificuldade [em [1]]. Segundo nosso quadro esquemático, essas relações não estão contidas nos *primeiros* sistemas *Mnem.*, mas em sistemas *posteriores*; e, havendo regressão, elas perderiam necessariamente qualquer meio de expressar-se, exceto por imagens perceptivas. *Na regressão, a trama dos pensamentos oníricos decompõe-se em sua matéria-prima.*

Qual é a modificação que possibilita uma regressão que não pode ocorrer durante o dia? Quanto a esse ponto, temos de contentar-nos com algumas conjeturas. Sem dúvida, trata-se de alterações nas catexias de energia ligadas aos diferentes sistemas, alterações estas que aumentam ou diminuem a facilidade com que tais sistemas podem ser atravessados pelo processo excitatório. Mas, num aparelho desse tipo, efeitos idênticos da passagem das excitações poderiam ser produzidos por mais de um modo. Nossos primeiros pensamentos voltam-se, naturalmente, para o estado de sono e as mudanças de catexia por ele promovidas na extremidade sensorial do aparelho. Durante o dia, há uma corrente contínua que flui do sistema ψ das percepções em direção à atividade motora, mas essa corrente cessa à noite e não pode mais constituir obstáculo a uma corrente de excitação que flua em sentido oposto.

Aqui parecemos ter a “exclusão do mundo exterior” que algumas autoridades encaram como a explicação teórica das características psicológicas dos sonhos. (Ver em [1])

No entanto, ao explicar a regressão nos sonhos, devemos ter em mente as regressões que também ocorrem nos estados patológicos de vigília, e, nesse contexto, a explicação há pouco fornecida nos deixa em apuros. É que, nesses casos, a regressão ocorre a despeito de uma corrente sensorial que flui ininterruptamente em direção progressiva. Minha explicação para as alucinações da histeria e da paranóia e para as visões nos sujeitos mentalmente normais é que elas de fato constituem regressões - isto é, pensamentos transformados em imagens -, mas os únicos pensamentos a sofrerem essa transformação são os que se ligam intimamente a lembranças que foram suprimidas ou permaneceram inconscientes.

Por exemplo, um de meus pacientes histéricos mais jovens, um menino de doze anos, era impedido de adormecer por “*rostos verdes com olhos vermelhos*”, que o aterrorizavam. A fonte desse fenômeno era a lembrança suprimida, embora consciente em certa época, de um menino que ele via com frequência quatro anos antes. Esse menino havia-lhe apresentado um quadro alarmante das conseqüências dos maus hábitos das crianças, inclusive o da masturbação - hábito pelo qual meu paciente agora se censurava *a posteriori* [nachträglich]. Sua mãe lhe assinalara, na ocasião, que esse menino malcomportado tinha *o rosto esverdeado e olhos vermelhos* (isto é, avermelhados). Era essa a origem de sua assombração, cujo único propósito, aliás, era relembrar-lhe outra das predições de sua mãe - a de que esses meninos tornam-se idiotas, não conseguem aprender nada na escola e morrem cedo. Meu pequeno paciente já havia cumprido parte dessa profecia, pois não estava fazendo progressos na escola e, como mostrou seu relato dos pensamentos involuntários que lhe ocorriam, estava aterrorizado com a outra parte. Posso acrescentar que, ao cabo de pouco tempo, o tratamento resultou em ele poder dormir, no desaparecimento de seu nervosismo e em seu recebimento de uma menção honrosa ao término do ano letivo.

Nesse mesmo contexto, quero explicar uma visão que me foi descrita por outro paciente histérico (uma mulher de quarenta anos) como havendo acontecido antes de seu adoecimento. Certa manhã ela abriu os olhos e viu seu irmão no quarto, embora, como sabia, ele estivesse de fato num manicômio. Seu filhinho dormia na cama ao lado dela. Para impedir que o menino levasse um *susto* e entrasse em *convulsões* ao ver o tio, ela puxou o *lençol* sobre o rosto dele, ao que a aparição se dissipou. Essa visão era uma versão modificada de uma lembrança da infância dessa senhora e, embora fosse consciente, estava intimamente relacionada com todo o seu material inconsciente. Sua babá lhe contara que sua mãe (que morrera muito jovem, quando minha paciente tinha apenas dezoito meses de idade) havia sofrido de *convulsões* epilépticas ou histéricas que remontavam a um *susto* que lhe causara seu irmão (*o tio* de minha paciente), ao aparecer-lhe fantasiado de fantasma, com

um lençol sobre a cabeça. Assim, a visão continha os mesmos elementos da lembrança: o aparecimento do irmão, o lençol, o susto e seus resultados. Entretanto, os elementos se haviam ordenado num contexto diferente e foram transferidos para outras figuras. O motivo manifesto da visão, ou dos pensamentos que ela substituía, era a preocupação de que seu filhinho viesse a seguir os passos do tio, com quem tinha grande semelhança física.

Nenhum dos dois exemplos que citei é inteiramente desvinculado do estado do sono e, por essa razão, talvez não sejam muito apropriados para comprovar o que pretendo. Desse modo, remeto o leitor a minha análise de uma mulher que sofria de paranóia alucinatória (Freud, 1896d [Parte III]) e aos resultados de meus estudos ainda não publicados sobre a psicologia das psiconeuroses para que se comprove que, nesses casos de transformação regressiva dos pensamentos, não devemos desprezar a influência de lembranças, principalmente infantis, que tenham sido suprimidas ou permanecido inconscientes. Os pensamentos vinculados a esse tipo de lembrança, e cuja expressão é proibida pela censura, são, por assim dizer, atraídos pela lembrança para a regressão, como a forma de representação em que a própria lembrança se inscreve. Posso também lembrar que um dos resultados a que se chegou nos *Estudos sobre a Histeria* [Breuer e Freud, 1895 - p. ex., no primeiro caso clínico de Breuer] foi que, quando era possível trazer à consciência cenas infantis (quer fossem lembranças ou fantasias), elas eram vistas como alucinações e só perdiam essa característica no processo de serem comunicadas. Além disso, é comumente sabido que, mesmo nas pessoas cuja memória não é normalmente do tipo visual, as recordações mais primitivas da infância conservam até idade avançada o caráter de vividez sensorial.

Se agora tivermos presente o enorme papel desempenhado nos pensamentos oníricos pelas experiências infantis ou pelas fantasias nelas baseadas, a freqüência com que os fragmentos delas ressurgem no conteúdo do sonho, e quão amiúde os próprios desejos oníricos derivam delas, não poderemos descartar a probabilidade de que, também nos sonhos, a transformação dos pensamentos em imagens visuais seja, em parte, resultante da atração que as lembranças expressas sob forma visual e ávidas de uma revivescência exercem sobre os pensamentos desligados da consciência e que lutam por encontrar expressão. Desse ponto de vista, o sonho poderia ser descrito como *substituto de uma cena infantil, modificada por transferir-se para uma experiência recente*. A cena infantil é incapaz de promover sua própria revivescência e tem de se contentar em retornar como sonho.

Essa indicação do modo como as cenas infantis (ou suas reproduções como fantasias) funcionam, em certo sentido, como modelos para o conteúdo dos sonhos afasta a necessidade de uma das hipóteses formuladas por Scherner e seus seguidores acerca das fontes internas de estimulação. Scherner [1861] supõe que, quando os sonhos exibem elementos visuais particularmente vívidos ou particularmente abundantes, acha-se presente

um estado de “estímulo visual”, isto é, de excitação interna do órgão da visão [ver em [1]]. Não precisamos contestar essa hipótese, e podemos contentar-nos em presumir que esse estado de excitação se aplique simplesmente ao sistema perceptivo *psíquico* do órgão visual: entretanto, podemos ainda assinalar que o estado de excitação visual que foi criado por uma *lembrança*, que ele é uma *revivescência* de uma excitação visual que foi originalmente imediata. Não posso apresentar, de minha própria experiência, nenhum bom exemplo de lembrança *infantil* produtora desse tipo de resultado. Meus sonhos, em geral, são menos ricos de elementos sensoriais do que sou levado a supor que ocorra com outras pessoas. Todavia, no caso do mais vívido e belo sonho que tive nos últimos anos, pude facilmente rastrear a clareza alucinatória do conteúdo do sonho até as qualidades sensoriais de impressões recentes ou bastante recentes. Em [1], registrei um sonho em que o azul escuro da água, o castanho da fumaça que saía das chaminés do navio e o marrom e vermelho escuros dos prédios deixaram em mim profunda impressão. Esse sonho, pelo menos, deveria ter sua origem atribuída a algum estímulo visual. O que teria levado meu órgão visual a esse estado de estimulação? Uma impressão recente, que estava ligada a diversas outras mais antigas. As cores que vi eram, em primeiro lugar, as de um jogo de tijolos de armar com que, no dia anterior ao sonho, meus filhos haviam erguido um lindo prédio e o tinham exibido para minha admiração. Os tijolos grandes eram do mesmo vermelho escuro e os pequenos, dos mesmos tons azul e castanho. Isso estava associado com impressões cromáticas de minhas últimas viagens pela Itália: o belo azul do Isonzo e das lagoas e o castanho do Carso. A beleza das cores do sonho era apenas uma repetição de algo visto em minha lembrança.

Reunamos o que já descobrimos sobre a peculiar propensão dos sonhos a refundir seu conteúdo de representações em imagens sensoriais. Não explicamos esse aspecto do trabalho do sonho e não fomos buscar sua origem em quaisquer leis psicológicas conhecidas, mas antes o destacamos como algo que sugere implicações desconhecidas e o caracterizamos pela palavra “regressivo”. Formulamos a concepção de que, com toda probabilidade, essa regressão, onde quer que ocorra, é efeito da resistência que se opõe ao avanço de um pensamento para a consciência pela via normal, e de uma atração simultânea exercida sobre o pensamento pela presença de lembranças dotadas de grande força sensorial. No caso dos sonhos, a regressão talvez seja ainda facilitada pela cessação da corrente progressiva que emana durante o dia dos órgãos dos sentidos; noutras formas de regressão, a ausência desse fator auxiliar precisa ser compensada por uma intensificação dos outros motivos para ela. Tampouco devemos esquecer de observar que nesses casos patológicos de regressão, bem como nos sonhos, o processo de transferência de energia deve diferir do que existe nas regressões que ocorrem na vida anímica normal, uma vez que, nos primeiros, esse processo possibilita uma completa catexia alucinatória dos sistemas perceptivos. O que descrevemos em nossa análise do trabalho do sonho como “consideração à representabilidade” poderia ser vinculado à *atração seletiva* exercida pelas cenas

visualmente lembradas em que os pensamentos oníricos tocam.

Convém ainda observar [1] que a regressão desempenha na teoria da formação dos sintomas neuróticos um papel não menos importante que na dos sonhos. Assim, cabe distinguir três tipos de regressão: (a) regressão *tópica*, no sentido do quadro esquemático dos sistemas- ψ que explicamos atrás; (b) regressão *temporal*, na medida em que se trata de um retorno a estruturas psíquicas mais antigas; e (c) regressão *formal*, onde os métodos primitivos de expressão e representação tomam o lugar dos métodos habituais. No fundo, porém, todos esses três tipos de regressão constituem um só e, em geral, ocorrem juntos, pois o que é mais antigo no tempo é mais primitivo na forma e, na *tópica* psíquica, fica mais perto da extremidade perceptiva. [Cf. Freud, 1917d, onde essa frase recebe uma ressalva.]

Tampouco podemos abandonar o tema da regressão nos sonhos [1] sem formular em palavras uma noção que já nos ocorreu repetidamente e que ressurgirá com intensidade renovada quando tivermos penetrado mais a fundo no estudo das psiconeuroses, a saber; que o sonhar é, em seu conjunto, um exemplo de regressão à condição mais primitiva do sonhador, uma revivescência de sua infância, das moções pulsionais que a dominaram e dos métodos de expressão de que ele dispunha nessa época. Por trás dessa infância do indivíduo é-nos prometida uma imagem da infância filogenética - uma imagem do desenvolvimento da raça humana, do qual o desenvolvimento do indivíduo é, de fato, uma recapitulação abreviada, influenciada pelas circunstâncias fortuitas da vida. Podemos calcular quão apropriada é a asserção de Nietzsche de que, nos sonhos, “acha-se em ação alguma primitiva relíquia da humanidade que agora já mal podemos alcançar por via direta”; e podemos esperar que a análise dos sonhos nos conduza a um conhecimento da herança arcaica do homem, daquilo que lhe é psiquicamente inato. Os sonhos e as neuroses parecem ter preservado mais antigüidades anímicas do que imaginaríamos possível, de modo que a psicanálise pode reclamar para si um lugar de destaque entre as ciências que se interessam pela reconstrução dos mais antigos e obscuros períodos dos primórdios da raça humana.

É bem possível que esta primeira parte de nosso estudo psicológico dos sonhos nos deixe um sentimento de insatisfação. Mas podemos consolar-nos com a idéia de que fomos obrigados a construir nosso caminho nas trevas. Se não estamos inteiramente errados, outras linhas de abordagem hão de levar-nos aproximadamente a essa mesma região, e então poderá vir um tempo em que nos sintamos mais à vontade nela.

(C) REALIZAÇÃO DE DESEJOS

O sonho da criança em chamas, no início deste capítulo, dá-nos uma grata oportunidade de apreciar as dificuldades com que se defronta a teoria da realização de desejos. Sem dúvida nos terá surpreendido a todos saber que os sonhos não passam de realizações de desejos, e não apenas em virtude da contradição trazida pelos sonhos de angústia. Quando a análise nos revelou pela primeira vez que por trás dos sonhos se ocultavam um sentido e um valor psíquico, achávamo-nos, sem dúvida, inteiramente despreparados para descobrir que esse sentido era de caráter tão uniforme. Segundo a definição precisa mas insuficiente de Aristóteles, o sonho é o pensamento que persiste (desde que estejamos adormecidos) no estado de sono. [Ver em [1].] Uma vez, portanto, que nosso pensamento diurno produz atos psíquicos de tipos tão variados - juízos, inferências, negações, expectativas, intenções, etc. - por que seria ele, durante a noite, obrigado a restringir-se apenas à produção de desejos? Não haverá, ao contrário, numerosos sonhos que nos mostram outra sorte de atos psíquicos - preocupações, por exemplo - transmudados em forma de sonho? E acaso o sonho com que iniciamos este capítulo (um sonho muito particularmente transparente) não foi precisamente desse tipo? Quando o clarão de luz incidiu sobre os olhos do pai adormecido, ele chegou à preocupada conclusão de que uma vela havia caído e poderia ter incendiado o cadáver. Transformou essa conclusão num sonho, revestindo-a do aspecto de uma situação sensorial e no tempo presente. Que papel terá desempenhado nisso a realização de desejos? Acaso podemos deixar de ver nisso a influência predominante de um pensamento que persistiu da vida de vigília ou foi estimulado por uma nova impressão sensorial? Tudo isso é fato e nos compele a examinar mais de perto o papel desempenhado nos sonhos pela realização de desejo e a importância dos pensamentos da vigília que persistem no sono.

Já fomos levados pela própria realização de desejo a dividir os sonhos em dois grupos. Encontramos alguns sonhos que se apresentavam abertamente como realizações de desejo e outros em que essa realização era irreconhecível e freqüentemente disfarçada por todos os meios possíveis. Nestes últimos percebemos a atuação da censura onírica. Foi sobretudo nas crianças que encontramos sonhos de desejo não distorcidos; embora *breves*, os sonhos francamente de desejo *pareceram* (e enfatizo esta ressalva) ocorrer também nos adultos.

Podemos indagar em seguida de onde se originam os desejos que se realizam nos sonhos. Que possibilidades contrastantes ou que alternativas temos em mente ao levantar esta questão? Penso ser o contraste entre a vida diurna conscientemente percebida e uma atividade psíquica que permanece inconsciente e da qual só nos damos conta à noite. Posso distinguir três origens possíveis para tal desejo: (1) É possível que ele tenha sido despertado durante o dia e, por motivos externos, não tenha sido satisfeito; nesse caso, um desejo reconhecido do qual o sujeito não se ocupou fica pendente para a noite. (2) É possível que tenha surgido durante o dia, mas tenha sido repudiado; nesse caso, o que fica pendente é um desejo de que a pessoa não se ocupou, mas que foi suprimido. (3) Ele pode

não ter nenhuma ligação com a vida diurna e ser um daqueles desejos que só à noite emergem da parte suprimida da psique e se tornam ativos em nós. Se nos voltarmos de novo para nosso quadro esquemático do aparelho psíquico, localizaremos os desejos do primeiro tipo no sistema *Pcs.*; suporemos que os desejos do segundo tipo terão sido forçados a recuar [*zurückdrängen*] do sistema *Pcs.* para o *Ics.*, único lugar onde continuam a existir, se é que o fazem; e concluiremos que as moções de desejo [*Wunchsregung*] do terceiro tipo são inteiramente incapazes de transpor o sistema *Ics.* Surge então a questão de saber se os desejos oriundos dessas diferentes fontes são de igual importância para os sonhos e se possuem igual poder para instigá-los.

Se, para responder a essa questão, voltarmos os olhos para os sonhos de que dispomos, logo nos lembraremos de que é preciso acrescentar uma quarta fonte dos desejos oníricos, ou seja, as moções de desejo atuais que surgem durante a noite (por exemplo, as estimuladas pela sede ou pelas necessidades sexuais). Em seguida, formularemos a opinião de que o lugar de origem de um desejo onírico provavelmente não tem nenhuma influência em sua capacidade de provocar um sonho. Vêm-me à lembrança o sonho da menina que prolongou um passeio pelo lago, interrompido durante o dia, e os outros sonhos infantis que registrei. [Ver em [1]] Eles foram explicados como devidos a desejos não realizados, mas também não suprimidos, do dia anterior. São extremamente numerosos os exemplos em que um desejo suprimido durante o dia encontra vazão num sonho. Acrescentarei um outro exemplo muito simples desta classe. A sonhadora era uma senhora que gostava muito de trocar das pessoas e uma de suas amigas, uma mulher mais moça que ela, acabara de ficar noiva. Durante o dia inteiro, seus conhecidos lhe haviam perguntado se ela conhecia o rapaz e o que pensava dele. Ela respondera apenas com elogios, com os quais havia silenciado seu juízo real, pois de bom grado teria dito a verdade - que ele era um "*Dutzendmensch*" [literalmente, um "homem às dúzias", um tipo muito comum de pessoa - gente como ele aparecia às dúzias]. Naquela noite, ela sonhou que lhe faziam a mesma pergunta e que respondia com a fórmula: "*Em caso de repetição de pedidos, basta mencionar o número*". Por fim, mediante numerosas análises, ficamos sabendo que, sempre que um sonho sofre distorção, o desejo brotou do inconsciente e foi um desejo que não pôde ser percebido durante o dia. Assim, à primeira vista, todos os desejos parecem ter igual importância e igual poder nos sonhos.

Não posso oferecer aqui nenhuma prova de que, não obstante, a verdade é outra, mas posso dizer que me sinto muito inclinado a supor que os desejos oníricos sejam mais estritamente determinados. É verdade que os sonhos das crianças provam, fora de qualquer dúvida, que um desejo não trabalhado durante o dia pode agir como instigador do sonho. Mas não se deve esquecer que se trata do desejo de uma criança, de uma moção de desejo com a intensidade própria das crianças. Considero altamente duvidoso que, no caso de um adulto, um desejo não realizado durante o dia pudesse ser intenso o bastante para produzir um sonho. Ao contrário, parece-me que, com o controle progressivo exercido sobre nossa

vida pulsional pela atividade do pensamento, ficamos cada vez mais inclinados a renunciar, por ser inútil, à formação ou retenção de desejos tão intensos quanto os que as crianças conhecem. É possível que haja diferenças individuais a esse respeito e que algumas pessoas conservem por mais tempo que outras um tipo infantil de processo anímico, tal como existem diferenças similares no tocante à diminuição do modo de representação originário, que é por imagens muito vívidas. Em geral, porém, penso que um desejo não realizado que tenha ficado pendente do dia anterior não basta, no caso de um adulto, para produzir um sonho. Admito prontamente que uma moção de desejo originária do consciente possa contribuir para a instigação de um sonho, mas é provável que não faça mais do que isso. O sonho não se materializaria se o desejo pré-consciente não tivesse êxito em encontrar reforço de outro lugar.

Do inconsciente, bem entendido. É minha suposição que um desejo consciente só consegue tornar-se instigador do sonho quando logra despertar um desejo inconsciente do mesmo teor e dele obter reforço. Segundo indicações provenientes da psicanálise das neuroses, considero que esses desejos inconscientes estão sempre em estado de alerta, prontos a qualquer momento para buscar o meio de se expressarem quando surge a oportunidade de se aliarem a uma moção do consciente e transferirem sua grande intensidade para a intensidade menor desta última. Assim, fica a *aparência* de que apenas o desejo consciente se haveria realizado no sonho, e só alguma pequena peculiaridade na configuração do sonho serve de indicador para nos colocar na pista do poderoso aliado oriundo do inconsciente. Esses desejos de nosso inconsciente, sempre em estado de alerta e, por assim dizer, imortais, fazem lembrar os legendários Titãs, esmagados desde os tempos primordiais pelo peso maciço das montanhas que um dia foram arremessadas sobre eles pelos deuses vitoriosos e que ainda são abaladas de tempos em tempos pela convulsão de seus membros. Mas esses desejos, mantidos sob recalçamento, são eles próprios de origem infantil, como nos ensina a pesquisa psicológica das neuroses. Assim, eu proporia pôr de lado a afirmativa feita há pouco [em [1]], de que a procedência dos desejos oníricos é indiferente, e substituí-la por outra com o seguinte teor: *o desejo que é representado num sonho tem de ser um desejo infantil*. No caso dos adultos, ele se origina do Ics.; no caso das crianças, onde ainda não há divisão ou censura entre o Pcs. e o Ics., ou onde essa divisão se está apenas instituindo gradualmente, trata-se de um desejo não realizado e não recalçado da vida de vigília. Estou ciente de que não se pode provar que esta asserção tenha validade universal, mas é possível provar que ela se sustenta com freqüência, até mesmo em casos onde não se suspeitaria disso, e não pode ser *contestada* enquanto proposição geral.

A meu ver, portanto, as moções de desejo que restam da vida consciente de vigília devem ser relegadas a uma posição secundária com respeito à formação dos sonhos. Não posso conferir-lhes, enquanto contribuintes para o conteúdo do sonhos, nenhum outro papel senão o que é desempenhado, por exemplo, pelo material das sensações atuais que se tornam ativas durante o sono. [Ver em [1]-[2].] Ater-me-ei a essa mesma linha de raciocínio ao me voltar,

agora, para o exame das incitações psíquicas do sonho deixadas pela vida de vigília e que são *diferentes* dos desejos. Quando resolvemos dormir, podemos ter êxito em fazer com que cessem temporariamente as catexias de energia ligadas a nossos pensamentos de vigília. Todo aquele que consegue fazer isso com facilidade dorme bem, e o primeiro Napoleão parece ter sido um modelo dessa classe. Mas nem sempre conseguimos fazê-lo e nem sempre obtemos êxito completo. Problemas não resolvidos, preocupações martirizantes e o acúmulo excessivo de impressões, tudo isso transporta a atividade do pensamento para o sono e sustenta processos anímicos no sistema que denominamos de pré-consciente. Se quisermos classificar as moções de pensamento que persistem no sono, poderemos dividi-las nos seguintes grupos: (1) o que não foi levado a uma conclusão durante o dia, devido a algum obstáculo fortuito; (2) o que não foi tratado devido à insuficiência de nossa capacidade intelectual, o não resolvido; (3) o que foi rejeitado ou suprimido durante o dia. A estes devemos acrescentar (4) um poderoso grupo que consiste naquilo que foi ativado em nosso *Ics.* pela atividade do pré-consciente no decorrer do dia e, por fim, (5) o grupo das impressões diurnas que foram indiferentes e que, por essa razão, não foram tratadas.

Não há por que subestimar a importância das intensidades psíquicas introduzidas no estado de sono por esses restos da vida diurna e, particularmente, a importância das do grupo dos problemas não solucionados. É certo que essas excitações continuam lutando por se expressar durante a noite, e podemos presumir com igual certeza que o estado de sono impossibilita ao processo excitatório avançar da maneira habitual no pré-consciente e ser levado a termo pelo tornar-se consciente. Na medida em que nossos processos de pensamento podem tornar-se conscientes da maneira normal durante a noite, simplesmente não estamos adormecidos. Não sei dizer que modificação é provocada no sistema *Pcs.* pelo estado de sono, mas não há dúvida de que as características psicológicas do sono devem ser buscadas essencialmente nas modificações da catexia desse sistema particular - um sistema que também controla o acesso ao poder de movimento, que fica paralisado durante o sono. Por outro lado, nada na psicologia dos sonhos me dá razão para supor que o sono produza quaisquer modificações que não sejam secundárias no estado de coisas que prevalece no sistema *Ics.* Não há, portanto, nenhum outro caminho aberto às excitações que ocorrem à noite no *Pcs.* senão o que é seguido pelas excitações de desejo que provêm do *Ics.*; as excitações pré-conscientes têm de buscar reforço no *Ics.* e acompanhar as excitações inconscientes ao longo de seus caminhos tortuosos. Mas qual é a relação dos restos pré-conscientes do dia anterior com os *sonhos*? Não há dúvida de que eles penetram nos sonhos em grande quantidade e se valem do conteúdo destes para ganhar acesso à consciência mesmo durante a noite. De fato, ocasionalmente dominam o conteúdo do sonho e forçam-no a dar prosseguimento à atividade diurna. É também certo que os restos diurnos podem, com a mesma facilidade, ter qualquer outro caráter além do de desejos, mas é altamente instrutivo nesse contexto - e de importância positivamente decisiva para a teoria da realização de desejo - observar a condição a que eles têm de submeter-se para serem acolhidos num sonho.

Tomemos um dos sonhos que já registrei - por exemplo, o sonho em que meu amigo Otto aparecia com os sinais da doença de Graves. [Ver em [1]] Eu estivera preocupado, no dia anterior, com a aparência de Otto e, como tudo o mais que se relaciona com ele, essa preocupação me afetou muito de perto. Acompanhou-me, ao que posso presumir, enquanto eu dormia. É provável que eu estivesse ansioso por descobrir o que poderia andar errado com ele. Essa preocupação expressou-se durante a noite no sonho que descrevi, cujo conteúdo, em primeiro lugar, era absurdo e, em segundo, não correspondia em nenhum aspecto à realização de um desejo. Comecei então a investigar a origem dessa expressão inapropriada da preocupação que sentira durante o dia e, através da análise, encontrei uma ligação no fato de haver identificado meu amigo com um certo Barão L., e a mim mesmo, com o Professor R. Havia apenas uma explicação para eu ter sido obrigado a escolher esse substituto específico para meu pensamento diurno. Eu devia estar sempre disposto, em meu *Ics.*, para me identificar com o Professor R., uma vez que por meio dessa identificação se realizava um dos desejos imortais da infância - o desejo megalomaniaco. Pensamentos ofensivos e hostis a meu amigo, que por certo seriam repudiados durante o dia, haviam aproveitado a oportunidade para se imiscuírem com o desejo no sonho, mas minha preocupação diurna também encontrara uma espécie de expressão no conteúdo deste através de um substituto. [Ver em [1].] O pensamento diurno, que em si não era um desejo, mas, ao contrário, uma preocupação, foi obrigado a encontrar de algum modo uma ligação com um desejo infantil já agora inconsciente e suprimido, e que lhe permitisse - devidamente modificado, é verdade - "originar-se" na consciência. Quanto mais dominante a preocupação, mais forçado seria o elo passível de se estabelecer; não havia nenhuma necessidade de existir qualquer ligação entre o conteúdo do desejo e o da preocupação e, de fato, não houve tal ligação em nosso exemplo.

Talvez seja útil [1] prosseguir em nosso exame dessa mesma questão considerando o modo como se comporta o sonho quando os pensamentos oníricos lhe oferecem um material que é o oposto completo de uma realização de desejo - preocupações justificadas, reflexões dolorosas, apercebimentos aflitivos. Os diversos resultados possíveis podem ser classificados num destes dois grupos: (A) O trabalho do sonho pode ter êxito em substituir todas as representações aflitivas por seus contrários e em suprimir os afetos desprazerosos ligados a elas. O resultado é um sonho puro de satisfação, uma "realização de desejo" palpável sobre a qual não parece haver mais nada a dizer. (B) As representações aflitivas, modificadas em maior ou menor grau, mas mesmo assim bem reconhecíveis, podem ganhar acesso ao conteúdo manifesto do sonho. É este o caso que levanta dúvidas sobre a validade da teoria do desejo os sonhos e reclama novas investigações. Esses sonhos de conteúdo aflitivo podem ser vivenciados com indiferença ou acompanhados pela totalidade do afeto aflitivo que seu conteúdo de representações parece justificar, ou podem até levar ao desenvolvimento de angústia e ao despertar.

A análise demonstra que também esses sonhos desprazerosos são realizações de desejo,

tanto quanto os demais. Um desejo inconsciente e recalcado, cuja realização o ego do sonhador não poderia deixar de vivenciar como aflitivo, aproveitou a oportunidade que lhe foi oferecida pela catexia persistente dos restos diurnos penosos da véspera; emprestou-lhes seu apoio e assim lhes facultou penetrarem num sonho. Mas, enquanto que, no Grupo A, o desejo inconsciente concidia com o consciente, no Grupo B se revela o abismo entre o inconsciente e o consciente (entre o recalcado e o ego) e se realiza a situação do conto de fadas dos três desejos concedidos pela fada ao marido e à mulher. [Ver adiante, em [1].] A satisfação pela realização do desejo recalcado pode revelar-se tão grande a ponto de contrabalançar os sentimentos dolorosos ligados aos restos diurnos [ver em [1]-[2]]; nesse caso, o tom afetivo do sonho é indiferente, apesar de ele ser, por um lado, a realização de um desejo e, por outro, a realização de um temor. Ou pode suceder que o ego adormecido tenha uma participação ainda maior na formação do sonho, reaja à satisfação do desejo recalcado com violenta indignação, e ainda ponha termo ao sonho com um surto de angústia. Assim, não há dificuldade em perceber que os sonhos desprazerosos e os sonhos de angústia são tão realização de desejos, no sentido de nossa teoria, quanto o são os sonhos puros de satisfação.

Os sonhos desprazerosos podem ser também “sonhos de punição”. [Ver em [1]] Cabe admitir que reconhecê-los significa, em certo sentido, um novo acréscimo à teoria dos sonhos. O que neles se realiza é também um desejo inconsciente, a saber, o desejo do sonhador de ser punido por uma moção de desejo recalcada e proibida. Nessa medida, tais sonhos se enquadram no requisito aqui estabelecido de que a força propulsora para a formação do sonho seja fornecida por um desejo pertencente ao inconsciente. Uma análise psicológica mais minuciosa, no entanto, mostra como eles diferem de outros sonhos de desejo. Nos casos que formam o Grupo B, o desejo formador do sonho é inconsciente e pertence ao recalcado, ao passo que, nos sonhos de punição, embora se trate também de um desejo inconsciente, deve-se considerá-lo pertencente não ao recalcado, mas ao “ego”. Portanto, os sonhos de punição indicam a possibilidade de que o ego tenha uma participação maior do que se supôs na formação dos sonhos. O mecanismo da formação dos sonhos seria muito esclarecido, em geral, se, em vez da oposição entre “consciente” e “inconsciente”, falássemos na oposição entre o “ego” e o “recalcado”. Não se pode fazer isso, porém, sem levar em conta os processos subjacentes às psiconeuroses, e por essa razão tal não foi feito na presente obra. Acrescentarei apenas que os sonhos de punição não estão sujeitos, em geral, à condição de que os restos diurnos sejam de tipo aflitivo. Ao contrário, ocorrem com mais facilidade quando se dá o oposto - quando os restos diurnos são pensamentos de natureza satisfatória, mas a satisfação que expressam é proibida. O único vestígio desses pensamentos a aparecer no sonho manifesto é seu oposto diametral, como no caso dos sonhos pertencentes ao Grupo A. A característica essencial dos sonhos de punição, portanto, seria que, em seu caso, o desejo formador do sonho não é um desejo inconsciente derivado do recalcado (do sistema Ics.), mas um desejo punitivo que reage contra este e pertence ao ego, embora seja, ao mesmo tempo, um desejo inconsciente (isto é, pré-consciente).

Relato agora um de meus próprios sonhos, [1] para ilustrar o que acabo de dizer e, em particular, a maneira como o trabalho do sonho lida com resto diurno de expectativas penosas, do dia anterior.

“Começo indistinto. *Disse à minha mulher que tinha uma notícia para ela, algo muito especial. Ela ficou assustada e se recusou a escutar. Garanti-lhe que, pelo contrário, era algo que ela ficaria muito contente em ouvir, e comecei a contar-lhe que o corpo de oficiais de nosso filho enviara uma soma em dinheiro (5.000 coroas?)... algo a respeito de uma distinção... distribuição... Entrementes, eu fora com ela até um quartinho, parecido com uma despensa, procurar alguma coisa. De repente, vi meu filho aparecer. Não estava de uniforme, mas num traje esportivo apertado (como uma foca?), com um bonezinho. Trepou num cesto que estava ao lado de um armário, como se quisesse pôr algo em cima dele. Chamei-o; nenhuma resposta. Pareceu-me que seu rosto ou sua testa estavam enfaixados. Ele estava acomodando alguma coisa na boca, empurrando algo para dentro dela. E seus cabelos estavam salpicados de grisalho. Pensei: ‘Será que ele está tão exausto assim? E será que usa dentes postiços?’* Antes que pudesse chamá-lo de novo, acordei, sem sentir angústia, mas com o coração batendo depressa. Meu relógio de cabeceira marcava duas e meia.”

Mais uma vez, é-me impossível apresentar uma análise completa. Tenho de restringir-me a ressaltar alguns pontos salientes. Foram as expectativas penosas do dia anterior que deram origem ao sonho: ficáramos outra vez, por mais de uma semana, sem notícias de nosso filho que estava na frente de batalha. É fácil perceber que o conteúdo do sonho expressava a convicção de que ele fora ferido ou morto. No início do sonho, fez-se claramente um esforço enérgico para substituir os pensamentos aflitivos por seu contrário. Eu tinha uma notícia agradabilíssima para comunicar - qualquer coisa sobre dinheiro remetido... distinção... distribuição. (A soma em dinheiro derivava de uma ocorrência agradável em minha clínica médica; foi uma tentativa de afastamento completo do assunto.) Mas esse esforço fracassou. Minha mulher desconfiou de algo terrível e se recusou a me escutar. Os disfarces eram tênues demais e as referências ao que se procurava recalcar ressaltavam neles por todos os lados. Se meu filho houvesse tombado morto, seus colegas defarda devolveriam seus pertences e eu teria de distribuir o que ele deixasse entre seus irmãos e outras pessoas. Frequentemente se confere uma “distinção” ao oficial que tomba no campo de batalha. Assim, o sonho pôs-se a dar expressão direta ao que primeiro procurara negar, embora a tendência para a realização de desejo ainda se mostrasse em ação nas distorções. (Não há dúvida de que a mudança de lugar, durante o sonho, deve ser entendida como o que Silberer [1912] descreveu como “simbolismo do umbral”. [Ver em [1]].) Não sabemos dizer, é verdade, o que foi que deu ao sonho a força impulsora para assim expressar seus pensamentos aflitivos. Meu filho não apareceu como alguém que “caísse”, mas como alguém

que estava “subindo”. De fato, fora um entusiástico alpinista. Não estava de uniforme, mas usando um traje esportivo; isto significava que o local do acidente *agora* temido tinha sido tomado por um acidente *anterior*, ocorrido ao praticar esportes; é que ele sofrera uma queda durante uma excursão de esqui e quebrara o fêmur. A maneira como estava vestido, por outro lado, e que o fazia parecer uma foca, lembrou de imediato alguém mais jovem - nosso netinho engraçado; já o cabelo grisalho fez-me lembrar o pai deste, nosso genro, que fora duramente atingido pela guerra. Que significaria isso?... Mas já falei bastante a respeito. A localização numa despensa e o armário de onde ele queria tirar algo (“sobre o qual queria pôr alguma coisa”, no sonho) - estas alusões fizeram-me lembrar inequivocamente de um acidente que eu mesmo me causei quando tinha mais de dois anos, mas ainda não chegara aos três. Eu havia trepado num tamborete na despensa para pegar alguma coisa boa que estava sobre um armário ou mesa. O tamborete virou e sua quina me atingiu por trás da mandíbula inferior; refleti que poderia muito bem ter perdido todos os dentes. Essa lembrança foi acompanhada por um pensamento admonitório: “é bem feito para você”; e isso parecia ser um impulso hostil dirigido ao valente soldado. Uma análise mais profunda permitiu-me enfim descobrir que o impulso oculto poderia haver encontrado satisfação no temido acidente com meu filho: era a inveja que sentem dos jovens aqueles que envelheceram, e que estes acreditam haver sufocado por completo. E não há dúvida de que foi precisamente a *intensidade* da emoção penosa que teria surgido se tal infortúnio houvesse realmente acontecido que levou essa emoção a buscar uma realização de desejo recalcada para assim encontrar algum consolo. [1]

Encontro-me agora em condições de dar uma explicação precisa do papel desempenhado nos sonhos pelo desejo inconsciente. Estou pronto a admitir que há toda uma classe de sonhos cuja *instigação* provém principalmente, ou até de maneira exclusiva, dos restos da vida diurna; e penso que até meu desejo de enfim tornar-me Professor Extraordinário poderia ter-me deixado dormir em paz aquela noite, se a preocupação com a saúde de meu amigo não houvesse persistido desde o dia anterior [em [1]]. Mas a preocupação, por si só, não teria formado um sonho. A *força impulsora* requerida pelo sonho tinha de ser suprida por um desejo; cabia à preocupação apoderar-se de um desejo que atuasse como força propulsora do sonho.

A situação pode ser explicada por uma analogia. O pensamento diurno pode perfeitamente desempenhar o papel de *empresário* do sonho; mas o empresário, que, como se costuma dizer, tem a idéia e a iniciativa para executá-la, não pode fazer nada sem o capital; ele precisa de um *capitalista* que possa arcar com o gasto, e o capitalista que fornece o

desembolso psíquico para o sonho é, invariável e indiscutivelmente, sejam quais forem os pensamentos do dia anterior, *um desejo oriundo do inconsciente*. [1]

Por vezes, o próprio capitalista é o empresário, e sem dúvida, no caso dos sonhos, isso é o mais comum; um desejo inconsciente é estimulado pela atividade diurna e passa a formar um sonho. Do mesmo modo, as outras variações possíveis na situação econômica que tomei como analogia também encontram paralelo nos processos oníricos. O próprio empresário pode fazer uma pequena contribuição para o capital; diversos empresários podem recorrer ao mesmo capitalista; vários capitalistas podem reunir-se para fornecer ao empresário o que é preciso. Do mesmo modo, encontramos sonhos que são sustentados por mais de um desejo onírico; e o mesmo se dá com outras variações semelhantes que poderiam ser facilmente enumeradas, mas que não teriam maior interesse para nós. Devemos reservar para mais tarde o que resta a dizer sobre o desejo onírico.

O *tertium comparationis* [terceiro elemento de comparação] na analogia que acabo de empregar - a quantidade posta à disposição do empresário em volume apropriado - admite aplicação ainda mais detalhada com vistas à elucidação da estrutura dos sonhos. Na maioria dos sonhos é possível identificar um ponto central marcado por uma intensidade sensorial peculiar, como demonstrei em [1] [e [1]]. Este ponto central é, geralmente, a representação direta da realização do desejo, pois, se desfizemos os deslocamentos produzidos pelo trabalho do sonho, veremos que a intensidade *psíquica* dos elementos dos pensamentos oníricos foi substituída pela intensidade *sensorial* dos elementos do conteúdo do sonho propriamente dito. Os elementos situados nas *proximidades* da realização de desejo muitas vezes nada têm a ver com seu sentido, mas revelam ser derivados de pensamentos aflitivos que são contrários ao desejo. Entretanto, por se encontrarem no que é com freqüência uma relação artificialmente estabelecida com o elemento central, adquiriram intensidade suficiente para se tornarem capazes de ser representados no sonho. Assim, o poder que tem a realização de desejo de promover a representação difunde-se por uma certa esfera a seu redor, dentro da qual todos os elementos - incluindo até os que não possuem recursos próprios - adquirem força para se fazerem representar. No caso dos sonhos ativados por *diversos* desejos, é fácil delimitar as esferas das diferentes realizações de desejo, e as lacunas do sonho podem freqüentemente ser compreendidas como zonas fronteiriças entre essas esferas. [1]

Embora as considerações precedentes tenham reduzido a importância do papel desempenhado pelos restos diurnos nos sonhos, vale a pena dedicar-lhes um pouco mais de atenção. Eles têm de ser um ingrediente essencial na formação dos sonhos, uma vez que a experiência revelou o fato surpreendente de que, no conteúdo de todo sonho, identifica-se algum vínculo com uma impressão diurna recente - muitas vezes, do tipo mais insignificante.

Até aqui não pudemos explicar a necessidade desse acréscimo à mistura que constitui o sonho. [Ver em [1].] E só é possível fazê-lo se tivermos firmemente presente o papel desempenhado pelo desejo inconsciente e então buscarmos informações na psicologia das neuroses. Com esta aprendemos que uma representação inconsciente, como tal, é inteiramente incapaz de penetrar no pré-consciente, e que só pode exercer ali algum efeito estabelecendo um vínculo com uma representação que já pertença ao pré-consciente, transferindo para ela sua intensidade e fazendo-se “encobrir” por ela. Aí temos o fato da “transferência”, que fornece uma explicação para inúmeros fenômenos notáveis da vida anímica dos neuróticos. A representação pré-consciente, que assim adquire imerecido grau de intensidade, pode ser deixada inalterada pela transferência ou ver-se forçada a uma modificação derivada do conteúdo da representação que efetua a transferência. Espero que me seja perdoado extrair analogias da vida cotidiana, mas fico tentado a dizer que a situação de uma representação recalçada assemelha-se à de um dentista norte-americano em nosso país: não lhe é permitido estabelecer sua clínica, a menos que possa valer-se de um médico legalmente qualificado para servir-lhe de pretexto e agir como “cobertura” aos olhos da lei. E, assim como não são exatamente os médicos de maiores clientelas que fazem essa espécie de aliança com os dentistas, tampouco se escolhem, para servir de cobertura para uma representação recalçada, representações pré-conscientes ou conscientes que já tenham atraído sobre si uma parcela suficiente da atenção que atua no pré-consciente. O inconsciente prefere tecer suas ligações em torno de impressões e representações pré-conscientes que sejam indiferentes e às quais, por isso mesmo, não se tenha dado atenção ou que tenham sido rejeitadas e, portanto, perdido prontamente a atenção que lhes era dedicada. Uma conhecida tese da doutrina da associação, inteiramente confirmada pela experiência, é que uma representação ligada por um elo muito íntimo em determinada direção tende, por assim dizer, a repelir grupos inteiros de novas ligações. Tentei certa vez basear uma teoria da paralisia histérica nessa proposição.

Se presumirmos que também nos sonhos atua essa mesma necessidade de transferência por parte das representações recalçadas, que descobrimos ao analisar as neuroses, dois dos enigmas do sonho serão resolvidos de um só golpe, a saber, o fato de que toda análise de um sonho revela o entrelaçamento de alguma impressão recente em sua trama, e que esse elemento recente é freqüentemente do tipo mais banal [em [1]]. Posso acrescentar que (como já descobrimos em outro lugar [em [1]-[2]]) a razão por que esses elementos recentes e indiferentes tantas vezes ganham acesso aos sonhos, como substitutos dos mais antigos dentre todos os pensamentos oníricos, é que eles são os que menos têm a temer da censura imposta pela resistência. Todavia, enquanto o fato de os elementos *triviais* serem preferidos é explicado por sua isenção da censura, o fato de ocorrerem elementos *recentes* com tal regularidade aponta para a existência de uma necessidade de transferência. Ambos os grupos de impressões atendem à exigência do recalçado, que demanda um material ainda livre de associações - as indiferentes, por não terem dado margem à formação de muitos vínculos, e as recentes, por ainda não terem tido tempo de estabelecê-los.

Assim, vemos que os restos diurnos, entre os quais podemos agora incluir as impressões indiferentes, não apenas *tomam emprestado* algo do *Ics.*, quando conseguem participar da formação do sonho - ou seja, a força pulsional que está à disposição do desejo recalcado -, mas também *oferecem* ao inconsciente algo indispensável - ou seja, o ponto de ligação necessário para uma transferência. Se quiséssemos penetrar aqui mais profundamente nos processos anímicos, teríamos de elucidar melhor a interação das excitações entre o pré-consciente e o inconsciente, tema para o qual nos atrai o estudo das psiconeuroses, mas sobre o qual acontece que os sonhos não têm nenhum auxílio a oferecer.

Tenho apenas mais uma coisa a acrescentar sobre os restos diurnos. Não há dúvida de que são eles os verdadeiros perturbadores do sono, e não os sonhos, os quais, pelo contrário, interessam-se em protegê-lo. Retornarei a este ponto posteriormente. [Ver em [1]]

Vimos até agora estudando os desejos oníricos: derivamo-los de sua origem na região do *Ics.* e analisamos suas relações com os restos diurnos, que, por sua vez, podem ser desejos ou moções psíquicas de alguma outra natureza ou simplesmente impressões recentes. Assim demos margem a todas as reivindicações que possam ser levantadas por qualquer das múltiplas atividades do pensamento de vigília em favor da importância do papel por elas desempenhado no processo de formação dos sonhos. Não é sequer impossível que nossa exposição tenha fornecido uma explicação para os casos extremos em que um sonho, dando prosseguimento às atividades diurnas, chega a uma solução feliz para algum problema não solucionado da vida de vigília. Falta-nos apenas um exemplo desse tipo, para que possamos analisá-lo e descobrir a fonte dos desejos infantis ou recalcados cujo auxílio foi convocado e reforçou com tal sucesso os esforços da atividade pré-consciente. Mas nada disso nos aproximou um passo sequer da solução do enigma de por que o inconsciente nada tem a oferecer durante o sono além da força propulsora para a realização de um *desejo*. A resposta a esta pergunta deve lançar luz sobre a natureza psíquica dos desejos, e proponho fornecê-la mediante uma referência a nosso quadro esquemático do aparelho psíquico.

Não temos nenhuma dúvida de que esse aparelho só atingiu sua perfeição atual após um longo período de desenvolvimento. Tentemos reconduzi-lo a uma etapa anterior de sua capacidade de funcionamento. Algumas hipóteses cuja justificação deve ser buscada de outras maneiras dizem-nos que, a princípio, os esforços do aparelho tinham o sentido de mantê-lo tão livre de estímulos quanto possível; conseqüentemente, sua primeira estrutura seguia o projeto de um aparelho reflexo, de modo que qualquer excitação sensorial que incidisse nele podia ser prontamente descarregada por uma via motora. Mas as exigências da vida interferem nessa função simples, e é também a elas que o aparelho deve o ímpeto para seu desenvolvimento posterior. As exigências da vida confrontam-no, primeiramente, sob a forma das grandes necessidades somáticas. As excitações produzidas pelas necessidades internas buscam descarga no movimento, que pode ser descrito como uma “modificação interna” ou uma “expressão emocional”. O bebê faminto grita ou dá pontapés, inerte. Mas a situação permanece inalterada, pois a excitação proveniente de uma necessidade interna não se deve a uma força que produza um impacto *momentâneo*, mas a uma força que está continuamente em ação. Só pode haver mudança quando, de uma maneira ou de outra (no caso do bebê, através do auxílio externo), chega-se a uma “vivência de satisfação” que põe fim ao estímulo interno. Um componente essencial dessa vivência de satisfação é uma percepção específica (a da nutrição, em nosso exemplo) cuja imagem mnêmica fica associada, daí por diante, ao traço mnêmico da excitação produzida pela necessidade. Em decorrência do vínculo assim estabelecido, na próxima vez em que essa necessidade for despertada, surgirá de imediato uma moção psíquica que procurará reatualizar a imagem mnêmica da percepção e reevocar a própria percepção, isto é, restabelecer a situação da satisfação original. Uma moção dessa espécie é o que chamamos de desejo; o reaparecimento da percepção é a realização do desejo, e o caminho mais curto para essa realização é a via que conduz diretamente da excitação produzida pelo desejo para uma completa catexia da percepção. Nada nos impede de presumir que tenha havido um estado primitivo do aparelho psíquico em que esse caminho era realmente percorrido, isto é, em que o desejo terminava em alucinação. Logo, o objetivo dessa primeira atividade psíquica era produzir uma “identidade perceptiva” - uma repetição da percepção vinculada à satisfação da necessidade.

A amarga experiência da vida deve ter transformado essa atividade primitiva de pensamento numa atividade secundária mais conveniente. O estabelecimento de uma identidade perceptiva pela curta via da regressão no interior do aparelho não tem em outro lugar da psique o mesmo resultado que a catexia dessa mesma percepção desde o exterior. A satisfação não sobrevém e a necessidade perdura. A catexia interna só poderia ter o mesmo valor da externa se fosse mantida incessantemente, como de fato ocorre nas psicoses alucinatórias e nas fantasias de fome, que esgotam toda sua atividade psíquica no apego ao objeto de seu desejo. Para chegar a um dispêndio mais eficaz da força psíquica, é necessário deter a regressão antes que ela se torne completa, para que não vá além da imagem mnêmica e seja capaz de buscar outros caminhos que acabem levando ao

estabelecimento da desejada identidade perceptiva desde o mundo exterior. Essa inibição da regressão e o subsequente desvio da excitação passam a ser da alçada de um segundo sistema, que controla o movimento voluntário - isto é, que pela primeira vez se vale do movimento para fins lembrados de antemão. Mas toda a complexa atividade de pensamento que se desenrola desde a imagem mnêmica até o momento em que a identidade perceptiva é estabelecida pelo mundo exterior, toda essa atividade de pensamento constitui simplesmente um caminho indireto para a realização de desejo, caminho esse que a experiência tornou necessário. O pensamento, afinal, não passa do substituto de um desejo alucinatório, e é evidente que os sonhos têm de ser realizações de desejos, uma vez que nada senão o desejo pode colocar nosso aparelho anímico em ação. Os sonhos, que realizam seus desejos pela via curta da regressão, simplesmente preservaram para nós, nesse aspecto, uma amostra do método primário de funcionamento do aparelho psíquico, método este que foi abandonado por ser ineficaz. O que um dia dominou a vida de vigília, quando a psique era ainda jovem e incompetente, parece agora ter sido banido para a noite - tal como as armas primitivas abandonadas pelos homens adultos, os arcos e flechas, ressurgem no quarto de brinquedos. *O sonho é um ressurgimento da vida anímica infantil já suplantada.* Esses métodos de funcionamento do aparelho psíquico, que são normalmente suprimidos nas horas de vigília, voltam a tornar-se atuais na psicose e então revelam sua incapacidade de satisfazer nossas necessidades em relação ao mundo exterior.

É claro que as moções de desejo inconscientes tentam tornar-se eficazes também durante o dia, e o fato da transferência, assim como as psicoses, indicam-nos que elas lutam por irromper na consciência através do sistema pré-consciente e por obter o controle do poder de movimento. Assim, a censura entre o *Ics.* e o *Pcs.*, cuja existência os sonhos nos obrigaram a supor, merece ser reconhecida e respeitada como a guardiã de nossa saúde mental. Contudo, acaso não devemos encarar como um ato de descuido por parte dessa guardiã que ela relaxe suas atividades durante a noite, permita que as moções suprimidas do *Ics.* se expressem e possibilite à regressão alucinatória voltar a ocorrer? Creio que não, pois muito embora esse guardião crítico repouse - e temos provas de que seus cochilos não são profundos - ele também fecha a porta à motilidade. Sejam quais forem as moções do *Ics.*, normalmente inibido, a entrarem saltitantes em cena, não há por que nos preocuparmos; elas permanecem inofensivas, uma vez que são incapazes de acionar o aparelho motor, o único pelo qual poderiam modificar o mundo externo. O estado de sono garante a segurança da cidadela a ser guardada. A situação é menos inofensiva quando o que acarreta o deslocamento de forças não é o relaxamento noturno do dispêndio de força da censura crítica, mas uma redução patológica dessa força ou uma intensificação patológica das excitações inconscientes, enquanto o pré-consciente está ainda catexizado e o portão de acesso à motilidade permanece aberto. Quando isso acontece, o guardião é subjugado, as excitações inconscientes dominam o *Pcs.* e, a partir daí, obtêm controle sobre nossa fala e nossas ações, ou então forçam a regressão alucinatória e dirigem o curso do aparelho (que

não se destinava a seu uso) em virtude da atração exercida pelas percepções sobre a distribuição de nossa energia psíquica. A esse estado de coisas damos o nome de psicose.

Estamos agora no bom caminho para prosseguir na construção da estrutura psicológica, que interrompemos no ponto em que introduzimos os dois sistemas *Ics.* e *Pcs.* Mas há razões para continuarmos um pouco em nossa apreciação do desejo como a única força impulsora psíquica para a formação dos sonhos. Aceitamos a idéia de que a razão por que os sonhos são invariavelmente realizações de desejos é que eles são produtos do sistema *Ics.*, cuja atividade não conhece outro objetivo senão a realização de desejos e não tem sob seu comando outras forças senão as moções de desejo. Se insistirmos ainda por mais um momento em nosso direito de fundamentar especulações psicológicas de tal alcance na interpretação dos sonhos, teremos o dever de provar que essas especulações nos habilitaram a inserir os sonhos numa concatenação capaz de abarcar também outras estruturas psíquicas. Se existe um sistema *Ics.* (ou, para fins de nossa discussão, algo análogo a ele), os sonhos não podem ser sua única manifestação; todo sonho pode ser uma realização de desejo, mas, além dos sonhos, tem de haver outras formas anormais de realização de desejo. E é fato que a teoria que rege todos os sintomas psiconeuróticos culmina numa única proposição, que assevera que *também eles devem ser encarados como realizações de desejos inconscientes.* Nossa explicação faz do sonho apenas o primeiro membro de uma classe que é de extrema importância para os psiquiatras e cuja compreensão implica a solução da faceta puramente psicológica do problema da psiquiatria.

Os outros membros dessa classe de realizações de desejos - os sintomas histéricos, por exemplo - possuem, contudo, uma característica essencial que não consigo descobrir nos sonhos. Com as investigações que tantas vezes mencionei ao longo desta obra, aprendi que, para promover a formação de um sintoma histérico, é preciso que convirjam *ambas* as correntes de nossa vida anímica. O sintoma não é simplesmente a expressão de um desejo inconsciente realizado; é preciso que esteja presente também um desejo do pré-consciente realizado pelo mesmo sintoma, de modo que o sintoma tem *pelo menos* dois determinantes, cada qual surgindo de um dos sistemas envolvidos no conflito. Tal como acontece nos sonhos, não há limite para os outros determinantes que possam estar presentes - para a “sobredeterminação” dos sintomas. O determinante que não brota do *Ics.*, ao que eu saiba, é invariavelmente uma cadeia de pensamentos que reage ao desejo inconsciente - uma autopunição, por exemplo. Assim, posso fazer a afirmação bastante genérica de que o *sistema histérico só se desenvolve quando as realizações de dois desejos opostos, cada qual proveniente de um sistema psíquico diferente, conseguem convergir numa única expressão.* (Vejam-se, a esse respeito, minhas mais recentes formulações sobre a origem dos sintomas histéricos em meu artigo sobre as fantasias histéricas e sua relação com a

bissexualidade. [Freud, 1908a].) Os exemplos teriam aqui muito pouca serventia, uma vez que nada senão uma elucidação exaustiva das complicações envolvidas seria convincente. Assim, deixo que minha afirmação se mantenha como tal e cito um exemplo apenas para deixar claro esse ponto, e não para convencer. Numa de minhas pacientes, os vômitos histéricos mostraram ser, por um lado, a realização de uma fantasia inconsciente que datava de sua puberdade - isto é, do desejo de estar continuamente grávida e ter inúmeros filhos, acrescido de outro desejo que surgiu posteriormente: o de tê-los com tantos homens quanto possível. Um poderoso impulso defensivo levantou-se contra esse desejo irrefreado. E como a paciente podia perder suas formas e sua boa aparência em decorrência dos vômitos, assim deixando de ser atraente para quem quer que fosse, o sintoma era aceitável também para a cadeia de pensamentos punitivos e, sendo permitido por ambos os lados, pôde tornar-se realidade. Foi um método de tratar uma realização de desejo idêntico ao adotado pela rainha dos partas com o triúnviro romano Crasso. Acreditando que ele empreendera sua campanha por amor ao ouro, ordenou a rainha que se despejasse ouro fundido em sua garganta depois que ele morreu: “Agora”, disse ela, “tendes o quequeríeis”. Mas tudo o que sabemos até agora sobre os sonhos é que eles expressam a realização de um desejo do inconsciente, é como se o sistema dominante, pré-consciente, aquiescesse nisso depois de insistir num certo número de distorções. Tampouco é possível, em regra geral, encontrar uma seqüência de pensamentos oposta ao desejo onírico e, como sua contrapartida, realizada no sonho. Apenas aqui e ali, nas análises dos sonhos, esbarramos em sinais de criações reativas, como, por exemplo, meus sentimentos afetuosos por meu amigo R. no sonho com meu tio [de barba amarela] (ver em [1]). Mas podemos encontrar em outro lugar o ingrediente que falta do pré-consciente. Enquanto o desejo do *Ics.* consegue encontrar expressão no sonho, depois de sofrer toda sorte de distorções, o sistema dominante se recolhe num *desejo de dormir*, realiza esse desejo promovendo as modificações que consegue produzir nas catexias no interior do aparelho psíquico, e persiste nesse desejo por toda a duração do sono.

Esse firme desejo de dormir por parte do pré-consciente exerce um efeito geralmente facilitador na formação dos sonhos. Permitam-me lembrar o sonho do homem que foi levado a inferir, pelo clarão de luz que provinha do quarto contíguo, que o corpo de seu filho talvez estivesse pegando fogo [em [1]]. O pai fez essa inferência no sonho, em vez de se deixar acordar pelo clarão; e sugerimos antes que uma das forças psíquicas responsáveis por esse resultado foi o desejo que prolongou por aquele momento a vida do filho, a quem ele retratou no sonho. É provável que nos escapem outros desejos provenientes do recalçado, já que não pudemos analisar o sonho. Mas podemos presumir que outra força impulsora na produção do sonho foi a necessidade que tinha o pai de dormir; seu sono, tal como a vida do filho, foi prolongado por um momento pelo sonho. “Deixe o sonho prosseguir” - foi essa sua motivação - “ou terei de acordar”. Em todos os outros sonhos, tal como neste, o desejo de dormir oferece apoio ao desejo inconsciente. Em [1] descrevi alguns sonhos que aparentavam abertamente ser sonhos de conveniência. Na realidade, porém, todos os sonhos podem reivindicar seu direito a essa mesma descrição. A ação do desejo de continuar

dormindo pode ser percebida com extrema facilidade nos sonhos de despertar, que modificam os estímulos sensoriais externos de maneira a torná-los compatíveis com a continuação do sono; eles os entretecem no sonho para privá-los de qualquer possibilidade de agirem como lembretes do mundo externo. Esse mesmo desejo, contudo, deve desempenhar um papel idêntico para permitir a ocorrência de todos os outros sonhos, embora seja apenas *de dentro* que eles ameaçam arrancar o sujeito de seu sono. Em alguns casos, quando o sonho leva as coisas longe demais, o *Pcs.* diz à consciência: “Não dê importância! Continue a dormir! Afinal, é apenas um sonho!” [Ver em [1]] Mas isso descreve, em geral, a atitude de nossa atividade anímica dominante para com os sonhos, ainda que ela não se expresse abertamente. Sou levado a concluir que, *por toda a duração de nosso estado de sono, sabemos com tanta certeza que estamos sonhando quanto sabemos estar dormindo.* Não devemos prestar demasiada atenção ao argumento contrário de que nossa consciência nunca se volta para a segunda dessas certezas, e só se volta para a primeira nas ocasiões especiais em que a censura se sente, por assim dizer, apanhada de surpresa.

Por outro lado, [1] há pessoas que, durante a noite, têm clara ciência de estarem dormindo e sonhando, e que assim parecem possuir a faculdade de dirigir conscientemente seus sonhos. Quando, por exemplo, um desses sonhadores fica insatisfeito com o rumo tomado por um sonho, ele pode interrompê-lo sem acordar e reiniciá-lo em outra direção - tal como um dramaturgo popular, quando pressionado, pode dar a sua peça um final mais feliz. Ou, noutra ocasião, caso seu sonho o tenha levado a uma situação sexualmente excitante, ele pode pensar consigo mesmo: “Não vou continuar a sonhar com isso e me esgotar numa poluição; vou retê-la, em vez disso, para a situação real”.

O Marquês d’Hervey de Saint-Denys [1867, 268 e segs.] [1], citado por Vaschide [1911, 139], alegava ter adquirido o poder de acelerar o curso de seus sonhos como lhe aprouvesse e de dar-lhes o rumo que bem entendesse. É como se, em seu caso, o desejo de dormir houvesse dado lugar a outro desejo pré-consciente, a saber, o de observar seus sonhos e deleitar-se com eles. O sono é tão compatível com esse tipo de desejo quanto com uma ressalva mental para acordar, caso uma dada condição seja atendida (por exemplo, no caso de uma mãe que esteja amamentando ou de uma ama-de-leite) [em [1]]. Além disso, é sabido que qualquer pessoa que se interesse pelos sonhos recorda um número consideravelmente maior deles depois de acordar.

Ferenczi (1911), [1] ao discutir algumas outras observações sobre o direcionamento dos sonhos, comenta: “Os sonhos elaboram por todos os ângulos os pensamentos que ocupam no

momento a vida anímica; abandonam uma imagem onírica quando ela ameaça o sucesso de uma realização de desejo e experimentam uma nova solução, até finalmente lograrem criar uma realização de desejo que satisfaça às duas instâncias anímicas como uma solução de compromisso.”

(D) O DESPERTAR PELOS SONHOS - A FUNÇÃO DOS SONHOS - SONHOS DE ANGÚSTIA

Agora que sabemos que, durante toda a noite, o pré-consciente concentra-se no desejo de dormir, estamos em condições de levar nossa compreensão do processo onírico um passo adiante. Mas resumamos primeiro o que aprendemos até agora.

A situação é a seguinte: ou ficaram pendentes da atividade de vigília restos do dia anterior, e não foi possível retirar deles toda a catexia de energia; ou a atividade de vigília no decorrer do dia levou à excitação de um desejo inconsciente; ou ainda esses dois fatos coincidiram. (Já examinamos as diversas possibilidades em relação a isso.) O desejo inconsciente se liga aos restos diurnos e efetua uma transferência para eles: isso pode acontecer no decurso do dia ou só depois de se estabelecer o estado de sono. Desperta então um desejo transferido para o material recente, ou um desejo recente, depois de suprimido, ganha vida nova ao receber um reforço do inconsciente. Este desejo procura ganhar acesso à consciência pela via normal tomada pelos processos de pensamento, através do *Pcs.* (ao qual, na verdade, pertence em parte). Entretanto, choca-se com a censura, que ainda está operando e a cuja influência então se submete. Nesse ponto, ele adota a distorção, cujo caminho já fora preparado pela transferência do desejo para o material recente. Até aí, ele está em vias de se transformar numa idéia obsessiva, num delírio ou algo parecido - isto é, num *pensamento* intensificado pela transferência e distorcido em sua expressão pela censura. Seu avanço subsequente, porém, é detido pelo estado de sono em que se acha o pré-consciente. (Há uma probabilidade de que esse sistema se tenha protegido da invasão diminuindo suas próprias excitações.) O processo onírico, conseqüentemente, entra num caminho regressivo, que lhe é aberto precisamente pela natureza peculiar do estado de sono, e é levado por esse caminho pela atração sobre ele exercida por grupos de lembranças; algumas destas existem apenas sob a forma de catexias visuais, e não como traduções para a terminologia dos sistemas posteriores. [Ver em [1].] No curso de seu trajeto regressivo, o processo onírico adquire o atributo da representabilidade. (Abordarei mais adiante a questão da compressão [em [1]].) Completou agora a segunda parte de sua trajetória em ziguezague. A primeira parte foi progressiva, indo das cenas ou fantasias inconscientes para

o pré-consciente; a segunda retrocedeu da fronteira da censura até as percepções. Mas, ao tornar-se perceptivo, o conteúdo do processo onírico encontrou, por assim dizer, um meio de esquivar-se do obstáculo erguido em seu caminho pela censura e pelo estado de sono do *Pcs.* [Ver em [1].] Logra chamar a atenção para si próprio e ser notado pela consciência.

Ocorre que a consciência, que encaramos como um órgão dos sentidos para a apreensão de qualidades psíquicas, é passível, na vigília, de receber excitações de duas fontes. Em primeiro lugar, pode receber excitações da periferia de todo o aparelho, do sistema perceptivo; e além disso, pode receber excitações de prazer e desprazer, que mostram ser quase a única qualidade psíquica ligada às transposições de energia no interior do aparelho. Todos os outros processos dos sistemas- ψ , inclusive o *Pcs.*, carecem de qualquer qualidade psíquica e, desse modo, não podem ser objetos da consciência, exceto na medida em que trazem prazer ou desprazer à percepção. Somos assim levados a concluir que *essas liberações de prazer e desprazer regulam automaticamente o curso dos processos de catexização*. No entanto, para possibilitar desempenhos mais delicadamente ajustados, fez-se depois necessário tornar o curso das representações menos dependente da presença ou da ausência de desprazer. Para esse fim, o sistema *Pcs.* precisava ter qualidades próprias que pudessem atrair a consciência, e parece altamente provável que as tenha obtido ligando os processos pré-conscientes com o sistema mnêmico dos signos lingüísticos, sistema este não desprovido de qualidade. [Ver [1].] Por intermédio das qualidades desse sistema, a consciência, que fora até então um órgão sensorial apenas para as percepções, tornou-se também um órgão sensorial para parte de nossos processos de pensamento. Assim, existem agora, por assim dizer, *duas* superfícies sensoriais, uma voltada para a percepção, e a outra, para os processos de pensamento pré-conscientes.

Tenho de presumir que o estado de sono torna a superfície sensorial da consciência voltada para o *Pcs.* muito mais insuscetível à excitação do que a superfície voltada para os sistemas *Pcpt.* Além disso, esse abandono do interesse pelos processos de pensamento durante a noite tem uma finalidade: o pensamento tem de deter-se, porque o *Pcs.* exige dormir. Uma vez, contudo, que um sonho se tenha tornado uma *percepção*, ele fica em condições de excitar a consciência, por meio das qualidades que agora adquiriu. Essa excitação sensorial passa a desempenhar aquilo que constitui a sua função essencial: dirige parte da energia de catexização disponível no *Pcs.* para a atenção a ser dada ao que está causando a excitação. [Ver em [1].] Deve-se admitir, portanto, que todo sonho tem um efeito *despertador*, que põe em atividade parte da força quiescente do *Pcs.* O sonho é então submetido por essa força à influência que descrevemos como elaboração secundária, com vistas à concatenação e à ininteligibilidade. Em outras palavras, o sonho é tratado por ela tal como qualquer outro conteúdo perceptivo; é recebido pelas mesmas representações antecipatórias, na medida em que sua temática o permita [em [1]]. Quanto a haver uma

direção nessa terceira parte do processo onírico, trata-se novamente de uma direção progressiva.

Para evitar mal-entendidos, dizer uma palavra sobre as relações cronológicas desses processos oníricos não deixa de ser oportuno. Uma conjectura muito atraente foi formulada por Goblots [1896, 289 e segs.], sem dúvida sugerida pelo enigma do sonho de Maury com a guilhotina [em [1]]. Ele procura mostrar que o sonho não ocupa mais que o período de transição entre o dormir e o despertar. O processo de despertar leva certo tempo, e durante esse tempo ocorre o sonho. Imaginamos que a imagem onírica final foi tão poderosa que nos compeliu a acordar, quando, a rigor, ela só foi poderosa assim porque, naquele momento, já estávamos a ponto de acordar. “Un rêve c’est un réveil qui commence.”

Já Dugas [1897b] havia assinalado que Goblots teria de desprezar muitos fatos para poder generalizar sua tese. Ocorrem sonhos dos quais não despertamos - por exemplo, alguns em que sonhamos estar sonhando. Com nosso conhecimento do trabalho do sonho, não nos é possível concordar em que ele abranja apenas o período do despertar. Parece provável, ao contrário, que a primeira parte do trabalho do sonho já começa durante o dia, sob o controle do pré-consciente. Sua segunda parte - a modificação imposta pela censura, a atração exercida pelas cenas inconscientes e sua irrupção forçosa na percepção - decerto transcorre ao longo de toda a noite e, nesse sentido, talvez estejamos sempre certos ao expressar a sensação de haveremos sonhado a noite inteira, embora não saibamos dizer com quê. [Ver em [1].]

Mas parece-me desnecessário supor que os processos oníricos realmente sigam, até o momento de se tornarem conscientes, a ordem cronológica em que os descrevi: que a primeira coisa a aparecer seja o desejo onírico transferido, seguindo-se então a distorção causada pela censura, depois a mudança regressiva de direção, etc. Fui obrigado a adotar essa ordem em minha descrição, mas o que acontece na realidade é, indubitavelmente, uma exploração simultânea deste e daquele caminho, uma oscilação da excitação ora para cá, ora para lá, até que, por fim, ela se acumula na direção mais oportuna e um determinado agrupamento se torna permanente. Algumas de minhas experiências pessoais levam-me a suspeitar que o trabalho do sonho freqüentemente requer mais do que um dia e uma noite para atingir seu resultado; se assim for, já não teremos porque sentir nenhum espanto ante a extraordinária engenhosidade exibida na formação do sonho. Em minha opinião, até a exigência de que o sonho se torne inteligível como evento perceptivo pode efetivar-se antes que o sonho atraia para si a consciência. Daí por diante, contudo, o ritmo é acelerado, pois nesse ponto o sonho é tratado da mesma maneira que qualquer outra coisa percebida. É como um fogo de artifício, que leva horas para ser preparado, mas se consome num momento.

O processo onírico adquiriu agora, através do trabalho do sonho, intensidade suficiente

para atrair para si a consciência e despertar o pré-consciente, quaisquer que sejam a duração e a profundidade do sono; ou então, sua intensidade é insuficiente para conseguir isso e ele tem de permanecer em estado de alerta, até que, pouco antes do despertar, a atenção se torna mais móvel e vem a seu encontro. A maioria dos sonhos parece operar com intensidades psíquicas comparativamente baixas, pois quase todos esperam até o momento de despertar. Mas isso também explica o fato de que, quando somos repentinamente despertados de um sono profundo, geralmente percebemos alguma coisa sonhada. Em tais casos, tal quando acordamos espontaneamente, a primeira coisa que vemos é o conteúdo perceptivo construído pelo trabalho do sonho e, logo a seguir, o conteúdo perceptivo que nos é oferecido de fora.

Mas o maior interesse teórico prende-se aos sonhos que têm o poder de nos despertar em meio ao sono. Tendo em mente a conveniência que em tudo o mais é a regra geral, podemos perguntar por que um sonho, isto é, um desejo inconsciente, recebe o poder de interferir no sono, isto é, na realização do desejo pré-consciente. A explicação reside, sem dúvida, em relações de energia de que não temos conhecimento. Se dispuséssemos desse conhecimento, provavelmente descobriríamos que deixar o sonho seguir seu curso e despende nele certa quantidade de atenção mais ou menos desinteressada é uma economia de energia, comparada a manter o inconsciente tão rigidamente controlado à noite quanto de dia. [Ver em [1].] A experiência nos mostra que sonhar é compatível com dormir, mesmo que o sonho interrompa o sono diversas vezes durante a noite. Acorda-se por um instante e logo se volta a adormecer. É como espantar uma mosca durante o sono: um caso de despertar *ad hoc*. Quando se adormece novamente, elimina-se a interrupção. Como mostram exemplos tão familiares quanto o sono das mães que estão amamentando ou das amas-de-leite [em [1]], a realização do desejo de dormir é inteiramente compatível com a manutenção de certo dispêndio de atenção em algum sentido específico.

Surge neste ponto uma objeção baseada num melhor conhecimento dos processos inconscientes. Eu próprio afirmo que os desejos inconscientes são sempre ativos. Entretanto, a despeito disso, eles não parecem ser suficientemente fortes para se tornarem perceptíveis durante o dia. Se, no entanto, enquanto prevalece o estado de sono, o desejo inconsciente mostra-se intenso o bastante para formar um sonho e com ele despertar o pré-consciente, por que faltaria essa intensidade depois de se ter tomado conhecimento do sonho? Não deveria ele continuar a repetir-se perpetuamente, tal como a incômoda mosca continua a retornar depois de ter sido espantada? Que direito temos nós de asseverar que os sonhos se livram da perturbação do sono?

É perfeitamente verídico que os desejos inconscientes permanecem sempre ativos. Representam caminhos que sempre podem ser percorridos, toda vez que uma quantidade de excitação se serve deles. [Ver em [1].] Na verdade, um aspecto destacado dos processos inconscientes é o fato de eles serem indestrutíveis. No inconsciente, nada pode ser

encerrado, nada é passado ou está esquecido. Isso é o que nos impressiona mais vivamente ao estudarmos as neuroses, em especial a histeria. A via inconsciente de pensamentos que conduz à descarga no ataque histérico volta imediatamente a tornar-se transitável quando se acumula excitação suficiente. Uma humilhação experimentada trinta anos antes atua exatamente como uma nova humilhação ao longo desses trinta anos, assim que obtém acesso às fontes inconscientes de afeto. Tão logo se roça em sua lembrança, ela ressurgiu para a vida e se mostra mais uma vez catexizada com uma excitação que encontra descarga motora num ataque. É precisamente nesse ponto que a psicoterapia tem de intervir. Sua tarefa consiste em possibilitar aos processos inconscientes serem finalmente abordados e esquecidos. É que o esmaecimento das lembranças e o debilitamento afetivo de impressões que já não são recentes, que nos inclinamos a encarar como óbvios e a explicar como um efeito primário do tempo sobre os traços mnêmicos da psique, são na realidade modificações secundárias, promovidas somente através de um trabalho árduo. É o pré-consciente que realiza esse trabalho, e a psicoterapia não pode seguir outro caminho senão o de colocar o Ics. sob o domínio do Pcs.

Há, portanto, dois resultados possíveis para cada processo excitatório inconsciente. Ou bem ele fica por sua própria conta, caso em que acaba irrompendo em algum ponto e, nessa ocasião isolada, encontra descarga para sua excitação na motilidade, ou cai sob a influência do pré-consciente e sua excitação, em vez de ser *descarregada*, fica *ligada* pelo pré-consciente. *Essa segunda alternativa é a que ocorre no processo do sonho.* [Ver em. [1].] A catexia do Pcs., que encontra o sonho a meio caminho depois de ele se tornar perceptivo, tendo sido guiada para ele pela excitação da consciência, liga a excitação inconsciente do sonho e a torna impotente para agir como perturbação. Se é verdade que o sonhador desperta por um instante, mesmo assim ele *de fato* espantou a mosca que ameaçava perturbar seu sono. Começa a ficar claro para nós que realmente é mais conveniente e econômico deixar que o desejo inconsciente siga seu curso, manter-lhe aberto o caminho da regressão, para que ele possa formar um sonho, depois ligar o sonho e desembaraçar-se dele com um pequeno dispêndio de trabalho do pré-consciente, do que continuar a manter o inconsciente na rédea curta durante todo o período de sono. [Ver em [1].] De fato, era de se esperar que o sonho, embora possa ter sido originalmente um processo sem finalidade útil, granjeasse alguma função para si na interação das forças anímicas. E agora podemos ver qual é essa função. O sonhar tomou a si a tarefa de recolocar sob o controle do pré-consciente a excitação do Ics. que ficou livre; ao fazê-lo, ele descarrega a excitação do Ics., serve-lhe de válvula de escape e, ao mesmo tempo, preserva o sono do pré-consciente, em troca de um pequeno dispêndio de atividade de vigília. Assim, como todas as outras formações psíquicas da série da qual é membro, ele constitui uma formação de compromisso: serve a ambos os sistemas, uma vez que realiza os dois desejos enquanto forem compatíveis entre si. Se

retornarmos à “teoria da excreção” dos sonhos formulada por Robert [1886], que expliquei em [1], veremos num relance que, em essência, devemos aceitar sua descrição da *função* dos sonhos, embora divergindo dele nas premissas e em sua visão do próprio processo onírico. [Ver em [1]] [2]

A ressalva “enquanto os dois desejos forem compatíveis entre si” implica uma alusão aos casos possíveis em que a função de sonhar termina em fracasso. O processo onírico tem permissão para começar como a realização de um desejo inconsciente, mas, quando essa tentativa de realização de desejo fere o pré-consciente com tanta violência que ele não consegue continuar dormindo, o sonho rompe o compromisso e deixa de cumprir a segunda parte de sua tarefa. Nesse caso, ele é imediatamente interrompido e substituído por um estado de completa vigília. Mas também aqui não é realmente culpa do sonho que ele apareça agora no papel de *perturbador* do sono, e não em seu papel normal de *guardião* do sono; e não é necessário que isso nos predisponha contra o fato de ele ter uma finalidade útil. Não é este o único exemplo de um dispositivo normalmente útil no organismo tornar-se inútil e perturbador tão logo as condições que lhe dão origem são ligeiramente modificadas; e a perturbação serve ao menos ao novo propósito de chamar atenção para a modificação e de acionar o mecanismo regulador do organismo contra ela. O que tenho em mente, é claro, são os sonhos de angústia, e para que não se pense que estou fugindo dessa prova contrária à teoria da realização de desejo sempre que deparo com ela, darei ao menos alguns indícios de sua explicação.

Já não há nada de contraditório para nós na idéia de que um processo psíquico gerador de angústia possa, ainda assim, constituir a realização de um desejo. Sabemos que isso pode ser explicado pelo fato de o desejo pertencer a um sistema, *Ics.*, ao passo que foi repudiado e suprimido pelo outro sistema, o *Pcs.* Mesmo quando a saúde psíquica é perfeita, a subjugação do *Ics.* pelo *Pcs.* não é completa: a medida da supressão indica o grau de nossa normalidade psíquica. Os sintomas neuróticos mostram que os dois sistemas se encontram em conflito entre si; são o produto de um compromisso que põe termo ao conflito por algum tempo. De um lado, dão ao *Ics.* um escoadouro para a descarga de sua excitação e lhe fornecem uma espécie de porta de escape, enquanto, de outro, possibilitam ao *Pcs.* controlar o *Ics.* até certo ponto. É instrutivo considerar, por exemplo, a importância de uma fobia histérica ou de uma agorafobia. Suponhamos que um paciente neurótico seja incapaz de atravessar a rua sozinho, condição que de pleno direito encaramos como um “sintoma”. Se eliminarmos esse sintoma, obrigando-o a praticar a ação de que se acredita incapaz, a conseqüência será um ataque de angústia; e a rigor, a ocorrência de um ataque de angústia na

rua é, muitas vezes, a causa precipitante do desencadeamento de uma agorafobia. Vemos, portanto, que o sintoma foi formado para evitar uma irrupção da angústia; a fobia se ergue como uma fortificação de fronteira contra a angústia.

Nossa discussão não pode ser levada adiante sem examinarmos o papel desempenhado pelos afetos nesses processos; neste contexto, porém, só podemos fazê-lo de modo imperfeito. Assim, presumamos que a supressão do *Ics.* seja necessária, acima de tudo, porque, se o curso das representações no *Ics.* ficasse por sua própria conta, geraria um afeto que foi originalmente de natureza prazerosa, mas tornou-se desprazeroso depois de ocorrido o processo de “recalcamento”. O propósito, bem como o resultado da supressão, é impedir essa liberação de desprazer. A supressão se estende ao conteúdo de representações do *Ics.*, já que a liberação de desprazer pode começar a partir desse conteúdo. Isso pressupõe uma suposição bastante específica quanto à natureza da geração do afeto. Ela é encarada como uma função motora ou secretória, a chave de cuja inervação reside nas representações do *Ics.* Graças à dominação exercida pelo *Pcs.*, essas representações são, por assim dizer, sufocadas e inibidas de enviar impulsos que gerariam afeto. Desse modo, quando cessa a catexia do *Pcs.*, o perigo é que as excitações inconscientes liberem um tipo de afeto que (em decorrência do recalcamento já ocorrido) só pode ser vivenciado como desprazer, como angústia.

Esse perigo se concretiza quando se permite que o processo onírico siga seu curso. As condições que determinam sua realização são: que tenham ocorrido recalcamientos e que as moções de desejo suprimidas possam adquirir força suficiente. Esses determinantes, portanto, estão inteiramente fora da estrutura psicológica da formação dos sonhos. Não fosse o fato de nosso tema estar ligado à questão da geração de angústia pelo fator isolado da liberação do *Ics.* durante o sono, eu poderia omitir qualquer discussão dos sonhos de angústia e evitar a necessidade de entrar, nestas páginas, em todos os aspectos obscuros que o cercam.

A teoria dos sonhos de angústia, como já declarei repetidamente, faz parte da psicologia das neuroses. Nada mais temos a ver com ela, uma vez indicado o seu ponto de contato com o tema do processo onírico. Há apenas mais uma coisa que posso fazer. Uma vez que afirmei que a angústia neurótica provém de fontes sexuais, posso submeter à análise alguns sonhos de angústia, a fim de revelar o material sexual contido em seus pensamentos oníricos.

Tenho boas razões para deixar de lado, nesta discussão, os copiosos exemplos fornecidos por meus pacientes neuróticos, e para preferir citar alguns sonhos de angústia de pessoas jovens.

Já se vão décadas desde que eu próprio tive um verdadeiro sonho de angústia, mas recordo-me de um que tive aos sete ou oito anos e submeti à interpretação cerca de trinta anos depois. Foi um sonho muito vívido, e nele vi *minha querida mãe, com uma expressão peculiarmente serena e adormecida no rosto, sendo carregada para dentro do quarto por duas (ou três) pessoas com bicos de pássaros e depositada sobre o leito*. Acordei aos prantos, gritando, e interrompi o sono de meus pais. As figuras estranhamente vestidas e insolitamente altas, com bicos de pássaro, provinham das ilustrações da Bíblia de Philippon. Imagino que fossem deuses com cabeça de falcão de um antigo relevo de uma tumba egípcia. Além disso, a análise trouxe-me à lembrança um menino mal-educado, filho de uma *concierge*, que costumava brincar conosco no gramado em frente da casa quando éramos crianças e que me inclino a pensar que se chamava Philipp. Parece-me que foi desse menino que ouvi pela primeira vez o termo vulgar que designa a relação sexual, em cujo lugar as pessoas cultas utilizam sempre uma palavra latina, “copular”, e que foi indicado de maneira bastante clara pela escolha das cabeças de falsão. Devo ter adivinhado o significado sexual da palavra pelo rosto de meu jovem instrutor, que estava bem familiarizado com os fatos da vida. A expressão do rosto de minha mãe no sonho foi copiada da visão que eu tivera de meu avô poucos dias antes de sua morte, quando ressonava em estado de coma. A interpretação feita no sonho pela “elaboração secundária” [em [1]], portanto, deve ter sido que minha mãe estava morrendo; o relevo da tumba combinava com isso. Despertei com uma angústia que não cessou enquanto não acordei meus pais. Lembro-me de ter-me acalmado de repente, ao ver o rosto de minha mãe, como se precisasse ser assegurado de que ela não estava morta. Mas essa interpretação “secundária” do sonho já se produziu sob a influência da angústia desenvolvida. Não é que eu estivesse angustiado por ter sonhado que minha mãe estava morrendo, mas interpretei o sonho nesse sentido em minha revisão pré-consciente porque já estava sob a influência da angústia. Levando em conta o recalçamento, pode-se rastrear a origem da angústia até um anseio obscuro e evidentemente sexual que encontrou expressão apropriada no conteúdo visual do sonho.

Um homem de vinte e sete anos, que estivera gravemente enfermo por um ano, relatou que entre seus onze e treze anos sonhara repetidamente (com uma grande angústia concomitante) que *um homem com uma machadinha o estava perseguindo; ele tentava correr, mas parecia estar paralisado e não conseguia sair do lugar*. Este é um bom exemplo de um tipo muito comum de sonho de angústia, que nunca se suspeitaria ter um cunho sexual. Na análise, o sonhador esbarrou primeiro numa história (de época posterior à do sonho) que lhe fora contada pelo tio, de como certa noite ele fora atacado na rua por um indivíduo de aparência suspeita; o próprio sonhador concluiu dessa associação que poderia ter ouvido falar de

algum episódio semelhante na época do sonho. Com respeito à machadinha, lembrou-se que, por volta dessa época, machucara certa vez a mão com uma machadinha quando cortava lenha. Passou então imediatamente a suas relações com o irmão mais novo. Costumava maltratar e derrubar esse irmão, e se lembrou particularmente de uma ocasião em que lhe dera um pontapé na cabeça com a bota, arrancando sangue, e de como sua mãe dissera: “Tenho medo que um dia ele o mate!” Enquanto parecia ainda ocupado com o tema da violência, ocorreu-lhe subitamente uma recordação de seus nove anos. Seus pais haviam chegado a casa tarde e tinham ido para a cama enquanto ele fingia estar dormindo; pouco depois, ele ouvira sons ofegantes e outros ruídos que lhe pareceram estranhos, e pudera também vislumbrar a posição dos pais na cama. Outros pensamentos mostraram que ele havia traçado uma analogia entre essa relação de seus pais e sua própria relação com o irmão mais novo. Classificara o que havia acontecido entre seus pais sob o conceito de violência e luta e encontrara provas em favor dessa concepção no fato de ter freqüentemente observado sangue na cama da mãe.

A experiência cotidiana confirma, diria eu, que a relação sexual entre adultos se afigura a qualquer criança que a observe como algo estranho e que lhe desperta angústia. Expliquei essa angústia argumentando que o que está em pauta é uma excitação sexual com que a compreensão das crianças é incapaz de lidar, e a qual elas sem dúvida também repudiam por seus pais estarem envolvidos; assim, ela se transforma em angústia. Num período ainda mais primitivo da vida, as excitações sexuais dirigidas ao membro de sexo oposto no casal parental ainda não depararam com o recalçamento e, como vimos, expressam-se livremente. [Ver em [1]]

Não hesitaria em dar a mesma explicação para as crises de terror noturno acompanhadas de alucinações (*pavor nocturnus*), que são tão freqüentes nas crianças. Também nesse caso, só pode tratar-se de impulsos sexuais não compreendidos e que foram repudiados. A investigação provavelmente mostraria uma periodicidade na ocorrência dos ataques, uma vez que o aumento da libido sexual pode ser ocasionado não apenas por impressões excitantes acidentais, mas também por ondas sucessivas de processos espontâneos de desenvolvimento.

Falta-me material suficiente baseado na observação para me permitir confirmar esta explicação.

Aos pediatras, por outro lado, parece faltar a única linha de abordagem capaz de tornar inteligível toda essa classe de fenômenos, seja no aspecto somático, seja no aspecto psíquico. Não resisto a citar um divertido exemplo de como os antolhos da mitologia médica podem fazer com que um observador deixe, por pouco, de chegar à compreensão desses casos. Meu exemplo é extraído de uma tese sobre o *pavor nocturnus*, de autoria de Debacker (1881,66):

Um menino de treze anos, de saúde delicada, começou a mostrar-se apreensivo e sonhador. Seu sono tornou-se perturbado e era interrompido quase que semanalmente por graves ataques de angústia, acompanhados por alucinações. Ele guardava sempre uma recordação muito clara desses sonhos. Dizia que o diabo lhe gritava: “Agora te pegamos, agora te pegamos!” Havia então um cheiro de piche e enxofre e sua pele era queimada por chamas. Ele despertava do sonho aterrorizado e, a princípio, não conseguia gritar. Quando recuperava a voz, podia-se ouvi-lo dizer claramente: “Não, não, eu não; eu não fiz nada!”, ou “Por favor, não! Não vou fazer de novo!”, ou, às vezes: “Albert nunca fez isso!” Depois, recusava-se a tirar a roupa, “porque as chamas só o pegavam quando estava despido”. Enquanto ainda estava tendo esses sonhos com o diabo, que eram uma ameaça a sua saúde, foi enviado para o campo. Lá, recuperou-se no prazo de dezoito meses, e certa vez, quando já tinha quinze anos, confessou: “Je n’osais pas l’avouer, mais j’éprouvais continuellement des picotements et des surexcitations aux parties; à la fin, cela m’énervaittant que plusieurs fois j’ai pensé me jeter par la fenêtre du dortoir.”

Há realmente muito pouca dificuldade em inferir: (1) que o menino se havia masturbado quando era mais novo, que provavelmente o negara e que fora ameaçado com severos castigos por seu mau hábito (cf. sua admissão: “*Je ne le ferais plus*”, e sua negativa: “*Albert n’a jamais fait ça*”); (2) que, com a chegada da puberdade, a tentação de se masturbar havia ressurgido, com as cócegas em seus órgãos genitais, mas (3) que irrompera nele uma luta pelo recalçamento, a qual suprimira sua libido e a transformara em angústia e que esta havia tomado o lugar dos castigos com que outrora o haviam ameaçado.

E agora, vejamos as inferências de nosso autor (*ibid.* 69): “As seguintes conclusões podem ser extraídas desta observação:

“(1) A influência da puberdade num menino de saúde delicada pode levar a um estado de grande fraqueza e resultar num grau considerável de *anemia cerebral*.

“(2) Essa anemia cerebral produz alterações do caráter, alucinações demonomaniacas e estados muito violentos de angústia noturna (e talvez também diurna).

“(3) A demonomania e as auto-recriminações do menino remontam às influências de sua educação religiosa, que o afetaram quando criança.

“(4) Todos os sintomas desaparecem no decurso de uma visita relativamente prolongada

ao campo, em decorrência do exercício físico e da recuperação das forças com a passagem da puberdade.

“(5) Talvez se possa atribuir uma influência predisponente sobre a gênese do estado cerebral do menino à hereditariedade e a uma antiga infecção sífilítica do seu pai.”

E aqui temos a conclusão final: “Nous avons fait entrer cette observation dans le cadre des délires apyrétiques d’inanition, car c’est à l’ischémie cérébrale que nous ratiachons cet état particulier.”

(E) OS PROCESSOS PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO - RECALCAMENTO

Ao me arriscar na tentativa de penetrar mais a fundo na psicologia dos processos oníricos, propus a mim mesmo uma árdua tarefa, da qual meus poderes expositivos mal chegam a ficar à altura. Os elementos que são de fato simultâneos nesse todo complexo só podem ser representados sucessivamente em minha descrição deles, ao mesmo tempo que, ao expor cada argumento, tenho de evitar precipitar as razões em que ele se fundamenta: dominar essas dificuldades está além de minhas forças. Em tudo isso, estou pagando o tributo por não ter podido, em minha descrição da psicologia do sonho, seguir o desenvolvimento histórico de minhas concepções. Embora minha linha de abordagem do tema dos sonhos tenha sido determinada por meu trabalho anterior sobre a psicologia das neuroses, eu não tencionava servir-me desta como base de referência na presente obra. Não obstante, sou constantemente levado a fazê-lo, em vez de prosseguir, como desejaria, na direção contrária, utilizando os sonhos como meio de abordagem da psicologia das neuroses. Estou ciente de todos os problemas em que meus leitores ficam assim envolvidos, mas não vejo meio de evitá-los.

[Ver em [1].]

Em minha insatisfação com esse estado de coisas, alegra-me fazer uma pequena pausa em outra consideração que parece valorizar mais meus esforços. Descubri-me frente a um tema sobre o qual, como ficou demonstrado em meu primeiro capítulo, as opiniões das autoridades se caracterizavam pelas mais agudas contradições. Minha abordagem do problema dos sonhos encontrou espaço para a maioria dessas opiniões contraditórias. Só achei necessário negar categoricamente duas delas - a visão de que o sonho é um processo sem sentido [em [1]] e a visão de que é um processo somático [em [1]]. Salvo por isso, pude encontrar justificativa para todas essas opiniões mutuamente contraditórias num ou noutro

ponto de minha complexa tese e mostrar que elas haviam deparado com alguma parcela de verdade.

A tese de que os sonhos dão prosseguimento às ocupações e interesses da vida de vigília [em [1]] foi inteiramente confirmada pela descoberta dos *pensamentos oníricos* ocultos. Estes só dizem respeito ao que nos parece importante e tem grande interesse para nós. Os sonhos nunca se ocupam de pormenores insignificantes. Mas também encontramos motivo para aceitar a visão oposta de que os sonhos apanham os desejos irrelevantes que restam do dia anterior [em [1]] e de que só conseguem apoderar-se de um grande interesse diurno depois de ele se ter subtraído, até certo ponto, da atividade de vigília [em [1]]. Verificamos que isso se aplica ao *conteúdo* do sonho, que expressa os pensamentos oníricos numa forma alterada pela distorção. Por motivos ligados ao mecanismo de associação, como vimos, o processo onírico acha mais fácil obter controle do material de representações recente ou indiferente, que ainda não foi requisitado pela atividade de pensamento da vigília; e, por motivos de censura, ele transfere a intensidade psíquica daquilo que é importante, mas objetável, para aquilo que é indiferente.

O fato de os sonhos serem hipermnésicos [em [1]] e terem acesso ao material proveniente da infância [em [1]] tornou-se um dos pilares de nossa doutrina. Nossa teoria dos sonhos encara os desejos originários do infantil como a força propulsora indispensável para a formação dos sonhos.

Naturalmente, não nos ocorreu lançar nenhuma dúvida sobre a importância experimentalmente demonstrada dos estímulos sensoriais externos durante o sono [em [1]], mas mostramos que esse material tem com o desejo onírico a mesma relação que os restos de pensamento deixados pela atividade diurna. Tampouco vimos qualquer razão para contestar a tese de que os sonhos interpretam os estímulos sensoriais objetivos tal como o fazem as ilusões [em [1]], mas descobrimos a razão que motiva essa interpretação, razão que não fora especificada por outros autores. A interpretação é feita de maneira a que o objeto percebido não interrompa o sono e seja utilizável para fins de realização de desejo. Quanto aos estados subjetivos de excitação nos órgãos sensoriais durante o sono, cuja ocorrência parece ter sido provada por Trumbull Ladd [1892; ver em [1]], é verdade que não os aceitamos como uma fonte específica dos sonhos, mas pudemos explicá-los como resultantes da revivificação regressiva das lembranças que atuam por trás do sonho.

As sensações orgânicas *internas*, que foram comumente tomadas como um ponto cardinal na explicação do sonho [em [1]] preservaram um lugar, embora mais modesto, em nossa teoria. Tais sensações - as sensações de cair, por exemplo, ou de flutuar ou estar inibido - fornecem um material acessível a qualquer momento e do qual o trabalho do sonho se vale, sempre que necessário, para expressar os pensamentos oníricos.

A visão de que o processo onírico é rápido ou instantâneo [em [1]] é, em nossa opinião, correta no que se refere à percepção, pela consciência, do conteúdo onírico pré-formado; parece provável que as partes precedentes do processo onírico sigam um curso lento e oscilante. Pudemos contribuir para a solução do enigma dos sonhos que contêm uma grande quantidade de material comprimida num lapso curtíssimo de tempo; sugerimos que, em tais casos, trata-se de uma apoderação de estruturas prontas já existentes na psique.

O fato de os sonhos serem distorcidos e mutilados pela memória [em [1]] é aceito por nós, mas, em nossa opinião, não constitui obstáculo, pois não passa da parte final e manifesta de uma atividade distorcedora que atua desde o próprio início da formação do sonho.

No que tange ao debate acirrado e aparentemente irreconciliável sobre se a vida anímica dorme à noite [em [1]] ou tem tanto domínio de todas as suas faculdades quanto durante o dia [em [1]], descobrimos que ambos os lados têm razão, mas nenhum está completamente certo. Encontramos nos pensamentos oníricos provas de uma função intelectual altamente complexa, que opera com quase todos os recursos do aparelho anímico. Não obstante, não se pode contestar que esses pensamentos oníricos surgiram durante o dia, e é imperativo presumir que existe na vida anímica um estado de sono. Portanto, mesmo a teoria do sono parcial [em [1]] mostrou seu valor, embora tenhamos descoberto que o que caracteriza o estado de sono não é a desintegração dos vínculos anímicos, mas o fato de que o sistema psíquico que detém o comando durante o dia se concentra no desejo de dormir. O fator do retraimento do mundo externo [em [1]] preserva sua importância em nosso esquema; ele ajuda, embora não como determinante exclusivo, a possibilitar o caráter regressivo da representação nos sonhos. A renúncia ao direcionamento voluntário do fluxo de representações [em [1]] é indiscutível, mas isso não priva a vida anímica de todo e qualquer objetivo, pois vimos como, depois de se terem abandonado as representações-meta voluntárias, as involuntárias assumem o comando. Não fizemos simplesmente aceitar o caráter frouxo das ligações associativas dos sonhos [em [1]], mas mostramos que ele se estende muito além do que se havia suspeitado. Descobrimos, contudo, que essas ligações frouxas são meros substitutos obrigatórios de outras que são válidas e significativas. É bem verdade que descrevemos os sonhos como absurdos, mas os exemplos nos ensinam quão sensato pode ser o sonho, mesmo quando parece absurdo.

Não temos divergências de opinião quanto às funções a serem atribuídas aos sonhos. A tese de que os sonhos agem como uma válvula de segurança da vida anímica [em [1]] e de que, nas palavras de Robert [1886, 10 e segs.], toda sorte de coisas prejudiciais se tornam inofensivas por serem representadas no sonho, não apenas coincide exatamente com nossa

teoria da dupla realização de desejos promovida pelo sonho, como também a maneira como é enunciada é mais inteligível para nós que para o próprio Robert. A visão de que a alma tem plena liberdade de ação em seu funcionamento nos sonhos [em [1]] é representada, em nossa teoria, pelo fato de a atividade pré-consciente permitir que os sonhos sigam seu curso. Expressões como “retorno da vida anímica, nos sonhos, a um ponto de vista embrionário”, ou as palavras empregadas por Havelock Ellis [1899, 721] para descrever os sonhos - “um mundo arcaico de vastas emoções e pensamentos imperfeitos” [em [1]] -, parecem-nos antecipações oportunas de nossas próprias assertivas de que participam da formação dos sonhos modos primitivos de atividade que são suprimidos durante o dia. Pudemos aceitar inteiramente, como se fosse nosso, o que escreveu Sully [1893, 362]: “Nossos sonhos são um meio de conservar essas personalidades sucessivas [anteriores]. Quando adormecidos, retornamos às antigas maneiras de ver e sentir as coisas, aos impulsos e atividades que nos dominaram num passado distante” [ver em [1]]. [1] Para nós, não menos que para Delage [1891], aquilo que foi “suprimido” [em [1]] tornou-se “a força propulsora dos sonhos”.

Reconhecemos plenamente a importância do papel atribuído por Scherner [1861] à “fantasia onírica”, bem como as interpretações desse autor [em [1]], mas fomos obrigados a situá-las, por assim dizer, numa posição diferente dentro do problema. Não é que os sonhos criem a fantasia, mas, antes, a atividade inconsciente da fantasia tem grande participação na formação dos pensamentos oníricos. Devemos a Scherner a indicação da fonte dos pensamentos oníricos, mas quase tudo o que ele atribui ao trabalho do sonho é realmente atribuível à atividade do inconsciente durante o dia, que é tanto a instigadora dos sonhos quanto dos sintomas neuróticos. Fomos obrigados a distinguir o “trabalho do sonho” como algo inteiramente diverso e com uma conotação muito mais estreita.

Por fim, de modo algum abandonamos a relação existente entre os sonhos e os distúrbios psíquicos [em [1]], mas estabelecemo-la mais firmemente em novas bases.

Desse modo, pudemos encontrar em nossa estrutura lugar para as mais variadas e contraditórias descobertas de autores anteriores, graças ao ineditismo de nossa teoria dos sonhos, que as combina, por assim dizer, numa unidade superior. Demos outro emprego a algumas dessas descobertas, mas poucas foram as que rejeitamos por completo. Não obstante, nosso edifício ainda não está terminado. À parte as muitas questões desconcertantes em que nos envolvemos ao abrir caminho pelas áreas obscuras da psicologia, parecemos atormentados por uma nova contradição. Por um lado, supusemos que os pensamentos oníricos surgem através de uma atividade mental inteiramente normal, mas, por outro, descobrimos diversos processos de pensamento bastante anormais entre os pensamentos oníricos, que se estendem ao conteúdo do sonho e que depois repetimos no curso de nossa interpretação do sonho. Tudo o que descrevemos como “trabalho do sonho”

parece afastar-se imensamente daquilo que reconhecemos como processos racionais de pensamento, a tal ponto que as mais severas críticas emitidas pelos autores anteriores sobre o nível ínfimo de funcionamento psíquico nos sonhos devem parecer inteiramente justificadas.

Talvez só encontremos esclarecimento e assistência nesta dificuldade conduzindo nossas investigações ainda mais à frente. E começarei a escolher, para um exame mais aprofundado, uma das conjunturas que podem levar à formação do sonho.

O sonho, como descobrimos, toma o lugar de diversos pensamentos que derivam de nossa vida cotidiana e formam uma seqüência completamente lógica. Não podemos duvidar, portanto, de que esses pensamentos se originem de nossa vida mental normal. Todos os atributos que tanto valorizamos em nossas cadeias de pensamento e que as caracterizam como realizações complexas de ordem superior são reencontradas nos pensamentos oníricos. Não há, porém, necessidade de presumir que essa atividade de pensamento seja executada durante o sono, possibilidade esta que confundiria gravemente o que até aqui constitui nosso quadro aceito do estado psíquico de sono. Ao contrário, é bem possível que esses pensamentos tenham-se originado no dia anterior, passado despercebidos por nossa consciência desde o início, e talvez já se tenham completado ao iniciar-se o sono. O máximo que podemos concluir daí é que isso prova que *as mais complexas realizações do pensamento são possíveis sem a assistência da consciência* - um fato de que não poderíamos deixar de nos inteirar, de qualquer modo, através de toda psicanálise de um paciente que sofra de histeria ou de idéias obsessivas. Esses pensamentos oníricos certamente não são, em si, inadmissíveis à consciência; é possível que tenha havido diversas razões para que não se tornassem conscientes para nós durante o dia. O tornar-se consciente está ligado à aplicação de uma certa função psíquica [em [1]], a da atenção, função esta que, segundo parece, só se acha disponível numa quantidade específica, a qual pode ter sido desviada da cadeia de pensamentos em questão para alguma outra finalidade. Há também outra maneira pela qual essas cadeias de pensamento podem ser apartadas da consciência. O curso de nossas reflexões conscientes nos mostra que seguimos um determinado caminho em nosso emprego da atenção. Quando, ao seguirmos esse caminho, esbarramos numa representação que não resiste à crítica, nós o interrompemos: abandonamos a cadeia da atenção. Ora, parece que a cadeia de pensamentos assim iniciada e abandonada pode continuar a se desenrolar sem que a atenção torne a voltar-se para ela, a menos que, num ou noutro ponto, ela atinja um grau de intensidade particularmente elevado, que exija atenção. Assim, quando uma cadeia de pensamento é inicialmente rejeitada (conscientemente, talvez) pelo julgamento de que é errada ou inútil para o fim intelectual imediato em vista, o resultado pode ser que essa cadeia de pensamentos prossiga, inobservada pela consciência, até o início do sono.

Resumindo: chamamos uma cadeia de pensamentos como essa de “pré-consciente”;

encaramo-la como completamente racional e acreditamos que possa ter sido simplesmente negligenciada ou interrompida e suprimida. Acrescentemos uma exposição clara de como visualizamos a ocorrência de uma cadeia de representações. Cremos que, partindo de uma representação-meta, uma determinada quantidade de excitação, que denominamos “energia catexial”, desloca-se pelas vias associativas selecionadas por aquela representação-meta. A cadeia de pensamentos “desprezada” é aquela que *não recebeu* essa catexia; a cadeia de pensamentos “suprimida” ou “repudiada” é aquela da qual essa catexia foi *retirada*. Em ambos os casos, elas ficam entregues a suas próprias excitações. Em certas condições, a cadeia de pensamentos catexizada com uma meta [*zielbesetzt*] é capaz de atrair para si a atenção da consciência e, nesse caso, por intermédio da consciência, recebe uma “hipercatexia”. Seremos obrigados, dentro em pouco, a explicar nossa visão da natureza e função da consciência. [Ver em [1]]

Uma cadeia de pensamentos assim deslanchada no pré-consciente pode cessar espontaneamente ou persistir. Visualizamos o primeiro desses resultados como implicando que a energia ligada à cadeia de pensamentos se difunde por todas as vias associativas que partem dela; essa energia coloca toda a rede de pensamentos num estado de excitação que dura algum tempo e depois decai, à medida que a excitação em busca de descarga se vai transformando numa catexia aquiescente. Quando sobrevém esse primeiro resultado, o processo não tem maior importância no que concerne à formação do sonho. Dentro de nosso pré-consciente, porém, espreitam outras representações-meta derivadas de fontes situadas em nosso inconsciente e de desejos que estão sempre em estado de alerta. Eles podem assumir o controle da excitação ligada ao grupo de pensamentos deixado à sua própria sorte, estabelecer uma ligação entre ele e um desejo inconsciente e “transferir-lhe” a energia que pertence a este último. Daí por diante, a cadeia de pensamentos desprezada ou suprimida fica em condições de persistir, embora o reforço que recebeu não lhe confira nenhum direito de acesso à consciência. Podemos exprimir isso dizendo que a cadeia de pensamentos até então pré-consciente foi agora “arrastada para o inconsciente”.

Outras conjunturas podem conduzir à formação do sonho. É possível que a cadeia de pensamentos pré-consciente tenha estado ligada ao desejo inconsciente desde o início e, por essa razão, tenha sido repudiada pela catexia-meta dominante; ou então um desejo inconsciente pode ser ativado por outras razões (por causas somáticas, talvez) e procurar transferir-se para os restos psíquicos não catexizados pelo *Pcs.* sem que estes façam qualquer movimento para ir a seu encontro. Mas todos os três casos têm o mesmo resultado final: passa a existir no pré-consciente uma cadeia de pensamentos desprovida de catexia pré-consciente, mas que recebeu uma catexia do desejo inconsciente.

A partir daí, a cadeia de pensamentos passa por uma série de transformações que já não podemos reconhecer como processos psíquicos normais e que levam a um resultado que nos desnorreia - uma formação psicopatológica. Vamos enumerar e classificar esses processos:

(1) As intensidades das representações individuais tornam-se passíveis de descarga *en bloc* e passam de uma representação para outra, de modo que se formam certas representações dotadas de grande intensidade. [Cf. pág. 540.] E, uma vez que esse processo se repete várias vezes, a intensidade de toda uma cadeia de pensamentos pode acabar por concentrar-se num único elemento de representação. Temos aí o fato da “compressão” ou “condensação”, que se tornou conhecida no trabalho do sonho. É ela a principal responsável pela impressão desconcertante que os sonhos causam em nós, pois não conhecemos nada que lhes seja análogo na vida anímica normal e acessível à consciência. Também na vida anímica normal encontramos representações que, como pontos nodais ou resultados finais de cadeias inteiras de pensamento, possuem um alto grau de significação psíquica; mas essa significação não se expressa em nenhum aspecto *sensorialmente* óbvio para a percepção interna; sua representação perceptiva não é mais intensa, em nenhum aspecto, por causa de sua significação psíquica. No processo de condensação, por outro lado, toda interligação psíquica se transforma numa *intensificação* de seu conteúdo de representações. É o mesmo que acontece quando, ao preparar um livro para publicação, faço com que alguma palavra de importância especial para a compreensão do texto seja impressa em tipo spacejado ou em negrito, ou quando, ao falar, pronuncio essa mesma palavra em voz mais alta, lentamente e com ênfase especial. A primeira dessas duas analogias nos faz lembrar de imediato um exemplo fornecido pelo próprio trabalho do sonho: a palavra “*trimetilamina*” no sonho da injeção de Irma [em [1]]. Os historiadores da arte chamaram-nos a atenção para o fato de que as esculturas históricas mais antigas obedecem a um princípio semelhante: expressam a classe das pessoas representadas através do tamanho. O rei é representado em tamanho duas ou três vezes maior que seus súditos ou seus inimigos derrotados. As esculturas da época romana utilizavam meios mais sutis para produzir o mesmo resultado. A figura do Imperador era colocada no centro, de pé, e modelada com cuidado especial, enquanto seus inimigos jaziam prostrados a seus pés; mas ela já não era um gigante entre anões. As reverências com que os subalternos ainda hoje saúdam seus superiores são um eco desse mesmo antigo princípio de representação.

A direção em que avançam as condensações no sonho é determinada, de um lado, pelas relações pré-conscientes racionais entre os pensamentos oníricos e, de outro, pela atração exercida pelas lembranças visuais do inconsciente. O efeito do trabalho de condensação é a obtenção das intensidades necessárias para forçar a irrupção nos sistemas perceptivos.

(2) Graças, também, à liberdade com que as intensidades são transferíveis, formam-se “representações intermediárias” semelhantes a compromissos, sob a influência da

condensação. (Cf. os numerosos exemplos que forneci [em [1], por exemplo].) Isso é, novamente, algo inaudito nas cadeias normais de representações, onde a ênfase principal recai sobre a seleção e a retenção do elemento de representação “correto”. Por outro lado, com notável freqüência ocorrem formações mistas e compromissos quando tentamos expressar os pensamentos pré-conscientes na fala. Eles são então encarados como exemplos de “lapsos de linguagem”.

(3) As representações que transferem umas às outras suas intensidades mantêm entre si as mais frouxas relações. São vinculadas por um tipo de associação que é desdenhado por nosso pensamento normal e relegado ao uso nos chistes. Em particular, encontramos associações baseadas em homônimos e parônimos, que são tratadas como tendo o mesmo valor que as demais.

(4) Os pensamentos mutuamente contraditórios não fazem qualquer tentativa de anular uns aos outros, mas subsistem lado a lado. Combinam-se freqüentemente para formar condensações, como se não houvesse nenhuma contradição entre eles, ou chegam a formações de compromisso que nossos pensamentos conscientes nunca tolerariam, mas que são amiúde admitidos em nossas ações.

Estes são alguns dos mais notáveis dentre os processos anormais a que os pensamentos oníricos, antes formados em bases racionais, são submetidos no decurso do trabalho do sonho. Veremos que a principal característica desses processos é que toda a ênfase recai em tornar móvel e passível de descarga a energia catexizante; o conteúdo e o significado intrínseco dos elementos psíquicos a que se ligam as catexias são tratados como coisas de importância secundária. Poder-se-ia supor que a condensação e a formação de compromisso só se dão para facilitar a regressão, isto é, quando se trata de transformar pensamentos em imagens. Todavia, a análise - e, mais ainda, a síntese - dos sonhos que não envolvem essa regressão a imagens, como, por exemplo, o sonho do “Autodidasker - conversa com o Professor N.” [em [1]], exhibe os mesmos processos de deslocamento e condensação que os outros.

Portanto, somos levados a concluir que dois tipos fundamentalmente diferentes de processos psíquicos participam da formação dos sonhos. Um deles produz pensamentos oníricos perfeitamente racionais, com a mesma validade que o pensamento normal; já o outro trata esses pensamentos de um modo que é excepcionalmente desconcertante e irracional. Já no Capítulo VI distinguimos esse segundo processo psíquico como sendo o trabalho do sonho propriamente dito. Que esclarecimentos podemos agora oferecer sobre sua origem?

Não nos seria possível responder a essa pergunta se não houvéssemos feito algum progresso no estudo da psicologia das neuroses, especialmente da histeria. Dela depreendemos que os mesmos processos psíquicos irracionais, e outros que não

especificamos, regem a produção dos sintomas histéricos. Na histeria, além disso, deparamos com uma série de pensamentos perfeitamente racionais, com o mesmo valor de nossos pensamentos conscientes; a princípio, no entanto, nada sabemos sobre sua existência nessa forma e só podemos reconstruí-los posteriormente. Quando eles se impõem à nossa atenção em determinado ponto, descobrimos, pela análise do sintoma produzido, que esses pensamentos normais foram submetidos a um tratamento anormal: *foram transformados no sintoma por meio da condensação e da formação de compromisso, através de associações superficiais e do descaso pelas contradições, e também, possivelmente, pela via da regressão*. Em vista da completa identidade entre os aspectos característicos do trabalho do sonho e os da atividade psíquica que desemboca nos sintomas psiconeuróticos, sentimo-nos autorizados a transpor para os sonhos as conclusões a que fomos levados pela histeria.

Por conseguinte, tomamos da teoria da histeria a seguinte tese: *uma cadeia de pensamento normal só é submetida a esse tratamento psíquico anormal que vimos descrevendo quando um desejo inconsciente, derivado da infância e em estado de recalçamento, se transfere para ela*. Segundo essa tese, construímos nossa teoria dos sonhos sobre o pressuposto de que o desejo onírico que fornece a força impulsora provém invariavelmente do inconsciente; esse pressuposto, como eu mesmo estou pronto a admitir, não pode ser genericamente comprovado, embora tampouco se possa refutá-lo. Entretanto, para explicar o que se pretende dizer com “recalçamento”, termo com que já jogamos tantas vezes, é necessário avançar mais uma etapa na construção de nosso arcabouço psicológico.

Já exploramos a ficção de um aparelho psíquico primitivo [em [1]] cujas atividades são reguladas pelo esforço de evitar um acúmulo de excitação e de se manter, tanto quanto possível, sem excitação. Por isso ele foi construído segundo o esquema de um aparelho reflexo. A motilidade, que é em primeiro lugar um meio de promover alterações internas no corpo, está à sua disposição como via de descarga. Discutimos depois as conseqüências psíquicas de uma “vivência de satisfação”, e a isso já pudemos acrescentar uma segunda hipótese, no sentido de que o acúmulo de excitação (acarretado de diversas maneiras de que não precisamos ocupar-nos) é vivido como desprazer, e coloca o aparelho em ação com vistas a repetir a vivência de satisfação, que envolveu um decréscimo da excitação e foi sentida como prazer. A esse tipo de corrente no interior do aparelho, partindo do desprazer e apontando para o prazer, demos o nome de “desejo”; afirmamos que só o desejo é capaz de pôr o aparelho em movimento e que o curso da excitação dentro dele é automaticamente regulado pelas sensações de prazer e desprazer. O primeiro desejar parece ter consistido numa catexização alucinatória da lembrança da satisfação. Essas alucinações, contudo, não podendo ser mantidas até o esgotamento, mostraram-se insuficientes para promover a cessação da necessidade, ou, por conseguinte, o prazer ligado à satisfação.

Tornou-se necessária uma segunda atividade - ou, em nossa terminologia, a atividade de um segundo sistema - que não permitisse à catexia mnêmica avançar até a percepção e desde

aí ligar as forças psíquicas, mas que desviasse a excitação surgida da necessidade por uma via indireta que, em última análise, através do movimento voluntário, alterasse o mundo externo de tal maneira que se tornasse possível chegar a uma percepção real do objeto de satisfação. Já esboçamos nosso quadro esquemático do aparelho psíquico até esse ponto; os dois sistemas são o germe daquilo que, no aparelho plenamente desenvolvido, descrevemos como o *Ics.* e o *Pcs.*

Para que se possa empregar a motilidade para efetuar no mundo externo alterações que sejam efetivas, é necessário acumular um grande número de experiências nos sistemas mnêmicos e uma multiplicidade de registros permanentes das associações evocadas nesse material mnêmico por diferentes representações-meta. [Ver em [1].] Podemos agora levar nossas hipóteses um passo à frente. A atividade desse segundo sistema, que explora constantemente o terreno e alterna o envio de catexias com a *retirada* delas, precisa, por um lado, dispor livremente da totalidade do material mnêmico, mas, por outro, seria um gasto desnecessário de energia se ela enviasse grandes quantidades de catexia pelas diversas vias de pensamento e assim as fizesse escoar-se sem nenhuma finalidade útil e diminuísse a quantidade disponível para alterar o mundo externo. Dessa maneira, postulo que, em prol da eficiência, o segundo sistema logra conservar a maior parte de suas catexias de energia em estado de quiescência e empregar apenas uma pequena parte do deslocamento. A mecânica desses processos é-me inteiramente desconhecida; quem desejasse levar estas idéias a sério teria de procurar analogias físicas para elas e descobrir um meio de visualizar os movimentos que acompanham a excitação neuronal. Insisto tão-somente na idéia de que a atividade do *primeiro* sistema- ψ está orientada para garantir a livre descarga as quantidades de excitação, enquanto o *segundo* sistema, por meio das catexias que dele emanam, consegue *inibir* essa descarga e transformar a catexia numa catexia quiescente, sem dúvida com uma elevação simultânea de seu nível. Presumo, portanto, que sob o domínio do segundo sistema a descarga de excitação seja regida por condições mecânicas muito diferentes das que vigoram sob o domínio do primeiro sistema. Depois que o segundo sistema conclui sua atividade exploratória de pensamento, ele suspende a inibição e o represamento das excitações e lhes permite serem descarregadas no movimento.

Algumas reflexões interessantes decorrem disso, se considerarmos as relações existentes entre a inibição da descarga exercida pelo segundo sistema e a regulação efetuada pelo princípio do desprazer. Examinemos a antítese da vivência primária de satisfação, ou seja, a vivência de pavor frente a algo externo. Suponhamos que incida no aparelho primitivo um estímulo perceptivo que seja fonte de uma excitação dolorosa. Sobrevêm então manifestações motoras descoordenadas, até que uma delas faz com que o aparelho se retraia da percepção e, ao mesmo tempo, da dor. Quando a percepção reaparece, o movimento é imediatamente repetido (um movimento de fuga, talvez), até que a percepção torne a desaparecer. Nesse caso, não resta nenhuma inclinação a recatexizar a percepção da fonte de

dor, alucinatoriamente ou de qualquer outra maneira. Pelo contrário, haverá no aparelho primitivo uma inclinação a abandonar imediatamente a imagem mnêmica aflitiva, caso algo venha a revivê-la, pela razão mesma de que, se sua excitação transbordasse até a percepção, provocaria desprazer (ou, mais precisamente, *começaria* a provocá-lo). A evitação da lembrança que não passa de uma repetição da fuga anterior frente à percepção, é também facilitada pelo fato de que a lembrança, diversamente da percepção, não possui qualidade suficiente para excitar a consciência e assim atrair para si uma nova catexia. Essa evitação de lembrança de qualquer coisa que um dia foi aflitiva, feita sem esforço e com regularidade pelo processo psíquico, fornece-nos o protótipo e o primeiro exemplo do *recalcamento psíquico*. É comumente sabido que boa parcela dessa evitação do aflitivo - dessa política do avestruz - ainda é visível na vida anímica normal dos adultos.

Em conseqüência do princípio do desprazer, portanto, o primeiro sistema- ψ é totalmente incapaz de introduzir qualquer coisa desagradável no contexto de seus pensamentos. Ele não pode fazer nada senão desejar. Se as coisas permanecessem nesse ponto, a atividade de pensamento do segundo sistema seria obstruída, já que ela requer livre acesso a todas as lembranças depositadas pela experiência. Apresentam-se então duas possibilidades: ou a atividade do segundo sistema consegue libertar-se inteiramente do princípio do desprazer e segue seu caminho sem se importar com o desprazer das lembranças, ou encontra um método de catexizar as lembranças desprazerosas que lhe permita evitar a liberação do desprazer. Podemos descartar a primeira destas possibilidades, pois o princípio do desprazer regula claramente o curso da excitação tanto no segundo sistema quanto no primeiro. Conseqüentemente, resta-nos a possibilidade de que o segundo sistema catexize as lembranças de tal maneira que haja uma inibição da descarga a partir delas, incluindo, portanto, uma inibição da descarga (comparável à de uma inervação motora) em direção ao desenvolvimento do desprazer. Assim, fomos levados, partindo de duas direções, à hipótese de que a catexia pelo segundo sistema implica uma inibição simultânea da descarga de excitação: fomos levados a ela por considerar o princípio do desprazer e também [como assinalado no penúltimo parágrafo] pelo princípio do dispêndio mínimo de inervação. Retenhamos isto firmemente, pois é chave de toda a teoria do recalque: *o segundo sistema só pode catexizar uma representação se estiver em condições de inibir o desenvolvimento do desprazer que provenha dela*. Qualquer coisa que pudesse fugir a essa inibição seria inacessível tanto ao segundo sistema quanto ao primeiro, pois seria prontamente abandonada em obediência ao princípio do desprazer. A inibição do desprazer, contudo, não precisa ser completa: o início dele tem de ser permitido, já que é isso que informa ao segundo sistema a natureza da lembrança em questão e sua possível inadequação ao fim visado pelo processo de pensamento.

Proponho descrever o processo psíquico admitido exclusivamente pelo primeiro sistema como “processo primário”, e o processo que resulta da inibição imposta pelo segundo sistema, como “processo secundário”.

Há mais uma razão pela qual, como posso demonstrar, o segundo sistema é obrigado a corrigir o processo primário. O processo primário esforça-se por promover uma descarga da excitação, a fim de que, com a ajuda da quantidade de excitação assim acumulada, possa estabelecer uma “identidade perceptiva” [com a vivência de satisfação (ver em [1]-[2])]. O processo secundário, contudo, abandonou essa intenção e adotou outra em seu lugar - o estabelecimento de uma “identidade de *pensamento*” [com aquela vivência]. O pensar, como um todo, não passa de uma via indireta que vai da lembrança de uma satisfação (lembrança esta adotada como uma representação-meta) até uma catexia idêntica da mesma lembrança, que se espera atingir mais uma vez por intermédio das experiências motoras. O pensar tem que se interessar pelas vias de ligação entre as representações sem se deixar extraviar pelas *intensidades* dessas representações. Mas é óbvio que as condensações de representações e as formações intermediárias e de compromisso devem obstruir a consecução da identidade buscada. Uma vez que substituem uma representação por outra, elas provocam um desvio do caminho que partiria da primeira representação. Tais processos, portanto, são escrupulosamente evitados no pensamento secundário. É fácil perceber também que o princípio do desprazer, que em outros aspectos fornece ao processo de pensamento seus mais importantes indicadores, suscita-lhe dificuldades no estabelecimento de uma “identidade de pensamento”. Por conseguinte, o pensar tem de visar a se libertar cada vez mais da regulação exclusiva pelo princípio do desprazer e a restringir o desenvolvimento do afeto na atividade do pensamento ao mínimo exigido para que ele atue como sinal. O alcance desse maior apuro no funcionamento é visado por meio de uma nova hipercatexia promovida pela consciência. [Ver adiante, em [1]] Como bem sabemos, contudo, esse objetivo raramente é atingido por completo, mesmo na vida anímica normal, e nosso pensar está sempre exposto a um falseamento por interferência do princípio do desprazer.

Não é esse, porém, o hiato na eficácia funcional de nosso aparelho anímico que possibilita aos pensamentos, que se apresentam como produtos da atividade de pensamento secundária, ficarem sujeitos ao processo psíquico primário - pois essa é a fórmula com que agora podemos descrever a atividade que conduz aos sonhos e aos sintomas histéricos. A ineficiência provém da convergência de dois fatores derivados de nossa história evolutiva. Um desses fatores é inteiramente imputável ao aparelho anímico e tem influência decisiva na relação entre os dois sistemas, enquanto o outro se faz sentir em grau variável e introduz na vida anímica forças pulsionais de origem orgânica. Ambos se originam na infância e

constituem um precipitado das modificações sofridas por nosso organismo anímico e somático desde a infância.

Quando descrevi como “primário” um dos processos psíquicos que ocorrem no aparelho anímico, o que tinha em mente não eram apenas considerações sobre a importância relativa e a eficiência; pretendi também escolher um nome que desse uma indicação de sua prioridade cronológica. É verdade que, até onde sabemos, não existe nenhum aparelho psíquico que possua apenas um processo primário e, nessa medida, tal aparelho é uma ficção teórica. Mas pelo menos isto é um fato: os processos primários acham-se presentes no aparelho anímico desde o princípio, ao passo que somente no decorrer da vida é que os processos secundários se desdobram e vêm inibir e sobrepor-se aos primários; é possível até que sua completa supremacia só seja atingida no apogeu da vida. Em consequência do aparecimento tardio dos processos secundários, o âmago de nosso ser, que consiste em moções de desejo inconscientes, permanece inacessível à compreensão e à inibição pelo pré-consciente; o papel desempenhado por este restringe-se para sempre a direcionar pelas vias mais convenientes as moções de desejo vindas do inconsciente. Esses desejos inconscientes exercem uma força compulsiva sobre todas as tendências anímicas posteriores, uma força com que essas tendências são obrigadas a aquiescer, ou que talvez possam esforçar-se por desviar e dirigir para objetivos mais elevados. Outro resultado do aparecimento tardio do processo secundário é que uma ampla esfera do material mnêmico fica inacessível à catexia pré-consciente.

Entre essas moções de desejo provenientes da infância, que não podem ser destruídas nem inibidas, há algumas cuja realização seria uma contraditória representação-meta do pensamento secundário. A realização desses desejos não mais geraria um afeto de prazer, mas sim de desprazer; e é precisamente essa transformação do afeto que constitui a essência daquilo a que chamamos “recalcamento”. O problema do recalcamento está na questão de como e devido a que forças impulsoras ocorre essa transformação; mas esse é um problema em que nos basta tocar de passagem aqui. É suficiente estabelecermos com clareza que tal transformação realmente ocorre no curso do desenvolvimento - basta lembrarmos como o nojo surge na infância, depois de ter estado ausente a princípio - e que está relacionada com a atividade do sistema secundário. As lembranças com base nas quais o desejo inconsciente provoca a liberação do afeto nunca foram acessíveis ao *Pcs.* e, por conseguinte, a liberação do afeto vinculado a essas lembranças também não pode ser inibida. E justamente por causa dessa geração de afeto que tais representações são agora inacessíveis até por intermédio dos pensamentos pré-conscientes para os quais transferiram sua força de desejo. Pelo contrário, o princípio do desprazer assume o controle e faz com que o *Pcs.* se afaste dos pensamentos de transferência. Eles ficam entregues a si próprios - “recalcados” - e é assim que a presença de um reservatório de lembranças infantis subtraídas desde o princípio ao *Pcs.* torna-se o *sine qua non* do recalcamento.

Nos casos mais favoráveis, a geração do desprazer cessa com a retirada da catexia dos pensamentos de transferência situados no *Pcs.*, e esse desenlace significa que a intervenção do princípio do desprazer serviu a um fim útil. Mas a questão é outra quando o desejo inconsciente recalçado recebe um reforço orgânico, que ele passa para seus pensamentos de transferência; dessa maneira, pode colocá-los em condições de fazer uma tentativa de irromper com sua excitação, mesmo que tenham perdido sua catexia do *Pcs.* Segue-se então uma luta defensiva - porque o *Pcs.*, por sua vez, reforça sua oposição aos pensamentos recalçados (isto é, produz uma “contracatexia”) - e, a partir daí, os pensamentos de transferência, que são veículos do desejo inconsciente, irrompem em algum tipo de compromisso obtido pela formação de um sintoma. Entretanto, a partir do momento em que os pensamentos recalçados são intensamente catexizados pela moção de desejo inconsciente, por outro lado, abandonados pela catexia pré-consciente, eles ficam sujeitos ao processo psíquico primário e seu único objetivo é a descarga motora, ou, se o caminho estiver aberto, a revivificação alucinatória da identidade perceptiva desejada. Já constatamos empiricamente que os processos irracionais que descrevemos só se dão com os pensamentos que se encontram sob recalçamento. Agora podemos ver um pouco mais longe em toda essa situação. Os processos irracionais que ocorrem no aparelho psíquico são os processos *primários*. Eles aparecem sempre que as representações são abandonadas pela catexia pré-consciente, deixadas por sua própria conta, e podem ser carregadas com a energia não inibida do inconsciente, que luta por encontrar um escoadouro. Algumas outras observações apóiam a concepção de que esses processos, que são descritos como irracionais, não são, na realidade, falseamentos de processos normais - erros intelectuais - mas sim modos de atividade do aparelho psíquico que foram libertados de uma inibição. Assim, vemos que a transição da excitação pré-consciente para a motilidade é regida pelos mesmos processos, e que a vinculação das representações pré-conscientes com as palavras pode facilmente exibir os mesmos deslocamentos e confusões, que são então atribuídos à desatenção. Finalmente, a comprovação do aumento de atividade que se torna necessário quando esses modos primários de funcionamento são inibidos pode ser encontrada no fato de produzirmos um efeito cômico, isto é, um excesso de energia que tem de ser descarregado no riso, se permitirmos que esses modos de pensamento irrompam na consciência.

A teoria das psiconeuroses afirma como fato indiscutível e invariável que somente as moções de desejo sexuais procedentes da infância, que sofreram recalçamento (isto é, uma transformação do afeto) durante o período de desenvolvimento infantil, são passíveis de ser revividas em períodos posteriores do desenvolvimento (seja como resultado da constituição sexual do sujeito, que deriva de uma bissexualidade inicial, seja como resultado de influências desfavoráveis que atuem no curso de sua vida sexual) e, desse modo, estão aptas a suprir a força impulsora para a formação de toda sorte de sintomas psiconeuróticos. Apenas mediante a referência a essas forças sexuais é que podemos cobrir as brechas que

ainda se evidenciam na teoria do recalçamento. Deixarei em aberto a questão de esses fatores sexuais e infantis serem igualmente exigidos na teoria dos sonhos; deixarei tal teoria incompleta neste ponto, uma vez que já foi um passo além do que se pode demonstrar ao presumir que os desejos oníricos provêm invariavelmente do inconsciente. Tampouco proponho investigar mais a fundo a natureza da distinção entre a interação das forças psíquicas na formação dos sonhos e na dos sintomas histéricos; ainda não dispomos de um conhecimento suficientemente preciso de um dos dois termos da comparação.

Mas há outro ponto a que dou importância, e devo confessar que foi exclusivamente por causa dele que me embrenhei aqui em todas essas discussões dos dois sistemas psíquicos e de seus modos de atividade e de recalçamento. Não se trata agora de saber se formei uma opinião aproximadamente correta dos fatores psicológicos em que estamos interessados, ou se, como é bem possível em assuntos tão difíceis, o quadro que forneço deles é distorcido e incompleto. Por mais que se possam fazer alterações em nossa interpretação da censura psíquica e das elaborações racionais e anormais do conteúdo do sonho, continua a ser verdade que tais processos atuam na formação dos sonhos e mostram a mais estreita analogia, em seus elementos essenciais, com os processos observáveis na formação dos sintomas histéricos. O sonho, porém, não é um fenômeno patológico; não pressupõe nenhuma perturbação do equilíbrio psíquico e não deixa como seqüela nenhuma perda de eficiência. Talvez se faça a sugestão de que nenhuma conclusão sobre os sonhos das pessoas normais pode ser extraída de meus sonhos ou dos de meus pacientes, mas essa, penso eu, é uma objeção que se pode desprezar em segurança. Portanto, se podemos inferir dos fenômenos suas forças impulsoras, temos de reconhecer que o mecanismo psíquico empregado pelas neuroses não é criado pelo impacto de uma perturbação patológica sobre a vida anímica, mas já está presente na estrutura normal do aparelho anímico. Os dois sistemas psíquicos, a censura na passagem entre um e outro, a inibição e a superposição de uma atividade pela outra, as relações de ambas com a consciência - ou quaisquer que sejam as interpretações mais corretas dos fatos observados a tomar seu lugar - tudo isso faz parte da estrutura normal de nosso instrumento anímico, e os sonhos nos mostram um dos caminhos que levam à compreensão de sua estrutura. Se nos restringirmos ao mínimo de novos conhecimentos já estabelecido com certeza, ainda assim poderemos dizer sobre os sonhos: eles provaram que *o suprimido continua a existir tanto nas pessoas normais quanto nas anormais e permanece capaz de funcionamento psíquico.* Os próprios sonhos figuram entre as manifestações desse material suprimido; segundo a teoria, isso acontece em todos os casos, e pode ser empiricamente observado pelo menos num grande número deles, precisamente nos casos que exibem com mais clareza as notáveis peculiaridades da vida onírica. Na vida de vigília, o material suprimido da psique é impedido de se expressar e é isolado da percepção interna, graças ao fato de se eliminarem as contradições nele presentes - um dos lados é abandonado em favor do outro -; durante a noite, porém, sob a influência de um impulso à formação de compromissos, esse material suprimido encontra meios e modos de irromper na consciência.

Flectere si nequeo superos, Acheronta movebo.

A interpretação dos sonhos é a via real para o conhecimento das atividades da vida anímica.

Pela análise dos sonhos podemos dar um passo à frente em nosso entendimento da composição desse que é o mais maravilhoso e mais misterioso de todos os instrumentos. Apenas um pequeno passo, sem dúvida, mas já é um começo. E esse começo nos permitirá levar sua análise mais adiante, com base em outras estruturas que devem ser chamadas de patológicas. É que as enfermidades - ao menos as que são corretamente denominadas de “funcionais” - não pressupõem a desintegração do aparelho ou a produção de novas divisões em seu interior. Elas devem ser explicadas em termos *dinâmicos*, pelo fortalecimento e enfraquecimento dos diversos componentes da interação de forças, da qual tantos efeitos ficam ocultos enquanto as funções permanecem normais. Espero poder mostrar em outro texto como a composição do aparelho a partir de duas instâncias faz com que também a função normal possa se dar com maior refinamento do que seria possível com apenas uma delas.

(F) O INCONSCIENTE E A CONSCIÊNCIA - REALIDADE

Numa consideração mais detida, percebe-se que aquilo que o debate psicológico das seções precedentes nos leva a presumir não é a existência de dois *sistemas* próximos da extremidade motora do aparelho, mas a existência de dois tipos de *processos de excitação ou modos de sua descarga*. Para nós, dá no mesmo, pois temos de estar sempre preparados para abandonar nosso arcabouço conceptual se nos sentirmos em condição de substituí-lo por algo que se aproxime mais de perto da realidade desconhecida. Portanto, tentemos corrigir algumas concepções que poderiam levar a mal-entendidos enquanto víamos os dois sistemas, no sentido mais literal e grosseiro, como duas localizações no aparelho anímico - concepções que deixaram vestígios nas expressões “recalcar” e “irromper” [ou “penetrar”, “*durchdringen*”]. Desse modo, podemos falar num pensamento inconsciente que procura

transmitir-se para o pré-consciente, de maneira a poder então penetrar na consciência. O que temos em mente aqui não é a formação de um segundo pensamento situado num novo lugar, como uma transcrição que continuasse a existir junto com o original; e a noção de irromper na consciência deve manter-se cuidadosamente livre de qualquer idéia de uma mudança de localização. Do mesmo modo, podemos falar num pensamento pré-consciente que é recalcado ou desalojado e então acomodado pelo inconsciente. Essas imagens, derivadas de um conjunto de representações relacionadas com a disputa por um pedaço de terra, podem tentar-nos a supor como literalmente verdadeiro que um agrupamento psíquico situado numa dada localização é encerrado e substituído por um novo agrupamento em outro lugar. Substituamos essas metáforas por algo que parece corresponder melhor ao verdadeiro estado de coisas, e digamos, em vez disso, que uma catexia de energia é ligada a um determinado agrupamento psíquico ou retirada dele, de modo que a estrutura em questão cai sob a influência de uma dada instância ou é subtraída dela. O que fazemos aqui, mais uma vez, é substituir um modo tópico de representar as coisas por um modo dinâmico. O que consideramos móvel não é a própria estrutura psíquica, mas sua inervação.

Não obstante, considero conveniente e justificável continuar a fazer uso da imagem figurada dos dois sistemas. Podemos evitar qualquer possível abuso desse método de figuração lembrando que as representações, os pensamentos e as estruturas psíquicas em geral nunca devem ser encarados como localizados em elementos orgânicos do sistema nervoso, mas antes, por assim dizer, *entre* eles, onde as resistências e facilitações [*Bahnungen*] fornecem os correlatos correspondentes. Tudo o que pode ser objeto de nossa percepção interna é *virtual*, tal como a imagem produzida num telescópio pela passagem dos raios luminosos. Mas temos justificativas para presumir a existência dos sistemas (que de modo algum são entidades psíquicas e nunca podem ser acessíveis a nossa percepção psíquica), semelhante à das lentes do telescópio, que projetam a imagem. E, a continuarmos com esta analogia, podemos comparar a censura entre dois sistemas com a refração que ocorre quando o raio de luz passa para um novo meio.

Até agora, vimos fazendo psicologia por nossa própria conta. Já é tempo de considerarmos os pontos de vista teóricos que dominam a psicologia atual e examinarmos sua relação com nossas hipóteses. O problema do inconsciente na psicologia é, nas vigorosas palavras de Lipps (1897), menos *um* problema psicológico do que o problema da psicologia. Enquanto a psicologia lidou com esse problema através de uma explicação verbal no sentido de que “psíquico” *significava* “consciente”, e de que falar em “processos psíquicos inconscientes” era de um contra-senso palpável, qualquer avaliação psicológica das observações feitas pelos médicos sobre os estados psíquicos anormais estava fora de cogitação. Médico e filósofo só podem unir-se quando ambos reconhecerem que a expressão

“processos psíquicos inconscientes” é “a expressão apropriada e justificada de um fato solidamente estabelecido”. Só resta ao médico encolher os ombros quando lhe asseguram que “a consciência é uma característica indispensável do psíquico”, e talvez, se ainda sentir respeito suficiente pelos enunciados dos filósofos, ele possa presumir que eles não estavam tratando da mesma coisa ou trabalhando na mesma ciência. É que até mesmo uma única observação criteriosa da vida anímica de um neurótico, ou uma única análise de um sonho, terá de deixá-lo com a inabalável convicção de que os processos de pensamento mais complexos e mais racionais, aos quais decerto não se pode negar o nome de processos psíquicos, podem ocorrer sem excitar a consciência do sujeito. É verdade que o médico não pode saber desses processos inconscientes até eles produzirem na consciência algum efeito que possa ser comunicado ou observado. Mas esse efeito consciente pode exibir um caráter psíquico inteiramente diverso do caráter do processo inconsciente, de modo que não há como a percepção interna encarar um deles como substituto do outro. O médico deve sentir-se livre para avançar, por *inferência*, desde o efeito consciente até o processo psíquico inconsciente. Assim, ele se inteira de que o efeito consciente é apenas um resultado psíquico remoto do processo inconsciente, e de que este não se tornou consciente como tal; além disso, constata que este já estava presente e atuante, mesmo sem trair de nenhum modo sua existência para a consciência.

É essencial abandonar a supervalorização da propriedade do estar consciente para que se torne possível formar uma opinião correta da origem do psíquico. Nas palavras de Lipps [1897, 146 e segs.], deve-se pressupor que o inconsciente é a base geral da vida psíquica. O inconsciente é a esfera mais ampla, que inclui em si a esfera menor do consciente. Tudo o que é consciente tem um estágio preliminar inconsciente, ao passo que aquilo que é inconsciente pode permanecer nesse estágio e, não obstante, reclamar que lhe seja atribuído o valor pleno de um processo psíquico. O inconsciente é a verdadeira realidade psíquica; *em sua natureza mais íntima, ele nos é tão desconhecido quanto a realidade do mundo externo, e é tão incompletamente apresentado pelos dados da consciência quanto o é o mundo externo pelas comunicações de nossos órgãos sensoriais.*

Agora que a velha antítese entre vida consciente e vida onírica foi reduzida a suas exatas proporções pelo estabelecimento da realidade psíquica inconsciente, uma série de problemas oníricos com que os autores anteriores se preocuparam profundamente perdeu sua importância. Assim, algumas das atividades cuja boa execução nos sonhos despertava assombro já não devem hoje ser atribuídas aos sonhos, mas sim ao pensamento inconsciente, que é tão ativo durante o dia quanto à noite. Se, como disse Scherner [1861, 134 e seg.], os sonhos parecem empenhar-se em fazer representações simbólicas do corpo [em [1]], sabemos agora que essas representações são o produto de certas fantasias inconscientes (derivadas, provavelmente, de moções sexuais), que encontram expressão não apenas nos sonhos mas também nas fobias históricas e outros sintomas. Se o sonho dá prosseguimento às atividades diurnas e as conclui, chegando até a trazer à luz idéias novas e valiosas, tudo o

que precisamos fazer é despi-lo do disfarce onírico, que é o produto do trabalho do sonho e a marca do auxílio prestado por obscuras forças procedentes das profundezas da alma (cf. o diabo no sonho de Tartini com a sonata); essa realização intelectual se deve às mesmas forças anímicas que produzem todos os resultados semelhantes durante o dia. É provável que também nos inclinemos muito a superestimar o caráter consciente da produção intelectual e artística. As comunicações que nos foram fornecidas por alguns dos homens mais altamente produtivos, como Goethe e Helmholtz, mostram, antes, que o que há de essencial e novo em suas criações lhes veio sem premeditação e como um todo quase pronto. Não há nada de estranho que, em outros casos em que se fez necessária uma concentração de todas as faculdades intelectuais, a atividade consciente também tenha contribuído com sua parcela. Mas é privilégio muito abusado a atividade consciente, sempre que tem alguma participação, ocultar de nós todas as demais atividades.

Mal valeria a pena tratarmos a importância histórica dos sonhos como um tópico separado. Talvez um sonho tenha impelido algum líder a se aventurar numa empreitada audaciosa cujo êxito modificou o curso da História. Mas isso só levanta um novo problema se o sonho for encarado como uma força estranha, em contraste com as outras forças mais familiares da alma; tal problema não persiste quando o sonho é reconhecido como uma forma de expressão de moções que se encontram sob a pressão da resistência durante o dia, mas que puderam, durante a noite, achar reforço em fontes de excitação situadas nas camadas profundas. O respeito conferido aos sonhos na Antigüidade, entretanto, baseia-se num discernimento psicológico correto e é a homenagem prestada às forças incontroladas e indestrutíveis do espírito humano, ao poder “demoníaco” que produz o desejo onírico e que encontramos em ação em nosso inconsciente.

Não é sem intenção que falo em “nosso” inconsciente, pois o que assim descrevo não é a mesma coisa que o inconsciente dos filósofos ou mesmo o inconsciente de Lipps. Neles, esse termo é usado simplesmente para indicar um contraste com o consciente: a tese que eles contestam com tanto ardor e defendem com tanta energia é a tese de que, à parte os processos conscientes, há também processos psíquicos inconscientes. Lipps leva as coisas mais adiante, ao afirmar que a totalidade do psíquico existe inconscientemente e que parte dele existe também conscientemente. Mas não foi para estabelecer *esta* tese que invocamos os fenômenos dos sonhos e da formação dos sintomas histéricos; a simples observação da vida normal de vigília bastaria para provar isso fora de qualquer dúvida. A nova descoberta que nos foi ensinada pela análise das formações psicopatológicas e do primeiro membro dessa classe - o sonho - reside no fato de que o inconsciente (isto é, o psíquico) é encontrado como uma função de dois sistemas separados, e de que isso acontece tanto na vida normal quanto na patológica. Portanto, há dois tipos de inconsciente, que ainda não foram distinguidos pelos psicólogos. Ambos são inconscientes no sentido empregado pela psicologia, mas, em nosso sentido, um deles, que denominamos de Ics., é também

inadmissível à consciência, enquanto ao outro chamamos *Pcs.*, porque suas excitações - depois de observarem certas regras, é verdade, e talvez apenas depois de passarem por uma nova censura, embora mesmo assim, sem consideração pelo *Ics.* - conseguem alcançar a consciência. O fato de, para chegarem à consciência, as excitações terem de atravessar uma seqüência fixa ou uma hierarquia de instâncias (o que nos é revelado pelas modificações nelas efetuadas pela censura) permitiu-nos construir uma analogia espacial. Descrevemos as relações dos dois sistemas entre si e com a consciência dizendo que o sistema *Pcs.* situa-se como uma tela entre o sistema *Ics.* e a consciência. O sistema *Pcs.* não apenas barra o acesso à consciência, mas também controla o acesso ao poder da motilidade voluntária e tem a seu dispor, para distribuição, uma energia de catexia móvel, parte da qual nos é familiar sob a forma de atenção. [Ver em [1].]

Devemos também evitar a distinção entre “supraconsciente” e “subconsciente”, que se tornou tão popular na literatura mais recente sobre as psiconeuroses, pois tal distinção parece servir precisamente para enfatizar a equivalência entre o psíquico e o consciente.

Mas que papel resta em nosso esquema para a consciência, outrora tão onipotente e que ocultava tudo o mais? *Apenas o de um órgão sensorial para a percepção de qualidades psíquicas.* De acordo com as idéias subjacentes a nosso ensaio de um quadro esquemático, só podemos encarar a percepção consciente como a função própria de um determinado sistema e, para este, a abreviação *Cs.* parece apropriada. Em suas propriedades mecânicas, encaramos esse sistema como semelhante ao sistema perceptivo *Pcpt.*, ou seja, como suscetível à excitação por qualidades, mas incapaz de reter traços das alterações, isto é, sem memória. O aparelho psíquico, que se volta para o mundo exterior com seu órgão sensorial dos sistemas *Pcpt.*, é, ele próprio, o mundo externo em relação ao órgão sensorial da *Cs.*, cuja justificação teleológica reside nesta circunstância. Aqui encontramos mais uma vez o princípio da hierarquia das instâncias, que parece reger a estrutura do aparelho. O material excitatório afluí para o órgão sensorial da *Cs.* vindo de duas direções: do sistema *Pcpt.*, cuja excitação, determinada por qualidades, é provavelmente submetida a uma nova revisão antes de se converter numa sensação consciente, e do interior do próprio aparelho, cujos processos quantitativos são sentidos como uma série de qualidades de prazer-desprazer quando, sujeitos a certas modificações, penetram na consciência.

Os filósofos que se deram conta de que é possível haver formações de pensamento racionais e altamente complexas, sem que a consciência tenha qualquer participação nelas, tiveram dificuldade em atribuir qualquer função à consciência; pareceu-lhes que ela não podia ser mais do que uma imagem reflexa supérflua do processo psíquico consumado. Nós,

por outro lado, somos resgatados desse embaraço pela analogia existente entre nosso sistema *Cs.* e os sistemas perceptivos. Sabemos que a percepção por nossos órgãos sensoriais tem como resultado dirigir um investimento de atenção para as vias pelas quais se propaga a excitação sensorial adveniente: a excitação qualitativa do sistema *Pcpt.* atua como um regulador da descarga da quantidade móvel no aparelho psíquico. Podemos atribuir a mesma função ao órgão sensorial sobreposto do sistema *Cs.* Ao perceber novas qualidades, ele presta uma nova contribuição ao direcionamento das quantidades móveis de investimento e a sua distribuição de maneira conveniente. Com a ajuda de sua percepção de prazer e desprazer, ele influencia a circulação dos investimentos dentro do que, em outros aspectos, é um aparelho inconsciente que atua por meio dos deslocamentos de quantidades. Parece provável que, no começo, o princípio do desprazer regule automaticamente o deslocamento dos investimentos, mas é muito possível que a consciência dessas qualidades introduza, além disso, uma segunda regulação, mais discriminadora, que pode até opor-se à primeira e que aperfeiçoa a eficiência do aparelho, capacitando-o, em contradição com seu plano original, a investir e elaborar até mesmo aquilo que está associado à liberação de desprazer. A psicologia das neuroses nos ensina que esses processos de regulação efetuados pela excitação qualitativa dos órgãos sensoriais têm uma importante participação na atividade funcional do aparelho. O domínio automático do princípio primário do desprazer e a conseqüente restrição imposta à eficiência são interrompidos pelos processos de regulação sensorial, que, por sua vez, são também automatismos. Constatamos que o recalque (que, embora de início sirva a um propósito útil, acaba conduzindo a uma renúncia prejudicial à inibição e ao controle anímico) afeta muito mais facilmente as lembranças do que as percepções porque as primeiras não podem receber nenhum investimento extra advindo da excitação dos órgãos sensoriais psíquicos. É verdade, por um lado, que um pensamento que tem de ser rechaçado não se pode tornar consciente, por ter sofrido recalque, mas, por outro, às vezes um desses pensamentos só é recalado por ter sido subtraído da percepção consciente em virtude de outras razões. Estas são indicações das quais tiramos proveito, em nosso procedimento terapêutico, para desfazer recalques já consumados.

Em seu aspecto teleológico, não há melhor ilustração do valor da hipercatexia posta nas quantidades móveis pela influência reguladora do órgão sensorial da *Cs.* do que sua criação de uma nova série de qualidades e, conseqüentemente, de um novo processo de regulação que constitui a superioridade do homem sobre os animais. Os processos de pensamento, em si próprios, carecem de qualidade, exceto pelas excitações prazerosas e desprazerosas que os acompanham e que, em vista de seu possível efeito perturbador sobre o pensamento, têm de ser mantidas dentro de limites. Para que os processos de pensamento possam adquirir qualidades, eles se associam, nos seres humanos, com lembranças verbais, cujos resíduos de qualidade são suficientes para atrair para si a atenção da consciência e para dotar o processo de pensar de um novo investimento móvel oriundo da consciência. [Ver em [1] e [2].]

Toda a multiplicidade dos problemas da consciência só pode ser apreendida por uma análise dos processos de pensamento na histeria. Estes causam a impressão de que a transição de um investimento pré-consciente para um investimento consciente é marcada por uma censura semelhante à existente entre o *Ics.* e o *Pcs.* Também essa censura só entra em vigor acima de certo limite quantitativo, de modo que as estruturas de pensamento de baixa intensidade lhe escapam. Toda sorte possível de exemplos de como um pensamento pode ser apartado da consciência ou irromper nela, dentro de certas limitações, encontram-se reunidos no arcabouço dos fenômenos psiconeuróticos, e todos apontam para as relações íntimas e recíprocas entre a censura e a consciência. Encerrarei estas reflexões psicológicas com um relato de dois desses exemplos.

Fui chamado em consulta, no ano passado, para examinar uma jovem inteligente e de aparência desembaraçada. Estava vestida de maneira surpreendente. É que, embora as roupas de uma mulher costumem ser criteriosamente cuidadas até o último detalhe, ela trazia uma das meias dependurada, e dois dos botões de sua blusa estavam desabotoados. Queixou-se de sentir dores na perna e, sem ser solicitada, expôs a panturrilha. Mas aquilo de que se queixava principalmente era, empregando suas próprias palavras, uma sensação no corpo, como se houvesse algo “enfiado nele”, que se “mexia para frente e para trás” e que a “sacudia” de cima a baixo; às vezes, fazia todo o seu corpo ficar “teso”. Meu colega médico, ali presente ao exame, olhou para mim; não teve dificuldade em compreender o significado da queixa da jovem. Mas o que a ambos nos pareceu extraordinário foi o fato de isso não significar nada para a mãe da paciente; ela própria deveria ter-se encontrado muitas vezes na situação que sua filha estava descrevendo. Aprópria moça não tinha noção do alcance de seus comentários, porque, se o tivesse, nunca os teria pronunciado. Nesse caso, fora possível lograr a censura levando-a a permitir que uma fantasia que normalmente seria mantida no pré-consciente emergisse na consciência sob o inocente disfarce da formulação de uma queixa.

Aqui temos outro exemplo: um rapaz de quatorze anos procurou-me para tratamento psicanalítico, sofrendo de um *tic convulsif*, vômitos histéricos, dores de cabeça, etc. Comecei o tratamento assegurando-lhe que, se fechasse os olhos, ele veria imagens ou teria idéias que então me deveria comunicar. Respondeu por imagens. Sua última impressão antes de me procurar foi revivida visualmente em sua memória. Estivera jogando damas com o tio e via o tabuleiro em sua frente. Pensou em várias posições favoráveis ou desfavoráveis, e em jogadas que não deveriam ser feitas. Viu então um punhal sobre o tabuleiro - um objeto pertencente a seu pai, mas que sua imaginação colocara sobre o tabuleiro. Logo havia uma foice sobre o tabuleiro e, em seguida, uma alfange. Apareceu então a imagem de um velho camponês cortando a grama em frente à longínqua casa do paciente com uma alfange. Passados alguns dias, descobri o sentido dessa sucessão de imagens. O rapaz se afligira com uma situação familiar infeliz. Tinha um pai que era um homem duro, sujeito a acessos de cólera, infeliz no casamento com a mãe do rapaz e cujos métodos educacionais consistiam

em ameaças. O pai se divorciara da mãe, mulher meiga e afetuosa, casara-se outra vez e um dia trouxera para casa uma moça que deveria ser a nova mãe do rapazinho. Foi nos primeiros dias depois disso que eclodiu a doença do rapaz de quatorze anos. Sua fúria sufocada contra o pai é que havia construído aquela seqüência de imagens, com suas alusões compreensíveis. O material para elas fora fornecido por uma recordação da mitologia. A foice era aquela com que Zeus castrara o pai; a alfange e a imagem do velho camponês representavam Cronos, o velho violento que devorara seus filhos e de quem Zeus se vingara de maneira tão pouco filial. [Ver em [1].] O casamento do pai dera ao rapaz a oportunidade de retribuir as censuras e ameaças que ouvira dele muito tempo antes, por brincar com seus órgãos genitais. (Cf. jogar [brincar com as] damas; as jogadas proibidas; o punhal que podia ser usado para matar.) Nesse caso, as lembranças recalçadas por muito tempo e seus derivados que haviam permanecido inconscientes é que se infiltraram na consciência por um caminho indireto, sob a forma de imagens aparentemente sem sentido.

Assim sendo, eu buscaria o valor teórico do estudo dos sonhos nas contribuições que ele faz ao conhecimento psicológico e no esclarecimento preliminar que traz aos problemas das psiconeuroses. Quem poderá imaginar a importância dos resultados passíveis de se obter através de uma compreensão completa da estrutura e das funções do aparelho anímico, se até o estado atual de nossos conhecimentos nos permite exercer uma influência terapêutica favorável sobre as formas curáveis de psicose? Mas, e quanto ao valor *prático desse estudo* - já posso ouvir a pergunta - como meio de se chegar a uma compreensão da alma, a uma revelação das características ocultas de cada um? Acaso as moções inconscientes expressas pelos sonhos não têm o peso de forças reais na vida anímica? Será que se deve fazer pouco da significação ética dos desejos suprimidos - desejos que, assim como levam aos sonhos, podem um dia levar a outras coisas?

Não me sinto autorizado a responder a essas perguntas. Não dediquei maior consideração a esse aspecto do problema dos sonhos. Penso, contudo, que o imperador romano estava errado ao mandar executar um de seus súditos por ter sonhado que estava assassinando o imperador. [Ver em [1].] Ele deveria ter começado por tentar descobrir o que significava o sonho; é muito provável que seu sentido não fosse o que parecia ser. E, mesmo que um sonho com outro conteúdo tivesse por sentido esse ato de lesa-majestade, acaso não seria acertado ter em mente o dito de Platão, de que o homem virtuoso se contenta em *sonhar* com o que o homem perverso realmente *faz* [em [1]]? Penso, portanto, que o melhor é absolver os sonhos. Se devemos atribuir *realidade* aos desejos inconscientes, não sei dizer. Ela deve ser negada, naturalmente, a todos os pensamentos transicionais ou intermediários. Se olharmos para os desejos inconscientes, reduzidos a sua expressão mais fundamental e verdadeira, teremos de concluir, sem dúvida, que a realidade *psíquica* é uma forma especial de existência que não deve ser confundida com a realidade *material*. Portanto, não

parece haver justificativa para a relutância das pessoas em aceitarem a responsabilidade pela imoralidade de seus sonhos. Quando o modo de funcionamento do aparelho anímico é corretamente avaliado e se compreende a relação que há entre consciente e inconsciente, descobre-se que desaparece a maior parte daquilo que é eticamente objetável em nossa vida onírica e de fantasia. Nas palavras de Hanns Sachs [1912, 569]: “Se olharmos em nossa consciência para algo que nos foi dito por um sonho sobre uma situação contemporânea (real), não deveremos ficar surpresos ao descobrir que o monstro que vimos sob a lente de aumento da análise revela-se um minúsculo infusório”.

As ações e opiniões conscientemente expressas são, em geral, suficientes para a finalidade prática de julgar o caráter dos homens. As ações merecem ser consideradas antes e acima de tudo, pois muitos impulsos que irrompem na consciência são ainda reduzidos a nada pelas forças reais da vida anímica, antes de amadurecerem sob a forma de atos. Com efeito, tais impulsos muitas vezes não encontram nenhum obstáculo psíquico a seu progresso, exatamente porque o inconsciente tem certeza de que serão detidos em alguma outra etapa. De qualquer modo, é instrutivo tomar conhecimento do terreno tão revolvido de onde brotam orgulhosamente nossas virtudes. É muito raro a complexidade de um caráter humano, impelida de um lado para outro por forças dinâmicas, submeter-se a uma escolha entre alternativas simples, como levaria a crer nossa doutrina moral antiquada.

E quanto ao valor dos sonhos para nos dar conhecimento do futuro? Naturalmente, isso está fora de cogitação. [Ver em [1].] Mais certo seria dizer, em vez disso, que eles nos dão conhecimento do passado, pois os sonhos se originam do passado em todos os sentidos. Não obstante, a antiga crença de que os sonhos prevêm o futuro não é inteiramente desprovida de verdade. Afinal, ao retratarem nossos desejos como realizados, os sonhos decerto nos transportam para o futuro. Mas esse futuro, que o sonhador representa como presente, foi moldado por seu desejo indestrutível à imagem e semelhança do passado.

APÊNDICE A: UMA PREMONIÇÃO ONÍRICA REALIZADA

A Sra. B., uma mulher respeitável que, além disso, possui senso crítico, contou-me, a propósito de outra coisa e sem nenhuma segunda intenção, que um dia, alguns anos atrás, havia sonhado encontrar o Dr. K., um amigo e antigo médico da família, na Kärntnerstrasse, em frente à loja de Hiess. Na manhã seguinte, ao caminhar pela mesma rua, encontrara de fato a pessoa em questão, exatamente no lugar com que havia sonhado. Basta isso para meu tema. Acrescento apenas que nenhum acontecimento subsequente comprovou a importância dessa miraculosa coincidência, que, portanto, não pode ser explicada pelo que estaria reservado no futuro.

A análise do sonho foi auxiliada por algumas perguntas, que confirmaram o fato de não

haver nenhuma prova de que ela tivesse lembrado do sonho na manhã seguinte a sua ocorrência antes de seu passeio - uma prova como haver anotado o sonho ou tê-lo contado a alguém antes que ele se realizasse. Ao contrário, ela foi obrigada a aceitar a seguinte explicação do que teria acontecido, que me parece mais plausível, sem levantar qualquer objeção. Uma manhã, ela ia andando pela Kärntnerstrasse e encontrou seu antigo médico de família em frente à loja de Hiess. Ao vê-lo, sentiu-se convencida de ter sonhado na noite anterior justamente com aquele encontro naquele mesmo lugar. De acordo com as regras que se aplicam à interpretação dos sintomas neuróticos, sua convicção deve ter sido justificada; seu conteúdo, porém, requer uma reinterpretação.

Eis um episódio do passado da Sra. B. com o qual o Dr. K. está relacionado. Quando ela era moça, casaram-na sem seu pleno consentimento com um homem idoso, mas abastado. Alguns anos depois, ele perdeu sua fortuna, adoeceu com tuberculose e morreu. Durante muitos anos, a jovem senhora sustentou a si e ao marido enfermo dando aulas de música. Entre seus amigos no infortúnio encontrava-se o médico da família, o Dr. K., que se dedicou a cuidar do marido dela e a ajudou a encontrar seus primeiros alunos. Outro amigo era um advogado, também um Dr. K., que pôs em ordem os negócios caóticos do comerciante arruinado, ao mesmo tempo em que cortejava a jovem e - pela primeira e última vez - inflamava-lhe a paixão. Esse caso amoroso não lhe trouxe nenhuma felicidade real, porque os escrúpulos criados por sua educação e sua mentalidade interferiram em sua entrega completa enquanto era casada e, depois, quando ficou viúva. No mesmo contexto em que me contou o sonho, ela também me narrou uma ocorrência real daquele período infeliz de sua vida, ocorrência esta que, em sua opinião, fora uma coincidência notável. Ela estava em seu quarto, ajoelhada no chão, com a cabeça enterrada numa poltrona e soluçando com uma saudade apaixonada de seu amigo e benfeitor, o advogado, quando, naquele exato momento, a porta se abriu e ele entrou para visitá-la. Não vemos absolutamente nada de notável nessa coincidência, considerando a freqüência com que ela pensava nele e a assiduidade com que ele provavelmente a visitava. Além disso, esses incidentes que parecem previamente combinados são encontrados em toda história de amor. Não obstante, é provável que essa coincidência tenha sido o verdadeiro conteúdo de seu sonho e a única base de sua convicção de que ele se havia realizado.

Entre a cena em que seu desejo fora realizado e a época do sonho, mais de vinte e cinco anos haviam decorrido. Nesse meio tempo, a Sra. B. enviuvara de um segundo marido, que a deixara com um filho e uma fortuna. O afeto da velha senhora estava ainda centralizado no Dr. K., que era agora seu conselheiro e o administrador de seus bens e a quem ela via com freqüência. Suponhamos que, nos dias que antecederam o sonho, ela tivesse esperado por uma visita dele, mas que esta não se houvesse realizado - ele já não era tão insistente quanto costumava ser. É bem possível então que, uma noite, ela tenha tido um sonho nostálgico que a levou de volta aos velhos tempos. Provavelmente, sonhou com um encontro da época de seu caso amoroso, e a cadeia de seus pensamentos oníricos a reconduziu à ocasião em que, sem qualquer arranjo prévio, ele chegara no exato momento em que ela ansiava por sua

vinda. É possível que tais sonhos lhe ocorressem agora com muita frequência; seriam parte do castigo tardio com que a mulher paga por sua crueldade juvenil. Mas esses sonhos - derivados de uma corrente de pensamentos suprimida, repleta de lembranças de encontros nos quais, desde seu segundo casamento, ela já não gostava de pensar - esses sonhos eram postos de lado ao despertar. E foi isso o que aconteceu com nosso sonho aparentemente profético. Em seguida, ela saiu e, na Kärntnerstrasse, num lugar que em si era indiferente, encontrou seu velho médico de família, o Dr. K. Fazia muito tempo que não o via, a ele que estava intimamente associado com as excitações daquele tempo feliz-infeliz. Também ele fora um benfeitor, e podemos conjecturar que fosse utilizado nos pensamentos dela - e talvez também em seus sonhos - como uma figura encobridora por trás da qual se ocultava a figura mais amada do outro Dr. K. Esse encontro reviveu então sua lembrança do sonho. Ela deve ter pensado: “Sim, sonhei na noite passada com meu encontro com o Dr. K”. Mas essa lembrança teve de sofrer a distorção da qual o sonho só escapara por ter sido completamente esquecido. Ela inseriu o K. indiferente (que a fizera recordar o sonho) no lugar do K. amado. O conteúdo do sonho - o encontro - transferiu-se para a crença de que ela havia sonhado precisamente com aquele lugar, porque um encontro consiste em duas pessoas chegarem ao mesmo lugar ao mesmo tempo. E, se ela teve então a impressão de que o sonho se havia realizado, estava apenas dando livre curso, dessa maneira, a sua lembrança da cena em que, em sua infelicidade, ansiara pela vinda dele e seu anseio fora prontamente realizado.

Assim, a criação do sonho *a posteriori*, única coisa que torna possíveis os sonhos proféticos, nada mais é do que uma forma de censura, graças à qual o sonho pode irromper na consciência.

10. nov. 99

APÊNDICE B: RELAÇÃO DOS TRABALHOS DE FREUD QUE VERSAM EXTENSA OU PREDOMINANTEMENTE SOBRE OS SONHOS

[Difícilmente seria exagero dizer que há alusões aos sonhos na maioria dos trabalhos de Freud. A seguinte relação de obras (de importância muito variável), entretanto, pode ter alguma utilidade prática. A data no início de cada item é a do ano em que a obra em questão foi escrita. A data ao final é a da publicação; ao lado desta data, outros pormenores da obra serão encontrados na Bibliografia Geral. Os itens entre colchetes foram publicados postumamente.]

[1895 “Projeto para uma Psicologia Científica” (Seções 19, 20 e 21 da Parte I). (1950a.)]

1899 A Interpretação dos Sonhos. (1900a.)

[1899 “Uma Premonição Onírica Realizada”. (1941c.)]

1901 Sobre os Sonhos. (1901a.)

1901 “Fragmentos da Análise de um Caso de Histeria”. [Título original: “ Sonhos e Histeria”] (1905*e.*)

1905 O Chiste e sua Relação com o Inconsciente (Capítulo VI). (1905*c.*)

1907 Delírios e Sonhos em “Gradiva”, de Jensen. (1907*a.*)

1910 “Exemplo Típico de um Sonho Edipiano Disfarçado”. (1910*l.*)

1911 “Acréscimos à Interpretação dos Sonhos”. (1911*a.*)

1911 “O Manejo da Interpretação dos Sonhos em Psicanálise”. (1911*e.*)

1911 “Os Sonhos no Folclore” (com Ernest Oppenheim). (1957*a.*)

1913 “Um Sonho Comprobatório”. (1913*a.*)

1913 “Material de Contos de Fadas nos Sonhos”. (1913*d.*)

1913 “Observações e Exemplos da Prática Analítica”. (1913*h.*)

1914 “Representação de uma ‘Grande Realização’ num Sonho. (1914*e.*)

1914 “Da História de uma Neurose Infantil” (Seção IV). (1918*b.*)

1916 Conferências Introdutórias sobre Psicanálise (Parte II). (1916-1917.)

1917 “Suplemento Metapsicológico à Teoria dos Sonhos”. (1917*d.*)

1920 “Suplementos à Teoria dos Sonhos”. (1920*f.*)

1922 “Sonhos e Telepatia”. (1922*a.*)

1923 “Observações sobre a Teoria e a Prática da Interpretação do Sonho”. (1923*c.*)

1923 “Josef Popper-Lynkeus e a Teoria dos Sonhos”. (1923*f.*)

1925 “Algumas Notas Adicionais sobre a Interpretação dos Sonhos como um Todo”. (1925*i.*)

1929 “Carta a Maxime Leroy sobre um sonho de Descartes”. (1929*b.*)

1932 “Meu Contato com Josef Popper-Lynkeus”. (1932*c.*)

1932 Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise (Conferências XXIX e XXX). (1933*a.*)

[1938 Um Esboço de Psicanálise (Capítulo V). (1940*a.*)]

N.B. - Uma mistura não autorizada da parte de *A Interpretação dos Sonhos* e Sobre os Sonhos foi publicada em duas edições nos Estados Unidos com o título de *Dream Psychology: Psychoanalysis for Beginners* (com uma introdução de André Tridon), Nova Iorque, McCann, 1920 e 1921, XI + 237 págs.

NOTA DO EDITOR INGLÊS

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1901 *Über den Traum*. Publicada pela primeira vez como parte (págs. 307-344) de uma publicação seriada, *Grenzfragen des Nerven-und Seelenlebens*, org. por L. Löwenfeld e H. Kurella, Wiesbaden, Bergmann.

1911 2ª edição. (Publicada como brochura separada e ampliada.) Mesmos organizadores, 44 págs.

1921 3ª edição. Munique e Wiesbaden, Bergmann, 44 págs.

1925 Nos *Gesammelte Schriften* de Freud, 3, 189-256, Leipzig, Viena e Zurique:

Internationaler Psychoanalytischer Verlag.

1931 No volume coletivo de Freud, *Sexualtheorie und Traumlehre*, 246-307, mesmos organizadores.

1942 Nas *Gesammelte Werke* de Freud, 2 e 3, 643-700, Londres, Imago Publishing Co.

(b) TRADUÇÕES INGLESAS:

1914 De M. D. Eder (com introdução de W. L. Mackenzie). Londres, Heinemann; Nova Iorque, Rebman. XXXII + 110 págs.

1952 De James Strachey, Londres, Hogarth Press e Institute of Psycho-Analysis, VII + 80 págs. Nova Iorque, Norton, 120 págs.

Esta tradução é uma reimpressão revista da tradução publicada em 1952.

Apenas dois ou três meses após a publicação de *A Interpretação dos Sonhos*, já a idéia de escrever uma versão abreviada de seu livro estava no espírito de Freud. Fliess evidentemente escrevera para sugerir algo desse tipo, pois, numa carta de 4 de abril de 1900 (Freud, 1950a, Carta 132), Freud rejeitou a proposta, argumentando, entre outras coisas, que “já prometera dar a Löwenfeld um ensaio da mesma natureza”. Comentou também sobre seu desagrado em embarcar em semelhante tarefa tão pouco tempo depois de haver terminado seu extenso livro. Evidentemente, essa relutância persistiu, pois, em 20 de maio (*ibid.*, Carta 136), ele menciona que não havia sequer *iniciado* a “brochura” e, em 10 de julho (*ibid.*, Carta 138), anuncia que a adiou para outubro. Sua última referência a ela na correspondência com Fliess dá-se em 14 de outubro de 1900 (*ibid.*, Carta 139), onde ele comenta que está escrevendo o ensaio “sem nenhum prazer real”, uma vez que sua mente está repleta de material para *Sobre a Psicopatologia da Vida Cotidiana* (que seria sua produção seguinte). Nesta, aliás, há uma referência (perto do final do Capítulo VII) ao

ensaio *Sobre os Sonhos* e à questão de a publicação de um resumo poder ou não interferir nas vendas do livro maior.

Como se verá, o único acréscimo de importância feito por Freud nas edições posteriores do ensaio foi a seção sobre o simbolismo, introduzida na segunda edição.

SOBRE OS SONHOS

I

Durante a época que se pode descrever como pré-científica, os homens não tinham nenhuma dificuldade em descobrir uma explicação para os sonhos. Quando se lembravam de um sonho depois de acordar, encaravam-no como uma manifestação favorável ou hostil de poderes superiores, demoníacos e divinos. Quando começaram a florescer as maneiras de pensar próprias da ciência natural, toda essa engenhosa mitologia se transformou em psicologia, e hoje apenas uma pequena minoria de pessoas cultas duvida de que os sonhos sejam um produto do próprio psiquismo do sonhador.

Desde a rejeição da hipótese mitológica, porém, os sonhos passaram a carecer de uma explicação. As condições de sua origem, sua relação com a vida anímica de vigília, sua dependência de estímulos que se impõem à percepção durante o estado de sono, as muitas peculiaridades de seu conteúdo que repugnam ao pensamento desperto, a incoerência entre suas imagens de representação e os afetos a elas ligados e, por fim, seu caráter transitório, a maneira como o pensamento de vigília os põe de lado como algo que lhe é estranho, e os mutila ou extingue na memória - todos esses problemas, e outros ainda, vêm aguardando esclarecimento há muitas centenas de anos e, até agora, nenhuma solução satisfatória foi

proposta para eles. Mas o que se coloca em primeiro plano em nosso interesse é a questão da significação dos sonhos, questão esta que encerra um duplo sentido. Em primeiro lugar, ela indaga sobre a significação psíquica do sonhar, sobre a relação dos sonhos com outros processos anímicos e sobre sua eventual função biológica; em segundo, busca descobrir se os sonhos podem ser interpretados, se o conteúdo de cada sonho tem um “sentido” tal como estamos acostumados a encontrar em outras estruturas psíquicas.

Na avaliação da significação dos sonhos, três linhas de pensamento podem ser distinguidas. Uma delas, que ecoa, por assim dizer, a antiga supervalorização dos sonhos, se expressa nos trabalhos de certos filósofos. Eles consideram que a base da vida onírica é um estado peculiar de atividade anímica e chegam até a aclamar esse estado como uma elevação a um nível superior. Por exemplo, Schubert [1814] declara que os sonhos são a emancipação do espírito do jugo da natureza externa e a liberação da alma das amarras dos sentidos. Outros pensadores, sem irem tão longe assim, insistem, não obstante, em que os sonhos brotam essencialmente de impulsos da alma e representam manifestações de forças anímicas impedidas de se expandirem livremente durante o dia. (Cf. a “fantasia onírica” de Scherner [1861, 97 e segs.] e Volkelt [1875, 28 e segs.].) Um grande número de observadores concorda em atribuir à vida onírica a capacidade de um funcionamento superior, pelo menos em certos âmbitos (na memória, por exemplo).

Em nítido contraste com isso, a maioria dos autores médicos adota uma visão segundo a qual os sonhos mal chegam a atingir o nível de fenômenos psíquicos. Segundo sua teoria, os únicos instigadores dos sonhos são os estímulos sensoriais e somáticos que incidem sobre a pessoa adormecida desde o exterior, ou que se tornam acidentalmente ativos em seus órgãos internos. O sonhado, argumentam eles, não pode reclamar para si mais sentido e significado do que, por exemplo, os sons que seriam produzidos se “os dez dedos de um homem que nada conhece de música vagassem pelas teclas de um piano”. [Strümpell, 1877, 44.] Os sonhos são descritos por Binz [1878, 35] como não passando de “processos somáticos inúteis em todos os casos e, em muitos deles, positivamente patológicos”. Todas as características da vida onírica, portanto, seriam explicadas como devidas à atividade desconexa de órgãos ou grupos de células isoladas num cérebro no mais adormecido, atividade essa que lhes é imposta por estímulos fisiológicos.

A opinião popular é pouco afetada por esse juízo científico e não se interessa pelas origens dos sonhos; parece persistir na crença de que, apesar de tudo, os sonhos possuem um sentido, que se relaciona com a predição do futuro e pode ser descoberto por algum processo de interpretação de um conteúdo freqüentemente confuso e enigmático. Os métodos de interpretação empregados consistem em transformar o conteúdo do sonho tal como é lembrado, seja substituindo-o aos pedacinhos, de acordo com uma chave fixa, seja substituindo a totalidade do sonho por um outro todo com o qual ela mantém uma relação simbólica. As pessoas sérias se riem desses esforços: “*Träume sind Schäume*” - “os sonhos são espuma”.

II

Um dia descobri, para meu grande assombro, que a visão dos sonhos que mais se aproximava da verdade não era a médica, mas a popular, por mais que ainda estivesse semi-envolta na superstição. É que eu fora levado a novas conclusões sobre o tema dos sonhos ao aplicar-lhes um novo método de investigação psicológica que prestara excelentes serviços na solução das fobias, obsessões e delírios, etc. Desde então, sob o nome de “psicanálise”, ele encontrou aceitação por toda uma escola de pesquisadores. De fato, as numerosas analogias existentes entre a vida onírica e uma grande variedade de estados de enfermidade psíquica na vida de vigília foram corretamente observadas por muitos investigadores médicos. Portanto, parecia haver boas razões para esperar que um método de investigação que dera resultados satisfatórios no caso das estruturas psicopáticas fosse também útil para esclarecer os sonhos. As fobias e obsessões são tão estranhas à consciência normal quanto os sonhos à consciência de vigília; sua origem é tão desconhecida da consciência quanto a dos sonhos. No caso dessas estruturas psicopáticas, considerações de ordem prática levaram a uma investigação de sua origem e modo de desenvolvimento; ocorre que a experiência havia demonstrado que a descoberta das seqüências de pensamento que, ocultas da consciência, ligam as idéias patológicas aos demais conteúdos psíquicos equivale a uma solução dos sintomas, e tem como conseqüência o domínio de idéias que até então não podiam ser inibidas. Assim, a psicoterapia foi o ponto de partida do procedimento de que me vali para a explicação dos sonhos.

Esse procedimento é fácil de descrever, embora sejam necessários ensinamentos e exercícios para que ele possa ser posto em prática.

Quando o utilizamos com outra pessoa, digamos, um paciente com uma fobia, pedimo-lhe que dirija sua atenção para a idéia em causa, mas não para refletir sobre ela como tantas vezes já fez, e sim para observar *o que quer que lhe venha à mente, sem exceção*, e comunicá-lo ao médico. Se ele então afirmar que sua atenção é incapaz de apreender coisa alguma, descartamos isso assegurando energicamente que uma ausência completa de qualquer conteúdo de representações é inteiramente impossível. E, de fato, logo lhe ocorrem numerosas idéias que conduzirão a outras, mas que são invariavelmente prefaciadas por um juízo do auto-observador no sentido de que são absurdas ou sem importância, de que são irrelevantes e lhe ocorreram por acaso, sem qualquer ligação com o assunto em exame. Percebemos de imediato que era essa atitude crítica que impedia o sujeito de comunicar qualquer dessas idéias, e que antes disso, na verdade, era ela que as impedia de se tornarem

conscientes. Quando conseguimos induzi-lo a abandonar sua crítica das idéias que lhe ocorrem e a continuar acompanhando as seqüências de pensamentos que emergem enquanto ele mantém sua atenção voltada para elas, vemo-nos de posse de uma quantidade de material psíquico que logo constatamos estar claramente ligado à idéia patológica que foi nosso ponto de partida; esse material não tarda a revelar ligações entre a idéia patológica e outras, e acaba por permitir-nos substituir a idéia patológica por uma idéia nova, que se enquadra de maneira inteligível na trama anímica.

Este não é o lugar para se fornecer um relato pormenorizado das premissas em que se baseou essa experiência, nem das conseqüências que decorrem de seu invariável sucesso. Assim, basta-nos dizer que obtemos o material que nos permite resolver qualquer idéia patológica ao voltarmos nossa atenção precisamente para as associações “involuntárias”, que “interferem em nossa reflexão” e que são normalmente descartadas por nossa faculdade crítica como dejetos sem valor.

Ao usarmos esse procedimento com *nós mesmos*, a melhor maneira de ajudarmos a investigação consiste em anotar de imediato aquilo que, a princípio, são associações ininteligíveis.

Mostrarei agora quais são os resultados a que chego ao aplicar esse método de investigação aos sonhos. Qualquer exemplo de sonho, de fato, seria igualmente apropriado para esse fim, mas, por motivos específicos, escolherei um de meus próprios sonhos, que me pareça obscuro e sem sentido tal como o recorde e que tenha a vantagem da brevidade. Talvez o sonho que tive justamente na noite passada atenda a esses requisitos. Seu conteúdo, tal como o anotei imediatamente após despertar, foi o seguinte:

“Um grupo de pessoas à mesa ou ‘table d’hôte’ ... comia-se espinafre ... A Sra. E. L. estava sentada a meu lado; voltava toda a sua atenção para mim e pôs a mão em meu joelho de maneira íntima. Retirei-lhe a mão, impassível. Então ela disse: ‘Mas o senhor sempre teve olhos tão bonitos.’ ... Vi então a imagem indistinta de dois olhos, como se fosse um desenho ou o contorno de um par de óculos...”

Foi essa a totalidade do sonho ou, pelo menos, tudo o que pude recordar dele. Pareceu-me obscuro e sem sentido, mas, acima de tudo, surpreendente. A Sra. E. L. é uma pessoa com que mal cheguei a ter relações amistosas em qualquer época, nem tampouco, ao que eu sabia, jamais desejei ter relações mais estreitas com ela. Não a vejo há muito tempo e seu nome, creio eu, não foi mencionado nos últimos dias. O processo onírico não foi acompanhado por nenhum tipo de afeto.

A reflexão sobre esse sonho não fez com que eu me acercasse mais de sua compreensão. Entretanto, resolvi anotar, sem qualquer premeditação ou crítica, as associações que se

ofereceram à minha auto-observação. Como constatei, é aconselhável, para esse fim, dividir o sonho em seus elementos e descobrir separadamente as associações ligadas a cada um desses fragmentos.

Um grupo de pessoas à mesa ou “table d’hôte”. Isso me fez lembrar de imediato um episódio ocorrido no fim da noite de ontem. Eu voltava de uma pequena reunião em companhia de um amigo que se ofereceu para tomar um táxi e levar-me a casa. “Prefiro tomar táxis com taxímetro”, disse ele; “isso ocupa a mente de maneira muito agradável; sempre se tem alguma coisa para olhar”. Quando ocupamos nossos lugares no carro e o motorista baixou a bandeira, de modo que se pôde ver a primeira marcação de sessenta *hellers*, continuei com a brincadeira. “Mal entramos”, comentei, “e já lhe devemos sessenta *hellers*. O carro com taxímetro sempre me faz lembrar a *table d’hôte*. Torna-me avarento e egoísta, porque está sempre me lembrando o que devo. Minha dívida parece crescer depressa demais e fico com medo de levar a pior, da mesma maneira que, na *table d’hôte*, não consigo evitar um sentimento cômico de que estou recebendo muito pouco e tenho de ficar de olho em meus próprios interesses.” E prossegui, citando, como que numa digressão:

Ihr führt ins Leben uns hinein,

Ihr lasst den Armen schuldig werden.

E agora, uma segunda associação sobre a *table d’hôte*. Algumas semanas atrás, quando estávamos à mesa num hotel de montanha no Tirol, fiquei muito aborrecido por achar que minha mulher não estava sendo suficientemente reservada com algumas pessoas sentadas perto de nós, com quem eu não tinha nenhum desejo de travar conhecimento. Pedi-lhe que se ocupasse mais de mim do que daqueles estranhos. Isso também foi *como se eu estivesse levando a pior na “table d’hôte”*. Chamou-me também a atenção o contraste entre o comportamento de minha mulher à mesa e o da Sra. E. L. no sonho, que, “voltava toda a sua atenção para mim”.

Continuando. Vi então que os acontecimentos do sonho eram uma reprodução de um pequeno episódio de natureza exatamente semelhante, que ocorrera entre minha mulher e eu na época em que a cortejava secretamente. A carícia que ela me fez por baixo da toalha de mesa foi sua resposta a uma premente carta de amor. No sonho, contudo, minha mulher foi substituída por alguém que era, comparativamente, uma estranha - E.L.

A Sra. E. L. é filha de um homem com quem estive certa vez *endividado*. Não pude deixar de notar que isso revelava uma ligação insuspeitada entre partes do conteúdo do sonho e minhas associações. Quando se segue a cadeia de associações que parte de um elemento do conteúdo do sonho, logo se é reconduzido a outro de seus elementos. Minhas associações ao sonho estavam trazendo à luz ligações que não eram visíveis no próprio sonho.

Quando uma pessoa espera que alguém fique atento a seus interesses sem tirar para si nenhuma vantagem, sua ingenuidade tende a provocar uma pergunta irônica: “Você acha que vou fazer isto ou aquilo por seus belos olhos?” Assim sendo, a fala da Sra. E. L. no sonho, “O senhor sempre teve olhos tão bonitos”, só poderia ter significado: “As pessoas sempre fizeram tudo por você por amor; você sempre teve tudo *sem pagar por isso*”. A verdade, por certo, é justamente o contrário: sempre paguei caro por qualquer vantagem a mim concedida por outras pessoas. O fato de meu amigo ter-me levado em casa ontem de táxi, *sem que eu pagasse*, deve, afinal, ter-me impressionado.

Aliás, o amigo de quem fomos convidados ontem muitas vezes me fez seu devedor. Não faz muito tempo, deixei passar uma oportunidade de reembolsá-lo. Ele recebeu de mim apenas um presente - uma terrina antiga com *olhos* pintados ao redor: o que se conhece como um “*occhiale*”, para afastar o *mau-olhado*. Além disso, ele é *cirurgião oculista*. Nessa mesma noite, perguntei-lhe por uma paciente que eu lhe havia encaminhado para consulta, para que lhe receitasse *óculos*.

Como percebi então, quase todos os elementos do conteúdo do sonho tinham sido inseridos no novo contexto. A bem da coerência, porém, poder-se-ia ainda perguntar por que é que se servia justamente *espinafre* no sonho. A resposta foi que o *espinafre* me fez lembrar um episódio ocorrido não faz muito tempo à nossa mesa de família, quando uma das crianças - e precisamente aquela que realmente merece ser admirada por seus belos olhos - recusou-se a comer espinafre. Eu próprio me comportava exatamente da mesma maneira quando menino; por muito tempo, detestei espinafre, até que meu gosto acabou se modificando e promoveu essa verdura à categoria de um de meus pratos preferidos. Minha própria meninice e a de meu filho foram assim reunidas pela menção desse prato. “Você deveria ficar contente por ter espinafre”, exclamara a mãe do pequeno *gourmet*; “há crianças que se dariam por muito satisfeitas por comerem espinafre”. Assim me foram lembrados os deveres dos pais para com seus filhos. As palavras de Goethe,

Ihr führt ins Leben uns hinein

Ihr lasst den Armen schuldig werden.

ganhavam um novo sentido nesse contexto.

Farei aqui uma pausa para examinar os resultados a que cheguei até agora em minha análise do sonho. Seguindo as associações nascidas dos elementos isolados do sonho, separados de seu contexto, cheguei a diversos pensamentos e recordações que não pude deixar de reconhecer como produtos importantes de minha vida anímica. Esse material, revelado pela análise do sonho, estava intimamente ligado com seu conteúdo; não obstante, a ligação era de tal ordem que eu nunca poderia ter inferido o material novo a partir do conteúdo onírico. O sonho foi desprovido de afetos, desconexo e ininteligível, mas, enquanto ia produzindo os pensamentos que estavam por trás do sonho, dei-me conta de impulsos afetivos intensos e bem fundados; os próprios pensamentos enquadraram-se imediatamente em cadeias lógicas em que certas representações centrais apareciam mais de uma vez. Assim, os contrastes entre “egoísta” e “altruísta” e entre os elementos “estar em débito” e “receber sem pagar” foram representações centrais desse tipo, que não figuraram no próprio sonho. Eu poderia apertar mais os fios da trama do material revelado pela análise e mostrar então que eles convergem para um único ponto nodal, mas certas considerações de natureza pessoal, e não científica, impedem-me de fazê-lo em público. Eu seria obrigado a deixar transparecer muitas coisas que mais vale permanecerem em segredo, pois, no caminho de minha descoberta da solução do sonho, revelou-se toda sorte de coisas que eu não estava disposto a admitir sequer para mim mesmo. Mas então, poderão perguntar, por que não escolhi algum outro sonho cuja análise se prestasse melhor a ser comunicada, de modo que eu pudesse fornecer provas mais convincentes do sentido e da inter-relação do material descoberto pela análise? A resposta é que *qualquer* sonho de que eu tentasse tratar levaria a coisas igualmente difíceis de comunicar e me imporia idêntica descrição. Tampouco evitaria essa dificuldade trazendo para análise o sonho de alguma outra pessoa, a menos que as circunstâncias me permitissem abandonar todo e qualquer disfarce, sem prejuízo para a pessoa que tivesse confiado em mim.

No ponto a que cheguei agora, sou levado a encarar o sonho como uma espécie de *substituto* dos processos de pensamento repletos de significação e afeto aos quais cheguei após a conclusão da análise. Não conhecemos ainda a natureza do processo que fez com que o sonho fosse gerado a partir desses pensamentos, mas podemos perceber que é errôneo encará-lo como puramente físico e sem sentido psíquico, como um processo nascido da atividade isolada de grupos separados de células cerebrais despertadas do sono.

Duas outras coisas já estão claras. O conteúdo do sonho é muito mais curto do que os pensamentos dos quais o considero substituto; e a análise revelou que o instigador do sonho

foi um acontecimento sem importância da noite anterior ao sonhar.

Naturalmente, eu não extrairia conclusões de tão amplo alcance se dispusesse apenas de uma única análise de sonho. Todavia, se a experiência me mostra que, acompanhando acriticamente as associações nascidas de *qualquer* sonho, posso chegar a uma cadeia de pensamentos semelhante, entre cujos elementos os componentes do sonho reaparecem e que estão interligados de maneira racional e inteligível, é seguro descartar a ligeira possibilidade de que as ligações observadas numa primeira experiência pudessem dever-se ao acaso. Penso estar autorizado, portanto, a adotar uma terminologia que fixe nossa nova descoberta. Para contrastar o sonho, tal como retido em minha memória, com o material pertinente descoberto por sua análise, chamarei ao primeiro “conteúdo *manifesto* do sonho”, e ao segundo - sem fazer, a princípio, nenhuma outra distinção -, “conteúdo *latente* do sonho”. Vejo-me então frente a dois novos problemas não formulados até agora: (1) Qual foi o processo psíquico que transformou o conteúdo latente do sonho no conteúdo manifesto que me é conhecido através da memória? (2) Que motivo ou motivos tornaram necessária essa transformação? Descreverei o processo que transforma o conteúdo latente dos sonhos no conteúdo manifesto como “trabalho do sonho”. A contrapartida dessa atividade - que acarreta uma transformação na direção oposta - já nos é conhecida como o trabalho de análise. Os demais problemas decorrentes dos sonhos - as questões relativas aos instigadores do sonho, à origem de seu material, a seu possível sentido, à possível função do sonhar e às razões pelas quais os sonhos são esquecidos - todos estes problemas serão por mim examinados com base não no conteúdo manifesto, mas no recém-descoberto conteúdo latente do sonho. Uma vez que atribuo todas as visões contraditórias e incorretas da vida onírica constantes da bibliografia sobre o assunto à ignorância do conteúdo latente dos sonhos, tal como revelado pela análise, terei doravante o máximo cuidado para evitar a confusão entre o *sonho manifesto* e os *pensamentos oníricos latentes*.

III

A transformação dos pensamentos oníricos latentes no conteúdo manifesto do sonho merece toda a nossa atenção, visto ser esse o primeiro exemplo que nos é conhecido de transposição do material psíquico de um modo de expressão para outro, de um modo de expressão que nos é imediatamente inteligível para outro que só podemos chegar a entender com a ajuda de orientação e esforço, embora também ele deva ser reconhecido como uma função de nossa atividade anímica.

No tocante à relação entre o conteúdo latente e o manifesto, os sonhos podem ser divididos em três categorias. Em primeiro lugar, podemos distinguir os sonhos que *fazem sentido* e são, ao mesmo tempo, *inteligíveis*, ou seja, que podem ser inseridos sem maior dificuldade no contexto de nossa vida anímica. Temos inúmeros desses sonhos. Em sua maior parte, eles são curtos e em geral nos parecem merecer pouca atenção, já que nada há de espantoso ou estranho neles. Aliás, sua ocorrência constitui um poderoso argumento contra a teoria segundo a qual os sonhos se originam da atividade isolada de grupos separados de células cerebrais. Eles não dão nenhuma indicação de atividade psíquica reduzida ou fragmentária, mas, apesar disso, jamais questionamos o fato de serem sonhos e não os confundimos com os produtos da vigília. Um segundo grupo é formado pelos sonhos que, embora sejam coerentes em si e tenham um sentido claro, produzem, ainda assim, um efeito *desconcertante*, pois não vemos como encaixar esse sentido em nossa vida anímica. Tal é o caso ao sonharmos, por exemplo, que um parente de quem gostamos morreu de peste, sem que tenhamos qualquer razão para esperar, temer ou presumir uma coisa dessas; e nos perguntamos, assombrados: “Como é que fui arranjar essa idéia?” O terceiro grupo, enfim, contém os sonhos destituídos de sentido ou inteligibilidade, que parecem *desconexos, confusos e sem significado*. A esmagadora maioria dos produtos de nosso sonhar exhibe essas características, que constituem a base da opinião desfavorável que se tem dos sonhos e fundamentam a teoria médica de que eles são o resultado de uma atividade anímica restrita. Raramente faltam os mais evidentes sinais de incoerência, sobretudo nas composições oníricas de extensão e complexidade consideráveis.

O contraste entre os conteúdos manifesto e latente dos sonhos só tem importância, é claro, para os sonhos da segunda categoria e, mais particularmente, os da terceira. É aí que nos confrontamos com enigmas que só desaparecem depois de substituirmos o sonho manifesto pelos pensamentos latentes que estão por trás dele; e foi com um espécime da última categoria - um sonho confuso e ininteligível - que se efetuou a análise que acabo de relatar. Contrariando nossas expectativas, contudo, esbarramos em motivos que nos impediram de tomar pleno conhecimento dos pensamentos oníricos latentes. A repetição de experiências semelhantes nos leva a suspeitar de que *existe uma relação íntima e regular entre a natureza ininteligível e confusa dos sonhos e a dificuldade de comunicar os pensamentos que estão por trás deles*. Antes de averiguarmos a natureza dessa relação, será conveniente voltarmos nossa atenção para os sonhos mais facilmente inteligíveis da primeira categoria, em que os conteúdos manifesto e latente coincidem e parece haver uma conseqüente economia do trabalho do sonho.

Além disso, o exame desses sonhos oferece vantagens desde outro ponto de vista. Ocorre que os sonhos *das crianças* são dessa índole - plenos de sentido e não-enigmáticos. Temos aí, aliás, outro argumento contra a teoria que vai buscar a origem dos sonhos numa atividade cerebral dissociada durante o sono, pois por que é que tal redução do funcionamento

psíquico seria característica do estado de sono dos adultos, mas não do das crianças? Por outro lado, é-nos plenamente lícito esperar que a explicação dos processos psíquicos das crianças, em que é bem possível que eles sejam muito simplificados, venha a se revelar um prelúdio indispensável à investigação da psicologia dos adultos.

Assim, registrarei alguns exemplos de sonhos que colhi de crianças. Uma menina de dezenove meses teve de passar o dia inteiro sem comer por ter tido uma crise de vômitos pela manhã; sua babá declarou que ela ficara indisposta por ter comido morangos. Na noite subsequente a esse dia de jejum, ouviram-na dizer seu nome durante o sono e acrescentar: “Molangos, molangos silvestres, oméete, pudim!” Portanto, estava sonhando que fazia uma refeição e, em seu cardápio, dava ênfase especial à iguaria específica da qual, tinha razões para esperar, só lhe seriam permitidas escassas quantidades no futuro próximo. - Um menino de vinte e dois meses teve um sonho semelhante com uma regalia que lhe fora negada. Na véspera, fora obrigado a presentear seu tio com um cesto de cerejas frescas, das quais ele próprio, naturalmente, só pudera provar uma unidade. Acordou com esta alegre notícia: “*Hermann comeu todas as cerejas!*” - Certo dia, uma menina de três anos e três meses fez uma viagem por um lago. O passeio, evidentemente, não lhe parecera longo o bastante, pois ela chorou quando teve de sair do barco. Na manhã seguinte, comunicou que, durante a noite, estivera passeando no lago: dera continuidade a sua viagem interrompida. Um menino de cinco anos e três meses deu sinais de insatisfação durante uma caminhada pelas imediações do Dachstein. Cada vez que se divisava uma nova montanha, ele queria saber se era o Dachstein, e por fim se recusou a visitar uma cachoeira com o resto do grupo. Seu comportamento foi atribuído à fadiga, mas encontrou uma explicação melhor quando, na manhã seguinte, ele contou ter sonhado que *havia escalado o Dachstein*. É evidente que tivera a idéia de que a excursão terminaria numa escalada do Dachstein e ficou deprimido ao ver que a montanha prometida nunca aparecia. Compensou, no sonho, aquilo que o dia anterior não lhe pudera dar. - Uma menina de seis anos teve um sonho exatamente igual. Durante um passeio, seu pai teve de parar antes de se atingir o objetivo pretendido porque estava ficando tarde. No caminho de volta, ela reparou num poste de sinalização que indicava o nome de outro local de excursão e o pai prometeu levá-la lá também em outra oportunidade. Na manhã seguinte, ela recebeu o pai com a notícia de que sonhara que ele *estivera com ela em ambos os lugares*.

O elemento comum em todos esses sonhos infantis é evidente. Todos realizaram desejos que se haviam ativado durante o dia, mas permaneceram irrealizados. Os sonhos foram simples e indisfarçadas *realizações de desejo*.

Eis aqui outro sonho infantil que, embora à primeira vista não seja muito fácil de entender, também não passa de uma realização de desejo. Uma menina de quatro anos incompletos fora trazida do campo para a cidade por estar sofrendo de uma crise de poliomielite. Passou

a noite com uma tia que não tinha filhos e puseram-na para dormir numa cama grande - grande demais para ela, é claro. Na manhã seguinte, contou ter sonhado que *a cama era pequena demais para ela, tão pequena que ela não cabia*. É fácil reconhecer esse sonho como um sonho de desejo, se nos recordarmos que as crianças expressam com muita freqüência o desejo de “*serem grandes*”. O tamanho da cama foi um lembrete desagradável da pequenez da menina ainda não crescida; assim, ela corrigiu a proporção indesejada no sonho e cresceu tanto que até a cama grande ficou pequena demais para ela.

Mesmo quando o conteúdo dos sonhos infantis se torna complicado e sutil, nunca há dificuldade em reconhecê-los como realizações de desejo. Um menino de oito anos sonhou que estava andando numa biga com Aquiles e que Diomedes era o cocheiro. Constatou-se que, na véspera, ele estivera mergulhado num livro de lendas sobre os heróis gregos, e foi fácil perceber que havia tomado esses heróis por modelos e lamentava não estar em sua época.

Essa pequena coletânea destaca diretamente outra característica dos sonhos infantis: sua ligação com a vida diurna. Os desejos neles realizados ficaram pendentes durante o dia e, em regra geral, na véspera, e foram acompanhados na vigília por intensa coloração afetiva. Nada que seja sem importância ou indiferente, ou que assim se afigure à criança, consegue penetrar no conteúdo de seus sonhos.

Também nos adultos verifica-se a ocorrência de numerosos exemplos de sonhos desse tipo infantil, embora, como afirmi, tenham geralmente um conteúdo sucinto. Desse modo, várias pessoas reagem regularmente ao estímulo da sede durante a noite com sonhos de estarem bebendo, que assim se esforçam por livrar-se do estímulo e permitir que o sono continue. Em algumas pessoas, tais “sonhos de conveniência” freqüentemente ocorrem antes do despertar, quando surge a necessidade de elas se levantarem. Elas sonham que já estão de pé frente ao lavatório ou que já se encontram na escola ou no escritório, onde têm de chegar em determinado horário. Na noite que precede uma viagem, não raro sonhamos já ter chegado a nosso destino; do mesmo modo, antes de uma ida ao teatro ou a uma festa, o sonho muitas vezes antecipa o prazer futuro - por impaciência, por assim dizer. Noutros sonhos, a realização de desejo se expressa num grau mais indireto; é preciso estabelecer alguma ligação ou implicação - isto é, o trabalho de interpretação tem de ser iniciado - para que se possa reconhecer a realização de desejo. Um homem me contou, por exemplo, que sua jovem esposa sonhara que suas regras haviam começado. Considerei que, se a menstruação dessa moça havia faltado, ela devia saber que se defrontava com uma gravidez. Assim, ao comunicar seu sonho, estava anunciando sua gravidez, e o sentido do sonho era mostrar realizado seu desejo de que a gravidez se retardasse um pouco mais. Em condições inusitadas ou extremas, esses sonhos de caráter infantil são particularmente comuns. Assim, o líder de uma expedição polar relatou que os membros de seu grupo, enquanto passavam o inverno nos campos de gelo e viviam numa dieta monótona e com rações magras, sonhavam

regularmente, como crianças, com grandes refeições, com montanhas de fumo e que estavam novamente em casa. [1]

Não é nada raro que, de um sonho relativamente longo, complicado e confuso em sua totalidade, destaque-se um fragmento particularmente claro, que contém uma inequívoca realização de desejo mas está vinculado a algum outro material ininteligível. No caso dos adultos, entretanto, qualquer pessoa com alguma experiência em analisar seus sonhos verificará, para sua surpresa, que mesmo os sonhos que têm a aparência de serem transparentemente claros raramente são tão simples quanto os das crianças, e que por trás da realização de desejo evidente pode ocultar-se algum outro sentido.

Seria, de fato, uma solução simples e satisfatória para o enigma dos sonhos se o trabalho da análise nos habilitasse a encontrar a origem até mesmo dos sonhos mais sem sentido e mais confusos dos adultos no tipo infantil de realização de um desejo intensamente sentido no dia anterior. Não há dúvida, porém, de que as aparências não depõem em favor dessa expectativa. Os sonhos costumam estar repletos do material mais indiferente e estranho, não havendo em seu conteúdo nenhum sinal da realização de qualquer desejo.

Entretanto, antes de nos afastarmos dos sonhos infantis, com sua indisfarçada realização de desejo, não devo deixar de mencionar uma das principais características dos sonhos, que há muito se evidenciou e que ressalta precisamente nesse grupo com particular clareza. Cada um desses sonhos pode ser substituído por uma frase desiderativa: “Ah, se o passeio no lago tivesse durado mais!” - “Oxalá eu já estivesse aseado e vestido!” - “Que bom se eu pudesse ter guardado as cerejas em vez de dá-las a meu tio!” Mas os sonhos nos fornecem mais do que essas frases desiderativas. Mostram-nos o desejo já realizado; representam sua realização como real e presente; e o material empregado na representação onírica consiste principalmente, embora não exclusivamente, em situações e em imagens sensoriais, sobretudo de caráter visual. Portanto, mesmo nesse grupo infantil, não está completamente ausente uma espécie de transformação que merece ser descrita como trabalho do sonho: *um pensamento expresso no subjuntivo [modo do desejo] é substituído por uma representação no presente do indicativo.*

IV

Estaremos inclinados a supor que algum tipo de transformação tenha ocorrido mesmo nos

sonhos confusos, embora não saibamos dizer se, também no caso deles, o que se transformou foi um [enunciado] optativo. Entretanto, há dois trechos no exemplo de sonho que relatei, e em cuja análise fizemos algum progresso, que nos dão motivo para suspeitar de algo dessa natureza. A análise mostrou que minha mulher se havia interessado por outras pessoas à mesa e que eu achava isso desagradável; o sonho continha precisamente o oposto disso - a pessoa que tomou o lugar de minha mulher voltava toda sua atenção para mim. Mas uma experiência desagradável não pode gerar nada mais apropriado do que o desejo de que seu oposto tivesse ocorrido - que foi o que o sonho representou como realizado. Havia uma relação exatamente igual entre o amargo pensamento revelado pela análise, de que eu nunca tivera nada de graça, e a observação feita pela mulher do sonho - “O senhor sempre teve olhos tão bonitos”. Assim, parte da oposição entre conteúdo manifesto e conteúdo latente do sonho é atribuível à realização de desejo.

Mas outra conquista do trabalho do sonho, a qual tende a produzir sonhos incoerentes, é ainda mais notável. Se, numa situação qualquer, compararmos o número de elementos de representação ou o espaço tomado para anotá-los, no caso do sonho e no caso dos pensamentos oníricos a que a análise nos conduz, e dos quais se encontram vestígios no próprio sonho, não nos restará nenhuma dúvida de que o trabalho do sonho efetuou uma obra de compressão ou *condensação* em larga escala. É impossível, a princípio, formar qualquer juízo sobre o grau dessa condensação; no entanto, quanto mais fundo mergulharmos na análise do sonho, mais impressionante ele se afigura. De cada elemento do conteúdo do sonho ramificam-se fios associativos em duas ou mais direções; cada situação do sonho parece compor-se de duas ou mais impressões ou experiências. Por exemplo, sonhei certa vez com uma espécie de piscina em que os banhistas se espalhavam em todas as direções; num certo ponto da borda da piscina, havia alguém de pé que se inclinava para um dos banhistas, como que para ajudá-lo a sair da água. A situação era composta da lembrança de uma experiência que tive na puberdade e de dois quadros, um dos quais eu vira pouco antes do sonho. Um deles era da série de Schwind que ilustra a lenda de Melusina, mostrando as náiades surpreendidas em seu banho no lago (Cf. os banhistas espalhados, no sonho); o outro era uma pintura do Dilúvio, de autoria de um mestre italiano; já a pequena experiência recordada de minha puberdade era a de ter visto o instrutor de uma escola de natação ajudando a sair da água uma dama que se demorara até depois do horário reservado para os banhistas masculinos. - No caso do exemplo que escolhi para interpretação, a análise da situação levou-me a uma pequena série de recordações, cada uma das quais fizera alguma contribuição para o conteúdo do sonho. Em primeiro lugar, havia o episódio da época de meu noivado do qual já falei. A pressão em minha mão debaixo da mesa, que fizera parte desse episódio, forneceu ao sonho o detalhe “embaixo da mesa” - detalhe que tive de acrescentar como uma reflexão feita *a posteriori* sobre minha lembrança do sonho. No episódio em si, não tinha havido, é claro, nada de “voltar [toda a atenção] para mim”; a análise mostrou que esse elemento era a realização de um desejo pela apresentação do oposto de um acontecimento real, e que estava relacionado com o comportamento de minha

mulher na *table d'hôte*. Por trás dessa recordação recente, porém, ocultava-se uma cena parecidíssima e muito mais importante da época de nosso noivado, que nos deixou brigados por um dia inteiro. A colocação da mão em meu joelho pertencia a um contexto inteiramente diferente e dizia respeito a pessoas totalmente distintas. Esse elemento do sonho, por sua vez, foi o ponto de partida de dois conjuntos independentes de lembranças - e assim por diante.

O próprio material dos pensamentos oníricos reunido para formar a situação do sonho deve adaptar-se, é claro, para esse fim. Deve haver um ou mais *elementos comuns* em todos os componentes. O trabalho do sonho procede então como fazia Francis Galton ao produzir suas fotografias de família. Superpõe os diversos componentes, por assim dizer, fazendo-os coincidir um com o outro. O elemento comum a eles destaca-se então claramente da imagem conjunta, enquanto os detalhes contraditórios quase que se anulam mutuamente. Esse método de produção também explica, até certo ponto, os diversos graus da indefinição característica exibida por tantos elementos do conteúdo do sonho. Baseando-se nessa descoberta, a interpretação do sonho estabeleceu a seguinte regra: ao analisarmos um sonho, caso uma incerteza se decomponha num “ou...ou”, devemos substituí-la, para fins de interpretação, por um “e”, e tomar cada uma das aparentes alternativas como um ponto de partida independente para uma série de associações.

Quando um desses elementos comuns não se faz presente entre os elementos oníricos, o trabalho do sonho trata de *criá-lo*, de maneira que seja possível dar aos pensamentos uma representação comum no sonho. A maneira mais conveniente de reunir dois pensamentos oníricos que a princípio nada têm em comum é alterar a forma verbal de um deles, e assim aproximá-lo do outro, que pode estar similarmente revestido de uma nova forma de expressão lingüística. Há um processo paralelo a esse na elaboração de rimas, onde o som semelhante tem de ser buscado da mesma maneira que o elemento comum em nosso caso. Grande parte do trabalho do sonho consiste na criação desse tipo de pensamentos intermediários, que são amiúde altamente engenhosos, embora freqüentemente pareçam forçados; estes criam então um vínculo entre a imagem composta no conteúdo manifesto do sonho e os pensamentos oníricos, que são diversos em sua forma e essência e foram determinados pelos fatores motivadores do sonho. A análise de nosso exemplo de sonho fornece-nos uma dessas situações em que um pensamento recebe uma nova forma para entrar em contato com outro que lhe é essencialmente estranho. Ao conduzir a análise, esbarrei no seguinte pensamento: “*Às vezes eu gostaria de conseguir alguma coisa sem pagar.*” Com essa forma, porém, o pensamento não poderia ser empregado no conteúdo do sonho. Por isso, recebeu uma nova formulação: “*Eu gostaria de gozar de alguma coisa sem despesas* [*‘Kosten’*].” Ora, a palavra “*Kosten*”, em seu segundo sentido, adequa-se ao círculo de

representações da “*table d’hôte*” e, portanto, pôde ser representada no “*espinafre*” servido no sonho. Quando em casa aparece à mesa um prato que as crianças recusam, a mãe começa por tentar a persuasão e insiste em que “*provem [‘Kosten’] só um pouquinho*”. Talvez pareça estranho que o trabalho do sonho se sirva tão livremente da ambigüidade verbal, mas outras experiências nos ensinarão que essa é uma ocorrência bastante comum.

O processo de condensação explica ainda certos componentes do conteúdo do sonho que lhe são peculiares e não são encontrados no representar da vigília. O que tenho em mente são as “personagens coletivas” e “mistas” e as estranhas “formações compostas”, criações que não diferem muito dos animais mistos inventados pela fantasia dos povos do Oriente. Estes, porém, já assumiram formas estereotipadas em nosso pensamento, ao passo que, nos sonhos, novas formas compostas são perpetuamente construídas numa variedade inesgotável. Todos estamos familiarizados com tais formações, a partir de nossos próprios sonhos.

Há muitas maneiras variadas de compor figuras desse tipo. Posso construir um personagem dando-lhe as feições de duas pessoas, ou posso dar-lhe a *forma* de uma pessoa mas pensar nela, no sonho, como tendo o *nome* de outra; posso ainda ter a imagem visual de uma pessoa, mas colocá-la numa situação apropriada a outra. Em todos esses casos, a combinação de diferentes pessoas num único representante no conteúdo do sonho tem um sentido: destina-se a indicar um “e” ou um “assim como”, ou a comparar entre si as pessoas originais em algum aspecto particular, que pode até ser especificado no próprio sonho. Em regra geral, contudo, esse elemento comum entre as pessoas fusionadas só pode ser descoberto pela análise e só é indicado no conteúdo do sonho pela formação da figura coletiva.

As estruturas mistas que ocorrem nos sonhos com tão imensa profusão são compostas de maneiras igualmente variáveis, e as mesmas regras se aplicam a sua resolução. Não me é necessário citar nenhum exemplo. Sua estranheza desaparece por completo uma vez que tomemos a decisão de não classificá-las na mesma categoria dos objetos de nossa percepção de vigília, mas sim de lembrar que são produtos da condensação onírica e enfatizam, numa forma eficazmente abreviada, alguma característica comum dos objetos que estão assim combinados. Também nesse caso, o elemento comum tem que ser descoberto, na maioria das vezes, através da análise. O conteúdo do sonho simplesmente afirma, por assim dizer: “Todas estas coisas têm em comum o elemento x.” A dissecação dessas formações mistas por meio da análise é freqüentemente o caminho mais curto para descobrir o sentido de um sonho. - Assim, em certa ocasião, sonhei que estava sentado num banco com um de meus antigos professores universitários, e que o banco, cercado por outros, deslocava-se para a frente em rápida velocidade. Isso era uma combinação de um salão de conferências com um *trottoir roulant*. Não levarei mais adiante esta seqüência de idéias. - Noutra ocasião, eu estava sentado num vagão de trem e segurava no colo um objeto com o formato de uma cartola [“*Zylinderhut*”, literalmente “chapeú cilíndrico”], mas que era feito de vidro

transparente. Essa situação fez-me pensar no provérbio: *“Mit den Hute in der Hand kommt man duchs ganze Land”*. O cilindro de vidro levou-me, por um curto desvio, a pensar na camisa de um lampião de gás incandescente [lâmpada de Auer], e logo percebi que eu gostaria de fazer uma descoberta que me tornasse tão rico e independente quanto meu compatriota, o Dr. Auer von Welsbach, tornou-se pela sua, e que gostaria de viajar em vez de permanecer em Viena. No sonho, eu estava viajando com minha descoberta, o chapéu em forma de cilindro de vidro - uma descoberta que por certo ainda não tinha grande utilidade prática. - O trabalho do sonho gosta particularmente de reproduzir duas representações *contrárias* por uma mesma formação mista. Assim, por exemplo, uma mulher teve um sonho em que se via carregando um alto ramo de flores, tal como o que o anjo carrega nos quadros que representam a Anunciação. (Isso representava a inocência; aliás, o nome dela era Maria.) Por outro lado, o ramo estava coberto de grandes flores brancas semelhantes a camélias. (Isso representava o oposto da inocência e estava associado com *A dama das camélias*.)

Boa parte do que aprendemos sobre a condensação nos sonhos pode ser resumida nesta fórmula: cada elemento do conteúdo do sonho é “sobredeterminado” pelo material dos pensamentos oníricos; não decorre de um único elemento dos pensamentos oníricos, podendo sua origem remontar a toda uma série deles. Esses elementos não precisam necessariamente ter uma estreita relação mútua nos próprios pensamentos oníricos; podem pertencer às mais distantes e diversas regiões a trama desses pensamentos. O elemento onírico é, no sentido mais estrito da palavra, o “representante” de todo esse material diverso no conteúdo do sonho. Mas a análise revela ainda um outro lado da complexa relação entre o conteúdo do sonho e os pensamentos oníricos. Assim como as ligações levam de cada elemento do sonho a diversos pensamentos oníricos, também cada pensamento onírico isolado, em geral, é representado por mais de um elemento do sonho; os fios da associação não convergem simplesmente dos pensamentos oníricos para o conteúdo do sonho, mas se cruzam e entrelaçam muitas vezes no curso de sua jornada.

A condensação, juntamente com a transformação dos pensamentos em situações (“dramatização”) é a característica mais importante e peculiar do trabalho do sonho. Até agora, porém, nada transpirou sobre algum motivo que pudesse exigir essa compressão do material.

No caso dos sonhos complicados e confusos em que estamos agora interessados, a simples condensação e dramatização não bastam para explicar a totalidade da impressão que nos causa a dessemelhança entre o conteúdo do sonho e os pensamentos oníricos. Temos provas da operação de um terceiro fator, e essas provas merecem cuidadosa triagem.

Antes de mais nada, quando chegamos, por meio da análise, ao conhecimento dos pensamentos oníricos, observamos que o conteúdo manifesto do sonho lida com um material inteiramente diferente dos pensamentos latentes. Isso, por certo, não passa de uma aparência que se evapora ante um exame mais detido, pois acabamos descobrindo que a totalidade do conteúdo do sonho deriva dos pensamentos oníricos e que quase todos os pensamentos oníricos se acham representados no conteúdo do sonho. Não obstante, ainda persiste algo dessa diferença. O que sobressai nítida e claramente do sonho como seu conteúdo essencial tem de se contentar, depois da análise, em desempenhar um papel extremamente subalterno entre os pensamentos oníricos; e aquilo que, ante a prova dada por nossos sentimentos, tem direito a ser o mais proeminente entre os pensamentos oníricos, ou bem não se acha presente como material de representações no conteúdo do sonho ou recebe apenas uma alusão remota em alguma região obscura do sonho. Podemos expressar isso da seguinte maneira: *no decurso do trabalho do sonho, a intensidade psíquica se transfere dos pensamentos e representações a que propriamente corresponde para outros que, a nosso juízo, não têm nenhum direito a essa ênfase*. Nenhum outro processo contribui tanto para ocultar o sentido do sonho e para tornar irreconhecível a ligação entre o conteúdo onírico e os pensamentos oníricos. No decorrer desse processo, que descreverei como “deslocamento onírico”, a intensidade psíquica, a importância ou a potencialidade afetiva dos pensamentos se transforma, como constatamos ainda, em vividez sensorial. Presumimos, sem maiores considerações, que o elemento mais nítido no conteúdo manifesto de um sonho é o mais importante, mas, na verdade [graças ao deslocamento ocorrido], muitas vezes um elemento *indistinto* é o que se revela como o derivado mais direto do pensamento onírico essencial.

O que chamei de deslocamento onírico poderia ser igualmente descrito [na expressão de Nietzsche] como “uma transposição dos valores psíquicos”. Mas não terei feito uma apreciação exaustiva desse fenômeno enquanto não acrescentar que esse trabalho de deslocamento ou transposição de valores é executado em graus muito variáveis nos diferentes sonhos. Há sonhos que se produzem quase sem nenhum deslocamento. São eles os que fazem sentido e são inteligíveis, como, por exemplo, aqueles que reconhecemos como sonhos de desejo indisfarçados. Por outro lado, existem sonhos em que nem um fragmento sequer dos pensamentos oníricos preservou seu próprio valor psíquico, ou nos quais tudo o que era essencial nos pensamentos oníricos foi substituído por algo trivial. E entre esses dois extremos podemos encontrar toda uma série de casos transicionais. Quanto mais

obsuro e confuso parece um sonho, maior a parcela atribuível ao fator do deslocamento em sua formação.

Nosso exemplo de sonho exhibe pelo menos um grau de deslocamento tal que seu conteúdo parece ter um *centro* diferente do de seus pensamentos oníricos. No primeiro plano do conteúdo do sonho, ocupa lugar proeminente uma situação em que uma mulher parece me fazer investidas amorosas; já nos pensamentos oníricos, a ênfase principal recai sobre o desejo de ao menos uma vez desfrutar de um amor desinteressado, um amor que “não custe nada”, idéia esta que se oculta por trás da frase a respeito dos “olhos tão bonitos” [“belos olhos”] e da alusão forçada a “espinafre”.

Se desfazemos o deslocamento onírico por meio da análise, obtemos o que parecem ser informações completamente fidedignas sobre dois problemas muito debatidos no tocante aos sonhos: seus instigadores e sua ligação com a vida de vigília. Há sonhos que revelam imediatamente sua derivação dos acontecimentos do dia; em outros não se descobre nenhum vestígio dessa derivação. Quando pedimos ajuda à análise, descobrimos que todo sonho, sem nenhuma exceção possível, remonta a uma impressão dos últimos dias ou, como provavelmente seria mais correto dizer, do dia imediatamente anterior ao sonho, do “dia do sonho”. A impressão que desempenha o papel de instigador do sonho pode ser tão importante que não nos surpreenda o fato de nos ocuparmos dela durante o dia e, nesse caso, dizemos do sonho, acertadamente, que ele dá prosseguimento aos interesses significativos de nossa vida de vigília. Em geral, porém, quando se encontra no conteúdo do sonho uma ligação com alguma impressão da véspera, essa impressão é tão banal, insignificante e indigna de ser lembrada que é somente com dificuldade que nós mesmos conseguimos recordá-la. E nesses casos, o próprio conteúdo do sonho, mesmo que seja coerente e inteligível, parece ocupar-se das mais indiferentes trivialidades, que seriam indignas de nosso interesse se estivéssemos acordados. Boa parte do desprezo que se vota aos sonhos deve-se à preferência assim mostrada em seu conteúdo pelo que é indiferente e trivial.

A análise desfaz a aparência enganadora em que se fundamenta esse juízo desdenhoso. Se o conteúdo do sonho destaca alguma impressão indiferente como sua instigadora, a análise invariavelmente traz à luz uma vivência significativa, pela qual o sonhador tem boas razões para ser estimulado. Essa vivência foi substituída pela indiferente, com a qual está ligada por abundantes vínculos associativos. Enquanto o conteúdo do sonho trata de um material de representações insignificante e desinteressante, a análise desvenda as numerosas vias associativas que ligam essas trivialidades com coisas da mais alta importância psíquica na estimativa do sonhador. *Se o que penetra no conteúdo dos sonhos são impressões e material indiferentes e triviais, e não justificadamente estimuladores e interessantes, isso é apenas o efeito do processo de deslocamento.* Se respondermos a nossas perguntas sobre os instigadores do sonho e a vinculação entre o sonhar e os assuntos cotidianos com base no novo discernimento que adquirimos da substituição do conteúdo manifesto pelo conteúdo

latente dos sonhos, chegaremos às seguintes conclusões: *os sonhos nunca se ocupam de coisas que não julgaríamos merecedoras de nosso interesse durante o dia, e as trivialidades que não nos afetam durante o dia são incapazes de acompanhar-nos em nosso sono.*

Qual foi o instigador do sonho no exemplo que escolhemos para análise? Foi o evento decididamente insignificante de meu amigo ter-me oferecido *uma corrida de táxi gratuita*. A situação da *table d'hôte* no sonho continha uma alusão a essa causa precipitante banal, pois, em minha conversa, eu havia comparado o taxímetro a uma *table d'hôte*. Mas posso também apontar a vivência importante representada por essa vivência trivial. Alguns dias antes, eu desembolsara uma considerável soma em dinheiro em favor de um membro de minha família que me é querido. Não surpreende, diziam os pensamentos oníricos, que essa pessoa se sentisse grata a mim: um amor desses não seria “gratuito”. O amor gratuito, porém, ficou em primeiro plano nos pensamentos oníricos. O fato de, não muito antes, eu ter feito diversas *corridas de táxi* com o parente em questão tornou possível que a corrida de táxi com meu amigo me lembrasse de minhas ligações com essa outra pessoa.

A impressão indiferente que se torna instigadora do sonho graças a esse tipo de associações está sujeita a uma outra condição que não se aplica à verdadeira fonte do sonho: ela deve ser sempre uma impressão *recente*, que provenha do dia do sonho.

Não posso abandonar o tema do deslocamento onírico sem chamar atenção para um processo notável que ocorre na formação dos sonhos e no qual a condensação e o deslocamento *combinam-se* para produzir o resultado. Ao examinarmos a condensação, já vimos a maneira como duas representações dos pensamentos oníricos que tenham algo em comum, algum ponto de contato, são substituídas no conteúdo do sonho por uma representação composta, na qual um núcleo relativamente nítido retrata o que elas têm em comum, enquanto alguns detalhes colaterais indistintos correspondem aos aspectos em que elas diferem entre si. Quando, além da condensação, ocorre o deslocamento, o que se forma não é uma representação mista, mas sim uma “entidade comum intermediária”, que mantém com os dois elementos diferentes uma relação semelhante à que é mantida pela resultante de um paralelograma de forças com seus componentes. Por exemplo, no conteúdo de um de meus sonhos, falava-se numa injeção de *propil*. De início, a análise levou-me apenas a uma vivência indiferente que agira como instigadora do sonho e na qual tinha havido uma participação da *amila*. Ainda não me era possível justificar a confusão entre *amila* e *propil*. No grupo de representações por trás do mesmo sonho, entretanto, havia também uma recordação de minha primeira visita a Munique, onde o *Propileu* me havia chamado a atenção. Os pormenores da análise tornavam plausível supor que a influência desse segundo

grupo de representações sobre o primeiro é que fora responsável pelo deslocamento de amila para propil. Propil é, por assim dizer, uma representação intermediária entre amila e propileu, e penetrou no conteúdo do sonho como uma espécie de compromisso, através de condensação e deslocamento simultâneos.

Mais ainda do que no processo de condensação, há no processo de deslocamento uma premente necessidade de descobrir o motivo desses enigmáticos esforços por parte do trabalho do sonho.

VI

É o processo de deslocamento o principal responsável por sermos incapazes de descobrir ou reconhecer os pensamentos oníricos no conteúdo do sonho, a menos que compreendamos a razão de sua distorção. Não obstante, os pensamentos oníricos são também submetidos a outra forma de transformação, mais suave, que leva à descoberta de uma nova conquista por parte do trabalho do sonho, porém uma conquista facilmente inteligível. Os primeiros pensamentos oníricos com que deparamos ao prosseguir na análise freqüentemente nos impressionam pela forma inusitada em que são expressos; não se revestem da linguagem sóbria que costuma ser empregada por nossos pensamentos, mas, ao contrário, são simbolicamente representados por meio de símiles e metáforas, em imagens semelhantes às do discurso poético. Não há dificuldade em explicar o constringimento imposto à forma pela qual os pensamentos oníricos se expressam. O conteúdo manifesto dos sonhos consiste, em sua maior parte, em situações pictóricas, e os pensamentos oníricos, por conseguinte, devem ser submetidos, em primeiro lugar, a um tratamento que os torne adequados a esse tipo de representação. Se nos imaginarmos diante do problema de representar os argumentos de um editorial político ou os discursos dos advogados perante um tribunal numa série de imagens, compreenderemos com facilidade as modificações que precisam necessariamente ser efetuadas pelo trabalho do sonho, devido a *considerações à representabilidade no conteúdo do sonho*.

O material psíquico dos pensamentos oníricos inclui, habitualmente, recordações de vivências marcantes - não raro da primeira infância - que portanto são em si percebidas, em geral, como situações que têm um conteúdo visual. Sempre que surge a possibilidade, essa

parte dos pensamentos oníricos exerce uma influência decisiva sobre a forma assumida pelo conteúdo do sonho; constitui, por assim dizer, um núcleo de cristalização que atrai para si o material dos pensamentos oníricos e, desse modo, afeta sua distribuição. A situação do sonho não é, com frequência, outra coisa senão uma repetição modificada, e complicada por interpolações, de uma dessas vivências marcantes; por outro lado, as reproduções fiéis e diretas de cenas reais raramente aparecem nos sonhos.

O conteúdo dos sonhos, todavia, não consiste inteiramente em situações, mas inclui também fragmentos desconexos de imagens visuais, ditos e até fragmentos de pensamentos inalterados. Portanto, talvez seja interessante enumerar muito sucintamente os modos de representação de que dispõe o trabalho do sonho para reproduzir os pensamentos oníricos na forma peculiar de expressão necessária aos sonhos.

Os pensamentos oníricos a que chegamos por meio da análise revelam-se como um complexo psíquico da mais intrincada estrutura possível. Suas partes mantêm entre si as mais variadas relações lógicas: representam primeiros planos e planos de fundo, condições, digressões e ilustrações, seqüências de provas e contra-argumentações. Cada cadeia de pensamentos é quase invariavelmente acompanhada por sua contrapartida contraditória. Não falta a esse material nenhuma das características que nos são familiares por nosso pensamento de vigília. Ora, quando tudo isso tem de ser transformado num sonho, o material psíquico é submetido a uma pressão que o condensa enormemente, a uma fragmentação interna e a um deslocamento que criam, por assim dizer, novas superfícies, e a uma operação seletiva em prol de suas partes mais apropriadas para construir situações. Ao levarmos em conta a gênese do material, um processo dessa natureza merecerá ser descrito como uma “regressão”. No curso dessa transformação, contudo, perdem-se os vínculos lógicos que até então mantinham unido o material psíquico. É somente o conteúdo substantivo dos pensamentos oníricos, por assim dizer, que o trabalho do sonho domina e manipula. A restauração das ligações destruídas pelo trabalho do sonho é uma tarefa a ser executada pelo trabalho de análise.

Portanto, os meios de expressão ao alcance do sonho podem ser qualificados de escassos em comparação com os de nossa linguagem intelectual; ainda assim, o sonho não precisa abandonar por completo a possibilidade de reproduzir as relações lógicas presentes nos pensamentos oníricos. Pelo contrário, ele logra com bastante frequência substituí-los por características formais de sua própria urdidura.

Em primeiro lugar, os sonhos levam em conta a ligação que inegavelmente existe entre todas as partes dos pensamentos oníricos, combinando a totalidade do material numa única situação. Reproduzem o encadeamento lógico pela proximidade no tempo e no espaço,

assim como um pintor representa todos os poetas num único grupo num quadro do Parnaso. É verdade que eles nunca estiveram de fato reunidos num único cimo de montanha, mas certamente formam um grupo conceitual. Os sonhos levam esse método de representação aos mínimos detalhes e, freqüentemente, quando nos mostram muito próximos dois elementos do conteúdo do sonho, isso indica que há alguma ligação especialmente íntima entre o que a eles corresponde nos pensamentos oníricos. A propósito, cabe observar que todos os sonhos produzidos numa mesma noite dão a conhecer, na análise, que derivam do mesmo círculo de pensamentos.

A relação causal entre dois pensamentos ou é deixada sem representação, ou é substituída por uma *seqüência* de dois trechos de sonho de extensão diferente. Aqui, a representação freqüentemente se inverte, com o princípio do sonho representando a consequência, e sua conclusão, a premissa. A *transformação* imediata de uma coisa em outra no sonho parece representar a relação de *causa e efeito*.

A alternativa “ou... ou” nunca se expressa nos sonhos, sendo ambas as alternativas inseridas no texto do sonho como se fossem igualmente válidas. Já mencionei que o “ou... ou” empregado no relato do sonho deve ser traduzido por “e”. [Ver em [1].]

As representações opostas são preferencialmente expressas nos sonhos por um único elemento. O “não” parece inexistir no que concerne aos sonhos. A oposição entre dois pensamentos, a relação de inversão, pode ser representada nos sonhos de maneira realmente notável. Pode ser representada pela transformação de *outra* parte do conteúdo onírico em seu oposto - como numa reflexão *a posteriori*, por assim dizer. Em breve tomaremos conhecimento de outro método para expressar a contradição. A sensação de *inibição do movimento*, tão comum nos sonhos, serve também para expressar uma contradição entre dois impulsos, um *conflito da vontade*.

Uma única dessas relações lógicas - a de *similaridade, consonância, a posse de atributos comuns* - é favorecida em altíssimo grau pelo mecanismo da formação do sonho. O trabalho do sonho se vale desses casos como base para a condensação onírica, reunindo tudo o que exhibe tal concordância numa nova unidade.

Esta breve série de apontamentos grosseiros é insuficiente, por certo, para lidar com toda a gama de meios formais empregados pelos sonhos para a expressão de relações lógicas nos

pensamentos oníricos. Os diferentes sonhos formam-se com maior ou menor cuidado nesse aspecto; atêm-se com maior ou menor exatidão ao texto que lhes é apresentado; empregam em maior ou menor grau os expedientes ao alcance do trabalho do sonho. Na segunda dessas alternativas, eles se mostram obscuros, confusos e desconexos. Quando, no entanto, um sonho se afigura *obviamente* absurdo, quando seu conteúdo inclui um absurdo palpável, isso se dá intencionalmente; seu aparente desprezo por todos os requisitos da lógica expressa parte do conteúdo intelectual dos pensamentos oníricos. O absurdo no sonho significa a presença, nos pensamentos oníricos, de *contradição, escárnio e ironia*. Uma vez que esta afirmação se opõe de maneira extremamente acentuada à opinião de que os sonhos são produto de uma atividade mental dissociada e acrítica, quero enfatizá-la através de um exemplo.

Um de meus conhecidos, o Sr. M., fora atacado num ensaio com um injustificado grau de violência, ao que todos pensamos, por ninguém menos que Goethe. O Sr. M., naturalmente, ficou arrasado com o ataque. Queixou-se amargamente dele com algumas pessoas que o acompanhavam à mesa; sua veneração por Goethe, entretanto, não foi afetada por essa experiência pessoal. Tentei esclarecer um pouco os dados cronológicos, que me pareciam improváveis. Goethe morreu em 1832. Uma vez que seu ataque ao Sr. M. naturalmente teria sido feito antes disso, o Sr. M. devia ser um homem muito jovem na ocasião. Pareceu-me uma noção plausível que tivesse dezoito anos. Eu não tinha muita certeza, porém, do ano em que escrevíamos, de modo que todo o meu cálculo se desfazia na obscuridade. A propósito, o ataque estava contido no famoso ensaio de Goethe sobre a “Natureza”.

O caráter absurdo desse sonho ficará ainda mais flagrantemente óbvio se eu explicar que o Sr. M. é um homem de negócios ainda moço, que está muito longe de ter quaisquer interesses poéticos e literários. Não tenho dúvidas, porém, de que uma vez penetrando na análise do sonho, conseguirei mostrar quanto “método” existe em seu contra-senso.

O material do sonho decorreu de três fontes:

(1) O Sr. M., com quem travei conhecimento entre *algumas pessoas à mesa*, pediu-me um dia que examinasse seu irmão mais velho, que estava mostrando sinais de atividade mental perturbada. No decorrer de minha conversa com o paciente ocorreu um episódio embaraçoso, pois ele entregou o irmão, sem nenhuma razão justificável, ao falar sobre suas *loucuras da juventude*. Eu havia perguntado ao paciente o *ano de seu nascimento*. (cf. *o ano da morte* de Goethe, no sonho) e o fizera efetuar diversos cálculos para testar a debilitação

de sua memória.

(2) Um periódico médico, que, entre outros, trazia meu nome na folha de rosto, publicara uma crítica positivamente “*arrasadora*”, feita por um crítico jovem, de um livro de meu amigo F., de Berlim. Pedi explicações disso ao editor, mas, embora expressasse seu pesar, ele se recusou a fazer qualquer retratação. Assim, cortei relações com o periódico, mas, em minha carta de renúncia, expressei a esperança de que *nossas relações pessoais não fossem afetadas pelo acontecimento*. Essa era a verdadeira fonte do sonho. A recepção desfavorável do trabalho de meu amigo causara-me profunda impressão. O livro continha, em minha opinião, uma descoberta biológica fundamental, que só agora - passados muitos anos - começa a ter boa acolhida dos especialistas.

(3) Uma paciente minha, pouco tempo antes, dera-me uma descrição da enfermidade de seu irmão e de como ele entrara num delírio frenético aos gritos de “Natureza! Natureza!”. Os médicos acreditavam que sua exclamação provinha de ele ter lido o notável ensaio de *Goethe* sobre esse assunto e que isso denotava que ele se vinha sobrecarregando com um excesso de trabalho em seus estudos. Eu havia comentado *parecer-me mais plausível* que sua exclamação da palavra “Natureza” fosse tomada no sentido sexual em que é empregada aqui pelas pessoas menos cultas. Pelo menos, pensei, essa minha idéia não foi refutada, dado o fato de que o pobre rapaz depois mutilou seus próprios órgãos genitais. Ele tinha *dezoito anos* na ocasião de seu surto.

Por trás de meu próprio eu, no conteúdo do sonho, ocultava-se, em primeiro lugar, meu amigo que fora tão maltratado pelo crítico. “*Tentei esclarecer um pouco os dados cronológicos.*” O livro de meu amigo versava sobre os dados cronológicos da vida e, entre outras coisas, mostrava que a extensão da vida de *Goethe* era um múltiplo de um certo número de dias que tem importância na biologia. Mas esse eu era comparado com um paralítico: “*Eu não tinha muita certeza, porém, do ano em que escrevíamos*”. Assim, o sonho fez com que meu amigo parecesse comportar-se como um paralítico e, nesse aspecto, era um amontoado de absurdos. Os pensamentos oníricos, porém, diziam ironicamente: “Naturalmente, *ele* [meu amigo F.] é que é um tolo, um maluco, e *vocês* [os críticos] é que são os gênios que sabem de tudo. É claro que não seria o *inverso*, não é?” Havia inúmeros exemplos dessa *inversão* no sonho. Por exemplo, *Goethe* atacava o rapaz, o que é absurdo, ao passo que ainda é fácil um homem bem jovem atacar o grande *Goethe*.

Eu gostaria de sustentar que nenhum sonho é instigado por moções que não sejam egoístas. Na realidade, o eu desse sonho não representa apenas meu amigo, mas também a mim. Identifiquei-me com ele porque o destino de sua descoberta parecia prenunciar a recepção

das minhas. Se eu expusesse minha teoria que ressalta o papel desempenhado pela sexualidade na etiologia dos distúrbios psiconeuróticos (cf. a alusão ao grito de “Natureza! Natureza!” do paciente de dezoito anos), depararia com as mesmas críticas; e já me estava preparando para enfrentá-las com o mesmo escárnio.

Quando prosseguimos no exame dos pensamentos oníricos, continuamos a encontrar o escárnio e o desprezo como correlatos dos absurdos do sonho manifesto. É bem sabido que foi a descoberta do crânio fendido de uma ovelha no Lido de Veneza que deu a Goethe a idéia da chamada teoria “vertebral” do crânio. Meu amigo se vangloria de que, quando estudante, desencadeou uma tempestade que levou à destituição de um velho professor que, embora um dia se tivesse distinguido (entre outras coisas, precisamente em conexão com o mesmo ramo de anatomia comparada), havia-se tornado incapaz de ensinar devido à *demência senil*. Assim, a agitação provocada por meu amigo serviu para combater o nocivo sistema o segundo qual não existe *limite de idade* para os funcionários acadêmicos nas universidades alemãs - porque *a idade, proverbialmente, não é defesa contra a loucura*. - No hospital daqui, tive a honra de servir durante anos sob as ordens de um chefe que há muito era um fóssil e que por décadas fora notoriamente um *débil mental*, mas que tinha permissão para continuar exercendo seu cargo de responsabilidade. Nesse ponto, pensei num termo descritivo baseado na descoberta do Lido. Alguns de meus jovens contemporâneos de hospital inventaram, a propósito desse homem, uma versão do que era então uma canção popular: “*Das hat kein Goethe g’schrieben, das hat kein Schiller g’dicht...*”

VII

Ainda não chegamos ao término de nossa consideração do trabalho do sonho. Além da condensação, do deslocamento e da disposição pictórica do material psíquico, somos obrigados a atribuir-lhe mais uma atividade, embora esta não se mostre em operação em *todos* os sonhos. Não tratarei exaustivamente dessa parte do trabalho do sonho e, sendo assim, limito-me a observar que a maneira mais fácil de se ter uma representação de sua natureza é supor - embora a suposição provavelmente não corresponda aos fatos - que *ela só entra em ação DEPOIS de se ter formado o conteúdo onírico*. Sua função consistiria, portanto, em dispor os componentes do sonho de tal maneira que eles formem um todo mais ou menos interligado, uma composição onírica. Desse modo, o sonho recebe uma espécie de

fachada (embora, é verdade, ela não oculte seu conteúdo em todos os pontos), e assim recebe uma primeira interpretação preliminar, que é apoiada por interpolações e ligeiras modificações. A propósito, essa elaboração do conteúdo do sonho só é possível quando não é executada com excessiva meticulosidade; ademais, ela não nos oferece nada além de um flagrante mal-entendido dos pensamentos oníricos. Antes de iniciarmos a análise de um sonho, temos que livrar o terreno dessa tentativa de interpretação.

A motivação dessa parte do trabalho do sonho é particularmente óbvia. A *consideração à inteligibilidade* é o que leva a essa elaboração final do sonho, e isso revela a origem dessa atividade. Frente ao conteúdo onírico que tem diante de si, ela se comporta exatamente como o faz nossa atividade psíquica normal, em geral, diante de qualquer conteúdo perceptivo que lhe seja apresentado. Entende esse conteúdo com base em certas representações antecipatórias e o ordena, já no momento de percebê-lo, segundo a pressuposição de que seja inteligível; assim procedendo, ela corre o risco de falseá-lo e, de fato, quando não consegue harmonizá-lo como algo já familiar, torna-se presa dos mais estranhos mal-entendidos. Como é sabido, somos incapazes de ver uma série de sinais estranhos ou de ouvir uma sucessão de palavras desconhecidas sem falsear de imediato a percepção por uma consideração à inteligibilidade, com base em alguma coisa já conhecida.

Os sonhos que passaram por esse tipo de elaboração por parte de uma atividade psíquica completamente análoga ao pensamento de vigília podem ser descritos como “bem-construídos”. No caso de outros sonhos, essa atividade falhou por completo; não se fez sequer uma tentativa de ordenar ou interpretar o material, e como, depois de acordar, sentimo-nos identificados com essa última parte do trabalho do sonho, formamos o juízo de que o sonho foi “irremediavelmente confuso”. Do ponto de vista da análise, contudo, um sonho que se assemelhe a um amontoamento desordenado de fragmentos desconexos é tão valioso quanto outro cuidadosamente burilado e provido de uma superfície. No primeiro caso, inclusive, é-nos poupado o trabalho de demolir o que foi superposto ao conteúdo onírico.

Seria um equívoco, porém, supor [1] que essas fachadas de sonho não passam de elaborações errôneas e um tanto arbitrárias do conteúdo do sonho pela instância consciente de nossa vida anímica. Na produção da fachada do sonho empregam-se, não raro, fantasias de desejo presentes nos pensamentos oníricos sob forma pré-construída, e que têm o mesmo caráter dos apropriadamente chamados “sonhos diurnos”, que nos são familiares na vida de vigília. As fantasias de desejo reveladas pela análise nos sonhos noturnos com freqüência se revelam repetições ou versões modificadas de cenas da infância; por isso, em alguns casos, a fachada do sonho revela diretamente o núcleo real do sonho, distorcido pela mescla com outro material.

O trabalho do sonho não exhibe nenhuma outra atividade senão as quatro que já foram

mencionadas. Se nos atemos à definição de “trabalho do sonho” como o processo de transformação dos pensamentos oníricos no conteúdo do sonho, decorre daí que o trabalho do sonho não é criativo, não desenvolve fantasias que lhe sejam próprias, não emite juízos e não tira conclusões; não tem outras funções que não sejam a condensação e o deslocamento do material e sua transmutação em forma pictórica, ao que se deve acrescentar, como fator variável, a parcela final de elaboração interpretativa. É verdade que, no conteúdo do sonho, encontramos diversas coisas que nos inclinaríamos a encarar como produto de alguma outra função intelectual superior, mas, na totalidade dos casos, a análise mostra convincentemente que *essas operações intelectuais estavam previamente efetuadas nos pensamentos oníricos e que foram apenas INCORPORADAS pelo conteúdo do sonho*. Uma conclusão tirada no sonho nada mais é do que a repetição de uma conclusão dos pensamentos oníricos; quando essa conclusão é transposta para o sonho sem modificação, ela se afigura impecável; quando o trabalho do sonho a desloca para algum outro material, parece absurda. Um cálculo no conteúdo do sonho não significa nada além da existência de um cálculo nos pensamentos oníricos; todavia, enquanto este último é sempre racional, o cálculo do sonho pode produzir os resultados mais desvairados, caso seus fatores sejam condensados ou suas operações matemáticas sejam deslocadas para outro material. Nem sequer os ditos que ocorrem no conteúdo onírico são composições originais; revelam-se uma miscelânea de ditos proferidos, escutados ou lidos, que se reavivaram nos pensamentos oníricos e cujo enunciado é produzido com exatidão, ao passo que sua origem é inteiramente desprezada e seu sentido, violentamente alterado.

Talvez seja bom apoiar estas últimas afirmativas em alguns exemplos.

(1) Eis um sonho bem construído e de aparência inocente, produzido por uma paciente:

Ela sonhou que estava indo ao mercado com a cozinheira, que carregava a cesta. Depois de ela haver pedido algo, o açougueiro lhe disse: “*Isso não se consegue mais*” e lhe ofereceu outra coisa, acrescentando: “Isto também é bom.” Ela o rejeitou e se dirigiu à mulher que vendia verduras, que tentou convencê-la a comprar uma estranha hortaliça, que vinha amarrada em feixes mas era de cor negra. Disse: “Não reconheço isso: não vou levá-lo.”

O comentário “*Isso não se consegue mais*” provinha do próprio tratamento. Alguns dias antes, eu havia explicado à paciente, com essas mesmas palavras, que as lembranças infantis mais antigas “*não se conseguiam mais como tais*”, sendo substituídas, na análise, por “transferências” e sonhos. Portanto, o açougueiro era *eu*.

O segundo dito - “Não reconheço isso” - ocorrera num contexto inteiramente diverso. No dia anterior, ela havia repreendido a cozinheira, que aliás também aparecia no sonho, com as palavras: “*Comporte-se direito! Não reconheço isso!*”, querendo dizer, sem dúvida, que

não compreendia tal comportamento e não o toleraria. Em consequência do deslocamento, foi a parte mais inocente desse dito que penetrou no conteúdo do sonho, mas, nos pensamentos oníricos, apenas a outra parte do dito é que desempenhava um papel. Ocorre que o trabalho do sonho havia reduzido à completa ininteligibilidade e à inocência extrema uma situação fantasiosa em que *eu me comportaria de maneira imprópria* com essa dama, de um modo especial. Mas essa situação esperada pela paciente em sua fantasia era, por sua vez, apenas uma reedição de algo que ela realmente vivenciara um dia. [1]

(II) Eis um sonho de aparência totalmente sem sentido, contendo números. *Ela ia pagar alguma coisa. Sua filha retirou-lhe da bolsa 3 florins e 65 kreuzers, mas ela lhe disse: “O que está fazendo? Custa só 21 kreuzers.”*

A sonhadora viera do exterior e sua filha estava numa escola daqui; estaria em condições de prosseguir seu tratamento comigo enquanto a filha permanecesse em Viena. No dia anterior ao sonho, a diretora da escola lhe sugerira que ela deixasse a filha no colégio por mais um ano. Nesse caso, ela também poderia continuar com o tratamento por um ano. As cifras do sonho tornam-se significativas se nos lembrarmos que “tempo é dinheiro”. Um ano é igual a 365 dias ou, expresso em dinheiro, 365 kreuzers, ou 3 florins e 65 kreuzers. Os 21 kreuzers correspondiam às 3 semanas que ainda transcorreriam entre o dia do sonho e o final do período letivo, e também até o término do tratamento da paciente. Evidentemente, eram as considerações financeiras que haviam induzido essa dama a recusar a proposta da diretora e que eram responsáveis pela pequenez das somas mencionadas no sonho.

(III) Uma dama que, embora ainda jovem, já estava casada há vários anos, recebeu a notícia de que uma conhecida sua, a Srta. Elise L., que tinha quase exatamente a sua idade, havia ficado noiva. Essa foi a causa precipitante do seguinte sonho:

Ela estava no teatro com o marido. Um lado da platéia estava completamente vazio. O marido lhe contou que Elise L., e seu noivo tinham querido ir também, mas só haviam conseguido lugares ruins - três por um florim e 50 kreuzers - e, naturalmente, não puderam aceitá-los. Ela pensou que realmente não lhes teria causado nenhum prejuízo fazê-lo.

O que nos interessa aqui é a fonte dos números no material dos pensamentos oníricos e as transformações que sofreram. De onde proviria a cifra de 1 florim e 50 kreuzers? Provinha do que, na realidade, fora um acontecimento irrelevante da véspera. Sua cunhada fora presenteada pelo marido com 150 florins e *se apressara* a livrar-se deles comprando uma jóia. Convém notar que 150 florins são *cem* vezes mais que 1 florim e 50 kreuzers. A única

ligação com os “três”, que era o número de entradas de teatro, estava em que sua amiga que acabara de ficar noiva era precisamente três meses mais moça que ela. A situação do sonho era a repetição de um pequeno incidente a propósito do qual seu marido freqüentemente fazia troça dela. Em certa ocasião, ela se apressara muito a comprar antecipadamente entradas para uma peça e, ao chegar ao teatro, descobrira que um lado da platéia estava quase completamente vazio. *Não teria sido necessário ela se apressar tanto.* Por fim, não nos deve passar despercebido o absurdo, no sonho, de duas pessoas comprarem três entradas para uma peça.

Agora, os pensamentos oníricos: “Foi *absurdo* casar tão cedo. *Não teria sido necessário eu me apressar tanto.* Pelo exemplo de Elise L., vejo que teria acabado conseguindo um marido. Na verdade, teria conseguido um *cem vezes* melhor” (uma jóia), “se ao menos tivesse esperado. Meu dinheiro” (ou dote) “poderia ter comprado *três* homens tão bons quanto ele.”

VIII

Após termos travado conhecimento com o trabalho do sonho através da exposição precedente, ficamos decerto inclinados a considerá-lo um processo psíquico sumamente peculiar, do qual, ao que sabemos, não existe semelhante em parte alguma. É como se transportássemos para o trabalho do sonho todo o assombro que antes costumava ser despertado em nós por seu produto, o sonho. Na realidade, contudo, o trabalho do sonho é apenas o primeiro que descobrimos dentre toda uma série de processos psíquicos responsáveis pela gênese de sintomas histéricos, fobias, obsessões e delírios. A condensação e sobretudo o deslocamento são características invariáveis também desses outros processos. A transmutação numa forma pictórica, por outro lado, permanece como uma peculiaridade do trabalho do sonho. Se esta explicação situa o sonho numa mesma série ao lado das formações produzidas pela doença psíquica, isso torna ainda mais importante que desvendemos as condições determinantes essenciais de processos como os que ocorrem na formação do sonho. É provável que fiquemos surpresos ao saber que nem o estado de sono nem a doença encontram-se entre essas condições indispensáveis. Toda uma série de fenômenos da vida cotidiana das pessoas sadias - como o esquecimento, os lapsos de linguagem, os atos falhos e uma certa classe de erros - deve sua origem a um mecanismo psíquico análogo ao dos sonhos e ao dos outros membros da série.

O âmago do problema está no deslocamento, que é, decididamente, a mais notável das singulares conquistas do trabalho do sonho. Quando nos aprofundamos no assunto, passamos a compreender que a condição determinante essencial do deslocamento é puramente psicológica: algo da ordem de uma *motivação*. Deparamos com seu rastro ao levarmos em consideração certas vivências a que não nos podemos furtar na análise dos sonhos. Ao analisar meu sonho-modelo, fui obrigado a interromper meu relato dos pensamentos oníricos, em [1], porque, como confessei, havia entre eles alguns que eu preferiria ocultar dos estranhos e que não poderia comunicar a outras pessoas sem grave prejuízo para importantes aspectos pessoais. Acrescentei que nada se ganharia se eu escolhesse outro sonho em vez daquele para comunicar sua análise: esbarraria em pensamentos oníricos que exigiriam manter-se em segredo no caso de *todo* sonho de conteúdo obscuro ou confuso. Entretanto, se prosseguisse na análise por minha própria conta, sem nenhuma referência a outras pessoas (a quem, na realidade, uma experiência tão pessoal quanto meu sonho não poderia estar destinada), eu acabaria chegando a pensamentos que me surpreenderiam, de cuja presença em mim eu não estaria ciente, que me seriam não apenas *estranhos*, mas também *desagradáveis*, e que, portanto, eu me sentiria inclinado a contestar energicamente, embora a cadeia de pensamentos que perpassa a análise insistisse neles de maneira implacável. Há apenas um modo de explicar esse estado de coisas, que é de ocorrência bastante universal; trata-se de supor que esses pensamentos realmente estavam presentes em minha vida anímica, de posse de uma certa intensidade ou energia psíquicas, mas que se encontravam numa situação psicológica peculiar, em consequência da qual *não podiam tornar-se conscientes* para mim. (Descrevo esse estado particular como sendo um estado de “recalcamento”.) Não posso deixar de concluir, então, que existe um vínculo casual entre a obscuridade do conteúdo do sonho e o estado de recalcamento (inadmissibilidade à consciência) de alguns dos pensamentos oníricos, e que o sonho se veria forçado a ser obscuro para não trair os pensamentos oníricos proscritos. Assim, chegamos ao conceito de uma “distorção onírica”, que é produto do trabalho do sonho e serve à finalidade da dissimulação, ou seja, do disfarce.

Quero submeter isso à prova do sonho-modelo que escolhi para análise e indagar qual foi o pensamento que penetrou no sonho sob forma distorcida e que eu estaria inclinado a repudiar se assim não fosse. Lembro que minha corrida gratuita de táxi me fizera recordar minha recente e dispendiosa corrida com um membro de minha família, que a interpretação do sonho fora “Quisera poder um dia experimentar um amor que não me custasse nada”; e que, pouco tempo antes do sonho, eu fora obrigado a despender uma considerável soma em dinheiro por causa dessa mesma pessoa. Tendo em mente esse contexto, não posso fugir à conclusão de que *lamento ter feito* essa despesa. Só depois de reconhecer essa moção é que meu desejo de um amor que não me exigisse *nenhum* gasto, no sonho, adquire sentido. Não obstante, posso honestamente dizer que, quando decidi gastar aquela importância, não hesitei

por um só momento. Meu pesar por ter de fazê-lo - a corrente contrária de sentimento - não se tornou consciente para mim. *Por que* não o fez é outra questão, que nos levaria muito longe e cuja resposta me é conhecida, mas pertence a outro contexto.

Se analiso um sonho que não é meu, mas de outra pessoa, a conclusão é a mesma, embora as razões para acreditar nela sejam diferentes. Quando o sonhador é uma pessoa sadia, não me resta outro recurso para obrigá-la a reconhecer as idéias recalçadas que foram descobertas senão apontar o contexto dos pensamentos oníricos, e nada posso fazer se ela se recusa a reconhecê-los. Quando, no entanto, lido com um paciente neurótico, um histérico, por exemplo, ele constata que a aceitação do pensamento recalçado lhe é obrigatória, graças a sua vinculação com os sintomas da doença e à melhora que ele experimenta quando troca esses sintomas pelas idéias recalçadas. No caso, por exemplo, da paciente que teve o sonho recém-citado com os três ingressos de teatro que custavam 1 florim e 50 kreuzers, a análise levou à inevitável conclusão de que ela menosprezava seu marido (cf. sua idéia de que poderia ter conseguido outro “cem vezes melhor”), lamentava haver-se casado com ele e gostaria de trocá-lo por outro. É verdade que ela afirmava amar o marido e que sua vida afetiva nada sabia desse menosprezo por ele, mas todos os seus sintomas levavam à mesma conclusão que o sonho. E, depois de se haverem revivido lembranças recalçadas de um certo período em que, conscientemente, ela não amara o marido, seus sintomas se dissiparam e sua resistência à interpretação do sonho desapareceu.

IX

Agora que estabelecemos o conceito de recalçamento e relacionamos a distorção do sonho com o material psíquico recalçado, podemos expressar em termos gerais a principal descoberta a que fomos levados pela análise dos sonhos. No caso dos sonhos inteligíveis e providos de sentido, descobrimos que eles são realizações do desejo indisfarçadas, isto é, que, em seu caso, a situação onírica representa como realizado um desejo conhecido pela consciência, que ficou pendente da vida diurna e é merecidamente digno de interesse. A análise nos ensinou algo inteiramente análogo no caso dos sonhos obscuros e confusos: também aí a situação onírica representa um desejo como realizado - um desejo invariavelmente oriundo dos pensamentos oníricos, mas que é representado de forma irreconhecível e só pode ser explicado quando, na análise, remonta-se à sua origem. Nesses casos, ou o próprio desejo é recalçado e estranho à consciência, ou está intimamente ligado a pensamentos recalçados e neles se baseia. Portanto, a fórmula para esses sonhos é a seguinte: *eles são realizações disfarçadas de desejos recalçados*. É interessante, nesse

contexto, observar que se confirma a crença popular de que os sonhos sempre prevêm o futuro. Na realidade, o futuro que o sonho nos mostra não é o futuro que *ocorrerá*, mas o que *gostaríamos* que ocorresse. A alma popular comporta-se aqui como geralmente o faz: acredita no que deseja.

Os sonhos se enquadram em três classes, conforme sua atitude para com a realização de desejo. A primeira classe consiste nos que representam indisfarçadamente um desejo não recalcado; são os sonhos de tipo infantil que se tornam cada vez mais raros nos adultos. Em segundo lugar, há os sonhos que expressam disfarçadamente um desejo recalcado; estes, indubitavelmente, constituem a esmagadora maioria de todos os nossos sonhos e exigem análise para serem compreendidos. Em terceiro lugar, temos os sonhos que representam um desejo recalcado, mas o fazem com um disfarce insuficiente ou sem disfarce. Estes últimos sonhos são invariavelmente acompanhados de angústia, que os interrompe. Em seu caso, a angústia ocupa o lugar da distorção onírica e, nos sonhos da segunda classe, a angústia só é evitada graças ao trabalho do sonho. Não há grande dificuldade em provar que o conteúdo de representações que nos gera angústia nos sonhos foi outrora um desejo, mas passou desde então pelo recalçamento.

Há também sonhos claros de conteúdo aflitivo, mas que no próprio sonho não é sentido como aflitivo. Por essa razão, não podem ser considerados como sonhos de angústia, mas sempre foram usados como prova de que os sonhos não têm sentido nem valor psíquico. A análise de um desses sonhos mostrará que estamos lidando com realizações bem disfarçadas de desejos recalcados, ou seja, com um sonho da segunda classe; mostrará também a admirável aptidão do processo de deslocamento para disfarçar desejos.

Uma moça sonhou ver morto diante de si o único filho que restara a sua irmã, nas mesmas circunstâncias em que, poucos anos antes, realmente vira o cadáver do *primeiro* filho da irmã. Não sentiu nenhuma dor frente a isso, mas, naturalmente, rejeitou a idéia de que essa situação representasse algum desejo seu. Tampouco havia necessidade de se supor isso. Mas fora ao lado do ataúde da primeira criança que, anos antes, ela vira e falara com o homem de quem estava enamorada; se o segundo filho morresse, ela sem dúvida reencontraria esse homem na casa de sua irmã. Ela ansiava por tal encontro, mas lutava contra esse sentimento. No dia do sonho, havia comprado um ingresso para uma conferência a ser proferida por esse mesmo homem, por quem ainda estava apaixonada. Seu sonho foi um simples sonho de impaciência, do tipo que ocorre com freqüência antes de viagens, idas ao teatro e outros prazeres semelhantes esperados no futuro. Entretanto, para disfarçar de si mesma esse anseio, a situação foi deslocada para um acontecimento de natureza extremamente inadequada para produzir um sentimento de júbilo, embora de fato o tivesse feito no passado. Convém observar que o comportamento afetivo no sonho era apropriado ao conteúdo real que estava em segundo plano, e não ao que fora impelido para o primeiro plano. A situação onírica antecipava o encontro há tanto desejado por ela; não oferecia

X

Até o presente, os filósofos não tiveram oportunidade de se interessarem por uma psicologia do recalçamento. É lícito, portanto, que nos permitamos fazer uma primeira abordagem desse tema até hoje desconhecido através da criação de uma imagem pictórica do curso dos acontecimentos na formação do sonho. É verdade que o quadro esquemático a que chegamos - não apenas a partir do estudo dos sonhos - é bastante complicado, mas não podemos trabalhar com algo mais simples. Nossa hipótese é que, em nosso aparelho anímico, existem duas instâncias formadoras do pensamento, das quais a segunda goza do privilégio de que seus produtos tenham livre acesso à consciência, ao passo que a atividade da primeira é em si inconsciente e só pode chegar à consciência por intermédio da segunda. Na fronteira entre as duas instâncias, na passagem da primeira para a segunda, há uma censura que só deixa passar o que lhe é agradável e retém tudo o mais. De acordo com nossa definição, portanto, o que é rejeitado pela censura fica em estado de recalçamento. Em certas condições, uma das quais é o estado de sono, a relação de forças entre as duas instâncias se modifica de tal maneira que o recalçado não pode mais ser refreado. No estado de sono, isto provavelmente ocorre graças a um relaxamento da censura; quando isso acontece, torna-se possível ao que até então estava recalçado facilitar-se o caminho para a consciência. Entretanto, visto que a censura nunca é completamente eliminada, mas simplesmente reduzida, o material recalçado tem de submeter-se a certas alterações que atenuam seus aspectos ofensivos. O que se torna consciente, nesses casos, é um compromisso entre as intenções de uma das instâncias e as exigências da outra.

Recalçamento - relaxamento da censura - formação de compromisso: este é o modelo básico da gênese não apenas de sonhos, mas também de muitas outras estruturas psicopatológicas; e nesses casos podemos observar também que a formação de compromisso é acompanhada por processos de condensação e deslocamento e pelo emprego de associações superficiais, com as quais nos familiarizamos no trabalho do sonho.

Não temos nenhuma razão para encobrir o fato de que, na hipótese que formulamos para explicar o trabalho do sonho, um papel é desempenhado pelo que se poderia descrever como um elemento “demoníaco”. Tivemos a impressão de que a formação dos sonhos obscuros ocorre *como se* uma pessoa que fosse dependente de uma segunda tivesse de fazer um comentário fadado a ser desagradável ao ouvidos desta segunda, e foi com base nesse símile que chegamos aos conceitos de distorção onírica e censura, esforçando-nos por traduzir

nossa impressão numa teoria psicológica sem dúvida grosseira, mas que pelo menos é lúcida. Com o que quer que a investigação adicional do assunto nos permita identificar nossa primeira e segunda instâncias, podemos seguramente esperar a confirmação de um correlato de nossa hipótese de que a segunda instância controla o acesso à consciência e pode barrar esse acesso à primeira.

Quando termina o estado de sono, a censura recupera prontamente sua plena força e pode então eliminar tudo o que dela foi conquistado durante o seu período de fraqueza. Esta deve ser pelo menos parte da explicação do esquecimento dos sonhos, como mostra uma observação já confirmada em incontáveis ocasiões. Durante o relato de um sonho ou durante sua análise, não é raro ressurgir um fragmento do conteúdo onírico que parecia esquecido. Esse fragmento resgatado do olvido invariavelmente nos proporciona o melhor e mais direto acesso ao sentido do sonho. E, com toda a probabilidade, essa deve ter sido a única razão para que fosse esquecido, ou seja, para que fosse novamente suprimido.

XI

Uma vez que reconheçamos que o conteúdo do sonho é a representação de um desejo realizado e que sua obscuridade se deve a alterações feitas pela censura no material recalcado, não mais teremos qualquer dificuldade em descobrir a *função* dos sonhos. Afirma-se comumente que o sono é perturbado pelos sonhos, mas, curiosamente, somos levados a uma visão contrária e temos de encarar o sonho como *guardião do sono*.

No caso dos sonhos das crianças, não haveria dificuldade em aceitar essa afirmação. O estado de sono ou alteração psíquica implicada no sono, seja ela qual for, é promovido por uma decisão de dormir que é imposta à criança ou à qual ela chega com base nas sensações de fadiga, e que só é possibilitada pelo afastamento de estímulos que possam sugerir ao aparelho psíquico outros objetivos que não o de dormir. Os meios pelos quais é possível manter afastados os estímulos *externos* são-nos conhecidos; mas quais são os meios disponíveis para controlar os estímulos psíquicos internos que se opõem ao adormecimento? Observemos uma mãe que esteja fazendo seu filho dormir. A criança expressa um fluxo incessante de desejos: quer mais um beijo, quer continuar brincando. A mãe satisfaz alguns desses desejos, mas usa sua autoridade para adiar outros para o dia seguinte. É claro que os desejos ou necessidades que possam surgir exercem um efeito inibidor sobre o adormecimento. Todos conhecemos a divertida história contada por Balduin Groller [um popular romancista austríaco do século XIX] sobre o garotinho malcriado que acordou no

meio da noite e gritou no quarto das crianças: “Eu quero o rinoceronte!” Uma criança mais bem-comportada, em vez de gritar, teria *sonhado* que estava brincando com o rinoceronte. Uma vez que se *acredita* no sonho que mostra realizado o desejo durante o sono, ele anula o desejo e possibilita o dormir. Não há como contestar que as imagens oníricas suscitam essa crença, pois se revestem da aparência psíquica das percepções, e as crianças ainda não adquiriram a faculdade posterior de distinguir as alucinações ou fantasias da realidade.

Os adultos já aprenderam a fazer essa distinção; também já se aperceberam da inutilidade do desejar e, após uma longa prática, sabem como adiar seus desejos até que eles possam realizar-se pelo caminho longo e indireto da alteração do mundo exterior. No caso deles, por conseguinte, as realizações de desejo pelo curto caminho psíquico são raras também no sono; a rigor, é possível até que jamais ocorram, e que tudo o que nos parece formado à maneira de um sonho infantil exija, na realidade, uma solução muito mais complexa. Por outro lado, no caso dos adultos - e isto decerto se aplica sem exceção a qualquer pessoa na plena posse de seus sentidos -, já ocorreu no material psíquico uma diferenciação que não está presente nas crianças. Surgiu uma instância psíquica que, ensinada pela experiência da vida, exerce uma influência dominadora e inibidora sobre as moções anímicas e mantém essa influência com zelosa severidade, e que, devido a sua relação com a consciência e com a motilidade voluntária, está provida dos mais fortes instrumentos de poder psíquico. Parte das moções infantis foi suprimida por essa instância como sendo inútil à vida, e todo o material de pensamento oriundo dessas moções encontra-se em estado de recalçamento.

Ora, enquanto essa instância, na qual reconhecemos nosso eu normal, concentra-se no desejo de dormir, parece ser compelida pelas condições psicofisiológicas do sono a relaxar a energia com que está habituada a conter o material recalçado durante o dia. Por si só, é claro, esse relaxamento não causa nenhum dano; por mais que as moções suprimidas da alma infantil possam agitar-se, seu acesso à consciência é ainda difícil e seu acesso à motilidade é barrado, em decorrência desse mesmo estado de sono. Mas é preciso resguardar-se do perigo de o sono ser perturbado por elas. Pelo menos, devemos supor que, mesmo durante o sono profundo, um certo *quantum* de atenção livre monta guarda contra os estímulos sensoriais e que esse guarda pode às vezes considerar mais aconselhável o despertar do que a continuação do sono. De outra maneira, não se explicaria que possamos ser acordados a qualquer momento por estímulos sensoriais de uma certa *qualidade*. Como já insistia há muito tempo o fisiologista Burdach [1838, 486], a mãe, por exemplo, é acordada pelo choramingar de seu bebê; o moleiro, pela paralisação de seu moinho; e a maioria das pessoas, ao ser suavemente chamada por seu próprio nome. Ora, a atenção que assim está em alerta é também dirigida para os estímulos internos de desejo provenientes do material recalçado e se combina com eles para formar o sonho, que, como compromisso, satisfaz simultaneamente a ambas as instâncias. O sonho proporciona uma espécie de consumação psíquica ao desejo suprimido (ou formado com o auxílio do material recalçado), representando-o como realizado; mas atende também à outra instância, permitindo que o

sono prossiga. Nesse aspecto, nosso eu tende a se comportar como uma criança; dá crédito às imagens do sonho, como se quisesse dizer: “Sim, sim! Você tem toda a razão, mas deixe-me continuar dormindo!” O menosprezo que mostramos pelo sonho quando acordados e que relacionamos com seu caráter confuso e aparentemente ilógico, provavelmente não passa do julgamento proferido por nosso eu adormecido sobre as moções recalçadas, julgamento este que se apóia, com pleno direito, na impotência motora desses perturbadores do sono. Por vezes nos damos conta, durante o sono, desse julgamento desdenhoso. Quando o conteúdo do sonho excede a censura em demasia, pensamos: “Afinal, é apenas um sonho!” - e continuamos a dormir.

Essa visão não se contradiz pelo fato de haver casos marginais em que o sonho - como acontece com os sonhos de angústia - já não consegue desempenhar sua função de impedir a interrupção do sono e assume, em vez disso, a outra função de fazê-lo cessar prontamente. Assim procedendo, comporta-se simplesmente como um vigia noturno consciencioso, que primeiro cumpre seu dever pela supressão das perturbações, para que os cidadãos não sejam despertados, mas depois continua a cumpri-lo, indo ele próprio acordar os cidadãos, quando as causas da perturbação lhe parecem graves e de um tipo que ele não pode enfrentar sozinho.

A função de sonho como guardião do sono torna-se particularmente evidente quando um estímulo externo incide sobre os sentidos da pessoa adormecida. Em geral se reconhece que os estímulos sensoriais surgidos durante o sono influenciam o conteúdo dos sonhos; isso pode ser experimentalmente comprovado e figura entre as poucas descobertas acertadas (e, aliás, muito supervalorizadas) da investigação médica dos sonhos. Mas essa descoberta envolve um enigma que até hoje se mostra insolúvel. É que o estímulo sensorial que o experimentador faz incidir sobre a pessoa adormecida não é corretamente reconhecido no sonho: ele é submetido a uma dentre um número indefinido de interpretações possíveis, cuja escolha aparentemente arbitrária fica entregue à ausência de determinismo psíquico. Mas é claro que não existe tal ausência de determinismo psíquico. Há diversas maneiras pelas quais a pessoa adormecida pode reagir a um estímulo sensorial externo. Pode acordar ou conseguir continuar dormindo apesar dele. Neste último caso, pode servir-se de um sonho para se livrar do estímulo externo e, também para isso, dispõe de mais de um método. Por exemplo, pode livrar-se do estímulo sonhando que está numa situação absolutamente incompatível com ele. Foi esse o caminho usado por uma pessoa adormecida sujeita à perturbação causada por um doloroso abscesso no períneo. Ela sonhou que estava andando a cavalo, usando como sela a cataplasma que se destinava a aliviar-lhe a dor, e assim evitou ser perturbada. Ou então, como ocorre com maior freqüência, o estímulo externo recebe uma interpretação que o traz para o contexto de um desejo recalçado que, naquele momento, aguarda realização; dessa maneira, o estímulo externo é despojado de sua realidade e tratado como se fosse parte do material psíquico. Desse modo, alguém sonhou que havia escrito uma comédia com determinado enredo; ela era encenada num teatro, terminava o

primeiro ato e havia uma chuva de aplausos; as palmas eram impressionantes... O sonhador deve ter conseguido prolongar o sono até depois de cessar a interferência, pois, quando acordou, já não escutou o barulho, embora concluísse, com acerto, que alguém deveria ter estado sacudindo um tapete ou batendo um colchão. Todo sonho que ocorre imediatamente antes de a pessoa ser despertada por um ruído forte tentou desmentir esse estímulo causador do despertar dando-lhe uma outra explicação, e assim buscou prolongar o sono, nem que fosse apenas por um momento.

XII

Ninguém que aceite a visão de que a censura é a principal razão da distorção onírica ficará surpreso em saber, pelos resultados da interpretação dos sonhos, que a análise encontra nos *desejos eróticos* a origem da maioria dos sonhos dos adultos. Essa afirmação não visa aos sonhos de conteúdo sexual *indisfarçado*, que são sem dúvida conhecidos de todos os sonhadores por experiência própria e que, em geral, constituem os únicos a serem descritos como “sonhos sexuais”. Mas até estes últimos sonhos causam muitas surpresas pela escolha das pessoas a quem transformam em objetos sexuais, por seu descaso para com todas as restrições que o sonhador impõe a seus desejos sexuais na vida de vigília, e pelos detalhes estranhos que insinuem o que comumente se conhece como “perversões”. Entretanto, inúmeros outros sonhos que nada mostram de erótico em seu conteúdo manifesto revelam, pelo trabalho de interpretação na análise, ser realizações de desejos sexuais; por outro lado, a análise prova que muitos dos pensamentos que ficam pendentes da atividade da vida de vigília como “restos do dia anterior” só alcançam representação nos sonhos através da assistência de desejos oníricos recalcados.

Não é por exigência teórica que isso é postulado, mas, para explicar esse fato, pode-se assinalar que nenhum outro grupo de pulsões é submetido a uma supressão tão vasta pelas exigências da educação cultural quanto as pulsões sexuais; entretanto, ao mesmo tempo, elas são também as pulsões que, na maioria das pessoas, escapam com maior facilidade ao controle das instâncias anímicas superiores. Desde que tomamos conhecimento da sexualidade infantil, freqüentemente tão discreta em suas manifestações e que é sempre

despercebida e mal interpretada, estamos autorizados a dizer que quase todo homem civilizado preserva as formas infantis de vida sexual num ou noutro aspecto. Podemos assim compreender como é que os desejos sexuais infantis recalcados passam a fornecer as forças propulsoras mais freqüentes e poderosas para a formação dos sonhos.

Só existe um meio pelo qual um sonho que expresse desejos eróticos pode ter êxito em parecer inocentemente assexual em seu conteúdo manifesto. O material das representações sexuais não deve ser figurado como tal, mas substituído no conteúdo do sonho por insinuações, alusões e formas similares de representação indireta. Entretanto, diversamente de outras formas de representação indireta, a que é empregada no sonho não deve ser imediatamente inteligível. Os meios de representação que atendem essas condições costumam ser descritos como “símbolos” das coisas que representam. Voltou-se para eles interesse especial desde que se notou que os sonhadores que falam uma mesma língua servem-se dos mesmos símbolos, e que a rigor, em alguns casos, o emprego dos mesmos símbolos, ultrapassa o âmbito do uso da mesma língua. Uma vez que os próprios sonhadores não se dão conta do significado dos símbolos que empregam, é difícil, à primeira vista, descobrir a fonte da ligação entre os símbolos e aquilo que substituem e representam. O fato em si, porém, está fora de dúvida e é importante para a técnica da interpretação dos sonhos. É que, com a ajuda do conhecimento do simbolismo onírico, é possível compreender o sentido dos elementos singulares do conteúdo do sonho, ou de fragmentos separados do sonho, ou, em alguns casos, até mesmo de sonhos inteiros, sem que seja preciso pedir ao sonhador suas associações. Aproximamo-nos aqui do ideal popular de traduzir os sonhos e, por outro lado, retornamos à técnica de interpretação utilizada pelos antigos, para quem a interpretação do sonho era idêntica à interpretação por meio de símbolos.

Embora o estudo dos símbolos oníricos esteja longe de ser completo, estamos em condições de formular com certeza uma série de diversas afirmações gerais e diversas informações especiais sobre o assunto. Há símbolos que encerram um único sentido quase que universalmente: assim, o imperador e a imperatriz (ou o rei e a rainha) representam os pais, os quartos representam as mulheres, e suas entradas e saídas, os orifícios do corpo. A maioria dos símbolos oníricos serve para representar pessoas, partes do corpo e atividades investidas de interesse erótico; em particular, os órgãos genitais são representados por diversos símbolos amiúde muito surpreendentes, e uma imensa variedade de objetos é empregada para denotá-los simbolicamente. As armas pontiagudas e os objetos longos e duros, como troncos de árvore e bastões, representam o órgão genital masculino, enquanto os armários, caixas, carros ou fornos podem representar o útero. Nesses casos, o *tertium comparationis*, o elemento comum nessas substituições, é imediatamente inteligível, mas há outros símbolos em que não é tão fácil apreender a ligação. Símbolos como a escada ou subir escadas para representar relação sexual, gravatas para o órgão masculino, ou madeira para o feminino, provocam nossa incredulidade, até chegarmos por algum outro meio à compreensão da relação simbólica subjacente a eles. Além disso, diversos símbolos

oníricos são bissexuais e podem relacionar-se com os órgãos genitais masculinos ou femininos, conforme o contexto.

Alguns símbolos são universalmente disseminados e podem ser encontrados em todos os sonhadores pertencentes a um mesmo grupo lingüístico ou cultural; outros ocorrem apenas dentro dos limites mais restritos e individuais, sendo símbolos formados por um indivíduo a partir de seu próprio material de representações. Na primeira classe podemos distinguir alguns cujo direito de substituir as representações sexuais é imediatamente justificado pelo uso lingüístico (como, por exemplo, os derivados da agricultura: “fertilização” ou “semente”), e outros cuja relação com as representações sexuais parece remontar às mais antigas eras e às mais obscuras profundezas de nosso funcionamento conceitual. O poder de construir símbolos não se esgotou, nos dias atuais, para nenhum dos dois tipos de símbolos que distingui no início deste parágrafo. Certos objetos recém-descobertos (como as aeronaves) são, como podemos observar, imediatamente adotados como símbolos sexuais universalmente utilizáveis.

A propósito, seria um equívoco esperar que, se tivéssemos um conhecimento ainda mais profundo do simbolismo onírico (da “linguagem dos sonhos”), poderíamos prescindir de perguntar ao sonhador por suas associações ao sonho e retornar inteiramente à técnica de interpretação de sonhos da Antigüidade. À parte os símbolos individuais e as oscilações no emprego dos universais, nunca se sabe se um determinado elemento do conteúdo do sonho deve ser interpretado simbolicamente ou em seu sentido próprio, mas pode-se ter certeza de que nem *todo* o conteúdo do sonho deve ser interpretado simbolicamente. O conhecimento do simbolismo onírico nunca fará mais do que nos habilitar a traduzir certos componentes do conteúdo do sonho e não nos isentará da necessidade de aplicarmos as regras técnicas que forneci anteriormente. Contudo, prestará uma assistência extremamente valiosa à interpretação precisamente nos pontos em que as associações do sonhador são insuficientes ou faltam por completo.

O simbolismo onírico é também indispensável para a compreensão do que se conhece como sonhos “típicos”, comuns a todos, e dos sonhos “recorrentes” dos indivíduos.

Se, nesta breve discussão, parece incompleta a exposição que fiz do modo simbólico de expressão nos sonhos, posso justificar minha negligência chamando a atenção para um dos mais importantes conhecimentos de que dispomos sobre esse assunto. O simbolismo onírico se estende muito além do âmbito dos sonhos; não é peculiar aos sonhos, mas exerce uma influência dominante similar sobre a representação nos contos de fadas, nos mitos e lendas, nos chistes e no folclore. Permite-nos rastrear as íntimas ligações existentes entre os sonhos e estas últimas produções. Não devemos supor que o simbolismo onírico seja uma criação do trabalho do sonho; com toda a probabilidade, ele é uma característica do pensar inconsciente que fornece ao trabalho do sonho o material para a condensação, o

XIII

Não tenho a pretensão de haver lançado luz, nestas páginas, sobre *todos* os problemas dos sonhos, nem de haver tratado de maneira convincente os que *de fato* examinei. Aqueles que se interessarem pela vasta bibliografia sobre os sonhos poderão reportar-se a um trabalho de Sante de Sanctis (*I sogni*, 1899), e os que quiserem conhecer argumentos mais pormenorizados em favor da visão dos sonhos que eu mesmo expus deverão recorrer a meu livro *A Interpretação dos Sonhos*, de 1900. Só me resta indicar em que direção deverá prosseguir minha exposição do tema do trabalho do sonho.

Estipulei como tarefa da interpretação do sonho substituí-lo pelos pensamentos oníricos latentes, ou seja, desenredar o que foi urdido pelo trabalho do sonho. Ao fazê-lo, levantei uma série de novos problemas psicológicos que versam sobre o mecanismo desse trabalho do sonho como tal, bem como sobre a natureza e as condições do que se descreve como recalçamento; por outro lado, afirmei a existência dos pensamentos oníricos - um abundante reservatório de formações psíquicas da mais alta ordem, que se caracteriza por todos os traços do funcionamento intelectual normal, mas que, não obstante, é subtraído da consciência até emergir sob forma distorcida no conteúdo do sonho. Não posso senão presumir que tais pensamentos estejam presentes em todas as pessoas, uma vez que em quase todas, inclusive as mais normais, são capazes de sonhar. O material inconsciente dos pensamentos oníricos e sua relação com a consciência e com o recalçamento levantam outras questões importantes para a psicologia, cujas respostas sem dúvida terão de ser adiadas até que a análise tenha esclarecido a origem de outras formações psicopatológicas, tais como os sintomas histéricos e as idéias obsessivas.

Sobre a psicopatologia da vida cotidiana

VOLUME VI

(1901)

Dr. Sigmund Freud

SOBRE A PSICOPATOLOGIA DA VIDA COTIDIANA (1901)

ESQUECIMENTOS, LAPSOS DA FALA, EQUÍVOCOS NA AÇÃO, SUPERSTIÇÕES E ERROS

Nun ist die Luft von solchem Spuk so voll,

Dass niemand weiss, wie er ihn meiden soll.

Fausto, Parte II, Ato V, Cena 5

Desses fantasmas tanto se enche o ar,

Que ninguém sabe como os evitar.

INTRODUÇÃO DO EDITOR INGLÊS

ZUR PSYCHOPATHOLOGIE DES *ALLTAGSLEBEN* (Über *Vergessen*, *Versprechen*, *Vergreifen*, *Aberglaube* und *Irrtum*)

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1901 *Monatsschr. Psychiat. Neurolog.* 10 (1) [Julho], 1-32, e (2) [Agosto], 95-143.

1904 Em forma de livro, Berlim: Karger. 92 págs. (Reimpressão revista.)

1907 2ª ed. (Ampliada.) Mesmos editores. 132 págs.

1910 3ª ed. (Ampliada.) Mesmos editores. 149 págs.

1912 4ª ed. (Ampliada.) Mesmos editores. 198 págs.

1917 5ª ed. (Ampliada.) Mesmos editores, iv + 232 págs.

1919 6ª ed. (Ampliada.) Leipzig e Viena: Internationaler Psychoanalytischer Verlag. iv + 312 págs.

1920 7ª ed. (Ampliada.) Leipzig, Viena e Zurique: Mesmos editores. iv + 334 págs.

1922 8ª ed. Mesmos editores. (Reimpressão da anterior.)

1923 9ª ed. Mesmos editores. (Reimpressão da anterior.)

1924 10^a. ed. (Ampliada.) Mesmos editores. 310 págs.

1924 G.S., 4, 11-310.

1929 11^a ed. Mesmos editores. (Reimpressão da 10^a ed.)

1941 G.W., 4. iv + 322 págs.

(a) TRADUÇÃO INGLESA:

Psychopathology of Everyday Life

1914 Londres: Fisher Unwin; Nova Iorque: Macmillan. vii + 342 págs. (Tradução e Introdução de A. A. Brill.)

1938 Londres: Penguin Books. (Nova Iorque, 1939.) 218 págs. (Mesmo trad.)

1938 Em *The Basic Writings of Sigmund Freud*, Nova Iorque: Modern Library. Págs. 35-178. (Mesmo trad.)

1949 Londres: Ernest Benn. vii + 239 págs. (Mesmo trad.)

1958 Londres: Collins. viii + 180 págs. (Mesmo trad.)

A presente tradução inglesa, inteiramente nova, é da autoria de Alan Tyson.

Das outras obras de Freud, apenas uma, as *Conferências Introdutórias* (1916-17), rivaliza com esta em termos da grande quantidade de edições que teve em alemão e do número de línguas estrangeiras para as quais foi traduzida. Em quase cada uma das numerosas edições incluiu-se novo material no livro e, nesse aspecto, poder-se-ia pensar em semelhança com *A Interpretação dos Sonhos* e os *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade*, aos quais Freud fez constantes acréscimos durante toda sua vida. Na verdade,

contudo, os casos não se assemelham. Nesses dois outros livros, o material novo, em sua maior parte, consistiu em ampliações importantes ou em correções dos dados clínicos e das conclusões teóricas. Em *Sobre a Psicopatologia da Vida Cotidiana*, a quase totalidade das explicações e teorias básicas já estava presente nas primeiras edições; a grande massa dos acréscimos posteriores consistiu meramente em exemplos e ilustrações adicionais (parcialmente fornecidos pelo próprio Freud, mas sobretudo por seus amigos e discípulos), destinados a esclarecer melhor o que ele já havia examinado. Sem dúvida, a Freud compraziam particularmente tanto as próprias anedotas quanto a fato de ele receber uma confirmação tão ampla de seus pontos de vista. Mas o leitor não consegue deixar de sentir, vez por outra, que a profusão de novos exemplos interrompe e até confunde o fio central da argumentação subjacente. (Ver, por exemplo, em [1]-[2] e [3])

Aqui, como no caso dos livros de Freud sobre os sonhos e os chistes, porém talvez em maior escala, o tradutor tem de enfrentar o fato de que uma grande parcela do material com que irá lidar depende de jogos de palavras totalmente intraduzíveis. Na versão anterior, Brill deu ao problema uma solução drástica; omitiu todos os exemplos que continham termos impossíveis de traduzir para o inglês e inseriu diversos exemplos próprios que ilustravam pontos semelhantes aos omitidos. Esse foi, sem dúvida, um procedimento inteiramente justificável naquelas circunstâncias. Na época da versão de Brill, a obra de Freud era quase desconhecida nos países de língua inglesa e era importante não criar obstáculos desnecessários à divulgação deste livro, expressamente projetado pelo próprio Freud para o leitor comum (em [1], nota de rodapé). O êxito com que Brill logrou esse objetivo evidenciase pelo fato de que, em 1935, sua tradução já tivera dezesseis edições e muitas outras iriam seguir-se a elas. Ademais, os exemplos de Brill eram excelentes em sua maioria e, com efeito, dois ou três foram incluídos por Freud em edições posteriores do original alemão. Ainda assim, existem objeções óbvias a que se perpetue essa situação, especialmente numa edição que vise aos estudiosos mais aplicados dos textos de Freud. Em alguns casos, por exemplo, a omissão de parte do material ilustrativo de Freud inevitavelmente acarretava a omissão de algum comentário teórico importante ou interessante. Além disso, embora Brill anunciasse em seu prefácio a intenção de “modificar ou substituir alguns dos casos do autor”, essas substituições, no texto, em geral não são explicitamente indicadas, e o leitor fica às vezes sem saber ao certo se está lendo Freud ou Brill. A tradução de Brill, convém acrescentar, foi feita a partir da edição alemã de 1912 e permaneceu inalterada em todas as reimpressões posteriores. Desse modo, ela passa ao largo do imenso número de acréscimos feitos ao texto por Freud nos dez ou mais anos subseqüentes. O efeito total das omissões devidas a essas diferentes causas é estarrecedor. Das 305 páginas de texto da última edição, tal como impressas nas *Gesammelte Werke*, cerca de 90 a 100 páginas (isto é, quase um terço do livro) até hoje nunca foram publicadas em inglês. O caráter integral da presente tradução, por conseguinte, é contrabalançado pela perda indubitável de facilidade de leitura, em virtude da política da Edição *Standard* de lidar com os jogos de palavras pelo método prosaico de fornecer as expressões originais em alemão e explicá-las com o auxílio de

colchetes e notas de rodapé.

Encontramos a primeira menção feita por Freud a um ato falho na carta enviada a Fliess em 26 de agosto de 1899 (Freud, 1950a, Carta 94). Ali ele diz: “finalmente compreendi uma coisinha de que suspeitava há muito tempo” - o modo como um nome às vezes nos escapa e em seu lugar nos ocorre um substituto completamente errado. Um mês depois, a 22 de setembro (ibid., Carta 96), ele dá outro exemplo a Fliess, dessa vez o conhecido exemplo de “Signorelli”, publicado naquele mesmo ano em forma preliminar na *Monatsschrift für Psychiatrie und Neurologie* (1898b) e depois usado no primeiro capítulo da presente obra. No ano seguinte, a mesma revista publicou um artigo de Freud sobre as lembranças encobridoras (1899a), tema que ele tornou a examinar de modo bem diferente no Capítulo IV, adiante. No entanto, seu tempo estava inteiramente tomado pelo trabalho de terminar *A Interpretação dos Sonhos* e preparar seu estudo mais breve, *Sobre os Sonhos* (1901a), e ele só se dedicou seriamente a *Sobre a Psicopatologia da Vida Cotidiana* no fim do ano de 1900. Em outubro daquele ano (Freud, 1950a, Carta 139), ele pede a anuência de Fliess para a utilização, como epígrafe da obra, da citação do *Fausto*, que de fato veio a ser impressa na página de rosto. A 30 de janeiro de 1901 (Carta 141) ele informa que a obra está “em ponto morto, semi-acabada, mas logo terá prosseguimento”, e a 15 de fevereiro (Carta 142), anuncia que terminará a obra dentro de mais alguns dias. Na verdade, ela surgiu em julho e agosto, em duas edições do mesmo periódico de Berlim que havia publicado os estudos preliminares.

Três anos depois, em 1904, a obra foi publicada pela primeira vez em volume separado, praticamente sem nenhuma alteração, mas, daí por diante, fizeram-se acréscimos quase contínuos no decorrer dos vinte anos seguintes. Em 1901 e 1904 o livro tinha dez capítulos. Dois outros (que agora constituem os Capítulos III e XI) foram acrescentados pela primeira vez em 1907. Na biblioteca de Freud foi encontrado um exemplar da edição de 1904 com folhas de anotações inseridas, nas quais ele anotara sucintamente outros exemplos. A maioria destes foi incorporada às edições posteriores: outros, desde que parecessem interessantes, foram aqui incluídos em notas de rodapé nos lugares apropriados.

A especial simpatia com que Freud encarava os atos falhos se devia, sem dúvida, ao fato de eles serem, juntamente com os sonhos, o que lhe permitiu estender à vida psíquica normal as descobertas que antes fizera em relação às neuroses. Pela mesma razão ele os empregava regularmente como o melhor material preliminar para introduzir nas descobertas da psicanálise os estudiosos que não eram médicos. Esse material era simples e, pelo menos à primeira vista, imune a objeções, além de se referir a fenômenos experimentados por

qualquer pessoa normal. Em seus textos expositivos, Freud às vezes preferia os atos falhos aos sonhos, que envolviam mecanismos mais complicados e tendiam a conduzir rapidamente para águas mais profundas. Eis por que inaugurou sua grande série de *Conferências Introdutórias* de 1916-17 dedicando aos atos falhos as três primeiras - nas quais, por sinal, reaparecem muitos dos exemplos das páginas seguintes; e deu aos atos falhos prioridade semelhante em suas contribuições à revista *Scientia* (1913j) e à enciclopédia de Marcuse (1923a). Apesar de esses fenômenos serem simples e facilmente explicáveis, Freud pôde com eles demonstrar aquilo que, afinal, foi a tese fundamental estabelecida em *A Interpretação dos Sonhos*; a existência de dois modos distintos de funcionamento psíquico, por ele descritos como os processos primário e secundário. Ademais, outra crença básica de Freud encontrava apoio convincente no exame dos atos falhos - sua crença na aplicação universal do determinismo aos eventos psíquicos. É nessa verdade que ele insiste no último capítulo do livro: teoricamente, seria possível descobrir os determinantes psíquicos de cada um dos menores detalhes dos processos anímicos. E talvez o fato de esse objetivo parecer mais fácil de atingir no caso dos atos falhos tenha sido outra razão para que exercessem sobre Freud uma atração especial. De fato, ele tornou a referir-se exatamente a esse ponto em seu breve artigo “As Sutilezas de um Ato Falho” (1935b), um de seus últimos escritos.

CAPÍTULO I - O ESQUECIMENTO DE NOMES

PRÓPRIOS

Na edição da *Monatsschrift für Psychiatrie und Neurologie* de 1898 publiquei um pequeno artigo, sob o título “O Mecanismo Psíquico do Esquecimento” [Freud, 1898b], cujo conteúdo recapitularei aqui e tomarei como ponto de partida para discussão mais ampla. Nele apliquei a análise psicológica ao freqüente caso do esquecimento temporário de nomes próprios, explorando um exemplo altamente sugestivo extraído de minha auto-observação; e cheguei à conclusão de que essa situação específica (reconhecidamente comum e sem muita importância prática) em que uma função psíquica - a memória - se recusa a funcionar admite uma explicação de muito maior alcance do que a valorização usual que se dá ao fenômeno.

A menos que eu esteja muito enganado, um psicólogo a quem se pedisse para explicar a razão por que, em tantas ocasiões, deixa de nos ocorrer um nome próprio que pensamos conhecer perfeitamente se contentaria em responder que os nomes próprios sucumbem mais facilmente ao processo do esquecimento do que outros conteúdos da memória. Ele a

presentaria razões plausíveis para essa preferência dada aos nomes próprios, mas não suspeitaria que quaisquer outras condições desempenhassem um papel em tais ocorrências.

Minha preocupação com o fenômeno do esquecimento temporário de nomes nasceu da observação de certas características que podem ser reconhecidas com bastante clareza em alguns casos individuais, embora, na verdade, não em todos. Trata-se dos casos em que o nome não só é *esquecido*, como também *erroneamente lembrado*. Em nosso afã de recuperar o nome perdido, outros - *nomes substitutos* - nos vêm à consciência; reconhecemos de imediato que são incorretos, mas eles insistem em retornar e se impõem com grande persistência. O processo que deveria levar à reprodução do nome perdido foi, por assim dizer, *deslocado*, e por isso conduziu a um substituto incorreto. Minha hipótese é que esse deslocamento não está entregue a uma escolha psíquica arbitrária, mas segue vias previsíveis que obedecem a leis. Em outras palavras, suspeito que o nome ou os nomes substitutos ligam-se de maneira averiguável com o nome perdido: e espero, se tiver êxito em demonstrar essa ligação, poder esclarecer as circunstâncias em que ocorre o esquecimento de nomes.

O nome que tentei lembrar em vão, no exemplo escolhido para análise em 1898, foi o do artista que pintou os afrescos magníficos das “Quatro Últimas Coisas” na catedral de

Orvieto. Em vez do nome que eu procurava - *Signorelli* -, impunham-se a mim os nomes de dois outros pintores - *Botticelli e Boltraffio* - embora fossem imediata e decisivamente rejeitados por meu juízo como incorretos. Ao ser informado por outra pessoa do nome correto, reconheci-o prontamente sem hesitação. A investigação das influências e das vias associativas pelas quais a reprodução do nome assim se havia deslocado de *Signorelli* para *Botticelli e Boltraffio* levou aos seguintes resultados:

(a) A razão por que o nome *Signorelli* foi esquecido não deve ser procurada numa peculiaridade do próprio nome, nem em qualquer característica psicológica do contexto em que ele se inseriu. O nome esquecido era-me tão familiar quanto um dos nomes substitutos - *Botticelli* - e muito *mais* familiar do que o outro nome substituto - *Boltraffio* -, sobre cujo portador eu mal sabia dar outra informação senão a de que pertencia à escola de Milão. Além disso, o contexto em que o nome fora esquecido me parecia inofensivo e não me trouxe maiores esclarecimentos. Eu viajava em companhia de um estranho, indo de Ragusa, na Dalmácia, para um lugar na Herzegovina: nossa conversa voltou-se para o assunto das viagens pela Itália, e perguntei a meu companheiro de viagem se ele já estivera em Orvieto e se vira ali os famosos afrescos pintados por...

(b) O esquecimento do nome só foi esclarecido quando me lembrei do assunto que estávamos discutindo pouco antes, e revelou ser um caso de *perturbação do novo tema emergente pelo tema que o antecedeu*. Pouco antes de perguntar a meu companheiro de viagem se ele já estivera em Orvieto, conversávamos sobre os costumes dos turcos que vivem na *Bósnia* e na *Herzegovina*. Eu lhe havia contado o que ouvira de um colega que trabalhou em meio a essas pessoas - que elas costumam ter grande confiança no médico e total resignação ao destino. Quando se é obrigado a lhes dizer que nada pode ser feito por um doente, respondem: “*Herr* [Senhor], o que se há de dizer? Se fosse possível salvá-lo, sei que o senhor o teria salvo.” Nessas frases encontramos pela primeira vez as palavras e nomes *Bósnia, Herzegovinae Herr*, que podem ser inseridas numa seqüência associativa entre *Signorelli e Botticelli - Boltraffio*.

(c) Suponho que essa seqüência de pensamentos sobre os costumes dos turcos na Bósnia etc. adquiriu a capacidade de perturbar o pensamento subsequente por eu ter afastado a atenção dela antes que fosse concluída. De fato, lembro-me de ter querido contar uma segunda anedota, que em minha memória estava próxima da primeira. Esses turcos conferem ao gozo sexual um valor maior que o de qualquer outra coisa, e, na eventualidade de distúrbios sexuais, caem num desespero que contrasta estranhamente com sua resignação ante a ameaça de morte. Certa vez, um dos pacientes de meu colega lhe disse: “Sabe *Herr*,

quando *isso* acaba, a vida não tem nenhum valor.” Suprimi a comunicação desse traço característico por não querer tocar nesse tema numa conversa com um estranho. Mas fiz algo mais: também desviei minha atenção da continuação dos pensamentos que poderiam ter-me surgido a partir do tema “morte e sexualidade”. Naquela ocasião, eu ainda estava sob a influência de uma notícia que me chegara algumas semanas antes, durante uma breve estada em *Trafoi*. Um paciente a quem eu me havia dedicado muito pusera fim a sua vida por causa de um distúrbio sexual incurável. Tenho certeza de que esse triste acontecimento e tudo o que se relacionava com ele não me vieram à lembrança consciente durante essa viagem a Herzegovina. Mas a semelhança entre “Trafoi” e “Boltraffio” força-me a supor que essa reminiscência, apesar de minha atenção ter sido de liberadamente desviada disso, passou a atuar em mim na época [da conversa].

(d) Já não me é possível considerar o esquecimento do nome *Signorelli* como um evento casual. Sou forçado a reconhecer a influência de um *motivo* nesse processo. Foi um motivo que fez com que eu me interrompesse na comunicação de meus pensamentos (a respeito dos costumes dos turcos etc.), e foi um motivo que, além disso, influenciou-me a impedir que se conscientizassem em mim os pensamentos ligados a eles, que tinham levado à notícia recebida em Trafoi. Eu queria, portanto, esquecer algo; havia *recalcado* algo. É verdade que não queria esquecer o nome do artista de Orvieto, mas sim outra coisa - essa outra coisa, contudo, consegui situar-se numa conexão associativa com seu nome, tanto que meu ato de vontade errou o alvo e esqueci *uma coisa contra minha vontade*, quando queria *esquecer intencionalmente a outra*. A aversão ao recordar dirigia-se contra um dos conteúdos; esqueci uma coisa contra minha vontade, quando queria esquecer intencionalmente a outra. A aversão ao recordar dirigia-se contra um dos conteúdos; a incapacidade de lembrar surgiu no outro. Obviamente, o caso seria mais simples se a aversão e a incapacidade de lembrar estivessem com o mesmo conteúdo. Além disso, os nomes substitutos já não me parecem tão inteiramente injustificados como antes da elucidação do assunto: por uma espécie de compromisso, eles me lembram tanto aquilo que eu queria esquecer quanto o que queria recordar e me indicam que minha intenção de esquecer algo não foi nem um êxito completo nem um fracasso total.

(e) Muito notável é a natureza do enlace que se estabeleceu entre o nome perdido e o tema recalcado (o tema da morte e sexualidade etc., em que apareceram os nomes Bósnia, Herzegovina e Trafoi). O diagrama esquemático que agora intercalo, e que foi extraído do artigo de 1898 [Fig. 1], visa a dar uma imagem clara desse enlace:

O nome *Signorelli* foi dividido em duas partes. Um dos pares de sílabas (*elli*) ressurge inalterado num dos nomes substitutos, enquanto o outro, através da tradução de *Signor* para *Herr*, adquiriu numerosas

Fig. 1

e variadas relações com os nomes contidos no tema recalcado, mas, por esse motivo, não ficou disponível para a reprodução [consciente]. Seu substituto [para *Signor*] foi criado como se tivesse havido um deslocamento ao longo da conexão de nomes “*Herzegovina e Bósnia*”, sem qualquer consideração ao sentido ou aos limites acústicos das sílabas. Assim, os nomes foram tratados nesse processo como os pictogramas de uma frase destinada a se transformar num enigma figurado (ou rébus). De todo o curso de acontecimentos que por tais caminhos produziu, em vez do nome *Signorelli*, os nomes substitutos, nenhuma informação foi dada à consciência. À primeira vista parece impossível descobrir qualquer relação entre o tema em que ocorreu o nome *Signorelli* e o tema recalcado que o precedeu no tempo, salvo por esse retorno das mesmas sílabas (ou melhor, seqüências de letras).

Talvez não seja demais assinalar que as condições que os psicólogos presumem ser necessárias para reproduzir e para esquecer, por eles buscadas em certas relações e predisposições, não são incompatíveis com a explicação precedente. Tudo o que fizemos, em certos casos, foi acrescentar um *motivo* aos fatores reconhecidos desde longa data como capazes de promover o esquecimento de um nome; ademais, elucidamos o mecanismo da ilusão de memória. Também em nosso caso essas predisposições são indispensáveis para possibilitar ao elemento recalcado apoderar-se, por associação, do nome esquecido, arrastando-o consigo para o recalçamento. No caso de outro nome com condições mais favoráveis de reprodução, isso talvez não acontecesse. Com efeito, é provável que o elemento suprimido sempre lute por prevalecer em algum outro lugar, mas só tenha êxito quando depara com condições favoráveis. Em outras ocasiões, a supressão sobrevém sem qualquer perturbação funcional, ou, como podemos dizer com razão, sem qualquer *sintoma*.

As condições necessárias para se esquecer um nome, quando o esquecimento é acompanhado de ilusão de memória, podem ser resumidas da seguinte maneira: (1) certa predisposição para esquecer o nome, (2) um processo de supressão realizado pouco antes, (3) a possibilidade de se estabelecer uma associação *externa* entre o nome em questão e o elemento previamente suprimido. É provável que não devemos superestimar a dificuldade de satisfazer esta última condição, de vez que, levando em conta os requisitos mínimos esperados desse tipo de associação, é possível estabelecê-la na grande maioria dos casos. Entretanto, existe a questão mais profunda da saber se tal associação externa pode realmente ser condição suficiente para que o elemento recalcado perturbe a reprodução do nome perdido - se não haveria necessidade de alguma ligação mais íntima entre os dois temas. Numa consideração superficial, tenderíamos a rejeitar esta última exigência e a aceitar como

suficiente a contigüidade temporal entre ambos, mesmo com conteúdos completamente diferentes. Numa investigação aprofundada, porém, descobre-se com freqüência cada vez maior que os dois elementos enlaçados por uma associação externa (o elemento recalcado e o novo) possuem também alguma ligação de conteúdo; com efeito, tal ligação é demonstrável no exemplo de *Signorelli*.

O valor do conhecimento que adquirimos ao analisar o exemplo de *Signorelli* depende, é claro, de querermos declará-lo um caso típico ou uma ocorrência isolada. Devo pois afirmar que o esquecimento de nomes, acompanhado por uma ilusão de memória [Epinnerungstäuschung], ocorre com freqüência incomum tal como o esclarecemos no caso de *Signorelli*. Quase todas as vezes em que pude observar esse fenômeno em mim mesmo, pude também explicá-lo da maneira descrita acima, ou seja, como motivado pelo recalçamento. Devo ainda chamar a atenção para outra consideração que confirma a natureza típica de nossa análise. Penso não haver justificativa para se fazer uma separação teórica entre os casos em que o esquecimento de nomes é acompanhado por ilusão de memória e os outros em que não ocorrem nomes substitutos incorretos. Esses nomes substitutos surgem espontaneamente em alguns casos; noutros, nos quais não afloraram espontaneamente, pode-se obrigá-los a emergir mediante um esforço da atenção, e eles exibem então com o elemento recalcado e com o nome ausente a mesma relação que teriam caso tivessem aparecido espontaneamente. Dois fatores parecem decisivos para trazer à consciência os nomes substitutos: primeiro, o esforço da atenção e, segundo, uma condição interna ligada ao material psíquico. Poderíamos buscar esta última na maior ou menor facilidade com que se estabelece a necessária associação externa entre os dois elementos. Assim, boa parte dos casos de esquecimento de nomes *sem* ilusão de memória pode ser acrescentada aos casos em que se formam nomes substitutos, aos quais se aplica o mecanismo do exemplo de *Signorelli*. No entanto, certamente não ousarei afirmar que todos os casos de esquecimento de nomes devem ser classificados no mesmo grupo. Não há dúvida de que existem exemplos muito mais simples. Penso que teremos enunciado os fatos com suficiente cautela se afirmarmos: *junto aos casos simples de esquecimento de nomes próprios, existe também um tipo de esquecimento motivado pelo recalque.*

CAPÍTULO II - O ESQUECIMENTO DE PALAVRAS ESTRANGEIRAS

O vocabulário corrente de nossa própria língua, quando confinado às dimensões do uso normal, parece protegido contra o esquecimento, Notoriamente, o mesmo não acontece com o vocabulário de uma língua estrangeira. A predisposição para esquecê-la estende-se a todas as partes da fala, e um primeiro estágio de perturbação funcional revela-se na medida desigual com que dispomos do vocabulário estrangeiro, conforme nosso estado geral de saúde e o grau de nosso cansaço. Numa série de casos, esse tipo de esquecimento exhibe o mesmo mecanismo que nos foi revelado pelo exemplo de *Signorelli*. Para provar isso, apresentarei uma única análise, mas que se distingue por algumas características úteis: trata-se do esquecimento de uma palavra que não era um substantivo numa citação latina. Peço permissão para fazer um relato amplo e explícito desse pequeno incidente.

No verão passado - também durante uma viagem de férias -. renovei meu contato com um jovem de formação acadêmica, que logo constatei estar familiarizado com algumas de minhas publicações psicológicas. Nossa conversa recaiu - já não me lembro como - sobre a situação social da raça a que ambos pertencemos, e ele, impelido pela ambição, passou a lamentar-se por sua geração estar condenada à atrofia (segundo sua expressão), não podendo desenvolver seus talentos ou satisfazer suas necessidades. Concluiu seu discurso, de tom apaixonado, com o célebre verso de Virgílio em que a infeliz Dido confia à posteridade sua

vingança de Enéias: “*Exoriare...*” Melhor dizendo, ele *quis* concluí-lo desse modo, pois não conseguiu fazer a citação e tentou esconder uma evidente lacuna em sua lembrança trocando a ordem das palavras: “*Exoriar(e) ex nostris ossibus ultor.*” Por fim, disse, irritado: “Por favor, não me faça essa cara tão zombeteira, como se se estivesse comprazendo com meu embaraço, mas antes me ajude! Falta alguma coisa no verso. Como é mesmo que diz, completo?”

“Ajudarei com prazer”, respondi, e dei-lhe a citação correta: “*Exoriar(e) ALIQUIS nostris ex ossibus ultor.*”

“Que tolice, esquecer essa palavra! Por falar nisso, o senhor diz que nunca se esquece nada sem uma razão. Gostaria muito de saber como foi que esqueci esse pronome indefinido, ‘*aliquis*’.”

Aceitei o desafio prontamente, na esperança de conseguir uma contribuição para minha coleção. Disse-lhe, pois:

-Isso não nos deve tomar muito tempo. Só tenho que lhe pedir que me diga, *sinceramente e sem nenhuma crítica*, tudo o que lhe ocorre enquanto estiver dirigindo, sem nenhuma intenção definida, sua atenção para a palavra esquecida.

-“Certo; então me ocorre a idéia ridícula de dividir a palavra assim: *a* e *liquis*.”

-O que quer dizer isso?

-“Não sei.” - E o que mais lhe ocorre? - “Isso continua assim: *Reliquien* [reliquias], *liquefazer*, *fluidéz*, *fluido*. O senhor já descobriu alguma coisa?”

-Não, ainda não. Mas continue.

-“Estou pensando” - prosseguiu ele com um sorriso irônico - “em *Simão de Trento*, cujas relíquias vi há dois anos numa igreja de Trento. Estou pensando na acusação de sacrifícios de sangue que agora está sendo lançada de novo contra os judeus, e no livro de *Kleinpaul* [1892], que vê em todas essas supostas vítimas reencarnações, reedições, por assim dizer, do Salvador.”

-Essa idéia não está inteiramente desligada do tema de nossa conversa antes que lhe escapasse da memória a palavra latina.

-“Exato. Estou pensando ainda num artigo que li recentemente num jornal italiano. Acho que o título era ‘O que diz Santo *Agostinho* sobre as mulheres’. Que entende o senhor com isso?”

-Estou esperando.

-“Pois agora vem algo que por certo não tem nenhuma ligação com o nosso tema.”

-Por favor, peço-lhe que se abstenha de qualquer crítica e...

-“Sim, já sei. Lembro-me de um magnífico senhor idoso que encontrei numa de minhas viagens na semana passada. Ele era realmente *original*. Parecia uma enorme ave de rapina. Chamava-se *Benedito*, se isso lhe interessa.”

-Bem, pelo menos temos uma seqüência de santos e padres da Igreja: São *Simão*, Santo *Agostinho*, São *Benedito*. Acho que havia um padre da Igreja chamado *Orígenes*. Além disso, três desses nomes são também prenomes, como *Paul* [Paulo] em *Kleinpaul*.

-“Agora o que me ocorre é São *Januário* e o milagre de seu sangue - parece que meus pensamentos avançam mecanicamente.”

-Deixe estar; São *Januário* e Santo *Agostinho* têm a ver, ambos, com o calendário. Mas que tal me ajudar a lembrar do milagre do sangue?

-“O senhor com certeza já ouviu falar nisso! O sangue de São *Januário* fica guardado num pequeno frasco, numa igreja de Nápoles, e num determinado dia santo ele se *liquefaz* milagrosamente. O povo dá muita importância a esse milagre e fica muito agitado quando há algum atraso, como aconteceu, certa vez, na época em que os franceses ocupavam a cidade. Então, o general comandante - ou será que estou enganado? será que foi Garibaldi? - chamou o padre de lado e, com um gesto inequívoco na direção dos soldados a postos do lado de fora, deu-lhe a entender que *esperava* que o milagre acontecesse bem depressa. E, de fato, o milagre ocorreu...”

-Bem, continue. Por que está hesitando?

-“É que agora *realmente* me ocorreu uma coisa... mas é íntima demais para ser comunicada... Além disso, não vejo nenhuma ligação nem qualquer necessidade de contá-lo”.

-Pode deixar a ligação por minha conta. É claro que não posso forçá-lo a falar sobre uma coisa que lhe seja desagradável; mas então não queira saber de mim como foi que se esqueceu da palavra *aliquis*.

-“Realmente? O senhor acha? Pois bem, é que de repente pensei numa dama de quem eu poderia receber uma notícia que seria bastante desagradável para nós dois.”

-Que as regras dela não vieram?

-“Como conseguiu adivinhar isso?”

-Já não é difícil. Você preparou bem o terreno. Pense nos *santos do calendário, no sangue que começa a fluir num dia determinado, na perturbação quando esse acontecimento não se dá, na clara ameaça de que o milagre tem que se realizar, se não ...* Na verdade, você usou o milagre de São Januário para criar uma esplêndida alusão às regras das mulheres.

-“Sem me dar conta disso. E o senhor realmente acha que foi essa expectativa angustiada que me deixou impossibilitado de reproduzir uma palavra tão insignificante como *aliquis*?”

-Parece-me inegável. Basta lembrar sua divisão em *a-liquis*, e suas associações: *reliquias, liquefazer, fluido*. São Simão foi *sacrificado quando criança*; devo continuar, e mostrar como ele entra nesse contexto? O senhor pensou nele partindo do tema das relíquias.

-“Não, prefiro que não faça isso. Espero que o senhor não leve muito a sério esses meus pensamentos, se é que realmente os tive. Em troca, quero confessar que a dama é italiana e que estive em Nápoles com ela. Mas será que tudo isso não é apenas obra do acaso?”

-Tenho que deixar a seu critério decidir se todas essas relações podem ser explicadas pela suposição de que são obra do acaso. Posso dizer-lhe, no entanto, que qualquer caso semelhante que você queira analisar irá levá-lo a “acazos” igualmente notáveis.

Tenho diversas razões para dar valor a essa pequena análise e sou grato a meu ex-companheiro de viagem por ter-me presenteado. Em primeiro lugar, porque, nesse caso, pude recorrer a uma fonte que habitualmente me é negada. Para os exemplos aqui reunidos de perturbações de uma função psíquica na vida cotidiana, tenho de recorrer principalmente à auto-observação. Empenho-me em evitar o material muito mais rico fornecido por meus pacientes neuróticos, já que, de outro modo, poder-se-ia objetar que os fenômenos em questão são meras conseqüências e manifestações da neurose. Por isso, é particularmente valioso para meus objetivos que uma outra pessoa que não sofra de doença nervosa se ofereça como objeto de tal investigação. Essa análise é significativa em outro aspecto: ela esclarece o caso do esquecimento de uma palavra *sem* que apareça um substituto na memória. Confirma, portanto, minha afirmação anterior [em [1]] de que o surgimento ou não-surgimento de substitutos incorretos na memória não pode ser usado como base para qualquer distinção radical.

Entretanto, a grande importância do exemplo do *aliquis* reside em outro dos aspectos em que ele difere do caso de *Signorelli*. Neste último, a reprodução do nome foi perturbada pelo efeito prolongado de uma seqüência de pensamentos iniciada e interrompida pouco antes, mas cujo conteúdo não tinha nenhuma relação clara com o novo tema em que se incluía o nome de Signorelli. A contigüidade temporal forneceu a única relação entre o tema recalcado e o temado nome esquecido, mas isso bastou para que eles fossem concatenados numa associação externa. Por outro lado, no exemplo do *aliquis*, nada indica a existência de um tema assim, recalcado e independente, que tivesse ocupado pouco antes o pensamento consciente e deixado seus ecos numa perturbação. Nesse exemplo, a reprodução foi perturbada em virtude da própria natureza do tema abordado pela citação, por erguer-se inconscientemente um protesto contra a idéia desejante nela expressa. A situação dever ser interpretada da seguinte maneira: o falante vinha deplorando o fato de a geração atual de seu povo estar privada de seus plenos direitos; uma nova geração - profetizou ele, como Dido - haveria de vingar-se dos opressores. Nisso ele expressara seu desejo de ter descendentes. Nesse momento intrometeu-se um pensamento contraditório: “Você realmente deseja descendentes com tanta intensidade? Isso não é verdade. Quanto não lhe seria embaraçoso receber agora a notícia de que espera descendentes do lugar que você sabe? Não: nada de descendentes... por mais que precisemos deles para a vingança.” Essa contradição então se afirma exatamente pelos mesmos meios que no exemplo de *Signorelli* - estabelecendo uma associação externa entre um de seus elementos de representação e um dos elementos do desejo repudiado; e dessa vez, de fato, ela o faz de maneira extremamente arbitrária, valendo-se de uma via associativa indireta que tem toda a aparência de artificialidade. Uma segunda coincidência essencial entre esse caso e o exemplo de *Signorelli* está em que a contradição se enraíza em fontes recalcadas e decorre de pensamentos que acarretariam um desvio da atenção.

Isto é o que tenho a dizer sobre as diferenças e a afinidade interna entre esses dois modelos típicos do esquecimento de palavras. Ficamos conhecendo um segundo mecanismo do esquecimento - a perturbação de um pensamento por uma contradição interna proveniente do recalco. Dentre os dois processos, penso ser este o mais fácil de se entender; e tornaremos a encontrá-lo várias vezes no decorrer desta discussão.

CAPÍTULO III - O ESQUECIMENTO DE NOMES E SEQÜÊNCIAS DE PALAVRAS

Observações como as anteriores [Capítulo II] sobre o processo de esquecimento de parte de uma seqüência de palavras numa língua estrangeira despertam nossa curiosidade de saber se o esquecimento de seqüências de palavras em nossa própria língua exige uma explicação essencialmente diversa. Com efeito, não costumamos surpreender-nos quando uma fórmula ou um poema sabidos de cor só conseguem ser reproduzidos sem fidelidade depois de algum tempo, com alterações e lacunas. Entretanto, de vez que esse esquecimento não atua uniformemente sobre a totalidade do que foi aprendido, parecendo, ao contrário desarticular partes isoladas, talvez valha a pena submeter à investigação analítica alguns exemplos de tal

reprodução falha.

Conversando comigo, um colega mais jovem disse achar provável que o esquecimento de poemas em nossa própria língua bem poderia ter motivos semelhantes aos do esquecimento de elementos singulares de uma seqüência de palavras em língua estrangeira. Ao mesmo tempo, ele se ofereceu para ser objeto de uma experiência. Perguntei-lhe com que poema gostaria de fazer o teste, e ele escolheu “Die Braut von Korinth”, poema de que gostava muito e do qual acreditava saber pelo menos algumas estrofes de cor. No começo da reprodução ele foi tomado de uma incerteza realmente notável. “O texto é ‘Viajando de Corinto para Atenas’”, perguntou, “ou ‘Viajando para Corinto desde Atenas’?” Também eu hesitei por um momento, até observar, rindo, que o título do poema, “A Noiva de Corinto”, não deixava nenhuma dúvida sobre a direção em que viajava o rapaz. A reprodução da primeira estrofe sobreveio então sem dificuldade ou, pelo menos, sem qualquer falsificação marcante. Por algum tempo meu colega pareceu buscar o primeiro verso da segunda estrofe; logo continuou, recitando:

Aber wird er auch willkommen scheinen,

Jetzt, wo jeder Tag was Neues bringt?

Denn er ist noch Heide mit den Seinen

Und sie sind Christen und - getauft.

Antes que ele chegasse a esse ponto, eu já estranhara, aguçando os ouvidos, e uma vez terminado o último verso, ambos concordamos em que alguma distorção havia ocorrido. Mas, como não conseguimos corrigi-la, corremos à biblioteca para consultar os poemas de Goethe e descobrimos, surpresos, que o segundo verso da estrofe tinha um teor completamente diferente, que fora, por assim dizer, expulso da memória do meu colega e substituído por algo aparentemente estranho. A versão correta dizia:

Aber wird er auch willkommen scheinen,

Wenn er teuer nicht die Gunst erkauft?

“*Erkauft*” rima com “*getauft*” [“batizado” no quarto verso], e pareceu-me curioso que a

constelação “pagão”, “cristão”, e “batizado” o tivesse ajudado tão pouco a recompor o texto.

“Você pode me explicar”, perguntei a meu colega, “como foi que eliminou tão completamente um verso de um poema que diz conhecer tão bem, e será que tem alguma idéia do contexto de onde retirou o substituto?”

Ele pôde dar uma explicação, embora, obviamente, com alguma relutância. “O verso ‘Jetzt, wo jeder Tag was Neues bringt’ me parece familiar; devo ter usado essas palavras há pouco tempo ao me referir a minha prática profissional, com cuja prosperidade, como o senhor sabe, estou agora muito satisfeito. Mas como se encaixou aí essa frase? Poderia indicar uma relação.

Evidentemente, o verso ‘Wenn er teuer nicht die Gunst erkauff’ me desagradou. Ele se relaciona com uma proposta de casamento que foi rejeitada da primeira vez e que, tendo em vista a grande melhoria em minha situação material, penso agora em repetir. Não lhe posso dizer mais nada, mas, se for aceito agora, por certo não me será agradável pensar que, tanto antes quanto hoje, uma espécie de cálculo pesou na balança.”

Isso me pareceu esclarecedor, mesmo sem que eu pudesse conhecer maiores detalhes. Continuei, porém, com minhas perguntas: “De qualquer modo, como foi que você e seus assuntos particulares se mesclaram com o texto da ‘Noiva de Corinto’? Será que existem em seu caso diferenças de credo religioso como as que desempenham um papel importante no poema?”

(Keimt ein Glaube neu,

Wird oft Lieb’ und Treu

Wie ein böses Unkraut ausgerauft.)

Errei na suposição, mas foi curioso observar como uma única pergunta bem-dirigida deu-lhe uma súbita perspicácia, de modo que ele pôde dar como resposta algo de que certamente

não tinha conhecimento até então. Lançou-me um olhar aflito e contrariado, murmurando para si uma passagem posterior do poema.

Sieh sie an genau!

Morgen ist sie grau.

e acrescentou resumidamente: “Ela é um pouco mais velha do que eu.” Para evitar magoá-lo mais, interrompi a indagação. A explicação pareceu-me suficiente. Mas foi sem dúvida surpreendente que a tentativa de localizar a causa de uma falha inofensiva na memória esbarrasse em assuntos tão remotos e íntimos da vida particular do sujeito, investidos de um afeto tão penoso.

Eis aqui outro exemplo, fornecido por Jung (1907, 64), em que há esquecimento de uma seqüência de palavra num poema famoso. Citarei as palavras do próprio autor.

“Um homem tentava recitar o famoso poema que começa com ‘*Ein Fichtenbaum steht einsam.*’ No verso que começa por ‘*Ihn schläfert*’, ele estancou irremediavelmente, pois se esquecera por completo das palavras ‘*mit weisser Decke* [com um lençol branco]’. O esquecimento de algo num verso tão conhecido pareceu-me surpreendente, e por isso o fiz reproduzir o que lhe ocorria em relação a ‘*mit weisser Decke*’. Surgiu-lhe a seguinte série de associações: ‘Um lençol branco faz pensar numa mortalha - um lençol de linho para se cobrir um morto’ - (pausa) - ‘agora me ocorre um amigo íntimo - seu irmão teve há pouco morte repentina - dizem que morreu de um ataque cardíaco - ele *também* era muito corpulento - meu amigo *também* é corpulento, e já me ocorreu que isso *também* poderia acontecer com ele - provavelmente, ele faz muito pouco exercício - quando soube da morte de seu irmão, fiquei de repente angustiado com a idéia de que isso *também* poderia acontecer comigo; é que temos em nossa família uma tendência a engordar, e meu avô também morreu de ataque cardíaco; reparei que também estou gordo demais, e por isso comecei recentemente um regime para emagrecer.’

“Assim,” comenta Jung, “o homem se havia identificado de imediato, inconscientemente, com o pinheiro envolto na mortalha branca.”

O próximo exemplo [1] de esquecimento de uma seqüência de palavras, que devo a meu amigo Sándor Ferenczi, de Budapeste, difere dos precedentes por se referir a uma expressão cunhada pelo próprio sujeito, e não a uma frase tomada de um autor. O exemplo também nos apresenta o caso não muito comum em que o esquecimento se põe a serviço de nosso bom senso, quando este ameaça sucumbir a um desejo momentâneo. Por conseguinte, o ato falho adquire uma função útil. Uma vez recobrada nossa sobriedade, damos valor à correção dessa corrente interna, que antes só se pudera exprimir através de uma falha - um esquecimento, uma impotência psíquica.

“Numa reunião social alguém citou ‘*Tout comprende c’est tout pardonner*’. Comentei que a primeira parte da sentença bastava; o ‘perdoar’ era uma arrogância que deveria ser deixada a Deus e aos sacerdotes. Uma das pessoas presentes achou muito boa essa observação, o que me animou a dizer - provavelmente com a intenção de garantir a opinião favorável do crítico benevolente - que eu pensara recentemente em algo ainda melhor. Mas quando tentei repeti-lo, constatei que me havia escapado. Afastei-me imediatamente do grupo e anotei as associações encobridoras [ou seja, as representações substitutivas]. Primeiro me ocorreram o nome do amigo e o da rua de Budapeste que haviam testemunhado o nascimento da idéia que eu estava procurando; a seguir veio o nome do outro amigo, Max, a quem costumamos chamar de Maxi. Isso me levou à palavra ‘máxima’ e à lembrança de que dessa vez (como em meu comentário original) tratava-se de uma variação de uma máxima famosa. Curiosamente, meu pensamento seguinte não foi uma máxima, mas esta frase: ‘Deus criou o homem à sua imagem’, e depois a mesma idéia, ao contrário: ‘O homem criou Deus à sua imagem.’ Ato contínuo, surgiu a lembrança daquilo que eu procurava. Naquela época, na rua Andrassy, meu amigo me dissera: ‘Nada humano me é estranho’, ao que eu retrucara, aludindo às descobertas da psicanálise: ‘Você deveria ir mais longe e admitir que nada animal lhe é estranho.’

“Entretanto, depois de finalmente recordar o que procurava, foi-me ainda menos possível repeti-lo na roda social em que me encontrava. Entre as pessoas presentes estava a jovem esposa do amigo a quem eu relembra a animalidade do inconsciente, e tive de reconhecer que ela de modo algum estava preparada para acolher essas verdades tão desagradáveis. Meu esquecimento poupou-me uma série de perguntas incômodas por parte dela e uma discussão improfícua. Esse deve ter sido precisamente o motivo de minha ‘amnésia temporária’.

“É interessante que me ocorresse como associação encobridora uma frase em que a divindade é rebaixada à condição de uma invenção humana, ao passo que, na frase esquecida, havia uma alusão ao animal no homem. *Capitis deminutio* [isto é, a privação da

condição que se possuía] é, portanto, o elemento comum a ambas. Evidentemente, todo o assunto não passa de uma continuação da cadeia de idéias sobre compreender e perdoar, instigada pela conversa.

“Nesse caso, a ocorrência tão rápida daquilo que eu buscava talvez também se tenha devido a minha retirada imediata para um aposento vazio, saindo da roda social em que isso era censurado.”

Empreendi desde então várias outras análises de casos de esquecimento ou reprodução errônea de uma seqüência de palavras, e o coincidente resultado dessas investigações inclinou-me a supor que o mecanismo de esquecimento acima demonstrado, nos exemplos do “*aliquis*” [em [1]] e de “A Noiva de Corinto”, [em [1]] tem validade quase universal. Geralmente é um pouco embaraçoso comunicar essas análises, de vez que, tal como as que acabo de citar, elas levam constantemente a assuntos íntimos e desagradáveis para a pessoa analisada. Por isso não pretendo aumentar o número desse exemplos. O comum a todos esses casos, independentemente do material, é o fato de o esquecido ou distorcido estabelecer uma ligação, por alguma via associativa, com um conteúdo de pensamento inconsciente - um conteúdo de pensamento que é fonte do efeito manifestado no esquecimento.

Volto agora ao esquecimento de nomes. Até aqui, não esgotamos o exame nem da casuística nem dos motivos subjacentes. Como esse é exatamente o tipo de ato falho que às vezes observo abundantemente em mim mesmo, não me é difícil apresentar exemplos. Os leves ataques de enxaqueca de que ainda padeço costumam anunciar-se horas antes por um esquecimento de nomes, e, no auge desses ataques, durante os quais não sou forçado a abandonar meu trabalho, é freqüente desaparecerem de minha memória todos os nomes próprios. Ora, são exatamente os casos como o meu que poderiam dar motivos para uma objeção de princípio aos nossos esforços analíticos. Acaso não se deveria concluir dessas observações, necessariamente, que a causa do esquecimento, em particular do esquecimento de nomes, está em distúrbios da circulação e da função cerebrais em geral, e não deveríamos, portanto, poupar-nos a busca de explicações psicológicas para esses fenômenos? De maneira alguma, no meu entender; isso seria confundir o mecanismo de um processo, que é idêntico em todos os casos, com os fatores favorecedores do processo, que são variáveis e não necessários. Em vez de uma discussão detalhada, porém, apresentarei uma analogia para lidar com essa objeção.

Suponhamos que eu tenha sido imprudente o bastante para passear de noite num bairro deserto da cidade, onde me hajam assaltado e roubado meu relógio e minha carteira. No posto policial mais próximo, comunico a ocorrência com as seguintes palavras: “Eu estava na rua tal e tal, e lá o *isolamento* e a *escuridão* tiraram meu relógio e minha carteira.” Embora, com essa afirmação, eu não dissesse nada de inverídico, o texto de minha comunicação me exporia ao risco de pensarem que não estou muito certo da cabeça. Esse

estado de coisas só poderia ser corretamente descrito dizendo que, *favorecidos* pelo isolamento do lugar e *protegidos* pela *escuridão*, *malfeitores desconhecidos* roubaram meus objetos de valor. Ora, a situação no esquecimento de nomes não tem por que ser diferente; favorecida pelo cansaço, por distúrbios circulatórios e por uma intoxicação, uma força psíquica desconhecida rouba-me o acesso aos nomes próprios pertencentes à minha memória - uma força que, em outros casos, pode ocasionar a mesma falha da memória quando se está com saúde e eficiência plenas.

Quando analiso os casos de esquecimento de nomes que observo em mim mesmo, quase sempre descubro que o nome retido se relaciona com um tema que me é de grande importância pessoal e que é capaz de evocar em mim afetos intensos e quase sempre penosos. Segundo a praxe conveniente e louvável da escola de Zurique (Bleuler, Jung, Riklin), também posso formular esse fato da seguinte maneira: o nome perdido tocou num “complexo pessoal” em mim. A relação do nome comigo me é inesperada e em geral se estabelece através de associações superficiais (tais como a ambigüidade verbal ou a homofonia); em termos genéricos, ela pode ser caracterizada como uma relação colateral. Alguns exemplos simples esclarecerão melhor sua natureza:

(1)Um paciente pediu que eu lhe recomendasse uma estação de águas na Riviera. Eu conhecia um lugar assim bem perto de Gênova e também me lembrava do nome de um colega alemão que ali trabalhava, mas o nome do lugar em si me escapou, por mais que eu achasse conhecê-lo também. Não me restou outro recurso senão pedir ao paciente que esperasse, enquanto eu consultava apressadamente as mulheres de minha família. “Como é mesmo o nome do lugar perto de Gênova onde o Dr. N. tem seu pequeno sanatório, aquele em que fulana esteve em tratamento por tanto tempo?” “Claro, justamente você é que havia de esquecer esse nome. O lugar se chama *Nervi*.” Devo admitir que já tenho um bocado de trabalho com os *nervos*.

(2)Outro paciente falava sobre uma estação de veraneio próxima e declarou que, além das duas hospedarias famosas de lá, havia uma terceira relacionada com certa lembrança dele; não tardaria em me dizer o nome. Contestei a existência dessa terceira hospedaria e apelei para o fato de ter passado sete verões ali, donde deveria conhecer o lugar melhor do que ele. Mas, estimulado por minha contradição, ele já se havia lembrado do nome. A hospedaria chamava-se “Hochwartner”. Tive então que ceder e até confessar-lhe que, por sete verões, eu morara bem perto dessa hospedaria cuja existência havia negado. Nesse caso, por que teria eu esquecido tanto o nome quanto a coisa? Creio que foi porque o som desse nome era parecido demais com o de um colega meu, especialista em Viena, e como no caso anterior, tocou em mim no “complexo profissional”.

(3)Noutra ocasião, quando estava prestes a comprar uma passagem na estação ferroviária

de Reichenhall, não houve meio de me ocorrer o nome da estação principal seguinte, que era perfeitamente familiar e por onde eu já havia passado com muita freqüência. Fui até forçado a procurar o nome no guia dos horários. Era “*Rosenheim*”. Soube então de imediato em virtude de que associação o nome me havia escapado. Uma hora antes eu visitara minha irmã em sua casa, perto de Reichenhall; como o nome da minha irmã é Rosa, sua casa era também um “*Rosenheim*” [“lar de Rosa”]. O “complexo familiar” me havia roubado esse nome.

(4)Tenho uma multiplicidade de exemplos para ilustrar as atividades francamente bandidescas do “complexo familiar”.

Um dia veio a meu consultório um rapaz que era irmão mais moço de uma paciente. Eu o vira inúmeras vezes e costumava referir-me a ele pelo nome de batismo. Depois, quando quis falar sobre sua visita, percebi que havia esquecido seu nome (que eu sabia não ser nada incomum), e não houve meio que me ajudasse a recuperá-lo. Saí então para a rua e, pela leitura dos letreiros sobre as lojas, reconheci seu nome tão logo deparei com ele. A análise do episódio mostrou-me que eu traçara um paralelo entre o visitante e meu próprio irmão, paralelo este que tentava culminar na pergunta recalcada: “Ter-se-ia meu irmão comportado de maneira semelhante nessas mesmas circunstâncias, ou teria ele feito o contrário?” O vínculo externo entre os pensamentos concernentes a minha própria família e à outra foi possibilitado pela situação fortuita de que, em ambos os casos, as mães tinham o mesmo nome: Amalia. Entendi também, posteriormente [*nachträglich*], os nomes substitutos, Daniel e Franz, que se haviam impostos a mim sem me fornecer nenhum esclarecimento. Estes, bem como Amalia, são nomes da [peça] *Die Räuber* [*Os Ladrões*], de Schiller, e foram alvo de uma piada feita por *Daniel Spitzer*, o “caminhante vienense”.

(5)Numa outra ocasião, eu não conseguia achar o nome de um paciente que pertencia a relações da minha juventude. Minha análise seguiu um caminho muito tortuoso antes de fornecer o nome que eu procurava. O paciente expressara um medo de perder a visão, o que despertou a lembrança de um rapaz que ficara cego com um tiro; e, por sua vez, isso se relacionava com a figura de mais outro jovem que se ferira com um tiro. Este último tinha o mesmo sobrenome do primeiro paciente, apesar de não ter com ele nenhum parentesco. Entretanto, só encontrei o nome depois de me conscientizar de minha transferência de uma expectativa angustiada desses dois casos juvenis para uma pessoa da minha própria família.

Portanto, meus pensamentos são perpassados por uma corrente contínua de “auto-referência” da qual, em geral, não tenho nenhum indício, mas que se denuncia através desses exemplos de esquecimentos de nomes. É como se eu estivesse obrigado a comparar comigo tudo o que ouço a respeito de outras pessoas; como se meus complexos pessoais fossem postos em alerta todas as vezes que tenho notícia de outra pessoa. É impossível que isso seja

uma peculiaridade individual minha; deve conter, antes, uma indicação da maneira como entendemos o “outro” em geral. Tenho razões para supor que, nesse aspecto, as outras pessoas sejam bem parecidas comigo.

O mais belo desses exemplos foi-me contado por um Sr. Lederer, que passara por essa experiência pessoalmente. Durante sua lua-de-mel em Veneza, ele encontrou um senhor a quem conhecia superficialmente e teve de apresentá-lo à jovem esposa. No entanto, como havia esquecido o nome desse estranho, socorreu-se na primeira vez com um murmúrio ininteligível. Ao esbarrar no cavalheiro pela segunda vez, como era inevitável em Veneza, ele o afastou para um lado e lhe pediu que o tirasse de seu embaraço dizendo-lhe seu nome, que ele lamentava ter esquecido. A resposta do estranho atestou um conhecimento incomum da natureza humana. “Bem posso acreditar que tenha esquecido meu nome. É o mesmo que o seu; *Lederer!*” Não se pode evitar uma ligeira sensação de desagrado quando se esbarra no próprio nome numa pessoa desconhecida. Há pouco tempo senti isso claramente quando se apresentou em meu consultório um *Sr. S. Freud*. (Contudo, devo registrar a garantia de um de meus críticos de que, nesse aspecto, seus sentimentos são o oposto dos meus.)

(6)Os efeitos produzidos pela “auto-referência” também podem ser vistos no seguinte exemplo relatado por Jung (1907, 52):

“Um certo Sr. Y. apaixonou-se infrutiferamente por uma dama que pouco depois se casou com um Sr. X. A partir daí, apesar de conhecer o Sr. X há muito tempo e até manter relações comerciais com ele, o Sr. Y. passou a esquecer seu nome repetidamente, tanto que em várias ocasiões teve de indagar a outras pessoas qual era, quando queria corresponder-se com o Sr. X.”

Mas a motivação do esquecimento nesse caso é mais transparente do que nos anteriores, enquadrados na constelação da auto-referência. Aqui, o esquecimento parece ser consequência direta da antipatia do Sr. Y. por seu rival mais afortunado; não quer saber nada do rival: “nunca saber de sua existência”.

(7)O motivo do esquecimento de um nome também pode ser mais sutil, consistir no que se poderia chamar de um ressentimento “sublimado” contra seu portador. Assim, de Budapest, escreve a Srta. I. von K.:

“Formulei para mim uma pequena teoria. Tenho observado que as pessoas com talento para a pintura não têm sensibilidade musical e vice-versa. Faz algum tempo, conversando

com alguém a esse respeito, comentei: ‘Até agora minhas observações sempre foram confirmadas, com a exceção de uma única pessoa.’ Quando quis lembrar o nome dessa pessoa, constatei que o havia esquecido irremediavelmente, apesar de saber que seu portador era um de meus amigos mais chegados. Passados alguns dias, ao ouvir por acaso mencionarem o nome, logo entendi que estavam falando do destruidor de minha teoria. O ressentimento que eu nutria inconscientemente contra ele se expressara pelo esquecimento de seu nome, costumeiramente tão familiar para mim.”

(8) O caso que se segue, relatado por Ferenczi, mostra uma maneira um pouco diferente de a auto-referência levar ao esquecimento de um nome. Sua análise é particularmente instrutiva pela explicação dada às associações substitutas (como Botticelli e Boltraffio, substitutos de Signorelli [em [1]]).

“Uma dama que ouvira falar de psicanálise não conseguia lembrar-se do nome do psiquiatra Jung.

“Em vez deste, ocorreram-lhe os seguintes nomes: K1 - (um sobrenome), Wilde, Nietzsche, Hauptmann.

“Não lhe forneci o nome e convidei-a a associar livremente o que lhe ocorre em relação a cada um desses nomes.

“A partir de K1, ela pensou imediatamente na Sra. K1 - e em como era uma pessoa cerimoniosa e afetada, mas com muito boa aparência para sua *idade*. ‘Ela *não envelhece*.’ Como caracterização comum para Wilde e Nietzsche, falou em ‘*doença mental*’. Depois, disse em tom zombeteiro: ‘Vocês, freudianos, vão continuar procurando as causas da doença mental até vocês mesmos ficarem loucos.’ Depois: ‘Não suporto Wilde e Nietzsche. Não os entendo. Ouvi dizer que ambos eram homossexuais; Wilde se relacionava com gente *jovem*.’ (Apesar de já ter enunciado nessa frase o nome correto - em húngaro, é verdade -, ela ainda assim não conseguiu lembrá-lo.)

“Sobre Hauptmann ocorreu-lhe primeiro ‘*Halbe*’ e, depois, ‘*Jugend*’; e só então, depois que lhe chamei a atenção para a palavra ‘*Jugend*’, foi que ela entendeu que estivera em busca do nome *Jung*.

“Essa dama, que perdera o marido aos trinta e nove anos e não tinha perspectiva de voltar a casar-se, decerto tinha razões suficientes para evitar tudo o que a fizesse lembrar da *juventude* ou da *idade*. É digno de nota que as ocorrências encobridoras do nome buscado

estivessem exclusivamente associadas com o conteúdo, não havendo associações sonoras.”

(9) Eis um exemplo de esquecimento de nome com outra motivação muito sutil, explicado pelo próprio sujeito afetado:

“Quando eu fazia uma prova de filosofia como matéria complementar, o examinador interrogou-me sobre a doutrina de Epicuro e, depois disso, perguntou se eu sabia quem a havia retomado em séculos posteriores. Respondi com o nome de Pierre Gassendi, que eu ouvira descreverem como discípulo de Epicuro dois dias antes, num café. Ante a pergunta surpresa sobre como eu sabia disso, respondi atrevidamente que há muito me interessava por Gassendi. A conseqüência foi um *magna cum laude* [com louvor] no diploma, porém, infelizmente, também uma obstinada tendência posterior a esquecer o nome de Gassendi. Creio que minha consciência pesada é culpada de minha impossibilidade de lembrar esse nome, apesar de todos os meus esforços. É que, na verdade, também naquela ocasião eu não deveria tê-lo sabido.”

Para que se avalie a intensidade da aversão de nosso informante à recordação desse episódio do exame, é preciso que se saiba do grande valor que ele confere a seu doutorado e das inúmeras outras coisas às quais este tem que servir de substituto.

(10) Intercalo aqui outro exemplo de esquecimento do nome de uma cidade. Talvez não seja tão simples quanto os já citados [em [1] e [2]] mas, para qualquer um que esteja algo familiarizado com essas investigações, parecerá digno de crédito e valioso. O nome de uma cidade da Itália escapou à memória do sujeito em conseqüência de sua grande semelhança fonética com um prenome de mulher a que se ligavam muitas lembranças carregadas de afeto, que sem dúvida não são integralmente relatadas aqui. Sándor Ferenczi, de Budapeste, que observou em si mesmo esse caso de esquecimento, tratou-o da maneira como se analisa um sonho ou uma idéia neurótica - por certo, com toda a razão.

“Estive hoje visitando uma família amiga e a conversa se voltou para as cidades do norte da Itália. Alguém observou que elas ainda exibem traços da influência austríaca. Algumas dessas cidades foram mencionadas e também eu quis citar uma delas, mas seu nome não me ocorreu, embora eu soubesse que ali havia passado dois dias muito agradáveis - um fato que não combinava muito com a teoria de Freud sobre o esquecimento. Em vez do nome buscado, as seguintes associações impuseram-se a mim: *Capua - Brescia - O Leão de Brescia*.

“Visualizei esse ‘Leão’ sob a forma de uma *estátua de mármore* postada diante de mim como um objeto concreto, mas logo reparei que ele se parecia menos com o leão do Monumento à Liberdade em Brescia (que só vi numa ilustração) do que com o outro famoso

leão de mármore que vi no *monumento aos mortos em Lucerna - o monumento aos guardas suíços tombados nas Tulherias*, do qual tenho uma réplica em miniatura na minha estante. E então me ocorre finalmente o nome buscado: era *Verona*.

“Ao mesmo tempo, entendi prontamente quem era a culpada dessa minha amnésia. Ninguém senão uma antiga empregada da família de quem eu era convidado nessa ocasião. Seu nome era *Veronika* (*Verona*, em húngaro) e eu tinha por ela uma intensa antipatia, por causa de sua fisionomia repulsiva, de sua *voz esganiçada e rouca* e sua confiança insuportável, a que ela achava ter direito por longo tempo de serviço. Também a maneira *tirânica* com que, em sua época, ela costumava tratar as crianças da casa me era intolerável. E então compreendi também o sentido das associações substitutas.

“Minha associação imediata com *Capua* foi *caput mortuum* [cabeça de morto]. Muitas vezes comparei a cabeça de *Veronika* a uma cabeça de defunto. A palavra húngara ”*kapzsi*“ (avaro) sem dúvida forneceu mais um determinante para o deslocamento. Descobri também, é claro, as vias associativas muito mais diretas que ligam *Capua* e *Verona* como idéias geográficas e como palavras italianas que têm o mesmo ritmo.

“O mesmo vale para *Brescia*, mas também aqui encontram-se vias colaterais entrelaçadas na associação de idéias.

“Naquela época minha antipatia era tão violenta que eu achava *Veronika* decididamente asquerosa, e mais de uma vez manifestei meu assombro de que, apesar disso, ela pudesse ter uma vida amorosa e ser amada por alguém. ‘Beijá-la’, dizia eu, ‘deve provocar náuseas!’ E por certo fazia muito tempo que se poderia vinculá-la à idéia dos guardas suíços *tombados*.

“É muito freqüente se mencionar *Brescia*, pelo menos aqui na Hungria, não em conexão com o leão, mas com outro *animal selvagem*. O nome mais odiado neste país, como também no norte da Itália, é o do general *Haynau*, comumente conhecido como a ‘*Hiena de Brescia*’. Assim, um fio de meu pensamento levava do odiado *tirano* *Haynau*, via *Brescia*, para a cidade de *Verona*, enquanto o outro levava, através da idéia do *animal de voz rouca que freqüenta os túmulos dos mortos* (o que contribui para determinar a emergência de um *monumento aos mortos*), para a cabeça de defunto e a voz desagradável de *Veronika*, tão

grosseiramente insultada por meu inconsciente, pessoa que em sua época agira naquela casa de maneira quase tão tirânica quanto o general austríaco depois das lutas dos húngaros e italianos pela liberdade.

“A *Lucerna* liga-se a idéia do verão que Veronika passou com os patrões *nas cercanias da cidade de Lucerna*, junto ao lago do mesmo nome. A *Guarda Suíça*, por sua vez, lembra que ela sabia tiranizar não só as crianças, mas também os adultos da família, e se comprazia [*sich gefallen*] no papel de ‘Garde-Dame’ [governanta, dama de companhia, literalmente ‘guarda de senhoras’].

“Devo assinalar expressamente que essa minha antipatia por Veronika é - conscientemente - um coisa há muito superada. Desde aquela época, tanto sua aparência quanto suas maneiras mudaram muito, para melhor, e posso tratá-la (embora para isso tenha raras oportunidades) com sentimentos sinceramente amistosos. Como de hábito, meu inconsciente se aferra com mais tenacidade a minhas impressões [anteriores]: ele é ”de efeito posterior” e rancoroso.

“As *Tulherias* são uma alusão a outra pessoa, uma dama francesa idosa que, em muitas ocasiões, realmente ‘*guardava*’ as mulheres da casa; era respeitada por todos, jovens e velhos - e sem dúvida um pouco *temida* também. Por algum tempo fui seu *élève* [aluno] de conversação em francês. A palavra *élève* recorda-me ainda que, estando em visita ao cunhado de meu atual anfitrião, no norte da Boêmia, achei muita graça ao saber que os camponeses do lugar chamavam os *élèves* da escola florestal de ‘Löwen’ [leões]. Também essa lembrança divertida pode ter desempenhado um papel no deslocamento da hiena para o leão.”

(11) Também o exemplo seguinte mostra como um complexo pessoal que domine a pessoa num dado momento provoca o esquecimento de um nome com base numa ligação muito remota.

“Dois homens, um mais velho e um mais moço, que seis meses antes haviam feito juntos uma viagem à Sicília, trocavam lembranças daqueles dias bonitos e memoráveis. ‘Vejam’, disse o mais jovem, ‘como se chamava o lugar onde pernoitamos antes de nossa excursão a Selinunte? Calatafimi, não é?’ O mais velho discordou: ‘Não, tenho certeza de que não era isso, mas também esqueci o nome, embora me lembre muito bem de todos os detalhes de nossa estada lá. Basta eu saber que alguém esqueceu um nome para que isso logo me faça esquecê-lo também. [Cf. adiante, em [1]] Quer que procuremos o nome? O único que me

ocorre é Caltanissetta, que com certeza não é o correto.’ - ‘Não’, disse o mais jovem, ‘o nome começa com *w* ou então contém *w*.’ - ‘Mas não existe *w* em italiano’, objetou o mais velho. ‘Eu quis dizer *v*, e só falei *w* por estar muito acostumado com ele em minha língua.’ O homem mais velho manteve sua objeção ao *v*. ‘Aliás’, declarou, ‘acho que já esqueci uma porção de nomes sicilianos, e essa é uma boa hora para fazermos algumas experiências. Por exemplo, qual era o nome daquele lugar elevado que na Antigüidade se chamava Enna? Ah, já sei - Castrogiovanni.’ No instante seguinte o homem mais moço recuperou o nome perdido. ‘Castelvetrano’, exclamou, satisfeito por poder apontar o *v* em que havia insistido. Durante algum tempo, o mais velho não teve nenhuma sensação de reconhecimento, mas depois de ter aceito o nome, coube-lhe explicar por que o havia esquecido ‘Evidentemente’, disse, ‘porque a segunda metade, ”-vetrano“, soa como ”veterano“. ‘Sei que não gosto muito de pensar em *envelhecer* e tenho reações estranhas quando me lembram disso. Por exemplo, recentemente usei os mais curiosos disfarces para acusar um amigo muito estimado de ter perdido a juventude há muito tempo, e isso porque, numa ocasião anterior, em meio às observações mais lisonjeiras a meu respeito, esse amigo havia acrescentado que eu “já não era um homem jovem”. Outro indício de que minha resistência estava voltada contra a segunda metade do nome Castelvetrano é que seu som inicial ressurgiu no nome substituto Caltanissetta.’ ‘E quanto ao próprio nome Caltanissetta?’, perguntou o mais jovem. ‘Esse’, confessou o mais velho, ‘sempre me pareceu ser um apelido carinhoso para uma mulher jovem.’

“Algum tempo depois, acrescentou: ‘Evidentemente, o nome para Enna também era um nome substituto. E agora me ocorre que Castrogiovanni - o nome que se impôs ao primeiro plano com a ajuda de uma racionalização - soa como ”giovane“, jovem, assim como o nome perdido, Castelvetrano, soa como ”veterano“, velho.’

“O homem mais velho acreditou ter assim esclarecido seu esquecimento do nome. Não foram investigados os motivos da mesma falha de memória no mais moço.”

Não só os motivos, mas também o mecanismo que rege o esquecimento de nomes merecem nosso interesse. Num grande número de casos um nome é esquecido, não porque ele próprio desperte esses motivos, mas porque - graças à semelhança fonética e à homofonia - ele toca em *outro* nome contra o qual se voltam esses motivos. Como é compreensível, esse relaxamento das condições facilita extraordinariamente a ocorrência do fenômeno. É o que mostram os seguintes exemplos:

(12)Relatado pelo Dr. Eduardo Hitschmann (1913a): “O senhor N. queria dar a alguém o nome da livraria Gilhofer e Ranschburg [de Viena]. Por mais que pensasse, entretanto, só lhe ocorria o nome Ranschburg, embora ele conhecesse muito bem a firma. Voltou para casa

meio insatisfeito e achou o assunto suficientemente importante para perguntar a seu irmão (que aparentemente já estava dormindo) qual era a primeira metade do nome. O irmão o forneceu sem hesitação. Nisto ocorreu ao Sr. N. a palavra ‘Gallhof’, como associação a ‘Gillhofer’. Gallhof era o lugar onde, alguns meses antes, ele dera um memorável passeio com uma jovem atraente. Como lembrança, a moça o presenteara com um objeto que trazia a inscrição ‘Recordação da horas felizes em Gallhof [”*Gallhoerf Stunden*“, literalmente ”horas de Galhof”]’. Dias antes do esquecimento do nome, esse presente fora seriamente danificado, aparentemente de modo acidental, quando N. fechou uma gaveta depressa demais. N. reparou nisso com um certo sentimento de culpa, familiarizado que estava com o sentido dos atos sintomáticos. [Ver Capítulo IX.] Na época, seus sentimentos em relação à jovem eram algo ambivalentes: por certo a amava, mas estava hesitante frente ao desejo dela de se casarem."

(13)Relatado pelo Dr. Hanns Sachs: “Ao conversar sobre Gênova e seus arredores, um rapaz quis mencionar o lugar chamado *Pegli*, mas só com esforço conseguiu lembrar o nome, depois de muito refletir. A caminho de casa, ia meditando sobre o modo desagradável como lhe escapara um nome tão familiar e, ao fazê-lo, foi conduzido a uma palavra de som muito semelhante: *Peli*. Ele sabia haver uma ilha com esse nome nos Mares do Sul, cujos habitantes ainda conservaram alguns hábitos notáveis. Lera sobre eles recentemente, numa obra de etnologia, e decidira nesse momento usar as informações para apoiar uma hipótese própria. Ocorreu-lhe então que *Peli* era também o cenário de um romance que ele havia lido com interesse e prazer - o *Van Zantens glücklichste Zeit* [A Época mais Feliz de Van Zanten], de Laurids Bruun. Os pensamentos que o haviam ocupado quase incessantemente durante o dia centralizavam-se numa carta, recebida naquela mesma manhã, de uma dama que lhe era muito querida. Essa carta o fizera temer que tivesse de renunciar a um encontro marcado. Depois de passar o dia inteiro com um péssimo humor, ele saíra à noite, decidido a não se atormentar mais com esses pensamentos irritantes, e sim a desfrutar, com a maior serenidade possível, da reunião social que tinha à frente e que lhe era de extremo valor. É claro que essa sua resolução poderia ser gravemente posta em risco pela palavra *Pegli*, por ser tão estreita a sua semelhança sonora com *Peli*; *Peli*, por sua vez, por ter adquirido um vínculo pessoal com ele através do interesse etnológico, corporificava não só a ‘época mais feliz’ de Van Zanten, mas também a sua, e portanto também os medos e angústias que ele alimentara o dia inteiro. É característico que essa simples interpretação só lhe chegasse assim que uma segunda carta transformou suas dúvidas na certeza feliz de revê-la em breve.”

Se esse exemplo faz lembrar um outro que lhe é, por assim dizer, vizinho, no qual não se conseguia recordar o topônimo *Nervi* (Exemplo 1 [em [1]]), verifica-se como o duplo sentido de uma palavra pode ser substituído por duas palavras de som semelhante.

(14)Ao deflagrar-se a guerra contra a Itália, em 1915, pude fazer em mim mesmo a observação de que toda uma série de nomes de lugares italianos, que de hábito me eram prontamente acessíveis, subtraiu-se de repente de minha memória. Como muitos outros alemães, eu havia criado o hábito de passar parte das minhas férias em solo italiano, e não pude duvidar de que esse maciço esquecimento de nomes era a expressão de uma compreensível animosidade pela Itália, substituindo agora minha predileção anterior. Mas, além desse esquecimento de nomes diretamente motivado, também se identificou uma amnésia indireta com origem na mesma influência. Mostrei também uma tendência a esquecer topônimos não-italianos e, investigando esses incidentes, descobri que tais nomes tinham alguma ligação, por meio de vagas semelhanças de som, com os nomes inimigos proscritos. Assim, um dia me atormentei tentando lembrar o nome da cidade de *Bisenz*, na Morávia. Quando ele finalmente me ocorreu, reconheci de imediato que esse esquecimento devia ser posto na conta do *Palazzo Bisenzi*, em Orvieto. O Hotel Belle Arti, onde eu me hospedara em todas as minhas visitas a Orvieto, situa-se nesse “palazzo”. As lembranças mais preciosas, é claro, tinham sido as mais prejudicadas pela mudança em minha atitude emocional.

Alguns exemplos ajudarão também a nos lembrar da diversidade de propósito a cujo serviço pode colocar-se o ato falho do esquecimento de nomes.

(15)Relatado por A. J. Storfer (1914): ‘‘Certa manhã, uma dama residente em Basiléia recebeu a notícia de que sua amiga de infância, Selma X., de Berlim, então em viagem de lua-de-mel, estava de passagem por Basiléia, mas ali permaneceria apenas um dia; por isso a dama de Basiléia apressou-se a chegar logo ao hotel. Quando as amigas se separaram, combinaram reencontrar-se à tarde e permanecer juntas até a hora da partida da dama berlinense.

‘‘À tarde, a dama de Basiléia *esqueceu* o encontro marcado. Desconheço os determinantes desse esquecimento, mas, nessa situação (encontro com uma *amiga de infância recém-casada*), são possíveis diversas constelações típicas capazes de determinar uma inibição contra a repetição do encontro. O ponto de interesse nesse caso está em *outro* ato falho, que representa uma proteção inconsciente para o primeiro. Na hora em que deveria estar-se reencontrando com a amiga de Berlim, a dama de Basiléia se achava numa roda social em outro lugar. Ali, a conversa recaiu sobre o casamento recente da cantora vienense de ópera de sobrenome Kurz. A dama de Basiléia teceu alguns comentários críticos (!) sobre esse casamento, mas, ao querer referir-se à cantora pelo nome, descobriu com enorme embaraço que não conseguia lembrar-se de seu nome de batismo. (Como se sabe, há uma tendência especial a se mencionar também o prenome, nos casos em que o sobrenome é monossilábico.) A dama de Basiléia irritou-se ainda mais com seu lapso de memória porque já ouvira a Kurz cantar muitas vezes e, comumente, sabia muito bem seu nome (completo).

Antes que alguém mencionasse o prenome desaparecido, a conversa tomou outro rumo.

“Na noite desse mesmo dia, nossa dama de Basiléia estava entre algumas pessoas que, em parte, eram as mesmas daquela tarde. Por coincidência, a conversa tornou a recair no casamento da cantora vienense e, sem qualquer dificuldade, a dama citou o nome ‘*Selma Kurz*’. E nesse instante exclamou: ‘Oh! Acabo de me lembrar: esqueci por completo que hoje à tarde tinha um encontro com minha amiga *Selma!*’ Uma olhadela no relógio mostrou que a amiga já devia ter partido.”

Talvez ainda não estejamos preparados para apreciar esse belo exemplo em todos os seus aspectos. É mais simples o caso seguinte, embora não se tratasse do esquecimento de um nome e sim de uma palavra estrangeira, por um motivo criado pela situação. (Já podemos notar que estamos lidando com os mesmos processos, quer eles se apliquem a nomes próprios, prenomes, palavras estrangeiras ou seqüências de palavras.) Foi o caso de um jovem que esqueceu a palavra inglesa correspondente a “ouro” - que é idêntica à palavra alemã (“*Gold*”) - para, desse modo, ter oportunidade de praticar uma ação que desejava.

(16)Relatado pelo Dr. Hanns Sachs: “Um rapaz travou conhecimento numa pensão com uma moça inglesa que lhe agradou. Na primeira noite após se conhecerem, ele conversava com a moça na língua materna desta, que conhecia razoavelmente bem, e quis empregar a palavra inglês para ‘ouro’. Apesar de seus imensos esforços, o vocábulo não lhe ocorreu. Em vez dele, a palavra francesa *or*, a latina *aurum* e a grega *chrysos* impuseram-se obstinadamente como substitutas, tanto que ele só conseguiu rejeitá-las a muito custo, embora soubesse com certeza que não tinham parentesco algum com a palavra procurada. Por fim, o único caminho que encontrou para se fazer entender foi tocar num anel de ouro na mão da moça, ficando muito envergonhado ao saber por ela que a palavra tão procurada para denotar ouro era exatamente idêntica à alemã, ou seja, ‘gold’. O grande valor desse contato, propiciado pelo esquecimento, não estava meramente na satisfação inobjetével da pulsão de pegar ou tocar - pois para isso existem outras oportunidades avidamente exploradas pelos enamorados -, porém, muito mais, no modo como contribuiu para esclarecer as perspectivas do flerte. O inconsciente da dama, sobretudo se sentisse simpatia pelo homem com quem ela conversava, adivinharia o objetivo erótico do esquecimento, oculto por sua máscara de inocência. A maneira de ela corresponder ao contato e aceitar sua motivação poderia, assim, tornar-se um meio - inconsciente para ambos, mas muito significativo - de chegarem a um entendimento sobre as possibilidades do flerte iniciado pouco antes.”

(17)Narro ainda, segundo J. Stärcke (1916), outra observação interessante que concerne ao esquecimento e à recuperação de um nome próprio. Esse caso se distingue pela ligação entre o esquecimento do nome e um equívoco na citação de algumas palavras de um poema, como no exemplo da “Noiva de Corinto” [em [1]].

“Z., um velho jurista e filólogo, contava numa roda como, em seus tempos de estudantes na Alemanha, conhecera um aluno excepcionalmente estúpido, e teve muitas anedotas a contar sobre essa estupidez. Mas não conseguiu lembrar o nome do estudante; achou que começava com *W*, mas depois reconsiderou essa idéia. Lembrou-se de que esse aluno estúpido mais tarde se tornara *comerciante de vinhos*. Depois, ao contar outra anedota sobre a estupidez do rapaz, tornou a exprimir seu espanto pelo fato de seu nome não lhe ocorrer, e disse: ‘Ele era tão burro que até hoje não entendo como consegui martelar-lhe o latim na cabeça.’ No momento seguinte, lembrou-se de que o nome procurado terminava em ‘. *man*’. Nesse ponto, perguntamos se lhe ocorria algum outro nome terminado em ‘man’ e ele disse: ‘*Erdmann*’ [*homem da terra*].’ - ‘Quem é esse?’ - ‘Um outro estudante daquela época.’ - Sua filha, porém, observou que havia também um professor Erdmann. Uma averiguação mais rigorosa revelou que esse professor Erdmann era editor de uma revista e, recentemente, só aceitara publicar em forma abreviada um trabalho apresentado por Z., do qual discordava em parte etc., e Z. ficara bastante aborrecido com isso. (Ademais, descobri posteriormente que, anos antes, Z. provavelmente tivera expectativas de se tornar professor da mesma disciplina agora lecionada pelo professor Erdmann, e também nesse aspecto o nome talvez tivesse tocado num ponto sensível.)

“E então, de repente, ocorreu-lhe o nome do estudante estúpido: ‘Lindeman!’ Como já se lembrara de que o nome terminava em ‘man’, ‘*Linde* [*tília*]’, era o que permanecera recalcado por mais tempo. Ao se perguntar o que lhe ocorria ao pensar em ‘*Linde*’, ele disse a princípio: ‘Absolutamente nada.’ Quando insisti em que sem dúvida lhe ocorreria alguma coisa relacionada com essa palavra, ele respondeu, erguendo os olhos e fazendo um gesto com a mão no ar: ‘Ora, uma tília [*Linde*] é uma árvore bonita.’ Nada mais lhe ocorreu. Todos ficaram calados e cada um prosseguiu em suas leituras ou outros afazeres, até que, passados alguns momentos, Z. fez a seguinte citação em tom sonhador:

Steht er mit festen

Gefügigen Knochen

Auf der *Erde*,

So reicht er nicht auf

Nur mit der *Linde*

Oder der *Rebe*

Sich zu vergleichen.

“Dei um grito de triunfo: ‘Aí está o nosso Erdmann [homem da terra]!’ E disse: ‘O homem que ”se ergue sobre a terra”, ou seja, o homem da terra ou *Erdmann*, não é suficientemente grande para se comparar nem com a *tília* (*Lindeman*) nem com a *videira* (o *comerciante de vinhos*). Em outras palavras, nosso *Lindeman*, o estudante estúpido que mais tarde se tornou comerciante de vinhos, certamente era um asno, mas nosso *Erdmann*, é ainda muito mais burro e nem sequer se pode comparar ao Lindeman.’ No inconsciente, essa linguagem irônica ou insultuosa é bastante comum; por isso, pareceu-me que agora se havia encontrado a causa principal do esquecimento do nome.

“Perguntei, então, de que poema provinham os versos citados. Z. disse que era um poema de Goethe, que ele achava começar assim:

Edel sei der Mensch

Hilfreich und gut!

e que continha também os versos:

Und hebt er sich aufwärts,

So spielen mit ihm die Winde.

“No dia seguinte, verifiquei esse poema de Goethe e viu-se que o caso era ainda mais belo (apesar de ser também mais complexo) do que parecera a princípio.

“(a)Os primeiros versos citados dizem (cf. a citação acima):

Steht er mit festen

Markigen Knochen.

“”*Gefügige* Knochen [ossos *flexíveis*]’ seria uma combinação muito estranha, mas não quero ir mais a fundo nesse ponto.

“(b)Os versos seguintes dessa estrofe dizem (cf. a citação acima):

...Auf der *wohlgegründeten*

Dauernden Erde,

Reicht er nicht auf,

Nur mit der *Eiche*

Oder der Rebe

Sich zu vergleichen.

Portanto, em todo o poema não há menção a tília alguma! A troca de ‘carvalho’ por ‘tília’ (em seu inconsciente) ocorreu apenas para possibilitar o jogo de palavras ‘terra - tília - videira’.

“(c)Esse poema se chama ‘Grenzen der Menschheit [Os Limites da Humanidade]’ e compara a onipotência dos deuses com o poder insignificante do homem. Mas o poema que começa por

Edel sei der Mensch

Hilfreich und gut!

é outro e se encontra algumas páginas adiante [no livro]. Seu título é ‘Das Gottliche. [A Natureza Divina]’, e também ele contém pensamentos sobre os deuses e os homens. Como não se examinou a questão mais a fundo, posso no máximo supor que certos pensamentos sobre a vida e a morte, o temporal e o eterno, e a vida frágil e a morte futura do próprio sujeito também tenham desempenhado um papel na gênese desse caso."

Em alguns desses exemplos é preciso recorrer a todas as sutilezas da técnica psicanalítica para explicar o esquecimento de um nome. Quem quiser conhecer melhor essa tarefa poderá consultar um artigo de Ernest Jones, de Londres (1911a), já traduzido para o alemão.

(18) Ferenczi observou que o esquecimento de nomes também pode aparecer como um sintoma histérico. Nessa situação, ele mostra um mecanismo muito diferente do que é próprio dos atos falhos. A natureza dessa diferença é esclarecida por suas próprias palavras:

“Tenho agora em tratamento uma paciente, uma solteirona já envelhecida, a quem deixam de ocorrer os nomes próprios mais usuais e mais conhecidos dela, se bem que, afora isso, sua memória seja boa. No decorrer da análise, ficou claro que mediante esse sintoma ela visa a documentar sua ignorância. Essa exibição ostensiva de sua ignorância, contudo, é, na verdade, uma censura a seus pais, que não lhe permitiram receber instrução superior. Também sua torturante compulsão a fazer limpeza (‘psicose da dona de casa’) provém, em parte, da mesma fonte. Com isso ela quer dizer algo como: ‘Vocês me transformaram numa empregada.’”

Eu poderia citar outros exemplos do esquecimento de nomes e levar seu exame muito mais longe, não fosse por querer evitar, neste primeiro estágio, a antecipação de quase todos os pontos de vista destinados à discussão de temas posteriores. Entretanto, talvez possa permitir-me resumir em algumas frases as conclusões extraídas das análises aqui relatadas:

O mecanismo do esquecimento de nomes (mais corretamente, de os nomes escaparem da memória, serem *temporariamente* esquecidos) consiste em que a pretendida reprodução do

nome sofre a interferência de uma cadeia de pensamentos estranha, não consciente no momento. Entre o nome assim perturbado e o complexo perturbador existe uma conexão preexistente; ou essa conexão se estabelece, quase sempre de maneiras aparentemente artificiais, através de associações superficiais (externas).

Entre os complexos perturbadores, os mais eficazes mostram ser os auto-referentes (ou seja, os complexos pessoal, familiar e profissional).

Um nome com mais de um sentido e, portanto, pertencente a mais de um grupo de pensamentos (complexos) é muitas vezes perturbado em sua relação com uma seqüência de pensamentos, em virtude de sua participação em outro complexo mais forte.

Entre os motivos para essas interferências destaca-se o propósito de evitar que as lembranças despertem desprazer.

Em geral, podem-se distinguir dois tipos principais de esquecimento de nomes: os casos em que o próprio nome toca em algo desagradável e aqueles em que ele se liga a outro nome que tem esse efeito. Assim, os nomes podem ter sua reprodução perturbada por sua própria causa, ou por causa de seus vínculos ou associativos mais próximos ou mais distantes.

Um exame dessas proposições gerais nos mostra por que o esquecimento temporário de nomes é, dentre todos os nossos atos falhos, o que se observa com maior freqüência.

(19) Estamos, porém, muito longe de haver delineado todas as peculiaridades desse fenômeno. Outro ponto que quero assinalar é que o esquecimento de nomes é altamente contagioso. Numa conversa entre duas pessoas, muitas vezes basta que uma delas mencione ter esquecido tal ou qual nome para que este escape também à memória da outra. Nesses casos de esquecimento induzido, porém, o nome esquecido retorna mais facilmente. Esse esquecimento “coletivo” - a rigor, um fenômeno da psicologia das massas - ainda não se tornou objeto da investigação psicanalítica. Apenas em um caso, mas que é especialmente belo, Reik (1920) pôde dar uma boa explicação para esse curioso fenômeno.

“Num pequeno grupo de universitários em que também havia duas estudantes de filosofia, discutiam-se as numerosas questões suscitadas no campo dos estudos religiosos e no da história da civilização pela origem do cristianismo. Uma das moças que participava da conversa lembrou-se de que, num romance inglês que lera recentemente, encontrara um quadro interessante das múltiplas correntes religiosas que haviam agitado aquela época. Acrescentou que o romance retratava toda a vida de Cristo, desde seu nascimento até sua morte; mas o nome da obra se recusava a ocorrer-lhe. (Sua lembrança visual da capa de livro e da apresentação gráfica do título era ultraclara [ver em [1]].) Três dos homens presentes também afirmaram conhecer o romance e notaram que, curiosamente, tampouco

eles eram capazes de reproduzir o nome.”

A moça foi a única a se submeter à análise para esclarecer o esquecimento desse nome. O título do livro era *Ben-Hur*, de Lewis Wallace. As idéias que lhe ocorreram como substitutas foram: “*Ecce homo - Homo sum - Quo vadis?*”. A própria jovem se apercebeu de haver esquecido o nome “porque ele contém uma expressão que nem eu nem nenhuma outra moça - especialmente na companhia de rapazes - gostamos de usar. À luz da interessantíssima análise, essa explicação assumiu um significado ainda mais profundo. Uma vez feita uma alusão a esse contexto, a tradução de “*homo*” (homem) adquire também um sentido pouco recomendável. A conclusão de Reik é a seguinte. “A moça tratou a palavra como se, ao pronunciar o título dúbio na presença de rapazes, estivesse reconhecendo desejos que havia rechaçado por lhe serem penosos e incompatíveis com sua personalidade. Em suma: dizer as palavras ‘Ben-Hur’ foi inconscientemente identificado por ela com uma proposta sexual e, por conseguinte, o esquecimento correspondeu ao rechaço dessa tentação inconsciente. Temos razões para supor que processos inconscientes semelhantes tenham determinado o esquecimento dos rapazes. O inconsciente deles apreendeu o sentido real do esquecimento da jovem e, por assim dizer, interpretou-o. O esquecimento dos homens mostra respeito por esse comportamento recatado. (.) É como se sua interlocutora, por seu repentino lapso de memória, tivesse dado um sinal claro que os homens, inconscientemente, entenderam muito bem.”

Há também [1] um esquecimento sucessivo de nomes em que toda uma cadeia deles é retirada da memória. Quando, na tentativa de reencontrar um nome perdido, buscam-se outros estreitamente ligados a ele, não é raro desaparecerem também esses novos nomes, que deveriam servir de pontos de apoio. Assim, o esquecimento salta de um nome para outro, como que para provar a existência de um obstáculo que não é facilmente superável.

CAPÍTULO IV - LEMBRANÇAS DA INFÂNCIA E LEMBRANÇAS ENCOBRIDAS

Num segundo artigo, publicado na *Monatsschrift für Psychiatrie und Neurologie* (1899a), pude demonstrar, num ponto inesperado, a natureza tendenciosa do funcionamento de nossa memória. Parti do fato notável de que, nas mais remotas lembranças da infância de uma pessoa, freqüentemente parece preservar-se aquilo que é indiferente e sem importância, ao passo que (amiúde, mas não universalmente), na memória dos adultos, não se encontra nenhum vestígio de impressões importantes, muito intensas e plenas de afeto daquela época. Disso se poderia presumir, já que é sabido que a memória faz uma seleção entre as impressões que lhe são oferecidas, que tal seleção se dá, na infância, com base em princípios inteiramente diferentes dos que vigoram na época da maturidade intelectual. Uma investigação atenta, contudo, mostra que tal suposição é desnecessária. As lembranças indiferentes da infância devem sua existência a um processo de deslocamento: são substitutas, na reprodução [mnêmica], de outras impressões realmente significativas cuja recordação pode desenvolver-se a partir delas através da análise psíquica, mas cuja reprodução direta é impedida por uma resistência. De vez que as lembranças indiferentes devem sua preservação, não a seu próprio conteúdo, mas a um vínculo associativo entre seu conteúdo e outro que está recalcado, elas podem fazer jus ao nome de “lembranças encobridoras” com que foram por mim designadas.

No artigo mencionado, apenas tangenciei, sem esgotá-la de modo algum, a multiplicidade dos vínculos e sentidos das lembranças encobridoras. No exemplo que ali analisei detalhadamente, enfatizei sobretudo a peculiaridade da relação *temporal* entre a lembrança encobridora e o conteúdo encoberto por ela. Naquele exemplo, o conteúdo da lembrança encobridora pertencia a um dos primeiros anos da infância, ao passo que as vivências de pensamento por ela substituídas na memória, que haviam permanecido quase inconscientes, correspondiam a épocas posteriores na vida do sujeito. Designei esse tipo de deslocamento de *retroativo* ou *retrocedente*. Talvez seja mais freqüente encontrar a relação oposta: uma impressão indiferente de época recente se consolida na memória como lembrança encobridora, apesar de dever esse privilégio apenas a sua ligação com um evento anterior que as resistências impedem de ser diretamente reproduzido. Estas seriam

lembranças encobridoras *adiantadas* ou *avançadas*. Aqui o essencial de que se ocupa a memória situa-se, na ordem temporal, *atrás* da lembrança encobridora. Por fim, temos ainda a terceira possibilidade, em que a lembrança encobridora vincula-se à impressão encoberta não só por seu conteúdo, mas também pela contigüidade temporal: estas são as lembranças encobridoras *simultâneas* ou *contíguas*.

Quanto de nossa reserva mnêmica pertence à categoria das lembranças encobridoras e qual o papel desempenhado por elas nos diferentes processos de pensamento neuróticos são problemas importantes que não abordei em meu artigo anterior, e nem os abordarei aqui. Importa-me apenas enfatizar a identidade entre o esquecimento de nomes próprios seguido de ilusão de memória e a formação das lembranças encobridoras.

À primeira vista, as diferenças entre os dois fenômenos são muito mais flagrantes do que as eventuais analogias. O primeiro fenômeno refere-se a nomes próprios; aqui, trata-se de impressões completas, de algo que se vivenciou quer na realidade, quer no pensamento. Ali temos uma falha manifesta da função mnêmica; aqui, é um ato da memória que nos parece estranho. Num, trata-se de uma perturbação momentânea - pois o nome agora esquecido pode ter sido corretamente reproduzido cem vezes antes, e voltará a poder sê-lo de amanhã em diante; noutra, trata-se de uma posse permanente e constante, pois as lembranças indiferentes da infância parecem ter o poder de nos acompanhar durante grande parte de nossa vida. Ou seja, o problema, nesses dois casos, parece ter um enfoque completamente diferente. Num, tem-se o esquecimento, no outro, a retenção, que desperta nossa curiosidade científica. Um estudo mais detalhado revela que, a despeito das diferenças entre os dois fenômenos quanto ao material psíquico e à duração, as coincidências entre ambos predominam em muito. Ambos se referem a falhas no recordar: o que a memória reproduz não é o que deveria ser corretamente reproduzido, mas algo diverso que serve de substituto. No caso do esquecimento de nomes, a lembrança se dá sob a forma de nomes substitutos; o caso da formação de lembranças encobridoras tem por base o esquecimento de outras impressões mais importantes. Em ambos, uma sensação intelectual nos dá notícia da interferência de algum fator perturbador, mas o faz de formas diferentes: no esquecimento de nomes, *sabemos* que os nomes substitutos são *falsos*; nas lembranças encobridoras, ficamos *surpresos* por possuí-las. Se a análise psicológica nos revela agora que a formação substitutiva se produziu da mesma maneira em ambos os casos, por deslocamento ao longo de uma associação superficial, são precisamente as dessemelhanças entre os dois fenômenos, quanto a seu material, duração e ponto focal, que contribuem para aguçar nossa expectativa de havermos descoberto algo importante e de validade universal. E esse universal afirmaria que, quando a função reprodutora falha ou se extravia, isso indica, com muito mais freqüência do que suspeitamos, a interferência de um fator partidarista, de uma *tendência* que favorece uma lembrança, enquanto se empenha em trabalhar contra outra. [1]

O tema das lembranças da infância me parece tão significativo e interessante que eu gostaria de dedicar-lhe mais algumas observações, que vão além dos pontos de vista apresentados até agora.

Até que ponto da infância recuam nossas lembranças? Conheço algumas investigações a esse respeito, como as de V. e C. Henri (1897) e de Potwin (1901). Eles mostram que existem grandes diferenças individuais entre as pessoas examinadas: algumas situam suas primeiras lembranças no sexto mês de vida, ao passo que outras nada lembram de sua vida até completarem seis ou mesmo oito anos de idade. Mas a que se prendem essas diferenças na retenção de lembranças da infância, e que significado deve ser-lhes atribuído? Evidentemente, não basta compilar material para responder a essas perguntas por meio de um questionário; falta, além disso, elaborar esse material, e desse processo a pessoa que fornece a informação precisa participar.

Em minha opinião, aceitamos com demasiada indiferença o fato da amnésia infantil - isto é, a perda das lembranças dos primeiros anos de vida - e deixamos de encará-lo como um estranho enigma. Esquecemos quão grande são as realizações intelectuais e quão complexos são os impulsos afetivos de que é capaz uma criança de uns quatro anos, e deveríamos ficar atônitos ante o fato de a memória dos adultos, em geral, preservar tão pouco desses processos anímicos, sobretudo já que temos todas as razões para supor que essas mesmas realizações infantis esquecidas não terão resvalado pelo desenvolvimento da pessoa sem deixar marcas, mas terão, antes, exercido uma influência determinante sobre todas as fases posteriores de sua vida. E, malgrado essa eficácia incomparável, foram esquecidas! Isto sugere que existem, para o ato de lembrar (no sentido da reprodução consciente), condições especialíssimas de que não tomamos conhecimento até agora. É perfeitamente possível que o esquecimento da infância nos possa fornecer a chave para o entendimento das amnésias que, segundo nossas descobertas mais recentes, estão na base da formação de todos os sintomas neuróticos.

Dentre lembranças infantis conservadas, algumas nos parecem perfeitamente inteligíveis, ao passo que outras parecem estranhas ou incompreensíveis. Não é difícil corrigir alguns erros quanto a ambas as espécies. Quando as lembranças conservadas pela pessoa são submetidas à investigação analítica, é fácil determinar que nada garante sua exatidão. Algumas das imagens mnêmicas certamente são falsificadas, incompletas ou deslocadas no tempo e no espaço. É evidente que não são dignas de crédito declarações das pessoas indagadas, no sentido, por exemplo, de que sua primeira lembrança provém do segundo ano de vida. Além disso, logo se descobrem motivos que tornam compreensíveis a distorção e o deslocamento da experiência vivenciada, mas que, ao mesmo tempo, mostram que esses erros na recordação não podem ser causados simplesmente por uma memória traiçoeira. Forças poderosas de épocas posteriores da vida modelaram a capacidade de lembrar as vivências infantis - provavelmente, as mesmas forças responsáveis por nos termos alienado tanto da compreensão dos anos de nossa infância.

O recordar, nos adultos, sabidamente utiliza diversos materiais psíquicos. Alguns recordam em imagens visuais; suas lembranças têm um caráter visual. Outros mal conseguem reproduzir na lembrança os mais vagos contornos [visuais] do que foi vivenciado; de acordo com a sugestão de Charcot, tais pessoas são chamadas *auditifs e moteurs*, contrastando com os *visuels*. Nos sonhos, essas diferenças desaparecem: todos sonhamos predominantemente em imagens visuais. Mas esse desenvolvimento se inverte igualmente no caso das lembranças infantis; estas são plasticamente visuais, mesmo nas pessoas cujo recordar posterior carece de elementos visuais. O recordar visual, conseqüentemente, preserva o tipo de recordar infantil. No meu caso, as primeiras lembranças da infância são as únicas que têm caráter visual: são cenas elaboradas de modo francamente plástico, comparáveis apenas às representações no palco. Nessas cenas infantis, sejam elas de fato verdadeiras ou falsas, a pessoa costuma ver a si mesma como criança, com seus contornos e suas roupas infantis. Essa circunstância deve causar estranheza: em suas lembranças de vivências posteriores, os adultos *visuels* já não visualizam a si mesmos. Ademais, supor que, em suas vivências, a atenção da criança estaria voltada para ela própria, e não exclusivamente para as impressões do exterior, contradiz tudo o que sabemos. Assim, somos forçados por diversas considerações a suspeitar de que, das chamadas primeiras lembranças da infância, não possuímos o traço mnêmico verdadeiro, mas sim uma elaboração posterior dele, uma elaboração que talvez tenha sofrido a influência de uma diversidade de forças psíquicas posteriores. Portanto, as “lembranças da infância” dos indivíduos adquirem universalmente o significado de “lembranças encobridoras”, e nisto oferecem uma notável analogia com as lembranças da infância dos povos, preservadas nas lendas e mitos.

Quem já empreendeu uma investigação anímica de várias pessoas pelo método da psicanálise terá compilado, no decorrer de seu trabalho, inúmeros exemplos de todo tipo de lembranças encobridoras. Contudo, o relato desses exemplos é extraordinariamente dificultado pela natureza já apresentada das relações entre as lembranças da infância e a vida posterior. Para que se possa mostrar que uma lembrança da infância deve ser encarada como lembrança encobridora, quase sempre é necessário expor a biografia completa da pessoa em questão. Raramente é possível retirar uma lembrança encobridora de seu contexto para descrevê-la em separado, como no belo exemplo que se segue.

Um homem de vinte e quatro anos conservou a seguinte imagem de seu quinto ano de idade: está sentado no jardim de uma casa de veraneio, numa cadeirinha ao lado da tia, que tenta ensinar-lhe as letras do alfabeto. A distinção entre o *m* e o *n* lhe traz dificuldades, e ele pede à tia que lhe diga como discernir uma da outra. A tia lhe indica que o *m* tem um pedaço inteiro a mais do que o *n* - o terceiro traço. Não parecia haver nenhuma razão para duvidar da veracidade dessa lembrança da infância; contudo, ela só adquirira sentido mais tarde, quando se mostrou apta a representar simbolicamente outra das curiosidades do

menino. É que, assim como nessa época ele queria saber a diferença entre o *m* e o *n*, mais tarde se empenhou em descobrir a diferença entre os meninos e as meninas, e sem dúvida teria gostado de que justamente essa tia fosse sua mestra. Nessa ocasião, ele descobriu ainda que a diferença era semelhante - que o menino também tem um pedaço inteiro a mais do que a menina - e, adquirido esse discernimento, ele evocou a lembrança de sua correspondente curiosidade infantil.

Aqui está outro exemplo, de anos posteriores da infância. [1] Um homem com graves inibições em sua vida amorosa, agora com mais de quarenta anos, é o mais velho de nove filhos. Tinha quinze anos quando nasceu o mais novo dentre seus irmãos, mas afirma com absoluta certeza que nunca havia notado nenhuma das gestações de sua mãe. Sob a pressão de minha incredulidade, ocorreu-lhe a lembrança de, certa vez, aos onze ou doze anos, ter visto a mãe *desatar* a saia apressadamente diante do espelho. Acrescentou então, sem ser pressionado, que ela chegara da rua e inesperadamente sentira as contrações do parto. O desatar [*“Aufbinden”*] da saia era uma lembrança encobridora do parto [*“Entbindung”*]. Voltaremos a deparar com a utilização dessas “pontes verbais” em outros casos.

Gostaria ainda de mostrar, com um único exemplo, como uma lembrança da infância pode ganhar sentido através da elaboração analítica, quando antes não parecia ter nenhum. Quando, aos quarenta e três anos, comecei a dirigir meu interesse para os restos de lembranças da minha própria infância, ocorreu-me uma cena que por muito tempo (desde o passado mais remoto, ao que me parecia) vez por outra me chegava à consciência, e que eu tinha bons indícios para situar numa época anterior a meus três anos completos. Eu me via exigindo alguma coisa e chorando, parado diante de uma arca [*“Kasten”*, também “caixa”] cuja porta meu meio-irmão, vinte anos mais velho do que eu, mantinha aberta. E então, de repente, linda e esguia, minha mãe entrou no quarto, como se estivesse voltando da rua. Foi com essas palavras que descrevi a cena, da qual tinha uma imagem plástica, mas com a qual não sabia mais o que fazer. Se meu irmão queria abrir ou fechar a arca - em minha primeira tradução da imagem eu a chamara de “armário” [*“Schränk”*] -, porque eu estava chorando, e o que tinha a chegada de minha mãe a ver com tudo isso, me era obscuro. A explicação que me sentia tentado a dar a mim mesmo era que se tratava da lembrança de alguma brincadeira implicante de meu irmão mais velho, que minha mãe teria interrompido. Não são raros esse mal-entendidos de uma cena infantil preservada na memória: a situação é lembrada, mas não se sabe ao certo em que está centrada, e não se sabe em qual de seus elementos deve recair o acento psíquico. O esforço analítico levou-me a uma concepção totalmente inesperada da cena. Eu sentira falta de minha mãe e passara a suspeitar de que ela estivesse trancada nesse armário ou arca, e por isso pedira que meu irmão abrisse sua porta. Quando ele me atendeu e me certifiquei de que minha mãe não estava no armário, comecei a chorar. Esse era o momento preservado por minha memória, seguindo-se de imediato o aparecimento de minha mãe, que aliviou minha inquietação ou minha saudade. Mas como foi que o menino teve a idéia de procurar a mãe ausente no armário? Os sonhos da mesma época [da análise dessa

lembrança] continham alusões vagas a uma babá de quem eu também guardava outras reminiscências, como, por exemplo, a de que ela costumava insistir em que eu lhe entregasse, conscienciosamente, as moedinhas que recebia de presente - detalhe que pode reclamar para si o valor de uma lembrança encobridora de vivências posteriores. Assim, resolvi que dessa vez facilitaria para mim o trabalho de interpretação e perguntaria a minha mãe, já agora idosa, sobre essa babá. Fiquei sabendo de muitos detalhes; entre eles, que essa pessoa esperta, mas desonesta, praticara grandes furtos na casa enquanto minha mãe convalescia do parto, e que por iniciativa de meu meio-irmão fora levada ao tribunal. Essa notícia me permitiu compreender a cena da infância como que por uma espécie de inspiração. O desaparecimento repentino da babá não me fora indiferente; perguntei justamente a esse irmão onde ela estava porque, provavelmente, eu havia notado que ele desempenhara um papel em seu desaparecimento; e ele respondeu da maneira esquiva e cheia de trocadilhos que lhe era característica, dizendo que ela estava “encaixotada” [“*eingekastelt*”]. Na época, entendi essa resposta à maneira infantil [ou seja, literalmente], mas parei de fazer perguntas, pois não havia mais nada a investigar. Quando minha mãe se ausentou pouco tempo depois, suspeitei que meu irmão malvado tivesse feito com ela o mesmo que fizera com a babá, e por isso o forcei a abrir a arca [“*Kasten*”] para mim. Agora compreendo também por que, na tradução da cena visual infantil, enfatizei a silhueta esguia de minha mãe: deve ter-me chamado a atenção como algo que ela acabara de recuperar. Sou dois anos e meio mais velho do que minha irmã nascida nessa época, e quando fiz três anos já não convivia com meu meio-irmão.

CAPÍTULO V - LAPSOS DA FALA

O material [lingüístico] comum que usamos ao falar em nossa língua materna parece estar protegido contra o esquecimento, mas sucumbe com freqüência bem maior a uma outra perturbação, conhecida como “lapso da fala”. Os lapsos de linguagem que observamos nas pessoas normais dão a impressão de serem um estágio preliminar das chamadas “parafasias” que surgem em condições em condições patológicas.

Esse é um assunto em que me encontro na situação excepcional de poder reconhecer o valor de uma obra anterior. Em 1895, Meringer e C. Mayer publicaram um estudo sobre “Lapsos na fala de na escrita”, mas com pontos de vista muito distantes dos meus. Um dos

autores, porta-voz do texto, é filólogo, e foram seus interesses lingüísticos que o levaram a tentar descobrir as normas que regem os lapsos da fala. Ele esperava poder inferir dessas regras a existência de “certo mecanismo mental em que os sons de uma palavra, de uma frase e também das palavras [inteiras] entre si acham-se ligados e entrelaçados de maneira muito peculiar” (ver em. [1]).

Os exemplos de lapsos da fala compilados pelos autores são inicialmente agrupados em categorias puramente descritas. São classificados como *transposições* (por exemplo, “a Milo de Vênus” em vez de “a Vênus de Milo”); *pré-sonâncias* ou *antecipações* (por exemplo, “*es war mir auf der Schwest... auf der Brust so schwer*”; *pós-sonâncias* ou *perseverações* (por exemplo, “*ich fordere Sie auf, auf da Wohl unseres Chefs aufzustossen*” em vez de “*anzustossen*”); *contaminações* (por exemplo, “*er setzt sich auf den Hinterkopf*”, resultante de “*er setzt sich einen Kopf auf*” e de “*er stellt sich auf die Hinterbeine*”); e *substituições* (por exemplo, “*ich gebe die Präparate in den Briefkasten*”, em vez de *Bütkasten*”). Além dessas categorias principais há ainda algumas outras menos importantes (ou menos significativas, segundo nosso ponto de vista). Nesse agrupamento em categorias não faz diferença que a transposição, distorção, amalgamação etc., se refiram a sons isolados numa palavra, a sílabas ou a palavra inteiras da frase intencionada.

Para explicar os vários tipos de lapsos de fala por ele observados, Meringer postula que os sons da língua [fonemas] têm diferentes valências psíquicas. Quando inervamos o primeiro som de uma palavra ou a primeira palavra de uma frase, o processo excitatório já se estende aos sons posteriores e às palavras subseqüentes e, posto que essas inervações são simultâneas, elas podem exercer reciprocamente uma influência modificadora. A excitação do som psiquicamente mais intenso o faz ressoar antes ou perseverar e desse modo perturba o processo de inervação de menor valência. Por isso é preciso determinar quais são os sons de maior valência numa palavra. Meringer sustenta: “Se quisermos saber qual o som de maior intensidade numa palavra, deveremos observar a nós mesmos quando procuramos uma palavra esquecida, por exemplo, um nome. O primeiro [som] a voltar à consciência é sempre aquele que teve a maior intensidade antes do esquecimento” (ver em. [1]). “Os sons de maior valência são o som inicial da sílaba radical e o som inicial da palavra, bem como a vogal ou vogais acentuadas” (ver em [1]).

Não posso deixar de contradizê-lo aqui. Quer o som inicial do nome seja ou não um dos elementos de maior valência da palavra, é certamente incorreto que, no caso de esquecimento de uma palavra, ele seja o primeiro a regressar à consciência. Portanto, a regra formulada acima não se aplica. Quando nos observamos ao procurarmos um nome esquecido, somos forçados, com relativa freqüência, a expressar a convicção de que ele começa por determinada letra. E com igual freqüência essa convicção se revela fundada ou

infundada. A rigor, eu afirmaria que, na maioria dos casos, o som inicial que anunciamos é falso. Em nosso exemplo de “Signorelli” [ver em [1]], os nomes substitutos tinham perdido o som inicial e as sílabas essenciais; foi precisamente o par de sílabas de menor valência - *elli* - que voltou à memória no nome substituto Botticelli.

O caso seguinte, [1] por exemplo, pode ensinar-nos quão pouco os nomes substitutos respeitam o som inicial do nome esquecido:

Um dia, foi-me impossível lembrar o nome do pequeno país cuja capital é *Monte-Carlo*. Seus nomes substitutos foram: *Piedmont, Albania, Montevideo e Colico*. *Albania* logo foi substituída por *Montenegro*, e então me ocorreu que a sílaba então me ocorreu que a sílaba “*Mont*” (pronunciada “*Mon*”) aparecia em todos os nomes substitutos, exceto o último. Isso me facilitou descobrir, partindo do nome do príncipe Alberto [o príncipe regente], o nome esquecido, *Mônaco*. *Colico* imita aproximadamente o ritmo e a seqüência de sílabas do nome esquecido.

Admitindo a suposição de que um mecanismo semelhante ao demonstrado no esquecimento de nomes também poderia desempenhar um papel nos fenômenos dos lapsos da fala, somos levados a formar um juízo mais aprofundado dos casos de lapsos da fala. A perturbação da fala que se manifesta no lapso pode ser causada, em primeiro lugar, pela influência de outro componente do mesmo dito - isto é, por uma antecipação ou uma perseveração do som -, ou por outra formulação das idéias contidas na frase ou no contexto que se tenciona enunciar. A esse tipo pertencem todos os exemplos acima, tomados de Meringer e Mayer. A perturbação poderia, contudo, ser de um segundo tipo, análogo ao processo do caso de “Signorelli”; poderia resultar de influências *externas* à palavra, frase ou contexto, e provir de elementos que não se pretende enunciar e de cuja excitação só tomamos conhecimento justamente através da própria perturbação. O que esse dois modos de formação dos lapsos da fala têm em comum é a simultaneidade da excitação, e o que os diferencia é situar-se a origem da perturbação dentro ou fora da frase ou contexto. A diferença, inicialmente, não parece tão grande no que concerne a certas deduções que podem ser feitas a partir da sintomatologia dos lapsos da fala. É evidente, contudo, que apenas no primeiro caso existe qualquer perspectiva de se extraírem dos fenômenos dos lapsos da fala conclusões sobre um mecanismo que vincule os sons e palavras entre si, de modo a que eles influam mutuamente em sua articulação - isto é, conclusões como as que o filósofo esperava obter do estudo dos lapsos da fala. No caso de interferência de influências *externas* à frase ou ao contexto do que é dito, tratar-se-ia, antes de mais nada, de saber quais são os elementos interferentes, surgindo depois a questão de saber se também o mecanismo dessa perturbação pode revelar as presumíveis leis da formação da fala.

Não se pode afirmar que Meringer e Mayer tenham descuidado da possibilidade de as perturbações da fala resultarem de “influências psíquicas complicadas”, de elementos externos à palavra, frase ou seqüência de palavras como tais. Eles tiveram de observar que, a rigor, a teoria da desigualdade da valência psíquica dos sons só é suficiente para esclarecer as perturbações do som, bem como as antecipações e perseverações de sons. Nos casos em que as perturbações da palavra não podem ser reduzidas a perturbações dos sons (como, por exemplo, nas substituições e contaminações de palavras), eles não hesitaram em procurar uma causa para o lapso *fora* do contexto intencionado, procedimento este que eles justificam através de alguns bons exemplos. Cito os seguintes trechos:

“Ru. estava falando de ocorrências que, em seu íntimo, considerava como ‘*Schweinereien*’ [repugnantes; literalmente, porcarias]’. Tentou, porém exprimir-se de modo mais suave, e começou: ‘Mas então certos fatos vieram à “*Vorschwein*” ...’ Mayer e eu estávamos presentes e Ru. confirmou ter pensado em ‘*Schweinereien*’. O fato de essa palavra pensada logo ter-se tornado atuante, traindo-se em ‘*Vorschwein*’, é suficientemente explicado pela semelhança das palavras.” (Em [1])

“Assim como nas contaminações, também nas substituições - e provavelmente em grau muito maior - as imagens lingüísticas ‘flutuantes’ ou ‘errantes’ desempenham um grande papel. Mesmo quando ficam abaixo do limiar da consciência, elas ainda estão suficientemente próximas para serem eficazes, e é fácil serem acionadas por alguma semelhança com o complexo a ser falado, provocando então um desvio na seqüência de palavras, ou cruzando essa seqüência. Muitas vezes, as imagens lingüísticas ‘flutuantes’ ou ‘errantes’ são, como dissemos, os retardatários que se seguem a processos de linguagem recém-terminados (perseverações). (Em [1])

“A semelhança também pode causar um desvio quando outra palavra semelhante está pouco abaixo do limiar da consciência, *sem que se destinasse a ser pronunciada*. Isso é o que acontece nas substituições. Assim, espero que minhas regras venham a confirmar-se quando forem testadas. Para isso, entretanto, é necessário (se o falante for outra pessoa) *que se saiba com clareza tudo o que se passou nos pensamentos do falante*. Eis um caso instrutivo. Li., diretor de uma escola, disse em nossa presença: ‘Die Frau würde mir Furcht einlagen.’ Fiquei perplexo porque o l me pareceu inexplicável. Permitiu-me chamar a atenção do falante para seu lapso, ao dizer ‘einlagen’ em vez de ‘einjagen’, ao que ele logo retrucou: ‘Sim, a razão disso é que pensei: eu não estaria “in der Lage [na posição, em condições]” etc.’

“Aqui está outro caso. Perguntei a R. von Schid, como estava indo seu cavalo doente. Ele respondeu: ‘Ja, das *draut*... dauert vielleicht noch einen Monat.’ Não consegui entender o ‘*draut* com *r*, pois o *r* de ‘*dauert*’ não poderia ter tido esse resultado. Assim, chamei-lhe a atenção para isso, ao que ele explicou ter pensado: ‘das ist eine *traurige* Geschichte [isso é uma história *triste*].’ Logo, o falante tinha em mente duas respostas, e estas se misturaram.” (Em [1]).

É bastante óbvio que o exame das imagens lingüísticas “errantes” que estão abaixo do limiar da consciência sem que se tencione dizê-las, bem como o pedido de informação sobre tudo o que estaria na mente do falante, são procedimentos que se aproximam muito das condições de nossas “análises”. Também nós estamos à procura de material inconsciente, e até o investigamos pelo mesmo caminho; só que, para ir das idéias que ocorrem à pessoa interrogada até a descoberta do elemento perturbador, temos de seguir um caminho mais longo, através de uma série complicada de associações.

Quero ainda deter-me um pouco em outro processo interessante atestado pelos exemplos de Meringer. O próprio autor afirma que é uma espécie de semelhança entre uma palavra da frase que se tenciona dizer e outra palavra não destinada a ser dita que permite a esta última impor-se à consciência, acarretando uma distorção, uma formação mista ou uma formação de compromisso (contaminação):

jagen, dauert, Vorschein

lagen, traurig, ...schwein.

Ora, em *A Interpretação dos Sonhos* (1900a) demonstrei o papel desempenhado pelo trabalho de *condensação* na formação do chamado conteúdo manifesto do sonho a partir dos pensamentos oníricos latentes. Qualquer tipo de semelhança entre dois elementos do material inconsciente - uma semelhança entre as próprias coisas ou entre as representações de palavra - serve de oportunidade para a criação de um terceiro elemento, que é uma representação mista ou de compromisso. No conteúdo do sonho, esse terceiro elemento representa ambos os seus componentes, e é por se originar terceiro elemento representa ambos os seus componentes, e é por se originar dessa maneira que ele tantas vezes apresenta diversas características contraditórias. A formação de substituições e contaminações ocorrente nos lapsos da fala é, por conseguinte, um começo do trabalho de condensação que encontramos em diligente atividade na construção do sonho.

Num breve ensaio destinado a um círculo mais amplo de leitores, Meringer (1900) afirmou existir uma importância prática especial em determinados casos de troca de uma palavra por outra - a saber os casos em que a palavra é substituída por outra de sentido oposto. “É provável”, escreve ele, “que ainda se recorde a maneira como, não faz muito tempo, o Presidente da Câmara de Deputados do Parlamento austríaco *abriu* a sessão: ‘Senhores Deputados; Constato a presença dos membros dessa casa em *quorum* suficiente e, portanto, declaro *encerrada* a sessão!’ Somente a hilaridade geral despertou-lhe a atenção e o fez corrigir seu engano. Nesse caso específico, a explicação foi, sem dúvida, que o presidente *desejava* secretamente já poder encerrar a sessão, da qual pouco havia de bom a esperar. Mas esse pensamento colateral, como freqüentemente ocorre, irrompeu ao menos parcialmente, e o resultado foi ‘encerrada’ em vez de ‘aberta’ - ou seja, o contrário do que se pretendia dizer. Ora, numerosas observações me ensinaram que em geral é muito freqüente permutar entre si palavras de sentido oposto; elas já estão associadas em nossa consciência lingüística, acham-se muito próximas umas das outras e é fácil evocar-se a errada por engano.”

Não são todos os casos de permutação pelo oposto em que é tão fácil como nesse exemplo do presidente mostrar a probabilidade de que o lapso seja conseqüência de uma contradição que, no interior do falante, ergue-se com a frase proferida. Encontramos um mecanismo análogo em nossa análise do exemplo de *aliquis* [Em [1]]. Ali a contradição interna expressou-se no esquecimento de uma palavra, e não numa substituição por seu oposto. Minorando essa diferença, porém, podemos notar que, na verdade, a palavra *aliquis* é incapaz de ter um oposto como “abrir” e “encerrar”, e que “abrir” é uma palavra que não se pode esquecer, pois é parte integrante de nosso vocabulário usual.

Se os últimos exemplos de Meringer e Mayer mostram que a perturbação da fala pode surgir, de um lado, por influência da antecipação ou da perseveração de sons e palavras da mesma frase, os quais se tenciona falar, e de outro, pelo efeito de palavras externas à frase intencionada, *cujá excitação não se evidenciaria de outro modo*, a primeira coisa que deveremos averiguar é se essas duas classes de lapsos da fala podem ser nitidamente separadas, e de que modo um exemplo de uma classe pode ser distinguido de um caso da outra. Neste ponto de argumentação, contudo, devemos ter em mente as concepções expressas por Wundt, que aborda os fenômenos dos lapsos da fala em sua ampla discussão das leis do desenvolvimento da fala.

Segundo ele, um traço que nunca falta a esses e outros fenômenos correlatos é a atividade de certas influências psíquicas. “Antes de mais nada, elas têm um determinante positivo sob a forma do fluxo desinibido de *associações sonoras e associações de palavras* evocadas pelos sons falados. A isso vem somar-se um fator negativo sob a forma de supressão ou

relaxamento dos efeitos inibidores da vontade sobre esse fluxo, assim como da atenção, que se reafirma nesse ponto como função da vontade. Quer esse jogo das associações se manifeste pela antecipação de um som vindouro, ou pela reprodução de sons precedentes, ou pela intercalação de um som habitualmente pronunciado ou, por último, pela repercussão de palavras completamente diferentes sobre os sons pronunciados, por terem com eles algum vínculo associativo - tudo isso indica apenas diferenças na direção e, nomáximo, no âmbito das associações ocorrentes, e não diferentes em sua natureza geral. Em alguns casos, também pode haver dúvidas quanto à forma a que se deve atribuir determinada perturbação, ou quanto a estabelecer se não seria mais justificável, *de acordo com o princípio da complicação das causas*, atribuí-la a uma conjugação de vários motivos.” (Wundt, 1900, 380-1.). [Ver em [1].]

Considero plenamente justificadas e muito instrutivas essas observações de Wundt. Talvez pudéssemos enfatizar, mais decididamente do que Wundt, que o fator positivo que favorece o lapso da fala (o fluxo desinibido de associações), bem como o fator negativo (o relaxamento da atenção inibidora), têm invariavelmente um efeito conjunto, de modo que os dois fatores tornam-se apenas maneiras diferentes de encarar um mesmo processo. Acontece que, com o relaxamento da atenção inibidora - ou, em termos ainda mais claros, *em consequência* desse relaxamento - o fluxo desinibido de associações entra em atividade.

Entre os lapsos da fala que eu mesmo compilei, dificilmente haverá algum em que eu seja forçado a atribuir a perturbação da fala única e exclusivamente ao que Wundt [1900, 392] chama de “efeito de contato dos sons”. Quase invariavelmente descubro, ademais, uma influência perturbadora que provém de algo *externo* ao enunciado pretendido; e o elemento perturbador é um pensamento singular que permaneceu inconsciente, que se manifesta no lapso da fala e com frequência só pode ser trazido à consciência através de uma análise detalhada, ou então é um motivo psíquico mais geral que se volta contra o enunciado inteiro.

(1)Minha filha fez uma careta ao morder uma maçã, e eu quis fazer-lhe a seguinte citação:

Der Affe gar possierlich ist,

Zumal wenn er von Apfel frisst.

Mas comecei: “Der *Apfe*...” [palavra inexistente]. Isso parece uma contaminação de “*Affe* [macaco]” e “*Apfel* [maçã]” (uma formação de compromisso), ou poderia ser encarado como uma antecipação de “*Apfel*”, que estava para ser pronunciada. Entretanto, as coisas se passaram mais exatamente da seguinte maneira: eu já havia iniciado essa citação antes, não cometera um lapso na primeira vez. Só o cometi ao repeti-la. A repetição foi necessária

porque a pessoa interpelada, estando absorta em outra coisa, não me escutou. Tenho de incluir essa repetição, junto com minha impaciência de terminar a frase, entre os motivos do lapso que se apresentou como produto da condensação.

(2) Minha filha disse: “Estou escrevendo para a Sra. Schresinger...” O nome dessa senhora é Schlesinger. Esse lapso da língua provavelmente está ligado a uma tendência a facilitar a articulação, pois é difícil pronunciar o *l* depois de um *r* repetido. Devo acrescentar, contudo, que minha filha fez esse lapso poucos minutos depois de eu dizer “*Apfe*” em vez de “*Affe*”. Ora, acontece que os lapsos da fala são altamente contagiosos, assim como o esquecimento de nomes [em [1]] - peculiaridade assinalada pro Meringer e Mayer no caso do esquecimento. Não sei sugerir alguma razão para esse contágio psíquico.

(3) “Eu me fecho como um *Tassenmescher* [palavra inexistente] - quero dizer, *Taschnmesser* [canivete]”, disse uma paciente no início da sessão. Também aqui, a dificuldade de articulação (como, por exemplo, em “*Wiener Weiber Wäscherinnen waschen weisse Wäsche*”, “*Fischflosse*” [barbatana] e outros trava-línguas similares) poderia servir de desculpa para a troca dos sons. Quando chamei sua atenção para o lapso, ela retrucou imediatamente: “É, isso foi só porque hoje o senhor disse ‘*Ernscht*’.” De fato, eu a recebera como o comentário: “Hoje a coisa vai ser realmente séria [“*Ernst*”]” (porque seria a última sessão antes das férias) e, gracejando, esticara o “*Ernst*”, dizendo “*Ernscht*”. No decorrer da sessão, ela cometeu repetidamente outros lapsos da fala, e por fim notei que não estava meramente me imitando, mas tinha uma razão especial para deter-se, no inconsciente, na palavra “*Ernst*” como nome próprio [“Ernesto”].

(4) “Estou tão resfriada que não consigo *durch die Ase natmen* - quero dizer, *Nase atmen*”, disse a mesma paciente numa outra ocasião. E entendeu imediatamente como viera a cometer o lapso. “Todos os dias pego o bonde na Rua Hasenauer, e hoje de manhã, enquanto esperava por ele, ocorreu-me que, se eu fosse francesa, diria ‘*Asenauer*’, porque os franceses sempre deixa de pronunciar o *h* no começo das palavras.” Trouxe então uma série de reminiscências de franceses a quem havia conhecido, e depois de muitos rodeios chegou à lembrança de ter desempenhado, aos quatorze anos, o papel de Picarde na pequena peça *Kurmärker und Picarde*, e de ter-se expressado nessa ocasião num alemão defeituoso. A chegada fortuita de um hóspede de Paris a sua pensão despertara toda essa série de lembranças. A troca dos sons, portanto, foi resultante da perturbação causada por um pensamento inconsciente que provinha de um contexto completamente diverso.

(5) Mecanismo similar teve o lapso de outra paciente, que teve uma falha de memória em meio à reprodução de uma lembrança infantil há muito esquecida. Sua memória se recusava a dizer-lhe em que parte do corpo a mão lasciva e indiscreta de outra pessoa a havia segurado. Logo depois da sessão, foi visitar uma amiga com quem conversou sobre

residências de veraneio. Indagada sobre a localização de sua casa de veraneio em M., ela respondeu: “na *Berglende* [coxa da montanha]”, em vez de *Berglehne* [encosta da montanha].

(6) Quando perguntei a outra paciente, ao final da sessão, como estava passando seu tio, ela respondeu: “Não sei, atualmente só o vejo *in flagranti*.” No dia seguinte, começou dizendo: “Estou muito envergonhada por ter-lhe dado uma resposta tão tola. É claro que o senhor deve ter-me tomado por uma pessoa muito inculta, que está sempre confundindo as palavras estrangeiras. Eu queria dizer *en passant*.” Ainda não sabíamos qual a origem das palavras estrangeiras que ela usara erroneamente. Na qual a origem da palavras estrangeiras que ela usara erroneamente. Na mesma sessão, porém, dando prosseguimento ao tema da véspera, ela apresentou uma reminiscência em que o papel principal consistia em ser surpreendida *in flagranti*. Portanto, o lapso da fala do dia anterior antecipara a lembrança que, naquele momento, ainda não se havia tornado consciente.

(7) A certa altura da análise de outra paciente, tive que dizer-lhe de minha suspeita de que ela sentira vergonha de sua família na época que estávamos considerando, e que havia censurado seu pai por algo que ainda nos era desconhecido. Ela não se lembrou de nada parecido e, ainda por cima, declarou que isso era improvável. Contudo, prosseguiu com a conversa tecendo alguns comentários sobre sua família: “Uma coisa eu tenho que admitir: eles são pessoas fora do comum, todos têm *Geiz* [avareza]... quero dizer, *Geist* [inteligência].” E, essa era, na verdade, a censura que ela recalcaria, desalojando-a da memória. É freqüente a situação em que a idéia que se quer reter é precisamente a que se impõe sob a forma de um lapso da fala (recorde-se o lapso de Meringer) de “*zum Vorschwein gekommen*” [“vieram à luz”], [em [1]]. A única diferença é que, no caso de Meringer, a pessoa queria guardar para si algo que estava em sua consciência, ao passo que minha paciente não sabia o que estava sendo retido, ou, dito de outra maneira, não sabia que estava retendo alguma coisa, nem que coisa era essa.

(8) O exemplo seguinte de lapso da fala também remonta a uma retenção propositada. Certa vez, encontrei nas Dolomitas, duas damas que estavam vestidas como excursionistas. Acompanhei-as em parte do caminho e conversamos sobre os prazeres, mas também as dificuldades da vida de turista. Uma das damas admitiu que essa maneira de passar o dia acarretava muitos incômodos. “É verdade”, disse ela, “que não é nada agradável andar o dia inteiro sob o sol e ficar com a blusa e a combinação completamente suadas.” Num ponto dessa frase, ela teve de superar uma pequena hesitação. Depois, continuou: “Mas aí, quando se chega ‘nach *Hose*’ e se pode trocar de roupa...” No meu entender, não era necessário nenhum exame para esclarecer esse lapso da fala. É evidente que a intenção dela fora fazer uma enumeração mais completa de suas roupas: blusa, combinação e *Hose* [calcinhas].

Razões ligadas ao decoro, porém, levaram-na a suprimir qualquer menção a essa terceira peça da roupa íntima. Mas na fase seguinte, de conteúdo independente, a palavra suprimida veio à tona, contra sua vontade, como uma distorção de “nach *Hause* [casa]”, palavra semelhante.

(9)“Quando o senhor quiser comprar tapetes”, disse-me uma senhora, “vá até o Kaufman [nome próprio que também significa “comerciante”], na Matthäusgasse [Rua Mateus]. Acho que posso dar-lhe uma recomendação.” “Na loja de Mattäus...”, repeti, “quero dizer, de Kaufmann.” Essa minha repetição de um nome no lugar do outro parece resultar de uma distração. E de fato, a fala da senhora me distraíra, pois ela desviara minha atenção para uma coisa que me era muito mais importante do que os tapetes. É que fica na Mathäusgasse a casa em que minha mulher morou quando era minha noiva. A entrada da casa dava para uma outra rua, e reparei então que esquecera seu nome, só conseguindo torná-lo consciente através de um rodeio. O nome Matthäus, no qual me detive, era, portanto, um substituto do nome de rua esquecido. Era mais adequado para esse fim do que o nome Kaufmann, pois Matthäus é exclusivamente um nome próprio, enquanto Kaufmann não o é, e a rua esquecida também tem um nome de pessoa: Radetzky.

(10)O caso seguinte também poderia ser adequadamente incluído no capítulo sobre “Erros” [Capítulo X], mas cito-o aqui porque as relações fonéticas que fundamentaram a troca de uma palavra pela outra são de uma clareza incomum. Uma paciente me contou um sonho: uma criança resolvera matar-se com uma mordida de cobra e levava a cabo sua resolução. Ela via a criança retorcer-se em convulsões etc. Agora, empenhava-se em descobrir as impressões da véspera que o sonho tomara como de ponto de partida. Lembrou-se imediatamente de que, na noite anterior, assistira a uma conferência popular sobre os primeiros socorros em caso de mordida de cobras. Se um adulto e uma criança forem picados simultaneamente, deve-se cuidar primeiro do ferimento da criança. Ela se lembrou também da forma de tratamento recomendada pelo conferencista. Isso dependeria muito, dissera ele, da espécie de cobra pela qual se fosse picado. Nesse ponto, interrompi-a e perguntei: mas ele não disse que temos muito poucas espécies venenosas em nossa região, e quais são as mais temíveis? “Sim, ele salientou a ‘*Klapperschlange* [cascavel]’. Meu riso chamou-lhe a atenção para o fato de que teria dito alguma coisa errada. Ela não corrigiu o *nome* mas voltou atrás na afirmação: “Sim, é claro, essa não existe entre nós; ele falou da víbora. Como é que eu fui pensar na cascavel?” Desconfiei que isso se devesse à interferência dos pensamentos que se ocultavam por trás do sonho. Um suicídio por picada de cobra dificilmente poderia ser outra coisa senão uma alusão à bela Cleópatra [em alemão “*Kleopatra*”]. A grande semelhança fonética entre as duas palavras, a ocorrência em ambas das mesmas letras, “Kl... p...r”, na mesma ordem, e do mesmo “a” tônico, eram inconfundíveis. Essa boa correspondência entre os nomes “*Klapperschlange*” e “*Kleopatra*” resultou numa restrição momentânea do juízo da paciente, tanto que ela não se chocou com a afirmação de que o conferencista instruíra seu público em Viena sobre como

tratar mordidas de cascavel. Aliás, ela sabe tão bem quanto eu que essa espécie de cobra não faz parte da fauna da nossa pátria. E não devemos levá-la a mal por tampouco ter hesitado em transferir a cascavel para o Egito, pois estamos acostumados a atirar no mesmo saco tudo o que é não-europeu e exótico, e eu mesmo tive de refletir por um momento antes de declarar que a cascavel se restringe apenas ao Novo Mundo.

O prosseguimento da análise trouxe outras confirmações. Na véspera, a sonhadora visitara pela primeira vez o monumento a Marco *Antônio*, de Strasser, que ficava nas imediações de sua casa. Essa, portanto, era a segunda causa instigadora do sonho (a primeira fora a conferência sobre mordida de cobra). Na contaminação do sonho, ela embalava uma criança nos braços, cena que a fez lembrar de Gretchen. Outros pensamentos que lhe ocorreram trouxeram reminiscências de *Arria und Messalina*. O aparecimento do nome de tantas peças teatrais nos pensamentos oníricos já permite suspeitar de que, quando mais jovem, a sonhadora alimentara uma paixão secreta pela profissão de atriz. O começo do sonho - “Uma criança resolvera pôr fim a sua vida através de uma mordida de cobra” - não tinha, na verdade, outro sentido senão o de que, quando criança, ela resolvera tornar-se uma atriz famosa algum dia. Por fim, ramificou-se do nome “Messalina” o curso de pensamentos que levava ao conteúdo essencial do sonho. Certos acontecimentos recentes haviam-lhe despertado a apreensão de que seu único irmão viesse a fazer um casamento socialmente inadequado, uma *mésalliance* com uma não-*Ariana*.

(11) Reproduzo agora um exemplo completamente inocente (ou cujos motivos talvez não tenham sido bem esclarecidos), já que nos revela um mecanismo transparente.

Um alemão que viajava pela Itália precisou de uma correia para amarrar sua mala danificada. Para “correia” [“*Riemen*”] o dicionário lhe indicou a palavra italiana “*coreggia*”. “Será fácil guardar essa palavra”, considerou ele, “pensando no pintor *Correggio*”. Depois disso, entrou numa loja e pediu “*una ribera*”.

Aparentemente, ele não conseguira substituir a palavra alemã pela italiana em sua memória, mas seus esforços não foram completamente infrutíferos. Ele sabia que precisava ater-se ao nome de um pintor, e assim esbarrou, não no nome do pintor que soava como a palavra italiana, mas no de outro que se parecia com a palavra alemã “*Riemen*”. É evidente que, tal como incluí esse caso como exemplo de um lapso da fala, poderia também tê-lo citado como exemplo do esquecimento de nomes.

Quando colecionava lapsos da fala para a primeira edição deste livro, meu procedimento consistia em submeter à análise todos os casos que conseguia observar, mesmo os menos notáveis. Desde então, muitas outras pessoas se dedicaram à divertida tarefa de colecionar e analisar lapsos da fala, e assim me permitiram fazer uma seleção entre um material mais rico.

(12) Disse um jovem a sua irmã: “Rompi completamente as relações com os D., já nem os cumprimento mais.” “Pois é”, respondeu ela, “eles são uma bela *Lippschaft*.” Pretendia dizer “*Sippschaft* [corja, ralé]”, mas, no lapso, comprimiu duas idéias: a de que o próprio irmão certa vez começara um flerte com uma jovem dessa família, e a de que se comentava que esta se envolvera recentemente numa *Liebschaft* [relação amorosa] séria e irregular.

(13) Um jovem dirigiu-se a uma dama na rua com as seguintes palavras: “Senhorita, permita-me que a ‘acom-sulte’ [*‘begleit-digen’*]”. É óbvio que ele pensara em dizer que gostaria de acompanhá-la [*‘begleiten’*], mas temia que sua proposta pudesse insultá-la [*‘beleidigen’*]. O fato de esses dois impulsos afetivos conflitantes encontrarem expressão numa única palavra - justamente no lapso da fala - indica que as verdadeiras intenções do rapaz, afinal não eram das mais puras, de modo que mesmo a ele pareciam insultuosas para com a dama. Mas enquanto tentava esconder isso de si mesmo, seu inconsciente lhe pregou uma peça e traiu suas verdadeiras intenções. Desse modo, por outro lado, ele como que antecipou a resposta convencional da dama: “Mas o que é que o senhor está pensando de mim, como ousa me *insultar* dessa maneira?” (Relatado por O. Rank.)

Menciono a seguir alguns exemplos de um artigo de Stekel intitulado “Confissões Inconscientes”, publicado no *Berliner Tageblatt* de 4 de janeiro de 1904.

(14) “Uma parte desagradável de meus pensamentos inconscientes é revelada pelo exemplo seguinte. Convém dizer de antemão que, em minha condição de médico, nunca levo em conta minha remuneração e sempre tenho em vista apenas o interesse do paciente, como é natural. Encontrava-me com uma paciente a quem estava prestando assistência médica durante sua convalescença após uma doença grave. Passáramos juntos por dias e noites penosos. Feliz por vê-la em melhor estado, pintei-lhe as delícias de uma temporada em Abbazia e concluí dizendo: ‘Se, como espero, a senhora *não* sair da cama logo...’ Isso obviamente brotou de um motivo egoísta do inconsciente, a saber, que eu pudesse continuar tratando dessa paciente abastada por mais algum tempo - um desejo que é totalmente alheio a minha consciência de vigília e que eu repudiaria indignado.”

(15) Aqui está outro exemplo de Stekel. “Minha mulher estava contratando uma governanta francesa para trabalhar durante as tardes e, depois de trem chegado a um acordo sobre as

condições, quis ficar com as recomendações dela. A francesa lhe pediu permissão para conservá-las, indicando o seguinte motivo: *Je cherche encore pour les après-midis, pardon, pour les avant-midis* [Ainda estou procurando colocação para as tardes - quero dizer, para a manhã]. Obviamente, ela estava com a intenção de tentar a sorte em outros lugares e talvez conseguir melhores condições - intenção que realmente levou a cabo.”

(16)De Stekel: “Tive de fazer um sermão a uma esposa, e seu marido, a pedido de quem eu o fazia, ficou escutando do lado de fora da porta. Ao final de meu sermão, que a deixara visivelmente impressionada, eu disse: ‘Beijo-lhe as mãos, meu senhor.’ Para qualquer pessoa bem informada, eu estava assim traindo o fato de que minhas palavras destinavam-se ao marido e que eu as dissera por ele.”

(17)O Dr. Stekel nos informa, a seu próprio respeito, que em certa época estava tratando de dois pacientes de Trieste e, ao cumprimentá-los, costumava sempre trocar-lhes os nomes. “Bom dia, senhor Peloni”, dizia a Askoli, e “Bom dia, senhor Askoli”, dizia a Peloni. A princípio, ele não se inclinava a atribuir essa confusão a qualquer motivo mais profundo, mas sim a explicá-la pelo muito que havia em comum entre os dois senhores. Contudo, convenceu-se facilmente de que a troca dos nomes correspondia a uma espécie de vanglória, pois, desse modo, ele dava a entender a cada um de seus pacientes italianos que ele não era o único triestino a ir a Viena em busca de sua orientação médica.

(18)O próprio Dr. Stekel, durante uma tumultuada assembléia geral, disse: “Vamos agora *brigar [streiten]*” (em vez de “passar [*schreiten*]”) “ao item quatro da agenda.”

(19)Disse um professor em sua aula inaugural: “Não estou *geneigt* [inclinado]” (em vez de “*geeignet* [apto]”) “a descrever os méritos do meu estimado predecessor.”

(20)Disse o Dr. Stekel a uma dama que ele suspeitava estar com a doença de Graves: “A senhora é aproximadamente um *Kropf* [bócio]” (em vez de “*Kopf* [cabeça]”) “mais alta do que sua irmã.”

(21) Informa o Dr. Stekel: “Alguém queria descrever o relacionamento entre dois amigos, salientando o fato de que um deles era judeu. Disse: ‘Eles viviam juntos como Castor e Pollak.’ Isto certamente não foi um gracejo; o próprio falante só notou o lapso depois que lhe chamei a atenção para ele.

(22)Ocasionalmente, um lapso da fala faz as vezes de uma caracterização detalhada. Uma

jovem senhora que costumava dar as ordens em casa contou-me que o marido, adoentado, fora ao médico para saber que tipo de dieta deveria seguir. O médico, entretanto, disse-lhe que não se importasse com isso. “Ele pode comer e beber o que eu quiser”, concluiu ela.

Os dois próximos [1] exemplos, fornecidos por T. Reik (1915), provêm de situações em que os lapsos da fala ocorrem com facilidade especial - situações em que se tem de guardar muito mais do que se pode dizer.

(23)Um senhor apresentava suas condolências a uma jovem dama cujo marido morrera recentemente e quis acrescentar: “A senhora encontrará consolo ao *dedicar-se* [*widmen*] integralmente a seus filhos”, mas, em vez disso, falou “*widwen*”. O pensamento suprimido referia-se a outro tipo de consolo: uma viúva [*Witwe*] jovem e bonita logo encontrará novos prazeres sexuais.

(24)Numa reunião social à noite, o mesmo senhor conversava com essa dama sobre os grandes preparativos para a Páscoa que se haviam feito em Berlim e perguntou: “A senhora viu a exposição [*Auslage*] de hoje na Wertheim? Está totalmente *decotada*” [*dekolletiert*, em vez de *dekoriert*, decorada]. Ele não ousara exprimir sua admiração pelo *decote* da linda senhora e nisso veio à tona o pensamento proibido, transformando a decoração de uma vitrine ou exposição de mercadorias [*Warenauslage*] num decote, com a palavra “exposição” [*Auslage*] inconscientemente usada num duplo sentido.

Essa mesma condição aplica-se a outra observação da qual o Dr. Hanns Sachs tentou fornecer um relato minucioso:

(25)“Contava-me uma dama, a propósito de um conhecido comum, que, da última vez que o vira, ele estava tão elegantemente vestido como sempre e usava, em especial, belíssimos *Hallbschuhe* [sapatos baixos] de cor marrom. Quando lhe perguntei onde o havia encontrado, ela respondeu: ‘Ele bateu à porta de minha casa e eu o vi pelas venezianas, que estavam abaixadas. Mas não abri a porta nem dei qualquer outro sinal de vida, pois não queria que ele soubesse que eu já estava de volta na cidade.’ Enquanto a escutava, ocorreu-me que ela me estava escondendo alguma coisa, e o mais provável era que não tivesse aberto a porta por não estar sozinha, nem adequadamente vestida para receber visitas; assim, perguntei, ironizando um pouco: ‘Quer dizer que a senhora conseguiu admirar-lhe os *Hausschuhe* [chinelos], digo, *Halbschuhe* [sapatos baixos] através das venezianas abaixadas?’ Em *Hausschuhe* consegue expressar-se o pensamento sobre seu *Hauskleid* [lit. vestido caseiro, ou seja, camisola], que eu me abstivera de enunciar. Por outro lado, tentou-

se afastar a palavra ‘*Halb* [metade]’, pois justamente ela continha o núcleo da resposta proibida: ‘A senhora só está me dizendo *meia* verdade, e está escondendo o fato de que estava apenas *meio* vestida.’ O lapso da fala foi ainda favorecido pelo fato de, imediatamente antes, termos estado falando sobre a vida conjugal e a felicidade *häuslich* [doméstica] desse senhor; isso sem dúvida contribuiu para determinar o deslocamento [de ‘*Haus*’] para a pessoa dele. Por fim, devo confessar que minha inveja talvez tenha contribuído para eu situar esse senhor elegante andando de chinelos pela rua; pouco tempo antes, eu mesmo comprara um par de sapatos baixos marrons que certamente já não são ‘belíssimos’.”

As épocas de guerra como a atual produzem numerosos lapsos da fala cujo entendimento não traz muita dificuldade.

(26) “Em que regimento está seu filho?”, perguntaram a uma senhora. Ela respondeu: “Está no 42º de *assassin* [*Mörder*]”, em vez de “morteiros” [*Mörser*].

(27) O tenente Henrik Haiman escreve do front (1917): “Fui bruscamente arrancado da leitura de um livro cativante para assumir por um momento a função de telefonista de reconhecimento. Quando o posto da artilharia deu o sinal para testar a linha, reagi dizendo: ‘Controles testados e em ordem; *Ruhe*.’ Pelo regulamento, a mensagem deveria ter sido: ‘Controles testados e em ordem; *Schluss* [fim (da mensagem)].’ Minha aberração se explica pelo aborrecimento que me causou ser interrompido na leitura.”

(28) Um sargento instruiu seus homens para que dessem seu endereço correto nas cartas para casa, a fim de que os “*Gespeckstücke*” não se extrviassem.

(29) O excelente exemplo que se segue, e que é também significativo em vista da situação profundamente aflitiva que supõe, devo-o ao Dr. L. Czeszer, que fez essa observação e a analisou exaustivamente enquanto morava na Suíça neutra durante a guerra e que o analisou exaustivamente. Reproduzo sua carta ao pé da letra, com algumas omissões secundárias:

“Tomo a liberdade de descrever-lhe um lapso da fala cometido pelo professor M. N., da Universidade de O., numa de suas conferências sobre a psicologia dos sentimentos durante o semestre de verão que acaba de se encerrar. Devo começar dizendo que essas conferências se realizavam no salão nobre da universidade, diante de um grande número de prisioneiros de guerra franceses internados e, por outro lado, de estudantes cuja maioria se compunha de suíço-franceses firmemente partidários da *Entente*. Na cidade de O., como na própria França, ‘*boche*’ é uma palavra universal e exclusivamente usada para designar os alemães.

Entretanto, nas manifestações públicas, nas conferências e similares, os altos funcionários, professores e outras pessoas em cargos de responsabilidade esforçam-se, em nome de neutralidade, por evitar essa palavra nefasta.

“O Professor N. estava em meio a uma dissertação sobre a importância prática dos afetos e se propôs citar um exemplo ilustrativo de como um afeto pode ser deliberadamente explorado, de maneira a que uma atividade muscular desinteressante em si mesma seja carregada de sentimentos agradáveis e assim se intensifique. Narrou, portanto - falando em francês, naturalmente -, uma história que acabara de ser publicada nos jornais locais, extraída de um jornal alemão. Versava sobre um mestre-escola alemão que fizera seus alunos trabalharem no jardim e, para incentivá-los a trabalhar com maior intensidade, exortara-os a imaginarem que, a cada torrão de terra arrancado, estavam rachando o crânio de um francês. Todas as vezes que a palavra ‘alemão’ surgiu no relato de sua história, é claro que N. disse, com toda correção, ‘allemand’, e não ‘boche’. Mas, ao chegar ao clímax da história, assim reproduziu as palavras do mestre-escola alemão: *Imaginez-vous qu’en chaque moche vous écrasez le crâne d’un Français*. Ou seja, em vez de *motte* [palavra francesa para ‘torrão’] - *moche*!

“Vê-se claramente como esse professor escrupuloso se conteve com firmeza, desde o começo de sua narrativa, para não ceder ao hábito - e talvez mesmo à tentação - de permitir que uma palavra expressamente proibida por decreto federal fosse proferida na cátedra do salão nobre da universidade! E, no exato momento em que tivera a felicidade de dizer com toda correção, pela última vez, ‘*instituteur allemand* [mestre-escola alemão]’, e em que, com um suspiro interno de alívio, apressava-se rumo à conclusão, que parecia isenta de armadilhas, a palavra que fora suprimida com tanto esforço agarrou-se à semelhança fonética de ‘*motte*’ e ...estava feita a desgraça. A angústia ante uma falta de tato política, talvez um prazer refreado por usar, apesar de tudo, a palavra corrente e que todos esperavam, e ainda a indignação desse republicano e democrata nato diante de qualquer restrição à liberdade de expressão, tudo isso interferiu em seu propósito principal de dar uma versão precisa de seu exemplo. Essa tendência interferente era conhecida pelo orador e, como não podemos deixar de supor, ele pensara nela imediatamente antes de cometer seu lapso de fala.

“O Professor N. não percebeu seu deslize, ou, pelo menos, não o corrigiu, como se costuma fazer de maneira quase automática. Por outro lado, o lapso foi recebido pela platéia predominantemente francesa com genuína satisfação e seu efeito foi idêntico ao de um jogo de palavras intencional. Eu mesmo acompanhei esse episódio aparentemente inocente com verdadeira excitação interior. É que, embora não pudesse, por motivos óbvios, formular ao professor as perguntas exigidas pelo método psicanalítico, ainda assim encarei esse lapso da

fala como uma prova conclusiva da exatidão de sua teoria sobre a determinação dos atos falhos e sobre as analogias e conexões profundas entre os lapsos da fala e os chistes.”

(30)O lapso da fala que se segue, relatado por um oficial austríaco de volta a sua terra, o tenente T., originou-se também das impressões desoladoras da época da guerra:

“Por vários meses do período em que fui prisioneiro de guerra na Itália, fui um dos duzentos oficiais alojados numa pequena *villa*. Nessa fase, um de nossos companheiros morreu de gripe. Naturalmente, foi profunda a impressão causada por esse acontecimento, pois a situação em que nos encontrávamos, a falta de assistência médica e o desamparo de nossa existência tornavam mais do que provável a irrupção de uma epidemia. Havíamos colocado o morto num porão. À noite, depois de dar um passeio ao redor da casa com um amigo, ambos manifestamos o desejo de ver o cadáver. Sendo eu primeiro a entrar no porão, o espetáculo com que deparei chocou-me violentamente, pois eu não esperava encontrar o esquife tão perto da entrada e ter de contemplar tão de perto o rosto agitado pelo jogo de luzes projetado pelas velas. Ainda sob os efeitos dessa cena, continuamos nossa caminhada ao redor da casa. Quando chegamos ao lugar de onde se avistavam um parque banhado pela luz da lua cheia, um prado claramente iluminado e, mais adiante, um tênue véu de névoa, descrevi a imagem que isso me sugeria: era como se eu visse uma roda de elfos dançando na orla do bosque de pinheiros vizinhos.

“Na tarde seguinte enterramos nosso companheiro morto. O percurso desde nossa prisão até o cemitério da aldeola vizinha foi-nos igualmente penoso e humilhante, pois uma garotada imberbe e zombeteira e uma turba de aldeões rudes e vociferantes aproveitaram a oportunidade para dar livre expressão, aos gritos, a seus sentimentos para conosco, mescla de curiosidade e ódio. A sensação de não podermos escapar aos insultos nem mesmo nessa condição indefesa e minha repulsa pela rudeza demonstrada por eles encheram-me de amargura até a noite. No mesmo horário da véspera e com o mesmo companheiro, comecei a andar pela trilha de cascalho ao redor da casa, tal como fizera antes; e ao passarmos pela grade do porão atrás da qual jazera o corpo, fui assaltado pela lembrança da impressão que me causara a visão dele. No lugar onde o parque claramente iluminado de novo se estendia diante de mim, sob a luz da mesma lua cheia, parei e disse a meu companheiro: ‘Poderíamos sentar aqui na *sepultura* [“*Grab*”] - quero dizer, na grama [“*Gras*”] e *afundar* [“*sincken*”] uma serenata.’ Minha atenção só foi despertada quando cometi o segundo lapso; eu havia corrigido o primeiro sem me conscientizar do sentido que ele continha. Agora, refleti e reuni os dois lapsos: ‘na sepultura - afundar!’ As seguintes imagens sucederam-se em minha mente com a rapidez de um raio: elfos dançando e pairando à luz do luar; nosso camarada deitado no esquife, a impressão por ele despertada; algumas cenas do enterro, a sensação da repulsa vivenciada e da perturbação de nosso luto; a lembrança de algumas conversas sobre a epidemia surgida e as manifestações de temor de vários oficiais. Mais tarde, lembrei-me de que essa era a data da morte do meu pai, o que me pareceu notável, dado que usualmente

tenho péssima memória para datas.

“A reflexão seguinte logo me esclareceu: a semelhança das circunstâncias externas das duas noites, o mesmo horário e iluminação, o lugar e o companheiro idênticos. Lembrei-me da inquietação que sentira ao aventarem os temores de uma propagação da gripe; e lembrei, ao mesmo tempo, minha proibição interna de me deixar dominar pelo medo. Conscientizei-me também do sentido da ordem de colocação das palavras ‘poderíamos - na sepultura - afundar’, e entendi que somente a correção inicial de ‘*Grab*’ [sepultura] pro ‘*Gras*’ [grama], que se dera de modo quase imperceptível, levava ao segundo lapso (‘*sincken*’ [afundar] em vez de ‘*singen*’ [cantar]), para garantir plena expressão ao complexo suprimido.

“Acrescento ainda que, nessa época, eu sofria de sonhos angustiantes em que por várias vezes via adoentada uma parenta muito próxima, e em que certa vez cheguei a vê-la morta. Pouco antes de ser aprisionado, eu recebera a notícia de que a gripe estava assolando com especial virulência a pátria dessa parenta e também lhe expressara minhas sérias preocupações a esse respeito. Desde então, ficara sem nenhum contato com ela. Meses depois, recebi a notícia de que ela fora vitimada pela epidemia duas semanas antes do episódio aqui descrito!”

(31)O exemplo seguinte de lapso da fala elucida brilhantemente um dos dolorosos conflitos que fazem parte da sina de um médico. Um homem com uma doença provavelmente fatal, embora o diagnóstico ainda não se tivesse confirmado, chegara a Viena para aguardar a solução do seu problema e pedira a um amigo dos tempos de juventude, agora transformado num médico famoso, que se encarregasse de seu tratamento. Com alguma relutância, o amigo finalmente concordou em fazê-lo. O doente deveria internar-se numa casa de saúde, e o médico propôs o sanatório “Hera”. “Mas essa é uma instituição que só trata de determinado tipo de caso (uma maternidade)”, objetou o doente. “Oh, não!”, apressou-se o médico a retrucar, “no ‘Hera’ eles podem *umbringen* [matar], quero dizer, *unterbringen* [acolher] qualquer tipo de paciente.” Contestou então violentamente a interpretação de seu deslize. “Você não há de acreditar que tenho impulsos hostis contra você, não é?” Quinze minutos depois, ao ser acompanhado até a porta pela dama que se encarregara dos cuidados com o enfermo, disse-lhe o médico: “Não consigo achar nada e continuo a não acreditar nisso. Mas, se for o caso, sou a favor de uma dose forte de morfina, e que descanse em paz.” Ocorre que seu amigo lhe impusera a condição de que ele abreviasse seu sofrimento por meio de alguma droga tão logo se confirmasse que o caso não tinha mais cura. Portanto, o médico realmente aceitara a tarefa de matar seu amigo.

(32) Eis um exemplo extremamente instrutivo de lapso da fala que eu não gostaria de omitir, apesar de ter ocorrido há uns vinte anos, segundo meu informante. “Certa vez uma

dama expressou a seguinte opinião numa reunião social - e as palavras mostram ter sido pronunciadas com fervor e sob a pressão de inúmeros impulsos secretos: ‘Sim, a mulher precisa ser bonita para agradar aos homens. Já o homem tem muito mais facilidade; desde que tenha seus *cinco* [*fünf*] membros direitos [*gerade*], não precisa de mais nada!’ Esse exemplo permite-nos uma boa visão do mecanismo íntimo de um lapso da fala resultante da *condensação* ou *contaminação* (em [1]). É plausível supor que tenhamos aqui uma fusão de dois modos de falar de sentido semelhante:

desde que ele tenha seus *quatro membros direitos* desde que ele tenha seus *cinco sentidos*.

Ou talvez o elemento *direito* [“*gerade*”] fosse comum a duas intenções de discurso com o seguinte teor:

desde que ele tenha seus membros *direitos*

encarar todos os *cinco* como *pares*.

“De fato, nada nos impede de presumir que *ambas* as expressões, a que se refere aos cinco sentidos e a referente ao “número par cinco”, tenham contribuído separadamente para introduzir, na frase sobre os membros direitos, primeiro um número e, depois, o misterioso cinco, em vez do simples quatro. Mas essa fusão certamente não se teria produzido se, na forma resultante do lapso da fala, não tivesse um bom sentido próprio - um sentido que expressava uma verdade cínica obviamente inadmissível sem disfarces, sobretudo ao ser dita por uma mulher. Por fim, não devemos deixar de salientar o fato de que a observação dessa senhora, tal como enunciada, tanto poderia ser vista como um chiste excepcional quanto como um divertido lapso da fala. Trata-se apenas de saber se ela teria proferido as palavras com uma intenção consciente ou inconsciente. Em nosso caso, o comportamento da interlocutora por certo refutou qualquer intenção consciente e excluiu a idéia de um chiste.”

A estreita aproximação que o lapso da fala [1] pode ter com o chiste é demonstrada no seguinte caso narrado por Rank (1913), no qual a própria autora do deslize acabou por tratá-lo como um chiste e rir-se dele.

(33) “Um homem recém-casado com quem a mulher, preocupada em preservar sua aparência juvenil, só relutantemente admitia ter relações sexuais freqüentes, contou-me a seguinte história, que, em retrospectiva [*nachträglich*], tanto ele quanto ela achavam extremamente engraçada. Depois de uma noite em que novamente desobedecera à norma de abstinência de sua mulher, ele se barbeava pela manhã no dormitório do casal, enquanto ela permanecia deitada, e, como já fizera muitas vezes por comodismo, servia-se da borla de pó-de-arroz da esposa, que estava na mesinha de cabeceira. Sua mulher, extremamente preocupada com sua pele, já lhe dissera muitas vezes para não fazer isso, e assim, exclamou irritada: ‘Mas lá está você de novo a *me [mich]* empoar com *sua [deiner]* borla!’ A risada do marido fez com que ela notasse o lapso (ela pretendia dizer ‘a *se [dich]* empoar com *minha [meiner]* borla’) e acabasse por cair também na risada. ‘Empoar’ [*“pudern”*] é uma expressão comumente usada em Viena no sentido de ‘copular’, e a borla é um símbolo fálico bastante óbvio.”

(34) Também no exemplo seguinte, fornecido por Storfer, poder-se-ia pensar que houve intenção de fazer um chiste:

A senhora B., que sofria de um mal de origem obviamente psicogênica, fora repetidamente aconselhada a consultar o psicanalista X. Recusava-se persistentemente a fazê-lo, dizendo que tal tratamento nunca poderia ter nenhuma serventia, pois o metódico erroneamente faria tudo remontar a coisas sexuais. Entretanto, chegou finalmente o dia em que ela se dispôs a seguir o conselho e perguntou: “Num gut, wann *ordinärt* also dieser Dr. X.?”

(35) -A ligação entre os chistes e os lapsos da fala também se evidencia no fato de que, em muitos casos, o deslize não passa de uma abreviação:

Ao terminar o curso secundário, uma jovem seguiu a moda dominante da época e matriculou-se no curso de medicina. Passados alguns semestres, trocou o curso de medicina pelo de química. Alguns anos depois, descreveu essa mudança com as seguintes palavras: “Em geral, eu não me apavorava nas dissecações, mas um dia, quando tive de arrancar as unhas dos dedos de um cadáver, perdi o prazer em toda essa... *química*”.

(36) Introduzo aqui outro lapso da fala cuja interpretação não exige muita habilidade.

“Numa aula de anatomia, o professor se empenhava em explicar as cavidades nasais, que são sabidamente um capítulo muito difícil da enterologia. Ao perguntar aos ouvintes se haviam entendido sua exposição do assunto, a resposta de todos foi afirmativa. Diante disso, comentou o professor, conhecido por sua presunção: ‘Mal posso acreditar nisso, pois mesmo em Viena, com seus milhões de habitantes, os que entendem das cavidades nasais podem ser contados *num dedo*, quero dizer, nos dedos da mão.’”

(37) Em outra ocasião, disse o mesmo professor: “No caso dos órgãos genitais femininos, apesar das muitas *Versuchungen* [tentações] - perdão, *Versuche* [tentativas]...”

(38) Sou grato ao Dr. Alfred Robitsek, de Viena, por ter-me apontado dois lapsos da fala registrados por um antigo autor francês, que aqui transcrevo sem fazer a tradução:

Brantôme (1527-1614), *Vies des Dames galantes*, “Discours second:” “Si ay-je cogneu une très-belle et honneste dame de par le monde, qui, devisant avec un honneste gentilhomme de la cour des affaires de la guerre durant ces civiles, elle luy dit: ‘J’ay ouy dire que le roy a faict rompre tous les c... de ce pays là.’ Elle vouloit dire *les ponts*. Pensez que, venant de coucher d’avec son mary, ou songeant à son amant, elle avoit encor, ce nom frais en la bouche; et le gentilhomme s’en eschauffa en amours d’elle pour ce mot.

“Une autre dame que j’ai cogneue, entretenant une autre grand’ dame plus qu’elle, et luy louant et exaltant ses beautez, elle luy dit apres: ‘Non, madame, ce que je vous en dis, ce n’est point pour vous *adultérer*’, voulant dire *adulater*, comme elle le rhabilla ainsi: pensez qu’elle songeoit à adultérer.”

(39) Evidentemente, também existem exemplos mais modernos de *doubles entendres* sexuais nascidos de lapsos da fala. A senhora F. estava descrevendo sua primeira aula num curso de línguas: “É muito interessante; o professor é um jovem inglês muito simpático. Logo na primeira aula, ele me deu a entender ‘*durch die Bluse*’ [através da blusa] - quero dizer, ‘*durch die Blume*’ [literalmente, “através das flores”, i.e. “indiretamente”] que preferiria dar-me aulas particulares.” (De Storfer.)

No procedimento psicoterapêutico que emprego para resolver e eliminar os sintomas neuróticos, é muito freqüente eu deparar com a tarefa de descobrir, pelos ditos e associações aparentemente casuais dos pacientes, um conteúdo de pensamento que se esforça por permanecer oculto, mas que, não obstante, não consegue deixar de denunciar

inadvertidamente sua existência, das mais variadas maneiras. Nisso os lapsos da fala prestam com frequência os mais valiosos serviços, como eu poderia mostrar com alguns exemplos muito convincentes e, ao mesmo tempo, curiosíssimos. Por exemplo, um paciente fala sobre sua tia e, sem reparar no lapso, chama-a sistematicamente de “minha mãe”, ou então uma paciente se refere ao marido como seu “irmão”. Assim, eles me chamam a atenção para o fato de terem “identificado” essas pessoas entre si - de as terem incluído numa série, o que implica uma recorrência de um mesmo tipo em sua vida afetiva. Outro exemplo: um rapaz de vinte anos apresentou-se em meu consultório com as seguintes palavras: “Sou o pai de fulano de tal, que se tratou com o senhor. Perdão, eu quis dizer que sou irmão dele: ele é quatro anos mais velho do que eu.” Compreendi assim que, por meio desse lapso, ele quis expressar que, tal como irmão, também adoecera por culpa do pai; que, como o irmão, desejava tratar-se, mais que era o pai quem mais necessitava de tratamento. Noutros casos, uma combinação de palavras que soa estranha ou uma expressão que parece forçada basta para revelar que um pensamento recalcado participa dos ditos do paciente, que encobrem uma outra motivação.

Por conseguinte, tanto nas perturbações mais grosseiras da fala quanto nas mais sutis, que ainda podem ser classificadas sob o título de “lapsos da fala”, penso que não é a influência do “efeito de contato dos sons” [em [1]], mas sim a influência de pensamentos situados fora do dito intencionado, que determina a ocorrência do lapso e fornece uma explicação adequada para o equívoco ocorrido. Não pretendo pôr em dúvida as leis que regem a maneira como os sons se modificam mutuamente, mas, por si só, essas leis não me parecem ter eficácia suficiente para perturbar a enunciação correta da fala. Nos casos que estudei e investiguei com rigor, essas leis não representam mais do que o mecanismo preformado de que se serve, por conveniência, uma motivação psíquica mais remota, mas sem sujeitar-se à esfera da influência dessas relações [fonéticas]. *Num grande número de substituições* [em [1]], *os lapsos da fala desconsideram por completo essas leis fonéticas*. Nesse aspecto, estou de pleno acordo com Wundt, que como eu presume que as condições que regem os lapsos da fala são complexas e vão muito além dos efeitos de contato dos sons.

Se considero aceitas essas “influências psíquicas mais remotas”, como são chamadas por Wundt [cf. acima, ver em [1]-[2]], nada me impede por outro lado, de admitir também que, nas situações em que se fala apressadamente e a atenção está algo distraída, as condições que regem os lapsos da fala podem restringir-se facilmente aos limites definidos por Meringer e Mayer. Ainda assim, para alguns dos exemplos compilados por esses autores, parece mais plausível dar uma explicação mais complexa. Tomo, por exemplo, um dos casos citados acima [em [1]]:

‘Es war mir auf der *Schwest*...

Brust so schwer.’

Será que aqui o som “*schwe*” simplesmente suplantou [*verdrängt*] o “*bru*”, de igual valência, como uma “antecipação” dele? Dificilmente se pode descartar a idéia de que os fonemas componentes de “*schwe*” foram ainda habilitados para essa supremacia graças a uma relação especial. Esta só poderia ser a associação *Schwester* [irmã] - *Bruder* [irmão], ou talvez também *Brust der Schwester* [seio da irmã], que leva a outros grupos de pensamentos. E é este auxiliar invisível por trás dos bastidores que dá ao inocente “*schwe*” o poder cujo êxito se manifesta como um equívoco da fala.

Existem outros lapsos da fala em que podemos supor que o verdadeiro fator perturbador é alguma semelhança fonética com palavras e sentidos obscenos. A distorção e deformação deliberadas de palavras e expressões, tão caras às pessoas vulgares, têm a finalidade exclusiva de explorar ocasiões inocentes para aludir a temas proibidos; e esse jogo com as palavras é tão freqüente que nada haveria de assombroso em sua ocorrência inadvertida e contrária à vontade da pessoa. A essa categoria sem dúvida pertencem exemplos como *Eischeissweibchen* (em vez de *Eiweisseheibchen*), *Apopos Fritz* (em vez de *à propos*), *Lokuskapitäl* (em vez de *Lotuskapitäl*) etc., e talvez também a *Alabüsterbachse* (*Alabasterbüchse*) de Sta. Maria Madalena. [1] - “Ich fordere Sie auf, auf das Wohl unsers Chefs *aufzustossen*” [“Convido-os a *arrotarem* à saúde de nosso chefe”, ver em [1]] certamente nada mais é do que uma paródia inintencional que ecoa uma paródia deliberada. Se eu fosse o chefe homenageado na cerimônia em que o orador cometeu esse lapso, provavelmente refletiria sobre a esperteza dos romanos em permitirem aos soldados dos imperadores triunfantes exprimirem em canções satíricas suas críticas íntimas ao homem festejado. Meringer nos conta que ele próprio, ao saudar certa vez alguém que, por ser o membro mais velho de uma sociedade, era familiarmente tratado pelo título honorífico de “*Senexl*” ou ...*altes* [velho] *Senexl*”, disse-lhe: “*Prost* [À sua saúde!], *Senex altesl!*” O próprio Meringer ficou chocado com esse engano (Meringer e Mayer, 1895, 50). Talvez, possamos interpretar seu afeto se considerarmos o quanto a forma “*Altes*” se aproxima da expressão insultuosa “*alter Esel*” [“burro velho”]. Existem poderosas punições internas para qualquer falta de respeito para com os mais velhos (ou seja, reduzindo isso aos termos da infância, do respeito para com o pai).

Espero que não escape ao leitor a diferença de valor entre essas interpretações cuja

comprovação é impossível, e os exemplos que eu mesmo compilei e expliquei através de análises. Mas, se ainda me apego secretamente a minha expectativa de que até os lapsos da fala aparentemente simples podem ser explicados pela interferência de uma idéia meio suprimida que está *fora* do contexto intencionado, o que me atrai para isso é uma observação de Meringer extremamente digna de nota. Diz esse autor que é curioso que ninguém se dispõe a admitir que cometeu um lapso da fala. Há pessoas muito sensatas e honestas que se ofendem quando lhes dizemos que cometeram um lapso. Eu não ousaria fazer uma generalização tão ampla quanto a de Meringer ao dizer “ninguém”. Mas o sinal de afeto que se segue à revelação do lapso, e que é claramente da natureza da vergonha, tem seu significado. Pode ser comparado ao aborrecimento que sentimos quando não conseguimos lembrar um nome esquecido [em [1]-[2]], e a nossa surpresa diante da tenacidade de uma lembrança aparentemente indiferente [em [1]]; e indica invariavelmente que algum motivo contribuiu para o advento da interferência.

A distorção de um nome, quando intencional, equivale a um insulto; e é bem possível que tenha a mesma significação em toda uma série de casos em que aparece sob a forma de um lapso inadvertido. A pessoa que uma vez, como relata Mayer, disse “Freuder” em vez de “Freud”, por ter pouco antes proferido o nome de Breuer (Meringer e Mayer, 1895, 38), e que, em outra ocasião, falou do método de tratamento “Freuer-Breudiano” (ibid, 28), provavelmente era um colega não muito entusiasmado com esse método. Mais adiante, no capítulo relativo aos lapsos da escrita, apresentarei um exemplo de distorção de um nome que certamente não pode ser explicado de nenhuma outra maneira [em [1]].

Nesses casos, o fator perturbador interferente é uma crítica que precisa ser posta de lado, por não corresponder no momento à intenção do falante.

Inversamente, [1] a substituição de um nome por outro, a apropriação do nome de outra pessoa e a identificação por meio do lapso no nome devem significar um reconhecimento que, por alguma razão, tem de permanecer em segundo plano por ora. Uma experiência dessa natureza, extraída de seus tempos de estudante, é-nos descrita por Sándor Ferenczi:

“Em meu primeiro ano ginásial, pela primeira vez na vida, tive de recitar um poema em público (i.e. diante da classe inteira). Estava bem preparado e fiquei atônito ao ser interrompido, logo no começo, por uma gargalhada geral. O professor logo me explicou o motivo dessa estranha reação: eu dissera corretamente o título do poema, ‘Aus der Ferne’ [Da Distância], mas, em vez de atribuí-lo a seu verdadeiro autor, indiquei meu próprio nome. O nome do poeta é Alexandre (Sándor [em húngaro]) Petöfi. A troca foi favorecida pelo fato de termos o mesmo prenome, porém, indubitavelmente, a causa real foi que, naquela época, eu me identificava em meus desejos secretos com esse famoso poeta-herói.

Mesmo conscientemente, meu amor e admiração por ele beiravam a idolatria. Por trás desse ato falho, é claro que se encontra também todo o lastimável complexo da ambição.”

Uma identificação semelhante através da troca de nomes foi-me narrada por um jovem médico. Tímida e reverentemente, ele se apresentara ao famoso Virchow como “Dr. Virchow”. O professor voltou-se para ele, surpreso, e perguntou: “Ah, o senhor também se chama Virchow?” Não sei como o jovem ambicioso justificou o lapso cometido - se recorreu à desculpa lisonjeira de que se sentira tão insignificante diante daquele grande nome que o seu próprio não pôde deixar de escapar-lhe, ou se teve a coragem de admitir que esperava um dia tornar-se um homem tão importante como Virchow, e de pedir ao professor que não o tratasse com tanto menosprezo por causa disso. Um desses dois pensamentos - ou talvez ambos simultaneamente - podem ter confundido o jovem ao se apresentar.

Por motivos de natureza extremamente pessoal devo deixar indeterminado se uma interpretação semelhante é também aplicável ao caso que se segue. No Congresso Internacional de Amsterdã, em 1907, minha teoria da histeria foi alvo de vivos debates. Num inflamado discurso contra mim, um dos meus mais vigorosos adversários cometeu repetidamente lapsos que assumiram a forma de ele se colocar em meu lugar e falar em meu nome. Por exemplo, dizia: “Sabe-se que Breuer e *eu* provamos...”, quando só poderia ter pretendido dizer “... Breuer e *Freud*...” O nome desse meu oponente não tem a menor semelhança com o meu. Esse exemplo, assim como muitos outros casos em que o lapso da fala é a troca de um nome por outro, mostra-nos que tais lapsos dispensam inteiramente o auxílio prestado pela semelhança de som [ver em [1]] e podem ocorrer unicamente com o apoio de relações ocultas no conteúdo.

Em outros casos bem mais significativos, é a autocrítica, a oposição interna ao próprio enunciado, que obriga o sujeito a cometer um lapso da fala e mesmo a substituir pelo oposto aquilo que tenciona dizer. Com assombro, observa-se então como o texto de uma afirmação anula a intenção dela e como o lapso da fala expõe uma insinceridade interna. O lapso transforma-se aqui num meio de expressão mímica - freqüentemente, decerto, a expressão de algo que não se queria dizer: torna-se um meio de trair a si mesmo. Foi o que aconteceu, por exemplo, quando um homem não muito afeito às chamadas relações sexuais normais em seu contato com as mulheres interveio numa conversa sobre uma moça que diziam ser coquete [*kokett*], afirmando: “Se tivesse que se haver comigo ela logo perderia esse hábito de *koëttiern* [palavra inexistente].” Sem dúvida, só uma outra palavra, “*koitieren*” [praticar o coito], poderia ter sido responsável por essa alteração na palavra pretendida “*kokettieren*” [coquetear]. - Ou este outro caso: “Temos um tio que há meses se mostra muito ofendido por nunca o visitarmos. Aproveitamos a oportunidade de sua mudança para uma casa nova para fazer-lhe a tão adiada visita. Ele pareceu muito alegre por ver-nos e, quando nos despedíamos, disse com muita emoção: ‘De agora em diante, espero vê-los ainda *mais*

raramente do que antes’.”

As contingências favoráveis [1] do material lingüístico muitas vezes determinam a ocorrência de lapsos da fala que têm o efeito francamente estarrecedor de uma revelação, ou produzem todo o efeito cômico de um chiste. - É o caso do exemplo seguinte, observado e relatado pelo Dr. Reitler:

“-Esse encantador chapéu novo, suponho que você mesma o tenha ‘*aufgepatzt*’ [em vez de ‘*aufgeputzt*’ (enfeitado)], não é? - disse uma dama a outra em tom de admiração. Mas teve de interromper o elogio pretendido, pois sua crítica silenciosa de que os enfeites do chapéu [“*Hutaufputz*”] eram uma ‘*Patzerei* [uma barafunda]’ fora indicada com demasiada clareza por esse lapso indelicado para que qualquer outra expressão de admiração convencional soasse convincente.”

Mais branda, porém também inequívoca, é a crítica contida no seguinte exemplo:

“Uma dama em visita a uma conhecida foi ficando muito impaciente e cansada com a conversa enfadonha e prolixa desta última. Quando enfim conseguiu libertar-se e se despedir, foi outra vez detida por uma nova enxurrada de palavras da companheira, que a acompanhara até o vestíbulo e, quando ela já ia saindo, obrigava-a a ficar de pé junto à porta e a continuar ouvindo. Por fim, ela interrompeu a anfitriã com a pergunta: ‘A senhora está em casa no vestíbulo [*Vorzimmer*]?’ Somente ao ver a expressão atônita da outra foi que ela reparou em seu lapso. Cansada de ficar tanto tempo em pé no vestíbulo, ela tencionara interromper a conversa com a pergunta ‘A senhora está em casa de manhã [*Vormittag*]?’ , e o lapso traiu sua impaciência ante a nova retenção.”

O exemplo seguinte, testemunhado pelo Dr. Max Graf, é uma advertência que chama à auto-observação:

“Na assembléia geral da Associação de Jornalistas ‘Concordia’, um jovem membro, que estava sempre sem dinheiro, fazia um discurso violentamente oposicionista e, em sua excitação, disse ‘*Vorschussmitglieder* [membros do empréstimo]’ (em vez de ‘*Vorstandsmitglieder* [membros da diretoria]’ ou ‘*Ausschussmitglieder* [membros da comissão]’) . É que estes últimos estão autorizados a aprovar empréstimos, e o jovem orador realmente acabara de fazer uma solicitação de empréstimo.”

Vimos [1] pelo exemplo do “*Vorschwein*” [ver em [1]] que um lapso da fala pode ocorrer facilmente quando se faz um esforço para suprimir palavras insultuosas. Dessa maneira, dá-se vazão aos próprios sentimentos:

Um fotógrafo que decidira abster-se de usar palavras da zoologia ao lidar com seus empregados desajeitados, dirigiu-se nos seguintes termos a um aprendiz que tentava despejar uma grande bandeja cheia até a borda e, ao fazê-lo, naturalmente derramou metade do conteúdo no chão: “Mas homem, primeiro *schöpsen Sie* um pouco!” Logo depois, em meio a uma longa reprimenda a uma assistente que quase estragara uma dúzia de chapas valiosas por desleixo, ele disse: “Será que você é tão *hornverbrannt*...?”

O exemplo seguinte mostra com um lapso da fala resultou em grave autodelação. Alguns de seus detalhes justificam a reprodução integral do relato feito por Brill na *Zentralblatt für Psychoanalyse*, Volume II.

“Certa noite, o Dr. Frink e eu fazíamos um passeio e discutíamos alguns dos assuntos da Sociedade Psicanalítica de Nova Iorque. Encontramos um colega, o Dr. R., que eu não via há anos e de cuja vida particular nada sabia. Ficamos muito contentes com nosso reencontro e, a convite meu, ele nos acompanhou a um café, onde passamos duas horas conversando animadamente. Ele parecia conhecer alguns detalhes a meu respeito, pois, logo após as saudações usuais, perguntou como ia passando meu filho pequeno e me disse ter notícias minhas de tempos em tempos, através de um amigo comum, e estar interessado em meu trabalho desde que lera sobre ele nas publicações médicas. Quando perguntei se era casado, deu uma resposta negativa e acrescentou: ‘Por que se casaria um homem como eu?’

“Ao sairmos do café, ele se voltou abruptamente para mim e disse: ‘Gostaria de saber o que o senhor faria num caso como este: conheço uma enfermeira que foi citada como cúmplice num processo de divórcio. A mulher processou o marido e a citou como cúmplice, e *ele* obteve o divórcio. Interrompi-o, dizendo: ‘O senhor quer dizer que *ela* obteve o divórcio.’ Ele se corrigiu imediatamente, dizendo: ‘Sim, é claro, *ela* obteve o divórcio’, e prosseguiu, contando que a enfermeira fora tão afetada pelo processo e pelo escândalo que passara a beber, ficara muito nervosa etc.; e ele queria que eu o aconselhasse sobre o modo de tratá-la.

“Assim que corriji seu engano, pedi-lhe que o explicasse, mas recebi as respostas surpresas de praxe: afinal, todos tinham o direito de cometer lapsos, fora apenas um

acidente, não havia nada por trás disso etc. Respondi que deve haver uma razão para todos os deslizes da fala e que, se ele não me houvesse dito antes que não era casado, eu ficaria tentado a supor que ele próprio era o herói dessa história, porque, nesse caso, o lapso poderia ser explicado por seu desejo de que ele tivesse obtido o divórcio, e não sua mulher, para não ter (segundo nossas leis matrimoniais) que pagar pensão alimentícia e poder voltar a se casar do Estado de Nova York. Ele negou firmemente minha conjectura mas sua reação emocional exagerada ao fazê-lo, com sinais evidentes de agitação seguidos de risadas, só fez reforçar minhas suspeitas. Ante meu apelo de que dissesse a verdade a bem da ciência, respondeu: ‘A menos que o senhor queira ouvir uma mentira, deve acreditar que nunca fui casado, e, portanto, sua interpretação psicanalítica está completamente errada.’ Acrescentou que uma pessoa que prestava atenção a todos essas trivialidades era decididamente perigosa. E então, lembrou-se repentinamente de que tinha outro compromisso e se despediu.

“O Dr. Frink e eu continuávamos convencidos de que minha interpretação do lapso estava correta, e decidi corroborá-la ou refutá-la mediante novas investigações. Dias depois, visitei um vizinho, velho amigo do Dr. R. que pôde confirmar minha explicação em todos os seus detalhes: o processo de divórcio ocorrera algumas semanas antes e a enfermeira fora citada como cúmplice. Hoje o Dr. R. está plenamente convencido da exatidão dos mecanismos freudianos.”

A autodelação é igualmente inconfundível no caso que se segue, narrado por Otto Rank:

“Um pai desprovido de qualquer sentimento patriótico, e que queria educar seus filhos de modo a que também eles ficassem livres do que ele considerava um sentimento supérfluo, estava criticando os filhos por participarem de uma demonstração patriótica; quando eles protestaram, dizendo que o tio também havia participado, o pai retrucou: ‘*Ele* é justamente pessoa que vocês não devem imitar: é um *idiota*.’ Ao notar a expressão de assombro dos filhos ante esse tom incomum no pai, ele percebeu que havia cometido um lapso e acrescentou, desculpando-se: ‘Naturalmente, eu quis dizer *patriota*.’”

Eis um lapso da fala que foi interpretado como uma autodelação pela própria interlocutora. Ele nos é relatado por Stärcke, que acrescenta um comentário pertinente, se bem que ultrapasse os limites da tarefa interpretativa.

“Uma dentista prometera à irmã que qualquer dia lhe faria exame para verificar se havia *Kontakt* [contato] entre dois de seus molares (isto é, se as superfícies laterais dos molares se tocavam de modo a evitar o depósito de fragmentos de comida entre eles). Por fim, a irmã

se queixou de ter que esperar tanto por esse exame e, gracejando, disse: ‘Agora ela talvez esteja tratando de uma colega, mas sua irmã tem que continuar esperando.’ A dentista enfim a examinou e constatou que, de fato, havia um pequeno orifício num dos molares, dizendo então: ‘Não pensei que fosse tão sério; achei que você só não tinha *Kontant* [moeda soante] ... quero dizer *Kontakt*.’ ‘Está vendo?’, riu a irmã; ‘foi só por avareza que você me fez esperar mais tempo do que seus pacientes que pagam!’

“(Obviamente, não me cabe acrescentar minhas próprias associações às delas, ou basear nisso quaisquer conclusões, mas, ao saber desse lapso da fala, ocorreu-me de imediato que essas duas jovens, amáveis e brilhantes, são solteiras e se relacionam muito pouco com os rapazes, e perguntei a mim mesmo se não teriam mais *contato* com gente jovem se dispusessem de mais *moeda sonante*.)” [Cf. Stärcke, 1916.]

Também no exemplo seguinte, narrado por Reik (1915), o lapso da fala equivale a uma autodelação:

“Uma moça estava para ficar noiva de um jovem que lhe era antipático. Para que os dois jovens se conhecessem melhor, os pais prepararam uma reunião à qual compareceriam também os futuros noivos. A moça soube controlar-se o bastante para que seu pretendente, muito obsequioso com ela, não percebesse sua antipatia. Mas, quando a mãe lhe perguntou se gostara do rapas, ela respondeu polidamente: ‘Sim, ele é muito *detestável* [*liebenschwidrig*]!’”

Não menos auto-revelador é este exemplo, descrito por Rank (1913) como um “lapso da fala jocoso”:

“Uma mulher casada que gostava de ouvir anedotas e que, segundo se dizia, não era completamente avessa às relações extraconjugais, se reforçadas por presentes adequados, ouviu de um jovem que também ansiava por seus favores a seguinte velha história, narrada não sem segundas intenções por parte dele. Um dos dois parceiros comerciais tentava obter os favores da mulher um tanto arisca de seu sócio. Por fim, ela consentiu em concedê-los, em troca de um presente de mil florins. Assim, quando o marido se preparava para sair em viagem, o sócio lhe pediu mil florins emprestados e prometeu devolvê-los a sua mulher no dia seguinte. Depois, é claro, pagou essa soma à esposa do sócio como uma suposta recompensa pelos favores concedidos; e ela se acreditou finalmente apanhada quando o marido, ao regressar, pediu-lhe os mil florins, o que acrescentou a seu prejuízo a afronta. Quando o rapaz chegou ao ponto da história em que o sedutor diz ‘*Devolverei* o dinheiro a sua mulher amanhã’, sua interlocutora o interrompeu com estas palavras muito reveladoras:

‘Diga-me, o senhor já não me *devolveu*... perdão, já não me *contou* isso?’ Dificilmente ela poderia ter dado uma indicação mais clara, sem formulá-la expressamente, de sua disposição a se entregar nas mesmas condições.”

Um bom exemplo desse tipo de autodelação sem conseqüências graves é narrado por Tausk (1917) sob o título de “A Fé dos Antepassados”. “Como minha noiva era cristã, contou o senhor A., “e não queria abraçar a fé judaica, fui eu mesmo obrigado a me converter ao cristianismo para que pudéssemos casar-nos. Não foi sem alguma resistência interna que mudei de religião, mas isso me pareceu justificado pelo objetivo visado tanto mais que envolvia apenas o abandono de uma filiação aparente ao judaísmo, e não de uma convicção religiosa (que nunca tive). Apesar disso, continuei sempre a me apresentar como judeu, e poucos de meus conhecimentos sabem que sou batizado. Tenho desse casamento dois filhos que foram batizados como cristãos. Quando os meninos chegaram a certa idade, foram informados sobre sua ascendência judaica, para que não fossem influenciados pelas visões anti-semitas na escola e não se voltassem contra o pai por um motivo tão supérfluo. Há alguns anos, eu e meus filhos, que na época freqüentavam a escola primária, estávamos passando as férias de verão em D., hospedados pela família de um professor. Um dia, ao tomarmos chá com nossos anfitriões habitualmente amáveis, a dona da casa, que nem suspeitava da ascendência judaica de seus veranistas, desfechou alguns ataques muito mordazes contra os judeus. Eu deveria ter esclarecido bravamente a situação, para dar a meus filhos o exemplo de ‘sustentar com coragem as próprias convicções’, mas eu temi as explicações desagradáveis que costumam seguir-se a esse tipo de confissão. Além disso, receava a possibilidade de ter de abandonar as boas acomodações encontradas e, desse modo, estragar o já limitado período de férias minhas e de meus filhos, caso o comportamento de nossos anfitriões se tornasse inamistoso pelo fato de sermos judeus. Enfrentando, como tinha razões para esperar que meus filhos, com sua franqueza e ingenuidade, acabariam por revelar a momentosa verdade se continuassem ouvindo a conversa, tentei afastá-los do grupo, mandando-os para o jardim. ‘Vão para o jardim, *judeus* [*Juden*]’, disse-lhes, e me corriji rapidamente: ‘*meninos* [*Jungen*]’. Permiti assim que a ‘corajosa sustentação das próprias convicções’ se expressasse através de um ato falho. De fato, os outros não tiraram nenhuma conclusão de meu lapso da fala, já que não lhe atribuíram qualquer importância; mas tive de aprender a lição de que a ‘fé dos antepassados’ não pode ser renegada impunemente quando se é filho e se tem filhos.”

Nada inocente foi o efeito produzido pelo seguinte deslize da fala, que eu não relataria se o próprio juiz não tivesse anotado para esta coleção durante um julgamento:

Um soldado acusado de invasão e furto numa casa declarou em juízo: “Até agora não me deram baixa desse *Diebstellung* militar, de modo que, por enquanto, ainda pertenço ao exército.”

Hilariante é o lapso da fala [1] quando, durante o trabalho psicanalítico, serve de meio para fornecer ao médico uma confirmação muito bem-vinda, caso haja uma contradição com o paciente. Certa vez tive de interpretar o sonho de um paciente em que ocorria o nome “Jauner”. O sonhador conhecia uma pessoa com esse nome, mas era impossível descobrir porque ela havia aparecido no contexto do sonho; assim, arrisquei a conjectura de que talvez fosse apenas por causa do nome, que soa parecido com o insulto “*Gauner*” [gatuno, trapaceiro]. Meu paciente contestou isso com rapidez e energia, mas, ao fazê-lo, cometeu um lapso da fala que confirmou minha suposição, pois tornou a confundir as mesmas letras. Sua resposta foi: “isso me apreze *jewagt* demais [em vez de “*gewagt* (ousado)”]. Quando chamei sua atenção para esse lapso, ele aceitou minha interpretação.

Quando um dos participantes de uma discussão séria comete um lapso da fala que inverte o sentido do que ele pretendia dizer, isso o coloca imediatamente em desvantagem diante de seu adversário, que raramente deixa de tirar grande proveito da melhora em sua posição.

Isso deixa claro [1] que as pessoas dão aos lapsos da fala e aos outros atos falhos a mesma interpretação que advogo neste livro, ainda que não endossem teoricamente essa concepção e mesmo que, no que se refere a elas próprias, sintam-se pouco inclinadas a renunciar ao comodismo implícito na tolerância para com os atos falhos. A hilaridade e a ironia que são o efeito certo desse deslizes da fala no momento crucial servem de prova contra a convenção, supostamente aceita por todos, de que o equívoco na fala é um *lapsus linguae* sem nenhum significado psicológico. Ninguém menos do que o próprio chanceler do império alemão, o príncipe Bülow, faz um protesto nesses moldes na tentativa de salvar a situação criada quando o texto de seu discurso em defesa do imperador (em novembro de 1907) adquiriu o sentido oposto por causa de um lapso na fala:

“Quanto ao presente, a esta nova era do Imperador Guilherme II, só posso repetir o que disse há um ano: que *seria iníquo e injusto dizer que um círculo de conselheiros responsáveis rodeia nosso imperador...*” (“irresponsáveis”, gritam muitas vozes) “*...conselheiros irresponsáveis. Perdoem o lapsus linguae.*” (Risos.)

Nesse caso, pelo acúmulo de negativas, a frase do príncipe Bülow foi um tanto obscurecida; a simpatia pelo orador e a consideração por sua posição difícil impediram que esse lapso fosse depois usado contra ele. Pior sorte, um ano depois, teve outro orador nesse mesmo lugar; ele queria exortar a uma manifestação *irrestrita* [*rückhaltlos*] em apoio ao imperador, e, nisso, um lamentável lapso da fala o advertiu de que outros sentimentos se abrigavam em seu peito leal:

“Lattmann (Partido Nacional Alemão): Colocamo-nos a questão do manifesto com base

no regularmento do Reichstag. Segundo este, o Reichstag tem o direito de fazer tal manifesto ao imperador. Cremos que o pensamento e o desejo coletivos do povo alemão sejam o de poder fazer uma *manifestação una* também nesse caso, e, se pudermos fazê-lo de uma forma que resulte em lucro absoluto para os sentimentos monárquicos, então devemos também fazê-lo de *modo irresoluto* [“*rückgratlos*”, literalmente: “sem espinha dorsal”].” (Estrondosa gargalhada durante alguns minutos.) “Senhores, não é ‘*rückgratlos*’ [irresolutamente] mas sim ‘*rückhaltlos*’ [irrestritamente]” (risadas), “e tal manifestação irrestrita do povo, esperamos, há de ser aceita também por nosso imperador nesta época difícil.”

O [jornal social-democrata] *Vorwärts* de 12 de novembro de 1908 não perdeu a oportunidade de apontar o sentido psicológico desse lapso da fala: “É provável que nunca, em nenhum parlamento, um membro tenha caracterizado com tanta exatidão, através de uma auto-acusação involuntária, sua própria atitude e a da maioria parlamentar perante o imperador, tal como o fez o anti-semita Lattmann quando, ao falar com solene emoção no segundo dia do debate, escorregou na confissão de que ele e seus amigos queriam expressar sua opinião ao imperador *irresolutamente*. Uma estrepitosa gargalhada vinda de todos os lados abafou o restante das palavras do infeliz, que ainda achou necessário balbuciar à guisa de desculpa, que na verdade pretendia dizer ‘irrestritamente’.”

Acrescento mais um exemplo em que o lapso da fala assumiu as características decididamente insólitas de uma profecia. No começo de 1923, houve uma grande comoção no mundo das finanças quando o jovem banqueiro X., provavelmente um dos mais novos dentre os “*nouveaux riches*” de W. e sem dúvida o mais rico e o mais moço, obteve, depois de uma breve luta, a posse majoritária das ações do Banco ; como consequência disso, realizou-se também uma notável assembléia geral em que os antigos diretores do banco, financistas da velha escola, não foram reeleitos, e o jovem X. tornou-se presidente do banco. No discurso de despedida então proferido pelo diretor administrativo, Dr. Y., em homenagem ao velho presidente que não fora reeleito, vários ouvintes repararam num lamentável lapso da fala que se repetiu diversas vezes. Ele se referiu seguidamente ao presidente *falecido* [*dahinschidend*], em vez de *exonerado*. Ocorre que o ex-presidente morreu alguns dias depois dessa reunião. Mas, é claro, já tinha mais de oitenta anos! (De Storfer.)

Um bom exemplo de lapso da fala em que a finalidade não é tanto trair o falante, mas dar algo a entender ao espectador na platéia, encontra-se no *Wallenstein* [de Schiller] (*Piccolomini*, Ato I, Cena 5), e nos mostra que o dramaturgo que aqui se serviu desse recurso estava familiarizado com o mecanismo e o sentido dos lapsos da fala. Na cena

anterior, Max Piccolomini tomara ardorosamente o partido do Duque [de Wallenstein] e descrevera em tom apaixonado as bênçãos da paz, das quais se conscientizara durante uma viagem em que havia acompanhado a filha de Wallenstein ao campo. Quando ele sai de cena, seu pai [Octavio] e Questenberg, o emissário da corte, estão profundamente consternados. E prossegue a Cena 5:

QUESTENBERG Aí de nós e há de ficar assim?

E então, amigo! havemos de deixá-lo partir

Nesse delírio - deixá-lo partir

Sem chamá-lo de volta imediatamente,

Sem abrir-lhe os olhos agora mesmo?

OCTAVIO (*recobrando-se após uma meditação profunda*)

É que ele acaba de abrir os meus.

E vejo mais do que gostaria.

QUEST. O que há amigo?

OCT. Maldita seja essa viagem!

QUEST. Mas, por quê? O que há?

OCT. Vamos, venha comigo! Preciso seguir

De imediato a malfadada pista, ver

Com meus próprios olhos. Venha!

(*Procura arrastá-lo consigo.*)

QUEST. Mas, como? *Para onde?*

OCT. Até ela...

QUEST. -Até...

OCT. (*corrigindo-se*). Até o Duque, vamos.

[Conforme a tradução inglesa de Coleridge.]

O pequeno deslize ao dizer “até ela”, em vez de “até ele”, serve para nos revelar que o pai entendeu o motivo por que seu filho tomou o partido do Duque, enquanto o cortesão se queixa de que ele lhe está “falando por verdadeiros enigmas”.

Outro exemplo em que um dramaturgo se vale de um lapso da fala foi descoberto por Otto Rank (1910) em Shakespeare. Cito o relato de Rank:

“Encontra-se em *O Mercador de Veneza*, de Shakespeare (Ato III, Cena 2), um lapso da fala que, do ponto de vista dramático, tem uma motivação extremamente sutil e é empregado como um brilhante recurso técnico. Tal como o lapso do *Wallenstein* para o qual Freud chamou a atenção, ele mostra que os poetas têm uma clara compreensão do mecanismo e do sentido desse tipo de ato falho e supõem que o mesmo se aplique a sua platéia. Pórcia, compelida pela vontade de seu pai à escolha de um marido por sorteio, escapou até o momento de todos os seus pretendentes indesejados por obra do acaso. Tendo enfim encontrado em Bassinio o pretendente de seu agrado, ela tem motivos para temer que também a ele a sorte seja esquivada. Ela gostaria muito de dizer-lhe que, mesmo assim, ele pode ter certeza de seu amor, mas isso lhe é vedado por seu juramento. Nesse conflito íntimo, o poeta a faz dizer ao pretendente favorito:

Não vos apresseis, eu vos suplico; esperai um ou dois dias antes de consultar a sorte, pois, se escolherdes mal, perco vossa companhia; assim, aguardai um pouco. Algo me diz (*mas não é o amor*) que não quereria perder-vos... Eu vos poderia ensinar a escolher bem, mas então seria perjura, e não o serei jamais. Podeis perder-me, portanto; mas, se o fizerdes, levar-me-eis a desejar ter cometido o pecado do perjúrio. Malditos sejam vossos olhos! Eles me enfeitiçaram e dividiram: *metade de mim é vossa, e a outra metade é vossa... minha, quero dizer*; mas, sendo minha, é vossa, e assim, sou toda vossa.

“Aquilo de que ela queria dar-lhe apenas um indício muito sutil, pois na verdade deveria ocultar-lhe por completo, ou seja, que mesmo antes de ele fazer a escolha ela lhe pertencia *inteiramente* e o amava, é justamente isso que o poeta, com admirável e requintada sensibilidade psicológica, deixa transparecer claramente em seu lapso da fala; e, como esse artifício artístico, ele consegue minorar tanto a intolerável incerteza do amante quanto a tensão consonante da platéia frente ao resultado de sua escolha.”

Pelo interesse que essa espécie de apoio dos grandes escritores confere a nossa teoria dos lapsos da fala, sinto-me justificado a citar um terceiro desses exemplos, relatado por Ernest Jones (1911b, 496):

“Num artigo publicado recentemente, Otto Rank chamou-nos a atenção para um belo exemplo de como Shakespeare fez um de seus personagens, Pórcia, cometer um lapso que revelou seus pensamentos secretos a qualquer espectador atento. Proponho relatar um exemplo semelhante, extraído de *The Egoist*, obra-prima do maior dos romancistas ingleses, George Meredith. Resumidamente, a trama do romance é a seguinte: *Sir Willoughby Patterne*, um aristocrata muito admirado em seu círculo, fica noivo de uma certa Srta. Constantia Durham. Ela descobre nele um egoísmo intenso, que ele esconde habilmente do mundo, e, para escapar do casamento, foge com um certo Capitão Oxford. Passados alguns anos, Patterne fica noivo da Srta. Clara Middleton, e a maior parte do livro é consagrada a descrever detalhadamente o conflito que brota em sua alma quando também ela descobre o egoísmo dele. As circunstâncias externas e seu conceito de honradez fazem-na manter o compromisso assumido, enquanto seu noivo torna-se cada vez mais repugnante a seus olhos. Ela toma parcialmente como confidente o primo e secretário dele, Vernon Whitford, homem com quem termina por se casar; ele, porém, por lealdade a Patterne e outros motivos, mantém-se afastado.

“Num monólogo sobre sua infelicidade, Clara assim se expressa: ‘- Ah, se algum nobre cavalheiro pudesse ver-me como sou e não desdenhasse ajudar-me! Quisera ser arrancada

dessa prisão de espinhos e sarças. Não consigo desvencilhar meu próprio caminho. Sou uma covarde. Um aceno com um dedo, creio, me faria mudar. Para um companheiro eu conseguiria fugir, mesmo sangrando e em meio a gritos e apuros... Constantia encontrou um soldado. Talvez ela tenha rezado, e suas preces foram atendidas. Ela agiu mal. Mas, ah, como a amo por isso! Seu nome era Harry Oxford... Ela não hesitou, rompeu as amarras, entregou-se de papel passado. Ah, moça intrépida, que pensará você de mim? Mas não tenho nenhum Harry Whitford; estou sozinha... -' O súbito reconhecimento de que trocara o nome de Oxford por outro atingiu-a como uma bofetada e a fez corar intensamente.

“O fato de os dois nomes masculinos terminarem em ‘ford’ evidentemente torna mais fácil confundi-los, e muitos veriam nisso uma causa suficiente, mas o verdadeiro motivo subjacente é claramente indicado pelo autor. Num outro trecho ocorre o mesmo lapso, seguindo-se a ele a hesitação espontânea e a repentina mudança de assunto que nos são familiares na psicanálise e nas experiências de Jung sobre a associação, quando se toca num complexo semiconscente. Diz *Sir Willoughby* sobre Whitford, em tom paternalista: ‘- Alarme falso. A decisão de fazer qualquer coisa fora do comum escapa inteiramente ao pobrezinho do Vernon.’ Clara retruca: ‘- Mas, se o Sr. Oxford - Whitford... seus cisnes vem singrando o lago, veja como são lindos quando estão enfurecidos! Estava para lhe perguntar, quando um homem testemunha uma admiração acentuada por outro, ele naturalmente se sente desencorajado, não é mesmo? -’ *Sir Willoughby* retesou-se, compreendendo repentinamente.

“Noutra passagem ainda, Clara trai por outro lapso seu desejo secreto de ter um relacionamento mais íntimo com Vernon Whitford. Falando com um amigo, diz ela: ‘- Diga ao Sr. Vernon - diga ao Sr. Whitford’.”

A concepção [1] de lapsos da fala aqui defendida resiste à prova até mesmo nos exemplos mais triviais. Tenho podido mostrar repetidamente que os erros mais insignificantes e óbvios da fala têm sentido e podem ser explicados do mesmo modo que os exemplos mais notáveis. Uma paciente que estava agindo em total desacordo com minha vontade ao programar uma rápida viagem a Budapeste, mas que estava decidida a fazer as coisas a seu modo, justificou-se dizendo que ficaria lá apenas três dias; entretanto, cometeu um lapso e disse “apenas três *semanas*”. Estava traindo o fato de que, a despeito de mim, preferiria passar três semanas, e não três dias, na companhia que eu considerava inadequada para ela. - Certa noite, quis desculpar-me por não ter buscado minha mulher no teatro e disse: “Cheguei ao teatro às dez e dez”. Fui corrigido: “Você quer dizer dez *para* as dez”. É claro que eu queria dizer dez *para* as dez. *Depois* das dez horas, não haveria desculpa. Haviam-me dito que nos ingressos constava: o espetáculo termina antes das dez horas. Ao chegar, encontrei o saguão de entrada às escuras e o teatro, vazio. O espetáculo de fato terminara mais cedo e minha mulher não havia esperado por mim. Quando consultei o relógio, eram

apenas cinco para as dez. Mas decidi apresentar minha situação de modo mais favorável ao chegar em casa e dizer que ainda faltavam dez para as dez. Infelizmente, meu lapso estragou meu plano e expôs minha insinceridade, fazendo-me confessar mais do que havia para ser confessado.

Isso nos leva às perturbações da fala que já não podem ser descritas como lapsos, pois o que afetam não é a palavra isolada, mas sim o ritmo e a enunciação do dito inteiro: perturbações como, por exemplo, os balbucios e gaguejos causados pelo embacação. Mas também nesse caso, como nos anteriores, a questão é um conflito interno que nos é denunciado pela perturbação da fala. Realmente não creio que alguém cometesse um lapso da fala numa audiência com Sua Majestade, numa declaração de amor feita com seriedade ou ao defender sua honra e seu nome diante de um júri - em suma, em todas as ocasiões em que a pessoa se entrega de corpo e alma, como diz a significativa expressão. Mesmo ao avaliar o estilo de um autor, temos o direito e o hábito de aplicar o mesmo princípio elucidativo que nos é indispensável ao rastreamos as origens dos equívocos isolados da fala. A maneira clara e inambígua de escrever mostra-nos que o autor está de acordo consigo mesmo; quando encontramos uma expressão forçada e retorcida, que, segundo o apropriado dito, aponta para mais de um alvo, ali podemos reconhecer a intervenção de um pensamento insuficientemente elaborado, complicado, ou escutar os ecos velados da autocrítica do autor.

[1]

Desde a primeira publicação deste livro, [1] amigos e colegas de língua estrangeira começaram a voltar sua atenção para os lapsos da fala que puderam observar nos países em que essas línguas são faladas. Como era de se esperar, descobriram que as leis que regem os atos falhos independem do material lingüístico, e fizeram as mesmas interpretações aqui ilustradas através de exemplos de falantes da língua alemã. Dentre os inúmeros exemplos, incluo apenas um:

Conta o Dr. A.A. Brill (1909), de Nova Iorque, a seu próprio respeito: “Um amigo me descreveu um doente dos nervos e quis saber se eu poderia ajudá-lo. Observei: ‘Creio que, com o tempo, eu poderia eliminar todos os sintomas dele pela psicanálise, porque é um caso *durável* [*durable*]’ - querendo dizer ‘*curável* [*curable*]’!”

Para concluir, [1] em prol dos leitores que estão dispostos a fazer um certo esforço e não desconhecem a psicanálise, acrescentarei um exemplo capaz de mostrar a que profundezas da alma pode conduzir a investigação de um lapso da fala. O exemplo foi relatado pelo Dr. Z. Jekels (1913).

“Em 11 de dezembro, uma dama de minhas relações interpelou-me (em polonês) de maneira um tanto desafiadora e arrogante, dizendo: ‘Por que foi que eu disse hoje que tenho doze dedos?’ A meu pedido, ela reproduziu a cena em que essa observação fora feita. Ela se aprontara para sair com a filha para fazerem uma visita, e pedira à filha - um caso de demência precoce em fase de remissão - que trocasse de blusa, o que ela fez no quarto ao lado. Ao voltar, a filha encontrou a mãe ocupada em limpar as unhas, seguindo-se a seguinte conversa:

“Filha: ‘Está vendo? Agora já estou pronta, e você, não!’

“Mãe: ‘É, mas você só tem uma blusa, e eu, *doze unhas*.’

“Filha: ‘O quê?’

“Mãe (impaciente): ‘Ora, naturalmente, pois *eu tenho doze dedos*.’

“Um colega que ouvira essa história junto comigo perguntou a ela o que ocorria em relação a *doze*. Ela respondeu de modo igualmente rápido e decidido: ‘Para mim, doze não é nenhuma data (importante).’

“Para *dedo*, ela forneceu a seguinte associação, depois de hesitar um pouco: ‘Na família do meu marido, houve quem nascesse com seis dedos nos pés (o polonês não tem um termo específico para *Zehe* [dedos dos pés]). Quando nossos filhos nasceram, foram imediatamente examinados para ver se tinham seis dedos.’ Por motivos externos, não se prosseguiu na análise nessa noite.

“Na manhã seguinte, 12 de dezembro, a dama me visitou e disse, visivelmente agitada: ‘Sabe o que me aconteceu? Há cerca de vinte anos tenho enviado congratulações ao velho tio de meu marido por seu aniversário, que é hoje, e sempre lhe escrevo uma carta no dia 11. Desta vez, esqueci e acabo de ter que enviar-lhe um telegrama.’

“Lembrei-me, e recordei a essa dama, quão decididamente ela havia descartado, na noite

anterior, a pergunta de meu colega a respeito do número doze, que decerto era muito apropriada para lembrá-la desse aniversário, com a observação de que o doze não era para ela nenhuma data importante.

“Ela então admitiu que esse tio de seu marido era um homem rico, de quem, na verdade, ela sempre esperava herdar alguma coisa, muito especialmente na situação de aperto financeiro por que estava passando agora. Fora ele, por exemplo, ou melhor, a morte dele, que lhe ocorrera de imediato alguns dias antes, quando uma conhecida lhe profetizara pelas cartas que ela receberia uma grande soma em dinheiro. Passou-lhe de imediato pela cabeça que o tio era o único de quem ela ou seus filhos poderiam receber dinheiro; e essa mesma cena também a fez recordar, instantaneamente, que a mulher desse tio certa vez prometera lembrar-se dos filhos dela em seu testamento. Nesse ínterim, porém, a tia morrera sem deixar testamento; teria ela deixado essa incumbência ao marido?

“É evidente que o desejo de morte contra o tio deve ter surgido com enorme intensidade, pois ela dissera à amiga que fez a profecia: ‘Você induz as pessoas a matarem outras.’ Nos quatro ou cinco dias decorridos entre a profecia e o aniversário do tio, ela consultou seguidamente o obituário dos jornais da cidade em que ele morava, à procura da notícia de sua morte. Não surpreende, portanto, tendo em vista a intensidade do desejo de que ele morresse, que o fato e a data do aniversário que ele estava prestes a celebrar fossem tão intensamente suprimidos a ponto não só de fazê-la esquecer um propósito levado a cabo durante anos, mas também de fazer com que nem sequer a pergunta de meu colega conseguisse trazê-lo a sua consciência.

“No lapso ‘doze dedos’, o ‘doze’ suprimido veio à tona e ajudou a determinar o ato falho. Digo ‘ajudou a determinar’ porque a notável associação com ‘dedos’ permite-nos suspeitar da existência de outras motivações; ela também explica porque o ‘doze’ falseou exatamente essa expressão inocentíssima, ‘dez dedos’. A associação fora: ‘Na família do meu marido, houve quem nascesse com seis dedos nos pés.’ Seis dedos são o sinal de determinada anormalidade. Portanto, seis dedos significam *um* filho anormal, e doze dedos, *dois* filhos anormais. E de fato era esse o caso. Essa dama se casara muito jovem, e a única herança que lhe foi deixada pelo marido - sempre considerado um homem excêntrico e anormal, que tirou a própria vida pouco depois de se casar com ela - foram duas filhas que os médicos repetidamente definiam como anormais e como vítimas de grave doença hereditária vinda do pai. Recentemente, a filha mais velha voltara para casa depois de um grave ataque de catatonia; pouco depois, a mais nova, agora na puberdade, também caiu doente, vítima de uma neurose grave.

“O fato de a anormalidade das filhas vincular-se aqui ao desejo da morte do tio, e de se condensar com esse elemento muito mais intensamente suprimido e de valência psíquica

maior, permite-nos supor a existência de um segundo determinante para o lapso da fala, qual seja, o *desejo de morte contra as filhas anormais*.

“Mas o sentido predominante do doze com desejo de morte já é indicado pelo fato de que o aniversário do tio estava muito intimamente associado, nas representações da narradora, com a idéia da morte dele. Ocorre que seu marido se suicidara num dia 13, isto é, um dia depois do aniversário do tio; e a mulher do tio dissera à jovem viúva: ‘Ontem ele o estava felicitando, tão efusivo e amável, e hoje...!’

“Cabe-me acrescentar que, além disso, essa dama tinha motivos bastante reais para desejar a morte de suas filhas, pois estas não lhe davam nenhuma alegria, apenas tristeza e graves restrições a sua independência, e por causa delas ela havia renunciado a toda e qualquer felicidade amorosa. Também nessa ocasião, ela fizera um esforço extraordinário para evitar à filha com quem ia fazer a visita qualquer motivo de aborrecimento; e bem podemos imaginar quanta paciência e abnegação são exigidas por um caso de demência precoce, e quantos impulsos de raiva têm de ser suprimidos nesse processo.

“Conseqüentemente, o sentido do ato falho seria:

‘Que morra o tio, que morram essas filhas anormais (toda essa família anormal, por assim dizer), e que eu fique com o dinheiro deles.’

“Esse ato falho, a meu ver, tem vários traços de uma estrutura incomum:

“(a) A presença de dois determinantes, condensados num único elemento.

“(b) A presença dos dois determinantes, refletiu-se na duplicação do lapso da fala (doze unhas, doze dedos).

“(c) É notável que um dos sentidos do ‘doze’, ou seja, os doze dedos que expressavam a anormalidade das filhas, represente uma forma de figuração indireta; a anormalidade psíquica foi aqui representada pela anormalidade física, e a parte superior do corpo, pela inferior.”

CAPÍTULO VI - LAPSOS DE LEITURA E LAPSOS DE ESCRITA

Quanto aos erros na leitura e na escrita, constatamos que os mesmos pontos de vista e observações aplicados aos equívocos na fala também são válidos, o que não é de surpreender, considerando-se o íntimo parentesco entre essas funções. Limitar-me-ei a relatar aqui alguns exemplos cuidadosamente analisados, e não farei nenhuma tentativa de abarcar todos os aspectos dos fenômenos.

(A) LAPSOS DE LEITURA

(1)Eu estava sentado num café, folheando um número do *Leipziger Illustrierte* [um semanário ilustrado], que eu segurava inclinado diante de mim, quando li a seguinte legenda sob uma fotografia que se estendia por toda a página: “Cerimônia de Casamento na *Odysee* [Odisséia].” Com a atenção despertada e surpreso, endireitei a revi

sta e corriji meu erro: “Cerimônia de Casamento no *Ostsee* [Báltico].” Como fui cometer esse erro absurdo de leitura? Meus pensamentos voltaram-se prontamente para um livro de Ruths (1898), *Experimentaluntersuchungen über Musikphantome...*, que me ocupara muito nestes últimos tempos, pois toca de leve nos problemas psicológicos de que venho tratando. O autor prometeu que em breve publicaria um livro a ser chamado “Análise e Princípios dos Fenômenos Oníricos”. Não surpreende que, tendo acabado de publicar uma *Interpretação dos Sonhos*, eu aguarde esse livro com o máximo interesse. Na obra de Ruths sobre os fantasmas da música encontrei, no começo do índice, o anúncio de uma demonstração indutiva detalhada de que os mitos e lendas dos antigos gregos tiveram sua principal raiz nos fantasmas do sono e da música, nos fenômenos dos sonhos e também nos delírios. Mergulhei imediatamente no texto para verificar se ele também percebera que a cena em que Odisseu surge diante de Nausícaa deriva do sonho comum de estar nu. Um amigo me chamara a atenção para o belo trecho do *Der Grüne Heinrich*, de Gottfried Keller, que explica esse episódio da Odisséia como uma representação objetiva dos sonhos de um navegante que vagava longe de sua terra natal; e eu havia assinalado a relação com os sonhos exibicionistas de estar nu. Não encontrei nada sobre o assunto no livro de Ruths. Nesse exemplo, é óbvio que meus pensamentos estavam voltados para questões de prioridade.

(2) Como posso um dia ter lido num jornal: “*Im Fass* [num barril] pela Europa”, em vez de “*Zu Fuss* [a pé]”? A solução desse problema custou-me prolongadas dificuldades. É verdade que as primeiras associações indicaram que o que eu tinha em mente devia ser o barril de Diógenes, e eu estivera lendo recentemente sobre a arte da época de Alexandre numa história da arte. Daí foi fácil lembrar o célebre dito de Alexandre: “Se eu não fosse Alexandre, gostaria de ser Diógenes.” Veio-me também uma vaga lembrança de um certo Hermann Zeitung, que dera para viajar embalado num caixote. Mas a seqüência de associações recusou-se a prosseguir, e não consegui reencontrar a página da história da arte em que aquela observação me saltara aos olhos. Só depois de muitos meses foi que voltou de repente a me ocorrer esse problema, que eu deixara de lado, dessa vez acompanhado de sua solução. Lembrei-me do comentário de um artigo de jornal sobre os estranhos meios de *transporte [Beförderung]* que as pessoas estavam escolhendo para irem à Exposição Internacional de Paris [de 1900]; e o trecho prosseguia, creio eu, com o relato divertido de como um cavaleiro pretendia fazer-se levar a Paris rolando dentro de um barril, empurrado por outro cavaleiro. Naturalmente, essas pessoas não tinham outro motivo senão o de chamar a atenção sobre si mesmas com essas loucuras. Hermann Zeitung era, de fato, o nome do homem que dera o primeiro exemplo de tais métodos extraordinários de transporte. Ocorreu-me então que, certa vez, tratei de um paciente cuja angústia patológica ante a leitura de jornais veio a se esclarecer como uma reação contra sua *ambição* patológica de se ver em letras de imprensa e ler sobre sua fama nos jornais. Alexandre da Macedônia foi, sem dúvida, um dos homens mais ambiciosos que já existiram. Chegou a se queixar de que não

houvesse um Homero para cantar suas façanhas. Mas como poderia eu ter *deixado de lembrar* que há outro Alexandre mais chegado a mim, que Alexandre é o nome de meu irmão mais moço? Descobri então, de imediato, o pensamento escandaloso que tivera de ser recalcado a respeito desse outro Alexandre, e o que ocasionara isso na situação atual. Meu irmão é especialista em questões relacionadas com tarifas e *transportes* e, em certa época, esteve para receber o título de professor por suas atividades docentes numa escola comercial. Vários anos antes, meu próprio nome fora sugerido na universidade para essa mesma *promoção [Beförderung]*, sem que eu a obtivesse. Na época, nossa mãe expressou sua estranheza de que seu filho mais novo chegasse a professor antes do mais velho. Era essa a situação na época em que não pude resolver meu lapso de leitura. Posteriormente, meu irmão também deparou com dificuldades; suas perspectivas de chegar a professor tornaram-se ainda menores do que as minhas. Mas, nesse ponto, o sentido do lapso de leitura ficou repentinamente claro para mim, era como se a redução das perspectivas de meu irmão tivesse afastado um obstáculo. Eu me havia comportado como se estivesse lendo a nomeação de meu irmão no jornal e dizendo a mim mesmo: “Como é estranho que se possa ser citado no jornal (i.e., ser nomeado professor) por essas bobagens (como as que ele faz por profissão)!” Depois disso, não tive dificuldade em encontrar o trecho sobre a arte helênica na época de Alexandre e, para minha surpresa, convenci-me de que, durante minha busca anterior, eu lera repetidamente partes da mesma página e, em todas as vezes, saltara a frase pertinente, como se estivesse dominado por uma alucinação negativa. Essa frase, porém, não continha nada que pudesse esclarecer-me ou que merecesse ser esquecido. Creio que o sintoma de não conseguir encontrar o trecho no livro formou-se apenas para me despistar. Cabia-me procurar uma continuação da seqüência de pensamentos ali onde minhas investigações esbarravam num obstáculo, isto é, em alguma idéia ligada a Alexandre da Macedônia, e desse modo eu seria mais eficazmente desviado de meu irmão do mesmo nome. O recurso foi perfeito: todos os meus esforços foram orientados para redescobrir o trecho perdido na história da arte.

Nesse caso, o duplo sentido da palavra “*Beförderung*” [“transporte” e “promoção”] forma a ponte associativa entre os dois complexos; o complexo sem importância, despertado pela notícia do jornal, e o mais interessante, mas objetável, que aqui se impôs sob a forma de uma perturbação da leitura. Por esse exemplo se percebe que nem sempre é fácil explicar ocorrência como esse equívoco na leitura. Às vezes somos até forçados a adiar a solução do problema para uma época mais favorável. No entanto, quanto mais difícil se revela o trabalho de solucioná-lo, maior é a certeza com que se pode prever que o pensamento perturbador finalmente descoberto será julgado por nosso pensamento consciente como algo que lhe é estranho e contrário.

(3) Um dia, recebi uma carta das imediações de Viena com uma notícia que me abalou. Chamei prontamente minha mulher e lhe comuniquei que “*die arme [a pobre] Wilhelm M.*”

estava muito doente, a ponto de os médicos terem perdido as esperanças. Mas algo deve ter soado falso nas palavras que escolhi para exprimir meu pesar, pois minha mulher ficou desconfiada, pediu para ver a carta e manifestou sua convicção de que não podia ser isso, pois ninguém se referia a uma mulher pelo prenome do marido e, de mais a mais, a remetente da carta conhecia perfeitamente o nome da mulher. Defendi obstinadamente minha afirmação e fiz referência ao costume corriqueiro, nos cartões de visita, de as mulheres se designarem pelo prenome do marido. Por fim, vi-me forçado a pegar a carta, e o que lemos nela, de fato, foi “*der arme W.M.*”, ou melhor, algo ainda mais claro, que eu omitira por completo: “*der arme Dr. W.M.*” Meu erro de leitura, portanto, importou numa espécie de tentativa forçada de transferir a triste notícia do marido para a mulher. O título entre o artigo e o nome adjetivado não se adequava bem a minha pretensão de que a notícia se referisse à mulher. Por isso, foi simplesmente eliminado na leitura. Meu motivo para falsear a notícia, entretanto, não foi que eu simpatizasse menos com a mulher do que com o marido, mas sim que o destino desse pobre homem havia despertado minha inquietação acerca de outra pessoa, muito chegada a mim, que com ele compartilhava o que eu sabia ser um dos determinantes da doença.

(4) Irritante e ridículo é um lapso de leitura que tendo a cometer sempre que, em minhas férias, ando pelas ruas de alguma cidade desconhecida. Nessas ocasiões, leio como “Antigüidades” todos os letreiros de loja que de algum modo se assemelham a essa palavra. Nisso se manifesta o gosto do colecionador pela aventura.

(5) Bleuler relata, em seu importante livro *Affektivität, Suggestibilität, Paranoia* (1906, 121): “Certa vez, enquanto lia, tive a sensação intelectual de estar vendo meu nome duas linhas mais abaixo. Para minha surpresa, só encontrei ali a palavra ‘*Blutkörperchen* [corpúsculos sangüíneos]’. Entre os muitos milhares de lapsos de leitura que já analisei, tanto no campo visual periférico quanto no central, este é o exemplo mais crasso. Todas as vezes que acreditei ver meu nome, a palavra que ocasionou isso costumava ser muito mais semelhante a ele, e, na maioria dos casos, cada uma das letras de meu nome tinha de estar presente ali por perto para que eu pudesse cometer esse erro. Neste caso, entretanto, o delírio de auto-referência e a ilusão puderam ser explicados com muita facilidade: o que eu acabara de ler era o final de um comentário sobre certo tipo de estilo precário nos trabalhos científicos, do qual eu não me sentia livre.”

(6) Hanns Sachs diz ter lido: “Ele passa, com seu ‘*Steifleinenheit* [pedantismo]’, pelas coisas que chocam as pessoas.” “Essa palavra”, prossegue Sachs, “chamou minha atenção e, ao olhar mais atentamente, descobri que era ‘*Stilfeinheit* [fineza de estilo]’. O trecho ocorria em meio a algumas observações feitas por um autor a quem eu admirava e que enalteciam efusivamente um historiador que não me é simpático, pois exhibe em demasia o ‘estilo professoral alemão’.”

(7) O Dr. Marcell Eibenschütz (1911) descreve um caso de lapso de leitura no estudo da ciência filológica. “Eu estavam empenhado no estudo da tradição literária do *Livro dos Mártires*, compilação de lendas do período médio do alto alemão que eu resolvera editar na coleção de ‘Textos Medievais Alemães’ publicada pela Academia Prussiana de Ciências. Sabia-se muito pouco sobre essa obra, que nunca fora impressa; havia sobre ela um único ensaio, da autoria de Joseph Haupt (1872, 101 e segs.). Haupt não baseou seu trabalho no manuscrito antigo, mas numa cópia da fonte principal, o Manuscrito C (Klosterneuburg), cópia esta feita em época relativamente recente (no século XIX) e preservada na Hofbibliothek [Biblioteca Imperial]. No fim da cópia encontra-se a seguinte subscrição:

“Anno Domini MDCCCL in vigilia exaltacionis sancte crucis ceptus est iste liber et in vigilia pasce anni subsequenti finitus cum adiutorio omnipotentis per me Hartmanum de Krasna tunc temporis ecclesie niwenburgensis custoden.

“Ora, em seu ensaio, Haupt cita essa subscrição como sendo proveniente do próprio autor de C e supõe que C. foi escrito em 1350, com um conseqüente erro de leitura da data de 1850, escrita em algarismos romanos, apesar de ter copiado a subscrição corretamente e de a data ter sido corretamente impressa no ensaio (i.e. MDCCCL) no trecho citado.

“A informação de Haupt foi para mim fonte de muitos apuros. Em primeiro lugar, como completo principiante no mundo da ciência, eu estava totalmente dominado pela autoridade de Haupt, e por muito tempo li na subscrição diante de mim, impressa com perfeita clareza e correção 1350 em vez de 1850, tal como fizera Haupt, muito embora não houvesse nenhum vestígio da subscrição no Manuscrito C utilizado por mim, e embora também se verificasse que nenhum monge de nome Hartman vivera em Klosterneuburg em todo o século XIV. Quando enfim caiu a venda de meus olhos, adivinhei o que havia acontecido, e as investigações posteriores confirmaram minha suspeita. A tão mencionada subscrição, na verdade, encontra-se *apenas* na cópia utilizada por Haupt e é obra de um copista, P. Hartman Zeibig, que nasceu em Krasna, na Morávia, foi Mestre do coro agostiniano em Klosterneuburg e, como sacristão do mosteiro, fez uma cópia do Manuscrito C, registrando seu nome no final, à maneira antiga. A fraseologia medieval e a ortografia antiquada da subscrição sem dúvida contribuíram para induzir Haupt a ler sempre 1350, em vez de 1850, juntando-se o seu *desejo* de poder dizer aos leitores o máximo possível sobre a obra que estava examinando e, portanto, também de *datar o Manuscrito C*. (Foi esse o motivo do ato falho.)

(8) Em *Witzige und Satirische Einfälle*, de Lichtenberg [1853], há um comentário que sem dúvida provém da observação e contém quase que a teoria completa dos lapsos de leitura: “Ele tanto lera Homero que sempre lia ‘*Agamemnon*’ onde constava ‘*angenommen* [suposto]’.”

Ocorre que, num imenso número de casos [1] é a predisposição do leitor que altera a leitura e introduz no texto algo que corresponde a suas expectativas ou que o está ocupando. A única contribuição que o próprio texto precisa fazer ao lapso de leitura é fornecer alguma semelhança na imagem da palavra, que o leitor possa modificar no sentido que quiser. Sem dúvida, a leitura apressada, especialmente quando há uma deficiência visual não corrigida, aumenta a possibilidade de tal ilusão, mas certamente não é uma condição necessária.

(9) Creio que a época de guerra, que a todos nos trouxe preocupações tão constantes e prolongadas, favoreceu mais os lapsos de leitura do que qualquer outro ato falho. Pude observar um grande número desses exemplos, mas, infelizmente, foram poucos os que conservei. Certo dia, peguei um jornal do meio-dia ou vespertino e vi, impresso em grandes caracteres: “*Der Friede von Görz* [A Paz de Gorizia]”. Mas não, dizia apenas: “*Die Feinde vor Görz* [Os Inimigos diante de Gorizia]”. Para quem tem dois filhos lutando justamente nesse palco de guerra, é fácil cometer tal lapso de leitura. - Outro viu mencionado em certo contexto “*eine alte Brotkarte* [um velho cartão de racionamento de pão]”; lendo mais atentamente, teve de substituir isso por “*alte Brokate* [brocados antigos]”. Talvez valha a pena mencionar que, numa casa onde costuma ser um hóspede sempre bem recebido, esse homem tem o hábito de agradar a dona da casa cedendo-lhe seus cartões de racionamento de pão. - Um engenheiro cujo equipamento nunca resistia por muito tempo à umidade de um túnel em construção leu, para sua surpresa, um anúncio em que se elogiavam certos artigos de “*Schundleder* [couro estragado]”. Mas os comerciantes raramente são tão francos; os artigos cuja compra se recomendava eram de “*Seehundleder* [couro de foca]”

Também a profissão ou a situação atual do leitor determinam o resultado de seu lapso de leitura. Um filólogo que, por causa de seus últimos excelentes trabalhos, entrou em conflito com seus colegas de profissão, leu “*Sprachstrategie* [estratégia lingüística]” em lugar de “*Schachstrategie* [estratégia enxadrística]”. - Um homem que passeava por uma cidade estrangeira justamente no horário em que sua atividade intestinal estava programada para ocorrer, em virtude de um tratamento médico, leu a palavra “*Klosetthaus* [casa de banheiros]” num grande letreiro no primeiro andar de um prédio comercial alto; sua satisfação mesclou-se, sem dúvida, com uma certa surpresa ante a localização insólita do

benéfico estabelecimento. No momento seguinte, porém, a sua satisfação desapareceu, pois o letrado, corretamente lido, dizia “*Korsetthaus* [casa de espartilhos]”.

(10) Num segundo grupo de casos, é muito maior a participação do texto no lapso de leitura. Ele contém algo que mexe com as defesas do leitor - alguma comunicação ou exigência que lhe é penosa - e que, por isso mesmo, é corrigida pelo lapso de leitura, no sentido de um repúdio ou uma realização de desejo. Nesse casos, evidentemente, somos forçados a presumir que, de início, o texto foi corretamente entendido e julgado pelo leitor, antes de passar pela retificação, embora sua consciência nada tenha sabido dessa primeira leitura. O exemplo (3), algumas páginas atrás [em [1]], é desse tipo; e aqui incluo um outro, muito atual, narrado por Eitingon (1915), que na época estava no hospital militar de Igló.

“O tenente X., que está em nosso hospital sofrendo de uma neurose traumática de guerra, lia para mim certo dia um poema de Walter Heymann, tão prematuramente morto em combate, e, com visível emoção, assim leu os versos finais da última estrofe:

Wo aber steht's geschrieben, frag' ich, dass von allenIch übrig bleiben soll, ein anderer für mich fallen?Wer immer von euch fällt, der stirbt gewiss für mich;Und ich soll übrig bleiben? *Warum denn nicht?* [Mas onde está escrito, pergunto, que de todosDevo eu sobreviver, que outro há de cair por mim?O que tomba dentre vós, decerto é por mim que morre;E devo eu permanecer? *Por que não?*]

“Com a atenção despertada por minha surpresa e parecendo um pouco confuso, ele leu então corretamente o último verso:

Und ich soll übrig bleiben? *Warum denn ich?*

[E devo eu permanecer? *Por que eu?*]

“Devo ao caso X certo discernimento analítico sobre o material psíquico dessas ‘neuroses traumáticas de guerra’ e, apesar das condições vigentes numhospital militar, com sua intensa sobrecarga e sua escassez de médicos - circunstâncias tão desfavoráveis para nossa maneira de trabalhar -, foi-me possível enxergar um pouco além das explosões de granadas, levadas em tão alta conta como ‘causa’ da doença.

“Também nesse caso havia os tremores intensos que dão aos casos pronunciados dessas neuroses uma semelhança que é tão notável à primeira vista, bem como inquietação, tendência ao choro e propensão a acessos de raiva, acompanhados de manifestações motoras

infantis convulsivas, e a vômitos (‘ante a menor excitação’).

“A natureza psicogênica deste último sintoma, sobretudo por sua contribuição para o lucro secundário da doença, não podia deixar de se evidenciar a todos: o aparecimento, na enfermaria, do comandante do hospital, que de tempos em tempos inspecionava os convalescentes, ou a observação de algum conhecido na rua - ‘Você está mesmo com ótimo aspecto, certamente já deve estar bom’ - eram o bastante para desencadear um acesso imediato de vômito.

“Curado... voltar à ativa ... por que eu?”

(11) O Dr. Hanns Sachs (1917) relatou outros casos de lapsos “de guerra” na leitura:

“Um conhecido muito próximo me declarara repetidamente que, quando chegasse sua vez de ser convocado, não se valeria de sua formação profissional, atestada por um diploma, e renunciaria a qualquer direito que isso lhe assegurasse de obter emprego na retaguarda, alistando-se para lutar na frente de batalha. Pouco antes da chegada efetiva da data da convocação, ele me disse um dia, da maneira mais lacônica possível e sem fornecer maiores razões, que submetera as provas de sua formação superior às autoridades competentes e, por conseguinte, logo seria designado para um cargo na indústria. No dia seguinte, encontramos casualmente numa repartição pública. Eu estava diante de uma escrivania e escrevia; ele entrou, olhou por um momento por cima de meu ombro e disse: ‘Ah! a palavra ali em cima é “*Druckbogen* [prova tipográfica]” - eu a tinha lido como se fosse ‘*Drückeberger* [covarde]’.”

(12) “Sentado no bonde, eu ia refletindo sobre o fato de que muitos de meus amigos da juventude, sempre considerados frágeis e sem energia, eram agora capazes de suportar os trabalhos mais estafantes, aos quais, com toda certeza, eu sucumbiria. Em meio a essa desagradável seqüência de pensamentos, li de passagem, sem prestar muita atenção, as grandes letras pretas do letreiro de uma firma: ‘*Constituição de ferro*’ [*Eisenkonstitution*]. Passado um momento, ocorreu-me que essa palavra não era muito própria do letreiro de uma empresa comercial; virei-me rapidamente e ainda consegui dar uma olhadela na inscrição, vendo que de fato dizia ‘*Construção de ferro*’ [*Eisenkonstruktion*]’.” (Sachs, *ibid.*)

(13) “Nos jornais vespertinos saiu um despacho da agência Reuter, que logo se revelou incorreto, comunicando que Hughes fora eleito presidente dos Estados Unidos. Seguiu-se a isso um breve relato de carreira do suposto presidente, onde deparei com a informação de que Hughes se havia formado na Universidade de *Bonn*. Pareceu-me estranho que esse fato não tivesse sido mencionado nos debates jornalísticos de todas as semanas que antecederam o dia da eleição. Olhando melhor, vi que de fato o texto só fazia referência à Universidade

Brown [em Providence, Rhode Island, Estados Unidos]. Esse caso crasso, em que a produção do lapso de leitura tornara necessária uma distorção bastante violenta, esclareceu-se, afora minha pressa em ler o jornal, principalmente por eu considerar desejável que a simpatia do novo presidente pelas potências centrais européias, como base de boas relações futuras, se fundamentasse também em motivos pessoais, além dos motivos políticos.” (Sachs, *ibid.*)

(B) LAPSOS DE ESCRITA

(1) Numa folha de papel contendo breves anotações diárias, a maioria de interesse profissional, fiquei surpreso ao encontrar entre as datas corretas do mês de setembro a data erroneamente anotada de “quinta-feira, 20 de outubro”. Não é difícil esclarecer essa antecipação - e esclarecê-la como a expressão de um desejo. Poucos dias antes, eu voltara refeito de minha viagem de férias e me sentia disposto para abundantes afazeres médicos, mas o número de pacientes ainda era reduzido. Na chegada eu encontrara uma carta de uma paciente dizendo que viria no dia 20 de outubro. Ao fazer uma anotação nesse mesmo dia, porém em setembro, é bem possível que tenha pensado: “X. já deveria estar aqui; que pena desperdiçar um mês inteiro!”, e com isso em mente antecipei a data em um mês. Nesse caso, dificilmente se pode chamar o pensamento perturbador de escandalizante; por esse motivo pude saber da solução do lapso de escrita assim que o notei. - No outono do ano seguinte, cometi outro lapso de escrita inteiramente análogo, que teve motivos semelhantes. - Ernest Jones [1911b] fez um estudo desses lapsos na redação de datas e, na maioria dos casos, foi-lhe fácil reconhecer que tinham motivações [psicológicas].

(2) Eu havia recebido as provas de minha contribuição ao *Jahresbericht für Neurologie und Psychiatrie* e, naturalmente, precisava fazer a revisão dos nomes dos autores com um cuidado especial, já que eles eram de diversas nacionalidades e por isso costumavam causar enormes dificuldades ao tipógrafo. De fato encontrei muitos nomes de som estrangeiro que ainda precisavam ser corrigidos, mas, curiosamente, havia um nome que o tipógrafo corrigira *aperfeiçoando* meu manuscrito, e com total acerto. Eu havia escrito “Buckrhard”, enquanto o tipógrafo adivinhou que seria “Burckhard”. De fato, eu elogiara como muito meritório o ensaio de um obstetra com esse nome sobre a influência do parto na gênese das paralisias infantis, e não tinha consciência de nenhuma objeção contra esse autor; mas ele

tinha o mesmo nome de um escritor de Viena que me aborrecera com sua resenha poucointeligente de meu livro *A Interpretação dos Sonhos*. É exatamente como-se, ao escrever o nome Burckhard para designar o obstetra, eu tivesse tido um pensamento hostil sobre o outro Burckhard, o escritor, pois a distorção dos nomes, com muita freqüência, é um meio de insultar seus portadores, como já assinalei [em. [1]] a propósito dos lapsos da fala.

(3) Essa afirmação é muito claramente confirmada por uma auto-observação de Storfer (1914) em que o autor expõe com franqueza louvável os motivos que o fizeram lembrar-se erroneamente do nome de um pretense concorrente e, em seguida, escrevê-lo de maneira deturpada.

“Em dezembro de 1910, vi na vitrine de uma livraria em Zurique um livro recém-surgido do Dr. Eduard *Hitschmann* sobre a teoria das neuroses, de Freud. Justamente nessa época, eu estava trabalhando no manuscrito de uma conferência que estava prestes a proferir numa associação acadêmica sobre os princípios básicos da psicologia de Freud. Na introdução já redigida da conferência, eu me referira ao desenvolvimento histórico da psicologia freudiana a partir de suas pesquisas no campo da psicologia aplicada, a certas dificuldades daí decorrentes para se fornecer uma exposição resumida de seus princípios básicos, e também ao fato de que até então ainda não havia surgido nenhuma exposição geral. Quando vi o livro (cujo autor me era ainda desconhecido) na vitrine, inicialmente não pensei em comprá-lo. Entretanto, alguns dias depois resolvi fazê-lo. Mas o livro já não estava na vitrine. Mencionei ao livreiro a obra recém-publicada e indiquei como autor o ‘Dr. Eduard *Hartmann*’. O livreiro me corrigiu: ‘O senhor quer dizer *Hitschmann*’, e trouxe o livro.

“O motivo inconsciente do ato falho era óbvio. De certa maneira, eu me atribuíra o mérito de ter compilado os princípios básicos da teoria psicanalítica, e é evidente que encarava o livro de Hitschmann com inveja e aborrecimento, já que ele tirava parte de meu mérito. Disse a mim mesmo, segundo a *Psicopatologia da Vida Cotidiana*, que a alteração do nome fora um ato de hostilidade inconsciente. Na ocasião, dei-me por satisfeito com essa explicação.

“Algumas semanas depois, anotei esse ato falho. Nessa oportunidade, perguntei-me ainda por que o nome Eduard Hitschmann se alterara justamente para Eduard *Hartmann*. Teria eu sido levado ao nome do célebre filósofo apenas por sua semelhança com o outro? Minha primeira associação foi a lembrança de uma declaração que ouvi certa vez do professor Hugo von Meltzl, admirador entusiástico de Schopenhauer, quedizia aproximadamente o

seguinte: ‘Eduard con Hartmann é um Schopenhauer mal-interpretado, um Schopenhauer virado pelo avesso.’ A tendência afetiva que havia determinado a formação substitutiva para o nome esquecido fora, portanto: ‘Ora, provavelmente não haverá grande coisa nesse Hitschmann e em sua exposição resumida; ele deve estar para Freud assim como Hartmann para Schopenhauer.’

“Como disse, eu havia anotado esse caso de esquecimento [psicologicamente] determinado com troca da palavra esquecida por um substituto.

“Seis meses depois, deparei com a folha de papel em que fizera a anotação. Observei então que, em vez de Hitschmann, eu escrevera *Hintschmann* o tempo todo.”

(4) Eis o que parece ser um lapso de escrita mais grave, que eu talvez pudesse ter classificado com igual direito entre os “equivocos na ação” [Capítulo VIII]:

Eu pretendia retirar da Caixa Econômica Postal a quantia de 300 coroas, que queria remeter a um parente ausente para tratamento médico. Notei então que o saldo de minha conta era de 4.380 coroas e decidi reduzi-lo, nessa oportunidade, para a soma redonda de 4.000 coroas, que não deveria ser tocada no futuro próximo. Depois de preencher devidamente o cheque e cortar os números correspondentes à quantia, percebi de repente que não havia solicitado as 380 coroas, como pretendia, mas exatamente 438 coroas, e fiquei abismado com a infidedignidade de minha conduta. Logo percebi que meu espanto era injustificado: eu não ficara mais pobre do que já era antes. Mas foi preciso um bocado de reflexão para descobrir que influência havia perturbado minha intenção inicial, sem se revelar a minha consciência. A princípio, rumei por caminhos falsos; tenti subtrair 380 de 438, mas depois não soube o que fazer com a diferença. Por fim, ocorreu-me uma idéia repentina que me mostrou a verdadeira relação. Ora, 438 correspondiam a *dez por cento* do saldo total de 4.380 coroas! E um desconto de dez por cento é o que se obtém dos *livreiros*. Lembrei-me que, alguns dias antes, eu separara alguns livros de medicina em que já não estava interessado para oferecê-los a um livreiro por exatamente 300 coroas. Ele achou alto demais o preço que eu pedira e prometeu dar-me uma resposta definitiva dentro de alguns dias. Se ele aceitasse minha oferta, reporia a quantia exata que eu estava para gastar com o enfermo. Não há dúvida de que eu lamentava fazer essa despesa. O afeto que me deixou a percepção de meu erro se compreende melhor como um medo de ficar pobre por causa dessas despesas. Mas ambos os sentimentos, o pesar pelo gasto e a angústia de empobrecer ligada a ele, eram inteiramente estranhos a minha consciência; eu não tivera nenhum sentimento de pesar ao prometer essa soma, e teria considerado risível sua motivação. É provável que jamais me acreditasse capaz de tal emoção, não fosse por estar bastante familiarizado, através de minha prática psicanalítica com os pacientes, com o papel desempenhado pelo recalco na vida anímica, e não fosse por ter tido, dias antes, um sonho

que exigia a mesma solução.

(5) Segundo Wilhelm Stekel, cito o seguinte caso, cuja autenticidade também posso garantir.

“Um exemplo simplesmente incrível de lapso de escrita e lapso de leitura ocorreu na redação de um semanário muito difundido. Seus proprietários tinham sido publicamente chamados de ‘venais’; evidentemente, fazia-se necessário escrever um artigo de repúdio e defesa. E foi o que se fez - com grande ardor e grande ênfase. O redator-chefe leu o artigo, enquanto o autor obviamente o leu várias vezes no manuscrito e, depois, novamente na prova tipográfica; todos estavam plenamente satisfeitos. De repente, vem o revisor e aponta um pequeno erro que havia escapado à atenção de todos. Ali estava, escrito com toda clareza: ‘Nossos leitores são testemunhas de que sempre agimos da maneira mais *interessada* pelo bem da comunidade.’ É óbvio que a redação deveria ser ‘da maneira mais *desinteressada*’. Mas os verdadeiros pensamentos irromperam com força elementar no comovido discurso.

(6) Uma leitora do *Pester Lloyd*, a senhora Kata Levy, de Budapeste, deparou recentemente com uma demonstração involuntária de franquezasemelhante a essa num telegrama de Viena, publicado no jornal de 11 de outubro de 1918:

“Com base na completa confiança mútua que tem prevalecido entre nós e nossos aliados alemães durante toda a guerra, pode-se ter certeza de que as duas potências hão de chegar a decisões unânimes na totalidade dos casos. É desnecessário mencionar expressamente que também na presente fase tem havido uma cooperação ativa e *descontínua* entre os diplomatas aliados.”

Passadas apenas algumas semanas, foi possível pronunciar-se com maior franqueza sobre essa “confiança mútua”, não mais havendo necessidade de refugiar-se num lapso de escrita (ou num erro de imprensa).

(7) Um americano residente na Europa, que deixara sua mulher em meio a um desentendimento, achou que agora poderia reconciliar-se com ela e lhe pediu que atravessasse o oceano e fosse ter com ele em determinada data. “Seria esplêndido”, escreveu ele, “que, como eu, você pudesse vir no *Mauretania*.” Mas não ousou enviar a folha onde constava essa frase. Preferiu escrevê-la de novo. É que ele não queria que ela reparasse na correção que fora preciso fazer no nome do navio. Inicialmente, ele escrevera mesmo “*Lusitania*”.

Esse lapso de escrita não requer explicação, interpreta-se com perfeita clareza. Mas um

feliz acaso nos permite acrescentar mais um detalhe: antes da guerra, sua mulher visitara a Europa pela primeira vez por ocasião da morte de sua única irmã. Se não me engano, o *Mauretania* é a nave-irmã sobrevivente do *Lusitania*, afundado durante a guerra.

(8) Um médico havia examinado uma criança e estava escrevendo a receita, que incluía a palavra “*alcohol*”. Enquanto o fazia, a mãe da criança o importunava com perguntas disparatadas e desnecessárias. Ele decidiu intimamente não se irritar com isso e conseguiu realizar esse propósito, mas cometeu um lapso de escrita enquanto era perturbado. Em vez de *alcohol*, lia-se na receita *achol*.

(9) O exemplo seguinte, relatado por Ernest Jones [1911b, 501] sobre A.A., Brill, tem uma afinidade de conteúdo e por isso é aqui inserido. Embora seja, de hábito, totalmente abstêmio, ele se deixou persuadir por um amigo a beber um pouco de vinho. Na manhã seguinte, uma violenta dor de cabeça deu-lhe motivo para lamentar sua transigência. Coube-lhe escrever o nome de uma paciente, que era *Ethel*, e, em vez disso, escreveu *Ethyl*. É claro que também se deve levar em conta que a dama costumava beber mais do que lhe convinha.

(10) Já que um lapso de escrita por parte de um médico, ao escrever uma receita, tem uma importância que vai muito além do costumeiro valor prático dos atos falhos [em [1]], aproveito esta oportunidade para relatar na íntegra a única análise já publicada desse lapsos cometidos por médicos:

Do Dr. Eduard Hitschmann (1913b): “Contou-me um colega que, no decorrer dos anos, cometeu várias vezes um erro ao receitar certo medicamento a suas pacientes de idade avançada. Em duas ocasiões, receitou uma dose dez vezes maior do que a correta e em seguida viu-se obrigado, ao se aperceber disso repentinamente, com extrema angústia ante a idéia de ter prejudicado sua paciente e ter-se exposto a um enorme transtorno, a tomar medidas apressadas para recuperar a receita. Esse curioso ato sintomático merece ser esclarecido por uma descrição mais exata de cada caso e por uma análise.

“Primeiro caso: Ao tratar de uma pobre mulher já no limiar da senectude, o médico receitou, contra uma constipação espasmódica, uma dose dez vezes mais forte de supositórios de beladona. Ele deixou o ambulatório e, já em casa, cerca de uma hora depois, enquanto lia o jornal e tomava o café da manhã, seu erro de repente lhe ocorreu; dominado pela angústia, ele correu primeiro ao ambulatório para conseguir o endereço da paciente, e de lá foi às pressas para a casa dela, que ficava muito afastada. Ficou radiante ao constatar que a velhinha ainda não mandara aviar a receita e voltou aliviado para casa. A desculpa que deu a si mesmo nessa ocasião, não sem justificativa, foi que o chefe do ambulatório, muito conversador, ficara olhando por sobre seu ombro enquanto ele escrevia a receita e o

havia distraído.

“Segundo caso: O médico teve de se afastar a contragosto da consulta a uma bela paciente, coquete e provocadora, para fazer uma visita médica a uma velha solteirona. Tomou um táxi, pois não dispunha de muito tempo para essa visita; é que, em certo horário, tinha combinado encontrar-se em segredo com uma jovem a quem amava, perto da casa dela. Também aqui havia uma indicação de beladona por causa de queixas análogas às do primeiro caso. Mais uma vez, ele cometeu o erro de receitar uma dose dez vezes mais forte do medicamento. A paciente trouxe à baila um assunto de certo interesse, mas que não vinha ao caso, e o médico mostrou impaciência, embora a negasse com suas palavras, e deixou a paciente, conseguindo comparecer a tempo ao encontro marcado. Uma doze horas depois, por volta das sete da manhã, o médico acordou; quase simultaneamente, vieram-lhe à consciência seu lapso de escrita e um sentimento de angústia, e ele enviou às pressas um recado à paciente, na esperança que o remédio ainda não tivesse sido retirado da farmácia, pedindo que a receita lhe fosse devolvida para que pudesse revê-la. Ao recebê-la, porém, constatou que o medicamento já fora aviado; com resignação estóica e com o otimismo nascido da experiência, dirigiu-se à farmácia, onde o farmacêutico o tranqüilizou, explicando que, naturalmente (ou, quem sabe, também por engano?), preparara o medicamento numa dose menor.

“Terceiro caso: O médico queria receitar uma mistura de *Tinct. belladonnae e Tinct. opii*, em dose inofensiva, para sua tia idosa, irmã de sua mãe. A receita foi imediatamente levada à farmácia pela empregada. Pouquíssimo tempo depois, ocorreu ao médico que ele escrevera ‘extrato’ em vez de ‘tintura’, e logo em seguida o farmacêutico telefonou para interpelá-lo sobre esse erro. O médico desculpou-se com o falso pretexto de que não havia terminado a receita, que fora retirada às pressas de sua mesa, inesperadamente, e portanto a culpa não era dele.

“Esses três erros de escrita têm em comum os seguintes pontos destacados: até agora, isso só aconteceu ao médico com esse exato medicamento; em todas as vezes, tratou-se de uma paciente feminina muito idosa, e todas as vezes a dose foi *forte demais*. Uma curta análise evidenciou que a relação do médico com sua mãe deve ter tido importância decisiva. De fato, ocorreu-lhe que, em certa ocasião - e é extremamente provável que tenha sido antes desses atos sintomáticos -, ele prescrevera essa mesma receita para sua mãe, que era também uma mulher idosa, receitando uma dose de 0,03, embora estivesse mais familiarizado com a dose usual de 0,02; e isso, segundo disse a si mesmo, para ajudá-la de maneira radical. A reação da frágil mãe ao medicamento foi uma congestão cefálica e uma secura desagradável na garganta. Ela se queixou disso, aludindo num meio-gracejo aos riscos que podem advir da consulta com um filho. De fato, houve outras ocasiões em que sua mãe, que aliás era filha de médico, fez objeções parecidas, em tom meio jocoso, aos medicamentos ocasionalmente recomendados pelo filho médico, e falou em envenenamento.

“Tanto quanto este autor pôde entender as relações desse filho com sua mãe, não há dúvida de que ele é um filho instintivamente amoroso, mas sua avaliação intelectual da mãe e seu respeito pessoal por ela não são nada exagerados. Ele mora na mesma casa com um irmão um ano mais moço e com a mãe, e há anos sente essa convivência como um entrave a sua liberdade erótica, mas sabemos pela experiência psicanalítica que se costuma abusar de tais argumentos como desculpa para um comprometimento [incestuoso] interno. O médico aceitou essa análise, ficando razoavelmente satisfeito com a explicação, e sugeriu, sorrindo, que a palavra ‘*belladonna*’ (i.e. mulher bonita) também poderia conter uma referência erótica. Ocasionalmente, ele próprio já havia utilizado esse remédio.”

A meu ver, os atos falhos graves como esse se dão exatamente da mesma maneira que os de cunho inofensivo que costumamos investigar.

(11) O próximo lapso de escrita, relatado por Sándor Ferenczi, há de ser considerado particularmente inocente. Pode-se interpretá-lo como um ato de condensação proveniente da impaciência (veja-se o lapso da fala “Der Apfe”, em [1]); e tal concepção poderia ser mantida se uma análise aprofundada da ocorrência não revelasse um fator perturbador mais poderoso:

“”Isso condiz com a *Anektode*’, escrevi certa vez em meu caderno de anotações. Naturalmente, queria dizer ‘*Anekdote* [anedota]’, e era a do cigano condenado à morte [*Tode*], que pediu a graça de poder escolher pessoalmente a árvore em que seria enforcado. (Embora procurasse com afinco, não conseguiu encontrar nenhuma árvore adequada.)”

(12) Por outro lado, existem ocasiões em que o mais insignificante lapso de escrita pode expressar um perigoso sentido secreto. Conta um correspondente anônimo:

“Terminei uma carta com estas palavras: ‘Herzlichste Grüsse an Ihre Frau Gemahlin und *ihren* Sohn.’ Quando ia colocando a folha no envelope, reparei no erro cometido na primeira letra de ‘*ihren*’ e o corriji. Ao voltar para casa depois de minha última visita a esse casal, a dama que me acompanhava observou que o filho tinha uma semelhança notável com um amigo da família, e seguramente seria filho dele.”

(13) Uma dama enviou à irmã algumas linhas com votos de felicidades por sua mudança para uma casa nova e espaçosa. Uma amiga que estava presente reparou que a autora da carta pusera nesta o endereço errado, que nem sequer correspondia ao da casa que a irmã tinha acabado de deixar, mas à primeira casa que ela tivera logo depois de casar e de onde se mudara há muito tempo. A amiga chamou-lhe a atenção para o lapso. “Você tem razão”, teve ela de confessar: “mas como foi que cheguei a isso? Por que agi assim?” “É provável”, disse a amiga, “que você esteja com inveja da casa grande e bonita que ela terá agora, enquanto você mesma se sente num espaço apertado, e por isso a recolocou na primeira casa, onde ela não estava melhor do que você.” “Certamente sinto inveja da nova casa dela”, confessou a outra com franqueza, e acrescentou: “Que pena a gente ser sempre tão mesquinha nessas coisas!”

(14) Ernest Jones [1911b, 499] relata o seguinte lapso de escrita que lhe foi fornecido por A.A. Brill:

“Um paciente enviou ao Dr. Brill um texto em que se empenhava em atribuir seu nervosismo a suas preocupações e inquietações com seus negócios durante uma crise do algodão: ‘Todos os meus problemas se devem a essa maldita onda de frio [*frigid wave*]; não existem nem mesmo sementes.’ (Por ‘*wave*’, naturalmente, ele pretendia referir-se a uma onda, uma tendência do mercado financeiro.) Na realidade, porém, o que escreveu não foi ‘onda’, mas sim ‘mulher’ [*frigid wife*]. No fundo de seu coração ele abrigava ressentimentos contra a mulher por sua frieza conjugal e por não lhe ter dado filhos, e não estava longe de reconhecer que sua vida de abstinência forçada desempenhava um grande papel na causação de seus sofrimentos.”

(15) Conta o Dr. R. Wagner (1911) a seu próprio respeito:

“Ao reler um velho caderno de apontamentos, percebi que, na pressa de fazer as anotações, eu cometera um pequeno lapso. Em vez de ‘*Epithel* [epitélio]’, havia escrito ‘*Edithel*’. Acentuando a primeira sílaba, tem-se o diminutivo de um nome de mulher. A análise retrospectiva é bastante simples. Na época em que cometi o lapso, meu conhecimento da portadora desse nome era muito superficial, e só bem mais tarde é que se transformou num relacionamento íntimo. O lapso de escrita é, portanto, um belo exemplo de irrupção da atração inconsciente que senti por ela numa época em que eu mesmo não tinha a menor idéia disso, e a forma escolhida do diminutivo caracterizou, ao mesmo tempo, a natureza dos sentimentos concomitantes.”

(16) Da Dra. von Hug-Hellmuth (1912):

“Um médico receitou a uma paciente ‘*Leviticowasser* [água levítica]’, em vez de

“*Levicowasser*”. Esse erro, que deu a um farmacêutico uma bela oportunidade para tecer comentários desfavoráveis, pode facilmente ser encarado de maneira mais benévola quando se buscam suas possíveis motivações do inconsciente, e quando se está disposto a conceder-lhes certa plausibilidade - ainda que sejam apenas conjecturas subjetivas de alguém que não conhece o médico de perto. A despeito de recriminar seus pacientes numa linguagem um tanto dura por seus hábitos alimentares pouco racionais - de fazer-lhes sermões [*die Leviten Lesen*], por assim dizer -, esse médico gozava de grande popularidade, de modo que sua sala de espera ficava lotada antes e durante os horários de consulta; e isso justificava seu desejo de que os pacientes já atendidos se vestissem o mais depressa possível - *vite, vite* [‘rápido, rápido’, em francês]. Se bem me lembro, sua mulher era francesa de nascimento, o que confere certo apoio a minha hipótese aparentemente muito ousada de que ele usasse justamente o *francês* em seu desejo de que os pacientes tivessem maior agilidade. Aliás, é hábito de muitas pessoas recorrerem a palavras estrangeiras para expressar esses desejos: meu próprio pai nos apressava em nossos passeios, quando crianças, exclamando *avanti gioventú* [‘avante, juventude’, em italiano] ou *marchez au pas* [‘em frente, marche’, em francês]; já um médico muito idoso com quem estive em tratamento por uma afecção da garganta quando menina, costumava tentar inibir meus movimentos, que lhe pareciam rápidos demais, murmurando um tranqüilizante *piano, piano* [‘devagar, devagar’, em italiano]. Assim, parece-me muito plausível que também o outro médico tivesse o mesmo hábito e assim cometesse o lapso de escrita, usando *Levicowasser* em vez de *Levicowasser*.”

O mesmo texto contém outros exemplos extraídos de lembranças da juventude da autora (“*frazösisch*” em vez de “*französisch*” e um lapso na redação do nome “Karl”).

(17) Sou grato ao Sr. J.G., que também contribuiu com um exemplo já mencionado, pelo seguinte relato de um lapso de escrita cujo conteúdo éidêntico ao de um famoso chiste de mau gosto, mas do qual estava definitivamente excluída qualquer intenção de fazer piada:

“Quando era paciente de um sanatório (de doenças pulmonares), fiquei sabendo, para meu pesar, que a mesma doença que me forcara a buscar tratamento numa casa de saúde fora constatada num parente próximo. Numa carta a esse parente, recomendei-lhe que consultasse um especialista, um professor famoso com quem eu mesmo estava em tratamento e de cuja autoridade médica estava plenamente convencido, ao mesmo tempo que tinha todas as razões para me queixar de sua falta de cortesia: pouco tempo antes, o referido professor se recusara a lavrar-me um atestado que tinha grande importância para mim. Em sua resposta a minha carta, meu parente chamou-me a atenção para um lapso da pena que me divertiu muitíssimo, posto que reconheci sua causa de imediato. Em minha carta eu usara a seguinte frase: ‘... assim, eu o aconselho *insultar* sem demora o Professor X.’ É claro que pretendia escrever *consultar*. Talvez eu deva assinalar que meus conhecimentos de latim e francês excluem a possibilidade de explicar isso como um erro devido à ignorância.”

(18) As omissões na redação, naturalmente, podem ser avaliadas da mesma maneira que os lapsos de escrita. Dattner (1911) relatou um curioso exemplo de “ato falho histórico”. Num dos artigos do acordo ajustado entre a Áustria e a Hungria no ano de 1867 sobre as obrigações financeiras de ambos os Estados, a palavra “efetivo” foi omitida da tradução húngara, e Dattner considera provável que a tendência inconsciente dos redatores do legislativo húngaro a concederem o mínimo possível de vantagens à Áustria tenha contribuído para essa omissão.

Temos também todos os motivos para supor [1] que as repetições muito frequentes de uma mesma palavra ao escrever ou copiar - as “perseverações” - não deixam de ter sentido. Se a pessoa que escreve repete uma palavra que já escreveu, talvez queira assinalar com isso que não lhe foi fácil livrar-se dela, que poderia ter dito algo mais nesse ponto, mas que o omitiu, ou coisa semelhante. A perseveração ao copiar parece substituir a exteriorização de um “eu também”. Tive em mãos extensos pareceres médico-legais que exibiam perseverações do copista em trechos particularmente importantes, as quais se poderiam interpretar como se ele, entediado com seu papel impessoal, introduzisse seu próprio comentário: “É exatamente o meu caso”, ou “o mesmo acontece conosco”.

(19) Além disso, nada nos impede de tratar os erros de impressão como “lapsos de escrita” do tipógrafo e de considerá-los [psicologicamente] motivados em sua grande maioria. Não me empenhei em fazer uma coleção sistemática desses atos falhos, que poderia ser muito divertida e instrutiva. Na obra a que já me referi diversas vezes, Jones [1911b, 503-4] dedicou uma seção especial aos erros de impressão.

Às vezes, também as distorções [1] no texto de telegramas podem ser entendidas como erros de redação do telegrafista. Nas férias de verão recebi de meus editores um telegrama cujo texto era ininteligível. Dizia: “Vorräte erhalten, Einladung X. dringend.” [“Mantimentos recebidos, convite X urgente.”] A solução do enigma partiu do nome X. mencionado no telegrama. X. era o nome do autor de um livro para o qual eu devia escrever uma “*Einleitung* [introdução]”. Essa “*Einleitung*” é que se transformara em “*Einladung* [convite]”. Pude então lembrar-me de que, dias antes, eu enviara a meus editores um prefácio [*Vorrede*] para outro livro, cujo recebimento era assim confirmado. O texto correto provavelmente seria: “Vorrede erhalten, Einleitung X. dringend.” [Prefácio recebido, introdução X. urgente.] Podemos supor que tenha sido vítima de uma elaboração pelo complexo de fome do telegrafista, na qual, aliás, as duas metades da frase ficaram numa concatenação mais estreita do que tencionara o remetente. A propósito, esse é um belo exemplo da “elaboração secundária” cuja ação podemos reconhecer na maioria dos sonhos.

A possibilidade de “erros de impressão tendenciosos” foi discutida por Herbert Silberer (1922).

(20) Ocasionalmente, outros autores apontaram erros de impressão cuja tendenciosidade não é fácil de contestar, como, por exemplo, o artigo de Storfer “O Demônio Político dos Erros de Impressão” (1914) e sua pequena nota (1915) que aqui reproduzo:

“Um erro de impressão político se encontra no número de *März* de 25 de abril deste ano. Uma carta vinda de Argirocastro reproduzia alguns comentários feitos por Zographos, o líder dos epirotas insurretos na Albânia (ou, caso se prefira, o presidente do Governo Independente do Epiro). Ela incluía a seguinte frase: ‘Creiam-me: um Epiro autônomo seria do mais profundo interesse para o Príncipe Wied. Nele, ele poderia apelar-se [*“sich stürzen”*, erro de impressão em lugar de *“sich stützen”*, “apoiar-se”]. Mesmo sem esse erro de impressão fatal, o príncipe da Albânia sem dúvida está bem ciente de que a aceitação do apoio [*“Stütze”*] oferecido pelos epirotas significaria sua queda [*“Sturz”*].”

(21) Eu mesmo li recentemente, num de nossos jornais de Viena, um artigo cujo título - “A Bukovina sob Domínio *Romeno*” - deveria no mínimo ser chamado de prematuro, já que, na época, a Romênia ainda não se declarara inimiga. Pelo conteúdo do artigo, ficou bem claro que a palavra deveria ter sido “russo”, e não “romeno”, mas o próprio censor parece ter achado a frase tão pouco surpreendente que até a ele passou despercebido o erro de impressão.

É difícil evitar a suspeita de um erro de imprensa “político” ao se deparar com o seguinte erro “ortográfico” numa circular da célebre companhia editora (antes editora imperial e real) de Karl Prochaska, em Teschen:

“Por decisão das potências da *Entente*, que fixa a fronteira no Rio Olsa, não só a Silésia, mas também Teschen, foram divididas em duas partes, das quais uma *zuviel* à Polônia e outra à Tchecoslováquia.”

Certa vez, Theodor Fontane foi obrigado a se defender, de maneira divertida, de um erro de impressão demasiadamente carregado de sentido. Em 29 de março de 1860, escreveu a seu editor, Julius Springer:

“Prezado Senhor.

“Parece que estou destinado a não ver a realização de meus modestos desejos. Uma olhadela nas provas que estou anexando lhe esclarecerá o que quero dizer. Além disso, enviaram-me um *único* jogo de provas, apesar de eu precisar de dois, pelas razões já fornecidas antes. E meu pedido de que a primeira via me fosse devolvida para nova revisão

- com especial cuidado pelas palavras e frases em inglês - não foi atendido. Isso me é muito importante. Por exemplo, na página 27 das provas atuais, uma cena entre John Knox e a Rainha contém as palavras: ‘worauf Maria aasrief.’ Diante de um erro tão fulminante, seria um alívio saber que ele realmente foi eliminado. O lamentável ‘aas’ em vez de ‘aus’ torna-se ainda pior por não haver dúvida de que ela (a rainha) há de tê-lo chamado assim em seu íntimo.

“Atenciosamente, Theodor Fontane.”

Wundt (1900, 374) dá uma explicação [1] digna de nota para o fato, facilmente confirmável de que é mais fácil cometer lapsos de escrita do que lapsos da fala. “No curso da fala normal, a função inibidora da vontade está continuamente voltada para harmonizar o curso das representações com os movimentos articulatórios. Se o movimento expressivo que acompanha as representações é retardado por causas mecânicas, como acontece ao escrever (...), torna-se particularmente fácil o surgimento de tais antecipações”.

A observação das condições em que ocorrem os lapsos de leitura dá margem a uma dúvida que não quero deixar de mencionar, porque, no meu entender, ela pode tornar-se o ponto de partida de uma investigação frutífera. É do conhecimento de todos que, freqüentemente, ao *ler em voz alta*, a atenção do leitor se afasta do texto e se volta para seus próprios pensamentos. Em decorrência desse desvio de sua atenção, ele é quase sempre incapaz, se interrompido e interrogado, de dizer o que leu. Portanto, estava lendo como que automaticamente, embora quase sempre de maneira correta. Não creio que, nessas condições, os lapsos de leitura se multipliquem acentuadamente. De fato, há toda uma série de funções que, segundo estamos acostumados a supor, são desempenhadas com maior exatidão quando executadas automaticamente - isto é, quase sem nenhuma atenção consciente. Daí parece decorrer que o fator da atenção dos lapsos da fala, da leitura e da escrita dever ser determinado de maneira diferente daquela descrita por Wundt (ausência ou redução da atenção). Os exemplos que submetemos à análise realmente não nos autorizam a supor que tenha havido uma redução quantitativa da atenção; encontramos algo que talvez não seja exatamente a mesma coisa: uma *perturbação* da atenção por um pensamento que se impõe e demanda consideração.

Entre os “lapsos da escrita” e o “esquecimento” [1] podemos inserir o caso da pessoa que esquece de apor sua assinatura. Um cheque não assinado é o mesmo que um cheque esquecido. No tocante ao sentido de tal esquecimento, citarei um trecho de romance que chamou a atenção do Dr. Hanns Sachs:

“Um exemplo muito instrutivo e transparente da segurança com que os escritores sabem empregar o mecanismo dos atos falhos e dos atos sintomáticos no sentido psicanalítico está

contido no romance *The Island Pharisees*, de John Galsworthy. A trama gira em torno das oscilações de um rapaz da classe média abastada entre sua profunda sensibilidade social e as atitudes convencionais de sua classe. O capítulo XXVI retrata a maneira com que ele reage à carta de um jovem vagabundo a quem, movido por sua concepção original da vida, ele havia socorrido em algumas ocasiões. A carta não contém nenhum pedido direto de dinheiro, mas sim a descrição de um estado de grande necessidade que não pode ter outro sentido. O destinatário inicialmente rejeita a idéia de jogar seu dinheiro fora num caso incorrigível, em vez de utilizá-lo para apoiar obras de caridade. ‘Estender a mão, dar um pouco de si mesmo, fazer um gesto de camaradagem ao próximo, independentemente de qualquer reivindicação, apenas por ele estar mal de vida, ora, que absurdo sentimental! Há que traçar um limite em algum lugar! Mas, enquanto murmurava para si mesmo essas conclusões, ouviu o protesto de sua sinceridade: ‘Tratante! Você só quer é conservar seu dinheiro, isso é tudo!’

“Escreveu então uma carta amistosa que terminava com estas palavras: ‘Estou anexando um cheque. Cordialmente, Richard Shelton.’

“”Antes que preenchesse o cheque, uma mariposa voando ao redor da vela distraiu sua atenção; ele a capturou, libertou-a do lado de fora e, nesse meio tempo, esqueceu que o cheque não fora incluído na carta.’ E ela foi despachada exatamente como estava.

“Entretanto, esse esquecimento tem uma motivação ainda mais sutil do que a irrupção da tendência egoísta aparentemente superada de poupar-se aquela despesa.

“Na quinta de seus futuros sogros, rodeado por sua noiva e mais os familiares e convidados dela, Shelton sente-se isolado; seu ato falho indica que ele anseia por seu protegido, que, por seu passado e sua concepção de vida, contrasta diametralmente com o grupo irrepreensível que o cerca, uniformemente estampado com o selo de uma única e mesma convenção. E, de fato, dias depois, já não podendo manter-se onde estava sem receber ajuda, chega o vagabundo para pedir esclarecimentos sobre as razões da ausência do cheque prometido.”

CAPÍTULO VII - O ESQUECIMENTO DE IMPRESSÕES E INTENÇÕES

Se alguém se sentir propenso a superestimar o estado de nosso atual conhecimento da vida anímica, recordar-lhe a função da memória será o bastante para forçá-lo a ser mais modesto. Até agora, nenhuma teoria psicológica conseguiu dar uma explicação coerente do fenômeno fundamental da lembrança e do esquecimento; de fato, uma dissecação completa do que realmente se pode observar mal chegou a ser iniciada. Hoje em dia, talvez o esquecimento se tenha tornado mais enigmático do que a lembrança, uma vez que o estudo dos sonhos e dos fenômenos patológicos nos ensinou que até mesmo algo que supúnhamos esquecido há muito tempo pode reassomar repentinamente na consciência. [1]

Já dispomos, é verdade, de alguns pontos de vista para os quais esperamos obter aceitação geral. Supomos que o esquecimento é um processo espontâneo ao qual se pode atribuir o requisito de um certo decurso de tempo. Enfatizamos que no esquecimento se produz uma certa seleção entre as impressões que nos são oferecidas, o mesmo acontecendo entre os detalhes da cada impressão ou experiência. Conhecemos algumas das condições para a preservação na memória e para a renovação daquilo que, de outro modo, seria esquecido. Não obstante, em inúmeras ocasiões da vida cotidiana podemos observar quão incompleto e insatisfatório é nosso conhecimento dessas condições. Basta ouvir duas pessoas que tenham recebido as mesmas impressões externas - que tenham feito uma viagem juntas, por exemplo [em [1]] - trocando lembranças algum tempo depois. O que permanece firme na memória de uma delas freqüentemente foi esquecido pela outra, como se nunca

tivesse acontecido; e isso acontece mesmo quando não há razão para supor que a impressão tenha sido psiquicamente mais significativa para uma do que para a outra. É óbvio que um grande número dos fatores que determinam a escolha daquilo que será lembrado ainda escapa a nosso entendimento.

Com o propósito de fazer uma pequena contribuição a nosso conhecimento dos determinantes do esquecimento, costumo submeter à análise psicológica os casos em que eu mesmo esqueço alguma coisa. Em regra geral, ocupo-me apenas de certo grupo desses casos, ou seja, aqueles em que o esquecimento me surpreende, já que, segundo minha expectativa, eu deveria saber a coisa em questão. Acrescento ainda que, em geral, não tenho tendência ao esquecimento (das coisas vivenciadas não das aprendidas!) e que, por um breve período de minha juventude, não me era impossível realizar algumas proezas mnêmicas extraordinárias. Em meus tempos de estudante, era natural para mim poder recitar de cor a página do livro que estivera lendo, e, pouco antes de entrar na universidade, eu conseguia anotar quase ao pé da letra, logo depois de ouvi-las, as conferências populares de conteúdo científico. No período de tensão que precedeu meu exame final de medicina, ainda devo ter utilizado o que me restava dessa capacidade, pois em alguns assuntos dei aos examinadores respostas quase automáticas que correspondiam fielmente às palavras do texto didático que eu folheara apenas uma vez, e com muita pressa.

Desde então, meu poder de dispor de meu patrimônio mnêmico foi-se deteriorando cada vez mais; contudo, até épocas muito recentes, tenho-me convencido de que, com a ajuda de um artifício, sou capaz de recordar muito mais do que eu mesmo consideraria possível. Quando, por exemplo, um paciente em meu horário de consultas declara que já o vi antes, ao passo que não consigo me lembrar nem do fato nem da época, recorro à adivinhação: deixo que me ocorra um número de anos e conto do presente para trás. Nos casos em que os registros ou alguma informação exata do paciente permitem um controle do que me ocorreu, fica demonstrado que raramente erro em mais de seis meses a cada dez anos. Uma experiência semelhante sucede quando encontro um conhecido distante e, por uma questão de cortesia, pergunto como vão indo seus filhinhos. Se ele descreve os progressos dos filhos, procuro deixar que me ocorra a idade atual da criança, verifico-a através das informações do pai e, no máximo, erro por um mês, ou, no caso de crianças mais velhas, por três meses, embora não saiba dizer em que foi que baseei essa estimativa. Ultimamente, tornei-me tão ousado que sempre forneço minha estimativa espontaneamente, sem risco de melindrar o pai ao expor minha ignorância sobre sua prole. Dessa maneira, amplio minha memória consciente invocando minha memória inconsciente, que é sempre muito mais rica.

Assim, citarei alguns exemplos *destacados* de esquecimento, a maioria observada em mim mesmo. Faço uma distinção entre o esquecimento de impressões e experiências, ou seja, de um saber, e o esquecimento de intenções, ou seja, da omissão de um fazer. Posso antecipar o resultado uniforme de toda a série de observações: *na totalidade dos casos, o*

esquecimento mostrou basear-se num motivo de desprazer.

(A) O ESQUECIMENTO DE IMPRESSÕES E CONHECIMENTOS

(1) Certo verão, minha mulher me deu um motivo, em si mesmo inocente, para ficar muito aborrecido. Estávamos sentados à *table d'hôte*, em frente a um senhor de Viena que eu conhecia e que, sem dúvida, também se lembrava de mim. Entretanto, eu tinha minhas razões para não renovar esse conhecimento. Minha mulher, que só ouvira o ilustre nome desse senhor, deixou transparecer com demasiada clareza que estava escutando a conversa dele com seu vizinho, pois, de tempos em tempos, voltava-se para mim com perguntas que retomavam o fio da conversa deles. Fui ficando impaciente e, por fim, irritado. Algumas semanas depois, eu me queixava com uma parenta sobre esse comportamento de minha mulher, mas não consegui recordar uma única palavra da conversa daquele senhor. Como sou normalmente bastante rancoroso e não consigo esquecer um só detalhe dos incidentes que me aborrecem, minha amnésia nesse caso foi provavelmente motivada pela consideração por minha esposa. Faz pouco tempo tornou a me ocorrer algo semelhante. Eu queria me divertir com um amigo íntimo a propósito de um comentário feito por minha mulher poucas horas antes, mas fui impedido de fazê-lo pela notável circunstância de ter esquecido por completo o comentário em questão. Tive de pedir a minha mulher que o relembresse. É fácil entender esse meu esquecimento como análogo à típica perturbação do julgamento a que estamos sujeitos quando se trata de nossos parentes mais próximos.

(2) Eu me havia comprometido a adquirir, para uma dama estrangeira em visita a Viena, um pequeno cofre portátil para guardar seus documentos e dinheiro. Quando me dispus a isso, tinha presente uma imagem visual incomumente vívida da vitrine de uma loja no centro da cidade onde tinha certeza de ter visto esses cofres. É verdade que não conseguia lembrar-me do nome da rua, mas estava certo de que encontraria a loja se andasse pelo centro da cidade, pois minha memória me dizia que eu passara por ela inúmeras vezes. Para minha irritação, porém, não consegui encontrar a vitrine com os cofrinhos, embora percorresse o centro da cidade em todas as direções. Não me restava outro recurso, pensei eu, senão consultar num catálogo os endereços de fabricantes de cofres, para então identificar, numa segunda caminhada pela cidade, a vitrine buscada. Mas não foi preciso tanto; entre os endereços indicados no catálogo havia um que reconheci imediatamente como o esquecido. Era verdade que eu havia passado inúmeras vezes por essa vitrine - a saber, todas as vezes em que visitara a família M., que há muitos anos reside no mesmo prédio. Desde que nossa estreita amizade cedeu lugar a um distanciamento total, habituei-me, sem me dar conta das razões disso, a evitar também aquela área e o prédio. Em meu passeio pela cidade à procura

da vitrine com os cofres, eu havia passado por todas as ruas das cercanias, menos aquela, evitada como se sobre ela pesasse uma proibição. É patente o motivo de desprazer responsável por minha desorientação nesse caso. O mecanismo do esquecimento, porém, não é tão simples aqui como no exemplo anterior. Minha aversão naturalmente não se voltava contra o fabricante de cofres, mas contra outra pessoa em quem eu não queria pensar, e desta última se transferiu para a ocasião em que produziu o esquecimento. O caso de “Burckhard” [em [1]] foi muito semelhante; meu rancor contra uma pessoa com esse nome provocou um lapso na escrita dele quando se referia a outra pessoa. O papel ali desempenhado pela identidade de sobrenomes, estabelecendo uma ligação entre dois círculos de pensamentos essencialmente diferentes, pôde ser substituído, no exemplo da vitrine, pela contigüidade espacial, pela proximidade inseparável. Aliás, este último caso estava mais firmemente encadeado; nele havia ainda uma segunda associação de conteúdo, pois o dinheiro tinha desempenhado um papel entre as razões de meu distanciamento da família residente no prédio.

(3)Fui solicitado pela firma B. & R. a fazer uma visita médica a um de seus empregados. A caminho dessa residência, fui tomado pela idéia de que já devia ter estado diversas vezes no prédio em que se localizava essa firma. Era como se eu houvesse notado o letreiro da empresa num andar inferior enquanto fazia uma visita profissional num andar acima. Entretanto, não consegui lembrar-me nem do edifício, nem de quem teria visitado. Embora o assunto todo não tivesse importância nem sentido, continuei a me ocupar dele e finalmente descobri, pelo rodeio habitual, ou seja, reunindo os pensamentos que me ocorreram a esse respeito, que os escritórios da firma B. & R. ficavam um andar abaixo da Pensão *Fischer*, onde eu muitas vezes visitara pacientes. Ao mesmo tempo, lembrei-me também do prédio que abrigava o escritório e a pensão. Ainda me era enigmático o motivo que estivera em jogo nesse esquecimento. Não descobri nada ofensivo à memória na própria firma, ou na Pensão Fischer, ou nos pacientes que ali moravam. Conjetei então que não poderia tratar-se de nada muito penoso, caso contrário eu dificilmente teria conseguido recuperar por via indireta o que havia esquecido, sem recorrer à ajuda externa, como fizera no exemplo anterior. Por fim, ocorreu-me que pouco antes, quando estava a caminho da casa desse novo paciente, um senhor que tive dificuldade em reconhecer me havia cumprimentado na rua. Meses antes, eu examinara esse homem num estado aparentemente grave e o sentenciara com um diagnóstico de paralisia progressiva; mais tarde, porém, ouvi dizer que ele se havia restabelecido, de modo que meu julgamento devia estar errado. A menos que tivesse havido uma das remissões também encontradas na *dementia paralytica*, de modo que meu diagnóstico continuaria a ser justificado! A influência que me fez esquecer a localização do escritório da B. & R. proveio de meu encontro com esse homem, e meu interesse em encontrar a solução para o que fora esquecido transferiu-se para isso partindo desse caso de diagnóstico duvidoso. Mas o elo associativo, não obstante a ínfima ligação interna - o

homem que se restabeleceu contrariando as expectativas também era funcionário de uma grande empresa que costumava encaminhar-me pacientes -, foi fornecido pela identidade entre os sobrenomes. O médico junto com quem eu examinara o suposto caso de paralisia também se chamava *Fischer*, tal como a pensão afetada pelo esquecimento, que ficava naquele prédio.

(4)*Extraviar* uma coisa realmente não passa de esquecer onde ela foi colocada. Como a maioria das pessoas que escrevem e lidam com livros, conheço bem minha escrivinha e sei apanhar de uma só vez aquilo que busco. O que a outros parece desordem é, para mim, uma ordem historicamente criada. Por que, então, extraviei recentemente um catálogo de livros que me fora remetido, a ponto de ser-me impossível reencontrá-lo? De fato, eu tinha intenção de encomendar um livro nele anunciado, *Über die Sprache* [Sobre a Linguagem], pois era de um autor cujo estilo espirituoso e movimentado me agrada, e cujos conhecimentos de psicologia e de história da cultura aprendi a valorizar. Acho que foi exatamente por isso que extraviei o catálogo. É que costumo emprestar livros desse autor a meus conhecidos para que se instruam, e dias antes um deles me devolvera um exemplar, dizendo: “O estilo me lembra muito o seu, e também a maneira de pensar é a mesma.” Essa pessoa não sabia no que tocava em mim ao fazer essa observação. Anos atrás, quando eu ainda era jovem e mais necessitado de me associar a outrem, um colega mais velho, diante de quem eu elogiara os escritores de um famoso autor médico, dissera quase a mesma coisa: “É exatamente como seu estilo e seu gênero.” Influenciado por essa observação, escrevi uma carta a esse autor tentando estreitar as relações com ele, mas uma resposta fria me colocou no meu lugar. É possível que outras experiências desanimadoras anteriores também se ocultem por trás dessa, pois jamais encontrei o catálogo extraviado, e esse presságio realmente fez com que eu me abstivesse de encomendar o livro anunciado, embora o desaparecimento do catálogo não constituísse um verdadeiro empecilho, já que eu guardara na memória tanto o nome do livro quanto o do autor.

(5) Outro caso de extravio merece nosso interesse por causa das condições em que se reencontrou o objeto extraviado. Um homem mais jovem contou-me o seguinte: “Há alguns anos, havia desentendimentos em meu casamento; eu considerava minha mulher fria demais e, apesar de reconhecer de bom grado suas excelentes qualidades, vivíamos juntos sem nenhuma ternura. Um dia, voltando de um passeio, ela me deu um livro que havia comprado por achar que me interessaria. Agradei-lhe esse sinal de “atenção”, prometi ler o livro, coloquei-o de lado e nunca mais voltei a encontrá-lo. Passaram-se meses em que, de vez em quando, eu me lembrava do livro desaparecido e em vão tentava reencontrá-lo. Cerca de seis meses depois, adoeceu minha querida mãe, que não morava conosco. Minha mulher saiu de casa para cuidar da sogra. O estado da paciente se agravou e deu a minha mulher uma oportunidade de mostrar seu lado mais positivo. Um anoite, voltei para casa cheio de entusiasmo e gratidão pelo trabalho realizado por minha mulher. Fui até minha escrivinha e, sem qualquer intenção definida, mas com uma espécie de certeza sonambúlica, abri uma

das gavetas, onde, bem em cima de tudo, encontrei o livro há tanto tempo desaparecido, o livro extraviado.” [1]

(6) Um caso de extravio que compartilhava da última característica do exemplo acima - ou seja, a espantosa segurança do reencontro do objeto tão logo se extingue o motivo do extravio - é narrado por Stärcke (1916):

“Uma moça havia estragado um pedaço de tecido ao cortá-lo para fazer um colarinho; por isso, a costureira teve que ser chamada para tentar recompô-lo. Quando ela chegou, a moça quis pegar o colarinho mal cortado e foi até a gaveta onde pensava tê-lo posto, mas não conseguiu encontrá-lo. Virou o conteúdo de cabeça para baixo, mas não o achou. Já exasperada, sentou-se e perguntou a si mesma por que ele desaparecera de repente, e se não haveria algum motivo pelo qual ela não *queria* encontrá-lo. Chegou à conclusão de que, naturalmente, sentia-se envergonhada diante da costureira por ter estragado uma coisa tão simples como um colarinho. Depois dessa reflexão, ela se levantou, foi até outro armário e dali retirou, na mesma hora, o colarinho mal cortado.”

(7) O próximo exemplo de “extravio” é de um tipo que se tornou familiar a qualquer psicanalista. Posso acrescentar que o próprio paciente responsável pelo lapso descobriu a solução:

“Ao se despir à noite, um paciente cujo tratamento psicanalítico foi interrompido pelas férias de verão, num período em que ele se achava num estado de resistência e mal-estar, colocou seu molho de chaves, ao que lhe pareceu, no lugar habitual. Lembrou-se então de que havia mais algumas coisas de que precisava para sua viagem no dia seguinte - último dia do tratamento e data de pagamento dos honorários -, e foi buscá-las na escrivaninha, onde também pusera o dinheiro. Mas as chaves haviam desaparecido. Ele começou a empreender em sua pequenina casa uma busca sistemática, porém com agitação cada vez maior... e nada de êxito. Por reconhecer no ‘extravio’ das chaves um ato sintomático, isto é, algo feito intencionalmente, acordou seu criado para poder prosseguir na busca com o auxílio de uma pessoa ‘imparcial’. Depois de mais uma hora, desistiu, temendo haver perdido as chaves. Na manhã seguinte, encomendou chaves novas do fabricante da escrivaninha, sendo estas feitas para ele a toda pressa. Dois amigos que o haviam acompanhado à casa no mesmo táxi acreditaram lembrar-se de ter ouvido alguma coisa tilintar no chão quando ele desceu do carro. Ele estava convencido de que as chaves haviam caído de seu bolso. Naquela noite, o empregado, triunfante, apresentou-lhe as chaves. Tinham sido encontradas entre um livro grosso e um folheto fino (trabalho de um de meus alunos) que ele queria levar para ler nas férias, e estavam colocadas com tanta habilidade que ninguém suspeitaria que estivessem ali. Depois, foi-lhe impossível recolocá-las de maneira a ficarem igualmente invisíveis. A destreza inconsciente com que se extravia um objeto por motivos ocultos, mas poderosos, faz lembrar muito a ‘certeza sonambúlica’. O motivo, como se poderia esperar, era o mal-

estar pela interrupção do tratamento e raiva secreta por ter de pagar honorários elevados quando se sentia tão mal.”

(8) “Um homem”, relata Brill [1912], “foi pressionado por sua mulher a participar de um acontecimento social a que, no fundo, era indiferente. Cedendo aos apelos da esposa, começou a tirar do baú seu traje de gala, mas, de repente, resolveu barbear-se primeiro. Depois de fazê-lo, voltou ao baú, encontrou-o trancado e, apesar de uma longa e intensa busca, não conseguiu encontrar a chave. Sendo domingo à noite, era impossível chamar um chaveiro, de modo que o casal teve que desculpar-se pelo não comparecimento. Quando o baú foi aberto na manhã seguinte, lá dentro se encontrou a chave perdida. Distraído, o marido a deixara cair dentro do baú e depois fechara o cadeado. Ele me garantiu que o fizera sem nenhuma intenção e inconscientemente, mas sabemos que não queria comparecer ao acontecimento social. Portanto, não faltava motivo para o extravio da chave.”

Ernest Jones [1911b, 506] observou em si mesmo que costumava extraviar seu cachimbo sempre que, tendo fumado demais, sentia-se indisposto por causa disso. Depois, o cachimbo aparecia em todos os lugares imagináveis, onde não deveria estar e onde comumente não era guardado.

(9) Um caso ingênuo em que a motivação foi admitida é relatado por Dora Müller (1915):

“Contou-me a Srta. Erna A., dois dias antes do Natal: ‘Imagine só! Ontem à noite, tirei um pedaço de meu bolo de Natal do pacote e comi; ao fazê-lo, pensei em oferecer um pedaço à Srta. S.’ (a dama de companhia de sua mãe) ‘quando viesse dar-me boa noite; não estava com nenhuma disposição para isso, mas resolvi fazê-lo assim mesmo. Quando ela chegou e estendi a mão para pegar o pacote na minha mesinha, ele não estava lá. Então, procurei-o e fui encontrá-lo trancado em meu armário. Eu o enfiara lá dentro sem perceber.’ Foi desnecessário fazer uma análise, pois a própria narradora entendeu a cadeia de acontecimentos. O impulso recém-recalcado de querer guardar o bolo só para si conseguiu impor-se, mesmo assim, numa ação automática, embora, nesse caso, esta fosse novamente anulada pelo ato consciente que se seguiu.”

(10)H. Sachs descreve como certa vez, por um extravio semelhante, furtou-se à obrigação de trabalhar: “No último domingo, à tarde, hesitei por algum tempo entre trabalhar ou fazer um passeio seguido de uma visita, e depois de alguma luta decidi-me pelo primeiro. Cerca de uma hora depois, notei que acabara meu estoque de papel. Sabia que em algum lugar, numa gaveta, havia uma pilha de papel que eu guardava há anos, mas em vão procurei-a em minha escrivaninha e em outros lugares onde achei que poderia encontrá-la, apesar do enorme trabalho que tive esquadrihado todos os lugares possíveis: livros velhos, folhetos,

maços de correspondência e assim por diante. Por fim, vi-me obrigado a interromper meu trabalho e sair. Quando voltei para casa à noite, sentei-me no sofá e, pensativo e meio distraído, corri os olhos pela estante diante de mim. Uma caixa chamou minha atenção e lembrei que não examinava seu conteúdo há muito tempo. Assim, fui até ela e a abri. Bem em cima havia uma pasta de couro contendo papel em branco. Mas só quando o retirei e estava prestes a colocá-lo na gaveta de escrivaninha foi que me ocorreu que aquele era exatamente o mesmo papel que eu em vão procurara durante a tarde. Aqui devo acrescentar que, embora não costume ser parcimonioso, sou muito cuidadoso com o papel e guardo qualquer pedaço utilizável. Obviamente, foi esse meu hábito, alimentado por uma pulsão, que possibilitou a retificação de meu esquecimento assim que desapareceu seu motivo imediato.

Quando se observam em conjunto os casos de extravio, [1] torna-se realmente difícil acreditar que alguma coisa possa ser extraviada sem que isso seja produto de uma intenção inconsciente.

(11) Um dia, no verão de 1901, observei a um amigo com quem, na época, eu tinha um animado intercâmbio de idéias científicas: “Esses problemas neuróticos só poderão ser resolvidos quando nos basearmos integralmente na hipótese da bissexualidade originária do indivíduo.” Ao que ele respondeu: “Isso foi o que eu lhe disse há dois anos e meio em Br. [Breslau], quando dávamos aquele passeio à tardinha. Só que, na época, você não queria ouvir falar nisso.” É penoso ser assim convidado a renunciar à própria originalidade. Eu não conseguia lembrar-me nem dessa conversa, nem do comunicado de meu amigo. Um de nós dois devia estar enganado e, pelo princípio do “*cui prodest?*”, devia ser eu mesmo. De fato, no decorrer da semana seguinte, lembrei-me de todo o incidente, que fora exatamente como meu amigo tentara fazer-me evocar, e até da resposta que lhe dei na época: “Ainda não aceitei isso; não estou inclinado a entrar nessa questão.” Desde então, porém, tornei-me um pouco mais tolerante quando, na literatura médica, deparo com uma das poucas idéias que se podem associar com meu nome e vejo que ele não foi citado.

Críticas à própria esposa, uma amizade que se transforma no inverso, um erro no diagnóstico médico, a rejeição de alguém que tem interesses semelhantes, a apropriação de idéias alheias - não há de ser por acaso que uma coleção de exemplos de esquecimento reunida sem seleção prévia exige que se entre em temas tão penosos para ser explicada. Ao contrário, suspeito que qualquer outro que se disponha a investigar os motivos de seus próprios esquecimentos poderá arrolar um mostruário semelhante de contrariedades. A tendência a esquecer o que é desagradável me parece inteiramente universal; a aptidão para isso tem graus diferenciados de desenvolvimento nas diferentes pessoas. É provável que muitos dos *desmentidos* com que deparamos na atividade médica sejam provenientes de

esquecimentos. É verdade que nossa concepção desse esquecimento reduz a distinção entre as duas formas de comportamento [o desmentido e o esquecimento] a fatores puramente psicológicos e nos permite ver nos dois modos de reação a expressão do mesmo motivo. Dentre todos os numerosos exemplos de renegação [*Verleugnung*] de lembranças desagradáveis que observei em parentes de enfermos, há um que preservo na memória como sendo especialmente singular. Uma mãe, ao dar-me informações sobre a infância do filho neurótico, agora na puberdade, disse que, como todos os irmãos, ele urinara na cama até idade bem tardia, o que não deixa de ter importância na história clínica de um paciente neurótico. Algumas semanas depois, quando ela quis obter informações sobre o estado do tratamento, tive oportunidade de chamar-lhe a atenção para os sinais de uma predisposição constitucional à doença no rapazinho e, ao fazê-lo, referi-me ao traço de urinar na cama, levantado na anamnese. Para meu assombro ela contestou esse fato, tanto no tocante a ele quanto aos outros filhos, e perguntou como eu poderia saber disso, até que, por fim, eu lhe disse que ela mesma me havia informado a esse respeito pouco tempo antes, e portanto, devia tê-lo esquecido.

Assim, também nas pessoas saudáveis, não neuróticas, encontramos sinais abundantes de que uma resistência se opõe à lembrança de impressões aflitivas, à representação de pensamentos aflitivos. Mas o sentido pleno desse fato só pode ser avaliado quanto se investiga a psicologia das pessoas *neuróticas*. É-se forçado a encarar como um dos pilares centrais do mecanismo portador dos sintomas histéricos esse *empenho defensivo elementar* contra as representações capazes de despertar sentimentos de desprazer - um empenho somente comparável ao reflexo de fuga na presença de estímulos dolorosos. Contra a suposição da existência dessa tendência defensiva não se pode objetar que, pelo contrário, é-nos freqüentemente impossível livrar-nos das lembranças aflitivas que nos perseguem e afugentar moções afetivas penosas como o remorso e as dores de consciência. Isso porque não estamos afirmando que essa tendência defensiva seja capaz de se impor em todos os casos, que, no jogo das forças psíquicas, não possa esbarrar em fatores que, por outros desígnios, aspirem ao efeito oposto e o produzam apesar da tendência defensiva. Podemos supor que *o princípio arquetônico do aparelho anímico consista numa estratificação, numa edificação de instâncias superpostas*, e é bem possível que esse empenho defensivo pertença à instância psíquica inferior e seja inibido pelas instâncias superiores. De qualquer modo, depõe em favor da existência e do poder dessa tendência defensiva o fato de podermos atribuir a ela a origem de processos como os de nossos exemplos de esquecimento. Como vimos, muitas coisas são esquecidas por si mesmas; quando isso não é possível, a tendência defensiva desloca seu alvo e produz ao menos o esquecimento de alguma outra coisa, algo menos importante que tenha estabelecido um vínculo associativo com aquilo que é realmente chocante.

O ponto de vista aqui desenvolvido - de que as lembranças aflitivas sucumbem com especial facilidade ao esquecimento motivado - merece ser aplicado em muitos campos que

até hoje lhe concederam muito pouca ou nenhuma atenção. Assim, parece-me que ele ainda não foi enfatizado com força suficiente na avaliação dos testemunhos prestados nos tribunais, onde é patente que se considera o juramento da testemunha capaz de exercer uma influência exageradamente purificadora sobre o jogo de suas forças psíquicas. É universalmente reconhecido que, no tocante à origem das tradições e da história legendária de um povo, é preciso levar em conta esse tipo de motivo, cuja meta é apagar da memória tudo o que seja penoso para o sentimento nacional. Uma investigação mais detalhada talvez revelasse uma completa analogia entre os modos de formação das tradições de um povo e das lembranças da infância do indivíduo. - O grande Darwin [1] estabeleceu uma “regra de ouro” para o trabalhador científico, baseada em seu discernimento do papel desempenhado pelo desprazer como motivo para o esquecimento. [1]

De maneira muito semelhante ao esquecimento de nomes [em [1]], o esquecimento de impressões pode ser acompanhado por falsas recordações, que, quando merecem crédito, são designadas de ilusões de memória [*Erinnerungstäuschung*]. A ilusão de memória observada nos casos patológicos (na paranóia ela desempenha justamente o papel de um fator constitutivo na formação do delírio) deu origem a uma vasta literatura em que me foi inteiramente impossível encontrar qualquer indício de sua motivação. Como este é também um tema pertencente à psicologia das neuroses, é impróprio considerá-lo neste contexto. Em vez disso, descreverei um curioso exemplo de ilusão de memória ocorrida comigo, na qual a motivação fornecida pelo material inconsciente recalado e o modo e natureza da combinação com esse material são reconhecíveis com bastante clareza.

Quando escrevia os últimos capítulos de meu livro sobre a interpretação dos sonhos, encontrava-me num local de veraneio sem acesso a biblioteca e obras de consulta, e fui forçado a incorporar ao manuscrito, de memória, toda sorte de referências e citações, sujeitas a correção posterior. Ao escrever o trecho sobre os devaneios

, ocorreu-me a primorosa figura do pobre guarda-livros do *Le Nabab*, de Alphonse Daudet, em quem o escritor provavelmente retratou seus próprios devaneios. Acreditei lembrar-me de uma das fantasias tramadas por esse homem - chamei-o de *Monsieur Jocelyn* - em suas andanças pelas ruas de Paris; lembrava-a com clareza e comecei a reproduzi-la de memória: o Sr. Jocelyn se atirava ousadamente contra um cavalo em disparada na rua e o detinha; a porta da carruagem se abria e dela saía uma alta personalidade, que apertava a mão do Sr. Jocelyn e dizia “O senhor é meu salvador, devo-lhe minha vida. Que posso fazer pelo senhor?”

As eventuais imprecisões na reprodução dessa fantasia, consolei-me, poderiam ser facilmente corrigidas em casa, quando eu tivesse o livro em mãos. Mas quando finalmente folheei *Le Nabab* para conferir esse trecho de meu manuscrito, que já estava pronto para ser impresso, descobri, para minha grande vergonha e consternação, que nada havia de tal

devaneio do Sr. Jocelyn; na verdade, o pobre guarda-livros nem sequer tinha esse nome, mas se chamava *Monsieur Joyeuse*. Esse segundo erro logo me forneceu a chave para esclarecer o primeiro, a ilusão de memória, “Joyeux”, nome do qual “Joyeuse” é a forma feminina, é a única maneira pela qual eu poderia traduzir meu próprio nome, Freud, para o francês. De onde proviria, portanto, essa fantasia falsamente lembrada que atribuíra a Daudet? Só poderia ser produto de mim mesmo, um devaneio que eu próprio criara e que não se havia tornado consciente, ou que um dia me fora consciente e depois eu esquecera por completo. Talvez eu mesmo o tenha inventado em Paris, quando freqüentemente passeava pelas ruas, solitário e repleto de anseios, necessitado de um colaborador e protetor, até que mestre Charcot me aceitou em seu círculo. Mais tarde, foram muitas as vezes em que encontrei o autor de *Le Nabab* na casa de Charcot. [1]

Outro caso de ilusão da memória [1] que se pode explicar satisfatoriamente faz lembrar a *fausse reconnaissance*, tema a ser discutido mais adiante [em [1]]. Eu havia contado a um de meus pacientes, um homem ambicioso e capaz, que um jovem estudante fora recentemente incorporado ao círculo de meus discípulos por meio de um interessante trabalho, “*Der Künstler, Versuch einer Sexualpsychologie*” [O Artista, Ensaio de uma Psicologia Sexual]. Ao ser esse livro publicado depois de um ano e três meses, meu paciente afirmou poder lembrar-se com certeza de ter lido em algum lugar, antes mesmo de minha comunicação (um ou seis meses antes), um anúncio desse livro, talvez no prospecto de algum livreiro. Esse anúncio, disse ele, viera-lhe à mente naquela ocasião, e comentou ainda ter constatado que o autor havia modificado o título: já não se chamava “*Versuch*” [“Esboço”], mas “*Ansätze zu einer Sexualpsychologie*” [Rudimentos de uma Psicologia Sexual]. Entretanto, uma sondagem cuidadosa feita com o autor e a comparação de todas as datas mostraram que meu paciente alegava lembrar-se de algo impossível. Nenhum anúncio do livro aparecera em parte alguma antes da publicação, e menos ainda um ano e três meses antes de ele ser impresso. Quando deixei de interpretar essa ilusão da memória, esse mesmo homem produziu uma reedição dela, de natureza equivalente. Acreditou ter visto recentemente uma obra sobre a agorafobia na vitrine de uma livraria e estava agora pesquisando os catálogos de todas as editoras para obter um exemplar. Pude então explicar-lhe por que seus esforços seriam necessariamente infrutíferos. A obra sobre a agorafobia só existia em sua fantasia, como uma intenção inconsciente, devendo ser escrita por ele mesmo. Sua ambição de se igualar ao outro jovem e tornar-se um de meus discípulos mediante um trabalho científico similar fora responsável pela primeira ilusão da memória e, depois, por sua repetição. Diante disso, ele se lembrou de que o anúncio de livraria que lhe servira para esse falso reconhecimento referia-se a um livro intitulado “*Genesis, das Gesetz der Zeugung*” [Gênese, a Lei da Geração]. Mas a alteração do título por ele mencionada correu por minha conta, pois pude lembrar-me de ter cometido eu mesmo essa inexatidão - “*Versuch*” em vez de “*Ansätze*” - ao reproduzir o título.

(B) O ESQUECIMENTO DE INTENÇÕES

Nenhum grupo de fenômenos se presta melhor do que o esquecimento de intenções para comprovar a tese de que, por si só, a falta de atenção não basta para explicar os atos falhos. A intenção é um impulso para a ação, um impulso que já foi aprovado, mas cuja execução é adiada para uma ocasião propícia. Ora, no intervalo assim criado, é possível que sobrevenha uma tal modificação nos motivos que a intenção não seja efetivada; nesse caso, porém, ela não é esquecida, e sim revista e anulada. O esquecimento das intenções, ao qual estamos sujeitos cotidianamente em todas as situações possíveis, não é algo que estejamos habituados a explicar em termos de tal modificação no equilíbrio dos motivos; em geral o deixamos inexplicado ou buscamos uma explicação psicológica supondo que, no momento em que a intenção deveria efetivar-se, já não se dispunha da atenção necessária à ação, embora a atenção tivesse sido uma condição indispensável para o advento da intenção e, portanto, tivesse estado disponível para a ação naquele momento. A observação de nosso comportamento normal diante das intenções leva-nos a rejeitar como arbitrária essa tentativa de explicação. Quando concebo pela manhã uma intenção a ser efetivada à noite, é possível que me lembre dela duas ou três vezes ao longo do dia. Mas de modo algum é *necessário* que ela se torne consciente durante o dia. Quando se aproxima o momento de sua execução, ela de repente me ocorre e me leva a fazer os preparativos necessários para a ação proposta. Quando saio para um passeio levando uma carta a ser despachada, não preciso, como indivíduo normal e livre de neuroses, carregá-la na mão por todo o caminho e ficar à cata de uma caixa de correio onde possa jogá-la; pelo contrário, costumo colocá-la no bolso, seguir meu caminho deixando os pensamentos vagarem livremente, e confiar em que uma das primeiras caixas do correio há de chamar minha atenção e fazer com que eu ponha a mão no bolso e retire a carta. A conduta normal frente a uma intenção concebida coincide por completo com o comportamento experimentalmente produzido das pessoas a quem se deu, em hipnose, uma “sugestão pós-hipnótica a longo prazo”, como se costuma chamá-la. Esse fenômeno é usualmente descrito da seguinte maneira: a intenção sugerida dormita na pessoa em questão até se aproximar o momento de efetivá-la. É aí que desperta e impele a pessoa para a ação.

Em duas situações na vida, até o leigo se apercebe de que o esquecimento no tocante às intenções não pode ter a pretensão de ser considerado um fenômeno elementar irreduzível, mas autoriza a conclusão de que existem motivos inconfessados. Refiro-me às relações amorosas e à disciplina militar. Um amante que falta a um encontro sabe que é inútil desculpar-se dizendo a sua dama que, infelizmente, esqueceu-o por completo. Ela não deixará de responder: “Há um ano você não teria esquecido. É que já não se importa

comigo.” Mesmo que ele se agarrasse à explicação psicológica mencionada acima [em [1]] e quisesse desculpar seu esquecimento alegando um acúmulo de trabalho, só conseguiria fazer com que a dama - já agora tão perspicaz quanto o médico na psicanálise - lhe respondesse: “Curioso, essas perturbações do trabalho nunca apareceram antes!” É claro que a dama não pretende negar a possibilidade do esquecimento; ela apenas acredita, e não sem justificativa, que se pode tirar praticamente a mesma conclusão - a existência de uma certa relutância - do esquecimento involuntário e do pretexto consciente.

Similarmente, na situação do serviço militar, despreza-se, por uma questão de princípio e com pleno direito, a diferença entre o descumprimento de ordens por esquecimento e aquele que é deliberado. Um soldado não *deve* esquecer aquilo que lhe ordena o serviço militar. Quando *de fato* esquece, apesar de conhecer a ordem, é porque outros motivos, contrários aos que o levam a cumprir a ordem militar, opõem-se a estes. Um voluntário por um ano que, diante de uma inspeção, tente dar a desculpa de que *esqueceu* de polir seus botões, com certeza será punido. Mas essa punição é insignificante em comparação àquela a que ele se exporia se admitisse para si mesmo e para seus superiores o motivo de sua omissão: “Estou enojado desse trabalho deplorável de limpeza.” Para se poupar esse castigo - por questões de economia, por assim dizer - ele se serve do esquecimento como desculpa, ou este se produz como um compromisso.

Os préstimos à mulher e o serviço militar exigem que tudo o que se relaciona com eles seja imune ao esquecimento. Assim, sugerem a noção de que, embora o esquecimento seja admissível nos assuntos sem importância, nos importantes ele é um sinal de que se quer tratá-los como aos assuntos sem importância, isto é, negar-lhes a importância. De fato, não se pode rejeitar aqui o ponto de vista que leva em conta o valor psíquico. Ninguém se esquece de executar as ações que lhe parecem importantes sem se expor à suspeita de estar mentalmente perturbado. Nossa investigação, portanto, só pode estender-se ao esquecimento das intenções mais ou menos insignificantes; nenhuma intenção pode ser considerada *completamente* indiferente, pois, nesse caso, nunca se teria formado.

Como nas perturbações funcionais descritas nas páginas anteriores, compilei os casos de omissões por esquecimento que observei em mim mesmo e me empenhei em esclarecê-los, descobrindo invariavelmente que se podia atribuir sua origem à interferência de motivos inconfessados e desconhecidos - ou, como se poderia dizer, a uma *contravontade*. Numa série desses casos eu me encontrava numa situação semelhante à do serviço, sob uma pressão à qual não tinha desistido inteiramente de me opor, de modo que me manifestava contra ela através do esquecimento. A isso se deve o fato de eu me esquecer com particular facilidade de enviar congratulações em ocasiões como aniversários, festas comemorativas,

casamentos e promoções. Estou sempre a tomar novas decisões a esse respeito e cada vez me convenço mais de que não vou conseguir. Agora, estou a ponto de desistir e ceder conscientemente aos motivos que se opõem a isso. Enquanto me achava numa fase de transição, um amigo pediu-me para enviar em certa data um telegrama de congratulações em nome dele, juntamente com o meu, mas preveni-o de que esqueceria ambos; e não foi surpresa que minha profecia se realizasse. Prende-se a experiências dolorosas no decorrer de minha vida o fato de eu ser incapaz de manifestar simpatia nas ocasiões em que tal manifestação é necessariamente exagerada, pois não seria admissível uma expressão correspondente à escassa monta de minha emoção. Desde que compreendi com que freqüência tomei como genuína a pretensa simpatia de outras pessoas, tenho-me rebelado contra essas expressões convencionais de simpatia, embora, por outro lado, reconheça sua utilidade social. As condolências nos casos de falecimento constituem uma exceção a esse tratamento dividido: quando me decido a enviá-las, não deixo de fazê-lo. Quando minha participação nos sentimentos já não tem nada a ver com uma obrigação social, sua expressão nunca é inibida pelo esquecimento.

Escrevendo de um campo de prisioneiros de guerra, o tenente T. relata um desses exemplos de esquecimento, no qual uma intenção inicialmente suprimida irrompeu sob a forma de uma “contravontade” e acarretou uma situação desagradável:

“O oficial mais graduado de um campo de oficiais prisioneiros de guerra foi insultado por um de seus companheiros. Para evitar complicações, quis usar o único recurso de autoridade a seu dispor, fazendo com que o oficial fosse afastado e transferido para outro campo. Somente a conselho de vários amigos foi que decidiu, contrariando seu desejo secreto, abandonar seu plano e procurar imediatamente reparar sua honra, embora isso estivesse fadado a trazer múltiplas conseqüências desagradáveis. Na mesma manhã, esse comandante tinha de fazer a chamada dos oficiais sob controle do órgão de vigilância. Fazia muito tempo que ele conhecia seus companheiros de farda e nunca lhe acontecera cometer erros nisso. Dessa vez, deixou de ler o nome de seu agressor, de modo que este, depois de dispensados todos os seus companheiros, teve que permanecer no campo até que o erro fosse esclarecido. O nome saltado aparecia com perfeita clareza no meio de uma folha. O incidente foi encarado por uma das partes como um insulto deliberado e, pela outra, como um acaso lamentável e sujeito a ser mal interpretado. Mais tarde, porém, depois de tomar conhecimento da *Psicopatologia* de Freud, o autor do lapso pôde formar um juízo correto sobre o que havia ocorrido.”

Da mesma forma, o conflito entre um dever convencional e a opinião interna e inconfessada que se tem dele explica os casos em que esquecemos de fazer um favor prometido a alguém. Aqui, o habitual é apenas o obsequiador acreditar que o esquecimento serve de desculpa, enquanto o solicitante dá a si mesmo, sem nenhuma dúvida, a resposta correta: “Ele não está interessado no assunto, caso contrário não teria esquecido.” Há

pessoas que todos sabem ser geralmente esquecidas e que por isso são desculpadas, tal como acontece com o míope que não nos cumprimenta na rua. Essas pessoas esquecem todas as suas pequenas promessas e não executam nenhuma das incumbências recebidas. Assim, mostram-se indignas de confiança nas pequenas coisas e exigem que não levemos a mal essas falhas insignificantes - ou seja, que não as expliquemos por seu caráter, mas que as atribuamos a alguma particularidade orgânica. Eu mesmo não sou uma dessas pessoas, e não tive oportunidade de analisar as ações de uma delas, de tal modo que, examinando a escolha dos esquecimentos, pudesse descobrir sua motivação. Entretanto, não posso deixar de presumir, por analogia, que o motivo aqui é um grau incomumente grande de menosprezo inconfessado pelas outras pessoas, que explora o fator constitucional para seus próprios fins.

Em outros casos é menos fácil descobrir os motivos do esquecimento, que, quando encontrados, despertam maior surpresa. Foi assim que notei, anos atrás, que dentre um grande número de visitas a enfermos, eu só me esquecia das que devia fazer a pacientes gratuitos ou a algum colega. Envergonhado diante disso, adotei o hábito de anotar, já de manhã, as visitas que pretendia fazer durante o dia. Não sei se outros médicos chegaram à mesma prática pelo mesmo caminho. Mas assim podemos ter uma idéia do que leva o chamado paciente neurastênico a anotar, em seus famigerados “papezinhos”, as várias comunicações que quer fazer ao médico. A razão aparente é que ele não confia na capacidade reprodutora de sua memória. Isso é certo, sem dúvida, mas a cena geralmente se desenrola assim: o paciente formula suas diversas queixas e indagações de maneira extremamente detalhista. Ao terminar, faz uma pequena pausa, depois saca o papelzinho e diz em tom de desculpa: “Fiz algumas anotações, porque não consigo me lembrar de nada.” Em geral, não encontra nada de novo no papelzinho. Repete cada ponto e responde ele mesmo: “Sim, já perguntei sobre isso.” É provável que, com o papelzinho, ele esteja apenas demonstrando um de seus sintomas: a freqüência com que suas intenções são perturbadas pela interferência de motivos obscuros.

Estarei tocando num dos males que afligem a maior parte de meus conhecidos sadios ao confessar que, sobretudo no passado, eu esquecia com muita facilidade e por longos períodos de devolver livros emprestados, ou que, com facilidade ainda maior, adia o pagamento de contas através do esquecimento. Uma manhã, pouco tempo atrás, saí sem pagar da tabacaria onde fizera minha compra diária de charutos. Foi uma omissão das mais inofensivas, pois sou conhecido ali e, portanto, podia esperar que no dia seguinte me lembrassem a dívida. Mas esse pequeno descuido, essa tentativa de contrair uma dívida, por certo não deixava de se relacionar com as ponderações orçamentárias que me haviam ocupado na véspera. Mesmo entre a maioria das chamadas pessoas “decentes” é fácil observar sinais de um comportamento dividido no que concerne ao dinheiro e à propriedade. Talvez seja universal que a avidez primitiva do lactente, que quer apossar-se de todos os objetos (para levá-los à boca), só tenha sido superada de maneira incompleta pela cultura e pela educação.

Temo que todos os exemplos que apresentei até aqui pareçam simplesmente banais. Mas, afinal, só pode convir a meu objetivo esbarrar em coisas familiares a todos e por todos entendidas de igual maneira, já que só me proponho compilar material do cotidiano e aproveitá-lo cientificamente. Não vejo por que a sabedoria, que é o precipitado das experiências comuns da vida, deva ser excluída das aquisições da ciência. O caráter essencial do trabalho científico não decorre da natureza especial de seus objetos de estudo, mas de seu método mais rigoroso de verificação e de sua busca de correlações extensas.

No que concerne às intenções de certa importância, descobrimos, em geral, que elas são esquecidas quando contra elas se erguem motivos obscuros. No caso das que têm importância bem menor, podemos reconhecer um segundo mecanismo do esquecimento: uma contravontade se transfere de algum outro ponto para a intenção, depois de formada uma associação externa entre esse outro ponto e o conteúdo da intenção. Aqui está um exemplo: valorizo o papel mata-borrão [*“Löschpapier”*] de boa qualidade, e um dia resolvi comprar um novo suprimento em minha passagem vespertina pelo centro da cidade. mas esqueci de fazê-lo por quatro dias seguidos, até que me perguntei pelo motivo dessa omissão. Ele foi fácil de descobrir quando me lembrei de que, embora costume escrever *“Löschpapier”*, geralmente digo *“Fliesspapier”* [outra palavra para designar “mata-borrão”]. “Fliess” é o nome de um amigo de Berlim que, nesses dias, dera-me motivo para um pensamento aflitivo e inquietante. Não pude livrar-me desse pensamento, mas a tendência defensiva (ver em [1]) se manifestou transferindo-se, através da similaridade verbal, para a intenção indiferente e, por isso mesmo, pouco resistente.

Uma contravontade direta e uma motivação mais distante conjugam-se no seguinte exemplo de adiamento. Eu havia escrito um breve ensaio *Sobre os Sonhos* (1901a), resumindo o conteúdo de *A Interpretação dos Sonhos* [1900a], para a coleção *Grenzfragen des Nerven- und Seelenlebens* [Problemas Fronteiriços da Vida Nervosa e Anímica]. Bergmann, [o editor] de Wiesbaden, enviara-me as provas com o pedido de que eu as devolvesse pela volta do correio, já que o livro deveria ser lançado antes do Natal. Corrigi as provas na mesma noite e coloquei-as na escrivania para levá-las comigo na manhã seguinte. Nessa manhã, esqueci de fazê-lo, e só me lembrei à tarde, ao ver o pacote na escrivania. Da mesma forma, esqueci as provas naquela tarde, à noite e na manhã seguinte, até que me recompus e levei-as para uma caixa de correio na tarde do segundo dia, imaginando qual seria a razão desse adiamento. Era óbvio que eu não queria enviá-las, mas não conseguia descobrir por quê. Entretanto, nessa mesma caminhada, fiz uma visita a meu editor em Viena, que publicara *A Interpretação dos Sonhos*, fiz-lhe uma encomenda e depois, como que impelido por um pensamento repentino, disse-lhe: “Sabe que escrevi o livro sobre o sonho pela segunda vez?” - “Ah! não me diga uma coisa dessas!”, retrucou ele.

“Acalme-se”, disse eu, “é só um breve ensaio para a coleção de Löwenfeld Kurella.” Mas ele não ficou satisfeito; preocupava-se com a idéia de que o ensaio prejudicasse as vendas do livro. Discordei dele e por fim perguntei: “Se eu tivesse vindo ao senhor primeiro, o senhor me teria proibido a publicação?” - “Não, de maneira alguma.” Penso comigo mesmo que agi com pleno direito e nada fiz que contrariasse a prática usual; ainda assim, parece certo que um receio semelhante ao que foi expresso pelo editor constituiu o motivo de minha demora em devolver as provas. Esse receio remonta a uma ocasião anterior, em que outro editor criou dificuldades quando me pareceu inevitável transcrever, inalteradas, algumas páginas de um texto anterior meu sobre a paralisia cerebral infantil, publicado por outra editora em minha revisão desse mesmo tema para o *Handbuch* de Nothnagel. Mas também nesse caso a censura não se justificava; também naquela ocasião eu comunicara lealmente minha intenção a meu primeiro editor (o mesmo que publicou *A Interpretação dos Sonhos*). Entretanto retrocedendo ainda mais nessa série de lembranças, ela me desloca para uma ocasião ainda mais remota, a uma tradução do francês em que realmente infringi os direitos de propriedade que regem as publicações. Acrescentei notas ao texto traduzido sem pedir a permissão do autor, e anos depois tive razões para supor que o autor ficara insatisfeito com essa minha arbitrariedade.

Existe um provérbio que revela o conhecimento popular de que o esquecimento das intenções não é casual: “Quando se esquece de fazer uma coisa uma vez, ainda se há de esquecê-la muitas mais.”

De fato, [1] às vezes não podemos furtar-nos à impressão de que tudo o que se pode dizer sobre o esquecimento e os atos falhos já é conhecido de todos como algo evidente. É mesmo de admirar que, ainda assim, seja necessário apresentar a sua consciência coisas tão conhecidas. Quantas vezes ouvi dizerem: “Não me peça para fazer isto, tenho certeza de que vou esquecer!” A realização dessa profecia, portanto, decerto nada tem de místico: quem assim fala sente em si a intenção de não executar o pedido e apenas se recusa a confessá-lo a si mesmo.

Além disso, o esquecimento das intenções é muito bem ilustrado pelo que se pode chamar de “formação de falsas intenções”. Certa vez prometi a um jovem autor que escreveria uma resenha sobre sua pequena obra; entretanto, por causa de resistências internas que não me eram desconhecidas, fui adiando isso, até que um dia cedi à insistência dele e prometi fazê-lo naquela mesma noite. Eu tinha realmente a firme intenção de fazê-lo, mas esqueci que tinha reservado a noite para preparar um parecer inadiável. Depois de haver assim percebido que minha intenção era falsa, desisti da luta contra minhas resistências e recusei o pedido do autor.

CAPÍTULO VIII - EQUÍVOCOS NA AÇÃO

Da obra citada de Meringer e Mayer (1895, 98) retiro o seguinte trecho [em [1]]:

“Os equívocos da fala não deixam de ter paralelos. Correspondem às falhas que freqüentemente ocorrem em outras atividades humanas e são conhecidas pela denominação bastante tola de ‘descuidos’.”

Portanto, não sou de modo algum o primeiro a supor um sentido e um propósito por trás das pequenas perturbações funcionais da vida cotidiana das pessoas sadias.

Se os lapsos na fala - que é claramente sua função motora - podem ser entendidos dessa maneira, basta um pequeno passo para estender essa mesma expectativa aos erros em nossas outras atividades motoras. Formei aqui dois grupos de casos. Uso o termo “equívocos na ação” [*“Vergreifen”*] para descrever todos os casos em que o efeito falho - ou seja, um desvio do que fora intencionado - parece ser o elemento essencial; aos outros, em que é antes a ação inteira que parece inoportuna, chamo-os de “atos sintomáticos e acidentais” [*“Symptom- und Zufallshandlungen”*]. Mas não se pode traçar uma demarcação nítida entre eles e, na verdade, somos forçados a concluir que todas as divisões feitas neste estudo têm apenas uma importância descritiva e contradizem a unidade interna desse campo de fenômenos.

É claro que a compreensão psicológica dos “equívocos na ação” não será particularmente promovida se os classificarmos sob o título de “ataxia” ou, em especial, de “ataxia cortical”. Tentemos, antes, reconduzir cada exemplo a seus respectivos determinantes. Para isso, tornarei a valer-me de algumas auto-observações, ainda que, em meu caso, as oportunidades para fazê-las não sejam particularmente freqüentes.

(a) Em anos anteriores, quando eu visitava os paciente a domicílio com maior freqüência do que hoje, ocorria-me muitas vezes, ante a porta em que eu deveria bater ou tocar a campainha, tirar do bolso as chaves de minha própria casa e, logo em seguida, tornar a guardá-las, quase envergonhado. Quando considero os pacientes em cujas casas isso acontecia, sou forçado a supor que esse ato falho - apanhar minha chave em vez de tocar a campainha - tinha o sentido de uma homenagem à casa onde eu cometia esse erro. Era equivalente ao pensamento: “Aqui me sinto em casa”, pois só ocorria em lugares onde eu me havia afeiçoado ao doente. (É óbvio que nunca toco a campainha de minha própria casa.)

Assim, o ato falho era a representação simbólica de um pensamento que, na verdade, não

se destinava a ser admitido de maneira séria e consciente, pois, de fato, um neurologista sabe muito bem que o doente só permanece apegado a ele enquanto espera ser beneficiado, e que, por sua vez, ele só se permite sentir um interesse excessivamente caloroso pelos pacientes com vistas a dar-lhes ajuda psíquica.

Numerosas auto-observações feitas por outras pessoas [1] mostram que esse manejo das chaves, equivocado e pleno de sentido, certamente não é uma peculiaridade minha.

Maeder (1906) descreve uma repetição quase idêntica de minhas experiências: “Il est arrivé à chacun de sortir son trousseau, en arrivant à la porte d’un ami particulièrement cher, de se surprendre, pour ainsi dire, en train d’ouvrir avec sa clé comme chez soi. C’est un retard, puisqu’il faut sonner malgré tout, mais c’est une preuve qu’on se sent - ou qu’on voudrait se sentir - comme chez soi, auprès de cet ami.”

Jones (1911b, 509): “O uso das chaves é uma fonte fértil desse tipo de ocorrências, das quais é possível fornecer dois exemplos. Quando em meio a algum trabalho absorvente em casa, sou perturbado por ter de ir ao hospital para executar alguma tarefa de rotina, é muito provável que me descubra tentando abrir a porta de meu laboratório no hospital com a chave da escrivania de casa, embora as duas chaves sejam bem diferentes uma da outra. Esse erro demonstra, inconscientemente, onde eu preferiria estar naquele momento.

“Há alguns anos, eu trabalhava num cargo subalterno em certa instituição cuja porta principal se mantinha trancada, de modo que era necessário tocar a campainha para entrar. Em várias ocasiões, vi-me fazendo sérias tentativas de abrir essa porta com a chave de minha casa. A cada membro do pessoal médico permanente, do qual eu aspirava a fazer parte, fornecia-se uma chave, para evitar-lhe o incômodo de esperar à porta. Meus erros, portanto, expressavam meu desejo de estar em pé de igualdade com eles e de me sentir inteiramente ‘em casa’ ali.”

O Dr. Hanns Sachs relata uma experiência semelhante: “Sempre carrego comigo duas chaves, uma da porta de meu escritório e outra de minha residência. Não é nada fácil confundi-las, visto que a chave do escritório é pelo menos três vezes maior do que a de casa. Além disso, carrego a primeira no bolso da calça e, a segunda, no bolso do colete. Não obstante, ocorreu-me muitas vezes notar, diante da porta, que havia apanhado a chave errada na escadaria. Resolvi fazer uma experiência estatística; já que me postava cotidianamente diante de ambas as portas mais ou menos no mesmo estado de ânimo, a troca das chaves também deveria exibir uma tendência regular, se é que de fato possuía algum determinante psíquico. Minha observação dos casos posteriores mostrou então que eu tirava regularmente a chave de casa diante da porta do escritório, ao passo que o inverso aconteceu apenas uma vez, quando cheguei em casa cansado, sabendo que um convidado estaria à minha espera. Ao chegar à porta, fiz uma tentativa de abri-la com a chave do escritório, que,

naturalmente, era grande demais.”

(b)Em determinada casa, faz seis anos que, duas vezes por dia, em horários fixos, costumo esperar para entrar diante de uma porta no segundo piso. Durante esse longo período, aconteceu-me em duas ocasiões (com um curto intervalo entre elas) subir um andar a mais, ou seja, “exceder-me”. Na primeira ocasião, estava entregue a um ambicioso devaneio em que “subia cada vez mais alto”. Nessa ocasião, deixei até de ouvir que a porta em questão se abrisse quando coloquei o pé no primeiro degrau do terceiro lance da escada. Na outra ocasião, tornei a subir demais, “imerso em pensamentos”; quando dei por isso, fiz meia-volta e tentei apreender a fantasia em que estivera absorto, descobrindo que estivera irritado com uma crítica (fantasiada) a meus textos, na qual eu era censurado por ir sempre “longe demais”, e na qual havia substituído isso pela expressão não muito respeitosa de “extravagante” [*versteigen*].

(c)Sobre minha escrivaninha estão colocados, há muitos anos, um martelo para testar reflexos e um diapasão. Um dia, saí às pressas ao terminar meu horário de consultas, pois queria tomar determinado trem urbano, e em plena luz do dia coloquei no bolso do casaco o diapasão, em vez do martelo. O peso do objeto, puxando meu bolso para baixo, atraiu-me a atenção para meu erro. Quem não estiver acostumado a atentar para ocorrências tão insignificantes sem dúvida explicará e justificará esse engano pela pressa do momento. Apesar disso, preferi perguntar-me por que, na verdade, eu pegara o diapasão em vez do martelo. Minha pressa também poderia muito bem ter sido um motivo para pegar o objeto certo, e assim não ter que perder tempo em retificar o erro.

“Quem foi a última pessoa a pegar o diapasão?”, foi a pergunta que se impôs a mim nesse momento. Fora um menino *idiota* cuja atenção às impressões sensoriais eu testara alguns dias antes, e que ficara tão fascinado com o diapasão que a muito custo consegui tirá-lo dele. Significaria isso, então, que eu era um idiota? Decerto parece que sim, pois minha primeira associação a “martelo” (“*Hammer*”) foi “*Chamer*” (“burro”, em hebraico).

Mas por que esses insultos? Aqui, é preciso interrogar a situação. Eu estava saindo às pressas para atender a uma consulta num lugar situado na linha ferroviária oeste, para ver um doente que, segundo a anamnese que eu recebera pelo correio, havia caído de uma sacada alguns meses antes e desde então ficara impossibilitado de andar. O médico que me solicitou a consulta escreveu que, apesar disso, não sabia se se tratava de uma lesão na medula ou de uma neurose traumática - histeria. Isso era o que me cabia decidir. Era aconselhável, portanto, que eu fosse particularmente cauteloso na delicada tarefa de fazer o diagnóstico diferencial. Ocorre que meus colegas acham que com demasiada facilidade se fazem diagnósticos de histeria quanto há coisas mais graves em jogo. Mas isso ainda não

justificava os insultos. Mas, é claro! Ocorreu-me então que a pequena estação ferroviária ficava no mesmo lugar em que, anos antes, eu examinara um jovem que, desde certo abalo emocional, não conseguia andar devidamente. Na época, fiz um diagnóstico de histeria e em seguida aceitei o paciente em tratamento psíquico, com o que se constatou que meu diagnóstico não fora incorreto, sem dúvida, mas também não fora correto. Um grande número de sintomas do paciente eram histéricos e logo desapareceram no decorrer do tratamento. Mas ocorre que, por trás deles, tornou-se então visível um resíduo inacessível à minha terapia, e que só poderia ser explicado pela esclerose múltipla. Para os que examinaram o doente depois de mim, foi fácil reconhecer a afecção orgânica; quanto a mim, dificilmente poderia ter procedido de outra maneira ou formado um juízo diferente, mas a impressão que ficou foi a de um grave erro; naturalmente, a promessa de cura que eu lhe fizera não pôde ser mantida. O erro de pegar o diapasão em vez do martelo poderia ter traduzido nas seguintes palavras: “Seu idiota, burro! Dessa vez, trate de não tornar a diagnosticar histeria quando estiver diante de uma doença incurável, como fez há anos com aquele pobre homem, nesse mesmo lugar!” E, felizmente para essa pequena análise, embora infelizmente para meu estado de espírito, esse mesmo homem sofrendo de uma grave paralisia espasmódica, estivera em meu consultório poucos dias antes, e um dia depois do menino idiota.

Observa-se que, dessa vez, foi a voz da autocrítica que se fez ouvir no equívoco na ação. Para esse emprego como autocensura, os equívocos na ação mostram-se particularmente apropriados: o desacerto de agora busca representar o engano cometido em outra ocasião.

(d)Evidentemente, os equívocos na ação também podem servir a toda uma série de outros propósitos obscuros. Eis um primeiro exemplo. É muito raro eu quebrar alguma coisa. Não sou particularmente habilidoso, mas um resultado da integridade anatômica de meu aparelho neuromuscular é que não há em mim nenhuma razão para fazer esses movimentos desajeitados, com suas conseqüências indesejadas. Por isso, não me lembro de nenhum objeto em minha casa que tenha sido quebrado por mim. A falta de espaço em meu gabinete obriga-me freqüentemente a manusear uma série de antigüidades de argila e pedra, das quais tenho uma pequena coleção, nas mais incômodas posições, tanto que as pessoas presentes exprimiram o temor de que eu derrubasse alguma coisa e viesse a quebrá-la. Mas isso nunca aconteceu. Por que, então, um dia derrubei no chão a tampa de mármore de meu modesto tinteiro, de tal modo que se quebrou?

Meu tinteiro consiste numa base de mármore de Untersberg, escavada para conter o vidro de tinta, e este tem uma tampa com um castão dessa mesma pedra. Por trás desse tinteiro há um círculo de estatuetas de bronze e figurinhas de terracota. Sentei-me à escrivaninha para escrever e, com a mão que segurava a caneta, fiz um movimento singularmente desajeitado para a frente, jogando no chão a tampa do tinteiro que estava sobre a escrivaninha.

A explicação não foi difícil de encontrar. Horas antes, minha irmã estivera no aposento

para examinar algumas novas aquisições. Achou-as muito bonitas e depois comentou: “Agora sua escrivadinha está realmente linda, só o tinteiro é que não combina. Você precisa ter um mais bonito”. Saí com minha irmã e só voltei algumas horas depois. E então, ao que parece, consumí a execução do tinteiro condenado. Teria eu deduzido do comentário de minha irmã que ela pretendia presentear-me com um tinteiro mais bonito na próxima ocasião festiva, e teria eu quebrado o que era velho e feio para assim forçá-la a realizar a intenção insinuada? Se era assim, meu movimento de arremesso fora apenas aparentemente desajeitado; na realidade, fora extremamente hábil e conseqüente, tendo sabido poupar todos os objetos mais valiosos que estavam ao redor.

Creio realmente que devemos aceitar esse juízo para toda uma série de movimentos desajeitados aparentemente acidentais. É certo que eles exibem algo de violento e impetuoso, como os movimentos espástico-atáxicos, mas mostram-se regidos por uma intenção e alcançam seu objetivo com uma segurança de que em geral não podem vangloriar-se nossos movimentos voluntários conscientes. Além disso, partilham essas duas características - a violência e a infalibilidade - com as manifestações motoras da neurose histérica e, em parte, também com as realizações motoras do sonambulismo, o que aponta, num e noutro casos, para uma mesma modificação desconhecida do processo de inervação.

Outra auto-observação, [1] relatada pela Sra. Lou Andreas-Salomé, pode dar uma demonstração convincente de como a persistência obstinada num ato de “inabilidade” serve a propósitos inconfessados, e de modo muito hábil.

“Exatamente na época em que o leite se tornara uma mercadoria escassa e custosa, constatei, para meu constante horror e aborrecimento, que o deixava entornar todas as vezes que o fervia. Em vão me empenhei em dominar isso, embora de modo algum possa dizer que, em outras ocasiões, eu me mostre distraída ou desatenta. Bons motivos para me comportar assim eu teria tido depois da morte de meu querido terrier branco (que merecia tanto seu nome de ‘Druzhok’ [‘Amigo’, em russo] quanto qualquer ser humano chegou a merecer). Mas - veja só! - desde sua morte, nunca mais se derramou uma só gotinha do leite fervido! Meu primeiro pensamento a esse respeito foi: ‘Que sorte, porque agora o leite derramado na chapa do fogão ou no chão não serviria mesmo para nada!’ E no mesmo instante visualizei meu ‘Amigo’, sentado diante de mim, observando atentamente o processo da fervura, com a cabeça um pouco inclinada para um lado, o rabo abanando, esperançoso, aguardando com plena confiança o esplêndido infortúnio que estava para acontecer. E então tudo se esclareceu para mim, inclusive isto: que eu gostava dele ainda *mais* do que eu mesma sabia.”

Nos últimos anos, [1] desde que venho colecionando essas observações, tive mais algumas experiências de despedaçar ou quebrar objetos de algum valor, mas a investigação desses casos me convenceu de que eles nunca foram fruto do acaso ou de uma despropósito

inabilidade minha. Uma manhã, por exemplo, quando ia passando por um quarto de roupão e chinelos de palha, cedi a um impulso repentino e, com o pé, atirei um dos chinelos na parede, derrubando uma linda pequena Vênus de mármore de seu suporte. Enquanto ela se fazia em pedaços, citei, inteiramente impassível, estes versos de Busch:

“Ach! di Venus ist perdü -Klickeradoms! - von Medici!”

Essa conduta absurda e minha tranqüilidade ante o dano podem ser explicadas pela situação da época. Tínhamos na minha família uma doente grave, de cujo restabelecimento eu já perdera secretamente as esperanças. Naquela manhã eu me inteirara de que tinha havido uma grande melhora, e sei que disse a mim mesmo: “Quer dizer, então, que ela vai viver!” Meu acesso de fúria destrutiva serviu, portanto, para expressar um sentimento de gratidão ao destino, e me permitiu realizar um “*ato sacrificial*”, como se tivesse feito uma promessa de sacrificar isto ou aquilo como uma oferenda, caso ela recuperasse a saúde! A escolha da Vênus de Medici para esse sacrifício foi, é claro, apenas uma galante homenagem à convalescente; mas ainda hoje me é incompreensível como foi que me decidi tão depressa, mirei com tanta destreza e consegui não atingir nenhum outro dos objetos que estavam tão próximos.

Outra quebra para a qual tornei a me valer de uma caneta que escapou de minha mão teve, igualmente, o sentido de um sacrifício, só que, dessa vez, um sacrifício *propiciatório* para afastar um mal. Certa vez, achei de repreender um amigo leal e digno, baseando-me apenas na interpretação que dei a alguns sinais vindos de seu inconsciente. Ele se ofendeu e me escreveu uma carta pedindo que eu não tratasse meus amigos psicanaliticamente. Tive quedar-lhe razão e lhe respondi procurando apaziguá-lo. Enquanto escrevia essa carta, eu tinha diante de mim minha última aquisição, uma figurinha egípcia magnificamente vitrificada. Quebrei-a da maneira descrita e, logo em seguida, entendi que havia causado essa calamidade para impedir outra maior. Por sorte, ambas as coisas - a amizade e a figura - puderam ser cimentadas de modo a não se notar a rachadura.

Uma terceira quebra relacionou-se com questões menos graves; foi apenas uma “execução” disfarçada, para usar a expressão de Vischer (em *Auch Einer*), de um objeto que já não gozava de minha estima. Durante algum tempo eu havia usado uma bengala com cabo de prata; numa ocasião em que, sem culpa minha, a fina chapa de prata foi danificada, o conserto foi malfeito. Pouco depois de receber a bengala de volta, usei o cabo, por travessura, para puxar um de meus filhos pela perna. Naturalmente, o cabo se partiu e assim me vi livre dele.

A impassividade com que aceitamos o dano produzido em todos esses casos pode, sem dúvida, ser tomada como prova de que existe um propósito inconsciente por trás da realização desses atos.

Por vezes, quando se investigam as razões da ocorrência de um desses atos falhos tão ínfimos, como é a quebra de um objeto, [1] depara-se com relações que, além de se vincularem à situação atual da pessoa, penetram profundamente em sua pré-história. A seguinte análise de Jekels (1913) pode servir de exemplo:

“Um médico estava de posse de uma floreira de barro que, apesar de não ser valiosa, era de grande beleza. Fora-lhe presenteada há algum tempo, juntamente com vários outros objetos, alguns inclusive de valor, por uma paciente (casada). Quando nela se manifestou uma psicose, ele devolveu todos os presentes aos familiares da paciente - exceto esse vaso muito menos valioso, do qual não conseguiu separar-se, supostamente por sua beleza. Mas esse desfalque custou certa luta interna a esse homem habitualmente muito escrupuloso, que, tendo plena ciência da impropriedade de sua ação, só conseguiu superar seu remorso dizendo a si mesmo que, na verdade, o vaso não tinha nenhum valor material, era muito difícil de embalar etc. Passados alguns meses, quando ele estava prestes a contratar um advogado para reclamar o pagamento do resto dos honorários devidos pelo tratamento dessa mesma paciente, que estavam sendo contestados, as auto-recriminações voltaram a surgir; por um breve intervalo, ele sofreu a angústia de que os parentes descobrissem seu suposto desfalque e o levantassem contra ele no processo judicial. Particularmente, porém, por algum tempo o primeiro fator (suas auto-recriminações) foi tão intenso que ele pensou em renunciar a sua exigência de uma soma de valor talvez cem vezes maior que o do vaso - como que numa indenização pelo objeto do qual se havia apropriado. Contudo, logo superou esses pensamentos e os afastou como absurdos.

“Enquanto ainda estava nesse estado de espírito, sucedeu-lhe renovar a água da floreira e, apesar da extraordinária infreqüência com que quebrava alguma coisa e do domínio que tinha sobre seu aparelho muscular, ele fez um movimento estranhamente ‘desajeitado’, que não tinha a menor relação orgânica com a ação executada, e derrubou o vaso da mesa, quebrando-o em cinco ou seis pedaços grandes. E isso depois de ter decidido, na noite anterior, não sem grandes hesitações, colocar justamente esse vaso, cheio de flores, na mesa de jantar diante de seus convidados. Lembrara-se do vaso pouco antes de quebrá-lo, tendo notado com angústia que ele não estava na sala de visitas e tendo-o trazido pessoalmente do outro aposento! Depois dos primeiros momentos de consternação, catou os pedaços e, juntando-os, acabara de constatar que ainda seria possível fazer um conserto quase completo, quando os dois ou três fragmentos maiores escaparam-lhe da mão e se quebraram em milhares de estilhaços, eliminando com isso qualquer esperança relacionada ao vaso.

“Não há dúvida de que esse ato falho respondeu à tendência atual de facilitar ao médico o prosseguimento de seu processo legal, livrando-o de algo que ele retivera e que, em certa medida, impedia-o de exigir o que haviam retido dele.

“Mas, além desse determinante direto, qualquer psicanalista verá nesse ato falho um outro muito mais profundo e importante, um determinante *simbólico*, pois o vaso é um símbolo indubitável da mulher.

“O herói dessa pequena história perdera de maneira trágica sua esposa jovem, linda e ardentemente amada; caiu vítima de uma neurose cuja nota fundamental dizia que ele era o culpado dessa desgraça (‘ele havia quebrado um belo vaso’). Além disso, já não tinha nenhuma relação com as mulheres e tomou aversão ao casamento e às relações amorosas duradouras, que inconscientemente encarava como uma infidelidade à sua esposa morta, mas que, na consciência, racionalizava na idéia de que trazia a desgraça às mulheres infelizes, de que uma mulher poderia matar-se por sua causa etc. (Daí sua natural relutância em conservar o vaso permanentemente!)

“Tendo em vista a força de sua libido, não surpreende que lhe parecessem mais adequadas as relações - passageiras por natureza - com mulheres casadas (donde ele reter o vaso de outro).

“Uma bela confirmação desse simbolismo encontra-se nos dois fatores seguintes. Em conseqüência da neurose ele entrou em tratamento psicanalítico. Durante a sessão em que descreveu a quebra do vaso ‘de barro’ [*irdenen* ‘Vase’], ocorreu-lhe, bem mais tarde, voltar a falar sobre suas relações com as mulheres, e disse então considerar-se absurdamente exigente - por exemplo, exigia que as mulheres tivessem uma ‘beleza extraterrena’ [*unirdische Schoönheit*]. Isso acentua com muita clareza que ele ainda era dependente de sua mulher (falecida, i.e., não-terrena) e nada queria saber da ‘beleza terrena’; daí a quebra do vaso ‘de barro’ (‘terreno’).

“E exatamente na época em que, na transferência, ele criou a fantasia de se casar com a filha de seu médico, presenteou-o com um vaso, como que para dar um indício do tipo de presente que desejaria receber em troca.

“É previsível que o sentido simbólico do ato falho admita ainda múltiplas variações - por exemplo, ele não querer encher o vaso etc. Mais interessante, porém, parece-me a consideração de que a presença de vários motivos (pelo menos dois), provavelmente agindo em separado desde o pré-consciente e o inconsciente, reflete-se na duplicação do ato falho - derrubar o vaso e depois deixá-lo escapar das mãos.”

(e) Deixar cair, derrubar e quebrar objetos são atos que parecem ser usados com muita freqüência para expressar cadeias inconscientes de pensamentos, como a análise às vezes pode comprovar; mais amiúde, porém, pode-se adivinhá-lo pelas interpretações

supersticiosas ou brincalhonas feitas pela voz do povo. São conhecidas as interpretações dadas quando se derrama sal, derruba-se um copo de vinho, quando uma faca caída se crava no chão etc. Só mais adiante [em [1]] examinarei a questão do direito que têm essas interpretações supersticiosas a serem levadas a sério; aqui, cabe apenas observar que, isoladamente, os atos desajeitados de modo algum têm um sentido constante, mas servem como meio de representar esta ou aquela intenção, conforme as circunstâncias.

Recentemente, houve em minha casa um período durante o qual se quebrou uma quantidade incomumente grande de cristais e porcelanas; eu mesmo contribuí para o estrago de várias peças. Mas a pequena epidemia psíquica pôde ser explicada facilmente; estávamos às vésperas do casamento de minha filha mais velha. Nessas cerimônias, aliás, era costume quebrar-se algum utensílio deliberadamente e, ao mesmo tempo, pronunciar uma palavra para trazer boa sorte. Esse costume talvez tenha o significado de um sacrifício e também pode ter outro sentido simbólico.

Quando os empregados destroem objetos frágeis, deixando-os cair, não nos ocorre pensar primeiro numa explicação psicológica, mas também aqui não é improvável que motivos obscuros contribuam para isso. Nada está mais distante das pessoas incultas do que a apreciação da arte e das obras de arte. Nossos criados são dominados por uma hostilidade surda contra as produções artísticas, especialmente quando os objetos (cujo valor eles não entendem) tornam-se para eles uma fonte de trabalho. Por outro lado, pessoas da mesma origem e grau de cultura freqüentemente mostram grande destreza e fidedignidade no manejo de objetos frágeis em instituições científicas, tão logo começam a se identificar com o chefe e a considerar-se parte essencial da equipe.

Aqui insiro [1] uma comunicação de um jovem técnico, que nos confere certo entendimento do mecanismo de um caso de dano material:

“Há algum tempo eu tralhava com diversos colegas, no laboratório da escola técnica, numa série de experiências complexas sobre a elasticidade, trabalho esse que tínhamos empreendido voluntariamente, mas que começava a exigir mais tempo de que havíamos esperado. Um dia, ao voltar ao laboratório com meu amigo F., ele comentou quão desagradável lhe era perder tanto tempo justamente naquele dia, quando tinha tantas outras coisas a fazer em casa. Não pude deixar de concordar com ele, e ainda acrescentei, em tom meio brincalhão, referindo-me a um incidente da semana anterior: ‘Esperemos que a máquina torne a dar defeito, pois assim poderemos suspender o trabalho e ir para casa cedo.’ Ocorre que, na divisão do trabalho, coube a F. a regulagem da válvula da prensa, isto é, ele foi incumbido de abrir cautelosamente a válvula para deixar o fluido sob pressão sair pouco a pouco do acumulador pra o cilindro da prensa hidráulica. O condutor da

experiência ficou junto ao manômetro e, quando se atingiu a pressão correta, gritou bemalto: ‘Pare!’ À palavra de comando, F. segurou a válvula e girou-a com toda a força ... para a esquerda! (Todas as válvulas, sem exceção, fecham-se sendo giradas para a direita.) Isso fez com que toda a pressão do acumulador passasse subitamente para a prensa, esforço este para o qual os tubos de ligação não estão preparados, de modo que um deles explodiu imediatamente - um defeito totalmente inofensivo para a máquina, mas que nos forçou a suspender o trabalho por esse dia e ir para casa. Aliás, é característico que, passado algum tempo, quando discutíamos esse acontecimento, meu amigo F. não tivesse a mínima lembrança de meu comentário, que eu recordava com toda a certeza.”

De maneira semelhante, [1] cair, dar um passo em falso e escorregar nem sempre precisam ser interpretados como falhas puramente acidentais das ações motoras. O duplo sentido que a linguagem confere a essas expressões é suficiente para indicar o tipo de fantasias guardadas que se podem representar através desses abandonos do equilíbrio corporal. Lembro-me de certo número de doenças nervosas leves em mulheres e moças que sobrevieram depois de uma queda sem lesões e foram tomadas por histerias traumáticas decorrentes do susto da queda. Já naquela época eu tinha a impressão de que essas coisas poderiam estar relacionadas de outra maneira, como se a queda já fosse um produto da neurose e expressasse as mesmas fantasias inconscientes, de conteúdo sexual, que são as forças motoras por trás dos sintomas, como se pode presumir. Não seria também isso o que pretende dizer o provérbio “Donzela, quando cai, cai de costas”?

Também podemos tomar [1] como equívocos na ação os casos em que se dá a um mendigo uma moeda de ouro em vez de uma moedinha de cobre ou de prata. A explicação desses enganos é fácil; são atos sacrificais destinados a aplacar o destino, afastar a desgraça, e assim por diante. Quando se ouve uma mãe, ou tia afeiçoada, pouco antes de sair para um passeio em que exibiu a contragosto tal generosidade, expressar preocupação com a saúde de uma criança, já não se pode ter nenhuma dúvida quanto ao sentido desse acidente supostamente desagradável. Dessa maneira, nossos atos falhos nos permitem praticar todos aqueles costumes piedosos e supersticiosos que são obrigados a evitar a luz da consciência devido à resistência de nossa razão, agora incrédula.

(f) Em nenhum outro campo [1] a concepção de que na realidade os atos acidentais são deliberados há de encontrara maior crença do que na esfera da atividade sexual, onde a demarcação entre as duas possibilidades parece realmente vaga. Um bom exemplo de minha própria experiência de alguns anos atrás mostra como um movimento aparentemente desajeitado pode ser usado de maneira altamente requintada para fins sexuais. Na casa de alguns amigos, encontrei uma jovem ali hospedada e que despertou em mim um sentimento de prazer que eu julgara extinto há muito tempo. Em consequência disso, fiquei com um

ânimo alegre, falastrão e solícito. Na ocasião, esforcei-me também por descobrir como isso se dera; um ano antes, essa mesma jovem me deixara indiferente. Quando o tio dela, um senhor muito idoso, entrou na sala, eu e ela nos erguemos de um salto para levar-lhe uma cadeira que estava num canto. Ela foi mais ágil do que eu e estava, creio, mais próxima do objeto; por isso, apoderou-se primeiro da cadeira e pôs-se a carregá-la, apoiando seu espaldar na frente do corpo e segurando com ambas as mãos aos lados do assento. Como cheguei depois, mas ainda aferrado a minha intenção de carregar a cadeira, vi-me de repente postado bem atrás da jovem, enlaçando-a por trás com os dois braços, e minhas mãos se tocaram por um momento em seu regaço. Naturalmente, desfiz a situação com a mesma rapidez com que ela fora criada. Ninguém pareceu reparar na habilidade com que me aproveitei desse movimento desajeitado.

Ocasionalmente, também tive de dizer a mim mesmo que o processo irritante e desajeitado de desviar de alguém na rua, no qual, por alguns segundos, dá-se primeiro um passo para um lado e, depois, para o outro, mas sempre para o mesmo lado que outra pessoa, até que se acaba ficando frente a frente com ela (ou com ele), que esse “barrar o caminho”, eu dizia, é também a repetição de um comportamento travesso e provocador de anos anteriores e, sob a máscara da inabilidade, persegue objetivos sexuais. Por minhas psicanálises de neuróticos, sei que a chamada ingenuidade dos jovens e crianças muitas vezes é apenas uma máscara desse tipo, usada para que possam dizer ou fazer algo indecoroso sem se sentirem embaraçados.

Wilhelm Stekel relatou auto-observações muito semelhantes. Entrei numa casa e estendi a sua dona minha mão direita. Ao fazê-lo, achei um modo estranhíssimo de desatar o laço que prendia seu roupão largo. Eu não estava consciente de nenhuma intenção desonrosa, mas executei esse movimento desajeitado com a destreza de um escamoteador.”

Já pude [1] fornecer provas reiteradas [ver em [1] e [2]] de que os escritores pensam nos atos falhos como tendo um sentido e um motivo, tal como venho argumentando aqui. Por isso, não nos surpreenderemos ao verificar, num novo exemplo, como um escritor dota de sentido um movimento desajeitado e também o faz prenunciar eventos posteriores.

Eis um trecho do romance *L'Adultera* [*A Adúltera*, 1882], de Theodor Fontane: ‘... Melanie ergueu-se de um salto e atirou para o marido uma das bolas grandes, como que num cumprimento. Mas não mirou bem, a bola voou para um lado e Rubehn a agarrou.’” Ao voltarem da excursão que levou a esse pequeno episódio, ocorre entre Melanie e Rubehn uma conversa que revela os primeiros indícios de uma afeição nascente. Essa afeição cresce e se transforma em paixão, de modo que Melanie termina por abandonar o marido para se entregar inteiramente ao homem amado. (Comunicado por H. Sachs.)

(g) Os efeitos produzidos pelos atos falhos das pessoas normais são, em geral, dos mais

inofensivos. Precisamente por isso, há um interesse especial em saber se os erros de importância considerável, que podem ser acompanhados de conseqüências desagradáveis - por exemplo, os erros dos médicos ou farmacêuticos -, enquadram-se de algum modo em nossos pontos de vista. (Cf. também em [1]-[2]).

Como é muito raro eu praticar intervenções médicas, só tenho para comunicar, de minha experiência pessoal, um exemplo de equívoco na ação médica. Com uma senhora muito idosa a que tenho visitado duas vezes por dia há alguns anos, meus serviços médicos se limitam, na visita matinal, a duas ações; coloco-lhe algumas gotas de colírio no olho e lhe aplico uma injeção de morfina. Em geral, já há dois frasquinhos preparados: um azul com o colírio e um branco com a solução de morfina. Durante as duas operações, meus pensamentos, na maioria das vezes, voltam-se para alguma outra coisa; é que já as repeti tantas vezes que minha atenção se libera. Uma manhã, notei que o autômato havia errado no trabalho: mergulhara o conta-gotas no frascobranco, e não no azul, e pingara morfina no olho em vez de colírio. Fiquei muito assustado, mas logo me tranqüilizei, refletindo que algumas gotas de uma solução de morfina a dois por cento não poderiam causar nenhum dano nem mesmo no saco conjuntival. A sensação de susto obviamente derivava de outra fonte.

Ao tentar analisar esse pequeno erro, ocorreu-me inicialmente a frase “sich an der Alten vergreifen”, que forneceu o caminho mais curto para a solução. Eu estava sob a influência de um sonho que me fora contado por um jovem na noite anterior e cujo conteúdo não admita outra interpretação que não fosse a de relações sexuais com sua própria mãe. O estranho fato de a lenda [de Édipo] não fazer nenhuma objeção à idade da rainha Jocasta pareceu-me adequar-se bem à conclusão de que, no enamoramento pela própria mãe, nunca se trata da pessoa atual dela, mas de sua imagem mnêmica juvenil, formada nos anos da infância. Tais incongruências aparecem sempre que uma fantasia que oscila entre dois períodos se torna consciente e, com isso, liga-se em definitivo a determinada época. Absorto em tais pensamentos, fui ver minha paciente, que tem mais de noventa anos, e devo ter estado a caminho de apreender a aplicação humana universal do mito de Édipo como um correlato do destino que se revela nos oráculos, pois então “atentei contra a velha” ou “cometi um erro em relação à velha” [*vergreifen sich bei der Alten*]. Também esse equívoco na ação foi inofensivo; dos dois erros possíveis, aplicar a solução de morfina no olho ou injetar o colírio, escolhi o que era bem mais inofensivo. Resta ainda a questão de saber se, nos erros capazes de provocar danos graves, é lícito admitirmos a possibilidade de uma intenção inconsciente, tal como fizemos nos casos já discutidos.

Nesse ponto, como seria de se esperar, meu material me deixa desamparado, e fico reduzido a depender de conjeturas e inferências. Sabe-se que, nos casos mais graves de psiconeuroses, os ferimentos auto-infligidos ocasionalmente aparecem como sintomas patológicos e que, nesses casos, nunca se pode excluir o suicídio como um possível desfecho do conflito psíquico. Sei agora, e posso provar com exemplos convincentes, que muitos ferimentos aparentemente acidentais sofridos por esses doentes são, na realidade,

lesões auto-infligidas. Acontece que uma tendência à autopunição, que está constantemente à espreita e comumente se expressa na autocensura ou contribui para a formação do sintoma, tira hábil partido de uma situação externa oferecida pelo acaso, ou contribui para sua criação até que se dê o efeito lesivo desejado. Tais ocorrências de modo algum são raras, inclusive nos casos de gravidade moderada, e denunciam o papel desempenhado pela intenção inconsciente através de uma série de traços particulares - por exemplo, a notável serenidade com que os pacientes encaram o suposto acidente.

Quero descrever detalhadamente, [1] dentre muitos, um único exemplo de minha experiência médica: uma jovem senhora quebrou os ossos de uma perna num acidente de carruagem, o que a fez ficar acamada por semanas; o notável foi a ausência de quaisquer expressões de dor e a tranqüilidade com que ela suportou seu infortúnio. Esse acidente deu início a uma doença neurótica prolongada e grave, da qual ela foi finalmente curada pela psicanálise. Ao tratá-la, inteirei-me das circunstâncias que cercaram o acidente e de certos acontecimentos que o precederam. Essa jovem senhora estava hospedada com o marido, homem muito ciumento, na fazenda de uma irmã casada, em companhia de suas muitas outras irmãs e irmãos com os respectivos maridos e mulheres. Certa noite, ela exibiu nesse círculo íntimo um de seus talentos: dançou o canção com perfeição, sob os aplausos calorosos dos parentes, mas com pouquíssima satisfação do marido, que depois lhe sussurrou: “Você tornou a se portar como uma meretriz!” O comentário calou fundo - deixemos em suspenso se foi só por causa da exibição de dança. Ela passou uma noite inquieta; na manhã seguinte, sentiu vontade de dar um passeio de carruagem. Mas escolheu os cavalos pessoalmente, recusando uma parelha e pedindo outra. A irmã mais moça queria que seu bebê e a ama fossem com ela na carruagem; ela se opôs a isso vigorosamente. Durante o trajeto, deu mostras de nervosismo; preveniu o cocheiro de que os cavalos estavam espantadiços e, quando os animais irrequietos realmente criaram uma dificuldade momentânea, ela saltou do veículo, assustada, e quebrou a perna, os outros que permaneceram na carruagem saíram ilesos. Embora, depois de descobrir esses detalhes, já não possamos duvidar de que o acidente, naverdade, foi arranjado, não podemos deixar de admirar a habilidade com que o acaso foi forçado a impor um castigo tão adequado ao crime: por muito tempo ela ficou impossibilitada de dançar o canção.

Quanto a lesões que eu tenha infligido a mim mesmo em épocas tranqüilas, pouco tenho a relatar, mas percebo que não sou incapaz dessas coisas em circunstâncias extraordinárias. Quando um membro de minha família se queixa de ter mordido a língua, imprensado um dedo etc., não recebe de mim a compaixão esperada, mas sim a pergunta: “Por que você fez isso?” Mas eu mesmo dei certa vez um beliscão extremamente doloroso em meu polegar, depois que um jovem paciente me falou, durante a sessão, de seu propósito (não para ser levado a sério, é claro) de se casar com minha filha mais velha, enquanto eu sabia que, justamente nessa época, estava no sanatório, correndo o mais extremo risco de vida.

Um de meus meninos, cujo temperamento animado costumava criar dificuldades para se

cuidar dele quando ficava doente, um dia teve um acesso de raiva porque o mandamos passar a manhã de cama e ameaçou matar-se, possibilidade esta com que se familiarizara através dos jornais. À noite, mostrou-me um machucado que fizera num dos lados do peito ao dar um esbarrão na maçaneta da porta. Diante de minha pergunta irônica sobre por que fizera isso e o que havia pretendido, o menino de onze anos respondeu, como que subitamente inspirado: “Isso foi minha tentativa de suicídio, que ameacei cometer hoje cedo.” A propósito, não creio que nessa época meus filhos tivessem acesso a minhas concepções sobre os ferimentos auto-infligidos.

Quem acreditar [1] na ocorrência de ferimentos semi-intencionais auto-infligidos - se me for permitido usar essa expressão desajeitada - também estará disposto a supor que, além do suicídio intencional consciente, existe uma autodestruição semi-intencional (com uma intenção inconsciente), capaz de explorar habilmente uma ameaça à vida e mascará-la como um acidente casual. Não há por que supor que essa autodestruição seja rara. É que a tendência à autodestruição está presente em certa medida num número muito maior de pessoas do que aquelas em que chega a ser posta em prática; os ferimentos auto-infligidos são, em geral, um compromisso entre essa pulsão e as forças que ainda se opõem a ela. Mesmo nos casos em que realmente se consuma o suicídio, a propensão a ele terá estado presente desde longa data, com menor intensidade ou sob a forma de uma tendência inconsciente e suprimida.

Mesmo a intenção *consciente* de cometer suicídio escolhe sua época, seus meios e sua oportunidade; e é perfeitamente consonante com isso que a intenção *inconsciente* aguarde uma ocasião que possa tomar a seu encargo parte da causação e que, ao requisitar as forças defensivas do sujeito, liberte a intenção da pressão destas. As considerações que aqui proponho estão longe de ser fúteis. Já tive notícia de mais de um acidente aparentemente casual (andando a cavalo ou de carruagem) cujos detalhes justificam a suspeita de que o suicídio foi inconscientemente permitido. Por exemplo, durante uma prova hípica com outros companheiros, um oficial caiu do cavalo e feriu-se tão gravemente que morreu alguns dias depois. Seu comportamento ao voltar a si teve alguns aspectos singulares, e sua conduta anterior fora ainda mais notável. Ele ficara profundamente desgostoso com a morte de sua mãe amada, tivera crises de choro na presença de seus companheiros de farda e dissera a seus amigos íntimos que estava farto da vida; quis abandonar o serviço para participar de uma guerra na África que antes não o interessara; e tendo sido um cavaleiro esplêndido, agora evitava montar sempre que possível. Por fim, antes da corrida, da qual não pôde esquivar-se, ele expressou um mau pressentimento; dada nossa visão nessas questões, não nos surpreende que esse pressentimento tenha-se revelado justificado. Hão de fazer-me a objeção de que é perfeitamente compreensível que uma pessoa em tal depressão nervosa não consiga dominar um cavalo bem quanto em dias normais. Concordo plenamente; só que eu buscaria o mecanismo da inibição motora produzida por esse estado de “nervosismo” na intenção de autodestruição aqui enfatizada.

S. Ferenczi, de Budapeste, entregou-me para publicação a análise de um ferimento aparentemente acidental com arma de fogo, que ele explica como uma tentativa inconsciente de suicídio. Só posso declarar minha concordância com a visão que ele tem do assunto.

“J. Ad., um carpinteiro de vinte e dois anos, consultou-me em 18 de janeiro de 1908. Queria saber de mim se a bala que penetrara em sua têmpora esquerda em 20 de março de 1907 podia ou devia ser removida por uma operação. Salvo por dores de cabeça ocasionais e não muito fortes, ele se sentia perfeitamente bem, o exame objetivo nada revelou além da cicatriz característica, enegrecida pela pólvora, na têmpora esquerda, de modo que desaconselhei a operação. Indagado sobre as circunstâncias do caso, ele explicou que se ferira acidentalmente. Estava brincando com o revólver do irmão, *achou que não estava carregado*, pressionou-o com a mão esquerda contra a têmpora *esquerda* (não é canhoto), pôs o dedo no gatilho e um tiro foi disparado. *Havia três balas na arma de seis tiros*. Perguntei como lhe ocorrera a idéia de pegar o revólver. Respondeu que tinha sido na época de seu exame médico para o serviço militar; na noite anterior, levara a arma com ele para a hospedaria, pois tinha medo de brigas. No exame médico, foi declarado inepto por causa de suas varizes, o que o fez sentir-se muito envergonhado. Voltou para casa e pôs-se a brincar com o revólver, mas não tinha nenhuma intenção de se ferir - e então ocorreu o acidente. Indagado ainda se, no mais, estava satisfeito com pura sorte, respondeu com um suspiro e contou a história de seu amor por uma jovem que também o amava, mas que mesmo assim o havia abandonado; por pura cobiça ela emigrara para a América. Ele quis segui-la, mas seus pais o impediram. Sua amada partira em 20 de janeiro de 1907, ou seja, dois meses antes do acidente. Apesar de todos esses fatores suspeitos, o paciente continuou insistindo em que o disparo fora um ‘acidente’. Entretanto, estou firmemente convencido de que sua negligência em certificar-se de que a arma estava descarregada antes de brincar com ela, bem como seu ferimento auto-infligido, foram psicologicamente determinados. Ele ainda estava sob os efeitos deprimentes de seu desafortunado caso de amor e obviamente queria ‘esquecer tudo’ no exército. Quando lhe tiraram também essa esperança, pôs-se a brincar com o revólver, ou seja, entregou-se a uma tentativa inconsciente de suicídio. O fato de segurar o revólver na mão esquerda, e não na direita, é uma prova decisiva de que realmente só estava ‘brincando’ - isto é, não queria conscientemente cometer suicídio.”

Outra análise de um ferimento auto-infligido aparentemente acidental, transmitida a mim por seu observador (Van Emden, 1912), faz lembrar o provérbio: “Quem abre uma cova para os outros acaba caindo nela.”

“A Sra. X., que vem de um meio burguês, é casada e tem três filhos. Sem dúvida é nervosa, mas nunca precisou de um tratamento enérgico, pois tem capacidade suficiente para enfrentar a vida. Certo dia, acarretou para si mesma uma desfiguração facial bem impressionante na época, embora passageira. Ia ela por uma rua que estava em conserto

quando tropeçou num monte de pedras e bateu com o rosto no muro de uma casa. O rosto ficou todo arranhado; as pálpebras ficaram azuis e inchadas e, temendo que algo pudesse acontecer com seus olhos, ela mandou chamar o médico. Depois de tranquilizá-la a esse respeito, perguntei: ‘Mas por que foi mesmo que a senhora caiu assim?’ Ela respondeu que, pouco antes, havia prevenido o marido - que já sofria há alguns meses de uma afecção articular e por isso andava com dificuldade - para que tomasse muito cuidado naquela rua; e ela já tivera muitas vezes a experiência, em casos como esse, de acontecer-lhe, de maneira muito estranha, justamente aquilo de que ela prevenira alguma outra pessoa.

“Não fiquei satisfeito com essa determinação do acidente e lhe perguntei se acaso não teria algo mais a me contar. Sim, bem antes do acidente ela vira um bonito quadro numa loja do outro lado da rua; de repente, desejara tê-lo como adorno para o quarto das crianças, e por isso quis comprá-lo imediatamente: partiu em linha reta em direção à loja, sem olhar para o chão, tropeçou no monte de pedras e, ao cair, bateu com o rosto no muro da casa, sem esboçar a menor tentativa de se proteger com as mãos. Esqueceu de imediato a intenção de comprar o quadro e voltou para casa o mais depressa possível. - ‘Mas por que a senhora não prestou mais atenção?’ perguntei. - ‘Bem’, respondeu ela, ‘talvez tenha sido um *castigo...* por causa daquela história que lhe contei em confiança.’ - ‘Com que então essa história tem continuado a afligi-la tanto assim?’ - ‘Sim, depois em arrependi muito; achei que fui má, criminosa e imoral, mas naquela época eu estava quase louca com meu nervosismo.’

“Tratava-se de um aborto que ela fizera com o consentimento do marido, já que, dada a sua situação financeira, o casal não queria ter mais filhos. O aborto fora iniciado por uma curandeira e tivera de ser concluído por um médico especialista.

“Muitas vezes me repreendo pensando “mas você mandou matar seu filho!”, e me angustiava pensar que uma coisa assim não podia ficar sem castigo. Agora que o senhor me garantiu que não há nada de mal com meus olhos, fico muito descansada: de qualquer modo, já fui *suficientemente punida.*’

“Esse acidente, portanto, foi uma autopunição, de um lado para expiar o crime dela, mas de outro também para escapar a um castigo desconhecido, talvez muito maior, ante o qual ela se angustiara continuamente por meses a fio. No momento em que se atirou em direção à loja para comprar o quadro, ela foi dominada pela lembrança dessa história inteira, com todos os seus temores - história que já se fizera sentir com bastante força em seu inconsciente quando da advertência ao marido - e é possível que isso se tenha expressado em palavras como: ‘Mas para que você precisa de um enfeite para o quarto das crianças, você que mandou matar seu filho? Você é uma assassina! O grande castigo com certeza chegará!’

“Esse pensamento não se tornou consciente, mas em contrapartida ela usou a situação, nesse momento que eu chamaria de psicológico, para se castigar discretamente, com o auxílio do monte de pedras que parecia adequado para tal fim; foi por isso que nem sequer estendeu as mãos ao cair e também não levou um susto violento. O segundo determinante do acidente, provavelmente menos importante, foi sem dúvida a autopunição por seu desejo *inconsciente* de se livrar do marido, que aliás fora cúmplice no crime. Esse desejo traiu-se na advertência inteiramente supérflua que ela fez ao marido, para que ficasse atento ao monte de pedras na rua, já que ele andava com muito cuidado justamente por não ir bem das pernas.”

Quando se consideram as circunstâncias do seguinte caso de autoferimento aparentemente acidental por queimadura, tende-se a achar que J. Stärcke (1916) está certo em encará-lo como um “ato sacrificial”:

“Uma senhora cujo genro tinha de partir para a Alemanha a fim de prestar serviço militar escaldou o pé nas seguintes circunstâncias: sua filha esperava dar à luz em breve e, naturalmente, os pensamentos voltados para os perigos da guerra não deixavam a família muito bem-humorada. No dia anterior à partida, ela convidara o genro e a filha para jantarem. Ela mesma preparou a refeição na cozinha, não sem antes, estranhamente, trocar suas botas altas de amarrar, providas de palmilha corretiva, com as quais andava comodamente e que também costumava usar em casa, por um par de chinelos do marido, grandes demais e abertos em cima. Ao tirar do fogo uma panela grande de sopa fervendo, deixou-a cair e assim fez uma queimadura bastante séria num dos pés, sobretudo no peito do pé, que não estava protegido pelo chinelo aberto. - Naturalmente, todos atribuíram esse acidente a seu compreensível ‘nervosismo’. Nos primeiros dias depois desse holocausto, ela teve um cuidado especial ao manipular coisas quentes, mas isso não a impediu, alguns dias depois, de queimar o pulso com um caldo fervente”.

Se uma fúria [1] contra a própria integridade e a própria vida pode assim esconder-se por trás de uma inabilidade aparentemente acidental e de uma insuficiência motora, não é preciso um grande passo para se transferir essa mesma concepção para os erros que colocam em sério perigo a vida e a saúde de outras pessoas. As provas de que disponho para mostrar a validade desse ponto de vista são extraídas de minha experiência com neuróticos e, portanto, não atendem a todos os requisitos da situação. Relatarei um caso em que algo que não foi propriamente um erro, mas que merece o nome de ato sintomático ou casual, forneceu-me a pista que depois possibilitou resolver o conflito do paciente. Aceitei certa vez o encargo de fazer algo pelo casamento de um homem muito inteligente cujas desavenças com sua jovem esposa, que o amava ternamente, sem dúvida podiam reclamar

para si alguns fundamentos reais, mas, como ele mesmo admitia, não eram assim inteiramente explicadas. Ele se ocupava incessantemente com a idéia do divórcio, que então voltara a descartar por amar muito ternamente seus dois filhos pequenos. Apesar disso, voltava constantemente a sua intenção e não buscava nenhum meio de fazer com que sua situação se tornasse suportável. Tal incapacidade de pôr termo a um conflito é vista por mim como prova de que motivos recalcados e inconscientes contribuíram para fortalecer os motivos conscientes que lutam entre si, e em tais casos tomo a meu encargo dar fim ao conflito através da análise psíquica. Um dia, esse homem me narrou um pequeno incidente que o deixara extremamente assustado. Ele estava atiçando (“*hetzen*”) seu filho mais velho, claramente o predileto, brincando de jogá-lo para cima e deixá-lo cair, e em certo momento jogou-o tão alto num determinado lugar, que a cabeça do menino quase bateu no pesado lustre a gás ali pendurado. *Quase*, mas não de fato - ou talvez por um triz! O menino não sofreu nada, mas ficou tonto com o susto. O pai, horrorizado, ficou com o filho nos braços, e a mãe teve um ataque histérico. A destreza peculiar desse movimento imprudente e a violência da reação dos pais fizeram-me procurar nesse acidente um ato sintomático destinado a expressar uma intenção malévola dirigida contra o filho amado. Pude eliminar a contradição entre isso e a ternura atual do pai pelo filho, retrocedendo o impulso de feri-lo até a época em que esse filho fora o único e era tão pequeno que o pai ainda não sentia por ele um interesse afetivo. Foi-me então fácil supor que esse homem, obtendo da mulher pouca satisfação, teria naquela época formulado um pensamento ou tomado uma decisão assim: “Se essa criaturinha que nada significa para mim vier a morrer, ficarei livre e poderei divorciar-me de minha mulher.” Portanto, o desejo da morte da criatura agora tão amada por ele devia ter persistido inconscientemente. A partir daí foi fácil descobrir o caminho da fixação inconsciente desse desejo. Um poderoso determinante proveio realmente da lembrança infantil do paciente sobre a morte de um irmãozinho, cuja responsabilidade a mãe imputara à negligência do pai e que havia conduzido a brigas violentas entre os pais e a ameaças de divórcio. O curso subsequente do casamento de meu paciente, bem como meu êxito terapêutico, confirmaram minha conjectura.

Stärcke (1916) deu um exemplo de como os escritores não hesitam em substituir uma ação intencional por um equívoco na ação e, desse modo, convertê-lo em fonte das mais graves conseqüências:

“Num dos esboços de Heijermans (1914) aparece um exemplo de equívoco na ação ou, mais exatamente, de um erro que o autor usa como motivo dramático.

“Trata-se do esboço chamado ‘Tom e Teddie’, onde um casal de mergulhadores, num teatro de variedades, apresenta-se num tanque de ferro com paredes de vidro, ali permanecendo por bastante tempo embaixo d’água e fazendo várias truques. A mulher iniciou há pouco tempo um caso com outro homem, um domador. O marido-mergulhador surpreende os dois juntos no camarim, pouco antes de começar o espetáculo. Silêncio

mortal, olhares ameaçadores, e o marido diz: ‘Depois!’ - Começa a representação. O mergulhador está para fazer seu truque mais difícil: permanecerá ‘dois minutos e meio embaixo d’água, num baú hermeticamente fechado’. - É um truque que eles já fizeram muitas vezes: o baú era trancado e ‘Teddie costumava mostrar a chave ao público, que controlava o tempo em seus relógios’. Ela também costumava jogar propositalmente a chave no tanque umas duas vezes, e depois mergulhar depressa atrás dela, para não se atrasar na hora em que o baú tinha que ser aberto.

“”Nessa noite de 31 de janeiro, Tom foi trancafiado, como de costume, pelos dedinhos de sua mulher ágil e animada. Sorriu-lhe pelo postigo - ela brincava com a chave e aguardava o sinal de advertência do marido. Nos bastidores estava ‘o outro’, o domador com seu fraque impecável, sua gravata branca e seu chicote. Para chamar a atenção dela, deu um assovio bem curto. Ela o olhou, riu e, com o gesto desajeitado de alguém cuja atenção foi desviada, jogou a chave tão impetuosamente para o alto que, exatamente em dois minutos e vinte segundos, contados com precisão, ela caiu ao lado do tanque, em meio às pregas do tecido que recobria o pedestal. Ninguém a vira. Ninguém poderia vê-la. Vista da platéia, a ilusão de ótica foi tal que todos viram a chave deslizar para dentro d’água - e nenhum dos ajudantes do teatro reparou nela, pois o panejamento abafou o ruído.

“”Rindo, sem nenhuma hesitação, Teddie trepou na borda do tanque. Rindo - ele agüentava bem -, desceu a escada. Rindo, desapareceu sob o pedestal para procurar ali e, não encontrando a chave prontamente, inclinou-se para a parte frontal do panejamento com um gesto impagável, tendo no rosto a expressão de quem dissesse. “Ora! mas que chateação!”

“”Enquanto isso, Tom fazia sua caretas engraçadas por trás do postigo, como se também ele fosse ficando inquieto. Via-se o branco de sua dentadura postiça, a agitação dos lábios sob o bigode cor de trigo, as cômicas borbulhas que já se tinham visto antes, enquanto ele comia a maçã. Viram-lhe os pálidos nós dos dedos que se agitavam e arranhavam, e riram como tantas vezes tinham rido aquela noite.

“”Dois minutos cinqüenta e oito segundos...

“”Três minutos e sete segundos... doze segundos...

“”Bravo! Bravo! Bravo!

“” Houve então um sobressalto na sala e um arrastar de pés, pois também os empregados e o domador começaram a procurar, e a cortina desceu antes que se levantasse a tampa.

“” Seis dançarinas inglesas entraram em cena... depois o homem dos pôneis, os cachorros e os macacos. E assim por diante.

“” Só na manhã seguinte o público ficou sabendo que houvera uma desgraça, que Teddie, viúva, ficará só no mundo...’

“” Por essa citação se evidencia quão primorosamente esse artista devia compreender a essência do ato sintomático para nos mostrar com tanto acerto a causa mais profunda do desajeitamento fatal.”

CAPÍTULO IX - ATOS CASUAIS E SINTOMÁTICOS

Os atos descritos até aqui [Capítulo VIII], nos quais reconhecemos a execução de uma intenção inconsciente, apareciam sob a forma de perturbações de outros atos tencionados e se ocultavam sob o pretexto da falta de habilidade. Os atos “casuais” a serem discutidos agora só diferem das ações “equivocadas” pelo fato de desprezarem o apoio da intenção consciente e, portanto, não terem necessidade de um pretexto. Aparecem por conta própria e são permitidos por não se suspeitar de que haja neles algum objetivo ou intenção. São executados “sem que se pense que há alguma coisa neles”, de maneira “puramente casual”, “só para manter as mãos ocupadas”, e se espera que essas informações ponham fim a qualquer indagação sobre o sentido do ato. Para poderem gozar dessa posição privilegiada, esses atos, que já não recorrem à desculpa da inabilidade, têm de preencher certas condições: têm que ser *discretos* e é preciso que seus feitos sejam insignificantes.

Compilei um grande número desses atos casuais em mim mesmo e em outras pessoas e, depois de examinar de perto os diferentes exemplos, cheguei à conclusão de que mais merecem o nome de *atos sintomáticos*. Eles expressam algo de que o próprio agente não suspeita neles e que, em regra geral, não pretende comunicar, e sim guardar para si. Assim, exatamente como todos os outros fenômenos que consideramos até agora, desempenham o papel de sintomas.

O estoque mais rico desses atos sintomáticos ou casuais é obtido, na verdade, no tratamento psicanalítico do neurótico. Não posso abster-me de citar dois exemplos dessa fonte, que mostram com que amplitude e sutileza esses acontecimentos insignificantes são determinados por pensamentos inconscientes. A fronteira entre os atos sintomáticos e os equívocos na ação é tão pouco nítida que eu bem poderia ter incluído esses exemplos no capítulo anterior.

(1) Durante uma sessão, uma jovem casada mencionou em suas associações ter cortado as unhas na véspera e “ter cortado a carne enquanto tentava retirar a fina cutícula da base da unha”. Isso é tão pouco interessante que nos perguntamos, surpresos, porque teria sido

lembrado e mencionado, e começamos a suspeitar de que estamos lidando com um ato sintomático. E de fato, o dedo vitimado por sua pequena inabilidade fora o dedo anular, aquele em se usa a aliança matrimonial. Além disso, era seu aniversário de casamento, o que empresta ao ferimento na fina cutícula um sentido muito definido, fácil de adivinhar. Ao mesmo tempo, ela contou um sonho que aludia à inabilidade do marido e a sua insensibilidade como esposa. Mas por que teria ela ferido o anular da mão *esquerda*, se a aliança é usada [em seu país] na mão *direita*? O marido dela é advogado, “doutor em direito” [*Doktor der Rechte*], e quando mocinha, sua afeição secreta pertencera a um médico (como se diz por brincadeira “*Doktor der Linke*” [literalmente, “doutor da esquerda”]). Um “casamento com a mão esquerda” também tem lá seu sentido definido.

(2)Disse-me uma jovem dama solteira: “Ontem, sem que tivesse nenhuma intenção disso, rasguei em dois pedaços uma nota de cem florins e dei metade a uma dama que me estava visitando. Será isso também um ato sintomático?” Uma investigação mais acurada revelou as seguintes particularidades. A nota de cem florins: - ela dedicava parte de seu tempo e de suas posses a obras de caridade. Junto com outra dama, estava cuidando da educação de um órfão. A nota de cem florins era a contribuição que lhe fora enviada por essa outra dama. Ela a pusera num envelope e o colocara provisoriamente sobre a escrivaninha.

A visitante era uma dama ilustre a quem ela estava ajudando em outra obra beneficente. Essa dama queira anotar uma lista de nomes de pessoas a quem se pudesse solicitar apoio. Por faltar papel, minha paciente pegou o envelope em cima da escrivaninha e, sem pensar em seu conteúdo, rasgou-o em dois pedaços; conservou um deles para si, para ter uma cópia da relação de nomes, e entregou o outro à visitante. Note-se o caráter inofensivo desse procedimento inoportuno. Uma nota de cem florins sabidamente não perde nada de seu valor ao ser rasgada, desde que se possa recompô-la por completo a partir dos fragmentos. A importância dos nomes no pedaço de papel era uma garantia de que a dama não o jogaria fora, e tampouco havia dúvida de que ela restituiria seu valioso conteúdo assim que reparasse nele.

Mas qual teria sido o pensamento inconsciente que esse ato casual, possibilitado pelo esquecimento, pretendeu expressar? A visitante tinha uma relação muito bem definida com o tratamento de minha paciente. Fora essa mesma dama que me recomendara como médico à jovem doente e, se não me engano, minha paciente sentia-se em dívida com ela por esse conselho. Pretenderia a metade da nota de cem florins representar um pagamento por seus serviços como intermediária? Isso ainda seria muito estranho.

Mas a isso veio juntar-se outro material. Um dia antes, uma intermediária de natureza muito diferente indagara a um familiar da paciente se a graciosa senhorita gostaria de travar conhecimento com um certo cavalheiro; e nessa manhã, algumas horas antes da visita da dama, chegara a carta com o pedido do pretendente, que dera margem a muitas risadas.

Assim, quando a visitante iniciou a conversa perguntando pela saúde de minha paciente, esta bem que pode ter pensado: “É verdade que você me recomendou o médico certo, mas se pudesse ajudar-me a conseguir o marido certo” (e além disso: “a ter um filho”), “eu lhe ficaria ainda *mais* agradecida.” A partir desse pensamento, que permaneceu recalcado, as duas intermediárias fundiram-se numa só, e ela entregou à visitante o pagamento que sua fantasia se dispunha a entregar à outra. Essa solução torna-se plenamente convincente quando acrescento que, justo na noite anterior, eu havia falado com a paciente sobre esses atos sintomáticos ou casuais. Ela então aproveitou a primeira oportunidade para produzir algo análogo.

Poder-se-ia proceder a um agrupamento desses atos sintomáticos e casuais, de ocorrência tão freqüente, conforme ocorram habitualmente, ou regularmente em certas circunstâncias, ou ainda esporadicamente. Os atos do primeiro grupo (tais como brincar com a corrente do relógio, retorcer a barba etc.), que quase podem ser considerados característicos da pessoa em questão, aproximam-se dos múltiplos movimentos conhecidos como tiques e sem dúvida merecem ser examinados em relação com eles. No segundo grupo inclui brincar com uma bengala ou rabiscar com um lápis que se tenha na mão, fazer tilintar as moedas no bolso, amassar miolo de pão e outras substâncias maleáveis, manusear a própria roupa de todas as maneiras etc. Durante o tratamento psíquico, por trás dessas ocupações com que se brinca escondem-se regularmente um sentido e significado aos quais se nega outra forma de expressão. Geralmente, a pessoa em questão não sabe que faz essas coisas, ou que introduziu modificações em suas brincadeiras habituais, e não vê nem ouve os efeitos dessas ações. Por exemplo, não ouve o barulho do tilintar das moedas e, quando sua atenção é chamada para isso, mostra-se atônita e incrédula. Tudo o que a pessoa faz com sua roupa, com freqüência sem se aperceber, é igualmente importante e merece a atenção do médico. Cada alteração nos trajes habituais, cada pequeno sinal de desleixo - como um botão desabotoado -, cada indício de desnudamento tem a intenção de expressar algo que o portador da roupa não quer dizer diretamente e do qual, na maioria da vezes, nem está ciente. As interpretações desses pequenos atos casuais, bem como a comprovação delas, emergem a cada vez, com crescente certeza, das circunstâncias concomitantes durante a sessão, do tema nela tratado e das associações que ocorrem quando se chama a atenção para o ato aparentemente casual. Por isso deixo de corroborar minhas afirmações mediante a comunicação de exemplos acompanhados de análises; no entanto, menciono esses atos por acreditar que eles tenham, nas pessoas normais, o mesmo sentido que têm em meus pacientes.

Não posso deixar de mostrar, ao menos com um exemplo, como pode ser estreita a relação entre um ato simbólico realizado pela força do hábito e os aspectos mais íntimos e importantes da vida de uma pessoa sadia: [1]

“Como nos ensinou o professor Freud, o simbolismo desempenha na vida infantil das pessoas normais um papel maior do que faziam prever as experiências psicanalíticas

anteriores; nesse sentido, a breve análise que se segue talvez seja de algum interesse, especialmente por suas perspectivas médicas.

“Ao rearrumar sua mobília numa casa nova, um médico deparou com um antigo estetoscópio “simples” de madeira. Depois de refletir por um instante sobre onde deveria colocá-lo, sentiu-se forçado a pô-lo num dos lados de sua escrivaninha, e em tal posição que ficou exatamente entre sua cadeira e a que era reservada aos pacientes. O ato em si foi um pouco estranho, por duas razões. Em primeiro lugar, ele não usava o estetoscópio com frequência (de fato, é neurologista) e, quando havia necessidade, usava um modelo duplo, para ambos os ouvidos. Em segundo lugar, todos os seus aparelhos e instrumentos médicos eram guardados em gavetas, com a única exceção desse. Entretanto, ele não pensou mais no assunto, até que um dia uma paciente, que nunca vira um estetoscópio simples, perguntou-lhe o que era aquilo. Recebida a resposta, ela perguntou porque ele o colocara justamente ali, ao que ele retrucou prontamente que aquele lugar era tão bom quanto qualquer outro. Mas isso o intrigou, e ele começou a se indagar se teria havido alguma motivação inconsciente em seu ato; familiarizado com o método psicanalítico, resolveu investigar a questão.

“Como primeira lembrança, ocorreu-lhe que, quando estudante de medicina, ele se impressionara com o hábito de um médico residente, que sempre levava na mão um estetoscópio simples em suas visitas às enfermarias, embora nunca o usasse. Ele admirara muito esse médico e lhe tinha excepcional afeição. Mais tarde, ao tornar-se residente ele próprio, adquiriu o mesmo hábito, e sentia-se muito pouco à vontade quando, por engano, saía do quarto sem balançar o instrumento na mão. A inutilidade desse hábito evidenciou-se, porém, não só pelo fato de o único estetoscópio realmente usado por ele ser biauricular e ser levado em seu bolso, mas também por isso ter prosseguido quando ele já era residente do serviço de cirurgia e nunca precisar de estetoscópio algum. A importância dessas observações logo se torna clara quando nos referimos à natureza fálica desse ato simbólico.

“Em seguida, recordou o fato de que, quando menino, ficava impressionado com o hábito do médico da família de carregar um estetoscópio simples dentro do chapéu; ele achava interessante que o médico sempre tivesse seu principal instrumento à mão ao visitar seus pacientes, e que só precisasse tirar o chapéu (i.e., uma parte da roupa) e ‘puxá-lo para fora’. Quando menino, ele fora intensamente apegado a esse médico; e uma breve auto-análise permitiu-lhe descobrir que, na idade de três anos e meio, ele tivera uma dupla fantasia a propósito do nascimento de uma irmãzinha menor, a saber, que ela era filha, primeiro, dele e de sua mãe, e segundo, dele e do médico. Nessa fantasia, portanto, ele desempenhava tanto o papel masculino quanto o feminino. Lembrou-se ainda de ter sido examinado por esse mesmo médico quando tinha seis anos, e recordou nitidamente a sensação voluptuosa de ter a cabeça do médico perto dele, pressionando o estetoscópio em seu peito, bem como o movimento rítmico de sua respiração, indo e vindo. Aos três anos de idade, ele tivera uma afecção crônica no peito, que exigira exames repetidos, embora ele realmente já não

conseguisse lembrar desse fato em si.

“Aos oito anos, ele se impressionou quando um menino mais velho lhe disse que era costume do médico ir para a cama com suas pacientes. Decerto havia algum fundamento para esses boatos, e em todo caso, as mulheres da vizinhança, inclusive sua própria mãe, eram muito afeiçoadas a esse médicojovem e bonito. Ele próprio, em diversas ocasiões, já experimentara tentações sexuais em relações a suas pacientes; apaixonara-se por duas delas e finalmente se casara com outra. Tampouco há alguma dúvida de que sua identificação inconsciente com esse médico foi a razão principal de ele optar pela profissão médica. Outras análises nos fazem supor que este é, indubitavelmente, o motivo mais comum (embora seja difícil determinar sua freqüência). No presente caso houve uma determinação dupla: primeiro, pela superioridade, em várias ocasiões, do médico sobre o pai, de quem o filho sentia muito ciúme, e segundo, pelo conhecimento que o médico tinha de coisas proibidas e por suas oportunidades de satisfação sexual.

“Veio então um sonho que já publiquei em outro lugar (Jones 1910b); era de natureza nitidamente homossexual-masoquista. Nele, um homem que era uma figura substituta do médico atacava-o com uma ‘espada’. A espada recordou-lhe uma história, na *Völsung Nibelungen- Saga*, em que Sigurd coloca uma espada nua entre ele mesmo e Brünhilde adormecida. O mesmo episódio ocorre na lenda Arthur, que nosso homem também conhece bem.

“Agora se torna claro o sentido do ato sintomático. Nosso médico colocou seu estetoscópio simples entre ele e suas pacientes tal como Sigurd colocou sua espada entre ele mesmo e a mulher em quem não devia tocar. O ato foi uma formação de compromisso; serviu a duas moções: ceder, na imaginação, ao desejo suprimido de manter relações sexuais com alguma paciente atraente, mas, ao mesmo tempo, lembrar que esse desejo não podia ser realizado. Foi, por assim dizer, um encantamento contra a tentação.

“Eu acrescentaria que o seguinte trecho do *Richelieu*, de Lord Lytton, causou grande impressão no menino:

Sob o governo de homens de total grandeza

A pena é mais poderosa do que a espada...

e que ele se tornou um escritor fecundo que usa uma caneta excepcionalmente grande. Quando lhe perguntei porque precisava dela, deu a resposta característica: ‘Porque tenho muito a expressar.’

“Essa análise volta a nos lembrar quão extenso é o conhecimento da vida anímica fornecido pelos atos ‘inocentes’ e ‘sem sentido’, e quão cedo se desenvolve na vida a tendência à simbolização.”

Posso ainda citar, de minha experiência psicoterapêutica, um caso em que um testemunho eloqüente foi fornecido por uma mão que brincava com um pedaço de miolo de pão. Meu paciente era um menino que ainda não completara treze anos, padecendo há quase dois anos de uma histeria grave, e a quem finalmente aceitei em tratamento psicanalítico, depois que uma longa estada numa instituição hidropática mostrou-se infrutífera. Parti do pressuposto de que ele deveria ter tido experiências sexuais e estaria atormentado por questões sexuais, o que era bastante provável em sua idade; abster-me, porém, de correr em seu auxílio com esclarecimentos, pois queria submeter novamente à prova minhas premissas. Permiti-me, portanto, aguardar com curiosidade para ver de que modo se esboçaria nele o que era buscado. Um dia, notei que ele rolava alguma coisa entre os dedos da mão direita; colocava-a no bolso, onde continuava brincando, tornava a retirá-la etc. Não lhe perguntei o que tinha na mão, mas, de repente, ele a abriu e me mostrou: era um pedaço de miolo de pão amassado. Na sessão seguinte, ele tornou a trazer um pedaço semelhante e, dessa vez, enquanto conversávamos, pôs-se a modelar, com incrível rapidez e de olhos fechados, umas figuras que despertaram meu interesse. Eram sem dúvida homenzinhos com cabeça, dois braços e duas pernas, como os mais toscos ídolos pré-históricos, e com um apêndice entre as pernas que ele espichou numa ponta comprida. Mal terminou um desses homenzinhos, tornou a amassá-lo; mais tarde, deixou-o ficar, mas puxou apêndices semelhantes da superfície das costas e de outras partes do corpo, para ocultar o sentido do primeiro. Quis mostrar-lhe que eu o havia entendido, mas, ao mesmo tempo, queria tirar-lhe o pretexto de que não teria havido nada de imaginário nessa atividade de modelar seres humanos. Com esse objetivo, perguntei-lhe se ele se lembrava da história do rei romano que fez uma pantomima no jardim para dar uma resposta a um mensageiro do filho. O menino não conseguiu lembrar-se, embora devesse tê-la aprendido muito mais recentemente do que eu. Perguntou se era a história do escravo e da resposta escrita em sua cabeça raspada. Não, retruquei, essa pertence à história grega, e contei-lhe: O rei Tarquínio, o Soberbo, fizera seu filho Sexto entrar furtivamente numacidade latina inimiga. O filho, que entrementes reunira adeptos nessa cidade, enviou um mensageiro ao rei perguntando que medidas deveria tomar a seguir. O rei não respondeu, mas foi até o jardim, fez com que a pergunta lhe fosse repetida ali e então, em silêncio, cortou as copas das papoulas mais altas e mais belas. O mensageiro não teve outra alternativa senão relatar isso a Sexto, que entendeu o pai e providenciou para que os cidadãos mais ilustres da cidade fossem eliminados por assassinato.

Enquanto eu falava, o menino parou de amassar e, quando passei a descrever o que o rei fez em seu jardim e cheguei às palavras “em silêncio, cortou”, ele fez um movimento rápido

como um raio e arrancou a cabeça de seu homenzinho. Também ele me entendera a notara ter sido entendido por mim. Pude então fazer-lhe perguntas diretas, dei-lhe as informações de que precisava, e em pouco tempo pusemos fim à neurose.

Os atos sintomáticos, [1] que podem ser observados em abundância quase inesgotável tanto nas pessoas saudáveis quanto nas doentes, merecem nosso interesse por mais de um motivo. Para o médico, servem freqüentemente de indícios valiosos para se orientar em situações novas ou pouco conhecidas; para o observador da natureza humana, freqüentemente revelam tudo - e às vezes até mais do que ele desejaria saber. Quem está familiarizado com a valorização deles pode às vezes sentir-se como o rei Salomão, que, segundo a lenda oriental, entendia a linguagem dos animais. Certo dia, eu tinha de examinar um rapaz, a quem não conhecia, na casa de sua mãe. Quando ele se encaminhou para mim, reparei numa mancha grande em sua calça - feita por clara de ovo, como pude reconhecer pela rigidez peculiar nas bordas. Depois de um embaraço momentâneo, o rapaz se desculpou e disse ter-se sentido rouco e, por isso, bebido um ovo cru; era provável que um pouco da clara escorregadia tivesse pingado em sua roupa; para confirmar isso, apontou para a casca do ovo, ainda visível no quarto sobre um pratinho. Assim se deu à mancha suspeita uma explicação inocente; quando sua mãe nos deixou a sós, porém, agradei-lhe por ter-me facilitado tanto o diagnóstico, e sem mais delongas tomei como base de nossa conversa sua confissão de que sofria de problemas provenientes da masturbação. Em outra ocasião, eu fazia uma visita a uma dama que era tão rica quanto avarenta e tola, e que tinha o costume de dar ao médico a tarefa de elaborar um batalhão de queixas antes de chegar à causa simples de seu estado. Quando entrei, ela estava sentada frente a uma mesinha, ocupada em dispor florins de prata em pequenas pilhas. Ao se levantar, derrubou algumas moedas no chão. Ajudei-a a apanhá-las e, pouco depois, interrompi-a na descrição de suas desgraças e perguntei: “Então seu nobre genro tem-lhe custado tanto dinheiro assim?” Ela respondeu com uma negativa exasperada, mas pouco depois já me narrava a triste história da aflição que lhe causava o esbanjamento de seu genro. Entretanto, é certo que nunca mais mandou me chamar. Não posso afirmar que sempre se façam amigos entre aqueles a quem se informa o sentido de seus atos sintomáticos.

O Dr. J.E.G. van Emden (Haia) relata outro caso de “confissão por ato falho”. “Ao apresentar-me a conta, o garçom de um pequeno restaurante em Berlim declarou que, por causa da guerra, o preço de certo prato fora aumentado em dez centavos de marco. Quando lhe perguntei por que isso não constava no cardápio, ele retrucou que obviamente se tratava de um descuido, mas com certeza era como dizia! Ao embolsar o dinheiro, foi desajeitado e deixou cair na mesa uma moeda de dez centavos, bem na minha frente!

“-Agora tenho certeza de que você cobrou a mais. Quer que me informe na caixa?”

“-Desculpe... um momento, por favor - e lá se foi ele.

“-Evidentemente, permiti-lhe a retirada e, passados uns dois minutos, depois que ele se desculpou por ter inexplicavelmente confundido meu prato com outro, deixei-o ficar com os dez centavos como recompensa por sua contribuição para a psicopatologia da vida cotidiana.”

Qualquer um [1] que se disponha a observar o próximo durante as refeições poderá identificar nele os mais belos e instrutivos atos sintomáticos.

Assim, relata o Dr. Hanns Sachs: “Ocorreu-me estar presente quando um casal idoso de parentes meus fazia sua ceia. A senhora sofria do estômago e tinha de observar uma dieta muito rigorosa. Um prato de carne assada acabara de ser colocado diante do marido, e ele pediu à mulher, proibida de partilhar dessa iguaria, que lhe passasse a mostarda. A mulher abriu o armário, enfiou a mão lá dentro e colocou na mesa, diante do marido, o frasquinho com suas gotas para o estômago. É claro que não havia entre o vidro de mostarda em forma de barril e o frasquinho de remédio, nenhuma semelhança que pudesse explicar o lapso; mesmo assim, a esposa só percebeu sua troca quando o marido, sorridente, chamou-lhe a atenção para isso. O sentido desse ato sintomático nem precisa de explicação.”

Devo ao Dr. B. Dattner, de Viena, um excelente exemplo desse tipo, habilmente aproveitado pelo observador:

“Eu estava almoçando num restaurante com meu colega H., doutor em filosofia. Ele me falava das dificuldades dos estagiários e mencionou de passagem que, antes de concluir seus estudos, encontrara colocação como secretário do embaixador ou, mais exatamente, do ministro plenipotenciário e extraordinário do Chile. ‘Mas aí o ministro foi transferido e não me apresentei ao seu sucessor.’ Enquanto proferia esta última frase, ele levou à boca um pedaço de torta, mas deixou-o cair da faca de modo aparentemente desajeitado. Apreendi prontamente o sentido culto desse ato sintomático e, como que por acaso, disse a meu colega, não familiarizado com a psicanálise: ‘Você certamente deixou escapar um bom bocado.’ Ele, no entanto, não percebeu que minhas palavras poderiam referir-se igualmente a seu ato sintomático, e me repetiu com uma vivacidade singularmente surpreendente e encantadora como se meu comentário lhe tivesse tirado as palavras da boca, exatamente a mesma frase que eu dissera: ‘É, certamente deixei escapar um bom bocado’, e em seguida desabafou, dando uma descrição detalhada da inabilidade que o fizera perder esse emprego bem remunerado.

“O sentido do ato sintomático simbólico torna-se mais claro quando se tem em vista que meu colega tinha escrúpulos em falar comigo, um conhecido bem distante, sobre sua precária

situação material, e que o pensamento irruptivo disfarçou-se num ato sintomático que expressava simbolicamente aquilo que deveria permanecer oculto, assim proporcionando ao falante um alívio advindo do inconsciente.”

Os exemplos seguintes mostrarão quanta riqueza de sentido pode evidenciar-se num ato aparentemente inintencional de tirar alguma coisa ou levar alguma coisa embora.

Do Dr. B. Dattner: “Um colega fez uma visita a uma amiga de quem fora um grande admirador na juventude; era a primeira visita depois do casamento dela. Ele me contou essa visita e mostrou-se surpreso por não ter conseguido manter sua resolução de ficar pouquíssimo tempo com a amiga. Passou então a narrar um curioso ato falho que ali lhe aconteceu. O marido da amiga, que participava da conversa, pôs-se a procurar uma caixa de fósforos que seguramente estava em cima da mesa quando da chegada de meu colega. Este também vasculhou seus bolsos para ver se não ‘a teria guardado’ acidentalmente, mas foi em vão. Passado um bom tempo, ele realmente ‘a’ encontrou no bolso, ficando surpreso com o fato de só haver um fósforo na caixa. - Poucos dias depois, um sonho que mostrava com insistência o simbolismo da caixa de fósforos e versava sobre essa mesma amiga da juventude confirmou minha explicação de que o ato sintomático de meu colega visara a reclamar direito de prioridade, e a representar sua pretensão de posse exclusiva (apenas um fósforo na caixa).”

Do Dr. Hans Sachs: “Nossa empregada gosta particularmente de certo tipo de torta. Não há dúvida possível quanto a isso, pois este é o único prato que ela sempre faz bem-feito. Num domingo ela nos preparou essa torta, colocou-a sobre o guarda-louças, recolheu os pratos e talheres usados na refeição, empilhou-os na bandeja em que trouxera a torta, e então, em vez de pôr a torta na mesa, tornou a colocá-la sobre a pilha de pratos e desapareceu com ela na cozinha. No começo pensamos que ela reparara em algo a ser consertado na torta, mas, como não reaparecia, minha mulher a chamou e perguntou: ‘Betty, o que aconteceu com a torta?’ ‘Por quê?’ retrucou a empregada, sem entender. Primeiro tivemos que explicar-lhe que ela tornara a levar a torta: pusera-a na bandeja, levava-a de volta e a guardara ‘sem reparar’. - No dia seguinte, quando nos preparávamos para comer o restante da torta, minha mulher notou que havia a mesma quantidade que sobrara da véspera, ou seja, a moça havia rejeitado a parte que lhe cabia desse prato predileto. Quando lhe perguntamos por que não comera a torta, respondeu um pouco envergonhada que não sentira vontade. - A atitude infantil é muito clara nas duas situações: primeiro, a insaciabilidade infantil que não quer partilhar com ninguém o objeto de seus desejos, e depois, a reação igualmente infantil de desafio: ‘Se vocês estão me dando de má vontade, podem guardar para vocês, agora não quero mais nada’.”

Os atos casuais e sintomáticos [1] que ocorrem com as coisas ligadas ao casamento costumam ter um sentido extremamente sério e podem induzir os que não querem se preocupar com a psicologia do inconsciente a acreditarem em presságios. [ver em [1].] Não

é um bom começo quando uma jovem esposa perde sua aliança de casada na lua-de-mel, embora, na maioria das vezes, ela esteja apenas extraviada e torne a ser encontrada. - Conheço uma senhora, agora divorciada do marido, que na administração de seus bens freqüentemente assinava documentos com o nome de solteira, muitos anos antes de realmente reassumi-lo. - Certa vez fui hóspede de um par de recém-casados e ouvi a jovem esposa descrever entre risos sua última experiência. No dia seguinte à volta da lua-de-mel, ela chamara a irmã solteira para fazer compras, como nos velhos tempos, enquanto o marido cuidava de seus negócios. De repente, reparou num senhor do outro lado da rua e, cutucando a irmã, exclamou: “Olhe, lá vai o Sr. L!” Esquecera-se de que esse senhor já era seu marido há algumas semanas. Senti um calafrio ao ouvir esse relato, mas não me atrevi a tirar conclusão. Essa historinha só tornou a me ocorrer alguns anos mais tarde, depois que o casamento teve um desfecho muito infeliz. [1]

De um dos notáveis trabalhos de Alphonse Maeder, publicados em francês (Maeder, 1906), extraio a observação que se segue, e que também poderia ter sido incluída entre os exemplos de esquecimento:

“Une dame nous racontait récemment qu’elle avait oublié d’essayer sa robe de noce et s’en souvint la veille du mariage à huit heures du soir; la couturière désespérait de voir se cliente. Ce détail suffit à monter que la fiancée ne se sentait pas très heureuse de porter une robe d’épouse, elle cherchait à oublier cette représentation pénible. Elle est aujourd’hui... divorcée.”

Um amigo que aprendeu a reparar nos sinais [1] contou-me que a grande atriz Eleonora Duse introduz num de seus papéis um ato sintomático que mostra claramente as profundezas de onde ela extrai sua arte cênica. Trata-se de um drama de adultério; ela acabou de ter uma altercação com o marido e agora está absorta em seus pensamentos, antes que seu sedutor se aproxime. Durante esse breve intervalo, ela brinca com sua aliança de casamento, tirando-a e repondo-a no dedo, e depois volta a tirá-la. Agora está pronta para o outro.

Acrescento aqui um relato de Theodor Reik (1915) sobre alguns outros atos sintomáticos relacionados com alianças.

“Conhecemos os atos sintomáticos que as pessoas casadas costumam executar, tirando e recolocando suas alianças. Meu colega M. produziu uma série desses atos sintomáticos. Uma jovem que ele amava o presenteara com um anel, recomendando-lhe que não o perdesse, caso contrário ela saberia que ele já não a amava. Depois disso, ele foi ficando cada vez mais preocupado com a possibilidade de perder o anel. Se o tirava temporariamente (por

exemplo, enquanto se lavava), esquecia regularmente onde o havia colocado, de modo que com frequência só conseguia reencontrá-lo depois de uma longa busca. Se ia pôr uma carta na caixa do correio, não conseguia suprimir uma leve angústia de que o anel fosse arrancado do dedo pelas bordas da abertura. Certa vez, realmente portou-se de maneira tão desajeitada que o anel caiu na caixa. A carta que ele estava remetendo nessa ocasião era um texto de despedida de uma ex-amada diante de quem ele se sentia culpado. Ao mesmo tempo, despertou nele uma saudade dessa outra mulher, o que entrou em conflito com seus sentimentos em relação a seu atual objeto de amor.”

O tema do anel [1] mais uma vez deixa-nos a impressão de como é difícil para o psicanalista descobrir algo novo que antes já não fosse conhecido por algum escritor. No romance *Vor dem Sturm*, de Fontane, diz o conselheiro Turgany durante um jogo de prendas: “Estejam certas, minhas senhoras, de que os mais profundos segredos da natureza revelam-se na entrega das prendas.” Entre os exemplos que usa para corroborar sua afirmação existe um que merece nosso interesse especial: “Lembro-me da esposa de um professor, já situada na idade do *embonpoint*, que vez após outra tirava sua aliança para oferecê-la como prenda. Dispensem-me de descrever a felicidade conjugal desse lar.” E prossegue: “Nesse mesmo grupo havia um cavalheiro que nunca se cansava de depositar no colo das damas seu canivete inglês, com dez lâminas, saca-rolhas e isqueiro, até que esse monstro afiado, depois de rasgar vários vestidos de seda, finalmente desapareceu ante os clamores de indignação.”

Não nos causará surpresa que um objeto de significação simbólica tão rica quanto um anel também seja empregado em atos falhos dotados de sentido, mesmo que não defina um vínculo erótico sob a forma de uma aliança de casamento ou um anel de noivado. O seguinte exemplo de um episódio desse tipo foi posto à minha disposição pelo Dr. M. Kardos:

“Muitos anos atrás, um homem bem mais moço do que eu apegou-se a mim; ele partilha de meus esforços intelectuais e mantém comigo aproximadamente a relação de um aluno com seu professor. Certa ocasião, presenteei-o com um anel que por várias vezes já deu margem a atos sintomáticos ou atos falhos, sempre que ele desaprovava alguma coisa em nossa relação. Há pouco tempo ele pôde relatar-me o caso que se segue, e que é particularmente belo e transparente. Costumávamos encontrar-nos uma vez por semana, quando ele vinha visitar-me e conversar; um dia, porém, ele deu uma desculpa qualquer para não comparecer, já que lhe pareceu mais desejável ter um encontro com uma jovem dama. Na manhã seguinte, ele notou, mas só muito depois de ter saído de casa, que o anel não estava em seu dedo. Isso não o preocupou muito, pois ele presumiu tê-lo deixado na mesinha de cabeceira, onde o colocava todas as noites, e achou que ali o encontraria ao regressar. Assim que chegou em casa, pôs-se a procurá-lo, mas em vão, e começou uma busca igualmente infrutífera pelo quarto. Por fim, ocorreu-lhe que o anel estivera na mesinha de cabeceira - como, aliás, acontecia há mais de um ano - ao lado de um pequeno canivete que ele normalmente carregava no bolso do colete; veio-lhe assim a suspeita de que ele poderia, ‘por distração’,

ter colocado o anel no bolso, junto com o canivete. Enfiou a mão no bolso e de fato encontrou o anel ali buscado. ‘Com a aliança no bolso do colete’ é uma maneira proverbial de se fazer referência ao lugar onde ela é guardada pelo marido que pretende trair a mulher de quem a recebeu. Portanto, o sentimento de culpa de meu amigo moveu-o, primeiramente, à autopunição (‘você já não merece usar esse anel’), e em seguida, à confissão de sua infidelidade, ainda que apenas sob a forma de um ato falho sem testemunhas. Somente pela via indireta de fazer um relato disso - o que, aliás, era muito previsível - foi que ele chegou a confessar sua pequena ‘infidelidade’.”

Sei também de um homem idoso [1] que se casou com uma moça muito jovem e resolveu passar a noite de núpcias num hotel da cidade, em vez de partir logo em viagem de lua-de-mel. Mal chegaram ao hotel, ele notou, alarmado, que estava sem sua carteira, onde se achava todo o dinheiro para a lua-de-mel; portanto, ou ele a havia posto em lugar errado ou a perdera. Com um telefonema, ainda conseguiu alcançar seu criado, que encontrou a carteira perdida no paletó usado no casamento e a levou para o hotel onde o aguardava o noivo, que assim entrara no casamento sem meios [*ohne Vermögen*]. Portanto, na manhã seguinte, ele pôde partir em viagem com sua jovem esposa. Durante a noite, porém, como previra sua apreensão, ele ficara “impotente [*unvermögend*]”.

É consolador pensar que o hábito humano de “perder coisas” tem nos atos sintomáticos uma extensão insuspeitada e que, por conseguinte, ele é bem-vindo ao menos para uma intenção secreta do perdedor. Com freqüência, ele é apenas uma expressão de despreço pelo objeto perdido, ou de uma antipatia secreta por ele ou pela pessoa de quem ele provém, ou então a inclinação a perder o objeto foi para ele transferida de outros objetos mais significativos através de uma ligação simbólica de pensamentos. A perda de coisas valiosas serve para expressar uma multiplicidade de moções; pode dar representação simbólica a um pensamento recalcado, e portanto repetir uma advertência que se gostaria de ignorar - ou, sobretudo, pode ser a oferta de um sacrifício aos obscuros poderes do destino, cujo culto ainda hoje não se extinguiu entre nós.

Aqui estão alguns exemplos para ilustrar essas teses sobre a perda de objetos:

Do Dr. B. Dattner: “Um colega contou-me que perdera inesperadamente a lapiseira ‘Penkala’ que já tinha há mais de dois anos e valorizava muito por sua qualidade superior. A análise revelou os seguintes fatos: no dia anterior, meu colega recebera de seu cunhado uma carta extremamente desagradável que terminava com esta frase: ‘Atualmente, não tenho nem vontade nem tempo para sustentar sua frivolidade e sua preguiça.’ O afeto ligado a essa carta foi tão poderoso que, no dia seguinte, meu colega sacrificou prontamente a lapiseira, *que fora um presente desse cunhado*, para que os favores dele não lhe pesassem demais.”

Uma dama conhecida minha absteve-se de ir ao teatro, como é compreensível, enquanto estava de luto pela morte da mãe idosa. Faltavam poucos dias para terminar seu ano de luto,

e ela se deixou persuadir por seus amigos a comprar um ingresso para um espetáculo particularmente interessante. Chegando ao teatro, descobriu que havia perdido o ingresso. Mais tarde, achou que o teria jogado fora juntamente com a passagem de bonde ao saltar do veículo. Essa mesma dama costuma orgulhar-se de nunca ter perdido coisa alguma por descuido.

Podemos presumir, portanto, que outro caso de perda que ela vivenciou também não se deu sem um bom motivo. Ao chegar a uma estância hidromineral, ela resolveu visitar uma pensão onde se hospedara numa ocasião anterior. Receberam-na como a uma velha amiga, hospedaram-na e, quando ela quis pagar, disseram-lhe que se considerasse convidada da casa, o que não lhe pareceu nada correto. Concordaram em que ela deixasse alguma coisa para a criada por quem fora servida, de modo que ela abriu a bolsa e colocou sobre a mesa uma nota de um marco. À noite, o servente da pensão entregou-lhe uma nota de cinco marcos que fora achada embaixo da mesa e que, no entender da dona da pensão, deveria pertencer à senhorita. Logo, ela devia tê-la deixado cair da bolsa ao retirar a gorjeta para a criada. Provavelmente quisera pagar sua conta, apesar de tudo.

Um artigo um pouco mais extenso de Otto Rank (1911) [450] serve-se da análise dos sonhos para expor a disposição sacrificial que constitui a base desse ato [de perda] e revelar suas motivações mais profundas. É interessante ele acrescentar, em seguida, que muitas vezes, não apenas perder objetos, mas também *achá-los*, parece ser [psicologicamente] determinado. O sentido em que se deve entender isso pode ser inferido da seguinte observação dele que aqui incluo (Rank, 1915a). É óbvio que, na perda, o objeto já está dado; no achado, é preciso primeiro procurá-lo.

“Uma jovem que dependia materialmente de seus pais queria comprar uma jóia barata. Na loja, perguntou o preço do objeto de seu agrado, mas ficou desapontada ao descobrir que custava mais do que a soma de suas economias. E no entanto apenas a falta de duas coroas a separava desse pequeno prazer. Com o ânimo abatido, começou a perambular em direção a casa pelas ruas da cidade, repletas das multidões do entardecer. Num dos lugares mais movimentados, chamou-lhe de repente a atenção - dos lugares mais movimentados, chamou-lhe de repente a atenção - muito embora, por seu depoimento, ela estivesse profundamente imersa em pensamentos - um pedacinho de papel caído no chão, pelo qual ela acabara de passar sem reparar nele. Ela se voltou, apanhou-o e ficou atônita ao constatar que era uma nota de duas coroas, dobrada. Pensou consigo mesma: ‘Isto me foi enviado pelo destino para que eu possa comprar a jóia’, e retomou alegremente o caminho de volta, pensando em aproveitar esse sinal. No mesmo instante, porém, disse a si mesma que não deveria fazê-lo, pois dinheiro achado é dinheiro da sorte e não deve ser gasto.

“O pouquinho de análise que tornaria inteligível esse ‘ato casual’ provavelmente pode ser inferido da situação descrita, mesmo sem informações pessoais da própria moça. Entre os

pensamentos que a entretinham enquanto ia para casa, os relativos a sua pobreza e a suas restrições materiais sem dúvida devem ter estado em primeiro plano; além disso, podemos presumir que essa reflexão tenha assumido a forma de uma eliminação desejada de sua situação precária. A idéia da maneira mais fácil de obter a quantia necessária por certo há de ter surgido do interesse dela em realizar seu modesto desejo, e há de ter sugerido a solução mais simples, ou seja, achar o dinheiro. Seu inconsciente (ou seu pré-consciente), portanto, estava predisposto a ‘achar’, muito embora, por causa de outras demandas feitas a sua atenção (‘imersa em pensamentos’), essa idéia não se tornasse inteiramente consciente. Podemos ir mais além e, com base em casos semelhantes já analisados, afirmar inclusive que a ‘disposição de busca’ *inconsciente* tem muito mais probabilidade de êxito do que a atenção conscientemente dirigida. De outro modo, seria quase impossível explicar como foi que justamente essa pessoa, dentre as muitas centenas de transeuntes, e ainda sob as condições agravantes da iluminação crepuscular deficiente e da densa multidão, pôde fazer o achado surpreendente para ela mesma. A grande amplitude dessa disposição inconsciente ou pré-consciente é realmente indicada pelo fato notável de que, *depois* desse achado - isto é, num momento em que essa atitude já se tornara supérflua e certamente já escapara da atenção consciente -, a moça encontrou um lenço mais adiante a caminho de casa, num trecho escuro e solitário de uma rua de subúrbio.”

É mister dizer [1] que são exatamente esses atos sintomáticos que costumam oferecer a melhor abordagem para a compreensão da vida anímica íntima das pessoas.

Quanto aos atos casuais esporádicos, quero comunicar um exemplo que admitiu uma interpretação mais profunda, mesmo sem análise. Ele ilustra com clareza as condições em que tais sintomas podem ser produzidos de maneira inteiramente despercebida, e me permite acrescentar uma observação de importância prática. Numa viagem de férias de verão, tive de aguardar alguns dias em determinado local pela chegada de meu companheiro de viagem. Nesse meio tempo, travei conhecimento com um jovem que também parecia solitário e se dispôs a juntar-se a mim. Como estávamos hospedados no mesmo hotel, era natural que compartilhássemos todas as refeições e fizéssemos alguns passeios juntos. Na tarde do terceiro dia, ele me disse de repente estar esperando sua esposa, que chegaria à noite no trem expresso. Isso despertou meu interesse psicológico, pois já de manhã eu havia reparado que meu companheiro rejeitara minha proposta de fazermos uma excursão mais longa e, em nosso breve passeio, não quisera seguir certo caminho por considerá-lo íngreme e perigoso demais. Durante nosso passeio vespertino, ele comentou de repente que eu sem dúvida estaria com fome e que não deveria atrasar meu jantar por sua causa, pois ele iria aguardar a chegada da esposa e cearia com ela. Entendi a mensagem e sentei-me para jantar, enquanto ele seguia para a estação. Na manhã seguinte, encontramos-nos no vestíbulo do hotel. Ele me apresentou a sua mulher e depois disse: “O senhor vai tomar café conosco, não vai?” Eu ainda tinha que fazer uma pequena compra na rua ao lado, mas prometi voltar logo. Ao entrar na sala onde era servido o desjejum, vi o casal sentado do mesmo lado de uma mesinha junto

à janela. Do outro lado havia apenas uma cadeira, mas em seu encosto estava pendurada a grande e pesada capa do marido, cobrindo o assento. Entendi perfeitamente o sentido daquele arranjo da capa, que por certo não fora deliberado e, por isso mesmo, era muito mais expressivo. Queria dizer: “Aqui não há lugar para o senhor, sua presença agora é supérflua.” O marido não percebeu que eu estava parado diante da mesa sem me sentar, mas a mulher percebeu e logo cutucou o marido, sussurrando: “Olhe, você ocupou a cadeira do cavalheiro.”

Essa e outras experiências semelhantes levaram-me a concluir que os atos realizados de maneira inadvertida tornam-se inevitavelmente uma fonte de mal-entendidos nas relações humanas. O agente, que nada sabe da existência de uma intenção ligada a esses atos, não acha que eles lhe sejam imputáveis e não se sente responsável por eles. A outra pessoa, ao contrário, uma vez que geralmente baseia nesses atos, entre outros, suas conclusões sobre as intenções e modos de pensar do parceiro, sabe mais dos processos psíquicos do outro do que ele próprio se dispõe a admitir ou acredita ter comunicado. Mas o agente fica indignado quando essas conclusões extraídas de seus atos sintomáticos lhe são apresentadas; declara que não têm fundamento, pois não teve consciência da intenção ao realizá-los, e se queixa de ter sido mal interpretado pela outra pessoa. A rigor, esses mal-entendidos baseiam-se numa compreensão excessiva, e também demasiadamente refinada. Quanto mais “nervosas” são duas pessoas, mais elas se dão motivos para desentendimentos cuja responsabilidade é tão terminantemente negada por cada uma em relação a si mesma quanto é considerada certa em relação à outra. E esse é sem dúvida o castigo pela insinceridade interna das pessoas, que só a pretexto do esquecimento, dos equívocos na ação e da não-intencionalidade expressam impulsos que melhor seria admitirem para si mesmas e para os outros quando já não podem controlá-los. De fato, pode-se dizer genericamente que cada pessoa pratica em termos contínuos uma análise psíquica de seus semelhantes, e por isso aprende a conhecê-los melhor do que eles próprios se conhecem. O caminho para se observar o preceito do passa pelo estudo dos próprios atos e omissões aparentemente acidentais.

Dentre todos os escritores [1] que ocasionalmente se pronunciaram sobre os pequenos atos sintomáticos e atos falhos ou que se valeram deles, nenhum entendeu tão claramente sua natureza secreta ou os apresentou de modo tão insolitamente verossímil quanto Strindberg, cuja genialidade para reconhecer tais coisas apoiava-se, de fato, numa grave anormalidade psíquica. [1] O Dr. Karl Weiss, de Viena (1913), chamou atenção para o seguinte trecho de uma das obras de Strindberg:

“Passado algum tempo, o conde realmente chegou e se aproximou de Esther calmamente, como se tivesse marcado um encontro com ela.

“-Você esperou muito? - perguntou ele com sua voz baixa.

“-Seis meses, como você sabe - respondeu Esther -; mas foi hoje que você me viu?

“-Sim, agora mesmo, no bonde: e olhei em seus olhos, acreditando falar com você.

“-Muita coisa ‘aconteceu’ desde a última vez.

“-Sim, e achei que tudo estava acabado entre nós.

“-Como assim?

“-Todos os presentinhos que recebi de você se quebraram, e ainda por cima misteriosamente. E isso é um aviso antigo.

“-Não diga! Agora me lembro de uma porção de acontecimentos que julguei acidentais. Uma vez ganhei uns óculos de presente de minha avó, na época em que éramos boas amigas. As lentes eram de cristal de rocha polido, excelentes para as autópsias - uma verdadeira maravilha que eu tratava com o maior cuidado. Um dia, *cortei relações* com a velha e ela ficou com raiva de mim. E na autópsia seguinte, as lentes caíram do aro, sem nenhum motivo para isto. Pensei que os óculos simplesmente estavam quebrados e mandei consertá-los. Mas não, eles continuaram a me recusar seus serviços; foram postos numa gaveta e se perderam.

“-Não diga! É curioso como as coisas relativas aos olhos são as mais sensíveis. Eu tinha um par de binóculos que ganhei de um amigo; ajustavam-se tão bem aos meus olhos que era um prazer usá-los. Esse amigo e eu nos desentendemos. Sabe como é, isso acontece sem nenhuma causa visível; é como se não se pudesse ficar de acordo. Na vez seguinte em que eu quis usar o binóculo, não consegui enxergar com clareza. A trave estava curta demais e eu via duas imagens. Nem preciso dizer que a trave não havia encurtado e que a distância entre meus olhos também não aumentara! Foi um desses milagres que acontecem todos os dias - e que os maus observadores não percebem. A explicação? *A força psíquica do ódio é muito maior do que supomos.* - Aliás, o anel que você me deu perdeu a pedra e não se deixa consertar, não deixa mesmo. Você quer se separar de mim agora?...” (*The Gothic Rooms.*)

Também no campo dos atos sintomáticos [1] a observação psicanalítica tem de conceder prioridade aos autores literários. Ela só consegue repetir o que eles já disseram há muito tempo. Wilhelm Stross chamou minha atenção para o seguinte trecho do famoso romance

humorístico *Tristram Shandy*, de Laurence Sterne (Volume VI, Capítulo V):

“... e não me surpreende nem um pouco que *Gregório de Nazianzo*, ao observar os gestos apressados e rebeldes de *Juliano*, previsse que ele um dia se tornaria um apóstata; - ou que *Santo Ambrósio* tenha posto seu *Amanuense* porta afora por causa de um movimento indecente que ele fazia com a cabeça, indo para frente e para trás como um malho; - ou que *Demócrito* tenha imaginado que *Protágoras* era um erudito ao vê-lo amarrar um feixede lenha e colocar os gravetos mais finos na parte de dentro. Há milhares de indícios despercebidos, prosseguiu meu pai, que permitem ao olhar perspicaz penetrar de imediato na alma humana; e afirmo, acrescentou ele, que nenhum homem sensato tira seu chapéu ao entrar num aposento, ou torna a pegá-lo ao sair dele, sem que lhe escape algo que o revela.”

Aqui acrescento uma pequena e variada coleção de atos sintomáticos observados em pessoas sadias e em neuróticos: [1]

Um colega idoso, que não era bom perdedor no jogo de cartas, pagou certa noite sem reclamar, mas num estado de ânimo peculiarmente contido, uma grande soma que havia perdido. Depois de sua saída, descobriu-se que ele deixara em seu lugar quase todos os pertences que levava: óculos, cigarreira e lenço. Isso sem dúvida requer a tradução: “Seus ladrões! Vocês realmente me saquearam!”

Um homem que sofria de impotência sexual ocasional, originária da intimidade de suas relações com a mãe na infância, contou que tinha o hábito de enfeitar escritos e apontamentos com a letra S, inicial do nome da mãe. Ele não suporta que as cartas vindas de casa entrem em contato com outra correspondência profana qualquer sobre sua escrivaninha, e por isso é obrigado a guardar as primeiras separadamente.

Uma jovem data abriu bruscamente a porta do consultório, embora a paciente anterior ainda não tivesse saído. Ao se desculpar, ela se referiu a sua “irreflexão”; logo ficou claro que ela havia demonstrado a curiosidade que no passado a fizera entrar no quarto dos pais.

As jovens que se orgulham de ter cabelos bonitos sabem manusear suas travessas e grampos de tal modo que o cabelo se solta enquanto estão conversando.

Muitos homens deixam cair moedas do bolso enquanto deitados durante a sessão, e assim pagam os honorários que julgam apropriados pelo trabalho de tratamento.

As pessoas que esquecem na casa do médico os objetos que trouxeram consigo, tais como óculos, luvas e carteiras, mostram com isso que não conseguem separar-se e que gostariam

de voltar logo. Ernest Jones [1911b, 508] diz: “Quase se pode medir o êxito com que um médico pratica psicoterapia, por exemplo, pelo tamanho da coleção de guarda-chuvas, lenços, carteiras etc. que ele consegue fazer em um mês.” [1]

Os menores atos habituais executados com um mínimo de atenção, tais como dar corda no relógio antes de dormir, apagar a luz antes de sair do quarto etc., vez por outra ficam sujeitos a perturbações que demonstram de maneira inconfundível a influência de complexos inconscientes sobre os hábitos aparentemente mais arraigados. Maeder conta, na revista *Coenobium* [1909], o caso de um médico-residente que resolveu ir à cidade certa noite para cuidar de um assunto importante, embora estivesse de plantão e não devesse sair do hospital. Ao voltar, ficou surpreso por ver a luz acesa em seu quarto. Esquecera-se de apagá-la ao sair, coisa que nunca deixara de fazer antes. Mas logo entendeu o motivo desse esquecimento. O diretor do hospital, que morava na casa, naturalmente deduziria pela luz no quarto do médico-residente que ele estava no hospital.

Um homem sobrecarregado de preocupações e sujeito a abatimentos ocasionais assegurou-me que em geral encontrava seu relógio sem corda pela manhã quando, na noite anterior, a vida lhe parecera demasiadamente dura e hostil. Com essa omissão, deixando de dar corda no relógio, ele expressava simbolicamente que pouco lhe importava viver o dia seguinte.

Outro homem, [1] que não conheço pessoalmente, escreve: “Depois de atingido por um duro golpe do destino, a vida me pareceu tão dura e hostil que achei que não teria forças suficientes para atravessar o dia seguinte. Notei então que quase todos os dias esquecia-me de dar corda em meu relógio, coisa que nunca omitira antes, pois era algo que eu fazia regularmente antes de ir para a cama, como um ato quase mecânico e inconsciente. Agora, só muito raramente me lembrava de fazê-lo, e só quando tinha algo importante ou especialmente interessante no dia seguinte. Seria também isso um ato sintomático? Não pude dar-me nenhuma explicação.”

Quem se der o trabalho, como fizeram Jung (1907) e Maeder (1909), de observar as melodias que cantarola inintencionalmente e com freqüência sem percebê-lo, poderá descobrir com bastante regularidade a relação entre as palavras da canção e o assunto que está ocupando sua mente.

Também os determinantes mais sutis da expressão dos pensamentos na fala ou na escrita merecem uma consideração cuidadosa. Em geral se acredita que se é livre para escolher as palavras com que se revestem os pensamentos ou as imagens com que eles são disfarçados. Uma observação mais atenta mostra que outras considerações determinam essa escolha e

que, por trás da forma de expressão do pensamento, vislumbra-se um sentido mais profundo, muitas vezes não deliberado. As imagens e falares de que uma pessoa se serve preferencialmente poucas vezes deixam de ter importância para o juízo que se faz dela, e outros continuamente se revelam alusões a um tema que se mantém em segundo plano no momento, mas que afetou poderosamente o falante. Ouvei em determinada época, em meio a conversas teóricas, alguém usar repetidamente esta construção: “Quando uma coisa de repente nos atravessa a cabeça, ...”² Só que eu sabia que, recentemente, ele recebera a notícia de que uma bala russa havia atravessado o capacete que seu filho portava.³

CAPÍTULO X - ERROS

Os erros de memória distinguem-se do esquecimento acompanhado por ilusões da memória unicamente por um traço: nos primeiros, o erro (a ilusão de memória) não é

reconhecido como tal, mas é-lhe dado crédito. O uso do termo “erro”, contudo, ainda parece depender de outra condição. Falamos em “errar”, e não em “lembrar erroneamente”, quando desejamos enfatizar o caráter de realidade objetiva no material psíquico por reproduzir, isto é, quando pretendemos lembrar algo diferente de um fato de nossa própria vida psíquica, algo que, além disso, possa ser confirmado ou refutado pela memória das outras pessoas. A antítese do erro de memória, nesse sentido, é a ignorância.

Em meu livro *A Interpretação dos Sonhos* (1900a) fui responsável por uma série de falseamentos do material histórico e factual em geral, nos quais reparei com assombro depois da publicação do livro. Investigando-os mais detidamente descobri que não haviam brotado de minha ignorância, mas remontavam a erros de memória que a análise poderia esclarecer.

(1) Na página 266 (da primeira edição) [Ed. *Standard* Brasileira, Vol. V, em [1]], aponto como local de nascimento de Schiller a cidade de *Marburgo* [em Hesse], nome que se repete na Estíria. Esse erro ocorre na análise de um sonho que tive durante uma viagem noturna e do qual fui despertado pelo condutor que anunciava o nome da estação de Marburgo. No conteúdo do sonho, alguém perguntava por um livro de Schiller. Na verdade, Shiller não nasceu na cidade universitária de Marburgo [em Hesse], mas em *Marbach*, na Suábia. Além do mais, posso afirmar que eu sempre soube disso.

(2) Na página 135 [Ed. *Standard* Brasileira, Vol. IV, em [1] e [2]], o pai de Aníbal foi chamado de *Asdrúbal*. Esse erro me foi especialmente aborrecido, mas foi o que mais corroborou minha concepção desses erros. Poucos leitores de meu livro hão de estar mais familiarizados com a história da casa dos Barca do que o autor, que escreveu esse erro e passou por cima dele em três revisões de provas. O *pai* de Aníbal chamava-se *Amílcar Barca* - *Asdrúbal* era o nome do *irmão* de Aníbal, e também o de seu cunhado e antecessor no comando.

(3) Nas páginas 177 e 370 [Ed. *Standard* Brasileira, Vol. IV, em [1], e Vol. V, em [2]], afirmo que Zeus castrou e destronou seu pai, Cronos. Mas adiantei erroneamente essa atrocidade em uma geração: segundo a mitologia grega, foi Cronos quem a cometeu contra seu pai, Urano.

Como se explica que minha memória, nesses pontos, me fornecesse o que era incorreto, ao passo que, como pode comprovar o leitor do livro, colocava a meu dispor o material mais

remoto e incomum? E mais, como foi que em três correções de provas, que fiz cuidadosamente, passei por esses erros como se estivesse cego?

Goethe disse a respeito de Lichtenberg “Ali onde ele faz uma brincadeira oculta-se um problema”. Pode-se dizer algo semelhante sobre os trechos de meu livro aqui citados: ali onde surge um erro oculta-se um recalçamento - melhor dizendo, uma insinceridade, uma distorção que se baseia fundamentalmente no material recalçado. Na análise dos sonhos ali comunicados, fui compelido, pela própria natureza dos temas com que se relacionavam os pensamentos oníricos, a interromper a análise em algum ponto antes de completá-la a contento, por um lado, e a aparar as arestas de algum detalhe indiscreto mediante uma leve distorção, por outro. Não me era possível agir de outro modo e, de fato, não tinha nenhuma outra opção se queria apresentar exemplos e provas; minha situação de aperto era uma decorrência necessária da propriedade dos sonhos de expressarem o recalçado, ou seja, o que é insuscetível de chegar à consciência. Apesar disso, ao que parece, ainda restou o bastante [no livro] para escandalizar algumas almas sensíveis. Mas a distorção ou a ocultação de pensamentos cuja continuação me era conhecida não foram possíveis sem que alguns rastros ficassem para trás. Muitas vezes, o que eu queria suprimir conseguia, contra minha vontade, ganhar acesso ao que eu aceitaria relatar, surgindo sob a forma de um erro que me passava despercebido. Além disso, o mesmo tema está no fundo de todos os três exemplos aqui destacados: os erros derivam de pensamentos recalçados que se relacionam com meu pai morto.

(1) Quem fizer a leitura do sonho analisado em [1] [Ed. *Standard* Brasileira, Vol. V. em [1]] descobrirá em parte sem nenhum disfarce, e em parte poderá adivinhar por outros indícios, que interrompi o texto diante de pensamentos que teriam contido uma crítica inamistosa a meu pai. Na continuação dessa cadeia de pensamentos e lembranças há de fato uma história irritante na qual um certo papel é desempenhado por alguns livros e por um amigo de negócios de meu pai, que se chama *Marburg* - o mesmo nome que me acordou ao ser anunciado na estação homônima na ferrovia do sul. Na análise, tentei ocultar esse Sr. Marburg de mim mesmo e de meus leitores; ele se vingou intrometendo-se onde não devia e mudando o nome do local de nascimento de Schiller de *Marbach* para *Marburgo*.

(2) O erro de escrever *Asdrúbal* em vez de *Amílcar*, o nome do irmão substituindo o do pai, ocorreu exatamente num contexto que se referia às fantasias sobre Aníbal em meus anos de ginásio e a minha insatisfação com o comportamento de meu pai frente aos “inimigos do nosso povo”. Eu poderia ter prosseguido e contado como minha relação com meu pai foi alterada por uma visita que fiz à Inglaterra, onde vim a conhecer meu meio-irmão, filho do primeiro casamento de meu pai, que lá vivia. O filho mais velho de meu irmão tem a mesma

idade que eu; assim, as relações entre nossas idades não constituíam nenhum obstáculo a minhas fantasias de como as coisas teriam sido diferentes se eu tivesse vindo ao mundo não como filho de meu pai, mas de meu irmão. Essas fantasias suprimidas falsearam o texto de meu livro no ponto em que interrompi a análise, forçando-me a colocar o nome do irmão em lugar do nome do pai.

(3) É à influência de minhas lembranças desse mesmo irmão que atribuo meu erro de adiantar em uma geração as atrocidades mitológicas do panteão grego. Dentre as advertências de meu irmão, uma permaneceu por muito tempo em minha memória: “Quando à condução de sua vida”, disse-me ele, “não se esqueça de que você realmente não pertence à segunda mas à terceira geração em relação a seu pai.” Nosso pai tornara a casar-se anos depois, por isso era muito mais velho do que seus filhos do segundo casamento. Cometi o erro já descrito no ponto exato do livro em que estava examinando o respeito entre pais e filhos.

Também aconteceu algumas vezes que amigos e pacientes cujos sonhos relatei, ou aos quais fiz alusão no decorrer de minhas análises de sonhos, chamaram minha atenção para o fato de as circunstâncias dos acontecimentos por nós vivenciados em comum terem sido inexatamente relatadas por mim. Também nesses casos tratava-se de erros históricos. Depois de retificados, reexaminei os diversos casos e de igual maneira me convenci de que minha lembrança dos fatos só fora inexata nos pontos onde eu havia propositalmente distorcido ou ocultado alguma coisa na análise. Também aqui encontramos novamente *um erro despercebido como substituto de uma ocultação ou recalçamento intencionais*.

Esses erros derivados do recalçamento, devem ser claramente distinguidos de outros que se baseiam numa verdadeira ignorância. Assim, por exemplo, foi por ignorância que, numa excursão a Wachau, acreditei ter chegado à residência do líder revolucionário Fischhof. Os dois lugares só têm em comum o mesmo nome: o *Emmersdorf* de Fischhof fica situado em Caríntia. Mas eu não sabia disso.

(4) Eis outro erro vergonhoso e instrutivo, um exemplo de ignorância temporária, se é que se pode dizer isso. Certo dia, um paciente me lembrou de lhe dar os dois livros sobre Veneza que eu lhe prometera, pois precisava deles para se preparar para sua viagem de Páscoa. “Já os tenho prontos para você”, retruquei, e fui buscá-los na biblioteca. A verdade, porém, é que eu havia esquecido de apanhá-los porque não estava inteiramente de acordo com a viagem de meu paciente, na qual via uma perturbação desnecessária do tratamento e um prejuízo material para o médico. Dei então uma rápida olhada na biblioteca à procura dos dois livros que tinha em vista. Um era “Veneza, Cidade da Arte”; “mas além desse”, pensei, “devo ter uma obra histórica numa coleção parecida. Certo, aqui está: ‘Os Medici’.” Peguei o livro e levei-o ao paciente que aguardava para logo ter que admitir, envergonhado, meu engano. Na realidade, eu sabia muito bem que os Medici nada têm a ver com Veneza,

mas por um breve intervalo isso não me pareceu incorreto. Agora, cabia-me ser justo; já que por tantas vezes eu havia confrontado meu paciente com seus próprios atos sintomáticos, só poderia salvar minha autoridade aos olhos dele sendo sincero e mostrando-lhe os motivos (que eu mantivera em segredo) de minha antipatia por sua viagem.

Talvez seja genericamente espantoso que a ânsia dos seres humanos de dizerem a verdade seja muito mais forte do que se costuma supor. Além disso, talvez seja conseqüência de minha prática de psicanálise que eu quase já não consiga mentir. Mal tento distorcer alguma coisa, sucumbo a um erro ou a algum outro ato falho que trai minha insinceridade, como se pode ver nesse último exemplo e nos anteriores.

Dentre todos os atos falhos, os erros parecem ter o mecanismo menos rígido, ou seja, a ocorrência de um erro é uma indicação geral de que atividade anímica em questão teve de lutar com alguma influência perturbadora, mas a forma específica assumida pelo erro não é determinada pela qualidade da idéia perturbadora que permaneceu na obscuridade. Podemos acrescentar aqui, retrospectivamente, que em muitos casos simples de lapsos da fala e da escrita é possível supor a mesma situação. Toda vez que cometemos um lapso ao falar ou escrever, podemos inferir que houve alguma perturbação devida a processos anímicos situados fora de nossa intenção: mas é preciso admitir que os lapsos da fala e da escrita freqüentemente obedecem às leis da semelhança, do comodismo ou da tendência à pressa, sem que o elemento perturbador consiga impor qualquer parcela de seu próprio caráter ao engano dele resultante na fala ou na escrita. Somente a complacência do material lingüístico é que possibilita a determinação dos erros e, ao mesmo tempo, marca seus limites.

Para não me restringir exclusivamente a meus próprios erros, quero comunicar alguns exemplos que aliás também poderiam ter sido incluídos entre os lapsos da fala e os equívocos na ação, embora isso não tenha maior importância, já que todas essas formas de atos falhos são equivalentes.

(5) Proibi um paciente de telefonar para a amada com quem ele mesmo queria romper, já que cada conversa reatçava a luta que ele travava para afastar-se dela. Ele deveria comunicar-lhe sua decisão final por escrito, apesar das dificuldades que havia para enviar-lhe cartas. Por volta de 1 hora, ele me visitou para dizer que encontrara um meio de contornar essas dificuldades e, entre outras coisas, perguntou-me se poderia invocar minha autoridade médica. Às 2 horas, estava ocupado em redigir a carta de rompimento quando, de repente, interrompeu-se e disse a sua mãe, que estava presente: “Oh! esqueci de perguntar ao professor se posso mencionar seu nome na carta”; correu para o telefone, pediu a ligação e perguntou: “Posso falar com o professor, por favor, se ele já tiver terminado de almoçar?” Em resposta, ouviu um atônito “Adolf, você enlouqueceu?” Era a mesma voz que, segundo minhas ordens, ele não deveria voltar a ouvir. Ele havia simplesmente “errado” e, em vez do número do telefone do médico, fornecera o da amada.

(6) Uma jovem dama pretendia fazer uma visita a uma amiga recém-casada na *Habsburgergasse* [“Rua Habsburgo”]. Falou nisso durante a refeição da família, mas por erro disse que tinha de ir à *Babenbergergasse* [“Rua Babenberg”]. Algumas das pessoas presentes acharam graça e chamaram sua atenção para o erro - ou lapso da fala, como se preferir - que ela não havia notado. É que dois dias antes a república fora proclamada em Viena; o negro e o amarelo haviam desaparecido e dado lugar às cores da velha Ostmark - vermelho, branco e vermelho -, e os Habsburgos tinham sido depostos; a falante introduzira essa mudança de dinastia no endereço da amiga. De fato existe em Viena uma célebre *Babenberger-strasse*, mas nenhum vienense a chamaria de “*Gasse*”

(7) O mestre-escola de uma cidade de veraneio, um jovem paupérrimo mas garboso, tanto persistiu em cortejar a filha do proprietário de uma mansão, oriundo da cidade grande, que a jovem acabou por se apaixonar intensamente por ele e convenceu sua família a consentir no casamento, apesar das diferenças de posição social e de raça. Um dia, o professor escreveu ao irmão uma carta em que dizia: “A moça decerto não é nenhuma beleza, mas é muito meiga, e até aí tudo estaria bem. Mas, se poderei decidir-me a me casar com uma judia, ainda não sei lhe dizer.” Essa carta foi cair nas mãos da noiva e pôs fim ao noivado, enquanto, ao mesmo tempo, o irmão ficava atônito com as declarações de amor a ele endereçadas. Meuinformante assegurou-me que isto foi um erro, e não um artifício astuto. Tomei conhecimento de outro caso em que uma dama insatisfeita com seu velho médico, mas sem querer livrar-se dele abertamente, alcançou seu objeto através de uma confusão de cartas, e ao menos aqui posso garantir que foi um erro, e não uma argúcia consciente, que se valeu desse conhecido tema da comédia.

(8) Brill [1912, 191] fala de uma dama que lhe pediu notícias de uma conhecida de ambos e, ao fazê-lo, designou-a erroneamente por seu nome de solteira. Chamada sua atenção para o erro, ela teve de admitir que não gostava do marido dessa dama e que aquele casamento a deixara muito insatisfeita.

(9) Eis um caso de erro que também pode ser descrito como um lapso da fala: um jovem pai foi ao registro civil comunicar o nascimento de sua segunda filha. Indagado sobre como se chamaria a criança, respondeu “Hanna”, ao que o funcionário teve de lhe dizer que ele já tinha uma filha com esse nome. Podemos concluir que essa segunda filha não foi tão bem-vinda quanto fora a primeira.

Quero acrescentar algumas outras observações de confusão entre nomes; naturalmente, com igual direito poderiam ter sido incluídas em outros capítulos deste livro.

(10) Uma senhora é mãe de três filhas, duas das quais estão casadas há muito tempo, enquanto a mais jovem ainda aguarda seu destino. Em ambos os casamentos, uma senhora amiga da família deu o mesmo presente - um dispendioso aparelho de chá de prata. Todas as

vezes que a conversa recai sobre esse serviço de chá, a mãe nomeia erroneamente a terceira filha como sua proprietária. É claro que esse erro expressa o desejo da mãe de ver também sua última filha casada - pressupondo-se que ela receberia o mesmo presente de casamento.

Os freqüentes casos em que uma mãe confunde o nome de suas filhas, filhos ou genros são igualmente fáceis de interpretar.

(11) Eis um bom exemplo, facilmente explicável, de uma obstinada troca de nomes; o exemplo foi cedido pelo Sr. J. G., que fez a observação em si mesmo durante uma estada num sanatório:

“Certo dia, durante o jantar (no sanatório), eu participava de uma conversa pouco interessante e de tom completamente convencional com minha vizinha de mesa, quando então empreguei uma frase de extrema afabilidade. Essa senhorita, já um pouco envelhecida, não pôde deixar de comentar que não era do meu feitio habitual ser tão amável e galante com ela - um comentário que continha não só um certo pesar, mas também uma óbvia alfinetada numa jovem que ambos conhecíamos e a quem eu costumava conceder uma atenção maior. Naturalmente, compreendi num instante. Ainda no decorrer dessa mesma conversa, minha vizinha teve que chamar-me repetidamente a atenção - o que me foi muito penoso - para o fato de eu tê-la tratado pelo nome da jovem que, não sem razão, era vista por ela como sua rival mais afortunada.”

(12) Quero também relatar como “erro” um episódio de graves antecedentes que me foi narrado por uma testemunha diretamente implicada. Uma dama passara a tarde ao ar livre com o marido e dois senhores estranhos. Um desses dois “estranhos” era amigo íntimo dela, mas os outros nada sabiam disso e nem deveriam saber. Os amigos acompanharam o casal até a porta de casa e, enquanto esperavam que a porta se abrisse, começaram a se despedir. A dama fez uma mesura diante do estranho, ofereceu-lhe a mão e disse algumas palavras de cortesia. Depois, tomou o braço do amante secreto, voltou-se para o marido e começou a se despedir dele da mesma maneira. O marido entrou na situação, ergueu o chapéu e disse com polidez exagerada: “Beijo-lhe as mãos, prezada senhora!” A esposa, horrorizada, soltou o braço do amante e, antes que o mordomo aparecesse, ainda teve tempo de suspirar: “Ora, imagine passar por uma coisa dessas!...” O homem era um desses maridos que querem situar fora dos limites do possível uma infidelidade de sua mulher. Jurara repetidas vezes que, num caso assim, mais de uma vida estaria em perigo. Portanto, os mais fortes obstáculos internos o impediam de notar o desafio contido nesse erro.

(13) Eis um erro de um de meus pacientes, que se torna particularmente instrutivo por ter-se repetido para expressar um sentido contrário: Após prolongadas lutas internas, esse

jovem super-hesitante conseguiu decidir-se a propor casamento à jovem que o amava há muito tempo, tal como ele a ela. Acompanhou a noiva até a casa, despediu-se e, na mais extrema felicidade, entrou num bonde e pediu *duas* passagens à cobradora. Cerca de seis mesesdepois, já estava casado, mas ainda não conseguira adaptar-se bem a sua felicidade conjugal. Estava em dúvida se teria feito bem em se casar, sentia falta das antigas relações com seus amigos e via toda sorte de defeitos em seus sogros. Uma noite, foi buscar sua jovem esposa na casa dos sogros, entrou no bonde com ela e contentou-se em pedir apenas *uma* passagem.

(14) Um bom exemplo de Maeder (1908) mostra-nos como um desejo relutantemente sufocado pode ser satisfeito através de um “erro”. Um colega que tinha um dia livre queria desfrutá-lo sem ser molestado, mas tinha que fazer uma visita a Lucerna, coisa que não era de seu agrado; depois de uma longa deliberação, resolveu ir até lá assim mesmo. Para se distrair, passou o trajeto de Zurique a Arth-Goldau lendo os jornais. Nesta estação, trocou de trem e prosseguiu na leitura. E assim foi viajando até que o condutor o informou de que ele tomara o trem errado, ou seja, o que voltava de Goldau para Zurique, embora tivesse uma passagem para Lucerna.

(15) Uma tentativa análogo, se bem que não inteiramente exitosa, de ajudar um desejo suprimido a se expressar pelo mesmo mecanismo do “erro” foi descrita pelo Dr. V. Tausk (1917), sob o título “Viajando na Direção Errada”:

“Eu chegara a Viena em licença da frente de luta. Um antigo paciente soube que eu estava na cidade e pediu que eu fosse visitá-lo, pois estava doente e de cama. Atendi a seu pedido e passei duas horas com ele. Na despedida, o doente perguntou quanto me devia. ‘Estou aqui em licença e não estou dando consultas’, retruquei. ‘Por favor, encare minha visita como a de um amigo.’ O paciente hesitou, pois sem dúvida sentia que não tinha o direito de requisitar meus serviços profissionais sob a forma de um ato de amizade gratuito. Mas finalmente aceitou minha resposta, expressando a respeitosa opinião, ditada por seu prazer em poupar dinheiro, de que eu, como psicanalista, sem dúvida estaria fazendo a coisa certa. Alguns momentos depois, eu mesmo suspeitei da sinceridade de minha nobreza e, repleto de dúvidas - que dificilmente admitiriam mais de uma solução -, tomei um bonde da linha X. Depois de uma curta viagem, eu deveria passar para um bonde da linha Y. Enquanto aguardava no ponto onde tomaria o outro bonde, esqueci-me da questão dos honorários e passei a me ocupar dos sintomas patológicos de meu paciente. Entrementes, chegou o bonde que eu aguardavae subi. Mas na parada seguinte tive que descer novamente. É que, por engano e sem me aperceber, eu havia tomado um bonde da linha X, e não da linha Y, e seguira na mesma direção de onde acabara de partir - na direção do paciente de quem não quisera aceitar nenhum honorário. *Mas meu inconsciente queria fazer a cobrança.*”

(16) Certa vez, eu mesmo tive êxito num estratagema muito semelhante ao do exemplo 14. Eu havia prometido a meu rigoroso irmão mais velho que nesse verão lhe faria a visita devida há muito tempo numa cidade inglesa à beira-mar e, como o tempo era escasso, prometera ainda seguir pela rota mais curta e sem interromper a viagem em lugar algum. Pedi um adiantamento de um dia para passá-lo na Holanda, mas ele achou que eu poderia adiar isso para a viagem de volta. Assim, viajei de Munique, via Colônia, para Rotterdam - Hook van Holland, de onde o navio partiria à meia-noite para Harwich. Eu tinha que fazer uma baldeação em Colônia; ali deixei meu trem para tomar o expresso de Rotterdam, mas não conseguia encontrá-lo. Perguntei a diversos funcionários da estrada de ferro, mandaram-me de uma plataforma para outra, entrei num clima de desespero exagerado e logo me apercebi de que, durante essa busca infrutífera eu havia perdido o trem. Depois que isso me foi confirmado, considerei se deveria pernoitar em Colônia, depondo em favor disso, entre outras coisas, a devoção filial, pois segundo uma velha tradição de família, meu ancestrais haviam um dia fugido dessa cidade durante uma perseguição aos judeus. Mas decidi-me por outra coisa, viajei num trem posterior para Rotterdam, onde cheguei tarde da noite, e assim me vi obrigado a passar um dia na Holanda. Esse dia trouxe-me a realização de um desejo acalentado há muito tempo; pude ver as magníficas pinturas de Rembrandt em Haia e no Rijksmuseum em Amsterdã. Só na manhã seguinte, quando viajava de trem pela Inglaterra e pude concentrar-me em minhas impressões, foi que me ocorreu a lembrança indubitável de que eu vira na estação de Colônia, a poucos passos do lugar onde eu descera do trem e na mesma plataforma, uma grande placa que dizia “Rotterdam-Hook van Holland”. Ali, esperando por mim, estivera o trem em que eu deveria ter seguido viagem. Minha pressa em me afastar dali, apesar dessa indicação clara, e minha busca do trem em outros lugares teriam de ser descritas como uma “cegueira” incompreensível, a menos que se queira presumir que, ao contrário das instruções de meu irmão, era meu propósito admirar os Rembrandts na viagem de ida. Tudo o mais - minha perplexidade bem encenada, a emergência da intenção “piedosa” de pernoitar em Colônia - não passou de um artifício para esconder de mim mesmo essa resolução, até que ela já se tivesse realizado inteiramente.

(17) A partir de sua própria experiência pessoal, J. Stärcke (1916) fala de um artifício semelhante produzido por “esquecimento” para realizar um desejo a que se havia supostamente renunciado.

“Certa vez, eu tinha de fazer uma conferência com diapositivos numa aldeia, mas a conferência foi adiada por uma semana. Eu havia respondido à carta sobre o adiamento e anotara a nova data em minha agenda. Eu teria seguido viagem de bom grado para essa aldeia à tarde, pois assim teria tempo de visitar um escritor conhecido meu que ali residia. Lamentavelmente, porém, não dispunha na época de nenhuma tarde livre. Com certa relutância, desisti dessa visita.

“Chegada a noite da conferência, segui às pressas para a estação, com uma maleta repleta

de diapositivos. Tive de tomar um táxi para pegar o trem (freqüentemente me acontece retardar-me tanto que acabo tendo de tomar um táxi para conseguir alcançar o trem!). Ao chegar a meu destino, fiquei um pouco surpreso por não haver ninguém na estação para me receber (como é costume nos pequenos lugarejos ao chegar um conferencista). De repente ocorreu-me que a conferência fora adiada por uma semana e que eu fizera uma viagem inútil na data originalmente marcada. Depois de maldizer meu esquecimento de todo coração, ponderei se deveria voltar para casa no trem seguinte. Pensando melhor, porém, considerei que tinha agora uma boa oportunidade de fazer a visita desejada, o que então pus em prática. Só quando já estava a caminho foi que me ocorreu que meu desejo irrealizado de ter tempo suficiente para essa visita preparara habilmente a trama. Sobrecarregar-me com a pesada maleta repleta de diapositivos e apressar-me para alcançar o trem tinham servido primorosamente para esconder ainda melhor a intenção inconsciente.”

Talvez se possa pensar [1] que a classe de erro que aqui não esclareci não é muito numerosa ou particularmente significava. Mas deixo como uma questão a ser pensada se não haverá razão para estender esses mesmos pontos de vista a nossa avaliação dos *erros de julgamento*, incomparavelmente mais importantes, cometidos pelos seres humanos na vida e no trabalho científico. Só aos espíritos mais seletos e equilibrados parece ser possível preservar a imagem da realidade externa, tal como percebida, da distorção a que ela costuma ficar sujeita em sua passagem pela individualidade psíquica daquele que a percebe.

CAPÍTULO XI - ATOS FALHOS COMBINADOS

Dois dos últimos exemplos mencionados - meu erro ao transferir os Medici para Veneza [em [1]] e o do jovem que conseguiu conversar por telefone com sua amada, sabendo que contrariava minha proibição [em [1]] - na verdade não foram descritos de maneira exata. Uma consideração mais cuidadosa revela que eles constituem a combinação de um esquecimento com um erro. Posso ilustrar essa combinação com clareza ainda maior através de alguns outros exemplos.

(1) Um amigo me conta a seguinte experiência: “Há alguns anos aceitei ser eleito para a diretoria de certa sociedade literária por supor que algum dia essa organização pudesse ajudar-me a fazer com que se encenasse minha peça, e embora sem muito interesse, participei regularmente das reuniões que se realizavam todas as sextas-feiras. Há poucos meses obtive a promessa de uma representação no teatro de F. e, desde então, passei a me *esquecer* regularmente das reuniões da sociedade. Ao ler seu livro sobre essas coisas, senti-me envergonhado de meu esquecimento, repreendi-me por ser uma baixeza eu faltar agora, quando já não estava precisando dessas pessoas, e resolvi não me esquecer por nada no mundo da sexta-feira seguinte. Recordei-me repetidamente esse propósito até colocá-lo em prática e ver-me postado diante da porta da sala onde se realizavam as reuniões. Para minha surpresa, estava fechada; a reunião havia terminado; é que eu havia errado o dia: já era sábado!”

(2) O exemplo seguinte combina um ato sintomático com um extravio; chegou a meu conhecimento por caminhos algo indiretos, mas provém de uma fonte segura.

Uma dama viajou para Roma com seu cunhado, que era um artista famoso. O visitante foi muito festejado pela comunidade alemã de Roma e recebeu, entre outros presentes, uma antiga medalha de ouro. A dama ficou mortificada por seu cunhado não saber apreciar suficientemente o valioso objeto. Já de volta a casa, substituída em Roma por sua irmã, ela descobriu, ao desfazer as malas, que trouxera consigo a medalha - não sabia como. Remeteu prontamente ao cunhado uma carta com a notícia e anunciou que no dia seguinte reenviaria para Roma o objeto carregado. No dia seguinte, porém, a medalha se extraviara com tanta habilidade que não pôde ser encontrada nem remetida; foi então que a dama começou a compreender o sentido de sua “distração”, a saber, ela queria ficar com o objeto.

(3) Há casos em que o ato falho se repete obstinadamente, mudando para isso os meios que emprega:

Por motivos que lhe eram desconhecidos, Ernest Jones (1911b, 483) deixou certa vez uma carta em sua escrivaninha por vários dias, sem despachá-la. Por fim, decidiu remetê-la, mas a carta lhe foi devolvida pelo “Dead Letter Office”, pois ele se esquecera de sobrescritá-la.

Depois de colocar o endereço, tornou a levá-la ao correio, mas dessa vez ela estava sem selo. A essas altura, ele não pôde mais ignorar sua relutância em despachar a carta.

(4) As vãs tentativas de realizar uma ação que se opõe a uma resistência interna não expressivamente narradas num breve comunicado do Dr. Karl Weiss (1912), de Viena:

“O episódio que se segue mostrará com que persistência o inconsciente sabe impor-se quando tem um motivo para impedir que se execute uma intenção, e como é difícil tomar precauções contra essa persistência. Um conhecido pediu-me que lhe emprestasse um livro e o levasse para ele no dia seguinte. Prometi imediatamente que o faria, mas ciente de um intenso sentimento de desprazer que a princípio não consegui explicar. Mais tarde, tudo me ficou claro: a pessoa em questão me devia há anos uma soma em dinheiro, que não parecia pensar em pagar. Não pensei mais no assunto, mas lembrei-me dele na manhã seguinte com o mesmo sentimento de desprazer e disse prontamente a mim mesmo: ‘Seu inconsciente logo se empenhará em fazer com que você esqueça o livro; mas você não quer ser descortês, e por isso fará todo o possível para não esquecê-lo.’ Chegando em casa, embrulhei o livro e coloquei-o a meu lado da escrivaninha onde redijo minha correspondência. Passado algum tempo, saí; dei alguns passos e me lembrei de que deixara na escrivaninha as cartas que queria remeter. (Uma delas, diga-se de passagem, era uma carta em que fui obrigado a escrever algo desagradável a uma pessoa de quem esperava receber apoio em determinado assunto.) Voltei, peguei as cartas e tornei a sair. Já no bonde, ocorreu-me que eu havia prometido a minha mulher encarregar-me de fazer uma certa compra, e fiquei satisfeito com a idéia de que o embrulho seria pequeno. Nesse ponto ocorreu-me subitamente a associação ‘embrulho-livro’, e só então notei que não estava levando o livro. Portanto eu não só o esquecera ao sair pela primeira vez, como também continuara a não enxergá-lo ao buscar as cartas ao lado das quais ele estava.”

(5)O mesmo se constata numa observação que Otto Rank (1912) analisou exaustivamente:

“Um homem escrupulosamente ordeiro e pedantemente preciso narrou a seguinte experiência, totalmente extraordinária para ele. Uma tarde, ia ele pela rua quando quis saber as horas, reparando então que havia deixado seu relógio em casa, coisa que, segundo sua memória, nunca lhe acontecera antes. Como tinha de comparecer pontualmente a um compromisso à noite e não lhe restava tempo suficiente para buscar seu relógio, ele aproveitou sua visita a uma dama amiga sua para pedir-lhe um relógio emprestado para esse fim. Isso era perfeitamente viável porque ele já tinha o compromisso prévio de visitar essa dama na manhã seguinte, ocasião em que prometeu devolver-lhe o relógio. No dia seguinte, porém, quando quis entregar o relógio emprestado a sua proprietária, descobriu com assombro que o esquecera em casa; dessa vez, portava seu próprio relógio. Tomou assim a firme resolução de devolver o relógio da dama nessa mesma tarde, coisa que realmente levou a cabo. Mas quando quis ver as horas ao deixá-la ficou imensamente aborrecido e

atônito ao descobrir que tornara a esquecer seu próprio relógio.

“A repetição desse alto pareceu tão patológica a esse homem comumente tão amante da ordem que ele quis conhecer sua motivação psicológica; e esta se revelou prontamente através da indagação psicanalítica a respeito de ter-lhe acontecido alguma coisa desagradável no dia crucial em que se esqueceu do relógio pela primeira vez, e a respeito do contexto em que isso ocorrera. Ele contou de imediato como, depois do almoço, pouco antes de sair esquecendo o relógio, tivera uma conversa com sua mãe, que lhe contara que um parente irresponsável, que já lhe havia causado muitos aborrecimentos e despesas, penhorara seu próprio relógio, mas, como este era necessário na casa, pedia-lhe [ao narrador] que fornecesse o dinheiro para resgatá-lo. Essa maneira quase impositiva de tomar um empréstimo causou em nosso homem um impacto muito penoso e tornou a evocar-lhe todos os desgostos que esse parente lhe vinha causando há muitos anos. Seu ato sintomático, portanto, mostra ter tido muitos determinantes. Em primeiro lugar, expressou um pensamento que dizia aproximadamente o seguinte: ‘Não vou permitir que o dinheiro me seja extorquido dessa maneira, e se precisam de um relógio, deixarei o meu em casa.’ Mas como precisava do relógio para manter um compromisso à noite, essa intenção só pôde efetivar-se por um caminho inconsciente, sob a forma de um ato sintomático. Em segundo lugar, o esquecimento dizia mais ou menos o seguinte: ‘Sacrificar dinheiro eternamente por esse inútil vai acabar me arruinando, a ponto de eu ter que abrir mão de tudo.’ Embora, no dizer dele, sua indignação diante da notícia tivesse sido apenas momentânea, a repetição do mesmo ato sintomático mostra que ela continuou a atuar intensamente no inconsciente, mais ou menos como se sua consciência dissesse: ‘Não consigo tirar essa história da cabeça.’ Tendo em vista essa atitude do inconsciente, não nos surpreende que o relógio pedido emprestado à dama tivesse o mesmo destino. Mas talvez também tenha havido motivos especiais favorecendo essa transferência para o ‘inocente’ relógio da dama. O motivo mais óbvio, provavelmente, é que ele sem dúvida gostaria de guardá-lo para substituir seu próprio relógio sacrificado, e por isso esqueceu de devolvê-lo no dia seguinte; talvez também lhe agradasse conservá-lo como uma lembrança da dama. Além disso, o esquecimento do relógio forneceu-lhe a oportunidade de visitar pela segunda vez essa dama a quem ele admirava; é certo que teria de visitá-la pela manhã por causa de outro assunto, e com o esquecimento do relógio ele parece indicar que seria uma pena usar essa visita, combinada muito tempo antes, para o propósito passageiro de devolver o relógio. Além disso, o esquecimento do próprio relógio por duas vezes e a restituição assim possibilitada do relógio alheio indicam que, inconscientemente, nosso homem estava procurando não andar com os dois relógios ao mesmo tempo. É óbvio que estava tentando evitar essa aparência de abundância excessiva que estaria em flagrante contraste com a penúria de seu parente; por outro lado, ele soube com isso fazer frente a sua aparente intenção de se casar com a dama, fazendo a si mesmo a advertência de que tinha obrigações indissolúveis para com sua família (sua mãe). Por fim, outra razão para o esquecimento de um relógio de mulher poderia ser buscada no fato de que, na noite anterior, sendo solteiro, ele se sentira embaraçado diante dos amigos por ver as horas num relógio de mulher, coisa que só fez

subrepticiamente; e para evitar que serepetisse essa situação embaraçosa, não quis mais usar o relógio. Por outro lado, como tinha de devolvê-lo, também aqui o resultado foi um ato sintomático inconscientemente realizado, que se revelou como uma formação de compromisso entre impulsos emocionais conflitantes e como um triunfo duramente conquistado da instância inconsciente.”

Aqui estão três casos observados por J. Stürcke (1916, 108-9):

(6) *Extravio, quebra e esquecimento como expressão de uma contavontade repelida.* “Dentre uma coleção de ilustrações para um trabalho científico, tive um dia que emprestar algumas a meu irmão, pois ele queria usá-las como diapositivos numa conferência. Apesar de momentaneamente ciente de minha idéia de que eu preferiria não ver essas reproduções, colecionadas a tão duras penas, exibidas ou publicadas de maneira alguma antes que eu mesmo pudesse fazê-lo, prometi-lhe que procuraria os negativos das imagens desejadas e com elas confeccionaria diapositivos. Mas não pude achar esses negativos. Procurei por toda a pilha de caixas repletas dos negativos pertinentes ao assunto, e bem uns duzentos negativos passaram por minhas mãos, um após outro; mas os negativos que eu procurava não estavam ali. Suspeitei de que, na verdade, eu parecia não querer que meu irmão obtivesse essas ilustrações. Depois de me conscientizar desse pensamento invejoso e de combatê-lo, percebi que eu pusera de lado a primeira caixinha da pilha e que não a havia examinado, e essa caixa continha os negativos procurados. Na tampa da caixinha havia uma pequena anotação sobre seu conteúdo e é provável que eu lhe tenha dado uma rápida olhadela antes de pôr a caixa de lado. O pensamento invejoso, entretanto, parecia ainda não estar inteiramente vencido, pois houve ainda toda sorte de incidentes antes que os diapositivos fossem despachados. Parti um deles ao apertá-lo demais enquanto o segurava na mão para limpar o lado de vidro (nunca costumo quebrar um diapositivo dessa maneira). Quando mandei fazer um novo exemplar dessa chapa, ela caiu da minha mão e só não quebrou porque estendi o pé e aparei a queda. Quando montava os diapositivos, a pilha inteira tornou a cair no chão, felizmente sem que nenhum se quebrasse. E por fim, vários dias se passaram antes que eu realmente os embalasse e remetesse, pois embora renovasse todos os dias minha intenção de fazê-lo, a cada dia tornava a esquecê-la.”

(7) *Esquecimento repetido - ação equivocada na execução final.* “Certo dia eu tinha que enviar um cartão-postal a um conhecido, mas fui adiando isso por vários dias, o que me deu a forte suspeita de que a causa era seguinte: Ele me informara por carta que no decorrer daquela semana eu seria visitado por alguém cuja visita eu não estava particularmente ansioso por receber. Terminada a semana e reduzida a perspectiva da visita indesejada, escrevi finalmente o cartão-postal onde lhe comunicava quando eu disporia de tempo livre. Ao escrever o cartão, pensei inicialmente em acrescentar que não pudera escrever antes devido ao *druk werk* (‘trabalho em excesso, estafante ou intenso’ [em holandês]), mas ao final não o fiz, pois não há ser humano razoável que ainda acredite nessa desculpa

corriqueira. Não sei se essa pequena inverdade ainda assim estava fadada a se expressar, mas quando coloquei o cartão-postal na caixa do correio, depusitei-o erroneamente na abertura inferior: *Drukwerk* ('impressos' [em holandês]).”

(8) *Esquecimento e erro*. “Numa manhã de tempo belíssimo, uma jovem foi ao Rijksmuseum para ali desenhar alguns moldes de gesso. Embora preferisse passear, já que o tempo estava tão bom, ela resolveu ser diligente mais uma vez e desenhar um pouco. Primeiro, tinha de comprar papel de desenho. Foi a uma loja (a cerca de dez minutos a pé do museu) e comprou lápis e outros materiais de desenho, mas esqueceu justamente de comprar o papel. Foi para o museu e, quando estava sentada em sua banquetta, pronta para começar, percebeu que não tinha papel e teve de voltar à loja. Feita a compra, ela começou realmente a desenhar, o trabalho progrediu bem e, após algum tempo, ela ouviu o relógio da torre do museu bater muitas vezes. ‘Deve ser meio-dia’, pensou, e continuou trabalhando até o relógio da torre bater um quarto de hora (‘Deve ser meio-dia e quinze’, pensou). Em seguida embalou o material de desenho e resolveu ir passeando pelo Vondelpark até a casa da irmã para ali tomar café (o que, na Holanda, é equivalente ao almoço). Passando pelo Museu Suasso, ela viu com assombro que era apenas meio-dia, e não meio-dia e meia! O tempo tentadoramente bom levava a melhor sobre sua dedicação e, por isso, quando o relógio da torre deu doze badaladas às onze e meia, não lhe ocorreu pensar que os relógios dos campanários também marcam as meias horas.”

(9) Como alguns dos exemplos acima já mostraram, a tendência perturbadora inconsciente também pode alcançar seu objetivo através da repetição obstinada do mesmo tipo de ato falho. Tomo um divertido exemplo disso de um livrinho intitulado *Frank Wedekind und das Theater*, publicado em Munique pelo Drei Masken-Verlag, mas tenho que deixar ao autor do livro a responsabilidade por essa historieta, narrada à maneira de Mark Twain.

“Na peça em um ato *Die Zensur* [A Censura], de Wedekind, declara-se no momento mais solene: ‘O medo da morte é um erro de lógica [*Denkfehler*].’ O autor, que muito valorizava esse trecho, pediu ao ator, durante os ensaios, que fizesse uma pequena pausa antes da palavra ‘*Denkfehler*’. E à noite... compenetrrou-se o ator integralmente de seu papel e teve o cuidado de observar a pausa, mas, involuntariamente disse no mais solene dos tons: ‘O medo da morte é um *Druckfehler* [um erro de imprensa].’ Em resposta às perguntas do artista ao final do espetáculo, o autor assegurou-lhe que não tinha a menor crítica a fazer, só que o trecho em questão não dizia que o medo da morte é um erro de imprensa, mas um erro de lógica. - Quando *Die Zensur* foi novamente à cena na noite seguinte, o ator, chegando ao mesmo trecho, declarou de novo com a mais solene entonação: ‘O medo da morte é um... *Denkzettel* [um lembrete].’ Wedekind mais uma vez cumulou o ator de elogios ilimitados, apenas comentando de passagem que o texto não dizia que o medo da morte é um lembrete,

mas sim que é um erro de lógica. - Na noite seguinte *Die Zensur* foi novamente encenada, e o ator, com quem entretantes o autor fizera amizade e trocara opiniões sobre questões artísticas, disse, ao chegar o trecho, com a expressão mais solene do mundo: ‘O medo da morte é um... *Druckzettel* [um rótulo impresso].’ O artista recebeu os louvores irrestritos do autor e a peça se repetiu muitas outras vezes, mas o autor teve que dar por liquidada para sempre a noção de ‘erro de lógica’.”

Rank (1912 e 1915b) também deu atenção às relações muito interessantes entre “Ato falho e sonho”, mas não se pode apreciá-las sem uma análise minuciosa do sonho ligado ao ato falho. Certa vez, dentro de um contexto mais amplo, sonhei que havia perdido minha carteira. Pela manhã, enquanto me vestia, realmente notei a falta dela. Ao despir-me na noite anterior ao sonho, eu me esquecera de tirá-la do bolso da calça e colocá-la no lugar usual. Esse esquecimento, portanto, não me era desconhecido, e provavelmente se destinara a expressar um pensamento inconsciente que estava preparado para aflorar no conteúdo do sonho.

Não pretendo afirmar que esses casos de atos falhos combinados possam ensinar-nos algo novo, algo que já não se tivesse podido deduzir dos casos simples, mas é certo que essa mudança na forma assumida pelo ato falho enquanto o resultado permanece o mesmo dá a vívida impressão de uma vontade que se esforça por atingir um alvo determinado, e contradiz de maneira muito mais enérgica a noção de que o ato falho é uma coisa aleatória e não requer interpretação. Também é possível que nos cause estranheza, nesses exemplos, o fato de uma intenção consciente ser tão radicalmente incapaz de impedir o êxito do ato falho. Meu amigo, apesar de tudo, deixou de comparecer à reunião da sociedade, e a dama não foi capaz de se separar da medalha. O não-sabido [*Unbekannte*, “desconhecido”, “inconfessado”] que se opunha a essas intenções encontrou outra saída depois que lhe foi barrado o primeiro caminho. É que para superar o motivo desconhecido faz-se necessário algo diverso de uma intenção contrária consciente; seria preciso um trabalho psíquico capaz de tornar o desconhecido conhecido pela consciência.

CAPÍTULO XII - DETERMINISMO, CRENÇA NO ACASO E SUPERSTIÇÃO - ALGUNS PONTOS DE VISTA

A conclusão geral que emerge das diversas considerações anteriores pode ser formulada nos seguintes termos: *Certas insuficiências de nosso funcionamento psíquico - cujas características comuns precisaremos logo adiante - e certos desempenhos aparentemente inintencionais, revelam, quando a eles se aplicam os métodos da investigação psicanalítica, ter motivos válidos e ser determinados por motivos desconhecidos pela consciência.*

Para ser incluído na classe dos fenômenos assim explicáveis, o ato falho psíquico tem de satisfazer as seguintes condições:

(a) Não pode exceder certas dimensões fixadas por nossa avaliação e caracterizadas pela expressão “dentro dos limites do normal”.

(b) Deve ter o caráter de uma perturbação momentânea e temporária. É preciso que tenhamos excetuado antes a mesma função de maneira mais correta ou que nos acreditemos capazes de realizá-la mais corretamente em qualquer ocasião. Ao sermos corrigidos por outra pessoa, devemos reconhecer de imediato a exatidão da correção e a inexatidão de nosso próprio processo psíquico.

(c) Quando chegamos a perceber o ato falho, não devemos sentir em nós mesmos nenhuma motivação para ele, mas antes ficar tentados a explicá-lo pela “desatenção” ou ainda como uma “casualidade”.

Permanecem portanto nesse grupo os casos de esquecimento [“*Vergessen*”] e os erros cometidos apesar de se ter um conhecimento melhor, os lapsos da fala [“*Versprechen*”], os lapsos de leitura [“*Verlesen*”], os lapsos de escrita [“*Verschreiben*”], os equívocos na ação [“*Vergreifen*”] e os chamados “atos casuais”. A própria língua [alemã] indica a identidade interna entre a maioria desses fenômenos, igualmente compostos com o prefixo “*ver-*”.

Mas ao esclarecimento dos processos psíquicos assim definidos liga-se uma série de observações que, em parte, podem despertar um interesse fixo “*ver-*”.

(A) Quando abandonamos parte de nossas funções psíquicas como inexplicável pelas representações-meta, estamos desconhecendo a extensão do determinismo na vida anímica. Tanto aqui quanto em outras esferas, ele tem um alcance maior do que suspeitamos. Num artigo do historiador de literatura R. M. Meyer publicado no *Die Zeit* [jornal de Viena] em 1900, encontrei, exposta e ilustrada com exemplos, a visão de que é impossível compor um absurdo de maneira intencional e arbitrária. Sei há mais tempo que não se pode fazer com que um número ocorra por livre escolha, do mesmo modo que não se pode fazê-lo com um nome. A investigação de um número composto de maneira aparentemente arbitrária, digamos, um número de vários algarismos enunciado por alguém por brincadeira ou num momento de bom humor, revela que ele é estritamente determinado de um modo que realmente não se consideraria possível. Começarei pela breve discussão de um exemplo de prenome arbitrariamente escolhido, e depois analisarei com algum detalhe um exemplo análogo de um número “dito sem pensar”.

(1) Com vistas a preparar para publicação o caso clínico de uma de minhas pacientes, pus-me a considerar o nome que deveria dar-lhe em meu relato. Parecia haver uma escolha muito ampla; alguns nomes, é claro, estavam excluídos de antemão: o nome verdadeiro, em primeiro lugar, depois os nomes de membros de minha própria família, aos quais eu fazia objeções, e talvez alguns outros nomes femininos de som particularmente singular. Afóra esses, porém, eu não teria por que ficar em apuros para encontrar um nome. Seria de se esperar - e eu mesmo o esperava - que houvesse uma porção de nomes femininos a meu dispor. Em vez disso, ocorreu-me um só nome e nenhum outro - o nome “Dora”.

Perguntei-me como teria sido determinado. Quem mais se chamava Dora? Eu gostaria de rechaçar com incredulidade o que me ocorreu a seguir - que esse era o nome da babá de minha irmã [da casa]. Contudo, tenho tanta autodisciplina, ou tanta prática em analisar, que me aferrei à idéia ocorrida e deixei que o fio seguisse dali. Logo me ocorreu um pequeno incidente da noite anterior, que forneceu o determinismo buscado. Eu vira na mesa da sala de jantar de minha irmã uma carta endereçada à “Srta. Rosa W.”. Surpreso perguntei quem ali tinha esse nome, e fui informado de que a jovem que eu conhecia por Dora na realidade se chamava Rosa, mas tivera de abandonar seu nome ao aceitar o emprego na casa, pois também minha irmã poderia considerar que “Rosa” se referisse a ela. “Pobre gente”, comentei com pena, “nem mesmo o próprio nome eles podem conservar!” Depois disso, lembro-me agora, permaneci em silêncio por um momento e comecei a pensar em toda sorte de coisas sérias que se perderam na obscuridade, mas que agora eu poderia facilmente tornar conscientes. Quando, no dia seguinte, procurei um nome para alguém *que não poderia*

conservar o seu, “Dora” foi o único a me ocorrer. A exclusividade [do nome] baseou-se aqui numa sólida associação de conteúdo, pois também na história de minha paciente, bem como no curso do tratamento, foi uma pessoa empregada numa casa alheia, uma governanta, quem exerceu uma influência decisiva.

Anos depois, [1] esse pequeno incidente teve uma continuação inesperada. Certo dia, quando expunha numa conferência o caso clínico há muito publicado da jovem que agora se chamava Dora, ocorreu-me que uma das duas mulheres que estavam no auditório tinha esse mesmo nome Dora, que eu teria de pronunciar com tanta freqüência nos mais diferentes contextos. Voltei-me para minha jovem colega, a quem eu também conhecia pessoalmente, com a desculpa de que de fato não me havia lembrado de que esse também era o nome dela, e acrescentei que estava disposto a substituí-lo por outro em minha conferência. Defrontei-me então com a tarefa de escolher outro nome rapidamente, e considerei que teria de evitar a todo custo escolher o nome da outra ouvinte, pois assim daria um péssimo exemplo a meus outros colegas, já bem instruídos em psicanálise. Fiquei muito satisfeito, portanto, quando me ocorreu o nome “Erna” como substituto para Dora, e usei-o na exposição do caso. Depois da conferência, perguntei a mim mesmo de onde poderia ter surgido o nome Erna, e não pude deixar de rir quando notei que a possibilidade temida quando da escolha do nome substituto ainda assim se realizara, ao menos em parte. O sobrenome da outra dama era Lucerna, do qual Erna é um fragmento.

(2) Numa carta a um amigo, anunciei que havia terminado de corrigir as provas de *A Interpretação dos Sonhos* e que não pretendia fazer nenhuma outra modificação no livro, “mesmo que ele contenha 2 467 erros”. Em seguida tentei explicar esse número a mim mesmo e acrescentei a pequena análise como um pós-escrito à carta. O melhor será citá-la tal como a redigi na época, logo depois de me apanhar em flagrante:

“Deixe-me acrescentar depressa uma contribuição à psicopatologia da vida cotidiana. Você verá que escrevi na carta o número 2 467 como uma estimativa arbitrária e atrevida do número de erros que são encontrados no livro dos sonhos. O que eu pretendia dizer era qualquer número muito grande, e então emergiu esse. Mas não há no psíquico nada que seja arbitrário ou indeterminado. Por isso, você há de esperar, com todo o direito, que o inconsciente tenha-se apressado a determinar o número que foi franqueado pela consciência. Ora, eu tinha justamente acabado de ler no jornal que um general E. M. fora reformado como comandante de artilharia. Você deve saber que esse homem me interessa. Quando eu servia como cadete-médico, ele um dia entrou na enfermaria - era coronel, nessa época - e disse ao oficial médico: ‘O senhor tem oito dias para me fazer sarar, porque tenho um trabalho a fazer pelo qual o Imperador está esperando.’ Resolvi então acompanhar a carreira desse homem e, veja só, agora (1899) ele a terminou, é comandante de artilharia e já está na reserva. Eu quis calcular em quanto tempo ele percorrera esse caminho. Supondo que eu o tivesse visto no hospital em 1882, seriam dezessete anos. Conte isso a minha mulher e ela

disse: ‘Mas então você também já não deveria estar aposentado?’ ‘Deus me livre!’ protestei. Depois dessa conversa, sentei-me para lhe escrever. Mas a seqüência anterior de pensamentos prosseguiu, e com boa razão. O cálculo estava errado; tenho um firme ponto de apoio em minha memória para saber disso. Comemorei minha maioridade, ou seja, meu 24º aniversário, na prisão militar (por ter-me ausentado sem permissão). Portanto, isso foi em 1880, ou há dezenove anos. Aí tem você o número ‘24’ do 2 467! Agora, tome minha idade atual, 43, acrescente 24, e você terá o 67! Em outras palavras, em resposta à pergunta sobre eu pretender também me aposentar, concedi-me no desejo mais vinte e quatro anos de trabalho. É óbvio que eu estava aborrecido por não ter, eu mesmo, progredido muito durante o intervalo em que acompanhei a carreira do Coronel M.; mesmo assim, estava celebrando uma espécie de triunfo por ele já estar acabado, enquanto eu ainda tenho tudo diante de mim. Por isso, pode-se dizer com razão que nem mesmo o número 2 467, que proféri sem nenhuma intenção, deixou de ter seus determinantes vindos do inconsciente.”

(3) Desde esse primeiro exemplo onde se explica um número escolhido de maneira aparentemente arbitrária, repeti muitas vezes essa mesma experiência, e com o mesmo resultado, mas o conteúdo da maioria dos casos é tão íntimo que não é possível comunicá-lo.

Justamente por isso, contudo, aproveito para acrescentar aqui uma análise muito interessante de uma “ocorrência de número” que o Dr. Adler (1905), de Viena, obteve de um informante “perfeitamente sadio”. “Ontem à noite”, relata esse informante, “lancei-me à *Psicopatologia da Vida Cotidiana*, e teria lido o livro inteiro de uma vez, se não tivesse sido impedido por um incidente notável. Acontece que, ao ler que todo número evocado à consciência de modo aparentemente arbitrário tem um sentido definido, resolvi fazer uma experiência. Ocorreu-me o número 1 734, e então se precipitaram as seguintes idéias: $1\ 734 \div 17 = 102$; $102 \div 17 = 6$. Depois fracionei o número em 17 e 34. Tenho 34 anos. Considero, como creio ter-lhe dito certa vez, que 34 é o último ano da juventude, e por isso senti-me muito infeliz em meu último aniversário. Ao final de meus 17 anos, iniciou-se para mim um período muito bonito e interessante de meu desenvolvimento. Divido minha vida em fases de 17 anos. Que significam essas divisões? Ao pensar no número 102, ocorreu-me que o nº 102 da Biblioteca Universal Reclam é a peça de Kotzebue, *Menschenhass und Reue* [*Misanthropia e Remorso*].

“Meu estado psíquico atual é de misantropia e remorso. O nº 6 da B.U. (conheço de cor uma multiplicidade de números da coleção) é *Die Schuld* [*A Culpa*], de Müllner. Sou constantemente atormentado pela idéia de que por minha culpa não cheguei a ser o que minhas aptidões teriam permitido. Além disso, ocorreu-me que o nº 34 na B.U. contém um conto do mesmo Müllner, intitulado *Der Kaliber* [*O Calibre*]. Dividi a palavra em ‘Ka’ e ‘Liber’; ocorreu-me ainda que ela contém as palavras ‘Ali’ e ‘Kali’ [‘potássio’]. Isso me fez lembrar que certa vez fiz rimas com meu filho Ali (de seis anos). Pedi-lhe que procurasse

uma rima para Ali. Não lhe ocorreu nenhuma, e, como queria que eu a fornecesse, respondi-lhe: ‘*Ali reinigt den Mund mit hypermangansaurem Kali.*’ [‘Ali limpa a boca com permanganato de potássio.’] Rimos muito e Ali estava muito lieb [meigo]. Nos últimos dias, tive de constatar com desgosto que ele ‘*ka (kein) lieber Ali sei*’ [‘não é o meigo Ali’ (*ka lieber*’ pronuncia-se como ‘*Kaliber*’)].

“Perguntei-me então: o que é o nº 17 da B.U.? mas não consegui lembrar. Com toda certeza, porém, eu o soubera antes, donde presumi que eu queria esquecer esse número. Toda a reflexão foi em vão. Quis continuar lendo, mas fazia-o mecanicamente, sem entender uma única palavra, porque o 17 estava me atormentando. Apaguei a luz e prossegui na busca. Por fim, cheguei à conclusão de que o nº 17 devia ser uma peça de Shakespeare. Mas qual? Ocorreu-me *Hero and Leander* - obviamente, uma tentativa idiota de minha vontade para me desviar. Finalmente levantei e consultei o catálogo da B.U. - o nº 17 é *Macbeth*. Para minha perplexidade, tive de constatar que não sabia quase nada da peça, embora não me tenha ocupado menos dela do que de outros dramas de Shakespeare. Só me ocorreram: assassino, Lady Macbeth, bruxas, ‘o belo é torpe’, e que certa vez achara muito bonita a versão de Schiller para *Macbeth*. Sem dúvida, portanto, eu queria esquecer a peça. Ocorreu-me ainda que 17 e 34, divididos por 17, dão 1 e 2. Os números 1 e 2 da B.U. são o *Fausto*, de Goethe. Antigamente, eu achava que havia muito de Fausto em mim.”

Lamentamos que a descrição do médico não nos tenha possibilitado um discernimento do sentido dessa série de associações. Adler observa que o homem não chegou a uma síntese de suas explicações. Parece-nos que quase não valeria a pena relatá-las, não fosse por ter emergido algo na continuação que nos forneceu a chave para entender o número 1 734 e toda a série de associações.

“Hoje pela manhã sem dúvida tive uma experiência que diz muito em favor de justeza da concepção freudiana. Minha mulher, que eu acordara ao levantar da cama na noite anterior, perguntou por que eu tinha querido o catálogo da B.U. Contei-lhe a história. Ela achou que era tudo um palavrório inútil, só aceitando - o que é muito interessante - o *Macbeth*, contra o qual eu resistira tanto. Disse que não lhe ocorria absolutamente nada quando pensava num número. Respondi: ‘Vamos fazer um teste.’ Ela deu o número 117. Na mesma hora retruquei: ‘17 é uma referência ao que lhe contei, e além do mais, ontem eu lhe disse que, quando a mulher tem 82 anos, e o marido, 35, há uma terrível desproporção.’ Nos últimos dias, tenho implicado com minha mulher, dizendo que ela é uma velhinha de 82 anos. $82 + 35 = 117$.”

O marido, que não soube encontrar os determinantes de seu próprio número, descobriu a solução de imediato quando sua mulher lhe deu um número supostamente escolhido por livre-arbítrio. Na realidade, a mulher havia compreendido muito bem o complexo do qual

provinha o número do marido, tendo escolhido seu próprio número a partir do mesmo complexo, que era certamente comum a ambos, pois dizia respeito à relação entre suas respectivas idades. Parra nós, portanto, é fácil traduzir o número que ocorreu ao marido. Ele expressa, como sugere Adler, um desejo suprimido do homem, que, desdobrado em sua íntegra, diria: “Para um homem como eu, de 34 anos, só convém uma mulher de 17.”

Para que não se faça demasiado pouco caso dessas “brincadeiras”, quero acrescentar que fui recentemente informado pelo Dr. Adler que, um ano depois da publicação dessa análise, o homem se divorciou de sua mulher.

Adler fornece explicações semelhantes sobre a origem de números obsessivos.

(4) Também a escolha dos chamados “números favoritos” não deixa de estar relacionada com a vida da pessoa em questão e não deixa de ter um certo interesse psicológico. Um homem que admitiu ter uma predileção especial pelos números 17 e 19 pôde indicar, depois de refletir um pouco, que aos 17 anos ingressara na universidade, obtendo assim a liberdade acadêmica almejada desde longa data, e que aos 19 fizera sua primeira grande viagem e, pouco depois, sua primeira descoberta científica. Mas a fixação dessa preferência ocorreu uma década depois, quando esses mesmos números adquiriram importância em sua vida amorosa. - De fato, mesmo os números que uma pessoa usa com frequência especial num dado contexto, de maneira aparentemente arbitrária, deixam-se reconduzir, mediante a análise, a um sentido inesperado. Foi assim que um dia um de meus pacientes notou que, quando ficava aborrecido, tinha o costume de dizer: “Já lhe disse isso umas 17 a 36 vezes”, e se perguntou se haveria uma motivação também para isso. Logo lhe ocorreu que ele havia nascido num dia 27 do mês, ao passo que seu irmão mais moço nascera no dia 26, e que ele tinha razões para se queixar de que o destino lhe roubara tantas coisas boas da vida para concedê-las a esse irmão mais novo. Assim, ele representava essa parcialidade do destino deduzindo 10 da data de seu próprio aniversário e acrescentando-os à data do irmão. “Sou o mais velho, e no entanto fui reduzido dessa maneira.”

(5) Ainda me deterei um pouco mais nas análises da ocorrência de números, pois não conheço quaisquer outras observações que possam provar de maneira tão concludente a existência de processos de pensamentos altamente complexos, dos quais a consciência ainda não tem nenhuma notícia, e, por outro lado, também não conheço melhor exemplo de análise em que fique excluída com tanta certeza a contribuição que com frequência é imputada ao médico (a sugestão). Por isso comunicarei aqui a análise de um número que ocorreu a um de meus pacientes (com seu consentimento). Só preciso acrescentar que ele é o mais novo de uma série de filhos e que, ainda muito jovem, perdeu o pai, por quem tinha grande admiração. Num estado de espírito particularmente alegre, ocorreu-lhe o número 426 718 e

ele se perguntou: “Que é que me ocorre a respeito disso? Antes de mais nada, uma anedota que ouvi: ‘Um resfriado tratado pelo médico dura 42 dias; não sendo tratado, dura 6 semanas’.” Isso corresponde aos primeiros algarismos do número ($42 = 6 \times 7$). Na pausa que se seguiu a essa primeira solução, fiz-lhe notar que o número de seis dígitos que ele escolhera continha todos os primeiros algarismos, exceto o 3 e o 5. Com isso ele descobriu de imediato o prosseguimento da interpretação. “Somos 7 irmãos e eu sou o mais moço; pela ordem de nascimento dos filhos, o 3 corresponde a minha irmã A. e 5 a meu irmão L., que eram ambos meus inimigos. Quando criança, eu costumava rogar a Deus todas as noites que chamasse esses dois espíritos que me atormentavam a vida. Agora, parece-me que nessa escolha de números eu mesmo realizei esse desejo; 3 e 5, o irmão malvado e a irmã odiada, foram saltados.” - Se o número significa a ordem de seus irmãos, o que quer dizer o 18 no final? Vocês eram apenas 7. - “Muitas vezes pensei que, se meu pai tivesse vivido mais, eu não teria continuado a ser o filho menor. Se chegasse mais 1, teríamos sido 8, e haveria depois de mim uma criança menor com quem eu brincaria de irmão mais velho.”

Com isso explicava-se o número, mas ainda tínhamos de estabelecer a relação entre a primeira parte da interpretação e a segunda. Foi muito fácil deduzi-la da condição necessária dos últimos algarismos: “se meu pai tivesse vivido mais”. É que “ $42 = 6 \times 7$ ” significava o desprezo pelos médicos que não tinham sido capazes de ajudar seu pai, e sob essa forma, portanto, expressava o desejo de que seu pai continuasse vivendo. O número inteiro [426 718] correspondia, na verdade, à realização de seus dois desejos infantis a respeito de seu círculo familiar - que o irmão e a irmã malvados morressem e que nascesse um irmãozinho depois dele, ou, expresso de maneira mais sucinta, “Antes esses dois tivessem morrido em vez do meu amado pai!”

(6) Aqui está um breve exemplo de um correspondente. O diretor de uma agência de telégrafo em L. escreve que seu filho de dezoito anos e meio, que quer estudar medicina, já está se ocupando da psicopatologia do cotidiano e vem tentando convencer seus pais da justeza de minhas afirmações. Reproduzo a seguir uma das experiências realizadas por ele, sem me manifestar sobre a discussão ligada a ela.

“Meu filho estava conversando com minha mulher sobre o chamado ‘acaso’ e lhe explicava que ela não conseguiria nomear nenhuma canção ou número que lhe ocorresse realmente ‘por acaso’. Deu-se então o seguinte diálogo: Filho: ‘Diga-me um número qualquer’. - Mãe: ‘79.’ - Filho: ‘O que lhe ocorre a respeito disso?’ - Mãe: ‘Estou pensando no lindo chapéu que vi ontem.’ - Filho: ‘Quanto custava?’ - Mãe: ‘158 marcos.’ - Filho: ‘Aí está: $158 \div 2 = 79$. O chapéu lhe pareceu caro demais e você sem dúvida pensou. ‘Se ele custasse a metade, eu o compraria’.”

“Contra essas afirmações de meu filho levantei, antes de mais nada, a objeção de que as mulheres em geral não são muito boas em cálculos, e que a mãe dele certamente não teria

percebido com clareza que 79 era a metade de 158. Sua teoria, portanto, estava baseada no fato bastante improvável de que o subconsciente saberia fazer contas melhor do que a consciência normal. ‘De modo algum’ foi a resposta que recebi; ‘suponho que mamãe não tenha feito a conta $158 \div 2 = 79$, ela pode muito bem ter visto essa equação em algum momento; pode até ter-se ocupado do chapéu num sonho, e então percebido com clareza quanto ele custaria se fosse a metade do preço’.”

(7) Tomo outra análise numérica de Jones (1911b, 478). Um senhor conhecido dele deixou que lhe ocorresse o número 986 e então o desafiou a relacionar esse número com qualquer coisa em que ele pensasse. “Usando o método da associação livre, veio-lhe primeiro a seguinte lembrança, que antes não estivera em sua mente: seis anos antes, no dia mais quente de que conseguia lembrar-se, ele vira num vespertino uma anedota que dizia que o termômetro havia marcado 986°F., o que era, evidentemente, um exagero de 98.6°F. Na ocasião, estávamos sentados diante de uma lareira muito quentada qual ele acabara de se afastar, e ele comentou, provavelmente com toda razão, que o calor havia despertado essa lembrança adormecida. Mas fiquei curioso em saber por que essa lembrança teria persistido com tamanha nitidez, a ponto de ser tão prontamente evocada, já que, na maioria das pessoas, decerto teria sido totalmente esquecida, a menos que se houvesse associado com alguma outra experiência psíquica mais significativa. Ele me contou que, ao ler a anedota, rira às gargalhadas, e em muitas ocasiões posteriores se lembrara dela com grande prazer. Como a piada era obviamente muito fraca, isso intensificou minha expectativa de que houvesse mais alguma coisa por trás dela. Seu pensamento seguinte foi a reflexão genérica de que a idéia do calor sempre o impressionara muito; que o calor era a coisa mais importante do universo, a fonte de toda a vida, e assim por diante. Essa atitude notável num rapaz tão prosaico certamente requeria uma explicação, de modo que lhe pedi que prosseguisse em suas associações. O pensamento seguinte disse respeito a uma chaminé da fábrica que ele via da janela de seu quarto. À noite, era freqüente ele se deixar ficar observando a chama e a fumaça que saíam dela e refletindo sobre aquele deplorável desperdício de energia. O calor, o fogo, a fonte da vida, o desperdício de energia vital saindo de um tubo ereto e oco - não foi difícil adivinhar, por essas associações, que as idéias do calor e do fogo estavam inconscientemente vinculadas em sua mente com a idéia do amor, como é tão freqüente no pensamento simbólico, e que haveria ali um forte complexo de masturbação, conclusão esta que logo foi confirmada por ele.”

Aos que quiserem obter uma boa impressão [1] da maneira como o material dos números é elaborado no pensamento inconsciente, indico os artigos de Jung (1911) e Jones (1912).

Quando conduzo essas análises em mim mesmo, duas coisas me são particularmente notáveis: em primeiro lugar, a certeza francamente sonambúlica com que me lanço em minha meta desconhecida, mergulhando numa seqüência de pensamentos aritméticos que chega de repente ao número desejado, e a rapidez com que se completa todo o trabalho posterior [*Nacharbeit*]; em segundo lugar, o fato de os números se colocarem tão prontamente à

disposição de meu pensamento inconsciente, embora eu seja ruim em cálculos e tenha enorme dificuldade em gravar conscientemente datas, números de residências e coisas similares. Além disso, nessas operações inconscientes de pensamento com números descubro em mim uma tendência à superstição cuja origem me permaneceu desconhecida por muito tempo. [Cf. em [1].]

Não nos surpreenderá [1] verificar que não só os números, mas também as associações verbais de outro tipo, costumam revelar-se, ante a investigação analítica, plenamente determinadas.

(8) Um bom exemplo de derivação de uma palavra obsessiva - ou seja, persecutória - encontra-se em Jung (1906). “Uma dama contou-me que já há alguns dias vinha-lhe constantemente aos lábios a palavra ‘Taganrog’, sem que ela tivesse nenhuma idéia de sua origem. Perguntei-lhe sobre os acontecimentos carregados de afeto e os desejos recalcados de seu passado recente. Após alguma hesitação, ela me contou que gostaria muito de ter um robe [*Morgenrock*], mas seu marido não tinha nisso o interesse que ela desejava. ‘*Morgenrock*’, ‘*Tag-an-rock*’ [literalmente, ‘roupão de dia’] - vê-se a semelhança parcial de som e de sentido. A determinação da forma russa proveio de que, nessa mesma época, a dama travara conhecimento com uma personalidade de Taganrog.”

(9) Devo ao Dr. E. Hitschmann a solução de outro caso em que, num certo local, um verso se impôs a alguém repetidamente como uma livre associação, sem que se evidenciassem sua origem ou suas relações.

“Relato de E., Doutor em Direito: Seis anos atrás viajei de Biarritz para San Sebastian. A estrada de ferro cruza o rio Bidassoa, que nesse ponto marca a fronteira entre a França e a Espanha. Da ponte vê-se um belo panorama - de um lado, um amplo vale e os Pireneus e, de outro, o mar distante. Era um lindo e radiante dia de verão; tudo estava banhado de sol e de luz, eu estava em viagem de férias e me sentia feliz por estar chegando à Espanha... e então me ocorreram os versos:

Aber frei ist schon die Seele, Schwebet in dem Meer von Licht.

“Lembro-me que, na época, pus-me a pensar de onde viriam esses versos e não consegui me recordar. A julgar pelo ritmo, as palavras deviam provir de um poema, só que este fugira inteiramente de minha memória. Creio que depois, quando os versos me voltaram muitas vezes à mente, perguntei a várias pessoas sobre ele, sem que conseguisse descobrir coisa alguma.

“No ano passado, regressando de uma viagem à Espanha, passei pelo mesmo trecho da ferrovia. Era uma noite escura como breu e estava chovendo. Olhei pela janela para ver se já havíamos chegado à estação da fronteira e notei que estávamos na ponte sobre o Bidassoa. Logo me voltaram à memória os versos citados acima, e mais uma vez não consegui recordar sua origem.

“Vários meses depois, já em casa, caiu-me nas mãos um livro de poemas de Uhland. Abri-o e meus olhos depararam com estes versos: ‘Aber frei ist schon die Seele, schwebet in dem Meer von Licht’, que encerram um poema chamado ‘Der Waller’. Li o poema e tive uma lembrança muito vaga de havê-lo conhecido há muitos anos atrás. A ação se passa na Espanha, e esse me pareceu ser o único elo entre os versos citados e o lugar da estrada de ferro descrito por mim. Fiquei apenas parcialmente satisfeito com minha descoberta e continuei a virar mecanicamente as páginas do livro. Os versos ‘Aber frei ist schon...’ etc. ficam no fim de uma página. Ao virá-la, encontrei do outro lado um poema com o título ‘A Ponte sobre o Bidassoa’.

“Acrescento ainda que o conteúdo desse poema pareceu-me quase mais estranho que o do anterior, e que seus primeiros versos dizem:

‘Auf der Bidassoabrücke steht ein Heiliger altersgrau, Segnet rechts die span’schen Berge, segnet links denfränk’schen Gau.’”

(B) Talvez esse discernimento do determinismo dos nomes e números aparentemente escolhidos de modo arbitrário contribua para o esclarecimento de um outro problema. Muitas pessoas, como se sabe, contestam a suposição de um determinismo psíquico completo invocando um sentimento especial de convicção de que existe um livre-arbítrio. Esse sentimento de convicção existe, e não cede diante da crença no determinismo. Como todos os sentimentos normais, deve ter algo que o justifique. Pelo que posso observar, porém, ele não se manifesta nas grandes e importantes decisões da vontade: nessas ocasiões, tem-se antes o sentimento de compulsão psíquica, e de bom grado se recorre a ele. (“Aqui me posiciono, não tenho outra escolha.”) Em contrapartida, é justamente nas decisões indiferentes e insignificantes que se prefere asseverar que teria sido igualmente possível agir de outra maneira, que se agiu por uma vontade livre e não motivada. De acordo com nossas análises, não é necessário contestar a legitimidade do sentimento de convicção de que existe

um livre-arbítrio. Quando levamos em conta a distinção entre motivação consciente e motivação inconsciente, nosso sentimento de convicção nos informa que a motivação consciente não se estende a todas as nossas decisões motoras. *Mínima non curat praetor*. Mas o que é assim liberado por um lado recebe sua motivação do outro, do inconsciente, e desse modo o determinismo no psíquico prossegue ainda sem nenhuma lacuna.

(C) Embora a motivação dos atos falhos descritos nos capítulos anteriores seja algo que, pela própria natureza da situação, está fora do conhecimento do pensamento consciente, seria ainda assim desejável descobrir uma prova psicológica da existência dessa motivação; e de fato, por motivos decorrentes de um conhecimento mais aprofundado do inconsciente, é provável que essas provas possam ser descobertas em algum lugar. Existem realmente duas esferas em que é possível demonstrar fenômenos que parecem corresponder a um conhecimento inconsciente, e portanto deslocado, dessa motivação.

(a) Um traço marcante e universalmente observado do comportamento dos paranóicos é que eles conferem extrema importância aos pequenos detalhes do comportamento de outras pessoas, que comumente negligenciamos, interpretam-nos e fazem deles a base para extensas conclusões. Por exemplo, o último paranóico que examinei concluiu que todos os que o cercavam estavam de comum acordo, pois quando seu trem ia saindo da estação as pessoas haviam feito um certo movimento com uma das mãos. Outro reparava no modo como as pessoas andavam na rua, como manejavam, as bengalas etc.

A categoria do acidental, do que não requer motivação, na qual as pessoas normais incluem parte de suas próprias operações psíquicas e de seus atos falhos, é portanto rejeitada pelo paranóico no tocante às manifestações psíquicas de outras pessoas. Tudo o que ele observa no outro é repleto de significação, tudo é interpretável. O que o faz chegar a isso? Aqui, como em tantos casos semelhantes, é provável que ele projete na vida anímica do outro o que está inconscientemente presente na sua. Na paranóia, impõem-se à consciência muitas coisas cuja presença no inconsciente das pessoas normais e neuróticas só é demonstrável através da psicanálise. Em certo sentido, portanto, o paranóico tem razão nisso, pois reconhece algo que escapa à pessoa normal, vê com mais clareza do que alguém de capacidade intelectual normal, mas o deslocamento para outras pessoas do estado de coisas que ele reconhece invalida seu conhecimento. Espero que não se pretenda de mim que eu justifique as várias interpretações paranóicas. Mas a parcela de justificação que concedemos à paranóia por essa maneira de encarar os atos casuais nos facilitará uma compreensão psicológica do sentimento de convicção que, no paranóico, está ligado a todas essas interpretações. *É que há realmente algo de verdadeiro nelas*, também aqueles dentre nossos erros de julgamento que não podem ser considerados patológicos adquirem o sentimento de convicção que lhes é próprio exatamente da mesma maneira. Esse sentimento é justificado quanto a uma parte da seqüência errônea de pensamentos, ou quanto a sua fonte de origem, e então é estendido por nós ao restante do contexto.

(b) Outra indicação de que possuímos um conhecimento inconsciente e deslocado de motivação dos atos casuais e dos atos falhos encontra-se no fenômeno da superstição. Esse meu ponto de vista será esclarecido através da discussão da pequena experiência que constituiu meu ponto de partida para estas reflexões.

Ao voltar das férias, meus pensamentos se voltaram de imediato para os pacientes que iriam requerer minha atenção no novo ano de trabalho que estava começando. Minha primeira visita foi a uma senhora muito idosa a quem eu prestava há muitos anos os mesmos serviços profissionais duas vezes por dia (em [1] e [2]). Graças a essa uniformidade, foram muito freqüentes as ocasiões em que alguns pensamentos inconscientes conseguiram expressar-se quando eu estava a caminho da casa da enferma ou enquanto a atendia. Ela tem mais 90 anos e, portanto, é natural que se pergunte, no começo de cada ano de tratamento, quanto tempo ainda lhe restará de vida. No dia a que me refiro, eu estava com pressa e tomei um coche de aluguel para me levar à casa dela. Todos os cocheiros do ponto decarruagens em frente a minha casa sabiam a endereço, pois todos me haviam levado até lá freqüentemente. Nesse dia, porém, ocorre que o cocheiro não parou diante da casa dela, mas diante de uma casa com o mesmo número numa rua próxima, paralela à outra, e que de fato tinha uma aparência muito semelhante. Notei o erro, censurei o cocheiro e ele se desculpou. Pois bem, haveria algum significado no fato de eu ter sido conduzido a uma casa onde a velha senhora não seria encontrada? Para mim, certamente que não, mas, se fosse *supersticioso*, eu veria nesse incidente um presságio, um sinal do destino anunciando que esse seria o último ano da anciã. Inúmeros presságios registrados pela história basearam-se num simbolismo que não era melhor do que esse. Evidentemente explico essa ocorrência como uma casualidade sem nenhum outro sentido.

O caso teria sido completamente diferente se eu tivesse percorrido o caminho a pé e, “imerso em pensamentos” ou “por distração”, tivesse chegado à casa da rua paralela em vez da casa certa. Isso eu não explicaria como um acaso, mas como um ato com uma intenção inconsciente e que requereria interpretação. É provável que eu desse a esse “errar o caminho” a interpretação de que não esperava ver a anciã por muito mais tempo.

Portanto, diferencio-me de uma pessoa supersticiosa pelo seguinte:

Não creio que um acontecimento de cuja ocorrência minha vida anímica não tenha participado possa ensinar-me algo oculto sobre a forma futura da realidade; acredito, porém, que uma manifestação inintencional de minha própria atividade anímica de fato revele alguma coisa oculta, muito embora seja algo que só pertence a minha vida anímica [não à realidade externa]; creio no acaso (real) externo, sem dúvida, mas não em casualidades (psíquicas) internas. Com o supersticioso acontece o contrário: ele nada sabe da motivação de seus atos casuais e seus atos falhos, e acredita que existem casualidades psíquicas; por outro lado, ele tende a atribuir ao acaso externo um sentido que se manifestará em acontecimentos reais, e a ver no acaso um meio de expressão de algo que se oculta dele no

mundo externo. São duas as diferenças entre mim e o supersticioso: primeiro, ele projeta para fora uma motivação que eu procuro dentro; segundo, ele interpreta mediante um acontecimento o acaso cuja origem atribuo a um pensamento. Mas o oculto para ele corresponde ao que para mim é inconsciente, e é comum a nós dois a compulsão a não encarar o acaso como acaso, mas a interpretá-lo.

Presumo que esse desconhecimento consciente e esse saber inconsciente da motivação das casualidades psíquicas sejam uma das raízes psíquicas da superstição. *Porque* o supersticioso nada sabe da motivação de seus próprios atos casuais, e *porque* o fato dessa motivação pressiona pela obtenção de um lugar no campo de seu reconhecimento, ele se vê forçado a situá-la, por deslocamento, no mundo externo. Se existe tal conexão, ela dificilmente estará limitada a esse caso singular. De fato, creio que grande parte da visão mitológica do mundo, que se estende até as mais modernas religiões, *nada mais é do que a psicologia projetada no mundo externo*. O obscuro reconhecimento (a percepção endopsíquica por assim dizer) dos fatores psíquicos e das relações do inconsciente espelha-se - é difícil dizê-lo de outra maneira, e aqui a analogia com a paranóia tem que vir em nosso auxílio - na construção de uma *realidade sobrenatural*, que se destina a ser retransformada pela ciência na *psicologia do inconsciente*. Poder-se-ia ousar explicar dessa maneira os mitos do paraíso e do pecado original, de Deus, do bem e do mal, da imortalidade etc., e transformar a *metafísica em metapsicologia*. O abismo entre o deslocamento do paranóico e o do supersticioso é menos amplo do que parece à primeira vista. Quando os seres humanos começaram a pensar, viram-se constrangidos, como se sabe, a explicar o mundo externo antropomorficamente, através de uma profusão de personalidades concebidas a sua semelhança; as casualidades, supersticiosamente interpretadas, eram portanto atos e manifestações de pessoas, e eles se comportavam, por conseguinte, tal como os paranóicos, que tiram conclusões dos sinais insignificantes que lhe são fornecidos por outras pessoas, e tal como todas as pessoas normais, que com todo o direito baseiam sua estimativa do caráter de seus semelhantes nos atos casuais e não deliberados destes. É apenas em nossa cosmovisão [*Weltanschauung*] moderna e científica, mas de modo algum acabada, que a superstição parece tão fora de lugar; na visão de mundo da época e povos pré-científicos, ela era justificada e conseqüente.

O romano que desistia de um empreendimento importante ao ver uma revoada de pássaros agourentos tinha razão, portanto, em termos relativos; seu comportamento era compatível com suas premissas. Mas quando renunciava ao empreendimento por ter tropeçado na soleira de sua porta (“*un Romain retournerait*”), era também, num sentido absoluto, superior a nós, descrentes; era um melhor conhecedor de alma do que nos empenhamos em

ser. É que esse tropeço deve ter-lhe revelado a existência de uma dúvida, de uma corrente contrária agindo em seu interior, cuja força, no momento da execução, poderia reduzir a força de sua intenção. De fato só se tem certeza do êxito completo quando todas as forças anímicas unem-se na luta pela meta desejada. Qual foi a resposta do Guilherme Tell, de Schiller, que hesitou tanto em atirar na maçã sobre a cabeça do filho, quando o governador lhe perguntou por que se munira de uma segunda flecha?

Mit diesem zweiten Pfeil durchschoss ich - Euch, Wenn ich mein liebes Kind getroffen hätte, Und *Euer* - wahrlich, hätt' ich *nicht* gefehlt.

(D) Quem tiver tido a oportunidade de estudar as moções anímicas ocultas dos seres humanos através da psicanálise também terá algo de novo a dizer sobre a *qualidade* dos motivos inconscientes que se expressam na superstição. Pode-se reconhecer com extrema clareza, nos neuróticos que sofrem de pensamentos obsessivos e estados obsessivos - pessoas freqüentemente muito inteligentes -, que a superstição deriva de moções cruéis e hostis suprimidas. A superstição é, em grande parte, a expectativa de infortúnios, e uma pessoa que tenha freqüentemente desejado o mal a outrem, mas tenha sido educada para o bem e por isso recalcado tais desejos no inconsciente, será especialmente propensa a esperar o castigo por sua maldade inconsciente como um infortúnio que a ameaça de fora.

Embora admitamos que estas nossas observações de maneira alguma esgotam a psicologia da superstição, somos forçados pelo menos a tocar numa questão: se devemos negar inteiramente as raízes reais da superstição, se de fato não existem pressentimentos, sonhos proféticos, experiências telepáticas, manifestações de forças sobrenaturais e coisas semelhantes. Estou longe de pretender condenar tão cabalmente esses fenômenos, dos quais tantas observações detalhadas têm sido feitas inclusive por homens de intelecto destacado, e que melhor seria transformar em objeto de outras investigações. É até de se esperar que parte dessas observações venha a ser explicada por nosso reconhecimento incipiente dos processos anímicos inconscientes, sem que haja necessidade de modificações radicais nas concepções que hoje sustentamos. Se ficasse provada a existência de ainda outros fenômenos - por exemplo, os afirmados pelos espíritas -, trataríamos apenas de modificar nossas "leis" da maneira exigida pelo novo saber, sem abalarmos nossa crença na coerência das coisas no mundo.

No quadro destas discussões, a única resposta que posso dar às questões aqui levantadas é subjetiva, ou seja, de acordo com minha experiência pessoal. Infelizmente, devo confessar

que sou um daqueles indivíduos indignos diante de quem os espíritos suspendem suas atividades e o sobrenatural se evade, de modo que nunca estive na situação de experimentar por mim mesmo algo que pudesse despertar uma crença no milagroso. Como todo ser humano, tenho tido pressentimentos e vivenciado infortúnios, mas os dois não coincidiram entre si, de sorte que nada se seguiu aos pressentimentos e o infortúnio se abateu sobre mim sem aviso prévio. Nos tempos em que, jovem ainda, morei sozinho numa cidade estranha, muitas vezes ouvia meu nome ser chamado de repente por uma voz inconfundível e querida; anotava então o momento exato de alucinação e, apreensivo, perguntava às pessoas que haviam ficado em minha terra o que acontecera naquela hora. Nada havia acontecido. Para contrabalançar, houve uma ocasião posterior em que continuei trabalhando com meus pacientes, imperturbável e sem nenhum pressentimento, enquanto um de meus filhos corria perigo de vida por causa de uma hemorragia. Além disso, nunca pude reconhecer como um fenômeno real nenhum dos pressentimentos que me foram relatados pelos pacientes. - Contudo, devo confessar que nos últimos anos tive algumas experiências notáveis que poderiam ter sido facilmente explicadas mediante a hipótese da transferência telepática de pensamentos.

A crença nos sonhos proféticos tem muitos adeptos porque pode invocar em seu apoio o fato de que muitas coisas realmente se realizam no futuro da maneira como o desejo as construía no sonho. Mas pouco há de surpreendente nisso, e em geral há também entre o sonho e sua realização uma ampla divergência que a credulidade do sonhador prefere negligenciar. Um bom exemplo de sonho que com justa razão poderia ser chamado de profético foi-me fornecido certa vez, para uma análise detalhada, por uma paciente inteligente e veraz. Ela me contou que uma vez sonhara ter encontrado um antigo amigo e médico da família diante de certa loja numa certa rua, e que na manhã seguinte, ao ir ao centro da cidade, de fato o encontrara exatamente no lugar indicado no sonho. Posso observar que nenhum acontecimento subsequente comprovou a importância dessa milagrosa coincidência que, portanto, não pôde ser justificada pelo que estava reservado no futuro.

Um exame cuidadoso constatou que não havia nenhuma prova de que essa dama se houvesse recordado do sonho na manhã seguinte a ele, ou seja, antes do passeio e do encontro. Ela não pôde fazer nenhuma objeção a uma exposição dos fatos que retirava do episódio qualquer característica milagrosa e deixava apenas um interessante problema psicológico. Uma manhã, ela ia andando pela rua em questão, encontrou o velho médico da família diante de certa loja e, ao vê-lo, sentiu-se convencida de ter sonhado na noite anterior com esse encontro naquele exato lugar. A análise pôde então mostrar, com grande probabilidade, de que modo ela chegara a esse sentimento de convicção, ao qual, segundo regras universais, não se pode negar um certo direito à credibilidade. Uma reunião previamente esperada num lugar específico equivale, de fato, a um encontro [amoroso]. O antigo médico da família despertou nela a lembrança de velhos tempos em que os encontros com uma *terceira* pessoa, também amigo do médico, tinham sido muito significativos para ela. Desde então ela havia mantido suas relações com esse cavalheiro e em vão esperava

por ele na véspera do pretense sonho. Se eu pudesse relatar mais detalhadamente as circunstâncias do caso, ser-me-ia fácil mostrar que a ilusão de ter tido um sonho profético, ao ver o amigo dos velhos tempos, equivalera aproximadamente ao seguinte comentário: “Ah, doutor! agora o senhor me faz lembrar dos tempos antigos em que eu nunca tinha de esperar em vão por N. quando marcávamos um encontro.”

Da conhecida “coincidência notável” de encontrar uma pessoa em quem se estava pensando justamente naquela hora tenho um exemplo observado em mim mesmo, simples e fácil de explicar, que provavelmente constitui um bom modelo para ocorrências semelhantes. Alguns dias depois de me outorgarem o título de professor, que confere considerável autoridade nos Estados de organização monarquista, ia eu passeando pelo centro da cidade quando, de repente, meus pensamentos se voltaram para uma fantasia infantil de vingança dirigida contra determinado casal. Meses antes, eles me haviam chamado para ver sua filhinha, em quem surgira um interessante sintoma obsessivo logo depois de um sonho.

Interessei-me muito pelo caso, cuja gênese eu acreditava discernir; entretanto, minha oferta de tratamento foi recusada pelos pais, e eles me deram a entender que estavam pensando em consultar uma autoridade estrangeira que realizava curas pelo hipnotismo. Eu fantasiava que, após o fracasso total dessa tentativa, os pais me rogavam que instituisse meu tratamento, dizendo que agora tinham plena confiança em mim, etc. Eu, no entanto, respondia: “Ah, sim, *agora* vocês têm confiança em mim, agora que também me tornei professor. O título nada fez por alterar minhas aptidões; se vocês não puderam usar meus serviços enquanto eu era docente, também podem prescindir como professor.” - Nesse ponto, minha fantasia foi interrompida por um sonoro “Bom dia, senhor professor!” e quando ergui os olhos, vi que passava por mim exatamente o mesmo casal de quem eu acabara de me vingar mediante a recusa de sua proposta. Uma reflexão imediata destruiu a impressão de algo milagroso. Eu estivera andando em direção ao casal por uma rua larga, reta e quase deserta; a cerca de vinte passos deles, erguera o olhar por um momento, vislumbrara de relance suas figuras imponentes e os reconhecera, mas afastara essa percepção - seguindo o modelo de uma alucinação negativa - pelas razões emocionais que então se efetivaram na fantasia surgida de modo aparentemente espontâneo. [1]

Eis outra “resolução de um aparente pressentimento”, desta vez de Otto Rank (1912):

“Faz algum tempo, eu mesmo vivenciei uma curiosa variação da ‘coincidência notável’ de encontrar uma pessoa em quem se estava pensando naquele exato momento. Pouco antes do Natal, eu me dirigia ao Banco Austro-Húngaro para trocar papel-moeda por dez coroas novas de prata que eu pretendia oferecer como presentes. Imerso em fantasias ambiciosas

ligadas ao contraste entre meu pequeno pecúlio e as pilhas e dinheiro guardadas no edifício do banco, entrei na estreita ruela onde ficava o banco. Vi um automóvel estacionado diante da porta e muita gente entrando e saindo. Pensei comigo mesmo: os empregados não de ter tempo mesmo para minhas escassas coroas; em todo caso, serei rápido; vou entregar a nota que quero trocar e dizer ‘Dê-me *ouro* [*Gold*], por favor’. Notei meu erro na mesma hora - eu deveria pedir *prata*, é claro - e despertei de minhas fantasias. Estava já a poucos passos da entrada e vi, caminhando em minha direção, um jovem que pensei reconhecer, mas por causa de minha miopia ainda não conseguia identificá-lo com clareza. Quando ele chegou mais perto, reconheci-o como um colega de escola de meu *irmão*, de nome *Gold*, de cujo *irmão*, que era um escritor famoso, eu esperara considerável ajuda no começo de minha carreira literária. Essa ajuda, porém, não se efetivara, e nem tampouco o esperado sucesso material que fora o tema de minha fantasia a caminho do banco. Portanto, mergulhado em minhas fantasias, devo ter-me apercebido inconscientemente da aproximação do Sr. Gold, o que foi representado em minha consciência (que estava sonhando com o sucesso material) sob forma de eu resolver pedir ouro ao caixa, em vez da prata, de menor valor. Por outro lado, entretanto, o fato paradoxal de meu inconsciente ser capaz de perceber um objeto que meus olhos só conseguem reconhecer depois parece explicar-se, em parte pelo que Bleuler (1910) chama de ‘prontidão do complexo [*Complexbereitschaft*]’. Este, como vimos, estava orientado para as questões materiais e, desde o começo, contrariando melhores informações de que eu dispunha, guiara meus passos para o edifício onde só se trocam ouro e papel-moeda.”

Na [1] categoria do milagroso e do “insólito” devemos também incluir a peculiar sensação que se tem, em certos momentos e situações, de já ter vivenciado exatamente aquilo um dia, de já ter estado antes naquele mesmo lugar, sem que se consiga, apesar de todos os esforços, recordar claramente a ocasião anterior que assim se manifesta. Sei que estou apenas seguindo o uso lingüístico descompromissado ao chamar de “sensação” aquilo que brota na pessoa nesses momentos; trata-se sem dúvida de um juízo e, mais exatamente, de um juízo perceptivo, mas esses casos têm um caráter inteiramente peculiar, e não se deve desconsiderar que aquilo que se procura nunca é lembrado. Não sei se esse fenômeno do “*déjà vu*” já foi seriamente oferecido como prova de uma existência psíquica anterior do indivíduo, mas os psicólogos decerto têm voltado seu interesse para ele e têm-se empenhado em resolver o problema pelos mais diversos caminhos especulativos. Nenhum das tentativas de explicação por eles apresentadas parece-me correta, pois nenhuma leva em conta outra coisa que não as manifestações concomitantes e as condições favorecedoras do fenômeno. Os processos psíquicos que, de acordo com minhas observações, são os únicos responsáveis pela explicação do “*déjà vu*” - a saber, as fantasias inconscientes - ainda são geralmente negligenciados pelos psicólogos, mesmo hoje em dia.

No meu entender, é errôneo chamar de ilusão o sentimento de já ser ter vivenciado alguma coisa antes. É que nesses momentos realmente se toca em algo que já se vivenciou antes, só que isso não pode ser lembrado conscientemente porque nunca foi consciente. Dito em termos sucintos, a sensação do “*déjà vu*” corresponde à recordação de uma fantasia inconsciente. Existem fantasias (ou devaneios) inconscientes, assim como existem criações conscientes do mesmo tipo, que todos conhecem por experiência própria.

Sei que o assunto mereceria o mais exaustivo tratamento, mas aqui apresentarei apenas a análise de um único caso de “*déjà vu*” em que a sensação se caracterizou por uma intensidade e persistência especiais. Uma dama que conta agora trinta e sete anos afirmou ter a mais nítida lembrança de, aos doze anos e meio, ter visitado pela primeira vez algumas colegas de escola no campo e, ao entrar no jardim, ter experimentado a sensação imediata de já haver estado ali antes. Essa sensação se repetiu quando ela entrou nos aposentos da casa, a tal ponto que acreditou saber de antemão qual seria o cômodo seguinte, que vista se teria dele etc. Mas a possibilidade de que esse sentimento de familiaridade devesse sua origem a uma visita anterior à casa e ao jardim, talvez na primeira infância, foi absolutamente excluída e refutada pelas indagações que ela fez a seus pais. A dama que fez esse relato não estava em busca de nenhuma explicação psicológica, mas via a ocorrência desse sentimento como uma indicação profética da importância que essas mesmas amigas adquiririam mais tarde para sua vida emocional. Entretanto, o exame das circunstâncias em que o fenômeno ocorreu nela mostra-nos o caminho para uma outra concepção. Na época em que fez essa visita, ela sabia que as meninas tinham um único irmão, que estava gravemente enfermo. Durante a visita, de fato chegou a vê-lo, achou-o com uma aparência muito ruim e disse a si mesma que ele logo morreria. Ora, o próprio irmão dela estivera perigosamente enfermo, com difteria, alguns meses antes; durante sua doença, ela fora afastada da casa dos pais por várias semanas, indo morar com um parente. Ela acreditava que o irmão a havia acompanhado nessa visita ao campo; achava inclusive que essa fora a primeira viagem mais longa dele depois da doença; mas sua memória era estranhamente imprecisa nesses pontos, ao passo que de todos os outros detalhes, em especial do vestido que estava usando naquele dia, ela guardava uma imagem ultraclara. [1] [Cf. nota de rodapé, em [1]]. Para o conhecedor, não haverá dificuldade em concluir desses indícios que, naquela época, a expectativa de que o irmão morresse desempenhara um papel importante nos pensamentos da menina e nunca se tornara consciente, ou então, após o desfecho favorável da doença, sucumbira a um enérgico recalçamento. Se as coisas tivessem terminado de outra maneira, ela teria precisado usar um vestido diferente, ou seja, um traje de luto. Ela encontrou uma situação análoga na casa das amigas, cujo único irmão corria perigo de morte iminente, o que na verdade sucedeu pouco depois. Ela deveria ter-se lembrado conscientemente de que ela própria atravessara essa situação poucos meses antes: em vez de se lembrar - o que foi impedido pelo recalque -, transferiu sua sensação de recordar algo para o ambiente que a cercava, o jardim e a casa, e caiu presa da “*fausse reconnaissance*” de já ter visto tudo aquilo antes, tal como se mostrava. Pelo fato de ter ocorrido o recalçamento podemos concluir que sua expectativa anterior da morte do irmão não estivera muito afastada do caráter de

uma fantasia desejan­te. Nesse caso, ela teria ficado como filha única. Em sua neurose posterior, ela sofria com a mais extrema intensidade a angústia de perder os pais, por trás da qual, como de costume, a análise pôde revelar um desejo inconsciente com o mesmo conteúdo.

De maneira semelhante, pude derivar da constelação emocional do momento minhas próprias experiências fugazes de “*déjà vu*”. “Esta seria de novo uma ocasião propícia para despertar a fantasia (inconsciente e desconhecida) que se formou em mim nesta ou naquela época como um desejo de melhorar a situação.” - Essa explicação do “*déjà vu*”, [1] até o momento só foi levada em consideração por um único observador. O Dr. Ferenczi, a quem a terceira edição [1910] deste livro deve tantas contribuições valiosas, escreve-me o seguinte a respeito do assunto: “Tanto em mim mesmo como em outras pessoas, convenci-me de que o inexplicável sentimento de familiaridade deve ser rastreado a sua origem em fantasias inconscientes, dentre as quais uma é inconscientemente lembrada numa situação atual. Num de meus pacientes aconteceu algo aparentemente diferente, mas, na realidade, inteiramente análogo. Esse sentimento retornava nele com muita frequência, mas mostrava regularmente ter-se originado de *um fragmento esquecido (recalcado) de um sonho da noite anterior*. Portanto, parece que o ‘*déjà vu*’ não só pode derivar-se dos sonhos diurnos, como também dos sonhos noturnos.”

Eu soube depois que Grasset (1904) deu a esse fenômeno uma explicação que se aproxima muito da minha.

Em 1913, [1] descrevi num pequeno ensaio outro fenômeno muito semelhante ao “*déjà vu*” [1914a]. Trata-se do “*déjà raconté*”, a ilusão de já ter contado algo particularmente interessante quando ele aflora durante o tratamento psicanalítico. Nessas ocasiões, o paciente afirma, com todas as mostras de certeza subjetiva, já ter contado há muito tempo uma determinada lembrança. Mas o médico tem certeza do contrário e, via de regra, consegue convencer o paciente de seu erro. A explicação desse interessante ato falho é, provavelmente, que o paciente teve o impulso e o propósito de fazer essa comunicação, mas deixou de fazê-lo, e agora toma a lembrança do primeiro como substituto do segundo, ou seja, a execução de seu propósito.

Um estado de coisas parecido, e provavelmente também o mesmo mecanismo podem ser vistos no que Ferenczi (1915) chamou de “atos falhos supostos”. Acreditamos haver algo - um objeto - que esquecemos, extraviamos ou perdemos, mas podemos convencer-nos de não ter feito nada disso e de que tudo está em ordem. Por exemplo, uma paciente volta ao consultório do médico com a motivação de buscar o guarda-chuva que deixara ali, mas o médico observa que esse guarda-chuva está... na mão dela. Portanto, houve um impulso para

esse ato falho, impulso este que bastou para substituir sua execução. Salvo por essa diferença, o ato falho suposto equivale ao ato falho real. Mas é, por assim dizer, mais barato.

(E) Recentemente, quando tive oportunidade de relatar a um colega de formação filosófica alguns exemplos do esquecimento de nomes, com suas respectivas análises, ele se apressou a responder: “Tudo isso é muito bonito, mas em mim o esquecimento de nomes acontece de outra maneira.” É óbvio que não se pode tratar a questão com tanta facilidade; creio que meu colega nunca havia pensado em analisar o esquecimento de um nome, nem tampouco soube dizer de que outra maneira as coisas se passavam com ele. Mas sua observação toca num problema que muitas pessoas talvez se incluam a situarem primeiro plano. Será que a solução aqui fornecida para os atos falhos e os atos casuais tem aplicação genérica ou apenas em certos casos? E, no caso desta última, quais são as condições em que é lícito invocá-la para explicar fenômenos que também poderiam ter-se produzido de outra maneira? Para responder a essa questão, minhas experiências deixam-me em apuros. Posso apenas advertir contra a suposição de que seja raro encontrar uma relação do tipo aqui assinalado, pois todas as vezes que pus isso à prova, em mim mesmo ou em meus pacientes, a relação se deixou demonstrar tal como nos exemplos relatados, ou pelo menos houve boas razões para se supor que ela existia. Não surpreende que nem sempre se chegue a descobrir o sentido oculto de um ato sintomático, pois a magnitude das resistências internas que se opõem à solução entra em conta como um fator decisivo. Tampouco se pode interpretar cada um dos próprios sonhos ou dos sonhos dos pacientes; para comprovar a validade geral da teoria, basta que se consiga penetrar em parte da extensão da trama oculta. Um sonho que se mostrar refratário à tentativa de resolvê-lo no dia seguinte muitas vezes permite que seu segredo seja arrancado uma semana ou um mês depois, quando uma mudança real ocorrida no entretempo já tiver reduzido as valências psíquicas em contenda. O mesmo se aplica à solução dos atos falhos e dos atos sintomáticos. O exemplo de lapso de leitura da página 116 (“Num barril pela Europa”) deu-me a oportunidade de mostrar como um sintoma a princípio insolúvel torna-se acessível à análise depois que se relaxa o *interesse real* pelos pensamentos recalçados. Enquanto persistiu a possibilidade de meu irmão obter o cobiçado título antes de mim, esse lapso de leitura resistiu a todos os repetidos esforços de análise; depois que essa precedência se tornou improvável, o caminho para a solução esclareceu-se repentinamente. Portanto, seria incorreto afirmar que todos os casos que resistem à análise tenham-se formado por um mecanismo diferente do mecanismo psíquico aqui revelado; tal suposição exigiria mais do que algumas provas negativas. Além disso, a presteza com que se acredita numa explicação diferente dos atos falhos e dos atos sintomáticos, provavelmente encontrada em todas as pessoas sadias, é inteiramente desprovida de valor comprobatório; ela é, obviamente, uma manifestação das mesmas forças anímicas que produziram o segredo e que por isso também lutam por preservá-lo e resistem a sua elucidação.

Por outro lado, não devemos ignorar o fato de que os pensamentos e moções recalçados certamente não criam por si mesmos sua expressão nos atos sintomáticos e nos atos falhos. A

possibilidade técnica dessa derrapagem das inerções tem que estar dada independentemente deles, sendo então prontamente explorada pela intenção do recalcado de se impor à consciência. No caso dos atos falhos lingüísticos, as investigações detalhadas dos filósofos e filólogos têm-se empenhado em determinar quais são as relações estruturais e funcionais que se colocam a serviço de tal intenção. Se fizermos uma distinção, nos determinantes dos atos falhos e dos atos sintomáticos, entre o motivo inconsciente, por um lado, e as relações fisiológicas e psicofísicas favoráveis que vêm a seu encontro, por outro, permanecerá em aberto a questão de saber se, dentro da faixa da normalidade, haverá ainda outros fatores capazes de produzir, tal como faz o motivo inconsciente e em lugar dele, atos falhos e atos sintomáticos por meio dessas relações. Não é minha tarefa responder a essa pergunta.

Tampouco é meu propósito [1] exagerar as diferenças, que já são suficientemente grandes, entre a visão popular e a visão psicanalítica dos atos falhos. Preferiria chamar atenção para os casos em que essas diferenças perdem muito de sua nitidez. No que concerne aos exemplos mais simples e mais inconspícuos de lapsos da fala ou da escrita, nos quais talvez haja apenas uma contração de palavras ou uma omissão de palavras e letras, as interpretações mais complexas de nada servem. Do ponto de vista da psicanálise, cabe afirmar que *algum* distúrbio da intenção revelou-se nesses casos, mas não se pode dizer de onde proveio a perturbação e qual era seu objetivo. É que ela não conseguiu outra coisa senão manifestar sua existência. Nesses casos também se pode ver como o ato falho é favorecido por circunstâncias de valor fonético e por associações psicológicas próximas, fato esse jamais contestado por nós. Contudo, é uma justa exigência científica que tais casos rudimentares de lapsos da fala ou da escrita sejam julgados com base nos casos mais expressivos, cuja investigação produz conclusões tão inequívocas sobre a causação dos atos falhos.

(F) Desde a discussão dos lapsos da fala [em [1]], vimo-nos contentando em demonstrar que os atos têm uma motivação oculta, e com a ajuda da psicanálise abrimos caminho para o conhecimento dessa motivação. Até aqui, deixamos quase sem consideração a natureza geral e as peculiaridades dos fatores psíquicos que se expressam nos atos falhos, ou pelo menos ainda não tentamos defini-los mais de perto nem comprovar sua normatividade. Tampouco tentaremos agora abordar o assunto exaustivamente, já que nossos primeiros passos logo nos ensinariam que é melhor explorar esse campo por outro ângulo. Podem-se levantar aqui diversas questões que quero pelo menos mencionar e descrever em linhas gerais. (1) Quais são o conteúdo e a origem dos pensamentos e moções que se insinuem por meio dos atos falhos e dos atos casuais? (2) Quais são as condições que compelem e habilitam um pensamento ou uma moção a se servirem desses atos como meio de expressão? (3) Haverá possibilidade de estabelecer relações constantes e inequívocas entre o tipo de ato falho e as

qualidades daquilo que se expressa através dele?

Começarei por reunir algum material para responder à última pergunta. Na discussão dos exemplos de lapsos da fala [em [1]], consideramos necessário ir além do conteúdo daquilo que se tinha a intenção de dizer, e fomos obrigados a procurar a causa da perturbação do dito em alguma coisa fora da intenção. Essa causa era óbvia numa série de casos e era conhecida pela consciência do falante. Nos exemplos que pareciam mais simples e transparentes, ela era uma outra versão do mesmo pensamento, que soava igualmente autorizada [a externá-lo] e perturbava a expressão dele, sem que fosse possível explicar por que uma versão sucumbira e a outra viera à tona (são as “contaminações” de Meringer e Mayer [em [1]]). Num segundo grupo de casos, o motivo da derrota de uma versão era uma consideração que, não obstante, não se revelava suficientemente forte para conseguir uma continência completa (“para vir [à] *Vorschwein*” [em [1]]). A versão retida era também claramente consciente. Só a respeito do terceiro grupo pode-se afirmar sem restrições que o pensamento perturbador diferia do pensamento intencionado, e apenas nesses casos parece possível traçar uma distinção essencial. Ou o pensamento perturbador relaciona-se com o pensamento perturbado por associações de pensamento (perturbação por contradição interna), ou então lhe é essencialmente alheio, e a palavra perturbada só se liga ao pensamento perturbador - que é com frequência inconsciente - por uma estranha associação *externa*. Nos exemplos que extraí de minhas psicanálises, o dito inteiro está sob a influência de pensamentos que se tornaram ativos mas que, ao mesmo tempo, permaneceram inteiramente inconscientes; estes se denunciam pela própria perturbação (“*Kalapperschlange*” - “*Kleopatra*” [em [1]]) ou exercem uma influência indireta, possibilitando às diferentes partes do dito conscientemente intencionado se perturbarem entre si. (“*Ase natmen*”, por trás do qual estão a “rua *Hasenauer*” e as reminiscências de uma francesa [ver em [1]-[2]].) Os pensamentos retidos ou inconscientes dos quais decorre a perturbação da fala são das mais diversas origens. Esta sinopse, portanto, não nos revela nenhuma generalização.

O exame comparativo de meus exemplos de lapsos da leitura e da escrita leva às mesmas conclusões. Como acontece com os lapsos da fala, certos casos parecem originar-se de um trabalho de condensação sem nenhuma outra motivação (p. ex., o “*Apfe*” [ver em [1]-[2]]). Mas agradaria saber se não é necessário preencher algumas condições especiais para que ocorra essa condensação, que é normal no trabalho do sonho, mas constitui uma falha em nosso pensamento de vigília; e dos próprios exemplos não extraímos nenhum esclarecimento sobre isso. Eu me recusaria a concluir disso, entretanto, que não existe nenhuma outra condição, senão, por exemplo, o relaxamento da atenção consciente, já que sei por outras fontes que são justamente as atividades automáticas as que se caracterizam por serem corretas e dignas de confiança. Preferiria enfatizar que aqui, como é tão freqüente na biologia, as circunstâncias normais ou próximas do normal são objetos de investigação menos propícios do que as patológicas. Espero que o que permanece obscuro na elucidação

dessas perturbações mais leves seja esclarecido pela explicação das perturbações graves.

Tampouco nos lapsos da leitura e da escrita faltam exemplos em que possamos discernir uma motivação mais remota e complicada. “Num barril pela Europa” [ver em [1]] é uma perturbação da leitura que se esclarece pela influência de um pensamento remoto e essencialmente alheio, surgido de uma moção recalcada de inveja e ambição, e que utilizou uma “reviravolta” [*Wechsel*] da palavra “*Beförderung*” para estabelecer um vínculo com o tema indiferente e inocente que estava sendo lido. No caso de “Burckhard” [ver em [1]], o próprio nome constitui uma dessas “reviravoltas”.

É inegável que as perturbações das funções da fala ocorrem com maior facilidade e exigem menos das forças perturbadoras do que as perturbações em outras funções psíquicas. [em [1]-[2].]

Situamo-nos em outro terreno quando de trata de examinar o esquecimento em seu sentido estrito, ou seja, o esquecimento das experiências passadas. (Para distingui-los desse esquecimento em sentido estrito, poderíamos dizer que o esquecimento de nomes próprios e de palavras estrangeiras, descrito nos Capítulos I e II, é um “lapso de memória”, e que o esquecimento de intenções é uma “omissão”.) As condições básicas do processo *normal* de esquecimento são desconhecidas. Também convém lembrar que nem tudo o que se supõe esquecido realmente o está. Nossa explicação refere-se aqui apenas aos casos em que o esquecimento provoca estranheza, na medida em que infringe a regra de que as coisas sem importância são esquecidas, mas as importantes são preservadas pela memória. A análise dos exemplos de esquecimento que parecem requerer uma explicação especial revela que o motivo do esquecimento é invariavelmente o desprazer de lembrar algo que pode evocar sentimentos penosos. Chegamos à conjectura de que esse motivo aspira a se manifestar universalmente na vida psíquica, mas outras forças que agem em sentido contrário impedem-no de se efetivar regularmente. O alcance e a significação desse desprazer em recordar impressões penosas parecem merecer o mais cuidadoso exame psicológico; além disso, não se pode separar desse contexto mais amplo a questão de saber quais as condições particulares que possibilitam em cada caso esse esquecimento, que é uma aspiração universal.

No esquecimento das intenções outro fator passa ao primeiro plano. O conflito, apenas conjecturado no recalçamento daquilo que era penoso lembrar, torna-se aqui palpável e, na análise dos exemplos, é possível reconhecer regularmente uma contravontade que se opõe à intenção sem aboli-la. Como nos atos falhos já descritos, também aqui é possível reconhecer dois tipos de processos psíquicos [ver em [1]-[2]]: ou a contravontade se volta diretamente contra a intenção (nos propósitos de alguma importância), ou é essencialmente alheia à

própria intenção e estabelece um vínculo com ela por meio de uma associação *externa* (no caso de intenções quase indiferentes).

O mesmo conflito rege o fenômeno dos equívocos na ação. O impulso que se manifesta na perturbação do ato é freqüentemente um impulso contrário, mas, com freqüência ainda maior, é um impulso inteiramente alheio, que apenas aproveita a oportunidade para se expressar perturbando a ação enquanto ela é realizada. Os casos em que a perturbação resulta de uma contradição interna são os mais significativos e abrangem também os atos mais importantes.

Nos atos casuais ou nos atos sintomáticos o conflito interno passa a ser muito menos importante. Essas manifestações motoras, à quais a consciência dá pouco valor ou que ignora por completo, servem assim para expressar uma ampla variedade de moções inconscientes ou contidas; em sua maioria, são representações simbólicas de fantasias ou desejos.

Quanto à primeira questão, sobre a origem que teriam os pensamentos e moções que se expressam nos atos falhos [em [1]], pode-se dizer que numa série de casos é fácil mostrar que os pensamentos perturbadores provêm de moções suprimidas da vida anímica. Nas pessoas sadias, os sentimentos e impulsos egoístas, invejosos e hostis, sobre os quais recai o peso da educação moral, não raro se valem dos atos falhos como o caminho para expressarem de algum modo seu poder, que inegavelmente existe mas não é reconhecido pelas instâncias anímicas superiores. O consentimento nesses atos falhos e atos casuais equivale em boa medida a uma cômoda tolerância do imoral. Entre essas moções suprimidas não é pequeno o papel desempenhado pelas várias correntes sexuais. É um acidente de meu material que justamente elas apareçam tão raramente entre os pensamentos revelados pela análise em meus exemplos. Como tive de submeter à análise exemplos retirados sobretudo da minha própria vida anímica, a escolha foi parcial desde o início e visou a excluir o sexual. Em outras ocasiões, parece que os pensamentos perturbadores brotam de objeções e considerações perfeitamente inocentes.

Chegamos agora ao momento de responder à segunda pergunta, ou seja, que condições psicológicas vigoram para compelir um pensamento a buscar sua expressão não numa forma completa, mas como que parasitariamente, como um modificação e perturbação de outro pensamento [em [1]]. Os exemplos mais destacados de atos falhos sugerem que essas condições devem ser buscadas numa relação com a admissibilidade à consciência, no caráter mais ou menos decidido com que trazem a marca do “recalcado”. No entanto, se seguirmos esse caráter ao longo da série de exemplos, veremos que ele se dissolve em indícios cada vez mais vagos. A inclinação a descartar algo como perda de tempo - a

ponderação de que um certo pensamento realmente não vem ao caso para o assunto em pauta - parece desempenhar, como motivo para repelir um pensamento que então fica destinado a se expressar através da perturbação de outro, o mesmo papel que a condenação moral de um impulso emocional rebelde ou que a proveniência de cadeias de pensamentos totalmente inconscientes. O discernimento da natureza genérica do condicionamento dos atos falhos e dos atos casuais não pode ser obtido dessa maneira. Um único fato significativo emerge dessas investigações: quanto mais inocente é a motivação do ato falho, e quanto menos objetável, e portanto menos inadmissível à consciência, é o pensamento que nele se expressa, maior é a facilidade de explicar o fenômeno quando se volta a atenção para ele. Os casos mais leves de lapsos da fala são notados de imediato e corrigidos espontaneamente. Quando a motivação provém de emoções realmente recalcadas, faz-se necessária para a solução uma análise cuidadosa, que às vezes pode até tropeçar em dificuldades ou fracassar.

É inteiramente justificado, portanto, que tomemos o resultado desta última investigação como indício de que a explicação satisfatória das condições psicológicas dos atos falhos e dos atos casuais deve ser buscada por outro caminho e por uma abordagem diferente. Por conseguinte, queira o indulgente leitor ver nestas discussões a indicação das linhas de fratura ao longo das quais este tema foi arrancado, de maneira bastante artificial, de um contexto mais amplo.

(G) Cabe dizer algumas palavras ao menos para indicar a orientação desse contexto mais amplo. O mecanismo dos atos falhos e dos atos casuais, tal como passamos a conhecê-lo mediante o emprego da análise, exhibe em seus pontos mais essenciais uma conformidade com o mecanismo da formação do sonho, que discuti no capítulo intitulado “O trabalho do sonho”, em meu livro *A Interpretação dos Sonhos*. Em ambos os casos se encontram condensações e formações de compromisso (contaminações); a situação é a mesma: por caminhos incomuns e através de associações externas, os pensamentos inconscientes expressam-se como modificação de outros pensamentos. As incongruências, absurdos e erros do conteúdo do sonho, em consequência dos quais é difícil reconhecer o sonho como um produto da atividade psíquica, originam-se da mesma maneira - embora, decerto, com uma utilização mais livre dos recursos existentes - que os erros comuns de nossa vida cotidiana; tanto aqui quanto ali, *a aparência de uma função incorreta explica-se pela peculiar interferência mútua entre duas ou mais funções corretas*.

Dessa conformidade é possível extrair uma importante conclusão: o modo peculiar de trabalho cuja mais notável realização se discerne no conteúdo dos sonhos não pode ser atribuído ao estado de sono da vida anímica, uma vez que temos nos atos falhos provas tão abundantes de que ele também opera durante a vida de vigília. A mesma relação também nos proíbe de presumir que esses processos psíquicos que nos parecem anormais e estranhos sejam condicionados por uma desintegração radical da atividade anímica ou por estados

patológicos de funcionamento.

Só poderemos ter uma visão correta do singular trabalho psíquico que produz tanto os atos falhos quanto as imagens oníricas quando tivermos conhecimento de que os sintomas psiconeuróticos, e especialmente as formações psíquicas da histeria e da neurose obsessiva, repetem em seu mecanismo todas as características essenciais desse modo de trabalhar. Portanto, este é o ponto de partida para o prosseguimento de nossas investigações. Para nós, contudo, há ainda outro interesse especial em considerar os atos falhos, os atos casuais e os atos sintomáticos à luz desta última analogia. Se os compararmos aos produtos das psiconeuroses, os sintomas neuróticos, duas afirmações freqüentemente repetidas - a saber, que a fronteira entre a norma e a anormalidade nervosas é fluida e que todos somos um pouco neuróticos - adquirirão sentido e fundamento. *Antes* mesmo de qualquer experiência médica, podemos construir diversos tipos dessas doenças nervosas meramente insinuadas - de *formes frustes* das neuroses: casos em que os sintomas são poucos, ou ocorrem raramente ou sem gravidade; em outras palavras, casos cuja moderação está no número, na intensidade e na duração de suas manifestações patológicas. Por conjetura, entretanto, talvez nunca se chegasse justamente ao tipo que mais freqüentemente parece constituir a transição entre a saúde e a doença. De fato, o tipo que estamos considerando, cujas manifestações patológicas são os atos falhos e sintomáticos, caracteriza-se pelo fato de os sintomas se localizarem nas funções psíquicas menos importantes, ao passo que tudo aquilo que ode reivindicar maior valor psíquico permanece livre de perturbações. Uma distribuição dos sintomas contrária a essa - seu aparecimento nas funções individuais e sociais mais importantes, a ponto de serem capazes de perturbar a alimentação, as relações sexuais, o trabalho profissional e a vida social - é própria dos casos graves de neurose e os caracteriza melhor do que, por exemplo, a multiplicidade e o vigor de suas manifestações patológicas.

Mas o caráter comum a todos os casos, tanto os mais leves quanto os mais graves, e que é igualmente encontrado nos atos falhos e nos atos casuais, é que *os fenômenos podem ser rastreados a um material psíquico incompletamente suprimido, o qual, apesar de repellido pela consciência, ainda assim não foi despojado de toda a sua capacidade de se expressar.*

Um caso de histeria.

Três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos

VOLUME VII

(1901-1905)

Dr. Sigmund Freud

FRAGMENTO DA ANÁLISE DE UM CASO DE HISTERIA (1905[1901])

NOTA DO EDITOR INGLÊS (JAMES STRACHEY)

BRUCHSTÜCK EINER HYSTERIE-ANALYSE

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

(1901 24 de jan. Conclusão do primeiro manuscrito sob o título de “Traum und Hysterie” [“Sonhos e Histeria”].)

1905 *M Schr. Psychiat. Neurol.*, 18 (4 e 5), out. e nov., 285-310 e 408-467

1909 *S.K.S.N.*, II, 1-110. (1912, 2ª ed.; 1921, 3ª ed.)

1924 *G.S.*, 8, 3-126.

1932 *Vier Krankengeschichten*, 5-141.

1942 *G.W.*, 5, 163-286.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘*Fragment of an Analysis of a Case of Hysteria*’

1925 *C.P.*, 3, 13- 146. (Tr. Alix e James Strachey.)

A presente tradução inglesa é uma versão corrigida da que foi publicada em 1925.

Embora este caso clínico só tenha sido publicado em outubro e novembro de 1905, sua maior parte foi escrita em janeiro de 1901. A descoberta das cartas de Freud a Wilhelm Fliess (Freud, 1950a) proporcionou-nos um grande número de evidências contemporâneas sobre o assunto.

Em 14 de outubro de 1900 (Carta 139), Freud diz a Fliess que começara pouco antes a tratar de uma nova paciente, “uma jovem de dezoito anos”. Esta moça era evidentemente “Dora”, e, como sabemos pelo próprio caso clínico (ver em [1]), seu tratamento terminou cerca de três meses depois, em 31 de dezembro. Durante todo aquele outono Freud estivera dedicado a sua *Sobre a Psicopatologia da Vida Cotidiana* (1901b) e, em 10 de janeiro, ele

escreve (numa carta não publicada) que está simultaneamente empenhado em dois trabalhos: *A Vida Cotidiana* e “Sonhos e Histeria, Fragmento de uma Análise”, que, como nos diz seu prefácio (ver em [1]), era o título original do presente trabalho. Em 25 de janeiro (Carta 140) ele escreve: “ ‘Sonhos e Histeria’ foi concluído ontem. É um fragmento de análise de um caso de histeria em que as explicações se agrupam em torno de dois sonhos. Portanto, é, na realidade, uma continuação do livro sobre os sonhos. [*A Interpretação dos Sonhos* (1900a) fora publicada um ano antes.] Contém ainda resoluções de sintomas históricos e considerações sobre a base sexual-orgânica de toda a enfermidade. De qualquer forma, é a coisa mais sutil que já escrevi, e produzirá um efeito ainda mais aterrador que de hábito. Cumpre-se com o próprio dever, entretanto, e o que se escreve não é para um presente fugaz. O trabalho já foi aceito por Ziehen.” Este era co-editor, com *Wernicke*, do *Monatsschrift für Psychiatrie und Neurologie*, no qual o trabalho veio finalmente a aparecer. Alguns dias depois, em 30 de janeiro (Carta 141), Freud continua: “Espero que você não se decepcione com ‘Sonhos e Histeria’. Seu interesse principal continua sendo a psicologia - uma estimativa da importância dos sonhos e uma descrição de algumas das peculiaridades do pensamento inconsciente. Há apenas vislumbres do orgânico - as zonas erógenas e a bissexualidade. Mas ele [o orgânico] é claramente mencionado e reconhecido, ficando aberto o caminho para seu exame exaustivo em outra oportunidade. Trata-se de uma histeria com *tussis nervosa* e afonia, cujas origens podem ser encontradas nas características de uma chupadora de dedo; e o papel principal nos processos psíquicos em conflito é desempenhado pela oposição entre uma atração pelos homens e outra pelas mulheres.” Esses excertos mostram como este trabalho forma um elo entre *A Interpretação dos Sonhos* e os *Três Ensaio*s. O primeiro é seu antecedente, e o segundo, sua consequência.

Em 15 de fevereiro (Carta 142), Freud anuncia a Fliess que *Sobre a Psicopatologia da Vida Cotidiana* estará terminado em poucos dias e que então as duas obras ficarão prontas para ser corrigidas e enviadas aos editores. Mas, na verdade, a história dessas obras foi muito diferente. Em 8 de maio (Carta 143), Freud já está revendo as primeiras provas de *Sobre a Psicopatologia da Vida Cotidiana* (que foi devidamente publicada nas edições de julho e agosto do *Monatsschrift*), mas esclarece, agora, que ainda não se decidiu a publicar o caso clínico. Em 9 de junho, todavia (em outra carta não publicada), ele anuncia que “ ‘Sonhos e Histeria’ foi despachado e enfrentará o olhar estarecido do público no outono”. Não temos informações sobre como Freud veio novamente a mudar de idéia e postergou a publicação por mais quatro anos. Em sua biografia de Freud, o Dr. Ernest Jones informa (Volume 2, p. 286) que a primeira revista para a qual o caso clínico foi enviado foi *Journal für Psychologie und Neurologie*. Seu editor, Brodmann, desistiu de publicá-lo,

aparentemente por considerá-lo uma quebra do sigilo profissional.

Não há meio de determinar até que ponto Freud revisou o trabalho antes de sua publicação final em 1905. Todas as evidências internas, contudo, sugerem que ele o alterou muito pouco. A última seção do “Posfácio” (ver em [1] e [2]) foi certamente acrescentada, assim como algumas passagens, pelo menos nas “Notas Preliminares”, e certas notas de rodapé. Salvo esses pequenos acréscimos, porém, é lícito considerar que o ensaio representa os métodos técnicos e as concepções teóricas de Freud no período imediatamente posterior à publicação de *A Interpretação dos Sonhos*. Talvez pareça surpreendente que sua teoria da sexualidade tivesse alcançado tal ponto de desenvolvimento tantos anos antes da publicação dos *Três Ensaio*s (1905*d*), que de fato apareceram quase simultaneamente a este trabalho. Mas nota de rodapé da p. 55 corrobora explicitamente o fato. Além disso, os leitores da correspondência com Fliess hão de estar cientes de que grande parte desta teoria já existia em época ainda anterior. Para citar apenas um exemplo, o dito de Freud no sentido de que as psiconeuroses são o “negativo” das perversões (ver em [1]) ocorre com palavras quase idênticas numa carta a Fliess de 24 de janeiro de 1897 (Carta 57). Mesmo antes dessa época, já houvera uma alusão a essa idéia numa carta de 12 de dezembro de 1896 (Carta 52), que também introduz a noção de “zonas erógenas” e prenuncia a teoria das “pulsões parciais”.

É curioso que por quatro vezes, em seus escritos posteriores, Freud situe seu tratamento de “Dora” no ano errado - 1899, ao invés de 1900. O engano ocorre duas vezes na primeira seção de sua “História do Movimento Psicanalítico” (1914*d*) e é repetido duas vezes na nota de rodapé que ele acrescentou ao caso clínico em 1923 (ver em [1]). Não há nenhuma dúvida de que o outono de 1900 foi a data correta, já que, além das evidências externas citadas acima, essa data é claramente fixada pelo “1902” estampado ao final do próprio trabalho (ver em [1]).

O seguinte resumo cronológico, baseado nos dados fornecidos no relato do caso clínico, talvez facilite ao leitor acompanhar os acontecimentos da narrativa:

1882 Nascimento de Dora.

1888 (*Et.* 6) Pai tuberculoso. Família muda-se para B

1889 (*Et.* 7) Enurese noturna.

1890 (*Et.* 8) Dispneia.

1892 (*Et.* 10) Deslocamento da retina do pai.

1894 (*Et.* 12) Crise confusional do pai. Visita dele a Freud. Enxaqueca e tosse nervosa.

1896 (*Et.* 14) Cena do beijo.

1898 (*Et.* 16) (Princípios do verão:) Primeira visita de Dora a Freud. (Fins de junho:) Cena junto ao lago. (Inverno:) Morte da tia. Dora em Viena.

1899 (*Et.* 17) (Março:) Apendicite. (Outono:) A família deixa B e se muda para a cidade onde ficava a fábrica.

1900 (*Et.* 18) A família se muda para Viena. Ameaça de suicídio. (Outubro a dezembro:) Tratamento com Freud.

1901 (Janeiro:) Redação do caso clínico.

1902 (Abril:) Última visita de Dora a Freud.

1905 Publicação do caso clínico.

NOTAS PRELIMINARES

Em 1895 e 1896 formulei algumas teses sobre a patogênese dos sintomas histéricos e sobre os processos psíquicos que ocorrem na histeria. E agora que, passados muitos anos, proponho-me fundamentá-las mediante o relato pormenorizado de um caso clínico e de seu tratamento, não posso furtar-me a algumas observações preliminares, com o propósito, em

parte, de justificar por vários ângulos meu procedimento e, em parte, de reduzir a proporções moderadas as expectativas que isso possa despertar.

Foi sem dúvida incômodo para mim ter de publicar os resultados de minhas investigações, aliás de natureza surpreendente e pouco gratificante, sem que meus colegas tivessem possibilidade de testá-los e verificá-los. Não menos embaraçoso, porém, é começar agora a expor ao juízo público parte do material em que se basearam aqueles resultados. Não deixarei de ser censurado por isso. Só que, se antes fui acusado de não comunicar nada sobre meus pacientes, agora dirão que forneço sobre eles informações que não deveriam ser comunicadas. Espero apenas que sejam as mesmas pessoas a mudarem assim de pretexto para suas censuras e, desse modo, renuncio antecipadamente a qualquer possibilidade de algum dia eliminar suas objeções.

Contudo, mesmo que eu não dê importância a esses críticos estreitos e malévolos, a publicação de meus casos clínicos continua a ser para mim um problema de difícil solução. As dificuldades são, em parte, de natureza técnica, mas em parte se devem à índole das próprias circunstâncias. Se é verdade que a causação das enfermidades histéricas se encontra nas intimidades da vida psicosssexual dos pacientes, e que os sintomas histéricos são a expressão de seus mais secretos desejos recalcados, a elucidação completa de um caso de histeria estará fadada a revelar essas intimidades e denunciar esses segredos. É certo que os doentes nunca falaria-se lhes ocorresse que suas confissões teriam a possibilidade de ser utilizadas cientificamente, e é igualmente certo que seria totalmente inútil pedir-lhes que eles mesmos autorizassem a publicação do caso. Nessas circunstâncias, as pessoas delicadas, bem como as meramente tímidas, dariam primazia ao dever do sigilo médico e lamentariam não poder prestar nenhum esclarecimento à ciência. Em minha opinião, entretanto, o médico assume deveres não só em relação a cada paciente, mas também em relação à ciência; seus deveres para com a ciência, em última análise, não significam outra coisa senão seus deveres para com os muitos outros pacientes que sofrem ou sofrerão um dia do mesmo mal. Assim, a comunicação do que se acredita saber sobre a causação e a estrutura da histeria converte-se num dever, e é uma vergonhosa covardia omiti-la quando se pode evitar um dano pessoal direto ao paciente em questão. Creio ter feito tudo para impedir que minha paciente sofra qualquer dano dessa ordem. Escolhi uma pessoa cujas peripécias não tiveram Viena por cenário, mas antes uma cidadezinha distante de província, e cujas circunstâncias pessoais devem, portanto, ser praticamente desconhecidas em Viena. Desde o início, guardei com tal cuidado o sigilo do tratamento que apenas outro colega médico, digno de minha total confiança, pode saber que essa moça foi minha paciente. Desde o término do tratamento, esperei ainda quatro anos para sua

publicação, até tomar conhecimento de que na vida da paciente sobreveio uma modificação de tal ordem que me permite supor que seu próprio interesse nos acontecimentos e processos anímicos a serem aqui relatados terá desaparecido. Como é evidente, não conservei nenhum nome que pudesse colocar na pista algum leitor dos círculos leigos; além disso, a publicação do caso numa revista especializada e estritamente científica servirá como garantia contra esses leitores não habilitados. Naturalmente, não posso impedir que a própria paciente sofra uma impressão penosa, caso a história de sua própria doença venha a cair acidentalmente em suas mãos. Mas ela não saberá por este relato nada de que já não tenha conhecimento, e poderá perguntar a si mesma quem, além dela, poderia descobrir que é ela o objeto deste trabalho.

Sei que existem - ao menos nesta cidade - muitos médicos que (por revoltante que possa parecer) preferem ler um caso clínico como este, não como uma contribuição à psicopatologia das neuroses, mas como um *roman à clef* destinado a seu deleite particular. A esse gênero de leitores posso assegurar que todos os casos clínicos que eu venha a publicar no futuro serão protegidos contra sua perspicácia por garantias semelhantes de sigilo, muito embora este propósito imponha restrições extraordinárias a minha disponibilidade do material.

Nesta história clínica - a única que até agora consegui fazer romper as limitações impostas pelo sigilo médico e por circunstâncias desfavoráveis - os aspectos sexuais são discutidos com toda a franqueza possível, os órgãos e funções da vida sexual são chamados por seus nomes exatos, e o leitor pudico poderá convencer-se, por minha descrição, de que não hesitei em conversar sobre tais assuntos nessa linguagem mesmo com uma jovem. Acaso devo defender-me também dessa censura? Reclamei para mim simplesmente os direitos do ginecologista - ou melhor, direitos muito mais modestos - e acrescentarei que seria um sinal de singular e perversa lascívia supor que essas conversas possam ser um bom meio para excitar ou satisfazer os apetites sexuais. De resto, sinto-me inclinado a expressar minha opinião a esse respeito com algumas palavras tomadas de empréstimo.

“É deplorável ter de dar lugar a tais protestos e declarações num trabalho científico, mas que ninguém recrimine a mim por isso; acuse-se, antes, o espírito da época, em virtude do qual chegamos a um estado de coisas em que nenhum livro sério pode estar seguro de sobreviver.” (Schmidt, 1902, Prefácio).

Passo agora a comunicar o modo como superei as dificuldades técnicas da elaboração do relatório deste caso clínico. Essas dificuldades são muito consideráveis para o médico que tem de realizar cotidianamente seis ou oito desses tratamentos psicoterapêuticos e não pode tomar notas durante a própria sessão com o paciente, pois isso despertaria a desconfiança dele e perturbaria a apreensão do material a ser recebido por parte do médico. Além disso, ainda é para mim um problema não resolvido o modo como devo registrar para publicação a história de um tratamento mais prolongado. No presente caso, duas circunstâncias vieram em meu auxílio: primeiro, a duração do tratamento não ultrapassou três meses, e segundo, os esclarecimentos do caso se agruparam em torno de dois sonhos (um relatado no meio do tratamento e outro no fim) cujo enunciado foi registrado imediatamente após a sessão, assim proporcionando um ponto de apoio seguro para a teia de interpretações e lembranças deles decorrente. Quanto à própria história clínica, só a redigi de memória após terminado o tratamento, enquanto minha lembrança do caso ainda estava fresca e aguçada por meu interesse em sua publicação. Por isso o registro não é absolutamente - fonograficamente - fiel, mas pode-se atribuir-lhe alto grau de fidedignidade. Nada de essencial foi alterado nele, embora em vários trechos, para maior coerência expositiva, a seqüência das explicações tenha sido modificada.

Passo agora a salientar o que será encontrado neste relato e o que falta nele. O trabalho levava originalmente o título de “Sonhos e Histeria”, que me parecia peculiarmente apto a mostrar como a interpretação dos sonhos se entrelaça na história de um tratamento e como, com sua ajuda, podem preencher-se as amnésias e elucidarem-se os sintomas. Não foi sem boas razões que, no ano de 1910, dei a um laborioso e exaustivo estudo sobre o sonho (*A Interpretação dos Sonhos*) precedência sobre as publicações que tencionava fazer acerca da psicologia das neuroses. Aliás, pude verificar por sua acolhida quão insuficiente é o grau de compreensão com que tais esforços são ainda hoje recebidos pelos colegas. E nesse caso, não era válida a objeção de que o material em que eu baseara minhas assertivas fora retido, sendo, portanto, impossível promover-se uma convicção de sua veracidade fundamentada em verificações. Ocorre que qualquer um pode submeter seus próprios sonhos ao exame analítico, e a técnica de interpretação dos sonhos é facilmente assimilável pelas instruções e exemplos que ali forneci. Hoje, como naquela época, devo insistir em que o aprofundamento nos problemas do sonho é um pré-requisito indispensável para a compreensão dos processos psíquicos da histeria e das outras psiconeuroses, e que ninguém que pretenda furtar-se a esse trabalho preparatório tem a menor perspectiva de avançar um único passo nesse campo. Portanto, como este caso clínico pressupõe o conhecimento da interpretação dos sonhos, sua leitura parecerá extremamente insatisfatória àqueles que não atenderem a esse pressuposto. Em vez do esclarecimento buscado, eles só encontrarão motivos de perplexidade nestas

páginas, e certamente se inclinam a projetar a causa dessa perplexidade no autor e a declará-lo fantasioso. Na realidade, essa perplexidade está ligada aos fenômenos da própria neurose; sua presença ali só é ocultada por nossa familiaridade médica com os fatos, e ressurgem a cada tentativa de explicá-los. Só seria possível eliminá-la por completo se conseguíssemos rastrear cada elemento da neurose até fatores com que já estivéssemos familiarizados. Mas tudo indica, ao contrário, que seremos levados pelo estudo das neuroses a fazer muitas novas suposições, que depois se converterão pouco a pouco em objeto de um conhecimento mais seguro. O novo sempre despertou perplexidade e resistência.

Todavia, seria errôneo supor que os sonhos e sua interpretação ocupam em todas as psicanálises uma posição tão destacada quanto neste exemplo.

Se o presente caso clínico parece tão privilegiado no que tange à utilização dos sonhos, em outros aspectos se revelou mais precário do que eu teria desejado. Mas suas deficiências prendem-se justamente às circunstâncias que possibilitaram sua publicação. Como já disse, eu não teria sabido como lidar com o material do relato de um tratamento que se tivesse estendido por um ano inteiro. Este relato, que cobre apenas três meses, pôde ser rememorado e revisto, mas seus resultados permanecem incompletos em mais de um aspecto. O tratamento não prosseguiu até alcançar a meta prevista, tendo sido interrompido por vontade da própria paciente depois de chegar a certo ponto. Nessa ocasião, alguns dos enigmas do caso não tinham sequer sido abordados, e outros se haviam esclarecido de maneira incompleta, ao passo que, se o trabalho tivesse prosseguido, teríamos sem dúvida avançado em todos os pontos até o mais completo esclarecimento possível. Assim só posso oferecer aqui um fragmento de análise.

Os leitores familiarizados com a técnica de análise exposta nos *Estudos sobre a Histeria* [Breuer e Freud, 1895] talvez fiquem surpresos por não ter sido possível, em três meses, encontrar uma solução completa ao menos para os sintomas abordados. Isso se tornará compreensível mediante minha explicação de que, desde os *Estudos*, a técnica psicanalítica sofreu uma revolução radical. Naquela época, o trabalho [de análise] partia dos sintomas e visava a esclarecê-los um após outro. Desde então, abandonei essa técnica por achá-la totalmente inadequada para lidar com a estrutura mais fina da neurose. Agora deixo que o próprio paciente determine o tema do trabalho cotidiano, e assim parto da superfície que seu inconsciente ofereça a sua atenção naquele momento. Mas desse modo, tudo o que se

relaciona com a solução de determinado sintoma emerge em fragmentos, entremeado com vários contextos e distribuído por épocas amplamente dispersas. Apesar dessa aparente desvantagem, a nova técnica é muito superior à antiga, e é incontestavelmente a única possível.

Ante o caráter incompleto de meus resultados analíticos, não me restou senão seguir o exemplo daqueles descobridores que têm a felicidade de trazer à luz do dia, após longo sepultamento, as inestimáveis embora mutiladas relíquias da antigüidade. Restaurei o que faltava segundo os melhores modelos que me eram conhecidos de outras análises, mas, como um arqueólogo consciencioso, não deixei de assinalar em cada caso o ponto onde minha construção se superpõe ao que é autêntico.

Há outra espécie de deficiência que eu mesmo introduzi intencionalmente. É que, em geral, não reproduzi o trabalho interpretativo a que as associações e comunicações da paciente tiveram de ser submetidas, expondo apenas seus resultados. À parte os sonhos, portanto, a técnica do trabalho analítico só foi revelada em muito poucos pontos. Ocorre que meu objetivo neste caso clínico era demonstrar a estrutura íntima da doença neurótica e o determinismo de seus sintomas; só levaria a uma inextricável confusão se eu tentasse, ao mesmo tempo, cumprir também a outra tarefa. Para a fundamentação das regras técnicas, a maioria das quais foi descoberta de maneira empírica, seria preciso coligir material de muitos casos clínicos. Contudo, não se deve imaginar que foi particularmente grande a abreviação produzida pela omissão da técnica neste caso. Justamente a parte mais difícil do trabalho técnico nunca entrou em jogo com essa paciente, pois o fator da “transferência”, considerado no final do caso clínico (ver a partir de [1]), não foi abordado durante o curto tratamento.

De uma terceira espécie de deficiência neste relato, nem a paciente nem o autor têm culpa. Ao contrário, é óbvio que um único caso clínico, ainda que fosse completo e não desse margem a nenhuma dúvida, não poderia dar resposta a todas as questões levantadas pelo problema da histeria. Não pode dar-nos conhecimento de todos os tipos dessa doença, nem de todas as formas da estrutura interna da neurose, nem de todas as espécies possíveis de relação entre o psíquico e o somático encontradas na histeria. Não é justo esperar de um único caso mais do que ele pode oferecer. E quanto aos que até agora não quiseram acreditar na validade universal e sem exceções da etiologia psicosexual da histeria, eles

difícilmente ficarão convencidos disso tomando conhecimento de um único caso clínico. Melhor fariam em adiar seu julgamento até adquirirem por seu próprio trabalho o direito de ter uma convicção.

O QUADRO CLÍNICO

Tendo demonstrado *em A Interpretação dos Sonhos*, publicada em 1900, que os sonhos em geral podem ser interpretados e que, uma vez concluído o trabalho de interpretação, podem ser substituídos por pensamentos impecavelmente construídos, passíveis de ser inseridos num ponto reconhecível no encadeamento anímico, gostaria de dar nas páginas seguintes um exemplo da única aplicação prática que a arte de interpretar sonhos parece admitir. Já mencionei em meu livro como foi que deparei com o problema dos sonhos. Encontrei-o em meu caminho quando me empenhava em curar as psiconeuroses por meio de determinado método psicoterapêutico, pois, entre outros eventos de sua vida anímica, meus pacientes também me contavam sonhos que pareciam reclamar inserção na longa trama de relações tecida entre um sintoma da doença e uma idéia patogênica. Nessa época, aprendi a traduzir a linguagem dos sonhos em formas de expressão de nossa própria linguagem do pensamento, compreensíveis sem maior auxílio. Esse conhecimento, posso asseverar, é imprescindível para o psicanalista, pois o sonho é um dos caminhos pelos quais pode aceder à consciência o material psíquico que, em virtude da oposição criada por seu conteúdo, foi bloqueado da consciência, recalcado, e assim se tornou patogênico. O sonho é, em suma, um dos *desvios por onde se pode fugir ao recalçamento*, um dos principais recursos do que se conhece como modo indireto de representação no psíquico. O presente fragmento da história do tratamento de uma jovem histérica destina-se a mostrar de que forma a interpretação dos sonhos se insere no trabalho de análise. Ao mesmo tempo, dar-me-á uma primeira oportunidade de trazer a público, com extensão suficiente para evitar outros mal-entendidos, parte de minhas concepções sobre os processos psíquicos e condições orgânicas da histeria. Não mais preciso desculpar-me pela extensão, já que agora se admite que as severas exigências que a histeria faz ao médico e ao investigador só podem ser satisfeitas pelo mais dedicado aprofundamento, e não por uma atitude de superioridade e desprezo. Decerto,

Nicht Kunst und Wissenschaft allein,

Geduld will bei dem Werke sein!

Se eu começasse por apresentar um relato clínico integral e acabado, isso colocaria o leitor em condições muito diferentes das do observador médico. As informações dos parentes do enfermo - neste caso, do pai da moça de dezoito anos - em geral fornecem um quadro muito desfigurado do curso da doença. Na verdade, começo o tratamento solicitando que me seja narrada toda a biografia do paciente e a história de sua doença, mas, ainda assim, as informações que recebo nunca bastam para me orientar. Esse primeiro relato se compara a um rio não navegável cujo leito é ora bloqueado por massas rochosas, ora dividido entre baixios e bancos de areia. Não posso deixar de me surpreender com a maneira como os autores conseguem apresentar relatos clínicos tão acabados e precisos dos casos de histeria. Na realidade, os pacientes são incapazes de fornecer tais relatos a seu próprio respeito. De fato, podem dar ao médico muitas informações coerentes sobre este ou aquele período de suas vidas, mas logo se segue outro período em relação ao qual suas comunicações escasseiam, deixando lacunas e enigmas; e em outras ocasiões fica-se diante de novos períodos de total obscuridade, não iluminados por urna única informação que tenha serventia. As ligações, inclusive as aparentes, são em sua maioria desconexas, e a seqüência dos diferentes acontecimentos é incerta. Durante o próprio relato, os pacientes corrigem repetidamente um pormenor ou uma data, talvez para retornar, depois de muita hesitação, a sua versão inicial. A incapacidade dos doentes desfazerem uma exposição ordenada de sua biografia no que ela coincide com a história de sua doença não é característica apenas da neurose, mas tem também grande importância teórica. Essa deficiência tem os seguintes fundamentos: em primeiro lugar, os pacientes retêm consciente e intencionalmente parte do que lhes é perfeitamente conhecido e que deveriam contar, por não terem ainda superado seus sentimentos de timidez e vergonha (ou discrição, quando há outras pessoas em jogo); esta seria a contribuição da falta *consciente* de franqueza. Em segundo lugar, parte do conhecimento amnésico de que o paciente dispõe em outras ocasiões não lhe ocorre enquanto ele narra sua história, sem que ele tenha nenhuma intenção de retê-la: é a contribuição da insinceridade *inconsciente*. Em terceiro lugar, nunca faltam as amnésias verdadeiras - lacunas da memória em que caíram não apenas lembranças antigas como até mesmo recordações bem recentes - e as ilusões de memória [paramnésias], formadas secundariamente para preencher essas lacunas. Quando os fatos em si são guardados na memória, o propósito subjacente às amnésias pode ser cumprido com igual segurança destruindo-se uma ligação, e a maneira mais certa de desfazer uma ligação é alterar a ordem cronológica dos acontecimentos. Esta última sempre se revela o elemento mais vulnerável do acervo da memória e o mais facilmente sujeito ao recalçamento. Muitas lembranças são encontradas, por assim dizer, num primeiro estágio de recalçamento, apresentando-se cercadas de dúvidas. Decorrido algum tempo, essas dúvidas seriam substituídas por um

esquecimento ou por uma falsificação da memória.

A existência desse estado de coisas no tocante às lembranças ligadas à história da doença é o *correlato necessário e teoricamente indispensável dos sintomas patológicos*. Depois, no decorrer do tratamento, o paciente fornece os fatos que, embora sempre fossem de seu conhecimento, tinham sido retidos por ele ou não lhe haviam ocorrido. As ilusões de memória se revelam insustentáveis e as lacunas são preenchidas. Só quando o tratamento se aproxima do seu término é que temos diante de nós uma história clínica inteligível, coerente e sem lacunas. Se o objetivo prático do tratamento é eliminar todos os sintomas possíveis e substituí-los por pensamentos conscientes, podemos considerar como segundo objetivo, de cunho teórico, reparar todos os danos à memória do paciente. Esses dois objetivos são coincidentes: quando se alcança um, também o outro é atingido; um mesmo caminho conduz a ambos.

Pela natureza das coisas que compõem o material da psicanálise, compete-nos o dever, em nossos casos clínicos, de prestar tanta atenção às circunstâncias puramente humanas e sociais dos enfermos quanto aos dados somáticos e aos sintomas patológicos. Acima de tudo, nosso interesse se dirigirá para as circunstâncias familiares do paciente - e isso, como se verá mais adiante, não apenas com o objetivo de investigar a hereditariedade, mas também em função de outros vínculos.

O círculo familiar de nossa paciente de dezoito anos incluía, além dela própria, seus pais e um irmão um ano e meio mais velho que ela. O pai era a pessoa dominante desse círculo, tanto por sua inteligência e seus traços de caráter como pelas circunstâncias de sua vida, que forneceram o suporte sobre o qual se erigiu a história infantil e patológica da paciente. Na época em que aceitei a jovem em tratamento, seu pai já beirava os cinquenta anos e era um homem de atividade e talento bastante incomuns, um grande industrial com situação econômica muito cômoda. A filha era muito carinhosamente apegada a ele e, por essa razão, seu senso crítico precocemente despertado escandalizava-se ainda mais com muitos dos atos e peculiaridades do pai.

Essa ternura por ele era ainda aumentada em virtude das muitas e graves doenças de que padecera o pai desde que ela contava seis anos de idade. Nessa época ele ficara tuberculoso, e isso ocasionara a mudança da família para uma cidadezinha de clima propício, situada numa de nossas províncias do sul; ali a afecção pulmonar teve uma rápida melhora, mas em virtude das precauções ainda consideradas necessárias, esse lugar, que chamarei de B, continuou a ser nos dez anos seguintes a residência principal tanto dos pais quanto dos filhos. Quando o pai já estava bem de saúde, costumava ausentar-se temporariamente para visitar suas fábricas; na época mais quente do verão, a família mudava-se para uma estação de águas nas montanhas.

Quando a menina tinha cerca de dez anos, o pai teve de submeter-se a tratamento em quarto escuro por causa de um descolamento de retina. Em consequência desse infortúnio, sua visão ficou permanentemente reduzida. A doença mais grave ocorreu cerca de dois anos depois; consistiu numa crise confusional, seguida de sintomas de paralisia e ligeiras perturbações psíquicas. Um amigo dele, de cujo papel ainda nos ocuparemos mais adiante (ver em [1]), convenceu-o, mal tendo seu estado melhorado um pouco, a viajar para Viena com seu médico e consultar-se comigo. Hesitei por algum tempo, sem saber se deveria supor a existência de uma paralisia tabética, mas finalmente me decidi por um diagnóstico de afecção vascular difusa; e como o paciente admitiu ter tido uma infecção específica antes do casamento, receitei-lhe um tratamento antilúético enérgico, em consequência do qual cederam todos os distúrbios que ainda persistiam. Foi sem dúvida graças a essa minha feliz intervenção que, quatro anos depois, ele me apresentou sua filha, que nesse meio-tempo ficara inequivocamente neurótica, e passados mais dois anos entregou-a a mim para tratamento psicoterápico.

Entrementes, eu também conhecera em Viena uma irmã um pouco mais velha dele, em quem reconheci uma forma grave de psiconeurose sem nenhum dos sintomas caracteristicamente histéricos. Depois de uma vida acabrunhada por um casamento infeliz, essa mulher morreu de um marasmo que progrediu rapidamente e cujos sintomas, aliás, nunca foram totalmente esclarecidos.

Um irmão mais velho do pai de minha paciente, a quem tive oportunidade de conhecer, era um solteirão hipocondríaco.

As simpatias da própria moça, que, como disse, tornou-se minha paciente aos dezoito anos, sempre penderam para o lado paterno da família e, depois de adoecer, ela tomara como modelo a tia que acabei de mencionar. Tampouco me era duvidoso que fora dessa família que ela derivara não só seus dotes e sua precocidade intelectual, como também a predisposição à doença. Não cheguei a conhecer sua mãe. Pelas comunicações do pai e da moça, fui levado a imaginá-la como uma mulher inculta e acima de tudo fútil, que, a partir da doença e do conseqüente distanciamento de seu marido, concentrara todos os seus interesses nos assuntos domésticos, e assim apresentava o quadro do que se poderia chamar de “psicose da dona-de-casa”. Sem nenhuma compreensão pelos interesses mais ativos dos filhos, ocupava o dia todo em limpar e manter limpos a casa, os móveis e os utensílios, a tal ponto que se tornava quase impossível usá-los ou desfrutar deles. Esse estado, do qual se encontram indícios com bastante freqüência nas donas-de-casa normais, não pode deixar de ser comparado com as formas de lavagem obsessiva e outras obsessões pela limpeza. Mas tais mulheres, como acontecia no caso da mãe de nossa paciente, desconhecem por completo sua doença, faltando-lhes, portanto, uma característica essencial da “neurose obsessiva”. As relações entre mãe e filha eram muito inamistosas havia vários anos. A filha menosprezava a mãe, criticava-a duramente e se subtraía por completo de sua influência.

Em épocas anteriores, o único irmão da moça, um ano e meio mais velho, fora o modelo que ela ambicionara seguir. Nos últimos anos, porém, as relações entre ambos se haviam tornado mais distantes. O rapaz procurava afastar-se o máximo possível das discussões da família, mas, quando se via obrigado a tomar partido, apoiava a mãe. Assim, a costumeira atração sexual aproximara pai e filha, de um lado, e mãe e filho, de outro.

Nossa paciente, a quem doravante darei o nome de “Dora”, já aos oito anos começara a apresentar sintomas neuróticos. Nessa época, passou a sofrer de uma dispnéia crônica com acessos ocasionais muito mais agudos, o primeiro dos quais ocorreu após uma pequena excursão pelas montanhas, sendo por isso atribuído ao esforço excessivo. No curso de seis meses, graças ao repouso e aos cuidados com que foi tratada, esse estado cedeu gradativamente. O médico da família parece não ter hesitado nem por um momento em diagnosticar o distúrbio como puramente nervoso e excluir qualquer causa orgânica para a dispnéia, mas é evidente que considerou esse diagnóstico compatível com a etiologia do esforço excessivo.

A menina passou pelas doenças infecciosas habituais da infância sem sofrer qualquer dano permanente. Segundo ela própria me contou (com intenção mais simbolizante!) (ver em [1]), seu irmão costumava ser o primeiro a contrair a doença em forma branda, seguindo-se então ela com manifestações mais graves. Por volta dos doze anos ela começou a sofrer de dores de cabeça unilaterais do tipo de enxaquecas, bem como de acessos de tosse nervosa. A princípio esses dois sintomas sempre apareciam juntos, mas depois se separaram e tiveram desdobramentos diferentes. A enxaqueca tornou-se mais rara e, por volta dos dezesseis anos, desapareceu completamente. Mas os acessos de *tussis nervosa*, que sem dúvida tinham começado com uma gripe comum, continuaram por todo o tempo. Quando, aos dezoito anos, ela entrou em tratamento comigo, tossia novamente de maneira característica. O número desses acessos não pôde ser determinado, mas sua duração era de três a cinco semanas, e numa ocasião se estendeu por vários meses. O sintoma mais incômodo durante a primeira metade de uma dessas crises, pelo menos nos últimos anos, costumava ser a perda completa da voz. O diagnóstico de que mais uma vez se tratava de nervosismo fora estabelecido desde longa data, mas os vários métodos de tratamento usuais, inclusive hidroterapia e aplicação local de eletricidade, não haviam produzido nenhum resultado. Foi nessas circunstâncias que a criança transformou-se numa jovem madura, de juízo muito independente, que se acostumou a rir dos esforços dos médicos e acabou por renunciar inteiramente à assistência deles. Além disso, ela sempre se opusera a procurar orientação médica, embora não fizesse nenhuma objeção à pessoa de seu médico de família. Qualquer proposta de consultar um novo médico despertava sua resistência, e também a mim ela só veio movida pela autoridade do pai.

Vi-a pela primeira vez no início do verão, quando estava com dezesseis anos, sofrendo de tosse e rouquidão, e já nessa época propus um tratamento psíquico, que não foi adotado porque também essa crise, que durara mais do que as outras, desapareceu espontaneamente. No inverno seguinte, após a morte de sua amada tia, ela esteve em Viena na casa do tio e das filhas dele, e aqui adoeceu com um quadro febril então diagnosticado como apendicite. No outono seguinte, como a saúde do pai parecia justificar essa medida, a família deixou definitivamente a estação de B , mudando-se a princípio para a cidade onde ficava a fábrica do pai e, depois, decorrido pouco menos de um ano, fixando residência permanente em Viena.

Entrementes Dora havia crescido e se transformara numa moça em flor, com feições inteligentes e agradáveis, mas que era fonte de sérias preocupações para seus pais. O desânimo e uma alteração do caráter se tinham tornado agora os principais traços de sua doença. Era evidente que não estava satisfeita consigo mesma nem com a família, tinha uma atitude inamistosa em relação ao pai e se dava muito mal com a mãe, que estava determinada a fazê-la participar das tarefas domésticas. Dora procurava evitar os contactos sociais; quando a fadiga e a falta de concentração de que se queixava o permitiam, ocupava-se em ouvir conferências para mulheres e se dedicava a estudos mais sérios. Um dia, seus pais ficaram muito alarmados ao encontrarem, dentro ou sobre a escrivaninha da moça, uma carta em que ela se despedia deles porque não podia mais suportar a vida. É verdade que o pai, homem de bastante discernimento, calculou que a moça não tinha intenções sérias de suicídio, mas, mesmo assim, ficou muito abalado; e quando um dia, após uma ligeira troca de palavras entre ele e a filha, esta teve um primeiro ataque de perda da consciência - acontecimento também posteriormente encoberto por uma amnésia -, ficou decidido, apesar de sua relutância, que ela deveria tratar-se comigo.

Sem dúvida este caso clínico, tal como o esbocei até agora, não parece em seu conjunto digno de ser comunicado. Trata-se de uma “*petite hystérie*” com os mais comuns de todos os sintomas somáticos e psíquicos: dispnéia, *tussis nervosa*, afonia e possivelmente enxaquecas, junto com depressão, insociabilidade histérica e um *taedium vitae* que provavelmente não era muito levado a sério. Sem dúvida já se publicaram casos mais interessantes de histeria, amiúde registrados com maior cuidado, pois nas páginas que se seguem nada se encontrará sobre estigmas de sensibilidade cutânea, limitação do campo visual ou coisas semelhantes. Permito-me observar, contudo, que todas essas coleções de estranhos e assombrosos fenômenos da histeria não nos fizeram avançar grande coisa em nosso conhecimento dessa moléstia, que ainda continua a ser enigmática. O que nos falta é justamente a elucidação dos casos mais comuns e de seus sintomas mais frequentes e típicos. Eu me daria por satisfeito se as circunstâncias me tivessem permitido dar um esclarecimento completo deste caso de pequena histeria. Segundo minhas experiências com outros pacientes, não tenho nenhuma dúvida de que meu método analítico me teria bastado para fazê-lo.

Em 1896, pouco depois da publicação de meus *Estudos sobre a Histeria*, em colaboração com o Dr. J. Breuer [1895], pedi a um eminente colega sua opinião sobre a teoria psicológica da histeria ali defendida. Ele respondeu sem rodeios que a considerava uma

generalização injustificável de conclusões que poderiam ser corretas para uns poucos casos. Desde então tenho visto inúmeros casos de histeria, ocupando-me de cada um por vários dias, semanas ou anos, e em nenhum deles deixei de descobrir as condições psíquicas postuladas nos *Estudos*, ou seja, o trauma psíquico, o conflito dos afetos e, como acrescentei em publicações posteriores, a comoção na esfera sexual. Quando se trata de coisas que se tornaram patogênicas por seu afã de ocultar-se, decerto não se deve esperar que o doente vá ao encontro do médico exhibi-las, nem tampouco deve este contentar-se com o primeiro “Não” que se oponha às investigações.

No caso de Dora, graças à já tão salientada inteligência do pai, não foi preciso que eu mesmo procurasse os pontos de referência vitais, pelo menos no tocante à conformação mais recente de sua doença. Contou-me o pai que ele e a família tinham feito uma amizade íntima em B com um casal ali radicado já há muitos anos. A Sra. K. cuidara dele durante sua longa enfermidade, tendo assim feito jus à sua eterna gratidão. O Sr. K. sempre fora extremamente amável com sua filha Dora, levando-a a passear com ele quando estava em B e dando-lhe pequenos presentes, mas ninguém via nenhum mal nisso. Dora tratava com o mais extremo cuidado os dois filhinhos dos K., dedicando-lhes uma atenção quase maternal. Quando pai e filha vieram consultar-me dois anos antes, no verão, estavam justamente prestes a viajar para ir ao encontro do Sr. e Sra. K., que passavam o verão num de nossos lagos nos Alpes. Dora deveria passar várias semanas na casa dos K., enquanto seu pai pretendia regressar dentro de poucos dias. Durante esse período, também o Sr. K. estivera lá. Mas quando o pai se preparava para partir, a moça de repente declarou com extrema firmeza que iria com ele, e de fato assim fez. Só depois de alguns dias esclareceu seu estranho comportamento, contando à mãe, para que esta por sua vez o transmitisse ao pai, que o Sr. K. tivera a audácia de lhe fazer uma proposta amorosa, durante uma caminhada depois de um passeio pelo lago. Chamado a prestar contas de seu comportamento ao pai e ao tio da moça quando do encontro seguinte entre eles, o acusado negou do modo mais enfático qualquer atitude de sua parte que pudesse ter dado margem a essa interpretação, e começou a lançar suspeitas sobre a moça, que, segundo soubera pela Sra. K., só mostrava interesse pelos assuntos sexuais, e que até na própria casa dele junto ao lago lera a *Fisiologia do Amor*, de Mantegazza, e livros semelhantes. Provavelmente, excitada por tais leituras, ela teria “imaginado” toda a cena que descrevera.

“Não tenho dúvida”, disse o pai, “de que esse incidente é responsável pelo abatimento, irritabilidade e idéias suicidas de Dora. Ela vive insistindo em que eu rompa relações com o Sr. K., e em particular com a Sra. K., a quem antes positivamente venerava. Mas não posso

fazer isso, primeiro porque eu mesmo acredito que a história de Dora sobre a impertinência imoral do homem é uma fantasia que se impôs a ela, e segundo porque estou ligado à Sra. K. por laços de honrosa amizade e não quero magoá-la. A pobre mulher já é muito infeliz com o marido, a quem, por sinal, não tenho em grande conceito; ela mesma já sofreu muito dos nervos e tem em mim seu único apoio. Considerando meu estado de saúde, não preciso assegurar-lhe que não há nada de ilícito por trás de nossas relações. Somos apenas dois pobres coitados que consolamos um ao outro como podemos através de um interesse amistoso. O senhor bem sabe que não tenho nada disso com minha própria mulher. Mas Dora, que herdou minha obstinação, é inabalável em seu ódio pelos K. Seu último ataque ocorreu depois de uma conversa em que ela tornou a me fazer a mesma exigência [de romper com os K.]. Por favor, tente agora colocá-la no bom caminho.”

Não se harmonizava muito com essas declarações o fato de que o pai, em outras conversas, procurava atribuir a culpa maior pelo comportamento insuportável de Dora à mãe, cujas peculiaridades tiravam todo o gosto pela vida doméstica. Mas eu resolvera desde longa data suspender meu juízo sobre o verdadeiro estado de coisas até que tivesse ouvido também o outro lado.

A experiência de Dora com o Sr. K. - suas propostas amorosas a ela e a conseqüente afronta a sua honra - parece fornecer, no caso de nossa paciente, o trauma psíquico que Breuer e eu declaramos, no devido tempo, ser a condição prévia indispensável para a gênese de um estado patológico histórico. Mas este novo caso também mostra todas as dificuldades que depois me fizeram ir além dessa teoria, acrescidas de uma nova dificuldade de cunho mais especial. Como é tão freqüente nos casos clínicos de histeria, o trauma que sabemos ter ocorrido na vida do paciente não basta para esclarecer a especificidade do sintoma, para determiná-lo; entenderíamos tanto ou tão pouco de toda a história se, em vez de *tussis nervosa*, afonia, abatimento e *taedium vitae*, outros sintomas tivessem resultado do trauma. Mas há ainda a consideração de que alguns desses sintomas (a tosse e a perda da voz) tinham sido produzidos pela paciente anos antes do trauma, e que suas primeiras manifestações remontavam à infância, pois tinham ocorrido no oitavo ano de vida. Portanto, se não queremos abandonar a teoria do trauma, devemos retroceder até a infância da moça e buscar ali influências ou impressões que pudessem ter surtido efeito análogo ao de um trauma. Além disso, é digno de nota que, mesmo na investigação de casos em que os primeiros sintomas não se tinham instalado na infância, fui levado a reconstituir a biografia dos pacientes até seus primeiros anos de vida.

Superadas as primeiras dificuldades do tratamento, Dora comunicou-me uma experiência anterior com o Sr. K., mais bem talhada ainda para operar como um trauma sexual. Estava então com quatorze anos. O Sr. K. combinara com ela e com sua mulher para que, à tarde, elas fossem encontrá-lo em sua loja comercial, na praça principal de B , para dali assistirem a um festival religioso. Mas ele induziu sua mulher a ficar em casa, despachou os empregados e estava sozinho quando a moça entrou na loja. Ao se aproximar a hora da procissão, pediu à moça que o aguardasse na porta que dava para a escada que levava ao andar superior, enquanto ele abaixava as portas corrediças externas. Em seguida voltou e, ao invés de sair pela porta aberta, estreitou subitamente a moça contra si e depôs-lhe um beijo nos lábios. Era justamente a situação que, numa mocinha virgem de quatorze anos, despertaria uma nítida sensação de excitação sexual. Mas Dora sentiu naquele momento uma violenta repugnância, livrou-se do homem e passou correndo por ele em direção à escada, daí alcançando a porta da rua. Mesmo assim, as relações com o Sr. K. prosseguiram; nenhum dos dois jamais mencionou essa pequena cena, e Dora afirma tê-la guardado em segredo até sua confissão durante o tratamento. Por algum tempo depois disso, ela evitou ficar a sós com o Sr. K. Por essa época, os K. tinham combinado fazer uma excursão de alguns dias, da qual Dora também deveria participar. Depois da cena do beijo na loja, ela se recusou a acompanhá-los, sem dar nenhuma razão.

Nessa cena - a segunda da seqüência, mas a primeira na ordem temporal -, o comportamento dessa menina de quatorze anos já era total e completamente histérico. Eu tomaria por histérica, sem hesitação, qualquer pessoa em quem uma oportunidade de excitação sexual despertasse sentimentos preponderante ou exclusivamente desprazerosos, fosse ela ou não capaz de produzir sintomas somáticos. Esclarecer o mecanismo dessa *inversão do afeto* é uma das tarefas mais importantes e, ao mesmo tempo, uma das mais difíceis da psicologia das neuroses. Em minha própria opinião, ainda estou bem longe de alcançar essa meta, e no contexto desta comunicação posso também acrescentar que até do que sei só me será possível apresentar uma parte.

O caso de nossa paciente Dora ainda não fica suficientemente caracterizado acentuando-se apenas a inversão do afeto; é preciso dizer, além disso, que houve aqui um *deslocamento* da sensação. Ao invés da sensação genital que uma jovem sadia não teria deixado de sentir em tais circunstâncias, Dora foi tomada da sensação de desprazer própria da membrana mucosa

da entrada do tubo digestivo - isto é, pela repugnância. A estimulação de seus lábios pelo beijo foi sem dúvida importante para localizar a sensação nesse ponto específico, mas creio reconhecer também o efeito de outro fator.

A repugnância que Dora sentiu nessa ocasião não se tornou um sintoma permanente, e mesmo na época do tratamento existia apenas potencialmente, por assim dizer. Ela se alimentava mal e confessou certa aversão pelos alimentos. Por outro lado, a cena deixara outra conseqüência, sob a forma de uma alucinação sensorial que ocorria de tempos em tempos e chegou a se verificar enquanto ela a relatou a mim. Disse continuar sentindo na parte superior do corpo a pressão daquele abraço. Segundo certas regras da formação de sintomas que vim a conhecer, e ao mesmo tempo levando em conta algumas outras particularidades da paciente, que de outra forma seriam inexplicáveis - por exemplo, não queria passar por nenhum homem a quem visse em conversa animada ou terna com uma mulher -, formei para mim mesmo a seguinte reconstrução da cena. Creio que, durante o abraço apaixonado, ela sentiu não só o beijo em seus lábios, mas também a pressão do membro ereto contra seu ventre. Essa percepção revoltante para ela foi eliminada de sua memória, recalcada e substituída pela sensação inocente de pressão sobre o tórax, que extraía de sua fonte recalcada uma intensidade excessiva. Uma vez mais, portanto, vemos um deslocamento da parte inferior para a parte superior do corpo. Por outro lado, a compulsão em seu comportamento construía-se como se proviesse da lembrança inalterada da cena: ela não gostava de passar por nenhum homem a quem julgasse em estado de excitação sexual porque não queria voltar a ver o sinal somático desse estado.

Vale ressaltar que, aqui, três sintomas - a repugnância, a sensação de pressão na parte superior do corpo e a evitação dos homens em conversa afetuosa - provinham de uma mesma experiência, e somente levando em conta a inter-relação desses três signos é que se torna possível compreender o processo de formação dos sintomas. O nojo corresponde ao sintoma do recalçamento da zona erógena dos lábios (mimada demais em Dora, como veremos (em [1]), pelo sugar infantil). A pressão do membro ereto provavelmente levou a uma alteração análoga no órgão feminino correspondente, o clitóris, e a excitação dessa segunda zona erógena foi fixada no tórax por deslocamento para a sensação simultânea de pressão. O horror aos homens que pudessem achar-se em estado de excitação sexual obedece ao mecanismo de uma fobia destinada a dar proteção contra o reavivamento da percepção recalcada.

Para evidenciar a possibilidade dessa complementação da história, perguntei à paciente com extrema cautela se ela conhecia o sinal corporal da excitação no corpo do homem. Sua resposta foi “Sim” quanto ao momento atual, mas, no tocante àquela época, ela achava que não. Desde o início tive com esta paciente o máximo cuidado de não lhe fornecer nenhum novo conhecimento na esfera da vida sexual, não por escrupulosidade, mas porque queria submeter meus pressupostos a uma prova rigorosa neste caso. Por isso, só chamava uma coisa por seu nome quando as alusões dela se tinham tornado tão claras que parecia haver muito pouco risco em traduzi-las para a linguagem direta. Sua resposta sempre pronta e franca era que ela já sabia disso, mas de *onde* vinha esse conhecimento era um enigma que suas lembranças não permitiam resolver. Ela esquecera a fonte de todos esses conhecimentos.

Se me é lícito representar dessa maneira a cena do beijo ocorrido na loja, chego à seguinte derivação para a repugnância. A sensação de nojo parece ser, originalmente, uma reação ao cheiro (e depois também à visão) dos excrementos. Mas os órgãos genitais, e em especial o membro masculino, podem lembrar as funções excretoras, porque aqui o órgão, além de desempenhar a função sexual, serve também à da micção. Na verdade, esta é a primeira das duas a ser conhecida, e é a única conhecida durante o período pré-sexual. É assim que a repugnância se inclui nas manifestações afetivas da vida sexual. É o “*inter urinas et faeces nascimur*” dos Padres da Igreja, que adere à vida sexual e dela não pode desprender-se, a despeito de todos os esforços de idealização. Gostaria, contudo, de enfatizar expressamente minha opinião de que o problema não fica resolvido pela simples indicação dessa via associativa. O fato de que essa associação pode ser evocada ainda não explica que ela de fato o seja. E não o é, em circunstâncias normais. O conhecimento das vias não torna dispensável o conhecimento das forças que por elas transitam.

Não me era fácil, além disso, dirigir a atenção de minha paciente para suas relações com o Sr. K. Ela afirmava ter rompido com essa pessoa. A camada mais superficial de todas as suas associações durante as sessões, e tudo aquilo de que se conscientizava com facilidade e que era conscientemente lembrado da véspera sempre se relacionava com o pai. Era bem verdade que ela não podia perdoá-lo por continuar a manter relações com o Sr. K. e, mais particularmente, com a Sra. K. Mas encarava essas relações de maneira muito diferente da que o pai queria deixar transparecer. Para ela não havia nenhuma dúvida de que o que ligava

seu pai àquela mulher jovem e bonita era um relacionamento amoroso corriqueiro. Nada que pudesse contribuir para corroborar essa tese escapava à sua percepção, que nesse sentido era implacavelmente aguda; *aqui não havia nenhuma lacuna em sua memória*. O relacionamento com os K. tinha começado antes da doença grave do pai, mas só se tornou íntimo quando, no curso dessa enfermidade, a jovem senhora assumiu oficialmente a posição de enfermeira, enquanto a mãe de Dora se mantinha afastada do leito do doente. Nas primeiras férias de verão após a recuperação do pai, aconteceram coisas que deveriam ter aberto os olhos de todos para a verdadeira natureza daquela “amizade”. As duas famílias tinham alugado um conjunto de aposentos em comum no hotel, e um belo dia a Sra. K. anunciou que não podia continuar no quarto que até então partilhara com um de seus filhos; poucos dias depois, o pai de Dora deixou seu próprio quarto e ambos se mudaram para outros - os quartos da extremidade, separados apenas pelo corredor-, enquanto os aposentos que haviam abandonado não ofereciam tal garantia contra interferências. Mais tarde, sempre que Dora repreendia o pai por causa da Sra. K., ele costumava dizer que não podia entender sua hostilidade e que, ao contrário, seus filhos tinham todas as razões para serem gratos a ela. A mãe, a quem Dora foi pedir uma explicação sobre esse misterioso comentário, disse-lhe que, naquela época, papai estava tão triste que quisera suicidar-se nos bosques; a Sra. K., suspeitando disso, fora atrás dele e o persuadira com suas súplicas a se preservar para os seus. Naturalmente, Dora não acreditava nisso; sem dúvida, os dois tinham sido vistos juntos no bosque e papai inventara a história do suicídio para justificar o encontro deles.

Quando retornaram a B, o pai visitava todos os dias a Sra. K. em determinados horários, enquanto o marido dela estava na loja. Todo mundo comentara isso e as pessoas interrogavam Dora de maneira significativa a esse respeito. O próprio Sr. K. muitas vezes se queixara amargamente à mãe de Dora, embora poupasse a filha de qualquer alusão ao assunto - o que ela parecia atribuir a uma delicadeza da parte dele. Nos passeios de todos em comum, seu pai e a Sra. K. sempre sabiam arranjar as coisas de modo a ficarem a sós. Não havia dúvida alguma de que ela aceitava dinheiro dele, pois fazia gastos que seria impossível sustentar com seus recursos ou com os do marido. O pai começara também a dar grandes presentes à Sra. K. e, para disfarçá-los, tornou-se ao mesmo tempo particularmente generoso com a mãe de Dora e com ela própria. E a Sra. K., até então doentia, ela mesma obrigada a passar meses num sanatório para doentes nervosos por não poder andar, tornara-se agora uma mulher sadia e cheia de vida.

Mesmo depois de deixarem B [mudando-se para a cidade onde ficava a fábrica], esse relacionamento de anos prosseguiu, pois de tempos em tempos o pai declarava não suportar o rigor do clima e ter de fazer algo por sua saúde; começava a tossir e a se queixar, até que

de repente partia para B de onde escrevia as mais alegres cartas. Todas essas doenças não passavam de pretextos para que ele revisse sua amiga. Depois, um belo dia, ficou decidido que eles se mudariam para Viena, e Dora começou a suspeitar de uma combinação. E de fato, mal se haviam passado três semanas desde que estavam em Viena, ela soube que também os K. se tinham transferido para lá. No momento, contou-me ela, continuavam em Viena, e era freqüente ela topar com o pai na rua em companhia da Sra. K. Também encontrava amiúde o Sr. K.; ele sempre a acompanhava com o olhar e, certa feita, quando a encontrou sozinha, seguiu-a por um longo trecho para ver aonde ela ia e se não estaria indo a um encontro.

O pai era insincero, havia um traço de falsidade em seu caráter, só pensava em sua própria satisfação e tinha o dom de arranjar as coisas da maneira que mais lhe conviesse: tais foram as críticas mais freqüentes que ouvi de Dora um dia, quando o pai tornou a sentir que seu estado havia piorado e viajou para B por várias semanas, ao que a arguta Dora prontamente se inteirou de que também a Sra. K. fizera uma viagem para a mesma cidade para fazer uma visita a seus parentes.

Não pude contestar de maneira geral essa caracterização do pai; também era fácil ver por qual recriminação particular Dora estava justificada. Quando ficava com o ânimo mais exasperado, impunha-se a ela a concepção de ter sido entregue ao Sr. K. como prêmio pela tolerância dele para com as relações entre sua mulher e o pai de Dora; e por trás da ternura desta pelo pai podia-se pressentir sua fúria por ser usada dessa maneira. Noutras ocasiões, ela sabia muito bem que era culpada de exagero ao falar assim. Naturalmente, os dois homens nunca haviam firmado um pacto formal de que ela fosse tratada como objeto de troca, tanto mais que seu pai teria recuado horrorizado ante tal insinuação. Mas ele era um desses homens que sabem como fugir a um conflito falseando seu julgamento sobre uma das alternativas em oposição. Se lhe tivessem chamado a atenção para a possibilidade de que uma adolescente corresse perigo na companhia constante e não vigiada de um homem insatisfeito com sua própria mulher, ele certamente teria respondido que podia confiar na filha, que um homem como K. jamais poderia ser perigoso para ela e que seu amigo era incapaz de tais intenções. Ou então: que Dora ainda era uma criança e era tratada como criança por K. Mas, na realidade, ocorre que cada um dos dois homens evitava extrair da conduta do outro qualquer conseqüência que pudesse ser inconveniente para suas próprias pretensões. Assim, o Sr. K. pôde enviar flores a Dora todos os dias por um ano inteiro enquanto esteve por perto, aproveitar todas as oportunidades de dar-lhe presentes valiosos e passar todo o seu tempo livre na companhia dela, sem que os pais da moça discernissem nesse comportamento o caráter de uma corte amorosa.

Quando surge no tratamento psicanalítico uma seqüência correta, fundamentada e incontestável de pensamentos, isso bem pode representar um momento de embaraço para o médico, do qual o paciente se aproveita para perguntar: “Tudo isso é perfeitamente verdadeiro e correto, não é? Que quer o Sr. modificar, agora que lhe contei?” Mas logo se evidencia que o paciente está usando tais pensamentos inatacáveis pela análise para acobertar outros que se querem subtrair da crítica e da consciência. Um rosário de censuras a outras pessoas leva-nos a suspeitar da existência de um rosário de autocensuras de conteúdo idêntico. Basta que se volte cada censura isolada para a própria pessoa do falante. Há algo de inegavelmente automático nessa maneira de defender-se de uma autocensura dirigindo a mesma censura contra outrem. Encontra-se um modelo disso nos argumentos *tu quoque* das crianças; quando uma delas é acusada de mentirosa, retruca sem hesitar: “Você é que é.” Um adulto empenhado em revidar um insulto procuraria um ponto fraco real de seu oponente e não poria a ênfase principal na repetição do mesmo conteúdo. Na paranóia, essa projeção da censura em outrem sem qualquer alteração do conteúdo, e portanto, sem nenhum apoio na realidade, torna-se manifesta como processo de formação do delírio.

Também as censuras de Dora a seu pai estavam assim “fornadas” ou “revestidas” de autocensuras de conteúdo idêntico, quase sem exceção, como se verá em detalhe. Tinha razão em achar que seu pai não queria esclarecer o comportamento do Sr. K. em relação a ela para não ser molestado em seu próprio relacionamento com a Sra. K. Mas Dora fizera precisamente a mesma coisa. Tornara-se cúmplice desse relacionamento e repudiara todos os sinais que pudessem mostrar sua verdadeira natureza. Só da aventura no lago (ver em [1]) é que datavam sua visão clara do assunto e suas exigências ao pai. Durante todos os anos anteriores ela fizera o possível para favorecer as relações do pai com a Sra. K. Nunca ia vê-la quando suspeitava de que seu pai estivesse lá. Sabia que, nesse caso, as crianças seriam afastadas, e rumava pelo caminho em que estava certa de encontrá-las, indo passear com elas. Na casa de Dora tinha havido uma pessoa que cedo quis abrir-lhe os olhos para as relações do pai com a Sra. K. e induzi-la a tomar partido contra essa mulher. Fora sua última governanta, uma moça solteira e mais velha, muito lida e de opiniões avançadas. Mestreira e aluna se deram esplendidamente por algum tempo, até que, de repente, Dora se desentendeu com ela e insistiu em sua dispensa. Enquanto a governanta teve alguma influência, usou-a para acirrar os ânimos contra a Sra. K. Disse à mãe de Dora que era incompatível com sua dignidade tolerar tal intimidade entre seu marido e uma estranha e chamou a atenção de Dora para tudo o que saltava aos olhos naquele relacionamento. Mas seus esforços foram em vão, pois Dora continuava ternamente ligada à Sra. K. e não queria saber de nenhum motivo que fizesse as relações do pai com ela parecerem indecentes. Por outro lado, percebia muito

bem os motivos que impeliam sua governanta. Cega num sentido, Dora tinha a percepção bem aguçada no outro. Notou que a governanta estava apaixonada por seu pai. Quando ele estava em casa, ela parecia uma pessoa completamente diferente, podendo ser divertida e obsequiosa. Na época em que a família morava na cidade industrial e a Sra. K. não estava no horizonte, sua animosidade se voltava contra a mãe de Dora, que era então sua rival mais imediata. Mas Dora ainda não levava nada disso a mal. Só se zangou ao observar que ela própria era totalmente indiferente para a governanta, cuja afeição demonstrada por ela de fato era dirigida a seu pai. Enquanto o pai estava ausente da cidade industrial, a moça não tinha tempo para ela, não queria passear com ela e não se interessava por seus estudos. Mal o pai voltava de B , ela tornava a se mostrar prestimosa em toda sorte de serviço e ajuda. Por isso Dora a deixou de lado.

A pobre mulher elucidara com clareza indesejada uma parte do comportamento de Dora. O que a governanta às vezes era para Dora, esta fora para os filhos do Sr. K. Fora uma mãe para eles, instruindo-os, passeando com eles e lhes oferecendo um substituto completo para o escasso interesse que a verdadeira mãe lhes demonstrava. O Sr. e a Sra. K. freqüentemente falavam em divórcio, que nunca se concretizou porque o Sr. K., que era um pai afetuoso, não queria abrir mão de nenhum dos dois filhos. O interesse comum pelos filhos fora desde o início um elo entre o Sr. K. e Dora. Evidentemente, ocupar-se de crianças era para Dora um disfarce destinado a ocultar dela mesma e dos outros alguma outra coisa.

De seu comportamento para com as crianças, considerado à luz da conduta da governanta com ela própria, extraía-se a mesma conclusão que de sua tácita aquiescência às relações do pai com a Sra. K., a saber, que em todos aqueles anos ela estivera apaixonada pelo Sr. K. Quando formulei essa conclusão, não obtive dela nenhum assentimento. É verdade que me disse de imediato que também outras pessoas (por exemplo, uma prima que passara algum tempo com eles em B) lhe tinham dito: “Ora, você é simplesmente louca por este homem!” Mas ela própria não queria lembrar-se de nenhum sentimento dessa ordem. Mais tarde, quando a abundância do material surgido tornou-lhe difícil persistir na negativa, ela admitiu que poderia ter estado enamorada do Sr. K. em B , mas declarou que desde a cena do lago isso havia acabado. De qualquer forma, era certo que a censura, por fazer ouvidos de mercador aos chamados imperativos do dever e por arranjar as coisas da maneira mais conveniente do ponto de vista do próprio enamoramento, ou seja, a censura que ela fazia contra o pai recaía sobre sua própria pessoa.

A outra censura, de que as doenças do pai eram criadas como um pretexto e exploradas em proveito próprio, coincide também com todo um fragmento de sua própria história secreta. Um dia, Dora queixou-se de um sintoma supostamente novo, que consistia em dores de estômago dilacerantes, e acertei em cheio ao perguntar: “A quem você está copiando nisso?” No dia anterior ela fora visitar as primas, filhas da tia que morrera. A mais jovem ficara noiva e com isso a mais velha adoecera com umas dores de estômago, sendo mandada para Semerling. Dora achava que era apenas inveja por parte da mais velha, pois ela sempre adoecia quando queria alguma coisa, e o que queria agora era afastar-se de casa para não ter de assistir à felicidade da irmã. Mas suas próprias dores de estômago diziam que Dora se identificara com a prima, assim declarada simuladora, fosse porque ela também invejava o amor da moça mais afortunada, fosse porque via sua própria história refletida na da irmã mais velha, que tivera recentemente um caso amoroso de final infeliz. Mas Dora também aprendera, observando a Sra. K., quanto proveito se podia tirar das doenças. O Sr. K. passava parte do ano viajando; sempre que voltava, encontrava sua mulher adoentada, embora, como Dora sabia, ela tivesse gozado de boa saúde até o dia anterior. Dora compreendeu que era a presença do marido que fazia a mulher adoecer, e que esta considerava a doença bem-vinda para escapar aos deveres conjugais que tanto detestava. Nesse ponto inseriu-se uma observação repentina de Dora sobre suas próprias alterações entre doença e saúde nos primeiros anos de sua infância em B , e assim fui levado a suspeitar de que seus próprios estados de saúde dependiam de alguma outra coisa, tal como os da Sra. K. É que na técnica da psicanálise existe uma regra de que uma conexão interna ainda não revelada se anuncia pela contigüidade, pela proximidade temporal entre as associações, exatamente como, na escrita, um a e um b postos lado a lado significam que se pretendeu formar com eles a sílaba ab. Dora tivera um grande número de acessos de tosse acompanhados de perda da voz. Teria a presença ou ausência do homem amado exercido alguma influência sobre o aparecimento e desaparecimento dos sintomas patológicos? Se assim fosse, em algum ponto se deveria revelar uma coincidência denunciadora. Perguntei-lhe qual tinha sido a duração média desses ataques. “Três a seis semanas, talvez.” Quanto tempo duravam as ausências do Sr. K.? “Três a seis semanas, também”, teve ela de admitir. Com suas doenças, portanto, ela demonstrava seu amor por K., tal como a mulher dele demonstrava sua aversão. Bastava supor que seu comportamento fora o oposto do da Sra. K.: enferma quando ele estava ausente e sadia quando ele voltava. Isso realmente parece ter acontecido pelo menos durante o primeiro período dos ataques. Em épocas posteriores, sem dúvida, tornou-se necessário obscurecer a coincidência entre seus ataques de doença e a ausência do homem secretamente amado, para que a constância dessa coincidência não traísse seu segredo. A duração dos acessos permaneceria, depois, como uma marca de seu sentido originário.

Lembrei-me de ter visto e ouvido tempos atrás, na clínica de Charcot [1885-6], que nas

peças que sofrem de mutismo histérico a escrita funcionava vicariamente em lugar da fala. Elas escreviam com maior fluência, mais depressa e melhor do que as outras ou elas mesmas anteriormente. O mesmo aconteceu com Dora. Nos primeiros dias de suas crises de afonia “a escrita sempre lhe fluía da mão com especial facilidade”. Essa peculiaridade, como expressão de uma função fisiológica substitutiva criada pela necessidade, na verdade não requeria esclarecimento psicológico, mas era notável a facilidade com que este era encontrado. O Sr. K. lhe escrevia profusamente quando em viagem, e lhe mandava cartões-postais; houve ocasiões em que só ela estava a par da data de seu regresso, enquanto este apanhava sua mulher de surpresa. Além disso, corresponder-se com um ausente com quem não se pode falar não é mais compreensível do que, tendo perdido a voz, tentar fazer-se entender pela escrita. A afonia de Dora, portanto, admitia a seguinte interpretação simbólica: quando o amado estava longe, ela renunciava à fala; esta perdia seu valor, já que não podia falar com ele. Por outro lado, a escrita ganhava importância como único meio de se manter em relação com o ausente.

Devo, então, afirmar que em todos os casos em que há crises periódicas de afonia devemos diagnosticar a existência de um amado que se ausenta temporariamente? Por certo não é esta minha intenção. A determinação do sintoma no caso de Dora é por demais específica para que se possa pensar na repetição freqüente dessa mesma etiologia acidental. Mas, que valor tem então o esclarecimento da afonia em nosso caso? Não nos teremos simplesmente deixado enganar por um *jeu d'esprit*? Creio que não. Aqui convém lembrar a questão tão freqüentemente levantada de saber se os sintomas da histeria são de origem psíquica ou somática ou, admitindo-se o primeiro caso, se todos têm necessariamente um condicionamento psíquico. Esta pergunta, como tantas outras a que os investigadores têm voltado repetidamente sem sucesso, não é adequada. As alternativas nelas expostas não cobrem a essência real dos fatos. Até onde posso ver, todo sintoma histérico requer a participação de ambos os lados. Não pode ocorrer sem a presença de uma certa *complacência somática* fornecida por algum processo normal ou patológico no interior de um órgão do corpo ou com ele relacionado. Porém não se produz mais de uma vez - e é do caráter do sintoma histérico a capacidade de se repetir - a menos que tenha uma significação psíquica, um *sentido*. O sintoma histérico não traz em si esse sentido, mas este lhe é emprestado, soldado a ele, por assim dizer, e em cada caso pode ser diferente, segundo a natureza dos pensamentos suprimidos que lutam por se expressar. Todavia, há uma série de fatores que operam para tornar menos arbitrárias as relações entre os pensamentos inconscientes e os processos somáticos de que estes dispõem como meio de expressão, assim como para aproximá-las de algumas formas típicas. Para a terapia, os determinantes mais importantes são os fornecidos pelo material psíquico acidental; os sintomas são dissolvidos buscando-se sua significação psíquica. Uma vez removido tudo o que se pode eliminar pela psicanálise, fica-se em condições de formar toda sorte de conjecturas,

provavelmente acertadas, sobre as bases somáticas dos sintomas, que em geral são constitucionais e orgânicas. Tampouco no caso dos acessos de tosse e afonia de Dora nos contentaremos com uma interpretação psicanalítica, mas indicaremos por trás dela o fator orgânico de que partiu a “complacência somática” que lhe possibilitou expressar sua afeição por um amado temporariamente ausente. E se neste caso a conexão entre a expressão sintomática e o conteúdo dos pensamentos inconscientes nos parecer fruto de um habilidoso e impressionante artifício, ficaremos reconfortados em saber que ela cria a mesma impressão em todos os outros casos e em todos os outros exemplos.

Estou pronto a ouvir, nesta altura, que não há grande vantagem em sermos informados, graças à psicanálise, de que não mais precisamos buscar a chave do problema da histeria numa “labilidade peculiar das moléculas nervosas” ou numa suscetibilidade aos “estados hipnóides”, mas numa “complacência somática”. Em resposta a essa observação, quero frisar que dessa maneira o enigma não só recuou um pouco, mas também se tornou um pouco menor. Já não temos de lidar com o enigma inteiro, mas apenas da parte dele em que se inclui a característica particular da histeria *que a diferencia* das outras psiconeuroses. Os processos psíquicos em todas as psiconeuroses são os mesmos durante um extenso percurso, até que entre em cena a “complacência somática” que proporciona aos processos psíquicos inconscientes uma saída no corporal. Quando esse fator não se faz presente, surge da situação total algo diferente de um sintoma histérico, mas ainda de natureza afim: uma fobia, talvez, ou uma idéia obsessiva - em suma, um sintoma psíquico.

Volto agora à censura pela “simulação” de doença que Dora fez ao pai. Logo se evidenciou que a ela correspondiam não só autocensuras concernentes a estados patológicos anteriores, mas também outras relativas à época atual. Nesse ponto, cabe comumente ao médico a tarefa de adivinhar e complementar aquilo que a análise lhe oferece apenas sob a forma de alusões. Tive de assinalar à paciente que seu atual estado de saúde era tão determinado por motivos e tão tendencioso quanto fora a doença da Sra. K., que ela entendera tão bem. Não havia nenhuma dúvida, disse eu, de que ela visava a um objetivo que esperava alcançar através de sua doença. Este não podia ser outro senão o de fazer seu pai afastar-se da Sra. K. Mediante súplicas ou argumentos ela não conseguia; talvez esperasse ter êxito assustando o pai (vide a carta de despedida), despertando sua compaixão (por meio dos ataques de desmaios) (ver em [1]), ou se tudo isso fosse em vão, pelo menos se vingaria dele. Ela sabia muito bem, prossegui, o quanto ele lhe era apegado e que seus olhos se enchiam de lágrimas quando lhe perguntavam pelo estado da filha. Eu estava plenamente convencido de que ela se recuperaria imediatamente se o pai lhe dissesse que tinha sacrificado a Sra. K, em prol da saúde dela. Mas, acrescentei, eu esperava que ele não se

deixasse persuadir a fazê-lo, pois então ela ficaria conhecendo a poderosa arma que tinha nas mãos e por certo não deixaria de servir-se em todas as ocasiões futuras de sua possibilidade de adoecer. Se o pai não cedesse, porém, eu deveria estar preparado para isto: ela não renunciaria tão facilmente a sua doença.

Omito os detalhes que mostraram quão plenamente correto era tudo isso, preferindo acrescentar algumas observações gerais sobre o papel desempenhado na histeria pelos *motivos da doença*. Os motivos do adoecimento devem ser nitidamente distinguidos, enquanto conceito, das possibilidades de adoecer - do material de que se formam os sintomas. Eles não têm participação alguma na formação de sintomas e nem sequer estão presentes no início da doença. Só aparecem secundariamente, mas é apenas com seu advento que se constitui plenamente a enfermidade. Pode-se contar com sua existência em todos os casos em que haja um sofrimento real e de longa data. A princípio, o sintoma é para a vida psíquica um hóspede indesejável: tudo está contra ele, e é por isso que pode dissipar-se com tanta facilidade, aparentemente por si só, sob a influência do tempo. No início, não tem nenhum emprego útil na economia doméstica psíquica, porém com muita freqüência encontra serventia secundariamente. Uma ou outra corrente psíquica acha cômodo servir-se do sintoma, que assim adquire uma *função secundária* e fica como que ancorado na vida anímica. Aquele que pretende curar o doente tropeça então, para seu assombro, numa grande resistência, que lhe ensina que a intenção do paciente de se livrar de seus males não é nem tão cabal nem tão séria quanto parecia. Imaginemos um trabalhador, um pedreiro, digamos, que tenha caído de uma construção e ficado aleijado, e que agora ganhe a vida mendigando nas esquinas. Chega um milagreiro e promete endireitar-lhe a perna torta e devolver-lhe a marcha. Não se deve esperar, acho eu, ver uma expressão de particular contentamento em seu rosto. Sem dúvida, na época em que sofreu a lesão, ele há de ter-se sentido extremamente infeliz, ao compreender que nunca mais poderia voltar a trabalhar e teria de passar fome ou viver de esmolas. Desde então, porém, o que antes o deixara sem seu ganho tornou-se sua fonte de renda: ele vive de sua invalidez. Se esta lhe for tirada, talvez ele fique totalmente desamparado; nesse meio tempo, ele esqueceu seu ofício, perdeu seus hábitos de trabalho e se acostumou à indolência, e talvez também à bebida.

Os motivos para adoecer muitas vezes começam a se fazer sentir já na infância. A menina sedenta de amor, que a contragosto partilha com seus irmãos a afeição dos pais, percebe que toda esta volta a afluir-lhe quando seu adoecimento desperta a preocupação deles. Agora ela conhece um meio de atrair o amor dos pais, e se valerá dele tão logo disponha do material psíquico para produzir uma doença. Quando essa menina se transforma em mulher e, em total

contradição com as exigências de sua infância, casa-se com um homem pouco atencioso que sufoca sua vontade, explora impiedosamente sua capacidade de trabalho e não lhe dá nem ternura nem dinheiro, a doença é a única arma que lhe resta para afirmar-se na vida. Ela lhe proporciona a ansiada consideração, força o marido a fazer sacrifícios pecuniários e a demonstrar-lhe um respeito que não teria se ela estivesse com saúde, e o obriga a tratá-la com prudência caso ela se recupere, pois do contrário poderá haver uma recaída. O caráter aparentemente objetivo e involuntário de seu estado patológico, que o médico encarregado de tratá-la por certo defenderá, possibilita esse uso oportuno, sem autocensuras conscientes, de um meio que ela constatara ser eficaz na infância.

E ainda assim essas doenças são obra da intenção! Em geral, esses estados patológicos se destinam a uma determinada pessoa, de modo que desaparecem quando ela se afasta. As opiniões mais rudes e banais sobre a natureza dos distúrbios histéricos, como as que se ouvem de parentes incultos e de enfermeiras, de certa forma são corretas. É verdade que a mulher que jaz paralisada na cama se levantaria de um salto se irrompesse um incêndio em seu quarto, e que a esposa excessivamente mimada esqueceria todos os seus sofrimentos se um filho seu adoecesse com risco de vida ou se alguma catástrofe ameaçasse a situação do lar. Todos os que assim falam dos pacientes estão certos, a não ser num único ponto: desconsideram a distinção psicológica entre consciente e inconsciente, o que talvez seja permissível quando se trata de crianças, mas com adultos já não tem cabimento. Por isso é que de nada servem todas essas afirmações de que é “apenas uma questão de vontade” e todas as exortações e insultos dirigidos ao doente. Primeiro é preciso tentar, pelas vias indiretas da análise, fazer com que a pessoa convença a si mesma da existência dessa intenção de adoecer.

Na histeria, é no combate aos motivos da doença que reside, de modo bastante geral, o ponto fraco para qualquer terapia, inclusive a psicanálise. Para o destino as coisas são mais fáceis: ele não precisa atacar a constituição ou o material patogênico do enfermo; basta-lhe eliminar o motivo de adoecimento para que o doente fique temporária ou até permanentemente livre de seu mal. Quão menor seria o número de curas milagrosas e desaparecimentos espontâneos dos sintomas que nós, os médicos, teríamos de admitir na histeria, se nos fosse dado conhecer mais amiúde os interesses vitais que os doentes nos ocultam! Ora um prazo se esgotou, ora desapareceu a consideração por alguma outra pessoa, ora uma situação foi fundamentalmente alterada por algum acontecimento externo, e eis que todo distúrbio até então pertinaz desaparece de um só golpe, de modo aparentemente espontâneo, mas, na verdade, por ter sido privado de seu motivo mais poderoso - um dos usos que tinha na vida do enfermo.

Em todos os casos plenamente desenvolvidos é provável que se encontrem motivos que sustentam a condição do doente. Mas há casos com motivos puramente internos, como, por exemplo, a autopunição, ou seja, o arrependimento e a penitência. Neles, verifica-se que a tarefa terapêutica é mais fácil de solucionar do que nos casos em que a doença se relaciona com a consecução de algum objetivo externo. No caso de Dora, esse objetivo era claramente o de sensibilizar o pai e afastá-lo da Sra. K.

Nenhum dos atos do pai parecia irritá-la tanto quanto sua presteza em tomar a cena do lago como produto da fantasia dela. Dora ficava fora de si ante a idéia de se pensar que ela simplesmente imaginara algo naquela ocasião. Durante muito tempo fiquei em apuros para adivinhar que autocensura se ocultaria por trás de sua recusa apaixonada dessa explicação. Era justificável suspeitar de que houvesse algo oculto, pois uma censura que não acerta o alvo tampouco ofende em termos duradouros. Por outro lado, cheguei à conclusão de que o relato de Dora devia corresponder à verdade em todos os aspectos. Mal ela percebera a intenção do Sr. K., não deixara que ele terminasse de falar, esbofeteara-o no rosto e se afastara às carreiras. Seu comportamento, depois que ela se foi, deve ter parecido tão incompreensível para o homem quanto para nós, pois ele já deveria ter depreendido desde muito antes, por pequenos indícios, que tinha assegurada a afeição da moça. Na discussão do segundo sonho encontraremos tanto a solução desse enigma quanto a autocensura em vão buscada no começo (ver a partir de [1]).

Como as acusações contra o pai se repetiam com cansativa monotonia e ao mesmo tempo sua tosse continuava, fui levado a achar que esse sintoma poderia ter algum significado relacionado com o pai. Além disso, as exigências que costumo fazer à explicação de um sintoma estavam longe de ser satisfeitas. Segundo uma regra que eu pudera confirmar repetidamente pela experiência mas que ainda não me atrevera a consolidar num princípio geral, o sintoma significa a representação - a realização - de uma fantasia de conteúdo sexual, isto é, uma situação sexual. Melhor dizendo, pelo menos *um* dos significados de um sintoma corresponde à representação de uma fantasia sexual, enquanto para os outros significados não se impõe tal limitação do conteúdo. Quando se empreende o trabalho psicanalítico, logo se constata que os sintomas têm mais de um significado e servem para representar simultaneamente diversos cursos inconscientes de pensamento. E eu acrescentaria que, na minha opinião, um único curso de pensamento ou fantasia inconsciente dificilmente bastará para a produção de um sintoma.

Logo surgiu uma oportunidade de atribuir à tosse nervosa de Dora uma interpretação desse tipo, mediante uma situação sexual fantasiada. Quando ela insistiu mais uma vez em que a Sra. K. só amava seu pai porque ele era “*ein vermögender Mann*” [“um homem de posses”], certos pormenores da maneira como se expressou (que omito aqui, como a maioria dos aspectos puramente técnicos da análise) levaram-me a notar que por trás dessa frase se ocultava seu oposto, ou seja, que o seu pai *era* “*ein unvermögender Mann*” [“um homem sem recursos”]. Isso só poderia ser entendido num sentido sexual - que seu pai, como homem, era sem recursos, era impotente. Depois que Dora confirmou essa interpretação com base em seu conhecimento consciente, assinalei a contradição em que ela caía quando, por um lado, continuava a insistir em que as relações do pai com a Sra. K. eram um caso amoroso corriqueiro e, por outro, asseverava que o pai era impotente e, portanto, incapaz de tirar proveito de tal relacionamento. Sua resposta mostrou que ela não precisava reconhecer a contradição. Ela sabia muito bem, disse, que há mais de uma maneira de se obter satisfação sexual. A fonte desse conhecimento, aliás, novamente lhe era inidentificável. Como lhe perguntei se ela se estava referindo ao uso de outros órgãos que não os genitais na relação sexual e ela respondeu afirmativamente, pude prosseguir dizendo que, nesse caso, ela devia estar pensando precisamente nas partes do corpo que nela se achavam em estado de irritação - a garganta e a cavidade bucal. Obviamente, ela não queria saber de seus pensamentos a tal ponto, e de fato, se era isso que possibilitava o sintoma, não poderia mesmo ser-lhe inteiramente claro. Mas era irrecusável a complementação de que, com sua tosse espasmódica - que, como de hábito, tinha por estímulo uma sensação de cócega na garganta -, ela representava uma cena de satisfação sexual *per os* entre as duas pessoas cuja ligação amorosa a ocupava tão incessantemente. Muito pouco tempo depois de ela aceitar em silêncio essa explicação, a tosse desapareceu - o que se afinava muito bem com minha visão; mas não quero atribuir um valor excessivo a essa mudança, visto que ela já se produzira tantas vezes espontaneamente.

Caso esse trechinho da análise tenha despertado no leitor médico, além do ceticismo a que ele tem direito, também estranheza, e horror, estou disposto a averiguar, neste ponto, se essas duas reações são justificáveis. A estranheza, penso eu, é motivada por minha ousadia em falar sobre coisas tão delicadas e desagradáveis com uma jovem - ou, de modo geral, com qualquer mulher sexualmente ativa. O horror sem dúvida concerne à possibilidade de que uma moça virgem possa conhecer semelhantes práticas e ocupar-se delas em sua fantasia. Em ambos os pontos eu recomendaria moderação e prudência. Não há motivos para indignação em nenhum dos dois casos. Pode-se falar com moças e mulheres sobre toda sorte de assuntos sexuais sem causar-lhes qualquer prejuízo e sem acarretar suspeitas sobre si

mesmo, desde que, em primeiro lugar, adote-se uma certa maneira de fazê-lo, e, em segundo, consiga-se despertar nelas a convicção de que isso é inevitável. Afinal, nessas mesmas condições, o ginecologista se permite submetê-las a todos os desnudamentos possíveis. A melhor maneira de falar sobre tais coisas é ser seco e direto; e ela é, ao mesmo tempo, a que mais se afasta da lascívia com que os mesmos temas são tratados na “sociedade”, com a qual as moças e mulheres estão plenamente acostumadas. Dou aos órgãos e funções do corpo seus nomes técnicos, e os comunico - refiro-me aos nomes - quando por acaso são ignorados. *J’apelle un chat un chat*. Certamente já ouvi falar de pessoas - médicos e leigos - que se escandalizam com uma terapia em que ocorrem tais conversas, e que parecem invejar a mim ou a meus pacientes pela excitação que, segundo suas expectativas, tal método deve proporcionar. Mas conheço demasiadamente bem o decoro desses senhores para me irritar com eles. Resistirei à tentação de escrever uma sátira a seu respeito. Mas há uma coisa que quero dizer: muitas vezes, depois de tratar por algum tempo de uma paciente para quem, de início, não foi fácil a franqueza nas questões sexuais, tive a satisfação de ouvi-la exclamar: “Ora, afinal, seu tratamento é muito mais decente do que a conversa do Sr. X!”

Antes de se empreender o tratamento de um caso de histeria, é preciso estar convencido da impossibilidade de evitar a menção de temas sexuais, ou pelo menos estar disposto a se deixar convencer pela experiência. A atitude correta é: “*pour faire une omelette il faut casser des oeufs*”. Os próprios pacientes são fáceis de convencer, e há inúmeras oportunidades para isso no decorrer do tratamento. Não há por que recriminar-se por falar com eles sobre os fatos da vida sexual normal ou anormal. Com um pouco de cautela, não se faz mais do que traduzir em idéias conscientes o que já se sabia no inconsciente, e toda a eficácia do tratamento se baseia em nosso conhecimento de que a ação do afeto ligado a uma idéia inconsciente é mais intensa e, como ele não pode ser inibido, mais prejudicial que a do afeto ligado a uma idéia consciente. Nunca se corre qualquer perigo de corromper uma jovem inexperiente; quando não há no inconsciente nenhum conhecimento sobre os processos sexuais, tampouco surge qualquer sintoma histérico. Quando se constata uma histeria, não há como falar em “inocência dos pensamentos” no sentido usado pelos pais e educadores. Nas crianças de dez, doze ou quatorze anos, sejam elas meninos ou meninas, pude convencer-me da confiabilidade desta afirmação, sem exceções.

Quanto à segunda reação emocional, que já não se dirige a mim e sim a minha paciente - supondo-se que minha visão dela esteja correta -, e que considera horrível o caráter perverso de suas fantasias, cabe-me frisar que não compete ao médico tal condenação apaixonada. Entre outras coisas, considero despropositado que um médico, ao escrever sobre as aberrações das pulsões sexuais, sirva-se de cada oportunidade para intercalar no

texto expressões de sua repugnância pessoal ante coisas tão revoltantes. Estamos diante de um fato, e é de se esperar que nos acostumemos a ele pondo de lado nossos próprios gostos. Precisamos aprender a falar sem indignação sobre o que chamamos de perversões sexuais - essas transgressões da função sexual tanto na esfera do corpo quanto na do objeto sexual. Já a indefinição dos limites do que se deve chamar de vida sexual normal nas diferentes raças e épocas deveria arrefecer tal ardor fanático. Tampouco nos devemos esquecer de que a perversão que nos é mais repelente, o amor sensual de um homem por outro, não só era tolerada num povo culturalmente tão superior a nós quanto os gregos, como também lhe eram atribuídas entre eles importantes funções sociais. Na vida sexual de cada um de nós, ora aqui, ora ali, todos transgredimos um pouquinho os estreitos limites do que se considera normal. As perversões não são bestialidades nem degenerações no sentido patético dessas palavras. São o desenvolvimento de germes contidos, em sua totalidade, na disposição sexual indiferenciada da criança, e cuja supressão ou redirecionamento para objetivos assexuais mais elevados - sua "sublimação" - destina-se a fornecer a energia para um grande número de nossas realizações culturais. Portanto, quando alguém *se torna* grosseira e manifestamente pervertido, seria mais correto dizer que *permaneceu* como tal, pois exemplifica um estágio de *inibição do desenvolvimento*. Todos os psiconeuróticos são pessoas de inclinações perversas fortemente acentuadas, mas recalçadas e tornadas inconscientes no curso de seu desenvolvimento. Por isso suas fantasias inconscientes exibem um conteúdo idêntico ao das ações documentadas nos perversos, mesmo que eles não tenham lido a *Psychopathia Sexualis* de Krafft-Ebing, livro a que as pessoas ingênuas atribuem uma parcela tão grande de culpa na gênese das tendências perversas. As psiconeuroses são, por assim dizer, o negativo das perversões. Nos neuróticos, a constituição sexual, na qual está contida a expressão da hereditariedade, atua em combinação com as influências acidentais de sua vida que possam perturbar o desenvolvimento da sexualidade normal. O curso d'água que encontra um obstáculo em seu leito reflui para leitos antigos que antes pareciam destinados a permanecer secos. As forças impulsoras da formação dos sintomas histéricos não provêm apenas da sexualidade *normal* recalçada, mas também das moções perversas inconscientes.

As menos chocantes dentre as chamadas perversões sexuais são amplamente difundidas por toda a população, como sabe todo o mundo, exceto os médicos que escrevem sobre o assunto. Ou melhor, esses autores também sabem, só que se empenham em esquecê-lo no momento em que tomam da pena para escrever a respeito. Portanto, não surpreende que nossa histórica de quase dezenove anos soubesse da existência desse tipo de relação sexual (sucção do órgão masculino), criasse uma fantasia inconsciente dessa natureza e a expressasse através da sensação de cócega na garganta e da tosse. Tampouco seria

assombroso que ela chegasse a tal fantasia mesmo sem contar com qualquer esclarecimento externo, como pude comprovar com certeza em outras pacientes. É que, no caso dela, um fato digno de nota proporcionava a condição somática para tal criação independente de uma fantasia que coincide com a prática dos perversos. Ela lembrava muito bem de ter sido, na infância, uma “chupadora de dedo”. O pai também se recordava de tê-la feito abandonar esse hábito, que persistira até os quatro ou cinco anos de idade. A própria Dora tinha clara na memória a imagem de uma cena de sua tenra infância em que, sentada num canto do assoalho, ela chupava o polegar esquerdo, enquanto com a mão direita puxava o lóbulo da orelha do irmão, sentado quieto a seu lado. Essa é a forma completa da autogratificação pelo ato de chupar, tal como também me foi descrita por outras pacientes que depois se tornaram anestésicas e histéricas.

Uma dessas pacientes deu-me uma informação que esclarece perfeitamente a origem desse estranho hábito. Essa jovem senhora, que nunca deixara o hábito de chupar o dedo, via-se numa lembrança de infância, supostamente da primeira metade de seu segundo ano de vida, mamando no seio de sua ama e, ao mesmo tempo, puxando-lhe ritmicamente o lóbulo da orelha. Ninguém há de contestar, penso eu, que a membrana mucosa dos lábios e da boca pode ser considerada como uma zona erógena primária, já que parte dessa significação é ainda preservada no beijo tido como normal. A intensa atividade dessa zona erógena em idade precoce constitui, portanto, a condição para a complacência somática posterior do trato da membrana mucosa que começa nos lábios. Se depois, numa época em que já se conhece o objeto sexual propriamente dito, o membro masculino, surgem circunstâncias que tornam a aumentar a excitação da zona da boca, que preservou seu caráter erógeno, não é preciso um grande dispêndio de força criadora para substituir, na situação de satisfação, o mamilo originário e o dedo que fazia as vezes dele pelo objeto sexual atual, o pênis. Assim, essa fantasia perversa e sumamente escandalosa de chupar o pênis tem a mais inocente das origens; é a nova versão do que se pode chamar de impressão pré-histórica de sugar o seio da mãe ou da ama - uma impressão comumente revivida no contato com crianças que estejam sendo amamentadas. Na maioria das vezes, o úbere da vaca serve de representação intermediária adequada entre o mamilo e o pênis.

A recém-mencionada interpretação do sintoma da garganta de Dora também pode dar margem a outra observação. Pode-se perguntar de que modo essa situação sexual fantasiada se harmoniza com nossa outra explicação, a saber, a de que o aparecimento e desaparecimento das manifestações patológicas refletia a presença e ausência do homem amado, e, portanto, no tocante à conduta da Sra. K., expressava o seguinte pensamento: “Se

eu fosse mulher dele, eu o amaria de maneira muito diferente; adoeceria (de saudade, digamos) quando ele estivesse fora e ficaria curada (de alegria) quando voltasse para casa.” A isso devo responder, por minha experiência na resolução dos sintomas histéricos, que não é necessário que os diversos significados de um sintoma sejam compatíveis entre si, ou seja, que se complementem num todo articulado. Basta que a interarticulação seja constituída pelo tema que deu origem às diversas fantasias. Em nosso caso, além disso, tal compatibilidade não está excluída; um dos dois significados se relaciona mais com a tosse, e o outro, com a afonia e o caráter cíclico do distúrbio. Uma análise mais acurada provavelmente permitiria reconhecer um número muito maior de elementos anímicos nos pormenores da enfermidade.

Já constatamos que, com bastante regularidade, um sintoma corresponde *simultaneamente* a diversos significados; acrescentemos agora que também pode expressar diversos significados *sucessivamente*. No decorrer dos anos, um sintoma pode alterar um de seus significados ou seu sentido principal, ou então o papel principal pode passar de um significado para outro. Há como que um traço conservador no caráter das neuroses: uma vez formado, se possível, o sintoma é preservado, mesmo que o pensamento inconsciente que nele encontrou expressão tenha perdido seu significado. Mas também é fácil explicar mecanicamente essa tendência à conservação do sintoma: é tão difícil a produção de um sintoma dessa natureza, são tantas as condições favorecedoras necessárias à transposição de uma excitação puramente psíquica para o corporal - isso que denominei de “conversão” -, e é tão raro dispor-se da complacência somática necessária à conversão, que o impulso para a descarga da excitação vinda do inconsciente utiliza, tanto quanto possível, qualquer via de descarga já transitável. Muito mais fácil do que criar uma nova conversão parece ser a produção de vínculos associativos entre um novo pensamento carente de descarga e o antigo, que já não precisa dela. Pela via assim facilitada flui a excitação da nova fonte excitante para o antigo ponto de descarga, e o sintoma se assemelha, segundo as palavras do Evangelho, a um odre velho repleto de vinho novo. Por estas observações, a parte somática do sintoma histérico parece ser a mais estável e a mais difícil de substituir, enquanto a psíquica se afigura como o elemento mais variável e mais facilmente substituível. Todavia, não se deve pretender inferir dessa relação nenhuma hierarquia entre os dois elementos. Para a terapia psíquica, a parte psíquica é sempre a mais significativa.

No caso de Dora, a incessante repetição dos mesmos pensamentos sobre as relações entre seu pai e a Sra. K. possibilitou extrair da análise um outro material ainda mais importante.

Uma seqüência de pensamentos como essa pode ser descrita como hiperintensa, ou melhor, *reforçada ou hipervalente* [“*überwertig*”] na acepção de Wernicke [1900, 140]. Ela mostra seu caráter patológico, a despeito do conteúdo aparentemente correto, pela peculiaridade singular de que, por maiores que sejam os esforços de pensamento conscientes e voluntários da pessoa, não se pode dissipá-la ou eliminá-la. Uma seqüência normal de pensamentos, por mais intensa que seja, acaba podendo ser eliminada. Dora achava, com toda razão, que seus pensamentos sobre o pai reclamavam um julgamento especial. “Não consigo pensar em outra coisa”, queixava-se ela repetidamente. “Meu irmão me diz que nós, os filhos, não temos o direito de criticar esses atos do papai, que não nos devemos preocupar com isso, e que talvez devamos até alegrar-nos por ele ter encontrado uma mulher a quem pode se afeiçoar, já que mamãe o compreende tão pouco. Também vejo isso, e gostaria de pensar como meu irmão, mas não posso. Não posso perdô-lo.”

Ora, que fazer diante de tal pensamento hipervalente, depois de se tomar conhecimento de sua fundamentação consciente, bem como dos protestos ineficazes feitos contra ele? Diz-se que essa *seqüência hiperintensa de pensamentos deve seu reforço ao inconsciente*. Ela é impossível de resolver pelo trabalho do pensamento, seja porque suas raízes chegam até o material inconsciente, recalçado, seja porque outro pensamento inconsciente se oculta por trás dela. Este último é, na maioria das vezes, seu oposto direto. Os opostos sempre estão estreitamente interligados e, muitas vezes, separam-se em duplas de tal maneira, que *um pensamento é consciente com hiperintensidade, enquanto sua contrapartida é recalçada e inconsciente*. Essa relação entre os dois pensamentos é um efeito do processo de recalçamento. Com efeito, o recalçamento muitas vezes se efetua por meio de um reforço excessivo do oposto do pensamento a ser recalçado. A esse processo *chamo reforço reativo*, e designo por *pensamento reativo* o pensamento que se afirma na consciência com hiperintensidade e que, à maneira de um preconceito, mostra-se indestrutível. Os dois pensamentos comportam-se então entre si como as duas agulhas de um galvanômetro estático. O pensamento reativo mantém o pensamento objetável sob recalçamento por meio de um certo excesso de intensidade, mas, em vista disso, ele próprio fica “amortecido” e invulnerável aos esforços conscientes do pensamento. Portanto, a maneira de retirar o reforço do pensamento hiperintensificado consiste em tornar consciente seu oposto recalçado.

Não devemos excluir a expectativa de encontrar casos que não apresentam apenas um desses fundamentos da hipervalência, mas sim a concorrência de ambos. Podem ainda surgir outras complicações, mas é fácil articulá-las com o esquema geral.

Apliquemos agora nossa teoria ao exemplo fornecido pelo caso de Dora. Começaremos pela primeira hipótese, ou seja, de que a raiz de sua preocupação obsessiva com as relações entre seu pai e a Sra. K. lhe era desconhecida por situar-se no inconsciente. Não é difícil adivinhar a natureza dessa raiz a partir da situação e das manifestações de Dora. Seu comportamento obviamente ia muito além da esfera de interesse de uma filha; ela se sentia e agia mais como uma esposa ciumenta, como se consideraria compreensível em sua mãe. Por sua exigência ao pai (“ou ela ou eu”), pelas cenas que costumava criar e pela ameaça de suicídio que deixou entrever, é evidente que ela se estava colocando no lugar da mãe. E se adivinhamos com acerto a fantasia de situação sexual subjacente a sua tosse, nessa fantasia ela deveria estar-se colocando no lugar da Sra. K. Portanto, identificava-se com as duas mulheres, a que o pai amara um dia e a que amava agora. É óbvia a conclusão que sua inclinação pelo pai era muito maior do que ela sabia ou estava disposta a admitir, ou seja, que estava apaixonada por ele.

Aprendi a ver nessas relações amorosas inconscientes entre pai e filha ou entre mãe e filho, conhecidas por suas conseqüências anormais, uma revivificação de germes dos sentimentos infantis. Expus em outros lugares em que tenra idade a atração sexual se faz sentir entre pais e filhos, e mostrei que a lenda de Édipo provavelmente deve ser considerada como a elaboração poética do que há de típico nessas relações. É provável que se encontre na maioria dos seres humanos um traço nítido dessa inclinação precoce da filha pelo pai e do filho pela mãe, e deve-se presumir que ela seja mais intensa, já desde o início, no caso das crianças constitucionalmente destinadas à neurose, que têm amadurecimento precoce e são famintas de amor. Entram então em jogo certas influências que não abordaremos aqui e que levam à fixação desse impulso amoroso rudimentar, ou que o reforçam de tal modo que ele se transforma, ainda na infância ou, no máximo, na puberdade, em algo equiparável a uma inclinação sexual e que, como esta, tem a libido a seu dispor. As circunstâncias externas de nossa paciente não eram nada desfavoráveis a tal suposição. Sua predisposição sempre a atraía para o pai, e as numerosas doenças deste não de ter forçosamente aumentado sua ternura por ele. Em muitas dessas doenças, ele não permitia que ninguém senão ela lhe prestasse os pequenos serviços que seu tratamento requeria; orgulhoso do desenvolvimento precoce da inteligência dela, ele a tornara, ainda criança, sua confidente. Com o aparecimento da Sra. K., na verdade não foi a mãe, e sim ela, que foi

desalojada de mais de uma posição.

Quando comuniquei a Dora que só me era possível supor que sua inclinação pelo pai, já em época precoce, deveria ter tido o caráter de um completo enamoramento, é verdade que ela me deu sua resposta corriqueira: “Não me lembro disso.” Logo em seguida, porém, contou-me algo análogo sobre uma prima de sete anos (por parte da mãe), em quem ela freqüentemente julgava ver uma espécie de reflexo de sua própria infância. Essa menina tornara a testemunhar uma discussão acalorada entre os pais e sussurrou no ouvido de Dora, que acabava de chegar para uma visita: “Você não pode imaginar como odeio essa pessoa!” (apontando para a mãe) “E um dia, quando ela morrer, vou me casar com papai.” Costumo ver nessas associações, que trazem à tona algo que concorda com o conteúdo de uma afirmação minha, uma confirmação vinda do inconsciente. Nenhuma outra espécie de “sim” pode ser extraída do inconsciente; não existe, em absoluto, um “não” inconsciente.

Por anos a fio Dora não externalizara essa paixão pelo pai; ao contrário, manteve-se por muito tempo na mais cordial harmonia com a mulher que a suplantara junto a ele e, como sabemos através de suas autocensuras, ainda facilitou as relações dessa mulher com seu pai. Esse amor pelo pai, portanto, fora recentemente reavivado e, sendo esse o caso, podemos perguntar-nos com que finalidade isso ocorreu. Obviamente, como sintoma reativo para suprimir alguma outra coisa que, por conseguinte, ainda era poderosa no inconsciente. Considerando a situação, não pude deixar de supor, em primeiro lugar, que o suprimido era seu amor pelo Sr. K. Foi-me forçoso presumir que ela ainda estava apaixonada por ele, mas que desde a cena do lago, por motivos desconhecidos, seu amor tropeçava numa violenta resistência, que a moça retomara e reforçara sua velha afeição pelo pai para não ter de notar nada em sua consciência sobre esse amor dos primeiros anos de sua adolescência, que agora se tornara penoso para ela. Assim pude também discernir um conflito que muito se prestava para desorganizar a vida anímica da moça. Por um lado, muito a consternava ter de rejeitar a proposta desse homem e ela sentia muita saudade da pessoa dele e de todos os pequenos sinais de sua afeição; por outro lado, esses impulsos de ternura e saudade eram combatidos por motivos poderosos, dentre os quais era fácil perceber seu orgulho. Desse modo, ela conseguiu convencer-se de que havia rompido com o Sr. K. - era esse o lucro que retirava desse processo típico de recalçamento -, mas, ainda assim, era obrigada a recorrer a sua afeição infantil pelo pai e a exagerá-la, para se proteger do enamoramento que assediava constantemente sua consciência. O fato de ela ser quase incessantemente dominada pelo mais amargo ciúme parecia ainda admitir mais uma determinação.

Não trouxe nenhum desapontamento para minhas expectativas que essa exposição dos fatos provocasse em Dora a mais enfática negativa. O “não” ouvido do paciente depois de se apresentar pela primeira vez um pensamento recalcado à sua percepção consciente não faz senão constatar a existência de um recalco e sua firmeza; serve, por assim dizer, para medir a força deste. Quando esse “não”, em vez de ser considerado como expressão de um juízo imparcial (do qual, por certo, o doente não é capaz), é ignorado, dando-se prosseguimento ao trabalho, logo aparecem as primeiras provas de que, nesses casos, o “não” significa o desejado “sim”. Dora admitiu que não conseguia ficar tão zangada com o Sr. K. quanto ele merecia. Contou-me que um dia o encontrara na rua quando estava em companhia de uma prima que não o conhecia. A prima exclamara repentinamente: “Dora, o que há com você? Você ficou pálida como um cadáver!” Ela própria não sentira nada dessa alteração, mas expliquei-lhe que a fisionomia e a expressão dos afetos obedecem mais ao inconsciente do que ao consciente e são traiçoeiras para o primeiro. De outra feita, Dora apareceu-me no pior mau humor, depois de vários dias em que estivera sempre no melhor dos ânimos. Não soube explicá-lo; estava muito contrariada, declarou; era aniversário de seu tio e ela não se animava a cumprimentá-lo, não sabia por quê. Minha arte interpretativa estava embotada nesse dia; deixei que ela continuasse falando e, de repente, ela se lembrou de que era também aniversário do Sr. K., fato este que não deixei de aproveitar contra ela. Já então não foi difícil explicar por que os lindos presentes que ela ganhara em seu aniversário, alguns dias antes, não lhe trouxeram nenhuma alegria. É que faltava um presente, o do Sr. K., que obviamente fora antes o mais precioso de todos.

Não obstante, Dora continuou por algum tempo a negar minha afirmação, até que, próximo do término da análise, a prova conclusiva de sua exatidão veio à tona (ver em [1]).

Devo agora considerar uma outra complicação a que certamente não daria espaço, fosse eu um escritor empenhado na criação de um espaço anímico desse tipo para um conto, e não um médico empenhado em sua dissecação. O elemento que apontarei agora só serve para turvar e confundir a beleza e a poesia do conflito que pudemos supor em Dora; ele é justificadamente sacrificado pela censura do escritor, que sem dúvida simplifica e abstrai quando faz as vezes de psicólogo. Mas no fundo da realidade, que me esforço por retratar aqui, a regra é a complicação dos motivos, a acumulação e a combinação das moções anímicas - em suma, a sobredeterminação. Por trás da seqüência hipervalente de pensamentos que se ocupavam com as relações entre o pai de Dora e a Sra. K. ocultava-se,

de fato, um impulso de ciúme cujo objeto era essa mulher - ou seja, um impulso que só se poderia fundamentar numa inclinação para o mesmo sexo. Há muito se sabe e já se tem assinalado que, na puberdade, com freqüência, tanto os meninos quanto as meninas, mesmo nos casos normais, mostram claros indícios da existência de uma inclinação para pessoas do mesmo sexo. A amizade entusiástica por uma colega de escola, acompanhada de juras, beijos, promessas de correspondência eterna e toda a sensibilidade do ciúme, é o precursor comum da primeira paixão intensa de uma moça por um homem. Em circunstâncias favoráveis, a corrente homossexual amiúde seca por completo, mas, quando não se é feliz no amor por um homem, ela torna a ser despertada pela libido nos anos posteriores e é aumentada em maior ou menor intensidade. Se nas pessoas sadias isso pode ser confirmado sem esforço e se levarmos em conta nossas observações anteriores (ver em [1] e [2]) sobre o maior desenvolvimento, nos neuróticos, dos germes normais da perversão, devemos também esperar, na constituição destes, uma predisposição homossexual mais forte. E deve ser assim, pois até hoje nunca passei por uma só psicanálise de um homem ou de uma mulher sem ter de levar em conta uma corrente homossexual bastante significativa. Nas mulheres e moças histéricas cuja libido sexual voltada para o homem é energicamente suprimida, constata-se com regularidade que a libido dirigida para as mulheres é vicariamente reforçada e até parcialmente consciente.

Não continuarei abordando aqui esse importante tema, particularmente indispensável ao entendimento da histeria masculina, porque a análise de Dora terminou antes que pudesse lançar luz sobre essas circunstâncias. Mas convém lembrar a já citada governanta (ver em [1]) com quem, a princípio, Dora conviveu na mais íntima troca de idéias até descobrir que ela não a apreciava nem a tratava bem por sua própria causa, e sim por causa de seu pai, e então obrigá-la a deixar a casa. Dora também costumava repisar com notável freqüência e com ênfase peculiar a história de uma outra desavença que até mesmo a ela parecia inexplicável. Sempre se dera particularmente bem com sua segunda prima, a mesma que depois ficou noiva (ver em [1]), partilhando com ela toda sorte de segredos. Na primeira vez em que o pai voltou a B depois do passeio interrompido no lago, e Dora naturalmente se recusou a acompanhá-lo, pediram a essa prima que viajasse com ele, e ela aceitou. Daí em diante, Dora sentira frieza em relação a ela, e se surpreendia, ela própria, ao verificar o quanto a outra lhe era agora indiferente, por mais que, como admitia, não pudesse fazer à prima nenhuma grande censura. Essas susceptibilidades levaram-me a perguntar quais tinham sido suas relações com a Sra. K. até a época do rompimento. Inteirei-me, então, de que a jovem mulher e a menina apenas adolescente tinham vivido durante anos na mais estreita intimidade. Quando Dora se hospedava com os K., costumava partilhar o quarto com a Sra. K., sendo o marido desalojado. Dora era a confidente e conselheira da mulher em todas as dificuldades de sua vida conjugal; não havia nada de que não conversassem. Medéia ficou muito contente em ver Creusa tornar-se amiga de seus dois filhos, e também não fez nada para estorvar o relacionamento entre a moça e o pai das crianças. Como foi que

Dora conseguiu apaixonar-se pelo homem sobre quem sua adorada amiga tinha tantas coisas ruins a dizer constitui um interessante problema psicológico, sem dúvida solucionável quando compreendermos que, no inconsciente, os pensamentos vivem muito comodamente lado a lado, e até os opostos se toleram sem antagonismo - um estado de coisas que, com bastante freqüência, persiste até mesmo no consciente.

Quando Dora falava sobre a Sra. K., costumava elogiar seu “adorável corpo alvo” num tom mais apropriado a um amante do que a uma rival derrotada. Noutra ocasião, mais triste do que com raiva, ela me disse estar convencida de que os presentes que o pai lhe oferecia eram escolhidos pela Sra. K., pois reconhecia seu gosto. De outra feita ainda, ela assinalou que a haviam presenteado, evidentemente por intervenção da Sra. K., com algumas jóias que eram exatamente idênticas às que vira na casa dela, expressando então em voz alta o desejo de possuí-las. Na verdade, devo dizer que nunca ouvi dela uma só palavra áspera ou irada sobre essa mulher, embora, do ponto de vista de seus pensamentos hipervalentes, devesse ver nela a principal causadora de suas desventuras. Dora parecia comportar-se de maneira inconseqüente, mas sua aparente inconseqüência era justamente a expressão de uma corrente complicadora de sentimentos. De fato, como se comportara para com Dora essa amiga tão entusiasticamente amada? Depois que Dora formulou sua acusação contra o Sr. K e seu pai escreveu para ele pedindo-lhe uma explicação, o Sr. K. respondeu, inicialmente, protestando a mais alta estima por ela e se oferecendo para ir até a cidade industrial a fim de esclarecer todos os mal-entendidos. Passadas algumas semanas, quando o pai de Dora falou com ele em B , já não se tocou mais na estima. Ao contrário, o Sr. K. depreciou a moça e jogou seu trunfo: uma moça que lia tais livros e se interessava por aquelas coisas não podia ter nenhuma pretensão ao respeito de um homem. A Sra. K., portanto, a havia traído e caluniado, pois somente com ela é que Dora falara sobre Mantegazza e sobre temas proibidos. Era uma repetição do que acontecera com a governanta: a Sra. K. também não a amara por ela mesma, e sim por causa do pai. Ela a havia sacrificado sem um momento de hesitação para que seu relacionamento com o pai de Dora não fosse perturbado. Essa ofensa talvez a tenha tocado mais de perto e tido maior efeito patogênico do que a outra com que ela tentou encobri-la, ou seja, a de ter sido sacrificada pelo pai. Acaso a amnésia tão obstinadamente perseverante a respeito das fontes de seu conhecimento proibido (ver em [1] e [2]) não apontaria diretamente para o valor emocional da acusação que lhe foi feita e, por conseguinte, para sua traição pela amiga?

Creio não estar errado, portanto, em supor que a seqüência hipervalente de pensamentos de Dora, que a fazia ocupar-se das relações entre seu pai e a Sra. K., destinava-se não apenas a suprimir seu amor pelo Sr. K., que antes fora consciente, mas também a ocultar o

amor pela Sra. K., que era inconsciente num sentido mais profundo. A seqüência hipervalente de pensamentos era diretamente oposta a esta última corrente. Dora dizia a si mesma incessantemente que seu pai a sacrificara a essa mulher, fazia demonstrações ruidosas de que a invejava pela posse do pai e, dessa maneira, ocultava de si mesma o oposto que: invejava o pai pelo amor da Sra. K. e que não perdoava à mulher amada a desilusão que ela lhe causara com sua traição. A moção de ciúme feminino estava ligada, no inconsciente, ao ciúme que um homem sentiria. Essas correntes de sentimentos masculinos, ou, melhor dizendo, *ginecofílicos*, devem ser consideradas típicas da vida amorosa inconsciente das moças histéricas.

O PRIMEIRO SONHO

Justamente no momento em que havia perspectivas de esclarecer um ponto obscuro da infância de Dora através do material que se impunha à análise, ela me informou que, algumas noites antes, voltara a ter um sonho que já lhe ocorrera repetidas vezes exatamente da mesma maneira. Um sonho periodicamente repetido, já por essa simples característica, estava fadado a despertar minha curiosidade; e de fato, era justificável, no interesse do tratamento, considerar o entrelaçamento desse sonho na trama da análise. Resolvi, portanto, proceder a uma investigação particularmente cuidadosa.

Eis o sonho, tal como Dora o relatou: *“Uma casa estava em chamas. Papai estava ao lado da minha cama e me acordou. Vesti-me rapidamente. Mamãe ainda queria salvar sua caixa de jóias, mas papai disse: ‘Não quero que eu e meus dois filhos nos queimemos por causa da sua caixa de jóias.’ Descemos a escada às pressas e, logo que me vi do lado de fora, acordei.”*

Como se tratava de um sonho recorrente, naturalmente lhe perguntei quando o tivera pela primeira vez. Não sabia dizer. Mas se recordava de ter tido o sonho três noites sucessivas em L (o lugar no lago onde ocorrera a cena com o Sr. K.), e agora voltara a tê-lo algumas noites atrás, aqui [em Viena]. Naturalmente, a ligação assim estabelecida entre o sonho e os

acontecimentos de L aumentou minhas expectativas a respeito de sua solução. Mas primeiro eu queria descobrir qual fora o motivo de sua recente repetição, e, por conseguinte, pedi a Dora, que por alguns pequenos exemplos antes analisados já estava instruída na interpretação dos sonhos, que decompusesse o sonho e me comunicasse o que lhe ocorria a propósito dele.

- “Ocorre-me uma coisa”, disse ela, “mas não pode ter nenhuma relação com isso, porque é muito recente, ao passo que sem dúvida eu já tivera o sonho antes.”

- Não tem importância, vá em frente - respondi; - é justamente a última coisa que se adequa ao sonho.

- “Está bem; nesses últimos dias papai teve uma discussão com mamãe porque ela tranca a sala de jantar à noite. É que o quarto de meu irmão não tem entrada independente, e só se pode chegar a ele pela sala de jantar. Papai não quer que meu irmão fique trancado assim à noite. Diz ele que isso não é bom; pode acontecer alguma coisa durante a noite que torne necessário sair.”

- E isso a fez pensar no risco de um incêndio?

- “Sim”.

- Bem, peço-lhe que preste muita atenção a suas próprias expressões. Talvez precisemos delas. Você disse que *“pode acontecer alguma coisa durante a noite que torne necessário sair.”*

Dora, porém, descobrira agora o vínculo entre a causa recente e a causa original do sonho, pois prosseguiu:

- “Quando chegamos a L naquela ocasião, papai e eu, ele manifestou abertamente sua angústia diante da possibilidade de um incêndio. Chegamos em meio a uma violenta tempestade e vimos que a casinha de madeira não tinha pára-raios. Logo, a angústia era muito natural.”

Cabia-me agora estabelecer a relação entre os acontecimentos em L e os sonhos do mesmo teor que ela tivera nessa época. Assim, perguntei: Você teve o sonho nas primeiras noites em L ou nas últimas, antes de sua partida? Quer dizer, antes ou depois da conhecida cena no bosque? (De fato, eu sabia que a cena não ocorrera logo no primeiro dia, e que depois disso ela ainda permanecera alguns dias em L sem deixar transparecer nenhum indício do incidente.)

Sua primeira resposta foi “Não sei”, mas, passados alguns momentos, acrescentou: “Mas creio que foi depois.”

Portanto, agora eu sabia que o sonho fora uma reação àquela experiência. Mas por que se repetira ali três vezes? Continuei perguntando: Quanto tempo você ainda ficou em L depois da cena?

- “Mais quatro dias, e no quinto fui embora com papai.”

- Agora tenho certeza de que o sonho foi o efeito imediato de sua experiência com o Sr. K. Foi em L que você teve o sonho pela primeira vez, e não antes. Você introduziu essa incerteza na lembrança apenas para obliterar em si mesma a ligação. Mas para mim, os números ainda não se ajustam muito. Se você ainda ficou em L mais quatro noites, poderia ter tido o sonho mais quatro vezes. Será que foi isso?

Ela não contradisse mais minha afirmação, porém, ao invés de responder a minha pergunta, prossegiu: “Na tarde seguinte ao nosso passeio pelo lago, do qual o Sr. K. e eu voltamos ao meio-dia, eu tinha-me recostado no sofá do quarto, como de costume, para dormir um pouco. De repente, acordei e vi o Sr. K. parado em frente a mim...”

- Quer dizer, tal como você viu seu pai no sonho ao lado de sua cama?

- “Foi. Mandei que ele explicasse o que estava procurando ali. Como resposta, ele disse que não ia deixar de entrar no seu próprio quarto quando quisesse; além disso, queria apanhar alguma coisa. Com isso, fiquei prevenida, perguntei à Sra. K. se não havia uma chave do quarto e, na manhã seguinte (no segundo dia), tranquei-me enquanto fazia minha toalete. À tarde, quando quis me trancar para deitar de novo no sofá, a chave tinha sumido. Estou convencida de que o Sr. K. a havia retirado.”

Aí está, portanto, o tema de trancar ou não o quarto, que surgiu na primeira associação ao sonho e que, casualmente, também desempenhou um papel na causa recente do sonho. Pertenceria também a esse contexto a frase “*Vestia-me rapidamente*”?

- “Foi então que resolvi não ficar mais na casa dos K. na ausência do papai. Nas manhãs seguintes, eu não podia deixar de temer que o Sr. K. me surpreendesse enquanto fazia minha toalete, e *por isso sempre me vestia muito rapidamente*. É que papai ficava no hotel, e a Sra. K. sempre saía cedo para fazer alguma excursão com ele. Mas o Sr. K. não voltou a me importunar.”

- Compreendo. Na tarde do segundo dia, você formou o propósito de escapar dessas perseguições, e então, na segunda, terceira e quarta noites depois da cena no bosque, teve tempo de repetir esse propósito enquanto dormia. (Já na segunda tarde - antes do sonho, portanto, - você sabia que na manhã seguinte, a terceira, não teria a chave para se trancar enquanto se vestia, e pôde então formar o propósito de se vestir o mais depressa possível.) Mas seu sonho se repetia todas as noites justamente por corresponder a um *propósito*. O propósito persiste até ser realizado. Você como que disse a si mesma: “Não terei tranqüilidade, não poderei ter um sono tranqüilo enquanto não estiver fora desta casa.” É o inverso disso que você diz no sonho: “*Logo que me vi do lado de fora, acordei.*”

Interrompo aqui o relato da análise para comparar esse pequeno fragmento de interpretação dos sonhos com minhas teses gerais sobre o mecanismo da formação dos sonhos. Em meu livro *A Interpretação dos Sonhos* (1900a), afirmei que todo sonho é um desejo que se representa como realizado, que a representação é encobridora quando se trata

de um desejo recalcado, que pertence ao inconsciente, e que, salvo no caso dos sonhos das crianças, só o desejo inconsciente ou um desejo que chegue até o inconsciente possui a força para formar um sonho. Creio que minha teoria conseguiria com mais certeza obter aceitação geral se eu me tivesse contentado com a afirmação de que todo sonho tem um sentido possível de ser descoberto mediante um certo processo de interpretação. Uma vez completa a interpretação, poder-se-ia substituir o sonho por pensamentos que se enquadrariam na vida anímica de vigília num ponto facilmente reconhecível. E teria então podido prosseguir dizendo que esse sentido do sonho é tão diversificado quanto os processos de pensamento da vigília. Numa ocasião se trataria de um desejo realizado, noutra, de um temor realizado, noutra ainda, de uma reflexão prosseguida durante o sono, ou de um propósito (como no sonho de Dora), de um fragmento de produção mental durante o sono etc. Essa exposição sem dúvida teria sido atraente por sua simplicidade, e poderia ter-se apoiado num grande número de exemplos bem interpretados, como no caso do sonho aqui analisado.

Em vez disso, formulei uma tese geral que restringe o sentido dos sonhos a uma única forma de pensamento - a representação de desejos -, e assim provoquei a inclinação universal à discordância. Devo dizer, porém, que não me achei no direito ou no dever de simplificar um processo psicológico para torná-lo mais agradável aos leitores, quando minha investigação mostrava nele uma complicação cuja solução, para ser homogênea, teria primeiro de ser encontrada em outro lugar. Por isso, tem para mim um valor especial demonstrar que as aparentes exceções, como esse sonho de Dora, que a princípio se afigurou como a continuação de um propósito diurno durante o sono, não fazem senão corroborar novamente a regra contestada. (Ver a partir de [1])

Certamente, temos ainda uma grande parte do sonho por interpretar. Minhas perguntas prosseguiram:

- Como é isso da caixa de jóias que sua mãe queria salvar?
- “Mamãe gosta muito de jóias e ganhou várias do papai.”
- E você?
- “Eu também gostava muito de jóias antes; desde a doença não tenho usado nenhuma. Um

dia, faz uns quatro anos (um ano antes do sonho), houve uma grande discussão entre papai e mamãe por causa de uma jóia. Mamãe queria para ela algo especial, umas gotas de pérolas [*Tropfen von Perlen*] para usar como pingentes nas orelhas. Mas papai não gostava disso e, em vez das gotas, trouxe-lhe uma pulseira. Ela ficou furiosa e disse que, já que ele tinha gasto tanto dinheiro num presente de que ela não gostava, melhor seria que o desse a outra pessoa.”

- E você terá pensado que o aceitaria com prazer?

- “Não sei, não tenho a menor idéia de como mamãe entra no sonho; ela não estava conosco em L nessa época.”

- Depois lhe explicarei isso. Não lhe ocorre nada mais sobre a caixa de jóias [*Schmuckkästchen*]? Até agora, você só falou sobre as jóias [*Schmuck*], e nada sobre a caixinha [*Kästchen*].

- “Sim, o Sr. K. me presenteara pouco tempo antes com uma caixinha de jóias dispendiosa.”

- Então seria muito apropriado retribuir o presente. Talvez você não saiba que “caixa de jóias” é uma expressão muito apreciada para a mesma coisa a que você aludiu, não faz muito tempo, com a bolsinha que estava usando: os genitais femininos.

- “Sabia que o senhor ia dizer isso.”

- Ou seja, você *sabia* disso... Agora o sentido do sonho está ficando ainda mais claro. Você disse a si mesma: esse homem está me perseguindo; quer forçar a entrada em meu quarto, minha “caixa de jóias” está em perigo e, se acontecer alguma desgraça, a culpa é do papai. Foi por isso que escolheu, no sonho, uma situação que expressa o oposto, um perigo de que seu pai a salva. Nessa parte do sonho, em geral, tudo está transformado em seu oposto; você logo saberá por quê. O mistério certamente reside em sua mãe. Como é que a mamãe entra no sonho? Ela é, como você sabe, sua rival anterior nos favores de seu pai. No episódio da pulseira, você teria aceito de bom grado o que sua mãe rejeitou. Agora, vamos substituir “aceitar” por “dar” e “rejeitar” por “recusar”. Isso quer dizer, então, que você estaria disposta a dar a seu pai o que sua mãe lhe recusava, e a coisa que se trata teria a ver com uma jóia. Pois bem, lembre-se agora da caixa de jóias que o Sr. K. lhe deu. Você tem aí o ponto de partida para uma seqüência paralela de pensamentos, na qual seu pai deve ser substituído pelo Sr. K., tal como aconteceu na situação de ele estar em frente a sua cama. Ele lhe deu uma caixa de jóias e, portanto, você tem de presenteá-lo com sua caixa de jóias; por

isso falei há pouco em “retribuição do presente”. Nessa seqüência de pensamentos, sua mãe deve ser substituída pela Sra. K., que estava presente, ela sim, naquela ocasião. Logo, você está disposta a dar ao Sr. K. o que a mulher dele lhe recusa. Aí está o pensamento que você teve de recalcar com tanto esforço e que tornou necessária a transformação de todos os elementos em seu oposto. O sonho torna a corroborar o que eu já lhe tinha dito antes de você sonhá-lo: que você está evocando seu antigo amor por seu pai para se proteger de seu amor pelo Sr. K. Mas, o que mostram todos esses esforços? Não só que você temeu o Sr. K., mas que temeu ainda mais a si mesma, temeu ceder à tentação dele. Confirmam também, portanto, quão intenso era seu amor por ele.

Naturalmente, Dora não quis acompanhar-me nessa parte da interpretação. Mas eu conseguira dar um passo adiante na interpretação do sonho, que parecia indispensável tanto para a anamnese do caso quanto para a teoria dos sonhos. Prometi comunicar isso a Dora na sessão seguinte.

O fato é que eu não podia esquecer a indicação que parecia brotar das já citadas palavras ambíguas (*pode acontecer uma desgraça durante a noite que torne necessário sair*). A isso se acrescentou o fato de que o esclarecimento do sonho me pareceria incompleto enquanto não se satisfizesse um certo requisito, que certamente não quero estabelecer como universal, mas cuja satisfação procuro buscar. Um sonho de formação regular apóia-se, por assim dizer, em duas pernas, uma das quais está em contato com a causa atual essencial, e a outra, com algum acontecimento relevante da infância. Entre esses dois fatores, a experiência infantil e a atual, o sonho estabelece uma ligação esforçando-se por remodelar o presente segundo o modelo do passado mais remoto. É que o desejo que cria o sonho sempre provém da infância e sempre tenta retransformá-la em realidade, corrigir o presente segundo a infância. Eu acreditava já poder discernir claramente, no conteúdo do sonho de Dora, os elementos passíveis de se combinarem numa alusão a um acontecimento da infância.

Iniciei sua elucidação com um pequeno experimento que, como de hábito, teve êxito. Casualmente, havia sobre a mesa uma grande caixa de fósforos. Pedi a Dora que olhasse em volta para ver se notava sobre a mesma algo de especial que não costumasse estar ali. Não viu nada. Perguntei-lhe então se sabia por que as crianças eram proibidas de brincar com

fósforos.

- “Sim, é por causa do perigo de incêndio. Os filhos de meu tio gostam muito de brincar com fósforos.”

- Não é só por isso. Elas são advertidas de “não brincar com fogo”, e isso é acompanhado de uma certa crença.

Dora nada sabia a respeito. - Pois bem, teme-se que elas molhem a cama. A antítese entre *água* e *fogo* por certo se encontra na base disso. Talvez elas sonhem com fogo e depois tentem apagá-lo com água. Não sei dizer com exatidão. Mas vejo que a oposição entre água e fogo no sonho presta a você extraordinários serviços. Sua mãe queria salvar a caixa de jóias para que ela não fosse *queimada*; nos pensamentos do sonho, em contrapartida, trata-se de que a “caixa de jóias” não fique *molhada*. Mas fogo não é empregado apenas como oposto de água; serve também como representação direta do amor, de estar enamorado, ardendo de paixão. Portanto, de “fogo” parte uma via que, passando por esse sentido simbólico, chega aos pensamentos amorosos, enquanto que a outra via, por intermédio do oposto “água” e depois de fazer uma ramificação que estabelece outro vínculo com “amor” (pois também este deixa as coisas molhadas), leva a outra direção. Mas, para onde? Pense em sua própria expressão: à noite, *pode acontecer uma desgraça que torne forçoso sair*. Não significaria isso uma necessidade física? E, se você transpuser essa desgraça para a infância, que outra coisa ela poderia ser senão molhar a cama? E o que é que se costuma fazer para evitar que as crianças molhem a cama? Não são elas despertadas do sono durante a noite, *exatamente como seu pai acordou você no sonho*? Esse seria, portanto, o acontecimento real que lhe permitiu substituir o Sr. K., que realmente a despertou do sono, por seu pai. Devo então inferir que você continuou a molhar a cama por mais tempo do que costuma acontecer com as crianças. O mesmo deve ter ocorrido com seu irmão, pois seu pai disse: “*Não quero que meus dois filhos... pereçam*. Seu irmão nada tem a ver com a situação atual dos K., nem tampouco foi a L. Que dizem suas lembranças sobre isso?

- “Quanto a mim, não sei nada” - respondeu ela -, “mas meu irmão molhava a cama até os seis ou sete anos, e muitas vezes isso lhe aconteceu até de dia.”

Eu estava a ponto de lhe fazer uma observação sobre como é mais fácil recordar uma coisa assim a respeito de um irmão do que de si mesmo, quando ela prosseguiu, com a memória recuperada:

- “Sim, isso também me aconteceu por algum tempo, mas só no sétimo ou oitavo ano. Deve ter sido grave, porque agora me lembro que o médico foi consultado. Durou até pouco antes de minha asma nervosa” (ver em [1]).

- Que disse o médico a respeito?

- “Explicou que era uma debilidade nervosa; passaria logo, achou ele; e receitou um tônico.”

A interpretação do sonho agora me parecia completa. No dia seguinte, porém, Dora ainda me trouxe um aditamento. Esquecera de contar que todas as vezes, depois de acordar, sentia cheiro de fumaça. A fumaça, é claro, combinava bem com o fogo, mas indicava, além disso, que o sonho tinha uma relação especial comigo, pois, quando ela afirmava que por trás disto ou daquilo não havia nada escondido, eu costumava retrucar: “onde há fumaça há fogo.” Mas Dora fez a essa interpretação puramente pessoal a objeção de que o Sr. K. e seu pai eram fumantes apaixonados, como eu também, aliás. Ela mesma fumara durante sua estada no lago, e o Sr. K. acabara de enrolar-lhe um cigarro pouco antes de iniciar sua lastimável corte. Ela também acreditava lembrar com certeza que o cheiro de fumaça não aparecera pela primeira vez apenas na ocasião do último reaparecimento do sonho, mas também nas três vezes em que ele ocorreu em L. Posto que se recusasse a fornecer-me outras informações, coube a mim determinar como inserir esse aditamento na trama dos pensamentos do sonho. Como ponto de referência, pude servir-me do fato de que a sensação da fumaça só havia surgido como um acréscimo ao sonho, ou seja, deveria ter tido que superar um esforço especial do recalcamento. Por conseguinte, provavelmente se relacionava com o pensamento mais obscuramente representado e mais bem recalcado no sonho, ou seja, a tentação de se mostrar disposta a ceder ao homem. Sendo assim, dificilmente poderia significar outra coisa senão a ânsia de um beijo, que, trocado com um fumante, necessariamente cheiraria a fumo; mas tinha havido um beijo entre eles cerca de dois anos antes, e por certo ter-se-ia repetido mais de uma vez se a moça tivesse cedido ao galanteio. Os pensamentos ligados à tentação,

portanto, pareciam ter remontado à cena anterior e revivido a lembrança do beijo contra cuja atração sedutora a pequena “chupadora de dedo” se protegera, a seu tempo, por meio do asco. Por fim, considerando os indícios de uma transferência para mim, posto que também sou fumante, cheguei à conclusão de que um dia, durante uma sessão, provavelmente lhe ocorrera que ela desejaria ser beijada por mim. Esse teria sido o pretexto que a levou a repetir o sonho de advertência e a formar a intenção de interromper o tratamento. Tudo se encaixa muito bem dessa maneira, mas, devido às particularidades da “transferência”, fica privado de comprovação. (ver em [1])

Agora eu poderia hesitar entre considerar primeiramente o partido a ser tirado desse sonho para a história clínica do caso, ou começar por abordar a objeção que, com base nele, pode-se fazer a teoria dos sonhos. Opto pela primeira alternativa.

Vale a pena examinar detidamente a significação da enurese para a história primitiva do neurótico. A bem da clareza, limito-me a destacar que o caso de Dora, no aspecto de molhar a cama, não era o habitual. Essa perturbação não apenas persistira além da época admitida como normal, mas também, segundo o depoimento explícito de Dora, primeiro desaparecera e depois tornara a surgir em época relativamente tardia, após o sexto ano de vida (ver em [1]). Ao que eu saiba, esse tipo de enurese não tem outra causa mais provável do que a masturbação, a qual, na etiologia da enurese em geral, desempenha um papel que ainda não foi suficientemente apreciado. Em minha experiência, as próprias crianças tiveram um dia um conhecimento muito claro dessa ligação, e daí decorrem todas as suas conseqüências psíquicas, como se elas nunca a tivessem esquecido. Ora, na época em que Dora relatou o sonho, estávamos empenhados numa linha de investigação que levava diretamente à admissão de que ela se masturbara na infância. Pouco antes, ela havia perguntado exatamente por que havia adoecido, e, antes que eu lhe desse uma resposta, pusera a culpa no pai. A justificação disso não provinha de seus pensamentos inconscientes, mas de um conhecimento consciente. A jovem sabia, para minha surpresa, qual tinha sido a natureza da doença de seu pai. Depois de ele regressar de meu consultório (ver em [1] e [2]), ela entreouvira uma conversa em que o nome da doença fora mencionado. Em época ainda anterior, na ocasião do descolamento da retina (ver em [1]), um oculista consultado deve ter aludido à etiologia luética, pois a menina curiosa e preocupada, dessa vez, ouvira uma tia idosa dizer a sua mãe: “Ele já era doente antes do casamento”, e acrescentar algo que lhe fora incompreensível, mas que, posteriormente, ela interpretara para si mesma como ligado a coisas indecorosas.

Portanto, o pai adoecera por levar uma vida leviana, e ela supunha que lhe tivesse transmitido o estado doentio por hereditariedade. Tive o cuidado de não lhe dizer que, como já afirmei (em [1]), também eu sou de opinião que os descendentes dos luéticos são muito particularmente predispostos a graves neuropsicoses. Esse curso de pensamento acusatório ao pai prosseguiu através do material inconsciente. Por um período de vários dias ela se identificou com a mãe através de pequenos sintomas e peculiaridades, o que lhe deu oportunidade de produzir alguns comportamentos realmente insuportáveis; deu-me então a entender que estava pensando numa temporada que passara em Franzensbad, que ela visitara em companhia da mãe - já não sei em que ano. A mãe sofria de dores no baixo ventre e de uma secreção (catarro) que tornaram necessário um tratamento em Franzensbad. Dora era de opinião - mais uma vez, provavelmente justificada - que essa doença era devida a seu pai, que assim teria transmitido sua doença venérea à mãe dela. Era muito compreensível que, ao extrair essa conclusão, ela, como a maioria dos leigos, confundisse gonorréia com sífilis, e também o hereditário com o transmissível pelo contato. Sua persistência nessa identificação [com a mãe] quase me forçou a perguntar-lhe se ela também tinha alguma doença venérea, e foi então que me inteirei de que ela estava com um catarro (*fluor albus*) de cujo início não conseguia lembrar-se.

Compreendi então que, por trás da seqüência de pensamentos que acusava expressamente o pai, ocultava-se, como de hábito, uma autoacusação. Fui em direção a ela assegurando-lhe que, a meu ver, a leucorréia das mocinhas apontava primordialmente para a masturbação, e que todas as outras causas comumente atribuídas a essa queixa eram relegadas para segundo plano pela masturbação. Assim, ela estava em vias de responder a sua própria pergunta sobre exatamente por que havia adoecido mediante a confissão de que se havia masturbado, provavelmente na infância. Ela negou terminantemente lembrar-se de qualquer coisa assim. Passados alguns dias, porém, fez algo que tive de considerar como mais um passo a aproximá-la da confissão. Ocorre que, nesse dia, ela trazia na cintura uma bolsinha porta-moedas do formato que havia entrado em voga (coisa que nunca fizera antes e nem faria depois) e, enquanto falava estendida no divã, pôs-se a brincar com ela: abria-a, introduzia um dedo, tornava a fechá-la, etc. olhei-a por algum tempo e depois lhe expliquei o que vem a ser um ato sintomático. Chamo de atos sintomáticos as funções que as pessoas executam, como se costuma dizer, de maneira automática e inconsciente, sem reparar nelas, como que brincando, querendo negar-lhes qualquer significação e, se inquiridas, explicando-as como indiferentes e casuais. A observação mais cuidadosa, porém, mostra que tais ações, das quais a consciência nada sabe ou nada quer saber, expressam pensamentos e impulsos inconscientes, sendo, portanto, valiosas e instrutivas enquanto manifestações permitidas do

inconsciente. Há dois modos de conduta consciente frente aos atos sintomáticos. Quando se pode atribuir-lhes uma motivação irrelevante, toma-se conhecimento deles; quando falta à consciência um pretexto dessa ordem, em geral não se observa em absoluto que estão sendo executados. No caso de Dora, a motivação era fácil: “Por que não usaria eu uma bolsinha dessas, já que agora está na moda?” Mas tal justificativa não descarta a possibilidade de que o referido ato tenha uma origem inconsciente. Por outro lado, nem essa origem nem o sentido atribuído ao ato podem ser comprovados de maneira concludente. Temos de contentar-nos em constatar que tal sentido se ajusta excepcionalmente bem à trama da situação em pauta, à ordem do dia do inconsciente.

Em outra oportunidade apresentarei uma coletânea desses atos sintomáticos, tal como podem ser observados nas pessoas sadias e nos neuróticos. Suas interpretações são amiúde muito fáceis. A bolsinha de dupla abertura de Dora não passava de uma representação dos órgãos genitais, e sua maneira de brincar com ela, abrindo-a e ali inserindo seu dedo, era uma comunicação pantomímica bastante desembaraçada, mas inconfundível, do que gostaria de fazer: masturbar-se. Faz pouco tempo ocorreu-me um caso similar, muito divertido. Em meio à sessão, uma paciente mais velha apanhou uma caixinha de marfim, pretensamente para se refrescar com um bombom, esforçou-se por abri-la e depois a entregou a mim, para que eu me convencesse de como era difícil fazê-lo. Externei minha suspeita de que essa caixinha deveria significar algo especial, pois era a primeira vez que eu a via, embora sua dona me viesse consultando há mais de um ano. Retrucou então a dama vivamente: “Sempre trago essa caixinha comigo, carrego-a para onde quer que vá!” Só se acalmou depois que a fiz notar, rindo, quão bem suas palavras se adequavam a um outro sentido. A caixa - *Dose* [em alemão], $\pi\upsilon\chi\iota\zeta$ - , assim como a bolsinha e a caixa de jóias, mais uma vez não era outra coisa senão um substituto para a concha de Vênus, para a genitália feminina!

Há na vida muito desse simbolismo, que comumente nos passa despercebido. Quando me propus a tarefa de trazer à luz o que os seres humanos guardam escondido, não mediante a compulsão da hipnose, mas a partir do que eles dizem e mostram, julguei que tal tarefa fosse mais difícil do que realmente é. Quem tem olhos para ver e ouvidos para ouvir fica convencido de que os mortais não conseguem guardar nenhum segredo. Aqueles cujos lábios calam denunciam-se com as pontas dos dedos; a denúncia lhes sai por todos os poros. Por isso, a tarefa de tornar consciente o que há de mais secreto no anímico é perfeitamente exequível.

O ato sintomático de Dora com a bolsinha não foi o precursor imediato do sonho. A sessão que nos levou ao relato do sonho começou por outro ato sintomático. Quando entrei na sala onde ela me aguardava, ela escondeu às pressas uma carta que estava lendo. Naturalmente, perguntei-lhe de quem era, e a princípio ela se recusou a dizer-me. Surgiu então algo que era extremamente irrelevante e não tinha nenhuma relação com nosso tratamento. Tratava-se de uma carta de sua avó em que esta a exortava a escrever-lhe com mais freqüência. Creio que Dora queria apenas brincar de “segredo” comigo e indicar que estava prestes a deixar que seu segredo fosse arrancado pelo médico. Expliquei então a mim mesmo sua antipatia por qualquer novo médico por sua angústia de que, fosse ao examiná-la (pelo catarro), fosse ao fazer-lhe perguntas (pela comunicação do hábito de urinar na cama), ele pudesse adivinhar a razão de seu sofrimento: a masturbação. Mais tarde, ela sempre falava com muito desprezo dos médicos a quem, antes, obviamente superestimara. (ver em [1])

Acusações ao pai por tê-la feito adoecer, e mais a auto-acusação por trás disso; leucorréia, brincadeira com a bolsinha; enurese depois dos seis anos; e um segredo que não se queria deixar arrancar pelos médicos: considero estabelecida sem nenhuma lacuna a prova circunstancial da masturbação infantil. No caso de Dora, eu começara a suspeitar da masturbação quando ela me falou sobre as dores estomacais da prima (ver em [1]) e em seguida se identificou com ela, queixando-se por dias a fio de sensações dolorosas similares. É sabido que, com freqüência, as dores gástricas surgem justamente nos masturbadores. Segundo uma comunicação pessoal que me foi feita por Wilhelm Fliess, são precisamente essas as gastralgias passíveis de ser interrompidas mediante a aplicação de cocaína no “ponto gástrico” por ele descoberto no nariz, e curadas mediante sua cauterização. Dora me confirmou ter consciência de duas coisas: de que ela mesma sofrera muitas vezes de espasmos gástricos e de que tinha boas razões para considerar sua prima uma masturbadora. É muito comum os pacientes reconhecerem em outros uma relação que suas resistências emocionais os impossibilitam de reconhecer em sua própria pessoa. Dora não mais negou essa relação, embora ainda não se lembrasse de nada. Até mesmo a cronologia da enurese, durando “até pouco antes do surgimento da asma nervosa” (ver em [1]), parece-me clinicamente valorizável. Os sintomas histéricos quase nunca se apresentam enquanto as crianças se masturbam, mas só depois, na abstinência; constituem um substituto de satisfação masturbatória, que continua a ser desejada no inconsciente até que surja alguma outra satisfação mais normal, caso esta ainda seja possível. Dessa última condição depende a possibilidade de cura da histeria pelo casamento e pelas relações sexuais normais. Caso a satisfação no casamento volte a ser interrompida - por exemplo, devido ao coito interrompido, ao distanciamento psíquico etc. -, a libido torna a refluir para seu antigo curso e se manifesta mais uma vez nos sintomas histéricos.

Gostaria de acrescentar informações precisas sobre quando e mediante que influência especial a masturbação de Dora foi suprimida, mas a incompletude da análise obriga-me a apresentar aqui um material cheio de lacunas. Tive conhecimento de que ela urinava na cama até pouco antes de adoecer pela primeira vez com dispnéia. Ora, o único esclarecimento que pôde prestar sobre esse primeiro ataque foi que, nessa ocasião, seu pai saíra em viagem pela primeira vez desde que melhorara de saúde. Nesse pequeno fragmento de lembrança preservado deve haver uma relação alusiva à etiologia da dispnéia. Os atos sintomáticos e outros sinais de Dora forneceram-me boas razões para supor que a menina, cujo quarto era contíguo ao dos pais, teria entreouvido uma visita noturna do pai a sua mulher e escutado a respiração ofegante do homem (aliás, habitualmente entrecortada) durante o coito. As crianças, nesses casos, pressentem o sexual nesse ruído insólito. A rigor, os movimentos expressivos da excitação sexual já se acham prontos nelas como mecanismos inatos. Indiquei, anos atrás, que a dispnéia e as palpitações da histeria e da neurose de angústia são apenas fragmentos isolados do ato do coito, e em muitos casos, como no de Dora, pode reconduzir o sintoma da dispnéia, da asma nervosa, à mesma origem casual: ao som entreouvido da relação sexual entre adultos. Sob a influência da excitação concomitante experimentada nessa ocasião, é perfeitamente possível que tenha sobrevindo uma reviravolta na sexualidade da menina, substituindo sua inclinação para a masturbação por uma inclinação para a angústia. Tempos depois, estando o pai ausente e a menina enamorada a pensar nele com saudade, repetiu-se a impressão então havida, sob a forma de um ataque de asma. Pela lembrança preservada do que ensejou esse súbito adoecimento, pode-se ainda conjecturar a seqüência angustiada de pensamentos que acompanhou o ataque. Este lhe surgiu pela primeira vez depois de ela se haver extenuado numa excursão pelas montanhas (ver em [1]), na qual provavelmente sentira um pouco de dispnéia real. A isto somou-se a idéia de que seu pai estava proibido de escalar montanhas, de que não podia extenuar-se por ter o fôlego curto; seguiu-se a lembrança de quanto ele se havia extenuado com a mãe naquela noite (acaso isso não o teria prejudicado?); depois veio a preocupação de saber se ela mesma não se haveria esforçado demais na masturbação, que levava igualmente ao orgasmo sexual acompanhado de uma ligeira dispnéia; e por fim houve o retorno intensificado da dispnéia como sintoma. Parte desse material ainda me foi possível deduzir da análise, mas a outra eu mesmo tive de complementar. Pelo modo como se constatou a masturbação, já pudemos ver que o material concernente a um determinado tema só pode ser coligido fragmento por fragmento, em diferentes épocas e contextos.

Surge agora uma série de perguntas da máxima importância sobre a etiologia da histeria: será lícito considerar o caso de Dora como típico no tocante à etiologia? Será que ele

representa o único tipo de causação? etc. No entanto, creio estar no caminho certo ao adiar minha resposta a essas perguntas para depois da comunicação de um número mais amplo de casos similares analisados. Além disso, eu deveria começar por retificar a formulação das perguntas. Em vez de me pronunciar por um “sim” ou um “não” a propósito de se dever buscar a etiologia desse caso patológico na masturbação infantil, eu teria de discutir primeiramente o conceito de etiologia nas psiconeuroses. O ponto de vista desde o qual eu poderia responder mostrar-se-ia então sensivelmente distante do ponto de vista desde o qual a pergunta me é formulada. No tocante a este caso, basta chegarmos à convicção de que a masturbação infantil é demonstrável e não é nada acidental nem irrelevante para a conformação do quadro patológico.

O exame da significação do *fluor albus* confessado por Dora acena com uma compreensão ainda maior dos sintomas. A palavra “catarro”, com a qual ela aprendeu a designar sua afecção na época em que uma queixa similar forçou sua mãe a visitar Franzensbad (ver em [1]), não passa de outra “reviravolta no sentido” (ver em [1]) através do qual toda a série de pensamentos sobre a culpa de seu pai pela doença obteve acesso à manifestação no sintoma da tosse. Essa tosse, sem dúvida originariamente surgida de um diminuto catarro real, era ainda uma imitação do pai, cujos pulmões estavam afetados, e pôde expressar sua compaixão e inquietação por ele. Além disso, porém, também proclamava ao mundo, por assim dizer, algo que talvez ainda não se tivesse tornado consciente para ela: “Sou a filha de papai. Tal como ele, tenho um catarro. Ele me fez adoecer, assim como fez mamãe adoecer. Tenho dele as paixões pérfidas que são castigadas pela doença.”

Podemos agora fazer uma tentativa de reunir os diversos determinantes que encontramos para os ataques de tosse e rouquidão. Na camada mais inferior da estratificação devemos presumir a presença de uma irritação real e organicamente condicionada da garganta, ou seja, o grão de areia em torno do qual a ostra forma a pérola. Esse estímulo era passível de fixação por dizer respeito a uma região do corpo que, na menina, conservava em alto grau a significação de uma zona erógena. Por conseguinte, estava apto a dar expressão à libido excitada. Ficou fixado através do que foi, provavelmente, seu primeiro revestimento psíquico - a imitação compassiva do pai enfermo - e, depois, através das auto-acusações por causa do “catarro”. Esse mesmo grupo de sintomas, além disso, mostrou-se passível de representar as relações dela com o Sr. K., seu pesar pela ausência dele e o desejo de ser para ele uma esposa melhor. Depois que uma parte da libido voltou-se novamente para o

pai, o sintoma obteve o que talvez seja sua significação última: representar a relação sexual com o pai pela identificação de Dora com a Sra. K. Gostaria de afiançar, em contrapartida, que esta série de modo algum está completa. Infelizmente, a análise incompleta não nos permite seguir a cronologia das reviravoltas no sentido, nem esclarecer a sucessão e a coexistência dos diversos significados. Só de uma análise completa é lícito esperar o cumprimento dessas exigências.

Não posso agora deixar de tocar em algumas relações adicionais entre o catarro genital e os sintomas histéricos de Dora. No tempo em que ainda se estava muito longe de chegar a um esclarecimento psíquico da histeria, eu costumava ouvir de colegas mais velhos e experientes a afirmação de que, nas pacientes histéricas que apresentavam leucorréia, o agravamento do catarro era regularmente seguido pela agudização dos achaques histéricos, em particular a perda de apetite e os vômitos. Ninguém tinha um conhecimento claro da relação aí indicada, mas creio que se tendia a adotar a visão dos ginecologistas, que, como é sabido, supõem em ampla escala uma influência perturbadora direta e orgânica das afecções genitais sobre as funções nervosas, embora a comprovação terapêutica dessa teoria seja a conta certa para deixar a maioria de nós desamparados. Dado o estado atual de nossos conhecimentos, tampouco se pode dar por excluída tal influência direta e orgânica, porém, em todo caso, seu revestimento psíquico é mais facilmente demonstrável. Entre nossas mulheres, o orgulho pela configuração dos órgãos genitais é uma parte muito especial de sua vaidade; as afecções deles, consideradas capazes de inspirar repugnância ou mesmo asco, atuam incrivelmente no sentido de melindrá-las, rebaixar sua auto-estima e torná-las irritadiças, suscetíveis e desconfiadas. A secreção anormal da mucosa da vagina é vista como fonte de repugnância.

Lembremo-nos de que em Dora, depois do beijo do Sr. K., houve uma viva sensação de asco, e de que encontramos razões para complementar o relato que ela nos fez dessa cena conjecturando que, durante o abraço, ela sentira a pressão do membro ereto do homem em seu ventre (ver a partir de [1]). Sabemos agora, além disso, que a mesma governanta que ela fez ser despedida por sua infidelidade lhe dissera, por sua própria experiência de vida, que todos os homens eram frívolos e indignos de confiança. Para Dora, isso devia significar que todos os homens eram como seu pai. Mas ela considerava que o pai sofria de uma doença venérea, e que teria transmitido essa doença a ela e a sua mãe. Foi-lhe então possível imaginar que todos os homens sofriam de doenças venéreas, e sua concepção destas se formara, naturalmente, a partir de sua experiência única e pessoal com elas. Sofrer de uma doença venérea, por conseguinte, significava para ela estar acometida de uma secreção enjoante. Não seria essa uma outra motivação do asco por ela sentido no momento do

abraço? Esse asco, transferido para o contato com o homem, seria então um sentimento projetado segundo o mecanismo primitivo mencionado anteriormente (ver em [1]) e estaria referido, em última instância, a sua própria leucorréia.

Suspeito estarmos tratando aqui de cursos inconscientes de pensamento urdidos sobre uma trama orgânica pré-estruturada, tal como uma grinalda sobre a armação de arame, de sorte que, numa outra ocasião, pode-se encontrar outras vias de pensamento intercaladas entre os mesmos pontos de partida e de chegada. Mas o conhecimento dos vínculos de pensamento que se mostraram eficazes em cada indivíduo é de valor insubstituível para a resolução dos sintomas. Unicamente por força da interrupção prematura da análise é que tivemos de recorrer, no caso de Dora, a conjecturas e complementações. O que aqui apresento para preencher as lacunas apóia-se inteiramente em outros casos analisados a fundo.

O sonho mediante cuja análise obtivemos as informações precedentes corresponde, como vimos, a um propósito que Dora levou consigo para o sono. Por isso se repetiu todas as noites, até que o propósito fosse realizado, e reapareceu anos depois, ao surgir uma ocasião para que ela formasse um propósito análogo. O propósito poderia expressar-se conscientemente da seguinte maneira: “Preciso afastar-me dessa casa, na qual, como vi, minha virgindade corre perigo; partirei com papai e, pela manhã, ao fazer minha toalete, tomarei minhas precauções para não ser surpreendida.” Esses pensamentos encontram nítida expressão no sonho; pertencem a uma corrente [psíquica] que, na vida de vigília, chegou à consciência e se tornou dominante. Por trás deles se pode discernir uma cadeia mais obscura de pensamentos substitutos que correspondia à corrente contrária e, por isso mesmo, foi suprimida. Essa segunda cadeia de pensamentos culminava na tentação de entregar-se ao homem, em agradecimento pelo amor e pela ternura que ele lhe demonstrara nos últimos anos, e talvez tenha invocado a lembrança do único beijo que até então Dora recebera dele. Contudo, segundo a teoria desenvolvida em meu livro *A Interpretação dos Sonhos*, tais elementos não bastam para a formação de um sonho. O sonho não é um propósito que se representa como executado, mas um desejo que se representa como realizado e precisamente, além disso, um desejo proveniente da vida infantil. Temos a obrigação de verificar se essa tese não é contradita por nosso sonho.

O sonho contém, de fato, um material infantil que não guarda relação alguma, à primeira vista, com o propósito de Dora de escapar da casa do Sr. K. e da tentação de sua presença.

Para que emergiria a lembrança de quando ela urinava na cama, em criança, e do trabalho que seu pai então tivera para habitua-la à limpeza? Pode-se dar a isso a resposta de que somente com a ajuda dessa cadeia de pensamentos era possível suprimir os intensos pensamentos de tentação e fazer prevalecer o propósito formado contra eles. A menina decidira fugir *com* o pai; na realidade, estava fugindo *para* o pai, em função da angústia frente ao homem que a assediava; convocou uma inclinação infantil pelo pai para que esta a protegesse de sua inclinação recente por um estranho. O próprio pai era culpado pelo perigo atual, pois a havia entregue a esse estranho, movido por seus próprios interesses amorosos. Quão mais belo tinha sido quando esse mesmo pai não amava a ninguém mais do que a ela, e se empenhara em salvá-la dos perigos que então a ameaçavam! O desejo infantil e hoje inconsciente de colocar o pai no lugar do estranho é uma potência formadora de sonhos. Havendo uma situação passada semelhante a uma situação presente, embora tendo por diferença essa substituição de pessoas, ela passa a ser a situação principal do sonho. E tal situação de fato existiu; justamente como fizera o Sr. K. na véspera, seu pai estivera um dia em frente à cama dela e a acordara; quem sabe com um beijo, como talvez o Sr. K. tivesse pretendido fazer. Portanto, o propósito de fugir da casa, por si só, não seria formador de um sonho, mas transformou-se nisso ao se associar com outro propósito fundamentado num desejo infantil. O desejo de substituir o Sr. K. pelo pai forneceu a força impulsora [pulsional] para o sonho. Relembro aqui a interpretação a que me compeliu, em Dora, a cadeia reforçada de pensamentos sobre as relações de seu pai com a Sra. K.: a de que uma inclinação infantil pelo pai fora invocada para que fosse possível manter sob recalco o amor recalco pelo Sr. K. (ver a partir de [1]). Essa reviravolta na vida anímica de Dora é o que o sonho espelha.

No tocante à relação entre os pensamentos de vigília que têm prosseguimento durante o sono - os restos diurnos - e o desejo inconsciente formador do sonho, fiz em *A Interpretação dos Sonhos* algumas observações que aqui cito inalteradas, porque nada tenho a acrescentar-lhes e porque a análise desse sonho de Dora torna a provar que não é outra a relação existente:

“Estou pronto a admitir que há toda uma classe de sonhos cuja *instigação* provém principalmente, ou até de maneira exclusiva, dos restos da vida diurna; e penso que até meu desejo de enfim tornar-me Professor Extraordinário poderia ter-me deixado dormir em paz aquela noite, se a preocupação com a saúde de meu amigo não houvesse persistido desde o dia anterior. Mas a preocupação, por si só, não teria formado um sonho. *A força impulsora*

requerida pelo sonho tinha de ser suprida por um desejo; cabia à preocupação apoderar-se de um desejo que atuasse como força propulsora do sonho.

“A situação pode ser explicada por uma analogia. O pensamento diurno pode perfeitamente desempenhar o papel de *empresário* do sonho; mas o empresário, que, como se costuma dizer, tem a idéia e a iniciativa para executá-la, não pode fazer nada sem o capital; precisa de um capitalista que possa arcar com o gasto, e capitalista que fornece o desembolso psíquico para o sonho é, invariável e indiscutivelmente, sejam quais forem os pensamentos do dia anterior, *um desejo oriundo do inconsciente.*”

Quem tiver aprendido a conhecer a delicadeza da estrutura dessas formações que são os sonhos não ficará surpreso com o fato de que esse desejo de Dora, de que seu pai tomasse o lugar do homem tentador, não tenha trazido à memória um material infantil qualquer, mas justamente um material que mantinha as mais íntimas relações com a supressão dessa tentação. É que, se Dora se sentia incapaz de ceder ao amor por esse homem, se recalcava esse amor em vez de entregar-se a ele, a nenhum outro fator essa decisão se prendia mais intimamente do que a seu gozo sexual prematuro e as conseqüências dele - a enurese, o catarro e o asco. Tal história primitiva, conforme o somatório dos determinantes constitucionais, pode constituir o fundamento para dois tipos de conduta frente às exigências do amor na maturidade: ou uma entrega plena à sexualidade, sem nenhuma resistência e beirando a perversão, ou, por reação, o repúdio da sexualidade no adoecimento neurótico. Em nossa paciente, a constituição e o nível de sua educação intelectual e moral decidiram em favor da segunda alternativa.

Quero ainda chamar especial atenção para o fato de que, a partir da análise desse sonho, tivemos acesso a detalhes de vivências patogenicamente ativas que, de outro modo, teriam sido inacessíveis à memória ou, pelo menos, à reprodução. A lembrança do urinar na cama durante a infância, como vimos, já fora recalcada. Quanto aos detalhes do assédio por parte do Sr. K., Dora nunca os mencionara, pois não lhe ocorriam.

Acrescento ainda algumas observações sobre a síntese desse sonho. O trabalho do sonho começa na tarde do segundo dia após a cena no bosque, depois que Dora notou que já não poderia trancar a porta de seu quarto (ver em [1]). Foi então que disse a si mesma: “Corro sério perigo aqui”, e formou o propósito de não ficar sozinha na casa, mas sim partir com o pai. Esse propósito tornou-se passível de formar um sonho por ter encontrado prosseguimento no inconsciente. Seu equivalente ali foi a invocação do amor infantil pelo pai como proteção contra a tentação atual. A virada assim ocorrida nela fixou-se e a levou para a postura representada por sua cadeia *hipervalente* de pensamentos (ciúme da Sra. K. por causa do pai, como se estivesse apaixonada por ele). Lutavam nela a tentação de ceder ao homem que a cortejava e uma oposição composta a fazê-lo. Esta se compunha de motivos de decoro e prudência, de impulsos hostis causados pela revelação da governanta (ciúme e orgulho ferido, como veremos adiante em [1]), e de um elemento neurótico - a aversão à sexualidade a que estava predisposta e que se enraizava em sua história infantil. O amor pelo pai, invocado para protegê-la da tentação, provinha dessa mesma história infantil.

O sonho transforma o propósito de fugir para o pai, entranhado no inconsciente, numa situação que mostra realizado o desejo de que o pai a salvasse do perigo. Para isso foi preciso pôr de lado um pensamento que constituía um obstáculo - o de que justamente o pai a expusera a esse perigo. Quanto à moção hostil contra o pai (propensão à vingança), aqui suprimida, dela tomaremos conhecimento como um dos motores do segundo sonho (ver a partir de [1]).

De acordo com as condições da formação dos sonhos, a situação fantasiada é escolhida de modo a reproduzir uma situação infantil. É um triunfo especial conseguir-se transformar uma situação recente, justamente a que ocasionou o sonho, numa situação infantil. Em nosso caso, isso foi conseguido por uma mera casualidade do material. Tal como o Sr. K. postou-se diante do sofá e a acordou, o pai muitas vezes a acordara na infância. Toda a mudança pôde simbolizar-se de maneira muito oportuna substituindo-se o Sr. K. pelo pai nessa situação.

Mas o pai costumava acordá-la, naquela época, para que ela não molhasse a cama. Esse “molhar” tornou-se decisivo para o restante do conteúdo do sonho, apesar de ser nele representado apenas por uma alusão distante e por seu oposto.

O oposto de “molhado” e “água” pode facilmente ser “ardente” e “fogo”. A casualidade de o pai, ao chegarem àquele lugar [L], ter expressado angústia ante o perigo de fogo (ver em [1]) contribuiu para decidir que o perigo do qual o pai deveria salvá-la seria um incêndio. Nesse acaso e na oposição a “molhar” baseou-se a situação escolhida para a imagem onírica: havia um incêndio e o pai estava em frente a sua cama para despertá-la. O enunciado fortuito do pai não teria alcançado essa importância no sonho se não se harmonizasse tão esplendidamente com a corrente de sentimentos dominante, que queria ver nele a qualquer preço o protetor e salvador. “Ele pressentiu o perigo logo depois de nossa chegada, e tinha razão!” (Na realidade, ele é que havia exposto a moça a esse perigo.)

Nos pensamentos oníricos, cabe ao “molhar”, por ligações muito fáceis de estabelecer, o papel de ponto nodal entre vários círculos de representações. “Molhar” pertencia não só ao molhar a cama, mas também ao círculo de pensamentos de tentação sexual suprimidos por trás desse conteúdo onírico. Dora sabia haver também um molhar-se na relação sexual, sabia que, no coito, o homem oferece à mulher algo líquido *em forma de gotas*. Sabia ainda que o perigo reside justamente nisso, e que era tarefa sua proteger sua genitália para que não fosse molhada.

Com “molhar” e “gotas” abre-se ao mesmo tempo outro círculo de associações: o do catarro enojante que, em seus anos mais maduros, sem dúvida tinha para ela o mesmo significado do molhar a cama na infância. “Molhado” tem aqui o mesmo sentido de “sujo”. Os órgãos genitais, que deveriam manter-se limpos, já se haviam sujado com o catarro, e além disso o mesmo ocorrera com a mãe dela (ver em [1]). Dora parecia entender a mania de limpeza da mãe como uma reação contra essa imundície.

Os dois círculos se reúnem num só: “Mamãe recebeu as duas coisas de papai, o umedecimento sexual e a secreção que suja.” O ciúme sentido pela mãe era inseparável do círculo de pensamentos ligados ao amor infantil pelo pai, aqui invocado para dar proteção. Mas esse material ainda não era passível de representação. No entanto, encontrando-se uma lembrança que mantivesse com os dois círculos do “molhar” uma relação similarmente boa, mas que evitasse o chocante, esta poderia assumir a representação do material no conteúdo

do sonho.

Tal lembrança foi encontrada no episódio das “gotas” [*Tropfen*] como jóia desejada pela mãe (ver em [1]). Aparentemente, a ligação dessa reminiscência com os dois círculos, o do umedecimento sexual e o de ficar suja, era externa e superficial, mediada pelas palavras, pois “gotas” foi usada como uma “reviravolta” (ver em [1]), uma palavra de duplo sentido, enquanto “jóia” [*Schmuck*], no lugar de “limpo”, é um oposto um tanto forçado para “sujo”. Na realidade, porém, é possível demonstrar as mais firmes ligações em termos do conteúdo. A lembrança proveio do material do ciúme de Dora pela mãe, que se enraizava na infância mas persistiu por muito mais tempo. Através dessas duas pontes verbais foi possível transferir para uma única reminiscência, a das “gotas-jóia” [*Schmucktropfen*], todo o sentido preso às representações da relação sexual entre os pais, do adoecimento pela secreção e da incômoda mania de limpeza da mãe.

Contudo, faltava ainda mais uma transposição para que isso pudesse entrar no conteúdo do sonho. Neste, não foram as “gotas”, mais próximas do “molhar” originário, e sim “jóia”, mais distante, que chegou a obter ingresso. “Assim, ao se inserir esse elemento na situação onírica já fixada anteriormente, foi possível dizer: “Mamãe ainda queria salvar suas jóias.” Na nova alteração para “caixinha de jóias” [*Schmuckkästchen*] fez-se então sentir, *a posteriori*, a influência de elementos do círculo subjacente, relativo à tentação vinda do Sr. K. Este não a presenteara com jóias, mas sim com uma “caixinha” para elas (ver em [1]) - o substituto de todas as distinções e mostras de ternura pelas quais ela deveria agora mostrar-se agradecida. E o composto assim formado, “caixa de jóias”, tinha ainda um valor especial como substituto. Acaso “caixinha de jóias” [*Schmuckkästchen*] não é uma imagem corriqueira para designar a genitália feminina imaculada e intacta? E não é, por outro lado, uma palavra inocente e, portanto, primorosamente apropriada tanto para ocultar quanto para aludir aos pensamentos sexuais por trás do sonho?

Assim, diz-se em dois lugares do conteúdo do sonho “caixa de jóias da mamãe”, e esse elemento substitui a menção ao ciúme infantil de Dora, às gotas (ou seja, ao umedecimento sexual), ao sujar-se com a secreção e, por outro lado, aos pensamentos de tentação atuais que pressionam pela retribuição do amor e retratam a situação sexual iminente - ansiada e ameaçadora. O elemento “caixa de jóias”, mais do que qualquer outro, foi um produto da condensação e do deslocamento, e um compromisso entre correntes opostas. Sua origem

múltipla - em fontes infantis e atuais - é certamente apontada por seu duplo aparecimento no conteúdo do sonho.

O sonho foi a reação a uma nova vivência de efeito excitante, que deve necessariamente ter despertado a lembrança da única vivência de anos anteriores análoga a ela. Trata-se da cena do beijo na loja do. Sr. K., durante a qual surgiu a repugnância (ver em [1]). Mas essa mesma cena era associativamente acessível, partindo-se de outras direções: do círculo de pensamentos ligados ao catarro (ver em [1]) e da tentação atual. Portanto, ela trouxe uma contribuição própria para o conteúdo do sonho, a qual teve de adaptar-se à situação onírica pré-formada. “Havia um incêndio...” - o beijo sem dúvida tinha gosto de fumaça [fumo], e por isso no sonho sente-se o cheiro de fumaça, que persiste até depois de Dora acordar (ver em [1]).

Por inadvertência, deixei lamentavelmente uma lacuna na análise desse sonho. Atribui-se ao pai o dito “Não quero que meus dois filhos... (“em consequência da masturbação”, cabe sem dúvida acrescentar aqui, partindo dos pensamentos oníricos) pereçam”. Tais ditos oníricos são usualmente compostos de fragmentos de ditos reais, proferidos ou ouvidos. Eu deveria ter-me informado sobre a origem real desse dito. O resultado dessa investigação teria por certo tornado mais complicada a estrutura do sonho, mas teria também permitido conhecê-lo com maior transparência.

Acaso se deve supor que esse sonho, ao ocorrer em L, teve exatamente o mesmo conteúdo que em sua repetição durante o tratamento? Não parece necessário. A experiência mostra que as pessoas amiúde afirmam ter tido o mesmo sonho, quando, na verdade, as aparições isoladas do sonho recorrente se diferenciam por numerosos detalhes e outras alterações de considerável importância. Assim, uma de minhas pacientes me informou ter tido novamente na noite anterior, e da mesma maneira, seu sonho favorito e recorrente: estava nadando no mar azul, sentindo prazer em furar as ondas etc. A investigação mais atenta mostrou que sobre a base comum surgia ora este detalhe, ora aquele; numa ocasião, inclusive, ela estava nadando num mar gelado e cercada por *icebergs*. Outros sonhos que a paciente não procurava apresentar como idênticos revelaram-se intimamente ligados ao sonho recorrente. Uma vez, por exemplo, ela viu numa fotografia em tamanho natural, ao mesmo tempo, as partes superior e inferior da ilha de Helgoland; no mar havia um barco onde se achavam

duas pessoas a quem ela conhecera na juventude etc.

É certo que o sonho de Dora ocorrido durante o tratamento havia adquirido um novo sentido atual, talvez sem modificar seu conteúdo manifesto. Entre seus pensamentos oníricos ele incluiu uma referência a meu tratamento e correspondeu a uma renovação do antigo propósito de escapar de um perigo. Se não estava em jogo nenhuma ilusão de memória por parte de Dora quando ela declarou que já em L percebera a fumaça depois de acordar, cabe reconhecer que meu provérbio “onde há fumaça há fogo” (ver em [1]) foi introduzido com muita habilidade na forma acabada do sonho, onde parece ter servido para sobredeterminar o último elemento. Inegavelmente, foi mera casualidade que o pretexto mais recente do sonho - o trancamento da sala de jantar pela mãe, com o que o irmão ficava encerrado em seu quarto (ver em [1]) - trouxesse um vínculo com a perseguição do Sr. K. em L, onde Dora amadureceu sua decisão ao descobrir que não poderia trancar-se no quarto. Talvez o irmão não tivesse aparecido no sonho nas ocasiões anteriores, de modo que o dito “meus dois filhos” só entrou em seu conteúdo depois da última ocasião que o ensejou.

O SEGUNDO SONHO

Algumas semanas depois do primeiro sonho ocorreu o segundo, com cuja resolução interrompeu-se a análise. Não se pode torná-lo tão transparente quanto o primeiro, mas ele possibilitou uma confirmação desejada de uma posição que se tornara necessária sobre o estado anímico da paciente (ver em [1]), preencheu uma lacuna de sua memória (ver em [1]) e permitiu obter um profundo conhecimento da gênese de outro de seus sintomas (ver em [1]).

Narrou Dora: “*Eu estava passeando por uma cidade que não conhecia, vendo ruas e praças que me eram estranhas. Cheguei então a uma casa onde eu morava, fui até meu quarto e ali encontrei uma carta de mamãe. Dizia que, como eu saíra de casa sem o conhecimento de meus pais, ela não quisera escrever-me que papai estava doente. ‘Agora ele morreu e, se quiser, você pode vir.’ Fui então para a estação [Bahnhof] e perguntei umas cem vezes: ‘Onde fica a estação?’ Recebia sempre a resposta: ‘Cinco minutos.’ Vi*

depois à minha frente um bosque espesso no qual penetrei, e ali fiz a pergunta a um homem que encontrei. Disse-me: 'Mais duas horas e meia.' Pediu-me que o deixasse acompanhar-me. Recusei e fui sozinha. Vi a estação à minha frente e não conseguia alcançá-la. Aí me veio o sentimento habitual de angústia de quando, nos sonhos, não se consegue ir adiante. Depois, eu estava em casa; nesse meio tempo, tinha de ter viajado, mas nada sei sobre isso. Dirigi-me à portaria e perguntei ao porteiro por nossa casa. A criada abriu para mim e respondeu: 'A mamãe e os outros já estão no cemitério [Friedhof]'."

A interpretação desse sonho não prosseguiu sem alguma dificuldade. Devido às circunstâncias peculiares - ligadas a seu conteúdo - em que interrompemos a análise, nem todo o sonho ficou esclarecido, e também a isso se prende que minha memória não tenha conservado, com igual segurança em todos os pontos, a ordem em que as deduções foram feitas. Começarei por mencionar o tema sobre o qual versava a análise em curso quando se deu a interferência do sonho. Desde algum tempo, a própria Dora vinha formulando perguntas sobre a ligação entre suas ações e os motivos presumíveis delas. Uma dessas perguntas era: "Por que foi que, nos primeiros dias depois da cena do lago, eu nada disse sobre ela?" Segunda pergunta: "Por que, então, de repente contei isso a meus pais?" Eu considerava que, de modo geral, ainda era preciso explicar o que a levava a sentir-se tão gravemente melindrada pela proposta do Sr. K., tanto mais que eu começava a me aperceber de que, para o Sr. K., a proposta a Dora não significara nenhuma tentativa leviana de sedução. Quanto a ela ter dado conhecimento do episódio a seus pais, eu o encarava como um ato já praticado sob a influência de uma sede doentia de vingança. Uma jovem normal, penso eu, lidaria sozinha com essas questões.

Portanto, apresentarei o material surgido na análise desse sonho na ordem bastante confusa em que se oferece à minha reprodução.

Ela vagava sozinha por uma cidade estranha e via ruas e praças. Assegurou-me que certamente não era B, em que eu pensara primeiro, mas uma cidade em que nunca estivera. Como era natural, prossegui: ela poderia ter visto quadros ou fotografias das quais retirara as imagens do sonho. Depois dessa observação veio o adendo sobre o monumento numa das praças e, logo a seguir, o reconhecimento de sua fonte. Nas festas de Natal tinham-lhe

enviado um álbum com paisagens de uma estação de águas alemã, e justamente na véspera ela o procurara para mostrá-lo a alguns parentes que estavam hospedados em sua casa. Ele estava numa caixa de fotografias que não se conseguia encontrar, e Dora perguntou à mãe: “Onde está a caixa?”. Uma das paisagens mostrava uma praça com um monumento. Mas o autor do presente era um jovem engenheiro com quem Dora travara rápido conhecimento na cidade fabril. O rapaz aceitara um posto na Alemanha para chegar mais depressa a sua autonomia, aproveitava todas as oportunidades para fazer-se lembrar a Dora, e era fácil adivinhar que tencionava, a seu tempo, quando sua posição melhorasse, apresentar-se a Dora como pretendente. Mas ainda não era chegado o momento, havia de esperar.

A perambulação pela cidade estranha estava sobredeterminada. Levou a um dos ensejos oferecidos durante o dia. Nas festas chegara a visita de um priminho a quem Dora teve de mostrar a cidade de Viena. Essa causa diurna decerto lhe fora sumamente indiferente. Mas o primo lhe trouxe à lembrança sua breve estada em Dresden pela primeira vez. Naquela ocasião, ela perambulava como uma estranha, embora não deixasse, naturalmente, de visitar a famosa galeria. Um outro primo, que estivera com eles e conhecia Dresden, quisera servir de guia no percurso pela galeria. *Mas ela o recusara e seguiu sozinha*, detendo-se diante dos quadros que lhe agradavam. Diante da Madona Sistina deixou-se ficar *duas horas*, sonhadoramente perdida em silenciosa admiração. Ante a pergunta sobre o que tanto lhe agradara no quadro, não soube dar nenhuma resposta clara. Finalmente, disse: “A Madona.”

É indubitável que essas associações realmente pertençam ao material formador do sonho. Incluem componentes que reencontramos inalterados no conteúdo do sonho (“ela recusou e foi sozinha” e “duas horas”). Ressalto desde já que as “imagens” são um ponto nodal na trama dos pensamentos do sonho (as paisagens do álbum, os quadros em Dresden). Destacaria também, para investigação posterior, o tema da *Madona*, da mãe virgem. Mas o que veio acima de tudo é que, nessa primeira parte do sonho, ela se identifica com um rapaz. Ele vagueia por terras estrangeiras, esforça-se por atingir uma meta, mas é retido, precisa de paciência, tem de esperar. Se Dora tinha em mente o engenheiro, seria muito condizente que essa meta fosse a posse de uma mulher, da própria pessoa dela. Em vez disso, era... uma estação, que aliás, pela relação entre a pergunta do sonho e a pergunta realmente formulada, nos é lícito substituir por caixa. Uma caixa e uma mulher: isso já começa a combinar melhor.

Ela perguntou umas cem vezes... Isso levou a outra causa do sonho, essa menos indiferente. Na noite da véspera, em meio a uma reunião doméstica, o pai lhe pedira que fosse buscar o conhaque; não dormia sem antes beber conhaque. Dora pediu à mãe a chave do bufê, mas ela estava absorta na conversa e não lhe deu resposta alguma, até que, com o exagero da impaciência, Dora exclamou: “Já lhe perguntei umas *cem* vezes onde está a chave.” Na realidade, ela naturalmente só repetira a pergunta umas *cinco vezes*.

“Onde está a *chave*?” parece-me ser o equivalente masculino da pergunta “Onde está a caixa?”. Portanto, são perguntas... pelos órgãos genitais.

Nessa mesma reunião familiar, alguém fizera um brinde ao pai de Dora, expressando a esperança de que por muito tempo ainda ele gozasse da melhor saúde etc. Nisso, uma expressão singular toldou o rosto cansado do pai, e ela compreendeu os pensamentos que ele teve de sufocar. Pobre enfermo! Quem poderia saber quanto tempo de vida ainda lhe restava?

Com isso chegamos ao *conteúdo da carta* no sonho. O pai estava morto e ela saíra de casa por seu próprio arbítrio. A partir dessa carta, relembrei prontamente a Dora a carta de despedida que ela escrevera aos pais, ou que pelo menos fora composta para eles (ver em [1]). Essa carta se destinava a dar um susto no pai para que ele desistisse da Sra. K., ou pelo menos a se vingar dele, caso não fosse possível induzi-lo a isso. Estamos diante do tema da morte dela ou da morte do pai (cf. *cemitério*, mais adiante no sonho). Acaso estaremos no caminho errado ao supor que a situação constitutiva da fachada do sonho correspondia a uma fantasia de vingança contra o pai? Os pensamentos compassivos do dia anterior se harmonizariam muito bem com isso. Ora, a fantasia rezava que ela saía de casa, indo para o estrangeiro, e que com isso o pai ficava com o coração partido pelo desgosto e pela saudade dela. Então estaria vingada. Dora compreendia muito bem de que é que o pai sentia falta, não podendo agora dormir sem o conhaque. Assinalemos *a sede de vingança* como um novo elemento para uma síntese posterior dos pensamentos do sonho.

Mas o conteúdo da carta deve ser passível de uma determinação adicional. De onde proviria a frase “se você quiser”? A propósito disso ocorreu a Dora o adendo de que, depois da palavra “quiser”, havia um ponto de interrogação, e com isso ela também reconheceu essas palavras como uma citação extraída da carta da Sra. K. que contivera o convite para L (o lugar junto ao lago). De maneira estranhíssima, após a intercalação “se você quiser vir”, havia nessa carta um ponto de interrogação colocado bem no meio da frase.

Assim, estamos outra vez de volta à cena do lago (ver em [1]) e aos enigmas ligados a ela. Pedi a Dora que me descrevesse essa cena minuciosamente. A princípio, ela não revelou grandes novidades. O Sr. K. fizera uma introdução razoavelmente séria, mas ela não o deixara terminar. Mal compreendeu do que se tratava, deu-lhe uma bofetada no rosto e se afastou às pressas. Eu queria saber que palavras ele empregara, mas Dora só se lembrou de uma de suas alegações: “Sabe, não tenho nada com minha mulher.” Naquele momento, para não tornar a encontrá-lo, ela quisera voltar para L contornando o lago a pé, e *perguntou a um homem com quem cruzou a que distância ficava*. Ante a resposta “duas horas e meia”, desistiu dessa intenção e voltou em busca do barco, que partiu logo depois. O Sr. K. também estava lá novamente, aproximou-se dela e lhe pediu que o desculpasse e não contasse nada sobre o incidente. Mas ela não lhe deu resposta alguma... É mesmo, o bosque do sonho era muito parecido com o bosque na orla do lago, no qual se desenrolara a cena que ela acabava de me descrever mais uma vez. Justamente esse mesmo bosque denso é que ela vira na véspera, num quadro de exposição secessionista. Ao fundo do quadro viam-se *ninfas*.

Nesse ponto, uma suspeita transformou-se em certeza para mim. *Bahnhof* [“estação”; literalmente, “pátio de ferrovia”] e *Friedhof* [“cemitério”; literalmente, “pátio de paz”], em lugar da genitália feminina, já eram bastante inusitados, mas guiaram minha atenção já aguçada para uma palavra de formação similar, “*Vorhof*” [“vestíbulo”; literalmente, “pátio anterior”], termo anatômico para designar uma região específica da genitália feminina. Mas isso poderia ser um equívoco por excesso de engenho. Agora, porém, com o acréscimo das “ninfas” que se viam ao fundo do “bosque denso”, já não podia haver dúvidas. Era uma geografia simbólica do sexo! “Ninfas”, como é sabido pelos médicos, embora não pelos leigos (embora mesmo entre os primeiros não seja muito usual), é como se chamam os pequenos lábios que ficam no fundo do “bosque denso” dos pêlos pubianos. Mas quem usa termos técnicos como “vestíbulo” e “ninfas” há de ter extraído seu conhecimento dos livros, e justamente não de livros populares, mas de manuais de anatomia ou de alguma enciclopédia, refúgio habitual dos jovens devorados pela curiosidade sexual. Portanto, se

essa interpretação estava certa, ocultava-se por trás da primeira situação do sonho uma fantasia de defloração, como quando um homem se esforça por penetrar na genitália feminina.

Partilhei minhas conclusões com Dora. A impressão causada deve ter sido imperiosa, pois emergiu imediatamente um pequenino fragmento esquecido do sonho: que *ela foi calmamente para seu quarto e pôs-se a ler um livro grande que estava sobre sua escrivaninha*. A ênfase recai aqui sobre dois detalhes: “calmamente” e “grande”, relacionado com o livro. Perguntei: “Ele tinha o formato de uma enciclopédia?” Dora disse que sim. Ora, as crianças nunca lêem calmamente sobre matérias proibidas numa enciclopédia. Fazem-no tremendo de medo e espiam inquietas para ver se alguém vem vindo. Os pais estorvam muito essas leituras. Mas a força realizadora de desejos que é própria do sonho melhorara radicalmente essa situação incômoda. O pai estava morto e os demais já tinham ido para o cemitério. Ela podia ler calmamente o que bem lhe aprouvesse. Não significaria isso que uma de suas razões para a vingança era também a revolta contra a coerção exercida pelos pais? Se seu pai estivesse morto, ela poderia ler ou amar como quisesse.

A princípio, ela se recusou a lembrar-se de algum dia ter lido uma enciclopédia, e depois admitiu que uma lembrança dessa ordem emergira nela, embora de conteúdo inocente. Na época em que a tia a quem tanto amava estivera gravemente enferma e já se havia decidido a viagem de Dora a Viena, chegou de outro tio uma *carta* anunciando que eles não poderiam ir a Viena, já que um filho dele, primo de Dora, portanto, adoecera perigosamente de uma apendicite. Na ocasião, ela consultou uma enciclopédia para saber quais eram os sintomas da apendicite. Do que leu então ela ainda recorda a dor característica localizada no abdômen.

Lembrei-me então de que, pouco depois da morte da tia, Dora sofrera em Viena de uma suposta apendicite (ver em [1]). Até esse momento, eu não me atrevera a incluir essa doença entre suas produções históricas. Contou-me ela que, nos primeiros dias, teve febre alta e sentiu no baixo ventre a mesma dor sobre a qual lera na enciclopédia. Puseram-lhe compressas frias, mas ela não conseguiu suportá-las; no segundo dia, em meio a violentas dores, chegou sua menstruação, que desde seu adoecimento tornara-se muito irregular. Nessa

época, ela sofria constantemente de constipação intestinal.

Não parecia correto conceber esse estado como puramente histérico. Se indubitavelmente ocorre a febre histérica, parecia arbitrário, por outro lado, atribuir a febre dessa doença questionável à histeria, e não a uma causa orgânica atuante na ocasião. Eu estava a ponto de abandonar essa pista quando a própria Dora veio em meu auxílio, trazendo seu último adendo ao sonho: “*ela se via com singular nitidez subindo as escadas.*”

Naturalmente, eu exigia para isso um determinante especial. Dora objetou que, afinal, tinha de subir a escada se pretendia chegar a seu apartamento, que ficava num andar alto. Foi-me fácil repelir essa objeção, levantada talvez não muito a sério, assinalando que, se no sonho ela pudera viajar da cidade estranha até Viena omitindo o percurso de trem, também poderia ter deixado de fora a subida da escada. Ela prosseguiu então no relato: depois da apendicite, tivera dificuldade em caminhar, pois arrastava o pé direito. Isso persistira por muito tempo, e portanto de bom grado ela evitava as escadas. Até hoje, o pé ainda se arrastava muitas vezes. Os médicos por ela consultados a pedido do pai muito se haviam admirado com essa seqüela extremamente incomum de uma apendicite, sobretudo porque a dor abdominal não voltou a aparecer e de modo algum acompanhava o arrastar do pé.

Tratava-se, portanto, de um autêntico sintoma histérico. Por mais que a febre da época fosse considerada orgânica - talvez por um dos ataques tão freqüentes de influenza sem localização particular -, estava agora comprovado que a neurose se apoderara desse evento fortuito e se valera dele para uma de suas manifestações. Assim, Dora havia arranjado para si uma doença sobre a qual lera na enciclopédia, punindo-se por essa leitura; e teve de reconhecer que o castigo não podia, em absoluto, referir-se à leitura do artigo inocente, mas que se deu mediante um deslocamento, depois que a essa leitura seguiu-se uma outra, mais carregada de culpa, que hoje se ocultava na lembrança por trás da leitura inocente contemporânea. Talvez ainda fosse possível investigar sobre que temas ela lera naquela ocasião.

Que significava, então, aquele estado que pretendia imitar uma peritífite? A seqüela da

afecção - o arrastar de uma perna - era inteiramente incompatível com uma peritífite, e por certo deveria adequar-se melhor ao sentido secreto, e talvez sexual, do quadro patológico; se fosse possível esclarecê-lo, ele poderia lançar luz sobre o sentido buscado. Tentei encontrar uma via de acesso para esse enigma. Tinha havido indicações temporais no sonho, e o tempo nunca é indiferente no acontecer biológico. Assim, perguntei quando ocorrera a apendicite, se antes ou depois da cena do lago. A resposta imediata, que solucionou de um só golpe todas as dificuldades, foi: nove meses depois. Esse intervalo é bem característico. A suposta apendicite realizara, portanto, com os modestos recursos à disposição da paciente (as dores e o fluxo menstrual), a fantasia de um *parto*. Naturalmente, Dora conhecia o significado desse prazo, e não pôde desmentir a probabilidade de ter lido na enciclopédia, naquela ocasião, a respeito da gravidez e do parto. Mas o que tinha isso a ver com o arrastar da perna? Eu podia agora arriscar uma conjectura. É assim que se anda quando se torce o pé. Portanto, ela dera um “passo em falso” e era perfeitamente correto que desse à luz nove meses depois da cena junto ao lago. Mas ainda me cabia colocar uma outra exigência. Tais sintomas só se formam, segundo minha convicção, quando se tem um modelo *infantil* para eles. Por minhas experiências feitas até agora, devo sustentar firmemente que as lembranças que se tem de épocas posteriores não dispõem da força necessária para se impor como sintomas. Eu não ousava esperar que Dora me fornecesse o material infantil desejado, posto que ainda não posso afirmar a validade universal da tese acima, por mais que me agradasse fazê-lo. Aqui, porém, a confirmação veio de imediato. Sim, quando pequena, ela torcera certa vez esse mesmo pé; estava em B e, ao descer as *escadas*, escorregara num degrau; o pé, justamente o mesmo que ela arrastava depois, inchava e tivera de ser enfaixado, deixando-a em repouso por algumas semanas. Isso foi pouco tempo antes da asma nervosa que lhe sobreveio no oitavo ano de vida (ver em [1]).

Agora era preciso tirar proveito da comprovação dessa fantasia: “Se você passou por um parto nove meses depois da cena do lago, e se até hoje arca com as conseqüências do passo em falso, isso prova que, no inconsciente, você lamentou o desfecho da cena. Assim, em seu pensamento inconsciente, tratou de corrigi-lo. A premissa de sua fantasia de parto é que, de fato, algo aconteceu naquela ocasião, que você vivenciou e experimentou então tudo o que, mais tarde, teve de extrair da enciclopédia. Como vê, seu amor pelo Sr. K. não terminou com aquela cena, mas, como afirmei, persistiu até o dia de hoje, embora em seu inconsciente.” Dora não mais o contradisse.

Esses trabalhos para esclarecer o segundo sonho haviam requerido duas sessões. Quando,

ao término da segunda, expressei minha satisfação ante o conseguido, ela respondeu em tom desdenhoso: “ - Ora, será que apareceu tanta coisa assim?” E com isso preparei-me para a chegada de outras revelações.

Dora iniciou a terceira sessão com estas palavras:

“ - O senhor sabe, doutor, que hoje estou aqui pela última vez?”

- Não posso saber, pois você não me disse nada a esse respeito.

“ - É, eu me propusera agüentar até o Ano Novo, mas não quero esperar mais pela cura.”

- Você sabe que tem sempre a liberdade de se retirar. Mas hoje ainda vamos continuar trabalhando. Quando foi que tomou essa decisão?

“ - Faz uns quatorze dias, creio.”

- Isso soa como uma empregada ou uma governanta: um aviso prévio de quatorze dias.

“ - Havia também uma governanta que deu aviso prévio na casa dos K. quando os visitei em L, no lago.”

- É mesmo? Você nunca me contou nada sobre ela. Conte-me, por favor.

“ - Bem, havia uma mocinha na casa, como governanta das crianças, que exibia um comportamento estranhíssimo em relação ao Sr. K. Não o cumprimentava, não lhe dava nenhuma resposta, nunca lhe entregava nada à mesa quando ele lhe pedia, em suma, tratava-o como se fosse vento. Aliás, ele também não era muito mais cortês com ela. Um ou dois dias antes da cena do lago, a moça me chamou à parte; tinha algo a me comunicar. Contou-me então que o Sr. K., numa época em que sua mulher estivera ausente por várias semanas, tinha-se aproximado dela, fizera-lhe um assédio insistente e lhe pedira que fosse solícita com ele, dizendo que não tinha nada com sua mulher etc.”

- Ora, são as mesmas palavras que ele usou ao fazer-lhe sua proposta, e em função das quais você lhe deu a bofetada no rosto.

“ - É. Ela cedeu, mas em pouco tempo ele já não lhe dava importância, e desde então ela

passou a odiá-lo.”

- E essa governanta deu um aviso prévio?

“- Não, estava pretendendo fazê-lo. Disse-me que, tão logo se sentiu abandonada, contou o acontecido a seus pais, que são gente decente que mora em algum lugar da Alemanha. Os pais lhe exigiram que abandonasse a casa imediatamente e, como isso não foi feito, escreveram dizendo que não queriam mais saber dela, que ela nunca mais poderia voltar para casa.”

- E por que ela não foi embora?

“- Disse que ainda queria esperar um pouco para ver se o Sr. K. não se modificaria. Não suportava viver daquela maneira. Se não visse nenhuma mudança, daria o aviso prévio e sairia.”

- E o que aconteceu com a moça?

“- Só sei que foi embora.”

- Não teve nenhum filho dessa aventura?

“- Não.”

Em meio à análise, portanto - aliás, em perfeito acordo com as regras -, ali vinha à luz um fragmento de material efetivo que ajudava a solucionar problemas previamente levantados. Pude dizer a Dora:

- Agora conheço o motivo daquela bofetada com que você respondeu à proposta do Sr. K. Não foi a afronta pela impertinência dele, mas uma vingança por ciúme. Quando a mocinha lhe contou sua história, você ainda pôde valer-se de sua arte de pôr de lado tudo o que não convinha a seus sentimentos. Mas no momento em que o Sr. K. usou as palavras “Não tenho nada com minha mulher”, que ele também dissera à senhorita, novas emoções foram despertadas em você e fizeram pender a balança. Você disse a si mesma: “Como se atreve

ele a me tratar como uma governanta, uma serviçal?” A esse orgulho ferido somaram-se o ciúme e os motivos de prudência conscientes: definitivamente, era demais. Para provar o quanto você ficou impressionada com a história da governanta, relembro suas repetidas identificações com ela no sonho e em sua própria conduta. Você contou a seus pais, o que até aqui não havíamos compreendido, tal como a moça escreveu aos pais dela. Está-se despedindo de mim como uma governanta, com um aviso prévio de quatorze dias. A carta do sonho, que lhe permite voltar para casa, é a contrapartida da carta dos pais da moça, em que ela é proibida de fazê-lo.

“ - E por que, então, não contei a meus pais imediatamente?”

- Quanto tempo deixou passar?

“ - A cena ocorreu no último dia de junho; em 14 de julho contei-a a mamãe.”

- Outra vez, portanto, quatorze dias, o prazo característico para uma criada! Agora posso responder à sua pergunta. Você compreendeu muito bem a pobre moça. Ela não queria ir-se de imediato porque ainda tinha esperanças, porque esperava que o Sr. K. voltasse a lhe dar sua ternura. Esse deve ter sido também o seu motivo. Você aguardou esse prazo para ver se ele renovaria suas propostas; daí teria concluído que ele estava agindo a sério, e que não queria brincar com você como fizera com a governanta.

“ - Nos primeiros dias depois da partida ele ainda me mandou um cartão-postal.”

- Sim, mas como não veio nada mais, você deu livre curso a sua vingança. Posso até imaginar que, nessa época, ainda havia lugar para a intenção colateral, mediante a acusação, de induzi-lo a viajar até o local onde você morava.

“ - ... Que foi, aliás, o que ele primeiro se ofereceu a fazer”, interrompeu ela.

- Então sua saudade dele ter-se-ia apaziguado - aqui, ela assentiu com a cabeça, coisa que eu não havia esperado - e ele poderia ter-lhe dado a satisfação que você reclamava.

“ - Que satisfação?”

- É que estou começando a suspeitar de que você levou a questão com o Sr. K. muito mais a sério do que quis revelar até agora. Não havia entre os K. conversas freqüentes sobre divórcio?

“ - Certamente; primeiro ela não queria, por causa dos filhos, e agora ela quer, mas ele não quer mais.”

- Será que não pensou que ele queria divorciar-se da mulher para se casar com você? E que agora já não quer fazê-lo, por não ter nenhuma substituta? Há dois anos, sem dúvida, você era muito jovem, mas você mesma me contou que sua mãe ficou noiva aos dezessete anos, e depois esperou dois anos pelo marido. A história amorosa da mãe costuma ser um modelo para a filha. Por isso, você também queria esperar, e achou que ele estava apenas aguardando que você amadurecesse o bastante para se tornar mulher dele. Imagino que esse tenha sido um projeto de vida muito sério para você. E não tem sequer o direito de afirmar que essa intenção estivesse excluída para o Sr. K., pois você me contou sobre ele o bastante para apontar diretamente para esse propósito. Tampouco a conduta dele em L contradiz isso. Você não o deixou terminar sua fala e não sabe o que ele queria dizer-lhe. Aliás, o projeto não seria tão impossível de realizar. As relações entre seu pai e a Sra. K., que provavelmente você só apoiou por tanto tempo por causa disso, davam-lhe a certeza de que se conseguiria o consentimento da mulher para o divórcio, e com seu pai você consegue o que quer. Na verdade, se a tentação em L houvesse tido outro desfecho, essa teria sido a única solução possível para todas as partes. Penso também que por isso você lamentou tanto o outro desenlace e o corrigiu na fantasia que se apresentou como uma apendicite. Assim, deve ter sido uma grande decepção para você que, em vez de uma proposta renovada, suas acusações tenham tido como resultado as negativas e as calúnias do Sr. K. Você admite que nada a enfurece mais do que acreditarem que você imaginou a cena do lago (ver em [1]). Agora sei do que é que não quer ser lembrada: é de ter imaginado que a proposta estava sendo feita a sério e que o Sr. K. não desistiria até que você se casasse com ele.

Dora me escutara sem me contradizer como de costume. Parecia emocionada; despediu-se da maneira mais amável, com votos calorosos para o Ano-Novo, e... nunca mais voltou. O pai, que ainda me visitou algumas vezes, garantiu que ela voltaria; notava-se, dizia, que ela estava ansiosa pela continuação do tratamento. Mas ele não era totalmente sincero. Havia apoiado o tratamento enquanto lhe fora possível esperar que eu “dissuadisse” Dora da idéia de que entre ele e a Sra. K. havia algo além de uma amizade. Seu interesse desvaneceu-se ao notar que não era minha intenção promover esse resultado. Eu sabia que ela não retornaria. Foi um indubitável ato de vingança que, no momento em que minhas esperanças de um término feliz do tratamento estavam no auge, ela partisse de maneira tão inesperada e aniquilasse essas esperanças. Também sua tendência a prejudicar a si mesma beneficiou-se desse procedimento. Quem, como eu, invoca os mais maléficos e maldomados demônios que habitam o peito humano, com eles travando combate, deve estar preparado para não sair ileso dessa luta. Será que eu poderia ter conservado a moça em tratamento, se tivesse eu

mesmo representado um papel, se exagerasse o valor de sua permanência para mim e lhe mostrasse um interesse caloroso que, mesmo atenuado por minha posição de médico, teria equivalido a um substituto da ternura por que ela ansiava? Não sei. Já que em todos os casos parte dos fatores encontrados sob a forma de resistência permanecem desconhecidos, sempre evitei desempenhar papéis e me contentei com uma arte psicológica mais modesta. A despeito de todo o interesse teórico e de todo o empenho médico de curar, tenho muito presente que a influência psíquica necessariamente tem limites, e respeito como tais também a vontade e a compreensão do paciente.

Tampouco sei se o Sr. K. teria logrado mais se lhe fosse revelado que aquela botetada no rosto de modo algum significara um “não” definitivo de Dora, mas que expressara o ciúme recém-despertado nela, enquanto as moções mais intensas de sua vida anímica ainda tomavam o partido dele. Se ele não tivesse dado ouvidos a esse primeiro “não” e houvesse persistido em sua proposta com uma paixão mais convincente, o resultado bem poderia ter sido um triunfo da afeição da moça sobre todas as suas dificuldades internas. Mas creio que, talvez com a mesma facilidade, isso poderia tê-la apenas provocado a satisfazer nele, com intensidade ainda maior, sua sede de vingança. Nunca se pode calcular para que lado penderá a decisão no conflito entre os motivos, se para a eliminação ou o reforço do recalçamento. A incapacidade para o atendimento de uma demanda amorosa *real* é um dos traços mais essenciais da neurose; os doentes são dominados pela oposição entre a realidade e a fantasia. Aquilo por que mais intensamente anseiam em suas fantasias é justamente aquilo de que fogem quando lhes é apresentado pela realidade, e com maior gosto se entregam a suas fantasias quando já não precisam temer a realização delas. A barreira levantada pelo recalçamento, no entanto, pode cair sob o assalto de excitações violentas de causa real; a neurose ainda pode ser derrotada pela realidade. Mas não podemos avaliar genericamente em quem e de que maneira essa cura seria possível.

POSFÁCIO

É verdade que anunciei esta comunicação como um fragmento de análise; mas não de tê-la achado incompleta em proporções muito maiores do que seu título levaria a esperar. Convém, portanto, que eu tente indicar os motivos dessas omissões nada acidentais.

Falta uma série de resultados da análise, em parte porque, quando da interrupção do trabalho, eles não estavam suficientemente reconhecidos, e em parte porque teriam requerido um prosseguimento para se chegar a alguma conclusão geral. Noutros pontos, onde me pareceu admissível, aponte o rumo provável em que cada solução seria encontrada. Além disso, omiti por completo a técnica, que nada tem de óbvia e unicamente através da qual se pode extrair da matéria-prima das associações do enfermo o metal puro dos valiosos pensamentos inconscientes. Isso traz a desvantagem de o leitor não poder confirmar, nesta exposição, o acerto de meu procedimento. Contudo, pareceu-me totalmente impraticável lidar ao mesmo tempo com a técnica da análise e com a estrutura interna de um caso de histeria; para mim, isso seria uma tarefa quase impossível, e a leitura seria certamente intragável para o leitor. A técnica exige uma exposição totalmente separada, que a esclareça mediante numerosos exemplos extraídos dos mais diversos casos e possa prescindir do resultado obtido em cada um deles. Tampouco tentei fundamentar aqui as premissas psicológicas vislumbradas em minhas descrições dos fenômenos psíquicos. Nada se produziria com uma fundamentação descuidada, e uma que fosse minuciosa constituiria uma obra por si só. Posso apenas assegurar que abordei o estudo dos fenômenos revelados pela observação dos psiconeuróticos sem estar comprometido com nenhum sistema psicológico definido, e que depois modifiquei vez após outra minhas opiniões, até me parecerem adequadas para dar conta da trama das observações efetuadas. Não me orgulho por ter evitado a especulação, porém o material para estas hipóteses foi obtido mediante a mais ampla e laboriosa observação. Em particular, é possível que a firmeza de meu ponto de vista na questão do inconsciente seja chocante, uma vez que opero com representações, cursos de pensamento e moções inconscientes como se fossem objetos da psicologia tão bons e incontestáveis quanto todo o consciente; mas de uma coisa estou certo: quem quer que empreenda a investigação desse mesmo campo de fenômenos com o mesmo método não poderá deixar de situar-se no mesmo ponto de vista, apesar de todas as dissuasões dos filósofos.

Os colegas que consideram puramente psicológica minha teoria da histeria, e que por isso a qualificam de antemão como incapaz de solucionar um problema patológico, deduzirão deste ensaio que sua objeção transfere injustificadamente para a teoria o que constitui uma característica da técnica. Apenas a técnica terapêutica é puramente psicológica; a teoria de modo algum deixa de apontar para as bases orgânicas da neurose, muito embora não as procure em alguma alteração anatomopatológica e substitua provisoriamente pela função orgânica a alteração química esperada, mas ainda impossível de conceber atualmente. Ninguém há de querer negar o caráter de fator orgânico da função sexual, na qual vejo a fundamentação da histeria e das psiconeuroses em geral. Suspeito que nenhuma teoria da

vida sexual possa evitar a hipótese da existência de determinadas substâncias sexuais de ação excitante. De fato, dentre todos os quadros patológicos de que tomamos conhecimento na clínica, as intoxicações e a abstinência quando do uso crônico de certos venenos são os que mais se aproximam das autênticas psiconeuroses.

Tampouco me estendi neste ensaio, entretanto, acerca do que hoje se pode dizer sobre a “complacência somática”, os germes infantis da perversão, as zonas erógenas e a predisposição para a bissexualidade; apenas destaquei os pontos em que a análise tropeça nesses fundamentos orgânicos dos sintomas. Mais não se poderia fazer com um caso isolado, e tive as mesmas razões antes apontadas para evitar uma discussão passageira desses fatores. Há aqui uma oportunidade abundante para trabalhos posteriores, baseados num grande número de análises.

Com esta publicação tão incompleta, eu quis alcançar duas coisas. Em primeiro lugar, como um complemento a meu livro sobre a interpretação dos sonhos, mostrar como essa arte, que de outro modo seria inútil, pode ser proveitosa para a descoberta do oculto e do recalcado na vida anímica; aliás, na análise dos dois sonhos aqui comunicados, levou-se em consideração a técnica da interpretação dos sonhos, semelhante à técnica psicanalítica. Em segundo lugar, quis despertar interesse numa série de situações que a ciência ainda hoje desconhece por completo, já que somente a aplicação desse procedimento específico permite desvendá-las. Ninguém podia ter uma noção exata da complicação dos processos psíquicos na histeria, da justaposição das mais diversas moções, do vínculo recíproco entre os opostos, dos recalques e deslocamentos etc. A ênfase de Janet na *idée fixe*, que se converte no sintoma, não significa nada além de uma esquematização realmente precária. Não se pode evitar a suposição de que certas excitações cujas respectivas representações não são passíveis de se conscientizar atuam diferentemente umas sobre as outras, têm cursos diferentes e levam a manifestações diversas das que chamamos “normais”, cujo conteúdo de representação torna-se consciente para nós. Uma vez esclarecidas as coisas até esse ponto, nada mais poderá estorvar a compreensão de uma terapia que suprime os sintomas neuróticos transformando as representações do primeiro tipo em representações normais.

Empenhava-me também em mostrar que a sexualidade não intervém simplesmente como um *deus ex machina* que se apresentasse uma única vez em algum ponto da engrenagem dos

processos característicos da histeria, mas que fornece a força impulsora para cada sintoma singular e para cada manifestação singular de um sintoma. Os fenômenos patológicos são, dito de maneira franca, *a atividade sexual do doente*. Um caso isolado nunca permitirá demonstrar uma tese tão geral, mas só posso repetir vez após outra, pois jamais constato outra coisa, que a sexualidade é a chave do problema das psiconeuroses, bem como das neuroses em geral. Quem a desprezar nunca será capaz de abrir essa porta. Ainda aguardo as investigações capazes de refutar ou restringir essa tese. O que tenho ouvido até agora não passam de manifestações de desagrado pessoal ou de incredulidade, às quais basta contrapor o dito de Charcot: “Ça n’empêche pas d’exister.”

O caso de cuja história clínica e terapêutica aqui publiquei um fragmento tampouco é apropriado para situar em sua justa luz o valor da terapia psicanalítica. Não apenas a brevidade do tratamento, que mal chegou a três meses, como também outro fator, inerente ao próprio caso, impediram que a cura se concluísse com a melhora obténível em outros casos, uma melhora admitida pelo enfermo e por seus parentes, que mais ou menos se aproxima de uma recuperação completa. Obtém-se tal resultado satisfatório quando as manifestações patológicas são exclusivamente sustentadas pelo conflito interno entre as moções concernentes à sexualidade. Nesses casos, vê-se melhorar o estado do doente à medida que, traduzindo o material patogênico em material normal, contribui-se para o solucionamento de seus problemas psíquicos. O rumo tomado é diverso quando os sintomas se colocam a serviço de motivos vitais externos, como aconteceu com Dora nos últimos dois anos. Fica-se surpreso, e pode-se facilmente errar o caminho, quando se toma conhecimento de que o estado do doente não dá sinal de se modificar nem mesmo depois de o trabalho ter progredido muito. Na realidade, porém, as coisas não são tão ruins; é certo que os sintomas não desaparecem enquanto o trabalho prossegue, e sim algum tempo depois, uma vez dissolvidos os vínculos com o médico. O adiamento da cura ou da melhora só é realmente causado pela pessoa do médico.

Devo estender-me um pouco mais para tornar essa questão inteligível. Durante o tratamento psicanalítico, pode-se dizer com segurança que uma nova formação de sintomas fica regularmente sustada. A produtividade da neurose, porém, de modo algum se extingue, mas se exerce na criação de um gênero especial de formações de pensamento, em sua maioria inconscientes, às quais se pode dar o nome de *“transferências”*.

O que são as transferências? São reedições, reproduções das moções e fantasias que, durante o avanço da análise, soem despertar-se e tornar-se conscientes, mas com a característica (própria do gênero) de substituir uma pessoa anterior pela pessoa do médico. Dito de outra maneira: toda uma série de experiências psíquicas prévia é revivida, não como algo passado, mas como um vínculo atual com a pessoa do médico. Algumas dessas transferências em nada se diferenciam de seu modelo, no tocante ao conteúdo, senão por essa substituição. São, portanto, para prosseguir na metáfora, simples reimpressões, reedições inalteradas. Outras se fazem com mais arte: passam por uma moderação de seu conteúdo, uma *sublimação*, como costume dizer, podendo até tornar-se conscientes ao se apoiarem em alguma particularidade real habilmente aproveitada da pessoa ou das circunstâncias do médico. São, portanto, edições revistas, e não mais reimpressões.

Quando se penetra na teoria da técnica analítica, chega-se à concepção de que a transferência é uma exigência indispensável. Na prática, pelo menos, fica-se convencido de que não há nenhum meio de evitá-la, e de que essa última criação da doença deve ser combatida como todas as anteriores. Ocorre que essa parte do trabalho é de longe a mais difícil. Interpretar os sonhos, extrair das associações do enfermo os pensamentos e lembranças inconscientes, e outras artes similares de tradução são fáceis de aprender: o próprio doente sempre fornece o texto para elas. Somente a transferência é que se tem de apurar quase que independentemente, a partir de indícios ínfimos e sem incorrer em arbitrariedades. Mas ela é incontornável, já que é utilizada para produzir todos os empecilhos que tornam o material inacessível ao tratamento, e já que só depois de resolvida a transferência é que surge no enfermo o sentimento de convicção sobre o acerto das ligações construídas [durante a análise].

Tender-se-á a considerar uma séria desvantagem desse procedimento, aliás nada cômodo, que ele próprio multiplique o trabalho do médico, criando uma nova espécie de produtos psíquicos patológicos, e talvez se queira até inferir da existência das transferências algum prejuízo para o doente através do tratamento analítico. Ambas as suposições estariam erradas. O trabalho do médico não é multiplicado pela transferência; de fato, é-lhe indiferente ter de superar a respectiva moção do enfermo ligada a sua pessoa ou a alguma outra. Mas o tratamento tampouco obriga o doente, com a transferência, a qualquer nova tarefa que de outro modo ele não executasse. Se também se produzem curas da neurose em instituições das quais o tratamento psicanalítico está excluído, se é possível dizer que a histeria não é curada pelo método, e sim pelo médico, e se é freqüente obter-se como resultado uma espécie de dependência cega e de cativo permanente do enfermo perante o médico que o livrou de seus sintomas através da sugestão hipnótica, a explicação científica

de tudo isso há de ser vista nas “transferências” que o doente faz regularmente para a pessoa do médico. O tratamento psicanalítico não cria a transferência, mas simplesmente a revela, como a tantas outras coisas ocultas na vida anímica. A única diferença manifesta-se em que, espontaneamente, o enfermo só evoca transferências ternas e amistosas que contribuam para sua cura; não podendo ser esse o caso, ele se afasta o mais rápido possível, sem ser influenciado pelo médico que não lhe é “simpático”. Na psicanálise, por outro lado, de acordo com sua colocação diferenciada dos motivos, despertam-se todas as moções [do paciente], inclusive as hostis; mediante sua conscientização elas são aproveitadas para fins de análise, e com isso a transferência é repetidamente aniquilada. A transferência, destinada a constituir o maior obstáculo à psicanálise, converte-se em sua mais poderosa aliada quando se consegue detectá-la a cada surgimento e traduzi-la para o paciente.

Fui obrigado a falar da transferência porque somente através desse fator pude esclarecer as particularidades da análise de Dora. O que constitui seu grande mérito e que a fez parecer adequada para uma primeira publicação introdutória, a saber, sua transparência incomum, está intimamente ligado a seu grande defeito, que levou a sua interrupção prematura. Não consegui dominar a tempo a transferência; graças à solicitude com que Dora punha à minha disposição no tratamento uma parte do material patogênico, esqueci a precaução de estar atento aos primeiros sinais da transferência que se preparava com outra parte do mesmo material, ainda ignorada por mim. Desde o início ficou claro que em sua fantasia eu substituía seu pai, o que era fácil de compreender em vista de nossa diferença de idade. Dora chegou até a me comparar com ele conscientemente, buscando, angustiada, assegurar-se de minha completa sinceridade para com ela, já que seu pai “preferia sempre o segredo e os rodeios tortuosos”. Depois, ao surgir o primeiro sonho, no qual ela se alertava a abandonar o tratamento tal como antes deixara a casa do Sr. K., eu mesmo deveria ter-me precavido, dizendo-lhe: “Agora você fez uma transferência do Sr. K. para mim. Acaso terá notado algo que a leve a suspeitar de más intenções semelhantes às do Sr. K. (diretamente ou por meio de alguma sublimação)? Ou será que algo em mim chamou sua atenção, ou que você soube de alguma coisa a meu respeito que me fez cair em suas graças, como lhe ocorreu antes com o Sr. K.?” Então a atenção dela ter-se-ia voltado para algum detalhe de nosso relacionamento, em minha pessoa ou nas minhas condições, por trás do qual se esconderia algo análogo, mas incomparavelmente mais importante, a respeito do Sr. K.; e mediante a resolução dessa transferência a análise teria obtido acesso a um novo material mnêmico, provavelmente ligado a fatos reais. Mas fiquei surdo a essa primeira advertência, pensando haver tempo, de sobra, já que não se apresentavam outros estágios da transferência e ainda não se esgotara o material para análise. Assim, fui surpreendido pela transferência e, por causa desse “x” que me fazia lembrar-lhe o Sr. K., ela se vingou de mim como queria vingar-se dele, e me abandonou como se acreditara enganada e abandonada por ele. Assim, *atuou* uma parte essencial de suas lembranças e fantasias, em vez de reproduzi-las no

tratamento. Naturalmente, não sei dizer qual era esse “x”: desconfio que se relacionasse com dinheiro, ou com ciúmes de uma outra paciente que, uma vez curada, continuara a manter relações com minha família. Quando as transferências se deixam abarcar precocemente na análise, o curso desta é opacificado e retardado, mas sua existência fica mais assegurada contra as resistências repentinas e insuperáveis.

No segundo sonho de Dora, a transferência é substituída por diversas alusões claras. Quando ela o narrou, eu ainda não sabia (só fiquei sabendo dois dias depois) que só nos restavam *duas horas* de trabalho, o mesmo tempo que ela passara em frente à Madona Sistina (ver em [1]) e também, introduzindo uma correção (duas horas em vez de duas horas e meia), o que lhe fora indicado como a extensão do trajeto ao redor do lago, que ela não seguira (ver em [1]). As aspirações e a espera no sonho, relacionadas com o rapaz na Alemanha e provenientes da espera de que o Sr. K. pudesse casar-se com ela, já se haviam expressado na transferência dias antes: o tratamento se prolongava muito e ela não tinha paciência de esperar tanto, muito embora, nas primeiras semanas, houvesse demonstrado discernimento suficiente para escutar, sem fazer tais objeções, meu anúncio de que seu pleno restabelecimento talvez requeresse um ano. A recusa a ser acompanhada e a preferência por ir sozinha, manifestas no sonho e igualmente originárias da visita à galeria de Dresden, eram algo que eu próprio deveria experimentar no dia marcado. Tinham sem dúvida esse sentido: “Já que todos os homens são tão detestáveis, prefiro não me casar. Esta é minha vingança.”

Quando, no decorrer do tratamento, as moções de crueldade e os motivos de vingança já usados na vida do paciente para sustentar seus sintomas transferem-se para o médico, antes que ele tenha tido tempo de afastá-los de sua pessoa reconduzindo-os a suas origens, não surpreende que o estado do enfermo não exiba a influência de seu empenho terapêutico. De que maneira pode o doente vingar-se com mais eficácia do que demonstrando, em sua própria pessoa, quão impotente e incapaz é o médico? Ainda assim, não me inclino a subestimar o valor terapêutico nem mesmo de tratamentos tão fragmentários quanto foi o de Dora.

Só depois de decorridos quinze meses do término do tratamento e da redação deste texto recebi notícias do estado de minha paciente e, por conseguinte, dos resultados da terapia. Numa data nada indiferente, o dia 1º de abril - sabemos que as indicações temporais nunca

foram desprovidas de sentido para ela -, Dora apresentou-se diante de mim para concluir sua história e pedir-me ajuda novamente, mas uma olhadela para sua expressão revelou-me que ela não levava a sério esse pedido. Nas quatro ou cinco semanas após deixar o tratamento ela andou numa “atrapalhação”, segundo disse. Sobreveio então uma grande melhora: os ataques rarearam e seu estado de ânimo se elevou. Em maio daquele ano morreu um dos filhos do casal K., que sempre fora doentio. Ela aproveitou a oportunidade dessa perda para fazer-lhes uma visita de condolências, e os K. a receberam como se nada houvesse acontecido naqueles últimos três anos. Nessa ocasião, ela se reconciliou com eles, vingou-se deles e levou seu assunto a uma conclusão que lhe foi satisfatória. À mulher, disse: “Sei que você tem um relacionamento com papai”, e esta não o negou. Quanto ao marido, provocou-o a confessar a cena do lago antes contestada por ele, e levou ao pai essa notícia justificatória. Desde então não retomou seu relacionamento com essa família.

Depois disso, ela foi muito bem até meados de outubro, época em que lhe sobreveio outro ataque de afonia que perdurou três semanas. Surpreso diante dessa comunicação, perguntei-lhe se tinha havido algo que ensejasse isso e soube que o ataque se seguira a um susto violento. Ela vira alguém ser atropelado por uma carruagem. Por fim, saiu-se com a informação de que o acidente não atingira outra pessoa senão o Sr. K. Deparara com ele na rua um dia, num lugar de tráfego intenso; ele se quedara diante dela, como que desconcertado, e nesse estado de distração fora derrubado por uma carruagem. A propósito, ela se convencera de que ele havia escapado sem nenhum dano considerável. Ainda lhe causava uma ligeira emoção ouvir falar no relacionamento de seu pai com a Sra. K., mas ela já não se imiscuía nisso. Estava dedicada a seus estudos e não pensava em se casar.

Viera buscar minha ajuda por causa de uma nevralgia facial do lado direito, que agora persistia dia e noite. - Desde quando? perguntei-lhe. “Exatamente há quatorze dias.” Não pude deixar de sorrir, pois foi-me possível demonstrar-lhe que justamente quatorze dias antes ela lera uma notícia referente a mim nos jornais, o que ela confirmou (isso foi em 1902).

A suposta nevralgia facial correspondia, portanto, a uma autopunição, ao remorso pela bofetada que ela dera naquele dia no Sr. K. e pela transferência vingativa daí feita para mim. Não sei que tipo de auxílio ela queria pedir-me, mas prometi perdoá-la por ter-me privado

da satisfação de livrá-la muito mais radicalmente de seus padecimentos.

Passaram-se novamente vários anos desde sua visita. A moça se casou, e por certo com aquele rapaz que, se todos os indícios não me enganam, fora mencionado em suas associações no início da análise do segundo sonho. Tal como o primeiro sonho significara o afastamento do homem amado em direção ao pai, ou seja, a fuga da vida para a doença, esse segundo sonho anunciou que ela se desprenderia do pai e ficaria recuperada para a vida.

TRÊS ENSAIOS SOBRE A TEORIA DA SEXUALIDADE (1905)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

DREI ABHANDLUNGEN ZUR SEXUAL THEORIE

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1905 Leipzig e Viena: Deuticke, ii + 83 págs.

1910 2ª Ed., Leipzig e Viena: Deuticke, iii + 87 págs. (Com acréscimos)

1915 3ª Ed., Leipzig e Viena: Deuticke, vi + 101 págs. (Com acréscimos)

1920 4ª Ed., Leipzig e Viena: Deuticke: viii + 104 págs. (Com acréscimos)

1922 5ª Ed., Leipzig e Viena: Deuticke: viii + 104 págs. (Sem alterações)

1924 *G.S.*, 5, 3-119 (Com acréscimos)

1925 6ª Ed., Leipzig e Viena: Deuticke, 120 págs. (= *G.S.* 5)

1942 *G.W.*, 5, 29-145 (Sem alterações)

1972 *S.A.*, 5, pp. 37-145.

“Vorwort zur vierten Auflage”

1920 *Int. Z. Psychoanal.*, 6, p. 247.

1920 Leipzig e Viena: Deuticke, pp. vii-viii.

1922 Leipzig e Viena: Deuticke, pp. vii-viii.

1924 *G.S.*, 5, pág. 5.

1925 Leipzig e Viena: Deuticke, p. 5.

1942 *G.W.*, 5, pp. 31-2.

1972 *S.A.*, 5, pp. 45-6.

(b) TRADUÇÕES EM INGLÊS:

Three Contributions to the Sexual Theory

1910 Nova York: Journal of Nerv. and Ment. Dis. Publ. Co. (Série de Monografias nº 7), x + 91 págs. (Trad. de A.A. Brill; Introd. de J.J. Putnam.)

Three Contributions to the Theory of Sex

1916 2ª Ed. da de 1910, acima, xi + 117 págs. (Com acréscimos)

1918 3ª Ed., xii + 117 págs.

1930 4ª Ed., xiv + 104 págs. (Revisada)

1938 *Basic Writings*, 553-629 (Reedição da ed. de 1930, acima.)

Three Essays on the Theory of Sexuality

1949 Londres: Imago Publishing Co., 133 págs. (Trad. de James Strachey.)

A presente tradução [inglesa] é uma versão corrigida e ampliada da que se publicou em 1949.

Os Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade, juntamente com *A Interpretação dos Sonhos*, figuram sem dúvida como as contribuições mais significativas e originais de Freud para o conhecimento humano. Não obstante, na forma em que costumamos ler esses ensaios, é difícil avaliar a natureza exata de seu impacto quando da primeira publicação. É que, no decorrer de edições sucessivas num período de vinte anos, eles foram submetidos por seu autor a mais modificações e acréscimos do que qualquer outro de seus escritos, salvo, talvez, pela própria *Interpretação dos Sonhos*. Esta edição difere num importante aspecto

de todas as que a antecederam, seja em alemão ou em inglês. Embora se baseie na sexta edição alemã de 1925, última a ser publicada durante a vida de Freud, ela indica, com as respectivas datas, todas as alterações substanciais introduzidas na obra desde sua primeira edição. Em todos os pontos em que se suprimiu ou modificou grandemente o material nas edições posteriores, o trecho omitido ou a versão anterior são fornecidos em notas de rodapé. Isso permitirá ao leitor ter uma noção mais clara de como eram estes ensaios em sua forma original.

Provavelmente causará surpresa, por exemplo, saber que a íntegra das seções sobre as teorias sexuais infantis e sobre a organização pré-genital da libido (ambas no segundo ensaio) só foi acrescentada em 1915, dez anos após a primeira edição do livro. Esse mesmo ano trouxe também o acréscimo da seção sobre a teoria da libido, no terceiro ensaio. Menos surpreendente é que os avanços da bioquímica tenham tornado necessário (em 1920) reescrever o parágrafo sobre as bases químicas da sexualidade. Nesse ponto, a rigor, a surpresa funciona mais no sentido inverso, pois a versão original desse parágrafo, aqui impressa numa nota, mostra a notável antevisão de Freud nesse aspecto e revela quão pouco se fez necessário alterar suas concepções (ver em [1]).

Entretanto, a despeito dos acréscimos consideráveis feitos ao livro após sua publicação original, sua essência já estava presente em 1905, sendo mesmo possível rastrear-lhe as origens até datas ainda mais remotas. A história completa do interesse de Freud pelo assunto pode agora, graças à publicação da correspondência com Fliess (1950a), ser pormenorizadamente acompanhada, mas basta-nos aqui indicar seus contornos gerais. As observações clínicas da importância dos fatores sexuais na causação da neurose de angústia e da neurastenia, inicialmente, e das psiconeuroses, mais tarde, foram o que levou Freud pela primeira vez a uma investigação geral do tema da sexualidade. Suas primeiras abordagens, durante o início da década de 1890, partiram dos pontos de vista da fisiologia e da química. Por exemplo, encontra-se uma hipótese neurofisiológica sobre os processos de excitação e descarga sexuais na Seção III de seu primeiro artigo sobre a neurose de angústia (1895b); um notável diagrama ilustrando essa hipótese aparece no Rascunho G das cartas a Fliess, aproximadamente na mesma época, mas já fora mencionado um ano antes (no Rascunho D). A insistência de Freud nas bases químicas da sexualidade remonta pelo menos a essa época (mas há também uma alusão ao tema no Rascunho D, provavelmente datado da primavera de 1894). Nesse caso, Freud acreditava dever muito às sugestões de Fliess, como fica demonstrado, entre outros pontos, em suas associações ao famoso sonho da injeção de Irma, no verão de 1895 (*A Interpretação dos Sonhos*, Capítulo II). Era também a Fliess que devia algumas sugestões sobre o tema correlato da bissexualidade (ver em [1]), que Freud

mencionou numa carta de 6 de dezembro de 1896 (Carta 52) e que, mais tarde, veio a considerar como um “fator decisivo” (ver em [1]), embora sua opinião final sobre a atuação desse fator o tenha colocado em desacordo com Fliess. É nessa mesma carta de fins de 1896 (Freud, 1950a, Carta 52) que encontramos a primeira referência às zonas erógenas (passíveis de estimulação na infância, porém mais tarde sufocadas) e a seus vínculos com as perversões. No início do mesmo ano (Rascunho K, de 1º de janeiro de 1896) - e aqui podemos ver indícios de uma abordagem mais psicológica -, surge também uma discussão sobre as forças recaladoras, o asco, a vergonha e a moral.

Contudo, embora tantos elementos da teoria de Freud sobre a sexualidade já estivessem em sua mente por volta de 1896, sua pedra angular ainda estava por ser descoberta. Desde os primórdios tinha havido uma suspeita de que os fatores casuais da histeria remontavam à infância; há uma alusão a esse fato nos parágrafos iniciais da “Comunicação Preliminar” de Breuer e Freud, de 1893. Por volta de 1895 (ver, por exemplo, a Parte II do “Projeto”, impressa como um apêndice à correspondência com Fliess), Freud dispunha de uma explicação completa da histeria, com base nos efeitos traumáticos da sedução sexual na primeira infância. Durante todos esses anos anteriores a 1897, porém, a sexualidade infantil era encarada como nada além de um fator latente, passível de vir à luz, com resultados desastrosos, somente pela intervenção de um adulto. É verdade que se poderia supor uma aparente exceção a isso a partir do contraste traçado por Freud entre a causação da histeria e a da neurose obsessiva: a primeira, afirmava ele, remontava a experiências sexuais *passivas* na infância, ao passo que a segunda se originaria em experiências *ativas*. Mas Freud deixa muito claro, em seu segundo ensaio sobre “As Neuropsicoses de Defesa” (1896b), onde essa distinção é traçada, que as experiências ativas subjacentes à neurose obsessiva são invariavelmente *precedidas* por experiências passivas, donde, mais uma vez, a mobilização da sexualidade infantil se deveria, em última análise, à interferência externa. Foi somente no verão de 1897 que Freud se viu forçado a abandonar sua teoria da sedução. Anunciou esse acontecimento em sua carta a Fliess de 21 de setembro (Carta 69), e sua descoberta quase simultânea do complexo de Édipo, feita em sua auto-análise (Cartas 70 e 71, de 3 e 15 de outubro), levou inevitavelmente ao reconhecimento de que as moções sexuais atuavam normalmente nas crianças de mais tenra idade, sem nenhuma necessidade de estimulação externa. Com essa descoberta, a teoria sexual de Freud estava realmente completa.

Levou alguns anos, porém, para que ele acatasse por inteiro sua própria descoberta. Num trecho do ensaio sobre “A Sexualidade na Etiologia das Neuroses” (1898a), por exemplo, ele se pronuncia ora a favor, ora contra ela. De um lado, afirma que as crianças são

“capazes de todas as funções sexuais psíquicas e de muitas das somáticas” e que é errôneo supor que sua vida sexual só comece na puberdade. De outro lado, entretanto, declara que “a organização e a evolução da espécie humana buscam evitar qualquer atividade sexual considerável na infância”, que as forças motoras sexuais dos seres humanos devem ser armazenadas e somente liberadas na puberdade, e que isso explica por que as experiências sexuais infantis estão fadadas a ser patogênicas. O importante, prossegue ele, são os *efeitos posteriores* produzidos por tais experiências na maturidade, graças ao desenvolvimento do aparelho sexual somático e psíquico ocorrido no entretanto. Até mesmo na primeira edição de *A Interpretação dos Sonhos* (1900a) vê-se um trecho curioso, ao final do Capítulo III (ver em [1]), onde Freud comenta que temos “em alta conta a felicidade da infância, por ser ela ainda inocente de desejos sexuais”. (Uma nota corretiva foi acrescentada a esse trecho em 1911, por sugestão de Jung, segundo afirma Ernest Jones.) Isso foi, sem dúvida, um remanescente de um rascunho inicial do livro, pois em outros trechos (por exemplo, na discussão do complexo de Édipo no Capítulo V) ele escreve, de maneira perfeitamente inequívoca, sobre a existência de desejos sexuais mesmo nas crianças normais. E é evidente que, ao redigir seu caso clínico de “Dora” (no início de 1901), já estavam firmemente estabelecidas as linhas principais de sua teoria da sexualidade. (Ver em [1].)

Ainda assim, porém, Freud não tinha pressa em publicar seus resultados. Concluída e prestes a ser lançada *A Interpretação dos Sonhos*, em 11 de outubro de 1899 (Carta 121), escreveu ele a Fliess: “É possível que uma teoria da sexualidade seja a sucessora imediata do livro dos sonhos.” E, decorridos três meses, em 26 de janeiro de 1900 (Carta 128): “Estou colhendo material para a teoria sexual e esperando que alguma centelha inflame o material já acumulado.” Mas a centelha demoraria muito a surgir. Salvo pelo pequeno ensaio *Sobre os Sonhos e pela Psicopatologia da Vida Cotidiana*, ambos lançados antes do outono de 1901, Freud nada publicou de importante nos cinco anos que se seguiram.

E então, repentinamente, em 1905, lançou três obras fundamentais: seu livro sobre *O Chiste*, os *Três Ensaio*s e o caso clínico de “Dora”. É certo que este último fora escrito, em sua maior parte, quatro anos antes (ver a partir de [1]), sendo publicado em outubro e novembro de 1905. As outras duas obras foram lançadas quase simultaneamente alguns meses antes, embora se ignorem as datas exatas (ver uma discussão mais extensa a esse respeito no Prefácio do Editor ao livro sobre o chiste (1905c), em [1]).

Nas edições alemãs, as seções só aparecem numeradas no primeiro ensaio, e mesmo neste, a rigor, antes de 1924, só eram numeradas até a metade do texto. Para facilitar as referências, estendemos aqui a numeração das seções ao segundo e terceiro ensaios.

PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO

O autor, que não se deixa enganar sobre as lacunas e obscuridades deste pequeno escrito, ainda assim resistiu à tentação de incorporar-lhe os resultados das investigações dos últimos cinco anos, por não querer destruir seu caráter de documento unitário. Por isso reproduz o texto original com alterações mínimas e se contenta em acrescentar algumas notas de rodapé, que se distinguem das antigas por levarem um asterisco. Ademais, é seu fervoroso desejo que este livro envelheça rapidamente, obtida uma aceitação universal para o que outrora trouxe de novo e substituídas as imperfeições que contém por teses mais corretas.

Viena, dezembro de 1909.

PREFÁCIO À TERCEIRA EDIÇÃO

Depois de observar por um decênio a recepção e os efeitos deste livro, cabe-me dotar esta terceira edição de algumas observações prévias destinadas a corrigir mal-entendidos e expectativas irrealizáveis em relação a ele. É preciso frisar, acima de tudo, que a exposição

aqui encontrada parte inteiramente da experiência médica cotidiana, à qual os resultados da investigação psicanalítica pretendem trazer aprofundamento e relevância científica. Os *Tres Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade* não podem conter nada além daquilo que a psicanálise precisa supor ou permite confirmar. Exclui-se, portanto, a possibilidade de que algum dia se ampliem a ponto de constituir uma “teoria sexual”, e é compreensível que não tomem posição acerca de muitos problemas importantes da vida sexual. Mas nem por isso se deve acreditar que tais capítulos omitidos desse grande tema sejam desconhecidos do autor, ou que este os tenha desprezado por considerá-los secundários.

A subordinação deste escrito às experiências psicanalíticas, que levaram a sua redação, mostra-se ainda não apenas na escolha do material, como também em sua ordenação. Ao longo de todo ele observa-se uma certa seqüência de instâncias, dá-se prioridade aos fatores acidentais, deixam-se em segundo plano os fatores disposicionais, e o desenvolvimento ontogenético é considerado antes do filogenético. É que o acidental desempenha na análise o papel preponderante, sendo esta dominada por ele quase por completo; o disposicional só vem à luz por trás dele, como algo despertado pelo vivenciar, mas cuja apreciação ultrapassa amplamente o campo de trabalho da psicanálise.

Uma proporção semelhante domina a relação entre a ontogênese e a filogênese. A ontogênese pode ser vista como uma repetição da filogênese, na medida em que esta não seja modificada por uma vivência mais recente. A predisposição filogenética faz-se notar por trás do processo ontogenético. No fundo, porém, a predisposição é justamente o precipitado de uma vivência prévia da espécie, à qual se vem agregar a experiência mais nova do indivíduo como soma dos fatores acidentais.

Junto a sua total dependência da investigação psicanalítica, devo destacar, como característica desse meu trabalho, sua deliberada dependência da investigação biológica. Evitei cuidadosamente introduzir expectativas científicas provenientes da biologia sexual geral, ou da biologia das espécies animais em particular, no estudo da função sexual do ser humano que nos é possibilitado pela técnica da psicanálise. A rigor, meu objetivo foi sondar o quanto se pode apurar sobre a biologia da vida sexual humana com os meios acessíveis à investigação psicológica; era-me lícito assinalar os pontos de contato e concordância resultantes dessa investigação, mas não havia por que me desconcertar com o fato de o método psicanalítico, em muitos pontos importantes, levar a opiniões e resultados

consideravelmente diversos dos de base meramente biológica.

Introduzi nesta terceira edição um número abundante de inserções, mas renunciei a identificá-las, como na edição anterior, mediante algum sinal particular. O trabalho científico em nosso campo teve seu progresso lentificado nos últimos tempos, mas era indispensável uma certa complementação deste escrito caso se pretendesse mantê-lo em contato com a literatura psicanalítica mais recente.

Viena, outubro de 1914.

PREFÁCIO À QUARTA EDIÇÃO

Dissipadas as correntes da guerra, pode-se verificar com satisfação que o interesse pela psicanálise permanece ileso no mundo em geral, Mas nem todas as partes da doutrina tiveram o mesmo destino. As colocações e constatações puramente psicológicas da psicanálise sobre o inconsciente, o recalçamento, o conflito que leva à doença, o lucro extraído da doença, os mecanismos da formação de sintomas etc., gozam de crescente reconhecimento e são consideradas até mesmo por aqueles que em princípio as contestam. Mas a parte da doutrina que faz fronteira com a biologia, cujas bases são fornecidas neste pequeno escrito, continua a enfrentar um dissenso indiminuto, e as próprias pessoas que por algum tempo se ocuparam intensamente da psicanálise foram movidas a abandoná-la para abraçar novas concepções, destinadas a restringir mais uma vez o papel do fator sexual na vida anímica normal e patológica.

Ainda assim, não posso decidir-me pela suposição de que essa parte da doutrina psicanalítica possa afastar-se muito mais que as outras da realidade apurada. A memória e o reexame constantemente reiterado dizem-me que ela brotou de uma observação igualmente esmerada e isenta de expectativas; ademais, o esclarecimento dessa dissociação percebida no reconhecimento público não apresenta nenhuma dificuldade. Em primeiro lugar, os primórdios aqui descritos da vida sexual humana só podem ser confirmados por investigadores que tenham paciência e habilidade técnica suficientes para reconduzir a análise até os primeiros anos da infância do paciente. É freqüente, ademais, não haver

possibilidade disso, porquanto a prática médica exige que se despache com mais rapidez, aparentemente, o caso patológico. Salvo pelos médicos que exercem a psicanálise, entretanto, ninguém pode ter acesso algum a esse campo, nem qualquer possibilidade de formar por si um juízo que não seja influenciado por suas próprias aversões e preconceitos. Soubessem os homens aprender através da observação direta das crianças, estes três ensaios poderiam não ter sido escritos.

Mas convém lembrar ainda que parte do conteúdo deste escrito - a saber, sua insistência na importância da vida sexual para todas as realizações humanas e a ampliação aqui ensaiada do conceito de sexualidade - tem constituído, desde sempre, o mais forte motivo para a resistência que se opõe à psicanálise. No afã de encontrar tópicos grandiloquentes, chegou-se até a falar no “pan-sexualismo” da psicanálise e a fazer a esta a absurda censura de que ela explicaria “tudo” a partir da sexualidade. Só é possível assombrar-se com isso quando se esquece quão confuso e distraído se pode ficar em decorrência dos fatores afetivos. Já faz um bom tempo que o filósofo Arthur Schopenhauer mostrou aos homens em que medida seus feitos e interesses são determinados por aspirações sexuais - o sentido corriqueiro da expressão -, e parece incrível que todo um mundo de leitores tenha conseguido banir de sua mente, de maneira tão completa, uma advertência tão impressionante! E quanto à “ampliação” do conceito de sexualidade, que a análise das crianças e dos chamados perversos tornou necessária, todos aqueles que desde seu ponto de vista superior olham desdenhosamente para a psicanálise deveriam lembrar-se de quanto essa sexualidade ampliada da psicanálise se aproxima do *Eros* do divino Platão. (Cf. Nachmansohn, 1915.)

Viena, maio de 1920.

AS ABERRAÇÕES SEXUAIS

O fato da existência de necessidades sexuais no homem e no animal expressa-se na biologia pelo pressuposto de uma “pulsão sexual”. Segue-se nisso a analogia com a pulsão de nutrição: a fome. Falta à linguagem vulgar [no caso da pulsão sexual] uma designação equivalente à palavra “fome”; a ciência vale-se, para isso, de “libido”.

A opinião popular faz para si representações bem definidas da natureza e das

características dessa pulsão sexual. Ela estaria ausente na infância, far-se-ia sentir na época e em conexão com o processo de maturação da puberdade, seria exteriorizada nas manifestações de atração irresistível que um sexo exerce sobre o outro, e seu objetivo seria a união sexual, ou pelo menos os atos que levassem nessa direção. Mas temos plena razão para ver nesses dados uma imagem muito infiel da realidade; olhando-os mais de perto, constata-se que estão repletos de erros, imprecisões e conclusões apressadas.

Introduzamos aqui dois termos: chamemos de *objeto sexual* a pessoa de quem provém a atração sexual, e de *alvo sexual* a ação para a qual a pulsão impele. Assim fazendo, a observação cientificamente esquadrihada mostrará um grande número de desvios em ambos, o objeto sexual e o alvo sexual, e a relação destes com a suposta norma exige uma investigação minuciosa.

(1) DESVIOS COM RESPEITO AO OBJETO SEXUAL

A teoria popular sobre a pulsão sexual tem seu mais belo equivalente na fábula poética da divisão do ser humano em duas metades - homem e mulher - que aspiram a unir-se de novo no amor. Por isso causa grande surpresa tomar conhecimento de que há homens cujo objeto sexual não é a mulher, mas o homem, e mulheres para quem não o homem, e sim a mulher, representa o objeto sexual. Diz-se dessas pessoas que são “de sexo contrário”, ou melhor, “invertidas”, e chama-se o fato de *inversão*. O número de tais pessoas é bastante considerável, embora haja dificuldades em apurá-lo com precisão.

(A) A INVERSÃO

COMPORTAMENTO DOS INVERTIDOS

As pessoas em questão comportam-se de maneira muito diversificada em vários aspectos.

(a) Podem ser invertidos *absolutos*, ou seja, seu objeto sexual só pode ser do mesmo sexo, enquanto o sexo oposto nunca é para eles objeto de anseio sexual, mas antes os deixa frios ou até lhes desperta aversão sexual. Quando se trata de homens, essa aversão os incapacita de praticarem o ato sexual normal, ou então não extraem dessa prática nenhum gozo.

(b) Podem ser invertidos *anfígenos* (hermafroditas sexuais), ou seja, seu objeto sexual tanto pode pertencer ao mesmo sexo quanto ao outro; falta à inversão, portanto, o caráter de exclusividade.

(c) Podem ser invertidos *ocasionais*, ou seja, em certas condições externas, dentre as quais destacam-se a inacessibilidade do objeto sexual normal e a imitação, elas podem tomar como objeto sexual uma pessoa do mesmo sexo e encontrar satisfação no ato sexual com ela.

Os invertidos mostram ainda um comportamento variado no juízo que fazem da peculiaridade de sua pulsão sexual. Alguns aceitam a inversão como algo natural, tal como os normais aceitam a orientação de sua libido, e defendem energicamente sua igualdade de direitos com os normais. Outros, porém, rebelam-se contra o fato de sua inversão e a sentem como uma compulsão patológica.

Outras variações concernem às relações temporais. O traço da inversão pode vir de longa data no indivíduo, até onde sua memória consegue alcançar, ou só se ter feito notar em

determinada época, antes ou depois da puberdade. Esse caráter pode conservar-se por toda a vida, ou ser temporariamente suspenso, ou ainda constituir um episódio no caminho para o desenvolvimento normal; e pode até exteriorizar-se pela primeira vez em época posterior da vida, após um longo período de atividade sexual normal. Observou-se também uma oscilação periódica entre o objeto sexual normal e o invertido. Particularmente interessantes são os casos em que a libido se altera no sentido da inversão depois de se ter uma experiência penosa com o objeto sexual normal.

Em geral, essas diferentes séries de variações coexistem independentemente umas das outras. Em sua forma mais extrema, talvez se possa supor regularmente que a inversão existiu desde época muito prematura e que a pessoa se sente em consonância com sua peculiaridade.

Muitos autores se recusariam a reunir num só conjunto os casos aqui enumerados e prefeririam frisar as diferenças em vez das semelhanças entre esses grupos, o que se prende a sua maneira favorita de encarar a inversão. No entanto, por mais legítimas que sejam essas distinções, é impossível desconhecer que todos os graus intermediários são abundantemente encontrados, de modo que o estabelecimento de séries como que se impõe por si só.

CONCEPÇÃO DA INVERSÃO

A primeira apreciação da inversão consistiu em concebê-la como um sinal inato de degeneração nervosa, e estava em consonância com o fato de os observadores médicos terem deparado com ela pela primeira vez em doentes nervosos ou pessoas que davam a impressão de sê-lo. Essa caracterização contém dois elementos que devem ser apreciados separadamente: o caráter inato e a degeneração.

DEGENERACÃO

A degeneração está exposta às objeções que se levantam, em geral, contra o uso indiscriminado dessa palavra. Tornou-se costume imputar à degeneração todos os tipos de manifestação patológica que não sejam de origem diretamente traumática ou infecciosa. A classificação dos degenerados feita por Magnan faz com que nem mesmo a mais primorosa conformação geral da função nervosa fique excluída da aplicabilidade do conceito de degeneração. Nessas circunstâncias, pode-se indagar que benefício e que novo conteúdo possui em geral o juízo “degeneração”. Parece mais oportuno falar em degeneração apenas quando:

(1) houver uma conjugação de muitos desvios graves em relação à norma;

(2) a capacidade de funcionamento e de sobrevivência parecer em geral gravemente prejudicada.

Vários fatores permitem ver que os invertidos não são degenerados nesse sentido legítimo da palavra:

(1) Encontra-se a inversão em pessoas que não exibem nenhum outro desvio grave da norma;

(2) Do mesmo modo, encontramos-la em pessoas cuja eficiência não está prejudicada e que inclusive se destacam por um desenvolvimento intelectual e uma cultura ética particularmente elevados.

(3) Se abstrairmos os pacientes encontrados em nossa experiência médica e procurarmos abarcar um horizonte mais amplo, depararemos em duas direções com fatos que impedem que se conceba a inversão como um sinal de degeneração:

(a) É preciso considerar que nos povos antigos, no auge de sua cultura, a inversão era um fenômeno freqüente, quase que uma instituição dotada de importantes funções.

(b) Ela é extremamente difundida em muitos povos selvagens e primitivos, ao passo que o conceito de degeneração costuma restringir-se à civilização elevada (cf. I. Bloch); e mesmo entre os povos civilizados da Europa, o clima e a raça exercem a mais poderosa influência sobre a disseminação e o juízo que se faz da inversão.

CARÁTER INATO

Como é compreensível, o caráter inato só é alegado no tocante à primeira e mais extrema classe dos invertidos, e na verdade com base na asseveração dessas pessoas de que em nenhum momento de sua vida mostrou-se a elas outra orientação de sua pulsão sexual. Já a existência das duas outras classes, especialmente da terceira [os invertidos “ocasionais”], dificilmente se compatibiliza com a concepção de um caráter inato. Por isso os que sustentam essa opinião tendem a separar o grupo dos invertidos absolutos de todos os demais, o que tem como consequência a renúncia a uma concepção universalmente válida da inversão. Assim, a inversão teria um caráter inato numa série de casos, enquanto noutros poderia ter-se originado de outra maneira.

O oposto disso é a concepção alternativa de que a inversão é um caráter *adquirido* da pulsão sexual. Ela se apóia nas seguintes considerações:

(1) Na vida de muitos invertidos (mesmo absolutos) pode-se demonstrar a influência de uma impressão sexual prematura cuja conseqüência duradoura é representada pela inclinação homossexual.

(2) Na vida de muitos outros é possível indicar as influências externas favorecedoras e inibidoras que levaram, em época mais prematura ou mais tardia, à fixação da inversão (relacionamentos exclusivos com o mesmo sexo, companheirismo na guerra, detenção em presídios, os riscos da relação heterossexual, celibato, fraqueza sexual etc.).

(3) A inversão pode ser eliminada pela sugestão hipnótica, o que seria assombroso numa característica inata.

Dentro dessa perspectiva, pode-se até contestar a própria existência de uma inversão inata. É possível objetar (cf. Havelock Ellis [1915]) que um exame mais rigoroso dos casos reivindicados em prol da inversão inata provavelmente também traria à luz uma vivência da primeira infância que foi determinante para a orientação da libido. Essa vivência simplesmente não se teria preservado na memória consciente da pessoa, mas seria possível trazê-la de volta à lembrança mediante a influência apropriada. Segundo esses autores, a inversão só poderia ser qualificada como uma variação freqüente da pulsão sexual, passível de ser determinada por uma quantidade de circunstâncias externas de vida.

Mas a aparente certeza assim adquirida chega ao fim através da observação contrária de que muitas pessoas ficam sujeitas às mesmas influências sexuais (inclusive na meninice: sedução, masturbação mútua), sem por isso se tornarem invertidas ou assim continuarem permanentemente. Somos portanto impelidos à suposição de que a alternativa inato/adquirido é incompleta, ou então não abarca todas as situações presentes na inversão.

EXPLICAÇÃO DA INVERSÃO

Nem a hipótese de que a inversão é inata, nem tampouco a conjectura alternativa de que é adquirida explicam sua natureza. No primeiro caso, é preciso dizer o que há nela de inato, para que não se concorde com a explicação rudimentar de que a pessoa traz consigo, em caráter inato, o vínculo da pulsão sexual com determinado objeto sexual. No outro caso, cabe perguntar se as múltiplas influências acidentais bastariam para explicar a aquisição da inversão, sem necessidade de que algo no indivíduo fosse ao encontro delas. A negação deste último fator, segundo nossas colocações anteriores, é inadmissível.

O RECURSO À BISSEXUALIDADE

Desde Lydston [1889], Kiernan [1888] e Chevalier [1893] tem-se recorrido, para esclarecer a possibilidade de uma inversão sexual, a uma série de idéias que contém uma nova contradição das opiniões populares. Estas admitem que o ser humano ou é homem ou é mulher. A ciência, porém, conhece casos em que os caracteres sexuais parecem confusos e é portanto difícil determinar o sexo, antes de mais nada no campo anatômico. A genitália dessas pessoas combina caracteres masculinos e femininos (hermafroditismo). Em casos raros, os dois tipos de aparelho sexual coexistem plenamente desenvolvidos (hermafroditismo verdadeiro), porém com muito mais freqüência acham-se ambos atrofiados.

Mas a importância dessas anormalidades está em que elas facilitam de maneira inesperada a compreensão da formação normal. É que certo grau de hermafroditismo anatômico constitui a norma; em nenhum indivíduo masculino ou feminino de conformação normal faltam vestígios do aparelho do sexo oposto, que persistiram sem nenhuma função como órgãos rudimentares, ou que se modificaram para tomar a seu encargo outras funções.

A concepção resultante desses fatos anatômicos conhecidos de longa data é a de uma

predisposição originariamente bissexual, que, no curso do desenvolvimento, vai-se transformando em monossexualidade, com resíduos ínfimos do sexo atrofiado.

Era sugestivo transpor essa concepção para o campo psíquico e explicar a inversão em todas as suas variedades como a expressão de um hermafroditismo psíquico. E para resolver a questão restaria apenas constatar uma coincidência regular da inversão com os sinais anímicos e somáticos do hermafroditismo.

Só que essa expectativa não se realizou. Não é possível imaginar relações tão estreitas entre o suposto hibridismo psíquico e o hibridismo anatômico comprovável. O que amiúde se constata nos invertidos é uma redução generalizada da pulsão sexual (cf. Havelock Ellis [1915]) e uma ligeira atrofia anatômica dos órgãos. Amiúde, mas de modo algum regularmente ou mesmo predominantemente. Portanto, cabe reconhecer que a inversão e o hermafroditismo somático são, no conjunto, independentes entre si.

Tem-se ainda atribuído grande importância aos chamados caracteres sexuais secundários e terciários e a sua freqüente presença acentuada nos invertidos (cf. Havelock Ellis [1915]). Também nisso há muito de acerto, mas não se deve esquecer que em geral os caracteres sexuais secundários e terciários de um sexo aparecem com muitíssima freqüência no outro; são, portanto, indícios de hermafroditismo, mas nem por isso revela-se uma mudança do objeto sexual no sentido da inversão.

O hermafroditismo psíquico ganharia corpo se, com a inversão do objeto sexual, houvesse em paralelo ao menos uma mudança das demais qualidades anímicas, pulsões e traços de caráter para a variante típica do sexo oposto. Mas só se pode esperar tal inversão do caráter com alguma regularidade nas mulheres invertidas, pois nos homens a mais plena virilidade anímica é compatível com a inversão. A persistir na colocação de um hermafroditismo psíquico, é preciso acrescentar que suas manifestações nos diversos campos permitem identificar apenas um ínfimo condicionamento recíproco. O mesmo se aplica, aliás, ao hibridismo somático; segundo Halban (1903), também as atrofias de órgãos específicos e os caracteres sexuais secundários aparecem com bastante independência uns dos outros.

A doutrina da bissexualidade foi exprimida em sua mais crua forma por um porta-voz dos invertidos masculinos: “um cérebro feminino num corpo masculino”. Entretanto, ignoramos quais seriam as características de um “cérebro feminino”. A substituição do problema psicológico pelo anatômico é tão inútil quanto injustificada. A tentativa de explicação de Krafft-Ebing parece concebida de maneira mais exata que a de Ulrichs, embora em essência não difira dela; segundo Krafft-Ebing [1895, 5], a disposição bissexual dota o indivíduo tanto de centros cerebrais masculinos e femininos quanto de órgãos sexuais somáticos. Esses centros começam a desenvolver-se na época da puberdade, na maioria das vezes sob a influência das glândulas sexuais, que independem deles na disposição [originária]. Mas a esses “centros” masculinos e femininos aplica-se o mesmo que dissemos sobre os cérebros masculinos e femininos, e, a propósito, nem sequer sabemos se cabe presumir, para as funções sexuais, áreas cerebrais delimitadas (“centros”) como as que supomos, por exemplo, para a fala.

Ainda assim, duas idéias permanecem de pé após essas discussões: de algum modo, há uma disposição bissexual implicada na inversão, embora não saibamos em que consiste essa disposição além da formação anatômica; e lida-se também com perturbações que afetam a pulsão sexual em seu desenvolvimento.

OBJETO SEXUAL DOS INVERTIDOS

A teoria do hermafroditismo psíquico pressupõe que o objeto sexual dos invertidos seja o oposto do normal. O homem invertido sucumbiria, como a mulher, ao encanto proveniente dos atributos masculinos do corpo e da alma; sentir-se-ia como uma mulher e buscaria o homem.

No entanto, por melhor que isso se aplique a toda uma série de invertidos, ainda está longe de revelar uma característica universal da inversão. Não há dúvida alguma de que uma grande parcela dos invertidos masculinos preserva o caráter psíquico da virilidade, traz

relativamente poucos caracteres secundários do sexo oposto e, com efeito, busca em seu objeto sexual traços psíquicos femininos. Não fosse assim, seria incompreensível o fato de a prostituição masculina, que hoje como na Antigüidade se oferece aos invertidos, copiar as mulheres em todas as exteriorizações da indumentária e do porte; tal imitação, de outro modo, ofenderia necessariamente o ideal dos invertidos. Nos gregos, entre os quais os homens mais viris figuravam entre os invertidos, está claro que o que inflamava o amor do homem não era o caráter *masculino* do efebo, mas sua semelhança física com a mulher, bem como seus atributos anímicos femininos: a timidez, o recato e a necessidade de ensinamentos e assistência. Mal se tornava homem, o efebo deixava de ser um objeto sexual para o homem, e talvez ele próprio se transformasse num amante de efebos. Nesses casos, portanto, como em muitos outros, o objeto sexual não é do mesmo sexo, mas uma conjugação dos caracteres de ambos os sexos, como que um compromisso entre uma moção que anseia pelo homem e outra que anseia pela mulher, com a condição imprescindível da masculinidade do corpo (da genitália): é, por assim dizer, o reflexo especular da própria natureza bissexual.

A situação é menos ambígua nas mulheres, entre as quais as invertidas ativas exibem com particular freqüência os caracteres somáticos e anímicos do homem e anseiam pela feminilidade em seu objeto sexual, muito embora, também nesse caso, um conhecimento mais estreito pudesse revelar uma variedade maior.

ALVO SEXUAL DOS INVERTIDOS

O fato importante a ser retido é que de modo algum se pode chamar de uniforme a meta sexual dos invertidos. Nos homens, a relação sexual *per anum* não coincide em absoluto com a inversão; a masturbação é com igual freqüência seu alvo exclusivo, e as restrições ao alvo sexual - a ponto de ele ser um mero extravasamento da emoção - são aqui ainda mais comuns do que no amor heterossexual. Também entre as mulheres invertidas são múltiplos os alvos sexuais, parecendo privilegiado entre elas o contato com a mucosa bucal.

CONCLUSÃO

É verdade que nos vemos impossibilitados de esclarecer satisfatoriamente a origem da inversão a partir do material apresentado até agora, mas podemos notar que nesta indagação chegamos a um conhecimento que talvez se revele mais importante para nós do que a solução da tarefa acima. Chamou-nos a atenção que imaginávamos como demasiadamente íntima a ligação entre a pulsão sexual e o objeto sexual. A experiência obtida nos casos considerados anormais nos ensina que, neles, há entre a pulsão sexual e o objeto sexual apenas uma solda, que corríamos o risco de não ver em consequência da uniformidade do quadro normal, em que a pulsão parece trazer consigo o objeto. Assim, somos instruídos a afrouxar o vínculo que existe em nossos pensamentos entre a pulsão e o objeto. É provável que, de início, a pulsão sexual seja independente de seu objeto, e tampouco deve ela sua origem aos encantos deste.

(B) ANIMAIS E PESSOAS SEXUALMENTE IMATURAS COMO OBJETOS SEXUAIS

Enquanto as pessoas cujos objetos sexuais não pertencem ao sexo normalmente apropriado, ou seja, os invertidos, afiguram-se ao observador como uma coletânea de indivíduos talvez bastante válidos em outros aspectos, os casos em que se escolhem pessoas sexualmente imaturas (crianças) como objetos sexuais são desde logo encarados como aberrações esporádicas. Só excepcionalmente as crianças são objetos sexuais exclusivos; em geral, passam a desempenhar esse papel quando um indivíduo covarde ou impotente presta-se a usá-las como substituto, ou quando uma pulsão urgente (impreterível) não pode apropriar-se, no momento, de nenhum objeto mais adequado. Ainda assim, é esclarecedor sobre a natureza da pulsão sexual o fato de ela admitir tão ampla variação e tamanho rebaixamento de seu objeto, coisa que a fome, muito mais energicamente agarrada a seu objeto, só permitiria nos casos mais extremos. Uma observação similar é válida quanto à relação sexual com animais, que não é nada rara, sobretudo entre os camponeses, e onde a atração sexual parece ultrapassar a barreira da espécie.

Por motivos estéticos, de bom grado se atribuiriam estas e outras aberrações graves da pulsão sexual à loucura, mas isso não é possível. A experiência ensina que não se observam entre os loucos quaisquer perturbações da pulsão sexual diferentes das encontradas entre os sadios, bem como em raças e classes inteiras. Assim, com a mais insólita freqüência

encontra-se o abuso sexual contra as crianças entre os professores e as pessoas que cuidam de crianças, simplesmente porque a eles se oferece a melhor oportunidade para isso. Os loucos apenas exibem tal aberração em grau intensificado, ou então, o que é particularmente significativo, elevado a uma prática exclusiva e substituindo a satisfação sexual normal.

Essa curiosíssima relação entre as variações sexuais e a escala que vai da saúde à perturbação mental dá o que pensar. Eu opinaria que este fato, ainda por esclarecer, seria uma indicação de que as moções da vida sexual, mesmo normalmente, encontram-se entre as menos dominadas pelas atividades anímicas superiores. Segundo minha experiência, quem é mentalmente anormal em algum outro aspecto, seja em termos sociais ou éticos, habitualmente também o é em sua vida sexual. Mas muitos são os anormais na vida sexual que, em todos os outros pontos, correspondem à média, e que passaram pessoalmente pelo desenvolvimento cultural humano, cujo ponto mais fraco continua a ser a sexualidade.

Ora, como resultado mais genérico dessas discussões extrairíamos o entendimento de que, numa grande quantidade de condições e num número surpreendentemente elevado de indivíduos, a índole e o valor do objeto sexual passam para segundo plano. O essencial e constante na pulsão sexual é alguma outra coisa.

(2) DESVIOS COM RESPEITO AO ALVO SEXUAL

Considera-se como alvo sexual normal a união dos genitais no ato designado como coito, que leva à descarga da tensão sexual e à extinção temporária da pulsão sexual (uma satisfação análoga à saciação da fome). Todavia, mesmo no processo sexual mais normal reconhecem-se os rudimentos daquilo que, se desenvolvido, levaria às aberrações descritas como *perversões*. É que certas relações intermediárias com o objeto sexual (a caminho do coito), tais como apalpá-lo e contemplá-lo, são reconhecidas como alvos sexuais preliminares. Essas atividades, de um lado, trazem prazer em si mesmas, e de outro, intensificam a excitação que deve perdurar até que se alcance o alvo sexual definitivo. Além disso, a um desses contatos, o das mucosas labiais das duas pessoas - o beijo - , atribuiu-se em muitos povos (dentre eles os mais altamente civilizados) um elevado valor sexual,

apesar de as partes do corpo nele implicadas não pertencerem ao aparelho sexual, mas constituírem a entrada do tubo digestivo. Aí estão, portanto, fatores que permitem ligar as perversões à vida sexual normal e que também são aplicáveis à classificação delas. As perversões são ou (a) *transgressões* anatómicas quanto às regiões do corpo destinadas à união sexual, ou (b) *demoras* nas relações intermediárias com o objeto sexual, que normalmente seriam atravessadas com rapidez a caminho do alvo sexual final.

(A) TRANSGRESSÕES ANATÔMICAS

SUPERVALORIZAÇÃO DO OBJETO SEXUAL

Somente em raríssimos casos a valorização psíquica com que é aquinhado o objeto sexual, enquanto alvo desejado da pulsão sexual, restringe-se a sua genitália; ela se propaga, antes, por todo o seu corpo, e tende a abranger todas as sensações provenientes do objeto sexual. A mesma supervalorização irradia-se pelo campo psíquico e se manifesta como uma cegueira lógica (enfraquecimento do juízo) perante as realizações anímicas e as perfeições do objeto sexual, e também como uma submissão crédula aos juízos dele provenientes. Assim é que a credulidade do amor passa a ser uma fonte importante, se não a fonte originária da *autoridade*.

Ora, é essa supervalorização sexual que não suporta bem a restrição do alvo sexual à união dos órgãos genitais propriamente ditos e que contribui para elevar as atividades ligadas a outras partes do corpo à condição de alvos sexuais.

A importância desse fator da supervalorização sexual pode ser estudada em melhores condições no homem, cuja vida amorosa é a única a ter-se tornado acessível à investigação, enquanto a da mulher, em parte por causa da atrofia cultural, em parte por sua discrição e insinceridade convencionais, permanece envolta numa obscuridade ainda impenetrável.

USO SEXUAL DA MUCOSA DOS LÁBIOS E DA BOCA

O uso da boca como órgão sexual é considerado como perversão quando os lábios (língua) de uma pessoa entram em contato com a genitália de outra, mas não quando ambas colocam em contato a mucosa labial. Nesta exceção reside o ponto de ligação com o normal. Quem, por considerá-las perversões, detesta as outras práticas, certamente usuais desde os primórdios da humanidade, cede nisso a um claro *sentimento de asco* que o resguarda de aceitar tal alvo sexual. Mas os limites desse asco são, muitas vezes, puramente convencionais; aquele que beija com ardor os lábios de uma bela jovem talvez usasse com asco a escova de dentes dela, embora não tenha nenhuma razão para supor que sua própria cavidade bucal seja mais limpa que a da moça. Chama a atenção, aqui, o fator do asco, que estorva a supervalorização libidinosa do objeto sexual, mas que, por sua vez, pode ser vencido pela libido. Poder-se-ia ver no asco uma das forças que levaram à restrição do alvo sexual. Em geral, estas se detêm ante a genitália. Mas não há dúvida alguma de que também os genitais do sexo oposto, em si mesmos, podem constituir objetos de asco, e de que esse comportamento é uma das características de todos os histéricos (sobretudo as mulheres). A força da pulsão sexual gosta de se exercer na dominação desse asco. (Ver a partir de [1].)

USO SEXUAL DO ORIFÍCIO ANAL

No que concerne ao ânus, reconhece-se com clareza ainda maior do que nos casos anteriores que é a repugnância que apõe nesse alvo sexual o selo da perversão. Mas que eu não seja acusado de partidarismo por observar que a fundamentação desse asco no fato de tal parte do corpo servir à excreção e entrar em contato com o asqueroso em si - os excrementos - não é muito mais convincente do que a razão fornecida pelas moças histéricas para explicar seu asco ante o órgão genital masculino: que ele serve à micção.

O papel sexual da mucosa do ânus de modo algum se restringe à relação sexual entre homens, nem tampouco a predileção por ela é característica da sensibilidade dos invertidos.

Parece, ao contrário, que o *paedicatio* do homem deve seu papel à analogia com o ato praticado com a mulher, ao passo que a masturbação recíproca é o alvo sexual mais facilmente encontrado na relação sexual dos invertidos.

SIGNIFICAÇÃO DE OUTRAS PARTES DO CORPO

A propagação do interesse sexual para outras partes do corpo, com todas as suas variações em princípio nada nos oferece de novo; nada acrescenta ao conhecimento da pulsão sexual, que nisso não faz senão proclamar sua intenção de se apoderar do objeto sexual em todos os sentidos. Mas ao lado da supervalorização sexual apresenta-se, nas transgressões anatômicas, um segundo fator que é alheio ao conhecimento popular. Certos lugares do corpo, como as mucosas bucal e anal, que aparecem repetidamente nessas práticas, como que reivindicam ser considerados e tratados, eles mesmos, como genitais. Veremos mais adiante que essa reivindicação se justifica pelo desenvolvimento da pulsão sexual e que é atendida na sintomatologia de certos estados patológicos.

SUBSTITUIÇÃO IMPRÓPRIA DO OBJETO SEXUAL - FETICHISMO

Uma impressão muito peculiar resulta dos casos em que o objeto sexual normal é substituído por outro que guarda certa relação com ele, mas que é totalmente impróprio para servir ao alvo sexual normal. Do ponto de vista da classificação, por certo teríamos feito melhor em mencionar esse grupo sumamente interessante de aberrações da pulsão sexual já entre os desvios com respeito ao objeto sexual, mas o adiamos até tomar conhecimento do fator da *supervalorização* sexual, da qual dependem esses fenômenos ligados ao abandono do alvo sexual.

O substituto do objeto sexual geralmente é uma parte do corpo (os pés, os cabelos) muito pouco apropriada para fins sexuais, ou então um objeto inanimado que mantém uma relação

demonstrável com a pessoa a quem substitui, de preferência com a sexualidade dela (um artigo de vestuário, uma peça íntima). Comparou-se esse substituto, não injustificadamente, com o fetiche em que o selvagem vê seu deus incorporado.

A transição para os casos de fetichismo com renúncia ao alvo sexual, seja este normal ou perverso, constitui-se dos casos em que se exige do objeto sexual uma condição fetichista para que o alvo sexual seja alcançado (determinada cor dos cabelos, certas roupas, ou mesmo defeitos físicos). Nenhuma outra variação da pulsão sexual nas raias do patológico merece tanto o nosso interesse quanto essa, dada a singularidade dos fenômenos a que dá lugar. Um certo rebaixamento da aspiração ao alvo sexual normal (fraqueza de execução no aparelho sexual) parece ser pré-requisito disso em todos os casos. O ponto de ligação com o normal é proporcionado pela supervalorização psicologicamente necessária do objeto sexual, que se propaga inevitavelmente por tudo o que está associativamente ligado ao objeto. Por isso certo grau desse fetichismo costuma ser próprio do amor normal, sobretudo nos estágios de enamoramento em que o alvo sexual normal é inatingível ou sua satisfação parece impedida:

Schaff mir ein Halstuch von ihrer Brust,

Ein Strumpfband meiner Liebeslust

O caso só se torna patológico quando o anseio pelo fetiche se fixa, indo além da condição mencionada, e se coloca no lugar do alvo sexual normal, e ainda, quando o fetiche se desprende de determinada pessoa e se torna o único objeto sexual. São essas as condições gerais para que meras variações da pulsão sexual se transformem em aberrações patológicas.

Na escolha do fetiche manifesta-se - como Binet [1888] foi o primeiro a sustentar e como depois se comprovou abundantemente - a influência persistente de uma impressão sexual recebida, na maioria das vezes, na primeira infância, o que se pode comparar com a proverbial persistência do primeiro amor (“*on revient toujours à ses premiers amours*”). Essa derivação é particularmente clara nos casos em que há apenas um condicionamento

fetichista do objeto sexual. Voltaremos a deparar, em outro ponto (ver em [1]), com a significação das impressões sexuais precoces.

Em outros casos, o que leva à substituição do objeto pelo fetiche é uma conexão simbólica de pensamentos que, na maioria das vezes, não é consciente para a pessoa. Os trajetos dessas conexões nem sempre podem ser indicados com certeza (o pé, por exemplo, é um antiquíssimo símbolo sexual que já aparece no mito, e as “peles” decerto devem seu papel de fetiche à associação com os pêlos do *mons Veneris*). Não obstante, nem mesmo esse simbolismo parece independer sempre das experiências sexuais da infância.

(B) FIXAÇÕES DE ALVOS SEXUAIS PROVISÓRIOS

SURGIMENTO DE NOVAS INTENÇÕES

Todas as condições externas e internas que dificultam ou adiam a consecução do alvo sexual normal (impotência, preço elevado do objeto sexual, riscos do ato sexual) reforçam, como é compreensível, a tendência a demorar-se nos atos preliminares e a formar a partir deles novos alvos sexuais, que podem tomar o lugar dos normais. Um exame mais atento sempre mostra que esses novos propósitos, mesmo os que se afiguram mais estranhos, já se esboçam no processo sexual normal.

O TOCAR E O OLHAR

Uma certa dose de uso do tato, ao menos para os seres humanos, é indispensável para que se atinja o alvo sexual normal. Sabe-se também, universalmente, que fonte de prazer, por um lado, e que afluxo de excitação renovada, por outro, são proporcionados pelas sensações de

contato com a pele do objeto sexual. Portanto, demorar-se no tocar, desde que o ato sexual seja levado adiante, dificilmente pode contar entre as perversões.

O mesmo se dá com o ver, que em última análise deriva do tocar. A impressão visual continua a ser o caminho mais freqüente pelo qual se desperta a excitação libidinosa, e é com a transitabilidade desse caminho - se é que esse tipo de consideração teleológica é permissível - que conta a seleção natural ao fazer com que o objeto sexual se desenvolva em termos de beleza. A progressiva ocultação do corpo advinda com a civilização mantém desperta a curiosidade sexual, que ambiciona completar o objeto sexual através da revelação das partes ocultas, mas que pode ser desviada (“sublimada”) para a arte, caso se consiga afastar o interesse dos genitais e voltá-lo para a forma do corpo como um todo. A demora nesse alvo sexual intermediário do olhar carregado de sexo surge, em certa medida, na maioria das pessoas normais, e de fato lhes dá a possibilidade de orientarem uma parcela de sua libido para alvos artísticos mais elevados. Por outro lado, o prazer de ver [escopofilia] transforma-se em perversão (*a*) quando se restringe exclusivamente à genitália, (*b*) quando se liga à superação do asco (o *voyeur* - espectador das funções excretórias), ou (*c*) quando suplanta o alvo sexual normal, em vez de ser preparatório a ele. Este último é marcadamente o caso dos exibicionistas, que, se posso deduzi-lo após diversas análises, exibem seus genitais para conseguir ver, em contrapartida, a genitália do outro.

Na perversão que aspira a olhar e ser olhado distingue-se um traço curiosíssimo, do qual nos ocuparemos ainda mais intensamente na aberração a ser examinada a seguir, ou seja: nela, o alvo sexual apresenta-se numa configuração dupla, nas formas *ativa* e *passiva*.

A força que se opõe ao prazer de ver, mas pode eventualmente ser superada por ele (como vimos antes no caso do asco), é a *vergonha*.

A inclinação a infligir dor ao objeto sexual, bem como sua contrapartida, que são as mais frequentes e significativas de todas as perversões, foram denominadas por Krafft-Ebing, em formas ativa e passiva, de “sadismo” e “masoquismo” (passivo). Outros autores [p. ex., Schrenck-Notzing (1899)] preferem a designação mais estrita de *algolagnia*, que destaca o prazer na dor, a crueldade, enquanto os termos escolhidos por Krafft-Ebing colocam em primeiro plano o prazer em qualquer forma de humilhação ou sujeição.

No tocante à *algolagnia* ativa, o sadismo, suas raízes são fáceis de apontar nas pessoas normais. A sexualidade da maioria dos varões exibe uma mescla de *agressão*, de inclinação a subjugar, cuja importância biológica talvez resida na necessidade de vencer a resistência do objeto sexual de outra maneira que não mediante o ato de *cortejar*. Assim, o sadismo corresponderia a um componente agressivo autonomizado e exagerado da pulsão sexual, movido por deslocamento para o lugar preponderante.

O conceito de sadismo oscila, na linguagem corriqueira, desde uma atitude meramente ativa ou mesmo violenta para com o objeto sexual até uma satisfação exclusivamente condicionada pela sujeição e maus-tratos a ele infligidos. Num sentido estrito, somente este último caso extremo merece o nome de perversão.

De maneira similar, a designação de “masoquismo” abrange todas as atitudes passivas perante a vida sexual e o objeto sexual, a mais extrema das quais parece ser o condicionamento da satisfação ao padecimento de dor física ou anímica advinda do objeto sexual. O masoquismo enquanto perversão parece distanciar-se mais do alvo sexual normal do que sua contrapartida; em primeiro lugar, pode-se pôr em dúvida se ele aparece alguma vez como fenômeno primário, ou se, pelo contrário, surge regularmente do sadismo mediante uma transformação. É freqüente poder-se reconhecer que o masoquismo não é outra coisa senão uma continuação do sadismo que se volta contra a própria pessoa, que com isso assume, para começar, o lugar do objeto sexual. A análise clínica dos casos extremos de perversão masoquista mostra a colaboração de uma ampla série de fatores (como o complexo de castração e a consciência de culpa) no exagero e fixação da atitude sexual passiva originária.

A dor, que com isso é superada, alinha-se com o asco e a vergonha que se opunham à libido como resistência.

O sadismo e o masoquismo ocupam entre as perversões um lugar especial, já que o contraste entre atividade e passividade que jaz em sua base pertence às características universais da vida sexual.

Que a crueldade e a pulsão sexual estão intimamente correlacionadas é-nos ensinado, acima de qualquer dúvida, pela história da civilização humana, mas no esclarecimento dessa correlação não se foi além de acentuar o fator agressivo da libido. Segundo alguns autores, essa agressão mesclada à pulsão sexual é, na realidade, um resíduo de desejos canibalísticos e, portanto, uma co-participação do aparelho de dominação, que atende à satisfação de outra grande necessidade ontogeneticamente mais antiga. Afirmou-se também que toda dor contém em si mesma a possibilidade de uma sensação prazerosa. Contentamo-nos aqui em afirmar que o esclarecimento dessa perversão de modo algum tem sido satisfatório e que, possivelmente, diversas aspirações anímicas nela se combinam para produzir um efeito único.

A particularidade mais notável dessa perversão reside, porém, em que suas formas ativa e passiva costumam encontrar-se juntas numa mesma pessoa. Quem sente prazer em provocar dor no outro na relação sexual é também capaz de gozar, como prazer, de qualquer dor que possa extrair das relações sexuais. O sádico é sempre e ao mesmo tempo um masoquista, ainda que o aspecto ativo ou passivo da perversão possa ter-se desenvolvido nele com maior intensidade e represente sua atividade sexual predominante.

Assim, vemos que algumas das inclinações à perversão apresentam-se regularmente como *pares de opostos*, o que, em conjunto com um material a ser posteriormente apresentado, pode reivindicar uma elevada significação teórica. É ainda evidente que a existência do par de opostos sadismo-masoquismo não é dedutível, em termos imediatistas, da mescla de

agressão. Ao contrário, ficaríamos tentados a relacionar a presença simultânea desses opostos com a oposição entre masculino e feminino que se combina na bissexualidade, oposição que amiúde é substituída na psicanálise pelo contraste entre ativo e passivo.

(3) CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE AS PERVERSÕES

VARIAÇÃO E DOENÇA

É natural que os médicos, que inicialmente estudaram as perversões em exemplos bem marcados e em condições especiais, tenham-se inclinado a adjudicar-lhes o caráter de um sinal de degeneração ou doença, tal como havia ocorrido com a inversão. Não obstante, é ainda mais fácil descartar tal opinião no presente caso. A experiência cotidiana mostrou que a maioria dessas transgressões, no mínimo as menos graves dentre elas, são um componente que raramente falta na vida sexual das pessoas sadias e que é por elas julgado como qualquer outra intimidade. Quando as circunstâncias são favoráveis, também as pessoas normais podem substituir durante um bom tempo o alvo sexual normal por uma dessas perversões, ou arranjar-lhe um lugar ao lado dele. Em nenhuma pessoa sadia falta algum acréscimo ao alvo sexual normal que se possa chamar de perverso, e essa universalidade basta, por si só, para mostrar quão imprópria é a utilização reprobatória da palavra perversão. Justamente no campo da vida sexual é que se tropeça com dificuldades peculiares e realmente insolúveis, no momento, quando se quer traçar uma fronteira nítida entre o que é mera variação dentro da amplitude do fisiológico e o que constitui sintomas patológicos.

Ainda assim, em muitas dessas perversões a qualidade do novo alvo sexual é de tal ordem que requer uma apreciação especial. Algumas delas afastam-se tanto do normal em seu conteúdo que não podemos deixar de declará-las “patológicas”, sobretudo nos casos em que a pulsão sexual realiza obras assombrosas (lamber excrementos, abusar de cadáveres) na superação das resistências (vergonha, asco, horror ou dor). Nem mesmo nesses casos, porém, pode-se ter uma expectativa certa de que em seus autores se revelem regularmente pessoas com outras anormalidades graves ou doentes mentais. Tampouco nesses casos pode-se passar por cima do fato de que pessoas cuja conduta é normal em outros aspectos colocam-se como doentes apenas no campo da vida sexual, sob o domínio da mais

irrefreável de todas as pulsões. Por outro lado, a anormalidade manifesta nas outras relações da vida costuma mostrar invariavelmente um fundo de conduta sexual anormal.

Na maioria dos casos podemos encontrar o caráter patológico da perversão, não no conteúdo do novo alvo sexual, mas em sua relação com a normalidade. Quando a perversão não se apresenta *ao lado* do alvo e do objeto sexuais normais, nos casos em que a situação é propícia a promovê-la e há circunstâncias desfavoráveis impedindo a normalidade, mas antes suplanta e substitui o normal em todas as circunstâncias, ou seja, quando há nela as características de *exclusividade* e *fixação*, então nos vemos autorizados, na maioria das vezes, a julgá-la como um sintoma patológico.

A PARTICIPAÇÃO DO ANÍMICO NAS PERVERSÕES

Talvez justamente nas perversões mais abjetas é que devemos reconhecer a mais abundante participação psíquica na transformação da pulsão sexual. Eis aí a obra de um trabalho anímico ao qual não se pode negar, a despeito de seu resultado atroz, o valor de uma idealização da pulsão. A onipotência do amor talvez nunca se mostre com maior intensidade do que nessas aberrações. O mais nobre e o mais vil, por toda parte da sexualidade, aparecem na mais íntima dependência mútua (“vom Himmel durch die Welt zur Hölle”).

DUAS CONCLUSÕES

Do estudo das perversões resultou-nos a visão de que a pulsão sexual tem de lutar contra certas forças anímicas que funcionam como resistências, destacando-se entre elas com máxima clareza a vergonha e o asco. É lícito conjecturar que essas forças contribuam para circunscrever a pulsão dentro dos limites considerados normais, e que, caso se desenvolvam precocemente no indivíduo, antes que a pulsão sexual alcance a plenitude de sua força, sem

dúvida serão elas que irão apontar o rumo de seu desenvolvimento.

Observamos ainda que algumas das perversões investigadas só se tornam compreensíveis mediante a convergência de diversos motivos. Se elas admitem uma análise - uma decomposição -, então devem ser de natureza composta. Com isso podemos ter um indício de que talvez a própria pulsão sexual não seja uma coisa simples, mas reúna componentes que voltam a separar-se nas perversões. A clínica nos alertaria, portanto, para a existência de *fusões* que perderiam sua expressão como tais na conduta normal uniforme.

(4) A PULSÃO SEXUAL NOS NEURÓTICOS

A PSICANÁLISE

Uma importante contribuição para o conhecimento da pulsão sexual em pessoas que ao menos se aproximam do normal é extraída de uma fonte acessível apenas por determinado caminho. Existe apenas um meio de obter informações exaustivas e sem erro sobre a vida sexual dos chamados “psiconeuróticos” ([os que sofrem de] histeria, neurose obsessiva, da erroneamente chamada neurastenia, e certamente também de *dementia praecox* e paranóia): submetê-los à investigação psicanalítica, da qual se serve o procedimento terapêutico introduzido por Josef Breuer e eu em 1893 e então chamado de “catártico”.

Devo primeiramente esclarecer, repetindo o que já disse em outras publicações, que essas psiconeuroses, até onde chegam minhas experiências, baseiam-se em forças pulsionais de cunho sexual. Não quero dizer com isso apenas que a energia da pulsão sexual faz uma contribuição para as forças que sustentam os fenômenos patológicos (os sintomas), e sim asseverar expressamente que essa contribuição é a única fonte energética constante da neurose e a mais importante de todas, de tal sorte que a vida sexual das pessoas em pauta expressa-se de maneira exclusiva, ou predominante, ou apenas parcial, nesses sintomas.

Como exprimi em outro lugar [1905e, Posfácio, ver em [1]], os sintomas são a atividade sexual dos doentes. A prova dessa afirmação deriva do número crescente de psicanálises de histéricos e outros neuróticos que venho realizando há vinte e cinco anos, e sobre cujos resultados já prestei contas minuciosamente em outras publicações, como ainda continuarei a fazer.

A psicanálise elimina os sintomas dos histéricos partindo da premissa de que tais sintomas são um substituto - uma transcrição, por assim dizer - de uma série de processos, desejos e aspirações investidos de afeto, aos quais, mediante um processo psíquico especial (*o recalçamento*), nega-se a descarga através de uma atividade psíquica passível de consciência. Assim, essas formações de pensamento que foram retidas num estado de inconsciência aspiram a uma expressão apropriada a seu valor afetivo, a uma *descarga*, e, no caso da histeria, encontram-na mediante o processo de *conversão* em fenômenos somáticos - justamente os sintomas histéricos. Pela retransformação sistemática (com a ajuda de uma técnica especial) dos sintomas em representações investidas de afeto já agora conscientizadas, fica-se em condições de averiguar com a máxima precisão a natureza e a origem dessas formações psíquicas antes inconscientes.

RESULTADOS DA PSICANÁLISE

Verificou-se por esse caminho que os sintomas representam um substituto de aspirações que extraem sua força da fonte da pulsão sexual. Harmoniza-se plenamente com isso o que sabemos sobre o caráter dos histéricos (aqui tomados por modelo de todos os psiconeuróticos) antes de seu adoecimento, bem como sobre as ocasiões que precipitam a doença. O caráter histérico permite identificar um grau de *recalçamento sexual* que ultrapassa a medida normal; uma intensificação da resistência à pulsão sexual (que já ficamos conhecendo como vergonha, asco e moralidade); e uma fuga como que instintiva a qualquer ocupação do intelecto com o problema do sexo, que tem como consequência, nos casos mais acentuados, a manutenção de uma completa ignorância sexual, mesmo depois de alcançado o período de maturidade sexual.

Esse traço de caráter, tão essencial na histeria, não raro escapa à observação casual, ficando encoberto pelo segundo fator constitucional da histeria, ou seja, o desenvolvimento desmedido da pulsão sexual; somente a análise psicológica sabe desvendá-lo em todas as oportunidades e solucionar a enigmática contradição da histeria, registrando a presença desse par de opostos: uma necessidade sexual desmedida e uma excessiva renúncia ao sexual.

O ensejo para o adoecimento apresenta-se à pessoa de disposição histérica quando, em consequência de sua própria maturação progressiva ou das circunstâncias externas de sua vida, as exigências reais do sexo tornam-se algo sério para ela. Entre a premência da pulsão e o antagonismo da renúncia ao sexual situa-se a saída para a doença, que não soluciona o conflito, mas procura escapar a ele pela transformação das aspirações libidinosas em sintomas. Não passa de exceção aparente o fato de uma pessoa histérica, um homem, por exemplo, adoecer por causa de uma emoção banal, de um conflito que não gire em torno de um interesse sexual. Nesses casos, a psicanálise consegue demonstrar regularmente que a doença foi possibilitada pelo componente sexual do conflito, que privou os processos anímicos de uma execução normal.

NEUROSE E PERVERSÃO

Boa parte da oposição contra estas minhas teses se esclarece pelo fato de que a sexualidade, da qual derivo os sintomas psiconeuróticos, é considerada coincidente com a pulsão sexual normal. Só que a psicanálise ensina ainda mais. Ela mostra que de modo algum os sintomas surgem apenas à custa da chamada pulsão sexual normal (pelo menos não de maneira exclusiva ou predominante), mas que representam a expressão convertida de pulsões que seriam designadas de *perversas* (no sentido mais lato) se pudessem expressar-se diretamente, sem desvio pela consciência, em propósitos da fantasia e em ações. Portanto, os sintomas se formam, em parte, às expensas da sexualidade *anormal*; *a neurose é, por assim dizer, o negativo da perversão*.

A pulsão sexual dos psiconeuróticos permite discernir todas as aberrações que estudamos

como variações da vida sexual normal e como manifestações da patológica.

(a) Na vida anímica de todos os neuróticos (sem exceção) encontram-se moções de inversão, de fixação da libido em pessoas do mesmo sexo. Sem uma discussão a fundo é impossível apreciar adequadamente a importância desse fator para a configuração do quadro patológico; só posso asseverar que a tendência inconsciente para a inversão nunca está ausente e, em particular, presta os maiores serviços ao esclarecimento da histeria masculina.

(b) No inconsciente dos psiconeuróticos é possível demonstrar, como formadoras do sintoma, todas as tendências à transgressão anatômica, encontrando-se entre elas com particular frequência e intensidade as que reivindicam para as mucosas da boca e do ânus o papel dos genitais.

(c) Um papel muito destacado entre os formadores de sintomas das psiconeuroses é desempenhado pelas pulsões parciais, que na maioria das vezes aparecem como pares de opostos e das quais já tomamos conhecimento como portadoras de novos alvos sexuais - a pulsão do prazer de ver e do exibicionismo, e a pulsão de crueldade em suas formas ativa e passiva. A contribuição desta última é indispensável à compreensão da natureza sofrida dos sintomas e domina quase invariavelmente uma parte da conduta social do doente. É também por intermédio dessa ligação da libido com a crueldade que se dá a transformação do amor em ódio, das moções afetuosas em moções hostis, que é característica de um grande número de casos de neurose e até, ao que parece, da paranóia em geral.

O interesse por esses resultados aumenta ainda mais a partir de certas particularidades dos fatos.

(a) Sempre que se descobre no inconsciente uma pulsão desse tipo, passível de ser

pareada com um oposto, em geral pode-se demonstrar que este último também é eficaz. Toda perversão “ativa”, portanto, é acompanhada por sua contrapartida passiva: quem é exibicionista no inconsciente é também, ao mesmo tempo, *voyeur*; quem sofre as conseqüências das moções sádicas recalcadas encontra outro reforço para seu sintoma nas fontes da tendência masoquista. O completo acordo com a conduta nas perversões “positivas” correspondentes decerto é muito digno de nota, embora, nos quadros patológicos, uma ou outra das inclinações opostas desempenhe o papel preponderante.

(b) Nos casos mais patentes de psicose é raro encontrar desenvolvida apenas uma dessas pulsões perversas; na maioria das vezes encontramos um grande número delas e, em geral, vestígios de todas. Mas a intensidade de cada pulsão isolada é independente do desenvolvimento das outras. Também nesse aspecto o estudo das perversões “positivas” proporciona uma contrapartida exata.

(5) PULSÕES PARCIAIS E ZONAS ERÓGENAS

Se juntarmos o que a investigação das perversões positivas e negativas nos permitiu averiguar, parecerá plausível reconduzi-las a uma série de “pulsões parciais” que, no entanto, não são primárias, já que permitem uma decomposição ulterior. Por “pulsão” podemos entender, a princípio, apenas o representante psíquico de uma fonte endossomática de estimulação que flui continuamente, para diferenciá-la do “estímulo”, que é produzido por excitações isoladas vindas de fora. Pulsão, portanto, é um dos conceitos da delimitação entre o anímico e o físico. A hipótese mais simples e mais indicada sobre a natureza da pulsão seria que, em si mesma, ela não possui qualidade alguma, devendo apenas ser considerada como uma medida da exigência de trabalho feita à vida anímica. O que distingue as pulsões entre si e as dota de propriedades específicas é sua relação com suas fontes somáticas e seus alvos. A fonte da pulsão é um processo excitatório num órgão, e seu alvo imediato consiste na supressão desse estímulo orgânico.

Outra hipótese provisória de que não podemos furtar-nos na teoria das pulsões afirma que os órgãos do corpo fornecem dois tipos de excitação, baseados em diferenças de natureza química. A uma dessas classes de excitação designamos como a que é especificamente sexual, e referimo-nos ao órgão em causa como a “zona erógena” da pulsão parcial que parte dele.

Nas inclinações perversas que reivindicam para a cavidade bucal e para o orifício anal um sentido sexual, o papel das zonas erógenas é imediatamente perceptível. Elas se comportam em todos os aspectos como uma parte do aparelho sexual. Na histeria, esses lugares do corpo e os tratos de mucosa que partem deles transformam-se na sede de novas sensações e de alterações da inervação - e mesmo de processos comparáveis à ereção -, tal como os próprios órgãos genitais diante das excitações dos processos sexuais normais.

O sentido das zonas erógenas como aparelhos acessórios e substitutos da genitália evidencia-se com maior clareza, dentre as psiconeuroses, na histeria, mas isso não implica que ele deva ser menos valorizado nas outras formas de doença. Nestas (neurose obsessiva,

paranóia), ele é apenas menos reconhecível, pois a formação dos sintomas se dá em regiões do aparelho anímico mais afastadas dos centros específicos que dominam o corpo. Na neurose obsessiva, o que mais se destaca é a significação dos impulsos que criam novos alvos sexuais e parecem independentes das zonas erógenas. Não obstante, na escopofilia e no exibicionismo o olho corresponde a uma zona erógena; no caso da dor e da crueldade como componentes da pulsão sexual, é a pele que assume esse mesmo papel - a pele, que em determinadas partes do corpo diferenciou-se nos órgãos sensoriais e se transmutou em mucosa, sendo assim a zona erógena *πατ εξοχην* [por excelência].

(6) ESCLARECIMENTOS SOBRE A APARENTE PREPONDERÂNCIA DA SEXUALIDADE PERVERSA NAS PSICONEUROSES

A discussão precedente talvez tenha colocado sob um prisma falso a sexualidade dos psiconeuróticos. Talvez tenha criado a aparência de que, em virtude de sua predisposição, os psiconeuróticos aproximam-se estreitamente dos perversos em sua conduta sexual e se distanciam dos normais na mesma medida. É bem possível, de fato, que a disposição constitucional desses doentes contenha, além de um grau desmedido de recalçamento sexual e de uma intensidade hiperpotente da pulsão sexual, uma tendência incomum à perversão no sentido mais lato. Ainda assim, a investigação de casos mais brandos mostra que esta última suposição não é necessariamente indispensável, ou que, pelo menos, ao formar um juízo sobre esses efeitos patológicos, é preciso descontar a atuação de um outro fator. Na maioria dos psiconeuróticos, a doença só aparece depois da puberdade, a partir das solicitações da vida sexual normal. É contra esta que se orienta de modo preponderante o recalçamento. Ou então a doença se instaura mais tardiamente, quando a libido fica privada de satisfação pelas vias normais. Em ambos os casos a libido se comporta como uma corrente cujo leito principal foi bloqueado; ela inunda então as vias colaterais que até ali talvez tivessem permanecido vazias. Assim, também o que parece ser uma enorme tendência à perversão (apesar de negativa) nos psiconeuróticos pode estar colateralmente condicionado, e, em todo caso, deve ser colateralmente intensificado. O fato é que se tem de alinhar o recalçamento sexual, enquanto fator interno, com os fatores externos que, como a restrição da liberdade, a inacessibilidade do objeto sexual normal, os riscos do ato sexual normal etc., permitem que surjam perversões em indivíduos que, de outro modo, talvez permanecessem normais.

Nesse aspecto, os diversos casos de neurose podem portar-se de maneira diferente: num,

prepondera a força inata da tendência à perversão, noutro, o aumento colateral dessa mesma tendência por ser a libido desviada do alvo e do objeto sexuais normais. Seria errôneo presumir uma oposição onde existe de fato uma relação de cooperação. A neurose sempre produz seus efeitos máximos quando a constituição e a vivência cooperam no mesmo sentido. Uma constituição marcante talvez possa prescindir do apoio de impressões provenientes da vida, e um grande abalo na vida talvez provoque a neurose até mesmo numa constituição corriqueira. Aliás, essa visão da importância etiológica do inato e do acidentalmente vivenciado é igualmente válida em outros campos.

Entretanto, caso se prefira a hipótese de que uma tendência particularmente marcante para as perversões é uma das peculiaridades da constituição psiconeurótica, abre-se a perspectiva de se poder distinguir uma multiplicidade dessas constituições, segundo a preponderância inata desta ou daquela zona erógena, desta ou daquela pulsão parcial. Como acontece com tantas outras coisas nesse campo, ainda não se investigou se há uma relação especial entre a disposição perversa e a escolha da forma específica da doença.

(7) INDICAÇÃO DO INFANTILISMO DA SEXUALIDADE

Ao demonstrar as moções perversas enquanto formadoras de sintomas nas psiconeuroses, aumentamos extraordinariamente o número de seres humanos que poderiam ser considerados perversos. Não é só que os próprios neuróticos constituam uma classe muito numerosa, há também que levar em conta que séries descendentes e ininterruptas ligam a neurose, em todas as suas configurações, à saúde; por isso Moebius pôde dizer, com boas justificativas, que todos somos um pouco histéricos. Assim, a extraordinária difusão das perversões força-nos a supor que tampouco a predisposição às perversões é uma particularidade rara, mas deve, antes, fazer parte da constituição que passa por normal.

É discutível, como vimos, que as perversões remontem a condições inatas ou resultem, como supôs Binet quanto ao fetichismo (ver em [1]), de experiências ao acaso. Agora se nos oferece a conclusão de que há sem dúvida algo inato na base das perversões, mas esse algo *é inato em todos os seres humanos*, embora, enquanto disposição, possa variar de intensidade e ser acentuado pelas influências da vida. Trata-se, pois, das raízes inatas da

pulsão sexual dadas pela constituição, as quais, numa série de casos (as perversões), convertem-se nas verdadeiras portadoras da atividade sexual (perversa), outras vezes passam por uma supressão (recalcamento) insuficiente, de tal sorte que podem atrair indiretamente para si, na qualidade de sintomas patológicos, parte da energia sexual, e que permitem, nos casos mais favoráveis situados entre os dois extremos, mediante uma restrição eficaz e outras elaborações, a origem da chamada vida sexual normal.

Mas devemos dizer ainda que essa suposta constituição que exhibe os germes de todas as perversões só é demonstrável na criança, mesmo que nela todas as pulsões só possam emergir com intensidade moderada. Vislumbramos assim a fórmula de que os neuróticos preservaram o estado infantil de sua sexualidade ou foram retransportados para ele. Desse modo, nosso interesse volta-se para a vida sexual da criança, e procederemos ao estudo do jogo de influências que domina o processo de desenvolvimento da sexualidade infantil até seu desfecho na perversão, na neurose ou na vida sexual normal.

A SEXUALIDADE INFANTIL

O DESCASO PARA COM O INFANTIL

Faz parte da opinião popular sobre a pulsão sexual que ela está ausente na infância e só desperta no período da vida designado da puberdade. Mas esse não é apenas um erro qualquer, e sim um equívoco de graves conseqüências, pois é o principal culpado de nossa ignorância de hoje sobre as condições básicas da vida sexual. Um estudo aprofundado das manifestações sexuais da infância provavelmente nos revelaria os traços essenciais da pulsão sexual, desvendaria sua evolução e nos permitiria ver como se compõe a partir de diversas fontes.

É digno de nota que os autores que se ocuparam do esclarecimento das propriedades e reações do indivíduo adulto tenham prestado muito mais atenção à fase pré-histórica

representada pela vida dos antepassados - ou seja, atribuído uma influência muito maior à hereditariedade - do que à outra fase pré-histórica, àquela que se dá na existência individual da pessoa, a saber, a infância. É que, como se pode supor, a influência desse período da vida seria mais fácil de compreender e teria direito a ser considerada antes da influência da hereditariedade. É certo que na literatura sobre o assunto encontramos notas ocasionais acerca da atividade sexual precoce em crianças pequenas, sobre ereções, masturbação e até mesmo atividades semelhantes ao coito. Mas elas são sempre citadas apenas como processos excepcionais, curiosidades ou exemplos assustadores de depravação precoce. Nenhum autor, ao que eu saiba, reconheceu com clareza a normatividade da pulsão sexual na infância, e, nos escritos já numerosos sobre o desenvolvimento infantil, o capítulo sobre o “Desenvolvimento Sexual” costuma ser omitido.

AMNÉSIA INFANTIL

A razão dessa estranha negligência pode ser buscada, em parte, nas considerações convencionais que os autores respeitam em consequência de sua própria criação, e em parte, num fenômeno psíquico que até agora escapou a qualquer explicação. Refiro-me à singular *amnésia* que, na maioria das pessoas (mas não em todas!), encobre os primeiros anos da infância, até os seis ou oito anos de idade. Até o momento, não nos ocorreu ficar surpresos ante o fato dessa amnésia, e no entanto, teríamos boas razões para isso. De fato, somos informados de que, durante esses anos, dos quais só preservamos na memória algumas lembranças incompreensíveis e fragmentadas, reagíamos com vivacidade frente às impressões, sabíamos expressar dor e alegria de maneira humana, mostrávamos amor, ciúme e outras paixões que então nos agitavam violentamente, e até formulávamos frases que eram registradas pelos adultos como uma boa prova de discernimento e de uma capacidade incipiente de julgamento. E de tudo isso, quando adultos, nada sabemos por nós mesmos. Por que terá nossa memória ficado tão para trás em relação a nossas outras atividades anímicas? Ora, temos razões para crer que em nenhuma outra época da vida a capacidade de recepção e reprodução é maior do que justamente nos anos da infância.

Por outro lado, devemos supor, ou podemos convencer-nos disso mediante a investigação psicológica de outrem, que as mesmas impressões por nós esquecidas deixaram, ainda assim, os mais profundos rastros em nossa vida anímica e se tornaram determinantes para todo o nosso desenvolvimento posterior. Não há como falar, portanto, em nenhum declínio

real das impressões infantis, mas sim numa amnésia semelhante à que observamos nos neuróticos em relação às vivências posteriores, e cuja essência consiste num mero impedimento da consciência (recalcamento). Mas quais são as forças que efetuam esse recalcamento das impressões infantis? Quem solucionasse esse enigma teria também esclarecido a amnésia histérica.

Todavia, não queremos deixar de destacar que a existência da amnésia infantil fornece um novo ponto de comparação entre o estado anímico da criança e o dos psiconeuróticos. Já deparamos com outro desses pontos (ver em [1]) quando se impôs a nós a fórmula de que a sexualidade dos psiconeuróticos preserva o estado infantil ou é reconduzida a ele. E se a própria amnésia infantil também tiver de ser relacionada com as moções sexuais da infância?

Aliás, ligar a amnésia infantil à histérica é mais do que um mero jogo de palavras. A amnésia histérica, que está a serviço do recalcamento, só é explicável pela circunstância de que o indivíduo já possui um acervo de traços anêmicos que deixaram de estar à disposição da consciência e que agora, através de uma ligação associativa, apoderam-se daquilo sobre o que atuam as forças repulsoras do recalcamento. Pode-se dizer que sem a amnésia infantil não haveria amnésia histérica. [Cf. Freud, 1950a, Carta 84, de 10 de março de 1898.]

Creio, pois, que a amnésia infantil, que converte a infância de cada um numa espécie de época *pré-histórica* e oculta dele os primórdios de sua própria vida sexual, carrega a culpa por não se dar valor ao período infantil no desenvolvimento da vida sexual. Um observador isolado não pode preencher as lacunas assim geradas em nosso conhecimento. Já em 1896 frisei a significação da infância para a origem de certos fenômenos importantes que dependem da vida sexual, e desde então nunca deixei de trazer para primeiro plano o fator infantil na sexualidade.

(1) O PERÍODO DE LATÊNCIA SEXUAL DA INFÂNCIA E SUAS RUPTURAS

As constatações extraordinariamente ameadas de moções sexuais pretensamente excepcionais e anormativas na infância, bem como a revelação das lembranças infantis do neurótico, até então inconscientes, talvez permitam traçar o seguinte quadro das condutas sexuais da infância:

Parece certo que o recém-nascido traz consigo germes de moções sexuais que continuam a se desenvolver por algum tempo, mas depois sofrem uma supressão progressiva, a qual, por sua vez, pode ser rompida por avanços regulares do desenvolvimento sexual ou suspensa pelas peculiaridades individuais. Nada se sabe ao certo sobre a regularidade e a periodicidade desse curso oscilante de desenvolvimento. Parece, no entanto, que a vida sexual da criança costuma expressar-se numa forma acessível à observação por volta dos três ou quatro anos de idade.

AS INIBIÇÕES SEXUAIS

Durante esse período de latência total ou apenas parcial erigem-se as forças anímicas que, mais tarde, surgirão como entraves no caminho da pulsão sexual e estreitarão seu curso à maneira de diques (o asco, o sentimento de vergonha, as exigências dos ideais estéticos e morais). Nas crianças civilizadas, tem-se a impressão de que a construção desses diques é obra da educação, e certamente a educação tem muito a ver com isso. Na realidade, porém, esse desenvolvimento é organicamente condicionado e fixado pela hereditariedade, podendo produzir-se, no momento oportuno, sem nenhuma ajuda da educação. Esta fica inteiramente dentro do âmbito que lhe compete ao limitar-se a seguir o que foi organicamente prefixado e imprimi-lo de maneira um pouco mais polida e profunda.

FORMAÇÃO REATIVA E SUBLIMAÇÃO

Com que meios se erigem essas construções tão importantes para a cultura e normalidade posteriores da pessoa? Provavelmente, às expensas das próprias moções sexuais infantis,

cujo afluxo não cessa nem mesmo durante esse período de latência, mas cuja energia - na totalidade ou em sua maior parte - é desviada do uso sexual e voltada para outros fins. Os historiadores da cultura parecem unânimes em supor que, mediante esse desvio das forças pulsionais sexuais das metas sexuais e por sua orientação para novas metas, num processo que merece o nome de *sublimação*, adquirem-se poderosos componentes para todas as realizações culturais. Acrescentaríamos, portanto, que o mesmo processo entra em jogo no desenvolvimento de cada indivíduo, e situaríamos seu início no período de latência sexual da infância.

Também sobre o mecanismo desse processo de sublimação pode-se arriscar uma conjectura. As moções sexuais desses anos da infância seriam, por um lado, inutilizáveis, já que estão diferidas as funções reprodutoras - o que constitui o traço principal do período de latência - , e por outro, seriam perversas em si, ou seja, partiriam de zonas erógenas e se sustentariam em pulsões que, dada a direção do desenvolvimento do indivíduo, só poderiam provocar sensações desprazerosas. Por conseguinte, elas despertam forças anímicas contrárias (moções reativas) que, para uma supressão eficaz desse desprazer, erigem os diques psíquicos já mencionados: asco, vergonha e moral.

RUPTURAS DO PERÍODO DE LATÊNCIA

Sem nos iludirmos quanto à natureza hipotética e quanto à clareza insuficiente de nossos conhecimentos acerca dos processos do período infantil de latência ou adiamento, voltemos à realidade para indicar que esse emprego da sexualidade infantil representa um ideal educativo do qual o desenvolvimento de cada um quase sempre se afasta em algum ponto, amiúde em grau considerável. Vez por outra irrompe um fragmento de manifestação sexual que se furtou à sublimação, ou preserva-se alguma atividade sexual ao longo de todo o período de latência, até a irrupção acentuada da pulsão sexual na puberdade. Na medida em que prestam alguma atenção à sexualidade infantil, os educadores portam-se como se compartilhassem nossas opiniões sobre a construção das forças defensivas morais à custa da sexualidade, e como se soubessem que a atividade sexual torna a criança ineducável, pois perseguem como “vícios” todas as suas manifestações sexuais, mesmo que não possam fazer muita coisa contra elas. Nós, porém, temos todos os motivos para voltar nosso interesse para esses fenômenos temidos pela educação, pois deles esperamos o esclarecimento da configuração originária da pulsão sexual.

(2) AS MANIFESTAÇÕES DA SEXUALIDADE INFANTIL

O CHUCHAR

Por motivos que se deduzirão posteriormente, tomaremos como modelo das manifestações sexuais infantis o chuchar (sugar com leite), ao qual o pediatra húngaro Lindner (1879) dedicou um excelente estudo.

O chuchar [*Ludeln ou Lutschen*], que já aparece no lactente e pode continuar até a maturidade ou persistir por toda a vida, consiste na repetição rítmica de um contato de sucção com a boca (os lábios), do qual está excluído qualquer propósito de nutrição. Uma parte dos próprios lábios, a língua ou qualquer outro ponto da pele que esteja ao alcance - até mesmo o dedão do pé - são tomados como objeto sobre o qual se exerce essa sucção. Uma pulsão preênsil surgida ao mesmo tempo pode manifestar-se através de puxadas rítmicas simultâneas do lóbulo da orelha e apoderar-se de uma parte de outra pessoa (em geral, a orelha) para o mesmo fim. O sugar com leite alia-se a uma absorção completa da atenção e leva ao adormecimento, ou mesmo a uma reação motora numa espécie de orgasmo. Não raro, combina-se com a fricção de alguma parte sensível do corpo, como os seios ou a genitália externa. Por esse caminho, muitas crianças passam do chuchar para a masturbação.

O próprio Lindner reconheceu a natureza sexual dessa ação e a destacou de maneira irrestrita. Na meninice, o chuchar é freqüentemente equiparado aos outros “maus costumes” sexuais da criança. De numerosos pediatras e neurologistas tem-se erguido um protesto muito enérgico contra essa concepção, parcialmente baseado, sem dúvida, na confusão entre “sexual” e “genital”. Esse protesto levanta uma questão difícil e irrecusável: por qual característica genérica podemos reconhecer as manifestações sexuais da criança? Parece-me que a concatenação de fenômenos que pudemos discernir através da investigação psicanalítica nos autoriza a ver no chuchar uma manifestação sexual e a estudar justamente nele os traços essenciais da atividade sexual infantil.

AUTO-EROTISMO

Temos a obrigação de fazer um exame aprofundado desse exemplo. Como traço mais destacado dessa prática sexual, salientemos que a pulsão não está dirigida para outra pessoa; satisfaz-se no próprio corpo, é *auto-erótica*, para dizê-lo com a feliz denominação introduzida por Havelock Ellis [1910].

Está claro, além disso, que o ato da criança que chucha é determinado pela busca de um prazer já vivenciado e agora lembrado. No caso mais simples, portanto, a satisfação é encontrada mediante a sucção rítmica de alguma parte da pele ou da mucosa. É fácil adivinhar também em que ocasiões a criança teve as primeiras experiências desse prazer que agora se esforça por renovar. A primeira e mais vital das atividades da criança - mamar no seio materno (ou em seus substitutos) - há de tê-la familiarizado com esse prazer. Diríamos que os lábios da criança comportaram-se como uma *zona erógena*, e a estimulação pelo fluxo cálido de leite foi sem dúvida a origem da sensação prazerosa. A princípio, a satisfação da zona erógena deve ter-se associado com a necessidade de alimento. A atividade sexual apóia-se primeiramente numa das funções que servem à preservação da vida, e só depois torna-se independente delas. Quem já viu uma criança saciada recuar do peito e cair no sono, com as faces coradas e um sorriso beatífico, há de dizer a si mesmo que essa imagem persiste também como norma da expressão da satisfação sexual em épocas posteriores da vida. A necessidade de repetir a satisfação sexual dissocia-se então da necessidade de absorção de alimento - uma separação que se torna inevitável quando aparecem os dentes e o alimento já não é exclusivamente ingerido por sucção, mas é também mastigado. A criança não se serve de um objeto externo para sugar, mas prefere uma parte de sua própria pele, porque isso lhe é mais cômodo, porque a torna independente do mundo externo, que ela ainda não consegue dominar, e porque desse modo ela se proporciona como que uma segunda zona erógena, se bem que de nível inferior. A inferioridade dessa segunda região a levará, mais tarde, a buscar em outra pessoa a parte correspondente, os lábios. (“Pena eu não poder beijar a mim mesmo”, dir-se-ia subjazer a isso.)

Nem todas as crianças praticam esse chuchar. É de se supor que cheguem a fazê-lo aquelas em quem a significação erógena da zona labial for constitucionalmente reforçada. Persistindo essa significação, tais crianças, uma vez adultas, serão ávidas apreciadoras do beijo, tenderão a beijos perversos ou, se forem homens, terão um poderoso motivo para beber e fumar. Caso sobrevenha o recalçamento, porém, sentirão nojo da comida e produzirão vômitos histéricos. Por força da dupla finalidade da zona labial, o recalçamento se estende à pulsão de nutrição. Muitas de minhas pacientes com distúrbios alimentares, *globus hystericus*, constrição na garganta e vômitos foram, na infância, firmes adeptas do chuchar.

No chuchar ou sugar com leite já podemos observar as três características essenciais de uma manifestação sexual infantil. Esta nasce apoiando-se numa das funções somáticas vitais, ainda não conhece nenhum objeto sexual, sendo *auto-erótica*, e seu alvo sexual acha-se sob o domínio de uma *zona erógena*. Antecipemos que essas características são válidas também para a maioria das outras atividades das pulsões sexuais infantis.

(3) O ALVO SEXUAL DA SEXUALIDADE INFANTIL

CARACTERÍSTICAS DAS ZONAS ERÓGENAS

Do exemplo do chuchar podemos ainda deduzir várias coisas para a caracterização do que é uma zona erógena. Trata-se de uma parte da pele ou da mucosa em que certos tipos de estimulação provocam uma sensação prazerosa de determinada qualidade. Não há dúvida de que os estímulos produtores de prazer estão ligados a condições especiais que desconhecemos. Entre elas, o caráter rítmico deve desempenhar algum papel, impondo-se aqui a analogia com as cócegas. Menos seguro, parece, é se o caráter da sensação prazerosa provocada pelo estímulo pode ser designado de “particular”, particularidade esta em que estaria contido justamente o fator sexual. Em matéria de prazer e desprazer, a psicologia ainda tateia tanto no escuro que as hipóteses mais prudentes são as mais recomendáveis. Mais adiante, talvez deparemos com razões que pareçam sustentar a idéia de uma qualidade particular da sensação prazerosa.

A propriedade erógena pode ligar-se de maneira mais marcante a certas partes do corpo. Existem zonas erógenas predestinadas, como mostra o exemplo do chuchar. Mas esse exemplo ensina também que qualquer outro ponto da pele ou da mucosa pode tomar a seu encargo as funções de uma zona erógena, devendo, portanto, ter certa aptidão para isso. Assim, a qualidade do estímulo, mais do que a natureza das partes do corpo, é que tem a ver com a produção da sensação prazerosa. A criança chuchadora perscruta seu corpo para sugar alguma parte dele, que depois, por hábito, torna-se a preferida; quando tropeça casualmente numa das partes predestinadas (os mamilos, a genitália), esta decerto retém a preferência. Uma capacidade de deslocamento inteiramente análoga reaparece na sintomatologia da histeria. Nessa neurose, o recalçamento afeta sobretudo as zonas genitais propriamente ditas, e estas transmitem sua excitabilidade a outras zonas erógenas, de outro modo relegadas na vida adulta, que então se comportam exatamente como genitais. Além disso, porém, tal como ocorre no chuchar, qualquer outra parte do corpo pode ser provida da excitabilidade da genitália e alçada à condição de zona erógena. As zonas erógenas e histerógenas exibem as mesmas características.

O ALVO SEXUAL INFANTIL

O alvo sexual da pulsão infantil consiste em provocar a satisfação mediante a estimulação apropriada da zona erógena que de algum modo foi escolhida. Essa satisfação deve ter sido vivenciada antes para que reste daí uma necessidade de repeti-la, e é lícito esperarmos que a natureza tenha tomado medidas seguras para que essa vivência não fique entregue ao acaso. Já tomamos conhecimento do que é que promove a satisfação dessa finalidade no caso da zona labial: é a ligação simultânea dessa parte do corpo com a alimentação. Ainda depararemos com outros dispositivos semelhantes como fontes da sexualidade. O estado de necessidade de repetir uma satisfação transparece de duas maneiras: por um sentimento peculiar de tensão, que tem, antes, o caráter de desprazer, e por uma sensação de prurido ou estimulação *centralmente condicionada* e projetada para a zona erógena periférica. Por isso, pode-se também formular o alvo sexual de outra maneira: ele viria substituir a sensação de estimulação projetada na zona erógena pelo estímulo externo que a abolisse ao provocar a sensação de satisfação. Esse estímulo externo consiste, na maioria das vezes, numa manipulação análoga ao sugar.

Está em perfeito acordo com nossos conhecimentos fisiológicos que a necessidade possa também ser evocada periféricamente, através de uma modificação real na zona erógena. Só é um tanto estranho que, para ser abolido, um estímulo pareça exigir a colocação de um segundo no mesmo lugar.

(4) AS MANIFESTAÇÕES SEXUAIS MASTURBATÓRIAS

Só pode alegrar-nos sumamente descobrir que, uma vez compreendida a pulsão vinda de uma única zona erógena, não temos muito mais coisas importantes a aprender sobre a atividade sexual das crianças. As diferenças mais significativas dizem respeito às providências necessárias à satisfação, que, no caso da zona labial, consistiam no sugar, e que terão de ser substituídas por outras ações musculares conforme a posição e a natureza das outras zonas.

ATIVIDADE DA ZONA ANAL

Tal como a zona dos lábios, a zona anal está apta, por sua posição, a mediar um apoio da sexualidade em outras funções corporais. É de se presumir que a importância erógena dessa parte do corpo seja originariamente muito grande. Inteiramo-nos pela psicanálise, não sem certo assombro, das transmutações por que normalmente passam as excitações sexuais dela provenientes e da freqüência com que essa zona conserva durante toda a vida uma parcela considerável de excitabilidade genital. Os distúrbios intestinais tão freqüentes na infância providenciam para que não falem a essa zona excitações intensas. Os catarros intestinais na mais tenra idade deixam a criança “nervosa”, como se costuma dizer; no adoecimento neurótico posterior, eles têm uma influência determinante na manifestação somática da neurose e colocam à disposição dela toda a soma das perturbações intestinais. Considerando-se a significação erógena da zona rectal, que se preserva ao menos em sua transmutação, tampouco podemos rir da influência das hemorróidas, às quais a medicina antiga atribuía tanta importância no esclarecimento dos estados neuróticos.

As crianças que tiram proveito da estimulabilidade erógena da zona anal denunciam-se por reterem as fezes até que sua acumulação provoca violentas contrações musculares e, na passagem pelo ânus, pode exercer uma estimulação intensa na mucosa. Com isso, hão de produzir-se sensações de volúpia ao lado das sensações dolorosas. Um dos melhores presságios de excentricidade e nervosismo posteriores é a recusa obstinada do bebê a esvaziar o intestino ao ser posto no troninho, ou seja, quando isso é desejado pela pessoa que cuida dele, ficando essa função reservada para quando aprouver a ele próprio. Naturalmente, não é que lhe interesse sujar a cama; ele está apenas providenciando para que não lhe escape o dividendo de prazer que vem junto com a defecação. Mais uma vez, os educadores têm razão ao chamarem de perversas [*schlimm*] as crianças que “retardam” essas funções.

O conteúdo intestinal, que, enquanto corpo estimulador, comporta-se frente a uma área de mucosa sexualmente sensível como precursor de outro órgão destinado a entrar em ação depois da fase da infância, tem ainda para o lactante outros importantes sentidos. É obviamente tratado como parte de seu próprio corpo, representando o primeiro “presente”: ao desfazer-se dele, a criaturinha pode exprimir sua docilidade perante o meio que a cerca, e ao recusá-lo, sua obstinação. Do sentido de “presente”, esse conteúdo passa mais tarde ao de “bebê”, que, segundo uma das teorias sexuais infantis (ver em [1]), é adquirido pela comida e nasce pelo intestino.

A retenção da massa fecal, a princípio intencionalmente praticada para tirar proveito da estimulação como que masturbatória da zona anal, ou para ser empregada na relação com as pessoas que cuidam da criança, é, aliás, uma das raízes da constipação tão freqüente nos neuropatas. Além disso, o sentido pleno da zona anal espelha-se no fato de se encontrarem muito poucos neuróticos que não tenham seus rituais escatológicos especiais, suas cerimônias e coisas similares, por eles cuidadosamente mantidos em segredo.

A estimulação masturbatória efetiva da zona anal com a ajuda do dedo, provocada por uma comichão centralmente determinada ou periféricamente mantida, não é nada rara nas crianças mais velhas.

ATIVIDADE DA ZONA GENITAL

Entre as zonas erógenas do corpo infantil encontra-se uma que decerto não desempenha o papel principal nem pode ser a portadora das moções sexuais mais antigas, mas que está destinada a grandes coisas no futuro. Nas crianças tanto de sexo masculino quanto feminino, está ligada à micção (glândula, clitóris) e, nas primeiras, acha-se dentro de uma bolsa de mucosa, de modo que não pode faltar-lhe a estimulação por secreções que aticem precocemente a excitação sexual. As atividades sexuais dessa zona erógena, que faz parte dos órgãos sexuais propriamente ditos, são sem dúvida o começo da futura vida sexual “normal”.

Por sua posição anatômica, pelas secreções em que estão banhadas, pela lavagem e fricção advindas dos cuidados com o corpo e por certas excitações acidentais (como as migrações de vermes intestinais nas meninas), é inevitável que a sensação prazerosa que essas partes do corpo são capazes de produzir se faça notar à criança já na fase de amamentação, despertando uma necessidade de repeti-la. Considerada a soma dos dispositivos existentes e ponderando que as providências para manter a limpeza mal podem atuar de modo diferente da sujeira, custa evitar a conclusão de que é através do onanismo do lactante, do qual praticamente nenhum indivíduo escapa, que se estabelece a futura primazia dessa zona erógena na atividade sexual. A ação que elimina o estímulo e provoca a satisfação consiste num contato por fricção manual ou numa pressão (decerto preparada nos moldes de um reflexo) exercida com a mão ou unindo as coxas. Este último método é de longe o mais freqüente nas meninas. Nos meninos, a preferência pela mão já indica a importante contribuição que a pulsão de dominação está destinada a fazer para a atividade sexual masculina.

A bem da clareza, convém eu indicar que é preciso distinguir três fases da masturbação infantil. A primeira é própria do período de lactância, a segunda pertence à breve florescência da atividade sexual por volta do quarto ano de vida, e somente a terceira corresponde ao onanismo da puberdade, amiúde o único a ser levado em conta.

A SEGUNDA FASE DA MASTURBAÇÃO INFANTIL

O onanismo do lactante parece desaparecer após um curto prazo, mas seu prosseguimento ininterrupto até a puberdade pode constituir o primeiro grande desvio do desenvolvimento a que se aspira para os seres humanos inseridos na cultura. Em algum momento da infância posterior ao período de amamentação, comumente antes do quarto ano, a pulsão sexual dessa zona genital costuma redespertar e novamente durar algum tempo, até ser detida por uma nova supressão, ou prosseguir ininterruptamente. As circunstâncias possíveis são muito variadas e só é viável apreciá-las mediante uma análise mais rigorosa dos casos individuais. Mas todos os detalhes dessa *segunda* fase de atividade sexual infantil deixam atrás de si as mais profundas marcas (inconscientes) na memória da pessoa, determinam o desenvolvimento de seu caráter, caso ela permaneça sadia, e a sintomatologia de sua neurose, caso venha a adoecer depois da puberdade. Nesta última eventualidade, constatamos que esse período sexual foi esquecido e que as lembranças conscientes que o testemunham foram deslocadas; já afirmei que eu também vincularia a amnésia infantil normal com essa atividade sexual infantil. Através da investigação psicanalítica é possível tornar consciente o esquecido e, desse modo, eliminar uma compulsão que provém do material psíquico inconsciente.

O RETORNO DA MASTURBAÇÃO DA LACTÂNCIA

A excitação sexual do período de lactância retorna nos anos infantis já indicados, seja como um estímulo de prurido centralmente condicionado, que exorta a uma satisfação masturbatória, seja como um processo da natureza de uma poluição, que, em analogia com as poluições da maturidade, chega à satisfação sem a ajuda de ação alguma. Este último caso é o mais freqüente nas meninas e na segunda metade da infância; não é inteiramente compreensível em termos do que o condiciona e, muitas vezes, embora não regularmente, parece ter como premissa um período anterior de onanismo ativo. A sintomatologia dessas manifestações sexuais é escassa; o que dá sinal do aparelho sexual ainda não desenvolvido é, na maioria das vezes, o aparelho urinário, que funciona, por assim dizer, como tutor dele. A maioria dos chamados distúrbios vesicais dessa época são perturbações sexuais; a enurese noturna, quando não representa um ataque epilético, corresponde a uma poluição.

Para o reaparecimento da atividade sexual são decisivas as causas internas e as contingências externas, ambas as quais podem ser inferidas, nos casos de doença neurótica, a partir da forma dos sintomas, sendo descobertas com certeza através da investigação psicanalítica. Sobre as causas internas falaremos mais adiante; as contingências fortuitas externas ganham nesse período uma importância grande e duradoura. Em primeiro plano situa-se a influência da sedução, que trata a criança prematuramente como um objeto sexual e que, em circunstâncias que causam forte impressão, ensina-a a conhecer a satisfação das zonas genitais - uma satisfação que ela fica quase sempre obrigada a renovar pelo onanismo. Tal influência pode provir de adultos ou de outras crianças; não me é possível admitir que, em meu ensaio sobre “A Etiologia da Histeria” (1896c), eu tenha superestimado sua frequência ou sua importância, embora eu ainda não soubesse, na época, que os indivíduos que permanecem normais podem ter tido na infância as mesmas experiências, e por isso tenha dado maior valor à sedução do que aos fatores da constituição e do desenvolvimento sexuais. É evidente que a sedução não é necessária para despertar a vida sexual da criança, podendo esse despertar surgir também, espontaneamente, de causas internas.

DISPOSIÇÃO PERVERSA POLIMORFA

É instrutivo que a criança, sob a influência da sedução, possa tornar-se perversa polimorfa e ser induzida a todas as transgressões possíveis. Isso mostra que traz em sua disposição a aptidão para elas; por isso sua execução encontra pouca resistência, já que, conforme a idade da criança, os diques anímicos contra os excessos sexuais - a vergonha, o asco e a moral - ainda não foram erigidos ou estão em processo de construção. Nesse aspecto, a criança não se comporta de maneira diversa da mulher inculta média, em quem se conserva a mesma disposição perversa polimorfa. Em condições usuais, ela pode permanecer sexualmente normal, mas, guiada por um sedutor habilidoso, terá gosto em todas as perversões e as reterá em sua atividade sexual. Essa mesma disposição polimorfa, e portanto infantil, é também explorada pelas prostitutas no exercício de sua profissão, e no imenso número de mulheres prostituídas ou em quem se deve supor uma aptidão para a prostituição, embora tenham escapado ao exercício dela, é impossível não reconhecer nessa tendência uniforme a toda sorte de perversões algo que é universalmente humano e originário.

PULSÕES PARCIAIS

De resto, a influência da sedução não ajuda a revelar as circunstâncias iniciais da pulsão sexual, mas antes confunde nossa visão dela, uma vez que apresenta prematuramente à criança um objeto sexual de que, a princípio, a pulsão sexual infantil não mostra nenhuma necessidade. Contudo, devemos admitir que também a vida sexual infantil, apesar da dominação preponderante das zonas erógenas, exhibe componentes que desde o início envolvem outras pessoas como objetos sexuais. Dessa natureza são as pulsões do prazer de olhar e de exhibir, bem como a de crueldade, que aparecem com certa independência das zonas erógenas e só mais tarde entram em relações estreitas com a vida genital, mas que já na infância se fazem notar como aspirações autônomas, inicialmente separadas da atividade sexual erógena. A criança pequena é, antes de mais nada, desprovida de vergonha, e em certos períodos de seus primeiros anos mostra uma satisfação inequívoca no desnudamento do corpo, com ênfase especial nas partes sexuais. A contrapartida dessa inclinação tida como perversa - a curiosidade de ver a genitália de outras pessoas - provavelmente só se torna manifesta um pouco mais tarde na infância, quando o obstáculo do sentimento de vergonha já atingiu certo desenvolvimento. Sob a influência da sedução, a perversão de ver pode alcançar grande importância na vida sexual da criança. Entretanto, minhas investigações da meninice tanto de pessoas sadias quanto de doentes neuróticos forçam-me a concluir que a pulsão de ver pode surgir na criança como uma manifestação sexual espontânea. As crianças pequenas cuja atenção foi atraída, em algum momento, para sua própria genitália - geralmente pela masturbação - costumam dar o passo adicional sem ajuda externa e desenvolver um vivo interesse pelos genitais de seus coleguinhas. Dado que as oportunidades de satisfazer tal curiosidade em geral só se apresentam quando da satisfação das duas necessidades excrementícias, tais crianças tornam-se *voyeurs*, zelosos espectadores da micção e da defecação de outrem. Uma vez sobrevivendo o recalçamento dessas inclinações, a curiosidade de ver a genitália alheia (seja do mesmo sexo ou do sexo oposto) persiste como uma pressão torturante, que em muitos casos de neurose fornece, posteriormente, a mais poderosa força impulsora para a formação do sintoma.

Com independência ainda maior das outras atividades sexuais vinculadas às zonas erógenas desenvolve-se na criança o componente de crueldade da pulsão sexual. A crueldade é perfeitamente natural no caráter infantil, já que a trava que faz a pulsão de dominação deter-se ante a dor do outro - a capacidade de compadecer-se - tem um desenvolvimento relativamente tardio. É sabido que ainda não se teve êxito na análise psicológica exaustiva dessa pulsão; podemos supor que o impulso cruel provenha da pulsão de dominação e surja na vida sexual numa época em que os genitais ainda não assumiram seu papel posterior. Assim, ela domina uma fase da vida sexual que mais adiante descreveremos como organização pré-genital. As crianças que se distinguem por uma crueldade peculiar

para com os animais e os companheiros despertam, em geral justificadamente, a suspeita de uma atividade sexual intensa e precoce advinda das zonas erógenas, e mesmo no amadurecimento precoce e simultâneo de todas as pulsões sexuais, a atividade sexual erógena parece ser primária. A ausência da barreira da compaixão traz consigo o risco de que esse vínculo estabelecido na infância entre as pulsões cruéis e as erógenas torne-se depois indissolúvel na vida.

Desde as *Confissões* de Jean Jacques Rousseau, a estimulação dolorosa da pele das nádegas tem sido reconhecida por todos os educadores como uma das raízes erógenas da pulsão passiva de crueldade (masoquismo). Disso eles concluíram com acerto que o castigo corporal, que quase sempre incide nessa parte do corpo, deve ser evitado em todas as crianças cuja libido, através das exigências posteriores da educação cultural, possa ser forçada para vias colaterais.

(5) A INVESTIGAÇÃO SEXUAL INFANTIL

A PULSÃO DE SABER

Ao mesmo tempo em que a vida sexual da criança chega a sua primeira florescência, entre os três e os cinco anos, também se inicia nela a atividade que se inscreve na pulsão de saber ou de investigar. Essa pulsão não pode ser computada entre os componentes pulsionais elementares, nem exclusivamente subordinada à sexualidade. Sua atividade corresponde, de um lado, a uma forma sublimada de dominação e, de outro, trabalha com a energia escopofílica. Suas relações com a vida sexual entretanto, são particularmente significativas, já que constatamos pela psicanálise que, na criança, a pulsão de saber é atraída, de maneira insuspeitadamente precoce e inesperadamente intensa, pelos problemas sexuais, e talvez seja até despertada por eles.

Não são interesses teóricos, mas práticos, que põem em marcha a atividade investigatória na criança. A ameaça trazida para suas condições existenciais pela chegada conhecida ou suspeitada de um novo bebê, assim como o medo de que esse acontecimento traga consigo a perda de cuidados e de amor, tornam a criança pensativa e perspicaz. O primeiro problema de que ela se ocupa, em consonância com essa história do despertar da pulsão de saber, não é a questão da diferença sexual, e sim o enigma; de onde vêm os bebês? Numa distorção facilmente anulável, esse é também o enigma proposto pela Esfinge de Tebas. Ao contrário, o fato de existirem dois sexos é inicialmente aceito pela criança sem nenhuma rebeldia ou hesitação. Para o menino, é natural presumir uma genitália igual à sua em todas as pessoas que ele conhece, sendo-lhe impossível conjugar a falta dela com sua representação dessas outras pessoas.

COMPLEXO DE CASTRAÇÃO E INVEJA DO PÊNIS

Essa convicção é energicamente sustentada pelos meninos, obstinadamente defendida contra a tradição que logo resulta da observação, e somente abandonada após sérias lutas internas (o complexo de castração). As formações substitutivas desse pênis perdido das mulheres desempenham um grande papel na forma assumida pelas diversas perversões.

A suposição de uma genitália idêntica (masculina) em todos os seres humanos é a primeira das notáveis e momentosas teorias sexuais infantis. Tem pouca serventia para a criança que a ciência biológica dê razão a seu preconceito e tenha de reconhecer o clitóris feminino como um autêntico substituto do pênis. Já a garotinha não incorre em semelhantes recusas ao avistar os genitais do menino, com sua conformação diferente. Está pronta a reconhecê-lo de imediato e é tomada pela inveja do pênis, que culmina no desejo de ser também um menino, tão importante em suas conseqüências.

TEORIAS DO NASCIMENTO

Muitas pessoas recordam com clareza a intensidade com que se interessaram, no período pré-púbere, pela questão da proveniência dos bebês. As soluções anatômicas então concebidas foram dos mais diversos tipos: eles sairiam do seio, ou se recortariam do ventre, ou o umbigo se abriria para deixá-los passar. Fora da análise, é muito raro haver lembranças de uma investigação correspondente nos primeiros anos da infância; há muito ela sucumbiu ao recalçamento, mas seus resultados são uniformes: os filhos chegam quando se come determinada coisa (como nos contos de fadas) e nascem pelo intestino, como na eliminação de fezes. Essas teorias infantis fazem lembrar condições existentes no reino animal, sobretudo a cloaca dos tipos de animais inferiores aos mamíferos.

A CONCEPÇÃO SÁDICA DA RELAÇÃO SEXUAL

Quando as crianças em tão tenra idade assistem à relação sexual entre adultos, o que é ensejado pela convicção dos mais velhos de que a criança pequena não pode entender nada de sexual, elas não podem deixar de conceber o ato sexual como uma espécie de sevícia ou subjugação, ou seja, de encará-lo num sentido sádico. A psicanálise também nos permite verificar que uma impressão dessa natureza na primeira infância contribui em muito para a predisposição a um deslocamento sádico posterior do alvo sexual. Ademais, as crianças se ocupam muito com o problema de saber em que consiste a relação sexual, ou, como dizem elas, em que consiste ser casado, e costumam buscar a solução do mistério em alguma atividade conjunta proporcionada pelas funções de micção ou defecação.

O FRACASSO TÍPICO DA INVESTIGAÇÃO SEXUAL INFANTIL

Em geral, pode-se dizer das teorias sexuais infantis que elas são reflexos da própria constituição sexual da criança, e que, apesar de seus erros grotescos, testemunham uma maior compreensão dos processos sexuais do que se pretenderia de seus criadores. As crianças também percebem as alterações provocadas na mãe pela gravidez e sabem interpretá-las corretamente; a fábula da cegonha é amiúde contada a uma platéia que a

recebe com desconfiança profunda, embora quase sempre silenciosa. Mas como dois elementos permanecem desconhecidos na investigação sexual infantil, a saber, o papel do sêmen fecundante e a existência do orifício sexual feminino - os mesmos pontos, aliás, em que a organização sexual infantil ainda está atrasada -, os esforços do pequeno investigador são geralmente infrutíferos, e acabam numa renúncia que não raro deixa como seqüela um prejuízo permanente para a pulsão de saber. A investigação sexual desses primeiros anos da infância é sempre feita na solidão; significa um primeiro passo para a orientação autônoma no mundo e estabelece um intenso alheamento da criança frente às pessoas de seu meio que antes gozavam de sua total confiança.

(6) AS FASES DE DESENVOLVIMENTO DA ORGANIZAÇÃO SEXUAL

Até agora, destacamos como características da vida sexual infantil o fato de ela ser essencialmente auto-erótica (seu objeto encontra-se no próprio corpo) e de suas pulsões parciais serem inteiramente desvinculadas e independentes entre si em seus esforços pela obtenção de prazer. O desfecho do desenvolvimento constitui a chamada vida sexual normal do adulto, na qual a obtenção de prazer fica a serviço da função reprodutora, e as pulsões parciais, sob o primado de uma única zona erógena, formam uma organização sólida para a consecução do alvo sexual num objeto sexual alheio.

ORGANIZAÇÕES PRÉ-GENITAIS

O estudo das inibições e perturbações desse processo de desenvolvimento, com a ajuda da psicanálise, permite-nos identificar os rudimentos e etapas preliminares de tal organização das pulsões parciais, que ao mesmo tempo resultam numa espécie de regime sexual. Essas fases da organização sexual são normalmente atravessadas sem dificuldade, revelando-se apenas por alguns indícios. Somente nos casos patológicos é que são ativadas e se tornam passíveis de conhecimento pela observação grosseira.

Chamaremos *pré-genitais* às organizações da vida sexual em que as zonas genitais ainda não assumiram seu papel preponderante. Até aqui tomamos conhecimento de duas delas, que dão a impressão de constituir recaídas em estados anteriores da vida animal.

A primeira dessas organizações sexuais pré-genitais é a *oral*, ou, se preferirmos, *canibalesca*. Nela, a atividade sexual ainda não se separou da nutrição, nem tampouco se diferenciaram correntes opostas em seu interior. O objeto de uma atividade é também o da outra, e o alvo sexual consiste na *incorporação* do objeto - modelo do que mais tarde irá desempenhar, sob a forma da *identificação*, um papel psíquico tão importante. Como resíduo dessa hipotética fase de organização que nos foi imposta pela patologia podemos ver o chuchar, no qual a atividade sexual, desligada da atividade de alimentação, renunciou ao objeto alheio em troca de um objeto situado no próprio corpo.

Uma segunda fase pré-genital é a da organização *sádico-anal*. Nela, a divisão em opostos que perpassa a vida sexual já se constituiu, mas eles ainda não podem ser chamados de *masculino* e *feminino*, e sim *ativo* e *passivo*. A atividade é produzida pela pulsão de dominação através da musculatura do corpo, e como órgão do alvo sexual passivo o que se faz valer é, antes de mais nada, a mucosa erógena do intestino; mas há para essas duas aspirações opostas objetos que não coincidem. Ao lado disso, outras pulsões parciais atuam de maneira auto-erótica. Nessa fase, portanto, já é possível demonstrar a polaridade sexual e o objeto alheio, faltando ainda a organização e a subordinação à função reprodutora.

AMBIVALÊNCIA

Essa forma da organização sexual pode conservar-se por toda a vida e atrair permanentemente para si uma boa parcela da atividade sexual. O predomínio do sadismo e o papel de cloaca desempenhado pela zona anal conferem-lhe um cunho singularmente arcaico. Como característica adicional, é próprio dela que os pares opostos de pulsões estejam desenvolvidos de maneira aproximadamente igual, num estado de coisas descrito pela

oportuna designação de “ambivalência”, introduzida por Bleuler.

A hipótese das organizações pré-genitais da vida sexual repousa na análise das neuroses e é difícil apreciá-la independentemente do conhecimento destas. Podemos esperar que a continuidade dos esforços analíticos venha a fornecer-nos muito mais informações sobre a estrutura e o desenvolvimento da função sexual normal.

Para completar o quadro da vida sexual infantil, é preciso acrescentar que, com freqüência ou regularmente, já na infância se efetua uma escolha objetal como a que mostramos ser característica da fase de desenvolvimento da puberdade, ou seja, o conjunto das aspirações sexuais orienta-se para uma única pessoa, na qual elas pretendem alcançar seus objetivos. Na infância, portanto, essa é a maior aproximação possível da forma definitiva assumida pela vida sexual depois da puberdade. A diferença desta última reside apenas em que a concentração das pulsões parciais e sua subordinação ao primado da genitália não são conseguidas na infância, ou só o são de maneira muito incompleta. Assim, o estabelecimento desse primado a serviço da reprodução é a última fase por que passa a organização sexual.

OS DOIS TEMPOS DA ESCOLHA OBJETAL

Pode-se considerar como ocorrência típica que a escolha de objeto se efetue em dois tempos, em duas ondas. A primeira delas começa entre os dois e os cinco anos e retrocede ou é detida pelo período de latência; caracteriza-se pela natureza infantil de seus alvos sexuais. A segunda sobrevém com a puberdade e determina a configuração definitiva da vida sexual.

Mas a existência da bitemporalidade da escolha objetal, que se reduz essencialmente ao efeito do período de latência, é de suma importância para o desarranjo desse estado final. Os resultados da escolha objetal infantil prolongam-se pelas épocas posteriores; ou se

conservam como tal ou passam por uma renovação na época da puberdade. Contudo, revelam-se inutilizáveis, em consequência do recalçamento que se desenvolve entre as duas fases. Seus alvos sexuais foram amenizados e agora representam o que se pode descrever como a corrente de ternura da vida sexual. Somente a investigação psicanalítica pode demonstrar que, por trás dessa ternura, dessa veneração e respeito, ocultam-se as antigas aspirações sexuais, agora imprestáveis, das pulsões parciais infantis. A escolha de objeto da época da puberdade tem de renunciar aos objetos infantis e recomeçar como uma corrente *sensual*. A não confluência dessas duas correntes tem como consequência, muitas vezes, a impossibilidade de se alcançar um dos ideais da vida sexual - a conjugação de todos os desejos num único objeto.

(7) AS FONTES DA SEXUALIDADE INFANTIL

No esforço de rastrear as origens da pulsão sexual, descobrimos até agora que a excitação sexual nasce *(a)* como a reprodução de uma satisfação vivenciada em relação a outros processos orgânicos, *(b)* pela estimulação periférica apropriada das zonas erógenas, e *(c)* como expressão de algumas “pulsões” que ainda não nos são inteiramente compreensíveis em sua origem, como a pulsão de ver e a pulsão para a crueldade. A investigação psicanalítica, que retrocede de uma época posterior para a infância, e a observação contemporânea da criança conjugam-se para nos apontar outras fontes que fluem regularmente para a excitação sexual. A observação de crianças tem a desvantagem de trabalhar com dados facilmente passíveis de mal-entendidos, e a psicanálise é dificultada pelo fato de só poder chegar a seus dados e conclusões depois de longos rodeios; em cooperação, entretanto, os dois métodos obtêm um grau satisfatório de certeza de conhecimentos.

Pela investigação das zonas erógenas, já descobrimos que essas regiões da pele meramente mostram uma intensificação especial de um tipo de estimulabilidade que, em certo grau, é próprio de toda a superfície cutânea. Portanto, não nos surpreenderá constatar que é possível atribuir efeitos erógenos muito claros a certos tipos de estimulação geral da pele. Entre esses, destacamos acima de tudo os estímulos térmicos, o que talvez facilite nossa compreensão do efeito terapêutico dos banhos quentes.

EXCITAÇÕES MECÂNICAS

Devemos ainda arrolar aqui a produção de excitação sexual pela agitação mecânica e ritmada do corpo, na qual devemos distinguir três formas de atuação estimulatória: no aparato sensorial dos nervos vestibulares, na pele e nas áreas profundas (músculos, aparelho articular). A existência das sensações prazerosas assim geradas - vale enfatizar que é lícito empregarmos indistintamente, numa vasta medida, “excitação sexual” e “satisfação”, cabendo-nos o dever de buscar mais adiante uma explicação para isso [ver em [1]]-, a existência dessas sensações prazerosas, produzidas por certos tipos de agitação mecânica do corpo, é confirmada pelo fato de as crianças gostarem tanto das brincadeiras de movimento passivo, como serem balançadas e jogadas para o alto, e de pedirem incessantemente que sejam repetidas. Sabe-se que é costumeiro usar o recurso de embalar as crianças inquietas para fazê-las adormecer. O balanço das carruagens e, mais tarde, das viagens de trem exerce um efeito tão fascinante nas crianças mais velhas que pelo menos todos os meninos, em algum momento da vida, quiseram ser condutores de trem ou cocheiros quando crescessem. Eles dedicam um intrigante interesse de extraordinária intensidade a tudo o que se relaciona com as ferrovias, e, na idade em que se ativa a fantasia (pouco antes da puberdade), fazem disso o núcleo de um simbolismo singularmente sexual. É evidente que a compulsão a estabelecer tal vínculo entre as viagens ferroviárias e a sexualidade provém do caráter prazeroso das sensações de movimento. Sobrevindo então o recalçamento, que converte tantas das predileções infantis em seu oposto, essas mesmas pessoas, quando adolescentes ou adultas, reagirão com náuseas aos balanços e sacolejos, ficarão terrivelmente esgotadas pelas viagens de trem, ou tenderão a sofrer ataques de angústia nas viagens, protegendo-se da repetição dessa experiência dolorosa através de um *pavor das ferrovias*.

Alinha-se aqui o fato, ainda não compreendido, de que a conjugação do susto com a agitação mecânica produz a grave neurose traumática histeriforme. Podemos ao menos supor que essas influências, que numa intensidade ínfima transformam-se em fontes de excitação sexual, provoquem, em medida excessiva, uma profunda desordem no mecanismo ou na química sexual.

ATIVIDADE MUSCULAR

É sabido que a atividade muscular intensa é, para a criança, uma necessidade de cuja satisfação ela extrai um prazer extraordinário. Se esse prazer tem algo a ver com a sexualidade, se encerra em si mesmo uma satisfação sexual, ou se pode converter-se no ensejo de uma excitação sexual, tudo isso é passível de considerações críticas que, de fato, podem também apontar contra a colocação contida nos parágrafos precedentes, a saber, que o prazer extraído das sensações de movimento passivo é de natureza sexual ou produz excitação sexual. Mas o fato é que uma série de pessoas informa ter vivenciado os primeiros sinais de excitação em sua genitália no curso de brigas ou lutas com seus companheiros de brincadeiras, situação na qual, além do esforço muscular generalizado, há ainda um estreito contato com a pele do oponente. A tendência a travar lutas musculares com determinada pessoa, bem como, em épocas posteriores, a inclinação às disputas verbais [“Provoca-se o que se ama”] são um bom sinal de que a escolha de objeto recaiu sobre essa pessoa. Na promoção da excitação sexual através da atividade muscular caberia reconhecer uma das raízes da pulsão sádica. Em muitos indivíduos, a vinculação infantil entre as lutas corporais e a excitação sexual é co-determinante da orientação privilegiada que assumirá, mais tarde, sua pulsão sexual.

PROCESSOS AFETIVOS

Menores são as dúvidas a que ficam sujeitas as outras fontes de excitação sexual na criança. É fácil demonstrar, tanto pela observação contemporânea quanto pela investigação posterior, que todos os processos afetivos mais intensos, inclusive as excitações assustadoras, propagam-se para a sexualidade, o que, aliás, pode contribuir para a compreensão do efeito patogênico de tais abalos anímicos. Nos escolares, o pavor de fazer uma prova ou a tensão diante de uma tarefa difícil de solucionar podem ser importantes não só para seu relacionamento com a escola, mas também para a irrupção de manifestações sexuais, na medida em que, nessas circunstâncias, é muito freqüente surgir uma sensação estimuladora que incita ao contato com a genitália, ou ainda um processo da natureza de uma poluição, como todas as suas conseqüências desconcertantes. O comportamento das crianças na escola, que propõe aos professores um número bastante grande de enigmas, merece, em geral, ser relacionado com o desabrochar de sua sexualidade. O efeito sexualmente excitante de muitos afetos que em si são desprazerosos, tais como a angústia, o medo ou o horror,

conserva-se num grande número de seres humanos por toda a vida, e sem dúvida explica por que tantas pessoas correm atrás da oportunidade de vivenciar tais sensações, desde que haja apenas certas circunstâncias secundárias (a pertença a um mundo imaginário, à leitura ou ao teatro) para atenuar a gravidade da sensação desprazerosa.

Presumindo-se que também as sensações de dor intensa provoquem o mesmo efeito erógeno, sobretudo quando a dor é abrandada ou mantida a distância por alguma condição concomitante, estaria nessa vinculação uma das principais raízes da pulsão sadomasoquista, de cujas múltiplas complexidades vamos assim ganhando aos poucos algum discernimento.

TRABALHO INTELECTUAL

Por fim, é inequívoco que a concentração da atenção numa tarefa intelectual, bem como o esforço intelectual em geral, têm por conseqüência produzir em muitas pessoas, tanto jovens quanto adultas, uma excitação sexual concomitante, o que por certo constitui a única base justificável para a tão duvidosa prática de derivar as perturbações nervosas do “excesso de trabalho” intelectual.

Correndo agora os olhos por essas provas e indícios fornecidos sobre as fontes da excitação sexual infantil, e que não foram completos nem exaustivos, podemos vislumbrar ou reconhecer os seguintes traços universais: parece que as mais abundantes providências são tomadas para que o processo da excitação sexual - cuja natureza decerto se tornou bastante enigmática para nós - seja posto em andamento. Cuidam disso, antes de mais nada, e de maneira mais ou menos direta, as excitações das superfícies sensíveis - a pele e os órgãos sensoriais -, e, da maneira mais imediata, a influência dos estímulos sobre certas áreas designadas como zonas erógenas. O elemento decisivo nessas fontes de excitação sexual é, sem dúvida, a qualidade do estímulo, embora o fator da intensidade (no caso da dor) não seja de todo indiferente. Além disso, porém, existem no organismo dispositivos cuja conseqüência é fazer com que a excitação sexual surja como um efeito concomitante num grande número de processos internos, tão logo a intensidade desses processos ultrapasse certos limites quantitativos. O que chamamos de pulsões parciais da sexualidade deriva diretamente dessas fontes internas da excitação sexual, ou então se compõe de contribuições

vindas dessas fontes e das zonas erógenas. É possível que nada de maior importância ocorra no organismo sem fornecer seus componentes para a excitação da pulsão sexual.

Não me parece possível, no momento, trazer maior clareza e segurança a essas proposições gerais, e responsabilizo dois fatores por isso: primeiro, a novidade de todo o método de abordagem, e segundo, a circunstância de a natureza da excitação sexual ser-nos inteiramente desconhecida. Ainda assim, eu não gostaria de renunciar a duas observações que prometem abrir-nos amplas perspectivas:

AS DIFERENTES CONSTITUIÇÕES SEXUAIS

(a) Assim como antes vimos ser possível (ver em [1] e [2]) basear uma multiplicidade de constituições sexuais inatas na formação diferenciada das zonas erógenas, podemos agora experimentar a mesma coisa com a inclusão das fontes indiretas de excitação sexual. Podemos presumir que essas fontes façam contribuições em todos os indivíduos, mas não tenham em todas as pessoas a mesma intensidade, e que na conformação privilegiada de cada fonte da excitação sexual situe-se outra contribuição para diferenciar as diversas constituições sexuais.

VIAS DE INFLUÊNCIA RECÍPROCA

(b) Se abandonarmos a expressão figurada a que nos apegamos por tanto tempo ao falar em “fontes” da excitação sexual, poderemos chegar à hipótese de que todas as vias de ligação que levam à sexualidade, vindo de outras funções, devem também ser percorriáveis na direção inversa. Por exemplo, se o fato de a zona labial ser patrimônio comum de duas funções é a razão por que a ingestão de alimentos gera uma satisfação sexual, esse mesmo fator nos permite compreender que haja distúrbios na nutrição quando as funções erógenas da zona comum são perturbadas. E, uma vez, que sabemos que a concentração de atenção é

capaz de provocar excitação sexual, somos levados a supor que, atuando pela mesma via só que em sentido inverso, o estado de excitação sexual pode influenciar a disponibilidade de atenção dirigível a algo. Boa parte da sintomatologia das neuroses, que deduzo das perturbações nos processos sexuais, expressa-se em perturbações de outras funções não-sexuais do corpo; essa circunstância, até agora incompreensível, torna-se menos enigmática quando se considera que representa apenas a contrapartidas influências sob as quais se dá a produção da excitação sexual.

Mas as mesmas vias pelas quais as perturbações sexuais se propagam para as outras funções do corpo devem também prestar, na saúde, um outro importante serviço. Por elas se daria a atração das forças pulsionais da sexualidade para outros alvos não-sexuais, ou seja, a sublimação da sexualidade. Mas devemos encerrar com a confissão de que é ainda muito pouco o que se conhece com certeza sobre essas vias, que sem dúvida existem e provavelmente são percorríveis em ambas as direções.

AS TRANSFORMAÇÕES DA PUBERDADE

Com a chegada da puberdade introduzem-se as mudanças que levam a vida sexual infantil a sua configuração normal definitiva. Até esse momento, a pulsão sexual era predominantemente auto-erótica; agora, encontra o objeto sexual. Até ali, ela atuava partindo de pulsões e zonas erógenas distintas que, independentemente umas das outras, buscavam um certo tipo de prazer como alvo sexual exclusivo. Agora, porém, surge um novo alvo sexual para cuja consecução todas as pulsões parciais se conjugam, enquanto as zonas erógenas subordinam-se ao primado da zona genital. Posto que o novo alvo sexual atribui aos dois sexos funções muito diferentes, o desenvolvimento sexual de ambos passa agora a divergir muito. O do homem é o mais conseqüente e também o mais facilmente acessível a nossa compreensão, enquanto o da mulher representa até mesmo uma espécie de involução. A normalidade da vida sexual só é assegurada pela exata convergência das duas correntes dirigidas ao objeto sexual e à meta sexual: a de ternura e a sensual. A primeira destas comporta em si o que resta da primitiva eflorescência infantil da sexualidade. É como a travessia de um túnel perfurado desde ambas as extremidades.

O novo alvo sexual do homem consiste na descarga dos produtos sexuais; o anterior - a obtenção do prazer - de modo algum lhe é estranho, mas antes, o mais alto grau de prazer se vincula a esse ato último do processo sexual. A pulsão sexual coloca-se agora a serviço da função reprodutora; torna-se altruísta, por assim dizer. Para que essa transformação tenha êxito, é preciso contar, em seu processo, com as disposições originárias e com todas as particularidades das pulsões.

Como em todas as outras ocasiões em que se devem realizar no organismo novas combinações e composições que levam a mecanismos complexos, também aqui há uma oportunidade para perturbações patológicas, caso essas reordenações não se realizem. Todas as perturbações patológicas da vida sexual devem ser consideradas, justificadamente, como inibições do desenvolvimento.

(1) O PRIMADO DAS ZONAS GENITAIS E O PRÉ-PRAZER

O ponto de partida e o alvo final do processo de desenvolvimento aqui descrito são claros a nossos olhos. As transições intermediárias ainda nos são obscuras em muitos aspectos; teremos de deixar subsistir nelas mais de um enigma.

Escolheu-se o que mais se destaca nos processos da puberdade como o que constitui sua essência: o crescimento manifesto da genitália externa, que exibira, durante o período de latência da infância, uma relativa inibição. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento dos genitais internos avançou o bastante para que eles possam descarregar produtos sexuais ou, conforme o caso, recebê-los para promover a formação de um novo ser vivo. Assim ficou pronto um aparelho altamente complexo, à espera do momento em que será utilizado.

Esse aparelho deve ser acionado por estímulos, e a observação nos permite saber que os estímulos podem afetá-los por três caminhos: vindo do mundo externo, mediante a excitação das zonas erógenas já conhecidas, do interior do organismo, por vias que ainda temos de

explorar, e da vida anímica, que por sua vez é um repositório de impressões externas e um receptor de excitações internas. Pelos três caminhos provoca-se o mesmo efeito, ou seja, um estado que se designa como “excitação sexual” e que se exprime por dois tipos de sinais, anímicos e somáticos. O indício anímico consiste num sentimento peculiar de tensão, de caráter extremamente premente; entre os múltiplos indícios corporais situa-se, em primeiro lugar, uma série de alterações nos genitais, como o inequívoco sentido de serem disposições preliminares, preparativos para o ato sexual (a ereção do membro masculino e a umidificação da vagina).

TENSÃO SEXUAL

O caráter de tensão da excitação sexual suscita um problema cuja solução é tão difícil quanto seria importante para a compreensão dos processos sexuais. Apesar de todas as diferenças de opinião que reinam sobre esse ponto na psicologia, devo insistir em que um sentimento de tensão tem de trazer em si o caráter de desprazer. Para mim, o decisivo é que tal sentimento traz consigo uma pressão para alterar a situação psíquica, impulsiona de uma maneira que é totalmente estranha à natureza do prazer sentido. Mas, se a tensão da excitação sexual for computada como um sentimento de desprazer, esbarraremos no fato de que ela é inequivocamente experimentada como prazerosa. Sempre que é produzida por processos sexuais, a tensão faz-se acompanhar pelo prazer, até mesmo nas alterações preparatórias dos genitais evidencia-se uma espécie de satisfação. Como, então, relacionar essa tensão desprazerosa com esse sentimento de prazer?

Tudo o que se relaciona com o problema do prazer e do desprazer toca num dos pontos mais sensíveis da psicologia atual. Procuraremos aprender o máximo possível a partir das condições do caso em pauta e evitar qualquer abordagem mais estreita do problema em sua totalidade.

Lancemos primeiramente um olhar para o modo como as zonas erógenas se encaixam na nova ordem. Sobre elas recai um papel importante na introdução da excitação sexual. O olho, talvez o ponto mais afastado do objeto sexual, é o que com mais frequência pode ser estimulado, na situação de cortejar um objeto, pela qualidade peculiar cuja causa no objeto

sexual costuma ser chamada de “beleza”. Daí se chamarem “atrativos” os méritos do objeto sexual. A essa estimulação já se liga, por um lado, um prazer, e pelo outro ela tem como consequência um aumento da excitação sexual ou a produção dela, caso ainda esteja faltando. Se a isso vem somar-se a excitação de outra zona erógena, por exemplo, a da mão que é tocada, o efeito é o mesmo: uma sensação de prazer, de um lado, que logo se intensifica pelo prazer proveniente das alterações preparatórias [da genitália], e, de outro, um aumento da tensão sexual, que logo se converte no mais evidente desprazer quando não lhe é permitido o acesso a um prazer ulterior. Talvez mais transparente ainda seja um outro caso: por exemplo, quando se estimula por contato, numa pessoa não excitada sexualmente, uma dada zona erógena, digamos, a pele do seio de uma mulher. Esse contato logo provoca uma sensação prazerosa, mas, ao mesmo tempo, presta-se como nenhum outro para despertar uma excitação sexual que exige um aumento do prazer. O problema está justamente em saber como é que o prazer vivenciado pode despertar a necessidade de um prazer ainda maior.

O MECANISMO DO PRÉ-PRAZER

Ora, o papel desempenhado nisso pelas zonas erógenas é claro. O que vale para uma delas vale para todas. Elas são todas usadas para proporcionar, mediante sua estimulação apropriada, um certo aumento do prazer; este leva a um acréscimo de tensão que, por sua vez, tem de produzir a energia motora necessária para levar a cabo o ato sexual. A penúltima etapa desse ato, mais uma vez, é a estimulação apropriada de uma zona erógena (a própria zona genital, na glândula peniana) pelo objeto mais adequado para isso (a mucosa da vagina); e do prazer gerado por essa excitação obtém-se, dessa vez por via reflexa, a energia motora requerida para a expulsão das substâncias sexuais. Esse último prazer é o de intensidade mais elevada e difere dos anteriores por seu mecanismo. É inteiramente provocado pela descarga: em sua totalidade, é um prazer de satisfação, e com ele se extingue temporariamente a tensão da libido.

Não me parece injustificável fixar através de uma denominação essa diferença de natureza entre o prazer advindo da excitação das zonas erógenas e o que é produzido pela expulsão das substâncias sexuais. O primeiro pode ser convenientemente designado de *pré-prazer*, em oposição ao *prazer final* ou prazer de satisfação da atividade sexual. O pré-prazer, portanto, é o mesmo que já pudera ser produzido, embora em menor escala, pela pulsão sexual infantil; o prazer final é novo e, portanto, provavelmente está ligado a condições que

só surgem na puberdade. A fórmula para a nova função das zonas erógenas tem, assim, o seguinte teor: elas são empregadas para possibilitar, por meio do pré-prazer delas extraído, como na infância, a produção do prazer maior da satisfação.

Pude recentemente elucidar outro exemplo, retirado de uma esfera muito diferente do acontecer anímico, em que se alcança igualmente um efeito maior de prazer através de uma sensação prazerosa insignificante, que atua, assim, como um prêmio de incentivo. Surgiu também ali a oportunidade de nos aprofundarmos mais na natureza do prazer.

OS PERIGOS DO PRÉ-PRAZER

A ligação do pré-prazer com a vida sexual infantil, entretanto, é corroborada pelo papel patogênico que pode competir a ele. Do mecanismo em que está incluído o pré-prazer pode resultar, evidentemente, um perigo para a consecução do alvo sexual normal, perigo este que surge quando, em algum ponto dos processos sexuais preparatórios, o pré-prazer se revela demasiadamente grande, e pequena demais sua contribuição para a tensão. Falta então a força pulsional para que o processo sexual seja levado adiante, todo o caminho se encurta, e a ação preparatória correspondente toma o lugar do alvo sexual normal. A experiência nos ensina que a precondição dessa eventualidade perniciosa é que, já na vida infantil, a zona erógena em questão ou a pulsão parcial correspondente haja contribuído numa medida incomum para a obtenção de prazer. Quando a isso vem ainda somar-se fatores que promovem a fixação, é fácil surgir em época posterior da vida uma compulsão que resiste à incorporação desse pré-prazer específico num novo contexto. É dessa natureza, de fato, o mecanismo de muitas perversões, que consistem numa demora nos atos preparatórios do processo sexual.

O malogro da função do mecanismo sexual por culpa do pré-prazer é mais facilmente evitado quando, já na vida infantil, pronuncia-se igualmente o primado das zonas genitais. As medidas para isso parecem realmente ser tomadas na segunda metade da infância (dos oito anos até a puberdade). Durante esses anos, as zonas genitais já se comportam de maneira semelhante à da maturidade: convertem-se na sede de sensações de excitação e alterações preparatórias sempre que se sente algum prazer pela satisfação de outras zonas

erógenas, embora esse efeito continue desprovido de finalidade, ou seja, não contribua em nada para o prosseguimento do processo sexual. Já na infância, portanto, junto ao prazer de satisfação, surge uma certa dose de tensão sexual, se bem que menos constante e menos profusa, e agora podemos entender por que, ao discutir as fontes da sexualidade, foi-nos igualmente lícito dizer que o processo em questão provocava, quer uma satisfação sexual, quer uma excitação sexual. [Ver em [1].] Observe-se que, no percurso para o conhecimento, começamos por fazer uma idéia muito exagerada da diferença entre a vida sexual infantil e a madura, e agora fazemos uma emenda a isso. Não só os desvios da vida sexual normal, como também a configuração normal desta são determinados pelas manifestações infantis da sexualidade.

(2) O PROBLEMA DA EXCITAÇÃO SEXUAL

Ficaram-nos ainda inteiramente por esclarecer tanto a origem quanto a natureza da tensão sexual que surge simultaneamente com o prazer ao serem satisfeitas as zonas erógenas. A suposição mais óbvia, ou seja, a de que essa tensão brota de algum modo do próprio prazer, não só é muito improvável em si, como fica também anulada ao considerarmos que, no prazer máximo, o que se vincula à descarga dos produtos sexuais, não se produz tensão alguma, porém, ao contrário, toda a tensão é abolida. Assim, prazer e tensão sexual só podem estar relacionados de maneira indireta.

O PAPEL DAS SUBSTÂNCIAS SEXUAIS

À parte o fato de que, normalmente, só a descarga das substâncias sexuais põe fim à excitação sexual, temos ainda outros pontos de referência para relacionar a tensão sexual com os produtos sexuais. Numa vida de continência, o aparelho sexual costuma livrar-se das substâncias sexuais durante a noite, a intervalos variáveis, mas não desordenados, com uma sensação de prazer e no curso da alucinação onírica de um ato sexual. No tocante a esse processo - a polução noturna -, é difícil evitar a concepção de que a tensão sexual, que sabe descobrir o atalho alucinatório como substituto do ato em si, é uma função da acumulação de sêmen nos reservatórios de produtos sexuais. Depõem no mesmo sentido as experiências feitas sobre o caráter esgotável do mecanismo sexual. Quando se esgota a reserva de sêmen,

não só a execução do ato sexual é impossível, como também cessa a estimulabilidade das zonas erógenas, cuja excitação já não é capaz de provocar nenhum prazer. Assim nos inteiramos, de passagem, de que certa dose de tensão sexual é necessária até mesmo para a excitabilidade das zonas erógenas.

Somos assim levados ao que, se não estou equivocado, é a hipótese bastante difundida de que a acumulação das substâncias sexuais cria e mantém a tensão sexual; isso talvez se deva à pressão desses produtos nas paredes de seus receptáculos, que atuariam como um estímulo num centro medular cujo estado seria percebido pelos centros superiores e geraria, na consciência, a conhecida sensação de tensão. Se a excitação das zonas erógenas aumenta a tensão sexual, isso só poderia acontecer pressupondo-se que elas tenham uma ligação anatômica prefigurada com esses centros, elevem o tônus de excitação neles e, sendo suficiente a tensão, ponham em marcha o ato sexual, ou, sendo ela insuficiente, estimulem a produção das substâncias sexuais.

Os pontos fracos dessa doutrina, que vemos aceita, por exemplo, na exposição de Krafft-Ebing sobre os processos sexuais, residem em que, tendo sido criada para explicar a atividade sexual do homem adulto, ela pouco leva em conta três situações cujo esclarecimento deveria igualmente proporcionar. São elas as situações das crianças, das mulheres e dos homens castrados. Em nenhum desses três casos é possível falar numa acumulação de produtos sexuais no mesmo sentido que no homem, o que dificulta uma aplicação uniforme desse esquema; todavia, cabe admitir desde logo que seria possível encontrar meios pelos quais também esses casos lhe ficariam subordinados. De qualquer modo, persiste a advertência de que não devemos imputar ao fator da acumulação de produtos sexuais realizações de que ele não parece capaz.

APRECIÇÃO DOS ÓRGÃOS SEXUAIS INTERNOS

As observações feitas em homens castrados parecem mostrar que a excitação sexual pode independe em grau considerável da produção de substâncias sexuais. Ocasionalmente, sua libido escapa ao prejuízo trazido pela operação de castração, embora a regra seja a limitação de libido, que aliás é o que motiva essa medida. Além disso, há muito se sabe que

as doenças que eliminam a produção de células sexuais masculinas deixam intactas a libido e a potência do indivíduo agora estéril. Portanto, de modo algum é tão assombroso quanto o considera Rieger [1900] que a perda das glândulas sexuais masculinas na maturidade possa não ter maior influência no comportamento anímico do indivíduo. É certo que a castração praticada em idade precoce, antes da puberdade, aproxima-se, em seu efeito, do objetivo de suprimir os caracteres sexuais, embora aqui, além da perda das glândulas sexuais em si, também possa entrar em jogo uma inibição do desenvolvimento de outros fatores, vinculada a essa perda.

TEORIA QUÍMICA

As experiências feitas com a extirpação das gônadas (testículos e ovários) de animais, bem como o correspondente reimplante desses órgãos em vertebrados do sexo oposto, finalmente lançaram uma luz parcial sobre a origem da excitação sexual e, com isso, reduziram ainda mais a importância da eventual acumulação de produtos celulares sexuais. Tornou-se possível o experimento (E. Steinach) de transformar um macho numa fêmea e, inversamente, uma fêmea num macho, processo em que a conduta psicosexual dos animais se altera de acordo com os caracteres sexuais somáticos e ao mesmo tempo que eles. Mas essa influência determinante do sexo não deve ser atribuída à participação das gônadas que produz as células sexuais específicas (espermatozóides e óvulo), mas sim a seu tecido intersticial, que por isso tem sido destacado pelos autores como “glândula da puberdade”. É muito possível que as investigações posteriores venham a revelar que essa glândula da puberdade tem normalmente uma disposição hermafrodita, com o que ficaria anatomicamente fundamentada a doutrina da bissexualidade dos animais superiores; e já é provável que essa glândula não seja o único órgão relacionado com a produção da excitação sexual e dos caracteres sexuais. De qualquer modo, essa nova descoberta biológica ajusta-se ao que já verificamos antes sobre o papel da glândula tireóide na sexualidade. Assim, estamos autorizados a supor que na porção intersticial das gônadas produzem-se substâncias químicas especiais que, absorvidas na corrente sanguínea, carregam de tensão sexual determinadas partes do sistema nervoso central. Já temos conhecimento, a partir do caso das substâncias tóxicas introduzidas no corpo como algo estranho, de tal transformação de um estímulo tóxico num estímulo que atua em determinado órgão. Quanto ao modo como a excitação sexual é gerada pela estimulação das zonas erógenas, uma vez carregado o aparelho central, e às interações surgidas no curso desses processos sexuais entre os efeitos dos estímulos puramente tóxicos e os dos fisiológicos, isso ainda só pode ser tratado hipoteticamente e não constitui tarefa oportuna aqui. Basta que nos atenhamos, como o essencial nessa concepção dos processos sexuais, à hipótese de que existem substâncias

peculiares provenientes do metabolismo sexual. Essa colocação aparentemente arbitrária apóia-se num conhecimento pouco levado em conta, porém digno da mais alta consideração. As neuroses, que só podem ser atribuídas a perturbações na vida sexual, mostram a mais extrema semelhança clínica com os fenômenos de intoxicação e abstinência decorrentes do uso habitual de substâncias tóxicas produtoras de prazer (alcalóides).

(3) A TEORIA DA LIBIDO

Combinam bem com essas hipóteses sobre a base química da excitação sexual as noções de que nos valem para procurar dominar as manifestações psíquicas da vida sexual. Estabelecemos o conceito da *libido* como uma força quantitativamente variável que poderia medir os processos e transformações ocorrentes no âmbito da excitação sexual. Diferenciamos essa libido, no tocante a sua origem particular, da energia que se supõe subjacente aos processos anímicos em geral, e assim lhe conferimos também um caráter qualitativo. Ao separar a energia libidinosa de outras formas de energia psíquica, damos expressão à premissa de que os processos sexuais do organismo diferenciam-se dos processos de nutrição por uma química especial. A análise das perversões e das psiconeuroses levou-nos à compreensão de que essa excitação sexual é fornecida não só pelas chamadas partes sexuais, mas por todos os órgãos do corpo. Chegamos assim à representação [*Vorstellung*] de um *quantum* de libido a cujo substituto [*Vertretung*] psíquico damos o nome de *libido do ego*, e cuja produção, aumento ou diminuição, distribuição e deslocamento devem fornecer-nos possibilidades de explicar os fenômenos psicosexuais observados.

Essa libido do ego, no entanto, só é convenientemente acessível ao estudo analítico depois de ter sido psiquicamente empregada para investir os objetos sexuais, ou seja, quando se converteu em *libido do objeto*. Vemo-la então concentrar-se nos objetos, fixar-se neles ou abandoná-los, passar de uns para outros e, partindo dessas posições, nortear no indivíduo a atividade sexual que leva à satisfação, ou seja, à extinção parcial e temporária da libido. A psicanálise das chamadas neuroses de transferência (histeria e neurose obsessiva) nos proporciona uma clara visão disso.

Podemos ainda inteirar-nos, no tocante aos destinos da libido, de que ela é retirada dos objetos, mantém-se em suspenso em estados particulares de tensão e, por fim, é trazida de volta para o interior do ego, assim se reconvertendo em libido do ego. Em contraste com a libido do objeto, também chamamos a libido do ego de libido *narcísica*. Do ponto de observação da psicanálise podemos contemplar, como que por sobre uma fronteira cuja ultrapassagem não nos é permitida, a movimentação da libido narcísica, formando assim uma idéia da relação entre ela e a libido objetal. A libido narcísica ou do ego parece-nos ser o grande reservatório de onde partem as catexias de objeto e no qual elas voltam a ser recolhidas, e a catexia libidínica narcísica do ego se nos afigura como o estado originário realizado na primeira infância, que é apenas encoberto pelas emissões posteriores de libido, mas no fundo se conserva por trás delas.

Deveria ser tarefa de uma teoria da libido, no campo dos distúrbios neuróticos e psicóticos, expressar todos os fenômenos observados e os processos deduzidos em termos da economia libidinal. É fácil inferir que, nesse contexto, cabe aos destinos da libido do ego a significação maior, sobretudo quando se trata de explicar as perturbações psicóticas mais profundas. A dificuldade reside, então, em que o veículo de nossas investigações, a psicanálise, só nos proporciona informações seguras, por enquanto, sobre as transformações da libido de objeto, mas não consegue estabelecer uma distinção imediata entre a libido e as outras formas de energia que operam no ego.

Por isso, de momento, a continuação da teoria da libido só é possível pelo caminho da especulação. Entretanto, renuncia-se a tudo o que foi ganho até agora com a observação psicanalítica quando, a exemplo de C.G. Jung, dissolve-se o próprio conceito de libido ao equacioná-lo com a força pulsional psíquica em geral. A distinção entre as moções pulsionais sexuais e as restantes, e, portanto, a restrição do conceito de libido às primeiras, encontra forte apoio na hipótese já discutida de uma química particular da função sexual.

(4) DIFERENCIAÇÃO ENTRE O HOMEM E A MULHER

Sabe-se que somente com a puberdade se estabelece a separação nítida entre os caracteres masculinos e femininos, num contraste que tem, a partir daí, uma influência mais decisiva do que qualquer outro sobre a configuração da vida humana. É certo que já na infância se reconhecem bem as disposições masculinas e femininas; o desenvolvimento das inibições da sexualidade (vergonha, nojo, compaixão etc.) ocorre nas garotinhas mais cedo e com menor resistência do que nos meninos; nelas, em geral, a tendência ao recalçamento sexual parece maior, e quando se tornam visíveis as pulsões parciais da sexualidade, elas preferem a forma passiva. Mas a atividade auto-erótica das zonas erógenas é idêntica em ambos os sexos, e essa conformidade suprime na infância a possibilidade de uma diferenciação sexual como a que se estabelece depois da puberdade. Com respeito às manifestações auto-eróticas e masturbatórias da sexualidade, poder-se-ia formular a tese de que a sexualidade das meninas tem um caráter inteiramente masculino. A rigor, se soubéssemos dar aos conceitos de “masculino” e “feminino” um conteúdo mais preciso, seria possível defender a alegação de que a libido é, regular e normativamente, de natureza masculina, quer ocorra no homem ou na mulher, e abstraindo seu objeto, seja este homem ou mulher.

Desde que me familiarizei com a noção de bissexualidade, passei a considerá-la como o fator decisivo e penso que, sem levá-la em conta, dificilmente se poderá chegar a uma compreensão das manifestações sexuais efetivamente no homem e na mulher.

ZONAS DOMINANTES NO HOMEM E NA MULHER

Afora isso, só tenho a acrescentar o seguinte: nas meninas, a zona erógena dominante situa-se no clitóris e é, portanto, homóloga à zona genital masculina, a glândula. Tudo o que pude averiguar pela experiência sobre a masturbação nas meninas relacionou-se com o clitóris, e não com as partes da genitália externa que são posteriormente significativas para as funções sexuais. Chego mesmo a duvidar de que a menina, sob a influência da sedução, possa ser levada a outra coisa que não a masturbação clitoridiana; a ocorrência disso é totalmente excepcional. As descargas espontâneas de excitação sexual, tão corriqueiras justamente na menina pequena, expressam-se em contrações do clitóris, e as freqüentes ereções deste órgão facultam à menina formular um juízo acertado, mesmo sem nenhuma instrução, sobre as manifestações sexuais do sexo oposto: ela meramente transfere para os meninos as sensações de seus próprios processos sexuais.

Quando se quer compreender a transformação da menina em mulher, é preciso acompanhar as vicissitudes posteriores dessa excitabilidade do clitóris. A puberdade, que no menino traz um avanço tão grande da libido, distingue-se, na menina, por uma nova onda de recalçamento que afeta justamente a sexualidade do clitóris. O que assim sucumbe ao recalçamento é uma parcela de sexualidade masculina. O reforço das inibições sexuais criado por esse recalçamento da puberdade na mulher fornece então um estímulo à libido do homem, e obriga a um aumento de sua atividade; com essa intensificação da libido aumenta também a supervalorização sexual, que só aparece plenamente diante da mulher que recusa, que renega sua sexualidade. Quando enfim o ato sexual é permitido, o próprio clitóris é excitado e compete a ele o papel de retransmitir essa excitação para as partes femininas vizinhas, assim como as lascas de lenha resinosa podem ser aproveitadas para atear fogo a um pedaço de lenha mais dura. Para que se efetue essa transferência, é preciso amiúde um certo intervalo de tempo, durante o qual a moça fica insensível. Essa anestesia pode tornar-se permanente, quando a zona clitoridiana se recusa a abrir mão de sua excitabilidade, o que é preparado justamente por sua atividade intensa na vida infantil. Sabe-se que, muitas vezes, a anestesia da mulher é apenas aparente e localizada. Elas ficam anestesiadas na vagina, porém de modo algum são incapazes de excitação no clitóris ou mesmo em outras zonas. A esses determinantes erógenos da anestesia vêm então somar-se os determinantes psíquicos, igualmente condicionados pelo recalçamento.

Quando a mulher transfere a excitabilidade erógena do clitóris para a vagina, ela muda a zona dominante para sua atividade sexual posterior, ao passo que o homem conserva a dele desde a infância. Nessa mudança da zona erógena dominante, assim como na onda de recalçamento da puberdade, que elimina, por assim dizer, a masculinidade infantil, residem os principais determinantes da propensão das mulheres para a neurose, especialmente a histeria. Esses determinantes, portanto, estão intimamente relacionados com a natureza da feminilidade.

(5) O ENCONTRO DO OBJETO

Durante os processos da puberdade firma-se o primado das zonas genitais e, no homem, o ímpeto do membro agora capaz de ereção remete imperiosamente para o novo alvo sexual: a

penetração numa cavidade do corpo que excite sua zona genital. Ao mesmo tempo, consuma-se no lado psíquico o encontro do objeto para qual o caminho fora preparado desde a mais tenra infância. Na época em que a mais primitiva satisfação sexual estava ainda vinculada à nutrição, a pulsão sexual tinha um objeto fora do corpo próprio, no seio materno. Só mais tarde vem a perdê-lo, talvez justamente na época em que a criança consegue formar para si uma representação global da pessoa a quem pertence o órgão que lhe dispensava satisfação. Em geral, a pulsão sexual torna-se auto-erótica, e só depois de superado o período de latência é que se restabelece a relação originária. Não é sem boas razões que, para a criança, a amamentação no seio materno toma-se modelar para todos os relacionamentos amorosos. O encontro do objeto é, na verdade, um reencontro.

O OBJETO SEXUAL NA FASE DE AMAMENTAÇÃO

Todavia, desses primeiros e mais importantes de todos os vínculos sexuais, resta, mesmo depois que a atividade sexual se separa da nutrição, uma parcela significativa que ajuda a preparar a escolha do objeto e, dessa maneira, restaurar a felicidade perdida. Durante todo o período de latência a criança aprende a *amar* outras pessoas que a ajudam em seu desamparo e satisfazem suas necessidades, e o faz segundo o modelo de sua relação de lactente com a ama e dando continuidade a ele. Talvez se queira contestar a identificação do amor sexual com os sentimentos ternos e a estima da criança pelas pessoas que cuidam dela, mas penso que uma investigação psicológica mais rigorosa permitirá estabelecer essa identidade acima de qualquer dúvida. O trato da criança com a pessoa que a assiste é, para ela, uma fonte incessante de excitação e satisfação sexuais vindas das zonas erógenas, ainda mais que essa pessoa - usualmente, a mãe - contempla a criança com os sentimentos derivados de sua própria vida sexual: ela a acaricia, beija e embala, e é perfeitamente claro que a trata como o substituto de um objeto sexual plenamente legítimo. A mãe provavelmente se horrorizaria se lhe fosse esclarecido que, com todas as suas expressões de ternura, ela está despertando a pulsão sexual de seu filho e preparando a intensidade posterior desta. Ela considera seu procedimento como um amor “puro”, assexual, já que evita cuidadosamente levar aos genitais da criança mais excitações do que as inevitáveis no cuidado com o corpo. Mas a pulsão sexual, como bem sabemos, não é despertada apenas pela excitação da zona genital; aquilo a que chamamos ternura um dia exercerá seus efeitos, infalivelmente, também sobre as zonas genitais. Aliás, se a mãe compreendesse melhor a suma importância das pulsões para a vida anímica como um todo, para todas as realizações éticas e psíquicas, ela se pouparia das auto-recriminações mesmo depois desse esclarecimento. Quando ensina seu filho a amar, está apenas cumprindo sua tarefa; afinal, ele deve transformar-se num ser humano capaz, dotado de uma vigorosa necessidade sexual, e que possa realizar em sua vida

tudo aquilo a que os seres humanos são impelidos pela pulsão. É verdade que o excesso de ternura por parte dos pais torna-se pernicioso, na medida em que acelera a maturidade sexual e também, “mimando” a criança, torna-a incapaz de renunciar temporariamente ao amor em épocas posteriores da vida, ou de se contentar com menor dose dele. Um dos melhores prenúncios de neurose posterior é quando a criança se mostra insaciável em sua demanda de ternura dos pais; por outro lado, são justamente os pais neuropáticos, que em geral tendem a exhibir uma ternura desmedida, os que mais contribuem, com suas carícias, para despertar a disposição da criança para o adoecimento neurótico. Deduz-se desse exemplo, aliás, que os pais neuróticos têm caminhos mais diretos que o da herança para transferir sua perturbação para seus filhos.

ANGÚSTIA INFANTIL

As próprias crianças se comportam, desde cedo, como se sua afeição pelas pessoas que a assistem fosse da natureza do amor sexual. A angústia das crianças não é, originariamente, nada além da expressão da falta que sentem da pessoa amada; por isso elas se angustiam diante de qualquer estranho; temem a escuridão porque, nesta, não vêem a pessoa amada, e se deixam acalmar quando podem segurar-lhe a mão na obscuridade. Atribuir a todos os bichos-papões da infância e a todas as histórias horripilantes contadas pelas babás a culpa por provocarem nervosismo na criança é superestimar-lhes o efeito. Só as crianças propensas ao estado de angústia é que acolhem essas histórias, que em outras não causam nenhuma impressão; e só tendem ao estado de angústia as crianças com uma pulsão sexual desmedida, ou prematuramente desenvolvida, ou que se tornou muito exigente em função dos mimos excessivos. Nesse aspecto, a criança porta-se como o adulto, na medida em que transforma sua libido em angústia quando não pode satisfazê-la; e inversamente, o adulto neurotizado pela libido insatisfeita comporta-se como uma criança em sua angústia: começa a sentir medo tão logo fica sozinho, ou seja, sem uma pessoa de cujo amor se acredite seguro, e a querer aplacar esse medo através das medidas mais pueris.

A BARREIRA DO INCESTO

Quando a ternura dos pais pelo filho é bem-sucedida em evitar que a pulsão seja

prematuramente despertada nele, ou seja, antes que se dêem as condições somáticas da puberdade, e despertada com tal força que a excitação anímica irrompa de maneira inconfundível no sistema genital, essa ternura pode cumprir sua tarefa de orientar esse filho, na maturidade, em sua escolha do objeto sexual. Sem dúvida, o caminho mais curto para o filho seria escolher como objetos sexuais as mesmas pessoas a quem ama, desde a infância, com uma libido, digamos, amortecida. Com o adiamento da maturação sexual, entretanto, ganhou-se tempo para erigir, junto a outros entraves à sexualidade, a barreira do incesto, para que assim se integrem os preceitos morais que excluem expressamente da escolha objetal, na qualidade de parentes consangüíneos, as pessoas amadas na infância. O respeito a essa barreira é, acima de tudo, uma exigência cultural da sociedade, esta tem de se defender da devastação, pela família, dos interesses que lhe são necessários para o estabelecimento de unidades sociais superiores, e por isso, em todos os indivíduos, mas em especial nos adolescentes, lança mão de todos os recursos para afrouxar-lhes os laços com a família, os únicos que eram decisivos na infância.

Mas é na [esfera da] representação que se consuma inicialmente a escolha do objeto, e a vida sexual do jovem em processo de amadurecimento não dispõe de outro espaço que não o das fantasias, ou seja, o das representações não destinadas a concretizar-se. Nessas fantasias, as inclinações infantis voltam a emergir em todos os seres humanos, agora reforçadas pela premência somática, e entre elas, com freqüência uniforme e em primeiro lugar, o impulso sexual da criança em direção aos pais, quase sempre já diferenciado através da atração pelo sexo oposto: a do filho pela mãe e a da filha pelo pai. Contemporaneamente à subjugação e ao repúdio dessas fantasias claramente incestuosas consuma-se uma das realizações psíquicas mais significativas, porém também mais dolorosas, do período da puberdade: o desligamento da autoridade dos pais, unicamente através do qual se cria a oposição, tão importante para o progresso da cultura, entre a nova e a velha gerações. Em cada uma das etapas do curso de desenvolvimento por que todos os indivíduos são obrigados a passar, um certo número deles fica retido, de modo que há pessoas que nunca superam a autoridade dos pais e não retiram deles sua ternura, ou só o fazem de maneira muito incompleta. Em sua maioria, são moças que, para a alegria dos pais, persistem em seu amor infantil muito além da puberdade, e é muito instrutivo constatar que é a essas moças que falta, em seu posterior casamento, a capacidade de dar ao marido o que é devido a ele. Tornam-se esposas frias e permanecem sexualmente anestesiadas. Com isso se aprende que o amor sexual e o que parece ser um amor não-sexual pelos pais alimentam-se das mesmas fontes, ou seja, o segundo corresponde apenas a uma fixação infantil da libido.

Quanto mais perto se chega das perturbações mais profundas do desenvolvimento

psicossexual, mais se destaca, de maneira inequívoca, a importância da escolha objetal incestuosa. Nos psiconeuróticos, grande parte da atividade psicossexual destinada ao encontro do objeto, ou a totalidade dela, permanece no inconsciente, em decorrência de seu repúdio da sexualidade. Para as moças com uma necessidade exagerada de ternura e um horror igualmente desmedido às exigências reais da vida sexual, torna-se uma tentação irresistível, por um lado, realizar em sua vida o ideal do amor assexual, e por outro, ocultar sua libido por trás de uma ternura que possam expressar sem auto-recriminações, agarrando-se por toda a vida a sua inclinação infantil, renovada na puberdade, para os pais ou irmãos.

A psicanálise mostra a essas pessoas, sem esforço, que elas estão *enamoras*, no sentido corriqueiro da palavra, desses seus parentes consangüíneos, uma vez que, com a ajuda dos sintomas e outras manifestações da doença, rastreia-lhes os pensamentos inconscientes e os traduz em pensamentos conscientes. Também nos casos em que uma pessoa anteriormente sadia adocece após uma experiência amorosa infeliz, pode-se descobrir com segurança que o mecanismo de seu adoecimento consiste numa reversão de sua libido para as pessoas preferidas na infância.

AS REPERCUSSÕES DA ESCOLHA OBJETAL INFANTIL

Mesmo quem teve a felicidade de evitar a fixação incestuosa de sua libido não escapa inteiramente a sua influência. Observa-se um eco muito claro dessa fase do desenvolvimento quando o primeiro enamoramento sério de um rapaz, como é tão freqüente, recai sobre uma mulher madura, e o da moça, sobre um homem mais velho e dotado de autoridade, já que essas figuras lhes podem revivescer as imagens da mãe e do pai. Talvez a escolha do objeto se dê, em geral, mediante um apoio mais livre nesses modelos. O homem, sobretudo, busca a imagem mnêmica da mãe, tal como essa imagem o dominou desde os primórdios da infância; e está em perfeita harmonia com isso que a mãe, ainda viva, oponha-se a essa reedição dela mesma e a trate com hostilidade. Em vista dessa importância do relacionamento infantil com os pais para a escolha posterior do objeto sexual, é fácil compreender que qualquer perturbação desse relacionamento terá as mais graves conseqüências para a vida sexual na maturidade; também ao ciúme dos amantes nunca falta uma raiz infantil, ou pelo menos um reforço infantil. As desavenças entre os pais ou seu casamento infeliz condicionam a mais grave predisposição para o desenvolvimento sexual perturbado ou o adoecimento neurótico dos filhos.

A afeição infantil pelos pais é sem dúvida o mais importante, embora não o único, dos vestígios que, reavivados na puberdade, apontam o caminho para a escolha do objeto. Outros rudimentos com essa mesma origem permitem ao homem, sempre apoiado em sua infância, desenvolver mais de uma *orientação sexual* e criar condições muito diversificadas para sua escolha objetal.

PREVENÇÃO DA INVERSÃO

Uma das tarefas implícitas na escolha do objeto consiste em não se desencontrar do sexo oposto. Isso, como é sabido, não se soluciona sem um certo tateamento. Com freqüência, as primeiras moções depois da puberdade se extraviam, sem que haja nenhum dano permanente. Dessoir [1894] assinalou acertadamente a regularidade que se deixa entrever nas amizades apaixonadas dos rapazes e moças adolescentes por outros do mesmo sexo. A grande força que repele a inversão permanente do objeto sexual é, sem dúvida, a atração que os caracteres sexuais opostos exercem entre si; no contexto desta discussão, nada podemos dizer para esclarecê-la. Mas esse fator não basta, por si só, para excluir a inversão; diversos outros fatores auxiliares vêm juntar-se a ele. Acima de tudo, há o entrave autoritário da sociedade; quando a inversão não é considerada um crime, vê-se que ela responde plenamente às inclinações sexuais de um número nada pequeno de indivíduos. Pode-se ainda presumir, no tocante ao homem, que sua lembrança infantil de ternura da mãe e de outras pessoas do sexo feminino a quem ficava entregue quando criança contribui energicamente para nortear sua escolha para a mulher, ao passo que a intimidação sexual precoce que experimentou por parte do pai e sua atitude competitiva com relação a ele desvia-o de seu próprio sexo. Mas ambos os fatores aplicam-se também à menina, cuja atividade sexual fica sob a guarda especial da mãe. Daí resulta uma relação hostil com o mesmo sexo, que influencia decisivamente a escolha do objeto no sentido considerado normal. A educação dos meninos por pessoas do sexo masculino (pelos escravos, na antigüidade) parece favorecer o homossexualismo; a freqüência da inversão na aristocracia de hoje torna-se um pouco mais inteligível diante de seu emprego de criados do sexo masculino, bem como pelos maiores cuidados pessoais que a mãe dedica aos filhos. Em muitos históricos, vê-se que a ausência precoce de um dos pais (por morte, divórcio ou separação), em função da qual o remanescente absorveu a totalidade do amor da criança, foi o determinante do sexo da pessoa posteriormente escolhida como objeto sexual, com isso possibilitando-se a inversão permanente.

RESUMO

É chegado o momento de ensaiarmos um resumo. Partimos das aberrações da pulsão sexual com respeito a seu objeto e seu alvo, e deparamos com a questão de saber se elas provêm de uma disposição inata ou são adquiridas como resultado das influências da vida. A resposta a essa pergunta nos veio da compreensão, mediante a investigação psicanalítica, das condições da pulsão sexual nos psiconeuróticos, um grupo humano numeroso que não fica longe dos sadios. Assim, descobrimos que, nessas pessoas, a inclinação para todas as perversões é demonstrável na qualidade de forças inconscientes e se denuncia como formadora de sintomas, e pudemos dizer que a neurose é como que o negativo da perversões. Diante da ampla disseminação das tendências perversas, agora reconhecidas, fomos impelidos ao ponto de vista de que a disposição para as perversões é a disposição originária universal da pulsão sexual humana, e de que a partir dela, em conseqüência de modificações orgânicas e inibições psíquicas no decorrer da maturação, desenvolve-se o comportamento sexual normal. Alimentamos a esperança de poder apontar na infância essa disposição originária; entre as forças que restringem a orientação da pulsão sexual destacamos a vergonha, o asco, a compaixão e as construções sociais da moral e da autoridade. Assim, tivemos de ver em cada aberração fixa da vida sexual normal um fragmento de inibição do desenvolvimento e infantilismo. Embora tenha sido necessário situar em primeiro plano a importância das variações da disposição originária, tivemos de supor entre elas e as influências da vida uma relação de cooperação, e não de antagonismo. Por outro lado, já que a disposição originária é necessariamente complexa, pareceu-nos que a própria pulsão sexual seria algo composto de diversos fatores e que, nas perversões, como que se desfaria em seus componentes. Com isso, as perversões se revelaram, de um lado, como inibições do desenvolvimento normal, e de outro, como dissociações dele. Essas duas concepções foram reunidas na hipótese de que a pulsão sexual do adulto nasce mediante a conjugação de diversas moções da vida infantil numa unidade, numa aspiração com um alvo único.

Juntamos a isso o esclarecimento da preponderância das inclinações perversas nos psiconeuróticos, na medida em que a reconhecemos como o enchimento colateral de canais secundários em função do bloqueio do leito principal [da corrente sexual] pelo “recalcamento”, e passamos então ao exame da vida sexual na infância. Pareceu-nos lamentável que se negasse a existência da pulsão sexual na infância e que as manifestações sexuais não raro observadas nas crianças fossem descritas como acontecimentos que fogem à regra. Pareceu-nos, ao contrário, que a criança traz consigo ao mundo germes de atividade sexual e que, já ao se alimentar, goza de uma satisfação sexual que então busca reiteradamente proporcionar-se através da conhecida atividade de “chuchar”. Todavia, a atividade sexual da criança não se desenvolve no mesmo passo que as demais funções, mas

sim, após um breve período de florescência entre os dois e os cinco anos, entra no chamado período de latência. Neste, a produção de excitação sexual de modo algum é suspensa, mas continua e oferece uma provisão de energia que é empregada, em sua maior parte, para outras finalidades que não as sexuais, ou seja, de um lado, para contribuir com os componentes sexuais para os sentimentos sociais, e de outro (através do relacionamento e da formação reativa), para construir as barreiras posteriores contra a sexualidade. Assim se construiriam na infância, à custa de grande parte das moções sexuais perversas e com a ajuda da educação, as forças destinadas a manter a pulsão sexual em certos rumos. Outra parte das moções sexuais infantis escapa a esses empregos e consegue expressar-se como atividade sexual. Pudemos então verificar que a excitação sexual da criança provém de uma multiplicidade de fontes. A satisfação surge, acima de tudo, mediante a excitação sensorial apropriada das chamadas zonas erógenas, e provavelmente podem funcionar como tal qualquer ponto da pele e qualquer órgão dos sentidos - provavelmente qualquer órgão -, embora existam certas zonas erógenas destacadas cuja excitação estaria assegurada, desde o começo, por certos dispositivos orgânicos. Além disso, a excitação sexual parece surgir como um subproduto, por assim dizer, de um grande número de processos que ocorrem no organismo, tão logo eles alcançam certa intensidade, e muito especialmente, de todas as comoções mais fortes, ainda que de natureza penosa. As excitações de todas essas fontes ainda não estão conjugadas, cada qual seguindo separadamente seu alvo, que é meramente a obtenção de certo prazer. Na infância, portanto, a pulsão sexual *não está centrada* e é, a princípio, desprovida de objeto, ou seja, *auto-erótica*.

Ainda durante a infância começa a fazer-se notar a zona erógena da genitália, seja porque, como qualquer outra zona erógena, ela produz satisfação mediante a estimulação sensorial apropriada, seja porque, de um modo não inteiramente inteligível, havendo uma satisfação proveniente de outras fontes, produz-se ao mesmo tempo uma excitação sexual que mantém uma relação particular com a zona genital. Temos de admitir com pesar que não se chegou a um esclarecimento suficiente das relações entre a satisfação sexual e a excitação sexual, como também entre a atividade da zona genital e a das demais fontes da sexualidade.

Pelo estudo dos distúrbios neuróticos, observamos que é possível identificar na vida sexual infantil, desde seus primórdios, os rudimentos de uma organização dos componentes sexuais da pulsão. Numa primeira fase, muito precoce, o *erotismo oral* fica em primeiro plano; uma segunda dessas organizações "*pré-genitais*" caracteriza-se pela predominância do sadismo e do *erotismo anal*; somente numa terceira fase (desenvolvida na criança apenas até a primazia do falo) é que a vida sexual passa a ser determinada pela contribuição das

zonas genitais propriamente ditas.

Tivemos então de registrar, como uma de nossas mais surpreendentes descobertas, que essa eflorescência precoce da vida sexual infantil (dos dois aos cinco anos) também acarreta uma escolha objetal, com toda a riqueza das realizações anímicas que isso implica, de modo que a fase correspondente e ligada a ela, apesar da falta de síntese entre os componentes pulsionais isolados e da incerteza do alvo sexual, deve ser apreciada como uma importante precursora da posterior organização sexual definitiva.

A *instauração bitemporal* do desenvolvimento sexual nos seres humanos, ou seja, sua interrupção pelo período de latência, pareceu-nos digna de uma atenção especial. Ela se afigura como uma das condições da aptidão do homem para o desenvolvimento de uma cultura superior, mas também de sua tendência à neurose. Ao que saibamos, nada de análogo é demonstrável entre os parentes animais do homem. A origem dessa peculiaridade humana deveria ser buscada na proto-história da espécie.

Não pudemos dizer que medida de atividade sexual na infância poderia ainda ser descrita como normal, como não perniciosa para o desenvolvimento ulterior. O caráter dessas manifestações sexuais revelou-se predominantemente masturbatório. A experiência permitiu-nos ainda comprovar que as influências externas da sedução podem provocar rompimentos prematuros da latência e até a supressão dela, e que, nesse aspecto, a pulsão sexual da criança comprova ser, de fato, perverso-polimorfa; comprovamos ainda que tal atividade sexual prematura prejudica a educabilidade da criança.

Apesar das lacunas em nossos conhecimentos da vida sexual infantil, foi-nos então preciso fazer uma tentativa de estudar as transformações sobrevindas com a chegada da puberdade. Destacamos duas delas como decisivas: a subordinação de todas as outras fontes de excitação sexual ao primado das zonas genitais e o processo do encontro do objeto. Ambos já estão prefigurados na vida infantil. A primeira consoma-se pelo mecanismo de exploração do pré-prazer: os atos sexuais outrora autônomos, ligados ao prazer e à excitação, convertem-se em atos preparatórios do novo alvo sexual (a descarga dos produtos sexuais),

cuja consecução, acompanhada de enorme prazer, põe termo à excitação sexual. Nesse aspecto, havíamos levado em conta a diferenciação dos seres sexuados em masculino e feminino e descobrimos que, no tornar-se mulher, faz-se necessário um novo recalçamento, que suprime parte da masculinidade infantil e prepara a mulher para a troca da zona genital dominante. Por fim, descobrimos que a escolha objetal é guiada pelos indícios infantis, renovados na puberdade, da inclinação sexual da criança pelos pais e por outras pessoas que cuidam dela, e que, desviada dessas pessoas pela barreira do incesto erigida nesse meio-tempo, orienta-se para outras que se assemelhem a elas. Cabe ainda acrescentar, por último, que durante o período de transição da puberdade os processos de desenvolvimento somático e psíquico prosseguem por algum tempo sem ligação entre si, até que a irrupção de uma intensa moção anímica de amor, levando à inervação dos genitais, produz a unidade da função amorosa exigida pela normalidade.

FATORES QUE PERTURBAM O DESENVOLVIMENTO

Cada passo nesse longo percurso de desenvolvimento pode transformar-se num ponto de fixação, cada ponto de articulação nessa complexa montagem pode ensejar a dissociação da pulsão sexual, como já discutimos em diversos exemplos. Resta-nos ainda fornecer um panorama dos diversos fatores internos e externos que perturbam o desenvolvimento, e indicar o lugar do mecanismo afetado pela perturbação proveniente deles. É claro que os fatores mencionados numa mesma série podem não ter o mesmo valor, e devemos estar preparados para encontrar dificuldades na devida avaliação de cada um deles.

CONSTITUIÇÃO E HEREDITARIEDADE

Em primeiro lugar, cabe mencionar aqui a *diversidade inata da constituição sexual*, em que provavelmente recai o peso principal, mas que, como é compreensível, só pode ser deduzida de suas manifestações posteriores e, mesmo assim, nem sempre com grande certeza. Concebemos essa diversidade como uma preponderância desta ou daquela das múltiplas fontes de excitação sexual, e cremos que tal diferença entre as disposições deve expressar-se de alguma maneira no resultado final, mesmo que este se mantenha dentro das

fronteiras da normalidade. Sem dúvida é concebível que haja também variações na disposição originária que levem necessariamente, e sem a ajuda de outros fatores, à configuração de uma vida sexual anormal. Poder-se-ia descrevê-los como “degenerativos” e considerá-los como a expressão de uma deterioração hereditária. Nesse contexto, tenho um fato notável a relatar. Em mais da metade dos casos de histeria, neurose obsessiva etc. que tive em tratamento psicoterapêutico, pude demonstrar com certeza que o pai sofrera de sífilis antes do casamento, quer se tratasse de tabes ou paralisia progressiva, quer a doença luética fosse indicada de algum outro modo pela anamnese. Quero observar expressamente que as crianças posteriormente neuróticas não traziam em si nenhum sinal físico de sífilis hereditária, de modo que justamente sua constituição sexual anormal é que devia ser considerada como a última ramificação de sua herança sifilítica. Embora eu esteja longe de afirmar que a descendência de pais sifilíticos é a condição etiológica invariável ou imprescindível da constituição neuropática, não creio que a coincidência por mim observada seja acidental ou sem importância.

As condições hereditárias dos perversos positivos são menos conhecidas, pois eles sabem furta-se à investigação. Ainda assim, há boas razões para supor que o que é válido para as neuroses também o seja para as perversões. E que não raro se encontram numa mesma família a perversão e a psiconeurose, distribuídas de tal modo entre os dois sexos que os membros masculinos, ou um deles, são perversos positivos, enquanto os membros femininos, em consonância com a tendência de seu sexo ao recalçamento, são perversos negativos, ou seja, histéricos - uma boa prova das relações essenciais por nós descobertas entre os dois distúrbios.

ELABORAÇÃO ULTERIOR

Por outro lado, não se pode defender o ponto de vista de que a conformação da vida sexual ficaria inequivocamente determinada com a instauração dos diversos componentes da constituição sexual. Ao contrário, o processo de determinação prossegue e surgem outras possibilidades, conforme as vicissitudes por que passam as correntes tributárias das sexualidades provenientes das diversas fontes. Obviamente, é essa *elaboração ulterior* que decide em termos definitivos, enquanto o que se poderia descrever como uma constituição idêntica pode levar a três desfechos diferentes:

[1] Quando todas as disposições se mantêm em sua proporção relativa, considerada anormal, e são reforçadas com o amadurecimento, o desfecho só pode ser uma vida sexual perversa. A análise dessas disposições constitucionais anormais ainda não foi devidamente empreendida, mas já conhecemos casos facilmente explicáveis mediante tais hipóteses. Os autores opinam, por exemplo (ver em [1]), que toda uma série de perversões por fixação teria como condição necessária uma debilidade inata da pulsão sexual. Expressa nessa forma, tal colocação me parece insustentável, mas ela passa a fazer sentido quando se pensa numa debilidade constitucional de determinado fator da pulsão sexual, qual seja, a zona genital, zona esta que assume posteriormente a função de conjugar num todo cada uma das atividades sexuais isoladas, tendo por alvo a reprodução. [Quando a zona genital é fraca,] essa conjugação exigida na puberdade está fadada a fracassar, e o mais forte dentre os demais componentes da sexualidade impõe sua prática como uma perversão.

RECALCAMENTO

[2] Produz-se um desfecho diferente quando, no curso do desenvolvimento, alguns componentes que tinham força excessiva na disposição passam pelo processo de recalçamento, sobre o qual devemos insistir em que não é equivalente a uma supressão. Nesse caso, as excitações correspondentes continuam a ser produzidas como antes, mas são impedidas por um obstáculo psíquico de atingir seu alvo e empurradas para muitos outros caminhos, até que se consigam expressar como sintomas. O resultado pode aproximar-se de uma vida sexual normal - restrita, na maioria das vezes -, mas complementada pela doença psiconeurótica. São justamente esses os casos que se tornaram familiares para nós através da investigação psicanalítica dos neuróticos. A vida sexual dessas pessoas começa como a dos perversos, e toda uma parte de sua infância é ocupada por uma atividade sexual perversa, que ocasionalmente se estende para além da maturidade. Produz-se então, por causas internas - em geral antes da puberdade, mas vez por outra até mesmo depois dela -, uma reversão devida ao recalçamento, e a partir daí a neurose toma o lugar da perversão, sem que se extingam os antigos impulsos. Isso faz lembrar o provérbio “Junge Hure, alte Betschwester”, só que, nesse caso, a juventude foi curta demais. Essa substituição da perversão pela neurose na vida de uma mesma pessoa, assim como a já mencionada distribuição da perversão e da neurose entre os diferentes membros de uma mesma família, é coerente com a concepção de que a neurose é o negativo da perversão.

SUBLIMAÇÃO

[3] O terceiro desfecho da disposição constitucional anormal é possibilitado pelo processo de “*sublimação*”, no qual as excitações hiperintensas provenientes das diversas fontes da sexualidade encontram escoamento e emprego em outros campos, de modo que de uma disposição em si perigosa resulta um aumento nada insignificante da eficiência psíquica. Aí encontramos uma das fontes da atividade artística, e, conforme tal sublimação seja mais ou menos completa, a análise caracterológica de pessoas altamente dotadas, sobretudo as de disposição artística, revela uma mescla, em diferentes proporções, de eficiência, perversão e neurose. Uma subvariedade da sublimação talvez seja a supressão por *formação reativa*, que, como descobrimos, começa no período de latência da criança e, nos casos favoráveis, prossegue por toda a vida. Aquilo a que chamamos “caráter” de um homem constrói-se, numa boa medida, a partir do material das excitações sexuais, e se compõe de pulsões fixadas desde a infância, de outras obtidas por sublimação, e de construções destinadas ao refreamento eficaz de moções perversas reconhecidas como inutilizáveis. Por conseguinte, a disposição sexual universalmente perversa da infância pode ser considerada como a fonte de uma série de nossas virtudes, na medida em que, através da formação reativa, impulsiona a criação delas.

EXPERIÊNCIAS ACIDENTAIS

Comparadas às descargas sexuais, às ondas de recalçamento e às sublimações (sendo inteiramente desconhecidas para nós as condições internas destes dois últimos processos), todas as outras influências parecem bem menos importantes. Quem incluir os recalçamentos e sublimações na disposição constitucional e encará-los como manifestações vitais desta poderá afirmar, justificadamente, que a conformação final da vida sexual resulta, acima de tudo, da constituição inata. Mas ninguém com algum discernimento contestará o fato de que, em tal cooperação de fatores, há também espaço para as influências modificadoras do que foi acidentalmente vivenciado na infância e depois. Não é fácil avaliar a eficácia dos fatores constitucionais e acidentais em sua relação recíproca. Na teoria, sempre se tende a superestimar os primeiros; a prática terapêutica destaca a importância dos últimos. Mas em

nenhum caso se deve esquecer que existe entre ambos uma relação de cooperação, e não de exclusão. O fator constitucional tem de aguardar experiências que o ponham em vigor; o acidental precisa apoiar-se na constituição para ter efeito. Na maioria dos casos, pode-se imaginar o que se tem chamado de “série complementar”, na qual as intensidades decrescentes de um fator são compensadas pelas intensidades crescentes de outro, mas não há razão alguma para negar a existência de casos extremos nos dois limites da série.

Harmoniza-se ainda melhor com a investigação psicanalítica dar um lugar de destaque, entre os fatores acidentais, às experiências da primeira infância. A série etiológica única decompõe-se então em duas, que podem ser chamadas de *disposicional* e *definitiva*. Na primeira, a constituição e as vivências acidentais da infância interagem da mesma maneira que, na segunda, a disposição e as vivências traumáticas posteriores. Todos os fatores nocivos ao desenvolvimento sexual externam seu efeito promovendo uma regressão, um retorno a uma fase anterior do desenvolvimento.

Prossigamos agora em nossa tarefa de enumerar os fatores que verificamos serem influentes no desenvolvimento sexual, quer representem forças eficazes ou meras manifestações delas.

PRECOCIDADE

Um desses fatores é a *precocidade* sexual espontânea, demonstrável com certeza pelo menos na etiologia das neuroses, muito embora, tal como outros fatores, não seja por si só uma causa suficiente. Manifesta-se na interrupção, encurtamento ou encerramento do período infantil de latência, e converte-se em causa de perturbações por ocasionar manifestações sexuais que, pelo estado incompleto das inibições sexuais, de um lado, e por ainda não estar desenvolvido o sistema genital, de outro, só podem trazer em si o caráter de perversões. Essas tendências à perversão podem então permanecer como tais ou, instaurado o recalçamento, transformar-se em forças propulsoras de sintomas neuróticos. De qualquer modo, a precocidade sexual dificulta o desejável domínio posterior da pulsão sexual pelas instâncias anímicas superiores, e aumenta o caráter compulsivo que, à parte isso, os

substitutos [*Vertretungen*] psíquicos da pulsão reivindicam para si. A precocidade sexual amiúde corre paralela ao desenvolvimento intelectual prematuro, e como tal é encontrada na história infantil dos indivíduos mais eminentes e capazes; em tais condições, não parece tornar-se tão patogênica como quando surge isoladamente.

FATORES TEMPORAIS

Da mesma forma, exigem consideração outros fatores que, ao lado da precocidade, podem ser reunidos sob a designação de “*temporais*”. A ordem em que são ativadas as diversas moções pulsionais, bem como o lapso de tempo em que podem manifestar-se antes de sucumbir a influência de uma nova moção pulsional emergente, ou a algum recalçamento típico, parecem filogeneticamente determinados. Todavia, tanto nessa seqüência temporal quanto nessa duração parece haver variações que devem exercer uma influência dominante no resultado final. Não é indiferente que uma dada corrente emerja antes ou depois de sua corrente contraída, pois o efeito de um recalçamento não pode ser desfeito: cada desvio temporal na montagem dos componentes produz invariavelmente uma alteração no resultado. Por outro lado, as moções pulsionais que emergem com intensidade especial têm, com freqüência, um decurso assombrantemente rápido, como, por exemplo, o vínculo heterossexual dos que depois se tornam homossexuais manifestos. Não há justificativa para o medo de que as tendências estabelecidas com mais violência na infância dominem permanentemente o caráter adulto; é igualmente esperável que elas venham a desaparecer, cedendo lugar a seu oposto. (“*Gestrengere Herren regieren nicht lange.*”)

Não estamos sequer em condições de fornecer indícios das causas dessas complicações temporais dos processos de desenvolvimento. Abre-se aqui o panorama de uma densa falange de problemas biológicos, e talvez também históricos, dos quais nem ao menos nos aproximamos o bastante para travar batalha com eles.

ADESIVIDADE

A importância de todas as manifestações sexuais precoces é aumentada por um fator psíquico de origem desconhecida, que por ora decerto só pode ser apresentado como uma hipótese psicológica provisória. Refiro-me à elevada *adesividade* [*Haftbarkeit*] ou *fixabilidade* dessas impressões da vida sexual, que é preciso admitir, para a complementação dos fatos, nas pessoas que depois se tornarão neuróticas ou perversas, já que as mesmas manifestações sexuais prematuras em outras pessoas não conseguem gravar-se de maneira tão profunda, a ponto de produzirem uma repetição convulsiva e poderem prescrever por toda a vida os caminhos da pulsão sexual. Parte da explicação dessa adesividade talvez resida num outro fator psíquico que não podemos negligenciar na causação das neuroses, a saber, a preponderância que cabe na vida anímica aos traços mnêmicos, em comparação com as impressões recentes. Esse fator é obviamente dependente da formação intelectual e aumenta conforme a elevação da cultura pessoal. Em contraste com isso, o selvagem tem sido caracterizado como “*das unglückselige Kind des Augenblickes*”. Em decorrência da relação inversa entre a cultura e o livre desenvolvimento da sexualidade, cujas conseqüências podem ser seguidas muito de perto na conformação de nossa vida, a importância do rumo tomado pela vida sexual da criança para a vida posterior é muito pequena nos níveis cultural ou social mais baixos e muito grande nos mais elevados.

FIXAÇÃO

O terreno preparado pelos fatores psíquicos que acabamos de mencionar é favorável aos estímulos acidentalmente vivenciados da sexualidade infantil. Estes últimos (sobretudo a sedução por outras crianças ou por adultos) fornecem o material que, com a ajuda dos primeiros, pode fixar-se como um distúrbio permanente. Boa parte dos desvios da vida sexual normal posteriormente observados tanto nos neuróticos quanto nos perversos é estabelecida, desde o começo, pelas impressões do período infantil, supostamente desprovido de sexualidade. De sua causação participam a complacência constitucional, a precocidade, a característica da adesividade elevada e a estimulação fortuita da pulsão sexual por influências estranhas.

Todavia, a conclusão insatisfatória que emerge dessas investigações das perturbações da vida sexual provém de não sabermos, sobre os processos biológicos que constituem a essência da sexualidade, o bastante para formar, com base em nossos conhecimentos isolados, uma teoria suficiente para compreendermos tanto o normal quanto o patológico.

**APÊNDICE: LISTA DOS ESCRITOS DE FREUD QUE
VERSAM PREDOMINANTEMENTE OU EM GRANDE
PARTE SOBRE A SEXUALIDADE**

Claro está que as referências à sexualidade são encontradas na grande maioria dos escritos de Freud. A lista que se segue compreende aqueles que versam mais diretamente sobre o assunto. A data indicada no início de cada item corresponde ao ano de publicação. Os detalhes mais completos sobre cada obra serão encontrados na bibliografia ao final deste volume.

1898a “A Sexualidade na Etiologia das Neuroses”.

1905d *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade.*

1906a “Minhas Teses sobre o Papel da Sexualidade na Etiologia das Neuroses”.

1907c “O Esclarecimento Sexual da Criança”.

1908b “Caráter e Erotismo Anal”.

1908c “Sobre as Teorias Sexuais Infantis”.

1908d “Moral Sexual ‘Civilizada’ e Doença Nervosa Moderna”.

1910a *Cinco Lições de Psicanálise, Conferência IV.*

1910c *Uma Lembrança Infantil de Leonardo da Vinci, Capítulo III.*

1910h “Um Tipo Especial de Escolha de Objeto no Homem”.

1912d “Sobre a Degradação mais Generalizada da Vida Amorosa”.

1912f “Contribuições para um Debate sobre a Masturbação”.

1913I “A Predisposição à Neurose Obsessiva”.

- 1913j “O Interesse pela Psicanálise”, Parte II (C).
- 1913k Prefácio a *Scatologic Rites of All Nations*, de Bourke.
- 1914c “Sobre o Narcisismo: Introdução”.
- 1916-17 *Conferências Introdutórias sobre Psicanálise*, Conferências XX, XXI, XXII e XXVI.
- 1917c “Sobre as Transformações da Pulsão, particularmente o Erotismo Anal”.
- 1918a “O Tabu da Virgindade”.
- 1919e “`Espanca-se uma Criança’ ”.
- 1920a “Sobre a Psicogênese de um Caso de Homossexualismo Feminino”.
- 1922b “Alguns Mecanismos Neuróticos no Ciúme, na Paranóia e no Homossexualismo”,
Seção C.
- 1923a Dois Verbetes de Enciclopédia: (2) “A Teoria da Libido”.
- 1923e “A Organização Genital Infantil”.
- 1924c “O Problema Econômico do Masoquismo”.
- 1924d “O Naufrágio do Complexo de Édipo”.
- 1925j “Algumas Conseqüências Psíquicas da Diferença Anatômica entre os Sexos”.
- 1927e “Fetichismo”.

1931a “Tipos Libidinais”.

1931b “Sexualidade Feminina”

1933a *Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise*, Conferências XXXII e XXXIII.

1940a [1938] *Um Esboço de Psicanálise*, Capítulos III e VII.

1940e [1938] “A Cisão do Ego no Processo de Defesa”.

O MÉTODO PSICANALÍTICO DE FREUD

O singular método psicoterápico que Freud pratica e designa de psicanálise é proveniente do chamado procedimento catártico, sobre o qual ele forneceu as devidas informações nos *Estudos sobre a Histeria*, de 1895, escritos em colaboração com Joseph Breuer. A terapia catártica foi uma descoberta de Breuer, que, cerca de dez anos antes, curara com sua ajuda uma paciente histérica e obtivera, nesse processo, uma compreensão da patogênese de seus sintomas. Graças a uma sugestão pessoal de Breuer, Freud retomou o procedimento e o pôs à prova num número maior de enfermos.

O procedimento catártico pressupunha que o paciente fosse hipnotizável e se baseava na ampliação da consciência que ocorre na hipnose. Tinha por alvo a eliminação dos sintomas patológicos e chegava a isso levando o paciente a retroceder ao estado psíquico em que o sintoma surgira pela primeira vez. Feito isso, emergiam no doente hipnotizado lembranças,

pensamentos e impulsos até então excluídos de sua consciência; e mal ele comunicava ao médico esses seus processos anímicos, em meio a intensas expressões afetivas, o sintoma era superado e se impedia seu retorno. Os dois autores, em seu trabalho conjunto, explicaram essa experiência regularmente repetida, afirmando que o sintoma toma o lugar de processos psíquicos suprimidos que não chegam à consciência, ou seja, que ele representa uma transformação (“conversão”) de tais processos. A eficácia terapêutica de seu procedimento foi explicada em função da descarga do afeto, até ali como que “estrangulado”, preso às ações anímicas suprimidas (“ab-reação”). Mas esse esquema simples da intervenção terapêutica complicava-se em quase todos os casos, pois viu-se que participavam da gênese do sintoma, não uma única impressão (“traumática”), porém, na maioria dos casos, uma série delas, difícil de abarcar.

Assim, a principal característica do método catártico, em contraste com todos os outros procedimentos da psicoterapia, reside em que, nele, a eficácia terapêutica não se transfere para uma proibição médica veiculada por sugestão. Espera-se, antes, que os sintomas desapareçam por si, tão logo a intervenção, baseada em certas premissas sobre o mecanismo psíquico, tenha êxito em fazer com que os processos anímicos passem para um curso diferente do que até então desembocava na formação do sintoma.

As alterações que Freud introduziu no método catártico de Breuer foram, a princípio, mudanças da técnica; estas, porém, levaram a novos resultados e, em seguida, exigiram uma concepção diferente do trabalho terapêutico, embora não contraditória à anterior.

O método catártico já havia renunciado à sugestão, e Freud deu o passo seguinte, abandonando também a hipnose. Atualmente, trata seus enfermos da seguinte maneira: sem exercer nenhum outro tipo de influência, convida-os a se deitarem de costas num sofá, comodamente, enquanto ele próprio senta-se numa cadeira por trás deles, fora de seu campo visual. Tampouco exige que fechem os olhos e evita qualquer contato, bem como qualquer outro procedimento que possa fazer lembrar a hipnose. Assim a sessão prossegue como uma conversa entre duas pessoas igualmente despertas, uma das quais é poupada de qualquer esforço muscular e de qualquer impressão sensorial passível de distraí-la e de perturbar-lhe a concentração da atenção em sua própria atividade anímica.

Como a hipnotizabilidade, por mais habilidoso que seja o médico, reside sabidamente no arbítrio do paciente, e como um grande número de pessoas neuróticas não pode ser colocado em estado de hipnose através de procedimento algum, ficou assegurada, através da renúncia à hipnose, a aplicabilidade do método a um número irrestrito de enfermos. Por outro lado, perdeu-se a ampliação da consciência que proporcionava ao médico justamente o material psíquico de lembranças e representações com a ajuda do qual se podia realizar a transformação dos sintomas e a liberação dos afetos. Caso não fosse encontrado nenhum substituto para essa perda, seria impossível falar em alguma influência terapêutica.

Freud encontrou um substituto dessa ordem, plenamente satisfatório, nas associações dos enfermos, ou seja, nos pensamentos involuntários - quase sempre sentidos como perturbadores e por isso comumente postos de lado - que costumam cruzar a trama da exposição intencional.

Para apoderar-se dessas idéias incidentes, ele exorta os pacientes a se deixarem levar em suas comunicações, “mais ou menos como se faz numa conversa a esmo, passando de um assunto a outro”. Antes de exortá-los a um relato pormenorizado de sua história clínica, ele os instiga a dizerem tudo o que lhes passar pela cabeça, mesmo o que julgarem sem importância, ou irrelevante, ou disparatado. Ao contrário, pede com especial insistência que não excluam de suas comunicações nenhum pensamento ou idéia pelo fato de serem embaraçosos ou penosos. No empenho de compilar esse material costumeiramente desdenhado, Freud fez as observações que se tornaram decisivas para toda a sua concepção. Já no relato da história clínica surgem lacunas na memória do doente, ou seja, esquecem-se acontecimentos reais, confundem-se as relações de tempo ou se rompem as conexões causais, daí resultando efeitos incompreensíveis. Não há nenhuma história clínica de neurose sem algum tipo de amnésia. Quando o paciente é instado a preencher essas lacunas de sua memória através de um trabalho redobrado de atenção, verifica-se que as idéias que lhe ocorrem a esse respeito são repelidas por ele com todos os recursos da crítica, até que ele sente um franco mal-estar quando a lembrança realmente se instala. Dessa experiência Freud concluiu que as amnésias são o resultado de um processo ao qual ele chama *recalcamento* e cuja motivação é identificada no sentido de desprazer. As forças psíquicas que deram origem a esse recalcamento estariam, segundo ele, na *resistência* que se opõe à restauração [das lembranças].

O fator da resistência tornou-se um dos fundamentos de sua teoria. Quanto às idéias postas de lado sob toda sorte de pretextos (como as enumeradas na fórmula acima), Freud as encara como derivados das formações psíquicas recalçadas (pensamentos e moções), como deturpações delas provocadas pela resistência a sua reprodução.

Quanto maior a resistência, mais profusa é essa distorção. O valor das idéias inintencionais para a técnica terapêutica reside nessa relação delas com o material psíquico recalçado. Quando se dispõe de um procedimento que permite avançar das associações até o recalçado, das distorções até o distorcido, pode-se também tornar acessível à consciência o que era antes inconsciente na vida anímica, mesmo sem a hipnose.

Com base nisso, Freud desenvolveu uma arte de *interpretação* à qual compete a tarefa, por assim dizer, de extrair do minério bruto das associações inintencionais o metal puro dos pensamentos recalçados. São objeto desse trabalho interpretativo não apenas as idéias que ocorrem ao doente, mas também seus sonhos, que abrem a via de acesso mais direta para o conhecimento do inconsciente, suas ações inintencionais e desprovidas de planos (atos sintomáticos), e os erros que ele comete na vida cotidiana (lapsos da fala, equívocos na ação etc.). Os detalhes dessa técnica de interpretação ou tradução ainda não foram publicados por Freud. Segundo suas indicações, trata-se de uma série de regras empiricamente adquiridas para construir o material inconsciente a partir das ocorrências de idéias, de instituições sobre como é preciso entender a situação em que deixam de ocorrer idéias ao paciente, e de experiências sobre as resistências típicas mais importantes que surgem no decorrer desses tratamentos. Um volumoso livro sobre *A Interpretação dos Sonhos*, publicado por Freud em 1900, deve ser visto como o precursor de tal introdução à técnica.

Dessas indicações sobre a técnica do método psicanalítico poder-se-ia concluir que seu inventor deu-se um trabalho desnecessário e fez mal em abandonar o procedimento hipnótico, menos complicado. De um lado, porém, a técnica da psicanálise, uma vez aprendida, é muito mais fácil de praticar do que indicaria qualquer descrição dela, e de outro, nenhum caminho alternativo leva à meta desejada, donde o caminho trabalhoso é ainda o mais curto. A hipnose é censurável por ocultar a resistência e por ter assim impedido ao médico o conhecimento do jogo das forças psíquicas. E não elimina a resistência; apenas a evade, com o que fornece tão-somente dados incompletos e resultados passageiros.

A tarefa que o método psicanalítico se empenha em resolver pode expressar-se em diferentes fórmulas, que em essência, no entanto, são equivalentes. Pode-se dizer: a tarefa do tratamento é eliminar as amnésias. Preenchidas todas as lacunas da memória, esclarecidos todos os efeitos enigmáticos da vida psíquica, tornam-se impossíveis a continuação e mesmo a reprodução da doença. Pode-se ainda conceber a condição para isso da seguinte maneira: todos os recalcamientos devem ser desfeitos; o estado psíquico passa então a ser idêntico àquele em que todas as amnésias foram preenchidas. De alcance ainda maior é outra formulação: trata-se de tornar o inconsciente acessível à consciência, o que se consegue mediante a superação das resistências. Mas não se deve esquecer que tal estado tampouco se apresenta no ser humano normal, e que só raramente fica-se em condições de levar o tratamento a um ponto que se aproxime disso. Assim como a saúde e a doença não se diferenciam em princípio, estando apenas separadas por fronteiras quantitativas determináveis na prática, não se pode estabelecer como meta de tratamento outra coisa senão o restabelecimento prático do enfermo, a restauração de sua capacidade de rendimento e de gozo. Num tratamento incompleto ou havendo um resultado imperfeito, obtém-se sobretudo uma significativa melhora do estado psíquico geral, enquanto os sintomas, embora com uma importância diminuída para o paciente, podem persistir, sem que a pessoa seja rotulada de enferma.

O procedimento terapêutico, abstraídas algumas modificações insignificantes, mantém-se o mesmo para todos os quadros sintomáticos da histeria, com suas múltiplas formas, e para todas as configurações da neurose obsessiva. Mas isso não implica que sua aplicabilidade seja irrestrita. A natureza do método psicanalítico envolve indicações e contra-indicações, tanto em relação às pessoas a serem tratadas quanto com respeito ao quadro patológico. Os mais favoráveis para psicanálise são os casos crônicos de psicose com poucos sintomas violentos ou perigosos, e portanto, em primeiro lugar, todas as espécies de neurose obsessiva, pensamento e ação obsessivos, e os casos de histeria em que as fobias e abulias desempenham o papel principal; e ainda todas as expressões somáticas da histeria, desde que a pronta eliminação dos sintomas não seja a tarefa primordial do médico, como na anorexia. Nos casos agudos de histeria, é preciso aguardar a chegada de uma fase mais calma; em todos os casos em que o esgotamento nervoso domina o quadro clínico, deve-se evitar um procedimento que por si só requer esforço, traz apenas progressos lentos e, por algum tempo, não pode levar em consideração a persistência dos sintomas.

Para que uma pessoa se submeta com proveito a psicanálise, são muitos os requisitos

exigidos. Em primeiro lugar, ela deve ser capaz de um estado psíquico normal; durante os períodos de confusão ou de depressão melancólica, não se consegue nada nem mesmo num caso de histeria. Cabe ainda exigir dela certo grau de inteligência natural e de desenvolvimento ético; com pessoas sem nenhum valor, o médico logo perde o interesse que lhe permite aprofundar-se na vida anímica do doente. As malformações de caráter acentuadas, traços de uma constituição realmente degenerada, externam-se no tratamento como fontes de uma resistência difícil de superar. Nesse aspecto, a constituição estabelece um limite geral para a capacidade curativa da psicoterapia. Também a faixa etária próxima dos cinquenta anos cria condições desfavoráveis para a psicanálise. Nesse caso, já não é possível dominar a massa do material psíquico, o tempo exigido para a cura torna-se longo demais e a capacidade para desfazer processos psíquicos começa a enfraquecer.

Apesar de todas essas limitações, é extraordinariamente grande o número de pessoas aptas para a psicanálise, e a extensão trazida a nossos poderes terapêuticos por esse procedimento é, segundo Freud, muito considerável. Para um tratamento eficaz, Freud requer períodos longos, de seis meses a três anos; contudo, informa que até agora, em vista de diversas circunstâncias fáceis de imaginar, só esteve em condições de testar seu tratamento, na maioria das vezes, em casos muito graves: em pessoas enfermas desde longa data e totalmente incapacitadas, que, frustradas por toda sorte de tratamentos, foram buscar como que um último recurso em seu procedimento novo e recebido com muitas dúvidas. Nos casos de doença mais branda, a duração do tratamento poderia encurtar-se muito, obtendo-se em ganho extraordinário em termos de prevenção para o futuro.

NOTA DO EDITOR INGLÊS

“DIE FREUDSCHE PSYCHOANALYTISCHE METHODE”

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

(1903 Data provável de redação.)

1904 Em L. Loewenfeld, *Die psychischen Zwangerscheinungen*, 545-551 (Wiesbaden: Bergmann).

1906 *S.K.S.N.* I, 218-224. (1911, 2ª ed., 213-219; 1920, 3ª ed.; 1922, 4ª ed.)

1924 *Technick und Metapsychol.*, 3-10.

1925 *G.S.*, 6, 3-10.

1942 *G.W.*, 5, 3-10

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

“*Freud’s Psycho-Analytic Method*”

1924 *C.P.*, 1, 264-271. (Trad. de J. Bernays.)

Esta tradução [inglesa], com um novo título, “Freud’s Psycho-Analytic Procedure”, é uma versão consideravelmente alterada da que se publicou em 1924.

O livro de Loewenfeld sobre os fenômenos obsessivos, para o qual esse artigo constituiu originalmente uma contribuição, é mencionado por Freud em seu caso clínico do “Homem dos Ratos” (1909d, nota de rodapé no início da Parte II) como o “manual padrão” sobre a neurose obsessiva. Loewenfeld esclarece ter convencido Freud a fazer essa contribuição em vista das grandes modificações por que passara sua técnica desde que fora descrita nos *Estudos sobre a Histeria* (1895d). O prefácio de Loewenfeld traz a data de “novembro de 1903”, sendo portanto presumível que o artigo de Freud tenha sido redigido naquele mesmo ano, um pouco mais cedo.

Essa exposição mostra que o único vestígio remanescente do método hipnótico original era a solicitação de Freud de que o paciente se deitasse. Quanto aos aspectos externos, sua técnica permaneceu inalterada desde então. O livro de Loewenfeld foi resenhado pelo próprio Freud, conforme a descoberta do Prof. Saul Rosenzweig, da Universidade Washington, em St. Louis. A resenha foi publicada no *Journal für Psychologie und Neurologie*, 3 (1904), pp. 190-1. (Freud, 1904f.)

SOBRE A PSICOTERAPIA (1905 [1904])

Senhores: são decorridos cerca de oito anos desde que, a convite de seu saudoso presidente, o Professor von Reder, tive a oportunidade de falar aqui sobre o tema da histeria. Pouco antes (1895), em colaboração com o Dr. Josef Breuer, eu publicara os *Estudos sobre a Histeria*, onde, com base no novo conhecimento que devemos a esse investigador, tentara introduzir um novo modo de tratamento das neuroses. Alegro-me poder dizer que os esforços feitos em nossos *Estudos* tiveram êxito; as idéias ali defendidas sobre os efeitos dos traumas psíquicos através da retenção do afeto, bem como a concepção dos sintomas histéricos como o resultado de uma excitação transposta do anímico para o corporal, idéias estas para as quais criamos os termos “ab-reação” e “conversão”, são hoje universalmente conhecidas e compreendidas. Não há - pelo menos nos países de língua alemã - nenhuma representação da histeria que não as leve em conta em certa medida, e não há nenhum colega que não siga ao menos um pouco essa doutrina. E no entanto, estas teses e estes termos, enquanto eram ainda novos, devem ter soado bastante estranhos!

Não posso dizer o mesmo do procedimento terapêutico proposto a nossos colegas simultaneamente a nossa doutrina. Este luta ainda por seu reconhecimento. Talvez se possam invocar razões especiais para isso. Naquela época, a técnica do procedimento ainda não fora desenvolvida, era-me impossível fornecer ao leitor médico do livro as instruções que o teriam habilitado a conduzir tal tratamento em sua íntegra. Mas decerto também concorreram para isso algumas razões de natureza geral. Ainda hoje, a psicoterapia se afigura a muitos médicos como um produto do misticismo moderno, e, comparada a nossos recursos terapêuticos físico-químicos, cuja aplicação se baseia em conhecimentos fisiológicos,

parece francamente acientífica e indigna do interesse de um investigador da natureza. Permitam-me, pois, defender ante os senhores a causa da psicoterapia e destacar o que pode ser qualificado de injusto ou errôneo nessa condenação.

Em primeiro lugar, permitam-me lembrar-lhes que a psicoterapia de modo algum é um procedimento terapêutico moderno. Ao contrário, é a mais antiga terapia de que se serviu a medicina. Na instrutiva obra de Loewenfeld, *Lehrbuch der gesamten Psychotherapie* [1897], os senhores podem verificar quais eram os métodos da medicina primitiva e da medicina da Antigüidade. A maioria deles deve ser classificada de psicoterapia; induzia-se nos doentes, com vistas à cura, um estado de “expectativa crédula” que ainda hoje nos presta idêntico serviço. Mesmo depois que os médicos descobriram outros meios terapêuticos, os esforços psicoterápicos desta ou daquela espécie nunca desapareceram da medicina.

Em segundo lugar, deixem-me chamar-lhes a atenção para o fato de que nós, médicos, não podemos renunciar à psicoterapia, que mais não seja porque uma outra parte muito interessada no processo terapêutico - a saber, o doente - não tem nenhuma intenção de abandoná-la. Os senhores sabem das elucidações que devemos, nesse aspecto, à escola de Nancy (a Liébault, a Bernheim). Um fator que depende da disposição psíquica do doente contribui, sem que tenhamos essa intenção, para o resultado de qualquer procedimento terapêutico introduzido pelo médico, quase sempre num sentido favorável, mas também com freqüência num sentido inibitório. Aprendemos a usar para esse fato a palavra “sugestão”, e Moebius nos ensinou que a falta de contabilidade que deploramos em tantos de nossos métodos terapêuticos remonta justamente à influência perturbadora desse poderoso fator. Nós, médicos - inclusive todos os senhores - , portanto, praticamos constantemente a psicoterapia, mesmo que não o saibamos nem tenhamos essa intenção; só que constitui uma desvantagem deixar tão completamente entregue aos enfermos o fator psíquico da influência que os senhores exercem sobre eles. Dessa maneira, ele se torna incontrollável, impossível de dosar ou de intensificar. Assim, não será um esforço legítimo o do médico dominar esse fator, servir-se dele intencionalmente, norteá-lo e reforçá-lo? É isso, e nada mais, o que a psicoterapia científica lhes propõe.

Em terceiro lugar, senhores colegas, quero remetê-los à experiência já há muito conhecida de que certas doenças, e muito particularmente as psiconeuroses, são muito mais acessíveis às influências anímicas do que a qualquer outra medicação. Não é um ditado moderno, e sim

uma antiga máxima dos médicos, que essas doenças não são curadas pelo medicamento, mas pelo médico, ou seja, pela personalidade do médico, na medida em que através dela ele exerce uma influência psíquica. Bem sei, senhores colegas, que muito lhes agrada a visão a que o esteta Fischer deu expressão clássica em sua paródia do Fausto:

Ich weiss, das Physikalische

Wirkt öfters aufs Moralische.

Porém não seria mais adequado, e mais freqüentemente acertado, dizer que se pode influir sobre o lado moral de um homem com meios morais, ou seja, psíquicos?

Há muitas espécies de psicoterapia e muitos meios de praticá-la. Todos os que levam à meta da recuperação são bons. Nosso consolo corriqueiro, que tão liberalmente dispensamos aos enfermos - “Você logo ficará bom de novo!” - , corresponde a um dos métodos psicoterapêuticos; mas agora que temos um discernimento mais profundo da natureza da neurose, não somos obrigados a ficar restritos a esse consolo. Desenvolvemos a técnica da sugestão hipnótica, a psicoterapia através da distração, do exercício e da provocação de afetos mais oportunos. Não menosprezo nenhuma delas e utilizaria todas em condições apropriadas. Se realmente me restringi a um único procedimento terapêutico, ao método que Breuer chamou “*catártico*”, mas que prefiro chamar de “*analítico*”, foram apenas motivos subjetivos que me decidiram a fazê-lo. Em decorrência de minha participação na criação dessa terapia, sinto-me pessoalmente obrigado a me dedicar a explorá-la e a construir sua técnica. Posso asseverar que o método analítico de psicoterapia é o mais penetrante, o que chega mais longe, aquele pelo qual se consegue a transformação mais ampla do doente. Abandonando por um momento o ponto de vista terapêutico, posso acrescentar em favor desse método que ele é o mais interessante, o único que nos ensina algo sobre a gênese e a interação dos fenômenos patológicos. Graças ao discernimento do mecanismo das doenças anímicas que ele nos faculta somente ele deve ser capaz de ultrapassar a si mesmo e de nos apontar o caminho para outras formas de influência terapêutica.

No tocante a esse método catártico ou analítico de psicoterapia, permitam-me agora corrigir alguns erros e fornecer alguns esclarecimentos.

(a) Observo que esse método é muito amiúde confundido com o tratamento hipnótico por sugestão; e reparei nisso porque, com relativa freqüência, colegas de quem aliás não sou o homem de confiança enviam-me pacientes - doentes refratários, é claro - com o pedido de que eu os hipnotize. Ora, ocorre que há uns seis anos já não tenho usado a hipnose para fins terapêuticos (salvo em algumas experiências isoladas), de modo que costumo mandar esses encaminhamentos de volta com o conselho de que quem confia na hipnose deve praticá-la pessoalmente. Na verdade, há entre a técnica sugestiva e a analítica a maior antítese possível, aquela que o grande Leonardo da Vinci resumiu, com relação às artes, nas fórmulas *per via di porre* e *per via di levare*. A pintura, diz Leonardo, trabalha *per via di porre*, pois deposita sobre a tela incolor partículas coloridas que antes não estavam ali; já a escultura, ao contrário, funciona *per via di levare*, pois retira da pedra tudo o que encobre a superfície da estátua nela contida. De maneira muito semelhante, senhores, a técnica da sugestão busca operar *per via di porre*; não se importa com a origem, a força e o sentido dos sintomas patológicos, mas antes deposita algo - a sugestão - que ela espera ser forte o bastante para impedir a expressão da idéia patogênica. A terapia analítica, em contrapartida, não pretende acrescentar nem introduzir nada de novo, mas antes tirar, trazer algo para fora, e para esse fim preocupa-se com a gênese dos sintomas patológicos e com a trama psíquica da idéia patogênica, cuja eliminação é sua meta. Por esse caminho de investigação é que ela faz avançar tão significativamente nossos conhecimentos. Se abandonei tão cedo a técnica da sugestão, e com ela, a hipnose, foi porque não tinha esperança de tornar a sugestão tão forte e sólida quanto seria necessário para obter a cura permanente. Em todos os casos graves, vi a sugestão introduzida voltar a desmoronar, e então reaparecia a doença ou um substituto dela. Além disso, censuro essa técnica por ocultar de nós o entendimento do jogo de forças psíquico; ela não nos permite, por exemplo, identificar a *resistência* com que os doentes se aferram a sua doença, chegando em função disso a lutar contra sua própria recuperação; e é somente a resistência que nos possibilita compreender seu comportamento na vida.

(b) Parece-me haver entre os colegas o erro muito difundido de supor que a técnica de investigar as origens da doença e de eliminar suas manifestações através dessa exploração é fácil e evidente. Infiro isso do fato de que nenhum dentre os muitos que se interessaram por minha terapia e formularam juízos firmes sobre ela jamais me perguntou como realmente procedo. Só pode haver uma razão para isso: eles acham que não há nada a perguntar, que a

coisa é perfeitamente inteligível por si só. E vez por outra, inteiro-me também, com assombro, de que neste ou naquele setor de um hospital um jovem médico recebeu de seu chefe a incumbência de empreender uma “psicanálise” num paciente histérico. Tenho certeza de que não deixariam a cargo dele o exame de um tumor extirpado, sem que se houvessem assegurado de que ele conhecia a fundo a técnica histológica. Da mesma forma, chegam-me notícias de que tal ou qual colega marcou consultas com um paciente para fazer com ele um tratamento psíquico, embora eu tenha certeza de que ele não conhece a técnica de tal tratamento. Deve estar esperando, portanto, que o paciente o presenteie com seus segredos, ou talvez esteja buscando a cura em alguma espécie de confissão ou confidência. Não me surpreenderia que um paciente assim tratado extraísse disso mais prejuízos do que benefícios. É que o instrumento anímico não é assim tão fácil de tocar. Nessas ocasiões, não posso deixar de pensar nas palavras de um neurótico mundialmente famoso, que decerto nunca esteve em tratamento com um médico, pois viveu apenas na fantasia de um poeta. Refiro-me a Hamlet, Príncipe da Dinamarca. O Rei enviara dois cortesãos, Rosenkranz e Guildenstern, para sondá-lo e arrancar dele o segredo de seu desgosto. Ele os repele; aparecem então algumas flautas no palco. Tomando uma delas, Hamlet pede a um de seus algozes que a toque, o que seria tão fácil quanto mentir. O cortesão se recusa, pois não conhece o manejo do instrumento, e, não conseguindo persuadi-lo a tentar, Hamlet finalmente explode: “Pois vede agora em que mísera coisa me transformais! Quereis tocar-me; (...) quereis arrancar o cerne de meu mistério; pretendeis extrair-me sons, de minha nota mais grave até o topo de meu diapasão; e embora haja muita música, excelente voz neste pequenino instrumento, não podeis fazê-lo falar. *Pelo sangue de Cristo, julgais que sou mais fácil de tocar do que uma flauta? Chamai-me do instrumento que quiserdes, pois se podeis desafinar-me, ainda assim não me podeis tocar.*” (Ato III, Cena 2.)

(c) Por algumas de minhas observações, os senhores terão calculado que o tratamento analítico tem muitas peculiaridades que o distanciam do ideal de uma terapia. *Tutu, cito, jucunde*; a investigação e a busca não apontam para a rapidez dos resultados, e a menção da resistência deve prepará-los para esperar por vários transtornos. Sem dúvida, o tratamento psicanalítico faz grandes exigências tanto ao doente quanto ao médico; do primeiro reclama o sacrifício da sinceridade total, mostrando-se demorado e, por isso mesmo, também custoso; para o médico, é igualmente demorado, e em vista da técnica que ele tem de aprender e praticar, é bastante trabalhoso. Por isso, considero perfeitamente justificável que se recorra a métodos terapêuticos mais cômodos, desde que haja uma perspectiva de conseguir algo através deles. Esse é, afinal, o único ponto decisivo; se, com o procedimento mais trabalhoso e prolongado, consegue-se mais do que com o método breve e fácil, justifica-se o uso do primeiro, apesar de tudo. Pensem, senhores, em quão mais incômoda e custosa é a terapia de Finsen para o lúpus do que o método antes empregado de cauterização e raspagem; não obstante, o uso do primeiro significa um grande avanço, simplesmente

porque rende mais; promove uma cura radical. Ora, não quero impor essa comparação, mas o método psicanalítico pode reclamar para si um privilégio similar. Na realidade, só pude elaborar e testar meu método terapêutico em casos graves ou gravíssimos; a princípio, meu material compôs-se unicamente de enfermos que tudo haviam tentado sem êxito e que tinham passado anos em instituições. Mal pude reunir experiência suficiente para dizer-lhes como se comporta minha terapia nas doenças mais leves, de surgimento episódico, e que vemos curar-se sob as mais diversificadas influências e até de maneira espontânea. A terapia psicanalítica foi criada com base em doentes permanentemente incapacitados para a existência a eles destinada, e seu triunfo consiste em ter tornado um número satisfatório destes permanentemente aptos para a vida. Frente a esse resultado, todos os esforços despendidos parecem insignificantes. Não podemos dissimular de nós mesmos o que, perante o enfermo, estamos acostumados a negar: que a neurose grave, para o indivíduo que dela padece, não tem menor importância do que qualquer caquexia, qualquer das temidas grandes enfermidades.

(d) As indicações e contra-indicações desse tratamento, em decorrência das muitas restrições de ordem prática que têm afetado minhas atividades, ainda não podem ser fornecidas de maneira definitiva. Mesmo assim, quero ensaiar a discussão de alguns pontos com os senhores:

(1) Afora a doença, deve-se reparar no valor da pessoa em outros aspectos e recusar os pacientes que não possuam certo grau de formação e um caráter razoavelmente digno de confiança. Não se deve esquecer que há também pessoas sadias que não prestam para nada, e que com excessiva facilidade, em se tratando desses indivíduos de valor reduzido, tende-se a atribuir à doença tudo o que os incapacita para a existência, quando lhes ocorre mostrar algum laivo de neurose. Sustento o ponto de vista de que a neurose de modo algum imprime em seu portador o rótulo de *dégénéré*, embora seja encontrada num mesmo indivíduo, com bastante freqüência, associada a sinais de degeneração. Ora, a psicoterapia analítica não é um procedimento para tratar a degeneração neuropática, encontrando nesta, ao contrário, sua limitação. Tampouco é aplicável às pessoas que não sejam levadas à terapia por seu próprio sofrimento, mas antes submetem-se a ela apenas pela ordem autoritária de seus familiares. Quanto à propriedade que interessa à adequação para o tratamento psicanalítico, ou seja, a educabilidade do paciente, ainda teremos de apreciá-la segundo um outro ponto de vista.

(2) Quando se quer trabalhar em segurança, deve-se restringir a escolha a pessoas que tenham um estado normal, pois é neste que nos apoiamos, no procedimento psicanalítico, para nos apropriarmos do patológico. As psicoses, os estados confusionais e a depressão profundamente arraigada (tóxica, eu poderia dizer), por conseguinte, são impróprios para a psicanálise, ao menos tal como tem sido praticada até o momento. Não considero nada impossível que, mediante uma modificação apropriada do método, possamos superar essa contra-indicação e assim empreender a psicoterapia das psicoses.

(3) A idade dos pacientes desempenha um papel na escolha para tratamento psicanalítico, posto que, nas pessoas próximas ou acima dos cinqüenta anos, costuma faltar, de um lado, a plasticidade dos processos anímicos de que depende a terapia - as pessoas idosas já não são educáveis - , e, por outro lado, o material a ser elaborado prolongaria indefinidamente a duração do tratamento. O limite etário inferior só pode ser determinado individualmente; as pessoas jovens que ainda não chegaram à puberdade são, muitas vezes, esplendidamente influenciáveis.

(4) Não se deve recorrer à psicanálise quando se trata de eliminar com rapidez fenômenos perigosos, como, por exemplo, na anorexia histérica.

A essa altura, os senhores devem estar com a impressão de que o campo de aplicação da psicoterapia analítica é muito restrito, já que de fato nada ouviram de mim além de contra-indicações. Mas sobram casos e formas patológicas suficientes em que esta terapia pode ser posta à prova: todas as formas crônicas de histeria com fenômenos residuais, o vasto campo dos estados obsessivos, as abulias e similares.

É gratificante que assim se possa levar ajuda, antes de mais nada, justamente às pessoas mais valiosas e mais altamente desenvolvidas. E podemos consolar-nos com a afirmação de que, nos casos em que a psicoterapia analítica só conseguiu muito pouco, qualquer outro tratamento decerto nada teria realizado.

(e) Os senhores certamente não de querer perguntar-me sobre a possibilidade de que o emprego da psicanálise traga prejuízos. Quanto a isso, posso responder-lhes que, se estiverem dispostos a julgar esse procedimento imparcialmente, a manifestar-lhe a mesma benevolência crítica que têm dispensado a nossos outros métodos terapêuticos, terão de concordar com minha opinião de que, num tratamento analítico realizado com compreensão, não se pode temer dano algum para o paciente. Talvez formule um juízo diferente quem, como o leigo, estiver acostumado a atribuir ao tratamento tudo o que acontece no decorrer de um caso patológico. Não faz muito tempo, nossas instituições de hidroterapia enfrentavam um preconceito similar. Muitos dos que eram aconselhados a buscar uma dessas instituições ficavam hesitantes, pois tinham algum conhecido que entrara no sanatório como doente nervoso e ali enlouquecera. Tratava-se, como os senhores devem adivinhar, de casos incipientes de paralisia geral, que em seu estágio inicial ainda podiam ser enviados para um estabelecimento hedropático, e que ali prosseguiam em sua marcha irrefreável para a perturbação mental manifesta; para os leigos, a água era a culpada e a causadora dessa triste modificação. Quando se trata de novas formas de terapia, nem mesmo os médicos estão sempre isentos de tais erros de julgamento. Lembro-me de que, certa vez, fiz uma tentativa de psicoterapia com uma mulher que passara boa parte de sua existência numa alternância entre mania e melancolia. Aceitei o caso ao final de um período de melancolia; durante duas semanas, tudo parecia correr bem; na terceira, já estávamos no início de um novo ataque de mania. Era, sem dúvida, uma transformação espontânea do quadro patológico, já que duas semanas não constituem um prazo em que a psicoterapia analítica possa realizar coisa alguma; entretanto, o eminente médico (já falecido) que examinava a doente comigo não conseguiu abster-se da observação de que a psicoterapia seria a culpada dessa “recaída”. Estou plenamente convencido de que, em outras circunstâncias, ele teria demonstrado maior juízo crítico.

(f) Para concluir, senhores colegas, devo admitir que não é justo monopolizar sua atenção por tanto tempo, em favor da psicoterapia analítica, sem lhes dizer em que consiste esse tratamento e em que está fundamentado. Ainda assim, posto que tenha de ser breve, só posso fazer-lhes um esboço. Essa terapia baseia-se, pois, na concepção de que as representações inconscientes - ou melhor, a inconsciência de certos processos anímicos - são a causa imediata dos sintomas patológicos. Partilhamos dessa convicção com a escola francesa (Janet), que aliás, numa esquematização excessiva, atribui a origem do sintoma histérico a uma *idée fixe* inconsciente. Mas não temam os senhores que isso nos precipite nas profundezas da mais obscura filosofia. Nosso inconsciente não é de modo algum idêntico ao dos filósofos, e além disso, a maioria destes nada quer saber sobre algo “psíquico inconsciente”. Entretanto, caso os senhores se situem em nosso ponto de vista, compreenderão que a transformação desse inconsciente da vida anímica do enfermo num material consciente só pode ter como resultado a correção de seu desvio da normalidade,

bem como a eliminação da compulsão a que sua vida anímica estivera sujeita. É que a vontade consciente estende-se apenas aos processos psíquicos conscientes, e toda compulsão psíquica é fundamentada pelo inconsciente. Tampouco devem os senhores temer que o enfermo sofra algum dano em função do abalo trazido pela entrada do inconsciente em sua consciência, pois podem explicar a si mesmos, teoricamente, que o efeito somático e afetivo da moção que se tornou consciente nunca pode ser tão grande quanto o da moção inconsciente. Só dominamos todas as nossas moções por dirigirmos para elas nossas mais elevadas funções anímicas, que estão ligadas à consciência.

Mas também lhes é possível escolher outro ponto de vista para compreender o tratamento psicanalítico. O desvendamento e a tradução do inconsciente realizam-se sob uma *resistência* contínua por parte do enfermo. O afloramento desse inconsciente está vinculado ao desprazer, e é por causa desse desprazer que o doente o rejeita vez após outra. É nesse conflito na vida anímica do paciente que os senhores intervêm; se conseguirem levá-lo a aceitar, motivado por uma compreensão melhor, algo que até então rejeitara (recalcara) em consequência dessa regulação automática do desprazer, terão realizado com ele parte de um trabalho educativo. Já constitui educação, quando um homem não deixa a cama de bom grado de manhã cedo, movê-lo a fazer isso ainda assim. Portanto, de modo muito geral, os senhores podem conceber o tratamento psicanalítico como essa espécie de *pós-educação para superar as resistências internas*. Mas em nenhum ponto essa pós-educação é mais necessária, nos doentes nervosos, do que no tocante ao elemento anímico de sua vida sexual. É que em parte alguma a cultura e a educação causaram danos tão grandes quanto justamente aí, e é também aí, como lhes mostrará a experiência, que se encontrarão as etiologias das neuroses passíveis de ser dominadas; quanto ao outro elemento etiológico, a contribuição constitucional, ele nos é dado como algo inalterável. Mas daí decorre uma importante exigência a ser feita ao médico. Não apenas ele próprio tem de ser de caráter íntegro - “Quanto à moral, nem é preciso falar”, como costumava dizer o personagem principal de *Auch Einer*, de Vischer - , como também deve ter superado, em sua própria pessoa, a mescla de concupiscência e puritanismo com que, lamentavelmente, tantos outros estão habituados a enfrentar os problemas sexuais.

Talvez seja este o lugar para fazer outra observação. Sei que minha ênfase no papel do sexual na formação das psiconeuroses tornou-se conhecida em amplos círculos. Mas sei também que as ressalvas e as particularizações precisas são de pouca serventia para o grande público; a multidão tem pouco espaço em sua memória e retém de uma tese apenas o núcleo bruto, dela criando para si uma versão extremada e fácil de gravar. É possível

também que muitos médicos tenham feito uma vaga idéia de que, como conteúdo de minha doutrina, eu atribuiria a neurose, em última análise, à privação sexual. E esta não falta nas condições de vida de nossa sociedade. Quão fácil seria, com base nessa premissa, evitar o tortuoso e cansativo caminho do tratamento psíquico e aspirar diretamente à cura, recomendando como meio terapêutico a atividade sexual! Pois bem, não conheço nada que me pudesse induzir a sufocar essa conclusão, caso ela fosse justificada. Mas as coisas são diferentes. A necessidade e a privação sexuais são meramente um fator que entra em jogo no mecanismo da neurose; se houvesse apenas esse, o resultado não seria a doença, mas a devassidão. O outro fator, igualmente indispensável, mas esquecido com demasiada presteza, é a aversão do neurótico à sexualidade, sua incapacidade de amar, esse traço psíquico a que chamei “recalcamento”. Somente a partir do conflito entre as duas tendências é que irrompe a doença neurótica e, portanto, só raramente se pode descrever a recomendação da atividade sexual nas psiconeuroses como um bom conselho.

Permitam-me concluir com essa observação defensiva. Esperemos que seu interesse pela psicoterapia, uma vez depurado de quaisquer preconceitos hostis, venha apoiar-nos em nosso empenho de realizar de maneira satisfatória também o tratamento dos casos graves de psiconeurose.

NOTA DO EDITOR INGLÊS

ÜBER PSYCHOTHERAPIE

(a) EDIÇÕES EM ALEMÃO

(1904 12 de dezembro: pronunciada como conferência perante o Wiener

medizinisches Doktorenkollegium.)

1905 *Wien. med. Presse*, 1º de janeiro, pp. 9-16.

1906 *S.K.S.N.* I, pp. 205-217. (1911, 2ª ed., pp. 201-212; 1920, 3ª ed.; 1922, 4ª ed.)

1924 *Technik und Metapsychol.*, pp. 11-24.

1925 *G.S.*, 6, pp. 11-24.

1942 *G.W.*, 5, pp. 13-26.

(b) TRADUÇÕES EM INGLÊS:

“*On Psychotherapy*”

1909 *S.P.H.*, pp. 175-185. (Trad. de A.A. Brill.) (1912, 2ª ed.; 1920, 3ª ed.)

1924 *C.P.*, 1, pp. 249-263. (Trad. de J. Bernays.)

A presente tradução [inglesa] é uma versão consideravelmente modificada da que se publicou em 1924.

Esta parece ter sido a última conferência a ser proferida por Freud perante uma platéia exclusivamente médica. (Cf. Jones, 1955, p. 13.)

MINHAS TESES SOBRE O PAPEL DA SEXUALIDADE NA ETIOLOGIA DAS NEUROSES

Sou de opinião que a melhor maneira de apreciar minha teoria sobre a importância etiológica do fator sexual para as neuroses é acompanhar seu desenvolvimento. É que de modo algum tenho a pretensão de negar que ela passou por um desenvolvimento e se modificou no decorrer dele. Meus colegas podem encontrar nessa confissão a garantia de que esta teoria não é nada além do precipitado de experiências ininterruptas e mais aprofundadas. O que nasce da especulação, ao contrário, pode facilmente surgir completo de um só golpe, e a partir de então manter-se imutável.

Originalmente, a teoria referia-se apenas aos quadros patológicos reunidos sob a denominação de “neurastenia”, dentre os quais reparei em dois tipos que às vezes se apresentam puros e que descrevi como “*neurastenia propriamente dita*” e “*neurose de angústia*”. Sempre se soube que os fatores sexuais poderiam desempenhar um papel na causação dessas formas [de doença], mas não se constatava sua atuação invariavelmente, nem se pensava em conferir-lhes precedência sobre outras influências etiológicas. Fiquei surpreso, a princípio, com a freqüência das grandes perturbações na *vita sexualis* dos pacientes nervosos; e quanto mais me empenhava em procurar essas perturbações - no que me apercebia de que todos os seres humanos ocultam a verdade nos assuntos sexuais -, quanto mais hábil me tornava para levar esse exame adiante, apesar de uma negação inicial, com maior regularidade descobria tais fatores patogênicos na vida sexual, até que me pareceu faltar pouco para presumir seu caráter universal. Mas era preciso aceitar de antemão que tais irregularidades sexuais ocorreriam com freqüência similar em nossa sociedade, sob a pressão das relações sociais, persistindo uma dúvida quanto ao grau de desvio do funcionamento sexual normal que se deveria considerar patogênico. Por isso, tive que dar menos valor à comprovação invariável das patologias sexuais do que a uma segunda constatação, que me pareceu menos ambígua. Viu-se que a forma da doença, fosse ela neurastenia ou neurose de angústia, mostrava uma relação constante com a natureza do prejuízo sexual. Nos casos típicos de neurastenia, tratava-se, em geral, de masturbação ou poluções freqüentes, enquanto, na neurose de angústia, havia fatores como o *coitus interruptus*, a “excitação frustrada” e outros, passíveis de demonstrar, nos quais o fator da descarga insuficiente da libido produzida parecia ser o elemento comum. Somente depois dessa experiência, fácil de fazer e corroborável com a freqüência que se desejasse, tive a coragem de reivindicar uma posição privilegiada para as influências sexuais na etiologia das neuroses. Além disso, nas formas mistas tão freqüentes de neurastenia e neurose de

angústia, foi possível indicar a conjugação das etiologias supostas em cada uma das formas puras; e mais, tal bipartição na forma de manifestação da neurose parecia harmonizar-se bem com o caráter polar da sexualidade (o masculino e o feminino).

Nessa mesma época, enquanto atribuía à sexualidade essa importância para a gênese das neuroses *simples*, eu continuava a cultivar, no tocante às *psiconeuroses* (histeria e representações obsessivas), uma teoria psicológica pura em que o fator sexual só interessava como uma dentre várias fontes emocionais. Em colaboração com Josef Breuer, e com base em observações feitas por ele numa paciente histérica mais de dez anos antes, eu estudara o mecanismo da geração dos sintomas histéricos por meio da suscitação de lembranças durante o estado de hipnose; e assim chegamos a conclusões que nos permitiram estabelecer a ponte entre a histeria traumática de Charcot e a histeria comum, não-traumática (Breuer e Freud, 1895). Fomos levados à concepção de que os sintomas histéricos eram efeitos persistentes de traumas psíquicos, e de que, por circunstâncias especiais, as somas de afeto a eles correspondentes tinham sido desviadas da elaboração consciente, com isso facilitando para si um caminho anormal para a inervação somática. Os termos “afeto estrangulado”, “conversão” e “ab-reação” resumem os marcos característicos dessa concepção.

Entretanto, considerando as estreitas ligações entre as psiconeuroses e as neuroses simples, tão extensas que a diferenciação diagnóstica nem sempre é fácil para as pessoas sem prática, os conhecimentos adquiridos num dos campos não poderiam demorar a se propagar também para o outro. Ademais, mesmo prescindindo dessa consideração, também o aprofundamento no mecanismo psíquico dos sintomas histéricos levou ao mesmo resultado. É que, seguindo cada vez mais o rastro dos traumas psíquicos de que derivavam os sintomas histéricos, através do procedimento “catártico” introduzido por Breuer e eu, acabava-se chegando a vivências pertencentes à infância do enfermo e relacionadas com sua vida sexual, inclusive nos casos em que uma emoção banal, de natureza não sexual, ocasionara a irrupção da doença. Sem levar em conta esses traumas da infância, era impossível elucidar os sintomas, cuja determinação eles tornavam compreensível, ou prevenir seu ressurgimento. Com isso, a incomparável importância das vivências sexuais para a etiologia das psiconeuroses parecia indubitavelmente estabelecida, e esse fato permanece até hoje como um dos pilares da teoria.

Quando se descreve essa teoria afirmando que a causa da neurose histérica, que persiste pela vida afora, reside em vivências sexuais da primeira infância, em sua maioria insignificantes em si mesmas, ela por certo soa bastante estranha. Mas quando se leva em conta o desenvolvimento histórico da doutrina, situando sua essência na tese de que a histeria é a expressão de um comportamento particular da função sexual do indivíduo, e de que esse comportamento já foi decisivamente determinado pelas primeiras influências e vivências atuantes na infância, fica-se com um paradoxo a menos, mas ganha-se um motivo para voltar a atenção para as repercussões das impressões infantis, que são sumamente

importantes, apesar de terrivelmente negligenciadas até aqui.

Reservo para mais adiante a abordagem pormenorizada da questão de devermos ver nas vivências sexuais da infância a etiologia da histeria (e da neurose obsessiva), e retorno agora à forma adotada pela teoria em algumas pequenas publicações provisórias dos anos de 1895 e 1896 (Freud, 1896*b* e 1896*c*). A ênfase nos supostos fatores etiológicos permitiu, naquela época, confrontar as neuroses comuns, enquanto distúrbios com etiologia contemporânea, com as psiconeuroses, cuja etiologia deveria ser buscada principalmente nas vivências sexuais do passado. A doutrina culminou nesta tese: na *vita sexualis* normal, a neurose é impossível.

Embora ainda hoje eu não considere essas teses incorretas, não surpreende que, em dez anos de esforço contínuo para chegar ao conhecimento dessas relações, tenha ultrapassado em boa medida meus pontos de vista de então e me acredite agora em condições de corrigir, através da experiência aprofundada, as insuficiências, os deslocamentos e os mal-entendidos de que a doutrina padecia na época. O material ainda escasso dessa ocasião me havia trazido, por força do acaso, um número desproporcionalmente grande de casos em que a sedução por algum adulto ou por crianças mais velhas desempenhara o papel principal na história infantil do doente. Superestimei a freqüência desses acontecimentos (aliás impossíveis de pôr em dúvida), ainda mais que, naquele tempo, não era capaz de estabelecer com segurança a distinção entre as ilusões de memória dos histéricos sobre sua infância e os vestígios de eventos reais. Desde então, aprendi a decifrar muitas fantasias de sedução como tentativas de rechaçar lembranças da atividade sexual do próprio indivíduo (masturbação infantil). Esclarecido esse ponto, caiu por terra a insistência no elemento “traumático” presente nas vivências sexuais infantis, restando o entendimento de que a atividade sexual infantil (seja ela espontânea ou provocada) prescreve o rumo a ser tomado pela vida sexual posterior após a maturidade. Esse mesmo esclarecimento, que corrigiu o mais importante de meus erros iniciais, também tomou necessário modificar a concepção do mecanismo dos sintomas histéricos. Estes já não apareciam como derivados diretos das lembranças recalçadas das experiências infantis, havendo antes, entre os sintomas e as impressões infantis, a interposição das fantasias (ficções mnêmicas) do paciente (produzidas, em sua maior parte, durante os anos da puberdade), que, de um lado, tinham-se construído a partir das lembranças infantis e com base nelas, e, de outro, eram diretamente transformadas nos sintomas. Somente com a introdução do elemento das fantasias histéricas é que se tornaram inteligíveis a textura da neurose e seu vínculo com a vida do enfermo; evidenciou-se também uma analogia realmente espantosa entre essas fantasias inconscientes dos histéricos e as criações imaginárias que, na paranóia, tornam-se conscientes como delírios.

Depois dessa correção, os “traumas sexuais infantis” foram substituídos, em certo sentido, pelo “infantilismo da sexualidade”. Não estava longe uma segunda modificação da teoria original. Juntamente com a suposta freqüência da sedução na infância, caiu também por terra

a ênfase exagerada nas influências *acidentais* sobre a sexualidade, às quais eu pretendia atribuir o papel principal na acusação da doença, embora nem por isso negasse os fatores constitucionais e hereditários. Chegara até mesmo a ter esperança de solucionar o problema da escolha da neurose (a decisão sobre a forma de psicose a que o doente deveria sucumbir) através das particularidades das vivências sexuais infantis. E nessa época, embora com reservas, achava que a conduta passiva nessas cenas produzia a disposição específica para a histeria, ao passo que a conduta ativa predispunha à neurose obsessiva. Mais tarde, tive de abandonar por completo essa concepção, embora muitos fatos exigissem manter de algum modo a correlação pressentida entre passividade e histeria, atividade e neurose obsessiva. Com o recuo das influências acidentais da experiência para o segundo plano, os fatores da constituição e da hereditariedade voltaram necessariamente a predominar, porém com a diferença de que em minha teoria, ao contrário da visão que prevalece em outras áreas, a “constituição sexual” tomou o lugar da disposição neuropática geral. Em meus recém-publicados *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade* (1905d, ver em [1]), tentei descrever as múltiplas variedades dessa constituição sexual, bem como a composição interna da pulsão sexual como um todo e sua derivação das diferentes fontes do organismo que contribuem para originá-la.

Ainda no contexto da concepção modificada dos “traumas sexuais infantis”, a teoria desenvolveu-se um pouco mais numa direção já anunciada nas publicações dos anos de 1894 a 1896. Já nessa época, e antes mesmo que se atribuísse à sexualidade seu devido lugar na etiologia, eu havia indicado, como condição da eficácia patogênica de uma experiência, que ela precisava parecer intolerável ao ego e provocar um esforço defensivo (Freud, 1894a). A essa defesa eu remetera a cisão psíquica (ou, como dizíamos na época, cisão da consciência) que ocorre na histeria. Sendo a defesa bem-sucedida, a vivência intolerável e suas conseqüências afetivas eram expulsas da consciência e da memória do ego; em certas circunstâncias, porém, o expelido desdobrava sua eficácia como algo agora inconsciente e retornava à consciência por meio dos sintomas e dos afetos presos a eles, de sorte que o adocimento correspondia a um fracasso da defesa. Essa concepção tinha o mérito de penetrar no jogo das forças psíquicas e, com isso, aproximar os processos anímicos da histeria dos processos normais, em vez de situar a característica da neurose num distúrbio enigmático e não susceptível de análise ulterior.

Novas informações então obtidas com pessoas que haviam permanecido normais proporcionaram a inesperada descoberta de que sua história sexual infantil não diferia necessariamente, em essência, da vida infantil dos neuróticos e, em especial, o papel da sedução era o mesmo em ambos os casos. Assim, as influências acidentais recuaram ainda mais em contraste com o “recalcamento” (como comecei a dizer em lugar de “defesa”). Não importavam, portanto, as excitações sexuais que um indivíduo tivesse experimentado em sua infância, mas antes, acima de tudo, sua reação a essas vivências - se respondera ou não a essas impressões com o “recalcamento”. Viu-se que, no curso do desenvolvimento, a

atividade sexual infantil era amiúde interrompida por um ato de recalçamento. Assim, o indivíduo neurótico sexualmente maduro geralmente trazia consigo, da infância, uma dose de “recalçamento sexual” que se exteriorizava ante as exigências da vida real, e as psicanálises de histéricos mostraram que seu adoecimento era conseqüência do conflito entre a libido e o recalçamento sexual, e que seus sintomas tinham o valor de compromissos entre as duas correntes anímicas.

Sem uma discussão minuciosa de minhas concepções do recalçamento eu não poderia esclarecer melhor essa parte da teoria. Basta remeter aqui a *meus Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade* (1905d), onde tentei lançar alguma luz, por parca que seja, nos processos somáticos em que se deve buscar a natureza da sexualidade. Ali expus o fato de que a disposição sexual constitucional da criança é incomparavelmente mais variada do que se poderia esperar, que merece ser chamada de “perversa polimorfa”, e que o chamado comportamento normal da função sexual brota dessa disposição mediante o recalçamento de certos componentes. Através da referência aos caracteres infantis da sexualidade pude estabelecer um vínculo simples entre a saúde, a perversão e a neurose. A *normalidade* mostrou ser fruto do recalçamento de certas pulsões parciais e certos componentes das disposições infantis, bem como da subordinação dos demais à primazia das zonas genitais a serviço da função reprodutora; as *perversões* correspondem a perturbações dessa síntese através do desenvolvimento preponderante e compulsivo de algumas das pulsões parciais, e a neurose remonta a um recalçamento excessivo das aspirações libidinais. Visto que quase todas as pulsões perversas da disposição infantil são comprováveis como forças formadoras de sintomas na neurose, embora se encontrem nela em estado de recalçamento, pude descrever a neurose como o “negativo” da perversão. (ver em [1])

Considero valioso enfatizar que, em minhas concepções sobre a etiologia das psiconeuroses, a despeito de todas as modificações, houve dois pontos de vista que nunca reneguei ou abandonei: a importância da *sexualidade* e do *infantilismo*. Afora isso, em lugar das influências acidentais coloquei fatores constitucionais, e a “defesa”, no sentido puramente psicológico, foi substituída pelo “recalçamento sexual” orgânico. Agora, se alguém perguntasse onde se há de encontrar uma prova mais concludente da suposta importância etiológica dos fatores sexuais nas psiconeuroses, já que se vê a irrupção dessas doenças em resposta às comoções mais banais e até mesmo a causas precipitantes somáticas, e já que foi preciso renunciar a uma etiologia específica sob a forma de vivências infantis particulares, eu nomearia a investigação psicanalítica dos neuróticos como a fonte de que brota minha convicção assim contestada. Quando nos servimos desse insubstituível método de investigação, inteiramo-nos de que *os sintomas representam a atividade sexual do*

doente (na totalidade ou em parte) oriunda das fontes das pulsões parciais normais ou perversas da sexualidade. (ver em [1] e [2]) Não só uma boa parte da sintomatologia histérica deriva diretamente das expressões do estado de excitação sexual, e não só uma série de zonas erógenas eleva-se, na neurose, ao sentido de órgãos genitais, graças ao reforço de propriedades infantis, como também os mais complexos sintomas revelam-se como representações “convertidas” de fantasias que têm por conteúdo uma situação sexual. Quem sabe interpretar a linguagem da histeria pode perceber que a neurose só diz respeito à sexualidade recalcada do doente. Para isso, basta compreender a função sexual em sua devida extensão, circunscrita pela disposição infantil. Nos casos em que se precisa incluir uma emoção banal na causação do adoecimento, a análise mostra regularmente que o efeito patogênico foi produzido pelos infalíveis componentes sexuais da vivência traumática.

Passamos inadvertidamente da questão da causação das psiconeuroses para o problema de sua natureza essencial. Havendo uma disposição de levar em conta o que foi aprendido através da psicanálise, só se pode dizer que a essência dessas doenças reside em perturbações dos processos sexuais, ou seja, os processos que determinam no organismo a formação e a utilização da libido sexual. É muito difícil deixar de imaginar esses processos como sendo, em última análise, de natureza química, de modo que nas chamadas neuroses atuais devemos reconhecer os efeitos somáticos das perturbações do metabolismo sexual, e nas psiconeuroses, além deles, os efeitos psíquicos dessas perturbações. A semelhança das neuroses com os fenômenos de intoxicação por certos alcalóides e os fenômenos de abstinência deles, e também com a doença de Basedow e a de Addison, impõe-se de imediato clinicamente; e assim como estas duas últimas doenças já não podem ser descritas como “doenças nervosas”, também as “neuroses” propriamente ditas, apesar de sua denominação, logo terão de ser excluídas dessa classe.

Por conseguinte, pertence à etiologia das neuroses tudo o que pode atuar prejudicialmente sobre os processos que servem à função sexual. Assim, vêm em primeiro lugar os males que afetam a própria função sexual, na medida em que estes, variando conforme a cultura e a educação, são considerados nocivos à constituição sexual. Em segundo lugar vem toda sorte de outros males e traumas que, através do prejuízo generalizado do organismo, podem prejudicar secundariamente seus processos sexuais. Mas não se deve esquecer que o problema etiológico é pelo menos tão complicado nas neuroses quanto o é a causação em qualquer outra doença. Quase nunca basta uma única influência patogênica; na grande maioria dos casos exige-se uma multiplicidade de fatores etiológicos que apóiam uns aos outros e que, portanto, não devem ser colocados em oposição. Também por isso, o estado neurótico não pode ser nitidamente distinguido da saúde. O adoecimento é resultado de uma soma, e esse total de determinantes etiológicos pode ser completado por qualquer lado. Buscar a etiologia das neuroses exclusivamente na hereditariedade ou na constituição seria tão unilateral quanto pretender atribuir essa etiologia unicamente às influências acidentais que atuam sobre a sexualidade durante a vida, quando o discernimento mostra que a essência dessas situações de adoecimento reside apenas numa perturbação dos processos sexuais no

organismo.

Viena, junho de 1905.

NOTA DO EDITOR INGLÊS

MEINE ANSICHTEN ÜBER DIE ROLLE DER SEXUALITÄT IN DER ÄTIOLOGIE DER NEUROSEN

(a) EDIÇÕES EM ALEMÃO:

(1905 Junho. Data do manuscrito.)

1906 Em E. Loewenfeld, *Sexualleben und Nervenleiden*, 4^a ed. (1914, 5^a ed., pp. 313-322), Wiesbaden: Bergmann.

1906 *S.K.S.N.*, I, pp. 225-234. (1911, 2^a ed., pp. 220-229; 1920, 3^a ed.; 1922, 4^a ed.).

1924 *G.S.*, 5, pp. 123- 133.

1942 *G.W.*, 5, pp. 149-159.

(b) TRADUÇÕES EM INGLÊS:

“My Views on the Rôle of Sexuality in the Etiology of the Neuroses”

1909 *S.P.H.*, pp. 186-193. (Trad. de A.A. Brill.) (1912, 2ª ed.; 1920, 3ª ed.)

“My Views on the Part Played by Sexuality in the Aetiology of the Neuroses”

1924 *C.P.* 1, pp. 272-283. (Trad. de J. Bernays.)

A presente tradução [inglesa] é nova, da autoria de James Strachey.

As edições anteriores do livro de Loewenfeld haviam incluído discussões sobre as teses de Freud; para a quarta edição, porém, Loewenfeld convenceu Freud a redigir esse artigo. Freud concordou em revisá-lo para a quinta edição, mas, na verdade, fez apenas uma única alteração trivial.

O traço mais notável desse artigo é que ele contém a primeira revogação cabal da crença de Freud na etiologia traumática da histeria, bem como sua primeira insistência na importância das fantasias (opiniões que ele comunicara a Fliess em particular muitos anos antes). Ver a partir de [1] e em [2].

TRATAMENTO PSÍQUICO (OU ANÍMICO) (1905)

“Psyche” é uma palavra grega e se concebe, na tradução alemã, como *alma*. Tratamento

psíquico significa, portanto, *tratamento anímico*. Assim, poder-se-ia pensar que o significado subjacente é: tratamento dos fenômenos patológicos da vida anímica. Mas não é este o sentido dessas palavras. “Tratamento psíquico” quer dizer, antes, tratamento que parte da alma, tratamento - seja de perturbações anímicas ou físicas - por meios que atuam, em primeiro lugar e de maneira direta, sobre o que é anímico no ser humano.

Um desses meios e sobretudo a palavra, e as palavras são também a ferramenta essencial do tratamento anímico. O leigo por certo achará difícil compreender que as perturbações patológicas do corpo e da alma possam ser eliminadas através de “meras” palavras. Achará que lhe estão pedindo para acreditar em bruxarias. E não estará tão errado assim: as palavras de nossa fala cotidiana não passam de magia mais atenuada. Mas será preciso tomarmos um caminho indireto para tornar compreensível o modo como a ciência é empregada para restituir às palavras pelo menos parte de seu antigo poder mágico.

Só em época recente, além disso, os médicos de formação científica aprenderam a apreciar o valor do tratamento anímico. Isso se esclarece facilmente ao pensarmos no curso de desenvolvimento da medicina neste último meio século. Após um período bastante infrutífero de dependência da chamada filosofia da natureza, a medicina, sob a influência propícia das ciências naturais, fez seus maiores progressos, tanto na qualidade de ciência como na de arte: desvendou a composição do organismo a partir de unidades microscopicamente pequenas (as células), aprendeu a compreender física e quimicamente cada um dos processos (funções) vitais, distinguiu as modificações visáveis e palpáveis das partes do corpo em consequência dos diferentes processos patológicos, e descobriu, por outro lado, os indícios pelos quais se revelam os processos patológicos entranhados a fundo no organismo vivo; desvendou ainda um grande número dos micróbios patogênicos e, com a ajuda dos conhecimentos recém-adquiridos, reduziu extraordinariamente os perigos das intervenções cirúrgicas mais graves. Todos esses progressos e descobertas diziam respeito ao aspecto físico do ser humano, e assim, em consequência de uma linha de raciocínio incorreta, mas facilmente compreensível, os médicos passaram a restringir seu interesse ao corporal e de bom grado deixaram aos filósofos, a quem menosprezavam, a tarefa de se ocuparem do anímico.

É verdade que a medicina moderna tinha motivos suficientes para estudar o incontestável vínculo existente entre o físico e o anímico, mas nunca deixou de representar o anímico como determinado pelo físico e dependente deste. Assim, enfatizou-se que o funcionamento intelectual estaria ligado à existência de um cérebro normalmente desenvolvido e suficientemente nutrido, e que qualquer adoecimento desse órgão faria com que se incorresse em perturbações; que a introdução de substâncias tóxicas na circulação poderia produzir certos estados de doença mental, ou, em pequena escala, que os sonhos do sujeito adormecido seriam modificáveis conforme os estímulos que se fizesse atuar sobre ele para fins experimentais.

A relação entre o físico e o anímico (tanto nos animais quanto no ser humano) é recíproca, mas o outro lado dessa relação, o efeito do anímico no corpo, encontrou pouca aceitação aos olhos dos médicos em épocas anteriores. Eles pareciam temerosos de conceder uma certa autonomia à vida anímica, como se com isso fossem abandonar o terreno da cientificidade.

Essa orientação unilateral da medicina para o aspecto físico passou, na última década e meia, por uma modificação gradual diretamente oriunda da prática médica. Ocorre que há um grande número de doentes de maior ou menor gravidade que, por seus distúrbios e queixas, fazem grandes exigências à habilidade do médico, mas em quem não se encontram sinais visíveis e palpáveis do processo patológico, seja durante a vida ou depois da morte, apesar de todos os progressos dos métodos de investigação da medicina científica. Um grupo desses doentes destaca-se pela abundância e pela variedade multiforme do quadro patológico; não podem fazer nenhum trabalho intelectual, em consequência de dores de cabeça ou insuficiência da atenção, seus olhos doem durante a leitura, suas pernas se cansam ao andar, ficando pesadas, doloridas ou dormentes, sua digestão é perturbada por sensações dolorosas, eructações ou espasmos gástricos, a defecação não se dá sem a ajuda de laxativos, o sono é abolido etc. Eles podem ter todos esses males simultaneamente ou em sucessão, ou sofrer apenas de uma seleção deles; na totalidade dos casos, trata-se obviamente da mesma doença. Apesar disso, os sinais da doença são amiúde mais variáveis, revezando-se entre si e substituindo uns aos outros; um mesmo doente, até então incapaz de trabalhar por causa das dores de cabeça, mas com uma digestão bastante boa, pode no dia seguinte desfrutar de uma cabeça desembaraçada, mas a partir daí suportar mal a maioria dos alimentos. Da mesma forma, seus padecimentos o abandonam subitamente ao sobrevir uma modificação em suas condições de vida; numa viagem, pode sentir-se perfeitamente bem e saborear sem prejuízo a mais diversificada dieta, mas, de volta a casa, talvez tenha de restringir-se novamente à coalhada. Em alguns desses doentes, a perturbação - seja ela uma dor ou uma fraqueza nos moldes de uma paralisia - pode até trocar repentinamente de lado no corpo, passando da direita para a área correspondente no lado esquerdo. Em todos, porém, é possível observar que os sinais de padecimento estão muito claramente sob a influência das excitações, comoções, preocupações etc., e também que desaparecem, podendo dar lugar a uma saúde plena, sem deixar nenhum vestígio, nem mesmo após uma longa permanência.

A investigação médica finalmente mostrou que essas pessoas não devem ser consideradas nem tratadas como doentes gástricos, doentes dos olhos ou similares, mas que, nelas, trata-se de uma doença do sistema nervoso como um todo. Até aqui, entretanto, a investigação do cérebro e dos nervos desses doentes não permitiu encontrar nenhuma modificação palpável, e alguns dos aspectos do quadro patológico chegam até a proibir a expectativa de que um dia se possa apontar, com meios de investigação mais apurados, modificações de tal ordem que sejam capazes de esclarecer a doença. Tem-se conferido a esse estado o nome de nervosismo (neurastenia, histeria), qualificando-o como uma doença meramente “funcional” do sistema nervoso. Aliás, também em muitas doenças nervosas mais duradouras, e naquelas

que produzem apenas sinais patológicos anímicos (as chamadas idéias obsessivas, idéias delirantes, demência), o exame pormenorizado do cérebro (após a morte do doente) não trouxe nenhum resultado.

Coube assim aos médicos investigar a natureza e a origem das manifestações patológicas desses doentes nervosos ou neuróticos. Nesse processo, fez-se então a descoberta de que, pelo menos numa parcela desses enfermos, os sinais da doença não provinham de outra coisa senão uma *influência modificada da vida anímica sobre seu corpo*, devendo-se portanto buscar no anímico a causa imediata da perturbação. Quais são as causas remotas de cada distúrbio pelo qual o anímico é afetado (o que, por sua vez, tem uma atuação perturbadora sobre o físico) constitui uma outra questão, que bem podemos deixar de considerar aqui. Mas a ciência médica encontrou nisso a oportunidade de voltar plenamente sua atenção para o lado até então negligenciado da relação recíproca entre o corpo e a alma.

Só depois de estudar o patológico é que se compreende a normalidade. Muito do que sempre se soube acerca da influência do anímico sobre o corpo só então se desloca para sua perspectiva correta. O exemplo mais corriqueiro de atuação anímica sobre o corpo, observado regularmente e em todas as pessoas, é fornecido pela chamada “*expressão das emoções*”. Quase todos os estados anímicos de um homem exteriorizam-se nas tensões e relaxamentos de seus músculos faciais, na focalização de seus olhos, no afluxo de sangue para sua pele, no emprego [variável] de seu aparelho vocal e na postura de seus membros, sobretudo as mãos. Essas modificações físicas concomitantes em geral não trazem nenhum benefício à pessoa em questão, mas, ao contrário, são amiúde obstáculos a suas intenções, quando ela quer ocultar dos outros seus processos anímicos; para esses outros, no entanto, servem como sinais fidedignos pelos quais é possível inferir os processos anímicos, e nos quais se deposita maior confiança do que em qualquer das expressões intencionais feitas simultaneamente em palavras. Quando se tem possibilidade de submeter alguém a um exame mais rigoroso durante uma dada atividade anímica, outras conseqüências físicas dessa atividade são encontradas nas modificações de seu funcionamento cardíaco, nas alterações da distribuição de sangue em seu corpo, e coisas similares.

Em certos estados anímicos chamados de “*afetos*”, a participação do corpo é tão evidente e intensa que alguns estudiosos da alma chegaram até a pensar que a essência do afeto consistiria apenas nessas suas exteriorizações físicas. São genericamente conhecidas as extraordinárias mudanças na expressão facial, na circulação sangüínea, nas secreções e nos estados de excitação da musculatura voluntária sob a influência, por exemplo, do medo, da cólera, da dor psíquica e do deleite sexual. Menos conhecidos, embora estabelecidos com plena certeza, são outros efeitos físicos dos afetos que já não são próprios da expressão deles. Os estados afetivos persistentes de natureza penosa, ou, como se costuma dizer, “*depressiva*”, tais como desgosto, a preocupação e a tristeza, abatem a nutrição do corpo como um todo, causam o embranquecimento dos cabelos, fazem a gordura desaparecer e provocam alterações patológicas nas paredes dos vasos sangüíneos. Inversamente, sob a

influência de excitações mais alegres, da “felicidade”, vê-se o corpo inteiro desabrochar e a pessoa recuperar muitos sinais de juventude. Evidentemente, os grandes afetos têm muito a ver com a capacidade de resistência às doenças infecciosas; um bom exemplo disso é a observação médica de que a propensão a contrair tifo e disenteria é muito mais significativa nos membros de um exército derrotado do que na situação de vitória. Ademais, os afetos - embora quase que exclusivamente os depressivos - muitas vezes bastam por si mesmos para ocasionar doenças, tanto no tocante aos males do sistema nervoso com alterações anatômicas demonstráveis quanto no que concerne às doenças de outros órgãos, situação na qual temos de supor que a pessoa em causa já tinha uma predisposição para tal doença, até ali inoperante.

Os estados patológicos já formados podem ser sumamente influenciados pelos afetos tempestuosos, quase sempre no sentido de um agravamento, mas tampouco faltam exemplos em que um grande choque ou um desgosto súbito, mediante uma alteração peculiar no tono do organismo, tem uma influência salutar sobre um estado patológico bem consolidado ou chega mesmo a aboli-lo. Por fim, não há dúvida alguma de que a duração da vida pode ser consideravelmente abreviada pelos afetos depressivos, do mesmo modo que um choque mais violento, uma “*injúria*” contundente ou uma humilhação podem dar um fim repentino à vida; o curioso é que, vez por outra, este último efeito é também observado como consequência de uma grande e inesperada alegria.

Os afetos, num sentido mais estrito, distinguem-se por um vínculo muito especial com os processos físicos, mas, a rigor, todos os estados anímicos, inclusive aqueles que estamos acostumados a considerar como “processos de pensamento” são “*afetivos*” numa certa medida, e nenhum deles carece de manifestações físicas e da capacidade de modificar os processos corporais. Mesmo enquanto se está tranqüilamente pensando por meio de “representações”, correspondem ao conteúdo dessas representações várias excitações constantes, desviadas para os músculos lisos e estriados; estas, mediante o reforço apropriado, podem tornar-se claras e fornecer a elucidação de muitos fenômenos estranhos e até supostamente “sobrenaturais”. Assim, por exemplo, a chamada “*advinhação do pensamento*” [*Gedanken erraten*] se esclarece por pequeninos movimentos musculares involuntários executados pelo “*médium*” quando se faz uma experiência com ele - algo como um deixar-se guiar por ele para encontrar um objeto escondido. O fenômeno inteiro merece, antes, o nome de *traição do pensamento* [*Gedanken verraten*].

Os processos de volição e atenção também são capazes de influenciar profundamente os processos físicos e de desempenhar, nas doenças somáticas, um grande papel fomentador ou inibidor. Um grande médico inglês relatou que consegue provocar, em qualquer parte do corpo para a qual queira dirigir sua atenção, uma multiplicidade de sensações e dores, e a maioria dos seres humanos parece comportar-se de maneira parecida. Ao formar um juízo sobre as dores, que se costuma considerar como fenômenos físicos, em geral cabe levar em conta sua claríssima dependência das condições anímicas. Os leigos, que de bom grado

reúnem tais influências anímicas sob o nome de ``imaginação'', costumam ter pouco respeito pelas dores decorrentes da imaginação, em contraste com as que são causadas por lesões, doenças ou inflamações. Mas isso é evidentemente injusto: qualquer que seja sua causa, inclusive a imaginação, as dores em si nem por isso são menos reais ou menos violentas.

Assim como as dores são produzidas ou intensificadas em se voltando a atenção para elas, também desaparecem pelo desvio da atenção. Essa experiência pode ser utilizada com todas as crianças para acalmá-las; os soldados adultos não sentem a dor da ferida no entusiasmo febril da batalha; é muito provável que os mártires, no ardor desmedido de seu sentimento religioso e voltando todos os seus pensamentos para as recompensas com que lhes acena o paraíso, fiquem perfeitamente insensíveis às dores de sua tortura. É menos fácil comprovar através de exemplos a influência da *volição* nos processos patológicos do corpo, mas é muito possível que a determinação de curar-se ou a vontade de morrer não sejam desprovidas de importância nem mesmo para o desfecho dos casos mais graves e mais duvidosos de doença.

Tem extremo direito a nosso interesse o estado anímico da *expectativa*, por meio do qual pode ser mobilizada uma série de forças anímicas de suma eficácia para a instauração e a cura das doenças físicas. A expectativa *angustiada* por certo não deixa de influenciar o resultado; seria importante saber com certeza se ela contribui tanto para o adoecimento quanto se acredita, se é verdade, por exemplo, que em meio a uma epidemia correm maior perigo aqueles que têm medo de adoecer. O estado inverso - a *expectativa confiante* e esperançosa - é uma força atuante com que temos de contar, a rigor, em todas as nossas tentativas de tratamento e cura. De outro modo, não poderíamos explicar a peculiaridade dos efeitos observados dos medicamentos e intervenções terapêuticas. Dentre os mais palpáveis está a influência da *expectativa confiante* nas chamadas curas miraculosas, ainda hoje efetuadas diante de nossos olhos sem a colaboração de nenhuma habilidade médica. As curas milagrosas típicas realizam-se nos crentes sob a influência de cerimônias próprias para intensificar os sentimentos religiosos, ou seja, em lugares onde se adora uma imagem milagrosa, ou onde uma figura santa ou divina revelou-se aos homens e lhes prometeu alívio como recompensa por sua adoração, ou onde as relíquias de um santo são preservadas como um tesouro. Não parece fácil à fé religiosa, por si só, suprimir a doença pelo caminho da expectativa, pois, em geral, há ainda o concurso de outras coisas nas curas milagrosas. As ocasiões em que se busca a clemência divina têm de ser indicadas por condições especiais; o esforço físico que o doente se impõe, as dores e sacrifícios da peregrinação devem torná-lo digno dessa regra especial.

Seria conveniente, mas muito equivocado, simplesmente recusar crédito a essas curas milagrosas e pretender explicar os relatos feitos sobre elas através de uma combinação de engodo devoto e observação inexata. Por mais que essa tentativa de explicação possa

amiúde justificar-se, ainda assim não tem o poder de descartar por completo o fato das curas miraculosas. Elas realmente ocorrem, deram-se em todas as épocas e dizem respeito não só às doenças de origem anímica, ou seja, àquelas que se fundamentam na “imaginação” e podem justamente ser afetadas de maneira especial pelas circunstâncias da romaria, mas também aos estados patológicos fundamentados no “orgânico” e até então resistentes a todos os esforços médicos.

Mas não há nenhuma necessidade de recorrer a outra coisa senão os poderes anímicos para esclarecer as curas milagrosas. Nem mesmo nessas condições manifestam-se efeitos que possamos considerar inconcebíveis para nossa cognição. Tudo se passa naturalmente; de fato, o poder da fé religiosa recebe aí um reforço de muitas forças pulsionais tipicamente humanas. A crença religiosa de cada um é intensificada pelo entusiasmo da multidão em meio à qual ele costuma aproximar-se do local sagrado. Todas as moções anímicas de cada ser humano podem ser imensamente ampliadas por esse efeito das massas. Quando alguém vai sozinho em busca da cura no lugar miraculoso, são a fama e o prestígio do lugar que substituem a influência da multidão, e portanto, mais uma vez, é apenas o poder da multidão que exerce seu efeito. Essa influência também se faz sentir de mais outra maneira. Sabe-se que a misericórdia divina mostra-se apenas a alguns dentre os muitos que a ela recorrem, e cada qual gostaria de estar entre os distinguidos e eleitos; a ambição que dormita em cada um vem em socorro da fé religiosa. Quando tantas forças poderosas colaboram, não nos deve surpreender que, vez por outra, a meta seja realmente alcançada.

Tampouco os que não têm crença religiosa precisam renunciar às curas milagrosas. Para eles, o prestígio e o efeito das massas substituem completamente a crença religiosa. Há em todas as épocas tratamentos da moda e médicos da moda, que exercem um domínio especial na alta sociedade, onde as forças pulsionais anímicas mais poderosas são representadas pelo esforço de exceder uns aos outros e imitar os mais aristocráticos. Tais tratamentos da moda ostentam efeitos terapêuticos que estão fora de seu alcance, e um mesmo procedimento rende muito mais nas mãos de um médico da moda, que talvez se tenha tornado conhecido por assistir alguma personalidade de destaque, do que pode render nas de outro médico. Assim, tanto há milagres humanos quanto divinos, só que os homens que se servem desses favores da moda e da imitação para galgar uma posição de prestígio perdem-na rapidamente, como e da natureza das forças que atuaram para consegui-la.

A compreensível insatisfação com a ajuda amiúde insuficiente da arte medicinal, e talvez também a rebeldia interna contra o rigor do pensamento científico, que reflete para os homens a inexorabilidade da natureza, criaram em todas as épocas, e novamente em nossos dias, uma curiosa condição para o poder curativo das pessoas e dos procedimentos. A expectativa confiante só se produz quando aquele que presta assistência não é médico e pode vangloriar-se de não entender nada da fundamentação científica da terapêutica, e quando o procedimento não foi comprovado por um teste rigoroso, mas é recomendado por alguma preferência popular. Daí a profusão de terapias naturais e terapeutas naturais que ainda hoje

fazem concorrência aos médicos no exercício de sua profissão, e dos quais podemos ao menos dizer, com alguma certeza, que com muito mais freqüência trazem prejuízos do que benefícios aos que buscam a cura. Se temos nisso uma base para censurar a expectativa confiante dos doentes, ainda assim não devemos ser tão ingratos a ponto de esquecer que essa mesma força apóia continuamente nossos próprios esforços médicos. É provável que o efeito de cada procedimento prescrito pelo médico, de cada intervenção feita por ele, componha-se de duas partes. E uma delas, ora maior, ora menor, mas que nunca deve ser de todo desprezada, é fornecida pela conduta anímica do doente. A expectativa confiante com que ele vai ao encontro da influência direta de uma providência médica depende, de um lado, da extensão de sua própria ânsia de cura, e, de outro, de sua confiança em ter dado o passo certo para isso, ou seja, de seu respeito pela arte médica em geral; depende ainda do poder que ele atribui à pessoa do médico, e até mesmo da simpatia puramente humana que este desperta nele. Há médicos cuja capacidade de conquistar a confiança dos doentes tem um grau mais elevado que em outros; nesses casos, é freqüente o enfermo já sentir um alívio ao ver o médico entrar em seu quarto.

Os médicos têm praticado o tratamento anímico desde sempre, ainda mais abundantemente em épocas remotas do que hoje em dia. Quando entendemos por tratamento psíquico o esforço de provocar no doente os estados e condições anímicos mais propícios para a cura, vemos que esse tipo de tratamento médico é, historicamente, o mais antigo. Os povos da antigüidade mal dispunham de outra coisa senão o tratamento psíquico; e nunca deixavam de apoiar o efeito das poções curativas e das medidas terapêuticas mediante um tratamento anímico insistente. Os conhecidos usos de fórmulas mágicas, banhos purificadores e invocação de sonhos oraculares dormindo no salão do templo, entre outros, só podem ter-se tornado curativos por via psíquica. A própria personalidade do médico adquiria prestígio por derivar diretamente do poder divino, já que, em seus primórdios, a arte curativa estava nas mãos dos sacerdotes. Assim, tanto naquela época quanto hoje, a pessoa do médico era uma das condições principais para promover no doente o estado psíquico propício a cura.

Agora começamos também a compreender a “magia” das palavras. É que as palavras são o mediador mais importante da influência que um homem pretende exercer sobre o outro; as palavras são um bom meio de provocar modificações anímicas naquele a quem são dirigidas, e por isso já não soa enigmático afirmar que a magia das palavras pode eliminar os sintomas patológicos, sobretudo aqueles que se baseiam justamente nos estados psíquicos.

Todas as influências anímicas que se revelaram eficazes na eliminação das doenças têm algo de incerto. Os afetos, a concentração da vontade, o desvio da atenção, a expectativa confiante, todas essas forças, que ocasionalmente eliminam a doença, deixam de fazê-lo em outros casos sem que se possa responsabilizar a natureza da doença pelo resultado diferente. Evidentemente, é o caráter autocrático das personalidades psiquicamente tão diversas que estorva a regularidade dos resultados terapêuticos. Desde que os médicos reconheceram

com clareza a importância do estado anímico para a cura, ocorreu-lhes, naturalmente, fazer uma tentativa de não mais deixar a critério do enfermo o tanto de boa vontade psíquica que nele se produziria, mas forçar energicamente o estado anímico propício por meios adequados. Foi nesse esforço que teve origem o moderno *tratamento anímico*.

Assim se produziu toda uma quantidade de modos de tratamento, alguns bastante evidentes, outros somente acessíveis à compreensão depois de hipóteses complexas. É evidente, por exemplo, que o médico, já não podendo hoje inspirar admiração como sacerdote ou como possuidor de um saber secreto, há de usar sua personalidade de modo a poder ganhar a confiança e uma parcela da simpatia de seu paciente. Já atenderá a uma distribuição conveniente que ele consiga esse resultado apenas com um número restrito de enfermos, enquanto outros, por seu grau de formação e suas inclinações, serão atraídos para a pessoa de outros médicos. *Entretanto, com a abolição da livre escolha do médico, aniquila-se uma importante precondição para influenciar o doente em termos anímicos.*

Há toda uma série de meios psíquicos muito eficazes de que o médico deve privar-se. Ou não tem o poder, ou não pode arrogar-se o direito de invocá-los. Isso se aplica sobretudo à provocação dos afetos mais intensos e, portanto, aos meios mais importantes pelos quais o anímico atua sobre o físico. O destino muitas vezes cura as doenças através das grandes emoções de alegria, da satisfação das necessidades e da realização dos desejos, com os quais o médico, amiúde impotente fora de sua arte, não pode rivalizar. Estaria antes em seu poder provocar medo e terror para fins curativos, mas, exceto no caso de crianças, ele deve ponderar muito sobre o recurso a essas medidas perigosas. Por outro lado, o médico deve romper todas as relações com os doentes que estejam ligadas a sentimentos de ternura, por causa da significação vital desses estados anímicos. E assim, seu poder de promover modificações anímicas em seus doentes parece tão reduzido desde o início que o tratamento anímico deliberadamente intensificado não prometeria nenhuma vantagem sobre o método anterior.

O médico pode tentar dirigir algo da função volitiva e da atenção do doente, e em diversos estados patológicos tem bons motivos para isso. Quando obriga persistentemente alguém que se crê paralítico a fazer os movimentos que supostamente lhe são impossíveis, ou ao recusar um exame a um paciente nervoso que insiste em ser examinado por uma doença que certamente não existe, o médico estará seguindo o rumo de tratamento correto, mas esses casos isolados dificilmente justificariam situarmos o tratamento anímico como um procedimento terapêutico especial. Em contrapartida, existe um caminho singular e imprevisto que oferece ao médico a possibilidade de exercer uma influência profunda, se bem que transitória, sobre a vida anímica de seus pacientes, e de utilizá-la para fins terapêuticos.

Sabe-se há muito tempo, embora somente nas últimas décadas isso tenha-se elevado acima

de qualquer dúvida, que é possível, mediante certas ações suaves, transportar as pessoas para um estado anímico totalmente peculiar, que tem muita semelhança com o sono e por isso é chamado de *hipnose*. À primeira vista, os procedimentos para produzir a hipnose não têm muita coisa em comum. Pode-se hipnotizar alguém fazendo-o olhar fixamente para um objeto brilhante por alguns minutos, ou segurando um relógio pelo mesmo espaço de tempo junto ao ouvido do sujeito experimental, ou ainda passando repetidamente as mãos espalmadas, a uma pequena distância, sobre seu rosto e membros. Mas também se pode chegar a esse mesmo resultado avisando a pessoa a quem se pretende hipnotizar, com tranqüila segurança, sobre a chegada do estado hipnótico e suas particularidades, ou seja, “fazendo-a crer” na hipnose. Também é possível vincular esses dois procedimentos. Deixa-se a pessoa sentar, ergue-se um dedo diante de seus olhos, ordenando-lhe que o encare fixamente, e então diz-se a ela: “Você está-se sentindo cansada. Seus olhos já estão fechando, você não consegue mantê-los abertos. Seus membros estão pesados, você já não consegue movimentá-los. Está adormecendo...” etc. Observe-se ainda que todos esses procedimentos têm em comum a fixidez da atenção; nos primeiros a ser mencionados, trata-se de fatigar a atenção mediante estímulos sensoriais fracos e uniformes. Ainda não está satisfatoriamente esclarecido o modo como a mera conversa provoca exatamente o mesmo estado que os demais procedimentos. Os hipnotizadores habilidosos afirmam que a partir desses meios consegue-se uma clara modificação hipnótica em cerca de oitenta por cento dos sujeitos experimentais. Mas não há nenhum indício pelo qual se possa saber de antemão quais as pessoas hipnotizáveis e quais as que não o são. O estado patológico de modo algum faz parte das precondições da hipnose: as pessoas normais costumam deixar-se hipnotizar com especial facilidade, enquanto os neuróticos são muito mais difíceis de hipnotizar e os doentes mentais são completamente rebeldes. O estado hipnótico tem muitas gradações diferentes; no grau mais leve, o hipnotizado sente apenas algo como uma ligeira insensibilidade, enquanto o grau mais elevado e marcado por curiosidades especiais é chamado de *sonambulismo*, por sua semelhança com o fenômeno natural observável de andar durante o sono. Mas a hipnose de modo algum é como nosso sono noturno ou como o sono provocado por soporíferos. Nela ocorrem mudanças e se conservam funções anímicas que faltam ao sono normal.

Muitos dos fenômenos da hipnose, como as alterações da atividade muscular, têm apenas um interesse científico. Mas a marca mais significativa da hipnose, e para nós a mais importante, reside na atitude do hipnotizado perante seu hipnotizador. Enquanto o hipnotizado comporta-se perante o mundo externo como se estivesse adormecido, com todos os seus sentidos desviados dele, está *desperto* para a pessoa que o hipnotizou: vê e ouve apenas a ela, compreende-a e lhe dá respostas. Esse fenômeno, chamado de *rapport* na hipnose, encontra um paralelo na maneira como algumas pessoas dormem - por exemplo, a mãe que está amamentando um filho. Trata-se de algo tão curioso que há de facilitar nosso entendimento da relação entre o hipnotizado e o hipnotizador.

Mas o fato de o mundo do hipnotizado estar como que restrito ao hipnotizador não é tudo. Ocorre ainda que o primeiro torna-se completamente dócil perante o segundo, ficando *obediente e crédulo*, e de um modo quase ilimitado na hipnose profunda. Na maneira como se dão essa obediência e essa credulidade mostra-se então, como característica do estado de hipnose, que a influência da vida anímica sobre o físico aumenta extraordinariamente no hipnotizado. Se o hipnotizador diz “Você não pode movimentar seu braço”, o braço cai inerte; é óbvio que o hipnotizado se empenha com todas as suas forças, mas não consegue movê-lo. Se o hipnotizador diz “Seu braço está se mexendo sozinho, e você não consegue detê-lo”, lá está o braço a se movimentar, e vemos o hipnotizado fazer esforços inúteis para mantê-lo quieto. A representação que o hipnotizador forneceu ao hipnotizado através da palavra provocou nele precisamente a relação anímico-física correspondente ao conteúdo da representação. Existe nisso, de um lado, a obediência, mas de outro há um aumento da influência física de uma idéia. A palavra, nesse caso, volta realmente a tornar-se magia.

O mesmo se dá no campo das percepções sensoriais. Diz o hipnotizador: “Você está vendo uma cobra, está cheirando uma rosa, está ouvindo a mais linda música”, e o hipnotizado vê, cheira e ouve o que dele exige a representação que lhe é fornecida. E como sabemos que ele realmente tem essas percepções? Poder-se-ia pensar que está apenas fingindo, mas não há razão alguma para duvidar disso, já que ele se comporta exatamente como se de fato as tivesse: expressa os afetos pertinentes a elas e pode também, em algumas circunstâncias, descrever depois da hipnose suas percepções e vivências imaginárias. Percebe-se então que ele viu e ouviu tal como vemos e ouvimos nos sonhos, ou seja, que *alucinou*. Obviamente, é tão crédulo perante o hipnotizador que está *convencido* de que devia haver uma cobra a ser vista quando o hipnotizador lhe anunciou isso; e essa convicção teve um efeito tão intenso no corpo que ele realmente viu a cobra, coisa que, aliás, pode acontecer também com pessoas que não estão hipnotizadas.

Observe-se, de passagem, que uma credulidade como a que é demonstrada pelo hipnotizado perante o hipnotizador, fora da hipnose e na vida real, só é *encontrada nos filhos perante os pais amados*, e que uma adaptação semelhante da própria vida anímica à de outra pessoa, com uma submissão análoga, encontra um paralelo único, mas integral, em algumas *relações amorosas* plenas de dedicação. A combinação da estima exclusiva com a obediência crédula costuma estar entre as marcas distintivas do amor.

Há ainda alguns pontos a relatar sobre o estado hipnótico. A fala do hipnotizador, que exhibe os efeitos mágicos anteriormente descritos, é chamada de *sugestão*, e acostumamo-nos a empregar esse termo também quando há, em princípio, meramente a intenção de provocar um efeito semelhante. Tal como o movimento e a sensação, todas as outras atividades anímicas do hipnotizado obedecem a essa sugestão, ao passo que ele não costuma tomar nenhuma iniciativa espontaneamente. Pode-se explorar a obediência hipnótica para fazer

uma série de experimentos sumamente curiosos, que proporcionam um profundo conhecimento do mecanismo anímico e produzem no observador uma convicção inextirpável do insuspeitado poder do anímico sobre o físico. Tal como o hipnotizado pode ser forçado a ver o que não está ali, pode também ser proibido de ver algo que está presente e que pretende impor-se a seus sentidos, como, por exemplo, determinada pessoa (a chamada “alucinação negativa”); essa pessoa descobre então ser impossível fazer-se notar pelo hipnotizado através de qualquer tipo de estimulação; é tratada por ele “como se fosse feita de vento”. Pode-se sugerir ao hipnotizado que pratique certa ação determinado tempo depois de despertar da hipnose (a “sugestão pós-hipnótica”), e ele observa esse prazo e executa a ação sugerida em seu estado desperto, sem que possa fornecer nenhuma razão para ela. Indagado sobre por que fez o que fez, ou se referirá a um impulso obscuro a que não pôde resistir, ou inventará algum pretexto óbvio e precário, sem se lembrar da verdadeira razão - a sugestão que lhe foi feita.

O despertar da hipnose decorre sem esforço da intervenção imperiosa do hipnotizador: “Acorde!” Depois da hipnose mais profunda, não há lembrança de nada do que nela foi vivenciado sob a influência do hipnotizador. Esse trecho da vida anímica [do sujeito] fica como que isolado do restante. Outros hipnotizados guardam uma lembrança de caráter onírico, e outros ainda lembram-se de tudo, mas relatam ter estado sob uma compulsão psíquica à qual não puderam opor nenhuma resistência.

É impossível exagerar o ganho científico trazido aos médicos e psicólogos pela familiarização com os fatos do hipnotismo. Entretanto, para avaliar a importância prática desses novos conhecimentos, é preciso colocar o médico no lugar do hipnotizador e o doente no lugar do hipnotizado. Acaso a hipnose não parece apta a satisfazer todas as necessidades do médico, na medida em que ele pretende proceder perante o doente como “médico da alma”? A hipnose dota o médico de uma autoridade da qual os sacerdotes ou os milagreiros provavelmente nunca foram possuidores, pois concentra todos os interesses anímicos do hipnotizado na pessoa do médico; abole no doente a arbitrariedade da vida anímica, na qual identificamos um entrave obstinado à exteriorização da influência anímica no corpo; em princípio, produz um aumento do domínio do anímico sobre o físico, aumento esse que só se costuma observar sob o efeito dos mais intensos afetos; e ainda, graças à possibilidade de que as instruções dadas ao doente durante a hipnose só se manifestem posteriormente, no estado normal (sugestão pós-hipnótica), ela coloca nas mãos do médico o meio de utilizar o grande poder de que desfruta durante a hipnose para promover alterações no doente quando desperto. Surgiria assim um padrão simples para o tipo de cura mediante tratamento anímico: o médico poria o doente em estado hipnótico, far-lhe-ia a sugestão, modificada conforme as circunstâncias, de que ele não estava doente, ou de que não sentiria mais seus sintomas ao acordar, depois o acordaria e confiaria na expectativa de que a sugestão cumprisse seu dever contra a doença. E se uma única aplicação desse procedimento não fosse suficiente, ele seria repetido tantas vezes quantas fossem necessárias.

Uma só consideração poderia impedir o médico e o paciente de empregarem um procedimento terapêutico tão promissor, a saber, caso se revelasse que o benefício da hipnose seria contrabalançado por algum prejuízo - por exemplo, se ela deixasse um distúrbio ou fraqueza permanentes na vida anímica do hipnotizado. Mas as experiências feitas até agora já bastam para afastar essas dúvidas; as hipnoses isoladas são totalmente inofensivas, e não causam dano algum mesmo sendo freqüentemente repetidas. Há que destacar apenas um ponto: quando as circunstâncias tornam necessário o uso prolongado do hipnotismo, estabelece-se um hábito de hipnose [no doente] e uma dependência do médico hipnotizador, o que não pode fazer parte do propósito do procedimento terapêutico.

O tratamento hipnótico realmente significa hoje uma grande ampliação do alcance da medicina e, por conseguinte, um avanço na arte de curar. Pode-se aconselhar cada enfermo a entregar-se a ele em confiança, desde que seja praticado por um médico experiente e digno de crédito. Entretanto, é preciso servir-se da hipnose de um modo diferente do que é hoje habitual. Comumente, só se recorre a esse tipo de tratamento depois que todos os outros recursos fracassam, quando o doente já está desanimado e de má vontade. Tem então de abandonar seu médico, que não sabe hipnotizar ou não emprega a hipnose, e voltar-se para um médico estranho, que em geral não usa ou não pode usar nada além do hipnotismo. Ambas as situações são desvantajosas para o enfermo. O próprio médico da família deve conhecer a fundo o método hipnótico de terapia e aplicá-lo desde o início, tão logo considere o caso e a pessoa apropriados para isso. Sempre que considerada útil, a hipnose deve estar em posição equivalente a dos outros procedimentos terapêuticos, e não ser encarada como um último recurso ou mesmo uma queda da cientificidade para o embuste. É que o hipnotismo é útil não apenas em todos os estados de nervosismo e nos distúrbios devidos à “imaginação”, mas também para romper hábitos patológicos (como alcoolismo, vício em morfina, aberrações sexuais) e ainda em muitas doenças orgânicas, inclusive inflamatórias, nas quais se tem uma perspectiva, mesmo persistindo o distúrbio subjacente, de eliminar os sintomas incômodos para o enfermo, tais como as dores, inibições do movimento etc. A escolha dos casos para aplicação do procedimento hipnótico depende quase sempre da decisão do médico.

Mas agora é chegado o momento de desfazer a impressão de que, com o recurso da hipnose, teria despontado para o médico uma época mais cômoda de taumaturgia. Ainda e preciso levar em conta diversas circunstâncias aptas a reduzir consideravelmente nossas pretensões em relação à terapia hipnótica e a restituir a sua justa medida as esperanças talvez despertadas nos doentes. Antes de mais nada, verifica-se que uma premissa básica é insustentável, qual seja, a de que se conseguiria, através da hipnose, retirar dos doentes a arbitrariedade que é perturbadora em sua conduta anímica. Eles a conservam e já a evidenciam em sua postura perante a tentativa de hipnotizá-los. Quando se disse acima que cerca de oitenta por cento das pessoas são hipnotizáveis, esse número elevado só pôde ser

atingido computando-se entre os casos positivos todos aqueles que mostravam algum indício de serem influenciáveis. Na realidade, as hipnose profundas e com plena docilidade, como as escolhidas para servir de modelo nas descrições, são efetivamente raras ou, em todo caso, não tão freqüentes quanto seria desejável no interesse da cura. Mas a impressão causada por esse fato pode novamente atenuar-se, na medida em que acentuemos o fato de que a profundidade da hipnose e a docilidade diante das sugestões não caminham *pari passu*, de modo que, muitas vezes, ainda é possível observar um bom efeito da sugestão onde há apenas uma ligeira insensibilidade hipnótica. Entretanto, mesmo considerando isoladamente a docilidade hipnótica como o aspecto mais essencial desse estado, convém admitir que cada pessoa mostra sua particularidade nesse aspecto, deixando-se influenciar apenas até determinado grau de docilidade e detendo-se aí. Isoladamente, portanto, as pessoas mostram graus muito diferentes de adequação para a terapia hipnótica. Se fosse possível descobrir um meio pelo qual todos esses graus particulares do estado hipnótico pudessem ser intensificados até a hipnose completa, as peculiaridades dos enfermos seriam novamente eliminadas, atingindo-se o ideal do tratamento anímico. Mas esse progresso não foi obtido até agora; o grau de docilidade com que a sugestão será recebida ainda depende muito mais do doente que do médico, ou seja, reside, por sua vez, no arbítrio do enfermo.

Ainda mais importante é um outro ponto de vista. Quando se descreve o resultado sumamente notável da sugestão no estado hipnótico, esquece-se com muita facilidade que aqui, como em todas as atividades anímicas, trata-se também de uma proporção ou de uma relação de forças. Ao colocarmos uma pessoa sadia em hipnose profunda e lhe ordenarmos que morda uma batata apresentada a ela como uma pêra, ou se lhe dissermos que está vendo um conhecido e deve cumprimentá-lo, será fácil constatar uma docilidade completa, pois não há no hipnotizado nenhuma razão grave para que se oponha à sugestão. Mas diante de outras ordens - por exemplo, ao exigirmos que uma moça muito pudica se dispa, ou que um homem honesto se apodere de um objeto valioso furtando-o -, é possível observar no hipnotizado uma resistência que pode ir a ponto de ele se recusar a obedecer à sugestão. Com isso aprendemos que, mesmo na melhor das hipnose, a sugestão não exerce um poder ilimitado, mas apenas um poder com determinada força. Pequenos sacrifícios o hipnotizado pode fazer, mas diante dos grandes ele se detém, exatamente como quando está desperto. Assim, quando lidamos com um doente e o impelimos, através da sugestão, a renunciar a sua doença, notamos que isso significa para ele um grande sacrifício, e não uma pequena oferenda. O poder da sugestão confronta-se aqui com a força que criou e mantém os fenômenos patológicos, e a experiência mostra que esta é de uma ordem de grandeza muito diferente da que caracteriza a influência hipnótica. O mesmo doente que se resigna com perfeita docilidade em qualquer situação onírica que lhe seja sugerida, desde que não seja francamente escandalosa, pode ficar completamente rebelde a uma sugestão que o prive, digamos, de sua paralisia imaginária. Acresce ainda que, na clínica, justamente os pacientes neuróticos, em sua maioria, e que são difíceis de hipnotizar, de modo que a luta contra as forças poderosas com que a doença se consolidou na vida anímica tem de ser travada, não com a totalidade da influência hipnótica, mas apenas com um fragmento dela.

A sugestão, portanto, não constitui de antemão a certeza de uma vitória sobre a doença tão logo se consiga a hipnose, ou mesmo a hipnose profunda. Falta ainda travar uma outra batalha, cujo desfecho é amiúde muito incerto. Por isso é que uma única hipnose não surte nenhum efeito contra as perturbações graves de origem anímica. Com a repetição, porém, a hipnose perde a impressão de milagre que o doente talvez tenha concebido. Sucedendo-se as hipnoses, é possível conseguir que se torne cada vez mais clara a influência que a princípio faltou sobre a doença, até que se alcance um resultado satisfatório. Mas tal tratamento hipnótico pode decorrer de maneira tão cansativa e morosa quanto qualquer outra terapia.

Outro aspecto que trai a relativa fraqueza da sugestão, comparada às doenças a ser combatidas, é que de fato ela traz a suspensão dos sintomas patológicos, mas apenas por um curto período. Ao término desse intervalo, eles retornam e têm de ser novamente eliminados pela hipnose e sugestão renovadas. Repetindo-se essa evolução com frequência suficiente, é comum esgotar-se a paciência tanto do enfermo quanto do médico, tendo por consequência o abandono do tratamento hipnótico. São também esses os casos em que costumam instalar-se no doente a dependência do médico e uma espécie de vício na hipnose.

É bom que os doentes conheçam essas deficiências do método de terapia hipnótico, bem como as possibilidades de desapontamento em sua utilização. O poder curativo da sugestão hipnótica é algo de factual e dispensa recomendações exageradas. Por outro lado, é fácil compreender que os médicos, a quem o tratamento anímico por hipnose prometera muito mais do que pôde cumprir, não se cansem de buscar outros procedimentos que possibilitem exercer uma influência mais profunda ou menos incerta sobre a psique do doente. Podemos antecipar a expectativa segura de que o moderno tratamento anímico sistemático, que representa uma revivescência inteiramente nova de antigos métodos terapêuticos, venha a colocar nas mãos dos médicos armas ainda muito mais fortes para lutar contra a doença. Um discernimento mais profundo dos processos da vida anímica, cujas origens primordiais repousam justamente em vivências hipnóticas, há de apontar os meios e modos de chegarmos a isso.

NOTA DO EDITOR INGLÊS

PSYCHISCHE BEHANDLUNG (SEELENBEHANDLUNG)

(a) EDIÇÕES EM ALEMÃO:

1890 Em *Die Gesundheit*, org. de R. Kossmann e J. Weiss, 1ª ed., 1, pp. 368-384, Stuttgart, Berlim e Leipzig: Union Deutsche Verlagsgesellschaft. (1900, 2ª ed.; 1905, 3ª ed.)

1937 *Z. Psychoan. Päd.*, 11, pp. 133-147.

1942 *G.W.*, 5, pp. 289-315.

(b) TRADUÇÃO EM INGLÊS:

“*Psychical (or Mental) Treatment*”

Esta tradução [inglesa], de autoria de James Strachey, surge agora pela primeira vez e, ao que se saiba, é a primeira a ser publicada.

Die Gesundheit foi uma obra coletiva de carácter semipopular sobre a medicina, em dois volumes, tendo um grande número de colaboradores. Numa carta enviada a Pfister em 17 de junho de 1910 (1963a), diz Freud: “O livro que estou colocando nas mãos de meus filhos é uma obra popular de medicina, *Die Gesundheit*, para a qual eu mesmo contribuí. É bem seco e factual.” O texto foi reimpresso sem alterações na segunda e terceira edições do trabalho, ocupando no primeiro volume as mesmas páginas em que constara na primeira edição.

Até 1966, afirmava-se invariavelmente que esse artigo datava de 1905 (recebera na Ed. *Standard* a data de 1905b.), uma vez que só se examinara a edição de 1905 de *Die Gesundheit*. Sabe-se agora que, na verdade, essa fora a terceira edição, embora os

organizadores do trabalho tenham deixado de fornecer tal indicação. Cf. algumas informações e comentários adicionais sobre essa descoberta na introdução do editor [inglês] ao grupo de ensaios de Freud sobre o hipnotismo e a sugestão, ao qual pertence mais apropriadamente o presente artigo (ver em [1] e [2]).

PERSONAGENS PSICOPÁTICOS NO PALCO (1942 [1905 ou 1906])

Se a finalidade do drama, como se supõe desde os tempos de Aristóteles, consiste em despertar “terror e comiseração”, em produzir uma “purgação dos afetos”, pode-se descrever esse propósito de maneira bem mais detalhada dizendo que se trata de abrir fontes de prazer ou gozo em nossa vida afetiva, assim como, no trabalho intelectual, o chiste ou o cômico abrem fontes similares, muitas das quais essa atividade tornara inacessíveis. Para tal finalidade, o fator primordial é, indubitavelmente, o *desabafo* dos afetos do espectador; o gozo daí resultante corresponde, de um lado, ao alívio proporcionado por uma descarga ampla, e de outro, sem dúvida, à excitação sexual concomitante que, como se pode supor, aparece como um subproduto todas as vezes que um afeto é despertado, e confere ao homem o tão desejado sentimento de uma tensão crescente que eleva seu nível psíquico. Ser espectador participante do jogo dramático significa, para o adulto, o que representa o brincar para a criança, que assim gratifica suas expectativas hesitantes de se igualar aos adultos. O espectador vivencia muito pouco, sentindo-se como “um pobre coitado com quem não acontece nada”; faz tempo que amorteceu seu orgulho, que situava seu eu no centro da fábrica do universo, ou, melhor dizendo, viu-se obrigado a deslocá-lo: anseia por sentir, agir e criar tudo a seu bel-prazer - em suma, por ser um herói. E o autor-ator do drama lhe possibilita isso, permitindo-lhe a *identificação* com um herói. Ao fazê-lo, poupa-o também de algo, pois o espectador sabe que essa promoção de sua pessoa ao heroísmo seria impossível sem dores, sofrimentos e graves tribulações, que quase anulariam o gozo. Ele sabe perfeitamente que tem apenas uma vida, e que poderia perdê-la num *único* desses combates contra a adversidade. Por conseguinte, seu gozo tem por premissa a ilusão, ou seja, seu sofrimento é mitigado pela certeza de que, em primeiro lugar, é um outro que está ali atuando e sofrendo no palco, e em segundo, trata-se apenas de um jogo teatral, que não ameaça sua segurança pessoal com nenhum perigo. Nessas circunstâncias, ele pode deleitar-se como um “grande homem”, entregar-se sem temor a seus impulsos sufocados, como a

ânsia de liberdade nos âmbitos religioso, político, social e sexual, e desabafar em todos os sentidos em cada uma das cenas grandiosas da vida representada no palco.

Mas essas precondições de gozo são comuns a diversas outras formas de criação literária. A poesia lírica presta-se sobretudo a dar vazão a uma sensibilidade intensa e variada, como acontece também com a dança; a poesia épica visa principalmente a possibilitar o gozo do grande personagem heróico em seu momento de triunfo, enquanto o drama explora a fundo as possibilidades afetivas, modela em gozo até os próprios presságios de infortúnio e por isso retrata o herói derrotado em sua luta, com uma satisfação quase masoquista. Poder-se-ia caracterizar o drama por essa relação com o sofrimento e o infortúnio, quer apenas a *inquietação* seja despertada e depois aplacada, como na comédia, quer o sofrimento realmente se concretize, como na tragédia. O fato de o drama ter-se originado nos ritos sacrificiais do culto dos deuses (cf. o bode do sacrifício e o bode expiatório) não pode deixar de relacionar-se com esse sentido do drama; ele como que apazigua a revolta incipiente contra a ordem divina do universo, que instaurou o sofrimento. Os heróis são, acima de tudo, rebeldes que se voltaram contra Deus ou contra alguma divindade, e o sentimento de infortúnio que assalta o mais fraco diante da potência divina está fadado a gerar prazer, tanto pela satisfação masoquista quanto pelo gozo direto de um personagem cuja grandeza, apesar de tudo, é destacada. Eis aí, portanto, o prometeísmo humano, só que apequenado pela disposição de se deixar acalmar temporariamente por uma satisfação momentânea.

São tema do drama, portanto, todos os tipos de sofrimento, e deles o espectador tem que extrair algum prazer; daí resulta a primeira condição dessa forma de criação artística: ela não deve causar sofrimento ao espectador, mas saber compensar a comisseração que desperta mediante as satisfações que daí possam ser extraídas - uma regra que os autores modernos têm infringido com particular freqüência. Mas esse sofrimento restringe-se desde logo ao *anímico*, pois o sofrimento *físico* não é desejado por ninguém que saiba quão depressa a sensibilidade física assim alterada põe termo a todo o gozo da psique. Quem está enfermo tem apenas um desejo: sarar, livrar-se de seu estado; que venham o médico e os medicamentos, para que se elimine a inibição do jogo da fantasia, que nos mimou a ponto de fazer-nos extrair um gozo até de nosso próprio sofrimento. Se o espectador se coloca no lugar de alguém que sofre de um mal físico, não encontra aí nenhum gozo e nenhuma produtividade psíquica. Por isso, o indivíduo corporalmente enfermo só pode figurar no palco como um requisito dramático, e não como herói, a menos que determinados aspectos físicos de seu estado possibilitem o trabalho psíquico - por exemplo, o desamparo do doente em *Filoctetes* ou a desesperança dos enfermos nas peças que giram em torno dos físicos.

Mas as pessoas têm conhecimento do sofrimento anímico principalmente em conexão com as circunstâncias que o provocam; por isso o drama precisa de uma ação que engendre o sofrimento, e começa por introduzir-nos nela. Não passam de exceções aparentes as peças

que nos apresentam sofrimentos anímicos já estabelecidos, como *Ajax* ou *Filoctetes*; é que no drama grego, por ser seu tema muito conhecido, a cortina sobe como que no meio da peça. É fácil expor exaustivamente as condições que regem a ação mencionada: ela tem que pôr em jogo um conflito e incluir um esforço da vontade e uma situação adversa. A luta contra os deuses representou o primeiro e mais grandioso cumprimento dessa condição. Já dissemos que essa é uma tragédia de rebelião, e nela o dramaturgo e a platéia tomam o partido dos rebeldes. Depois, à medida que se vai descrendo da divindade, mais importante se torna a ordenação *humana*, que o discernimento crescente passa a responsabilizar pelo sofrimento. Assim, a luta seguinte do herói é contra a sociedade dos homens: temos aí a *tragédia social*. Outro cumprimento [da precondição mencionada] encontra-se na luta entre os seres humanos: é a *tragédia de caracteres*; que exhibe todas as excitações do *agon* [□□□□, conflito] e se desenrola com mais proveito entre personalidades destacadas, libertas da servidão das instituições humanas - ou seja, ela tem de apresentar *dois* heróis. Decerto são admissíveis as fusões dessas duas últimas categorias, exibindo a luta do herói contra instituições encarnadas em personagens fortes. Falta à tragédia de caracteres, em sua forma pura, a rebeldia como fonte de gozo, mas esta ressurge, sem menor força do que nas tragédias históricas dos clássicos gregos, nos dramas sociais - por exemplo, em Ibsen.

Se o drama *religioso*, o drama *social* e o drama de *caracteres* diferem essencialmente pelo terreno em que se desenrola a ação geradora do sofrimento, já agora o drama nos leva para um novo terreno em que se torna totalmente *psicológico*. Aqui, é na própria alma do herói que se trava a luta geradora do sofrimento: são os impulsos descontraídos que se combatem, numa luta que não culmina na derrota do herói, mas na extinção de um de seus impulsos: tem que terminar na renúncia a um deles. Claro está que são possíveis todas as combinações entre essa precondição e as que regem a tragédia social e a de caracteres; assim, as próprias instituições podem ser a causa do conflito interno. É aí que entram as tragédias do amor, pois o sufocamento do amor pela cultura social, pelas convenções humanas, ou o conflito entre “amor e dever”, tão notório na ópera, são ponto de partida de uma variedade quase infinita de situações de conflito - tão infinita quanto os devaneios eróticos dos seres humanos.

Mas a série de possibilidades se amplia, e o drama psicológico se converte em psicopatológico, quando a fonte de sofrimento de que deveríamos participar e extrair prazer já não é o conflito entre duas moções dotadas de consciência quase igual, mas entre um impulso consciente e uma moção recalçada. Aqui, a condição do gozo é que o espectador também seja neurótico. É que só ao neurótico pode advir prazer, e não simples repugnância, da revelação e do reconhecimento mais ou menos consciente da moção recalçada; no não-neurótico, esse reconhecimento deparará apenas com uma repugnância e o predisporá prontamente a repetir o ato de recalçamento [antes aplicado à moção]. É que, nessas pessoas, esse ato se fez com êxito, e um único dispêndio de recalçamento bastou para

neutralizar completamente a moção recalçada. No neurótico, em contrapartida, o recalçamento está sempre à beira do fracasso; é instável e requer um gasto constantemente renovado - justamente o gasto que lhe é poupado pelo reconhecimento da moção. Somente no neurótico persiste uma luta como a que pode ser tema desse tipo de drama; nem mesmo nele, porém, o dramaturgo provocará apenas um *gozo* pela liberação, mas despertará também uma *resistência*.

O primeiro desses dramas modernos é *Hamlet*. Seu tema é a maneira como um homem até então normal torna-se neurótico devido à natureza particular da tarefa com que se defronta, ou seja, um homem em quem uma moção até ali recalçada com êxito esforça-se por se impor.

Hamlet distingue-se por três características que parecem importantes para a questão de que estamos tratando: (1) O herói não é um psicopata, transformando-se em tal apenas no decorrer da ação. (2) A moção recalçada figura entre as que são igualmente recalçadas em todos nós; seu recalçamento faz parte das bases de nosso desenvolvimento pessoal, e é justamente ele que a situação [da peça] vem contestar. Essas duas características facilitam que nos reconheçamos no herói; somos susceptíveis ao mesmo conflito que ele, pois “quem não perde a razão em certas circunstâncias não tem nenhuma razão a perder”. (3) Mas parece condição desse modelo artístico que a moção que luta por chegar à consciência, por mais notória que se revele, não seja chamada por seu próprio nome; assim, o processo consuma-se de novo no espectador, com sua atenção distraída, e ele se torna presa de sentimentos, em vez de se aperceber do que está acontecendo. Poupa-se desse modo, sem dúvida, uma certa dose de resistência, tal como a que encontramos no trabalho analítico, onde os retornos do recalçado, por provocarem uma resistência menor, chegam à consciência, ao passo que o próprio recalçado não consegue fazê-lo. Em *Hamlet*, de fato, o conflito está tão oculto que coube a mim desvendá-lo.

É possível que, por se desconsiderarem essas três condições, muitos outros personagens psicopáticos sejam tão sem serventia no palco quanto o são na vida real. De fato, não podemos penetrar no conflito do neurótico quando este já o traz plenamente firmado dentro de si. Inversamente, quando reconhecemos esse conflito, esquecemos que se trata de um doente, da mesma forma que ele, ao tomar conhecimento de seu conflito, deixa de ser doente. A tarefa do autor seria colocar-nos nessa mesma doença, e a melhor maneira de consegui-lo é fazer com que sigamos o curso de seu desenvolvimento junto com aquele que adocece. Isso é particularmente necessário nos casos em que o recalçamento não está já dentro de nós, mas precisa primeiro ser instaurado, isso significa dar um passo além de *Hamlet* na utilização da neurose no palco. Ao sermos confrontados com uma neurose desconhecida e acabada, tendemos a chamar o médico (como na vida real) e a julgar que o personagem é inadequado para uma encenação teatral.

Esse erro parece ocorrer em *Die Andere*, de Bahr, além de um outro implícito no

problema da peça: não nos é possível ter a convicção solidária de que somente determinada pessoa tem o privilégio de satisfazer a moça plenamente. Por isso não podemos colocar-nos no lugar dela. E a isso vem acrescentar-se um terceiro defeito: nada nos é deixado para descobrirmos por nós mesmos, e toda a nossa resistência é mobilizada contra esse condicionamento prévio do amor, que nos é inaceitável. Dentre as três condições formais que vimos discutindo, a mais importante me parece ser o desvio da atenção.

Talvez se possa dizer, de modo geral, que a labilidade neurótica do público e a habilidade do autor de evitar as resistências e propocionar um pré-prazer sejam o único determinante dos limites impostos ao emprego de personagens anormais [no palco].

NOTA DO EDITOR INGLÊS

PSYCHOPATHISCHE PERSONEN AUF DER BÜHNE

(a) EDIÇÕES EM ALEMÃO:

(1905 ou 1906 Data provável da redação.)

1962 *Neue Rundschau*, 73, pp. 53-57.

(b) TRADUÇÃO PARA O INGLÊS:

“Psychopathic Characters on the Stage”

1942 *Psychoanal. Quart.*, 11 (4), outubro, pp. 459-464. (Trat. de H.A. Bunker.)

Esta é uma nova tradução [inglesa] de James Strachey.

Num artigo publicado no *Psychoanal. Quart.*, 11 (1942), p. 465, o Dr. Max Graf relata que este ensaio foi redigido por Freud em 1904 e entregue a ele pelo autor. Nunca foi publicado pelo próprio Freud. Entretanto, deve haver um erro em relação a essa data (o manuscrito não está datado), já que a peça *Die Andere*, de Hermann Bahr, discutida na p. 326, foi encenada pela primeira vez (em Munique e Leipzig) no início de novembro de 1905, tendo sua primeira apresentação em Viena no dia 25 do mesmo mês. Só foi publicada sob a forma de livro em 1906. É provável, portanto, que o presente ensaio tenha sido escrito no final de 1905 ou início de 1906. Somos gratos ao Dr. Raymond Gosselin, editor *do Psychoanalytic Quarterly*, por fornecer-nos uma cópia fotostática do manuscrito original de Freud. Em alguns pontos, a grafia é difícil de decifrar, o que explica algumas divergências entre as duas traduções inglesas.

Os chistes e sua relação com o inconsciente

VOLUME VIII

(1905)

Dr. Sigmund Freud

PREFÁCIO DO EDITOR

DER WITZ UND SEINE BEZIEHUNG ZUM UNBEWUSSTEN

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1905 Leipzig e Viena: Deuticke, Pp. ii + 206.

1912 2ª ed. Mesmos editores. (Com alguns pequenos acréscimos.) Pp. iv + 207.

1921 3ª ed. Mesmos editores. (Inalterada.) Pp. iv + 207.

1925 4ª ed. Mesmos editores. (Inalterada.) Pp. iv + 207.

1925 *G.S.*, 9, 1-269. (Inalterada.)

1940 *G.W.*, 6, 1-285. (Inalterada.)

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

Wit and its relation to the Unconscious

1916 New York: Moffat, Yard. Pp. ix + 388. (tr. A. A. Brill.) (1917, 2ª ed.)

1917 London: T. Fisher Unwin. Pp. ix + 388. (Como acima.)

1922 London: Kegan Paul. (Reimpressão da anterior.)

1938 In *The Basic Writings of Sigmund Freud*. Pp. 633-803.

New York: Random House. (Mesma tradução.)

A presente tradução, inteiramente nova, com o título *Jokes and their Relation to the Unconscious* (*Os Chistes e sua Relação com o Inconsciente*), é de James Strachey.

No curso da discussão da relação entre os chistes e os sonhos, Freud menciona sua própria ‘razão subjetiva para dedicar-se ao problema dos chistes’ (Ver em [1].) Era esta, em poucas palavras, o fato de que Wilhelm Fliess se queixara de que os sonhos estavam por demais cheios de chistes, ao ler as provas de *A Interpretação de Sonhos* no outono de 1899. O episódio já fora narrado em uma nota de rodapé à 1ª edição da própria *A Interpretação de Sonhos* (1900a) (ver em [1] e [2]); podemos, agora, datá-lo exatamente, pois dispomos da carta em que Freud replicava à queixa de Fliess. Foi escrita a 11 de setembro de 1899, de Berchtesgaten, onde foram dados os toques finais ao livro, e anuncia que Freud pretende inserir nele uma explicação de fato curioso: a presença nos sonhos de algo que se aparece aos chistes (Freud, 1950a, Carta 118).

Sem dúvida o episódio atuou como fator precipitante e fez com que Freud devotasse maior atenção ao assunto, mas não há de ter sido, possivelmente, a origem de seu interesse. Existe ampla evidência de que ele já tinha o assunto em mente vários anos antes. O simples fato de que dispusesse de uma resposta imediata à crítica de Fliess demonstra a probabilidade dessa suposição; outra confirmação é dada pela referência ao mecanismo dos efeitos ‘cômicos’, que aparece em uma página posterior de *A Interpretação de Sonhos* (ver em [1]) e que prenuncia um dos pontos principais do capítulo final do presente trabalho. Mas era inevitável que tão logo Freud iniciasse sua detalhada investigação dos sonhos, ficasse surpreendido pela frequência com que ocorriam nos próprios sonhos, ou em suas associações, estruturas semelhantes a chistes. *A Interpretação de Sonhos* está cheio de exemplos dessa espécie, sendo talvez o registro mais antigo o do trocadilhesco sonho de Frau Cécilie M., relatado em uma nota de rodapé ao final da história clínica de Fräulein Elizabeth von R. em *Estudos sobre a Histeria* (1895d), (ver em [1]).

Mas, bem distante dos sonhos, há evidência do precoce interesse teórico de Freud pelos chistes. Em carta a Fliess, de 12 de junho de 1897 (Freud, 1950a, Carta 95), após citar um chiste sobre dois *Schnorrer*, Freud escreveu: ‘Devo confessar que desde há algum tempo estou reunindo uma coleção de anedotas de judeus, de profunda importância’. Alguns meses depois, a 21 de setembro de 1897, cita uma outra história de judeu, como pertencente ‘a minha coleção’ (ibid., Carta 69), e inúmeras outras aparecem tanto na correspondência com Fliess como em *A Interpretação de Sonhos*. (Ver, particularmente, um comentário sobre essas histórias no Capítulo V, Seção B, a partir de [1].) Desta coleção, naturalmente, derivaram os muitos exemplos de tais anedotas sobre as quais tão amplamente se baseia sua teoria.

Uma outra influência, algo importante para Freud por volta daquela época, foi a de Theodor Lipps. Lipps (1851-1914) era um professor de Munique que escrevia sobre psicologia e estética, e ao qual se atribui a introdução do termo ‘*Einfühlung*’ (empatia). O interesse de Freud por ele foi, talvez, inicialmente despertado por um artigo sobre o inconsciente, lido em um congresso de psicologia de 1897, fundamento de uma longa discussão no último capítulo de *A Interpretação de Sonhos* (ver em [1]). Sabemos pelas cartas a Fliess que em agosto e setembro de 1898 Freud estava lendo um livro anterior de Lipps sobre *The Basic Facts of Mental Life* (1893), novamente impressionado pelos comentários deste sobre o inconsciente (Freud, 1950a, Cartas 94, 95 e 97). Mas já em 1898 aparecia um outro trabalho de Lipps sobre assunto mais específico - *Komik und Humor*. Foi este trabalho, como diz Freud logo ao início do presente estudo, que o encorajou a embarcar nele.

Foi em terreno assim preparado que caiu a semente do comentário crítico de Fliess,

decorrendo entretanto muito anos até que frutificasse.

Freud publicou três importantes trabalhos em 1905: a história clínica de ‘Dora’, que apareceu no outono, embora, em sua maior parte, estivesse escrito quatro anos antes, *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade* e *Os Chistes e sua Relação com o Inconsciente*. Trabalhou nesses dois últimos livros simultaneamente: Ernest Jones (1955, 13) diz que Freud mantinha os dois manuscritos em mesas adjacentes e fazia acréscimos a um ou a outro de acordo com a disposição do momento. Os livros foram publicados quase simultaneamente e não está inteiramente estabelecido qual dos dois foi o primeiro. A numeração atribuída pelo editor em *Três Ensaios* é de 1124 e em *Os Chistes*, 1128; mas Jones (*ibid.*, 375n.) relata que este último número estava ‘errado’, o que podia implicar na reversão dessa ordem. Na mesma passagem, entretanto, Jones afirma definitivamente que *Os Chistes* ‘apareceu logo após o outro livro’. A data real da publicação deve ter antecedido o início de junho, pois uma longa e favorável recensão apareceu no jornal diário de Viena *Die Zeit* a 4 de junho.

A história posterior deste livro difere muito dos outros principais trabalhos de Freud no período. *A Interpretação de Sonhos*, *A Psicopatologia da Vida Cotidiana* e *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade* foram todos eles expandidos e modificados, de modo a se tornarem quase irreconhecíveis em suas edições posteriores. Meia dúzia de pequenos acréscimos foram feitos em *Os Chistes* quando este livro atingiu sua 2ª edição em 1912, mas depois nenhuma outra mudança foi efetivada.

Parece possível que tal circunstância se relacione ao fato de que o livro se mantenha à parte dos demais escritos de Freud. Ele próprio pensava assim. Suas referências a ele em outros trabalhos são comparativamente escassas, em *Conferências Introdutórias* (1916-17, Conferência XV) refere-se a que ele o tenha temporariamente desviado de seu caminho; em *Um Estudo Autobiográfico* (1925d), ver em [1] e [2], há mesmo o que parece ser uma referência levemente depreciativa. Então, inesperadamente, após um intervalo de mais de vinte anos, Freud retoma o fio da meada, em seu breve artigo sobre ‘Humour’ (1927d), no qual utilizava sua concepção estrutural da mente, recentemente proposta, para lançar nova luz sobre um obscuro problema.

Ernest Jones descreve o presente como o menos conhecido dos trabalhos de Freud, e isto é decerto verdade, o que não é de surpreender, quanto aos leitores não alemães.

‘Traduttore - Traditore!’ Tais palavras - dos chistes discutidos adiante por Freud (em [1]) - podiam ser convenientemente inscritas na página de rosto do presente trabalho. Muitos dos

trabalhos de Freud suscitam agudas dificuldades para o tradutor, mas este apresenta um caso especial. Aqui, como em *A Interpretação de Sonhos* e *A Psicopatologia da Vida Cotidiana*, e talvez em maior extensão, somos confrontados por um grande número de problemas envolvendo algum jogo de palavras intraduzível. E aqui, como nesses outros casos, não podemos fazer mais que explicar a bem descomprometedora política adotada nessa edição. Dispomos de dois métodos, um ou outro dos quais tem sido usualmente adotado no tratamento de tais exemplos intraduzíveis - ou abandoná-los de todo ou substituí-los por exemplos do próprio tradutor. Nenhum desses métodos parece adequado a uma edição que pretende apresentar tão acuradamente quanto possível as idéias de Freud aos leitores ingleses. Aqui, entretanto, devemos nos satisfazer em fornecer as palavras críticas no alemão original, explicando-as tão brevemente quanto possível nos colchetes ou notas de rodapé. Inevitavelmente, é claro, o chiste desaparece nesse processo. Devemos lembrar-nos, contudo, que pela utilização de qualquer dos métodos alternativos, desaparecem porções, e às vezes as porções mais interessantes, dos argumentos de Freud. Presumivelmente o leitor tem estes em vista, mais que um momento de diversão.

Há, entretanto, uma dificuldade muito mais séria na tradução deste trabalho particular - uma dificuldade terminológica que o atravessa em sua totalidade. Por uma estranha fatalidade (cujas causas seria do maior interesse investigar) os termos alemães e ingleses cobrindo os mesmos fenômenos parecem nunca coincidir; são sempre aparentemente ou amplos ou estreitos demais - deixando lacunas entre si, ou superpondo-se. O próprio título do livro, '*Der Witz*' já se nos depara um importante problema. Traduzi-lo como 'wit' abre as portas para mal-afortunadas incompreensões. No uso inglês normal 'wit' e 'witty' têm um sentido altamente restrito e aplicam-se apenas a uma espécie de chistes mais refinados ou intelectuais. O mais sumário exame dos exemplos nestas páginas mostrará que '*Witz*' e '*witzig*' possuem conotação muito mais ampla. 'Joke' (chiste) por outro lado parece ser ampla demais e cobrir igualmente a alemã *Scherz*. A única solução para este, e para dilemas similares, parece ser a adoção de uma palavra inglesa para alguma correspondente alemã, mantê-la consistente e invariavelmente mesmo se parece errada em um determinado contexto. Deste modo o leitor ao menos poderá tirar sua própria conclusão quanto ao sentido em que Freud está usando tal palavra. Assim, através de todo o livro '*Witz*' foi traduzido como 'joke' (chiste) e '*Scherz*' como 'jest' (gracejo). Há grande dificuldade com o adjetivo *witzig*, usado aqui na maioria dos casos como adjetivo qualificante de *Witz*. O Concise Oxford Dictionary apresenta, de fato, sem comentários, o adjetivo 'joky' (chistoso). Tal palavra teria poupado ao tradutor inúmeras desajeitadas perífrases mas ele confessa que não teve disposição para usá-la. As únicas vezes em que '*Witz*' foi traduzida como 'wit' são dois ou três lugares (p. ex., em [1]) em que se utiliza a palavra alemã (como explicado na última nota de rodapé) para denotar a função mental e não o seu produto, parecendo não haver, então, alternativa possível em inglês.

Há outras dificuldades, embora menos graves, quanto às palavras alemãs '*das Komische*'

e ‘*die Komik*’. Uma tentativa de diferenciar entre elas, usando ‘the comic’ (o cômico) para a primeira e ‘comicality’ (comicidade) para a segunda foi abandonada em vista da passagem ao fim do parágrafo em [1], onde as duas palavras diferentes são usadas em sentenças sucessivas, muito claramente com o mesmo sentido, atendendo meramente ao objetivo de ‘variação elegante’. De modo que a muito empolada palavra inglesa ‘the comic’ foi adotada sistematicamente para ambas as palavras alemãs.

Finalmente, pode-se notar que a palavra inglesa ‘humour’, naturalmente usada para a alemã ‘*Humour*’, soa decididamente artificial a ouvidos ingleses em alguns contextos. O fato é que hoje raramente a palavra parece ser usada isoladamente. Dificilmente ocorre exceto na expressão ‘sense of humour’. Mas aqui, outra vez, o leitor estará em posição de decidir por si mesmo sobre o sentido que Freud conecta à palavra.

Espera-se ardentemente que essas dificuldades, afinal, todas elas superficiais, não detenham os leitores no início. O livro está cheio de um material fascinador, grande parte do qual não reaparece em nenhum outro escrito de Freud. As detalhadas abordagens aí contidas dos complicados processos psicológicos não têm rivais fora de *A Interpretação de Sonhos*, e são, em verdade, um produto da mesma fagulha de gênio que nos deu aquele grande trabalho.

A. PARTE ANALÍTICA

I - INTRODUÇÃO

Qualquer pessoa que tenha tido, em alguma época, a oportunidade de investigar na literatura da estética e da psicologia a luz que estas podem lançar sobre a natureza dos chistes, e sobre a posição por eles ocupada, deverá provavelmente admitir que os chistes não vêm recebendo tanta atenção filosófica quanto merecem, em vista do papel que desempenham na nossa vida mental. Pode-se nomear somente um pequeno número de pensadores que de fato se aprofundaram nos problemas dos chistes. Entre aqueles que discutiram o chiste estão, entretanto, nomes famosos, tais como os do novelista Jean Paul (Richter) e dos filósofos Theodor Vischer, Kuno Fischer e Theodor Lipps. Mas mesmo nesses escritores o tema dos chistes fica à retaguarda, estando o interesse principal da investigação voltado para o problema, mais amplo e mais atraente, da comicidade.

A primeira impressão derivada da literatura é que é bem impraticável tratar os chistes, a não ser em conexão com o cômico.

De acordo com Lipps (1898), um chiste é ‘algo cômico de um ponto de vista inteiramente subjetivo’, isto é, ‘algo que nós produzimos, que se liga a nossa atitude como tal, e diante de que mantemos sempre uma relação de sujeito, nunca de objeto, nem mesmo objeto voluntário (ibid., 80). Segue-se melhor explicação por um comentário de que o efeito daquilo, que, em geral, chamamos um chiste, é qualquer evocação consciente e bem-sucedida do que seja cômico, seja a comicidade devida à observação ou à situação’ (ibid. 78).

Fischer (1889) ilustra a relação dos chistes com o cômico lançando mão da caricatura, que, em sua abordagem, ele situa entre ambos. A comicidade interessa-se pelo feio, em qualquer uma de suas manifestações: ‘Se [o que é feito] for ocultado, deve ser descoberto à luz da maneira cômica de olhar as coisas; se é pouco notado, escassamente notado afinal, deve ser apresentado e tornado óbvio, de modo que permaneça claro, aberto à luz do dia... Desta maneira, nasce a caricatura’. (Ibid., 45.) ‘Todo nosso universo espiritual, o reino intelectual de nossos pensamentos e idéias, não se desdobra ante a mirada da observação externa, nem pode ser diretamente imaginado de maneira vívida e visível. Além do mais, contém suas inibições, fraquezas e deformidades - uma riqueza de contrastes ridículos e cômicos. A fim de enfatizar estes e torná-los acessíveis à consideração estética, é necessário uma força capaz não simplesmente de imaginar os objetos diretamente mas antes de lançar luz sobre essas imagens, clarificando-as: uma força que possa iluminar pensamentos. A única força dessa ordem é o *juízo*. Um chiste é um juízo que produz contraste cômico; participa já, tacitamente, da caricatura, mas apenas no juízo assume sua forma peculiar e a livre esfera de seu desdobramento.’ (Ibid., 49-50.)

Veremos que a característica distintiva do chiste na classe do cômico é, segundo Lipps, a ação, o comportamento ativo do sujeito, embora, para Fischer, consista na relação do chiste

com seu *objeto* ou seja, a ocultada fealdade do universo dos pensamentos. É impossível testar a validade dessas definições do chiste - na verdade, dificilmente elas são inteligíveis -, a não ser que as consideremos no contexto de onde foram extraídas. Seria, portanto, necessário percorrer as abordagens do cômico feitas por esses autores antes que possamos aprender com eles sobre o chiste. Outras passagens, entretanto, mostram-nos que estes mesmos autores são capazes de descrever as características essenciais, e geralmente válidas, do chiste sem considerar qualquer conexão sua com o cômico.

A caracterização que mais parece satisfazer ao próprio Fischer é a seguinte: ‘Um chiste é um juízo *lúdico*’. (Ibid., 51.) Por meio de uma ilustração desse princípio, proporcionou uma analogia: ‘exatamente como a liberdade estética consiste na contemplação lúdica das coisas’ (ibid., 50). Em outra parte (ibid., 20) a atitude estética é caracterizada pela condição de que nada solicitamos ao objeto; em especial, não lhe pedimos nenhuma satisfação de nossas necessidades sérias, contentando-nos, antes, com o prazer de contemplá-las. A atitude estética é lúdica, em contraste com o trabalho. ‘Seria possível que da liberdade estética brotasse uma espécie de juízo liberado de suas usuais regras e regulações, ao qual, devido a sua origem, eu chamarei juízo lúdico’, e está contido nesse conceito o principal determinante, senão a fórmula total, que resolverá nosso problema. ‘A liberdade produz chistes e os chistes produzem liberdade’, escreveu Jean Paul. ‘Fazer chistes é simplesmente jogar com as idéias’. (Ibid., 24.)

Uma apreciada definição do chiste considera-o a habilidade de encontrar similaridades entre coisas dessemelhantes, isto é, descobrir similaridades escondidas. Jean Paul expressou esse próprio pensamento em forma de chiste: ‘O chiste é o padre disfarçado que casa a todo casal’. Fischer [1846-57, 1, 422] avança esta definição: Ele (o padre) dá preferência ao matrimônio de casais cuja união os parentes abominam’. Fischer objeta, entretanto, que há chistes em que não se cogita de comparar, em que, portanto, não se cogita de encontrar similaridades. Divergindo ligeiramente de Jean Paul, define o chiste como a habilidade de fundir, com surpreendente rapidez, várias idéias, de fato diversas umas das outras tanto em seu conteúdo interno, como no nexos com aquilo a que pertencem. Fischer, novamente, acentua o fato de que em largo número de juízos chistosos encontram-se *diferenças*, antes que similaridades, e Lipps indica que estas definições se relacionam à habilidade própria do piadista e não aos chistes que ele faz.

Outras idéias, mais ou menos inter-relacionadas, que têm emergido para a definição ou a descrição dos chistes, são as seguintes: ‘um contraste de idéias’, ‘sentido no *nonsense*’, ‘*desconcerto e esclarecimento*’.

Definições como a de Kraepelin enfatizam como fator principal o contraste de idéias. Um chiste é ‘a conexão ou a ligação arbitrária, através de uma associação verbal, de duas

idéias, que de algum modo contrastam entre si'. Um crítico como Lipps não tem dificuldades em demonstrar a total impropriedade dessa fórmula; mas ele próprio não exclui o fator de contraste, deslocando-o simplesmente para uma outra parte. 'O contraste persiste, mas não o contraste entre as idéias relacionadas às palavras, mas um contraste ou contradição entre o sentido e a falta de sentido das palavras.' (Lipps, 1898, 87.) Através de exemplos demonstra como se deve entender isso. 'Um contraste só assoma porque... atribuímos às palavras um significado que, entretanto, não podemos garantir-lhes.' (Ibid., 90.)

Se esse ponto for mais desenvolvido, o contraste entre 'sentido e *nonsense*' torna-se significante. 'Aquilo que, em certo momento, pareceu-nos ter um significado, verificamos agora que é completamente destituído de sentido. Eis o que, nesse caso, constitui o processo cômico... Um comentário aparece-nos como um chiste se lhe atribuímos uma significância dotada de necessidade psicológica, e tão logo tenhamos feito isso, de novo o refutamos. Essa "significância" pode querer dizer várias coisas. Atribuímos *sentido* a um comentário e sabemos que logicamente ele não pode ter nenhum. Descobrimos nele uma *verdade*, fato impossível de acordo com as leis da experiência ou com nossos hábitos gerais de pensamento. Concedemos-lhe conseqüências lógicas ou psicológicas, que ultrapassam seu verdadeiro conteúdo, apenas para negar tais conseqüências tão logo tenhamos reconhecido claramente a natureza do comentário. Em todos os casos, o processo psicológico que o comentário chistoso nos provoca, e sobre o qual repousa o processo cômico, consiste na imediata transição dessa atribuição de sentido, dessa descoberta da verdade, dessa concessão de conseqüências, à consciência ou impressão de relativa nulidade.' (Ibid, 85)

Por mais penetrante que essa análise possa parecer, pode-se levantar aqui a questão de saber se o contraste entre o significativo e a falta de sentido, contraste sobre o qual se diz que o sentimento do *cômico* repousa, também contribui para a definição do conceito de *chiste* na medida em que este difira do conceito de cômico.

O fator de 'desconcerto e esclarecimento' leva-nos também a aprofundar o problema da relação entre o chiste e o cômico. Kant fala-nos que o cômico em geral tem a notável característica de ser capaz de enganar-nos apenas por um instante. Heymans (1896) explica como é que o efeito de um chiste se manifesta, o desconcerto sendo sucedido pelo esclarecimento. Ilustra sua teoria através de um brilhante chiste de Heine, que faz um de seus personagens, Hirsch-Hyacinth, o pobre agente de loteria, vangloriar-se de que o grande Barão Rothschild o tenha tratado bem como a um seu igual: bastante 'familionariamente'. Aqui a palavra veículo desse chiste parece, a princípio, estar erradamente construída, ser algo ininteligível, incompreensível, enigmático. Em decorrência, desconcerta. O efeito cômico é produzido pela solução desse desconcerto através da compreensão da palavra. Lipps (1898, 45) acrescenta que o primeiro estágio do esclarecimento - que a palavra desconcertante signifique isto ou aquilo - é seguido de um segundo estágio, no qual

percebemos que a palavra sem sentido que nos havia ‘confundido’, nos mostra então o sentido verdadeiro. É apenas esse segundo esclarecimento, essa descoberta de que uma palavra sem sentido, conforme o uso lingüístico normal, é a responsável por todo o processo - essa solução do problema no nada -, é apenas esse segundo esclarecimento que produz o efeito cômico.

Se alguma dessas duas concepções nos parece lançar um pouco mais de luz sobre a questão, a discussão do desconcerto e esclarecimento leva-nos para mais perto de uma descoberta particular. Pois se o efeito cômico do ‘famíliosamente’ de Heine depende da interpretação dessa palavra aparentemente sem sentido, o chiste deve, sem dúvida, ser atribuído à formação da palavra e às características da palavra assim formada.

Uma outra peculiaridade dos chistes, pouco ou nada relacionada com o que até aqui já consideramos, é reconhecida por todas as autoridades sobre o assunto. A ‘*brevidade* é o corpo e a alma do chiste, sua própria essência’, diz Jean Paul (1804, parte II, parágrafo 42), modificando simplesmente o que o velho tagarela Polonius diz no *Hamlet* (II, 2), de Shakespeare:

‘Therefore, since brevity is the soul of wit ’

And tediousness the limbs and outward flourisher ’

I will be brief.’

Nessa conexão, a abordagem por Lipps (1898, 90) da brevidade dos chistes é significativa: ‘Um chiste diz o que tem a dizer, nem sempre em poucas palavras, mas sempre em palavras poucas *demais*, isto é, em palavras que são insuficientes do ponto de vista da estrita lógica ou dos modos usuais de pensamento e de expressão. Pode-se mesmo dizer tudo o que se tem a dizer nada dizendo’.

Já sabemos, pela conexão dos chistes com a caricatura, que eles ‘devem apresentar alguma coisa ocultada ou escondida’ (Fischer, 1889, 51). Uma vez mais enfatizo esse determinante, porque ele tem também mais a ver com a natureza dos chistes do que com a parte cômica destes.

Estou bem alerta para o fato de que os fragmentários segmentos extraídos dos trabalhos desses escritores sobre os chistes não lhes podem fazer justiça. Devido às dificuldades ante uma exposição inequivocamente correta de cursos de pensamento tão complicados e sutis, não posso poupar aos investigadores curiosos a tarefa de obter das fontes originais a informação que desejarem. Não estou, entretanto, certo de que possam ficar inteiramente satisfeitos. Os critérios e as características dos chistes apresentados por esses autores, e acima coligidos - a atividade, a relação com o conteúdo de nossos pensamentos, a característica do juízo lúdico, a conjugação de coisas dissimilares, as idéias contrastantes, o ‘sentido no *nonsense*’, a sucessão de desconcerto e esclarecimento, a revelação do que estava escondido, e a peculiar brevidade de chiste -, tudo isso, é verdade, parece-nos à primeira vista tão estritamente adequado e tão facilmente confirmável pelos exemplos, que não podemos correr qualquer risco de subestimar tais concepções. Mas elas são *disjecta membra* que gostaríamos de ver combinados em um todo orgânico. Uma vez que todos sejam expressos, não contribuem para nosso conhecimento dos chistes mais que um conjunto de anedotas para a descrição da personalidade de alguém cuja biografia temos o direito de solicitar. Não penetramos absolutamente nas conexões presumivelmente existentes entre os determinantes separados: o que teria, por exemplo, a brevidade do chiste a ver com sua característica de ser um juízo lúdico. Necessitamos que, além disso, nos digam se um chiste deve satisfazer a *todos* esses determinantes para que seja propriamente um chiste, ou se precisa satisfazer apenas a *alguns*, nesse caso sendo necessário especificar quais podem ser substituídos por outros e quais são indispensáveis. Desejaríamos também agrupar e classificar os chistes de acordo com suas características consideradas essenciais. A classificação que encontramos na literatura descansa, por um lado, nos recursos técnicos empregados (trocadilhos ou jogos de palavras) e, por outro lado, no uso que se faz deles no discurso (e.g. chistes usados com o objetivo de caricatura, de caracterização, ou de afronta).

Não devemos, pois, achar dificuldades em indicar os objetivos de qualquer nova tentativa de lançar luz sobre os chistes. Para poder contar com algum êxito, teremos, ou que abordar o trabalho a partir de novos ângulos, ou esforçar-nos por penetrá-lo ainda mais através de aumentada atenção e aprofundado interesse. Podemos pelo menos decidir que não fracassaremos quanto ao último aspecto. É impressionante que as autoridades se dêem por satisfeitas com os propósitos de suas investigações, considerando um número tão pequeno de chistes reconhecidos como tais, utilizando além do mais os mesmos exemplos analisados por seus predecessores. Não devemos esquivar-nos ao dever de analisar os mesmos casos que já serviram às clássicas investigações sobre os chistes. Mas temos, além disso, a intenção de voltar-nos sobre novo material, visando a uma fundamentação mais ampla para nossas conclusões. É, pois, natural que escolhamos como assunto de nossa investigação exemplos de chistes que nos tenham impressionado mais no curso de nossas vidas e que nos

tenham feito rir mais intensamente.

Valerá tanto trabalho o tema dos chistes? Pode haver, creio eu, dúvida quanto a isso. Deixando de lado os motivos pessoais que me fazem desejar conseguir uma penetração dos problemas dos chistes, os quais virão à luz no curso destes estudos, posso apelar para o fato de que há íntima conexão entre todos os eventos mentais, fato este que garante que uma descoberta psicológica, mesmo em campo remoto, repercutirá imprevisivelmente em outros campos. Podemos ter também em mente o encanto peculiar e fascinador exercido pelos chistes em nossa sociedade. Um novo chiste age quase como um acontecimento de interesse universal: passa de uma a outra pessoa como se fora a notícia da vitória mais recente. Mesmo homens eminentes que acreditam valer a pena contar a história de suas origens, das cidades e países que visitaram, das pessoas importantes com quem conviveram, não se envergonham de inserir em suas autobiografias o relato de algum excelente chiste que acaso ouviram.

II - A TÉCNICA DOS CHISTES

Vamos tomar agora um caminho, apresentado ao acaso, considerando o primeiro exemplo de chiste com que deparamos no capítulo anterior.

Na parte de seu *Reisebilder* intitulada ‘die Bäder von Lucca [Os Banhos de Lucca]’ Heine introduz a deliciosa figura do agente de loteria e calista hamburguês, Hirsch-Hyacinth, que se jacta ao poeta de suas relações com o rico Barão Rothschild, dizendo finalmente: ‘E tão certo como Deus há de me prover todas as coisas boas, doutor, sentei-me ao lado de Salomon Rothschild e ele me tratou como um seu igual - bastante familiarmente’.

Heymans e Lipps utilizaram esse chiste (que é, indiscutidamente, um chiste excelente e muito divertido) para ilustrar sua concepção de que o efeito cômico dos chistes deriva de ‘desconcerto e esclarecimento’ (ver antes [1]). Deixaremos, entretanto, de lado essa questão e formularemos outra: ‘O que converte o comentário de Hirsch-Hyacinth em um chiste?’. Só pode haver duas respostas possíveis: ou o pensamento expresso na sentença possui em si mesmo o caráter de um chiste, ou o chiste reside na expressão que o pensamento encontrou na sentença. Qualquer que seja a direção em que consista o caráter do chiste, nós o perseguiremos além e tentaremos captá-lo.

Um pensamento pode, em geral, ser expresso por várias formas lingüísticas - ou seja, por

várias palavras - que podem representá-lo com igual aptidão. O comentário de Hirsch-Hyacinth apresenta seu próprio pensamento numa forma particular de expressão e, conforme nos parece, numa forma especialmente estranha, não aquela que seria mais facilmente inteligível. Tentemos exprimir o mesmo pensamento com a maior precisão possível em outras palavras. Lipps executou essa tarefa de modo a explicar em alguma medida a intenção do poeta. Escreve ele (1898, 87): ‘Heine, como o entendo, pretende significar que ele [Hyacinth] fora recebido com uma familiaridade - de espécie não rara, e que em regra não é favorecida por ter um tempero de milionária riqueza’. Não teremos alterado o sentido dessa paráfrase, se lhe dermos uma outra forma mais adequada à fala de Hirsch-Hyacinth: ‘Rothschild tratou-me como um igual, muito familiarmente, isto é, na medida em que isso é possível a um milionário’. ‘A condescendência de um homem rico’, acrescentaríamos, ‘sempre envolve alguma coisa pouco agradável para quem a experimente.’

Quer nos decidamos a escolher qualquer das duas, igualmente válidas, versões do pensamento, verificamos que a questão que nos puséramos, fica resolvida. Nesse exemplo o caráter do chiste não reside no pensamento. O que Heine pôs na boca de Hirsch-Hyacinth é uma observação correta e aguda, uma observação de inequívoca amargura, compreensível num pobre homem defrontado por tão grande riqueza; não nos aventuraríamos, entretanto, a descrevê-la como chistosa. Se alguém é incapaz, ao considerar a tradução do chiste, de livrar-se da lembrança da forma dada pelo poeta ao pensamento, sentindo assim que, não obstante, o pensamento é ele próprio chistoso, podemos apontar, como critério seguro, para o fato de que o caráter chistoso se tenha perdido na tradução. O comentário de Hirsch-Hyacinth faz-nos rir a bom rir, enquanto sua acurada tradução por Lipps, ou a nossa própria versão desta, ainda que possa agradar-nos e fazer-nos pensar, dificilmente poderá suscitar riso.

Mas, se o que faz de nosso exemplo um chiste não é nada que resida no pensamento, devemos procurá-lo na forma, na verbalização que o exprime. Temos apenas que estudar a peculiaridade de sua forma de expressão para captar o que se pode denominar técnica verbal ou expressiva desse chiste, algo que deve estabelecer íntima relação com a essência do chiste, já que, substituída por qualquer outra coisa, o caráter e o efeito do chiste desaparecem. Além do mais, ao atribuir tanta importância à forma verbal dos chistes estamos em perfeita concordância com as autoridades. Assim, Fischer (1889, 72) escreve: ‘É, em primeiro lugar, a simples forma que transforma em chiste um juízo; recordamos um dito de Jean Paul que, em único aforismo, explica e exemplifica essa precisa característica dos chistes: “Tal é simplesmente o poder da posição, seja entre guerreiros seja entre palavras”’.

Em que consiste, pois, a ‘técnica’ desse chiste? O que acontece ao pensamento, como expresso, por exemplo, em nossa versão, de modo a torná-lo um chiste que nos faz rir entusiasticamente? Ocorrem duas coisas, tal como podemos verificar pela comparação de nossa versão com o texto do poeta. Primeiro, ocorre uma considerável *abreviação*. A fim de

expressar completamente o pensamento contido no chiste, fomos obrigados a acrescentar às palavras ‘R. tratou-me quase como seu igual, muito familiarmente’, um post-scriptum que, reduzido à sua forma mais condensada, se exprime, ‘isto é, na medida em que isso é possível a um milionário’. E, ainda assim, sentimos necessidade de uma ulterior sentença explicativa. O poeta o exprime de maneira muito mais sintética: ‘R. tratou-me como um seu igual - bastante familionariamente’. No chiste desaparece toda a restrição acrescentada pela segunda sentença à primeira, que relata o tratamento familiar.

Mas não desaparece a ponto de não deixar um substituto a partir do qual possamos reconstruí-la. A palavra ‘*familiär* [familiarmente]’, na expressão não chistosa do pensamento, transformou-se no texto do chiste em ‘*famillionär* [familionariamente]’; e não pode haver dúvida de que é precisamente dessa estrutura verbal que dependem o caráter do chiste como chiste e o seu poder de causar riso. A palavra ora construída coincide, em sua posição anterior, com o ‘*familiär*’ da primeira sentença, e nas sílabas finais com o ‘*Millionär*’ [milionariamente] da segunda. A palavra representa, portanto, a posição ‘*Millionär*’ da segunda sentença e, mesmo, toda a segunda sentença, o que nos põe em condições de inferir que a segunda sentença tenha sido omitida do texto do chiste. Pode ser descrita como uma ‘estrutura composta’, constituída pelos dois componentes ‘*familiär*’ e ‘*Millionär*’, e é tentador fornecer um quadro diagramático da maneira pela qual se fez a derivação a partir daquelas duas palavras:

f a m i l i ä r

m i l i o n ä r

f a m i l i o n ä r

O processo de conversão do pensamento em um chiste pode ser representado da seguinte maneira, fantástica à primeira vista, mas produzindo precisamente o resultado que realmente se nos depara:

'R. tratou-me bastante *familiär*,

isto é, tanto quanto é possível para um *Millionär*.'

Imaginemos agora que uma força compressora é levada a atuar sobre essas sentenças, e que, por alguma razão, a segunda é a menos resistente. Opera-se, pois, o seu desaparecimento, enquanto seu constituinte mais importante, a palavra '*Millionär*', que tem êxito ao rebelar-se contra sua supressão, é, por assim dizer, reintegrada à primeira sentença, e fundida com o elemento de tal sentença que lhe é mais semelhante: '*familiär*'. E a possibilidade casual, que assim emerge, de salvar a parte essencial da segunda sentença efetivamente favorece a dissolução dos outros constituintes menos importantes. Assim, pois, é gerado o chiste:

'R. tratou-me bastante *famili on är*.'

(*mili*) (*är*)

Se excluímos da abordagem tal força compressora que, na verdade, desconhecemos, o processo pelo qual se forma o chiste - ou seja, a técnica do chiste - pode ser descrito, nesse caso, como uma 'condensação acompanhada pela formação de um substituto'; e no exemplo em pauta, a formação do substituto consiste na produção de uma 'palavra composta'. Essa palavra composta '*famillionär*', que é, em si mesma, incompreensível, mas imediatamente compreendida em seu contexto e reconhecida como plena de sentido, é o veículo do efeito compelidor do riso no chiste - mecanismo que não fica, em absoluto, mais bem esclarecido por nossa descoberta da técnica do chiste. De que modo um processo lingüístico de condensação, acompanhado pela formação de um substituto através de palavra composta, pode proporcionar-nos prazer e fazer-nos rir? Esse, evidentemente, é um problema diferente, cujo tratamento podemos adiar até que tenhamos encontrado uma maneira de abordá-lo. Por enquanto, nos restringiremos à técnica dos chistes.

Nossa expectativa de que a técnica dos chistes não seja indiferente à perspectiva de descoberta da essência destes, leva-nos imediatamente a inquirir se existem outros exemplos de chistes, construídos à maneira do '*famillionär*' de Heine. Não existindo muitos, são,

entretanto, numerosos o bastante para constituírem um pequeno grupo caracterizado pela formação de palavras compostas. O próprio Heine derivou um segundo chiste da palavra ‘*Millionär*’, copiando-se a si mesmo. No Capítulo 19 de seu ‘*Ideen*’, ele fala de um ‘*Millionar*’, óbvia combinação de ‘*Millionär*’ e ‘*Narr*’, que, exatamente como no primeiro exemplo, libera um pensamento subsidiário suprimido.

Eis alguns outros exemplos que encontrei. Há uma certa fonte [*Brunnen*] em Berlim, cuja construção custou ao Burgomestre Forckenbecke muita impopularidade. Os berlinenses a chamaram ‘*Forckenbecken*’, e essa descrição encerra certamente um chiste, ainda que para isso fosse necessário substituir a palavra ‘*Brunnen*’ por seu obsoleto equivalente ‘*Becken*’ a fim de combiná-la em uma totalidade com o nome do Burgomestre. A opinião pública européia foi responsável também por um chiste cruel ao trocar o nome de um potentado de Leopold para Cleopold, devido às relações que ele mantivera certa vez com uma senhora cujo primeiro nome era Cleo. Esse indiscutível produto de uma condensação mantém viva uma perturbadora alusão à custa de uma única letra. Os nomes próprios em geral são fáceis vítimas desse tipo de tratamento pela técnica do chiste. Havia em Viena dois irmãos chamados Salinger, um dos quais era um *Börsensensal* [corretor da Bolsa; *Sensal* = corretor]. Tal fato forneceu um meio para chamá-lo ‘*Sensalinger*’, enquanto seu irmão, para distingui-lo, era chamado pelo nada lisonjeiro nome de ‘*Scheusalinger*’. A denominação era engenhosa e, sem dúvida, constituía um chiste; não posso dizer se justificável. Mas os chistes, em regra, pouco indagam quanto a isso.

Contaram-me certa vez o seguinte chiste de condensação. Um jovem que vinha levando uma vida boêmia no estrangeiro retribuiu, após longa ausência, uma visita a um amigo que morava aqui. O último surpreendeu-se ao ver uma *Ehering* [aliança de casamento] na mão do visitante. ‘Como?’ exclamou ele, ‘você casou-se?’ ‘Sim’, foi a resposta, ‘*Trauring*, mas verdadeiro’. O chiste é excelente. A palavra ‘*Trauring*’ combina ambos os componentes: ‘*Ehering*’ transformado em ‘*Trauring*’ e a sentença ‘*trauring, aber wahr* [triste, mas verdadeiro]’. O efeito do chiste não sofre interferência do fato de que a palavra composta aqui não seja, como ‘*famillionär*’, uma estrutura ininteligível e, de outra maneira, inexistente, sendo antes uma palavra que coincide inteiramente com um dos dois elementos representados.

No curso da investigação eu próprio forneci certa vez, não intencionalmente, matéria para um chiste, uma vez mais bastante análogo a ‘*famillionär*’. Relatava eu a uma dama os grandes serviços prestados por um homem de ciência, que considerava injustamente negligenciado. ‘Mas como’, disse ela, ‘o homem merece um monumento.’ ‘Talvez ele o tenha um dia’, repliquei, ‘mas *momentan* [no momento] tem muito pouco sucesso.’ ‘*Monument*’ e ‘*momentan*’ são antônimos. A senhora prosseguiu reunindo-os: ‘Bem, desejemos-lhe então um sucesso *monumentan*.’

Devo alguns exemplos em línguas estrangeiras, que apresentam o mesmo mecanismo condensador de nosso ‘*famillionär*’, a uma excelente discussão do mesmo assunto em inglês, por A. A. Brill (1911). Relata Brill que o autor inglês De Quincey comentou em algum lugar que as pessoas idosas inclinam-se por cair no ‘anecdote’. Esta palavra é uma fusão das palavras parcialmente coincidentes.

ANECDOTE

e RADOTAGE

Em uma outra história anônima, Brill encontrou certa vez a época do Natal descrita como ‘the alcoholidays’, fusão similar de

ALCOHOL

e HOLIDAYS.

Depois que Flaubert publicou sua celebrada novela *Salammbô*, Sainte-Beuve qualificou ironicamente a cena que se passava na antiga Cartago, a despeito de sua detalhada elaboração, como sendo ‘Carthaginoiserie’;

CARTHAGINOIS

e CHINOISERIE

Mas o melhor exemplo de um chiste desse grupo deve-se a um dos homens de proa da Áustria, o qual, após importante trabalho público e científico, ocupa agora um dos mais altos postos do Estado. Aventurei-me a utilizar chistes a ele atribuídos, que levam todos aliás o mesmo selo inconfundível, como material para estas pesquisas, principalmente porque seria difícil encontrá-lo melhor.

A atenção de Herr N. foi um dia despertada pela figura de um escritor, que se tornou afamado devido a uma série de ensaios inegavelmente tediosos, escritos em contribuição a um jornal diário de Viena. Todos esse ensaios tratavam de pequenos episódios sobre as relações de Napoleão I com a Áustria. O autor tinha cabelos vermelhos. Tão logo ouviu a menção de seu nome, Herr N. indagou: ‘Esse não é aquele *roter Fadian* que se estende pela história dos Napoleônidas?’.

Para descobrir a técnica desse chiste devemos submetê-lo ao processo de redução que elimina o chiste pela mudança do modo de expressão, apresentando, ao invés, o sentido original completo que decerto pode ser inferido de um bom chiste. O chiste de Herr N. sobre o ‘roter Fadian’ deriva de dois componentes: um julgamento depreciativo do escritor e uma evocação do famoso símile com que Goethe introduz os excertos ‘Do diário de Ottilie’ no *Wahlverwandtschaften*. A destemperada crítica pode assim ser entendida: ‘Trata-se então dessa pessoa que incessantemente escreve apenas histórias tediosas sobre Napoleão na Áustria!’. Ora este comentário por nada é um chiste. Nem é um chiste a bela analogia de Goethe, que decerto não foi calculada com o objetivo de fazer-nos rir. Exclusivamente quando esses dois fatos são postos em conexão entre si, submetidos ao peculiar processo de condensação e fusão, o chiste emerge - e um chiste da primeira ordem.

A conexão do julgamento depreciativo sobre o tedioso escritor com a bela analogia em *Wahlverwandtschaften* deve ter ocorrido (por razões que ainda não tornei inteligíveis) de uma maneira menos simples que em muitos outros casos similares. Tentarei representar o provável curso dos eventos pela seguinte construção. Primeiramente, o elemento de constante recorrência temática nas histórias pode ter despertado em Herr N. a leve recordação de uma conhecida passagem de *Wahlverwandtschaften*, em geral citada erradamente: ‘estende-se como se fora um *roter Faden* [fio escarlate]’. O *roter Faden* da analogia exerceu então uma influência modificadora da expressão da primeira sentença, em consequência da circunstância eventual de que a pessoa insultada fosse também *rot* [vermelha], isto é, tivesse cabelos vermelhos. Poder-se-ia então traduzir: ‘É então aquela pessoa vermelha (ruiva) que escreve entediantes histórias sobre Napoleão!’. Inicia-se então o processo, efetuando a condensação dos dois pedaços. Sob a pressão deste, que encontra seu primeiro fulcro na identidade do elemento ‘rot’, o ‘tedioso’ é assimilado a ‘Faden’ (fio) e depois modificado para ‘fad [estúpido]’; após isso, os dois componentes puderam fundir-se no efetivo texto do chiste, desempenhando a citação, nesse caso, um papel tão importante

quanto o elemento julgamento depreciativo, que estava inegavelmente isolado no início do processo. ‘Então, é aquele sujeito *vermelho* que escreve esta fad matéria sobre N[apoleon].’

‘O *vermelho Faden* que se estende por tudo.’

‘Não é aquele *red Fadian* que se estende pela estória dos N[apoleônidas]?’

Em capítulo posterior (ver em [1]) acrescentarei uma justificação, tanto quanto uma correção, a essa abordagem, quando vier a analisar esse chiste a partir de pontos de vista não meramente formais. Mas seja o que for que restar pendente de dúvida, é inegável que uma condensação se tenha processado. O resultado da condensação é, novamente, por um lado, uma abreviação considerável; mas, por outro lado, em vez da formação de alguma surpreendente palavra composta, o que se dá é a interpenetração dos constituintes dos dois componentes. É verdade que ‘*roter Fadian*’ poderia existir como uma simples denominação ofensiva, mas, em nosso caso, é seguramente o resultado de uma condensação.

Se, nesse ponto, um leitor vier a indignar-se diante de um método de abordagem que ameaça arruinar sua apreciação dos chistes sem ser capaz de lançar luz sobre a fonte de tal deleite solicito-lhe paciência, por enquanto. No momento estamos tratando apenas da técnica dos chistes e essa investigação é mesmo promissora se a fizermos avançar suficientemente.

A análise do último exemplo preparou-nos para descobrir que, se nos depararmos com o processo de condensação em mais alguns exemplos, o substituto daquilo que é suprimido pode ser, não uma estrutura composta, mas alguma outra alteração da forma de expressão. Podemos inteirar-nos do que possa ser essa outra forma substituta, considerando um outro chiste de Herr N.

‘Viajei com ele *tête-a-bête*’. Nada mais fácil que a redução desse chiste que, claramente, significa: ‘Viajei com X *tête-à-tête*, e X é uma besta’.

Nenhuma dessas duas últimas sentenças é um chiste. Elas podiam ser reunidas em ‘Viajei com aquela besta do X *tête-à-tête*’ e, ainda assim, não comporiam um chiste. O chiste apenas emerge se se omite ‘besta’, e, em sua substituição, o ‘t’ de uma das ‘*tête*’ converte-se

em ‘b’. Com essa leve modificação, e não obstante ela, a palavra ‘besta’ suprimida encontra expressão novamente. A técnica desse grupo de chistes pode ser descrita como ‘condensação acompanhada de leve modificação’, podendo-se insinuar que quanto mais leve for a modificação melhor será o chiste.

É similar a técnica de um outro chiste, embora um pouco mais complicada. No curso de uma conversa, falando-se sobre uma pessoa da qual tanto se havia para louvar como para criticar, Herr N. comentou: ‘Bem, a vaidade é um de seus quatro calcanhares de Aquiles’. Nesse caso a leve modificação consiste em que, ao invés de *um* calcanhar de Aquiles, que o herói deve ter efetivamente possuído, temos em questão *quatro* calcanhares. Quatro calcanhares - ora, apenas um animal tem quatro calcanhares. Assim, os dois pensamentos condensados no chiste exprimem-se: ‘À parte sua vaidade, Y é um homem eminente; apesar disso, não gosto dele - é antes um animal que um homem’.

Certa vez, ouvi outro chiste, similar mas mais simples, um chiste em *statu nascendi* num círculo familiar. Estando dois irmãos em um colégio, um deles era um excelente estudante e o outro um estudante medíocre. Aconteceu então que o aluno exemplar teve também um fracasso na escola e sua mãe referiu-se a esse incidente exprimindo sua preocupação com o que poderia significar o começo de uma ulterior deterioração. O menino que até então tinha sido ofuscado por seu irmão, agarrou essa oportunidade. ‘É verdade, Karl está recuando nas quatro.’

A modificação aqui consiste em um breve acréscimo à convicção de que ele também participava da opinião de que seu irmão estava regredindo. Mas tal modificação representava e substituía uma apaixonada alegação em causa própria: ‘Você não deve achar que ele é muito mais inteligente que eu simplesmente porque tem mais sucesso na escola. Afinal, é apenas um estúpido animal - vale dizer, muito mais estúpido que eu’.

Um outro bem conhecido chiste de Herr N. oferece um nítido exemplo de condensação com leve modificação, em comentário sobre um personagem da vida pública: ‘Tem um grande futuro por trás dele’. O homem a quem esse chiste se referia era bem mais jovem e parecia destinado, por seu nascimento, educação e qualidades pessoais, a conseguir no futuro a liderança de um grande partido político e a entrar no governo como chefe deste. Mas os tempos mudaram; o partido tornou-se tão inadmissível como o governo e podia-se prever que o homem predestinado à liderança acabaria não chegando a parte alguma. A versão mais sintética a que se poderia reduzir o chiste seria: ‘O homem teve um grande futuro à sua frente, mas não tem mais’. Em vez do ‘teve’ e da segunda oração, fez-se simplesmente uma pequena modificação na oração principal substituindo-se ‘à sua frente’ pelo antônimo ‘por

trás dele’.

Herr N. utilizou quase exatamente a mesma modificação no caso de um cavalheiro que se tornou Ministro da Agricultura pela única qualificação de ser um fazendeiro. A opinião pública teve ocasião de reconhecer que se tratava do menos dotado entre os ocupantes do cargo em todos os tempos. Quando abandonou o posto e retirou-se a seus interesses rurais particulares, Herr N. disse dele: ‘Como Cincinnatus, voltou a seu lugar à frente de um arado’.

O romano, entretanto, que fora convocado a um cargo público, deixando o arado, retornou a seu lugar *atrás* deste. O que vem *à frente* de um arado, naquele então e sempre, é apenas um boi.

Karl Kraus foi responsável por uma outra feliz condensação com leve modificação. Escreveu a respeito de certo jornalista da imprensa marrom que este viajara a um dos países dois Balcãs pelo ‘*Orienter presszug*’. Sem dúvida essa palavra combina duas outras: *Orientexpresszug* [Expresso Oriente]’ e ‘*Erpressung* [chantagem]’. Devido ao contexto, o elemento ‘*Erpressung*’ emerge apenas como uma modificação de ‘*Orientexpresszug*’ - uma palavra requerida pelo verbo [‘viajara’]. Esse chiste que se apresenta à guisa de um erro de imprensa, suscita por uma outra razão nosso interesse.

Essa série de exemplos poderia ser facilmente expandida mas não creio que necessitemos de novos casos para capacitar-nos a captar nitidamente as características da técnica desse segundo grupo - condensação com modificação. Se compararmos o segundo grupo com o primeiro, cuja técnica consistia na condensação com formação de palavra composta, verificaremos facilmente que a diferença entre eles não é de caráter essencial e que as transições ocorrem fluentemente. Tanto a formação de palavras compostas como a modificação podem ser subsumidas sob o conceito de formação de substitutos; e, se o desejarmos, poderemos também descrever a formação de uma palavra composta como a modificação de uma palavra básica por um segundo elemento.

Aqui, porém, devemos fazer uma primeira pausa e perguntar-nos com que fator conhecido na literatura sobre o assunto coincide parcial ou inteiramente essa nossa primeira descoberta. Evidentemente coincide com o fator da brevidade, descrito por Jean Paul como ‘a alma do chiste’ (ver em [1]). Mas a brevidade não é por si mesma chistosa, caso em que todo comentário lacônico viria a sê-lo. A brevidade do chiste deve ser de uma espécie

particular. Lembremo-nos de que Lipps tentou descrever mais precisamente essa particular brevidade dos chistes (ver em [2]). Para isso nossa investigação contribui de algum modo, demonstrando que a brevidade dos chistes é freqüentemente o resultado de um processo particular que deixa um segundo vestígio na verbalização do chiste - a formação de um substituto. Pela utilização do procedimento de redução, que procura desfazer esse peculiar processo de condensação, verificamos também que o chiste depende inteiramente de sua expressão verbal tal como estabelecida pelo processo de condensação. Todo nosso interesse volta-se, naturalmente, para esse estranho processo que foi até aqui escassamente examinado. Nem ao menos podemos compreender como é que tudo o que há de mais valioso no chiste, a produção de prazer que este nos traz, pode originar-se desse processo.

Serão conhecidos, em algum outro domínio de eventos mentais, processos similares aos que aqui descrevemos como técnica do chiste? Há processos semelhantes em um único campo, aparentemente muito remoto. Em 1900 publiquei um livro que, como indica seu título (*A Interpretação de Sonhos*), tentava lançar luz sobre o que havia de enigmático nos sonhos, estabelecendo-os como derivativos de nosso funcionamento mental normal. Nessa obra encontrei ocasião de contrastar o *manifesto*, e freqüentemente estranho, *conteúdo do sonho* com os *pensamentos oníricos latentes*, que são perfeitamente lógicos e dos quais o sonho é derivado; meti-me na investigação dos processos que fazem surgir o sonho a partir dos pensamentos oníricos latentes, tanto quanto das forças psíquicas envolvidas nessa transformação. Dei o nome de ‘elaboração onírica’ à totalidade desses processos transformadores e descrevi como integrante dessa elaboração onírica um processo de condensação que mostra a maior similaridade com aquele constatado na técnica dos chistes - que, da mesma forma, leva à abreviação, e cria formações de substitutos da mesma natureza. Todos estão acostumados, pela recordação de seus próprios sonhos, com as estruturas compostas, tanto de pessoas como de coisas, que emergem nos sonhos. Na verdade, os sonhos constroem-nas mesmo com palavras, sendo possível então dissecá-las na análise. (Por exemplo, ‘Autodidasker’, = ‘Autodidakt’ + ‘Lasker’.) Em outras ocasiões - de fato, muito mais freqüentes - o trabalho de condensação nos sonhos produz, não estruturas compostas, mas quadros que nos recordam com exatidão uma coisa ou uma pessoa, exceto por um acréscimo ou uma alteração derivada de alguma outra fonte: modificação precisamente do mesmo tipo encontrado nos chistes de Herr N. Não podemos pôr em dúvida que em ambos os casos somos confrontados pelo mesmo processo psíquico, ao qual podemos reconhecer devido a seus resultados idênticos. Uma analogia tão abrangente entre a técnica dos chistes e a elaboração onírica sem dúvida aumentará nosso interesse na primeira e suscitará em nós uma expectativa de que uma comparação dos chistes com os sonhos ajudará a lançar luz sobre os chistes. Contudo, não daremos ainda início a essa tarefa, já que devemos considerar que até agora só foi investigada a técnica de um número muito pequeno de chistes, de modo a não podermos dizer que a analogia que propomos para guiar-nos mantém-se de fato estabelecida. Nós nos afastaremos, portanto, da comparação com os sonhos e voltaremos à técnica dos chistes, deixando nesse ponto de nossa investigação um cabo solto que possamos talvez retomar em um estágio ulterior.

A primeira coisa que queremos saber é se o processo de condensação com formação de substituto há de ser encontrado em todo chiste, devendo, portanto, ser considerado como uma característica universal da técnica dos chistes.

Lembro-me aqui de um chiste que persistiu em minha memória devido às circunstâncias especiais em que o ouvi. Um dos grandes professores à época de minha juventude, pessoa que sempre consideramos incapaz de apreciar um chiste e de quem nunca ouvimos igualmente um, chegou um dia ao Instituto rindo-se, e, mais prontamente que de costume, explicou-nos a razão de seu bom humor. ‘Acabei de ler um excelente chiste’, disse ele. ‘Um jovem, parente do grande Jean-Jacques Rousseau, de quem ele trazia o nome, foi apresentado em um *salon* de Paris. Tinha, além do mais, os cabelos vermelhos. Comportou-se entretanto de maneira tão desajeitada que a anfitriã comentou criticamente para o cavalheiro que o apresentou: “Vou m’avez fait connaître un jeune homme *roux* et *sot*, mais non pas un *Rousseau*’.’ E o professor riu-se novamente.

De acordo com a nomenclatura das autoridades esse chiste seria classificado como um ‘*Klangwitz*’ e, ainda, de tipo inferior, constituindo-se em um jogo com um nome próprio - em nada dessemelhante, por exemplo, ao chiste do sermão do monge capuchinho em *Wallensteins Lager*, que, como se sabe, tem por modelo o estilo de Abraham de Santa Clara:

Lasst sich nennen den *Wallenstein*,

ja freilich ist er uns *allen* ein *Stein*

des Anstosses und Ärgernisses.

Mas qual será a técnica desse chiste? Verificamos imediatamente que a característica que esperaríamos demonstrar como universal está ausente no primeiro novo exemplo examinado. Não há omissão aqui, e dificilmente poder-se-ia encontrar uma abreviação. A própria dama manifesta diretamente no chiste quase tudo que poderíamos atribuir a seus pensamentos. ‘Você despertara minhas expectativas quanto a um parente de Jean-Jacques Rousseau -

talvez, um parentesco espiritual - e eis o que temos: um jovem ruivo e idiota: um *roux* e *sot*.' É verdade que pude fazer uma interpolação, mas essa tentativa de redução não desfaz o chiste, o qual permanece relacionado à identidade fônica das palavras . Fica, pois, demonstrado que a condensação com formação de substituto não tem lugar na produção desse chiste.

Que mais se pode dizer além disso? Novas tentativas de redução provam-me que o chiste persiste até que o nome 'Rousseau' seja substituído por um outro. Se eu pusesse, por exemplo, 'Racine' em seu lugar, a crítica da dama, que perduraria tão possível quanto antes, perderia entretanto qualquer vestígio de chiste. Sei agora onde procurar a técnica desse chiste, embora ainda hesite em formulá-lo. Tentativamente: a técnica desse chiste consiste no fato de que uma e mesma palavra - o nome - aparece *usada de duas maneiras*, uma vez como um todo, e outra vez segmentada em sílabas separadas qual uma charada.

Posso apresentar alguns exemplos, de técnica idêntica.

Uma dama italiana dizia ter-se vingado de um comentário sem tato do primeiro Napoleão com um chiste que utilizava a mesma técnica de duplo uso de uma palavra. Em um baile da corte, ele lhe disse, apontando para o par e conterrâneo dela: 'Tutti gli Italiani danzano si male'. Diante do que ela desferiu rápido contragolpe: 'Non tutti, ma buona parte'. (Brill, 1911.)

Certa vez, quando a *Antigone* [de Sófocles] foi encenada em Berlim, a crítica lamentou que faltasse à encenação o adequado caráter de antigüidade. O espírito berlinense transformou a crítica nas seguintes palavras: '*Antik? Oh, nee*'. (Vischer, 1846-57, 1, 429 e Fischer, 1889 [75].)

Um análogo chiste de segmentação de palavras é corrente em círculos médicos. Se se indaga a um jovem paciente se já teve alguma experiência masturbatória, a resposta seguramente há de ser: '*O na, nie!*'.

Em todos os três exemplos, que nos são bastantes no que toca a essa espécie de chistes, observamos a mesma técnica: em cada um, o mesmo nome é usado duas vezes, uma vez como um todo e a outra vez segmentado em sílabas separadas, as quais têm, assim separadas, um outro sentido.

O uso múltiplo da mesma palavra, uma vez como um todo e outra nas sílabas em que se divide, é o primeiro caso em que deparamos com uma técnica diferente da condensação.

Mas a profusão de exemplos que encontramos deve convencer-nos, após curta reflexão, que a nova técnica descoberta dificilmente deverá limitar-se a esse método. Há inúmeros outros modos possíveis - quantos, é praticamente impossível dizê-lo - pelos quais a mesma palavra ou o mesmo material verbal pode prestar-se a múltiplos usos em uma sentença. Todas essas possibilidades deverão ser consideradas como métodos técnicos de elaborar chistes? Ao que parece, sim, e os exemplos que seguem provarão isso.

Em primeiro lugar, pode-se tomar o mesmo material verbal e fazer simplesmente alguma alteração em seu *arranjo* (ordem das palavras). Quanto mais leve a alteração - maior a impressão de que algo diferente está sendo dito pelas mesmas palavras -, melhor será o chiste tecnicamente.

‘O Sr. e a Sra. X vivem em grande estilo. Alguns pensam que o esposo ganhou muito dinheiro e tem, portanto, economizado um pouco (dando pouco) [*sich etwas zurückgelegt*]; outros, porém, pensam que a esposa tem dado um pouco [*sich etwas zurückgelegt*] ganhando portanto muito dinheiro.’

Um chiste realmente diabolicamente engenhoso! E produzido com extraordinária economia de meios! ‘Ganhou muito dinheiro - deu pouco [*sich etwas zurückgelegt*]; deu um pouco [*sich etwas zurückgelegt*] - ganhou muito dinheiro.’ É meramente a inversão dessas duas expressões que distingue o que se diz do esposo daquilo que se insinua da esposa. A propósito, essa não é, uma vez mais, toda a técnica do chiste. (Ver em [1] e [2].)

Um amplo campo de jogo descortina-se a essa técnica de chistes se estendemos o ‘uso múltiplo do mesmo material’ de modo a cobrir os casos em que a palavra (ou palavras) em que reside o chiste ocorre, uma vez, inalterada, mas na segunda vez, com leve modificação. Eis por exemplo um outro dos chistes de Herr N.:

Este ouvira de um cavalheiro, nascido judeu, um comentário malévolos sobre o caráter judeu. ‘Herr Hofrat’, disse ele, ‘seu ante-semitismo me é bem conhecido; o que é novo para mim é seu anti-semitismo’.

Apenas uma única letra foi alterada, e essa modificação dificilmente seria notável em uma fala descuidada. O exemplo recorda-nos um dos outros chistes de modificação de Herr N. (Ver em [1].), com a diferença de que aqui não há condensação; tudo o que se tem a dizer é dito no chiste: ‘Sei que você era antigamente um judeu; estou, pois, surpreso em ouvi-lo falar mal dos judeus’.

Um admirável exemplo de chiste de modificação é a bem conhecida proclamação ‘*Traduttore - Traditore!*’, A similaridade das duas palavras, que quase remonta à

identidade, representa da maneira mais impressionante a necessidade que força o tradutor a cometer crimes contra o original.

A variedade de leves modificações possíveis em tais chistes é tão grande que nenhum deles se assemelha exatamente a outro.

Eis um chiste do qual se diz ter sido enunciado no decorrer de um exame de jurisprudência. O candidato devia traduzir uma passagem no Corpus Juris: “‘Labeo ait’ ... eu caio (*‘fall’*), diz ele!” ‘Você é reprovado (*‘fail’*), digo eu’, replica o examinador e o exame chega ao fim. Quem se engana tomando o nome do grande jurista por uma forma verbal, e ainda assim evocada erradamente, não merece mesmo nada melhor. Mas a técnica do chiste consiste no fato de que quase as mesmas palavras que provaram a ignorância do candidato foram utilizadas pelo examinador para pronunciar sua punição. O chiste é, além do mais, um exemplo de ‘resposta pronta’, técnica que, como veremos (ver em [1]), não difere em muito da que estamos ilustrando aqui.

As palavras são um material plástico, que se presta a todo tipo de coisas. Há palavras que, usadas em certas conexões, perdem todo seu sentido original, mas o recuperam em outras conexões. Um chiste de Lichtenberg isola cuidadosamente as circunstâncias em que as palavras esvaziadas são levadas a recuperar seu sentido pleno:

“‘Como é que você anda?’ - perguntou um cego a um coxo. “Como você vê” - respondeu o coxo ao cego.’

Há também palavras em alemão que, dependendo de estarem ‘plenas’ ou ‘vazias’, podem ser tomadas em sentido diferente e, de fato, em mais de um sentido. Pois, podem haver duas derivações de uma mesma raiz, uma das quais seja uma palavra de sentido pleno e a outra uma sílaba final ou sufixo esvaziado, sendo ambas pronunciadas exatamente da mesma maneira. A identidade fônica entre uma palavra plena e uma sílaba esvaziada pode ser também puro acaso. Em ambos os casos, a técnica do chiste se aproveita das condições prevaletentes no material lingüístico.

Um chiste, por exemplo, atribuído a Schleiermacher, é importante para nós por constituir exemplo quase puro desses métodos técnicos: ‘*Eifersucht* [o ciúme] é uma *Leidenschaft* [paixão] que *mit Eifer sucht* [com avidez procura] o que *Leiden schafft* [causa dor]’.

Esse é inegavelmente um chiste, mesmo que não particularmente efetivo. Aqui estão ausentes inúmeros fatores, que na análise de outros chistes podem enganar-nos até que os

examinemos, cada um separadamente. Pouco importa o pensamento verbalmente expresso: a definição que se dá do ciúme é, em todo caso, inteiramente insatisfatória. Não se encontra vestígio do ‘sentido no *nonsense*’, do ‘significado escondido’, ou de ‘desconcerto e esclarecimento’. Nenhum esforço revelará um ‘contraste de idéias’: pode-se encontrar com grande dificuldade um contraste entre as palavras e o que elas significam. Não há qualquer sinal de abreviação: pelo contrário, a verbalização afigura-se prolixa. No entanto, temos ainda um chiste, e mesmo muito perfeito. Sua única característica é ao mesmo tempo aquela em cuja ausência desaparece o chiste: o fato de que as mesmas palavras prestam-se a usos múltiplos. Podemos então incluir esse chiste numa subclasse daqueles cujas palavras são usadas primeiro como um todo e depois segmentadas (e. g. Rousseau ou Antigone), ou na outra subclasse em que a multiplicidade é produzida pelo sentido pleno ou esvaziado dos constituintes verbais. À parte este, apenas um outro fator merece ser notado do ponto de vista da técnica dos chistes. Encontramos aqui estabelecido um raro estado de coisas: ocorreu uma espécie de ‘unificação’, já que ‘*Eifersucht* [ciúme] é definido através de seu próprio nome - portanto, através de si mesmo. Essa (unificação) constitui também, como veremos (ver em [1]), uma técnica de chistes. Esses dois fatores devem ser em si mesmos suficientes para conferir a uma expressão o caráter chistoso.

Se penetramos ainda além na variedade de formas de ‘uso múltiplo’ da mesma palavra, notamos repentinamente que temos diante de nós exemplos de ‘duplo sentido’ ou de ‘jogo de palavras’ - formas há muito conhecidas e reconhecidas como técnica de chistes. Por que tivemos o trabalho de redescobrir aquilo que se poderia buscar no mais superficial ensaio sobre os chistes? Para começar, só podemos invocar em nossa justificação que, não obstante, apresentamos um outro aspecto de tal fenômeno da expressão lingüística. O que as autoridades supõem definidor do caráter dos chistes como uma espécie de ‘jogo’ é por nós classificado sob o título de ‘uso múltiplo’.

Os outros casos de uso múltiplo passíveis de ser reunidos sob o título de ‘duplo sentido’ como um novo grupo, o terceiro, podem ser facilmente divididos em subclasses, que, efetivamente, não podem ser separadas entre si por distinções mais essenciais do que as que possibilitam a derivação do terceiro grupo como um todo a partir do segundo. Constatamos:

(a) Casos de duplo sentido de um nome de uma coisa por ele denotada. Por exemplo: ‘Discharge thyself of our company, Pistol! (Descarrega-te (desaparece) de nossa companhia, Pistola!)’ (*Shakespeare [II Henry IV, ii, 4.]*).

‘Mais *Hof* [namoro] que *Freiung* [casamento]’, disse uma espirituosa vienense sobre inúmeras moças bonitas que, admiradas durante anos, acabam por não encontrar um marido. ‘*Hof*’ e ‘*Freiung*’ são os nomes de duas praças vizinhas no centro de Viena.

‘O vil Macbeth não reina aqui em Hamburgo: o rei aqui é *Banko* [dinheiro bancário].’ (Heine, [*Schnabelewopski*, cap. 3].)

Onde o nome não possa ser usado (deveríamos talvez dizer ‘mal-usado’) sem alterações, pode-se derivar dele um duplo sentido através das leves modificações que já conhecemos:

‘Por que’, perguntava-se em tempos passados, ‘o Francês rejeitou *Lohengrin*?’ ‘Por causa de Elza (Elsass [Alsace]).’

(b) Duplo sentido procedendo dos significados literal e metafórico de uma palavra. Eis uma das mais férteis fontes da técnica dos chistes. Citarei apenas um exemplo:

Um médico, meu amigo, afamado por seus chistes, disse certa vez a Arthur Schnitzler, o dramaturgo: ‘Não me surpreendo que você tenha se tornado um grande escritor. Afinal seu pai susteve um espelho para seus contemporâneos’. O espelho sustido pelo pai do dramaturgo, o famoso Dr. Schnitzler, era o laringoscópio. Um famoso dito de Hamlet falamos que o objetivo de uma peça, tanto quanto do dramaturgo que a cria, é ‘to hold, as were, the mirror up to nature; to show virtue her own feature, scorn her own image, and the very age and body of the time his form and pressure (suster, como se fora, um espelho à natureza; mostrar à virtude sua feição própria, ao escárnio sua própria imagem, ao torso e à longa idade do tempo sua forma e premência)’. [III, 2.]

(c) Duplo sentido propriamente dito, ou jogo de palavras. Pode-se descrevê-lo como o caso ideal de ‘múltiplo uso’. Nenhuma violência é feita às palavras: não se as segmenta em sílabas separadas, não é preciso sujeitá-las a modificações, nem se tem que transferi-las da esfera a que pertencem (a dos nomes próprios, por exemplo) a alguma outra. Exatamente como figuram na sentença, é possível, graças a certas circunstâncias favoráveis, fazê-las expressar dois significados diferentes.

Temos exemplos desse tipo disponíveis em grande abundância:

Um dos primeiros atos de Napoleão III quando assumiu o poder foi apoderar-se da Casa de Orleans. Eis o excelente jogo de palavras, corrente àquele tempo: ‘C’est le premier vol de l’aigle.’ [Eis o primeiro *vol* da águia.] ‘*Vol*’ significa ‘vôo’, mas também ‘roubo’. (Citado por Fischer, 1889 [80].)

Luís XV queria testar o espírito de um de seus cortesãos, cujo talento lhe tinham mencionado. Na primeira oportunidade ordenou ao cavalheiro que fizesse um chiste do qual ele, o rei, devia ser o ‘sujet [assunto]’. O cortesão desferiu imediatamente a inteligente

réplica: ‘Le roi n’est pas sujet’. [O rei não é um assunto (ou ‘súdito’). Também em Fischer, loc. cit.]

Um médico, afastando-se do leito de uma dama enferma, diz a seu marido: ‘Não gosto da aparência dela’. ‘Também não gosto e já há muito tempo’, apressou-se o marido em concordar.

O médico referia-se obviamente ao estado da senhora mas expressou sua preocupação quanto à paciente em palavras tais que o marido podia interpretá-las como confirmação de sua própria aversão marital.

Heine falou da comédia satírica: ‘Esta sátira não seria tão mordaz se o autor tivesse mais o que morder’. Este chiste é mais um exemplo de duplo sentido literal e metafórico que de um jogo de palavras propriamente dito. Mas qual a vantagem de estabelecer uma acurada distinção aqui?

Um outro bom exemplo de jogo de palavras é dado pelas autoridades (Heymans e Lipps) em uma forma que o faz ininteligível. Há não muito tempo encontrei tanto a versão correta como o contexto da anedota em uma coleção de chistes, de pouco uso a não ser por isso.

‘Um dia Saphir e Rothschild encontraram-se. Depois que tagarelaram um pouco, Saphir disse: “Ouça, Rothschild, meus fundos baixaram e você poderia me emprestar cem ducados”. “Muito bem!”, disse Rothschild, “isso não é problema para mim - com a única condição que você faça um chiste.” “Isso não é problema para mim também”, replicou Saphir. “Bom. Venha então a meu escritório amanhã.” Saphir apareceu pontualmente. “Ah!”, disse Rothschild, quando o viu entrar, “*Sie kommen um Ihre 100 Dukaten* [você veio pelos seus 100 ducados]”. “Não”, respondeu Saphir, “*Sie kommen um Ihre 100 Dukaten* [Você vai perder seus 100 ducados], porque eu não sonharei em lhe pagar antes do Juízo Final.”’

‘O que *vorstellen* [representam ou apresentam] estas estátuas?’, pergunta em Berlim um estrangeiro a um nativo berlinense, contemplando uma fileira de monumentos em praça pública. ‘Bem’, foi a réplica, ‘ou sua perna direita ou sua perna esquerda.’

‘No momento não posso lembrar-me dos nomes de todos os estudantes, e quanto aos professores, há alguns que nem nome têm ainda.’ (Heine, *Harzreise*.)

Estaremos talvez ganhando prática na tarefa de diferenciação diagnóstica se a este ponto inserirmos um outro bem conhecido chiste sobre professores. ‘A distinção entre Professores Ordinários [*ordentlich*] e Extraordinários [*ausserordentlich*] é que os ordinários nada

fazem de extraordinário enquanto os extraordinários nada fazem ordinariamente [*ordentlich*].’ Temos, naturalmente, um jogo de palavras com os dois sentidos das palavras ‘*ordentlich*’ e ‘*ausserordentlich*’: de um lado temos os sentidos de ‘dentro’ e ‘fora’ da ‘*Ordo* [o sistema]’ e por outro lado, temos os sentidos de ‘eficiente’ e ‘eminente’. A conformidade entre este chiste e outros que já examinamos lembra-nos que aqui o ‘múltiplo uso’ é muitíssimo mais notável que o ‘duplo sentido’. Durante toda a enunciação nada escutamos além de um ‘*ordentlich*’ constantemente recorrente, algumas vezes nesta mesma forma, outras vezes modificado com um sentido negativo. (Ver em [1].) Além do mais, comete-se novamente aqui a façanha de definir um conceito por meio de sua própria verbalização (cf. o exemplo de ‘*Eifersucht*’ [ciúme], em [2]), ou de forma mais precisa, consegue-se definir (ainda que só negativamente) dois conceitos correlatos por meio de um outro, que produz engenhoso entrelaçamento. Finalmente, deve-se também enfatizar aqui o aspecto da ‘unificação’ - a sonegação de uma conexão entre os elementos de uma asserção mais íntima, do que se teria o direito de esperar, a partir de sua natureza.

‘O bedel Sch[äfer] saudou-me tal como a um colega, desde que ele também é um escritor, e freqüentemente menciona-me em seus escritos semestrais; fora isto, tem várias vezes me *citado*, e se não me encontra em casa, é sempre delicado o bastante para escrever uma intimação (*citation*) a giz na porta de meu gabinete.’ (Heine, *Harzreise*.)

Daniel Spitzer (ver em [1]), em seu *Wiener Spaziergänge*, realiza uma lacônica descrição biográfica, que é também um bom chiste do tipo crítica social que floresceu ao tempo da explosão especulatória [que sucedeu à guerra franco-prussiana]: ‘Fronte de ferro - cofre de ferro - Coroa de ferro’. (Este último acompanhava um ordenamento por nobreza.) Um surpreendente exemplo de ‘unificação’ - tudo como que feito de ferro! Os vários sentidos, embora não nitidamente contrastantes, do epíteto ‘ferro’ possibilitam esses múltiplos usos.

Um outro exemplo de jogo de palavra pode facilitar a transição para novas subespécies da técnica de duplo sentido. O colega médico brincalhão, já mencionado (ver em [1]), foi responsável por esse chiste ao tempo do caso Dreyfus: ‘Esta garota me lembra Dreyfus. O exército inteiro não acredita em sua inocência’.

A palavra ‘inocência’, sobre cujo duplo sentido o chiste é construído, tem, em um contexto, seu significado usual, cujo antônimo é ‘culpa’ ou ‘crime’; mas tem em outro contexto um significado *sexual*, cujo antônimo é ‘experiência sexual’. Há um número muito grande de exemplos similares de duplo sentido nos quais o efeito do chiste depende, muito especialmente, do significado sexual. Para esse grupo, podemos reservar o nome de ‘*double entendre* [*Zweideutigkeit*]’.

Exemplo excelente de um *double entendre* desse tipo é o chiste de Spitzer, já registrado em [1]: ‘Alguns pensam que o esposo ganhou muito dinheiro e tem, portanto, dado pouco [*sich etwas zurückgelegt*]; outros, porém, pensam que a esposa tem dado um pouco [*sich etwas zurückgelegt*] e tem, portanto, podido ganhar muito dinheiro’.

Se comparamos este exemplo de duplo sentido acompanhado de *double entendre* com outros exemplos, torna-se evidente uma distinção, que não é destituída de interesse do ponto de vista da técnica. No chiste da ‘inocência’, um sentido da palavra é exatamente tão óbvio quanto o outro; realmente seria difícil decidir qual dos sentidos (o sexual ou o não sexual) é o mais usual e familiar. Mas não ocorre o mesmo com o exemplo de Spitzer. O significado vulgar das palavras ‘*sich etwas zurückgelegt*’ é, longe, o mais proeminente, enquanto seu significado sexual está como que encoberto e escondido, podendo mesmo escapar completamente a alguma pessoa desprevenida. Vamos tomar, por via de um contraste agudo, outro exemplo de duplo sentido, onde não se faz a menor tentativa de ocultar o significado sexual; por exemplo, a descrição por Heine do caráter de uma dama complacente: ‘Ela nada podia *abschlagen* à exceção de sua própria água’. Isto nos soa como uma obscenidade, dificilmente dando a impressão de um chiste. Esta peculiaridade, entretanto - o caso de um duplo sentido onde os dois significados não são óbvios da mesma maneira - pode também ocorrer em chistes sem qualquer referência sexual - seja porque um sentido é mais usual que outro, seja porque salta ao primeiro plano devido a uma conexão com as outras partes da sentença. (Cf., por exemplo, ‘C’est le premier vol de l’aigle’ (em [1]).) Proponho descrever todos estes casos como sendo ‘duplo sentido com uma alusão’.

Já entramos em contato com um tão grande número de diferentes técnicas de chiste que temo corramos o risco de nos perdermos. Tentemos portanto sumariá-las.

I - Condensação:

(a) com formação de palavra composta;

(b) com modificação.

II - Múltiplo uso do mesmo material:

- (c) como um todo e suas partes;
- (d) em ordem diferente;
- (e) com leve modificação;
- (f) com sentido pleno e sentido esvaziado.

III - Duplo sentido:

- (g) significado como um nome e como uma coisa;
- (h) significados metafóricos e literal;
- (i) duplo sentido propriamente dito (jogo de palavras);
- (j) *double entendre*;
- (k) duplo sentido com uma alusão.

Essa variedade e esse número de técnicas têm um efeito desconcertante. Pode fazer-nos sentir perturbados por nos devotarmos à consideração dos métodos técnicos dos chistes, tanto como pode despertar-nos a suspeita de que afinal exageramos a importância destes como meio de descobrir a natureza essencial dos chistes. Se pelo menos essa conveniente suspeita não fosse contraditada pelo fato incontestável de que o chiste invariavelmente desaparece tão logo eliminamos de sua forma de expressão a operação destas técnicas! Portanto, a despeito de tudo, somos levados a procurar a unidade nesta multiplicidade. Deve ser possível reunir todas estas técnicas sob um único cabeçalho. Como já dissemos (ver em [1]), não é difícil fundir o segundo e o terceiro grupo. O duplo sentido (jogo de palavras) é, na verdade, o único caso ideal de uso múltiplo do mesmo material sendo deste (grupo),

evidentemente, o conceito mais inclusivo. Os exemplos de segmentação, rearranjo do mesmo material e múltiplo uso com leve modificação (*c*, *d* e *e*) poderiam - embora com alguma dificuldade - ser fundidos sob o conceito de duplo sentido. Mas o que haverá de comum entre a técnica do primeiro grupo (condensação com substituição) e a dos outros dois grupos (múltiplo uso do mesmo material)?

Algo muito simples e óbvio deve ser pensado. O uso múltiplo do mesmo material é, afinal, um caso especial de condensação; o jogo de palavras nada mais é que uma condensação *sem* formação de substitutivo; portanto, a condensação permanece sendo a categoria mais ampla. Todas estas técnicas são dominadas por uma tendência à compressão, ou antes à economia. Tudo parece ser uma questão de economia. Nas palavras de Hamlet: ‘Thrift, thrift, Horatio! (Economia, economia, Horácio!)’.

Testemos em diferentes exemplos esse princípio da economia. ‘C’est le premier vol de l’aigle (ver em [1])’. É o primeiro vôo da águia, mas é um vôo assaltante. Afortunadamente para a existência deste chiste, ‘vol’ significa não apenas ‘vôo’ como ‘roubo’. Não se fez alguma condensação e economia? Muito certamente. Ressalva-se todo o segundo pensamento, descartado sem deixar substitutivo. O duplo sentido da palavra ‘vol’ torna tal substituição desnecessária; seria igualmente verdadeiro dizer que a palavra ‘vol’ contém o substitutivo do pensamento suprimido sem que se faça qualquer acréscimo ou mudança no primeiro. Essa a vantagem do duplo sentido.

Um outro exemplo: ‘Frente de ferro - cofre de ferro - coroa de Ferro’ (ver em [1]). Eis uma extraordinária economia comparada à expressão do mesmo pensamento onde não ocorre ‘ferro’: ‘Com ajuda da necessária ousadia e falta de consciência não é difícil amealhar grande fortuna, sendo um título, naturalmente, uma recompensa adequada para tais serviços’.

A condensação, e portanto a economia, está inequivocamente presente nesses exemplos. Mas ela deve estar presente em todos os exemplos. Onde se esconde a economia em chistes tais como ‘Rousseau - rous et sot’ (ver em [1]) ou ‘Antigone - Antik? oh nee’ (ver em [2]), nos quais notamos primeiramente a ausência de condensação, constituindo-se assim em nosso principal motivo para postular a técnica do uso repetido do mesmo material? É verdade que não podemos constatar aqui a ocorrência de condensação; mas se em vez disso usarmos o conceito mais inclusivo de economia, podemos consegui-lo sem dificuldade. É fácil indicar o que economizamos nos casos de Rousseau, Antigone etc. Economizamos a expressão de crítica ou a formalização do juízo: ambos já existem no próprio nome. No exemplo de ‘Leidenschaft - Eifersucht [paixão-ciúme]’ (ver em [3]) economizamos o trabalho de construir laboriosamente uma definição: ‘Eifersucht, Leidenschaft’ - ‘Eifersucht’ [‘a avidez procura’], ‘Leiden schafft’ [‘o que causa dor’]. Temos apenas que acrescentar as palavras de conexão e eis já pronta nossa definição. Ocorre o mesmo em

todos os outros exemplos que foram analisados até aqui. Onde existe uma economia mínima, caso do jogo de palavras de Saphir, ‘*Sie kommen um Ihre 100 Dukaten*’ (ver em [4]), há pelo menos uma economia da necessidade de esquematizar nova verbalização para a resposta. A verbalização da pergunta é suficiente para a resposta. A economia não é muita, mas nela o chiste consiste. O uso múltiplo das mesmas palavras como pergunta e resposta é certamente uma ‘economia’. É o caso da definição por Hamlet da rápida seqüência da morte de seu pai e do casamento de sua mãe:

The funeral baked-meats [I, 2.]

Did coldly furnish forth the marriage tables. [I, 2.]

Mas antes que aceitemos a ‘tendência à economia’ como a característica mais geral da técnica dos chistes e postulemos questões como a da sua procedência, da sua significação, e do modo como emerge o prazer resultante do chiste, devemos encontrar lugar para uma dúvida que se tem o direito de suscitar. Pode ser que toda técnica do chiste mostre uma tendência a economizar algo na expressão, mas essa relação não é reversível. Nem toda economia expressiva, nem toda abreviação, é suficiente para dar conta do chiste. Chegamos a esse ponto uma vez, anteriormente, quando ainda esperávamos encontrar em todo chiste o processo de condensação, levantando a justificável objeção de que um comentário lacônico não é necessariamente um chiste (ver em [1]). Deve haver portanto alguma espécie peculiar de abreviação e economia da qual dependa a característica essencial do chiste; até que conheçamos a natureza de tal peculiaridade, nossa descoberta do elemento comum nas técnicas dos chistes aproxima-nos da solução de nosso problema. Tenhamos, pois, a coragem de admitir que a economia feita pela técnica do chiste não nos impressiona sensivelmente. Ela recorda-nos, talvez, o modo pelo qual certas donas de casa economizam, gastando tempo e dinheiro no trajeto a um mercado distante simplesmente porque, lá, as verduras devem ser alguns vinténs mais baratas. O que economiza o chiste através de sua técnica? A concatenação de algumas novas palavras que teriam, em sua maior parte, emergido sem qualquer dificuldade. Em troca disso, toma-se o trabalho de procurar aquela palavra que cubra os dois pensamentos. Na verdade, e com freqüência, deve-se primeiro transformar um dos pensamentos em uma forma rara que fornecerá fundamento para sua combinação com o segundo pensamento. Não teria sido mais simples, mais fácil, e mesmo, mais econômico expressar os dois pensamentos como eles eventualmente ocorreriam, mesmo que isto não implicasse alguma forma de expressão comum (a ambos)? Não será essa economia em palavras enunciadas mais que compensada pelo dispêndio de esforço intelectual? E quem é que economiza dessa forma? Quem lucra com isso?

Podemos evitar provisoriamente essas dúvidas se as transpusermos para alguma outra parte. Já teremos realmente descoberto todos os tipos de técnicas de chiste? Será decerto mais prudente colher novos exemplos e submetê-los à análise.

Na verdade não consideramos ainda um grande grupo de chistes - possivelmente o mais numeroso - influenciados, talvez, pelo desprezo com que são considerados. Constituem uma espécie geralmente conhecida como '*Kalauer*' (*calembourgs*) ['trocadilhos'], que passa por ser a forma mais baixa de chiste verbal, possivelmente por ser a 'mais barata' - isto é, elaborada com a menor dificuldade. De fato, são eles que fazem menores solicitações à técnica de expressão, tanto quanto os jogos de palavras propriamente ditos fazem as solicitações mais altas. Enquanto nestes últimos dois significados devem encontrar expressão na mesma e idêntica palavra, dita usualmente uma só vez, para um trocadilho basta que dois significados se evoquem um ao outro através de alguma vaga similaridade, seja uma similaridade estrutural geral, ou uma assonância rítmica, ou o compartilhamento de algumas letras iniciais etc. 'Inúmeros exemplos, inadequadamente descritos como '*Klangwitze* [chistes fônicos]', ocorrem no sermão do monge capuchinho em *Wallensteins Lager*:

Kümmert sich mehr um den *Krug* als den *Krieg*,

Wetzt lieber den *Schnabel* als den *Sabel*

.....

Frisst den *Ochsen* lieber als den *Oxenstirn*'

.....

Der *Rheinstrom* ist worden zu einen *Peinstrom*,

Die *Klöster* sind augesnommene *Nester*,

Die *Bistümer* sind verwandelt in *Wüsttümer*.

.....

Und alle die gesegneten deutschen *Länder*

Sind verkehrt worden in *Elender*.

Estes chistes apresentam a particular tendência de modificar uma das vogais da palavra. Assim Hevesi (1888, 87) escreve sobre um poeta italiano contrário ao Império e não obstante obrigado a louvar em hexâmetros o Imperador alemão: já que ele não podia exterminar os *Cäsaren* [Césares], eliminou ao menos as *Cäsuren* [Cesuras].

Entre a profusão de trocadilhos de que dispomos, valerá talvez a pena considerar um exemplo realmente ruim, cometido por Heine. Apresentando-se por muito tempo como um ‘príncipe indiano’ a sua dama, descarta finalmente o disfarce e confessa: ‘Madame, eu vos enganei... Não estive em *Kalkutta* [Calcutá] mais que o *Kalkuttenbraten* [frango assado à Calcutá] que comi no almoço de ontem’. A falha neste chiste consiste claramente no fato de que as duas palavras semelhantes envolvidas não são apenas semelhantes mas idênticas. A ave que foi comida assada é chamada assim porque provém, ou supõe-se que provém da mesma Calcutá.

Fischer (1889, 78) tem devotado muita atenção a essas formas de chiste e tenta distingui-las agudamente do ‘jogo de palavras’. ‘Um trocadilho é um mau jogo de palavras, já que joga não com a palavra mas com o seu som.’ O jogo de palavras, entretanto, ‘passa do som da palavra à própria palavra’. [Ibid., 79.] Por outro lado, classifica chistes como ‘*famillionär*’, Antígona (‘*Antik? oh, nee*’) etc., entre os chistes fônicos. Não vejo necessidade de acompanhá-lo neste ponto. Em um jogo de palavras, segundo nossa concepção, a palavra é também apenas uma imagem fônica, a que se atribui um ou outro significado. Mas também aqui o uso lingüístico não faz distinções acuradas; e se os ‘trocadilhos’ são tratados com desprezo enquanto se reserva certo respeito ao ‘jogo de palavras’, tais julgamentos de valor parecem ser determinados por considerações de outra ordem que não técnica. Vale a pena prestar atenção ao tipo de chistes, qualificados como ‘trocadilhos’. Há pessoas que, quando estão bem dispostas podem responder a cada comentário que lhes é dirigido com um trocadilho, e isso durante consideráveis períodos de tempo. Um de meus amigos, um modelo de discrição quando estão envolvidas suas conquistas no campo da ciência, pode vangloriar-se dessa habilidade. Certa ocasião, mantinha o fôlego do público suspenso agindo assim, todos admirados ante sua capacidade de resistência: ‘Sim’, disse ele, ‘estou aqui mantendo-me *auf der Ka-Lauer*.’ E quando,

afinal, imploraram-lhe que parasse, ele concordou com a condição de que fosse designado ‘*Poeta Ka-laureatus*’. Ambos os chistes são, entretanto, excelentes chistes de condensação e formação de palavras compostas. (‘Estou aqui mantendo-me *auf der Lauer* [em guarda] para fazer *Kalauer* [trocadilhos].’)

De qualquer forma o que podemos concluir dessa disputa sobre a delimitação dos chistes e dos jogos de palavras é que os primeiros não podem ajudar-nos a descobrir uma técnica de chiste completamente nova. Se, no caso dos trocadilhos, desistimos da reivindicação quanto ao uso do *mesmo* material em mais de um sentido, não obstante, a ênfase recai na redescoberta do que é familiar, ou na correspondência entre as duas palavras que compõem o trocadilho; em conseqüência, os chistes meramente formam uma subespécie do grupo cujo ponto máximo é alcançado pelos jogos de palavras propriamente ditos.

Mas existem realmente chistes cuja técnica resiste a quase toda tentativa de conectá-la com os grupos até aqui considerados.

‘Conta-se a estória de que, em certo fim de tarde, Heine conversava em um *salon* de Paris com o dramaturgo Soulié, quando adentrou à sala um dos reis das finanças de Paris, comparados popularmente a Midas - e não apenas por sua riqueza. Logo foi cercado por uma multidão que o tratava com a maior deferência. “Veja!” observou Soulié a Heine, “veja como o século XIX cultua o Bezerro de Ouro!” Com uma rápida mirada ao objeto de tanta admiração, Heine replicou, como que a bem da correção: “Oh, sim, mas ele já deve ser mais velho agora!”’ (Fischer, 1889, 82-3.)

Onde pesquisaremos a técnica deste excelente chiste? Em um jogo de palavras, pensa Fischer: ‘Assim, por exemplo, as palavras “Bezerro de Ouro” significam tanto Mammon como idolatria. Em um caso, o ouro é a principal coisa do universo e, em outro, a estátua do animal pode servir também para caracterizar, em termos não precisamente lisonjeiros, alguém que tenha muito dinheiro e bem pouco senso’. (Loc. cit.) Se experimentamos remover a expressão ‘Bezerro de Ouro’, decerto nos livraremos ao mesmo tempo do chiste. Façamos Soulié dizer: ‘Veja! Olhe como o povo se amontoa em torno daquele sujeito estúpido simplesmente porque ele é rico!’. Não existe mais chiste algum e a resposta de Heine é tornada impossível.

Mas devemos lembrar-nos que o que nos interessa não é o símile de Soulié - um possível chiste - mas a réplica de Heine, um chiste certamente muito superior. Assim sendo, não temos o direito de tocar a expressão sobre o Bezerro de Ouro: permanece como pré-

condição do *mot* de Heine e nossa redução deve dirigir-se apenas à última. Se desdobramos as palavras ‘Oh, mas ele já deve ser mais velho’ só podemos substituí-las por algo que seja aproximadamente ‘Oh, ele não é mais um bezerro e sim um boi adulto!’. Portanto, a pré-condição do chiste de Heine é não interpretar a expressão ‘Bezerro de Ouro’ metaforicamente mas em um sentido pessoal, devendo aplicar-se ao próprio homem rico. Pode ser mesmo que este duplo sentido já estivesse presente no comentário de Soulié.

Mas, um momento! Parece agora que a redução efetuada não destrói sua essência intocada. Na nova situação Soulié diz: ‘Veja! Veja como o século XIX reverencia o Bezerro de Ouro!’ e Heine replica: ‘Oh, ele não é mais um bezerro; já é um boi!’. Esta versão reduzida é ainda um chiste. Entretanto, nenhuma outra redução do *mot* de Heine é possível.

É pena que este requintado exemplo envolva condições técnicas tão complicadas. Não podemos chegar a seu esclarecimento. Vamos deixá-la portanto e buscar outro caso no qual aparentemente detectamos um parentesco interno com o precedente.

É um dos ‘chistes de banho’ que tratam da aversão dos judeus da Galícia aos banhos. Não insistimos, pois, sobre a patente de nobreza de nossos exemplos. Não investigamos a origem destes mas sua eficiência - serem capazes de nos fazer rir e de merecer nosso interesse teórico. Ambos estes requisitos são satisfeitos precisamente por chistes de judeus.

‘Dois judeus se encontram nas vizinhanças de um balneário. “Você tomou um banho?”, pergunta um deles. “O quê?”, retruca o outro, “há um faltando?”.’

Se alguém ri de um chiste com toda sinceridade, não está precisamente na melhor condição de investigar sua técnica. Daí que algumas dificuldades assomam quanto ao progresso dessas análises. ‘Eis um equívoco cômico’, inclinamo-nos a dizer. Sim, mas qual será a técnica do chiste? Nitidamente, consiste no uso da palavra ‘tomar’ em dois sentidos. Para um dos interlocutores, ‘tomar’ é o neutro auxiliar; para o outro, trata-se do verbo com seu sentido esvaziado. Lidamos portanto com o caso do uso ‘pleno’ e ‘esvaziado’ da mesma palavra (Grupo II *(f)* em [1]). Se substituímos a expressão ‘tomou um banho’ pela equivalente, mais simples, ‘banhou-se’, o chiste se esvai. A réplica deixa de adequar-se. Dessa forma, o chiste uma vez mais conecta-se à forma da expressão ‘tomou um banho’.

Tudo isso é verdade. Entretanto parece que também nesse caso a redução aplicou-se ao ponto errado. O chiste não assenta na pergunta mas na resposta - ou seja, na segunda pergunta: ‘O quê? há um faltando?’. Não se pode negar a esta resposta caráter chistoso, seja por alguma extensão ou modificação, sem interferência com o sentido. Temos também impressão que na réplica do segundo judeu o fato de que nem lhe ocorre a idéia de ter-se banhado é mais importante que a compreensão errônea da palavra ‘tomar’. Aqui, uma vez

mais, não podemos encarar nosso caminho claramente, pelo que devemos procurar um terceiro exemplo.

Trata-se outra vez de um chiste de judeu; no caso, entretanto, apenas o contexto é judeu, pertencendo o fundo à humanidade em geral. Sem dúvida este exemplo tem também suas complicações indesejáveis, mas afortunadamente não são as mesmas que nos têm impedido de ver com clareza.

‘Um indivíduo empobrecido tomou emprestado 25 florins de um próspero conhecido seu, após muitas declarações sobre suas necessitadas circunstâncias. Exatamente neste mesmo dia seu benfeitor reencontrou-o em um restaurante, com um prato de maionese de salmão à frente. O benfeitor repreendeu-o: “Como? Você me toma dinheiro emprestado e vem comer maionese de salmão em um restaurante? É *nisso* que você usou o meu dinheiro?”. “Não lhe compreendo”, retrucou o objeto deste ataque; “se não tenho dinheiro, *não posso* comer maionese de salmão; se o tenho, não *devo* comer maionese de salmão. Bem, quando *vou* então comer maionese de salmão?”’

Não se pode encontrar aqui qualquer vestígio de duplo sentido. Nem é na repetição de ‘maionese de salmão’, que consiste a técnica do chiste, pois não se trata de ‘uso múltiplo’ do mesmo material, mas de uma repetição real de material idêntico, requerida pelo conteúdo da anedota. Podemos ficar algum tempo bastante desconcertados por essa análise; podemos pensar mesmo em buscar refúgio no recurso de negar que a anedota - embora nos faça rir - possua o caráter de chiste.

Que outro ponto mereceria comentário na réplica da pessoa empobrecida? O fato de que tal réplica tenha muito marcadamente a forma de um argumento lógico. Mas reconhecemos isso, bastante injustificadamente, desde que a réplica é de fato ilógica. O homem defende-se de ter gasto em uma guloseima o dinheiro que lhe fora emprestado, indagando, com aparente fundamento, *quando* haveria de comer salmão. Mas esta não é a resposta correta. Seu benfeitor não lhe reprova tratar-se à base de salmão precisamente no dia em que tomara dinheiro emprestado; antes, recorda-lhe que em tais circunstâncias ele não teria *nenhum* direito a tais guloseimas. O arruinado *bon vivant* desconsidera o único significado possível da reprovação e responde-a com outra questão, como se tivera entendido erradamente o reproche.

Consistirá a técnica do chiste precisamente no desvio da réplica em relação ao sentido da reprovação? Se tanto, uma modificação similar do ponto de vista, uma mutação similar da ênfase psíquica, será talvez rastreável nos dois primeiros exemplos, que sentimos muito aparentados a esse.

Eis que tal sugestão constitui fácil êxito, de fato revelando a técnica daqueles exemplos. Soulié indicou a Heine que a sociedade, no século XIX, reverenciava o ‘Bezerro de Ouro’ exatamente como os judeus no deserto. Uma apropriada resposta de Heine teria sido ‘assim é a natureza humana; milhares de anos não a mudaram’, ou qualquer coisa semelhante exprimindo aquiescência. Mas Heine desvia sua resposta do pensamento a ele sugerido e não lhe dá afinal qualquer resposta. Utiliza o duplo sentido no qual é possível bifurcar-se a expressão ‘Bezerro de Ouro’, tomando um caminho lateral. Apoiando-se em um componente da expressão, ‘Bezerro’, replica como se a ênfase do comentário de Soulié aí estivesse posta: ‘Oh, ele não é mais um bezerro’... etc.

O desvio no chiste do banho é ainda mais evidente. Esse exemplo requer uma apresentação gráfica:

O primeiro judeu pergunta: ‘Você tomou um *banho*?’ A ênfase recai no elemento *banho*.

O segundo replica como se a pergunta tivesse sido: ‘Você *tomou* um banho?’.

A mudança de ênfase só é possibilitada pela verbalização ‘tomou um banho’. Se tivesse ocorrido ‘você se banhou?’ não seria possível nenhum deslocamento. A resposta não chistosa teria sido: ‘Banhar-me? O que você quer dizer? Não sei o que é isso’. Mas a técnica do chiste consiste no deslocamento da ênfase de ‘banho’ para ‘tomou’.

Voltemos à ‘maionese de salmão’, já que esse é nosso exemplo mais direto. O que é novo nele merece nossa atenção a partir de várias perspectivas. Primeiramente devo denominar a técnica trazida à luz. Proponho descrevê-la como ‘deslocamento’, já que sua essência consiste no desvio do curso do pensamento, no deslocamento da ênfase psíquica para outro tópico que não o da abertura. Nossa próxima tarefa será investigar a relação entre a técnica de deslocamento e a forma de expressão do chiste. Nosso exemplo (‘maionese de salmão’) mostra-nos que um chiste de deslocamento independe, em alto grau, da expressão verbal. Depende aqui não das palavras mas do curso do pensamento. Nenhuma substituição de palavras possibilitará sua destruição na medida em que seja conservado o sentido da resposta. A redução só é possível se modificarmos o curso do pensamento e fizermos o *gourmet* replicar diretamente à reprovação, por ele evitada na versão representada no chiste. A versão reduzida poderia então exprimir-se: ‘Não posso me recusar a ter preferências (gastronômicas) e pouco me importa de onde procede o dinheiro que as custeia. Eis a explicação do motivo porque estou comendo maionese de salmão no próprio dia em que lhe tomei dinheiro emprestado!’ Mas aí não teríamos mais um chiste, e sim um óbvio cinismo.

É instrutivo comparar esse chiste com outro, que lhe é muito próximo em sentido:

‘Um homem, dado à bebida, ganhava a vida em uma cidade pequena dando aulas particulares. Seu vício tornou-se entretanto gradualmente conhecido e devido a isso perdeu a maioria de seus alunos. Um amigo foi encarregado da tarefa de insistir em que ele se emendasse. “Olhe, você podia ser o melhor professor da cidade se desistisse de beber. Portanto, desista!” “Quem você pensa que é?” foi a resposta indignada. “Dou aulas particulares para poder beber. Se desisto de beber, a troco de que vou dar aulas particulares?”’

Este chiste apresenta a mesma aparência lógica que verificamos na ‘maionese de salmão’, mas não se trata de um chiste de deslocamento. A réplica não é direta. O cinismo, ocultado no primeiro chiste, é abertamente admitido neste último: ‘Beber é a coisa mais importante para mim’. De fato, a técnica desse chiste é extremamente limitada e não pode explicar sua efetividade. Consiste simplesmente em rearranjar o mesmo material ou, mais precisamente, em reverter a relação de meios e fins entre beber e dar aulas particulares. Tão logo minha redução deixa de enfatizar esse fator em sua forma de expressão, o chiste desaparece; por exemplo: ‘Que sugestão descabida! O que importa para mim é beber, não dar aulas particulares. Afinal dar estas aulas é apenas um meio de permitir-me continuar a beber’. Assim, o chiste de fato depende de sua forma de expressão.

No chiste do banho, a dependência do chiste em relação à verbalização (‘Você tomou um banho?’) é inequívoca, e qualquer modificação dela envolve o desaparecimento do chiste. Neste caso, a técnica é mais complicada - uma combinação de duplo sentido (subespécie *f*) e deslocamento. A verbalização da pergunta admite um duplo sentido e o chiste é produzido pela resposta que descarta o sentido pretendido pelo questionante, capturando o significado subsidiário. Estamos, em conseqüência, em condições de encontrar uma redução que permita a persistência do duplo sentido da verbalização, destruindo ainda o chiste; podemos consegui-lo simplesmente desfazendo o deslocamento:

‘Você tomou um banho?’ - ‘O que acha que tomei? Um banho? O que é isso?’ Não temos mais um chiste mas uma exageração maliciosa ou fãceta.

Um papel precisamente semelhante é desempenhado pelo duplo sentido no chiste de Heine sobre o ‘Bezerro de Ouro’. Permite à resposta desviar-se do curso de pensamento sugerido (desvio efetuado no chiste da ‘maionese de salmão’ sem qualquer ajuda da verbalização). Na redução o comentário de Soulié e a réplica de Heine talvez ficassem assim: ‘O modo pelo qual o povo se amontoa ao redor do homem simplesmente porque ele é rico lembra

vividamente a adoração do Bezerro de Ouro'. E Heine: 'O que me parece pior não é que o reverenciem dessa maneira por causa de sua riqueza. O que você diz não enfatiza bastante o fato de que, por sua riqueza, lhe perdoam a estupidez'. Desta forma o duplo sentido seria retido e o chiste destruído.

A este ponto devemos estar preparados para enfrentar uma objeção que afirma que estas sutis distinções estão procurando separar coisas que pertencem ao mesmo todo. Será que todo duplo sentido possibilita um deslocamento desviando o curso do pensamento de um sentido para outro? Estaremos, pois, preparados para permitir a postulação do 'duplo sentido' e do 'deslocamento' como representantes de dois tipos de técnicas de chiste bastante diferentes? É bem verdade que existe a relação entre duplo sentido e deslocamento, mas tal fato não afeta em nada nossa distinção das diferentes técnicas de chiste. No caso do duplo sentido o chiste não contém mais que uma palavra capaz de múltipla interpretação, permitindo ao ouvinte encontrar a transição de um pensamento a outro - transição que, um tanto forçadamente, se faz equivalente ao deslocamento. No caso de um chiste de deslocamento, porém, o próprio chiste contém um curso de pensamento no qual se cumpre um deslocamento dessa espécie. Aqui o deslocamento faz parte do trabalho de criação do chiste, não integra o trabalho de compreensão dele. Se a distinção não está clara para nós, dispomos de meio infalível de torná-la tangível em nossas tentativas de redução. Mas há aqui um mérito que não negaremos a essa objeção. Desperta nossa atenção para a necessidade de não confundir os processos psíquicos envolvidos na *construção* do chiste (a 'elaboração do chiste' com os processos psíquicos envolvidos em sua interpretação (a elaboração da compreensão). No momento nossa investigação restringe-se à primeira.

Há outros exemplos da técnica de deslocamento? Não é fácil encontrá-los. Um exemplo direto é fornecido pelo seguinte chiste que, além do mais, não é caracterizado pela lógica aparente que tanto sobrecarregou a interpretação de nosso caso modelo:

‘Um palafrenero recomendava a um freguês um cavalo de sela. “Se você partir nesse cavalo às quatro da manhã, estará em Pressburg às seis e meia.” - “E o que eu vou fazer em Pressburg às seis e meia da manhã?”’

Aqui o deslocamento salta aos olhos. O tratador obviamente menciona essa hora matinal de chegada à cidade provinciana simplesmente para demonstrar, para exemplificação, a capacidade do cavalo. O freguês deixa de lado a capacidade do animal, que ele não questiona, para deter-se nos dados do exemplo escolhido. A redução deste chiste, conseqüentemente, é fácil de ser feita.

Maiores dificuldades são apresentadas por um outro exemplo cuja técnica é mais obscura, podendo ser entretanto qualificada como duplo sentido combinado com deslocamento. O chiste descreve a prevaricação de um ‘*Schadchen*’ (um agente matrimonial judeu), pertencendo assim a um grupo que referiremos com freqüência.

‘O *Schadchen* assegurara ao pretendente que o pai da moça não mais era vivo. Depois dos esponsais, soube-se que o pai estava ainda vivo, e cumpria, no momento, sentença em uma prisão. O pretendente protestou junto ao *Schadchen* que replicou: “Bem, mas o que foi que eu lhe disse? Você decerto não chama a isso viver?”’

O duplo sentido funda-se na palavra ‘viver’ e o deslocamento consiste na mudança do significado da palavra operada pelo *Schadchen*, do sentido usual, oposto a ‘morrer’, ao sentido que toma na expressão ‘isso não é viver’. Ao fazê-lo, explica retrospectivamente seu primeiro pronunciamento como investido de que duplo sentido, embora tal múltiplo significado fosse neste caso particular decididamente remoto. Portanto a técnica se assemelharia à do chiste do ‘Bezerro de Ouro’ e à do chiste de banho. Mas há aqui um outro fato a ser considerado, cuja proeminência interfere em nossa compreensão da técnica. É possível descrevê-lo como um chiste ‘caracterizante’: procura ilustrar, através de um exemplo, a característica mistura de imprudência mentirosa e de presteza de réplica nos agentes matrimoniais. Consideremos que este seja o arcabouço externo, a fachada, do chiste; seu sentido - o que vale dizer, seu propósito - é algo diferente. Devemos assim adiar uma tentativa de reduzi-lo.

Após esses complicados exemplos, de análise mais difícil, será com satisfação que uma vez mais voltaremos a um exemplo, reconhecível como amostra perfeitamente direta e transparente de um chiste de deslocamento:

‘Um *Schnorrer* [mendigo judeu] aproximou-se de um opulento barão, suplicando que lhe provesse o sustento em sua viagem a Ostend. Os médicos, dizia ele, tinham-lhe recomendado banho de mar para restaurar a saúde. “Muito bem”, falou o homem rico, “vou dar-lhe alguma coisa para isso. Mas será necessário que você vá precisamente a Ostend, a mais cara de todas as estações de banhos de mar?” - “Herr Barão”, foi a ressentida resposta, “não considero nada caro demais quando se trata de minha saúde”.’ Sem dúvida este é um ponto de vista correto, exceto quando emitido por um pedinte. A resposta é dada como partindo de um homem rico. O *Schnorrer* comporta-se como se fosse seu o dinheiro que despenderia em prol de sua saúde, com se o dinheiro e a saúde fossem objeto da preocupação da mesma pessoa.

Partamos novamente desse exemplo altamente instrutivo, a ‘maionese de salmão’. Apresenta-nos, também, uma fachada, onde se exhibe impressionante alarde de raciocínio lógico; descobrimos ao analisá-lo que a lógica foi utilizada para ocultar um ato de raciocínio falho - a saber, um deslocamento do curso do pensamento. Esse fato pode servir para lembrar-nos, ainda que o faça apenas por via de uma conexão contrastante, que outros chistes, por diferentes que sejam, exibem indisfarçavelmente algum *nonsense* ou estupidez. Devemos estar curiosos por conhecer o que seja a técnica de tais chistes.

Começarei pelo exemplo mais poderoso de todo o grupo, igualmente seu exemplo mais simples. De novo, um chiste de judeu:

‘Itzig fora declarado apto para prestar serviço na artilharia. Ele era nitidamente um rapaz inteligente, embora intratável e desinteressado no serviço. Um dos oficiais seus superiores, que lhe votava alguma simpatia, tomou-o de parte e disse-lhe: “Itzig, você não nos serve para nada. Vou lhe dar um conselho: compre um canhão e faça sua independência!”’

Este conselho, que pode suscitar um riso franco, é um óbvio *nonsense*. Nem canhões estão à venda, nem é possível a um indivíduo, comprando-os, fazer sua independência enquanto unidade militar - em outros termos, estabelecendo-se por conta própria. Entretanto, é impossível duvidar, sequer por um momento, de que o conselho seja mero *nonsense*, mas um *nonsense* chistoso e um chiste excelente. Como se converte um nonsense em um chiste?

Não é preciso refletir muito. Podemos inferir dos comentários das autoridades, acima indicados na introdução (ver em [1]), que há sentido por trás dessa chistosa falta de sentido, e tal sentido é responsável pela conversão do *nonsense* em chiste. É fácil descobrir o sentido em nosso exemplo. O oficial que dá este absurdo ao artilheiro Itzig está se fazendo de estúpido apenas para demonstrar a Itzig a estupidez de seu próprio comportamento. Está imitando Itzig: ‘Vou dar-lhe um conselho tão estúpido quanto você’. Ele interessa-se pela estupidez de Itzig e a esclarece para este, tomando-a como plataforma de uma sugestão adequada aos desejos de Itzig: se Itzig possuísse um canhão e cumprisse suas obrigações militares por conta própria, quão útil lhe seria sua inteligência e ambição! Em que bom estado ele manteria o canhão e quanto não havia de se familiarizar com seu mecanismo ao ponto de competir com os demais possuidores de canhões!

Interromperei a análise deste exemplo para ressaltar o mesmo sentido no nonsense no caso de um chiste absurdo, mais curto e mais simples, embora menos óbvio:

‘Não nascer seria a melhor coisa para os mortais.’ ‘Entretanto’, acrescenta um comentário filosófico em *Fliegende Blätter*, ‘isto é coisa que apenas acontece a uma em cada cem mil pessoas.’

Este acréscimo moderno à antiga consideração é um evidente *nonsense* tornado ainda mais imbecil pelo ostensivamente cauteloso ‘apenas’. Mas o acréscimo conectado à asserção original, enquanto limitação indisputavelmente correta, torna-se adequado para nos abrir os olhos quanto ao fato de que essa sábia sentença, solenemente acolhida, não é muito superior a um desatino. Quem não tenha nascido não é, em absoluto, um mortal, não havendo para este nada de bom nem de melhor. Assim o *nonsense* no chiste serve para revelar e demonstrar um outro *nonsense*, tal como no exemplo do artilheiro Itzig.

Posso aqui acrescentar um terceiro exemplo que, pelo seu conteúdo, dificilmente mereceria a extensa descrição que requer, mas que exemplifica novamente, e com especial clareza, o uso de *nonsense* em um chiste para revelar algum outro *nonsense*.

‘Um homem obrigado a seguir viagem confiou sua filha a um amigo, solicitando-lhe que velasse pela virtude dela durante sua ausência. Meses mais tarde ele retornou e encontrou-a grávida. Como se esperava, ele reprovou amargamente seu amigo que lhe parecia incapaz de explicar tal desgraça. “Bem”, perguntou finalmente o pai, “onde ela dormia?” - “No quarto, com meu filho.” - “Mas como você pôde deixar que ela dormisse no mesmo quarto que seu filho, se eu tanto lhe implorei que a protegesse?” - “Afinal de contas havia um biombo entre eles. A cama de sua filha ficava de um lado, a de meu filho no outro e o biombo ficava no meio.” - “E suponha que ele contornasse o biombo?” - “É verdade”, retrucou o outro pensativamente, “isso bem pode ter acontecido”.’

Obtemos com a maior facilidade a redução desse chiste cujas qualidades por outro lado pouco o recomendariam. Seria obviamente algo como: ‘Você não tem o direito de censurar-me. Como pôde ser tão estúpido a ponto de deixar sua filha em uma casa onde ela seria obrigada a viver na constante companhia de um jovem? Como seria possível a um estranho responder pela virtude de uma moça em tais circunstâncias?’. Desse modo a aparente estupidez do amigo apenas reflete a estupidez do pai. A redução descarta a estupidez do chiste e, ao mesmo tempo, o próprio chiste. O elemento ‘estupidez’ por si só não fica eliminado: é possível reencontrá-lo em outro ponto do contexto da sentença após a redução desta ao significado original.

Podemos tentar agora uma redução do chiste sobre o canhão. O oficial devia ter dito: ‘Itzig, sei que você é um negociante inteligente, mas asseguro-lhe que será muito estúpido de sua parte não entender que é impossível comportar-se no exército como no mundo dos negócios, onde cada um age por si e contra os outros. Na vida militar a subordinação e a cooperação são a regra’.

A técnica dos chistes absurdos que temos até aqui considerado consiste portanto em apresentar algo que é estúpido e absurdo, seu sentido baseando-se na revelação e na demonstração de algo mais que seja estúpido e absurdo.

Será o uso do absurdo na técnica do chiste sempre de igual importância? Eis aqui um exemplo que fornece resposta afirmativa:

‘Quando, em certa ocasião, Phocion foi aplaudido após fazer um discurso, virou-se para seus amigos e perguntou-lhes: “Qual foi a besteira que eu falei agora?”.’

A pergunta soa absurda, mas captamos imediatamente seu sentido: ‘Que terei dito eu que agradou tanto a estes estúpidos? Devo sentir-me envergonhado por seu aplauso. Se o que eu disse agradou aos estúpidos, não terá sido algo muito sensato’.

Outros exemplos podem, entretanto, mostrar-nos que o absurdo é usado com grande freqüência na técnica do chiste sem servir ao objetivo de demonstrar algum outro *nonsense*:

‘Um afamado professor universitário, que tinha o hábito de temperar sua insípida matéria com numerosos chistes, recebia congratulações pelo nascimento de seu filho mais novo, ocorrido quando o mestre já alcançava uma idade avançada. “Bem”, respondeu ele a seus congratuladores, “é notável o que podem fazer as mãos humanas”.’ - Esta resposta parece essencialmente absurda e deslocada. Os filhos, são considerados como bênção de Deus, em absoluto contraste com o trabalho manual dos homens. Mas logo ocorreu-nos que afinal a resposta tinha um sentido, e mesmo, bastante obsceno. Não se cogita aqui de que o feliz pai estivesse se fazendo de estúpido para demonstrar que alguém ou alguma outra coisa fosse estúpida. A resposta aparentemente sem sentido causa-nos uma impressão surpreendente, desconcertante, como diriam as autoridades. Já vimos (ver em [1]) que elas atribuem todo o efeito de um chiste como esse a uma alternância entre ‘desconcerto e esclarecimento’. Mais tarde (ver em [2]) voltaremos a considerar este ponto; por enquanto nos contentaremos em acentuar o fato de que a técnica desse chiste consiste em apresentar algo desconcertante e absurdo.

Um chiste de Lichtenberg ocupa um lugar especial entre estes chistes ‘estúpidos’:

‘Confessa-se maravilhado em que os gatos tenham dois furos recortados em seu couro precisamente no lugar dos olhos’. Assombrar-se com algo que nada mais é que uma asserção de identidade só pode ser uma grande estupidez (Ver em [1]). Recorda-nos uma das exclamações de Michelet emitida com pretensão de seriedade, e que parece ser, segundo consigo lembrar-me: ‘Quão maravilhosamente a Natureza arranjou tudo de modo que uma criança, tão logo chegada ao mundo, encontre uma mãe pronta para cuidar dela!’. O pronunciamento de Michelet é uma estupidez real, mas o de Lichtenberg é um chiste que utiliza a estupidez com algum propósito sob ela ocultado. Mas qual? Por enquanto, devemos admitir que nenhuma resposta seja dada.

Já sabemos agora pela consideração de dois grupos de exemplos que a elaboração do chiste utiliza desvios em relação ao pensamento normal - o deslocamento e o absurdo - como métodos técnicos de produzir uma forma chistosa de expressão. É sem dúvida justificável esperarmos encontrar outros tipos de raciocínio falho utilizados similarmente. De fato, é possível apresentar alguns exemplos da espécie:

‘Um cavalheiro entrou em uma confeitaria e pediu um bolo; logo o devolveu, solicitando em seu lugar um cálice de licor. Bebeu e preparou-se para sair sem tê-lo pago. O proprietário o deteve. “O que você quer?”, perguntou o freguês. - “Você não pagou o licor.” - “Mas eu lhe dei o bolo em troca.” - “Também não pagou por este.” - “Mas eu não o comi.”’

Essa anedota apresenta também uma lógica aparente que, já o sabemos, é uma fachada adequada para semelhante raciocínio falho. O erro evidentemente consiste na conexão inexistente, construída pelo astucioso freguês, entre a devolução do bolo e a tomada do licor em seu lugar. O episódio fragmenta-se em dois processos mutuamente independentes do ponto de vista do vendedor e mutuamente substituíveis exclusivamente do ponto de vista da intenção do freguês. Primeiramente ele toma o bolo e o devolve, nada devendo portanto por este; depois, toma o licor, e por este é necessário pagar. É possível dizer que o freguês tenha utilizado a expressão ‘em troca’ com duplo sentido. Seria, entretanto, mais correto dizer que através do duplo sentido construiu ele uma conexão que não é, em realidade, válida.

Eis a oportunidade de fazer um reconhecimento que não é destituído de importância. Ocupamo-nos da investigação da técnica dos chistes, como demonstrado por esses

exemplos, e portanto devemos estar seguros de que os exemplos escolhidos constituem chistes genuínos. É verdade, entretanto, que para vários casos estamos em dúvida quanto a dever denominá-los chistes ou não. Não possuímos nenhum critério disponível até que nossa própria investigação nos forneça um. O uso lingüístico não merece confiança: ele próprio necessita que sua justificação seja examinada. Para chegar a uma decisão não podemos basear-nos em nada que não seja um certo ‘sentimento’, que podemos interpretar como significando que a decisão feita por nosso juízo concorda com um critério particular, ainda não acessível a nosso conhecimento. No caso do último exemplo devemos sentir-nos em dúvida quanto a representá-lo como um chiste, ou talvez como um chiste ‘sofístico’, ou simplesmente, um sofisma. A verdade é que não sabemos ainda em que reside a característica essencial do chiste.

Por outro lado, o exemplo que segue, exibindo um tipo de raciocínio falho que podemos chamar de complementar ao primeiro caso, é indiscutivelmente um chiste. Mais uma vez, é a história de um agente matrimonial:

‘O *Schadchen* defendia a jovem, por ele proposta, dos protestos do rapaz. “Não gosto da sogra”, dizia o último. “Ela é uma pessoa desagradável e estúpida.” - “Mas afinal você não vai se casar com a sogra. Quem você quer é a filha dela.” “Sim, mas esta não é jovem, nem se pode dizer que seja bonita.” - “Não importa. Se ela não é jovem nem bonita, será por tudo isso mais fiel a você.” - “Nem tem muito dinheiro.” - “Quem está falando sobre dinheiro? Você vai casar-se com o dinheiro? Afinal, é uma esposa que você quer.” - “Mas, ela tem também uma corcunda nas costas.” - “Bom, e o que você quer mais? Não terá ela o direito de ter um único defeito?”’

O que estava realmente em questão era a falta de beleza e juventude da moça, seu dote minguido e sua mãe desagradável, acrescido ao fato de ser a moça vítima de uma séria deformidade - condições bem pouco convidativas para se contratar um casamento. O agente matrimonial foi capaz, quando se apontava cada um desses defeitos, de indicar como seria possível chegar a um acordo com ele. Pôde então reivindicar que a indesculpável corcunda nas costas era o único defeito a que qualquer indivíduo teria direito. Uma vez mais, a lógica aparente caracteriza o sofisma e presume ocultar a falha do raciocínio. A moça claramente tinha defeitos - vários que poderiam ser desconsiderados e um impossível de descartar: ela era incasável. O agente comporta-se como se cada defeito, em separado, fosse eliminado por suas desculpas, enquanto na verdade cada um deles deixava para trás uma certa cota de depreciação a somar com a que se lhe juntava em seguida. Insistia pois em tratar isoladamente cada defeito e recusava-se a adicioná-los num total.

A mesma omissão é o núcleo de outro sofisma a propósito do qual muito se tem rido embora se deva duvidar da correção quanto a chamá-lo chiste:

‘A. tomou emprestado de B. um caldeirão de cobre e após devolvê-lo foi acionado por B. já que o caldeirão tinha agora um grande furo que o tornava inutilizável. Sua defesa foi: “Em primeiro lugar nunca tomei emprestado um caldeirão de B.; e em segundo lugar o caldeirão já estava furado quando eu o peguei emprestado; e em terceiro lugar, devolvi-lhe o caldeirão intacto”.’ Cada uma destas defesas é válida por si mas reunidas excluem-se mutuamente. A. estava tratando isoladamente o que se devia considerar um conjunto tal como o agente matrimonial faz com os defeitos da moça. Podia-se dizer: ‘A. usou um “e” onde era possível um “ou”.’

Encontramos outro sofisma na seguinte estória de um agente matrimonial:

‘O noivo presuntivo lamentava-se que a noiva tivesse uma perna mais curta que a outra e mancasse. O *Schadchen* contrapôs-lhe: “Você está errado. Suponha que despose uma mulher com pernas direitas, saudáveis. Que ganha você com isso? Não há de ter nunca a certeza de que alguma dia ela não caia, quebre a perna e torne-se coxa pelo resto da vida. Imagine o sofrimento, o transtorno, a conta do médico! Mas se você aceita esta noiva, isso não pode acontecer-lhe. Eis aqui um *fait accompli*.”’

A aparência lógica neste caso é muito tênue e ninguém se prontificará a preferir uma ‘desgraça já cumprida’ a sua mera possibilidade. O defeito nesse processo dedutivo pode ser facilmente demonstrado em um outro exemplo - uma história que não posso inteiramente despir de seu dialeto:

‘No templo de Cracóvia o Grande Rabino N. estava sentado a orar com seus discípulos. Repentinamente emite um grito e exclama em resposta às ansiosas perguntas de seus discípulos: “Nesse exato momento morreu o Grande Rabino L. em Lemberg”. A comunidade vestiu luto pelo morto. Poucos dias depois indagou-se de pessoas recém-chegadas de Lemberg como morrera o Rabino, o que lhe sucedera de mau; tais pessoas nada souberam informar, pois tinham-no deixado no melhor de sua saúde. Afinal ficou-se sabendo com certeza que o Rabino L. de Lemberg não morrera no momento em que o Rabino N. telepaticamente assistira a sua morte, já que estava ainda vivo. Um forasteiro aproveitou a oportunidade para zombar de um dos discípulos do Rabino de Cracóvia a respeito da ocorrência: “Seu Rabino cobriu-se de ridículo em ter visto a morte do Rabino L. de Lemberg. O homem está vivo até hoje”. “Isso não faz diferença”, replicou o discípulo. “Seja o que for que você diga, foi magnífico o *Kück* da Cracóvia a Lemberg.”’

O raciocínio falho, comum aos dois últimos exemplos, é admitido aqui sem disfarces. Exalta-se indevidamente o valor da fantasia em comparação à realidade; faz-se praticamente equivaler uma possibilidade a um evento real. A visão a distância, superando a extensão de

campo que separa Cracóvia de Lemberg, teria sido impressionante façanha telepática se fora de fato verdadeira. Mas o discípulo não se preocupa com isso. Afinal bem poderia o Rabino de Lemberg ter morrido no momento em que o Rabino de Cracóvia anunciava sua morte; e o discípulo desloca então a ênfase da condição necessária para a admiração que a façanha mereceria para uma incondicional admiração da façanha. ‘*In magnis rebus voluisse sat est*’ expressa um ponto de vista semelhante. Tal como nesse exemplo a realidade é desconsiderada em favor da possibilidade; no primeiro caso o agente matrimonial sugere ao noivo presuntivo que a possibilidade de uma mulher tornar-se coxa por via de um acidente deve ser considerada como algo bem mais importante que a questão de ela ser efetivamente coxa ou não.

Esse grupo de raciocínios ‘sofísticos’ defeituosos é semelhante a outro interessante grupo em que se pode descrever como ‘automático’ o raciocínio falho. Talvez não seja mais que por um capricho do acaso que todos os exemplos a serem apresentados desse novo grupo sejam, uma vez mais, histórias de *Schadchen*:

‘Um *Schadchen* devendo propor a alguém uma noiva levou consigo um auxiliar, que confirmasse tudo o que ele tinha a dizer. “Ela é esbelta como um pinheiro”, disse o *Schadchen*. - “Como um pinheiro”, repetia o eco. - “E tem uns olhos que merecem ser vistos!” - “Que olhos ela tem!”, confirmava o eco. - “Melhor educada que qualquer outra!” - “Que educação!” - “Bem, é verdade que há uma coisa”, admitiu o agente, “ela tem uma pequena corcunda.” - “E *que* corcunda!” o eco confirmou uma vez mais.’ Outras histórias são análogas, mas têm mais sentido.

‘O noivo, ficando muito desagradavelmente surpreso quando a noiva lhe foi apresentada, chamou o agente a um canto e cochichou-lhe suas censuras: “Por que você me trouxe aqui?” perguntou recriminadoramente. “Ela é feia e velha, vesga, tem maus dentes e olhos remelentos...” - “Não precisa abaixar a voz”, interrompeu o agente, “ela é surda também”.’

‘O noivo fazia sua primeira visita à casa da noiva em companhia do agente, e enquanto aguardava no *salon* que a família aparecesse, o agente chamou sua atenção para um armário com portas de vidro onde se exibia o mais fino conjunto de peças de prata. “Veja! Olhe lá! Por estas coisas você vê como são ricos.” - “Mas”, perguntou o desconfiado jovem, “não seria possível que estas coisas finas tivessem sido reunidas apenas para esta ocasião - que elas fosse tomadas emprestadas para dar impressão de riqueza?” - “Que idéia!”, protestou o agente. “Quem você acha que emprestaria alguma coisa a essa gente?”’

Nos três casos a mesma coisa ocorre. Uma pessoa que estava reagindo sempre da mesma forma, várias vezes em sucessão, repete tal modo de expressão na ocasião seguinte, quando este é inadequado e prejudicial às suas próprias intenções. Negligencia adaptar-se às necessidades da situação, cedendo ao automatismo do hábito. Assim, na primeira história o auxiliar esquece-se de que acompanhava o agente a fim de prejudicar o noivo presuntivo em favor da noiva proposta. E já que no início ele cumprira sua tarefa sublinhando as qualidades da noiva pela repetição, a cada vez, do que dela se dizia, prosseguindo por enfatizar sua corcunda, timidamente admitida e que ele devia ter minimizado. O agente na segunda história está tão fascinado pela enumeração dos defeitos e enfermidades da noiva que completa a lista com dados de seu próprio conhecimento, embora este não fosse seu negócio ou seu propósito. Na terceira história (o agente) deixa-se levar a tal ponto pela ânsia de convencer o jovem da riqueza da família que, a fim de demonstrar um argumento confirmatório, traz à baila algo que fatalmente lançará por terra todos os seus esforços. Em cada caso a ação automática triunfa sobre a conveniente mudança de pensamento e de expressão.

Isto é fácil de ver, mas há de ter um efeito perturbador quando notarmos que as três histórias têm tanto direito a serem chamadas ‘cômicas’ quanto nós de apresentá-las como chistes. O desvelamento de automatismo psíquico é uma das técnicas do cômico, exatamente como qualquer tipo de revelação ou autotraição. Repentinamente somos defrontados a esse ponto pelo problema da relação dos chistes com o cômico, relação que pretendíamos evitar. (Ver a introdução em [1].) São tais histórias apenas ‘cômicas’ e não ‘chistosas’? Estará a comicidade aqui operando os mesmos métodos dos chistes? E, novamente, o que constitui a característica peculiar dos chistes?

Devemos manter em vista que a técnica deste último grupo de chistes que examinamos consiste simplesmente na revelação do ‘raciocínio falho’. Mas somos obrigados a admitir que seu exame levou-nos muito mais à obscuridade que à compreensão. Contudo não abandonemos nossa esperança de que um conhecimento mais completo das técnicas dos chistes nos levará a um resultado que possa servir de ponto de partida a ulteriores descobertas.

Os próximos exemplos de chistes, pelos quais prosseguiremos nossa investigação, oferecem uma tarefa mais fácil. Sua técnica, em particular, evoca-nos o que já conhecemos.

Primeiro, eis um chiste de Lichtenberg:

‘Janeiro é o mês em que fazemos votos de felicidade a nossos entes queridos e os meses restantes são aqueles em que estes votos não se cumprem.’

Desde que chistes como estes são caracterizados por sua sutileza antes que por sua força e operam por métodos discretos, começaremos por apresentar inúmeros deles, de modo a intensificar seu efeito:

‘A vida humana divide-se em duas metades. Na primeira desejamos a vinda da segunda, na segunda desejamos a volta da primeira.’

‘A experiência consiste em experimentar o que não desejávamos experimentar.’

(Os dois últimos são de Fischer, 1889[69-60].)

Esses exemplos lembram um grupo de que já tratamos, caracterizado pelo ‘uso múltiplo do mesmo material’ (ver em [1]). Em particular o último exemplo levantará a questão de por que não o incluímos naquele grupo em vez de introduzi-lo aqui em uma nova conexão. A ‘experiência’ é novamente descrita em seus próprios termos como o fora anteriormente o ‘ciúme’ (ver em [2]). Não me inclino por discutir muito seriamente essa classificação. Mas no que concerne aos outros dois exemplos (que são de natureza semelhante) penso que um outro fator é mais notável e mais importante que o múltiplo uso das mesmas palavras, que nesse caso nada tem a haver com o duplo sentido. Gostaria particularmente de acentuar que aqui se agenciam novas e inesperadas entidades, inter-relações de idéias, definições efetuadas mutuamente ou por referência a um terceiro elemento comum. Gostaria de denominar ‘unificação’ a esse processo que é claramente análogo à condensação pela compressão nas mesmas palavras. Assim as duas metades da vida são descritas através de uma relação mutual que se descobre existir entre elas: na primeira desejamos que a segunda viesse e na segunda desejamos que a primeira voltasse. Falando mais precisamente, duas relações mutuais muito semelhantes foram escolhidas para a representação. A similaridade de representação corresponde à similaridade das palavras que pode de fato recordar-nos o uso múltiplo do mesmo material: ‘desejar... vinda’ - ‘desejar...volta’. No chiste de Lichtenberg o mês de janeiro e os meses que com este contrastam são caracterizados por uma (outra vez, modificada) relação com um terceiro elemento: os votos de felicidade, recebidos no primeiro mês e não cumpridos nos demais. Eis, muito nítida, a distinção em relação ao uso múltiplo do mesmo material (que faz aproximar o duplo sentido).

Eis um claro exemplo de chiste de unificação que dispensa qualquer explicação:

’O poeta francês J. B. Rousseau escreveu uma “Ode à Posteridade”. Voltaire era de opinião que o poema não merecia sobreviver e chistosamente comentou: “Esse poema não alcançará seu destinatário.” (Fischer, 1889 [123].)

Esse último exemplo chama atenção para o fato de que é essencialmente a unificação que jaz ao fundo dos chistes que podem ser descritos como ‘respostas prontas’. (ver em [1]) Pois a réplica consiste em que a defesa, ao se encontrar com a agressão, ‘vira a mesa sobre alguém’ ou ‘paga a alguém com a mesma moeda’ - ou seja, consiste em estabelecer uma inesperada unidade entre ataque e contra-ataque. Por exemplo:

‘Um estalajadeiro tinha um panarício no dedo e um padeiro lhe disse: “Você deve tê-lo arranjado pondo o dedo em sua cerveja”. “Não foi por isso”, retrucou o estalajadeiro, “é que meti um pedaço do seu pão debaixo de minha unha.” (De Überhorst (1900, 2).)

‘Um Sereníssimo estava dando uma volta por suas províncias e notou na multidão um homem, extraordinariamente semelhante à sua própria nobre pessoa. Acenou, convocando-o, e perguntou-lhe: “Sua mãe esteve alguma vez a serviço do Palácio?” - “Não, Alteza”, foi a réplica, “mas meu pai esteve.”’

‘Em um de seus passeios a cavalo aconteceu ao Duque Charles de Württemberg encontrar um tintureiro, ocupado em seu ofício. Apontando o cavalo cinza que estava cavalgando, o Duque bradou: “Pode tingi-lo de azul?” “Naturalmente, Alteza”, foi a resposta, “se ele suportar a fervura.” [Fischer, 1889, 107.]

Nesse excelente *tu quoque*, em que a uma questão sem sentido oferece-se uma resposta igualmente impossível, há um outro fator técnico operando, o qual estaria ausente se o tintureiro tivesse respondido: “Não, Alteza. Tenho medo de que o cavalo não suporte a fervura.”

A unificação tem um outro instrumento técnico, de muito especial interesse, a seu dispor: a conexão pela conjunção ‘e’. As coisas concatenadas dessa forma ficam de fato conectadas: não podemos deixar de entendê-lo assim. Por exemplo, quando Heine comenta sobre a cidade de Göttingen em *Harzreise*: ‘Falando de um modo geral, os habitantes de Göttingen dividem-se em estudantes, professores, filisteus e asnos’, tomamos este grupamento exatamente no sentido que Heine enfatiza em um acréscimo à sentença: ‘E essas quatro classes estão divididas de forma absolutamente nítida’. Ou, ainda, quando [ibid.] ele menciona a escola em que tivera de suportar ‘tanto Latim, expulsões e Geografia’, esta série,

tornada ainda mais transparente pela posição das ‘expulsões’ entre os nomes das duas matérias, fala-nos que a inequívoca posição dos alunos com relação às expulsões se estenderia decerto ao Latim e à Geografia também.

Entre os exemplos dados por Lipps [1898, 177] de ‘enumeração chistosa’ (‘coordenação’) encontramos as seguintes linhas citadas como intimamente aparentadas aos ‘estudantes, professores, filisteus e asnos’ de Heine:

Mit einer Gabel und mit Müh’

Zog ihn die Mutter aus der Brüh.

[Com um forçado e muito esforço

Sua mãe pescou-o do ensopado.]

É como se (comenta Lipps) o *Müh* [esforço, dificuldade] fosse um instrumento como o forçado. Sentimos, entretanto, que essas linhas, embora cômodas, estão bem longe de constituir um chiste, enquanto a lista de Heine, sem nenhuma dúvida, o é. Podemos talvez evocar mais tarde esses exemplos, quando não necessitarmos evitar o problema da relação entre a comicidade e os chistes. [Ver em [1].]

[10]

Observamos no exemplo do Duque e do tintureiro que tal chiste por unificação não persistiria se o tintureiro replicasse: ‘*Não*, tenho medo de que o cavalo não suporte a

fervura’. Mas sua resposta real foi: ‘*Sim*, Alteza, se ele suportar a fervura’. A substituição do realmente apropriado *não* por um *sim* constitui um novo método técnico do chiste, cujo emprego perseguiremos em alguns outros exemplos.

Um chiste similar ao que acabamos de mencionar (também citado por Fischer [1889, 107-8]) é mais simples:

‘Frederico, o Grande, ouviu falar de um pregador na Silésia que tinha a reputação de entrar em contato com os espíritos. Mandou buscar o homem e recebeu-o com a pergunta “Você pode conjurar os espíritos?”. A resposta foi: “Às ordens de sua Majestade. Mas eles não vêm”.’ É muito óbvio aqui que o método usado no chiste consiste simplesmente em substituir a única resposta possível ‘não’ pelo seu contrário. A fim de efetivar a substituição, foi necessário acrescentar um ‘mas’ ao ‘sim’, de modo que ‘sim’ e ‘mas’ equivalessem semanticamente a ‘não’.

A ‘representação pelo oposto’, como a chamaremos, serve de vários modos à elaboração do chiste. Nos dois exemplos seguintes aparece quase em estado puro:

‘Esta dama se assemelha em muitos aspectos à Venus de Milo: ela é, também, extraordinariamente velha, não tem dentes e há manchas brancas na superfície amarelada de seu corpo.’ (Heine)

Eis uma representação da fealdade através da semelhança com o que há de mais belo. É verdade que tais semelhanças só podem existir em qualidades que são expressas ou por termos com duplo sentido ou por detalhes desimportantes. A última característica aplica-se a nosso segundo exemplo - ‘O Grande Espírito’, de Lichtenberg:

‘Une em si mesmo as características dos maiores entre os homens. Tem o porte da cabeça torto como Alexandre: teve sempre que usar um *toupet* como César; podia beber café como Leibnitz; e desde que adequadamente instalado em sua poltrona, esquecia-se de comer e de beber como Newton, como este tendo que ser despertado; usava sua peruca como Dr. Johnson, e sempre deixava um dos botões da braguilha desabotoado como Cervantes.’

De uma viagem à Irlanda, Von Falki (1897, 271) trouxe um exemplo particularmente bom de representação pelo oposto, exemplo em que não se faz o mínimo uso de palavras com duplo sentido. A cena ocorre numa exposição de museu de cera (que poderia ser o de Madame Tussaud). Um guia conduzia um grupo de visitantes jovens e velhos de figura a figura, enquanto as explicava: ‘Este é o Duque de Wellington e seu cavalo’, explicou ele. Em conseqüência, perguntou uma jovem dama: ‘Qual é o Duque de Wellington e qual é seu

cavalo?’ ‘Qual queira, minha bela jovem’, foi a resposta. ‘Você paga a entrada e faz sua escolha.’

Seria esta a redução do chiste irlandês: ‘Que falta de vergonha as coisas que estas pessoas ousam oferecer ao público nestes museus de cera! Não se pode distinguir entre o cavalo e seu cavaleiro. (Exagero faceto.) E é para isso que se paga!’ Essa exclamação indignada é então dramatizada, baseada em uma pequena ocorrência. No lugar do público em geral aparece só uma dama e é particularizada a figura do cavaleiro: necessariamente o Duque de Wellington, extremamente popular na Irlanda. Mas o descaramento do proprietário ou guia, que extrai dinheiro dos bolso do povo nada oferecendo em troca, é representado pelo contrário - por um discurso em que ele se jacta de ser consciencioso homem de negócios, que não tem outra coisa mais próxima ao coração que o respeito pelos direitos que o povo adquire pagando. Podemos agora verificar que a técnica desse chiste não é bastante simples. Na medida em que capacita ao trapaceiro insistir na sua honestidade, classifica-se como um caso de representação pelo oposto; mas na medida em que (o trapaceiro) o faz numa ocasião em que deles se requer coisa muito diferente - replicando com a respeitabilidade do negócio quando se espera a identificação das figuras - temos um caso de deslocamento. A técnica do chiste consiste em uma combinação dos dois métodos.

Nenhuma grande distância separa esse exemplo de um pequeno grupo que poderia ser descrito com constituído de chistes de ‘exageração’. Nestes o ‘sim’ que ocorreria na redução é substituído por um ‘não’ que tem, entretanto, a despeito de seu conteúdo, a força de um ‘sim’ intensificado, e vice-versa. Uma negativa é um substitutivo para uma confirmação exagerada. Assim, por exemplo, no epigrama de Lessing.

Die gute Galathee! Man sagt, sie shwärz’ ihr Haar;

Da doch ihr haar schon shwarz, als sie es kaufte, war.

[A boa Galatéia tinge seus cabelos de negro, até os pensamentos;

E seus cabelos já eram negros quando os comprou.]

Ou a maliciosa defesa da filosofia por Lichtenberg:

‘Há mais coisas no céu e na terra do que sonha vossa filosofia’, disse o Príncipe Hamlet desdenhosamente. Lichtenberg sabia que essa condenação não era ainda severa o bastante pois não levava em conta todas as objeções que podiam ser feitas à filosofia. Acrescentou, portanto, o que faltava: ‘Mas há também na filosofia muita coisa que não é encontrada no céu ou na terra’. Seu acréscimo de fato enfatiza a maneira pela qual a filosofia nos compensa da insuficiência que Hamlet censura. Tal compensação, porém, implica uma outra reprovação ainda maior.

Dois chistes de judeus, embora de um tipo vulgar, são ainda mais claros, já que se libertam de todo vestígio de deslocamento:

‘Dois judeus discutiam sobre banhos. “Tomo banho anualmente”, disse um deles, “quer precise ou não”.’

É óbvio que essa insistência jactante na própria limpeza serve apenas para convencer-nos de sua sujeira.

‘Um judeu notou restos de comida na barba de um outro. “Posso dizer-lhe o que comeu ontem.” - “Diga-me, então,” - “Pois bem, lentinhas.” - “Errado: isso foi anteontem!”’

O exemplo seguinte é um excelente chiste de ‘exageração’, em que se pode facilmente reconstruir a representação pelo oposto:

‘O rei condescendeu em visitar uma clínica cirúrgica, lá deparando com um professor que executava a amputação de uma perna. Acompanhou todos os estágios com altas expressões de sua real satisfação: “Bravo! bravo! meu caro professor!” Quando a operação terminou, o professor aproximou-se dele e perguntou-lhe com uma profunda reverência: “Vossa Majestade ordena que eu ampute também a outra perna?”’

‘Os pensamentos do professor durante o aplauso real não poderiam decerto manifestar-se inalterados: “Parece que estou amputando a perna desse pobre sujeito por ordem do rei e para sua real satisfação. Afinal existem realmente outras razões para a operação”. Vai então ao rei e lhe diz: “Não tenho outra razão para executar uma operação que as ordens de Vossa Majestade. O aplauso com que Vossa Majestade me honrou fez-me tão feliz que só aguardo

as ordens de Vossa Majestade para amputar também o membro são”.’ Dessa forma ele consegue fazer-se entendido dizendo o contrário daquilo que pensa mas deve guardar para si mesmo. Tal oposto é uma exageração que não pode ser acreditada.

Como mostram esses exemplos, a representação pelo oposto é um instrumento da técnica do chiste usado freqüentemente e operando com grande poder. Mas há algo que não devemos desconsiderar: essa técnica não é um absoluto peculiar aos chistes. Quando Marco Antônio, após um longo discurso no Fórum onde reverteu a atitude emocional de sua audiência em relação ao cadáver de César, finalmente exclamou uma vez mais:

‘For Brutus is an honourable man...’

ele sabe que o povo agora lhe devolverá aos gritos o sentido verdadeiro de suas palavras:

‘They were traitors: honourable men!’

Ou quando *Simplicissimus* descreve uma coleção de incríveis exemplos de brutalidade e cinismo com expressões como ‘homens de sentimento’, isso é também uma representação pelo oposto. A única técnica que caracteriza a ironia é a representação pelo contrário. Além do mais já lemos e ouvimos falar sobre ‘chiste irônicos’. Não se pode portanto duvidar mais de que a técnica sozinha seja insuficiente para caracterizar a natureza dos chistes. Mas por outro lado, perdura como fato incontrovertido que, uma vez desfeita a técnica do chiste, este desaparece. Por enquanto podemos achar difícil pensar como podem ser reconciliados os dois pontos fixos a que chegamos na explicação dos chistes.

Se a representação pelo contrário é um dos métodos técnicos dos chistes, podemos esperar que os chistes possam também fazer uso de seu oposto - a representação por alguma coisa *similar* ou afim. A ulterior evolução de nossa pesquisa de fato há de mostrar que esta é a técnica de um novo e particularmente compreensivo grupo de chistes conceptuais. Descreveremos a peculiaridade desta técnica muito mais apropriadamente se dissermos, ao invés da representação por alguma coisa ‘afim’, representação por algo ‘correlacionado’ ou ‘conexo’. Efetivamente começaremos por esta última característica e a descreveremos imediatamente com um exemplo.

Eis uma anedota americana: ‘Dois homens de negócio, não particularmente escrupulosos, conseguiram, por meio de uma série de empreendimentos de alto risco, acumular grande fortuna, e faziam agora sérios esforços para introduzir-se na boa sociedade. Um método, que

impressionou-os como de provável êxito, era ter seus retratos pintados pelo mais famoso e mais bem pago artista da cidade, cujos quadros gozavam de alta reputação. As preciosas telas foram exibidas pela primeira vez em um grande sarau e os próprios anfitriões conduziram o crítico e *connaissanceur* de arte mais influente até a parede de onde pendiam os retratos lado a lado, para desfrutar o seu admirado julgamento a respeito. Após estudar os trabalhos por longos instantes, o crítico balançou a cabeça como se algo estivesse faltando e indicando o espaço vazio entre os quadros, perguntou calmamente: “Mas onde está o Salvador?” (I.e. “Não vejo o quadro do Salvador.”)

O sentido deste comentário é claro. Tratamos ainda uma vez da questão de representar alguma coisa, que não pode ser expressa diretamente. Como ocorre esta ‘representação indireta’? Partindo da representação dada no chiste, reconstituímos o trajeto inverso através de uma série de associações e inferências facilmente estabelecíveis.

Podemos adivinhar pela pergunta ‘Onde está o Salvador? Onde a imagem do Salvador?’ que a visão dos dois quadros recordou ao locutor uma visão semelhante, familiar a ele, que incluía entretanto um elemento ora omitido - a figura do Salvador entre duas outras. Há apenas uma situação desse tipo: Cristo crucificado entre dois ladrões. Os chiste confere proeminência ao elemento omitido. A similaridade apóia-se em informação transmitida pelo chiste, as figuras pendentes à direita e à esquerda do Salvador; pode consistir apenas no fato de que os quadros pendentes das paredes são imagens de ladrões. O que o crítico pretendia dizer era simplesmente: ‘Vocês são um par de patifes’, ou, em maior detalhe: ‘Que me importam os retratos de vocês? O certo é que são uma dupla de patifes!’ E efetivamente ele termina dizendo isso através de algumas associações e inferências, utilizando o método que denominamos de ‘alusão’.

Recordemos imediatamente em que parte já deparamos com a alusão - numa conexão, a saber, com o duplo sentido. Quando dois sentidos são expressos por uma palavra, sendo um deles tão mais freqüente e usual que desde logo nos ocorre, enquanto o segundo é mais fora de mão e portanto, menos proeminente, propomos referir isto como ‘duplo sentido com uma alusão’ (ver em [1]). Em todo um conjunto de exemplos já examinados constatamos que sua técnica não era simples e percebemos agora que o fator de complicação deles era a alusão. (Veja-se, por exemplo, o chiste de inversão sobre a esposa que tem(se) dado um pouco, ganhando portanto muito dinheiro (ver em [2]) ou o chiste absurdo do homem que respondia às congratulações pelo nascimento de seu filho mais novo dizendo que era notável o que podiam realizar as mãos humanas (ver em [3]).)

Na anedota americana defrontamos uma alusão sem duplo sentido e verificamos que sua característica é a substituição por algo que lhe seja vinculado em uma conexão conceptual. Pode-se facilmente imaginar que haja mais de um tipo de conexão utilizável. A fim de que não nos percamos em um labirinto de detalhes, discutiremos apenas as variações mais

marcantes, e ainda assim, apenas alguns exemplos destas.

A conexão usada para a substituição pode ser simplesmente uma semelhança fônica, de modo que essa subespécie torna-se análoga ao grupo que entre os chistes verbais compreende os trocadilhos. Aqui, no entanto, não se trata de semelhança fônica entre duas *palavras*, mas entre sentenças inteiras, expressões características, e assim por diante.

Por exemplo, Lichtenberg cunhou esse dito: ‘Novos balneários tratam bem’ que evoca-nos imediatamente o provérbio: ‘Novas vassouras varrem limpo’. As duas expressões partilham a palavra inicial e algumas mediais tanto quanto a estrutura inteira da sentença. Não há dúvida de que a sentença tenha se introduzido na cabeça do espirituoso filósofo como imitação do provérbio familiar. Assim o dito de Lichtenberg torna-se uma alusão ao provérbio. Através dessa alusão alguma coisa é sugerida mas não dita diretamente - a saber, que algo mais é responsável pelos efeitos produzidos pelos balneários além das características invariantes das fontes termais.

Uma solução técnica semelhante aplica-se a outra pilhéria (*Scherz*) ou chiste [*Witz*] de Lichtenberg: ‘Uma garota de mais ou menos doze *Moden* [modas]!’ Isto soa semelhante a ‘doze *Monden* [luas]’, i.e., meses, o que pode ter sido originalmente um deslize na grafia dessa última expressão, permissível em poesia. Mas também faz sentido usar a mutante moda ao invés da mutante lua como um método de determinação da idade de uma mulher.

A conexão pode também consistir na similaridade, exceto por uma ‘leve modificação’. Assim, essa técnica é também paralela a uma técnica verbal (ver em [1]). Ambas as espécies de chiste produzem quase a mesma impressão, mas podem ser mais bem distinguidas uma das outras se consideramos os processos de elaboração do chiste.

Eis um exemplo de chiste verbal ou trocadilho desse tipo: Maria Wilt era uma grande cantora, famosa pela extensão não apenas de sua voz. Sofreu a humilhação de que o título de uma peça teatral, baseada em famosa novela de Júlio Verne, aludisse a sua deselegante figura: ‘A volta a Wilt em oitenta dias’.

Ou: ‘Uma rainha por braça’, modificação do conhecido dito de Shakespeare ‘Um rei por polegada’. A alusão a esta citação foi feita com referência a uma aristocrática e altíssima dama. Não se poderia objetar seriamente a que alguém desejasse incluir tal chiste entre as ‘condensações acompanhadas de modificações como substitutivo’. (Ver ‘*tête-à-tête*’, em [1].)

Um amigo disse de alguém de olhar muito arrogante mas obstinado na perseguição de seus objetivos: ‘Er hat ein Ideal vor dem Kopf [Tem um ideal à frente de sua cabeça]’. A expressão corrente é: ‘Ein Brett vor dem Kopf haben’ [literalmente, ‘ter uma parede à frente

da cabeça’ - ‘ser obtuso’]. A modificação alude a essa expressão e utiliza seu sentido para seus próprios propósitos, Aqui, uma vez mais, podia-se descrever a técnica como ‘condensação com modificação’.

É quase impossível distinguir entre ‘alusão através de modificação’ e ‘condensação com substituição’, se a modificação se limita a uma mudança de letras. Por exemplo: ‘*Dichteritis*’. Esta alusão ao flagelo da ‘*Diphtheritis* [difteria]’ representa como um outro mal público a autoridade (quando exercida) por pessoas desqualificadas.

As partículas negativas fazem alusões muito nítidas à custa de leves alterações:

‘Spinoza, meu companheiro de *descrença*, diz Heine. ‘Nös, por *desgraça* de Deus, trabalhadores, servos, negros, vilões...’ é como Lichtenberg faz iniciar-se um manifesto (que ele não desenvolve além) desses infelizes - os quais decerto não têm mais direito a esse título que os reis e príncipes na sua forma não-modificada.

Finalmente, uma outra espécie de alusão consiste na ‘omissão’, comparável à condensação sem formação de substitutivo. Na verdade omite-se algo em toda alusão, ou seja, o processo dedutivo leva à alusão. Só depende de que a coisa mais óbvia na verbalização da alusão ou do substitutivo que preenche parcialmente a lacuna seja a própria lacuna. Assim, uma série de exemplos nos faria retornar da ostensiva omissão à alusão propriamente dita.

A omissão sem substitutivo é apresentada no seguinte exemplo: Há um espirituoso e agressivo jornalista em Viena, cujas mordazes invectivas já o levaram várias vezes a ser agredido fisicamente pelos objetos de seu ataque. Em certa ocasião, quando comentava-se novo crime cometido por um de seus opositores habituais, alguém exclamou: ‘Se X ouve isso, terá seus ouvidos socados novamente’. A técnica desse chiste inclui em primeiro lugar o desconcerto diante desse aparente *nonsense*, já que é impossível entendermos como é que ‘ter os ouvidos socados’ possa ser a conseqüência imediata de se ter ouvido alguma coisa. O absurdo do comentário desaparece se inserimos na lacuna: ‘ele escreverá um artigo tão caústico sobre o homem que... etc’. A alusão por meio da omissão, combinada com o *nonsense*, são conseqüentemente os métodos técnicos usados nesse chiste.

‘Ele tanto se exalta que o preço do incenso está subindo.’ (Heine.) Esta lacuna é fácil de preencher. O que foi omitido é substituído por uma inferência que reconduz então ao que fora omitido na forma de uma alusão: ‘o autor-louvor cheira mal’.

E agora. outra vez, o chiste dos dois judeus fora de uma casa de banho, quando um deles suspira: ‘Mais um ano que se foi!’

Tais exemplos não nos deixam dúvida de que a omissão integre a alusão.

Há ainda uma lacuna bem nítida a ser considerada no nosso próximo exemplo, embora se trate de um chiste autêntico e corretamente alusivo. Depois de um carnaval de artistas em Viena circulou um livro de pilhérias, entre as quais figurava o seguinte epigrama.

‘Uma esposa é como um guarda-chuva. Mais cedo ou mais tarde toma-se um táxi.’

Um guarda-chuva não é proteção suficiente contra a chuva. O ‘mais cedo ou mais tarde’ só pode significar ‘se a chuva aumenta’ e o táxi é um veículo público. Já que nos interessa aqui apenas a *forma* da analogia, adiaremos o exame mais detalhado desse chiste para um momento posterior. [Ver em [1].]

O ‘Bäder von Lucca’ de Heine contém um regular vespeiro das mais picantes alusões e faz uso muitíssimo engenhoso dessa forma de chiste para propósitos polêmicos (contra o Conde Platen). Bem antes que o leitor possa suspeitar do que está em andamento, prenuncia um tema particular, peculiarmente pouco adaptado à representação direta, através de alusões a material da espécie mais variada - seja por exemplo as contorções verbais de Hirsch-Hyacinth: ‘Você é gordo e eu magro demais; você tem muita imaginação e eu todo o senso para negócios; eu sou um prático e você um *diarrheticus*; em suma, você é meu absoluto *antipodex*’. ‘- Vênus Urinia’ - ‘a gorda Gudel von *Dreckwall*’ de Hamburgo e assim por diante. No que segue, os eventos descritos pelo autor tomam uma feição que à primeira vista parece simplesmente demonstrar sua maligna disposição mas logo revelam sua relação simbólica com o propósito polêmico (do autor) ao mesmo tempo que mostram-se alusivos. Finalmente explode o ataque a Platen e daí por diante jorram alusões ao tema (com o qual já fomos familiarizados) do amor do Conde por homens, alusões que transbordam em cada sentença do ataque de Heine aos talentos e ao caráter de seu adversário. Por exemplo:

‘Mesmo se as Musas não o favorecem, tem o Gênio do Idioma em seu poder, ou antes, sabe como violentá-lo. Pois não possui o livre amor desse Gênio: deve incessantemente perseguir também a esse jovem e saber como captar-lhe unicamente as formas externas, que a despeito de suas curvas adoráveis, nunca falam com nobreza.’

‘Ele é como a avestruz que se acredita bem escondida se mete sua cabeça na areia, deixando visível apenas o traseiro. Nossa nobre ave faria melhor escondendo seu traseiro na areia e mostrando-nos a cabeça.’

A alusão é talvez o método do chiste mais comum e mais facilmente controlável, estando talvez no fundo da maior parte dos efêmeros chistes que costumamos urdir em nossas conversações e que não tolerariam ser transplantados do solo original e mantidos isoladamente. Mas isso precisamente nos lembra de novo o fato que começara a nos intrigar ao considerarmos a técnica dos chistes. Uma alusão em si não constitui um chiste; há alusões corretamente construídas que não reclamam tal caráter. Só as alusões que o possuam podem ser descritas como chistes. Assim, o critério dos chistes, que temos perseguido através de sua técnica, escapa-nos mais uma vez.

Tenho descrito ocasionalmente a alusão como uma ‘representação indireta’ e podemos agora observar que as várias espécies de alusão, juntamente com a representação pelo oposto e outras técnicas que ainda vão ser mencionadas, poderiam se reunir em um único grande grupo para o qual o nome mais compreensivo seria o de ‘representação indireta’. ‘Raciocínio falho’, ‘unificação’ e ‘representação indireta’ - eis então os rótulos sob os quais podemos classificar aquelas técnicas de chistes conceptuais que viemos a conhecer.

Se examinamos um pouco mais nosso material, parecemos reconhecer uma nova subespécie de representação indireta que só pode ser caracterizada precisamente através dos poucos exemplos que podem ser aduzidos. Trata-se da representação de algo pequeno ou mesmo muito pequeno - que efetua a tarefa de dar expressão completa a uma característica inteira através de um insignificante detalhe. Esse grupo pode ser agregado à classificação de ‘alusão’, se tivermos em mente que a pequenez é relacionada ao que deve ser representado, verificando-se pois proceder dele. Por exemplo:

‘Um judeu da Galícia viajava de trem. Ajeita-se confortavelmente, desabotoando seu capote e colocando os pés sobre o banco. Nesse momento um cavalheiro em trajes modernos entrou no aposento. O judeu prontamente recompôs-se e assumiu uma postura adequada. O estranho folheou as páginas de um caderno, fez alguns cálculos, refletiu por um momento e então, subitamente, perguntou ao judeu: “Desculpe-me, mas quando é o *Yom Kippur*?” (o Dia da Expição). “Ora!” exclamou o judeu e colocou de novo os pés no banco antes de responder.’

Não se pode negar que essa representação por uma minúcia relaciona-se à ‘tendência à economia’ que nos é aqui deixada como último elemento comum após nossa investigação da técnica verbal (ver em [1]).

Eis um exemplo muito semelhante:

‘O médico a cujos cuidados se confiou a Baronesa em sua gravidez, anunciou que ainda não chegara o momento de dar à luz e sugeriu ao Barão que enquanto esperavam jogassem cartas no cômodo vizinho. Após um momento, um grito de dor da Baronesa feriu os ouvidos dos dois homens: “Ah, mon Dieu, que je souffre!” Seu marido levantou-se de um salto mas o médico fez-lhe sinal que se assentasse: “Não é nada. Vamos continuar com o jogo!” Pouco depois, novos brados da mulher grávida: “Mein Gott, mein Gott, que dores terríveis?” - “Não vai entrar, Professor?”, perguntou o Barão. “Não, não. Ainda não é a hora.” Finalmente chegou da porta próxima um inconfundível grito de “Ai, ai, ai!”. O doutor largou as cartas e exclamou: “*Agora é a hora.*”’

Este bem-sucedido chiste demonstra duas coisas pela modificação gradual do caráter dos gritos de dor emitidos por uma aristocrática dama na hora do parto. Mostra também como a dor faz com que a natureza primitiva irrompa entre as diversas camadas de verniz de educação e como uma decisão importante pode ser adequadamente tomada na dependência de um fenômeno aparentemente trivial.

Há um outro tipo de representação indireta utilizada pelos chistes, a saber, a ‘analogia’. Deixamos para tratá-la só agora porque sua consideração defronta-se com novas dificuldades, ou ao menos evidencia particularmente dificuldades que até agora só emergiram em outras conexões. Já admitimos que em alguns dos exemplos examinados não pudemos expulsar uma dúvida quanto a sua inequívoca consideração como chistes (ver em [1] e [2]); tal incerteza, já o reconhecemos, solapa seriamente as bases de nossa investigação. Estou certo de que a incerteza não ocorre mais intensa ou mais freqüentemente que nos chistes por analogia. Há uma sensação - provavelmente verdadeira para grande número de outras pessoas sujeitas às mesmas condições - que nos diz ‘este é um chiste, posso dizer que este é um chiste’ mesmo antes que tenha sido descoberta a oculta natureza essencial dos chistes. Tal sentimento deixa-nos em apuros mais freqüentemente no caso das analogias chistosas. Se começamos por qualificar sem hesitação uma analogia como sendo um chiste, logo após parecemos notar que o deleite por ela proporcionado é de uma qualidade diferente daquele que costumamos derivar do chiste. E o fato de as analogias chistosas só raramente provocarem a explosão do riso que assinala um bom chiste, deixa-me impossibilitado de resolver essa dúvida da maneira habitual; limito-me aos exemplos melhores, mais efetivos, da espécie.

É fácil demonstrar que há exemplos de analogias, efetivos e notavelmente refinados, que em absoluto se nos apresentam como chistes. É o caso da sutil analogia entre a ternura de Otilie e o fio vermelho da armada inglesa (ver em [1]). Não posso deixar de citar, no mesmo sentido, outro exemplo que não me canso de admirar e cujo efeito sobre mim não cessa de crescer. É a analogia com a qual Ferdinand Lassalle termina uma de suas famosas

defesas ('A Ciência e os Trabalhadores'): 'A um homem como esse que eu lhes mostrei, que devotou sua vida ao lema "A Ciência e os Trabalhadores", sua condensação não importaria mais que a explosão de uma retorta a um químico absorto em seus experimentos científicos. Tão logo passe a interrupção, com um leve franzir de sobrancelhas a propósito da rebeldia de seu material, ele voltará calmamente a suas pesquisas e a seus trabalhos'.

Uma rica seleção das analogias chistosas e hábeis encontra-se entre os escritos de Lichtenberg (segundo volume da edição Gottingen de 1853) e daí tomarei material para nossa investigação.

'É quase impossível atravessar uma multidão portando a tocha da verdade sem chamuscar a barba de alguém.'

Sem dúvida essa sentença parece ser um chiste; entretanto, com um exame mais detalhado, notamos que o efeito chistoso não procede da própria analogia mas de uma característica subsidiária. 'A tocha da verdade' não é uma analogia nova e sim difundida há muito tempo, estando, pois, reduzida a um clichê - como sempre ocorre quando uma analogia é afortunada e bem aceita no uso lingüístico. Embora dificilmente notemos ainda a analogia na locução 'a tocha da verdade', subitamente Lichtenberg lhe restitui sua completa força original, já que agora faz um acréscimo à analogia e daí inferindo uma consequência. Ora, já nos familiarizamos com o processo de conferir sentido pleno a uma expressão esvaziada, o qual consiste em uma técnica de chiste. Enquadra-se no uso múltiplo do mesmo material (Ver em [1]). Bem pode ser que a impressão chistosa produzida pelo comentário de Lichtenberg proceda apenas de sua conexão com essa técnica do chiste.

O mesmo juízo é decerto aplicável a uma outra analogia chistosa da mesma autoria:

‘Pode-se estar certo, aquele homem não foi um grande luminar [*Licht*], mas um grande candelabro [*Leuchter*]... Era um Professor de Filosofia.’

Há muito que a descrição de um homem de saber como grande luminar, uma *lumen mundi*, deixou de ser uma analogia efetiva, se é que teve em algum tempo um efeito de chiste. Mas a analogia é renovada, retoma sua força completa, se se deriva dela uma modificação, de onde se obtém segunda e nova analogia. O modo pelo qual se processa essa segunda analogia parece ser o fator determinante do chiste, mais que as duas analogias propriamente. Esse seria um exemplo da mesma técnica do chiste utilizada no exemplo da tocha.

O exemplo seguinte parece ter um caráter chistoso devido a outra razão, que deve entretanto ser julgada similarmente:

‘As resenhas parecem-me uma espécie de doença infantil à qual os livros recém-nascidos são mais ou menos suscetíveis. Há exemplos de morte dos mais saudáveis, enquanto os mais fracos freqüentemente lhes escapam. Alguns lhes escapam inteiramente. Tem-se tentado resguardá-los delas através de amuletos como o prefácio e a dedicatória ou mesmo de vacinas como a autocritica do autor. Mas isso nem sempre ajuda.’

A comparação das resenhas com uma doença infantil baseia-se em primeira instância no fato de (crianças e livros) estarem expostos a elas tão logo vejam a luz do dia. Não posso me aventurar a decidir se nesse ponto a comparação tem caráter de chiste. Mas, prosseguindo, o destino subsequente dos novos livros pode ser representado dentro do esquema da mesma analogia ou através de analogias relacionadas. Uma tal prolongação da analogia integra-se, sem dúvida, à natureza do chiste, mas já sabemos graças a que técnica - é um caso de unificação, de elaboração de uma conexão insuspeitada. Não altera o caráter de unificação o fato de que ela aqui consista de acréscimo a uma analogia prévia.

Em outro grupo de chistes somos tentados a transformar uma impressão irrefutavelmente chistosa em outro fator, que, uma vez mais, nada tem a ver com analogia. Tais analogias, ou contêm uma singular justaposição, com freqüência uma combinação aparentemente absurda, ou são substituídas por algo semelhante ao resultado da analogia. A maior parte dos exemplos de Lichtenberg pertence a esse grupo.

‘É pena que não se possa enxergar as instruídas vísceras dos autores de modo a descobrir

o que eles comeram.’ As ‘instruídas vísceras’ são um epíteto desconcertante e de fato absurdo, só explicado pela analogia. Será a impressão chistosa aqui obtida inteiramente devida ao desconcertante caráter da justaposição? Se o é, corresponderia aquela a um método do chiste com o qual já estamos bastante familiarizados - a ‘representação pelo absurdo’ (ver em [1]).

Lichtenberg usou a mesma analogia entre a ingestão de leitura instrutiva e a ingestão de nutrição física para outro chiste:

‘Ele tinha a maior consideração pela instrução caseira e estava inteiramente a favor da instrução estabelada.’

Outras analogias do mesmo autor apresentam a mesma absurda, ou no mínimo surpreendente, distribuição de epítetos os quais, como veremos, são os verdadeiros veículos do chiste:

‘Este é o lado de barlavento de minha constituição moral; lá posso suportar as coisas muito bem.’

‘Todo mundo tem seu *backside* moral, que não expõe exceto em caso de necessidade e que cobre, enquanto possível, com os calções da respeitabilidade.’

‘*Backside* moral’ - a atribuição desse notável epíteto é o resultado de uma analogia. Mas em acréscimo, a analogia prossegue com um autêntico jogo de palavras - ‘necessidade’ - e uma segunda justaposição mesmo mais rara (‘os calções de respeitabilidade’) que é talvez, por si mesma, um chiste; pois, os calções, logo que são os calções de respeitabilidade, tornam-se um chiste. Não precisamos pois ficar surpresos se recebemos a impressão global de que a analogia seja um chiste muito bom. Começamos a notar que geralmente nos inclinamos em nossa apreciação a estender a toda uma totalidade alguma característica que se conecta à parte dela. ‘Os calções de respeitabilidade’, incidentalmente evocam alguns desconcertantes versos de Heine:

...Bis mir endlich,

endlich alle Knopfe rissen

an der Hose der Geduld.

[...Até que finalmente,

finalmente todo botão rebenta

nos calções de minha paciência.]

Não pode haver dúvida de que essas duas últimas analogias têm uma característica que não encontramos em toda analogia boa (isto é, adequada). Elas são em alto grau, como poderíamos dizer, ‘degradantes’. Justapõem algo de alta categoria, algo abstrato (nestes exemplos, a ‘respeitabilidade’ e a ‘paciência’) com algo muito concreto e mesmo de um gênero baixo (os calções). Deveremos considerar em outra conexão se essa peculiaridade tem a ver com o chiste. Tentaremos aqui analisar outro exemplo em que essa menoscabante característica é especialmente clara. Weinberl, o caixeiro na farsa de Nestroy, *Einen Jux will er sich machen [Ele quer tomar um porre]*, descreve a si mesmo como haveria de recordar os dias de sua juventude quando fosse um respeitável homem de negócios: ‘Quando o gelo frente ao armazém da memória tiver sido quebrado a picaretas, como nessa conversa cordial’, diz ele, ‘quando o arqueado portal dos velhos tempos tiver sido de novo destrancado e a vitrine da imaginação estiver inteiramente sortida pelos bens do passado...’. Temos aqui, certamente, analogias entre abstrações e coisas concretas muito comuns; mas o chiste depende parcial ou inteiramente - de que o caixeiro utilize analogias tomadas do domínio de suas atividades cotidianas. Mas a conexão de tais abstrações com as coisas ordinárias que normalmente enchem sua vida é um ato de *unificação*.

Retornemos às analogias de Lichtenberg:

‘Os motivos que nos levam a fazer algo podiam ser ordenados como a rosa-dos-ventos [= pontos da bússola] e denominados de modo semelhante: por exemplo, ‘pão-pão-fama’ ou ‘fama-fama-pão’. Como ocorre com tanta freqüência com os chistes de Lichtenberg, a impressão de algo adequado, espirituoso e agudo é tão proeminente que confunde nosso juízo quanto à natureza do que constitui o chiste. Se alguma porção do chiste é mesclada ao admirável significado em um comentário desse tipo, somos provavelmente levados a declarar que a totalidade é um chiste excelente. Gostaria antes de aventurar a afirmação de que tudo que pertence à natureza do chiste procede de nossa surpresa ante a estranha combinação ‘pão-pão-fama’. Enquanto chiste, portanto, seria um caso de ‘representação pelo absurdo’.

Uma estranha justaposição ou a atribuição de um epíteto absurdo podem apresentar-se como resultado de uma analogia:

‘Uma mulher *zweischläfrige*.’ ‘Um banco de igreja *einschaläfriger*.’ (Ambas de Lichtenberg.) Por trás de ambos os ditos, jaz uma analogia com cama; em ambos opera, além do ‘desconcerto’, o fator técnico ‘alusão’ - alusão em um caso aos soporíferos efeitos de um sermão e em outro ao inexaurível tópico das relações sexuais.

Até aqui verificamos, que, onde uma analogia nos parece um chiste, isso se deve à mesclagem com uma das técnicas do chiste que já conhecemos. Mas alguns outros exemplos parecem finalmente evidenciar que uma analogia pode ser um chiste por si mesma.

Eis como Lichtenberg descreve certas odes:

‘São em poesia o que os imortais trabalhos de Jacob Böhme são em prosa - uma espécie de piquenique, onde o autor fornece as palavras e o leitor o sentido.’

‘Quando filosofa, normalmente projeta sobre as coisas um agradável luar que geralmente deleita mas não mostra coisa alguma claramente.’

Ou veja-se Heine:

‘A face dela parecia um palimpsesto onde, por baixo do novo e negro manuscrito monástico do texto de um padre da Igreja, escondem-se as meio obliteradas linhas de um antigo poema erótico grego.’

[*Harzreise*.]

Ou consideremos a extensa analogia, com propósito altamente degradante, no ‘Bäder von Lucca’ [*Reisebilder* III]:

‘Um clérigo católico comporta-se tal como um caixeiro que tem um posto em uma grande casa de comércio. A Igreja, a grande firma, da qual o Papa é o chefe, dá-lhe um emprego fixo e em paga, um salário fixo. Ele trabalha preguiçosamente, como alguém que não trabalha para lucro próprio, que tem numerosos colegas e pode facilmente escapar de ser observado no tumulto de uma grande firma. Tudo que lhe importa é o crédito da casa e ainda mais sua preservação, pois que se ela for à bancarrota, ele perderá seu ganha-pão. Um clérigo protestante, por outro lado, é em qualquer caso seu próprio chefe e empreende o negócio da religião para seu próprio lucro. Ele não negocia por atacado, como o católico,

seu colega comerciante, mas apenas a retalho. E já que ele próprio se encarrega de tudo, não se permite ser preguiçoso. Deve anunciar seus artigos de fé, depreciar os artigos do competidor e, como genuíno retalhista, deve manter-se em sua venda a retalho, cheio de inveja comercial de todas as grandes casas, em particular da grande casa em Roma, que paga os salários de tantos milhares de guarda-livros e empacotadores, e tem suas fábricas nos quatro cantos do globo.’

Em face desse e de muitos outros exemplos, não podemos mais discutir o fato de que uma analogia possa em si mesma se caracterizar como chiste, sem que essa impressão seja devida a uma complicação com alguma das conhecidas técnicas de chiste. Mas ao admitir isso, estamos completamente perdidos quanto a constatar o que determina a característica chistosa das analogias, já que tal característica decerto não reside na analogia como forma de expressão do pensamento ou na elaboração de uma comparação. Tudo que podemos fazer é incluir a analogia entre as espécies de ‘representação indireta’ usadas pela técnica do chiste, deixando sem solução um problema que encontramos com muito maior clareza no caso das analogias que no caso dos outros métodos do chiste, observados anteriormente. Além do mais, deve haver sem dúvida alguma razão especial pela qual a decisão quanto a qualificar ou não algo como chiste oferece maiores dificuldades nas analogias que em outras formas de expressão.

Essa lacuna em nossa compreensão não nos deixa margem entretanto para lamentar que a primeira investigação tenha sido sem resultados. Em vista da íntima conexão que devemos estar preparados para constatar nas diferentes características dos chistes, seria imprudente esperar que pudéssemos explicar completamente uma parte do problema antes de ter, do mesmo modo, lançado a vista sobre as outras. Sem dúvida deveremos atacar agora o problema a partir de outra perspectiva.

Podemos estar seguros de que nenhuma das possíveis técnicas de chistes escapou a nossa investigação? Naturalmente que não. Mas o continuado exame de material novo pode convencer-nos de que conseguimos conhecer os métodos técnicos mais comuns e importantes da elaboração do chiste - em todos os casos, muito mais se necessita para formar um juízo sobre a natureza daquele processo psíquico. Até aqui não chegamos a tal juízo, mas por outro lado possuímos agora uma importante indicação da direção de onde podemos esperar receber esclarecimento ulterior sobre o problema. Os interessantes processos de condensação acompanhados de formação de substitutivo, reconhecidos como o núcleo da técnica dos chistes verbais, apontam para a formação dos sonhos, em cujo mecanismo tem-se descoberto os mesmos processos psíquicos. Isso vale igualmente, entretanto, para as técnicas de chistes conceptuais - deslocamento, raciocínio falho, absurdo, representação pelo oposto - que reaparecem, cada um e todos, na técnica de elaboração do sonho. O

deslocamento é responsável pelo enigmático aparecimento de sonhos que nos impedem o reconhecimento de que constituem uma continuação de nossa vida desperta. O uso do absurdo e do nonsense nos sonhos tem-lhes custado a dignidade de serem considerados produtos psíquicos e tem levado as autoridades a supor que a desintegração das atividades mentais e uma cessação de crítica, da moralidade e da lógica são condições necessárias à formação dos sonhos. A representação pelo oposto é tão comum nos sonhos que mesmo os livros populares de interpretação dos sonhos, que executam de modo totalmente equivocado essa tarefa, têm por hábito levá-la em conta. A representação indireta - a substituição de um pensamento onírico por uma alusão, por algo insignificante, por um simbolismo afim à analogia - é precisamente o que distingue o modo de expressão dos sonhos de nossa vida desperta. Sendo tão abrangente dificilmente será um puro acaso tal concordância entre os métodos da elaboração do chiste e aqueles da elaboração do sonho. Será pois uma de nossas próximas tarefas demonstrar detalhadamente essa concordância bem como examinar seu fundamento. [Ver Capítulo VI adiante.]

III - OS PROPÓSITOS DOS CHISTES

Quando ao fim de meu último capítulo transcrevi a comparação por Heine de um padre católico com um empregado em um negócio por atacado e de um protestante com um mercador a retalho, atentei para uma inibição que estava tentando induzir-me a não utilizar a analogia. Disse a mim mesmo que entre os leitores haveria provavelmente alguns que sentissem respeito não só pela religião como por seus ministros e ajudantes. Tais leitores ficariam indignados com a analogia e em tal estado emocional estariam privados de todo interesse quanto a decidir se a analogia parece um chiste por sua própria conta ou devido a alguma coisa extra a ela acrescentada. Com outras analogias - por exemplo, aquela analogia vizinha, sobre a agradável luz da lua que alguma filosofia particular lança sobre as coisas - parecia não haver necessidade de preocupar-me com o efeito perturbador que teriam sobre alguma fração de meus leitores. O homem mais piedoso permaneceria em um estado de ânimo tal que pudesse opinar sobre nosso problema.

É fácil adivinhar a característica dos chistes de que depende a diferença na reação de seus ouvintes. Em um caso, o chiste é um fim em si mesmo, não servindo a um objeto particular; em outro caso, o chiste serve a um fim - torna-se *tendencioso*. Apenas os chistes que têm um propósito correm o risco de encontrar pessoas que não querem ouvi-los.

Os chistes não tendenciosos foram descritos por Vischer como chistes ‘abstratos’. Prefiro chamá-los ‘inocentes’.

Já que dividimos os chistes em “verbais” e ‘conceptuais’ de acordo com a manipulação técnica do material, estamos autorizados agora a examinar a relação entre tal classificação e os novos chistes que iremos introduzindo. A relação entre chistes verbais e conceptuais por um lado e entre chistes abstratos e tendenciosos por outro, não é de mútua influência; trata-se de duas classificações de produtos chistosos inteiramente independentes. Algumas pessoas podem talvez receber a impressão de que os chistes inocentes são predominantemente verbais e que uma técnica mais complexa de chistes conceptuais é mais empregada para propósitos definidos. Mas há chistes inocentes que operam com jogo de palavras e semelhança fônica, como há chistes inocentes que empregam todos os métodos dos chistes conceptuais. É ainda mais fácil mostrar que um chiste tendencioso não necessita ser mais que um chiste verbal no que toca à sua técnica. Por exemplo, os chistes que ‘jogam com’ nomes próprios têm freqüentemente um propósito insultante e ferino, embora sejam, é desnecessário dizer, chistes verbais. Mas os chistes mais inocentes de todos são ainda os chistes verbais; por exemplo, o *Schüttelreime*, tornado recentemente tão popular e no qual a técnica é constituída pelo uso múltiplo do mesmo material com uma modificação inteiramente peculiar:

Und weil er Geld in Menge hatte,

lag stets er in der *Hängematte*

[E porque tem dinheiro em quantidade

Ele sempre se deita em uma rede.]

Pode-se esperar que ninguém questione a identidade do prazer derivado dessas rimas, por outro lado despreziosas, com o prazer que nos faz reconhecer os chistes.

Bons exemplos de chistes conceptuais, abstratos ou inocentes, podem ser achados em abundância nas analogias de Lichtenberg, algumas das quais já conhecemos. Acrescento outras:

‘Enviaram um volume em oitavo menor a Göttingen e receberam de volta algo que era um quarto em corpo e alma.’

‘A fim de construir esse edifício adequadamente, é necessário providenciar sobretudo bons alicerces; não conheço nenhum mais firme que o processo em que, a cada camada de alvenaria *pro* segue-se prontamente outra *contra*.’

‘Uma pessoa gera um pensamento, uma segunda o leva a batizar-se, uma terceira tem filhos com ele, uma quarta o visita em seu leito de morte e uma quinta o enterra.’ (Analogia com unificação.)

‘Ele não apenas não acredita em fantasmas como ainda não tem medo deles.’ O chiste aqui consiste inteiramente na forma absurda da representação, que introduz, por comparação, as maneiras de pensar menos comuns enquanto assevera francamente o que se considera menos importante. Se o envoltório chistoso é removido, temos (a afirmação): ‘é muito mais fácil ficar livre do medo dos fantasmas intelectualmente que escapar dele quando aparece a ocasião’. Tal asserção não é absolutamente um chiste, embora se trate de uma descoberta psicológica correta e ainda bem pouco apreciada - a mesma descoberta que Lessing exprime em sentença bem conhecida:

‘Não são livres todos aqueles que zombam de suas cadeias.’

Aproveito a oportunidade para livrar-me de um equívoco possível, pois os chistes ‘abstratos’ ou ‘inocentes’ estão longe de ter o mesmo sentido dos chistes ‘triviais’ ou ‘carentes de substância’; (sua designação) conota simplesmente o oposto dos chistes ‘tendenciosos’ que serão discutidos em breve. Como mostram nossos últimos exemplos, um chiste inocente - ou seja, não tendencioso - pode ter também grande substância, asseverando algo valioso. Mas a substância de um chiste é independente do chiste, consistindo na substância do pensamento expresso aqui como chiste, mediante arranjo especial. Sem dúvida, tal com os relojoeiros em geral fornecem a um mecanismo particularmente bom

algum estojo similarmente valioso, assim pode ocorrer com o chiste, onde os melhores produtos chistosos são usados como envoltório dos pensamentos de maior substância.

Se traçamos agora uma nítida distinção entre a substância do pensamento e o envoltório chistoso, atingimos realmente uma descoberta que pode lançar luz a grande parte de nossa incerteza na avaliação de chistes. Pois isso revela - o que é surpreendente - que nossa fruição do chiste baseia-se em uma impressão combinada de sua substância com uma efetividade como chiste, o que nos leva a ser enganados por um fator à custa do outro. Só depois da redução do chiste tornamo-nos atentos para esse falso juízo.

Além disso, a mesma coisa vale para os chistes verbais. Quando nos dizem que ‘a experiência consiste em experimentar o que não desejaríamos experimentar’ (ver em [1]), ficamos desconcertados e pensamos ter aprendido nova verdade. Transcorre algum tempo antes que reconheçamos sob esse disfarce a platitude ‘O sofrimento faz-nos sábios’. [A adversidade é a melhor escola.] (Fischer [1889, 59].) O modo adequado com que o chiste consegue definir a ‘experiência’, quase que exclusivamente pelo uso da palavra ‘experimentar’, engana-nos, levando à superestimação da substância da sentença. Exatamente o mesmo se pode dizer sobre o chiste de unificação de Lichtenberg ‘Janeiro’ (ver em [2]) que não nos diz mais do que sempre soubemos - que os votos feitos por ocasião do Ano Novo tornam-se realidade com a mesma freqüência que outros votos. O mesmo em muitos casos semelhantes.

Constatamos o contrário quanto a outros chistes, nos quais a adequação e verdade do pensamento nos enganam, levando-nos a considerar toda a sentença como um chiste brilhante - enquanto só o pensamento é brilhante e a confecção do chiste freqüentemente precária. Exatamente nos chistes de Lichtenberg o núcleo do pensamento é em geral muito mais valioso que o envoltório chistoso ao qual, injustificadamente, estendemos nossa apreciação. Assim por exemplo o comentário sobre ‘a tocha da verdade’ (ver em [1]) é uma analogia que dificilmente chega a ser um chiste, mas é tão apropriada que insistimos em tomar a sentença como um chiste particularmente bom.

Os chistes de Lichtenberg se distinguem sobretudo devido a seu conteúdo intelectual e à segurança com que ferem o alvo. Goethe estava muito certo ao dizer deste autor que suas idéias chistosas e pilhéricas encobriam problemas; seria mais correto dizer que roçam a solução de problemas. É o caso por exemplo em que comenta com um chiste: ‘Ele lera Homero tanto que lia sempre “*Agamemnon*” ao invés de “*angenommen* [suposto]”.’ A técnica usada é ‘estupidez’ mais ‘similaridade fônica’, tendo Lichtenberg descoberto nada menos que o segredo da leitura equivocada.

O mesmo se dá com um chiste cuja técnica nos parecera muito insatisfatória (ver em [1]): ‘Ele se maravilhava em que os gatos tivessem dois furos recortados em sua pele, exatamente

no lugar dos olhos'. A estupidez aqui alardeada é apenas aparente. De fato, por trás desse simples comentário está o grande problema da teleologia na estrutura animal. Não é absolutamente óbvio que a fissura palpebral deve abrir-se no ponto em que a córnea está exposta até que a teoria da evolução esclareça essa coincidência.

Tenhamos em mente o fato de que os comentários chistosos produzem em nós uma impressão global na qual não conseguimos separar a parte devida ao conteúdo intelectual da parte devida à elaboração do chiste. Pode ser que mais tarde encontremos um fato paralelo a este, ainda mais importante. (Ver em [1].)

Do ponto de vista do esclarecimento teórico sobre a natureza do chiste, os chistes inocentes serão necessariamente mais valiosos para nós que os tendenciosos, tanto quanto os triviais o serão mais que os chistes profundos. Os chistes inocentes e triviais colocam-nos provavelmente o problema do chiste em sua forma mais pura, já que com eles evitamos o perigo de ser confundidos por seu propósito ou equivocados em nosso julgamento por seu bom senso. Com base nesse material nossas descobertas podem fazer novos avanços.

Selecionarei os exemplos, o mais possível inocentes, de um chiste verbal:

‘Uma garota a quem se anunciou um visitante enquanto achava-se no toucador queixou-se: “Oh, que vergonha, alguém não poder deixar-se ver logo quando se está mais *anziehend!*!”’ (Kleinpaul, 1890.)

Substituirei esse exemplo por outro extremamente simples e, de fato, não sujeito à objeção, já que me assaltam dúvidas quando à caracterização do chiste anterior como não tendencioso.

‘Ao fim de uma refeição da qual eu participava como convidado, foi servido um pudim do tipo conhecido como “*Roula*”. Prepará-lo requer alguma habilidade por parte do cozinheiro. Portanto, um dos convidados perguntou: “Feito em casa?” Ao que respondeu o anfitrião: “Sim. É um *home-roulard!*”.’

Dessa vez não examinaremos a técnica do chiste; antes propomos voltar nossa atenção para outro fator, realmente o mais importante. Quando os presentes (à mesa) ouvimos esse chiste improvisado, tal fato nos proporcionou prazer - como posso claramente me lembrar - e nos fez rir. Neste caso, como em incontáveis outros, o sentimento de prazer do ouvinte não decorre do propósito do chiste nem de seu conteúdo intelectual; nada nos resta portanto

senão colocar em conexão o sentimento de prazer com a técnica do chiste. Os métodos técnicos do chiste que já descrevemos anteriormente - condensação, deslocamento, representação indireta etc. - possuem assim o poder de evocar um sentimento de prazer no ouvinte, embora possamos não ter a mínima idéia de como terão adquirido tal poder. Dessa maneira simples, chegamos à segunda tese em nossa classificação dos chistes; a primeira (ver em [1]) asseverava que a característica dos chistes consiste em sua forma de expressão. Consideremos além do mais que a segunda tese nada nos ensina de efetivamente novo. Isola simplesmente o que uma observação já feita anteriormente incluía. Lembremo-nos que quando conseguíamos reduzir um chiste (pela substituição de sua forma de expressão por outra, que preservava cuidadosamente seu sentido) este perdia não apenas seu caráter de chiste como também seu poder de nos fazer rir - nossa fruição do chiste.

Não podemos seguir adiante sem uma discussão do que nossas autoridades filosóficas expõem a respeito.

Os filósofos, que consideram os chistes como uma parte do cômico e tratam o próprio cômico no capítulo da estética, definem uma idéia estética pela condição de que não tentamos obter ou fazer qualquer coisa através dela, não necessitando dela para satisfazer qualquer de nossas necessidades vitais, mas contentando-nos na contemplação e na fruição da idéia. 'Esta fruição, espécie de ideação, é a fruição puramente estética, que consiste apenas em si mesma, não tendo outro objetivo fora de si e não preenchendo qualquer dos demais objetivos da vida.' (Fischer, 1889, 20.) (ver em [1])

Difícilmente haveremos de contraditar tal asserção de Fischer - não faremos mais talvez que traduzir seu pensamento em nosso próprio modo de expressão - se insistirmos em que a atividade chistosa não deve ser, afinal, descrita como inútil ou desinteressada, já que tem o propósito inequívoco de suscitar prazer em seus ouvintes. Duvido que estejamos em condições de empreender *qualquer coisa* sem ter uma intenção em vista. Se não solicitamos nosso aparato mental no momento de prover uma de nossas satisfações indispensáveis, permitimos-lhe operar na direção do prazer e procuramos derivar prazer de sua própria atividade. Suspeito que em geral é essa a condição que governa toda a ideação estética, mas sei muito pouco de estética para tentar expandir o assunto. No que concerne ao chiste, entretanto, posso afirmar à base das duas descobertas já feitas, que se trata de uma atividade que visa derivar prazer dos processos mentais, sejam intelectuais ou de outra espécie. Sem dúvida existem outras atividades com o mesmo fim. Talvez estas se diferenciem de acordo com o campo de atividade mental do qual procuram derivar prazer ou de acordo talvez com os métodos que utilizem. Não podemos, por enquanto, decidir quanto a isso mas mantemos firmemente a posição de que a técnica do chiste e a tendência à economia, que a controla em parte (Ver em [1].), colocam-se em conexão com a produção do prazer.

Mas antes que nos disponhamos a solucionar o enigma da maneira pela qual os métodos

técnicos de elaboração do chiste podem excitar prazer no ouvinte, recordemos o fato de que, com uma perspectiva de simplificação e maior perspicuidade, tenhamos deixado inteiramente de lado os chistes tendenciosos. Devemos afinal tentar esclarecer a questão de quais são os propósitos dos chistes e de como estes servem a tais propósitos.

Há, antes de tudo, uma observação que nos previne contra deixar de lado os chistes tendenciosos em nossa investigação da origem do prazer que fruímos nos chistes. O agradável efeito dos chistes inocentes é em regra um efeito moderado; um nítido sentido de satisfação, um leve sorriso, é tudo o que em geral podem obter de seus ouvintes. Pode ser que mesmo parte desse efeito devesse ser atribuído ao conteúdo intelectual do chiste, como já verificamos em exemplos adequados (ver em [1]). Um chiste não tendencioso dificilmente merece a súbita explosão de riso que torna os chistes tendenciosos assim irresistíveis. Já que ambos os tipos podem ter a mesma técnica, podemos suspeitar de que os chistes tendenciosos, em virtude de seu propósito, devem ter fontes de prazer disponíveis, às quais os chistes inocentes não teriam acesso.

Os propósitos dos chistes podem facilmente ser passados em revista. Onde um chiste não tem objetivo em si mesmo - isto é, onde não é um chiste inocente - pode servir a apenas dois propósitos, que podem ser subsumidos sob um único rótulo. Ou será um chiste *hostil* (servindo ao propósito de agressividade, sátira ou defesa) ou um chiste *obsceno* (servindo ao propósito de desnudamento). Deve-se reiterar desde já que as espécies técnicas do chiste - verbal ou conceptual - não se relacionam com esses dois propósitos.

É tarefa muito mais extensa mostrar o modo pelo qual o chiste serve a esses dois propósitos. Na investigação prefiro lidar primeiro não com os chistes hostis mas com os desnudadores. É verdade que estes têm sido muito mais raramente julgados dignos de investigação, como se a aversão com que se os encara já se tivesse transferido para a discussão. Mas não nos permitiremos estar desconcertados por isso, pois atacaremos imediatamente um caso marginal de chiste que promete nos trazer esclarecimento sobre mais um ponto obscuro.

Sabemos o que se entende por *smut*: a intencional proeminência verbal de fatos e relações sexuais. Esta definição não é, entretanto, mais válida que outras definições. A despeito dela, uma aula expositiva sobre a anatomia dos órgãos sexuais ou a fisiologia da procriação não necessita ter um único ponto de contato com o *smut*. É fato bem mais relevante que este se dirija a uma pessoa particular, que desperta no locutor uma excitação sexual a qual, ouvindo-o, espera-se que fique ciente da excitação dele e em conseqüência, torne-se por sua vez excitada sexualmente. Ao invés de excitada, a outra pessoa pode ser levada a sentir

vergonha ou embaraço, o que é apenas reação à excitação e, por linhas transversas, uma aceitação desta. O *smut* dirige-se pois originalmente às mulheres e pode ser equiparado às tentativas de sedução. Se o homem, em companhia de homens, gosta de falar ou ouvir *smut*, a situação primitiva, que não pode se realizar devido às inibições sociais, pode ser facilmente imaginada. Uma pessoa que ri do *smut* que escuta está rindo como se fora espectador de um ato de agressão sexual.

O material sexual que forma o conteúdo do *smut* inclui mais do que é *peculiar* a cada sexo; inclui também o que é *comum* a ambos os sexos, a que se estende o sentimento de vergonha - vale dizer, o que é excrementício no sentido mais amplo. Esse é, entretanto, o sentido coberto pela sexualidade na infância, idade em que há como que uma cloaca dentro da qual pouco ou nada se distingue do que é sexual e do que é excrementício. Através de toda a escala da psicologia das neuroses o que é sexual inclui o excrementício no antigo sentido, infantil.

O *smut* é como que um desnudamento das pessoas, sexualmente diferentes, a quem é dirigido. Pela enunciação de palavras obscenas a pessoa assediada é compelida a imaginar a parte do corpo ou o procedimento em questão, ao mesmo tempo que lhe é mostrado o que o assediante, ele próprio, está imaginando. Não se pode duvidar de que o motivo original do *smut* seja o desejo de ver desmascarado o que é sexual.

Voltarmos nesse ponto a fatos fundamentais só ajudará a esclarecer as coisas. Um desejo de ver desnudados os órgãos peculiares a cada sexo é um dos componentes originais de nossa libido. Ele próprio (o desejo) pode ser o substitutivo de algo anterior, voltando a um hipotético desejo primário de tocar as partes sexuais. Como se dá com tanta freqüência, olhar substitui tocar. A libido visual e táctil está presente em todo indivíduo nas duas formas ativa e passiva, masculina e feminina; de acordo com a preponderância do caráter sexual, uma ou outra forma predomina. É fácil observar a inclinação ao autodesnudamento em crianças pequenas. Nos casos em que o germe dessa inclinação escapa a seu destino usual de ser sepultado ou suprimido, desenvolve nos homens a familiar perversão conhecida como exibicionismo. Nas mulheres a inclinação ao exibicionismo passivo é quase invariavelmente sepultada sob a impressionante função reativa da modéstia sexual, mas não sem que lhe seja deixada uma válvula de escape em relação às roupas. Basta apenas aludir à elasticidade e variabilidade no total de exibicionismo que se permite às mulheres reter de acordo com as diferentes convenções e circunstâncias.

Nos homens um alto grau dessa tendência persiste como porção de sua libido e serve como introdução do ato sexual. Quando tal estímulo se faz sentir na primeira abordagem de uma mulher, por duas razões as palavras são utilizadas: primeiro, para anunciar-se (a

excitação) a ela; segundo, porque se a idéia é suscitada pela fala, ela pode induzir uma excitação correspondente na própria mulher, despertando nela uma inclinação ao exibicionismo passivo. Este cortejamento verbal não é ainda *smut*, mas estágio que o precede. Se a aquiescência da mulher emerge rapidamente, a fala obscena tem vida curta; leva imediatamente a uma ação sexual. Ocorre diferentemente quando não se conta com uma rápida aquiescência por parte da mulher surgindo então, no lugar da conivência, reações defensivas. Neste caso o discurso sexualmente excitante torna-se um fim em si mesmo na forma de *smut*. Já que a agressividade sexual é detida em seu avanço em direção ao ato, ela permanece na evocação da excitação e deriva prazer dos sinais em que se manifesta à mulher. Ao fazer isso, a agressividade sem dúvida altera também seu caráter, tal como qualquer impulso libidinoso que esbarra em um obstáculo. Torna-se positivamente hostil e cruel, convocando assim em seu auxílio, contra o obstáculo, os componentes sádicos do instinto sexual.

A inflexibilidade da mulher é portanto a primeira condição para o desenvolvimento do *smut* embora isso pareça implicar meramente em um adiamento não indicando que os esforços ulteriores sejam vãos. O caso ideal de uma resistência desse tipo por parte da mulher ocorre se outro homem está presente ao mesmo tempo - uma terceira pessoa - pois nesse caso uma rendição imediata da mulher seria tão boa quanto fora de questão. Essa terceira pessoa logo adquire a maior importância no desenvolvimento do *smut*: para começar, entretanto, não se deve desconsiderar a presença de uma mulher. Entre os camponeses ou em ambientes de espécie mais humilde há de se notar que o *smut* só começa após a entrada da garçonete ou da esposa do albergueiro. Só em níveis sociais mais altos ocorre o oposto, a presença de uma mulher condicionando o fim do *smut*. Os homens se abstêm desse tipo de divertimento, que originalmente pressupõe a presença de uma mulher sentindo-se envergonhada, até que estejam 'juntos a sós'. De modo que gradualmente, no lugar da mulher, o espectador, depois o ouvinte, torna-se a pessoa a quem é dirigido o *smut*, bem perto já de assumir o caráter de chiste devido a essa transformação.

Daqui por diante nossa atenção se dirigirá a dois fatores: à parte desempenhada pela terceira pessoa, o ouvinte, e às condições que controlam o conteúdo do próprio *smut*.

Falando de modo geral, um chiste tendencioso requer três pessoas: além da que faz o chiste, deve haver uma segunda que é tomada como objeto da agressividade hostil ou sexual e uma terceira na qual se cumpre o objetivo do chiste de produzir prazer. Teremos depois que examinar as razões mais profundas desse estado de coisas; no momento, vamos ater-nos ao fato que isso comprova - a saber, que não é a pessoa que faz o chiste que ri dele, desfrutando portanto seu efeito deleitoso, mas o ouvinte inativo. No caso do *smut* as três pessoas mantêm idêntica relação. O curso dos eventos pode ser assim descrito. Quando a

primeira pessoa vê seu impulso libidinoso inibido pela mulher, desenvolve uma tendência hostil contra a segunda pessoa e convoca como aliado a terceira pessoa, que seria um estorvo na situação original. Através da fala caracterizada como *smut* da primeira pessoa, a mulher é exposta à terceira que, como ouvinte, é agora subornada pela passiva satisfação de sua libido.

É notável quão universalmente popular é, entre pessoas comuns, um intercâmbio em *smut* e como este, infalivelmente, produz uma disposição eufórica. Mas também é digno de nota que nesse complicado procedimento, que envolve tantas das características dos chistes tendenciosos, não sejam solicitados ao próprio *smut* nenhum dos requisitos formais caracterizadores do chiste. A enunciação sem disfarce de uma indecência proporciona prazer à primeira pessoa e riso à terceira.

Apenas quando ascendemos a uma sociedade de educação mais refinada as condições formais sobre os chistes vêm a desempenhar algum papel. O *smut* torna-se um chiste e só é tolerado quando tem um caráter de chiste. O método técnico usualmente empregado é a alusão - ou seja, a substituição por algo menor, apenas remotamente conexo, que o ouvinte reconstrói em sua imaginação como uma obscenidade direta e completada. Quanto maior a discrepância entre o que é dado diretamente na forma de *smut* e o que é necessário ao ouvinte evocar, mais refinado torna-se o chiste e mais alto, também, pode se aventurar a subir à sociedade. Como se verifica facilmente através de exemplos, o *smut* que tem as características de um chiste, tem à disposição, além da alusão, vulgar ou refinada, todos os outros métodos de chistes verbais e conceptuais.

Aqui finalmente compreendemos o que é que os chistes executam a serviço de seu propósito. Tornam possível a satisfação de um instinto (seja libidinoso ou hostil) face a um obstáculo. Evitam esse obstáculo e assim extraem prazer de uma fonte que o obstáculo tornara inacessível. O obstáculo interferente nada mais é em realidade que a incapacidade da mulher em tolerar a sexualidade sem disfarces, incapacidade correspondentemente aumentada com a elevação do nível educacional e social. A mulher que se imagina presente na situação inicial é retida depois como se estivesse ainda presente, ou, em sua ausência, sua influência tem ainda efeito intimidante sobre os homens. Podemos notar que os homens de uma classe mais alta são imediatamente levados, quando em companhia de moças de classe inferior, a reduzirem seus chistes com caráter de *smut* ao nível de simples *smut*.

O poder que dificulta ou impossibilita as mulheres, e em menor grau também os homens, de desfrutarem a obscenidade sem disfarce é por nós denominado 'repressão'; reconhecemos nela o mesmo processo psíquico que, em caso de grave enfermidade, mantém fora da consciência todos os complexos de impulsos, junto com seus derivativos, processo

que se tem revelado o principal fator na causação do que chamamos psiconeuroses. Acreditamos que a civilização e a educação de nível mais alto têm larga influência no desenvolvimento da repressão e supomos que, em tais condições, a organização psíquica sofre uma alteração (que também emerge como uma disposição herdada) em consequência de que, aquilo que foi inicialmente sentido como agradável, torna-se então inaceitável e é rejeitado com toda a força psíquica possível. A atividade repressiva da civilização faz com que as possibilidades primárias de fruição, agora repudiadas pela censura, se percam. Quando rimos de um refinado chiste obscuro, rimos da mesma coisa que faz um camponês se rir de uma vulgar peça de *smut*. Nós, entretanto, nunca podemos rir do *smut* vulgar; devemos antes nos sentir envergonhados, o *smut* nos parecendo repugnante. Só podemos rir quando um chiste vem em nossa ajuda.

Assim parece confirmada nossa suspeita inicial (ver em [1]), a saber, que os chistes tendenciosos têm a seu dispor fontes de prazer além daquelas abertas aos chistes inocentes, nos quais todo o prazer está de algum modo vinculado à técnica. Podemos também mais uma vez repetir que, com relação aos chistes tendenciosos, não estamos em condições de distinguir intuitivamente que parte do prazer procede das fontes de sua técnica e que parte deriva de seu propósito. Assim, estritamente falando, não sabemos de que estamos rindo. No caso de todos os chistes obscuros, estamos sujeitos a sucumbir a erros de julgamento sobre a ‘excelência’ do chiste na medida em que estes dependem de determinantes formais; a técnica de tais chistes é muito freqüentemente desprezível, mas tem imenso sucesso em provocar riso.

Examinaremos agora a questão do papel desempenhado pelos chistes a serviço de um propósito *hostil*.

Aqui, desde logo, encontramos a mesma situação. Desde nossa infância individual, e, similarmente, desde a infância da civilização humana, os impulsos hostis contra o nosso próximo têm-se sujeitado às mesmas restrições, à mesma progressiva repressão, quanto nossas tendências sexuais. Não conseguimos ainda ir tão longe a ponto de amar nossos inimigos ou oferecer-lhes a face esquerda depois de esbofetada a direita. Além do mais, todas as regras morais para a restrição do ódio ativo fornecem até hoje a mais nítida evidência de que foram originalmente moldadas para uma pequena sociedade dos membros de um clã. Na medida em que pudemos sentir que somos membros de um povo, permitimo-nos desconsiderar a maior parte dessas restrições com relação a estrangeiros. Contudo, dentro de nosso próprio círculo, já fizemos alguns avanços no controle dos impulsos hostis.

Como Lichtenberg exprimiu em termos drásticos: ‘Onde dizemos agora “Desculpe-me” costumávamos dar um soco nos ouvidos’. A hostilidade brutal, proibida por lei, foi substituída pela invectiva verbal; um melhor conhecimento da interconexão dos impulsos humanos está cada vez nos roubando - através de seu consistente ‘tout comprendre c’est tout pardonner’ - a capacidade de nos zangarmos com quem quer que se intrometa em nosso caminho. Embora, quando crianças, ainda sejamos dotados de uma poderosa disposição herdada para a hostilidade, logo aprendemos por uma civilização pessoal superior, que o uso de uma linguagem abusiva é indigno; e mesmo onde a luta pela luta permaneceu permissível, aumentou extraordinariamente o número de métodos de luta cujo emprego é vedado. Já que somos obrigados a renunciar à expressão da hostilidade pela ação - refreada pela desapaixionada terceira pessoa em cujo interesse deve-se preservar a segurança pessoal - desenvolvemos, como no caso da agressividade sexual, uma nova técnica de invectiva que objetiva o aliciamento dessa terceira pessoa contra nosso inimigo. Tornando nosso inimigo pequeno, inferior, desprezível ou cômico, conseguimos, por linhas transversas, o prazer de vencê-lo - fato que a terceira pessoa, que não dispendeu nenhum esforço, testemunha por seu riso.

Estamos agora preparados para perceber a parte desempenhada pelos chistes na agressividade hostil. Um chiste nos permite explorar no inimigo algo de ridículo que não poderíamos tratar aberta ou conscientemente, devido a obstáculos no caminho; ainda uma vez, *o chiste evitará as restrições e abrirá fontes de prazer que se tinham tornado inacessíveis*. Ele ademais subornará o ouvinte com sua produção de prazer, fazendo com que ele se alinhe conosco sem uma investigação mais detida, exatamente como em outras freqüentes ocasiões fomos subornados por um chiste inocente que nos levou a superestimar a substância de uma afirmação expressa chistosamente. Tal fato é revelado à perfeição na expressão corrente ‘*die Lacher auf seine Seite ziehen* [trazer os que riem para nosso lado]’.

Consideremos, por exemplo, os chistes de Herr N., dispersos ao longo do capítulo anterior. Eram todos eles invectivas, como se Herr N. quisesse exclamar em voz alta: ‘O Ministro da Agricultura é um boi! (ver em [1])’. ‘Não me fale sobre***! Ele explode de vaidade! (ver em [2])’ ‘Nunca li em toda minha vida nada mais chato que estes ensaios históricos sobre Napoleão na Áustria! (ver em [3])’. Mas a alta posição que ocupa impede que exprima seus julgamentos nessa forma. Ele convoca pois o chiste em sua ajuda, o que lhe garante uma recepção, pelo ouvinte, nunca possível em forma não chistosa, a despeito da verdade que possam conter. Um desses chistes é particularmente instrutivo - aquele sobre o ‘vermelho *Fadian*’ (ver em [4]), talvez o mais impressionante de todos. O que haverá nele que nos faz rir e desvia tão completamente nosso interesse da possível injustiça que se esteja fazendo ao pobre autor? A forma chistosa, naturalmente - o que vale dizer, o chiste. Mas do que será que estamos rindo? Da pessoa em questão, sem dúvida, a qual nos é apresentada como o ‘vermelho *Fadian*’, e em particular rimos do fato dessa pessoa ter os cabelos vermelhos. As pessoas educadas se impedem de rir dos defeitos físicos e além disso não

incluem o cabelo ruivo entre os defeitos físicos risíveis. Mas não há dúvida de que este é assim considerado pelos meninos de escola e pelo povo comum - sendo verdade mesmo para o nível de educação de certos representantes municipais e parlamentares. Herr N. possibilitou então, da maneira mais engenhosa, a nós, adultos e sensatos, rirmos como garotos de escola do cabelo ruivo do historiador X. Essa não era certamente a intenção de Herr N., mas é muito duvidoso que uma pessoa que dá livre curso a um chiste conheça a precisa intenção deste.

Se nesses casos o obstáculo à agressividade que o chiste ajuda a evitar era interno - uma objeção estética à invectiva -, em outra parte o obstáculo pode ser de espécie puramente externa. Assim o caso em que o Sereníssimo perguntou a um estranho, cuja semelhança com sua própria pessoa o surpreendia: ‘Sua mãe esteve alguma vez no Palácio?’ e a resposta foi: ‘Não, mas meu pai esteve’ (ver em [1]). A pessoa a quem se fazia tal pergunta gostaria sem dúvida de derrubar a socos o impertinente indivíduo que ousara, através da alusão, lançar uma mancha sobre a memória de sua mãe bem amada. Mas o indivíduo impertinente era o Sereníssimo, a quem não se poderia socar ou mesmo insultar a não ser que se estivesse preparado a comprar uma vingança a preço da própria existência. Portanto o insulto devia aparentemente ser engolido em silêncio. Mas afortunadamente um chiste mostra a maneira pela qual o insulto pode ser seguramente vingado - utilizando o método técnico da unificação para aceitar a alusão e devolvê-la ao agressor. Fica aqui a impressão de que um chiste é tão determinado por seu propósito que, em face do caráter chistoso da réplica, inclinamo-nos por esquecer que a pergunta feita pelo agressor tem ela própria o caráter de um chiste com a técnica da alusão.

A prevenção das invectivas ou das réplicas insultuosas por circunstâncias externas é um caso tão comum que os chistes tendenciosos são especialmente utilizados para possibilitar a agressividade ou a crítica contra pessoas em posições elevadas, que reivindicam o exercício da autoridade. O chiste assim representa uma rebelião contra tal autoridade, uma liberação de sua pressão. O fascínio das caricaturas baseia-se no mesmo fator: rimos delas, mesmo se malsucedidas, simplesmente porque consideramos um mérito a rebelião contra a autoridade.

Se temos em mente o fato de que os chistes tendenciosos são altamente adequados para ataque aos grandes, aos dignitários, aos poderosos, que são protegidos da degradação direta por inibições internas e circunstâncias externas, somos obrigados a levar em especial consideração certos grupos de chistes que parecem se dirigir aos inferiores, às pessoas indefesas. Estou pensando nas anedotas sobre os agentes matrimoniais, algumas das quais ficamos conhecendo no curso de nossa investigação das várias técnicas de chistes conceptuais. Em algumas delas, como nos exemplos ‘Ela é surda também’ (ver em [1]) e ‘Quem emprestaria alguma coisa a essas pessoas?’ [[loc. cit.], o agente é alvo de riso por sua imprevidência e desatenção, tornando-se cômico porque a verdade lhe escapa como que automaticamente. Mas que sabemos agora sobre a natureza dos chistes, por um lado, e, por outro lado, como há de se coadunar a magnitude do deleite que nos proporcionam essas

histórias com a insignificância das pessoas que são aparentemente alvo de riso nesses chistes? Serão essas pessoas dignos adversários dos chistes? Não será antes o caso de que os chistes só trazem ao primeiro plano os agentes matrimoniais para ferir algo mais importante? Não será o caso de dizer uma coisa e significar outra? Realmente não é possível rejeitar essa perspectiva.

Deve-se levar adiante esta interpretação das anedotas de agentes. É verdade que não há *necessidade* de me aprofundar nelas, podendo me contentar em considerar essas anedotas ‘*Schawänke* [histórias engraçadas]’ e negar que tenham caráter de chiste. Pois os chistes também podem ter um determinante subjetivo dessa espécie. Nossa atenção agora se dirige para tal possibilidade e teremos que examiná-la depois [Capítulo V]. Tal possibilidade declara que só é um chiste o que eu permito que seja um chiste. Aquilo que é chiste para mim pode ser meramente uma história cômica para outras pessoas. Mas se um chiste admite essa dúvida só pode ser pela razão de que tenha uma fachada - nestes casos, cômica - cuja contemplação satisfaz uma pessoa enquanto outra pode tentar inquirir por trás dela. Emerge, além disso, a suspeita de que tal fachada tencione deslumbrar a mirada inquisitiva, tendo essas histórias alguma coisa a ocultar.

De qualquer modo, se nossas anedotas de agentes matrimoniais são chistes, graças a sua fachada, elas estão em condições de ocultar não apenas o que tenham a dizer mas também o fato de que haja algo - proibido - a dizer. A continuação da interpretação - que descobre o sentido escondido e revela essas anedotas com uma fachada cômica como sendo chistes tendenciosos - seria a seguinte. Quem quer que permita à verdade escapar em um momento de distração, em realidade se alegra por livrar-se da mentira. Eis um correto e profundo *insight* psicológico. Sem essa concordância interna ninguém se deixa controlar pelo automatismo que nestes casos traz a verdade à luz. Isso converte a risível figura do *Schadchen* em simpática, merecedora de pena. Quão feliz o homem deve estar por ter podido afinal se descartar da carga de mentira, já que utiliza a primeira oportunidade para proclamar algum fragmento da verdade! Tão logo vê que o caso está perdido, que a noiva não agrada o jovem, prazerosamente confessa um outro defeito ainda oculto que escapara à observação, ou aproveita a oportunidade de argumentar exprimindo com detalhes o desprezo que lhe inspiram as pessoas para quem trabalha: ‘Eu lhe pergunto - quem emprestaria alguma coisa a essa gente?’. Todo ridículo da anedota agora recai sobre os pais, nela postos a descoberto, os quais pensam justificável a trapaça para arranjar um marido para a filha, ou recai sobre a desprezível situação das moças que se deixam dessa forma ser levadas ao casamento, ou ainda recai sobre a desgraça dos casamentos contratados em tais bases. O agente matrimonial é o homem certo para expressar tais críticas, pois é quem mais conhece esses abusos; mas ele não pode mencioná-los abertamente, pois é um homem pobre cuja existência depende de explorá-los. A mente popular, que criou essas histórias e outras semelhantes, está dilacerada por conflito similar pois bem sabe que a santidade dos casamentos assim contratados está cruelmente afetada pelo pensamento do que acontecera na

época em que foram arranjados.

Recordemos também o que observamos enquanto investigando a técnica dos chistes: nestes, o *nonsense* freqüentemente substitui o ridículo e a crítica presentes nos pensamentos que subjazem ao chiste (ver em [1]). (A esse respeito, incidentalmente, a elaboração do chiste opera tal qual a elaboração do sonho.) Aqui encontramos confirmado o fato mais uma vez. Que o ridículo e a crítica não se dirigem à pessoa do agente matrimonial, que só aparece nos exemplos citados como um bode expiatório, é demonstrado por outra classe de chistes em que o agente matrimonial é representado, inversamente, como uma pessoa superior cujos poderes dialéticos o capacitam a superar qualquer dificuldade. São anedotas com uma fachada lógica ao invés de cômica - sofisticados chistes conceptuais. Em um deles (Ver em [2].) o agente consegue, na discussão, descartar o defeito da noiva: ser coxa. Tratava-se pelo menos de um '*fait accompli*': uma outra esposa, com membros direitos correria, pelo contrário, o constante risco de cair e quebrar a perna, a que se seguiria doença, dores, despesas de tratamento, tudo o que seria poupado se a mulher já fosse coxa. Há também uma outra anedota (ver em [3]), em que o agente consegue repelir toda uma série de queixas feitas contra a noiva pelo pretendente, escorando cada qual com um bom argumento, até que chegando a uma última, à qual nada se pode contrapor, ele replica: 'O *que* você quer? Ela não pode ter afinal um único defeito?', como se necessariamente nada tivesse restado das objeções anteriores. Não é difícil indicar o ponto fraco da argumentação nesses dois exemplos, o que fizemos ao examinar sua técnica. Mas o que nos interessa é um pouco diferente. Se se concede à fala do agente uma aparência lógica tão marcante que, à examinação detalhada, é reconhecida como apenas aparência, a verdade subjacente é que o chiste declara a correção do procedimento do agente; o conteúdo não se aventura a fazê-lo seriamente mas substitui a seriedade pela aparência que o chiste apresenta. Mas aqui, como freqüentemente ocorre, um gracejo delata algo sério. Não nos equivocaremos se admitirmos que todas essas anedotas com uma fachada lógica pretendem dizer o que realmente asseveram, por razões intencionalmente defeituosas. É só o emprego do sofisma como representação disfarçada da verdade que lhe dá o caráter de chiste, tornando-o assim essencialmente dependente de seu propósito. Pois o que se insinua nas duas anedotas é que é realmente o pretendente quem se cobre de ridículo quando coleciona as diferentes qualidades da noiva com tanto cuidado, embora sejam todas negativas, pois quando faz isso, está se esquecendo que devia estar preparado para tomar como esposa um ser humano com seus inevitáveis defeitos; por outro lado, a única característica que tornaria tolerável o matrimônio com uma mulher de personalidade mais ou menos imperfeita - a atração mútua e a disponibilidade para uma adaptação afetuosa - é deixada fora de toda a transação.

A zombaria dirigida ao pretendente nesses exemplos, nos quais o agente muito apropriadamente faz a parte do superior, é expressa muito mais claramente em outras anedotas. Quanto mais claras as histórias sejam, menos técnica de chiste contêm; são apenas casos de chistes marginais cuja técnica nada mais tem em comum (com os chistes) que a

construção de uma fachada. Mas devido ao fato de terem o mesmo propósito e por se esconderem por detrás de uma fachada, produzem todo o efeito de um chiste. Além disso, a pobreza de seus métodos técnicos explica porque muitos desses chistes não podem, sem sofrer dano, dispensar o elemento dialetal, cujo efeito é similar à técnica do chiste.

Uma história desse tipo que, embora possuindo toda a força de um chiste tendencioso, nada exhibe de sua técnica é a seguinte: ‘O agente matrimonial perguntou: “O que você requer de sua noiva?”. Resposta: “Ela deve ser bonita, rica e educada”. “Muito bem”, disse o agente, “mas isso eu considero como fazer três casamentos.”’ Nesse caso a repreensão ao homem é liberada abertamente, não mais vestida como um chiste.

Nos exemplos até agora considerados, a agressividade disfarçada dirigia-se contra *peessoas* - nos chistes do agente, contra alguém envolvido no negócio de arranjar casamento: o noivo, a noiva e seus pais. Mas o objeto de ataque pelo chiste pode ser igualmente instituições, pessoas enquanto representantes de instituições, dogmas morais ou religiosos, concepções de vida que desfrutam de tanto respeito que só sofrem objeções sob a máscara do chiste e, mesmo, de um chiste ocultado por sua fachada. Embora os temas a que estes chistes tendenciosos se dirijam sejam poucos, suas formas e invólucros podem ser muitos e diversos. Penso que devemos distinguir essa classe de chistes tendenciosos por meio de um nome especial. O nome apropriado emergirá depois que tenhamos interpretado alguns exemplos.

Posso recordar duas histórias - uma do *gourmet* empobrecido que foi apanhado comendo ‘maionese de salmão’ (ver em [1]) e a outra do tutor dipsomaniaco (ver em [2]) - que aprendemos a considerar chistes sofisticados e deslocamento. Continuarei agora sua interpretação. Já sabemos que se o aparecimento da lógica é anexado como suplemento à fachada da história, o pensamento que se gostaria de exprimir seriamente é ‘o homem está certo’, o qual, devido à contradição oponente, não nos atrevemos a declarar, exceto em um único ponto, em que é facilmente possível demonstrar que ele está *errado*. O ‘ponto’ escolhido é o correto compromisso entre sua integridade e seu erro; a isso efetivamente não corresponde qualquer decisão e sim o conflito dentro de nós mesmos. As duas anedotas são simplesmente epicurescas. Elas dizem: ‘Bem, o homem está certo. Nada é mais importante que o prazer e pouco importa como obtê-lo’. Isto soa chocantemente imoral e de fato não é mais que isso. Mas no fundo não é mais que o ‘*Carpe diem*’ do poeta, que invoca a incerteza da vida e a esterilidade da renúncia virtuosa. Se a idéia de que o homem no chiste da ‘maionese de salmão’ está certo tem sobre nós efeito tão repelente, isso se dá apenas porque a verdade é ilustrada por um prazer de nível inferior, que nos parece facilmente dispensável. Em realidade cada um de nós tem momentos em que admite a correção dessa filosofia de vida, reprovando a doutrina moral, ao aproveitar a vida sem esperar que ela ofereça qualquer compensação. Já que deixamos de acreditar na promessa de uma outra vida na qual toda renúncia será recompensada - há incidentalmente muito poucas pessoas piedosas se

tomamos a renúncia como signo de fé -, ‘*Carpe diem*’ torna-se uma séria advertência. De bom grado eu adiaría a satisfação, mas como saber se ainda estarei aqui amanhã? ‘*Di doman’ non c’è certezza.*’

De bom grado renunciaria a todos os métodos de satisfação proscritos pela sociedade, mas como saber que a sociedade recompensará tal renúncia oferecendo-me um dos métodos permitidos - mesmo ao preço de um certo adiamento? O que estes chistes sussurram pode ter dito em voz alta: que as vontades e desejos dos homens têm o direito de se tornarem aceitáveis ao lado de uma moralidade severa e cruel. Atualmente se tem dito em sentenças estimulantes e fortes que a moralidade é apenas uma prescrição egoística postulada pelos poucos que são ricos e poderosos e que podem satisfazer suas vontades a qualquer tempo, sem adiamento. Na medida em que a arte de curar não tem prosseguido em assegurar (a eternidade de) nossa vida e na medida em que os arranjos sociais não a têm tornado mais agradável, será impossível sufocar dentro de nós a voz que se rebela contra as exigências da moralidade. Todo homem honesto acabará admitindo isso, a menos para seu uso próprio. A decisão face a esse conflito só pode ser alcançada pelo caminho indireto de um novo *insight*. Deve-se jungir a própria vida à vida dos outros tão intimamente e poder identificar-se com eles de tal maneira que a brevidade da própria vida seja vencida; não se deve, pois, satisfazer às exigências das próprias necessidades ilegitimamente, mas antes deixá-las insatisfeitas porque só a continuidade de tantas exigências insatisfeitas há de desenvolver o poder de mudança da ordem social. Mas nem toda necessidade pessoal pode dessa forma ser adiada e transferida às outras pessoas, não havendo assim solução geral e final para o conflito.

Sabemos agora o nome que deve ser dado a chistes como aqueles que por último interpretamos. São chistes *cínicos* e disfarçam cinismos.

Entre as instituições habitualmente atacadas pelos chistes cínicos, nenhuma é mais importante, mais estritamente guardada pelos códigos morais e ao mesmo tempo mais convidativa a um ataque, que a instituição do casamento, à qual, pois, se dirige a maioria dos chistes cínicos. Não existe reivindicação mais pessoal que a da liberdade sexual e em nenhum outro ponto a civilização exerceu supressão mais severa que na esfera da sexualidade. Um único exemplo será suficiente para nossos objetivos - aquele mencionado em [1], ‘Um registro no Álbum de Carnaval do Príncipe’:

‘Uma esposa é como um guarda-chuva; mais cedo ou mais tarde toma-se um táxi.’

Já discutimos a complicada técnica desse exemplo: um símile desconcertante e aparentemente impossível que entretanto não constitui, como vimos, um chiste em si mesmo; depois, uma alusão (um táxi é um veículo público); e, como método técnico mais poderoso, uma omissão que aumenta a inteligibilidade. O símile pode ser elaborado como segue. A

pessoa se casa para se proteger contra as tentações de sensualidade, mas não obstante resulta que o casamento não permite a satisfação de necessidades que sejam algo mais fortes que o comum. Exatamente do mesmo modo, toma-se um guarda-chuva para se proteger da chuva e mesmo assim fica-se molhado na chuva. Em ambos os casos deve-se buscar em outra parte uma proteção mais forte: no último caso toma-se um veículo público e no primeiro, uma mulher que é disponível a troco de dinheiro. O chiste foi tornado agora quase inteiramente uma peça cínica. Ninguém se aventura a declarar franca e abertamente que o casamento não é um arranjo planejado para satisfazer a sexualidade do homem, a não ser que se seja forçado a fazê-lo, talvez por amor à verdade e zelo reformador como o de Christian von Ehrenfels. A força desse chiste consiste no fato de que, não obstante - através de todas as vias transversas - isso *tenha* sido declarado.

Uma ocasião particularmente favorável a chistes tendenciosos é apresentada quando a pretendida crítica rebelde dirige-se contra o próprio sujeito, ou para dizê-lo com mais cautela, contra algo que o sujeito partilha - ou seja, ao sujeito enquanto uma pessoa coletiva (a própria nação do sujeito, por exemplo). A ocorrência da autocrítica como determinante pode explicar como é que inúmeros dos mais adequados chistes (dos quais temos uma grande quantidade de exemplos) tenham germinado no solo da vida popular judia. São chistes criados por judeus e dirigido contra características dos judeus. Os chistes sobre judeus elaborados por estrangeiros são em geral histórias brutalmente cômicas em que o chiste é tornado dispensável pelo fato de que os judeus são considerados pelos estrangeiros como figuras cômicas. Os chistes judeus, originários de judeus, admitem isso também, mas conhecem seus verdadeiros defeitos tanto quanto a conexão destes com suas boas qualidades, e a parte em comum entre o sujeito do chiste e a pessoa flagrada em erro cria o determinante subjetivo (usualmente, de difícil acesso) da elaboração do chiste. (Ver em [1].) Incidentalmente não sei se há muitos outros casos em que as pessoas fazem troça, em tal grau, de seu próprio caráter.

Como um exemplo disso posso tomar a anedota (ver em [2]) de um judeu em um trem de ferro, que prontamente abandona toda compostura tão logo descobre que o recém-chegado a seu compartimento partilha suas crenças. Entramos em contato com essa anedota como evidência da demonstração por um detalhe, da representação por uma minúcia. Pretende retratar a democrática maneira de pensar dos judeus, que não reconhecem distinção entre senhores e servos, mas que apesar disso também subvertem a disciplina e a cooperação.

Um outro grupo de chistes, especialmente interessante, retrata a relação entre um judeu rico e um pobre. Os heróis são o '*Schnorrer* [mendigo]' e o caridoso chefe de família ou o Barão.

‘Um *Schnorrer*, que era admitido como conviva na mesma casa todo domingo, apareceu um dia acompanhado de um jovem desconhecido que dava sinais de estar pronto para sentar-se à mesa. “Quem é este?”, perguntou o dono da casa. “É meu genro desde a semana passada”, foi a resposta. “Eu lhe prometi pensão durante o primeiro ano.”’

O objetivo dessas histórias é sempre o mesmo, que emerge mais claramente na próxima:

‘O *Schnorrer* pediu ao Barão algum dinheiro para uma viagem a Ostend; seu médico recomendara-lhe banhos de mar como remédio para seus males. O Barão achou Ostend um balneário particularmente dispendioso; um mais barato resolveria igualmente. O *Schnorrer*, entretanto, rejeitou a proposta com essas palavras: “Herr Barão, não considero nada caro demais quando se trata de minha saúde”.’ Este é também um excelente chiste de deslocamento, que podíamos tomar como modelo para aquela classe. O Barão evidentemente quer economizar seu dinheiro, mas o *Schnorrer* responde como se o dinheiro do Barão fosse seu, podendo lhe emprestar bem menos valor que à sua saúde. Espera-se aqui que riamos da impertinência do pedido, mas só raramente esses chistes deixam de ser equipados com uma fachada para desencaminhar a compreensão. A verdade subjacente é que o *Schnorrer*, que em pensamentos trata como seu o dinheiro do homem rico, realmente tem, de acordo com os sagrados preceitos dos judeus, quase que direito a tal confusão. A indignação suscitada por esse chiste é naturalmente dirigida contra a Lei, altamente opressiva mesmo com pessoas piedosas.

Eis aqui outra anedota:

‘Um *Schnorrer* em seu caminho até a escada de um homem rico, encontrou um colega de profissão que lhe aconselhou a não prosseguir: “Não suba hoje”, disse ele, “o Barão está de mau humor: não está dando a ninguém mais que um florim.” - “Subo lá de qualquer jeito”, disse o primeiro *Schnorrer*. “Por que devo dar-lhe um florim? Ele *me* dá alguma coisa?”’

Este chiste emprega a técnica do absurdo, já que faz o *Schnorrer* asseverar que o Barão nada lhe dá no exato momento em que se prepara para pedir-lhe esmola. Mas o absurdo é apenas aparente. Quase é verdade dizer que o homem rico nada lhe dá, já que a Lei o obriga a dar esmolas, devendo ser, estritamente falando, grato àquele que lhe proporciona a oportunidade da beneficência. A concepção ordinária, classe média, de caridade entra em conflito com a religiosa e se rebela mesmo abertamente contra ela em outra história do Barão que, profundamente tocado pela narração da desgraça do *Schnorrer*, convoca seus servos: ‘Joguem-no fora: ele está partindo meu coração!’. A aberta revelação de seu propósito constitui ainda uma vez um caso marginal de chiste. Apenas pelo fato de que

apresentem o assunto aplicado a casos individuais é que essas últimas histórias diferem de uma queixa que não seja um chiste: ‘Realmente não há nenhuma vantagem em ser rico quando se é um judeu. A miséria dos outros torna impossível desfrutar a própria felicidade’.

Outras histórias, que são ainda uma vez casos tecnicamente fronteira aos chistes, evidenciam um cinismo profundamente pessimista. Por exemplo:

‘Um homem que escutava mal consultou o médico que diagnosticou corretamente que o paciente bebia *brandy* demais e, devido a isso, ensurdecera. Recomendou-lhe parar com a bebida e o surdo prometeu levar a sério o conselho. Após algum tempo o médico encontrou-o na rua e perguntou-lhe em voz alta como estava passando. “Obrigado”, foi a resposta. “Não precisa falar tão alto, doutor. Desisti de beber e ouço muito bem outra vez.” Pouco tempo depois eles se encontraram novamente. O médico perguntou-lhe como estava, num tom de voz normal, mas notou que a pergunta não fora bem entendida. “Quê? O que foi?” - “Parece que você anda bebendo *brandy* outra vez”, gritou o médico em seu ouvido, “e por causa disso você está surdo outra vez.” “Você pode estar certo”, respondeu o surdo. “Eu *recomecei* a beber *brandy* e vou lhe dizer por quê. Enquanto não bebia fui capaz de escutar, mas nada do que escutei era tão bom como o *brandy*.” Tecnicamente esse chiste nada mais é que uma lição objetiva: para suscitar o riso é necessário manter o dialeto ou possuir habilidade, mas no fundo fica a triste questão: não terá sido tal homem feliz em sua escolha?

Devo classificar como chistes tendenciosos essas histórias pessimistas em vista da alusão que elas fazem às diversas e desesperançadas misérias dos judeus.

Outros casos de chistes, igualmente cínicos, e que incluem mais que anedotas de judeus, atacam dogmas religiosos e mesmo a crença em Deus. A história do ‘*Küick*’ do Rabino (ver em [1]) cuja técnica consiste no raciocínio falho, que faz se equivalerem fantasia e realidade (uma outra perspectiva possível seria considerá-la como deslocamento), é um chiste cínico, ou crítico, desse tipo, dirigido contra os milagreiros e decerto também dirigido contra a crença em milagres. Diz-se de Heine ter feito um chiste blasfemo em seu leito de morte. Quando um padre amável lembrou-lhe a graça de Deus e deu-lhe esperanças de que Deus perdoaria seus pecados, diz-se que ele replicou: “*Bien sûr qu’il me pardonnera: c’est son métier*’. Esta é uma comparação degradante (tendo tecnicamente talvez apenas um valor de alusão), já que ter um ‘*métier*’, um ofício ou profissão, é característica de um trabalhador ou um médico - e ele (Deus) tem apenas um *métier*. Mas a força do chiste consiste em seu propósito. O que se pretende dizer nada mais é que: ‘Naturalmente ele vai me perdoar. É para isso que está lá e esta é a única razão pela qual o emprego (como quem contrata um médico ou um advogado)’. Portanto no moribundo, quando jaz impotente, acende-se a consciência de que criara um Deus e o dotara de certo poder para utilizá-lo quando surgisse a ocasião. O que se supunha ser a criatura revela-se, no próprio instante de sua aniquilação,

como criador.

Às classes de chistes tendenciosos que consideramos até agora - chistes obscenos ou desnudadores, chistes agressivos (hostis), chistes cínicos (blasfemos, críticos) - gostaria de acrescentar uma quarta e mais rara, cuja natureza pode ser ilustrada por um bom exemplo:

‘Dois judeus encontraram-se num vagão de trem em uma estação na Galícia. “Onde vai?” perguntou um. “À Cracóvia”, foi a resposta. “Como você é mentiroso!”, não se conteve o outro. “Se você dissesse que ia à Cracóvia, você estaria querendo fazer-me acreditar que estava indo a Lemberg. Mas sei que, de fato, você vai à Cracóvia. Portanto, por que você está mentindo para mim?”’

Essa excelente história, que impressiona pelo extremo refinamento, opera evidentemente pela técnica do absurdo. O segundo judeu é censurado por mentir porque diz estar indo à Cracóvia que é seu verdadeiro destino! Mas o poderoso método técnico do absurdo conecta-se aqui à outra técnica, a representação pelo oposto, pois de acordo com a asserção não contraditada do primeiro judeu, o segundo está mentindo quando fala a verdade e fala a verdade por meio da mentira. Mas a mais séria substância do chiste é o problema do que determina a verdade. O chiste, uma vez mais, aponta para um problema assim como faz uso da ambigüidade de um dos nossos conceitos mais comuns. Estaremos certos em descrever as coisas tal qual são sem nos importarmos em considerar a forma pela qual nosso ouvinte entenderá o que dissermos? Ou será essa uma verdade jesuítica, a verdade autêntica consistindo em levar o interlocutor em consideração, fornecendo-lhe um quadro fiel de nosso próprio conhecimento? Acho que os chistes desse tipo divergem suficientemente dos demais para que lhes seja conferida posição especial. O que eles atacam não é uma pessoa ou uma instituição, mas a própria certeza de nosso conhecimento, uma de nossas capacidades especulativas. O nome que lhes caberia mais apropriado seria portanto o de chistes ‘céticos’.

No curso de nossa discussão dos propósitos dos chistes esclarecemos talvez inúmeras questões e encontramos certamente bastante sugestões para investigações futuras. Mas as descobertas desse capítulo combinam-se com as do capítulo anterior ao nos apresentar um difícil problema. Se é correto dizer que o prazer decorrente dos chistes depende, por um lado, de sua técnica e por outro lado, de seu propósito, qual o ponto de vista comum em que

convergem fontes de prazer tão diferentes?

B. PARTE SINTÉTICA

IV - O MECANISMO DO PRAZER E A PSICOGÊNESE DOS CHISTES

Podemos agora partir de um assegurado conhecimento das fontes do prazer peculiar que os chistes nos proporcionam. Estamos cientes de que podemos ser enganados ao confundir nossa fruição do conteúdo intelectual que é afirmado com o prazer próprio aos chistes; mas sabemos que o próprio prazer tem no fundo duas fontes - a técnica e os propósitos dos chistes. O que queremos agora descobrir é o modo pelo qual o prazer procede destas fontes, o mecanismo do efeito de prazer.

Penso que encontraremos a explicação que buscamos muito mais facilmente com respeito aos chistes tendenciosos do que para os inocentes. Começaremos portanto pelos primeiros.

No caso de um chiste tendencioso o prazer procede da satisfação de um propósito cuja satisfação, de outra forma, não seria levada a efeito. O fato de que uma tal satisfação seja uma fonte do prazer não requer ulterior comentário. Mas o modo pelo qual um chiste leva a tal satisfação predispõe certas condições a partir das quais talvez possamos chegar a mais alguma informação. Dois casos aqui devem ser distinguidos. O mais simples é aquele onde se opõe à satisfação do propósito algum obstáculo externo que é contornado pelo chiste. Um exemplo desse caso é a resposta recebida pelo Sereníssimo à pergunta se a mãe de seu interlocutor houvera já vivido no Palácio (ver em [1]) e a repreensão do crítico aos dois ricos pilantras que lhe mostravam seus retratos: ‘Mas onde está o Salvador?’ (ver em [2]). No primeiro caso o propósito era o de responder a um insulto com outro e no último tratava-se de enunciar um insulto ao invés do tributo que era solicitado. Os fatores opostos ao propósito são puramente externos - a posição de poder das pessoas a quem os insultos se dirigiam. Pode entretanto surpreender-nos o fato de que, embora esses chistes e outros de natureza análoga possam nos satisfazer, não sejam capazes de provocar muito riso.

Ocorre diferentemente quando o fator que se antepõe à dita realização do propósito não é externo e sim um obstáculo interno, isto é, quando um impulso interno se contrapõe ao propósito. Tal condição pareceria, segundo nossa hipótese, preenchida nos chistes de Herr N., nos quais uma forte inclinação à invectiva é posta em xeque por uma cultura estética altamente desenvolvida. Com o auxílio de um chiste a resistência interna é vencida no caso

particular e a inibição suspensa. De toda forma, como no caso do obstáculo externo, a satisfação do propósito é possibilitada tanto quanto se evita sua supressão e o ‘estancamento psíquico’ que esta última envolveria. Quanto à extensão, o mecanismo de geração do prazer seria o mesmo nos dois casos.

Contudo, inclinamo-nos aqui a aprofundar as distinções entre a situação psicológica nos casos de obstáculo interno e externo, pois suspeitamos que a remoção de um obstáculo interno possa fazer contribuição incomparavelmente mais alta ao prazer. Mas sugiro que aqui exerçamos a moderação e nos satisfaçamos por enquanto em estabelecer o que, para nós, permanece sendo o ponto essencial. Os casos de um obstáculo externo e interno só diferem em que, no último, seja suspensa uma inibição interna já existente e no primeiro se evite o aparecimento de uma nova. Sendo assim, não estaremos confiando demais na especulação se afirmamos que tanto para erigir como para manter uma inibição psíquica se requer alguma ‘despesa psíquica’. E já que sabemos que em ambos os casos de uso dos chistes tendenciosos obtém-se prazer, é plausível portanto supor que *esta produção de prazer corresponde à despesa psíquica que é economizada*.

Temos então, aqui, uma vez mais defrontado o princípio da economia que encontramos primeiro ao discutir a técnica dos chistes verbais (ver em [1]). Mas enquanto nesse primeiro caso parecíamos encontrar a economia no uso de tão poucas palavras quanto possível ou de palavras tão mais parecidas quanto possível, suspeitamos agora de uma economia no sentido, muito mais compreensivo, da despesa psíquica em geral; devemos considerar como possível que uma compreensão mais detalhada do conceito ainda muito obscuro de ‘despesa psíquica’ possa nos levar mais perto da natureza essencial dos chistes.

Aquela falta de claridade, que fomos até aqui incapazes de vencer em nosso exame do mecanismo do prazer, pode ser tomada como apropriada punição por tentarmos desvendar o problema mais complexo antes do mais simples, ou seja os chistes tendenciosos antes dos inocentes. Devemos atentar para o fato de que ‘*a economia na despesa relativa à inibição ou à supressão*’ parece ser o segredo do efeito de prazer dos chistes tendenciosos e se transmite ao mecanismo dos chistes inocentes.

Baseados em espécimens adequados de chistes inocentes, onde não tememos ter nosso juízo perturbado por algum propósito ou conteúdo, somos levados a concluir que as próprias técnicas dos chistes constituem fontes de prazer; e tentaremos agora descobrir se é possível concluir que o prazer remonta à economia de despesa psíquica. Em um grupo desses chistes (jogos de palavras) a técnica consistia em focalizar nossa atitude psíquica em relação ao *som* da palavra em vez de seu *sentido* - em fazer com que a apresentação (acústica) da palavra tomasse o lugar de sua significação, tal como determinada por suas relações com as representações das coisas. Pode-se justificadamente suspeitar que ao fazer isso estamos operando um grande alívio no trabalho psíquico e que, ao utilizar as palavras seriamente,

obrigamo-nos a um certo esforço ao nos abstermos desse procedimento confortável. Podemos observar que os estados patológicos da atividade do pensamento nos quais a possibilidade de concentração de despesa psíquica em um ponto particular é provavelmente restrita, atribuem efetivamente maior proeminência a esse tipo de representação fônica da palavra que a seu sentido e que os pacientes em tais estados procedem, em seu discurso, em termos (como reza a fórmula) de associações ‘externas’ mais do que de associações ‘internas’ da representação da palavra. Notamos também que as crianças, ainda acostumadas a tratar as palavras como coisas tendem a esperar que palavras idênticas ou semelhantes tenham, subjacente, o mesmo sentido - fato que é fonte de muitos equívocos dos quais os adultos se riem. Se derivamos, portanto, inequívoco deleite dos chistes ao nos transportarmos de um a outro círculo de idéias, por vezes remoto, através do uso de palavra idêntica, ou semelhante (no ‘Home-Roulard’, por exemplo (ver em [1]), passamos da cozinha à política), este deleite deve, sem dúvida, ser corretamente atribuído à economia na despesa psíquica. O prazer em um chiste, emergente de um tal ‘curto-circuito’, parece ser também maior quanto mais diferentes sejam os dois círculos de idéias conectados pela mesma palavra - quanto mais longe estejam, maior é a economia que o método técnico do chiste fornece ao curso do pensamento. Podemos também notar aqui que os chistes estão utilizando um método de conexão das coisas, rejeitado e cuidadosamente evitado pelo pensamento sério.

Em um segundo grupo de métodos técnicos usados nos chistes - unificação, similaridade de som, uso múltiplo, modificação de expressões familiares, alusões a citações - podemos isolar como característica comum o fato de que, através de cada um deles, algo de familiar é redescoberto, onde poderíamos, pelo contrário, esperar algo de novo. A redescoberta do que é familiar é gratificante e mais uma vez não nos é difícil reconhecer esse prazer como um prazer obtido pela economia, relacionando-o à economia na despesa psíquica.

Parece que geralmente se concorda em que a redescoberta do que é familiar, o ‘reconhecimento’, é gratificante. Gross (1889, 153) escreve: ‘O reconhecimento é sempre conectado a sentimentos de prazer, a não ser que esteja mecanizado demais (por exemplo, no ato de alguém se vestir...) A simples qualidade da familiaridade é facilmente acompanhada pela calma sensação de conforto que Fausto sentiu quando, após um encontro misterioso, retomou outra vez seu estudo [*Faust*, Parte I, Cena 3.]... Se o ato do reconhecimento suscita de tal modo o prazer, poderíamos esperar que aos homens ocorra a idéia de exercerem essa capacidade por ela mesma - isto é, a experimentariam como um jogo. De fato, Aristóteles considerou a alegria (procedente) do reconhecimento como o fundamento do prazer estético, e é indiscutível que não se deva desconsiderar esse princípio mesmo que ele não possua a abrangente importância que lhe foi atribuída por Aristóteles.

Gross continua a discutir jogos cuja característica consiste no fato de que intensificam a alegria (proveniente) do reconhecimento opondo obstáculos a este último - o que vale dizer, criando um 'estancamento psíquico', liberado pelo ato do reconhecimento. Sua tentativa de explicação, contudo, abandona a hipótese de que o reconhecimento seja gratificante em si mesmo, já que, referindo esses jogos, faz remontar o prazer do reconhecimento a uma alegria de *poder*, uma alegria pela superação de uma dificuldade. Considero o último fator como secundário e não vejo razão para descartar a concepção mais simples de que o reconhecimento seja gratificante em si mesmo - i.e., através do alívio de uma despesa psíquica - e que os jogos fundados neste prazer utilizem o mecanismo do estancamento apenas para aumentar o montante de tal prazer.

Em geral reconhece-se também que as rimas, aliteraões, refrões, e as outras maneiras de repetição de sons verbais semelhantes que ocorrem em versos utilizam a mesma fonte de prazer - a redescoberta de algo familiar. O 'sentimento de poder' não desempenha um papel perceptível nessas técnicas, muitíssimo similares àquela do 'uso múltiplo' nos chistes.

Em vista da íntima conexão entre reconhecimento e rememoração, não é temerário supor que possa haver também um prazer na rememoração - que o ato de recordar seja em si mesmo acompanhado por um sentimento de prazer de origem semelhante. Gross não parece ser avesso a tal hipótese, derivando-a entretanto, uma vez mais, do 'sentimento de poder', ao qual atribui (a meu ver, erradamente) a principal razão do prazer em quase todos os chistes.

A 'redescoberta do que é familiar' é o fundamento da utilização de um outro recurso nos chistes, ainda não mencionado. Refiro-me ao fator 'atualidade', fértil fonte de prazer da grande parte dos chistes, bem como explicativa de algumas peculiaridades na história da vida dos chistes. Há chistes completamente independentes dessa condição e, em uma monografia sobre chistes, somos obrigados a fazer uso quase exclusivo de chistes dessa espécie. Não podemos esquecer que, em comparação com os chistes perenes, talvez nos riamos mais francamente daqueles que ora nos são de difícil uso porque requerem comentários mais extensos e mesmo com tal ajuda não produziriam seu efeito original. Tais chistes contêm alusões a pessoas e eventos que foram àquela época 'atuais', despertando o interesse geral e ainda o mantendo vivo. Quando esse interesse cessa e o assunto em questão fica sedimentado tais chistes perdem também parte de seu efeito gratificante, parte aliás bem considerável. Por exemplo, o chiste feito por meu cordial anfitrião, chamando de 'Home-Roulard' o pudim que estava sendo servido (ver em [1]) não me parece hoje tão bom quanto no dia, em que a 'Home Rule' era uma destacada manchete nas colunas políticas de nossos jornais diários. Tentando avaliar os méritos desse chiste, agora os atribuo ao fato de que uma única palavra transportou-nos em pensamento, economizando longo rodeio, do círculo de idéias da cozinha para o das remotas idéias políticas. Mas ao mesmo tempo minha descrição deveria ter sido diferente, devendo eu ter dito que aquela palavra nos transportava do círculo de idéias culinárias para as políticas, muito distante delas, assegurando entretanto nosso vívido interesse porque estávamos constantemente envolvidos nela (na discussão

política). Um outro chiste, ‘Esta garota faz-me lembrar Dreyfus; ninguém no exército acredita em sua inocência’ (ver em [2]), está hoje esmaecido, embora seus métodos técnicos permanecessem inalterados. O desconcerto causado pela comparação e o *double entendre* na palavra ‘inocência’ não podem compensar o fato de que a alusão, à época tocando em um evento catexizado de recente excitação, hoje recorda uma questão liquidada. Eis um chiste que é ainda atual: ‘A Princesa Real Louise aproximou-se do crematório em Gotha perguntando quanto custava uma *Verbrennung* [cremação]. O gerente respondeu: “Normalmente, cinco mil marcos; mas *à senhora* lhe custará apenas três mil por já ter sido *durchgebrannt* [literalmente ‘ter sido queimada’, gíria para ‘ter fugido’] uma vez.”.’ Um chiste como esse hoje nos soa irresistível; a curto prazo perderá substancialmente nossa estima: pouco tempo mais tarde, a despeito de constituir um bom jogo de palavras, perderá seu efeito inteiramente, sendo daí impossível repeti-lo sem acrescentar um comentário explicativo de quem fora a Princesa Louise e em que sentido fora ela *durchgebrannt*.

Assim ocorre com grande número de chistes em circulação durante certo período de sua vida: esta segue um curso que consiste em um período de florescimento e em outro de decadência, que termina no completo esquecimento. A necessidade sentida pelos homens de derivar prazer de seus processos de pensamento está portanto criando constantemente novos chistes baseados nos novos interesses do dia. A força vital dos chistes atuais não é deles próprios; é tomada por empréstimo, em virtude da alusão, a outros interesses, cuja expiração determina também o destino do chiste. O fator atualidade é uma fonte de prazer, efêmera, é verdade, mas particularmente abundante, que suplementa as fontes inerentes ao próprio chiste. Não se pode simplesmente fazê-la equivaler à redescoberta do que é familiar. Antes, está envolvida com uma categoria particular do que é familiar, que possui além do mais a característica de ser novo, recente e intocado pelo esquecimento. Na formação dos sonhos, também, deparamos com uma especial preferência pelo que é recente, não nos podendo escapar a suspeita de que a associação com o que é recente é recompensada, e pois facilitada, por uma peculiar bonificação de prazer.

A unificação, que afinal não é outra coisa que uma repetição na esfera das conexões materiais, foi reconhecida especialmente por Fechner como fonte do prazer nos chistes. Este escreve (Fechner, 1897, 1, Capítulo XVII): ‘Em minha opinião a parte principal no campo que estamos considerando cabe ao princípio da conexão unificada das multiplicidades; esta, entretanto, requer apoio de determinantes auxiliares para que o prazer derivado em tais casos, com seu caráter peculiar, possa transpor o limiar (mínimo)’.

Em todos esses casos de repetição verbal das mesmas conexões ou do mesmo assunto, ou de redescoberta do que é familiar ou recente, parece impossível evitar de derivar o prazer

por sentido da economia na despesa psíquica - desde que essa linha de abordagem se revele frutífera em elucidar detalhes e em alcançar novas generalidades. Estamos atentos para o fato de que ainda devemos esclarecer como é que a economia opera e qual o sentido da expressão ‘despesa psíquica’.

O terceiro grupo de técnicas de chistes - em sua maior parte, chistes conceptuais - que compreende raciocínios falhos, deslocamentos, absurdo, representação pelo oposto etc. pode, à primeira vista, parecer produzir uma impressão especial e não delatar qualquer afinidade com as técnicas de redescoberta do que é familiar ou de substituição das associações com objetos por associações com palavras. Entretanto, é particularmente fácil fazer aqui operar a teoria da economia ou do alívio da despesa psíquica.

Não se põe em dúvida que é mais fácil e mais conveniente divergir de uma linha de pensamento que então se assumia do que mantê-la, tanto quanto é mais fácil confundir coisas diferentes do que contrastá-las - de fato; é *especialmente* conveniente admitir como válidos métodos de inferência que são rejeitados pela lógica e, finalmente, reunir palavras ou pensamentos sem respeitar a condição de que façam sentido. Disso não se pode duvidar; são precisamente essas as coisas feitas pelas técnicas do chiste que estamos discutindo. No entanto, a hipótese de que um tal comportamento por parte da elaboração do chiste fornece uma fonte de prazer aparece-nos como estranha pois, exceto quanto aos chistes, qualquer funcionamento intelectual deficiente nos causa apenas desagradáveis sentimentos defensivos.

O ‘prazer no *nonsense*’, como podemos abreviadamente chamá-lo, é encoberto na vida a sério até o ponto do desvanecimento. Para demonstrá-lo, devemos investigar dois casos - um em que é ainda visível, outro em que volta a tornar-se visível: o comportamento de uma criança na aprendizagem (de sua língua) e o comportamento de um adulto, cujo estado mental foi alterado toxicamente.

O período em que uma criança adquire o vocabulário da língua materna proporciona-lhe um óbvio prazer de ‘experimentá-lo brincando com ele’, segundo as palavras de Gross (ver em [1]). Reúne as palavras, sem respeitar a condição de que elas façam sentido, a fim de obter delas um gratificante efeito de ritmo ou de rima. Pouco a pouco esse prazer vai lhe sendo proibido até que só restam permitidas as combinações significativas de palavras. Quando mais velho, tenta ainda emergir ao desrespeito das restrições que aprendera sobre o uso de palavras. Estas são desfiguradas por pequenos acréscimos particulares que lhes faz, suas formas sendo alteradas por certas manipulações (p. ex., por reduplicações ou ‘*Zittersprache*’); é possível mesmo a construção de uma linguagem secreta, para uso entre companheiros de brincadeira. Tais tentativas são reencontradas entre certas categorias de doentes mentais.

Qualquer que seja o motivo que leva a criança a iniciar esses jogos, creio que, em seu

desenvolvimento posterior, ela própria desiste deles pela consciência de que são absurdos, divertindo-se algum tempo com eles devido à atração exercida pelo que é proibido pela razão. Usa agora tais jogos para se evadir da pressão da razão crítica. Muito mais poderosas são as restrições impostas à criança durante o processo educacional, quando se a introduz no pensamento lógico e na distinção entre o que é falso e verdadeiro na realidade; por essa razão a rebelião contra a compulsão da lógica e da realidade é profunda e duradoura. Mesmo o fenômeno da atividade imaginativa pode ser incluído nessa categoria [rebelde]. O poder de crítica aumenta tanto na derradeira infância e no período da aprendizagem, estendida além da puberdade, que o prazer do ‘*nonsense* liberado’ só raramente ousa se manifestar diretamente. Ninguém se aventura a dizer absurdos. Entretanto a tendência característica dos rapazes em dizer absurdos ou idiotices parece-me diretamente derivada do prazer no *nonsense*. Nos casos patológicos vemos freqüentemente essa tendência ser intensificada a um tal grau que uma vez mais domina a conversa e as respostas dos escolares. Pude convencer-me, no caso de alguns garotos da escola secundária que desenvolveram neuroses, que as elaborações inconscientes de seu prazer no *nonsense* não desempenharam parte menor em sua deficiência que a sua real ignorância.

Igualmente, mais tarde, os estudantes universitários não prescindem destas demonstrações contra a compulsão da lógica e da realidade, cujo domínio, entretanto, percebem crescentemente mais intolerante e irrestrito. Muitas das brincadeiras verbais dos estudantes fazem parte dessa reação. Pois o homem é um ‘incansável buscador do prazer’ - esqueço-me onde deparei com essa feliz expressão -, qualquer renúncia de um prazer já desfrutado é dura para ele. Com o eufórico *nonsense* de seu *Bierschwefel*, por exemplo, o estudante tenta recuperar seu prazer na liberdade de pensar, da qual vai sendo mais e mais privado pela aprendizagem da instrução acadêmica. De fato, mesmo muito mais tarde, quando, já adulto, encontra outros em congressos científicos e novamente se sente na posição de aprendiz, finda a reunião é a vez do *Kneipzeitung* que distorce em *nonsense* as novas descobertas, como compensação oferecida ao novo acréscimo em sua inibição intelectual.

O *Bierschwefel* e o *Kneipzeitung* evidenciam por seus próprios nomes que o senso crítico, repressor do prazer no *nonsense*, tornou-se já tão poderoso que só pode ser afastado temporariamente com ajuda tóxica. Uma mudança no estado de espírito é o mais precioso dom do álcool à humanidade e, devido a isso, o ‘veneno’ não é igualmente indispensável para todos. Uma disposição eufórica, produzida endogenamente ou por via tóxica, reduz as forças inibidoras, entre as quais o senso crítico, tornado de novo acessíveis fontes de prazer sobre as quais pesava a supressão. É muito instrutivo observar como os padrões de chiste se extinguem à medida que o humor melhora. Pois bom humor substitui o chiste assim como os chistes devem tentar substituir o bom humor, onde as possibilidades de prazer - entre elas, o prazer no *nonsense* - por outra parte, inibidas, podem recuperar-se: ‘Mit wenig Witz und

viel Behagen'. Sob a influência do álcool o adulto torna-se outra vez uma criança, tendo de novo o prazer de dispor de seus pensamentos livremente sem observar a compulsão da lógica.

Espero ter agora demonstrado que as técnicas do chiste, que utilizam o absurdo, são uma fonte de prazer. Necessito apenas repetir que tal prazer procede de uma economia na despesa psíquica ou de um alívio da compulsão da crítica.

Se lançamos uma vez mais os olhos sobre os três distintos grupos de técnicas do chiste, verificamos que o primeiro e o terceiro desses grupos - a substituição das associações objetivas por associações verbais e o uso do absurdo - podem ser unificados como procedimentos de restabelecimento de velhas liberdades e de liberação da carga de instrução intelectual; são alívios psíquicos, em certo sentido contrastados à economia que constitui a técnica do segundo grupo. O alívio da despesa psíquica já existente e a economia na despesa psíquica que se há de requerer - destes dois princípios derivam todas as técnicas dos chistes, e conseqüentemente todo o prazer que advém delas. As duas espécies de técnicas e de obtenção do prazer coincidem - em quase tudo - com a distinção entre os chistes verbais e conceptuais.

A discussão precedente concede-nos inesperadamente um *insight* sobre a evolução ou a psicogênese dos chistes, a qual examinaremos agora, mais detidamente. Já entramos em contato com estágios preliminares dos chistes, e o desenvolvimento destes em chistes tendenciosos provavelmente descobrirá novas relações entre as várias características dos chistes. Antes que tal coisa seja um chiste existe apenas aquilo que podemos descrever como 'jogo' ou como 'gracejo'.

O jogo - guardemos esse nome - aparece nas crianças que estão aprendendo a utilizar as palavras e a reuni-las. Tal jogo obedece provavelmente a um dos instintos que compelem as crianças a exercitar suas capacidades (Gross [1889]). Ao fazê-lo, deparam com efeitos gratificantes, que procedem de uma repetição do que é similar, de uma redescoberta do que é familiar, da similaridade do som etc. e que podem ser explicados como insuspeitadas economias na despesa psíquica. Não é de se admirar que esses efeitos gratificantes encorajem a criança a prosseguir no jogo e a continuá-lo sem atentar para o sentido das

palavras ou para a coerência das sentenças. O *jogo* com palavras e pensamentos, motivado por alguns gratificantes efeitos de economia, seria pois o primeiro estágio dos chistes.

Esse jogo chega ao fim pelo fortalecimento de um fator que merece ser descrito como faculdade crítica ou racionalidade. O jogo é agora rejeitado como sem sentido ou efetivamente absurdo; em consequência da crítica, torna-se impossível. Agora, também, não se cogita mais da questão de derivar prazer das fontes de redescoberta do que é familiar etc., exceto acidentalmente, a não ser que o indivíduo crescido seja tomado de uma disposição agradável que, à semelhança da euforia infantil, suspenda a inibição crítica. Somente em tal caso torna-se novamente possível o velho jogo de obtenção do prazer; entretanto nem o indivíduo quer esperar que isso aconteça nem quer renunciar a um prazer que lhe é familiar. Assim ele trata de se tornar independente da disposição favorável, sendo então o ulterior desenvolvimento em direção aos chistes governado por dois esforços: evitar a crítica e encontrar um substitutivo para o estado de espírito.

Com isto, assoma o segundo estágio preliminar dos chistes - o *gracejo*. Trata-se agora de prolongar o prazer resultante do jogo, silenciando ao mesmo tempo as objeções levantadas pela crítica as quais não permitiriam que emergisse o sentimento gratificante. Há apenas um modo de alcançar esse fim: as combinações sem sentido de palavras ou as absurdas reuniões de pensamentos devem, não obstante, ter um sentido. Toda a engenhosidade da elaboração do chiste é convocada para que essa condição seja cumprida. Todos os métodos técnicos dos chistes já são empregados aqui - nos gracejos; além do mais, o uso lingüístico não estabelece nenhuma fronteira consistente entre um gracejo e um chiste. O que distingue um gracejo de um chiste é que o significado da sentença que escapou à crítica não necessita ser válido, novo, ou mesmo bom; é simplesmente *permissível* dizer tal coisa daquela forma, ainda quando seja infreqüente, desnecessário ou inútil dizê-lo de tal forma. Nos gracejos o que figura em primeiro plano é a satisfação de ter tornado possível o que era proibido pela crítica.

É, por exemplo, um gracejo a definição por Schleirmacher (ver em [1]) de que *Eifersucht* [o ciúme] é a *Leidenschaft* [paixão] que *mit Eifer sucht* [com avidez procura] o que *Leiden schafft* [causa dor]. É também um gracejo quando o Professor Kästner, que ensinava física (e fazia chistes) em Göttingen, no século XVIII perguntou a um estudante chamado Kriegk, que se inscrevia para um de seus cursos, qual a sua idade. ‘Trinta anos’ foi a resposta, a partir de que Kästner comentou: ‘Ah! tenho então a honra de conhecer a Guerra [*Krieg*] dos Trinta Anos’. (Kleinpaul, 1890.) Foi com um gracejo que o grande Rokitansky replicou à indagação de quais as profissões de seus quatro filhos: ‘Dois “*heilen*” [curam] e dois “*heulen*” [uivam]’ (dois médicos e dois cantores). A informação estava correta, e portanto, não vulnerável à crítica, mas não acrescenta nada ao que podia ser expresso pelas palavras entre parênteses. Não pode haver equívoco quanto ao fato de que a resposta foi

dada de outra forma devido apenas ao prazer produzido pela unificação e pelo som similar das duas palavras.

Penso que agora, finalmente, compreendemos com clareza o trajeto. Através de toda a nossa consideração das técnicas dos chistes fomos atrapalhados pelo fato de que elas não eram exclusivas dos chistes; todavia, a essência dos chistes parecia depender delas, já que quando eram descartadas por redução, as características e o prazer do chiste ficavam perdidos. Vemos agora que o que descrevemos como técnicas dos chistes - devemos, em certo sentido, continuar a descrevê-las assim - são antes as fontes a partir das quais os chistes fornecem prazer; percebemos que não há nada de estranho em que outros procedimentos utilizem as mesmas fontes para fim igual. A técnica que é, entretanto, característica dos chistes e peculiar a eles, consiste no procedimento de salvaguardar o uso desses métodos de produção de prazer contra as objeções levantadas pela crítica que poriam um fim ao prazer. Há pouco que possamos dizer, de modo geral, sobre tal procedimento. A elaboração do chiste, como já comentamos, revela-se na escolha do material verbal e das situações conceptuais que permitirão ao velho jogo com palavras e pensamentos resistir ao escrutínio da crítica; com esse fim em vista, toda peculiaridade de vocabulário e toda combinação de seqüência de pensamento devem ser exploradas da maneira mais engenhosa possível. Podemos, em um próximo passo, caracterizar a elaboração do chiste por uma propriedade particular; por enquanto, permanece inexplicado como pode ser feita a seleção favorável aos chistes. O propósito e a função dos chistes, entretanto - a saber, a proteção em relação à crítica dessas seqüências de palavras e pensamentos -, já pode ser vista nos gracejos como traço principal destes. Sua função consiste, desde logo, em suspender as inibições internas e fazer fecundas as fontes de prazer tornadas inacessíveis por tais inibições; verificaremos que eles permanecem leais a essa característica no decorrer de todo o seu desenvolvimento.

Estamos agora em condições de atribuir um lugar adequado ao fator '*sentido no nonsense*' (cf. introdução, em [1]), ao qual as autoridades atribuem importância tão grande como marca distintiva dos chistes e como explicação de seu efeito gratificante. Os dois pontos fixados como determinativos da natureza do chiste - seu propósito de continuar um jogo gratificante e seu esforço de protegê-lo da crítica da razão - explicam imediatamente por que um chiste individual, embora aparentemente sem sentido a partir de uma perspectiva, pode parecer razoável, ou ao menos permissível, de uma outra. A elaboração do chiste cabe operar dessa forma; se fracassa, o chiste é simplesmente rejeitado como '*nonsense*'. Mas não é necessário que derivemos o efeito gratificante dos chistes do conflito entre os sentimentos dessa existência e inexistência simultânea de sentido nos chistes (seja diretamente, seja por via do 'desconcerto e esclarecimento' (ver em [2])). Nem precisamos adentrar-nos na questão de como é que o prazer procede da alternância entre 'considerá-lo sem sentido' e 'reconhecê-lo como sensato'. A psicogênese dos chistes nos ensinou que o prazer em um chiste deriva do jogo com as palavras ou da liberação do *nonsense* e que o significado nos chistes pretende simplesmente proteger o prazer contra sua supressão pela

crítica.

Dessa forma o problema do caráter essencial dos chistes já está explicado nos gracejos. Voltamos agora ao desenvolvimento posterior dos gracejos, ao ponto em que estes se elevam à categoria de chistes tendenciosos. Os gracejos visam principalmente proporcionar prazer e se contentam em fazer com que aquilo que dizem não pareça sem sentido ou completamente esvaziado de substância. Quando um gracejo possui substância e valor, torna-se um chiste. Um pensamento que merece nosso interesse mesmo se expresso na forma mais desprezível reveste-se agora de uma forma que nos proporciona prazer por seus próprios meios. Devemos supor que tal combinação não tenha ocorrido despropositadamente; devemos pois tentar descobrir a intenção subjacente à construção do chiste. Uma observação feita anteriormente (de passagem, ao que parece) nos porá na pista. Dissemos antes (ver em [1]) que um bom chiste produz em nós como que uma impressão *total* de prazer, sem que possamos decidir de imediato qual parte do prazer procede da forma do chiste, qual procede de seu adequado conteúdo intelectual. Cometemos constantes erros nessa distribuição. Algumas vezes superestimamos a excelência do chiste devido à nossa admiração pelo pensamento que contém; outras vezes, pelo contrário, superestimamos o valor do pensamento devido ao prazer que nos foi proporcionado pelo invólucro chistoso. Não sabemos o que é que nos proporciona prazer, nem de que estamos rindo. Essa incerteza em nosso juízo, que se deve admitir como um fato, pode ter fornecido o motivo para a construção dos chistes, no sentido próprio dessa palavra. O pensamento procura envolver-se em um chiste pois esta é uma forma de recomendar-se à nossa atenção e parecer mais importante e mais valioso, mas acima de tudo porque este invólucro suborna nossos poderes de crítica e os confunde. Inclina-mos a conferir ao *pensamento* o benefício de nos ter agradado na *forma* do chiste; não nos inclinamos também a achar erro naquilo que nos divertiu, desperdiçando assim a fonte de um prazer. Se o chiste nos faz rir além do mais, há de ter se estabelecido em nós uma disposição mais favorável à crítica; nesse caso, pois, algo há de nos ter imposto a disposição que anteriormente o jogo era suficiente para produzir e da qual o chiste tenta, por todos os meios possíveis, se fazer substituto. Mesmo se afirmamos antes que tais chistes devem ser descritos como inocentes e ainda não tendenciosos não devemos nos esquecer de que, estritamente falando, apenas os gracejos são não tendenciosos - isto é, servem exclusivamente ao propósito de produzir prazer. Os chistes nunca são efetivamente não tendenciosos, mesmo se o pensamento neles contido é não tendencioso e apenas serve aos interesses intelectuais teóricos. Eles perseguem um segundo objetivo: promover o pensamento, aumentando-o e guardando-o da crítica. Aqui eles estão novamente exprimindo sua natureza original, antepondo-se ao poder inibidor e restritivo - que é, agora, o julgamento crítico.

Esse primeiro uso dos chistes que ultrapassa a produção do prazer aponta para seus usos

ulteriores. Um chiste é agora enfocado como um fator psíquico munido de poder: seu peso, avaliado em uma ou outra escala, pode ser decisivo. Os principais propósitos e instintos da vida mental empregam-no para seus próprios fins. O chiste originalmente não tendencioso, que começa como jogo, põe-se secundariamente em relação com propósitos aos quais nada do que toma forma na mente pode escapar. Já sabemos o que se pode conseguir a serviço do propósito de desnudamento e dos propósitos hostis, cínicos e céticos. No caso dos chistes obscenos, derivados do *smut*, tornar a terceira pessoa, que originalmente interferia com a situação sexual, em aliado diante do qual a mulher deve sentir vergonha, subornando essa terceira pessoa com a dádiva do prazer produzido. Para propósitos agressivos, empregar o mesmo método para tornar o ouvinte, inicialmente indiferente, em correligionário de seu ódio ou desprezo, criando para o inimigo um pugilo de oponentes quando, de início, só existia um único. No primeiro caso, supera as inibições da vergonha e da respeitabilidade através da bonificação de prazer oferecida; no segundo, subverte o julgamento crítico que, de outro modo, teria examinado a disputa. No terceiro e quarto casos, a serviço de propósitos cínicos e céticos, despedaça o respeito pelas instituições e verdades em que o ouvinte tem acreditado, de um lado reforçando o argumento, de outro, praticando nova espécie de ataque. Onde a argumentação tenta aliciar a crítica do ouvinte, o chiste se esforça por tirá-la de campo. Sem dúvida o chiste escolhe o método psicologicamente mais efetivo.

Nesse levantamento das realizações dos chistes tendenciosos, a maior proeminência é assumida - como se verifica facilmente - pelo efeito dos chistes sobre as pessoas que os escutam. Mais importantes, entretanto, do ponto de vista de nossa compreensão são as funções cumpridas pelos chistes na mente da pessoa que os inventa, ou os atualiza, enfim a pessoa a quem eles ocorrem. Já propusemos (ver em [1]) - temos aqui oportunidade de repetir esta noção - que devíamos tentar estudar o fenômeno psíquico dos chistes com referência a sua distribuição entre duas pessoas. Faremos uma sugestão provisória de que o processo psíquico provocado pelo chiste no ouvinte reproduz em muitos casos aquele que ocorre em seu criador. Ao obstáculo externo a ser vencido no ouvinte corresponde uma inibição interna no elaborador do chiste. Pelo menos a *expectativa* de um obstáculo externo está presente no último como uma idéia inibidora. Em certos casos o obstáculo interno vencido pelo chiste tendencioso é óbvio; nos chistes de Herr N., por exemplo, podemos admitir (ver em [1]) que não apenas permitem a seus ouvintes desfrutar a agressividade sob a forma de insultos, como, acima de tudo, permite-lhe produzi-los. Entre os vários tipos de inibição ou supressão interna há um que merece nosso especial interesse, porque é o mais abrangente. Dá-se-lhe o nome de 'repressão' e é reconhecido por sua função de impedir que os impulsos a ele sujeitos, e seus derivativos, tornem-se conscientes. Os chistes tendenciosos, como veremos, são capazes de liberar prazer mesmo de fontes que já sofreram repressão. Se, como sugerido acima, a superação de obstáculos externos pode ser, dessa forma, referida à superação de inibições e repressões internas, podemos dizer que os chistes tendenciosos exibem a principal característica da elaboração do chiste - a de liberar prazer pelo descarte das inibições - mais claramente que quaisquer outros dos estágios do desenvolvimento dos chistes. Ou fortalecem os propósitos a que servem, transmitindo-lhes

apoio procedente dos impulsos mantidos suprimidos, ou põem-se inteiramente a serviço dos propósitos suprimidos.

Já estamos prontos a admitir que é isso o que realizam os chistes tendenciosos mas devemos ter em mente que não compreendemos ainda como podem obter esses resultados. Seu poder consiste na produção do prazer que extraem das fontes do jogo de palavras e da liberação do *nonsense*; mas se vamos emitir juízos a partir das impressões que nos fazem os gracejos não tendenciosos, não poderemos considerar o montante desse prazer grande bastante para lhe atribuir a força de suspender inibições e repressões profundamente arraigadas. O que temos diante de nós é efetivamente não um simples efeito de força mas uma mais complexa situação de liberação. Em vez de expor o longo rodeio pelo qual atingimos uma compreensão da situação, tentarei fazer uma breve exposição sintética dela.

Fechner (1897, 1, Capítulo V) apresenta um ‘princípio de cooperação ou de intensificação estética’, expresso como segue: *‘Se os determinantes do prazer, que por si mesmo produzem um pequeno efeito, convergem sem contradição mútua, resulta um montante de prazer maior, freqüentemente muito maior, que o correspondente ao valor-prazer dos determinantes separados - um prazer maior que pode ser explicado como sendo a soma dos efeitos separados. De fato, uma convergência dessa espécie pode levar mesmo a uma resultante positiva de prazer e o limiar do prazer pode ser ultrapassado onde os fatores separados seriam débeis demais para fazê-lo, embora eles devam, comparativamente, apresentar uma perceptível vantagem em deleitabilidade’*. (Ibid, 51. Os grifos são de Fechner.)

Penso que o tópico dos chistes não nos dá grande oportunidade de confirmar a correção desse princípio, cuja excelência pode ser demonstrada em muitas outras estruturas estéticas. No que toca aos chistes, já sabemos algo mais, que pelo menos bordeja esse princípio: a saber, que onde vários fatores proporcionadores de prazer operam juntos não podemos atribuir a cada um deles a parte que realmente lhes cabe na consecução do resultado. (Ver em [1].) Podemos, entretanto, variar a situação admitida no ‘princípio da cooperação’, e como conseqüência dessas novas condições, chegar a algumas questões merecedoras de resposta. O que em geral acontece se, em uma combinação, convergem determinantes de prazer e determinantes de desprazer? De que depende o resultado e que fator decide se preponderará o prazer ou o desprazer?

O caso dos chistes tendenciosos é um caso especial entre essas possibilidades. Um impulso ou tendência presente procura liberar prazer de uma fonte particular e, se lhe fosse permitido trânsito livre, de fato o liberaria. Além disso, está presente outra tendência que labora contra essa geração de prazer - inibindo-o ou suprimindo-o. A corrente supressiva deve, pois, como o demonstra o resultado, ser em certo grau mais forte que a suprimida, que não é, entretanto, por essa razão, abolida. Suponhamos agora que aparece ainda uma outra

tendência que liberaria o prazer pelo mesmo processo, embora a partir de outra fonte, operando pois no mesmo sentido que a tendência suprimida. Qual seria o resultado nesse caso?

Um exemplo nos posicionará melhor que esta discussão esquemática. Admitamos que existe o impulso de insultar certa pessoa; isso, entretanto, opõe-se tão fortemente a nossos sentimentos de propriedade ou de cultura estética que o insulto não pode se consumir. Se pudéssemos, por exemplo, transgredi-los em conseqüência de alguma mudança da condição ou disposição emocional sentiríamos subsequente essa transgressão com propósito insultante com desprazer. Portanto o insulto não ocorre. Suponhamos, agora, entretanto, que se apresenta a possibilidade pela derivação de um bom chiste a partir do material verbal e conceptual usado para o insulto - ou seja, a possibilidade de liberar prazer de outras fontes não obstruídas pela mesma supressão. Esse segundo desenvolvimento do prazer não poderia apesar disso ocorrer a não ser que o insulto fosse permitido; tão logo este último *seja* permitido, uma nova liberação de prazer lhe é acrescentada. A experiência com chistes tendenciosos revela que em tais circunstâncias o propósito suprimido pode, com a colaboração do prazer derivado do chiste, ganhar força suficiente para superar a inibição, que, de outra forma, a sobrepujaria em força. O insulto portanto ocorre já que o chiste o tornou possível. Mas o prazer obtido não é apenas aquele produzido pelo chiste: é incomparavelmente maior. É tão superior ao prazer originário do chiste que devemos supor que o propósito, até aqui suprimido, tenha conseguido esgueirar-se, talvez sem a mínima diminuição. Em tais circunstâncias é que o chiste é recebido com a melhor gargalhada.

Um exame dos determinantes do riso nos levará talvez a uma idéia mais simples do que acontece quando um chiste recebe colaboração contra sua supressão. (ver em [1]) Mesmo agora, entretanto, podemos verificar que o caso dos chistes tendenciosos é um caso especial do ‘princípio da colaboração’. Uma possibilidade de gerar prazer sobrevém em situação em que uma outra possibilidade de prazer está obstruída, de modo que, no que concerne a esta última, isoladamente, nenhum prazer é gerado. O resultado é uma geração de prazer muito maior que a oferecida pela possibilidade superveniente. Essa age como se fora uma *bonificação de incentivo*; com a colaboração da oferta de uma pequena taxa de prazer, obtém-se um montante bem maior e que de outra forma teria sido bastante difícil. Tenho boas razões para suspeitar que este princípio corresponde a um arranjo que se mantém igualmente para muitos dos departamentos da vida mental, amplamente separados, e creio que será vantajoso descrever o prazer que serve para iniciar a grande liberação de prazer como ‘prazer preliminar’ e o princípio que se lhe refere como ‘princípio do prazer preliminar’.

Podemos agora postular a fórmula relativa ao modo de operação dos chistes tendenciosos. Estes se põem a serviço de propósitos de modo que, utilizando o prazer originário dos chistes como prazer preliminar, possam produzir novo prazer suspendendo as supressões e repressões. Se fazemos agora um levantamento do curso do desenvolvimento do chiste, podemos dizer que, do começo ao fim, ele permanece fiel a sua natureza essencial. Começa

como o jogo de derivar prazer do livre uso das palavras e pensamentos. Tão logo o fortalecimento da razão ponha um fim ao jogo com as palavras, como sendo sem sentido, ou ao jogo com os pensamentos, como sendo absurdo, muda-se este em gracejo para que possa reter essas fontes de prazer e ser capaz de obter novo prazer pela liberação do *nonsense*. A seguir, como chiste propriamente dito, mas ainda não tendencioso, dá apoio aos pensamentos e fortalece-os contra o desafio do juízo crítico, processo em que se utiliza o ‘princípio da confusão das fontes de prazer’. Finalmente, vem em socorro dos principais propósitos que combatem a supressão, suspendendo as inibições pelo ‘princípio do prazer preliminar’. Razão, julgamento crítico, supressão - eis as forças contra as quais sucessivamente se luta; conserva-se fiel às fontes originais do prazer verbal, e do estágio de gracejo em diante abre por si mesmo novas fontes de prazer, suspendendo as inibições. O prazer que produz, seja prazer no jogo ou na suspensão das inibições, pode ser invariavelmente referido à economia na despesa psíquica, desde que esta concepção não contradiga a natureza essencial do prazer e se comprove fecunda em outras direções.

V - OS MOTIVOS DOS CHISTES: OS CHISTES COMO PROCESSO SOCIAL

Poderia parecer supérfluo falar sobre os motivos dos chistes já que o objetivo de conseguir prazer deve ser reconhecido como motivo suficiente da elaboração do chistes. Mas por um lado não se pode excluir a possibilidade de que a produção dos chistes também partilhe outros motivos e, por outro lado, tendo em mente algumas experiências familiares, devemos levantar a questão geral dos determinantes subjetivos do chiste.

Dois fatos em particular tornam essa atitude necessária. Embora a elaboração do chiste seja um excelente método de derivar prazer dos processos psíquicos, é, não obstante, evidente que nem todas as pessoas sejam capazes de utilizar tal método: a elaboração do chiste não está ao dispor de todos e apenas alguns dispõem dela consideravelmente; estes últimos são distinguidos como tendo ‘espírito’ [*Witz*]. O ‘espírito’ aparece nessa conexão como uma capacidade especial - mais do que como uma das velhas ‘faculdades’ mentais; parece emergir inteiramente independente das outras, tais como a inteligência, imaginação, memória etc. Devemos, portanto, presumir, nessas pessoas ‘espirituosas’, a presença de disposições especiais herdadas ou de determinantes psíquicos que permitem ou favorecem a elaboração do chiste.

Temo não ir muito longe explorando essa questão. Podemos ter sucesso em apenas algumas ocasiões ao avançar da compreensão de um chiste particular ao conhecimento dos

determinantes subjetivos na mente da pessoa que o faz. É uma notável coincidência que precisamente o chiste pelo qual começamos nossas investigações da técnica dos chistes nos forneça um vislumbre dos determinantes subjetivos do chiste. Refiro-me ao chiste de Heine, também considerado por Heymans e Lipps (ver em [1]):

‘...sentei-me ao lado de Salomon Rothschild e ele tratou-me como um seu igual - bem familionariamente.’ (‘Bader von Lucca.’)

Heine põe esse comentário na boca de um personagem cômico, Hirsch-Hyacinth, um vendedor de loterias em Hamburgo, calista e valete profissional do aristocrático Barão Cristoforo Gumpelino (inicialmente Gumpel). O poeta evidentemente se compraz na criação de um Hirsch-Hyacinth extremamente loquaz em discursos os mais divertidos e ousados, permitindo-lhe mesmo mostrar a filosofia prática de um Sancho Pança. É pena que Heine, que, ao que parece, não tinha gosto pela criação dramática, abandonasse tão cedo esse delicioso personagem. Não há apenas algumas passagens em que o poeta parece estar falando de si próprio, sob um débil disfarce, através da boca de Hirsch-Hyacinth; em breve, aparece a certeza de que o personagem é simplesmente uma autoparódia. Hirsch explica as razões que o levaram a desistir de seu antigo nome fazendo-se agora chamar ‘Hyacinth’. Continua: ‘Há a ulterior vantagem de que já tenho um “H” em meu sinete, de modo que não preciso gravar um novo’. Mas Heine efetuou a mesma economia quando, em seu batismo, trocou seu primeiro nome de ‘Harry’ para ‘Heinrich’. Além disso, todos que conhecem a biografia do poeta lembrarão que Heine tinha um tio do mesmo nome em Hamburgo (lugar que fornece outra conexão com a figura de Hirsch-Hyacinth), tio que, sendo o rico da família, desempenhou papel importante em sua vida. Esse tio era também chamado ‘Salomon’ tal como o velho Rothschild que tratava Hirsch tão familionariamente. O que, na boca de Hirsch-Hyacinth não parece mais que um gracejo, revela um fundamento de grave amargura, se o atribuirmos agora a seu sobrinho, Harry-Heinrich. Afinal este era da família e sabemos que nutria um ardente desejo de casar-se com a filha do tal tio; mas a prima o rejeitou e o tio sempre o tratou bem familionariamente, como a um parente pobre. Seus primos ricos de Hamburgo nunca o levaram a sério. Lembro-me de uma história contada por velha tia minha, que se casara na família de Heine, a qual, certo dia, quando era uma jovem atraente, sentada à mesa de jantar familiar, surpreendera-se com a presença de uma pessoa que lhe parecia indesejada e tratada com desprezo pelo resto dos convivas. Ela própria não encontrou nenhuma razão para mostrar-se mais afável com ele. Poucos anos depois percebeu que o negligente e negligenciado primo era o poeta Heinrich Heine. Não há pouca evidência do sofrimento de Heine devido à sua rejeição por parte de seus parentes ricos, na juventude e mesmo depois. Este o solo da emoção subjetiva que o chiste ‘familionariamente’ faz saltar.

A presença de determinantes subjetivos similares pode ser suspeitada nos chistes de algum outro grande zombador, mas não sei de nenhum outro em que isso possa ser demonstrado tão convincentemente. Por esta razão não é fácil tentar fazer asserção mais definida sobre a natureza desses determinantes pessoais. Na verdade, em geral não me

inclino a reivindicar complicados determinantes para a origem de todo chiste individual. Nem são os chistes produzidos por outros homens famosos mais facilmente acessíveis a nosso exame. Temos a impressão de que os determinantes subjetivos da elaboração do chiste com freqüência não se situam muito longe daqueles determinantes das doenças neuróticas - basta considerarmos, por exemplo, Lichtenberg, homem gravemente hipocondríaco, com toda espécie de excentricidades. A grande maioria dos chistes, entretanto, em especial aqueles constantemente produzidos em conexão com os eventos do dia, circulam anonimamente: seria curioso saber de que tipo de gente se originam tais produções. Se, como médico, tem-se ocasião de travar conhecimento com uma dessas pessoas que, não sendo notáveis sob outros aspectos, são bem conhecidas em seu meio como piadistas ou inventores de muitos chistes viáveis, pode ser surpreendente descobrir que o piadista é uma personalidade dividida, propensa a doenças neuróticas. A insuficiência de evidência documentária, entretanto, decerto há de impedir que postulemos a hipótese de que uma constituição psiconeurótica desse tipo é uma condição subjetiva necessária ou habitual para a construção de chistes.

Um caso mais transparente é, uma vez mais, oferecido pelos chistes de judeus que, como já mencionei (ver em [1]), são ordinariamente feitos pelos próprios judeus, enquanto as histórias sobre eles provenientes de outras fontes dificilmente ultrapassam o nível das histórias cômicas ou da derrisão brutal. O que determina a participação deles nos chistes parece ser o mesmo fator que ocorre no caso do chiste de Heine 'familiarmente'; sua importância parece consistir no fato de que a pessoa envolvida considera difícil a crítica ou a agressividade na medida em que estas sejam diretas, sendo possível apenas ao longo de trajetos tortuosos.

Outros fatores subjetivos que determinam ou favorecem a elaboração do chiste estão menos envoltos na obscuridade. O motivo que força a produção de chistes inocentes é, não sem freqüência, uma ambiciosa vontade de mostrar a própria inteligência, exhibir-se - um instinto que pode ser equiparado ao exibicionismo no campo sexual. A presença de numerosos instintos inibidos, cuja supressão reteve certo grau de instabilidade, fornecerá a disposição mais favorável à produção de chistes tendenciosos. Assim os componentes individuais da constituição sexual de uma pessoa podem, particularmente, aparecer como motivos para a construção de um chiste. Toda uma classe de chistes obscenos permite que se infira a presença de uma inclinação oculta ao exibicionismo em seus inventores; chistes tendenciosos agressivos têm melhor sorte com pessoas em cuja sexualidade é demonstrável um poderoso componente sádico, mais ou menos inibido na vida real.

O segundo fato que requer uma investigação da determinação subjetiva dos chistes é a experiência geralmente reconhecida de que ninguém se contenta em fazer um chiste apenas para si. Um impulso de contar o chiste a alguém está inextricavelmente ligado à elaboração do chiste; de fato, o impulso é tão forte que freqüentemente se processa a despeito de sérias apreensões. Também no caso do cômico, contá-lo a mais alguém produz prazer, mas a

solicitação não é tão peremptória. Se alguém acha alguma coisa cômica, pode divertir-se consigo mesmo. Um chiste, pelo contrário, *deve* ser contado a alguém mais. O processo psíquico da construção de um chiste não parece terminado quando o chiste ocorre a alguém: permanece algo que procura, pela comunicação da idéia, levar o desconhecido processo de construção do chiste a uma conclusão.

Não podemos em primeira instância adivinhar qual possa ser a base do impulso de comunicar o chiste. Podemos, porém, constatar outra peculiaridade nos chistes que os distingue do cômico. Se encontro algo cômico, posso rir gostosamente, embora seja verdade que também me satisfaço se posso fazer alguém mais rir, contando-lhe o fato. Mas eu próprio não posso rir de um *chiste* que me tenha ocorrido, ou que eu tenha inventado, a despeito do inequívoco prazer que o chiste me dá. É possível que minha necessidade de comunicar o chiste a mais alguém esteja de algum modo conectada à gargalhada que produz, gargalhada esta que me é negada mas que se manifesta em outra pessoa.

Por que é então que não me rio de meu próprio chiste? Que parte nele é desempenhada pela outra pessoa?

Examinemos primeiramente a segunda questão. No caso do cômico, duas pessoas em geral são envolvidas: além de mim a pessoa em quem constato algo de cômico. Se as coisas inanimadas parecem-me cômicas, isto se deve a uma espécie de personificação que não é de ocorrência rara em nossa vida ideacional. O processo cômico se satisfaz com essas duas pessoas: o eu e a pessoa que é o objeto; uma terceira pessoa pode intervir mas não é essencial. O chiste, no estágio inicial, enquanto *jogo* com as palavras e pensamentos, prescinde de uma pessoa como objeto. Mas já no estágio preliminar de *gracejo*, se se consegue salvar o jogo e o *nonsense* dos protestos da razão, isso requer uma outra pessoa a quem se possa comunicar o resultado. Essa segunda pessoa no caso dos chistes não corresponde à pessoa que é o objeto, mas à *terceira* pessoa, à 'outra' pessoa no caso do cômico. É como se, no caso do gracejo, a outra pessoa transmitisse a avaliação da tarefa de elaboração do chiste - como se o eu não se sentisse, nesse ponto, seguro de seu julgamento. Também os chistes inocentes, chistes que servem para reforçar um pensamento, requerem uma outra pessoa para provar se acaso alcançaram seu objetivo. Se um chiste entra a serviço de um propósito de desnudamento ou de um propósito hostil, pode-se descrevê-lo como um processo psíquico entre três pessoas, as mesmas que participam no caso do cômico, embora seja diferente a parte desempenhada pela terceira pessoa; o processo psíquico nos chistes se cumpre entre a primeira pessoa (o eu) e a terceira (a pessoa de fora) e não, como no caso do cômico, entre o eu e a pessoa que é o objeto.

Os chistes são confrontados pelos determinantes subjetivos também no caso da terceira pessoa, podendo estes determinantes tornar inatingível sua meta de produzir excitação

gratificante. Como nos lembra Shakespeare (*Love's Labour's, Lost*, V, 2):

A jest's prosperity lies in the ear

Of him that hears, never in the tongue

Of him that makes it...

(A fortuna de um gracejo reside no ouvido

De quem o escuta, nunca na língua

De quem o faz...)

Uma pessoa dominada por uma disposição, voltada para pensamentos sérios, não serve para confirmar o sucesso de um gracejo na liberação do prazer verbal. Ela deve estar em um estado de ânimo eufórico, ou, ao menos, indiferente, para que possa agir como a terceira pessoa do gracejo. O mesmo obstáculo aplica-se aos chistes inocentes e tendenciosos; nos últimos há, entretanto, um obstáculo adicional: a oposição ao propósito a serviço do qual tenta-se o chiste. A terceira pessoa pode não estar pronta para rir de um excelente chiste obscuro se a desnudação aplica-se a um seu parente, altamente respeitado; diante de uma assembléia de padres e ministros, ninguém se aventuraria a reproduzir a comparação de Heine entre os clérigos católicos e protestantes e os vendedores retalhistas e os empregados de um negócio por atacado (ver em [1]); uma audiência composta de devotados amigos de um meu adversário receberiam meus felizes excertos de invectiva chistosa contra ele, não como chistes mas como invectivas e eu me defrontaria com sua indignação antes que com seu prazer. Algum grau de benevolência ou uma espécie de neutralidade, uma ausência de qualquer fator que pudesse provocar sentimentos opostos ao propósito do chiste, constituem a condição indispensável para que uma terceira pessoa colabore na completação do processo de realização do chiste.

Onde não existem obstáculos como estes à operação do chiste, emerge o fenômeno que tomamos agora como tema de nossa investigação: o prazer que o chiste produz é mais evidente na terceira pessoa que no criador do chiste. Devemos nos contentar em dizer mais ‘*evidente*’ onde nos inclinaríamos a perguntar se o prazer do ouvinte não é mais ‘*intenso*’ que o do autor do chiste, já que naturalmente não dispomos de meios de medir e comparar. Vemos, entretanto, que o ouvinte evidencia seu prazer com uma explosão de riso, depois que a primeira pessoa, via de regra, propõe o chiste com uma aparência tensamente séria. Se repito o chiste que eu próprio ouvi, devo, se não quero estragar seu efeito, comportar-me contando-o exatamente como a pessoa que o fez primeiro. A questão que ora se coloca diz respeito a se devemos extrair qualquer conclusão sobre os processos psíquicos de construção de chistes a partir deste fator: o riso nos chistes.

Não podemos pretender considerar aqui tudo o que se propôs e foi publicado sobre a natureza do riso. Podemos ser demovidos de tal plano pelos comentários com que Dugas, um discípulo de Ribot, prefacia seu livro *La Psychologie du Rire* (1902,1): ‘Il n’est pas de fait plus banal et plus étudié que le rire; il n’en est pas qui ait eu le don d’exciter davantage la curiosité du vulgaire et celle des philosophes; il n’en est pas sur lequel on est recueilli plus d’observations et bâti plus de théories, et avec cela il n’en est pas qui demeure plus inexplicé. On serait tenté de dire avec les sceptiques qu’il faut être content de rire et de ne pas chercher à savoir pourquoi on rit, d’autant que peut-être la réflexion tue le rire, et qu’il serait alors contradictoire que’elle en découvrit les causes’.

Por outro lado, não nos faltará a oportunidade de utilizar para nossos propósitos uma opinião sobre o mecanismo do riso que se adequa excelentemente a nossa linha de pensamento. Tenho em mente a tentativa de explicação feita por Herbert Spencer em seu

ensaio sobre ‘The Physiology of Laughter (A Fisiologia do Riso)’ (1860). De acordo com Spencer, o riso é um fenômeno de descarga da excitação mental a uma prova de que o emprego psíquico dessa excitação tropeça repentinamente contra um obstáculo. Descreve a situação psicológica que termina no riso com as seguintes palavras: ‘O riso resulta naturalmente apenas quando a consciência é, inesperadamente, transferida das grandes coisas para as pequenas - apenas quando há o que podemos chamar de incongruência *descendente*’.

Em um sentido bastante similar autores franceses (e.g. Dugas) descrevem o riso como um ‘*détente*’, um fenômeno de relaxamento da tensão. Assim também a fórmula proposta por Bain [1865, 250] - ‘o riso como liberação de uma restrição’ - parece divergir da concepção de Spencer muito menos do que algumas autoridades nos fariam acreditar.

Não obstante, sentimos necessidade de modificar a noção de Spencer, em parte para dar forma mais definitiva às idéias nela contidas e em parte para modificá-las. Devíamos dizer que o riso se dá quando uma cota de energia psíquica, usada anteriormente para a catexia de trajetos psíquicos particulares, torna-se inutilizável, de modo que essa (energia) pode encontrar descarga livre. Bem sabemos dos ‘maus espíritos’ que estamos convocando com tal hipótese, mas nos aventuraremos a citar em nossa defesa uma sentença apropriada do livro de Lipps, *Komik und Humor* (1898, 71), da qual deriva esclarecimento para outros assuntos que não somente o cômico e o humor: ‘Finalmente, problemas psicológicos específicos sempre levam a um aprofundamento na psicologia, de modo que, no fundo, nenhum problema psicológico pode ser tratado isoladamente’. Os conceitos de ‘energia psíquica’ e de ‘descarga’, tanto como o tratamento da energia psíquica enquanto quantidade, têm sido habituais em minhas reflexões, desde que comecei a organizar os fatos da psicopatologia filosoficamente; já em meu livro *A Interpretação de Sonhos* (1900a), tentei (no mesmo sentido que Lipps) estabelecer o fato de que ‘realmente efetivos psiquicamente’ são os processos psíquicos em si mesmos inconscientes, não o conteúdo da consciência. Somente quando falo da ‘catexia dos trajetos psíquicos’ é que pareço me afastar das analogias comumente usadas por Lipps. Minhas experiências da capacidade de deslocamento da energia psíquica ao longo de certos trajetos associativos, minha experiência da quase indestrutível persistência de vestígios dos processos psíquicos, sugeriram-me de fato uma tentativa de figurar de uma outra forma o desconhecido. Para evitar incompreensões, devo acrescentar que não faço qualquer tentativa de proclamar que tais trajetos psíquicos são as células e fibras nervosas, ou os sistemas de neurônios que hoje estão tomando seu lugar, mesmo que fosse possível representar tais trajetos de alguma forma, ainda não indicada, através de elementos orgânicos do sistema nervoso.

Segundo nossa hipótese, portanto, encontram-se no riso as condições sob as quais uma soma de energia psíquica, usada até então para a catexia, encontra livre descarga. E já que o riso - não todo o riso, é verdade, mas certamente o riso originário do chiste - é uma

indicação de prazer, inclinamo-nos por relacionar este prazer com a suspensão da catexia que fora previamente apresentada. Se verificamos que o ouvinte de um chiste ri, mas que seu criador não pode rir, isto pode nos levar a dizer que no ouvinte uma despesa catéxica foi suspensa e descarregada, enquanto na construção do chiste também encontramos obstáculos tanto à suspensão quanto à possibilidade de descarga. O processo psíquico no ouvinte, a terceira pessoa do chiste, dificilmente será mais bem descrito que pela acentuação do fato de que o prazer do chiste é adquirido com muito pequena despesa de sua parte. Pode-se dizer que o chiste lhe é presenteado. As palavras do chiste por ele ouvidas trazem-lhe necessariamente a idéia ou o curso de pensamentos cuja construção sofreu a oposição de graves inibições internas. Ele teria que fazer esforço próprio para executá-lo espontaneamente como primeira pessoa: teria que utilizar, pelo menos, tanta energia psíquica quanta correspondesse à força da inibição, supressão ou repressão da idéia. Economizou, portanto, esta despesa psíquica. À base de nossas discussões anteriores (ver em [1]) dissemos que o prazer (do chiste) correspondia a essa economia. Nosso *insight* do mecanismo do riso leva-nos antes a dizer que, devido à introdução da idéia proscrita através da percepção auditiva, a energia catéxica usada para a inibição torna-se agora subitamente supérflua, sendo pois suspensa e portanto descarregada pelo riso. Os dois modos de exprimir os fatos concernem essencialmente à mesma coisa já que a despesa economizada corresponde exatamente à inibição tornada supérflua. Mas o segundo método de expressão é mais esclarecedor, já que nos permite dizer que o ouvinte do chiste se ri com a cota de energia psíquica liberada pela suspensão da catexia inibitória; podíamos dizer que seu riso esgota essa cota.

Se a pessoa em quem o chiste se forma não pode rir, esse fato, como já dissemos (ver em [1]), indica uma divergência com aquilo que acontece na terceira pessoa: isto é, ou a suspensão da catexia inibitória ou a possibilidade de sua descarga. Mas a primeira dessas alternativas não se verificará, como constataremos imediatamente. A catexia inibitória deve ter sido suspensa também na primeira pessoa, ou o chiste não viria à tona já que sua formação visava precisamente superar uma resistência desse tipo; por outro lado, seria também impossível para a primeira pessoa sentir prazer no chiste, prazer que nos obrigamos a referir precisamente à suspensão da inibição. Tudo que perdura, então, é a outra alternativa, a saber, que a primeira pessoa não pode rir embora sinta prazer, porque há uma interferência com a possibilidade de descarga. Uma tal interferência com a possibilidade de descarga, necessária condição do riso, pode proceder de que a energia catéxica liberada seja imediatamente aplicada a outra utilização endopsíquica. É bom que nossa atenção tenha-se desviado para tal possibilidade, na qual em breve ocuparemos nosso interesse. Entretanto, uma outra condição, que leva ao mesmo resultado, pode ser percebida na primeira pessoa do chiste. É possível que nenhuma cota de energia, capaz de tornar-se manifesta, possa ser liberada a despeito da suspensão da catexia inibitória. Na primeira pessoa de um chiste executa-se a elaboração do chiste, à qual deve corresponder certa cota de nova despesa psíquica. Assim a própria primeira pessoa produz a força que suspende a inibição. Isso, sem dúvida, resulta em prazer para si e mesmo, no caso dos chistes

tendenciosos, um prazer bem considerável, já que o prazer preliminar obtido pela elaboração do chiste toma a seu cargo a suspensão de outras inibições; mas a despesa na elaboração do chiste é, em qualquer caso, deduzida da produção (do prazer) resultante da suspensão da inibição - uma despesa que é idêntica à evitada pelo ouvinte do chiste. O que acabei de dizer pode ser confirmado pela observação de que um chiste perde seu efeito de riso, mesmo em uma terceira pessoa, tão logo requeira uma despesa ou um trabalho intelectual conexo. As alusões feitas em um chiste devem ser óbvias e as omissões facilmente preenchíveis; um despertar do interesse intelectual consciente usualmente impossibilita o efeito do chiste. Há aqui uma importante distinção entre os chistes e os enigmas. Talvez a constelação psíquica não seja favorável à livre descarga do que se ganhou durante a elaboração do chiste. Parece que não estamos em condições de ir além desse ponto; conseguimos maior êxito em lançar luz sobre uma parte de nosso problema - porque ri a terceira pessoa - do que em esclarecer outra parte - porque a primeira pessoa não ri.

Contudo, se aceitamos firmemente essa concepção dos determinantes do riso e do processo psíquico na terceira pessoa, estamos agora em condições de prover uma explicação satisfatória de toda uma classe de peculiaridades dos chistes que não têm sido bem compreendidas. Se uma cota da energia catéxica capaz de descarga vai ser liberada na terceira pessoa, há várias condições que devem ser preenchidas ou que seria desejável fazer operar como encorajamentos: (1) Deve ser assegurado que a terceira pessoa esteja realmente fazendo esta despesa catéxica. (2) É necessário evitar que a despesa catéxica, quando liberada, encontre algum outro uso psíquico em vez de se oferecer para a descarga motora. (3) É muito vantajoso que a catexia liberada na terceira pessoa seja previamente intensificada, elevada a uma maior altura. Todos esses objetivos são servidos por métodos particulares de elaboração do chiste, que podem ser classificados como técnicas auxiliares ou secundárias:

[1] A primeira destas condições constitui-se em uma das qualificações necessárias à terceira pessoa enquanto ouvinte do chiste. É essencial que esta esteja em suficiente acordo psíquico com a primeira pessoa quanto a possuir as mesmas inibições internas, superadas nesta última pela elaboração do chiste. Uma pessoa receptiva ao smut será incapaz de derivar qualquer prazer dos espirituosos chistes de desnudamento; os ataques de Herr N. não serão entendidos por pessoas sem cultura, acostumadas a dar livre trânsito a seu desejo de insultar. Assim todo chiste requer seu próprio público: partilhar o riso diante dos mesmos chistes evidencia uma abrangente conformidade psíquica. Aqui, além disso, chegamos a um ponto que nos capacita adivinhar ainda mais precisamente o que ocorre na terceira pessoa. Esta deve poder, por força do hábito, erigir em si mesma aquela inibição que o chiste da primeira pessoa superou, de modo que, tão logo escute um chiste, a disposição para a inibição seja compulsiva ou automaticamente despertada. Esta disposição à inibição, que devo considerar como despesa real, análoga à mobilização no campo militar, será neste mesmo momento reconhecida como supérflua ou tardia, e portanto descarregada in statu nascendi pelo riso.

[2] A segunda condição que possibilita a livre descarga - o impedimento de que a energia liberada seja utilizada de algum outro modo - parece de longe a mais importante. Ela fornece a explicação teórica da incerteza quanto ao efeito dos chistes quando os pensamentos expressos pelo chiste suscitam no ouvinte idéias poderosamente excitantes; neste caso, a concordância ou discordância entre os propósitos do chiste e o círculo de pensamentos dominante no ouvinte decidirá se a sua atenção permanecerá no processo chistoso ou lhe será retirada. De interesse teórico ainda maior é uma classe de técnicas auxiliares que claramente servem à finalidade de deslocar do processo chistoso a atenção do ouvinte e permitir que tal processo siga seu curso automaticamente. Digo deliberadamente 'automática' em vez de 'inconscientemente' porque a última caracterização seria enganosa. Trata-se aqui apenas da manutenção de uma catexia aumentada da atenção, derivada do processo psíquico quando o chiste é escutado; a utilidade dessas técnicas auxiliares leva-nos diretamente a suspeitar que precisamente a catexia da atenção partilhe grande parte da tarefa de supervisão e novo emprego da energia catéxica liberada.

Bem pouco fácil parece ser evitar o emprego endopsíquico das catexias tornadas supérfluas pois em nossos processos mentais temos o freqüente hábito de substituir tais catexias de um trajeto a outro sem perder qualquer parte da energia a ser descarregada. Os chistes utilizam os seguintes métodos visando aquele propósito. Primeiro, tentam abreviar sua expressão tanto quanto possível, de modo a oferecer à atenção mínimos pontos de ataque. Em segundo lugar, observam a condição da facilidade de entendimento (ver em [1]); tão logo requeressem trabalho intelectual demandariam uma escolha entre diferentes trajetos de pensamento, arriscando-se assim não apenas a um inevitável dispêndio de pensamento como também a um despertar da atenção. Mas além disso empregam o artifício de distrair a atenção, apresentando na forma da expressão do chiste algo que a capte, de modo que a liberação da catexia inibitória e sua descarga possam, nesse ínterim, ser completadas sem interrupção. Este objetivo já é satisfeito pelas omissões na verbalização do chiste; estas oferecem um estímulo ao preenchimento das lacunas, conseguindo assim subtrair da atenção o processo chistoso. Aqui, a técnica dos enigmas, que atrai a atenção (ver em [1]), é convocada ao serviço da elaboração do chiste. Mesmo muito mais efetivas são as fachadas que encontramos especialmente em alguns grupos de chistes tendenciosos (ver em [2]). As fachadas silogísticas preenchem admiravelmente o papel de prender a atenção, fornecendo-lhe uma tarefa. Enquanto começamos a imaginar o que há de errado com a réplica, já estamos rindo; nossa atenção é apanhada desprevenida e a descarga da catexia inibitória liberada se completa. O mesmo é verdade para os chistes com uma fachada cômica, onde o cômico vem em ajuda da técnica do chiste. Uma fachada cômica encoraja a efetividade de um chiste por mais de uma maneira; não apenas possibilita o automatismo do processo chistoso, prendendo a atenção, mas também facilita a descarga pelo chiste, remetendo-a a uma descarga do tipo cômico. O cômico opera aqui exatamente como um prazer preliminar subornador e podemos, desta forma, compreender como é que alguns chistes podem renunciar inteiramente ao prazer preliminar produzido pelos métodos ordinários, utilizando apenas o cômico como prazer preliminar. Entre as técnicas do chiste propriamente ditas, são

particularmente o deslocamento e a representação por algo absurdo que, além de suas outras qualificações, suscitam também uma distração da atenção desejável para o curso automático do processo chistoso.

Como já podemos adivinhar, e como depois constataremos mais claramente, descobrimos na condição da distração da atenção um traço que não é, em absoluto, supérfluo ao processo psíquico no ouvinte de um chiste. Em conexão com essa há ainda outras coisas que podemos entender. Em primeiro lugar, a questão de por que dificilmente identificamos o que causa riso em um chiste, embora isso se possa descobrir pela investigação analítica. O riso é, de fato, o produto de um processo automático tornado possível apenas pelo descarte de nossa atenção consciente. Em segundo lugar, somos capazes de compreender o peculiar fato de que os chistes só produzem efeito integral no ouvinte se forem novidade para este, se lhes chegam como uma surpresa. Esta característica dos chistes (que determina a brevidade de suas vidas e estimula sua constante renovação) deve-se evidentemente ao fato de que a própria natureza do ato de surpreender alguém ou pegá-lo desprevenido implica que não se possa ter êxito uma segunda vez. Quando um chiste é repetido, a atenção retrocede à primeira ocasião em que o escutou, tal como esta procede de memória. Daí nos encaminhamos para a compreensão do impulso de contar a alguém mais, que ainda não o conheça, um chiste já ouvido. Provavelmente recobra-se da impressão que o chiste faz em um recém-vindo algo da possibilidade de prazer, perdida devido a sua falta de novidade. Pode ser que seja esse o mesmo motivo que leva o criador do chiste, em primeira instância, a contá-lo a mais alguém.

[3] Em terceiro lugar devo apresentar - agora, não mais como condição necessária mas apenas como encorajamento ao processo chistoso - os métodos técnicos auxiliares de elaboração do chiste, calculados para aumentar a cota que obtém a descarga, intensificando assim o efeito do chiste. Em sua maior parte, aumentam também a atenção que é prestada ao chiste, mas tornam esse efeito inócuo, uma vez mais, pela simultânea retenção e inibição de sua mobilidade. Qualquer coisa que provoque interesse e desconcertamento opera nestas duas direções - assim, particularmente, o nonsense e a contradição, e também o 'contraste de idéias' (ver em [1]), que algumas autoridades tentaram tornar a característica essencial dos chistes, mas que considero apenas como recursos intensificadores de seu efeito. Tudo que desconcerta suscita no ouvinte o estado de distribuição de energia que Lipps denominou 'estancamento psíquico' (ver em [2]); sem dúvida ele supõe corretamente que quanto mais poderosa a descarga, mais alto o precedente estancamento. A exposição de Lipps, de fato, não se relaciona especificamente ao chiste, mas ao cômico em geral; podemos, porém, considerar também como mais provável nos chistes a descarga de uma catexia inibitória, similarmente aumentada pela altura do estancamento.

Começa agora a raiar em nós a suspeita de que a técnica dos chistes seja em geral determinada por duas espécies de propósitos - aqueles que possibilitam a construção do chiste na primeira pessoa e aqueles que pretendem garantir ao chiste um efeito maximamente agradável na terceira pessoa. Pertencem ao primeiro destes propósitos tanto o dúplice (como Jânus) caráter dos chistes, que protege sua produção original de prazer dos ataques da razão crítica, quanto o mecanismo do prazer preliminar; a ulterior complicação da técnica pelas condições enumeradas no presente capítulo ocorre em função da terceira pessoa do chiste. O chiste é assim um velhaco hipócrita, servidor, a um só tempo, de dois amos. Tudo que nos chistes objetiva a obtenção de prazer, é calculado visando a terceira pessoa como se houvesse na primeira pessoa obstáculos internos intransponíveis. Isso nos dá uma inteira impressão de quanto é indispensável a terceira pessoa para a complementação do processo chistoso. Mas enquanto podemos obter um insight bastante bom sobre a natureza deste processo na terceira pessoa, o processo correspondente na primeira pessoa parece ainda velado em obscuridade. Das duas questões que colocamos (ver a partir de [1]), ‘Por que não conseguimos rir de um chiste feito por nós próprios?’ e ‘Por que somos levados a contar nosso próprio chiste a mais alguém?’, a primeira escapou até aqui de nossa resposta. Podemos apenas suspeitar que haja uma íntima conexão entre os dois fatos explicados: somos compelidos a contar nosso chiste para mais alguém porque somos incapazes de rir dele, nós mesmos. Nos insight das condições de obtenção e descarga de prazer que prevalecem na terceira pessoa nos capacita a inferir, no que concerne à primeira pessoa, que nesta faltam as condições de descarga, sendo cumpridas apenas parcialmente as condições relativas à obtenção de prazer. Sendo assim, não se pode negar que suplementemos nosso prazer atingindo o riso que nos é impossível através de um desvio: através da impressão que nos causa a pessoa que fazemos rir. Como afirma Dugas, rimos como se fora ‘par ricochet [por ricochete]’. O riso está entre as expressões de estados psíquicos mais altamente contagiosas. Quando faço alguma pessoa rir, contando-lhe meu chiste, estou de fato utilizando-a para suscitar meu próprio riso e é possível, de fato, observar que a pessoa que começou a contar o chiste, com a face séria, reúne-se depois à gargalhada do outro com um riso moderado. Conseqüentemente, contar meu chiste a outra pessoa serviria a vários propósitos: primeiro, dar-me a certeza objetiva de que a elaboração do chiste foi bem-sucedida; segundo, completar meu próprio prazer pela reação que provoço na outra pessoa; terceiro - onde entra a questão da repetição de um chiste que não foi produzido pelo próprio narrador -, compensar-se da perda de prazer causada pela falta de novidade do chiste.

Como conclusão das discussões dos processos psíquicos nos chistes, enquanto estes se passam entre duas pessoas, podíamos reconsiderar o fator economia, cuja importância para chegar a uma concepção psicológica dos chistes nos tem aparecido desde a primeira explicação de sua técnica. Já há muito abandonamos a concepção mais simples e óbvia dessa economia - evitar a despesa psíquica em geral, tal como a envolveria a maior restrição possível ao uso de palavras e ao estabelecimento de nexos de pensamento. Mesmo

nesse estágio dissemos que não bastaria ser conciso ou lacônico para fazer um chiste (ver em [1]). A brevidade do chiste é de espécie peculiar - brevidade 'chistosa'. É verdade que a produção original de prazer, obtida pelo jogo de palavras e pensamentos, derivava de simples economia na despesa; mas, com o desenvolvimento do jogo em chiste, a tendência à economia teve também que alterar seus objetivos, pois o montante que se economizava pelo uso da mesma palavra ou pela redundância diante de uma nova maneira de reunir idéias não valeria nada, se comparado ao imenso dispêndio de energia em nossa atividade intelectual. Posso talvez me aventurar a uma comparação entre a economia psíquica e um empreendimento comercial. Na medida em que o movimento do negócio é pequeno, o que importa é que a despesa em geral se mantenha baixa, os custos administrativos reduzidos a um mínimo. A economia se refere ao valor absoluto da despesa. Mais tarde, quando o negócio se expande, a importância do custo administrativo diminui; a altura alcançada pelo montante da despesa não é o mais importante, desde que o movimento e os lucros sejam suficientemente aumentados. Redundaria em sovinice, e mesmo em positivo prejuízo, manter-se conservador quanto à despesa na administração do negócio. Entretanto, erraríamos em admitir que diante de uma despesa absolutamente grande não houvesse mais lugar para tendência à economia. A mente do gerente, se inclinada à economia, se voltaria agora para a economia nos detalhes. Ele sentirá satisfação se certo trabalho for executado a custo menor que anteriormente, ainda que a economia pareça pequena em comparação às dimensões da despesa total. De modo bastante análogo em nosso complexo negócio psíquico, também a economia nos detalhes persiste como fonte de prazer, o que se pode verificar pelos acontecimentos cotidianos. Quem quer que tivesse sua casa iluminada a gás e tem agora a instalação elétrica perceberá, por algum tempo, um definido sentimento de prazer ao acender a luz elétrica; tal sentimento assomará enquanto for revivida a lembrança das complexas manobras exigidas para obtenção da luz a gás. Do mesmo modo, as economias na despesa psíquica inibitória operadas pelo chiste - embora pequenas comparativamente à totalidade de nossa despesa psíquica - permanecerão para nós uma fonte de prazer porque nos poupam uma despesa particular a que estávamos acostumados e que já nos preparávamos para fazer também naquela ocasião. O fator de expectativa e preparação para a despesa move-se inequivocamente em primeiro plano.

Uma economia localizada, tal como a que estamos considerando, não deixará de nos proporcionar um prazer momentâneo, mas não acarretará um alívio duradouro na medida em que o que é poupado neste ponto pode ser reutilizado em outra parte. Somente quando essa disposição é evitada, a economia especializada transforma-se em um alívio geral da despesa psíquica. Assim, quando chegamos a uma melhor compreensão dos processos psíquicos do chiste, o fator alívio toma o lugar da economia. É óbvio que o primeiro fornece um maior sentimento de prazer. O processo de chiste na primeira pessoa produz prazer pela suspensão da inibição e diminuição da despesa local; não parece entretanto chegar ao fim senão por intermédio de uma terceira pessoa interpolada, obtendo o alívio geral através da descarga.

C. PARTE TEÓRICA

VI - A RELAÇÃO DOS CHISTES COM OS SONHOS E O INCONSCIENTE

Ao fim do capítulo em que me ocupei da descoberta da técnica dos chistes, observei (ver em [1]) que os processos de condensação, com ou sem formação de substitutivos, de representação pelo nonsense ou pelo oposto, de representação indireta etc., os quais, como constatei, desempenham uma parte na produção dos chistes, mostram uma concordância muito abrangente com os processos de ‘elaboração onírica’. Prometi, por um lado, que posteriormente estudaríamos essas similaridades mais de perto e, por outro lado, examinaríamos o elemento comum nos chistes e nos sonhos, o qual me parece assim sugerido. Seria mais fácil para mim operar essa comparação se pudesse assumir que um de seus dois objetos - a ‘elaboração onírica’ - fosse já familiar a meus leitores. Entretanto será provavelmente mais sábio não fazer tal suposição. Tenho a impressão de que meu A Interpretação de Sonhos, publicado em 1900, provocou mais ‘desconcerto’ que ‘esclarecimento’ entre meus colegas especialistas; sei que círculos maiores de leitores contentaram-se em reduzir o conteúdo do livro a uma fórmula (‘realização do desejo’) que pode ser facilmente recordada e convenientemente mal-usada.

O contínuo interesse pelos problemas lá tratados - pois disso me tem dado larga oportunidade minha prática médica como psicoterapeuta - não me conduziu a nada que pudesse ter exigido alterações ou melhorias nas linhas de meu pensamento; posso portanto esperar tranqüilamente até que a compreensão de meus leitores me alcance ou até que uma crítica judiciosa demonstre os erros fundamentais em minha concepção. Para o propósito de

efetuar a comparação com os chistes repetirei agora, breve e concisamente, a informação mais essencial sobre os sonhos e a elaboração onírica.

Sabemos de um sonho aquilo que, via de regra, se parece a uma lembrança fragmentária que nos ocorre depois de despertar. Tal lembrança aparece como uma miscelânea de impressões sensoriais, principalmente visuais mas também de outros tipos, que simula uma experiência e à qual podem ser misturados processos de pensamento (o 'saber' no sonho) e expressões de afeto. O que, desse modo, recordamos do sonho chamo 'conteúdo manifesto do sonho'. É, freqüentemente, absurdo e confuso - algumas vezes, apenas um ou outro. Mas mesmo se é bastante coerente, como no caso de alguns sonhos de ansiedade, confronta nossa vida mental com algo diferente, cuja origem não podemos explicar de nenhuma maneira. A explicação dessas características dos sonhos tem até agora sido pesquisada nos próprios sonhos, considerando-os como indicações de uma atividade dos elementos nervosos desordenada, dissociada e, como que, 'adormecida'.

Demonstrei, contrariamente, que o estranho conteúdo 'manifesto' dos sonhos pode ser tornado regularmente inteligível como sendo a transcrição mutilada e alterada das estruturas psíquicas racionais, que merecem o nome de 'pensamentos oníricos latentes'. Chegamos ao conhecimento destes dividindo o conteúdo manifesto do sonho em seus componentes, sem considerar qualquer sentido aparente que possam ter [como um todo] e seguindo então os fios de associação que procedem de cada um dos elementos agora isolados. Estes entretecem-se e levam finalmente a uma trama de pensamento que não são perfeitamente racionais mas podem facilmente se adequar no conhecido contexto de nossos processos mentais. No curso dessa 'análise', teremos descartado o conteúdo do sonho de todas as peculiaridades que nos intrigam. Mas se a análise alcança êxito, devemos, enquanto ela opera, rejeitar firmemente as objeções críticas que sem cessar opõem-se à reprodução das várias associações intermediárias.

A comparação do conteúdo manifesto do sonho recordado com os pensamentos oníricos latentes assim descobertos dá à luz o conceito de 'elaboração onírica'. A elaboração onírica é o nome de toda a soma de processos transformadores que convertem os pensamentos oníricos latentes em sonho manifesto. A surpresa com que inicialmente consideramos o sonho associa-se agora à elaboração onírica.

Os empreendimentos da elaboração onírica podem ser descritos como segue. Uma trama de pensamentos, usualmente muito complicada, elaborada durante o dia mas incompletamente manipulada - um 'resíduo diurno' - continua durante a noite a reter a cota de energia e 'interesse' - que reclama, ameaçando perturbar o sono. Este 'resíduo diurno' é transformado em sonho pela elaboração onírica, tornado assim inócua ao sono. Para fornecer um fulcro à elaboração onírica, o 'resíduo diurno' deve ser capaz de construir um desejo - o que não é condição muito difícil de se cumprir. O desejo originário dos pensamentos oníricos forma o estágio preliminar e, mais tarde, o núcleo do sonho. A

experiência derivada das análises - e não da teoria dos sonhos - informa que nas crianças qualquer desejo restante da vida desperta é suficiente para suscitar um sonho que emerge, conectado e engenhoso embora usualmente breve, e facilmente reconhecível como 'realização do desejo'. No caso dos adultos parece ser uma condição geralmente obrigatória que o desejo criador do sonho seja alheio ao pensamento consciente - um desejo reprimido - ou, ao menos, terá possivelmente reforços desconhecidos da consciência. Sem admitir a existência do inconsciente no sentido explanado acima (ver em [1]), não poderei desenvolver mais longe a teoria dos sonhos nem interpretar o material encontrado nas análises de sonhos. A ação deste desejo inconsciente sobre o material conscientemente racional dos pensamentos oníricos produz o sonho. Enquanto isso acontece, o sonho é como que dragado pelo inconsciente ou, mais precisamente, é submetido a um tratamento tal como o encontrado no nível dos processos de pensamentos inconscientes, tratamento característico desse nível. Até aqui, somente os resultados da 'elaboração onírica' apresentam efetivamente as características do pensamento inconsciente e as suas diferenças em relação ao pensamento capaz de tornar-se consciente - o pensamento 'pré-consciente'.

Uma teoria nova, à qual falta simplicidade e que enfrenta nossos hábitos de pensamentos, dificilmente há de ganhar clareza em uma apresentação concisa. Tudo que posso pretender com esses comentários é chamar a atenção para o mais completo tratamento do inconsciente em meu A Interpretação de Sonhos e nos escritos de Lipps, que me parecem da mais alta importância. Bem sei que aqueles, enfeitiçados por uma boa educação filosófica acadêmica ou que extraem em larga escala suas opiniões de algum, assim chamado, sistema filosófico hão de se opor à admissão de um 'inconsciente psíquico' no sentido em que Lipps e eu usamos o termo e preferirão provar sua impossibilidade à base de uma definição do psíquico. Mas as definições são matéria de convenção e podem ser alteradas. Tenho com freqüência verificado que as pessoas que discutem o inconsciente como algo absurdo e impossível não formaram suas opiniões nas fontes que me levaram, ao menos, à necessidade de reconhecê-lo. Tais adversários do inconsciente nunca testemunharam o efeito de uma sugestão pós-hipnótica e quando lhes disse de minhas experiências com neuróticos não-hipnotizados foram tomados de grande perplexidade. Nunca perceberam a idéia de que o inconsciente é algo que realmente não conhecemos, mas que somos obrigados a admitir através de compulsivas inferências; compreenderam-no como algo capaz de tornar-se consciente embora não estivesse sendo pensado em tal momento, não ocupasse 'o ponto focal da atenção'. Nem tentaram nunca se convencer da existência, em suas próprias mentes, de pensamentos inconscientes como esses pela análise de um de seus próprios sonhos; quando tentei fazê-lo, puderam apenas acolher suas próprias associações com surpresa e confusão. Penso que resistências emocionais fundamentais obstam o caminho da aceitação do inconsciente, fundadas no fato de que não se quer conhecer o próprio inconsciente, sendo então o plano mais conveniente a negação completa de tal possibilidade.

A elaboração onírica - à qual retorno após essa digressão - submete o material dos pensamentos, apresentados no modo optativo, à mais estranha das revisões. Primeiro, passa

do optativo ao presente do indicativo; substitui o ‘Oh! se ao menos...’ pelo ‘É’. Confere-se então ao ‘É’ uma representação alucinatória; aquilo que chamei de ‘regressão’ na elaboração onírica - o trajeto que leva dos pensamentos às imagens conceptuais, ou, para usar a terminologia da ainda desconhecida topografia do aparato mental (não entendido anatomicamente), da região das estruturas dos pensamentos às percepções sensoriais. Neste caminho, inverso ao curso tomado pelo desenvolvimento das complicações mentais, dá-se aos pensamentos oníricos um caráter pictorial; eventualmente, chega-se a uma situação plástica que é o núcleo do manifesto ‘quadro onírico’. Para que seja possível aos pensamentos oníricos serem representados em forma sensorial, sua expressão deve sofrer modificações abrangentes. Mas enquanto os pensamentos estão sendo restituídos às imagens sensoriais, ocorrem neles ainda outras alterações, umas comprovadamente necessárias mas outras, surpreendentes. Podemos entender que, como resultado subsidiário da regressão, quase todas as relações internas entre os pensamentos interconectados sejam perdidas no sonho manifesto. A elaboração onírica, como poderíamos verificar, só empreende a representação do material bruto das idéias e não das relações lógicas em que estas se dispunham; ou, em todo o caso, reserva-se a liberdade de desrespeitar essas últimas. Por outro lado, há uma outra parte da elaboração onírica que não pode ser atribuída à regressão, à restituição em imagens sensoriais; é precisamente esta parte que ocupa importante lugar em nossa analogia com a formação dos chistes. No decorrer da elaboração onírica o material dos pensamentos oníricos é sujeito a uma muito extraordinária compressão ou condensação. Um ponto de partida lhe é fornecido por quaisquer elementos comuns que possam estar presentes nos pensamentos oníricos, seja por acaso, ou devido à natureza de seu conteúdo. Já que esses não são em geral suficientes para qualquer condensação considerável, novos elementos artificiais e transitórios são criados na elaboração onírica e, em vista deste fim, há realmente uma preferência por palavras cujo som exprima diferentes significados. Os elementos comuns, recém-criados, de condensação penetram no conteúdo manifesto do sonho como representantes dos pensamentos oníricos, de modo que um elemento no sonho corresponde a um ponto nodal ou a uma junção nos pensamentos oníricos, e, comparativamente a estes últimos, deve ser descrito geralmente como ‘superdeterminado’. A condensação é a peça da elaboração onírica mais facilmente reconhecível; basta comparar o texto de um sonho, quando é anotado, com o registro dos pensamentos oníricos a que se chega pela análise para que nos impressionemos com a extensividade da condensação onírica.

É menos fácil convencer-nos da modificação de segundo grau dos pensamentos oníricos, operada pela elaboração onírica - o processo que denominei ‘deslocamento no sonho’. Este é demonstrado pelo fato de que as coisas que estão situadas na periferia dos pensamentos oníricos, e que são de importância menor, passam a ocupar uma posição central, aparecendo com grande intensidade sensorial no sonho manifesto, e vice-versa. Isto dá ao sonho a aparência de estar deslocado em relação aos pensamentos oníricos, sendo tal deslocamento precisamente o revelador de que o sonho confronta a vida mental desperta com algo estranho e incompreensível. Para que possa ocorrer um deslocamento como esse, deve ser possível

que a energia catéxica se desloque sem inibições das idéias importantes às desimportantes - o que, no pensamento normal, capaz de ser consciente, daria apenas a impressão de 'raciocínio falho'.

A transformação, visando à possibilidade de representação, a condensação e o deslocamento são as três principais realizações que se pode atribuir à elaboração do sonho. Uma quarta, talvez considerada com excessiva brevidade em *A Interpretação de Sonhos*, não é relevante para nossos propósitos atuais. Se as idéias da 'topografia do aparato mental' e da 'regressão' forem consistentemente desenvolvidas (e somente dessa forma essas hipóteses de trabalho poderão ter alguma valia), devemos tentar determinar os estágios da regressão em que ocorrem as várias transformações dos pensamentos oníricos. Tal tentativa ainda não foi empreendida seriamente mas pode-se ao menos afirmar com certeza que o deslocamento no material onírico deve ocorrer enquanto este se encontra no estágio dos processos inconscientes, enquanto a condensação deve ser provavelmente representada como um processo que se estende por todo o curso dos eventos até atingir a região perceptual. Mas, em geral, devemos nos contentar em admitir que todas as forças que tomam parte na formação dos sonhos operam simultaneamente. Embora, como há de se perceber, devam manter certas reservas ao lidar com tais problemas e embora persistam dúvidas fundamentais, que não podem ser apresentadas aqui, quanto à esquematização da questão desta maneira, gostaria entretanto de me aventurar a afirmar que o processo de elaboração onírica preparatório ao sonho deve se localizar na região do inconsciente. Assim, a falar grosseiramente, haveria ao todo três estágios a ser distinguidos na formação de um sonho: primeiro, o transplante dos resíduos diurnos pré-conscientes ao inconsciente, no qual devem operar as condições que governam o estado de sono; depois, dá-se a elaboração onírica propriamente dita no inconsciente; e em terceiro lugar, a regressão do material onírico, assim revisto, à percepção onde o sonho se torna consciente.

Pode-se reconhecer as seguintes forças como tomando parte na formação dos sonhos: o desejo de dormir, a catexia da energia remanescente nos resíduos diurnos, depois que a energia é diminuída pelo estado de sono, a energia psíquica do desejo inconsciente construtor do sonho e a oponente força da 'censura' que domina a vida diária e não é completamente suspensa durante o sono. A tarefa da formação do sonho é, acima de tudo, superar a inibição da censura e precisamente esta tarefa é resolvida pelos deslocamentos de energia psíquica dentro do material dos pensamentos oníricos.

Recordemos agora o que é que, em nossa investigação dos chistes, nos dá ocasião de pensar nos sonhos. Constatamos que as características e efeitos dos chistes conectam-se com certas formas de expressão ou métodos técnicos, entre os quais os mais surpreendentes são a condensação, o deslocamento e a representação indireta. Processos, entretanto, que levam aos mesmos resultados - condensação, deslocamento e representação indireta - foram por nós reconhecidos como peculiaridades da elaboração onírica. Não sugerirá essa concordância a conclusão de que a elaboração do chiste e a elaboração onírica devem ser

idênticas, pelo menos em alguns aspectos essenciais? Ao que penso, a elaboração onírica nos foi revelada no que tange às suas mais importantes características. Entre os processos psíquicos nos chistes, a parte que nos é ocultada corresponde precisamente à outra, comparável, na elaboração onírica - a saber, aquilo que acontece, durante a formação de um chiste na primeira pessoa. Deveremos não ceder à tentação de hipostasiar um tal processo à semelhança do que acontece na formação de um sonho? Algumas das características dos sonhos são tão estranhas aos chistes que a parte da elaboração onírica correspondente a tais características não pode ser transferida à formação dos chistes. Sem dúvida a regressão do curso do pensamento à percepção está ausente dos chistes. Mas os outros dois estágios da formação onírica, o mergulho de um pensamento pré-consciente no inconsciente e sua revisão inconsciente, desde que ocorram na formação do chiste, apresentariam o mesmo resultado que podemos observar nos chistes. Decidamo-nos, então, a adotar a hipótese de que é dessa forma que os chistes são formados na primeira pessoa: um pensamento pré-consciente é abandonado por um momento à revisão do inconsciente e o resultado disso é imediatamente capturado pela percepção consciente.

Antes de examinarmos em detalhe essa hipótese, consideremos uma objeção que pode ameaçar nossa premissa. Partimos do fato de que as técnicas dos chistes indicam os mesmos processos conhecidos como peculiaridades da elaboração onírica. Ora, é fácil discordar disso, afirmando que não teríamos descrito as técnicas dos chistes como condensação, deslocamento etc., nem chegado a postular conformidades tão abrangentes entre chistes e sonhos, caso nosso prévio conhecimento da elaboração onírica não tivesse influenciado nossa concepção da técnica dos chistes; portanto, no fundo, o que estamos fazendo é apenas encontrar nos chistes uma confirmação das expectativas procedentes dos sonhos e com as quais os abordamos. Se é este o fundamento da conformidade, não haveria qualquer outra garantia de sua existência afora nosso preconceito. De fato, a condensação, o deslocamento e a representação indireta não foram considerados por qualquer outro autor como explicativas das formas de expressão dos chistes. Esta seria uma objeção possível, mas não por isso uma objeção justa. Seria igualmente possível que fosse indispensável que nossas concepções fossem aguçadas pelo conhecimento da elaboração onírica antes que pudéssemos reconhecer uma conformidade real. Afinal, a decisão quanto a esse dilema dependerá apenas do que possa provar o exame crítico à base de exemplos individuais: ou essa é uma forçada concepção da técnica dos chistes, a favor da qual foram suprimidas concepções mais plausíveis e mais aprofundadas ou tal exame nos obrigará a admitir que as expectativas derivadas dos sonhos podem ser de fato confirmadas nos chistes. Sou de opinião que nada temos a temer dessa crítica e que nosso procedimento de 'redução' (ver em [1]) mostrou-nos confiavelmente em que formas de expressão procurar as técnicas dos chistes. Se damos a estas técnicas nomes que antecipam a descoberta da conformidade entre a elaboração do chiste e a elaboração onírica, temos todo o direito de fazê-lo, tratando-se apenas de uma simplificação facilmente justificável.

Há uma outra objeção que não nos afetaria seriamente mas que também não está tão aberta

a uma refutação fundamental. Poder-se-ia dizer que embora seja verdade que as técnicas do chiste, que tão bem se adequam a nosso esquema, mereçam ser reconhecidas, elas não são, apesar disso, as únicas técnicas chistosas, nem as únicas usadas na prática. Seria possível dizer que sob a influência do modelo da elaboração onírica procuramos técnicas do chiste que se lhe adequem enquanto que outras, por nós desconsideradas, teriam provado que esta conformidade não está invariavelmente presente. Não posso realmente me aventurar a afirmar que consegui elucidar a técnica de todos os chistes em circulação; devo portanto deixar em aberto a possibilidade de que minha enumeração das técnicas de chiste deixe ainda alguma lacuna. Mas não excluí intencionalmente da discussão qualquer tipo de técnica que me fosse clara e posso declarar que não me escaparam à atenção os métodos do chiste mais comuns, mais importantes e característicos.

Os chistes possuem ainda outra característica que se adequa satisfatoriamente à concepção da elaboração do chiste que derivamos dos sonhos. Falamos, é verdade, de ‘fazer’ um chiste, mas estamos cômnicos da diferença (que se inscreve) em nosso comportamento quando fazemos um julgamento ou uma objeção. O chiste tem em alto grau a característica de ser uma noção que nos ocorre ‘involuntariamente’. Não acontece que saibamos, um momento antes, que chiste vamos fazer, necessitando, apenas, vesti-lo em palavras. Temos, antes, um indefinível sentimento, cuja melhor comparação é com uma ‘absence’, um repentino relaxamento da tensão intelectual, e então, imediatamente, lá está o chiste - em regra, já vestido em palavras. Algumas técnicas dos chistes podem ser empregadas, fora destes, na expressão de um pensamento - por exemplo, as técnicas de analogia ou de alusão. Posso deliberadamente me decidir a fazer uma alusão. Em tal caso começo por ter uma expressão direta do pensamento em minha mente (em meu ouvido interno); inibo essa expressão devido a algum receio relacionado à situação externa, e quase se pode dizer que preparo minha mente para substituir a expressão direta por uma outra forma de expressão indireta; produzo então uma alusão. Mas a alusão que emerge desse modo, formada sob minha contínua supervisão, nunca é um chiste ainda que se preste a outras utilizações. Uma alusão chistosa, por outro lado, emerge sem que eu possa seguir esses estágios preparatórios em meus pensamentos. Não atribuirei importância grande demais a esse comportamento; dificilmente será ele decisivo, embora concordante com nossa hipótese de que, na formação do chiste, um curso de pensamento seja por um instante abandonado, emergindo então repentinamente como chiste.

Com respeito à associação, os chistes apresentam também um comportamento especial. Freqüentemente não estão disponíveis em nossa memória quando precisamos deles; mas de outras vezes aparecem, como que involuntariamente, em pontos no nosso curso de pensamentos onde não vemos sua relevância. Estas são, novamente, apenas pequenas características indicativas de sua origem no inconsciente.

Vamos agora reunir as características dos chistes que se refiram a sua formação no inconsciente. Primeiro, e antes de tudo, há a peculiar brevidade dos chistes - um traço que não é na verdade essencial, mas extremamente distintivo. Quando primeiro o encontramos, inclinamo-nos a considerá-lo como expressão da tendência à economia, mas esta concepção foi abandonada devido a suas óbvias objeções (ver em [1]). Parece-nos agora, antes, uma marca da revisão inconsciente a que o pensamento do chiste foi submetido pois não podemos conectar o fator correspondente nos sonhos, a condensação, com algo diferente da localização no inconsciente; devemos supor também que os determinantes de tais condensações, ausentes no pré-consciente, estejam presentes nos processos inconscientes do pensamento. Espera-se que no processo de condensação alguns dos elementos a ele submetidos se percam, enquanto outros, que extraem energia catéxica dos primeiros, sejam intensificados através da condensação. Assim, a brevidade dos chistes, como a dos sonhos, seria uma necessidade concomitante das condensações que ocorrem em ambos - sendo nos dois casos uma consequência do processo da condensação. Essa origem explicaria também o caráter especial da brevidade dos chistes que não pode ser ulteriormente definida, mas que é sentida como surpreendente.

Em passagem anterior (ver em [1]) consideramos um dos resultados da condensação - uso múltiplo do mesmo material, jogo de palavras, e similaridade fônica - como uma economia localizada, procedendo dessa economia o prazer produzido por um chiste (inocente); mais tarde (ver em [2]) inferimos que a intenção original dos chistes era obter das palavras um prazer dessa espécie - coisa permitida no estágio do jogo mas estancada pela crítica racional no curso do desenvolvimento intelectual. Adotamos agora a hipótese de que condensações como essas, que servem à técnica dos chistes, emergem automaticamente, sem qualquer intenção particular, durante os processos do pensamento no inconsciente. Teremos diante de nós duas concepções diferentes do mesmo fato, as quais parecem mutuamente incompatíveis? Não creio que o sejam. É verdade que estas são duas concepções diferentes, cuja harmonia não é necessária, mas não são concepções contraditórias. Uma é simplesmente estranha à outra; quando estabelecermos entre ambas uma conexão teremos provavelmente feito algum avanço no conhecimento. O fato de que tais condensações sejam fonte de prazer está longe de incompatibilizar-se com a hipótese de que as condições de sua produção são facilmente encontráveis no inconsciente. Podemos, inversamente, ver uma razão para o mergulho no inconsciente na circunstância de que as condensações produtoras de prazer, das quais o chiste necessita, originam-se lá facilmente. Há, além do mais, dois outros fatores que, à primeira vista, parecem ser completamente estranhos entre si e se reúnem, como por um acaso indesejado, mas que, investigados mais profundamente, revelam-se intimamente conectados e mesmo essencialmente idênticos. Tenho em mente duas asserções: por um lado, os chistes durante seu desenvolvimento, no estágio de jogo (isto é, durante a infância da razão), podem efetuar essas condensações agradáveis e, por outro lado, em estágios mais adiantados, cumprem o mesmo efeito mergulhando o pensamento no inconsciente. Pois o infantil é a fonte do inconsciente e os processos de pensamento inconscientes são exatamente aqueles produzidos na tenra infância. O pensamento que, com a

intenção de construir um chiste, mergulha no inconsciente está meramente procurando lá a antiga pátria de seu primitivo jogo com as palavras. O pensamento retroage por um momento ao estágio da infância de modo a entrar na posse, uma vez mais, da fonte infantil de prazer. Se já sabemos disso através da nossa pesquisa da psicologia das neuroses, devemos ser conduzidos pelos chistes à suspeita de que a estranha revisão inconsciente nada mais é que o tipo infantil de atividade do pensamento. Simplesmente, não nos é muito fácil captar nas crianças um lampejo deste modo infantil de pensar, cujas peculiaridades ficam retidas no inconsciente do adulto, porque em sua maior parte, este modo de pensar é retificado como que *in statu nascendi*. Mas conseguimos fazê-lo em inúmeros casos e nos rimos então desta ‘bobagem’ infantil. Qualquer descoberta de material inconsciente desta espécie parece-nos ‘cômica’.

É mais fácil perceber as características destes processos do pensamento inconsciente nos comentários dos pacientes de certas doenças mentais. Muito provavelmente, devemos poder compreender (como Griesinger sugeriu, há muito) os delírios dos insanos utilizando-os como informação, se cessamos de lhes aplicar os requisitos do pensamento consciente e se os tratamos, como sonhos, com nossa técnica interpretativa. Na verdade confirmamos o fato de que ‘nos sonhos há um retorno da mente a um ponto de vista embrionário’.

Já penetramos tão intimamente, em conexão com os processos de condensação, na importância da analogia entre os sonhos e chistes que podemos, agora, ser mais breves no que se segue. Como sabemos, os deslocamentos na elaboração onírica apontam para a operação da censura pelo pensamento consciente e, em conseqüência, quando encontramos o deslocamento entre as técnicas dos chistes, inclinamo-nos a supor que uma força inibitória operava também na formação dos chistes. Já sabemos que isso ocorre muito generalizadamente. O esforço, feito pelos chistes, de recobrar o antigo prazer no nonsense ou o antigo prazer nas palavras encontra-se inibida, nas disposições normais, pelas objeções levantadas pela razão crítica; esta tem que ser superada em cada caso individual. Mas o modo pelo qual a elaboração do chiste cumpre essa tarefa mostra uma decisiva distinção entre chistes e sonhos. Na elaboração onírica (a tarefa) é habitualmente cumprida pelos deslocamentos, pela seleção de idéias suficientemente remotas daquela objetável, de modo que a censura lhes permite passar, sendo (tais idéias), não obstante, derivativas daquela e transmissoras de sua catexia psíquica através de uma completa transferência. Por esta razão os deslocamentos nunca estão ausentes do sonho e são mesmo muito mais compreensivos.

Entre os deslocamentos devem ser contados não meramente os desvios de um curso de pensamentos mas também toda sorte de representação indireta, em particular, o deslocamento de um elemento importante, mas objetável, por outro que é indiferente e que parece inocente à censura, algo semelhante a uma alusão muito remota - substituição por um

simbolismo, ou uma analogia, ou por algo menor. Não se pode negar que porções de tais representações indiretas já estejam presentes nos pensamentos pré-conscientes do sonho - por exemplo, a representação por símbolos ou analogias - porque, de outra forma, o pensamento não lograria em absoluto o estágio de expressão pré-consciente. As representações indiretas como essa, e as alusões cuja referência à coisa pretendida é fácil de descobrir, são na verdade métodos permissíveis e muito usados na expressão também de nosso pensamento consciente. A elaboração onírica, entretanto, exagera esse método de representação indireta além de todos os limites. Sob a pressão da censura, qualquer espécie de conexão é bastante boa para servir como substitutivo por alusão, permitindo-se o deslocamento de um a outro elemento. A substituição de associações internas (similaridade, conexão causal etc.) por outras, conhecidas como externas (simultaneidade no tempo, contigüidade espacial, similaridade fônica), é muito especialmente notável e peculiar à elaboração onírica.

Todos esses métodos de deslocamento ocorrem também como técnicas do chiste. Mas quando aparecem, usualmente respeitam os limites impostos a seu emprego pelo pensamento consciente; podem estar mesmo completamente ausentes, embora os chistes tenham também, invariavelmente, a tarefa de lidar com uma inibição. Podemos compreender o lugar subordinado, assumido pelos deslocamentos na elaboração do chiste, quando recordamos que os chistes dispõem de uma outra técnica para descartar a inibição, técnica que consideramos precisamente o mais característico de seus traços. Pois, diferentemente dos sonhos, os chistes não criam compromissos; eles não evitam a inibição, mas insistem em manter inalterado o jogo com as palavras ou com o nonsense. Restringem-se entretanto a uma escolha das ocasiões em que esse jogo ou esse nonsense possam ao mesmo tempo parecer permissíveis (nos gracejos) ou sensatos (nos chistes), graças à ambigüidade das palavras ou à multiplicidade das relações conceptuais. Nada distingue os chistes mais nitidamente de todas as outras estruturas psíquicas do que essa bilateralidade e essa duplicidade verbal. Desse ponto de vista, pelo menos, as autoridades se aproximaram de uma compreensão da natureza do chiste, quando puseram ênfase sobre o ‘sentido no nonsense’ (ver em [1]).

Em vista da predominância universal nos chistes dessa técnica peculiar de superação das inibições, podia se considerar que lhes fosse supérflua a utilização da técnica de deslocamento em casos particulares. Mas, por um lado, certas espécies dessa técnica permanecem valiosas para os chistes enquanto alvos e fontes do prazer - por exemplo, o deslocamento propriamente dito (desvio de pensamentos), que em verdade partilha a natureza do nonsense. Por outro lado, não se deve esquecer que o mais elevado estágio dos chistes, os chistes tendenciosos, tem freqüentemente que superar duas espécies de inibição - a que se opõe ao próprio chiste e a que se opõe a seu propósito (ver em [1]) -, sendo as alusões e deslocamentos bem qualificados para possibilitar essa última tarefa.

O uso abundante e irrestrito da representação indireta, dos deslocamentos e, especialmente, das alusões, na elaboração onírica, tem um resultado que menciono, não por

sua própria importância, mas porque tornou-se minha razão subjetiva para atacar o problema dos chistes. Se se descreve uma análise do sonho a uma pessoa desinformada ou desacostumada com ela, análise em que se expõem os estranhos processos de alusões e deslocamentos - tão antipáticos à vida desperta - utilizados pela elaboração onírica, o leitor recebe uma impressão desconfortável e declara que tais interpretações são 'de algum modo chistas'. Mas claramente não os considera chistes bem-sucedidos, e sim forçados, violando de alguma forma as regras dos chistes. É fácil explicar essa impressão. Deriva do fato de que a elaboração onírica opera pelos mesmos métodos que os chistes, mas ao utilizá-los, transgride os limites respeitados pelos chistes. Aqui verificaremos (ver em [1]) que, em consequência da parte desempenhada pela terceira pessoa, os chistes são ligados a uma certa condição que não se aplica aos sonhos.

Entre as técnicas comuns aos chistes e aos sonhos, a representação pelo oposto e o uso do nonsense reclamam alguma parte de nosso interesse. A primeira é um dos mais efetivos métodos empregados nos chistes, como se verifica, entre outros, pelos exemplos dos 'chistes de exageração' (ver em [1]). Incidentalmente, a representação pelo oposto não consegue, como a maior parte das outras técnicas dos chistes, escapar à atenção consciente. Uma pessoa que tenta fazer operar em si a elaboração do chiste tão deliberadamente quanto possível - um gaiato profissional - logo descobre via de regra que o modo mais fácil de replicar a uma asserção com um chiste é pela asserção de seu contrário, deixando à inspiração do momento o livrar-se da objeção que, provavelmente, sua contradição provocará, fornecendo o que se denomina uma nova interpretação. Pode ser que a representação pelo oposto agradeça o favor de que desfruta ao fato de constituir o núcleo de uma outra gratificante forma de expressão de um pensamento, a qual pode ser entendida sem qualquer necessidade de remissão ao inconsciente. Refiro-me à ironia, muito próxima do chiste (ver em [1]) e contada entre as subespécies do cômico. Sua essência consiste em dizer o contrário do que se pretende comunicar a outra pessoa, mas poupando a esta uma réplica contraditória fazendo-lhe entender - pelo tom de voz, por algum gesto simultâneo, ou (onde a escrita está envolvida) por algumas pequenas indicações estilísticas - que se quer dizer o contrário do que se diz. A ironia só pode ser empregada quando a outra pessoa está preparada para escutar o oposto, de modo que não possa deixar de sentir uma inclinação a contradizer. Em consequência dessa condição a ironia se expõe facilmente ao risco de ser mal-entendida. Proporciona à pessoa que a utiliza a vantagem de capacitar-se prontamente a evitar as dificuldades da expressão direta, por exemplo, no caso das invectivas. Isso produz prazer cômico no ouvinte, provavelmente porque excita nele uma contraditória despesa de energia, reconhecida como desnecessária. Uma comparação como essa, entre os chistes e um tipo de comicidade, que lhes é intimamente relacionada, pode confirmar nossa suposição de que a característica peculiar dos chistes é sua relação com o inconsciente, o que permite talvez distingui-los também do cômico.

Na elaboração onírica, a representação pelo oposto desempenha uma parte ainda maior que nos chistes. Os sonhos não são simplesmente favoráveis à representação de dois contrários pela mesma e única estrutura composta, mas tão freqüentemente mudam parte dos pensamentos oníricos em seus opostos, que isso leva o trabalho de interpretação a grandes dificuldades. ‘Não há maneira de decidir à primeira vista se algum elemento que admite um contrário está presente nos pensamentos oníricos como um positivo ou como um negativo.’

Devo afirmar enfaticamente que esse fato até agora não mereceu reconhecimento. Mas parece apontar para importante característica do pensamento inconsciente no qual, com toda probabilidade, não ocorre nenhum processo que se assemelhe ao ‘juízo’. No lugar da rejeição por um juízo, o que encontramos no inconsciente é a ‘repressão’. Esta pode, sem dúvida, ser corretamente descrita como estágio intermediário entre um reflexo defensivo e um juízo condenador.

O nonsense, o absurdo, que aparece com tanta freqüência nos sonhos, condenando-os a desprezo tão imerecido, nunca ocorre por acaso através da mesclagem dos elementos ideacionais, podendo sempre demonstrar sua admissão intencional pela elaboração onírica, cabendo-lhes representar nos pensamentos oníricos a crítica amargurada e a contradição desdenhosa. Assim o absurdo no conteúdo dos sonhos assume o lugar do juízo ‘isto é apenas nonsense’ nos pensamentos oníricos. Dou grande ênfase à interpretação desse fato em A Interpretação de Sonhos porque considere que, dessa forma, podia fazer o mais forte dos ataques ao erro de acreditar que o sonho não é em absoluto um fenômeno psíquico - erro que bloqueia o caminho ao conhecimento do inconsciente. Aprendemos agora, ao analisar certos chistes tendenciosos (ver em [1]), que o nonsense nos chistes destina-se a servir aos mesmos objetivos de representação. Sabemos também que uma fachada sem sentido se adequa particularmente bem a aumentar a despesa psíquica do ouvinte, aumentando assim a cota liberada através da descarga pelo riso (ver em [1]). Mas além disso não se deve esquecer que o nonsense em um chiste é um fim em si mesmo, já que a intenção de recobrar o antigo prazer no nonsense está entre os motivos da elaboração do chiste. Há outros modos de recobrar o nonsense e de derivar prazer dele: a caricatura, a exageração paródica utilizam-no e assim criam o ‘nonsense cômico’. Se submetemos tais formas de expressão a uma análise similar àquela aplicada aos chistes, constataremos que em nenhum desses casos há alguma ocasião de apresentar processos inconscientes (como os definimos), a fim de explicá-las. Podemos agora compreender como é que a característica chistosa pode ocorrer, em acréscimo extra, à caricatura, exageração ou paródia; o fator que possibilita isto é uma diferença na ‘cena psíquica da ação’.

Penso que a atribuição da elaboração do chiste ao sistema do inconsciente torna-se muito mais importante para nós agora que permite-nos compreender o fato de que as técnicas a que

os chistes, admitidamente, aderem não são, por outro lado, sua propriedade exclusiva. Algumas dúvidas, que fomos obrigados a adiar para mais tarde em nosso exame original dessas técnicas, encontram agora uma solução confortável. Por essa mesma razão uma outra dúvida que agora assoma é merecedora de toda a nossa consideração. Isso sugere que a inegável relação dos chistes com o inconsciente é de fato válida apenas para certas categorias de chistes tendenciosos enquanto nós nos preparamos a estendê-la a toda espécie e a todo estágio de desenvolvimento dos chistes. Não devemos fugir ao exame dessa objeção.

Pode-se admitir com certeza que os chistes são formados no inconsciente quando se trata de chistes a serviço de propósitos inconscientes ou de propósitos reforçados pelo inconsciente - isto é, a maior parte dos chistes 'cínicos' (ver em [1]). Em tais casos, o propósito inconsciente draga o pensamento pré-consciente no inconsciente e lhe dá uma forma nova - um processo ao qual o estudo da psicologia das neuroses apontou numerosas analogias. Entretanto, no caso de chistes tendenciosos de outro gênero, de chistes inocentes e de gracejos, a força de dragagem (no inconsciente) parece ausente e, em conseqüência, coloca-se em questão a relação dos chistes com o inconsciente.

Consideremos agora o caso em que um pensamento, por si mesmo valioso, ocorre no curso de um processo intelectual e se exprime como um chiste. A fim de capacitar a esse pensamento tornar-se um chiste, é claramente necessário selecionar, entre as formas de expressão possíveis, aquela que há de trazer consigo uma produção de prazer verbal. Sabemos, pela auto-observação, que a seleção não é feita pela atenção consciente; certamente a seleção será ajudada se a catexia do pensamento pré-consciente for reduzida a inconsciente, pois, como verificamos na elaboração onírica, os trajetos associativos que partem das palavras são, no inconsciente, tratados do mesmo modo que se partissem de coisas. Uma catexia inconsciente oferece condições bem mais favoráveis de se selecionar a expressão. Além do mais, podemos imediatamente admitir que a possível forma de expressão que envolve uma produção de prazer verbal opera idêntica dragagem sobre a ainda instável verbalização do pensamento pré-consciente, tal como o faz com o propósito inconsciente no caso anterior. Para o caso, mais simples, do gracejo, podemos supor que uma intenção, permanentemente vigilante, de realizar uma produção de prazer verbal, capta a ocasião, oferecida no pré-consciente, de dragar no inconsciente o processo catéxico de acordo com o modelo já conhecido.

Devia dar-me por satisfeito se conseguisse, por um lado, fornecer uma exposição mais clara deste único ponto decisivo na minha concepção dos chistes, e, por outro, reforçá-lo com argumentos conclusivos. Mas de fato o que se me depara não é um dúplice fracasso mas um único e mesmo fracasso. Não posso fornecer uma exposição mais clara porque não tenho ulterior comprovação de meu ponto de vista. Cheguei a ele com base no estudo da técnica [dos chistes] e da comparação com a elaboração onírica, e não a partir de outra base; constatei então que, em seu todo, adequa-se excelentemente com as características dos

chistes. Assim, a concepção foi atingida por inferência; se, a partir de uma inferência como esta, sou levado não a uma região familiar, mas pelo contrário, a uma que é estranha e nova ao pensamento, denomino 'hipótese' a esta inferência, recusando-me corretamente a considerar a relação da hipótese com o material da qual é inferida, como uma 'prova' deste. Pode-se apenas considerá-la como 'provada' se é atingível também por outro trajeto, se é demonstrada como ponto nodal de ainda outras conexões. Mas é impossível uma prova desse tipo, quando mal se inicia nosso conhecimento dos processos inconscientes. Certos de que estamos pisando em solo virgem contentamo-nos em manter, a partir de nosso ponto de observação, um único passo, breve e incerto, na direção da região inexplorada.

Sobre tal fundamento não é possível construir muita coisa. Se relacionamos os vários estágios do chiste aos estados mentais que lhes são favoráveis, podemos talvez prosseguir como segue. O gracejo deriva de uma disposição eufórica, aparentemente caracterizada por uma inclinação a diminuir a catexia mental. Emprega já todas as características técnicas dos chistes, cumprindo sua condição fundamental quanto à seleção do material verbal ou das conexões de pensamento, isto é, satisfaz tanto aos requisitos da produção de prazer quanto àqueles feitos pela razão crítica. Concluiremos que a descida da catexia do pensamento ao nível inconsciente, facilitada pela disposição eufórica, está presente já nos gracejos. No caso dos chistes inocentes, conectados à expressão de um pensamento valioso, não mais se aplica o encorajante efeito da disposição de ânimo. Devemos aqui presumir a ocorrência de uma aptidão pessoal especial, manifestada pela facilidade com que a catexia pré-consciente é abandonada e trocada, por um momento, pela inconsciente. Um propósito, continuamente na mira da renovação da produção original de prazer, opera uma dragagem da, ainda inconstante, expressão pré-consciente do pensamento. Sem dúvida a maior parte das pessoas é capaz de produzir gracejos, quando em boa disposição; a aptidão para fazer chistes apresenta-se apenas em algumas pessoas, independente de sua disposição. Finalmente, a elaboração do chiste recebe seu estímulo mais poderoso quando estão presentes fortes propósitos em direção ao inconsciente, os quais representam uma especial aptidão para a produção de chistes e podem nos explicar por que os determinantes subjetivos dos chistes são encontrados com tamanha freqüência em pessoas neuróticas. Sob a influência desses fortes propósitos mesmo aqueles que, de outra forma, teriam uma aptidão mínima, tornaram-se capazes de fazer chistes.

Assim, com essa última contribuição que explica, ainda que apenas por hipótese, a elaboração do chiste na primeira pessoa, nosso interesse nos chistes, estritamente falando, chega ao fim. Resta-nos fazer outra breve comparação entre os chistes e os, mais bem conhecidos, sonhos; podemos esperar que, afora a única conformidade já considerada, essas duas funções mentais dissimilares revelem apenas diferenças. Destas a mais importante consiste em seu comportamento social. Um sonho é um produto mental completamente associal; nada há nele a comunicar a ninguém; emerge no sujeito como uma solução de compromisso entre as forças mentais, que lutam nele, e permanece ininteligível ao próprio sujeito, sendo por essa razão totalmente desinteressante às outras pessoas. Não apenas não

reservam qualquer lugar para a inteligibilidade, como devem de fato evitar ser compreendidos, pois seriam desta forma destruídos; só mascarados, podem subsistir. Por esta razão, podem sem estorvo utilizar o mecanismo que domina os processos mentais inconscientes até chegar a uma distorção, não mais endereçável. Um chiste, por outra parte, é a mais social de todas as funções mentais que objetivam a produção de prazer. Convoca freqüentemente três pessoas e sua completação requer a participação de alguém mais no processo mental iniciado. Está, portanto, preso à condição da inteligibilidade; pode utilizar apenas a possível distorção no inconsciente, através da condensação e do deslocamento, até o ponto em que possa ser reconstruído pela compreensão da terceira pessoa. Além do mais, chistes e sonhos amadurecem em regiões bastante diferentes da vida mental e devem ser distribuídos em pontos, no sistema psicológico, bastante remotos uns dos outros. Um sonho permanece sendo um desejo, ainda que tornado irreconhecível; um chiste é um jogo desenvolvido. Os sonhos, a despeito de sua nulidade prática, retêm uma conexão com os principais interesses da vida; procuram satisfazer necessidades pelo desvio regressivo da alucinação e têm sua ocorrência permitida pela única necessidade ativa durante a noite - a necessidade de dormir. Os chistes, por outro lado, procuram obter uma pequena produção de prazer da simples atividade de nosso aparato mental, desimpedida de qualquer necessidade. Mais tarde, tentam apoderar-se daquele prazer como produto derivado durante a atividade do aparato mental e assim chegam secundariamente a funções, não sem importância, dirigidas ao mundo exterior. Os sonhos servem predominantemente para evitar o desprazer, os chistes, para a consecução do prazer; mas para estas duas finalidades convergem todas as nossas atividades mentais.

VII - OS CHISTES E AS ESPÉCIES DO CÔMICO

Aproximamo-nos dos problemas do cômico de modo não usual. Parece-nos que os chistes, ordinariamente considerados como uma subespécie de cômico, oferecem-nos bastante peculiaridades para serem atacados diretamente; assim evitamos sua relação com a categoria, mais inclusiva, do cômico, enquanto isso foi possível, embora não tenhamos deixado de colher, em passant, algumas sugestões que podem lançar luz sobre o cômico. Não tivemos dificuldade em descobrir que, socialmente, o cômico se comporta diferentemente dos chistes (ver em [1]). Pode contentar-se com duas pessoas: a primeira que constata o cômico e a segunda, em quem se constata. A terceira pessoa, a quem se conta a coisa cômica, intensifica o processo, mas nada lhe acrescenta. No chiste, esta terceira pessoa é indispensável para a completação do processo de produção de prazer; entretanto, a segunda pessoa pode estar ausente, exceto quando se trata de um chiste tendencioso, agressivo. Um chiste se faz, o cômico se constata - antes de tudo, nas pessoas; apenas por uma transferência

subseqüente, nas coisas, situações etc. No que toca aos chistes, sabemos que as fontes do prazer, que há de ser fomentado, residem no próprio sujeito e não em pessoas externas. Verificamos também que os chistes podem eventualmente reabrir fontes do cômico tornadas inacessíveis (ver em [2]) e que o cômico freqüentemente serve como fachada ao chiste, substituindo o prazer preliminar que, de outro modo, seria produzido pela técnica conhecida (ver em [3]). Nada disso sugere precisamente que sejam muito simples as relações entre os chistes e o cômico. Mas os problemas do cômico têm-se comprovado tão complicados, e tão infrutíferos têm sido os esforços dos filósofos em resolvê-los que não podemos abrigar a prospectiva de que poderemos dominá-los em uma repentina e violenta investida, aproximando-nos deles a partir dos chistes. Além do mais, para nossa investigação dos chistes, dispúnhamos de um instrumento do qual, até aqui, ninguém mais fez uso - o conhecimento da elaboração onírica. Não temos vantagem similar a nosso dispor para nos ajudar a compreender o cômico e devemos, pois, esperar que não descobriremos mais sobre a natureza do cômico do que já constatamos nos chistes, na medida em que estes participam do cômico e possuem em sua própria natureza algumas das características (do cômico) inalteradas ou meramente modificadas.

O tipo de cômico mais próximo dos chistes é o ingênuo. Como o cômico em geral, o (cômico) ingênuo é ‘constatado’ e não ‘produzido’, como o chiste. De fato, o ingênuo não pode absolutamente ser confeccionado, enquanto no interior do cômico puro devemos levar em conta o caso em que alguma coisa é tornada cômica - a evocação do cômico. O ingênuo deve se originar, sem que tomemos parte nisso, nos comentários e atitudes de outras pessoas, que assumem a posição da segunda pessoa no cômico ou nos chistes. O ingênuo ocorre quando alguém desrespeita completamente uma inibição, inexistente em si mesmo - portanto, quando parece vencê-la sem nenhum esforço. É uma condição para a produção do efeito do ingênuo que saibamos que a pessoa envolvida não possui tal inibição; de outro modo, ela não seria ingênua mas impudente. Rimo-nos dela, mas não nos indignamos. O efeito do ingênuo é irresistível e parece fácil de compreender. Uma despesa inibitória usualmente efetuada torna-se subitamente inutilizável por ouvirmos o comentário ingênuo, e a descarregamos então pelo riso. Não é necessário aqui que a atenção seja distraída (ver em [1]), provavelmente porque a suspensão da inibição ocorre diretamente e não através da intermediação de uma operação provocada. Neste caso comportamo-nos como a terceira pessoa do chiste, que é apresentada com uma economia na inibição sem qualquer esforço de sua parte (ver em [2]).

Em vista do insight que obtivemos sobre a gênese das inibições ao seguirmos o processo de desenvolvimento dos jogos até os chistes, não nos surpreenderá a constatação de que o ingênuo ocorra, bem mais freqüentemente, nas crianças, sendo depois reservado a adultos não instruídos, que podemos considerar infantis no que se refere a seu desenvolvimento intelectual. Comentários ingênuos são, naturalmente, mais adequados a uma comparação com

os chistes do que as atitudes ingênuas, já que é através de comentários e não de ações que os chistes usualmente se exprimem. É iluminadora a descoberta que comentários ingênuos, como os feitos pelas crianças, podem ser também descritos como ‘chistes ingênuos’. A conformidade entre os chistes e a ingenuidade, tanto quanto as razões de sua dissimilaridade, podem nos ser mais bem esclarecidas em alguns exemplos:

Uma menina de três anos e meio avisa a seu irmão: ‘Olha, não coma tanto pudim, senão vai ficar doente e tomar um “Bubizin”.’ “Bubizin”? pergunta a mãe, ‘O que é isso?’ ‘Quando fico doente’, disse a menina autojustificando-se, ‘tenho que tomar Medizin’. A criança pensava que aquilo que o médico lhe prescrevia chamava-se ‘Mädi-zin’ quando era para uma ‘Mädi [garotinha]’ e concluía que, quando era para um ‘Bubi [garotinho]’, devia chamar-se ‘Bubi-zin’. Esta construção assemelha-se à elaboração de um chiste verbal por similaridade fônica e podia, efetivamente, ter ocorrido como um chiste real, caso em que o acolheríamos, meio constrangidamente, com um sorriso. Como um exemplo de ingenuidade, parece-nos excelente e suscita o riso. O que é que faz a diferença entre um chiste e alguma coisa ingênuo? Evidentemente não se trata da verbalização da técnica, que seria a mesma para ambas as possibilidades, mas de um fator que, à primeira vista, parece mesmo muito remoto a elas duas. Trata-se meramente de que admitamos que o locutor pretendeu fazer um chiste ou de que suponhamos que ele - a criança - tenha tentado, de boa-fé, sacar uma conclusão séria à base de sua impune ignorância. Apenas este último caso é uma ingenuidade. Aqui, pela primeira vez, nossa atenção desloca-se para o caso em que a outra pessoa se introduz no processo psíquico que ocorre na pessoa que produz o comentário.

Esta perspectiva é confirmada ao examinarmos outro exemplo. Dois irmãos - uma menina de doze e um menino de onze anos - representavam um drama, composto por eles próprios, para um público de tios e tias. A cena representava uma cabana na praia. No primeiro ato, os dois autores-atores, um pobre pescador e sua honesta esposa, lamentavam-se sobre os duros tempos e seus poucos ganhos. O marido decide-se a cruzar em seu bote os largos mares e procurar fortuna em outra parte; após ternos adeuses entre ambos, o pano cai. O segundo ato passa-se muitos anos depois. O pescador retorna rico com uma grande mala de dinheiro e narra à esposa, que o esperava fora da cabana, como a boa fortuna o abençoara em terras estrangeiras. A esposa o interrompe orgulhosamente: ‘Também eu não fiquei ociosa’. Abre então a porta da cabana e revela aos olhos do marido doze grandes bonecas deitadas no chão, adormecidas... A este ponto da representação, os atores foram interrompidos por uma tempestade de risos da platéia, que foram incapazes de compreender. Fitavam desconcertados a seus parentes, que tinham até então se comportado propriamente, prestando a mais ávida atenção. O riso é explicado pela suposição, admitida pela platéia, de que os jovens autores ignoravam inteiramente as condições que governam a origem dos bebês, sendo portanto capazes de acreditar que a esposa pudesse se jactar da descendência obtida durante a longa ausência do marido e que este pudesse se alegrar com ela por isso. O que os autores produziram, com base nesta ignorância, pode ser descrito como nonsense ou absurdo.

Um terceiro exemplo há de nos apresentar ainda outra técnica, com que já travamos contato nos chistes e que se engaja agora a serviço do ingênuo. Uma ‘francesa’ foi contratada como governanta de uma garotinha, mas não contou com a aprovação pessoal desta. Mal a recém-chegada deixava um cômodo sem que a garotinha clamasse em alta voz a sua crítica: ‘Isto é uma francesa? Ela pode chamar-se assim apenas por ter deitado alguma vez ao lado de um francês!’. Este dito seria um chiste - mesmo, razoavelmente bom - (duplo sentido ou alusão com double entendre) se a criança tivesse a mais leve noção da possibilidade do duplo sentido. De fato, ela meramente transferiu para a estrangeira, de quem não gostava, uma maneira faceta de caracterizar alguma coisa como falsificada, expressão que já ouvira com freqüência: ‘Isto é ouro legítimo? Só por ter ficado ao lado de ouro!’. Devido à ignorância da criança, que altera tão completamente o processo psíquico em seus ouvintes entendidos, o comentário torna-se ingênuo. Em consequência dessa condição [que a criança seja realmente ignorante] há a possibilidade de uma ingenuidade enganadora. Podemos assumir na criança uma ignorância que não existe; as crianças freqüentemente se representam como ingênuas de modo a poder desfrutar uma liberdade que de outra forma não lhes seria permitida.

Podemos ilustrar com esses exemplos a posição ocupada pelo ingênuo entre os chistes e o cômico. O ingênuo (no discurso) concorda com os chistes no que concerne à verbalização e ao conteúdo: efetua um uso impróprio das palavras, um nonsense ou um smut. Mas o processo psíquico na primeira pessoa, que o produz, processo que levantou para nós questões tão interessantes e enigmáticas a respeito dos chistes, está aqui completamente ausente. Uma pessoa ingênua pensa estar utilizando seus meios de expressão e processos de pensamento normal e simplesmente, não tendo qualquer arrière pensée em mente; não deriva igualmente o menor prazer em produzir algo ingênuo. Todas as características do ingênuo inexistem a não ser na compreensão da pessoa que o escuta - pessoa que coincide com a terceira pessoa nos chistes. Além disso a pessoa que o produz faz isso sem o menor esforço. A complicada técnica que nos chistes se destina a paralisar a inibição procedente da crítica racional, está ausente nela; não possui igualmente a inibição, de modo que pode produzir nonsense e smut diretamente e sem compromisso. A este respeito, o ingênuo é um caso marginal do chiste; emerge quando, na fórmula de construção dos chistes, reduzimos o valor da censura a zero.

Enquanto, no chiste, era uma condição de efetividade que ambas as pessoas se submetessem a aproximadamente as mesmas inibições ou resistências internas (ver em [1]), verificar-se-á que é condição para o ingênuo que uma pessoa possua as inibições que a outra não possui. A apreensão do ingênuo processa-se na pessoa que tem as inibições, obtendo ela

sozinha a produção de prazer que o ingênuo deflagra. Aproximamo-nos da suspeita de que o prazer se origina da suspensão de inibições. Já que o prazer nos chistes tem a mesma origem - um núcleo de prazer verbal e de prazer no nonsense, e uma embalagem de prazer na suspensão das inibições ou no alívio da despesa psíquica (ver em [2]) - a relação similar com a inibição explica o parentesco interno entre o ingênuo e os chistes. Em ambos, o prazer se origina pela suspensão da inibição interna.

O processo psíquico na pessoa receptora, entretanto, é muito mais complicado no caso do ingênuo, tanto quanto é simplificado na pessoa produtora comparativamente aos chistes. (No caso do ingênuo, incidentalmente, nosso próprio eu invariavelmente coincide com a pessoa receptora, enquanto no caso dos chistes podemos igualmente ocupar a posição de produtores.) Quando a pessoa receptora ouve algo ingênuo, isto deve afetá-la por um lado como se fora um chiste - nossos exemplos evidenciam precisamente isso - pois, como no caso de um chiste, a suspensão da inibição passa-se nela sem esforço maior que o de escutar. Mas somente parte do prazer criado pelo ingênuo pode ser explicado desse modo, e mesmo assim, correndo risco em certos casos - por exemplo, ao ouvir uma ingênuo peça de smut. Podíamos reagir imediatamente a isto com a mesma indignação destinada a um caso de smut real, não fora o fato de que um outro fator poupa-nos essa indignação, oferecendo-nos ao mesmo tempo a parte mais importante de nosso prazer no ingênuo. Esse outro fator é a condição já mencionada (ver em [1]) de que, para reconhecer o ingênuo, devemos saber que a inibição interna está ausente na pessoa produtora. Apenas quando estamos certos disso é que nos rimos ao invés de indignarmo-nos. Assim tomamos em consideração o estado psíquico da pessoa produtora, e nos introduzimos nele, tentando compreendê-lo por comparação com o nosso próprio. Tais processos de empatia e comparação é que resultam na economia da despesa, que descarregamos pelo riso.

Seria possível preferir uma descrição mais simples - que nossa indignação torna supérflua pelo fato de que a outra pessoa não necessitou vencer uma resistência; em tal caso, o riso ocorreria ao custo da economia da indignação. A fim de desencorajar essa concepção, que é globalmente enganosa, podemos traçar uma distinção mais rigorosa entre os dois casos que englobamos acima. O ingênuo que deparamos pode ser ou aparentado ao chiste, como em nossos exemplos, ou aparentado ao smut (ou a outra coisa, geralmente objetável); esse último caso ocorre de modo especial, expresso não na fala mas na ação. Esta segunda alternativa é realmente enganosa; podia-se supor, na medida em que se o concerne, que o prazer deriva da indignação economizada e transformada. Mas a primeira alternativa esclarece melhor as coisas. Um comentário inocente - e.g. 'Bubizin' (ver em [1]) - pode atuar ele próprio como um chiste menor não fornecendo qualquer causa à indignação. Esta alternativa é, decerto, menos freqüente, mas é mais pura e bem mais instrutiva. Na medida em que estamos interessados no fato de que a criança tenha acreditado, sem qualquer arrièrè pensée, que a sílaba 'Medi' em 'Medizin' é idêntica a seu próprio nome 'Mädi', nosso prazer recebe uma intensificação que nada mais tem a ver com o prazer em um chiste. Podemos encarar o que se disse a partir de dois pontos de vista - na perspectiva do que

aconteceu na criança e na perspectiva do que aconteceu em nós; ao fazer essa comparação verificamos que a criança achou uma identidade e ultrapassou uma barreira que existia para nós; parece que podemos ir além e dizer-nos: ‘Se V. preferir compreender o que escutou, poderá economizar a despesa que tem em manter a barreira’. A despesa liberada em comparação a esta barreira é a fonte do prazer no ingênuo, sendo descarregada pelo riso; trata-se, incidentalmente, do mesmo prazer que, de outra forma, teríamos transformado em indignação, não fosse isso excluído por nossa compreensão da pessoa produtora e, nesse caso, também pela natureza do que foi dito. Mas se tomamos o exemplo de um chiste ingênuo como modelo para a outra alternativa (de algo ingênuo que seja objetável) veremos que aí também a economia na inibição pode proceder diretamente da comparação, que não há necessidade de que admitamos uma indignação que se inicia e é então reprimida e que a indignação de fato apenas corresponde à utilização da despesa liberada de outra forma - contra esse fato, no caso dos chistes, há a necessidade de complicadas medidas protetivas (ver em [1]).

Essa comparação, e a economia na despesa, resultante de nossa identificação com o processo mental da pessoa produtora, só poderá reclamar certa importância quanto ao ingênuo, se não é apenas neste que se encontra. Ocorre-nos, de fato, uma suspeita de que tal mecanismo, que é de todo estranho aos chistes, pode ser parte, e mesmo parte essencial do processo psíquico no cômico. Encarado deste ponto de vista - que é, irrefutavelmente, o mais importante aspecto do ingênuo - o último apresenta-se como uma espécie do cômico. O elemento extra em nossos exemplos de discursos ingênuos, que é acrescentado ao prazer de um chiste, é o prazer ‘cômico’. Devíamos nos inclinar por admitir bastante geralmente a respeito do cômico que este procede da despesa economizada pela comparação do comentário de outra pessoa com o nosso próprio. Mas desde que isso nos leva a considerações abrangentes podemos, em primeiro lugar, concluir nossa discussão do ingênuo. O ingênuo seria, então, uma espécie do cômico já que seu prazer nasce da diferença da despesa originária da tentativa de compreender alguém mais; aproximar-se-ia do chiste ao sujeitar-se à condição de que a despesa economizada deva ser uma despesa inibitória.

Acrescentemos rapidamente alguns pontos de concordância e de diferença entre os conceitos que já tínhamos obtido e aqueles com que nos familiarizamos na psicologia do cômico. O colocar-se no lugar de outra pessoa e a tentativa de compreender esta claramente nada mais são que o ‘empréstimo cômico’ que, desde Jean Paul, desempenha um papel na análise do cômico; a ‘comparação’ dos processos mentais de alguém com os próprios corresponde ao ‘contraste psicológico’ para o qual finalmente, aqui, encontramos um lugar, depois de não lhe encontrar qualquer aplicação nos chistes (ver em [1]). Mas nossa explicação do cômico difere de muitas das autoridades que o consideram procedente da oscilação da atenção, para trás e para frente, entre idéias contrastantes. Um tal mecanismo de prazer nos pareceria incompreensível; podemos entretanto indicar que, na comparação entre contrastes ocorre uma diferença na despesa que, não sendo usada para algum outro propósito, torna-se capaz de descarga e, pois, torna-se uma fonte de prazer.

Somente com apreensão aventuro-me a abordar o problema do próprio cômico. Seria presunçoso esperar que meus esforços fossem capazes de fazer qualquer contribuição decisiva a sua solução quando trabalhos de grande número de pensadores eminentes fracassaram em produzir uma explicação inteiramente satisfatória. Minha intenção, de fato, não é mais que seguir as linhas de pensamentos, que comprovaram-se valiosos para os chistes, em ligeira incursão no domínio do cômico.

O cômico aparece, em primeira instância, como involuntária descoberta, derivada das relações sociais humanas. É constatado nas pessoas - em seus movimentos, formas, atitudes e traços de caráter, originalmente, com toda probabilidade, apenas em suas características físicas mas, depois, também nas mentais ou naquilo em que estas possam se manifestar. Através de um tipo muito comum de personificação, também os animais, e as coisas inanimadas, tornam-se cômicos. Ao mesmo tempo, o cômico é capaz de ser destacado das pessoas, na medida em que reconheçamos as condições sob quais uma pessoa parece cômica. Desta forma manifesta-se o cômico, e este reconhecimento propicia a possibilidade de fazer uma pessoa cômica bastando que se a coloque em situações nas quais suas atitudes estejam sujeitas a condições cômicas. A descoberta de que se tem o poder de tornar cômico alguém mais abre caminho a insuspeitadas produções de prazer cômico e origina uma técnica altamente desenvolvida. É possível tornar-se a si próprio cômico tão facilmente quanto a outras pessoas. Os métodos que servem para tornar as pessoas cômicas são: colocá-las em uma situação cômica, o disfarce, o desmascaramento, a caricatura, a paródia, o travestismo etc. É óbvio que todas estas técnicas podem ser usadas para servir a propósitos hostis e agressivos. Pode-se fazer uma pessoa cômica para torná-la desprezível, para privá-la de sua reivindicação de dignidade e autoridade. Mas ainda que tal intenção seja subjacente a todo esforço de tornar uma pessoa cômica, não é este necessariamente o sentido do cômico espontâneo.

Esse irregular levantamento das ocorrências do cômico já nos mostrará que um campo de origem muito extenso deve-lhes ser adscrito e que não devemos esperar encontrar condições tão especializadas como as que constatamos no ingênuo. Para continuar na pista da condição determinante, válida para o cômico, a coisa mais importante é a escolha de um caso introdutório. Escolheremos o cômico dos movimentos, recordando-nos que o estágio mais primitivo de representação cênica - a pantomina - usa tal método para nos fazer rir. A resposta à pergunta por que rimos dos movimentos do palhaço é que eles nos parecem extravagantes e inconvenientes. Rimos de uma despesa grande demais. Procuremos agora a condição determinante externa ao cômico, que é artificialmente construída - onde possa constatar-se involuntária. Os movimentos de uma criança não nos parecem cômicos, embora ela chute e salte sem direção. Por outro lado, é cômico quando uma criança, aprendendo a escrever, acompanha os movimentos de sua caneta com a língua esticada; nesses movimentos associados verificamos uma desnecessária despesa que pouparíamos se estivéssemos

executando a mesma atividade. Similarmente, outros movimentos associados, ou movimentos expressivos meramente exagerados, parecem cômicos também nos adultos. Exemplos puros dessa espécie de cômico são, por exemplo, os movimentos de alguém que, jogando boliche, após soltar a bola, segue seu curso como se ainda continuasse a dirigi-la. Assim também são cômicos todos os esgares que exageram a expressão normal das emoções, mesmo se produzidos involuntariamente, como é o caso dos pacientes da doença de São Vito (coréia). Do mesmo modo, os movimentos apaixonados de um maestro moderno parecem cômicos a um leigo em música, incapaz de compreender sua necessidade. Na verdade é do cômico do movimento que deriva o cômico das formas corporais e dos traços faciais, considerados como resultantes de um movimento exagerado ou inútil. Olhos arregalados, nariz em gancho pendente sobre a boca, orelhas de abano, uma corcunda - todas estas coisas só produzem um efeito cômico na medida em que se imagina os movimentos necessários para realizar esses traços; e aqui o nariz, as orelhas e outras partes do corpo são imaginados com mobilidade maior que a que têm na realidade. Não há dúvida de que seria cômico 'menear as orelhas' e decerto seria ainda mais cômico poder mover o nariz para cima e para baixo. Boa parte do efeito cômico produzido em nós pelos animais provém de percebermos neles movimentos que nós próprios não podemos imitar.

Mas por que é que rimos ao reconhecermos que os movimentos de alguma outra pessoa são exagerados e inconvenientes? Creio que fazendo uma comparação entre o movimento que observo em outra pessoa e aquele que eu próprio deveria executar em seu lugar. As duas coisas comparadas devem naturalmente ser julgadas pelo mesmo padrão, e este padrão é minha despesa de enervação, conectada à minha idéia do movimento em ambos os casos. Tal asserção requer elucidação e expansão.

O que quero comparar é, por um lado, a despesa psíquica relacionada a certa idéia e, por outro, o conteúdo desta última. Nossa asserção diz que a primeira não é geral e, teoricamente, não é independente do seu conteúdo; diz particularmente que a idéia de algo grande requer mais despesa que a idéia de algo pequeno. Na medida em que se trata apenas de idéia de movimentos e diferentes tamanhos, não deve haver dificuldades em termos teóricos quanto a nossa asserção ou mesmo quanto à comprovação desta pela observação. Verificaremos que neste caso um atributo da idéia efetivamente coincide com um atributo daquilo que a idéia representa, embora a psicologia nos previna geralmente contra tal confusão.

Adquiro a idéia de um movimento de tamanho particular executando eu próprio este movimento ou imitando-o, e aprendo, através desta ação, um padrão para este movimento em minhas sensações enervatórias.

Quando percebemos um movimento de maior ou menor extensão em outra pessoa, o modo mais seguro de compreendê-lo (percebê-lo) será executá-lo por imitação, podendo eu então decidir por comparação em qual dos movimentos minha despesa será maior. Um impulso à

imitação, como esse, está sem dúvida presente na percepção dos movimentos. Mas em realidade não efetuamos tal imitação, do mesmo modo que não prossigo soletrando após ter aprendido a ler por soletração. Em vez de imitar o movimento com meus músculos, tenho uma idéia dele através dos traços mnêmicos das despesas com movimentos similares. A ideação ou o ‘pensamento’ difere da atuação ou da execução principalmente pelo fato de que desloca energias catéxicas muito menores, enquanto impede a descarga da despesa principal.

Mas de que maneira se exprime na idéia o fator quantitativo - de maior ou menor dimensão? - E se não pode haver representação da quantidade na idéia, que é composta de qualidades, como posso distinguir as idéias dos movimentos de diferentes dimensões? Como fazer essa comparação de que depende tudo? O caminho é indicado pela fisiologia que nos ensina que mesmo durante os processos da ideação partem enervações em direção aos músculos, embora seja verdade que tais processos correspondem a uma despesa muito modesta de energia. Torna-se agora muito plausível supor que a energia enervatória que acompanha o processo da ideação seja usada para representar o fator quantitativo da idéia: é maior quanto se refere à idéia de um movimento grande que quando se trata de um pequeno. Assim a idéia de um movimento maior seria nesse caso efetivamente a maior - ou seja, seria a idéia acompanhada de maior dispêndio de energia.

A observação direta mostra que os seres humanos têm o hábito de expressar os atributos de largueza e pequenez no conteúdo de suas idéias através da variação da despesa em uma espécie de mimética ideacional. Se uma criança, ou um homem do povo, ou um membro de certas raças, narra ou descreve alguma coisa, é fácil verificar que não se contenta em esclarecer sua idéia ao ouvinte pela escolha de palavras apropriadas, mas representa também o assunto principal através de movimentos expressivos: combina formas miméticas e verbais de representação. Assim, demonstra, em especial, as quantidades e qualidades: ‘uma alta montanha’ - eleva sua mão sobre a cabeça; um ‘anãozinho’ - aproxima-a do chão. Quando tenha perdido o hábito de pintar com as mãos (aquilo que descreve), utilizará a voz; se exerce autocontrole também sobre isso, pode-se apostar que arregalará os olhos ao descrever algo grande e os apertará quando referir-se a algo pequeno. O que expressa assim não são seus afetos mas, efetivamente, o conteúdo de sua ideação.

Devemos supor, então, que essa necessidade mimética só é despertada pelos requisitos da comunicação de alguma coisa, a despeito do fato de que boa parte deste método de representação escapa inteiramente à atenção do ouvinte? Pelo contrário, creio que essa mimética exista, ainda que menos vívida, independentemente de toda comunicação, ocorrendo também quando o sujeito forma a idéia de algo para seu próprio proveito, quando pensa alguma coisa pictorialmente; exprime então, em todos os casos, as idéias de ‘grande’ e ‘pequeno’ em seu próprio corpo, como em seu discurso, pela mudança na enervação de suas feições e órgãos dos sentidos. Creio mesmo que a enervação somática, comensurável ao conteúdo que se está ideando, pode ter sido o princípio e a origem da mimética com

propósito comunicativo; basta intensificá-la e fazê-la notável a outras pessoas para que possa servir a este fim. Se mantenho o ponto de vista de que se deve acrescentar à ‘expressão das emoções’, bem conhecida como concomitante físico dos processos mentais, a ‘expressão do conteúdo ideacional’, posso verificar claramente que meus comentários relativos às categorias de grande e pequeno não exaurem o assunto. Podia mesmo acrescentar uma variedade de considerações antes de chegar aos fenômenos de tensão pelos quais uma pessoa indica somaticamente a concentração de sua atenção e o nível de abstração que, em certo momento, seu pensamento alcança. Considero esse assunto como realmente importante e creio que se se prossegue o estudo da mimética ideacional, esta pode vir a ser útil em outros campos da estética, tanto quanto o é para a compreensão do cômico.

Retornemos ao cômico no movimento. Quando, repito, um movimento particular é percebido, dá-se impulsão à formação da idéia do mesmo, através de certa despesa de energia. Portanto, ao ‘tentar perceber’, ao aprender esse movimento, faço certa despesa, e nessa porção do trabalho mental comporto-me exatamente como se me estivesse pondo no lugar da pessoa que observo. Mas, provavelmente, ao mesmo tempo tenho em mente o objetivo desse movimento e minha experiência anterior capacita-me a estimar a escala de despesa requerida para alcançar este objetivo. Ao fazê-lo, desconsidero a pessoa que estou observando e comporto-me como se eu próprio quisesse alcançar o objetivo do movimento. Essas duas possibilidades em minha imaginação redundam em uma comparação entre o movimento observado e o meu próprio. Se o movimento da outra pessoa é exagerado e não apropriado, meu acréscimo de despesa para compreendê-lo é inibido *in statu nascendi*, como que no próprio ato de sua mobilização (ver em [1]); é declarado supérfluo e livre para utilizar em alguma outra parte, para ser talvez descarregado pelo riso. Essa seria, desde que outras circunstâncias fossem favoráveis, a gênese do prazer no movimento cômico - uma despesa enervatória que se torna um excesso inutilizável quando é feita a comparação com o próprio movimento.

Verificar-se-á que nossa investigação deve operar em duas direções diferentes: primeiro, estabelecer as condições que controlam a descarga do excesso, e segundo, examinar se outros casos do cômico podem ser encarados da mesma forma que o cômico no movimento.

Examinaremos primeiro a segunda questão, passando do cômico no movimento e na ação ao cômico constatado nas funções intelectuais e nos traços de caráter de outras pessoas.

Como um exemplo dessa classe posso escolher o nonsense cômico, como o produzido por candidatos ignorantes em um exame; sem dúvida, é mais difícil apresentar um exemplo mais simples quanto aos traços de caráter. Não devemos ser confundidos pelo fato de constatarmos que o nonsense e a estupidez que tão freqüentemente produzem um efeito cômico, não são, apesar disso, sentidos como cômicos em todos os casos; do mesmo modo, os mesmos caracteres, que em certa ocasião, podem ser risíveis, como cômicos, em outra ocasião podem nos parecer desprezíveis e odiosos. Esse fato, que não devemos deixar de ter

em vista, indica simplesmente que, além da comparação que já conhecemos, outros fatores estão envolvidos na produção do efeito cômico - fatores que poderemos descobrir em alguma outra conexão. (Ver em [1].)

O cômico encontrado nas características intelectuais e mentais de outra pessoa é também, evidentemente, o resultado de uma comparação entre essa pessoa e meu próprio eu, embora, bastante curiosamente, essa comparação produza, via de regra, um resultado oposto àquele no caso de um movimento ou ação cômica. Nesse último caso, era cômico que outra pessoa fizesse uma despesa de energia maior do que a que eu julgava necessária. No caso de uma função mental, pelo contrário, esta torna-se cômica se a outra pessoa efetua uma poupança da despesa que eu próprio reputo indispensável (pois o nonsense e a estupidez são deficiências da função). No primeiro caso rimo-nos pela excessiva complicação, no último rimo-nos da facilitação em excesso. O efeito cômico aparentemente depende, portanto, da diferença entre as duas despesas catéxicas - a própria e a da pessoa, estimada por empatia - e não daquilo que, nas duas, favoreça a diferença. Mas essa peculiaridade, que à primeira vista confunde nosso juízo, se desvanece quando pensamos que a restrição de nosso trabalho muscular e o aumento de nosso trabalho intelectual se adequam com o curso de nosso desenvolvimento pessoal em direção a um nível de civilização mais alto. Elevando nossa despesa intelectual podemos obter o mesmo resultado que com a diminuição da despesa em nossos movimentos. A evidência desse êxito cultural é fornecida por nossas máquinas.

Assim uma explicação uniforme é fornecida pelo fato de que uma pessoa nos parece cômica, em comparação com nós mesmos, se gasta energia demais em suas funções corporais e energia de menos em suas funções mentais; não se pode negar que em ambos os casos nosso riso exprime uma gratificante sensação de superioridade com relação à pessoa (que achamos cômica). Se a relação nos dois casos é revertida - se a despesa física da pessoa é considerada menor que a nossa ou se sua despesa mental é maior - não mais rimos e sim, somos possuídos de assombro e admiração.

A origem do prazer cômico aqui discutida - sua derivação da comparação de outra pessoa com nós próprios, da diferença entre nossa própria despesa psíquica e a de uma outra pessoa, estimada por empatia - é provavelmente a mais importante geneticamente. É certo entretanto que não tenha persistido sendo a única. Já aprendemos em um momento ou outro a desconsiderar essa comparação entre uma pessoa e nós próprios, derivando a diferença gratificante de um único lado, seja da empatia, seja do processo em nós mesmos - o que comprova que o sentimento de superioridade não mantém qualquer relação essencial com o prazer cômico. Uma comparação é [apesar disso] indispensável para a gênese desse prazer. Constatamos que se passa entre duas despesas catéxicas que ocorrem em rápida sucessão e que envolvem a mesma função, sendo essas despesas operadas através de nossa empatia com alguém mais, ou, quando não haja tal relação, são descobertas em nossos próprios processos mentais.

O primeiro desses casos - no qual a outra pessoa ainda desempenha um papel, embora não mais em comparação com nosso próprio eu - origina-se quando a diferença gratificante é manifestada pelas influências externas, que podemos sumariar como uma 'situação'. Por essa razão, essa espécie de cômico é também conhecida como 'cômico da situação'. Neste caso, as características da pessoa que proporciona o efeito cômico não desempenham uma parte essencial: rimos ainda que tenhamos de confessar que nós teríamos feito o mesmo em uma situação igual. Estamos aqui extraindo o cômico da relação dos seres humanos com o freqüentemente todo-poderoso mundo externo; na medida em que processos mentais de um ser humano estão envolvidos, esse mundo externo compreende também as convenções e necessidades sociais e mesmo nossas próprias necessidades corporais. Um caso típico dessa última espécie é fornecido quando, em meio de uma atividade que faz exigências às faculdades mentais de uma pessoa, esta é interrompida por uma dor ou por uma necessidade de defecação. O contraste que, através da empatia, oferece-nos a diferença cômica é aquele entre o alto grau de interesse assumido pela pessoa antes da interrupção e o mínimo interesse que lhe resta pela sua atividade mental quando ocorre a interrupção. A pessoa que nos oferece a diferença torna-se cômica para nós, uma vez mais, por sua inferioridade; mas ela é inferior apenas em comparação anterior consigo mesma e não em comparação conosco, pois sabemos que em idênticas circunstâncias não nos teríamos comportado diferentemente. É digno de nota entretanto que apenas constatamos a inferioridade cômica em que alguém se põe, quando há empatia - isto é, quando outra pessoa está envolvida: quando nós próprios nos achamos em apuros semelhantes, somos cômicos apenas de sentimentos aflitivos. Apenas o afastamento de tais sentimentos de nós próprios capacita-nos a fluir prazer da diferença originária da comparação entre essas catexias variáveis.

A outra fonte do cômico, que constatamos na transformação de nossa própria catexia, consiste em nossas relações com o futuro, que costumamos antecipar com nossas idéias expectantes. Assumo que uma despesa, quantitativamente definida, subjaz a cada uma de nossas idéias - uma despesa que, no caso de um desapontamento, é diminuída por uma diferença definida. Posso novamente recordar comentários feitos anteriormente (ver em [1]) sobre a 'mimética ideacional'. Parece-me fácil comprovar uma mobilização real de energia catéxica no caso de expectativa. É bem obviamente verdadeiro, quanto a inúmeros casos, que preparações motoras formam a expressão da expectativa - principalmente em todos os casos onde se requisita minha motilidade - e que essas preparações podem ser determinadas quantitativamente. Se espero agarrar uma bola que me é atirada introduzo em meu corpo tensões que me capacitem a receber o impacto da bola; se a bola para cujo impacto me preparei revela-se leve demais, meus movimentos supérfluos tornam-me cômico aos espectadores. Fascinado por minha expectativa, deixei-me levar a uma despesa exagerada de movimento. Ocorrerá o mesmo quando, por exemplo, tiro de uma cesta uma fruta, que supusera pesada, e que, para meu desapontamento, revela-se falsificada, oca e feita de cera. Minha mão, retirada apressadamente, trai o fato que me preparara para uma enervação grande demais - e eu me rio disso. Há pelo menos um caso em que a despesa da expectativa pode ser diretamente demonstrada mensurável, através de experimentos fisiológicos em

animais. Nos experimentos de Pavlov sobre a secreção salivar, vários tipos de comida são postos diante de cães, nos quais se abriu uma fístula salivar; as quantidades de saliva secretada variam se as condições experimentais confirmam ou desapontam as expectativas dos cães de ser alimentados com a comida posta a sua frente.

Mesmo quando a expectativa requisita meus órgãos dos sentidos, e não a minha motilidade, posso assumir que a expectativa se exprime por certa despesa motora, tornando os sentidos tensos e reprimindo outras impressões, não esperadas; em geral, posso considerar a atitude da atenção como sendo uma função motora equivalente a certa despesa. Posso adiantar como uma premissa que a atividade preparatória da expectativa não será independente da magnitude da impressão esperada, mas representará mimeticamente sua grandeza ou sua pequenez através de uma despesa preparatória maior ou menor, como no caso de uma comunicação ou de um pensamento desacompanhado de expectativa. A despesa com a expectativa procede, entretanto, de vários fatores e, no caso de meu desapontamento, também vários fatores estarão envolvidos - não apenas se o que acontece é perceptivelmente maior ou menor do que o que eu esperava, mas também se é digno do interesse que dispendera na expectativa. Desse modo, serei talvez levado a tomar em consideração, além da despesa com a representação do que é grande ou pequeno (a mimética ideacional), a despesa com o retesamento da atenção (a despesa com a expectativa) e além disso, em outros casos, a despesa com a abstração. Mas essas outras espécies de despesa podem ser facilmente referidas à despesa com o que é grande ou pequeno, já que ser mais interessante, mais sublime e mesmo mais abstrato, são apenas casos especiais, com qualidades particulares, do que é maior. Se além disso consideramos, de acordo com Lipps e outros escritores, que o contraste quantitativo (não o qualitativo) deve ser considerado primariamente com fonte do prazer cômico, deveremos sentir-nos inteiramente felizes por termos escolhido o cômico no movimento como ponto de partida de nossa investigação.

Lipps, no volume tão freqüentemente citado nestas páginas, tentou, ampliando a asserção de Kant de que o cômico é 'uma expectativa frustrada', derivar o prazer cômico, em geral, da expectativa. [Lipps, 1898, 5s.]. Entretanto, apesar das descobertas muito instrutivas e valiosas que essa tentativa tem trazido à luz, gostaria de apoiar a crítica feita por outras autoridades, de que Lipps teria estreitado demasiadamente o campo de origem do cômico, obrigando-se grande violência para sujeitar os fenômenos no escopo de sua fórmula.

A humanidade não se contentou em desfrutar o cômico onde ele se deparava a sua experiência; procurou também produzi-lo intencionalmente e podemos aprender muito sobre a natureza do cômico estudando os meios que servem para fazer cômicas as coisas. Antes de

tudo, é possível produzirmos o cômico em relação a nós próprios a fim de divertir outras pessoas - por exemplo, fazendo-nos de desajeitados ou estúpidos. Dessa forma, produzimos o efeito cômico tal como se essas coisas fossem reais, cumprindo a condição da comparação que leva à diferença na despesa. Mas desse modo não nos tornamos ridículos ou desprezíveis podendo mesmo merecer, em algumas circunstâncias, admiração. O sentimento de superioridade não surge na outra pessoa quando esta sabe que estamos fingindo; isto fornece nova evidência da fundamental independência do cômico com relação ao sentimento de superioridade (ver em [1]).

No que concerne a tornar outras pessoas cômicas, o principal meio é colocá-las em situações em que a pessoa se torna cômica em conseqüência da dependência humana a eventos externos, particularmente fatores sociais, sem respeitar as características pessoais do indivíduo envolvido - isto é, empregando o cômico da situação. A situação cômica em que se coloca alguém pode ser uma situação real (um practical joke) - por exemplo, esticar a perna de modo a que alguém escorregue, como se fora desajeitado, fazer alguém de bobo, explorando-lhe a credulidade, tentar convencer alguém de algo absurdo etc. - ou pode ser simulada pelas palavras ou pelo jogo. A agressividade, a serviço de que freqüentemente se engaja o ato de tornar uma pessoa cômica, é muito ajudada pelo fato de que o prazer cômico seja independente da realidade da situação cômica, de modo que todo mundo está exposto, sem qualquer defesa, a tornar-se cômico.

Mas há ainda outros meios de tornar as coisas cômicas, meios que merecem consideração especial e indicam novas fontes do prazer cômico. Entre estes, por exemplo, está a mímica que proporciona extraordinário prazer ao ouvinte e torna cômico seu objeto, mesmo quando se mantém muitíssimo afastada da exageração da caricatura. É muito mais fácil explicar o efeito cômico da caricatura que o da simples mímica. A caricatura, a paródia e o travestismo (assim como sua contraparte prática, o desmascaramento) dirigem-se contra pessoas e objetos que reivindicam autoridade e respeito, que são, em algum sentido, 'sublime'. São procedimentos de Herabsetzung, conforme a adequada expressão alemã para eles. O que é sublime é grande no sentido figurativo, psíquico; eu deveria sugerir, ou, antes, repetir minha sugestão (cf. p.285) de que é representado por uma despesa aumentada, tal como o que é somaticamente grande. Não requer muita observação estabelecer que, quando refiro-me a algo sublime, enervo meu discurso de modo diferente, modifico as expressões faciais e tento harmonizar minha atitude global com a dignidade do que estou ideando. Imponho-me um controle solene - não muito diferente do que eu adotaria para introduzir-me à presença de uma personalidade eminente, um monarca ou um príncipe da ciência. Dificilmente estarei equivocado ao assumir que essa enervação diferente corresponde em minha mimética ideacional a um acréscimo da despesa. O terceiro caso de semelhante acréscimo da despesa será sem dúvida constatado quando procedo a cursos de pensamentos abstratos, ao invés dos habituais, concretos e plásticos. Quando, portanto, os procedimentos que discuti para a degradação do sublime permitem-me ter uma idéia dele como se fora algo trivial, em cuja presença não preciso alinhar-me, antes, utilizando a fórmula militar, posso 'pôr-me à

vontade', sou poupado do acréscimo de despesa devido à postura solene; e a comparação entre este novo método ideacional (instigado pela empatia) e o previamente habitual, que tenta, simultaneamente, estabelecer-se - esta comparação, uma vez mais, cria a diferença na despesa que pode ser descarregada pelo riso.

A caricatura, como se sabe, leva a cabo a degradação ao enfatizar, na impressão geral fornecida pelo objeto eminente, um único traço que é, em si mesmo, cômico, embora passe despercebido quando considerado apenas no quadro geral. Isolando-o, entretanto, pode-se obter um efeito cômico que, em nossa lembrança, estende-se a todo o objeto. Esse efeito sujeita-se à condição de que não nos mantenhamos em atitude reverente na presença real do objeto eminente. Se um traço cômico como esse, que fora desconsiderado, inexistente na realidade, a caricatura não hesita em criá-lo, exagerando algo que não é cômico em si mesmo; o fato de que o efeito da caricatura não seja essencialmente diminuído por esta falsificação da realidade indica, uma vez mais, a origem do prazer cômico (ver em [1]).

A paródia e o travestismo realizam de outra forma a degradação de algo eminente: destroem a unidade existente entre o caráter de uma pessoa, tal como o conhecemos, e seus discursos e atitudes, substituindo as figuras eminentes ou suas enunciações por outras, inferiores. Distinguem-se neste ponto da caricatura, mas não quanto ao mecanismo de produção de prazer cômico. O mesmo mecanismo é também usado para o desmascaramento que somente se aplica onde alguém se apropriou de dignidade e autoridade através de uma trapaça, sendo então despojado destas. Já encontramos alguns exemplos do efeito cômico do desmascaramento nos chistes - por exemplo, na estória da aristocrática dama que exclamava 'Ah! mon Dieu!' no início de seus trabalhos de parto, mas a quem o médico só atendeu quando gritou 'Ai, ai, ai!' (ver em [1]). Tendo chegado a conhecer as características do cômico, não é mais possível contestar que essa anedota seja efetivamente um exemplo de desmascaramento cômico, não havendo reivindicação justificável para chamá-la um chiste. Evoca os chistes por seu contexto e pelo método técnico de 'representação por algo muito pequeno' [loc. cit.] - nesse caso, o grito da paciente, que é considerado suficiente para estabelecer a indicação do tratamento. Permanece não obstante verdadeiro que nosso senso lingüístico, se convocado para uma decisão, não levantaria nenhuma objeção quanto a denominarmos de chiste uma história como esta. Podemos explicar esse fato refletindo que o uso lingüístico não se baseia no insight científico sobre a natureza dos chistes, ao qual nós chegamos no curso de laboriosa investigação. Já que uma das funções dos chistes é tornar novamente acessíveis fontes de prazer cômico ocultadas (ver em [1]), qualquer artifício que traga à luz alguma coisa não manifestamente cômica pode, por uma frouxa analogia, ser chamado de chiste. Isso, entretanto, aplica-se principalmente ao desmascaramento e também a outros métodos de tornar cômica uma pessoa.

Sob o rótulo de 'desmascaramento' podemos incluir também um procedimento de tornar as coisas cômicas, com o qual já entramos em contato (ver em [1]) - o método de degradar a dignidade dos indivíduos, dirigindo a atenção para as fragilidades que partilha com toda a

humanidade, em particular a dependência de suas funções mentais de suas necessidades corporais. O desmascaramento equivalerá aqui a uma advertência: tal e tal pessoa, que é admirado como um semideus, é afinal de contas um ser humano como você e eu. Aqui também incluem-se os esforços de desnudar o monótono automatismo psíquico subjacente à riqueza e aparente liberdade das funções psíquicas. Encontramos exemplos de ‘desmascaramento’ desse tipo nos chistes dos agentes matrimoniais, e àquela altura duvidávamos se tínhamos o direito de considerar como chistes aquelas anedotas (ver em [2]). Podemos agora decidir-nos com maior certeza sobre a anedota do eco (ver em [3]) que reforçava todas as asserções do agente matrimonial, confirmando finalmente sua admissão de que a noiva tinha uma corcunda com a exclamação ‘E que corcunda!’ - essa anedota é essencialmente uma história cômica, um exemplo de desmascaramento de um automatismo psíquico. Aqui, no entanto, a história cômica serve apenas de fachada. Pois quem quer que atente para o significado oculto das anedotas de agentes matrimoniais, verificará que, no todo, persiste sendo um chiste admiravelmente representado (ver em [4]); aqueles que não penetraram tão longe serão deixados com a história cômica. O mesmo se aplica a outro chiste, sobre o agente matrimonial que, para responder a uma objeção, termina por confessar a verdade, bradando ‘Mas eu lhe pergunto, e quem emprestaria qualquer coisa a essa gente?’ (ver em [1]). Aqui, novamente, temos um desmascaramento cômico como fachada para um chiste, embora neste caso a característica chistosa seja muito mais inequívoca, já que o comentário do agente matrimonial é, ao mesmo tempo, uma representação pelo oposto. Ao tentar provar que tais pessoas eram ricas, prova ao mesmo tempo que não são ricas, mas muito pobres. Aqui, o chiste e o cômico se combinam ensinando-nos que o mesmo comentário pode ser ambas as coisas simultaneamente.

Estamos felizes em captar a oportunidade de voltar aos chistes a partir do cômico no desmascaramento, já que nosso verdadeiro problema não é determinar a natureza do cômico mas lançar luz sobre a relação entre os chistes e o cômico. Discutimos a descoberta do automatismo psíquico em um caso onde o sentimento de distinção entre o cômico e o chiste nos deixou em apuros. Acrescentaremos agora outro caso em que há confusão similar entre os chistes e o cômico - o caso dos chistes absurdos. Mas nossa investigação demonstrará ao final que, no que concerne a esse segundo caso, a convergência entre o chiste e o cômico pode ser teoricamente explicada. (ver em [1])

Ao discutir as técnicas dos chistes, descobrimos que um método técnico adotado em muitos chistes é o de dar trânsito livre a modos de pensamentos, usuais no inconsciente, mas que podem ser julgados apenas como exemplos de ‘raciocínios falhos’ no consciente; sobre estes, novamente, sentimos dúvida quanto a possuírem um verdadeiro caráter de chistes, de modo que nos inclinamos simplesmente a classificá-los como histórias cômicas (ver em [1]). Fomos incapazes de dirimir nossas dúvidas porque àquela altura ignorávamos a característica essencial dos chistes. Subseqüentemente, levados por uma analogia com a elaboração onírica, descobrimos que consiste em um compromisso efetuado pela elaboração do chiste entre as solicitações da crítica racional e o impulso a não renunciar ao antigo

prazer nas palavras e no nonsense (ver em [2]). O que se revela desse modo como compromisso, quando o deflagrar pré-consciente do pensamento é abandonado por um momento à revisão inconsciente, satisfazia a ambos os requisitos em todos os casos, mas apresentava-se à crítica de várias formas e tinha que suportar vários juízos, a seu arbítrio. Algumas vezes o chiste conseguiria esgueirar-se sob a aparência de uma asserção insignificante, embora permissível; de outras vezes, contrabandearia a si mesmo como expressão de um pensamento valioso. Mas num caso marginal da efetuação do compromisso, desistiria de tentar satisfazer à crítica. Jactando-se das fontes de prazer a seu dispor, apareceria diante da crítica como puro nonsense, sem temor de provocar-lhe a contradição; pois o chiste poderia calcular que o ouvinte retificasse o desfiguramento na forma de sua expressão pela revisão inconsciente, restabelecendo assim o seu sentido.

Em que casos, então, o chiste apareceria ante a crítica como nonsense? Particularmente, quando utiliza os modos de pensamento usuais no inconsciente mas proscritos pelo pensamento consciente - efetivamente, o raciocínio falho. Pois certos modos de pensamento próprios ao inconsciente são também retidos pelo consciente - por exemplo, algumas espécies de representação indireta, alusão etc. - mesmo se seu emprego consciente está sujeito a consideráveis restrições. Quando um chiste utiliza essas técnicas, suscitará pouca ou nenhuma objeção por parte da crítica; as objeções ocorrerão apenas se utilizarem também como técnica sua métodos com os quais o pensamento consciente nada tiver a ver. Um chiste pode ainda evitar a objeção se oculta o raciocínio defeituoso utilizado e o disfarça sob uma demonstração lógica, como ocorreu nos casos do bolo e do licor (ver em [1]), da maionese de salmão (ver em [2]) e similares. Mas se o raciocínio falho é produzido sem disfarces, então as objeções da crítica se seguirão com certeza.

Em tais casos o chiste tem um outro recurso. O raciocínio falho, que utiliza como sua técnica um dos modos de pensamento do inconsciente impressiona a crítica - embora não invariavelmente - como sendo cômico. Proporcionar conscientemente livre trânsito a modos inconscientes do pensamento (que foram rejeitados como defeituosos) é um meio de produzir prazer cômico; é fácil compreender isso já que requer decerto um dispêndio maior de energia estabelecer uma catexia pré-consciente do que dar livre trânsito a uma inconsciente. Quando, ao ouvir um pensamento que soa como se formado no inconsciente, nós o comparamos com sua correção, emerge em nós uma diferença na despesa da qual procede o prazer cômico. Um chiste que utiliza o raciocínio falho como sua técnica, parecendo portanto absurdo, pode desse modo produzir simultaneamente um efeito cômico. Se deixamos de detectar o chiste, somos novamente deixados com a história cômica ou engraçada.

A história do caldeirão emprestado que foi devolvido com um furo (ver em [1]), é um excelente exemplo de efeito puramente cômico, derivado ao conceder-se trânsito livre ao modo inconsciente do pensamento. Deve-se lembrar que o sujeito que tomou o empréstimo, interrogado, respondeu primeiramente que não tinha em absoluto tomado o caldeirão

emprestado, em segundo lugar que este já tinha um furo quando o tomara emprestado, e finalmente que o devolvera perfeito e sem o furo. Este mútuo cancelamento pelos vários pensamentos, cada um dos quais é válido em si mesmo, é precisamente o que não ocorre no inconsciente. Nos sonhos, em que os modos de pensamento do inconsciente são de fato manifestos, não há conseqüentemente nada como um ‘ou-ou’, apenas uma justaposição simultânea. No exemplo de um sonho que, apesar de sua complicação, escolhi em meu A Interpretação de Sonhos como espécimen do trabalho de interpretação, tentei livrar-me eu próprio da reprovação de ter fracassado em aliviar uma paciente de suas dores, através do tratamento psíquico. Minhas razões foram: (1) que ela própria era responsável por sua doença já que não aceitaria minha solução; (2) que suas dores tinham origem orgânica e, pois, não me interessavam; (3) que suas dores conectavam-se com sua viuvez, pela qual evidentemente eu não era responsável e (4) suas dores eram devidas à injeção tomada em uma seringa infectada, que alguém mais lhe aplicara. Todos estas razões postavam-se lado a lado, como se não fossem mutuamente exclusivas. Fui obrigado a substituir o ‘e’ do sonho por um ‘ou-ou’ para escapar à carga de nonsense.

Há uma história cômica similar de uma vila húngara onde o ferreiro fora condenado à pena capital. O burgomestre resolveu, entretanto, que um alfaiate e não o ferreiro devia ser enforcado, pois havia dois alfaiates na cidade mas não havia um segundo ferreiro e o crime devia ser expiado. Um deslocamento como esse da figura da pessoa culpada contraria naturalmente todas as leis da lógica consciente, mas, em absoluto, o modo de pensamento do inconsciente. Não hesito em chamar cômica a essa história, embora tenha incluído a do caldeirão entre os chistes. Admitirei agora que essa última história é muito mais bem descrita como ‘cômica’ que como um chiste. Mas agora compreendo como é que meu sentimento usualmente tão seguro, pôde deixar-me em dúvida quanto a essa história ser cômica ou um chiste. Eis um caso em que não posso chegar a uma decisão com base em meu sentimento - ou seja, quando se trata de um caso em que o cômico se origina da descoberta de um modo de pensamento que é adequado exclusivamente ao inconsciente. Tal história pode ser ao mesmo tempo cômica e chistosa; ela me dará a impressão de ser um chiste, mesmo que seja meramente cômica, porque o uso do raciocínio falho do inconsciente evoca-me os chistes, tal como o fazem as manobras para a descoberta do que não é manifestamente cômico (ver em [1]).

Dediquei muito esforço a essa questão, maximamente delicada, em meus argumentos - a relação entre os chistes e o cômico; suplementarei o que já disse com algumas asserções negativas. Devo inicialmente chamar a atenção para o fato de que o exemplo de convergência entre os chistes e o cômico, que estou tratando, não é idêntico ao primeiro (ver em [1]). É verdade que a distinção é bastante sutil, mas posso fazê-las com certeza. No caso anterior, o cômico originou-se da descoberta do automatismo psíquico. Isto não é, entretanto, em absoluto, peculiar apenas ao inconsciente, nem desempenha qualquer papel marcante na

técnica dos chistes. Só acidentalmente, o desmascaramento se relaciona aos chistes, servindo a alguma outra técnica de chiste, tal como a representação pelo oposto. Mas no caso de dar livre trânsito aos modos inconscientes do pensamento, a convergência dos chistes e do cômico é necessária, já que o mesmo método, usado aqui pela primeira pessoa do chiste como técnica de liberação do prazer deve produzir, por sua própria natureza, prazer cômico na terceira pessoa.

Podia-se ser tentado a generalizar a partir desse último caso e procurar a relação dos chistes com o cômico na noção de que o efeito dos chistes sobre a terceira pessoa ocorre de acordo com o mecanismo do prazer cômico. Mas não se trata disso. O contato com o cômico não há absolutamente de ser constatado em todos os chistes ou mesmo na maioria deles; na maioria dos casos, pelo contrário, traça-se uma nítida distinção entre os chistes e o cômico. Quando quer que um chiste consiga escapar ao aparecimento do nonsense - isto é, na maioria dos chistes acompanhados de duplo sentido e alusão - não há vestígio de qualquer efeito semelhante ao cômico a ser encontrado no ouvinte. Isso pode ser testado por exemplos que dei anteriormente, ou em alguns casos novos que posso apresentar:

Telegrama de felicitações a um jogador que está completando setenta anos: ‘Trente et quarante’. (Divisão (ver em [1] e [2]) com alusão.)

Hevesi, em alguma parte, descreve o processo de manufatura de tabaco: ‘As folhas amarelo-brilhantes... eram imersas em uma calda (dipped in a sauce) e temperadas nesse molho (sauced in this dip).’ (Uso múltiplo do mesmo material.)

Madame de Maintenon era conhecida como ‘Madame de Maintenant’. (Modificação de um nome.)

O professor Kastner (ver em [1]) disse ao Príncipe que se postava defronte a um telescópio, durante uma demonstração: ‘Alteza, bem sei que sois “durchläuchtig (ilustre)”, mas não sois “durchsichtig (transparente)”.’

O Conde Andrassy era conhecido como ‘Ministro do Belo Exterior’.

Podia-se também pensar que, de qualquer modo, todos os chistes com uma fachada de nonsense pareçam cômicos, devendo produzir um efeito cômico. Mas devo lembrar que chistes desse tipo muito freqüentemente afetam o ouvinte de outra forma e provocam desconcerto e uma tendência ao repúdio (ver em [1]). Isso evidentemente depende de que o nonsense de um chiste pareça cômico ou como mero nonsense ordinário - não investigamos ainda o fator determinante. Limitamos portanto nossa conclusão à asserção de que os chistes

são, por sua natureza, distintos do cômico e apenas convergirão com este, por um lado, em certos casos especiais, e por outro, no seu objetivo de obter prazer de fontes intelectuais.

Durante essas investigações das relações entre os chistes e o cômico, revelou-se para nós uma distinção que devemos enfatizar como de máxima importância, apontando, ao mesmo tempo, para uma principal característica do cômico. Achemo-nos obrigados a localizar no inconsciente o prazer dos chistes; não há razão semelhante para fazer a mesma localização no caso do cômico. Pelo contrário, todas as análises que fizemos até aqui indicam que a fonte do prazer cômico é a comparação entre duas despesas, que atribuímos, ambas, ao pré-consciente. Os chistes e o cômico distinguem-se principalmente em sua localização psíquica; pode-se dizer que o chiste é a contribuição feita ao cômico pelo domínio do inconsciente.

Não há necessidade de lamentar essa digressão já que a relação dos chistes com o cômico foi a razão pela qual fomos forçados a uma investigação do cômico. Mas é certamente tempo de voltar a nosso tópico anterior - a discussão do método que serve para tornar cômicas as coisas. Consideramos primeiro a caricatura e o desmascaramento, porque derivamos destes algumas indicações para a análise do cômico na mímica. Em regra, inquestionavelmente, a mímica é permeada pela caricatura - a exageração de traços que não seriam de outro modo marcantes (ver em [1]) -, e envolve também a característica da degradação. Mas isso não exaure sua natureza. Não posso negar que ela seja, por si, uma extraordinária fonte de prazer cômico, pois rimos particularmente da fidelidade de alguma imitação. Não é fácil fornecer uma explicação satisfatória disso a não ser que se esteja preparado para adotar a concepção mantida por Bergson (1900) que aproxima o cômico na mímica ao cômico devido à descoberta do automatismo psíquico. A opinião de Bergson é que tudo, em uma pessoa viva, que faça pensar em um mecanismo inanimado, tem efeito cômico. Sua fórmula quanto a isso exprime-se como 'mécanisation de la vie'. Explica o cômico na mímica a partir de um problema levantado por Pascal em seu *Pensées*: por que é que se ri quando são comparadas duas faces similares nenhuma das quais é cômica em si mesma? 'O que é vivo, segundo nossa expectativa, nunca há de ser repetido exatamente idêntico. Quando constatamos tal repetição, sempre suspeitamos de um mecanismo subjacente à coisa viva.' [Bergson, 1900, 35.] Quando são vistas duas faces, que se assemelham uma à outra intimamente, pensamos em duas impressões de um mesmo molde ou de algum processo mecânico similar. Em suma, a causa do riso seria, em tais casos, a divergência do vivo com o inanimado, ou, como se diria, a degradação do vivo no inanimado (*ibid.*, 35). Se, ademais, aceitamos estas plausíveis sugestões de Bergson, não acharemos difícil incluir sua concepção sob nossa própria fórmula. A experiência tem ensinado que toda coisa viva difere de tudo o mais e requer uma espécie de despesa para nossa compreensão; desapontamo-nos se, em

conseqüência de uma completa conformidade ou de uma mímica enganadora, não necessitamos fazer nenhuma nova despesa. Desapontamo-nos no sentido de um alívio, sendo descarregada pelo riso a despesa com a expectativa que se tornou supérflua. A mesma fórmula cobriria todos os casos que Bergson considera de rigidez cômica ('raideur') - costumes profissionais, idéias fixas e torneios de expressão repetidos em toda ocasião possível. Todos estes casos se reduziriam à comparação entre a despesa com a expectativa e a despesa efetivamente requisitada para a compreensão de algo que persiste sendo idêntico; a maior quantidade necessitada pela expectativa basear-se-ia na observação da multiplicidade e plasticidade das coisas viventes. No caso da mímica, conseqüentemente, a fonte do prazer cômico não seria o cômico da situação mas o da expectativa (ver em [1]).

Já que derivamos, em geral, o prazer cômico da comparação, obrigamo-nos a examinar o próprio cômico da comparação; este, de fato, serve como um método de tornar cômicas as coisas. Nosso interesse nessa questão há de aumentar quando lembrarmos que também no caso das analogias, freqüentemente constatávamos que nosso 'sentimento' nos deixava em apuros quanto a decidir se alguma coisa devia ser considerada como um chiste ou simplesmente cômica (ver em [1]).

O assunto, deve-se admitir, merece tratamento mais cuidadoso que o que nossos interesses aqui possam dedicar-lhe. O principal atributo que procuramos em uma analogia é sua adequação - isto é, se convoca a atenção para uma conformidade realmente presente em duas coisas diferentes. O prazer original na redescoberta da mesma coisa (Gross, 1899, 153 [e anteriormente, em [1]]) não é o único motivo que favorece o uso das analogias; há o fato ulterior de que as analogias sejam capazes de uma utilização que acarreta um alívio do trabalho intelectual - isto é, se seguimos a prática usual de comparar o que é menos conhecido com o que é mais conhecido, ou o abstrato com o concreto, elucidando pela comparação o que é mais estranho ou mais difícil. Toda comparação como essa, especialmente de algo abstrato com algo concreto, envolve certa degradação e certa economia na despesa com a abstração (no sentido da mimética ideacional) (ver em [1]) mas, naturalmente, não é suficiente para permitir que a característica do cômico seja claramente posta em proeminência. Não emerge repentina, mas gradualmente, do prazer do alívio acarretado pela comparação. Há uma abundância de casos que simplesmente margeiam o cômico e a respeito dos quais podia-se duvidar quanto a apresentarem a característica do cômico. A comparação torna-se indiscutivelmente cômica se ocorrer uma elevação no nível da diferença na despesa com a abstração em duas coisas a serem comparadas, se algo sério e estranho, especialmente de natureza moral ou intelectual, é comparado com algo trivial e inferior. O prévio prazer do alívio e a contribuição dos determinantes da mimética ideacional podem talvez explicar a gradual transição, condicionada por fatores quantitativos, do prazer geral ao prazer cômico, durante a comparação. Sem dúvida evitarei incompreensões se acentuar o fato de que não atribuo o prazer cômico nas analogias ao contraste entre as duas coisas comparadas mas à diferença entre as duas despesas com a abstração. Quando uma coisa não familiar, difícil de ser apreendida, algo que é abstrato e

efetivamente sublime em uma acepção intelectual, é declarada corresponde a algo familiar e inferior, cuja imaginação implica completa ausência de despesa da abstração, então a coisa abstrata é, ela própria, desmascarada como algo igualmente inferior. O cômico da comparação é assim reduzido a um caso de degradação.

Uma comparação pode, entretanto, como já vimos, ter um caráter de chiste, sem vestígio de mesclagem cômica - precisamente, quando evita a degradação. A comparação da verdade com uma tocha que não pode ser levada através de uma multidão sem queimar as barbas de alguém (ver em [1]) tem um puro caráter de chiste, pois restitui um torneio expressivo esvaziado (a 'tocha da verdade') a seu valor pleno, e não é cômica porque a tocha é um objeto que, embora concreto, não carece de certa dignidade. Mas uma comparação pode facilmente ser cômica e chistosa, independentemente uma coisa da outra, desde que a comparação pode vir em socorro de certas técnicas do chiste, tal como a unificação ou a alusão. Dessa forma a comparação, por Nestroy, da memória a um 'armazém' (ver em [1]) é a um tempo cômica e chistosa - cômica devido à extraordinária degradação que o conceito psicológico suporta ao ser comparado a um 'armazém' e chistosa porque a pessoa que utiliza a comparação é um caixeiro, que estabelece assim, pela comparação, uma bastante inesperada unificação entre a psicologia e sua profissão. A expressão de Heine 'até que finalmente rebentaram todos os botões dos calções da minha paciência' (ver em [1]) parece à primeira vista não mais que um notável exemplo de uma comparação comicamente degradante; mas à consideração ulterior lhe são permitidas também as características de chiste, já que a comparação, a serviço da alusão, viola a região do obsceno, conseguindo pois liberar o prazer no obsceno. O mesmo material, por uma coincidência que admitidamente não é aleatória, fornece-nos uma produção de prazer que tem o caráter de chiste e é simultaneamente cômica. Se as condições de um favorecem a gênese do outro, sua união tem um efeito perturbador sobre o 'sentimento' que se supõe informar se deparamos com um chiste ou com algo cômico, só se podendo chegar a uma decisão através da investigação atenta, que se tenha libertado de qualquer predisposição para uma espécie de prazer particular.

Conquanto possa ser atraente acompanhar os determinantes mais íntimos da produção de prazer cômico, o autor deve ter em mente que nem sua formação nem sua ocupação diária justificam a extensão de sua investigação além da esfera dos chistes; ele deve confessar que o tópico das comparações cômicas o faz particularmente ciente de sua inabilidade.

Portanto prontamente recordamos que muitas autoridades não reconhecem a nítida distinção conceptual e material entre os chistes e o cômico, a cujo estabelecimento descobrimo-nos levados, considerando os chistes simplesmente como o 'cômico do discurso' ou 'das palavras'. Comentamos anteriormente que nos acreditávamos capazes de distinguir um dito cômico de um chiste:

‘Com um forçado e muito esforço

sua mãe pescou-o do ensopado.’ (ver em [1])

é meramente cômico; o comentário de Heine sobre as quatro castas entre os habitantes de Göttingen - ‘professores, estudantes, filisteus e asnos’ (ver em [2]) é par excellence um chiste.

Para algo intencionalmente cômico tomarei como modelo o ‘Wippchen’ de Stettenheim. As pessoas chamam a Stettenheim ‘espirituoso’ porque ele possui em alto grau o dom de evocar o cômico. Esta capacidade, de fato, determina adequadamente o ‘espírito’ que alguém ‘tem’ em contraste com o ‘chiste’ que ‘faz’. Não se poder negar que as cartas de Wippchen, o correspondente de Bernau, são também ‘espirituosas’ na medida em que estão salpicadas de chistes de toda classe, entre os quais alguns autenticamente bem-sucedidos (e.g. de uma exposição de selvagens: ‘em uniforme de gala’). Mas o que dá a estas produções seu caráter peculiar não são tais chistes separados, mas o quase excessivo cômico do discurso que flui através deles. O ‘Wippchen’ foi, sem dúvida, originalmente pretendido como uma figura satírica, uma modificação do ‘Schmock’ de Gustav Freytag, um desses indivíduos incultos que usam mal e dilapidam a reserva cultural de uma nação; mas a satisfação, que o autor desfrutava nos efeitos cômicos realizados na pintura dessa personagem, evidentemente foi relegando pouco a pouco o propósito satírico a segundo plano. As produções de Wippchen são, em sua maior parte, nonsense cômico. O autor utilizou a disposição agradável obtida pela acumulação desses êxitos para introduzir (justificavelmente, deve-se dizer), junto com material perfeitamente permissível, toda classe de sensaborias que, por si próprias, não seriam toleráveis. O nonsense de Wippchen produz um efeito específico devido a uma técnica peculiar. Se se considera mais detalhadamente a esses ‘chistes’, fica-se especialmente impressionado por alguns tipos que fornecem seu caráter a toda a produção. Wippchen utiliza predominantemente combinações (amalgamações), modificações de rodeios habituais de expressão - citações e substituições de alguns elementos comuns neles por formas de expressão mais pretensiosas e pesadas. Esta característica, incidentalmente, aproxima-se das técnicas dos chistes.

Eis, por exemplo, algumas amalgamações (extraídas do prefácio e da primeira página de toda a série):

‘A Turquia tem dinheiro wie Heu am Meere [como feno pelo mar]’. Composto de duas

expressões ‘Dinheiro wie Heu [como feno]’ e ‘Dinheiro wie Sand am Meere [como areia pelo mar]’.

Ou, ‘Não sou mais que uma coluna despojada de suas folhas, que dá testemunho da glória finda’ - condensado de ‘uma árvore despojada de suas folhas’ e ‘uma coluna que... etc.’.

Ou, ‘Onde está o fio de Ariadne que me afastará da Cila deste estábulo de Augias?’, para o qual três lendas gregas contribuíram com um elemento.

As modificações e as substituições podem ser sumarizadas sem muita dificuldade. Sua natureza pode ser verificada nos seguintes exemplos, característicos de Wippchen e por trás dos quais corre o lampejo de uma outra expressão verbal, mais corrente e usualmente mais vulgar, reduzida, pois, a clichê:

‘Mir Papier und Tinte höher zu hängen [pendurar o papel e a tinta muito alto para mim].’ Usamos a expressão ‘einen den Brotkorb höher hängen [pendurar muito alto a cesta de pão - pôr alguém em meia-ração]’ metaforicamente para ‘pôr alguém em circunstâncias mais difíceis’. Portanto por que não estender a metáfora a outro material?

‘Batalhas em que, algumas vezes, os russos puxam menos [i. e. partem em segundo lugar] e outras vezes, puxam mais.’ Apenas a primeira dessas expressões [den Kürzeren ziehen ‘puxar menos’] é de uso comum; mas, em vista de sua derivação, não é um absurdo pôr em circulação também a segunda.

‘Quando eu era ainda jovem, o Pégaso acordava dentro de mim.’ Se introduzíssemos ‘o poeta’ ao invés de ‘Pégaso’, encontraríamos um clichê autobiográfico, desgastado pelo uso freqüente. É verdade que ‘Pégaso’ não é um substitutivo adequado para ‘poeta’, mas há uma relação conceptual entre ambas, sendo ‘Pégaso’ uma palavra altissonante.

‘Assim vivi eu os espinhosos sapatos da infância.’ Um símile em vez de simples declaração. ‘Dei Kinderschuhe austreten’ [‘gastar os sapatos da infância’, ‘deixar a nursery para trás’] é uma das imagens conectadas com o conceito de infância.

Da profusão de outras produções de Wippchen, algumas podem ser acentuadas como puros exemplos do cômico. Por exemplo, um desapontamento cômico: ‘Por horas a luta flutuou, até que finalmente permaneceu indecisa’. Ou um desmascaramento cômico (da ignorância): ‘Clio, a Medusa da História’. Ou citações tais como: ‘Habent sua fâta

morgana'. Mas nosso interesse é suscitado principalmente pelas amalgamações e modificações porque estas repetem familiares técnicas do chiste. Podemos, por exemplo, comparar com as modificações chistes tais como 'ele tem um grande futuro após si' (ver em [1]), ou 'er hat ein Ideal vor dem Kopf' (ver em [2]) ou o chiste de modificações de Lichtenberg 'novos balneários curam bem' (ver em [3]) etc. Deverão as produções de Wippchen que usam a mesma técnica ser chamadas chistes? Ou em que diferirão destes?

Não é difícil responder. Recordemos que os chistes apresentam uma dupla face a seu ouvinte, forçando-o a adotar dois pontos de vista diferentes a seu respeito. Em um chiste de nonsense, como os últimos mencionados, uma concepção, a que leva em conta a expressão verbal, considera-o como nonsense; a outra, que acompanha as insinuações fornecidas, passa pelo inconsciente do ouvinte e descobre-lhe um excelente sentido. Nas produções de Wippchen, semelhantes a chistes, uma das faces está em branco, como se fora rudimentar: uma cabeça de Janus, com apenas uma das faces desenvolvidas. Se permitimos à técnica nos enganar, levando-nos ao inconsciente, lá nada encontramos. As amalgamações não nos conduzem a nenhum caso em que as duas coisas amalgamadas produzem um novo significado; se tentamos uma análise, elas separam-se completamente. As modificações e substituições conduzem, como fazem os chistes, a uma verbalização usual e familiar, mas a própria modificação ou substituição nada nos diz de novo e, via de regra, efetivamente, nada nos diz de possível ou utilizável. Portanto, sobra apenas uma das perspectivas de tais 'chistes' - a de serem nonsense. Resta-nos simplesmente decidir se escolheremos chamar tais produções, que se livraram de uma das essenciais características dos chistes, de 'maus' chistes, ou se nem mesmo as consideraremos chistes.

Chistes rudimentares como esses sem dúvida produzem um efeito cômico, que podemos explicar de mais de uma maneira. Ou o cômico procede da descoberta de modos de pensamento do inconsciente, como nos casos considerados anteriormente (ver em [1]), ou o prazer deriva da comparação com um chiste completo. Nada nos impede de supor que ambas as maneiras de gerar prazer cômico convergem aqui. Não é impossível que, aqui, a inadequação do apoio solicitado aos chistes seja precisamente o que converte o nonsense em nonsense cômico.

Pois há outros casos, facilmente inteligíveis, em que uma inadequação dessa espécie, quando comparada ao que devia ser efetuado, torna o nonsense irresistivelmente cômico. A contraparte dos chistes - os enigmas (ver em [1]) - pode talvez nos oferecer melhores exemplos disso que os próprios chistes. Por exemplo, eis uma 'adivinhação faceta' (ver em [2]) 'O que é que se pendura na parede e onde alguém pode secar suas mãos?' Teríamos um enigma idiota se a resposta fosse 'uma toalha de mão'. Mas tal resposta é rejeitada. - 'Não, um arenque.' - 'Mas, pelo amor de Deus', começa o enfurecido protesto, 'um arenque ninguém pendura na parede'. 'Você pode pendurá-lo lá.' - 'Mas quem é que, no mundo, vai enxugar suas mãos em um arenque?' - 'Bem', é a confortante resposta, 'você de fato não tem que fazer isso.' Esta explicação, dada através de dois típicos deslocamentos, mostra quão

longe esta adivinhação se acha de um autêntico enigma; devido a sua absoluta inadequação parece-nos ser - em vez de ser apenas absurdamente idiota - irresistivelmente cômica. Deste modo, fracassando em cumprir condições essenciais, os chistes, os enigmas e outras coisas, que não produzem prazer cômico por si, tornam-se fontes do prazer cômico.

Há menos dificuldades em compreender o caso do cômico involuntário no discurso, que encontramos realizado, tão freqüentemente quanto estes nos agradam, por exemplo, nos poemas de Friederike Kempner (1891):

Contra a viviseccção

Ein unbekanntes Band der Seelen kettet

Den Menschen an das arme Tier.

Das Tier hat einem Willen - ergo Seele -

Wenn auch' ne kleinere als wir.

Ou a conversação de um casal de amantes:

O contraste

‘Wie glücklich bin ich’, ruft sie leise,

‘Auch ich’, sagt lauter ihr Gemahl

‘Es macht mich deine Art und Weise

Sehr stolz auf meine gute Wah!’

Nada aqui nos faz pensar em chistes. Mas sem dúvida há uma inadequação nesses ‘poemas’ que os torna cômicos - a extraordinária deselegância de sua expressão, sua conexão com os mais corriqueiros e jornalísticos torneios expressivos, a simplória limitação de seu pensamento, a ausência de qualquer vestígio de matéria ou forma poética. A despeito disso tudo, entretanto, não é óbvio porque consideramos cômicos os poemas de Kempner. Consideramos muitos produtos similares nada mais que chocantemente ruins; não nos fazem rir mas irritam-nos. Porém é precisamente a grandeza da distância que os separa do que esperamos de um poema que impõe a nós a perspectiva cômica; se tal diferença nos parecesse menor, inclinar-nos-íamos antes a criticar que a rir. Além disso, o efeito cômico dos poemas de Kempner é assegurado por uma circunstância subsidiária - as inequivocamente boas intenções do autor e a peculiar sinceridade de sentimento, que desarma nosso escárnio ou nossa irritação, e que sentimos subjacente a suas expressões incompetentes.

Aqui recordamos um problema cuja consideração tínhamos adiado. A diferença na despesa é, sem dúvida, a condição básica determinante do prazer cômico; mas a observação revela que essa diferença não leva invariavelmente à geração do prazer. Que outras condições deverão estar presentes ou que perturbações hão de ser coibidas para que o prazer cômico possa efetivamente se originar da diferença na despesa? Antes de nos voltarmos para a resposta dessa questão concluiremos essa discussão com uma clara asserção de que o cômico no discurso não coincide com os chistes, e que os chistes devem portanto ser algo diferente do cômico no discurso. (ver em [1])

Agora que estamos a ponto de nos aproximar de uma resposta à última questão, quanto às condições necessárias para a gênese do prazer cômico a partir da diferença na despesa, podemos nos permitir um alívio que não deixará de nos proporcionar prazer. Uma réplica acurada a essa questão seria idêntica a uma descrição exaustiva da natureza do cômico, para a qual não reivindicamos nem capacidade nem autoridade. Deveremos nos contentar novamente em lançar luz sobre o problema do cômico apenas na medida em que este contrasta claramente com o problema dos chistes.

Toda teoria do cômico sofre objeção por parte de seus críticos quanto ao escopo dela; sua definição desconsidera o que é essencial ao cômico: ‘O cômico baseia-se no contraste entre as idéias’. ‘Sim, na medida em que esse contraste produza um efeito cômico, e não de outra qualquer natureza.’ ‘O sentimento do cômico origina-se do desapontamento de uma expectativa.’ ‘Sim, a não ser que o desapontamento seja de fato doloroso.’ Sem dúvida, as objeções são justificáveis, mas deveremos superestimá-las apenas se concluirmos que o traço essencial do cômico escapou até aqui à detecção. O que prejudica a validade universal dessas definições são as condições indispensáveis para a geração do prazer cômico; mas não necessitamos pesquisar nelas a essência do cômico. De qualquer modo, só será fácil descartarmos as objeções e esclarecermos as contradições nas definições desde que suponhamos que a origem do prazer cômico está na comparação da diferença entre duas despesas. O prazer cômico e o efeito pelo qual é conhecido - o riso - só se manifestam se essa diferença não é utilizável e, pois, capaz de descarga. Não obtemos qualquer efeito gratificante, mas no máximo um transitório sentimento de prazer no qual não emerge a característica do cômico, se a diferença é transferida para outro uso, tão logo seja reconhecida. Assim como artificios especiais têm que ser adotados no caso dos chistes para impedir a utilização em outra parte da despesa, reconhecida como supérflua (ver em [1]), também o prazer cômico só aparecerá em circunstâncias que garantam essa mesma condição. Por esta razão, sendo extraordinariamente numerosas as ocasiões em nossa vida ideacional onde ocorrem tais diferenças na despesa, são, relativamente, bastante raras as ocasiões em que o cômico emerge dessas diferenças.

Duas observações impõem-se a quem quer que estude, mesmo superficialmente, as condições da geração do cômico a partir da diferença na despesa. Primeiro, há casos em que o cômico aparece habitualmente e como que por força da necessidade, e, inversamente, há outros casos em que parece inteiramente dependente das circunstâncias e do ponto de vista do observador. Mas, em segundo lugar, diferenças extraordinariamente grandes com freqüência conseguem vencer as condições desfavoráveis, de modo que o cômico emerge apesar delas. Em conexão com a primeira dessas observações, seria possível estabelecer duas classes - a inevitavelmente cômica e a ocasionalmente cômica - embora devamos estar preparados para, desde o início, renunciar à esperança de descobrir a inevitabilidade do cômico da primeira classe, livre de exceções. Seria tentador investigar as condições determinantes das duas classes.

As condições, algumas das quais reunimos como o ‘isolamento’ da situação cômica, aplicam-se essencialmente à segunda classe. Uma análise mais detida revela os seguintes fatos:

(a) A condição mais favorável para a produção do prazer cômico é geralmente uma disposição eufórica, em que se está ‘inclinado a rir’. Em uma euforia produzida toxicamente quase tudo parece cômico, provavelmente pela comparação com a despesa no estado normal. De fato, o cômico, e todos os métodos similares de obtenção de prazer da atividade

mental não são mais que maneiras de restabelecer disposição prazenteira - euforia a partir de um único ponto de abordagem, quando ela não se apresenta como disposição geral da psique.

(b) Um efeito similarmente favorável é produzido por uma expectativa do cômico, ao se estar em harmonia com o prazer cômico. Por essa razão, se a intenção de tornar algo cômico é comunicada a alguém, são suficientes diferenças de grau tão baixo que nem seriam notadas se ocorressem involuntariamente na experiência dessa pessoa. Quem quer que se disponha a ler um livro cômico ou vá ao teatro assistir a uma comédia deve a esta intenção sua capacidade de rir de coisas que dificilmente lhe pareceriam cômicas em sua vida normal. Em último recurso, está a recordação de ter rido e a expectativa de rir, de modo que rimos ao ver o ator cômico chegar ao palco, antes que esse último possa ter envidado algum esforço por fazer-nos rir. Por esta razão, sentimo-nos envergonhados de ter rido de tal peça, depois que ela acaba.

(c) As condições desfavoráveis para o cômico procedem do tipo de atividade mental em que uma pessoa particular se ocupa no momento. O trabalho imaginativo ou intelectual, demandando a sérios objetivos, interfere com a capacidade de catexia para a descarga - catexia que a elaboração requer para seu deslocamento - de modo que apenas diferenças inesperadamente grandes na despesa são capazes de fazer irromper o prazer cômico. Especialmente desfavoráveis para o cômico são todos os tipos de processos intelectuais, suficientemente remotos do que é perceptual, para fazer chegar a um fim a mimética ideacional. Não há lugar deixado para o cômico na reflexão abstrata, exceto quando esse modo de pensamento é repentinamente interrompido.

(d) A oportunidade de liberação do prazer cômico desaparece também se a atenção focalizar precisamente a comparação da qual o cômico pode emergir. Em tais circunstâncias o que teria, de outra forma, sido o mais seguro dos efeitos cômicos perde sua força. Um movimento ou função não pode ser cômico para uma pessoa cujo interesse se dirija para a comparação dele com um padrão que se tem anteriormente em mente. Assim o examinador não acha cômico o nonsense que o candidato produziu em sua ignorância; isso o irrita, enquanto os colegas do candidato, mais interessados na sorte que ele há de ter do que no quanto ele saiba, divertem-se francamente com o mesmo nonsense. Um instrutor de ginástica ou dança dificilmente atenta para o cômico nos movimentos de seu alunos; e um sacerdote desconsidera inteiramente o cômico nas fraquezas humanas enquanto um escritor de comédias poderá trazê-las à luz com grande efetividade. O processo cômico não suporta ser hipercatexizado pela atenção; deve poder tomar seu curso, passando inadvertido - a este respeito, incidentalmente, comporta-se como os chistes (ver em [1]). Seria, entretanto, contraditório com a nomenclatura de 'processos da consciência' que utilizei, com boas razões, em A Interpretação de Sonhos, se procurasse considerar o processo cômico como necessariamente inconsciente. Antes, faz parte do pré-consciente; e tais processos, que se desenvolvem no pré-consciente mas carecem da catexia da atenção à qual está conectada a

consciência, podem adequadamente receber o nome de ‘automáticos’. O processo de comparar despesas deve continuar sendo automático se lhe cabe produzir prazer cômico.

(e) O cômico sofre interferência se a situação, da qual deve se desenvolver, origina, ao mesmo tempo, a liberação de um forte afeto. Em tal caso, uma descarga da diferença operativa é, via de regra, fora de questão. Os afetos, disposição e atitude do indivíduo em cada caso particular, fazem compreensível que o cômico surja e se esvaia de acordo com o ponto de vista de cada pessoa particular, só havendo, em caso excepcionais, um cômico absoluto. A contingência ou a relatividade do cômico é, portanto, muito maior que a do chiste, que nunca ocorre em função da própria concordância mas é invariavelmente feito, e no qual as condições, sob as quais pode encontrar aceitação, são observáveis no momento em que é construído. A geração do afeto é a mais intensa de todas as condições que interferem no cômico e sua importância a este respeito tem sido universalmente reconhecida. Por esta razão tem-se dito que o sentimento cômico nasce com mais facilidade em casos mais ou menos indiferentes, onde não estejam envolvidos fortemente sentimentos e interesses. Mas precisamente nos casos onde há uma liberação de afeto pode-se observar uma diferença particularmente forte na despesa, produzida pelo automatismo da liberação. Quando o Coronel Butler responde às advertências de Octavio, exclamando ‘com um riso amargurado’: ‘Agradecimentos da Casa da Áustria!’, sua amargura não o impede de rir. O riso aplica-se à lembrança do desapontamento que acredita ter sofrido; por outro lado, a magnitude desse desapontamento não pode ser retratada de modo mais impressionante por um dramaturgo que pela demonstração de sua capacidade de impor a si mesmo um riso em meio à tempestade dos sentimentos liberados. Inclino-me a pensar que essa explicação é aplicável a todos os casos onde o riso ocorre em circunstâncias não gratificantes, acompanhado de emoções intensamente dolorosas ou tensas.

(f) Se acrescento agora que a geração do prazer cômico pode ser encorajada por algumas outras circunstâncias agradáveis acompanhantes, como se por uma espécie de efeito de contágio (operado da mesma forma que o princípio do prazer preliminar nos chistes tendenciosos), teremos mencionado condições, que governam o prazer cômico, bastantes para nossos propósitos, embora não tenhamos decerto arrolado todas elas. Podemos então constatar que essas condições, tanto quanto a inconstância e a contingência do efeito cômico, não podem ser explicadas tão facilmente por qualquer outra hipótese diferente da derivação do efeito cômico da descarga de uma diferença que, sob as mais variáveis circunstâncias, poderia ser utilizada de outras formas.

O cômico da sexualidade e da obscenidade mereceriam consideração mais detalhada, mas

podemos apenas aflorá-lo aqui com alguns comentários. O ponto de partida seria, uma vez mais [como no caso dos chistes obscenos, em [1]], o desnudamento. Um desnudamento eventual tem em nós um efeito cômico porque comparamos a facilidade com que desfrutamos essa visão com a grande despesa, que de outro modo nos seria solicitada para atingir esse fim. Assim, o caso se aproxima do inocentemente cômico, mas é mais simples. Todo desnudamento de uma terceira pessoa nos faz espectadores (ou audiência no caso do smut) e equivale a tornar cômica a pessoa desnudada. Verificamos que é tarefa dos chistes tomar o lugar do smut, abrindo, novamente, o acesso a uma fonte perdida de prazer cômico. Oposto a isso, o presenciamento de um desnudamento não é um caso de cômico para a testemunha, porque seu próprio esforço em fazer isso veda-lhe a condição determinante do prazer cômico: nada resta além do prazer sexual do que é visto. Se a testemunha o descreve a alguém, a pessoa que foi testemunhada torna-se cômica outra vez, porque predomina o sentido de que a última omitiu a despesa necessária para ocultar sua intimidade. Fora isto, as esferas da sexualidade e da obscenidade oferecem a maior ocasião para a obtenção do prazer cômico juntamente com uma agradável excitação sexual; pois elas podem mostrar os seres humanos em sua dependência das funções corporais (degradação) ou podem revelar os requisitos físicos subjacentes à proclamação do amor mental (desmascaramento).

Bastante surpreendentemente, encontramos no encantador e sugestivo volume de Bergson, *Le rire*, um convite a que procuremos uma compreensão do cômico em sua psicogênese. Já entramos em contato (ver em [1]) com as fórmulas de Bergson para captar as características do cômico: ‘mecanisation de la vie’, ‘substitution quelconque de l’artificiel au naturel’. Percorre ele um curso plausível de pensamentos desde o automatismo até o autômato, e tenta atribuir inúmeros efeitos cômicos a esmaecidas recordações de um brinquedo infantil. Nesta conexão, chega em certo momento a um ponto de vista que, é verdade, ele logo abandona: esforça-se por explicar o cômico como um efeito posterior das alegrias da infância. ‘Peut-être même devrions-nous pousser la simplification plus loin encore, remonter à nos souvenirs les plus anciens, chercher dans les jeux qui amusèrent l’enfant la première ébauche des combinaisons qui font rire l’homme... Trop souvent surtout nous méconnaissons ce qu’il y a d’encore enfantin, pour ainsi dire, dans la plupart de nos émotions joyeuses.’ (Bergson, 1900, 68 s.). Já que referimos os chistes aos jogos infantis com palavras e pensamentos, que tenham sido frustrados pela crítica racional (ver em [1]), não podemos deixar de nos sentir tentados a investigar as raízes infantis das quais Bergson suspeita também no caso do cômico.

Efetivamente, se examinamos a relação do cômico com a criança encontramos inúmeras conexões que parecem promissoras. As próprias crianças nunca nos parecem cômicas de

qualquer modo, embora sua natureza satisfaça todas as condições que, comparadas a nossa própria natureza, produzem uma diferença cômica: a despesa excessiva no movimento tanto quanto a pequena despesa intelectual, o domínio das funções mentais pelas corporais, e outras características. Uma criança só produz um efeito cômico em nós quando se conduz não como uma criança mas como um adulto sério, produzindo então o mesmo efeito que outras pessoas que se disfarçassem. Mas na medida em que permanece fiel à sua natureza infantil, sua percepção fornece-nos um prazer puro, que talvez nos evoque levemente o cômico. Nós a chamamos ingênua, na medida em que demonstra faltar-lhe inibição, e descrevemos como ingenuamente cômicas suas enunciações que, em outra pessoa, deveriam ser julgadas obscenidades ou chistes.

Por outro lado, as crianças carecem do sentimento do cômico. A asserção parece simplesmente dizer que tal sentimento, como muitas outras coisas, só se inicia em certo ponto do curso de desenvolvimento mental; isso não seria absolutamente surpreendente, em especial quando se tem que admitir que tal sentimento já segue claramente em uma idade que devemos considerar como infantil. Não obstante, pode demonstrar que a asserção de que falta às crianças o sentimento do cômico contém mais que elementos auto-evidentes. Em primeiro lugar, é fácil verificar que não poderia ser de outra forma se está correta nossa concepção que deriva o sentimento cômico de uma diferença na despesa, originária do processo de compreensão de uma outra pessoa. Tomemos novamente o cômico no movimento como exemplo. A comparação que fornece a diferença exprime-se (estabelecida em fórmulas conscientes): ‘Assim o faz ele’ ‘Assim devo fazê-lo, assim o faço’. Mas uma criança não dispõe do padrão contido na segunda sentença; compreende simplesmente por imitação: ele o faz exatamente da mesma maneira. A educação da criança apresenta-lhe um padrão; ‘assim se deve fazer’. Se agora ele utiliza o padrão ao fazer a comparação, concluirá facilmente: ‘ele não o faz certo’ e ‘eu posso fazê-lo melhor.’ Neste caso, ri-se de outra pessoa, no sentimento de sua própria superioridade. Nada nos impede de derivar esse riso também de uma diferença na despesa; mas analogamente aos casos em que rimos de pessoas que encontramos, podemos inferir que o sentimento cômico não está presente no riso de superioridade da criança. Esse é um riso de puro prazer. Em nosso próprio caso, quando fazemos um juízo nítido de nossa própria superioridade, simplesmente sorrimos em vez de rir, ou, se rimos, podemos apesar disso, distinguir a conscientização de nossa superioridade da comicidade que nos faz rir (ver em [1] e [2]).

É provavelmente correto dizer que as crianças riem de puro prazer em uma variedade de circunstâncias que sentimos ‘cômicas’ e das quais não podemos achar o motivo, enquanto que os motivos da criança são claros e podem ser formulados. Por exemplo, se alguém escorrega na rua e cai, rimo-nos porque a impressão - não sabemos por que - é cômica. Uma criança ri no mesmo caso devido a um sentimento de superioridade ou Schadenfreud: ‘Você caiu, eu não’. Certos motivos de prazer das crianças parecem perdidos para nós, adultos, e ao contrário, na mesma circunstância, temos um sentimento ‘cômico’ em substituição ao perdido.

Se se pudesse generalizar, seria muito atraente colocar a característica específica do cômico, que estamos procurando, em um despertar da infância - considerar o cômico como o 'último riso da infância' restabelecido. Podia-se então dizer: 'Rio-me da diferença da despesa entre uma outra pessoa e eu próprio cada vez que redescubro a criança nela'. Ou, posto mais exatamente, a completa comparação que leva ao cômico seria: 'Assim ele o faz - Eu o faço de outro modo -, ele o faz como eu costumava fazê-lo em criança'.

Assim o riso se aplicaria à comparação entre o ego do adulto e o ego da criança. Mesmo a falta de uniformidade na diferença cômica - o fato que me parece cômico é uma despesa ora maior, ora menor (ver em [1]) - se adequaria ao determinante infantil; de fato o que é cômico, o é invariavelmente do lado do infantil.

Isso não é contraditado pelo fato de que, quando as próprias crianças são objeto da comparação, elas não me dão uma impressão cômica, mas puramente agradável; nem é contraditado porque a comparação com o infantil apenas produz um efeito cômico quando qualquer outro uso da diferença é evitado. Pois essas são matérias referentes às condições que controlam a descarga. O que quer que coloque um processo psíquico em conexão com outros opera contra a descarga da catexia excessiva e a põe a serviço de outro uso; o que quer que isole um ato psíquico encoraja a descarga (ver em [1]). Uma atitude consciente para com as crianças como objetos da comparação impossibilita portanto a descarga necessária ao prazer cômico. Somente quando a catexia é pré-consciente (ver em [2]) há uma aproximação com o isolamento tal que, incidentalmente, podemos atribuí-la aos processos mentais também nas crianças. O acréscimo à comparação ('Assim o fiz também quando criança'), da qual deriva o efeito cômico, só entraria assim em consideração na medida em que estivessem envolvidas diferenças de magnitude médias, e nenhum outro nexo pudesse se apoderar do excesso liberado.

Se prosseguimos com nossa tentativa de descobrir a essência do cômico em uma conexão pré-consciente com o infantil, devemos dar um passo além de Bergson e admitir que a comparação não necessita, para produzir o cômico, despertar os antigos prazeres e o jogo infantil; bastará para isso tocar na natureza infantil em geral e talvez, mesmo, no sofrimento infantil. Aqui nos afastamos de Bergson mas permanecemos em concordância com nós próprios, ao conectarmos o prazer cômico não a um prazer recordado, mas, novamente, a uma comparação. Pode ser que os casos da primeira espécie [conectados ao prazer recordado] coincidam com o irresistível e invariavelmente cômico (ver em [1]).

Recordemos neste ponto o esquema em que detalhávamos anteriormente (ver em [2]) as várias possibilidades cômicas. Dizíamos que a diferença cômica era encontrada alternativamente!

(a) por uma comparação entre uma outra pessoa e eu,

(b) por uma comparação inteiramente no interior da outra pessoa,

(c) por uma comparação inteiramente no interior do eu.

No primeiro destes casos a outra pessoa me apareceria como uma criança; no segundo ela se reduziria à criança; no terceiro eu descobriria a criança em mim.

[a] O primeiro caso incluiria o cômico do movimento e da forma, do funcionamento mental e do caráter. Os fatores infantis correspondentes seriam o impulso ao movimento e o desenvolvimento moral e mental inferior da criança. Assim, por exemplo, uma pessoa estúpida seria cômica para mim, na medida em que me lembrasse uma criança preguiçosa, e seria uma má pessoa se me lembrasse uma criança mal comportada. Só se poderia falar de um prazer infantil perdido para o adulto no caso em que a própria alegria da criança no movimento fosse envolvida.

[b] O segundo caso, em que o cômico depende inteiramente da ‘empatia’, inclui as mais numerosas possibilidades - o cômico da situação, da exageração (caricatura), da mímica, da degradação e do desmascaramento. Este é o caso em que se comprova mais útil o ponto de vista infantil. Pois o cômico da situação é maximamente baseado no embaraço, no qual redescobrimos o desamparo infantil. O pior do embaraço, a interferência de peremptórias solicitações das necessidades naturais em outras funções, corresponde ao incompleto controle pela criança de suas funções corporais. Onde o cômico da situação opera por meio da repetição, baseia-se no peculiar prazer da criança na repetição constante (de pergunta, histórias) que a tornam um aborrecimento para o adulto (ver em [1]) A exageração, que ainda proporciona prazer aos adultos na medida em que a capacidade crítica lhe possa achar uma justificação, é conectada à falta de senso de proporção, peculiar à criança, tanto quanto sua ignorância de todas as relações quantitativas, que vem a conhecer depois das qualitativas. O uso da moderação e do controle, mesmo no caso de impulsos permitidos, é um tardio fruto da educação, adquirido pela mútua inibição das atividades mentais reunidas em uma combinação. Onde tais combinações são enfraquecidas, como no inconsciente dos sonhos ou no monoteísmo das psiconeuroses, a falta de moderação infantil ressurge.

Constatamos dificuldades relativamente grandes na compreensão do cômico na mímica enquanto deixamos o fator infantil fora da descrição. Mas a mímica é a melhor das artes infantis e o motivo diretor da maior parte de seus jogos. A ambição da criança é bem menos se exaltar entre seus iguais do que a imitação dos adultos. A relação das crianças com os adultos é também a base do cômico da degradação, que corresponde à condescendência mostrada pelos adultos em sua atitude relativa à vida das crianças. Pouca coisa dá à criança maior prazer que o fato de um adulto rebaixar-se a seu nível, renunciando à opressiva superioridade e brincando com ela como um seu igual. Esse alívio, que dá à criança um puro prazer, torna-se nos adultos, sob a forma da degradação, um meio de tornar as coisas cômicas e uma fonte do prazer cômico. No que se refere ao desmascaramento, sabemos que

remete à degradação.

[c] Encontramos maiores dificuldades em descobrir a base infantil do terceiro caso, o cômico da expectativa, o que inegavelmente explica por que as autoridades que consideraram primeiro este caso em sua discussão do cômico, não encontraram nenhuma ocasião de levar em conta o fator infantil no cômico. O cômico da expectativa é sem dúvida o mais remoto nas crianças; a capacidade de captá-lo é a última a aparecer. Na maior parte dos casos que parecem cômicos a um adulto, uma criança sentiria apenas desapontamento. Podíamos entretanto tomar a faculdade de expectativa ansiosa da criança e sua credulidade como base para compreendermos o fato de parecermos a nós mesmos cômicos ‘como uma criança’ quando deparamos com um desapontamento cômico.

O que dissemos pareceria sugerir uma certa probabilidade de tradução do sentimento cômico assim formulada: ‘As coisas cômicas são aquelas impróprias para um adulto’. Não me sinto apesar disso audaz o bastante para, em virtude de minha atitude global com relação ao problema do cômico, defender esta última asserção com tanta seriedade quanto as anteriores. Sou incapaz de decidir se a degradação à infância é apenas um caso especial de degradação cômica, ou se tudo que é cômico baseia-se fundamentalmente na degradação à infância.

Uma inquirição do cômico, ainda que superficial, seria gravemente incompleta se não achasse lugar para, no mínimo, alguns comentários sobre o humor. O parentesco essencial entre os dois é tão pouco aberto à dúvida que uma tentativa de explicar o cômico está ligada a fazer pelo menos alguma contribuição à compreensão do humor. Embora muito de pertinente e impressionante já tenha sido apresentado na apreciação do humor (que, sendo ele próprio uma das mais altas manifestações psíquicas, desfruta do particular favor dos pensadores) não podemos evitar uma tentativa de abordar sua natureza a partir de nossas fórmulas para os chistes e para o cômico.

Já vimos (ver em [1]) que a liberação de afetos aflitivos é o maior obstáculo à emergência do cômico. Tão logo o movimento inútil produza um dano, ou a estupidez leve à maldade, ou o desapontamento cause dor, a possibilidade de um efeito cômico chega ao fim. Isto é verdade, em todos os casos, para alguém que não pode evitar tal desprazer, que é propriamente sua vítima ou obrigado a compartilhá-lo; enquanto isso uma pessoa não envolvida mostra, por sua conduta, que a situação em questão contém tudo o que se requer para um efeito cômico. Ora, o humor é um meio de obter prazer apesar dos afetos dolorosos que interferem com ele; atua como um substitutivo para a geração destes afetos, coloca-se no

lugar deles. As condições para seu aparecimento são fornecidas se existe uma situação na qual, de acordo com nossos hábitos usuais, devíamos ser tentados a liberar um afeto penoso e então operam sobre este motivos que o suprimem *in statu nascendi*. Nos casos ora mencionados a pessoa que é vítima da ofensa, dor etc. pode obter um prazer humorístico, enquanto a pessoa não envolvida ri sentindo um prazer cômico. O prazer do humor, se existe, revela-se - não podemos dizer de outra forma - ao custo de uma liberação de afeto que não ocorre: procede de uma economia na despesa de afeto.

O humor, entre as espécies do cômico, é a mais facilmente satisfeita. Completa seu curso dentro de uma única pessoa; a participação de alguma outra nada lhe acrescenta. Posso guardar a fruição do prazer humorístico que em mim se originou sem sentir obrigação de comunicá-lo. Não é fácil dizer o que acontece em uma pessoa quando o prazer humorístico é gerado; podemos entretanto obter algum insight se examinamos os casos em que o humor é comunicado ou compartilhado, casos em que, pela compreensão da pessoa humorística, chegamos ao mesmo prazer que o seu. O mais tosco dos casos de humor - aquele conhecido como Galgenhumor (literalmente, 'humor particular') - pode ser instrutivo nesta conexão. Um vagabundo que estava sendo levado à execução em uma segunda-feira, comentou: 'É, a semana está começando otimamente'. Este é efetivamente um chiste, já que o comentário é bem adequado em si mesmo, mas por outro lado está deslocado de uma maneira absurda, já que para o próprio sujeito não haveria eventos posteriores naquela semana. Mas o humor está envolvido na confecção de tal chiste - isto é, ao desrespeitar o que distingue o início dessa semana de todas as outras, ao negar a distinção que podia originar-se, motiva emoções bastante especiais. O mesmo caso ocorre quando o vagabundo em seu caminho para o execução pede um lenço para cobrir a garganta de modo a não pegar um resfriado - precaução em outras circunstâncias louvável mas que, em vista do que tão brevemente se reserva a seu pescoço, torna-se notavelmente supérflua e desimportante. Deve-se confessar que há nessa blague algo como que magnanimidade na tenacidade com que o homem se agarra a seu habitual, recusando tudo que possa destruir esse eu e levá-lo ao desespero. Essa espécie de grandeza do humor aparece inequivocamente em casos onde nossa admiração não é inibida pelas circunstâncias da pessoa humorística.

No Hernani de Victor Hugo, o bandido que se envolvera em uma conspiração contra seu rei, Carlos I da Espanha (o Imperador Carlos V), caiu em mãos de seu poderoso inimigo. Réu de alta traição, prevê que seu destino é perder a cabeça. Mas esse conhecimento prévio não o impede de dar-se a conhecer como um Grande Herdeiro da Espanha, declarando que não tem a intenção de renunciar a qualquer dos privilégios que lhe são devidos. Um Grande da Espanha tinha o direito de manter-se coberto perante seu senhor real. Muito bem, pois:

‘...Nos têtes ont le droit’

De tomber couvertes devant de toi.’

Isto é humor em grande escala e se, quando o ouvimos, não nos rimos é porque nossa admiração sobrepuja o prazer humorístico. No caso do vagabundo que recusa resfriar-se no trajeto para a execução rimos francamente. A situação que devia levar o criminoso ao desespero poderia suscitar intensa compaixão em nós; mas tal compaixão é inibida porque compreendemos que o diretamente interessado não se preocupa com a situação. Em consequência dessa compreensão, a despesa com a compaixão, já preparada, torna-se inutilizável e podemos descarregá-la, rindo. Estamos como que contagiados pela indiferença do vagabundo - embora notemos que isso lhe custa um grande dispêndio de trabalho psíquico.

A economia da compaixão é uma das mais freqüentes fontes do prazer humorístico. O humor de Mark Twain geralmente opera com esse mecanismo. Descrevendo a vida de seu irmão, por exemplo, ele nos conta que, em certa época, este trabalhara em uma grande empresa de construção de estradas. A explosão prematura de uma mina lançou-o ao ar, indo cair em local muito distante de onde estivera trabalhando. Somos levados a sentir simpatia pela vítima do acidente e gostaríamos de saber se acaso fora ferido. Mas quando, a história continuando, somos informados de que seu irmão fora descontado em meio dia de serviço, em seu salário, por ‘estar ausente do lugar de serviço’, somos distraídos de nossa compaixão e tornamo-nos quase tão duros de coração como o capataz, quase tão indiferentes ao possível dano à saúde do irmão. Em outra ocasião, Mark Twain apresenta-nos sua árvore genealógica, que remonta até a um dos companheiros de viagem de Colombo. Descreve então o caráter deste ancestral e como sua bagagem consistia de várias peças de roupa para lavar, cada uma das quais com uma marca de lavanderia diferente - aqui não podemos evitar de rir à custa da economia dos sentimentos de piedade com que nos preparáramos para o início dessa história de família. O mecanismo do prazer humorístico não sofre interferência do fato de que saibamos que este pedigree é fictício e que tal ficção serve ao propósito satírico de desnudar os embelezamentos de semelhantes descrições por outras pessoas: é tão independente dessa condição que deve ser real no caso de tornar as coisas cômicas (ver em [1]). Em ainda outra história, Mark Twain narra que seu irmão construiu um abrigo subterrâneo coberto por um grande pedaço de vela de navio com um furo no meio, para a qual levou uma cama, uma mesa e uma lâmpada. À noite, entretanto, terminada a cabana, uma vaca que estava sendo recolhida caiu pela abertura do teto sobre a mesa e apagou a lâmpada. Seu irmão, pacientemente, ajudou o animal a sair e restabeleceu a instalação novamente. Na noite seguinte a mesma interrupção ocorreu e seu irmão comportou-se como na véspera. E assim sucedeu cada noite. A repetição torna a história cômica, mas Mark Twain termina narrando que na quadragésima sexta noite, quando a vaca caiu outra vez, seu irmão finalmente comentou: ‘A coisa está começando a tornar-se monótona’. A este ponto, o prazer humorístico não pode ser bloqueado pois o que esperávamos, há muito, era ouvir que

este obstinado conjunto de desgraças tornaria o seu irmão zangado. Efetivamente as pequenas contribuições de humor que produzimos nós próprios são, em regra, efetuadas à custa da raiva - em vez de nos zangarmos.

As espécies de humor são extraordinariamente variadas de acordo com a natureza da emoção economizada em favor do humor: compaixão, raiva, dor, ternura etc. Este número parece restar incompleto porque o reino do humor é constantemente alargado quando um artista ou escritor consegue submeter emoções até então inconquistadas ao controle do humor, tornando-as, através dos dispositivos que comparecem em nossos exemplos, fontes do prazer humorístico. Os artistas em *Simplicissimus*, por exemplo, obtêm resultados espantosos ao fazer humor à custa do horror ou do repulsivo. As formas em que o humor se manifesta, são ademais, determinadas por duas peculiaridades conectadas com as condições sob as quais é gerado. O humor pode, em primeiro lugar, aparecer misturado a um chiste ou a alguma espécie do cômico; neste caso, sua tarefa é livrar-se de uma possibilidade implícita na situação: que possa ser gerado um afeto que interfira com o resultado gratificante. Em segundo lugar, pode deter a geração desse afeto inteiramente ou apenas parcialmente; esse último é o caso mais comum já que é o mais fácil de levar a cabo, produzindo as várias formas de humor 'interrompido' - o humor do sorriso entre lágrimas. Retira parte de sua energia do afeto e em troca lhe dá um toque de humor.

O prazer humorístico derivado de simpatia origina-se, como se pode verificar nos exemplos acima, de uma técnica peculiar comparável ao deslocamento, através da qual a liberação de afeto, para o qual já nos preparávamos, é desapontada, desviando-se a catexia para algo mais, freqüentemente para algo de importância secundária. Mas isso não nos ajuda a compreender o processo pelo qual o deslocamento da geração de afeto ocorre na própria pessoa humorística. Podemos constatar que o receptor imita o criador do humor em seus processos mentais, mas isso nada nos diz sobre as forças que possibilitam o processo no último.

Podemos dizer apenas que se, por exemplo, alguém obtém êxito em descartar um afeto doloroso ao refletir sobre a grandeza dos interesses do universo, comparados à sua própria pequenez, não consideramos isso como uma produção de humor mas de pensamento filosófico e, se nos introduzimos nesse curso de pensamento, não obtemos nenhum prazer. O deslocamento humorístico só é possível quando é ofuscada a atenção consciente, tal como no caso da comparação cômica (ver em [1]); como essa última, está preso à condição de permanecer pré-consciente ou automático.

Obteremos alguma informação sobre o deslocamento humorístico se o encaramos à luz de um processo defensivo. Os processos defensivos são os correlativos psíquicos de um

reflexo de fuga e realizam a tarefa de impedir a geração do desprazer a partir de fontes internas. Ao cumprir esta tarefa servem aos eventos mentais como uma espécie de regulação automática, que no fim, incidentalmente, torna-se prejudicial e tem que ser sujeitada ao pensamento consciente. Indiquei uma forma particular dessa defesa, a repressão fracassada, como o mecanismo operativo do desenvolvimento das psiconeuroses. O humor pode ser considerado como o mais alto desses processos defensivos. Ele desdenha retirar da atenção consciente o conteúdo ideacional que porta o afeto doloroso, tal como o faz a repressão, e assim domina o automatismo da defesa. Realiza isto descobrindo os meios de retirar energia da liberação de desprazer, já em preparação, transformando-o pela descarga em prazer. É mesmo concebível que isso possa estar novamente em conexão com o infantil, que lhe coloca à disposição os meios para executá-lo. Apenas na infância existem dolorosos afetos dos quais o adulto hoje se ri - tal como o humorista ri de seus afetos dolorosos atuais. A exaltação do ego, que o deslocamento humorístico testemunha, e cuja tradução inegavelmente seria 'sou grande demais (ou bom demais) para ser atingido por essas coisas', pode se derivar da comparação do ego atual com o infantil. Tal concepção é, até certo ponto, apoiada pela parte desempenhada pelo infantil nos processos neuróticos de repressão.

No todo, o humor se aproxima mais do cômico que dos chistes. Partilha com o primeiro sua localização psíquica no pré-consciente, enquanto os chistes, conforme supúnhamos, são formados como um compromisso entre o inconsciente e o pré-consciente. Por outro lado, o humor não participa de uma característica comum aos chistes e ao cômico, que talvez não tenhamos enfatizado bastante. É condição necessária para a geração do cômico que nos obriguemos, simultaneamente ou em rápida sucessão, a aplicar ao único e mesmo ato de ideação dois diferentes métodos ideacionais, entre os quais se faz a comparação e a diferença cômica emerge (ver em [1]). Diferenças na despesa desse tipo originam-se entre o que pertence ao outro e ao eu, entre o que é usual e o que foi mudado, entre o que é esperado e o que acontece. No caso dos chistes, a diferença entre dois métodos simultâneos de conceber as coisas, que operam com despesa diferente, aplica-se ao processo que ocorre no ouvinte do chiste. Uma dessas concepções, acompanhando as sugestões contidas no chiste, passa pelo trajeto do pensamento através do inconsciente; a outra permanece na superfície e encara o chiste como qualquer outra verbalização que tenha emergido do pré-consciente e se tornado consciente (ver em [1]). Talvez estivéssemos justificados em representar o prazer de um chiste que escutamos como sendo derivado da diferença entre esses dois métodos de concebê-lo. Dissemos aqui que os chistes podiam ser descritos (ver em [2]) como possuindo uma cabeça de Janus, enquanto a relação entre os chistes e o cômico devia ser ainda esclarecida.

No caso do humor, a característica que apresentamos é cancelada. Assim como é verdade que sentimos prazer humorístico quando é evitada uma emoção que usualmente acompanha a situação e até esse ponto, o humor também se inclui sob o conceito ampliado do cômico da expectativa. Mas no caso do humor não se trata mais de dois métodos diferentes de conceber

o mesmo assunto. O fato de que a situação seja dominada pela emoção de caráter desagradável que deve ser evitada, coloca um fim na possibilidade de compará-la com as características do cômico e dos chistes. O deslocamento humorístico é, efetivamente, um caso de despesa liberada para ser usada em outra parte - um caso que, como se demonstrou, é perigoso para efeito cômico [p. 120].

Chegamos agora ao fim de nossa tarefa, tendo reproduzido o mecanismo do humor a uma fórmula análoga àquelas referentes ao prazer cômico e aos chistes. O prazer nos chistes pareceu-nos proceder de uma economia na despesa com a inibição, o prazer no cômico de uma economia na despesa com a ideação (catexia) e o prazer no humor de uma economia na despesa com o sentimento. Em todos os três modos de trabalho do nosso aparato mental o prazer derivava de uma economia. Todos os três concordavam em representarem métodos de restabelecimento, a partir da atividade mental, de um prazer que se perdera no desenvolvimento daquela atividade. Pois a euforia que nos esforçamos por atingir através desses meios nada mais é que um estado de ânimo comum em uma época de nossa vida quando costumávamos operar nosso trabalho psíquico em geral com pequena despesa de energia - o estado de ânimo de nossa infância, quando ignorávamos o cômico, éramos incapazes de chistes e não necessitávamos do humor para sentir-nos felizes em nossas vidas.

APÊNDICE: ENIGMAS DE FRANZ BRENTANO

A descrição dos enigmas de Franz Brentano fornecida por Freud em [1] é tão obscura que se faz necessária uma ulterior explicação. Em 1819 Brentano (sob o pseudônimo de ‘Aenigmatias’) publicou um livreto de duzentas páginas com o título *Neue Räthsel* (Novos Enigmas). Incluía espécimens de vários tipos diferentes de enigmas, o último dos quais era descrito como, ‘Füllräthsel’ - ‘enigmas de completar’. Descreve estes em uma introdução ao livreto. De acordo com ele, esse tipo de enigma era um passatempo favorito na região de Main na Alemanha, mas só recentemente atingira Viena. O livreto inclui trinta exemplos de ‘enigmas de completar’, entre os quais os dois citados, não acuradamente, por Freud. Uma tradução completa deles será a maneira mais simples de tornar clara sua construção:

‘XXIV.

‘Como nosso amigo é atormentado por sua crença em premonições! Outro dia, quando sua mãe adoeceu, encontrei-o sentado sob uma árvore alta. O vento soprava através de seus ramos, de modo que algumas das folhas maiores caíam, e uma delas aconteceu de cair em seu colo. Nisso, ele caiu em pranto. Sua mãe, lamentava-se, ia morrer: das lasse ihn das herabgefallene [literalmente: isto ele foi levado pela queda] daldaldaldaldal.’

Resposta: ‘Platanenblatt ahnen’ [da folha de plátano a pensar].

‘XXVIII.

Um homem do Indostão adoeceu. Seu médico estava a escrever-lhe uma receita quando foi subitamente chamado por uma mensagem urgente. Terminou de escrever a prescrição tão rápido quanto pôde e partiu para atender a outra chamada. Logo depois, chegou-lhe a notícia que o asiático, mal tomara o remédio preparado para ele, morrera em convulsões. “Pobre infeliz!” exclamou o médico, horrorizado. “O que você fez? É possível que indem du den Trank dem [literalmente: quando você a poção para o] daldaldaldaldal - daldaldaldaldaldal?”.

Resposta: ‘Inder hast verschrieben, in der Hast verschrieben’ [Indiano receitou, em sua pressa cometeu um erro de grafia].

Um espécimen inglês tornará as coisas ainda mais claras:

’Ladrões arrombaram uma grande peleteria. Foram interrompidos e fugiram sem levar nada mas deixando o salão de exposição em grande desordem. Quando o gerente chegou na manhã seguinte, instruiu a seus auxiliares. ‘Não importam as mercadorias mais baratas. ‘The urgent thing is to get the [literalmente: o urgente é achar as] daldal - daldal.’

Resposta: ‘first-rate fur straight [peles de primeira direitas]’.

“Gradiva” de Jensen e outros trabalhos

VOLUME IX

(1906 - 1908)

DELÍRIOS E SONHOS NA *GRADIVA* DE JENSEN (1907 [1906])

NOTA DO EDITOR INGLÊS

DER WAHN UND DIE TRÄUME IN W. JENSENS *GRADIVA*

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1907 Leipzig e Viena: Heller. 81 págs. (*Schriften zur angewandten Seelenkunde*,

Heft 1.) (Reeditada sem alterações, com a mesma página de rosto, mas com uma nova sobrecapa: Leipzig e Viena: Deuticke, 1908.)

1912 2ª ed. Leipzig e Viena: Deuticke. Com ‘Pós-escrito’. 87 págs.

1924 3ª ed. Mesmos editores. Sem alterações.

1925 *G.S.*, 9, 273-367.

1941 *G.W.*, 7, 31-125.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

Delusion and Dream

1917 Nova Iorque: Moffat, Yard. 243 págs. (Trad. de H. M. Downey.) (Com uma introdução de G. Stanley Hall. Omite o ‘Pós-escrito’ de Freud. Inclui a tradução da obra de Jensen.)

1921 Londres: George Allen & Unwin. 213 págs. (Reimpressão da anterior.)

A presente tradução, totalmente nova e com título modificado, é de James Strachey. O ‘Pós-escrito’ aparece em inglês pela primeira vez.

Esta foi a primeira análise de uma obra de literatura feita por Freud a ser publicada, com exceção, naturalmente, de seus comentários sobre *Édipo Rei* e *Hamlet* em *A Interpretação de Sonhos* (1900a), ver a partir de [1], IMAGO Editora, 1972. Entretanto, ele já escrevera anteriormente uma curta análise da obra de Conrad Ferdinand Meyer ‘Die Richterin’ [‘A Juíza’], e a enviara a Fliess, juntamente com a carta de 20 de junho de 1898 (Freud, 1950a, Carta 91).

Através de Ernest Jones (1955, 382) sabemos que foi Jung quem chamou a atenção de Freud para o livro de Jensen. Acredita-se que Freud escreveu o presente trabalho especialmente para agradar a Jung. Isso ocorreu no verão de 1906, vários meses antes do primeiro encontro dos dois, sendo esse episódio, assim, o prenúncio dos cinco ou seis anos de suas relações cordiais. O estudo de Freud foi publicado em maio de 1907, e pouco depois ele enviou um exemplar do mesmo a Jensen. Seguiu-se uma breve correspondência, à qual se faz alusão no ‘Pós-Escrito’ à segunda edição (ver em [1]). As três pequenas cartas que Jensen enviou a Freud em 13 de maio, 25 de maio e 14 de dezembro de 1907 foram publicadas em *Psychoanalytische Bewegung*, 1 (1929), 207-211. Trata-se de cartas muito cordiais, as quais fazem crer que Jensen tenha ficado lisonjeado com a análise de Freud, parecendo inclusive ter aceito as linhas principais da interpretação. Declara, em particular, não se lembrar de ter dado uma resposta ‘um tanto brusca’ ao lhe ser perguntado (parece que por Jung) se acaso conhecia as teorias de Freud, como relatado em [2].

Afora a significação mais profunda, aquilo que atraiu especialmente a atenção de Freud na obra de Jensen foi, sem dúvida, o cenário em que ela se desenrola. Já era antigo o interesse de Freud por Pompéia, emergindo mais de uma vez em sua correspondência com Fliess. Assim, como associação para a palavra ‘*via*’, em um de seus sonhos, ele fornece ‘as ruas de Pompéia que estudo no momento’. Isso ocorreu numa carta datada de 28 de abril de 1897 (Freud, 1950a, Carta 60), alguns anos antes de ele visitar realmente aquela cidade em setembro de 1902. Freud sentia-se particularmente fascinado pela analogia existente entre o destino histórico de Pompéia (o soterramento e a posterior escavação) e os eventos mentais que lhe eram tão familiares: o soterramento pela repressão e a escavação pela análise. Em parte essa analogia foi sugerida pelo próprio Jensen (ver em [1]), e Freud desenvolveu-a com prazer neste trabalho, assim como em contextos posteriores.

Ao ler este estudo de Freud, vale a pena que se tenha em mente seu lugar cronológico entre as obras do autor. Trata-se de um dos seus primeiros trabalhos psicanalíticos, escrito apenas um ano após a primeira publicação do caso clínico de ‘Dora’ e dos *Três Ensaios sobre a Sexualidade*. Inseridos no exame de *Gradiva* encontram-se não só um sumário da explanação de Freud sobre os sonhos, mas também o que talvez seja a primeira de suas exposições semipopulares de sua teoria das neuroses e da ação terapêutica da psicanálise. É impossível deixar de admirar a habilidade quase prestidigital com que ele extrai esse material riquíssimo daquilo que, à primeira vista, parece ser apenas uma história engenhosa. No entanto, seria erro menosprezar o papel que Jensen desempenhou, embora inconscientemente, nesse resultado.

DELÍRIOS E SONHOS NA *GRADIVA* DE JENSEN

Um grupo de pessoas, que acreditava terem sido os mistérios básicos do sonho decifrados pelos esforços do autor do presente trabalho, sentiu, certo dia, sua curiosidade voltar-se para a questão da classe de sonhos que nunca haviam sido sonhados - sonhos criados por escritores imaginativos e por estes atribuídos a personagens no curso de uma história. A idéia de submeter a uma investigação essa espécie de sonhos pode parecer estranha e improfícua, mas de certo ponto de vista seria justificável. Está bem longe de ser geral a crença de que os sonhos possuem um significado e podem ser interpretados. A ciência e a maioria das pessoas cultas sorriem quando se lhes propõe a interpretação de um sonho. Só as pessoas simples, que se apegam às superstições e assim perpetuam as convicções da Antiguidade, continuam a insistir que eles são passíveis de interpretação. O autor de ousou, apesar das reprovações da ciência estrita, colocar-se ao lado da superstição e da Antiguidade. É verdade que ele nem de longe acredita serem os sonhos presságios do futuro, desse futuro que desde tempos imemoriais os homens vêm tentando inutilmente adivinhar por toda sorte de meios proibidos. Entretanto, não é capaz de refutar de todo a relação entre os sonhos e o futuro, pois o sonho, ao fim da laboriosa tarefa de traduzi-lo, revelou-se ao autor como sendo a representação da realização de um desejo do sonhador; e quem poderia negar que os desejos se orientam predominantemente para o futuro?

Acabei de afirmar que os sonhos são desejos realizados. Quem não recear os percalços de um livro obscuro, e não exigir que um problema complicado lhe seja apresentado como simples e fácil, para poupar-lhe trabalho às expensas da verdade e da honestidade, poderá encontrar provas detalhadas dessa tese na obra que mencionei. Enquanto isso, seria desejável que ignorasse as objeções que sem dúvida surgirão contra a equiparação entre sonhos e realização de desejos.

Mas estamo-nos adiantando muito. Ainda não se trata de determinar se o significado de um sonho pode ser sempre interpretado como um desejo realizado, ou se acaso não poderá, com a mesma freqüência, representar uma expectativa ansiosa, uma intenção, uma reflexão, etc. Ao contrário, a primeira pergunta que se nos apresenta é se realmente possuem os sonhos algum significado, e se devem ser considerados como eventos mentais. A resposta da ciência é negativa: ela explica o sonhar como sendo um processo puramente fisiológico, por trás do qual não há, conseqüentemente, necessidade de procurar um sentido, um significado ou um propósito. Os estímulos somáticos, segundo consta, agem sobre o aparelho mental durante o sono, levando à consciência ora uma, ora outra idéia, desprovidas de qualquer conteúdo mental: os sonhos são comparáveis a meras contrações, e não a movimentos expressivos da mente.

Nessa controvérsia a respeito do caráter dos sonhos, os escritores imaginativos parecem tomar o partido dos antigos, da superstição popular e do autor de *A Interpretação de Sonhos*. Pois quando um autor faz sonhar os personagens construídos por sua imaginação, segue a experiência cotidiana de que os pensamentos e os sentimentos das pessoas têm prosseguimento no sonho, sendo seu único objetivo retratar o estado de espírito de seus heróis através de seus sonhos. E os escritores criativos são aliados muito valiosos, cujo testemunho deve ser levado em alta conta, pois costumam conhecer toda uma vasta gama de coisas entre o céu e a terra com as quais a nossa filosofia ainda não nos deixou sonhar. Estão bem adiante de nós, gente comum, no conhecimento da mente, já que se nutrem em fontes que ainda não tornamos acessíveis à ciência. Mas se esse apoio dos escritores a favor de os sonhos possuírem um significado fosse menos ambíguo! Um crítico mais severo poderia objetar que os escritores não se manifestam nem contra nem a favor de os sonhos terem um significado psíquico, contentando-se em mostrar como a mente adormecida se contrai sob excitações que nela permaneceram ativas como prolongamentos do estado de vigília.

Mas esse pensamento sensato não vem arrefecer nosso interesse pela maneira como os escritores fazem uso dos sonhos. Mesmo que essa investigação nada de novo nos ensine sobre a natureza dos sonhos, talvez permita-nos obter alguma compreensão interna (*insight*), ainda que tênue, da natureza da criação literária. Os sonhos verdadeiros já eram considerados como estruturas imoderadas e arbitrárias - e agora somos confrontados com livres imitações desses sonhos! Entretanto, há muito menos liberdade e arbitrariedade na vida mental do que tendemos a admitir, e pode ser até que não exista nenhuma. Aquilo que no mundo externo denominamos de casualidade pode, como sabemos, ser colocado dentro de leis. Assim também o que chamamos de arbitrariedade da mente repousa sobre leis das quais só agora começamos vagamente a suspeitar. Vamos, então, prosseguir!

Podemos adotar dois métodos para essa investigação. Um deles seria examinar um caso particular, penetrando a fundo nas criações oníricas de uma das obras de um determinado escritor. O outro consistiria em reunir e cotejar todos os exemplos que pudessem ser encontrados do uso de sonhos nas obras de diversos autores. O segundo poderia parecer o mais eficaz, e talvez o único justificável, já que nos liberta imediatamente das dificuldades inerentes à adoção do conceito artificial de 'escritores' como classe. Ao ser investigada, essa classe desagregar-se-ia em escritores individuais de valor extremamente diverso, entre os quais alguns que veneramos como os mais profundos observadores da mente humana. Apesar disso, essas páginas serão dedicadas a uma pesquisa do primeiro tipo. Aconteceu que uma pessoa do grupo onde primeiro surgiu essa idéia lembrou-se de que a última obra de ficção que prendera seu interesse continha vários sonhos cujas fisionomias familiares como que o haviam encarado e convidado a tentar aplicar-lhes o método da *Interpretação de Sonhos*. Ele confessou que o tema da pequena obra e o cenário em que o mesmo se desenvolvia haviam, sem dúvida, construído o principal fator de seu prazer. A história

situava-se em Pompéia e tratava de um jovem arqueólogo que abdicara do seu interesse pela vida para dedicar-se aos remanescentes da Antiguidade clássica, sendo por meios tortuosos e estranhos, embora perfeitamente lógicos, novamente atraído à vida real. O tratamento dado a esse material genuinamente poético despertara em seu leitor toda uma série de pensamentos afins e em harmonia com esse material. A obra era o conto *Gradiva*, de Wilhelm Jensen, descrito por seu próprio autor como sendo uma ‘fantasia pompeana’.

E aqui eu pediria a meus leitores que deixassem de lado este pequeno ensaio e passassem algum tempo familiarizando-se com *Gradiva* (publicada pela primeira vez em 1903), para que aquilo a que eu me referir nas páginas que se seguem possa ser familiar a eles. Para os que já leram *Gradiva*, farei um breve resumo de sua história, esperando que suas memórias lhe restituam todo o encanto que ela perderá com este tratamento.

Um jovem arqueólogo, Norbert Hanold, descobrira num museu de antiguidades em Roma um relevo que o atraía muitíssimo, tendo com grande prazer conseguido do mesmo uma excelente cópia em gesso, a qual colocou em seu gabinete de trabalho numa cidade universitária da Alemanha para admirá-la com vagar. A escultura representava uma jovem adulta, cujas vestes esvoaçantes revelavam os pés calçados com leves sandálias, surpreendida ao caminhar. Um dos pés repousava no solo, enquanto o outro, já flexionado para o próximo passo, apoiava-se somente na ponta dos dedos, estando a planta e o calcanhar perpendiculares ao solo. Provavelmente foi esse modo de andar incomum e particularmente gracioso que atraiu a atenção do escultor e que, tantos séculos depois, seduziu seu admirador arqueólogo.

O interesse que o relevo desperta no herói da história é o fato psicológico básico da narrativa. Não há uma explicação imediata para esse interesse. ‘O Dr. Norbert Hanold, lente de arqueologia, na verdade nada encontrou no relevo que merecesse uma atenção especial do ponto de vista da sua disciplina científica.’ (3.) ‘Ele não pôde explicar a si mesmo o que havia nele que atraía sua atenção. Só sabia que fora atraído por algo e que desde aquele instante o efeito permanecera inalterado.’ Sua imaginação não cessava de se ocupar com a escultura. Ele a achava ‘viva’ e ‘atual’, como se o artista houvesse reproduzido uma rápida visão colhida nas ruas. Chamou a figura do relevo de ‘Gradiva’ - ‘a jovem que avança’. Imaginou que ela era, sem dúvida, filha de uma família nobre, talvez ‘de um edil patrício que exercia seu cargo a serviço de Ceres,’ e que ela estava a caminho do templo da deusa. Contudo, tinha dificuldade em situar sua natureza serena e tranqüila no clima agitado de uma capital, convencendo-se então de que ela deveria ser transportada para Pompéia, onde atravessava uma via sobre as curiosas pedras com ressaltos descobertas nas escavações que, dispostas com intervalos para a passagem das rodas do veículo, permitiam aos pedestres conservar os pés secos nos dias chuvosos. Percebeu em sua fisionomia traços gregos, e estava convencido de que a jovem tinha origem helênica. Pouco a pouco Norbert Hanold colocou todo o seu acervo de conhecimentos arqueológicos a serviço desta e de

outras fantasias relativas ao modelo da escultura.

A essa altura, um problema de caráter aparentemente científico, que pedia uma solução, veio atormentá-lo. Tratava-se de determinar ‘se aquela maneira de pisar de Gradiva fora reproduzida pelo escultor como na vida’. Ele mesmo achava que não conseguiria imitá-la, e para comprovar a ‘realidade’ desse modo de andar resolveu, ‘para aclarar a questão, observar a vida’. (9.) Essa resolução, entretanto, levou-o a agir de forma pouquíssimo condizente com seus hábitos. ‘Até então o sexo feminino não passara para ele de um conceito expresso em mármore ou em bronze, e nunca prestara a menor atenção às suas representantes contemporâneas’. O arqueólogo sempre considerara os deveres sociais como um inevitável aborrecimento. No convívio social prestava tão pouca atenção ao aspecto e à conversa das jovens, que ao reencontrá-las acidentalmente passava sem um cumprimento, o que certamente não causava impressão favorável. Agora, entretanto, a tarefa científica a que se propusera impelia-o na rua, especialmente nos dias chuvosos, a observar ansiosamente os pés de todas as mulheres que encontrava, atividade que lhe granjeava olhares ora indignados, ora encorajadores dos objetos de sua observação, ‘mas ele não percebia nem uns, nem outros’. (10.) Essa pesquisa meticulosa levou-o a concluir que o modo de andar de Gradiva não era encontrável na realidade, o que o encheu de desânimo e consternação.

Pouco depois ele teve um sonho terrível, no qual se encontrava na antiga Pompéia, testemunhando a destruição da cidade pela erupção do Vesúvio. ‘Estava junto ao foro, ao lado do templo de Júpiter, quando subitamente viu Gradiva a uma pequena distância. Até aquele momento nem sequer lhe ocorrera a possibilidade de encontrá-la, mas então isso lhe ocorreu como sendo muito natural, já que era pompeana e residia em sua cidade natal, *na mesma época que ele, sem que disto ele tivesse a menor suspeita.*’ (12.) Receoso da sorte que a aguardava, gritou para a prevenir, ao que, sem se deter, a jovem voltou-lhe o rosto sereno, mas continuou seu caminho até alcançar o pórtico do templo. Ali sentou-se em um dos degraus e curvou-se lentamente até repousar a cabeça no piso, enquanto suas faces cada vez mais pálidas pareciam transformar-se em mármore. Ele se precipitou em sua direção, mas ao alcançá-la encontrou-a deitada no largo degrau com uma expressão tranqüila, como se estivesse adormecida, até que a chuva de cinzas cobriu sua figura.

Quando ele acordou, o surdo arrebentar das ondas enraivecidas e os gritos confusos dos habitantes de Pompéia, clamando por socorro, ainda pareciam ecoar em seus ouvidos. Mas mesmo depois que suas faculdades despertadas reconheceram nesses sons o bulício matinal da cidade, continuou por muito tempo a acreditar na realidade de seu sonho. Quando por fim se libertou da idéia de que estivera presente à destruição de Pompéia, cerca de dois mil anos antes, ficou-lhe o que parecia firme convicção de que Gradiva ali vivera e fora soterrada com o resto da população em 79 D.C. Em consequência desse sonho, pela primeira vez em suas fantasias sobre Gradiva, lamentou-a como alguém que tivesse sido perdido.

Absorto nesses pensamentos, chegou à janela e os gorjeios de um canário numa gaiola, na janela da casa em frente, despertaram sua atenção. Subitamente um sobressalto sacudiu a mente do jovem, que ainda parecia imerso em seu sonho. Julgou ter visto na rua uma silhueta semelhante a Gradiva e ter inclusive reconhecido seu andar característico. Sem refletir, correu à calçada para a interceptar, mas as risadas e chacotas dos transeuntes, diante de seus trajes matinais, fizeram-no voltar para casa. De novo no quarto, tornou a reparar no canto do canário, o qual sugeria uma comparação consigo mesmo. Também ele estava preso numa gaiola, embora lhe fosse mais fácil a fuga. Ainda sob a influência do sonho, e talvez também do suave ar primaveril, formou-se nele a determinação de empreender uma viagem à Itália. Logo encontrou um pretexto científico para a excursão, embora ‘o impulso para essa viagem tivesse origem num sentimento que ele não podia nomear’. (24.)

Vamo-nos deter por um momento nessa viagem, programada por motivos tão fortuitos, e examinar mais de perto a personalidade e o comportamento de nosso herói, que ainda se nos apresenta incompreensível e insensato, visto ainda ignorarmos como sua singular loucura se ligará a sentimentos humanos e assim despertará nossa simpatia. Mas é um dos privilégios do escritor poder deixar-nos na incerteza! O encanto de sua linguagem e a engenhosidade de suas idéias recompensam-nos provisoriamente pela confiança que depositamos nele e pela simpatia, ainda injustificada, que nos dispomos a conceder a seu herói. Veremos que ele foi predestinado pela tradição da família a dedicar-se à arqueologia e que, quando se achou só e independente, se absorveu inteiramente nos estudos, afastando-se por completo da vida e seus prazeres. Só o mármore e o bronze eram para ele verdadeiramente vivos, só esses materiais exprimiam o propósito e o valor da vida humana. Mas a natureza, talvez com um intuito benevolente, instilara em seu sangue um corretivo de caráter nada científico: uma imaginação vivíssima que se mostrava em seus sonhos e também no estado de vigília. Essa divisão entre imaginação e intelecto o predispunha a tornar-se ou um artista ou um neurótico; ele estava entre aqueles cujo reino não é deste mundo. Daí resultou interessar-se pelo relevo que representava uma jovem caminhando de forma peculiar e tecer sobre a mesma suas fantasias, imaginando para ela um nome e uma origem, e situando-a na cidade de Pompéia, soterrada há mais de mil e oitocentos anos, até que por fim, após um estranho sonho de ansiedade, sua fantasia da existência e da morte de Gradiva ampliou-se, passando a constituir um delírio que influenciava suas ações. Tais produtos da imaginação seriam considerados espantosos e inexplicáveis numa pessoa da vida real; no entanto, como nosso herói, Norbert Hanold, é uma pessoa fictícia, talvez possamos perguntar timidamente a seu autor se acaso sua imaginação não terá sido determinada por forças outras que não as da sua escolha arbitrária.

Deixamos nosso herói no momento em que, aparentemente influenciado pelos trinados de um canário, se decide, com um propósito que evidentemente não estava claro para ele, a viajar para a Itália. Descobriremos mais adiante que não tinha nem plano nem roteiro fixos para essa viagem. A intranqüilidade e a insatisfação internas levaram-no a transferir-se de Roma para Nápoles, e daí para mais adiante. Viu-se envolvido por uma nuvem de casais em

lua-de-mel e forçado a observar os ternos pares de ‘Edwins’ e ‘Angelinas’, em transportes amorosos que lhe pareciam incompreensíveis. Chegou à conclusão de que, de todas as loucuras da humanidade, ‘o casamento é a maior e a mais incompreensível, sendo o ápice dessa imbecilidade aquelas despropositadas viagens de núpcias à Itália.’ (27.) Em Roma seu sono foi perturbado pela proximidade de um casal amoroso, e ele fugiu apressadamente para Nápoles, ali deparando, entretanto, outra série de ‘Edwins’ e ‘Angelinas’. Inferindo da conversa destes que a maioria não tinha intenção alguma de aninhar-se entre as ruínas de Pompéia, estando a caminho de Capri, resolveu fazer uma opção contrária à deles, e poucos dias depois de iniciar a viagem encontrava-se em Pompéia, ‘contra todas as suas intenções e expectativas’.

Mas também ali não encontrou a tranqüilidade procurada. O papel até então desempenhado pelos casais em lua-de-mel, que haviam irritado e mortificado seu espírito, transferiu-se para as moscas, consideradas por Hanold como a encarnação de tudo que é absolutamente nocivo e desnecessário. As duas espécies de espíritos atormentadores fundiram-se numa unidade: alguns pares de moscas fizeram-no recordar os recém-casados, e ele imaginou que também elas em sua linguagem interpelam-se docemente por ‘meu querido Edwin’ e ‘minha adorada Angelina.’ Por fim concluiu que ‘seu descontentamento não era resultado apenas de circunstâncias externas, tendo em parte origem interna.’ (42.) Sentiu que estava ‘insatisfeito porque lhe faltava algo, embora não pudesse precisar o quê.’

Na manhã seguinte atravessou o ‘*Ingresso*’ de Pompéia e, depois de livrar-se do guia, percorreu a esmo a cidade, sem que - fato estranho - lhe ocorresse à lembrança o sonho recente em que estivera presente à sua destruição. Mais tarde, à ‘cálida e sagrada hora do meio-dia, que para os antigos era a hora dos espíritos, quando os demais visitantes se haviam retirado e as ruínas jaziam desertas sob a luz do sol ardente, julgou poder transportar-se à vida que havia sido enterrada, mas não com o auxílio da ciência. ‘Ela ensina uma concepção fria e arqueológica do mundo e faz uso de uma linguagem filológica e morta, que em nada contribuem para uma compreensão da qual participem o espírito, os sentimentos, o coração. Quem desejar atingi-la deve permanecer aqui, solitário, único ser vivente nessa calma abrasadora do meio-dia, entre as relíquias do passado, e ver, mas não com os olhos do corpo, e ouvir, mas não com os ouvidos físicos. E então... os mortos acordarão e Pompéia tornará mais uma vez à vida.’ (55.)

Enquanto assim ressuscitava o passado com a sua imaginação, viu subitamente a inconfundível Gradiva do seu relevo sair de uma casa e atravessar a rua com passos lépidos sobre as pedras de lava, como no sonho em que ela se deitara nos degraus do templo de Apolo. ‘E com essa lembrança, pela primeira vez veio à sua consciência que, embora ignorando o impulso interno que o impelia, se viera à Itália, dirigindo-se a Pompéia sem deter-se em Roma ou em Nápoles, fora para procurar as pegadas de Gradiva - e “pegadas” no sentido literal, pois com aquele andar peculiar ela deveria ter deixado impressões inconfundíveis nas cinzas de Pompéia.’ (58.)

Nesse ponto a tensão em que até agora nos mantém o autor transforma-se por um momento numa dolorosa perplexidade. Evidentemente não foi só o nosso herói quem perdeu o equilíbrio. Também ficamos desorientados com o aparecimento de Gradiva, que de uma figura em mármore já passara a figura imaginária. Acaso seria ela uma alucinação do nosso herói, perturbado por seus delírios, ou seria um ‘verdadeiro’ fantasma, ou ainda uma pessoa viva? Não se quer dizer com isso que precisemos acreditar em fantasmas. O autor, que rotulou de ‘fantasia’ sua obra, ainda não nos informou se pretende deixar-nos dentro do nosso mundo, desse prosaico mundo governado pelas leis da ciência, ou se pretende transportar-nos a um outro mundo imaginário, no qual se concede realidade aos espíritos e fantasmas. Estamos preparados para segui-lo sem hesitações, como nos exemplos de *Hamlet* e *Macbeth*, e nesse caso encararíamos por outro prisma o delírio do imaginativo arqueólogo. Na verdade, ao considerarmos quão improvável é a existência de uma pessoa real que seja a imagem viva de uma escultura antiga, as hipóteses reduzem-se a duas: uma alucinação ou um fantasma do meio-dia. Um pequeno detalhe na narrativa leva-nos a abandonar a primeira possibilidade. Um pequeno lagarto, que sobre uma pedra desfrutava imóvel do calor do sol, fugiu assustado à aproximação do pé de Gradiva. Não se tratava, assim, de uma alucinação, mas de alguma coisa externa à mente de nosso sonhador. Contudo, a realidade de uma *rediviva* poderia perturbar um lagarto?

Gradiva desapareceu em frente à Casa de Meleagro. Não nos deve surpreender que o arqueólogo tenha prosseguido em seu delírio de que Pompéia tornara à vida ao meio-dia, hora dos espíritos, e que Gradiva também tenha tornado à vida e entrado na casa em que vivera antes daquele fatal dia de agosto de 79 D.C. Sua mente constrói as mais engenhosas especulações sobre a personalidade do proprietário (de quem a casa provavelmente tomara o nome) e sobre sua relação com Gradiva, demonstrando que sua ciência estava agora inteiramente a serviço de sua imaginação. Ele entrou na residência e defrontou-se subitamente, mais uma vez, com a aparição sentada em alguns degraus baixos que se estendiam entre duas colunas amarelecidas, ‘tendo sobre os joelhos um objeto branco cuja natureza ele não conseguiu precisar, talvez uma folha de papiro...’ Baseando-se na teoria que formulara sobre a origem da jovem, interpelou-a em grego e esperou, cheio de ansiedade, pela comprovação de que a aparição possuía o dom da palavra. Como não obteve resposta, interrogou-a em latim, ao que ela retrucou com um sorriso nos lábios: ‘Se desejas falar-me debes empregar o alemão.’

Que humilhação para nós leitores! Então o autor estava se divertindo à nossa custa, fazendo-nos participar em pequena escala do delírio do personagem, como se sobre nós também incidisse o escaldante sol de Pompéia, para que julgássemos com maior benevolência o pobre coitado sobre quem realmente incidia o sol do meio-dia. Agora, entretanto, já estamos curados da nossa momentânea confusão, e sabemos que Gradiva é uma jovem alemã de carne e osso, solução que antes estávamos inclinados a rejeitar como altamente improvável. Tranqüilos, superiores, vamos pois esperar que o autor nos revele a

relação existente entre a jovem e sua imagem em mármore, e como nosso jovem arqueólogo chegou às fantasias que conduziram até a personalidade real de Gradiva.

Mas o delírio de nosso herói não se dissipou com a mesma facilidade que o nosso, pois como nos revela o autor, ‘embora feliz em sua crença, era-lhe necessário aceitar muitas circunstâncias misteriosas.’ (140.). Provavelmente esse delírio tinha em Hanold raízes internas, as quais são em nós existentes e das quais nada conhecemos. Parece-nos, sem dúvida, que em seu caso seria necessário um tratamento enérgico para que pudesse ser trazido de volta à realidade. No momento tudo que estava ao seu alcance era incorporar a seu delírio a maravilhosa experiência por que acabara de passar. Gradiva, que perecera com o resto da população na destruição de Pompéia, nada mais podia ser senão um fantasma do meio-dia, o qual voltava à vida naquele breve instante consagrado aos espíritos. Mas por que, então, ele replicou ao ouvir a resposta dela em alemão: ‘Eu já sabia como soaria a tua voz’? A jovem também estranhou a réplica, assim como nós, e Hanold confessou nunca tê-la ouvido antes, embora esperasse ouvi-la em seu sonho, quando lhe falara ao vê-la deitada nos degraus do templo. Implorou-lhe que repetisse a cena, mas a esse pedido ela se levantou, olhando-o de forma estranha, e em poucos passos desapareceu entre as colunas do pátio. Pouco antes uma borboleta revoludara em torno da jovem, e ele a interpretou como uma mensageira de Hades, a qual veio lembrar à jovem morta que ela devia retornar, pois a hora concedida aos fantasmas estava para terminar. Hanold ainda teve tempo de bradar ao vê-la escapar: ‘Voltarás aqui amanhã ao meio-dia?’ Entretanto, podemos permitir-nos interpretações menos fantásticas e ver na fuga da jovem um sinal de que a mesma, já que desconhecia o sonho dele, julgara imprópria a observação que lhe fora dirigida por Hanold e se retirara ofendida. Não teria a sua sensibilidade percebido a natureza erótica da pretensão de Hanold, que este acreditava motivada somente pelo seu sonho?

Após o desaparecimento de Gradiva, nosso herói passou cuidadosamente em revista os hóspedes reunidos para o almoço no Hotel Diomède e no Hotel Suisse, assegurando-se assim que nos dois únicos hotéis que conhecia em Pompéia não existia ninguém que se assemelhasse, ainda que remotamente, com Gradiva. Teria, naturalmente, rejeitado como tola a idéia de que talvez pudesse realmente encontrar Gradiva ali. Logo o vinho originário das quentes faldas do Vesúvio contribuiu para intensificar o turbilhão de sentimentos em que ele passou o dia.

No dia seguinte só uma coisa estava fixa: Hanold devia voltar à Casa de Meleagro ao meio-dia; e, na expectativa desse momento, penetrou irregularmente nas ruínas de Pompéia, escalando o antigo muro da cidade. Deparou um pé de asfódelo em flor, coberto de pequenas campânulas brancas, e colheu para si um ramo ao lembrar-se de que se tratava da flor dos infernos. Enquanto esperava, a arqueologia começou a lhe parecer a ciência mais inútil e

desinteressante do mundo, pois outro interesse concentrava agora suas atenções: o problema do ‘que poderia ser a natureza da aparição corpórea de Gradiva, um ser que estava simultaneamente morto e vivo, embora só ao meio-dia’. (80.) Também receava não a encontrar naquele dia, pois talvez sua volta só fosse permitida a longos intervalos; ao vê-la outra vez entre as colunas, julgou que a aparição não passava de um truque de sua imaginação e exclamou em sua dor: ‘Ah! Se ao menos fosses real e viva!’ Mas dessa vez errara em seu julgamento, pois a aparição dirigiu-se a ele, perguntando-lhe se a flor era para si, e travou com o desconcertado arqueólogo um longo colóquio.

O autor passa a explicar a seus leitores, para quem Gradiva já interessava como pessoa viva, que o olhar de desprazer e repulsa que a jovem lhe dirigira na véspera dera lugar a uma expressão de curiosidade e profundo interesse. Ela na verdade começou a interrogá-lo, pedindo-lhe uma explicação para sua observação do dia anterior e querendo saber em que ocasião ficara ao lado dela enquanto ela se deitava para dormir. Ela assim tomou conhecimento do sonho em que teria perecido juntamente com toda a população de sua cidade natal, assim como também do relevo em mármore e da posição do pé que tanto atraíra o arqueólogo. Ela então acedeu de bom grado a demonstrar seu modo de andar, e isso mostrou que a única diferença da escultura de Gradiva era que em lugar de sandálias a jovem trazia delicadas botas de cor de areia de fino couro - o que ela explicava como uma adaptação ao presente. Evidentemente ela apreendia a essência do delírio do arqueólogo, sem contestá-lo uma única vez. Só por um instante pareceu que a emoção a fez esquecer seu papel, quando ele, pensando na escultura, declarou tê-la reconhecido à primeira vista. Como a essa altura do colóquio ela ainda não sabia nada do relevo, era natural que se equivocasse quanto às palavras de Hanold; mas ela logo se refez, e somente para nós suas réplicas às vezes parecem dotadas de duplo sentido, como se em vez de se cingirem ao delírio, também aludissem a fatos reais e presentes - por exemplo, quando ela lamentou não ter ele conseguido encontrar nas ruas alguém que reproduzisse o modo de andar da Gradiva: ‘Que pena! Talvez essa longa viagem a Pompéia não tivesse sido necessária!’ (89.) Ao saber que ele chamara de Gradiva à escultura, ela lhe revelou seu verdadeiro nome: ‘Zoe’. ‘Esse nome assenta-te maravilhosamente, mas soa como uma amarga ironia, já que Zoe significa vida’. ‘Temos de nos curvar ao irremediável’, retrucou ela, ‘e há muito que me acostumei a estar morta.’ Prometendo estar de volta ao mesmo local ao meio-dia do dia seguinte, ela se despediu, tendo antes pedido o ramo de asfódelo: ‘As mais afortunadas recebem rosas na primavera, mas essas flores do esquecimento são mais apropriadas para mim.’ (90.) Sem dúvida o tom melancólico condiz com alguém há muito tempo morto e que volta à vida apenas por uns breves momentos.

Agora começamos a compreender e a nutrir alguma esperança. Se a jovem, em cuja figura Gradiva tornou à vida, aceitou tão plenamente o delírio de Hanold, provavelmente fazia isso para libertá-lo do mesmo. Não existia outro caminho para tal; contradizê-lo acabaria com todas as possibilidades. Mesmo o tratamento sério de um caso real de doença desse tipo só poderia ter seqüência situando-se inicialmente no mesmo plano da estrutura delirante e

passando-se então a investigá-la o mais completamente possível. Se Zoe for a pessoa indicada para esse trabalho, sem dúvida logo aprenderemos como curar um delírio como o do nosso herói, e também teremos a satisfação de saber como tais delírios têm início. Seria uma coincidência estranha - mas ainda assim, nem inédita nem isolada - se o tratamento do delírio coincidissem com a sua investigação, e se precisamente na dissecação do mesmo viesse à tona a explicação de sua origem. Se assim for, começaremos certamente a suspeitar que o nosso caso de doença possa acabar numa 'vulgar' história de amor. Mas não se pode desprezar o poder curativo do amor contra um delírio - e acaso a paixão do nosso herói pela sua escultura da Gradiva não possui todas as características de uma paixão amorosa, ainda que paixão amorosa por algo passado e sem vida?

Após o desaparecimento de Gradiva, ouviu-se à distância como que o pio sardônico de um pássaro sobrevoando as ruínas da cidade. Agora só, o jovem descobriu no chão o objeto branco que tinha sido deixado por Gradiva; não se tratava de um papiro, mas de um caderno de esboços, com vários desenhos a lápis de cenas de Pompéia. Inclinamo-nos a considerar esse esquecimento do caderno como um penhor do retorno da jovem, pois acreditamos que ninguém esquece alguma coisa sem uma razão secreta ou um motivo oculto.

O resto do dia proporcionou a Hanold uma série de confirmações e descobertas estranhas, que ele entretanto não conseguiu sintetizar num todo. Na parede do pórtico onde Gradiva desaparecera, descobriu uma estreita fenda, suficiente no entanto para dar passagem a uma pessoa muito esbelta. Reconheceu que Zoe-Gradiva não teve necessariamente de sumir nas entranhas da terra - idéia que agora lhe pareceu tão insensata que se envergonhou de ter acreditado nela; a jovem pode ter utilizado a fenda para retornar a seu túmulo. Ele julgou perceber uma tênue sombra desaparecer em frente à Casa de Diomedes, no fim da Via dos Sepulcros.

No mesmo atropelo de sentimentos da véspera, absorto nos mesmos problemas, ele percorreu a esmo os arredores de Pompéia. Perguntou-se qual seria a natureza corpórea de Zoe-Gradiva. Acaso se sentiria alguma coisa se se tocasse sua mão? Um estranho ímpeto o induzia à determinação de tentar tal experiência, ao mesmo tempo que relutava fortemente a admitir semelhante idéia.

Numa colina ensolarada deparou um cavalheiro idoso que, pelos seus apetrechos, só podia ser um botânico ou um zoólogo empenhado em alguma busca. O indivíduo virou-se para ele e disse: 'O senhor também está interessado no *faraglioniensis*? Eu não acreditava, mas é provável que, além das ilhas Faraglioni perto de Capri, também ocorram no continente. O método inventado pelo nosso colega Eimer é realmente muito bom. Já o utilizei várias vezes com excelentes resultados. Por favor, fique bem quieto...' (96.) Nesse ponto o

zoólogo calou-se e colocou um laço feito de um longo talo de erva em frente a uma fenda nas pedras, por onde espreitava a pequena cabeça azul iridescente de um lagarto. Hanold deixou o caçador de lagartos com um sentimento crítico de que era quase inacreditável que pessoas empreendessem longas viagens para chegar a Pompéia impelidas por propósitos tão estranhos e tolos. É desnecessário dizer que nessa crítica ele não se incluía, assim como não incluía sua intenção de procurar as pegadas de Gradiva nas cinzas de Pompéia. A fisionomia do indivíduo idoso que interpelara como a um conhecido era familiar ao arqueólogo, que talvez já o tivesse visto de relance em um dos dois hotéis.

Continuando seu passeio, chegou por uma estrada lateral a uma casa que ele ainda não tinha descoberto, e que se mostrou como um terceiro hotel, o ‘Albergo del Sole’. O proprietário, ocioso no momento, aproveitou a oportunidade para exhibir seu estabelecimento e sua coleção de relíquias encontradas nas escavações. Afirmou ter estado presente à descoberta junto ao foro de um jovem casal de namorados que, ao compreenderem seu inevitável destino, aguardaram a morte estreitamente abraçados. Hanold já ouvira antes essa história, considerando-a uma invenção fantasiosa de algum narrador imaginativo; naquele momento, porém, as palavras do hoteleiro encontraram nele um ouvinte crédulo, cuja receptividade aumentou ao lhe ser mostrado um broche de metal coberto de pátina verde, o qual teria sido encontrado nas cinzas junto aos restos da jovem. Sem qualquer dúvida crítica, comprou o broche e, ao deixar o *albergo*, viu numa janela aberta um ramo de asfódelo florido, tendo interpretado a visão das flores fúnebres como uma confirmação da legitimidade de sua nova aquisição.

Mas, com o broche, um novo delírio apoderou-se dele, ou melhor, o antigo recebeu um novo acréscimo - o que não parece de bom augúrio para o tratamento que fora iniciado. O par amoroso abraçado fora desenterrado perto do foro, e foi em suas cercanias, no templo de Apolo, que em seu sonho o jovem vira Gradiva deitar-se para dormir (ver em [1]). Não seria possível que mais tarde ela se tivesse dirigido para o foro e encontrado alguém, tendo os dois então morrido juntos? Dessa suspeita surgiu um sentimento atormentador comparável ao ciúme. Refletindo sobre a improbabilidade da hipótese, tranqüilizou-se parcialmente e recuperou o equilíbrio suficiente para cear no Hotal Diomède. Ali sua atenção voltou-se para dois hóspedes recém-chegados, um rapaz e uma moça, julgou serem irmãos devido a certa semelhança física, apesar dos cabelos de cores diferentes. Foram essas as primeiras pessoas que encontrou em sua viagem a lhe causarem uma impressão favorável. A moça trazia uma rosa vermelha de Sorrento que lhe despertou uma recordação imprecisa. Afinal ele se recolheu e teve um sonho singularmente absurdo, embora sem dúvida provocado pelas experiências do dia. ‘Sentada em algum lugar no sol, Gradiva confeccionava um laço de um longo talo de erva para capturar um lagarto, e disse: “Por favor, fique bem quieto. Nossa colega tem razão, esse método é realmente ótimo e ela já o utilizou com excelentes resultados.”’ Ainda adormecido, defendeu-se do sonho com o pensamento crítico de que o mesmo era totalmente insensato, conseguindo libertar-se dele com a ajuda de um pássaro invisível que, emitindo um pio sarcástico, chamou e carregou o lagarto em seu bico.

Apesar desse tumulto, ele acordou num estado de espírito mais lúcido e mais equilibrado. Uma roseira com flores semelhantes às que vira na véspera no peito da nova hóspede o fez lembrar que, durante o sono, ouvira alguém dizer que era costume oferecerem-se rosas na primavera. Sem refletir, colheu algumas rosas e o ato exerceu um efeito tranqüilizante em seu espírito. Sentindo-se liberto de seus sentimentos anti-sociais, dirigiu-se pelo caminho regular para Pompéia, com a mente entretida em problemas referentes a Gradiva e levando consigo as rosas, o caderno de esboços e o broche de metal. O antigo delírio começou a apresentar fissuras; ele conjecturou se acaso não poderia encontrar Gradiva em Pompéia, não somente ao meio-dia, mas em outros momentos também. Os últimos elementos acrescentados ao delírio, entretanto, adquiriram maior força, e os ciúmes decorrentes dos mesmos atormentavam-no sob vários disfarces. Ele quase desejaria que a aparição permanecesse visível somente a seus olhos, escapando à percepção dos demais; assim, poderia considerá-la sua propriedade exclusiva. Enquanto caminhava sem destino, aguardando o meio-dia, teve um encontro inesperado. Na *Casa del Fauno* deparou num canto um casal que, julgando-se ao abrigo de olhares, trocava abraçado um demorado beijo. Assombrado, reconheceu no par o simpático casal da noite anterior, cujo procedimento, entretanto, não coadunava com o de dois irmãos, pois para ele o abraço e o beijo pareceram muito prolongados. Tratava-se, afinal, de mais um casal amoroso, provavelmente em lua-de-mel - mais um Edwin e Angelina. Surpreendentemente, dessa vez a visão dos mesmos só lhe causou satisfação. Reverentemente, como se houvesse interrompido algum secreto ato de devoção, retirou-se sem ser percebido. Recuperou uma atitude de respeito, há muito perdida.

Ao chegar à Casa de Meleagro, tornou a sentir um medo tão violento de encontrar Gradiva em companhia de mais alguém, que quando ela apareceu as únicas palavras que lhe ocorreram foram as seguintes: ‘Estás sozinha?’ Foi com dificuldade que a jovem conseguiu fazê-lo perceber que ele colhera as rosas para ela. Ele lhe confessou seu último delírio: ser ela a dona do broche verde, ser ela a jovem encontrada nos braços do amante no foro. Com um leve toque irônico, ela perguntou se acaso ele encontrara o objeto no sol (e ela empregou a palavra [italiana] ‘sole’), pois o sol fazia coisas semelhantes. O rapaz confessou estar-se sentindo um pouco tonto, e ela sugeriu como cura que ele compartilhasse da merenda dela. Ela lhe ofereceu a metade de um pãozinho que trazia embrulhado num papel de seda e comeu a outra metade com óbvio apetite. Seus lábios entreabertos deixavam entrever dentes perfeitos, que produziam um leve rangido ao penetrar na côdea do pão. ‘Sinto como se já tivéssemos compartilhado certa vez de uma refeição semelhante, há dois mil anos atrás’, disse ela, ‘não te recordas?’ (118.) Nenhuma resposta ocorreu a ele, mas a melhora de sua cabeça, decorrente do alimento, e as muitas indicações da presença real da jovem começaram a produzir seu efeito. A razão fortalecida o fez duvidar do delírio de que Gradiva não passasse de um fantasma do meio-dia, embora ela mesma tivesse acabado de afirmar que tinha compartilhado com ele de uma refeição há dois mil anos. Para solucionar tal conflito, ocorreu-lhe uma experiência que imediatamente levou a cabo com habilidade e renovada coragem. A jovem descansava sua mão esquerda, de delicados dedos, sobre os joelhos e uma das moscas, cuja inutilidade e impertinência tanta indignação haviam

provocado nele, pousou sobre ela. Num movimento súbito, a mão de Hanold elevou-se no ar para se abater com vigor sobre o inseto e sobre a mão de Gradiva.

Essa experiência atrevida teve dois resultados: primeiro, a eufórica convicção de ter, sem dúvida alguma, tocado uma mão humana, real, viva e quente, mas logo em seguida uma reprimenda que o fez levantar-se num sobressalto da escadaria onde estava sentado, pois, passado seu primeiro espanto, Gradiva exclamou: ‘Perdeste mesmo o juízo, Norbert Hanold!’ Como todos sabem, o melhor método para acordar um sonâmbulo, ou um indivíduo adormecido, é chamá-lo pelo seu próprio nome. Contudo, infelizmente, não se terá oportunidade de observar os efeitos produzidos em Norbert Hanold pelo fato de Gradiva ter proferido seu nome (nome que ele não revelara a ninguém em Pompéia), pois nesse momento crítico surgiu em cena o simpático casal amoroso da *Casa del Fauno*, e a jovem senhora exclamou em tom de grata surpresa: ‘Zoe! Estás aqui também? E em lua-de-mel como nós? Nunca me escreveste uma única palavra a respeito disso!’ Diante dessa nova prova de que Gradiva era um ser vivo e real, Hanold fugiu.

Zoe-Gradiva também não acolheu com grande prazer essa visita inesperada que a interrompeu numa tarefa aparentemente importante. Todavia, ela logo se recuperou e respondeu com naturalidade, explicando a situação à sua amiga - e também a nós -, de forma a livrar-se do jovem casal. Congratulou-os, e negou estar em lua-de-mel. ‘O rapaz que acabou de se afastar abriga, como vós, uma notável aberração. Parece acreditar que existe uma mosca zunindo em sua cabeça. Bem, talvez todos tenhamos uma espécie de inseto aqui. Como entendo um pouco de entomologia, posso ser de alguma ajuda nesses casos. Meu pai e eu estamos hospedados no Sole. Alguma coisa também aconteceu com a cabeça *dele*, pois teve a brilhante idéia de me trazer, sob a condição de que me distraísse sozinha em Pompéia e nada exigisse dele. Eu disse a mim mesma que seria capaz de desencavar algo de interessante aqui, sem a ajuda de ninguém. Naturalmente eu não contava com a descoberta que fiz... isto é, não contava encontrar-te, Gisa.’ (124.) E acrescentou que precisava apressar-se, pois o pai a esperava para almoçar no ‘Sol’. Assim afastou-se, após haver-se apresentado a nós como filha do zoólogo caçador de lagartos e após ter admitido por toda sorte de alusões ambíguas, sua intenção terapêutica e também outros propósitos secretos.

Entretanto, não tomou a direção do Hotel do Sol, onde o pai a esperava. Pareceu-lhe também ver uma sombra que, à procura de seu túmulo, desapareceu por trás de um dos monumentos funerários perto da Casa de Diomedes. Isto a levou a encaminhar-se para a Via dos Sepulcros, flexionando os pés quase perpendicularmente a cada passo. Hanold fugira para o mesmo local, confuso e envergonhado, e ali caminhava sem parar, de um lado para outro, no pórtico do jardim, empenhado em solucionar a parte ainda obscura do seu problema através de um esforço intelectual. Um fato tornara-se inequivocamente claro para ele: fora insensatez ou loucura sua acreditar que se estava associando com uma jovem pompeana tornada à vida numa forma mais ou menos física. Essa clara compreensão interna

(*insight*) de seu delírio era, sem dúvida, um passo essencial para a volta à razão. Por outro lado, essa mulher viva, com quem outras pessoas se comunicavam como se fosse fisicamente tão real quanto elas, era Gradiva, e conhecia o nome dele. Sua razão recém-despertada, porém, não era suficientemente forte para decifrar esse enigma, nem ele possuía a tranqüilidade emocional necessária para enfrentar tão árdua tarefa, pois preferia ter sido enterrado há dois mil anos, na Casa de Diomedes, de modo a estar certo de não ter de se encontrar com Zoe-Gradiva novamente.

Todavia, um violento desejo de tornar a vê-la lutava contra os últimos ímpetos de fuga.

Ao dobrar um dos quatro ângulos da colunata, recuou sobressaltado. Num fragmento da alvenaria de pedra estava sentada uma das jovens que morrera ali na Casa de Diomedes. Esta, entretanto, é sua última tentativa, logo repudiada, de refugiar-se no reino do delírio. Não, era Gradiva, que evidentemente viera para lhe ministrar a última parte do seu tratamento. Ela interpretou corretamente o primeiro movimento instintivo dele como uma tentativa de deixar o prédio, e mostrou-lhe que no momento era impossível retirar-se, pois desabara uma chuva torrencial. Implacável, ela iniciou o interrogatório perguntando-lhe o que tentara fazer com a mosca pousada em sua mão. Ele não teve mais coragem de usar um pronome particular, mas ousou algo mais importante: fazer-lhe a pergunta decisiva.

‘Como alguém já disse, minha cabeça estava muito confusa, e devo desculpar-me por ter batido na mão... não entendo como pude agir tão desarrazoadamente... mas também não entendo como a dona da mão, ao repreender-me por minha... insensatez, pôde declinar meu nome.’ (134.)

‘Vejo que há coisas que teu entendimento ainda não alcançou, Norbert Hanold. Não posso dizer, porém, que isto me surpreendeu, pois há muito me acostumaste com isto. Eu não precisava ter vindo a Pompéia para descobri-lo, e poderia tê-lo confirmado bem mais perto, a uns mil quilômetros daqui.

‘Sim, a uns mil quilômetros daqui’, ela insistiu ao ver que ele ainda não compreendera, ‘do outro lado da tua rua, na casa da esquina. Na minha janela há uma gaiola com um canário.’

Essas últimas palavras, à medida que as ouvia, despertaram nele uma longínqua lembrança. Devia tratar-se do mesmo pássaro cujo canto provocara nele a idéia de viajar para a Itália.

‘Naquela casa mora meu pai, Richard Bertgang, o catedrático de zoologia.’

Assim, como Zoe era sua vizinha, conhecia-o de vista, além de saber seu nome. Sentimo-nos decepcionados; a solução é desinteressante e parece não estar à altura de nossas expectativas.

Norbert Hanold mostrou que ainda não reconquistara uma total independência de pensamento ao replicar: ‘Então vós... vós sois Fräulein Zoe Bertgang? Mas ela tinha um aspecto tão diferente...’

A resposta de Fräulein Bertgang revela-nos que entre os dois já houve outra relação que não a de simples vizinhos. Alegando antigos direitos, ela reclamou um tratamento mais familiar, aquele ‘*du*’ que ele usava tão naturalmente ao interpelar o fantasma do meio-dia, mas que repudiara ao dirigir-se a uma jovem de carne e osso: ‘Se julgais ser esse tratamento cerimonioso mais apropriado, eu também o adotarei. Mas o outro sai mais espontaneamente dos meus lábios. Não sei se meu aspecto era diferente em nossa infância, quando costumávamos brincar juntos amigavelmente ou nos atracar de quando em quando para variar. Mas se vos tivésseis dignado a olhar-me com atenção pelo menos uma vez nos últimos anos, poderíeis ter percebido que há muito tempo tenho a aparência de agora.’

Então já houve entre os dois uma amizade infantil - talvez mesmo um amor infantil - que justificava o *du*. Essa solução poderia parecer-nos tão trivial como a que de início suspeitamos. Verificamos, entretanto, que desce a um nível muito mais profundo, ao constatarmos que essa relação infantil explica de forma inesperada alguns pormenores do seu contato de agora. Considere-se, por exemplo, a pancada na mão de Zoe-Gradiva, explicada de forma muito convincente por Norbert Hanold pela necessidade de uma resposta experimental para o problema da realidade física da aparição. Acaso isso não parece ao mesmo tempo demasiadamente com um renascimento do impulso para brincadeiras violentas, constantes na infância dos dois, segundo as palavras de Zoe? Considere-se também quando Gradiva indagou ao arqueólogo se este não se recordava de há dois mil anos ter compartilhado de sua refeição. Essa pergunta incompreensível logo parece adquirir sentido, se mais uma vez substituirmos o passado histórico por um passado pessoal - a infância - do qual a jovem retinha lembranças vívidas, mas que parece ter sido esquecido pelo rapaz. De repente, surge-nos a descoberta de que as fantasias do jovem arqueólogo sobre Gradiva talvez sejam um eco dessas lembranças infantis esquecidas. Assim sendo, não se trata de produtos arbitrários de sua imaginação, tendo sido essas fantasias determinadas, sem que ele soubesse disso, pelo acervo de impressões infantis esquecidas, mas ainda nele atuantes. Seria possível para nós, ainda que só possamos conjecturar sobre elas, mostrar em detalhe a origem dessas fantasias. Ele imaginou, por exemplo, que Gradiva devia ser de origem *grega*, filha de uma alta personagem, talvez de um sacerdote de Ceres. Isso se ajusta com perfeição ao seu conhecimento do nome grego da jovem, Zoe, e ao fato de ela pertencer

à família de um professor de zoologia. Mas se as fantasias de Hanold são lembranças modificadas, podemos esperar encontrar, na informação fornecida por Zoe Bertgang, uma indicação da fonte dessas fantasias. Vamos ouvir o que ela tem a dizer. Já nos falou sobre a íntima amizade infantil deles, e agora irá revelar-nos o subsequente desenvolvimento dessa relação de infância.

‘Na verdade, naquela época, até a idade em que começam, não sei por que, a chamar-nos de “*Backfisch*”, habituei-me a depender muitíssimo de vossa companhia e acreditava que nunca encontraria no mundo um amigo melhor. Eu não tinha mãe, nem irmã ou irmão, e para meu pai uma cobra-de-vidro conservada em álcool era muito mais interessante do que eu. Todos (inclusive as meninas) precisam de *algo* para ocupar seus pensamentos e o que quer que esteja ligado a eles. E isto é o que fostes para mim então. Mas quando vos voltastes inteiramente para a arqueologia, descobri - deveis perdoar-me, mas na verdade esse tratamento formal parece-me *demasiadamente* ridículo e, além disso, não se ajusta ao que quero dizer -, como estava dizendo, descobri que te tinhas tornado uma pessoa insuportável, que, ao menos no que me dizia respeito, não possuía olhos para ver nem boca para falar, e nem memória para lembrar-se de nossa amizade infantil. Sem dúvida foi por isso que me achaste agora com aspecto diferente pois, quando às vezes te encontrava em reuniões sociais - o que aconteceu ainda uma vez no último inverno -, tu não me vias e muito menos me dirigias a palavra. Não que houvesse nisso algo de pessoal, já que tratavas a todas igualmente. Para ti, eu era invisível, e tu, com teu topete de cabelos louros que tantas vezes arpiei em nossas brincadeiras, te mostravas tão maçante, tão seco e mudo como uma cacatua empalhada e ao mesmo tempo tão pomposo como um *arqueoptérix* - sim, é esse mesmo o nome daquele monstruoso pássaro antediluviano há pouco descoberto. Só de uma coisa nunca suspeitei: que entretinhas uma fantasia igualmente afetada, considerando-me também aqui, em Pompéia, como algo que fora escavado e que retornara à vida. Quando deparei contigo inesperadamente em minha frente, de início foi-me muito difícil compreender a incrível trama tecida por tua imaginação em teu cérebro. Depois ela me divertiu e até me deu prazer, apesar da loucura, pois, como já te disse, eu não suspeitava isso de ti.’

Assim ela nos mostrou claramente o que os anos haviam feito de sua amizade infantil. Nelas cresceu até transformar-se em amor, pois uma jovem precisa de um objeto a quem dedicar o seu coração. Fräulein Zoe, a corporificação da inteligência e da clareza, torna sua mente transparente para nós. Se é regra geral que toda jovem normalmente constituída dirija primeiramente sua afeição ao pai, Zoe, cuja família se resumia neste, estava especialmente destinada a fazê-lo. Mas seu pai, totalmente absorvido em seus interesses científicos, não lhe dava a mínima atenção. Assim, ela foi obrigada a se dirigir para outra pessoa, ligando-se particularmente ao seu jovem companheiro de brinquedos. Quando ele também deixou de fazer caso dela, seu amor não sofreu nenhuma diminuição; ao contrário, intensificou-se, pois ele se tornara semelhante ao pai, absorvendo-se como ele na ciência e afastando-se da vida

e de Zoe. Dessa forma foi possível para ela manter-se fiel mesmo na infidelidade - reencontrar o pai no amado, abrangendo os dois na mesma emoção ou, como podemos dizer, identificando-os em seu sentimento. Mas que justificativa temos para essa pequena análise psicológica que pode parecer arbitrária? O próprio autor a oferece para nós num único, mas altamente significativo, pormenor. Quando Zoe descreveu a transformação, que tanto a perturbou, de seu antigo companheiro de folguedos, injuriou-o comparando-o a um arqueptérix, o monstro alado antediluviano que pertence à arqueologia da zoologia. Desse modo ela encontrou uma única expressão concreta da identidade das duas figuras. Sua queixa aplica-se, com a mesma palavra, tanto ao homem que ela amava quanto a seu pai. O arqueoptérix é, podemos dizer, uma idéia conciliatória ou intermediária, na qual seu pensamento sobre a insensatez do homem amado coincidiu com o pensamento análogo sobre seu pai.

Já com o rapaz, as coisas tomaram um rumo diferente. Absorto na arqueologia, só se interessava por mulheres de bronze e de mármore. Nele a amizade de infância, em vez de intensificar-se transformando-se em paixão, dissolveu-se, caindo em tão profundo esquecimento que, ao encontrar socialmente a antiga companheira de brinquedos, não a reconheceu. É verdade que, se examinarmos os fatos com mais cuidado, iremos perguntar-nos se ‘esquecimento’ será a descrição psicológica correta do destino dessas lembranças em nosso jovem arqueólogo. Existe um gênero de esquecimento que se caracteriza pela dificuldade que a convocação externa mais forte tem em despertar a memória, como se alguma resistência interna lutasse contra seu ressurgimento. Em psicopatologia essa espécie de esquecimento recebeu o nome de ‘repressão’, da qual o caso exposto pelo autor parece ser um exemplo. Ora, não sabemos se o esquecimento de uma impressão está sempre vinculado à dissolução de seu traço de memória na mente, mas podemos certamente afirmar que a ‘repressão’ não coincide com a dissolução ou a extinção da memória. É verdade que o reprimido, via de regra, não pode emergir da memória sem maiores dificuldades, mas conserva uma capacidade de ação efetiva e, sob a influência de algum evento externo, pode vir a ter conseqüências psíquicas que podem ser consideradas como produtos da modificação da lembrança esquecida e como derivados dela, e que, se não forem vistas por esse prisma, permanecerão incompreensíveis. Parece-nos já termos reconhecido nas fantasias de Norbert Hanold sobre Gradiva derivados de lembranças reprimidas de sua amizade infantil com Zoe Bertgang. Tal retorno do que foi reprimido deve ser esperado com particular regularidade quando os sentimentos eróticos de uma pessoa estão ligados às impressões reprimidas - quando sua vida erótica sofreu as investidas da repressão. Esses casos comprovam o velho ditado latino: ‘Naturam expelles furca, tamem usque recurret,’ embora este originalmente se referisse somente à expulsão por influências externas, e não por conflitos internos. No entanto, esse provérbio não nos explica tudo; só nos informa sobre o *fato* do retorno da parte da natureza que foi reprimida, mas não descreve a *maneira* altamente singular desse retorno, que se realiza através do que classificaríamos de malévola traição. É precisamente o que foi escolhido como instrumento da repressão - como o ‘*furca*’ do provérbio latino - que vai constituir o veículo do retorno: oculto na força repressora, o

que é reprimido revelar-se-á por fim vencedor. Esse fato, pouco tido em conta e que merece um exame atento, é ilustrado - de forma mais impressionante do que o seria por muitos outros exemplos - por uma conhecida água-forte de Félicien Rops; e é ilustrado com o caso típico de repressão na vida dos santos e penitentes. Um monge ascético, fugindo certamente das tentações do mundo, volta-se para a imagem do Salvador na cruz, mas esta vai submergindo nas sombras, e em seu lugar ergue-se, radiante, a imagem de uma voluptosa mulher nua, também crucificada. Outros artistas, com menor compreensão interna (*insight*) psicológica, mostram, em alegorias da tentação semelhantes a essa, o Pecado erguendo-se, insolente e triunfante, em diversas atitudes junto à cruz do Salvador. Só Rops, porém, fê-lo ocupar o lugar do Salvador na Cruz. Ele parece ter sabido que, quando o que foi reprimido retorna, emerge da própria força repressora.

Vale a pena fazer uma pausa para observar em casos patológicos como a mente humana se torna sensível, em estados de repressão, a qualquer aproximação do que foi reprimido, e como até mesmo leves semelhanças bastam para que por trás da força repressora, e por meio da mesma, o reprimido venha a emergir. Tive entre meus pacientes um jovem - pouco mais que um menino - que, após involuntariamente tomar conhecimento dos processos sexuais, passara a fugir de todos os desejos eróticos que nele surgiam. Para esse propósito utilizava vários métodos de repressão, intensificando sua dedicação aos estudos, tornando-se exageradamente dependente da mãe e adotando em geral um comportamento infantil. Não vou expor aqui a forma como sua sexualidade reprimida voltou à tona, justamente em sua relação com a mãe, mas descreverei a circunstância invulgar e original como uma de suas proteções ruiu numa ocasião que jamais julgaríamos suficiente para tal. A matemática goza da reputação de desviar as atenções da sexualidade. Jean-Jacques Rousseau recebeu de uma dama a quem havia desagradado o seguinte conselho: 'Lascia le donne e studia la matematica!' Também o nosso fugitivo atirou-se com avidez ao estudo da matemática e da geometria que lhe cabiam no currículo escolar, até que um dia suas faculdades de conhecimento paralisaram-se diante de alguns problemas aparentemente inocentes. Foi possível reconstituir o enunciado de dois desses problemas: 'Dois corpos chocam-se, um com a velocidade de...etc.' e 'num cilindro de diâmetro m , inscrever um cone...etc.' Outros certamente não teriam visto nesses problemas alusões evidentes a eventos sexuais, mas o jovem sentiu que a matemática também o traíra, e afastou-se dela também.

Se Norbert Hanold fosse alguém na vida real que dessa forma e com o auxílio da arqueologia houvesse fugido do amor e de uma amizade infantil, seria lógico e dentro das normas que o que nele revivesse as lembranças esquecidas da menina amada em sua infância fosse justamente uma escultura antiga. Seria para ele um merecido destino apaixonar-se pela imagem em mármore de Gradiva, por trás da qual, devido a uma semelhança inexplicada, a esquecida Zoe de carne e osso fizesse sua influência notada.

A própria Fräulein Zoe parece ter compartilhado do nosso enfoque do delírio do jovem arqueólogo, pois a satisfação que exprimiu na parte final de sua 'franca, detalhada e

instrutiva reprimenda' dificilmente poderia ter base em outra coisa que não no conhecimento de que ela própria, desde o início, estivera relacionada com o interesse dele por Gradiva. Fora precisamente *isto* que ela não esperara dele, mas que lograra perceber através dos disfarces delirantes. O tratamento psíquico que ela administrara, entretanto, já exercera nele seus efeitos benéficos, e Hanold sentia-se libertado, pois seu delírio foi substituído por aquilo de que não constituíra senão uma cópia inadequada e distorcida. Também não hesitou mais em lembrar-se da jovem e nela reconhecer a alegre, bondosa e inteligente companheira de folgedos, que em nada mudara nos pontos essenciais. Mas fez uma descoberta muito estranha...

‘Tu te referes’, disse a jovem, ‘ao fato de que alguém tenha de morrer para chegar a estar vivo; mas sem dúvida isso tem de ser assim mesmo para os arqueólogos.’ (141.) Evidentemente ela ainda não o perdoara pelo caminho tortuoso percorrido por ele, através da arqueologia, para de sua amizade infantil chegar à relação que há pouco haviam iniciado.

‘Não, refiro-me ao teu nome... “Bertgang” tem o mesmo significado que “Gradiva”, e quer dizer “alguém que brilha ao avançar”.’

Não estávamos preparados para isso. Nosso herói começou a despojar-se de sua humildade e a desempenhar um papel ativo. É evidente que estava completamente curado de seu delírio e já o superara, tendo provado isso ao romper os últimos fios da trama do delírio. É também exatamente dessa forma que se comportam os pacientes quando aliviados da compulsão dos seus pensamentos delirantes pela revelação do material reprimido oculto por estes. Ao compreendê-los, eles próprios revelam nas idéias que subitamente lhe ocorrem as soluções dos enigmas finais e mais importantes de sua estranha condição. Já adivinháramos que a origem grega da imaginária Gradiva era um resultado obscuro do nome grego ‘Zoe’, mas não ousáramos examinar o nome ‘Gradiva’, deixando-o passar como uma criação arbitrária da imaginação de Norbert Hanold. Mas eis que esse nome agora se revela como sendo derivado - sendo na verdade uma tradução - do sobrenome reprimido da menina que ele amara na infância e aparentemente esquecera.

A investigação da origem do delírio e sua solução estão agora completas. No que em seguida narra, o autor sem dúvida tem em mira um final harmonioso para sua história. Tranqüilizamo-nos quanto ao futuro ao ler que o rapaz, que até aqui fora obrigado a desempenhar o lamentável papel de um indivíduo necessitado de tratamento urgente, deu mais alguns passos no caminho do restabelecimento e conseguiu despertar em Zoe alguns dos sentimentos que anteriormente o fizeram sofrer. Foi assim que a fez sentir ciúmes, mencionando a simpática jovem senhora que há pouco interrompera seu tête-à-tête na Casa de Meleagro, e confessando que a mesma fora a primeira mulher a despertar-lhe sentimentos favoráveis. A essas palavras, Zoe mostrou-se disposta a separar-se friamente dele, observando que já havia sido recuperada a razão - inclusive por ela própria; ele poderia

procurar Gisa Hartleben (ou como quer que ela agora se chamasse) e oferecer seus préstimos científicos para a visita dela em Pompéia; quanto a ela, Zoe, voltaria ao Alberg del Sole, onde seu pai a esperava para almoçar; talvez viessem a se encontrar novamente em alguma festa na Alemanha ou na lua. Contudo, pretextando mais uma vez afastar uma mosca, o arqueólogo beijou-a na face e em seguida nos lábios, passando à agressividade que é o inevitável dever masculino na prática do amor. Uma única vez uma nova sombra pareceu ameaçar a felicidade do par, quando Zoe declarou precisar então realmente reunir-se ao pai, senão ele morreria de fome no Sole. ‘Teu pai?... O que acontecerá?...’ (147.) Mas a inteligente jovem desfez rapidamente as preocupações de Hanold. ‘Provavelmente nada. Não sou um exemplar indispensável de sua coleção zoológica. Se o fosse, talvez não tivesse tão intensamente entregue a ti meu coração.’ No entanto, se acaso o pai inesperadamente encarasse o assunto de outra forma, haveria um expediente seguro. Hanold só precisaria tomar um barco para Capri, ali capturar um *Lacerta faraglionensis* (ele poderia praticar a técnica no dedo mindinho dela), soltar o animalzinho em Pompéia e tornar a caçá-lo sob as vistas do zoólogo, deixando-o escolher entre um *faraglionensis* do continente e sua filha. É fácil ver que nesse ardil se mesclavam a zombaria com a amargura, e que por meio dele a jovem como que advertia o noivo a não imitar muito fielmente o modelo pelo qual ela o escolhera. Nesse ponto Norbert Hanold torna a nos tranquilizar, demonstrando por vários indícios, aparentemente triviais, a grande transformação nele ocorrida. Propôs à sua Zoe uma lua-de-mel na Itália, e em Pompéia, como se todos aqueles pares de ternos Edwins e Angelinas nunca houvessem provocado a sua indignação. Sua memória não guardara quaisquer sentimentos contra aqueles felizes casais que tanto e tão desnecessariamente se haviam afastado de seus lares alemães. O autor tem razão em apresentar tal perda de memória como o melhor e mais fidedigno sinal de uma mudança de atitude. À sugestão do ‘seu companheiro de infância, também de certa maneira desenterrado das ruínas’ (150), Zoe respondeu que ainda não se sentia suficientemente viva para tomar tal decisão geográfica.

O delírio foi, portanto, sobrepujado por uma bela realidade, mas, antes que os dois amorosos deixassem Pompéia, iriam prestar-lhe uma última homenagem. Ao alcançarem a Porta de Herculano, onde no começo da Via Consolare uma feira de antigas pedras com ressaltos cruza a estrada, Norbert Hanold parou e pediu à jovem que caminhasse à sua frente. Percebendo sua intenção, ‘Zoe Bertgang, Gradiva *rediviva*, ergueu um pouco a saia com sua mão esquerda e avançou, enquanto ele a observava com um olhar sonhador. Com passos ágeis e silenciosos ela atravessou a rua sobre as pedras, iluminada pelo sol de Pompéia.’ Como o triunfo do amor, o que era belo e precioso no delírio encontrou reconhecimento como tal.

Em sua última metáfora - ‘o amigo de infância desenterrado das ruínas’ - o autor nos forneceu a chave do simbolismo utilizado pelo delírio de nosso herói para disfarçar as

lembranças deprimidas. Na verdade não existe melhor analogia para a repressão - que preserva e torna algo inacessível na mente - do que um sepultamento como o que vitimou Pompéia, e do qual a cidade só pôde ressurgir pelo trabalho das pás. Por essa razão o jovem arqueólogo, em sua fantasia, foi obrigado a deslocar para Pompéia o modelo do relevo que lhe recordava o objeto de seu amor ao estender-se sobre essa valiosa similaridade que sua delicada sensibilidade percebera entre um determinado processo mental do indivíduo e um evento histórico isolado da história da humanidade.

Mas afinal nosso propósito primitivo era somente investigar, com a ajuda de certos métodos analíticos, dois ou três sonhos que aparecem aqui e ali no texto de *Gradiva*. Como foi, então, que passamos a dissecar toda a história e a examinar os processos mentais dos dois personagens principais? Na verdade todo esse trabalho não foi inútil; tratava-se de trabalho preliminar essencial. Assim também, ao tentarmos compreender os sonhos reais de uma pessoa real, temos de examinar atentamente seu caráter e sua história, investigando não só as experiências que antecederam de pouco seu sonho, mas também as de seu passado remoto. Acredito até que ainda não estamos prontos para nos dedicarmos à nossa tarefa original, sendo necessário que examinemos mais demoradamente a história a fim de efetuar outros trabalhos preliminares.

Meus leitores sem dúvida terão ficado surpresos ao notar que até aqui tratei todas as atividades e manifestações mentais de Norbert Hanold e Zoe Bertgang como se os dois fossem pessoas reais e não criações de um autor, e como se a mente do autor não fosse um instrumento capaz de deformar ou obscurecer, mas um instrumento totalmente límpido. Meu procedimento deve parecer-lhes ainda mais incompreensível se considerarem que o autor classificou sua história de ‘fantasia’, negando-lhe qualquer semelhança com a realidade. Entretanto, descobrimos que todas as suas descrições copiam tão fielmente a realidade, que não nos oporíamos à apresentação de *Gradiva* como um estudo psiquiátrico. Só em duas ocasiões o autor fez uso do seu indiscutível direito de formular proposições que não parecem apoiar-se nas leis da realidade. A primeira é quando faz o jovem arqueólogo deparar um autêntico relevo da Antiguidade clássica de tal forma semelhante a uma pessoa viva de época muito posterior, não só numa singular postura do pé ao andar, mas também em todos os traços fisionômicos e formas corporais, que o jovem é capaz de tomar a aparência física dessa pessoa como sendo a própria escultura tornada à vida. E a segunda ocasião é quando faz com que o rapaz encontre a jovem viva precisamente em Pompéia, onde sua imaginação colocara a mulher morta, ao passo que sua viagem para a Itália na verdade o afastara da primeira, a qual ele acabara de ver na rua da cidade onde morava. Entretanto,

essa segunda disposição do autor não se afasta demasiadamente da possibilidade real, apenas faz intervir o acaso, que inegavelmente desempenha seu papel em muitas histórias humanas; além disso, recorre a ele acertadamente, pois aqui o acaso demonstra a fatídica e comprovada verdade de que a fuga é o instrumento mais seguro para se cair prisioneiro daquilo que se deseja evitar. A primeira proposição, o ponto de partida em que se apóia toda a história, ou seja, a grande semelhança entre a escultura e a jovem viva (que uma escolha mais moderada poderia ter limitado à singular flexão do pé ao andar), parece-nos mais fantasiosa, sendo uma decisão totalmente arbitrária do autor. Aqui sentimo-nos tentados a permitir que nossa própria fantasia estabeleça um elo com a realidade. O nome ‘Bertgang’ talvez seja um indício de que em tempos idos as mulheres dessa família distinguiam-se pelo singular e gracioso andar, e podemos supor que os Bertgangs germânicos descendessem de uma família romana a que pertencera a mulher que inspirara um escultor a perpetuar na escultura a peculiaridade do caminhar dela. Todavia, já que as variações da forma humana não são independentes umas das outras, e já que mesmo nos tempos modernos reaparecem com frequência tipos antigos (como podemos comprovar pelo exame de obras de arte), não seria totalmente impossível que uma Bertgang da atualidade pudesse reproduzir a forma de uma antiga ascendente em todas as outras características de sua estrutura corpórea. Mas em vez de tecer tais conjecturas, seria sem dúvida mais sensato perguntar ao próprio autor de que fontes se originou essa parte de sua criação; talvez tivéssemos então uma boa oportunidade de mostrar mais uma vez como muitas coisas aparentemente arbitrárias na verdade obedecem a leis. No entanto, como não temos acesso a essas fontes ocultas na mente do autor, concedamos-lhe seu irrestrito direito de basear uma narrativa totalmente verossímil numa premissa improvável - um direito de que Shakespeare, por exemplo, também fez uso no *Rei Lear*.

Com exceção disso, reafirmamos que o autor apresentou-nos um estudo psiquiátrico perfeitamente correto, pelo qual podemos medir nossa compreensão dos trabalhos da mente - um caso clínico e a história de uma cura que parecem concebidos para ressaltar determinadas teorias fundamentais da psicologia médica. Já é bastante singular que o autor possa ter realizado tal trabalho, mas o que diríamos se, ao ser interrogado, ele negasse ter tido tal intenção? É muito fácil estabelecer analogias e atribuir sentidos às coisas, mas acaso não teremos emprestado a essa encantadora e poética história um significado secreto bastante distanciado das intenções do autor? É possível. Voltaremos à questão mais tarde. Por hora, entretanto, limitar-nos-emos a ressaltar que tentamos evitar qualquer interpretação tendenciosa, expondo quase toda a história nas próprias palavras do autor. Quem cotejar nossa síntese com o verdadeiro texto de *Gradiva* terá de corroborar nossa asserção.

Talvez, na opinião da maioria das pessoas, estejamos prestando um desserviço ao autor, ao declarar que sua obra é um estudo psiquiátrico. Dizem que um autor deveria evitar qualquer contato com a psiquiatria e deixar aos médicos a descrição de estados mentais patológicos. A verdade, porém, é que o escritor verdadeiramente criativo jamais obedece a

essa injunção. A descrição da mente humana é, na realidade, seu campo mais legítimo; desde tempos imemoriais ele tem sido um precursor da ciência e, portanto, também da psicologia científica. Mas o limite entre o que se descreve como estado mental normal e como patológico é tão convencional e tão variável, que é provável que cada um de nós o transponha muitas vezes no decurso de um dia. Por outro lado, a psiquiatria estaria cometendo um erro se tentasse restringir-se permanentemente ao estudo das graves e sombrias doenças decorrentes de severos danos sofridos pelo delicado aparelho da mente. Desvios da saúde mais leves e suscetíveis de correção, que hoje podemos atribuir apenas a perturbações na interação das forças mentais, atraem igualmente seu interesse. Na verdade, só através deles é que pode chegar à compreensão dos estados normais, assim como dos fenômenos das doenças graves. Conseqüentemente, o escritor criativo não pode esquivar-se do psiquiatra, nem o psiquiatra esquivar-se do escritor criativo, e o tratamento poético de um tema psiquiátrico pode revelar-se correto, sem qualquer sacrifício de sua beleza.

É o que ocorre com essa imaginativa exposição da história de um caso e do seu tratamento: está realmente isenta de erros. Agora que terminamos de contar a história e satisfizemos nossa curiosidade, podemos examiná-la com mais atenção; vamos reproduzi-la fazendo uso da terminologia técnica da nossa ciência, trabalho em que não nos sentiremos desconcertados diante da necessidade de repetir o que foi dito.

O autor refere-se com freqüência ao estado de Norbert Hanold como ‘delírio’, e não temos motivos para refutar essa designação. Podemos apontar duas características principais de um ‘delírio’ que, se não o descrevem de forma exaustiva, o distinguem de outras perturbações. Em primeiro lugar, o delírio pertence ao grupo de estados patológicos que não produzem efeito direto sobre o corpo, mas que se manifestam apenas por indicações mentais. Em segundo lugar, é caracterizado pelo fato de que nele as ‘fantasias’ ganharam a primazia, transformando-se em crença e passando a influenciar as ações. Se lembrarmos a viagem de Hanold a Pompéia com o fito de procurar as pegadas de Gradiva nas cinzas, teremos um ótimo exemplo de uma ação sob a influência de um delírio. Um psiquiatra talvez incluísse o delírio de Norbert Hanold no vasto grupo da ‘paranóia’, classificando-o provavelmente como ‘erotomania fetichista’, já que seu traço mais saliente era uma paixão por uma escultura, e aos olhos desse psiquiatra, que tudo tende a ver pelo prisma mais grosseiro, o interesse do jovem arqueólogo por pés e posições de pés inevitavelmente passaria por ‘fetichismo’. Contudo, todos os sistemas de nomenclatura ou classificação dos diversos tipos de delírio de acordo com seu tema principal são de certa forma precários e estéreis.

Além disso, como nosso herói era uma pessoa capaz de desenvolver um delírio baseado em uma preferência tão singular, um psiquiatra rigoroso o qualificaria, sem hesitar, de *dégénéré*, e procuraria a hereditariedade que o conduziria inevitavelmente a esse destino. Mas nesse ponto, e com razão, o autor não segue o psiquiatra, pois deseja aproximar-nos do seu herói para facilitar a ‘empatia’; o diagnóstico de *dégénéré*, certo ou errado, colocaria uma barreira entre o arqueólogo e nós, leitores, que somos pessoas normais, o tipo padrão

da humanidade. As precondições hereditárias e constitucionais do estado também não ocupam muito o autor, que por outro lado se aprofunda na composição mental pessoal que foi capaz de dar origem a tal delírio.

Numa questão muito importante, Norbert Hanold comportava-se de forma bastante diversa de um ser humano comum: não se interessava por mulheres vivas. A ciência de que era servidor apoderara-se desse interesse e deslocara-o para as mulheres de mármore ou de bronze. Esse fato não deve ser encarado como um pormenor trivial; ao contrário, era a precondição básica dos eventos a serem descritos, pois certo dia uma determinada escultura desse tipo atraiu todo o interesse que normalmente só é dedicado a uma mulher viva, estabelecendo-se assim o delírio. A seguir vimos a maneira como esse delírio foi curado através de uma feliz cadeia de eventos e como o interesse do nosso herói foi deslocado das mulheres de mármore para uma mulher viva. O autor não nos deixa seguir as influências que levaram nosso herói a afastar-se das mulheres; apenas nos informa que a atitude dele não era explicada por sua disposição inata, a qual, muito ao contrário, incluía uma boa parcela de necessidades imaginativas (e, por que não dizer, eróticas). Também vimos, mais tarde, que na infância ele não evitou as outras crianças, mantendo amizade com uma menina, sua inseparável companheira, repartindo com ela suas merendas e deixando-a arrepiar seus cabelos no decurso de brincadeiras violentas. É em ligações como essas, onde o afeto se combina à agressividade, que o erotismo imaturo da infância se expressa; só mais tarde emergem suas conseqüências, mas então de forma irresistível; na infância, geralmente só os médicos e os escritores criativos o reconhecem como erotismo. Nosso escritor mostra-nos claramente que também é da mesma opinião, fazendo com que seu herói desenvolva subitamente um vivíssimo interesse pelos pés e pelo andar das mulheres. Esse interesse lhe traz forçosamente uma má reputação de ser um feticlista de pés. Contudo, *nós* não podemos evitar de ligar esse interesse à lembrança de sua companheira de infância, pois sem dúvida já então a moça andava daquela forma singular e graciosa, apoiando-se nos dedos e flexionando a planta dos pés quase perpendicularmente ao solo. Foi para retratar um andar semelhante que a escultura antiga adquiriu uma tão grande importância para Norbert Hanold. Queremos acrescentar, aliás, que na derivação desse singular fenômeno de feticchismo o autor está em completo acordo com a ciência. Na verdade, desde Binet [1888] temos tentado atribuir o feticchismo às impressões eróticas da infância.

O estado de se manter permanentemente afastado das mulheres produz uma susceptibilidade pessoal ou, como nos acostumamos a dizer, uma ‘disposição’ à formação de um delírio. Esse distúrbio mental começa a se desenvolver no momento em que uma impressão casual desperta experiências infantis esquecidas e que têm, ainda que levemente, traços de conotação erótica. Entretanto, ‘desperta’ não é exatamente a descrição adequada, se levarmos em conta o que se segue. Devemos repetir o acurado relato do autor em termos técnicos psicológicos. Ao encontrar o relevo, não se recordou Norbert Hanold de já ter visto a amiga de infância caminhar de forma análoga; não teve lembrança alguma do fato, mas todos os efeitos produzidos pela escultura tiveram origem nessa conexão com uma

impressão de sua infância. Ao ser despertada, essa impressão infantil tornou-se ativa, começando a produzir efeitos, mas não chegou à consciência, isto é, permaneceu ‘inconsciente’, para usar um termo que hoje já é imprescindível na psicopatologia. Desejaríamos que esse inconsciente não fosse objeto de nenhuma discussão de filósofos ou naturalistas, que com freqüência só possuem importância etimológica. Por hora, não dispomos de uma denominação melhor para os processos psíquicos que, embora ativos, não atingem a consciência da pessoa, e isso é tudo o que queremos dizer com nossa ‘inconsciência’. Quando alguns pensadores tentam refutar a existência de um inconsciente desse tipo, taxando-o de insensatez, só podemos supor que nunca se ocuparam de fenômenos mentais desse gênero; que estão sob a influência da experiência geral de que tudo o que é mental e se torna intenso e ativo, torna-se simultaneamente consciente; que eles ainda têm de aprender (o que nosso autor sabe muito bem) que existem sem dúvida processos mentais que, apesar de serem intensos e de produzirem efeitos, ainda assim permanecem afastados da consciência.

Já dissemos há pouco (ver a partir de [1]) que em Norbert Hanold as lembranças de suas relações infantis com Zoe estavam em estados de ‘repressão’; e aqui as chamamos de lembranças ‘inconscientes’. Agora precisamos dar mais atenção à relação entre esses dois termos técnicos, que parecem coincidir em seu significado. Na verdade não é difícil esclarecer a questão. O conceito de ‘inconsciente’ é o mais amplo, sendo o de ‘reprimido’ o mais restrito. Tudo que é reprimido é inconsciente, mas não podemos afirmar que tudo que é inconsciente é reprimido. Se ao ver o relevo, Hanold se houvesse recordado do modo de andar de Zoe, o que anteriormente fora uma lembrança inconsciente se teria tornado simultaneamente ativo e consciente, e isso teria demonstrado que essa lembrança não fora anteriormente reprimida. ‘Inconsciente’ é um termo puramente descritivo, indefinido em alguns aspectos e, poderíamos dizer, estático. ‘Reprimido’ é uma expressão dinâmica, que leva em conta a interação de forças mentais; implica a presença de uma força que procura provocar toda uma série de efeitos psíquicos, inclusive o de tornar-se consciente, e a essa força opõe-se uma outra força contrária, capaz de obstruir alguns desses efeitos psíquicos, inclusive também aquele de tornar-se consciente. A característica de algo reprimido é justamente a de não conseguir chegar à consciência, apesar de sua intensidade. Portanto, no caso de Hanold, a partir do momento em que surge o relevo, passamos a nos ocupar com alguma coisa inconsciente que está reprimida ou, mais simplesmente, com alguma coisa reprimida.

As lembranças de Norbert Hanold de sua ligação infantil com a menina de andar gracioso estavam reprimidas, mas esta ainda não é a visão correta da situação psicológica. Enquanto lidarmos apenas com lembranças e idéias, permaneceremos na superfície. Só os sentimentos têm valor na vida mental. Nenhuma força mental é significativa se não possuir a característica de despertar sentimentos. As idéias só são reprimidas porque estão associadas à liberação de sentimentos que devem ser evitados. Seria mais correto dizer que a repressão age sobre sentimentos, mas só nos apercebemos destes através de sua associação com as

idéias. Assim, os sentimentos eróticos de Norbert Hanold é que haviam sido reprimidos, e como o seu erotismo não tinha e não tivera na infância outro objeto a não ser Zoe Bertgang, suas lembranças dela foram esquecidas. O relevo antigo despertou seu erotismo adormecido, tornando ativas suas lembranças da infância. Devido a uma resistência presente nele contra esse erotismo, só enquanto inconscientes essas lembranças podiam tornar-se operativas. O que nele então se desenvolveu foi uma luta entre o poder do erotismo e o poder das forças que o reprimiam, luta esta que se manifestava como delírio.

Nosso autor omitiu as razões que levaram à repressão da vida erótica de seu herói, pois a dedicação de Hanold à ciência não passava certamente de um instrumento utilizado pela repressão. Nesse ponto um médico teria de investigar mais profundamente, mas talvez sem nenhuma garantia de sucesso. Contudo, como já assinalamos com admiração, com muito acerto o autor mostrou-nos como o erotismo reprimido emerge precisamente do campo dos instrumentos que serviram à sua repressão. Apontou-se com justiça ter sido uma antiguidade, a escultura feminina em mármore, que arrancou nosso arqueólogo do seu afastamento do amor, advertindo-o da necessidade de pagar à vida a dívida que desde o nascimento pesa sobre nós.

As primeiras manifestações do processo desencadeado em Hanold pelo relevo foram as fantasias que giravam em torno da figura representada nesse relevo. A figura parecia-lhe ‘atual’, no melhor sentido da palavra, e ‘viva’, como se o artista houvesse perpetuado no mármore uma visão colhida nas ruas. O arqueólogo batizou a figura de ‘Gradiva’, inspirando-se no epíteto do deus da guerra dirigindo-se ao combate - ‘Mars Gradivus’. Dotou a personalidade dela com um número cada vez maior de características. Ela poderia ter sido filha de um alto personagem, talvez de um patrício ligado ao culto de alguma divindade. Acreditava poder ver nos seus traços fisionômicos uma origem grega e, por fim, sentiu-se compelido a removê-la da vida agitada de uma capital para a mais tranqüila Pompéia, onde a fazia caminhar sobre as pedras de lava que facilitavam a travessia das ruas. (ver em [1]) Esses produtos de sua fantasia parecem-nos bastante arbitrários, mas ao mesmo tempo inocentes e inequívocos. E, na verdade, mesmo quando pela primeira vez eles o estimularam à ação - quando, obcecado pelo problema da realidade daquele andar, o arqueólogo começou a observar a vida para observar os pés das mulheres e jovens contemporâneas -, essa ação era aparentemente justificada por motivos científicos conscientes, como se todo o seu interesse por Gradiva tivesse origem em sua dedicação profissional à arqueologia. (ver em [2]) As jovens e as senhoras por ele escolhidas na rua como objeto de tal investigação devem, naturalmente, ter atribuído ao seu comportamento um caráter grosseiramente erótico, e só podemos dar-lhes razão, embora não tenhamos dúvida alguma de que Hanold ignorasse totalmente tanto os motivos de suas pesquisas quanto as origens de suas fantasias sobre Gradiva. Como vimos depois, estas eram ecos das lembranças do seu amor infantil, derivados, transformações e distorções dessas lembranças, após não terem elas conseguido chegar à consciência dele de uma forma inalterada. Seu juízo de natureza aparentemente estética de que a escultura tinha um aspecto ‘atual’

substituiu seu conhecimento de que um andar desse tipo pertencia a uma jovem que ele conhecia e que andava na rua *na época presente*. Por trás da impressão de que a escultura era ‘viva’ e da fantasia de que o modelo era grego, estava sua lembrança do nome Zoe, que significa ‘vida’ em grego. ‘Gradiva’, como nos revela o próprio herói no fim da história, após ter sido curado do seu delírio, é uma tradução do sobrenome ‘Bertgang’, que quer dizer mais ou menos ‘alguém que brilha ou esplende ao avançar’. (ver em [1]) Os pormenores relativos ao pai de Gradiva procediam do conhecimento de Hanold de que Zoe Bertgang era a filha de um renomado professor da Universidade, o que em termos clássicos pode ser traduzido como ‘serviço do templo’. Por fim, sua fantasia transportou-a para Pompéia, não ‘porque sua natureza serena e tranqüila assim o exigisse’, mas porque em sua ciência ele não pôde encontrar uma analogia mais apropriada para seu singular estado, no qual tomou conhecimento de suas lembranças de uma amizade de infância, embora através de obscuros meios de informação. Após ter feito sua própria infância coincidir com o passado clássico (o que era muito fácil para ele), houve uma perfeita analogia entre o soterramento de Pompéia - que fez desaparecer mas ao mesmo tempo preservou o passado - e a repressão, de que ele tinha conhecimento através do que poderíamos chamar de percepção ‘endopsíquica’. Assim ele utilizava o mesmo simbolismo a que o autor faz a jovem recorrer quase no final da história: ‘Eu disse a mim mesma que seria capaz de desencavar algo de interessante aqui, sem a ajuda de ninguém. Naturalmente eu não contava com a descoberta que fiz...’ (124 (ver em [1]).) E bem no final, quando Hanold sugeriu que passassem ali sua lua-de-mel, ela respondeu com uma referência a ‘seu companheiro de infância, também de certa maneira desenterrado das ruínas’. (150 (ver em [2]).)

Assim, observamos já nos primeiros produtos das fantasias delirantes e ações de Hanold um duplo grupo de determinantes, derivando-se de duas fontes diferentes. Uma delas era manifesta para Hanold, a outra é revelada para nós quando examinamos os processos mentais dele. Uma delas, encarada do ponto de vista de Hanold, era consciente para ele; a outra era completamente inconsciente. Uma delas procedia em sua totalidade do círculo de idéias da ciência arqueológica, a outra surgia das lembranças infantis reprimidas, que se tinham tornado ativas, e dos instintos emocionais a elas ligados. Pode-se dizer que uma era superficial e se sobrepunha à outra, a qual como que se ocultava sob a primeira. A motivação científica servia de pretexto para a motivação erótica inconsciente, estando a ciência inteiramente a serviço do delírio. Entretanto, não se deve esquecer que os determinantes inconscientes nada conseguem realizar sem satisfazer simultaneamente os determinantes científicos conscientes. Os sintomas de um delírio - tanto as fantasias como as ações - na verdade são produtos de uma conciliação entre as duas correntes mentais, e numa conciliação são levadas em conta as pretensões das duas partes, mas cada parte precisa renunciar a uma parcela do que quer alcançar. Só através de uma luta é que se alcança essa conciliação - no caso presente, através do conflito que presumimos entre o erotismo suprimido e as forças que o mantinham em repressão. Na realidade essa luta é constante na formação do delírio. O ataque e a resistência são renovados após a construção de cada conciliação, que nunca é, por assim dizer, inteiramente satisfatória. Nosso autor também em

conhecimento desse fato, e é por isso que faz um desassossego peculiar dominar esse estágio do distúrbio do seu herói, como precursor e garantia de novos desenvolvimentos.

Essas peculiaridades significativas - a motivação dupla de fantasias e decisões, e a construção de pretextos conscientes para ações que são motivadas em grande parte pelo reprimido - surgirão freqüentemente, e talvez com maior clareza, no curso posterior da história. E com muito acerto, pois o autor soube compreender e expor a característica principal e indispensável dos processos mentais patológicos

O desenvolvimento do delírio de Norbert Hanold prosseguiu com um sonho que, não tendo sido provocado por nenhum novo evento, parece ter-se originado inteiramente de sua mente, onde havia um conflito. Mas façamos uma pausa antes de conjecturar se o autor também demonstra possuir, como esperávamos, uma profunda compreensão da construção dos sonhos. Averiguemos primeiro o que tem a dizer a ciência psiquiátrica sobre as hipóteses formuladas pelo autor a respeito da origem de um delírio, e qual a sua atitude quanto ao papel desempenhado pela repressão e pelo inconsciente, assim como quanto ao conflito e às formações de conciliações. Em síntese, vejamos se essa imaginosa representação da gênese de um delírio resiste a um exame científico.

E aqui nossa resposta talvez seja uma surpresa. Nada realidade a situação é inversa: é a ciência que não resiste à criação do autor. Entre as precondições constitucionais e hereditárias de um delírio, e as criações deste, que parecem emergir prontas, existe uma lacuna não explicada pela ciência - lacuna esta que achamos ter sido preenchida pelo nosso autor. A ciência ainda não suspeita da importância da repressão, não reconhece que para explicar o mundo dos fenômenos psicopatológicos o inconsciente é absolutamente essencial, não procura a base dos delírios num conflito psíquico, e nem considera seus sintomas como conciliações. Acaso nosso autor ergue-se sozinho contra toda a ciência? Não, não é assim (isto é, se eu puder considerar como científicos os meus próprios trabalhos), pois já há alguns anos - e, até bem pouco tempo, mais ou menos sozinho - eu mesmo venho defendendo todos os princípios que aqui extraí da *Gradiva* de Jensen, expondo-os em termos técnicos. Assinalei, particularmente em conexão com os estados mentais conhecidos como histeria e obsessões, que o determinante individual desses distúrbios psíquicos é a supressão de uma parcela da vida instintual e a repressão das idéias que representam o instinto suprimido, e pouco depois apliquei esses mesmos princípios a algumas formas de delírio. Neste caso particular da análise de *Gradiva*, podemos considerar sem importância o problema de determinar se os instintos envolvidos nessa causação são sempre componentes do instinto sexual ou se acaso serão também de outro gênero, já que sem dúvida no exemplo escolhido por nosso autor o que estava em questão era certamente nada mais do que a supressão dos sentimentos eróticos. A validade das hipóteses de conflito psíquico e de formação de sintomas através de conciliações entre as duas correntes em luta já foi demonstrada por mim no caso de pacientes observados e tratados medicamente na vida real, assim como pode

fazer no caso imaginário de Norbert Hanold. Já antes de mim, Pierre Janet, discípulo do grande Charcot, e Josef Breuer, em colaboração comigo, haviam atribuído os produtos das doenças neuróticas, e especialmente das histéricas, ao poder dos pensamentos inconscientes.

Quando, a partir de 1893, me dediquei a tais investigações sobre a origem dos distúrbios mentais, certamente nunca me teria ocorrido procurar uma comprovação de minhas descobertas nas obras de escritores imaginativos. Assim fiquei bastante surpreso ao verificar que o autor de *Gradiva*, publicada em 1903, baseara sua criação justamente naquilo que eu próprio acreditava ter acabado de descobrir a partir das fontes de minha experiência médica. Como pudera o autor alcançar conhecimentos idênticos aos do médico - ou pelo menos comportar-se como se os possuísse?

Como dizíamos, o delírio de Norbert Hanold avançou mais ainda devido a um sonho ocorrido durante seu esforços para descobrir um andar semelhante ao de Gradiva nas ruas da cidade em que ela morava. O conteúdo desse sonho pode ser facilmente resumido. O sonhador descobriu que estava em Pompéia no dia da destruição daquela infeliz cidade, e experimentou seus horrores sem correr perigo. Subitamente viu Gradiva caminhando pela rua e deu-se conta de que, sendo a jovem pompeiana, era natural que residisse em sua cidade natal, e ‘na mesma época que ele, sem que disto ele tivesse a menor suspeita’ (ver em [1]). Receando por ela, advertiu-a com um grito, ao que a jovem lhe voltou por um momento o rosto, mas sem lhe dar atenção prosseguiu seu caminho, deitou-se nos degraus do templo de Apolo e foi soterrada pelas cinzas, após ter empalidecido até adquirir a cor do mármore, como se estivesse transformando-se numa estátua. Ao despertar, ele interpretou os ruídos matutinos da cidade que penetravam em seu quarto como gritos de socorro dos desesperados habitantes de Pompéia e o rugir do mar enfurecido. Por algum tempo permaneceu com o sentimentos de ter realmente vivido os acontecimentos de seu sonhos, tendo este lhe deixado a convicção de que Gradiva residira em Pompéia e ali perecera no dia fatal, convicção esta que iria constituir um novo ponto de partida para seu delírio.

Não nos é assim tão fácil dizer o que pretendia o autor com esse sonho e porque ligou o desenvolvimento do delírio justamente a um sonho. É verdade que investigadores diligentes reuniram muitos exemplos de como distúrbios mentais estão ligados a sonhos e de como surgem de sonhos. Relata-se também que na vida de alguns homens famosos, os sonhos deram origem a impulsos para atos e decisões importantes. No entanto, essas analogias não nos ajudam a muito em nossa compreensão; portanto, vamo-nos cingir ao caso imaginário do arqueólogo Norbert Hanold. Mas por que aspectos começaremos a examinar esse sonho, de modo a encaixá-lo no contexto global, para que não permaneça como um ornato desnecessário da história?

Nesse ponto posso imaginar a réplica de um leitor: ‘Esse sonho pode ser explicado com muita facilidade. Trata-se de um simples sonho de ansiedade provocado pelos ruídos da

cidade, os quais o arqueólogo, cuja mente estava voltada para a jovem pompeana, interpretou erroneamente como a destruição de Pompéia'. Devido ao pouco valor que geralmente se concede ao papel dos sonhos, costuma-se limitar o que se pede da explicação dos mesmos a que um estímulo externo coincida mais ou menos com parte do conteúdo do sonho. Esse estímulo externo para sonhar seria o ruído que acordou o arqueólogo; e com isso terminaria nosso interesse pelo sonho. Mas se ao menos tivéssemos alguma base para supor que naquela manhã o ruído da cidade era mais intenso que o normal! Se ao menos, por exemplo, o autor não tivesse deixado de nos dizer que, contrariando seus hábitos, Hanold dormira com as janelas abertas! Que pena que ele tenha omitido isso! E se ao menos ainda os sonhos de ansiedade fossem assim tão simples! Mas não é nada disso, e nosso interesse por esse sonho não poderá esgotar-se assim tão facilmente.

Para a construção de um sonho não é essencial um vínculo com um estímulo sensorial externo. Aquele que dorme pode ignorar um estímulo desse gênero a partir do mundo externo, pode ser despertado pelo mesmo sem construir um sonho, ou, como aconteceu aqui, pode incorporá-lo a seu sonho, se isto lhe convier por alguma razão. Além disso, existem inúmeros sonhos cujo conteúdo de forma alguma pode ser explicado como sendo determinado por um estímulo externo sobre os sentidos do indivíduo que dorme. Portanto, procuremos outro caminho.

Talvez os efeitos posteriores do sonho sobre a vida de vigília de Hanold possam fornecer-nos um ponto de partida. Até então, ele tivera a fantasia de que Gradiva fora uma pompeana. Essa hipótese então se transforma para ele numa certeza, a que logo se soma uma outra: ela fora soterrada com o resto da população no ano de 79 D.C. Um sentimento de melancolia acompanhou essa extensão da estrutura delirante, como um eco da ansiedade do sonho. Não nos parece muito compreensível essa nova dor em relação a Gradiva; afinal ela devia estar morta há muitos séculos, mesmo se houvesse escapado da destruição de 79 D.C. Mas parece que nada nos adiantará continuar argumentando com Norbert Hanold ou com o próprio autor, pois esse caminho não levará a nenhum esclarecimento. Contudo, vale a pena ressaltar que o incremento adquirido pelo declínio a partir desse sonho era acompanhado por um sentimento muito doloroso.

Com exceção disso, entretanto, continuamos tão embaraçados quanto antes. Esse sonho não se explica por si só, e precisamos recorrer à nossa *Interpretação de Sonhos* e aplicar ao presente exemplo algumas das regras que ali são encontradas para a solução dos sonhos.

Uma dessas regras diz que um sonho invariavelmente se relaciona com os eventos do dia anterior. Nosso autor parece querer mostrar que seguiu essa regra, pois imediatamente liga o sonho às 'pesquisas pedestres' de Hanold. Ora, essas pesquisas não significavam senão a

procura de Gradiva, cujo andar característico ele tentava reconhecer. Assim o sonho deveria conter um início do paradeiro de Gradiva. E realmente contém, pois mostra-a em Pompéia, o que para nós não constitui novidade.

Outra regra diz que, se uma crença na realidade das imagens oníricas persistir por um espaço de tempo invulgarmente prolongado, de modo que o indivíduo não consiga desligar-se do sonho, esse fenômeno não deve ser considerado como um erro de julgamento provocado pela vividez das imagens oníricas, mas um ato psíquico independente: uma garantia, em relação ao conteúdo do sonho, de que algo nele é realmente tal como foi sonhado; e pode-se confiar nessa garantia. Se observarmos essas duas regras, concluiremos que o sonho fornece alguma informação sobre o paradeiro de Gradiva e que essa informação se ajusta à realidade das coisas. Já conhecemos o sonho de Hanold: será que, aplicando-lhe essas regras, extrairemos dele algum sentido plausível?

Por estranho que pareça, sim. O que acontece é que esse sentido está de tal forma disfarçado que não o reconhecemos de imediato. O sonho informou a Hanold que a jovem que ele procurava morava numa cidade em que ele também vivia. Ora, essa informação sobre Zoe Bertgang era verdadeira, só que no sonho essa cidade era Pompéia e não uma cidade universitária alemã, e o tempo não era o presente, mas o ano de 79 D.C. Trata-se de uma distorção por deslocamento: em vez de Gradiva no presente, tem-se o sonhador transportado para o passado. Entretanto, mesmo assim, um fato novo e essencial é transmitido: *ele está no mesmo local e na mesma época que a jovem que ele procura*. Mas então para que esse deslocamento e esse disfarce que forçosamente iludiriam a nós e ao sonhador quanto ao verdadeiro sentido e conteúdo do sonho? Bem, já temos à nossa disposição meios para fornecer uma resposta satisfatória a essa pergunta.

Vamos relembrar tudo que aqui foi dito sobre a origem e a natureza das fantasias precursoras dos delírios (ver a partir de [1]). Elas são substitutos e derivados de lembranças reprimidas que não conseguem atingir a consciência de forma inalterada devido a uma resistência, mas que podem alcançar a possibilidade de se tornarem conscientes levando em consideração, por meio de mudanças e distorções, a censura da resistência. Uma vez realizada essa conciliação, as lembranças reprimidas transformam-se em fantasias que com facilidade poderão ser compreendidas erroneamente pela personalidade consciente - isto é, compreendidas de modo a se adaptarem à corrente psíquica dominante. Agora suponhamos que as imagens oníricas sejam o que poderia ser descrito como criações dos delírios fisiológicos [isto é, não-patológicos] das pessoas - produtos de uma conciliação na luta entre o reprimido e o dominante que provavelmente existe em todo ser humano, inclusive naqueles que no estado de vigília possuem perfeita saúde mental. Compreenderemos então a necessidade de encarar as imagens oníricas como algo

distorcido, por trás do qual se pode procurar mais alguma coisa, *não* distorcida, mas de alguma forma censurável, tal como as lembranças reprimidas de Hanold escondidas por suas fantasias. Podemos dar expressão ao contraste acima verificado, distinguindo o *conteúdo manifesto do sonho*, isto é, o que o sonhador lembra quando acorda, dos *pensamentos oníricos latentes*, isto é, aquilo que constituía a base do sonho antes da distorção imposta pela censura. Assim, interpretar um sonho consiste em traduzir o conteúdo manifesto do sonho nos pensamentos oníricos latentes, desfazendo a distorção que a censura da resistência impôs aos pensamentos oníricos. Se aplicarmos essas noções ao sonho que estamos examinando, descobriremos que os pensamentos oníricos latentes só podem ter sido os que se seguem: ‘a jovem de andar gracioso que procuras, na realidade mora aqui nesta mesma cidade em que vives.’ Mas com essa forma o pensamento não conseguiu tornar-se consciente, sendo obstruído pelo fato de que uma fantasia afirmara, como resultado de uma conciliação anterior, que Gradiva era pompeana; portanto, para expressar o fato real de que ela vivia no mesmo lugar e na mesma época que ele, só houve um caminho, o da seguinte distorção: ‘vives em Pompéia na época de Gradiva.’ Esta foi a idéia transmitida pelo conteúdo manifesto do sonho, que a mostrou como uma realidade vivida no momento.

Só raramente um sonho representa ou, como poderíamos dizer, ‘encena’ um único pensamento; geralmente trata-se de um conjunto, de uma trama de pensamentos. Do sonho de Hanold podemos extrair com facilidade um outro componente de seu conteúdo, livrando-o facilmente de sua distorção, de modo a expor a idéia latente que ele representa. A essa parte do sonho também se aplica a garantia de realidade com a qual o sonho terminou. Neste houve a transformação de Gradiva numa estátua de mármore, o que não é senão uma representação engenhosa e poética do evento real. Na verdade, Hanold havia transferido seu interesse da jovem viva para a escultura, transformando a amada num relevo de mármore. Os pensamentos oníricos latentes, forçados a permanecer inconscientes, tentam realizar a transformação inversa da escultura na jovem viva; o que queriam dizer a ele era mais ou menos o seguinte: ‘afinal só estás interessado na estátua de Gradiva porque ela te recorda Zoe, que vive aqui e agora.’ Mas se essa descoberta pudesse ter-se tornado consciente, isso teria significado o fim do delírio.

Acaso seremos obrigados a substituir de forma análoga cada fragmento do conteúdo manifesto do sonho por pensamentos inconscientes? Se quiséssemos ser rigorosos, sim; se estivéssemos interpretando um sonho que tivesse sido realmente sonhado não poderíamos furtar-nos a esse dever. Mas em tal caso, aquele que sonhou teria de nos fornecer explicações muito mais amplas. É claro que tal requisito não pode ser satisfeito no caso da criação do autor; entretanto, não devemos esquecer que o conteúdo central do sonho ainda não foi submetido ao processo de interpretação ou tradução.

Evidentemente o sonho de Hanold foi um sonho de ansiedade. De conteúdo apavorante, provocou ansiedade naquele que sonhava e deixou atrás de si sentimentos dolorosos. Esse fato em muito dificulta nossa tentativa de explicação, e somos mais uma vez obrigados a recorrer à teoria da interpretação dos sonhos. Esta nos acautela contra o erro de atribuir a ansiedade que pode ser sentida em sonhos ao conteúdo desses sonhos, e de tratar esse conteúdo como se fosse o de uma idéia que ocorre no estado de vigília. Alerta-nos também sobre a frequência com que temos sonhos apavorantes sem sentir o mais leve traço de ansiedade. A situação real é bem diversa e nada evidente, mas pode ser comprovada de forma irrefutável. A ansiedade nos sonhos de ansiedade, como toda ansiedade neurótica em geral, corresponde a um afeto sexual, a um sentimento libidinal, e surge da libido pelo processo de repressão. Portanto, ao interpretarmos um sonho devemos substituir a ansiedade por excitação sexual. Nem sempre, mas com frequência, a ansiedade que assim se origina exerce uma influência seletiva sobre o conteúdo do sonho, nele introduzindo elementos ideativos que, de um ponto de vista consciente e errôneo, parecem adequados para o afeto de ansiedade. Como já disse, isso nem sempre acontece, existindo muitos sonhos de ansiedade nos quais o conteúdo nada tem de apavorante e nos quais é impossível encontrar uma explicação, em termos conscientes, para a ansiedade que é sentida.

Sei que essa explicação da ansiedade em sonhos parece muito estranha e de difícil aceitação, mas aqui só posso aconselhar o leitor a dar-lhe crédito. Contudo, seria realmente extraordinário se o sonho de Norbert Hanold se encaixasse nessa concepção da ansiedade e pudesse ser assim explicado. Partindo dessa hipótese, diríamos que seus desejos eróticos vieram à tona durante a noite e fizeram um esforço intenso para tornar conscientes as lembranças da jovem por ele amada e para arrancá-lo do seu delírio; esses desejos, porém, foram novamente repudiados, transformando-se em ansiedade, a qual, por sua vez, introduziu no conteúdo do sonho as imagens aterradoras das lembranças dos tempos de estudante. Dessa forma o verdadeiro conteúdo inconsciente do sonho, seu apaixonado desejo pela Zoe que conhecera no passado, transformou-se no conteúdo manifesto da destruição de Pompéia e da perda de Gradiva.

Até aqui isso me parece plausível. Mas poder-se-ia com justiça ressaltar que, se o conteúdo não-distorcido do sonho é constituído de desejos eróticos, deveria ser possível identificar pelo menos algum resíduo desses desejos ocultos no sonho transformado. Bem, talvez isso seja possível, com a ajuda de um indício contido num trecho posterior da história. Ao encontrar-se pela primeira vez com Gradiva, Hanold recordou-se do sonho e pediu à jovem que se deitasse novamente na escadaria, como então a vira fazer (ver em [1]). A esse pedido, entretanto, a jovem ergueu-se indignada e deixou seu estranho companheiro, pois percebera o inconveniente desejo erótico por trás das palavras que ele pronunciara sob a influência do delírio. Julgo que devemos aceitar a interpretação de Gradiva; nem mesmo num sonho real poderíamos esperar encontrar uma expressão mais definida de um desejo erótico.

Aplicando ao primeiro sonho de Hanold algumas regras da interpretação de sonhos, conseguimos tornar inteligíveis seus elementos principais e inseri-lo no contexto da história. Poderemos então ter como certo que o autor observou essas regras ao criá-lo? E uma segunda pergunta também nos ocorre: por que o autor introduziu esse sonho para realizar o desenvolvimento posterior do delírio? Em minha opinião, o recurso é engenhoso e fiel à realidade. Já vimos (ver em [1]) que em doenças reais um delírio com muita frequência surge em conexão com um sonho, e, após esses últimos esclarecimentos sobre a natureza dos sonhos, esse fato não deve constituir para nós um novo enigma. Os sonhos e os delírios surgem de uma mesma fonte - do que é reprimido. Poderíamos dizer que os sonhos são os delírios fisiológicos das pessoas normais. (ver em [2]) Antes de tornar-se suficientemente forte para irromper na vida de vigília como delírio, o que é reprimido pode ter alcançado um primeiro sucesso, sob as condições mais favoráveis do sono, na forma de sonho de efeitos duradouros. Durante o sono, juntamente com uma diminuição geral da atividade mental, dá-se um relaxamento da força da resistência que as forças psíquicas dominantes opõem ao que é reprimido. É esse relaxamento que possibilita a formação dos sonhos, e é por isso que estes constituem o melhor caminho para o conhecimento da parte inconsciente da mente - só que, via de regra, ao se restabelecerem das catexias psíquicas da vida de vigília, os sonhos se desvanecem e o inconsciente é obrigado a evacuar mais uma vez o terreno que conquistara.

Em trecho posterior da história encontramos um novo sonho que talvez mais do que o anterior nos desafie a tentar traduzi-lo e inseri-lo na cadeia de eventos na mente do herói. Mas pouco nos adiantaria abandonar o relato do autor e lançarmo-nos imediatamente ao segundo sonho, pois quem deseja analisar os sonhos de outra pessoa não pode deixar de dar a máxima atenção a todas as experiências, tanto externas como internas, daquele que sonha. Portanto, certamente será melhor seguir o fio da história, intercalando nossos comentários à medida que avançarmos.

A construção do novo delírio acerca da morte de Gradiva durante a destruição de Pompéia no ano de 79 não foi o único resultado do primeiro sonho, já por nós analisado. Logo após o mesmo, Hanold resolveu viajar para a Itália, viagem esta que terminou por levá-lo a Pompéia. Mas, antes dessa decisão, sucedeu-lhe outro fato. Ao se debruçar na janela julgou ver um vulto com um porte e um andar semelhantes aos de sua Gradiva. Apesar de incompletamente vestido, correu em seu encalço, mas perdeu-a de vista, sendo obrigado a voltar para casa devido aos gracejos dos transeuntes. De volta a seu quarto, o canto de um canário numa gaiola na janela da casa fronteira despertou-lhe a sensação de que também ele era um prisioneiro desejoso de liberdade, e imediatamente decidiu empreender uma viagem

de primavera à Itália, plano que logo colocou em execução.

O autor focalizou com bastante clareza essa viagem de Hanold, permitindo que seu personagem tivesse uma compreensão interna (*insight*) parcial de seus próprios processos internos. Naturalmente Hanold descobriu um pretexto científico para a viagem, mas isso não durou por muito tempo. Na verdade, tinha ciência de que ‘o impulso para empreender aquela viagem tivera origem num sentimento que ele não podia nomear’. Um estranho desassossego tornou-o insatisfeito com tudo que o cercava, impelindo-o de Roma para Nápoles e dali para Pompéia, mas nem mesmo nessa última cidade encontrou tranquilidade. Irritava-se ante a insensatez dos casais em lua-de-mel, e se enfureceu com a impertinência das moscas que povoavam os hotéis de Pompéia. Por fim não conseguiu esconder de si mesmo ‘que sua insatisfação não podia ser motivada apenas pelas circunstâncias externas, devendo também ter origem em seu íntimo.’ Sentiu-se superexcitado, ‘descontente pela falta de alguma coisa que não sabia o que era. Esse mau humor acompanhava-o por toda a parte.’ Nesse estado de espírito sua fúria voltou-se até mesmo contra a ciência de que era servo fiel. Quando ao calor do sol do meio-dia vagueava sem rumo por Pompéia, ‘não somente esquecer-se de toda a sua ciência, como também não sentia o menor desejo de voltar a se ocupar dela. Ela lhe parecia algo muito distante, uma tia velha enfadonha, encarquilhada, ressequida, a criatura mais maçante e indesejável do mundo.’ (55.)

Enquanto se encontrava nesse estado de espírito desagradável e confuso, deparou com a solução de um dos problemas referentes à sua viagem - no momento em que viu Gradiva andando por uma rua de Pompéia. ‘Tomou consciência, pela primeira vez, de que, embora ignorando o motivo interno que o impelira, se viera à Itália dirigindo-se a Pompéia sem se deter em Roma ou em Nápoles, fora para procurar as pegadas de Gradiva - e “pegadas” no sentido literal, pois com aquele andar peculiar ela deveria ter deixado impressões inconfundíveis nas cinzas.’ (58 (ver em [1]).)

Se o autor deu-se ao trabalho de escrever a viagem com tantas minúcias, deve valer a pena examinar a relação da mesma com o delírio de Hanold e sua posição na cadeia dos eventos. O arqueólogo empreendeu a viagem por motivos que a princípio desconhecia, mas que veio a admitir mais tarde; motivos esses que o próprio autor qualifica de ‘inconscientes’. Isso é verossímil. Não é preciso que uma pessoa sofra de um delírio para se comportar de forma análoga. Ao contrário, uma pessoa, mesmo saudável, pode com freqüência enganar-se quanto aos motivos de um ato, tomando consciência dos mesmos só depois do evento; para tanto só é necessário que um conflito entre as diversas correntes de sentimentos crie as condições para tal confusão. Assim, desde o momento em que foi concebida, a viagem de Hanold estava a serviço do delírio, sendo seu propósito conduzir o arqueólogo a Pompéia, onde poderia continuar a procurar Gradiva. Recordemo-nos que, tanto antes como imediatamente após o sonho, sua mente se ocupava com essa procura, e que o sonho nada mais era do que uma resposta ao enigma do paradeiro de Gradiva, ainda que uma resposta sufocada pela sua consciência. Alguma força inibidora, por nós ainda

desconhecida, impedia-o de tomar consciência de sua intenção delirante, de modo que para justificar conscientemente sua viagem só lhe restam débeis pretextos que necessitam ser renovados a cada etapa. O autor coloca-nos diante de novo enigma ao fazer com que o sonho, a descoberta da suposta Gradiva na rua e a viagem inspirada pelos gorjeios de um canário se sucedessem como uma série de eventos casuais, sem qualquer tipo de conexão interna um com o outro.

Algumas explicações que inferimos de frases posteriores de Zoe Bertgang nos elucidam esse trecho obscuro da história. Na verdade, foi o original de Gradiva, a própria Fräulein Zoe, que Hanold viu passar em frente de sua janela (89) e que ele quase alcançou. Se o tivesse feito, a informação transmitida pelo sonho - que na realidade ela vivia no mesmo local e na mesma época que ele - por um feliz acaso teria recebido uma irrefutável confirmação, a qual provocaria o fim de sua luta interna. Também o canário, que o motivou a empreender sua longa viagem, pertencia a Zoe, e sua gaiola na janela da jovem do outro lado da rua ficava bem em frente à casa de Hanold. (135 (ver em [1]).) Este, que segundo uma acusação da jovem possuía o dom da ‘alucinação negativa’, isto é, a arte de não ver e não reconhecer pessoas que estavam à sua frente, deve desde o início ter tido um conhecimento inconsciente daquilo que só mais tarde descobriríamos. Os indícios da proximidade de Zoe (seu aparecimento na rua e o canto do seu canário tão próximo à janela dele) intensificaram o efeito do sonho, e nessa situação, tão perigosa para a sua resistência aos sentimentos eróticos, Hanold decidiu fugir. Sua viagem era o resultado de novo fortalecimento dessa resistência, em seguida ao avanço obtido no sonho por seus desejos eróticos; era uma tentativa de fugir da presença física da jovem amada. Na prática significava uma vitória para a repressão, assim como sua atividade anterior, suas ‘pesquisas pedestres’ em mulheres e jovens, significara uma vitória do erotismo. Mas em todas essas oscilações verificadas no conflito, o caráter de conciliação dos resultados é preservado: a viagem para Pompéia, que deveria afastá-lo da Zoe viva, o conduziu ao menos para a sua substituta, Gradiva. A viagem, empreendida num desafio aos pensamentos oníricos latentes, seguiu, entretanto, a rota para Pompéia indicada pelo conteúdo manifesto do sonho. Assim, verificamos que, a cada novo conflito entre o erotismo e a resistência, o delírio sempre triunfa.

Essa interpretação da viagem de Hanold como sendo uma fuga diante do seu desejo erótico despertado pela jovem amada, e que estava tão próxima dele, é a única que se ajustará à descrição do seu estado emocional durante a estada na Itália. O repúdio ao erotismo que o dominava expressava-se pelo horror que votava aos casais em lua-de-mel.

Um curto sonho que tivera em seu *albergo* em Roma, ocasionado pela proximidade de um casal de alemães cujo colóquio noturno ouvia através das delgadas paredes de seu quarto, elucidou retrospectivamente as tendências eróticas do seu primeiro sonho. Nesse novo sonho, ele estava novamente em Pompéia durante a erupção do Vesúvio, o que estabelecia uma ligação deste sonho com o anterior, cujos efeitos prolongados fizeram-se sentir durante toda a viagem. Entretanto, dessa vez as pessoas ameaçadas não eram ele próprio e Gradiva, como na ocasião anterior, mas Apolo do Belvedere e Vênus Capitolina, certamente uma

irônica exaltação do casal do quarto contíguo. Apolo ergueu Vênus nos braços e colocou-a sobre um objeto escuro, que parecia ser um coche ou uma carreta, pois ‘estalavam’. No mais a interpretação desse sonho não requer nenhuma habilidade especial. (31.)

Nosso autor, que, como descobrimos há muito, nunca introduz em sua história elementos ociosos ou inúteis, forneceu-nos outro indício da tendência assexual que dominou Hanold em sua viagem. Enquanto perambulava durante horas por Pompéia, ‘estranhamente nem por um momento se recordou do sonho em que testemunhara o soterramento de Pompéia na erupção de 79 D.C.’ (47.) Só quando encontrou Gradiva é que se lembrou do sonho e ao mesmo tempo tomou consciência do motivo delirante de sua enigmática viagem. Esse esquecimento do sonho, essa barreira de repressão entre o sonho e seu estado mental durante a viagem, só pode ser explicado pela suposição de que a viagem, não foi empreendida sob a inspiração direta do sonho, mas como uma revolta contra o mesmo, como uma manifestação de uma força mental que se recusava a conhecer qualquer parcela do significado secreto do sonho.

Entretanto, por outro lado, essa vitória sobre o erotismo não causou prazer a Hanold. O impulso mental suprimido conservava poder suficiente para vingar-se do impulso supressor através da inibição e do descontentamento. Os desejos do arqueólogo transformaram-se em desassossego e insatisfação, que retiravam de sua viagem todo sentido. Inibida a compreensão interna (*insight*) dos motivos da viagem empreendida sob o comando do delírio, seus interesses científicos, que deveriam ser estimulados pelo novo ambiente, também ficaram tolhidos. Após essa fuga do amor, o autor mostra-nos seu herói num estado de completa perturbação e confusão, numa crise semelhante ao ponto culminante de uma doença, quando nenhuma das duas forças conflitantes é suficientemente superior à outra para que essa vantagem possibilite o estabelecimento de um regime mental vigoroso. Nesse ponto, entretanto, o autor intervém em auxílio de seu personagem e traz Gradiva à cena, encarregando-a de curá-lo. Utilizando seu direito de conduzir os destinos de suas criaturas para um desenlace feliz, embora as faça curvar-se às leis da necessidade, o autor desloca para Pompéia a mesma jovem que Hanold tentava evitar em sua fuga para aquele lugar. Assim corrige a insensatez a que o delírio induzira o jovem - a insensatez de trocar a cidade da jovem viva que ele amava pelo sepulcro de sua substituta imaginária.

Com o aparecimento de Zoe Bertgang como Gradiva, clímax de tensão na história, nosso interesse logo toma um curso diferente. Assistimos até aqui ao desenvolvimento de um delírio; agora, iremos testemunhar sua cura. Poderemos indagar se o autor expôs o desenrolar dessa cura de forma totalmente fantasiosa ou se acaso a construiu de acordo com as possibilidades presentes. As palavras que Zoe dirigiu à amiga recém-casada nos dão o inegável direito de atribuir-lhe uma intenção de realizar a cura. (124 (ver em [1]).) Mas como atingiu seus propósitos? Após sobrepujar a indagação provocada pelo pedido de Hanold para que se deitasse na escadaria como ‘então’ o fizera, ela retornou no dia seguinte, à mesma hora, decidida a arrancar de Hanold os segredos cuja ignorância por parte dela a havia impedido de compreender o comportamento dele no dia anterior. Assim veio a saber

do sonho, da escultura de Gradiva e do andar que era uma peculiaridade de ambas. Ela aceitou o papel de um fantasma redivivo por uma fugaz hora, papel que, como ela percebera, o delírio de Hanold lhe atribuía, mas, ao aceitar sua oferta das flores dedicadas aos mortos e ao lamentar que ele não tivesse escolhido rosas, insinuou delicadamente com palavras ambíguas a possibilidade de ele admitir uma nova situação. (90 (ver em [1]).)

Essa jovem de inteligência invulgar estava então decidida a converter seu amigo de infância em seu marido, após descobrir que a força motivadora do delírio deste era o amor que ele lhe devotava. Nosso interesse no comportamento da jovem, entretanto, cederá momentaneamente lugar à surpresa que o próprio delírio nos provoca. A última forma assumida por ele era que Gradiva, soterrada no ano 79 D.C., era capaz de agora, na qualidade de fantasma do meio-dia, falhar-lhe por uma hora, no fim da qual ela teria de sumir nas entranhas da terra ou voltar a seu túmulo. Essa teia mental, que não se desfaz nem pela constatação de que a aparição usava sapatos modernos e desconhecia as línguas clássicas, falando o alemão, idioma ainda inexistente na época da catástrofe de Pompéia, parece sem dúvida justificar a denominação de ‘fantasia pompeana’ dada pelo autor à sua obra e excluir qualquer possibilidade de julgá-la pelos critérios da realidade clínica.

Entretanto, a um exame mais apurado esse delírio de Hanold me parece perder a maior parte de sua improbabilidade; esta, aliás, repousa no fato de o autor ter baseado sua história na premissa de que Zoe era uma réplica da escultura. Devemos, porém, evitar deslocar a improbabilidade dessa premissa para a sua consequência: o fato de Hanold tomar a jovem pela própria Gradiva ressuscitada. Essa explicação delirante adquire maior valor pelo fato de que o autor não nos forneceu nenhuma explicação racional. Acrescentou, entretanto, circunstâncias atenuantes para tal extravagância do seu herói, na forma do sol ardente da *campagna* e na magia inebriante do vinho originário das encostas do Vesúvio. Contudo, o mais importante dos fatores que podem explicar e justificar isso reside na facilidade com que nosso intelecto está pronto a aceitar algo absurdo, desde que este satisfaça impulsos emocionais poderosos. É um fato espantoso, e também geralmente ignorado, a presteza e a frequência com que, em tais condições psicológicas, pessoas de viva inteligência reagem como débeis mentais. Todo indivíduo não muito preconceituoso pode, amiúde, observar o fato em si mesmo, especialmente se os processos mentais em questão estiverem ligados a motivos inconscientes ou reprimidos. A esse respeito, é com satisfação que transcrevo as palavras que me foram enviadas por um filósofo: ‘Tenho anotado as circunstâncias em que eu próprio cometi erros ou atos irrefletidos para os quais mais tarde se descobrem motivos (os mais irracionais). É alarmante, porém característica, a quantidade de tolices que assim vêm à tona.’ Devemos lembrar, também, que a crença nos espíritos e fantasmas, e no retorno dos mortos, que tanto apoio encontra nas religiões a que todos estivemos ligados pelo menos na infância, está longe de ter desaparecido entre a gente culta, e que muitas pessoas, sensatas em todos os outros aspectos, acham possível conciliar espiritualismo com razão. Mesmo o homem que se tornou cético e racional pode descobrir, envergonhado, que sob o impacto da perplexidade e de emoções fortes facilmente volta por momentos a acreditar em espíritos.

Conheço um médico que perdera uma paciente portadora da doença de Graves, e que não conseguia afastar de sua mente uma leve suspeita de talvez haver contribuído para o funesto desenlace por causa de uma medicação imprudente. Certo dia, anos depois, uma jovem entrou em seu consultório e, apesar de resistir à idéia, meu colega não conseguiu impedir-se de a identificar com a morta. Não podia deixar de pensar o seguinte: ‘Então afinal é verdade que os mortos podem retornar à vida.’ No entanto, seu pavor converteu-se em vergonha quando a jovem se apresentou como a irmã da falecida paciente e revelou estar sofrendo da mesma enfermidade. Os portadores da doença de Graves, como já se observou com freqüência, terminam por apresentar uma grande semelhança fisionômica, intensificada no caso pelos traços de família. O médico a quem isso aconteceu era eu próprio. Portanto, tenho um motivo pessoal para não refutar a possibilidade clínica do delírio temporário de Norbert Hanold de que Gradiva retornara à vida. Enfim, é um fato familiar a todo psiquiatra a ocorrência, em casos graves de delírios crônicos (paranóia), de exemplos surpreendentes de absurdos solidamente construídos com grande engenho.

Após seu primeiro encontro com Gradiva, Norbert Hanold dirigiu-se aos dois hotéis em Pompéia e pediu vinho nas salas de refeições em que estavam reunidos para o almoço os demais visitantes da cidade. ‘Naturalmente nem uma vez lhe ocorreu o tolo pensamento’ de que assim agia para descobrir em qual desses hotéis Gradiva estava hospedada e fazia suas refeições; contudo, é difícil atribuir outro sentido a seu comportamento. No dia seguinte a seu segundo encontro com a jovem na Casa de Meleagro, passou por uma série de experiências estranhas e aparentemente sem qualquer ligação. Descobriu uma estreita fenda na parede do pórtico, no ponto em que Gradiva desaparecera; encontrou um excêntrico caçador de lagartos, que o interpelou como se o conhecesse; descobriu um terceiro hotel, num local afastado, o ‘Albergo del Sole’, cujo dono lhe impingiu um broche coberto de pátina verde que teria sido encontrado junto aos restos de uma jovem pompeana. Por fim, em seu próprio hotel encontrou um jovem casal que tomou por irmãos e que despertou a sua empatia. Mais tarde todas essas impressões interligaram-se em um sonho ‘singularmente absurdo’:

‘Sentada em algum lugar no sol, Gradiva confeccionava um laço de um longo talo de erva para capturar um lagarto, e disse: “Por favor, fique bem quieto. Nossa colega tem razão, esse método é realmente ótimo e ela já o utilizou com excelentes resultados.”’ (ver em [1])

Ainda adormecido, Norbert Hanold defendeu-se do sonho com o pensamento crítico de que o mesmo era totalmente insensato, e procurou de todas as formas libertar-se dele. Conseguiu isso com a ajuda de um pássaro invisível que, emitindo um pio sarcástico, aprisionou em seu bico o lagarto e o carregou consigo.

Vamos tentar interpretar esse sonho, isto é, substituí-lo pelos pensamentos latentes de cuja distorção deve ter-se originado? É tão sem sentido quanto pode ser um sonho, e é justamente

nesse absurdo dos sonhos que se apóiam os que, recusando-se a aceitá-los como atos psíquicos válidos, afirmam ter os mesmos origem numa excitação fortuita dos elementos da mente.

Podemos aplicar a esse sonho uma técnica que constitui o procedimento regular para a interpretação dos sonhos. Consiste em não prestar atenção nas conexões aparentes do sonho manifesto, mas em concentrar atenção isoladamente em cada um dos elementos do seu conteúdo, buscando sua origem nas impressões, lembranças e associações livres do sonhador. Entretanto, como não podemos submeter Hanold a um interrogatório, teremos de nos contentar em consultar suas impressões, e timidamente substituir suas associações pelas nossas.

‘Sentada em algum lugar no sol, Gradiva caçava lagartos e falava.’ A que impressões da véspera alude essa parte do sonho? Sem dúvida ao encontro com o senhor idoso que caçava lagartos, transformado pelo sonho em Gradiva. Ele estava sentado numa ‘encosta ensolarada’ e dirigiu-se a Hanold. As palavras pronunciadas por Gradiva no sonho foram copiadas da fala desse homem: ‘O método inventado pelo nosso colega Eimer é realmente muito bom. Já o utilizei várias vezes com excelentes resultados. Por favor, fique bem quieto’. (ver em [1]) No sonho, Gradiva proferiu quase as mesmas palavras. ‘Nosso colega Eimer’, entretanto, transformou-se numa anônima ‘colega’; além disso, a expressão ‘muitas vezes’, na fala do zoólogo, foi omitida no sonho e a ordem das frases sofreu algumas alterações. A experiência da véspera, portanto, foi utilizada pelo sonho e submetida a mudanças e distorções. Mas por que justamente essa experiência? E qual o significado das alterações - a substituição do senhor idoso por Gradiva e a introdução de uma misteriosa ‘colega’?

Uma das regras da interpretação de sonhos é a seguinte: ‘Uma fala ouvida no sonho sempre deriva de outra que o próprio sonhador ouviu ou pronunciou na vida de vigília. No sonho em questão parece ter sido obedecida essa regra: a fala de Gradiva é uma simples modificação das palavras ditas pelo zoólogo a Hanold na véspera. Outra regra da interpretação de sonhos diz que a substituição de uma pessoa por outra, ou a combinação de duas pessoas (quando, por exemplo, uma ocupa uma posição característica da outra), significa uma equiparação dessas pessoas, a existência de uma semelhança entre elas. Se aplicarmos também essa regra a nosso sonho, chegaremos à seguinte tradução: ‘Gradiva caça lagartos exatamente como aquele velho; é tão perita nesse ofício quanto ele.’ Isso ainda não está muito claro, e nos deixa ainda um outro enigma: a que impressão da véspera podemos relacionar a ‘colega’ que substitui o zoólogo Eimer no sonho? Felizmente não temos muitas opções. Essa ‘colega’ só pode significar outra jovem - isto é, a simpática jovem que Hanold julgara ser a irmã que viajava com o irmão. ‘Ela usava no vestido uma rosa vermelha de Sorrento que despertou no arqueólogo, sentado a um canto do salão de jantar, uma recordação imprecisa.’ (ver em [1]) Essa observação do autor dá-nos o direito de supor ser essa jovem ‘a colega’ do sonho. Sem dúvida aquilo de que Hanold não podia

recordar-se eram as palavras que a suposta Gradiva lhe dirigira ao pedir-lhe as flores brancas dos mortos, pois as mais afortunadas recebiam rosas na primavera. (ver em [2]) Por trás dessas palavras, entretanto, havia um apelo amoroso, uma tentativa de sedução. Assim, que espécie de caça de lagartos teria a sua ‘colega’ mais afortunada levado a termo com tanto êxito?

No dia seguinte Hanold encontrou os supostos irmãos num terno abraço e pôde, assim, retificar seu engano. Na verdade o par estava em lua-de-mel, como descobrimos mais tarde, quando interromperam de forma tão inesperada o terceiro encontro de Hanold com Zoe. Se agora estivermos dispostos a admitir que Hanold, embora conscientemente os julgasse irmãos, reconheceu inconscientemente a verdadeira relação deles (revelada de forma inequívoca no dia seguinte), a fala de Gradiva no sonho irá adquirir um claro significado. A rosa vermelha tornara-se o símbolo de uma ligação amorosa. Hanold tinha ciência de que aqueles dois já eram um para o outro o que ele e Gradiva ainda tinham de se tornar. A caça de lagartos adquiriu o sentido de caça do homem, e é o seguinte o significado da fala de Gradiva: ‘Deixa-me agir sozinha, que saberei conquistar um marido tão bem quanto qualquer outra moça.’

Mas por que foi necessário que essa percepção dos propósitos de Zoe aparecesse no sonho sob a forma da fala do velho zoólogo? Por que a perícia de Zoe na caça de marido foi representada pela perícia do velho senhor na caça de lagartos? Bem, essa pergunta não oferece nenhuma dificuldade. Há muito advinhamos que o caçador de lagartos não é senão Bertgang, o professor de zoologia e pai de Zoe, que certamente também conhecia Hanold - o que explica o fato de o ter interpelado como a um conhecido. Vamos admitir também que, inconscientemente, Hanold houvesse reconhecido o catedrático. ‘Teve a vaga impressão de que já vira rapidamente o caçador de lagartos, provavelmente num dos dois hotéis.’ Está assim explicado o estranho disfarce sob o qual surgia a intenção atribuída a Zoe: ela era a filha do caçador de lagartos e dele herdara a perícia.

A substituição, no conteúdo do sonho, do caçador de lagarto por Gradiva é, portanto, uma representação da relação entre essas duas figuras, a qual Hanold conhecia em seu inconsciente. A substituição do ‘nosso colega Eimer’ por ‘uma colega’ permitiu ao sonho expressar a compreensão de Hanold quanto ao fato de que Gradiva empreendia uma conquista amorosa. Até aqui o sonho fundiu (condensou, diríamos) duas experiências da véspera em uma única situação, a fim de exprimir (de forma muito obscura, é verdade) duas descobertas que não tinham permissão de se tornarem conscientes. Mas podemos prosseguir, tornar o sonho menos estranho e demonstrar a influência das outras experiências da véspera sobre a forma assumida pelo sonho manifesto.

Não estamos satisfeitos com a explicação até agora obtida para a escolha da cena da caça ao lagarto como núcleo do sonho, e suspeitamos que outros elementos dos pensamentos oníricos pesaram na ênfase dada ao ‘lagarto’ no sonho manifesto. Isso é bem fácil de

demonstrar. Deve ser lembrado (ver em [1] e [2]) que Hanold descobrira uma fenda na parede, no ponto onde Gradiva aparentemente desaparecera - fenda 'que era suficientemente larga para permitir que uma pessoa muito esbelta' passasse. Essa observação levou-o durante o dia a introduzir uma modificação em seu delírio: Gradiva não sumira nas entranhas da terra, mas esgueirara-se pela fenda para voltar ao seu túmulo. Em seus pensamentos inconscientes, ele deve ter dito a si mesmo que descobrira a explicação natural para o surpreendente desaparecimento da jovem. Mas esse desaparecimento pela penetração numa fenda estreita não deve ter lembrado o comportamento dos lagartos? Não estava assim a própria Gradiva agindo como um ágil lagarto? Ao nosso ver, portanto, a descoberta da fenda contribuiu para determinar a escolha do elemento 'lagarto' no conteúdo manifesto do sonho. A cena do lagarto no sonho representava tanto essa impressão da véspera quanto o encontro com o zoólogo, o pai de Zoe.

E que tal se agora tentássemos procurar no conteúdo do sonho a representação da única experiência da véspera que ainda não foi explorada, ou seja, a descoberta do terceiro hotel, o Alberg del Sole? O autor expôs esse episódio com tanta minúcia, relacionando-lhe tantos elementos, que nos surpreenderia constatar que o mesmo em nada tenha contribuído para a construção do sonho. Hanold entrou nesse hotel, que desconhecia devido a sua situação retirada e distante da estação, para comprar uma garrafa de água gasosa que aliviasse seu mal-estar. O proprietário aproveitou a oportunidade para exhibir suas antiguidades, e mostrou-lhe um broche dizendo que o mesmo tinha pertencido à jovem pompeiana encontrada junto ao foro nos braços do seu amado. Hanold, que conhecia essa história, mas até então nunca lhe dera crédito, viu-se compelido por uma força desconhecida a acreditar na tocante lenda e na autenticidade do broche; adquiriu-o e deixou o hotel. Ao sair, viu num copo d'água, no peitoril de uma janela, um galho florido de asfódelo, e tomou essa descoberta como uma confirmação da autenticidade de sua aquisição. Sentiu uma firme convicção de que o broche pertencera a Gradiva, e que era ela a jovem morta nos braços do amado. Dominou o ciúme que se apossara dele decidindo-se a, no dia seguinte, mostrar o broche à própria Gradiva e averiguar a validade de suas suspeitas. Sem dúvida é muito curioso esse novo elemento do seu delírio, e seria de esperar que aparecessem traços do mesmo no sonho de Hanold daquela mesma noite.

Valerá a pena, certamente, elucidar a origem desse novo acréscimo do delírio, procurando a descoberta inconsciente que teria sido substituída por esse novo elemento do delírio. O delírio surgiu sob a influência do proprietário do 'Hotel do Sol', em relação a quem Hanold se comportava de forma tão crédula como se tivesse sido vítima de uma sugestão hipnótica. O hoteleiro mostrou-lhe um broche que supostamente teria pertencido a uma jovem soterrada nos braços do amado; e Hanold, que possuía suficiente espírito crítico para questionar tanto a veracidade da história como a autenticidade do broche, deixou-se convencer com toda a facilidade e adquiriu a mais do que duvidosa antiguidade. O motivo que o levou a proceder assim é incompreensível, e nada nos induz a concluir que a solução esteja na personalidade do hoteleiro. Contudo, há ainda outro aspecto enigmático, e dois enigmas geralmente

elucidam-se reciprocamente. Ao sair do *albergo*, ele viu um galho de asfódelo numa janela, e tomou-o como uma confirmação da autenticidade do broche. Por que motivo? Felizmente esse problema é de fácil solução. A flor branca era sem dúvida a mesma que ele dera a Gradiva ao meio-dia, e ao vê-la na janela do hotel alguma coisa foi confirmada. Não a autenticidade do broche, mas outro fato que já se tornara claro para ele ao encontrar aquele *albergo* cuja existência ignorara. Já na véspera, comportara-se como se estivesse procurando a suposta Gradiva nos outros dois hotéis de Pompéia. Ao deparar inesperadamente com um terceiro, no seu inconsciente ele deve ter exclamado: ‘Então é *aqui* que ela se hospeda!’ E na saída deve ter acrescentado: ‘Sim, é aqui mesmo! Lá está o ramo de asfódelo que dei a ela! Aquela deve ser a janela do seu quarto!’ Era essa, então, a nova descoberta que foi substituída pelo novo delírio, e que não podia tornar-se consciente, pois seu postulado subjacente de que Gradiva era uma pessoa viva que ele conhecera não podia tornar-se consciente.

Mas como se deu essa substituição da nova descoberta pelo delírio? Julgo que a convicção inerente à descoberta pôde subsistir, ao passo que a própria descoberta, inadmissível à consciência, foi substituída por outro conteúdo ideativo ligado a ela por associações de pensamento. Assim, aquela convicção ligou-se a um conteúdo que na realidade lhe era estranho, conteúdo este que, sob a forma de um delírio, logrou uma imerecida aceitação. Hanold transferiu sua convicção de que Gradiva era hóspede daquele hotel para outras impressões ali recebidas; isso conduziu à credulidade diante do hoteleiro, à aceitação da autenticidade do broche e da lenda dos dois amantes mortos abraçados - mas somente através da ligação entre o que ouviu no hotel e Gradiva. O ciúme nele latente alimentou-se desse material, resultando no delírio (o qual, entretanto, contradizia seu primeiro sonho) de que a jovem morta nos braços do amado era Gradiva e que o broche por ele adquirido pertencera a ela.

Deve-se observar que a conversa com Gradiva e a alusão desta (através da referência às flores) à intenção da conquista amorosa já haviam provocado importantes modificações em Hanold. Começaram a despertar nele traços de desejo masculino - componentes da libido -, ainda que ocultos sob pretextos conscientes. Contudo, o problema da ‘natureza corpórea’ de Gradiva, que o atormentava o dia inteiro (ver em [1] e [2]), originou-se de uma curiosidade erótica de jovem a respeito do corpo da mulher, ainda que essa curiosidade estivesse envolvida em uma questão científica pela insistência consciente sobre a estranha oscilação de Gradiva entre a vida e a morte. O ciúme era mais um sinal do aspecto cada vez mais ativo do amor de Hanold; este expressou esse ciúme no início da conversa que tiveram no dia seguinte, e recorrendo a um novo pretexto tocou no corpo da jovem - batendo, como era seu hábito no passado.

Chegou, porém, a hora de indagarmos se o método de construir um delírio, extraído por nós da narrativa, encontra comprovação em outras fontes, ou se de alguma forma ele é

possível. Nosso conhecimento médico leva-nos a afirmar que esse método é certamente o método correto, e talvez o único pelo qual o delírio adquire a convicção inabalável que é uma de suas características clínicas. Essa crença profunda que o paciente tem em seu delírio não provém de seus elementos falsos, nem é motivada por uma incapacidade da faculdade de julgamento. Acontece que existe uma parcela de verdade oculta em todo delírio, um elemento digno de fé, que é a origem da convicção do paciente, a qual, portanto, até certo ponto é justificada. Esse elemento verdadeiro, porém, há muito foi reprimido. Se, de forma distorcida consegue chegar à consciência, dá-se uma intensificação da convicção que lhe está ligada, como uma espécie de compensação, e que se liga ao substituto distorcido da verdade reprimida, protegendo-o de quaisquer ataques críticos. É como se a convicção se deslocasse da verdade consciente para o erro consciente que está ligado a ela, ali fixando-se justamente em consequência desse deslocamento. No delírio que se forma a partir do primeiro sonho de Hanold encontramos um exemplo de deslocamento semelhante, embora não idêntico, ao que descrevemos. Na verdade, esse método através do qual a convicção surge no caso de um delírio basicamente em nada difere do método através do qual a convicção se forma em casos normais, onde a repressão não faz parte do quadro. Todos nós emprestamos nossa convicção a conteúdos de pensamento em que se combinam a verdade e o erro, deixando-a estender-se da primeira ao último. É como se a convicção se propagasse da verdade ao erro a ela ligado, protegendo-o das merecidas críticas, embora não tão vigorosamente como no caso de um delírio. Assim, também na psicologia normal, ser bem relacionado - 'ter influência', por assim dizer - pode substituir um valor real.

Voltarei agora ao sonho para examinar um interessante pormenor que estabelece uma conexão entre duas causas que o provocaram. Gradiva salientara uma espécie de contraste entre os botões brancos de asfódelo e as rosas vermelhas. O reencontro do ramo de asfódelo na janela do Alberg del Sole constituiu para Hanold um importante indício que corroborava sua descoberta inconsciente, que encontrou expressão no novo delírio. A isso acrescentou-se o fato de que a rosa vermelha presa ao vestido da simpática recém-casada auxiliou Hanold a ver inconscientemente a natureza da relação que a unia a seu companheiro, tornando possível o aparecimento da jovem no sonho como a 'colega'.

Mas certamente irão indagar onde, no conteúdo manifesto do sonho, encontramos algo que indique e substitua a descoberta para a qual, como vimos, o novo delírio de Hanold era um substituto - a descoberta de que Gradiva e seu pai estavam hospedados naquele hotel menos conhecido de Pompéia, o Alberg del Sole? Está tudo no sonho, e não muito distorcido; hesito, entretanto, em apontá-lo por saber que mesmo os leitores que até aqui me seguiram com paciência irão rebelar-se vigorosamente contra minhas tentativas de interpretação. A descoberta de Hanold é anunciada completamente no sonho, mas sob um disfarce tão engenhoso que forçosamente passa despercebida. Encontra-se oculta sob um jogo de palavras, uma ambigüidade. 'Sentada em algum lugar no sol, Gradiva...' Acertadamente relacionamos essas palavras ao local onde Hanold encontrou o zoólogo, o pai da jovem. Mas esse 'no sol' não poderia significar 'no Sol', isto é, que Gradiva estava no Alberg del

Sole, o Hotel do Sol? Esse ‘em algum lugar’, que não descreve a situação do encontro com o pai dela, não teria esse caráter tão falsamente vago justamente por esconder uma indicação precisa do paradeiro de Gradiva? Minha longa experiência na interpretação de sonhos reais me garante ser este o sentido dessa ambigüidade. Contudo, eu não teria ousado apresentar a meus leitores essa interpretação, se o autor não viesse aqui em meu auxílio. Ele coloca na boca da jovem o mesmo jogo de palavras quando, no dia seguinte, ela viu o broche: ‘Acaso o encontraste no sol? pois o sol faz coisas semelhantes.’ (ver em [1]) Ao perceber que o rapaz não entendera o significado de suas palavras, ela explicou que se referia ao Hotel do Sol, que chamavam de ‘Sole’, e onde já vira a suposta antiguidade.

Vamos agora tentar substituir o ‘singularmente insensato’ sonho de Hanold pelos pensamentos inconscientes que estão por trás do mesmo e que são tão diversos dele. Talvez esses pensamentos possam ser expressos da seguinte forma: ‘Ela está hospedada no “Sol” com o pai. Por que ela se diverte comigo dessa maneira? Estará apenas brincando, ou será que me ama e me quer como esposo?’ Certamente ainda durante o sono veio uma resposta que punha de lado essa última possibilidade como ‘completa insensatez,’ juízo que na aparência se estendia a todo o sonho manifesto.

Alguns leitores mais críticos irão, muito justamente, conjecturar sobre a origem da interpolação (até aqui não justificada) da referência a estar sendo ridicularizado por Gradiva. A resposta a essa pergunta é dada em *A Interpretação de Sonhos*, que explica que, se nos pensamentos oníricos há zombaria, menosprezo ou escárnio, isso é expresso pela forma insensata do sonho manifesto, pelo absurdo do sonho. Esse absurdo não significa uma paralisação da atividade psíquica, constituindo apenas um método de representação utilizado pela elaboração onírica. Como vem acontecendo nos pontos particularmente difíceis, também aqui o autor acorre em nosso auxílio. Esse sonho sem sentido teve um curto epílogo, no qual surgiu um pássaro que, emitindo um pio sarcástico, se apoderou do lagarto. Hanold, porém, já ouvira um som semelhante, logo após o desaparecimento de Gradiva (ver em [1]). Na verdade esse som sarcástico era o riso de Zoe ao se ver livre do seu lúgubre papel de fantasma. Portanto, Gradiva realmente rira dele. Contudo, a imagem onírica do pássaro arrebatando em seu bico o lagarto era provavelmente uma recordação de um sonho anterior, no qual Apolo do Belvedere afastava-se carregando a Vênus Capitolina (ver em [1]).

Talvez para alguns leitores a tradução da cena da caça ao lagarto como um convite amoroso não seja de todo convincente. Um novo argumento favorável à sua validade pode ser fornecido pela consideração do diálogo com a amiga recém-casada, no qual Zoe confirmou as suspeitas de Hanold - ao mencionar sua anterior convicção de poder ‘desencavar’ algo de interessante em Pompéia. Ela como que invadia o campo da arqueologia, da mesma forma que, utilizando o símile da caça ao lagarto, ele invadia o campo da zoologia; assim, os dois como que se lançavam um para o outro, cada qual tentando assumir o caráter do outro.

Nesse ponto parece que terminamos a interpretação do segundo sonho. Fomos capazes de compreender tanto esse como o anterior apoiando-nos na pressuposição de que o sonhador sabe, em seus pensamentos inconscientes, de tudo aquilo que esqueceu em seus pensamentos conscientes, e de que nos primeiros avalia corretamente o que nos últimos transforma em delírio. No curso de nossa argumentação fomos, sem dúvida, obrigados a fazer afirmações que, por serem novas, devem ter parecido muito estranhas ao leitor; e talvez amiúde este tenha suscitado que atribuímos ao autor intenções que eram só nossas. Estou ansioso por fazer o possível para afastar essa suspeita, revendo com prazer e maior minúcia um dos pontos mais delicados: o uso de palavras e frases ambíguas, tais como ‘Sentada em algum lugar no sol, Gradiva...’

Quem quer que leia *Gradiva* certamente notará a frequência com que o autor coloca frases ambíguas na boca de seus dois personagens principais. Ao pronunciá-las Hanold não tinha consciência dessa ambigüidade, e somente a heroína lhes percebia o segundo sentido. Quando, por exemplo, ao ouvir as primeiras palavras da jovem, ele retrucou: ‘Já sabia como soaria a tua voz’ (ver em [1]), ignorando-lhe o sonho, Zoe perguntou como isso era possível, já que ele nunca a ouvira falar. Em sua segunda conversa, por um momento ela põe em dúvida o delírio dele, diante da afirmação de a ter reconhecido à primeira vista (ver em [2]). Zoe não pôde evitar de ver nessas palavras um reconhecimento da amizade infantil de ambos (dedução correta no que diz respeito ao inconsciente dele), ao passo que ele naturalmente não percebeu esse sentido da própria exclamação, julgando que a mesma se relacionava somente ao delírio que o dominava. Por outro lado, as palavras da jovem, cuja personalidade, numa total oposição ao delírio de Hanold, demonstrava uma extrema lucidez e clareza de espírito, assumem muitas vezes uma ambigüidade *intencional*. Um dos sentidos dessas palavras ajusta-se ao delírio de Hanold, dirigindo-se à sua compreensão consciente, mas o outro sentido ultrapassa o delírio e em geral fornece-nos sua tradução para a verdade inconsciente que ele representa. Essa capacidade de dar expressão ao delírio e à verdade numa mesma frase é um triunfo do engenho e do espírito.

A fala em que Zoe explica a situação à amiga e, ao mesmo tempo, livra-se da importuna (ver a partir de [1]), está cheia de ambigüidades desse tipo. Na realidade, trata-se de uma fala feita pelo autor e dirigida mais ao leitor do que à ‘colega’ recém-casada de Zoe. Nos diálogos de Zoe com Hanold a ambigüidade é atingida por Zoe através do mesmo simbolismo encontrado no primeiro sonho de Hanold - em que o soterramento equivale à repressão e a infância a Pompéia. Assim, em suas palavras a jovem, por um lado, mantém-se fiel ao papel que lhe foi dado pelo delírio de Hanold e, por outro lado, alude às circunstâncias reais a fim de despertar no inconsciente de Hanold a compreensão das mesmas.

‘Há muito que me acostumei a estar morta.’ (90 (ver em [1]).) ‘Essas flores do esquecimento são mais apropriadas para mim.’ [Ibid.] Nessas frases há um leve prenúncio

das censuras a que mais tarde a jovem deu vazão na reprimenda em que o comparou a um arqueoptérix. (ver a partir de [2]) ‘Tu te referes ao fato de que alguém tenha de morrer para chegar a estar vivo; mas sem dúvida isso tem de ser assim mesmo para os arqueólogos.’ (ver em [3]) Essas últimas palavras pronunciadas por ela, após o desvanecimento do delírio, são uma chave para suas falas ambíguas. Mas foi ao perguntar: ‘Não te recordas que já compartilhamos uma vez de uma refeição semelhante há dois mil anos atrás?’ (118 (ver em [4]).) que ela utilizou o simbolismo com maior felicidade. Aqui são evidentes a substituição da infância pelo passado histórico e o esforço para despertar as lembranças daquela.

Mas qual é a origem dessa singular preferência em *Gradiva* por falas ambíguas? Parece-nos não ser uma casualidade, mas uma conseqüência necessária das premissas da história. Trata-se da contraparte da dupla determinação dos sintomas, já que as falas em si constituem sintomas e, como eles, surgem de conciliações entre o consciente e o inconsciente. Simplesmente acontece que essa dupla origem é mais evidente em falas do que em atos. E quando acontece de, devido à natureza maleável do material verbal, essa dupla intenção que está por trás da fala poder ser expressa com êxito pelas mesmas palavras, temos o que denominamos de ‘ambigüidade.’

No decorrer do tratamento psicoterapêutico de um delírio ou de uma perturbação análoga, o paciente com freqüência produz ambigüidades desse tipo, como novos sintomas passageiros, e às vezes o próprio médico pode servir-se delas. Pode também dessa forma, através do sentido pretendido para o consciente do paciente, despertar o conhecimento do sentido que se aplica ao inconsciente. Sei por experiência própria que o papel desempenhado pela ambigüidade pode provocar violenta objeção entre os que desconhecem o assunto, sendo capaz também de provocar sérios mal-entendidos. Mas mesmo assim o autor agiu certamente ao reservar em sua criação um lugar para esse aspecto característico do que ocorre na formação de sonhos e delírios.

A emergência de Zoe enquanto médica, como já assinali, despertou em nós um novo interesse. Ansiamos por saber se uma cura semelhante à por ela realizada em Hanold é possível ou mesmo plausível, e se o autor expôs as condições do desaparecimento do delírio tão corretamente como mostrou as de sua gênese.

Nesse ponto certamente surgirá uma opinião que irá negar qualquer interesse geral ao caso

apresentado pelo autor, assim como contestar a existência de qualquer problema que necessite de solução. Hanold, dirão, não teve outra alternativa senão a de abandonar seu delírio quando a suposta ‘Gradiva’, que constituía objeto do mesmo, mostrou-lhe a incorreção de todas as hipóteses, fornecendo-lhe a explicação natural dos enigmas - por exemplo, o fato de ela saber o nome dele. Esse deveria ser o término lógico da questão, mas como a jovem revelara a ele seu amor, o autor, sem dúvida para agradar às suas leitoras, arranjou os fatos para que sua história, sob outros aspectos bastante interessante, tivesse o usual final feliz do casamento. Argumentarão também que seria mais lógico e igualmente possível se o jovem cientista, ao reconhecer os seus enganos, se despedisse da dama com corteses agradecimentos e justificasse sua recusa do amor dela pelo fato de que, enquanto era capaz de se interessar vivamente por antigas esculturas femininas de mármore e bronze ou pelas mulheres que lhe haviam servido de modelo, nenhuma serventia possuíam para ele suas contemporâneas de carne e osso. Em resumo, o autor, de forma totalmente arbitrária, acrescentou uma história de amor à sua fantasia arqueológica.

Ao rejeitarmos como inaceitáveis essas concepções, observaremos em primeiro lugar que os primórdios da transformação de Hanold não foram caracterizados apenas pelo abandono do delírio. Simultaneamente, ou mesmo antes do desaparecimento do delírio, ressurgiu no herói uma inconfundível ânsia de amar, que o levou, como seria de esperar, a cortejar a jovem que o libertara de seu delírio. Já ressaltamos os pretextos e os disfarces sob os quais sua curiosidade sobre a ‘natureza corpórea’ dela, seu ciúme e seu brutal instinto masculino de domínio foram expressos em seu delírio, depois que seu desejo erótico reprimido deu origem ao primeiro sonho. Como nova confirmação disso podemos lembrar que, na noite depois do seu segundo encontro com Gradiva, ele sentiu pela primeira vez simpatia por uma mulher viva, embora, como concessão ao seu antigo horror pelos casais em lua-de-mel, não a reconhecesse como sendo recém-casada. Na manhã seguinte, entretanto, ao surpreender casualmente a atitude amorosa entre a jovem e seu suposto irmão, retirou-se reverentemente, como se houvesse interrompido algum ato sagrado (ver em [1]). Esquecera o quando menosprezara todos aqueles ‘Edwins e Angelinas’ e recuperara o respeito pelo lado erótico da vida.

O autor estabelece assim uma íntima ligação entre o desvanecimento do delírio e o ressurgimento da ânsia de amar, preparando o caminho para o inevitável desenlace amoroso. Ele conhece a natureza básica do delírio melhor do que seus críticos: sabe que o delírio resultou da combinação de um componente do desejo amoroso com a resistência a esse desejo, e deixa que a jovem encarregada da cura se aperceba do elemento que lhe é agradável. Foi somente esse conhecimento que fez com que ela se decidisse a dedicar-se ao tratamento; foi somente a certeza de ser amada pelo jovem que a induziu a confessar-lhe seu amor. O tratamento consistiu em dar-lhe acesso, pelo exterior, às lembranças reprimidas que ele não conseguia atingir no seu interior; contudo, o tratamento frustrar-se-ia se durante o mesmo a terapeuta não houvesse levado em conta os sentimentos dele, e se sua tradução final do delírio não houvesse sido a seguinte: ‘Olha, tudo isso significa apenas que tu me amas.’

O processo que o autor faz Zoe adotar na cura do delírio do seu companheiro de infância mostra, mais do que uma grande semelhança, uma total conformidade em sua essência com o método terapêutico que o Dr. Josef Breuer e eu introduzimos na medicina em 1895, e a cujo aperfeiçoamento desde então me tenho dedicado. Esse método de tratamento, a que inicialmente Breuer chamou de ‘catártico’, mas que prefiro denominar de ‘psicanalítico’, consiste, aplicado a pacientes que sofrem de perturbações semelhantes ao delírio de Hanold, em lhes fazer chegar à consciência, até certo ponto forçadamente, o inconsciente cuja repressão provocou a enfermidade - exatamente como Gradiva fez com as lembranças reprimidas da amizade de infância que a unira a Hanold. É verdade que para ela essa tarefa era mais fácil do que para um médico: por muitas razões a sua posição podia ser considerada ideal para isso. O médico, que não tem conhecimento anterior do paciente e que não possui lembrança consciente do que atua inconscientemente nesse paciente, precisa utilizar uma técnica complexa para compensar essa desvantagem. Deve aprender a deduzir com segurança, das comunicações e associações conscientes do paciente, o que neste está reprimido, e a descobrir o inconsciente dele através de suas palavras e seus atos conscientes. Ele então obtém algo semelhante ao que Norbert Hanold percebeu no fim da história, quando traduziu o nome ‘Gradiva’ a partir de ‘Bertgang’. (ver em [1]) Ao serem identificadas as suas origens, a perturbação desaparece; da mesma forma, a análise produz simultaneamente a cura.

Mas a semelhança entre o processo empregado por Gradiva e o método analítico de psicoterapia não se limita a esses dois aspectos - tornar consciente o que foi reprimido e fazer coincidir o esclarecimento e a cura. Estende-se também ao que consideramos o ponto fundamental de toda a modificação: o despertar dos sentimentos. Toda perturbação semelhante ao delírio de Hanold, o que em termos científicos chamamos habitualmente de ‘psiconeurose’, tem como condição a repressão de uma parcela da vida instintual ou, já podemos afirmar, do instinto sexual. A cada tentativa de fazer chegar à consciência as causas reprimidas e inconscientes da doença, o componente instintual em questão é necessariamente despertado para uma nova luta com as forças repressoras, com as quais só entra em acordo no resultado final, geralmente acompanhado de violentas manifestações de reação. O processo de cura é realizado numa reincidência no amor, se no termo ‘amor’ combinamos todos os diversos componentes do instinto sexual; tal reincidência é indispensável, pois os sintomas que provocaram a procura de um tratamento nada mais são do que precipitados de conflitos anteriores relacionados com a repressão ou com o retorno do reprimido, e só podem ser eliminados por uma nova ascensão das mesmas paixões. Todo tratamento psicanalítico é uma tentativa de libertar amor reprimido que na conciliação de um sintoma encontrara escoamento insuficiente. Na verdade, o ponto culminante da semelhança entre *Gradiva* está no fato de que também na psicoterapia analítica a paixão que ressurgir, seja ódio ou amor, invariavelmente escolhe como objeto a figura do médico.

É nesse ponto que começam as diferenças, as quais fazem do caso de *Gradiva* um caso ideal que não pode ser igualado pela técnica médica. *Gradiva* podia corresponder ao amor que passou do inconsciente à consciência, mas o médico não pode fazer isso. *Gradiva* fora objeto do antigo amor reprimido; sua figura constituía uma meta desejável para a corrente amorosa liberada. O médico era um estranho e deve esforçar-se para voltar a sê-lo depois da cura; geralmente fica embaraçado quanto a indicar aos pacientes curados como empregar na vida real a capacidade de amar que recuperaram. Para descrever os meios e os substitutos utilizados pelo médico para aproximar-se com maior ou menor êxito do modelo de cura pelo amor que nos foi mostrado pelo autor, iríamos afastar-nos demasiado da tarefa que nos propusemos.

E passemos agora à pergunta final, da qual mais de uma vez fugimos. (ver em [1] e [2]) Nossas concepções sobre a repressão, a gênese de delírios e perturbações correlatas, a formação e solução de sonhos, o papel da vida erótica, o método através do qual tais perturbações são curadas está longe de ser endossado por todos os cientistas, e muito menos aceito pela maioria dos homens cultos. Se a compreensão interna (*insight*) que possibilitou ao autor a criação de sua ‘fantasia’ de tal modo que pudesse ser analisada por nós como se fosse um caso clínico verdadeiro foi da natureza de um conhecimento, gostaríamos de conhecer as fontes desse conhecimento. Um membro do nosso grupo - o mesmo que, como eu disse no início, estava interessado nos sonhos de *Gradiva* e em sua possível interpretação (ver em [1]) dirigiu-se ao autor para lhe perguntar se conhecia alguma coisa de tais teorias científicas. Como era de esperar, o autor respondeu negativamente, e de maneira um tanto brusca. A inspiração para a *Gradiva*, disse ele, fora sua própria imaginação, e ela lhe dera grande prazer. Aqueles que não gostassem da obra, acrescentou, deveriam deixá-la de lado. Na verdade, o autor nem de longe suspeitava o quanto havia agradado a seus leitores.

É bem possível que a desaprovação do autor não pare aí. Talvez ele também negue ter qualquer conhecimento das regras a que obedeceu, segundo nossa exposição, e repudie os propósitos que reconhecemos em sua obra. Se for este o caso, que não julgo improvável, só existem duas explicações possíveis. Talvez tenhamos produzido apenas uma caricatura de uma interpretação, atribuindo a uma inocente obra de arte propósitos desconhecidos pelo autor, e demonstrando assim, mais uma vez, como é fácil vermos em toda a parte aquilo que se procura e que está ocupando nossa mente - possibilidade da qual a história da literatura nos fornece os exemplos mais estranhos. Que o leitor decida agora se essa explicação o satisfaz. Naturalmente preferimos optar pela outra alternativa. Acreditamos que o autor não necessitava conhecer essas regras e propósitos, podendo então tê-las refutado de boa fé, mas acreditamos também que nada descobrimos em sua obra que ali não exista. Provavelmente bebemos na mesma fonte e trabalhamos com o mesmo objeto, embora cada um com seu próprio método. A concordância entre nossos resultados parece garantir que ambos trabalhamos corretamente. Nosso processo consiste na observação consciente de processos mentais anormais em outras pessoas, com o objetivo de poder deduzir e mostrar suas leis.

Sem dúvida o autor procede de forma diversa. Dirige sua atenção para o inconsciente de sua própria mente, auscultando suas possíveis manifestações, e expressando-as através da arte, em vez de suprimi-las por uma crítica consciente. Desse modo, experimenta a partir de si mesmo o que aprendemos de outros: as leis a que as atividades do inconsciente devem obedecer. Mas ele não precisa expor essas leis, nem dar-se claramente conta delas; como resultado da tolerância de sua inteligência, elas se incorporam à sua criação. Descobriremos essas leis pela análise de sua obra, da mesma forma que as encontramos em casos de doenças reais. A conclusão evidente é que ambos, tanto o escritor como o médico, ou compreendemos com o mesmo erro o inconsciente, ou o compreendemos com igual acerto. Essa conclusão é muito valiosa para nós, e para chegar a ela valeu a pena investigar pelos métodos da psicanálise médica o modo como são representados a formação e a cura dos delírios, assim como os sonhos, na *Gradiva* de Jensen.

Parece que chegamos ao fim. Mas um leitor atento poderia advertir-nos que no início (ver em [1]) afirmamos serem os sonhos a representação da realização de um desejo, e não oferecemos prova alguma dessa asserção. Responderemos que essas páginas devem mostrar quão pouco justificável é tentar abranger as nossas explicações a respeito dos sonhos com a simples fórmula de que são a realização de um desejo. Mantemos, entretanto, nossa afirmação, e podemos prová-la com facilidade nos sonhos de *Gradiva*. Os pensamentos oníricos latentes - sabemos agora o que são - podem ser dos mais diversos tipos; em *Gradiva* são resíduos diurnos, pensamentos que passaram despercebidos e não foram trabalhados pelas atividades mentais da vida de vigília. Mas para que deles resulte um sonho é necessária a cooperação de um desejo (geralmente inconsciente); isso fornece a força motivadora para a construção do sonho, enquanto o material é fornecido pelos resíduos diurnos. Na formação do primeiro sonho de Norbert Hanold, dois desejos competiam entre si; um deles era consciente, enquanto o outro era inconsciente e atuava sob a repressão. O primeiro, muito compreensível num arqueólogo, era o desejo de ter testemunhado a catástrofe do ano 79 D.C. Que sacrifícios não faria um arqueólogo para que esse desejo fosse realizado sem ser em sonhos! O outro desejo, o outro construtor do sonho, era de natureza erótica: de forma grosseira e incompleta podemos dizer que era um desejo de estar presente quando a jovem que ele amava se deitou para dormir. Foi a rejeição desse desejo que transformou o sonho em sonho de ansiedade. Os desejos que constituíam as forças motivadoras do segundo sonho talvez sejam menos evidentes, mas se nos recordarmos de sua tradução não hesitaremos em classificá-los como eróticos. O desejo de ser aprisionado pela jovem que amava, de obedecer seus desejos e submeter-se a ela - pois assim podemos explicar o desejo oculto pela caça ao lagarto - era na verdade de caráter passivo e masoquista. No dia seguinte Hanold agrediu a jovem, como se então o dominasse uma tendência erótica inversa... Mas paremos por aqui, ou poderemos esquecer que Hanold e *Gradiva* são apenas criações da mente de seu autor.

Nos cinco anos que decorreram desde o término deste estudo, a investigação psicanalítica encorajou-se a examinar as criações dos escritos imaginativos tendo em vista outro propósito. Não mais procura nelas somente uma confirmação das descobertas feitas em seres humanos neuróticos e banais; também quer conhecer o material de lembranças e impressões no qual o autor baseou a obra, e os métodos e processos pelos quais converteu esse material em obra de arte. Essas perguntas podem ser respondidas com maior facilidade no caso de escritores que (como Wilhelm Jensen, falecido em 1911) costumavam entregar-se inteiramente à sua imaginação pela simples alegria de criar. Pouco depois da publicação do meu exame analítico de *Gradiva*, tentei interessar seu idoso autor por essas novas tarefas da pesquisa psicanalítica. Ele, porém, recusou sua cooperação.

Mais tarde um amigo chamou minha atenção para dois outros contos do autor, com os quais *Gradiva* pode ter tido uma relação genética e que constituem estudos preliminares ou tentativas anteriores de uma solução poética satisfatória do mesmo problema da psicologia do amor. A primeira dessas histórias, ‘Der rote Schirm’, lembra *Gradiva*, não só pela recorrência de pequenos motivos, como as flores brancas dos mortos, um objeto esquecido (o caderno de esboços de *Gradiva*) e a importância de pequenos animais (a borboleta e o lagarto em *Gradiva*), mas também principalmente pela repetição da situação principal: a aparição ao sol ardente do meio-dia de uma jovem falecida (ou supostamente falecida). Em ‘Der rote Schirm’ a cena da aparição é um castelo em ruínas, tal como as ruínas das escavações de Pompéia em *Gradiva*. O outro conto, ‘Im gotischen Hause’, não se assemelha a *Gradiva* ou a ‘Der rote Schirm’ no conteúdo manifesto, mas o fato de lhe ter sido atribuída uma unidade externa com essa última, tendo as duas histórias sido publicadas num único volume sob um mesmo título, indica inegavelmente a existência de um sentido latente comum. É fácil perceber que essas três histórias tratam do mesmo tema: o desenvolvimento do amor (em ‘Der rote Schirm’, a inibição do amor) como consequência posterior de uma íntima ligação infantil de natureza fraternal. Através de uma resenha da condessa Eva Baudissin (no diário vienense *Die Zeit*, de 11 de fevereiro de 1912) soube que o último romance de Jensen, *Fremdlinge unter den Menschen*, que contém muito material da própria infância do autor, é a história de um homem que ‘vê uma irmã na mulher que ele ama.’ Em nenhuma dessas duas histórias anteriores existem vestígios do motivo principal de *Gradiva*: o singular e gracioso andar da jovem com a postura quase perpendicular do pé.

O relevo da jovem que caminha desse modo, a qual Jensen diz ser romana e à qual dá o

nome de 'Gradiva', na verdade pertence ao período áureo da arte grega. Está no Museo Chiaramonti do Vaticano (nº 644) e foi restaurado e interpretado por Hauser [1903]. Da união de 'Gradiva' com outros fragmentos, existentes em Florença e Munique, foram obtidos dois relevos, cada qual representando três figuras, identificadas como as Horas, as deusas da vegetação, e as divindades do orvalho fertilizador que são aliadas a elas.

A PSICANÁLISE E A DETERMINAÇÃO DOS FATOS

NOS PROCESSOS JURÍDICOS (1906)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

TATBESTANDSDIAGNOSTIK UND PSYCHOANALYSE

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1906 *Arch. Krim. Anthrop.*, 26 (1), 1-10.

1909 *S.K.S.N.*, 2, 111-21. (1912, 2ª ed.; 1921, 3ª ed.)

1924 *G.S.* 10, 197-209.

1941 *G.W.* 7, 3-15.

(b) TRADUÇÕES INGLESAS:

‘*The Testimony of Witnesses and Psychoanalysis*’

1920 *S.P.H.*, 216-25. (Somente na 3ª ed.) (Trad. de A.A. Brill.)

‘*Psycho-Analysis and the Ascertaining of Truth in Courts of Law*’

A presente tradução, com título alterado, baseia-se na que foi publicada em 1924.

A pedido do professor Löffler (catedrático de jurisprudência em Viena), esta conferência foi pronunciada antes do seminário desse professor na Universidade, em junho de 1906. Existe uma certa confusão a respeito da data de publicação. O número do periódico em que esta conferência apareceu traz na primeira página a data de 21 de dezembro de 1907. Há aí, certamente, um erro de impressão para ‘1906’, pois os números seguintes trazem as datas de 6 de março de 1907 e 29 de abril 1907.

Esta conferência possui algum interesse histórico, pois é a primeira vez que num trabalho publicado de Freud se menciona o nome de Jung (ver em [1]). Freud começara a corresponder-se com Jung há apenas dois meses quando pronunciou esta conferência, vindo a conhecê-lo pessoalmente somente em fevereiro do ano seguinte.

Neste trabalho evidencia-se o impacto imediato de Jung. O propósito desta conferência foi apresentar aos estudantes vienenses as experiências de associação e a teoria dos complexos de Zurique. Os estudos de Zurique haviam começado a aparecer em periódicos dois anos antes (Jung e Riklin, 1904), e o próprio Jung publicara dois ou três estudos sobre a aplicação de seu processo à prova legal apenas alguns meses antes de Freud pronunciar esta conferência (e. g. Jung, 1906, referido em [1]).

Mais tarde, após o afastamento de Jung, Freud, em suas notas sobre ‘A História do Movimento Psicanalítico’ (1914), reduziu a importância tanto das experiências de associação como da teoria dos complexos (ver em [1], 1974.) Mesmo neste trabalho, há uma certa crítica oculta sob a aprovação. Freud faz questão de mostrar que as descobertas de Zurique não passam, na verdade, de aplicações particulares de princípios básicos da psicanálise, indicando no penúltimo parágrafo o perigo de tirar conclusões apressadas dos resultados dos testes de associação.

Como esta é a primeira vez que nos trabalhos publicados de Freud aparece o termo de Zurique ‘complexo’, cabem aqui alguns comentários sobre o assunto. As primeiras experiências sistemáticas de associação foram realizadas por Wundt, e mais tarde foram introduzidas na psiquiatria por Kräpelin e particularmente por Aschaffenburg. Sob a direção de Bleuler, então diretor do hospício público Burghölzli de Zurique, e de Jung, seu primeiro

assistente, foi levada a cabo uma série de experiências análogas, cujas conclusões foram publicadas a partir de 1904. Mais tarde foram reunidas em dois volumes (1906-1909) por Jung. Com exceção de uma nova classificação das formas assumidas pelas reações verbais às palavras-estímulo, o principal interesse das descobertas de Zurique residia na ênfase dada à influência de um determinado fator sobre as reações. Esse fator era descrito na primeira dessas publicações (Jung e Riklin, 1904) como um ‘complexo ideativo com colorido emocional’. Numa nota de rodapé (ibid., 57) os autores o explicam como ‘a totalidade das idéias relativas a um evento de especial colorido emocional’, acrescentando que nesse sentido passarão a usar o termo ‘complexo’.

Note-se que não há qualquer referência direta a se essas idéias são ou inconscientes ou reprimidas, e fica claro no que se segue (e. g. ibid., 74) que um ‘complexo’ pode ou não constituir-se de material reprimido. Salvo sua conveniência como abreviatura, não parece haver mérito particular na palavra ‘complexo’ assim definida, sendo pouco provável que tenha sido esta, na verdade, a primeira vez em que foi utilizada em tal sentido. Ernest Jones revela-nos (1955, 34 e 127) que Ziehen, o conhecido psiquiatra berlinense, afirmou ter dado origem a seu uso. Mas na verdade a palavra ocorre três vezes, com o que parece ser exatamente o mesmo sentido, numa obra anterior de Freud - o caso de Frau Emmy von N. nos *Estudos sobre a Histeria* (1895*d*), ver em [1], 1974; enquanto Breuer, na mesma obra (ver em [2]), parece dar mais ênfase ao fator inconsciente do que essas primeiras definições de Zurique, ao escrever que ‘as idéias que são despertadas, mas não entram na consciência... às vezes... acumulam e formam complexos - camadas mentais extraídas da consciência.’ Quando mais tarde o termo se popularizou, e não somente dentro da psicologia, já englobava como elemento essencial de sua conotação o fato de as idéias em questão serem ‘extraídas da consciência’, ou seja, ‘reprimidas’.

Os contatos posteriores de Freud com a jurisprudência foram poucos e espaçados. O terceiro de seus estudos sobre tipos de caráter (1916*d*) relaciona-se diretamente com a psicologia do crime. Em duas outras ocasiões ele escreveu relatórios acerca de casos criminais. Em uma delas (1931*d*) pediram-lhe que examinasse o parecer de um especialista num caso de assassinato, e na outra fez um memorando para a defesa num caso de estupro (Jones, 1957, 93). Esse memorando (escrito em 1922) se perdeu. Nos dois casos expôs sua reprovação a uma aplicação inepta das teorias psicanalíticas nos processos legais.

A PSICANÁLISE E A DETERMINAÇÃO DOS FATOS NOS PROCESSOS JURÍDICOS

SENHORES:

Estamos cada vez mais convictos da falta de fidedignidade das declarações feitas por testemunhas, sobre as quais, entretanto, se apóiam tantas condenações nos tribunais. Esse fato levou-os, futuros juízes e defensores, a se interessar por um novo método de investigação, que se propõe a induzir o próprio réu a estabelecer sua culpa ou inocência por meio de sinais objetivos. Esse método consiste numa experiência psicológica e se baseia em pesquisas da mesma ordem. Está estreitamente ligado a certas concepções que só muito recentemente chegaram ao conhecimento da psicologia médica. Sei que os senhores, por meio do que poderíamos chamar de ‘exercícios simulados’, já se ocupam em testar as possibilidades e a utilização desse novo método, e aceitei com prazer o convite do professor Löffler, que preside este seminário, para explicar-lhes de forma completa a relação entre esse método e a psicologia.

Todos conhecem aquele jogo de salão, também apreciado pelas crianças, em que alguém deve acrescentar a uma palavra escolhida ao acaso uma outra, sendo o resultado uma palavra composta; por exemplo ‘*steam*’ (vapor) e ‘*ship*’ (navio), dando ‘*steam-ship*’ (navio a vapor). A ‘experiência de associação’ introduzida na psicologia pela escola de Wundt nada mais é do que uma modificação desse jogo infantil, do qual se suprime uma regra.

A experiência é a seguinte: apresenta-se uma palavra (denominada ‘palavra-estímulo’) ao indivíduo que se está submetendo à experiência e ele deverá responder com uma outra palavra (denominada ‘reação’) o mais depressa possível, não havendo nenhuma restrição em sua escolha dessa reação. Devem ser observados os seguintes detalhes: o *tempo* exigido para a ‘reação’ e a *relação* - que pode ser de diversos tipos - entre a palavra-estímulo e a palavra-reação. Como era de esperar, essas experiências não produziram inicialmente muitos frutos, tendo sido realizadas sem uma finalidade definida e sem uma diretriz pela qual se pudessem avaliar os resultados. Essas ‘experiências de associação’ só se tornaram significativas e proveitosas quando, em Zurique, Bleuler e seus discípulos, especialmente Jung, começaram a lhes dedicar atenção. O valor das experiências realizadas pelo grupo deriva-se de terem partido da hipótese de que a reação à palavra-estímulo não podia ser fruto do acaso, mas devia ser determinada pelo conteúdo ideativo presente na mente do sujeito que reagia.

Habitamo-nos a denominar de ‘complexo’ todo conteúdo ideativo que é capaz de influenciar a reação à palavra-estímulo. Essa influência ocorre quando a palavra-estímulo toca diretamente o complexo, ou quando o complexo estabelece contato com a palavra através de elos intermediários. A determinação da reação é realmente um fato muito singular, e a literatura do assunto reflete o indifarável assombro que a mesma tem provocado. Mas não há como duvidar de sua veracidade, pois, via de regra, perguntando ao próprio sujeito as razões de sua reação, é possível expor o complexo atuante e esclarecer

relações que de outro modo não seriam inteligíveis. Exemplos como os que Jung nos apresenta (1906, 6 e 8-9) fazem-nos duvidar da incidência da casualidade nos eventos mentais ou de sua pretensa arbitrariedade.

Façamos agora um breve exame dos antecedentes dessa concepção de Bleuler e Jung de que a reação do sujeito submetido a exame é determinada pelo seu complexo. Publiquei em 1901 uma obra na qual demonstrei serem de determinação rígida toda uma série de atos que se acreditava imotivados, contribuindo assim, em certo grau, para limitar o fator arbitrário em psicologia. Usei como exemplos as pequenas falhas de memória, os lapsos de língua e de escrita, e o extrativo de objetos. Mostrei que o responsável por um lapso de língua não é o acaso, nem a semelhança no som, nem uma simples dificuldade de articulação, mas que em todos os casos podemos descobrir um conteúdo ideativo perturbador, isto é, um complexo, que alterou o sentido da fala intencionada sob a forma aparente de um lapso de língua. Além disso, examinei pequenos atos aparentemente casuais e gratuitos - por exemplo, o hábito de brincar ou de manusear um objeto, e outros semelhantes - e demonstrei que são 'atos sintomáticos', ligados a um sentido oculto e cuja finalidade é expressar discretamente esse sentido. Descobri que nem mesmo um prenome nos vem à mente de forma arbitrária, tendo sido sua escolha determinada por algum poderoso complexo ideativo. Até mesmo números que acreditávamos ter escolhido ao acaso podem ser relacionados com a influência de um complexo oculto dessa espécie. Poucos anos depois disso, um colega, o Dr. Alfred Adler, pôde corroborar essa minha singularíssima afirmação com alguns exemplos notáveis (Adler, 1905). Depois que nos habituamos a essa concepção do determinismo na vida psíquica, sentimo-nos justificados em inferir das descobertas da psicopatologia da vida cotidiana que as idéias que ocorrem ao sujeito numa experiência de associação podem também não ser arbitrárias, mas determinadas por um conteúdo ideativo nele atuante.

Senhores, voltemos a examinar a experiência de associação. No tipo de experiência a que até agora nos referimos, era a própria pessoa submetida a exame que nos explicava a origem de suas reações, circunstância que subtrai dessas experiências qualquer interesse judicial. Mas o que sucederia se alterássemos a planificação da experiência? Não se poderia adotar processo semelhante ao da resolução de uma equação com várias grandezas, em que se pode optar por qualquer uma como ponto de partida, considerando-se *ou* o *a* *ou* o *b* como o *x* procurado? Até agora em nossas experiências a incógnita tem sido o *complexo*. Escolhemos a esmo as palavras-estímulo, e o sujeito submetido a exame revelou-nos o complexo, que veio a ser expresso através dessas palavras-estímulo. Mas agora vamos abordar a questão de forma diversa. Vamos tomar um complexo *conhecido* e reagir, nós mesmos, a esse complexo com palavras-estímulo deliberadamente escolhidas, transferindo então o *x* para a pessoa que está reagindo. Será acaso possível deduzir da maneira pela qual a mesma reage se o complexo escolhido também existe nela? Podem ver os senhores que essa forma de planificação da experiência corresponde exatamente ao método adotado pelo juiz de instrução ao tentar descobrir se o acusado também conhece, em sua qualidade de agente,

alguma coisa de que ele, juiz, tem conhecimento. Wertheimer e Klein, dois discípulos de Hans Gross, professor de direito penal em Praga, parecem ter sido os primeiros a introduzir essa modificação, tão importante para os propósitos dos senhores, na planificação das experiências.

As suas próprias experiências já os levaram a concluir da necessidade de considerar vários pontos nas reações do sujeito para determinar se o mesmo possui o complexo ao qual os *senhores* estão reagindo com suas palavras-estímulo. Esses pontos são os seguintes: (1) O *conteúdo* da reação pode ser incomum, o que requer explicação. (2) O *tempo de reação* pode ser prolongado, pois parece que as palavras-estímulo que tocaram o complexo produzem uma reação apenas após considerável intervalo (intervalo que pode ser muito maior que o tempo de reação comum). (3) Pode haver um engano na *reprodução* da reação. Os senhores já conhecem o significado desse fato singular. Se o sujeito submeteu-se a uma experiência de associação com uma lista bastante longa de palavras-estímulo, e se depois de um curto espaço de tempo essa lista for-lhe novamente apresentada, ele reproduzirá as mesmas reações anteriores, salvo nos casos em que a palavra-estímulo atingiu um complexo; nesse caso é muito provável que o sujeito substitua a sua primeira reação por outra. (4) O fenômeno da *perseveração* (ou talvez seja melhor empregar o termo ‘efeito secundário’) pode ocorrer. Quando um complexo é despertado, ao ser atingido por uma palavra-estímulo - palavra-estímulo ‘crítica’ -, com freqüência os efeitos disso (por exemplo, o prolongamento do tempo de reação) persistem e modificam as reações do sujeito ante as próximas palavras-estímulo não-críticas. A presença de várias dessas circunstâncias, ou de todas elas, comprova que o complexo conhecido está presente como fator perturbador na pessoa que está sendo interrogada. Tal perturbação significa que na mente do sujeito o complexo está catexizado com afeto, sendo capaz de desviar sua atenção da tarefa de reagir; assim, vê-se nessa perturbação uma ‘autotraição psíquica.’

Sei que no momento os senhores se ocupam das potencialidades e das dificuldades desse processo, cuja finalidade é levar o acusado a uma autotraição objetiva. Portanto, gostaria de chamar-lhes a atenção para o fato de que um método semelhante para trazer à tona material psíquico encoberto ou secreto vem sendo utilizado, há mais de uma década, em um outro campo. Pretendo expor-lhes as semelhanças e as diferenças entre as condições desses dois campos.

O campo que tenho em mente é, na verdade, muito diverso deste dos senhores. Refiro-me à terapia empregada em certas ‘doenças nervosas’ - conhecidas como psiconeuroses - das quais são exemplo a histeria e as idéias obsessivas. O método denomina-se ‘psicanálise’; foi por mim desenvolvido a partir do método ‘catártico’ de terapia, empregado pela primeira vez por Josef Breuer em Viena. Diante do espanto dos senhores, devo estabelecer primeiramente uma analogia entre o criminoso e o histérico. Em ambos defrontamos com um segredo, alguma coisa oculta. Para não incorrer num paradoxo, devo em seguida apontar a

diferença. O criminoso conhece e oculta esse segredo, enquanto o histérico não conhece esse segredo, que está oculto para ele mesmo. Como é possível tal coisa? Ora, através de laboriosas pesquisas, sabemos que todas essas enfermidades resultam do êxito obtido pelo paciente na repressão de certas idéias e lembranças fortemente catexizadas com afeto, assim como dos desejos que delas se originam, de tal modo que não representam qualquer papel em seu pensamento, isto é, não penetram em sua consciência, permanecendo assim desconhecidos para ele. É desse material psíquico reprimido (desses 'complexos') que derivam os sintomas somáticos e psíquicos que atormentam o paciente, da mesma forma que uma consciência culpada. Nesse aspecto, portanto, é fundamental a diferença entre o criminoso e o histérico.

A tarefa do terapeuta, entretanto, é a mesma do juiz de instrução. Temos de descobrir o material psíquico oculto, e para isso inventamos várias estratégias detetivescos, alguns dos quais parece que os senhores, homens da lei, estão prestes a copiar de nós.

Ser-lhes-á profissionalmente interessante saber como nós, os médicos, procedemos na psicanálise. Depois que o paciente nos fez um primeiro relato de sua história, pedimos-lhes que se abandone aos pensamentos que lhe ocorrerem espontaneamente e que diga, sem qualquer reserva crítica, tudo o que lhe vier à cabeça. Como vêm, partimos da hipótese, não compartilhada pelo paciente, de que esses pensamentos espontâneos não serão escolhidos de forma arbitrária, mas determinados pela relação com seu segredo - isto é, com seu 'complexo' -, podendo ser encarados como derivados desse complexo. Os senhores observarão que essa hipótese é semelhante à que os auxiliou a interpretar as experiências de associação. Embora tenhamos instruído o paciente a obedecer à regra de comunicar todos os pensamentos que lhe ocorrerem, ele não parece capaz de o fazer. Logo começa a reter pensamentos, dando várias razões para isso: ou o pensamento não era importante, ou não era pertinente, ou era totalmente sem sentido. A essa altura, insistimos que o revele e o acompanhe, a despeito dessas objeções, pois a presença dessa crítica demonstra que o pensamento pertence ao 'complexo' que procuramos descobrir. Vemos nesse comportamento do paciente uma manifestação da 'resistência' nele presente, que se faz notar durante todo o curso do tratamento. Limitar-me-ei a indicar que o conceito de resistência é da maior importância na compreensão da origem de uma enfermidade assim como do mecanismo de sua cura.

Em suas experiências, os senhores não observam diretamente críticas como essas das idéias espontâneas do sujeito, ao passo que em nossas psicanálises podemos observar todas as indicações de um complexo que se dão a conhecer. Mesmo quando o paciente não mais se atreve a infringir a regra que lhe foi imposta, notamos que de vez em quando hesita ou se cala, ou faz pausas ao reproduzir suas idéias. Cada hesitação dessa espécie é, a nosso ver, uma expressão de sua resistência, e indica uma conexão com o 'complexo'. Na verdade, nós a encaramos como o sinal mais importante dessa conexão, exatamente como nos casos dos senhores a prolongação análoga do *tempo de reação*. Habitamo-nos a interpretar desse

modo qualquer hesitação, mesmo quando aparentemente o *conteúdo* da idéia retida nada tem de censurável e quando o paciente afirma reconhecer o motivo de sua hesitação. Via de regra, as pausas que ocorrem na psicanálise são muito mais prolongadas do que as observadas em experiências de reação.

Outro de seus indícios de um complexo - a alteração no conteúdo da reação - também desempenha seu papel na técnica da psicanálise. Em geral também encaramos os menores afastamentos das formas comuns de expressão, em nossos pacientes, como sinal de algum sentido oculto, e nos dispomos a ser ridicularizados por eles ao fazermos interpretações nesse sentido. Na verdade, ficamos à espreita de observações portadoras de qualquer ambigüidade, nas quais transparece, sob uma expressão inocente, um sentido oculto. Não só os pacientes, mas também colegas médicos, que desconhecem a técnica da psicanálise e seus aspectos especiais, não acreditam nesses fatos e nos acusam de exagero e de fazer jogo de palavras; quase sempre, porém, temos razão. Afinal, não é difícil compreender que a única maneira pela qual um segredo cuidadosamente guardado se trai é através de alusões muito sutis ou, quando muito, ambíguas. Por fim, o paciente acostuma-se a nos revelar, por meio do que chamamos de 'representação indireta', tudo aquilo de que necessitamos para descobrir o complexo.

O terceiro dos seus indícios de um complexo (enganos - isto é, alterações - na *reprodução* [da reação]) também é utilizado, embora num setor mais restrito, na técnica da psicanálise. Uma tarefa que freqüentemente se nos apresenta é a interpretação de sonhos - isto é, a tradução do conteúdo lembrado de um sonho para o seu sentido oculto. Algumas vezes não temos certeza por onde devemos começar essa tarefa, e nesses casos empregamos uma regra, descoberta empiricamente, que consiste em fazer com que o sonhador torne a nos contar seu sonho. Nesse mister, em geral ele modifica em alguns pontos sua maneira de expressar-se, embora repetindo com fidelidade todo o resto. É justamente a esses pontos reproduzidos erroneamente, ou então omitidos, que nos prendemos, pois essa imprecisão indica uma conexão com o complexo e promete o melhor acesso ao sentido secreto do sonho.

Se eu agora admitir para os senhores que em psicanálise não se manifesta fenômeno semelhante à *perseveração*, não devem os senhores concluir que se esgotaram os pontos de concordância que estivemos examinando. Essa aparente divergência deriva-se apenas das condições especiais das suas experiências, pois nelas não se dá tempo para que se desenvolva o efeito do complexo. Sua ação apenas começou, quando os senhores distraem a atenção do sujeito com uma nova palavra-estímulo, provavelmente inocente; podem então observar que algumas vezes, apesar de sua interferência, ele continua ocupado com o complexo. Em psicanálise, por outro lado, evitamos tais interferências e mantemos o paciente ocupado com o complexo. Como em nosso trabalho, *tudo*, por assim dizer, é

perseveração, não poderemos observar esse fenômeno como uma ocorrência isolada.

Podemos com justiça afirmar que, em princípio, técnicas como as que descrevi permitem-nos tornar o paciente consciente do que nele está reprimido, isto é, do seu segredo, assim removendo a causação psicológica dos sintomas de que ele sofre. Mas antes que os senhores retirem desses resultados positivos conclusões referentes às possibilidades de seu próprio trabalho, examinaremos alguns pontos de divergência entre as situações psicológicas dos dois casos.

Já apontamos a diferença principal: no neurótico o segredo está oculto de sua própria consciência; no criminoso, o segredo está oculto apenas dos senhores. No primeiro existe uma autêntica ignorância, embora não em todos os sentidos, enquanto no último só existe uma simulação de ignorância. Com essa diferença está em conexão uma outra que tem grande importância prática. Na psicanálise o paciente ajuda a combater sua resistência através de esforços conscientes, porque espera lucrar com essa investigação, isto é, curar-se. O criminoso, ao contrário, não cooperará com o trabalho dos senhores; se o fizesse, estaria trabalhando contra todo o seu próprio ego. Entretanto, em compensação, em suas investigações apenas os senhores necessitam obter uma convicção objetiva, ao passo que nossa terapia exige que o paciente também adquira essa mesma convicção. Contudo, resta ver até que ponto essa falta de cooperação do sujeito de seu exame irá dificultar ou alterar o desenrolar do mesmo. Tal situação não pode ser reconstituída em suas experiências num seminário, pois o colega que desempenha o papel de acusado continua, no fim das contas, a ser um companheiro, e os auxiliará, apesar da determinação consciente dele de não se denunciar.

Se examinarem atentamente a comparação das duas situações, verão com clareza que a psicanálise se ocupa com uma forma mais simples e especial de descobrir o que está oculto na mente, ao passo que no trabalho dos senhores a tarefa é mais ampla. Embora não necessitem levar em consideração a diferença de que no caso do psiconeurótico sempre se trata de complexo sexual reprimido (no sentido mais amplo), existe um outro fato que não podem ignorar. O propósito da psicanálise é absolutamente uniforme em todos os casos: é preciso trazer à tona os complexos reprimidos por causa de sentimentos de desprazer e que produzem sinais de resistência ante as tentativas de levá-los à consciência. É como se essa resistência estivesse localizada; surge na fronteira entre o consciente e o inconsciente. Já no caso dos senhores, a resistência origina-se totalmente da consciência, não sendo possível deixar de lado essa diferença. Os senhores, em primeiro lugar, terão de determinar experimentalmente se a resistência consciente denuncia-se exatamente pelos mesmos indícios que a resistência inconsciente. Além disso, em minha opinião os senhores ainda não podem estar seguros de poder interpretar seus indícios objetivos de um complexo como sendo uma 'resistência', tal como nós psicoterapeutas fazemos. No caso dos sujeitos de suas experiências, pode acontecer que o complexo atingido seja de acento agradável - embora isso não seja muito freqüente em criminosos -, o que levará a indagar se tal complexo irá

produzir a mesma reação que um complexo de acento desagradável.

Gostaria também de assinalar que o teste dos senhores pode estar sujeito a uma complicação que, em virtude de sua própria natureza, não ocorre na psicanálise. Os senhores, em sua investigação, podem ser induzidos a erro por um neurótico que, embora inocente, reage como culpado, devido a um oculto sentimento de culpa já existente nele e que se apodera da acusação. Não julguem essa possibilidade como uma invenção ociosa; lembrem-se que isso pode ser observado com freqüência na infância. Muitas vezes uma criança acusada de uma transgressão nega veementemente sua culpa, embora chore como um criminoso desmascarado. Talvez pensem que a criança mentiu ao afirmar sua inocência, mas isto nem sempre é verdade. Pode ser que, embora não tenha cometido uma falta de que a acusam, tenha cometido uma outra que permanece ignorada e que não lhe foi imputada. Assim, fala a verdade ao negar ser culpada da primeira transgressão, ao mesmo tempo que revela seu sentimento de culpa proveniente da outra falta. Nesse particular, como em muitos outros pontos, o adulto neurótico comporta-se exatamente como uma criança. Muitas pessoas são assim, e ainda é muito discutível se a sua técnica logrará distinguir tais indivíduos auto-acusadores daqueles que são realmente culpados. Finalmente, mais uma questão. Os senhores sabem que, pelas normas do direito penal, é vedado sujeitar o acusado a qualquer medida que o tome de surpresa; portanto, ele deverá ter sido advertido de que poderá denunciar-se nessa experiência. Isso leva a perguntar se podem ser esperadas as mesmas reações tanto quando a atenção do sujeito está dirigida para o complexo como quando está afastada desse mesmo complexo, e a que ponto a intenção de ocultar alguma coisa pode afetar os modos de reação em pessoas diferentes.

É justamente devido à diversidade de situações que subjazem ao trabalho de investigação dos senhores, que a psicologia se interessa tão vivamente por seus resultados. Gostaria de pedir-lhes que não se desiludissem prematuramente de sua utilidade prática. Embora meu campo esteja muito afastado da prática judicial, talvez me permitam mais uma sugestão. Por mais indispensáveis que sejam essas experiências realizadas em seminários, tanto como uma preparação quanto como formulação de problemas, os senhores não poderão jamais reproduzir a mesma situação psicológica existente no interrogatório do acusado numa investigação criminal. Essas experiências serão simples exercícios simulados, e nunca poderão fundamentar uma aplicação prática em casos criminais. Se insistirmos em tentar essa aplicação, um outro caminho se nos apresenta: consigam que lhes seja permitido - ou mesmo imposto como um dever - realizar tais investigações, durante um certo número de anos, em cada processo criminal real, *impedindo que os seus resultados venham a influenciar o veredicto do tribunal*. Na verdade, seria preferível que o tribunal não fosse informado da conclusão inferida pelos senhores a partir da investigação relativa à questão da culpa do acusado. Após alguns anos de compilação e comparação dos resultados assim obtidos, quaisquer dúvidas sobre a utilidade desse método psicológico de investigação serão esclarecidas. Sei, naturalmente, que a concretização de semelhante proposta não depende somente dos senhores, nem de seus ilustres professores.

ATOS OBSESSIVOS E PRÁTICAS RELIGIOSAS (1907)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1907 *Z. Religionspsychol.*, 1 (1) [Abril], 4-12.

1909 *S.K.S.N.*, 2, 122-31. (1912, 2ª ed.; 1921, 3ª ed.)

1924 *G.S.*, 10, 210-20.

1941 *G.W.*, 7, 129-39.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘*Obsessive Acts and Religious Practices*’

1924 *C.P.*, 2, 25-35. (Trad. de R. C. McWatters.)

A presente tradução, com título ligeiramente alterado, é uma versão modificada da que foi publicada em 1924.

Este artigo foi escrito em fevereiro de 1907 para o primeiro número de um periódico dirigido por Bresler e Vordrobt. Na reunião de 27 de fevereiro da Sociedade Psicanalítica de Viena, Freud informou que enviara uma contribuição para o número de estréia desse novo periódico e também que Bresler o convidara para co-editor, convite por ele aceito. Na verdade seu nome aparece na (longa) lista de consultores editoriais. A informação incorreta de que esse artigo foi lido por Freud para a Sociedade, a 2 de março, é proveniente da biografia de Jones (2, 380). De qualquer forma, 2 de março foi um sábado e não uma quarta-

feira. Jung esteve presente à reunião de 6 de março, quando Adler leu um caso clínico. (Ver *Minutes*, 1.) Essa foi a incursão inicial de Freud na psicologia da religião e, como assinala na Seção V da sua ‘Uma Breve Descrição da Psicanálise’ (1924f), constituiu um passo decisivo em direção a um tratamento mais extenso do assunto, cinco anos depois, em *Totem e Tabu*. Além disso, o interesse deste artigo reside no fato de ser esta a primeira vez que Freud examina a neurose obsessiva desde o período de Breuer, cerca de dez anos antes. Aqui ele fornece um esboço do mecanismo dos sintomas obsessivos que iria elaborar no caso clínico do ‘Rat Man’ (1909d), cujo tratamento, entretanto, ainda não iniciara quando escreveu o presente trabalho.

ATOS OBSESSIVOS E PRÁTICAS RELIGIOSAS

Não sou certamente o primeiro a notar a semelhança existente entre os chamados atos obsessivos dos que sofrem de afecções venosas e as práticas pelas quais o crente expressa sua devoção. O termo ‘cerimonial’, que tem sido aplicado a alguns desses atos obsessivos, constitui uma evidência disso. Em minha opinião, entretanto, essa semelhança não é apenas superficial, de modo que a compreensão interna (*insight*) da origem do cerimonial neurótico pode, por analogia, estimular-nos a estabelecer inferências sobre os processos psicológicos da vida religiosa.

As pessoas que praticam atos obsessivos ou cerimoniais pertencem à mesma classe das que sofrem de pensamento obsessivo, idéias obsessivas, impulsos obsessivos e afins. Isso, em conjunto, constitui uma entidade clínica especial, que comumente se denomina de ‘neurose obsessiva’ [*Zwangsneurose*]. Mas não devemos tentar inferir de tal denominação a natureza da enfermidade, pois, a rigor, também outras espécies de fenômenos mentais mórbidos podem possuir características ‘obsessivas’. Em lugar de uma definição, contentemo-nos no momento em obter um conhecimento minucioso desses estados, pois ainda não chegamos ao critério distintivo da neurose obsessiva, que provavelmente se encontra oculto em camadas muito profundas, embora pareça revelar sua presença em todas

as manifestações da doença.

Os cerimoniais neuróticos consistem em pequenas alterações em certos atos cotidianos, em pequenos acréscimos, restrições ou arranjos que devem ser sempre realizados numa mesma ordem, ou com variações regulares. Essas atividades, meras formalidades na aparência, afiguram-se destituídas de qualquer sentido. O próprio paciente não as julga diversamente, mas é incapaz de renunciar a elas, pois a qualquer afastamento do cerimonial manifesta-se uma intolerável ansiedade, que o obriga a retificar sua omissão. Tão triviais quanto os próprios atos cerimoniais são as ocasiões e as atividades ornamentadas, complicadas e sempre prolongadas pelo cerimonial - por exemplo, vestir e despir-se, o ato de deitar-se ou de satisfazer as necessidades fisiológicas. O cerimonial é sempre executado como se tivesse de obedecer a certas leis tácitas. Tomemos, por exemplo, um cerimonial relativo ao ato de deitar-se: a cadeira deve ficar numa determinada posição ao lado da cama, as roupas colocadas sobre a mesma numa determinada ordem, o cobertor preso embaixo do colchão e o lençol bem esticado, os travesseiros arrumados de maneira especial, e o corpo da pessoa deve adotar uma posição bem determinada. Só depois disso tudo ela poderá dormir. Em casos leves, o cerimonial parece ser nada mais do que a intensificação de hábitos ordeiros muito justificáveis; é a especial consciência que cerca sua execução e a ansiedade que surge com qualquer falha que lhe dão o caráter do 'ato sagrado'. Em geral se suporta mal qualquer interrupção no cerimonial, sendo quase sempre excluída a presença de outras pessoas durante sua realização.

Toda atividade pode converter-se em um ato obsessivo, no sentido mais amplo do termo, se for complicada por pequenos acréscimos ou se adquirir um caráter rítmico através de pausas e repetições. Não esperemos encontrar uma distinção nítida entre 'cerimoniais' e 'atos obsessivos'. Em geral os atos obsessivos derivam-se de cerimoniais. Além desses, o conteúdo do distúrbio abrange proibições e impedimentos (abulias), que na realidade apenas levam adiante o trabalho dos atos obsessivos, portanto algumas coisas são completamente vedadas ao paciente e outras só permitidas após a realização de um determinado cerimonial.

É singular que tanto as compulsões como as proibições (ter de fazer isso e *não* ter de fazer aquilo) aplicam-se inicialmente só às atividades solitárias do sujeito, e por muito tempo não afetam seu comportamento social. Conseqüentemente, os que sofrem dessa enfermidade são capazes de manter o seu mal como um assunto particular, ocultando-o por muitos anos. Na verdade, o número de pessoas que sofrem dessas formas de neurose obsessiva é muito maior do que o que chega ao conhecimento dos médicos. Além disso, para muitas vítimas a ocultação se torna fácil tendo em vista que são capazes de desempenhar seus deveres sociais durante parte do dia, desde que devam certo número de horas a suas atividades secretas, longe de olhares, como Mélusine.

É fácil perceber onde se encontram as semelhanças entre cerimoniais neuróticos e atos sagrados do ritual religioso: nos escrúpulos de consciência que a negligência dos mesmos acarreta, na completa exclusão de todos os outros atos (revelada na proibição de interrupções) e na extrema consciência com que são executados em todas as minúcias. Mas as diferenças são igualmente óbvias, e algumas tão gritantes que tornam qualquer comparação um sacrilégio: a grande diversidade individual dos atos cerimoniais [neuróticos] em oposição ao caráter estereotipado dos rituais (as orações, o curvar-se para o leste, etc.), o caráter privado dos primeiros em oposição ao caráter público e comunitário das práticas religiosas, e acima de tudo o fato de que, enquanto todas as minúcias do cerimonial religioso são significativas e possuem um sentido simbólico, as dos neuróticos parecem tolas e absurdas. Sob esse aspecto a neurose obsessiva parece uma caricatura, ao mesmo tempo cômica e triste, de uma religião particular, mas é justamente essa diferença decisiva entre o cerimonial neurótico e o religioso que desaparece quando penetramos, com o auxílio da técnica psicanalítica de investigação, no verdadeiro significado dos atos obsessivos. No decurso dessa investigação, dilui-se completamente o aspecto tolo e absurdo de que se revestem os atos obsessivos, sendo explicada a razão de tal aspecto. Descobre-se que todos os detalhes dos atos decisivos possuem um sentido, que servem a importantes interesses da personalidade, e que expressam experiências ainda atuantes e pensamentos catexizados com afeto. Fazem isso de duas formas: por representação direta ou simbólica, podendo, conseqüentemente, ser interpretados histórica ou simbolicamente.

Devo ilustrar com alguns exemplos essa minha asserção. Os que estão familiarizados com os achados da investigação psicanalítica das psiconeuroses não se surpreenderão ao saber que o que está sendo representado em atos obsessivos e em cerimoniais deriva das experiências mais íntimas do paciente, principalmente das sexuais.

(a) Uma jovem que esteve sob minha observação sofria da compulsão de fazer a água revoltear na bacia várias vezes após se lavar. O significado desse ato cerimonial prendia-se ao seguinte ditado: ‘Não jogue fora a água suja até obter uma limpa’. Com esse ato pretendia advertir a irmã, a quem era muito afeiçoada, e impedi-la de se divorciar de um marido pouco satisfatório até que firmasse uma relação com um homem melhor.

(b) Uma mulher que estava vivendo separada do marido via-se sob a compulsão de deixar intacta a melhor porção de tudo aquilo que comia: por exemplo, só aproveitava as beiradas de uma fatia de carne assada. A explicação dessa renúncia foi encontrada por meio da data de sua origem. Ela surgiu no dia seguinte àquele em que se recusara a ter relações maritais com seu marido - isto é, após ter renunciado ao melhor.

(c) A mesma paciente só podia sentar-se em uma determinada cadeira, da qual se levantava com dificuldade. Devido a certos aspectos de sua vida de casada, a cadeira simbolizava o marido, a quem ela permanecia fiel. Essa mulher encontrou a explicação para

sua compulsão na seguinte frase: ‘É tão difícil nos separarmos de alguma coisa (um marido, uma cadeira) a que já nos fixamos.’

(d) Durante algum tempo ela repetiu um ato obsessivo especialmente singular e absurdo: saía correndo do seu quarto para outro onde havia uma mesa de centro; arrumava a toalha dessa mesa duma determinada forma e, tocando a sineta, chamava a criada; fazia com que esta se aproximasse da mesa e a despedia após incumbi-la de alguma tarefa sem importância. Tentando encontrar uma explicação para tal compulsão, lembrou-se de que a toalha da mesa estava manchada e de que sempre a arrumava de maneira a que a mancha fosse forçosamente vista pela criada. Essa cena era a reprodução de uma experiência de sua vida conjugal que muito ocupara sua mente, constituindo-lhe um problema. Na noite de núpcias o marido sofrera um percalço bastante comum: vira-se impotente. Durante a noite ele correrá várias vezes de seu quarto para o dela, em renovadas tentativas de obter sucesso; pela manhã, com vergonha da arrumadeira do hotel que faria as camas, derramou o conteúdo de um vidro de tinta vermelha no lençol, mas de forma tão canhestra que o manchou num local pouco adequado a seus propósitos. Portanto, com seu ato obsessivo ela representava a noite de núpcias. ‘Cama e mesa’ entre eles compõem o casamento.

(e) Outra compulsão que adquiriu - a de anotar o número de todas as décadas de papel-moeda antes de se desfazer das mesmas - teve de ser interpretada historicamente. Numa época em que ainda tencionava separar-se do marido, se encontrasse outro homem mais digno de confiança, permitiu-se receber as atenções de um cavalheiro que conhecera numa estação de águas, mas de cuja seriedade duvidava. Certo dia, com falta de dinheiro miúdo, pediu-lhe para trocar uma moeda de cinco coroas. Ele a satisfaz, e guardando a moeda declarou galantemente que jamais se separaria da mesma, pois estivera nas mãos dela. Em encontros posteriores, ela com freqüência sentiu a tentação de desafiá-lo a mostrar a moeda de cinco coroas, como se quisesse convencer-se de que podia acreditar em suas intenções, mas conteve-se tendo em vista que é impossível distinguir uma determinada moeda entre outras do mesmo valor. Assim, sua dúvida não foi resolvida, deixando-lhe a compulsão de anotar os números das notas, de modo a *poder* distinguir umas das outras.

Com esses poucos exemplos, escolhidos entre os muitos que reuni, tenciono simplesmente ilustrar minha afirmativa de que nos atos obsessivos tudo tem sentido e pode ser interpretado. O mesmo se pode dizer dos cerimoniais propriamente ditos, só que para corroborar tal asserção seriam necessárias maiores provas. Estou cômico de que nossas explicações acerca dos atos obsessivos aparentemente nos estão afastando da esfera do pensamento religioso.

Uma das condições da doença é o fato de que a pessoa que obedece a uma compulsão, o faz sem compreender-lhe o sentido - ou, pelo menos, o sentido principal. É somente através dos esforços do tratamento psicanalítico que ela se torna consciente do sentido do seu ato

obsessivo e, simultaneamente, dos motivos que a compelem ao mesmo. Esse fato importante pode ser expresso da seguinte forma: o ato obsessivo serve para expressar motivos e idéias *inconscientes*. Com essa afirmação, parece que nos afastamos ainda mais das práticas religiosas, mas devemos recordar que em geral também o indivíduo normalmente piedoso executa o cerimonial sem ocupar-se de seu significado, embora os sacerdotes e os investigadores científicos estejam familiarizados com o significado, em grande parte simbólico, do ritual. Para os crentes, entretanto, os motivos que os impelem às práticas religiosas são desconhecidos ou estão representados na consciência por outros que são desenvolvidos em seu lugar.

A análise de atos obsessivos já nos possibilitou alguma compreensão interna (*insight*) de suas causas e da seqüência de motivos que os tornam ativos. Podemos dizer que aquele que sofre de compulsões e proibições comporta-se como se estivesse dominado por um sentimento de culpa, do qual, entretanto, nada sabe, de modo que podemos denominá-lo de sentimento inconsciente de culpa, apesar da aparente contradição dos termos. Esse sentimento de culpa origina-se de certos eventos mentais primitivos, mas é constantemente revivido pelas repetidas tentações que resultavam de cada nova provocação. Além disso, acarreta um furtivo sentimento de ansiedade expectante, uma expectativa de infortúnio ligada, através da idéia de punição, à percepção interna da tentação. Quando o cerimonial é formado, o paciente ainda tem consciência de que deve fazer isso ou aquilo para evitar algum mal, e em geral a natureza desse mal que é esperado ainda é conhecida de sua consciência. Contudo, o que já está oculto dele é a conexão - sempre demonstrável - entre a ocasião em que essa ansiedade expectante surge e o perigo que ela provoca. Assim o cerimonial surge com um *ato de defesa* ou de *segurança*, uma *medida protetora*.

O sentimento de culpa dos neuróticos obsessivos corresponde à convicção dos indivíduos piedosos de serem, no íntimo, apenas miseráveis pecadores; e as práticas devotas (tais como orações, invocações, etc.) com que tais indivíduos precedem cada ato cotidiano, especialmente os empreendimentos não habituais, parecem ter o valor de medidas protetoras ou de defesa.

Obteremos uma compreensão interna (*insight*) mais profunda do mecanismo da neurose obsessiva se considerarmos o fato fundamental que a mesma oculta. Há sempre *a repressão de um impulso instintual* (um componente do instinto sexual) presente na constituição do sujeito e que pôde expressar-se durante algum tempo em sua infância, sucumbindo posteriormente à pressão. No decurso da repressão do instinto cria-se uma *consciência* especial, dirigida contra os objetivos do instinto; essa formação reativa psíquica, porém, sente-se insegura e constantemente ameaçada pelo instinto emboscado no inconsciente. A influência do instinto reprimido é sentida como uma tentação, e durante o próprio processo de repressão gera-se a ansiedade que adquire controle sobre o futuro, sob a forma de

ansiedade *expectante*. O processo de repressão que acarreta a neurose obsessiva deve ser considerado como um processo que só obtém êxito parcial, estando constantemente sob a ameaça de um fracasso. Podemos, pois, compará-lo a um conflito interminável; reiterados esforços psíquicos são necessários para contrabalançar a pressão constante do instinto. Assim, os atos cerimoniais e obsessivos surgem, em parte, como uma proteção contra a tentação e, em parte, como proteção contra o mal esperado. Essas medidas de proteção logo parecem tornar-se insuficientes contra a tentação, surgindo então as proibições, cuja finalidade é manter à distância as situações que podem originar tentações. Veremos que as proibições substituem os atos obsessivos assim como uma fobia evita um ataque histérico. Assim, um cerimonial é um conjunto de condições que devem ser preenchidas, da mesma forma que uma cerimônia matrimonial da Igreja significa para o crente uma permissão para desfrutar os prazeres sexuais, que de outra maneira seriam pecaminosos. Uma outra característica da neurose obsessiva, e de todas as enfermidades semelhantes, é que suas manifestações (seus sintomas, inclusive os atos obsessivos) preenchem a condição de ser uma conciliação entre as forças antagônicas da mente. Essas manifestações reproduzem, assim, uma parcela daquele mesmo prazer que pretendiam evitar, e servem ao instinto reprimido tanto quanto às instâncias que o estão reprimindo. Na verdade, ao passo que a enfermidade progride, os atos que de início se destinavam principalmente a manter a defesa aproximam-se progressivamente dos atos proibidos pelos quais o instinto pôde expressar-se na infância.

Também na esfera da vida religiosa encontraremos alguns aspectos desse estado de coisas. A formação de uma religião parece basear-se igualmente na supressão, na renúncia, de certos impulsos instintuais. Entretanto, esses impulsos não são componentes exclusivamente do instinto sexual, como no caso das neuroses; são instintos egoístas, socialmente perigosos, embora geralmente abriguem um componente sexual. Afinal, o sentimento de culpa resultante de uma tentação contínua e a ansiedade expectante sob a forma de temor da punição divina nos são familiares há mais tempo no campo da religião do que no da neurose. Talvez devido à intromissão de componentes sexuais, talvez pelas características gerais dos instintos, também na vida religiosa a supressão do instinto revela-se um processo inadequado e interminável. Na realidade, as recaídas totais no pecado são mais comuns entre os indivíduos piedosos do que entre os neuróticos, dando origem a uma nova forma de atividade religiosa: os atos de penitência, que têm seu correlato na neurose obsessiva.

Já assinalamos, como característica curiosa e menosprezável da neurose obsessiva, que seus cerimoniais se prendem aos atos menores da vida cotidiana e se expressam através de restrições e regulamentações tolas em conexão com eles. Só compreendemos esse singular aspecto do quadro clínico quando percebemos que os mecanismo do *deslocamento* psíquico, por mim descoberto inicialmente na construção de sonhos, domina os processos mentais da neurose obsessiva. Os poucos exemplos de atos obsessivos já citados tornam

claro que o simbolismo e os pormenores desses mesmos atos resultam de um deslocamento, da substituição do elemento real e importante por um trivial - por exemplo, do marido pela cadeira. É essa tendência para o deslocamento que modifica progressivamente o quadro clínico, terminando por transformar um fato extremamente banal em algo da maior urgência e importância. É inegável que também no campo religioso existe uma tendência para o deslocamento de valores psíquicos, e em sentido análogo, de forma que os cerimoniais triviais da prática religiosa gradualmente adquirem um caráter essencial, tomando o lugar dos pensamentos fundamentais. Por isso é que as religiões sofrem reformas de caráter retroativo, que visam restabelecer o equilíbrio original dos valores.

O caráter de conciliação que os atos obsessivos possuem em sua qualidade de sintomas neuróticos não é tão evidente nas práticas religiosas correspondentes. Mas também nestas descobrimos esse aspecto das neuroses quando lembramos a frequência com que são cometidos, justamente em nome da religião e aparentemente por sua causa, todos os atos proibidos pela mesma - ou seja, as expressões dos instintos por ela reprimidos.

Diante desses paralelos e analogias podemos atrever-nos a considerar a neurose obsessiva com o correlato patológico da formação de uma religião, descrevendo a neurose como uma religiosidade individual e a religião como uma neurose obsessiva universal. A semelhança fundamental residiria na renúncia implícita à ativação dos instintos constitucionalmente presentes; e a principal diferença residiria na natureza desses instintos, que na neurose são exclusivamente sexuais em sua origem, enquanto na religião procedem de fontes egoístas.

A renúncia progressiva aos instintos constitucionais, cuja ativação proporcionaria o prazer primário do ego, parece ser uma das bases do desenvolvimento da civilização humana. Uma parcela dessa repressão instintual é efetuada por suas religiões, ao exigirem do indivíduo que sacrifique à divindade seu prazer instintual: 'A vingança é minha, diz o Senhor'. No desenvolvimento das religiões antigas, pode-se ver que muitas coisas a que a humanidade renunciou como sendo 'iniquidades' haviam sido abandonadas à divindade e ainda eram permitidas em seu nome, de modo que a atribuição a ela dos instintos maus e socialmente nocivos era o meio como o homem se libertava da dominação deles. Por isso, e não por casualidade, todos os atributos humanos, inclusive os crimes que deles derivam, foram imputados, num grau ilimitado, aos deuses antigos. Nem tampouco é uma contradição que, apesar disso, não fosse permitido ao homem justificar suas próprias iniquidades com o exemplo divino.

Viena, fevereiro de 1907.

O ESCLARECIMENTO SEXUAL DAS CRIANÇAS (CARTA ABERTA AO DR. M. FÜRST) (1907)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

ZUR SEXUELLEN AUFKLÄRUNG DER KINDER

(OFFENER BRIEF AN DR. M. FÜRST)

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1907 *Soz. Med. Hyg.*, 2 (6) [junho], 360-7.

1909 *S.K.S.N.*, 2, 151-8. (1912, 2ª ed.; 1921, 3ª ed.)

1924 *G.S.*, 5, 134-42.

1931 *Sexualtheorie und Traumlehre*, 7-16.

1941 *G.W.*, 7, 19-27.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

'The Sexual Enlightenment of Children. An Open Letter to Dr. M. Fürst'

1924 *C.P.*, 2, 36-44. (Trad. de E. B. M. Herford.)

A presente tradução baseia-se na que foi publicada em 1924.

Esta carta foi escrita a pedido de um médico de Hamburgo, o Dr. M. Fürst, para ser publicada num periódico dedicado à higiene e à medicina social, de que o mesmo era editor. Ernest Jones (1955, 327-8) conta-nos que Freud expôs o assunto de forma mais detalhada num debate realizado na Sociedade Psicanalítica de Viena a 12 de maio de 1909, já tendo discutido o assunto na reunião de 18 de dezembro de 1907. (Ver *Minutes*, 1.) Trinta anos mais tarde, ele volta ao tópico da instrução sexual das crianças no último parágrafo da Seção IV do seu artigo 'Análise Terminável e Interminável' (1937c), mostrando que a questão é consideravelmente menos simples do que como aparece na presente abordagem.

O ESCLARECIMENTO SEXUAL DAS CRIANÇAS (CARTA ABERTA AO DR. M. FÜRST)

Caro Dr. Fürst,

Ao solicitar minha opinião sobre 'o esclarecimento sexual das crianças', presumo que não deseja um tratado formal e completo do assunto que leve em conta a extensa literatura existente sobre a questão, mas o juízo independente de um médico a quem a atividade profissional concedeu oportunidades especiais para ocupar-se dos problemas sexuais. Sei que tem acompanhado meus esforços científicos com interesse, não refutando minhas idéias

sem examiná-las, como fizeram muitos de nossos colegas, por eu considerar a constituição psicosssexual e certos males da vida sexual como as causas primordiais das perturbações neuróticas, que são tão comuns. Há pouco seu periódico também acolheu amavelmente os meus *Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade* [1905d], nos quais descrevi como o instinto sexual se compõe e os distúrbios que podem ocorrer, em seu desenvolvimento, na função da sexualidade.

Todavia, o senhor espera que eu responda aos seguintes quesitos: devem as crianças ser esclarecidas sobre os fatos da vida sexual, em que idade isso deve ocorrer e de que modo isso deve ser realizado. Permita-me dizer, inicialmente, que acho perfeitamente razoável o exame dos dois últimos pontos, mas que me é de todo incompreensível que existam divergências sobre o primeiro. Que propósito se visa atingir negando às crianças, ou aos jovens, esclarecimento desse tipo sobre a vida sexual dos seres humanos? Será por medo de despertar prematuramente seu interesse por tais assuntos, antes que o mesmo irrompa de forma espontânea? Será na esperança de que o ocultamento possa retardar o aparecimento do instinto sexual por completo, até que este possa encontrar seu caminho pelos únicos canais que lhe são abertos em nossa sociedade de classe média? Será que acreditamos que as crianças não se interessarão pelos fatos e mistérios da vida sexual, e não os compreenderão, se não forem impelidos a tal por influências externas? Será possível que o conhecimento que lhes é negado não as alcançará por outros meios? Ou será que se pretende genuína e seriamente que mais tarde elas venham a considerar degradante e desprezível tudo que se relacione com o sexo, já que seus pais e professores quiseram mantê-las afastadas dessas questões o maior tempo possível?

Na verdade ignoro em qual dessas proposições se deve procurar o motivo de se ocultar das crianças aquilo que é sexual, ocultação que de fato é levada a cabo. Sei apenas que são todas igualmente absurdas e indignas de uma contestação judiciosa. Lembro-me, porém, de que encontrei na correspondência familiar do grande pensador e filantropo Multatuli, algumas linhas que constituem uma resposta mais do que adequada:

‘A meu ver, certas coisas são, em geral, exageradamente encobertas. É justo conservar pura a imaginação de uma criança, mas não é a ignorância que irá preservar essa pureza. Ao contrário, acho que a ocultação conduz o menino ou menina a suspeitar mais do que nunca da verdade. A curiosidade nos leva a esmiuçar coisas que teriam pouco ou nenhum interesse para nós, se tivéssemos sido informados com simplicidade. Se fosse possível manter essa ignorância inalterada, eu poderia aceitá-la, mas isso é impossível. O convívio com outras crianças, as leituras que induzem à reflexão e o mistério com que os pais cercam fatos que terminam por vir à tona, tudo isso na verdade intensifica o desejo de conhecimento. Esse desejo, satisfeito apenas parcialmente e em segredo, excita seu sentimento e corrompe sua

imaginação, de forma que a criança já peca enquanto os pais ainda acreditam que ela desconhece o pecado.’

Eu não sei como a questão poderia ser mais bem expressa, mas talvez possa acrescentar algumas observações. Certamente são apenas a pudicícia usual dos adultos e sua má consciência em relação a assuntos sexuais que os induzem a criar todo esse mistério diante das crianças, mas é possível que também uma certa ignorância teórica desempenhe seu papel nessa atitude, ignorância que pode ser remediada dando aos adultos algum esclarecimento. É crença geral que o instinto sexual inexistente nas crianças, só começando a irromper na puberdade, com a maturação dos órgãos sexuais. Esse erro grosseiro que acarreta sérias conseqüências, tanto no conhecimento quanto na prática, é tão facilmente corrigido pela observação que é de admirar que alguém possa incorrer no mesmo. Na realidade o recém-nascido já vem ao mundo com sua sexualidade, sendo seu desenvolvimento na lactância e na primeira infância acompanhado de sensações sexuais; só muito poucas crianças alcançam a puberdade sem ter tido sensações e atividades sexuais. Quem se interessar por um exame detalhado dessas asserções, poderá encontrá-lo em meus *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade*, a que me referi acima. Ali verá que os órgãos de reprodução propriamente ditos não são as únicas partes do corpo que geram sensações de prazer sexual, e que a natureza dispôs as coisas de tal forma que as estimulações reais dos genitais são inevitáveis na primeira infância. Esse período de vida, durante o qual uma certa cota do que é sem dúvida prazer sexual é produzida pela excitação de várias partes da pele (zonas erógenas), pela atividade de certos instintos biológicos e pela excitação concomitante de muitos estados afetivos, é conhecido como o período de *auto-erotismo*, para usar um termo introduzido por Havelock Ellis [1898]. A puberdade apenas concede aos genitais a primazia entre todas as outras zonas e fontes produtoras de prazer, assim forçando o erotismo a colocar-se a serviço da função reprodutora. Naturalmente esse processo pode sofrer certas inibições, e em muitas pessoas (que tendem a se tornar mais tarde pervertidas ou neuróticas) não se completa senão imperfeitamente. Por outro lado, muito antes da puberdade a criança já é capaz da maior parte das manifestações psíquicas do amor - por exemplo, a ternura, a dedicação e o ciúme. Com freqüência, uma irrupção desses estados mentais associa-se às sensações físicas de excitação sexual, de modo que a criança não pode ficar em dúvida quanto à conexão entre ambos. Em resumo, com exceção do seu poder de reprodução, muito antes da puberdade já está completamente desenvolvida na criança a capacidade de amar; e pode-se afirmar que o clima de mistério apenas a impede de apreender intelectualmente as atividades para as quais já está psiquicamente preparada e fisicamente apta.

O interesse intelectual da criança pelos enigmas do sexo, o seu desejo de conhecimento sexual, revela-se numa idade surpreendentemente tenra. Se observações como as que exporei a seguir não são feitas com maior freqüência, é apenas por estarem os pais cegos a esse interesse de seus filhos ou porque, se não o conseguem ignorar, tentam imediatamente abafá-lo. Conheço um encantador menino de quatro anos, filho de pais compreensivos que se

abstiveram de reprimir uma parte de seu desenvolvimento. O pequeno Hans certamente não foi exposto a nada da natureza de uma sedução pela babá, mas, apesar disso, já há algum tempo demonstrava um vivo interesse por aquela parte do seu corpo que ele chama de ‘pipi’. Aos três anos, perguntou à mãe: ‘Mamãe, você também tem um pipi?’ Ela respondeu: ‘Naturalmente. O que é que você acha?’ Também ao pai ele perguntou várias vezes a mesma coisa. Nessa época, ao entrar pela primeira vez num estábulo, viu uma vaca ser ordenhada. ‘Olhe só!’ exclamou surpreso, ‘sai leite do pipi dela’. Aos três anos e nove meses parecia a caminho de por si mesmo fazer a descoberta de categorias corretas, através de suas observações. Ao ver sair água de uma locomotiva, exclamou: ‘Veja, a máquina está fazendo pipi. Onde está o pipi dela?’ E acrescentou, depois de refletir: ‘O cachorro e o cavalo têm pipis; a mesa e a cadeira não têm.’ Recentemente, olhava a irmãzinha de sete dias tomar banho, quando comentou: ‘O pipi dela é muito pequeno, mas vai ficar grande quando ela crescer.’ (Sei da mesma atitude em relação ao problema da diferença dos sexos em outros meninos da mesma idade.) Gostaria de deixar claro que o pequeno Hans não é uma criança sensual, nem com disposição patológica. A meu ver, o que acontece é que, não tendo sofrido intimidações e não tendo sido oprimido por nenhum sentimento de culpa, ele expressa candidamente aquilo que pensa.

O segundo grande problema a ocupar a mente de uma criança - um pouco mais tarde, sem dúvida - é o da origem dos bebês. Isso geralmente é despertado pelo indesejado nascimento de um irmão ou de uma irmã. Trata-se da questão mais remota e premente a atormentar a humanidade imatura. Os que sabem interpretar os mitos e as lendas podem identificá-lo no enigma que a Esfinge de Tebas apresenta a Édipo. As respostas usualmente concedidas à criança danificam seu genuíno instinto de investigação e, via de regra, também desferem o primeiro golpe na confiança que ela deposita em seus pais. Dessa data em diante, geralmente começa a desconfiar dos adultos e a esconder deles seus interesses mais íntimos. O pequeno documento que se segue mostra como essa curiosidade pode ser aflitiva em crianças mais velhas. Trata-se de uma carta escrita por uma menina de onze anos, órfã de mãe, que havia debatido o problema com sua irmã mais nova.

‘Cara tia Mali,

‘Será que a senhora poderia fazer o favor de me dizer como teve Christel e Paul? A senhora deve saber, pois é casada. Nós estávamos discutindo sobre isso ontem e queríamos saber a verdade. Não sabemos a quem mais perguntar. Quando a senhora virá a Salzburg? Sabe, tia Mali, não conseguimos compreender como as cegonhas trazem os bebês. Trudel achava que ela os trazia numa camisa. Também queremos saber se as cegonhas apanham os bebês no lago, e por que nunca vimos nenhum bebê no lago. E, por favor, diga-me como é que a gente sabe de antemão quando vai ter um bebê. Escreva-me contando tudo sobre isso.

‘Com mil beijos e abraços de todos,

‘Sua sobrinha curiosa,

Lili.’

Não acredito que essa enternecedora carta tenha trazido às duas irmãs o esclarecimento desejado. Posteriormente a autora da mesma adoeceu, vítima da neurose que surge de perguntas inconscientes não respondidas - da meditação obsessiva.

Não me parece haver uma única razão de peso para negar às crianças o esclarecimento que sua sede de saber exige. Certamente se a intenção dos educadores é sufocar a capacidade da criança de pensamento independente, em favor de uma pretensa ‘bondade’ que tanto valorizam, não poderiam escolher melhor caminho do que ludibriá-la em questões sexuais e intimidá-la pela religião. As naturezas mais fortes, é verdade, resistirão a tais influências e se tornarão rebeldes contra a autoridade dos pais e, mais tarde, contra qualquer outra autoridade. Se as dúvidas que as crianças levam aos mais velhos não são satisfeitas, elas continuam a atormentá-las em segredo, levando-as a procurar soluções nas quais a verdade advinhada mescla-se da forma mais extravagante a grotescas falsidades, e a trocar entre si informações furtivas em que o sexo é apresentado como uma coisa horrível e nauseante, em conseqüência do sentimento de culpa dos jovens curiosos. Valeria a pena coletar e examinar essas teorias sexuais infantis. Daí em diante as crianças, em geral, deixam de ter diante do sexo a única atitude adequada, e muitas nunca irão recuperá-la.

Parece que a grande maioria dos autores, homens e mulheres, que escrevem sobre o esclarecimento sexual da juventude, conclui em seu favor. Contudo, a inépcia da maior parte de suas propostas quanto ao momento e ao modo de realizar esse esclarecimento leva-nos a pensar que tiveram dificuldade de chegar a uma conclusão. Entre as obras que conheço sobre o assunto, distingue-se, com brilhante exceção, a encantadora carta de explicação que uma certa Frau Emma Eckstein cita como tendo sido escrita por ela ao filho de dez anos. O método habitualmente utilizado não é, obviamente, o correto: oculta-se das crianças todo conhecimento sexual pelo maior tempo possível, e então, em termos pomposos e solenes, a verdade, ou melhor, uma meia verdade, lhes é revelada de uma só vez, em geral demasiado tarde. A maior parte das respostas à pergunta ‘Como contar a meus filhos?’ dá, pelo menos a mim, uma impressão tão lamentável que eu preferiria que os pais não se ocupassem desse esclarecimento. O que realmente importa é que as crianças nunca sejam levadas a pensar que desejamos fazer mais mistério dos fatos da vida sexual do que de qualquer outro assunto ainda não acessível à sua compreensão; para nos assegurarmos disso, é necessário que, de início, tudo que se referir à sexualidade seja tratado como os demais fatos dignos de conhecimento. Acima de tudo, é dever das escolas não evitar a menção dos assuntos sexuais. Os fatos básicos da reprodução e sua significação deviam ser incluídos nas lições sobre o reino animal, e ao mesmo tempo deveria ser enfatizado que o homem compartilha o essencial de sua organização com os animais superiores. Então, desde que o ambiente

familiar da criança não tenda a refrear diretamente o pensamento infantil através da intimidação, é provável que ocorra com maior freqüência o que certa vez ouvi por acaso entre crianças. Um menino disse à irmãzinha: ‘Como é que você pode acreditar que as cegonhas trazem os bebês? Não sabe que o homem é mamífero? Será que você também acredita que a cegonha traga os filhotes de todos os mamíferos?’

A curiosidade da criança nunca atingirá uma intensidade exagerada se for adequadamente satisfeita a cada etapa de sua aprendizagem. Assim, no final do curso elementar [*Volksschule*], antes que inicie o curso intermediário [*Mittelschule*], isto é, em torno dos dez anos de idade, a criança deveria ser esclarecida sobre os fatos específicos da sexualidade humana e sobre a significação social desta. A época da confirmação seria a mais adequada para instruir a criança, que a essa altura deverá ter um completo conhecimento de todos os fatos físicos, sobre as obrigações morais que estão associadas à satisfação real do instinto. Um esclarecimento sobre a vida sexual que se desenvolva de forma gradual, nos moldes que acima descrevemos, sem interrupções e por iniciativa da própria escola, parece-nos ser o único que leva em conta o desenvolvimento da criança e que consegue evitar os perigos que estão envolvidos.

Considero um avanço muito significativo na educação infantil que na França o Estado tenha introduzido, em lugar do catecismo, um manual que dá à criança as primeiras noções de sua situação como cidadão e dos deveres éticos que deverá assumir mais tarde. No entanto, essa educação elementar continuará com sérias deficiências enquanto não abranger o campo da sexualidade. Esta é uma lacuna que deveria merecer a atenção dos educadores e reformadores. Nos países onde colocaram a educação das crianças total ou parcialmente nas mãos do clero será, naturalmente, impossível levantar o problema. Um sacerdote nunca admitirá que os homens e os animais tenham a mesma natureza, pois não pode abdicar da imortalidade da alma, que lhe é necessária como base de seus preceitos morais. Mais uma vez vemos aqui a insensatez de colocar um único remendo de seda num casaco esfarrapado, isto é, a impossibilidade de efetuar uma reforma isolada sem alterar as bases de todo o sistema.

ESCRITORES CRIATIVOS E DEVANEIO (1908 [1907])

NOTA DO EDITOR INGLÊS

DER DICHTER UND DAS PHANTASIEREN

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

(1907 6 de dezembro. Pronunciado como conferência)

1908 *Neue Revue*, 1 (10) [março], 716-2.

1909 *S.K.S.N.*, 2, 197-206 (1912, 2ª ed.; 1921, 3ª ed.)

1924 *G.S.* 10, 229-239.

1924 *Dichtung und Kunst*, 3-14.

1941 *G.W.*, 7, 213-223.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘*The Relation of the Poet to Day-Dreaming*’

1925 *C.P.*, 4, 172-183. (Trad. de I. F. Frant Duff.)

A presente tradução, com um título alterado, é uma versão modificada da publicada em 1925.

Este trabalho foi originalmente pronunciado como conferência a 6 de dezembro de 1907, diante de uma platéia de noventa pessoas, nos salões do editor e livreiro vienense Hugo Heller, que também era membro da Sociedade Psicanalítica de Viena. Um minucioso resumo da conferência apareceu, no dia seguinte, no diário vienense *Die Zeit*, mas a versão completa de Freud foi publicada pela primeira vez no início de 1908, num novo periódico literário de Berlim.

Alguns problemas da literatura criativa haviam sido mencionados pouco antes no estudo de Freud sobre *Gradiva* (por exemplo, em [1]), e cerca de um ou dois anos antes ele examinara a questão em um ensaio não publicado sobre ‘Tipos Psicopáticos no Palco’ (1924a [1905]). O interesse principal deste artigo, como do que se segue, escrito na mesma época, reside no exame das fantasias.

Nós, leigos, sempre sentimos uma intensa curiosidade - como o Cardeal que fez uma idêntica indagação a Ariosto - em saber de que fontes esse estranho ser, o escritor criativo, retira seu material, e como consegue impressionar-nos com o mesmo e despertar-nos emoções das quais talvez nem nos julgássemos capazes. Nosso interesse intensifica-se ainda mais pelo fato de que, ao ser interrogado, o escritor não nos oferece uma explicação, ou pelo menos nenhuma satisfatória; e de forma alguma ele é enfraquecido por sabermos que nem a mais clara compreensão interna (*insight*) dos determinantes de sua escolha de material e da natureza da arte de criação imaginativa em nada irá contribuir para *nos tornar* escritores criativos.

Se ao menos pudéssemos descobrir em nós mesmos ou em nossos semelhantes uma atividade afim à criação literária! Uma investigação dessa atividade nos daria a esperança de obter as primeiras explicações do trabalho criador do escritor. E, na verdade, essa perspectiva é possível. Afinal, os próprios escritores criativos gostam de diminuir a distância entre a sua classe e o homem comum, assegurando-nos com muita freqüência de que todos, no íntimo, somos poetas, e de que só com o último homem morrerá o último poeta.

Será que deveríamos procurar já na infância os primeiros traços de atividade imaginativa? A ocupação favorita e mais intensa da criança é o brincar ou os jogos. Acaso não poderíamos dizer que ao brincar toda criança se comporta como um escritor criativo, pois cria um mundo próprio, ou melhor, reajusta os elementos de seu mundo de uma nova forma que lhe agrada? Seria errado supor que a criança não leva esse mundo a sério; ao contrário, leva muito a sério a sua brincadeira e dispende na mesma muita emoção. A antítese de brincar não é o que é sério, mas o que é real. Apesar de toda a emoção com que a criança catexiza seu mundo de brincar, ela o distingue perfeitamente da realidade, e gosta de ligar seus objetos e situações imaginados às coisas visíveis e tangíveis do mundo real. Essa conexão é tudo o que diferencia o 'brincar' infantil do 'fantasiar'.

O escritor criativo faz o mesmo que a criança que brinca. Cria um mundo de fantasia que ele leva muito a sério, isto é, no qual investe uma grande quantidade de emoção, enquanto mantém uma separação nítida entre o mesmo e a realidade. A linguagem preservou essa relação entre o brincar infantil e a criação poética. Dá [em alemão] o nome de '*Spiel*' ['peça'] às formas literárias que são necessariamente ligadas a objetos tangíveis e que podem ser representadas. Fala em '*Lustspiel*' ou '*Trauerspiel*' ['comédia' e 'tragédia': literalmente, 'brincadeira prazerosa' e 'brincadeira lutuosa'], chamando os que realizam a representação de '*Schauspieler*' ['atores': literalmente, 'jogadores de espetáculo']. A irrealidade do mundo imaginativo do escritor tem, porém, conseqüências importantes para a técnica de sua arte, pois muita coisa que, se fosse real, não causaria prazer, pode proporcioná-lo como jogo de fantasia, e muitos excitamentos que em si são realmente penosos, podem tornar-se uma fonte de prazer para os ouvintes e espectadores na representação da obra de um escritor.

Existe uma outra circunstância que nos leva a examinar por mais alguns instantes essa oposição entre a realidade e o brincar. Quando a criança cresce e pára de brincar, após esforçar-se por algumas décadas para encarar as realidades da vida com a devida seriedade, pode colocar-se certo dia numa situação mental em que mais uma vez desaparece essa oposição entre o brincar e a realidade. Como adulto, pode refletir sobre a intensa seriedade com que realizava seus jogos na infância, equiparando suas ocupações do presente, aparentemente tão sérias, aos seus jogos de criança, pode livrar-se da pesada carga imposta pela vida e conquistar o intenso prazer proporcionado pelo *humor*.

Ao crescer, as pessoas param de brincar e parecem renunciar ao prazer que obtinham do brincar. Contudo, quem compreende a mente humana sabe que nada é tão difícil para o homem quanto abdicar de um prazer que já experimentou. Na realidade, nunca renunciamos a nada; apenas trocamos uma coisa por outra. O que parece ser uma renúncia é, na verdade, a formação de um substituto ou sub-rogado. Da mesma forma, a criança em crescimento, quando pára de brincar, só abdica do elo com os objetos reais; em vez de *brincar*, ela agora *fantasia*. Constrói castelos no ar e cria o que chamamos de *devaneios*. Acredito que a maioria das pessoas construa fantasias em algum período de suas vidas. Este é um fato a que, por muito tempo, não se deu atenção, e cuja importância não foi, assim, suficientemente considerada.

As fantasias das pessoas são menos fáceis de observar do que o brincar das crianças. A criança, é verdade, brinca sozinha ou estabelece um sistema psíquico fechado com outras crianças, com vistas a um jogo, mas mesmo que não brinque em frente dos adultos, não lhes oculta seu brinquedo. O adulto, ao contrário, envergonha-se de suas fantasias, escondendo-as das outras pessoas. Acalenta suas fantasias como seu bem mais íntimo, e em geral preferiria confessar suas faltas do que confiar a outro suas fantasias. Pode acontecer, conseqüentemente, que acredite ser a única pessoa a inventar tais fantasias, ignorando que criações desse tipo são bem comuns nas outras pessoas. A diferença entre o comportamento da pessoa que brinca e da fantasia é explicada pelos motivos dessas duas atividades, que, entretanto, são subordinadas uma à outra.

O brincar da criança é determinado por desejos: de fato, por um único desejo - que auxilia o seu desenvolvimento -, o desejo de ser grande e adulto. A criança está sempre brincando 'de adulto', imitando em seus jogos aquilo que conhece da vida dos mais velhos. Ela não tem motivos para ocultar esse desejo. Já com o adulto o caso é diferente. Por um lado, sabe que dele se espera que não continue a brincar ou a fantasiar, mas que atue no mundo real; por outro lado, alguns dos desejos que provocaram suas fantasias são de tal gênero que é essencial ocultá-las. Assim, o adulto envergonha-se de suas fantasias por serem infantis e proibidas.

Mas, indagarão os senhores, se as pessoas fazem tanto mistério a respeito do seu fantasiar, como os conhecemos tão bem? É que existe uma classe de seres humanos a quem, não um deus, mas uma deusa severa - a Necessidade - delegou a tarefa de revelar aquilo de que sofrem e aquilo que lhes dá felicidade. São as vítimas de doenças nervosas, obrigadas a revelar suas fantasias, entre outras coisas, ao médico por quem esperam ser curadas através de tratamento mental. É esta a nossa melhor fonte de conhecimento, e desde então sentimo-nos justificados em supor que os nossos pacientes nada nos revelam que não possamos também ouvir de pessoas saudáveis.

Vamos agora examinar algumas características do fantasiar. Podemos partir da tese de que a pessoa feliz nunca fantasia, somente a insatisfeita. As forças motivadoras das fantasias são os desejos insatisfeitos, e toda fantasia é a realização de um desejo, uma correção da realidade insatisfatória. Os desejos motivadores variam de acordo com o sexo, o caráter e as circunstâncias da pessoa que fantasia, dividindo-se naturalmente em dois grupos principais: ou são desejos ambiciosos, que se destinam a elevar a personalidade do sujeito, ou são desejos eróticos. Nas mulheres jovens predominam, quase com exclusividade, os desejos eróticos, sendo em geral sua ambição absorvida pelas tendências eróticas. Nos homens jovens os desejos egoístas e ambiciosos ocupam o primeiro plano, de forma bem clara, ao lado dos desejos eróticos. Mas não acentuaremos a oposição entre essas duas tendências, preferindo salientar o fato de que estão freqüentemente unidas. Assim como em muitos retábulos em que é visível num canto qualquer o retrato do doador, na maioria das fantasias de ambição podemos descobrir em algum canto a dama a que seu criador dedicou todos aqueles feitos heróicos e a cujos pés deposita seus triunfos. Veremos que aqui existem motivos bem fortes para ocultamento; à jovem bem educada só é permitido um mínimo de desejos eróticos, e o rapaz tem de aprender a suprimir o excesso de auto-estima remanescente de sua infância mimada, para que possa encontrar seu lugar numa sociedade repleta de outros indivíduos com idênticas reivindicações.

Não devemos supor que os produtos dessa atividade imaginativa - as diversas fantasias, castelos no ar e devaneios - sejam estereotipados ou inalteráveis. Ao contrário, adaptam-se às impressões mutáveis que o sujeito tem da vida, alterando-se a cada mudança de sua situação e recebendo de cada nova impressão ativa uma espécie de 'carimbo de data de fabricação.' A relação entre a fantasia e o tempo é, em geral, muito importante. É como se

ela flutuasse entre três tempos - os três momentos abrangidos pela nossa ideação. O trabalho mental vincula-se a uma impressão atual, a alguma ocasião motivadora no presente que foi capaz de despertar um dos desejos principais do sujeito. Dali, retrocede à lembrança de uma experiência anterior (geralmente da infância) na qual esse desejo foi realizado, criando uma situação referente ao futuro que representa a realização do desejo. O que se cria então é um devaneio ou fantasia, que encerra traços de sua origem a partir da ocasião que o provocou e a partir da lembrança. Dessa forma o passado, o presente e o futuro são entrelaçados pelo fio do desejo que os une.

Um exemplo bastante comum pode servir para tornar claro o que eu disse. Tomemos o caso de um pobre órfão que se dirige a uma firma onde talvez encontre trabalho. A caminho, permite-se um devaneio adequado à situação da qual este surge. O conteúdo de sua fantasia talvez seja, mais ou menos, o que se segue. Ele consegue o emprego, conquista as boas graças do novo patrão, torna-se indispensável, é recebido pela família do patrão, casa-se com sua encantadora filha, é promovido a diretor da firma, primeiro na posição de sócio do seu chefe, e depois como seu sucessor. Nessa fantasia, o sonhador reconquista o que possui em sua feliz infância: o lar protetor, os pais amantíssimos e os primeiros objetos do seu afeto. Esse exemplo mostra como o desejo utiliza uma ocasião do presente para construir, segundo moldes do passado, um quadro do futuro.

Há muito mais a dizer sobre as fantasias, mas limitar-me-ei a salientar aqui, de forma sucinta, mais alguns aspectos. Quando as fantasias se tornam exageradamente profusas e poderosas, estão assentes as condições para o desencadeamento da neurose ou da psicose. As fantasias também são precursoras mentais imediatas dos penosos sintomas que afligem nossos pacientes, abrindo-se aqui um amplo desvio que conduz à patologia.

Não posso ignorar a relação entre as fantasias e o sonhos. Nossos sonhos noturnos nada mais são do que fantasias dessa espécie, como podemos demonstrar pela interpretação de sonhos. A linguagem, com sua inigualável sabedoria, há muito lançou luz sobre a natureza básica dos sonhos, denominando de ‘devaneios’ as etéreas criações da fantasia. Se, apesar desse indício, geralmente permanece obscuro o significado de nossos sonhos, isto é por causa da circunstância de que à noite também surgem em nós desejos de que nos envergonhamos; têm de ser ocultos de nós mesmos, e foram conseqüentemente reprimidos, empurrados para o inconsciente. Tais desejos reprimidos e seus derivados só podem ser expressos de forma muito distorcida. Depois que trabalhos científicos conseguiram elucidar o fator de *distorção onírica*, foi fácil constatar que os sonhos noturnos são realização de desejos, da mesma forma que os devaneios - as fantasias que todos conhecemos tão bem.

Deixemos agora as fantasias e passemos ao escritor criativo. Acaso é realmente válido comparar o escritor imaginativo ao ‘sonhador em plena luz do dia’, e suas criações com os devaneios? Inicialmente devemos estabelecer uma distinção, separando os escritores que,

como os antigos poetas egípcios e trágicos, utilizam temas preexistentes, daqueles que parecem criar o próprio material. Vamos examinar esses últimos, e, para os nossos fins, não escolheremos os mais aplaudidos pelos críticos, mas os menos pretensiosos autores de novelas, romances e contos, que gozam, entretanto, da estima de um amplo círculo de leitores entusiastas de ambos os sexos. Nas criações desses escritores um aspecto salienta-se de forma irrefutável: todas possuem um herói, centro do interesse, para quem o autor procura de todas as maneiras possíveis dirigir a nossa simpatia, e que parece estar sob a proteção de uma Providência especial. Se ao fim de um capítulo deixamos o herói ferido, inconsciente e esvaindo-se em sangue, com certeza o encontraremos no próximo cuidadosamente assistido e próximo da recuperação. Se o primeiro volume termina com o naufrágio do herói, no segundo logo o veremos milagrosamente salvo, sem o que a história não poderia prosseguir. O sentimento de segurança com que acompanhamos o herói através de suas perigosas aventuras é o mesmo com que o herói da vida real atira-se à água para salvar um homem que se afoga, ou se expõe à artilharia inimiga para investir contra uma bateria. Este é o genuíno sentimento heróico, expresso por um dos nossos melhores escritores numa frase inimitável. ‘Nada *me* pode acontecer’! Parece-me que através desse sinal revelador de invulnerabilidade, podemos reconhecer de imediato Sua Majestade o Ego, o herói de todo devaneio e de todas as histórias.

Outros traços típicos dessas histórias egocêntricas revelam idêntica afinidade. O fato de que todas as personagens femininas se apaixonam invariavelmente pelo herói não pode ser encarado como um retrato da realidade, mas será de fácil compreensão se o encararmos como um componente necessário do devaneio. O mesmo aplica-se ao fato de todos os demais personagens da história dividirem-se rigidamente em bons e maus, em flagrante oposição à verdade de caracteres humanos observáveis na vida real. Os ‘bons’ são aliados do ego que se tornou o herói da história, e os ‘maus’ são seus inimigos e rivais.

Sabemos que muitas obras imaginativas guardam boa distância do modelo do devaneio ingênuo, mas não posso deixar de suspeitar que até mesmo os exemplos mais afastados daquele modelo podem ser ligados ao mesmo através de uma seqüência ininterrupta de casos transicionais. Notei que, na maioria dos chamados ‘romances psicológicos’, só uma pessoa - o herói - é descrita anteriormente, como se o autor se colocasse em sua mente e observasse as outras personagens de fora. O romance psicológico, sem dúvida, deve sua singularidade à inclinação do escritor moderno de dividir seu ego, pela auto-observação, em muitos egos parciais, e em conseqüência personificar as correntes conflitantes de sua própria vida mental por vários heróis. Certos romances, que poderíamos classificar de ‘excêntricos’, parecem contrapor-se ao devaneio modelo. Nestes, a pessoa apresentada como herói desempenha um papel muito pouco ativo; vê os atos e sofrimentos das demais pessoas como espectador. Muitos dos últimos romances de Zola pertencem a essa categoria. Mas devo assinalar que a análise psicológica de indivíduos que não são escritores criativos, e que em alguns aspectos se afastam da norma, mostrou-nos variações análogas do devaneio, nos quais o ego se contenta com o papel de espectador.

Para que nossa comparação do escritor imaginativo com o homem que devaneia e da criação poética com o devaneio tenha algum valor é necessário, acima de tudo, que se revele frutuosa, de uma forma ou de outra. Tentemos, por exemplo, aplicar à obra desses autores a nossa tese anterior referente à relação entre a fantasia e os três períodos de tempo, e o desejo que o entrelaça; e com seu auxílio estudemos as conexões existentes entre a vida do escritor e suas obras. Em geral, até agora não se formou uma idéia concreta da natureza dos resultados dessa investigação, e com freqüência fez-se da mesma uma concepção simplista. À luz da compreensão interna (*insight*) de tais fantasias, podemos encarar a situação como se segue. Uma poderosa experiência no presente desperta no escritor criativo uma lembrança de uma experiência anterior (geralmente de sua infância), da qual se origina então um desejo que encontra realização na obra criativa. A própria obra revela elementos da ocasião motivadora do presente e da lembrança antiga.

Não se alarmem ante a complexidade dessa fórmula. Na verdade suspeito que a mesma irá revelar-se como um esquema muito insuficiente. Entretanto, mesmo assim talvez ofereça uma primeira aproximação do verdadeiro estado de coisas; por experiências que realizei, inclino-me a pensar que essa visão das obras criativas pode produzir seus frutos. Não se esqueçam que a ênfase colocada nas lembranças infantis da vida do escritor - ênfase talvez desconcertante - deriva-se basicamente da suposição de que a obra literária, como o devaneio, é uma continuação, ou um substituto, do que foi o brincar infantil.

Não devemos esquecer, entretanto, de examinar aquele outro gênero de obras imaginativas, que não são uma criação original do autor, mas uma reformulação de material preexistente e conhecido (ver em [1]). Mesmo nessas obras o escritor conserva uma certa independência que se manifesta na escolha do material e nas alterações do mesmo, às vezes muito amplas. Embora esse material não seja novo, procede do tesouro popular dos mitos, lendas e contos de fadas. Ainda está incompleto o estudo de tais construções da psicologia dos povos, mas é muito provável que os mitos, por exemplo, sejam vestígios distorcidos de fantasias plenas de desejos de nações inteiras, os *sonhos seculares* da humanidade jovem.

Poderão dizer que, embora eu tenha colocado o escritor criativo em primeiro lugar no título deste artigo, me ocupei menos dele que das fantasias. Reconheço o fato, e devo tentar desculpar-me alegando o estado atual de nossos conhecimentos. Pude apenas oferecer certos encorajamentos e sugestões que, partindo do estudo das fantasias, levaram ao problema da escolha do material literário pelo escritor. Quanto ao outro problema - como o escritor criativo consegue em nós os efeitos emocionais provocados por suas criações -, ainda não o tocamos. Mas gostaria, ao menos, de indicar-lhes o caminho que do nosso exame das fantasias conduz aos problemas dos efeitos poéticos.

Devem estar lembrados de que eu disse (ver a partir de [1]) que o indivíduo que devaneia oculta cuidadosamente suas fantasias dos demais, porque sente ter razões para se

envergonhar das mesmas. Devo acrescentar agora que, mesmo que ele as comunicasse para nós, o relato não nos causaria prazer. Sentiríamos repulsa, ou permaneceríamos indiferentes ao tomar conhecimento de tais fantasias. Mas quando um escritor criativo nos apresenta suas peças, ou nos relata o que julgamos ser seus próprios devaneios, sentimos um grande prazer, provavelmente originário da confluência de muitas fontes. Como o escritor o consegue constitui seu segredo mais íntimo. A verdadeira *ars poetica* está na técnica de superar esse nosso sentimento de repulsa, sem dúvida ligado às barreiras que separam cada ego dos demais. Podemos perceber dois dos métodos empregados por essa técnica. O escritor suaviza o caráter de seus devaneios egoístas por meio de alterações e disfarces, e nos suborna com o prazer puramente formal, isto é, estético, que nos oferece na apresentação de suas fantasias. Denominamos de *prêmio de estímulo* ou de prazer preliminar ao prazer desse gênero, que nos é oferecido para possibilitar a liberação de um prazer ainda maior, proveniente de fontes psíquicas mais profundas. Em minha opinião, todo prazer estético que o escritor criativo nos proporciona é da mesma natureza desse *prazer preliminar*, e a verdadeira satisfação que usufruímos de uma obra literária procede de uma libertação de tensões em nossas mentes. Talvez até grande parte desse efeito seja devida à possibilidade que o escritor nos oferece de, dali em diante, nos deleitarmos com nossos próprios devaneios, sem auto-acusações ou vergonha. Isso nos leva ao limiar de novas e complexas investigações, mas também, pelo menos no momento, ao fim deste exame.

FANTASIAS HISTÓRICAS E SUA RELAÇÃO COM A

BISSEXUALIDADE (1908)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

HYSTERISCHE PHANTASIEN UND IHRE BEZIEHUNG ZUR BISEXUALITÄT

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1908 *Z. Sexualwiss.*, 1 (1) [janeiro], 27-34.

1909 *S.K.S.N.*, 2, 138-145. (1912, 2^a ed.; 1921, 3^a ed.)

1924 *G.S.*, 5, 246-254.

1941 *G.W.*, 7, 191-199.

(b) TRADUÇÕES INGLESAS:

‘*Hysterical Fancies and their Relation to Bisexuality*’

1909 *S.P.H.*; 194-200. (Trad. de A.A.Brill.) (1912, 2^a ed.; 1920, 3^a ed.)

‘*Hysterical Phantasies and their Relation to Bisexuality*’

1924 *C.P.*, 2, 51-48. (Trad. de D. Bryan.)

A presente tradução é uma revisão da publicada em 1924.

Este artigo foi escrito originalmente para o *Jahrbuch für sexuelle Zwischenstufen de Hirschfeld*, sendo transferido para um novo periódico recém-lançado pelo mesmo editor. Em 1897, no decurso de sua auto-análise, Freud percebera pela primeira vez a importância das fantasias como bases dos sintomas histéricos. Embora fizesse uma comunicação particular de suas descobertas a Fliess (ver, por exemplo, suas cartas de 7 de julho e 21 de setembro de 1897: Freud, 1950a, Cartas 66 e 69), só as publicou integralmente dois anos antes de escrever o presente artigo. (Ver Freud, 1906a), em [1], 1972.) A parte principal deste artigo é um novo exame da relação entre fantasias e sintomas; apesar do título, o tópico da bissexualidade surge quase como uma reflexão secundária. Deve ser assinalado, aliás, que o assunto das fantasias parece ser um tema dominante na mente de Freud na época deste artigo. Elas são novamente abordadas nos artigos sobre ‘As Teorias Sexuais das Crianças’ (ver em [2]), sobre ‘Romances Familiares’ (ver em [3]), sobre ‘Escritores Criativos e Devaneio’ (ver em [4]) e sobre ‘Ataques Histéricos’ (ver em [5]), assim como em muitos trechos do estudo de *Gradiva* (e.g. em [6]). Grande parte do material do presente artigo naturalmente já fora examinada. Ver, por exemplo, a análise de ‘Dora’ (1905e [1901]), ver a partir de [7], 1972, e os *Três Ensaio*s (1905d), ver a partir de [8].

FANTASIAS HISTÓRICAS E SUA RELAÇÃO COM A BISSEXUALIDADE

Estamos familiarizados com as imaginações delirantes do paranóico acerca da grandeza ou dos sofrimentos do seu próprio eu (*self*), que aparecem em formas bem típicas e quase monótonas. Conhecemos também, através de numerosos relatos, os estranhos desempenhos pelos quais certos pervertidos encerram sua satisfação sexual, ou em idéia ou na realidade. Entretanto, talvez seja novidade para alguns leitores o fato de que estruturas psíquicas análogas estão presentes regularmente em todas as psiconeuroses, em particular na histeria, e de que podemos demonstrar terem essas estruturas - conhecidas como fantasias histéricas - importantes ligações com a acusação dos sintomas neuróticos.

Todas essas criações de fantasia têm sua fonte comum e seu protótipo normal nos chamados devaneios da juventude. Estes já foram examinados, embora insuficientemente, na literatura do assunto. Ocorrem talvez com igual freqüência em ambos os sexos, sendo

invariavelmente de natureza erótica nas jovens e mulheres, enquanto nos homens são tanto ambiciosos como eróticos. Não se deve, entretanto, atribuir uma importância secundária ao fator erótico nos homens; se investigarmos mais de perto os devaneios de um homem, veremos que seus feitos heróicos e seus triunfos só têm por finalidade agradar a uma mulher para que ela o prefira aos outros homens. Essas fantasias são satisfações de desejos originários de privações e anelos. São com justiça denominadas de ‘devaneios’, já que nos dão a chave para uma compreensão dos sonhos noturnos - nos quais o núcleo da formação onírica não consiste em nada mais do que em fantasias diurnas complicadas, que foram distorcidas e que são mal compreendidas pela instância psíquica consciente.

Esses devaneios são catexizados com um vivo interesse; são acalentados carinhosamente pelo sujeito e em geral ocultos com muita sensibilidade. É fácil perceber na rua uma pessoa absorta num devaneio: fala sozinha, sorri subitamente distraída ou apressa o passo no momento em que a situação imaginada atinge o clímax. Todo ataque histérico que até hoje investiguei revelou a irrupção involuntária de tais devaneios, pois nossas observações não deixam dúvidas que tais fantasias tanto podem ser inconscientes como conscientes. Quando as últimas tornam-se inconscientes, podem tornar-se também patogênicas, isto é, podem expressar-se através de sintomas e ataques. Em circunstâncias favoráveis o sujeito ainda logra apreender uma tal fantasia inconsciente na consciência. Depois que chamei a atenção de uma das minhas pacientes para suas fantasias, ela me contou ter-se surpreendido em lágrimas na rua e, ao refletir no mesmo instante sobre o motivo deste pranto, ter conseguido capturar a fantasia que se segue. Em sua imaginação, ligara-se amorosamente a um conhecido pianista de sua cidade (embora não o conhecesse pessoalmente); em seguida fora abandonada, com o filho que tivera com ele (na verdade não tinha filhos), ficando na miséria. Fora nesse momento de sua fantasia que irrompera em lágrimas.

As fantasias inconscientes podem ter sido sempre inconscientes e formadas no inconsciente; ou, o que acontece com maior freqüência, foram inicialmente fantasias conscientes, devaneios, desde então deliberadamente esquecidas, tornando-se inconscientes através da ‘repressão’. O conteúdo delas pode, posteriormente, ter permanecido o mesmo ou sofrido alterações, de modo que as fantasias inconscientes atuais são derivadas das conscientes. Uma fantasia inconsciente tem uma conexão muito importante com a vida sexual do sujeito, pois é idêntica à fantasia que serviu para lhe dar satisfação sexual durante um período de masturbação. Nesse período, o ato masturbatório (no sentido mais amplo da palavra) compunha-se de duas partes. Uma era a evocação de uma fantasia e a outra um comportamento ativo para, no momento culminante da fantasia, obter autogratificação. Como sabemos, esse composto estava em si simplesmente soldado junto. Originalmente o ato era um processo puramente auto-erótico que visava obter prazer de uma determinada parte do corpo, que pode ser denominada de erógena. Mais tarde, esse ato fundiu-se a uma idéia plena de desejo pertencente à esfera do amor objetal, e serviu como realização parcial da situação em que culminou a fantasia. Quando, posteriormente, o sujeito renuncia a esse tipo de satisfação, composto de masturbação e fantasia, o ato é abandonado, e a fantasia passa de

consciente a inconsciente. Se não obtém outro tipo de satisfação sexual, o sujeito permanece abstinente; se não consegue sublimar sua libido - isto é, se não consegue defletir sua excitação sexual para fins mais elevados - estará preenchida a condição para que sua fantasia inconsciente reviva e se desenvolva, começando a atuar, pelo menos no que diz respeito a parte de seu conteúdo, com todo o vigor da sua necessidade de amor, sob a forma de sintoma patológico.

Dessa forma as fantasias inconscientes são os precursores psíquicos imediatos de toda uma série de sintomas histéricos. Estes nada mais são do que fantasias inconscientes exteriorizadas por meio da 'conversão'; quando os sintomas são somáticos, com frequência são retirados do círculo das mesmas sensações sexuais e inervações motoras que originalmente acompanhavam as fantasias quando estas ainda eram inconscientes. Assim é anulada a renúncia ao hábito da masturbação e atingido o propósito de todo o processo patológico, que é o restabelecimento da satisfação sexual primária original - embora nunca, é verdade, de forma completa, mas numa espécie de aproximação.

Quem estudar a histeria, portanto, logo transferirá seu interesse dos sintomas para as fantasias que lhes deram origem. A técnica da psicanálise nos permite em primeiro lugar inferir dos sintomas o que essas fantasias inconscientes são, e então torná-las conscientes para o paciente. Dessa maneira descobriu-se que o conteúdo das fantasias inconscientes do histérico corresponde em sua totalidade às situações nas quais os perversos obtêm conscientemente satisfação; e se alguém desejar exemplos de tais situações, basta recordar-se das mundialmente famosas proezas dos imperadores romanos, cujos selvagens excessos eram determinados, naturalmente, pelo enorme e irrestrito poder dos autores das fantasias. Os delírios dos paranóicos são fantasias da mesma natureza, embora se tenham tornado diretamente conscientes. Dependem dos componentes sadomasoquistas do instinto sexual, e também podem encontrar um correspondente completo em certas fantasias inconscientes de sujeitos histéricos. Também conhecemos casos, com sua importância prática, nos quais os histéricos não dão expressão às suas fantasias sob a forma de sintomas, mas como realizações conscientes, e assim tramam e encenam estupros, ataques ou atos de agressão sexual.

Esse método de investigação psicanalítica, que dos sintomas visíveis conduz às fantasias inconscientes ocultas, revela-nos tudo que é possível conhecer sobre a sexualidade dos psiconeuróticos, inclusive o fato que deve ser o tópico principal dessa breve publicação preliminar.

Provavelmente devido às dificuldades que as fantasias inconscientes encontram em seus esforços de expressão, a relação das fantasias com os sintomas não é simples, mas, ao contrário, bem complexa. Via de regra, quando a neurose está plenamente desenvolvida e persiste há algum tempo, um determinado sintoma não corresponde a uma única fantasia inconsciente, mas a várias fantasias desse gênero, e essa correspondência não é arbitrária,

mas obedece a um padrão regular. Sem dúvida, no início da doença ainda não se desenvolveram de todo essas complicações.

Considerando o interesse geral, vou afastar-me neste ponto das diretrizes deste trabalho e interpolar aqui uma série de fórmulas que tentam oferecer uma visão progressiva da natureza dos sintomas histéricos. Essas fórmulas não se contradizem, mas enquanto algumas examinam os fatos de forma cada vez mais completa e precisa, outras representam a aplicação de pontos de vista diferentes.

(1) Os sintomas histéricos são símbolos mnêmicos de certas impressões e experiências (traumáticas) operativas.

(2) Os sintomas histéricos são substitutos, produzidos por ‘conversão’, para o retorno associativo dessas experiências traumáticas.

(3) Os sintomas histéricos são - como outras estruturas psíquicas - uma expressão da realização de um desejo.

(4) Os sintomas histéricos são a realização de uma fantasia inconsciente que serve à realização de um desejo.

(5) Os sintomas histéricos estão a serviço da satisfação sexual e representam uma parcela da vida sexual do sujeito (uma parcela que corresponde a um dos constituintes do seu instinto sexual).

(6) Os sintomas histéricos correspondem a um retorno a um modo de satisfação sexual que era real na vida infantil e que desde então tem sido reprimido.

(7) Os sintomas histéricos surgem como uma conciliação entre dois impulsos afetivos e instintuais opostos, um dos quais tenta expressar um instinto componente ou um inconsciente da constituição sexual, enquanto o outro tenta suprimi-lo.

(8) Os sintomas histéricos podem assumir a representação de vários impulsos inconscientes que não são sexuais, mas que possuem sempre uma significação sexual.

Dessas diversas definições, a sétima descreve de forma mais completa a natureza dos sintomas histéricos como sendo a realização de uma fantasia inconsciente, e a oitava concede ao fator sexual a sua devida significação. Algumas das fórmulas anteriores

conduzem a essas duas últimas, estando nelas contidas.

Como demonstrei em meus *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade* [1905d], a conexão entre os sintomas e as fantasias torna fácil chegar da psicanálise dos primeiros a um conhecimento dos componentes dos instintos sexuais que dominam o indivíduo. Em alguns casos, entretanto, uma investigação por esses meios produz resultado inesperado. Mostra que há muitos sintomas onde a exposição de uma fantasia sexual (ou de várias fantasias, uma das quais, a mais significativa e primitiva, é de natureza sexual) não é suficiente para efetuar a resolução dos sintomas. Para resolver isso é necessário ter duas fantasias sexuais, uma de caráter feminino e outra de caráter masculino. Assim uma dessas fantasias origina-se de um impulso homossexual. Essa nova descoberta não altera nossa sétima fórmula. Continua sendo verdade que um sintoma histérico deve necessariamente representar uma conciliação entre um impulso libidinal e um impulso repressor, mas pode também representar a união de duas fantasias libidinais de caráter sexual oposto.

Abster-me-ei de apresentar exemplos para comprovar essa tese. A experiência ensinou-me que análises curtas, condensadas em resumos, nunca possuem o efeito persuasório que desejaríamos que produzissem; por outro lado, relatos de casos longamente analisados devem ser deixados para outra ocasião.

Portanto, contentar-me-ei em expor uma nova fórmula e em explicar sua significação.

(9) Os sintomas históricos são a expressão, por um lado, de uma fantasia sexual inconsciente masculina e, por outro lado, de uma feminina.

Devo ressaltar que não posso reivindicar para essa fórmula a mesma validade geral que atribuí às outras. A meu ver, ela não se aplica a todos os sintomas de um caso, nem a todos os casos. Ao contrário, não é difícil encontrar casos em que os impulsos pertencentes a sexos opostos encontraram expressão sintomática independente, de modo que os sintomas de heterossexualidade e os de homossexualidade podem ser tão claramente diferenciados entre si como as fantasias ocultas por trás deles. Entretanto, a situação descrita na nova fórmula é bastante comum e suficientemente importante quando ocorre para merecer uma ênfase especial. Parece-me constituir o mais alto grau de complexidade que a determinação de um sintoma histérico pode atingir, e que só esperaríamos encontrar numa neurose de longa duração e já muito organizada.

A natureza bissexual dos sintomas históricos, que pode ser demonstrada em numerosos casos, constitui uma interessante confirmação da minha concepção de que, na análise dos psiconeuróticos, se evidencia de modo especialmente claro a pressuposta exigência de uma disposição bissexual inata no homem. Uma situação exatamente análoga ocorre no mesmo campo quando uma pessoa que se masturba tenta em suas fantasias conscientes ter tanto os

sentimentos do homem quanto os da mulher na situação por ela concebida. Encontraremos outros correlatos em certos ataques histéricos nos quais o paciente desempenha simultaneamente ambos os papéis na fantasia sexual subjacente. Em um caso que observei, por exemplo, a paciente pressionava o vestido contra o corpo com uma das mãos (como mulher), enquanto tentava arrancá-lo com a outra (como homem). Essa simultaneidade de atos contraditórios serve, em grande parte, para obscurecer a situação, que por outro lado é tão plasticamente retratada no ataque, estando assim em condições de ocultar a fantasia inconsciente que está em ação.

No tratamento psicanalítico é extremamente importante estar preparado para encontrar sintomas com significado bissexual. Assim não ficaremos surpresos ou confusos se um sintoma parece não diminuir, embora já tenhamos resolvido um dos seus significados sexuais, pois ele ainda é mantido por um, talvez insuspeito, que pertence ao sexo oposto. No tratamento de tais casos, além disso, podemos observar como o paciente se utiliza, durante a análise de um dos significados sexuais, da conveniente possibilidade de constantemente passar suas associações para o campo do significado oposto, tal como para uma trilha paralela.

CARÁTER E EROTISMO ANAL (1908)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

CHARAKTER UND ANALEROTIK

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1908 *Psychiat.-neurol. Wschr.*, 9 (52) [março], 465-7.

1909 *S.K.S.N.* 2, 132-7. (1912, 2^a ed.; 1921, 3^a ed.)

1924 *G.S.*, 5, 261-7.

1931 *Sexualtheorie und Traumlehre*, 62-8.

1941 *G.W.*, 7, 203-9.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘*Character and Anal Erotism*’

1924 *C.P.*, 2, 45-50. (Trad. de R.C. McWatters.)

A presente tradução é uma versão modificada da publicada em 1924.

O tema deste artigo já se tornou tão familiar que é difícil conceber a indignação e o assombro que ele provocou quando de sua primeira publicação. Segundo Ernest Jones (1955, 331-2), os três traços de caráter que são aqui associados ao erotismo anal já haviam sido mencionados por Freud em sua carta a Jung de 2 de outubro de 1906. Também os mencionou em algumas observações dirigidas à Sociedade Psicanalítica de Viena a 6 de março de 1907. (Ver *Minutes*, 1.) Em sua carta a Fliess de 22 de dezembro de 1897 (Freud, 1950a, Carta 79), associara dinheiro e avareza com fezes. Foi a análise do ‘Rat Man’ (1909d), concluída pouco antes, que em parte, sem dúvida o estimulou a escrever este artigo. Entretanto, só alguns anos mais tarde viria a examinar a conexão especial entre o erotismo anal e a neurose obsessiva, em ‘A Disposição à Neurose Obsessiva’ (1913i). Outro caso clínico, o do ‘Homem dos Lobos’ (1918b [1914]) levou a uma outra ampliação do tema aqui tratado - o artigo ‘As Transformações do Instinto’ (1917c).

CARÁTER E EROTISMO ANAL

Entre aqueles que tentamos ajudar com nossos esforços psicanalíticos, freqüentemente encontramos um certo tipo de indivíduo que se distingue por possuir determinados traços de caráter, e simultaneamente nossa atenção é atraída pelo comportamento, em sua infância, de uma de suas funções corporais e pelo órgão nela envolvido. Não posso agora precisar em que ocasião comecei a ter a impressão de que havia uma conexão orgânica entre esse tipo de caráter e esse comportamento de um órgão, mas posso assegurar ao leitor que nessa

impressão não pesou qualquer suposição teórica.

A experiência acumulada fortaleceu de tal maneira minha crença na existência dessa conexão que me aventuro agora a torná-la objeto de uma comunicação.

As pessoas que passarei a descrever distinguem-se por uma combinação regular das três características que se seguem. Elas são especialmente *ordeiras*, *parcimoniosas* e *obstinadas*. Cada um desses vocábulos abrange, na realidade, um pequeno grupo ou série de traços de caráter interligados. ‘Ordeiro’ tanto abrange a noção de esmero individual como o escrúpulo no cumprimento de pequenos deveres e a fidedignidade. O contrário de ordeiro seria ‘descuidado’ e ‘desordenado’. A parcimônia pode aparecer de forma exagerada como avareza, e a obstinação pode transformar-se em rebeldia, à qual podem facilmente associar-se a cólera e os ímpetos vingativos. Essas duas últimas características, a parcimônia e a obstinação, possuem entre si uma ligação mais estreita do que com a primeira - a ordem. Elas constituem também o elemento mais constante de todo o complexo. Parece-me, entretanto, que essas três características estão indubitavelmente ligadas entre si.

É fácil inferir da história da primeira infância desses indivíduos que os mesmos dispenderam um tempo relativamente longo para superar sua *incontinencia alvi* [incontinência fecal] infantil, e que na infância posterior sofreram falhas isoladas nessa função. Quando bebês, parecem ter pertencido ao grupo que se recusa a esvaziar os intestinos ao ser colocado no urinol, porque obtém um prazer suplementar do ato de defecar, pois nos revelam que em anos posteriores gostavam de reter as fezes, e se lembram - embora atribuam o fato mais facilmente em relação a irmãos e irmãs do que a si mesmos - de ter feito toda uma série de coisas indecorosas com suas fezes. Deduzimos de tais indicações que essas pessoas nasceram com uma constituição sexual na qual o caráter erógeno da zona anal é excepcionalmente forte. Mas como não há resquícios dessas fraquezas e idiossincrasias após o término de suas infâncias, devemos concluir que no decurso do seu desenvolvimento a zona anal perdeu sua significação erógena. É de se suspeitar que a regularidade com que essa tríade de propriedades apresenta-se no caráter dessas pessoas possa ser relacionada com o desaparecimento do erotismo anal.

Sei que ninguém está disposto a dar crédito a uma situação enquanto a mesma se afigura ininteligível e não passível de explicação. Contudo, com a ajuda dos postulados que expus em 1905 em meus *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade*, podemos ao menos nos aproximar dos seus fatores básicos. Tentei demonstrar nesses ensaios que o instinto sexual do homem é altamente complexo e resultante da contribuição de numerosos constituintes e instintos componentes. A ‘excitação sexual’ recebe importantes contribuições das excitações periféricas de determinadas partes do corpo (os genitais, a boca, o ânus, a uretra), que assim merecem a designação especial de ‘zonas erógenas’. Mas as quantidades de excitação que provêm dessas partes do corpo não sofrem as mesmas vicissitudes, nem têm destino igual em

todos os períodos da vida. De modo geral, só uma parcela dela é utilizada na vida sexual; outra parte é defletida dos fins sexuais e dirigida para outros - um processo que denominamos de 'sublimação'. Durante o período de vida que vai do final do quinto ano às primeiras manifestações da puberdade (por volta dos onze anos) e que pode ser chamado de período de 'latência sexual', criam-se na mente formações reativas, ou contraforças, como a vergonha, a repugnância e a moralidade. Na verdade surgem às expensas das excitações provenientes das zonas erógenas e erguem-se como diques para opor-se às atividades posteriores dos instintos sexuais. Ora, o erotismo anal é um dos componentes do instinto [sexual] que, no decurso do desenvolvimento e de acordo com a educação que a nossa atual civilização exige, se tornarão inúteis para os fins sexuais. Portanto, é plausível a suposição de que esses traços de caráter - a ordem, a parcimônia e a obstinação -, com frequência relevantes nos indivíduos que anteriormente eram anal-eróticos, sejam os primeiros e mais constantes resultados da sublimação do erotismo anal. A limpeza, a ordem e a fidedignidade dão exatamente a impressão de uma formação reativa contra um interesse pela imundície perturbadora que não deveria pertencer ao corpo. ('Dirt is matter in the wrong place.'). Já não é fácil a tarefa de relacionar a obstinação com um interesse pela defecação, mas devíamos lembrar que até mesmo um bebê pode mostrar vontade própria quando se trata do ato de defecar, como vimos acima (ver em [1]), e que é costume bastante difundido na educação da criança administrar estímulos dolorosos à pele das nádegas - ligada à zona erógena anal - para quebrar a obstinação da criança e torná-la submissa. Ainda persiste hoje o convite a uma carícia na zona anal, como expressão de desafio ou desprezo, convite esse que corresponde na realidade a um ato de ternura que sucumbiu à repressão. A exibição das nádegas representa um abrandamento em gesto desse convite verbal. No *Götz von Berlichingen* de Goethe aparecem tanto as palavras como o gesto, em momento apropriado, como expressão de desafio.

As conexões entre os complexos do apego ao dinheiro e da defecação, aparentemente tão diversos, afiguram-se as mais extensas. Todo médico que já praticou a psicanálise sabe que os casos mais antigos e rebeldes daquilo que é descrito como constipação podem ser curados em neuróticos por essa forma de tratamento, fato menos surpreendente se recordarmos que essa função também se mostrou tratável pela sugestão hipnótica. Mas só alcançaremos esse resultado com a psicanálise se nos ocuparmos do complexo monetário dos pacientes e os induzirmos a trazê-lo à consciência, como todas as suas conexões. Talvez a neurose aqui apenas siga um indício fornecido pela linguagem popular, que qualifica o indivíduo muito apegado ao seu dinheiro de 'sujo' ou 'imundo'. Mas essa explicação seria demasiadamente superficial. Na realidade, onde quer que tenham predominado ou ainda persistam as formas arcaicas do pensamento - nas antigas civilizações, nos mitos, nos contos de fadas e superstições, no pensamento inconsciente, nos sonhos e nas neuroses - o dinheiro é intimamente relacionado com a sujeira. Sabemos que o ouro entregue pelo diabo a seus bem-amados converte-se em excremento após sua partida, e o diabo nada mais é do que a personificação da vida instintual inconsciente reprimida. Também conhecemos a superstição que liga a descoberta de um tesouro com a defecação, e todos estão familiarizados com a

figura do ‘cagador de ducados’ [*Dukatenscheisser*]. Na verdade, segundo as antigas doutrinas da Babilônia, o ouro são ‘as fezes do Inferno’ (Mammon = *ilu manman*). Assim, aqui como em outras ocasiões, a neurose, acompanhando os usos da linguagem, toma as palavras no seu sentido original e significativo; parecendo utilizá-las em seu sentido figurado, está na realidade simplesmente devolvendo a elas seu sentido primitivo.

É possível que o contraste existente entre a substância mais preciosa que o homem conhece e a mais desprezível, que eles rejeitam como matéria inútil (‘refugo’) tenha levado a essa identificação específica do ouro com fezes.

Ainda uma outra circunstância facilita essa equação no pensamento neurótico. Sabemos que o interesse erótico original na defecação está destinado a extinguir-se em anos posteriores. Nessa ocasião aparece o interesse pelo dinheiro, que não existia na infância. Isso facilita a transferência da impulsão primitiva, que estava em processo de perder seu objetivo, para o nosso objetivo emergente.

Se houver realmente alguma base para a relação que aqui estabelecemos entre o erotismo anal e essa tríade de traços de caráter, provavelmente não encontraremos um acentuado grau de ‘caráter anal’ nos indivíduos que conservaram na vida adulta o caráter erógeno da zona anal, como acontece, por exemplo, com certos homossexuais. A menos que esteja enganado, a experiência comprova amplamente essa conclusão.

Devíamos apreciar se os outros complexos de caráter não revelam também uma conexão com a excitação de zonas erógenas específicas. Atualmente só tenho conhecimento da intensa e ‘ardente’ ambição de indivíduos que sofreram anteriormente de enurese. De qualquer modo, podemos estabelecer uma fórmula para o modo como o caráter, em sua configuração final, se forma a partir dos instintos constituintes: os traços de caráter permanentes, são ou prolongamentos inalterados dos instintos originais, ou sublimação desses instintos, ou formações reativas contra os mesmos.

**MORAL SEXUAL CIVILIZADA E DOENÇA NERVOSA
MODERNA (1908)**

NOTA DO EDITOR INGLÊS

DIE 'KULTURELLE' SEXUALMORAL UND DIE MODERNE NERVOSITÄT

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1908 *Sexual-Probleme* 4 (3) [março], 107-129.

1909 *S.K.S.N.*, 2, 175-196. (1912, 2ª ed.; 1921, 3ª ed.)

1924 *G.S.*, 5, 143-167.

1931 *Sexualtheorie und Traumlehre*, 17-42.

1941 *G.W.*, 7, 143-167.

(b) TRADUÇÕES INGLÊSAS:

'Modern Sexual Morality and Modern Nervousness'

1915 *Amer. J. Urol.*, 11, 391-405. (Incompleta.)

“‘Civilized’ *Sexual Morality and Modern Nervousness*’

1924 *C.P.*, 2, 76-99. (Trad. de E.B. Herford e E. C. Mayne.)

Uma reimpressão da tradução de 1915 apareceu em forma de panfleto (organizado por W. J. Robinson) publicado por Eugenics Publications, Nova Iorque, 1931. Ambas omitem os dez primeiros parágrafos. A presente tradução, com um título alterado, baseia-se na publicada em 1924.

Sexual-Probleme, o periódico em que apareceram este artigo e o próximo (ver em [1]), foi o sucessor da revista *Mutterschutz*, sob cujo título é às vezes catalogado. A numeração dos volumes não sofreu interrupção apesar da mudança de título.

Embora esta seja a primeira das longas exposições de Freud sobre o antagonismo entre civilização e vida instintual, suas convicções sobre o assunto são muito anteriores. Por exemplo, num memorando enviado a Fliess em 31 de maio de 1897, ele escreve que ‘o incesto é anti-social e a civilização consiste na renúncia progressiva ao mesmo’. (Freud, 1950a, Rascunho N.) Contudo, na verdade, esse antagonismo estava implícito em toda a sua teoria do impacto do período de latência sobre o desenvolvimento da sexualidade humana, e nas últimas páginas dos seus *Três Ensaio*s (1905d) ele mencionou a ‘relação inversa que existe entre a civilização e o livre desenvolvimento da sexualidade’ (ver em [1], 1972). O presente artigo é em grande parte um sumário das descobertas do último trabalho mencionado, que fora publicado apenas três anos antes.

Os aspectos sociológicos desse antagonismo constituem o tema principal deste artigo, e Freud voltou freqüentemente ao assunto em seus escritos posteriores. Sem determo-nos nas alusões passageiras, podemos mencionar as duas últimas seções do seu segundo artigo sobre a psicologia do amor (1912d), ver a partir de [2], 1970, as páginas iniciais de *O Futuro de uma Ilusão* (1927c) e os parágrafos finais da carta aberta a Einstein, ‘Por que a Guerra?’ (1933b). No entanto, sua exposição mais longa e mais elaborada do assunto está, sem dúvida, em *O Mal-Estar na Civilização* (1930a).

O antigo problema da tradução da palavra alemã ‘*Kultur*’ por ‘cultura’ ou por ‘civilização’ foi resolvido aqui pela escolha ora de um termo ora de outro. Na verdade os

tradutores foram auxiliados por uma observação de Freud no terceiro parágrafo de *O Futuro de uma Ilusão*: ‘desprezo ter que distinguir entre cultura e civilização.’

MORAL SEXUAL CIVILIZADA E DOENÇA NERVOSA MODERNA

Em seu livro recentemente publicado, *Ética Sexual*, Von Ehrenfels (1907) discorre sobre a diferença entre a moral sexual ‘natural’ e a ‘civilizada’. Segundo ele, devemos entender por moral sexual natural uma moral sexual sob cujo regime um grupo humano é capaz de conservar sua saúde e eficiência, e por moral sexual civilizada, uma obediência moral sexual àquilo que, por outro lado, estimula os homens a uma intensa e produtiva atividade cultural. Esse contraste é mais bem ilustrado, segundo ele, comparando-se o caráter inato de um povo com suas realizações culturais. Remeterei o leitor que deseje deter-se no exame dessas importantes proposições à obra de Von Ehrenfels, limitando-me a colher ali somente o necessário para alicerçar minha própria contribuição ao assunto.

Não é arriscado supor que sob o regime de uma moral sexual civilizada a saúde e a eficiência dos indivíduos esteja sujeita a danos, e que tais prejuízos causados pelos sacrifícios que lhes são exigidos terminem por atingir um grau tão elevado, que indiretamente cheguem a colocar também em perigo os objetivos culturais. Von Ehrenfels atribui, de fato, à moral sexual que hoje rege a nossa sociedade ocidental numerosos prejuízos, pelos quais responsabiliza diretamente essa moral; embora reconheça plenamente sua vigorosa influência no desenvolvimento da civilização, não pode deixar de concluir da necessidade de uma reforma. Em sua opinião, a singularidade da moral sexual civilizada a que obedecemos é que as restrições feitas às mulheres por tal sistema são estendidas à vida sexual masculina, sendo proibida toda relação sexual exceto dentro do casamento monogâmico. No entanto, as diferenças naturais entre os sexos impõem sanções menos severas às transgressões masculinas, tornando mesmo necessário admitir uma moral *dupla*. Contudo, uma sociedade que aceita essa moral ambígua não pode levar muito longe o ‘amor à verdade, à honestidade e à humanidade’ (Von Ehrenfels, *ibid.*, pág. 32 e segs.), e deverá induzir seus membros à ocultação da verdade, a um falso otimismo, e a enganarem a si próprios e aos demais. A moral sexual civilizada traz conseqüências ainda mais graves, pois, glorificando a monogamia, impossibilita a *seleção* pela *virilidade* - único fator que pode aperfeiçoar a constituição do homem, pois entre os povos civilizados a *seleção pela vitalidade* foi reduzida a um mínimo pelos princípios humanitários e pela higiene (*ibid.*, 35).

Entre os danos acima atribuídos a essa moral sexual civilizada, os médicos terão notado a falta justamente daquele cuja significação examinaremos no presente artigo. Refiro-me ao aumento, imputável a essa moral, da doença nervosa moderna, isto é, da doença nervosa que se difunde rapidamente na sociedade contemporânea. Ocasionalmente, um desses pacientes nervosos chamará, ele próprio, a atenção do médico para o papel que o antagonismo existente entre a sua constituição e as exigências da civilização desempenhou na gênese de sua enfermidade, dizendo: ‘Em nossa família todos tornamo-nos neuróticos porque queríamos ser melhores do que, com nossa origem, somos capazes de ser.’ Os médicos também encontram matéria para reflexão no fato de que os indivíduos vitimados por doenças nervosas são, com frequência, justamente os filhos de casais procedentes de rudes e vigorosas famílias camponesas que viviam em condições simples e saudáveis, e que, fixando-se em cidades, num curto espaço de tempo elevaram seus filhos a um alto nível cultural. Os próprios neurologistas asseveram enfaticamente que existe uma relação entre a ‘alta incidência da doença nervosa’ e a moderna vida civilizada. As bases para tal afirmativa poderão ser encontradas nos testemunhos de alguns eminentes observadores transcritos a seguir:

W. Erb (1893): ‘O problema está em determinar se as causas da doença nervosa que lhes foram expostas estão presentes na vida moderna num grau suficientemente elevado para explicar o incremento dessa doença. A questão será respondida afirmativamente, sem hesitações, se fizermos um rápido exame da nossa vida moderna e de seus aspectos particulares.

‘A simples enumeração de uma série de fatos gerais já demonstra claramente a nossa proposição. As extraordinárias realizações dos tempos modernos, as descobertas e as investigações em todos os setores e a manutenção do progresso, apesar de crescente competição, só foram alcançados e só podem ser conservados por meio de um grande esforço mental. Cresceram as exigências impostas à eficiência do indivíduo, e só reunindo todos os seus poderes mentais ele pode atendê-las. Simultaneamente, em todas as classes aumentam as necessidades individuais e a ânsia de prazeres materiais; um luxo sem precedentes atingiu camadas da população a que até então era totalmente estranho; a irreligiosidade, o descontentamento e a cobiça intensificam-se em amplas esferas sociais. O incremento das comunicações resultante da rede telegráfica e telefônica que envolve o mundo alteraram completamente as condições do comércio. Tudo é pressa e agitação. A noite é aproveitada para viajar, o dia para os negócios, e até mesmo as ‘viagens de recreio’ colocam em tensão o sistema nervoso. As crises políticas, industriais e financeiras atingem círculos muito mais amplos do que anteriormente. Quase toda a população participa da vida política. Os conflitos religiosos, sociais e políticos, a atividade partidária, a agitação eleitoral e a grande expansão dos sindicalismos inflamam os espíritos, exigindo violentos esforços da mente e roubando tempo à recreação, ao sono e ao lazer. A vida urbana torna-se cada vez mais sofisticada e intranquila. Os nervos exaustos buscam refúgio em maiores estímulos e em prazeres intensos, caindo em ainda maior exaustão. A literatura moderna

ocupa-se de questões controvertidas, que despertam paixões e encorajam a sensualidade, a fome de prazeres, o desprezo por todos os princípios éticos e por todos os ideais, apresentando à mente do leitor personagens patológicas, propondo-lhe problemas de sexualidade psicopática, temas revolucionários e outros. Nossa audição é excitada e superestimada por grandes doses de música ruidosa e insistente. As artes cênicas cativam nossos sentidos com suas representações excitantes, enquanto as artes plásticas se voltam de preferência para o repulsivo, o feio e o estimulante, não hesitando em apresentar aos nossos olhos, com nauseante realismo, as imagens mais horríveis que a vida pode oferecer.

‘Esse quadro geral que nos indica os numerosos perigos inerentes à evolução da civilização moderna pode ser completado com alguns detalhes.’

Binswanger (1896): ‘Designa-se a neurastenia, em especial, como doença fundamentalmente moderna. Beard, a quem devemos sua primeira descrição minuciosa, acreditava ter descoberto uma nova doença nervosa oriunda do solo americano. Sem dúvida tal suposição era errônea; entretanto, o fato de ter sido um médico *americano* o primeiro a compreender e a expor os aspectos singulares dessa doença, devido a uma vasta experiência clínica, revela certamente a íntima conexão entre essa doença e a vida moderna, com sua desenfreada volúpia de bens materiais e seus enormes progressos no campo da tecnologia, que destruíram todos os entraves temporais ou espaciais à intercomunicação.’

Von Krafft-Ebin (1895): ‘O modo de vida de um sem-número de povos civilizados da atualidade apresenta uma grande quantidade de aspectos anti-higiênicos que explicam o nocivo incremento de doenças nervosas, pois esses fatores atuam primordialmente sobre o cérebro. As transformações ocorridas nas últimas décadas nas condições políticas e sociais das nações civilizadas, especialmente no comércio, na indústria e na agricultura, acarretaram grandes mudanças nas atividades profissionais dos indivíduos, em sua posição social e na propriedade - tudo isso à custa do sistema nervoso, que deve atender ao aumento das exigências sociais e econômicas com um maior dispêndio de energia, do qual freqüentemente tem insuficientes oportunidades de recuperar-se.’

A meu ver, a deficiência destas e de outras teorias semelhantes está, não em sua imprecisão, mas no fato de se revelarem insuficientes para explicar as peculiaridades dos distúrbios nervosos, e de ignorarem justamente o fator etiológico mais importante. Se deixarmos de lado as modalidades mais leves de ‘nervosismo’ e nos atermos às doenças nervosas propriamente ditas, veremos que a influência prejudicial da civilização reduz-se principalmente à repressão nociva da vida sexual dos povos (ou classes) civilizados através da moral sexual ‘civilizada’ que os rege.

Tentei expor a comprovação dessa minha afirmação em vários artigos técnicos. Não vou reapresentá-la aqui, mas farei um resumo dos argumentos mais importantes que resultaram

de minhas investigações.

Cuidadosa observação clínica permitiu-nos distinguir dois grupos de distúrbios nervosos: as *neuroses* propriamente ditas e as *psiconeuroses*. Nas primeiras, os distúrbios (sintomas), com efeitos seja no funcionamento somático, seja no mental, parecem ser de natureza *tóxica*, comportando-se da mesma forma que os fenômenos que acompanham o excesso ou a escassez de certos tóxicos nervosos. Essas neuroses - comumente agrupadas sob a denominação de 'neurastenia' - podem resultar de influências nocivas na vida sexual, sem que seja necessária a presença de taras hereditárias; na verdade, a forma da doença corresponde à natureza desses males, de modo que, com freqüência, o fator etiológico sexual pode ser deduzido do quadro clínico. Por outro lado, não existe nenhuma correspondência entre as formas das doenças nervosas e as outras influências nocivas da civilização assinaladas por aquelas autoridades. Podemos, portanto, considerar o fator sexual como o fator básico na causação das neuroses propriamente ditas.

Nas psiconeuroses é mais evidente a influência da hereditariedade, e menos transparente a causação. Entretanto, um método peculiar de investigação, conhecido como psicanálise, possibilitou-nos perceber que os sintomas desses distúrbios (histeria, neurose obsessiva, etc.) são *psicogênicos* e dependem da atuação de complexos ideativos inconscientes (reprimidos). Esse mesmo método revelou-nos a natureza desses complexos inconscientes, mostrando que, de maneira geral, possuem um conteúdo sexual. Derivam das necessidades sexuais de indivíduos insatisfeitos, representando para os mesmos uma espécie de satisfação substitutiva. Portanto, todos os fatores que prejudicam a vida sexual, suprimem sua atividade ou distorcem seus fins devem também ser visto como fatores patogênicos das psiconeuroses.

Naturalmente o valor da diferenciação teórica entre as neuroses tóxicas e as neuroses psicogênicas não sofre restrição pelo fato de que podem ser observados distúrbios provenientes de ambas as fontes na maior parte das pessoas que sofrem de doenças nervosas.

O leitor que está disposto a procurar comigo a etiologia das doenças nervosas, principalmente em influências nocivas à vida sexual, também estará pronto a acompanhar meus próximos argumentos, cujo fim é inserir num contexto mais amplo o tema do aumento das doenças nervosas.

Nossa civilização repousa, falando de modo geral, sobre a supressão dos instintos. Cada indivíduo renuncia a uma parte dos seus atributos: a uma parcela do seu sentimento de onipotência ou ainda das inclinações vingativas ou agressivas de sua personalidade. Dessas contribuições resulta o acervo cultural comum de bens materiais e ideais. Além das exigências da vida, foram sem dúvida os sentimentos familiares derivados do erotismo que levaram o homem a fazer essa renúncia, que tem progressivamente aumentado com a

evolução da civilização. Cada nova conquista foi sancionada pela religião, cada renúncia do indivíduo à satisfação instintual foi oferecida à divindade como um sacrifício, e foi declarado 'santo' o proveito assim obtido pela comunidade. Aquele que em consequência de sua constituição indomável não consegue concordar com a supressão do instinto, torna-se um 'criminoso', um 'outlaw', diante da sociedade - a menos que sua posição social ou suas capacidades excepcionais lhe permitam impor-se como um grande homem, um 'herói'.

O instinto sexual - ou, mais corretamente, os instintos sexuais, pois a investigação analítica nos ensina que o instinto sexual é formado por muitos constituintes ou instintos componentes - apresenta-se provavelmente mais vigorosamente desenvolvido no homem do que na maioria dos animais superiores, sendo sem dúvida mais constante, desde que superou completamente a periodicidade à qual é sujeito nos animais. Esse instinto coloca à disposição da atividade civilizada uma extraordinária quantidade de energia, em virtude de uma singular e marcante característica: sua capacidade de deslocar seus objetivos sem restringir consideravelmente a sua intensidade. A essa capacidade de trocar seu objetivo sexual original por outro, não mais sexual, mas psiquicamente relacionado com o primeiro, chama-se capacidade de *sublimação*. Contrastando com essa motilidade, na qual reside seu valor para a civilização, o instinto sexual é passível também de fixar-se de uma forma particularmente obstinada, que o inutiliza e o leva algumas vezes a degenerar-se até as chamadas anormalidades. O vigor original do instinto sexual provavelmente varia com o indivíduo, o que sem dúvida também acontece com a parcela do instinto suscetível de sublimação. Parece-nos que a constituição inata de cada indivíduo é que irá decidir primeiramente qual parte do seu instinto sexual será possível sublimar e utilizar. Em acréscimo, os efeitos da experiência e das influências intelectuais sobre seu aparelho mental conseguem provocar a sublimação de uma outra parcela desse instinto. Entretanto, não é possível ampliar indefinidamente esse processo de deslocamento, da mesma forma que em nossas máquinas não é possível transformar todo o calor em energia mecânica. Para a grande maioria das organizações parece ser indispensável uma certa quantidade de satisfação sexual direta, e qualquer restrição dessa quantidade, que varia de indivíduo para indivíduo, acarreta fenômenos que, devido aos prejuízos funcionais e ao seu caráter subjetivo de desprazer, devem ser considerados como uma doença.

Novas perspectivas se nos oferecem ao considerarmos que no homem o instinto sexual não serve originalmente aos propósitos da reprodução, mas à obtenção de determinados tipos de prazer. Manifesta-se desse modo na infância do homem, período em que atinge sua meta de obter prazer não só dos genitais, mas também de outras partes do corpo (zonas erógenas), podendo portanto prescindir de qualquer outro objeto menos cômodo. Chamamos a esse estágio de estágio de *auto-erotismo*, e a nosso ver a educação da criança tem como tarefa restringi-lo, pois a permanência nele tornaria o instinto sexual incontrolável, inutilizando-o posteriormente. O desenvolvimento do instinto sexual passa, então, do auto-erotismo ao amor objetal, e da autonomia das zonas erógenas à subordinação destas à primazia dos

genitais, postos a serviço da reprodução.

Durante esse desenvolvimento, uma parte da excitação sexual fornecida pelo próprio corpo do indivíduo inibe-se por ser inútil à função reprodutora, sendo sublimada nos casos favoráveis. Assim, grande parte das forças suscetíveis de utilização em atividades culturais são obtidas pela supressão dos chamados elementos *perversos* da excitação sexual.

Considerando essa evolução do instinto sexual, podemos distinguir três estádios de civilização: um primeiro em que o instinto sexual pode manifestar-se livremente sem que sejam consideradas as metas de reprodução; um segundo em que tudo do instinto sexual é suprimido, exceto quando serve ao objetivo da reprodução; e um terceiro no qual só a reprodução *legítima* é admitida como meta sexual. A esse terceiro estágio corresponde a moral sexual 'civilizada' da atualidade.

Mesmo se tomarmos o segundo desses estádios como média, é preciso ressaltar que inúmeros indivíduos não se acham, devido à sua organização, capacitados a satisfazer suas exigências. Em toda uma série de pessoas o desenvolvimento do instinto sexual, acima descrito, do auto-erotismo ao amor objetual com seu objetivo de união dos genitais, não se realizou de forma perfeita e completa. Como resultado desses distúrbios de desenvolvimento, surgem dois tipos de desvios nocivos da sexualidade normal, isto é, da sexualidade que é útil à civilização - desvio esses que possuem entre si uma relação quase de positivo para negativo.

Em primeiro lugar (deixando de lado os indivíduos cujo instinto sexual é exagerado ou que resiste à inibição) estão diversas variedades de *perversos*, nos quais uma fixação infantil a um objetivo sexual preliminar impediu o estabelecimento da primazia da função reprodutora, e os *homossexuais ou invertidos*, nos quais, de maneira ainda não compreendida, o objetivo sexual foi defletido do sexo oposto. Se os efeitos nocivos desses dois gêneros de distúrbios do desenvolvimento são menores do que seria de esperar, tal se deve justamente à complexa constituição do instinto sexual, que possibilita à vida sexual do indivíduo atingir uma forma final útil, mesmo que um ou mais componentes do instinto tenham sido alijados do seu desenvolvimento. A constituição das pessoas que sofrem de inversão - os homossexuais - distingue-se amiúde pela especial aptidão do seu instinto sexual para a sublimação cultural.

As formas mais acentuadas de perversão e de homossexualidade, especialmente quando exclusivas, sem dúvida tornam o indivíduo socialmente inútil e infeliz, sendo necessário reconhecer que as exigências culturais do segundo estágio constituem uma fonte de sofrimentos para uma certa parcela da humanidade. O destino desses indivíduos de constituição diversa da dos seus semelhantes é variável, dependendo de terem nascido com

um instinto sexual forte ou comparativamente fraco, em relação a padrões absolutos. No segundo caso, quando o instinto sexual é em geral fraco, os perversos conseguem suprimir totalmente as inclinações que os colocam em conflito com as exigências morais do seu estágio de civilização. Do ponto de vista ideal, essa é a sua única realização, pois para reprimir seu instinto sexual, esgotam as forças que poderiam ser utilizadas em atividades culturais. É como se esses indivíduos estivessem interiormente inibidos e exteriormente paralisados. As apreciações que faremos mais adiante sobre a abstinência exigida de homens e mulheres pelo terceiro estágio de civilização aplicam-se também a esses indivíduos.

Quando o instinto sexual é muito intenso, mas perverso, existem dois desfechos possíveis. No primeiro, que não examinaremos, o indivíduo afetado permanece perverso e sofre as consequências do seu desvio dos padrões de civilização. No segundo, muito mais interessante, o sujeito consegue realmente, sob a influência da educação, e das exigências sociais, suprimir seus instintos perversos, mas essa supressão é falsa, ou melhor, frustrada. Os instintos sexuais inibidos não são mais, é verdade, expressos como tais - e nisso consiste o êxito do processo -, mas conseguem expressar-se de outras formas igualmente nocivas para o sujeito, e que o tornam tão inútil para a sociedade quanto o teria inutilizado a satisfação de seus instintos suprimidos. Aí reside o malogro do processo, malogro que um cálculo final mais do que contrabalança a sua parcela de êxito. Os fenômenos substitutivos surgidos em consequência da supressão do instinto constituem o que chamamos de doenças nervosas ou, mais precisamente, de psiconeuroses. Os neuróticos são uma classe de indivíduos que, por possuírem uma organização recalcitrante, apenas conseguem sob o influxo de exigências culturais efetuar uma supressão *aparente* de seus instintos, supressão essa que se torna cada vez mais falha. Portanto, eles só conseguem continuar a colaborar com as atividades culturais com um grande dispêndio de energia e às expensas de um empobrecimento interno, sendo às vezes obrigados a interromper sua colaboração e a adoecer. Defini as neuroses como o 'negativo' das perversões (ver em [1]) porque nas neuroses os impulsos perversos, após terem sido reprimidos, manifestam-se a partir da parte inconsciente da mente - porque as neuroses contêm as mesmas tendências, ainda que em estado de 'repressão', das perversões positivas.

A experiência nos ensina que existe para a imensa maioria das pessoas um limite além do qual suas constituições não podem atender às exigências da civilização. Aqueles que desejam ser mais nobres do que suas constituições lhes permitem, são vitimados pela neurose. Esses indivíduos teriam sido mais saudáveis se lhes fosse possível ser menos bons. A descoberta de que as perversões e as neuroses guardem entre si uma relação de positivo para negativo é, com frequência, confirmada inequivocamente pela observação de membros de uma mesma geração de uma família. É comum a irmã de um perverso sexual, a qual em sua condição de mulher possui um instinto sexual mais débil, apresentar uma neurose cujos sintomas expressam as mesmas inclinações das perversões do seu irmão, mais ativo sexualmente. Correlatamente, em muitas famílias os homens são saudáveis, embora do ponto

de vista social sejam altamente imorais, enquanto as mulheres, cultas e de elevados princípios, sucumbem a graves neuroses.

Uma das óbvias injustiças sociais é que os padrões de civilização exigem de todos uma idêntica conduta sexual, conduta esta que pode ser observada sem dificuldades por alguns indivíduos, graças às suas organizações, mas que impõe a outros os mais pesados sacrifícios psíquicos. Entretanto, na realidade, essa injustiça é geralmente sanada pela desobediência às junções morais.

Até aqui essas considerações referiram-se às exigências impostas pelo segundo dos estádios de civilização por nós definidos, exigências que proíbem toda atividade sexual descrita como pervertida, ao mesmo tempo que concedem ampla liberdade às relações sexuais chamadas normais. Vemos que, mesmo quando o limite entre a liberdade sexual e as restrições é assim fixado, um certo número de indivíduos é marginalizado como pervertido, e outro grupo, que se esforça para não ser pervertido, embora por constituição o devesse ser, é impelido às doenças nervosas. É fácil prever as conseqüências de uma maior redução da liberdade sexual, quando as exigências culturais se elevam ao terceiro estágio, que proíbe toda atividade sexual fora do matrimônio legítimo. O número de naturezas fortes que se colocará em franca oposição às exigências da civilização aumentará extraordinariamente, como também crescerá o número de naturezas mais débeis que, frente ao conflito entre as pressões culturais e a resistência de suas constituições, fugirão para a neurose.

Tentemos agora responder a três perguntas que aqui se apresentam:

(1) Que deveres exige do indivíduo o terceiro estágio de civilização?

(2) A satisfação sexual legítima permitida pode oferecer uma compensação aceitável pela renúncia a todas as outras satisfações?

(3) Qual a relação entre os possíveis efeitos nocivos dessa renúncia e seus proveitos no campo cultural?

A resposta à primeira pergunta envolve um problema que tem sido freqüentemente debatido e que não pode ser tratado aqui de forma exaustiva: o problema da abstinência sexual. O nosso terceiro estágio cultural exige dos indivíduos de ambos os sexos a prática da abstinência até o casamento, obrigando os que não contraem um casamento legítimo a permanecerem abstinentes por toda a sua vida. A posição, grata a todas as autoridades, de que a abstinência sexual não é nociva nem árdua também tem sido amplamente defendida pela classe médica. Entretanto, podemos afirmar que a tarefa de dominar um instinto tão poderoso quanto o instinto sexual, por outro meio que não a sua satisfação, é de tal monta que consome todas as forças do indivíduo. O domínio do instinto pela sublimação,

defletindo as forças instintuais sexuais do seu objetivo sexual para fins culturais mais elevados, só pode ser efetuado por uma minoria, e mesmo assim de forma intermitente, sendo mais difícil no período ardente e vigoroso da juventude. Os demais, tornam-se em grande maioria neuróticos, ou sofrem alguma espécie de prejuízo. A experiência demonstra que a maior parte dos indivíduos que constituem a nossa sociedade não possuem a constituição necessária para enfrentar com êxito a tarefa de uma abstinência. Os que teriam já adoecido sob restrições sexuais mais brandas, adoecem ainda mais rapidamente e com maior gravidade ante as exigências de nossa moral sexual cultural contemporânea. A meu ver, a satisfação sexual é a melhor proteção contra a ameaça que as disposições inatas anormais ou os distúrbios do desenvolvimento constituem para uma vida sexual normal. Quanto maior a disposição de um indivíduo para a neurose, menos ele tolerará a abstinência. Os instintos cujo desenvolvimento normal foi coibido, como vimos acima, tornam-se ainda mais indomáveis, e mesmo os indivíduos que conservariam a saúde sob as exigências do segundo estágio cultural mergulharão em grande número na neurose, pois o valor psíquico da satisfação sexual cresce com a sua frustração. A libido represada torna-se capaz de perceber os pontos fracos raramente ausentes da estrutura da vida sexual, e por ali abre caminho obtendo uma satisfação substitutiva neurótica na forma de sintomas patológicos. Quem penetrar nos determinantes das doenças nervosas cedo ficará convencido de que o incremento dessas doenças em nossa sociedade provém da intensificação das restrições sexuais.

Isso nos leva ao problema de determinarmos se as relações sexuais no casamento legítimo podem oferecer uma total compensação para as restrições impostas antes do casamento. Existe tanto material a favor de uma resposta negativa que será necessário expô-lo de forma muito condensada. Acima de tudo, não devemos esquecer que a nossa moral sexual restringe as relações sexuais mesmo dentro do casamento, pois em geral obriga o casal a contentar-se com uns poucos atos procriadores. Em consequência desse fato, as relações sexuais no casamento só são satisfatórias durante alguns poucos anos, e mesmo desse período é preciso subtrair os intervalos de abstenção exigidos pela saúde da esposa. Após esses três, quatro ou cinco anos, o casamento torna-se, pelo menos em relação à satisfação das necessidades sexuais, um fracasso, já que todos os artificios até hoje inventados para impedir a concepção reduzem o prazer sexual, ferem a sensibilidade de ambos os cônjuges e podem até causar doenças. O medo das consequências do ato sexual acarreta, inicialmente, o término da afeição física do casal e, mais tarde, como efeito retardado, em geral também destrói a afinidade psíquica que os unia e que deveria substituir a paixão inicial. A desilusão espiritual e a privação física a que a maioria dos casamentos estão então condenados recolocam os cônjuges na situação anterior ao casamento, situação que é agora ainda mais penosa pela perda de uma ilusão, e na qual devem mais uma vez apelar para suas energias a fim de subjugar e defletir seu instinto sexual. Não é preciso que investiguemos o grau de êxito obtido pelos homens, agora em sua maturidade, nessa tarefa. A experiência mostra que, com muita frequência, eles recorrem - embora com relutância e em segredo - à parcela de liberdade sexual que lhes é concedida até mesmo pelo código sexual mais severo. Essa

moral sexual ‘dupla’ que é válida em nossa sociedade para os homens é a melhor confissão de que a própria sociedade não acredita que seus preceitos possam ser obedecidos. Mas a experiência também mostra que as mulheres, em sua qualidade de verdadeiro instrumento dos interesses sexuais da humanidade, só possuem em pequeno grau o dom de sublimar seus instintos, e que, embora possam encontrar um substituto adequado do objeto sexual no filho que amamentam, mas não nas crianças maiores - a experiência mostra, insisto, que as mulheres ao sofrerem as decepções do casamento contraem graves neuroses que lançam sombras duradouras sobre suas vidas. Nas presentes condições culturais, o casamento há muito deixou de ser uma panacéia para os distúrbios nervosos femininos; embora nós médicos ainda aconselhemos o casamento em tais casos, sabemos que, ao contrário, uma jovem precisa ser muito mais saudável para o tolerar, e enfaticamente aconselhamos nossos pacientes masculinos a não se casarem com moças que antes do casamento já sofriam de doenças nervosas. Ao contrário, a cura das doenças nervosas decorrentes do casamento estaria na infidelidade conjugal; porém, quanto mais severa houver sido a educação da jovem e mais seriamente ela se submeter às exigências da civilização, mais recusará recorrer a essa saída; no conflito entre seus desejos e seu sentimento de dever, mais uma vez se refugiará na neurose. Nada protegerá sua virtude tão eficazmente quanto uma doença. Dessa forma o matrimônio, que é oferecido ao instinto sexual do jovem civilizado como uma consolação, mostra-se inadequado mesmo durante o seu decurso, não havendo sequer possibilidades de que possa compensar as privações anteriores.

Admitindo-se que a moral sexual civilizada cause danos, alguém poderia argumentar em resposta à terceira pergunta (ver em [1]) que o proveito cultural decorrente de tão ampla restrição da sexualidade compensa, provavelmente, esses sofrimentos, os quais afinal de contas só afligem de forma severa uma minoria. Devo confessar-me incapaz de contrapor corretamente os ganhos aos prejuízos, mas poderia oferecer maiores argumentos à causa das perdas. Voltando ao assunto da abstinência, devo insistir que a mesma acarreta também outros males além dos inclusos nas neuroses, e que a importância dessas ainda não foi, em geral, suficientemente apreciada.

A retardação do desenvolvimento e da atividade sexual a que aspiram nossa civilização e educação certamente não é nociva a princípio, parecendo até uma necessidade quando consideramos quão tarde os jovens das classes instruídas atingem a independência e são capazes de ganhar a vida. (Isso nos recorda a íntima interligação de todas as nossas instituições culturais e as dificuldades de alterar qualquer uma delas sem modificar o todo.) Mas a abstinência mantida por um longo período depois dos vinte anos já apresenta perigo para o jovem, e mesmo que não acarrete uma neurose, causa outros prejuízos. Costuma-se dizer que a luta contra um instinto tão poderoso, com a acentuação de todas as forças éticas e estéticas necessárias para tal, ‘enrijecem’ o caráter. Isso pode ser verdadeiro no caso de algumas naturezas de organização muito favorável. Devemos admitir também que a diferenciação do caráter individual, tão marcante hoje em dia, só se tornou possível com a existência da restrição sexual. Contudo, na imensa maioria dos casos, a luta contra a

sexualidade consome toda a energia disponível do caráter, justamente quando o jovem precisa de suas forças para conquistar o seu quinhão e o seu lugar na sociedade. A relação entre a quantidade de sublimação possível e a quantidade de atividade sexual necessária varia muito, naturalmente, de indivíduo para indivíduo, e mesmo de profissão para profissão. É difícil conceber um artista abstinente, mas certamente não é nenhuma raridade um jovem *savant* abstinente. Este último consegue por sua autodisciplina liberar energias para seus estudos, enquanto naquele provavelmente as experiências sexuais estimulam as realizações artísticas. Em geral não me ficou a impressão de que a abstinência sexual contribuía para produzir homens de ação enérgicos e autoconfiantes, nem pensadores originais ou libertadores e reformistas audazes. Com freqüência bem maior produz homens fracos mas bem comportados, que mais tarde se perdem na multidão que tende a seguir, de má-vontade, os caminhos apontados por indivíduos fortes.

O fato de que, em geral, o instinto sexual se comporta de forma voluntariosa e inflexível evidencia-se também nos resultados da luta pela abstinência. A educação civilizada talvez apenas tencione suprimir temporariamente o instinto até o casamento, com o propósito de então utilizá-lo, concedendo-lhe ampla liberdade. Contudo, as medidas extremas são mais eficazes do que as tentativas moderadoras; assim, a supressão vai com freqüência longe demais, com o resultado indesejável de, quando o instinto é liberado, revelar danos permanentes. Por esse motivo, a abstinência total na juventude não é, muitas vezes, a melhor preparação para o casamento no caso do homem. As mulheres apercebem-se disto, preferindo pretendentes que já provaram sua masculinidade com outras mulheres. Os efeitos nocivos que as severas exigências da abstinência antes do casamento produzem nas naturezas femininas são especialmente evidentes. É óbvio que a educação não subestima as dificuldades de suprimir a sensualidade da jovem até o casamento, pois utiliza medidas drásticas. Não somente proíbe as relações sexuais e oferece altos prêmios à preservação da castidade feminina, mas também protege a jovem da tentação durante o seu desenvolvimento, conservando-a ignorante do papel que irá desempenhar e não tolerando nela qualquer impulso amoroso que não possa conduzir ao casamento. O resultado é que, quando a jovem recebe a súbita autorização de seus guardiões para apaixonar-se, não está apta a essa realização psíquica, e chega ao matrimônio insegura dos seus sentimentos. Em consequência dessa retardação artificial de suas funções eróticas, ela nada tem a oferecer além de desapontamentos ao homem que poupou todos os seus desejos para ela. Seus sentimentos mentais permanecem presos aos seus genitores, cuja autoridade acarretou a supressão de sua sexualidade, e em seu comportamento físico revela-se frígida, privando o homem de um maior prazer sexual. Não sei se esse tipo de mulher anestesiada aparece fora da educação civilizada, embora o considere muito provável, mas certamente essa educação o produz, e essas mulheres que concebem sem prazer mostram-se pouco dispostas a enfrentar as dores de partos freqüentes. Assim, a própria preparação do casamento faz malograr os seus desígnios. Quando mais tarde esse atraso do desenvolvimento da esposa é superado e sua capacidade de amar é despertada no clímax de sua vida de mulher, há muito se deteriorou sua relação com o marido; e, como recompensa da docilidade anterior, resta-lhe a escolha

entre o desejo insatisfeito, a infidelidade ou uma neurose.

O comportamento sexual de um ser humano freqüentemente *constitui o protótipo* de suas demais reações ante a vida. Do homem que mostra firmeza na conquista do seu objeto amoroso, podemos esperar que revele igual energia e constância na luta pelos seus outros fins. Mas se, por toda uma série de motivos, ele renuncia à satisfação de seus fortes instintos sexuais, seu comportamento em outros setores da vida será, em vez de enérgico, conciliatório e resignado. No sexo feminino percebemos facilmente um caso especial dessa tese de que a vida sexual constitui um protótipo para o exercício de outras funções. A educação das mulheres impede que se ocupem intelectualmente dos problemas sexuais, embora o assunto lhes desperte uma extrema curiosidade, e as intimida condenando tal curiosidade como pouco feminina e como indício de disposição pecaminosa. Assim a educação as afasta de *qualquer* forma de pensar, e o conhecimento perde para elas o valor. Essa interdição do pensamento estende-se além do setor sexual, em parte através de associações inevitáveis, em parte automaticamente, como a interdição do pensamento religioso ou a proibição de idéias sobre a lealdade entre cidadãos fiéis. Não acredito que a ‘debilidade mental fisiológica’ feminina seja conseqüência de um antagonismo biológico entre o trabalho intelectual e a atividade sexual, como afirmou Moebius em sua discutida obra. Acredito que a inegável inferioridade intelectual de muitas mulheres pode antes ser atribuída à inibição do pensamento necessária à supressão sexual.

Quanto à questão da abstinência, é preciso estabelecer a abstenção de qualquer atividade sexual e a abstenção de relações sexuais com o sexo oposto. Muitos indivíduos que se vangloriam de ser abstinentes, só o conseguiram com o auxílio da masturbação e satisfações análogas ligadas às atividades sexuais auto-eróticas da primeira infância. Entretanto, esses meios substitutivos de satisfação sexual não são em absoluto inofensivos, justamente devido a essa conexão, e predis põem às numerosas formas de neurose e psicose que podem resultar na involução da vida sexual a formas infantis. Tampouco a masturbação satisfaz as exigências ideais da moral sexual civilizada, conseqüentemente levando os jovens a travar com os ideais da educação aqueles mesmos conflitos que procuravam evitar pela abstinência. Além disso, ela corrompe em mais de um sentido o caráter, por meio da *indulgência*. Em primeiro lugar, acostuma o indivíduo a atingir objetivos importantes sem esforço e pelos meios mais fáceis, e não através de uma ação vigorosa, ou seja, obedece ao princípio de que a *sexualidade constitui o protótipo* do comportamento (ver em [1]). Em segundo lugar, nas fantasias que acompanham a satisfação o objeto sexual é levado a níveis de perfeição dificilmente encontrados na realidade. Um espirituoso escritor (Karl Kraus, no jornal vienense *Die Fackel*) expressou essa mesma verdade, invertendo os seus termos, numa cínica observação: ‘A copulação nada mais é do que um substituto insatisfatório da masturbação.’

A severidade das exigências da civilização e as dificuldades da abstinência converteram a proibição da união de genitais de sexos opostos no cerne do problema da abstinência, favorecendo outros tipos de atividade sexual, equivalentes, por assim dizer, a uma semi-obediência. Como o coito normal tem sido tão implacavelmente perseguido pela moral e também pela higiene devido às possibilidades de infecção, as práticas sexuais chamadas pervertidas, nas quais outras partes do corpo assumem o papel de genitais, aumentaram sem dúvida sua importância social. Entretanto, essas atividades não podem ser consideradas tão inofensivas como outras extensões análogas [da meta sexual] nas relações amorosas. São condenáveis do ponto de vista ético, pois degradam as relações amorosas de dois seres humanos, rebaixando-as de uma questão fundamental a um jogo cômodo, livre de riscos e sem nenhuma participação espiritual. Outra conseqüência desse incremento das dificuldades da vida sexual normal é a expansão da satisfação homossexual: àqueles que são homossexuais devido à sua organização, e aos que passaram a sê-lo na infância, junta-se um grande número de indivíduos em que a obstrução do curso principal de sua libido causou, em anos posteriores, o alargamento do canal secundário da homossexualidade.

Todas essas conseqüências inevitáveis e indesejadas do preceito da abstinência convergem para um único resultado: o completo malogro da preparação para o casamento, casamento esse que a moral sexual civilizada pensa ser o único herdeiro das impulsões sexuais. Todo homem cuja libido, em conseqüência de práticas sexuais masturbatórias ou pervertidas, acostumou-se a situações e condições de satisfação anormais apresenta no casamento uma potência diminuída. Também as mulheres que puderam preservar sua virgindade com o auxílio de recursos análogos mostram-se anestesiadas às relações sexuais normais do casamento, que assim tem início com ambos os cônjuges apresentando uma reduzida capacidade erótica que irá sucumbir ao processo de dissolução com uma rapidez maior do que os demais. Em conseqüência da fraca potência do marido, a mulher não se satisfaz, permanecendo anestesiada mesmo nos casos onde uma poderosa experiência sexual poderia ter superado sua predisposição para a frigidez decorrente de sua educação. Tal casal encontrará maiores dificuldades para impedir a concepção do que um casal saudável, pois a reduzida potência do marido suporta mal o uso de anticoncepcionais. Nesse embaraço, sendo o ato sexual a fonte de todas as suas dificuldades, logo o casal renuncia ao mesmo, e com isso abre mão da base de sua vida conjugal.

As pessoas bem informadas sabem que não exagero nessa descrição, e que muitos casos igualmente desastrosos podem ser encontrados a cada momento. É difícil para o não iniciado acreditar quão rara é a potência normal num marido e quão freqüente é a frigidez feminina no casal que vive sob o império da nossa moral sexual civilizada, que grau de renúncia

exige freqüentemente de ambos os cônjuges o casamento e a que limites estreitos fica reduzida a vida conjugal - aquela felicidade tão ardentemente desejada. Já expliquei que nessas circunstâncias o desenlace mais óbvio é a doença nervosa, mas é preciso também assinalar que esse tipo de casamento continua a exercer sua influência sobre os poucos filhos, ou o filho único, gerado pelo mesmo. À primeira vista, parece um caso de hereditariedade, mas a um exame mais apurado comprova-se ser na realidade o efeito de poderosas impressões infantis. Uma esposa neurótica, insatisfeita, torna-se uma mãe excessivamente terna e ansiosa, transferindo para o filho sua necessidade de amor. Dessa forma ela o desperta para a precocidade sexual. Além disso, o mau relacionamento dos pais excita a vida emocional da criança, fazendo-a sentir amor e ódio em graus muito elevados ainda em tenra idade. Sua educação rígida, que não tolera qualquer atividade dessa vida sexual precocemente despertada, vai em auxílio da força supressora e esse conflito, em idade tão tenra, fornece todos os elementos necessários ao aparecimento de uma doença nervosa que durará toda a vida.

Retorno agora à minha afirmativa anterior (ver em [1]) de que em geral não se concede às neuroses sua real importância. Não me refiro à subestimação desses estados revelada no leviano menosprezo dos parentes e nas presunçosas afirmações dos médicos de que algumas semanas de tratamento hidroterápico, ou alguns meses de repouso e convalescença, produzirão a cura. Essas atitudes simplistas de leigos e médicos ignorantes podem, no máximo, dar ao doente uma ilusória esperança. Já é sabido, muito ao contrário, que uma neurose crônica, mesmo que não destrua por completo a capacidade vital do indivíduo, representa em sua vida uma séria desvantagem, talvez de grau idêntico a uma tuberculose ou um defeito cardíaco. A situação poderia ser tolerável se as neuroses subtraíssem às atividades civilizadas só um certo grupo de indivíduos mais débeis, permitindo aos demais participar dessas atividades ao pequeno preço de alguns incômodos subjetivos. Mas como a realidade é bem diversa, devo insistir em meu ponto de vista de que as neuroses, quaisquer que sejam sua extensão e sua vítima, sempre conseguem frustrar os objetivos da civilização, efetuando assim a obra das forças mentais suprimidas que são hostis à civilização. Dessa forma, se uma sociedade paga pela obediência a suas normas severas com um incremento de doenças nervosas, essa sociedade não pode vangloriar-se de ter obtido lucros à custa de sacrifícios; e nem ao menos pode falar em lucros. Consideremos, por exemplo, o caso muito comum da esposa que não ama seu marido, pois as condições em que se iniciou seu casamento não lhe deram motivos para estimá-lo. Ela, porém, deseja intensamente amar esse marido, pois só isso corresponderia ao ideal de casamento em que foi educada. Tal esposa suprimirá qualquer impulso que visasse expressar aquela verdade e contrariar seu empenho para satisfazer seu ideal, e fará intensos esforços para desempenhar o papel de uma esposa amante, terna e cuidadosa. O resultado dessa auto-supressão será uma doença neurótica, e com essa neurose em curto espaço de tempo desferrar-se-á do marido não amado, causando-lhe tanta insatisfação e incômodo quanto lhe teria causado a franca admissão da verdade. Este é um exemplo bem típico dos efeitos de uma neurose. A supressão dos impulsos hostis à civilização que não são diretamente sexuais acarreta, também, um fracasso semelhante na

obtenção de compensação. Por exemplo, se um homem tornou-se excessivamente bondoso em resultado de uma violenta supressão de uma inclinação constitucional para a aspereza e a crueldade, freqüentemente perde tanta energia ao realizar isso que não consegue fazer tudo que os seus impulsos compensadores exigem, podendo, no final das contas, fazer pior do que teria feito sem a supressão.

Acrescentemos que a restrição da atividade sexual numa comunidade é, em geral, acompanhada de uma intensificação do medo da morte e da ansiedade ante a vida que perturba a capacidade do indivíduo para o prazer, assim como a disposição de enfrentar a morte por uma causa. O resultado é uma redução no desejo de gerar filhos, privando assim esse grupo ou comunidade de uma participação no futuro. Em vista disso, é justo que indaguemos se a nossa moral sexual ‘civilizada’ vale o sacrifício que nos impõe, já que estamos ainda tão escravizados ao hedonismo a ponto de incluir entre os objetivos de nosso desenvolvimento cultural uma certa dose de satisfação da felicidade individual. Certamente não é atribuição do médico propor reformas, mas me pareceu que eu poderia defender a necessidade de tais reformas se ampliasse a exposição de Von Ehrenfels sobre os efeitos nocivos de nossa moral sexual ‘civilizada’, indicando o importante papel que essa moral desempenha no incremento da doença nervosa moderna.

SOBRE AS TEORIAS SEXUAIS DAS CRIANÇAS (1908)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

ÜBER INFANTILE SEXUALTHEORIEN

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1908 *Sexual-Probleme*, 4 (12) [dezembro], 763-779.

1909 *S.K.S.N.* 2, 159-174. (1912, 2ª ed.; 1921, 3ª ed.)

1924 *G.S.* 5, 168-185.

1931 *Sexualtheorie und Traumlehre*, 43-61.

1941 *G.K.*, 7, 171-188.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘*On the Sexual Theories of Children*’

1924 *C.P.*, 2, 59-75. (Trad. de D. Bryan.)

A presente tradução é uma versão modificada da publicada em 1924.

Este artigo foi publicado pela primeira vez num número posterior do mesmo periódico em que apareceu o artigo precedente (ver em [1]). Embora tenha vindo a público de forma discreta, e embora contenha muito poucas surpresas para o leitor moderno, na verdade apresentou ao mundo uma quantidade apreciável de idéias novas. Esse paradoxo torna-se compreensível ao verificarmos que este artigo foi publicado alguns meses antes do caso clínico do ‘Little Hands’ (1909*b*) (embora, como revela em [1], esse trabalho já estivesse em revisão) e que a seção dos *Três Ensaio*s (1905*d*) sobre ‘As Pesquisas Sexuais da Infância’ (ver a partir de [2], 1972) só tenha sido acrescentada a essa obra em 1915, oito anos depois da publicação deste artigo, do qual, na realidade, aquela seção é apenas pouco mais que um resumo. É verdade que, num artigo anterior sobre ‘O Esclarecimento Sexual das Crianças’ (1907*c*), Freud transcreveu algum material do ‘Little Hans’ (ver a partir de [1]) e fez um breve exame da curiosidade infantil sobre o sexo, chegando a mencionar a

existência de 'teorias sexuais infantis' (ver em [2]) sem discorrer entretanto sobre a sua natureza.

Aqui os primeiros leitores deste trabalho, quase sem uma preparação, defrontam-se com as idéias da fertilização pela boca, do nascimento pelo ânus, das relações sexuais dos pais como algo sádico e da posse de um pênis por membros de ambos os sexos. Essa última noção envolveria as implicações mais extensas, também mencionadas pela primeira vez nestas páginas: a importância do pênis para as crianças dos dois sexos, os resultados da descoberta de que um dos sexos não o possui, o aparecimento na menina da 'inveja do pênis' e nos meninos do conceito da 'mulher com um pênis', e o papel desse conceito numa forma de homossexualidade. Por fim, encontramos aqui a primeira menção e o primeiro exame explícito do 'complexo de castração', cujo único prenúncio fora uma obscura referência a uma ameaça de castração em *A Interpretação de Sonhos* (1900a, ver em [1], 1972).

O riquíssimo material aqui exposto pode, sem dúvida, ser em grande parte atribuído às descobertas da análise do 'Little Hans', cujo relato, recentemente terminado, ilustrava e ampliava grande parte do conteúdo deste artigo.

SOBRE AS TEORIAS SEXUAIS DAS CRIANÇAS

O material que serve de base a esta síntese procede de várias fontes. Em primeiro lugar, da observação direta do que as crianças dizem e fazem; em segundo, do que neuróticos adultos conscientemente lembram de sua infância e relatam durante o tratamento psicanalítico; e, em terceiro lugar, das traduções e conclusões, e das lembranças inconscientes traduzidas em material consciente, que resultam da psicanálise de neuróticos.

O fato de que a primeira dessas três fontes não tenha sido suficiente para fornecer todos os elementos necessários para o esclarecimento do assunto deve-se à atitude do adulto em relação à vida sexual das crianças. Não lhes atribuindo nenhuma atividade sexual, o adulto não se esforça por observar seus indícios, suprimindo, por outro lado, qualquer manifestação dessa atividade que lhe chame a atenção. Conseqüentemente, são muito mais restritas as oportunidades de obter informações dessa que seria a mais fértil e inequívoca das fontes. O que provém das comunicações espontâneas dos adultos a respeito de suas lembranças infantis conscientes está, na melhor das hipóteses, sujeito à suspeita de uma adulteração no processo de rememoração; ademais, no seu exame deve ser levado em conta

que os informantes se tornaram neuróticos. Já o material procedente da terceira fonte será objeto daquelas críticas usualmente dirigidas contra a fidedignidade da psicanálise e de suas conclusões. Não me é possível tentar aqui justificá-la; e posso apenas assegurar que os que conhecem e praticam a técnica psicanalítica adquirem uma ampla confiança em suas descobertas.

Não garanto ter alcançado resultados perfeitos, mas asseguro que empreguei o máximo cuidado para chegar a eles.

Uma questão difícil é determinar até que ponto se deve supor que as observações aqui relatadas a respeito de algumas crianças seja verdade para todas as crianças. As pressões da educação e a variável intensidade do instinto sexual certamente permitem grandes variações individuais no comportamento sexual das crianças, e sobretudo influenciam a época do aparecimento do interesse sexual da criança. Por esse motivo não dividi minha apresentação do material de acordo com os sucessivos períodos da infância, mas reuni numa única exposição fatos que ocorrem ou mais cedo ou mais tarde em cada criança. Estou convicto de que nenhuma criança - pelo menos nenhuma que seja mentalmente normal e menos ainda as bem dotadas intelectualmente - pode evitar o interesse pelos problemas do sexo nos anos *anteriores* à puberdade.

Não dou valor à objeção de que os neuróticos constituem uma classe especial, marcada por uma disposição inata 'degenerada', e de cuja vida infantil não podemos tirar qualquer conclusão sobre a infância de outras pessoas. Os neuróticos são muito semelhantes aos demais homens. Não se diferenciam acentuadamente das pessoas normais, e na infância não é fácil distingui-los dos que permanecerão sadios em sua vida posterior. Um dos resultados mais valiosos das investigações psicanalíticas é a descoberta de que as neuroses de tais indivíduos não possuem um conteúdo mental especial e peculiar, mas que, como Jung já analisou, eles adoecem devido aos mesmos complexos com que nós, as pessoas sadias, lutamos. A única diferença é que as sadias sabem superar esse complexo sem sofrer danos graves e visíveis na vida prática, enquanto nos casos nervosos a supressão dos complexos só obtém êxito à custa de dispendiosas formações substitutivas, isto é, do ponto de vista prático trata-se de um fracasso. Na infância, as pessoas neuróticas e as normais estão naturalmente muito mais próximas do que posteriormente, e assim não considero um erro de metodologia utilizar as comunicações dos neuróticos a respeito de sua infância para delas inferir, por analogia, conclusões sobre a vida infantil normal. Mas como aqueles que posteriormente se tornam neuróticos com freqüência apresentam em sua constituição inata um instinto sexual particularmente forte e uma tendência à precocidade e à expressão prematura desse instinto, eles nos permitem perceber com maior clareza e precisão uma quantidade maior da atividade sexual infantil do que nossa embotada faculdade de

observação poderia reconhecer em outras coisas. No entanto, certamente só poderemos avaliar de forma correta essas comunicações de adultos neuróticos quando, seguindo o exemplo de Havelock Ellis, consideramos proveitoso recolher as lembranças infantis também de adultos *saudáveis*.

Em conseqüência de circunstâncias desfavoráveis de natureza interna e externa, as observações que se seguem aplicam-se principalmente ao desenvolvimento sexual de apenas um sexo - isto é, o masculino. Entretanto, o valor de uma tal compilação não deve ser puramente de natureza descritiva. O conhecimento das teorias sexuais infantis, tais como as concebe a mente da criança, pode ter interesse em mais de um sentido - até mesmo, surpreendentemente, para a elucidação dos mitos e contos de fadas. Além disso, são indispensáveis para uma compreensão das próprias neuroses, já que nestas ainda atuam as teorias infantis, exercendo uma decisiva influência sobre a forma assumida pelos sintomas.

Se pudéssemos despojar-nos de nossa exigência corpórea e observar as coisas da terra com uma nova perspectiva, como seres puramente pensantes, de outro planeta por exemplo, talvez nada despertasse tanto a nossa atenção como o fato da existência de dois sexos entre os seres humanos, que, embora tão semelhantes em outros aspectos, assinalam suas diferenças com sinais externos muito óbvios. No entanto, não me parece que as crianças também tomem esse fato fundamental como ponto de partida de suas pesquisas sobre os problemas sexuais. Como suas lembranças mais antigas já incluem um pai e uma mãe, aceitam a existência destes como uma realidade indiscutível, e um menino adotará a mesma atitude em relação a uma irmãzinha da qual o separam apenas um ou dois anos. O desejo da criança por esse tipo de conhecimento não surge espontaneamente, em conseqüência talvez de alguma necessidade inata de causas estabelecidas; surge sob o aguilhão dos instintos egoístas que a dominam, quando é surpreendida - talvez ao fim do seu segundo ano - pela chegada de um novo bebê. Também a criança cuja família não aumentou pode colocar-se na mesma situação observando os outros lares. A perda, realmente experimentada ou justamente temida, dos carinhos dos pais e o pressentimento de que, de agora em diante, terá sempre de compartilhar seus bens com o recém-chegado despertam suas emoções e aguçam sua capacidade de pensamento. A criança mais velha expressa sua franca hostilidade ao rival através de críticas inamistosas, esperando que 'a cegonha o leve de volta', e às vezes até através de pequenas agressões à desamparada criatura que está no berço. Quando a diferença de idades é maior, a expressão dessa hostilidade primária é geralmente mais suave. Assim, em idade posterior, se não apareceu um irmão ou uma irmã menores, o desejo da criança por um companheiro de brinquedos, tal como viu em outras famílias, pode alcançar a primazia.

Sob a instigação desses sentimentos e preocupações, a criança começa a refletir sobre o primeiro grande problema da vida e pergunta a si mesma: '*De onde vêm os bebês?*' - indagação cuja forma original certamente era: '*De onde veio esse bebê intrometido?*' Parece-nos que ouvimos os ecos desse primeiro enigma nos inúmeros enigmas dos mitos e

lendas. Essa pergunta é, como toda pesquisa, o produto de uma exigência vital, como se ao pensamento fosse atribuída a tarefa de impedir a repetição de eventos tão temidos. Suponhamos, entretanto, que o pensamento infantil logo se torne independente dessa instigação e passe a operar como um instinto auto-sustentado de pesquisa. Quando a criança não foi demasiadamente intimidada, mais cedo ou mais tarde recorre ao método direto de exigir uma resposta dos pais ou dos que cuidam dela, que representam a seus olhos a fonte de todo o conhecimento. Esse método, entretanto, falha. A criança recebe respostas evasivas, ou repreensões por sua curiosidade, ou ainda é despedida com a explicação mitológica que, nos países germânicos, é a seguinte: 'A cegonha traz os bebês; ela os retira da água.' Tenho motivos para acreditar que o número de crianças que não se satisfazem com essa solução, recebendo-a com fortes dúvidas que entretanto não admitem abertamente, é bem maior do que os pais supõem. Sei de um menino de três anos que, após receber essa informação, desapareceu - para terror de sua ama. Foi encontrado à margem de um grande lago que ficava perto da casa, para onde acorrera a fim de ver os bebês que estavam dentro d'água.

Sei também de outro menino que só conseguiu expressar sua dúvida retrucando timidamente que não era uma cegonha que trazia os bebês, mas sim uma garça. De um grande número de informações que reuni, deduzi que as crianças se recusam a crer na teoria da cegonha e que, a partir dessa primeira decepção, começam a desconfiar dos adultos e a suspeitar que estes lhe escondem algo proibido, passando como resultado a manter em segredo suas investigações posteriores. Com isso, entretanto, a criança experimenta o seu primeiro 'conflito psíquico', pois certas concepções pelas quais sente uma preferência instintual não são consideradas corretas pelos adultos e contrapõem-se a outras defendidas pela autoridade dos mais velhos, as quais, entretanto, não lhe parecem aceitáveis. Esse conflito psíquico logo pode transformar-se numa 'dissociação psíquica'. O conjunto de concepções consideradas 'boas', mas que resultam numa cessação da reflexão, torna-se o conjunto das concepções dominantes e conscientes, enquanto o outro conjunto, a favor do qual o trabalho de investigação infantil coligiu novas provas, as quais entretanto não devem ser consideradas, torna-se o conjunto das opiniões reprimidas e inconscientes. Está assim formado o complexo nuclear de uma neurose.

Recentemente, a análise de um menino de cinco anos, feita pelo pai e a mim confiada para publicação, forneceu-me a confirmação irrefutável da correção de uma concepção que há muito inferi da psicanálise de adultos. Sei agora que as alterações sofridas pela mãe no decurso da gravidez não escapam aos olhos aguçados da criança, e que esta é perfeitamente capaz de logo estabelecer uma relação entre o aumento de volume materno e o aparecimento do bebê. No caso que citei acima, o menino tinha três anos e meio quando nasceu a irmã, e quatro anos e nove meses quando revelou o seu conhecimento por meio de claras alusões. Essa descoberta precoce, entretanto, é sempre conservada em segredo e mais tarde reprimida e esquecida, de acordo com as posteriores vicissitudes das pesquisas sexuais da criança.

A ‘fábula da cegonha’, portanto, não é uma das teorias sexuais da criança. Sua descrença nela é, ao contrário, fortalecida pela observação dos animais, que tão pouco dissimulam sua vida sexual e aos quais ela se sente tão intimamente ligada. Com o conhecimento de que os bebês crescem no interior do corpo da mãe, conhecimento a que chegou por si só, a criança estaria no caminho certo para solucionar o primeiro problema a que aplica suas energias mentais. No entanto, seu progresso é inibido pela ignorância que não pode ser confirmada (ver a partir de [1]) e pelas falsas teorias que lhe são impostas por sua própria sexualidade.

Essas teorias sexuais falsas, que agora examinei, possuem uma característica muito curiosa: embora cometam equívocos grotescos, cada uma delas contém um fragmento da verdade, no que se assemelham às tentativas dos adultos, que consideramos geniais, para decifrar os problemas do universo, que são tão complexos para a compreensão humana. A parte dessas teorias que é correta e atinge o alvo provém dos componentes do instinto sexual que já atuam no organismo infantil. Não surge de um ato mental arbitrário ou de impressões casuais, mas das necessidades da constituição psicosexual da criança, motivo pelo qual podemos falar de teorias sexuais infantis típicas, e pelo qual encontramos as mesmas crenças errôneas em todas as crianças a cuja vida sexual temos acesso.

A primeira dessas teorias deriva do desconhecimento das diferenças entre os sexos a que me referi no início deste artigo (ver a partir de [1]) como uma característica infantil. Consiste em *atribuir a todos, inclusive às mulheres, a posse de um pênis*, tal como o menino sabe a partir de seu próprio corpo. É justamente na constituição sexual que devemos encarar como ‘normal’ que, já na infância, o pênis é a principal zona erógena e o mais importante objeto sexual auto-erótico. O alto valor que o menino lhe concede reflete-se naturalmente em sua incapacidade de imaginar uma pessoa semelhante a ele que seja desprovida desse constituinte essencial. As palavras de um menino pequeno quando vê os genitais de sua irmãzinha demonstram que o seu preconceito já é suficientemente forte para falsear uma percepção. Ele não se refere à ausência do pênis, mas comenta *invariavelmente*, com intenção consoladora: ‘O dela ainda é muito pequeno, mas vai aumentar quando ela crescer.’ A idéia de uma mulher com pênis retorna mais tarde, nos sonhos dos adultos; o indivíduo que sonha, num estado de excitação sexual noturna, subjuga a mulher, despoja-a de suas vestes, mas quando vai realizar o coito vê no lugar dos genitais femininos um pênis bem desenvolvido, e põe fim ao sonho e à excitação. Os numerosos hermafroditas da Antigüidade clássica reproduzem fielmente essa idéia generalizada na infância. Embora tais imagens não repugnem à maioria das pessoas normais, os exemplos reais de hermafroditismo que ocorrem na natureza despertam sempre o maior asco.

Se um indivíduo na infância ‘fixa’ essa idéia da mulher com um pênis, tornar-se-á, resistindo a todas as influências dos anos posteriores, incapaz de prescindir de um pênis no seu objeto sexual, e, embora em outros aspectos tenha uma vida sexual normal, está fadado a tornar-se um homossexual, indo procurar seu objeto sexual entre os homens que, devido a

características físicas e mentais, lembram a mulher. Quando, mais tarde, vem a conhecer mulheres, elas já não podem mais ser para ele objetos sexuais porque carecem da atração sexual básica; na verdade, em conexão com uma outra impressão de sua vida infantil, elas podem causar-lhe repugnância. O menino, no qual dominam principalmente as excitações do pênis, costuma obter prazer estimulando esse órgão com a mão. Seus pais e sua mãe o surpreenderam nesse ato e o intimidam com a ameaça de cortar-lhe o pênis. O efeito dessa ‘ameaça de castração’ é proporcional ao valor conferido ao órgão, sendo extraordinariamente profundo e persistente. As lendas e os mitos atestam o transtorno da vida emocional e todo o horror ligado ao complexo de castração, complexo este que será subsequentelemte lembrado com grande relutância pela consciência. Os genitais femininos, vistos mais tarde, são encarados como um órgão mutilado e trazem à lembrança aquela ameaça, despertando assim horror, em vez de prazer, no homossexual. Essa reação não sofre nenhuma alteração quando o homossexual, através da ciência, vem a saber que a suposição infantil que atribui um pênis à mulher não é assim tão errada. A anatomia reconheceu no clitóris situado no interior da vulva feminina um órgão homólogo ao pênis, e a fisiologia dos processos sexuais acrescenta que esse pequeno pênis, que não aumenta de tamanho, comporta-se na realidade, durante a infância, como um pênis genuíno - torna-se a sede de excitações que fazem com que ele seja tocado, e a sua excitabilidade confere à atividade sexual da menina um caráter masculino, sendo necessária uma vaga de repressão nos anos da puberdade para que desapareça essa sexualidade masculina e surja a mulher. Como a função sexual de muitas mulheres apresenta-se reduzida, seja por seu obstinado apego a essa excitabilidade do clitóris, de modo a permanecerem anestesiadas durante o coito, seja por uma repressão tão excessiva que seu funcionamento é em parte substituído por formações compensatórias históricas - tudo isso parece mostrar que existe uma dose de verdade na teoria sexual infantil de que as mulheres possuem, como os homens, um pênis.

Observa-se com facilidade que as meninas compartilham plenamente a opinião que seus irmãos têm do pênis. Elas desenvolvem um vivo interesse por essa parte do corpo masculino, interesse que é logo seguido pela inveja. As meninas julgam-se prejudicadas e tentam urinar na postura que é possível para os meninos porque possuem um pênis grande; e quando uma delas declara que ‘preferiria ser um menino’, já sabemos qual a deficiência que desejaria sanar.

Se as crianças seguissem as pistas fornecidas pela excitação do pênis, chegariam bem mais perto da solução do seu problema. Que o bebê se forma dentro do corpo da mãe não é obviamente uma explicação suficiente. Como ele chega lá dentro? O que provoca o seu desenvolvimento? Parece lógico que o pai tenha alguma coisa a ver com isso, pois diz que o bebê também é *dele*. O pênis também desempenha certamente algum papel nesses misteriosos acontecimentos, como comprova a excitação desse órgão que acompanha tais atividades mentais da criança. A essa excitação associam-se impulsões que a criança não consegue explicar, compulsões obscuras a um ato violento, a esmagar ou romper qualquer coisa, a abrir um buraco em algum lugar. Mas quando parecesse assim bem encaminhada

para descobrir a existência da vagina e inferir que a penetração do pênis paterno na mãe foi o ato que gerou o bebê no corpo desta - nesse momento crítico, a criança perplexa e impotente é obrigada a interromper sua investigação. O obstáculo que impede que ela descubra a existência de uma cavidade que acolhe o pênis é a sua própria teoria de que a mãe possui um pênis, como um homem. Não é difícil concluir que o malogro de seus esforços intelectuais o faz rejeitá-los e esquecê-los. Essas hesitações e dúvidas tornam-se, entretanto, o protótipo de todo o seu trabalho intelectual posterior aplicado à solução de problemas, tendo esse primeiro fracasso um efeito cerceante sobre todo o futuro da criança.

A ignorância da vagina também permite às crianças acreditar na segunda de suas teorias sexuais. Se o bebê se desenvolve no corpo da mãe, sendo então retirado, isto só pode acontecer através de um único caminho: a passagem anal. *O bebê precisa ser expelido como excremento, numa evacuação.* Quando, na infância posterior, a mesma questão é assunto de reflexão solitária ou de discussão entre duas crianças, as explicações encontradas são de que o bebê sai pelo umbigo, que se abre, ou através de um corte na barriga - que foi o que aconteceu com o lobo na história do Chapeuzinho Vermelho. Essas teorias são expressas em voz alta e depois lembradas conscientemente, pois nada contêm de censurável. Essas mesmas crianças já esqueceram completamente que em anos anteriores acreditaram em outra teoria do nascimento, agora obliterada pela repressão, ocorrida nesse intervalo, dos componentes sexuais anais. Naquela época a criança podia falar em evacuação sem envergonhar-se, não estando ainda tão distanciada de suas inclinações coprófilas constitucionais. A idéia de vir ao mundo como uma massa de fezes não era degradante, não tendo sido ainda condenada por sentimentos de repugnância. A teoria cloacal, que afinal é válida para tantos animais, era a teoria mais natural, a única que poderia parecer provável à criança.

Sendo assim, entretanto, era apenas lógico que a criança negasse às mulheres o doloroso privilégio de dar à luz bebês. Se estes nascem pelo ânus, um homem pode parir tão bem quanto uma mulher. Portanto, é possível que o menino imagine que também ele tenha filhos, sem que por isto tenhamos de lhe atribuir inclinações femininas. Com isso ele apenas revela o erotismo anal nele ainda atuante.

Se a teoria cloacal do nascimento é preservada na consciência nos anos posteriores da infância, como às vezes sucede, a ela se associa uma solução, agora não mais primária, da questão da origem dos bebês. Essa solução é semelhante à dos contos de fadas: a ingestão de uma determinada comida ocasiona a concepção de uma criança. Essa teoria infantil do nascimento é revivida em casos de insanidade. Uma mulher maníaca, por exemplo, irá mostrar ao médico atendente as fezes que defecara a um canto da cela e dizer-lhe com uma gargalhada: ‘eis o bebê que tive hoje.’

A terceira das teorias sexuais típicas surge nas crianças quando, por qualquer

circunstância doméstica, elas testemunham acidentalmente uma relação sexual entre os pais. Sua percepção dos acontecimentos é fatalmente muito incompleta. Quaisquer que tenham sido os detalhes que atraíram sua atenção - as posições das duas pessoas, os ruídos ou qualquer circunstância acessória -, a criança chega sempre à mesma conclusão, adotando o que se poderia chamar de uma *concepção sádica do coito*. Ela o encara como um ato imposto violentamente pelo participante mais forte ao mais fraco. No caso do menino, principalmente, compara-o aos brinquedos violentos da infância, que lhe são tão familiares, e dos quais não está ausente uma certa dose de excitação sexual. Não consegui certificar-me se a criança vê, neste comportamento que testemunhou entre seus pais, o elo que lhe faltava para solucionar o problema dos bebês. É bem provável que não percebam essa conexão pelas simples razão de que interpretam o ato de amor como sendo um ato de violência. No entanto, essa concepção dá a impressão de um retorno ao obscuro impulso para um comportamento cruel que se associou às excitações do pênis da criança no momento em que ela principiou a refletir sobre a origem dos bebês (ver em [1]). Não podemos também excluir a possibilidade de que esse impulso sádico prematuro, que quase levou à descoberta do coito, emergiu sob a influência de lembranças extremamente obscuras das relações sexuais dos pais, cujo material, não utilizado na época, foi obtido pela criança em seus primeiros anos, quando ainda compartilhava do quarto dos pais.

A teoria sádica do coito, que tomada isoladamente é enganosa, quando poderia fornecer provas corroborativas, é também a expressão de um dos componentes inatos do instinto sexual, componentes que podem ser mais ou menos vigorosos segundo a criança. Por esse motivo, a teoria é até certo ponto correta, pois adivinhou parcialmente a natureza do ato sexual e da ‘batalha do sexo’ que o precede. Algumas vezes a criança pode confirmar essa teoria por meio de observações acidentais, que em parte compreende corretamente, mas em parte incorretamente, e até mesmo no sentido inverso. Em muitos casamentos a esposa de fato resiste ao abraço do marido, que não lhe causa prazer, mas sim o risco de uma nova gravidez. E assim a criança que julgam adormecida (ou que se finge adormecida) pode ficar com a impressão de que sua mãe se defendia de um ato de violência. Outras vezes o casamento oferece à observadora criança o espetáculo de brigas contínuas, expressas em palavras duras e gestos inamistosos. Assim, ela não se surpreende se o conflito continua à noite, sendo por fim encerrado pelo método que ela própria utiliza em sua relação com os irmãos e irmãs ou companheiros de brinquedos.

Em acréscimo, se a criança descobre manchas de sangue na cama da mãe ou em suas roupas íntimas, considera-se como uma confirmação de suas concepções. Para ela são provas de que o pai tornou a agredir a mãe à noite (ao passo que interpretaríamos essas manchas como indício de uma interrupção temporária das relações sexuais). Grande parte do ‘horror ao sangue’ dos neuróticos só é explicável através dessa conexão. Uma vez mais, porém, o engano infantil contém um fragmento da verdade, pois, em certas circunstâncias que nos são familiares, os vestígios de sangue são na verdade interpretados como um sinal de iniciação sexual.

Uma outra questão indiretamente relacionada com o problema insolúvel da origem dos bebês atrai também a atenção da criança: a questão da natureza e do conteúdo do estado de casamento. Ela responderá de formas diversas a essa questão, conforme os instintos nela ainda revestidos de prazer tenham coincidido com suas percepções fortuitas dos pais. Contudo, todas essas respostas têm em comum o fato de que a criança vê no casamento uma promessa de prazer e acredita que esse prazer esteja relacionado com uma ausência de pudor. O conceito que encontrei com maior frequência foi que *os casados urinam um em frente do outro*. Uma variação que parece incluir simbolicamente um maior conhecimento é que *o homem urina no urinol da mulher*. Para outras crianças o casamento significa que *as duas pessoas* mostram seus traseiros um ao outro (sem sentir vergonha). Uma menina de quatorze anos, já menstruada, de quem a educação conseguira afastar o conhecimento sexual, deduziu da leitura de alguns livros que o casamento consistia na ‘mistura de sangue’; como sua própria irmã ainda não iniciara seus períodos, a jovem tentou uma agressão sexual a uma visitante que confessara estar menstruada no momento, para forçá-la a participar dessa ‘mistura de sangue’.

As teorias infantis a respeito do casamento, retidas com frequência pela memória consciente, têm grande significação na sintomatologia de doenças neuróticas posteriores. A princípio elas são expressas pelos jogos infantis nos quais a criança faz com uma outra aquilo que a seu ver constitui o casamento; mais tarde, o desejo de ser casado pode expressar-se de uma forma infantil e aparecer numa fobia, à primeira vista inexplicável, ou em algum sintoma correlato.

Estas parecem ser as mais importantes das teorias sexuais típicas concebidas espontaneamente pela criança nos primeiros anos da infância, sob a única influência dos componentes do instinto sexual. Sei que não consegui tornar seu material completo, nem estabelecer uma relação contínua entre ele e o resto da vida infantil. No entanto, devo acrescentar algumas observações suplementares cuja ausência seria notada por pessoas bem informadas. Existe assim, por exemplo, a importante teoria de que a criança é gerada num beijo - teoria que obviamente revela a predominância da zona erógena da boca. Que eu saiba, essa teoria é exclusivamente feminina e algumas vezes mostra-se patogênica em meninas cujas pesquisas sexuais foram sujeitadas a inibições fortíssimas na infância. Uma das minhas pacientes, por meio de uma observação fortuita, chegou à teoria da ‘couvade’, que como se sabe é um costume generalizado entre alguns povos, e cuja finalidade era provavelmente desfazer as dúvidas quanto à paternidade, que nunca podem ser totalmente afastadas. Um tio dessa paciente, meio excêntrico, costumava permanecer em casa por vários dias após os partos de sua mulher, recebendo os visitantes de roupão, fato que a levou à conclusão de que tanto o pai como a mãe participavam do nascimento da criança e precisavam repousar.

Mais ou menos aos dez ou onze anos as crianças começam a ouvir falar de assuntos

sexuais. Uma criança que cresceu numa atmosfera social menos inibida, ou que teve melhores oportunidades de observação, conta às outras aquilo que sabe, pois isso a faz sentir-se amadurecida e superior. Os conhecimentos que as crianças adquirem dessa forma são na maior parte corretos, isto é, elas descobrem a existência da vagina e sua finalidade; no mais, porém, as revelações que trocam entre si são freqüentemente mescladas com idéias falsas e resíduos de teorias sexuais infantis anteriores. Essas revelações que nunca são completas ou suficientes para resolver o problema básico. Agora é o desconhecimento do sêmen, como era anteriormente o desconhecimento da vagina, o obstáculo para a compreensão de todo o processo. A criança não pode adivinhar que o órgão sexual masculino excreta outra substância que não a urina. Ocasionalmente uma jovem ‘inocente’ ainda fica indignada na noite de núpcias pelo fato de o marido ‘urinar dentro dela’. A essa informação adquirida nos anos pré-adolescência seguem-se novas tentativas de investigação sexual por parte da criança, mas as teorias que ela agora concebe não têm mais aquele caráter típico e original das teorias primitivas dos primórdios da infância, quando os componentes sexuais infantis podiam ser expressos sem inibições e sem alterações. Os esforços intelectuais posteriores das crianças para decifrar os enigmas do sexo não me parecem dignos de atenção, nem possuir alguma significação patogênica. Sua variedade depende sem dúvida principalmente da natureza do esclarecimento que a criança recebe, mas sua significação reside antes no fato de despertarem os traços, que se tornaram inconscientes, do primeiro período infantil de interesse sexual. Assim é freqüente que a essas investigações se associe uma atividade sexual masturbatória e um certo grau de afastamento emocional dos pais. Daí o juízo condenatório de alguns professores de que o esclarecimento nessa idade ‘corrompe’ as crianças.

Vou oferecer-lhes agora alguns exemplos que mostram quais os elementos que integram essas especulações tardias das crianças sobre a vida sexual. Uma menina soubera por seus colegas que o marido dá à esposa um ovo que ela choca no interior do corpo. Um menino, ao ouvir a mesma história, identificou esse ovo com o testículo, que [em alemão] é vulgarmente conhecido pela mesma palavra [*Ei*]; e empregou todos os esforços mentais para descobrir como o conteúdo do escroto poderia ser constantemente renovado. A informação recebida raramente é suficiente para prevenir o aparecimento de dúvidas importantes sobre os efeitos sexuais. Assim, uma menina pode imaginar que o coito só ocorreu uma única vez, durando entretanto muito tempo, vinte e quatro horas, e que todos os bebês do casal provêm dessa única ocasião. Poder-se-ia supor que essa criança obteve seus conhecimentos dos processos reprodutivos de certos insetos, mas essa hipótese não se confirmou; a teoria emergira como uma criação espontânea. Outras meninas ignoram a duração da gestação, a vida no útero, e supõem que o bebê aparece imediatamente após a primeira noite das relações sexuais. Marcel Prévost utilizou esse equívoco juvenil numa divertida história que aparece em uma das suas ‘*Lettres de femmes*’. As pesquisas sexuais posteriores de crianças, ou de adolescentes que permaneceram no estágio infantil, oferecem um tema quase inexaurível, que apresenta um certo interesse geral, mas que no momento está um tanto fora do meu interesse. Devo ainda assinalar que nesse setor as crianças produzem muitas idéias errôneas

a fim de refutar conhecimento mais antigo e mais preciso que se tornou inconsciente e reprimido.

O modo pelo qual as crianças reagem à informação recebida também é significativo. Em algumas a repressão sexual está tão adiantada que elas não dão ouvidos a nada; essas crianças conseguem permanecer ignorantes mesmo na vida adulta - *aparentemente* ignorantes, pelo menos - até que, na psicanálise de neuróticos, o conhecimento originado na primeira infância vem à luz. Sei também de dois meninos entre dez e treze anos que, ao receberem informações sexuais, rejeitaram-nas com as seguintes palavras: 'Seu pai e outras pessoas podem fazer isso, mas tenho certeza de que *meu* pai nunca o faria.' Mas por mais diversas que sejam as reações posteriores das crianças à satisfação de sua curiosidade sexual, podemos supor que nos primeiros anos da infância sua atitude era absolutamente uniforme, e ter a certeza de que nesse período todas elas tentaram ansiosamente descobrir o que os pais faziam um com o outro para terem bebês.

ALGUMAS OBSERVAÇÕES GERAIS SOBRE ATAQUES HISTÉRICOS (1909 [1908])

NOTA DO EDITOR INGLÊS

ALLGEMEINES ÜBER DEN HYSTERISCHEN ANFALL

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

(1908 Data provável da redação.)

1909 *Z. Psychother. med. Psychol.*, 1 (1) [Janeiro], 10-14.

1909 *S.K.S.N.*, 2, 146-150. (1912, 2ª ed.; 1921, 3ª ed.)

1924 *G.S.*, 5, 255-260.

1941 *G.W.*, 7, 235-240.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘*General Remarks on Hysterical Attacks*’

1924 *C.P.*, 2 100-104. (Trad. de D. Bryan.)

A presente tradução, com um título ligeiramente alterado, é uma versão modificada da publicada em 1924.

Freud escreveu este artigo a pedido de Albert Moll para o primeiro número de um novo periódico fundado pelo mesmo. Alguns meses antes, a 8 de abril de 1908, Freud discorrera sobre o mesmo assunto numa reunião da Sociedade Psicanalítica de Viena. A última vez em que o discutira fora na Seção IV da ‘Comunicação Preliminar’ (1893a) de Breuer e Freud aos *Estudos sobre a Histeria*. O presente artigo é uma dessas obras extremamente condensadas, quase esquemáticas, em que podemos perceber as sementes de posteriores desenvolvimentos. (Ver especialmente a Seção B). Só vinte anos mais tarde, porém, Freud retornou ao tema dos ataques histéricos, ao examinar os ataques ‘epilépticos’ de Dostoievski (1928b).

ALGUMAS OBSERVAÇÕES GERAIS SOBRE ATAQUES HISTÉRICOS

Ao empreendermos a psicanálise de uma paciente histérica cuja enfermidade manifesta-se através de ataques, logo nos convencemos de que tais ataques não passam de fantasias traduzidas para a esfera motora, projetadas sobre a motilidade e representadas por meio de mímica. É verdade que as fantasias são inconscientes, mas, com exceção desse detalhe, são da mesma natureza das fantasias que podem ser observadas diretamente nos devaneios ou que podemos inferir da interpretação dos sonhos noturnos. Muitas vezes um sonho pode substituir um ataque, e ainda mais freqüentemente explicar o mesmo, já que a mesma fantasia se expressa de formas diversas no sonho e no ataque. Poderíamos supor que, pela observação de um ataque, viéssemos a descobrir a fantasia nele representada, mais isso é raro. Via de regra, devido à influência da censura, a representação mímica da fantasia sofre distorções idênticas às distorções alucinatórias do sonho, de forma que ambas se tornam incompreensíveis tanto para a consciência do indivíduo como para a compreensão do observador. O ataque histérico, portanto, deve ser submetido à mesma revisão interpretativa que empregamos para os sonhos noturnos, pois tanto as forças que dão origem à distorção, como a finalidade dessa distorção e a técnica nela empregada são as mesmas que deduzimos da interpretação dos sonhos.

(1) O ataque torna-se ininteligível por representar simultaneamente várias fantasias em um mesmo material, ou seja, através da *condensação*. Os elementos comuns às duas (ou mais) fantasias constituem o núcleo da representação, como sucede nos sonhos. As fantasias que assim coincidem são sempre de naturezas bem diversas, podendo, por exemplo, consistir num desejo recente e numa reativação de uma impressão infantil. As mesmas inervações servem então às duas finalidades, muitas vezes de forma bastante engenhosa. Nos pacientes histéricos que utilizam em alto grau a condensação, uma única forma de ataque pode ser suficiente; outros expressam suas numerosas fantasias patogênicas através da multiplicidade das formas de ataque.

(2) O ataque torna-se obscuro pelo fato de o paciente tentar realizar as atividades de ambas as figuras que aparecem na fantasia, ou seja, por meio de uma identificação múltipla. Confira-se, por exemplo, o caso que mencionei em meu artigo sobre ‘Fantasias Histéricas e sua Relação com a Bissexualidade’ (1908a), no qual a paciente tentava despojar-se de suas vestes com uma das mãos (como homem) enquanto as retinha com a outra (como mulher).

(3) Uma *inversão antagônica de inervações*, processo análogo à transformação de um elemento em seu oposto, comum no trabalho onírico, acarreta também uma distorção muito ampla. Um abraço, por exemplo, pode ser representado no ataque pelo esticar convulsivo dos braços para trás até que as mãos se tocam no plano da coluna vertebral. É bem possível que o conhecido arc de cercle que ocorre nos ataques histéricos graves seja apenas uma análoga e enérgica rejeição, através de uma inervação antagônica, de uma postura do corpo adequada para a relação sexual.

(4) Quase tão desorientadora e enganosa é a *inversão da ordem cronológica* na fantasia que é representada, a qual também tem seu correspondente em certos sonhos que começam com o final da ação e terminam com seu início. Vamos supor, por exemplo, que uma mulher histérica tem uma fantasia de sedução na qual se encontra sentada lendo num parque, com a saia ligeiramente erguida, de modo a mostrar o pé. Um cavalheiro aproxima-se e dirige-lhe a palavra; os dois vão para um lugar qualquer e se entregam a carícias amorosas. A atuação da fantasia no ataque inicia-se com convulsões que correspondem ao coito. Em seguida a mulher se levanta, dirige-se a um outro aposento, senta-se lendo um livro e dali a pouco responde a uma observação imaginária dirigida a ela.

As duas últimas formas de distorção acima descritas nos dão alguma idéia da intensidade das resistências que o material reprimido precisa levar em conta mesmo quando irrompe através de um ataque histérico.

O desencadeamento de ataques histéricos segue leis de fácil compreensão. Como o complexo reprimido consiste numa catexia libidinal e num conteúdo ideativo (a fantasia), o ataque pode ser determinado (1) *associativamente*, quando o conteúdo do complexo (se suficientemente catexizado) é atingido por um acontecimento da vida consciente a ele ligado; (2) *organicamente*, quando por razões somáticas internas resultantes de influências psíquicas externas a catexia libidinal eleva-se acima de um determinado nível; (3) a serviço do *objetivo primário*, como uma expressão da ‘fuga para a doença’, quando a realidade torna-se penosa ou temível, isto é, como um *consolo*; (4) a serviço de *objetivos secundários* aos quais a doença se alia para que através do ataque o paciente atinja uma meta útil para ele. Neste último caso o ataque é endereçado a determinados indivíduos, podendo ser adiado até que estes estejam presentes e dando a impressão de ser conscientemente simulado.

A investigação da história infantil de pacientes histéricos mostra que o ataque histérico destina-se a substituir uma satisfação *auto-érotica* praticada no passado e à qual o indivíduo renunciou. Num grande número de casos essa satisfação (masturbação por contato ou por pressão das coxas, movimentos da língua, etc.) repete-se durante o ataque, enquanto a consciência do indivíduo está defletida. Ademais, o desencadeamento de um ataque que é devido a um aumento da libido e que está a serviço do objeto primário - na qualidade de consolo - repete exatamente as condições em que numa época anterior o paciente procurava intencionalmente essa satisfação auto-erótica. A anamnese do paciente revela os seguintes estádios: (a) satisfação auto-erótica, sem conteúdo ideativo; b) a mesma satisfação, em conexão com uma fantasia que leva ao ato de satisfação (c) renúncia ao ato, com a permanência da fantasia; (d) repressão da fantasia, que então se manifesta através do ataque histérico, ou em uma forma inalterada ou numa forma modificada e adaptada às novas impressões do meio. Além disso, (e) a fantasia pode até restabelecer o ato de satisfação ao qual se abdicara aparentemente. Eis aqui um ciclo típico de atividade sexual infantil: repressão, malogro da repressão e retorno do reprimido.

A incontinência urinária certamente não é incompatível com o diagnóstico de ataque histérico, já que não faz senão repetir uma forma infantil de polução violenta. Em casos inequívocos de histeria também pode acontecer de o indivíduo morder a língua, ato tão compatível com a histeria quanto com os jogos amorosos, e que ocorre com maior freqüência quando o médico alerta o paciente para as dificuldades de estabelecer um diagnóstico diferencial. Em ataques histéricos (mais freqüentes entre homens) pode ocorrer um autoferimento que repete um acidente da vida infantil - como, por exemplo, as conseqüências de um folgado violento.

A perda de consciência num ataque histérico, a '*absence*', deriva-se do fugaz mas inegável lapso de consciência que se observa no clímax de toda satisfação sexual intensa, inclusive as auto-eróticas. Esse curso de desenvolvimento pode ser delineado com mais certeza onde as *absences* histéricas surgem a partir do desencadeamento de poluições em jovens do sexo feminino. Os chamados 'estados hipnóides' - *absences* durante os devaneios -, tão comuns entre indivíduos histéricos, revelam a mesma origem. O mecanismo dessas *absences* é comparativamente simples. Toda a atenção do indivíduo fica concentrada inicialmente no curso do processo de satisfação; quando esta ocorre, toda essa catexia de atenção é subitamente removida, daí resultando um momentâneo vazio na consciência. Esse vazio, que se poderia qualificar de *fisiológico*, amplia-se a serviço da repressão para tragar tudo aquilo que a instância repressora rejeita.

É o mecanismo reflexo do coito que mostra o caminho para a descarga motora da libido reprimida em um ataque histérico - mecanismo este pronto a operar em todos, inclusive nas mulheres, e que vemos em operação manifesta quando o indivíduo se entrega sem restrições à atividade sexual. Já na Antiguidade o coito era descrito como uma ‘pequena epilepsia’. Alterando isso um pouco, podemos dizer que um ataque histérico convulsivo é equivalente de um coito. A analogia com um ataque epilético é de pouca valia, pois a gênese deste é ainda mais obscura do que a dos ataques histéricos.

Encarando o conjunto, os ataques histéricos, assim como a histeria em geral, revivem uma parcela da atividade sexual das mulheres que existiu durante sua infância e que naquele período revelava um caráter essencialmente masculino. Podemos observar com frequência que aquelas jovens que mostravam natureza e tendências masculinas nos anos anteriores à puberdade, são justamente as que se tornam histéricas daí em diante. Em grande número de casos a neurose histérica representa apenas uma intensificação excessiva daquele influxo típico de repressão que, apagando a sexualidade masculina, permite o aparecimento da mulher.

ROMANCES FAMILIARES (1909 [1908])

NOTA DO EDITOR INGLÊS

DER FAMILIENROMAN DER NEUROTIKER

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

(1908 Data provável de redação.)

1909 Em O. Rank, *Der Mythos von der Geburt des Helden*, 64-8, Leipzig e Viena: Deuticke. (1922, 2ª ed., 82-6.)

1931 *Neurosenlehre und Technik*, 300-4.

1934 *G.S.*, 12, 367-71.

1934 *Psychoan. Päd.*, 8, 281-5.

1941 *G.W.*, 7, 227-31.

(b) TRADUÇÕES INGLESAS:

1913 Em Rank, *Myth of the Birth of the Hero*, *J. Nerv. Ment. Dis.* 40, 668-71, 718-19.
(Trad. de S. E.)

‘*Family Romances*’

1914 A mesma, em formato de livro, 63-8. Nova Iorque: Nervous and Mental Diseases Publishing Co.

‘*Family Romances*’

1950 *C.P.*, 5, 74-8. (Trad. de James Strachey.)

A presente tradução é uma reimpressão, ligeiramente modificada, da publicada em 1950.

Quando este artigo foi publicado pela primeira vez, no livro de Rank, não tinha qualquer título, nem formava uma seção separada. Foi simplesmente inserido no correr do texto de Rank com algumas palavras de agradecimento. Só veio a receber um título em alemão em sua primeira reimpressão. Como o prefácio ao livro de Rank está datado ‘Natal, 1908’, é provável que a contribuição de Freud tenha sido escrita nesse ano. Há muito Freud descobrira esses ‘romances familiares’, como os designara, embora inicialmente os

atribuísse especialmente aos paranóicos. Ver suas cartas a Fliess de 24 de janeiro e 25 de maio de 1897 e de 20 de junho de 1898 (Freud, 1950a, Carta 57, Rascunho M, e Carta 91, onde o termo é usado pela primeira vez).

ROMANCES FAMILIARES

Ao crescer, o indivíduo liberta-se da autoridade dos pais, o que constitui um dos mais necessários, ainda que mais dolorosos, resultados do curso do seu desenvolvimento. Tal liberação é primordial e presume-se que todos os que atingiram a normalidade lograram-na pelo menos em parte. Na verdade, todo o progresso da sociedade repousa sobre a oposição entre as gerações sucessivas. Existe, porém, uma classe de neuróticos cuja condição é determinada visivelmente por terem falhado nessa tarefa.

Os pais constituem para a criança pequena a autoridade única e a fonte de todos os conhecimentos. O desejo mais intenso e mais importante da criança nesses primeiros anos é igualar-se aos pais (isto é, ao progenitor do mesmo sexo), e ser grande como seu pai e sua mãe. Contudo, ao desenvolver-se intelectualmente, a criança acaba por descobrir gradualmente a categoria a que seus pais pertencem. Vem a conhecer outros pais e os compara com os seus, adquirindo assim o direito de pôr em dúvida as qualidades extraordinárias e incomparáveis que lhes atribuíra. Os pequenos fatos da vida da criança que a tornam descontente, fornece-lhe um pretexto para começar a criticar os pais; para manter essa atitude crítica, utiliza seu novo conhecimento de que existem outros pais que em certos aspectos são preferíveis aos seus. A psicologia das neuroses nos ensina que, entre outros fatores, contribuem para esse resultado os impulsos mais intensos da rivalidade sexual. O sentimento de estar sendo negligenciado constitui obviamente o cerne de tais pretextos, pois existe sem dúvida um grande número de ocasiões em que a criança é negligenciada, ou pelo menos *sente* que é negligenciada, ou que não está recebendo todo o amor dos pais, e principalmente em que lamenta ter de compartilhar esse amor com seus irmãos e irmãs. Sua sensação de que sua afeição não está sendo retribuída encontra abrigo na idéia, mais tarde lembrada conscientemente a partir da infância inicial, de que é uma criança adotada, ou de que o pai ou a mãe não passam de um padrasto ou de uma madrasta. Alguns indivíduos que não desenvolveram neuroses se lembram com muita freqüência de ocasiões em que - em geral em conseqüência de alguma leitura - interpretaram e responderam dessa forma ao comportamento hostil dos pais. Mas já aqui evidencia-se a influência do sexo, pois o menino tem maiores tendências a sentir impulsos hostis contra o pai do que contra a mãe, tendo um desejo bem mais intenso de libertar-se *dele* do que *dela*.

A esse respeito a imaginação das meninas tende a revelar-se muito mais fraca. Esses impulsos mentais da infância conscientemente lembrados constituem o fator que nos permite entender a natureza dos mitos.

O estágio seguinte no desenvolvimento do afastamento do neurótico de seus pais, que assim teve início, pode ser descrito como o ‘romance familiar do neurótico’, sendo raramente lembrado conscientemente, mas podendo quase sempre ser revelado pela psicanálise, já que uma atividade imaginativa estranhamente acentuada é uma das características essenciais dos neuróticos e também de todas as pessoas relativamente bem dotadas. Essa atividade emerge inicialmente no brincar das crianças e depois, mais ou menos a partir do período anterior à puberdade, passa a ocupar-se das relações familiares. Um exemplo característico dessa atividade imaginativa está nos devaneios que se prolongam até muito depois da puberdade. Se examinarmos com cuidado esses devaneios, descobriremos que constituem uma realização de desejos e uma retificação da vida real. Têm dois objetivos principais: um erótico e um ambicioso - embora um objeto erótico esteja comumente oculto sob o último. No período já mencionado a imaginação da criança entrega-se à tarefa de libertar-se dos pais que desceram em sua estima, e de substituí-los por outros, em geral de uma posição social mais elevada. Nessa conexão ela lançará mão de quaisquer coincidências oportunas de sua experiência real, tal como quando trava conhecimento com o senhor da Casa Grande ou com o dono de alguma grande propriedade, se mora no campo, ou com algum membro da aristocracia, se mora na cidade. Esses acontecimentos fortuitos despertam a inveja da criança, que encontra expressão numa fantasia em que seus pais são substituídos por outros de melhor linhagem. A técnica utilizada no desenvolvimento dessas fantasias (que, naturalmente, são conscientes nesse período) depende da inventividade e do material à disposição da criança. Há também a questão de as fantasias serem desenvolvidas com maior ou menor esforço para se obter verossimilhança. Esse estágio é alcançado numa época em que a criança ainda ignora os determinantes sexuais da procriação.

Quando finalmente a criança vem a conhecer a diferença entre os papéis desempenhados pelos pais e pelas mães em suas relações sexuais, e compreende que ‘*pater semper incertus est*’, enquanto a mãe é ‘certissima’ o romance familiar sofre uma curiosa restrição: contenta-se em exaltar o pai da criança, deixando de lançar dúvidas sobre sua origem materna, que é encarada como fato indiscutível. Esse segundo estágio (sexual) do romance familiar sofre o influxo de um outro motivo que está ausente do primeiro estágio (asexual). A criança que já conhece os processos sexuais tende a se imaginar em relações e situações eróticas, cuja força motivadora é o desejo de colocar a mãe (objeto da mais intensa curiosidade sexual) em situações de secreta infidelidade e em secretos casos amorosos. Dessa forma, as fantasias da criança, que inicialmente eram assexuais, elevam-se ao nível do seu conhecimento posterior.

Além disso, o motivo da vingança e da retaliação, que estava em primeiro plano no estágio inicial, também está presente no posterior. Via de regra, são precisamente essas crianças neuróticas, que foram punidas pelos pais por travessuras sexuais, que agora se vingam dos mesmos através de tais fantasias.

A criança mais nova tende especialmente a utilizar essas histórias imaginativas para despojar os irmãos mais velhos de suas prerrogativas - de uma maneira que lembra as intrigas históricas; e com frequência não hesita em atribuir à mãe tantos casos de amor fictícios quantos são os seus competidores. Pode então surgir uma interessante variação desses romances familiares, e um que o herói e autor tem uma legitimidade reconhecida enquanto seus irmãos e irmãs são declarados bastardos. Se estiverem operando também outros interesses, estes podem determinar o curso do romance familiar, já que sua multiplicidade e amplitude de formas permite-lhe satisfazer toda uma série de requisitos. Assim, por exemplo, o jovem construtor de fantasias pode eliminar o grau proibitório de parentesco que o une a uma irmã por quem se sente sexualmente atraído.

Se alguém está inclinado a fugir horrorizado ante essa depravação do coração infantil ou se sente até mesmo tentado a refutar a possibilidade de tais coisas, deveria observar que nenhuma dessas obras de ficção, aparentemente plenas de hostilidade, possui na realidade uma intenção tão má, e que ainda conservam, sob um leve disfarce, a primitiva afeição da criança por seus pais. A infidelidade e a ingratidão são apenas aparentes. Se examinarmos em detalhe o mais comum desses romances imaginativos, a substituição dos pais, ou só do pai, por pessoas de melhor situação, veremos que a criança atribui a esses novos e aristocráticos pais qualidades que se originam das recordações reais dos pais mais humildes e verdadeiros. Dessa forma a criança não está se descartando do pai, mas enaltecendo-o. Na verdade, todo esse esforço para substituir o pai verdadeiro por um que lhe é superior nada mais é do que a expressão da saudade que a criança tem dos dias felizes do passado, quando o pai lhe parecia o mais nobre e o mais forte dos homens, e a mãe a mais linda e amável das mulheres. Ela dá as costas ao pai, tal como o conhece no presente, para voltar-se para aquele pai em quem confiava nos primeiros anos de sua infância, e sua fantasia é a expressão de um lamento pelos dias felizes que se foram. Assim volta a manifestar-se nessas fantasias a supervalorização que caracteriza os primeiros anos da criança. O estudo dos sonhos nos fornece uma contribuição interessante ao assunto. Da interpretação dos mesmos concluímos que mesmo em anos posteriores, se o Imperador e a Imperatriz aparecem em sonhos, tais nobres personagens representam o pai e a mãe do sonhador. Assim, a supervalorização dos pais pela criança sobrevive também nos sonhos de adultos normais.

BREVES ESCRITOS (1903-1909)

RESPOSTA A UM QUESTIONÁRIO SOBRE LEITURA (1906)

Pedem-me que faça uma relação de ‘dez bons livros’ sem a tal acrescentarem maiores explicações. Cabe-me assim não somente a escolha dos livros, mas também a interpretação do pedido. Como estou acostumado a dar atenção a pequenos sinais, devo basear-me na forma como esse enigmático pedido foi expresso. Não me solicitaram ‘os dez mais esplêndidos livros (da literatura mundial)’, quando eu seria obrigado a responder, como tantos outros: Homero, as tragédias de Sófocles, o *Fausto* de Goethe, o *Hamlet* e o *Macbeth* de Shakespeare, etc. Nem me pediram ‘os dez livros mais significativos’, entre os quais teriam de ser incluídas as realizações científicas de Copérnico, do velho médico Johann Weier sobre a crença nas bruxas, a *Descendência do Homem* de Darwin, e outros. Nem falaram em ‘livros favoritos’, entre os quais eu não teria esquecido *O Paraíso Perdido*

de Milton e o *Lázaro* de Heine. Parece-me pairar uma ênfase especial sobre o adjetivo ‘bons’, em sua frase, e com isso pretenderem os senhores designar aqueles livros que se assemelham a ‘bons’ amigos, aos quais devemos uma parcela do nosso conhecimento da vida e de nossa visão do mundo - livros que nos deram prazer e que recomendamos de bom grado a outros, mas que não nos despertam uma particular e tímida reverência, nem uma sensação de pequenez diante de sua grandiosidade.

Indicarei, portanto, dez ‘bons’ livros que me vieram à mente sem muita reflexão.

Multatuli, *Cartas e Obras*. [Cf. pág. 138 n.]

Kipling, *Jungle Book*.

Anatole France, *Sur la pierre blanche*.

Zola, *Fécondité*.

Merezhkovsky, *Leonardo da Vinci*.

G. Keller, *Leute von Seldwyla*.

C. F. Meyer, *Huttens letzte Tage*.

Macaulay, *Essays*.

Gomperz, *Griechische Denker*.

Mark Twain, *Sketches*.

Não sei o que pretendem fazer com essa lista. Até mesmo a mim ela parece estranha, e não posso enviá-la sem algumas observações. Não me deterei nas razões desses livros e não de outros igualmente ‘bons’. Só desejo examinar a relação entre o autor e sua obra. Esse elo não é sempre tão firme como, por exemplo, no caso do *Jungle Book* de Kipling. Na maior parte das vezes, eu poderia ter escolhido outro livro do mesmo autor - como, no caso de Zola, o *Docteur Pascal* -, e assim por diante. Com freqüência o mesmo homem que nos ofereceu um bom livro produziu outras boas obras. No caso de Multatuli hesitei entre

escolher as ‘Cartas de Amor’, em detrimento das cartas particulares, e rejeitar as primeiras a favor das segundas, e assim escrevi: ‘Cartas e Obras’. Excluí dessa lista obras realmente criativas de valor puramente poético, porque não parece ser este exatamente o objetivo de sua solicitação: bons livros. Quanto a *Hutten* de C. F. Meyer, coloco sua condição de ‘bom’ bem acima de suas qualidades formais; nele procuramos ‘edificação’ acima de prazer estético.

Com esse pedido de ‘dez bons livros’ os senhores levantaram uma questão que poderia ser estendida indefinidamente. E aqui concluo, para não me tornar em demasia informativo.

Sinceramente seu,

FREUD.

PROSPECTO PARA *SCHRIFTEN ZUR ANGEWANDTEN SEELENKUNDE* (1907)

Os *Schriften zur Angewandten Seelenkunde*, cujo primeiro número acaba de ser publicado, dirigem-se àquele amplo círculo de pessoas instruídas que, sem serem realmente filósofos ou médicos, estimam as ciências da mente humana por sua importância na compreensão e no aprimoramento de nossas vidas. Os artigos não serão publicados numa ordem predeterminada, mas sempre apresentarão em cada caso um único estudo sobre a aplicação de conhecimentos psicológicos a temas artísticos e literários, à história das civilizações e religiões, e a outros setores análogos. Esses trabalhos terão algumas vezes o caráter de investigações exatas, outras vezes o de esforços especulativos, ora tentando abranger questões mais amplas, ora tentando aprofundar-se num problema mais restrito. Contudo, serão sempre realizações originais que evitarão se assemelhar a simples resenhas ou compilações.

O Organizador sente-se no dever de responder pela originalidade e valor dos artigos a serem lançados nesta série. Quanto ao mais, não é sua intenção interferir na independência de seus colaboradores, ou responsabilizar-se pelas palavras dos mesmos. O fato de que os primeiros números da série aliam-se em particular às teorias por ele defendidas no campo da ciência não irá necessariamente caracterizar todo o empreendimento. Ao contrário, esta série está aberta aos representantes de opiniões divergentes, e espera poder ser um veículo para a expressão da multiplicidade de pontos de vista e princípios da ciência

contemporânea.

O EDITOR

O ORGANIZADOR

PREFÁCIO A *NERVOUS ANXIETY-STATES AND THEIR TREATMENT*, DE WILHELM STEKEL (1908)

Minhas investigações sobre a etiologia e o mecanismo psíquico das doenças neuróticas, que me ocupam desde 1893, de início passaram quase despercebidas dos meus colegas especialistas. Por fim, entretanto, essas investigações mereceram a aprovação de vários pesquisadores médicos, chamando também a atenção para os métodos psicanalíticos de exame e tratamento aos quais devo minhas descobertas. O Dr. Wilhelm Stekel, um dos primeiros colegas com quem pude partilhar meus conhecimentos de psicanálise, e que se familiarizou com essa técnica através de muitos anos de prática, incumbiu-se de estudar um tópico dessas neuroses do ponto de vista clínico, baseado em minhas concepções, e de oferecer aos leitores médicos as experiências que obtive pelo método psicanalítico. Embora de bom grado eu responda por este trabalho no sentido que acima indiquei, é apenas justo que declare explicitamente que foi muito pequena a minha influência sobre este volume a respeito dos estados nervosos de ansiedade. As observações e todas as minuciosas opiniões e interpretações são inteiramente do próprio autor. Minha participação limitou-se a propor ao autor o uso do termo ‘histeria de angústia’.

Acrescentarei que o trabalho do Dr. Stekel fundamentou-se sobre uma rica experiência e deverá estimular outros médicos a confirmarem por seus próprios esforços nossas opiniões sobre a etiologia desses estados. Seu trabalho nos revela imagens inesperadas das realidades da vida, tão freqüentemente ocultas sob os sintomas neuróticos, e poderá convencer nossos colegas de que as atitudes que decidirem adotar diante das indicações e explicações oferecidas nestas páginas não será uma questão indiferente do ponto de vista tanto do seu discernimento como da sua eficiência terapêutica.

VIENA, *março* de 1908.

PREFÁCIO A *PSYCHO-ANALYSIS: ESSAYS IN THE FIELD OF PSYCHO-ANALYSIS*,
DE SANDOR FERENCZI (1910 [1909])

A investigação psicanalítica das neuroses (as várias formas de doenças nervosas com causação mental) empenhou-se em estabelecer sua conexão com a vida instintual e as restrições a ela impostas pelas exigências da civilização, com as atividades do indivíduo normal em fantasias e sonhos, e com as criações da mente popular no campo das religiões, dos mitos e dos contos de fadas. O tratamento psicanalítico de pacientes neuróticos, baseado nesse método de investigação, exige muito mais do médico e do paciente que os métodos comumente usados até aqui, que operam por meio de medicamentos, dieta, hidropatia e sugestão; contudo, traz aos pacientes um alívio muito maior e um fortalecimento permanente diante dos problemas da vida, de modo que não há motivo para surpresa ante os contínuos progressos desse método terapêutico, apesar da violenta oposição.

Conheço bem de perto o autor destes ensaios, que está, como poucos, familiarizado com as dificuldades das questões psicanalíticas, sendo o primeiro húngaro a empreender a tarefa de despertar nos médicos e homens esclarecidos de seu país o interesse pela psicanálise por meio de material escrito em sua língua materna. Cordialmente desejamos que essa sua tentativa seja bem sucedida e possa angariar para esse novo campo de trabalho novos adeptos entre seus compatriotas.

I

RESENHA DE *Im Kampfe Gegen Hirnbacillen*, DE GEORG BIEDENKAPP

Oculto sob um título pouco promissor, esse livro de um homem corajoso traz ao leitor muitas considerações dignas de estudo. O subtítulo é mais revelador quanto ao conteúdo: 'Uma Filosofia de Pequenas Palavras'. Nele o autor combate o uso daquelas 'pequenas palavras e expressões que incluem ou excluem em demasia', que, quando usadas freqüentemente, revelam uma tendência para 'julgamentos exclusivos e superlativos'. É evidente - e nosso autor contestaria até mesmo essa expressão - que sua luta não é contra essas palavras inofensivas, mas contra a tendência do indivíduo a inebriar-se com as mesmas e a esquecer, devido à representação exagerada assim expressa, as necessárias limitações de nossas declarações e a inevitável relatividade de nossos julgamentos. É realmente muito útil que as pessoas sejam advertidas de que grande parte do que era considerado 'evidente' ou 'disparatado' por gerações anteriores, é hoje por nós julgado, inversamente, 'disparatado' e 'evidente'; é útil também que observem através de uma série de exemplos bem escolhidos que até escritores importantes são vítimas de um estreitamento de horizonte mental em consequência de um uso incorreto de superlativos. A exortação a uma moderação de juízos e expressões é apenas um ponto de partida do autor para um estudo ulterior de outros 'erros de pensamento' dos seres humanos: sobre delírio central, fé, sobre moralidade atéia, e outros. Em todas essas observações evidencia-se o honesto esforço do autor para acatar as implicações da visão do mundo decorrente das descobertas da ciência moderna, em particular da teoria da evolução. No texto encontraremos muitas verdades psicológicas, e outras que, embora já ditas, nunca serão suficientemente repetidas. O autor impõe-se a ingrata tarefa de 'aprimorar e converter os indivíduos' através de uma influência moderadora, sem tentar influenciá-los pelo riso ou pelo humor, ou arrebatá-los pela paixão. Desejemos-lhe, portanto, muito sucesso.

II

RESENHA DE *The Mystery of Sleep*, DE JOHN BIGELOW

Em vez de reservar à ciência a solução do mistério do sono, o piedoso autor recorre a argumentos bíblicos e causas teológicas. Segundo ele, por exemplo, seria indigno da providência divina permitir que os seres humanos passassem um terço de suas vidas espiritualmente inativos. O sono seria, portanto, um estado em que a influência divina

penetra mais efetiva e livremente na vida mental humana. Apesar de todas as nossas objeções ao modo de pensar do autor, não deixaremos de assinalar o elemento de verdade que existe nessa afirmação. Os estudos científicos do estado da vida mental durante o sono obrigam-nos a rejeitar como inadequada a nossa antiga teoria de que o sono reduz a um mínimo a atividade mental. Não há interrupção dos importantes processos de atividade mental inconsciente e mesmo intelectual - como demonstra a elucidação dos sonhos feita por esse crítico -, mesmo durante o sono profundo. Essa atividade mental inconsciente mereceria ser chamada de ‘demoníaca’, mas dificilmente de ‘divina’.

III

NECROLÓGIO DO PROFESSOR S. HAMMERSCHLAG

S. Hammerschlag, que há cerca de trinta anos encerrou suas atividades como professor da religião judaica, era uma dessas personalidades que possuem o dom de marcar indelevelmente o desenvolvimento de seus alunos. Possuía uma centelha da mesma chama que iluminou os espíritos dos grandes videntes e profetas judeus, centelha essa que só se extinguiu quando a idade avançada debilitou suas forças. O lado passional de sua natureza, porém, era moderado pelo ideal humanista do nosso período clássico alemão que o guiava, e seu método pedagógico estava baseado nos fundamentos dos estudos clássicos e filológicos a que devotara sua juventude. A instrução religiosa era para ele um meio de despertar o amor das humanidades, e através da história judaica conseguia desobstruir as fontes de entusiasmo ocultas nos corações jovens e fazê-las fluir até ultrapassarem as limitações do nacionalismo ou do dogma. Aqueles alunos seus que mais tarde puderam privar com o mestre o seu próprio lar, nele encontraram um amigo paternal e solícito e descobriram a compassiva bondade que era a característica fundamental de sua natureza. Em seu enterro, o Dr. Friedjung, o historiador, expressou seus sentimentos de gratidão para o venerável professor, sentimentos que várias décadas não conseguiram alterar.

Duas histórias clínicas

(O “Pequeno Hans” e o “Homem dos ratos”)

VOLUME X

(1909)

ANÁLISE DE UMA FOBIA EM UM MENINO DE CINCO ANOS (1909)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

ANALYSE DER PHOBIE EINES FÜNFJÄHRIGEN KNABEN

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1909 *Jb. psychoanal. psychopath. Forsch.*, 1 (1), 1-109.

1913 *S.K.S.N.*, III, 1-122 (1921), 2^a ed.).

1924 *G.S.*, 8, 129-263.

1932 *Vier Krankengeschichten*, 142-281.

1941 *G. W.*, 7, 243-377.

1922 ‘Nachschrift zur Analyse des kleinen Hans’, *Int. Z. Psychoanal.*, 8 (3), 321.

1924 *G. S.*, 8, 264-5.

1932 *Vier Krankengeschichten*, 282-3.

1940 *G. W.*, 13, 431-2.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘Analysis of a Phobia in a Fiver-Year-Old Boy’

1925 *C. P.*, 3, 149-287. - ‘Postscrip (1922)’, *ibid.*, 288-9.

(Trad. de Alix e James Strachey.)

A presente tradução inglesa é reimpressão, com algumas modificações e notas adicionais, da versão inglesa publicada pela primeira vez em 1925.

Alguns registros da primeira parte da vida do pequeno Hans já tinham sido publicados por Freud dois anos antes, em seu artigo sobre ‘O Esclarecimento Sexual das Crianças’ (1907*c*). Nas primeiras edições desse artigo, contudo, referia-se ao menino como ‘pequeno Herbert’; mas o nome foi mudado para ‘pequeno Hans’ depois da publicação da presente obra. Este caso clínico também foi mencionado, em breve referência, em outro dos artigos anteriores de Freud, ‘Sobre as Teorias Sexuais das Crianças’ (1908*c*), publicado pouco tempo antes do presente artigo. É digno de nota que em sua primeira publicação no *Jahrbuch* este artigo

não foi descrito como sendo ‘da autoria’ de Freud, mas como ‘comunicado por’ ele. Em nota de rodapé acrescentada ao oitavo volume dos *Gesammelte Schriften* (1924), o qual continha este caso clínico e os outros quatro longos casos, Freud observa que esse foi publicado com o consentimento expresso do pai do pequeno Hans. Essa nota de rodapé encontra-se no final das ‘Notas Preliminares’ ao caso de ‘Dora’ (1905e, ver em [1], 1972). Muitas das mais importantes teorias debatidas no presente caso clínico já foram publicadas no artigo ‘Sobre as Teorias Sexuais das Crianças’. Ver Nota do Editor Inglês a esse trabalho, ver em [2], 1976.

A pequena tabela cronológica que se segue, baseada em dados extraídos do caso clínico, pode ajudar o leitor a acompanhar a história:

(1903) (Abril) Nascimento de Hans.

(1906) (*Aet.* 3 - 3 3/4) Primeiros relatos.

(*Aet.* 3 1/4 - 3 1/2) (Verão) Primeira visita a Gmunden.

(*Aet.* 3 1/2) Ameaça de castração.

(*Aet.* 3 1/2) (Outubro) Nascimento de Hanna.

(1907) (*Aet.* 3 3/4) Primeiro sonho.

(*Aet.* 4) Mudança para um novo apartamento.

(*Aet.* 4 1/4 - 4 1/2) (Verão) Segunda visita a Gmunden.

Episódio do cavalo que mordia.

(1908) (*Aet.* 4 3/4) (Janeiro) Episódio da queda do cavalo. Irrupção da fobia.

(*Aet.* 5) (Maio) Fim da análise.

INTRODUÇÃO

Nas páginas seguintes proponho descrever o curso da doença e o restabelecimento de um paciente bastante jovem. O caso clínico, estritamente falando, não provém de minha própria observação. É verdade que assentei as linhas gerais do tratamento e que numa única ocasião, na qual tive uma conversa com o menino, participei diretamente dele; no entanto, o próprio tratamento foi efetuado pelo pai da criança, sendo a ele que devo meus agradecimentos mais sinceros por me permitir publicar suas observações acerca do caso. Todavia, sua ajuda ultrapassa esta contribuição. Ninguém mais poderia, em minha opinião, ter persuadido a criança a fazer quaisquer declarações como as dela; o conhecimento especial pelo qual ele foi capaz de interpretar as observações feitas por seu filho de cinco anos era indispensável; sem ele as dificuldades técnicas no caminho da aplicação da psicanálise numa criança tão jovem como essa teriam sido incontornáveis. Só porque a autoridade de um pai e a de um médico se uniam numa só pessoa, e porque nela se combinava o carinho afetivo com o interesse científico, é que se pôde, neste único exemplo, aplicar o método em uma utilização para a qual ele próprio não se teria prestado, fossem as coisas diferentes.

O valor peculiar desta observação, contudo, reside nas considerações que se seguem. Quando um médico trata de um neurótico adulto pela psicanálise, o processo que ele realiza de pôr a descoberto as formações psíquicas, camada por camada, capacita-o, afinal, a construir determinadas hipóteses quanto à sexualidade infantil do paciente; e é nos componentes dessa última que ele acredita haver descoberto as forças motivadoras de todos os sintomas neuróticos da vida posterior. Estabeleci essas hipóteses em meus *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade* (1905d) e estou ciente de que, a um leitor leigo, elas parecem tão estranhas quanto parecem, para um psicanalista, não ser controvertidas. Mas até mesmo um psicanalista pode confessar seu desejo de ter uma prova mais direta, e menos vaga, desses teoremas fundamentais. Seguramente deve existir a possibilidade de se observar em crianças, em primeira mão e em todo o frescor da vida, os impulsos e desejos sexuais que tão laboriosamente desenterramos nos adultos dentre seus próprios escombros - especialmente se também é crença nossa que eles constituem a propriedade comum de todos os homens, uma parte da constituição humana, e apenas exagerada ou distorcida no caso dos neuróticos.

Tendo em vista essa finalidade, venho por muitos anos encorajando meus alunos e meus amigos a reunir observações da vida sexual das crianças - cuja existência, via de regra, tem sido argutamente desprezada ou deliberadamente negada. Entre os materiais que me

chegaram às mãos como resultado desses pedidos, os relatos que recebi em intervalos regulares sobre o pequeno Hans logo começaram a assumir uma posição proeminente. Seus pais estavam ambos entre meus mais chegados adeptos e haviam concordado em que, ao educar seu primeiro filho, não usariam de mais coerção do que a que fosse absolutamente necessária para manter um bom comportamento. E, à medida que a criança se tornava um menininho alegre, bom e vivaz, a experiência de deixá-lo crescer e expressar-se sem intimidações prosseguiu satisfatoriamente. Agora passarei a reproduzir os apontamentos sobre o pequeno Hans feitos por seu pai, tais quais o recebi; também me absterei evidentemente de fazer qualquer tentativa de desvirtuar a *naïveté* e a franqueza da criança, como tal, com a realização de emendas convencionais.

Os primeiros relatórios a respeito de Hans datam de um período em que ele estava para completar três anos de idade. Naquela época, por intermédio de várias observações e perguntas, ele demonstrava um interesse particularmente vivo por aquela parte do seu corpo que ele costumava chamar de seu ‘pipi’. Tanto que certa vez perguntou a sua mãe:

Hans: ‘Mamãe, você também tem um pipi?’

Mãe: ‘Claro. Por quê?’

Hans: ‘Nada, eu só estava pensando.’

Como a mesma idade, certa vez entrou num estábulo e viu ordenharem uma vaca. ‘Oh, olha!, e está saindo leite do pipi dela!’

Essas primeiras observações já começam a despertar a expectativa de que muita coisa, se não a maior parte, de tudo que o pequeno Hans nos revela, terminará por tornar-se típica do desenvolvimento sexual das crianças em geral. Certa vez expus o ponto de vista de que não havia necessidade de se ficar tão horrorizado por encontrar numa mulher a idéia de chupar o órgão masculino. Argumentei que esse impulso repelente tem uma origem das mais inocentes, de vez que derivava do ato de sugar o seio materno; e, prosseguindo, nessa conexão o úbere da vaca desempenha papel de importância como imagem intermediária, sendo em sua natureza uma *mamma* e, em sua forma e posição, um pênis. A descoberta do pequeno Hans confirma a última parte da minha asserção.

Entretanto, seu interesse pelos pipis de modo algum era um interesse puramente teórico; como era de esperar, também o impelia a *tocar* em seu membro. Aos três anos e meio, sua mãe o viu tocar com a mão no pênis. Ameaçou-o com as palavras: ‘Se fizer isso de novo, vou chamar o Dr. A. para cortar fora seu pipi. Aí, com o que você vai fazer pipi?’

Hans: ‘Com meu traseiro.’

Ele deu essa resposta sem ainda possuir qualquer sentimento de culpa. Contudo, foi essa a ocasião da aquisição do ‘complexo de castração’, cuja presença vemos com tanta frequência obrigados a inferir na análise de neuróticos, ainda que todos eles relutem violentamente em admiti-la. Há muita coisa importante a dizer sobre a significação desse elemento na vida de uma criança. O ‘complexo de castração’ tem deixado atrás de si vestígios acentuados em mitos (e não somente nos mitos gregos); em uma passagem da minha *Interpretação de Sonhos* [1900a], e em outros trabalhos, abordei o assunto do papel que ele desempenha.

Aproximadamente com a mesma idade (três anos e meio), o pequeno Hans, de pé em frente à jaula dos leões, em Schönbrunn, gritou com voz alegre e animada: ‘Eu vi o pipi do leão.’

Boa parcela da importância dos animais nos mitos e contos de fadas se deve ao fato de mostrarem abertamente suas partes genitais e funções sexuais às crianças pequenas e indagadoras. Não pode haver dúvida quanto à curiosidade sexual de Hans; esta, contudo, também despertou nele o espírito de indagação e favoreceu que ele chegasse a um autêntico conhecimento abstrato.

Certa vez, estando na estação ferroviária (tinha três anos e nove meses), viu água saindo de uma locomotiva. ‘Olha’, disse ele, ‘A locomotiva está fazendo pipi. Mas onde está o pipi dela?’

Depois de pequena pausa, acrescentou com alguma reflexão: ‘Um cachorro e um cavalo têm pipi; a mesa e a cadeira, não.’ Assim tomou consciência de uma característica essencial de diferenciação entre objetos animados e inanimados.

A ânsia por conhecimento parece ser inseparável da curiosidade sexual. A curiosidade de Hans orientava-se em particular para seus pais.

Hans (três anos e nove meses): ‘Papai, você também tem um pipi?’

Pai: ‘Sim, claro.’

Hans: ‘Mas nunca vi, quando você tirava a roupa.’

Noutra ocasião, ele estava olhando insistentemente sua mãe despida, antes de ir para a cama. ‘Para que você está olhando para mim desse modo?’, ela perguntou.

Hans: ‘Eu só estava olhando para ver se você também tem um pipi.’

Mãe: ‘Claro. Você não sabia?’

Hans: ‘Não. Pensei que você era tão grande que tinha um pipi igual ao de um cavalo.’

Essa expectativa do pequeno Hans merece ser lembrada; ela terá importância mais tarde.

Mas o grande evento na vida de Hans foi o nascimento de sua irmãzinha Hanna, quando ele tinha exatamente três anos e meio. Seu comportamento naquela ocasião foi anotado pelo pai, no ato: ‘Às cinco da manhã’, escreve, ‘começou o trabalho de parto e a cama de Hans foi transferida para o quarto ao lado. Ele acordou às sete horas e, ao ouvir sua mãe gemer, perguntou: “Por que é que a mamãe está tossindo?” E após um intervalo: “A cegonha vai vir hoje, com certeza.”

‘Naturalmente lhe disseram, muitas vezes, nos últimos dias, que a cegonha ia trazer uma menina ou um menino; e ele, corretamente, fez a conexão dos sons inabituais dos gemidos com a chegada da cegonha.

‘Mais tarde ele foi levado para a cozinha. Vendo a maleta do médico no saguão, perguntou: “O que é isto?” “Uma maleta”, foi a resposta. Ao que ele declarou com convicção: “A cegonha chega hoje.” Depois do nascimento do bebê, a parteira entrou na cozinha e Hans a ouviu pedindo que fizessem chá. Hans, ouvindo, disse: “Eu sei! Mamãe tem que tomar chá porque ela está tossindo.” Foi então levado para o quarto da mãe. Contudo, não olhou para ela, mas sim para as bacias e outros recipientes, cheios de sangue e água, que ainda estavam espalhados pelo quarto. Apontando para a comadre suja de sangue, observou, num tom de surpresa: “Mas não sai sangue do *meu* pipi.”

‘Tudo que ele disse mostra que ele relaciona aquilo que é estranho na situação com a chegada da cegonha. Olha para tudo que vê, com olhar de desconfiança e atento, e *não se pode questionar o fato de que suas primeiras dúvidas sobre a cegonha criaram raízes.*

‘Hans tem muitos ciúmes da recém-chegada e, sempre que alguém a elogia, dizendo que é

um bebê lindo e assim por diante, ele logo diz, com desprezo: “Mas ela ainda não tem dentes.” De fato, ao vê-la pela primeira vez, estava muito surpreso por ser ela incapaz de falar e resolveu para si que isso era devido a sua falta de dentes. Nos primeiros dias ele foi, naturalmente, colocado visivelmente no segundo plano. Adoeceu subitamente com uma forte dor de garganta, e durante a sua febre ouviram-no dizer: “Mas eu não *quero* uma irmãzinha!”

‘Uns seis meses mais tarde ele havia superado seu ciúme, e sua afeição fraternal pelo bebê era igualada apenas pelo seu sentimento de superioridade quanto a ela.

‘Um pouco mais tarde, Hans observava sua irmã de sete dias, em quem davam banho. “Mas o pipi dela ainda é bem pequenininho”, observou; e acrescentou, à guisa de consolo: “Quando ela crescer, ele vai ficar bem maior.”

’Com a mesma idade (três anos e nove meses) Hans fez seu primeiro relato de um sonho: “Hoje, quando eu estava dormindo, pensei que estava em Gmunden com Mariedl.”

‘Mariedl era a filha de treze anos de nosso senhorio e costumava brincar freqüentemente com ele.’

Quando o pai de Hans contava o sonho a sua mãe, na presença dele, ele o corrigiu dizendo: ‘Não foi com Mariedl, mas sim bem a sós com Mariedl.’

Nessa conexão sabemos o seguinte: ‘no verão de 1906, Hans estava em Gmunden e costumava andar pelas cercanias, o dia inteiro, com os filhos do senhorio. Ao deixarmos Gmunden, pensamos que ele estaria bastante aborrecido por ter de se afastar e transferir-se de volta à cidade. Para surpresa nossa, não foi o que aconteceu. Ele parecia estar contente com a mudança, e durante várias semanas dizia bem poucas coisas sobre Gmunden. Somente depois de algumas semanas é que começaram a surgir reminiscências - muitas vezes coloridas com vívidos traços - do tempo que passara em Gmunden. Nas quatro últimas semanas, mais ou menos, estivera elaborando em fantasias essas reminiscências. Ele imagina que está brincando com as outras crianças, com Berta, Olga e Fritzl; fala com eles como se realmente estivessem com ele, e é capaz de se entreter dessa maneira, horas a fio, de uma só vez. Agora que ganhou uma irmã e está obviamente ocupado com o problema da origem das crianças, ele sempre chama Berta e Olga de “suas filhas”; certa vez acrescentou: “minhas filhas Berta e Olga também foram trazidas pela cegonha.” O sonho, ocorrendo então, depois de uma ausência de seis meses de Gmunden, evidentemente deve ser entendido como

expressão do anseio de retornar para lá.’

Até aqui tenho citado seu pai. Anteciparei o assunto que vem a seguir, acrescentando que Hans, quando fez sua última observação sobre serem as crianças trazidas pela cegonha, estava contradizendo alto uma dúvida que se insinuava, oculta, dentro de si.

Seu pai fez, por acaso, uma anotação de muitas coisas que mais tarde redundaram em algo de valor inesperado. [Ver a partir de [1]] ‘Desenhei uma girafa para Hans, que mais tarde esteve em Shönbrunn diversas vezes. Ele me disse: “Desenhe também o pipi dela.” “Desenhe você mesmo”, respondi; ao que ele acrescentou essa linha à minha figura (ver Fig. 1).



Fig. 1

Ele começou desenhando um traço pequeno, e então acrescentou mais um pedacinho, observando: “O pipi dela é mais comprido.”

‘Hans e eu passamos detrás de um cavalo que estava urinando, e ele disse: “O cavalo tem o pipi embaixo, como eu.”

‘Olhando a irmãzinha de três meses, no banho, disse com voz de compaixão: “Ela *ganhou* um pipi bem pequenininho.”

‘Deram-lhe uma boneca para brincar e ele a despiu. Examinou-a com cuidado e disse: “O pipi dela é tão pequenininho.”’

Como já sabemos, essa fórmula possibilitou-lhe continuar acreditando em sua descoberta [da distinção entre objetos animados e inanimados] (ver em [1] e [2]).

Todo investigador corre o risco de incorrer em um erro ocasional. Para ele é alguma consolação se, como o pequeno Hans no exemplo a seguir, não se enganar sozinho, mas puder citar um uso lingüístico comum em seu favor. Isso porque Hans viu, certa vez, um macaco em seu livro de ilustrações, e apontando para o seu rabo enrolado, disse: ‘Papai, olha o pipi dele!’ [Cf. em [1].]

Seu interesse por pipis levou-o a inventar um jogo especial todo próprio. ‘Dando para o saguão de entrada existe um lavatório e também um depósito escuro para guardar madeira. Já faz algum tempo que Hans, entrando nesse armário de madeira, vem dizendo: “Vou para o meu banheiro.” Certa vez olhei ali dentro para ver o que ele estava fazendo no depósito escuro. Ele me mostrou seu membro e disse: “Estou fazendo pipi.” Isso quer dizer que ele tem “brincado” no banheiro. O fato de isso ter a natureza de uma brincadeira revela-se não apenas por ele só estar pretendendo fazer pipi, mas também porque ele não vai ao banheiro, o que, em última análise, seria muitíssimo mais simples, preferindo, contudo, o armário, que ele chama de “seu banheiro”.’

Estaríamos fazendo uma injustiça a Hans se tivéssemos de delinear apenas os aspectos auto-eróticos de sua vida sexual. Seu pai possui informações detalhadas a nos fornecer acerca do tema de suas relações amorosas com outras crianças. Destas podemos discernir a existência de uma ‘escolha de objeto’, como no caso de um adulto; e também, temos de confessar, um notável grau de inconstância e uma disposição à poligamia.

‘No inverno (com três anos e nove meses de idade) levei Hans ao ringue de patinação e o apresentei às duas filhinhas de meu amigo N., as quais tinham cerca de dez anos de idade. Hans sentou-se ao lado delas, ao passo que elas, na consciência de sua idade mais madura, olhavam de cima para aquele garotinho, com desprezo; ele as contemplava com admiração, embora esse procedimento não lhes causasse maior impressão. Apesar disso, Hans, mais tarde, sempre falava delas como “as minhas meninas”. “Onde estão as minhas meninas? Quando vão vir as minhas meninas?” E por algumas semanas ficou atormentando-me com a pergunta: “Quando é que vou voltar ao ringue para ver as minhas meninas?”’

‘Um primo, de cinco anos, veio visitar Hans, que nessa época chegara à idade de quatro

anos. Hans constantemente punha os braços ao redor dele, e um dia, quando lhe dava um daqueles ternos abraços, disse: “Eu gosto *tanto* de você.”

Esse é o primeiro traço de homossexualidade com que nele deparamos, mas não será o último. O pequeno Hans parecer ser um modelo positivo de todos os vícios.

’Tendo Hans quatro anos, mudamos para um novo apartamento. Uma porta dava da cozinha para um balcão, de onde se podia olhar para um apartamento no outro lado do pátio. Nesse apartamento Hans descobriu uma menina de sete ou oito anos de idade. Ele ia sentar-se no degrau que dava para o pátio, de modo a admirá-la e lá ficava horas a fio. Às quatro horas da tarde, particularmente, quando a menina chegava da escola, não se podia retê-lo na sala, e nada era capaz de induzi-lo a abandonar seu posto de observação. Certa vez, quando a menina deixou de aparecer à janela na hora habitual, Hans ficou bastante inquieto, e molestava os empregados com perguntas - “Quando a menina vai vir? Onde está a menina?”, e assim por diante. Enfim, quando ela de fato aparecia, ele ficava felicíssimo e jamais retirava os olhos do apartamento do lado oposto ao nosso. A violência com que esse “amor à longa distância” o afetou deve-se explicar pelo fato de ele não ter companheiros de folgedos de qualquer dos dois sexos. Passar boa parte do tempo com outras crianças constitui, claramente, parte do desenvolvimento normal de uma criança.

‘Hans conseguiu alguma companhia desse tipo quando, pouco mais tarde (tinha perto de quatro anos e meio), mudamo-nos para Gmunden, para passarmos as férias de verão. Em nossa casa lá, seus companheiros eram os filhos do nosso senhorio: Franzl (cerca de doze anos), Fritzl (oito), Olga (sete) e Berta (cinco). Além deles, havia as filhas do vizinho, Anna (dez) e mais duas outras meninas, de nove e sete anos, cujos nomes esqueci. O favorito de Hans era Fritzl, que ele sempre estava abraçando, e a quem fazia declarações do seu amor. Certa vez, quando lhe perguntaram: “Das meninas, de quem você gosta mais?”, ele respondeu: “Fritzl!” Ao mesmo tempo tratava as meninas de forma muitíssimo agressiva, masculina e arrogante, abraçando-as e beijando-as com sinceridade - um procedimento ao qual Berta em particular não fazia objeção. Certa noite, quando Berta saía da sala, ele lhe pôs os braços ao redor do pescoço e lhe disse com voz muito apaixonada: “Berta, você é um amor!” A propósito, isso não o impedia de beijar também os outros e de confessar a eles seu amor. Gostava também de Mariedl, de quatorze anos, outra filha do senhorio que costumava brincar com ele. Uma noite disse, quando lhe punham na cama: “Quero que Mariedl venha dormir comigo.” Quando lhe foi dito que isso não podia ser, ele falou: “Então ela vai dormir com a mamãe ou com o papai.” Disseram-lhe que também isso seria impossível, mas que Mariedl tinha que dormir com o pai e a mãe dela. Seguiu-se então o seguinte diálogo:

‘Hans: “Ah, então vou descer e dormir com Mariedl.”

‘Mãe: “Você quer mesmo sair de junto da mamãe e dormir lá embaixo?”

‘Hans: “Mas subo de novo amanhã de manhã para tomar café e fazer cocô.”

‘Mãe: “Está bem, se você quer mesmo deixar o papai e a mamãe, vá então pegar seu casaco e suas calças e... adeus!”

‘Hans, com efeito, pegou suas roupas e se dirigiu para a escada, para ir dormir com Mariedl; mas, é supérfluo dizer, foi buscado de volta.

‘(Por trás desse seu desejo, “Quero que Mariedl durma conosco”, evidentemente residia um outro desejo: “Eu quero que Mariedl” (com quem ele gostava tanto de estar) “faça parte de nossa família.” O pai e a mãe de Hans, todavia, tinham o hábito de levá-lo para a cama deles, embora apenas ocasionalmente; e não há dúvida de que estar ao lado deles haja despertado nele sentimentos eróticos; assim é que também seu desejo de dormir com Mariedl tinha um sentido erótico. Deitar na cama com seu pai e sua mãe era, para Hans, uma fonte de sentimentos eróticos, do mesmo modo que para qualquer outra criança.)’

Apesar de seus arroubos de homossexualidade, o pequeno Hans, face ao desafio de sua mãe, portou-se como um homem de verdade.

‘Também no próximo exemplo Hans disse a sua mãe: “Sabe, eu gostaria *tanto* de dormir com a menina.” Esse episódio nos divertiu bastante, pois Hans de fato se comportava como um adulto apaixonado. Assim, nesses últimos dias, uma linda menina, com cerca de oito anos, tem vindo ao restaurante onde fazemos refeições. Naturalmente Hans se apaixonou por ela na mesma hora. Ele fica constantemente se virando na sua cadeira, para lançar a ela olhares furtivos; acabando de comer, vai postar-se nas vizinhanças dela, de modo a flertar com ela; contudo, se acha que está sendo observado, ruboriza-se. Se seus olhares são correspondidos pela menina, ele logo olha para outra direção, com expressão de vergonha. Seu comportamento é, naturalmente, um prazer enorme para qualquer pessoa que esteja comendo no restaurante. Todo dia, quando é levado lá, diz: “Vocês acham que a menina vai lá hoje?” E quando finalmente ela aparece, ele fica bem vermelho, exatamente como uma pessoa adulta ficaria num caso assim. Certo dia, aproximou-se de mim com a face resplandescente e murmurou no meu ouvido: “Papai, eu sei onde a menina mora. Eu a vi subindo as escadas em tal e tal lugar.” Enquanto trata as meninas em casa com agressividade, nesse outro seu caso ele surge no papel de um admirador platônico e lânguido. Isso talvez seja devido ao fato de as outras meninas de casa serem crianças de

aldeia, ao passo que a outra é uma jovem dama com refinamento. Conforme já mencionei, certa vez me disse que gostaria de dormir com ela.

‘Não desejando deixar Hans naquele estado extenuado ao qual fora levado por sua paixão pela menina, providenciei que se conhecessem e convidei a menina para vir vê-lo no jardim depois que ele tivesse terminado sua sesta, à tarde. Hans estava tão excitado com a expectativa da vinda da menina, que pela primeira vez não conseguiu dormir de tarde e ficou se revirando na cama, inquieto. Quando sua mãe perguntou “Por que você não está dormindo? Você está pensando na menina?”, ele disse “Sim”, como uma expressão de felicidade. E quando chegou em casa, vindo do restaurante, disse para todo o mundo de casa: “Sabe, a minha menina vem ver-me hoje.” Mariedl, de quatorze anos, relatou que ele ficava repetidamente perguntando a ela: “Olha, você acha que ela vai ser boa para mim? Você acha que ela vai beijar-me, se eu beijá-la?”, e assim por diante.

‘Mas choveu à tarde, de modo que não se deu a visita, e Hans consolou-se com Berta e Olga.’

Outras observações, feitas também na época das férias de verão, sugerem que todas as espécies de novos processos evolutivos estavam ocorrendo no menino.

‘Hans, quatro anos e três meses. Nessa manhã a mãe de Hans lhe deu seu banho diário, como de hábito, secando-o e aplicando-lhe talco. Quando a mãe lhe passava talco em volta do seu pênis, tomando cuidado para não tocá-lo, Hans lhe disse: “Por que é que você não põe seu dedo aí?”

‘*Mãe*: “Porque seria porcaria.”

‘*Hans*: “Que é isso? Porcaria? Por quê?”

‘*Mãe*: “Porque não é correto.”

‘*Hans*: (rindo) “Mas é muito divertido.”

Na mesma época, mais ou menos, Hans teve um sonho, que contrastava admiravelmente com a audácia que mostrara perante sua mãe. Foi seu primeiro sonho que se tornou irreconhecível devido à distorção. A intervenção de seu pai, contudo, conseguiu elucidá-lo.

‘Hans, quatro anos e três meses, *Sonho*. Nessa manhã, Hans acordou e disse: “Sabe, ontem à noite pensei assim: *Alguém disse: ‘Quem quer vir até mim?’ Então alguém disse: ‘Eu quero.’ Então ele teve que obrigar ele a fazer pipi.*”

‘Novas perguntas vieram esclarecer que não existia qualquer conteúdo visual nesse sonho, que era do tipo puramente auditivo. Nesses últimos dias Hans tem brincado com jogos de salão e de “cobrar prendas” com os filhos do nosso senhorio, e entre eles estão suas amigas Olga (sete anos) e Berta (cinco anos). (O jogo de cobrar prenda é feito da seguinte maneira: *A: “De quem é a prenda que tenho na minha mão?” B: “É minha.”* Então se decide o que é que *B* tem de fazer.) O sonho tomou esse jogo como modelo; mas o que Hans queria era que a pessoa a quem pertencia a prenda fosse obrigada, não a dar um beijo, ou receber um tapa no rosto, como de costume, mas sim a fazer pipi, ou melhor, a ser compelida por outro a fazer pipi.

‘Consegui que ele me contasse de novo seu sonho. Repetiu-o com as mesmas palavras, só que em vez de “então alguém disse”, dessa vez falou “então ela disse”. Esse “ela” era evidentemente Berta, ou Olga, uma das meninas com quem ele havia brincado. Traduzindo-o, o sonho era o seguinte: “Eu estava brincando de cobrar prendas com as meninas. Perguntei: ‘Quem é que quer vir comigo.’ Ela (Berta, ou Olga) respondeu: ‘Eu quero.’ Então ela tem que me obrigar a fazer pipi.” (Isto é, ela tinha que ajudá-lo a urinar, o que é evidentemente agradável para Hans.)

Claro que ter de fazer pipi, tendo alguém que lhe desabotoe a calça e exponha seu pênis, é para Hans um processo prazeroso. Quando estão passeando, na maior parte das vezes quem ajuda Hans é seu pai; isso dá à criança uma oportunidade para a fixação de inclinações homossexuais na figura paterna.

‘Há dois dias, como já relatei, enquanto sua mãe o lavava e polvilhava de talco suas partes genitais, ele lhe perguntou: “Por que é que você não põe seu dedo aí?” Ontem, quando ajudava Hans a urinar, ele pela primeira vez me pediu que o levasse para trás da casa, de modo que ninguém pudesse vê-lo. E acrescentou: “No ano passado, quando eu fazia pipi, Berta e Olga estavam me olhando.” Creio que isso queria dizer que no ano passado ele sentia prazer em ser observado pelas meninas, mas que agora já não é mais a mesma coisa. Seu exibicionismo sucumbiu à repressão. O fato de o desejo de que Berta e Olga pudessem vê-lo fazer pipi (ou o obrigassem a fazer) agora se encontrar reprimido na vida real explica seu aparecimento no sonho, disfarçado nitidamente no jogo de cobrar prendas. Desde então tenho observado repetidamente que Hans não gosta de ser visto fazendo pipi.’

Acrescentarei apenas que esse sonho obedece à regra que formulei em *A Interpretação de Sonhos* [1900a, Capítulo VI, Seção F (ver em [1], 1972)], segundo a qual as falas ocorrentes em sonhos são derivadas de falas ouvidas ou expressas pelo sonhador nos dias que precederam ao sonho.

O pai de Hans anotou uma outra observação, datada do período imediato ao seu regresso para Viena: “Hans (quatro anos e meio) estava novamente vendo darem banho em sua irmãzinha, e então começou a rir. Ao lhe perguntarem por que ria, respondeu: “Estou rindo do pipi de Hanna.” “Por quê?” “Porque seu pipi é tão bonito.”

‘Naturalmente sua resposta não era sincera. Na realidade, o pipi dela lhe parecia *engraçado*. Ademais, foi essa a primeira vez em que Hans reconheceu a diferença entre os genitais masculinos e femininos, em vez de negar sua existência.’

CASO CLÍNICO E ANÁLISE

‘Meu caro Professor: estou-lhe enviando mais alguma notícia a respeito de Hans, só que desta vez, lamento dizê-lo, se trata de material para um caso clínico. Como o senhor verá, nesses últimos dias ele vem apresentando um distúrbio nervoso que nos tem preocupado muito, a mim e minha esposa, pois não temos sido capazes de encontrar meio algum de corrigi-lo. Tomarei a liberdade de ir vê-lo amanhã... mas por enquanto... junto os apontamentos que fiz sobre o material de que dispunha.

‘Sem dúvida, o terreno foi preparado por uma superexcitação sexual devida à ternura da mãe de Hans; mas não sou capaz de especificar a causa real da excitação. Ele receia que *um cavalo vá mordê-lo na rua*, e esse medo parece estar de alguma forma relacionado com o fato de ele vir-se assustando com um grande pênis. Conforme o senhor soube, por um relato anterior, já em uma idade deveras precoce ele havia notado como são grandes os pênis dos cavalos, e nessa época deduziu que sua mãe, por ser tão grande, deveria ter um pipi como o do cavalo. [Cf. em [1].]

‘Não posso saber o que fazer desse aspecto. Será que ele viu um exibicionista em alguma parte? Ou tudo isso está simplesmente relacionado com sua mãe? Não acharíamos muito agradável que ele, tão cedo, começasse a nos apresentar dificuldades. Com exceção do fato

de estar receoso de sair à rua e de ficar com desânimo à noite, ele de resto é o mesmo Hans, tão alegre e animado como sempre foi.’

Não iremos acompanhar o pai de Hans, nem em suas ansiedades, facilmente compreensíveis, nem em suas primeiras tentativas de encontrar uma explicação; começaremos por examinar os elementos de que dispomos. Em última análise, não é nosso dever ‘compreender’ um caso logo à primeira vista: isso só é possível num estágio posterior, quando tivermos recebido bastantes impressões sobre ele. Por enquanto, deixaremos em suspenso nosso julgamento e daremos nossa atenção imparcial a tudo quanto houver para observar.

Os primeiros relatos, que datam dos primeiros dias de janeiro deste ano (1908), são os seguintes:

‘Hans (quatro anos e nove meses) despertou em lágrimas certa manhã. Quando lhe perguntaram por que estava chorando, ele disse a sua mãe: “Quando eu estava dormindo, pensei que você tinha ido embora e eu ficava sem a Mamãe para mimarmos juntos.”’ Portanto, tratava-se de um sonho de ansiedade.

‘Eu já havia observado algo semelhante em Gmunden, no verão. À noite, deitado na cama, ele ficava habitualmente muito sentimental. Certa vez, fez uma observação, algo como “imagine se eu não tivesse uma mamãe” ou “imagine se você fosse embora”; não posso lembrar-me com precisão das palavras. Infelizmente, sempre que ele mergulhava em um sentimentalismo desses, sua mãe costumava levá-lo para a cama com ela.

‘Pelo dia 5 de janeiro, ele veio para a cama de sua mãe pela manhã e disse: “Você sabe o que tia M. falou? Ela disse assim: “Que amor de coisinha que ele tem.”’ (Tia M. passou alguns dias conosco, há quatro semanas atrás. Certa vez, observando minha esposa dar banho no menino, ela realmente lhe dissera aquelas palavras, em voz baixa. Hans as ouvira por casualidade e agora estava tentando utilizá-las para seus próprios fins.)

‘Em 7 de janeiro, ele foi passear no Stadtpark com a babá, como de hábito. Na rua começou a chorar e pediu que o levasse para casa, dizendo que queria “mimar” junto com sua mãe. Em casa, perguntaram-lhe por que não tinha querido continuar o passeio e havia chorado, mas ele não respondeu. Até de noite esteve alegre, como sempre. Contudo, à noite ficou visivelmente assustado: chorava e não podia separar-se da mãe, desejando continuar “mimando” com ela. Ficou, então novamente alegre, e dormiu bem.

‘Em 8 de janeiro minha esposa decidiu levá-lo para passear, ela própria, a fim de

observar o que é que o atormentava. Iam até o Schönbrunn, aonde ele sempre gostava de ir. De novo ele começou a chorar, não queria sair e estava assustado. Afinal, resolveu ir; na rua, contudo, estava visivelmente assustado. De volta de Schönbrunn, disse a sua mãe, depois de intensa luta interior: “*Eu estava com medo de que um cavalo me mordesse.*” (Com efeito, em Schönbrunn ficara inquieto quando viu um cavalo.) À noite, pareceu que tinha tido uma nova crise semelhante àquela da noite passada, e que tinha desejado ser “mimado”. Sendo acalmado, disse chorando: “Eu sei que vou ter de passear amanhã de novo.” E depois: “O cavalo vai entrar no quarto.”

’Naquele mesmo dia, sua mãe perguntou: “Você põe a mão no seu pipi?”, e ele respondeu: “Ponho, de noite, quando estou na cama.” No dia seguinte, 9 de janeiro, antes de fazer a sesta à tarde, foi advertido para que não pusesse a mão no pipi. Quando acordou, indagaram-lhe a esse respeito, ele disse que sim, que apesar da advertência pusera a mão lá por um momentinho.’

Assim, temos aqui o começo da ansiedade de Hans, bem como o início de sua fobia. Vemos, pois, que existe uma boa razão para manter as duas separadas uma da outra. Ademais, o material parece ser amplamente suficiente para fornecer-nos os suportes de que necessitamos; e nenhum momento é tão favorável para a compreensão de um caso quanto seu estágio inicial, tal qual deparamos aqui, embora infelizmente esse estágio via de regra seja ignorado, ou desprezado em silêncio. O distúrbio teve início com pensamentos ao mesmo tempo apreensivos e ternos, seguindo-se então um sonho de ansiedade cujo conteúdo era a perda de sua mãe e, com isso, não poder mais ‘mimar’ junto com ela. Por conseguinte, sua afeição pela mãe deve ter-se tornado fortemente intensa. Na sua condição era este o fenômeno fundamental. Em apoio a essa teoria, podemos recordar suas duas tentativas de seduzir sua mãe, datando a primeira delas do verão [ver em [1]], ao passo que a segunda (um simples elogio feito ao seu próprio pênis) ocorreu no momento imediato que precedeu a irrupção de sua ansiedade na rua. Foi esse aumento de afeição por sua mãe que subitamente se transformou em ansiedade, a qual, diga-se de passagem, sucumbiu à repressão. Ainda não sabemos de onde pode haver-se originado o ímpeto para a repressão. Talvez fosse apenas conseqüência da intensidade das emoções da criança, que ficara acima da sua capacidade de controle; ou talvez também estivessem em ação outras forças que ainda não tenhamos identificado. Isso iremos saber à medida que avançarmos. A ansiedade de Hans, que assim correspondia a uma ânsia erótica reprimida, como toda ansiedade infantil, não tinha um objeto com que dar saída: ainda era ansiedade, e não medo. A criança não pode dizer [no princípio] de que ela tem medo; e quando Hans, no primeiro passeio com a babá, não ia dizer de que tinha medo, isso foi simplesmente porque ele mesmo ainda não sabia. Ele disse tudo que sabia, que na rua sentia falta de sua mãe com quem queria ‘mimar’, e que não queria estar longe dela. Dizendo essas coisas, confessou abertamente o significado primário

de sua aversão às ruas.

Além disso, havia aqueles estados em que ele se sentiu por duas noites seguidas, antes de ir dormir, os quais se caracterizavam por uma ansiedade mesclada com nítidos traços de ternura. Esses estados mostram que no início de sua doença não havia, até então, fobia alguma, quer com relação às ruas ou a passear, quer com relação a cavalos. Caso existisse, os estados que Hans assumia à noite seriam inexplicáveis; quem está para dormir se incomoda com ruas e passeios? Por outro lado, torna-se claro o motivo por que ele ficava tão assustado à noite, supondo-se que à hora de dormir certa intensificação de sua libido apossava-se dele: pois o objeto desta era sua mãe, e seu objetivo talvez tenha sido dormir com ela. Ademais, ele aprendeu, por sua experiência, que *em Gmunden* sua mãe poderia ser persuadida a levá-lo para a cama dela toda vez que ele apresentava tais disposições, e aqui em Viena ele queria obter os mesmos fins. Também não devemos esquecer que por algum tempo, em Gmunden, ele estivera sozinho com sua mãe, de vez que seu pai não pudera passar lá as férias inteiras; além disso, que no campo as suas afeições estiveram divididas entre alguns companheiros de folgedos e amigos de ambos os sexos, ao passo que em Viena ele não tinha nenhum, de modo que sua libido estava em condições de voltar-se para sua mãe, sem dividir-se.

Assim, sua ansiedade correspondia a um forte anseio reprimido: também a repressão deve ser levada em conta. O anseio pode transformar-se completamente em satisfação, se o objeto ansiado lhe for concedido. Uma terapia dessa natureza já não é mais eficaz quando se lida com a ansiedade. Esta permanece até mesmo quando o anseio pode ser satisfeito. Já não é mais capaz de se retransformar inteiramente na libido; existe alguma coisa a reter a libido sob repressão. Esse fato, no caso de Hans, evidenciou-se por ocasião do passeio que fez a seguir, quando sua mãe o acompanhou. Estava com ela e, não obstante, ainda sofria de ansiedade, digamos, de um anseio insatisfeito com relação a ela. Realmente, a ansiedade era pouca, pois foi ele mesmo que se permitiu ser induzido a ir passear, ao passo que obrigara a babá a levá-lo de volta a casa. Além disso, a rua não é bem o lugar correto para ‘mimar’, ou o que quer que esse jovem apaixonado pudesse ter desejado fazer. A sua ansiedade, todavia, resistiu ao teste, e para ela a primeira coisa a fazer era encontrar um objeto. Foi nesse passeio que ele, pela primeira vez, expressou medo de que um cavalo o mordesse. De onde terão provindo os elementos para essa fobia? É provável que dos complexos - até aqui desconhecidos por nós - que contribuíram para a repressão e mantinham sob repressão os sentimentos libidinais de Hans para com sua mãe. Trata-se de um problema ainda não resolvido; e agora teremos de acompanhar o desenvolvimento do caso, a fim de chegar à sua solução. O pai de Hans já nos deu algumas pistas, provavelmente merecedoras de confiança, como aqueles indícios de que Hans sempre observara com interesse os cavalos face ao grande tamanho dos seus pipis, de que presumira que sua mãe deveria ter um pipi como o do cavalo, e outros. Por conseguinte, seríamos levados a pensar que o cavalo fosse puramente um substituto de sua mãe. Mas, se assim fosse, qual seria o significado do fato de ele ficar com medo, à noite, de que um cavalo entrasse no quarto? São tolos receios de um menininho,

diriam. Uma neurose, contudo, jamais expressa tolices, nem mesmo um sonho o faria menos. Quando não somos capazes de entender alguma coisa, procuramos desvalorizá-las com críticas. Um meio ideal de facilitar nossa tarefa.

Existe um outro ponto em relação ao qual é preciso que evitemos recuar diante dessa tentação. Hans admitia que ele, toda noite antes de ir dormir, se divertia brincando com seu pênis. ‘Ah! então está explicado’: o médico da família estará propenso a dizer. ‘A criança se masturbava, daí sua ansiedade patológica.’ Mas, vamos devagar. O fato de o menino extrair de si mesmo prazer, masturbando-se, não explica em absoluto sua ansiedade; pelo contrário, o ato torna a situação mais problemática do que antes. Os estados de ansiedade não são formados pela masturbação ou pela obtenção de satisfação, qualquer que seja. Além disso, podemos supor que Hans, então com quatro anos e nove meses, se havia dado a esse prazer, toda noite, pelo menos por um período de um ano (ver em [1]). E vamos saber [ver em [2] e [3]] que, nessas ocasiões, ele de fato estava lutando para livrar-se do hábito - um estado de coisas que melhor se ajusta à repressão e à geração de ansiedade.

Devemos dizer também uma palavra em favor da admirável e devotada mãe de Hans. Seu pai a acusa, com certa aparência de justiça, de ser responsável pela manifestação da neurose da criança, em face de suas excessivas demonstrações de afeto para com Hans, e também da freqüência e facilidade com que o levava para sua cama. Poderíamos igualmente incriminá-la por haver precipitado o processo de repressão pela enérgica rejeição das tentativas dele (‘seria porcaria’, ver em [1]). Entretanto, ela tinha um papel predestinado a desempenhar, e a posição em que se encontrava era bem difícil.

Combinei com o pai de Hans que ele diria ao menino que tudo aquilo relacionado com cavalos não passava de uma bobagem. Seu pai iria dizer que a verdade é que ele gostava muito de sua mãe e que queria que ela o levasse para sua cama. A razão por que ele tinha então medo de cavalos se explicava por ele se haver interessado muito pelos seus pipis. Ele próprio observara não ser correto ficar tão preocupado assim com os pipis, mesmo com o dele; e tinha razão ao pensar dessa forma. A seguir sugeri a seu pai que começasse a dar a Hans alguns esclarecimentos dentro do tema do conhecimento sexual. O comportamento anterior da criança constituía para nós justificativa para admitirmos estar sua libido relacionada com um desejo de ver o pipi de sua mãe. Propus então a seu pai que afastasse de Hans esse objetivo, informando-o de que sua mãe e todos os outros seres femininos (como podia constatar com Hanna) não tinham pipi nenhum. Esse último esclarecimento lhe seria dado numa ocasião favorável, quando o assunto fosse motivado por alguma pergunta ou alguma observação casual de Hans.

As notícias que se seguem com respeito a Hans abrangem o período entre 1º e 17 de março. O intervalo de mais de um mês será relatado diretamente.

‘Após Hans ter sido esclarecido, seguiu-se um período de relativa tranqüilidade, durante o qual podiam, sem maiores dificuldades, levá-lo para seu passeio diário no Stadtpark. [Ver em [1].] Seu medo de cavalos foi-se transmudando gradativamente em uma compulsão para olhá-los. Ele dizia: “Tenho que olhar para os cavalos, e aí fico com medo.”

‘Depois de uma gripe muito forte, que o prendeu na cama por duas semanas, sua fobia aumentou novamente, a tal ponto que não se conseguia levá-lo para sair, ou de qualquer forma não mais do que até a varanda. Todo domingo ele ia comigo até Lainz, pois é um dia em que não há muito tráfego nas ruas, e o caminho até a estação é bem curto. Certa vez, em Lainz, ele se recusou a passear fora do jardim, porque havia uma carruagem estacionada em frente. Uma semana depois, a qual ele passou em casa em consequência de uma operação das amígdalas, sua fobia aumentou de novo, agravando-se muito mais. Ele vai até a varanda, é verdade, mas não sai para passear. Quando chega até a porta da rua, vira-se rapidamente e volta.

‘No domingo, 1º de março, houve a seguinte conversa no caminho até a estação. Eu estava tentando explicar-lhe de novo que os cavalos não mordem. *Ele*: “Mas os cavalos brancos mordem. Em Gmunden há um cavalo branco que morde. Se você apontar o dedo para ele, ele morde.” (Chamou-me a atenção ele dizer “dedo”, em vez de “mão”.) Então me contou a seguinte história, que repito aqui de forma mais objetiva: “Quando Lizzi tinha de ir embora, havia uma carroça com um cavalo branco em frente da casa dela, para levar a bagagem para a estação.” (Ele me contou que Lizzi era uma menina que morava numa casa vizinha.) “O pai dela estava parado perto do cavalo, e o cavalo virou a cabeça (para tocá-lo), e ele disse para Lizzi: *‘Não estenda seu dedo para o cavalo branco senão ele te morde.’*” Nisso falei: “Sabe, parece-me que você não quer dizer um cavalo, mas um pipi, onde ninguém deve pôr a mão.”

‘*Ele*: “Mas um pipi não morde.”

‘*Eu*: “Mas pode ser que morda.” Então ele procurou animadamente provar-me que era de fato um cavalo branco.

‘Em 2 de março, quando ele mostrou de novo sinais de estar com medo, eu lhe disse: “Sabe de uma coisa? Essa bobagem sua” (é como ele fala da sua fobia) “... seria melhor se você passeasse mais vezes. Agora é muito ruim, porque você não tem podido sair pois estava doente.”

‘*Ele*: “Não é isso, é ruim porque eu ainda continuo pondo a mão no meu pipi de noite.”

Médico e paciente, pai e filho, eram unânimes, por conseguinte, ao atribuírem a principal participação na patogênese da atual condição de Hans ao seu hábito de masturbar-se. Não faltavam, contudo, indicações da existência de outros fatores significativos.

‘Em 3 de março admitimos uma nova empregada, que agradou muito a ele. Ela o deixa brincar de cavalo nas suas costas enquanto limpa o assoalho, e ele, por isso, a chama de “meu cavalo”, segurando a saia dela e gritando “Vamos”. Pelo dia 10 de março, ele disse à nova babá: “Se você fizer tal e tal coisa, você terá que se despir toda, e tirar até a camisa.” (Para ele isso era um castigo, mas é fácil identificar, por trás disso, o desejo.)

‘*Ela*: “E que mal teria? Eu me diria que não tenho dinheiro para gastar com roupas.”

‘*Ele*: “Mas seria uma vergonha. As pessoas veriam o seu pipi.”

Temos aqui novamente a mesma curiosidade, orientada, todavia, para um novo objeto e (coerentemente com um período de repressão) ocultada sob um propósito moralizador.

‘Em 13 de março, pela manhã, eu disse a Hans: “Você sabe que, se não puser mais a mão no seu pipi, você logo vai ficar bom dessa sua bobagem.”

‘*Hans*: “Mas eu não ponho mais a mão no meu pipi.”

‘*Eu*: “Mas você ainda quer pôr.”

‘*Hans*: “Quero sim. Mas querer não é fazer, e fazer não é querer.” (!!)

‘*Eu*: “Está bem, mas, para não deixar você querer, nesta noite você vai dormir num saco de dormir.”

‘A seguir, saímos para a frente da casa. Hans ainda estava com medo, mas animou-se visivelmente com a expectativa de seus esforços o aliviarem; e disse: “Que bom, se eu tiver um saco para dormir a minha bobagem amanhã vai desaparecer.” De fato, ele estava com *muito* menos medo de cavalos, e ficava relativamente calmo quando os veículos passavam.

‘Hans prometeu ir comigo a Lainz no domingo seguinte, dia 15 de março. A princípio mostrou resistência, mas enfim foi comigo, apesar de tudo. Naturalmente sentiu-se à vontade na rua, pois não havia muito tráfego, e disse: “Que coisa! Deus então retirou os cavalos.” Caminhando, expliquei-lhe que sua irmã não ganhara um pipi como ele. Eu disse que as meninas e as mulheres não têm pipi: a mamãe não tem. Anna não tem, e assim por diante.

‘*Hans*: “Você tem um pipi?”

‘*Eu*: “Claro. Por que, o que você acha?”

‘*Hans* (após uma pausa): “Mas então como é que as meninas fazem pipi, se elas não têm pipi?”

‘*Eu*: “Elas não têm pipi como o seu. Você já viu, quando Hanna tomava banho?”

‘Durante todo o dia ele esteve muito animado, andou de tobogã etc. Só ao chegar a noite é que se tornou abatido novamente, e parecia estar com medo de cavalos.

‘Naquela noite sua crise de nervos e a necessidade de ser mimado eram menos intensas do que nos dias anteriores. No dia seguinte, sua mãe o levou à cidade, e ele ficou muito assustado nas ruas. No outro dia, ficou em casa e estava muito bem disposto. Na manhã seguinte, despertou assustado, por volta das seis horas. Quando lhe perguntaram o que havia, ele disse: “Pus o dedo no meu pipi, só um pouquinho, vi a mamãe despida, de camisa, e ela me deixou ver o seu pipi. Mostrei a Grete, a minha Grete, o que a mamãe estava fazendo, e mostrei meu pipi para ela. Então tirei depressa a mão do meu pipi.” Quando objetei que ele só podia querer dizer “de camisa” ou “despida”, Hans disse: “Ela estava de camisa, mas a camisa era tão pequena que eu vi o seu pipi.”

Isso não foi um sonho, absolutamente, mas uma fantasia masturbatória, que era, contudo, equivalente a um sonho. O que ele fez a mãe fazer foi com a intenção evidente de autojustificar-se: ‘Se mamãe mostra o seu pipi, eu também posso.’

A partir de sua fantasia, podemos reunir duas coisas: em primeiro lugar, a reprimenda de sua mãe produziu nele um resultado intenso, no momento em que foi feita; e, em segundo, o esclarecimento feito quanto ao fato de as mulheres não possuírem pipi não foi, a princípio, aceito por ele. Desagradou-lhe que assim fosse, e em sua fantasia ateu-se à sua convicção anterior. Talvez também tivesse razões para recusar-se a acreditar em seu pai naquele momento.

Relato Semanal do Pai de Hans: ‘Estimado Professor, junto a este a continuação da história de Hans - e um capítulo bem interessante. Talvez tome a liberdade de ir vê-lo durante as suas horas de consulta, na segunda-feira e, se possível, de levar Hans comigo, na suposição de que ele vá. Hoje eu lhe disse: “Você irá comigo, segunda-feira, para ver o Professor, que é quem pode acabar com a sua bobagem, para seu bem?”

‘*Ele:* “Não.”

‘*Eu:* “Mas ele tem uma filhinha muito bonita.” - Ao que ele, de boa vontade e contente, consentiu.

‘Domingo, 22 de março. Tendo em vista prolongar o programa de domingo, propus a Hans que fôssemos antes a Schönbrunn, e que somente ao meio-dia continuássemos o passeio de lá para Lainz. Portanto, ele tinha de caminhar não só de casa até a estação de Hauptzollamt na Stadtbahn, mas também da estação de Hietzing até Schönbrunn, e daí até a estação de bondes a vapor de Hietzing. E conseguiu fazer tudo isso, afastando rapidamente o olhar quando algum cavalo passava, de vez que era evidente que estava nervoso. Afastando o olhar, estava seguindo um conselho que lhe dera sua mãe.

‘Em Schönbrunn mostrou sinais de medo de animais que em outras ocasiões ele olhava sem se alarmar. Assim recusou-se peremptoriamente a entrar no recinto onde fica a *girafa*, nem visitaria o elefante, que anteriormente costumava diverti-lo bastante. Estava com medo de todos os animais de grande porte, ao passo que ficava muito entretido com os pequenos. Entre os pássaros, dessa vez ficou assustado com o pelicano (o que antes jamais ocorrera), evidentemente devido também ao seu tamanho.

‘Então lhe perguntei: “Você sabe por que está com medo dos animais grandes? Os animais grandes têm pipis grandes, e na verdade você tem medo de pipis grandes.”

‘*Hans:* “Mas eu ainda não vi até agora os pipis dos animais grandes.”

‘*Eu:* “Mas você viu o do cavalo, e o cavalo é um animal grande.”

‘*Hans:* “Do cavalo, sim, muitas vezes. Uma vez em Gmunden, quando a carroça estava parada à porta, e uma vez em frente à Agência Central da Alfândega.”

‘*Eu:* “Quando você era pequeno, é muito provável que tenha entrado num estábulo, em

Gmunden...”

‘Hans (interrompendo): “Sim, eu entrava todo dia no estábulo em Gmunden, quando os cavalos vinham recolher-se.”

‘Eu: “... e é bem provável que você tenha ficado assustado ao ver, certa vez, o grande pipi do cavalo. Os animais grandes têm pipis grandes e os animais pequenos têm pipis pequenos.”

‘Hans: “E todo mudo tem um pipi. E o meu pipi vai ficar maior quando eu crescer; ele está preso no mesmo lugar, é claro.”

‘Aqui, a conversa terminou. Nos dias que se seguiram parecia que seus medos aumentaram um pouco. Dificilmente se arriscava a ir até a porta de entrada, aonde o levavam depois do almoço.’

As últimas palavras de Hans, de certa forma confortadoras, esclarecem a situação e nos permitem efetuar algumas correções nas asserções de seu pai. É fato que ele tinha medo de animais grandes, porque se via obrigado a pensar nos seus grandes pipis; contudo, não se pode, na verdade, dizer que ele estava com medo dos próprios pipis deles. Antes a idéia que tinha deles lhe fora decididamente agradável, e ele costumava esforçar-se de todo jeito para dar uma olhada neles. Desde então esse prazer ficou prejudicado para ele, devido à inversão global do prazer em desprazer que havia tomado conta de todas as suas pesquisas sexuais, de um modo ainda inexplicável, e também devido a alguma coisa que se torna mais clara para nós, ou seja, a determinadas experiências e reflexões que levaram a conclusões aflitivas. De suas palavras autoconsoladoras (‘meu pipi vai ficar maior quando eu crescer’) podemos deduzir que, durante suas observações, ele constantemente vinha fazendo comparações, e ficara extremamente insatisfeito com o tamanho do seu pipi. Os animais grandes lembravam-no desse seu defeito, e por isso lhe eram desagradáveis. Entretanto, de vez que toda a corrente de pensamentos era provavelmente incapaz de se tornar nitidamente consciente, também esse sentimento aflitivo foi transformado em ansiedade, de modo que sua ansiedade atual se estabeleceu tanto em seu prazer anterior quanto em seu atual desprazer. Uma vez que um estado de ansiedade se estabelece, a ansiedade absorve todos os outros sentimentos; com o progresso da repressão, e com a passagem ao inconsciente de boa parte das outras idéias que são carregadas de afeto e que foram conscientes, todos os afetos podem ser transformados em ansiedade.

A curiosa observação de Hans ‘ele está preso no mesmo lugar, é claro’ possibilita adivinhar muitos elementos em conexão com a sua fala consoladora, que ele não podia expressar com palavras e que não expressou no transcorrer da análise. Preencherei essas

lacunas, até certo ponto, usando de minhas experiências nas análises de pessoas adultas; contudo, espero que a intervenção não seja considerada arbitrária ou caprichosa. ‘Ele está preso no mesmo lugar, é claro’: se o pensamento foi motivado pelo consolo e desafio, lembremo-nos da velha ameaça de sua mãe, de que ele lhe cortaria fora o pipi se ele continuasse brincando com ele. [Ver pág. 17.] Na época em que foi feita, quando ele tinha três anos e meio, a ameaça não teve consequência alguma. Ele tranqüilamente respondeu que então faria pipi com seu traseiro. Constituiria um dos processos mais típicos se a ameaça de castração produzisse um efeito *adiado*, e se agora, um ano e três meses depois, ele fosse oprimido pelo medo de ter de perder essa preciosa parte do seu ego. Em outros casos de doença podemos observar uma semelhante operação adiada de ordens e ameaças feitas na infância, casos nos quais o intervalo chega a cobrir várias décadas, ou até mais. Conheço até casos nos quais uma ‘obediência adiada’ sob influência da repressão desempenhou um papel preponderante na determinação dos sintomas da doença.

A parcela de esclarecimento dado a Hans, pouco tempo antes, quanto ao fato de que as mulheres na verdade não possuem pipi, estava fadada a ter apenas um efeito destruidor sobre sua autoconfiança e a ter originado seu complexo de castração. Por essa razão é que ele ofereceu resistência à informação, e pela mesma razão ela não produziu efeitos terapêuticos. Seria possível haver seres vivos que não tivessem pipis? Se assim fosse, não mais se poderia duvidar de que eles pudessem fazer desaparecer seu próprio pipi e, se assim fosse, transformá-lo em mulher!

‘Na noite do dia 27 para 28, Hans nos surpreendeu saindo da cama, quando ainda estava bem escuro, e vindo para a nossa cama. O seu quarto está separado do nosso dormitório por um outro pequeno quarto. Nós lhe perguntamos por que tinha vindo - talvez estivesse com medo. “Não”, disse ele; “amanhã eu conto a vocês.” Fomos para a cama dormir e ele foi levado, então, de volta para sua cama.

‘No dia seguinte interroguei-o com mais detalhes, a fim de descobrir por que entrara em nosso quarto, para estar conosco, durante a noite; após alguma relutância, houve o seguinte diálogo, que eu imediatamente registrei em taquigrafia:

‘Ele: “De noite havia uma girafa grande no quarto, e uma outra, toda amarrotada; e a grande gritou porque eu levei a amarrotada para longe dela. Aí, ela parou de gritar; então eu me sentei em cima da amarrotada.”

‘Eu: (perplexo): “O quê? Uma girafa amarrotada? Como foi isso?”

‘*Ele*: “É sim.” (Rapidamente foi buscar um pedaço de papel, amarrotou-o e disse:)
“Estava amarrotada assim.”

‘*Eu*: “E você se sentou em cima da girafa amarrotada? Como foi?”

’Ele repetiu, sentando-se no chão.

‘*Eu*: “Por que você veio para o nosso quarto?”

‘*Ele*: “Eu mesmo não sei.”

‘*Eu*: “Você estava com medo?”

‘*Ele*: “Não. É claro que não!”

‘*Eu*: “Você sonhou com a girafa?”

‘*Ele*: “Não, eu não sonhei. Eu pensei. Pensei em tudo. Eu tinha acordado antes.”

‘*Eu*: “O que uma girafa amarrotada pode significar? Você sabe que é impossível amassar uma girafa como você amassa um pedaço de papel?”

‘*Ele*: “Claro que sei. Eu só pensei que estava amassando. É claro que não foi de verdade. A girafa amarrotada estava estendida no chão e eu a tirei dali... eu a peguei com as mãos.”

‘*Eu*: “Como? Você pode pegar com as mãos uma girafa grande assim?”

‘*Ele*: “Peguei a amarrotada na mão.”

‘*Eu*: “E enquanto isso, onde estava a grande?”

‘*Ele*: “A grande já estava bem longe.”

‘*Eu*: “O que foi que você fez com a amarrotada?”’

‘*Ele*: “Eu peguei na minha mão, por um momentinho, até que a grande parasse de gritar. E quando ela parou de gritar, eu sentei em cima da amarrotada.”’

‘*Eu*: “Por que foi que a grande gritou?”’

‘*Ele*: “Porque eu levei para longe dela a pequena.” (Ele notou que eu estava escrevendo tudo que dizíamos, e perguntou:) “Por que você está escrevendo isso aí?”’

‘*Eu*: “Porque vou mandar isso para um professor, aquele que pode acabar com a sua ‘bobagem’.”’

‘*Ele*: “Ah, então você escreveu também que a mamãe tirou a camisa, e vai dar também para o Professor!”’

‘*Eu*: “Sim, mas ele não vai entender como você pode pensar que é possível amarrotar uma girafa.”’

‘*Ele*: “Pois conte a ele que eu mesmo não sei, e assim ele não vai perguntar. Mas se ele perguntar o que é a girafa amarrotada, então ele pode escrever para nós, e nós podemos responder, ou então vamos logo escrever que eu mesmo não sei.”’

‘*Eu*: “Mas por que você entrou no nosso quarto, de noite?”’

’*Ele*: “Eu não sei.”’

‘*Eu*: “Pois me conte depressa o que é que você está pensando.”’

‘*Ele*: (brincando): “Geléia de framboesa.”’

‘*Eu*: “Que mais?”’

Seus desejos.

‘Ele: “Um revólver para matar as pessoas com um tiro.”

‘Eu: “Você assegura que não sonhou com isso?”

‘Ele: “Asseguro... não, não estou bem certo.”

‘Ele continuou dizendo: “A mamãe ficou me perguntando por que foi que eu entrei no seu quarto de noite. Mas eu não queria dizer, pois no começo me senti envergonhado com a mamãe.”

‘Eu: “Por quê?”

‘Ele: “Não sei.”

‘De fato, minha esposa o havia questionado a manhã inteira, até que ele lhe contou a história da girafa.’

Nesse mesmo dia, seu pai descobriu a solução da fantasia da girafa.

‘A girafa grande sou eu mesmo, ou melhor, o meu pênis grande (o pescoço comprido), e a girafa amarrotada é minha esposa, ou melhor, seu órgão genital. Trata-se, por conseguinte, do resultado do esclarecimento que lhe fora dado [ver em [1]].

‘Girafa: ver a descrição do passeio a Schönbrunn. [Cf. em [1] e [2].] Ademais, ele tem a figura de uma girafa e um elefante pendurada acima de sua cama.

‘Tudo isso é a reprodução de uma cena que se desenrolara durante quase todos esses últimos dias, pela manhã. Hans sempre entra em nosso quarto, bem cedo, e minha mulher não pode resistir, levando-o com ela para a cama por alguns minutos. Em resposta a esse procedimento, invariavelmente passo a admoestá-la para não levá-lo consigo para a cama (“a girafa grande gritava por que eu tirei a amarrotada de perto dela”); e ela responde, às vezes sem dúvida com certa irritação, que tudo é uma bobagem, que afinal um minuto não conta, e assim por diante. Desse modo, Hans fica com ela por um instante. (“Aí a girafa grande parou de gritar; e então eu sentei em cima da amarrotada.”)

’Esta, portanto, é a solução dessa cena matrimonial, transportada para a vida da girafa; à noite, ele fora arrebatado por uma ânsia de ter sua mãe, suas carícias, seu órgão genital, e por essa razão veio para nosso quarto. Tudo isso é continuação de seu medo de cavalos.’

É apenas isso o que tenho a acrescentar à penetrante interpretação do pai de Hans. O ‘*sentar-se em cima de*’ era provavelmente a imagem que Hans tinha de tomar *posse*. Todavia, isso tudo constitui uma fantasia de desafio relacionada com a sua satisfação pelo triunfo alcançado sobre a resistência de seu pai. ‘Grite quanto quiser! Não adianta, porque a mamãe me leva para a cama, e a mamãe é minha!’ Portanto, conforme seu pai suspeitava, justifica-se o fato de adivinhar por trás da fantasia um medo de que sua mãe não gostasse dele, de uma vez que seu pipi não se comparava com o de seu pai!

Na manhã seguinte, seu pai pôde obter a confirmação de sua interpretação.

’Domingo, 29 de março, fui a Lainz com Hans. À porta, despedi-me de minha esposa com uma brincadeira, dizendo: “Até logo, girafa grande!” “Por que girafa?”, perguntou Hans. “A mamãe é a girafa grande”, respondi, ao que Hans replicou: “Ah, é isso mesmo!, e Hanna é a girafa amarrotada, não é?”

’No trem expliquei-lhe a fantasia da girafa, ao que ele disse: “É isso, sim.” E quando eu lhe disse que eu era a girafa grande e que o pescoço comprido dela o fazia pensar num pipi, ele disse: “A mamãe tem um pescoço como uma girafa também. Eu vi quando ela estava lavando o seu pescoço branco.”

’Na segunda-feira, 30 de março, pela manhã Hans veio dizer-me: “Sabe de uma coisa? Pensei, hoje de manhã, em duas coisas!” “Você pensou o que primeiro?” “Pensei que estava com você em Schönbrunn, onde as ovelhas estão; e aí começamos a rastejar por baixo das cordas, então fomos contar ao policial, no fundo do jardim, e ele nos agarrou.” Ele se havia esquecido da segunda coisa.

’Posso acrescentar o seguinte comentário a esse respeito. Quando quisemos ver as ovelhas, no domingo, observamos que havia um espaço nos jardins cercado com uma corda; assim não nos era possível chegar até elas. Hans ficou muito admirado com o espaço cercado somente por uma corda, pois seria bem fácil resvalar por debaixo dela. Eu lhe falei que as pessoas educadas não rastejavam por baixo da corda. Ele disse que seria relativamente fácil, ao que respondi que o policial podia chegar e afastar a gente. Na entrada de Schönbrunn sempre fica um soldado de serviço; e certa vez contei a Hans que ele prendia

as crianças desobedientes.

‘Ao voltarmos de nossa consulta com o senhor, naquele mesmo dia, Hans confessou seu desejo de praticar mais alguma coisa proibida: “Sabe, hoje de manhã pensei de novo numa coisa.” “O que foi?” “Pensei que ia de trem, com você, e que nós quebramos uma janela e o policial nos levou embora com ele.”’

Esta é a mais adequada continuação da fantasia da girafa. Ele suspeitava que tomar posse de sua mãe era um ato proibido e se defrontara com a barreira contra o incesto. Ele, contudo, encarava esse aspecto como proibido *em si mesmo*. Seu pai estava com ele sempre que ele realizava, em sua imaginação, essas façanhas proibidas, e com ele se trancava. Ele pensava que seu pai também fazia aquela coisa proibida e enigmática com a sua mãe, que ele substituía por um ato de violência tal como quebrar uma vidraça ou forçar a entrada num espaço fechado.

Naquela tarde, pai e filho me visitaram nas horas de consulta. Eu já conhecia o singular menino, o qual, apesar de toda sua auto-segurança, era tão agradável que eu sempre ficava contente de vê-lo. Não sei se ele lembra de mim, mas se comportava de modo exemplar, como qualquer elemento perfeitamente razoável da sociedade humana. A consulta foi breve. O pai de Hans começou por observar que, a despeito de todos os esclarecimentos que dera a Hans, seu medo de cavalos ainda não havia diminuído. Éramos também forçados a confessar que as conexões entre os cavalos de que tinha medo e os sentimentos de afeição por sua mãe, antes revelados, não eram em absoluto abundantes. Determinados detalhes que acabo de saber - no tocante ao fato de que ele se incomodava, em particular, com aquilo que os cavalos usam à frente dos olhos, e com o preto em torno de suas bocas - certamente não se explicariam a partir daquilo que sabíamos. No entanto, ao ver os dois sentados à minha frente, e ao mesmo tempo ouvir a descrição que Hans fazia da ansiedade que lhe causavam os cavalos, vislumbrei um novo elemento para a solução, e um elemento que eu podia compreender que provavelmente escapasse a seu pai. Perguntei a Hans, à guisa de brincadeira, se os cavalos que ele via usavam óculos, ao que ele, contra toda evidência em contrário, repetiu que não. Finalmente lhe perguntei se para ele o ‘preto em torno da boca’ significava um bigode; revelei-lhe então que ele tinha medo de seu pai, exatamente porque gostava muito de sua mãe. Disse-lhe da possibilidade de ele achar que seu pai estava aborrecido com ele por esse motivo; contudo, isso não era verdade, seu pai gostava dele apesar de tudo, e ele podia falar abertamente com ele, sobre qualquer coisa, sem sentir medo. Continuei, dizendo que bem antes de ele nascer eu já sabia que ia chegar um pequeno Hans que iria gostar tanto de sua mãe que, por causa disso, não deixaria de sentir medo de seu pai; e também contei isso ao seu pai. ‘Mas por que você acha que estou aborrecido com você?’, nesse momento seu pai me interrompeu; ‘Alguma vez eu ralhei, ou bati em você?’ Hans o corrigiu: ‘Ah, sim! Você já me bateu.’ ‘Não é verdade. Então quando foi que aconteceu?’ ‘Hoje de manhã’, respondeu o menino; aí seu pai recordou que Hans,

inesperadamente, dera uma cabeçada em seu estômago, e que ele, num reflexo instintivo, o afastara com um tapa da mão. Era surpreendente que ele não tivesse correlacionado esse detalhe com a neurose; mas agora acabava de reconhecer esse fato como sendo uma expressão da hostilidade do menino para com ele e, talvez, também como manifestação da necessidade de ser punido por causa disso.

No caminho de casa, Hans perguntou ao pai: ‘O Professor conversa com Deus? Parece que já sabe de tudo, de antemão!’ Eu ficaria extraordinariamente orgulhoso, vendo minhas deduções confirmadas pela boca de uma criança, se eu próprio não o tivesse provocado com minha ostentação, à guisa de brincadeira. A partir dessa consulta, passei a receber quase que diariamente relatos das alterações verificadas na condição desse pequeno paciente. Não era de se esperar que ele ficasse livre de sua ansiedade, de um só golpe, com a informação que lhe dei; mas tornou-se aparente que acabara de se lhe oferecer a possibilidade de trazer à tona os produtos de seu inconsciente, e de identificar a sua fobia. Dali por diante ele passou a executar um programa, o qual pude de antemão comunicar a seu pai.

’2 de abril. Pôde-se notar, *pela primeira vez, uma melhora real*. Antes era impossível induzi-lo a sair à rua por um tempo mais longo, e ele sempre corria de volta para casa, com todos os sinais de medo a cada vez que passava um cavalo; agora ficava à porta da rua durante uma hora, mesmo com as carroças passando por ele, o que acontece em nossa rua com relativa freqüência. De vez em quando corria para dentro de casa ao ver aproximar-se ao longe uma carroça, mas logo se voltava, como se estivesse mudando de idéia. Em todo caso, resta apenas um traço de ansiedade, e é indiscutível o seu progresso, desde que ele foi esclarecido.

‘De noite Hans disse: “Já chegamos até a porta da rua, então podemos ir ao Stadtpark também.”’

‘Na manhã de 3 de abril, ele veio para a minha cama, o que não havia feito durante alguns dias, parecendo estar até mesmo orgulhoso disso. “Então por que hoje você veio?”, perguntei.

‘*Hans*: “Quando não tiver mais medo não virei mais.”’

‘*Eu*: “Então você vem para junto de mim porque está assustado?”’

‘*Hans*: “Quando não estou com você eu fico assustado; quando não estou na cama junto

com você, então fico assustado. Quando eu não estiver mais assustado eu não venho mais.”

‘*Eu*: “Então você gosta de mim e se sente aflito quando está na sua cama, de manhã? e por isso é que você vem para junto de mim?”

‘*Hans*: “Sim. Por que é que você me disse que eu gosto da *mamãe* e por isso é que fico com medo, quando eu gosto é de *você*?”

Aqui o menino demonstrava um grau de clareza incomum. Ele chamava atenção para o fato de que seu amor por seu pai entrava em conflito com sua hostilidade para com ele, considerando-o como um rival junto de sua mãe; e censurava seu pai por não haver ainda chamado sua atenção para esse jogo de forças, fadado a culminar em ansiedade. Seu pai até então não o entendia por completo, de vez que, durante esse diálogo, conseguiu convencer-se apenas da hostilidade que o menino lhe tinha, cuja presença eu afirmara durante a nossa consulta. O diálogo que se segue, que repito aqui sem alteração, tem de fato mais importância com relação ao progresso do esclarecimento do pai do que com relação ao pequeno paciente.

‘Infelizmente não pude apreender de imediato o significado dessa censura. Por gostar de sua mãe, é evidente que deseja afastar-me, e assim ficaria no lugar de seu pai. Esse seu desejo hostil suprimido transformou-se em ansiedade *por* seu pai, e ele vem ter comigo de manhã para ver se fui embora. Lastimo não ter compreendido isso no momento; disse-lhe: ”Quando você está sozinho, você fica ansioso a meu respeito e vem ter comigo.”

‘*Hans*: “Quando você está longe, fico com medo de você não vir para casa.”

‘*Eu*: “E alguma vez eu o ameacei de não voltar para casa?”

‘*Hans*: “Você não, mas mamãe disse; mamãe me disse que ela não ia voltar.”
(Provavelmente ele fizera alguma travessura, e ela ameaçara ir embora.)

‘*Eu*: “Ela disse isso porque você fez alguma travessura.”

‘*Hans*: “Sim.”

‘*Eu*: “Logo, você tem medo de que eu vá embora porque você foi travesso; por isso é que você vem para junto de mim.”

‘Quando levantei da mesa depois do café, Hans disse: “Papai, não se afaste de mim nesse trote!” Fiquei abalado por dizer “trote” em lugar de “corrida”, e respondi: “Ah! Então você fica com medo do cavalo que se afasta de você, num trote.” Diante disso ele riu.’

Sabemos que essa parte da ansiedade de Hans possui dois componentes: havia medo *de* seu pai e medo *por* seu pai. O primeiro derivava de sua hostilidade para com seu pai, e o outro derivava do conflito entre sua afeição, exagerada a esse ponto por um mecanismo de compensação, e sua hostilidade.

Seu pai continua: ‘Sem dúvida este é o começo de uma importante fase. O motivo pelo qual ele mal se arriscava a sair de casa, não querendo deixá-la e retornando ao advir o primeiro ataque de ansiedade, no meio do caminho, se deve a seu medo de não encontrar seus pais em casa porque eles foram embora. Ele se prende à casa por amor de sua mãe, e fica com medo de eu ir embora, em virtude dos desejos hostis que ele nutre contra mim - pois assim *ele* seria o pai.

‘No verão, eu costumava deixar Gmunden freqüentemente, para ir a Viena a negócios, e então ele era o pai. O senhor se lembra de que o seu medo de cavalos está relacionado com o episódio em Gmunden, quando um cavalo devia levar a bagagem de Lizzi até a estação [ver em [1]]. O desejo reprimido de que eu fosse à estação, pois assim ele estaria a sós com sua mãe (o desejo de que “o cavalo fosse embora”), se transforma em medo de que o cavalo parta; e, com efeito, nada lhe provoca maior alarme do que ver uma carroça sair do pátio da Agência Central da Alfândega (que fica bem em frente ao nosso apartamento) e os cavalos começarem a marchar.

’Essa nova fase (sentimentos hostis para com seu pai) só poderia manifestar-se depois que ele soubesse que eu não estava aborrecido porque ele gostava tanto assim de sua mãe.

‘À tarde saí novamente com ele para a porta da rua; e de novo ele saiu até a frente de casa, lá ficando ainda que passassem carroças por ele. Apenas com algumas carroças é que teve medo, e entrava correndo para o saguão de entrada. Também me disse, a título de explicação: “Nem todos os cavalos brancos mordem.” Isto quer dizer que, em virtude da análise, alguns cavalos brancos já foram reconhecidos como sendo o “papai”, e estes já não mordem; mas ainda existem outros que *de fato* mordem.

‘A posição da porta da rua de nossa casa é a seguinte: do lado oposto fica o armazém do

Escritório de Impostos sobre Comestíveis, com uma rampa de carregamento pela qual, durante o dia inteiro, passam as carroças para apanhar caixas, caixotes etc. Esse pátio está separado da rua por meio de grades; e os portões de entrada para o pátio são frontais à nossa casa (Fig. 2).



Fig. 2

Durante alguns dias notei que Hans fica muito assustado quando as carroças entram ou saem do pátio, pois são obrigadas a fazer uma curva. Numa dessas ocasiões, perguntei-lhe por que estava com tanto medo, e ele me respondeu: “*Tenho medo de que os cavalos caiam quando a carroça vira*” (a). Ele igualmente fica assustado quando as carroças estacionadas na rampa de carregamento começam a mover-se para partir (b). Ademais (c), fica mais assustado com os grandes cavalos de tração do que com os cavalos pequenos, e mais com os rudes cavalos de fazenda do que com os cavalos elegantes (como os que puxam carruagem). Também fica mais assustado quando um veículo passa rapidamente (d) do que quando os cavalos trotam a passo lento. Essas diferenciações naturalmente só se evidenciaram claramente nestes últimos dias.’

Eu me inclinaria a dizer que, em consequência da análise, não só o paciente como também a sua fobia haviam tomado coragem e agora se arriscavam a manifestar-se. [Cf. em [1].]

‘No dia 5 de abril Hans veio de novo para nosso quarto, mas foi mandado de volta para sua cama. Eu lhe disse: “Enquanto você entrar em nosso quarto, de manhã, seu medo de cavalos não vai melhorar.” Sua atitude, contudo, era de desafio, e ele replicou: “Não importa, eu vou entrar, mesmo se eu *estiver com medo*.” Quer dizer, ele não permitiria que o proibissem de visitar sua mãe.

‘Depois do café deveríamos descer. Hans ficou muito contente e resolveu, em vez de ficar parado à porta da rua, como de hábito, atravessar a rua e entrar no pátio, onde freqüentemente via crianças da rua brincando. Disse-lhe que eu ficaria contente se ele atravessasse, e aproveitei a oportunidade para lhe perguntar por que ficava com tanto medo quando as carroças carregadas na rampa começavam a movimentar-se (b).

‘*Hans*: “Tenho medo de ficar ao lado da carroça e ela partir rápido, e de ficar de pé nela e querer passar para o galpão (a rampa de carregamento), e então a carroça me levar quando sair.”

‘*Eu*: “E se a carroça fica parada? Então você não tem medo? Por que não?”

‘*Hans*: “Se a carroça fica parada eu posso subir rápido na carroça e dela passar para o galpão.” [Fig. 3.]



Fig. 3

’Então Hans está planejando subir em cima de uma carroça e daí passar para a rampa de carregamento, e tem medo de a carroça partir quando ele estiver em cima dela.

‘*Eu*: “Talvez você tenha medo de não mais voltar para casa se você partir com a carroça, não?”

‘*Hans*: “Oh, não! Posso sempre voltar para mamãe, na carroça ou num carro. Posso dar a ele o número da nossa casa.”

‘*Eu*: “Então por que você fica *com medo*?”

‘*Hans*: “Não sei. Mas o Professor deve saber. Você não acha que ele vai saber?”

‘*Eu*: “E por que você quer subir até o galpão?”

‘*Hans*: “Porque nunca estive lá, e gostaria muito de estar lá; e você sabe por que eu gostaria de ir lá? Porque eu gostaria de carregar e descarregar as caixas, e gostaria de ficar trepando e brincando pelas caixas que ficam lá. Eu gostaria tanto de ficar por lá brincando assim. Você sabe com quem aprendi a ficar subindo pelas caixas? Eu vi alguns meninos subindo em cima das caixas e quero fazer isso também.”

‘Seu desejo não foi satisfeito. Porque quando Hans se arriscou a ir à frente da porta de entrada, os poucos passos para atravessar a rua e entrar no pátio despertaram nele enormes resistências, porque constantemente as carroças entravam no pátio.

O Professor sabe apenas que o brinquedo que Hans pretendia com as carroças carregadas deve ter permanecido na relação de um substituto simbólico para algum outro desejo, quanto ao qual ele até então não havia pronunciado uma só palavra. Contudo, se não parecer ousado demais, esse desejo, mesmo nesse estádio, já poderia estar estruturado.

‘À tarde saímos novamente para a frente da porta e, quando voltei, perguntei a Hans:

‘“De que cavalos você realmente tem mais medo?”

‘*Hans*: “De todos.”

‘*Eu*: “Isso não é verdade.”

‘*Hans*: “Tenho mais medo dos cavalos que têm uma coisa na boca.”

‘*Eu*: “O que você quer dizer? O pedaço de ferro que eles têm na boca?”

‘*Hans*: “Não. Eles têm uma coisa preta na boca.” (E cobriu a boca com a mão.)

‘*Eu*: “O quê? Talvez um bigode?”

‘*Hans*: (rindo): “Oh não!”

‘*Eu*: “Eles todos têm essa coisa?”

‘*Hans*: “Não, só alguns deles.”

’*Eu*: “O que é que eles têm na boca?”

‘*Hans*: “Uma coisa preta.” (Na realidade, acho que deve ser aquela parte grossa do arreio que os cavalos de tração usam por sobre o nariz.) [Fig. 4.]



Fig. 4

““Também fico com muito medo das carroças de mudanças.”

‘*Eu*: “Por quê?”

‘*Hans*: “Eu acho que, quando os cavalos estão puxando uma carroça de mudanças muito pesada, eles podem cair.”

‘*Eu*: “Então você não tem medo de carroça pequena?”

‘*Hans*: “Não. Não tenho medo nem de carroça pequena nem de um carro dos correios. Também fico mais com medo quando passa um ônibus.”

‘*Eu*: “Por quê? É porque é tão grande, não?”

‘*Hans*: “Não. É porque uma vez um cavalo do ônibus caiu.”

‘*Eu*: “Quando?”

‘*Hans*: “Uma vez que saí com mamãe, mesmo com a minha ‘bobagem’, foi quando comprei o colete.” (Isso foi, depois, confirmado por sua mãe.)

‘*Eu*: “O que você pensou, quando o cavalo caiu?”

‘*Hans*: “Agora vai ser sempre assim. Todos os cavalos dos ônibus vão cair.”

‘*Eu*: “De todos os ônibus?”

‘*Hans*: “É. E também das carroças de mudanças. Mas estes devem cair menos vezes.”

‘*Eu*: “Naquela ocasião você já tinha a sua bobagem?”

‘*Hans*: “Não, só aí é que tive. Quando o cavalo do ônibus caiu, levei um susto de verdade! Foi então que eu fiquei com a bobagem.”

‘*Eu*: “Mas a bobagem foi que você pensava que um cavalo ia mordê-lo. E agora você me diz que tinha medo de um cavalo cair.”

‘*Hans*: “Cair ou morder.”

‘*Eu*: “Por que você levou o susto?”’

‘*Hans*: “Porque o cavalo fez assim com as patas.” (Ele se deitou no chão e me mostrou como o cavalo agitava as patas pelos lados.) “Levei um susto *porque ele fez um barulhão com as patas.*”’

‘*Eu*: “Aonde você foi com a mamãe nesse dia?”’

‘*Hans*: “Primeiro fomos ao ringue de patinação, depois a um café, e aí fomos comprar o colete, depois fomos à confeitaria e voltamos de noite para casa; voltamos pelo Stadtpark.” (Tudo isso foi confirmado por minha esposa, como também o fato de que imediatamente após irrompeu a ansiedade.)’

‘*Eu*: “O cavalo estava morto quando caiu?”’

‘*Hans*: “Sim.”’

‘*Eu*: “E como você sabia disso?”’

‘*Hans*: “Porque eu vi.” (Riu.) “Não, não estava nada morto.”’

‘*Eu*: “Talvez você achasse que estivesse morto...”’

‘*Hans*: “Não, de jeito nenhum. Eu só disse isso de brincadeira.” (Sua expressão no momento, porém, tinha sido de seriedade.)’

‘Quando se cansou, deixei-o ir brincar. Além disso ele me contou apenas que, a princípio, tivera medo de cavalos dos ônibus, depois de todos e, somente no final, que tinha medo de cavalos das carroças de mudanças.’

‘Na volta de Lainz, fiz-lhe mais algumas perguntas:’

‘*Eu*: “Quando o cavalo do ônibus caiu, que cor ele tinha? Branco, ruão, castanho, cinza?”’

‘*Hans*: “Preto. Os dois cavalos eram pretos.”’

‘Eu: “Era grande ou pequeno?”’

‘Hans: “Grande”.

‘Eu: “Gordo ou magro?”’

‘Hans: “Gordo. Muito grande e gordo.”’

‘Eu: “Quando o cavalo caiu você pensou no seu papai?”’

‘Hans: “Pode ser. Sim, é possível.”’

Pode ser que as investigações do pai de Hans não lograssem êxito em alguns aspectos; contudo, não é prejudicial travar conhecimento, na intimidade, com uma fobia dessa espécie - a qual podemos sentir-nos inclinados a denominar a partir de seus objetos. [Cf. em [1].] Isso porque, dessa forma, conseguimos ver a que ponto ela é realmente difusa. Ela se estende até cavalos e carroças, ao fato de cavalos caírem e morderem, até cavalos de características especiais, a carroças carregadas com muito peso. Revelarei, de imediato, que todas essas características derivavam da circunstância de que a ansiedade, originalmente, não encerrava referência alguma a todos os cavalos, mas para eles se transpunha de modo secundário, e acabara por ficar fixada naqueles elementos do complexo relativo a cavalos, que se revelaram bem adaptados a determinadas transferências. Devemos reconhecer especialmente um resultado muito importante do exame ao qual o menino foi submetido por seu pai. Aprendemos qual foi a causa imediata que precipitou a irrupção da fobia. Ocorreu quando o menino viu cair um cavalo grande e pesado; e pelo menos uma das interpretações dessa impressão parece ser aquela à qual seu pai deu ênfase, ou seja, que Hans naquele momento percebeu um desejo de que seu pai caísse daquele mesmo modo... e morresse. A expressão de seriedade que assumiu ao contar o episódio referia-se, sem dúvida, a esse significado inconsciente. Será que existiria ainda outro significado oculto atrás disso tudo? Além disso, qual pode ter sido a significação de o cavalo fazer um grande barulho com as pernas?

‘Durante algum tempo, Hans tem brincado de cavalo, no quarto; ele trota, deixa-se cair, esperneia com os pés e relincha. Certa vez prendeu no rosto um saquinho, parecido com a sacola de focinheira dos cavalos. Repetidamente, vem correndo até mim e me morde.’

Desse modo, ele aceitava as últimas interpretações com mais determinação do que lhe era possível fazer com palavras, mas naturalmente mediante uma troca de papéis, de vez que o

jogo se desenrolava em obediência a uma fantasia plena de desejo. Por conseguinte, *ele* era o cavalo, e mordida seu pai; assim, ele se identificava com seu pai.

‘Nesses dois últimos dias notei que Hans me tem desafiado de uma maneira bem decidida, não com maus modos, mas com muita animação. Será porque já não tem mais medo de mim - o cavalo?’

’6 de abril. Fui com Hans até a frente de casa, à tarde. Ao passar algum cavalo eu lhe perguntava se ele via o “preto na boca do animal”; ele sempre dizia que “não”. Perguntei-lhe com que se parecia de fato esse preto e ele respondeu que parecia com um ferro preto. Portanto, não se confirmou a minha primeira idéia, de que de fato era a correia de couro que faz parte dos arreios nos cavalos de tração. Indaguei-lhe se “a coisa preta” lhe lembrava um bigode, e ele disse: “Só pela cor.” De modo que ainda não sei o que realmente vem a ser.

‘Seu medo diminuiu; dessa vez arriscou-se a ir até a casa vizinha, mas voltou imediatamente quando ouviu trotes de cavalos ao longe. Quando uma carroça veio parar em frente à nossa porta, ele ficou assustado e correu para dentro de casa, pois o cavalo começou a mexer as patas. Perguntei-lhe por que estava com medo e também se, talvez, ficara nervoso porque o cavalo tinha feito assim (e bati com o pé no chão). Ele disse: “Não faça tanto barulho assim com o pé!” Compare com a observação que ele fez a respeito do cavalo do ônibus, que caiu.

‘Ele ficou especialmente apavorado ao passar por perto uma carroça de mudanças; e correu depressa para dentro de casa. Perguntei-lhe, despreocupado: “Uma carroça de mudanças como essa parece realmente com um ônibus?” Ele nada disse. Repeti a pergunta, e então ele respondeu: “Pois é claro! Senão, eu não teria tanto medo de uma carroça de mudanças.”

‘7 de abril. Hoje novamente lhe perguntei com que se parecia a “coisa preta na boca dos cavalos”. Hans disse: “Com um focinho.” Curioso é que nesses últimos três dias não passou um só cavalo no qual ele indicasse esse tal “focinho”. Eu mesmo não tenho visto, nos meus passeios, um cavalo desses, embora Hans afirme que tais cavalos existem de verdade. Desconfio que, nos cavalos, algum tipo de bridão - a peça pesada dos arreios em torno da boca, talvez - realmente lhe lembrasse um bigode, e que, depois que aludi a isso, esse medo também desapareceu.

‘Sua melhoria tem sido constante. O raio de seu círculo de atividades, tendo a porta da rua como seu centro, torna-se cada vez maior. Chegou até a levar a cabo a façanha, que até agora lhe tem sido impossível, de atravessar correndo até a calçada em frente, do outro lado. Todo o medo que ainda permanece relaciona-se com a cena do ônibus, cujo significado ainda não está claro para mim.

‘9 de abril. Nesta manhã, Hans veio ver-me, enquanto eu me lavava e estava nu até a cintura.

‘*Hans*: “Papai, você é lindo! Você é tão branco.”

’*Eu*: “Sim. Como um cavalo branco.”

‘*Hans*: “A única coisa preta é o seu bigode.” (continuando:) “Ou talvez seja um focinho preto?”

‘Então, falei para ele que na véspera, à noite, eu tinha ido visitar o Professor; e disse a Hans: “Há uma coisa que ele quer saber.” “Estou *muito* curioso”, comentou Hans.

‘Eu lhe disse que sabia em que momentos ele fazia um barulhão com os pés. “Ah, sim”, interrompeu-me, “é quando estou zangado, ou quando tenho de fazer ‘*lumf*’ quando o que quero é brincar.” (É verdade que ele tem o hábito de fazer barulho com os pés, isto é, bater com eles quando está zangado. - “Fazer ‘*lumf*’” significa evacuar os intestinos. Hans, quando pequeno, ao levantar-se certo dia do urinol, disse: “Olha para o ‘*lumf*’ [em alemão: ‘*Lumpf*’].” Ele queria dizer “meia” [em alemão: “*Strumpf*”], por causa da sua forma e da cor. Essa denominação persiste até hoje. - Ainda bem novinho, quando tinha de ser posto no urinol, e se recusava a deixar seu brinquedo, costumava bater com os pés no chão, de raiva, e dava pontapés a esmo, às vezes também atirando-se no chão.)

““E você também fica dando pontapés quando tem de fazer pipi e não quer ir porque prefere continuar brincando.”

‘*Ele*: “Ah, preciso ir fazer pipi.” E saiu da sala - sem dúvida para confirmar o que acabara de dizer.’

Durante a visita que me fez, o pai de Hans me perguntou que recordação poderia ter sido trazida à sua mente pelo cavalo caído agitando as patas. Sugerí-lhe que poderia ter sido a sua própria reação ao reter a urina. Hans então confirmou isso, com o ressurgimento, durante a conversa, de um desejo de urinar, acrescentando mais outros significados ao ato de fazer barulho com os pés.

‘Em seguida, saímos para a calçada em frente à porta da rua. Ao passar uma carroça carregada de carvão, ele me disse: “Papai, eu também tenho medo das carroças de carvão.”

‘*Eu*: “Talvez porque elas sejam grandes como os ônibus.”

‘*Hans*: “Sim, e porque a carga é muito pesada e os cavalos têm de arrastar tanta coisa, e seria fácil eles caírem. Se a carroça está vazia eu não tenho medo.” Conforme já observei, é um fato que apenas os veículos pesados o põem num estado de ansiedade.’

A situação, todavia, continuava francamente obscura. A análise fazia poucos progressos; e receio que o leitor comece a achar tediosa a descrição que faço dela. No entanto, toda análise tem períodos obscuros dessa natureza. Mas Hans tinha chegado, então, ao ponto de conduzir-nos para uma área inesperada.

‘Tinha voltado para casa e estava conversando com minha esposa, que me mostrava as compras que fizera. Entre elas, havia um par de calcinhas amarelas para senhoras. Hans exclamou “hum” duas ou três vezes, jogou-se no chão e cuspiu. Minha esposa disse que ele já fizera isso, umas duas ou três vezes, quando via as calcinhas.

““Por que é que você diz ‘hum’?”, perguntei.

‘*Hans*: “Por causa das calcinhas.”

‘*Eu*: “Por quê? Por causa da cor delas? Porque são amarelas e fazem você se lembrar de ‘*lumf*’ ou pipi?”

‘*Hans*: “‘*Lumf*’ não é amarelo. É branco ou preto” - E logo a seguir: “Sabe, é verdade que é fácil fazer ‘*lumf*’ se a gente comer queijo?” (Uma vez eu lhe disse isso quando me perguntou por que eu comia queijo.)

‘*Eu*: “Sim.”

‘*Hans*: “É por isso que você toda manhã vai logo fazer ‘*lumf*’? Eu gostaria tanto de comer queijo com meu pão com manteiga.”

‘Ontem mesmo, quando brincava de pular na rua, me perguntara: “É verdade, não é, que é fácil a gente fazer ‘*lumf*’ quando a gente pula muito?” - Tem havido problemas com suas evacuações desde tenra idade; e o emprego de laxantes e enemas era freqüentemente necessário. Em certa época, sua constipação era tão grande que minha esposa chamou o Dr. L. Sua opinião foi que Hans era superalimentado, o que, com efeito era o caso, e recomendou uma dieta mais moderada - e a situação logo se resolveu. Recentemente a constipação voltou a aparecer com certa freqüência.

‘Depois do almoço, eu disse a Hans: “Vamos escrever de novo ao Professor”, e ele me ditou o seguinte: “Quando eu vi as calcinhas amarelas eu disse ‘hum! isso me faz cuspir!’, e joguei-me no chão, e fechei os olhos e não olhei.”

‘*Eu*: “Por quê?”

‘*Hans*: “Porque vi as calcinhas amarelas, e fiz também a mesma coisa quando vi as calcinhas pretas. As pretas são do mesmo tipo das calcinhas, só que eram pretas.” (Interrompendo-se, disse:) “Estou *tão* contente, sabe? Fico sempre contente quando posso escrever para o Professor.”

‘*Eu*: “Por que você disse ‘hum’? Você sentiu nojo?”

‘*Hans*: “Sim, porque eu vi aquilo. Pensei que teria que fazer ‘*lumf*’.”

‘*Eu*: “Por quê?”

‘*Hans*: “Não sei.”

‘*Eu*: “Quando foi que você viu as calcinhas pretas?”

‘*Hans*: “Foi um dia em que Anna (nossa empregada) ficou aqui muito tempo, com a mamãe, e ela as trouxe para casa logo depois que as comprou.” (Essa asserção foi confirmada por minha esposa.)

‘*Eu*: “Você ficou com nojo dessa vez também?”

‘*Hans*: “Sim.”

‘*Eu*: “Você já viu a mamãe vestida numa calça daquelas?”

‘*Hans*: “Não.”

‘*Eu*: “Nem enquanto ela se vestia?”

‘*Hans*: “Quando ela comprou as amarelas eu já as tinha visto uma vez.” (Isso foi desmentido. Ele viu as amarelas pela primeira vez quando sua mãe as comprou.) “Mamãe está usando as pretas hoje” (correto), “porque eu vi quando ela as tirou, hoje de manhã.”

‘*Eu*: “O quê? Ela tirou as calças pretas, de manhã?”

‘*Hans*: “Hoje de manhã, quando ela saiu, ela tirou as calças pretas, e quando voltou ela vestiu as pretas de novo.”

‘Perguntei a minha esposa sobre isso, pois me parecia absurdo. Ela disse que isso não tinha fundamento algum. É claro que não havia trocado de calças ao sair.

‘Fui logo perguntar a Hans sobre o fato: “Você me disse que mamãe tinha vestido calças pretas e que ao sair ela as tirou, e as vestiu de novo quando voltou. Mas mamãe disse que não é verdade.”

‘*Hans*: “Acho que talvez eu tenha esquecido que ela não tirou as calças.” (E com

impaciência:) “Por favor, me deixe em paz.””

Devo fazer alguns comentários, a essa altura, com respeito à história das calças. Logicamente foi mera hipocrisia da parte de Hans fingir que estava tão feliz com a oportunidade de falar nelas. No final, pôs a máscara de lado e foi rude com seu pai. Tratava-se de algo que já lhe havia proporcionado *um prazer enorme*, mas que agora, instalada a repressão, muito o envergonhava, provocando nele expressões de nojo. Resolveu, assim, mentir para disfarçar as circunstâncias nas quais vira sua mãe trocar de calças. Na realidade, vestir e tirar as calças eram parte do contexto do ‘*lumf*’. Seu pai estava inteiramente ciente de tudo, e também daquilo que Hans tentava ocultar.

’Perguntei a minha esposa se Hans a acompanhava com frequência quando ela ia ao banheiro. “Sim, muitas vezes”, disse ela. “Ele insiste e me amola até que eu o permita. Todas as crianças são assim.”’

Deve-se, contudo, prestar cuidadosa atenção ao desejo, que Hans já havia reprimido, de ver sua mãe fazer ‘*lumf*’.

’Saímos, então, até a calçada da nossa casa. Ele estava muito animado e brincava de trotar como um cavalo, quase sem parar. Disse-lhe: “E agora, quem é o cavalo do ônibus? Eu, você ou mamãe?”’

’*Hans*: (respondendo logo): “Sou eu; eu sou um cavalinho novo.”’

’No período em que sua ansiedade atingira seu ponto mais agudo e Hans ficava assustado ao ver cavalos brincando, perguntou-me por que faziam isso; eu, para acalmá-lo, disse: “São cavalos novos, sabe, e eles ficam brincando, como os meninos. Você também brinca, corre para lá e para cá, e você é um menino.” Desde então me dizia, sempre que via cavalos brincando: “É isso mesmo, eles são cavalos novos!”’

’Enquanto subíamos as escadas, perguntei-lhe, quase sem pensar: “Você brincava de cavalos com as crianças lá de Gmunden?”’

’*Ele*: “Sim.” (E pensativo) “Acho que foi aí que fiquei com a ‘bobagem’.”’

‘*Eu*: “Quem era o cavalo?”’

‘*Ele*: “Era eu, e Berta era o cocheiro.”’

‘*Eu*: “Alguma vez você caiu, quando você era um cavalo?”’

‘*Hans*: “Não. Quando Berta dizia ‘anda!’, eu corria depressa, depressa, até disparava.”’

‘*Eu*: “Vocês nunca brincavam de ônibus?”’

‘*Hans*: “Não, só de carroças, e de cavalos sem carroças. Quando um cavalo tem uma carroça ele pode muito bem andar sem ela, e a carroça pode ficar em casa.”’

‘*Eu*: “Vocês brincavam muito de cavalos?”’

‘*Hans*: “Muitas vezes. Fritzl uma vez foi o cavalo e Franzl era o cocheiro; e Fritzl correu tão depressa e, de repente, bateu com o pé numa pedra e o pé sangrou.”’

‘*Eu*: “Quem sabe não caiu?”’

‘*Hans*: “Não. Ele pôs o pé dentro d’água e depois amarrou um pano nele.”’

’*Eu*: “Você muitas vezes foi o cavalo?”’

‘*Hans*: “Sim, muitas.”’

‘*Eu*: “E como foi que você ficou com a ‘bobagem’?”’

‘*Hans*: “Foi porque eles ficavam dizendo ‘por causa do cavalo’, ‘por causa do cavalo’” (ele acentuou com ênfase o ‘por causa’); “então, talvez, fiquei com a ‘bobagem’ porque eles falavam daquele jeito, ‘por causa do cavalo’.”’

Por algum tempo o pai de Hans continuou seu inquérito, através de outros caminhos, sem resultado.

‘*Eu*: “Eles lhe contaram alguma coisa sobre cavalos?”’

‘*Hans*: “Sim.”’

‘*Eu*: “O quê?”’

‘*Hans*: “Esqueci.”’

‘*Eu*: “Talvez eles lhe tenham falado sobre os seus pipis?”’

‘*Hans*: “Oh, não.”’

‘*Eu*: “Você já tinha medo de cavalos, nessa época?”’

‘*Hans*: “Não. Eu não tinha medo nenhum.”’

‘*Eu*: “Talvez Berta lhe tenha falado que os cavalos...”’

‘*Hans* (interrompendo): “...fazem pipi? Não.”’

‘No dia 10 de abril retomei nossa conversa do dia anterior, e tentei descobrir o que significava o seu “por causa do cavalo”. Hans não conseguia lembrar-se; ele só sabia que, certa manhã, algumas crianças tinham ficado do lado de fora da porta da frente, e disseram: “por causa do cavalo, por causa do cavalo!” Ele mesmo estava lá. Quando o pressionei mais, ele declarou que elas não disseram “por causa do cavalo” nada, mas que ele se tinha lembrado errado.’

‘*Eu*: “Mas você e os outros estavam constantemente nos estábulos. Vocês devem ter conversado sobre cavalos lá.” - “Nós não conversamos.” - “Sobre que é que vocês falavam?” - “Sobre nada.” - “Tantas crianças, e nada para conversar?” - “Nós falávamos sobre alguma coisa, mas não sobre cavalos.” - “Bom, o que era?” - “Não me lembro mais.”’

‘Deixei de lado o assunto, já que as resistências eram evidentemente grandes demais, e passei para a seguinte pergunta: “Você gostava de brincar com Berta?”

‘*Ele*: “Gostava muito, mas não com Olga. Você sabe o que Olga fez? Uma vez eu ganhei uma bola de papel de Grete, lá em Gmunden, e Olga rasgou-a toda em pedaços. Berta nunca teria rasgado a minha bola. Eu gostava muito de brincar com Berta.”

‘*Eu*: “Você viu como era o pipi de Berta?”

‘*Ele*: “Não, mas eu vi o dos cavalos; porque eu estava sempre nos estábulos, então vi os pipis dos cavalos.”

‘*Eu*: “Então você estava curioso e queria saber como eram os pipis de Berta e de mamãe?”

‘*Ele*: “Sim.”

‘Eu lhe lembrei como ele uma vez se queixou a mim de que as meninas sempre queriam ficar olhando quando ele estava fazendo pipi [ver em [1]].

‘*Ele*: “Berta sempre me olhava também” (ele falou com muita satisfação, e nem um pouco ressentido); “ela fazia isso freqüentemente. Eu costumava fazer pipi no jardimzinho onde havia rabanetes, e ela ficava do lado de fora da porta da frente e me olhava.”

‘*Eu*: “E quando ela fazia pipi, você ficava olhando?”

‘*Ele*: “Ela costumava ir ao banheiro.”

‘*Eu*: “E você ficava curioso?”

‘*Ele*: “Eu ficava dentro do banheiro quando ela estava lá dentro.”

‘(Isto era um fato. As empregadas nos falaram sobre o assunto, uma vez, e eu me lembro que proibimos Hans de fazê-lo.)

‘*Eu*: “Você lhe disse que queria entrar?”

Ele: “Eu entrei sozinho, e porque Berta me deixou entrar. Não há nada de vergonhoso nisso.”

Eu: “E você teria gostado de ver o pipi dela?”

Ele: “Sim, mas eu não vi.”

Eu então lhe lembrei o sonho de cobrar prendas que ele tinha tido em Gmunden [ver em [1]], e disse: “Quando você estava em Gmunden, você queria que Berta o fizesse fazer pipi?”

Ele: “Eu nunca disse isso a ela.”

Eu: “Por que você nunca lhe disse isso?”

Ele: “Porque eu não pensei nisso.” (Interrompendo-se) “Se eu escrever tudo para o Professor, minha bobagem vai acabar logo, não vai?”

Eu: “Por que é que você queria que Berta o fizesse fazer pipi?”

Ele: “Não sei. Porque ela me ficava olhando.”

Eu: “Você pensou para você mesmo que ela podia pôr a mão no seu pipi?”

Ele: “Sim.” (Mudando de assunto) “Era tão divertido em Gmunden. No jardimzinho onde havia rabanetes, havia um montinho de areia; eu costumava brincar lá com a minha pá.”

(Esse era o jardim onde ele costumava fazer pipi sempre.)

Eu: “Você punha a mão no seu pipi em Gmunden, quando estava na cama?”

Ele: “Não. Naquela época não; eu dormia tão bem em Gmunden que nunca nem pensei nisso. As únicas vezes que eu fiz isso foi na Rua - e agora.”

‘*Eu*: “Mas Berta nunca pôs a mão no seu pipi?”

‘*Ele*: “Ela nunca pôs, não; porque eu nunca lhe disse para pôr.”

‘*Eu*: “Bom, e quando foi que você quis que ela pusesse?”

‘*Ele*: “Ah, uma vez em Gmunden.”

‘*Eu*: “Uma vez só?”

‘*Ele*: “Bom, de vez em quando.”

‘*Eu*: “Ela costumava ficar olhando sempre para você quando você fazia pipi; talvez ela estivesse curiosa para saber como é que você fazia pipi?”

‘*Ele*: “Talvez ela estivesse curiosa para saber como era o meu pipi.”

‘*Eu*: “Mas você também estava curioso. Só sobre a Berta?”

‘*Ele*: “Sobre a Berta, e sobre a Olga.”

‘*Eu*: “Sobre quem mais?”

‘*Ele*: “Sobre ninguém mais.”

‘*Eu*: “Você sabe que isso não é verdade. Sobre mamãe também.”

‘*Ele*: “Ah, sim, sobre mamãe.”

‘*Eu*: “Mas agora você não está mais curioso. Você sabe como é o pipi da Hanna, não sabe?”

‘*Ele*: “Mas o pipi de Hanna vai crescer, não vai?”

‘*Eu*: “É claro que vai. Mas quando crescer não vai ser igual ao seu.”

‘*Ele*: “Eu sei disso. Vai ser a mesma coisa” (isto é, como é agora), “só que maior.”

‘*Eu*: “Quando nós estávamos em Gmunden, você ficava curioso quando sua mamãe se despia?”

‘*Ele*: “Sim. E quando Hanna estava no banho, eu vi o pipi dela.”

‘*Eu*: “E o de mamãe também?”

‘*Ele*: “Não.”

‘*Eu*: “Você teve nojo quando viu as calças de mamãe?”

‘*Ele*: “Só quando eu vi as pretas - quando ela as comprou -, então eu cuspi. Mas eu não cuspo quando ela põe suas calças ou as tira. *Eu cuspo porque as calças pretas são pretas como um ‘lumf’ e as amarelas são como pipi, e então eu acho que tenho que fazer pipi.* Quando mamãe está usando suas calças, eu não as vejo; ela usa suas roupas por cima delas.”

‘*Eu*: “E quando ela tira as roupas dela?”

‘*Ele*: “Eu não cuspo nessa hora, também não. Mas quando as calças estão novas, elas parecem um ‘lumf’. Quando elas estão velhas, a cor vai embora, e elas ficam sujas. Quando você as compra, elas estão bem limpas, mas em casa elas se tornam sujas. Quando elas são compradas, elas são novas, e quando elas não são compradas, elas são velhas.”

‘*Eu*: “Então você não tem nojo das velhas?”

‘*Ele*: “Quando elas estão velhas, ficam muito mais pretas que um ‘lumf’, não ficam? Elas ficam só um pouco mais pretas.”

‘*Eu*: “Você esteve muitas vezes no banheiro com a mamãe?”

‘*Ele*: “Muitas vezes.”

‘*Eu*: “E você teve nojo?”

’*Ele*: “Sim... Não.”

‘*Eu*: “Você gosta de ficar lá quando a mamãe faz pipi ou ‘*lumf*’?”

‘*Ele*: “Gosto muito.”

‘*Eu*: “Por que é que você gosta tanto disso?”

‘*Ele*: “Não sei.”

‘*Eu*: “Porque você acha que vai ver o pipi da mamãe.”

‘*Ele*: “É, eu acho que é por isso.”

‘*Eu*: “Mas por que é que você nunca vai ao banheiro em Lainz?”

‘(Em Lainz ele sempre me pede para não levá-lo ao banheiro; ele ficou assustado certa vez com o barulho da descarga.)

‘*Ele*: “Talvez porque faz um barulhão quando você puxa a válvula.”

‘*Eu*: “E então você fica com medo.”

‘*Ele*: “Sim.”

‘*Eu*: “E no banheiro daqui?”

‘*Ele*: “Aqui eu não tenho medo. Em Lainz me dá medo quando você puxa a válvula. E quando eu estou lá dentro e a água corre para baixo, me dá medo também.”

‘E, “só para me mostrar que ele não tinha medo no nosso apartamento”, me fez ir até o banheiro e pôs a válvula em funcionamento. Então ele me explicou:

““Primeiro há um barulho alto, depois um barulho solto.” (Este é quando a água escorre.) “Quando há o barulho alto eu prefiro ficar dentro; quando há o barulho suave, eu prefiro sair.”

‘*Eu*: “Por que você tem medo?”

‘*Ele*: “Porque quando há o barulho alto eu gosto tanto de vê-lo” - (corrigindo-se) “de ouvi-lo; de modo que eu prefiro ficar dentro e ouvi-lo direito.”

‘*Eu*: “O que é que o barulho alto lhe lembra?”

‘*Ele*: “Que eu tenho que fazer ‘*lumf*’ no banheiro. (A mesma coisa que as calças pretas lhes lembravam.)

‘*Eu*: “Por quê?”

‘*Ele*: “Não sei. Um barulho alto soa como se você estivesse fazendo ‘*lumf*’. Um barulhão me lembra ‘*lumf*’, e um barulhinho, pipi.” (Cf. as calças pretas e amarelas.)

‘*Eu*: “Escute, o cavalo do ônibus não era da mesma cor que um “‘*lumf*’?” (De acordo com o seu relato ele era preto [ver em [1]].)

‘*Ele (muito impressionado)*: “Era.”

Nesse ponto devo acrescentar algumas palavras. O pai de Hans estava fazendo perguntas demais, e estava pressionando o inquérito através de suas próprias linhas, em vez de permitir ao garotinho que expressasse seus pensamentos. Por essa razão a análise começou a ficar obscura e incerta. Hans tomou seu próprio caminho e não produziria nada se fossem feitas tentativas para tirá-lo deste. No momento seu interesse estava, evidentemente, centralizado em ‘*lumf*’ e pipi, mas não podemos dizer por quê. O caso do barulho foi tão mal focado quanto o das calças amarelas e pretas. Suspeito que os argutos ouvidos do

menino tenham detectado claramente a diferença entre os sons feitos por um homem urinando e por uma mulher. A análise conseguiu forçar o material, de forma um tanto artificial, para uma expressão da distinção entre os dois diferentes apelos da natureza. Só posso aconselhar àqueles dos meus leitores que até agora ainda não tenham conduzido uma análise, que não tentem compreender tudo de uma vez, mas que dêem um tipo de atenção não tendenciosa para todo ponto que surgir e aguardem desenvolvimentos posteriores.

‘11 de abril. Nesta manhã Hans veio, de novo, para nosso quarto, e foi mandado embora, como tem sido sempre nos últimos dias.

‘Mais tarde ele começou: “*Papai, eu pensei uma coisa: eu estava no banho, e então veio o bombeiro e desapareceu a banheira. Depois ele pegou uma grande broca e bateu no meu estômago.*”’

O pai de Hans traduziu essa fantasia como se segue: ““Eu estava na cama com mamãe. Depois papai veio e me tirou de lá. Com o seu grande pênis ele me empurrou do meu lugar, ao lado de mamãe.”’

Vamos manter em suspenso o nosso julgamento por agora.

‘Ele prosseguiu relatando uma segunda idéia que tinha tido: “Estávamos viajando no trem para Gmunden. Na estação pusemos nossas roupas, mas não conseguimos acabar a tempo, e o trem nos levou.”’

‘Mais tarde, perguntei: “Você já viu alguma vez um cavalo fazendo ‘*lumf*’?”’

‘*Hans*: “Vi muitas vezes.”’

‘*Eu*: “Faz muito barulho quando o cavalo faz ‘*lumf*’?”’

‘*Hans*: “Faz.”’

‘*Eu*: “O que é que o barulho lhe lembra?”’

‘*Hans*: “Como quando o ‘*lumf*’ cai no urinol.”’

’O cavalo do ônibus que cai e faz um barulhão com suas patas é, sem dúvida, um *‘lumf*, caindo e fazendo barulho. Seu medo da defecação e seu medo de carroças muito carregadas é equivalente ao medo do estômago muito cheio.’

Por esse caminho indireto o pai de Hans estava começando a obter um vislumbre do verdadeiro estado de coisas.

’11 de abril. Na hora do almoço Hans disse: “Se ao menos nós tivéssemos uma banheira em Gmunden, para que eu não precisasse ir aos banhos públicos!” É verdade que em Gmunden ele tem sempre que ser levado aos banhos públicos na vizinhança para que lhe seja dado um banho quente - um processo contra o qual ele costumava protestar com lágrimas apaixonadas. E em Viena também ele sempre grita, se o fazem sentar-se ou deitar-se na banheira grande. Ele precisa que seu banho seja dado com ele ajoelhado ou de pé.’

Hans estava, agora, começando a trazer combustível para a análise, sob a forma de pronunciamentos espontâneos seus. Essa sua observação estabeleceu a relação entre as suas duas últimas fantasias - a do bombeiro que desaparafusou a banheira e a da jornada malsucedida a Gmunden. Seu pai inferiu corretamente da última que Hans tinha alguma aversão a Gmunden. Isso, a propósito, é um outro bom lembrete do fato de que o que emerge do inconsciente deve ser compreendido à luz não do que vem antes, mas do que vem depois.

’Perguntei-lhe se tinha medo e, se tinha, de quê.

’*Hans*: “De cair lá dentro.”

’*Eu*: “Mas por que você nunca teve medo quando tomava seu banho na banheirinha?”

’*Hans*: “Ora, porque eu sentava nela. Não podia deitar nela. Era pequena demais.”

’*Eu*: “Quando você foi de barco a Gmunden, não teve medo de cair na água?”

’*Hans*: “Não, porque eu me segurava, então não podia cair. É só na banheira grande que eu tenho medo de cair.”

’*Eu*: “Mas mamãe lhe dá o seu banho na banheira grande. Você tem medo de que a mamãe deixe você cair na água?”

‘*Hans*: “Eu tenho medo de que ela me largue e que a minha cabeça mergulhe.”

‘*Eu*: “Mas você sabe que a mamãe gosta muito de você e que não vai largá-lo.”

‘*Hans*: “Eu só pensei nisso.”

’*Eu*: “Por quê?”

‘*Hans*: “Eu não sei mesmo.”

‘*Eu*: “Talvez fosse porque você estivesse levado, e então pensou que ela não amasse mais você?”

‘*Hans*: “Sim.”

‘*Eu*: “Quando você estava olhando mamãe dar o banho de Hanna, talvez você quisesse que ela largasse Hanna, para que ela caísse na água?”

‘*Hans*: “Sim.”’

O pai de Hans, não podemos deixar de pensar, tinha feito uma ótima conjectura.

‘12 de abril. Enquanto estávamos voltando de Lainz numa carruagem de segunda classe, Hans olhou para o couro preto do encosto dos bancos e disse: “hum! isso me faz cuspir! Calças pretas e cavalos pretos me fazem cuspir também, porque tenho que fazer ‘*lumf*’.”

‘*Eu*: “Talvez você tenha visto alguma coisa da mamãe que era preto, e isso o assustou?”

‘*Hans*: “Sim.”

‘*Eu*: “Bom, e o que foi?”

‘*Hans*: “Não sei. Uma blusa preta ou meias pretas.”

‘*Eu*: “Talvez tenha sido cabelo preto perto do pipi dela, quando você estava curioso e olhou.”

‘*Hans* (defendendo-se): “Mas eu não vi o pipi dela.”

‘De uma outra vez ele se assustou novamente com uma carroça saindo do portão do pátio em frente. “Os portões não parecem um traseiro?”, perguntei.

‘*Ele*: “E os cavalos são os ‘*lumfs*’!” Desde, então, toda vez que ele vê uma carroça saindo, ele diz: “Olha, lá vem vindo um ‘*lumfy*’!” Essa forma da palavra (“*lumfy*”) é bem nova para ele; soa como um termo de ternura. Minha cunhada sempre chama sua criança de “*Wumfy*”.

‘No dia 13 de abril ele viu um pedaço de fígado na sopa e exclamou: “hum! Um ‘*lumf*’!” Croquetes de carne, também, ele os come com evidente relutância, porque sua forma e cor lhe lembram ‘*lumf*’.

‘De noite minha mulher me contou que Hans tinha ficado na varanda e tinha dito: “Eu pensei para mim mesmo que Hanna estava na varanda e tinha caído de lá.” Eu lhe tinha dito uma ou duas vezes para ter cuidado para que Hanna não chegasse muito perto da balaustrada, quando ele estivesse na varanda, pois a grade fora projetada da maneira menos prática possível (por um serralheiro do Movimento Secessionista) e tinha grandes intervalos, os quais eu teria que ter preenchido com uma rede de arame. O desejo reprimido de Hans estava bem transparente. Sua mãe lhe perguntou se ele tinha preferido que Hanna não estivesse lá, ao que ele respondeu “Sim”.

‘14 de abril. O tema de Hanna é o principal. Como vocês devem lembrar-se por registros anteriores, Hans sentiu uma forte aversão pelo bebê recém-nascido, que lhe roubou uma parte do amor de seus pais. Essa antipatia não desapareceu completamente e só foi supercompensada em parte por uma afeição exagerada. Ele já tinha expressado muitas vezes um desejo de que a cegonha não trouxesse mais bebês e que devíamos pagar-lhe algum dinheiro para não trazer mais nenhum “de dentro da grande caixa”, onde estão os bebês. (Comparar com o seu medo das carroças de mudanças. Um ônibus não se parece com uma caixa grande?) Hanna grita tanto, diz ele, e isso é uma amolação para ele.

‘Certa vez ele disse de repente: “Você se lembra de quando Hanna veio? Ela ficou ao

lado de mamãe na cama, tão bonitinha e boazinha.” (Seu elogio soou suspeitamente vazio.)

‘E, depois, no que se refere ao andar de baixo, fora da casa, há um grande progresso a ser relatado. Até mesmo os vagões de carga pesada lhe causam menos susto. Uma vez ele exclamou, quase com alegria: “Lá vem um cavalo com uma coisa preta na boca!” E, por fim, pude estabelecer o fato de que era um cavalo com uma focinheira de couro. Mas Hans não estava com medo algum desse cavalo.

‘Uma vez ele bateu na calçada com a sua vara e disse: “Escute, tem algum homem aqui embaixo? - alguém enterrado? - ou isso é só no cemitério?” Então ele está ocupado não só com o enigma da vida, mas também com o enigma da morte.

‘Quando chegamos em casa de novo, vi uma caixa no hall de entrada, e Hans disse: “Hanna viajou conosco para Gmunden numa caixa como essa. Toda vez que viajávamos para Gmunden ela ia conosco na caixa. Você não está acreditando em mim de novo? É verdade, papai. Acredite em mim. Nós tínhamos uma caixa grande, que estava cheia de bebês; eles se sentavam na banheira.” (Uma pequena banheira tinha sido acondicionada dentro da caixa.) “Eu os pus lá dentro. De verdade mesmo. Eu me lembro muito bem.”

‘*Eu*: “O que você pode lembrar?”

‘*Hans*: “Que Hanna viajou na caixa, porque eu não esqueci isso. Palavra de honra!”

‘*Eu*: “Mas no ano passado Hanna viajou conosco na carruagem.”

‘*Hans*: “*Mas antes disso ela sempre viajou conosco na caixa.*”

‘*Eu*: “Mamãe não tinha a caixa?”

‘*Hans*: “Sim, mamãe tinha.”

‘*Eu*: “Onde?”

‘*Hans*: “Em casa, no sótão.”

‘*Eu*: “Talvez ela levasse a caixa com ela?”

‘*Hans*: “Não. E quando viajarmos para Gmunden desta vez, Hanna vai viajar de novo na caixa.”

‘*Eu*: “E como foi que ela saiu da caixa, então?”

‘*Hans*: “Ela foi tirada.”

‘*Eu*: “Por mamãe?”

‘*Hans*: “Por mamãe e por mim. Depois nós tomamos a carruagem e Hanna foi montada no cavalo, e o cocheiro disse: ‘Vira para a direita.’ O cocheiro sentou-se na frente. Você também estava lá? Mamãe sabe tudo sobre isso. Mamãe não sabe; ela já se esqueceu disso, mas não lhe diga nada!”

‘Eu o fiz repetir toda essa história.

‘*Hans*: “Depois Hanna saiu.”

‘*Eu*: “Como, se ela não podia andar de jeito nenhum naquela época?”

‘*Hans*: “Bom, então nós a suspendemos e tiramos.”

‘*Eu*: “Mas como é que ela podia ter sentado no cavalo? Ela não podia sentar-se de jeito nenhum no ano passado.”

‘*Hans*: “Ah, sim, ela podia sentar-se muito bem, e gritou ‘Vira para a direita’, e chicoteou com seu chicote - ‘Vira para a direita! Vira para a direita!’ -, o chicote que eu tinha. O cavalo não tinha nenhum estribo, mas Hanna montou nele. Eu não estou brincando, você sabe, papai.”

Qual pode ser o significado da persistência obstinada do menino em toda essa bobagem? Oh, não, não era bobagem: era uma paródia, era a vingança de Hans sobre seu pai. Era o mesmo que dizer: *‘Se você realmente espera que eu acredite que a cegonha trouxe Hanna em outubro, quando até mesmo no verão, enquanto estávamos viajando para Gmunden, eu*

notei como o estômago de mamãe estava grande - então, espero que você acredite nas minhas mentiras.’ Qual pode ser o significado da afirmação de que, até mesmo no verão anterior ao último, Hanna tinha viajado com eles para Gmunden ‘na caixa’, exceto que ele sabia da gravidez de sua mãe? O fato de ele sustentar a perspectiva de uma repetição dessa jornada na caixa a cada ano sucessivo exemplifica uma maneira comum pela qual os pensamentos inconscientes do passado emergem para a consciência; ou pode haver razões especiais, e expressar seu receio em ver uma gravidez semelhante repetir-se nas suas próximas férias de verão. Agora vemos, acima de tudo, quais eram as circunstâncias que o fizeram tomar uma antipatia pela viagem a Gmunden, como indicou sua segunda fantasia [ver em [1]].

‘Mais tarde perguntei-lhe como foi que Hanna realmente veio para a cama de sua mãe, depois que nasceu.’

Isso deu a Hans uma oportunidade de se soltar e de ‘encher’ bastante o seu pai.

‘*Hans*: “Hanna veio. Frau Kraus” (a parteira) “colocou-a na cama. Ela não podia andar, é claro. Mas a cegonha carregou-a no seu bico. É claro que ela não podia andar.” (Ele continuou sem uma pausa.) “A cegonha subiu as escadas até o patamar, e então bateu, e todos estavam dormindo, e ela tinha a chave certa e abriu a porta e pôs Hanna na *sua* cama, e mamãe estava dormindo - não, a cegonha colocou-a na cama *dela*. Isso foi no meio da noite, e então a cegonha colocou-a na cama muito tranqüilamente, não fez o menor barulho com os pés, e depois pegou seu chapéu e foi embora de novo. Não, ela não tinha chapéu.”

‘*Eu*: “Quem tirou o chapéu dela? O médico, talvez?”

‘*Hans*: “Depois a cegonha foi embora; foi para casa, e depois tocou a campainha da porta, e todos na casa pararam de dormir. Mas não diga isso a mamãe ou a Tini” (a cozinheira). “É um segredo.”

‘*Eu*: “Você gosta de Hanna?”

‘*Hans*: “Oh, sim, gosto muito.”

’*Eu*: “Você prefere que Hanna não estivesse viva, ou que ela esteja viva?”

‘*Hans*: “Eu preferia que ela não estivesse viva.”

‘*Eu*: “Por quê?”

‘*Hans*: “Em todo caso, ela não gritaria tanto, e eu não suporto a sua gritaria.”

‘*Eu*: “Por que se você mesmo grita?”

‘*Hans*: “Mas Hanna grita demais.”

‘*Eu*: “Por que é que você não agüenta isso?”

‘*Hans*: “Porque ela grita muito alto.”

‘*Eu*: “Ora, ela não grita nada.”

‘*Hans*: “Quando ela apanha no seu traseiro nu, ela grita.”

‘*Eu*: “Você já bateu nela?”

‘*Hans*: “Quando a mamãe bate no traseiro dela, ela grita.”

‘*Eu*: “E você não gosta disso?”

‘*Hans*: “Não... Por quê? Porque ela faz muito barulho com a sua gritaria.”

‘*Eu*: “Se você prefere que ela não estivesse viva, você não pode gostar nada dela.”

‘*Hans* (concordando): “É, é mesmo.”

‘*Eu*: “Foi por isso que você pensou, quando a mamãe estava dando o banho dela, que, se ela a soltasse, Hanna cairia na água...”

‘*Hans* (atalhando-me): “...e morreria.”

‘*Eu*: “E então você ficaria sozinho com mamãe. Mas um bom menino não deseja esse tipo de coisa.”

‘*Hans*: “*Mas ele pode PENSAR isso.*”

‘*Eu*: “Mas isso não é bom.”

‘*Hans* “*Se ele pensa isso, é bom de todo jeito, porque você pode escrevê-lo para o Professor.*”

‘Mais tarde eu lhe disse: “Você sabe, quando Hanna for maior e souber falar, você vai gostar mais dela.”

‘*Hans*: “Oh, não. Eu *gosto* dela. No outono, quando ela for grande, eu vou sozinho com ela para o Stadtpark, e vou explicar tudo a ela.”

‘Quando eu estava começando a lhe dar algum esclarecimento adicional, ele me interrompeu, provavelmente com a intenção de me explicar que não era tão mau assim, de sua parte, desejar que Hanna estivesse morta.

‘*Hans*: “Você sabe, de qualquer jeito, que ela já estava viva há muito tempo, mesmo antes de chegar aqui. Quando ela estava com a cegonha, ela estava viva também.”

‘*Eu*: “Não. Talvez afinal de contas ela não estivesse com a cegonha.”

‘*Hans*: “Quem a trouxe, então? A cegonha a conseguiu.”

‘*Eu*: “De onde foi que ela a trouxe, então?”

‘*Hans*: “Oh - dela.”

‘*Eu*: “Onde foi que ela a conseguiu, então?”

‘*Hans*: “Na caixa; na *caixa da cegonha*.”

‘*Eu*: “Bom, e como é que é a caixa?”

‘*Hans*: “Vermelha, Pintada de vermelho.” (Sangue?)

‘*Eu*: “Quem lhe disse isso?”

‘*Hans*: “Mamãe... eu pensei isso para mim mesmo... está no livro.”

‘*Eu*: “Em que livro?”

‘*Hans*: “No livro de ilustrações.” (Eu o fiz buscar seu primeiro livro de ilustrações. Nele havia uma figura de um ninho com cegonhas, numa chaminé vermelha. Esta era a caixa. Curiosamente, na mesma página havia também a figura de um cavalo sendo ferrado. Hans transferiu os bebês para a caixa, pois eles não deveriam ser vistos no ninho.)

‘*Eu*: “E o que foi que a cegonha fez com ela?”

‘*Hans*: “Então a cegonha trouxe Hanna para cá. No seu bico. Você sabe, a cegonha que está em Schönbrunn, e que bicou o guarda-chuva.” (Uma reminiscência de um episódio em Schönbrunn.)

‘*Eu*: “Você viu como foi que a cegonha trouxe Hanna?”

‘*Hans*: “Ora, eu estava dormindo, você sabe. Uma cegonha nunca pode trazer uma menina ou um menino de manhã.”

‘*Eu*: “Por quê?”

‘*Hans*: “Ela não pode. Uma cegonha não pode fazer isso. Você sabe por quê? Para que as pessoas não vejam. E então, de repente, pela manhã, lá está uma menina.”

'*Eu*: "Mas, de todo jeito, na época você ficou curioso para saber como foi que a cegonha fez isso?"

'*Hans*: "Oh, sim."

'*Eu*: "Como é que Hanna era quando ela veio?"

'*Hans*: (hipocritamente): "Toda branca e adorável. Tão bonitinha."

'*Eu*: "Mas quando você a viu pela primeira vez, você não gostou dela."

'*Hans*: "Oh, gostei sim; muito!"

'*Eu*: "Você no entanto ficou surpreso de ela ser tão pequena."

'*Hans*: "Sim."

'*Eu*: "De que tamanho ela era?"

'*Hans*: "Do tamanho de um bebê de cegonha."

'*Eu*: "Do tamanho de que mais? De um '*lumf*', talvez?"

'*Hans*: "Oh, não. Um '*lumf*' é muito maior... um pouco menor que Hanna, é verdade."

Eu tinha predito a seu pai que seria possível reportar a fobia de Hans aos pensamentos e desejos ocasionados pelo nascimento da sua irmãzinha. Mas deixei de salientar que, de acordo com a teoria sexual das crianças, um bebê é um '*lumf*', de modo que a trilha de Hans se encontraria no complexo excremental. Foi devido a essa negligência da minha parte que o progresso do caso se tornou temporariamente obscurecido. Agora que o assunto tinha sido esclarecido, o pai de Hans tentou examinar o menino, de uma segunda vez, em relação a esse ponto importante.

No dia seguinte, 'fiz Hans repetir o que ele me dissera ontem. Ele disse: "Hanna viajou para Gmunden na caixa grande e mamãe viajou na carruagem da estrada de ferro, e Hanna viajou no trem de bagagem com a caixa; e depois, quando chegamos a Gmunden, mamãe e eu

suspendemos e tiramos Hanna, e a pusemos em cima do cavalo. O cocheiro sentou na frente, e Hanna tinha o velho chicote” (o chicote que ele tinha no ano passado) “e chicoteou o cavalo e ficou dizendo ‘Vira para a direita’ e foi tão engraçado; o cocheiro chicoteou também. - O cocheiro não chicoteou não, porque Hanna tinha o chicote. - O cocheiro tinha as rédeas - Hanna também tinha as rédeas.” (Em todas as ocasiões nós fomos numa carruagem da estação até em casa. Hans estava, aqui, tentando reconciliar fato e fantasia.) “Em Gmunden nós suspendemos Hanna e a tiramos do cavalo, e ela subiu os degraus sozinha.” (No ano passado, quando Hanna estava em Gmunden, ela tinha oito meses de idade. No ano anterior a este - e a fantasia de Hans evidentemente referia-se a essa época - sua mãe estava com cinco meses completos de gravidez quando chegamos a Gmunden.)

‘*Eu*: “No ano passado Hanna estava lá.”

‘*Hans*: “No ano passado ela viajou na carruagem; mas no ano anterior a este, quando ela estava morando conosco...”

‘*Eu*: “Ela já estava conosco nessa época?”

‘*Hans*: “Estava. Você sempre esteve aqui; você costumava ir sempre no barco comigo, e Anna era nossa empregada.”

‘*Eu*: “Mas isso não foi no ano passado. Hanna não estava viva então.”

‘*Hans*: “*Sim, ela estava viva nessa época.* Mesmo quando ela ainda estava viajando na caixa, ela podia correr por aí e podia dizer ‘Anna’.” (Ela só foi capaz de agir assim nos últimos quatro meses.)

‘*Eu*: “Mas ela não estava conosco de jeito nenhum naquela época.”

‘*Hans*: “Oh, sim, ela estava; ela estava com a cegonha.”

‘*Eu*: “Que idade ela tem, então?”

‘*Hans*: “Ela vai fazer dois anos no outono. Hanna *estava* aqui, você sabe que ela estava.”

‘*Eu*: “E quando é que ela estava com a cegonha, na caixa da cegonha?”

‘Hans: “Muito tempo antes de ela viajar na caixa, muito tempo mesmo.”

‘Eu: “Há quando tempo Hanna sabe andar, então? Quando ela estava em Gmunden, ela ainda não sabia andar.”

‘Hans: “Não no ano passado; mas em outras vezes ela sabia.”

‘Eu: “Mas Hanna só esteve em Gmunden uma vez.”

‘Hans: “Não. Ela esteve duas vezes. Sim, é isso mesmo. Eu me lembro muito bem. Pergunte à mamãe, ela vai lhe dizer logo.”

‘Eu: “De qualquer maneira, não é verdade.”

‘Hans: “Sim, é verdade. *Quando ela esteve em Gmunden da primeira vez ela sabia andar e montar, e mais tarde, ela precisava ser carregada* . - Não. Foi só mais tarde que ela montou, e no ano passado ela precisava ser carregada.”

‘Eu: “Mas só há muito pouco tempo é que ela está andando. Em Gmunden, ela não sabia andar.”

‘Hans: “Sabia sim. Pode escrever isso. Eu me lembro muito bem. - Por que é que você está rindo?”

‘Eu: “Porque você é um impostor; porque você sabe muito bem que Hanna só esteve em Gmunden uma vez.”

‘Hans: “Não, não é verdade. Da primeira vez ela foi montada a cavalo... e da segunda vez...” (Ele mostrou sinais de evidente incerteza.)

‘Eu: “Talvez o cavalo fosse mamãe?”

‘Hans: “Não, um cavalo de verdade, num coche.”

‘*Eu*: “Mas nós costumávamos ter sempre uma carruagem com dois cavalos.”

‘*Hans*: “Bom, então, era uma carruagem e uma parelha.”

‘*Eu*: “O que é que Hanna comia dentro da caixa?”

‘*Hans*: “Botavam pão com manteiga lá para ela, e arenque, e rabanetes” (o tipo de coisa que costumávamos ter na ceia em Gmunden), “e no caminho Hanna passava manteiga no seu pão com manteiga, e comia cinquenta refeições.”

‘*Eu*: “Hanna não gritava?”

‘*Hans*:: “Não.”

‘*Eu*: “E o que é que ela fazia, então?”

‘*Hans*: “Ficava sentada bem quietinha lá dentro.”

‘*Eu*: “Ela não ficava batendo?”

‘*Hans*: “Não, ela ficava comendo o tempo todo e não se agitou nenhuma vez. Ela bebeu duas canecas grandes de café - pela manhã tinha acabado tudo, e ela deixou os pedaços atrás, dentro da caixa, as folhas dos dois rabanetes e uma faca para cortar os rabanetes. Ela engolia tudo como uma lebre: num minuto estava tudo terminado. *Foi* uma brincadeira. Hanna e eu realmente viajamos juntos na caixa; eu dormi a noite inteira na caixa.” (Nós, de fato, há dois anos, fizemos a viagem para Gmunden de noite.) “E mamãe viajou na carruagem da estrada de ferro. E nós ficamos comendo o tempo todo, quando estávamos viajando na carruagem também; *foi* divertido. - Ela não foi montada a cavalo, não...” (ele agora se tornou indeciso, pois sabia que tínhamos viajado com dois cavalos) “...ela foi sentada na carruagem. Sim, foi assim mesmo, mas Hanna e eu fomos por nossa conta... mamãe foi num cavalo, e Karoline” (nossa empregada no ano passado) “no outro... quero dizer, o que estou lhe dizendo não é nem um pouco verdade.”

‘*Eu*: “O que não é verdade?”

‘*Hans*: “Nada disso é verdade. Quero dizer, vamos pôr Hanna e eu dentro da caixa e eu vou fazer pipi na caixa. Eu vou fazer pipi nas calças; não me importo nem um pouco; não há nada de vergonhoso nisso. Quero dizer, não é uma brincadeira, você sabe: mas é muito divertido, mesmo assim.”

’Depois ele me contou a história de como a cegonha veio - a mesma história de ontem, só que ele deixou de fora a parte sobre a cegonha levar o chapéu quando ia embora.

‘*Eu*: “Onde foi que a cegonha guardou a chave do trinco?”

‘*Hans*: “No bolso dela.”

‘*Eu*: “E onde é o bolso da cegonha?”

‘*Hans*: “No bico dela.”

‘*Eu*: “É no bico dela! Eu ainda não tinha visto uma cegonha com uma chave no bico.”

‘*Hans*: “De que outro jeito ela poderia ter entrado? Como foi que a cegonha entrou pela porta, então? Não, não é verdade; e eu cometi um erro. A cegonha tocou a campainha da porta da frente e alguém a fez entrar.”

‘*Eu*: “E como foi que a ela tocou a campainha?”

‘*Hans*: “Ela tocou a campainha.”

‘*Eu*: “Como foi que ela fez isso?”

‘*Hans*: “Ela pegou seu bico e a apertou com ele.”

‘*Eu*: “E ela fechou a porta de novo?”

‘Hans: “Não, uma empregada fechou. Ela já estava de pé, você sabe, e abriu a porta para a cegonha, e a fechou.”

‘Eu: “Onde é que a cegonha mora?”

‘Hans: “Onde? Na caixa onde ela guarda as menininhas. Em Schönbrunn talvez.”

‘Eu: “Eu nunca vi nenhuma caixa em Schönbrunn.”

‘Hans: “Deve ser mais longe então. - Você sabe como é que a cegonha abre a caixa? Ela pega seu bico - a caixa tem uma chave também -, ela pega o bico, levanta um” (isto é, uma metade do bico) “e a destranca assim.” (Ele demonstrou na fechadura da escrivaninha.) “Também há um cabo na caixa.”

‘Eu: “Uma menininha como essa não é pesada demais para ela?”

‘Hans: “Oh, não.”

‘Eu: “Escuta, um ônibus não se parece com uma caixa de cegonha?”

‘Hans: “Sim.”

‘Eu: “É uma carroça de mudanças?”

‘Hans: “E também um vagãozinho” (“*scallywag*” - termo para os abusos das crianças levadas).

’17 de abril. Ontem Hans levou a cabo seu esquema, longamente premeditado, de atravessar o pátio em frente. Ele não faria hoje, pois havia uma carroça parada na rampa de carregamento, exatamente em frente aos portões de entrada. “Quando uma carroça fica parada aí”, disse-me ele, “eu tenho medo de *importunar os cavalos* e de eles caírem e fazerem um barulhão com as suas patas.”

‘*Eu*: “Como é que se importuna os cavalos?”

‘*Hans*: “Quando você está zangado com eles, você os importuna, e quando você grita ‘Vira para a direita’.”

‘*Eu*: “Você já importunou os cavalos?”

‘*Hans*: “Sim, muitas vezes. Eu tenho *medo* de fazê-lo, mas eu não o faço, *realmente*.”

‘*Eu*: “Você alguma vez importunou os cavalos em Gmunden?”

‘*Hans*: “Não.”

‘*Eu*: “Mas você gosta de importuná-los?”

‘*Hans*: “Oh, sim, muito.”

‘*Eu*: “Você gostaria de chicoteá-los?”

‘*Hans*: “Gostaria.”

‘*Eu*: “Você gostaria de bater nos cavalos como a mamãe bate em Hanna? Você gosta disso também, você sabe.”

‘*Hans*: “Não acontece nada de mal aos cavalos quando se bate neles.” (Eu lhe disse isso uma vez, para mitigar o seu medo de ver os cavalos serem chicoteados.) “Uma vez eu bati. Uma vez eu tinha o chicote, e chicoteei o cavalo, e ele caiu e fez um barulhão com suas patas.”

‘*Eu*: “Quando?”

‘*Hans*: “Em Gmunden.”

‘*Eu*: “Um cavalo de verdade? Arreado a uma carroça?”

‘*Hans*: “Não foi na carroça.”

‘*Eu*: “Onde foi, então?”

‘*Hans*: “Eu apenas o segurei, para que ele não pudesse fugir.” (É claro que tudo isso soava muito improvável.)

‘*Eu*: “Onde foi isso?”

‘*Hans*: “Perto do bebedouro.”

‘*Eu*: “Quem o deixou? O cocheiro tinha deixado o cavalo parado lá?”

‘*Hans*: “Era apenas um cavalo das estrebarias.”

’*Eu*: “Como foi que ele chegou ao bebedouro?”

‘*Hans*: “Eu o levei lá.”

‘*Eu*: “De onde? Das estrebarias?”

‘*Hans*: “Eu o levei para fora porque eu queria bater nele.”

‘*Eu*: “Não havia ninguém nas estrebarias?”

‘*Hans*: “Oh sim, o Loisl.” (O cocheiro em Gmunden.)

‘*Eu*: “Ele o deixou?”

‘*Hans*: “Eu falei direitinho com ele, e ele disse que eu poderia levar o cavalo.”

Eu: “O que foi que você disse a ele?”

Hans: “Eu posso levar o cavalo e chicoteá-lo e gritar com ele. E ele disse ‘pode’.”

Eu: “Você chicoteou muito o cavalo?”

Hans: “*O que eu te disse não é nem um pouco verdade.*”

Eu: “Até que ponto isso é verdade?”

Hans: “Nada disso é verdade; eu só contei isso para me divertir.”

Eu: “Você nunca levou um cavalo para fora das estrebarias?”

Hans: “Oh, não.”

Eu: “Mas você queria fazê-lo.”

Hans: “Oh, sim, eu queria. Eu pensei nisso para mim mesmo.”

Eu: “Em Gmunden?”

Hans: “Não, só aqui. Eu pensei nisso na manhã em que eu estava inteiramente despido; não, de manhã, na cama.”

Eu: “Por que é que você nunca me falou sobre isso?”

Hans: “Eu não pensei nisso.”

Eu: “Você pensou isso para você mesmo porque você viu a cena na rua.”

Hans: “Sim.”

‘*Eu*: “Em quem é que você realmente gostaria de bater? Na mamãe, em Hanna, ou em mim?”

‘*Hans*: “Na mamãe.”

‘*Eu*: “Por quê?”

‘*Hans*: “Eu apenas gostaria de bater nela.”

‘*Eu*: “Quando foi que você viu alguém bater na sua mamãe?”

‘*Hans*: “Eu nunca vi ninguém fazer isso, nunca em toda a minha vida.”

‘*Eu*: “E, no entanto, você gostaria de fazê-lo. Como é que você gostaria de executar isso?”

’*Hans*: “Com um batedor de tapete.” (Sua mãe freqüentemente ameaça bater-lhe com o batedor de tapete.)

‘Fui obrigado a parar com a conversa por hoje.

‘Na rua Hans explicou-me que os ônibus, as carroças de mudanças e as carroças de carvão eram carroças de caixas de cegonha.’

Isso quer dizer mulheres grávidas. O acesso de sadismo de Hans imediatamente anterior não pode ser desligado do presente tema.

‘21 de abril. Esta manhã Hans disse que tinha pensado o seguinte: “Havia um trem em Lainz e eu viajei com minha vovó de Lainz para a estação de Hauptzollamt. Você não tinha descido da ponte ainda, e o segundo trem já estava em St. Veit. Quando você chegou embaixo, o trem já estava lá, e nós entramos.”

‘Hans esteve em Lainz ontem. Para chegar à plataforma de embarque a pessoa tem que

atravessar uma ponte. Da plataforma pode-se ver ao longo da linha até a estação de St. Veit. A coisa está um pouco obscura. O pensamento original de Hans foi, sem dúvida, que ele tinha partido no primeiro trem, que eu perdi, e que então um segundo trem veio de Unter St. Veit, no qual eu tinha ido atrás dele. Mas ele distorceu uma parte dessa fantasia de fuga, de modo que finalmente disse: “Nós dois só fomos embora no segundo trem.”

‘Essa fantasia relaciona-se à última [ver em [1]], que não foi interpretada e de acordo com a qual demoramos muito para pôr nossas roupas na estação em Gmunden, de modo que o trem nos levou.

‘De tarde, em frente da casa, Hans correu subitamente para casa, quando uma carruagem com dois cavalos vinha vindo. Eu não conseguia ver nada de inusitado na cena, e perguntei-lhe o que estava errado. “Os cavalos estão tão orgulhosos”, disse ele, “que eu tenho medo de que eles caiam.” (O cocheiro estava conduzindo os cavalos com firmeza, de modo que eles estavam trotando com passadas curtas e mantendo suas cabeças erguidas. De fato a ação deles *era* “orgulhosa”.)

‘Perguntei-lhe quem é que era realmente tão orgulhoso.

‘*Ele*: “É você, quando eu venho para a cama com mamãe.”

‘*Eu*: “De modo que você quer que eu caia?”

‘*Hans*: “Sim. Você teria que estar nu” (significando “descalço”, como Fritzl estava) “e ferir-se contra uma pedra e sangrar, e então eu poderei ficar sozinho com a mamãe um pouquinho pelo menos. Quando você voltar ao nosso apartamento eu poderei fugir rápido para que você não veja.”

‘*Eu*: “Você se lembra quem foi que se feriu contra a pedra?”

‘*Hans*: “Sim, foi Fritzl.”

‘*Eu*: “Quando Fritzl caiu, o que foi que você pensou?”

‘*Ele*: “Que *você* devia bater na pedra e cair.”

‘*Eu*: “Então *você* gostaria de ir ficar com a mamãe?”

‘*Ele*: “Sim.”

‘*Eu*: “A respeito de que eu realmente repreendo *você*?”

‘*Ele*: “Não sei.” (!!)

‘*Eu*: “Por quê?”

‘*Ele*: “Porque *você* está zangado.”

‘*Eu*: “Mas isso não é verdade.”

‘*Hans*: “Sim, é verdade. *Você* está zangado. Eu sei que *você* está. Isso tem que ser verdade.”

‘Evidentemente, portanto, minha explicação de que só os *menininhos* vão para a cama com suas mães e que os meninos *grandes* dormem nas suas próprias camas não o tinha impressionado muito.

‘Suspeito que seu desejo de “importunar” o cavalo, isto é, de bater e gritar com ele, não se aplica à sua mãe, como ele declarou, mas a mim. Não há dúvida de que ele só a colocou na frente porque não queria admitir a alternativa para mim. Nos últimos dias ele tem estado particularmente afetuoso comigo.’

Falando com o ar de superioridade que é tão facilmente adquirido depois do acontecimento, podemos corrigir o pai de Hans, e explicar que o desejo do menino de ‘importunar’ o cavalo tinha dois constituintes; era composto de um desejo sádico obscuro por sua mãe e de um claro impulso de vingança contra seu pai. O último não podia ser reproduzido até que o ângulo do precedente viesse a emergir, ligado ao complexo da gravidez. No processo da formação de uma fobia pelos pensamentos inconscientes que a fundamentam, tem lugar a condensação; e por essa razão o curso da análise nunca pode seguir o do desenvolvimento da neurose.

'22 de abril. Esta manhã, de novo, Hans pensou algo para si mesmo: “Um menino da rua estava dirigindo uma carreta, o guarda veio e o despiu, deixando-o inteiramente nu, e fez o menino ficar parado lá até a manhã seguinte, e de manhã o menino deu ao guarda 50.000 florins, para que ele pudesse continuar a dirigir a carreta.”

‘(A Nordbahn [Ferrovia Setentrional] corre por trás da nossa casa. Numa via de serviço havia um trole, que Hans uma vez viu um menino da rua dirigir. Ele também queria fazê-lo; mas eu lhe disse que não era permitido, e que se ele o fizesse o guarda iria atrás dele. Um segundo elemento nessa fantasia é o desejo reprimido de Hans de ficar nu.)’

Pôde-se notar por algum tempo que a imaginação de Hans estava sendo colorida por imagens derivadas do tráfego, e que estava avançando sistematicamente de cavalos, que puxam veículos, para ferrovias. Da mesma forma, uma fobia de estrada de ferro finalmente torna-se associada a qualquer fobia de rua.

‘Na hora do almoço fui informado de que Hans *tinha brincado a manhã inteira com uma boneca de borracha, que ele chamava de Grete.* [Cf. em [1].] *Ele tinha metido um pequeno canivete através da abertura à qual estava originalmente pregado um pequeno guincho, e depois separou bem as pernas da boneca, de modo a deixar a faca sair. Ele tinha dito à empregada, apontando para entre as pernas da boneca: “Olha, lá está o pipi dela!”*

‘*Eu:* “De que é que você estava brincado com a sua boneca hoje?”

‘*Hans:* “Eu separei bem as suas pernas. Você sabe por quê? Porque havia uma faca dentro, que pertencia a mamãe. Eu a coloquei dentro, no lugar em que o botão faz gemer, e depois eu separei suas pernas e a faca apareceu lá.”

‘*Eu:* “Por que é que você separou as pernas da boneca? Para que pudesse ver o pipi dela?”

‘*Ele:* “O pipi dela não estava lá antes; eu poderia tê-lo visto antes, de qualquer modo.”

‘*Eu:* “Para que foi que você botou a faca lá dentro?”

‘*Ele:* “Não sei.”

’*Eu:* “Bom, como é a faca?”

‘Ele a trouxe para mim.

‘*Eu:* “Você pensou que era um bebê, talvez?”

‘*Ele:* “Não, eu não pensei nada, nada; mas eu acredito que a cegonha teve um bebê uma vez - ou alguém.”

‘*Eu:* “Quando?”

‘*Ele*: “Uma vez. Eu ouvi dizer - ou não ouvi? - ou eu disse errado?”

‘*Eu*: “O que significa ‘dizer errado’?”

‘*Ele*: “Que não é verdade.”

‘*Eu*: “Tudo que a gente diz é um pouco verdade.”

‘*Ele*: “Bom, sim um pouquinho.”

‘*Eu* (depois de mudar de assunto): “Como é que você acha que as galinhas nascem?”

‘*Ele*: “A cegonha as faz crescer; a cegonha faz as galinhas crescerem - não, Deus é que faz.”

‘Eu lhe expliquei que as galinhas botam ovos, e que de dentro dos ovos vêm outras galinhas.

‘Hans riu.

‘*Eu*: “Por que é que você está rindo?”

‘*Ele*: “Porque eu gosto do que você me contou.”

‘Ele disse que já tinha visto isso acontecer.

‘*Eu*: “Onde?”

‘*Hans*: “Você fez isso.”

‘*Eu*: “Onde é que eu botei um ovo?”

‘*Hans*: “Em Gmunden; você botou um ovo na grama e, de repente, uma galinha saiu pulando. Você botou um ovo uma vez; eu sei que você botou, eu tenho certeza. Porque

mamãe disse.”

‘*Eu*: “Vou perguntar a mamãe se isso é verdade.”’

‘*Hans*: “Não é nem um pouco verdade. Mas *eu* uma vez botei um ovo, e uma galinha saiu pulando.”’

‘*Eu*: “Onde?”’

‘*Hans*: “Em Gmunden eu botei um ovo na grama - não, eu me ajoelhei - e as crianças não olharam para mim, e de repente, de manhã eu disse: ‘Olhem para isso, crianças; eu botei um ovo ontem.’ De repente, elas olharam e viram um ovo, e de dentro deste veio um pequeno Hans. Bom, de que é que você está rindo? Mamãe não sabia disso, e Karoline também não, porque ninguém estava olhando; de repente eu botei um ovo e, de repente, estava lá. De verdade mesmo. Papai, quando é que uma galinha sai de um ovo? Quando ele é deixado só? Ele precisa ser comido?”’

’Eu lhe expliquei o assunto.

‘*Hans*: “Está certo, vamos deixar o ovo com a galinha; então, uma galinha vai crescer. Vamos acondicioná-la na caixa e vamos levá-la para Gmunden.”’

Como seus pais ainda hesitavam em dar-lhe a informação que já estava, a essa altura, muito atrasada, o pequeno Hans, com um golpe audaz, tomou em suas próprias mãos a direção da análise. Por meio de um brilhante ato sintomático, ‘Olhem!’ ele tinha lhes dito, ‘é assim que eu imagino que aconteça um nascimento.’ O que ele tinha dito à empregada sobre o significado da sua brincadeira com a boneca tinha sido insincero; para seu pai negou explicitamente que ele queria apenas ver o pipi da boneca. Depois que seu pai lhe disse, como numa espécie de pagamento por conta, como é que as galinhas saem dos ovos, Hans deu uma expressão combinada do seu descontentamento, da sua desconfiança e do seu conhecimento superior, numa encantadora zombaria, que culminou, com suas últimas palavras, numa alusão inconfundível ao nascimento de sua irmã.

‘*Eu*: “De que é que você estava brincando com a sua boneca?”’

‘Hans: “Eu disse ‘Grete’ para ela.”

‘Eu: “Por quê?”

‘Hans: “Porque eu disse ‘Grete’ para ela.”

‘Eu: “Como é que você brincou?”

‘Hans: “Eu apenas tomei conta dela como de um bebê de verdade.”

‘Eu: “Você gostaria de ter uma menininha?”

‘Hans: “Oh, sim. Por que não? Eu gostaria de ter uma, mas a mamãe não deve ter; eu não gosto disso.”

‘(Ele antes expressou muitas vezes esse ponto de vista. Ele tem medo de perder ainda mais da sua posição, se uma terceira criança chegar.)

‘Eu: “Mas só as mulheres têm crianças.”

‘Hans: “Eu vou ter uma menininha.”

‘Eu: “Onde é que você vai consegui-la?”

‘Hans: “Ora, da cegonha. *Ela tira a menininha para fora*, e de repente a menininha bota um ovo, e de dentro do ovo sai uma outra Hanna - outra Hanna. De dentro de Hanna sai outra Hanna. Não, sai *uma* Hanna.”

‘Eu: “Você gostaria de ter uma menininha.”

‘Hans: “*Sim*, no ano que vem eu vou ter uma, e ela vai chamar-se Hanna também.”

‘Eu: “Mas por que é que mamãe não deve ter uma menininha?”

‘*Hans*: “Porque *eu* quero ter uma menininha dessa vez.”

‘*Eu*: “Mas você não pode ter uma menininha.”

’*Hans*: “Oh, sim, os meninos têm meninas e as meninas têm meninos.”

‘*Eu*: “Os meninos não têm crianças. Só as mulheres, só as mães é que têm crianças.”

‘*Hans*: “Mas por que eu não poderia?”

‘*Eu*: “Porque Deus arranjou as coisas assim.”

‘*Hans*: “Mas por que *você* não tem uma? Oh, sim, você vai ter uma, sim. Espere só.”

‘*Eu*: “Eu vou ter que esperar algum tempo.”

‘*Hans*: “Mas eu pertenco a você.”

‘*Eu*: “Mas mãe trouxe você ao mundo. Então, você pertence a mãe e a mim.”

‘*Hans*: “Hanna pertence a mim ou a mãe?”

‘*Eu*: “A mãe.”

‘*Hans*: “Não, a mim. *Por que não a mim e a mãe?*”

‘*Eu*: “Hanna pertence a mim, mãe, e você.”

‘*Hans*: “Está vendo?, aí está você.”

Enquanto a criança estiver na ignorância quanto às partes genitais femininas, haverá naturalmente uma lacuna vital na sua compreensão dos assuntos sexuais.

‘No dia 24 de abril minha mulher e eu esclarecemos Hans até um certo ponto: nós lhe dissemos que as crianças crescem dentro das suas mães, e que depois são trazidas ao mundo ao serem empurradas para fora delas, como um “*lumf*”, e que isso envolve muita dor.

‘De tarde saímos para a frente da casa. Havia uma melhora visível no seu estado. Ele correu atrás das carroças, e a única coisa que traiu um traço remanescente de sua ansiedade foi o fato de que ele não se aventurou para fora da vizinhança da porta da rua, não podendo ser induzido a dar nenhum passeio maior.

‘No dia 25 de abril Hans deu uma marrada no meu estômago com sua cabeça, como ele já tinha feito uma vez [ver em [1]]. Eu lhe perguntei se ele era uma cabra.

““Sim”, disse ele, “um carneiro”. Eu perguntei onde ele tinha visto um carneiro.

’*Ele*: “Em Gmunden: Fritzl tinha um.” (Fritzl tinha um cordeiro de verdade para brincar.)

’*Eu*: “Você precisa falar-me sobre o cordeiro. O que é que ele fazia?”

’*Hans*: “Você sabe, a Fräulein Mizzi” (uma professora da escola que morava na casa) “costumava sempre pôr Hanna em cima do cordeiro, mas assim ele não conseguia ficar em pé, e ele não podia dar marradas. Se você fosse na direção dele, ele costumava dar marradas, porque tinha chifres. Fritzl costumava levá-lo por uma corda e amarrá-lo a uma árvore. Ele sempre o amarrava a uma árvore.”

’*Eu*: “O carneiro deu marradas em você?”

’*Hans*: “Ele pulou para cima de mim; Fritzl me tirou de perto dele uma vez... Eu fui na direção do carneiro uma vez, e eu não sabia, e de repente ele pulou em cima de mim. Foi tão divertido - eu não fiquei assustado.”

’Isso certamente não era verdade.

‘*Eu*: “Você gosta do papai?”

‘*Hans*: “Oh, sim.”

‘*Eu*: “Ou talvez não.”

‘Hans estava brincando com o cavalinho de brinquedo. Nesse momento o cavalo caiu, e Hans exclamou: “O cavalo caiu! Olha que barulhão ele está fazendo!”

‘*Eu*: “Você está um pouco vexado com o papai porque a mamãe gosta dele.”

‘*Hans*: “Não.”

‘*Eu*: “Então por que você sempre chora toda vez que a mamãe me dá um beijo? É porque você está com ciúmes.”

‘*Hans*: “Com ciúmes, é mesmo.”

‘*Eu*: “Você gostaria de ser o papai.”

‘*Hans*: “Oh, gostaria.”

‘*Eu*: “O que é que você gostaria de fazer se você fosse o papai?”

‘*Hans*: “E se você fosse Hans? Eu gostaria de levar você a Lainz todo domingo - não, todo dia da semana também. Se eu fosse papai eu seria sempre tão agradável e bom.”

‘*Eu*: “Mas o que é que você gostaria de fazer com mamãe?”

‘*Hans*: “Levá-la para Lainz também.”

‘*Eu*: “E o que mais?”

‘*Hans*: “Nada.”

‘*Eu*: “Então, por que é que você estava com ciúmes?”

‘*Hans*: “Não sei.”

’*Eu*: “Você tinha ciúmes em Gmunden também?”

‘*Hans*: “Não, em Gmunden não.” (Isso não é verdade.)

“Em Gmunden eu tinha minhas próprias coisas. Eu tinha um jardim em Gmunden e crianças também.”

‘*Eu*: “Você se lembra de como a vaca teve o bezerro?”

‘*Hans*: “Oh, sim. Ele veio numa carroça.” (Sem dúvida lhe disseram isso em Gmunden; um outro ataque à teoria da cegonha.) “E uma outra vaca o empurrou para fora do seu traseiro.” (Isso já era fruto do seu esclarecimento, que ele estava tentando harmonizar com a teoria da carroça.)

‘*Eu*: “Não é verdade que o bezerro veio numa carroça; ele veio de dentro da vaca no curral.”

‘Hans contestou isso, dizendo que tinha visto a carroça de manhã. Eu salientei para ele que provavelmente lhe tinham falado sobre o bezerro ter vindo numa carroça. No fim, ele admitiu isso, e disse: “É bem provável que Berta me tenha dito, ou não - ou talvez tenha sido o senhorio. Ele estava lá e foi de noite, de modo que é verdade, afinal de contas, o que eu lhe estava dizendo - ou eu acho que ninguém me disse; eu pensei isso para mim mesmo de noite.”

‘A menos que eu esteja enganado, o bezerro foi levado embora numa carroça; daí a confusão.

‘*Eu*: “Por que é que você não pensou que foi a cegonha que trouxe o bezerro?”

‘*Hans*: “Eu não quis pensar isso.”

‘*Eu*: “Mas você pensou que a cegonha trouxe Hanna?”

‘*Hans*: “De manhã” (na manhã do parto) “eu pensei assim. - Escuta, Herr Reisenbichler” (nosso senhorio) “estava lá quando o bezerro saiu da vaca?”

‘*Eu*: “Não sei. Você acha que ele estava?”

‘*Hans*: “Acho que sim... Papai, você andou notando que os cavalos têm uma coisa preta na boca?”

‘*Eu*: “Notei uma vez ou outra na rua em Gmunden.”

‘*Eu*: “Você foi muitas vezes para a cama com a mamãe em Gmunden?”

‘*Hans*: “Fui.”

’*Eu*: “E você costumava pensar para si mesmo que você era o papai?”

‘*Hans*: “Sim.”

‘*Eu*: “E então você sentiu medo do papai?”

‘*Hans*: “*Você sabe tudo; eu não sabia nada.*”

‘*Eu*: “Quando Fritzl caiu você pensou: ‘Se ao menos o papai caísse assim!’ E quando o carneiro deu uma marrada em você, você pensou: ‘Se ao menos o carneiro desse uma marrada no papai!’ Você se lembra do enterro em Gmunden?” (O primeiro enterro que Hans tinha visto. Ele freqüentemente se recorda disso, e esta é, sem dúvida, uma lembrança encobridora.)

‘*Hans*: “Sim. O que tem isso?”

‘*Eu*: “Você pensou então que era só o papai morrer e você seria o papai.”

‘*Hans*: “Sim.”

‘*Eu*: “De que carroças você ainda tem medo?”

‘*Hans*: “De todas elas.”

‘*Eu*: “Você sabe que isso não é verdade.”

‘*Hans*: “Eu não tenho medo de carruagens e parelhas ou cabriolés com um cavalo. Eu tenho medo de ônibus e carroças de bagagem, mas só quando estão carregadas, não quando estão vazias. Quando há um cavalo e a carroça está totalmente cheia, então eu tenho medo; mas quando há dois cavalos e a carroça não está totalmente cheia, então eu não tenho medo.”

‘*Eu*: “Você tem medo de ônibus porque há muita gente dentro?”

‘*Hans*: “Porque tem muita bagagem no teto.”

‘*Eu*: “Quando mamãe estava tendo Hanna, ela estava totalmente lotada, também?”

‘*Hans*: “Mamãe vai ficar completamente lotada de novo quando ela tiver outro, quando outro começar a crescer, quando outro estiver dentro dela.”

‘*Eu*: “E você gostaria disso?”

‘*Hans*: “Gostaria”.

‘*Eu*: “Você disse que não queria que mamãe tivesse outro bebê.”

‘*Hans*: “Bom, então ela não vai ficar lotada de novo. Mamãe disse que se mamãe não quisesse um bebê, Deus também não iria querer. Se a mamãe não quiser um bebê, ela não vai ter.” (Hans naturalmente perguntou ontem se havia mais algum bebê dentro da mamãe. Eu lhe disse que não, e disse que se Deus não o desejasse, nenhum bebê cresceria dentro dela.)

‘*Hans*: “Mas mamãe me disse que, se *ela* não quisesse, não cresceria mais nenhum, e você diz que se *Deus* não quiser.”

‘Então eu lhe disse que era como eu tinha dito, ao que ele observou: “Você estava lá, contudo, não estava? Você sabe melhor, com certeza.” Ele, então procedeu a um interrogatório da sua mãe, e ela reconciliou as duas afirmações, declarando que se ela não quisesse bebê, Deus também não iria querer.

‘*Eu*: “A mim parece que, de todo jeito, você deseja que a mamãe tenha um bebê.”

‘*Hans*: “Mas eu não quero que isso aconteça.”

‘*Eu*: “Mas você deseja isso?”

‘*Hans*: “Oh, sim, *desejo*.”

‘*Eu*: “Você sabe por que você deseja isso? Porque você gostaria de ser papai.”

‘*Hans*: “Sim... Como é que funciona?”

‘*Eu*: “Como é que funciona o quê?”

‘*Hans*: “Você diz que os papais não têm bebês; então, como é que funciona a minha vontade de ser papai?”

‘*Eu*: “Você gostaria de ser papai e casado com a mamãe; você gostaria de ser do meu tamanho e de ter um bigode; e você gostaria que a mamãe tivesse um bebê.”

‘*Hans*: “E, papai, quando eu for casado, só vou ter um bebê se eu quiser, quando eu for casado com a mamãe, e se eu não quiser um bebê, Deus não vai querer também, quando eu for casado.”

‘*Eu*: “Você gostaria de ser casado com a mamãe?”

‘*Hans*: “Oh, gostaria.”

É fácil ver que a alegria de Hans com a sua fantasia foi atrapalhada tanto pela sua incerteza quanto ao papel desempenhado pelos pais como pelas suas dúvidas quanto à concepção das crianças estar sob seu controle.

‘Na noite do mesmo dia, enquanto Hans estava sendo posto na cama, ele me disse: “Escuta, papai, você sabe o que é que eu vou fazer agora? Agora eu vou falar com Grete até as dez horas; ela está na cama comigo. Meus filhos estão sempre na cama comigo. Você pode dizer-me por que é assim?” - Como ele já estava com muito sono, eu lhe prometi que escreveríamos isso no dia seguinte, e ele dormiu.

’Eu já tinha notado em relatos anteriores que, desde a volta de Hans de Gmunden, ele tem tido constantemente fantasias sobre “seus filhos” [por exemplo, em [1]], tem mantido conversas com eles, e assim por diante.

‘De modo que no dia 26 de abril eu lhe perguntei por que ele estava sempre pensando nos seus filhos.

‘*Hans*: “Por quê? *Porque eu gostaria tanto de ter filhos; mas eu nunca quero; eu não deveria gostar de tê-los.*”

‘*Eu*: “Você sempre imaginou que Berta e Olga e o resto eram seus filhos?”

‘*Hans*: “Sim, Franzl e Fritzl, e Paul também” (seus companheiros em Lainz), “e Lodi.” Este é um nome de menina inventado, o de seu filho favorito, de quem ele fala com mais freqüência - posso enfatizar aqui o fato de que a figura de Lodi não é uma invenção dos últimos dias, mas existia antes da data em que ele recebeu a última parcela de esclarecimento (24 de abril).

‘*Eu*: “Quem é Lodi? Ela está em Gmunden?”

‘*Hans*: “Não.”

‘*Eu*: “Existe uma Lodi?”

‘Hans: “Existe, eu a conheço.”

‘Eu: “Quem é ela então?”

‘Hans: “Eu a tive aqui.”

‘Eu: “Como é que ela é?”

‘Hans: “Como ela é? Olhos pretos, cabelos pretos... eu a encontrei uma vez com Mariedl” (em Gmunden), “quando eu estava indo para a cidade.”

‘Quando eu entrei no assunto parecia que isso era uma invenção.

‘Eu: “Então você pensou que era a mamãe deles?”

’Hans: “E eu era mesmo a mamãe deles.”

‘Eu: “O que é que você fazia com os seus filhos?”

‘Hans: “Eu os botava para dormir comigo, as meninas e os meninos.”

‘Eu: “Todo dia?”

‘Hans: “Ora, é claro.”

‘Eu: “Você conversava com eles?”

‘Hans: “Quando eu não conseguia botar todas as crianças na cama, eu botava algumas delas no sofá, e algumas no corredor; se ainda houvesse alguma sobrando, eu as levava para o sótão e as punha na caixa, e se houvesse mais algumas, eu as punha na outra caixa.”

‘Eu: “Então as caixas de bebê da cegonha estavam no sótão?”

‘*Hans*: “Estavam.”

‘*Eu*: “Quando é que você teve seus filhos? Hanna já estava viva?”

‘*Hans*: “Sim, ela já estava viva há muito tempo.”

‘*Eu*: “Mas de quem é que você acha que teve os filhos?”

‘*Hans*: “*Ora, de mim.*”

‘*Eu*: “Mas nessa época você não tinha a menor idéia de que as crianças vinham de alguém.”

‘*Hans*: “Eu pensei que a cegonha as tivesse trazido.” (Obviamente uma mentira e uma evasão.)

‘*Eu*: “Você teve Grete na cama com você ontem, mas você sabe muito bem que os meninos não podem ter filhos.”

‘*Hans*: “Bom, é. Mas eu acredito que eles possam, assim mesmo.”

‘*Eu*: “Como é que você chegou ao nome de Lodi? Nenhuma menina se chama assim. Lotti, talvez?”

‘*Hans*: “Oh, não, Lodi. Não sei; mas de qualquer jeito é um nome lindo.”

‘*Eu* (brincando): “Talvez você queira dizer um Schokolodi?”

‘*Hans* (prontamente): “Não, um Saffalodi,... porque eu gosto tanto de comer salsichas, e salame também.”

‘*Eu*: “Escuta, um Saffalodi não parece um ‘*lumf*’?”

‘*Hans*: “Parece.”

I: “Bom, como é um ‘*lumf*’?”

‘Hans: “Preto. Você sabe” (apontando para as minhas sobrancelhas e meu bigode), “como isso e como isso.”

‘Eu: “E que mais? Redondo como um Saffaladi?”

‘Hans: “Sim.”

‘Eu: “Quando você sentava no urinol e vinha um “*lumf*”, você pensava para si mesmo que você estava tendo um bebê?”

‘Hans (rindo): “Pensava. Não só na Rua..., mas também aqui.”

‘Eu: “Você sabe quando os cavalos do ônibus caíram? [Ver a partir de [1]] O ônibus parecia uma caixa de bebê, e quando o cavalo preto caiu era exatamente como...”

‘Hans (atalhando-me): “... como ter um bebê.”

‘Eu: “E o que foi que você pensou quando o cavalo fez um barulhão com suas patas?”

‘Hans: “Oh, quando eu não quero sentar-me no urinol e preferiria brincar, então faço um barulho assim com os meus pés.” [Cf. em [1].] (Ele bateu com os pés.)

‘Esta era a razão pela qual ele estava tão interessado na questão de saber se as pessoas *gostavam* ou *não gostavam* de ter filhos.

‘Hans hoje esteve o dia inteiro brincando de carregar e descarregar caixotes; ele disse que desejaria poder ter um vagão de brinquedo e caixas desse tipo para brincar. O que mais costumava interessá-lo no pátio da Alfândega em frente era o carregamento e descarregamento das carroças. E ele costumava assustar-se mais quando uma carroça tinha sido completamente carregada e estava no ponto de partir. “Os cavalos vão cair”; costumava dizer [ver em [1]]. Costumava também chamar as portas do alpendre da Agência Central da Alfândega de “buracos” (por exemplo, primeiro buraco, segundo buraco, terceiro buraco

etc.). Mas agora, em vez de “buraco”, ele diz “atrás do buraco”.

‘A ansiedade tinha desaparecido quase completamente, com a exceção de que ele gosta de permanecer na vizinhança da casa, de modo a ter uma linha de retirada no caso de se assustar. Mas ele nunca foge para casa agora, e fica na rua o tempo todo. Como sabemos, a doença começou com a sua volta em prantos quando ele estava fora, passeando; e quando ele foi obrigado a ir a um segundo passeio, só foi até a estação Hauptzollamt no Stadtbahn, de onde a nossa casa ainda pode ser vista. Na época do parto de minha mulher, ele foi, é claro, afastado dela; e a sua presente ansiedade, que o impede de deixar a vizinhança da casa, na realidade, é a necessidade dela que ele sentiu então.

‘30 de abril. Vendo Hans brincar com seus filhos imaginários de novo, eu lhe disse “Alô, seus filhos ainda estão vivos? Você sabe muito bem que um menino não pode ter filhos.”

‘*Hans*: “Eu sei. Antes eu era a mamãe deles, *agora eu sou o papai deles.*”

‘*Eu*: “E quem é a mamãe das crianças?”

‘*Hans*: “Ora, a mamãe, e você é o *vovô* delas.”

‘*Eu*: “Então você gostaria de ser do meu tamanho, e de ser casado com a mamãe, e então você gostaria que ela tivesse filhos.”

‘*Hans*: “Sim, é disso que eu gostaria, e então a minha *vovó* de *Lainz*” (minha mãe) “será a *vovó* deles.””

As coisas estavam caminhando para uma conclusão satisfatória. O pequeno Édipo encontrou uma solução mais feliz do que a prescrita pelo destino. Em vez de colocar seu pai fora do caminho, concedeu-lhe a mesma felicidade que ele mesmo desejava: fez dele um avô e casou-o com a sua própria mãe também.

‘No dia 1º de maio Hans chegou para mim na hora do almoço e disse: “Sabe de uma coisa? Vamos escrever alguma coisa para o Professor.”

‘*Eu*: “Bom, e o que vai ser?”

‘*Hans*: “Esta manhã eu estava no banheiro com todos os meus filhos. Primeiro eu fiz

‘*lumf*’ e fiz pipi, e eles olharam. Depois eu os pus no assento e eles fizeram pipi e ‘*lumf*’, e eu limpei seus traseiros com papel. Você sabe por quê? Porque eu gostaria tanto de ter filhos; então eu faria tudo para eles - eu os levaria ao banheiro, limparia seus traseiros, e faria tudo que se faz com os filhos.”

Depois da admissão fornecida por essa fantasia, quase não será possível discutir-se o fato de que na mente de Hans havia prazer ligado às funções excretórias.

‘De tarde ele se aventurou ao Stadtpark pela primeira vez. Como é dia 1º de maio, não há dúvida de que havia menos tráfego do que o normal, mas ainda assim o suficiente para tê-lo assustado até agora. Ele estava muito orgulhoso do seu feito, e depois do chá fui obrigado a ir com ele para o Stadtpark mais uma vez. No caminho encontramos um ônibus; Hans apontou-o para mim dizendo: “Olha! uma carroça de caixa de cegonha!” Se ele for comigo para o Stadtpark de novo amanhã, como planejamos, poderemos realmente encarar a sua doença como curada.

‘No dia 2 de maio Hans veio a mim de manhã. “Escuta”, disse ele, “eu pensei uma coisa hoje.” Primeiramente ele tinha esquecido o que era; mais tarde, porém, ele contou o que se segue, mas com sinais de considerável resistência: “*O bombeiro veio; e primeiro ele retirou o meu traseiro com um par de pinças, e depois me deu outro, e depois fez o mesmo com o meu pipi.* Ele disse: ‘Deixe-me ver o seu traseiro!’ Tive que dar uma volta, e ele o levou; depois disse: ‘Deixe-me ver o seu pipi!’”’

O pai de Hans compreendeu a natureza dessa fantasia apaixonada, e não hesitou um momento quanto à única interpretação que ela poderia admitir.

‘*Eu*: “Ele te deu um pipi *maior* e um traseiro *maior*.”

‘*Hans*: “É.”

‘*Eu*: “Como os do papai; porque você gostaria de ser o papai.”

‘*Hans*: “Sim, e eu gostaria de ter um bigode como o seu e cabelos como os seus.” (Ele apontou para os cabelos no meu peito.)

‘À luz desse fato, podemos rever a interpretação da fantasia anterior de Hans quanto ao conteúdo de que o bombeiro tinha vindo e tinha desaparafusado a banheira e golpeado o seu estômago com uma broca [ver em [1]]. A banheira grande significava um “traseiro”, a broca ou chave de parafuso era (como foi explicado na época) um pipi. As duas fantasias são idênticas. Além disso, uma nova luz foi lançada sobre o medo de Hans da banheira grande. (Isto, a propósito, já diminuiu.) Ele não gosta de seu “traseiro” ser pequeno demais para a banheira grande.’

No curso dos próximos dias a mãe de Hans escreveu-me mais de uma vez para expressar sua alegria pelo restabelecimento do menino.

Uma semana depois chegou um pós-escrito do pai de Hans.

‘Meu caro Professor, gostaria de fazer os seguintes acréscimos ao caso clínico de Hans:

‘(1) A melhora depois que ele recebeu sua primeira parcela de esclarecimento não foi tão completa como eu a representei [ver em [1]]. É verdade que Hans deu passeios, mas só sob compulsão e num estado de grande ansiedade. Uma vez ele foi comigo até a estação de Hauptzollamt, de onde nossa casa ainda pode ser vista, mas não pôde ser induzido a ir mais longe.

‘(2) Com relação a “geléia de framboesa” e “uma espingarda para atirar” [ver em [2]]. Damos geléia de framboesa a Hans quando ele está constipado. Ele também confunde freqüentemente as palavras “atirar” e “cagar”.

‘(3) Hans tinha mais ou menos quatro anos quando foi transferido do nosso quarto para um quarto só seu.

‘(4) Ainda persiste um traço do seu distúrbio, mesmo que não mais sob a forma de medo, mas só sob a do instinto normal de fazer perguntas. As perguntas dizem respeito principalmente a saber de que são feitas as coisas (bondes, máquinas etc.), quem faz as coisas etc. A maior parte das suas perguntas é caracterizada pelo fato de que Hans as faz apesar de ele mesmo já tê-las respondido. Ele só quer ter certeza. Uma vez, quando me tinha cansado ao máximo com suas perguntas, e eu lhe disse: “Você acha que eu posso responder a toda pergunta que você faz?”, ele respondeu: “Bom, eu pensei que, como você sabia aquilo sobre o cavalo, você saberia isso também.”

‘(5) Hans só refere a sua doença agora como um assunto de história antiga - “na época em que eu tive a minha bobagem”.

‘(6) Um resíduo não resolvido permanece por trás, pois Hans ainda quebra a cabeça para descobrir o que um pai tem a ver com seu filho, já que é a mãe que o traz ao mundo. Isso pode ser visto pelas suas perguntas, como, por exemplo: “Eu pertenço a *você* também, não pertenço?” (querendo dizer não só à sua mãe). Não está claro para ele de que maneira ele

pertence a mim. Por outro lado, não tenho nenhuma evidência direta de ele por acaso ter ouvido, como o senhor supõe, seus pais tendo relações sexuais.

'(7) Ao apresentar o caso é preciso que se insista sobre a violência da sua ansiedade. De outra forma, poderia ser dito que o menino teria saído para passeios bem cedo, se tivesse recebido uma boa surra.'

Concluindo, deixe-me acrescentar estas palavras. Com a última fantasia de Hans, a ansiedade que foi provocada pelo seu complexo de castração também foi superada, e suas dolorosas expectativas receberam uma transformação mais feliz. Sim, o doutor [ver em [1]] (o bombeiro) *veio*, ele de fato *levou* seu pênis - mas apenas para dar-lhe um maior em troca. Quanto ao resto, nosso jovem investigador simplesmente chegou um pouco cedo à descoberta de que todo o conhecimento é um monte de retalhos, e que cada passo à frente deixa atrás um resíduo não resolvido.

DISCUSSÃO

Devo agora proceder ao exame dessa observação do desenvolvimento e resolução de uma fobia em um menino de menos de cinco anos de idade, e vou ter que fazer isso de três pontos de vista. Em primeiro lugar, devo considerar até que ponto o exame dessa observação apóia as afirmações que fiz nos *meus Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade* (1905*d*). Em segundo lugar, devo considerar em que medida ele pode contribuir para nossa compreensão dessa freqüente forma de distúrbio. E em terceiro lugar, devo considerar se pode ser feito de modo a projetar alguma luz sobre a vida mental das crianças ou a fornecer alguma crítica dos nossos objetivos educacionais.

(I)

Minha impressão é de que o quadro da vida sexual de uma criança apresentado nessa observação do pequeno Hans está muito de acordo com o relato que forneci (baseando meus

pontos de vista em exames psicanalíticos de adultos) nos meus *Três Ensaios*. Mas antes de entrar nos detalhes dessa concordância, devo tratar de duas objeções que serão levantadas contra o fato de eu fazer uso da presente análise para esse fim. A primeira objeção é quanto ao fato de que Hans não era uma criança normal, mas (como os eventos - a própria doença, de fato - mostraram) tinha uma predisposição para a neurose, e era um jovem “degenerado”; seria ilegítimo, portanto, aplicar-se a outras crianças normais conclusões que talvez pudessem ser verdadeiras em relação a ele. Devo adiar a consideração dessa objeção, de vez que ela só limita o valor da observação, e não o anula completamente. De acordo com a segunda e menos comprometedora objeção, uma análise de uma criança conduzida por seu pai, que foi instilado ao trabalho com *meus* pontos de vista teóricos e infectado com meus preconceitos, deve ser inteiramente desprovida de qualquer valor objetivo. Uma criança, dirão, é necessariamente muito sugestionável, e muito mais por seu próprio pai do que talvez por qualquer outra pessoa; ela permitirá que qualquer coisa lhe seja forçada, por causa da gratidão a seu pai por lhe dar tanta atenção; nenhuma das suas afirmações pode ter qualquer valor de evidência, e tudo o que ela produz sob a forma de associações, fantasias e sonhos tomará, naturalmente, a direção para a qual está sendo pressionada por todos os meios possíveis. Mais uma vez, em suma, a coisa toda é simplesmente ‘sugestão’ - a única diferença é que, no caso de uma criança, ela pode ser desmascarada muito mais facilmente do que no caso de um adulto.

Coisa singular. Lembro-me, quando comecei a me intrometer no conflito de opiniões científicas há vinte e dois anos atrás, de com que zombaria a geração mais velha de neurologistas e psiquiatras dessa época recebeu as afirmações sobre a sugestão e seus efeitos. Desde então a situação mudou fundamentalmente. A aversão original converteu-se numa aceitação por demais pronta; e isso aconteceu não só como consequência da impressão que o trabalho de Liébeault e Bernheim e de seus alunos não podia deixar de criar no curso dessas duas décadas, mas também porque desde então se descobriu que grande economia de pensamento pode ser feita com o uso da chamada ‘sugestão’. Ninguém sabe e ninguém se importa com o que seja sugestão, de onde ela vem, ou quando surge - basta que tudo de estranho na região da psicologia seja rotulado de ‘sugestão’. Não compartilho do ponto de vista, que está em voga atualmente, de que as afirmações feitas pelas crianças são invariavelmente arbitrárias e indignas de confiança. O arbitrário não tem existência na vida mental. A não-confiabilidade das afirmações das crianças é devida à predominância da sua imaginação, exatamente como a não-confiabilidade das afirmações das pessoas crescidas é devida à predominância dos seus preconceitos. Quanto ao resto, mesmo as crianças não mentem sem um motivo, e no todo são mais inclinadas para um amor da verdade do que os mais velhos. Se fôssemos rejeitar a raiz e os ramos das declarações do pequeno Hans certamente deveríamos estar-lhe fazendo uma grave injustiça. Ao contrário, podemos distinguir claramente as ocasiões em que ele estava falsificando os fatos ou guardando-os sob a força compelidora de uma resistência, as ocasiões em que, estando indeciso, concordava com seu pai (de modo que aquilo que ele dissesse não fosse tomado como evidência), e as ocasiões em que, livre de qualquer pressão, ele explodia numa torrente de

informação sobre o que estava realmente acontecendo dentro dele e sobre coisas que até então ninguém sabia, a não ser ele mesmo. As declarações feitas por adultos não oferecem maior certeza. É um fato lamentável que nenhum relatório de uma psicanálise possa reproduzir as impressões recebidas pelo analista enquanto ele a conduz, e que um sentido final de convicção nunca possa ser obtido pela leitura sobre ela, mas somente experimentando-a diretamente. Contudo, essa incapacidade aplica-se em igual grau a análises de adultos.

O pequeno Hans é descrito por seus pais como uma criança alegre, franca, e assim ele deve ter sido, considerando-se a educação dada por seus pais, que consistia essencialmente na omissão dos nossos costumeiros pecados educacionais. Enquanto podia levar avante suas pesquisas num estado de feliz *naïveté*, sem nenhuma suspeita dos conflitos que estavam para surgir a partir destas, ele não escondeu nada; e as observações feitas durante o período anterior à fobia não admitem dúvida ou reserva. Foi com a eclosão da doença e durante a análise que começaram a aparecer as discrepâncias entre o que ele dizia e o que ele pensava; isso acontecia em parte porque o material inconsciente, que ele era incapaz de controlar, de repente se estava forçando sobre ele, e em parte porque o conteúdo de seus pensamentos provocava reservas em relação às suas relações com seus pais. Minha opinião imparcial é que essas dificuldades não resultaram maiores do que em muitas análises de adultos.

É verdade que durante a análise teve que ser contada a Hans muita coisa que ele mesmo não podia dizer, ele teve de ser apresentado a pensamentos que até então ele não tinha mostrado sinais de possuir, e sua atenção teve de ser voltada para a direção da qual seu pai estava esperando que surgisse algo. Isso diminui o valor de evidência da análise, mas o processo é o mesmo em todos os casos. Pois uma psicanálise não é uma investigação científica imparcial, mas uma medida terapêutica. Sua essência não é provar nada, mas simplesmente alterar alguma coisa. Em uma psicanálise o médico sempre dá a seu paciente (às vezes em maior e às vezes em menor escala) as idéias conscientes antecipadas, com a ajuda das quais ele se coloca em posição de reconhecer e de compreender o material inconsciente. Há alguns pacientes que necessitam mais de tal assistência e alguns que necessitam menos, mas não há nenhum que passe sem alguma assistência. Leves distúrbios podem, às vezes, ser levados a um fim pelos esforços não auxiliados do sujeito, mas nunca uma neurose - uma coisa que se colocou contra o ego como um elemento estranho a ele. Para obter o melhor de tal elemento, outra pessoa precisa ser trazida para dentro, e na medida em que essa pessoa puder auxiliar, a neurose será curável. Se está na própria natureza de qualquer neurose afastar-se da 'outra pessoa' - e isso parece ser uma das características dos estados agrupados sob o nome de demência precoce -, então, por esta razão, tal estado será incurável por quaisquer esforços de nossa parte. É verdade que uma criança, devido ao pequeno desenvolvimento dos seus sistemas intelectuais, requer uma assistência especialmente enérgica. Mas, afinal, a informação que o médico dá ao seu paciente deriva, por sua vez, de experiência analítica; e, de fato, isso é suficientemente convincente se, à

custa dessa intervenção do médico, ficamos habilitados para descobrir a estrutura do material patogênico e, simultaneamente, para dissipá-lo.

Contudo, mesmo durante a análise, o pequeno paciente deu sinal de independência suficiente para colocá-lo acima da acusação de 'sugestão'. Como todas as outras crianças, ele aplicava suas teorias sexuais infantis ao material à sua frente, sem ter recebido qualquer encorajamento para agir assim. Essas teorias estão extremamente distantes da mente adulta. Na verdade, nesse caso eu realmente deixei de avisar ao pai de Hans que o menino seria impelido a aproximar-se do tema do parto por meio do complexo excretório. Essa negligência da minha parte, apesar de ter levado a uma fase obscura na análise, foi, todavia, o meio de produzir uma boa parte de evidência da legitimidade e da independência dos processos mentais de Hans. Ele se tornou de repente, ocupado com *'lumf'*: [ver a partir de [1].], sem que seu pai, que se supunha estar praticando sugestão sobre ele, tivesse a menor idéia de como ele tinha chegado a esse tema, ou o que iria sair daí. Seu pai também não pode ser sobrecarregado com nenhuma responsabilidade pela produção das duas fantasias do bombeiro [ver em [1] e [2]], que surgiram com o 'complexo de castração' de Hans, adquirido muito cedo. É preciso confessar aqui que, fora o interesse teórico, ocultei inteiramente do pai de Hans minha expectativa de que acabaria havendo um pouco de tal conexão, de modo a não interferir no valor de uma parte de evidência que não vem muitas vezes à compreensão da pessoa.

Se eu entrasse mais profundamente nos detalhes da análise, poderia mostrar muito mais evidência da independência de Hans quanto à 'sugestão', mas devo interromper a discussão dessa objeção preliminar neste ponto. Estou ciente de que, mesmo com esta análise, não vou conseguir convencer ninguém que não se deixe ser convencido, e vou continuar com minha discussão do caso para o benefício daqueles leitores que já estão convencidos da realidade objetiva do material patogênico inconsciente. E faço isso com a agradável certeza de que o número de tais leitores está constantemente crescendo.

O primeiro traço no pequeno Hans que pode ser encarado como parte da sua vida sexual é um interesse particularmente vivo por seu 'pipi' - um órgão cujo nome deriva de uma de suas duas funções que, não sendo a menos importante das duas, não pode ser excluída dos cuidados com a criança. Esse interesse despertou nele o espírito de inquérito, e ele assim descobriu que a presença ou ausência de um pipi tornava possível diferenciar objetos animados de inanimados [ver em [1]]. Ele presumiu que todos os objetos animados eram como ele, e possuíam esse importante órgão corporal; ele observou que este estava presente nos animais maiores, suspeitou que era assim também no seus pais, e não foi dissuadido pela evidência dos seus próprios olhos ao autenticar o fato na sua irmã recém-nascida [ver em [2]]. Alguém poderia quase dizer que teria sido um golpe por demais dilacerante para a sua *'Weltanschauung'* se ele tivesse tido que se decidir a renunciar à presença desse órgão num ser semelhante a ele; teria sido como se este tivesse sido arrancado dele. Foi provavelmente por causa disso que uma ameaça de sua mãe [ver em [3]], que se referia precisamente à

perda do seu pipi, foi tão precipitadamente banida dos seus pensamentos e só conseguiu tornar seus efeitos aparentes num período posterior. O motivo para a intervenção da sua mãe tinha sido que ele costumava gostar de proporcionar a si mesmo sentimentos de prazer ao tocar o seu membro: o menininho tinha começado a praticar a mais comum - e mais normal - forma de atividade sexual auto-erótica.

O prazer que uma pessoa sente no seu próprio órgão sexual pode tornar-se associado com a escopofilia (ou prazer sexual em olhar) nas suas formas ativa e passiva, de uma maneira que tem sido descrita com muita aptidão por Alfred Adler (1908) como 'confluência de instintos'. Assim, o pequeno Hans começou a tentar dar uma olhada nos pipis dos outros; sua curiosidade sexual desenvolveu-se, e ao mesmo tempo ele gostava de exhibir seu próprio pipi. Um dos seus sonhos, datando do início do seu período de repressão, expressava o desejo de que uma das suas amiguinhas o assistisse ao fazer pipi, isto é, que ela compartilhasse do espetáculo [ver em [1]]. O sonho mostra, portanto, que até então esse desejo tinha subsistido sem ter sido reprimido, e informação posterior confirmou o fato de que ele tinha o hábito de gratificá-lo. O lado ativo da sua escopofilia logo se associou nele com um tema definido. Ele expressou repetidamente, tanto para seu pai como para sua mãe, seu pesar por nunca ter visto seus pipis; e foi provavelmente a necessidade de fazer *uma comparação* que o impeliu a fazer isso. O ego é sempre o padrão pelo qual a pessoa mede o mundo externo; a pessoa aprende a compreendê-lo por meio de uma comparação constante consigo mesma. Hans tinha observado que os animais grandes tinham pipis que eram correspondentemente maiores que o seu; por conseguinte suspeitou de que o mesmo procedia quanto a seus pais, e ficou ansioso para ter certeza disso. Sua mãe, pensou ele, certamente tem um pipi 'como um cavalo'. Ele estava, então, preparado com a reconfortante reflexão de que seu pipi cresceria com ele. Era como se o desejo da criança de ser maior tivesse sido concentrado nos seus genitais.

Assim, na constituição sexual do pequeno Hans a zona genital foi, desde o começo, aquela dentre as suas zonas erógenas que lhe proporcionou o mais intenso prazer. O único outro prazer semelhante do qual ele deu sinal foi o prazer excretório, o prazer ligado aos orifícios através dos quais a micção e a evacuação dos intestinos são efetuadas. Na sua fantasia final de prazer perfeito, com a qual a sua doença foi superada, ele imaginou que tinha filhos, que os levava ao banheiro, que os fazia urinar, que limpava seus traseiros - em suma, fazia com eles 'tudo o que se pode fazer com os filhos' [ver em [1]]; parece, portanto, impossível evitar a suposição de que, durante o período em que ele mesmo era tratado como um bebê, esses mesmos atos tivessem sido a fonte de sensações de prazer para ele. Ele tinha obtido esse prazer das suas zonas erógenas com a ajuda da pessoa que cuidava dele - sua mãe, na realidade, e assim o prazer já apontava o caminho para a escolha objetal. Mas é possível que numa data ainda mais remota ele tenha tido o hábito de proporcionar a si mesmo esse prazer auto-eroticamente - que ele tenha sido dessas crianças que gostam de reter suas fezes até que possam tirar uma sensação voluptuosa da sua evacuação. Eu só digo que isso é

possível, porque o assunto não ficou esclarecido na análise; o 'fazer um barulhão com as pernas' (dando pontapés), de que ele tinha tanto medo mais tarde, aponta essa direção. Mas de qualquer maneira essas fontes de prazer não tiveram qualquer importância particularmente impressionante com Hans, como elas têm tão freqüentemente com outras crianças. Ele cedo se tornou limpo nos seus hábitos, e nem molhar a cama ou a incontinência diurna desempenharam qualquer papel durante seus primeiros anos; não foi observado nele nenhum traço de qualquer inclinação a brincar com seu excremento, propensão que é tão repulsiva em adultos, e que reaparece no término de processos de involução física.

Nessa junção é bom enfatizar logo o fato de que durante a sua fobia havia uma manifesta repressão desses dois componentes bem desenvolvidos da sua atividade sexual. Ele tinha vergonha de urinar na frente de outras pessoas, acusava-se de colocar o dedo no seu pipi, fazia esforços para parar de se masturbar, e mostrava sinais de nojo diante de 'lumf' e 'pipi', e de tudo o que lhe lembrasse estes. Na sua fantasia de tomar conta dos seus filhos, ele desfêz essa última repressão.

Uma constituição sexual como a do pequeno Hans não parece encerrar uma predisposição para o desenvolvimento nem de perversões, nem de seu negativo (vamos limitar-nos a uma consideração de histeria). Até onde vai minha experiência (e ainda há uma necessidade real de se falar com cuidado nesse ponto), a constituição inata dos histéricos - que isso é procedente também em relação a pervertidos é quase evidente em si mesmo - é marcada pelo fato de a zona genital ser relativamente menos proeminente do que as outras zonas erógenas. Mas precisamos excetuar expressamente dessa regra uma 'aberração' especial da vida sexual. Naqueles que mais tarde se tornam homossexuais encontramos a mesma predominância na influência da zona genital (e especialmente do pênis) que nas pessoas normais. Na realidade é a alta estima sentida pelo homossexual pelo órgão masculino que decide o seu destino. Na sua infância ele escolhe mulheres como seu objeto sexual, enquanto presume que elas também possuem o que, a seus olhos, é uma parte indispensável do corpo; quando ele se convence de que as mulheres o decepcionaram nesse particular, elas deixam de ser aceitáveis para ele como objeto sexual. Ele não pode abrir mão de um pênis em qualquer pessoa que deva atraí-lo para o ato sexual; e se as circunstâncias forem favoráveis, ele fixará sua libido sobre a 'mulher com um pênis', um jovem de aparência feminina. Os homossexuais, então, são pessoas que, devido à importância erógena dos seus próprios genitais, não podem passar sem uma forma semelhante no seu objeto sexual. No curso do desenvolvimento do auto-erotismo para o amor objetal, eles permaneceram fixados num ponto entre os dois - um ponto que está mais perto do auto-erotismo.

Não há absolutamente qualquer justificativa para distinguir um instinto homossexual especial. O que constitui um homossexual é uma peculiaridade não na sua vida instintual, mas na sua escolha de um objeto. Deixem-me lembrar o que eu disse nos meus *Três Ensaio*s quanto ao fato de que erradamente imaginamos a conexão entre instinto e objeto na vida sexual como sendo mais íntima do que realmente é. Um homossexual pode ter instintos

normais, mas é incapaz de separá-los de uma classe de objetos definida por um determinante particular. E na sua infância, já que nesse período esse determinante é considerado como um fato de aplicação universal, ele é capaz de se comportar como o pequeno Hans, que mostrou sua afeição por menininhos e meninhas indiscriminadamente, e uma vez descreveu seu amigo Fritzl como 'a menina de quem ele gostava mais' [ver em [1]]. Hans era um homossexual (como todas as crianças podem muito bem ser), devido ao fato, que precisa ser sempre mantido em mente, de que *ele só estava informado quanto a um tipo de órgão genital* - um órgão genital como o seu.

No seu desenvolvimento subsequente, contudo, não foi para a homossexualidade que o nosso jovem libertino prosseguiu, mas para uma masculinidade enérgica, com traços de poligamia; também soube como variar seu comportamento, com seus objetos femininos variados - audaciosamente agressivo num caso, lânguido e acanhado em outro. Sua afeição passou de sua mãe para outros objetos de amor, mas, numa época em que havia uma escassez destes, suas afeição voltou a ela, só para desabar numa neurose. Só depois que isso aconteceu é que se tornou evidente a que grau de intensidade seu amor por sua mãe se tinha desenvolvido, e por que vicissitudes tinha passado. O objetivo sexual que ele perseguia com suas companheiras meninas, o de dormir com elas, tinha-se originado com relação à sua mãe. Foi expresso em palavras que poderiam ser conservadas na maturidade, embora trouxessem então uma conotação mais rica. O menino tinha descoberto o caminho para o amor objetual da maneira usual, pelo cuidado que tinha recebido quando era bebê; e um novo prazer tinha, agora, se tornado o mais importante para ele - o de dormir ao lado de sua mãe. Eu gostaria de enfatizar a importância do prazer proveniente do contato cutâneo como um componente nesse novo objetivo de Hans, que, de acordo com a nomenclatura (artificial em minha opinião) de Moll, teria que ser descrito como a satisfação do instinto de contractação. [Moll (1898). Cf. ver em [1], 1972.]

Na sua atitude em relação a seu pai e sua mãe Hans confirma da maneira mais concreta e sem compromisso o que eu tinha dito na *minha A Interpretação de Sonhos* (1900a, na Seção D (β) do Capítulo V; a partir de [1], 1972] com respeito às relações sexuais de uma criança com seus pais. Hans era realmente um pequeno Édipo que queria ter seu pai 'fora do caminho', queria livrar-se dele, para que pudesse ficar sozinho com sua linda mãe e dormir com ela. Esse desejo tinha-se originado durante suas férias de verão, quando a presença e a ausência alternativa de seu pai tinha atraído a atenção de Hans para a condição da qual dependia a intimidade com sua mãe, que ele desejava tanto. Nessa época a forma tomada pelo desejo tinha sido simplesmente que seu pai devia 'ir embora'; num estágio posterior tornou-se possível para seu medo de ser mordido por um cavalo branco ligar-se diretamente a essa forma do desejo, devido a uma impressão casual que ele recebeu no momento da partida de outra pessoa. Mas, subsequentemente (provavelmente só depois que eles se tinham mudado para Viena, onde não devia mais contar com as ausências de seu pai), o desejo tomou a forma de que seu pai devia ficar *permanentemente* longe - que ele devia

estar 'morto'. O medo que se originou desse desejo de morte contra seu pai, e que portanto podemos dizer que teve um motivo normal, formou o obstáculo principal à análise, até que foi removido durante a conversa no meu consultório [ver em [1]].

Mas Hans não era, de modo algum, um mau caráter; não era nem dessas crianças que, na sua idade, ainda dão livre curso para a propensão à crueldade e à violência, o que é um constituinte da natureza humana. Ao contrário, ele tinha uma disposição incomumente humana e afetuosa; seu pai relatou que a transformação das tendências agressivas em sentimentos de piedade ocorreram muito cedo nele. Muito antes da fobia ele tinha ficado inquieto quando viu os cavalos num carrossel serem batidos; e nunca ficava insensível se alguém chorasse na sua presença. Num estágio da análise, uma parte de sadismo *suprimido* apareceu num contexto particular: mas era sadismo suprimido, e teremos que descobrir agora, pelo contexto, o que representava e o que queria substituir. E Hans amava profundamente seu pai, contra quem ele nutria esses desejos de morte; enquanto seu intelecto objetava a tal contradição, ele não podia deixar de demonstrar o fato da existência desta, batendo no seu pai e logo depois beijando o lugar em que ele tinha batido [ver em [1]]. Nós mesmos, também, precisamos ter cuidado para não fazer de tal contradição uma dificuldade. A vida emocional do homem é, em geral, feita de pares de contrários como estes. De fato, se não fosse assim, as repressões e as neuroses talvez nunca ocorressem. No adulto esses pares de emoções contrárias não se tornam, via de regra, simultaneamente conscientes, exceto nos climaxes de amor apaixonado; em outras ocasiões eles, em geral, continuam suprimindo-se uns aos outros até que um deles consiga manter o outro completamente fora de vista. Mas nas crianças eles podem existir pacificamente lado a lado, por um tempo bem considerável.

A influência mais importante sobre o curso do desenvolvimento psicosssexual de Hans foi o nascimento de uma irmãzinha, quando ele estava com três anos e meio. Esse evento acentuou as suas relações com seus pais e lhe deu alguns problemas insolúveis em que pensar; mais tarde, enquanto observava a maneira pela qual o bebê era cuidado, os traços de memória das suas próprias experiências mais remotas de prazer foram reavivados nele. Essa influência é também uma influência típica; em um número inesperadamente grande de históricos de vida, tanto normais quanto patológicos, vemo-nos obrigados a tomar como nosso ponto de partida uma explosão de prazer sexual e de curiosidade sexual ligada, como esta, ao nascimento da criança seguinte. O comportamento de Hans em relação à nova chegada foi exatamente o que eu tinha descrito em *A Interpretação de Sonhos* [1900a, na Seção D (β) do Capítulo V; a partir de [1], 1972]. Na sua febre, poucos dias mais tarde, deixou escapar quão pouco gostava do acréscimo à família [ver em [2]]. A afeição por sua irmã podia vir mais tarde, mas sua primeira atitude foi de hostilidade. Dessa época em diante o medo de que ainda pudesse chegar outro bebê encontrou lugar entre os seus pensamentos conscientes. Na neurose, a sua hostilidade, já suprimida, foi representada por um medo especial - um medo do banho [ver em [1]]. Na análise ele deu uma expressão indisfarçada do seu desejo de morte contra sua irmã, e não se contentou com alusões que

precisavam ser suplementadas por seu pai. Sua consciência mais íntima não considerava esse desejo tão vil como o desejo análogo contra seu pai; está claro, porém, que no seu inconsciente ele tratava ambas as pessoas da mesma maneira, porque ambas afastavam sua mãe dele, e interferiam em seu estar só com ela.

Além do mais, esse evento e os sentimentos que foram reavivados por ele deram uma nova direção para seus desejos. Na sua triunfante fantasia final [ver em [1]], ele somou todos os seus desejos eróticos, tanto os derivados da sua fase auto-erótica quanto os ligados ao seu amor objetal. Nessa fantasia ele estava casado com sua linda mãe e tinha inúmeros filhos, de quem ele podia cuidar à sua própria maneira.

(II)

Um dia, quando Hans estava na rua, foi acometido de um ataque de ansiedade. Não podia, contudo, dizer de que é que tinha medo; mas logo no início desse estado de ansiedade deixou escapar para seu pai o motivo para estar doente, o ganho proveniente da doença. Queria ficar com sua mãe e acariciá-la; sua lembrança de que ele também tinha ficado separado dela na época do nascimento do bebê também pode ter contribuído, como sugere seu pai [ver em [1]], para seu anseio. Logo se tornou evidente que sua ansiedade não era mais reconversível em anseio, ele tinha medo até mesmo quando sua mãe ia com ele. Nesse ínterim apareceram indicações sobre aquilo a que sua libido (agora transformada em ansiedade) se tinha ligado. Ele deu expressão ao medo bastante específico de que um cavalo branco o mordesse.

Os distúrbios desse tipo são chamados de 'fobias', e poderíamos classificar o caso de Hans como um agorafobia, se não fosse pelo fato de que uma característica dessa doença é que a locomoção da qual o paciente é, de outra forma, incapaz, pode ser facilmente efetuada quando ele está acompanhado por uma pessoa especialmente escolhida - no último recurso, pelo médico. A fobia de Hans não preenchia essa condição; logo deixou de ter qualquer relação com a questão da locomoção e se tornou cada vez mais claramente concentrada sobre cavalos. Nos primeiros dias da sua doença, quando a ansiedade estava no seu mais alto grau, ele expressou um medo de que 'o cavalo entrasse no quarto' [ver em [1]], e foi isso que tanto me ajudou a compreender sua condição.

No sistema classificatório das neuroses não foi, até agora, atribuída uma posição definida para as 'fobias'. Parece certo que elas só devam ser encaradas como síndromes, que podem formar parte de várias neuroses e que não precisamos classificá-las como um processo patológico independente. Para fobias da espécie a que pertence a do pequeno Hans, e que são, na realidade, as mais comuns, o nome 'histeria de angústia' não me parece impróprio; sugeri o termo para o Dr. W. Stekel, quando ele estava empreendendo uma descrição dos estados de ansiedade neuróticos; e espero que passe para uso geral. O termo encontra sua justificação na semelhança entre a estrutura psicológica dessas fobias e a da histeria - uma

semelhança que é completa, exceto em um único ponto. Esse ponto, todavia, é um ponto decisivo e bem adaptado para finalidades de diferenciação. Na histeria de angústia, a libido, que tinha sido libertada do material patogênico pela repressão, não é *convertida* (isto é, desviada da esfera mental para uma inervação somática), mas é posta em liberdade na forma de *ansiedade*. Nos casos clínicos com os quais nos defrontamos, essa 'histeria de angústia' pode estar combinada em alguma proporção com a 'histeria de conversão'. Existem casos de pura histeria de conversão sem nenhum traço de ansiedade, assim como há casos de simples histeria de angústia que exibem sentimentos de ansiedade e de fobias, mas não têm mistura de conversão. O caso do pequeno Hans é da última espécie.

As histerias de angústia são os distúrbios psiconeuróticos mais comuns. Mas, antes de tudo, são as que aparecem mais cedo na vida; são as neuroses da infância *par excellence*. Quando uma mãe usa frases como os 'nervos' do seu filho estão num mau estado, podemos ter certeza de que em nove entre dez casos a criança está sofrendo de alguma espécie de ansiedade ou de muitas espécies ao mesmo tempo. Infelizmente o mecanismo mais delicado desses distúrbios altamente significativos não foi ainda suficientemente estudado. Ainda não foi estabelecido se a histeria de angústia é determinada, em contraste com a histeria de conversão e outras neuroses, unicamente por fatores constitucionais ou unicamente por experiências acidentais, ou por que combinação dos dois. A mim parece que de todos os distúrbios neuróticos este é o menos dependente de uma disposição constitucional especial e é, conseqüentemente, o mais facilmente adquirido em qualquer época da vida.

Uma característica essencial das histerias de angústia é muito facilmente apontada. Uma histeria de angústia tende a desenvolver-se mais e mais para uma 'fobia'. No final o paciente pode ter-se livrado de toda a sua ansiedade, mas somente ao preço de sujeitar-se a todos os tipos de inibições e restrições. Desde o começo, na histeria de angústia, a mente está constantemente trabalhando no sentido de ligar psiquicamente, mais uma vez, a ansiedade que tinha se liberado; mas esse trabalho não pode nem efetuar uma retransformação da ansiedade em libido, nem estabelecer qualquer contato com os complexos que foram a fonte da libido. Nada lhe resta, a não ser cortar o acesso a todo possível motivo que possa levar ao desenvolvimento de ansiedade, erigindo barreiras mentais da natureza de precauções, inibições ou proibições; e são essas estruturas protetoras que aparecem para nós sob a forma de fobias e que constituem aos nossos olhos a essência da doença.

Pode-se dizer que até agora o tratamento da histeria de angústia tem sido um tratamento puramente negativo. A experiência demonstrou que é impossível efetuar-se a cura de uma fobia (e até mesmo em certas circunstâncias, perigoso tentar fazê-lo) por meios violentos, isto é, primeiro privando-se o paciente de suas defesas, e depois colocando-o numa situação da qual ele não possa escapar da liberação da sua ansiedade. Conseqüentemente, nada pode ser feito, a não ser deixar o paciente procurar por proteção onde quer que ele ache que pode encontrá-la; e ele é simplesmente encarado com um desprezo, que não é de muita ajuda, pela

sua 'incompreensível covardia'.

Os pais do pequeno Hans estavam determinados, desde o início da sua doença, a que não era para se rir dele, nem para tiranizá-lo, mas que se precisava obter acesso aos seus desejos reprimidos por meio da psicanálise. Os sofrimentos extraordinários suportados pelo pai de Hans foram recompensados pelo sucesso, e os seus relatos vão-nos dar uma oportunidade de penetrar no sistema desse tipo de fobia e de acompanhar o curso de sua análise.

Não acho improvável que o caráter extensivo e detalhado da análise a tenha tornado um tanto obscura para o leitor. Vou, portanto, começar por dar um breve resumo dela, no qual omitirei todas as saídas laterais que distraem e atrairei a atenção para os resultados, à medida que vinham à luz, um atrás do outro.

A primeira coisa que aprendemos é que a eclosão do estado de ansiedade não foi, de modo algum, tão repentina como parecia à primeira vista. Uns dias antes o menino tinha acordado de um sonho de ansiedade, cujo conteúdo era que sua mãe tinha ido embora e que agora ele não tinha mãe para fazer carinho [ver em [1]]. Esse sonho, por si só, aponta para a presença de um processo repressivo de intensidade ominosa. Não podemos explicá-lo, como podemos explicar tantos outros sonhos de ansiedade, supondo que a criança tenha sentido nesse sonho a ansiedade surgindo de alguma causa somática e tenha feito uso da ansiedade com a finalidade de realizar um desejo inconsciente que, de outra forma, teria sido profundamente reprimido. Precisamos encará-lo mais como um sonho genuíno de punição e repressão, e, além disso, como um sonho que falhou na sua função, já que a criança acordou do seu sono num estado de ansiedade. Podemos facilmente reconstruir o que, de fato, ocorreu no inconsciente. A criança sonhou trocando carinhos com sua mãe e dormindo com ela, mas todo o prazer foi transformado em ansiedade, e todo o conteúdo ideativo, no seu oposto. A repressão derrotou a finalidade do mecanismo de sonhar.

Mas os primórdios dessa situação psicológica vão ainda mais longe. Durante o verão precedente Hans tinha tido estados de espírito semelhantes de anseio e apreensão, nos quais tinha dito coisas semelhantes; e nessa época eles lhe tinham assegurado a vantagem de ser levado por sua mãe para a cama dela. Podemos presumir que, desde então, Hans tenha ficado num estado de excitação sexual intensificada, cujo objeto era sua mãe. A intensidade dessa excitação foi mostrada por suas duas tentativas [ver em [1] e [2]] de seduzir sua mãe (a segunda das quais ocorreu imediatamente antes da eclosão da sua ansiedade); e ele achou um canal de descarga incidental para isso, masturbando-se toda noite e, dessa forma, obtendo gratificação. Se a súbita transmutação da sua excitação em ansiedade teve lugar espontaneamente, ou como resultado da rejeição de sua mãe aos seus avanços, ou devido ao renascimento acidental das impressões anteriores pela 'causa precipitadora' da sua doença (sobre a qual vamos ouvir agora) - não podemos decidir; e, de fato, essa é uma questão indiferente, pois essas três possibilidades alternativas não podem ser encaradas como

mutuamente incompatíveis. O fato é que a sua excitação sexual subitamente mudou para ansiedade.

Já descrevemos o comportamento da criança no início da sua ansiedade, assim como o primeiro conteúdo que ele atribuiu a esta, a saber, que um cavalo o morderia. Foi nesse ponto que interveio a primeira parte da terapia. Seus pais fizeram com que ele visse que a sua ansiedade era o resultado da masturbação, e o encorajaram a romper com esse hábito [ver em [1]]. Tive o cuidado de que, quando falassem com ele, fosse dada grande ênfase à sua afeição por sua mãe, pois era isso que ele estava tentando substituir pelo seu medo de cavalos [ver em [2]]. A primeira intervenção trouxe uma leve melhora, mas o terreno foi logo novamente perdido, durante um período de doença física. A condição de Hans permaneceu inalterada. Logo depois ele reportou seu medo de ser mordido por um cavalo a uma impressão que ele tinha recebido em Gmunden [ver em [3]]. Um pai se dirigira a sua filha, na partida desta, com estas palavras de advertência: 'Não ponha o dedo no cavalo; se você puser, ele vai morder você.' As palavras 'Não ponha o dedo no', que Hans usou ao contar essa advertência, se parecia com a fórmula de palavras na qual a advertência contra a masturbação tinha sido estruturada. A princípio, portanto, como os pais de Hans estavam certos em supor, parecia que o que o assustava era sua própria indulgência masturbadora. Mas todo onexo ficou solto, e parecia ser simplesmente por acaso que os cavalos se tinham tornado seu bicho-papão.

Expressei uma suspeita de que o desejo reprimido de Hans poderia ser agora que ele quisesse, a todo custo, ver o pipi de sua mãe. Como seu comportamento para com uma nova empregada combinava com essa hipótese, seu pai lhe deu sua primeira parte de esclarecimento, a saber, que as mulheres não têm pipis [ver em [1]]. Ele reagiu a esse primeiro esforço para ajudá-lo, criando uma fantasia de que tinha visto sua mãe mostrando o pipi dela. Essa fantasia e uma observação feita por ele em conversa, dizendo que seu pipi estava 'preso, é claro', nos concedem entrever pela primeira vez o processo mental inconsciente do paciente. O fato é que a ameaça de castração feita a ele por sua mãe, cerca de quinze meses antes [ver em [1] e [2]], estava agora tendo um efeito adiado sobre ele. Pois sua fantasia de que sua mãe estava fazendo o mesmo que ele tinha feito (a réplica familiar do *tu quoque* das crianças culpadas) destinava-se a servir como uma parte de autojustificação; era uma fantasia protetora ou defensiva. Ao mesmo tempo precisamos observar que foram os pais de Hans que extraíram do material patogênico operando nele o tema particular do seu interesse por pipis. Hans seguiu a orientação deles nesse assunto, mas não tinha tomado ainda nenhuma linha própria na análise. E não havia nenhum sucesso terapêutico a ser observado. A análise tinha passado longe do assunto de cavalos; e a informação de que as mulheres não têm pipis foi calculada para, no mínimo, aumentar seu interesse pela preservação do seu próprio pipi.

O sucesso terapêutico, entretanto, não é o nosso objetivo primordial; nós nos empenhamos mais em capacitar o paciente a obter uma compreensão consciente dos seus desejos

inconscientes. E podemos atingir isso trabalhando com base nos indícios que ele expõe, e assim, com a ajuda da nossa técnica interpretativa, apresentar o complexo inconsciente para a sua consciência *nas nossas próprias palavras*. Haverá um certo grau de semelhança entre o que ele ouve de nós e aquilo que ele está procurando, e o que, a despeito de todas as resistências, está tentando forçar caminho até a consciência; e é essa semelhança que vai capacitá-lo a descobrir o material inconsciente. O médico está um passo à frente dele no conhecimento; e o paciente segue pelo seu próprio caminho, até que os dois se encontrem na meta marcada. Os principiantes em psicanálise estão aptos para assimilar esses dois eventos e para supor que o momento no qual um dos complexos inconscientes do paciente tornou-se conhecido para *eles* é também o momento no qual o próprio paciente o reconhece. Estão esperando demais quando pensam que vão curar o paciente informando-o sobre essa parcela de conhecimento; pois ele nada mais pode fazer com a informação, a não ser fazer uso dela para ajudar a si mesmo a descobrir o complexo inconsciente *onde ele está ancorado* no seu inconsciente. Um primeiro sucesso desse tipo foi obtido com Hans. Tendo parcialmente dominado seu complexo de castração, ele era então capaz de comunicar seus desejos em relação a sua mãe. Ele o fez, no que ainda era uma forma distorcida, por meio da *fantasia das duas girafas*, uma das quais estava gritando em vão porque Hans tinha tomado posse da outra [ver em [1]]. Ele representou o 'tomar posse de', pictoricamente, como 'sentar em cima'. Seu pai reconheceu a fantasia como uma reprodução de uma cena de quarto, que costumava ter lugar de manhã, entre o menino e seus pais; e logo despiu o desejo subjacente do disfarce que ainda usava. O pai e a mãe do menino eram as duas girafas. A razão para a escolha de uma fantasia de girafa para as finalidades de disfarce foi plenamente explicada por uma visita que, alguns dias antes, o menino tinha feito a esses mesmos grandes animais em Schönbrunn, por um desenho de girafa, pertencente a um período anterior, que tinha sido conservado por seu pai, e também, talvez, por uma comparação inconsciente baseada no pescoço longo e rígido da girafa. Pode ser observado que a girafa, sendo um animal grande, e interessante do ponto de vista do seu pipi, era um possível competidor com o cavalo para o papel de bicho-papão; além do mais, o fato de tanto seu pai como sua mãe terem aparecido como girafas oferecia um indício que ainda não tinha sido seguido, no que se refere à interpretação dos cavalos de ansiedade.

Imediatamente depois da história da girafa, Hans criou duas fantasias menores: uma de forçar passagem para um espaço proibido em Schönbrunn, e outra de quebrar uma janela de uma carruagem de estrada de ferro no Stadtbahn [ver em [1]]. Em cada um dos casos a natureza punível da ação foi enfatizada, e em cada um deles seu pai aparecia como um cúmplice. Infelizmente seu pai fracassou ao interpretar essas duas fantasias, de modo que o próprio Hans não lucrou nada em contá-las. Em uma análise, no entanto, uma coisa que não foi compreendida, inevitavelmente reaparece; como um fantasma inquieto, não pode descansar até que o mistério tenha sido resolvido e que o encanto tenha sido quebrado.

Não há dificuldades na maneira para compreendermos essas duas fantasias criminosas. Elas pertenciam ao complexo de Hans de tomar posse da sua mãe. Agitava-se em sua mente algum tipo de vaga noção de que havia algo que ele poderia fazer com sua mãe por meio do que ele chegaria a tomar posse dela; para esse pensamento ilusório ele encontrou algumas representações pictóricas, que tinham em comum as qualidades de serem violentas e proibidas, e cujo conteúdo nos choca por combinar maravilhosamente com a verdade escondida. Só podemos dizer que havia fantasias simbólicas de relações sexuais, e não era um detalhe irrelevante o fato de que seu pai era representado como compartilhando das suas ações: 'Eu gostaria', ele parecia estar dizendo, 'de estar fazendo algo com minha mãe, algo proibido; eu não sei o que é, mas sei que você está fazendo isso também.'

A fantasia da girafa fortaleceu a convicção que já tinha começado a se formar na minha mente, quando Hans expressou seu medo de que 'o cavalo entrasse no quarto' [ver em [1]]; e achei que então tinha chegado o momento certo para informá-lo de que ele tinha medo do seu pai porque ele mesmo nutria desejos ciumentos e hostis contra este - pois era essencial postular-se bem isso com relação aos seus impulsos inconscientes. Ao lhe dizer isso, eu tinha interpretado parcialmente o seu medo de cavalos para ele: o cavalo tem que ser seu pai - a quem ele tinha boas razões internas para temer. Certos detalhes dos quais Hans mostrou que tinha medo, o preto nas bocas dos cavalos e as coisas na frente dos seus olhos (os bigodes e os óculos que são o privilégio de um homem crescido), me pareciam ter sido diretamente transpostos do seu pai para os cavalos [ver em [1]].

Ao esclarecer Hans sobre esse assunto, liquidei sua resistência mais poderosa contra permitir aos seus pensamentos inconscientes tornarem-se conscientes; pois seu próprio pai estava agindo como seu médico. O pior do ataque estava então acabado; havia uma torrente abundante de material; o pequeno paciente convocou coragem para descrever os detalhes da sua fobia, e logo começou a tomar parte ativa na condução da análise.

Foi só então que soubemos quais eram os objetos e as impressões de que Hans tinha medo. Ele não tinha medo só de cavalos o morderem - logo silenciou a respeito desse ponto -, mas também de carroças, de carroças de mudança, de ônibus (sua qualidade comum sendo, como se tornou claro agora, que todos estavam pesadamente carregados), de cavalos que começavam a se mover, de cavalos que pareciam grandes e pesados, e de cavalos que andavam depressa. O significado dessas especificações foi explicado pelo próprio Hans: ele tinha medo de cavalos *caindo*, e conseqüentemente incorporou na sua fobia tudo que parecesse provavelmente facilitar a queda destes [ver em [1]].

Não é nada raro acontecer que, só depois de fazer uma certa quantidade de trabalho psicanalítico com um paciente, um analista possa conseguir saber o conteúdo real de uma fobia, a forma precisa de palavras de um impulso obsessivo, e assim por diante. A repressão não só invadiu os complexos inconscientes, como está continuamente atacando seus derivados e até impede o paciente de ficar sabendo dos produtos da própria doença. O analista, assim, se encontra na posição, curiosa para um médico, de vir em auxílio de uma doença e de proporcionar-lhe a devida atenção. Mas só aqueles que não entendem nada da natureza da psicanálise vão dar ênfase a essa fase do trabalho e supor que por causa disto é provável que se possa fazer mal através da análise. O fato é que é preciso pegar o ladrão para poder enforcá-lo, e é necessário algum dispêndio de trabalho para se agarrar firmemente as estruturas patológicas, sendo a destruição destas a meta do tratamento.

Já observei no curso do meu comentário corrido sobre o caso clínico [ver em [1]] que é muito instrutivo mergulhar desse modo nos detalhes de uma fobia, e assim chegar a uma convicção da natureza secundária da relação entre a ansiedade e seus objetos. É isso que contribui para as fobias serem ao mesmo tempo tão curiosamente difusas e tão estritamente condicionadas. É evidente que o material para os disfarces particulares que o medo de Hans adotou foi coletado das impressões às quais ele estava exposto o dia todo, devido à Central de Alfândega ser situada do lado oposto da rua. Nessa conexão ele também mostrou sinais de um impulso - embora estivesse agora inibido por sua ansiedade - de brincar com as cargas nas carroças, com os embrulhos, barris e caixas como os meninos da rua.

Foi nesse estágio da análise que ele se lembrou do acontecimento, insignificante em si, que precedeu imediatamente a eclosão da doença e que pode, sem dúvida, ser encarado como a causa precipitadora dessa eclosão. Ele foi dar um passeio com sua mãe e viu um cavalo de ônibus cair e escoicear com suas patas [ver em [1]]. Isso lhe causou uma grande impressão. Ele ficou aterrorizado e pensou que o cavalo estava morto; dessa época em diante, achava que todos os cavalos iriam cair. Seu pai salientou para ele que, quando viu o cavalo cair, deve ter pensado nele, seu pai, e ter desejado que ele caísse da mesma maneira e morresse. Hans não discutiu essa interpretação: um pouco mais tarde fez uma brincadeira que consistia em morder seu pai, e assim mostrou que aceitava a teoria de ter identificado seu pai com o cavalo de que ele tinha medo [ver em [1]]. Dessa época em diante seu comportamento em relação ao pai era sem constrangimento e sem medo, e de fato um pouquinho arrogante. Contudo, seu medo de cavalos persistia; e não estava claro, ainda, através de que cadeia de associações a queda do cavalo agitou seus desejos inconscientes.

Deixem-me resumir os resultados que foram alcançados até agora. Por trás do medo que Hans exprimiu primeiro, o medo de que um cavalo o mordesse, descobrimos um medo mais profundamente assentado, o medo de cavalos caindo; e os dois tipos de cavalo, o cavalo que

morde e o cavalo que cai, foram mostrados para representar seu pai, que ia puni-lo pelos maus desejos que ele estava nutrindo contra ele. Nesse ínterim a análise se tinha afastado do tema da sua mãe.

Bem inesperadamente, e certamente sem nenhuma incitação do seu pai, Hans agora começava a se ocupar com o complexo do *lumf*, e a mostrar nojo pelas coisas que lhe lembravam a evacuação dos seus intestinos [ver em [1]]. Seu pai, que estava relutando em acompanhá-lo nessa linha, impulsionou a análise, sem fazer caso de nada, na direção em que ele queria ir. Ele desencavou de Hans a lembrança de um acontecimento em Gmunden, cuja impressão ficou oculta atrás da do cavalo de ônibus que caiu. Quando eles estavam brincando de cavalos, Fritzl, o companheiro de quem ele tanto gostava, mas que, ao mesmo tempo, talvez fosse seu rival diante das muitas meninas suas amigas, tinha batido com o pé contra uma pedra e tinha caído, tendo seu pé sangrado [ver em [1]]. Ver o cavalo do ônibus cair lhe tinha lembrado esse acidente. Merece ser notado que Hans, que no momento estava interessado em outras coisas, começou por negar que Fritzl tivesse caído (embora isso tenha sido o acontecimento que formou a conexão entre as duas cenas) e só o admitiu num estágio posterior da análise [ver em [1]]. É especialmente interessante, no entanto, observar a maneira como a transformação da libido de Hans em ansiedade foi projetada do principal objeto da sua fobia para os cavalos. Os cavalos o interessavam mais do que todos os animais grandes; brincar de cavalos era a sua brincadeira favorita com outras crianças. Tive uma desconfiança - e esta foi confirmada pelo pai de Hans quando o interroguei - de que a primeira pessoa que serviu a Hans como um cavalo devia ter sido seu pai; e foi isso que o habilitou a encarar Fritzl como um substituto para seu pai, quando se deu o acidente em Gmunden. Quando a repressão começou e trouxe consigo uma revulsão de sentimento, os cavalos, que até então tinham sido associados com tanto prazer, foram necessariamente transformados em objetos de medo.

Mas, como já dissemos, foi devido à intervenção do pai de Hans que foi feita essa última importante descoberta quanto à maneira como a causa precipitadora da doença tinha operado. O próprio Hans estava ocupado com seus interesses relativos ao *lumf*, e aí, finalmente, precisamos segui-lo. Ficamos sabendo que Hans anteriormente tinha o hábito de insistir em acompanhar sua mãe ao banheiro [ver em [1]], e que ele tinha reavivado esse costume com sua amiga Berta, numa época em que ela estava ocupando o lugar da sua mãe, até que o fato se tornou conhecido e ele foi proibido de agir assim [ver em [2]]. O prazer sentido ao ficar olhando enquanto uma pessoa que se ama executa as funções naturais é, mais uma vez, uma 'confluência de instintos' da qual já tínhamos observado um exemplo em Hans [ver em [3]]. Por fim seu pai entrou no simbolismo do *lumf*, e reconheceu que havia uma analogia entre uma carroça pesadamente carregada e um corpo cheio com fezes, entre a maneira pela qual uma carroça sai por um portão e a maneira como as fezes deixam o corpo, e assim por diante [ver a partir de [4]].

Nessa época, contudo, a posição ocupada por Hans na análise tinha-se tornado muito diferente do que tinha sido em um estágio anterior. Antes, seu pai era capaz de dizer-lhe, de antemão, o que estava por vir, enquanto Hans simplesmente seguia sua orientação e vinha trotando atrás; mas agora era Hans quem estava abrindo caminho na frente, tão rapidamente e tão firmemente que seu pai encontrou dificuldade em acompanhá-lo. Sem nenhum aviso, como vinha, Hans criava uma nova fantasia: o bombeiro desapareceu a banheira na qual Hans estava, e depois bateu no seu estômago com sua grande broca [ver em [1]]. Daí em diante o material introduzido na análise ultrapassou de longe o nosso poder de compreendê-lo. Só mais tarde foi possível adivinhar que isso era uma remodelação de uma *fantasia de procriação*, distorcida pela ansiedade. A grande banheira de água, na qual Hans se imaginou, era o ventre de sua mãe; a 'broca', que seu pai tinha reconhecido desde a primeira vez como um pênis, deveu sua menção à sua conexão com 'estar nascendo'. A interpretação que somos obrigados a dar à fantasia soar, é claro, muito curiosa: 'Com seu grande pênis você me "molestou"' (isto é 'me deu origem') 'e colocou-me na barriga de minha mãe.' No momento, no entanto, a fantasia iludiu a interpretação, e só serviu a Hans como ponto de partida de onde continuar a dar informação.

Hans mostrou medo de que lhe dessem banho na banheira grande [ver em [1]]; e esse medo era, mais uma vez, um medo composto. Uma parte deste nos escapou até agora, mas a outra parte podia ser imediatamente elucidada, em conexão com sua irmãzinha tomando banho. Hans confessou ter desejado que sua mãe deixasse a criança cair enquanto esta estava sendo banhada de modo que ela morresse [ver em [1]]. Sua própria ansiedade enquanto ele estava tomando seu banho era o medo de retribuição pelo seu mau desejo e de ser punido com a mesma coisa. Hans agora deixou o tema do *lumf* e passou diretamente para o da sua irmãzinha. Podemos imaginar o que essa justaposição significava: nada menos, na realidade, do que a pequena Hanna ser um *lumf* - que todos os bebês eram *lumfs* e nasciam como *lumfs*. Podemos, agora, reconhecer que todas as carroças de mudanças, carrinhos e ônibus eram apenas carroças de caixas de cegonhas, e só tinham interesse para Hans como sendo representações simbólicas da gravidez; e que, quando um cavalo pesado ou pesadamente carregado caiu, ele pode ter visto nisto apenas uma coisa - um parto, uma libertação [*ein Niederkommen*]. Portanto, o cavalo que caiu não era só seu pai moribundo, mas também sua mãe no parto.

E nesse ponto Hans nos fez uma surpresa, para a qual não estávamos nem um pouco preparados. Ele tinha notado a gravidez de sua mãe, que terminara com o nascimento da sua irmãzinha, quando ele estava com três anos e meio, e em todo caso, depois do parto, tinha juntado os fatos do caso - sem dizer a ninguém, é verdade, e talvez sem ser capaz de dizer a ninguém. Tudo que podia ser visto na época era que, imediatamente após o parto, ele tinha assumido uma atitude extremamente cética em relação a tudo o que pudesse pretender apontar a presença da cegonha [ver em [1]]. *Mas que ele - em completa contradição com suas falas oficiais - sabia no seu inconsciente de onde o bebê tinha vindo e onde ele tinha*

estado antes, é provado sem sombra de dúvida pela presente análise; de fato, este talvez seja seu traço mais inatacável.

A evidência mais convincente disso é fornecida pela fantasia (na qual ele persistia com tanta obstinação, e que embelezou com tanta riqueza de detalhe) de como Hanna tinha estado com eles em Gmunden no verão anterior ao nascimento dela, de como ela tinha viajado para lá com eles, e de como ela tinha sido capaz de fazer muito mais do que podia um ano mais tarde, depois que ela tinha nascido [ver a partir de [1]]. O descaramento com que Hans contou essa fantasia e as incontáveis mentiras extravagantes com as quais ele a interligou eram tudo, menos sem significação. Tudo isso tencionava ser uma vingança sobre o seu pai, contra quem ele acalentava rancor por tê-lo enganado com a fábula da cegonha. Era exatamente como se ele quisesse dizer: 'Se você realmente pensou que eu era tão estúpido assim, e esperava que eu acreditasse que a cegonha trouxe Hanna, então, em troca, eu espero que *você* aceite as *minhas* invenções como sendo verdade.' Esse ato de vingança da parte do nosso jovem inquiridor sobre seu pai foi sucedido pela fantasia claramente correlata de importunar e bater nos cavalos [ver em [1]]. Essa fantasia, mais uma vez, tinha dois constituintes. De um lado, era baseada na irritação a que ele tinha submetido seu pai imediatamente antes; e, de outro lado, reproduzia os obscuros desejos sádicos dirigidos à sua mãe, que já tinham encontrado expressão (apesar de não terem sido compreendidos a princípio) nas suas fantasias de fazer algo proibido. Hans até confessou conscientemente um desejo de bater na sua mãe [ver em [2]].

Não há muitos mistérios mais à nossa frente agora. Uma obscura fantasia de perder um trem [ver em [3]], parece ter sido um presságio da noção posterior de entregar o pai de Hans para a sua avó em Lainz, pois a fantasia tratava de uma visita a Lainz, e sua avó aparecia nela. Uma outra fantasia, na qual um menino dava ao guarda 50.000 florins para deixá-lo andar na carreta [ver em [1]], soa quase como um plano de comprar sua mãe do seu pai, parte de cujo poder, é claro, repousa na sua riqueza. Mais ou menos nessa mesma época também, ele confessou, com um grau de abertura que nunca tinha alcançado antes, que desejava livrar-se do seu pai, e que a razão pela qual desejava isso era que seu pai interferia em sua própria intimidade com sua mãe [ver em [2]]. Não devemos surpreender-nos ao encontrar os mesmos desejos reaparecendo constantemente no curso da análise. A monotonia só se prende às interpretações que o analista faz desses desejos. Para Hans eles não eram meras repetições, mas passos num desenvolvimento progressivo do tímido indício para a clareza plenamente consciente e sem distorção.

O que resta são apenas confirmações da parte de Hans de conclusões analíticas que as nossas interpretações já tinham estabelecido. Num ato sintomático inteiramente inequívoco, que ele disfarçou ligeiramente para a empregada, mas de modo algum para seu pai, mostrou

como imaginava que um nascimento ocorria [ver em [1]]; mas, se olharmos para isso mais de perto, poderemos ver que ele mostrou algo mais, que estava sugerindo algo a que não mais se aludiu na análise. Ele empurrou um pequeno canivete, que pertencia a sua mãe, para dentro de um buraco redondo no corpo de uma boneca de borracha, e depois deixou-o cair de novo para fora, afastando as pernas da boneca. O esclarecimento que logo depois ele recebeu dos seus pais [ver em [1]], dizendo que as crianças de fato crescem dentro do corpo de suas mães e que são empurradas para fora deste como um *lumf*, veio tarde demais; não podia dizer-lhe nada de novo. Um outro ato sintomático, acontecendo como por acidente, envolveu uma confissão de que ele tinha desejado que seu pai estivesse morto; pois, no exato momento em que seu pai estava falando deste desejo de morte, Hans deixou um cavalo, com o qual ele estava brincando, cair - na verdade ele o derrubou. Depois, confirmou com muitas palavras a hipótese de que carroças pesadamente carregadas representavam para ele a gravidez de sua mãe, e de que o cavalo caindo era como ter um bebê. A parte da confirmação mais deliciosa em conexão com isso - uma prova de que, segundo seu ponto de vista, as crianças eram '*lumfs*' - foi ele inventar o nome de 'Lodi' para seu filho favorito. Houve algum atraso em contar esse fato, pois depois pareceu que ele tinha estado brincando com esse seu filho de salsicha já por um longo tempo [ver em [1]].

Já consideramos as duas fantasias concludentes de Hans, com as quais a sua recuperação foi fechada. Uma destas [ver em [2]], a do bombeiro dando-lhe um novo e, como seu pai adivinhou, maior pipi, não era simplesmente a repetição da fantasia anterior que dizia respeito ao bombeiro e à banheira. A nova era uma fantasia triunfante e apaixonada, e foi com ela que ele superou seu medo de castração. Sua outra fantasia [ver em [3]], que confessava o desejo de ser casado com sua mãe e de ter muitos filhos com ela, não esgotou simplesmente o conteúdo dos complexos inconscientes que tinham sido agitados pela visão do cavalo caindo e que tinham gerado sua ansiedade. Também corrigiu aquela porção daquelas idéias que era inteiramente inaceitável; pois, ao invés de matar seu pai, tornou-o inofensivo, incentivando-o a um casamento com a avó de Hans. Com essa fantasia, tanto a doença como a análise chegaram a um final apropriado.

Enquanto a análise de um caso está em andamento é impossível obter qualquer impressão clara da estrutura e do desenvolvimento da neurose. Isso é da competência de um processo sintético que precisa ser executado subsequente. Ao tentar levar a cabo tal síntese da fobia do pequeno Hans, devemos tomar como nossa base a consideração da sua constituição mental, do seu controle sobre os desejos sexuais e das suas experiências até a época do nascimento da sua irmã, o que fornecemos em parte anterior deste artigo.

A chegada da sua irmã trouxe para a vida de Hans muitos elementos novos, que dessa época em diante não lhe deram sossego. Em primeiro lugar, foi obrigado a submeter-se a um certo grau de privação: para começar, uma separação temporária de sua mãe, e mais tarde uma diminuição permanente na soma de cuidado e atenção que ele tinha recebido dela, o que, a partir de então, teve que se acostumar a dividir com sua irmã. Em segundo lugar,

experimentou uma reanimação dos prazeres que tinha desfrutado quando era cuidado como um bebê, pois foram invocados por tudo o que ele viu sua mãe fazer para o bebê. Como resultado dessas duas influências, suas necessidades eróticas tornaram-se intensificadas, enquanto, ao mesmo tempo, começaram a obter satisfação insuficiente. Compensou a perda que a chegada da sua irmã lhe legou, imaginando que ela tinha filhos seus; durante o tempo em que ficou em Gmunden - na sua segunda visita lá - e podia realmente brincar com essas crianças, encontrou uma saída suficiente para as suas afeições. Mas, depois da sua volta a Viena, ficou de novo sozinho e colocou todas as suas esperanças em sua mãe. Ele tinha, nesse ínterim, sofrido uma outra privação, tendo sido exilado do quarto dos seus pais com a idade de quatro anos e meio. Sua excitabilidade erótica intensificada encontrou então expressão em fantasias, por meio das quais, na sua solidão, ele evocava seus companheiros do verão anterior, e numa satisfação auto-erótica regular, obtida por uma estimulação masturbatória dos seus genitais.

Mas em terceiro lugar, o nascimento de sua irmã estimulou-o a um esforço de pensamento que, de um lado, era impossível conduzir a uma conclusão e que, de outro lado, envolveu-o em conflitos emocionais. Ele deparou o grande enigma do de onde é que os bebês vêm, que é, talvez, o primeiro problema a ocupar os poderes mentais de uma criança, e do qual o enigma da Esfinge tebana provavelmente não é mais do que uma versão distorcida. Ele rejeitou a solução oferecida, a de a cegonha ter trazido Hanna. Pois ele tinha notado que, meses antes do nascimento do bebê, o corpo de sua mãe tinha crescido, que depois ela tinha ido para a cama, que tinha gemido enquanto o nascimento estava ocorrendo e que, quando se levantou, estava magra de novo. Ele então deduziu que Hanna tinha estado dentro do corpo de sua mãe, e que depois tinha vindo para fora como um *lumpf*^c. Foi capaz de imaginar o ato de dar à luz como um ato de prazer, relacionando-o com seus próprios primeiros sentimentos de prazer ao evacuar; e assim foi capaz de encontrar um duplo motivo para desejar ter filhos seus: o prazer de dar à luz eles e o prazer (o prazer compensatório, como era o caso) de cuidar deles. Não havia nada em tudo isso que pudesse tê-lo levado a dúvidas ou conflitos.

Mas havia algo mais, que não podia deixar de torná-lo inquieto. Seu pai tinha que ter algo a ver com o nascimento da pequena Hanna, pois ele tinha declarado que Hanna e o próprio Hans eram filhos dele. No entanto, certamente não era seu pai quem os tinha trazido para o mundo, mas sua mãe. Esse seu pai ficou entre ele e sua mãe. Quando ele estava lá, Hans não podia dormir com sua mãe, e quando sua mãe queria trazer Hans para a cama com ela, seu pai costumava reclamar. Hans tinha aprendido, por experiência, como podia ficar à vontade na ausência de seu pai, e era bastante justificável que desejasse livrar-se dele. E depois a hostilidade de Hans tinha recebido um novo reforço. Seu pai lhe contou a mentira sobre a cegonha e, desse modo, tornou impossível para ele pedir esclarecimento a respeito dessas coisas. Ele não só impediu que Hans ficasse na cama com sua mãe, mas também manteve afastado dele o conhecimento de que ele estava sedento. Estava colocando Hans em

desvantagem nas duas direções, e estava obviamente agindo assim em seu próprio benefício.

Mas seu pai, a quem ele não podia deixar de odiar como um rival, era o mesmo pai que ele sempre tinha amado, e estava inclinado a continuar amando, que tinha sido seu modelo, tinha sido seu primeiro companheiro, e tinha cuidado dele desde a mais tenra infância: e foi isso que deu origem ao primeiro conflito. Esse conflito também não podia encontrar uma solução imediata. Pois a natureza de Hans se tinha desenvolvido tanto que, no momento, seu amor só podia levar vantagem e suprimir seu ódio - apesar de não poder matar esse ódio, pois este era mantido permanentemente vivo por seu amor a sua mãe.

Seu pai, porém, não só sabia de onde vinham as crianças, mas de fato as fez - coisa que Hans só podia adivinhar obscuramente. O pipi tem que ter algo a ver com isso, pois o seu próprio ficou excitado toda vez que ele pensou nessas coisas - e tem que ser um pipi grande também, maior que o de Hans. Se ele atendia a essas sensações premonitórias, só podia supor que era uma questão de algum ato de violência executado em sua mãe, de quebrar alguma coisa, de fazer uma abertura em alguma coisa, de forçar um caminho num espaço fechado - tais eram os impulsos que ele sentiu agitando-se dentro dele. Mas, apesar de as sensações do seu pênis o terem colocado no caminho de pressupor uma vagina, ele ainda não podia resolver o problema, pois em sua experiência não existia tal coisa como o seu pipi exigia. Ao contrário, sua convicção de que sua mãe possuía um pênis, tal como ele, ficou no caminho de qualquer solução. Sua tentativa de descobrir o que era que tinha de ser feito com sua mãe a fim de que ela pudesse ter filhos afundou para o seu inconsciente; e seus dois impulsos ativos - o hostil em relação a seu pai e o sádico-terno em relação a sua mãe - não podem ser postos em uso - o primeiro, por causa do amor que existia lado a lado com o ódio, e o segundo, por causa da perplexidade na qual suas teorias sexuais infantis o deixaram.

É assim, baseando minhas conclusões nas descobertas da análise, que sou obrigado a reconstruir os complexos e desejos inconscientes, a repressão e o redespertar do que produziu a fobia do pequeno Hans. Estou ciente de que, agindo assim, atribuo muito à capacidade mental de uma criança entre quatro e cinco anos de idade; mas deixei-me ser guiado pelo que aprendemos recentemente, e não me considero ligado aos preconceitos da nossa ignorância. Poderia ter sido possível, talvez, fazer uso do medo de Hans de 'fazer um barulho com as pernas' para preencher umas poucas lacunas mais na nossa adjudicação sobre a evidência. Hans, é verdade, declarou que isso lhe lembrava ele dando pontapés com suas pernas quando era obrigado a parar de brincar para fazer *lumf*; de modo que esse elemento da neurose torna-se ligado ao problema de saber se sua mãe gostava de ter filhos ou era obrigada a tê-los. Contudo, tenho a impressão de que esta não é toda a explicação do 'fazer um barulho com as pernas'. O pai de Hans foi incapaz de confirmar minha suspeita de que havia alguma lembrança agitando-se na mente da criança, lembrança de ter observado uma cena de relação sexual entre seus pais no quarto destes. Então, contentemo-nos com o que descobrimos.

É difícil dizer qual foi a influência que, na situação que acabamos de esboçar, levou à súbita mudança em Hans e à transformação do seu anseio libidinal em ansiedade - para dizer de que direção foi que a repressão começou. A questão provavelmente só poderia ser decidida fazendo-se uma comparação entre esta análise e várias outras similares. Se as escalas foram mudadas pela inabilidade *intelectual* da criança em resolver o difícil problema da geração de crianças e em lidar com os impulsos agressivos que foram liberados com a sua aproximação dessa solução, ou se o efeito foi produzido por uma incapacidade *somática*, uma intolerância constitucional da gratificação masturbatória à qual ele se entregava regularmente (se, por assim dizer, a mera persistência do excitamento sexual em tão alto nível de intensidade tendia a causar uma revulsão) - esta questão precisa ser deixada em aberto até que possa chegar à nossa assistência experiência nova.

Considerações cronológicas tornaram impossível, para nós, dar qualquer importância maior à causa precipitadora real da eclosão da doença de Hans, pois ele mostrou sinais de apreensão muito antes de ter visto o cavalo do ônibus cair na rua.

De qualquer modo, a neurose deu sua partida diretamente desse evento casual, e preservou um traço deste na circunstância de o cavalo ser exaltado como objeto da sua ansiedade. Em si, a impressão do acidente que por acaso ele presenciou não carregava nenhuma 'força traumática'; adquiriu sua grande eficácia somente a partir do fato de que os cavalos antes tinham sido de importância para ele como objetos de sua predileção e interesse, a partir do fato de que ele associou o acontecimento na sua mente a um acontecimento anterior em Gmunden, que tinha mais razão para ser encarado como traumático, isto é, com a queda de Fritzl enquanto eles estavam brincando de cavalos, e, por último, a partir do fato de que havia um caminho fácil de associação de Fritzl a seu pai. De fato, mesmo essas conexões provavelmente não teriam sido suficientes, não fosse o fato de, graças à flexibilidade e à ambigüidade de cadeias associativas, o mesmo acontecimento ter-se mostrado capaz de agitar o segundo dos complexos que se escondiam no inconsciente de Hans, o complexo do parto de sua mãe grávida. A partir desse momento, o caminho ficou livre para o retorno do reprimido; e este voltou de tal maneira que *o material patogênico foi remodelado e transposto para o complexo do cavalo, enquanto os afetos acompanhantes foram uniformemente transformados em ansiedade.*

Merece ser notado que o conteúdo da fobia de Hans, tal como ficou depois, teve que ser submetido a um processo posterior de distorção e de substituição para que sua consciência tomasse conhecimento dele. A primeira formulação de Hans da sua ansiedade foi a seguinte: 'o cavalo vai morder-me'; e isso derivou-se de um outro episódio em Gmunden que, de um lado, era relacionado com seus desejos hostis para com seu pai e, de outro lado, era um

remanescente do aviso que ele tinha recebido contra masturbação. Alguma influência interferente, emanando talvez dos seus pais, se tinha feito sentir. Não estou certo se os relatos sobre Hans eram, nessa época, estabelecidos com o cuidado suficiente para nos habilitar a decidir se ele expressava sua ansiedade dessa forma *antes* ou só *depois* de sua mãe repreendê-lo sobre o assunto da masturbação. Devo inclinar-me a suspeitar de que só foi assim depois, embora isso fosse contradizer o relato fornecido no caso clínico [ver em [1]]. De qualquer forma, é evidente que em todos os pontos o complexo hostil de Hans contra seu pai encobria seu complexo luxurioso em relação a sua mãe, assim como foi o primeiro a ser revelado e tratado na análise.

Em outros casos desse gênero, haveria muito mais a ser dito a respeito da estrutura, do desenvolvimento e da difusão da neurose. Todavia, a história do ataque do pequeno Hans foi muito curta; quase logo que começou, seu lugar foi ocupado pela história do seu tratamento. E apesar de durante o tratamento a fobia ter parecido desenvolver-se mais e estender-se a novos objetos, e estabelecer novas condições, seu pai, já que era ele quem estava tratando do caso, naturalmente tinha penetração suficiente para ver que se tratava simplesmente da emergência do material que já existia, e não de novas criações para as quais o tratamento poderia ser tomado como responsável. No tratamento de outros casos não seria possível contar sempre com tanta penetração.

Antes que eu possa encarar esta síntese como completa, preciso voltar-me ainda para outro aspecto do caso, que vai levar-nos para o mais profundo âmago das dificuldades, que ficam no caminho da nossa compreensão de estados neuróticos. Vimos como o nosso pequeno paciente foi alcançado por uma grande onda de repressão e que esta apanhou precisamente aqueles seus componentes sexuais que eram dominantes. Ele abandonou a masturbação, e afastou-se com nojo de tudo que lhe lembrava excremento e olhar para outras pessoas executando suas funções naturais. Mas esses não eram os componentes que foram agitados pela causa precipitadora da doença (ver o cavalo cair) ou que forneceram o material para os sintomas, isto é, o conteúdo da fobia.

Isso nos permite, portanto, fazer uma distinção radical. Chegaremos provavelmente a compreender o caso mais profundamente se nos voltarmos para aqueles outros componentes que, *de fato*, preenchem as duas condições que acabaram de ser mencionadas. Esses outros componentes eram tendências em Hans que já tinham sido suprimidas e que, tanto quando podemos dizer, nunca puderam encontrar expressão desinibida: sentimentos hostis e ciumentos em relação a seu pai, e impulsos sádicos (premonições, como era o caso, da cópula) em relação a sua mãe. Essas supressões primitivas podem ter ocorrido, talvez, para formar a predisposição para sua doença subsequente. Essas propensões agressivas de Hans não encontraram saída, e logo que chegou um tempo de privação e de excitação sexual intensificada, elas tentaram romper sua saída com força redobrada. Foi então que a batalha que chamamos de sua 'fobia' rebentou. Durante o curso desta, uma parte das idéias

reprimidas, numa forma distorcida e transposta para um outro complexo, forçou seu caminho para a consciência como conteúdo da fobia. Mas este era um sucesso decididamente desprezível. A vitória ficou com as forças de repressão; *e elas fizeram uso da oportunidade para estender seu domínio a outros componentes que não aqueles que se tinham rebelado*. Essa última circunstância, todavia, não altera nem um pouco o fato de que a essência da doença de Hans era inteiramente dependente da natureza dos componentes instintuais que tiveram de ser repelidos. O conteúdo da sua fobia era tal que impunha uma grande medida de restrição sobre sua liberdade de movimento, e este era o seu propósito. Tratava-se, portanto, de uma poderosa reação contra os impulsos obscuros ao movimento que eram especialmente dirigidos contra sua mãe. Pois os cavalos de Hans sempre foram típicos do prazer no movimento ('Eu sou um jovem cavalo', disse ele enquanto pulava [ver em [1]]); mas já que esse prazer no movimento incluía o impulso para copular, a neurose impôs uma restrição a este e exaltou o cavalo como emblema de terror. Assim, pareceria que tudo o que os instintos reprimidos obtiveram da neurose foi a honra de fornecer pretextos para o aparecimento da ansiedade na consciência. Mas não importa quão clara possa ter sido a vitória na fobia de Hans das forças que eram opostas à sexualidade, já que essa doença é na sua mais profunda natureza um compromisso, isso não pode ser tudo o que os instintos reprimidos obtiveram. Afinal, a fobia de Hans por cavalos era um obstáculo a ele ir até a rua, e podia servir como um meio de lhe permitir ficar em casa com sua querida mãe. Dessa maneira, portanto, sua afeição por sua mãe realizou triunfalmente seu objetivo. Em consequência da sua fobia, o amante agarrou-se ao objeto do seu amor - apesar de, para se assegurar, terem sido tomadas medidas para torná-lo inócuo. O verdadeiro caráter de um distúrbio neurótico é exibido nesse resultado duplo.

Alfred Adler, num sugestivo artigo, desenvolveu recentemente o ponto de vista de que a ansiedade surge da supressão do que ele chama de 'instinto agressivo', e por meio de um processo sintético impetuoso ele imputa a esse instinto o papel principal nos acontecimentos humanos, 'na vida real ou na neurose'. Como chegamos à conclusão de que, no nosso presente caso de fobia, a ansiedade deve ser explicada como sendo devida à repressão das propensões agressivas de Hans (as propensões hostis contra seu pai e as sádicas contra sua mãe), parece que produzimos uma peça muito impressionante de confirmação do ponto de vista de Adler. Sou, contudo, incapaz de concordar com ele, e na verdade encaro-o como uma generalização enganadora. Não posso convencer-me a aceitar a existência de um instinto agressivo especial ao lado dos instintos familiares de autopreservação e de sexo, e de qualidade igual à destes. Parece-me que Adler promoveu erradamente a um instinto especial e auto-subsistente o que é, na realidade, um atributo universal e indispensável de *todos* os instintos - o seu caráter instintual [*triebhaft*] e 'premente', o que poderia ser descrito como a sua capacidade para iniciar movimento. Nada restaria, então, dos outros instintos, a não ser a sua relação com um objetivo, pois a sua relação com os meios de alcançar esse objetivo teria sido retirada deles pelo 'instinto agressivo'. Apesar de toda a incerteza e obscuridade de nossa teoria dos instintos, eu preferiria, no momento, aderir ao ponto de vista usual, que deixa a cada instinto o seu próprio poder de se tornar agressivo; e

estaria inclinado a reconhecer os dois instintos que se tornaram reprimidos em Hans como componentes familiares da libido sexual.

(III)

Procederei agora ao que, espero, será uma breve discussão de até que ponto a fobia do pequeno Hans oferece alguma contribuição de importância geral aos nossos pontos de vista sobre a vida e a educação das crianças. Mas, antes de fazê-lo, preciso voltar à objeção que foi mantida por tanto tempo, de acordo com a qual Hans era um neurótico, um 'degenerado', com uma má hereditariedade, e não uma criança normal, sendo possível aplicar o conhecimento sobre ele a outras crianças. Estive pensando por algum tempo, com pesar, na maneira como os que aderem à 'pessoa normal' vão cair em cima do pobre pequeno Hans logo que forem informados de que ele, de fato, pode ser mostrado como tendo tido uma tara hereditária. Sua linda mãe ficou doente com uma neurose como resultado de um conflito durante sua meninice. Pude ser de auxílio para ela na época, e este foi, de fato, o começo da minha ligação com os pais de Hans. É com a maior desconfiança que me arrisco a levar avante uma ou duas considerações em seu favor.

Em primeiro lugar, Hans, não era o que se entenderia, falando estritamente, por uma criança degenerada, condenada por sua hereditariedade a ser um neurótico. Ao contrário, ele era bem formado fisicamente, e era um rapazinho alegre, amável e de mente ativa, que poderia dar prazer a mais pessoas que seu próprio pai. Não pode haver dúvida, é claro, quanto à sua precocidade sexual; mas sobre esse ponto há muito pouco material no qual uma comparação justa possa ser baseada. Colhi, por exemplo, de um trabalho de pesquisa coletiva conduzida na América [Sanford Bell (1902)], que não é, de modo algum, uma coisa tão rara encontrar-se uma escolha de objeto e sentimentos de amor em meninos numa idade assim tão tenra; e o mesmo pode ser aprendido estudando-se os registros da infância de homens que mais tarde chegaram a ser reconhecidos como 'grandes'. Devo inclinar-me a acreditar, portanto, que a precocidade sexual é um correlato, raramente ausente, da precocidade intelectual, e que, assim, deve ser encontrada em crianças dotadas mais freqüentemente do que se poderia esperar.

Além disso, deixem-me dizer em favor de Hans (e admito francamente minha atitude partidária) que ele não é a única criança que foi atingida por uma fobia em uma época ou outra na sua infância. Problemas desse tipo são conhecidos por serem extraordinariamente freqüentes, mesmo em crianças cujo cuidado da educação não deixava nada a desejar. Na vida futura essas crianças ou se tornam neuróticas ou permanecem saudáveis. Suas fobias são subjugadas na educação porque são inacessíveis a tratamento e são decididamente inconvenientes. No curso de meses ou anos elas diminuem, e a criança parece recuperar-se; mas ninguém pode dizer que mudanças psicológicas são necessitadas por tal recuperação, ou que alterações no caráter nela estão envolvidas. Quando, todavia, um paciente adulto neurótico vem a nós para tratamento psicanalítico (e presumamos que sua doença só se

tornou manifesta depois que ele atingiu a maturidade), achamos regularmente que sua neurose tem como ponto de partida uma ansiedade infantil tal como a que discutimos, e é de fato uma continuação dela; de modo que, por assim dizer, um contínuo e tranqüilo foi de atividade psíquica, partindo dos conflitos da sua infância, foi prolongado através de sua vida - sem consideração se o primeiro sintoma daqueles conflitos persistiu ou recolheu-se sob a pressão das circunstâncias. Acho, portanto, que a doença de Hans pode, talvez, não ter sido mais séria que aquela de muitas outras crianças que não são rotuladas de 'degeneradas'; mas, já que ele foi criado sem ser intimidado e com tanta consideração e com tão pouca coerção quanto possível, sua ansiedade ousou mostrar-se mais atrevidamente. Com ele não havia lugar para motivos tais como uma má consciência ou um medo de punição, o que com outras crianças deve, sem dúvida, contribuir para diminuir a ansiedade. Parece-me que nos concentramos demais nos sintomas e nos interessamos muito pouco por suas causas. Ao educar as crianças só visamos a ser deixados em paz e não ter dificuldades, em suma, a formar uma criança modelo, e prestamos muito pouca atenção a se tal curso de desenvolvimento é também para o bem da criança. Posso, portanto, imaginar muito bem que tenha sido para seu benefício que Hans produziu essa fobia, pois ela dirigiu a atenção dos seus pais para as dificuldades inevitáveis com as quais uma criança é confrontada quando, no curso de sua formação cultural, é solicitada a superar os componentes instintuais inatos da sua mente; e seu problema levou seu pai a assisti-lo. Pode ser que agora Hans desfrute de uma vantagem sobre as outras crianças, pelo fato de que ele não mais carrega dentro de si aquela semente sob a forma de complexos reprimidos que deverá ser sempre de algum significado para a vida futura de uma criança e que, sem dúvida, traz consigo um certo grau de deformidade de caráter, se não uma disposição a uma neurose subsequente. Estou inclinado a pensar que isso é assim, mas não sei se muitos outros vão partilhar da minha opinião; nem sei também se a experiência vai provar que estou certo.

Mas preciso, agora, inquirir que mal foi feito a Hans para trazer à luz nele complexos tais como os que são não apenas reprimidos pelas crianças, mas temidos por seus pais. O menino chegou a empreender alguma ação séria no que se refere ao que ele queria da sua mãe? Ou suas más intenções contra seu pai deram lugar a feitos maldosos? Tais pressentimentos terão, sem dúvida, ocorrido a muitos médicos, que não entendem a natureza da psicanálise e pensam que os instintos maus são fortalecidos por se tornarem conscientes. Os homens sábios como estes não estão sendo mais que convenientes quando nos imploram pelo amor de Deus que não nos metamos com as coisas ruins que se escondem por trás de uma neurose. Ao fazê-lo, esquecem-se, é verdade, de que são médicos, e suas palavras mostram uma semelhança fatal com as de Dogberry, quando aconselhou os guardas a evitarem todo contato com quaisquer ladrões que pudessem vir a encontrar: 'pois com tal tipo de homens, quanto menos vocês se misturarem ou concordarem com eles, tanto melhor para sua honestidade.'

Ao contrário, os únicos resultados da análise foram que Hans se recuperou, deixou de ter medo de cavalos e chegou a termos bem familiares com seu pai, como este último relatou com algum humor. Mas o que seu pai possa ter perdido no respeito do menino, ganhou, de volta, na sua confiança: 'Eu pensei', disse Hans, 'que você sabia tudo, como você sabia aquilo sobre o cavalo.' Pois a análise não desfaz os *efeitos* da repressão. Os instintos que foram suprimidos anteriormente permanecem suprimidos, mas o mesmo efeito é produzido de uma maneira diferente. A análise substitui o processo de repressão, que é um processo automático e excessivo, por um controle moderado e resolutivo da parte das mais altas instâncias da mente. Numa palavra, *a análise substitui a repressão pela condenação*. Isso parece trazer até nós a longamente procurada evidência de que a consciência tem uma função biológica, e de que com a sua entrada em cena uma importante vantagem é assegurada.

Se o assunto estivesse inteiramente entregue às minhas mãos, eu teria arriscado dar à criança a parcela de esclarecimento restante que seus pais retiveram dele. Eu teria confirmado as suas premonições instintivas, falando-lhe da existência da vagina e da cópula; assim, eu teria diminuído ainda mais seu resíduo não resolvido, e posto um fim à sua torrente de perguntas. Estou convencido de que essa nova parcela de esclarecimento não o teria feito perder nem seu amor por sua mãe nem sua própria natureza de criança e de que ele teria compreendido que essa preocupação com essas coisas importantes, essas coisas muito importantes, precisa descansar no momento - até que seu desejo de ser grande tenha sido satisfeito. Mas a experiência educacional não foi levada tão longe.

Que não pode ser traçada qualquer linha nítida entre pessoas 'neuróticas' e 'normais' - quer crianças ou adultos -, que a nossa concepção de 'doença' é uma concepção puramente prática e uma questão de somação, que a disposição e as eventualidades da vida precisam combinar-se para que o limiar dessa somação seja ultrapassado e que, conseqüentemente, vários indivíduos estão passando constantemente da classe de pessoas saudáveis para a de pacientes neuróticos, enquanto um número bem menor também faz a viagem na direção oposta - tudo isso são coisas que têm sido ditas com tanta freqüência e acatadas com tanta concordância, que certamente não estou só ao sustentar sua veracidade. É, para se falar o mínimo sobre isso, extremamente provável que a educação de uma criança possa exercer uma influência poderosa, para o bem ou para o mal, sobre a disposição que acabamos de mencionar como um dos fatores na ocorrência da 'doença'; mas o que essa educação deve visar e em que ponto deve ser repelida parecem, no momento, ser questões muito duvidosas. Até agora a educação só estabeleceu para si a tarefa de controlar, ou, seria muitas vezes mais próprio dizer-se, de suprimir, os instintos. Os resultados não têm sido, de modo algum, gratificantes, e onde o processo foi bem-sucedido foi somente para o benefício de um pequeno número de indivíduos favorecidos, a quem não se exigiu que suprimissem seus instintos. Ninguém também inquiriu por que meios e a que custo a supressão dos instintos

inconvenientes foi conseguida. Suponha-se agora que substituamos outra tarefa por essa e que visemos, em vez disso, fazer o indivíduo capaz de se tornar um membro civilizado e útil à sociedade com o mínimo de sacrifício possível da sua própria atividade; nesse caso a informação obtida pela psicanálise sobre a origem dos complexos patogênicos e sobre o núcleo de qualquer afecção nervosa pode reclamar, com justiça, que merece ser encarada por educadores como um guia inestimável na sua conduta em relação às crianças. Que conclusões práticas podem resultar disso e até que ponto a experiência pode justificar a aplicação dessas conclusões no nosso sistema social atual, são assuntos que deixo para o exame e a decisão de outros.

Não posso despedir-me da fobia do nosso pequeno paciente sem expressar uma noção que tornou sua análise, conduzindo como ela o fez a uma recuperação, parecer de especial valor para mim. Falando francamente, não aprendi nada de novo com essa análise, nada que eu já não tivesse sido capaz de descobrir (apesar de muitas vezes menos distintamente e mais indiretamente) em outros pacientes analisados numa idade mais avançada. Mas a neurose desses outros pacientes podia, em todos os casos, ser reportada aos mesmos complexos infantis que foram revelados por trás da fobia de Hans. Estou, portanto, tentado a reclamar para essa neurose da infância o significado de ser um tipo e um modelo, assim como a supor que a multiplicidade dos fenômenos de repressão exibidos pelas neuroses e a abundância do seu material patogênico não evitam que sejam derivadas de um número muito limitado de processos que participam de complexos ideativos idênticos.

PÓS-ESCRITO (1922)

Há uns meses atrás - na primavera de 1922 - um rapaz se apresentou a mim e me informou de que ele era o 'pequeno Hans', cuja neurose infantil tinha sido o tema do artigo que publiquei em 1909. Fiquei muito contente em vê-lo de novo, pois, cerca de dois anos depois do fim da sua análise, eu o tinha perdido de vista e não tinha tido notícias dele por mais de dez anos. A publicação dessa primeira análise de uma criança causara uma grande agitação e até uma grande indignação, e um futuro dos mais negros tinha sido previsto para o pobre menininho, porque lhe tinham 'roubado sua inocência' numa idade tão tenra e ele se tornara vítima de uma psicanálise.

Mas nenhuma dessas apreensões tornou-se verdade. O pequeno Hans era agora um forte rapaz de dezenove anos. Declarou que estava perfeitamente bem e que não sofria de nenhum problema ou inibição. Não só tinha atravessado sua puberdade sem nenhum dano, como também sua vida emocional tinha sofrido sucessivamente uma das mais severas provas. Seus

pais se tinham divorciado e cada um deles se casara de novo. Em consequência disso ele vivia sozinho; mas estava em bons termos com seus pais, e só lamentava que, como resultado da divisão da família, ele tivesse sido separado de sua irmã mais moça, de quem tanto gostava.

Uma parte da informação que me foi dada pelo pequeno Hans chamou minha atenção por ser particularmente notável; nem me arrisco a dar qualquer explicação sobre ela. Quando leu seu caso clínico, disse-me ele, tudo aquilo veio a ele como algo desconhecido; ele não se reconheceu; não se lembrava de nada; e só quando chegou à viagem a Gmunden despontou nele uma espécie de trêmula lembrança de que poderia ter sido a ele que aquilo tinha acontecido. Então a análise não tinha preservado os acontecimentos da amnésia, mas tinha sido superada pela própria amnésia. Qualquer um que esteja familiarizado com a psicanálise pode experimentar ocasionalmente algo semelhante no sono. Será acordado por um sonho e decidirá analisá-lo imediatamente; então voltará a dormir, sentindo-se bastante satisfeito com o resultado dos seus esforços; na manhã seguinte o sonho e a análise terão igualmente sido esquecidos.

NOTAS SOBRE UM CASO DE NEUROSE OBSESSIVA (1909)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

BEMERKUNGEN ÜBER EINEN FALL VON ZWANGSNEUROSE

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1909 *Jb. psychoanal. psychopath. Forsch.*, 1 (2), 357-421.

1913 *S. K. S. N.*, III, 123-197. (1921, 2ª ed.)

1924 *G. S.*, 8, 269-351.

1932 *Vier Krankengeschichten*, 284-376.

1941 *G. W.*, 7, 381-463.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘Notes upon a Case of Obsessional Neurosis’

1925 *C. P.*, 3, 293-383. (Trad. de Alix e James Strachey.)

A presente tradução inglesa do caso clínico é uma reimpressão (contendo alterações consideráveis e inúmeras notas de rodapé adicionais) da versão inglesa original de 1925.

O tratamento desse caso, por Freud, começou a 1º de outubro de 1907. Um relato de seus primórdios, fornecido por Freud e seguido de um debate, ocupou duas noites na Sociedade Psicanalítica de Viena, a 30 de outubro e 6 de novembro. Federn (1948) fez uma descrição das Atas dessas duas reuniões em um artigo intitulado ‘Professor Freud: O Início de um Caso Clínico’. Ele, contudo, fornece incorretamente a data da segunda reunião, indicando 16 de novembro. Pequenos relatos posteriores sobre detalhes do caso foram apresentados por Freud à Sociedade de Viena a 20 de novembro de 1907 e a 22 de janeiro e 8 de abril de 1908. Um relato mais longo foi apresentado por ele no Primeiro Congresso Psicanalítico Internacional, realizado em Salzburg a 27 de abril de 1908. Segundo o Dr. Ernest Jones, nele presente, a exposição de Freud exigiu quatro horas. Um breve resumo desta, feito por Otto Rank, pode ser encontrado na *Zentralbl. Psychoanal.*, 1 (1910), 125-6, publicado um ano depois do caso clínico em sua forma definitiva. Na ocasião do congresso, contudo, o tratamento não estava de modo algum concluído, de vez que, como Freud nos relata adiante (ver em [1]), durou quase um ano. No verão de 1909 ele preparou a história para ser publicada. Uma carta a Jung revela que levou um mês preparando-a e que, afinal, enviou-a à gráfica em 7 de julho de 1909.

Sobreviveu o registro original de Freud da primeira parte desse tratamento, que era feito dia a dia, à medida que prosseguia o tratamento, e que serviu de base para o caso clínico publicado. Acha-se publicado, pela primeira vez, na tradução inglesa que se encontra no final deste volume, junto com algumas notas explicativas que poderão auxiliar o leitor a acompanhar a complicada história. (Ver a partir de [1].)

(Em todas as edições anteriores, refere-se uma vez ao paciente como ‘Tenente H.’ (ver em [2]) e ao ‘cruel capitão’ como ‘Capitão M.’ (ver em [3]). A fim de harmonizar essas letras com os nomes escolhidos para o ‘Registro Original’, elas foram modificadas para ‘L’ e ‘N’, respectivamente.)

O assunto contido nas páginas a seguir será de duas categorias. Primeiramente, fornecerei alguns extratos fragmentários oriundos da história de um caso de neurose obsessiva. Esse caso, julgado por sua extensão, pelos danos de suas conseqüências e pelo próprio ponto de vista do paciente a seu respeito, merece ser classificado como um caso relativamente sério. O tratamento, que durou cerca de um ano, acarretou o restabelecimento completo da personalidade do paciente, bem com a extinção de suas inibições. Em segundo lugar, partindo-se desse caso e levando-se em consideração outros casos que analisei anteriormente, farei algumas assertivas de caráter aforístico, fora de conexão, sobre a gênese e o mecanismo mais estritamente psicológico dos processos obsessivos; assim, espero desenvolver as minhas primeiras observações sobre o assunto, publicadas em 1896.

Um programa desse tipo parece exigir de mim alguma justificativa. Isso porque, de outro modo, se poderia pensar que encaro esse método de fazer um comunicado como perfeitamente correto, e como um método a ser imitado; ao passo que, na realidade, me estou ajustando a obstáculos, alguns externos e outros inerentes ao próprio assunto. Eu teria, com satisfação, comunicado mais coisas, caso me fosse certo, ou possível, fazê-lo. Não posso fornecer uma história completa do tratamento, porque isso implicaria entrar em pormenores das circunstâncias da vida de meu paciente. O premente interesse de uma grande cidade, voltada com uma especial atenção para minhas atividades médicas, proíbe-me de dar um quadro fiel do caso. Por outro lado, vim progressivamente a encarar as distorções de que comumente se lançam mão em tais circunstâncias, como inúteis e passíveis de objeção. Sendo insignificantes, essas distorções pecam em seu objetivo de proteger o paciente contra a indiscreta curiosidade; ao passo que, se vão mais além, requerem um sacrifício muitíssimo grande, de vez que destroem a inteligibilidade do material, a qual depende, por sua coerência, precisamente dos pequenos detalhes da vida real. E, a partir dessa última circunstância, provém a verdade paradoxal de que é muito mais fácil divulgar os segredos mais íntimos do paciente do que os fatos mais inocentes e triviais a respeito dele: enquanto os primeiros não esclareceriam sua identidade, os outros, pelos quais ele é geralmente reconhecido, torná-la-iam óbvia a qualquer um.

Esta é a minha desculpa por haver reduzido tão drasticamente a história desse caso e seu tratamento. Ademais, posso oferecer razões ainda mais convincentes para o fato de haver-me limitado às afirmações de apenas alguns resultados desconexos da investigação psicanalítica das neuroses obsessivas. Devo confessar que ainda não logrei penetrar inteiramente na complicada textura de um *sério* caso de neurose obsessiva, e que, se fosse reproduzir a análise, me seria impossível tornar a estrutura (como, com o auxílio da análise, sabemos ou suspeitamos que ela exista) visível para os outros mediante o volume de trabalho terapêutico que se lhe superpõe. O que tão enormemente se acrescenta à dificuldade de fazê-lo são as resistências dos pacientes e as formas como elas se expressam. Contudo, mesmo não

levando isso em consideração, é preciso admitir que uma neurose obsessiva não é, em si, algo fácil de compreender - é muito menos fácil do que um caso de histeria. Na realidade, o fato é que esperaríamos achar o contrário. A linguagem de uma neurose obsessiva, ou seja, os meios pelos quais ela expressa seus pensamentos secretos, presume-se ser apenas um dialeto da linguagem da histeria; é, porém, um dialeto no qual teríamos de poder orientar-nos a seu respeito com mais facilidade de vez que se refere com mais proximidade às formas de expressão adotadas pelo nosso pensamento consciente do que a linguagem da histeria. Sobretudo, não implica o salto de um processo mental a uma inervação somática - conversão histérica - que jamais nos pode ser totalmente compreensível.

Talvez seja apenas porque estejamos pouco familiarizados com as neuroses obsessivas que não vemos essas expectativas confirmadas pelos fatos. As pessoas que sofrem de um sério grau de neurose obsessiva se apresentam com muito menos freqüência a um tratamento analítico do que os pacientes histéricos. Dissimulam também sua condição na vida cotidiana, pelo tempo que puderem, e muitas vezes visitam um médico somente quando a sua queixa atingiu um estágio avançado tal que, se estivessem sofrendo, por exemplo, de tuberculose pulmonar, teria acarretado a recusa de sua admissão a um sanatório. Faço essa comparação porque, como acontece com a infecciosa doença crônica que acabo de mencionar, podemos apontar inúmeros êxitos terapêuticos notáveis em casos sérios, não menos do que em casos brandos, de neurose obsessiva, onde estes foram manipulados em um estágio precoce.

Nessas circunstâncias, não há alternativa senão relatar os fatos de um modo imperfeito e incompleto, no qual eles são conhecidos e pelo qual é legítimo que se os comunique. Os fragmentos de conhecimento oferecidos nestas páginas, embora tenham sido reunidos com suficiente laboriosidade, não podem, em si, dar provas de satisfazerem a contento; podem, contudo, servir de ponto de partida para o trabalho de outros investigadores, e um esforço comum poderá trazer o êxito que talvez esteja além do alcance do esforço individual.

I - EXTRATOS DO CASO CLÍNICO

Um jovem senhor de formação universitária apresentou-se a mim com a asserção de que ele sempre havia sofrido de obsessões, desde a infância, mas com intensidade especial nos últimos quatro anos. Os aspectos principais de seu distúrbio eram *medos* de que algo pudesse acontecer a duas pessoas de quem ele gostava muito: seu pai e uma dama a quem admirava. Além disso, ele estava consciente de *impulsos compulsivos*, tais como, por exemplo, um impulso de cortar a garganta com uma lâmina; posteriormente, criou

proibições, às vezes em conexão com coisas um tanto sem importância. Contou-me que gastou anos lutando contra essas suas idéias, e desse modo perdera muito terreno no transcorrer de sua vida. Havia experimentado vários tratamentos, mas nenhum lhe valeu, com exceção de uma temporada de tratamento por hidroterapia num sanatório próximo; e isso, pensava ele, provavelmente fora possível apenas porque lá travara conhecimentos com alguém, o que o levava a manter relações sexuais regulares. Aqui ele não tinha oportunidades dessa espécie, e raramente tivera relações, apenas em intervalos irregulares. Sentia repulsa por prostitutas. Ao mesmo tempo, disse ele, sua vida sexual havia sido obstruída; a masturbação desempenhara apenas um pequeno papel nela, quando tinha dezesseis ou dezessete anos de idade. Sua potência era normal; a primeira vez que teve relações sexuais tinha vinte e seis anos.

Ele me deu a impressão de ser uma pessoa de mente clara e sagaz. Quando lhe perguntei sobre o que o fizera pôr ênfase em contar-me a respeito de sua vida sexual replicou ser isso o que ele sabia sobre as minhas teorias. Na realidade, porém, ele não lera nenhum de meus escritos, com exceção de pouco tempo antes ter folheado as páginas de um de meus livros, tendo encontrado a explicação de algumas curiosas associações verbais que lhe recordaram tanto alguns de seus próprios ‘esforços de pensamento’ em correlação com suas idéias, que decidira colocar-se sob meus cuidados.

(A) O INÍCIO DO TRATAMENTO

No dia seguinte, eu o fiz comprometer-se a submeter-se à única e exclusiva condição do tratamento, ou seja, dizer tudo que lhe viesse à cabeça, ainda que lhe fosse desagradável ou que lhe parecesse sem importância, irrelevante ou sem sentido. Então lhe dei permissão para iniciar suas comunicações com qualquer assunto que o contentasse, e assim ele começou.

Disse-me que tinha um amigo sobre o qual possuía uma opinião extraordinariamente elevada. Costumava procurá-lo sempre que estava atormentado por algum impulso criminoso, e perguntar-lhe se ele o desprezava, como se despreza um criminoso. Seu amigo costumava, então, dar-lhe apoio moral, assegurando-lhe que ele era um homem de conduta irrepreensível e que provavelmente tinha tido o hábito, a partir de sua juventude, de encarar obscuramente sua própria vida. Numa época anterior, prosseguiu, outra pessoa havia exercido uma influência semelhante sobre ele. Era um estudante de dezenove anos (ele próprio tinha quatorze ou quinze anos, naquele tempo) que passara a ter amizade por ele, e que levava sua auto-estima a um grau extraordinário, de tal forma que ele, para si mesmo, pareceu ser um gênio. Esse estudante, subsequente, tornou-se seu professor, e de

repente modificou seu comportamento e começou a tratá-lo como se fosse um idiota. Por fim, notou que o estudante estava interessado numa de suas irmãs, e compreendeu que ele o havia aceito apenas para conseguir admissão na casa. Este foi o primeiro grande golpe de sua vida.

Então, ele prosseguiu sem qualquer transição aparente:

(B) SEXUALIDADE INFANTIL.

‘Minha vida sexual começou muito cedo. Posso lembrar-me de uma cena durante meu quarto ou quinto ano de idade (dos seis anos em diante posso lembrar-me de tudo). Essa cena veio-me à cabeça um pouco distintamente, anos depois. Tínhamos uma governanta, muito jovem e bonita, chamada Fräulein Peter. Certa noite, ela estava deitada no sofá, ligeiramente vestida, lendo. Eu estava deitado ao seu lado e pedi-lhe para arrastar-me para debaixo de sua saia. Ela me disse que podia, desde que eu nada dissesse sobre isso a ninguém. Ela tinha muito pouca roupa por cima, e manipulei com os dedos seus genitais e a parte inferior do seu corpo, o que me chocou como algo muito extravagante. Depois disso, fiquei com uma curiosidade ardente e atormentadora de ver o corpo feminino. Ainda posso lembrar a intensa excitação com que eu, nos Banhos (aos quais ainda me permitiam ir com a governanta e com minhas irmãs), esperava a governanta despir-se e entrar na água. Posso lembrar-me de mais coisas a partir dos seis anos de idade. Àquela época tínhamos uma outra governanta, também jovem e de boa aparência. Ela tinha abcessos nas nádegas, os quais tinha hábito de espremer à noite. Eu costumava esperar avidamente por aquele momento, para apaziguar a minha curiosidade. Era a mesma coisa, como nos Banhos - embora Fräulein Lina fosse mais reservada que sua predecessora.’ (Em resposta a uma pergunta que fiz de permeio: ‘Via de regra’, o paciente contou-me, ‘eu não dormia no quarto dela, mas na maioria das vezes com meus pais.’) ‘Lembro-me de uma cena que deve ter-se passado quando eu tinha sete anos. Estávamos sentados, juntos, certa noite - a governanta, a cozinheira, outra criada, eu e meu irmão, dezoito meses mais novo que eu. As jovens estavam conversando e eu, de repente, me tornei cômico do que Fräulein Lina dizia: “Poder-se-ia fazê-lo com o pequeno; mas Paul” (era eu) “é muito desajeitado, seguramente ele iria falhar.” Eu não entendia claramente o que estavam querendo dizer, contudo senti a desconsideração e comecei a chorar. Lina confortou-me e me contou com uma jovem que fizera algo daquele tipo com um menininho de que se encarregava fora presa por vários meses. Não acredito que ela realmente fez algo errado comigo, mas tomei muitas liberdades com ela. Quando subia na sua cama eu costumava descobri-la e tocá-la, e ela não fazia objeções. Ela não era muito inteligente e tinha claramente desejos sexuais, fortes e

excessivos. Com vinte e três anos ela tivera um filho. Depois se casou com o pai deste, de modo que hoje é uma Frau Hofrat. Mesmo hoje, vejo-a com freqüência na rua.

‘Quando eu tinha seis anos, já sofria de ereções, e sei que, certa vez, fui até minha mãe queixar-me delas. Também sei que, assim fazendo, eu tinha alguns receios para superar, pois tinha um pressentimento de que havia alguma conexão entre esse assunto e minhas idéias e minhas indagações, e naquela época eu costumava ter uma idéia mórbida *de que meus pais conheciam meus pensamentos; dei-me a explicação disso supondo que os havia revelado em voz alta, sem haver-me escutado fazê-lo.* Encaro esse fato como o começo de minha doença. Havia determinadas pessoas, moças, que muito me agradavam, e eu tinha um forte desejo de vê-las despidas. Contudo, desejando isso, eu tinha *um estranho sentimento, como se algo devesse acontecer se eu pensasse em tais coisas, e como se devesse fazer todo tipo de coisas para evitá-lo.*’

(Em resposta a uma pergunta, ele me deu um exemplo desses seus temores: ‘Por exemplo, *que meu pai deveria morrer.*’) ‘Os pensamentos a respeito da morte de meu pai ocuparam minha mente desde uma idade muito precoce e por um longo período, deprimindo-me enormemente.’

Nesse ponto eu soube, com assombro, que o pai do paciente, com quem afinal seus temores obsessivos estavam *agora* ocupados [ver em [1]], falecera muitos anos antes.

Os eventos no seu sexto, ou sétimo, ano de idade, que o paciente descreveu na primeira sessão de seu tratamento, não eram puramente, como ele supunha, o começo de sua enfermidade, mas já eram a própria doença. Era uma neurose obsessiva completa, não faltando elemento essencial algum, e ao mesmo tempo o núcleo e o protótipo do distúrbio posterior - um organismo elementar, digamos, cujo estudo poderia, sozinho, capacitar-nos a obter um apanhado da complicada organização de sua subsequente enfermidade. A criança, como vimos, estava sob o domínio de um componente do instinto sexual, o desejo de olhar [escopofilia]; como resultado deste, existia nele uma constante recorrência de um desejo muito intenso relacionado com pessoas do sexo feminino que o agradavam - ou seja, o desejo de vê-las nuas. Esse desejo corresponde à última idéia obsessiva ou compulsiva; e se a qualidade da compulsão ainda não estava presente no desejo, era porque o ego ainda não se havia posto em oposição a ele e ainda não o encarava como algo estranho a si próprio. Não obstante, a oposição a esse desejo a partir dessa ou daquela fonte já estava em atividade, de vez que sua ocorrência era regularmente acompanhada de um afeto aflitivo. Um conflito estava evidentemente progredindo na mente desse jovem libertino. Paralelamente ao desejo obsessivo, e com ele intimamente associado, havia um medo obsessivo; sempre que ele tinha um desejo desse tipo, não podia evitar de temer que algo terrível fosse acontecer. Essa coisa terrível já estava vestida de uma indefinição característica, que desde então

deveria ser um aspecto invariável de toda manifestação da neurose. Contudo, numa criança não é difícil descobrir o que é que está oculto por trás de uma indefinição desse tipo. Se o paciente pode ser uma vez induzido a fornecer um exemplo particular, em lugar das vagas generalidades que caracterizam uma neurose obsessiva, pode-se confiantemente aceitar que o exemplo é a coisa original e real que tentou esconder-se por trás da generalização. Portanto, o medo obsessivo de nosso atual paciente, quando restabelecido seu significado original, seria como se segue: ‘Se tenho esse desejo de ver uma mulher despida, meu pai deverá fatalmente morrer.’ O afeto aflitivo estava distintamente colorido com um matiz de estranheza e superstição, e já estava começando a gerar impulsos para fazer algo a fim de evitar o mal iminente. Esses impulsos deveriam, subseqüentemente, desenvolver-se em *medidas de proteção* que o paciente adotava.

Em conseqüência, achamos o seguinte: um instinto erótico e uma revolta contra ele; um desejo que ainda não se tornou compulsivo e, lutando contra ele, um medo já compulsivo; um afeto aflitivo e uma impulsão em direção ao desempenho de atos defensivos. O inventário da neurose alcançou sua amostragem completa. Com efeito, alguma coisa mais está presente, ou seja, uma espécie de *delírio* ou *delirium* com o estranho conteúdo de que seus pais conheciam seus pensamentos, porque ele os expressava em voz alta, sem escutar a si próprio fazê-lo. Não nos extraviaremos tanto, se supusermos que, fazendo essa tentativa de uma explicação, a criança tinha alguma suspeita daqueles notáveis processos mentais que descrevemos como inconscientes e que não podemos tolerar, se é que devemos esclarecer cientificamente esse obscuro assunto. ‘Expresso em voz alta meus pensamentos, sem ouvi-los’ soa como uma projeção no mundo externo de nossa própria hipótese de que ele tinha pensamentos sem nada conhecer a respeito deles; soa como uma percepção endopsíquica daquilo que foi reprimido.

A situação é clara. A elementar neurose de infância já envolvia um problema e um aparente absurdo, como qualquer complicada neurose da maturidade. Qual pode ter sido o significado da idéia da criança de que, se ele tivesse esse lascivo desejo, seu pai estaria fadado a morrer? Era puro disparate? Ou existem meios de compreender as palavras e de percebê-las tal como uma conseqüência necessária de eventos e premissas anteriores?

Se aplicarmos algum conhecimento adquirido em outra parte a este caso de neurose infantil, não seremos capazes de evitar uma suspeita de que, neste exemplo, como em outros (isto é, antes de a criança haver chegado à idade de seis anos), houve conflitos e repressões que foram surpreendidos pela amnésia, mas que deixaram atrás de si, como um resíduo, o contexto particular desse medo obsessivo. Mais tarde, saberemos com que extensão nos será possível redescobrir aquelas experiências esquecidas ou reconstruí-las com algum grau de certeza. Nesse ínterim, pode-se enfatizar o fato (o qual é, provavelmente, mais do que uma mera coincidência) de que a amnésia infantil do paciente terminou exatamente com seu sexto ano de idade [ver em [1]].

Encontrar uma neurose obsessiva crônica que começa assim, na tenra infância, com desejos lascivos dessa espécie, correlacionados com estranhas apreensões e uma propensão ao desempenho de atos defensivos, não é nada de novo para mim. Tenho deparado isso em inúmeros outros casos. É absolutamente típico, embora provavelmente não seja o único tipo possível. Antes de passar aos eventos da segunda sessão, gostaria de acrescentar mais uma palavra a respeito das primeiras experiências sexuais do paciente. Dificilmente se porá em discussão o fato de que elas podem ser descritas como experiências que foram consideráveis, quer em si mesmas, quer nas conseqüências que tiveram. Contudo, foi o mesmo que aconteceu com os outros casos de neurose obsessiva que tive a oportunidade de analisar. Tais casos, distintamente daqueles de histeria, possuem invariavelmente a característica de uma atividade sexual prematura. As neuroses obsessivas, mais do que as histerias, tornam óbvio que os fatores que formarão uma psicose podem ser encontrados na vida sexual *infantil* do paciente, e não em sua vida atual. A vida sexual atual de um neurótico obsessivo pode, com freqüência, parecer perfeitamente normal a um observador superficial; com efeito, ela freqüentemente oferece aos olhos elementos e anormalidades patogênicas bem menos numerosas do que no exemplo que ora estamos considerando.

(C) O GRANDE MEDO OBSESSIVO

‘Acho que hoje começarei com a experiência que constituiu motivo imediato para eu vir visitá-lo. Foi em agosto, durante as manobras em Eu antes estivera padecendo e me atormentando com todas as espécies de pensamentos obsessivos, mas eles passaram rapidamente durante as manobras. Eu estava a fim de mostrar aos oficiais regulares que pessoas como eu não só haviam aprendido bastante, mas também podiam agüentar bastante. Um dia, partimos de..... em marcha lenta. Durante uma parada, perdi meu *pince-nez* e, embora pudesse encontrá-lo facilmente, não queria atrasar nossa partida, de modo que o deixei para lá. Todavia, telegrafei aos meus oculistas em Viena para que me enviassem um par, pelo próximo correio. Durante aquela mesma parada sentei-me entre dois oficiais, um dos quais, um capitão de nome tcheco, não iria ter pequena importância para mim. Eu tinha certo terror dele, *pois ele obviamente gostava de crueldade*. Não digo que era um homem mau, mas no grupo de oficiais ele sempre havia defendido a introdução de castigo corporal, de modo que eu fora obrigado a discordar dele com veemência. Pois bem, durante a parada passamos a conversar, e o capitão contou-me que havia lido sobre um castigo particularmente horrível aplicado no Leste...’

Aqui o paciente interrompeu-se, levantou-se do divã e pediu-me que lhe poupasse a exposição dos detalhes. Assegurei-lhe que eu próprio não tinha gosto, qualquer que fosse, por crueldade, e certamente não tinha desejo algum de atormentá-lo; contudo, naturalmente não podia conceder-lhe algo que estava além de minhas forças. Ele podia, igualmente, pedir-me para lhe dar a lua. A superação das resistências era uma lei do tratamento, e de forma alguma poder-se-ia dispensá-la. (Expliquei a idéia de 'resistência' a ele, no começo da sessão, quando me contou que havia nele muita coisa que ele teria de superar, se tivesse de relatar essa sua experiência.) Continuei, dizendo que faria tudo que pudesse para, não obstante, adivinhar o pleno significado de quaisquer pistas que me fornecesse. Será que ele estava pensando em cerca de estacas? - 'Não, isso não;... o criminoso foi amarrado...' - expressou-se ele tão indistintamente, que não pude adivinhar logo em qual situação - '...um vaso foi virado sobre suas nádegas... alguns *ratos* foram colocados dentro dele... e eles...' - de novo se levantou e mostrava todo sinal de horror e resistência - '*cavaram caminho no...*' - Em seu ânus, ajudei-o a completar.

Em todos os momentos importantes, enquanto me contava sua história, sua face assumiu uma expressão muito estranha e variada. Eu só podia interpretá-la como uma face *de horror ao prazer todo seu do qual ele mesmo não estava ciente*. Prosseguiu com a maior dificuldade: 'Naquele momento atravessou minha mente, como um relâmpago, a idéia *de que isso estava acontecendo a uma pessoa que me era muito cara*.' Respondendo a uma pergunta direta, ele disse que não era ele mesmo quem estava infligindo o castigo, mas que este estava sendo aplicado como se fosse de forma impessoal. Após pequena insinuação, eu soube que a pessoa a quem essa sua 'idéia' se referia era a dama a quem ele admirava.

Interrompeu sua história para me assegurar de que esses pensamentos lhe eram totalmente alheios e repulsivos, e para contar-me que tudo que se tinha seguido, no curso deles, passara por sua cabeça com a mais extraordinária rapidez. Simultaneamente à idéia, sempre aparecia uma 'sanção', isto é, a medida defensiva que ele estava obrigado a adotar, a fim de evitar que a fantasia fosse realizada. Quando o capitão falara desse horrendo castigo, ele prosseguiu, e essas idéias lhe vieram à mente, empregando as suas fórmulas de praxe (um 'mas' acompanhado de um gesto de repúdio, e a frase 'o que é que você está pensando'), ele acabara por conseguir evitar *ambas*. [Cf. em [1].]

Esse 'ambas' surpreendeu-me, e não há dúvida de que também confundiu o leitor. Isso porque, até aqui, ouvimos apenas uma idéia - de o castigo com rato ser aplicado à dama. Agora ele estava obrigado a admitir que uma segunda idéia lhe ocorrera simultaneamente, ou seja, a idéia do castigo sendo também aplicado a seu pai. Como seu pai havia falecido muitos anos antes, esse medo obsessivo era muito mais disparatado até mesmo do que o primeiro; e, em conseqüência, tentara evadir-se de ser confessado por mais algum tempo.

Naquela noite, prosseguiu, o mesmo capitão entregou-lhe um pacote, chegado pelo correio, e dissera: 'O Tenente A. pagou as despesas para você. Você lhe deve reembolsar.' O pacote continha o *pince-nez* pelo qual ele havia telegrafado. Naquele instante, contudo, uma 'sanção' tomara forma em sua mente, ou seja, *ele não devia devolver em pagamento o dinheiro*, ou aquilo iria acontecer (isto é, a fantasia sobre os ratos se realizaria em relação a seu pai e à dama). E imediatamente, conforme um tipo de procedimento que lhe era familiar, para combater essa sanção surgira uma ordem na forma de um juramento: '*Você deve pagar de volta as 3.80 coroas ao Tenente A.*' Ele dissera essas palavras a si próprio quase em voz alta.

Dois dias depois, terminaram as manobras. Ele passara todo o tempo de entremeio fazendo esforços para reembolsar o Tenente A. com a pequena quantia em questão; entretanto, uma série de dificuldades, de natureza aparentemente *externa*, surgiu para impedi-lo. Primeiramente ele tentara efetuar o pagamento mediante um outro oficial que fora para a agência postal. Mas aliviara-se bastante, quando esse oficial lhe trouxe o dinheiro de volta, dizendo que não encontrara lá o Tenente A.; isso porque esse método de realizar seu juramento não lhe satisfizera, na medida em que não correspondia à expressão, que era a seguinte: '*Você deve pagar de volta o dinheiro ao Tenente A.*' Finalmente, encontrara o Tenente A., a pessoa que ele estava procurando; mas esse oficial recusara-se a aceitar o dinheiro, declarando que ele nada havia pago para ele, e nada, seja o que fosse, tinha a ver com os correios, que era responsabilidade do Tenente B. Isso causou enorme perplexidade ao meu paciente, pois significava que era incapaz de manter seu juramento, uma vez que fora baseado em falsas premissas. Ele urdira um meio muito curioso de sair da sua dificuldade; ou seja, ele iria à agência postal com ambos os homens, A. e B., A. daria lá à jovem dama, as 3.80 coroas, a jovem dama as daria a B., e então ele mesmo devolveria em pagamento as 3.80 coroas a A., segundo as palavras de seu juramento.

Não me surpreenderia ouvir que, a essa altura, o leitor interrompesse sua capacidade de acompanhar essa exposição, pois mesmo o relato pormenorizado que o paciente me forneceu acerca dos eventos externos daqueles dias e de suas reações a eles estava pleno de contradições e soava desesperadamente confuso. Somente quando narrou a história pela terceira vez, pude fazê-lo compreender as obscuridades dela e pude pôr a nu os erros de memória e os deslocamentos nos quais ele ficara envolvido. Poupar-me-ei a dificuldade de reproduzir esses detalhes, cujos pontos essenciais eu, com facilidade, serei capaz de retomar mais tarde; apenas acrescentarei que, no final dessa segunda sessão, o paciente se comportou como se estivesse ofuscado e desnortado. Repetidamente se dirigia a mim como 'Capitão', provavelmente porque no início da consulta eu lhe contara que eu próprio não gostava de crueldade, como o Capitão N., e que eu não tinha intenção de atormentá-lo sem necessidade.

A única parte restante de informação que dele consegui durante essa consulta foi que, a partir da primeira ocasião, em todas as ocasiões anteriores nas quais ele tivera medo de que algo aconteceria a pessoas a quem ele amava não menos do que no momento presente, ele referira as punições não apenas à nossa vida atual, mas também à eternidade - o outro mundo. Até esse décimo quarto ou décimo quinto ano fora religioso devoto, mas a partir dessa época evoluiu gradualmente para o livre-pensador que ele era hoje em dia. Reconciliou a contradição [entre suas crenças e suas obsessões], dizendo a si próprio: 'O que pensa você sobre o próximo mundo? O que sabem os outros a esse respeito? Nada *pode* ser conhecido a respeito dele. Você nada está arriscando - faça-o então.' Essa forma de argumentação parecia irrepreensível para um homem que, em outros aspectos, era particularmente lúcido; dessa forma ele explorou a incerteza da razão em face dessas perguntas, em benefício da atitude religiosa que ele tinha deixado que continuasse crescendo.

Na terceira sessão, completou sua história, deveras característica, de seus esforços para cumprir seu juramento obsessivo. Naquela noite, a última reunião de oficiais realizou-se antes do fim das manobras. Coube-lhe responder ao brinde de 'O Cavaleiro da Reserva'. Ele falara bem, mas como se estivesse em um sonho, de vez que atrás de sua mente estava sendo incessantemente atormentado pelo seu juramento. Passou uma noite terrível. Argumentos e contra-argumentos debatiam-se entre si. O principal argumento fora, naturalmente, que a premissa na qual se baseava seu juramento - de que o Tenente A. lhe pagara o dinheiro - provou ser falsa. Entretanto, consolara-se com o pensamento de que o negócio ainda não estava concluído, pois A. estaria, na manhã seguinte, dirigindo-se com ele por parte do caminho até a estação ferroviária em P....., de modo que ele ainda teria tempo de lhe pedir um favor necessário. Na realidade, ele não o fizera e permitiu a A. sair sem ele; contudo, dera instruções a seu adjunto para fazer A. saber que ele tinha intenção de lhe fazer uma visita à tarde. Ele próprio alcançou a estação às nove e meia da manhã. Lá depositara a sua bagagem e providenciara várias coisas que tinha de fazer na cidadezinha, com a intenção de depois fazer a visita a A. A vila para onde A. fora nomeado distava cerca de uma hora de viagem da cidade de P..... A viagem por trem até o lugar onde estava a agência postal [Z.....] levaria três horas. Ele calculara, portanto, que a execução de seu complicado plano lhe daria tempo exato para apanhar o trem da noite, que partia de P..... para Viena. As idéias que lutavam dentro dele foram, de um lado, que ele estava simplesmente sendo covarde e obviamente apenas tentando escapar do desprazer de pedir a A. que fizesse o sacrifício em questão e de fazer uma figura idiota à frente dele, e isso é que explicava por que ele estava desrespeitando seu juramento. Por outro lado, era a idéia de que, pelo contrário, seria covardia sua *realizar* o seu juramento, de vez que só queria fazê-lo assim, a fim de que fosse deixado em paz por suas obsessões. Quando, no decurso de suas deliberações, acrescentou o paciente, ele achava os argumentos tão nitidamente equilibrados assim, era seu hábito permitir que seus atos fossem decididos por eventos casuais, embora pelas mãos de Deus. Por conseguinte, quando um carregador na estação se dirigiu a ele com as palavras 'O trem das dez horas, senhor?' ele respondeu 'Sim', e de fato fora no trem das

dez horas. Desse modo, criou um *fait accompli* e se sentiu enormemente aliviado. Providenciara a reserva de um lugar para a refeição no carro-restaurant. Na primeira estação em que pararam, lembrou-se, de repente, de que ainda tinha tempo para sair, esperar pelo próximo trem que descia, viajar de volta nele até P....., dirigir-se até o lugar onde o Tenente A. estava aquartelado, de lá empreender a viagem de trem de três horas de percurso junto com ele até a agência postal, e assim por diante. Fora apenas a consideração de que reservara seu lugar para a refeição com o comissário do carro-restaurant que o impedira de realizar esse plano. Ele, contudo, não o abandonara; só deixara para sair numa próxima parada. Dessa maneira, ele se debatera com as idéias de estação a estação, até que alcançara uma, na qual lhe parecia impossível sair, porque tinha parentes que lá moravam. Determinara, pois, atravessar Viena, cumprimentar lá o seu amigo e lhe expor todo o assunto, e assim, depois que seu amigo tivesse tomado sua decisão, apanhar o trem noturno de volta a P..... Quando expus a dúvida quanto a saber se isso teria sido viável, assegurou-me que teria tido meia hora a poupar entre a chegada de um trem e a partida do outro. Entretanto, quando chegara a Viena, não conseguiu encontrar seu amigo no restaurante onde esperava encontrá-lo, nem encontrara a casa do seu amigo até as onze horas da noite. Ele lhe contou toda a história naquela mesma noite. Seu amigo mantivera suas mãos erguidas de assombro, por pensar que ele ainda podia duvidar se estava sofrendo de uma obsessão, e o acalmou naquela noite, de modo que ele pudesse dormir tranqüilo. Na manhã seguinte, foram juntos para a agência postal a fim de remeter as 3.80 coroas à agência postal [Z.....], onde havia chegado o pacote contendo o *pince-nez*.

Foi essa última explicação que me forneceu um ponto de partida do qual pude começar a pôr em ordem as diversas distorções implicadas em sua história. Depois que seu amigo o trouxe ao seu perfeito juízo, ele não remetera a pequena quantia de dinheiro em questão, nem ao Tenente A. nem ao Tenente B., mas diretamente à agência postal. Ele, portanto, deve ter sabido que devia a importância das despesas com o pacote *a mais ninguém senão ao oficial da agência postal*, e deve ter sabido isso antes de iniciar sua viagem. Revelou-se que, com efeito, ele o soubera antes de o capitão fazer seu pedido e antes que ele próprio fizesse seu juramento; isso porque agora lembrava que poucas horas *antes* de encontrar o cruel capitão tivera ocasião de se apresentar a outro capitão, que lhe contara como estavam realmente as coisas. Esse oficial, ouvindo seu nome, lhe contara que estivera na agência postal pouco tempo antes e que aí a jovem dama lhe perguntou se ele conhecia o Tenente L., (que é o paciente), para quem chegara um pacote, a pagar contra-entrega. O oficial respondeu que não, mas a jovem dama fora de opinião que ela podia confiar no desconhecido tenente e dissera que, no meio tempo, ela própria pagaria as taxas. Fora assim que o paciente se apossou do *pince-nez* que havia encomendado. O cruel capitão cometera um equívoco quando, ao lhe entregar o pacote, lhe pediu para pagar a A., em reembolso, as 3.80 coroas, e o paciente deve ter sabido que foi um engano. Apesar disso, fizera um juramento fundado nesse equívoco, um juramento que estava fadado a ser um tormento para ele. Assim fazendo,

suprimira para si próprio, justamente como suprimira para mim ao contar a história, o episódio do outro capitão e a existência da confiante jovem na agência postal. Devo admitir que, quando se fez essa correção, seu comportamento se tornou cada vez mais sem sentido e ininteligível do que antes.

Depois que deixou seu amigo e retornou à família, suas dúvidas mais uma vez o assaltaram. Os argumentos de seu amigo, via ele, não foram diferentes dos seus próprios argumentos, e ele não estava em delírio algum de que seu alívio temporário podia ser atribuído a alguma coisa mais além da influência pessoal do amigo. Sua determinação de consultar um médico configurou-se num delírio da seguinte forma engenhosa: Pensava que iria encontrar um médico que lhe desse certificação do fato de que, para recobrar a saúde, lhe era necessário realizar um ato tal como ele planejava com relação ao Tenente A.; e o tenente, sem dúvida, deixar-se-ia persuadir pela certificação a aceitar dele as 3.80 coroas. A oportunidade de um dos meus livros ter caído em suas mãos justamente naquele momento orientou a sua escolha para mim. Não era, contudo, questão de conseguir de mim um certificado; tudo quanto me pediu foi, fato muito razoável, ser libertado de suas obsessões. Muitos meses depois, quando sua resistência atingiu seu ápice, sentiu uma vez mais a tentação de viajar a P....., apesar de tudo, a fim de visitar o Tenente A. e realizar a farsa de lhe devolver o dinheiro.

(D) INICIAÇÃO NA NATUREZA DO TRATAMENTO

O leitor não deve esperar ouvir de imediato como tento esclarecer as estranhas e absurdas obsessões do paciente acerca dos ratos. A verdadeira técnica da psicanálise requer que o médico suprima sua curiosidade, e deixe ao paciente liberdade total para escolher a ordem na qual os tópicos sucederão um ao outro durante o tratamento. Na quarta consulta, conseqüentemente, recebi o paciente com a seguinte pergunta: 'E como o senhor pretende prosseguir hoje?'

'Decidi contar-lhe algo que considero mais importante e que me atormentou desde o primeiro instante.' Ele então me contou, com muitos detalhes, a história da última doença de seu pai, que morrera de enfisema, nove anos atrás. Certa noite, achando que se tratava de um estado que acarretaria uma crise, perguntara ao médico quando o perigo poderia ser considerado acabado. 'Na noite depois de amanhã', fora a resposta. Nunca havia imaginado

que seu pai poderia não sobreviver além daquele limite. À noite, às onze e meia, deitara-se para descansar por uma hora. Despertara a uma hora, e soube por um amigo médico que seu pai havia morrido. Censurou-se por não ter estado presente à hora de sua morte; e a censura intensificara-se quando a enfermeira lhe contou que seu pai dissera seu nome uma vez nos últimos dias, e dissera a ela, ao aproximar-se do leito: 'É o Paul?' Ele pensara haver observado que sua mãe e suas irmãs estivessem propensas a se censurarem de uma forma parecida; elas, porém, jamais falaram a esse respeito. Contudo, no princípio, a censura não o atormentara. Por muito tempo não compreendia o fato de o pai haver morrido. Constantemente sucedia que ele, ao escutar uma boa piada, dissesse para si: 'Preciso contar essa a papai.' Também a sua imaginação estivera ocupada com o pai, de modo que, com freqüência, quando batiam à porta, ele iria pensar: 'É papai que está chegando', e quando ia para uma sala esperaria encontrar seu pai nela. E, embora jamais tivesse esquecido que seu pai estava morto, a probabilidade de ver uma aparição fantasmagórica desse tipo não encerrara terrores para ele; pelo contrário, ele desejara isso muitíssimo. Somente dezoito meses depois é que a recordação de sua negligência lhe veio e começou a atormentá-lo terrivelmente, de forma que passara a tratar a si próprio como um criminoso. A ocasião desse acontecimento fora a morte de uma tia emprestada, e uma visita de condolência paga em casa dela. A partir daquele tempo, ele ampliou a estrutura de seus pensamentos obsessivos de maneira a incluir o outro mundo. A conseqüência imediata dessa evolução fora ele ficar seriamente incapacitado de trabalhar. Ele me contou que a única coisa que o levava a continuar avante naquele tempo era o consolo que lhe dera o amigo, o qual sempre afastara as suas autocensuras, com base no fato de que elas eram totalmente exageradas. Ouvindo isso, aproveitei a oportunidade para lhe dar um primeiro vislumbre dos princípios básicos da terapia psicanalítica. Quando, assim iniciei, existe uma *mésalliance* entre um afeto e seu conteúdo ideativo (neste exemplo, entre a intensidade da autocensura e a oportunidade para ela manifestar-se), um leigo irá dizer que o afeto é demasiadamente grande para a ocasião - que isso é exagerado - e que, conseqüentemente, a inferência originária da autocensura (a inferência de que o paciente é um criminoso) é falsa. Pelo contrário, o médico [analista] diz: 'Não. O afeto se justifica. O sentimento de culpa não está, em si, aberto a novas críticas. Mas pertence a algum outro contexto, o qual é desconhecido (*inconsciente*) e que exige ser buscado. O conteúdo ideativo conhecido só entrou em sua posição real graças a uma falsa conexão. Não estamos acostumados a sentir fortes afetos, sem que eles tenham algum conteúdo ideativo; e, portanto, se falta o conteúdo, apoderamos-nos, como um substituto, de algum outro conteúdo que seja, de uma ou de outra forma, apropriado, com a mesma intensidade com que a nossa polícia, não podendo agarrar o assassino certo, prende, em seu lugar, uma pessoa errada. Além disso, esse fato de existir uma falsa conexão é o único meio de se responder pela impotência dos processos lógicos para combater a idéia atormentadora.' Concluí admitindo que esse novo meio de encarar o assunto deu origem imediatamente a alguns problemas difíceis; porque, como podia ele admitir ser justificada a sua autocensura de ser um criminoso com relação ao seu pai, quando precisa saber que, na realidade, jamais cometera crime algum contra ele?

Na sessão seguinte, o paciente mostrou grande interesse por aquilo que eu dissera, mas se arriscou, conforme me contou, a apresentar algumas dúvidas. - Como, perguntou, podia justificar-se a informação de que a autocensura, o sentimento de culpa, tenha um efeito terapêutico? - Expliquei que não era a informação que possuía esse efeito, mas sim a descoberta do conteúdo inconsciente ao qual a autocensura de fato estava ligada. - Sim, disse ele, este era o ponto exato ao qual fora dirigida a sua pergunta. - Fiz então algumas pequenas observações sobre *as diferenças psicológicas entre o consciente e o inconsciente*, e sobre o fato de que toda coisa consciente estava sujeita a um processo de desgaste, ao passo que aquilo que era inconsciente era relativamente imutável; e illustrei meus comentários indicando as antiguidades que se encontravam ao redor, em minha sala. Era, com efeito, disse eu, apenas objetos achados num túmulo, e o enterramento deles tinha sido o meio de sua preservação: a destruição de Pompéia só estava começando agora que ela fora desenterrada. - Havia alguma garantia de qual seria a atitude de alguém com relação ao que foi descoberto? Um homem, pensou ele, sem dúvida se comportaria de um modo tal a conseguir o melhor de sua autocensura; outro, porém, não o faria. - Não, disse eu, seguia da natureza das circunstâncias o fato de que, em todo caso, o afeto seria superado - na maior parte, durante o progresso do próprio trabalho. Foi feito todo esforço para preservar Pompéia, enquanto as pessoas estavam ansiosas por se livrarem de idéias atormentadoras como as suas. - Ele disse a si mesmo, prosseguiu, que uma autocensura só podia originar-se de um rompimento dos próprios princípios morais internos de uma pessoa e não do de quaisquer outros princípios externos. - Concordei, e disse que o homem que simplesmente rompe com uma lei externa muitas vezes se vê como um herói. - Uma ocorrência assim, continuou, era então possível apenas onde já estivesse presente uma *desintegração da personalidade*. Havia uma possibilidade de ele efetuar uma reintegração da sua personalidade? Caso isso pudesse realizar-se, ele achava que seria capaz de tornar a sua vida um êxito, talvez mais do que a maioria das pessoas. - Respondi que eu estava completamente de acordo com essa noção de uma divisão (*splitting*) da sua personalidade. Ele apenas tinha de assimilar esse novo contraste, entre um eu (*self*) moral e um eu (*self*) mau, com o contraste que eu já mencionara, entre o consciente e o inconsciente. O eu (*self*) moral era o consciente, o eu (*self*) mau era o inconsciente. Ele então disse, embora se considerasse uma pessoa moral, que podia lembrar-se, com bastante determinação, de haver feito coisas em sua *infância* que provinham do seu outro eu (*self*). - Observei que, aqui, ele havia incidentalmente atingido uma das principais características do inconsciente, ou seja, a relação deste com o *infantil*. O inconsciente, expliquei, *era* o infantil; era aquela parte do eu (*self*) que ficara apartada dele na infância, que não participara dos estádios posteriores do seu desenvolvimento e que, em conseqüência, se tornara *reprimida*. Os derivados desse inconsciente reprimido eram os responsáveis pelos pensamentos involuntários que constituíram a sua doença. Agora, acrescentei, ele podia ainda descobrir uma outra característica do inconsciente; era uma descoberta que eu gostaria de deixá-lo realizar por si próprio. - Ele nada mais achou para dizer nessa conexão imediata, mas, em lugar disso, expressou a dúvida quanto a saber se era possível desfazer modificações de uma longa

duração dessas. O que, em particular, poderia ser feito contra sua idéia acerca do outro mundo de vez que não podia ser refutada pela lógica? Eu lhe disse que nem debateria a gravidade do seu caso nem a significação de suas construções patológicas; contudo, ao mesmo tempo a sua juventude estava muitíssimo a seu favor, bem como a integridade da sua personalidade. Nessa conexão eu disse uma ou duas palavras sobre a boa opinião que eu formara sobre ele, e isto lhe causou visível prazer.

Na sessão seguinte, ele começou por dizer que devia contar-me um evento de sua infância. A partir dos seus sete anos, conforme já me dissera [ver em [1]], havia tido um medo de que seus pais adivinhassem seus pensamentos, e esse medo, com efeito, persistira por toda a sua vida. Com doze anos de idade tinha gostado de uma menina, irmã de um amigo seu. (Respondendo a uma pergunta, ele disse que seu amor não fora sensual; não quisera vê-la nua porque ela era muito pequena.) Todavia, ela não lhe mostrara tanta afeição como ele havia desejado. E, conseqüentemente, viera-lhe a idéia de que ela lhe seria afável se alguma desgraça viesse a lhe acontecer; e, como exemplo dessa desgraça, a morte de seu pai insinuou-se forçadamente em sua mente. Ele logo rejeitava com energia a idéia. Mesmo agora não podia admitir a possibilidade de que aquilo, que se originara desse modo, poderia ter sido um 'desejo'; não fora, claramente, outra coisa senão uma 'corrente de pensamento'. - À guisa de objeção, perguntei-lhe por que, caso não tivesse sido um desejo, ele o repudiara. - Somente, replicou ele, em virtude do conteúdo da idéia, a noção de que seu pai poderia morrer. - Observei que ele estava tratando a frase como se esta envolvesse uma *lèse-majesté*; bem se sabia, naturalmente, que era igualmente passível de punição dizer 'O imperador é um burro', ou disfarçar as palavras proibidas, dizendo 'Se alguém diz etc.,... então esse alguém me terá como um que concorde com isso.' Acrescentei que eu poderia facilmente inserir a idéia, que ele repudiara tão energicamente, num contexto que excluiria a possibilidade de qualquer repúdio desse tipo; por exemplo, 'Se meu pai morrer, eu me matarei sobre seu túmulo.' - Ele estava abalado, mas não abandonou sua objeção. Portanto, interrompi o argumento, com a observação de que eu estava seguro de essa não ter sido a primeira ocorrência da sua idéia de seu pai morrer; evidentemente ela se originara numa data mais anterior, e algum dia haveríamos de seguir sua história. - Então prosseguiu, dizendo-me que um pensamento exatamente idêntico perpassara como um raio a sua mente uma segunda vez, seis meses antes da morte de seu pai. Naquela época, ele já estivera namorando essa dama, mas obstáculos financeiros impossibilitaram que pensasse numa aliança com ela. Ocorrerá-lhe, então, a idéia de que a *morte de seu pai poderia torná-lo rico o suficiente para desposá-la*. Defendendo-se dessa idéia ele estivera a ponto de desejar que seu pai não lhe deixasse absolutamente nada, de modo que ele não pudesse ter compensação alguma pela sua terrível perda. A mesma idéia, ainda que de forma muito mais amena, lhe adviera pela terceira vez, no dia anterior à morte de seu pai. Ele pensara: 'Agora posso estar perdendo o que mais amo'; e então viera a contradição: 'Não, existe alguém mais, cuja perda seria bem mais penosa para você.' Esses pensamentos surpreenderam-no muito, de vez que ele estava bem seguro de que a morte de seu pai jamais poderia ter sido objeto de seu desejo, mas apenas de seu medo. - Após essas palavras, que enunciou

forçadamente, achei aconselhável trazer à sua observação um novo fragmento de teoria. Conforme a teoria psicanalítica, eu lhe disse, todo medo correspondia a um desejo primeiro, agora reprimido; por conseguinte, éramos obrigados a acreditar no exato contrário daquilo que ele afirmara. Isto também se ajustaria a uma outra exigência teórica, ou seja, a de que o inconsciente deve ser o exato contrário do consciente. - Ele estava muito agitado com isso, e muito incrédulo. Queria saber como lhe fora possível ter um desejo desses, considerando que ele amava seu pai mais do que amava qualquer outra pessoa no mundo; não podia haver dúvida de que ele teria renunciado a todas as suas próprias perspectivas de felicidade se, fazendo-o, pudesse ter salvo a vida de seu pai. - Respondi que exatamente um amor assim intenso era a precondição necessária do ódio reprimido. No caso de pessoas com que se sentia indiferente, ele podia, seguramente, não ter dificuldades de manter, lado a lado, propensões a um prazer moderado e a um desprazer igualmente moderado; por exemplo, supondo-se que ele fosse um oficial, ele poderia pensar que seu chefe era agradável como um superior, contudo ao mesmo tempo um velhaco como um advogado, e desumano com um juiz. (Shakespeare faz Brutus falar de Júlio César de um modo semelhante: 'Como César me amou, eu choro por ele; como foi afortunado; eu me regozijo com isso; como foi valoroso, eu o honro; mas, como foi ambicioso, eu o matei.' Mas essas palavras já nos atingem como um tanto estranhas e pelo verdadeiro fato de que havíamos imaginado o sentimento de Brutus por César como algo mais profundo.) No caso de alguém que fosse mais íntimo dele, sua esposa, por exemplo, ele desejaria que seus sentimentos fossem puros, e, em consequência, como era apenas humano, ele não notaria as faltas dela, já que estas poderiam fazê-lo desgostar dela - ele as ignoraria como se não as enxergasse. Assim, foi precisamente a intensidade de seu amor que não permitiu que seu ódio - embora dar este nome fosse caricaturar o sentimento - permanecesse consciente. Para confirmar, o ódio precisa ter uma fonte, e descobrir essa fonte era certamente um problema; suas próprias afirmações indicavam a época em que ele temia que seus pais adivinhassem seus pensamentos. Por outro lado, também se poderia perguntar por que esse seu amor intenso não lograra extinguir seu ódio, como de praxe acontecia quando não havia dois impulsos antagônicos. Apenas poderíamos presumir que o ódio deve fluir de alguma fonte, que deve estar relacionado com alguma causa particular que o tornasse indestrutível. Por um lado, então, alguma conexão dessa espécie deve estar mantendo vivo seu ódio pelo pai, ao passo que, por outro lado, o seu intenso amor o impedia de tornar-se consciente. Por conseguinte, nada restou para ele, a não ser existir no inconsciente, embora fosse, vez ou outra, capaz de irradiar-se, por instantes, para dentro da consciência.

Ele admitiu que tudo isso ressoava um tanto plausível, mas ele naturalmente não estava, em última análise, convencido pelo fato. Disse que não se arriscaria a indagar como uma idéia desse tipo poderia conter remissões, como poderia ela aparecer por um instante, quando ele tinha doze anos de idade, e depois, com vinte anos, e então mais uma vez, dois anos mais tarde, desta vez para sempre. Ele não podia acreditar que sua hostilidade fora extinguida nos intervalos, e, contudo, durante o curso destes, não houvera sinal algum de autocensuras. - Respondi que alguém, sempre que perguntava algo assim, já estava

preparado com uma resposta; precisava ser encorajado a continuar falando. - Ele então prosseguiu, parecia que com alguma desconexão, dizendo que fora o melhor amigo de seu pai e que seu pai fora seu melhor amigo. Exceto em alguns tópicos nos quais pais e filhos comumente se mantinham separados uns dos outros - (Que queria ele dizer com isso?) -, houvera entre eles uma intimidade maior do que então existia entre ele e seu melhor amigo. No que concerne à dama, por cuja causa ele sacrificara seu pai com aquela sua idéia, era verdade que a amara muito mas jamais sentira realmente desejos sensuais por ela, como constantemente tivera em sua infância. Ao mesmo tempo, em sua infância os impulsos sensuais haviam sido muito mais intensos do que durante a puberdade. - Nesse ponto, disse-lhe que pensava que ele então fabricara a resposta que estávamos esperando e que, simultaneamente, havia descoberto a terceira grande característica do inconsciente [ver em [1]]. A fonte da qual sua hostilidade pelo pai tirava a sua indestrutibilidade era, evidentemente, algo da natureza de *desejos sensuais*, e nessa correlação ele deve ter sentido seu pai como uma *interferência*, de uma ou de outra forma. Acrescentei que um conflito dessa espécie entre a sensualidade e o amor infantil era totalmente típico. As remissões de que ele falara ocorreram porque a explosão prematura dos seus desejos sensuais havia sofrido, como conseqüência imediata, uma considerável diminuição da violência deles. Só quando ele foi novamente arrebatado por intensos desejos eróticos, foi que reapareceu sua hostilidade, de novo devido à revivescência da antiga situação. Então fiz com que ele concordasse que eu não o havia levado nem ao assunto da infância nem ao do sexo, mas que ele despertara ambos por sua livre e espontânea vontade. - Então continuou, perguntando por que simplesmente não chegara a uma decisão, na época em que estava apaixonado pela dama, relativamente a saber se a interferência de seu pai naquele amor não poderia, por um momento que fosse, pesar contra seu amor pelo pai. - Repliquei que raramente é possível destruir uma pessoa *in absentia*. Tal decisão só teria sido possível se o desejo a que ele objetava tivesse aparecido pela primeira vez naquele tempo; ao passo que, de fato, era um *desejo longamente reprimido*, diante do qual ele não podia comportar-se de outra forma a não ser como fizera no princípio, e o qual, em conseqüência, estava imune à destruição. Esse desejo (de livrar-se de seu pai como uma interferência) deve ter-se originado numa época em que as circunstâncias foram muito diferentes - numa época, talvez, em que ele não amava seu pai mais do que amava a pessoa a quem ele desejava sensualmente, ou quando era incapaz de tomar uma decisão nítida. Deve ter sido, portanto, em sua primeira infância, antes de chegar aos seis anos de idade e antes do dia em que sua lembrança passou a ser contínua; e desde então as coisas devem ter permanecido nesse mesmo estado. - Com esse fragmento de interpretação, nossa discussão foi interrompida temporariamente. [Cf. em [1].]

Na sessão, seguinte, a sétima, retomou novamente o mesmo assunto. Ele não podia acreditar, disse ele, que tivesse alguma vez estado às voltas com um desejo desses contra seu pai. Lembrou-se de uma história de Sudermann, prosseguiu, que lhe causara profunda impressão. Nessa história havia uma mulher que, quando se sentava ao leito de sua irmã enferma, sentia desejo de que a irmã viesse a morrer, a fim de que ela pudesse casar-se com

o marido da irmã. Então a mulher cometeu suicídio, pensando que ela não estava apta a viver depois de sentir-se culpada de tal baixez. Ele podia compreender isto, disse ele, e só estaria direito se seus pensamentos fossem a sua morte, de vez que não merecia nada menor. - Observei que sabíamos muito bem que os pacientes derivavam alguma satisfação de seus sofrimentos, de modo que, na realidade, todos eles resistiam, em alguma extensão, à sua própria recuperação. Ele jamais deve abster-se do fato de que um tratamento como o nosso procedeu ao acompanhamento de uma *resistência constante*; eu estaria, repetidas vezes, lembrando-o desse fato.

Prosseguiu, então, dizendo que gostaria de falar de um ato criminoso, cujo autor não reconheceu como sendo ele próprio, embora bem nitidamente se lembrasse de havê-lo cometido. Citou um trecho de Nietzsche: “Eu o fiz”, diz minha Lembrança. “Eu não posso ter feito isto”, diz meu Orgulho, e permanece inexorável. No final... a Lembrança cede.’ ‘Bem’, ele continuou, ‘minha lembrança *não* cedeu nesse ponto.’ - ‘Isto porque, o senhor deriva o prazer de suas próprias autocensuras como um meio de autopunição.’ - ‘Meu irmão mais novo... eu agora realmente gosto muito dele, e ele, justamente agora, está-me causando bastante preocupação, pois quer fazer o que considero uma união fora de hora; antes pensei em sair e matar a pessoa envolvida, de modo a evitar que ele se casasse com ela - bem, meu irmão mais novo e eu costumávamos brigar um bocado quando éramos crianças. Gostávamos muito um do outro, ao mesmo tempo, e éramos inseparáveis; mas eu estava verdadeiramente cheio de ciúmes, uma vez que ele era o mais forte e de melhor aparência entre os dois, e conseqüentemente o favorito.’ - ‘Sim. O senhor já me fez a descrição de uma cena de ciúme relacionada com Fräulein Lina [ver em [1]].’ - ‘Então muito bem, em alguma ocasião dessas (foi seguramente antes de eu fazer oito anos, pois ainda não estava na escola, a qual passei a frequentar quando tinha oito anos), em uma dessas ocasiões foi isto o que fiz. Nós dois tínhamos espingardas de brinquedo de fabricação comum. Carreguei a minha com a vareta e lhe disse que, se ele olhasse para o cilindro, veria alguma coisa. Aí, enquanto olhava dentro dele, puxei o gatilho. Ele foi atingido na testa, mas não se feriu; mas eu de fato tinha tido a intenção de feri-lo muito. A seguir fiquei recolhido em mim mesmo, atirei-me no chão e me interroguéi como poderia ter feito uma coisa assim. Contudo, eu *realmente* fizera.’ - Aproveitei a oportunidade de encorajar meu caso. Se ele preservara a recordação de uma ação como esta, que lhe era tão estranha, ele não poderia, insisti, negar a possibilidade de algo semelhante, que agora esquecera por completo, ter acontecido, em uma idade ainda mais precoce, em relação a seu pai. - Então me contou que estava ciente de haver sentido outros impulsos vingativos, dessa vez voltados à dama a quem tanto admirava, de cujo caráter ele pintou uma ardente imagem. Podia ser verdade, disse ele, que ela não pudesse amar com facilidade; mas ela estava reservando todo o seu eu (*self*) para o homem a quem um dia pertenceria. Ela não o amava. Quando ele se tornara sabedor disso, uma fantasia consciente tomara forma em sua meta: de como ele viria a ficar muito rico e casar-se com outra, e então a levaria a visitar a dama, a fim de ferir os sentimentos dela. Entretanto, a essa altura a fantasia frustrara-se, de vez que ele fora obrigado a confessar a si mesmo que a

outra mulher, sua esposa, lhe era completamente indiferente; logo, seus pensamentos ficaram confusos, até que lhe nasceu no pensamento a idéia de que essa outra mulher teria de morrer.

Nessa fantasia, bem como em seu atentado ao irmão, reconheceu a qualidade de *covardia* que lhe era tão particularmente terrível. - No curso posterior de nossa conversa apontei-lhe que não tinha, logicamente, de se considerar de modo algum responsável por qualquer desses traços de seu caráter, por todos esses impulsos reprováveis oriundos de sua infância, e que eram apenas derivados de seu caráter infantil, sobreviventes em seu inconsciente; além disso ele precisa saber que responsabilidade moral não podia ser aplicada a crianças. Acrescentei que, apenas mediante um processo de desenvolvimento, um homem, com sua responsabilidade moral, procedia da soma de suas disposições infantis. Expressou, contudo, uma dúvida sobre se todos os seus maus impulsos se haviam originado daquela fonte. Prometi, porém, prová-lo para ele no decorrer do tratamento.

Proseguiu, aduzindo o fato de sua doença haver ficado tão enormemente intensificada desde a morte de seu pai; e eu lhe disse que concordava com ele, desde que eu encarava seu sentimento pela morte do pai como a fonte principal da *intensidade* da sua doença. Digamos que seu sentimento encontrara uma expressão patológica em sua doença. Disse-lhe que, enquanto um período normal de luto duraria de um a dois anos, um período patológico como este duraria indefinidamente.

Isto é tudo quanto sou capaz de relatar do presente caso clínico, de forma detalhada e consecutiva. Coincide toscamente com a parte expositiva do tratamento; este durou, no todo, mais de onze meses.

(E) ALGUMAS IDÉIAS OBSESSIVAS E SUA EXPLICAÇÃO

As idéias obsessivas, como bem se sabe, têm uma aparência de não possuírem nem motivo nem significação, tal como os sonhos. O primeiro problema é saber como lhe dar um sentido e um *status* na vida mental do indivíduo, de modo a torná-las compreensíveis e, mesmo, óbvias. O problema de traduzi-las pode parecer insolúvel, mas jamais devemos deixar-nos ser mal orientados por essa ilusão. As idéias obsessivas mais rudimentares e mais excêntricas podem ser esclarecidas, se investigadas com suficiente profundidade. A solução se dá ao se levar as idéias obsessivas a uma relação temporal com as experiências do

paciente, quer dizer, ao se indagar quando foi que uma idéia obsessiva particular fez sua primeira aparição e em que circunstâncias externas ela está apta para voltar a ocorrer. Como sucede com tanta freqüência, quando uma idéia obsessiva não logrou estabelecer-se permanentemente, a tarefa de esclarecê-la é correspondentemente simplificada. Podemos convencer-nos facilmente de que, uma vez descobertas as interconexões entre uma idéia obsessiva e as experiências do paciente, não haverá dificuldade de se obter acesso a algo mais, não importa o quê, que possa ser enigmático ou digno de conhecimento na estrutura patológica, com que estamos lidando - seu significado, o mecanismo de sua origem e sua derivação das forças motivadoras preponderantes da mente do paciente.

Para dar um exemplo sobremodo claro, iniciarei por um dos *impulsos suicidas*, que, em nosso paciente, ocorriam com tanta freqüência. Esse exemplo já quase se analisa por si próprio ao ser narrado. Ele me contou que, certa vez, perdeu algumas semanas de estudo em virtude da ausência da sua dama: ela havia partido para cuidar de sua avó, que estava seriamente enferma. No exato momento em que se encontrava em meio a uma difícil parte de seu trabalho, ocorrera-lhe a seguinte idéia: 'Se você recebesse a ordem de levar a cabo, na primeira oportunidade, a sua prova, você deveria tratar de obedecê-la. Mas, se lhe ordenassem cortar a garganta com uma lâmina, o que você faria?' Imediatamente ficara ciente de que essa ordem já tinha sido dada, e já estava correndo até o aparador, para apanhar a lâmina, quando pensou: 'Não, não é tão simples assim. Você tem que sair e matar a velha.' Logo após, caíra no chão, com horror.

Nesse exemplo, a relação entre a idéia compulsiva e a vida do paciente está contida nas palavras iniciais de sua história. Sua dama estava ausente, enquanto ele trabalhava arduamente para um exame, de modo a conseguir mais cedo a possibilidade de estabelecer uma união com ela. Enquanto trabalhava foi acometido por um anseio pela dama ausente, e pensou na razão da ausência dela. Agora acabava de ser acometido por algo que seria provavelmente uma espécie de sentimento de aversão contra a avó de sua dama, caso ele tivesse sido um homem normal: 'Por que a velha deveria ficar doente, justamente agora que anseio por *ela*, com tanto temor?' Temos de supor que algo semelhante, contudo bem intenso, atravessou a mente de nosso paciente - um acometimento inconsciente de raiva que se coadunaria com seu anseio e poderia encontrar expressão na seguinte exclamação: 'Como eu gostaria de sair e matar aquela velha mulher por haver-me roubado o meu amor!' Ao que se seguiu a ordem de 'Mate-se a si próprio, como punição dessas suas paixões selvagens e assassinas!' Todo esse processo introduziu-se na consciência do obsessivo paciente, acompanhando-se do mais violento afeto e *numa ordem inversa*: em primeiro lugar veio a ordem de punição, e a seguir, enfim, a menção da culpa. Não me é possível achar que essa tentativa de explicação parecesse forçada, ou que envolvesse elementos hipotéticos vários.

Um outro impulso, que se pode descrever como *indiretamente* suicida, e de duração mais longa, não se podia explicar com tanta facilidade assim, de vez que a relação deste com as

experiências do paciente conseguiu ocultar-se por trás de uma daquelas associações puramente externas, que parecem tão chocantes à nossa consciência. Certo dia, estando fora, em suas férias de verão, ocorreu-lhe de súbito a idéia de que ele era muito gordo [em alemão *'dick'*], e de que ele teria de *ficar mais magro*. Começou, pois, a levantar-se da mesa antes de servirem a sobremesa e apressar-se pela rua, sem o chapéu, sob o calor ofuscante do sol de agosto; a seguir, também, subiu com pressa uma montanha, até parar, forçado e vencido, pela transpiração. Certa época, suas intenções suicidas de fato emergiram, sem disfarce, por detrás dessa mania de emagrecer: quando se encontrava à beira de um precipício profundo, recebeu a ordem de saltar, o que sem dúvida significaria sua morte. Nosso paciente não seria capaz de imaginar explicação alguma para esse comportamento obsessivo sem nenhum sentido, até que, de repente, ocorreu-lhe que, ao mesmo tempo, também a sua dama estava veraneando na companhia de um primo inglês, que era muito solícito para com ela, e de quem o paciente estava muito enciumado. O nome desse seu primo era Richard, e, conforme o uso coloquial na Inglaterra, tinha o apelido de *Dick*. Nosso paciente, então havia desejado matar o *Dick*; tinha estado muito mais enciumado e enraivecido em relação a ele do que podia admitir para si mesmo, e isso foi a razão por que se impusera esse emagrecimento mediante uma punição. Esse impulso obsessivo pode parecer bem diferente da ordem diretamente suicida acima discutida, mas ambos possuíam em comum um importante aspecto. Isso porque ambos emergiram como reações a um sentimento de raiva muito grande, inacessível à consciência do paciente, e dirigido contra alguém que surgira como uma interferência no curso de seu amor.

Outras obsessões do paciente, no entanto, apesar de também estarem centradas em sua dama, mostravam um mecanismo diverso e deviam sua origem a um instinto diferente. Além de sua mania de emagrecer, ele construiu toda uma série de outras atividades obsessivas, no período em que a dama veraneava, atividades essas ao menos em parte relacionadas diretamente com ela. Certo dia, passeando de barco em companhia dela, soprava um fortíssimo vento, e ele teve de obrigá-la a pôr o gorro dele, pois se formulara em sua mente a ordem que *nada deveria acontecer a ela*. Isto era uma espécie de *obsessão de proteger*, e teve outros efeitos além deste. Em outra ocasião, durante uma tempestade, enquanto estavam sentados juntos, ele ficou obcecado, e não era capaz de saber a razão, com a *necessidade de contar* até quarenta, ou cinqüenta, no intervalo entre um raio e o trovão que o seguisse. No dia em que ela devia partir, ele bateu com o pé numa pedra da estrada, e foi *obrigado* a afastá-la do caminho, pondo-a à beira da estrada, pois lhe veio a idéia de que o carro dela iria passar, dentro de poucas horas, pela mesma estrada e poderia acidentarse nessa pedra. Contudo, minutos depois, pensou que era um absurdo, e foi *obrigado* a voltar e restituir a pedra à sua posição original, no meio da estrada. Depois que ela partiu, ele se viu presa de uma *obsessão por compreensão*, que o tornou uma praga para todos os seus amigos. Forçou-se a compreender o significado exato de cada sílaba que lhe dirigiam, como se, de outro

modo, estivesse perdendo um precioso tesouro. Conseqüentemente, detinha-se interrogando: 'O que você acabou de dizer?', e após a frase ter sido repetida, ele não conseguia pensar que ela soara diferente ao ser dita pela primeira vez, e ele, assim, ficava insatisfeito.

Todos esses produtos de sua doença dependiam de uma determinada circunstância que, naquela época, regia as suas relações com a dama. Em Viena, ao despedir-se dela, antes das férias de verão, ela dissera algo que ele interpretou como um desejo, da parte dela, de rejeitá-lo pelo resto de sua presença; e isso deixou-o muito triste. Durante a permanência dela no balneário de verão, houvera oportunidade de debater a questão, e a dama fora capaz de provar-lhe que essas suas palavras, que ele interpretara mal, encerravam, pelo contrário, a intenção de poupá-lo de parecer uma pessoa ridícula. Isso fez com que ele se sentisse de novo muito feliz. A mais clara alusão a esse incidente estava encerrada em sua obsessão por compreensão. Foi elaborada como se ele estivesse dizendo a si mesmo: 'Após uma experiência dessas, você jamais deverá interpretar mal de novo a quem quer que seja, se é que você deseja escapar a uma desnecessária aflição.' Tal resolução não era meramente uma generalização de uma única ocasião, mas também estava deslocada - talvez em virtude da ausência da dama - de um indivíduo superestimado a todos os outros indivíduos inferiores. E a obsessão não pode ter emergido unicamente de sua insatisfação pela explicação que ela lhe dera; deve ter exprimido algo mais além disso, de vez que redundou em uma dúvida insatisfatória quanto a saber se aquilo que ele ouvira fora repetido corretamente.

As outras ordens compulsivas mencionadas nos deixam no rastro desse outro elemento. Sua obsessão de proteger só pode ter sido uma reação - como uma expressão de remorso e penitência - a um impulso contrário, ou seja, hostil, que ele deve ter sentido com relação a sua dama, antes do *éclaircissement* de ambos. Sua obsessão de contar, durante a tempestade, pode ser interpretada, com o auxílio de algum material fornecido por ele, como uma medida defensiva contra temores de que alguém estivesse em perigo de morte. A análise das obsessões que consideramos em primeiro lugar já nos aconselhou a encarar os impulsos hostis do nosso paciente como particularmente violentos e da natureza de uma raiva irracional; e agora achamos que, mesmo depois da reconciliação desses impulsos, sua raiva pela dama continuava a desempenhar um papel na formação de suas obsessões. Sua mania de dúvida com relação a saber se ele havia ouvido corretamente era expressão da dúvida que ainda espreitava em sua mente, se de fato ele dessa vez havia entendido corretamente a sua dama e se estava justificado por considerar as palavras dela como prova de sua afeição por ele. A dúvida contida em sua obsessão por compreensão era uma dúvida de seu (dela) amor. No peito do amante enfurecia-se a batalha entre amor e ódio, e o objeto desses dois sentimentos era a única e mesma pessoa. A batalha era representada numa forma plástica por seu ato compulsivo e simbólico de remover a pedra da estrada pela qual dama iria passar, desfazendo depois esse ato de amor mediante a restituição da pedra ao lugar onde estivera, de modo que o carro viesse a acidentarse nela e a dama se ferisse. Não estaremos fazendo um julgamento correto dessa segunda parte do ato compulsivo se o encarássemos, à primeira vista, apenas como um repúdio crítico de uma ação patológica, embora seja uma parte que

foi determinada por um motivo contrário àquele que produziu a primeira parte.

Atos compulsivos como este, em dois estádios sucessivos, quando o segundo neutraliza o primeiro, constituem uma típica ocorrência nas neuroses obsessivas. Naturalmente a consciência do paciente interpreta-os mal e formula um conjunto de motivações secundárias que os explica - em suma, que os *racionaliza*. (Cf. Jones, 1908.) Sua real significação, contudo, reside no fato de serem eles representação de um conflito entre dois impulsos opostos de força aproximadamente igual; e, até agora, tenho achado, invariavelmente, que esta se trata de uma oposição entre o amor e o ódio. Atos compulsivos dessa natureza têm, sob o ponto de vista teórico, um interesse peculiar, de vez que nos mostram uma nova modalidade de método de construção de sintomas. Na histeria o que ocorre normalmente é chegar-se a uma conciliação, que capacita ambas as tendências opostas a se expressarem simultaneamente - o que é como matar dois coelhos de uma só cajadada; ao passo que aqui cada uma das duas tendências opostas é satisfeita, isoladamente, primeiro uma e depois a outra, embora naturalmente se faça uma tentativa de estabelecer determinado tipo de conexão lógica (muitas vezes desafiando toda lógica) entre os antagonistas.

O conflito entre o amor e o ódio revelou-se em nosso paciente também por meio de outros sinais. Na ocasião em que revivesceu a sua piedade [ver em [1] e [2]], ele elaborou para si preces que exigiam cada vez mais tempo e que chegavam a durar hora e meia. A razão disso foi que ele achou, como um Balaam ao inverso, que alguma coisa invariavelmente se inseria em suas frases piedosas, vertendo-as ao seu sentido oposto. [Cf. em [1].] Por exemplo, se ele dizia 'Deus o proteja', um espírito mau imediatamente insinuaria um 'não'. Numa dessas ocasiões ocorreu-lhe a idéia de, em vez disso, amaldiçoar, pois nesse caso, pensava, seguramente se insinuariam as palavras contrárias. Sua intenção original, que fora reprimida por sua prece, forçava uma saída através dessa sua última idéia. No final, encontrou saída para a sua dificuldade deixando de lado as preces e substituindo-as por uma pequena fórmula forjada pelas letras ou sílabas iniciais de diversas preces. Recitava então essa fórmula com tanta rapidez que nada poderia intrometer-se nela. [Ver em [1].]

Certa vez, trouxe-me um sonho que representava o mesmo conflito com relação a sua transferência para o médico. Sonhou que minha mãe havia morrido; ele estava ansioso por prestar-me suas condolências, mas tinha receio de que, se o fizesse, poderia ele irromper em *uma risada inoportuna*, como fizera repetidas vezes, no passado, em ocasiões idênticas. Por conseguinte, preferiu deixar um cartão para mim, onde se lia 'p.c.'; mas ao escrevê-lo, as letras mudaram para 'p.f.'

O mútuo antagonismo entre os seus sentimentos em relação a sua dama era forte demais para ter escapado completamente à sua percepção consciente, embora possamos concluir das obsessões nas quais o antagonismo se manifestara que ele não avaliava corretamente a profundidade de seus impulsos negativos. A dama havia recusado sua primeira proposta, dez

anos atrás. Desde então, ele tinha conhecimento de que passara por períodos alternados em que ora ele acreditava que a amava intensamente, ora se sentia indiferente com relação a ela. No decorrer do tratamento, sempre que se deparava com a necessidade de dar algum passo que o aproximasse mais de um final bem-sucedido para seu namoro, habitualmente sua resistência começava a assumir a forma da convicção de que, afinal de contas, ele não ligava muito para ela - embora, em verdade, essa resistência costumasse ser logo vencida. Certa vez, estando ela acamada, com uma séria enfermidade, ficando ele extremamente preocupado com ela, perpassou-lhe pela mente, quando olhava para ela, um desejo de que ela continuasse deitada assim, para sempre. Explicou essa idéia mediante um sofisma bastante engenhoso: asseverando que apenas desejara que ela estivesse permanentemente doente, de modo que ele pudesse livrar-se de seu medo intolerável de que ela fosse acometida por uma repetida sucessão de crises! De vez em quando costumava povoar sua imaginação com devaneios, que ele próprio identificava como 'fantasias de vingança', e se sentia envergonhado com isso. Por exemplo, acreditando que a dama dava grande importância à posição social de um certo pretendente, ele construiu uma fantasia na qual ela estava casada com um homem daquela espécie, que ocupava um cargo público. Ele próprio entrava, então, no mesmo departamento, onde subiu de posição com muito mais rapidez do que seu marido, tornando-se este, enfim, seu subordinado. Um dia - dando-se prosseguimento a sua fantasia - esse homem cometia determinado ato desonesto. A dama atirava-se de joelhos a seus pés e lhe implorava que salvasse seu marido. Ele prometia fazê-lo, e lhe comunicava que fora apenas por amor a ela que havia assumido o cargo, de vez que havia previsto que um momento como este iria chegar; e agora, salvo o seu marido, estava cumprida sua missão e ele renunciaria ao seu posto.

Construiu outras fantasias nas quais prestou à dama um grande serviço, sem que ela soubesse que era ele quem o fazia. Nelas, ele reconhecia apenas a sua afeição, sem avaliar suficientemente a origem e a finalidade de sua magnanimidade, que visava a reprimir sua sede de vingança, segundo o modelo do Conde de Monte Cristo, de Dumas. Ademais, admitiu que por vezes era acometido por impulsos bem nítidos de causar algum agravo à dama a quem admirava. Esses impulsos, em sua maior parte, ficavam temporariamente inativos em presença da dama, e somente apareciam em sua ausência.

(F) A CAUSA PRECIPITADORA DA DOENÇA

Certo dia, o paciente mencionou, de passagem, um evento que eu não podia deixar de reconhecer como a causa que precipitou sua doença, ou, pelo menos, como o motivo imediato da crise iniciada há uns seis anos atrás, e que persistira até aquele dia. Ele próprio

não tinha noção alguma de que havia apresentado algo muito importante; não era capaz de se lembrar de haver ligado, alguma vez, importância ao evento, do qual, ademais, jamais se esquecera. Tal atitude de sua parte requer alguma consideração teórica.

Na histeria, via de regra, as causas precipitadoras da doença cedem lugar à amnésia, como é também o caso das experiências infantis, com cujo auxílio as causas precipitadoras conseguem transformar em sintomas sua energia afetiva. E a amnésia, quando não pode ser completa, submete a causa precipitadora traumática recente a um processo de erosão e, ao menos, dela subtrai seus componentes mais importantes. Nessa amnésia percebemos a evidência da repressão que teve lugar. O caso é diferente nas neuroses obsessivas. As condições infantis da neurose podem ser colhidas pela amnésia, embora esta, muitas vezes, seja parcial; mas, pelo contrário, os motivos imediatos da doença são retidos na memória. A repressão utiliza-se de outro mecanismo, que, na realidade, é mais simples. O trauma, em lugar de ser esquecido, é destituído de sua catexia afetiva, de modo que, na consciência, nada mais resta senão o seu conteúdo ideativo, o qual é inteiramente desinteressante e considerado sem importância. A distinção entre aquilo que ocorre na histeria e numa neurose obsessiva reside nos processos psicológicos que nos é possível reconstruir por trás dos fenômenos; o *resultado* é quase sempre o mesmo, de vez que o conteúdo mnêmico apagado raramente se reproduz e não desempenha papel algum na atividade mental do paciente. A fim de estabelecer uma diferenciação entre os dois tipos de repressão, temos, a princípio, num caso, que utilizar apenas a certeza do paciente de que ele tem a sensação de haver sempre conhecido essa coisa, e, no outro, de tê-la esquecido há muito tempo.

Por esse motivo, ocorre, com alguma regularidade, que os neuróticos obsessivos, perturbados com autocensuras, mas havendo ligado seus afetos com causas errôneas, contam também ao médico as causas verdadeiras, sem qualquer desconfiança de que as suas autocensuras ficaram simplesmente separadas delas. Ao relatarem um incidente desses, eles, às vezes, acrescentam, com assombro, ou mesmo com certo rasgo de orgulho: ‘Mas não é isso que eu penso.’ Tal aconteceu no primeiro caso de neurose obsessiva que me forneceu uma compreensão interna (*insight*), há anos atrás, da natureza do seu sofrimento. O paciente, que era funcionário público, estava conturbado por inúmeras dúvidas. Ele era aquele homem cujo ato compulsivo ligado ao galho, no parque de Schönbrunn, eu já havia mencionado [ver em [1]]. Surpreendeu-me o fato de as cédulas de florim com as quais pagou suas consultas estarem invariavelmente limpas e lisas. (Isto foi antes de haver na Áustria moedas de prata.) Certa vez fiz-lhe a observação de que sempre se podia reconhecer um funcionário do governo pelos florins novíssimos que ele retirava da Casa da Moeda, e então me informou que suas notas de florim não eram novas, em absoluto, mas as havia passado a ferro, em casa. Para ele, como explicou, era uma questão de consciência não passar às mãos de

alguém cédulas sujas, de vez que nelas aderiam bactérias patogênicas de todos os tipos, que poderiam causar danos ao seu portador. Naquela época, eu já desconfiava vagamente da correlação entre as neuroses e a vida sexual, de modo que, numa outra ocasião, arrisquei-me a perguntar ao paciente qual era sua posição perante esse assunto. ‘Oh, quanto a isso, tudo bem!’, respondeu distraído, ‘não tenho problema algum a esse respeito. Desempenho o papel de um velho tio, estimado, em algumas famílias de respeito, e ora e outra valho-me de minha posição para convidar alguma jovem para sairmos juntos para um dia de passeio no campo. Então providencio para perdemos o trem, ao partirmos de lá, o que nos obriga a passar a noite fora da cidade. Sempre reservo dois quartos, faço as coisas com muito cavalheirismo; porém, quando a jovem já está na cama, chego até ela e a masturbo com os dedos.’ - ‘Mas o senhor não receia causar-lhe algum dano, manipulando os genitais dela com sua mão suja?’ - Ao que exclamou, perplexo: ‘Dano? Como, que dano lhe causaria? Isso jamais causou dano a nenhuma delas, até agora, e todas apreciaram. Algumas já estão casadas, e não sofreram absolutamente dano algum.’ - Ele levou a mal minha repreensão, e jamais retornou à consulta. Eu, contudo, só poderia encontrar explicação do contraste entre suas preocupações com as cédulas de florim e sua falta de escrúpulos por abusar das jovens que se lhe confiavam supondo que o afeto repleto de autocensura se tornara *deslocado*. O objetivo desse deslocamento era bastante óbvio: se as suas autocensuras se permitissem permanecer no lugar pertinente a elas, ele teria de abandonar determinada forma de gratificação sexual à qual provavelmente fosse compelido por alguns determinantes infantis muito fortes. Portanto, o deslocamento lhe favorecia derivar de sua doença uma boa vantagem.

Mas devo agora retomar um exame mais detalhado da causa precipitadora da doença de nosso paciente. Sua mãe foi educada numa família saudável com a qual ela se relacionava com certa distância. Essa família administrava uma grande empresa industrial. Seu pai, quando de seu casamento, entrou nesse negócio e, com seu casamento, adquiriu uma posição relativamente confortável. O paciente soube, numa vez que houvera uma zanga entre seus pais (cujo casamento foi extremamente feliz), que seu pai, pouco antes de conhecer sua mãe, cortejara uma humilde jovem sem recursos. Isto, como introdução. Após a morte de seu pai, a mãe do paciente, um dia, lhe contou que havia discutido com ricos parentes sobre o futuro dele, e que um dos primos seus prontificou-se a permitir-lhe que, ao completar a sua educação, ele se casasse com uma de suas filhas; uma relação de negócios com a firma oferecer-lhe-ia brilhantes perspectivas na profissão. Esse plano familiar desencadeou nele um conflito relacionado a saber se ele permaneceria fiel à sua amada, a despeito de sua pobreza, ou se seguiria os passos de seu pai e casaria com a linda, rica e bem relacionada jovem que lhe haviam predestinado. E resolveu esse conflito, que de fato existia entre seu amor e a persistente influência dos desejos de seu pai, ficando doente; ou melhor, caindo doente evitava a tarefa de resolvê-lo na vida real.

A comprovação de que esse ponto de vista era correto reside no fato de que a consequência principal de sua doença foi uma obstinada incapacidade para o trabalho, permitindo-lhe adiar por anos a conclusão de sua educação. Entretanto, os resultados de uma doença dessa natureza nunca são involuntários; na realidade, o que parece ser a *consequência* da doença é a *causa* ou *motivo* de ficar doente.

Conforme era de esperar, a princípio o paciente não aceitou meu esclarecimento do fato. Ele não era capaz de imaginar, segundo disse, que o plano de casamento pudesse tido um resultado desses; não exercera nele, na época, a mínima impressão. No curso posterior do tratamento, porém, ele foi levado forçosamente a acreditar na verdade de minha suspeita, e isso de uma forma bastante singular. Com o auxílio de uma fantasia de transferência, vivenciou, como se fosse um fato novo e atual, o próprio episódio passado, do qual se havia esquecido ou que apenas lhe passara inconscientemente pela mente. Adveio, então, no tratamento, um período obscuro e difícil. Finalmente, aconteceu que ele encontrou, certa vez, uma menina nas escadas de minha casa e imediatamente imaginou que fosse minha filha. Ela lhe agradou, e ele imaginou que a única razão por que eu era agradável e incrivelmente paciente com ele estava no fato de que eu desejava torná-lo meu genro. Ao mesmo tempo, elevava a riqueza e a posição de minha família a um nível que coadunava com o modelo que tinha em mente. Contudo, seu inextinguível amor pela dama lutava contra essa tentação. Após atravessarmos uma série das mais severas resistências e das mais amargas injúrias de sua parte, ele não podia mais permanecer cego ao efeito esmagador da perfeita analogia entre a fantasia de transferência e o estado atual de acontecimentos passados. Repetirei um dos sonhos que ele teve nesse período, para fornecer um exemplo de sua maneira de tratar o assunto. Sonhou que *ele via minha filha à sua frente; ela tinha dois pedaços de estrume em lugar dos olhos*. Qualquer um que compreende a linguagem dos sonhos não encontrará muita dificuldade para traduzir esse sonho; seu significado era: *ele se casava com minha filha, não por causa de seus 'beaux yeux', mas sim pelo seu dinheiro*.

(G) O COMPLEXO PATERNO E A SOLUÇÃO DA IDÉIA DO RATO

Partindo da causa precipitadora da doença do paciente em sua idade adulta, existe um fio que reconduz à sua infância. Encontrara-se numa situação semelhante àquela na qual, conforme sabia ou desconfiava, seu pai estivera antes de seu casamento; e assim fora capaz de identificar-se com seu pai. Mas seu falecido pai estava envolvido em sua recente crise, ainda de uma forma diferente. O conflito nas raízes de sua doença era, em essência, uma luta entre a persistente influência dos desejos de seu pai e suas próprias inclinações amorosas.

Se levarmos em consideração aquilo que o paciente relatou no decorrer das primeiras horas de seu tratamento, não poderemos evitar a suspeita de que essa luta era realmente uma luta antiga e se originara há mais tempo, na infância do paciente.

Segundo todas as informações dadas, o pai de nosso paciente era um homem de excelentes qualidades. Antes de seu casamento, fora um suboficial e, como lembrança desse período de sua vida, havia mantido uma atitude militar escorreita e um *penchant* por usar uma linguagem categórica. Ademais dessas virtudes, celebradas, como o são, nas lápides dos mortos, ele se distinguia por um cordial senso de humor e amável tolerância para com seus companheiros. O fato de que ele pudesse ser uma pessoa impetuosa e violenta certamente não estava em desacordo com outras qualidades suas; era, antes, um complemento necessário dessas últimas; contudo, ocasionalmente, castigava severamente os filhos, quando estes eram novos e travessos. Quando ficaram crescidos, porém, distinguia-se dos outros pais em não procurar enaltecer-se com uma sacrossanta autoridade, mas sim compartilhando com eles um conhecimento das pequenas falhas e infortúnios de sua vida com afável sinceridade. Seu filho sem dúvida não exagerava ao declarar que eles haviam vivido junto como dois bons amigos, à exceção de um único aspecto (ver em [1]). E, em relação a esse mesmo aspecto, não há dúvida de que pensamentos a respeito da morte de seu pai ocuparam sua mente, com uma intensidade inabitual e indevida, quando ele era menino (ver em [2]), e que tais pensamentos surgiram na trama das idéias obsessivas de sua infância. Ademais, só pode ter sido nessa mesma correlação que ele se tornou capaz de desejar a morte de seu pai, a fim de despertar simpatia em determinada menina e fazer com que ela se comportasse de modo mais amável para com ele (ver em [3]).

Não pode haver dúvida de que existia algo, no âmbito da sexualidade, que permanecia entre pai e filho, e de que o pai assumira alguma espécie de oposição à vida erótica do filho, prematuramente desenvolvida. Muitos anos depois da morte de seu pai, na primeira vez que experimentou as prazerosas sensações da cópula, irrompeu em sua mente uma idéia: ‘Que maravilha! Por uma coisa assim alguém é até capaz de matar o pai!’ Isto foi, ao mesmo tempo, um eco e uma elucidação das idéias obsessivas de sua infância. Ademais disso, pouco antes de sua morte, seu pai se opôs diretamente àquilo que, mais tarde, se tornou a paixão dominante de nosso paciente. Ele observara que seu filho estava sempre na companhia da dama, e o aconselhou a manter-se distante dela, dizendo ser imprudente de sua parte e que isso só iria fazê-lo de tolo.

A esse inatacável acervo de provas, seremos capazes de acrescentar novos elementos, se voltarmos à história do lado masturbatório das atividades sexuais do nosso paciente. Existe um conflito entre as opiniões de médicos e de pacientes a respeito desse assunto, o qual até agora não tem sido adequadamente avaliado. Os pacientes são todos unânimes na crença de que a masturbação, querem dizer masturbação *durante a puberdade*, é a raiz e origem de todas as perturbações. Os médicos, em geral, são incapazes de decidir que linha de

pensamento devem seguir; contudo, influenciados pelo conhecimento de que não apenas os neuróticos, mas a maioria das pessoas normais, atravessam por um período de masturbação durante sua puberdade, em sua maioria tendem a repudiar as asserções dos pacientes, achando-as muito exageradas. Em minha opinião, os pacientes mais uma vez estão mais próximos de uma visão correta do que os médicos; pois os pacientes possuem uma vaga noção da verdade, ao passo que os médicos correm o risco de negligenciar um ponto essencial. A tese sustentada pelos pacientes certamente não corresponde aos fatos, no sentido em que eles próprios a interpretam, ou seja, de que a masturbação na puberdade (que se pode descrever, aproximadamente, como uma ocorrência típica) é responsável por todos os distúrbios neuróticos. Sua tese requer uma interpretação. A masturbação da puberdade, na realidade, nada mais é do que um revivescimento da masturbação da tenra infância, um assunto que até hoje tem sido invariavelmente desprezado. A masturbação infantil atinge uma espécie de clímax, via de regra, entre as idades de três e quatro ou cinco anos; e constitui a mais evidente expressão da constituição sexual de uma criança, na qual se deve buscar a etiologia das neuroses subseqüentes. Logo, sob esse disfarce, os pacientes ficam atribuindo a culpa por suas doenças à sua sexualidade infantil, e têm toda razão de fazê-lo. Por outro lado, o problema da masturbação torna-se insolúvel se tentarmos tratá-lo como uma unidade clínica e esquecermos que pode representar a descarga de toda a variedade de componente sexual e de toda espécie de fantasia à qual tais componentes possam dar origem. Os efeitos prejudiciais da masturbação são autônomos - ou seja, determinados por sua própria natureza - apenas em um bem pequeno grau. São, em sua essência, meramente parte e parcela da significação patogênica da vida sexual, como um todo, do indivíduo. O fato de muitas pessoas poderem tolerar a masturbação - ou seja, determinada porção desse ato - sem prejuízo, mostra apenas que a sua constituição sexual e o curso de evolução de sua vida sexual foram de tal forma a permitir-lhes exercer a função sexual dentro dos limites daquilo que é culturalmente permissível; ao passo que outras pessoas, de vez que sua constituição sexual foi menos favorável, ou perturbado o seu desenvolvimento, caem doentes em consequência de sua sexualidade - isto é, elas não conseguem alcançar a necessária supressão ou sublimação de seus componentes sexuais sem recorrerem a inibições ou substituições.

O comportamento desse nosso paciente, no que concerne a masturbação, foi realmente fora do comum. Ele não a praticava durante a puberdade [digno de menção, em todos os sentidos (ver em [1])], e, portanto, de conformidade com determinadas perspectivas, poderia-se esperar que ele ficasse livre de neurose. Por outro lado, um impulso em direção a atividades masturbatórias acometeu-lhe quando tinha vinte e um anos de idade, *pouco depois da morte de seu pai*. Sentia-se muitíssimo envergonhado de si mesmo cada vez que se gratificava com esse ato, e logo abjurava do hábito. A partir daquela época este somente reaparecia em ocasiões raras e extraordinárias. Contou-me que era provocado quando vivia momentos de especial beleza ou quando lia belíssimas passagens. Por exemplo, certa vez ocorreu numa adorável tarde de verão, quando, estando no centro de Viena, ouvia um postilhão tocando corneta maravilhosamente, até que um policial o impediu, porque tocar corneta no centro da

cidade era proibido. Noutra ocasião, aconteceu quando ele lia em *Dichtung und Wahrheit* [III, 11] como o jovem Goethe se libertara, numa explosão de ternura dos efeitos de uma maldição que uma amante ciumenta havia conjurado contra a próxima mulher que lhe beijasse nos lábios, depois dela; por muito tempo sofrera, quase de modo supersticioso, a maldição que o mantinha à distância; porém, agora, acabava de romper os grilhões e beijava repetidamente seu amor com alegria.

Ao paciente não parecia nada estranho que ele fosse impelido a masturbar-se exatamente em belas e enaltecidas ocasiões como estas. Contudo, eu não podia deixar de apontar que essas duas ocasiões tinham algo em comum: uma proibição e o desafio a uma ordem.

Precisamos considerar também, nessa mesma conexão, seu curioso comportamento numa vez em que ele estudava para um exame e brincava com sua fantasia favorita de que seu pai ainda estava vivo e a qualquer momento poderia reaparecer [ver em [1]]. Costumava fazer com que suas horas de estudo fossem tão tardias quanto possível, à noite. Entre a meia-noite e uma hora ele interromperia o seu estudo e abriria a porta da frente do apartamento, como se seu pai estivesse do lado de fora; em seguida, regressando ao hall, ele tiraria para fora o seu pênis e olharia para ele no espelho. Esse comportamento maluco torna-se inteligível se presumirmos que ele agia como se esperasse uma visita de seu pai à hora em que os fantasmas estão circulando. Em geral tinha sido preguiçoso com seus estudos quando seu pai vivia, e isto constituía, com freqüência, uma causa de aborrecimento para seu pai. Agora que ele retornava como um fantasma, devia ficar muito contente ao encontrar seu filho estudando arduamente. Mas era impossível que seu pai gostasse da outra parte do seu comportamento; nisto, portanto, estava desafiando-o. Assim, com um singular e ininteligível ato obsessivo, expressava os dois lados de sua relação com seu pai, de modo idêntico ao que fez, subsequente, com respeito a sua dama por meio de seu ato obsessivo com a pedra [ver em [1]].

Partindo dessas indicações e de outros dados de natureza semelhante, arrisquei-me a apresentar uma construção segundo a qual ele, quando criança de menos de seis anos, fora culpado por alguma má conduta relacionada com a masturbação, tendo sido duramente castigado por seu pai, por isso. Essa punição, consoante minha hipótese, pusera, era verdade, um fim em sua masturbação; contudo, por outro lado, deixara atrás de si um rancor inextinguível pelo seu pai e o fixara para sempre em seu papel de perturbador do gozo sexual do paciente. Para minha grande surpresa, o paciente então me comunicou que sua mãe repetidamente lhe descrevera um acontecimento dessa natureza, que datava de sua tenra infância e que, evidentemente, não fugira à lembrança de sua mãe em virtude de suas surpreendentes conseqüências. Ele próprio, contudo, não tinha recordação de que coisa era. Segue-se a narrativa. Quando ele era muito pequeno (foi possível estabelecer a data com

maior exatidão, devido à sua coincidência com a doença fatal de uma irmã mais velha [ver em [1]]), ele praticara uma travessura, pela qual seu pai lhe batera. O pequeno foi tomado de terrível raiva e xingara seu pai ainda enquanto apanhava. Entretanto, como não conhecia impropérios, chamara-o de todos os nomes de objetos comuns que lhe vinham à cabeça e gritara: ‘Sua lâmpada! Sua toalha! Seu prato!’, e assim por diante. Seu pai, abalado com uma tal explosão de fúria natural, parou de lhe bater, e exclamara: ‘O menino ou vai ser um grande homem, ou um grande criminoso!’ O paciente acreditava que a cena causara uma impressão permanente tanto em si próprio como em seu pai. Ele disse que seu pai jamais bateu nele de novo; e também atribuiu a essa experiência parte da mudança que ocorreu em seu próprio caráter. A partir daquela época, tornou-se um covarde [ver em [1]], por medo da violência de sua própria raiva. Aliás, por toda a sua vida, teve terrível medo de pancadas, e costumava agachar-se e esconder-se, cheio de terror e indignação, quando um de seus irmãos ou irmãs era espancado.

Subseqüentemente, o paciente indagou de novo sua mãe a esse respeito. Ela confirmou a história, acrescentando que, na época, ele tinha entre três e quatro anos de idade e que lhe haviam dado o castigo porque ele havia *mordido* alguém. Ela não era capaz de se lembrar de mais detalhes, exceto uma vaga idéia de que a pessoa a quem o pequeno havia ferido talvez tivesse sido a sua babá. No relato de sua mãe não se cogitava de que sua ação má fosse de natureza sexual.

Uma discussão a respeito dessa cena da infância encontra-se na nota de rodapé, e aqui anotarei apenas que a emergência dela abalou, pela primeira vez, o paciente em sua recusa a acreditar que em algum período pré-histórico de sua infância tivesse sido tomado de fúria (que, a seguir, se tornara latente) contra o pai, a quem amava tanto. Devo confessar minha expectativa de que isso tivesse causado maior efeito, de vez que o incidente lhe fora tantas vezes descrito - até mesmo pelo próprio pai -, que não poderia haver dúvidas quanto à sua realidade objetiva. Entretanto, com aquela capacidade de ser ilógico que jamais deixa de desnortear uma dentre essas pessoas tão sumamente inteligentes, como o são os neuróticos obsessivos, ele continuou insistindo, contra o valor comprobatório dessa história, no fato de que ele mesmo não conseguia lembrar da cena. Assim, somente pelo caminho doloroso da transferência é que foi capaz de se convencer de que sua relação com o pai realmente carecia da postulação desse complemento inconsciente. As coisas atingiram um ponto em que, em seus sonhos, em suas fantasias despertas e em suas associações, ele começou a acumular os mais grosseiros e indecorosos impropérios contra mim e minha família embora em suas ações deliberadas jamais me tratasse de outra forma senão com o maior respeito. Seu comportamento, enquanto me repetia esses insultos, era de um homem em desespero. ‘Como pode um cavalheiro como o senhor’, ele costumava perguntar, ‘deixar-se xingar desse modo por um sujeito baixo e à-toa como eu? O senhor devia é me enxotar, é o que

mereço.’ Enquanto assim falava, costumava levantar-se do divã e circular pela sala - um hábito que a princípio explicou como sendo devido a uma questão de ética: ele não podia chegar, como disse, a proferir coisas tão horríveis estando ali deitado, tão comodamente. Logo, porém, ele próprio encontrou uma explicação mais plausível, ou seja, que estava evitando a minha proximidade por medo de que eu lhe desse uma bofetada. Se ficava no divã, comportava-se como alguém em desesperado terror que tentasse se salvar de castigos terrivelmente violentos; costumava enterrar a cabeça nas mãos, cobrir o rosto com o braço, saltar de repente e correr, com o semblante desfigurado de dor etc. Recordou que seu pai tivera um temperamento passional e, às vezes, em seu caráter violento, não soubera quando parar. Assim, paulatinamente, nessa escola de sofrimento, o paciente logrou o sentimento de convicção que lhe faltava - embora a uma pessoa de fora a verdade fosse evidente quase por si mesma.

Agora estava aberto o caminho para a solução de sua idéia do rato. O tratamento atingiu seu ponto crítico, e boa quantidade de informações materiais, retidas até então, tornou-se disponível, ficando assim possível reconstruir a concatenação completa dos eventos.

Em minha descrição, irei, como já disse, contentar-me com o resumo mais sucinto possível das circunstâncias. Obviamente, o primeiro problema a resolver era saber por que as duas falas do capitão tcheco - sua história do rato [ver em [1]] e seu pedido ao paciente para que ele pagasse ao Tenente A. [ver em [2]] - tinham exercido um tal efeito de agitação sobre ele e provocado reações tão violentamente patológicas. A suposição era que se tratava de uma questão de ‘sensibilidade complexiva’ e que as falas tivessem um efeito desagradável em determinados pontos hiperestáticos em seu inconsciente. E o fato confirmou-se. Como sempre acontecia com o paciente, no que concernia a assuntos militares, ele estivera em um estado de identificação inconsciente com seu pai, que enfrentara um serviço militar de muitos anos [ver em [1]] e retivera muitas histórias do seu tempo de soldado. Agora, acontecia, por casualidade - pois a casualidade pode desempenhar um papel na formação de um sintoma, do mesmo modo como o fraseado pode ajudar na formação de um chiste -, que uma das pequenas aventuras de seu pai tinha um importante elemento em comum com o pedido do capitão. Seu pai, na qualidade de suboficial, controlava uma pequena soma de dinheiro, e, certa ocasião, perdera-o num jogo de cartas. (Portanto, ele fora um ‘*Spielratte*’.) Teria ficado em má situação se um de seus camaradas não lhe tivesse adiantado a importância. Depois que deixou o exército e estando em boa situação financeira, tentara encontrar esse amigo em necessidade, de modo a reembolsar-lhe o dinheiro, mas não o conseguira localizar. O paciente estava inseguro quanto a saber se ele, alguma vez, conseguira devolver o dinheiro. A recordação desse pecado da juventude de seu pai era-lhe penosa, pois, malgrado as aparências, seu inconsciente estava repleto de críticas hostis ao caráter de seu pai. As palavras do capitão, ‘Você deverá reembolsar ao Tenente A. os 3.80 *kronen*’, soaram ao seus ouvidos como uma alusão a essa dívida não liquidada de seu pai.

Entretanto, a informação de que a jovem dama da agência postal de Z..... havia, ela mesma, pago as taxas pelo pacote, com uma observação lisonjeira a respeito dele próprio [ver em [1]], intensificara sua identificação com seu pai em sua direção relativamente diferente. Nesse estágio da análise, ele apresentou algumas informações novas, como a de que o senhorio da hospedaria na pequena localidade onde ficava a agência postal tinha uma linda filha. Ela estivera positivamente encorajando o jovem oficial, de modo que ele pensou em voltar lá depois de terminadas as manobras, e tentar sua sorte com ela. Agora, todavia, tinha ela uma rival na figura da jovem dama da agência postal. Como seu pai, na narrativa feita de seu casamento [ver em [1]], ele agora podia permitir-se hesitar quanto a qual das duas ele concederia seus favores, após concluído seu serviço militar. Podemos imediatamente verificar que sua insólita indecisão quanto a saber se viajaria a Viena ou regressaria ao lugar onde estava a agência postal, bem como a constante tentação que sentia de voltar enquanto viajava (ver em [1]), não eram assim tão disparatadas, como nos pareciam em princípio. Para sua mente consciente, a atração exercida sobre ele por Z....., o lugar onde ficava a agência postal, explicava-se pela necessidade de ver o Tenente A. e de cumprir o juramento com sua ajuda. Na realidade, contudo, o que o estava atraindo era a jovem da agência postal, e o tenente era simplesmente um bom substituto para ela, de vez que havia morado na mesma localidade e se havia incumbido do serviço postal militar. Subseqüentemente, ouvindo que não era o Tenente A., mas sim outro oficial, B., quem estivera a serviço na agência postal naquele dia [ver em [1]], também o incluiu em sua associação. E assim foi capaz de reproduzir em seus delírios com relação aos dois oficiais a hesitação que sentia entre as duas jovens tão amavelmente inclinadas para ele.

Na elucidação dos efeitos produzidos pela história do rato, narrada pelo capitão, é preciso acompanhar mais de perto o curso da análise. O paciente começou a elaborar grande volume de material associativo, o qual, contudo, não esclareceu as circunstâncias nas quais se havia dado a formação de sua obsessão. A idéia da punição realizada por meio de ratos atuara como estímulo a muitos de seus instintos e evocara um conjunto de recordações; de sorte que, no curto intervalo entre a história do capitão e seu pedido para reembolsar o dinheiro, os ratos tomaram uma série de significados simbólicos aos quais outros, recentes, se foram acrescentando, durante o período que se seguiu.



Fig. 5

Devo confessar que posso apenas fornecer um relato muito incompleto de toda a situação. Aquilo que a punição com ratos nele incitou, mais do que qualquer outra coisa, foi o seu *erotismo anal*, que desempenhara importante papel em sua infância e se mantivera ativo, por muitos anos, por via de uma constante irritação sentida por vermes. Desse modo, os ratos passaram a adquirir o significado de ‘dinheiro’. O paciente deu uma indicação dessa conexão reagindo à palavra ‘*Ratten*’ [‘ratos’] com a associação ‘*Raten*’ [‘prestações’]. Em seus delírios obsessivos ele inventou uma espécie de dinheiro regular como moeda-rato. Por exemplo, ao responder a uma pergunta, disse-lhe o valor de meu honorário por uma hora de tratamento; ele disse para si próprio (segundo eu soube, seis meses mais tarde): ‘Tantos florins, tantos ratos’. Paulatinamente traduziu para a sua língua o complexo inteiro de juramentos monetários centrados em torno do legado que lhe daria o pai; isso quer dizer que todas as suas idéias correlacionadas com aquele assunto se reportavam, por intermédio da ponte verbal ‘*Raten-Ratten*’, à sua vida obsessiva e caíam sob o domínio de seu inconsciente. Ademais, o pedido que lhe fizera o capitão, para reembolsar as despesas relativas ao pacote, serviu para fortalecer a significação monetária de ratos, mediante outra ponte verbal, ‘*Spielratte*’, que reconduziu à dívida contraída por seu pai no jogo [ver em [1]].

O paciente, todavia, estava também familiarizado com o fato de que os ratos são portadores de perigosas doenças contagiosas; portanto, ele podia empregá-los como símbolos de seu pavor (bastante justificável, no exército) de uma *infecção sifilítica*. Esse pavor ocultava todas as espécies de dúvidas relativamente ao tipo de vida que seu pai levava durante o tempo de seu serviço militar. Por outro lado, em um sentido diferente, o próprio *pênis* é um portador de infecção sifilítica; dessa forma, ele podia considerar o rato como um órgão sexual masculino. Havia uma outra designação a ser encarada desse modo, de vez que um pênis (mormente o pênis de uma criança) pode ser facilmente comparado com um *verme*, e a história do capitão fora a respeito de ratos que se enfiavam no ânus de alguém exatamente como as grandes lombrigas lhe fizeram quando era criança. Assim, a significação de ratos como pênis baseava-se, uma vez mais, em erotismo anal. E, além disso, o rato é um bicho sujo, que come excremento e vive em esgotos. Talvez seja desnecessário mostrar em que escala uma extensão do delírio de ratos se tornou possível em virtude desse novo

significado. Por exemplo, ‘Tantos ratos, tantos florins’ poderia valer como uma caracterização excelente de determinada profissão feminina que ele detestava em particular. Por outro lado, certamente não há que encarar com indiferença o fato de que a substituição de um pênis por um rato, na história do capitão, resultasse numa situação de relação sexual *per anum*, que não podia deixar de ser para ele particularmente revoltante quando em conexão com seu pai e com a mulher que ele amava. E quando consideramos que a mesma situação foi reproduzida na ameaça compulsiva formada em sua mente, depois de o capitão haver feito o seu pedido [ver em [1]], forçosamente nos lembraremos de algumas maldições em uso entre os eslavos do sul. Ademais disso, todo esse material (e outros mais) foi entretido nas discussões sobre ratos por trás da associação encobridora ‘*heiraten*’ [‘casar’].

A história da punição com ratos, conforme nos mostrou o próprio relato do paciente acerca do assunto e sua expressão fisionômica quando me repetia a história, inflamara todos os seus impulsos, precocemente suprimidos, de crueldade, tanto egoísta como sexual. Contudo, malgrado todo esse rico material, não ficou esclarecido o significado dessa idéia obsessiva, até que, um dia, emergiu na análise a Mulher-Rato de *O Pequeno Eyolf*, de Ibsen, e foi impossível evitar a inferência de que em muitas das formas assumidas pelos seus delírios obsessivos os ratos tinham ainda outro significado, ou seja, o de *crianças*. Investigando acerca da origem desse novo significado, imediatamente deparei com algumas das suas raízes mais primitivas e importantes. Certa vez, visitando o túmulo de seu pai, o paciente vira um grande bicho, que ele imaginou ser um rato, passando em carreira pelo túmulo. Ele supôs que o bicho tivesse, na realidade, saído do túmulo de seu pai, e tinha acabado de devorar uma parte de seu cadáver. A noção a respeito de um rato está inseparavelmente comprometida com o fato de que este possui dentes afiados, com os quais rói e morde. Os ratos, contudo, não podem ter dentes tão afiados, ser devoradores e sujos impunemente: são cruelmente perseguidos e impiedosamente mortos pelos homens, como o paciente muitas vezes observara com grande terror. Com freqüência havia-se apiedado das pobres criaturas. Ele próprio, porém, tinha sido um sujeitinho asqueroso e sujo, sempre pronto a morder as pessoas quando enfurecido, e fora assustadoramente punido por tê-lo feito [ver em [1]]. É bem verdade que ele podia ver no rato ‘uma imagem viva de si mesmo’. Foi quase como se o próprio destino, quando o capitão lhe contou a sua história, o estivesse submetendo a um teste de associação: o destino lhe apresentara, em desafio, uma ‘palavra-estímulo complexa’ [ver em [2]], e ele reagira com sua idéia obsessiva.

Assim, de acordo com as suas mais remotas e importantes experiências, os ratos eram as crianças. E, a essa altura, apresentou uma informação que ele havia mantido longe de seu contexto por bastante tempo, mas que agora explicava plenamente o interesse que ele estava fadado a ter por crianças. A dama, de quem ele fora admirador por tantos anos, mas com quem não fora capaz de decidir a casar-se, estava condenada à esterilidade em virtude de uma operação ginecológica que envolvera a extirpação dos ovários. De fato isto fora, de vez

que ele gostava extraordinariamente de crianças, o motivo principal de sua hesitação.

Somente então é que se tornou possível compreender o inexplicável processo pelo qual a sua idéia obsessiva se formara. Com o auxílio de nosso conhecimento acerca das teorias sexuais da infância e do simbolismo (adquirido, como o foi, a partir de interpretação de sonhos) tudo pode ser traduzido e adquirir um significado. Na parada que fizeram à tarde (durante a qual ele perdera o seu *pince-nez*), quando o capitão lhe contara sobre a punição com ratos, o paciente, a princípio, apenas se chocara com a crueldade e lascividade, combinadas, da situação que estava sendo descrita. Contudo, logo após verificou-se uma conexão com a cena, oriunda de sua infância, na qual ele havia mordido alguém. O capitão - homem que poderia defender esse tipo de punição - tornou-se um substituto de seu pai, e, por conseguinte, atraía sobre si parte dessa vívida repulsa que explodira, na ocasião, contra seu cruel pai. A idéia que lhe veio por um instante à consciência, com relação ao fato de que algo dessa natureza podia acontecer a alguém de quem ele gostava, pode, provavelmente, ser traduzida como um desejo parecido com ‘É preciso que lhe façam também a mesma coisa!’, dirigido àquele que narrou a história, e através dele, a seu pai. Um dia e meio mais tarde, quando o capitão lhe entregara o pacote pelo qual as taxas eram devidas, pedindo para reembolsar os 3.80 *kronen* ao Tenente A. [ver em [1]], ele já se fizera ciente de que seu ‘cruel superior’ estava equivocado, e de que a única pessoa a quem devia algo era à jovem dama da agência postal. Por conseguinte, podia facilmente lhe haver ocorrido pensar em alguma resposta irônica, tal como ‘Você acha mesmo que eu vou pagar?’ ou ‘Pago coisa nenhuma!’, ou então ‘Claro! Pode deixar que eu vou pagar a ele!’ - respostas que não estariam sujeitas a nenhuma força compulsiva. Contudo, em vez disso, nascida das agitações de seu complexo paterno e de sua lembrança da cena oriunda de sua infância, formou-se em sua mente uma resposta parecida com ‘Está bem. Reembolsarei o dinheiro ao Tenente A. quando meu pai e a dama tiverem filhos!’, ou ‘Tão certo quanto meu pai e a dama possam ter filhos, eu lhe pagarei!’ Em suma, uma afirmação ridícula ligada a uma absurda condição que jamais se satisfaria.

Agora, porém, o crime fora cometido; ele insultara as duas pessoas que lhe eram mais caras: seu pai e a sua dama. Esse feito clamava por punição, e a pena consistia em ele se comprometer com um juramento que lhe fosse impossível cumprir e que impunha total obediência à injustificada exigência de seu superior. O juramento era o seguinte: ‘*Agora você deverá realmente reembolsar o dinheiro a A.*’ Em sua convulsiva obediência ele reprimira seu melhor conhecimento de que o pedido do capitão se tinha baseado em premissas erradas: ‘Sim, você precisa reembolsar o dinheiro a A., conforme o exigiu o substituto de seu pai. Seu pai não pode estar equivocado; e se ele investe um de seus súditos de um título que não lhe pertence, o súdito passará a trazer sempre esse mesmo título.’

Apenas uma vaga noção desses eventos foi assimilada pela consciência do paciente. Mas a sua revolta contra a ordem do capitão e a súbita transformação daquela revolta em seu

oposto estavam, ambas, aqui representadas. Em primeiro lugar, adveio a idéia de que ele *não* tinha de reembolsar o dinheiro, ou então aquilo (isto é, a punição com ratos) iria acontecer; e a seguir adveio a transformação dessa idéia em um juramento de efeito contrário, como punição por sua revolta [ver em [1]].

Dando prosseguimento ao fato, imaginemos as condições gerais sob as quais ocorreu a formação da grande idéia obsessiva do paciente. Sua libido tinha sido aumentada por um longo período de abstinência acoplado com a amável receptividade com a qual um jovem oficial pode contar quando está entre mulheres. Ademais disso, na época em que ele estava iniciando as manobras se instalara entre ele e a dama uma certa frieza nas relações. A intensificação de sua libido levou-o a renovar sua luta antiga contra a autoridade de seu pai, e ele ousara pensar em manter relações sexuais com outras mulheres. Sua lealdade à lembrança que guardava de seu pai fora-se debilitando, e aumentaram suas dúvidas a respeito dos méritos de sua dama; com essa disposição de espírito ele se deixou arrebatado a um perjúrio contra os dois, e assim se punira por havê-lo feito. Com esse ato, copiara, pois, um antigo modelo. E quando, no final das manobras, hesitara por tanto tempo para saber se viajaria a Viena ou se ficaria e cumpriria seu juramento, representara num só quadro os dois conflitos que desde o princípio o haviam afetado: se deveria, ou não, manter obediência a seu pai, e se deveria, ou não, manter-se fiel a sua amada.

Posso acrescentar uma observação acerca da interpretação daquela ‘sanção’ que, como se há de lembrar, consistia em que ‘de outra forma, a punição com ratos será infligida a ambos’. Baseava-se na influência das duas teorias sexuais da infância, que abordei em outro lugar. A primeira dessas teorias é que os bebês nascem do ânus; e a segunda, que decorre logicamente da primeira, que os homens também podem ter bebês, como as mulheres. Em conformidade com as regras técnicas de interpretação de sonhos, a noção de vir *para fora* do reto pode ser representada pela noção oposta de mover-se *para dentro* do reto (como na punição com ratos), e *vice-versa*.

Não nos cabe justificativa alguma por esperarmos que idéias obsessivas severas como as que estavam presentes nesse caso sejam esclarecidas por um método mais simples, ou por quaisquer outros meios. Quando achamos a solução descrita acima, o delírio que o paciente sofria sobre os ratos desapareceu.

II - CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

(A) ALGUMAS CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS ESTRUTURAS OBSESSIVAS

No ano de 1896, defini as idéias obsessivas como 'autocensuras transformadas que reemergiram da repressão e que invariavelmente se referem a algum ato sexual praticado com prazer na infância'. [Freud 1896b (no início da Seção II).] Essa definição agora me parece exposta às críticas sobre seus fundamentos formais, embora seus elementos componentes sejam irrepreensíveis. Ela visava demais a uma unificação e tomou por modelo a prática dos próprios neuróticos obsessivos, quando, em vista de sua característica de serem propensos à indefinição, eles aglomeram sob a designação de 'idéias obsessivas' as mais heterogêneas estruturas psíquicas. Com efeito, seria mais correto falar de 'pensar obsessivo', e esclarecer que as estruturas obsessivas podem corresponder a toda sorte de ato psíquico. Elas podem ser classificadas como desejos, tentações, impulsos, reflexões, dúvidas, ordens ou proibições. Os pacientes esforçam-se, geralmente, por amenizar tais distinções e encarar aquilo que fica desses atos psíquicos após terem sido destituídos de seu contexto afetivo simplesmente como 'idéias obsessivas'. O paciente do presente caso forneceu um exemplo desse tipo de comportamento numa de suas primeiras consultas, ao tentar reduzir um desejo ao nível de uma mera 'corrente de pensamento' (ver em [1]).

Ademais, é preciso admitir que mesmo a fenomenologia do pensar obsessivo ainda não desfrutou de suficiente atenção. Durante a luta defensiva secundária, que o paciente empreende contra as 'idéias obsessivas' que tentaram penetrar em sua consciência, revelam-se estruturas psíquicas que merecem receber uma designação especial. (Tais foram, por exemplo, as seqüências de pensamentos que se apossaram da mente de nosso paciente, em sua viagem de volta das manobras.) Não se trata de considerações puramente racionais levantadas em oposição aos pensamentos obsessivos, mas sim, como o eram, de híbridos das duas espécies do pensar; elas assumem determinadas premissas da obsessão que combatem; e, portanto, usando as armas da razão, se estabelecem numa base de pensamento patológico. Acho que estruturas como estas merecem ser denominadas de 'delírios'. A fim de esclarecer a diferença, fornecerei um exemplo, que devia ser inserido em seu adequado contexto no caso clínico do paciente. Já descrevi a disparatada conduta que ele assumiu certa vez, quando se preparava para um exame - como, após estudar até tarde da noite, costumava ir abrir a porta da frente para o fantasma de seu pai, e então olhar para as suas partes genitais pelo espelho (ver em [1]). Ele tentava se orientar indagando-se sobre o que diria seu pai diante disso tudo se ainda estivesse vivo. Porém o argumento não surtiu efeito enquanto desenvolvido dessa forma racional. O espectro só desapareceu quando ele transformou a mesma idéia em uma ameaça 'delírica' de que, enquanto continuasse cometendo esse absurdo, alguma coisa maligna aconteceria a seu pai no outro mundo.

A distinção entre uma luta defensiva primária e uma secundária estava, indubitavelmente, bem estabelecida, mas achamos seu valor inesperadamente diminuído ao descobrirmos que *os próprios pacientes não conhecem o contexto verbal de suas próprias idéias obsessivas*. Isto pode parecer paradoxal, mas é perfeitamente admissível. Durante o processo de uma psicanálise, não é apenas o paciente que ganha coragem, mas também sua doença; esta se atreve o suficiente para falar com maior clareza do que antes. Deixando de lado essa metáfora, o que acontece é o paciente, que até então abstinha-se, horrorizado, de encarar suas próprias produções patológicas, começar a dar-lhes atenção e conseguir uma opinião mais nítida e detalhada a respeito delas. [Cf. em [1].]

Além disso, existem dois modos especiais pelos quais se pode obter um conhecimento mais preciso das estruturas obsessivas. Em primeiro lugar, a experiência mostra que uma ordem obsessiva (ou seja lá o que for), conhecida na vida desperta apenas de forma truncada ou deformada, como uma mensagem telegráfica mutilada, pode ter o seu texto real esclarecido num sonho. Tais textos aparecem, nos sonhos, em forma de conversas e constituem, pois, uma exceção à regra de que os diálogos, em sonhos, derivam de conversas na vida real. Em segundo lugar, no decorrer do exame analítico de um caso clínico, fica-se convencido de que se inúmeras obsessões se sucedem uma a outra, elas, com freqüência, são, em última análise, a mesma e única obsessão - ainda que seu teor não seja idêntico. A obsessão pode ter sido resolvida com êxito em sua primeira aparição; contudo, retorna de forma distorcida e irreconhecível, sendo então capaz de, na luta defensiva, afirmar-se com mais eficácia exatamente em virtude de sua deformação. Mas a forma correta é a original, e muitas vezes exhibe seu significado abertamente. Quando, com grande dificuldade, elucidamos uma idéia obsessiva ininteligível, quase sempre acontece informar-nos o paciente de que exatamente essa noção, desejo ou tentação, como o que elaboramos, realmente surgiu um momento antes que a idéia obsessiva brotasse, mas não persistiu. Infelizmente ver-nos-íamos envolvidos numa digressão muito longa caso tivéssemos de fornecer exemplos disto extraídos da história desse nosso paciente.

Aquilo que se descreve oficialmente como uma 'idéia obsessiva' mostra, por conseguinte, em sua deformação a partir de seu teor original; vestígios da luta defensiva primária. Sua deformação possibilita que esta persista, de vez que o pensamento consciente é, pois, impelido a compreendê-la mal, como se fosse um sonho; isso porque também os sonhos são um produto da conciliação e da deformação, e são mal compreendidos pelo pensamento desperto.

Essa má compreensão por parte da consciência pode ser vista atuando não apenas com

relação às próprias idéias obsessivas, mas também com referência aos produtos da luta defensiva secundária tais como, por exemplo, as fórmulas de proteção. Posso dar dois bons exemplos disso. Nosso paciente costumava utilizar, como uma fórmula defensiva, um `aber` [mas] pronunciado rapidamente, acompanhado de um gesto de repúdio. Contou-me certa ocasião, que essa fórmula recentemente se modificara; já não mais dizia `áber`, mas sim `abér`. Indagado pela razão desse novo processo, declarou que o `e` mudo da segunda sílaba não lhe dava qualquer sentimento de segurança contra a intrusão, que tanto havia temido, de algum elemento estranho e contraditório, e que, por conseguinte, decidira acentuar o `e`. Essa explicação (uma excelente amostra do estilo neurótico obsessivo) era, contudo, nitidamente inapropriada; no máximo, ela só podia ser uma racionalização. A verdade era que `abér`, representava uma aproximação à palavra de pronúncia semelhante: `Abwehr` ('defesa'), um vocábulo que ele havia aprendido durante nossos debates teóricos de psicanálise. Ele havia, portanto, consignado o tratamento a um uso ilegítimo e `delírico`, a fim de fortalecer uma fórmula defensiva. Noutra ocasião, falou-me a respeito de sua principal palavra mágica, um apotropéico contra qualquer mal; ele a compusera a partir das letras iniciais da mais poderosamente benéfica de suas preces e colocara imediatamente um `amém` no final. Não posso reproduzir essa palavra, por motivos que logo se tornarão claros. Porque, quando ele me falou, eu não podia deixar de notar que a palavra era, de fato, um anagrama do nome de sua dama. Seu nome continha um `s`, e ele pôs este por último, isto é, imediatamente antes do `amém`, no final. Portanto, podemos dizer que mediante esse processo ele pusera o seu `Samen` [sêmen] em contato com a mulher que amava; digamos, pois, que em sua imaginação ele se havia masturbado com ela. Contudo, ele próprio jamais notara essa conexão tão óbvia, as suas forças defensivas permitiram-se enganar pelas forças reprimidas. Este, também, é um bom exemplo da regra de que com o tempo a coisa que se pretendia afastar encontra meio de expressão no mesmo recurso que está sendo utilizado para afastá-la.

Já afirmei que os pensamentos obsessivos sofrem uma deformação semelhante àquela pela qual os pensamentos oníricos passam antes de se tornarem o conteúdo manifesto de um sonho. A técnica dessa deformação pode, por conseguinte, interessar-nos, e nada nos impediria de mostrar suas várias modalidades mediante uma série de obsessões que foram traduzidas e esclarecidas. Mas, aqui, de novo as condições que regem a publicação deste caso me impossibilitam fornecer mais exemplos. Nem todas as obsessões do paciente foram assim tão complicadas nas suas estruturas e tão difíceis de resolver, como a grande idéia do rato. Em algumas outras, foi utilizada uma técnica muito simples, ou seja, a de deformação por omissão ou elipse. Essa técnica aplica-se preferentemente a chistes, mas também no presente caso ela funcionou bem, como um meio de evitar que as coisas fossem compreendidas.

Por exemplo, uma das mais antigas e preferidas obsessões do paciente (correspondente a uma advertência ou admoestação) tinha o seguinte contexto: `Se eu casar com a dama, a meu pai ocorrerá algum infortúnio (no outro mundo).` Introduzindo os elementos

intermediários, que foram omitidos mas que conhecemos da análise, obtemos a seguinte corrente de pensamento: 'Se meu pai estivesse vivo, ele estaria tão furioso com minha intenção de casar-me com a dama como estive na cena de minha infância; de modo que eu teria outra explosão de raiva contra ele, desejando-lhe todo mal possível; e graças à onipotência de meus desejos esses males acabariam inevitavelmente por incidir sobre ele.'

Eis um outro exemplo no qual se pode chegar a uma solução completando-se uma elipse, e que, novamente, corresponde a uma advertência ou uma proibição asceta. Tinha o paciente uma encantadora sobrinha, menina ainda, de quem ele gostava muito. Certo dia, passou-lhe pela cabeça a seguinte idéia: '*Se você se permitir uma relação sexual, alguma coisa irá acontecer a Ella* (isto é, ela morrerá).'

Preenchendo-se as omissões, temos: 'Sempre que você copular, ainda que com uma desconhecida, você não será capaz de escapar à reflexão de que em sua vida de casado as relações sexuais jamais lhe darão um filho (em consequência da esterilidade da dama). Isto lhe afligirá tanto que você terá inveja de sua irmã por causa da pequena Ella. Tais impulsos de inveja inexoravelmente acarretarão a morte da criança.'

A técnica de deformação por elipse parece ser característica das neuroses obsessivas; tenho notado isso também nos pensamentos obsessivos de outros pacientes. Um exemplo, particularmente claro, interessa-nos de modo todo especial em virtude de certa semelhança estrutural com a idéia do rato. Trata-se de um caso de dúvida ocorrido com uma dama que sofria principalmente de *atos* obsessivos. Essa dama saiu a passeio com seu marido, em Nuremberg, e fê-lo levá-la a uma loja onde ela comprou diversos artigos para seu filho, entre estes um pente. Seu marido, achando que fazer compras era um negócio muito demorado para o seu gosto, disse que havia visto, no meio do caminho, algumas moedas num antiquário que ele desejava muito adquirir e acrescentou que, depois dessas compras, voltaria à loja para buscá-la. Mas ela achou que ele estava demorando muito. Quando ele voltou, ela então lhe perguntou por onde havia estado. 'Ora', respondeu ele, 'na loja de antiguidades, como eu te disse.' No mesmo instante invadiu-lhe a dúvida sobre se ela já não possuía de fato o pente que acabava de comprar para o filho. Naturalmente ela era incapaz de descobrir o elo mental aqui presente. Nada nos resta senão considerar que a dúvida foi deslocada e reconstruir toda a cadeia de pensamentos inconscientes da seguinte forma: 'Se é verdade que você só esteve na loja de antiguidades, se devo realmente acreditar nisso, então também posso acreditar que esse pente que acabo de comprar esteve em minhas mãos durante anos.' Por conseguinte, a dama aqui fazia um paralelo derrisório e irônico, tal como quando o nosso paciente pensou [ver em [1]]: 'Ah sim, tão certo como aqueles dois (seu pai e a dama) terão filhos, eu irei reembolsar o dinheiro a A.' No caso da dama, a dúvida dependia de seu ciúme inconsciente, que a levou a supor que seu marido, enquanto esteve ausente, passou o tempo visitando alguém a quem fazia a corte.

Neste artigo não empreenderei qualquer discussão sobre a significação *psicológica* do pensar obsessivo. Uma tal discussão seria, por seus resultados, de um valor extraordinário e contribuiria mais para esclarecer nossas idéias a respeito da natureza do consciente e do inconsciente do que qualquer estudo sobre a histeria ou sobre os fenômenos da hipnose. Seria preferível se os filósofos e psicólogos, que desenvolvem brilhantes pontos de vista teóricos acerca do inconsciente na base de um conhecimento adquirido por ouvir dizer ou a partir de suas próprias definições convencionais, se submetessem, de início, às impressões convincentes que se podem adquirir a partir de um estudo direto dos fenômenos do pensar obsessivo. Poderíamos até mesmo chegar a *exigi-lo* deles, se essa tarefa não fosse tão mais árdua do que os métodos de trabalho a que estão acostumados. Apenas acrescentarei que, nas neuroses obsessivas, os processos mentais inconscientes às vezes irrompem na consciência em sua forma pura e indeformada; que tais incursões se podem dar em todo e qualquer estágio do processo inconsciente de pensamento; e que, no momento dessas incursões, as idéias obsessivas podem, na maioria, ser reconhecidas como formações de muito longa duração. Isto explica a surpreendente circunstância de o paciente, ao tentar o analista, com a ajuda dele, descobrir a data da primeira ocorrência de uma idéia obsessiva, ser obrigado a retrocedê-la sempre mais à medida que prossegue a análise, e estar constantemente encontrando 'primeiras' ocasiões do surgimento da obsessão.

(B) ALGUMAS PECULIARIDADES PSICOLÓGICAS DOS NEURÓTICOS OBSESSIVOS: SUA ATITUDE PERANTE A REALIDADE, A SUPERSTIÇÃO E A MORTE

Nesta seção pretendo lidar com algumas características mentais dos neuróticos obsessivos que, embora não pareçam importantes em si, estão no meio do caminho para uma compreensão de aspectos mais importantes. Essas características foram profundamente marcantes em nosso atual paciente; sei, contudo, que não se é capaz de atribuí-las ao seu caráter individual, mas sim ao seu distúrbio, e que não podem ser encontradas tão tipicamente em outros pacientes obsessivos.

Nosso paciente era altamente supersticioso, embora fosse um homem bastante instruído e esclarecido, e muito perspicaz, e embora fosse capaz, às vezes, de me assegurar que não acreditava numa palavra sequer dessas bobagens todas. Portanto, era ao mesmo tempo supersticioso e não supersticioso; ademais, existia uma nítida diferença entre a sua atitude e a superstição de pessoas incultas que se sentem inseparáveis de sua crença. Ele parecia entender que sua superstição dependia do seu modo de pensar obsessivo, embora, vez e

outra, se deixasse dominar completamente. O significado desse comportamento inconsistente e vacilante pode ser apreendido com a maior facilidade se for encarado à luz de uma hipótese a que agora passarei a fazer menção. Não hesitei em aceitar a idéia de que não era verdade que o paciente ainda tivesse a mente esclarecida a esse respeito, mas que possuía duas convicções separadas e contraditórias acerca do assunto. Sua oscilação entre esses dois pontos de vista dependia, obviamente, de sua atitude momentânea perante o seu distúrbio obsessivo. Logo que se refazia de uma dessas obsessões, costumava sorrir, com um ar superior, para a sua própria credulidade, e nada acontecia que pudesse abalar suas convicções; não obstante, no momento em que caiu em poder de uma outra obsessão que ainda não tinha sido elucidada - ou, o que dá no mesmo, de uma resistência -, as mais estranhas coincidências iriam acontecer, para apoiá-lo em sua crédula convicção.

Sua superstição, contudo, era de um homem culto, e ele escapava de preconceitos vulgares, tais como temer a sexta-feira ou o número treze, e outros mais. Acreditava, porém, em premonições e em sonhos proféticos; constantemente iria encontrar a mesma pessoa em que, por alguma razão inexplicável, acabava de pensar; ou então receberia uma carta de alguém que, de repente, lhe vinha à lembrança, depois de esquecido durante anos. Era ao mesmo tempo suficientemente honesto - ou antes suficientemente leal à sua convicção oficial - para não se esquecer de casos em que os mais estranhos pressentimentos deram em nada. Numa ocasião, por exemplo, quando saiu de férias, no verão, sentira-se moralmente certo de que jamais regressaria vivo a Viena. Também admitiu que a grande maioria de suas premonições se referia a coisas que não continham importância especial para ele, e que, quando encontrava um conhecido em que, até poucos instantes antes, não tinha pensado durante longo tempo atrás, mais nada ocorria entre ele mesmo e a milagrosa aparição. Ademais, naturalmente não podia negar que todos os eventos importantes de sua vida ocorreram sem ele haver tido premonição dos mesmos, e que, por exemplo, a morte de seu pai o apanhara de surpresa. Argumentos como estes, porém, não modificaram em nada a discrepância de suas convicções; serviram, puramente, para provar a natureza obsessiva de suas superstições, e isto já se podia inferir do modo como elas vinham e iam com o aumento e a diminuição de sua resistência.

Obviamente eu não tinha condições de fornecer uma explicação racional de todas as histórias milagrosas de seu passado mais remoto. Mas, no que concerne às coisas semelhantes que ocorreram durante o seu tratamento, fui capaz de provar-lhe que ele mesmo invariavelmente havia ajudado na fabricação desses milagres, e fui capaz de indicar para ele os métodos que utilizou. Ele agia por meio de visão e leitura periféricas, esquecimento e, sobretudo, erros de memória. No final, ele usava a si mesmo para ajudar-me a descobrir os pequenos truques de prestidigitação pelos quais se executavam essas mágicas. Posso fazer menção a uma interessante raiz infantil de sua crença de que pressentimentos e premonições se realizam, que foi trazida à luz por sua recordação de que, com muita freqüência, ao se fixar a data para qualquer coisa, sua mãe costumava dizer: 'Em tal e tal dia não vou poder; vou ter de ficar de cama, nesse dia.' E, com efeito, chegando o referido dia, ela

invariavelmente ficava de cama!

Não pode haver dúvida de que o paciente sentia uma necessidade de encontrar experiências desse tipo, que atuassem como esteios de suas superstições, e de que foi em virtude disso que ele tanto se ocupou em observar as inexplicáveis coincidências da vida quotidiana com as quais estamos todos familiarizados, utilizando sua própria atividade inconsciente quando estas não bastavam. Já deparei com uma idêntica necessidade em muitos outros pacientes obsessivos, suspeitando-a também em muitos outros mais além desses. Parece-me facilmente explicável, em face das características psicológicas da neurose obsessiva. Nesse distúrbio, conforme já expliquei (ver em [1]), a repressão não se efetua por meio da amnésia, mas sim mediante a ruptura de conexões causais devidas a uma retirada de afeto. Essas conexões reprimidas parecem persistir em algum tipo de configuração muito vaga (que eu, em outro lugar, comparei a uma percepção endopsíquica), sendo, por um processo de projeção, assim transferidas para o mundo externo, onde dão testemunho daquilo que foi apagado da consciência.

Uma outra necessidade mental, também compartilhada pelos neuróticos obsessivos e que, em alguns aspectos, tem parentesco com aquela que se acaba de mencionar, é a necessidade de *incerteza* em suas vidas, ou de *dúvida*. Pesquisando essa característica, vemo-nos aprofundados na investigação do instinto. A criação da incerteza é um dos métodos utilizados pela neurose a fim de atrair o paciente para fora da *realidade* e isolá-lo do mundo - o que é uma das tendências de qualquer distúrbio psiconeurótico. De novo, o óbvio são apenas os esforços que os próprios pacientes empreendem a fim de poderem evitar a certeza e ficarem em dúvida. De fato, alguns deles dão uma vívida expressão a essa tendência, numa aversão por relógios (de vez que estes, em última análise, dão a certeza da hora do dia), como também nos pequenos artificios inconscientes de que se utilizam para tornar inócuos esses instrumentos que extinguem as dúvidas. Esse nosso paciente desenvolvera um especial talento para evitar um conhecimento de quaisquer fatos que o teriam auxiliado a chegar a uma decisão sobre o seu conflito. Por conseguinte, mantinha-se em ignorância a respeito daqueles assuntos relacionados com a sua dama que encerravam a máxima importância diante da questão de seu casamento: ele era ostensivamente incapaz de dizer quem a havia influenciado e se essa atuação tinha sido unilateral ou recíproca. Ele tinha de ser obrigado a lembrar o que havia esquecido, e a descobrir aquilo que ele havia deixado de conhecer.

A predileção dos neuróticos obsessivos pela incerteza e pela dúvida leva-os a orientar seus pensamentos de preferência para aqueles temas perante os quais toda a humanidade está incerta e nossos conhecimentos e julgamentos necessariamente expostos a dúvida. Os principais temas dessa natureza são paternidade, duração da vida, vida após a morte e memória - na qual todos nós costumamos acreditar, sem possuímos a menor garantia de sua fidedignidade.

Nas neuroses obsessivas, a incerteza da memória é utilizada em toda a sua extensão como auxiliar na formação de sintomas; e conheceremos diretamente o papel desempenhado no conteúdo real dos pensamentos do paciente pelas questões sobre a duração da vida e a vida depois da morte. Contudo, como uma transição mais adequada, considerarei em primeiro lugar um vestígio particular de superstição em nosso paciente, ao qual já aludi (ver em [1]), e que, sem dúvida, terá confundido a mais de um de meus leitores.

Estou-me referindo à *onipotência* que ele atribuía aos seus pensamentos e sentimentos, e aos seus desejos, quer os bons quer os maus. Devo admitir ser decididamente tentador declarar que essa idéia era um delírio e que ela ultrapassa os limites da neurose obsessiva. Não obstante, tenho deparado com essa mesma convicção em outro paciente obsessivo; e há muito tempo que recuperou a saúde e vive uma vida normal. De fato, todos os neuróticos obsessivos comportam-se como se compartilhassem dessa convicção. Será nossa incumbência esclarecer, de algum modo, a superestimação com que os pacientes revestem as suas forças. Admitindo, sem mais delongas, que essa crença seja um reconhecimento sincero de uma lembrança da antiga megalomania da tenra infância, prosseguiremos indagando nosso paciente acerca dos fundamentos de sua convicção. Em resposta, ele evoca duas experiências suas. Ao regressar para uma segunda visita ao estabelecimento hidropático onde seu distúrbio se havia atenuado pela primeira e única vez [ver em [1]], ele pediu que lhe dessem seu antigo quarto, de vez que a localização deste favorecera suas relações com uma das enfermeiras. Disseram-lhe que o quarto já estava reservado e foi ocupado por um velho professor. Essa notícia diminuiu consideravelmente as suas expectativas de um tratamento bem-sucedido, e ele reagiu com o seguinte mau pensamento: 'Desejo que ele caia morto por isso!' Duas semanas depois foi despertado de seu sonho pela perturbadora idéia de um cadáver; e, de manhã, ouviu que o professor havia realmente sofrido um ataque e que fora levado para seu quarto quase no mesmo instante em que ele despertara. A segunda experiência referia-se a uma mulher solteira, já não jovem, malgrado seu grande desejo de ser amada, que lhe dera muita atenção e certa vez lhe perguntara, sem rodeios, se ele não a poderia amar. Ele lhe dera uma resposta evasiva. Poucos dias depois, ele soube que ela se havia atirado de uma janela. Começou então a censurar-se e disse consigo mesmo que poderia ter salvo sua vida concedendo-lhe seu amor. Assim, ficou convencido da onipotência de seu amor e de seu ódio. Sem negar a onipotência do amor, podemos mostrar que esses dois exemplos tinham conexão com a morte, e admitir a explicação lógica de que nosso paciente, tal como outros neuróticos obsessivos, era compelido a superestimar os efeitos de seus sentimentos hostis sobre o mundo externo, porque uma vasta parcela de seus efeitos internos e mentais escapou ao seu conhecimento consciente. Seu amor - ou, antes, seu ódio - era, em verdade, subjugador; foram precisamente eles que criaram os pensamentos obsessivos, cuja origem ele não era capaz de compreender e contra os quais lutou em vão para se defender.

Nosso paciente tinha uma atitude bastante peculiar perante a questão da morte. Mostrava a mais profunda simpatia sempre que alguém falecia, e acompanhava, religiosamente, o funeral; desse modo, ganhou entre seus irmãos e irmãs o apelido de 'abutre'. Também em sua imaginação constantemente matava as pessoas, de modo a mostrar sua cordial simpatia para com seus desolados parentes. A morte de uma irmã mais velha, ocorrida quando ele tinha entre três e quatro anos de idade [ver em [1]], desempenhou importante papel em suas fantasias e foi intimamente correlacionada com suas travessuras infantis durante o mesmo período. Ademais, sabemos em que idade precoce os pensamentos acerca da morte de seu pai se haviam apoderado de sua mente; e podemos encarar a sua doença propriamente como uma reação àquele evento, pelo qual sentira um desejo obsessivo quinze anos antes. A estranha extensão de seus medos obsessivos até o 'outro mundo' nada mais era do que uma compensação por esses desejos de morte que sentira contra seu pai. Fora introduzida dezoito meses após a morte de seu pai, numa ocasião em que houvera um revivescimento de seu lamento pela perda, e estava destinada - em desafio à realidade e em deferência ao desejo que anteriormente se vinha revelando em fantasias de todo tipo - a anular o fato de seu pai haver morrido. Em várias passagens (ver em [1] e [2]) já tivemos oportunidade de traduzir a expressão 'no outro mundo' com as palavras 'se meu pai ainda fosse vivo'.

O comportamento de outros neuróticos obsessivos, contudo, não difere tanto assim daquele de nosso paciente, muito embora não lhes tenha sido destinado encarar o fenômeno da morte numa idade tão precoce. Os seus pensamentos ocupam-se incessantemente com a duração da vida e possibilidade da morte de outras pessoas. As suas inclinações para a superstição não tiveram outro conteúdo em primeiro lugar, e talvez não tenham qualquer outra fonte possível. Mas esses neuróticos carecem do auxílio da possibilidade da morte, sobretudo a fim de que ela possa servir de solução dos conflitos que eles não resolveram. A sua característica essencial reside no fato de eles serem incapazes de chegar a uma decisão, especialmente em matéria de amor; esforçam-se por protelar qualquer decisão e, na dúvida de saberem por qual pessoa vão se decidir ou que medidas adotarão contra alguma pessoa, obrigam-se a eleger como modelo o velho tribunal de justiça alemão, no qual os processos se encerravam, de praxe, antes de serem julgados, com a morte das partes em litígio. Assim, em todo conflito que se introduz em suas vidas, ficam à espreita de que ocorra a morte de alguém que lhes é importante, em geral de alguém a quem amam - como um de seus pais, um rival, ou um dos objetos de seu amor entre os quais hesitam as suas inclinações. Todavia, a essa altura nossa discussão a respeito do complexo da morte nas neuroses obsessivas tangencia o problema da vida instintual dos neuróticos obsessivos. E agora temos de nos ocupar desse problema.

(C) A VIDA INSTINTUAL DOS NEURÓTICOS OBSESSIVOS E AS ORIGENS DA COMPULSÃO E DA DÚVIDA

Caso desejemos adquirir uma compreensão das forças psíquicas cuja interação formou essa neurose, precisaremos retornar àquilo que aprendemos do paciente a respeito das causas precipitadoras de seu ficar doente enquanto adulto e quando criança. Ele adoeceu na idade de vinte anos, ou um pouco mais, ao deparar com a tentação de casar-se com uma outra mulher em vez daquela a quem amava há tanto tempo; e afastou-se de chegar a uma decisão a respeito desse conflito adiando todos os atos preliminares necessários. Os meios para tanto foram-lhe fornecidos pela sua neurose. Sua hesitação entre a dama a quem amava e a outra jovem pode ser reduzida a um conflito entre a influência de seu pai e o amor que sentia pela sua dama, ou então, em outras palavras, a uma escolha conflitiva entre seu pai e seu objeto sexual, tal como já havia subsistido (julgando-se a partir de suas recordações e idéias obsessivas) em sua remota infância. Ademais disso, em toda a sua vida fora ele, inequivocamente, vítima de um conflito entre amor e ódio, tanto em relação a sua dama como em relação a seu pai. As suas fantasias de vingança e fenômenos obsessivos como sua obsessão por compreensão e a proeza que realizou com a pedra na estrada [ver em [1]] confirmam seus sentimentos divididos; e, numa certa medida, elas eram compreensíveis e normais, pois a dama, com sua primeira recusa [ver em [2]] e, a seguir, com sua frieza, lhe dera um pretexto para sua hostilidade. Contudo, as suas relações com seu pai eram dominadas por uma idêntica divisão de sentimento, conforme vimos a partir da tradução de seus pensamentos obsessivos; e seu pai também deve ter dado motivo para hostilidade em sua infância, como de fato fomos capazes de constatar com uma certeza quase completa. Sua atitude perante a dama - uma combinação de ternura e hostilidade - em sua maior parte era da alçada de seu conhecimento consciente; no máximo ele se equivocou quanto ao grau e à violência de seus sentimentos negativos. Mas a sua hostilidade com seu pai, pelo contrário, embora tenha estado uma vez profundamente consciente da existência dela, há muito tempo que já se havia desaparecido de seu campo visual, e apenas nas garras da mais violenta resistência é que ela poderia ser levada de volta à sua consciência. Podemos considerar a repressão de seu ódio infantil contra o pai como o evento que colocou todo o seu modo de vida subsequente sob o domínio da neurose.

Os conflitos de sentimentos em nosso paciente, os quais aqui enumeramos separadamente, não eram independentes um do outro, mas coligados em pares. Seu ódio pela dama estava inevitavelmente ligado a seu afeiçoamento ao pai, e, de modo inverso, seu ódio pelo pai com

seu afeiçoamento à dama. Contudo, ambos os conflitos de sentimento resultantes dessa simplificação - ou seja, a oposição entre sua relação com seu pai e com sua dama, e a contradição entre seu amor e seu ódio dentro de cada uma dessas relações - não possuíam a mínima conexão entre si, quer em seu conteúdo quer em sua origem. O primeiro desses dois conflitos corresponde à vacilação normal entre macho e fêmea que caracteriza a escolha de um objeto de amor, que qualquer pessoa faz. Este conflito inicialmente é levado à observação da criança quando alguém lhe faz a inevitável pergunta: 'De quem você gosta mais, do papai ou da mamãe?', e a acompanha por toda a sua vida, não importa qual possa ser a intensidade relativa de seus sentimentos em relação aos dois sexos, ou qual possa ser o objetivo sexual ao qual afinal se fixe. Normalmente, porém, essa oposição perde logo o caráter de uma aguda contradição, de um inexorável 'ou isso... ou aquilo'. Há espaço para a satisfação das desiguais exigências de ambos os lados, embora mesmo numa pessoa normal uma valorização maior de um sexo sempre é ressaltada mediante uma depreciação do outro sexo.

O outro conflito, entre o amor e o ódio, atinge-nos com uma estranheza maior. Sabemos que o amor incipiente com frequência é percebido como o próprio ódio, e que o amor, se se lhe nega satisfação, pode, com facilidade, ser parcialmente convertido em ódio; os poetas nos dizem que nos mais tempestuosos estádios do amor os dois sentimentos opostos podem subsistir lado a lado, por algum tempo, ainda que em rivalidade recíproca. Mas a coexistência *crônica* de amor e ódio, ambos dirigidos para a mesma pessoa e ambos com o mesmo elevadíssimo grau de intensidade, não pode deixar de assombrar-nos. Seria de esperar que o amor apaixonado tivesse, há muito tempo atrás, conquistado o ódio ou por ele sido absorvido. E, com efeito, uma tal sobrevivência protelada dos dois opostos só é possível sob condições psicológicas bastante peculiares e com a cooperação do estado de coisas presentes no inconsciente. O amor não conseguiu extinguir o ódio, mas apenas reprimi-lo no inconsciente; e no inconsciente o ódio, protegido do perigo de ser destruído pelas operações do consciente, é capaz de persistir e, até mesmo, de crescer. Em tais circunstâncias, o amor consciente alcança, via de regra, mediante uma reação, um sobremodo elevado grau de intensidade, de maneira a ficar suficientemente forte para a eterna tarefa de manter sob repressão o seu oponente. A condição necessária para a ocorrência de um estado de coisas tão estranho na vida erótica de uma pessoa parece ser que, numa idade realmente precoce, em algum lugar no período pré-histórico de sua infância, ambos os opostos ter-se-iam separado e um deles, habitualmente o ódio, teria sido reprimido.

Se considerarmos algumas análises de neuróticos obsessivos, acharemos impossível evitar a impressão de que uma relação entre o amor e o ódio, tal como vimos nesse nosso paciente, conta-se entre as características mais freqüentes, mais marcantes e, provavelmente, mais importantes da neurose obsessiva. Contudo, ainda que seja tentador pôr o problema da 'escolha da neurose' em conexão com a vida instintual, existem razões suficientes para sair desse caminho. Porque é preciso lembrarmos que, em toda neurose, deparamos com os

mesmos instintos reprimidos por trás dos sintomas. O ódio, sobretudo, conservando-se suprimido no inconsciente por ação do amor, desempenha um grande papel na patogênese da histeria e da paranóia. Conhecemos muito pouco a natureza do amor para sermos capazes de chegar, aqui, a alguma conclusão definitiva; ademais, particularmente, a relação entre o fator *negativo* no amor e os componentes sádicos da libido permanece inteiramente obscura. O que vem a seguir deve, por conseguinte, ser visto como nada mais além de uma explicação de caráter provisório. Podemos supor, então, que nos casos de ódio inconsciente com os quais nos preocupamos agora os componentes sádicos do amor têm sido, partindo das causas constitucionais, desenvolvidos de modo excepcionalmente intenso, e, em consequência disso, sofrido uma supressão prematura e profundamente radical, e que os fenômenos neuróticos que observamos se originam, de um lado, dos sentimentos conscientes de afeição que ficaram exacerbados como se fossem uma reação, e, por outro lado, do sadismo que persiste no inconsciente sob a forma de ódio.

Não obstante, sem ligar para o modo como essa notável relação entre o amor e o ódio deva ser explicada, seu aparecimento é estabelecido, sem sombra de dúvida, pelas observações feitas no atual caso; ademais, é gratificante descobrir com que facilidade podemos, agora, acompanhar os enigmáticos processos de uma neurose obsessiva fazendo-os relacionarem-se com esse fator. Se a um amor intenso se opõe um ódio de força quase equivalente e que, ao mesmo tempo, esteja inseparavelmente vinculado a ele, as consequências imediatas serão certamente uma paralisia parcial da vontade e uma incapacidade de se chegar a uma decisão a respeito de qualquer uma das ações para as quais o amor deve suprir a força motivadora. Essa indecisão, todavia, não se restringirá, por tanto tempo, a um mero grupo de ações. Isto porque, em primeiro lugar, que atos de um amante não estão relacionados com o seu único motivo principal? Em segundo lugar, a atitude de um homem nos assuntos sexuais tem a força de um modelo ao qual suas demais reações se inclinam a amoldar-se. E, em terceiro lugar, é característica intrínseca, dentro da psicologia de um neurótico obsessivo, fazer a mais plena utilização possível do mecanismo do *deslocamento*. Destarte, a paralisia de seus poderes de decisão vai-se gradualmente estendendo por todo o terreno do comportamento do paciente.

Temos, então, aqui, a dominação da *compulsão* e da *dúvida*, tal qual com ela deparamos na vida mental dos neuróticos obsessivos.

A *dúvida* corresponde à percepção interna que tem o paciente de sua própria indecisão, a qual, em consequência da inibição de seu amor através de seu ódio, dele se apossa diante de qualquer ação intencionada. A dúvida é, na realidade, uma dúvida de seu próprio amor - que devia ser a coisa mais exata em sua mente como um todo; e ela se difunde por tudo o mais, sendo mormente capaz de ser deslocada para aquilo que é mais insignificante e sem valor. Um homem que duvida de seu próprio amor permite-se, ou, antes, tem de duvidar de alguma coisa de menor valor.

É essa mesma dúvida que leva o paciente à incerteza com respeito a suas medidas protetoras, bem como à sua contínua repetição delas com o fito de expulsar a incerteza; ademais, é, também, essa dúvida que enfim estabelece o fato de os próprios atos protetores do paciente serem impossíveis de se realizarem, tanto quanto a sua original decisão inibida em relação ao seu amor. No início de minhas investigações, fui levado a presumir uma outra origem, mais geral, para a incerteza dos neuróticos obsessivos, uma origem que parecia aproximar-se mais do normal. Por exemplo, se eu estou escrevendo uma carta e alguém me interrompe com perguntas, sinto uma incerteza relativamente justificável com relação àquilo que eu escrevi sob a ação da interrupção e, para ter certeza, sou obrigado a reler a carta após havê-la terminado. Do mesmo modo, eu poderia admitir que a incerteza dos neuróticos obsessivos quando estão orando, por exemplo, se deve a fantasias inconscientes que intervêm com suas preces, perturbando-as. Essa hipótese é correta, mas pode ser facilmente reconciliada com aquilo que acabamos de dizer. É verdade que a certeza do paciente, de haver concretizado uma medida protetora é devida ao efeito perturbador das fantasias inconscientes; contudo, o conteúdo dessas fantasias é precisamente o impulso contrário - cujo desvio constituía o real objetivo da prece. Esse aspecto evidenciou-se claramente, em nosso paciente, em certa ocasião, pois o elemento perturbador não continuou inconsciente, surgindo, porém, abertamente. As palavras que ele desejava usar em sua prece eram *‘Que Deus a proteja’*; contudo, um hostil *‘não’* despencou, subitamente, de seu inconsciente e se inseriu na frase; e ele compreendeu que isto constituía uma tentativa de rogar uma praga (ver em [1]). Se o *‘não’* ficasse mudo, ele se teria encontrado em estado de incerteza e teria ficado indefinidamente prolongando as suas preces. Mas, uma vez articulado, finalmente deixou de rezar. Antes de fazê-lo, porém, ele, como outros pacientes obsessivos, experimentou todo tipo de método para evitar que o sentimento oposto se insinuasse. Abreviou, por exemplo, as suas preces ou as proferia com maior rapidez. E, de forma idêntica, outros pacientes esforçar-se-ão para *‘isolar’* todos os atos protetores, dessa natureza, das outras coisas. Todavia, nenhum desses procedimentos técnicos é útil a longo prazo. Se o impulso de amor logra algum sucesso, deslocando-se para algum ato trivial, o impulso de hostilidade cedo haverá de também acompanhá-lo em seu novo terreno, e passará a anular tudo que ele realizou.

E quando o paciente obsessivo toca o ponto fraco na segurança de nossa vida mental - a falta de confiabilidade da nossa memória -, a descoberta o capacita a estender sua dúvida por sobre tudo, até mesmo sobre ações que já foram executadas e que, até então, não tiveram conexão alguma com o complexo amor-ódio, bem como por sobre o passado inteiro. Posso recordar o exemplo da mulher que havia acabado de comprar um pente para seu filhinho, numa loja, e que, ficando desconfiada de seu marido, começou a duvidar se de fato já não possuía o pente por muito tempo [ver em [1]]. Não estava ela dizendo, sem rodeios: *‘Se posso duvidar de seu amor’* (e isto era apenas projeção de sua dúvida sobre o próprio amor que sentia por ele), *‘então também posso duvidar disto, posso então duvidar de tudo’* - revelando-nos, portanto, o significado oculto da dúvida neurótica?

A *compulsão* é, por outro lado, uma tentativa para alguma compensação pela dúvida e para uma correção das intoleráveis condições de inibição das quais a dúvida apresenta testemunho. Se o paciente, auxiliado pelo deslocamento, enfim consegue decidir acerca de uma de suas intenções inibidas, a intenção *deve* ser efetivada. É verdade que esta não é a sua intenção original, mas a energia represada nessa última não pode deixar escapar a oportunidade de encontrar um escoamento para a sua descarga, no ato substituto. Portanto, essa energia se faz sentir ora em ordens, ora em proibições, na medida em que o impulso de afeto ou impulso hostil exerce o controle da senda que conduz à descarga. Se sucede que uma ordem compulsiva não pode ser obedecida, a tensão fica intolerável e é percebida pelo paciente sob a forma de uma ansiedade extrema. Contudo, a senda que conduz a um ato substituto, mesmo onde o deslocamento tenha continuado a se exercer para algo muito pequeno, é tão ardentemente contestada que um semelhante ato pode, via de regra, ser desempenhado apenas sob a forma de uma medida protetora intimamente associada com o impulso que deve ser evitado.

Ademais, mediante uma espécie de *regressão*, atos preparatórios ficam substituídos pela decisão final, o pensar substitui o agir, e, em lugar do ato substitutivo, algum pensamento que se lhe antecipa persevera com a força total da compulsão. Na medida em que essa regressão a partir do agir para o pensar fica mais marcada ou menos marcada, um caso de neurose obsessiva irá expor as características do pensar obsessivo (isto é, de idéias obsessivas), ou então do agir obsessivo no sentido mais estrito da palavra. Atos obsessivos verdadeiros, como estes, todavia só se tornam possíveis porque constituem uma espécie de reconciliação, na forma de um acordo, entre os dois impulsos antagônicos. Pois os atos obsessivos tendem a se aproximar cada vez mais - e quanto mais tempo persistir o distúrbio, mais evidente este se torna - dos atos sexuais infantis de caráter masturbatório. Por conseguinte, nessa forma da neurose, os atos de amor são executados a despeito do que quer que seja e apenas com o auxílio de um novo tipo de regressão; porque tais atos já não mais se referem a uma outra pessoa, o objeto de amor e ódio, mas são atos auto-eróticos tais como ocorrem na tenra infância.

O primeiro tipo de regressão, aquela que parte do agir para o pensar, é favorecido por um outro fator de interesse no quadro de produção da neurose. As histórias de pacientes obsessivos revelam quase que invariavelmente um precoce desenvolvimento e uma repressão prematura do instinto sexual de olhar e conhecer [o instinto escopofílico e o instinto epistemofílico]; ademais, como sabemos, uma parte da atividade sexual infantil desse nosso paciente era governada por aquele instinto [pág. 144 e segs].

Já mencionamos o importante papel desempenhado pelos componentes instintuais sádicos na gênese das neuroses obsessivas. Ali onde o instinto epistemofílico constitui um aspecto preponderante na constituição de um paciente obsessivo, a cisma se torna o sintoma principal da neurose. O processo de pensamento torna-se sexualizado, pois o prazer sexual

que está normalmente ligado ao conteúdo do pensamento vê-se aplicado ao próprio ato de pensar, e a satisfação derivada do fato de se alcançar a conclusão de uma linha de pensamento é sentida como uma satisfação *sexual*. Nas variadas formas de neurose obsessiva nas quais o instinto epistemofílico desempenha determinado papel, a sua relação com os processos de pensamento torna-o particularmente bem adaptado para atrair a energia que se esforça em vão por abrir caminho até a ação, e desviá-la para dentro da esfera do pensamento, onde existe uma possibilidade de obter satisfação prazerosa de uma outra natureza. Dessa forma, com o auxílio do instinto epistemofílico, o ato substituto pode, por seu lado, ser substituído por atos preparatórios do pensamento. Entretanto, uma protelação *na ação* logo é substituída por um persistir sobre *pensamentos*, e, finalmente, o processo inteiro, juntamente com todas as suas peculiaridades é transferido para a nova esfera, do mesmo modo como, na América, pode-se, às vezes, remover uma casa inteira, de um local para outro.

Posso, agora, fundado no debate precedente, arriscar-me a determinar a característica psicológica, há tanto tempo buscada, que empresta aos produtos de uma neurose obsessiva a sua qualidade 'obsessiva' ou compulsiva. Um processo de pensamento é obsessivo ou compulsivo quando, em consequência de uma inibição (devida a um conflito entre impulsos oponentes) na extremidade motora do sistema psíquico, ele é levado a cabo com um dispêndio de energia que (no que concerne tanto à qualidade quanto à quantidade) está normalmente reservado unicamente para as ações; ou então, com outras palavras, *um pensamento obsessivo ou compulsivo é aquele cuja função está em representar um ato regressivamente*. Penso que ninguém questionará a minha suposição de que os processos do pensamento são de ordinário conduzidos (por motivos de economia) com menores deslocamentos de energia, provavelmente a um nível mais elevado [de catexia], do que os atos com que se pretende realizar a descarga ou modificar o mundo externo.

O pensamento obsessivo que forçou caminho através da consciência com tão excessiva violência precisa, agora, de ser garantido contra os esforços que o pensamento consciente fez para resolvê-lo. Conforme já sabemos, essa proteção é alcançada mediante a deformação sofrida pelo pensamento obsessivo antes de se tornar consciente. Isto, porém, não é o único meio utilizado. Além disso, cada idéia obsessiva é quase sempre removida da situação na qual ela se originou e na qual, a despeito de sua deformação, ela seria capaz de ser compreendida com maior facilidade. Tendo em mira essa finalidade, em primeiro *lugar um intervalo de tempo é inserido* entre a situação patogênica e a obsessão que dela emerge, de modo a desnortear toda investigação consciente de suas conexões casuais, e, em segundo lugar, o conteúdo da obsessão é deduzido de suas relações referenciais particulares mediante uma *generalização* dele. A 'obsessão por compreender', de nosso paciente, é um exemplo desse caso (ver em [1]). Contudo, talvez um exemplo melhor nos seja fornecido por um outro paciente. Trata-se de uma mulher que se proibiu de usar qualquer tipo de adorno

peçoal, embora a causa excitadora da proibição só se referisse a um único objeto particular de joalheria: sentia inveja de sua mãe por possuí-lo e tivera esperanças de que um dia ela o herdaria. Finalmente, se nos damos o cuidado de distinguir a deformação verbal da deformação do conteúdo, existe, contudo, um outro meio com que a obsessão é protegida das tentativas conscientes para uma solução. E esta é a escolha de um fraseado indefinido ou ambíguo. Após ser mal compreendido, o fraseado poderá penetrar nos 'delírios' do paciente, e, indiferentemente a quais sejam os demais processos de desenvolvimento ou substituição que sofre a sua obsessão, estes se basearão então numa compreensão errada, e não no sentido apropriado, do texto. Contudo, a observação mostrará que os delírios tendem constantemente a formar novas conexões com aquela parte da matéria e do teor da obsessão que não está presente na consciência.

Gostaria de novamente retornar à vida instintual dos neuróticos obsessivos e acrescentar mais uma observação a seu respeito. Revelou-se que nosso paciente, ademais de todas as outras características suas, era um *renifleur*. Conforme ele próprio relatou, quando criança reconhecia cada pessoa pelo seu cheiro, como o faz um cachorro; e mesmo quando adulto era mais suscetível às sensações olfativas do que a maioria das pessoas. Deparei com essa mesma característica em outros neuróticos, tanto em pacientes histéricos como em pacientes obsessivos, e cheguei a reconhecer que uma tendência para tirar prazer do cheiro que se extinguiu desde a infância, pode desempenhar algum papel na gênese da neurose. Ademais, gostaria aqui de levantar a questão geral de saber se a atrofia do sentido do olfato (que foi um resultado inevitável da postura erecta do homem, como se presume) e a conseqüente repressão orgânica de seu prazer no cheiro não podem ter constituído uma considerável parcela da origem de sua suscetibilidade ao distúrbio nervoso. Esse fato fornecer-nos-ia a explicação da razão por que, com o progresso da civilização, é exatamente a vida sexual que tem de cair vítima da repressão. Isso porque há muito conhecemos a íntima conexão, na organização animal, entre o instinto sexual e a função do órgão olfativo.

Na conclusão deste artigo, quero expressar a esperança de que, malgrado seja incompleta a minha comunicação, em todos os sentidos, possa ela, ao menos, estimular outros estudiosos para que forneçam mais esclarecimentos sobre a neurose obsessiva, com uma investigação mais profunda do assunto. Aquilo que é característico dessa neurose - o que a distingue da histeria - não pode, segundo é minha opinião, ser verificado na vida instintual, mas sim no campo psicológico. Não posso deixar meu paciente sem registrar com palavras a minha impressão de que ele tinha como que se desintegrado em três personalidades: em uma personalidade inconsciente e em duas pré-conscientes, entre as quais pudesse oscilar a sua consciência. O seu inconsciente abrangia aqueles seus impulsos que tinham sido suprimidos a uma idade precoce e que se podia descrever como impulsos apaixonados e impulsos maus. Em seu estado normal, ele era amável, animado e sensível - um tipo de pessoa esclarecida e inteligente -, ao passo que em sua terceira organização psicológica se curvava ante a superstição e o asceticismo. Ele, portanto, era capaz de ter dois credos diferentes e duas diferentes cosmovisões a respeito da vida. Essa segunda personalidade pré-consciente

abrangia mormente as formações reativas contra seus desejos reprimidos, e era fácil prever que ela teria consumido com a personalidade normal, se a doença tivesse persistido por muito mais tempo. Tenho, no momento, uma oportunidade de estudar uma senhora que padece seriamente de atos obsessivos. Ela, de modo semelhante, se viu desintegrada em uma personalidade tolerante e alegre e em uma personalidade excessivamente melancólica e asceta. Estabeleceu a primeira delas como seu ego oficial, ao passo que, na realidade, era dominada pela segunda. Essas duas organizações psíquicas têm acesso à sua consciência; contudo, por trás de sua personalidade asceta pode-se discernir a parte inconsciente de seu ser - consideravelmente desconhecida para ela e composta de antigos impulsos plenos de desejo há muito tempo reprimidos.

ADDENDUM: REGISTRO ORIGINAL DO CASO

NOTA DO EDITOR INGLÊS

Foi hábito de Freud, por toda a sua vida, destruir, após haver sido impresso um de seus trabalhos, todo o material no qual se baseava a publicação. É fato conseqüente que bem poucos manuscritos originais de seus trabalhos sobreviveram, e menos ainda as notas e registros preliminares dos quais aqueles derivaram. O presente registro constitui uma inexplicável exceção a essa regra, tendo sido encontrado em Londres, entre os artigos de Freud, depois de sua morte. Esse fato é mencionado pelos editores das *Gesammelte Werke*, em seu Prefácio ao Vol. XVII, o qual continha alguns escritos póstumos. Essas notas,

contudo, não foram incluídas naquele volume, e ainda (1954) não tinham sido publicadas em alemão. Surgem agora, pela primeira vez, em inglês, em tradução feita por Alix e James Strachey.

Escritos, como era seu feitio, em grandes folhas de papel almaço, sempre preferido por Freud, esses manuscritos contêm, naturalmente, as anotações referidas em [1] como tendo sido 'feitas na noite do dia do tratamento'. Via de regra, eram essas notas escritas cada dia; contudo, vez e outra saltam alguns dias, e os apontamentos incompletos eram feitos logo a seguir. Às margens das páginas, aparecem, às vezes, palavras isoladas, grafadas na vertical. Presume-se que essas palavras - tais como 'sonho', 'transferências', 'fantasias de masturbação' - constituem resumos do material particular em discussão. É evidente que foram inseridas numa data um tanto posterior, talvez enquanto Freud preparava uma ou outra das apresentações do caso. Não se julgou necessário incluí-las aqui. O registro interrompe-se por algum motivo explícito após o apontamento que traz a data de 20 de janeiro (1908), quando o tratamento contava com quase quatro meses.

O original alemão está, em sua maior parte, escrito em estilo telegráfico, com numerosas abreviações e com a omissão de pronomes e outras palavras de valor secundário. Existem, todavia, apenas bem raros lugares nos quais não se pôde decifrar com precisão o significado. A fim de tornar o material mais inteligível e legível, as elipses verificadas no original foram, na maioria, completadas na tradução. Por conseguinte, apesar da coerência formal dessa versão, o leitor deve constantemente se lembrar de que aquilo que vem adiante não é de fato, outra coisa senão lembretes feitos sem qualquer intenção, fosse qual fosse, de publicação em forma não editada. Os nomes próprios que, em sua grande maioria, ocorrem no registro, foram aqui substituídos por outros ou por letras iniciais arbitrariamente escolhidas. Os pseudônimos usados pelo próprio Freud no caso clínico publicado foram, naturalmente, mantidos no texto.

Quase toda a primeira terça parte do registro original foi reproduzida por Freud quase *verbatim* na versão publicada. Abrange a entrevista preliminar de 1º de outubro de 1907 e as sete primeiras consultas - ou seja, até 9 de outubro, inclusive (ao final do Capítulo I (D), em [1]). As alterações empreendidas por Freud foram quase que exclusivamente verbais ou estilísticas. Na versão publicada, Freud acrescentou determinado volume de comentários, mas a principal modificação consistiu em ele tornar a história das manobras menos confusa do que era à medida que vinha emergindo no registro diário. Na íntegra, as diferenças entre as duas versões não parecem ter importância suficiente para justificar a publicação dessa primeira parte do registro. Pode, entretanto, ser interessante fornecer a versão original da primeira entrevista de Freud com o paciente, que fornecerá alguma idéia a respeito da natureza das modificações, já que elas são maiores aqui do que em qualquer outra parte das primeiras consultas.

1º de out., 07. - O Dr. Lorenz, 29 anos e meio de idade, disse que sofria de obsessões, de forma particularmente intensa a partir de 1903, mas que remontavam à sua infância. Seu aspecto principal eram medos de que alguma coisa acontecesse a duas pessoas de quem ele tanto gostava, seu pai e uma dama a quem ele admirava. Além disso, havia impulsos compulsivos, como, por exemplo, o de cortar a garganta com uma lâmina, e proibições, às vezes com relação a coisas de bem pouca importância. Perdeu anos de seus estudos, conforme me contou, combatendo essas suas idéias; e, conseqüentemente, só agora é que passava em seus exames finais de direito. Suas idéias afetavam o seu trabalho profissional apenas no que concernia ao direito criminal. Sofria também de um impulso para causar algum dano à dama que ele admirava. Esse impulso normalmente se calava na presença da dama, mas se mostrava quando ela estava ausente dele. Contudo, estar longe dela - ela mora em Viena - sempre lhe havia causado um bem. Dos vários tratamentos que tentara, nenhum fora de qualquer utilidade para ele, salvo um ou outro tratamento hidroterapêutico em Munique; e, pensava ele, só foi bom para ele porque havia travado certo conhecimento, lá, que o levou a ter relações sexuais regulares. Aqui não tinha quaisquer oportunidades dessa natureza e ele raramente tinha relações sexuais, e apenas irregularmente, quando se oferecia a ocasião. Sentia repulsa por prostitutas. Disse que sua vida sexual se havia involuído; a masturbação só desempenhou um pequeno papel, entre os 16 e 17 anos de idade. A primeira vez que tivera relações sexuais tinha ele 26 anos.

‘Ele me deu a impressão de ser uma pessoa esclarecida e sagaz. Após dizer-lhe as minhas condições, contou-me que ele precisava consultar sua mãe a respeito. No dia seguinte, voltou, e aceitou-as.’

Os dois terços restantes do registro de Freud encontram-se, aqui, traduzidos na íntegra. Encontrar-se-á, em seu conteúdo, alguma matéria que Freud inseriu no caso clínico publicado; porém, grandes parcelas abarcam um terreno novo. Caso existam discrepâncias eventuais entre o registro e o caso clínico publicado, é mister lembrar que o caso continuou por muitos meses após terminado o registro e que, portanto, existiam muitas oportunidades para o paciente corrigir os seus relatos anteriores e para o próprio Freud obter uma visão mais nítida dos pormenores. O registro é notável pelo fato de fornecer a única imagem que temos do tipo de matéria-prima na qual se assentava o trabalho total de Freud e pelo modo paulatino com que esse material vinha à luz. Finalmente, ele nos dá uma oportunidade única de observar a detalhada elaboração da técnica de Freud na época dessa análise.

A fim de proporcionar ao leitor algum auxílio em seu acompanhamento da história, à medida que ela vem à tona, acha-se apenas uma lista, de caráter intrinsecamente experimental, de alguns dados cronológicos às vezes inconsistentes oriundos desse registro e do caso clínico publicado, juntamente com alguns fatos tabelados relativos à família do paciente.

DADOS CRONOLÓGICOS

1878 Nascimento do paciente.

1881 (Idade: 3) Raiva contra o pai.

1882 (Idade: 4) Cena com Fräulein Peter. Morte de

1883 (Idade: 6) Katherine. Pássaro empalhado

1884 (Idade: 5) .Ereções. Idéias de que os pais liam seus pensamento.

1885 (Idade: 7) Cena com Fräulein Lina. Atirou no irmão.

1886 (Idade: 8) Passou a freqüentar a escola. Conheceu Gisela.

1887 (Idade: 9) Morte do pai de Gisela.

1888 (Idade: 10) Verme nas fezes do primo.

1889 (Idade: 11) Esclarecimento sexual. 'Porco sujo.'

1890 (Idade: 12) Apaixonado por uma menina. Obsessão sobre a morte do pai. Arroto da mãe.

1891 (Idade: 13) Exibiu-se a Fräulein Lina.

1892 (Idade: 14)

1893 (Idade: 15) Religioso até essa data.

1894 (Idade: 16)

1895 (Idade: 17) Masturbação ocasionalmente.

1898 (Idade: 20) Apaixonou-se por Gisela. Obsessão sobre a morte do pai. Suicídio da costureira.

1899 (Idade: 21) Operação de Gisela. Morte do pai. Início da masturbação. Serviço militar.

1900 (Idade: 22) Juramento contra masturbação. - (Dez.) Rejeição da parte de Gisela.

1901 (Idade: 23) Doença da avó de Gisela. Retorno da masturbação.

1902 (Idade: 24) (Maio) Morte da tia e irrupção da neurose obsessiva. (Verão) Gmunden. - (Out.) Exame.

1903 (Idade: 25) (Jan.) Exame. Morte de um tio apático. Projeto de casamento. Exacerbação da neurose obsessiva. - (Julho) Exame. Segunda rejeição da parte da Gisela. Verão em Unterach. Idéia de suicídio.

1904 (Idade: 26) Primeira cópula (Trieste).

1906 (Idade: 28) Em Salzburg. Apotropéicos 'iniciais'.

Sonho das espadas japonesas.

1907 (Idade: 29) (Ago.) Manobras na Galícia. - (Out.) Começo da análise.

NOTA SOBRE ALGUNS IRMÃOS E IRMÃS DO PACIENTE

Hilde, irmã mais velha, casada.

Katherine, quatro ou cinco anos mais velha que o paciente.

Morreu aos quatro anos de idade.

Gerda.

Constanze.

Irmão, um ano e meio mais novo que o paciente (? Hans.)

Julie, três anos mais nova que o paciente. Casada com Bob St.



REGISTRO ORIGINAL DO CASO

Com respeito às consultas que se seguem, farei anotação apenas de uns poucos fatos essenciais, sem reproduzir o curso da análise.

10 de out. - Anunciou que queria conversar sobre o começo das suas idéias obsessivas. Verificou-se que ele queria, com isso, dizer o começo de suas ordens. [Elas começaram] quando ele estudava para as provas de concurso público. Estavam ligadas à dama, iniciando-se por pequenas ordens sem sentido (por exemplo, contar até certo número, no espaço entre o trovão e o relâmpago; sair correndo da sala em determinado exato minuto etc.) Em conexão com a sua intenção de emagrecer, foi impelido por uma ordem em seus passeios em Gmunden [ver em [1]] (no verão de 1902), a andar sob o calor do meio-dia.

Tinha uma ordem de fazer os exames em julho, mas se opôs à idéia aconselhado por seu amigo; contudo, mais tarde recebeu ordem de fazê-los na primeira oportunidade, em outubro, à qual obedeceu. Animou-se em seus estudos com a fantasia de que deveria apressar-se de modo a fazer-se capaz de casar com a dama. Essa fantasia era como que a motivação para sua ordem. Parece que atribuiu essas ordens a seu pai. Uma vez perdeu várias semanas devido à ausência da dama, que se afastara em virtude da doença de sua avó, uma mulher muito idosa. Ele se ofereceu para visitá-la, mas ela recusou. ('Abutre' [ver em [1]].) Precisamente ao se achar atento em seu estudo, aconteceu pensar o seguinte: 'Você devia providenciar para obedecer à ordem de fazer suas provas no primeiro momento, em outubro. Mas se você recebesse uma ordem para cortar a sua garganta, como é que seria?' Imediatamente científicou-se de que essa ordem já tinha sido dada, e já corria até o aparador para apanhar a sua lâmina, quando pensou: 'Não, não é tão simples assim. Você tem de sair e matar a velha.' Logo após, caiu no chão, invadido de horror. - Quem foi que lhe deu essa ordem?

A dama ainda permanece em grande mistério. Juramentos que ele esqueceu. Sua luta defensiva contra eles, explícita porém esquecida também.

11 de out. - Luta violenta, um mau dia. Resistência, porque ontem lhe pedi para trazer consigo um retrato da dama - quer dizer, para deixar de lado a sua reticência com respeito a ela. Conflito relativo a saber se ele abandonaria o tratamento ou cederia os seus segredos. Seu Cs. estava longe de ter controlado seus pensamentos oscilantes. Ele descreveu o modo como procura rechaçar idéias obsessivas. Durante o seu período religioso, ele compôs, para si mesmo, preces, que tomavam cada vez mais tempo, durando por vezes uma hora e meia - e a razão disso, é que sempre se inseria alguma coisa nas frases simples e as revertia em seu sentido contrário, por exemplo: 'Que Deus - não - o proteja!' (Um Balaam às avessas.) Expliquei a incerteza fundamental de todas as medidas de confiança readquirida, de vez que aquilo contra o que se tem lutado vai-se gradualmente inserindo neles. Ele o confirmou. Numa dessas ocasiões, ocorreu-lhe a noção de amaldiçoar: isto certamente não se transformaria em uma idéia obsessiva. (Era este o significado original daquilo que tinha sido reprimido.) Ele havia de repente deixado tudo isso de lado, há dezoito meses atrás; isto é, ele formara uma palavra com as iniciais de algumas de suas preces - algo como 'Hapeltsamen' (preciso pedir mais pormenores a esse respeito) [cf. em [1]] - e a dizia com tanta rapidez que nada poderia se insinuar para dentro dela. Tudo isso era fortalecido com determinada dose de superstição, um traço de onipotência, como se seus desejos maus possuíssem poder, e isto se confirmava por experiências reais. A título de exemplo: na primeira vez que estive no Sanatório de Munique [ver em [1]], ocupava um quarto junto ao da jovem com que ele teve relações sexuais. Ao lá retornar pela segunda vez, ele hesitou quanto a tomar novamente o mesmo quarto, de vez que este era muito grande e caro. Quando, finalmente, ele disse à jovem que havia decidido ocupá-lo, ela lhe falou que o Professor já o havia tomado. 'Que ele caia morto por isso!', pensou. Quinze dias depois, foi perturbado, em seu sono, pela idéia de um cadáver. Ele a baniu de sua mente; porém, de manhã, ele

escutou que o Professor de fato sofrera um derrame, tendo sido levado para seu quarto mais ou menos naquela mesma hora. Ele também possui, diz ele, o dom de ter sonhos proféticos. Contou-me o primeiro desses sonhos.

12 de out. - Ele não me contou o segundo, mas me falou de como havia passado o dia. Seu ânimo estava melhor e ele foi ao teatro. Ao chegar em casa, topou com a oportunidade de encontrar com sua criada, que não é nem jovem nem bonita, mas que durante algum tempo lhe vinha dando atenção. Ele não é capaz de saber por que, mas aconteceu que, de repente, lhe deu um beijo e a agarrou. Embora ela, sem dúvida, lhe fizesse apenas uma mostra de resistência, ele recobrou o juízo e fugiu para o seu quarto. Com ele ocorria sempre a mesma coisa: os seus momentos agradáveis e felizes eram estragados por algo sórdido. Orientei a sua atenção para a analogia entre esse fato e homicídios instigados por *agents provocateurs*.

Continuou com esse fluxo de pensamento e chegou ao assunto da masturbação que em seu caso encerrava uma estranha história. Começara a se masturbar quando tinha cerca de 21 anos - depois da morte de seu pai, como consegui que confirmasse - porque ouviu falar e sentiu certa curiosidade. Ele praticava isso raramente, e sempre se sentia muito envergonhado depois. Certo dia, sem qualquer provocação, pensou o seguinte: 'Juro, pela salvação de minha alma, deixar de masturbar-me!' Embora não ligasse valor algum a esse voto e risse dele em face de seu peculiar ar solene, abandonou-o por algum tempo. Alguns anos depois, na época em que faleceu a avó de sua dama e ele então quis encontrar-se com ela, sua mãe lhe disse: 'Pela salvação de minha própria alma, você não irá!' A semelhança desse juramento com o outro o impressionou, e ele se censurou por colocar em perigo a salvação da alma de sua mãe. Disse a si mesmo para não ser com relação a si próprio mais covarde do que com relação a outras pessoas e, se persistisse em sua intenção de acompanhar a dama, que começaria a masturbar-se de novo. Subseqüentemente, abandonou a idéia de ir, porque tinha uma carta que lhe dizia para não o fazer. A partir daquele momento a masturbação ressurgia de tempos em tempos. Era provocada quando ele vivia momentos especialmente agradáveis ou quando lia belas passagens. Por exemplo, uma vez ocorreu um desses momentos, numa tarde agradável, quando ele escutou um postilhão que tocava sua corneta na Teinfaltstrasse [no centro de Viena] - até que isto foi proibido por um oficial de polícia, provavelmente em virtude de algum decreto da Corte que proibia tocar corneta na cidade. E ocorreu noutra oportunidade, quando lia em *Wahrheit und Dichtung*; como Goethe se havia livrado, numa irrupção de ternura, dos efeitos de uma maldição que uma amante conjurara sobre qualquer pessoa que beijasse nos lábios dele; vinha sofrendo há algum tempo, de forma quase supersticiosa, da maldição que o mantinha sem ação; mas, agora, ele acabava de romper com essa prisão, e euforicamente cobria seu amor de beijos. (Lilli Schoenemann?) E nesse ponto ele se masturbou, conforme me contou com admiração.

Havia, ademais, em Salzburg uma criada que o atraía e com quem ele, mais tarde, também se envolveu. Isso o levou a masturbar-se. Contou-me a esse respeito fazendo alusão ao fato de que essa masturbação havia frustrado uma pequena viagem até Viena pela qual ele vinha ansiando.

Forneceu-me mais alguns dados particulares a respeito de sua vida sexual. Relações sexuais com *puellae* desagradam-no. Uma vez, estando com uma, ele impôs como condição que ela se despisse e, exigindo ela, em troca, 50 por cento a mais, ele lhe pagou e foi embora, muitíssimo revoltado com tudo. Nas poucas ocasiões em que tivera relações sexuais com jovens (em Salzburg e, mais tarde, em Munique, com a amante), ele jamais se sentia censurando a si mesmo. Quão *exalté* tinha ele ficado, quando a copeira lhe contou a comovente história de seu primeiro amor e como tinha sido chamada ao leito de morte de seu amor. Ele lamentou ter combinado passar a noite com ela, e foi apenas a escrupulosidade dela que o compeliu a enganar o morto. Ele sempre buscava fazer uma rigorosa distinção entre relações que consistiam somente na cópula e tudo aquilo que era denominado de amor; e a idéia de que ela tinha sido amada tão profundamente fê-la, aos olhos dele, um objeto inadequado para a sua sensualidade.

Eu não poderia evitar, aqui, de elaborar o material à nossa disposição dentro de um evento: como antes da idade de seis anos, ele cultivara o hábito de se masturbar, e como seu pai o havia proibido, usando, como ameaça, a frase 'Você vai morrer se fizer isso', e, talvez, também ameaçando cortar-lhe o pênis. Isto explicaria o seu ato de masturbar-se em conexão com a libertação da maldição, as ordens e proibições em seu inconsciente e a ameaça de morte que acabava de se retransferir para seu pai. Suas idéias suicidas iniciais corresponderiam a uma autocensura de ser ele um assassino. Isto, disse ele no fim da consulta, gerou em sua mente um grande número de idéias.

Addenda - Contou-me que eram sérias as suas intenções de cometer suicídio, e só foi detido por duas considerações. Uma delas consistia em que ele não podia aturar a idéia de sua mãe encontrar seus restos mortais cobertos de sangue. Contudo, era capaz de evitá-lo mediante a fantasia de executar a façanha no Semmering, deixando uma carta com o pedido de que fosse seu cunhado o primeiro a ser informado. (Da segunda consideração eu me esqueci, fato bastante curioso.)

Não mencionei de consultas anteriores três lembranças inter-relacionadas, que datam de seu quarto ano de idade, as quais ele apresenta como sendo as mais remotas, e que se referem à morte de sua irmã mais velha, Katherine. A primeira lembrança era a irmã sendo levada para cama. A segunda, de ele perguntar 'Onde está Katherine?', entrar no quarto e encontrar seu pai sentado na poltrona, chorando. A terceira, tratava-se de seu pai curvando-se por sobre sua mãe em prantos. (Curioso é que não estou seguro quanto a saber se essas lembranças são dele ou de Ph.)

14 de out. - Minha incerteza e meu esquecimento a respeito desses dois últimos pontos parecem estar intimamente ligados. As lembranças eram realmente dele, e a consideração que eu havia esquecido foi que, certa vez, quando muito jovem, ele e a irmã conversavam sobre a morte, e esta dissera: 'Juro pela minha salvação que se você morrer eu me matarei.' De modo que, em ambos os casos, tratava-se da morte de sua irmã. (Foram esquecidas devido aos meus próprios complexos.) Ademais disso, essas mais remotas recordações, quando ele tinha 3 anos e meio e seu irmão oito anos, se ajustam à minha construção. A noção da morte o envolveu muito de perto, e ele realmente acreditava que morreria se se masturbasse.

As idéias geradas em sua mente [no final da consulta anterior] foram as seguintes. A idéia de seu pênis ser cortado fora atormentou-o a um grau extraordinário, e isto havia acontecido quando ele se encontrava na parte mais séria de seus estudos. A única razão que ele poderia achar era que, naquela época, padecia do desejo de masturbar-se. Em segundo lugar, e isto lhe parecia ter muito mais importância, por duas vezes em sua vida, na ocasião de sua primeira cópula (em Trieste) e em Munique - e tinha ele dúvidas quanto à primeira delas, embora seja plausível no plano interno -, essa idéia ocorreu-lhe a seguir: 'Que sensação maravilhosa! A gente faria tudo por isto; por exemplo, até assassinar o pai de alguém!' Isto não fazia sentido, em seu caso, de vez que seu pai já estava morto. Em terceiro lugar, descreveu uma cena sobre a qual outras pessoas muitas vezes lhe contaram, inclusive seu pai, mas de que ele mesmo não tinha recordação, em absoluto. Por toda a sua vida teve ele um medo terrível de bofetões, e é muito grato a seu pai por jamais havê-lo espancado (até onde se lembre). Quando outras crianças eram espancadas, ele costumava afastar-se de mansinho e se esconder, transido de terror. Contudo, quando bem pequeno (3 anos de idade), parece que fez uma travessura, em virtude da qual seu pai lhe batera. O menino então se tomou de uma raiva terrível e passou a proferir impropérios contra o pai. Mas como desconhecia a linguagem dos xingamentos, ele o chamava de todos os nomes de objetos triviais que lhe vinham à cabeça: 'Sua lâmpada! Sua toalha! Seu prato!', e outros mais. Parece que seu pai exclamou 'Ou o menino vai ser um grande homem ou um grande criminoso!' Essa história, como admitiu o paciente, era evidência da raiva e da vingança datadas de um passado remoto.

Expliquei para ele o princípio do Adige, em Verona, o qual ele achou bastante ilustrativo. Contou-me mais alguma coisa relacionada com sua sede de vingança. Certa vez, quando seu irmão estava em Viena, pensou que tinha motivos para acreditar que a dama o preferia. Ficou tão furiosamente ciumento com esse fato, que receou vir a cometer alguma ofensa contra o irmão. Pediu ao irmão que brigasse com ele e não se sentiu de fato pacificado até que ele próprio fosse derrotado.

Contou-me sobre uma outra fantasia de vingança referente à dama, da qual ele não tinha necessidade de se envergonhar. Ele acha que ela dá valor à posição social. Por conseguinte, elaborou a fantasia de que ela havia casado com um homem de nível social, que ocupava um cargo público. Ele então entrou para o mesmo departamento e subiu profissionalmente com mais rapidez do que o marido dela. Um dia, esse homem cometeu um ato desonesto. A dama atirou-se a seus pés e lhe implorou que salvasse o marido. Ele prometeu fazê-lo e lhe comunicou que fora apenas por amor a ela que havia assumido o cargo, de vez que havia previsto que esse momento iria ocorrer. Agora estava cumprida a sua missão, seu marido estava salvo e ele se retiraria de seu posto. Mais tarde, ele foi ainda mais adiante e achou que preferiria ser o benfeitor da dama e que lhe prestaria qualquer favor de porte sem ela saber ser ele quem o estava fazendo. Em sua fantasia ele via apenas a evidência de seu amor e não a magnanimidade à la Monte Cristo destinada a reprimir sua vingança.

18 de out. - Apontamentos incompletos.

Começou confessando um ato desonesto que cometeu, já em idade adulta. Jogava *vingt-et-un* e já havia ganho bastante no jogo. Anunciou que iria apostar tudo na rodada seguinte e, então, pararia de jogar. Subiu até 19 e refletiu por um momento se continuaria um pouco mais; a seguir, baralhou o maço de cartas, com algum alheamento, e viu que a carta seguinte era, de fato, um dois, de modo que, ao ser virada, ele conseguiu de fato fazer vinte e um. Seguiu-se uma lembrança da infância, de seu pai havê-lo instigado a tirar do bolso de sua mãe a carteira dela e daí retirar alguns *kreuzer*.

Falou a respeito de sua conscienciosidade a partir daquela época, e de seu cuidado com dinheiro. Ele não se apossou de sua herança, mas a deixou com sua mãe, que lhe concede uma quantia bem pequena de dinheiro para pequenos gastos. Desse modo, ele começa a comportar-se como um sovina, embora não tenha nenhuma propensão para isto. Também encontrou dificuldade de dar um subsídio a seu amigo. Não era sequer capaz de vir a extraviar qualquer objeto que havia pertencido a seu pai ou à dama.

No dia seguinte, dando continuidade às suas associações, falou a respeito de sua atitude com relação a uma tal de 'Reserl', que está para se casar mais é evidente que está muito ligada a ele; de como a beijou e, ao mesmo tempo, teve uma aflitiva idéia compulsiva de que algo desagradável estava acontecendo com sua dama - algo parecido com a fantasia ligada

ao Capitão Novak [o 'cruel' capitão]. Seu sonho, durante a noite, dizia com muito mais clareza o que tinha sido tocado de leve, quando ele estava acordado:

(I) Reserl estava hospedada conosco. Ela se levantou como se hipnotizada, aproximou-se por trás de minha cadeira, com um semblante de palidez, e colocou seus braços ao meu redor. Parecia que eu tentava me livrar de seu abraço, como se cada vez que ela afagasse minha cabeça alguma desgraça iria ocorrer à dama - também alguma desgraça no outro mundo. Acontecia automaticamente - como se a desgraça adviesse no exato momento do afago.

(O sonho não foi interpretado; na realidade, ele é apenas uma versão mais clara da idéia obsessiva da qual não ousava ter conhecimento durante o dia.)

Estava profundamente abalado com o sonho de hoje, pois ele dá muito valor a sonhos e estes desempenharam um grande papel em sua história, havendo-lhe até provocado crises.

(II) Em outubro de 1906 - possivelmente após masturbar-se pelo momento em que lia a passagem de *Wahrheit und Dichtung* [ver em [1]].

A dama estava num certo tipo de cárcere. Ele tomava das duas espadas japonesas e a libertava. Agarrou-as com força e apressou-se até o lugar onde suspeitava que ela se encontrava. Ele sabia que as espadas significavam 'casamento' e 'cópula'. Ambas as coisas agora se concretizavam. Encontrou-a encostada numa parede, com instrumentos de tortura para apertar os seus polegares. O sonho parecia-lhe, agora, ficar ambíguo. Ou ele a libertava dessa situação por intermédio das suas duas espadas, 'casamento' e 'cópula', ou a outra idéia era que apenas por causa delas é que ela caíra nessa situação. (Era patente que ele próprio não compreendia essa alternativa, embora suas palavras provavelmente não pudessem encerrar qualquer outro significado.)

As espadas japonesas existem realmente. Estão penduradas à cabeceira de sua cama e são feitas de inúmeras moedas japonesas. Foram um presente de sua irmã mais velha, em Trieste, que (segundo me contou, respondendo a uma indagação) é muito feliz no casamento. É possível que a criada, habituada a espanar o seu quarto enquanto ele ainda está dormindo, tenha tocado nas moedas, fazendo assim um barulho que penetrou em seu sono.

(III) Ele se lembrou, com muita satisfação, desse terceiro sonho, como se fosse seu mais precioso tesouro.

Dez-jan. de 1907. Eu estava num bosque, em grande melancolia. A dama veio encontrar-se comigo, e parecia muito pálida. 'Paul, venha comigo antes que seja tarde demais. Sei que nós dois somos pessoas que sofrem.' Colocou seu braço no meu e me arrastou para longe, com forte ímpeto. Lutei com ela, mas sua força era enorme. Chegamos junto a um largo rio e ela lá ficou, parada. Eu estava vestido com uns miseráveis trapos que caíram na corrente, sendo levados para longe. Tentei nadar atrás deles, ela porém me deteve: 'Deixe os seus trapos para lá!' Lá fiquei, em trajes deslumbrantes.

Ele sabia que os trapos significavam a sua doença e que o sonho inteiro lhe prometia saúde através da dama. Ele estava muito feliz, naquela ocasião... até que vieram outros sonhos que o tornaram uma pessoa extremamente desgraçada.

Ele não podia abster-se de acreditar no poder premonitório dos sonhos, de vez que tivera, para prová-lo, inúmeras experiências notáveis. Conscientemente ele, com efeito, não acredita nesse poder. (Os dois pontos de vista correm paralelos, mas o ponto de vista crítico é estéril.)

(IV) No verão de 1901, escrevera a um de seus colegas para que lhe enviasse 3 *kronen* de fumo para cachimbo. Passaram-se três semanas sem qualquer resposta e sem o fumo. Certa manhã, despertou e disse que havia sonhado com fumo. Não terá o carteiro, por acaso, trazido um embrulho para ele? Não. - Dez minutos depois, soou a campainha da porta: o carteiro trouxera o fumo para ele.

(V) Durante o verão de 1903, quando estudava para a terceira prova do concurso público.

Sonhou que, na prova, lhe pediram para explicar a diferença entre um '*Bevollmächtigter*' e um '*Staatsorgan*'. Alguns meses depois, nas provas finais, essa pergunta lhe foi feita, de fato. Ele tem muita certeza com relação a esse sonho; contudo, não existe prova de ele haver falado sobre o sonho nesse intervalo [entre o sonho e a sua realização].

Tentou explicar o sonho anterior através do fato de que seu amigo não tinha dinheiro, e que ele próprio talvez possa ter sabido a data na qual ele ia dispor de algum. Não foi possível fixar datas precisas.

(VI) Sua irmã mais velha possui dentes muito bonitos. Mas há três anos, eles começaram a doer, e foi preciso extraí-los. O dentista do lugar onde ela mora (um amigo) disse: 'Você vai perder todos os seus dentes.' Certo dia, ele [o paciente] subitamente pensou: 'Que será que está acontecendo com os dentes de Hilde?' É provável que ele mesmo possa ter estado sofrendo de dor de dente. Naquele dia, masturbara-se novamente, e ao ir dormir viu, numa aparição do entre-sono, sua irmã incomodada com os dentes. Três dias depois, dizia-lhe numa carta que um outro dente dela começava a afligir; e, a seguir, ela o perdeu.

Ele ficou espantado quando lhe expliquei que sua masturbação era responsável por isto.

(VII) Um sonho, quando ele estava com Marie Steiner. Já o havia contado, mas agora acrescentou alguns detalhes. Ela é uma espécie de sua namoradinha da infância. Aos 14 ou 15 anos de idade, teve uma paixão sentimental por ela. Ele insiste em referir a imaginação estreita que tinha ela. Em setembro de 1903, ele a visitou e viu seu irmão de sete anos, que era idiota, e lhe causou uma terrível impressão. Em dezembro, teve um sonho no qual ia ao enterro dele. Pela mesma época, a criança morreu. Não foi possível fixar as ocasiões com mais precisão. No sonho ele estava parado ao lado de Marie Steiner e a encorajava a não desanimar. ('Abutre' [ver em [1]], como sua irmã mais velha o chamava. Ele constantemente estava matando as pessoas, de maneira a poder, depois, conseguir cair nas boas graças de alguém.) O contraste entre o amor idólatra da mãe pelo filho idiota e seu comportamento antes de seu nascimento. Parece que ela foi responsável pela enfermidade da criança, mantendo-a presa demais a si, porque se envergonhava de ganhar um bebê tão tarde assim em sua vida.

Durante sua estada em Salzburg, era ele constantemente perseguido por premonições, que admiravelmente se concretizavam. Por exemplo, havia um homem a quem ouviu conversar com a copeira, no hotel, a respeito de roubos - isto ele interpretou como um augúrio de que iria, em seguida, ver o homem como um criminoso. E, com efeito, tal aconteceu, poucos meses depois, ao ser transferido para o Departamento Criminal. - Em Salzburg, do mesmo modo, costumava encontrar-se, na ponte, com pessoas em quem um instante antes estivera pensando. (Sua irmã já o havia explicado como um fato elucidável mediante uma visão indireta [periférica].) - Aliás, ocorreu-lhe pensar numa cena em Trieste, quando estava na Biblioteca Pública, com sua irmã. Um homem passou a conversar com eles, falando de maneira imbecil, e lhe disse: 'Você está ainda na fase dos *Flegeljahre* ['Anos de Adolescência'], de Jean Paul. Uma hora depois [após pensar nesse episódio], ele estava na biblioteca de Salzburg, que emprestava livros, e o *Flegeljahre* foi um dos primeiros livros que apanhou. (Contudo, não o primeiro. Uma hora antes criara o propósito de ir até a biblioteca, e foi isto que o recordou da cena em Trieste.)

Em Salzburg, ele se via como um vidente. As coincidências, todavia, jamais tinham importância e nunca se referiam a coisas que ele esperava, mas sim a trivialidades apenas.

(A história sobre Marie Steiner interpolava-se entre duas histórias sobre suas irmãs. A falta de clareza de suas idéias obsessivas é digna de nota; em seus sonhos elas são mais claras.)

18 de out. - Dois sonhos, ligados apenas a crises [ver em [1]]. Em outra ocasião, tivera a idéia de não mais se lavar. Adveio-lhe na forma costumeira, com as suas proibições: 'Que sacrifício estou preparado para fazer, a fim de...?' Imediatamente, porém rejeitou-a.

Respondendo a minhas perguntas, contou-me que até a sua puberdade ele fora sempre um porquinho. Depois, tornou-se propenso à idéia de uma superlimpeza e, ao desencadear-se sua doença, passou a ser uma pessoa fanaticamente asseada etc. (isto em conexão com suas ordens). Mais recentemente, certo dia saiu a passear com a dama - estava sob a impressão de que aquilo que me contava carecia de qualquer importância. A dama cumprimentou um homem (um médico), ela foi muito amável com ele, amável demais - o paciente admitiu que ficara com ciúme e, de fato, falou a esse respeito. Em casa da dama, jogaram baralho; ficou melancólico, à noite; na manhã seguinte, teve o seguinte sonho:

(VIII) Estava com a dama. Ela se mostrava muito afetuosa com ele, e ele lhe contou a sua idéia e proibição compulsivas com relação às espadas japonesas - cujo significado consistia em não poder casar com ele nem ter com ela relações sexuais. Mas isto é um disparate, disse ele, da mesma forma eu poderia ter uma proibição no sentido de nunca mais me lavar. Ela sorriu e assentiu com a cabeça. No sonho, ele achou que isto significava que ela concordava com ele em que as duas coisas eram absurdas. Contudo, ao despertar, ocorreu-lhe a idéia de que ela queria dizer não haver para ele mais necessidade de se lavar. Ele ficou num violento estado de emoção e bateu com a cabeça na cabeceira da cama. Sentiu como que uma massa informe de sangue em sua cabeça. Em semelhantes ocasiões ele já tivera a idéia de fazer um buraco afunilado em sua cabeça, para deixar sair aquilo que estava doente em seu cérebro; a perda seria compensada de algum modo. Ele não compreende o seu estado. Expliquei: O funil de Nuremberg - sobre o qual seu pai, de fato, costumava falar com freqüência. E [prosseguiu o paciente] seu pai costumava quase sempre dizer 'algum dia você vai meter coisas dentro de sua cabeça'. Interpretei isto como: raiva, vingança contra a dama, oriunda do ciúme, a conexão com a causa provocadora [do sonho], o incidente durante o passeio - a qual ele considerava algo tão banal. Confirmou a raiva que sentiu pelo médico. Ele não compreendia o conflito de saber se deveria, ou não, casar-se com ela. No sonho, ele possuía um sentimento de liberação - liberação a partir dela, completei.

Protelou a ordem de não mais se lavar e não a cumpriu. A idéia foi substituída por inúmeras outras idéias, sobretudo a de cortar sua garganta.

27 de out. - Assentamentos incompletos. Enquanto ele colocar dificuldades em fornecer-me o nome da dama, seu relato será incoerente. Incidentes à parte:

Certa noite, em junho de 1907, ele visitava seu amigo Braun, cuja irmã, Adela, jogava com os dois. Ela lhe mostrou muitíssima atenção. Ele se sentira muito oprimido e pensara bastante a respeito do sonho das espadas japonesas - o pensamento de casar com a dama, caso não fosse com outra jovem.

Sonho, de noite: - Sua irmã Gerda estava muito doente. Ele foi até a cama onde ela estava. Braun veio em direção dele. 'Você só poderá salvar sua irmã se renunciar a todos os prazeres sexuais', ao que ele respondeu, cheio de assombro (para vergonha sua), 'todos os prazeres'.

Braun está interessado em sua irmã. Há alguns meses, ele a trouxe uma vez para casa quando ela não estava se sentindo bem. A idéia só pode ter significado que, se ele casasse com Adela, o casamento de Gerda com Braun também seria provável. Assim, ele se estava sacrificando por ela. No sonho, colocava-se em uma situação compulsiva de modo a ser obrigado a casar. Sua oposição à sua dama e sua inclinação à infidelidade são evidentes. Aos 14 anos, ele teve relações homossexuais com Braun - cada qual olhando o pênis do outro.

Em Salzburg, em 1906, teve a seguinte idéia, durante o dia todo: Supondo que a dama lhe dissesse 'você não deve ter nenhum prazer sexual até estar casado comigo', será que ele faria um juramento nesse sentido? Uma voz dentro dele disse 'sim'. (Voto de abstinência em seu *Ics*.) Naquela noite sonhou que estava noivo da dama, e, enquanto passeava de braço dado com ela, ele disse, em regozijo: 'Eu jamais teria imaginado que isto pudesse se realizar tão cedo.' (Referia-se isto à sua abstinência compulsiva. Isto era realmente digno de nota, e correto; e confirmava o meu ponto de vista acima.) Naquela momento viu a dama fazendo uma cara como se não estivesse interessada no noivado. A felicidade dele ficou, com isto, bastante prejudicada. Disse para si: 'Você está comprometido e, contudo, não está feliz. Você finge estar um pouquinho feliz, de modo a convencer-se de que você é feliz.'

Após persuadi-lo a revelar o nome de Gisa Hertz e todos os detalhes a respeito dela, seu relato tornou-se claro e sistemático. A predecessora dela foi Lise O., uma outra Lise. (Ele sempre tinha simultaneamente vários interesses, do mesmo modo como mantinha diversas modalidades de ligações sexuais, derivados de suas várias irmãs.)

Verão de 1898. (Idade: 20.) Sonho: - Ele discutia com Lise II um assunto abstrato. De repente, o quadro onírico desapareceu e ele olhava para uma grande máquina, com um impressionante número de rodas, ficando assim espantado com a sua complexidade. - Isto tem algo a ver com o fato de que essa Lise sempre lhe parecia uma pessoa muito complexa, comparada com Julie, de quem ele, naquele tempo, era também admirador, e que morreu faz pouco tempo.

Prosseguiu, fazendo-me um relato prolixo de suas relações com sua dama. Na noite depois de ela o haver recusado, teve ele o sonho seguinte (dez. de 1900): - 'Eu estava andando pela rua. Havia uma pérola no chão da rua. Abaixei-me a fim de apanhá-la, mas sempre que me abaixava ela desaparecia. Depois de uns dois ou três passos, ela reaparecia. Eu disse para mim, "você não pode".' Explicou essa proibição, para si mesmo, como significando que seu

orgulho não o iria permitir, porque ela o havia recusado uma vez. Na realidade, esta foi provavelmente a questão de uma proibição feita por seu pai, que se originou em sua infância e se estendeu até o casamento. Então evocou em sua memória uma das observações reais de seu pai, de efeito semelhante: 'Não vá lá tantas vezes assim.' 'Você se tornará ridículo' era uma outra de suas observações ofensivas. Mais coisas desse sonho: - Pouco antes, ele vira um colar de pérolas numa loja e imaginou que, se tivesse dinheiro, o compraria para ela. Chamava-a, muitas vezes, de uma pérola entre as jovens. Era uma frase que usavam com freqüência. 'Pérola' parecia-lhe, também, adequado para ela porque a pérola é um tesouro escondido que precisa ser buscado dentro da sua concha.

Uma suspeita de que foi através de suas irmãs que ele foi levado à sexualidade, talvez não por sua própria iniciativa - de que ele fora seduzido.

Os diálogos em seus sonhos não precisam ser relacionados a diálogos reais. Suas idéias do *Ics.* - como se fossem vozes internas - têm o valor de falas reais que ele só ouve em seus sonhos. [Ver em [1].]

27 de out. - A doença da avó de sua dama [ver em [2]] era uma enfermidade do reto.

O desencadeamento da doença do paciente acompanhou uma queixa feita por seu tio viúvo: 'Vivi apenas para essa mulher, ao passo que outros homens se divertem por aí.' Pensava que seu tio se referia ao pai dele, embora essa idéia não lhe tivesse ocorrido de imediato, mas apenas uns poucos dias depois. Quando falou com a dama a esse respeito, ela se riu dele; e noutra ocasião, estando presentes ele e seu tio, ela deu um jeito de levar a conversa para o assunto de seu pai, a quem o tio punha nas nuvens. Isto, entretanto, não bastou para ele. Pouco tempo depois, sentiu-se obrigado a interrogar diretamente o seu tio, se ele se havia referido a seu pai; seu tio negou, com indignação. O paciente ficou particularmente surpreso com esse episódio, de vez que ele próprio não reprovaria seu pai, sequer se ele tivesse cometido um deslize eventual.

Nesse contexto, mencionou uma observação meio jocosa que sua mãe fez a respeito do período em que seu pai fora obrigado a viver em Pressburg, vindo a Viena apenas uma vez por semana. (Ao contar-me isto pela primeira vez, omitiu essa conexão característica.)

Coincidência notável, enquanto estudava para a sua segunda prova do concurso público. Ele deixou de ler duas passagens apenas, de quatro páginas cada uma, e precisamente essas é que constituíram assunto de seu exame. Depois, estudando para a terceira prova, teve um sonho profético [ver adiante]. Esse período viu o início propriamente dito de sua piedade e de suas fantasias de que seu pai ainda mantinha contato com ele. Costumava deixar aberta a porta do corredor, à noite, convencido de que seu pai estaria parado do lado de fora. Suas fantasias, nessa época, ligavam-se diretamente a esse hiato ao conhecimento atingível.

Finalmente ele se recompôs e tentou agir da melhor maneira possível mediante um sensível argumento - o que seu pai iria pensar de seu comportamento, caso ainda fosse vivo? Contudo, isto não lhe causou nenhuma impressão, ele fora apenas levado a fazer uma pausa através da forma delírica da fantasia - de que seu pai poderia sofrer em virtude de suas fantasias, até mesmo na vida após a morte.

As compulsões que emergiram enquanto estudava para a terceira prova e que apontavam a necessidade de ele realizá-la positivamente em julho, parecem haver-se relacionado com a chegada, de Nova Iorque, de um dos tios da dama, X., de quem o paciente estava terrivelmente enciumado; porventura, também relacionado até mesmo com a sua suspeita (posteriormente confirmada) de que a dama viajaria para a América.

29 de out. - Falei-lhe que desconfiava de que a sua curiosidade sexual se havia excitado relativamente às suas irmãs. Isto provocou uma conseqüência imediata. Ele tinha recordação de que notou, pela primeira vez, a diferença entre os sexos ao ver a falecida irmã Katherine (cinco anos mais velha do que ele) sentada no urinol, ou algo parecido com isso.

Contou-me o sonho que tivera quando estudava para a terceira prova [ver acima]. Grünhut tinha por hábito, de três ou de quatro em quatro vezes, durante o exame, fazer uma pergunta particular com respeito a saques pagáveis em um lugar específico; e ao ser respondido, prosseguia perguntando 'e qual é a razão dessa lei?' A resposta correta era 'servir de proteção contra as *Schicamen* das partes oponentes'. O sonho do paciente versou exatamente sobre isso; ele, contudo, em lugar disso respondeu 'como proteção contra as *Schügsenen*' etc. Um chiste que ele, do mesmo modo, poderia ter feito quando estava desperto.

O nome de seu pai não era David, mas sim Friedrich. Adela não era irmã de Braun; a idéia sobre o duplo casamento deve ser deixada de lado.

8 de nov. - Quando era criança, ele sofria muito de vermes [ver em [1]]. É provável que costumava pôr os dedos no traseiro, e era um tremendo porco, tal qual seu irmão, conforme disse. Agora exagera a limpeza.

Fantasia antes do sono: - Estava casado com sua prima [a dama]. Ele a beijava nos pés; porém, estes não estavam limpos. Havia marcas negras sobre eles, que o escandalizaram. Durante o dia ele não fora capaz de se lavar com muito esmero e observara a mesma coisa em seus próprios pés. Deslocava esse aspecto para a sua alma. De noite, sonhou que estava lambendo os pés dela, os quais, todavia, estavam limpos. Esse último elemento é um desejo onírico. Aqui a perversão é exatamente a mesma com que estamos familiarizados em sua configuração indeformada.

Ser-lhe o traseiro algo particularmente excitante revela-se pelo fato de, ao perguntar-lhe sua irmã sobre o que é que ele gostava em sua prima, ele respondeu jocosamente: 'Do traseiro dela.' A costureira a quem beijou hoje excitou pela primeira vez a sua libido quando ela se curvou para baixo e mostrou as curvas de suas nádegas de uma maneira muito clara.

Pós-escrito à aventura dos ratos. O Capitão Novak disse que a tortura deveria ser infligida a alguns membros do Parlamento. Surgiu-lhe, então, a idéia de que ele [N.] não deve mencionar Gisa, e, com pavor, imediatamente após ele de fato mencionou o Dr. Hertz, o que mais uma vez lhe pareceu ser uma ocorrência fatalista. Sua prima realmente se chama Hertz e ele logo achou que o nome Hertz o faria pensar em sua prima; e ver o exemplo desse fato. Procura isolar sua prima de tudo que é sujo.

Ele sofre de compulsões sacrílegas, como as freiras. Um sonho seu tem algo a ver com termos jocosos de desrespeito usados por seu amigo V. - 'filho de uma prostituta', 'filho de uma macaca caolha' (*Arabian Nights/Noites Árabes*).

Aos onze anos de idade, foi iniciado nos segredos da vida sexual por seu primo, a quem ele detesta, e que lhe deu a entender que todas as mulheres eram prostitutas, inclusive sua mãe e suas irmãs. Ele rebateu essa assertiva com a pergunta 'você pensa o mesmo de sua mãe?'

11 de nov. - Durante uma doença de sua prima (complicação da garganta e perturbações no sono), na época em que sua afeição e simpatia estavam no auge, ela estava deitada num divã e ele, de súbito, pensou: 'que ela fique deitada assim para sempre'. Interpretou essa idéia como um desejo de que ela estivesse permanentemente doente, para alívio dele próprio, de modo que se pudesse livrar de seu terror de que ela ficasse doente. Um equívoco supersagaz! O que ele já me disse revela que isso se relacionava com um desejo de vê-la sem defesas, por causa de ela haver resistido a ele, rejeitando seu amor; e isso corresponde, cruelmente, a uma fantasia necrofilica que, certa vez, ele teve conscientemente, mas que não arriscou a levar avante além do ponto de olhar para seu corpo inteiro.

Está ele constituído de três personalidades: uma plena de humor e normal, outra ascética e religiosa, e a terceira, imoral e perversa.

Equívoco inevitável do *Ics.* mediante o *Cs.*, ou melhor, distorção da forma do desejo *Ics.*

Os pensamentos híbridos resultam desses dois.

17 de nov. - Até então ele tem passado uma fase de animada disposição. É alegre, solto e ativo, e está-se comportando agressivamente com relação a uma jovem costureira. Uma boa idéia que tem é de que sua inferioridade moral de fato merecia ser punida com a sua doença. Seguiram-se confissões acerca de suas relações com as irmãs. Conforme ele disse, fez repetidas investidas sobre a irmã mais nova, logo abaixo dele, Julie, depois que seu pai faleceu; estas - certa vez chegou a atacá-la - devem constituir a explicação de suas mudanças patológicas.

Uma vez teve um sonho de estar copulando com Julie. Foi tomado do remorso e medo de haver quebrado o juramento de se manter afastado dela. Despertou e regozijou-se com ver que era apenas um sonho. Foi então até o quarto dela e deu um beijo no traseiro dela, por baixo do lençol. Ele não era capaz de compreender isso, e só podia compará-lo com a masturbação praticada quando lia a passagem de *Dichtung und Wahrheit* [ver em [1]]. Daí concluímos que o fato de ser castigado por seu pai [ver em [2]] se relacionava com sua investida sobre suas irmãs. Mas como? De forma puramente sádica, ou já de um modo claramente sexual? Suas irmãs mais velhas, ou mais novas? Julie é três anos mais nova do que ele, e como as cenas, pelas quais estamos buscando, devem ter-se passado quando ele tinha três ou quatro anos, é quase improvável que ela tenha sido a própria. Katheriene, a irmã que morreu?

Sua sanção que encerrava a idéia de que alguma coisa iria acontecer a seu pai no outro mundo deve ser compreendida puramente como uma eclipse. O que significava era o seguinte: 'Se meu pai ainda estivesse vivo e soubesse disso, ele me castigaria de novo e eu mais uma vez me tomaria de raiva contra ele, o que lhe causaria a morte, de vez que os meus afetos são onipotentes.' Por conseguinte, esse aspecto é da seguinte categoria: 'Se Kraus ler isso, ele vai levar bofetões no ouvido.'

Inclusive nos anos mais recentes, estando sua irmã caçula dormindo no quarto dele, retirou, de manhã, os lençóis que a cobriam, a fim de poder vê-la inteirinha. Então, sua mãe entrou em cena como obstáculo para sua atividade sexual, assumindo esse papel desde a morte de seu pai. Ela o protegia contra as bem-intencionadas tentativas de sedução dele por parte de uma criada chamada Lise. Certa vez ele se exibiu a essa última, com muita originalidade, durante seu sono. Ele adormecera, exausto, após uma crise de doença, e dormiu descoberto. De manhã, quando a jovem falou com ele, ela lhe perguntou, desconfiada, se ele havia rido durante seu sono. Ele *havia* rido - em virtude de um sonho extremamente adorável no qual sua prima tinha aparecido. Admitiu que se tratava de um stratagem. Em anos mais remotos ele se havia exibido abertamente. Aos treze anos, ele ainda se exibia para [Fraülein] Lina, que voltara para ficar por pouco tempo. Deu a desculpa exata, de que ela sabia como ele era exatidão, desde a sua tenra infância. (Ela estivera com eles quando ele tinha entre seis e dez anos.)

18 de nov. - Entrava na neurose de sua prima, a qual se lhe estava tornando clara, e na qual desempenha um papel o padrasto dela, surgido à cena quando ela tinha doze anos de idade. Era um oficial, um homem bonitão, hoje separado de sua mãe. Gisa trata-o muito mal quando ele, vez e outra, vem visitá-los, e ele sempre procura fazê-la suave com relação a ele. Os detalhes, conforme me foram narrados, deixam muito poucas dúvidas de que ele tenha feito uma investida sexual sobre a jovem, e de que alguma coisa nela, da qual ela não tinha consciência, favoreceu, em parte, que ela se encontrasse com ele - o amor transferido de seu pai verdadeiro, de quem ela sentia falta desde os seis anos de idade. Por conseguinte, imagina-se que a situação entre eles seja gélida e tensa. Parece como se o próprio paciente o soubesse. Isso porque estive muito aborrecido durante as manobras, ao mencionar o Capitão N. o nome de Gisela Fluss (!!!), malgrado quisesse ele evitar qualquer contato entre Gisa e um oficial. Um ano atrás ele teve um curioso sonho sobre um tenente bávaro a quem Gisa rejeitou por pretendente. Esse fato aludia a Munique e ao caso que ele teve com a garçõnete; contudo, não havia associação alguma com o tenente, sendo que um adendo ao sonho sobre os adjuntos do oficial apenas se referia ao tenente padrasto.

21 de nov - Admite ser plausível que ele tenha tido semelhantes suspeitas a respeito de sua prima. Estava muito alegre e tivera uma recaída para a masturbação, a qual, ademais, o perturbou seriamente (período de latência interpolado). Quando se masturbou pela primeira vez teve a idéia de que ela resultaria em uma ofensa contra alguém de quem ele gostava (sua prima). Por conseguinte, proferiu uma fórmula protetora construída, como já conhecemos [ver em [1]], a partir de extratos de diversas preces pequenas e providas com um 'amém' isolado. Nós a examinamos, tratava-se de Gleijsamen: -

g1 = *glückliche* [feliz], isto é, que L [Lorenz] seja feliz; também [que] tudo [seja feliz].

e = (significado esquecido).

j = *jetzt und immer* [agora e sempre].

I = (agora indistintamente ao lado do j).

s = (significado esquecido).

G-I-S-E-L-A

S AMEN

e que ele uniu o seu 'Samen' ['sêmen'] ao corpo de sua amada, ou seja, colocando-o abruptamente; que se masturbara com a imagem dela. Naturalmente ele estava convicto, e acrescentou que às vezes a fórmula assumia, em plano secundário, a forma de Giselamen, mas que ele a considerou apenas como sendo uma assimilação ao nome de sua dama (um equívoco invertido).

No dia seguinte caiu em um estado de depressão profunda, e desejava conversar sobre assuntos aleatórios; contudo, logo admitiu que se encontrava em crise. A coisa mais assustadora veio-lhe à mente quando, ontem, estava no bonde. Era realmente impossível dizer. A sua cura não mereceria semelhante sacrifício. Eu, de preferência, iria afastá-lo, pois a transferência ficava prejudicada. Por que iria eu aturar uma coisa dessas? Nenhuma das explicações que lhe dei a respeito da transferência (que para ele não pareceu de todo estranha) teve algum efeito. Somente depois de lutar uns quarenta minutos, como me pareceu durar, e após eu revelar o elemento vingança contra mim e mostrar-lhe que, recusando contar-me e abandonando o tratamento, ele estaria se vingando mais completamente de mim do que me contando - somente depois disso é que me deu a entender que a coisa dizia respeito a minha filha. Com isso, a consulta chegou ao fim.

Era ainda bastante difícil a situação. Após lutas e asserções, de sua parte, de que meu esforço para mostrar que todo o material referente apenas a ele mesmo parecia com uma ansiedade de minha parte, ele capitulou apresentando a primeira das suas idéias.

(a) Um traseiro de mulher, nu, com nits (larva de piolho) no cabelo.

Fonte. Uma cena com sua irmã Julie, que ele esquecera na confissão que me fez. Após a travessura deles, ela se voltou de costas, na cama, de um modo que ele viu de frente aquelas partes de seu contorno - sem piolhos, naturalmente. No referente a piolhos, confirmou minha sugestão de que a palavra 'nits' designava que algo semelhante havia, certa vez, ocorrido há muito tempo atrás, quando ele era bebê.

Os temas são claros. Punição, à vista, pelo prazer que ele sentiu; ascetismo utilizando as técnicas da repulsa; raiva de mim por forçá-lo a [ficar ciente de] isso. Daí, o pensamento transferencial: 'Não há dúvida de que a mesma coisa acontece entre os seus filhos.' (Ouviu falar de uma de minhas filhas e sabe que tenho um filho. Muitas fantasias de ser infiel a Gisa, com sua filha, e punição por isso.)

Após acalmar-se, debatendo-se um pouco, deu início - com ainda mais dificuldade - a toda uma série de idéias que, contudo, o impressionaram de modo diferente. Ele compreendeu que não tinha necessidade alguma de usar da transferência, no caso deles;

porém, a influência do primeiro caso fez todos os outros incidirem na transferência.

[? (b)] O corpo nu de minha mãe. Duas espadas cravando-se nos seios dela, do lado (como uma decoração, disse ele mais tarde - segundo o *motif* de Lucrecia). A parte inferior do corpo dela, sobretudo os seus genitais, foi completamente devorada por mim e pelos filhos.

Fonte, acessível. A avó de sua prima (ele mal se recorda de sua própria avó). Certa vez, entrou no quarto quando ela se despia, e ela deu um grito. Eu disse que sem dúvida ele deve ter tido alguma curiosidade com respeito ao corpo dela. Em resposta, contou-me um sonho. Teve-o na época em que pensou que sua prima era velha demais para ele. No sonho, sua prima levou-o até o leito da avó dele, cujo corpo e cujos genitais estavam à mostra, e lhe mostrou como ela ainda era bonita, aos noventa anos (realização de desejo).

As duas espadas eram as espadas japonesas dos seus sonhos: casamento e cópula. É claro o significado. Ele se permitiu ser desorientado por uma metáfora. Não era seu conteúdo a idéia ascética de que a beleza de uma mulher se consumia - era devorada - pela relação sexual e pelo nascimento de crianças? Dessa vez ele próprio riu.

Ele tinha um quadro de um dos juizes representantes, um sujeito sujo. Imaginou-o despido, e uma mulher praticava *'minette'* [felação] com ele. De novo minha filha! O sujeito sujo era ele próprio - ele espera ser em breve um juiz representante, de modo a poder casar-se. Ele ouvira, com horror, falarem de *minette*; mas certa vez, quando estava com a jovem em Trieste, ele se atirou mais para cima, sobre ela, à guisa de um convite para que ela fizesse isso com ele, o que, porém, não ocorreu. Repeti minha conferência de sábado sobre as perversões.

22 de nov. - Alegre, mas tornando-se depressivo quando o reconduzi ao tema. Uma transferência recente: - Minha mãe morreu, ele estava ansioso por oferecer as suas condolências, porém tinha receio de que, fazendo-o, poderia irromper em um riso inoportuno como repetidas vezes correu anteriormente, na ocasião de algum falecimento. Portanto preferiu deixar um cartão para mim com um 'p.c.' nele escrito; e que se transformou em um 'p.f.' [ver em [1]].

'Jamais lhe ocorreu que, se sua mãe morresse, você ficaria livre de todos os conflitos, de vez que você ficaria apto para se casar?' 'O senhor, está se vingando de mim', ele disse. 'Está me forçando a fazê-lo, porque, por seu lado, deseja vingar-se de mim.'

Admitiu que seu passeio em redor da sala, enquanto fazia essas confissões, devia-se ao fato de ele estar com medo de ser espancado por mim. A razão que alegou foi delicadeza de

sentimento - que ele não podia ficar deitado confortavelmente ali, enquanto me dizia essas coisas terríveis. Além disso, ficou batendo em si próprio enquanto fazia essas aquiescências que ele ainda julgava tão difíceis.

‘Agora o senhor irá me afastar.’ Tratava-se de uma imagem minha e de minha mulher, na cama, e entre nós dois uma criança deitada, morta. Ele conhecia a origem dessa cena. Quando pequeno (idade incerta, talvez 5 ou 6 anos), ele estava deitado entre seu pai e sua mãe, e urinou na cama, e seu pai lhe bateu e o mandou sair. A criança morta só podia ter sido sua irmã Katherine, ele deve ter ganhado com sua morte. Essa cena, como confirmou, ocorreu após a morte dela.

Sua conduta nesse momento era a de um homem em desespero e de alguém que estivesse procurando salvar-se de pancadas terrivelmente violentas: enterrou a cabeça nas mãos, correu para longe, cobriu o rosto com o braço etc. Disse-me que seu pai tinha um temperamento passional, então não sabia o que ele estava fazendo.

Outra idéia horrível - a de ordenar-me que trouxesse minha filha até a sala, para que ele pudesse lambê-la, dizendo ‘traga aqui a “*Miessnick*”’, Associou a isso a história a respeito de um amigo que queria apontar armas no bar que ele costumava freqüentar, mas antes desejava salvar o excelente e feíssimo garçom com as palavras ‘*Miessnick*, sai’. Ele era um *Miessnick*, comparando com seu irmão mais novo. [ver em [1].]

Também brincando com meu nome: ‘*Freundenhaus-Mädchen*’ [‘raparigas que pertencem a uma casa de prazeres’ - isto é, prostitutas].

23 de nov. - A consulta seguinte ficou repleta das mais assustadoras transferências, para cujo relato ele encontrou a mais enorme dificuldade. Minha mãe estava em desespero enquanto todos os seus filhos eram enforcados. Ele me lembrou da profecia de seu pai, de que ele seria um grande criminoso [ver em [1]]. Eu não era capaz de adivinhar a explicação que ele elaborou, para possuir essa fantasia. Ele disse saber que, certa ocasião, uma grande desgraça se abateu sobre minha família: um meu irmão, que era garçom, cometera um assassinato em Budapest e fora executado por isso. Perguntei a ele, rindo, como é que sabia disso, após o que todo o seu afeto ruiu. Explicou que seu cunhado, que conhece meu irmão, lhe havia contado o fato, como prova de que a educação se frustrava e que a hereditariedade era tudo. Seu cunhado, acrescentou, tinha o hábito de inventar coisas, e havia encontrado o parágrafo do relato num exemplar antigo da *Presse* [o conhecido jornal de Viena]. Sei que ele se referia a um certo Leopold Freud, o assassino do trem, cujo crime data da época em que eu tinha três ou quatro anos. Garanti a ele que jamais tivemos parentes em Budapest. Ficou muito aliviado e confessou que havia começado a análise com uma boa dose de desconfiança, em virtude disso.

25 de nov. - Ele tinha achado que, se houvesse impulsos assassinos em minha família, eu cairia sobre ele como um animal de rapina, procurando o que havia nele de maligno. Hoje estava bastante animado e alegre, e contou-me que seu cunhado estava constantemente inventando coisas como essa. Ele, de súbito, passou a querer descobrir a explicação - seu cunhado não esquecera o estigma ligado à sua própria família, pois seu pai havia fugido para a América em virtude de dívidas fraudulentas. O paciente achava que tal se deveu ao fato de ele não ter sido nomeado lente em botânica, na Universidade. Passado um momento, encontrou a explicação de toda a hostilidade contra minha família. Sua irmã Julie observou uma vez que Alex [irmão de Freud] seria o marido ideal para Gisa. Daí a sua fúria. (Foi o mesmo com os oficiais.)

Segue-se um sonho. Estava parado, sobre uma colina, com uma arma, com a qual ensaiava atirar sobre uma cidade que se poderia ver desde onde ele estava, cercada de alguns muros horizontais. Seu pai estava ao seu lado, e eles discutiam sobre a época em que a cidade foi construída - o Antigo Oriente da Idade Média alemã. (Era certo que isso não foi de todo verdadeiro.) Os muros horizontais tornaram-se então verticais e se ergueram no ar como cordas. Ele tentou demonstrar alguma coisa sobre elas, mas as cordas não estavam suficientemente esticadas e se mantinham como se estivessem caindo. Adendo; análise.

26 de nov. - Ele interrompeu a análise do sonho para contar-me algumas transferências. Algumas crianças estavam deitadas no chão, ele se aproximou de cada uma delas e fez alguma coisa com as suas bocas. Uma delas, meu filho (o irmão dele, que, quando tinha dois anos, havia comido excremento), tinha ainda em volta da boca marcas marrons e lambia os lábios, como se fosse algo muito gostoso. Seguiu-se uma mudança: era eu, e eu o estava fazendo com minha mãe.

Isso o fez recordar de uma fantasia na qual ele pensava que uma sua prima mal comportada não era sequer digna de que Gisa fizesse o negócio em sua boca; e então o quadro se invertera. Por trás disso havia orgulho e elevado respeito. Uma outra recordação de que seu pai era muito vulgar e gostava de usar palavras como 'cu' e 'merda', com o que sua mãe sempre mostrava sinais de ficar horrorizada. Certa vez ele tentou imitar seu pai, e isso o envolveu em um crime que passou impune. Ele era um porco sujo, como numa ocasião, quando tinha onze anos, sua mãe decidiu dar-lhe uma boa limpeza. Ele chorou de vergonha e disse 'Onde é que você agora vai me esfregar? No cu?' Isso deveria ter desencadeado sobre ele um tremendo castigo por parte de seu pai, caso não o tivesse salvo sua mãe.

Seu orgulho familiar, que ele admitiu com um riso, provavelmente se emparelhava com sua auto-estima. 'Afinal de contas, os Lorenz são as únicas pessoas boas', disse uma de suas irmãs. Seu cunhado mais velho se acostumava com o fato e fazia piada com a situação. Lamentaria muito se tivesse de desdenhar seus cunhados simplesmente, em virtude das suas famílias. (Contraste entre seu próprio pai e os de seus cunhados. Seu pai era primo em

primeiro grau de sua mãe, ambos de condições bem humildes, e ele costumava fazer, jocosamente, uma imagem exagerada das condições em que viviam quando jovens. Seu ódio por mim, portanto, constituía um caso especial do ódio que sentia pelos seus cunhados.)

Ontem, após haver acudido em auxílio de um epilético, teve medo de ser acometido de um ataque de raiva. Estava furioso com sua prima e feriu seus sentimentos com algumas indiretas. Por que estava raivoso? Depois disso, teve uma crise de choro diante dela e de sua irmã.

Outro sonho correlacionado com isso.

(Idade: 29) Uma impressionante fantasia anal. Estava deitado de costas sobre uma jovem (minha filha) e copulava com ela pelas fezes que se desprendiam de seu ânus. Isso indicou imediatamente Julie, a quem dissera 'nada com relação a você seria repulsivo a mim'. Durante a noite empenhou-se em uma séria luta. Ele não sabia do que se tratava. Resultou que se tratava de saber se ele se casaria com sua prima ou com minha filha. Essa hesitação pode ser reportada a uma de suas duas irmãs.

Uma fantasia de que, se ele ganhasse o primeiro prêmio da loteria, se casaria com a prima e cuspiria no meu rosto, revelou sua idéia de que eu desejava tê-lo por genro. - Ele foi, provavelmente, um desses bebês que prendem as suas fezes.

Ele tinha, para hoje, um convite para um encontro. O pensamento sobre 'ratos' logo se apossou dele. Nessa correlação ele me contou que, ao encontrá-lo pela primeira vez, o Tenente D., o padrasto, referiu como, quando menino, se empenhava com abrir fogo com uma pistola Flaubert sobre toda coisa viva, e atirou em si próprio, ou em seu irmão, na perna. Lembrou-se disso numa visita posterior, quando viu um grande rato, coisa que porém o tenente não lembrou. Sempre dizia 'Vou atirar em você'. O Capitão Novak deve ter-lhe lembrado o Tenente D., sobretudo quando ele estava no mesmo regimento ao qual D. pertencia, e este dissera 'Era para eu agora ser capitão'. - Foi um outro oficial quem mencionou o nome de Gisela; Novak havia mencionado o nome Hertz [ver em [1]]. - D. é sifilítico, e foi em virtude disso que o casamento ruiu. A tia do paciente ainda tem medo de ter sido contagiada. Os ratos significam medo da sífilis.

29 de nov. - Ele teve muito aborrecimento com assuntos de dinheiro com seus amigos (dar garantia etc.). Ficava bastante desgostoso se a situação se voltava em direção de dinheiro. Os ratos têm uma conexão particular com dinheiro. Ontem, quando pediu emprestado dois florins a sua irmã, pensou: 'cada florim, um rato'. Em nossa primeira entrevista, ao dizer-lhe quais eram meus honorários, disse consigo mesmo: 'Para cada *krone* um rato para os

filhos'. Agora `Ratten` ['ratos'] realmente, para ele, significava `Raten` ['prestações']. Pronunciou as palavras da mesma forma, e o justificou dizendo que o `a` em `ratum` (de `reor`) é breve; certa vez foi corrigido por um advogado, que assinalou que `Ratten` e `Raten` não eram a mesma coisa. Um ano antes, ofereceu garantia a um amigo que devia pagar uma importância em dinheiro, em vinte prestações, e conseguiu do credor a promessa de fazê-lo saber quando vencia cada prestação, de modo que não se responsabilizasse, sob as condições do acordo, a pagar a importância total de uma só vez. Assim, esse dinheiro e sífilis convergem para `ratos`. Ele agora paga em ratos. - Moeda `rato`.

Ainda sobre a sífilis. É evidente que a idéia de sífilis, que rói e come, o tenha lembrado de ratos. Ele, com efeito, forneceu várias fontes para essa idéia, em especial a partir do seu tempo de serviço militar, quando se discutiu o assunto. (A analogia com as transferências sobre os genitais tendo sido devorados [ver em [1]].) Sempre ouvira falar que todos os soldados eram sifilíticos, daí provindo o terror de o oficial mencionar o nome de Gisela.

A vida militar não o lembrou apenas de D., mas também de seu pai, que esteve muito tempo no exército. A idéia de que seu pai era sifilítico não lhe era de todo estranha. Muitas vezes pensara nela. Contou-me algumas histórias da vida de divertimentos de seu pai, enquanto estava servindo. Com freqüência pensara que os distúrbios nervosos, dentre todos, talvez pudessem dever-se ao fato de seu pai ter sífilis.

A idéia do rato, no concernente a sua prima, era a seguinte: - Medo que ela tivesse sido contagiada por seu padrasto; por trás disso, de que a doença tivesse sido transmitida por seu próprio pai, e, mais atrás, o medo lógico e racional de que, sendo filha de um paralítico do corpo inteiro, ela própria fosse doente (ele conhecera essa correlação por muitos anos. A irrupção de sua doença após a queixa feita por seu tio [ver em [1]] pode ser, agora, compreendida de um modo diferente. O significado disso deve ter sido a realização de um desejo de que seu próprio pai também pudesse ser sifilítico, de modo que nada haveria com que reprovar sua prima, podendo, em última análise, casar-se com ela.

30 de nov. - Mais histórias sobre ratos; contudo, conforme admitiu no final, ele as havia coligido a fim de escapar a fantasias de transferência que afluíram nesse meio tempo, as quais, segundo encarava, expressavam remorso com relação ao encontro marcado para hoje.

Pós-escrito. Sua prima e seu tio X., de Nova Iorque, enquanto viajavam de trem, encontraram um rabo de rato numa salsicha, e ambos tiveram vômitos, horas e horas. (Estaria ele regozijando-se com malícia por esse fato?)

Novo material. Repulsivas histórias sobre ratos. Ele sabe que os ratos agem como portadores de muitas doenças contagiosas. Na Fugbachgasse tinha-se uma vista sobre um pátio que dava para a casa de máquinas das termas romanas. Viu que estavam apanhando ratos e ouviu dizer que os atiravam nas caldeiras de vapor. Lá também havia gatos em

quantidade, fazendo um barulho tremendo com guinchos e miados; ele, certa vez, viu um operário que batia com um saco contra o chão, com alguma coisa dentro. A uma pergunta sua, disseram-lhe que era um gato, o qual, em seguida, foi atirado dentro da caldeira.

Seguiram-se outras histórias sobre crueldades, as quais finalmente se centraram em seu pai. A visão que teve do gato deu-lhe a idéia de que seu pai estava dentro do caso. Quando seu pai servia no exército, o castigo corporal ainda vigorava. Descreveu como ele, certa vez, uma única vez, em crise de mau humor, bateu num recruta com a coronha do seu mosquetão, e caíra prostrado. Seu pai gostava bastante de loteria. Um de seus camaradas do exército tinha o hábito de gastar nisso todo o seu dinheiro; certa ocasião, seu pai achou um pedaço de papel que esse homem havia jogado fora, no qual dois números estavam escritos. Ele apostou seu dinheiro nesses números e ganhou com ambos. Retirou os seus ganhos durante a marcha e correu para alcançar a coluna, com os florins tilintando dentro da sua cartucheira. Ironia cruel que o outro homem jamais ganhara coisa alguma! Numa ocasião seu pai dispunha de dez florins da caixa militar, para cobrir determinadas despesas. Perdeu parte deles num jogo de cartas com outros homens, deixou-se tentar para continuar jogando e os perdeu totalmente. Lamentou com um de seus companheiros que ele teria de se suicidar com um tiro. 'Sem dúvida, então se mate', disse o outro, 'um homem que faz uma coisa dessas deveria dar um tiro na cabeça'; contudo, acabou emprestando-lhe o dinheiro. Terminado o serviço militar, seu pai procurou encontrar o homem, mas não conseguiu. (Será que ele lhe reembolsou o dinheiro?)

Sua mãe foi educada pelos Rubenskys como filha adotiva, mas era muito maltratada. Ele contou como um dos filhos era tão sensível, que cortava fora a cabeça de frangos a fim de se tornar um homem rijo. É óbvio que isso era apenas uma desculpa, e o irritou muitíssimo. - Uma imagem onírica de um rato enorme e gordo que tinha nome e se comportava como um animal doméstico. Isso, de imediato, recordou-lhe um dos dois ratos (foi essa a primeira vez que disse existirem somente dois) que, segundo a história do Capitão Novak, foram colocados no urinol. Ademais, os ratos foram os responsáveis por sua ida a Salzburg. Sua mãe referiu-se ao mesmo Rubensky sobre o modo como ele, certa vez, 'preparou à moda judaica' um gato, pondo-o no forno e, depois, esfolando-o. Isso o fez sentir-se tão mau, que seu cunhado o aconselhou amigavelmente a fazer alguma coisa pela sua saúde. Sua atenção fixa-se tanto nos ratos, que em toda parte ele os está encontrando. Na ocasião em que regressou das manobras, deparou como Dr. Springer acompanhado de um colega a quem apresentou como o Dr. Ratzenstein. A primeira representação a que assistiu foi o *Meitersinger*, quando ouviu o nome de 'David' ser repetidas vezes evocado. Havia, entre os de sua família, usado o *motif* de David como uma exclamação. Ao repetir a sua fórmula mágica 'Gleijsamen', ele agora acrescenta 'sem ratos', embora a imagine pronunciada sem um 't' [ver em [1]]. Produziu esse material, além de outros mais, com fluência. As conexões são superficiais e outras mais profundas estão ocultas; evidentemente ele o preparara como uma confissão, a fim de encobrir mais alguma coisa. Parece que esse material contém a conexão entre dinheiro e crueldade, de um lado, com ratos, do outro, com seu pai; e deve

apontar em direção do casamento de seu pai. Contou-me uma outra anedota. Não havia muitos anos, quando seu pai voltava de Gleichenberg, disse à sua mãe, depois de trinta e três anos de casados, que ele tinha visto uma quantidade tão incrível de viúvas, que teve de implorar-lhe que lhe garantisse que ela jamais tinha sido infiel a ele. Quando ela objetou, disse que só acreditaria nela caso ela jurasse pelas vidas de seus filhos; e depois de jurar, ele se tranqüilizou. Ele pensa muito em seu pai, em razão disso, como um sinal de sua sinceridade, tal como em sua confissão de haver maltratado o soldado, ou em seu deslize num jogo de baralhos. - Por trás disso existe um importante material. A história dos ratos vai-se tornando cada vez mais um ponto crítico.

8 de dez. - Muita mudança no decorrer de uma semana. Seus ânimos elevaram-se em virtude de seu encontro com a costureira, embora tenha terminado com uma ejaculação precoce. Logo após, ficou melancólico, e isso resultou em transferências no tratamento. Durante o seu encontro com a jovem, havia apenas leves indícios da sanção sobre ratos. Sentiu-se inclinado a se abster de usar os dedos que haviam tocado a jovem, ao tirar um cigarro da cigareira que lhe dera sua prima; resistiu, contudo, a essa inclinação. Mais detalhes a respeito de seu pai, de sua rudeza. Sua mãe chamava-o de um 'sujeito ordinário' porque ele tinha o hábito de soltar gases abertamente.

Nosso objetivo da transferência em tratamento percorria muitos desvios. Descreveu uma tentação, de cuja significação parecia não estar ciente. Um parente de Rubensky oferecera instalar para ele um escritório nas vizinhanças do Mercado do Gado, logo após ele receber o grau de doutor - para o que, na época, faltavam apenas poucos meses - e conseguir, lá, clientes para ele. Tal se enquadrava no velho esquema de sua mãe, de ele se casar com uma das filhas de R., uma jovem encantadora, hoje com dezessete anos. Ele não tinha noção de que era para escapar a esse conflito que se refugiou na doença - uma fuga facilitada pelo problema infantil de sua escolha entre uma irmã mais velha e uma mais moça, e por sua regressão à história do casamento de seu pai. Era costume de seu pai fazer um relato pleno de humor do seu namoro, e sua mãe eventualmente fazia troça dele, contando que ele, tempos antes, fora pretendente da filha de um açougueiro. Parecia-lhe ser uma idéia intolerável que seu pai pudesse haver abandonado o seu amor a fim de assegurar o seu futuro mediante uma aliança com R. Cresceu nele uma grande irritação com relação a mim, expressa em insultos, que lhe era extremamente penoso proferir. Acusou-me de eu pôr os dedos no nariz, recusou-se a apertar minhas mãos, pensou que um porco asqueroso como eu precisava aprender boas maneiras, e considerou que o cartão-postal que eu lhe mandara, e que eu assinara 'cordialmente', era íntimo demais.

Ele lutava claramente contra as fantasias de ser tentado a casar com minha filha em vez de casar com sua prima, e contra insultos à minha mulher e minha filha. Uma de suas transferências era, francamente, que Frau Prof. F. lhe lambertia o cu / que ele mandasse Frau Prof. F. tomar no cu / - revolta contra uma família de maior trato. Em outra ocasião, viu minha filha com dois pedaços de esterco no lugar dos olhos. Isso significa que ele não se

tinha apaixonado pelos olhos dela, mas sim pelo seu dinheiro. Emmy [a jovem com quem sua mãe desejava que ele se casasse] tinha uns olhos particularmente bonitos. Nesses últimos dias, enfrentou virilmente a lamentação de sua mãe, de ele haver gasto 30 florins para suas pequenas despesas, no mês passado, em vez de 16 florins.

O tema sobre os ratos careceu de algum elemento dirigido a sua mãe, evidentemente porque existe uma muito forte resistência com relação a ela. Igualando *'Ratten'* e *'Raten'*, ele estava, entre outras coisas, zombando de seu pai. Seu pai certa vez, disse a seu amigo *'Eu sou apenas um Laue'*, em lugar de dizer *'Laie'*. Como qualquer outro sinal da falta de educação de seu pai, este a seguir o desconcertou enormemente. Seu pai fazia tentativas ocasionais para economizar, juntamente com os esforços para instituir um *régime* espartano; contudo, sempre os abandonava, passado um curto tempo. Sua mãe é que é a pessoa econômica, porém ela dá muito valor ao conforto em casa. A maneira como o paciente mantém secretamente a sua amiga é uma identificação com seu pai, que se comportava exatamente da mesma forma com relação ao primeiro inquilino deles, cujo aluguel ele costumava pagar, e com relação a outras pessoas também. Na verdade, ele era um homem bem autêntico, positivo, amável, com senso de humor; e o paciente normalmente apreciava plenamente essas qualidades. Não obstante, com a sua super-refinada atitude, sentia manifesta vergonha da natureza simples e soldadesca de seu pai.

9 de dez. - Alegre, apaixonou-se pela jovem - loquaz - um sonho com um neologismo, plano do estado-maior do W L K (palavra polonesa). Devemos entrar nesse aspecto amanhã. Vielka [em polonês] = *'velho'*, L = Lorenz, G1 = abreviação de Gleijsamen [ver em [1]] = Gisela Lorenz.

10 de dez. - Ele me contou o sonho inteiro, mas não compreende nada do que sonhou; por outro lado, fez-me algumas associações com W L K. Não confirmada minha idéia de que significasse um W.C.; porém com W [*'vay'*] ele associou uma canção cantada por sua irmã *'In meinem Hezen sitzt ein grosses Weh'* (também pronuncia-se *'vay'*). Isso se lhe deparou, freqüentemente, como algo muito engraçado, e ele não podia deixar de imaginar um grande W.

Sua fórmula defensiva contra compulsões é, conta-me ele, um enfático *'aber'* [*'mas'*]. Recentemente (apenas desde o tratamento?) ele enfatizava a pronúncia *'abér'* [a tônica normal dessa palavra é *'áber'*]. Disse haver-se explicado essa acentuação incorreta com o fato de ela servir para fortalecer o *'e'* mudo, que não constituía uma proteção suficiente contra intrusões. Acabou de ocorrer-lhe que o *'abér'* talvez substituísse *'Abwehr'* [*'defesa'*] onde o W omitido se podia encontrar em W L K.

A sua fórmula *'Gleijsamen'*, na qual numa hora feliz, ele, como uma palavra mágica, fixou aquilo que doravante tinha de continuar imutável, permanecera, disse ele, válida durante

bastante tempo. Ela, não obstante, ficou exposta ao inimigo, isto é, houve inversão ocorrendo o seu contrário; por essa razão é que ele se empenhou para abreviá-la mais ainda, e assim a substituíra - desconhecem-se os motivos - por um curto `Wie' [`como', pronunciado como o inglês `vee'].

O K corresponde a `vielka' [pronuncia-se como o inglês `vee - ell -ka'] = `velho'. Também o recordou de sua ansiedade quando, na escola, a letra K [isto é, os meninos cujos nomes começavam com K] estava sendo examinada, por significar isso que o seu L estava ficando bem próximo. Corresponderia, por conseguinte, a um desejo de que o K seguisse ao L, de modo que o L já tivesse passado.

Grande redução nas transferências em tratamento, do paciente. Ele receia muito encontrar minha filha. De modo um tanto inesperado, contou-me que um de seus testículos era atrofiado, embora seu potencial seja muito bom. Em um sonho, ele se encontrou com um capitão que usava a insígnia de sua patente apenas do lado direito e uma das três estrelas estava dependurada. Ele apontou a analogia com a operação de sua prima [ver em [1]].

12 de dez. - Suas transferências `de coisas sujas' continuaram, anunciando-se mais outras coisas. Acontece ele ser um *renifleur*. Em sua juventude, era capaz de reconhecer as pessoas pelo cheiro de suas roupas; podia distinguir odores familiares, e obtinha um positivo prazer a partir do cheiro do cabelo das mulheres. Posteriormente, parece que ele fez uma transferência da luta inconsciente que o fez cair doente, deslocando o seu amor pela prima para a costureira; e agora está fazendo essa última competir com minha filha, que figura como o partido rico e respeitável. Sua potência com a costureira é excelente. Hoje arriscou-se a atacar o assunto sobre sua mãe. Tinha uma recordação antiga dela, deitada no sofá; ela se ergueu, tirou alguma coisa amarela de debaixo do vestido e a colocou numa cadeira. No momento ele quis tocá-la; mas, tanto quanto o recordava, tratava-se de algo horrível. Depois, a coisa se transformou numa secreção, e isso acarretou uma transferência de todos os membros femininos de minha família asfixiando-se num mar de repulsiva secreção de todo tipo. Ele supunha que todas as mulheres tinham secreções repelentes e, depois, estava assombrado por saber que elas não existiam nas suas duas *liaisons*. Sua mãe sofria de uma infecção abdominal, e agora os seus genitais cheiram mal, o que o faz ficar muito irritado. Ela própria diz que ela cheira mal, a não ser que se banhe com freqüência; diz, porém, que ela não pode controlar a situação e isso muito o intimida.

Narrou-me duas fascinantes histórias de crianças. Uma tratava-se de uma menina de cinco ou seis anos, que tinha muita curiosidade sobre Papai Noel. Ela fingiu estar dormindo e viu seu pai e sua mãe enchendo os sapatos e meias de maçãs e pêras. De manhã cedo, ela disse a sua babá `Não existe Papai Noel. É o papai e a mamãe que trazem presentes. Agora não

acredito em mais nada, nem mesmo na cegonha. É o papai e a mamãe que resolvem a coisa, também.’ A outra história versava sobre o seu sobrinho de sete anos. É um menino muito medroso e fica assustado com cachorros. Seu pai lhe disse: ‘O que você faria se *dois* cachorros passassem por você?’ ‘Eu não tenho medo de dois. Eles iam cheirar o traseiro um do outro por tanto tempo, que eu teria tempo de correr para longe.’

14 de dez. - Ele continua bem com a jovem, porque a sua naturalidade lhe agrada e ele tem muita potência com ela; entretanto, a partir de exemplos de uma compulsão pouco séria que ele trouxe à baila, ficou claro que existe uma cadeia hostil de sentimento contra sua mãe, ao qual ele reage com uma exagerada consideração por ela, e que deriva dos rigores da educação que ela recebeu, sobretudo com respeito à sujeira dele. Anedota sobre os arrotos de sua mãe; e ele tinha dito, aos doze anos de idade, que não podia comer por causa de seus pais.

16 de dez. - Enquanto estava com a costureira, pensou: ‘Para cada cópula, um rato para minha prima’. Isso mostra que os ratos são alguma coisa pela qual se pode pagar. A frase é produto de uma conciliação entre correntes de sentimentos amigáveis e hostis; porque (a) toda cópula desse tipo prepara o caminho para alguém com sua prima, e (b) toda cópula é feita em desafio a ela e para enfurecê-la.

A imagem é forjada de claras idéias conscientes, fantasias, delírios [ver em [1]], associações compulsivas e transferências.

Contou-me a respeito de uma ‘aterradora’ experiência relacionada com a história dos ratos. Numa época, antes de cair doente, estando visitando o túmulo de seu pai, viu um bicho parecido com um rato passando pelo túmulo. (Sem dúvida uma doninha, das tantas que vivem por lá.) Ele supôs - podia parecer bem provável que sim - que a criatura acabava de fazer um repasto de seu pai. Suas idéias em seu *Ics.* a respeito de sobrevivência após a morte são tão consistentemente materialistas como as dos antigos egípcios. Esse aspecto está vinculado à sua ilusão, após a conversa do Capitão N. a respeito dos ratos, de que via o chão se levantar à sua frente, como se houvesse um rato debaixo dele, o que ele tomou por um agouro. Ele não tinha suspeita alguma dessa conexão.

19 de dez. - Agora se explica a sua avareza. Ele, a partir de uma observação que sua mãe deixou escapar com respeito ao fato de que a relação dela com Rubensky era digna de alguma coisa a mais além de um dote, estava convencido de que seu pai se tinha casado com ela e abandonara o seu amor em favor de sua vantagem material. Isso, juntamente com sua recordação das dificuldades financeiras de seu pai durante o seu serviço militar, fê-lo detestar a pobreza que induz as pessoas a tais crimes. Desse modo, sua baixa opinião a respeito de sua mãe foi satisfeita. Por conseguinte, ele economizou a fim de não trair o seu

amor. Por esse motivo, também, é que ele entrega todo o seu dinheiro a sua mãe, porque não quer ter nada que venha dela; pertence a ela e não há evocação de qualquer benefício a respeito dele.

Diz que tudo que é ruim, na sua natureza, ele o recebe de sua mãe. Seu avô materno era um bruto, que maltratava a esposa. Todos os seus irmãos e irmãs passaram, como ele, por um vasto processo de transformação, desde crianças maldosas até pessoas muito dignas. Já isso é pouco procedente com relação ao seu irmão, que parecia um *parvenu*.

21 de dez. - Tem-se identificado com sua mãe em seu comportamento e nas transferências em tratamento. Comportamento: - Tolas observações durante todo o dia, esforçando-se para dizer coisas desagradáveis a todas as suas irmãs, comentários críticos a respeito de sua tia e de sua prima. Transferências: - Teve a idéia de dizer que não me entendia, e teve o pensamento de que '20 *kronen* são suficientes para o Parch'. Confirmou minha construção dizendo que usava, de modo idêntico a sua mãe, as mesmas palavras a respeito da família de sua prima. Parece provável que ele também se está identificando com sua mãe nas críticas que ele faz a respeito de seu pai e, portanto, prossegue com as diferenças entre os seus pais, que tem dentro de si. Em um (antigo) sonho que me contou, fez um paralelo direto entre as suas razões de odiar o seu pai e as razões de sua mãe: - Seu pai tinha regressado. Ele não ficou surpreso com isso. (Força de seu desejo.) Ficou grandemente satisfeito. Sua mãe disse em tom de censura: 'Friedrich, porque se passou tanto tempo depois que soubemos de você a última vez?' Ele pensou que teriam, em última análise, de reduzir as despesas, de vez que então estaria morando na casa mais uma pessoa. Esse pensamento constituía vingança contra seu pai que, conforme lhe haviam contado, se desesperara com o seu nascimento, como sempre ficava com a vinda de um novo bebê. Havia algo mais por trás disso, ou seja, que seu pai gostava que lhe pedissem permissão, como se quisesse abusar de seu poder, embora talvez estivesse, de fato, apenas desfrutando o sentimento de que tudo provinha dele. A queixa de sua mãe remontou a uma de suas histórias, a de que, certa vez, encontrando-se ela no campo, ele escrevia tão poucas vezes, que ela voltou a Viena para ver o que se passava. Com outras palavras, uma queixa de não ser bem tratada.

23 de dez. - Muitíssimo aborrecido porque o Dr. Pr. caiu enfermo novamente. O caráter do Dr. Pr. é semelhante ao de seu pai - um homem distinto, malgrado sua rudeza. O paciente está passando pela mesma situação por que passou quando seu pai estava doente. Incidentalmente, a doença é a mesma - enfisema. Ademais, os seus remorsos estão em parte mesclados com sentimentos de vingança. Ele pode ver que isso se confirma, a partir de fantasias de que Pr. já está morto. A razão desses sentimentos pode estar no fato de ele ter sido censurado, no seio da família, por tão longo tempo, por não haver insistido com força suficiente em que seu pai se aposentasse do trabalho. A punição com ratos também se estende a Pr. Ocorreu-lhe que, poucos dias antes da morte de seu pai, Pr. disse que ele próprio estava doente e pretendia passar o caso para as mãos do Dr. Schmidt.

Evidentemente porque era um caso irremediável, que o afetava fundamentalmente em virtude de sua amizade íntima. Naquela ocasião o paciente pensara 'Os ratos estão abandonando o navio que naufraga'. Tinha a noção de que seu desejo era matar Pr. e de que podia conservá-lo vivo - uma idéia da sua onipotência. Pensou que um de seus desejos realmente havia mantido viva a sua prima, em duas ocasiões. Uma dessas foi no ano passado, quando ela sofria de insônia e ele não se deitou a noite inteira; e ela, naquela noite, realmente dormiu melhor pela primeira vez. A outra ocasião foi quando ela sofria de seus ataques; sempre que estava prestes a cair num estado de insensibilidade, ele era capaz de mantê-la acordada, dizendo alguma coisa que fosse do interesse dela. Ela reagiu, também, às suas observações mesmo encontrando-se nesse estado.

Qual a origem da sua idéia de uma sua onipotência? Acredito que a data dessa origem remonta à primeira morte ocorrida em sua família, a de Katherine - da qual ele tivera três lembranças [ver em [1]]. Ele corrigiu e ampliou a primeira delas. Ele a via sendo levada para a cama, não por seu pai, e antes que se soubesse que ela estava doente. Pois seu pai estava ralhando e ela era levada para longe da cama de seus pais. Por muito tempo ela esteve se queixando de sentir-se cansada, fato a que não se deu atenção. Contudo, certa vez quando o Dr. Pr. a examinava, ele empalideceu. Diagnosticou um carcinoma (?), do qual ela faleceu posteriormente. Enquanto eu discutia as razões possíveis de ele se sentir culpado pela morte da irmã, ele adotou um outro ponto de vista, também importante, porque aqui, aliás, ele não se tinha lembrado previamente de sua idéia de onipotência. Quando tinha vinte anos de idade, eles empregaram uma costureira, a quem ele fez, várias vezes, propostas amorosas, mas com quem realmente não se importava, pois ela fazia exigências e tinha excessivo desejo de ser amada. Ela se queixou de que as pessoas não gostavam dela; pediu que ele lhe garantisse que gostava dela, e desesperou-se quando ele a recusou cabalmente. Poucas semanas depois, ela se atirou da janela. Ele disse que ela não o teria feito se ele tivesse aderido à *liaison*. Por conseguinte, a onipotência de uma pessoa manifesta-se quando ela dá ou nega o amor de alguém, na medida em que a pessoa tem o poder de tornar alguém feliz.

No dia seguinte, ele ficou surpreso por não ter tido remorso após fazer essa descoberta; mas refletiu que este, de fato, já estava ali instalado. (Excelente!)

Propôs, a seguir, fazer um relato histórico de suas idéias obsessivas. A primeira idéia, teve-a em dezembro de 1902, quando de repente pensou que precisava prestar os seus exames em uma determinada época, janeiro de 1903, e que ele cumpriu. (Depois da morte da sua tia e de suas autocensuras em virtude das severas críticas de seu pai.) Ele entende perfeitamente esse fato como sendo uma tarefa adiada. Seu pai estivera sempre aborrecido com ele não ser laborioso. Conseqüentemente, era sua idéia que, estivesse vivo seu pai, ele estaria magoado com sua ociosidade; a mesma coisa ocorre agora como fato procedente. Indiquei-lhe que essa tentativa de negar a realidade da morte de seu pai é a base de toda a sua neurose. Em fevereiro de 1903, depois da morte de um tio para com quem ele era

indiferente, houve um novo desencadeamento de autocensuras por haver dormido pela noite afora [a da morte de seu pai]. Desespero extremo, idéias de suicídio, horror com o pensamento de sua própria morte. O que significava morrer?, ele queria saber. Era como se o som da palavra devesse dizer-lhe o quê. Deve ser assustador não ver ou ouvir ou sentir mais nada! Deixou totalmente de observar essa sua conclusão equivocada e evadiu-se a esses pensamentos admitindo que é preciso existir um outro mundo, o próximo, e uma imortalidade. No verão do mesmo ano, 1903, quando atravessava de barco o Mondsee, teve a súbita idéia de pular dentro d'água. Voltava, com Julie, de uma visita paga ao Dr. E., por quem ela estava apaixonada. Enquanto pensava sobre o que ele faria por seu pai, começou com essa idéia hipotética, que lhe adveio: 'se você tivesse de se atirar na água a fim de que nenhum dano sobreviesse a ele...'; esta imediatamente se acompanhou de uma ordem positiva [para a mesma finalidade]. Era, mesmo nas frases reais que continha, uma idéia análoga às suas reflexões, antes da morte de seu pai, quanto a saber se ele abdicaria de tudo para salvá-lo. Daí algum paralelo com sua prima, que pela segunda vez o tratara mal, naquele verão. Sua fúria contra ela fora impressionante; ele lembra, de repente, haver pensado que, estando ele sentado no divã, 'ela é uma prostituta', fato que lhe causou profundo horror. Já não mais duvida de que tinha de se penitenciar por tais sentimentos de raiva contra seu pai. Naquela ocasião seus receios já oscilavam entre seu pai e sua prima ('prostituta' parece implicar uma comparação com sua mãe). A ordem de saltar para dentro d'água, portanto, só pode ter partido de sua prima - ele era seu amante frustrado.

27 de dez. - Começou fazendo uma correção. Foi em dezembro de 1902 quando contou a sua amiga as suas autocensuras. Prestou os exames em janeiro e, na ocasião, não deu uma data fixa, como havia pensado equivocadamente; isso não se passou antes de 1903, sendo julho o mês exato.

Na primavera [?1903] sentiu violentas autocensuras (por quê?). Um pormenor trouxe a resposta. De repente caiu de joelhos, evocou sentimentos piedosos e teve a resolução de acreditar no outro mundo e na imortalidade. Isso envolvia cristianismo e freqüência à igreja em Unterach [cf. em [1]], após haver chamado sua prima de prostituta. Seu pai jamais consentira ser batizado, contudo lamentava muito o fato de seus ancestrais não o terem poupado desse desagradável negócio. Muitas vezes ele dissera ao paciente que não fazia nenhuma objeção se ele quisesse tornar-se cristão. Será, perguntei, que, talvez, uma jovem cristã houvesse aparecido precisamente como uma rival de sua prima? 'Não.' 'Os Rubensky são judeus, não?' 'Sim, e professam o seu judaísmo.' De fato, se ele se tornasse cristão significaria o fim de todo o esquema R. Repliquei: Assim, haver-se ajoelhado deve ter sido um ato dirigido contra o esquema R., e ele, portanto, deve ter sabido desse plano antes da cena da genuflexão. Não pensou senão em admitir que havia alguma coisa da qual não tinha uma explicação. Aquilo de que concludentemente se lembrava era da iniciação do esquema - ir com seu primo (e futuro cunhado) Bob St. visitar os R., mencionando-se o plano de que eles estavam estabelecidos nas proximidades do Mercado do Gado, St. como advogado e ele como seu escrevente. St. xingou-o por causa disso. No decorrer da conversa ela havia

dito 'Cuide bem de estar pronto para a ocasião'. É bem possível que sua mãe lhe tivesse contado a respeito do esquema, alguns meses antes.

Disse-me que na primavera de 1903 tinha sido relaxado nos estudos. Fez um horário, mas estudava apenas de noite, até meia-noite ou uma hora. Lia, então, horas a fio, mas não compreendia nada. A essa altura interpolou a recordação de que, em 1900, fizera o juramento de jamais se masturbar novamente - o único de que se recorda. Nessa ocasião, porém, costumava, após a leitura, iluminar bastante o hall e o banheiro, tirar a roupa e mirar-se diante do espelho. Tinha alguma preocupação com relação a saber se seu pênis era muito pequeno, e realizando esses atos conseguia a ereção a um certo grau, que lhe devolvia a segurança. Às vezes também colocava um espelho entre as pernas. Além disso, costumava então também ter a ilusão de que alguém batia à porta da rua. Achava que era seu pai tentando entrar no apartamento, e que, não estando aberta, ele veria que não era desejável e se retiraria. Pensava que ele vinha quase sempre e batia à porta. Continuou com esse ato, até que afinal ficou assustado com a natureza patológica dessa idéia, libertando-se dela mediante o pensamento: 'se eu fizer isso, vai magoar meu pai'.

Tudo isso era algo desconexo e ininteligível. É oportuno supormos que ele, por razões de superstição, aguardava uma visita de seu pai entre meia-noite e uma hora, e que, assim, procurou estudar à noite de modo que seu pai viesse a ter com ele enquanto estudava; mas também que, então - após um destacado intervalo de tempo e um [] de incerteza sobre o tempo -, ele realizava aquilo que ele próprio encarava como um substituto para a masturbação, desafiando assim o seu pai. Confirmou o primeiro desses pontos e, no que concerne ao segundo, disse que sentia como que este estivesse relacionado com alguma obscura lembrança da infância, a qual, contudo, não emergiu.

Na noite anterior em que ele partiu para o campo, no início ou em meados de junho, ocorreu a cena de despedida com sua prima que viera para casa com X., na qual sentiu que fora repellido por ela. Nas primeiras semanas de sua estada em Unterach ele esquadrinhou as rachaduras na parede da cabina de banho, vendo através delas uma menina despida. Suportou as mais aflitivas autocensuras, curioso por saber como ela se sentiria se soubesse que estava sendo espiada.

Esse consecutivo relato de eventos acabou com qualquer referência a acontecimentos correntes.

28 de dez. - Ele estava com fome e foi alimentado.

Continuação de sua história. Compulsão em Unterach. De repente ocorreu-lhe que precisa ficar mais magro. Começou a levantar-se da mesa - naturalmente deixava a sobremesa - e correr para lá e para cá, no sol, até ficar pingando de suor. Fazia então uma pausa e, a seguir, voltava de novo a correr. Subia montanhas correndo também desse mesmo modo. À

beira de um íngreme precipício teve a idéia de saltar por cima dele. É natural que isso poderia significar a sua morte. Passou para uma lembrança de seu serviço militar. Durante aquele tempo, ele não havia achado fácil escalar montanhas. Durante as manobras de inverno no Exelberg ele se atrasou, e tentou acelerar, imaginando que sua prima estava no alto da montanha esperando por ele. Isso, contudo, teve um resultado frustrado e ele continuou atrasando-se, até que se achou entre os homens que se haviam prostrado. Pensou que durante o seu serviço militar - no ano em que morreu seu pai - as suas primeiras obsessões eram todas hipotéticas: 'Se você tivesse de cometer alguma insubordinação.' Imaginou situações, como mensurar o amor que sentia por seu pai. Se estivesse marchando nas fileiras e visse seu pai cair diante de seus olhos, será que lhe sucederia subir correndo até ele, a fim de ajudá-lo? (Recordação de seu pai embolsando seus ganhos e correndo para alcançar) [ver em [1]]. A origem de sua fantasia estava em passar por sua casa, em marcha, vindo da caserna. Durante as primeiras semanas difíceis após a morte de seu pai, fora incapaz de ver o seu pessoal, pois, naquela ocasião, estava confinado à caserna por 3 semanas. Não se deu bem no exército. Era apático e ineficiente, e tinha um tenente que era um valentão e que lhes batia com a lâmina deitada da espada se eles deixavam de executar determinados movimentos. Recordação de que certa vez St. ficou tão nervoso a ponto de dizer 'Podemos nos arranjar sem a espada, senhor'. O homem contraiu-se, mas logo veio ter com ele e disse: 'Da próxima vez vou trazer um chicote de cocheiro'. O paciente teve de reprimir boa parte da raiva que sentiu com esse fato; teve algumas fantasias de desafiá-lo para um duelo, contudo abandonou a idéia. De uma outra forma estava contente porque seu pai não era mais vivo. Como um velho soldado, ele teria ficado muitíssimo aborrecido. Seu pai lhe havia fornecido uma apresentação. Quando o paciente lhe mostrou uma lista dos oficiais a quem estava subordinado, seu pai reconheceu um dos nomes - o filho de um oficial sob cujo comando ele próprio havia servido - e escreveu para ele. Seguiu-se uma história sobre o pai desse oficial. Certa ocasião, em Pressburg, não podendo o trem entrar na estação em virtude de uma forte nevasca, o pai do paciente armou de pás os judeus, embora lhes fosse, via de regra, proibido o acesso ao mercado. O oficial encarregado da intendência, na ocasião, chegou até ele, dizendo 'Muito bem, meu velho camarada, foi um bom trabalho', ao que seu pai retrucou 'Seu vagabundo! Você está me chamando de "velho camarada" porque eu ajudei você, mas no passado você me tratou de modo muito diferente.'

(Existe, evidentemente, um esforço de agradar a seu pai com o ato de correr.)

Uma outra compulsão em Unterach, sob a influência do fato de ser repudiado por sua prima: compulsão de conversar. Via de regra, ele não conversa muito com sua mãe, porém acaba de forçar-se a conversar incessantemente com ela, enquanto passeavam juntos. Passava de um assunto para outro e falou uma porção de bobagens. Falava disso ou daquilo como se fosse algo de interesse geral; contudo, o exemplo que ele deu mostrou que a coisa partiu de sua mãe. - Uma obsessão vulgar de contar, isto é, contar até 40 ou 50 entre o trovão e o relâmpago [ver em [1]]. - Uma espécie de obsessão por proteger. Quando estava com ela num barco, sob um forte vento, ele precisou de cobrir a cabeça dela com o seu casquete. Era

como se ele tivesse uma ordem de que nada deveria acontecer a ela. - Obsessão por compreender. Forçou-se a compreender cada sílaba que lhe diziam, como se estivesse a perder algum precioso tesouro. Conseqüentemente, ficava perguntando: 'Que foi que você disse!'; e quando era repetido, parecia-lhe que a comunicação soava diferente na primeira vez que fora dita, e ele achara muita graça.

Esse material carece de ser relacionado com sua prima. Ela lhe havia explicado que aquilo que ele tinha encarado como um desencorajamento imposto a ele, fora, na realidade, uma tentativa, da parte dela, de protegê-lo do ato de ele parecer ridículo às vistas de X. Essa explicação deve ter alterado fundamentalmente a situação. A obsessão de proteger evidentemente expressava remorso e penitência. A obsessão por compreender também regrediu à mesma situação; por que foram essas palavras dela que tinham sido tão preciosas para ele. Realmente, ele não tivera essa última obsessão antes da chegada de sua prima. É fácil compreender o modo como ela se tornou generalizada. As outras formas de obsessão tinham estado presentes antes do *éclaircissement* com sua prima, conforme ele se recorda. Sua ansiedade de contar durante as tempestades com trovoadas tinha a natureza de um oráculo e aponta em direção a um medo da morte - o número de anos que ele iria viver. Aliás, correr no sol encerrava algo de suicida, em virtude de seu infeliz amor. Ele confirmou tudo isso.

Antes de deixar Unterach, contou a seu amigo Y. que tinha então, uma sensação estranhamente definida de que ele não regressaria a Viena. Desde a sua infância fizera-se íntimo de claras idéias de suicídio. Por exemplo, quando vinha para casa com notas baixas em seu boletim escolar, que ele sabia que iria desgostar seu pai. Entretanto, certa vez, aos dezoito anos de idade, a irmã de sua mãe os visitava. O filho dela havia-se suicidado com um tiro, dezoito meses antes, em virtude de um infeliz caso amoroso, conforme se dizia; e o paciente achou que era ainda por causa de Hilde, por quem o jovem estivera muito apaixonado em certa época, que ele se suicidara. Essa tia parecia tão infeliz e desanimada, que ele jurou a si próprio que, por bem de sua mãe, ele jamais se mataria, não importa o que lhe acontecesse, mesmo se estivesse desiludido de amor. Sua irmã Constanze disse-lhe, depois de ele haver regressado da corrida: 'Paul, você vai ver, um dia desses você vai ter um ataque.'

Se é que ele tinha impulsos suicidas antes do *éclaircissement*, estes só podem ter sido autopunições por haver desejado, em sua raiva, que sua prima morresse. Dei-lhe para ler *Joie de vivre*, de Zola.

Ele continuou e me disse que no dia em que sua prima partiu de U. ele encontrou uma pedra na estrada e teve a fantasia de que a carruagem dela poderia bater na pedra, e ela, com isso, poderia sofrer alguma conseqüência séria. Portanto, ele a retirou do caminho, mas vinte minutos depois imaginou que isso era absurdo e voltou, a fim de recolocar a pedra em sua

posição anterior. Assim temos aqui novamente um impulso hostil voltado contra sua prima, paralelamente a um impulso protetor.

2 de dez. [? jan.]. - Interrupção devida à doença e morte do Dr. Pr. Ele o tratou como se fosse seu pai, chegando a ter relações pessoais com ele, nas quais todas as espécies de elementos hostis vieram à tona. Desenhos com relação a ratos, derivados do fato de que ele era o médico da família deles e recebia dinheiro pago por eles. 'Tantos *kreuzers*, tantos ratos', dizia para si, enquanto punha dinheiro no prato de coleta no funeral. Identificando-se com sua mãe, ele até mesmo achava razões para um ódio pessoal contra ele; pois ela o havia censurado por não haver persuadido seu pai a aposentar-se dos negócios. No caminho para o cemitério, ele mais uma vez se viu sorrindo de um modo estranho, que sempre o perturbava quando participava de enterros. Mencionou também uma fantasia que consistia em o Dr. Pr. investir sexualmente sobre sua irmã Julie. (Isso provavelmente era inveja pelos exames médicos.) Passou para uma lembrança, de que seu pai deve ter cometido algum ato com relação a ela, quando ela tinha dez anos de idade, o qual ela não deveria ter praticado. Ouviu gritos que provinham da sala, então seu pai saiu e disse: 'Essa menina tem uma bunda que nem pedra.' Fato bastante estranho, sua crença de que ele realmente nutria sentimentos de raiva contra seu pai não fez progresso algum, apesar de ele verificar que existia uma razão lógica qualquer para supor que possuía esses sentimentos.

Em conexão com esse fato, embora não se saiba em que ponto não esteja claro, existia uma fantasia de transferência. Entre duas mulheres - minha esposa e minha mãe - foi estirado um arenque, desde o ânus de uma até o ânus da outra. Uma menina cortava-o em dois, e depois de cortado os dois pedaços caíram (como se tivessem sido descascados). Tudo quando foi capaz e dizer, a princípio, foi que detestava grandemente arenques; há pouco [cf. em [1]], quando se alimentou, haviam-lhe dado um arenque e ele o deixou intocado. A menina tratava-se de alguém que ele vira nas escadas e que ele tomava por minha filha de doze anos.

2 de jan. [1908]. - (Expressão indisfarçada.) Ele estava surpreso por ter ficado tão zangado hoje de manhã, quando Constanze o convidara para ir ao jogo com ela. Ele logo desejou os ratos para ela e então começou a ter dúvidas com respeito a saber se ele iria ou não, e qual das duas decisões iria dar motivo para uma compulsão. O convite dela impediria um encontro com a costureira e uma visita a fazer a sua prima que está doente (essas foram suas próprias palavras). Sua depressão, hoje, sem dúvida se deve à doença de sua prima.

Além disso, aparentemente tinha ele apenas banalidades para relatar, e eu era capaz de lhe dizer bastante coisas, hoje. Enquanto desejava os ratos para Constanze, sentiu que um rato lhe roía o ânus e teve uma imagem visual do fato. Estabeleci uma conexão que lança nova luz a respeito dos ratos. Em última análise, ele tivera vermes. Que foi que lhe deram a fim de combatê-los? 'Comprimidos.' Enemas, também não? Achou que se lembrava de haver, com

certeza, recebido enemas também. Assim sendo, sem dúvida ele deve ter-se oposto energicamente contra eles, de vez que por trás deles existe um prazer reprimido. Também concordou com isso. Antes disso ele deve ter sentido, por algum tempo, comichões em seu ânus. Eu lhe disse que a história acerca do arenque me lembrava muito dos enemas. (Um pouquinho antes ele havia usado a frase *'wächst ihm zum Hals heraus'*. [‘Ele estava chateado com isso.’ Literalmente: ‘a coisa foi crescendo pela sua garganta’.] Ele não tivera outros vermes além desses - solitárias - pelos quais as pessoas lhe dão arenques, ou não tinha ouvido falar disso, pelo menos? Ele não pensava assim, mas continuou com a idéia dos vermes. (Quando estava em Munique, encontrou uma grande lombriga /round-worm/ em suas fezes, depois de ter tido um sonho em que estava de pé num trampolim que girava com ele em círculo. Isso correspondia aos movimentos do verme. Tinha um apelo irresistível para defecar imediatamente após despertar.) Certa vez, aos dez anos, viu seu primo, ainda menino, defecar, e este lhe mostrou um verme grande que estava em suas fezes; ele ficou muitíssimo enojado. A isso associou aquilo que descreveu como o maior susto de sua vida. Tinha ele um pouco menos de seis anos de idade, sua mãe tinha um passarinho empalhado que fazia parte de um chapéu, que ele pediu emprestado para brincar. Quando corria com ele nas mãos, as asas mexeram-se. Ficou horrorizado, com o passarinho haver revivido, e o atirou no chão. Imaginei a conexão com a morte de sua irmã - certamente essa cena ocorreu mais tarde - e mostrei como o fato de ele haver pensado nisso (acerca do passarinho) facilitou sua crença, mais tarde, na ressurreição de seu pai.

Como não reagiu a isso, dei-lhe uma outra interpretação, ou seja, a de uma ereção causada pela ação de suas mãos. Tracei uma correlação com a morte deduzindo-a do fato de ele haver sido ameaçado com a morte num período pré-histórico, caso ele se tocasse e provocasse uma ereção de seu pênis; e sugeri que ele atribuía a morte de sua irmã à masturbação que ele praticava. Penetrou no assunto até o ponto de se admirar com jamais haver conseguido masturbar-se na puberdade, malgrado ter ele sido incomodado com ereções tão constantes como essas, mesmo quando criança. Descreveu uma cena na qual realmente mostrou uma ereção à sua mãe. Recapitulou sua sexualidade, ela consistia no fato de ele haver-se contentado com simplesmente *olhar* para [Fräulein] Peter e para outras mulheres. Sempre que pensava numa mulher atraente, sem roupas, ele tinha uma ereção. Uma nítida recordação de estar na piscina de mulheres e de ver duas meninas de doze e treze anos, cujas coxas lhe agradavam tanto, que ele teve um desejo definido de ter uma irmã com umas coxas tão bonitas como essas. Seguiu-se, então, um período homossexual com amigos masculinos; contudo, nunca houve contato mútuo, apenas olhar e um prazer enorme que extraía disso. O olhar substituiu, nele, o tocar. Lembrei-lhe as cenas em frente do espelho, depois de ele haver estudado à noite [ver em [1]], nas quais, conforme a interpretação, ele se masturbava em desafio a seu pai, após estudar a fim de agradá-lo - exatamente da mesma forma que o seu ‘Deus o proteja’ se acompanhava de um ‘não’. Deixamos a coisa nesse ponto.

Continuando, contou-me o sonho com o verme, que tivera em Munique, e então me deu algumas informações a respeito de sua rápida defecação pela manhã, relacionada com sua fantasia de transferência sobre o arenque. Como associação à menina que realizou a difícil tarefa [de cortar em dois o arenque] com 'suave virtuosidade', ele pensou em Mizzi Q., uma encantadora menina que tinha oito anos quando ele conheceu boa parte de sua família, e antes que ele próprio obtivesse seu grau de doutor. Ele tomava o trem das 6 da manhã para Salzburg. Estava muito irritado porque sabia que logo iria querer defecar; e quando, com efeito, sentiu muita vontade, pediu desculpas e, na estação, saiu. Perdeu o trem, e Frau Q. apanhou-o no momento em que ele ajustava as suas roupas. Todo o resto do dia ele se sentiu envergonhado diante dela. Nesse ponto, pensou num touro, e então interrompeu. Passou a fazer uma associação ostensivamente irrelevante. Numa conferência proferida por Schweninger e Harden, ele encontrou o Professor Jodl, a quem muito admirava naquele tempo, e de fato trocou com ele algumas palavras. Mas Jodl representa touro, como ele sabe muito bem. Schönthan escrevera um artigo por aquela época, descrevendo um sonho no qual ele era Schweninger e Harden agrupados num só, sendo pois capaz de responder a todas as perguntas que se lhe faziam, até que alguém lhe perguntou por que os peixes não têm cabelo. Ele souou de medo, até que lhe acudiu uma resposta, e disse que naturalmente se sabia bem com que grande intensidade as escamas interferem no crescimento de cabelos, sendo essa a razão por que os peixes não podiam tê-los. Foi isso que determinou o aparecimento do arenque na fantasia de transferência. Certa vez, quando me contara que sua jovem se havia deitado de bruços e os cabelos do seu genital estavam visíveis por detrás, eu lhe disse que era uma pena que hoje em dia as mulheres não tenham cuidado com eles e falavam deles como algo sem graça: por esse motivo ele cuidou de que as duas mulheres [na fantasia] estivessem sem cabelo.

Minha mãe parece ter representado a avó dele, que ele mesmo jamais conhecera; ele, contudo, pensava era na avó de sua prima. Uma casa administrada por duas mulheres. Quando eu lhe trouxe alguma coisa para comer, imediatamente pensou que fora preparada por duas mulheres [ver em [1]].

3 de jan. - O rato, sendo um verme, é também um pênis. Resolvi contar-lhe isto. Assim sendo, a sua fórmula é simplesmente manifestação de um ímpeto libidinal em direção à relação sexual - um ímpeto caracterizado tanto pela raiva como pelo desejo, e expresso em termos arcaicos (retornando à teoria sexual da infância sobre a relação através do ânus). Esse ímpeto libidinal é tão bilateral como a maldição dos eslavos meridionais sobre foder pelo cu [ver em [1]]. Antes disso ele me disse, bastante animado, a solução da última fantasia. Era a minha ciência a criança que resolveu o problema com a alegre superioridade

de uma 'virtuosidade sorridente' e retirou os disfarces de suas idéias, liberando as duas mulheres dos desejos de arenque.

Após contar-lhe que o rato era um pênis, por intermédio de vermes (ponto em que ele logo interpolou 'um pequeno pênis') - rabo de rato - rato, ele apresentou um fluxo inteiro de associações, nem todas fazendo parte do contexto, sendo que a maioria delas provinha do lado da estrutura pleno de desejo. Produziu alguma coisa com referência à pré-história da idéia acerca de ratos, a qual ele sempre havia considerado como relacionada com esta. Alguns meses antes de se formar a idéia sobre ratos, ele encontrou uma mulher, na rua, a quem logo reconheceu como uma prostituta ou, de qualquer modo, como alguém que teve relações sexuais com o homem que estava com ela. Ela sorriu de uma maneira peculiar e ele teve a estranha idéia de que sua prima estava dentro do corpo dela e de que os genitais dela estavam colocados atrás dos genitais da mulher, de tal forma que, daí, ela extraía algum proveito, um pouco, sempre que a mulher copulava. Sua prima, dentro da mulher, foi-se enchendo, crescendo, até que ela a explodiu. Naturalmente isso apenas pode significar que a mulher era a mãe dela, a tia Laura do paciente. Desses pensamentos, que faziam dela uma pessoa não muito melhor do que uma prostituta, ele, afinal, passou para o irmão dela, seu tio Alfred, que a insultou abertamente dizendo 'Você empoa o rosto como uma *chonte*'. Esse tio morreu em terrível sofrimento. Segundo a sua inibição ele se assustava com a ameaça de que seria punido da mesma maneira por causa desses seus pensamentos. Seguiram-se diversas idéias de haver realmente desejado que sua prima tivesse relações sexuais; isto fora antes da teoria dos ratos com a sua forma ocasional de ter de atacá-la com ratos. Ademais, também determinado número de conexões com dinheiro, e a idéia de que sempre fora seu ideal estar em situação de uma disposição sexual mesmo imediatamente após haver copulado. Porventura não estava ele pensando numa transposição para o próximo mundo? Dois anos após a morte de seu pai, sua mãe lhe contou que ela jurara, junto ao túmulo de seu pai, que ela, em futuro imediato, iria recolocar, economizando, o capital que fora gasto. Ele não acreditava que ela tivesse feito o juramento contudo era esse o motivo principal de ele próprio economizar. Portanto, jurara (em sua maneira habitual) que não gastaria mais de 50 florins por mês, em Salzburg. Mais tarde, tornou insegura a inclusão das palavras 'em Salzburg', de modo que *jamais* viesse a ser capaz de gastar mais, e *jamais* ser capaz de se casar com sua prima. (Como a fantasia do arenque, isto poderia reportar-se, por via de tia Laura, à corrente hostil de sentimentos voltada para sua prima.) Teve, contudo, uma outra associação, segundo a qual ele não precisava casar com sua prima caso ela apenas se oferecesse a ele sem casamento, e em troca, opondo-se a isto, a objeção de que, assim sendo, ele teria de pagar com florins por toda cópula, como fazia com a prostituta. Voltou, pois, ao seu delírio de 'tantos florins, tantos ratos', ou seja: 'tantos florins, tantos rabos (cópulas').

Naturalmente toda a fantasia sobre prostituta retrocede até sua mãe - as sugestões feitas, quando ele tinha doze anos, por seu primo que, com malícia, lhe disse que a mãe dele era

uma prostituta, e fazia sinais como se fosse uma [ver em [1]]. Os cabelos de sua mãe são agora muito finos, e enquanto ela os penteia ele costuma puxá-los e chamá-los de rabos de rato. - Quando era criança, ocorreu sua mãe, estando certa vez na cama, mexer-se descuidada e lhe mostrar o traseiro; e ele imaginou que o casamento consistia em as pessoas mostrarem umas às outras as suas nádegas. Durante as brincadeiras homossexuais com seu irmão, ficou certa vez horrorizado quando, pulando juntos na cama, o pênis de seu irmão ficou em contato com seu ânus.

4 de jan. - Animado. Numerosas outras associações, transferências etc., as quais não interpretamos logo. Em relação com a criança (minha ciência) que esclareceu a difamação com o arenque, ele teve uma fantasia de beijá-lo, e, depois, de seu pai despedaçar uma vidraça. Mantendo-se nessa idéia, contou-me uma história que forneceu uma razão para o seu ressentimento contra seu pai. Quando matou a sua primeira aula de Escritura, na escola secundária, e desajeitadamente negou esse fato, seu pai ficou muito irritado, e quando o paciente se queixou de Hans haver batido nele, disse seu pai 'Está muito bem; dê um chute nele'. Outro caso de chutes, a respeito do Dr. Pr. O cunhado do paciente, Bob St., hesitou por muito tempo entre Julie e a filha do Dr. Pr., cujo nome de casada é, hoje, Z. Quando foi preciso tomar uma decisão, ele foi chamado a uma reunião em família e ele aconselhou que a jovem, que o amava, iria fazer-lhe a pergunta direta, quanto a saber se era sim ou não. O Dr. Pr. disse [a ela]: 'Muito bem, se você o ama, está tudo bem. Mas se hoje à noite' (depois do encontro com ele) 'você puder me mostrar a marca do traseiro dele na sola do seu sapato, eu lhe darei um abraço bem apertado.' Ele não gostava do outro, contudo. De repente ocorreu ao paciente que essa história de casamento estava intimamente ligada com a sua própria tentação de Rub. A esposa de Pr. era uma Rubensky de nascimento, e se Bob se tivesse casado com sua filha ele teria sido o único candidato ao sustento da família Rubensky. Dando posseguimento ao assunto sobre o seu cunhado Bob, ele [o paciente] disse que [Bob] tinha muito ciúme dele. Ontem aconteceram cenas com sua irmã, nas quais ele dissera isso abertamente. Os próprios criados disseram que ela o amava e beijava-o [o paciente] como a um amante, não como um irmão. Ele próprio, após ter estado por um momento no quarto contíguo com a sua irmã, disse ao seu cunhado: 'Se Julie tiver uma criança dentro de 9 meses, você não precisa achar que sou o pai dela; sou inocente.' Ele já tinha pensado na necessidade de se comportar realmente mal, de modo que sua irmã não teria motivo para preferir a ele, fazendo uma escolha entre marido e irmão.

Antes disso, eu lhe havia contado, de feição a esclarecer uma transferência, que ele desempenhava o papel de um homem mau com relação a mim - quer dizer, o papel de seu cunhado. Eu lhe disse que isso significava ele lamentar não ter Julie por sua esposa. Essa transferência foi seu derradeiro delírio com respeito a se comportar mal, e ele o revelou de maneira muito confusa. Nessa transferência pensou que eu tirara algum proveito da refeição que lhe dera [ver em [1]]; isso porque ele tinha gasto tempo comendo e o tratamento assim iria durar mais tempo. Ao me entregar o pagamento pelas consultas, ocorreu-lhe a idéia de

que também teria de me pagar pela refeição, ou seja umas 70 *kronen*. Isso derivava de uma farsa num *music-hall* de Budapest, na qual um frágil noivo oferecia a um garçom 70 *kronen* para ele realizar, em seu lugar, a primeira cópula com a noiva.

Havia sinais de que ele receava que os comentários feitos por seu amigo Springer a respeito do tratamento pudessem torná-lo antagônico com relação a este. Ele disse que toda vez que eu louvava alguma de suas idéias ele sempre ficava muito contente; mas que uma outra voz passava a dizer 'Eu não ligo a mínima pelo elogio', ou então, mais indisfarçadamente: 'Estou cagando para isso'.

O significado sexual de ratos não veio à baila, hoje. Sua hostilidade era, de longe, mais evidente, como se ele tivesse uma má consciência a meu respeito. Os pêlos púbicos de sua jovem mulher recordavam-no da pele de um camundongo, e esse camundongo lhe parecia ter algo a ver com ratos. Não entendia que esta é a significação do nome carinhoso '*Mausi*', que ele próprio emprega. Aos quatorze anos, um primo depravado mostrou seu pênis a ele e a seu irmão, e dissera 'O meu mora num bosque' ['*Meiner hauset in einen Vorwald*'], mas achou que ele estava dizendo 'camundoguinho'*[*Mausel*].

6 e 7 de jan. - Sorria travesso, divertido, como se estivesse ocultando alguma coisa.

Um sonho e algumas miudezas. Sonhou que foi ao dentista para extrair um dente cariado. Extraíu um, mas não era o dente certo, e sim um outro, próximo, que só estava um pouquinho ruim. Quando o dente saiu, ele ficou admirado com seu tamanho. (Dois adendos depois.)

Tinha um dente cariado; não doía, contudo, às vezes ficava apenas um pouco sensível. Foi ao dentista, certa vez, para que o obturasse. Mas o dentista disse não haver outra coisa a fazer senão extraí-lo. De hábito ele não era medroso, mas se recolhia diante da idéia de que, de um modo ou outro, a sua dor iria prejudicar sua prima; então rejeitou que o extraíssem. Sem dúvida, acrescentou, tivera leves sensações no dente, que acarretaram o sonho.

Todavia, disse eu, os sonhos podem desprezar sensações mais intensas do que estas, e até mesmo uma dor real. Conhecía ele o significado dos sonhos com dente? Lembrava-se vagamente de que tinha algo a ver com morte de parentes. 'Sim, em certo sentido. Os sonhos com dente encerram uma transposição de uma parte inferior a uma parte superior do corpo.' 'Como é?' 'O uso lingüístico iguala o rosto aos genitais.' 'Contudo ali embaixo não existem dentes.' Eu o fiz ver que era precisamente a razão por que (e isso eu lhe disse também) arrancar um galho de uma árvore tem o mesmo significado. Ele disse que conhecía a expressão 'humilhar alguém'*. Porém, objetou, ele próprio não extraíu o dente, mas foi outro

alguém que o fizera. Admitiu que com a costureira sentiu a tentação de fazê-la segurar seu pênis e soube como levá-lo a cabo. Quando lhe perguntei se ele já se sentia aborrecido com ela, retrucou `Sim`, com espanto. Confessou que sentia o receio de ela o arruinar financeiramente e que lhe estava dando aquilo que de direito era devido à dama de seu amor. Revelou-se que ele se comportara com pouquíssima cautela em matéria de seu dinheiro. Não vinha fazendo contas, de modo que não sabia quanto por mês ela estava custando a ele; também emprestara 100 florins ao seu amigo. Admitiu que eu o detivera no meio do caminho, para fazê-lo desgostar-se de sua *liaison* e retomar a abstinência. Eu disse que achava ser isto suscetível de outras interpretações, mas não lhe diria quais. Qual podia ser o significado de não ter sido o dente certo?

7 de jan. - Ele próprio tinha a sensação de que sua doença dissimulada ocultava algo por trás de si. Novamente, tinha sido amável com a costureira. Sua segunda cópula não logrou produzir ejaculações; foi dominado pelo terror de que iria urinar em lugar de ejacular. Quando criança, no quinto ano da escola primária, um de seus colegas lhe contou que a reprodução entre os homens se efetuava `mijando` dentro da mulher. Ele havia esquecido o seu preventivo para a cópula. Busca claramente meios de estragar o seu caso (ter sentimentos desconfortantes?), ou seja, mediante *coitus interruptus* - impotência.

Ontem apresentou um adendo ao sonho. O dente não se parecia, em absoluto, com um dente, mas sim com um bulbo de tulipa [*Zwiebel*], ao qual forneceu a associação de rodela de cebola [também *Zwiebel*]. Não aceitou as novas associações de `orquídeas` - o seu criptorquismo [testículos não afundados, cf. em [1]] - operação de sua prima [cf. em [2]]. Em relação com a operação, contou-me que, naquela época, estava fora de si, movido por ciúme. Quando estava com ela no sanatório (em 1899), um jovem doutor a visitou, durante a sua ronda, e colocou sua mão na paciente, por debaixo do lençol. Ele não sabia se esse ato era algo correto, que se fazia. Quando soube como ela fora corajosa durante a operação, ele teve a tola idéia de que fora assim porque ela adorava mostrar a beleza de seu corpo aos médicos. Ele estava espantado por eu ter considerado essa idéia tão tola.

Ouvira falar dessa beleza, ao apaixonar-se por ela em 1898, através de sua irmã Hilde. Esse fato causava-lhe ainda mais impressão, de vez que a própria Hilde tinha um corpo muito bonito. Essa pode ter sido a origem de seu amor. Sua prima compreendeu perfeitamente bem sobre o que eles conversavam e ficou ruborizada. A costureira T., que se suicidou, depois, disse saber que ele considerava sua prima, oficialmente, como a mais linda das mulheres, embora na realidade ele soubesse muito bem que havia outras, mais bonitas.

Sim, o dente era um pênis, ele compreendeu. Então havia mais outro adendo: o dente tinha pingado. - Está bem, mas qual era o significado de o dentista haver extraído o seu `dente`? Só com dificuldade é que ele poderia ser levado a verificar ter sido uma operação para

extrair a sua cauda. Foi a mesma coisa que ocorreu com o outro fato óbvio - de que o pênis realmente grande só podia ser o de seu pai; afinal aceitou esse fato como um *tu quoque* e como uma vingança contra seu pai. Os sonhos têm grande dificuldade de revelar tais lembranças desagradáveis.

20 de jan. - Longa interrupção. Ótima disposição. Boa quantidade de material. Progressos. Nenhuma solução. Uma explicação casual mostrou que correr pelo recinto de modo a evitar que fique gordo [*dick*] relacionava-se com o nome de seu primo americano Dick (apelido de Richard) - *Passwort* - a quem ele odiava [ver em [1]]. Contudo essa idéia partiu de mim e ele não a aceitou. Cinco sonhos, hoje, quatro dos quais se referiam ao exército. O primeiro destes revelou uma raiva contida contra oficiais e seu autocontrole de não desafiar um deles por bater no traseiro do imundo garçom Adolph. (Esse Adolph era ele próprio.) Isso levou até a cena com os ratos por via do *pince-nez* (pinças [*Kneifer*]). Esse fato abordou uma experiência em seu primeiro ano na universidade. Um amigo desconfiou dele, de ele 'morrer de medo' [*Kneifen*], porque havia deixado que um colega de escola o golpeasse no ouvido, desafiando este a um duelo, a um conselho jocoso de Springer, e nada então fizera a seguir. Havia uma zanga suprimida contra seu amigo Springer, cuja autoridade se origina pois, desse fato, e contra um outro homem que o traiu e a quem, em troca, ele ajudara posteriormente à custa de sacrifícios. Assim encontramos uma supressão sempre crescente do instinto de raiva acompanhada por um retorno do instinto erógeno pela sujeira.

[Aqui se interrompe o manuscrito.]

APÊNDICE: ALGUNS ESCRITOS DE FREUD QUE TRATAM DA ANSIEDADE E DAS FOBIAS EM CRIANÇAS E DA NEUROSE OBSESSIVA

Os dois tópicos principais dos Casos Clínicos neste volume foram, naturalmente, abordados repetidamente por Freud. As relações que se seguem, contudo, incluem algumas das principais passagens nas quais eles foram discutidos mais especificamente. A data do início de cada item é a mesma do ano durante o qual o trabalho em questão provavelmente foi escrito. A data no final é a da publicação; e, sob essa data, encontram-se dados particulares mais completos sobre o trabalho na bibliografia que se segue.

(A) ANSIEDADE E FOBIAS EM CRIANÇAS

1909 'Análise de uma Fobia em um Menino de Cinco Anos.' (1909b.)

1913 *Totem e Tabu* (Ensaio IV, Seção 3). (1912-13.)

1914 'Sobre o Caso de uma Neurose Infantil.' (1918*b*.)

1917 *Conferências Introdutórias sobre Psicanálise* (Conferências XXV). (1916-17.)

1926 *Inibições, Sintomas e Ansiedade* (Capítulos IV, VII e VIII). (1926*d*.)

(B) NEUROSE OBSESSIVA

1894 'As Neuropsicoses de Defesa' (Seção II). (1894*a*.)

1895 'Obsessões e Fobias.' (1895*c*.)

1895 Rascunho 'K' (Correspondência com Fliess). (1950*a*.)

1896 'Novas Observações sobre as Neuropsicoses de Defesa' (Seção II). (1896*b*.)

1907 'Atos Obsessivos e Práticas Religiosas.' (1907*b*.)

1908 'Caráter e Erotismo Anal.' (1908*b*.)

1909 'Observações sobre um Caso de Neurose Obsessiva.' (1909*d*.)

1912 Totem e Tabu (Ensaio II, Seções 2 e 3 (*c*), e Ensaio III, Seções 3 e 4). (1912-13.)

1913 'Predisposição à Neurose Obsessiva.' (1913*i*.)

1914 'Sobre o Caso de uma Neurose Infantil' (Seção VI). (1918*b*.)

1916 'Um Paralelo Mitológico com uma Obsessão Visual.' (1916*b*.)

1917 *Conferências Introdutórias sobre Psicanálise* (Conferência XVII) (1916-17.)

1917 'Transformações do Instinto conforme Exemplificado no Erotismo Anal.' (1917*c*.)

1926 *Inibições, Sintomas e Ansiedade* (Capítulos V e VI). (1926*d*.)

Cinco lições de psicanálise, Leonardo da Vinci e outros trabalhos

VOLUME XI

(1910[1909])

**PREFÁCIO ESPECIAL PARA A EDIÇÃO BRASILEIRA
DE ANNA FREUD**

Produzir e editar em português uma Edição Standard das obras de Freud constitui ingente tarefa, na qual aqueles que participaram são dignos de louvores. Quando, como na Psicanálise, o pioneiro de uma nova disciplina formulou novos conceitos revolucionários e empregou novos termos, seus tradutores precisam não somente de conhecimentos e habilidade, como também de uma inventividade criadora no ampliar os vocábulos existentes que ultrapassam de muito as fronteiras do comum.

Esta nova edição em português substitui uma anterior, malograda, que saiu de circulação. Sobre esta, apresenta a imensa vantagem de ser não apenas completa, mas uma tradução direta do texto original em alemão, sem que se utilizasse qualquer tradução intermediária.

Não tenho nenhuma dúvida em meu espírito de que o próprio autor a acolheria com todo o entusiasmo.

Anna Freud

Londres, fevereiro de 1970

CINCO LIÇÕES DE PSICANÁLISE (1910 [1909])

NOTA DO EDITOR INGLÊS (JAMES STRACHEY)

ÜBER PSYCHOANALYSE

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1910 Leipzig e Viena: Deuticke. P. 62 (2ª ed. 1912, 3ª ed. 1916, 4ª ed. 1919, 5ª ed. 1920, 6ª ed. 1922, 7ª ed. 1924, 8ª ed. 1930; todas sem modificações.)

1924 G.S., 4, 349-406. (Ligeiramente modificada.)

1943 G.W., 8, 3-60. (Não modificada da G.S.)

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

'The Origin and Development of Psychoanalysis'

1910 Am. J. Psychol., 21 (2 e 3), 181-218. (Tr. H. W. Chase.)

1910 Em Lectures and Addresses Delivered before the Departments of Psychology and Pedagogy in Celebration of the Twentieth Anniversary of the Opening of Clark University, Worcester, Mass., Parte I, pp. 1-38. (Reimpressão da acima mencionada.)

1924 Em An Outline of Psychoanalysis, ed. Van Teslaar, Nova Iorque: Boni and Liveright. Pp. 21-70. (Reedição da acima mencionada.)

A presente tradução inglesa, inteiramente nova, com o título diferente de Five Lectures on Psycho-Analysis, é de James Strachey.

Em 1909, a Clark University, Worcester, Massachusetts, comemorou o vigésimo ano de sua fundação, e seu presidente, o Dr. G. Stanley Hall, convidou Freud e alguns de seus principais seguidores (C. G. Jung, S. Ferenczi, Ernest Jones e A. A. Brill) para participarem das celebrações e receberem graus honoríficos. Foi em dezembro de 1908 que Freud recebeu pela primeira vez o convite, mas foi somente no outono seguinte que esse convite se

concretizou, tendo as cinco conferências de Freud sido pronunciadas na segunda-feira, 6 de setembro de 1909, e nos quatro dias subsequentes. Isto, conforme declarou o próprio Freud na ocasião, foi o primeiro reconhecimento oficial da novel ciência, havendo ele descrito em seu *Autobiographical Study* (Estudo Autobiográfico) 1925d, Capítulo V), como, ao subir ao estrado para pronunciar suas conferências, 'isso lhe pareceu a concretização de um incrível devaneio'.

As conferências (em alemão, naturalmente) foram, de acordo com a prática quase universal de Freud, pronunciadas de improviso e, conforme nos informa o Dr. Jones, sem notas e depois de muito pouco preparo. Foi somente depois de sua volta a Viena que ele foi induzido, a contragosto, a escrevê-las. Esse trabalho somente foi concluído na segunda semana de dezembro, mas sua memória verbal era tão boa que, segundo nos assegura o Dr. Jones a versão impressa 'não fugia muito da exposição original'. Sua primeira publicação foi feita numa tradução inglesa no *American Journal of Psychology* no início de 1910, mas o original em alemão apareceu pouco depois sob a forma de panfleto em Viena. O trabalho tornou-se popular e teve várias edições; em nenhuma delas, contudo, houve qualquer alteração de substância, salvo quanto à nota de rodapé acrescentada em 1923 bem no início, aparecendo somente no *Gesammelte Schriften e Gesammelte Werke*, nos quais Freud retirou suas expressões de gratidão a Breuer. Um exame da atitude modificada de Freud quanto a Breuer encontrar-se-á na Introdução do Editor a *Studies on Hysteria* (Estudos sobre a Histeria), Standard Ed., 2, XXVI ss.

Durante toda sua carreira Freud sempre estava pronto a apresentar exposições de suas descobertas. Já publicara ele alguns curtos relatos de psicanálise, mas esse grupo de conferências foi o primeiro numa escala ampliada. Essas exposições naturalmente variavam de dificuldade de acordo com o auditório para o qual se destinavam, devendo essas ser consideradas como as mais simples, mormente quando postas em confronto com a grande série de *Introductory Lectures* (Conferências Introdutórias) pronunciadas alguns anos depois (1916-17). Não obstante, apesar de todos os acréscimos que iriam ser feitos à estrutura da psicanálise durante o próximo quartel de um século, essas conferências ainda proporcionam admirável quadro preliminar que exige muito pouca correção. E dão elas uma excelente idéia da facilidade e clareza de estilo e do irrestrito sentido de forma que tornou Freud um conferencista tão notável quanto à exposição.

Consideráveis trechos da tradução anterior (1910) deste trabalho foram incluídos na *General Selection from the Works of Sigmund Freud* (Seleção Geral dos Trabalhos de Sigmund Freud), de Rickman (1937, 3-43).

A presente tradução brasileira, diretamente do alemão, é da autoria de Durval Marcondes (Professor de Psicologia Clínica da Universidade de S. Paulo e Presidente da Associação Brasileira de Psicanálise) e de J. Barbosa Corrêa (Professor de Clínica Médica da Escola Paulista de Medicina). Feita para a Companhia Editora Nacional, data de 1931. Foi ligeiramente modificada por Jayme Salomão (Membro-Associado da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro).



Carta enviada por Sigmund Freud ao Professor Durval Marcondes agradecendo a primeira tradução brasileira de um de seus livros.

CINCO LIÇÕES DE PSICANÁLISE

Pronunciadas por Ocasão das Comemorações

do Vigésimo Aniversário da Fundação da

CLARK UNIVERSITY, WORCESTER

MASSACHUSETTS

Setembro de 1909

Ao

DR. G. STANLEY HALL, Ph. D., LL. D.

Presidente da Clark University

Professor de Psicologia e Pedagogia

Este Trabalho é Penhoradamente Dedicado

PREFÁCIO PARA AS CINCO LIÇÕES DE PSICANÁLISE DE DURVAL MARCONDES

As lições que se seguem foram pronunciadas em língua alemã por Freud, em 1909, na “Clark University” em Worcester (Estados Unidos), por ocasião do vigésimo aniversário dessa instituição, e a convite de seu presidente, o eminente psicólogo Stanley Hall. Elas constituem a primeira exposição sistemática que Freud fez de sua teoria e, embora não envolvam as aquisições mais recentes da psicanálise, são, a meu ver, a leitura mais apropriada para quem aborda pela primeira vez a obra do mestre.

A psicanálise estava longe de ter, naquela época, a importância e o renome que hoje desfruta. Se é exato que já em 1907 ela era estudada e utilizada pelo notável psiquiatra Bleuler e por seus assistentes, na clínica de Zurique; e que já em 1908 se reunia em Salisburgo o primeiro congresso psicanalítico internacional, nem por isso as novas idéias eram bem recebidas nas rodas científicas oficiais, onde as afirmações sobre o papel da sexualidade na etiologia das neuroses esbarravam quase sempre com os preconceitos de uma falsa moral. Daí a alta significação para a jovem doutrina teve a sua consagração na cátedra de Worcester. “Na Europa, escreveu Freud, eu me sentia como um proscrito; ali me via acolhido pelos melhores como um igual. A psicanálise não era mais, portanto, uma concepção delirante, mas se tornara uma parte preciosa da realidade.”

Freud nasceu em 6 de maio de 1856, em Freiberg, na Morávia, tendo passado aos quatro anos para Viena, onde fez seus estudos. Formou-se em Medicina em 1881. Ainda estudante, entrou, em 1876, a trabalhar no laboratório de fisiologia de Ernst Brücke, sob cuja direção

efetuou pesquisas de histologia nervosa. Depois de formado, ingressou no serviço do grande psiquiatra Theodor Meynert, tendo-se dedicado, por essa época, a estudos de neuroanatomia. Antes de entregar-se definitivamente à investigação psicanalítica, publicou vários trabalhos sobre afecções orgânicas do sistema nervoso, tais como as afasias e as encefalopatias infantis. Entre 1885 e 1886 foi discípulo de Charcot, em Paris, e acompanhou, em 1889, em Nancy, as experiências de Bernheim sobre o hipnotismo. A influência de ambos nas concepções iniciais da teoria psicanalítica poderá ser bem avaliada nestas “Cinco Lições”.

Essas concepções tiveram sua primeira expressão na nota prévia que Freud publicou em 1893 com o Dr. Breuer, intitulada “Sobre o Mecanismo Psíquico dos Fenômenos Históricos”, a que se seguiu, em 1895, o livro, também em colaboração, “Estudos Sobre a Histeria.”

* * *

A vida de Freud tem sido toda ela uma luta incessante pela verdade. Exposto, pela sua coragem de afirmar, ao anátema das escolas psiquiátricas dominantes, preferiu suportar por muito tempo a dureza de um verdadeiro exílio intelectual a ceder naquilo que era o honesto resultado de sua investigação. Desde o começo de sua carreira profissional, o amor à certeza científica fê-lo prejudicar deliberadamente a clínica em início pela tenacidade em pesquisar em seus doentes o exato determinismo dos sintomas. Sua obra fundamenta-se na mais demorada e paciente observação dos fatos. Há cerca de quarenta anos que ele se dedica diariamente a oito, nove, dez, às vezes mesmo onze análises de uma hora cada uma, podendo-se, portanto, dizer que passou toda uma existência debruçado sobre a alma dos neuróticos. O impiedoso rigor para com as próprias convicções chegou, às vezes, ao ponto de fazê-lo adiar por vários anos a publicação de seus trabalhos até que a experiência ulterior proporcionasse a confirmação de suas descobertas. “Minha A Interpretação de Sonhos”, diz ele, “e meu Fragmento de uma Análise de um Caso de Histeria (o caso de Dora) foram retidos por mim - se não pelos nove anos aconselhados por Horácio - em todo caso por quatro ou cinco anos antes que me decidisse a publicá-los.”

Compreende-se, portanto, que quem adquiriu uma visão nova dos fatos à custa de tão penosos sacrifícios, se tenha recusado a mudar de idéia ante a pressão de uma crítica partidária, que se não baseia na verificação objetiva. Essa justificada intransigência de Freud foi, não obstante, tachada de dogmatismo, o que não impede, porém, que novos dados da observação direta e imparcial confirmem e completem cada vez mais as suas conclusões.

“Os homens são fortes enquanto representam uma idéia forte.” Em sua aureolada velhice,

Freud assiste presentemente ao triunfo gradual e seguro de seus princípios, cujo enunciado já não constitui uma blasfêmia. Eles conquistam paulatinamente o lugar que lhes cabe na ciência dos fenômenos espirituais e se vão tornando aceitos pelos mais legítimos representantes da psiquiatria moderna. Existe, na verdade, quem insista em rejeitar as conseqüências teóricas da psicanálise sem lhe conhecer sequer os métodos. Mas aos poucos irão chegando os últimos retardatários. “Quem sabe esperar não necessita fazer concessões.”

São Paulo, novembro de 1931.

Durval Marcondes.

PRIMEIRA LIÇÃO

SENHORAS E SENHORES, - Constitui para mim sensação nova e embaraçosa apresentar-me como conferencista ante um auditório de estudiosos do Novo Mundo. Considerando que devo esta honra tão somente ao fato de estar meu nome ligado ao tema da psicanálise, será esse, por conseqüência, o assunto de que lhes falarei, tentando proporcionar-lhes, o mais sinteticamente possível, uma visão de conjunto da história inicial e do ulterior desenvolvimento desse novo processo semiológico e terapêutico.

Se algum mérito existe em ter dado vida à psicanálise, a mim não cabe, pois não participei de suas origens. Era ainda estudante e ocupava-me com os meus últimos exames, quando outro médico de Viena, o Dr. Joseph Breuer, empregou pela primeira vez esse método no

tratamento de uma jovem histérica (1880-1882). Ocupemo-nos, pois, primeiramente, da história clínica e terapêutica desse caso, a qual se acha minuciosamente descrita nos *Studies on Hysteria* (Estudos Sobre a Histeria) [1895d] que mais tarde publicamos, o Dr. Breuer e eu.

Mas, preliminarmente, uma observação. Vim a saber, aliás com satisfação, que a maioria de meus ouvintes não pertence à classe médica. Não cuidem, porém, que seja necessária uma especial cultura médica para acompanhar minha exposição. Caminharemos por algum tempo ao lado dos médicos, mas logo deles nos apartaremos, para seguir, com o Dr. Breuer, uma rota absolutamente original.

A paciente do Dr. Breuer, uma jovem de 21 anos, de altos dotes intelectuais, manifestou, no decurso de sua doença, que durou mais de dois anos, uma série de perturbações físicas e psíquicas mais ou menos graves. Tinha uma paralisia espástica de ambas as extremidades do lado direito, com anestesia, sintoma que se estendia por vezes aos membros do lado oposto; perturbações dos movimentos oculares e várias alterações da visão; dificuldade em manter a cabeça erguida; tosse nervosa intensa; repugnância pelos alimentos e impossibilidade de beber durante várias semanas, apesar de uma sede martirizante; redução da faculdade de expressão verbal, que chegou a impedi-la de falar ou entender a língua materna; e, finalmente, estados de 'absence' (ausência), de confusão, de delírio e de alteração total da personalidade, aos quais voltaremos mais adiante a nossa atenção.

Ao terem notícia de semelhante quadro mórbido, os senhores tenderão, mesmo não sendo médicos, a supor que se trate de uma doença grave, provavelmente do cérebro, com poucas esperanças de cura, e que levará rapidamente o enfermo a um desenlace fatal. Os médicos podem, entretanto, assegurar-lhes que, numa série de casos com fenômenos da mesma gravidade, justifica-se outra opinião muito mais favorável. Quando tal quadro mórbido é encontrado em indivíduo jovem do sexo feminino, cujos órgãos vitais internos (coração, rins etc.) nada revelam de anormal ao exame objetivo, mas que sofreu no entanto violentos abalos emocionais, e quando, em certas minúcias, os sintomas se afastam do comum, já os médicos não consideram o caso tão grave. Afirmam que não se trata de uma afecção cerebral orgânica, mas desse enigmático estado que desde o tempo da medicina grega é denominado histeria e que pode simular todo um conjunto de graves perturbações. Nesses casos não consideram a vida ameaçada e até acham provável o restabelecimento completo. Nem sempre é fácil distinguir a histeria de uma grave doença orgânica. Não nos importa, porém, precisar aqui como se faz um diagnóstico diferencial desse gênero, bastando-nos a certeza de que o caso da paciente de Breuer era daqueles em que nenhum médico experimentado deixaria de fazer o diagnóstico de histeria. Podemos também acrescentar, consoante a história clínica, não só que a afecção lhe apareceu quando estava tratando do pai, que ela

adorava e cuja grave doença havia de conduzi-lo à morte, como também que ela, por causa de seus próprios padecimentos, teve de abandonar a cabeceira do enfermo.

Até aqui nos tem sido vantajoso caminhar ao lado dos médicos mas breve os deixaremos. Não devem os senhores esperar que o diagnóstico de histeria, em substituição ao de afecção cerebral orgânica grave, possa melhorar consideravelmente para o doente a perspectiva de um auxílio médico. Se a medicina é o mais das vezes impotente em face das lesões cerebrais orgânicas, diante da histeria o médico não sabe, do mesmo modo, o que fazer, tendo de confiar à providencial natureza a maneira e a ocasião em que se há de cumprir seu esperançoso prognóstico.

Com o rótulo de histeria pouco se altera, portanto, a situação do doente, enquanto que para o médico tudo se modifica. Pode-se observar que este se comporta para com o histérico de modo completamente diverso que para com o que sofre de uma doença orgânica. Nega-se a conceder ao primeiro o mesmo interesse que dá ao segundo, pois não obstante as aparências, o mal daquele é muito menos grave. Mas acresce outra circunstância: o médico, que, por seus estudos, adquiriu tantos conhecimentos vedados aos leigos, pode formar uma idéia da etiologia das doenças e de suas lesões, como, por exemplo, nos casos de apoplexia ou de tumor cerebral, idéia que até certo ponto deve ser exata, pois lhe permite compreender os pormenores do quadro mórbido. Em face, porém, das particularidades dos fenômenos histéricos, todo o seu saber e todo o seu preparo em anatomia, fisiologia e patologia deixam-no desamparado. Não pode compreender a histeria, diante da qual se sente como um leigo, posição nada agradável a quem tenha em alta estima o próprio saber. Os histéricos ficam, assim, privados de sua simpatia. Ele os considera como transgressores das leis de sua ciência, tal como os crentes consideram os hereges: julga-os capazes de todo mal, acusa-os de exagero e de simulação, e pune-os com lhes retirar seu interesse.

O Dr. Breuer não mereceu certamente essa censura com relação à sua paciente. Embora não pretendesse, no princípio, curá-la, não lhe negou, entretanto, interesse e simpatia, o que lhe foi provavelmente facilitado pelas elevadas qualidades de espírito e de caráter da jovem, das quais ele nos dá testemunho na história clínica que redigiu. Sua carinhosa observação proporcionou-lhe bem logo o caminho que lhe permitiu prestar à doente os primeiros auxílios.

Havia-se notado que nos estados de 'absence' (alteração da personalidade acompanhada de confusão), costumava a doente murmurar algumas palavras que pareciam relacionar-se com aquilo que lhe ocupava o pensamento. O médico, que anotara essas palavras, colocou a moça numa espécie de hipnose e repetiu-as, para incitá-la a associar idéias. A paciente entrou, assim, a reproduzir diante do médico as criações psíquicas que a tinham dominado

nos estados de 'absence' e que se haviam traído naquelas palavras isoladas. Eram fantasias profundamente tristes, muitas vezes de poética beleza - devaneios, como podiam ser chamadas - que tomavam habitualmente como ponto de partida a situação de uma jovem à cabeceira do pai doente. Depois de relatar certo número dessas fantasias, sentia-se ela como que aliviada e reconduzida à vida normal. Esse bem-estar durava muitas horas e desaparecia no dia seguinte para dar lugar a nova 'absence', que cessava do mesmo modo pela revelação das fantasias novamente formadas. É forçoso reconhecer que a alteração psíquica manifestada durante as 'absences' era conseqüência da excitação proveniente dessas fantasias intensamente afetivas. A própria paciente, que nesse período da moléstia só falava e entendia inglês, deu a esse novo gênero de tratamento o nome de 'talking cure' (cura de conversação) qualificando-o também, por gracejo, de 'chimney sweeping' (limpeza da chaminé).

Verificou-se logo, como por acaso, que, limpando-se a mente por esse modo, era possível conseguir alguma coisa mais que o afastamento passageiro das repetidas perturbações psíquicas. Pode-se também fazer desaparecer sintomas quando, na hipnose, a doente recordava, com exteriorização afetiva, a ocasião e o motivo do aparecimento desses sintomas pela primeira vez. 'Tinha havido, no verão, uma época de calor intenso e a paciente sofria de sede horrível, pois, sem que pudesse explicar a causa, viu-se, de repente, impossibilitada de beber. Tomava na mão o cobiçado copo de água, mas assim que o tocava com os lábios, repelia-o como hidrófoba. Nesses poucos segundos, ela se achava evidentemente em estado de absence. Para mitigar a sede que a martirizava, vivia somente de frutas, melões etc. Quando isso já durava perto de seis semanas, falou, certa vez, durante a hipnose, a respeito de sua "dama de companhia" inglesa, de quem não gostava, e contou então com demonstrações da maior repugnância que, tendo ido ao quarto dessa senhora, viu, bebendo num copo, o seu cãozinho, um animal nojento. Nada disse, por polidez. Depois de exteriorizar energicamente a cólera retida, pediu de beber, bebeu sem embaraço grande quantidade de água e despertou da hipnose com o copo nos lábios. A perturbação desapareceu definitivamente.

Permitam-me que os detenha alguns momentos ante esta experiência. Ninguém, até então, havia removido por tal meio um sintoma histérico nem penetrado tão profundamente na compreensão da sua causa. O descobrimento desses fatos devia ser de ricas conseqüências, se se confirmasse a esperança de que outros sintomas da doente - e talvez a maioria - se houvessem originado do mesmo modo e do mesmo modo pudessem ser suprimidos. Para verificá-los, Breuer não mediu esforços e pesquisou sistematicamente a patogenia de outros sintomas mais graves. E realmente era assim. Quase todos se haviam formado desse modo, como resíduos - como 'precipitados', se quiserem - de experiências emocionais que, por essa razão, foram denominadas posteriormente 'traumas psíquicos'; e o caráter particular a cada um desses sintomas se explicava pela relação com a cena traumática que o causara. Eram, segundo a expressão técnica, determinados pelas cenas cujas lembranças representavam resíduos, não havendo já necessidade de considerá-los como produtos

arbitrários ou enigmáticos da neurose. Registremos apenas uma complicação que não fora prevista: nem sempre era um único acontecimento que deixava atrás de si os sintomas; para produzir tal efeito uniam-se na maioria dos casos numerosos traumas, às vezes análogos e repetidos. Toda essa cadeia de recordações patogênicas tinha então de ser reproduzida em ordem cronológica e precisamente inversa - as últimas em primeiro lugar e as primeiras por último - sendo completamente impossível chegar ao primeiro trauma, muitas vezes o mais ativo, saltando-se sobre os que ocorreram posteriormente.

Os senhores desejam, por certo, que lhes apresente outros exemplos de produção de sintomas histéricos, além do da hidrofobia originada pela repugnância diante do cão que bebia no copo. Para manter-me, porém, no meu programa, devo limitar-me a poucas ilustrações. Assim, relata Breuer que as perturbações visuais da doente remontavam a situações como aquelas em que `estando a paciente com os olhos marejados de lágrimas, junto ao leito do enfermo, perguntou-lhe este, de repente, que horas eram, e, não podendo ela ver distintamente, forçou a vista, aproximando dos olhos o relógio, cujo mostrador lhe pareceu então muito grande - devido à macropsia e ao estrabismo convergente. Ou se esforçou em reprimir as lágrimas para que o enfermo não as visse.' Todas as impressões patogênicas provinham, aliás, do tempo em que ela se dedicava ao pai doente. `Uma noite velava muito angustiada junto ao doente febricitante e estava em grande ansiedade porque se esperava de Viena um cirurgião para operá-lo. Sua mãe ausentara-se por algum tempo e Anna, sentada à cabeceira do doente, pôs o braço direito sobre o espaldar da cadeira. Caiu em estado de semi-sonho e viu, como se viesse da parede, uma cobra negra que se aproximava do enfermo para mordê-lo. (É muito provável que no campo situado atrás da casa algumas cobras tivessem de fato aparecido, assustando anteriormente a moça e fornecendo agora o material de alucinação.) Ela quis afastar o ofídio, mas estava como que paralisada; o braço direito, que pendia no espaldar, achava-se "adormecido", insensível e parético, e, quando ela o contemplou, transformaram-se os dedos em cobrinhas cujas cabeças eram caveiras (as unhas). Provavelmente procurou afugentar a cobra com a mão direita paralisada e por isso a anestesia e a paralisia da mesma se associaram com a alucinação da serpente. Quando esta desapareceu, aterrorizada, quis rezar, mas não achou palavras em idioma algum, até que, lembrando-se duma poesia infantil em inglês, pode pensar e rezar nessa língua. Com a reconstituição dessa cena durante a hipnose foi removida a paralisia espástica do braço direito, que existia desde o começo da moléstia, e teve fim o tratamento.

Quando, alguns anos mais tarde, comecei a empregar nos meus próprios doentes o método semiótico e terapêutico de Breuer, fiz experiências que concordam com as dele. Numa senhora de cerca de quarenta anos existia um tic (tique) sob a forma de um especial estalar da língua, que se produzia quando a paciente se achava excitada e mesmo sem causa perceptível. Originara-se esse tique em duas ocasiões nas quais, sendo desígnio dela não fazer nenhum rumor, o silêncio foi rompido contra sua vontade justamente por esse estalido. Uma vez, foi quando com grande trabalho conseguira finalmente fazer adormecer seu filhinho

doente, e desejava, no íntimo, ficar quieta para o não despertar; outra vez, quando numa viagem de carro com os dois filhos, por ocasião de uma tempestade, assustaram-se os cavalos e ela cuidadosamente quisera evitar qualquer ruído para que os animais não se espantassem ainda mais. Dou esse esse exemplo dentre muitos outros que se acham consignados nos *Studies on Hysteria* (Estudos Sobre a Histeria).

Senhoras e Senhores. Se me permitem uma generalização - inevitável numa exposição tão breve - podemos sintetizar os conhecimentos até agora adquiridos na seguinte fórmula: os histéricos sofrem de reminiscências. Seus sintomas são resíduos e símbolos mnêmicos de experiências especiais (traumáticas). Uma comparação com outros símbolos mnêmicos de gênero diferente talvez nos permita compreender melhor esse simbolismo. Os monumentos com que ornamos nossas cidades são também símbolos dessa ordem. Passeando em Londres, verão, diante de uma das maiores estações da cidade, uma coluna gótica ricamente ornamentada - a Charing Cross. No século XIII, um dos velhos reis plantagenetas, que fez transportar para Westminster os restos mortais de sua querida esposa e rainha Eleanor, erigiu cruzeiros góticos nos pontos em que havia pousado o esquife. Charing Cross é o último desses monumentos destinados a perpetuar a memória do cortejo fúnebre. Em outro ponto da cidade, não muito distante da London Bridge, verão uma coluna moderna e muito alta, chamada simplesmente 'The Monument', cujo fim é lembrar o grande incêndio que em 1666 irrompeu ali perto e destruiu boa parte da cidade. Tanto quanto se justifique a comparação, esses monumentos são também símbolos mnêmicos como os sintomas histéricos. Mas que diriam do londrino que ainda hoje se detivesse compungido ante o monumento erigido em memória do enterro da rainha Eleanor, em vez de tratar de seus negócios com a pressa exigida pelas modernas condições de trabalho, ou de pensar satisfeito na jovem rainha de seu coração? Ou de outro que, em face do 'Monument' chorasse a incineração da cidade querida, reconstruída depois com tanto brilho? Como esses londrinos pouco práticos, procedem, entretanto, os histéricos e neuróticos: não só recordam acontecimentos dolorosos que se deram há muito tempo, como ainda se prendem a eles emocionalmente; não se desembaraçam do passado e alheiam-se por isso da realidade e do presente. Essa fixação da vida psíquica aos traumas patogênicos é um dos caracteres mais importantes da neurose e dos que têm maior significação prática.

Desde já aceito a objeção que provavelmente os senhores formularam refletindo sobre a história da paciente de Breuer. Todos os traumas que influíram na moça datavam do tempo em que ela cuidava do pai doente, e os sintomas que apresentava podem ser considerados como simples sinais mnêmicos da doença e da morte dele. Correspondem, portanto, a uma manifestação de luto, e a fixação à memória do finado, tão pouco tempo depois do traspasse, nada representa de patológico; corresponde antes a um processo emocional normal. Reconheço que na paciente de Breuer a fixação aos traumas nada tem de extraordinário. Mas em outros casos - como no tique por mim tratado, cujos fatores datavam mais de quinze e dez

anos -, é muito nítido o caráter da fixação anormal ao passado. A doente de Breuer nos haveria de oferecer oportunidade de apreciar a mesma fixação anormal, se não tivesse sido tratada pelo método catártico tão pouco tempo depois do traumatismo e da eclosão dos sintomas.

Até aqui apenas discorreremos sobre as relações entre os sintomas histéricos e os fatos da vida da doente, mas dois outros elementos da observação de Breuer podem também indicarnos como conceber tanto o mecanismo da moléstia como o do restabelecimento.

Quanto ao primeiro, é preciso salientar que a doente de Breuer em quase todas as situações teve de subjugar uma poderosa emoção, em vez de permitir sua descarga por sinais apropriados de emoção, palavras ou ações. No trivialíssimo incidente relativo ao cãozinho de sua dama de companhia, por consideração a esta ela não deixou sequer transparecer a sua profunda aversão; velando à cabeceira do pai, estava sempre atenta para que o doente não lhe percebesse a ansiedade e a penosa depressão. Ao reproduzir posteriormente estas mesmas cenas diante do médico, a energia afetiva então inibida manifestava-se intensamente, como se estivesse até então represada. Além disso, o sintoma - resíduo desta cena - atingia a máxima intensidade quando durante o tratamento ia-se chegando à sua causa, para desaparecer completamente quando esta se aclarava inteiramente. Por outro lado, pode-se verificar que era inútil recordar a cena diante do médico se, por qualquer razão, isto se dava sem exteriorização afetiva. Era pois a sorte dessas emoções, que podemos imaginar como grandezas variáveis o que regulava tanto a doença como a cura. Tinha-se de admitir que a doença se instalava porque a emoção desenvolvida nas situações patogênicas não podia ter exteriorização normal; e que a essência da moléstia consistia na atual utilização anormal das emoções `enlatadas'. Em parte ficavam estas como carga contínua da vida psíquica e fonte permanente de excitação para a mesma; em parte se desviavam para insólitas inervações e inibições somáticas, que se apresentavam como os sintomas físicos do caso. Para este último mecanismo propusemos o nome de `conversão histérica'. Demais, uma certa parte de nossas excitações psíquicas é conduzida normalmente para a inervação somática, constituindo aquilo que conhecemos por `expressão das emoções'. A conversão histérica exagera então essa parte da descarga de um processo mental catexizado emocionalmente; ela representa uma expressão mais intensa das emoções, conduzida por nova via. Quando uma corrente de água se escoar por dois canais, num deles o líquido se elevará, logo que no outro se interponha um obstáculo. Como vêem, estamos quase chegando a uma teoria puramente psicológica da histeria, onde assinalamos o primeiro lugar para os processos afetivos.

Uma segunda observação de Breuer obriga-nos agora a atribuir grande significação aos estados de consciência para a característica dos fatos mórbidos. A doente de Breuer exhibia, ao lado de seu estado normal, vários outros de `absence', confusão e alterações do caráter. Em estado normal ela ignorava totalmente as cenas patogênicas ou pelo menos havia rompido a conexão patogênica. Sob hipnose era possível, depois de considerável esforço, trazer tais cenas à memória, e por este trabalho de evocação os sintomas eram removidos.

Ficariamos em grande perplexidade para interpretar esse fato se a experiência do hipnotismo já não nos tivesse indicado o caminho. Pelo estudo dos fenômenos hipnóticos tornou-se habitual a concepção, a princípio estranhável, de que num mesmo indivíduo são possíveis vários agrupamentos mentais que podem ficar mais ou menos independentes entre si, sem que um `nada saiba' do outro, e que podem se alternar entre si em sua emersão à consciência. Casos destes, também ocasionalmente, aparecem de forma espontânea, sendo então descritos como exemplos de `double consciente'. Quando nessa divisão da personalidade a consciência fica constantemente ligada a um desses dois estados, chama-se esse o estado mental `conscience' e o que dela permanece separado o `inconsciente'. Nos conhecidos fenômenos da chamada `sugestão pós-hipnótica', em que uma ordem dada durante a hipnose é depois, no estado normal, imperiosamente cumprida, tem-se um esplêndido modelo das influências que o estado inconsciente pode exercer no consciente, modelo esse que permite sem dúvida compreender o que ocorre na manifestação da histeria. Breuer resolveu admitir que os sintomas histéricos apareciam em estados mentais particulares que chamava `hipnóides'. As excitações durante esses estados hipnóides tornam-se facilmente patogênicas porque não encontram neles as condições para a descarga normal do processo de excitação. Origina-se então, do processo de excitação, um produto anormal - o sintoma - que, como corpo estranho, se insinua no estado normal, escapando a este, por isso, o conhecimento da situação patogênica hipnóide. Onde existe um sintoma, existe também uma amnésia, uma lacuna da memória, cujo preenchimento suprime as condições que conduzem à produção do sintoma.

Receio que esta parte de minha exposição não lhes pareça muito clara. Os presentes devem, contudo, ser indulgentes; trata-se de concepções novas e difíceis que talvez não possam fazer-se muito mais claras, prova de que nossos conhecimentos ainda não progrediram muito. A teoria de Breuer, dos estados hipnóides, tornou-se aliás embaraçante e supérflua, e foi abandonada pela psicanálise moderna. Mais tarde me ouvirão falar, nem que seja sucintamente, das influências e processos que era mister descobrir atrás das fronteiras dos estados hipnóides, por Breuer fixadas. Hão de ter tido também a impressão, sem dúvida justa, de que a pesquisa de Breuer só lhes pode dar uma teoria muito incompleta e uma explicação insuficiente dos fenômenos observados; porém as teorias completas não caem do céu e com toda a razão desconfiarão se alguém lhes apresentar, logo no início de suas observações, uma teoria sem falhas, otimamente rematada. Tal teoria certamente só poderá ser filha de sua especulação e nunca o fruto da pesquisa imparcial e desprevenida da realidade.

SEGUNDA LIÇÃO

SENHORAS E SENHORES, - Quase ao mesmo tempo em que Breuer praticava a talking cure (cura de conversação) com sua paciente, começava o grande Charcot, em Paris, com as doentes histéricas da Salpêtrière, as investigações de onde havia de surgir nova concepção da enfermidade. Estes resultados não podiam, naquela ocasião, ser conhecidos em Viena. Quando, porém, cerca de dez anos mais tarde, Breuer e eu publicávamos nossa 'Preliminary Communication' (Comunicação Preliminar) sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos, relacionada com o tratamento catártico da primeira doente de Breuer [1893a], já nos achávamos de todo sob a influência das pesquisas de Charcot. A nosso ver, os acontecimentos patogênicos de nossos doentes, isto é, os traumas psíquicos, eram equivalentes dos traumas físicos cuja influência nas paralisias histéricas fora precisada por Charcot; e a hipótese dos estados hipnóides de Breuer nada mais é que o reflexo da reprodução artificial daquelas paralisias traumáticas, que Charcot obtivera durante a hipnose.

O grande observador francês, de quem fui discípulo em 1885 e 1886, não era propenso às concepções psicológicas. Foi seu discípulo Pierre Janet que tentou penetrar mais intimamente os processos psíquicos particulares da histeria, e nós seguimos-lhes o exemplo, tomando a divisão da mente e a dissociação da personalidade como ponto central de nossa teoria. Segundo a de Janet, que leva em grande conta as idéias dominantes na França sobre o papel da hereditariedade e da degeneração, a histeria é uma forma de alteração degenerativa do sistema nervoso, que se manifesta pela fraqueza congênita do poder de síntese psíquica. Os pacientes histéricos seriam, desde o princípio, incapazes de manter como um todo a multiplicidade dos processos mentais, e daí a dissociação psíquica. Se me for permitida uma comparação trivial mais precisa, direi que o paciente histérico de Janet lembra uma pobre mulher que saiu a fazer compras e volta carregada de pacotes. Não podendo só com dois braços e dez dedos conter toda a pilha, cai-lhe primeiro um embrulho; ao inclinar-se para levantá-lo, cai-lhe outro, e assim sucessivamente. Contrariando, porém, esta suposta fraqueza mental dos pacientes histéricos, podem observar-se neles, além dos fenômenos de capacidade diminuída, outros, por assim dizer compensadores, de exaltação parcial da eficiência. Durante o tempo em que a doente de Breuer esquecera a língua materna e outros idiomas exceto o inglês, era tal a facilidade com que falava este último, que chegava a ponto de ser capaz, diante de um livro alemão, de traduzi-lo à primeira vista, perfeita e corretamente.

Quando eu, mais tarde, prosseguia sozinho as pesquisas iniciadas por Breuer, fui levado a outro ponto de vista a respeito da dissociação histérica (a divisão da consciência). Era fatal essa divergência, aliás decisiva para o resultado futuro, visto que eu não partia, como Janet, de experiências de laboratório e sim do trabalho terapêutico.

O que sobretudo me impelia era a necessidade prática. O procedimento catártico, como Breuer o praticava, exigia previamente a hipnose profunda do doente, pois só no estado hipnótico é que tinha este o conhecimento das ligações patogênicas que em condições normais lhe escapavam. Tornou-se-me logo enfadonho o hipnotismo, como recurso incerto e algo místico; e quando verifiquei que apesar de todos os esforços não conseguia hipnotizar senão parte de meus doentes, decidi abandoná-lo, tornando o procedimento catártico independente dele. Como não podia modificar à vontade o estado psíquico dos doentes, procurei agir mantendo-os em estado normal. Parecia isto a princípio empresa insensata e sem probabilidade de êxito. Tratava-se de fazer o doente contar aquilo que ninguém, nem ele mesmo, sabia. Como esperar consegui-lo? O auxílio me veio da recordação de uma experiência de Bernheim, singularíssima e instrutiva, a que eu assistira em Nancy [em 1889]. Bernheim nos havia então mostrado que as pessoas por ele submetidas ao sonambulismo hipnótico e que nesse estado tinham executado atos diversos, só aparentemente perdiam a lembrança dos fatos ocorridos, sendo possível despertar nelas tal lembrança, mesmo no estado normal. Quando interrogadas a propósito do que havia acontecido durante o sonambulismo, afirmavam de começo nada saber; mas se ele não cedia, insistindo com elas e assegurando-lhes que era possível lembrar, a recordação vinha sempre de novo à consciência.

Procedi do mesmo modo com os meus doentes. Quando chegávamos a um ponto em que nos afirmavam nada mais saber, assegurava-lhes que sabiam, que só precisavam dizer, e ia mesmo até afirmar que a recordação exata seria a que lhes apontasse no momento em que lhes pusesse a mão sobre a fronte. Dessa maneira pude, prescindindo do hipnotismo, conseguir que os doentes revelassem tudo quanto fosse preciso para estabelecer os liames existentes entre as cenas patogênicas olvidadas e os seus resíduos - os sintomas. Esse processo era, porém, ao cabo de algum tempo, extenuante, inadequado para uma técnica definitiva.

Não o abandonei, contudo, sem tirar, das observações feitas, conclusões decisivas. Vi confirmado, assim, que as recordações esquecidas não se haviam perdido. Jaziam em poder do doente e prontas a ressurgir em associação com os fatos ainda sabidos, mas alguma força as detinha, obrigando-as a permanecer inconscientes. A existência desta força pode ser seguramente admitida, pois sentia-se-lhe a potência quando, em oposição a ela, se intentava trazer à consciência do doente as lembranças inconscientes. A força que mantinha o estado mórbido fazia-se sentir como resistência do enfermo.

Nesta idéia de resistência alicercei então minha concepção acerca dos processos psíquicos na histeria. Para o restabelecimento do doente mostrou-se indispensável suprimir estas resistências. Partindo do mecanismo da cura, podia-se formar idéia muito precisa da gênese da doença. As mesmas forças que hoje, como resistência, se opõem a que o esquecido volte à consciência deveriam ser as que antes tinham agido, expulsando da consciência os acidentes patogênicos correspondentes. A esse processo, por mim formulado,

dei o nome de `repressão` e julguei-o demonstrado pela presença inegável da resistência.

Podia-se ainda perguntar, sem dúvida, que força era essa e quais as condições da repressão, em que reconhecemos agora o mecanismo patogênico da histeria. Um exame comparativo das situações patogênicas, conhecidas graças ao tratamento catártico, permitia dar a conveniente resposta. Tratava-se em todos os casos do aparecimento de um desejo violento mas em contraste com os demais desejos do indivíduo e incompatível com as aspirações morais e estéticas da própria personalidade. Produzia-se um rápido conflito e o desfecho desta luta interna era sucumbir à repressão a idéia que aparecia na consciência trazendo em si o desejo inconciliável, sendo a mesma expulsa da consciência e esquecida, juntamente com as respectivas lembranças. Era, portanto, a incompatibilidade entre a idéia e o ego do doente, o motivo da repressão; as aspirações individuais, éticas e outras, eram as forças repressivas. A aceitação do impulso desejoso incompatível ou o prolongamento do conflito teriam despertado intenso desprazer; a repressão evitava o desprazer, revelando-se desse modo um meio de proteção da personalidade psíquica.

Dos muitos casos por mim observados quero relatar-lhes um apenas, no qual são patentes os aspectos determinantes e a vantagem da repressão. Para não me afastar do meu propósito, sou forçado a resumir esta história clínica, deixando de lado importantes hipóteses. A paciente era uma jovem que perdera recentemente o pai, depois de tomar parte, carinhosamente, nos cuidados ao enfermo - situação análoga à da doente de Breuer. Nascera, quando a irmã mais velha se casou, uma simpatia particular para o novo cunhado, que se mascarava por disfarce de ternura familiar. Esta irmã adoeceu logo depois e veio a falecer durante a ausência da minha doente e de sua mãe. Estas foram chamadas urgentemente, sem notícia completa do doloroso acontecimento. Quando a moça chegou ao leito da morta, correu-lhe na mente, por um rápido instante, uma idéia mais ou menos assim: `ele agora está livre, pode desposar-me.` É-nos lícito admitir como certo que esta idéia, denunciando-lhe à consciência o intenso amor que sem o saber tinha ao cunhado, foi logo entregue à repressão pelos próprios sentimentos revoltados. A jovem adoeceu com graves sintomas histéricos e quando comecei a tratá-la tinha esquecido não só aquela cena junto ao leito da irmã, como também o concomitante sofrimento indigno e egoísta. Mas recordou-se de tudo durante o tratamento, reproduziu o incidente patogênico com sinais de intensa emoção, e curou-se.

Talvez possa ilustrar o processo de repressão e a necessária relação deste com a resistência, mediante uma comparação grosseira, tirada de nossa própria situação neste recinto. Imaginem que nesta sala e neste auditório, cujo silêncio e cuja atenção eu não saberia louvar suficientemente, se acha no entanto um indivíduo comportando-se de modo inconveniente, perturbando-nos com risotas, conversas e batidas de pé, desviando-me a atenção de minha incumbência. Declaro não poder continuar assim a exposição; diante disso alguns homens vigorosos dentre os presentes se levantam, e após ligeira luta põem o indivíduo fora da porta. Ele está agora `reprimido` e posso continuar minha exposição. Para que, porém, se não repita o incômodo se o elemento perturbador tentar penetrar novamente

na sala, os cavalheiros que me satisfizeram a vontade levam as respectivas cadeiras para perto da porta e, consumada a repressão, se postam como `resistências'. Se traduzirmos agora os dois lugares, sala e vestíbulo, para a psique, como `consciente' e `inconsciente', os senhores terão uma imagem mais ou menos perfeita do processo de repressão.

Os senhores podem ver desde logo onde está a diferença entre nossa concepção e a de Janet. Não atribuímos a divisão psíquica à incapacidade inata para a síntese da parte do aparelho psíquico, mas explicamo-lo dinamicamente pelo conflito de forças mentais contrárias, reconhecendo nele o resultado de uma luta ativa da parte dos dois agrupamentos psíquicos entre si. De nossa concepção surgem novos problemas, em grande número. Os conflitos psíquicos são excessivamente freqüentes; observa-se com muita regularidade o esforço do eu para se defender de recordações penosas, sem que isso produza a divisão psíquica. É forçoso, portanto, admitir que outras condições são também necessárias para que do conflito resulte a dissociação. Concordo de boa-vontade que com a hipótese da repressão, estamos não no remate, mas antes no limiar de uma teoria psicológica; só passo a passo podemos avançar, esperando que um trabalho posterior mais aprofundado aperfeiçoe os conhecimentos.

Os presentes devem abster-se de examinar o caso da doente de Breuer sob o ponto de vista da repressão: essa história clínica não se presta para isso porque foi obtida sob o influxo do hipnotismo. Só prescindido deste último poderão perceber a resistência e a repressão, e formar idéia exata do processo patogênico real. A hipnose encobre a resistência, deixando livre e acessível um determinado setor psíquico, em cujas fronteiras, porém, acumula as resistências, criando para o resto uma barreira intransponível.

O que de mais importante nos proporcionou a observação de Breuer foi esclarecer as relações dos sintomas com as experiências patogênicas ou traumas psíquicos, resultado que não devemos deixar de focalizar agora sob o ponto de vista da teoria da repressão. À primeira vista, com efeito, não se percebe como, partindo da repressão, se pode chegar à formação dos sintomas. Em lugar de trazer uma complicada dedução teórica, prefiro retornar à comparação que há pouco nos serviu. Suponhamos que com a expulsão do perturbador e com a guarda à porta não terminou o incidente. Pode muito bem ser que o sujeito, irritado e sem nenhuma consideração, continue a nos dar que fazer. Ele já não está aqui conosco; ficamos livres de sua presença, dos motejos, dos apartes, mas a expulsão foi por assim dizer inútil, pois lá de fora ele dá um espetáculo insuportável, e com berros e murros na porta nos perturba a conferência mais do que antes. Em tais conjunturas poderíamos felicitar-nos se o nosso honrado presidente, Dr. Stanley Hall, quisesse assumir o papel de medianeiro e pacificador. Iria parlamentar com o nosso intratável companheiro e voltaria pedindo-nos que o recebêssemos de novo, garantindo-nos um comportamento conveniente daqui por diante. Graças à autoridade do Dr. Hall, condescendemos em desfazer a repressão, voltando a paz e o sossego. Eis uma representação muito apropriada da missão que cabe ao médico na terapêutica psicanalítica das neuroses.

Agora, para dizê-lo sem reboços: chegamos à convicção, pelo exame dos doentes histéricos e outros neuróticos, de que a repressão das idéias, a que o desejo insuportável está apenso, malogrou. Expeliram-nas da consciência e da lembrança; com isso os pacientes se livraram aparentemente de grande soma de dissabores. Mas o impulso desejoso continua a existir no inconsciente à espreita de oportunidade para se revelar, concebe a formação de um substituto do reprimido, disfarçado e irreconhecível, para lançar à consciência, substituto ao qual logo se liga a mesma sensação de desprazer que se julgava evitada pela repressão. Esta substituição da idéia reprimida - o sintoma - é protegida contra as forças defensivas do ego e em lugar do breve conflito, começa então um sofrimento interminável. No sintoma, a par dos sinais do disfarce, podem reconhecer-se traços de semelhança com a idéia primitivamente reprimida. Pelo tratamento psicanalítico desvenda-se o trajeto ao longo do qual se realizou a substituição, e para a recuperação é necessário que o sintoma seja reconduzido pelo mesmo caminho até a idéia reprimida.

Uma vez restituído à atividade mental consciente aquilo que fora reprimido - e isso pressupõe que consideráveis resistências tenham sido desfeitas - o conflito psíquico que desse modo se originara e que o doente quis evitar, alcança, orientado pelo médico, uma solução mais feliz do que a oferecida pela repressão. Há várias dessas soluções para rematar satisfatoriamente conflito e neurose, as quais, em determinados casos, podem combinar-se entre si. Ou a personalidade do doente se convence de que repelira sem razão o desejo e consente em aceitá-lo total ou parcialmente, ou este mesmo desejo é dirigido para um alvo irrepreensível e mais elevado (o que se chama 'sublimação' do desejo), ou, finalmente, reconhece como justa a repulsa. Nesta última hipótese o mecanismo da repressão, automático por isso mesmo insuficiente, é substituído por um julgamento de condenação com a ajuda das mais altas funções mentais do homem - o controle consciente do desejo é atingido.

Desculpem-me se porventura não logrei apresentar-lhes mais compreensivelmente estes pontos de vista capitais do método terapêutico hoje denominado 'psicanálise'. A dificuldade não está só na novidade do assunto. A natureza dos desejos incompatíveis que, não obstante a repressão, continuam a dar sinal de si no inconsciente, e os elementos determinantes subjetivos e constitucionais que devem estar presentes em qualquer pessoa antes do malogro da repressão podem ocorrer e um substituto ou sintoma ser formado - sobre tudo isto procurarei esclarecer em algumas observações posteriores.

TERCEIRA LIÇÃO

SENHORAS E SENHORES, - Nem sempre é fácil dizer a verdade, mormente quando é mister ser conciso, e por isso vejo-me obrigado a corrigir uma inexatidão que cometi na última conferência. Dizia-lhes eu que quando, posto de lado o hipnotismo, eu forçava os doentes a comunicarem o que lhes viesse à mente - pois que saibam, apesar de tudo, aquilo que supunham ter esquecido, e a idéia que lhes brotasse havia de certamente conter em si o que se procurava -, pude, com efeito, verificar que o primeiro pensamento surgido trazia o elemento desejado e se revelava como a continuação inadvertida da lembrança. Isto, porém, nem sempre é certo; foi por amor à concisão que o apresentei com essa singeleza. Na realidade, só nas primeiras vezes aconteceu que pela simples pressão de minha parte exatamente o esquecido que buscávamos se apresentasse. Continuando a empregar o método, vinham pensamentos despropositados, que não poderiam ser o procurado e que os próprios doentes repeliam como inexatos. Já não adiantava insistência e poder-se-ia de novo lamentar o abandono do hipnotismo.

Neste estado de perplexidade vali-me de um pressuposto cuja exatidão científica foi anos depois demonstrada pelo meu amigo C. G. Jung, de Zurique, e seus discípulos. Devo afirmar que às vezes é muito útil ter um pressuposto. Eu tinha em alto conceito o rigor do determinismo dos processos mentais e não podia crer que uma idéia concebida pelo doente com atenção concentrada fosse inteiramente espontânea, sem nenhuma relação com a representação mental esquecida e por nós procurada. Que não fosse idêntica a esta, explicava-se satisfatoriamente pela situação psicológica suposta. Duas forças antagônicas atuavam no doente; de um lado, o esforço refletido para trazer à consciência o que jazia deslembrado no inconsciente; de outro lado a resistência, já nossa conhecida, impedindo a passagem para o consciente do elemento reprimido ou dos derivados deste. Se fosse igual a zero ou insignificante a resistência, o olvidado se tornaria consciente sem deformação. Podemos admitir que seja tanto maior a deformação do elemento procurado quanto mais forte a resistência que o detiver. O pensamento que no doente vinha em lugar do desejado, tinha origem idêntica à de um sintoma; era uma nova substituição artificial e efêmera do reprimido e tanto menos semelhante a ele quanto maior a deformação que tivesse de sofrer sob a influência da resistência. Ele devia mostrar, porém, certa parecença com o procurado, em virtude da sua natureza de sintoma; e desde que a resistência não fosse muito intensa, seria possível, partindo da idéia, lobrigar o oculto que se buscava. O pensamento devia comportar-se em relação ao elemento reprimido com uma alusão, como uma representação do mesmo por meio de palavras indiretas.

Conhecemos, no domínio da vida psíquica normal, exemplos em que situações análogas às que admitimos produzem resultados semelhantes. É o caso do chiste. O problema da técnica psicanalítica forçou-me a estudar o mecanismo da formação das pilhérias. Quero expor-lhes apenas um desses exemplos, aliás uma anedota da língua inglesa.

Diz a anedota: Por uma série de empresas duvidosas, dois comerciantes tinham conseguido reunir grandes cabedais e esforçavam-se para penetrar na boa sociedade. Entre

outros, pareceu-lhes um meio conveniente fazerem-se retratar pelo pintor mais notável e mais careiro da cidade, cujo quadro fosse um acontecimento. Numa grande reunião foram inaugurados os custosíssimos quadros, um ao lado do outro, e os dois proprietários conduziram até a parede o mais influente crítico de arte a fim de obterem o valioso julgamento. O crítico examinou longamente o quadro, sacudiu a cabeça como se achasse falta de alguma coisa e perguntou apenas, indicando o espaço entre os dois quadros: `But where's the Saviour?` (`Mas onde está o Redentor?`) Vejo que todos se riem da boa pilhéria; penetramos-lhes agora a significação. Os presentes compreendem que o crítico queria dizer: vocês são dois patifes como aqueles que ladearam o Cristo crucificado. Mas não o disse; em lugar disso exprimiu coisa que à primeira vista parece extraordinariamente abstrusa e fora de propósito, mas que logo depois reconhecemos como uma alusão à injúria que lhe estava no íntimo, e que vale perfeitamente como substituto dela. Não podemos esperar que numa anedota sejam encontradas todas as circunstâncias que pressupomos na gênese das idéias associadas dos nossos doentes; queremos todavia realçar a identidade de motivação para a anedota e para a idéia. Por que é que o nosso crítico não lhes falou claramente? Porque nele outras razões contrárias também atuavam ao lado do ímpeto de dizê-lo francamente, face a face. Não deixa de ser perigoso desfeitear pessoas de que somos hóspedes e que dispõem de criadagem numerosa, de pulsos vigorosos. A sorte poderia ser a mesma que na conferência anterior serviu de exemplo para a repressão. Por tal razão o crítico atirou indiretamente a ofensa que estava ruminando, transfigurando-a numa `alusão com desabafo`. É, a nosso ver, devido à mesma constelação que o paciente produz uma idéia de substituição, mais ou menos distorcida, em lugar do elemento esquecido que procuramos.

Senhoras e Senhores. Aceitando a proposta da Escola de Zurique (Bleuler, Jung e outros), convém dar o nome de `complexo` a um grupo de elementos ideacionais interdependentes, catexizados de energia afetiva. Vemos assim que partindo da última recordação que o doente ainda possui, em busca de um complexo reprimido, temos toda a probabilidade de desvendá-lo, desde que o doente nos proporcione um número suficiente de associações livres

. Mandamos o doente dizer o que quiser, cômnicos de que nada lhe ocorrerá à mente senão aquilo que indiretamente dependa do complexo procurado. Talvez lhes pareça muito fastidioso este processo de descobrir os elementos reprimidos, mas, asseguro-lhes, é o único praticável.

No emprego desta técnica o que ainda nos perturba é que com freqüência o doente se detém, afirmando não saber dizer mais nada, que nada mais lhe vem à idéia. Se assim fosse, se o doente tivesse razão, o método ter-se-ia revelado impraticável. Uma observação atenta mostra, contudo, que as idéias livres nunca deixam de aparecer. É que o doente, influenciado pela resistência disfarçada em juízos críticos sobre o valor da idéia, retém-na ou de novo a afasta. Para evitá-la põe-se previamente o doente a par do que pode ocorrer, pedindo-lhe renuncie a qualquer crítica; sem nenhuma seleção deverá expor tudo que lhe vier ao

pensamento, mesmo que lhe pareça errôneo, despropositado ou absurdo e, especialmente, se lhe for desagradável a vinda dessas idéias à mente. Pela observância dessa regra garantimos o material que nos conduz ao roteiro do complexo reprimido.

Esse material associativo que o doente rejeita como insignificante, quando em vez de estar sob a influência do médico está sob a da resistência, representa para o psicanalista o minério de onde com simples artifício de interpretação há de extrair o metal precioso. Se diante de um doente quiserem os presentes ter um conhecimento rápido e provisório dos complexos reprimidos, sem lhes penetrar na ordem e nas relações, podem dispor da 'experiência da associação', cuja técnica foi aperfeiçoada por Jung (1906) e seus discípulos. Para o psicanalista este método é tão precioso quanto para o químico a análise qualitativa; prescindível na terapêutica dos neuróticos, é indispensável para a demonstração objetiva dos complexos e para o estudo das psicoses, com tanto êxito empreendido pela Escola de Zurique.

Não é o estudo das divagações, quando o doente se sujeita à regras psicanalíticas, o único recurso técnico para sondagem do inconsciente. Ao mesmo escopo servem dois outros processos: a interpretação de sonhos e o estudo dos lapsos e atos casuais.

Confesso-lhes, prezados ouvintes, que estive longo tempo indeciso sobre se, em lugar desta rápida vista geral sobre todo o domínio da psicanálise, não seria preferível expor-lhes minuciosamente a interpretação de sonhos. Motivo puramente subjetivo e aparentemente secundário me deteve. Pareceu-me quase escandaloso apresentar-me neste país de orientação prática, como 'onirócrita', antes de mostrar-lhes qual a importância a que pode aspirar esta velha e ridicularizada arte. A interpretação de sonhos é na realidade a estrada real para o conhecimento do inconsciente, a base mais segura da psicanálise. É campo onde cada trabalhador pode por si mesmo chegar a adquirir convicção própria, como atingir maiores aperfeiçoamentos. Quando me perguntam como pode uma pessoa fazer-se psicanalista, respondo que é pelo estudo dos próprios sonhos. Os adversários da psicanálise, com muita habilidade, têm até agora evitado estudar de perto A Interpretação de Sonhos, ou têm oposto ao de longe objeções superficialíssimas. Se não repugna aos presentes, ao contrário, aceitar as soluções dos problemas da vida onírica, já não apresentam aos ouvintes dificuldade alguma as novidades trazidas pela psicanálise.

Não se esqueçam de que se nossas elaborações oníricas noturnas mostram de um lado a maior semelhança externa e o mais íntimo parentesco com as criações da alienação mental, são, de outro lado, compatíveis com a mais perfeita saúde na vida desperta. Não é nenhum

paradoxo afirmar que quem fica admirado ante essas alucinações, delírios ou mudanças de caráter que podemos chamar 'normais', sem procurar explicá-los, não tem a menor probabilidade de compreender, senão como qualquer leigo, as formações anormais dos estados psíquicos patológicos. E entre esses leigos os ouvintes podem contar atualmente, sem receio, quase todos os psiquiatras.

Acompanhem-me agora numa rápida excursão pelo campo dos problemas do sonho. Quando acordados, costumamos tratar os sonhos com o mesmo desdém com que os doentes rejeitam as idéias soltas despertadas pelo psicanalista. Desprezamo-los, olvidando-os em geral rápida e completamente. O nosso descaso funda-se no caráter exótico apresentado mesmo pelos sonhos que possuem clareza e nexos, e sobre a evidente absurdez e insensatez dos demais; nossa repulsa explica-se pelas tendências imorais e menos pudicas que se patenteiam em muitos deles. É de todos sabido que a antigüidade não compartilhou tal despreço para com os sonhos. As camadas baixas do nosso povo, mesmo hoje, não estão totalmente desnorteadas na apreciação do valor dos sonhos, dos quais esperam, como os antigos, a revelação do futuro. Confesso-lhes que não tenho necessidade de nenhuma hipótese mística para preencher as falhas de nossos conhecimentos atuais e por isso nunca pude descobrir nada que confirmasse a natureza profética dos sonhos. Coisa muito diferente disso, embora assaz maravilhosa, se pode dizer a respeito deles.

Em primeiro lugar, nem todos os sonhos são estranhos, incompreensíveis e confusos para a pessoa que sonhou. Examinando os sonhos de criancinhas, desde um ano e meio de idade, verificarão que eles são extremamente simples e de fácil explicação. A criancinha sonha sempre com a realização de desejos que o dia anterior lhe trouxe e que ela não satisfiz. Não há necessidade de arte divinatória para encontrar solução tão simples; basta saber o que se passou com a criança na véspera ('dia do sonho'). Estaria certamente resolvido, e de modo satisfatório, o enigma do sonho, se o do adulto não fosse nada mais que o da criancinha: realização de desejos trazidos pelo dia do sonho. E o é de fato. As dificuldades que esta solução apresenta removem-se uma a uma, mediante a análise minuciosa dos sonhos.

A primeira objeção e a mais importante é a de que os sonhos dos adultos via de regra têm um conteúdo ininteligível, sem nenhuma semelhança com a satisfação de desejos. Resposta: estes sonhos estão distorcidos, o processo psíquico correspondente teria originariamente uma expressão verbal muito diversa. O conteúdo manifesto do sonho, recordado vagamente de manhã e que, não obstante a espontaneidade aparente, se exprime em palavras com esforço, deve ser diferenciado dos pensamentos latentes do sonho que se têm de admitir como existentes no inconsciente. Esta deformação possui mecanismo idêntico ao que já conhecemos desde quando examinamos a gênese dos sintomas histéricos; e é uma prova da participação da mesma interação de forças mentais tanto na formação dos sonhos como na dos sintomas. O conteúdo manifesto do sonho é o substituto deformado para os pensamentos inconscientes do sonho. Esta deformação é obra das forças defensivas do ego, isto é, das resistências que na vigília impedem, de modo geral, a passagem para a consciência, dos

desejos reprimidos do inconsciente; enfraquecidas durante o sono, estas resistências ainda são suficientemente fortes para só os tolerar disfarçados. Quem sonha, portanto, reconhece tão mal o sentido de seus sonhos, como o histérico as correlações e a significação de seus sintomas.

De que há pensamentos latentes do sonho e que entre eles e o conteúdo manifesto existe de fato o nexo aludido, os presentes se convencerão pela análise de sonhos, cuja técnica se confunde com a da psicanálise. Pondo de lado a aparente conexão dos elementos do sonho manifesto, procurarão os senhores evocar idéias por livre associação, partindo de cada um desses elementos e observando as regras da prática psicanalítica. De posse deste material chegarão aos pensamentos latentes do sonho com a mesma perfeição com que conseguiram surpreender no doente o complexo oculto, por meio das idéias sugeridas pelas associações livres a partir dos sintomas e lembranças. Pelos pensamentos latentes do sonho, descobertos desse modo, pode-se ver sem mais nada como é justo equiparar o sonho dos adultos ao das crianças. O que agora, como verdadeiro sentido do sonho, substitui o seu conteúdo manifesto - e isto é sempre claramente compreensível - liga-se às impressões da véspera e se patenteia como a realização de um desejo não-satisfeito. O sonho manifesto que conhecem no adulto graças à recordação pode então ser descrito como uma realização velada de desejos reprimidos.

Podem agora os ouvintes, por uma espécie de trabalho sintético, examinar o processo mediante o qual os pensamentos inconscientes do sonho se disfarçam no conteúdo manifesto. Esse processo, que denominamos 'elaboração onírica', é digno de nosso maior interesse teórico, porque em nenhuma outra circunstância poderíamos estudar melhor do que nele os processos psíquicos, não-suspeitados, que se passam no inconsciente, ou, mais exatamente, entre dois sistemas psíquicos distintos, como consciente e inconsciente. Entre tais processos psíquicos recentemente descobertos ressaltam notavelmente o da condensação e o do deslocamento. A elaboração onírica é um caso especial da influência recíproca de agrupamentos mentais diversos, isto é, o resultado da divisão psíquica, e parece essencialmente idêntico ao trabalho de deformação que transforma em sintomas os complexos cuja repressão fracassou.

Pela análise dos sonhos descobrirão os senhores ainda mais, com surpresa, porém do modo mais convincente possível, o papel importantíssimo e nunca imaginado que os fatos e impressões da tenra infância exercem no desenvolvimento do homem. Na vida onírica a criança prolonga, por assim dizer, sua existência no homem, conservando todas as peculiaridades e aspirações, mesmo as que se tornam mais tarde inúteis. Com força irresistível apresentar-se-lhes-ão os processos de desenvolvimento, repressões, sublimações e formações reativas, de onde saiu, da criança com tão diferentes disposições, o chamado homem normal - esteio e em parte vítima da civilização tão penosamente alcançada.

Quero ainda fazer notar que pela análise de sonhos também pudemos descobrir que o inconsciente se serve, especialmente para a representação de complexos sexuais, de certo simbolismo, em parte variável individualmente e em parte tipicamente fixo, que parece coincidir com o que conjecturamos por detrás dos nossos mitos e lendas. Não seria impossível que essas últimas criações populares recebessem, portanto, do sonho, a sua explicação.

Impende-nos adverti-los finalmente de que não se deixem desorientar pela objeção de que aparecimento de pesadelos contradiz o nosso modo de entender o sonho como satisfação de desejos. Além de que é necessário interpretar os pesadelos antes de sobre eles poder firmar qualquer juízo, pode dizer-se de modo geral que a ansiedade que os acompanha não depende assim tão simplesmente do conteúdo onírico, como muitos imaginam por ignorar as condições da ansiedade neurótica. A ansiedade é uma das reações do ego contra desejos reprimidos violentos, e daí perfeitamente explicável a presença dela no sonho, quando a elaboração deste se põs excessivamente a serviço da satisfação daqueles desejos reprimidos.

Como vêem, o estudo dos sonhos já estaria em si justificado, pelo fato de que proporciona conclusões sobre coisas de que por outros meios dificilmente chegaríamos a ter noção. Foi todavia no decorrer do tratamento psicanalítico dos neuróticos que chegamos até ele. Pelo que até agora dissemos podem compreender facilmente que a interpretação de sonhos, quando não a estorvam em excesso as resistências do doente, leva ao conhecimento dos desejos ocultos e reprimidos, bem como dos exemplos entretidos por este. Posso agora tratar do terceiro grupo de fenômenos psíquicos cujo estudo se tornou recurso técnico da psicanálise.

Os fenômenos em questão são as pequenas falhas comuns aos indivíduos normais e aos neuróticos, fatos aos quais não costumamos ligar importância - o esquecimento de coisas que deviam saber e que às vezes sabem realmente (por exemplo a fuga temporária dos nomes próprios), os lapsos de linguagem, tão freqüentes até mesmo conosco, na escrita ou na leitura em voz alta; atrapalhações no executar qualquer coisa, perda ou quebra de objetos etc., bagatelas de cujo determinismo psicológico de ordinário não se cuida, que passam sem reparo como casualidades, como resultado de distrações, desatenções e outras condições semelhantes. Juntam-se ainda os atos e gestos que as pessoas executam sem perceber e, sobretudo, sem lhes atribuir importância mental, como sejam trautear melodias, brincar com objetos, com partes da roupa ou do próprio corpo etc. Essas coisinhas, os atos falhos, como os sintomáticos e fortuitos, não são assim tão destituídas de valor como por uma espécie de acordo tácito e hábito admitir. São extraordinariamente significativas e quase sempre de interpretação fácil e segura, tendo-se em vista a situação em que ocorrem; verifica-se que mais uma vez exprimem impulsos e intenções que devem ficar ocultos à própria consciência, ou emanam justamente dos desejos reprimidos e dos complexos que, como já sabemos, são criadores dos sintomas e formadores dos sonhos. Fazem jus à mesma consideração que os

sintomas, e o seu exame, tanto quanto o dos sonhos, pode levar ao descobrimento da parte oculta da mente. Por elas o homem trai, em regra, os mais íntimos segredos. Se se produzem com grande facilidade e freqüência, até em indivíduos normais, cujos desejos inconscientes estão reprimidos de modo eficaz, isso se explica pela futilidade e inverossimilhança das mesmas. São porém do mais alto valor teórico: testemunham a existência da repressão e da substituição mesmo na saúde perfeita.

Notarão desde logo que o psicanalista se distingue pela rigorosa fé no determinismo da vida mental. Para ele não existe nada insignificante, arbitrário ou casual nas manifestações psíquicas. Antevê um motivo suficiente em toda parte onde habitualmente ninguém pensa nisso; está até disposto a aceitar causas múltiplas para o mesmo efeito, enquanto nossa necessidade causal, que supomos inata, se satisfaz plenamente com uma única causa psíquica.

Se os ouvintes reunirem os meios que estão ao nosso alcance para descobrimento do que na vida mental jaz escondido, deslembrado e reprimido - o estudo das idéias livremente associadas pelos pacientes, seus sonhos, falhas e ações sintomáticas; se ainda juntarem a tudo isso o exame de outros fenômenos surgidos no decurso do tratamento psicanalítico e a respeito dos quais farei algumas observações quando tratar da 'transferência' - chegarão comigo à conclusão de que a nossa técnica já é suficientemente capaz de realizar aquilo que se propôs: conduzir à consciência o material psíquico patogênico, dando fim desse modo aos padecimentos ocasionados pela produção dos sintomas de substituição. O fato de enriquecermos e aprofundarmos durante o tratamento os nossos conhecimentos sobre a vida mental, dos sãos e dos doentes, deve ser considerado apenas como estímulo especial a este trabalho e uma de suas vantagens.

Não sei se ficaram com a impressão de que a técnica, através de cujo arsenal os conduzi, apresenta dificuldades especiais. Para mim, ela amolda-se perfeitamente aos seus fins. Mas não é menos certo também que não constitui prenda inata; tem de ser aprendida, como a histológica ou a cirúrgica. Talvez se espantem em saber que na Europa ouvi uma série de juízos relativos à psicanálise expendidos por pessoas jejunas a respeito desta técnica, que elas não exercitam, as quais pessoas ainda por ironia nos exigem lhes demonstramos a exatidão de nossos resultados. No meio de tais opositores encontram-se sem dúvida homens familiarizados com o raciocínio científico em outras matérias, incapazes de contestar, por exemplo, o resultado dum exame microscópico, só porque não o podem confirmar pela inspeção do preparado anatômico com a vista desarmada, e que não emitiriam parecer algum antes de minuciosa observação ao microscópio. Mas no tocante à psicanálise as circunstâncias são realmente desfavoráveis a um imediato assentimento. Quer a psicanálise tornar conscientemente reconhecido aquilo que está reprimido na vida mental, e todo aquele

que a julga é homem com as mesmas repressões, mantidas talvez à custa de penosos sacrifícios. Neles devem levantar-se, pois, as mesmas resistências, como nos doentes, e estas se revestem facilmente das roupagens da impugnação intelectual, suscitando argumentos semelhantes aos que desfazemos nos doentes com a regra psicanalítica fundamental. Como nos doentes, podemos reconhecer em nossos adversários notável influxo afetivo na faculdade de julgamento, com prejuízo desta. O orgulho da consciência que chega por exemplo a desprezar os sonhos pertence ao forte aparelhamento disposto em nós de modo geral contra a invasão dos complexos inconscientes. Esta é a razão por que tão dificultoso é como vencer os homens da realidade do inconsciente e dar-lhes a conhecer qualquer novidade em contradição com seu conhecimento consciente.

QUARTA LIÇÃO

SENHORAS E SENHORES, - Desejam os ouvintes saber agora o que, com auxílio dos meios técnicos descritos, logramos averiguar a respeito dos complexos patogênicos e dos desejos reprimidos dos neuróticos.

Mas, antes de tudo, uma coisa: o exame psicanalítico relaciona com uma regularidade verdadeiramente surpreendente os sintomas mórbidos a impressões da vida erótica do doente; mostra-nos que os desejos patogênicos são da natureza dos componentes instintivos eróticos: e obriga-nos a admitir que as perturbações do erotismo têm a maior importância entre as influências que levam à moléstia, tanto num como noutro sexo.

Bem sei que não se acredita de boa mente nesta minha afirmação. Mesmo os investigadores que me seguem solícitos os trabalhos psicológicos são inclinados a julgar que eu exagero a participação etiológica do fator sexual, e vêm a mim perguntando por que outras excitações mentais não hão de dar também motivo aos fenômenos da repressão e formação de substitutivos. Por ora só lhes posso responder: não sei. Mas a experiência mostra que elas não têm a mesma importância. Quando muito, reforçam a ação do elemento sexual, mas nunca podem substituí-lo. Esta ordem de coisas não a determinei mais ou menos teoricamente. Quando, em 1895, publiquei com o Dr. J. Breuer os Estudos sobre a Histeria, ainda não tinha esta opinião; vi-me forçado a adotá-la quando as minhas experiências se tornaram mais numerosas e penetraram mais intimamente o problema. Senhores! Acham-se entre os presentes alguns de meus adeptos e amigos mais chegados, que viajaram comigo até Worcester. Se os interrogarem, ouvirão que todos eles a princípio recebiam com a maior descrença a afirmação da importância decisiva da etiologia sexual, até que pelo exercício analítico pessoal foram obrigados a aceitar como sua própria aquela afirmação.

O modo de proceder dos doentes em nada facilita o reconhecimento da justeza da tese a que estamos aludindo. Em vez de nos fornecerem prontamente informações sobre a sua vida sexual, procuram por todos os meios ocultá-la. Em matéria sexual os homens são em geral insinceros. Não expõem a sua sexualidade francamente; saem recobertos de espesso manto, tecido de mentiras, para se resguardarem, como se reinasse um temporal terrível no mundo da sexualidade. E não deixam de ter razão; o sol e o ar em nosso mundo civilizado não são realmente favoráveis à atividade sexual. Com efeito, nenhum de nós pode manifestar o seu erotismo francamente à turba. Quando porém seus pacientes tiverem percebido que durante o tratamento devem estar à vontade, se despojarão daquele manto de mentira, e só então estarão os presentes em condições de formar juízo a respeito deste problema. Infelizmente, os médicos não desfrutam nenhum privilégio especial sobre os demais homens no tocante ao comportamento na esfera da vida sexual, e muitos deles estão dominados por aquela mescla de lubricidade e afetado recato, que é o que governa a maioria dos 'povos civilizados' nas coisas da sexualidade.

Deixem-me prosseguir no relato das nossas contestações. Em outra série de casos o exame psicanalítico vem sem dúvida ligar os sintomas não a fatos sexuais senão a acontecimentos traumáticos comuns. Mas, por outra circunstância, esta diferenciação perde todo valor. O trabalho de análise necessário para o esclarecimento completo e cura definitiva de um caso mórbido não se detém nos episódios contemporâneos da doença; retrocede sempre, em qualquer hipótese, até a puberdade e a mais remota infância do doente, para só aí topar as impressões e acontecimentos determinantes da doença ulterior. Só os fatos da infância explicam a sensibilidade aos traumatismos futuros e só com o descobrimento desses restos de lembranças, quase regularmente olvidados, e com a volta deles à consciência, é que adquirimos o poder de afastar os sintomas. Chegamos aqui à mesma conclusão do exame de sonhos, isto é, que foram os desejos duradouros e reprimidos da infância que emprestaram à formação dos sintomas a força sem a qual teria decorrido normalmente a reação contra traumatismos posteriores. Estes potentes desejos da infância hão de ser reconhecidos, porém, em sua absoluta generalidade, como sexuais.

Mas, agora sim, estou realmente certo do espanto dos ouvintes. 'Existe então - perguntarão - uma sexualidade infantil?' 'A infância não é, ao contrário, o período da vida marcado pela ausência do instinto sexual?' Não, meus senhores. Não é verdade certamente que o instinto sexual, na puberdade, entre o indivíduo como, segundo o Evangelho, os demônios nos porcos. A criança possui, desde o princípio, o instinto e as atividades sexuais. Ela os traz consigo para o mundo, e deles provêm, através de uma evolução rica de etapas, a chamada sexualidade normal do adulto. Não são difíceis de observar as manifestações da atividade sexual infantil; ao contrário, para deixá-las passar desapercibidas ou incompreendidas é que é preciso certa arte.

Por um feliz acaso acho-me em condições de chamar dentre os presentes uma testemunha em favor de minhas afirmações. Eis aqui o trabalho do Dr. Sanford Bell, impresso em 1902,

em *The American Journal of Psychology*. O autor é um “Fellow” da Clark University, o mesmo instituto em cujo seio nos achamos no atual instante. Nesse trabalho, intitulado ‘*A Preliminary Study of the Emotion of Love Between the Sexes*’, publicado três anos antes dos meus *Three Essays on the Theory of Sexuality* [1905d], (*Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade*), escreve o autor, tal qual há pouco lhes dizia: ‘A emoção do amor sexual... não aparece pela primeira vez no período da adolescência, como se tem pensado.’ Procedendo ‘à americana’, como diríamos na Europa, reuniu durante 15 anos nada menos de 2.500 observações positivas, das quais 800 são próprias. Dos sinais por que se revelam esses temperamentos namoradiços, diz ele: ‘O espírito mais desprevenido, observando estas manifestações em centenas de casais de crianças, não poderá deixar de atribuir-lhes uma origem sexual. O mais rigoroso espírito satisfaz-se quando a estas observações se juntam as confissões dos que em criança sentiram a emoção intensamente e cujas recordações daquela época são relativamente nítidas.’ Aqueles dentre os ouvintes que não queriam acreditar na sexualidade infantil terão o maior assombro ouvindo que entre estas crianças, tão cedo enamoradas, não poucas se encontram na tenra idade de três, quatro ou cinco anos.

Não me admiraria se estas observações de seu compatriota lhes merecessem mais crédito que as minhas. A mim mesmo foi-me dado obter recentemente um quadro mais ou menos completo das manifestações instintivas somáticas e das produções mentais num período precoce da vida amorosa infantil, graças à análise empreendida, com todas as regras, pelo próprio pai de um menino de cinco anos atacado de ansiedade. Devo lembrar-lhes que meu amigo Dr. C. G. Jung há poucas horas, nesta mesma sala, lhes expôs a observação de uma menina ainda mais nova, que pelo mesmo motivo do meu paciente (nascimento de um irmãozinho) evidenciava quase os mesmos impulsos sensuais e idêntica formação de desejos e complexos. [Cf. Jung, 1910.] Não duvido, pois, de que os presentes se acabarão familiarizando com a idéia, de início tão exótica, da sexualidade infantil; memore-se o exemplo notável do psiquiatra E. Bleuler, de Zurique, que há poucos anos dizia publicamente ‘que não compreendia minha teoria sexual’ mas que de então para cá, pôde, mediante observações próprias, confirmar a sexualidade infantil em toda a extensão. (Cf. Bleuler, 1908.)

É fácil de explicar a razão por que a maioria dos homens, observadores médicos e outros, nada querem saber da vida sexual da criança. Sob o peso da educação e da civilização, esqueceram a atividade sexual infantil e não desejam agora lembrar aquilo que já estava reprimido. Se quisessem iniciar o exame pela auto-análise, com uma revisão e interpretação das próprias recordações infantis, haviam de chegar a convicção muito diferente.

Deixem que se dissipem as dúvidas e examinemos juntos a sexualidade infantil, desde os primeiros anos. O instinto sexual se nos apresenta muito complexo, podendo ser desmembrado em vários componentes de origem diversa. Antes de tudo, é independente da função procriadora a cujo serviço mais tarde se há de pôr. Serve para dar ensejo a diversas

espécies de sensações agradáveis que nós, pelas suas analogias e conexões, englobamos como prazer sexual. A principal fonte de prazer sexual infantil é a excitação apropriada de determinadas partes do corpo particularmente excitáveis, além dos órgãos genitais, como sejam os orifícios da boca, ânus e uretra e também a pele e outras superfícies sensoriais. Como nesta primeira fase da vida sexual infantil a satisfação é alcançada no próprio corpo, excluindo qualquer objeto estranho, dá-se-lhe o nome, segundo o termo introduzido por Havelock Ellis, de auto-erotismo. Zonas erógenas denominam-se os lugares do corpo que proporcionam o prazer sexual. O prazer de chupar o dedo, o gozo da sucção, é um bom exemplo de tal satisfação auto-erótica partida de uma zona erógena. Quem primeiro observou cientificamente esse fenômeno, o pediatra Lindner (1879), de Budapeste, já o tinha interpretado como satisfação dessa natureza e descrito exaustivamente a transição para outras formas mais elevadas de atividade sexual. Outra satisfação da mesma ordem, nessa idade, é a excitação masturbatória dos órgãos genitais, fenômeno que tão grande importância conserva para o resto da vida e que muitos indivíduos não conseguem suplantar jamais. Ao lado dessas e outras atividades auto-eróticas revelam-se, muito cedo, na criança, aqueles componentes instintivos do gozo sexual ou, como preferimos dizer, da libido, que pressupõem como objeto uma pessoa estranha. Estes instintos aparecem em grupos de dois, um oposto ao outro, ativo e passivo: cito-lhes como mais notáveis representantes deste grupo o prazer de causar sofrimento (sadismo) com o seu reverso passivo (masoquismo) e o prazer visual, ativo ou passivo. Do gozo visual ativo desenvolve-se mais tarde a sede de saber, como do passivo o pendor para as representações artísticas e teatrais. Outras atividades sexuais infantis já incidem na `escolha do objeto`, onde o principal elemento é uma pessoa estranha, a qual deve primordialmente sua importância a considerações relativas ao instinto de conservação. Mas a diferença de sexo ainda não tem neste período infantil papel decisivo; pode-se, pois, atribuir a toda criança, sem injustiça, uma parcial disposição homossexual. Esta vida sexual infantil desordenada, rica mas dissociada, em que cada impulso isolado se entrega à conquista do gozo independentemente dos demais, experimenta uma condensação e organização em duas principais direções, de tal modo que ao fim da puberdade o caráter sexual definitivo está completamente formado. De um lado subordinam-se todos os impulsos ao domínio da zona genital, por meio da qual a vida sexual se coloca em toda a plenitude ao serviço da propagação da espécie, passando a satisfação daqueles impulsos a só ter importância como preparo e estímulo do verdadeiro ato sexual. De outro lado a escolha de objeto repele o auto-erotismo, de maneira que na vida erótica os componentes do instinto sexual só querem satisfazer-se na pessoa amada. Mas nem todos os componentes instintivos originários são admitidos a tomar parte nesta fixação definitiva da vida sexual. Já antes da puberdade, sob o influxo de educação, certos impulsos são submetidos a repressões extremamente enérgicas, ao mesmo passo que surgem forças mentais - o pejo, a repugnância, a moral - que como sentinelas mantêm as aludidas repressões. Chegando na puberdade a maré das necessidades sexuais, encontra nas mencionadas reações psíquicas diques de resistência que lhe conduzem a corrente pelos caminhos chamados normais e lhe impedem reviver os impulsos reprimidos. Os mais profundamente atingidos pela repressão são primeiramente, e sobretudo, os prazeres infantis coprófilos, isto é, os que se relacionam com os excrementos, e, em segundo lugar, os da

fixação às pessoas da primitiva escolha de objeto.

Senhores. Um princípio de patologia geral afirma que todo processo evolutivo traz em si os germes de uma disposição patológica e pode ser inibido ou retardado ou desenvolver-se incompletamente. Isto vale para o tão complicado desenvolvimento da função sexual que nem em todos os indivíduos se desenrola sem incidentes que deixem após si ou anormalidade ou disposições a doenças futuras por meio de uma regressão. Pode suceder que nem todos os impulsos parciais se sujeitem à soberania da zona genital; o que ficou independente estabelece o que chamamos perversão e pode substituir a finalidade sexual normal pela sua própria. Segundo já foi dito, acontece freqüentemente que o auto-erotismo não seja completamente superado, como testemunham as multiformes perturbações aparecidas depois. A equivalência primitiva dos sexos como objeto sexual pode conservar-se, e disso se originará no adulto uma tendência homossexual, capaz de chegar em certas circunstâncias até a da homossexualidade exclusiva. Esta série de distúrbios corresponde a entraves diretos no desenvolvimento da função sexual: abrange as perversões e o nada raro infantilismo geral da vida sexual.

A propensão à neurose deve provir por outra maneira de uma perturbação do desenvolvimento sexual. As neuroses são para as perversões o que o negativo é para o positivo. Como nas perversões, evidenciam-se nelas os mesmos componentes instintivos que mantêm os complexos e são os formadores de sintomas; mas aqui eles agem do inconsciente, onde puderam firmar-se apesar da repressão sofrida. A psicanálise nos mostra que a manifestação excessivamente intensa e prematura desses impulsos conduz a uma espécie de fixação parcial - ponto fraco na estrutura da função sexual. Se o exercício da capacidade genética normal encontra no adulto um obstáculo, rompe-se a repressão da fase do desenvolvimento justamente naquele ponto em que se deu a fixação infantil.

É muito possível que me contestem dizendo que nada disto é sexualidade e que emprego a palavra num sentido mais extenso do que estão habituados a entender. Concordo. Mas pode-se perguntar se não têm antes utilizado os presentes o vocábulo em sentido nímio restrito, quando o limitam ao terreno da procriação. Sacrificam assim a compreensão das perversões, do enlaçamento que existe entre estas, a neurose e a vida sexual normal, e os senhores se colocam em situação de não reconhecer, em seu verdadeiro significado, os primórdios, facilmente observáveis, da vida erótica somática e psíquica das crianças. Qualquer que seja a opinião dos presentes sobre o emprego do termo, devem ter sempre em conta que o psicanalista considera a sexualidade naquele sentido amplo a que o conduziu a apreciação da sexualidade infantil.

Volvamos ainda uma vez à evolução sexual da criança. Temos aqui ainda muito que rever, porque nossa atenção foi dirigida mais para as manifestações somáticas da vida sexual do que às psíquicas. A primitiva escolha de objeto feita pela criança e dependente de sua necessidade de amparo exige-nos ainda toda a atenção. Essa escolha dirige-se primeiro a

todas as pessoas que lidam com a criança e logo depois especialmente aos genitores. A relação entre criança e pais não é, como a observação direta do menino e posteriormente o exame psicanalítico do adulto concordemente demonstram, absolutamente livre de elementos de excitação sexual. A criança toma ambos os genitores, e particularmente um deles, como objeto de seus desejos eróticos. Em geral o incitamento vem dos próprios pais, cuja ternura possui o mais nítido caráter de atividade sexual, embora inibido em suas finalidades. O pai em regra tem preferência pela filha, a mãe pelo filho: a criança reage desejando o lugar do pai se é menino, o da mãe se se trata da filha. Os sentimentos nascidos destas relações entre pais e filhos e entre um irmão e outros, não são somente de natureza positiva, de ternura, mas também negativos, de hostilidade. O complexo assim formado é destinado a pronta repressão, porém continua a agir do inconsciente com intensidade e persistência. Devemos declarar que suspeitamos represente ele, com seus derivados, o complexo nuclear de cada neurose, e nos predispuemos a encontrá-lo não menos ativo em outros campos da vida mental. O mito do rei Édipo que, tendo matado o pai, tomou a mãe por mulher, é uma manifestação pouco modificada do desejo infantil, contra o qual se levantam mais tarde, como repulsa, as barreiras do incesto. O Hamlet de Shakespeare assenta sobre a mesma base, embora mais velada, do complexo do incesto.

No tempo em que é dominada pelo complexo central ainda não reprimido, a criança dedica aos interesses sexuais notável parte da atividade intelectual. Começa a indagar de onde vêm as criancinhas, e com os dados a seu alcance adivinha das circunstâncias reais mais do que os adultos podem suspeitar. Comumente o que lhe desperta a curiosidade é a ameaça material do aparecimento de um novo irmãozinho, no qual a princípio só vê um competidor. Sob a influência dos impulsos parciais que nela agem, forma até numerosas 'teorias sexuais infantis'. Chega a pensar que ambos os sexos possuem órgãos genitais masculinos; que comendo é que se geram crianças; que estas vêm ao mundo pela extremidade dos intestinos; que a cópula é um ato de hostilidade, uma espécie de subjugação. Mas justamente a falta de acabamento de sua constituição sexual e a deficiência de conhecimentos, especialmente no que se refere ao tubo genital feminino, forçam o pequeno investigador a suspender o improficuo trabalho. O próprio fato dessa investigação e as conseqüentes teorias sexuais infantis são de importância determinante para a formação do caráter da criança e do conteúdo da neurose futura.

É absolutamente normal e inevitável que a criança faça dos pais o objeto da primeira escolha amorosa. Porém a libido não permanece fixa neste primeiro objeto: posteriormente o tomará apenas como modelo, passando dele para pessoas estranhas, na ocasião da escolha definitiva. Desprender dos pais a criança torna-se portanto uma obrigação inelutável, sob pena de graves ameaças para a função social do jovem. Durante o tempo em que a repressão promove a seleção entre os impulsos parciais de ordem sexual, e, mais tarde, quando a influência dos pais, principal fator da repressão, deve abrandar, cabem no trabalho educativo importantes deveres que atualmente, por certo, nem sempre são preenchidos de modo inteligente e livre de críticas.

Senhoras e senhores. Não julguem que com esta dissertação acerca da vida sexual infantil e do desenvolvimento psicosexual da criança nos tenhamos afastado da psicanálise e da terapêutica das perturbações nervosas. Se quiserem, podem definir o tratamento psicanalítico como simples aperfeiçoamento educativo destinado a vencer os resíduos infantis.

QUINTA LIÇÃO

SENHORAS E SENHORES, - Com o descobrimento da sexualidade infantil e atribuindo aos componentes eróticos instintivos os sintomas das neuroses, chegamos a algumas fórmulas inesperadas sobre a natureza e tendência destas últimas. Vemos que os indivíduos adoecem quando, por obstáculos exteriores ou ausência de adaptação interna lhes falta na realidade a satisfação das necessidades sexuais. Observamos que então se refugiam na moléstia, para com o auxílio dela encontrar uma satisfação substitutiva. Reconhecemos que os sintomas mórbidos contêm certa parcela da atividade sexual do indivíduo ou sua vida sexual inteira. No distanciar da realidade reconhecemos também a tendência principal e ao mesmo tempo o dano capital do estado patológico. Conjecturamos que a resistência oposta pelos doentes à cura não seja simples, mas composta de vários elementos. Não somente o ego do doente se recusa a desfazer a repressão por meio da qual se esquivou de suas disposições originárias, como também pode o instinto sexual não renunciar à satisfação vicariante enquanto houver dúvida de que a realidade lhe ofereça algo melhor.

A fuga, da realidade insatisfatória para aquilo que pelos danos biológicos que produz chamamos doença, não deixa jamais de proporcionar ao doente um prazer imediato; ela se dá pelo caminho da regressão às primeiras fases da vida sexual a que na época própria não faltou satisfação. Esta regressão mostra-se sob dois aspectos: temporal, porque a libido, na necessidade erótica, volta a fixar-se aos mais remotos estados evolutivos - e formal, porque emprega os meios psíquicos originários e primitivos para manifestação da mesma necessidade. Sob ambos os aspectos a regressão orienta-se para a infância, restabelecendo um estado infantil da vida sexual.

Quanto mais profundamente penetrar-lhes a patogênese das afecções nervosas, mais claramente verão os liames entre as neuroses e outras produções da vida mental do homem, ainda as mais altamente apreciadas. Hão de notar que nós, os homens, com as elevadas aspirações de nossa cultura e sob a pressão das íntimas repressões, achamos a realidade de todo insatisfatória e por isso mantemos uma vida de fantasia onde nos comprazemos em compensar as deficiências da realidade, engendrando realizações de desejos. Nestas

fantasias há muito da própria natureza constitucional da personalidade e muito dos sentimentos reprimidos. O homem enérgico e vencedor é aquele que pelo próprio esforço consegue transformar em realidade seus castelos no ar. Quando esse resultado não é atingido, seja por oposição do mundo exterior, seja por fraqueza do indivíduo, este se desprende da realidade, recolhendo-se aonde pode gozar, isto é, ao seu mundo de fantasia, cujo conteúdo, no caso de moléstia, se transforma em sintoma. Em certas condições favoráveis, ainda lhe é possível encontrar outro caminho dessas fantasias para a realidade, em vez de se alhear dela definitivamente pela regressão ao período infantil. Quando a pessoa inimizada com a realidade possui dotes artísticos (psicologicamente ainda enigmáticos) podem suas fantasias transmudar-se não em sintomas senão em criações artísticas; subtrai-se desse modo à neurose e reata as ligações com a realidade. (Cf. Rank, 1907). Quando com a revolta perpétua contra o mundo real faltam ou são insuficientes esses preciosos dons, é absolutamente inevitável que a libido, seguindo a origem da fantasia, chegue ao reavivamento dos desejos infantis, e com isso à neurose, representante, em nossos dias, do claustro aonde costumavam recolher-se todas as pessoas desiludidas da vida ou que se sentiam fracas demais para viver.

Seja-me lícito referir neste ponto o que de mais importante pudemos conseguir pelo estudo psicanalítico dos nervosos, e vem a ser que as neuroses não têm um conteúdo psíquico que, como privilégio deles, não se possa encontrar nos sãos; segundo expressou C. G. Jung, aqueles adoecem pelos mesmos complexos com que lutamos nós, os que temos saúde perfeita. Conforme as circunstâncias de quantidade e da proporção entre as forças em choque, será o resultado da luta a saúde, a neurose ou a sublimação compensadora.

Senhoras e senhores. Não lhes falei até agora sobre a experiência mais importante, que vem confirmar nossa suposição acerca das forças instintivas sexuais da neurose. Todas as vezes que tratamos psicanaliticamente um paciente neurótico, surge nele o estranho fenômeno chamado 'transferência', isto é, o doente consagra ao médico uma série de sentimentos afetuosos, mesclados muitas vezes de hostilidade, não justificados em relações reais e que, pelas suas particularidades, devem provir de antigas fantasias tornadas inconscientes. Aquele trecho da vida sentimental cuja lembrança já não pode evocar, o paciente torna a vivê-lo nas relações com o médico; e só por este ressurgimento na 'transferência' é que o doente se convence da existência e do poder desses sentimentos sexuais inconscientes. Os sintomas, para usar uma comparação química, são os precipitados de anteriores eventos amorosos (no mais amplo sentido) que só na elevada temperatura da transferência podem dissolver-se e transformar-se em outros produtos psíquicos. O médico desempenha nesta reação, conforme a excelente expressão de Ferenczi (1909), o papel de fermento catalítico que atrai para si temporariamente a energia afetiva aos poucos libertada durante o processo. O estudo da transferência pode dar-lhes ainda a chave para compreenderem a sugestão hipnótica de que a princípio nos servimos como meio técnico de esquadriñar o inconsciente dos doentes. Naquela época o hipnotismo revelava-se um meio terapêutico, mas constituía ao mesmo tempo um empecilho ao conhecimento científico da

questão, removendo as resistências psíquicas de um certo território, para amontoá-las como muralha intransponível nos confins do mesmo. Não pensem, além disso, que o fenômeno da transferência, a respeito do qual infelizmente pouco posso dizer aqui, seja produzido pela influência da psicanálise. A transferência surge espontaneamente em todas as relações humanas e de igual modo nas que o doente entretém com o médico; é ela, em geral, o verdadeiro veículo da ação terapêutica, agindo tanto mais fortemente quanto menos se pensa em sua existência. A psicanálise, portanto, não a cria; apenas a desvenda à consciência e dela se apossa a fim de encaminhá-la ao termo desejado. Não posso certamente deixar o assunto da transferência sem frisar que este fenômeno é decisivo não só para o convencimento do doente mas também do médico. Sei que todos os meus adeptos só pela experiência própria sobre a transferência se convenceram da exatidão das minhas afirmações referentes à patogênese das neuroses; posso perfeitamente compreender que ninguém alcance um modo de julgar tão seguro, enquanto não se faça psicanalista e não observe dessa maneira a ação da transferência.

Senhoras e senhores. Do ponto de vista intelectual, devemos levar em conta, julgo eu, que existem especialmente dois obstáculos, dignos de nota, contra a aceitação das idéias psicanalíticas: primeiramente, a falta de hábito de contar com o rigoroso determinismo da vida mental, o qual não conhece exceção, e, em segundo lugar, o desconhecimento das singularidades pelas quais os processos mentais inconscientes se diferenciam dos conscientes que nos são familiares. Uma das formas de oposição mais espalhadas contra o emprego da psicanálise, tanto em doentes como em sãos, se liga ao último desses dois fatores. Teme-se que ela faça mal, tem-se medo de chamar à consciência do doente os impulsos sexuais reprimidos, como se lhe oferecessem então o perigo de aniquilar as mais altas aspirações morais e o privassem das conquistas da civilização. Nota-se que o doente apresenta feridas na vida psíquica, mas receia-se tocar nelas, para não aumentar os sofrimentos. Podemos aceitar esta analogia. Não devemos com efeito tocar em pontos doentes quando estamos certos de que com isso só provocamos dor e nada mais. Todos sabem, porém, que o cirurgião não deixa de examinar, palpando o foco da moléstia, quando tem em vista realizar uma operação que há de proporcionar a cura completa. Ninguém pensa já em incriminá-lo pelos inevitáveis incômodos do exame nem pelos fenômenos pós-operatórios, desde que a operação tenha bom êxito e que, mediante a agravação passageira do mal, o doente alcance a definitiva supressão do estado mórbido. Em relação à psicanálise, as condições são semelhantes; pode ela reivindicar os mesmos direitos que a cirurgia; a exasperação dos incômodos que impõe ao doente durante o tratamento é, uma vez observada a boa técnica, incomparavelmente menor que a infligida pelo cirurgião, e em geral nem deve ser tomada em consideração diante da gravidade da moléstia principal. A destruição do caráter civilizado pelos impulsos instintivos libertados da repressão é um desfecho temido mas absolutamente impossível. É que este temor não leva em conta o que a nossa experiência nos ensinou com toda segurança: que o poder mental e somático de um desejo, desde que se baldou a respectiva repressão, se manifesta com muito mais força quando inconsciente do que quando consciente; indo para a consciência, só se pode

enfraquecer. O desejo inconsciente escapa a qualquer influência, é independente das tendências contrárias, ao passo que o consciente é atalhado por tudo quando, igualmente consciente, se lhe opuser. O tratamento psicanalítico coloca-se assim como o melhor substituto da repressão fracassada, justamente em prol das aspirações mais altas e valiosas da civilização.

Que acontece geralmente com os desejos inconscientes libertados pela psicanálise, e quais os meios por cujo intermédio pretendemos torná-los inofensivos à vida do indivíduo? Desses meios há vários. O resultado mais freqüente é que os mesmos desejos, já durante o tratamento, são anulados pela ação mental, bem conduzida, dos melhores sentimentos contrários. A repressão é substituída pelo julgamento de condenação efetuado com recursos superiores. Isso é possível porque quase sempre temos de remover tão-somente conseqüências de estados evolutivos anteriores do ego. Como o indivíduo na época se achava ainda incompletamente organizado, não pôde senão reprimir o instinto inutilizável; mas na força e madureza de hoje, pode talvez dominar perfeitamente aquilo que lhe é hostil. Outro desfecho do tratamento psicanalítico é que os impulsos inconscientes, ora descobertos, passam a ter a utilização conveniente que deviam ter encontrado antes, se a evolução não tivesse sido perturbada. A extirpação radical dos desejos infantis não é absolutamente o fim ideal. Por causa das repressões, o neurótico perdeu muitas fontes de energia mental que lhe teriam sido de grande valor na formação do caráter e na luta pela vida. Conhecemos uma solução muito mais conveniente, a chamada `sublimação', pela qual a energia dos desejos infantis não se anula mas ao contrário permanece utilizável, substituindo-se o alvo de algumas tendências por outro mais elevado, quiçá não mais de ordem sexual. Exatamente os componentes do instinto sexual se caracterizam por essa faculdade de sublimação, de permutar o fim sexual por outro mais distante e de maior valor social. Ao reforço de energia para nossas funções mentais, por essa maneira obtido, devemos provavelmente as maiores conquistas da civilização. A repressão prematura exclui a sublimação do instinto reprimido; desfeito aquele, está novamente livre o caminho para a sublimação.

Não devemos deixar de contemplar também o terceiro dos possíveis desenlaces do tratamento psicanalítico. Certa parte dos desejos libidinais reprimidos faz jus à satisfação direta e deve alcançá-la na vida. As exigências da sociedade tornam o viver difícilimo para a maioria das criaturas humanas, forçando-as com isso a se afastarem da realidade e dando origem às neuroses, sem que o excesso de coerção sexual traga maiores benefícios à coletividade. Não devemos ensoberbecer-nos tanto, a ponto de perder completamente de vista nossa natureza animal, nem esquecer tampouco que a felicidade individual não deve ser negada pela civilização. A plasticidade dos componentes sexuais, manifesta na capacidade de sublimarem-se, pode ser uma grande tentação a conquistarmos maiores frutos para a sociedade por intermédio da sublimação contínua e cada vez mais intensa. Mas assim como não contamos transformar em trabalho senão parte do calor empregado em nossas máquinas, de igual modo não devemos esforçar-nos em desviar a totalidade da energia do

instinto sexual da sua finalidade própria. Nem o conseguiríamos. E se o cerceamento da sexualidade for exagerado, trará consigo todos os danos duma exploração abusiva.

Não sei se da parte dos senhores considerarão como presunção minha a admoestação com que concludo. Atrevo-me apenas a representar indiretamente a convicção que tenho, narrando-lhes uma anedota já antiga, cuja moralidade os senhores mesmo apreciarão. A literatura alemã conhece um vilarejo chamado Schilda, de cujos habitantes se contam todas as espertezas possíveis. Dizem que possuíam eles um cavalo com cuja força e trabalho estavam satisfeitíssimos. Uma só coisa lamentavam: consumia aveia demais e esta era cara. Resolveram tirá-lo pouco a pouco desse mau costume, diminuindo a ração de alguns grãos diariamente, até acostumá-lo à abstinência completa. Durante certo tempo tudo correu magnificamente; o cavalo já estava comendo apenas um grãozinho e no dia seguinte devia finalmente trabalhar sem alimento algum. No outro dia amanheceu morto o pérfido animal; e os cidadãos de Schilda não sabiam explicar por que.

Nós nos inclinaremos a crer que o cavalo morreu de fome e que sem certa ração de aveia não podemos esperar em geral trabalho de animal algum.

Pelo convite e pela atenção com que me honraram, os meus agradecimentos.

LEONARDO DA VINCI E UMA LEMBRANÇA DA SUA INFÂNCIA (1910)

NOTA DO EDITOR INGLÊS (JAMES STRACHEY)

EINE KINDHEITSERINNERUNG DES LEONARDO DA VINCI

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1910 Leipzig e Viena: Deuticke. P. 71. (Schriften zur angewandten Seelenkunde, Heft 7)

1919 2ª ed. Mesmos editores, P. 76.

1923 2ª ed. Mesmos editores. P. 78.

1925 G.S., 9, 371-454.

1943 G.W., 8, 128-211.

(b) TRADUÇÕES INGLESAS:

Leonardo da Vinci

1916 Nova Iorque: Moffat, Yard. P. 130. (Trad. A. A. Brill.)

1922 Londres: Kegan Paul. P. v + 130. (Mesmo tradutor, com prefácio de Ernest Jones.)

1932 Nova Iorque: Dodd Mead. P. 139. (Reedição da tradução acima.)

A tradução atual inglesa, com o título modificado para 'Leonardo da Vinci and a Memory of his Childhood', é inteiramente nova, feita por Alan Tyson.

O interesse de Freud por Leonardo datava de longe, conforme o prova uma frase sua, em carta endereçada a Fliess, em 9 de outubro de 1898 (Freud, 1950 a, Carta 98) na qual comentava que 'Leonardo, que talvez fosse o mais famoso canhoto da história, jamais tivera um caso de amor'. Este interesse não foi tampouco um interesse passageiro, pois nas respostas de Freud a um 'questionário' sobre seus livros prediletos (1907d) vamos encontrar uma referência a um estudo de Merezhkovsky sobre Leonardo. Mas o verdadeiro estímulo para que escrevesse o presente trabalho parece ter surgido no outono de 1909, na figura de um de seus pacientes, o qual, conforme seu comentário em carta a Jung, em 17 de outubro, parecia ter a mesma constituição de Leonardo sem, no entanto, possuir o seu gênio.

Dizia, ainda, que estava esperando receber da Itália um livro sobre a juventude de Leonardo. Este livro era a monografia, por Scognamiglio, mencionada em [1]. Após ler este e outros livros sobre Leonardo, Freud discorreu sobre o assunto perante a Sociedade Psicanalítica de Viena, no dia 1º de dezembro; mas foi somente em princípios de abril de 1910 que terminou de escrever o seu estudo, publicado em fins de maio.

Freud fez uma série de correções e acréscimos nas edições seguintes do livro. Entre eles, podemos ressaltar a pequena nota ao pé da página sobre circuncisão (ver em [2]), o resumo de um trecho de Reitler (ver em [3]) e a extensa citação de um trecho de Pfister (ver em [4]), todos incluídos na edição de 1919, e os comentários sobre o desenho de Londres (ver em [5]), acrescentado em 1923.

Este trabalho de Freud não foi o primeiro em que foram aplicados métodos clínicos da psicanálise no estudo de vultos históricos do passado. Experiências nesse sentido já haviam sido feitas por outros, sobretudo por Sadger, que publicara estudos sobre Conrad Ferdinand Meyer (1908), Lenau (1909) e Kleis (1909). O próprio Freud nunca fizera um estudo biográfico extenso dessa natureza, embora houvesse feito análises fragmentárias de alguns escritores, baseadas em episódios contidos em seus respectivos trabalhos. De fato, em época muito anterior, em 20 de junho de 1898, ele enviara a Fliess um estudo sobre uma historieta de C.F. Meyer, 'Die Richterin', que esclarecia a vida infantil do autor (Freud, 1950a, Carta 91). A monografia sobre Leonardo, no entanto, não foi somente a primeira, mas, também, a última incursão extensa de Freud no terreno da biografia. O livro parece ter sido recebido com uma avalanche de críticas desfavoráveis, que ultrapassaram os limites normais, o que evidentemente justificou a defesa antecipada, feita por Freud, com as observações no começo do capítulo VI (ver em [1]), observações que ainda hoje se aplicam aos autores e críticos de biografias.

É de admirar, no entanto, que até bem pouco tempo nenhum dos críticos deste trabalho se tenha detido naquilo que, sem dúvida alguma, é o seu ponto mais fraco. Uma parte importante é desempenhada pela lembrança ou pela fantasia de Leonardo de ter sido visitado em seu berço por uma ave de rapina. O nome por ele usado para a ave, em suas anotações, foi 'nibio', que em italiano (em sua forma moderna, 'nibbio') significa 'milhafre'. No entanto, Freud, no decorrer de todo o seu estudo, usa a palavra alemã 'Geier', que em inglês só pode ser traduzida por 'vulture' (em português 'abutre').

O equívoco de Freud parece ter-se originado de algumas das traduções alemãs de que se utilizou. Marie Herzfeld (1906), por exemplo, usa a palavra 'Geier' em uma de suas versões da fantasia do berço, ao invés de 'Milan', a palavra alemã comum por 'milhafre'. Mas, provavelmente, a influência mais importante terá sido a tradução alemã do livro de Merezkovsky sobre Leonardo, o qual, a julgar pelo exemplar anotado pertencente à biblioteca de Freud, foi a sua grande fonte de informações sobre Leonardo e onde provavelmente, pela primeira vez, veio a ter conhecimento daquela fantasia. Aqui, também,

a palavra alemã usada na fantasia do berço foi 'Geier', embora o próprio Merezhkovsky usasse corretamente a palavra 'korshun' que, em russo, significa 'milhafre'.

Diante desse equívoco, muitos leitores se sentirão inclinados a abandonar o estudo considerando-o sem valor. Será, no entanto, aconselhável examinar a situação mais calmamente e analisar detalhadamente os pontos exatos em que os argumentos e deduções de Freud se invalidam.

Em primeiro lugar, a idéia do 'pássaro oculto' no desenho de Leonardo (ver em [1]) deve ser posta de lado. Se de fato era um pássaro, será um abutre; em nada se parece com um milhafre. Esta 'descoberta', entretanto, não foi feita por Freud e sim por Pfister. Somente foi introduzida na segunda edição da obra, e foi recebida por Freud com grande reserva.

A seguir, e mais importante ainda, vem a associação egípcia. O hieróglifo para a palavra 'mãe', em egípcio 'mut', representa sem dúvida alguma um abutre e não um milhafre. Gardiner, em sua abalizada *Egyptian Grammar* (2ª ed., 1950, 469), identifica o pássaro como sendo 'Gyps fulvus', ou grifo. Deduz-se daí que a teoria de Freud de que o pássaro da fantasia de Leonardo significava sua mãe, não se pode basear no mito egípcio, deixando de ser importante a questão de sua relação com o mito. A fantasia e o mito não parecem ter qualquer relação entre si. Cada um deles, no entanto, quando analisado separadamente, oferece um problema interessante. Por que terão os antigos egípcios associado as idéias de 'abutre' e de 'mãe'? Será satisfatória a explicação dos egiptólogos de que seja meramente uma coincidência fonética? Caso contrário, o estudo freudiano sobre mães-deusas andróginas terá valor original, independente de suas relações com o caso de Leonardo. Do mesmo modo, a fantasia de Leonardo sobre o pássaro a visitá-lo no berço e a meter-lhe a cauda na boca continua a exigir uma explicação, mesmo no caso de o pássaro não ser um abutre. E a análise psicológica de Freud relativa a essa fantasia não se desvaloriza com essa correção, perde, apenas, um elemento de apoio.

Portanto, levando-se em conta a pouca importância do estudo do caso egípcio - embora persista o seu valor intrínseco -, o estudo de Freud, em sua essência, não sofre com esse erro: permanece a reconstrução detalhada da vida emotiva de Leonardo, desde os seus primeiros anos; a descrição do conflito entre seus impulsos artísticos e científicos; a análise profunda de sua história psicosssexual. Além desses assuntos importantes, o estudo nos apresenta uma quantidade de temas colaterais de igual valor: uma discussão mais geral da natureza e do trabalho da mente de um artista criador; uma descrição da gênese de um tipo especial de homossexualidade; e, o que é especialmente interessante para a história da teoria da psicanálise, o aparecimento, pela primeira vez, do conceito de narcisismo.

A presente tradução é da autoria de Walderedo Ismael de Oliveira (Professor Adjunto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Analista Didata da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro).

LEONARDO DA VINCI E UMA LEMBRANÇA DE SUA INFÂNCIA

I

QUANDO a pesquisa psiquiátrica, que geralmente se contenta em usar pessoas comuns como material de estudo, se aproxima de alguém que figura entre os expoentes da raça humana, não o faz pelos motivos que tão freqüentemente lhe atribuem os leigos. O seu objetivo não é `denegrir os brilhantes e arrastar na lama os sublimes', Und das Ernabene in den Staub zu ziehn.(O mundo gosta de denegrir o brilhante e arrastar na lama o sublime.)De um poema de Schiller, `Das Mädchen von Orleans', inserido como um prólogo extra na edição de 1801 de sua peça Die Jungfrau von Orleans. O poema foi considerado como sendo um ataque ao La Pucelle, de Voltaire.] e não lhe traz satisfação alguma encurtar a distância que separa a perfeição dos grandes da deficiência daqueles que geralmente constituem o objeto de seus estudos. Mas a psiquiatria não pode deixar de considerar como digno de ser compreendido tudo que possa vir a encontrar nesses modelos ilustres e acredita que não existe ninguém tão grande que venha a ser desonrado simplesmente por estar sujeito às leis que regem, igualmente, as atividades normais e as patológicas.

Leonardo da Vinci (1452-1519) foi admirado, até mesmo pelos seus contemporâneos, como um dos maiores homens da renascença italiana. No entanto, já nessa época começara a parecer um enigma, tal como nos parece hoje em dia. Era um gênio universal `cujos traços se podia apenas esboçar mas nunca definir'. Durante sua época, sua influência decisiva foi sobre a pintura, cabendo a nós reconhecer a grandeza do homem de ciências naturais (e engenheiro) que se combinava nele com o artista. Embora tivesse deixado obras-primas de pintura, enquanto suas descobertas científicas permaneciam inéditas e sem uso, o pesquisador que nele existia nunca libertou totalmente o artista durante todo o curso de seu desenvolvimento, limitando-o muitas vezes e talvez, mesmo, chegando a eliminá-lo. Nos últimos momentos de sua vida, segundo palavras que lhe atribui Vasari, acusou-se de haver

ofendido Deus e os homens, não cumprindo o seu dever para com sua arte. E ainda que esta história de Vasari não passe de lenda, lenda esta que mesmo antes de sua morte começou a crescer em torno do Mestre misterioso, servirá sempre de testemunho valioso do que pensavam dele os homens de seu tempo.

O que impediu que a personalidade de Leonardo fosse compreendida pelos seus contemporâneos? O motivo, certamente, não terá sido a versatilidade de seus talentos nem a extensão do seu saber, que lhe permitiu apresentar-se na corte do Duque de Milão, Ludovico Sforza, apelidado Il Moro, como um virtuoso numa espécie de alaúde de sua própria invenção, ou escrever a notável carta, ao mesmo duque, na qual se gabava de suas realizações como arquiteto e como engenheiro militar. Na época do renascimento a combinação de tão amplas e diversas habilidades em um mesmo indivíduo eram comuns, embora tenhamos de reconhecer que Leonardo foi um dos exemplos mais brilhantes. Tampouco pertencia ele à classe dos gênios fisicamente mal dotados pela natureza e que por isso mesmo desprezam as formas exteriores da vida e, numa atitude de penosa melancolia, fogem a qualquer contato com seus semelhantes. Ao contrário, era alto e bem proporcionado; suas feições eram belas e invulgar a sua força física; era encantador em suas maneiras e de fácil eloquência, alegre e amável para com todos. Adorava o belo em tudo o que cercava; apreciava as roupagens suntuosas e valorizava todos os requintes da vida. Num trecho de seu tratado sobre a pintura, que bem revela sua tendência para as diversões, compara a pintura às artes irmãs e descreve os reveses que aguardam o escultor: 'Pois seu rosto fica empoeirado pelo mármore, de modo que mais parece um padeiro; fica também todo salpicado de flocos de mármore que fazem com que pareça ter estado na neve - sua casa é cheia de poeira e de lascas de pedra. Quanto ao pintor, seu caso é bem diferente... pois o pintor senta-se em frente ao seu trabalho, cercado de todo o conforto. Veste-se bem e utiliza pincéis delicados e leves, que mergulha em cores lindas. Usa roupas que lhe agradam e sua casa é imaculada e repleta de belos quadros. Muitas vezes trabalha ao som de música ou, então, cercado de homens que lhe lêem trechos de obras lindas e variadas que pode ouvir prazerosamente sem o barulho do martelo e outros ruídos.'

Na verdade, é muito possível que a imagem de um Leonardo extremamente feliz e amante de todos os prazeres não seja verdadeira senão no primeiro período, e o mais longo também, da vida do artista. Mais tarde, quando a queda de Ludovico Moro fê-lo deixar Milão, a cidade que era o centro de suas atividades e onde tinha uma situação assegurada, forçando-o a uma vida instável e de poucos sucessos externos, até encontrar seu último refúgio na França, a centelha de seu gênio poderá ter-se esmaecido e alguma faceta estranha de sua natureza poderá ter vindo à tona. De mais a mais, a transferência de seu interesse pelas artes para sua dedicação à ciência, que se foi acentuando com o decorrer do tempo, deve ter influído para aumentar a distância que o separava de seus contemporâneos. Todos os seus esforços representavam, na opinião deles, o desperdício de um tempo que poderia ser usado para pintar encomendas e fazer fortuna (como fez, por exemplo, o seu condiscípulo Perugino). Pareciam-lhes mero diletantismo e até mesmo tornavam-no suspeito de estar a

serviço da 'magia negra'. Nós, hoje, podemos compreendê-lo melhor pois através de seus apontamentos sabemos quais eram as artes a que se dedicava. Em uma época em que se começava a substituir a autoridade da Igreja pela da antiguidade e em que não se haviam ainda acostumado com nenhuma forma de pesquisa que não fosse baseada em pressuposições, Leonardo - o precursor e rival de Bacon e de Copérnico, igualando-se a eles em valor - foi por isso, forçosamente, um solitário entre seus contemporâneos. Ao dissecar cadáveres de cavalos e de homens, ao construir máquinas voadoras e ao estudar a nutrição das plantas e suas reações e venenos, certamente distanciou-se enormemente dos comentadores de Aristóteles, aproximando-se muito mais dos alquimistas desprezados, em cujos laboratórios a pesquisa experimental encontrara algum refúgio, pelo menos durante aqueles tempos adversos.

O efeito disso tudo sobre suas pinturas foi o de fazê-lo usar com menos entusiasmo o pincel, pintar cada vez menos, deixando a maioria do que começara inacabado, e não se preocupar com o destino final de suas obras. E foi disso que o acusaram seus contemporâneos. Para eles, sua atitude em face da sua arte foi sempre incompreensível.

Posteriormente, muitos dos admiradores de Leonardo tentaram defendê-lo dessa acusação de inconstância. Em sua defesa eles alegavam ser esta, justamente, uma característica dos grandes artistas; até mesmo Miguel Angelo, que era inteiramente dedicado a seu trabalho, deixou muitas de suas obras inacabadas e disso teve tanta culpa quanto Leonardo, em circunstâncias iguais. Alegam, além do mais, que, com referência a alguns quadros de Leonardo, não se trata somente de estarem inacabados, mas sim de os ter ele dado por findos. O que ao leigo pode parecer uma obra-prima nunca chega a representar para o criador uma obra de arte completa mas, apenas, a concretização insatisfatória daquilo que tencionava realizar; ele possui uma tênue visão da perfeição, que tenta sempre reproduzir sem nunca conseguir satisfazer-se. Sobretudo, alegam eles, é um direito do artista ser responsável pelo destino final de suas obras.

Por mais válidas que possam ser essas desculpas, elas não conseguem livrar Leonardo de toda a responsabilidade. A mesma luta penosa frente a um trabalho, a fuga final e a indiferença quanto ao seu destino futuro, tudo isso pode acontecer a muitos outros artistas, mas não há dúvida de que esse comportamento ocorre em Leonardo em grau muito mais elevado. Solmi (1910, 12) menciona a observação de um de seus alunos: 'Pareva che ad ogni ora tremasse, quando si poneva a dipingere, e però non diede mai fine ad alcuna cosa cominciata, considerando la grandezza dell'arte, tal que che egli scorgeva errori in quelle cose, che ad altri parevano miracoli.' Seus últimos quadros, continua ele, a Leda, a Madonna di Sant'Onofrio, Baco e São João Batista moço, ficaram inacabados 'come quasi intervenne di tutte le cose sue...' Lomazzo, que fez uma cópia da Última Ceia, comenta em

um soneto a notória incapacidade de Leonardo para ultimar seus trabalhos:

Proto gen che il pannel di sue pitture

Non levava, agguaglio in Vinci Divo

Di cui opra non è finita pure.

A vagareza do trabalho de Leonardo era proverbial. Depois de meticulosos estudos preparatórios, levou três anos inteiros para pintar a Última Ceia para o Convento de Santa Maria delle Grazie, em Milão. Um de seus contemporâneos, o contista Matteo Bandelli, que na época era um jovem frade naquele convento, conta que Leonardo costumava muitas vezes subir nos andaimes pela manhã cedo e lá permanecer até o cair da tarde sem nem uma vez descansar o pincel e nem se lembrar de comer ou de beber. Depois, passava dias sem tornar a tocar no trabalho. Muitas vezes passava horas diante de sua obra, somente analisando-a mentalmente. Algumas vezes vinha para o convento diretamente do pátio do castelo de Milão, onde estava trabalhando no modelo para a estátua eqüestre de Francesco Sforza, dava algumas pinceladas em algum dos seus personagens, partindo logo a seguir. Segundo Vasari, levou quatro anos pintando o retrato de Mona Lisa, a mulher do florentino Francesco del Giocondo, sem conseguir dá-lo por terminado. Este fato pode explicar por que este retrato nunca foi entregue a quem o encomendou, ficando em mãos de Leonardo, que o levou consigo para a França. Foi adquirido pelo rei Francisco I, e hoje em dia constitui um dos mais valiosos tesouros do Louvre.

Se compararmos esses relatos sobre o modo de trabalhar de Leonardo com a evidência de inúmeros desenhos e estudos que deixou e que mostram todos os motivos que aparecem em suas pinturas sob os aspectos mais variados, seremos compelidos a rejeitar o conceito de que sua impaciência e sua volubilidade possam, de algum modo, tê-lo influenciado com relação à sua arte. Ao contrário, é possível observar uma extraordinária profundidade e uma riqueza de possibilidades que vêm dificultar qualquer decisão final, ambições enormes, difíceis de satisfazer, e uma inibição na execução definitiva para a qual não encontramos justificativa, mesmo considerando que o artista nunca consegue realizar o seu ideal. A vagareza, que era conspícua no trabalho de Leonardo, apresenta-se como um sintoma dessa inibição e um prenúncio de seu subsequente desinteresse pela pintura. Isso foi a causa do destino que teve a Última Ceia - destino, aliás, merecido. Leonardo não se podia acostumar ao afresco, que exigia trabalho rápido na aplicação das tintas na superfície ainda úmida e, por isso, preferiu usar as tintas a óleo, de secagem mais lenta, que lhe permitiam protelar o término da obra de acordo com seu humor e lazer. Estas tintas, no entanto, desprendiam-se da superfície onde eram aplicadas e que as isolava do muro. Além do mais, os defeitos próprios do muro e o destino posterior do edificio provavelmente determinaram o que parece ser a ruína inevitável do quadro.

O fracasso de uma experiência técnica semelhante parece ter causado também a destruição da Batalha de Anguinari, pintura que ele começou a executar, competindo com Miguel Ângelo, algum tempo depois, em um muro da Sala del Consiglio em Florença, e que também abandonou antes de terminar. Neste caso, no entanto, parece ter havido outro interesse em jogo - o do experimentador - que a princípio terá incentivado o interesse artístico, vindo porém a prejudicar a obra depois.

O caráter de Leonardo, como homem, revelava outros traços incomuns e outras contradições aparentes. Uma certa ociosidade e indiferença são evidentes em sua personalidade. Numa época em que todos procuravam conseguir um campo amplo onde desenvolver suas atividades - para o que necessitavam de uma enérgica agressividade contra os demais - Leonardo se fazia notar pela sua pacatez e pela aversão a qualquer antagonismo ou controvérsia. Era gentil e amável para com todos; recusava-se, dizem, a comer carne por não achar justo matar animais; gostava sobretudo de comprar pássaros no mercado para soltá-los depois. Condenava a guerra e o derramamento de sangue e descrevia o homem como sendo não tanto o rei do mundo animal, e sim a pior das bestas selvagens. Essa feminina delicadeza, no entanto, não impedia que acompanhasse os criminosos a caminho da execução a fim de estudar-lhes as feições distorcidas pelo medo e desenhá-las em seus cadernos. Nem tampouco deixou de desenhar as mais cruéis armas de agressão e de pertencer ao serviço de Cesare Borgia como chefe da engenharia militar. Muitas vezes parecia indiferente ao bem e ao mal ou parecia deixar-se guiar por normas diferentes. Acompanhou Cesare, em posto importante, durante a campanha que deixou Romagna como possessão do mais cruel e desleal dos adversários. Não existe nas anotações de Leonardo um único comentário a respeito dos acontecimentos de sua época ou qualquer demonstração de preocupação com eles. Isto induz a uma comparação com Goethe durante a campanha da França.

Se um estudo biográfico tem realmente como objetivo chegar à compreensão da vida mental de seu herói, não deverá omitir, como acontece com a maioria das biografias - por discricção ou por melindre - sua atividade sexual ou sua individualidade sexual. O que se conhece de Leonardo neste setor é pouco; porém este pouco é repleto de significados. Em uma época que presenciou a luta entre uma sensualidade sem limites e um ascetismo melancólico, Leonardo representava a fria rejeição da sexualidade - coisa que não se deveria esperar de um artista e pintor da beleza feminina. Solmi cita a seguinte frase sua que bem evidencia a sua frigidez: 'O ato da procriação e tudo o que a ele se relaciona é de tal maneira abjeto que a humanidade certamente se extinguiria não fora isso um costume já consagrado e não fora o fato de existirem rostos lindos e naturezas sensuais.' Seus escritos postumamente publicados cuidam tanto dos maiores problemas científicos como também de trivialidades que não merecem tão grande inteligência (uma história natural alegórica, fábulas de animais, brincadeiras, profecias); são tão castos, e mesmo abstinentes, que ainda

causariam admiração se encontrados em qualquer trabalho de belles lettres de hoje em dia. Tão resolutamente se abstém de todo o tema sexual que dá a impressão de que somente Eros, o preservador de todas as coisas vivas, fosse assunto indigno para o pesquisador em sua busca da sabedoria. É sabido que freqüentemente grandes artistas se comprazem em dar vazão a suas fantasias por meio de desenhos eróticos e mesmo obscenos. No caso de Leonardo, no entanto, possuímos apenas alguns esboços anatômicos do aparelho genital interno feminino, da posição do embrião no útero e assim por diante.



É duvidoso que Leonardo tenha jamais abraçado uma mulher com paixão; ou tenha tido alguma amizade intelectual íntima com uma mulher, como a de Miguel Ângelo com Vittoria Colonna. Quando ainda aprendiz e vivendo em casa de seu mestre Verrocchio, foi-lhe feita e a alguns outros jovens uma acusação de práticas homossexuais proibidas, que terminou em absolvição. Parece que a origem desta acusação foi o fato de ter usado um menino de má fama como modelo. Quando veio a tornar-se mestre, cercou-se de belos rapazes e meninos que tomava como alunos. O último desses alunos, Francesco Melzi, acompanhou-o à França, ficou a seu lado até a sua morte e foi por ele nomeado seu herdeiro. Sem compartilhar a certeza de seus biógrafos modernos, que naturalmente rejeitam a possibilidade da existência de relações sexuais entre ele e seus alunos, considerando-a um insulto grosseiro ao grande homem, achamos muito mais provável que as relações afetuosas de Leonardo para com os jovens que - como era costume entre aprendizes da época - compartilhavam sua vida, não chegassem até relação sexuais. E ainda mais, uma grande atividade sexual não condizia

muito com ele.

Existe uma única maneira de compreender a peculiaridade dessa vida sexual e emocional com relação à dupla natureza de Leonardo como artista e como pesquisador científico. Entre os seus biógrafos, muitas vezes alheios a qualquer enfoque psicológico, existe, a meu entender, apenas um, Edmondo Solmi, que se aproximou da solução do problema; mas um escritor que escolheu Leonardo como o personagem de uma longa novela histórica, Dmitry Sergejevich Merezhkovsky, interpretou do mesmo modo esse homem incomum ao retratá-lo e exprimiu claramente o seu ponto de vista, não com palavras simples porém (segundo o estilo dos autores imaginativos) em termos plásticos. A opinião de Solmi sobre Leonardo é a seguinte (1908, 46): 'O seu insaciável desejo de tudo compreender em seu redor e de pesquisar com atitude de fria superioridade o segredo mais profundo de toda a perfeição condenou sua obra a permanecer para sempre inacabada.'

Em um ensaio publicado na Conferenze Fiorentina faz-se menção à seguinte frase de Leonardo, que bem representa sua confissão de fé e fornece a chave para a compreensão de sua natureza: 'Nessuna cosa si può amare nè odiare, se prima non si ha cognition di quella.' Isto é: Não se tem o direito de amar ou odiar qualquer coisa da qual não se tenha conhecimento profundo. Leonardo se repete em um trecho do tratado sobre pintura, onde parece estar-se defendendo contra a acusação de ateísmo: 'Mas esses críticos desagradáveis melhor fariam se ficassem quietos. Pois é esse o caminho que conduz ao conhecimento do Criador de tantas coisas maravilhosas, e o melhor processo para se vir a amar um Inventor tão grandioso. Pois, na verdade, o grande amor surge do conhecimento profundo do objeto amado e, se este for pouco conhecido, o seu amor por ele será pouco ou nenhum...'

O valor nesses comentários de Leonardo não está em olhá-los como reveladores de fatos psicológicos importantes pois o que eles afirmam é, obviamente, falso e Leonardo era tão sabedor disto quanto nós. Não é verdade que os seres humanos protelam o amor ou o ódio até adquirirem conhecimento mais profundo e maior familiaridade com o objeto desses sentimentos. Ao contrário, amam impulsivamente, movidos por emoções que nada têm a ver com conhecimento e cuja ação, muito ao contrário, poderá ser amortecida pela reflexão e pela observação. Leonardo, portanto, poderia, no máximo, querer dizer que o amor praticado por seres humanos não seria tão desejável e irrepreensível: dever-se-ia amar controlando o sentimento, sujeitando-o à reflexão e somente permitir sua existência quando capaz de resistir à prova do pensamento. Percebemos, assim, que procurou mostrar-nos como ele próprio procedia e demonstrar que todos deveriam tratar o amor e o ódio como ele o fazia.

No seu caso parece que foi isso o que realmente sucedeu. Seus afetos eram controlados e

submetidos ao instinto da pesquisa; ele não amava nem odiava, porém se perguntava acerca da origem e do significado daquilo que deveria amar ou odiar. Parecia, assim, forçosamente, indiferente ao bem e ao mal, ao belo e ao horrível. Durante esse trabalho de pesquisa, o amor e o ódio se despiam de suas formas positivas ou negativas e ambos se transformavam apenas em objeto de interesse intelectual. Na verdade, Leonardo não era insensível à paixão; não carecia da centelha sagrada que é direta ou indiretamente a força motora - il primo motore - de qualquer atividade humana. Apenas convertera sua paixão em sede de conhecimento; entregava-se, então, à investigação com a persistência, constância e penetração que derivam da paixão e, ao atingir ao auge de seu trabalho intelectual, isto é, a aquisição do conhecimento, permitia que o afeto há muito reprimido viesse à tona e transbordasse livremente, como se deixa correr a água represada de um rio, após ter sido utilizada. Quando, ao chegar ao clímax de uma descoberta, podia vislumbrar uma vasta porção de todo o conjunto, ele se deixava dominar pela emoção e, em linguagem exaltada, louvava o esplendor da parte da natureza que estudara ou, em sentido religioso, a grandeza do seu Criador. Esse processo de transformação em Leonardo foi bem compreendido por Solmi. Depois de citar uma passagem desse gênero em que Leonardo exalta a sublime lei da natureza ('O mirabile necessità...'), escreveu (1910, 11): 'Tale trasfigurazione della scienza della natura in emozione, quasi direi, religiosa, è uno dei tratti caratteristici de' manoscritti viancini, e si trova cento e cento volte expressa...'

Devido à sua sede insaciável e incansável de conhecimento, Leonardo tem sido chamado o Fausto italiano. Embora longe de discutir a possível transformação do instinto de investigação em prazer de viver - transformação que devemos considerar como fundamental na tragédia de Fausto - cremos poder arriscar a afirmativa de que a evolução de Leonardo se aproxima do pensamento de Spinoza.

A transformação da força psíquica instintiva em várias formas de atividade, da mesma maneira que a transformação das forças físicas, não poderia ser realizada sem prejuízo. O exemplo de Leonardo mostra-nos quantas outras coisas precisam ser consideradas com relação a estes processos. O adiamento do amor até o seu pleno conhecimento constitui um processo artificial que se transforma em uma substituição. De um homem que consegue chegar até o conhecimento não se poderá dizer que ama ou odeia; situa-se além do amor e do ódio. Terá pesquisado em vez de amar. E será, talvez, este o motivo pelo qual a vida de Leonardo foi tão mais pobre de amor do que a de outros grandes homens, e de outros artistas. As tormentosas paixões de uma natureza, que inspiram e que esgotam, paixões que foram, para outros, fonte das experiências mais plenas, parecem não o haver atingido.

Existem ainda outras conseqüências. A investigação substituiu a ação e também a criação. Um homem que começou a vislumbrar a grandeza do universo com todas as suas complexidades e suas leis, esquece facilmente sua própria insignificância. Perdido de admiração e cheio de verdadeira humildade, facilmente esquece ser, ele próprio, uma parte dessas forças ativas e que, de acordo com a medida de sua própria força, terá um caminho

aberto diante de si para tentar alterar uma pequena parcela do curso preestabelecido para o mundo - um mundo em que as menores coisas são tão importantes e extraordinárias quanto o são as coisas grandiosas.

As pesquisas de Leonardo visavam, originalmente, como acredita Solmi, o interesse de sua arte; dedicou seus esforços a estudar as particularidades e as leis da luz, das cores, das sombras e da perspectiva, a fim de tornar-se exímio em suas imitações da natureza e transmitir aos outros os seus conhecimentos. É provável que nesse tempo ele já superestimava o valor, para o artista, desses ramos do conhecimento. Sempre seguindo o rumo determinado pelas solicitações de sua pintura, foi levado a estudar os modelos do pintor, animais e plantas, e as proporções do corpo humano; e, depois do conhecimento de sua forma exterior, continuou ainda a estudar-lhe a estrutura interna e as suas funções vitais, coisa que, na verdade, influi também na aparência externa e merece ser considerada nos trabalhos artísticos. E, finalmente, o instinto, que se tornara dominante, carregou-o mais longe ainda fazendo-o ultrapassar as limitações da demanda de sua arte e descobrir as leis gerais da mecânica e adivinhar a história da estratificação e fossilização no vale do Arno, até chegar ao ponto de poder escrever em seu livro, com letras enormes, a sua descoberta: *Il sole non si move*. Suas investigações estenderam-se praticamente a quase todos os ramos da ciência natural e em cada um ele foi um descobridor ou, pelo menos, um profeta e pioneiro. No entanto, sua ânsia de conhecimento foi sempre dirigida ao mundo exterior; qualquer coisa o afastava da investigação da alma humana. Na 'Academia Vinciana' [ver em [1]], para a qual desenhou alguns emblemas habilmente entrelaçados, pouco lugar havia para a psicologia.

Depois da pesquisa, quando tentou voltar ao seu ponto de partida, o exercício de sua arte, sentiu-se perturbado pelo novo rumo de seus interesses e pela mudança na natureza de sua atividade mental. O que o interessava num quadro era, acima de tudo, um problema; e após o primeiro via inúmeros outros problemas que surgiam, como costumava acontecer com suas intermináveis e infatigáveis investigações sobre a natureza. Não conseguia mais limitar suas exigências, ver a obra de arte isoladamente, separando-a da vasta estrutura da qual sabia que era parte integrante. Depois de esforços exaustivos para exprimir numa obra de arte tudo o que tinha em seu pensamento com relação a ela, era forçado a desistir, deixando-a inacabada ou declarando-a incompleta.

O artista usara o pesquisador para servir à sua arte; agora o servo tornou-se mais forte que o seu senhor e o dominou.

Quando verificamos que na imagem apresentada pelo caráter de uma pessoa um único instinto adquiriu uma força exagerada, como aconteceu com a ânsia de conhecimento em Leonardo, procuramos a explicação numa predisposição especial - embora as suas determinantes (provavelmente orgânicas) nos sejam ainda praticamente desconhecidas. Nossos estudos psicanalíticos dos neuróticos levaram-nos, no entanto, a formular mais duas

hipóteses que seria gratificante encontrar confirmadas em cada caso particular. Cremos ser provável que um instinto como aquele, de força excessiva, já era ativo na primeira infância do indivíduo e que a sua supremacia foi estabelecida por impressões ocorridas na vida da criança. Admitimos ainda que este instinto foi reforçado por aquilo que, originariamente, seriam forças sexuais instintivas, de modo que mais tarde poderia vir a substituir uma parcela da vida sexual do indivíduo. Uma pessoa desse tipo poderia, por exemplo, dedicar-se à pesquisa com o mesmo ardor com que uma outra se dedicaria ao seu amor, e seria capaz de investigar em vez de amar. Aventuramo-nos a asseverar que não será somente no caso do instinto de investigação que terá havido uma intensificação sexual mas, também, em muitos outros casos em que um instinto se torne sobremodo intenso.

A observação da vida cotidiana das pessoas mostra-nos que a maioria conseguiu orientar uma boa parte das forças resultantes do instinto sexual para sua atividade profissional. O instinto sexual presta-se bem a isso, já que é dotado de uma capacidade de sublimação: isto é, tem a capacidade de substituir seu objetivo imediato por outros desprovidos de caráter sexual e que possam ser mais altamente valorizados. Aceitamos este processo como verdadeiro sempre que na história da infância de uma pessoa - isto é, na história de seu desenvolvimento psíquico - evidenciamos que, na infância, esse instinto poderoso foi usado para satisfazer interesses sexuais. Constatamos a veracidade deste fato se ocorrer uma atrofia estranha durante a vida sexual da maturidade, como se uma parcela da atividade sexual houvesse sido agora substituída pela atividade do impulso dominante.

Parece haver uma dificuldade especial na aplicação dessas hipóteses no caso em que o instinto todo-poderoso é o de pesquisa, pois que, sobretudo em se tratando de crianças, há sempre uma relutância em conceder-lhes tanto esse instinto como qualquer interesse sexual que seja digno de atenção. No entanto, essas dificuldades são facilmente solucionáveis. A curiosidade das crianças pequenas se manifesta no prazer incansável que sentem em fazer perguntas; isso deixa o adulto perplexo até vir a compreender que todas essas perguntas não passam de meros circunlóquios que nunca cessam, pois a criança os está usando em substituição àquela única pergunta que nunca faz. Quando ela cresce e se sente mais bem informada, essa forma de curiosidade muitas vezes desaparece repentinamente. A pesquisa psicanalítica oferece-nos a explicação completa mostrando que a maioria das crianças, ou pelo menos as mais inteligentes, atravessam um período de pesquisas sexuais infantis. Ao que sabemos, a curiosidade das crianças nessa idade não é espontânea mas ocasionada pela impressão causada por algum acontecimento importante - pelo nascimento de um irmãozinho ou irmãzinha ou pelo temor de que isso aconteça, baseado em outras experiências externas - e que representa para elas uma ameaça aos seus interesses egoístas. As investigações visam a saber de onde vêm os bebês, exatamente como se a criança estivesse procurando modos e meios de evitar tão indesejável acontecimento. Desse modo, temos verificado, com surpresa, que as crianças se negam a aceitar as poucas informações que se lhes dão - assim, por exemplo, recusam energicamente a fábula da cegonha, com a sua riqueza de significados mitológicos - iniciando sua independência intelectual com esse ato de incredulidade,

sentindo-se muitas vezes em franco antagonismo com os adultos e, de fato, jamais lhes perdoam por tê-las decepcionado naquela ocasião omitindo os fatos reais. Elas investigam por conta própria, adivinham a presença do bebê dentro do corpo de sua mãe e, seguindo os impulsos de sua própria sexualidade, teorizam tudo: a origem do bebê, atribuindo-a à comida; o seu nascimento, explicando-o pelas vias intestinais, e sobre a parte obscura que cabe ao pai. Naquela ocasião, já têm uma noção do ato sexual, que lhes parece ser alguma coisa hostil e violenta. Mas como a sua própria constituição sexual ainda não atingiu o ponto de poder fazer bebês, sua investigação sobre o problema da origem dos bebês acaba também sem solução sendo finalmente abandonada. A impressão causada por esse fracasso em sua primeira tentativa de independência intelectual parece ser de caráter duradouro e profundamente depressivo.

Quando o período de pesquisa sexual infantil chega a um final após um período de enérgica repressão sexual, o impulso de pesquisa terá três possíveis diferentes vicissitudes, resultantes de sua relação primitiva com interesses sexuais. No primeiro caso, a pesquisa participa do destino da sexualidade; portanto, a curiosidade permanecerá inibida e a liberdade da atividade intelectual poderá ficar limitada durante todo o decorrer de sua vida, sobretudo porque, logo a seguir, a influência da educação acarretará uma intensa inibição religiosa do pensamento. Este é o tipo caracterizado por uma inibição neurótica. Bem sabemos que o enfraquecimento intelectual adquirido nesse processo representa um fator efetivo na irrupção de uma enfermidade neurótica. Num segundo tipo, o desenvolvimento intelectual é suficientemente forte para resistir à repressão sexual que o domina. Algum tempo após o término das pesquisas sexuais infantis, a inteligência, tendo se tornado mais forte, recorda a antiga associação e ajuda a evitar a repressão sexual, e as suprimidas atividades sexuais de pesquisa emergem do inconsciente sob a forma de uma preocupação pesquisadora compulsiva, naturalmente sob uma forma distorcida e não-livre, mas suficientemente forte para sexualizar o próprio pensamento e colorir as operações intelectuais, com o prazer e a ansiedade característicos dos processos sexuais. Neste caso, a pesquisa torna-se uma atividade sexual, muitas vezes a única, e o sentimento que advém da intelectualização e explicação das coisas substitui a satisfação sexual; mas o caráter interminável das pesquisas infantis é também repetido no fato de que tal preocupação nunca termina e que o sentimento intelectual, tão desejado, de alcançar uma solução, torna-se cada vez mais distante.

Devido a uma predisposição especial, o terceiro tipo, que é o mais raro e mais perfeito, escapa tanto à inibição do pensamento quanto ao pensamento neurótico compulsivo. É verdade que nele também existe a repressão sexual, mas ela não consegue relegar para o inconsciente nenhum componente instintivo do desejo sexual. Em vez disso, a libido escapa ao destino da repressão sendo sublimada desde o começo em curiosidade e ligando-se ao poderoso instinto de pesquisa como forma de se fortalecer. Também nesse caso a pesquisa torna-se, até certo ponto, compulsiva e funciona como substitutivo para a atividade sexual; mas, devido à total diferença nos processos psicológicos subjacentes (sublimação ao invés

de um retorno do inconsciente), a qualidade neurótica está ausente; não há ligação com os complexos originais da pesquisa sexual infantil e o instinto pode agir livremente a serviço do interesse intelectual. A repressão sexual, que tornou o instinto tão forte ao acrescentar-lhe libido sublimada, ainda influencia o instinto, no sentido de fazê-lo evitar qualquer preocupação com temas sexuais.

Se refletirmos acerca da ocorrência, em Leonardo, desse poderoso instinto de pesquisa e a atrofia de sua vida sexual (restrita ao que poderíamos chamar de homossexualidade ideal [sublimada]), sentir-nos-emos inclinados a proclamá-lo um modelo ideal do nosso terceiro tipo. A essência e o segredo de sua natureza parecem derivar do fato que, depois de sua curiosidade ter sido ativada, na infância, a serviço de interesses sexuais, conseguiu sublimar a maior parte da sua libido em sua ânsia pela pesquisa. Mas, por certo, não será fácil provar a verdade dessa hipótese. Para fazê-lo, necessitaríamos conhecer alguns pormenores sobre seu desenvolvimento mental durante os primeiros anos de sua infância, e parece absurdo desejar dados dessa natureza quando os pormenores sobre sua vida são tão escassos e tão inseguros, e ainda mais por tratarem de informações sobre circunstâncias que ainda hoje escapam à atenção dos observadores, mesmo em se tratando de pessoas de nossa geração.

Sobre a juventude de Leonardo sabemos muito pouco. Nasceu em 1452 na cidadezinha de Vinci, entre Florença e Empoli; era filho ilegítimo, o que naqueles dias certamente não constituía estima social muito grave; seu pai era Ser Piero da Vinci, um tabelião que descendia de uma família de tabeliães e de fazendeiros que tiraram seu sobrenome da localidade de Vinci; sua mãe foi uma tal Caterina, provavelmente uma camponesa, que mais tarde se casou com outro compatriota de Vinci. Esta mãe não volta a aparecer na história da vida de Leonardo e somente Merezkovsky, o escritor, acreditou ter encontrado vestígios seus. O único fragmento de informação precisa sobre a infância de Leonardo aparece num documento oficial do ano de 1457; trata-se de um registro de terras, em Florença, para taxação de impostos e que, entre os componentes da família Vinci, menciona Leonardo, de cinco anos de idade e filho ilegítimo de Ser Piero. Do casamento de Ser Piero com uma tal Donna Albiera não houve filhos, o que tornou possível educar o pequeno Leonardo na casa de seu pai. Permaneceu nesta casa até entrar para o estúdio de Andrea del Verrocchio, como aprendiz, não sabemos com que idade. No ano de 1472, o nome de Leonardo já se encontrava na lista dos membros da 'Compagnia dei Pittori'. E isso é tudo.

II

Ao que eu saiba, existe apenas um trecho nos apontamentos científicos de Leonardo em que ele insere um fragmento de informação sobre sua infância. Numa passagem acerca do vôo dos abutres ele se interrompe subitamente para descrever uma recordação de sua tenra

infância, que lhe veio à memória:

‘Parece que já era meu destino preocupar-me tão profundamente com abutres; pois guardo como uma das minhas primeiras recordações que, estando em meu berço, um abutre desceu sobre mim, abriu-me a boca com sua cauda e com ela fustigou-me repetidas vezes os lábios.’

O que encontramos aqui é, portanto, uma recordação de infância, e sem dúvida de natureza bem estranha. Não só estranha pelo que conta como pela idade a que se refere. Que uma pessoa possa lembrar-se de alguma coisa da época de sua amamentação talvez não seja impossível, porém essa recordação não poderá, certamente, ser considerada real. No entanto, o que a memória de Leonardo afirma - que um abutre abriu a boca da criança com sua cauda - parece tão pouco provável e tão fabuloso, que uma outra hipótese seria talvez mais cabível e poria um fim às duas dificuldades antes mencionadas. Nessa outra versão, a cena do abutre não seria uma recordação de Leonardo, porém uma fantasia que ele criou mais tarde transpondo-a para sua infância.

É deste modo que muitas vezes se originam as lembranças da infância. Muito diferentes das lembranças conscientes da idade adulta, elas não se fixam no momento da experiência para mais tarde serem repetidas; somente surgem muito mais tarde, quando a infância já acabou; nesse processo, sofrem alterações e falsificações de acordo com os interesses de tendências ulteriores, de maneira que, de um modo geral, não poderão ser claramente diferenciadas de fantasias. Talvez se possa melhor explica-lhes a natureza comparando-as com o começo da crônica histórica entre os povos da antiguidade. Enquanto as nações eram pequenas e fracas, não cuidavam de escrever a sua história. Os homens lavravam suas terras, lutavam com seus vizinhos defendendo sua sobrevivência e procuravam conquistar mais território e riquezas. Foi uma época de heróis e não de historiadores. Seguiu-se outra época - a da reflexão; os homens sentiram-se ricos e poderosos e agora sentiam uma necessidade de saber de onde tinham vindo e como haviam evoluído. Os relatos históricos, que começaram por anotar os sucessos do presente, voltam-se então para o passado recolhendo lendas e tradições, interpretando os vestígios da antiguidade que subsistiam ainda em costumes e usos, e dessa maneira criou-se uma história do passado. Era inevitável que essa história primitiva fosse a expressão das crenças e desejos do presente, e não a imagem verdadeira do passado; muitas coisas já haviam sido esquecidas enquanto outras haviam sido destorcidas e alguns remanescentes do passado eram interpretados erradamente, de modo a corresponderem às idéias contemporâneas. Além do mais, o motivo que levava as pessoas a escreverem história não era uma curiosidade objetiva mas sim o desejo de influenciar seus contemporâneos, de animá-los e inspirá-los, ou mostrar-lhes um exemplo onde mirar-se. A memória consciente do homem com relação aos acontecimentos do seu período de madureza pode bem ser comparada ao tipo primitivo de relatos da história [uma

crônica dos acontecimentos da época]; enquanto as lembranças que ele tem de sua infância correspondem, quanto às suas origens e credibilidade, à história das origens de uma nação compilada mais tarde e sob influências tendenciosas.

Portanto, se a história de Leonardo a respeito do abutre que o visitou no berço houver sido apenas uma fantasia de uma época posterior, poderíamos concluir não valer a pena dedicar-lhe tanto tempo. Poderíamos satisfazer-nos em explicá-la a partir da tendência, que ele próprio não esconde, de considerar a sua preocupação com o vôo dos pássaros como sendo uma fatalidade de seu destino. No entanto, menosprezando essa história cometeríamos uma injustiça tão grande como faríamos se desprezássemos o conjunto de lendas, tradições e interpretações encontradas na história primitiva de uma nação. Apesar de todas as distorções e mal-entendidos elas ainda representam a realidade do passado: representam aquilo que um povo constrói com a experiência de seus tempos primitivos e sob a influência de motivos que, poderosos em épocas passadas, ainda se fazem sentir na atualidade; e, se fosse possível, através do conhecimento de todas as forças atuantes, desfazer essas distorções, não haveria dificuldade em desvendar a verdade histórica que se esconde atrás do acervo lendário. Isto se aplica também às lembranças da infância ou às fantasias do indivíduo. O que alguém crê lembrar da infância não pode ser considerado com indiferença; como regra geral, os restos de recordações - que ele próprio não compreende - encobrem valiosos testemunhos dos traços mais importantes de seu desenvolvimento mental. Como hoje contamos nas técnicas da psicanálise com excelentes métodos que nos ajudam a trazer para a superfície esses elementos ocultos, podemos tentar preencher a lacuna que existe na história da vida de Leonardo analisando a sua fantasia infantil. E se ao fazê-lo não ficarmos satisfeitos com o grau de certeza que alcançamos, teremos de consolar-nos lembrando que inúmeros outros estudos sobre esse grande e enigmático homem não tiveram melhor destino.

Se a examinarmos do ponto de vista de um psicanalista, a fantasia de Leonardo acerca do abutre não nos parecerá mais tão estranha. Verificaremos já ter encontrado casos semelhantes em muitas situações diferentes, em sonhos, por exemplo. Aventuramo-nos, assim, a traduzir a linguagem da fantasia em palavras mais facilmente compreensíveis. A tradução nos revelará então um conteúdo erótico. A cauda, 'coda', é um dos símbolos mais familiares e substitui expressões referentes ao órgão masculino, tanto em italiano como em outras línguas; a situação, na fantasia, de um abutre abrindo a boca da criança e fustigando-a vigorosamente por dentro com a sua cauda, corresponde à idéia de um ato de fellatio, um ato sexual no qual o pênis é introduzido na boca da pessoa envolvida. É estranho que essa fantasia represente uma situação de caráter tão evidentemente passivo; parece-se com certos sonhos e fantasias encontradas em mulheres ou em homossexuais passivos (que desempenham o papel da mulher nas relações sexuais).

Espero que o leitor não se deixe dominar por um sentimento de indignação que o impeça de seguir a psicanálise ao verificar que em sua primitiva aplicação infere uma imperdoável ofensa à memória de um homem grande e puro. Evidentemente tal indignação jamais nos fará conhecer o significado da fantasia de infância de Leonardo. Por sua vez, Leonardo descreveu a fantasia da maneira mais inequívoca e nós não podemos abandonar nossa esperança, ou, melhor ainda, nossa certeza, de que uma fantasia dessa natureza terá de ter algum significado, da mesma forma que qualquer outra criação psíquica: um sonho, uma visão, um delírio. Vamos, portanto, dar uma oportunidade ao trabalho da análise, que na verdade ainda não disse sua última palavra.

A tendência a botar o órgão sexual masculino na boca e a chupá-lo, o que numa sociedade respeitável é considerado uma perversão sexual horrível, encontra-se, no entanto, com muita freqüência entre as mulheres de hoje - e de outros tempos também, como o evidenciam esculturas da antiguidade - e no ardor da paixão isso parece perder completamente o seu caráter repulsivo. Fantasias derivadas dessa tendência têm sido encontradas pelos médicos até mesmo em mulheres que nunca leram a *Psychopathia Sexualis* de Krafft-Ebing ou outra qualquer fonte de informação que lhes mostrasse a possibilidade de obter satisfação sexual desse modo. Parece que as mulheres não sentem dificuldade em imaginar espontaneamente uma fantasia dessa natureza. Novas pesquisas levam-nos a verificar que essa situação, que a moral condena com tanta severidade, pode ser reduzida a uma origem das mais inocentes. Ela não faz senão reproduzir, de modo diferente, uma situação em que todos nós já nos sentimos confortáveis - quando ainda mamávamos ('*essendo io in culla*') e púnhamos em nossa boca o bico do seio de nossa mãe (ou ama-de-leite) e o sugávamos. A impressão orgânica dessa experiência - a primeira fonte de prazer em nossa vida - permanece, sem dúvida, indelevelmente marcada em nós; e quando mais tarde a criança descobre o úbere da vaca, cuja função é a mesma que a do seio porém que mais se assemelha a um pênis pela sua forma sua posição em baixo da barriga, terá atingido a fase preliminar que mais tarde lhe permitirá formular a fantasia sexual repulsiva.

Compreendemos então porque Leonardo veio a associar a lembrança de sua suposta experiência do abutre com a sua época de lactância. O que a fantasia encerra é meramente uma reminiscência do ato de sugar - ou ser sugado - o seio de sua mãe, uma cena de humana beleza que ele, como tantos outros artistas, esmerou-se em reproduzir em seus quadros ao representar a mãe de Deus e seu Menino. Existe, também, um outro aspecto que ainda não compreendemos e que não devemos perder de vista; essa recordação igualmente importante para ambos os sexos, foi transformada, pelo homem Leonardo, numa fantasia homossexual passiva. Por enquanto deixaremos de lado a relação que possa ter a homossexualidade com a imagem da criança mamando no seio da mãe, lembrando-nos, apenas, que a tradição, na verdade, sempre apontou Leonardo como sendo um homem de sentimentos homossexuais. Neste sentido não tem muita importância para o nosso estudo saber se era justificada, ou não, a acusação feita ao jovem Leonardo (ver a partir de [1]). O que nos leva a classificar alguém como sendo um invertido não é o seu comportamento real porém a sua atitude

emocional.

O nosso interesse é despertado, a seguir, por outra faceta incompreensível da fantasia infantil de Leonardo. Interpretamos a fantasia como o ato de ser amamentado por sua mãe e vemos a mãe ser substituída por um abutre. De onde veio esse abutre e por que motivo aparece nesse lugar?

Neste ponto surge em nossa mente um pensamento vindo de tão longe que somos quase tentados a pô-lo de lado. Nos hieróglifos do antigo Egito a mãe era representada pela imagem de um abutre. Os egípcios veneravam também uma Deusa-Mãe que era representada com cabeça de abutre ou, então, com várias cabeças, das quais pelo menos uma era de abutre. O nome dessa deusa era pronunciado Mut. Será que a sua semelhança com a nossa palavra Mutter [mãe] é mera coincidência? Existe, portanto, uma relação real entre abutre e mãe - mas em que é que isto nos pode ajudar? Não podemos esperar que Leonardo tivesse tido conhecimento disto pois sabemos que o primeiro homem que conseguiu decifrar os hieróglifos foi François Champollion, que viveu entre 1790-1832.

Seria interessante procurar saber por que motivo os antigos egípcios vieram a escolher o abutre como símbolo da maternidade. A religião e a civilização dos egípcios sempre constituiu objeto de curiosidade científica, até mesmo entre os gregos e romanos; e mesmo antes de podermos decifrar os monumentos egípcios, dispúnhamos já de muitos elementos de informação sobre eles, tirados dos escritos remanescentes da antiguidade clássica. Alguns desses escritos eram de autores bastante conhecidos, tais como Estrabão, Plutarco e Amiano Marcelino; ao passo que outros são de autores pouco conhecidos e duvidosos quanto às suas origens e datas de composição, tal como a Hieroglyphica de Horapollo Nilous e o livro da sabedoria sacerdotal oriental, que chegou até nós sob o nome do deus Hermes Trismegistos. Por essas fontes ficamos sabendo que o abutre era considerado um símbolo da maternidade, pois acreditavam que somente havia abutres do sexo feminino; não havia, pensavam eles, machos nessa espécie. Uma contraparte dessa limitação a um único sexo existia também na história natural da antiguidade: neste caso, referia-se ao escaravelho, que os egípcios adoravam como divino e do qual julgavam existir somente machos.

Portanto, como poderiam os abutres ser fertilizados se não existiam senão fêmeas? Isto se encontra claramente explicado num trecho de Horapollo. Em certa época essas aves se detêm em meio ao vôo, abrem a sua vagina e são fecundados pelo vento.

Chegamos agora, inesperadamente, a um ponto em que podemos considerar assaz provável aquilo que pouco antes tínhamos de recusar como absurdo. É bem possível que Leonardo conhecesse a fábula científica responsável por ser a figura do abutre usada pelos egípcios para representar a idéia de mãe. Ele lia muito e o seu interesse estendia-se a todos os ramos da literatura e do saber. No Codex Atlanticus encontramos um catálogo de todos os livros que possuía em determinada data e, além disso, conhecemos muitas anotações suas em livros

emprestados por amigos; e, se considerarmos o extrato de seus apontamentos feitos por Richter [1883], veremos que a extensão de suas leituras dificilmente será superestimada. Obras antigas sobre história natural figuram em grande número ao lado de livros contemporâneos; e, já naquela época, todos eles tinham sido impressos. Na verdade, Milão era a cidade italiana líder na nova arte de imprimir.

Mais adiante chegamos a uma fonte de informação que poderá transformar em certeza a hipótese de ter Leonardo conhecimento da lenda do abutre. O culto editor e comentador de Horapollon escreveu a seguinte nota no texto já mencionado acima [Leemans, 1835, 172]: *'Caeterum hanc fabulam de vulturibus cupide amplexi sunt Patres Ecclesiastici, ut ita argumento ex rerum natura petito refutarent eos, qui Virginis partum negabant; itaque apud omnes fere hujus rei mentio occurrit.'*

Assim, portanto, a fábula sobre o sexo único dos abutres e sobre seu modo de fecundação estava longe de ser apenas uma anedota, como o caso análogo do escaravelho; tinha sido adotada pelos Padres da Igreja a fim de ser usada como um exemplo tirano da história natural e servir de prova para os que pusessem em dúvida a história sagrada. Se os abutres, segundo os melhores testemunhos da antiguidade, dependiam do vento para serem fertilizados, por que não teria, alguma vez, acontecido a mesma coisa com uma mulher? Já que a fábula do abutre podia ser usada para este fim, 'quase todos' os Padres da Igreja passaram a narrá-la e, portanto, será quase impossível duvidar que Leonardo também a conhecesse, considerando-se o fato de a sua divulgação ter sido feita por meio de tão amplo patrocínio.

Podemos, assim, reconstituir a origem da fantasia de Leonardo com o abutre. Ele provavelmente teria lido em algum compêndio de história natural ou num livro de algum Padre a afirmação de que todos os abutres eram fêmeas e podiam reproduzir-se sem ajuda de qualquer macho; nessa altura ocorreu-lhe uma lembrança que se transformou na fantasia que estamos analisando mas que, na verdade, significava que ele também havia sido uma tal cria de abutre - tinha mãe mas não tinha pai. E essa lembrança se associava - na única maneira que impressões de idade tão distante se podem manifestar - com a reminiscência que podia subsistir do prazer que teria sentido sugando o seio de sua mãe. A insinuação feita pelos Padres da Igreja relativamente à Virgem Sagrada e seu filho - idéia essa cara a todos os artistas - deve ter influído para valorizar sua fantasia e torná-la ainda mais importante. Deste modo podia identificar-se, ele próprio, com o Menino Jesus, o salvador e consolador de todos, e não de uma única mulher.

O nosso objetivo ao analisar uma fantasia da infância é o de separar o elemento mnêmico real que ela contém dos motivos posteriores que o modificam e distorcem. No caso de Leonardo, acreditamos conhecer agora o significado real da fantasia: a substituição de sua mãe pelo abutre indica que a criança tinha conhecimento da ausência do pai e se sentia solitário junto à sua mãe. O nascimento ilegítimo de Leonardo concorda com a sua fantasia

sobre o abutre; somente debaixo desse aspecto poderia comparar-se a um filhote de abutre. Depois disso, o que de verdadeiro sabemos de sua infância é que, aos cinco anos, ele tinha sido recebido já em casa de seu pai. Não temos, no entanto, a menor indicação de quando isto aconteceu - se foi poucos meses após seu nascimento ou poucas semanas antes de ser feito o levantamento para o registro territorial [ver em [1]]. É nesse ponto que a interpretação da fantasia do abutre interfere: ela parece querer contar-nos que Leonardo passou os primeiros e decisivos anos de sua vida, não ao lado do pai ou da madrasta, mas sim com a sua verdadeira mãe, pobre e abandonada, e assim teve tempo de sentir a ausência de seu pai. Embora ousada, esta conclusão parece ser por demais insignificante para ser apresentada como resultado de nossos estudos psicanalíticos, porém a sua importância aumentará à medida que continuarmos a nossa investigação. A sua veracidade é confirmada quando consideramos as circunstâncias que de fato rodearam a infância de Leonardo. No mesmo ano em que Leonardo nasceu, segundo as fontes oficiais, seu pai, Ser Piero da Vinci, casou-se com Donna Albiera, senhora de boa origem. Foi devido à esterilidade desse casamento que o menino foi recebido em casa de seu pai (ou melhor, em casa de seu avô) - coisa que havia acontecido quando ele se encontrava pelos cinco anos, segundo atesta o documento. Ora, não é comum logo no princípio de um casamento trazer um filho ilegítimo para ser cuidado pela jovem esposa, que ainda espera ser afortunada com o nascimento de seus próprios filhos. Muitos anos de frustração terão certamente decorrido antes da decisão de adoção do filho ilegítimo - que provavelmente já se havia tornado um garoto interessante - para compensar a ausência dos filhos legítimos desejados. A interpretação da fantasia do abutre tornar-se-ia mais fácil se houvessem decorrido uns três anos da vida de Leonardo, talvez mesmo cinco, antes que ele pudesse trocar a figura solitária de sua mãe por uma parilha parental. Já era tarde, no entanto. Nos primeiros três ou quatro anos da vida certas impressões tornam-se fixadas e as formas de reação para com o mundo exterior ficam estabelecidas, e nunca mais perderão a sua importância por meio de outras experiências posteriores.

Se é verdade que as lembranças ininteligíveis da infância de uma pessoa, as fantasias que delas resultam, invariavelmente gravam os elementos mais importantes do desenvolvimento mental, segue-se, então, que o fato confirmado pela fantasia do abutre, isto é, que Leonardo passou os primeiros anos de sua vida sozinho com sua mãe, terá exercido influência decisiva na formação de sua vida interior. Uma consequência inevitável dessa situação foi que a criança - que em sua tenra infância enfrentou um problema a mais do que as outras crianças - começou a pensar nesse enigma com uma intensidade toda especial, e, assim, numa tenra idade tornou-se um pesquisador atormentado pela grande pergunta - saber de onde vêm os bebês e o que tem a ver o pai com sua origem. Foi uma vaga suspeita de que suas pesquisas e a história de sua infância estivessem assim ligadas que o fez mais tarde, declarar que tinha sido destinado, desde o começo de sua vida, a investigar o problema do vôo das aves, já que havia sido visitado por um abutre, quando em seu berço. Mais tarde, não será difícil mostrar que sua curiosidade acerca do vôo das aves deriva das pesquisas sexuais da sua infância.

III

Na fantasia infantil de Leonardo tomamos o elemento abutre como representante do conteúdo real de sua lembrança, ao passo que o contexto em que o próprio Leonardo coloca sua fantasia esclarece muito a importância que teve esse conteúdo para sua vida posterior. Continuando com o nosso trabalho de interpretação, chegamos agora ao estranho problema de saber por que motivo esse conteúdo foi transformado em uma situação homossexual. A mãe que amamenta a criança, isto é, em cujo seio a criança mama, foi transformada num abutre que põe a sua cauda dentro da boca da criança. Já tivemos ocasião de mostrar [ver em [1]] que, de acordo com as freqüentes substituições de que se serve a linguagem, a 'cauda' do abutre deve, com toda certeza, significar o genital masculino, um pênis. Mas não podemos compreender como a atividade imaginativa pode ter atribuído justamente a esse pássaro, que representa a mãe, as características da masculinidade; diante desse absurdo ficamos sem saber como reduzir esta criação da fantasia de Leonardo a qualquer significado racional.

No entanto não devemos perder a esperança, sobretudo quando nos lembramos do número enorme de sonhos, aparentemente absurdos, cujo significado já conseguimos desvendar. Existe alguma razão para que uma lembrança da infância nos ofereça maiores dificuldades do que um sonho?

Recordando que não convém analisar uma característica peculiar isoladamente, apressamo-nos em trazer uma outra que nos parece ainda mais estranha.

A deusa egípcia Mut, que tinha cabeça de abutre, figura sem nenhuma característica pessoal, segundo o artigo de Drexler no léxico de Roscher, fundia-se freqüentemente com outras deusas de personalidade mais marcante, tais como Ísis e Hathor, porém conservou, ao mesmo tempo, separados, sua existência e seu culto. Uma característica especial do panteão egípcio era que os deuses individuais não desapareciam quando ocorria um processo de sincretismo. Ao mesmo tempo que sucedia a fusão dos deuses, as divindades individuais continuavam a sua existência independente. Ora, essa deusa-mãe com cabeça de abutre era geralmente representada pelos egípcios com um falo; seu corpo era de mulher, conforme mostram os seus seios, mas possuía também um membro masculino em ereção. Encontramos, portanto, na deusa Mut a mesma combinação de características maternas e masculinas que existem na fantasia de Leonardo sobre o abutre. Deveremos explicar esta coincidência afirmando que Leonardo tomou conhecimento, através da leitura de seus livros [ver em [1]] da natureza andrógina do abutre maternal? Uma tal possibilidade é assaz duvidosa; parece que as fontes às quais tinha acesso não continham nenhuma informação sobre este notável pormenor. Parece mais plausível buscar a explicação dessa coincidência num fator comum

operativo, válido para ambos os casos mas desconhecidos para nós até este momento.

A mitologia nos ensina que a constituição andrógina, isto é, uma combinação das características masculinas e femininas, era atributo não só de Mut mas também de outras divindades, tais como Ísis e Hathor - estes, no entanto, talvez pelo fato de possuírem também uma natureza maternal e se confundirem com Mut (Römer, 1903). Ensina-nos, mais, que outras divindades egípcias tais como Neith de Saís - de quem se originou, mais tarde, a Atenéia dos gregos - foram originariamente representadas como andróginas, isto é, como hermafroditas, e que o mesmo se dava com muitos dos deuses gregos, especialmente aqueles que eram associados a Dionísio mas também a Afrodite, que mais tarde se limitou a representar uma deusa feminina do amor. A mitologia explica que o acréscimo de um falo ao corpo feminino é uma representação da força primitiva criadora da natureza, e que todas essas divindades hermafroditas são expressões da idéia de que somente a combinação dos elementos masculino e feminino poderão de fato simbolizar a perfeição divina. Mas nenhuma dessas considerações nos explica o fato psicológico tão estranho de a imaginação humana não vacilar em emprestar a uma imagem que pretende essencialmente representar a mãe um atributo da potência masculina que representa exatamente o oposto de qualquer idéia maternal.

As teorias sexuais infantis explicam-nos isso. Existe uma época em que o genital masculino é compatível com a imagem da mãe. Quando um menino começa a ter curiosidade pelos enigmas da vida sexual, fica dominado pelo interesse que tem pelo seu próprio genital. Passa a considerar essa parte de seu corpo valiosa e importantíssima para ele e crê que ela deve existir nas outras pessoas com as quais ele se acha parecido. Como não pode adivinhar a existência de outra conformação genital igualmente importante, é forçado a forjar a hipótese de que todos os seres humanos, tanto os homens quanto as mulheres, possuem um pênis igual ao seu. Este preconceito se torna de tal maneira imbuído no investigador infantil que não desaparece nem mesmo quando, pela primeira vez, chega a observar o genital das meninas. Sua percepção mostra-lhe que há alguma coisa diferente do que ele possui mas é incapaz de admitir que o conteúdo de sua percepção é que ele não pode encontrar um pênis nas meninas. A sua falta parece-lhe uma coisa sinistra e intolerável e procurando uma solução de compromisso chega à conclusão de que as meninas também possuem um pênis, somente que é ainda muito pequeno; e que, depois, ele crescerá. Mais tarde, quando percebe que isso não acontece, encontra outra explicação: as meninas também tinham um pênis, mas ele foi cortado e em seu lugar ficou apenas uma ferida. Este avanço teórico já implica experiências pessoais de caráter penoso: nesse intervalo o menino já terá ouvido ameaças de lhe cortarem o órgão que tanto preza, caso venha a demonstrar um interesse demasiadamente ostensivo por ele. Sob a influência dessa ameaça de castração, ele agora interpreta de modo diferente o conhecimento adquirido sobre os genitais femininos; daí em diante receará por sua masculinidade e, ao mesmo tempo, menosprezará as infelizes criaturas que já receberam o cruel castigo, conforme ele presume.

Antes de a criança ser dominada pelo complexo de castração - isto é, numa época em que a mulher ainda conserva para ela todo o seu valor - ela começa a exteriorizar um intenso desejo visual, como atividade erótica instintiva. Quer ver os genitais de outras pessoas, a princípio provavelmente para compará-lo com o seu próprio. A atração erótica que sente por sua mãe logo se transforma em um desejo pelo seu órgão genital, que supõe ser um pênis. Com a descoberta que fará, mais tarde, de que as mulheres não possuem pênis, este desejo muitas vezes se transforma no seu oposto, dando origem a um sentimento de repulsa que, na época da puberdade, poderá ser a causa de impotência psíquica, misoginia e homossexualidade permanente. Porém a fixação no objeto antes tão intensamente desejado, o pênis da mulher, deixa traços indelévels na vida mental da criança, quando esta fase de sua investigação sexual infantil foi particularmente intensa. Um culto feticista cujo objeto é o pé ou calçado feminino parece tomar o pé como mero símbolo substitutivo do pênis da mulher, outrora tão reverenciado e depois perdido. Sem o saber, os 'coupeurs de nattes' desempenham o papel de pessoas que executam um ato de castração sobre o órgão genital feminino.

Enquanto as pessoas se mantiverem na atitude ditada pela nossa civilização de desprezo pelos órgãos genitais e pelas funções sexuais, não poderão absolutamente compreender as atividades da sexualidade infantil e provavelmente fugirão ao assunto afirmado ser incrível o que aqui dissemos. Para compreender a vida mental das crianças necessitamos recorrer a analogias encontradas nos tempos primitivos. Para nós, durante muitas gerações os genitais foram sempre as partes 'pudendas', motivo de vergonha e até mesmo (devido a posterior repressão sexual bem sucedida) de repugnância. Se fizermos um histórico extenso da vida sexual de nossa época e sobretudo das classes que são o sustentáculo da civilização humana, seremos tentados a declarar que é a contragosto que a maioria daqueles que vivem nos dias de hoje obedecem à lei de propagar a espécie; sentem-se, nesse processo, diminuídos em sua dignidade humana. Entre nós, somente a classe menos culta de nossa sociedade difere desse ponto de vista sobre a vida sexual. Para a classe mais alta e refinada, ela constitui uma coisa que se oculta, desde que é considerada culturalmente inferior, e quando se permitem dar-lhe vazão, fazem-no contra a sua consciência. Nos tempos primitivos da raça humana, a concepção era diferente. Dados trabalhosamente compilados por estudiosos da civilização apresentam testemunho irrefutável de que primitivamente os genitais eram o orgulho e a esperança dos seres humanos; eram adorados como deuses e transmitiam a essência divina de suas funções a todas as novas atividades humanas. Como resultado da sublimação de sua natureza básica criaram-se inúmeras divindades: e quando a conexão entre a religião oficial e a atividade sexual se tornou oculta da consciência geral, cultos secretos se dedicavam a conservá-la viva entre um certo número de iniciados. Durante o decurso do desenvolvimento cultural tanta coisa divina e sagrada foi, em última essência, extraída da sexualidade, que o remanescente, quase esgotado, foi desprezado. Mas, dado o caráter indelével de todos os processos mentais, não é de admirar que mesmo as formas mais primitivas do culto genital existissem até bem pouco tempo e que a linguagem, os costumes e as superstições da humanidade de hoje contenham ainda remanescentes de todas as fases deste processo de

desenvolvimento.

Notáveis analogias biológicas levam-nos a descobrir que o desenvolvimento mental do indivíduo repete, de modo abreviado, o processo do desenvolvimento humano; e as conclusões a que chegaram as pesquisas psicanalíticas acerca da mente infantil, referentes à importância concedida aos genitais na infância, não são tão inverossímeis. A hipótese infantil de que sua mãe tem um pênis será, portanto, a origem comum de que derivam tanto a mãe-deusa andrógina como a Mut egípcia, e a 'coda' do abutre na fantasia infantil de Leonardo. Na verdade, ao classificar de hermafroditas, no sentido médico, essas representações de deuses, cometemos realmente uma impropriedade. Em nenhuma delas existe realmente a combinação dos genitais dos dois sexos - uma combinação que se observa em algumas malformações e que constituem uma deformação repulsiva; a única coisa que acontecia era que o órgão masculino era acrescentado aos seios, que são a característica da mãe, como se dá também na representação infantil do corpo materno. Esta forma do corpo materno, criação reverenciada da fantasia primitiva, foi conservada fielmente pela mitologia. Podemos apresentar agora a seguinte interpretação da ênfase dada à cauda do abutre na fantasia de Leonardo: 'Isso foi numa época em que a minha curiosidade afetuosa era toda dirigida à minha mãe, e que eu pensava ter ela um órgão genital igual ao meu.' Constitui mais uma evidência das precoces pesquisas sexuais de Leonardo que, em nossa opinião, tiveram influência decisiva sobre toda a sua vida futura.

Neste ponto, um pouco de reflexão mostrará que não nos satisfaz ainda o modo pelo qual foi explicada a cauda do abutre na fantasia infantil de Leonardo. Parece haver nela alguma coisa mais que não conseguimos ainda compreender. A mais notável de todas elas foi ter sido transformado o ato de mamar no seio materno em ser amamentado, isto é, em passividade, portanto, numa situação cuja natureza é indubitavelmente homossexual. Quando nos lembramos da probabilidade histórica de Leonardo ter-se comportado em sua vida como uma pessoa emocionalmente homossexual, ocorre-nos perguntar se esta fantasia não indicaria a existência de uma relação causal entre as relações infantis de Leonardo com a mãe e sua posterior homossexualidade manifesta, ainda que ideal [sublimada]. Não nos atreveríamos a inferir qualquer conexão dessa natureza da reminiscência confusa de Leonardo se não soubéssemos, pelos estudos psicanalíticos de pacientes homossexuais, que tal ligação existe de fato e é, na verdade, condição intrínseca e necessária.

Os homossexuais, que em nossos dias se têm defendido energicamente das restrições impostas por lei às suas atividades sexuais, gostam de ser apresentados, por intermédio de seus teóricos defensores, como pertencendo a uma espécie diferente, como um estágio sexual intermediário ou como um 'terceiro sexo.' Eles se declaram homens inatamente compelidos, por disposições orgânicas, a achar prazer com outros homens, o que não conseguem com mulheres. Por maior que seja a nossa vontade, por motivos humanitários, de acatar suas declarações, devemos analisar as suas teorias com reservas, pois foram feitas sem levar em conta a gênese psíquica da homossexualidade. A psicanálise oferece meios para preencher

essa lacuna e para testar as afirmativas dos homossexuais. Embora só tenha conseguido colher dados de um número reduzido de pessoas, todas as investigações empreendidas até agora produziram o mesmo resultado surpreendente. Em todos os nossos casos de homossexuais masculinos, os indivíduos haviam tido uma ligação erótica muito intensa com uma mulher, geralmente sua mãe, durante o primeiro período de sua infância, esquecendo depois esse fato; essa ligação havia sido despertada ou encorajada por demasiada ternura por parte da própria mãe, e reforçada posteriormente pelo papel secundário desempenhado pelo pai durante sua infância. Sadger chama atenção para o fato de as mães dos seus pacientes homossexuais serem muitas vezes masculinizadas, mulheres com enérgicos traços de caráter e capazes de deslocar o pai do lugar que lhe corresponde. Observei ocasionalmente a mesma coisa, porém me impressionei mais com os casos em que o pai estava ausente desde o começo, ou abandonara a cena muito cedo, deixando o menino inteiramente sob a influência feminina. Na verdade, parece que a presença de um pai forte asseguraria, no filho, a escolha correta de objeto, ou seja, uma pessoa do sexo oposto.

Depois desse estágio preliminar, estabelece-se uma transformação cujo mecanismo conhecemos mas cujas forças determinantes ainda não compreendemos. O amor da criança por sua mãe não pode mais continuar a se desenvolver conscientemente - ele sucumbe à repressão. O menino reprime seu amor pela mãe; coloca-se em seu lugar, identifica-se com ela, e toma a si próprio como um modelo a que devem assemelhar-se os novos objetos de seu amor. Desse modo ele transformou-se num homossexual. O que de fato aconteceu foi um retorno ao auto-erotismo, pois os meninos que ele agora ama à medida que cresce, são, apenas, figuras substitutivas e lembranças de si próprio durante sua infância - meninos que ele ama da maneira que sua mãe o amava quando era ele uma criança. Encontram seus objetos de amor segundo o modelo do narcisismo, pois Narciso, segundo a lenda grega, era um jovem que preferia sua própria imagem a qualquer outra, e foi assim transformado na bela flor do mesmo nome.

Considerações psicológicas mais profundas justificam a afirmativa de que um homem que assim se torna homossexual, permanece inconscientemente fixado à imagem mnêmica de sua mãe. Reprimindo seu amor à sua mãe, conserva-o em seu inconsciente e daí por diante permanece-lhe fiel. Quando parece perseguir outros rapazes e tornar-se seu amante, na realidade está fugindo das outras mulheres que o possam levar à infidelidade. Em casos individuais, a observação direta tem-nos permitido demonstrar que o homem que dá a impressão de ser sensível somente aos encantos de outros homens sente-se, na verdade, atraído pelas mulheres, como qualquer homem normal; mas em cada ocasião procura transferir imediatamente a excitação provocada pela mulher para um objeto masculino e, desse modo, repete incessantemente o mecanismo pelo qual adquiriu sua homossexualidade.

Estamos longe de querer exagerar a importância dessas explicações sobre a gênese psíquica da homossexualidade. É óbvio que elas discordam completamente das teorias adotadas pelos defensores dos homossexuais, mas sabemos também que não são bastante claras para chegar a uma conclusão definitiva sobre esse problema. Aquilo que, por motivos práticos, é geralmente chamado de homossexualidade poderá ser o resultante de uma variedade enorme de processos inibitórios psicosssexuais; o processo particular que destacamos é, talvez, apenas um entre muitos outros e talvez corresponda a um único tipo de 'homossexualidade'. Devemos também admitir que o número de casos de homossexualismo deste tipo, em que podemos reconhecer as causas determinantes assinaladas por nós, é bem maior do que aqueles em que ele de fato se concretiza. Portanto, nós também não podemos negar a influência exercida por fatores constitucionais desconhecidos, aos quais geralmente se atribui toda a homossexualidade. Não teríamos tido motivo algum para entrar na gênese psíquica da forma de homossexualidade que estudamos se não houvesse um forte pressentimento de que Leonardo, cuja fantasia sobre o abutre foi o nosso ponto de partida, fosse, na verdade, um homossexual exatamente desse tipo.

Conhecem-se poucos detalhes sobre o comportamento sexual do grande artista e cientista, mas devemos crer na possibilidade de as afirmativas de seus contemporâneos não terem sido totalmente erradas. À luz de tais afirmativas, portanto, ele nos parece ter sido um homem cujas necessidades e atividades sexuais eram excepcionalmente reduzidas, como se uma aspiração mais elevada o houvesse colocado acima das necessidades animais comuns da humanidade. Haverá sempre uma dúvida quando se trata de saber se ele terá alguma vez procurado a satisfação sexual direta e, se o fez, de que maneira; ou teria ele prescindido completamente de qualquer ato dessa natureza? Achamos justo, no entanto, procurar nele também as forças emocionais que impulsionam outros homens imperativamente à prática do ato sexual; pois não podemos imaginar a vida mental de nenhum ser humano sem que tivesse havido em sua formação o desejo sexual em seu sentido mais amplo - libido - mesmo que tal desejo se tivesse afastado de sua finalidade original, ou fosse refreado, e não chegasse a exercer-se.

Não podemos esperar encontrar em Leonardo senão indícios de inclinação sexual não-transformada. Estes indícios, porém, apontam uma direção que nos faz reconhecer nele um homossexual. Sempre foi notório que ele somente admitia como alunos meninos e rapazes que fossem belos. Tratava-os com gentileza e consideração, tomava conta deles e, quando doentes, cuidava-os ele próprio como uma mãe cuida de seus filhos, e assim como o teria tratado a sua própria mãe. Como os escolhia pela beleza e não pelo talento, nenhum deles - Cesare da Sesto, Boltraffio, Andrea Salaino, Francesco Melzi e outros mais - veio a tornar-se um pintor de importância. Geralmente não eram capazes de se libertar de seu mestre e, após a sua morte, desapareceram sem terem deixado qualquer marca definitiva na história da arte. Quanto a outros, como Luini e Bazzi, chamado Sodoma, cujos trabalhos lhes permitem classificar-se como seus discípulos, talvez jamais os tivesse conhecido pessoalmente.

Ser-nos-á provavelmente alegado que a conduta de Leonardo para com seus alunos nada tem a ver com motivos de ordem sexual, e que portanto não justifica deduções sobre a sua particular inclinação sexual. Respondendo a isso, gostaríamos de demonstrar, com o devido cuidado, que o nosso ponto de vista explica algumas características peculiares do comportamento do artista que de outro modo permaneceriam um mistério. Leonardo mantinha um diário onde fazia anotações com sua letra miúda (escrevendo da direita para a esquerda) somente para seu próprio uso. É digno de nota que naquele diário ele tratava a si próprio na segunda pessoa. 'Aprende a multiplicação de raízes com Mestre Luca.' (Solmi, 1908, 152). 'Faze com que o Mestre d'Abacco te ensine a quadratura do círculo.' (Loc. cit.) Ou, durante uma viagem: 'Estou indo para Milão tratar de assuntos referentes a meu jardim... Manda fazer duas malas. Faze com que Boltraffio te mostre o torno e faze-o polir uma pedra. Deixa o livro para Mestre Andrea il Todesco.' (Ibid., 203) Ou, então, uma resolução de importância bem diversa: 'Deves mostrar em teu tratado que a terra é uma estrela, como a lua ou coisa parecida, e assim provar a nobreza de nosso mundo.' (Herzfeld, 1906, 141.)

No referido diário, que, igual ao que acontece nos diários de outros mortais, muitas vezes comenta em poucas palavras os acontecimentos mais importantes do dia ou mesmo nem os menciona, existem algumas notas que, pela sua estranheza, são relatadas por todos os biógrafos de Leonardo. São apontamentos de pequenas quantias de dinheiro, gastas pelo artista - anotadas com uma precisão minuciosa como se houvessem sido feitas por um austero ou parcimonioso chefe de família. No entanto nada há sobre qualquer extravagância maior ou nenhuma evidência de que fizesse parte de sua natureza anotar sempre suas despesas. Uma destas anotações refere-se a uma capa nova que comprou para seu aluno Andrea Salaino:

Brocado de prata 15 lire 4 soldi

Enfeite de veludo vermelho 9 lire - soldi

Galões 9 soldi

Botões 12 soldi

Outra nota muito detalhada soma todas as despesas que fez por causa do mau caráter e do costume de furtar de outro aluno: 'No dia vinte e um de abril de 1940 comecei este livro e recomecei o cavalo. Jacomo procurou-me no dia se Santa Madalena, em 1940: ele tem dez anos.' (Nota à margem: 'gatuno, mentiroso, egoísta, voraz.') 'No segundo dia, mandei cortar-lhe duas camisas, um par de calças e uma jaqueta e, quando separei o dinheiro para o pagamento, ele o roubou de minha bolsa e jamais consegui fazê-lo confessar, embora tivesse certeza disso.' (Nota à margem: '4 lire...') O relatório sobre as faltas do menino continua

por aí a fora e termina com a demonstração das despesas: 'No primeiro ano, uma capa, 2 lire; 6 camisas, 4 lire; 3 jaquetas, 6 lire; 4 pares de meias, 7 lire; etc.'

Os biógrafos de Leonardo não desejam de modo algum procurar a solução dos problemas mentais de seu personagem partindo de suas pequenas fraquezas e peculiaridades; e o comentário que habitualmente fazem sobre essas contas estranhas são para ressaltar-lhes a gentileza e a consideração para com os alunos. Esquecem-se de que o que carece de explicação não é o comportamento de Leonardo mas sim o fato de ter deixado, acerca dele, esses testemunhos. Como é impossível acreditar que seu motivo tenha sido deixar provas de sua bondade, devemos pressupor ter sido outra razão, de natureza afetiva, que o levou a fazer esses apontamentos. Será difícil adivinhar qual o motivo e nós nada poderíamos sugerir, não fora o fato de ter sido encontrado outro apontamento de despesas, entre os papéis de Leonardo, que esclarece essas estranhas notas, tão pouco importantes, sobre as roupas de seus alunos etc.:

Despesas com o funeral de Caterina 27 florins

2 libras de cera 18 florins

Para o transporte e levantamento da cruz 12 florins

Essa 4 florins

Carregadores 8 florins

4 padres e 4 sacristãos 20 florins

Para soar o sino 2 florins

Para os escavadores 16 florins

Pela licença - para os funcionários 1 florim

Total 108 florins

Despesas anteriores

Médico 4 florins

Açúcar e castiçais 2 florins

Total 16 florins

Total completo 124 florins

O escritor Merezhkovsky é o único que nos diz quem foi essa Caterina. Baseado em duas breves notas ele concluiu que a mãe de Leonardo a pobre camponesa de Vinci, foi a Milão em 1493 para visitar seu filho, que tinha, então, 41 anos; que lá adoeceu e Leonardo a internou num hospital, e quando morreu foi homenageada por ele com esse custoso enterro.

Esta interpretação feita pelo escritor psicólogo não pode ser provada mas é tão verossímil e está tão de acordo com tudo o que conhecemos da atividade emocional de Leonardo, que não posso deixar de aceitá-la como correta. Ele conseguira sujeitar seus sentimentos ao domínio da pesquisa e reprimir a sua livre expressão; mas para si mesmo havia ocasiões em que o que suprimira forçava um meio de expressão. A morte da mãe, a quem tanto amara em certa época, foi uma delas. O que temos diante de nós nesses apontamentos sobre as despesas do enterro é a expressão, sob um disfarce quase irreconhecível, de sua tristeza pela morte da mãe. Ficamos pensando o porquê desse disfarce, e na verdade não o podemos entender se o consideramos um processo mental normal. Porém, processos semelhantes são por nós bem conhecidos nas condições anômalas da neurose, sobretudo na que é conhecida como 'neurose obsessiva'. Nestes casos podemos observar como a expressão de sentimentos intensos, que se haviam tornado inconscientes graças à repressão, é deslocada para ações triviais e às vezes mesmo tolas. A expressão desses sentimentos reprimidos foi de tal modo enfraquecida pelas forças que a eles se opõem, que seríamos levados a considerá-los insignificantes; mas a compulsão imperativa que leva a executar esse ato trivial revela a verdadeira força dos impulsos - força que se origina no inconsciente e que a consciência gostaria de negar. Somente comparando esta situação com a que ocorre na neurose obsessiva

é que poderemos explicar as anotações de Leonardo relativas às despesas com o enterro de sua mãe. Em seu inconsciente, ele ainda se achava ligado a ela por sentimentos de matiz erótico, como acontecera em sua infância. A oposição que se originou na subsequente repressão deste amor infantil não lhe permitiu reverenciar sua mãe em seu diário, de modo diferente e melhor. Mas o que emergiu como um compromisso desse conflito neurótico tinha de ser externado; e foi assim que esta anotação veio a fazer parte de seu diário e chegou ao conhecimento da posteridade como coisa ininteligível.

Não nos parece muito ousado aplicar às notas sobre as despesas com os alunos aquilo que descobrimos nas notas sobre o enterro. Seriam elas, portanto, outro testemunho dos esparsos remanescentes dos impulsos libidinais de Leonardo, que encontravam assim expressão, de maneira compulsiva e sob forma distorcida. Sob esse ponto de vista, sua mãe e seus alunos, que representavam a imagem de sua própria beleza infantil, haviam sido seus objetos sexuais - tanto quanto a repressão sexual que dominava sua natureza nos permite reconhecê-los - e a compulsão a anotar detalhadamente os seus gastos com eles revelava, desse modo estranho, seus conflitos rudimentares. Assim, pareceria que a vida erótica de Leonardo pertencia realmente ao tipo de homossexualidade cujo desenvolvimento psíquico conseguimos desvendar, e a emergência da situação homossexual em sua fantasia do abutre tornar-se-ia inteligível para nós; porque seu significado era exatamente o que já havíamos afirmado relativamente a esse tipo. Teríamos de traduzi-lo assim: 'Foi através dessa relação erótica com minha mãe que me tornei um homossexual.'

IV

Ainda não demos por terminada a análise da fantasia do abutre de Leonardo. Com palavras que tão claramente sugerem a descrição de um ato sexual ('e fustigou muitas vezes sua cauda contra meus lábios'), Leonardo acentua a intensidade das relações eróticas entre mãe e filho. Da ligação desta atividade de sua mãe (o abutre) com a dominância da zona bucal, não será difícil adivinhar que a fantasia contém uma outra lembrança. Podemos traduzi-la assim: 'Minha mãe beijou-me apaixonada e repetidamente na boca.' A fantasia surge da lembrança de ser alimentado no seio e de ser beijado pela mãe.

A natureza generosa deu ao artista a capacidade de exprimir seus impulsos mais secretos, desconhecidos até por ele próprio, por meio dos trabalhos que cria; e estas obras impressionam enormemente outras pessoas estranhas ao artista e que desconhecem, elas também, a origem da emoção que sentem. Será que nada existe na obra de Leonardo para testemunhar aquilo que sua memória conservou como uma das impressões mais fortes de sua

infância? Deveríamos certamente poder encontrar alguma coisa. Porém, se considerarmos a transformação enorme que terá de sofrer qualquer impressão vivida por um artista antes que ela venha a ser transformada em uma contribuição para uma obra de arte, teremos de observar um grande comedimento ao proclamarmos a nossa certeza quanto aos resultados a que chegamos em nossas pesquisas; sobretudo com referência a Leonardo. Qualquer pessoa que pense nas pinturas de Leonardo recordar-se-á de um sorriso notável, ao mesmo tempo fascinante e misterioso, que ele punha os lábios de seus modelos femininos. É um sorriso imutável, desenhado em lábios longos e curvos; tornou-se uma característica do seu estilo e o termo 'Leonardiano' tem sido usado para defini-lo. Este sorriso no rosto estranhamente lindo da florentina Mona Lisa del Giocondo tem causado, em todos que o contemplam, os efeitos mais fortes e controvertidos. [Ver Lâmina II.] Este sorriso requer uma interpretação e de fato tem merecido as mais variadas explicações sem que nenhuma ainda tenha conseguido satisfazer. 'Voilà quatre siècles bientôt que Monna Lisa fait perdre la tête a tous ceux qui parlent d'elle, après l'avoir longtemps regardée.'

Muther (1909, 1, 314) escreveu: 'O que sobretudo enfeitiça o espectador é a magia demoníaca desse sorriso. Centenas de poetas e escritores já escreveram sobre essa mulher que ora parece sorrir-nos tão sedutoramente, ora parece fitar o espaço, friamente e sem alma. E ninguém jamais decifrou o enigma de seu sorriso nem leu o significado de seus pensamentos. Tudo, até mesmo a paisagem, assemelha-se a um sonho e parece sofrer a influência opressiva da sensualidade.'

A idéia de que dois elementos diferentes estejam combinados no sorriso de Mona Lisa já foi suscitada por diversos de seus críticos. Muitos deles vêm na expressão da linda florentina a mais perfeita representação dos contrastes que dominam a vida erótica das mulheres; o contraste entre a reserva e a sedução, e entre a ternura mais delicada e uma sensualidade implacavelmente exigente, destruindo os homens como se fossem seres estranhos. Este é o ponto de vista de Müntz (1899, 417): 'On sait quelle énigme indéchiffrable et passionnante Monna Lisa Gioconda ne cesse depuis bientôt quatre siècles de proposer aux admirateurs pressés devant elle. Jamais artiste (j'emprunte la plume du délicat écrivain qui se cache sous le pseudonyme de Pierre de Corlay) "a-t-il traduit ainsi l'essence même de la féminité: tendresse et coquetterie, pudeur et sourde volupté, tout le mystère d'un coeur qui se réserve, d'un cerveau qui réfléchit, d'une personnalité que se garde et ne livre d'elle-même que son rayonnement..." O escritor italiano Angelo Conti (1910, 93) descreve que viu no Louvre o retrato iluminado por um raio de sol. 'La donna sorrideva in una calma regale: i suoi istinti di conquista, di ferocia, tutta l'eredità della specie, la volontà della seduzione e dell'agguato, la grazia del inganno, la bontà che cela un proposito crudele, tutto ciò appariva alternativamente e scompariva dietro il velo ridente e si fondeva nel poeme del suo sorriso... Buona e malvagia, crudele e compassionevole, graziosa e felina, ella rideva...'

Leonardo passou quatro anos pintando esse retrato, talvez de 1503 até 1507, durante a sua

segunda permanência em Florença, época em que tinha mais de cinquenta anos. Segundo Vasari, durante o trabalho Leonardo empregou todos os meios ao seu alcance para divertir essa senhora e conservar-lhe no semblante o sorriso famoso. No seu estado atual, o quadro conserva pouco de todos os detalhes delicados que seu pincel, na época, reproduziu sobre a tela; enquanto foi pintado, foi proclamado como sendo o mais elevado que a arte poderia realizar, porém é sabido que o próprio Leonardo não se satisfez com o resultado; declarando que estava incompleto não o entregou à pessoa que o encomendara, levou-o consigo para a França, onde o seu patrono, Francisco I, o adquiriu para o Louvre.

Deixando sem solução a enigmática expressão no rosto de Mona Lisa, vamos anotar o fato inegável de que o seu sorriso, que tanto fascina todos os que têm contemplado durante esses quatro séculos, exerceu também poderoso fascínio sobre Leonardo. Dessa data em diante, o sorriso cativante reaparece em todos os seus quadros assim como nos de seus alunos. Sendo a Mona Lisa de Leonardo um retrato, não cremos que lhe tivesse imprimido, por sua própria inspiração, característica tão expressiva à sua face - característica que não lhe pertence realmente. Torna-se, portanto, inegável concluir que ele encontrou esse sorriso em seu modelo e ficou por ele tão enfeitiçado que daí por diante reproduziu-o em todas as criações livres de sua fantasia. Esta interpretação, que não poderá ser considerada forçada, é defendida, por exemplo, por Konstantinowa (1907, 44):

‘Durante o longo período em que o artista trabalhou no retrato de Mona Lisa del Giocondo, estudou tão apaixonadamente os detalhes mais sutis e delicados deste rosto que passou a reproduzir os seus traços - sobretudo o seu misterioso sorriso e estranho olhar - em todos os rostos que veio a pintar e desenhar depois. Até no retrato de São João Batista, no Louvre, pode-se perceber esta expressão facial, tão peculiar da Gioconda; mas é sobretudo no rosto da Virgem Maria, no quadro da



MONA LISA, de LEONARDO

“Madona e o Menino com Sant’Ana”, que mais claramente o reconhecemos.’ [Ver o Frontispício deste volume.]

No entanto, esta situação pode ter ocorrido de outro modo. A necessidade de um motivo mais profundo para explicar a atração tão forte que o sorriso da Gioconda exerceu sobre o artista, a ponto de nunca mais vir a libertar-se dele, tem sido mantida por mais de um de seus biógrafos. Walter Pater, que vê no retrato de Mona Lisa ‘uma presença... expressiva daquilo que os homens sempre ambicionaram, durante milênios, possuir’ [1873, 118], e que descreve com muita sensibilidade o ‘sorriso distante, sempre sombreado por algum triste presságio, que transparece em toda a obra de Leonardo’ [ibid., 117], fornece-nos um outro dado quando declara (loc. cit.):

‘Além do mais, o quadro é um retrato. Desde a infância, vemos esta imagem vir-se definindo na contextura de seus sonhos; e, a não ser por algum testemunho histórico expresso, poderemos supor que essa foi sua mulher ideal, finalmente concretizada e finalmente possuída...’

Marie Herzfeld (1906, 88) sem dúvida nenhuma participa de opinião muito semelhante quando declara que na Mona Lisa Leonardo encontrou o seu próprio eu (self), e por isso conseguiu transferir tanta coisa de sua própria natureza para o retrato ‘cujas feições jaziam há muito tempo, em misteriosa harmonia, na mente de Leonardo’,

Vamos tentar explicar melhor o que aqui sugerimos. Poderia ser que Leonardo tivesse ficado fascinado pelo sorriso de Mona Lisa, por lhe ter despertado alguma coisa que há muito habitava sua mente - provavelmente uma antiga lembrança. Esta lembrança era de suficiente importância pois, uma vez despertada, nunca mais dela se libertou; sentia-se sempre forçado a dar-lhe novas formas de expressão. A afirmativa de Pater, segundo a qual podemos ver desde a infância um rosto como o de Mona Lisa esboçar-se na contextura de seus sonhos, parece convincente e merece ser acatada.

Vasari conta que ‘teste di femmine, che ridono’ foi tema tratado em seus primeiros ensaios artísticos. Este trecho, do qual não necessitamos duvidar, já que nada pretende provar, está transcrito mais extensamente na versão de Schorn (19843, 3, 6): ‘Em sua juventude, modelou em barro algumas cabeças sorridentes de mulher, reproduzidas depois em gesso; e algumas cabeças de crianças, lindas como se houvessem sido modeladas por mãos de um mestre...’

Ficamos sabendo, assim, que ele começou sua carreira artística reproduzindo duas espécies de objeto; e estes infalivelmente nos fazem lembrar os dois tipos de objetos sexuais que deduzimos da análise de sua fantasia sobre o abutre. Se as lindas cabeças de criança eram a reprodução da sua própria pessoa, como ele era na sua infância, então as mulheres sorridentes nada mais seriam senão a reprodução de sua mãe Caterina, e começamos a suspeitar a possibilidade de que este misterioso sorriso era o de sua mãe - sorriso que ele perdera e que muito o fascinou, quando novamente o encontrou na dama florentina.

O quadro de Leonardo mais próximo da Mona Lisa em ordem cronológica é o chamado 'Sant'Ana com Dois Outros', ou seja, Sant'Ana com a Madona e o Menino. [Ver Frontispício.] Nele o sorriso leonardiano aparece evidente e lindo nas fisionomias de ambas as mulheres. Não é possível descobrir quanto tempo antes ou depois da Mona Lisa, Leonardo começou a pintar o quadro. Como os dois trabalhos o ocuparam durante anos, penso que podemos afirmar que o artista trabalhava em ambos ao mesmo tempo. Estaria mais de acordo com a nossa teoria admitirmos que foi a intensidade da concentração de Leonardo nas feições da Mona Lisa que o estimulou a criar a composição de Sant'Ana como produto de sua imaginação. Porque, se é verdade que o sorriso de Gioconda lhe despertava recordações de sua mãe, fácil será compreender como isso o levou a criar uma glorificação da maternidade, e a restituir à sua mãe o sorriso que encontrara na nobre dama. Podemos, portanto, transferir o nosso centro de interesse do retrato da Mona Lisa para este outro quadro - igualmente belo, e que hoje também se encontra no Louvre.

Sant'Ana com sua filha e o neto é assunto que raramente foi tratado na pintura italiana. De qualquer modo, a composição de Leonardo difere enormemente de qualquer outra versão conhecida, segundo escreve Muther (1909, 1, 309):

'Alguns artistas como Hans Fries, Holbein, o velho, e Girolamo dai Libri, representaram Ana sentada ao lado de Maria, colocando o Menino entre as duas. Outros, como Jakob Cornelisz em seu quadro de Berlim, pintaram aquilo que realmente se poderia chamar de "Sant'Ana com Dois Outros", em outras palavras, eles a representaram sustentando nos braços a figura menor de Maria, que por sua vez carrega no colo a figura menor ainda de Cristo menino. No quadro de Leonardo, Maria está sentada no colo de sua mãe e se debruça, com os braços estendidos para o Menino que brinca com um cordeirinho, talvez o tratando com pouca delicadeza. A avó apóia na cintura o braço visível e contempla o par com um sorriso de felicidade. A composição, na verdade, não aparenta muita naturalidade. O sorriso que paira nos lábios de ambas as mulheres, embora seja inegavelmente o mesmo da Mona Lisa, perdeu seu caráter estranho e misterioso; o que ele exprime aqui é sentimento íntimo e serena felicidade.

Depois de estudarmos o quadro por algum tempo, ocorre-nos subitamente a idéia de que somente Leonardo o poderia ter pintado assim como somente ele poderia ter criado a fantasia do abutre. O quadro contém a síntese da história de sua infância: os seus detalhes

devem ser explicados relembrando as impressões mais pessoais da vida de Leonardo. Na casa de seu pai, ele encontrou não somente a sua boa madrasta Donna Albiera mas também a sua avó, mãe de seu pai, Monna Lucia, que - assim o supomos - foi para ele tão carinhosa quanto geralmente o são os avós. Essas circunstâncias podem muito bem ter influído para que representasse num quadro a imagem da criança vigiada pela mãe e pela avó. Outra característica evidente desse quadro é ainda mais significativa. Sant'Ana, a mãe de Maria e a avó do Menino, que deveria ser uma matrona, é representada como um pouco mais madura e mais séria do que a Virgem Maria, porém ainda uma mulher jovem e de inalterável beleza. Na verdade, Leonardo deu ao Menino duas mães; uma que lhe estende os braços e outra no segundo plano; ambas deixando transparecer o sorriso bem-aventurado da alegria maternal. Essa característica do retrato sempre chamou a atenção daqueles que o descrevera. Muther, por exemplo, é de opinião que Leonardo nunca procurava pintar a velhice, com suas marcas e rugas, e por esse motivo pintou Ana também como uma mulher de radiante beleza. Mas será que nos poderemos satisfazer com esta explicação? Outros tem negado haver qualquer similaridade de idade entre mãe e filha. Mas a explicação dada por Muther mostra bem que a impressão que se tem de que Sant'Ana foi pintada mais jovem provém mesmo do quadro e não constitui nenhuma invenção para justificar objetivo posterior.

A infância de Leonardo teve característica igual à que o quadro reproduz. Teve duas mães: primeiro, sua verdadeira mãe Caterina, de quem o separaram quando tinha entre três e cinco anos; e depois uma madrasta moça e carinhosa, Donna Albiera, esposa de seu pai. Pela combinação dessa situação de sua infância com a outra que mencionamos acima (a presença da mãe e da avó) e pela composição que fez reunindo os três personagens numa unidade, o desenho de 'Sant'Ana com Dois Outros' veio a concretizar-se para ele. A figura maternal mais afastada do Menino - a avó - corresponde à primeira e verdadeira mãe, Caterina, tanto em sua aparência quanto em sua relação especial com o menino. O artista parece ter usado o sorriso bem-aventurado da Sant'Ana para negar e encobrir a inveja que sentiu a pobre mulher quando foi obrigada a entregar o filho à sua rival nascida em berço mais nobre, assim como já lhe havia outrora entregado o pai.

Encontramos também uma confirmação, em outro trabalho de Leonardo, de nossa suspeita de que o sorriso de Mona Lisa del Giocondo havia despertado nele, já homem feito, a lembrança da mãe que tivera em sua



Fig. 2.

primeira infância. Dessa época em diante, as madonas e as senhoras aristocráticas dos quadros italianos passaram a ser pintadas com a humilde inclinação da cabeça e sorrindo o estranho e bem-aventurado sorriso de Caterina,



Fig. 3.

a pobre camponesa que dera à luz o magnífico filho cujo destino seria pintar, pesquisar e sofrer.

Se Leonardo teve sucesso ao reproduzir nas feições de Mona Lisa a dupla significação contida naquele sorriso, a promessa de ternura infinita e ao mesmo tempo a sinistra ameaça (segundo a frase de Pater [ver em [1]]), manteve-se também fiel ao conteúdo de sua lembrança mais distante. Porque a ternura de sua mãe foi-lhe fatal; determinou o seu destino e as privações que o mundo lhe reservava. A violência das carícias evidentes em sua fantasia sobre o abutre eram muito naturais. No seu amor pelo filho, a pobre mãe abandonada procurava dar expansão à lembrança de todas as carícias recebidas e à sua ânsia por outras mais. Tinha necessidade de fazê-lo, não só para consolar-se de não ter marido mas também para compensar junto ao filho a ausência de um pai para acarinhá-lo. Assim, como todas as mães frustradas, substitui o marido pelo filho pequeno, e pelo precoce amadurecimento de seu erotismo privou-o de uma parte de sua masculinidade. O amor da mãe pela criança que ela mesma amamenta e cuida é muito mais profundo que o que sente, mais tarde, pela criança em seu período de crescimento. Sua natureza é a de uma relação amorosa plenamente satisfatória, que não somente gratifica todos os desejos mentais mas também todas as necessidades físicas; e se isto representa uma das formas possíveis da felicidade humana, em parte será devido à possibilidade que oferece de satisfazer, sem reprovação, desejos impulsivos há muito reprimidos e que podem ser considerados como perversos. Nos casais jovens e mais felizes, o pai se dá conta de que o bebê, sobretudo se for um menino, transforma-se em seu rival, o que vem a constituir o ponto de partida de um antagonismo para com o favorito, que está profundamente arraigado no inconsciente.

Quando em pleno vigor de sua mocidade, Leonardo reencontrou o sorriso de beatitude e enlevo que vira pairar nos lábios de sua mãe quando o acariciava, ele já tinha estado tempo demais sob o domínio da inibição para que pudesse voltar a desejar tais carícias dos lábios de outras mulheres. Ele porém se tornara pintor e, portanto, lutou para reproduzir com seu pincel o sorriso famoso em todos os seus quadros (tanto nos que ele próprio pintou como nos que incumbia seus alunos de fazer sob sua orientação) - assim foi com a Leda, com o João Batista e com o Baco. Os dois últimos são variantes do mesmo tipo. 'Leonardo transformou o comedor de gafanhotos da Bíblia', disse Muther (1909, 1, 314), 'num Baco, ou melhor, num jovem Apolo, que, com um sorriso misterioso nos lábios e com suas pernas macias cruzadas, fita-nos com olhos que nos perturbam os sentidos.' Esses quadros transmitem um misticismo cujo segredo ninguém ousa desvendar; o máximo que poderíamos tentar seria determinar a sua relação com as criações anteriores de Leonardo. As figuras ainda são andróginas mas não mais no sentido da fantasia do abutre. São jovens lindos, de uma delicadeza feminina e de formas afeminadas; já não abaixam os olhos mas contemplam-nos com uma expressão de misterioso triunfo como se conhecessem uma grande felicidade cujo segredo devessem calar. O sorriso fascinante e familiar leva-nos a crer tratar-se de um segredo de amor.

É possível que nestas figuras Leonardo tenha negado a infelicidade de sua vida erótica e que tenha triunfado sobre ela em sua arte, proclamando os desejos do menino apaixonado pela sua mãe, com um sentimento de realização nessa união bem-aventurada das naturezas

masculina e feminina.

V

Entre as anotações feitas por Leonardo em seu diário, existe uma que chama a atenção do leitor pela importância do seu significado e também por um pequeno erro na sua redação.

Ele escreveu, em julho de 1504:

‘Adì 9 de Luglio 1504 mercoledì a ore morì Ser Piero da Vinci, notalio al palazzo del Potestà, mio padre, a ore 7. Era d’età d’anni 80 lascio 10 figlioli maschi e 2 femmine.’

Como vemos, a nota refere-se à morte do pai de Leonardo. O pequeno erro de redação consiste na repetição da hora do dia ‘a ore 7’ [às 7 horas], que é dada duas vezes, deixando a impressão de que Leonardo, ao chegar ao fim da frase, esqueceu já ter mencionado isto no início. É apenas um pequeno detalhe e ninguém, a não ser um psicanalista, lhe daria maior importância. Nem ele próprio talvez o notasse, e se alguém lhe chamasse atenção poderia alegar ser coisa que acontece a qualquer um num momento de distração, ou de grande emoção, e que isto nada significava.

O psicanalista pensa de maneira diferente. Para ele não há detalhe, por mais insignificante que pareça, que não possa revelar um processo mental oculto. O analista conhece, há muito tempo, a importância de tais casos de esquecimento ou de repetição, e sabe que é justamente essa ‘distração’ que permite a libertação de impulsos reprimidos.

Nós diríamos que esta nota como as contas referentes ao enterro de Caterina [ver em [1]] e às despesas de seus alunos [ver em [2]], representam casos em que Leonardo não conseguiu suprimir o seu afeto, de onde alguma coisa, há muito reprimida, encontrou uma forma destorcida de expressão. Até mesmo a forma é semelhante: encontramos a mesma precisão pedante e a mesma importância dada aos números.

Casos de repetição desta natureza são por nós chamados de perseveração. É um meio excelente para revelar a nuance afetiva. Faz-nos lembrar, por exemplo, as palavras de São Pedro no Paraíso de Dante, contra o seu indigno representante na terra:

Quegli ch'usurpa in terra il luogo mio,

Il luogo mio, il luogo mio, che vaca

Nella presenza del Figliuol di Dio,

Fato há del cimiterio mio cloaca.

Se não existisse uma inibição afetiva em Leonardo, a anotação feita em seu diário teria sido redigida mais ou menos assim: 'Hoje às 7 horas meu pai morreu - Ser Piero da Vinci, meu pobre pai!' Porém o deslocamento da perseveração para um detalhe tão indiferente no relato de sua morte, a hora em que ele faleceu, esvazia a anotação de qualquer emoção e deixa transparecer a existência de algumas coisa que se deseja ocultar ou suprimir.

Ser Piero da Vinci, tabelião e descendente de tabeliães, era homem dotado de grande energia e que veio a tornar-se próspero e estimado. Casou-se quatro vezes. Suas duas primeiras mulheres morreram sem lhe deixar filhos e foi somente a sua terceira mulher que o presenteou com seu primeiro filho legítimo, em 1476, época em que Leonardo já atingira a idade de 24 anos, e de há muito deixara a casa do pai para viver no estúdio de seu mestre Verrocchio. Com a quarta e última mulher, com quem se casou já na casa dos cinquenta, teve mais nove filhos e duas filhas.

É fora de dúvida que seu pai exerceu também influência importante no desenvolvimento psicosssexual de Leonardo, não somente de modo negativo por sua ausência durante sua primeira infância, mas também de modo direto, por sua presença no período posterior da infância de Leonardo. Quem deseja a própria mãe na infância não poderá evitar o desejo de substituir o pai e de identificar-se com ele na imaginação, e depois constituir como tarefa de sua vida obter ascendência sobre ele. Quando Leonardo foi recebido em casa de seu avô, antes de ter completado cinco anos, sua jovem madrasta Albiera terá certamente substituído sua mãe em sua afeição, e ele terá sentido o que pode ser chamado de relações normais de rivalidade com seu pai. Como sabemos, uma decisão no sentido da homossexualidade somente se concretiza nos anos da puberdade. Quando esta decisão ocorreu no caso de Leonardo, sua identificação com o pai perdeu toda a significação para sua vida sexual mas manteve-se presente em outras esferas de atividade não-erótica. Sabemos que gostava de luxo e de roupagens finas, e que possuía criados e cavalos, embora, segundo Vasari, 'pouco possuísse e pouco produzisse.' A responsabilidade por estes gostos não deve ser atribuída somente à sua sensibilidade ao belo; reconhecemos neles também uma compulsão a copiar e ultrapassar seu pai. Seu pai fora um grande cavalheiro para a pobre camponesa, e seu filho por isso nunca deixou de sentir o desejo de representar também o grande cavalheiro - o impulso de 'to out-herod Herod', - e mostrar ao pai o que vinha a ser um verdadeiro gentil-homem.

Não há dúvida de que o artista criador se considera como o pai de sua obra. Para Leonardo, o reflexo de sua identificação com o pai foi prejudicial para sua pintura. Criava a obra de arte e depois dela se desinteressava, do mesmo modo que seu pai se desinteressara por ele. O cuidado que seu pai demonstrou, mais tarde, em nada conseguiu alterar esta compulsão; porque a compulsão derivada das impressões dos primeiros anos de infância, e o que foi reprimido e se tornou inconsciente, não pode ser corrigido pelas experiências futuras.

Na época da Renascença - e também muito depois - todo artista dependia de algum nobre de alta linhagem, um benfeitor e patrono, que lhe dava encomendas e de cujas mãos dependia a sua fortuna. Leonardo encontrou seu patrono em Ludovico Sforza, chamado II Moro, um homem ambicioso e amante do esplendor, diplomata astuto, porém de caráter inconsciente e em quem não se podia confiar. Na sua corte em Milão, Leonardo passou o período mais brilhante de sua vida, a seu serviço seu poder criador atingiu o mais alto grau de realização, como o atestam a Última Ceia e a estátua equestre de Francesco Sforza. Ele deixou Milão antes da desgraça de Ludovico Sforza, que morreu prisioneiro numa fortaleza na França. Quando teve a notícia do destino de seu patrono, Leonardo escreveu em seu diário: 'O duque perdeu seu ducado, sua propriedade e sua liberdade, e nunca terminou nenhuma das obras que empreendeu.' É interessante, e sobretudo significativo, que ele fizesse ao seu patrão a mesma acusação que a posterioridade lhe viria fazer. Era como se quisesse fazer de alguém que pertencesse à categoria paternal, responsável por ter deixado suas obras inacabadas. Na verdade, não errou no que afirmou acerca do duque.

Se sua imitação do pai o prejudicou como artista, sua rebeldia contra ele foi a determinante infantil do que foi talvez uma realização igualmente sublime no campo da pesquisa científica. Segundo a comparação admirável de Merezhkovsky (1903, 348), era como um homem que despertara cedo demais, na escuridão, enquanto os outros ainda dormiam. Ele teve a coragem de fazer a declaração que contém a justificação de toda pesquisa independente: 'Aquele que apela para a autoridade quando existe diferença de opinião, está fazendo mais uso da memória do que da razão.' Foi assim que se tornou o primeiro cientista natural moderno e uma abundância de descobertas e de idéias sugestivas recompensaram sua coragem de ter sido o primeiro homem, desde o tempo dos gregos, a indagar os segredos da natureza baseando-se unicamente na observação e em seu próprio julgamento. Mas quando ensinava que a autoridade deveria ser desprezada e que a imitação dos 'antigos' deveria ser repudiada, e ao afirmar constantemente que o estudo da natureza era a fonte de toda verdade, não fazia senão repetir - na mais alta sublimação que o homem pode atingir - o ponto de vista resolutivo que já se impusera ao menino, quando fitava atônito o mundo em redor. Se transformarmos novamente a abstração científica em experiência individual concreta, veremos que os 'antigos' e a autoridade correspondem simplesmente a seu pai, e a natureza vem a ser novamente a mãe gentil e carinhosa que o amamentou. Na

maioria dos seres humanos - tanto hoje como nos tempos primitivos - a necessidade de se apoiar numa autoridade de qualquer espécie é tão imperativa que o seu mundo se desmorona se essa autoridade é ameaçada. No entanto, Leonardo pôde dispensar esse apoio; não teria podido fazê-lo se nos primeiros anos de sua vida não tivesse aprendido a viver sem o pai. Sua ulterior investigação científica, caracterizada por sua ousadia e independência, pressupõe a existência de pesquisas sexuais infantis não inibidas pelo pai e representa uma prolongação das mesmas com a exclusão do elemento sexual.

Quando alguém, como aconteceu com Leonardo, escapa à intimidação pelo pai durante a primeira infância e rompe as amarras da autoridade em suas pesquisas, muito nos admiraríamos se continuasse sendo um crente, incapaz de se desfazer dos dogmas religiosos. A psicanálise tornou conhecida a íntima conexão existente entre o complexo do pai e a crença em Deus. Fez-nos ver que um Deus pessoal nada mais é, psicologicamente, do que uma exaltação do pai, e diariamente podemos observar jovens que abandonam suas crenças religiosas logo que a autoridade paterna se desmorona. Verificamos, assim, que as raízes da necessidade de religião se encontram no complexo parental. O Deus todo-poderoso e justo e a Natureza bondosa aparecem-nos como magnas sublimações do pai e da mãe, ou melhor, como reminiscência e restaurações das idéias infantis sobre os mesmos. Biologicamente falando, o sentimento religioso origina-se na longa dependência e necessidade de ajuda da criança; e, mais tarde, quando percebe como é realmente frágil e desprotegida diante das grandes forças da vida, volta a sentir-se como na infância e procura então negar a sua própria dependência, por meio de uma regressiva renovação das forças que a protegiam na infância. A proteção contra doenças neuróticas, que a religião concede a seus crentes, é facilmente explicável: ela afasta o complexo paternal, do qual depende o sentimento de culpa, quer no indivíduo quer na totalidade da raça humana, resolvendo-o para ele, enquanto o incrédulo tem de resolver sozinho o seu problema.

O caso de Leonardo não parece desmentir este ponto de vista relativo à religião. Enquanto vivo, foram-lhe feitas acusações de heresia e de apostasia contra o Cristianismo (o que, na época, significava a mesma coisa) que foram claramente descritas na primeira biografia que Vasari [1550] escreveu sobre ele. (Müntz, 1889, 292ss.) Na segunda edição (1568) de sua *Vite*, Vasari suprimiu estas observações. Devido à susceptibilidade enorme de sua época no tocante a questões religiosas, bem podemos compreender por que Leonardo, até mesmo em seus cadernos evitou qualquer comentário direto à sua posição face ao Cristianismo. Em suas pesquisas, jamais se deixou induzir em erro por influência dos relatos sobre a Criação, contidos nas Sagradas Escrituras; pôs em dúvida, por exemplo, a possibilidade de um dilúvio universal, e em geologia fez cálculos em termos de centenas de milhares de anos sem hesitação maior do que a dos homens dos tempos modernos.

Entre as suas 'profecias' existem algumas que certamente teriam ofendido a sensibilidade de um crente cristão. Assim, por exemplo, em 'Sobre o hábito de rezar defronte às imagens de santos':

‘Os homens falarão com homens que nada percebem, que têm os olhos abertos mas que nada vêem; falarão com eles e não terão resposta; implorarão as graças daqueles que têm orelhas mas nada ouvem; acenderão luzes para quem é cego.’ (Segundo Herzfeld, 1906, 292.)

Ou, então, ‘Sobre o luto na Sexta-feira Santa’:

‘Em toda a Europa, inumeráveis povos chorarão a morte de um único homem que morreu no Oriente.’ (ibid., 297.)

Sobre a arte de Leonardo, já foi dito que ele despiu as sagradas figuras de todos os vestígios de sua ligação com a Igreja, tornando-as humanas, para nelas representar grandes e belas emoções humanas. Muther o elogia por libertar-se do ambiente de decadência que prevalecia na época e por restituir ao homem o seu direito à sensualidade e à alegria de viver. Nas anotações que nos mostram Leonardo, entregue à sondagem dos grandes mistérios da natureza, há um número enorme de passagens onde ele manifesta a sua admiração pelo Criador, última causa de todos esses nobres segredos; mas nada existe que possa indicar que desejou manter relações pessoais com esse divino poder. As reflexões que encerram a profunda sabedoria dos últimos anos de sua vida exalam a conformação do homem que se entrega ao □□□□□□, às leis da natureza, e que nenhuma misericórdia espera da bondade ou da graça de Deus. Parece não haver dúvida de que Leonardo superou tanto a religião dogmática quanto a pessoal, e que afastou-se muito da concepção cristã do mundo, através do seu trabalho de pesquisa.

As descobertas, anteriormente mencionadas [ver a partir de [1]], que fizemos sobre o desenvolvimento da vida mental infantil, levam-nos a crer que no caso de Leonardo também as suas primeiras pesquisas na infância se orientaram para os problemas da sexualidade. Ele próprio se denuncia, sob disfarce transparente, ao relacionar sua ânsia de pesquisa à fantasia do abutre e ao destacar o problema do vôo das aves como assunto para o qual se sentia fatalmente impelido por uma série de circunstâncias. Um trecho sobremodo obscuro de suas anotações referentes ao vôo das aves, e que se assemelha a uma profecia, demonstra muito bem o grau de interesse afetivo que o fazia fixar-se na idéia de poder um dia imitar, ele próprio, esse vôo: ‘O grande pássaro alçará o seu primeiro vôo partindo do dorso de seu Grande Cisne; fará o mundo ficar maravilhado, será por todos descrito e será a glória eterna do ninho onde nasceu.’ Provavelmente esperava que ele próprio chegaria a voar um dia e conhecemos, pelos sonhos realizadores de desejos, que felicidade se aguarda da realização dessa esperança.

Mas por que será que tantas pessoas sonham sentindo-se capazes de voar? A resposta que nos dá a psicanálise é que voar, ou ser um pássaro, é somente um disfarce para outro desejo, e que mais de uma conexão, seja por meio de palavras ou de coisas, leva-nos a reconhecer esse desejo. Quando consideramos que às crianças perguntadoras dizemos que os bebês são trazidos por um grande pássaro, tal como a cegonha; quando nos lembramos de que os antigos povos representavam o falo como possuindo asas; que a expressão mais comum, em alemão, para a atividade sexual masculina é `vögeln` [‘passarear’: `Vogel` é a palavra alemã para ‘pássaro’]; que o órgão masculino é chamado de `l’uccello` [‘o pássaro’] em italiano - vemos que todos esses dados constituem apenas uma pequena fração de um conjunto de idéias correlatas que nos mostram que, nos sonhos, o desejo de voar representa verdadeiramente a ânsia de ser capaz de realizar o ato sexual. Este é um desejo que surge nos primeiros anos da infância. Quando o adulto relembra sua infância, esta parece-lhe como tendo sido uma época feliz, na qual se gozava o momento e se encarava o futuro sem nenhum desejo; é por essa razão que ele inveja as crianças. No entanto, se as próprias crianças nos pudessem contar a sua história nessa época, elas provavelmente o fariam de modo diferente. Parece que a infância não é bem esse idílio bem-aventurado que retrospectivamente destorcemos; ao contrário, as crianças durante toda a sua infância sentem-se fustigadas pelo desejo de crescer e de fazer o que fazem os grandes. Este desejo reflete-se em todas as brincadeiras. Sempre que as crianças sentem, no curso de suas explorações sexuais, que, nesse terreno tão misterioso e tão importante para elas, existe alguma coisa maravilhosa permitida aos adultos, mas que elas estão proibidas de conhecer e de fazer, sentem um desejo violento de ser capazes de fazê-lo e sonham-no sob a forma de voar, ou preparam este disfarce de seu desejo para ser usado mais tarde em seus sonhos de voar. Assim, a aviação, que em nossos dias está finalmente conseguindo realizar esse objetivo, tem também suas raízes eróticas infantis.

Ao admitir que desde sua infância sentia-se ligado de maneira especial e pessoal ao problema do vôo, Leonardo confirma que as suas pesquisas infantis eram dirigidas para questões sexuais; e era isso exatamente o que esperávamos, de acordo com a investigação que fizemos sobre crianças de nossa época. Pelo menos esse problema escapara à repressão que mais tarde o afastaria da sexualidade. Com ligeiras variantes em seus significados, o mesmo assunto continuou a interessá-lo, desde os anos de sua infância até a época de sua plena maturidade intelectual; e é muito possível que não tivesse conseguido a destreza que desejava, quer no sentido sexual primário, quer no sentido mecânico, e que permaneceu frustrado em ambos os desejos.

Na verdade, o grande Leonardo permaneceu como uma criança durante toda a vida, sob diversos aspectos; diz-se que todos os grandes homens conservam algo de infantil. Mesmo quando adulto, continuava ele a brincar, o que constituiu mais um motivo por que freqüentemente pareceu estranho e incompreensível para seus contemporâneos. A nós não

satisfaz, porém, saber que construía os mais complicados brinquedos mecânicos, que exibia em festejos da corte e recepções cerimoniosas, pois relutamos em conceber o artista usando o seu talento em coisas tão sem importância. No entanto, ele não parecia aborrecer-se em gastar assim o seu tempo pois Vasari conta-nos que fazia essas coisas mesmo sem receber encomendas: 'Quando estava lá (em Roma) pegou um pedaço de cera e com ele modelou bichos muito delicados, que enchia de ar; quando soprava, eles voavam e quando o ar escapava, caíam no chão. Para um lagarto estranho, que o vinhateiro de Belvedere encontrou, fez umas asas tiradas da pele de outros lagartos e encheu-as com mercúrio, de maneira que elas se agitavam e tremiam quando o lagarto caminhava. Em seguida, fez-lhe uns olhos, uma barba e chifres, domesticou-o e o guardou numa caixa, para com ele assustar todos os seus amigos'. Tais habilidades muitas vezes serviam para exprimir pensamentos mais sérios. 'Algumas vezes limpava os intestinos de um carneiro tão cuidadosamente que poderiam depois caber na concha de sua mão. Levava-os, então, para um grande quarto, ajustava-os a um fole de ferreiro situado numa sala contígua e os enchia, a ponto de virem a ocupar a sala inteira, assim forçando as pessoas que lá estavam a se refugiarem num canto. Dessa forma, ele mostrava como se tornavam transparentes à medida que se enchiam de ar; e pelo fato de que a princípio eles ocupavam pouco espaço, e que gradualmente espalhavam-se pela sala inteira, ele os comparava ao gênio.' O mesmo prazer brincalhão de esconder coisas, fazendo-as depois reaparecer sob os mais engenhosos disfarces, encontra-se em suas fábulas e adivinhações. Estas últimas eram feitas sob a forma de 'profecias': quase todas eram ricas em idéias mas notoriamente desprovidas de espirituosidade.

Os jogos e brincadeiras com que Leonardo ocupava sua imaginação, em alguns casos, levaram os seus biógrafos, que não lhe compreendiam este lado do caráter, a interpretá-lo erroneamente. Nos manuscritos milaneses de Leonardo, existem, por exemplo, alguns rascunhos de cartas para o 'Diodario de Sorio' (Síria), Vice-rei do Sagrado Sultão da Babilônia', nas quais Leonardo se apresenta como sendo um engenheiro enviado àquelas regiões orientais para a execução de determinados trabalhos; nelas defende-se da acusação de preguiça; fornece algumas descrições geográficas de cidades e montanhas, e conclui com o relato de um fenômeno da natureza que teria acontecido quando lá se encontrava.

Em 1883, J. P. Richter tentou provar com esses documentos que Leonardo havia realmente feito todas essas observações quando em viagem a serviço do Sultão do Egito, e até mesmo adotara a religião maometana, quando no Oriente. Segundo ele, a visita deu-se antes de 1843 - isto é, antes de ter-se instalado na corte do Duque de Milão. Mas a argúcia de outros autores facilmente reconheceu a evidência do que a suposta viagem de Leonardo ao Oriente realmente significava - uma produção imaginária do jovem artista, criada para seu próprio divertimento e na qual ele encontrou expressão para um desejo de conhecer o mundo e enfrentar aventuras.

Outro provável exemplo de criação de sua imaginação encontra-se na 'Academia Vincina', que chegou a ser admitida devido a existência de cinco ou seis emblemas, com

motivos laboriosamente entrelaçados, ostentando o nome da Academia. Vasari menciona esses desenhos mas não faz referência à Academia. Müntz, que reproduziu um desses emblemas na capa de seu extenso trabalho sobre Leonardo, é um dos poucos que acredita na realidade de uma 'Academia Vinciana'.

É provável que o instinto brincalhão de Leonardo tenha desaparecido nos seus anos de maturidade, e que encontrasse derivativo na atividade de pesquisa que representou o último e mais alto nível de expansão de sua personalidade. A sua longa duração, no entanto, nos ensina como lentamente o indivíduo se desliga de sua infância, se nos dias infantis desfrutou a maior felicidade erótica, coisa nunca mais conseguida.

VI

Seria fútil tentar negar que os leitores de hoje não apreciam a patografia. Eles encobrem sua aversão alegando que a investigação patográfica de um grande homem jamais conduz à compreensão de sua importância e de seus feitos, e que, portanto, constitui uma impertinência sem sentido estudar nele aspectos que poderiam ser facilmente encontrados em qualquer outra pessoa. Mas esta crítica é de tal maneira injusta que só poderá ser compreendida se a tomamos como um pretexto ou uma desculpa. A patografia não tem como finalidade tornar inteligíveis os feitos dos grandes homens; e seguramente ninguém poderá ser censurado por não realizar algo que jamais prometeu. Os verdadeiros motivos para essa oposição são diferentes. Podemos descobri-los se nos lembrarmos de que os biógrafos se fixam em seus livros de uma maneira toda especial. Muitas vezes escolhem o herói como assunto de seu estudo porque - segundo razões de sua vida emocional pessoal - desde o começo sentiram por ele uma afeição especial. Dedicam suas energias a um trabalho de idealização, destinado a incluir o grande homem na série de seus modelos infantis - revivendo neles, talvez, a idéia infantil que faziam de seu pai. Para satisfazer este desejo, eliminam até as características fisionômicas de sua personagem; apagam as marcas das lutas de sua vida, com resistências internas e externas, e nela não toleram nenhum vestígio de fraqueza ou imperfeições humanas. Apresentam-nos, assim, uma figura ideal, fria, estranha, em vez de uma pessoa humana com a qual nos pudéssemos sentir remotamente relacionados. Isto é lastimável, pois assim sacrificam a verdade em benefício de uma ilusão, e por causa de suas fantasias infantis abandonam a oportunidade de penetrar nos mais fascinantes segredos da natureza humana.

O próprio Leonardo, com seu amor à verdade e sua sede de conhecimento, não desencorajaria qualquer tentativa de descobrir o que determinava seu desenvolvimento

mental e intelectual, tomando como ponto de partida as peculiaridades triviais e os enigmas de sua natureza. Nós o homenageamos quando dele aprendemos algo. Em nada ficará diminuída sua grandeza ao fazermos um estudo dos sacrifícios que lhe custou o desenvolvimento a partir de sua infância, e se juntarmos os fatores que o marcaram com o estigma trágico do fracasso.

Devemos assinalar insistentemente que nunca classificamos Leonardo como um neurótico ou um 'doente dos nervos', conforme a denominação usual imprópria. Qualquer um que proteste contra o fato de ousarmos examiná-lo sob a luz dos conhecimentos adquiridos no campo da patologia ainda se estará apegando aos preconceitos que nós já abandonamos. Não mais consideramos que a saúde e a doença, ou que os normais e os neuróticos se diferenciem tanto uns dos outros e que traços neuróticos devem necessariamente ser tomados como sendo prova de uma inferioridade geral. Hoje em dia, sabemos que os sintomas neuróticos são estruturas que funcionam como substitutos para algumas conseqüências de repressão, à qual devemos submeter-nos no curso de nosso desenvolvimento, desde a criança ao ser humano civilizado. Sabemos, também, que todos nós produzimos essas estruturas substitutivas e que somente o seu número, intensidade e distribuição nos poderá justificar na utilização do conceito prático de doença e inferir a presença de uma inferioridade constitucional. Partindo das indicações escassas que temos sobre a personalidade de Leonardo, estamos inclinados a classificá-lo como próximo ao tipo de neurótico que descrevemos como 'obsessivo'; e poderíamos comparar suas pesquisas à 'meditação obsessiva' dos neuróticos e suas inibições como aquilo que chamamos de 'abulias'.

O objetivo de nosso trabalho foi explicar as inibições na vida sexual e na atividade artística de Leonardo. Tendo isso em vista, podemos resumir o que conseguimos descobrir sobre o curso de seu desenvolvimento psíquico.

Não podemos conhecer direito as circunstâncias de sua hereditariedade; verificamos, por outro lado, que as circunstâncias acidentais de sua infância tiveram sobre ele um efeito profundo e perturbador. A sua origem ilegítima privou-o da influência do pai, talvez até os cinco anos, e deixou-o entregue à carinhosa sedução de uma mãe para quem ele talvez fosse o único consolo. Depois que os seus beijos lhe despertaram precocemente a maturidade sexual, deve ter provavelmente atravessado uma fase de atividade sexual infantil da qual uma única manifestação foi definitivamente comprovada - a intensidade de suas pesquisas sexuais infantis. O instinto de ver e o de saber foram os mais fortemente excitados pelas impressões mais remotas de sua infância; à zona erógena da boca foi dada uma ênfase da qual nunca mais se libertou. Por sua conduta posterior, em direção oposta, assim como sua simpatia exagerada pelos animais podemos concluir pela existência de fortes indícios de traços sádicos naquele período de sua infância.

Uma poderosa onda de repressão pôs fim a esse excesso infantil e determinou as

disposições que se deveriam manifestar nos anos da puberdade. O resultado mais evidente da transformação foi o afastamento de toda atividade sexual grosseira. Leonardo estava capacitado para viver em abstinência e dar a impressão de ser uma criatura assexuada. Quando ondas de excitações da puberdade chegaram ao adolescente, elas não o molestaram forçando-o a procurar formações substitutivas custosas e prejudiciais. Devido à sua tendência muito precoce para a curiosidade sexual, a maior parte das necessidades de seu instinto sexual puderam ser sublimadas numa ânsia geral de saber, escapando assim à repressão. Uma parte muito menor de sua libido continuou orientada para fins sexuais e representa a atrofiada vida sexual do adulto. Porque o amor que tinha pela mãe foi reprimido, esta parte foi levada a tomar uma atitude homossexual e manifestou-se no amor ideal por rapazes. A fixação em sua mãe e nas felizes lembranças de suas relações com ela continuou preservada no inconsciente, permanecendo, porém, inativa por algum tempo. Desse modo, a repressão, a fixação e a sublimação desempenharam sua parte absorvendo as contribuições do instinto sexual para a vida mental de Leonardo.

Leonardo surge da obscuridade de sua infância como artista, pintor e escultor devido a um talento específico que foi reforçado, provavelmente, nos primeiros anos de sua infância pelo precoce despertar do seu instinto escotofílico. Gostaríamos enormemente de descrever o modo pelo qual a atividade artística se origina nos instintos primitivos da mente, se não fosse aqui, justamente, que falham nossas capacidades. Devemos contentar-nos em enfatizar o fato de que dificilmente se pode duvidar - de que a criação do artista proporciona, também, uma válvula de escape para seu desejo sexual; e no caso de Leonardo podemos ver, segundo a informação de Vasari [ver em [1]] que cabeças de mulheres sorridentes e de lindos rapazes - em outras palavras, a representação de seus objetos sexuais - eram freqüentes em suas primeiras tentativas artísticas. No verdor de sua mocidade, Leonardo parece trabalhar sem inibição. Assim como tomava seu pai como modelo para a conduta exterior de sua vida, também atravessou um período de masculina força criadora e produção artística quando um destino feliz o fez encontrar, em Milão, um pai substituto na figura do duque Ludovico Moro. Mas logo encontramos a confirmação de nossa experiência, isto é, que a repressão quase total de uma vida sexual real não oferece as condições mais favoráveis para o exercício das tendências sexuais sublimadas. O padrão imposto pela vida sexual termina por se impor. Sua atividade e sua capacidade de tomar rápidas decisões começam a falhar; sua tendência à indecisão e à protelação se fazem sentir como elemento perturbador na 'Última Ceia' e, influenciando sua técnica, tiveram um efeito decisivo no destino daquela grande obra. Lentamente desenvolveu-se nele um processo somente comparável às regressões nos neuróticos. O desenvolvimento que o levou a tornar-se um artista ao atingir a puberdade cedeu lugar ao processo que o tornou pesquisador e que tem suas determinantes na primeira infância. A segunda sublimação do seu instinto erótico cedeu lugar à sublimação original, cuja forma tinha sido preparada por ocasião da primeira repressão. Tornou-se um pesquisador, a princípio a serviço de sua arte, porém, mais tarde, independentemente dela e mesmo dela se afastando. Com a perda de seu patrono, substituto de seu pai, e com as sombras que, progressivamente, lhe marcavam a vida, esta substituição

regressiva assumiu proporções cada vez maiores. Tornou-se `impacientíssimo al pannelo` conforme nos conta um correspondente da condessa Isabella d'Este, que desejava ardentemente possuir um quadro seu. Seu passado infantil passou a dominá-lo. Mas a pesquisa, que toma agora o lugar da criação artística, parece ter contido alguns traços que caracterizam a atividade de impulsos inconscientes; insaciabilidade, rigidez de comportamento e falta de capacidade para adaptar-se às circunstâncias reais.

Ao atingir o ápice de sua vida, quando ingressava na casa dos cinqüenta - época em que as características sexuais das mulheres já sofreram a involução, enquanto nos homens a libido, com freqüência, apresenta um enérgico surto - sofreu ele uma nova transformação. Camadas ainda mais profundas de seu conteúdo anímico tornaram-se mais uma vez ativas; mas esta nova regressão veio beneficiar a sua arte que se encontrava num processo de atrofiamento. Encontrou a mulher que lhe despertou a lembrança do sorriso feliz e sensual de sua mãe; e, influenciado por esta lembrança reaguçada, voltou a encontrar o estímulo que o guiava no princípio de suas tentativas artísticas, na época em que retratou mulheres sorridentes. Pintou a Mona Lisa, a `Sant'Ana com Dois Outros` e a série de retratos misteriosos caracterizados pelo sorriso enigmático. Com a ajuda do mais antigo de todos os seus impulsos eróticos goza o triunfo de, uma vez mais, dominar a inibição na sua arte. Este último desenvolvimento vai-se tornando impreciso para nós, com as sombras da velhice que se aproxima. Antes disso, seu intelecto se elevava até o mais alto grau de realização formulando uma concepção do mundo que de muito ultrapassou a sua época.

Nos capítulos anteriores, já mostrei o que pode justificar este retrato do curso do desenvolvimento de Leonardo - propondo estas subdivisões de sua vida e explicando, dessa forma, sua vacilação entre a arte e a ciência. Se as afirmativas que fiz provocaram críticas, mesmo de amigos e conhecedores da psicanálise, de ter eu apenas escrito uma nova psicanalítica, responderei que jamais superestimei a certeza desses resultados. Como tantos outros, sucumbi à atração desse grande e misterioso homem, em cuja natureza podemos entrever poderosas paixões instintivas que, no entanto, somente se podem exprimir de modo tão impreciso.

Seja qual for a verdade sobre a vida de Leonardo, não podemos abandonar nossa tentativa de encontrar uma explicação psicanalítica antes de completarmos uma outra tarefa. Devemos fixar, de modo geral, os limites do que a psicanálise pode conseguir no campo da biografia: de outro modo, todo esclarecimento que não for logo comprovado será considerado como um fracasso nosso. O material de que dispõe a psicanálise para uma pesquisa consta de dados da história da vida de uma pessoa; de um lado as circunstâncias acidentais e as influências do meio e, do outro lado, as reações conhecidas do indivíduo. Baseada em seu conhecimento dos mecanismos psíquicos, propõe-se, então, estabelecer uma base dinâmica para a sua natureza, fundamentada na intensidade de suas reações, e desvendar as forças motivadoras originais de sua mente, assim como as suas transformações e desenvolvimentos futuros. Se isso tem sucesso, o comportamento de uma personalidade no curso de sua vida é

explicado em termos da ação conjugada da constituição e do destino, de forças internas e poderes externos. Quando tal estudo não fornece resultados indubitáveis - e talvez suceda assim no caso de Leonardo - a culpa não está nos métodos falhos e inadequados da psicanálise, mas na incerteza e na natureza fragmentária do material com ele relacionado, e que a tradição nos legou. Portanto, somente o autor deverá ser considerado responsável pelo fracasso, por ter obrigado a psicanálise a exprimir sua opinião abalizada, apoiando-se em material tão insuficiente.

Ainda que o material histórico de que dispomos fosse muito abundante e os mecanismos psíquicos pudessem ser usados com a máxima segurança, existem dois pontos importantes onde uma pesquisa psicanalítica não nos consegue explicar por que razão é tão inevitável que a personagem estudada tenha seguido exatamente essa direção e não outra qualquer. No caso de Leonardo, tivemos de sustentar o ponto de vista de que o acaso de sua origem ilegítima e a ternura exagerada de sua mãe tiveram influência decisiva na formação de seu caráter e na sorte de seu destino, pois a repressão sexual que se estabeleceu depois dessa fase de sua infância levou-o a sublimar sua libido na ânsia de saber e estabelecer sua inatividade sexual para o resto de sua vida. Mas esta repressão após as primeiras satisfações eróticas da infância não tinha necessariamente de se estabelecer; em outra pessoa talvez não tivesse acontecido, ou talvez tivesse atingido proporções muito menores. Temos de reconhecer aqui uma margem de liberdade que não pode mais ser resolvida pela psicanálise. Assim, também, não podemos afirmar que a consequência dessa onda de repressão tivesse sido a única possível. É provável que uma outra pessoa não tivesse conseguido livrar da repressão a maior parte da sua libido sublimando-a numa sede de conhecimentos; sob as mesmas influências, teria sofrido perturbação permanente de sua atividade intelectual ou adquirido uma disposição incoercível para a neurose obsessiva. Deixamos, portanto, estas duas características de Leonardo que não podem ser explicadas pela psicanálise: sua tendência muito especial para a repressão dos instintos e sua extraordinária capacidade para sublimar os instintos primitivos.

Os instintos e suas transformações constituem o limite do que a psicanálise pode discernir; daí em diante cede lugar à investigação da biologia. Somos obrigados a procurar a fonte da tendência à repressão e a capacidade para a sublimação nos fundamentos orgânicos do caráter, sobre o qual se vem erigir posteriormente a estrutura mental. Já que o talento artístico e a capacidade estão intimamente ligados à sublimação, temos de admitir que a natureza da função artística também não pode ser explicada através da psicanálise. A tendência da pesquisa biológica, hoje em dia, é explicar as principais características orgânicas de uma pessoa, como o resultado da mistura das disposições masculina e feminina, baseada em substâncias [químicas]. A beleza física de Leonardo e o fato de ser canhoto poderão ser mencionadas em apoio a este ponto de vista. Não abandonaremos, no entanto, o campo da pesquisa puramente psicológica. Nosso objetivo continua a ser demonstrar a relação que existe, seguindo o caminho da atividade instintiva, entre as experiências externas de um indivíduo e suas reações. Mesmo que a psicanálise não

esclareça o poder artístico de Leonardo, pelo menos torna, para nós, mais compreensíveis suas manifestações e suas limitações. Parece, em todo caso, que somente um homem que tivesse passado pelas experiências infantis de Leonardo poderia ter pintado a Mona Lisa e a Sant'Ana, ter acarretado um destino tão melancólico para suas obras e ter embarcado numa carreira tão extraordinária de cientista, como se a chave para todas as suas realizações e fracassos estivesse escondida na sua fantasia infantil sobre o abutre.

Mas será que não devemos fazer objeções aos achados de uma investigação que atribui a circunstâncias acidentais, referentes à sua constelação parental, uma influência tão decisiva no destino de uma pessoa? O que, por exemplo, fez com que o destino de Leonardo viesse a depender de sua origem ilegítima e da esterilidade de sua primeira madrasta, Donna Albiera? Creio que ninguém terá o direito de fazê-lo. Se considerarmos que o acaso não pode determinar nosso destino, será apenas um retorno ao ponto de vista religioso sobre o Universo, que o próprio Leonardo estava a ponto de superar quando escreveu que o sol não se move [ver em [1]]. Sentimo-nos naturalmente decepcionados por ver que um Deus justo e uma providência bondosa não nos protegem melhor contra tais influências durante o período mais vulnerável de nossas vidas. Ao mesmo tempo, estamos sempre demasiadamente prontos a esquecer que, de fato, o que influi em nossa vida é sempre o acaso, desde nossa gênese a partir do encontro de um espermatozóide com um óvulo - acaso que, no entanto, participa das leis e necessidades da natureza, faltando-lhe apenas qualquer ligação com nossos desejos e ilusões. A distribuição dos fatores determinantes de nossa vida entre as 'necessidades' de nossa constituição e o 'acaso' de nossa infância pode ser ainda incerta em seus detalhes; mas não será mais possível duvidar precisamente da importância dos primeiros anos de nossa infância. Nós todos ainda sentimos muito pouco respeito pela natureza, que (nas palavras obscuras de Leonardo, que lembram o Hamlet) 'está cheia de inúmeras razões ['ragioni'] que nunca penetram a experiência.'

Cada um de nós, seres humanos, corresponde a uma dessas inúmeras experimentações por meio das quais as 'ragioni' da natureza são compelidas a compartilhar a experiência.

AS PERSPECTIVAS FUTURAS DA TERAPÊUTICA PSICANALÍTICA (1910)

DIE ZÜKNFTIGEN CHANCEN DER PSYCHOANALYTISCHEN THERAPIE

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1910 Zbl. Psychoan., 1 (1-2), 1-9.

1913 S.K.S.N., 3, 288-298. (2ª ed. 1921.)

1924 Technik und Metapsychol., 25-36.

1925 G.S., 6, 25-36.

1943 G.W., 8, 104-115.

(b) TRADUÇÕES INGLESAS:

'The Future Chances of Psychoanalytic Therapy'

1912 S.P.H. (2ª ed.), 207-215. (Trad. A. A. Brill.) (3ª ed. 1920.)

'The Future Prospects of Psycho-Analytic Therapy'

1924 C.P., 2, 285-296. (Trad. Joan Riviere.)

A presente tradução inglesa baseia-se na publicada em 1924.

Este trabalho foi proferido em forma de comunicação para a abertura do Segundo Congresso de Psicanálise, realizado em Nurembergue, em 30 e 31 de março de 1910. Como

uma visão geral da posição contemporânea da psicanálise, pode-se compará-lo com uma conferência similar 'Lines of Advance in Psycho-Analytic Therapy' (Linhas de Desenvolvimento da Terapêutica Psicanalítica) (1919a) proferida por Freud oito anos depois no Congresso de Budapeste. Em especial, a segunda parte do presente trabalho, que trata da técnica, prefigura a terapia 'ativa' que constituiu o tema principal do último trabalho.

NOTA DO EDITOR BRASILEIRO

A presente tradução brasileira é de autoria de David Mussa. Revisão geral e técnica de Jayme Salomão (Membro-Associado da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro).

AS PERSPECTIVAS FUTURAS DA TERAPÊUTICA PSICANALÍTICA

SENHORES, - De vez que os objetivos para os quais nos reunimos aqui, hoje, são eminentemente práticos, escolherei para minha conferência introdutória um tema clínico e solicito-lhes o interesse, não científico, mas médico. Posso imaginar seus prováveis pontos de vista sobre o resultado de nossa terapia e presumo que a maioria dos senhores já passou pelos dois estágios que atravessam todos os principiantes, o do entusiasmo pelo aumento inesperado de nossas façanhas terapêuticas e o da depressão pela magnitude das dificuldades que impedem nossos esforços. Qualquer que seja, no entanto, o grau de desenvolvimento em que cada um dos senhores possa encontrar-se, é minha intenção, hoje, mostrar-lhes que, de nenhuma maneira, chegamos ao final de nossos recursos no combate às neuroses e que podemos esperar, em pouco tempo, melhoria substancial nas nossas perspectivas terapêuticas.

Penso que este reforço virá de três direções:

(1) do processo interno,

(2) do aumento da autoridade; e

(3) da eficiência geral de nosso trabalho.

(1) Sob 'progresso interno' quero dizer os avanços: (a) em nosso conhecimento analítico, (b) em nossa técnica.

(a) Avanços em nosso conhecimento. Na verdade, estamos ainda muito longe de saber tudo o que se requer para o conhecimento dos inconsciente de nossos doentes. É evidente que cada avanço em nosso conhecimento significa um acréscimo de nosso poder terapêutico. Na medida em que nada compreendemos, nada realizamos; quanto mais compreendermos, mais alcançaremos. No início, o tratamento analítico era inexorável e exaustivo. O doente tinha de dizer tudo de si e a atividade do médico consistia em pressioná-lo, incessantemente. As coisas, hoje, possuem atmosfera mais cordial. O tratamento compõe-se de duas partes - o que o médico infere e diz ao doente, e o que o doente elabora de quanto ouviu. O mecanismo de nosso auxílio é fácil de entender; damos ao doente a idéia antecipadora consciente [a idéia do que ele espera encontrar] e, então, ele acha a idéia inconsciente reprimida, em si mesmo, no fundamento de sua similaridade com a idéia antecipadora. É esta a ajuda intelectual que lhe torna mais fácil superar as resistências entre consciente e inconsciente. A propósito, devo salientar que este não é o único mecanismo de que se faz uso no tratamento analítico; os senhores todos conhecem aquele bem mais poderoso que repousa no emprego da 'transferência'. E em minha intenção, em futuro próximo, tratar desses diversos fatores, que são tão importantes para a compreensão do tratamento, em uma Allgemeine Methodik der Psychoanalyse. E, além disso, ao falar-lhes, não preciso refutar a objeção de que o valor indicativo que sustenta a correção de nossas hipóteses se obscureça, em nosso tratamento, tal como hoje o praticamos; os senhores não devem esquecer-se de que se pode encontrar essa evidência em outro lugar e de que se pode realizar um procedimento terapêutico da mesma forma que uma investigação teórica.

Permitam-me, agora, tocar em um ou dois setores em que novas coisas temos para aprender e em que, de fato, novas coisas devemos descobrir, a cada dia. Há, acima de tudo, o setor do simbolismo nos sonhos e no inconsciente - tema ardentemente contestado, como os senhores sabem. Não é pequeno o mérito de nosso colega, Wilhelm Stekel, que, imperturbado por todas as objeções levantadas por nossos opositores, empreendeu um estudo dos símbolos oníricos. Há ainda, por certo, muito a aprender aqui; a minha Interpretation of Dreams (A Interpretação de Sonhos), escrita em 1899, aguarda importante ampliação das pesquisas no simbolismo.

Direi algumas palavras acerca de um dos símbolos que se reconheceram recentemente.

Ouvi dizer, pouco tempo atrás, que um psicólogo, cujos pontos de vista eram algo diferentes dos nossos sonhos, salientara a um de nós, que, conquanto tudo o que se disse e se fez, sem dúvida exageramos a significação sexual oculta dos sonhos: o seu próprio sonho mais comum era o de subir escadas e, por certo, não poderia haver nada de sexual naquilo. Pusemo-nos alerta no tocante a essa objeção e começamos a voltar nossa atenção para o aspecto dos degraus, escadas e escadas de mão nos sonhos e ficamos logo em posição de mostrar que as escadas (e coisas análogas) eram, inquestionavelmente, símbolos da cópula. Não é difícil descobrir a base da comparação: chegamos ao topo numa sucessão de movimentos rítmicos e com crescente perda de fôlego e, depois, com alguns saltos rápidos podemos crescer de novo. Assim, o modelo rítmico da cópula é reproduzido no subir as escadas. Nem devemos omitir em trazer à evidência o uso lingüístico. Ele nos revela que 'trepas' [em alemão 'steigen'] se usa como equivalente direto do ato sexual. Falamos de um homem como um 'Steiger' [um 'trepador'] e de 'nachsteigen' ['correr atrás de', literalmente 'trepas']. Em francês os degraus de uma escada chamam-se 'marches' e 'un vieux marcheur' tem o mesmo sentido que o nosso 'ein alter Steiger' ['um velho devasso']. O material do sonho de onde tais simbolismos, recentemente reconhecidos, foram extraídos, ser-lhes-á apresentado, no devido tempo, pela comissão que estamos formando para o estudo coletivo do simbolismo. Os senhores encontrarão algumas observações sobre outro símbolo interessante, o do 'salvamento' e suas alterações em significação, no segundo volume do nosso Jahrbuch (Anuário). Mas, devo interromper aqui ou não chegarei aos meus outros objetivos.

Cada um dos senhores pode saber, de sua própria experiência, que atitude bastante diferente terá para um novo caso de enfermidade, quando certa vez se apoderou, profundamente, da estrutura de alguns casos característicos. Imaginem que tenhamos chegado a uma fórmula sucinta dos fatores que, comumente, participam da constituição das diversas formas de neurose, como aconteceu, até aqui, na estruturação dos sintomas histéricos, e considerem como isso pode estabelecer, firmemente, nosso julgamento prognóstico! Assim como um obstetra pode dizer, ao examinar a placenta, se ela foi completamente expelida ou se ainda permanecem seus fragmentos nocivos, do mesmo modo nós, independentemente do resultado e do estado do paciente, no momento, lograremos saber se nosso trabalho foi bem-sucedido ou se teremos de esperar recaídas e novas crises de enfermidade.

(b) Apressar-me-ei em torno das inovações no setor da técnica, onde, na verdade, quase tudo ainda aguarda a posição final e muita coisa, somente agora, começa a esclarecer-se. Há, hoje, dois objetivos na técnica psicanalítica: poupar o esforço do médico e dar ao paciente o mais irrestrito acesso ao seu inconsciente. Como sabem, nossa técnica passou por uma transformação fundamental. À época do tratamento catártico, o que almejávamos era a elucidação dos sintomas; afastamo-nos, depois, dos sintomas e devotamo-nos, em vez disso, a desvendar os 'complexos', para usar uma palavra que Jung tornou indispensável; agora, no entanto, nosso trabalho objetiva encontrar e sobrepujar, diretamente, as 'resistências', e podemos confiar em que venham à luz, justificadamente, sem dificuldade, os complexos, tão

logo se reconheçam e se removam as resistências. Alguns dos senhores têm sentido, desde então, a necessidade de que se possa fazer uma pesquisa dessas resistências e classificá-las. Pedir-lhe-ei que examinem seu material e vejam se podem confirmar a afirmação generalizada de que, nos pacientes masculinos, a maioria das resistências importantes ao tratamento parecem derivar-se do complexo paterno e expressar-se neles no medo ao pai, desobediência ao pai e desavença do pai.

As outras inovações na técnica relacionam-se com o próprio médico. Tornamo-nos cientes da `contratransferência`, que, nele, surge como resultado da influência do paciente sobre os seus sentimentos inconscientes e estamos quase inclinados a insistir que ele reconhecerá a contratransferência, em si mesmo, e a sobrepujará. Agora que um considerável número de pessoas está praticando a psicanálise e, reciprocamente, trocando observações, notamos que nenhum psicanalista avança além do quanto permitem seus próprios complexos e resistências internas; e, em consequência, requeremos que ele deva iniciar sua atividade por uma auto-análise e levá-la, de modo contínuo, cada vez mais profundamente, enquanto esteja realizando suas observações sobre seus pacientes. Qualquer um que falhe em produzir resultados numa auto-análise desse tipo deve desistir, imediatamente, de qualquer idéia de tornar-se capaz de tratar pacientes pela análise.

Estamos chegando, agora, também, à opinião de que se deve modificar a técnica psicanalítica, em certos setores, de acordo com a natureza da doença e das tendências instintivas predominantes no paciente. Partimos do tratamento da histeria de conversão; na histeria de angústia (fobias), devemos alterar, em certa extensão, o nosso procedimento. Pois esses pacientes não podem expressar o material necessário para resolver as suas fobias, uma vez que se sentem protegidos por obedecer à situação que se estabeleceu. Não se pode ser bem-sucedido, por certo, em persuadi-los a abandonar suas medidas protetoras e a trabalhar, sob a influência da ansiedade, desde o início do tratamento. Deve-se, portanto, auxiliá-los ao interpretar-lhes o inconsciente, até que possam tomar uma decisão, sem a proteção de sua fobia e sem que se exponham a sua ansiedade já grandemente mitigada. Somente depois de assim procederem, o material torna-se acessível, e, uma vez dominado, conduz à solução da fobia. As outras modificações da técnica, que ainda não me parecem maduras para exame, serão requeridas no tratamento das neuroses obsessivas. Nessa conexão, surgem muitas questões importantes, as quais, até aqui, não foram elucidadas: até que ponto se deve permitir, durante o tratamento, certa satisfação dos instintos que o paciente está combatendo e que diferença faz se esses impulsos são ativos (sádicos) ou passivos (masoquistas), em sua natureza.

Espero que os senhores tenham formado a impressão de que quando soubermos tudo quanto, só agora, suspeitamos e realizarmos todas as melhorias na técnica, a que nos conduz uma observação mais profunda dos pacientes, o nosso procedimento clínico alcançará grau de precisão e certeza de sucesso que se hão de encontrar em todo campo especializado da medicina.

(2) Disse que muito se tinha de esperar do aumento em autoridade, que nos adviria, na medida em que passa o tempo. Não necessito dizer-lhes muito sobre a importância da autoridade. Poucas pessoas civilizadas, apenas, são capazes de existir sem confiar em outras ou, até mesmo, de vir a ter uma opinião independente. Os senhores não podem exagerar a intensidade de carência interior de decisão das pessoas e de exigência de autoridade. O aumento extraordinário das neuroses desde que decaiu o poder das religiões pode dar-lhes uma medida disso. O empobrecimento do ego devido ao grande dispêndio de energia, na repressão, exigido de cada indivíduo pela civilização, pode ser uma das principais causas desse estado de coisas.

Até o momento, essa autoridade, com seu enorme peso de sugestão, ficou contra nós. Todos os nossos sucessos terapêuticos foram alcançados em face dessa sugestão: é surpreendente que se tenham conseguido quaisquer sucessos em tais circunstâncias. Não devo deixar que me levem a descrever minhas experiências satisfatórias durante o período em que, sozinho, representava a psicanálise. Posso dizer, apenas, que, quando assegurava a meus pacientes que sabia como aliviar-lhes, permanentemente, os sofrimentos, olhavam em torno da minha modesta sala, que refletia a ausência de fama e de título, e me consideravam como possuidor de um sistema infalível numa casa de jogo, de quem as pessoas dizem que, se pudesse fazer o que professa, pareceria bem diferente do que é. Nem realmente era agradável realizar uma operação psíquica enquanto os colegas, cujo dever seria o de assistir, se deliciassem, particularmente, em cuspir no campo operatório, quando aos primeiros sinais de sangue, ou de agitação do paciente, os seus parentes comesçassem por ameaçar o cirurgião. Uma operação, por certo, se destina a produzir reações; em cirurgia, estamos acostumados a isso, há muito tempo. As pessoas simplesmente não acreditavam em mim, como, até mesmo, hoje em dia, não crêem muito em qualquer de nós. Sob tais condições, não poucas tentativas destinavam-se ao fracasso. Para avaliar o aumento de nossas perspectivas terapêuticas, quando recebermos o reconhecimento geral, os senhores devem pensar na posição de um ginecologista, na Turquia e no Ocidente. Na Turquia, tudo o que ele pode fazer é sentir o pulso de um braço, que se lhe estende, através de um buraco na parede: e os alcances clínicos estão em proporção com a inacessibilidade de seu objeto. Nossos adversários, no Ocidente, querem permitir-nos mais ou menos o mesmo grau de acesso às mentes de nossos pacientes. Mas, agora que a força da sugestão social impele as mulheres doentes ao ginecologista, transformou-se ele no seu assistente e salvador. Confio em que não dirão que o fato de a autoridade de sociedade, vindo em nossa ajuda e aumentando tanto nossos êxitos, nada faria por provar a validade de nossas hipóteses - argumentando do mesmo modo que os senhores, visto que se supõe que a sugestão logre fazer qualquer coisa, os vossos sucessos seriam, então, êxitos de sugestão e não de psicanálise. A sugestão social é favorável, no presente, a tratar os pacientes nervosos pela hidropatia, dieta e eletroterapia, mas isso não capacita que tais recursos possam vencer as neuroses. O tempo há de mostrar se o tratamento psicanalítico pode realizar mais.

Agora, no entanto, devo, mais uma vez, arrefecer as expectativas dos senhores. A

sociedade não terá pressa em conferir-nos autoridade. Está determinada a oferecer-nos resistência, porque adotamos em relação a ela uma atitude crítica; assinalamos-lhe que ela própria desempenha papel importante em causar neuroses. Da mesma maneira que fazemos de um indivíduo nosso inimigo pela descoberta do que nele está reprimido, do mesmo modo a sociedade não pode responder com simpatia a uma implacável exposição dos seus efeitos danosos e deficientes. Porque destruímos ilusões, somos acusados de comprometer os ideais. Poderia parecer, portanto, como se a condição de que espero tão grandes vantagens, para as nossas perspectivas terapêuticas, jamais se preencherá. E, todavia, a situação não é, no momento, tão desesperançosa quanto se poderia pensar. Embora sejam poderosos os próprios interesses e emoções dos homens, não obstante o intelecto também é um poder - um poder que se faz sentir não imediatamente, é verdade, mas, sobretudo, seguramente, no fim. As mais ásperas verdades, finalmente, são ouvidas e reconhecidas, depois que os interesses que se feriram e as emoções que se instigaram tiveram exaurido a própria fúria. Tem sido sempre assim, e as verdades indesejáveis, que nós, psicanalistas, temos de dizer ao mundo, contarão com o mesmo destino. Apenas não acontecerá muito depressa; devemos ser capazes de esperar.

(3) Finalmente, tenho de explicar-lhes o que quero dizer com a 'eficiência geral' de nosso trabalho e como chego a nele ter esperanças. O que temos, aqui, é uma constelação terapêutica bastante fora do comum, cuja semelhança talvez não se encontre em qualquer outra parte, e que pode parecer-lhes estranha, a princípio, até que os senhores reconheçam nela algo que a longo tempo lhes tenha sido familiar. Naturalmente, os senhores sabem que as psiconeuroses são satisfações substitutivas de algum instinto, cuja presença o indivíduo é obrigado a negar a si e aos outros. Sua capacidade de existir depende dessa distorção e da falta de reconhecimento. Quando o enigma que elas apresentam é resolvido e a solução é aceita pelos pacientes, essas doenças cessam em ser capazes de existir. Em medicina, quase nada há igual a isso, embora, em contos de fadas, os senhores ouçam falar de espíritos maus, cujo poder se rompe, tão logo possam dizer-lhes o próprio nome - o nome que eles guardaram em segredo.

Em lugar de uma simples pessoa enferma, ponhamos a sociedade - padecendo como um todo de neuroses, embora composta de membros doentes e sadios; e, em lugar da aceitação individual, naquele caso, coloquemos, nesse, o reconhecimento geral. Uma pequena reflexão lhes revelará, então, que tal substituição não pode alterar, de modo algum, o resultado. O sucesso que o tratamento pode ter com o indivíduo, deve ocorrer, igualmente, com a comunidade. As pessoas doentes não serão capazes de deixar que as suas diversas neuroses se tornem conhecidas - a sua ansiosa superternura que tem em mira ocultar-lhe o ódio, a sua agorafobia que se relaciona com a ambição frustrada, as suas atitudes obsessivas que representam auto-censuras por más intenções e precauções contra as mesmas - se todos os seus parentes e cada estranho, dos quais desejam ocultar os seus processos mentais, conhecerem o significado geral de tais sintomas, e se eles próprios souberem que, nas manifestações de sua doença, nada estão produzindo que outra pessoa, imediatamente, não

possa interpretar. O efeito, no entanto, não se limitará ao encobrimento dos sintomas - o que, incidentalmente, é amiúde impossível de conseguir porque essa necessidade de encobrimento destrói a vantagem de ser doente. A revelação do segredo terá atacado, em seu ponto mais sensível, a `equação etiológica`, da qual surgem as neuroses - terá tornado ilusória a vantagem da doença; e, em conseqüência, o resultado final da situação modificada, provocada pela indiscrição do médico, só pode ser o de que a produção da doença será detida.

Se essa esperança parece, aos senhores, utópica, lembrem-se de que os fenômenos neuróticos já têm sido, de fato, dissipados, por esses meios, embora apenas em exemplos bem isolados. Pensem sobre quão comuns costumavam ser, antigamente, as alucinações da Virgem Maria entre as camponesas. Uma vez que tal fenômeno trouxesse uma multidão de crentes e pudesse levar a que se construísse uma capela, no lugar santo, o estado visionário dessas moças era inacessível a influência. Hoje em dia, nosso próprio clero modificou sua atitude com relação a tais coisas; permite que polícia e médicos examinem a visionária, e, agora, apenas muito raramente, existem em aparições da Virgem.

Ou, permitam-me examina esses desenvolvimentos, que tenho descrito como se tivessem lugar no futuro, numa situação análoga que existe em escala menor e, conseqüentemente, mais fácil de reconhecer. Suponhamos que certo número de senhoras e cavalheiros, de bom convívio social, tenham planejado fazer um piquenique, em certo dia, numa hospedaria no campo. As senhoras combinaram, entre si, que se uma delas desejasse satisfazer suas necessidades fisiológicas, diria que iria colher flores. No entanto, uma pessoa maliciosa soube do segredo e mandou imprimir no programa, que se fez circular por todo o grupo: `Pede-se às senhoras que desejam retirar-se à toilette, que anunciem que vão colher flores.` Depois disso, por certo, nenhuma mulher pensará em aproveitar-se desse pretexto florido, e, do mesmo modo, outras fórmulas similares que pudessem estabelecer ficariam seriamente comprometidas. Qual será o resultado? As senhoras admitirão, sem pejo, as suas necessidades fisiológicas e nenhum dos homens objetará.

Retornemos ao nosso caso mais sério. Certo número de pessoas, ao defrontar-se, em suas vidas, com conflitos que constatarem muito difíceis de resolver, fogem para a neurose e, desse modo, tiram da doença vantagem inequívoca, embora, com o tempo, acarrete bastante prejuízo. Que terão de fazer essas pessoas, se sua fuga para a enfermidade for barrada pelas revelações indiscretas da psicanálise? Terão de ser honestas, confessar quais os instintos que nelas estão em atividade, em face do conflito, lutar por aquilo que desejam ou renunciar ao mesmo; e a tolerância da sociedade, que está fadada a seguir-se, como resultado do esclarecimento psicanalítico, ajudá-las-á em sua tarefa.

Lembremo-nos, no entanto, de que nossa atitude perante a vida não deve ser a do fanático por higiene ou terapia. Devemos admitir que a prevenção ideal de enfermidade neuróticas, que temos em mente, não seria vantajosa para todos os indivíduos. Um bom número daqueles

que, hoje, fogem para a enfermidade não suportariam o conflito, sob as condições que supomos, mas sim, sucumbiriam, rapidamente, ou causariam prejuízo maior que a sua própria doença neurótica. As neuroses possuem, de fato, sua função biológica, como um dispositivo protetor, e têm sua justificação social: a 'vantagem da doença', que proporcionam, não é sempre uma vantagem puramente subjetiva. Existe alguém entre os senhores que, alguma vez, não examinou a causalidade da neurose, e não teve de admitir que esse era o mais suave resultado possível da situação? E dever-se-iam fazer tais pesados sacrifícios, a fim de erradicar as neuroses, em especial, quando o mundo está cheio de outras misérias inevitáveis?

Devemos, então, abandonar nossos esforços para explicar o significado oculto da neurose como sendo, em última instância, perigoso para o indivíduo e nocivo para as funções da sociedade? Devemos renunciar a retirar conclusões práticas de uma parte da compreensão científica? Não; penso que, apesar disso, nosso dever repousa noutra direção. A vantagem da enfermidade, que proporciona as neuroses é, não obstante, no todo, e, finalmente, prejudicial aos indivíduos e, igualmente, à sociedade. A infelicidade que nosso trabalho de esclarecimento pode causar, atingirá, afinal, apenas alguns indivíduos. A modificação, para uma atitude mais realista e respeitável, da parte da sociedade, não será comparada, a preço bastante elevado, através desses sacrifícios. Acima de tudo, porém, todas as energias que se consomem, hoje em dia, na produção de sintomas neuróticos, que servem aos propósitos do mundo da fantasia, isolado da realidade, ajudarão, mesmo que não possam ser postos de imediato em uso na vida, a fortalecer o clamor pelas modificações, em nossa civilização, através das quais, unicamente, podemos procurar o bem-estar das gerações futuras.

Desejaria, portanto, deixá-los ir com a segurança de que, ao tratarem seus pacientes psicanaliticamente, estarão cumprindo com o seu dever em mais de um sentido. Os senhores não estarão trabalhando, apenas, a serviço da ciência, ao fazer uso de uma única oportunidade, para descobrir os segredos da neuroses; estarão, não apenas, dando aos seus pacientes o remédio mais eficaz para os seus sofrimentos, de que dispõem hoje em dia; estarão contribuindo, com a sua parcela, para o esclarecimento da comunidade, através do qual esperamos alcançar a profilaxia mais radical, contra as perturbações neuróticas, ao longo do caminho indireto da autoridade social.

A SIGNIFICAÇÃO ANTITÉTICA DAS PALAVRAS PRIMITIVAS (1910)

ÜBER DEN GEGENSINN DER URWORTE

(a) EDIÇÕES EM ALEMÃO:

1910 Jb. psychoana., psychopath. Forsch., 2, (1), 178-184.

1913 S.K.S.N., 3, 280-287. (2^a.ed. 1921.)

1924 G.S., 10, 221-228.

1943 G.W., 8, 214-221.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

“O Sentido Antitético de Palavras Primitivas”

1925 C.P., 4, 184-191. (Trad. de M. N. Searl.)

A presente tradução inglesa com um título modificado, “A Significação Antitética de Palavras Primitivas”, é uma nova tradução de Alan Tyson.

Conta-nos Ernest Jones (1955, 347) que Freud tomou conhecimento do panfleto de Abel no outono de 1909. Experimentou uma satisfação particular com a descoberta, como se vê das muitas referências que a ela fez em seus escritos. Em 1911, por exemplo, acrescentou uma nota de rodapé a respeito dela, em *The Interpretation of Dreams* (A Interpretação de Sonhos) (1900a), ver em [1], e a resume com certa extensão, em duas passagens de suas *Introductory Lectures* (Conferências Introdutórias) (1916-17), nas Conferências XI e XV. O leitor deve ter em mente o fato de que o panfleto de Abel foi publicado em 1884 e não seria surpresa se algumas de suas descobertas não fossem aceitas por filólogos ulteriores. Isso é principalmente verdade para seus comentários egiptológicos, que foram feitos antes que Erman tivesse colocado a filologia egípcia, pela primeira vez, em base científica. As citações de Abel que aqui se fazem foram traduzidas sem qualquer modificação da ortografia de seus exemplos.

A SIGNIFICAÇÃO ANTITÉTICA DAS PALAVRAS PRIMITIVAS

EM MINHA *The Interpretation of Dreams* (A Interpretação de Sonhos) fiz uma afirmação acerca de uma das descobertas de meu trabalho analítico, que eu, naquela época, não entendi. Repito-a aqui à guisa de prefácio a esta crítica:

‘O modo pelo qual os sonhos tratam a categoria de contrários e contradições é bastante singular. Eles simplesmente a ignoram. O “não” parece não existir, no que se refere aos sonhos. Eles mostram uma preferência particular para combinar os contrários numa unidade ou para representá-los como uma e mesma coisa. Os sonhos tomam, além disso, a liberdade de representar qualquer elemento, por seu contrário de desejo; não há, assim, maneira de decidir, num primeiro relance, se determinado elemento que se apresenta por seu contrário está presente nos pensamentos do sonho como positivo ou negativo.’

Os intérpretes de sonhos da antiguidade parecem ter feito uso mais extenso da noção de que uma coisa num sonho pode significar seu oposto. Esta possibilidade também tem sido de vez em quando reconhecida pelos modernos estudiosos de sonhos, na medida em que admitem que os sonhos têm uma significação e podem ser interpretados. Não acho que serei contraditado ao pressupor que todos aqueles que me acompanharam no interpretar sonhos em

bases científicas tenham encontrado uma confirmação da assertiva acima citada.

Eu não conseguia entender a tendência singular do trabalho do sonho para desconhecer a negação e empregar os mesmos meios de representação para expressar os contrários até que me aconteceu, por acaso, ler um trabalho do filólogo Karl Abel, publicado em 1884, em panfleto separado e, no ano seguinte, incluído nos Sprachwissenschaftliche Abhandlungen [Ensaio Filológicos] do autor. O assunto é de interesse suficiente para justificar que eu cite aqui o texto completo das passagens cruciais do artigo de Abel (omitida, no entanto, a maioria dos exemplos). Delas obtemos a informação surpreendente que o comportamento do trabalho do sonho que acabei de descrever é idêntico a uma peculiaridade das línguas mais antigas que conhecemos.

Depois de acentuar a antiguidade da língua egípcia que deve ter-se desenvolvido muito tempo antes das primeiras inscrições hieroglíficas, Abel continua (1884,4):

‘Atualmente na língua egípcia, esta relíquia única de um mundo primitivo, há um bom número de palavras com duas significações, uma das quais é o oposto exato da outra. Suponhamos, se é que se pode imaginar um exemplo tão evidente de absurdo, que em alemão a palavra “forte” signifique ao mesmo tempo “forte” e “fraco”; que em Berlim o substantivo “luz” se use para significar ao mesmo tempo “luz” e “escuridão”; que um cidadão de Munique chame cerveja de “cerveja”, enquanto outro use a mesma palavra para falar de água: nisto é que importaria o surpreendente costume usado regularmente pelos antigos egípcios em sua linguagem. Como incriminar-se alguém que, incrédulo, abane a cabeça?...’ (Omitem-se os exemplos.)

(Ibid., 7): ‘Em vista destes e de muitos casos similares de significação antitética (veja-se o Apêndice) está fora de dúvida que numa língua, pelo menos, havia um grande número de palavras que designavam, ao mesmo tempo, uma coisa e seu oposto. Por surpreendente que seja, estamos diante do fato e temos de reconhecê-lo.’

O autor prossegue, rejeitando uma explicação destas circunstâncias que sugere podem acontecer, por acaso, que duas palavras tenham o mesmo som, e repudiando, com igual firmeza, a tentativa de referi-la ao baixo nível de desenvolvimento mental do Egito:

(Ibid., 9): ‘Mas o Egito não tinha nada de terra do absurdo. Pelo contrário, foi um dos berços do desenvolvimento da razão humana... Ele reconheceu uma moral pura e digna e formulou uma grande parte dos Dez Mandamentos numa época em que os povos em cujas mãos a civilização hoje repousa tinham o hábito de imolar vítimas humanas em sacrifício a ídolos sedentos de sangue. Um povo que acendeu a tocha da justiça e da cultura numa era tão

sombria não pode por certo ter sido completamente estúpido na linguagem e no pensamento de cada dia ... Homens que foram capazes de fazer o vidro e erguer e movimentar, por máquinas, blocos imensos devem, pelo menos, ter possuído senso suficiente para não considerar uma coisa como sendo simultaneamente ela e seu oposto. Como iremos então conciliar isso com o fato de que os egípcios se permitiam uma linguagem tão estranhamente contraditória?... que eles usassem dar um e mesmo veículo fonético aos pensamentos mais reciprocamente desavindos, e usassem ligar numa espécie de união indissolúvel coisas que estavam na mais forte oposição uma com a outra?

Antes de tentar qualquer explicação, deve-se também mencionar um estágio ulterior desse comportamento ininteligível da língua egípcia. `De todas as excentricidades do vocabulário egípcio, talvez a característica mais extraordinária seja que, excetuando inteiramente as palavras que aliam significações antitéticas, ele possui outras palavras compostas em que dois vocábulos de significações antitéticas se unem de modo a formar um composto que tem a significação de um apenas de seus dois componentes. Assim, nesta extraordinária língua há não só palavras significando igualmente “forte” ou “fraco”, e “comandar” ou “obedecer”; mas há também compostos com “velho-jovem”, “longe-perto”, “ligar-cortar”, “fora-dentro”... que, apesar de combinarem os extremos de diferença, significam somente “jovem”, “perto”, “ligar” e “dentro” respectivamente... Desse modo, nessas palavras compostas, conceitos contraditórios se combinaram de modo inteiramente intencional, não de maneira a produzirem um terceiro conceito, como às vezes acontece no chinês, mas apenas de modo a usar o composto para exprimir a significação de uma de suas partes contraditórias - uma parte que teria tido a mesma significação só por si...’

O enigma é, no entanto, mais fácil de solucionar do que parece. Nossos conceitos devem sua existência a comparações. `Se sempre houvesse luz, não seríamos capazes de distinguir a luz da escuridão, e conseqüentemente não seríamos capazes de ter nem o conceito de luz nem a palavra para ele...’ `É claro que tudo neste planeta é relativo e tem uma existência independente apenas na medida em que se diferencia quanto a suas relações com as outras coisas...’ `De vez que todo conceito é dessa maneira o gêmeo de seu contrário, como poderia ele ser de início pensado e como poderia ele ser comunicado a outras pessoas que tentavam concebê-lo, senão pela medida do seu contrário...? (Ibid., 15): `De vez que o conceito de força não se podia formar exceto com um contrário de fraqueza, a palavra designando “forte” continha uma lembrança simultânea de “fraco”, como coisa por meio da qual ele, de início, ganhou existência. Na realidade, esta palavra não designava nem “forte” nem “fraco”, mas a relação e a diferença entre os dois, que criou a ambos igualmente...’ `O homem não foi, de fato, capaz de adquirir seus conceitos mais antigos e mais simples a não ser como os contrários dos contrários, e só gradativamente aprendeu a separar os dois lados de uma antítese e a pensar em um deles sem a comparação consciente com os outros.

De vez que a linguagem serve não só para expressar os próprios pensamentos, mas, essencialmente, para comunicá-los a outrem, pode-se levantar a questão de como foi que o

‘egípcio primitivo’ fez seu próximo entender ‘que pólo do conceito geminado ele significava numa ocasião particular qualquer.’ Na linguagem escrita, isso se fazia com o auxílio dos chamados sinais “determinativos” que, colocados depois dos sinais alfabéticos, lhes atribuíam sua significação e não eram para ser pronunciados. (Ibid., 18): ‘Se a palavra egípcia “ken” devia significar “forte”, seu som, que fosse alfabeticamente escrito, seguia-se da figura de um homem em pé, armado; se a mesma palavra tinha de expressar “fraco”, as letras que representavam o som se seguiam de figura de um corcunda, coxo. A maioria das outras palavras com duas significações similarmente e acompanhavam de figuras explicativas.’ Abel acha que, no falar, a significação desejada da palavra dita se indicava pelo gesto.

Segundo Abel, é nas ‘raízes mais antigas’ que se vê ocorrerem as significações duplas antitéticas. No curso subsequente do desenvolvimento da linguagem, esta ambigüidade desapareceu e, no Antigo Egito, pelo menos, todos os estágios intermediários se podem acompanhar, até a não-ambigüidade dos vocabulários modernos. ‘Uma palavra que originariamente comportava duas significações separa-se, na linguagem ulterior, em duas palavras com significações individuais, num processo pelo qual cada uma das duas significações opostas sofre uma “redução” (modificação) fonética particular da raiz original.’ Assim, por exemplo, nos hieróglifos, a palavra “ken”, “forte-fraco”, já se divide em “ken”, “forte” e “kan”, “fraco”. Em outras palavras, conceitos a que só se poderia chegar por meio de uma antítese tornaram-se, no curso do tempo, suficientemente familiares às mentes dos homens, possibilitando uma existência independente, para cada uma de suas duas partes, e, em conseqüência, permitindo a formação de um representante fonético separado para cada parte.’

Uma prova da existência de significações primitivas contraditórias, que facilmente se estabelece em egípcio, estende-se segundo Abel, também às línguas semita e indo-européia. ‘Até que ponto isto pode acontecer em outros grupos lingüísticos está por ver; pois, embora a antítese deva ter estado presente, de início, nas mentes pensantes de cada raça, não precisou necessariamente ter-se tornado reconhecível ou ter sido mantida por toda parte nas significações de palavras.’

Abel em seguida chama a atenção para o fato de que o filósofo Bain, aparentemente sem conhecimento de que o fenômeno de fato existia, sustentou essa dupla significação de palavras sobre fundamentos puramente teóricos, como uma necessidade lógica. A passagem em questão começa com estas frases:

‘A relatividade essencial de todo conhecimento, pensamento ou consciência, não se pode mostrar a não ser na linguagem. Se tudo que podemos conhecer é visto como transição de alguma outra coisa, toda experiência deve ter dois lados; e, ou cada nome deve ter uma significação dupla, ou, então, para cada significação deve haver dois nomes.’

Do 'Apêndice de Exemplos de Significações Antitéticas Egípcias, Indo-Germânicas e Árabes' selecionei alguns exemplos que podem impressionar mesmo aqueles de nós que não somos especialistas em filologia. Em latim 'altus' significa 'alto' e 'profundo', 'sacer' 'sagrado' e 'maldito'; aqui por conseguinte temos a antítese completa de significação sem qualquer modificação do som da palavra. A alteração fonética para distinguir os contrários se ilustra por exemplos como 'clamare' ('gritar') ... 'clam' ('suavemente', 'secretamente'); 'siccus' ('seco') - 'succus' ('suco'). Em alemão 'Boden' ('sótão' ou 'solo') ainda significa o mais alto bem como o mais baixo da casa. Nosso 'böse' ('mau' em alemão) se casa com a palavra 'besser' ('melhor' em alemão); em saxão antigo 'bat' ('bom') corresponde ao inglês 'bad' ('mau') e o inglês 'to lock' ('fechar') ao alemão 'Lücke', 'Loch' ('vazio', 'buraco'). Podemos comparar o alemão 'kleben' ('espetar') com o inglês 'to cleave' (no sentido de 'cindir'); as palavras alemãs 'stumm' ('mudo') com 'Stimme' ('voz'), e assim por diante. Desse modo, mesmo a derivação etimológica bastante risível de *lucus a non lucendo* teria em si algum sentido.

Em seu ensaio sobre 'A Origem da Linguagem' Abel (1885, 305) chama a atenção para traços outros de antigas dificuldades do pensar. Mesmo hoje o homem inglês para exprimir 'ohne' ('sem' em alemão) diz 'without' ('mitohne isto é "com-sem" em alemão) e o prussiano oriental faz o mesmo. A própria palavra 'with' ('com' em inglês), que hoje corresponde ao 'mit' ('com' em alemão) originariamente significava 'without' ('sem' em inglês) e ao mesmo tempo 'with' como se pode reconhecer em 'withdraw' ('retirar' em inglês) e 'withhold' ('reter' em inglês). A mesma transformação pode ser vista em 'wider' ('contra' em alemão) e 'wieder' ('junto com' em alemão).

Para uma comparação com o trabalho do sonho há outra característica extremamente estranha da antiga língua egípcia que é significativa. 'Em egípcios, as palavras podem - diremos de início, aparentemente - inverter seu som bem como seu sentido. Suponhamos que a palavra alemã 'gut' ["bom"] fosse egípcia: ela poderia então significar 'mau' do mesmo modo que 'bom', e ser pronunciada 'tug' do mesmo modo que 'gut'. Numerosos exemplos de tais inversões de som, que são demasiado freqüentes para se explicarem como ocorrências fortuitas, se podem igualmente extrair das línguas ariana e semita. Limitando-nos a princípio às línguas germânicas podemos assinalar: Topf - pot ('pote' em alemão e 'pote' em inglês); boat - tub ('barco' em inglês e 'banheira' em inglês); wait - täuwen ('esperar' em inglês e 'esperar' em alemão); hurry - Ruhe ('pressa' em inglês e 'descanso' em alemão); care - reck ('cuidar' em inglês e 'importar-se' em inglês); Balken - klobe, club ('viga' em alemão e 'cepo' em alemão e 'cepo' em inglês). Se tomamos as outras línguas indo-germânicas em consideração, o número de exemplos relevantes cresce em conseqüência; por exemplo, capere - packen ('tomar' em latim e 'agarrar' em alemão); ren - Niere ('rim' em latim e 'rim' em alemão); leaf - folium ('folha' em inglês e 'folha' em latim); dum-a, □□□□□ - mēdh, mūdha, Mut ('pensamento' em russo, 'espírito' ou 'coragem' em grego e 'mente' em sânscrito, 'coragem' em alemão); rauchen - kur-ít ('fumar' em alemão e 'fumar' em russo); kreischen - to shriek ('gritar' em alemão e 'gritar' em inglês) etc.

Abel tenta explicar o fenômeno de inversão de som como um dobrar ou uma repudiação da raiz. Aqui encontraríamos certa dificuldade em seguir o filólogo. Relembramos nesta conexão o quanto as crianças gostam de brincar de inverter o som de palavras e quão freqüentemente o trabalho do sonho faz uso da inversão do material representativo para várias finalidades. (Aqui não são mais as letras mas as imagens cuja ordem se inverte.) Deveríamos, portanto, nos inclinar mais a fazer provir a inversão de som de um fator de origem mais profunda.

Na correspondência entre a peculiaridade do trabalho do sonho mencionado no início do artigo e a prática descoberta pela filologia nas línguas mais antigas, devemos ver uma confirmação do ponto de vista que formamos acerca do caráter regressivo, arcaico da expressão de pensamentos em sonhos. E nós, psiquiatras, não podemos escapar à suspeita de que melhor entenderíamos e traduziríamos a língua dos sonhos se soubéssemos mais sobre o desenvolvimento da linguagem.

UM TIPO ESPECIAL DE ESCOLHA DE OBJETO FEITA PELOS HOMENS (CONTRIBUIÇÕES À PSICOLOGIA DO AMOR I) (1910)

BEITRÄGE ZUR PSYCHOLOGIE DES LIEBESLEBENS I

ÜBER EINEN BESONDEREN TIPUS DER OBJEKTTWAHL BEIM MANNE

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1910 Jb. psychoan. psychopath. Forsch., 2 (2), 389-97. ('Beiträge zur Psychologie des Liebeslebens' 1.)

1918 S.K.S.N., 4, 200-12 (2ª ed. 1922.)

1924 G.S., 5, 186-978.

1924 Em Beiträge zur Psychologie des Liebeslebens, Leipzig, Viena e Zurique: Internationaler Psychoanalytischer Verlag. (Pp. 3-14.)

1931 Sexualtheorie und Traumlehre, 69-80.

1943 G.W., 8, 66-77.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

'Contributions to the Psychology of Love: A Special Type of Choice of Object made by Men'

A presente tradução inglesa é uma nova feita por Alan Tyson.

Este trabalho, os dois seguintes, embora tenham sido escritos e publicados durante o período de alguns anos, foram reunidos, por Freud, na quarta série de seus ensaios mais curtos (S.K.S.N., 4, 1918) sob o título geral acima impresso. Soubemos, através de Ernest Jones (1955, 333), que Freud anunciara sua intenção de escrever um trabalho desta natureza para uma reunião da Sociedade Psicanalítica de Viena, em 28 de novembro de 1906. A essência deste trabalho foi apresentada perante a mesma sociedade em 19 de maio de 1909 e comentada uma semana depois. Mas não foi escrita, realmente, senão no começo do verão do ano seguinte.

NOTA DO EDITOR BRASILEIRO

A presente tradução brasileira é da autoria de Clotilde da Silva Costa. Revisão geral e técnica de Jayme Salomão (Membro-Associado da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro).

UM TIPO ESPECIAL DE ESCOLHA DE OBJETO FEITA PELOS HOMENS (CONTRIBUIÇÕES À PSICOLOGIA DO AMOR 1)

ATÉ AQUI deixamos ao escritor de ficção descrever-nos as condições necessárias ao amor' que determinam a escolha de um objeto feita pelas pessoas e a maneira pela qual elas conduzem as exigências de sua imaginação em harmonia com a realidade. O escritor pode, realmente, valer-se de certas qualidades que o habilitam a realizar essa tarefa: sobretudo, de

sensibilidade que lhe permite perceber os impulsos ocultos nas mentes de outras pessoas e de coragem para deixar que a sua própria, inconsciente, se manifeste. Há, entretanto, uma circunstância que diminui o valor comprobatório do que ele tem a dizer. Os escritos estão submetidos à necessidade de criar prazer intelectual e estético, bem como certos efeitos emocionais. Por essa razão, eles não podem reproduzir a essência da realidade tal como é, se não que devem isolar partes da mesma, suprimir associações perturbadoras, reduzir o todo e completar o que falta. Esses são os privilégios do que se convencionou chamar 'licença poética'. Além disso, eles podem demonstrar apenas ligeiro interesse pela origem e pelo desenvolvimento dos estados psíquicos que descrevem em sua forma completa. Torna-se, pois, inevitável que a ciência deva, também, se preocupar com as mesmas matérias, cujo tratamento, pelos artistas, há milhares de anos, vem deleitando tanto a humanidade, muito embora seu trato seja mais tosco e proporcione menos prazer. Essas observações, esperamos, servirão para nos justificar, de modo amplo, o tratamento estritamente científico que damos ao campo do amor humano. A ciência, é, afinal, a renúncia mais completa ao princípio de prazer de que é capaz nossa atividade mental.

No curso do tratamento psicanalítico, há amplas oportunidades para colher impressões sobre a maneira como os neuróticos se comportam em relação ao amor; conquanto possamos evocar, ao mesmo tempo, tendo observado ou ouvido falar de comportamento semelhante em pessoas de saúde normal ou mesmo naquelas de qualidades excepcionais. Quando acontece que o material é favorável e conduz, assim, à acumulação dessas impressões, surgem mais claramente tipos definidos. Começarei aqui pela descrição de um desses tipos de escolha de objeto - que ocorre no homem - já que se caracteriza por uma série de 'condições necessárias ao amor', cuja combinação é ininteligível, e até desconcertante, e visto que admite uma explicação simples de contexto psicanalítico.

(1) A primeira dessas precondições para o amor pode ser descrita como positivamente específica: onde quer que ela se manifeste, pode-se procurar a presença de outras características desse tipo. Pode-se designá-la a precondição de que deva existir 'uma terceira pessoa prejudicada'; estipula que a pessoa em questão nunca escolherá uma mulher sem compromisso, como seu objeto amoroso - isto é uma moça solteira ou uma mulher casada livre - mas, apenas, aquela sobre a qual outro homem possa reivindicar direitos de posse, como marido, noivo ou amigo. Em alguns casos, essa precondição evidencia-se de modo tão convincente que a mulher pode ser ignorada ou mesmo rejeitada, desde que não pertença a qualquer homem, mas torna-se objeto de sentimentos apaixonados, tão logo estabeleça um desses relacionamentos com outro homem.

(2) A segunda precondição é talvez menos freqüente, mas não menos digna de nota. Deve-se encontrar em conjunção com a primeira para que o tipo se configure, enquanto a primeira

precondição parece ocorrer muito amiúde, também, independentemente. Consiste a segunda precondição no sentido de que a mulher casta e de reputação irrepreensível nunca exerce atração que a possa levar à condição de objeto amoroso, mas apenas a mulher que é, de uma ou outra forma, sexualmente de má reputação, cuja fidelidade e integridade estão expostas a alguma dúvida. Esta última característica pode variar dentro de limites substanciais, do leve murmúrio de escândalo a respeito de uma mulher casada que não seja avessa a namoricos, até o modo de vida francamente promíscuo de uma cocotte ou uma profissional na arte do amor; mas os homens que pertencem ao tipo que descrevemos não ficarão satisfeitos sem algo desta espécie. Pode-se designar esta a segunda condição necessária, de maneira um tanto crua, 'amor à prostituta.'

Enquanto a primeira precondição fornece a oportunidade para gratificar impulsos de rivalidade e hostilidade em direção ao homem de quem a mulher é arrebatada, a segunda, a da mulher se assemelhar a uma prostituta, se relaciona à experiência do ciúme, que parece ser uma necessidade para os amantes desse tipo. Sua paixão só atinge o apogeu e a mulher só adquire pleno valor quando, apenas, conseguem sentir ciúmes e eles nunca deixam de aproveitar a ocasião que lhes permita experimentar essas emoções tão poderosas. O incomum é que se torna alvo desse ciúme não o possuidor legítimo da pessoa amada, mas estranhos que fazem seu aparecimento pela primeira vez, em relação aos quais a amada pode ser induzida sob suspeita. Em casos evidentes, o amante não demonstra qualquer desejo de posse exclusiva da mulher e parece sentir-se perfeitamente à vontade na situação triangular. Um de meus pacientes, que sofrera terrivelmente com as escapadelas de sua amada, não fazia qualquer objeção a que ela se casasse e fez todo o possível para que tal acontecesse; e nos anos que se seguiram nunca demonstrou o menor sinal de ciúme do marido. Outro paciente típico havia tido, é verdade, muito ciúme do marido no seu primeiro caso amoroso e proibira a mulher de ter relações maritais; porém, nos seus numerosos casos subseqüentes comportou-se como os demais integrantes desse tipo e já não mais considerava o marido legítimo como um entrave.

É o suficiente para as condições que se exigem do objeto amoroso. Os seguintes pontos descrevem o comportamento do amante em relação ao objeto que escolheu.

(3) No amor normal, o valor da mulher é aferido por sua integridade sexual, e é reduzido em vista de qualquer aproximação com a característica de ser semelhante a prostituta. Por conseguinte, o fato de que as mulheres com essa característica sejam consideradas pelos homens do tipo em questão como objetos amorosos do mais alto valor parece constituir acentuável desvio do normal. Seus relacionamentos amorosos com essas mulheres exigem-lhes enorme dispêndio de energia mental, com exclusão de todos os demais interesses; elas são sentidas como as únicas pessoas a quem é possível amar, e a exigência de fidelidade que o amante faz a si próprio repete-se, sempre e sempre, não obstante quantas vezes, na realidade, seja transgredida. Essas características de relacionamentos amorosos, que ora descrevo, revelam, muito claramente, sua natureza compulsiva, conquanto seja algo que, até

certo ponto, ocorra a qualquer pessoa que se apaixone. Mas a fidelidade e a intensidade que caracterizam a relação não nos devem levar a esperar que um único relacionamento amoroso dessa espécie possa constituir toda a vida erótica da pessoa em questão, ou ocorrer, apenas, uma vez na vida. Ao contrário, os relacionamentos apaixonados desse tipo repetem-se com as mesmas peculiaridades - cada qual uma réplica exata dos outros - sempre e sempre, nas vidas do homem desse tipo; de fato, devido a ocorrências externas, como mudança de residência e de ambiente, os objetos amorosos podem substituir uns aos outros, tão amiúde, que se forma uma extensa série dos mesmos.

(4) O que é mais espantoso, para o observador de amantes desse tipo, é a ânsia que demonstram de 'salvar' a mulher amada. O homem se convence de que ela precisa dele, que sem ele perderá todo o controle moral e, rapidamente descerá para um nível lamentável. Salva-a, portanto, por não a abandonar. Em certos casos individuais, a idéia de ter de salvá-la pode ser justificadas por alusão à sua inconstância sexual e aos perigos de sua posição social: mas não é menos evidente quando isto, na realidade, não possui base. Um homem do tipo que estou descrevendo, que sabia como conquistar suas mulheres, com métodos inteligentes de sedução e argumentos engenhosos, não media esforços, no decorrer dessas aventuras, para manter a mulher, pela qual estava apaixonado no momento, no caminho da 'virtude', emprestando-lhe traços de sua própria constituição.

Se examinarmos as diferentes características do quadro aqui apresentado - as condições que se impõem ao homem, de que sua amada não deve ser desimpedida e deve ser semelhante a prostituta, o alto valor que lhe atribui, sua necessidade de sentir ciúmes, sua fidelidade que, não obstante, é compatível em ser transgredida, em uma longa série de circunstâncias, e a ânsia de salvar a mulher - parecerá pouco provável que todas decorram de uma única fonte. No entanto, a investigação psicanalítica da biografia de homens deste tipo tem revelado, facilmente, que não há uma fonte única. A escolha de objeto, que é tão estranhamente condicionada, e esta maneira extremamente singular de se comportar no amor, tem a mesma origem psíquica que encontramos nos amores das pessoas normais. Derivam da fixação infantil de seus sentimentos de ternura pela mãe e representam uma das conseqüências dessa fixação. No amor normal, apenas sobrevivem algumas características que revelam, de maneira inconfundível, o protótipo materno da escolha de objeto, como, por exemplo, a preferência demonstrada pelos homens jovens por mulheres mais maduras; o destacamento da libido da mãe efetuou-se de maneira relativamente rápida. No tipo que descrevemos, por outro lado, a libido permaneceu ligada à mãe por tanto tempo, mesmo depois do início da puberdade, que as características maternas permanecem impressas nos objetos amorosos que são escolhidos mais tarde, e todas elas se transformam em substitutos facilmente reconhecíveis da mãe. A comparação com a maneira em que é formado o crânio de um recém-nascido vem logo à mente neste ponto: depois de um parto prolongado ele toma sempre a forma do molde da parte estreita da pelve materna.

Vamos agora demonstrar a plausibilidade de nossa afirmação de que os traços característicos do tipo que descrevemos - suas condições para amar e seu comportamento no amor - realmente decorrem da constelação psíquica relacionada à mãe. Isto pareceria ser mais fácil no que diz respeito à primeira condição - a condição de que a mulher deve ser desimpedida, ou de que haja uma terceira pessoa injuriada. É, de imediato, evidente que, para a criança que está crescendo no círculo familiar, o fato de que a mãe, ao pertencer ao pai, torna-se parte inseparável da essência da mãe, e que a terceira pessoa injuriada não é outra senão o próprio pai. Pode-se observar a característica de supervalorizar a pessoa amada, e de considerá-la como única e insubstituível, por recair, também, naturalmente no contexto da experiência da criança, pois ninguém possui mais de uma mãe, e a relação com ela baseia-se em um acontecimento que não pode ser exposto a qualquer dúvida e nem pode ser repetido.

Se quisermos entender os objetos amorosos escolhidos pelo tipo que descrevemos como sendo, sobretudo, substitutos da mãe, então a formação de uma série deles, que parece contradizer tão positivamente a condição de ser fiel a um, pode também, agora, ser compreendida. Aprendemos pela psicanálise, em outros exemplos, que a noção de algo insubstituível, quando é ativa no inconsciente, muitas vezes surge como subdividida em uma série infindável: infindável pelo fato de que cada substituto, não obstante, deixa de proporcionar a satisfação desejada. É esta a explicação do desejo insaciável de fazer perguntas, demonstrado pelas crianças de certa idade: têm apenas uma simples pergunta a fazer, mas nunca chegam a formulá-la. Explica também a garrulice de certas pessoas atingidas pela neurose; vêm-se sob a pressão de um segredo que estão ansiosos por divulgar, mas que, apesar de todas as tentações, nunca revelam.

Por outro lado, a segunda condição para amar - a condição de que o objeto escolhido deva se assemelhar a uma prostituta - parece se opor, energeticamente, à derivação do complexo materno. O pensamento consciente do adulto apraz-se em considerar a mãe como uma pessoa de pureza moral inatacável; e poucas idéias são para ele tão ofensivas, quando partem de outros, ou sente como tão atormentadoras, quando surgem de sua própria mente, como a que proclama esse aspecto de sua mãe. No entanto, exatamente essa relação do contraste agudo entre a 'mãe' e a 'prostituta' nos animará a investigar a história do desenvolvimento desses dois complexos e da relação inconsciente entre os mesmos, já que, há muito tempo, descobrimos que o que, no consciente, se encontra dividido entre dois opostos, muitas vezes ocorre no inconsciente como uma unidade. A investigação leva-nos, então, de volta a uma época na vida do menino em que ele adquire conhecimento mais ou menos completo das relações sexuais entre os adultos, aproximadamente em torno dos anos da pré-puberdade. Partes brutais de informação que são indiscriminadamente destinadas a suscitar desprezo e rebeldia, agora, lhe comunicam o segredo da vida sexual e destroem a autoridade dos adultos, que parece incompatível com a revelação de suas atividades sexuais. O aspecto dessas descobertas, que afetam mais profundamente a criança recém-instruída, é a maneira em que são aplicadas a seus próprios pais. Essa aplicação é, muitas

vezes, francamente rejeitada por ela, mais ou menos nestas palavras: 'Seus pais e outras pessoas podem fazer coisas como esta entre si, mas meus pais, possivelmente, não podem fazê-las.'

Como um corolário praticamente invariável desse esclarecimento sexual, o menino adquire, ao mesmo tempo, o conhecimento da existência de certas mulheres que praticam relações sexuais como um meio de vida e, que, por esse motivo, são mantidas no desprezo geral. O menino, ele próprio, se encontra, evidentemente, longe de sentir esse desprezo: tão logo aprende que ele também pode ser iniciado por essas infelizes na vida sexual, que até então ele aceitava como estando exclusivamente reservadas para 'a gente grande', ele, apenas, as considera como um misto de desejo e horror. Quando, depois disto, já não pode mais nutrir qualquer dúvida que tornem seus pais uma exceção às normas universais e odiosas da atividade sexual, diz-se a si próprio, com lógica cínica, que a diferença entre sua mãe e uma prostituta não é afinal tão grande, visto que, em essência, fazem a mesma coisa. A informação esclarecedora que recebeu, despertou, de fato, traços de lembrança das impressões e desejos de sua tenra infância que, por sua vez, levaram à reativação de certos impulsos psíquicos. Ele começa a desejar a mãe para si mesmo, no sentido com o qual, há pouco, acabou de se inteirar, e a odiar, de nova forma, o pai como um rival que impede esse desejo; passa, como dizemos, ao controle do complexo de Édipo. Não perdoa a mãe por ter concedido o privilégio da relação sexual, não a ele, mas a seu pai, e considera o fato como um ato de infidelidade. Se esses impulsos não desaparecem rapidamente, não há outra saída para os mesmos, senão seguir seu curso através de fantasias que têm por tema as atividades sexuais da mãe, nas mais diversas circunstâncias; e a tensão conseqüente leva, de maneira particularmente rápida; a buscar alívio na masturbação. Como resultado da ação combinada, constante, de duas forças impulsivas, desejo e sede de vingança, as fantasias acerca da infidelidade da mãe são, de longe, as que prefere; o amante com o qual ela comete o ato de infidelidade, quase sempre exhibe as feições do próprio ego do menino, ou, mais extamente, de sua própria personalidade idealizada, adulta e, assim, elevada ao nível do pai. O que, em outra parte descrevi como o 'romance familiar' compreende as várias ramificações dessa atividade imaginativa e a maneira pela qual elas se entrelaçam com os diversos interesses egoístas desse período da vida.

Agora que adquirimos a compreensão dessa parte do desenvolvimento psíquico, já não podemos mais considerar contraditório e incompreensível que a precondição de que a pessoa amada se assemelhe a prostituta derive diretamente do complexo materno. O tipo de amor masculino que descrevemos tem os traços dessa evolução e é fácil de compreender como uma fixação das fantasias formadas pelo menino na puberdade - fantasias que, afinal, mais tarde, encontraram vazão na vida real. Não é difícil admitir que a prática assídua da masturbação durante os anos da puberdade desempenhou seu papel na fixação das fantasias.

A ânsia de salvar a pessoa amada parece conduzir a uma relação, apenas, vaga e superficial, e plenamente explicada por motivos conscientes, com essas fantasias que

acabaram por dominar o amor do homem na vida real. Devido a sua propensão a ser volúvel e infiel, a pessoa amada se coloca em situações perigosas e, assim, é compreensível que o amante tenha de se esforçar para protegê-la contra esses perigos, vigiando-lhe a virtude e combatendo-lhe as tendências más. Entretanto, o estudo das lembranças encobridoras das pessoas, fantasias e sonhos noturnos, revela que deparamos, aqui, com uma `racionalização' especialmente oportuna de um motivo inconsciente, um processo que pode ser comparado à elaboração secundária bem-sucedida de um sonho. No fato real, o `tema-salvamento' tem um significado e um histórico próprios, e é um derivativo independente do complexo materno ou, mais exatamente, do complexo parental. Quando a criança ouve dizer que deve sua vida aos pais, ou que sua mãe lhe deu a vida, seus sentimentos de ternura aliam-se a impulsos que lutam pelo poder e pela independência, e geram o desejo de retribuir essa dádiva aos pais e de compensá-los com outra de igual valor. É como se o desafio do menino o fizesse dizer: `Não quero nada de meu pai; devolver-lhe-ei tudo quanto gastou comigo. Ele cria, então a fantasia de salvar o pai de perigo e de proteger-lhe a vida; desse modo ajusta as contas com ele. Essa fantasia, via de regra, é muito deslocada em direção a um imperador, rei ou outro grande homem; depois de haver sido assim destorcida torna-se admissível à consciência, e pode até ser utilizada pelos escritores de ficção. Nessa aplicação ao pai do menino, o sentido desafiador da idéia de salvamento é de longe o mais importante; no que diz respeito à mãe, o mais importante é, geralmente, o sentido da ternura. A mãe deu à criança a vida, e não é fácil encontrar um substituto de igual valor para essa dádiva sem par. Com uma ligeira modificação do significado, tal como é facilmente realizado no inconsciente, e é comparável à maneira pela qual os conceitos da consciência se diluem uns nos outros, salvar a mãe adquire o significado de lhe dar uma criança ou de lhe fazer uma criança - é supérfluo dizer, uma igual a ele. Isso não se afasta muito do sentido original o salvamento, e a mudança de significado não é arbitrária. Sua mãe lhe deu a vida - sua própria vida - e, em troca, ele lhe dá uma outra vida, a de uma criança que tem com ele a maior semelhança. O filho demonstra sua gratidão desejando ter, com sua mãe, um filho igual a ele próprio; em outras palavras, na fantasia de salvamento ele está se identificando completamente com o pai. Todos os seus instintos, os de ternura, gratidão, lascívia, desafio e independência encontram satisfação no desejo único de ser o próprio pai. Mesmo o elemento de perigo não se perdeu na modificação de significado; pois o próprio ato do nascimento é o perigo de que foi salvo pelos esforços da mãe. O nascimento é tanto o primeiro de todos os perigos de sua vida, como o protótipo de todos os subseqüentes que nos levam a sentir ansiedade, e a experiência do nascimento, provavelmente, nos legou a expressão de afeto que chamamos de ansiedade. Macduff, da lenda escocesa, que não nasceu de sua mãe mas lhe foi arrancado do ventre, por esse motivo não conhecia a ansiedade.

Artemidoro, o intérprete dos sonhos da antiguidade, estava certamente com razão ao afirmar que a significação de um sonho depende de quem venha a ser a pessoa que sonha. De acordo com as leis que regem a expressão dos pensamentos inconscientes, o significado de salvamento pode variar, dependendo de o autor da fantasia ser homem ou mulher. Pode igualmente significar (no caso de um homem) fazer uma criança, isto é, causar seu

nascimento, ou (no caso de uma mulher) dar à luz uma criança. Esses vários significados do salvamento nos sonhos e fantasias podem ser reconhecidos de maneira especialmente clara, quando são encontrados em conexão com a água. Um homem que salva uma mulher da água, em um sonho, quer dizer que a torna mãe, o que, do ponto de vista do comentário acima, equivale a fazer dela sua própria mãe. Uma mulher que salva alguma outra pessoa (uma criança) da água, reconhece ser a mãe que a gerou, como a filha do Faraó na lenda de Moisés (Rank, 1909). Às vezes, existe também um significado de ternura contido nas fantasias de salvamento em relação ao pai. Nestes casos, visam a expressar o desejo da pessoa de ter o pai como seu filho - isto é, de ter um filho igual ao pai.

É devido a todas essas conexões entre o tema-salvamento e o complexo parental que a ânsia de salvar a pessoa amada constitui uma característica importante do tipo de amor que vimos estudando.

Não creio necessário justificar meu método de trabalho sobre este assunto; como na minha apresentação a respeito do erotismo anal [Freud 1908b], também aqui procurei, em primeiro lugar, destacar, do material observado, os tipos extremos e claramente definidos. Em ambos os casos, encontramos um número muito maior de indivíduos nos quais apenas algumas características do tipo podem ser identificadas, ou apenas características que não são nitidamente acentuadas, e é evidente que não será possível avaliar adequadamente esses tipos enquanto todo o contexto a que pertencem não for investigado.

**SOBRE A TENDÊNCIA UNIVERSAL À DEPRECIAÇÃO
NA ESFERA DO AMOR**

**(CONTRIBUIÇÕES À PSICOLOGIA DO AMOR II)
(1912)**

BEITRÄGE ZUR PSYCHOLOGIE DES LIEBESLEBENS II

ÜBER DIE ALLGEMEINSTE ERNIEDRIGUNG

DES LIEBESLEBENS

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1912 Jb. psychoan. psychopath. Forsch., 4 (1), 40-50 ('Beiträge zur Psychologie des Liebeslebens' II.)

1918 S.K.S.N., 4, 213-28 (2ª ed. 1922.)

1924 G.S., 5, 198-211.

1924 In Beiträge zur Psychologie des Liebeslebens. Leipzig, Viena e Zurique: International Psychoanalytischer Verlag. (Págs. 15-28.)

1931 Sexualtheorie und Traumlehre, 80-95.

1943 G.W., 8, 78-91

(b) TRADUÇÕES INGLESAS:

'Contributions to the Psychology of Love: The Most Prevalent Form of Degradation in Erotic Life'

1925 C.P., 4, 203-16. (Trad. Joan Riviere.)

A tradução inglesa atual, feita por Alan Tyson, é inteiramente nova e com um título diferente 'On the Universal Tendency of Debasement in the Sphere of Love' (Sobre a Tendência Universal à Depreciação na Esfera do Amor).

A discussão das duas correntes sexuais na primeira parte deste trabalho é, na realidade, um suplemento ao Three Essays on the Theory of Sexuality (1905d) (Três Ensaio sobre a Teoria da sexualidade), edição de 1915, na qual está, de fato, incluído um pequeno resumo desta (ver em [1]). A análise da impotência psíquica que ocupa a parte central deste trabalho é a contribuição mais importante de Freud nesta matéria. A última parte do trabalho é uma das suas longas séries de elaborações no tema do antagonismo entre a civilização e a vida instintiva, do qual mostra um outro exemplo em Five Lectures (Cinco Lições), ver em [2]. Seu argumento mais completo neste assunto pode ser encontrado no trabalho sobre "'Civilized" Sexual Ethics and Modern Nervous Illness' (1908d) ('Ética Sexual "Civilizada" e Enfermidade Nervosa Moderna') e no livro escrito muito mais tarde, Civilization and its Discontents (1930a) (O Mal-Estar na Civilização).

NOTA DO EDITOR BRASILEIRO

A presente tradução brasileira é da autoria de Jayme Salomão (Membro-Associado da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro).

SOBRE A TENDÊNCIA UNIVERSAL À DEPRECIAÇÃO NA ESFERA DO AMOR

(CONTRIBUIÇÕES À PSICOLOGIA DO AMOR II)

1

Se o psicanalista clínico indagar a si mesmo qual perturbação leva as pessoas com maior frequência a o procurarem em busca de auxílio, ele será compelido a responder - deixando de lado as diversas formas de ansiedade - que consiste na impotência psíquica. Esta singular perturbação atinge homens de natureza intensamente libidinosa e se manifesta como uma recusa dos órgãos executores da sexualidade de levar a cabo o ato sexual, conquanto antes e depois eles possam demonstrar-se como íntegros e capazes de praticá-lo e conquanto apresentem forte propensão psíquica a realizá-lo. A primeira chave para a compreensão do seu estado se obtém do próprio paciente, ao efetuar-se a descoberta de que um malogro dessa espécie só surge quando a tentativa se realiza com determinadas pessoas, enquanto com outras nunca há qualquer cogitação de tal insucesso. Ele se dá conta, então, de que constitui alguma característica do objeto sexual que dá origem à inibição de sua potência masculina e, às vezes, declara que possui a sensação de um obstáculo dentro dele, a sensação de uma vontade contrária que interfere vitoriosamente com a sua intenção consciente. No entanto, é incapaz de se representar que obstáculo interno é esse e que característica do objeto sexual o põe em funcionamento. Se a experiência do malogro se

repetiu, é provável que atribua ao processo habitual de 'conexão errônea,' de que a recordação da primeira ocasião evocava a idéia de ansiedade perturbadora, e assim motivava que o malogro se repetisse todas as vezes; conquanto atribua a primeira ocasião em si a alguma impressão 'fortuita'.

Os estudos psicanalíticos da impotência já foram realizados e publicados por vários autores. Todo analista pode confirmar as explicações por eles fornecidas, através de sua própria experiência clínica. Trata-se, de fato, de uma questão da influência inibitória de certos complexos psíquicos que são removidos do conhecimento do indivíduo. Uma fixação incestuosa na mãe ou na irmã, que nunca foi superada, desempenha um papel importante nesse material patogênico e constitui o seu conteúdo mais universal. Além disso, existe a influência, a se considerar, das impressões penosas acidentais relacionadas à atividade sexual infantil, e também aqueles fatores que, de maneira geral, reduzem a libido que se deve dirigir ao objeto sexual feminino.

Quando se investigam, exaustivamente, casos marcantes de impotência psíquica pela psicanálise, obtém-se a seguinte informação sobre os processos psicosexuais ativos nos mesmos. Aqui de novo - como muito provavelmente em todas as perturbações neuróticas - a origem da perturbação é determinada por uma inibição na história do desenvolvimento da libido antes que esta assuma a forma que tomamos como sua terminação normal. Nos casos que estamos considerando, duas correntes cuja união é necessária para assegurar um comportamento amoroso completamente normal, falharam em se combinar. Podem-se distinguir as duas como a corrente afetiva e a corrente sensual.

A corrente afetiva é a mais antiga das duas. Constitui-se nos primeiros anos da infância; forma-se na base dos interesses do instinto de autopreservação e se dirige aos membros da família e aos que cuidam da criança. Desde o início, leva consigo contribuições dos instintos sexuais - componentes de interesse erótico - que já se podem observar, de maneira mais ou menos clara, mesmo na infância, e que se descobrem de algum modo mais tarde nos neuróticos através da psicanálise. Corresponde à escolha de objeto, primária, da criança. Aprendemos, assim, que os instintos sexuais encontram seus primeiros objetos ao se apegarem às apreciações feitas pelos instintos do ego, precisamente no momento em que as primeiras satisfações sexuais são experimentadas em ligação com as funções necessárias à preservação da vida. A 'afeição' demonstrada pelos pais da criança e pelos que dela cuidam, que raramente deixa de delatar sua natureza erótica ('a criança é um brinquedo erótico'), concorre, em grande parte, para erigir as contribuições feitas pelo erotismo às catexias de seus instintos do ego e para incrementá-la numa medida em que se compele a desempenhar um papel em seu desenvolvimento ulterior, principalmente quando algumas outras circunstâncias emprestam seu suporte.

Essas fixações afetivas da criança persistem por toda a infância e continuamente conduzem consigo o erotismo, que, em conseqüência, se desvia de seus objetivos sexuais.

Então, com a puberdade, elas se unem através da poderosa corrente `sensual`, a qual já não se equivoca mais em seus objetivos. Evidentemente, jamais deixa de seguir os mais primitivos caminhos e catexizar os objetos da escolha infantil primária com cotas de libidos, que são agora muito mais poderosas. Neste ponto, no entanto, defronta-se com obstáculos que, nesse meio tempo, foram erigidos pela barreira contra o incesto; em consequência, se esforçará por transpor esses objetos que são, na realidade, inadequados, e encontrar um caminho, tão breve quanto possível, para outros objetos estranhos com os quais se possa levar uma verdadeira vida sexual. Esses novos objetos ainda serão escolhidos ao modelo (imago) dos objetos infantis, mas com o correr do tempo, atrairão para si a afeição que se ligava aos mais primitivos. Um homem deixará seu pai e sua mãe - segundo o preceito bíblico - e se apegará à sua mulher; então, se associam afeição e sensualidade. O máximo de intensidade de paixão sensual trará consigo a mais alta valorização psíquica do objeto - sendo esta a supervalorização normal do objeto sexual por parte do homem.

Dois fatores decidirão se esse avanço no caminho do desenvolvimento da libido pode falhar. Em primeiro lugar, há a quantidade de frustração da realidade que se opõe à nova escolha de objeto e reduz seu valor para a pessoa em questão. Afinal não há qualquer sentido em decidir-se por uma escolha de objeto se nenhuma escolha será de todo permitida ou se não há nenhuma perspectiva de ser capaz de escolher alguma coisa adequada. Em segundo lugar, há a quantidade de atração que são capazes de exercer os objetos infantis, que deverão ser abandonados, e que existe em proporção às catexias eróticas que se ligam a eles na infância. Se esses dois fatores forem suficientemente fortes, o mecanismo geral, por meio do qual se estruturam as neuroses, entra em funcionamento. A libido afasta-se da realidade, é substituída pela atividade imaginativa (o processo de introversão), fortalece as imagens dos primeiros objetos sexuais e se fixa nos mesmos. O obstáculo erguido contra o incesto, entretanto, compele a libido, que se transferiu para esses objetos, a permanecer no inconsciente. A atividade masturbatória levada a efeito pela corrente sensual, que agora é parte do inconsciente, faz sua própria contribuição, ao fortalecer essa fixação. Nada se altera nesse estado de coisas, se o avanço, que é abortado na realidade, se completa agora na fantasia e se nas situações que levam à satisfação masturbatória os objetos sexuais originais são substituídos por objetos diferentes. Em consequência dessa substituição, as fantasias se tornam admissíveis à consciência, mas não se faz qualquer progresso na localização da libido na realidade. Deste modo, pode acontecer que a totalidade da sensualidade de um jovem se ligue a objetos incestuosos no inconsciente, ou para colocar em outras palavras, se fixe em fantasias incestuosas inconscientes. O resultado, então, é a impotência total que, talvez, mais tarde se reforce pelo início simultâneo de um real debilitamento dos órgãos que realizam o ato sexual.

Necessita-se de condições menos graves para dar origem ao estado conhecido especificamente como impotência psíquica. Neste caso, o destino da corrente sensual não deve ser o de que sua carga total tenha de se ocultar atrás da corrente afetiva; ela deve ter permanecido suficientemente forte ou desinibida para assegurar vazão parcial à realidade. A

atividade sexual dessas pessoas apresenta sinais muito evidentes, entretanto, de que não possui a força impulsiva psíquica total do instinto por trás dela. É caprichosa, facilmente perturbada, muitas vezes não propriamente executada e não acompanhada de muito prazer. Mas, acima de tudo, é forçada a evitar a corrente afetiva. A restrição, assim, se colocou na escolha do objeto. A corrente sensual, que permaneceu ativa, procura apenas objetos que não rememorem as imagens incestuosas que lhe são proibidas; se alguém causa uma impressão que pode levar à sua alta estima psíquica, essa impressão não encontra escoamento em nenhuma excitação sensual, exceto na afeição que não possui efeito erótico. Toda a esfera do amor, nessas pessoas, permanece dividida em duas direções personificadas na arte do amar tanto sagrada como profana (ou animal). Quando amam, não desejam, e quando desejam, não podem amar. Procuram objetos que não precisem amar, de modo a manter sua sensualidade afastada dos objetos que amam; e, de acordo com as leis da 'sensibilidade complexiva' e do retorno do reprimido, o estranho malogro, demonstrado na impotência psíquica, faz seu aparecimento sempre que um objeto, que foi escolhido com a finalidade de evitar o incesto, relembra o objeto proibido através de alguma característica, freqüentemente imperceptível.

A principal medida protetora contra essa perturbação a que os homens recorrem nessa divisão de seu amor consiste na depreciação do objeto sexual, sendo reservada a supervalorização, que normalmente se liga ao objeto sexual para o objeto incestuoso e seus representantes. Logo que se consuma a condição de depreciação, a sensualidade pode se expressar livremente e podem se desenvolver importantes capacidades sexuais e alto grau de prazer. Há um outro fator que contribui para esta conseqüência. As pessoas nas quais não houve a confluência apropriada das correntes afetiva e sensual geralmente não demonstram muito refinamento nas suas formas de comportamento amoroso; elas retiveram suas finalidades sexuais perversas, cuja não-realização é sentida como uma grave perda de prazer e cuja realização, por outro lado, só parece possível com um objeto sexual depreciado e desprezado.

Podemos agora compreender os motivos ocultos sob as fantasias do menino, mencionadas na primeira dessas 'Contribuições' (ver em [1]), que degradam a mãe ao nível de uma prostituta. São esforços para transpor a distância entre as duas correntes amorosas, pelo menos em fantasia e, pela depreciação da mãe, adquiri-la como objeto de sensualidade.

2

No capítulo anterior, abordamos o estudo da impotência psíquica do ângulo médico-psicológico, ao qual o título deste trabalho não faz alusão. Tornar-se-á evidente, no entanto, que esta introdução foi por nós requerida para proporcionar acesso a nosso tema propriamente dito.

Reduzimos a impotência psíquica à falha em se combinar as correntes afetivas e sensual

no amor e se explicou essa inibição do desenvolvimento, por sua vez, como se devendo a influências de poderosas fixações infantis e da subsequente frustração da realidade através da intervenção da barreira contra o incesto. Há uma objeção principal à teoria que desenvolvemos: oferece demasiado. Explica por que certas pessoas padecem de impotência psíquica, mas nos deixa frente ao mistério aparente de como outras foram capazes de escapar a essa perturbação. Visto que devemos reconhecer que todos os fatores relevantes que conhecemos - a forte fixação infantil, a barreira ao incesto e a frustração nos anos de desenvolvimento depois da puberdade - podem ser encontrados em praticamente todos os seres humanos civilizados, deve-se justificar a perspectiva da impotência psíquica como uma condição universal da civilização e não uma perturbação circunscrita a alguns indivíduos.

Seria fácil fugir a esta conclusão apontando para o fator quantitativo na motivação da doença - para o maior ou menor grau da contribuição feita pelos vários elementos que determinam se resulta ou não uma enfermidade reconhecível. Conquanto, porém, eu aceite esta resposta como correta, não é minha intenção transformá-la no motivo para rejeitar a própria conclusão. Ao contrário, apresentarei o conceito de que a impotência psíquica está muito mais difundida do que se supõe e que certa extensão desse comportamento caracteriza, de fato, o amor do homem civilizado.

Se se ampliar o conceito da impotência psíquica e não se restringir o malogro em realizar o ato do coito, em circunstâncias em que esteja presente o desejo de obter prazer e o aparelho genital esteja intacto, podemos, em primeiro lugar, acrescentar todos aqueles homens que são descritos como psicanestésicos: homens que nunca falham no ato, mas que o realizam sem dele derivar qualquer prazer especial - um estado de coisas que é muito mais comum do que se pensa. O exame psicanalítico desses casos revela os mesmos fatores etiológicos encontrados na impotência psíquica no seu sentido mais estrito, sem antes encontrar qualquer explicação para a diferença entre seus sintomas. Uma analogia facilmente justificável nos leva desses homens anestésicos para o imenso número de mulheres frígidas; e não há melhor maneira de descrever ou compreender seu comportamento amoroso do que comparando-o à perturbação manifesta da impotência psíquica nos homens.

Se, no entanto, voltarmos nossa atenção, não para a extensão do conceito de impotência psíquica mas para as gradações em sua sintomatologia, não poderemos fugir à conclusão de que o comportamento amoroso dos homens, no mundo civilizado de hoje, de modo geral traz o selo da impotência psíquica. Existe apenas um pequeno número de pessoas educadas em que as duas correntes, de afeição e de sensualidade, se fundiram adequadamente; o homem quase sempre sente respeito pela mulher, que atua como restrição à sua atividade sexual, e só desenvolve potência completa quando se acha com um objeto sexual depreciado; e isto, por sua vez, é causado, em parte, pela entrada de componentes perversos em seus objetivos sexuais, os quais não ousa satisfazer com a mulher que ele respeita. Assegura-se de prazer sexual completo apenas quando se pode dedicar sem reserva a obter satisfação, o que, com

sua mulher bem educada, por exemplo, não se atreve a realizar. É esta a origem de sua necessidade de um objeto sexual depreciado, de uma mulher eticamente inferior, a quem não precise atribuir escrúpulos estéticos, que não o conheça em seu outro círculo de relações sociais e que ali não o possa julgar. É a esta mulher que prefere dedicar sua potência sexual, mesmo quando toda sua afeição pertença a uma mulher de natureza superior. Também é possível que a tendência a escolher uma mulher de classe mais baixa para sua amante permanente ou mesmo para sua esposa, tão freqüentemente observada nos homens das classes mais altas da sociedade, nada mais seja que a conseqüência de sua necessidade de um objeto sexual depreciado, a quem se vincule psicologicamente a possibilidade de completa satisfação sexual.

Não vacilo em admitir que os dois fatores em atividade na impotência psíquica, no sentido estrito - os fatores de intensa fixação incestuosa, na infância, e a frustração devida à realidade, na adolescência - respondam também por esta característica extremamente comum do amor dos homens civilizados. Parece não só desagradável mas também paradoxal, que deva, não obstante, afirmar que alguém, para ser realmente livre e feliz no amor, tem de sobrepujar seu respeito pelas mulheres e aceitar a idéia do incesto com sua mãe ou irmã. Qualquer pessoa que se sujeite a uma séria introspecção a respeito dessa necessidade certamente se convencerá ao descobrir que considera o ato sexual, basicamente, algo degradante, que conspurca e polui mais do que simplesmente o corpo. A origem dessa vil opinião, que ele certamente não reconhecerá de boa-vontade, deve ser procurada no período de sua infância em que a corrente sensual nele existente já estava grandemente desenvolvida, mas sua satisfação com um objeto fora da família era quase tão absolutamente proibida como o era com um objeto incestuoso.

No nosso mundo civilizado, as mulheres estão sob a influência de um efeito residual, semelhante, de sua educação e, além disso, de sua reação ao comportamento dos homens. É, naturalmente, tão desvantajoso para uma mulher se um homem a procura sem sua potência plena como o é se a supervalorização inicial dela, quando enamorado, dá lugar a uma subvalorização depois de possuí-la. No caso das mulheres, há pouca indicação da necessidade de depreciar seu objeto sexual. Isto se liga, sem dúvida, com a ausência nelas, geralmente, de nada semelhante à supervalorização que se encontra nos homens. Porém, sua longa contenção de sexualidade e seu anseio de sensualidade em fantasia, tem para elas outra conseqüência importante. São, muitas vezes, subseqüentemente, incapazes de desfazer a conexão entre a atividade sensual e a proibição, tornando-se psiquicamente impotentes, isto é, frígidas, quando tal atividade, finalmente, lhes é permitida. Esta é a origem do empenho realizado por muitas mulheres de manter secretas, por certo tempo, mesmo suas relações legítimas; e da capacidade de outras mulheres para a sensação normal, tão logo a condição de proibição se restabeleça devido a uma relação amorosa secreta: infiéis a seus maridos, são capazes de manter um segunda espécie de finalidade em relação a seus amantes [cf. em [1]].

A condição de proibitividade na vida erótica das mulheres é comparável, creio eu, à necessidade da parte dos homens de depreciar seu objeto sexual. Ambas são conseqüências de um longo período de demora, que é exigida pela educação, por razões culturais, entre a maturidade sexual e a atividade sexual. Ambas tendem a abolir a impotência psíquica que resulta do malogro de se fundirem os impulsos afetuosos e sensuais. O fato de que o efeito das mesmas causas seja tão diferente nos homens e nas mulheres pode talvez ser atribuído a outra diferença no comportamento dos dois sexos. As mulheres civilizadas geralmente não transgridem a proibição de atividade sexual durante o período em que têm de esperar e, assim, estabelecem a ligação íntima entre proibição e sexualidade. Os homens geralmente desrespeitam essa proibição se podem satisfazer a condição de depreciar o objeto e, em conseqüência, mantêm essa condição em seu amor mais tarde, na vida.

Em vista dos esforços extenuantes que se fazem hoje, no mundo civilizado, para reformar a vida sexual, será supérfluo advertir que a pesquisa psicanalítica está tão isenta de tendenciosidade quanto qualquer outra espécie de pesquisa. Não há nenhum outro objetivo em vista além de derramar alguma luz sobre as coisas, ao procurar que se revele o que está oculto. Será bastante satisfatório se as reformas fizerem uso dessas descobertas para substituir o que é prejudicial por algo mais vantajoso; mas não se pode predizer se outras instituições não redundarão em outros sacrifícios, talvez mais sérios.

3

O fato de que a restrição feita ao amor pela civilização envolva uma tendência universal a depreciar os objetos sexuais pode conduzir-nos, talvez, a desviar nossa atenção do objeto para os instintos em si. O prejuízo causado pela frustração inicial do prazer sexual se evidencia no fato de que a liberdade mais tarde concedida a esse prazer, no casamento, não proporcione satisfação completa. Mas, ao mesmo tempo, se não se limita a liberdade sexual desde o início, o resultado não é melhor. Pode-se verificar, facilmente, que o valor psíquico das necessidades eróticas se reduz, tão logo se tornem fáceis suas satisfações. Para intensificar a libido, se requer um obstáculo; e onde as resistências naturais à satisfação não foram suficientes, o homem sempre ergueu outros, convencionais, a fim de poder gozar o amor. Isto se aplica tanto ao indivíduos como às nações. Nas épocas em que não havia dificuldades que impedissem a satisfação sexual, como, talvez, durante o declínio das antigas civilizações, o amor tornava-se sem valor e a vida, vazia; eram necessárias poderosas formações reativas para restaurar os valores afetivos indispensáveis. Nessa conexão, pode-se afirmar que a corrente ascética da Cristandade criou valores psíquicos para o amor que a antiguidade pagã nunca fôra capaz de lhe conferir. Essa corrente adquiriu sua maior importância através dos monges ascéticos, cujas vidas foram quase exclusivamente dedicadas a combater a tentação libidinosa.

Nosso primeiro impulso consiste, sem dúvida, em retraçar as dificuldades aqui reveladas às características universais de nossos instintos orgânicos. Por certo também é verdade que,

em geral, a importância psíquica de um instinto cresce em proporção a sua frustração. Suponhamos que uma série de pessoas, totalmente diferentes, fossem todas igualmente sujeitas à fome. À medida que sua necessidade imperiosa de alimentos crescesse, todas as diferenças individuais desapareceriam e, em seu lugar, observar-se-iam manifestações uniformes do único instinto não-saciado. Mas, será também verdade que, com a satisfação de um instinto, seu valor psíquico sempre cai na mesma proporção? Consideremos, por exemplo, a relação de um beerrão com o vinho. Não é verdade que o vinho sempre proporciona ao beerrão a mesma satisfação tóxica que, na poesia, tem sido tão freqüentemente comparada à satisfação erótica - uma comparação que também é igualmente aceitável do ponto de vista científico? Alguém já ouviu falar de que o beerrão seja obrigado a trocar constantemente de bebida, porque logo enjoa de beber a mesma coisa? Ao contrário, o hábito constantemente reforça o vínculo que prende o homem à espécie de vinho que ele bebe. Alguém já ouviu falar de um beerrão que precise ir a um país em que o vinho seja mais caro ou em que seja proibido beber, de modo que, erguendo obstáculos, ele possa aumentar a satisfação decrescente que obtém? De maneira nenhuma. Se atentarmos para o que dizem os grandes alcoólatras, como Böcklin, a respeito de sua relação com o vinho, ela aparece como a mais harmoniosa possível, um modelo de casamento feliz. Por que a relação do amante com seu objeto sexual será tão profundamente diferente?

Por mais estranho que pareça, creio que devemos levar em consideração a possibilidade de que algo semelhante na natureza do próprio instinto sexual é desfavorável à realização da satisfação completa. Se considerarmos a longa e difícil história do desenvolvimento do instinto, nos virão à mente, imediatamente, dois fatores que podem ser julgados os responsáveis por essa dificuldade. Primeiramente, em consequência da irrupção bifásica da escolha de objeto, e da interposição da barreira contra o incesto, o objeto final do instinto sexual nunca mais será o objeto original, mas apenas um sub-rogado do mesmo. A psicanálise revelou-nos que quando o objeto original de um impulso desejoso se perde em consequência da repressão, ele se representa, freqüentemente, por uma sucessão infundável de objetos substitutos, nenhum dos quais, no entanto, proporciona satisfação completa. Isto pode explicar a inconstância na escolha de objetos, o 'anseio pela estimulação' que tão amiúde caracterizam o amor dos adultos.

Em segundo lugar, sabemos que o instinto sexual é, originalmente, dividido em grande número de componentes - ou melhor, desenvolve-se desses componentes - alguns dos quais não podem integrar o instinto em sua forma final, mas têm de ser suprimidos ou destinados a outros empregos em uma fase anterior. São eles, principalmente, os componentes instintivos coprófilos, que demonstraram ser incompatíveis com nossos padrões estéticos de cultura, provavelmente porque, em consequência de haveremos adotado a postura ereta, erguemos do chão nosso órgão do olfato. O mesmo se aplica a uma grande parte dos impulsos sádicos que constituem parte da vida erótica. Mas todos esses processos do desenvolvimento só atingem as camadas mais superiores de estrutura complexa. Os processos fundamentais que produzem excitação erótica permanecem inalterados. O excrementício está todo, muito

íntima e inseparavelmente, ligado ao sexual; a posição dos órgãos genitais - inter urinas et faeces - permanece sendo o fator decisivo e imutável. Poder-se-ia dizer neste ponto, modificando um dito muito conhecido do grande Napoleão: 'A anatomia é o destino.' Os órgãos genitais propriamente ditos não participaram do desenvolvimento do corpo humano visando à beleza: permaneceram animais e, assim, também o amor permaneceu, em essência, tão animal como sempre foi. Os instintos do amor são difíceis de educar; sua educação ora consegue de mais, ora de menos. O que a civilização pretende fazer deles parece inatingível, a não ser à custa de uma ponderável perda de prazer: a persistência dos impulsos que não puderam ser utilizados pode ser percebida na atividade sexual, sob a forma de não-satisfação.

Assim, talvez tenhamos de ser forçados a nos reconciliar com a idéia de que é absolutamente impossível harmonizar os clamores de nosso instinto sexual com as exigências da civilização: de que, em conseqüência de seu desenvolvimento cultural, a renúncia e o sofrimento, bem como o perigo de extinção no futuro mais remoto, não podem ser evitados pela raça humana. Este sombrio prognóstico repousa, é verdade, na simples conjectura de que a não-satisfação inerente à civilização é conseqüência necessária de certas peculiaridades que o instinto sexual adotou sob a pressão da cultura. A própria incapacidade do instinto sexual de produzir satisfação completa, tão logo se submete às primeiras exigências da civilização, torna-se a fonte, no entanto, das mais nobres realizações culturais que são determinadas pela sublimação cada vez maior de seus componentes instintivos. Pois, que motivo teria o homem para colocar as forças instintivas sexuais a outros serviços se, com qualquer distribuição dessas forças, eles poderiam conseguir prazer completamente satisfatório? Não renunciariam nunca a esse prazer e jamais realizariam qualquer outro progresso. Parece, portanto, que a diferença irreconciliável entre as exigências dos dois instintos - o sexual e o egoísta - tornou os homens capazes de realizações cada vez melhores, conquanto sujeitos, é verdade, a um perigo constante, ao qual, sob a forma de neurose, sucumbem hoje os mais fracos.

O objetivo da ciência não é atemorizar ou consolar. Mas, de minha parte, estou pronto a admitir que conclusões importantes, como as que inferi, deveriam apoiar-se em fundamento mais amplos, e que, talvez, desenvolvimentos em outras direções possam permitir à humanidade corrigir os resultados dos desenvolvimentos que aqui venho considerando isoladamente.

**O TABU DA VIRGINDADE (1918 [1917])
(CONTRIBUIÇÃO À PSICOLOGIA DO AMOR III)**

BEITRÄGE ZUR PSYCHOLOGIE DES LIEBESLEBENS III

DAS TABU DER VIRGINITÄT

(a) EDIÇÕES ALEMÃES:

(1917 Lido como uma comunicação à Sociedade Psicanalítica de Viena, 12 de dezembro de 1917.)

1918 S.K.S.N., 4, 229-51. ('Beiträge zur Psychologie des Liebeslebens' III. 2ª ed., 1922.)

1924 G.S., 5, 212-31.

1924 Em Beiträge zur Psychologie des Liebeslebens., Leipzig, Viena e Zurique: Internationaler Psychoanalytischer Verlag. (Págs. 29-48.)

1931 Sexualtheorie und Traumlehre, 95-115.

1947 G.W., 12, 161-80.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

'Contributions to the Psychology of Love: The Taboo of Virginity'

1925 C.P., 4, 217-35. (Trad. Joan Riviere.)

A presente tradução inglesa, completamente nova, é de Angela Richards.

Este artigo foi escrito em setembro de 1917, mas só foi publicado no ano seguinte. Apesar do espaço de vários anos que separa este artigo dos dois precedentes, pareceu acertado reuni-los, visto que o próprio Freud os juntou sob o mesmo título. Totem and Taboo (Totem e Tabu)(1912-13) aparecera no meio tempo, já que o segundo artigo da série, e este terceiro, sob certo ponto de vista, podem ser considerados como acréscimo ao segundo ensaio dessa obra. Por outro lado, entretanto, inclui o exame do problema clínico da frigidez nas mulheres e, sob este aspecto, é o equivalente do estudo da impotência nos homens, no segundo artigo da série (vide [1]).

O TABU DA VIRGINDADE

(CONTRIBUIÇÕES À PSICOLOGIA DO AMOR III)

POUCAS particularidades da vida sexual dos povos primitivos são tão estranhas a nossos próprios sentimentos quanto a valorização da virgindade, o estado de intocabilidade da mulher. O alto valor que o pretendente atribui à virgindade da mulher parece-nos tão fortemente enraizado, tão natural, que ficaremos quase perplexos se tivermos de oferecer razões para justificar essa opinião. A exigência de que a moça leve para seu casamento com determinado homem qualquer lembrança de relações sexuais com outro nada mais é, realmente, que a continuação lógica do direito à posse exclusiva da mulher, que constitui a essência da monogamia, a extensão desse monopólio para incluir o passado.

Partindo deste ponto, não temos dificuldade em justificar o que a princípio parecia um preconceito, quando nos referimos a nossos pontos de vista sobre a vida erótica das mulheres. Seja quem for o primeiro a satisfazer o desejo de amor de uma virgem, longa e penosamente refreado, e que ao fazê-lo vence as resistências que nela foram criadas através das influências de seu meio e de sua educação, este será o homem que a prenderá num relacionamento duradouro, possibilidade esta que jamais se oferecerá a qualquer outro homem. Essa experiência cria, na mulher, um estado de sujeição que garante que sua posse permanecerá imperturbada e que a torna capaz de resistir a novas impressões e tentações estranhas.

A expressão 'sujeição sexual' foi escolhida, por von Krafft-Ebing, (1892) para descrever o fenômeno de uma pessoa adquirir um grau de dependência, invulgarmente alto, e carente de autoconfiança em relação a outra pessoa com quem mantém um relacionamento sexual. Esta sujeição pode, em certa circunstância, estender-se bastante, ir até a perda de toda vontade independente e até fazer a pessoa sofrer os maiores sacrifícios de seus próprios interesses; o autor, no entanto, não deixa de salientar que certa proporção dessa dependência 'é absolutamente necessária, se o laço for destinado a durar um período de tempo razoável. Certa medida de sujeição sexual é, de fato, indispensável para a manutenção do casamento civilizado e para manter afastadas as tendências à poligamia que o ameaçam e, em nossas comunidades sociais, este fator é comumente levado em consideração.

Segundo von Krafft-Ebing a formação da sujeição sexual decorre da associação de um 'grau invulgar da condição de estar amando e da franqueza de caráter' de uma pessoa, e do egoísmo sem limites da outra. A experiência analítica, no entanto, não pode nos deixar satisfeitos com este simples esforço de explicação. Podemos observar, antes, que o fator decisivo é a proporção de resistência sexual que é vencida e, além disso, o fato de que o processo de vencer a resistência se concentra e ocorre apenas uma vez. Este estado de sujeição é, em conseqüência, muito mais freqüente e mais intenso nas mulheres que nos homens, conquanto seja verdade que ocorra nos últimos muito mais amiúde hoje que antigamente. Sempre que se nos ofereceu a oportunidade de estudar a sujeição sexual nos

homens, esta se revelou como resultante da superação de impotência psíquica, por meio de determinada mulher a quem, subseqüentemente, o homem em questão permaneceu sujeito. Muitos casamentos estranhos e não poucos acontecimentos trágicos - alguns mesmo de amplas conseqüências - parecem ser explicados por essa origem.

Voltando à atitude dos povos primitivos, é incorreto descrevê-la afirmando que não atribuíam valor à virgindade e oferecer como prova disto o fato de que realizam o defloramento das moças fora do casamento e antes do primeiro ato de relação sexual marital. Ao contrário, o defloramento, para eles, parece que também é um ato significativo; tornou-se, porém, matéria de tabu - de uma proibição que se pode descrever como religiosa. Em lugar de reservá-la para o noivo da moça e futuro companheiro no casamento, o costume determina que ele se absterá de executá-la.

Não é parte de minha intenção fazer uma compilação completa da evidência literária de que existe esse costume da proibição, aprofundar sua distribuição geográfica e enumerar todas as formas em que ela se manifesta. Limitar-me-ei, portanto, a declarar o fato de que a prática da ruptura do hímen dessa maneira, fora do casamento subseqüente, é muito disseminada entre as raças primitivas que vivem ainda hoje. Como diz Crawley, 'Essa cerimônia do casamento consiste na perfuração do hímen por uma pessoa designada que não o marido; é muito comum nos estágios mais baixos de cultura, especialmente na Austrália.' (Crawley, 1902, 347.)

No entanto, se o defloramento não é para ser conseqüência do primeiro ato de relação sexual marital, então, é porque deve ter sido executado antecipadamente - não importa de que maneira nem por quem. Transcreverei algumas passagens do livro de Crawley, acima mencionado, que fornecem informações sobre esses pontos, mas que também dão vaza a algumas observações críticas.

(Ibid., 191.) 'Assim na tribo Dieri e em suas vizinhas (na Austrália) é costume universal perfurar o hímen da menina quando ela atinge a puberdade (Journal of Royal Anthropological Institute, 24, 169). Nas tribos Portland e Glenelg isto é feito à noiva por uma mulher idosa; e, às vezes, com essa finalidade são solicitados homens brancos para deflorar as moças (Brough Smith, [1878], 2, 319).'

(Ibid., 307) 'A ruptura artificial do hímen, às vezes, ocorre na infância, mas, geralmente, na puberdade... É freqüentemente acompanhada, como na Austrália, por um ato cerimonial de relações sexuais.'

(ibid., 348) (A respeito das tribos australianas entre as quais vigoram as conhecidas restrições ao casamento exógamo, segundo Spencer e Gillen [1899]:) 'O hímen é perfurado artificialmente e, então, os homens da assistência têm acesso (cerimonial, bem entendido) à moça em ordem determinada.... O ato se realiza em duas partes, perfuração e relação

sexual.’

(Ibid., 349.) ‘Uma preliminar importante do casamento entre os Masai (da África Equatorial) é a execução dessa operação na menina (J. Thomson, [1887], 2, 258). Esse defloramento é efetuado pelo pai da noiva entre os Sakais (Malásia), os Battas (Sumatra) e os Alfoers das Celebes (Ploss e Bartels, [1891], 2, 490). Nas Filipinas, havia determinados homens cuja profissão era deflorar noivas, caso o hímen não houvesse sido perfurado na infância por uma mulher idosa, às vezes contratada para esse fim (Featherman, [1885-91], 2, 474). O defloramento da noiva entre certas tribos Esquimós era confiado ao angekok, ou sacerdote (ibid, 3, 406).

As observações críticas a que me referi dizem respeito a dois pontos. Em primeiro lugar, é lamentável que nessas comunicações não se tenha estabelecido uma distinção mais cuidadosa entre a simples ruptura do hímen sem relação sexual, e a relação sexual com finalidade de efetuar a ruptura. Há apenas uma passagem que nos dá conta, expressamente, de que o procedimento se faz em dois atos: o defloramento (efetuado à mão ou por meio de algum instrumento) e o ato da relação sexual que se lhe segue. O material em Ploss e Bartels (1891), sob outros aspectos tão rico, é quase inútil para nosso propósito, porque em sua apresentação a importância psicológica do ato do defloramento é completamente deslocado em favor de suas conseqüências anatômicas. Em segundo lugar, gostaríamos de saber de que maneira o ‘cerimonial’ do coito (puramente formal, ritual ou oficial), que ocorre nessas ocasiões, difere da relação sexual comum. Os autores a que tive acesso, ou se sentiram muito acanhados para comentar o assunto, ou mais uma vez subestimaram a importância psicológica desses pormenores sexuais. Resta-nos esperar que os relatos de primeira mão de viajantes e missionários possam ser mais completos e menos ambíguos; visto que a literatura sobre esta matéria, em sua maior parte estrangeira, é, no momento, inacessível, nada posso afirmar de definitivo sobre o assunto. Além do mais, poderemos contornar o problema que surgiu em relação a este segundo ponto, se levarmos em conta o fato de que um cerimonial de coito simulado poderia afinal apenas representar o substituto, e, talvez, de modo geral, a recomposição de um ato que anos antes teria sido completamente levado a cabo.

Vários fatores podem ser acrescentados para explicar esse tabu da virgindade, os quais enumerarei e considerarei brevemente. Quando uma virgem é deflorada, de maneira geral, sangra: a primeira tentativa de explicação baseia-se, pois, no horror ao sangue entre as raças primitivas que consideram sangue como a origem da vida. Observa-se esse tabu do sangue em numerosos tipos de práticas que nada têm que ver com a sexualidade; está claramente relacionado com a proibição de assassinar e constitui uma medida de proteção contra a primitiva sede de sangue, o prazer primevo do homem ao matar. De acordo com esta concepção, o tabu da virgindade se relaciona com o tabu da menstruação, que é quase universalmente conservado. Os povos primitivos não podem dissociar esse estranho fenômeno do fluxo mensal de sangue de idéias sádicas. A menstruação, especialmente, na

primeira vez que aparece, é interpretada como a mordedura do espírito de um animal, talvez como um sinal de relação sexual com este espírito. Ocasionalmente, alguma informação fornece fundamentos para reconhecer o espírito como o de um antepassado e, então, apoiados em outras descobertas, chegamos à conclusão de que a menina que menstrua é tabu porque constitui propriedade desse espírito ancestral.

Outras considerações, no entanto, advertem-nos a não superestimar a influência de um fator como o horror ao sangue. Afinal ele não foi assim tão forte para impedir práticas tais como a circuncisão de meninos e seu equivalente ainda mais cruel nas meninas (excisão do clitóris e dos pequenos lábios), que são, em certa extensão, costume nessas mesmas raças, nem para abolir a prevalência de outras cerimônias que envolvem derramamento de sangue. Portanto, também não seria surpreendente se este horror fosse sobrepujado em benefício do marido na ocasião da primeira coabitação.

Há uma segunda explicação, que também não leva em conta a sexualidade, que tem, no entanto, alcance muito mais geral que a primeira. Sugere que o homem primitivo é vítima de perpétua apreensão secreta, tal como, na teoria psicanalítica das neuroses, afirmamos ser o caso das pessoas que sofrem de neurose de angústia. Esta apreensão se manifestará de forma mais intensa em todas as ocasiões que diferem de qualquer forma do habitual, que envolvam alguma coisa nova ou inesperada, algo não compreensível ou misterioso. É esta, também, a origem das práticas de cerimoniais, amplamente adotadas por religiões subseqüentes, relativas ao início de qualquer novo empreendimento, ao começo de cada novo período de tempo, aos primeiros frutos da vida humana, animal ou vegetal. Os perigos que o homem ansioso acredita que o ameaçam nunca parecem tão vívidos em sua expectativa como no limiar de uma situação perigosa e, também, é a única ocasião em que se proteger contra os mesmos produz alguma ajuda. O primeiro ato de relação sexual, no casamento, pode certamente requerer, em ordem de importância, ser precedido dessas medidas de precaução. Estas duas tentativas de explicação, baseadas no horror ao sangue e no medo dos primeiros acontecimentos, não se contradizem mas, ao contrário, se reforçam. A primeira ocasião de relação sexual é, certamente, um ato perigoso, sobretudo se implica fluxo de sangue.

A terceira explicação - a que Crawley prefere - chama a atenção para o fato de que o tabu da virgindade é parte de uma grande soma que abrange a totalidade da vida sexual. Não é, apenas, o primeiro coito com uma mulher que constitui tabu e sim a relação sexual de um modo geral; quase se pode dizer que a mulher inteira é tabu. A mulher não é unicamente tabu em situações especiais decorrentes de sua vida sexual, tais como a menstruação, a gravidez o parto e o puerpério; além dessas situações, as relações sexuais com as mulheres estão sujeitas a restrições tão solenes e numerosas que temos muitas razões para duvidar da suposta liberdade sexual dos selvagens. É verdade que, em ocasiões especiais, a sexualidade do homem primitivo pode sobrepujar todas as inibições; mas, de maneira geral, parece ser mais fortemente dominada por proibições do que o é nas camadas mais altas da civilização. Sempre que o homem se lança em um empreendimento especial, como partir

para uma expedição, para uma caça ou uma campanha, é obrigado a se afastar da mulher e, principalmente, da relação sexual com a mesma; pois, de outra forma, ela pode lhe paralisar a força e lhe trazer má sorte. Nos costumes da vida diária, há, igualmente, uma tendência inequívoca para manter os sexos separados. As mulheres vivem com mulheres, os homens, com homens; a vida de família, como a entendemos, parece quase não existir em muitas tribos primitivas. Esta separação vai às vezes tão longe que não se permite a um sexo pronunciar em voz alta os nomes próprios dos membros do outro sexo e as mulheres criam uma linguagem com um vocabulário especial. As necessidades sexuais podem, de tempos a tempos, derrubar novamente essas barreiras de separação mas, em algumas tribos, mesmo os encontros entre marido e mulher têm de se realizar fora de casa e às escondidas.

Toda vez que o homem primitivo tem de estabelecer um tabu, ele teme algum perigo e não se pode contestar que um receio generalizado das mulheres se expressa em todas essas regras de evitação. Talvez este receio se baseie no fato de que a mulher é diferente do homem, eternamente incompreensível e misteriosa, estranha, e, portanto, aparentemente hostil. O homem teme ser enfraquecido pela mulher, contaminado por sua feminilidade e, então, mostra-se ele próprio incapaz. O efeito que tem o coito de descarregar tensões e causar flacidez pode ser o protótipo do que o homem teme; e a representação da influência que a mulher adquire sobre ele através do ato sexual, a consideração que ela em decorrência do mesmo lhe exige pode justificar a ampliação desse medo. Em tudo isso, não há nada obsoleto, nada que não permaneça ainda vivo em nós mesmos.

Muitos estudiosos das raças primitivas, que ainda vivem hoje, formularam a teoria de que seus impulsos no amor são relativamente fracos e nunca atingem o grau de intensidade que estamos acostumados a encontrar nos homens civilizados. Outros observadores contestaram esta opinião, mas, de qualquer modo, a prática de tabus, que descrevemos, testemunha a existência de uma força que se opõe ao amor pela rejeição de mulheres por serem estranhas e hostis.

Crawley, numa linguagem que difere apenas ligeiramente da terminologia habitual da psicanálise, afirma que cada indivíduo é separado dos demais por um 'tabu de isolamento pessoal' e que constitui precisamente as pequenas diferenças em pessoas que, quanto ao resto, são semelhantes, que formam a base dos sentimentos de estranheza e hostilidade entre eles. Seria tentador desenvolver essa idéia e derivar desse 'narcisismo das pequenas diferenças' a hostilidade que em cada relação humana observamos lutar vitoriosamente contra os sentimentos de companheirismo e sobrepujar o mandamento de que todos os homens devem amar ao seu próximo. A psicanálise acredita que descobriu grande parte do que fundamenta a rejeição narcísica das mulheres pelos homens, a qual está tão entremeada com o desprezo por elas, ao chamar a atenção para o complexo da castração e sua influência sobre a opinião em que são tidas as mulheres.

Podemos ver, no entanto, que estas últimas considerações nos levaram a pesquisar muito

além do nosso tema. O tabu geral das mulheres não deita nenhuma luz sobre as regras especiais em relação ao primeiro ato sexual com a virgem. No que lhes diz respeito, não fomos além das duas primeiras explicações, baseadas no horror ao sangue e no medo das primeiras ocorrências e, mesmo estas, devemos assinalar, não vão ao âmago do tabu em questão. É perfeitamente claro que a intenção que motiva este tabu é negar ou repudiar precisamente o futuro marido, o que não pode ser dissociado do primeiro ato sexual, muito embora, de acordo com nossas observações preliminares, exatamente essa relação levaria a mulher a se tornar especialmente ligada a esse único homem.

Não nos cabe nesta oportunidade examinar a origem e a significação definitiva das observâncias de tabus. Fi-lo em meu livro Totem and Taboo (Totem e Tabu) [1912-13], em que dediquei a devida consideração ao papel desempenhado pela ambivalência primitiva na determinação da formação de tabus e em que delineei a gênese dos mesmos nos acontecimentos pré-históricos que levaram à fundação da família humana. Já não podemos mais reconhecer uma significação original desta espécie nos tabus observados entre tribos primitivas de nossos dias. Esquecemos tudo muito facilmente, na expectativa de encontrar alguma coisa que, mesmo os povos mais primitivos existentes em uma cultura muito distante daquela dos tempos primevos, a qual é tão velha quanto a nossa própria cultura, do ponto de vista do tempo e, como a nossa, corresponde a um estágio de desenvolvimento posterior, embora diferente.

Hoje, encontramos, entre os povos primitivos, tabus já elaborados em um sistema complicado exatamente da mesma espécie dos que os neuróticos de nosso meio desenvolvem com suas fobias e observamos velhos temas substituídos por novos que se adaptam uns aos outros de forma harmoniosa. Deixando de lado esses problemas genéticos, então, podemos voltar ao conceito de que o homem primitivo institui um tabu quando teme algum perigo. De modo geral, esse perigo é de natureza física, pois o homem primitivo, a essa altura, não é impelido a estabelecer duas distinções que, para nós, não podem ser ignoradas. Ele não separa o perigo material do psíquico, nem o real do imaginário. Em sua concepção animista do universo consistentemente aplicada, todo perigo decorre da intenção hostil de algum ser dotado de alma como ele próprio, e isto se aplica tanto aos perigos que o ameaçam, procedentes de alguma força natural, como aos perigos procedentes de outros seres humanos ou animais. Mas, por outro lado, ele está acostumado a projetar seus próprios impulsos internos de hostilidade no mundo exterior, isto é, a atribuí-los aos objetos que sente como desagradáveis ou mesmo, meramente, estranhos. Desta maneira, as mulheres também são consideradas como sendo desses perigos, e o primeiro ato sexual com a mulher destaca-se como um perigo de especial intensidade.

Eu, por exemplo, acredito que encontraremos alguma indicação sobre o que é esse perigo intensificado e por que ele ameaça, precisamente, o futuro marido, se examinarmos mais detidamente o comportamento, nas mesmas circunstâncias, de mulheres de nosso próprio estágio atual de civilização. Submeter-me-ei antecipadamente como resultado desse exame,

que tal perigo realmente existe, de modo que, no caso do tabu da virgindade, o homem primitivo está se defendendo de um perigo corretamente pressentido, apesar de psíquico.

Consideramos como reação normal que a mulher, em subsequência à introdução do pênis, abraça o homem, apertando-o contra ela no auge da satisfação, e observamos essa atitude como expressão de sua gratidão e prova de sujeição duradoura. Mas sabemos que não é regra, de maneira alguma, que a primeira ocasião do ato sexual conduza a esse comportamento; muito freqüentemente significa apenas desapontamento para mulher, que permanece fria e insatisfeita e, geralmente, requer bastante tempo e freqüente repetição do ato sexual, antes que também comece a encontrar satisfação no mesmo. Há uma sucessão ininterrupta dos casos de simples frigidez inicial que logo desaparece, até a triste manifestação de permanente e obstinada frigidez que nenhum esforço carinhoso da parte do marido pode vencer. Acredito que essa frigidez nas mulheres ainda não é suficientemente compreendida e, exceto para aqueles casos que devem ser atribuídos à potência insuficiente do homem, clama por elucidação, possivelmente através de fenômenos coligados.

Não quero introduzir, a esta altura, as tentativas - que são freqüentes - de fugir da primeira ocasião de relação sexual, porque estão abertas a diversas interpretações e são, na maioria das vezes, conquanto nem sempre, compreendidas como expressão da tendência geral feminina a tomar uma atitude defensiva. Em oposição a este conceito, acredito que se pode esclarecer o enigma da frigidez da mulher por determinados casos patológicos nos quais, depois da primeira, e por certo, depois de cada experiência repetida de relação sexual, a mulher dá expressão manifesta de sua hostilidade para com o homem, injuriando-o, levantando a mão contra ele ou, realmente, batendo-lhe. Em um caso muito evidente deste tipo, o qual logrei submeter a uma análise completa, isto aconteceu, embora a mulher amasse muito o homem, costumasse exigir relações sexuais com ele e, inequivocamente, encontrasse nas mesmas grandes satisfação. Penso que esta reação, estranha e contraditória, é consequência dos mesmos impulsos que, comumente, só podem encontrar expressão na forma de frigidez - isto é, que podem deter a reação de ternura sem, ao mesmo tempo, lograrem eles próprios se colocar em ação. No caso patológico, encontramos separados, por assim dizer, em seus dois componentes, o que no exemplo bastante comum de frigidez se une para produzir um efeito inibidor, tal qual o processo que há muito reconhecemos nos chamados `síntomas bifásicos' da neurose obsessiva. O perigo que assim se levanta pelo defloramento de uma mulher consiste em atrair sua hostilidade para si próprio, e o marido em perspectiva é exatamente a pessoa que teria toda razão para evitar tal inimizade.

Desde que a análise nos permite inferir sem dificuldade quais os impulsos que, nas mulheres, tomam parte na realização desse comportamento paradoxal eu espero encontrar a explicação da frigidez. O primeiro ato sexual mobiliza uma série de impulsos que estão deslocados na atitude feminina do desejo, alguns dos quais, incidentemente, não necessitam tornar a suceder nas relações sexuais subsequentes. Em primeiro lugar, pensamos na dor que o defloramento causa à virgem e estamos, talvez mesmo, inclinados a considerar este fator

como decisivo e a abandonar a procura de outros. Mas não podemos atribuir tanta importância a essa dor; temos, antes, de substituí-la pela injúria narcísica que decorre da destruição de um órgão e que é mesmo representada de forma racionalizada no conhecimento de que a perda da virgindade leva à diminuição do valor sexual. Os costumes do casamento entre povos primitivos, no entanto, contêm uma advertência contra a superestimação deste fato. Soubemos que, em alguns casos, o rito recai em duas fases; depois que se rompeu o hímen (com a mão ou algum instrumento), segue-se o ato cerimonial do coito ou do ato sexual simulado com os representantes do marido e isto nos prova que a finalidade da observância do tabu não é cumprida ao se evitar o defloramento anatômico, e que o marido deve ser poupado de alguma outra coisa, bem como da reação da mulher à lesão dolorosa.

Encontramos outra razão para o desapontamento experimentado no primeiro ato sexual no fato de que, pelo menos com as mulheres civilizadas, a satisfação pode não corresponder às expectativas. Antes disto, a relação sexual fora associada, da maneira mais decisiva possível, às proibições; a relação sexual legítima e permissível não é, portanto, sentida como a mesma coisa. Quão íntima pode ser esta associação se demonstra, de forma quase cômica, através dos esforços de tantas moças prestes a se casar para conservar seu novo relacionamento amoroso em segredo de todas as outras pessoas, e de certo até mesmo de seus pais, quando não há necessidade real de fazê-lo e de onde se pode esperar qualquer objeção. As moças freqüentemente dizem abertamente que seu amor perde o valor para elas se as outras pessoas souberem dele. De vez em quando, este sentimento pode se tornar dominante e impedir completamente o desenvolvimento de qualquer capacidade para o amor do casamento. A mulher só recupera sua susceptibilidade aos sentimentos de ternura em um relacionamento ilícito que tenha de se manter secreto, e no qual só ela sabe com certeza que sua própria vontade não é influenciada [cf. em [1]].

No entanto, também este motivo não conduz a um aprofundamento suficiente; além do mais, sendo limitado por condições civilizadas, falha em prover uma conexão satisfatória com as circunstâncias entre os povos primitivos. Tanto mais importante, portanto constitui o próximo fator, que se baseia na evolução da libido. Aprendemos, das investigações analíticas, quão universais e quão poderosas são as distribuições iniciais da libido. Nelas nos preocupamos com os desejos sexuais infantis a que estão apegados (na mulher geralmente a fixação da libido localiza-se no pai ou em um irmão que o substitui) - desejos que, muito freqüentemente, estavam dirigidos para outras coisas que a relação sexual ou que a incluía, apenas, como um objetivo vagamente percebido. O marido é, quase sempre, por assim dizer, apenas um substituto, nunca o homem certo; é outro homem - nos casos típicos o pai - que primeiro tem direito ao amor da mulher, o marido quando muito ocupa o segundo lugar. Depende de quão intensa seja essa fixação e de quão obstinadamente ela seja conservada, quer ou não o substituto seja rejeitado como insatisfatório. A frigidez inclui-se, assim, entre os determinantes genéticos das neuroses. Quanto mais poderoso o elemento psíquico na vida sexual de uma mulher, maior será a capacidade de resistência demonstrada por sua distribuição da libido à revolta contra o primeiro ato sexual, e menos esmagador

será o efeito que sua posse corporal pode produzir. A frigidez pode, então, se estabelecer como uma inibição neurótica ou fornecer a base para o desenvolvimento de outras neuroses e, até mesmo, uma pequena diminuição da potência no homem contribuirá grandemente para influir nesse processo.

Os costumes dos povos primitivos parecem levar em consideração esse tema do desejo sexual precoce, confiando a tarefa do defloramento a um ancião, sacerdote ou homem santo, isto é, a um substituto do pai (vide [1]). Parece-me que existe um caminho direto que leva desse costume para a questão muito debatida do jus primae noctis do senhor do castelo dos tempos medievais. A. J. Storfer (1911) apresentou o mesmo conceito e, além disso, como o fizera Jung (1909) antes dele, interpretou a difundida tradição das 'noites de Tobias' (o costume da continência durante as três primeiras noites do casamento) como o reconhecimento do privilégio do patriarca. Ele, portanto, concorda com nossas suposições quando encontramos imagens de deuses incluídas entre os sub-rogados do pai incumbidos do defloramento. Em algumas regiões da Índia, a mulher recém-casada era obrigada a sacrificar seu hímen à linga de madeira e, segundo Santo Agostinho, o mesmo costume era observado na cerimônia de casamento dos romanos (de seu tempo?), porém modificado de maneira que a jovem esposa tinha apenas de sentar-se no gigantesco falo de pedra de Príapo.

Há outro motivo, que penetra ainda mais fundo, que pode ser demonstrado como o principal responsável pela reação paradoxal em relação ao homem e que, na minha opinião, além disso, exerce influência na frigidez da mulher. O primeiro ato de relação sexual ativa na mulher outros impulsos antigos, que como os já descritos, e este estão em absoluta oposição a seu papel feminino e à sua função.

Aprendemos das análises de muitas mulheres neuróticas que elas passam, em sua infância, por uma fase em que invejam nos irmãos o seu símbolo de masculinidade e se sentem em desvantagem e humilhadas devido à falta dele em si mesmas (na verdade devido à sua proporção diminuta). Incluímos essa 'inveja do pênis' no 'complexo de castração'. Se compreendemos 'masculino' como noção que inclui o desejo de ser masculino, então a designação 'protesto masculino' se adapta a esse comportamento: a expressão foi cunhada por Adler [1910] com a intenção de proclamar este fator como o responsável pelas neuroses em geral. Durante essa fase, as meninas, geralmente, não fazem segredo de sua inveja, nem da hostilidade para com seus irmãos favoritos dela decorrente. Tentam até urinar de pé, como seus irmãos, a fim de provar a igualdade a que aspiram. No caso já descrito [ver em [1]] no qual a mulher costumava mostrar, depois da relação sexual, uma agressividade incontrolável dirigida contra o marido, que aliás amava, consegui provar que essa fase existira antes da fase da escolha de objeto. Só mais tarde, foi a libido da menina dirigida para seu pai e, então, em vez de desejar ter um pênis, desejou - um filho.

Não deveria me surpreender se, em outros casos, a ordem em que esses impulsos ocorreram fosse invertida e essa parte do complexo de castração só se tornasse efetiva

depois que a escolha de objeto se houvesse realizado com êxito. Mas a fase masculina na menina, na qual ela inveja o menino por seu pênis é, em qualquer caso, desenvolvimentalmente a anterior e está mais próxima do narcisismo original do que o objeto de amor.

Há algum tempo tive a oportunidade de obter a compreensão (insight) através de um sonho de uma mulher recém-casada, em que era reconhecível a reação à perda de sua virgindade. Delatava, espontaneamente, o desejo da mulher de castrar seu jovem marido e guardar o pênis dele para ela. Evidentemente, também havia lugar para uma interpretação mais inocente de que o que ela desejava era o prolongamento e a repetição do ato, mas vários pormenores do sonho não se enquadravam nesse significado e, tanto o caráter como o comportamento subsequente da mulher que teve o sonho evidenciaram em favor do aspecto mais grave. Por trás dessa inveja do pênis, manifesta-se a amarga hostilidade da mulher contra o homem, que nunca desaparece completamente nas relações entre os sexos e que está claramente indicada nas lutas e na produção literária das mulheres 'emancipadas'. Em uma especulação paleobiológica, Ferenczi atribuiu a origem dessa hostilidade das mulheres - não sei se foi ele o primeiro a fazê-lo - à época em que os sexos se tornavam diferenciados. A princípio, em sua opinião, a cópula realizou-se entre dois indivíduos semelhantes, um dos quais, no entanto, transformou-se no mais forte e forçou o mais fraco a se submeter à união sexual. Os sentimentos de amargura decorrentes dessa sujeição ainda persistem na disposição das mulheres hoje em dia. Não creio que haja qualquer inconveniente em utilizar essas especulações desde que não se empreste a elas demasiado valor.

Depois desta enumeração dos motivos da reação paradoxal das mulheres ao defloramento, cujos traços ainda persistem na frigidez, podemos resumir dizendo que a sexualidade imatura de uma mulher descarrega-se no homem que primeiro lhe faz conhecer o ato sexual. Assim sendo, o tabu da virgindade é bastante razoável e podemos compreender a regra que decreta que exatamente o homem que deve ingressar numa vida em comum com essa mulher evite esse perigo. Nos estágios mais altos da civilização, a importância atribuída a esse perigo diminui em face de sua promessa de sujeição e, sem dúvida, de outros motivos e persuasões; a virgindade é considerada uma propriedade a que o marido não é solicitado a renunciar. Mas, a análise de casamento infelizes nos ensina que os motivos que procuram levar a mulher a se vingar do seu defloramento não estão completamente extintos, mesmo na vida psíquica das mulheres civilizadas. Creio que deve chamar a atenção do observador o número extraordinariamente elevado de casos em que a mulher permanece frígida e se sente infeliz em um primeiro casamento, ao passo que, depois que este se dissolveu, ela se torna uma esposa meiga, capaz de fazer feliz o seu segundo marido. A reação arcaica esgotou-se, por assim dizer, no primeiro objeto.

O tabu da virgindade, no entanto, mesmo independentemente disto, não desapareceu em nossa existência civilizada. É conhecido da crença popular e oportunamente os escritores têm-se utilizado desse material. Uma comédia da autoria de Anzengruber mostra como um

simples camponês é dissuadido de casar com sua noiva pretendida porque ela é 'uma rapariga que lhe cobrará primeiro a vida'. Por esse motivo, ele concorda em que ela case com outro homem e está disposto a aceitá-la quando ficar viúva e não for mais perigosa. O título da peça, *Das Jungferngift* ['O Veneno da Virgem'], traz-nos à lembrança o hábito dos encantadores de serpentes que, primeiro, fazem as cobras venenosas morderem um pedaço de pano a fim de, depois, lidarem com elas sem perigo.

O tabu da virgindade, e alguma coisa sobre sua motivação, foi representado, da maneira mais vigorosa, por uma conhecida caracterização dramática, a de Judite, na tragédia de Hebbel, *Judith und Holofernes* (Judite e Holofernes), Judite é uma dessas mulheres cuja virgindade é protegida por um tabu. Seu primeiro marido foi paralisado na noite nupcial por uma misteriosa ansiedade e nunca mais ousou tocá-la. 'Minha beleza é como a beladona', diz ela 'Seu deleite traz a loucura e a morte.' Quando o general assírio está cercado sua cidade, ela concebe o plano de seduzi-lo com sua beleza e de destruí-lo, usando assim um motivo patriótico, para esconder outro, sexual. Depois de haver sido deflorada por esse homem poderoso, que se gaba de seu vigor e de sua insensibilidade, ela encontra forças em sua fúria para lhe cortar a cabeça, tornando-se assim a libertadora de seu povo. A decapitação é nossa conhecida como símbolo substituto da castração; Judite é, assim, a mulher que castra o homem que a deflorou, o que constitui justamente o desejo da mulher recém-casada, expresso no sonho que comuniquei. É claro que Hebbel sexualizou intencionalmente a narrativa patriótica do Apócrifo do Velho Testamento, pois, nela, Judite pode se gabar, depois ao voltar, que não foi violada, e nem existe no texto bíblico qualquer menção de sua misteriosa noite nupcial. Mas, provavelmente, com a fina percepção de poeta, ele percebeu o velho motivo, que se havia perdido na narrativa tendenciosa, e apenas restituiu seu primitivo conteúdo ao material.

Sadger (1912) demonstrou, em uma análise penetrante, como Hebbel foi influenciado em sua escolha do material por seu próprio complexo paterno, e como chegou a tomar a defesa da mulher tão frequentemente, na luta entre os sexos, e a sentir seu caminho nos impulsos mais ocultos de sua mente. Ele também transcreve os motivos que o próprio poeta dá para as alterações que fez no material, e corretamente considera-as artificiais e como se pretendessem justificar exteriormente algo de que o poeta, ele próprio, não tem consciência, ao passo que no fundo o esconde. Não pretendo contestar a explicação que Sadger dá ao fato de Judite, que segundo a narrativa da Bíblia é uma viúva, ter de se transformar em uma viúva virgem. Ele se refere à finalidade encontrada nas fantasias infantis de negar as relações sexuais dos pais e de transformar a mãe em uma virgem ileso. Mas eu acrescento: depois que o poeta provou a virgindade de sua heroína, sua sensível imaginação frisa-se na reação hostil desencadeada pela violação de sua virgindade.

Podemos então dizer, em conclusão, que o defloramento não tem apenas a única e civilizada conseqüência de amarrar a mulher permanentemente ao homem; desencadeia, também, a reação arcaica de hostilidade para com ele, que pode assumir formas patológicas, bastante freqüentemente expressas no aparecimento de inibições no lado erótico da vida marital, e às quais poderemos atribuir o fato de que segundos casamentos tantas vezes dêem mais certo que o primeiro. O tabu da virgindade, que nos parece tão estranho, o horror com que, entre os povos primitivos, o marido evita o ato do defloramento, são plenamente justificados por essa reação hostil.

É interessante que, em nossa condição de analista, possamos encontrar mulheres em quem as reações opostas de sujeição e hostilidade encontrem, ambas, expressão e permaneçam intimamente associadas entre si. Há mulheres dessa espécie que parecem ter-se desavindo completamente com seus maridos e que mesmo assim só podem fazer esforços vãos para se libertar. Tantas vezes quantas queiram endereçar seu amor a qualquer homem, a imagem do primeiro, conquanto não seja mais amado, intervém com efeito inibitório. A análise, portanto, nos ensina que essas mulheres, de fato, ainda se sentem ligadas a seus primeiros maridos em estado de sujeição, mas não mais por afeição. Não se podem afastar deles, porque ainda não completaram sua vingança contra eles e, em casos mais acentuados, nem mesmo trouxeram os impulsos de vingança para a consciência.

A CONCEPÇÃO PSICANALÍTICA DA PERTURBAÇÃO PSICOGÊNICA DA VISÃO (1910)

DIE PSYCHOGENE SEHSTÖRUNG IN

PSYCHOANALYTISCHER AUFFASSUNG

(a) EDIÇÕES ALEMÃES:

1910 Ärtiliche Fortbildung, suplemento de de Ärtiliche Standeszeitung, 9, (9), 42-4 (1º de maio).

1913 S.K.S.N., 3, 314-21. (2ª ed., 1921.)

1924 G.S., 5, 301-9.

1943 G.W., 8, 94-102.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘Psychogenic Visual Disturbance according to Psycho-Analytical Conceptions’

1924 C.P., 2, 105-12. (Trad. E. Colburn Mayne.)

A atual tradução inglesa, com o título diferente, ‘The Psicho-Analytic View of Psychogenic Disturbance of Vision’, é completamente nova, feita por James e Alex Strachey.

Este trabalho é uma contribuição a uma Festschrift em homenagem a Leopold Königstein, conhecido oftamologista vienense e um dos mais antigos amigos de Freud. Descreveu-o, em carta a Ferenczi, escrita em 12 de abril de 1910, como sendo simplesmente uma pièce d’ocassion, sem nenhum valor (Jones, 1955, 1955, 274). Contém, no entanto, pelo menos uma passagem de interesse muito especial. Pois foi nele que pela primeira vez empregou o termo ‘instintos do ego’, identificou-os, explicitamente, com os instintos de autopreservação e atribui-lhes papel vital na função da repressão. Certas consideração a respeito do desenvolvimento das concepções de Freud sobre os instintos será encontrada na Nota do Editor a ‘Instincts and their Vicissitudes’ (Os Intintos e suas Vicissitudes) (1915c), volume XIV da Standard Ed. Também vale a pena notar que nos últimos parágrafos deste trabalho (ver a partir de [1]). Freud expressa, com firmeza especial, sua convicção de que os fenômenos psíquicos se baseiam definitivamente nos físicos.

NOTA DO EDITOR BRASILEIRO

A presente tradução brasileira é da autoria de Paulo Dias Corrêa (Presidente da

Sociedade Brasileira de Psicoterapia de Grupo do Rio de Janeiro. Membro-Associado da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro).

A CONCEPÇÃO PSICANALÍTICA DA PERTURBAÇÃO PSICOGÊNICA DA VISÃO

SENHORES, - Proponho tomar o exemplo da perturbação psicogênica da visão a fim de lhes mostrar as modificações que se operam em nossa concepção da gênese dos distúrbios dessa espécie, sob a influência dos métodos de investigação psicanalítica. Como sabem, a cegueira histérica é considerada um tipo de perturbação psicogênica visual. Acredita-se, de modo geral, como resultado das pesquisas da Escola Francesa (inclusive homens da categoria de Charcot, Janet e Binet), que a gênese desses casos já é conhecida. Pois estamos em condições de provocar, experimentalmente, uma cegueira dessa espécie, se dispusermos de alguém susceptível ao sonambulismo. Se o submetemos a hipnose profunda e lhe sugerirmos a idéia de que ele nada vê com um de seus olhos, ele realmente se comportará como se tivesse ficado cego daquele olho, como o histérico que, espontaneamente, desenvolveu uma perturbação visual. Podemos, portanto, armar o mecanismo das perturbações histéricas, espontâneas, da visão, baseados apenas no modelo de sugestão hipnótica. No histérico, a idéia de estar cego surge, não da insinuação do hipnotizador, mas espontaneamente - pela auto-sugestão, como se diz; e em ambos os casos, a idéia é tão poderosa que se converte em realidade, exatamente como uma alucinação ou paralisia etc., sugerida.

Isto parece perfeitamente lógico e satisfará qualquer pessoa que não leve em consideração os numerosos enigmas que se escondem por trás dos conceitos da hipnose, da sugestão e da auto-sugestão. A auto-sugestão, em particular, levanta outras dúvidas. Como e em que condições torna-se uma idéia tão poderosa a ponto de atuar como sugestão e de se converter facilmente em realidade? Uma investigação mais aprofundada nos revelou que não podemos responder a essa pergunta sem nos valermos do concurso do conceito de 'inconsciente'. Muitos filósofos rebelam-se contra a admissão de um inconsciente mental dessa natureza, porque não tomaram conhecimento dos fenômenos que nos obrigam a tal admissão. Os psicopatologistas chegaram à conclusão de que não podem evitar trabalhar com elementos tais como processos psíquicos inconscientes, idéias inconscientes e assim por diante.

Experiências apropriadas demonstraram que as pessoas que ficam cegas em virtude de histeria vêem, não obstante, em certo sentido, mas não completamente. As excitações no olho cego podem provocar certas conseqüência psíquicas (por exemplo, podem provocar emoções) muito embora não se tornem conscientes. Assim, as pessoas histericamente cegas só o são no que diz respeito à consciência; em seu inconsciente elas vêem. São observações como estas que nos levam a distinguir os processos mentais conscientes dos inconscientes.

Como podem essas pessoas desenvolver a 'auto-sugestão' inconsciente de que estão cegas, quando, não obstante, vêem em seu inconsciente? A resposta apresentada pelas pesquisas francesas pretende explicar que, nos pacientes predispostos à histeria, há uma tendência inerente à dissociação - a uma desagregação das conexões em seu campo psíquico - em conseqüência da qual certos processos inconscientes não prosseguem até o consciente. Deixamos de lado, completamente, o valor que essa tentativa de explicação possa ter no que diz respeito à compreensão dos fenômenos em questão, e encaremos o problema de outro ângulo. Como vêem, senhores, a identidade da cegueira histórica com a cegueira provocada pela sugestão, a que a princípio se deu tanta importância, foi agora descartada. O paciente histórico fica cego, não em conseqüência de uma idéia auto-sugestiva de que ele não pode ver, mas como resultado de uma dissociação entre os processos inconscientes e conscientes no ato de ver; sua idéia de que não vê é a expressão bem fundada da condição psíquica e não sua causa.

Mas, se os senhores se queixarem da obscuridade desta exposição, não me será fácil defendê-la. Procurei dar-lhes uma síntese dos conceitos de diferentes pesquisadores e, ao fazê-lo, talvez os tenha associado muito intimamente. Desejei condensar em forma sintética todos os conceitos apresentados, a fim de tornar inteligível as perturbações psicogênicas - sua origem das idéias excessivamente poderosas, a diferença entre processos mentais conscientes e inconscientes e a admissão de dissociação psíquica. E não fui mais bem-sucedido, em minha tentativa, do que o foram os escritores franceses, encabeçados por Pierre Janet. Espero, portanto, que me perdoem não só a falta de clareza como a inexatidão da minha exposição e que me permitam explicar-lhes como a psicanálise nos levou a uma concepção das perturbações psicogênicas da visão mais lógica e, talvez, mais de acordo com os fatos.

A psicanálise também aceita as hipóteses da dissociação e do inconsciente, porém as relacionamos de modo mutuamente diferente. O conceito psicanalítico é dinâmico e atribui a origem da vida psíquica a uma interação entre forças que favorecem ou inibem uma à outra. Se, em qualquer circunstância, um grupo de idéias permanece no inconsciente, a psicanálise não infere desse fato, de que há uma incapacidade constitucional para a síntese que se evidencia nessa determinada dissociação, mas sustenta que o isolamento e o estado de inconsciência desse grupo de idéias foram causados por uma oposição ativa de parte de outros grupos. O processo, devido ao qual teve esse destino, é conhecido como 'repressão' e o consideramos algo análogo a um julgamento condenatório nos domínios da lógica. A

psicanálise ressalta que as repressões dessa espécie desempenham um papel extraordinariamente importante em nossa vida psíquica, mas que podem também, muitas vezes, falhar e que essas falhas da repressão constituem a precondição da formação de sintomas.

Então, se, como aprendemos, as perturbações psicogênicas da visão dependem de certas idéias relacionadas com a visão ser suprimida da consciência, teremos de admitir, do ponto de vista psicanalítico, que essas idéias entraram em oposição a outras idéias, mais poderosas, em relação às quais adotamos o conceito coletivo do 'ego' - um conjunto que é constituído de maneira heterogênea, em épocas diferentes - e, por esse motivo, se encontram sob repressão. Mas qual pode ser a origem dessa oposição que provoca a repressão entre o ego e os vários grupos de idéias? Sem dúvida terão notado que não foi possível elaborar essa pergunta antes do advento da psicanálise, pois nada se sabia anteriormente a respeito de conflito psíquico e repressão. Nossas pesquisas, no entanto, nos colocaram em posição de nos dar a resposta desejada. Nossa atenção foi atraída para a importância dos instintos na vida ideacional. Descobrimos que cada instintos procura tornar-se efetivo por meio de idéia ativantes que estejam em harmonia como seus objetivos. Estes instintos nem sempre são compatíveis entre si; seus interesses amiúde entram em conflito. A oposição entre as idéias é apenas uma expressão das lutas entre os vários instintos. Do ponto de vista de nossa tentativa de explicação, uma parte extremamente importante é desempenhada pela inegável oposição entre os instintos que favorecem a sexualidade, a consecução da satisfação sexual, e os demais instintos que têm por objetivo a autopreservação do indivíduo - os instintos do ego.

Como disse o poeta, todos os instintos orgânicos que atuam em nossa mente podem ser classificados como 'fome' ou 'amor'. Delineamos o 'instinto sexual' desde suas primeiras manifestações nas crianças, até sua forma final, que é descrita como 'normal'. Descobrimos que é constituído por numerosos 'instintos componentes' que se relacionam com as excitações de partes do corpo; e chegamos a observar que esse instintos separados têm de passar por um desenvolvimento complicado, antes de poderem servir eficazmente aos objetivos da reprodução. A luz projetada pela psicologia sobre a evolução de nossa civilização mostrou-nos que ela se origina, principalmente, à custa dos instintos sexuais componentes e que estes têm de ser suprimidos, restringidos, transformados e dirigidos para objetivos mais elevados, a fim de que se possam estabelecer as construções psíquicas da civilização. Conseguimos reconhecer como um resultado valioso dessa pesquisa algo que nossos colegas ainda não estão prontos para aceitar, isto é, que os padecimentos humanos conhecidos como 'neuroses' se derivam das maneiras muito diversas em que esses processos de transformação dos instintos sexuais componentes podem malograr. O 'ego' sente-se ameaçado pelas exigências dos instintos sexuais e os desvia através de repressões; estas, no entanto, nem sempre produzem o resultado esperado, mas

levam à formação de substitutos perigosos para o reprimido e a reações incômodas por parte do ego. Dessas duas classes de fenômenos, tomadas como um todo, emergem o que chamamos os sintomas da neurose.

Desviamos-nos aparentemente de nosso problema, muito embora ao fazê-lo, tenhamos tocado na maneira pela qual as condições patológicas da neurose se relacionam com nossa vida psíquica em geral. Retornemos, porém, à questão mais restrita. Tanto os instintos sexuais como os instintos do ego, têm, em geral, os mesmos órgãos e sistemas de órgãos à sua disposição. O prazer sexual não está apenas ligado à função dos genitais. A boca serve tanto para beijar como para comer e para falar; os olhos percebem não só alterações no mundo externo, que são importantes para a preservação da vida, como também as características dos objetos que os fazem ser escolhidos como objetos de amor - seus encantos. Confirma-se, assim, o adágio segundo o qual não é fácil para alguém servir a dois senhores ao mesmo tempo. Quanto mais estreita a relação em que um órgão, uma função dupla desta espécie, contra com um dos principais instintos, tanto mais ele se retrai do outro. Este princípio não pode deixar de provocar conseqüências patológicas, caso os dois instintos fundamentais estejam desunidos e caso o ego mantenha a repressão do instinto sexual componente em questão. Isto pode ser facilmente aplicado ao olho e à visão. Suponhamos que o instinto sexual componente que se utiliza do olhar - o prazer sexual em olhar em olhar - o prazer sexual em olhar [escotofilia] - atraiu sobre si a ação defensiva dos instintos do ego, em conseqüência de suas exigências excessivas, de maneira que as idéias através das quais seus desejos se expressam sucumbam à repressão e sejam impedidas de se tornar conscientes; nesse caso haverá uma perturbação geral da relação do olho e do ato de ver com o ego e a consciência. O ego perderia seu domínio sobre o órgão, que ficaria, então, totalmente à disposição do instinto sexual reprimido. É como se a repressão houvesse sido exagerada pelo ego, como se tivesse despejado a criança com a água do banho: o ego se recusa a ver outra coisa qualquer, agora que o interesse sexual em ver se tornou tão predominante. Mas o quadro alternativo parece mais importante. Este atribui o papel ativo em vez disso ao prazer reprimido de ver. O instinto reprimido vingava-se por ter sido impedido de maior expansão psíquica, tornando-se capaz de ampliar seu domínio sobre o órgão que está a seu serviço. A perda do domínio consciente sobre o órgão é o substituto prejudicial para a repressão que malogrou e que só se tornou possível a esse preço.

Essa relação de um órgão com uma dupla exigência sobre ele - sua relação com o ego consciente e com a sexualidade reprimida - pode ser encontrada de maneira ainda mais evidente nos órgãos motores do que no olho: como, por exemplo, a mão que procurou executar um ato de ataque sexual e ficou paralisada histericamente é incapaz, depois da inibição do ato, de fazer outra coisa - como se estivesse insistindo obstinadamente em efetuar uma enervação reprimida; ou como os dedos de pessoas que renunciaram à masturbação se recusam a aprender os movimentos delicados indispensáveis para tocar piano ou violino. Quanto ao olho, estamos acostumados a interpretar os obscuros processos psíquicos implicados na repressão da escotofilia sexual e no desenvolvimento da

perturbação psicogênica da visão, como se uma voz punitiva estivesse falando de dentro do indivíduo e dizendo: 'Como você tentou utilizar mal seu órgão para prazeres sensuais perversos, é justo que você nunca mais veja nada', e como se, desta maneira, estivesse aprovando o resultado do processo. A idéia da pena de talião está implícita nisto e, de fato, nossa explicação da perturbação visual psicogênica coincide com o que sugerem os mitos e as lendas. A bela lenda de Lady Godiva nos conta como todos os habitantes da cidade se esconderam por trás de suas venezianas fechadas, a fim de tornar mais fácil a tarefa da senhora de cavalgar nua pelas ruas, em pleno dia, e como o único homem que espreitou pelas venezianas os seus encantos descobertos foi punido com a cegueira. E este não é o único exemplo que sugere que a enfermidade neurótica também possui a chave secreta da mitologia.

Senhores, a psicanálise é injustamente acusada de apresentar teorias puramente psicológicas para problema patológicos. A ênfase que ela coloca no papel patogênico da sexualidade, que, afinal, não é certamente um fator exclusivamente psíquico, deveria por si própria defendê-la contra essa acusação. Os psicanalistas nunca se esquecem de que o psíquico se baseia no orgânico, conquanto seu trabalho só os possa conduzir até essa base e não além. A psicanálise está, portanto, pronta a admitir, e mesmo a postular, que nem todas as perturbações da visão devem ser psicogênicas, como as que são provocadas pela repressão da escotofilia erótica. Se um órgão que serve a duas espécie de instintos aumenta seus papel erógeno, é de se esperar, em geral, que tal não ocorra sem a excitabilidade e a inervação do órgão, passivo das alterações que se manifestarão na forma de perturbação de suas funções a serviço do ego. De fato, se descobrirmos que um órgão que serve normalmente à finalidade da percepção sensorial começa a se comportar como um genital real quando se intensifica seu papel erógeno, não nos parecerá improvável que nele também estejam ocorrendo alterações tóxicas. Na falta de outra melhor, temos de conservar a velha e inadequada expressão, perturbações 'neuróticas' para as duas classes de perturbações funcionais - as de origem fisiológica e as de origem tóxica - que decorrem do aumento do fator erógeno. De maneira geral, as perturbações neuróticas da visão apresentam a mesma relação com as psicogênicas que as 'neuroses atuais' têm com as psiconeuroses: as perturbações visuais psicogênicas, sem dúvida, dificilmente se manifestam sem as neuróticas, porém estas últimas podem surgir sem as primeiras. Estes sintomas neuróticos, infelizmente, são pouco reconhecidos e compreendidos, mesmo hoje em dia; porque não são diretamente acessíveis à psicanálise e, além disso, outros métodos de pesquisa não levaram em consideração o ponto de vista da sexualidade.

Há ainda mais uma linha de pensamento que se estende aos ramos da pesquisa orgânica provenientes da psicanálise. Podemos indagar de nós mesmos se a supressão dos instintos sexuais componentes, que é determinada por influências do ambiente, é suficiente, em si mesma, para provocar perturbações funcionais nos órgãos, ou se devem estar presentes condições constitucionais especiais, para que os órgãos sejam levados à exageração de seu papel erógeno; procurando, conseqüentemente, a repressão dos instintos. Teríamos de

observar essas condições como a parte constitucional da disposição para adoecer de perturbações psicogênicas e neuróticas. Este é o fator ao qual, quando aplicado a histeria, dei o nome provisório de `submissão somática`.

PSICANÁLISE SILVESTRE (1910)

ÜBER WILDE PSYCHOANALYSE

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1910 Zbl. Psychoan., 1 (3), 91-5.

1913 S.K.S.N., 3, 299-305. (2ª ed. 1921.)

1924 Technik und Metapsychol., 37-44.

1924 G.S., 6, 37-44.

1943 G.W., 8, 118-25.

(b) TRADUÇÃO INGLÊSAS:

‘Concerning “Wild” Psychoanalysis’

1912 S.P.H., (2ª ed.), 201-6. (Trad. A.A. Brill.) (3ª ed. 1920.)

‘Observations on “Wild” Psycho-Analysis’

1924 C.P., 2, 297-304. (Trad. Joan Riviere.)

A presente tradução inglesa, com o título modificado ‘ “Wild” Psycho-Analysis’ baseia-se na publicada em 1924.

O tema essencial deste artigo (publicado em dezembro de 1910) já tinha sido tratado por Freud, cerca de seis anos antes, numa conferência sobre psicoterapia (1905a), ver em [1]. Além de seu tema principal, o artigo é digno de atenção por conter uma das raras últimas alusões de Freud às ‘neuroses atuais’, aliada ao lembrete da importância de se distinguir a neurose de angústia da histeria da angústia (ver a partir de [2]).

NOTA DO EDITOR BRASILEIRO

A presente tradução brasileira é da autoria de Paulo Dias Corrêa (Presidente da Sociedade Brasileira de Psicoterapia de Grupo do Rio de Janeiro, Membro-Associado da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro, Membro da Associação Psiquiátrica do Rio de Janeiro).

PSICANÁLISE SILVESTRE

HÁ POUCOS dias, uma dama de meia-idade, sob a proteção de uma amiga, veio à minha consulta, queixando-se de estados ansiosos. Ela estava na segunda metade de sua década dos quarenta, razoavelmente bem conservada e, obviamente, não tinha ainda encerrado a sua condição de mulher. A causa precipitante da irrupção de seus estados ansiosos fora o divorciar-se de seu último marido; mas a ansiedade tinha-se tornado consideravelmente mais intensa, conforme seu relato, desde que consultara um jovem médico no subúrbio onde morava, porque ele a havia informado de que a causa de sua ansiedade era a sua falta de satisfação sexual. Disse-lhe que ela não poderia tolerar a falta de relações sexuais com o marido e, assim, havia apenas três maneiras pelas quais ela poderia recuperar a saúde - ela devia ou voltar para o marido, ou ter um amante, ou obter satisfação consigo mesma. Desde então, tinha ela estado convencida de que era incurável, pois não voltaria para o marido, e as outras duas alternativas eram repugnantes aos seus sentimentos morais e religiosos. Tinha vindo a mim, todavia, porque o médico dissera que esta era uma nova descoberta pela qual eu era responsável, e que ela teria apenas de vir e me solicitar que confirmasse o que ele lhe dissera, e eu falaria que esta e nada mais era a verdade. A amiga que estava com ela, uma mulher mais velha, ressequida e de aspecto doentio, implora-me então que assegure à paciente que o médico estava enganado; não era possível que fosse verdade, porque ela própria tinha ficado viúva há muitos anos e permanecia apesar disso respeitável, sem sofrer de ansiedade.

Não me deterei na desconcertante situação em que estive colocado por esta consulta, mas considerarei ao invés a conduta do clínico que enviou esta senhora a mim. Primeiro, no entanto, suporremos uma restrição mental que talvez possa não ser supérflua - em verdade,

assim o esperamos. Longos anos de experiência me ensinaram - como podem ensinar a qualquer outro - a não aceitar de imediato como verdade o que os pacientes, especialmente os pacientes nervosos, relatam acerca de seus médicos. Não apenas facilmente se torna o especialista em doenças nervosas o objeto de muitos dos sentimentos hostis de seus pacientes, qualquer que seja o método de tratamento que empregue; ele deve também, muitas vezes, resignar-se a aceitar, por uma espécie de projeção, a responsabilidade pelos desejos reprimidos ocultos de seus pacientes nervosos. É um fato melancólico, mas significativo, que tais acusações em nenhum outro lugar encontrem crédito mais prontamente do que entre os outros médicos.

Tenho, por conseguinte, razão para esperar que essa dama me forneceu uma narração tendenciosamente distorcida do que seu médico havia dito, e que faço a um homem, que me é desconhecido, uma injustiça, por vincular minhas observações acerca da psicanálise 'silvestre' com esse incidente. Mas, ao fazer isso, talvez eu possa evitar que outros causem dano a seus pacientes.

Suponhamos, pois, que o doutor falou à paciente exatamente como aludiu. Qualquer pessoa adiantaria imediatamente a crítica de que, se um médico julga necessário discutir a questão da sexualidade com uma mulher, ele deve fazer isso com tato e consideração. Submeter-se a esta exigência, todavia, coincide com a prática de certas regras técnicas de psicanálise. Ademais, o médico em questão ignorou certo número das teorias científicas de psicanálise ou as apreendeu mal, e assim mostrou quão pouco ele havia penetrado na compreensão da natureza e finalidade dela.

Começemos pelos últimos, os erros científicos. O conselho do doutor à dama mostra claramente em que sentido ele entende a expressão 'vida sexual' - no sentido popular, ou seja, em que por necessidades sexuais nada se significa senão a necessidade do coito ou de atos análogos produtores de orgasmo e emissão das substâncias sexuais. Ele não deve ter ficado esquecido, no entanto, de que a psicanálise é comumente censurada por haver estendido o conceito do que é sexual muito além de sua posição vulgar. O fato é incontestável; não discutirei aqui se ele pode ser judiciosamente usado como um reproche. Em psicanálise, o conceito do que é sexual abrange bem mais; ele vai mais abaixo e também mais acima do que seu sentido popular. Essa extensão se justifica geneticamente; nós reconhecemos como pertencentes à 'vida sexual' todas as atividades dos sentimentos ternos que têm os impulsos sexuais primitivos como fonte, mesmo quando esse impulsos se tornaram inibidos com relação a seu fim sexual original, ou tiveram de trocar esse fim por outro que não é mais sexual. Por essa razão, preferimos falar em psicosexualidade, colocando assim ênfase sobre o ponto de que o fator mental na vida sexual não deve ser desdenhado ou subestimado. Usamos a palavra 'sexualidade' no mesmo sentido compreensivo que aquele em que a língua alemã usa a palavra lieben ['amar']. Temos desde muito sabido também que a ausência mental de satisfação, com todas as suas conseqüências, pode existir quando não há falta de relações sexuais normais; e, como terapeutas, sempre

temos em mente que as tendências sexuais insatisfeitas (cujas satisfações substitutivas na forma de sintomas nervosos nós combatemos) podem amiúde encontrar apenas uma derivação muito inadequada no coito ou em outros atos sexuais.

Quem quer que não partilhe desde ponto de vista de psicosexualidade não tem o direito de expor teses psicanalíticas tratando da importância etiológica da sexualidade. Ao acentuar exclusivamente o fator somático da sexualidade, ele, sem dúvida, simplifica grandemente o problema, mas ele apenas deverá carregar a responsabilidade por aquilo que ele faz.

Uma segunda e igualmente grande incompreensão se distingue por trás do conselho do médico.

É verdade que a psicanálise apresenta a ausência de satisfação sexual como a causa de distúrbios nervosos. Mas não diz ela mais do que isso? Deve-se ignorar seu ensinamento por ser assaz complicado quando ela afirma que os sintomas nervosos se originam de um conflito entre duas forças - de um lado a libido (que, de regra, se torna excessiva) e de outro uma rejeição da sexualidade ou uma repressão que é sobremodo intensa? Ninguém que se recorde desde segundo fator, que não é de modo algum secundário, em importância, jamais poderá acreditar que a satisfação sexual, só por si, constitua um remédio de universal eficácia para os sofrimentos dos neuróticos. Um bom número nessas pessoas, de fato, tanto em suas circunstâncias presentes, como de um modo geral, não é capaz de se satisfazer. Se o fosse, se estivessem livres de suas resistências internas, a força do próprio instinto lhes indicaria o caminho da satisfação, ainda que nenhum médico o aconselhasse. Qual o benefício, pois, de conselho médico tal como o que se admite tenha sido dado a esta senhora?

Ainda que ele pudesse cientificamente se justificar, este não é conselho que ela possa seguir. Se ela não tivesse tido resistências internas contra a masturbação ou contra uma ligação amorosa, naturalmente que já teria adotado, de há muito, uma dessas medidas. Será que o médico acha que uma mulher com mais de quarenta anos não se dá conta de que pode ter um amante ou será que superestima ele tanto sua influência a ponto de julgar que ela nunca chegaria a se decidir sobre tal passo sem aprovação médica?

Tudo isso parece muito claro, e não obstante deve-se admitir a existência de um fator que, amiúde, torna difícil formar uma opinião. Certos estados nervosos que chamamos de 'neuroses atuais', tais como a neurastenia típica e a neurose de angústia simples, obviamente dependem do fator somático da vida sexual, enquanto não temos, até agora, um quadro nítido do papel neles desempenhado pelo fator psíquico e pela repressão. Em tais casos, é natural que o médico deva considerar primeiro certa terapêutica 'atual', certa alteração da atividade sexual somática da paciente, e ele assim o faz com plena justificativa se o seu diagnóstico estiver certo. A dama que consultou o jovem doutor queixava-se, sobretudo, de estado de ansiedade e, assim, ele provavelmente supôs que ela vinha sofrendo de uma neurose de

angústia, e se sentiu justificado em recomendar-lhe uma terapêutica somática. Outra vez uma cômoda incompreensão! Uma pessoa padecendo de ansiedade não está por essa razão necessariamente sofrendo de neurose de angústia; semelhante diagnóstico não se pode fundamentar sobre a designação [do sintoma]; tem-se de saber que sinais constituem uma neurose de angústia e ser capaz de distingui-la de outros estados patológicos que também se manifestam por ansiedade. Minha impressão foi que a dama em causa estava sofrendo de Histeria de angústia, e todo o valor de tais distinções nosográficas - um que perfeitamente as justifica - está no fato de que elas indicam uma etiologia diferente e um tratamento diferente. Ninguém que levasse em consideração a possibilidade de histeria de angústia nesse caso teria caído no erro de negligenciar os fatores mentais, como este médico fez com suas três alternativas.

Estranhamente bastante, as três alternativas terapêuticas desse assim chamado psicanalista não deixam lugar para a... psicanálise! Esta mulher, aparentemente, só se podia curar de sua ansiedade pela volta do marido, ou pela satisfação de suas necessidades através da masturbação ou com um amante. E onde entra o tratamento analítico, tratamento que consideramos o remédio principal dos estados de ansiedade?

Isto nos conduz aos erros técnicos que se vêem no comportamento do doutor neste caso citado. É idéia há muito superada, e que se funda em aparências superficiais, a de que o paciente sofre de uma espécie de ignorância, e que se alguém consegue remover esta ignorância dando a ele a informação (acerca da conexão causal de sua doença com sua vida, acerca de suas experiências de infância, e assim por diante) ele deve recuperar-se. O fator patológico não é esse ignorar propriamente, mas estar o fundamento dessa ignorância em suas resistências internas; foram elas que primeiro produziram esse ignorar e elas ainda o conservam agora. A tarefa do tratamento está no combate a essas resistências. O informar ao paciente aquilo que ele não sabe porque ele reprimiu é apenas um dos preliminares necessários ao tratamento. Se o conhecimento acerca do inconsciente fosse tão importante para o paciente, como as pessoas sem experiência de psicanálise imaginam, ouvir conferências ou ler livros seria suficiente para curá-lo. Tais medidas, porém, têm tanta influência sobre os sintomas da doença nervosa, como a distribuição de cardápios numa época de escassez de víveres tem sobre a fome. A analogia vai mesmo além de sua aplicação imediata; pois, informar o paciente sobre seu inconsciente redundaria, em regra, numa intensificação do conflito nele e numa exacerbação de seus distúrbios.

De vez, no entanto, que a psicanálise não pode abster-se de dar essa informação, prescreve que isto não se poderá fazer antes que duas condições tenham sido satisfeitas. Primeiro, o paciente deve, através de preparação, ter alcançado ele próprio a proximidade daquilo que ele reprimiu e, segundo, ele deve ter formado uma ligação suficiente (transferência) com o médico para que seu relacionamento emocional com este torne uma nova fuga impossível.

Somente quando estas condições forem satisfeitas se torna possível reconhecer e dominar as resistências que conduziram à repressão e à ignorância. A intervenção, portanto, requer de maneira absoluta um período bastante longo de contacto com o paciente. As tentativas de surpreendê-lo na primeira consulta, inopinadamente lhe contando os segredos que foram descobertos pelo médico, são tecnicamente inadmissíveis. E elas, as mais das vezes, trazem sua própria punição por produzirem uma franca inimizade pelo médico da parte do paciente, e por impedi-lo de ter qualquer influência ulterior.

Ao lado de tudo isto, a gente pode algumas vezes fazer uma suposição errônea, e nunca se está numa posição de descobrir a verdade toda. A psicanálise fornece essas regras técnicas definidas para substituir o indefinível 'tato médico' que se considera como um dom especial.

Não é bastante, pois, para um médico saber alguns dos achados da psicanálise; ele deve também estar familiarizado com a técnica se ele deseja que seu procedimento profissional se oriente por um ponto de vista psicanalítico. Esta técnica não pode no entanto ser adquirida nos livros, e ela por certo não pode ser descoberta independentemente, sem grandes sacrifícios de tempo, de cansaço e de sucesso. Como outras técnicas médicas, ela tem de ser aprendida com aqueles que já são experimentados nela. É tema de alguma significação, pois, ao formar um julgamento sobre o incidente que tomei como ponto de partida para estes comentários, que não conheço o médico que se supõe ter dado semelhante conselho à dama e nunca ouvi falar em seu nome.

Nem eu nem meus amigos e colaboradores achamos agradável reclamar um monopólio desse modo no uso de uma técnica médica. Mas, em face dos perigos para os pacientes e para a causa da psicanálise inerentes à prática que se pode antever de uma psicanálise 'silvestre', não tivemos outra escolha. Na primavera de 1910, fundamos uma International Psycho-Analytical Association (Associação Internacional de Psicanálise), a que seus membros declararam aderir, pela publicação de seus nomes, de maneira a serem capazes de repudiar a responsabilidade por aquilo que é feito pelos que não pertencem a nós e no entanto chamam a seu procedimento 'psicanálise'. Pois, em verdade, os analistas 'silvestres' desta espécie causam mais dano à causa da psicanálise do que aos pacientes individualmente. Tenho amiúde encontrado que um procedimento inepto desses, mesmo se a princípio produzia uma exacerbação da condição do paciente, conduzia a uma recuperação ao final. Nem sempre, mas muito amiúde. Quando ele já insultou bastante o médico e se sente suficientemente distanciado de sua influência, seus sintomas cedem, ou ele se decide a tomar alguma iniciativa que vai no caminho da recuperação. A melhoria final então advém 'por si' ou é atribuída a certo tratamento totalmente neutro por algum outro doutor para quem o paciente tenha mais tarde se voltado. No caso da senhora cuja queixa contra seu médico ouvimos, eu devia dizer que, apesar de tudo, o psicanalista 'silvestre' fez mais por ela do que alguma autoridade altamente respeitada que lhe tivesse dito que ela estava sofrendo de uma 'neurose vasomotora'. Ele forçou a atenção dela para a verdadeira causa de seu

distúrbio, ou nessa direção, e não obstante toda a oposição dela, essa sua intervenção não pode ter ficado sem resultados favoráveis. Mas ele causou dano a si próprio e ajudou a intensificar as prevenções que os pacientes sentem, devido a suas resistências afetivas naturais, contra os métodos da psicanálise. E isto pode ser evitado.

BREVES ESCRITOS (1910)

CONTRIBUIÇÕES PARA UMA DISCUSSÃO ACERCA DO SUICÍDIO

I. OBSERVAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Senhores. Todos vós ouvistes com muita satisfação o arrazoado feito por um educador que não admitirá que uma acusação injusta se levante contra a instituição que lhe é tão cara. Mas eu sei que, de todo modo, não estais inclinados a dar fácil crédito à acusação de que as escolas impelem seus alunos ao suicídio. Não nos deixemos levar demasiado longe, no entanto, por nossa simpatia pela parte que foi injustamente tratada nesse caso. Nem todos os argumentos apresentados pelo iniciador da discussão me parecem sustentáveis. Se é o caso que o suicídio de jovens ocorre não só entre os alunos de escolas secundárias, mas também entre aprendizes e outros, este fato não absolve as escolas secundárias; isto deve talvez ser interpretado como significando que no, concernente a seus alunos, a escola secundária toma o lugar dos traumas com que outros adolescentes se defrontam em outras condições de vida. Mas uma escola secundária deve conseguir mais do que não impelir seus alunos ao suicídio. Ela deve lhes dar o desejo de viver e devia oferecer-lhes apoio e amparo numa época da vida em que as condições de seu desenvolvimento os compelem a afrouxar seus vínculos com a casa dos pais e com a família. Parece-me indiscutível que as escolas falham nisso, e a muitos respeitos deixam de cumprir seu dever de proporcionar um substituto para a família e de despertar o interesse pela vida do mundo exterior. Esta não é a ocasião oportuna para uma crítica às escolas secundárias em sua forma presente; mas talvez eu possa acentuar um simples ponto. A escola nunca deve esquecer que ela tem de lidar com indivíduos imaturos a quem não pode ser negado o direito de se demorarem em certos estágios do desenvolvimento e mesmo em alguns um pouco desagradáveis. A escola não pode adjudicar-se o caráter de vida: ela não deve pretender ser mais do que uma maneira de vida.

II. OBSERVAÇÕES FINAIS

Senhores. Tenho a impressão de que, a despeito de todo o valioso material que nos foi exposto, nesta discussão, não chegamos a uma decisão sobre o problema que nos interessa. Estávamos ansiosos sobretudo em saber como seria possível subjugar-se ao extraordinariamente poderoso instinto da vida: isto pode apenas acontecer com o auxílio de uma libido desiludida, ou se o ego pode renunciar à sua autopreservação, por seus próprios motivos egoístas. Pode ser que tenhamos deixado de responder a esta indagação psicológica porque não temos meios adequados para abordá-la. Podemos, eu acredito, apenas tomar como nosso ponto de partida a condição de melancolia, que nos é tão familiar clinicamente, e uma comparação entre ela e o afeto do luto. Os processos afetivos na melancolia, entretanto, e as vicissitudes experimentadas pela libido nessa condição nos são totalmente desconhecidos. Nem chegamos a uma compreensão psicanalítica do afeto crônico do luto. Deixemos em suspenso nosso julgamento até que a experiência tenha solucionado este problema.

A CARTA AO DR. FRIEDRICH S. KRAUSS

SOBRE A ANTHROPOPHYTEIA

MEU PREZADO DR. KRAUSS,

Você me pergunta que valor científico, em minha opinião, podem apresentar as coleções de piadas, de chistes, de anedotas etc., de natureza erótica. Sei que você não experimentou a menor dúvida de poder justificar haver reunido tais coleções. Você simplesmente me pede o testemunho, do ponto de vista do psicólogo, para o fato de que material dessa natureza não só é útil mas indispensável.

Há dois pontos, sobre que, principalmente, eu gostaria de insistir. Quando já tudo se disse e se fez, as sátiras e anedotas cômicas eróticas, que você colecionou e publicou em Anthropophyteia, só foram produzidas e repetidas porque elas causaram prazer tanto a seus narradores quanto a seus ouvintes. Não é difícil adivinhar que componentes instintivos da sexualidade (composta como é de tantos elementos) encontram satisfação dessa maneira. Essas histórias nos dão informação direta quanto a que instintos parciais da sexualidade se retêm num dado grupo de pessoas por serem especialmente eficientes na produção de prazer; e dessa maneira eles fornecem a confirmação mais nítida das descobertas conseguidas pelo exame psicanalítico de neuróticos. Permita-me indicar o exemplo mais importante desta natureza. A psicanálise nos levou a afirmar que a região anal - normalmente e não apenas nos indivíduos pervertidos - é a sede de uma sensibilidade erógena, e que a certos respeito, ela se comporta exatamente como um órgão genital. Médicos e psicólogos, quando informados de que há um erotismo anal e um caráter anal dele derivado, ficam altamente indignados. Neste ponto, a Anthropophyteia vem em auxílio da psicanálise, mostrando quão universalmente as pessoas se demoram com prazer sobre essa parte do corpo, suas atividades e mesmo no produto das funções dela. Se isto assim não fosse, todas essas anedotas estariam fadadas a produzir desagrado em seus ouvintes, ou então toda a massa da população teria de ser 'pervertida' no significado em que se usa a palavra nos trabalhos a respeito da 'psicopatia sexual', de tom moralizador. Não seria difícil dar outros exemplos de como o material colecionado pelos autores da Anthropophyteia tem sido de valor para as

pesquisas de psicologia sexual. Seu valor poderia mesmo aumentar, talvez, pela circunstância (não uma vantagem em si) de que os colecionadores nada sabem das descobertas teóricas da psicanálise e reuniram o material sem quaisquer princípios diretivos.

Outra vantagem de um caráter mais amplo se apresenta em particular nos chistes eróticos, em senso estrito, exatamente como nos chistes em geral. Mostrei em meu estudo sobre os chistes (1905c) que a revelação do que normalmente é o elemento inconsciente reprimido na mente pode, sob certos arranjos, tornar-se uma fonte de prazer e, assim, uma técnica para a construção de chistes. Em psicanálise, hoje, descrevemos um encadeamento de idéias e seus efeitos associados como um 'complexo'; e estamos preparados para afirmar que muitos dos chistes mais apreciados são os chistes 'complexivos' e que devem seu efeito hilariante e alegre à engenhosa revelação do que, em regra, são complexos reprimidos. Levar-me-ia demasiado longe se eu fosse apresentar aqui exemplos como prova desta tese, mas posso afirmar que o resultado de tal exame da evidência é que os chistes, tanto os eróticos como os de outras espécies, que circulam popularmente, fornecem um excelente auxiliar de investigação da mente humana inconsciente - da mesma maneira que o fazem os sonhos, os mitos e as lendas, em cuja exploração a psicanálise já está ativamente empenhada.

Podemos, pois, por certo esperar que a importância psicológica do folclore seja cada vez mais claramente reconhecida, e que as relações entre esse ramo de estudo e a psicanálise logo se tornem mais estreitas.

Subscrevo-me, prezado Dr. Krauss, muito cordialmente,

FREUD

26 de junho de 1910

DOIS EXEMPLOS DE FANTASIAS PATOGÊNICAS REVELADAS PELOS PRÓPRIOS PACIENTES

A

HÁ POUCO tempo, examinei um paciente com cerca de vinte anos de idade, que apresentava um quadro inconfundível (confirmado por outras opiniões) de demência precoce (hebefrenia). Durante os estágios iniciais de sua doença, ele manifestara mudanças periódicas de humor e experimentara considerável melhoria. Enquanto estava nessa condição favorável, foi removido da instituição pelos pais e, durante cerca de uma semana, regalaram-no com distrações de toda espécie para celebrar seu suposto restabelecimento. A recidiva seguiu-se imediatamente a essa semana de festividades. Quando foi levado de volta à instituição, ele disse que seu médico assistente o aconselhara a 'flertar um pouco com a mãe'. Não pode haver dúvida de que, nesta paramnesia delirante, ele estava dando expressão à excitação que provocara nele o fato de estar em companhia da mãe e que foi a provocação imediata de sua recaída.

B

Há mais de dez anos, numa época em que as descobertas e hipóteses da psicanálise eram conhecidas apenas por poucas pessoas, os seguintes acontecimentos me foram referidos por fonte fidedigna. Uma jovem, que era filha de médico, adoeceu de histeria com sintomas localizados. O pai negou que fosse histeria e providenciou que se iniciassem vários tratamentos somáticos que trouxeram pouca melhoria. Certo dia, uma amiga da paciente disse a ela: 'Você nunca pensou em consultar o Dr. F.?' Ao que a paciente replicou: 'Que benefício teria isso? Sei o que ele iria me dizer: "Você alguma vez já teve idéia de relação sexual com seu pai?"' - Parece-me desnecessário afirmar explicitamente que nunca foi meu costume, e nem é meu costume hoje, fazer tais perguntas. Mas é digno de nota que muito do que os pacientes nos contam das palavras e das ações de seus médicos pode ser entendido como revelações de suas próprias fantasias patogênicas.

CRÍTICAS ÀS CARTAS A UMA MULHER NEURÓTICA, DE WILHELM NEUTRA

Deve tomar-se como um sinal auspicioso do interesse crescente pela psicoterapia que uma segunda edição desse livro tenha sido necessária tão depressa. Infelizmente, nós não podemos saudar o próprio livro como um fenômeno auspicioso. Seu autor, que é médico assistente do instituto hidropático de Gainfarn, perto de Viena, valeu-se da forma das Psychotherapeutische Briefe (Cartas Psicoterápicas) de Oppenheim, e deu a esta forma um conteúdo psicanalítico. Isto é, em certo sentido, uma deturpação, de vez que a psicanálise não se pode satisfatoriamente combinar com a técnica da 'persuasão' de Oppenheim (ou, caso se prefira, de Dubois); ela busca seus resultados terapêuticos ao longo de caminhos inteiramente outros. O que é mais importante, porém, é o fato de que o autor não atinge os méritos de seu modelo - tato e seriedade moral - e em sua apresentação da teoria psicanalítica, ele, amiúde, descai para a retórica vazia, e é também culpado de algumas afirmações inexatas. Não obstante, muito do que ele escreve, expressa-o clara e convenientemente; e o livro se pode aceitar como um trabalho para consumo popular. Numa exposição séria, científica do assunto, o autor deveria ter indicado as fontes de suas opiniões e afirmativas com maior escrupulo.

O caso Schereber, artigos sobre técnica e outros trabalhos

VOLUME XII

(1911-1913)

Dr. Sigmund Freud

**NOTAS PSICANALÍTICAS SOBRE UM RELATO
AUTOBIOGRÁFICO DE UM CASO DE PARANÓIA
(DEMENTIA PARANOIDES) (1911)**

NOTA DO EDITOR INGLÊS

PSYCHOANALYTISCHE BEMERKUNGEN ÜBER EINEN AUTOBIOGRAPHISCH
BESCHRIEBENEN FALL VON PARANOIA (DEMENTIA PARANOIDES)

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1911 *Jb. psychoan. psychopath. Forsch.*, 3 (1), 9-68.

1913 *S. K. S. N.*, 3, 198-266. (1921, 2^a ed.)

1924 *G. S.*, 8, 355-431.

1932 *Vier Krankengeschichten*, 377-460.

1943 *G. W.*, 8, 240-316.

1912 ‘Nachtrag zu dem autobiographisch beschriebenen Fall von Paranoia
(Dementia paranoides)’, *Jb. psychoan. psychopath. Forsch.*, 3, (2), 588-90.

1913 *S. K. S. N.*, 3, 267-70. (1921, 2^a ed.)

1924 *G. S.*, 8, 432-5.

1932 *Vier Krankengeschichten*, 460-3.

1943 *G. W.*, 8, 317-20.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘Psycho-Analytic Notes upon an Autobiographical Account of a Case of Paranoia (Dementia paranoides)’ 1925 *C. P.*, 3, 387-466. - “‘Pós-escrito” ao Caso de Paranóia’, *ibid.*, 467-70. (Trad. de Alix e James Strachey.)

A presente tradução inglesa constitui reedição da publicada em 1925, algumas correções e notas adicionais.

As *Memórias* de Schreber foram publicadas em 1903; mas, embora houvessem sido amplamente debatidas em círculos psiquiátricos, só parecem ter atraído a atenção de Freud no verão de 1910. Sabe-se que falou sobre elas e sobre todo o tema da paranóia durante sua viagem à Sicília, com Ferenczi, em setembro desse ano. No retorno a Viena, começou a escrever o artigo, cujo término foi anunciado a Abraham e Ferenczi em cartas datadas de 16 de dezembro. Não parece ter sido publicado até o verão de 1911. O ‘Pós-escrito’ foi lido perante o Terceiro Congresso Psicanalítico Internacional (realizado em Weimar), em 22 de setembro de 1911, e publicado no início do ano seguinte.

Freud atacara o problema da paranóia numa fase muito prematura de suas pesquisas em psicopatologia. Em 24 de janeiro de 1895, alguns meses antes da publicação dos *Estudos sobre a Histeria*, enviou a Fliess longo memorando sobre o assunto (Freud, 1950a, Rascunho H). Este incluía uma breve história clínica e um exame teórico que visava a estabelecer dois pontos principais: que a paranóia é uma neurose de *defesa* e que seu mecanismo principal é a *projeção*. Quase um ano depois (em 1º de janeiro de 1896), enviou a Fliess outra nota, muito mais breve, sobre paranóia, parte de um relato geral sobre as ‘neuroses de defesa’ (*ibid.*, Rascunho K), que pouco depois ampliou em seu segundo trabalho publicado com aquele título (1896b). Nessa publicação, a Seção II incluía outra história clínica, mais extensa, intitulada ‘Análise de um Caso de Paranóia Crônica’, caso para o qual Freud (em nota de rodapé acrescentada quase 20 anos depois) preferiu o diagnóstico corrigido de ‘dementia paranoides’. Com referência à teoria, esse trabalho de 1896 pouco acrescentava às suas sugestões anteriores; mas, numa carta a Fliess não muito posterior (9 de dezembro de 1899, Freud, 1950a, Carta 125), há um parágrafo um tanto

crítico, que prenuncia considerações posteriores de Freud, inclusive a sugestão de que a paranóia acarreta o retorno a um auto-erotismo primitivo. Este parágrafo é transcrito na íntegra na Nota do Editor Inglês ao artigo sobre ‘A Disposição à Neurose Obsessiva’, com relação ao problema da ‘escolha da neurose’. (Ver a partir de [1].).

Entre a data desta última passagem e a publicação da história clínica de Schreber, mais de dez anos se passaram quase sem haver menção à paranóia nos escritos publicados de Freud. Informam-nos Ernest Jones (1955, 281), contudo, que em 21 de novembro de 1906 ele apresentou um caso de paranóia feminina perante a Sociedade Psicanalítica de Viena. Nessa data, aparentemente ainda não havia chegado ao que deveria ser sua generalização principal sobre o assunto, a saber, a vinculação existente entre paranóia e homossexualismo passivo reprimido. Não obstante, pouco mais de um ano mais tarde, apresentava esta hipótese em cartas a Jung (27 de janeiro de 1908) e Ferenczi (11 de fevereiro de 1908), dela pedindo e recebendo confirmação. Mais de três anos se passaram antes que as memórias de Schreber lhe oferecessem a oportunidade de publicar sua teoria pela primeira vez e de apoiá-la em um relato detalhado de sua análise dos processos inconscientes em ação na paranóia.

Há várias referências a essa enfermidade nos escritos posteriores de Freud. As mais importantes foram seu artigo sobre ‘Um Caso de Paranóia que Contraria a Teoria Psicanalítica da Doença’ (1915*f*), e a Seção B de ‘Alguns Mecanismos Neuróticos no Ciúme, na Paranóia e no Homossexualismo’ (1922*b*). Além disso, ‘Uma Neurose Demonológica do Século XVII’ (1923*d*) inclui um exame do caso Schreber, embora a neurose, que é o tema do trabalho, em parte alguma seja descrita por Freud como paranóia. Em nenhum desses escritos posteriores há qualquer modificação essencial dos pontos de vista sobre paranóia expressos no presente trabalho.

A importância da análise de Schreber, contudo, de maneira alguma se restringe à luz que lança sobre o problema da paranóia. A terceira parte, especialmente, foi, sob muitos aspectos, assim como o breve artigo simultaneamente publicado sobre os dois princípios do funcionamento mental (1911*b*), ver em [1], precursora dos artigos metapsicológicos a que Freud se dedicou, três ou quatro anos mais tarde. Expuseram-se vários temas que posteriormente deveriam ser examinados mais detalhadamente. Assim, as observações sobre narcisismo (Ver a partir de [1].) antecederam o artigo dedicado a este tema (1914*c*), a descrição do decurso de alguns anos (1915*d*), e o exame dos instintos (ver em [2]) preparava terreno para um estudo mais elaborado em ‘os Instintos e suas Vicissitudes’ (1915*c*). Já o parágrafo sobre projeção (ver em [3]), apesar de promissor, não encontraria nenhuma seqüência. Cada um dos dois tópicos examinados na última parte do trabalho, contudo - as diversas causas do desencadeamento da neurose (inclusive o conceito de ‘frustração’) e o papel desempenhado por ‘pontos de fixação’ sucessivos - deveria ser tratado antes que decorresse muito tempo, em artigos separados (1912*c* e 1913*f*). Finalmente, no pós-escrito, encontramos a primeira rápida excursão de Freud pelo campo da mitologia e a primeira menção aos totens, que estavam começando a ocupar seus

pensamentos e deveriam fornecer o título para uma de suas obras principais (1912-13).

Como Freud nos diz (Ver em [1].), sua história clínica faz uso apenas de um único fato (a idade de Schreber à época em que caiu enfermo) que não se achava contido nas *Memórias*. Possuímos hoje, graças a um trabalho escrito pelo Dr. Franz Baumeyer (1956), certa quantidade de informações adicionais. O Dr. Baumeyer esteve por alguns anos (1946-9) encarregado de um hospital situado perto de Dresden, onde encontrou alguns dos registros clínicos originais das sucessivas doenças de Schreber. Resumiu estes registros e citou muitos deles na íntegra. Além disso, coligiu grande número de fatos relacionados à história familiar e aos antecedentes de Schreber. Toda vez que esse material for importante para o trabalho de Freud, será mencionado nas notas de rodapé. Neste momento, é necessário apenas relatar a seqüência à história narrada nas *Memórias*. Após sua alta, em fins de 1902, Schreber parece ter levado uma existência exteriormente normal por alguns anos. Então, em novembro de 1907, a esposa teve uma crise de paralisia (embora vivesse até 1912), o que parece ter precipitado novo desencadeamento de sua enfermidade. Foi novamente internado - agora num asilo situado no distrito de Dösen em Leipzig - duas semanas mais tarde. Ali permaneceu, em estado extremamente perturbado e muito intratável, até sua morte, após deterioração física gradativa, na primavera de 1911 - pouco tempo apenas antes da publicação do trabalho de Freud. O seguinte quadro cronológico, baseado em dados derivados, parte das *Memórias* e parte do material de Baumeyer, pode tornar os pormenores do estudo de Freud mais fáceis de desemaranhar.

1842 25 de julho. Daniel Paul Schreber nasce em Leipzig.

1861 Novembro. Morre-lhe o pai, com 53 anos de idade.

1877 O irmão mais velho (3 anos mais) morre com 38 anos.

1878 Casamento.

Primeira Doença

1884 Outono. Apresenta-se como candidato ao *Reichstag*.

1884 Outubro. Passa algumas semanas no Asilo de Sonnenstein.

8 de dezembro. Clínica Psiquiátrica de Leipzig.

1885 1º de junho. Alta.

1886 1º de janeiro. Toma posse no *Landgericht* de Leipzig.

Segunda Doença

1893 Junho. É informado da nomeação próxima para o Tribunal de Apelação.

1º de outubro. Toma posse como juiz presidente.

21 de novembro. É internado novamente na Clínica de Leipzig.

1894

14 de junho. É transferido para o Asilo de Lindenhof.

29 de junho. É transferido para o Asilo de Sonnenstein.

1900-1902 Escreve as *Memórias* e impetra ação judicial para ter alta.

1902 14 de julho. Decisão judicial de alta.

1903 Publicação das *Memórias*.

Terceira Doença

1907 Maio. Morre-lhe a mãe, com 92 anos de idade.

14 de novembro. A esposa tem uma crise de paralisia.

Cai enfermo imediatamente após.

27 de novembro. É admitido no Asilo, em Leipzig-Dösen.

1911 14 de abril. Morte.

1912 Maio. Morre a esposa, com 54 anos de idade.

Uma nota sobre os três hospitais psiquiátricos a que se faz menção, de várias maneiras, no texto, também pode ser útil.

(1) Clínica Psiquiátrica (departamento de pacientes internados) da Universidade de Leipzig. Diretor: Professor Flechsig.

(2) Schloss Sonnenstein. Asilo Público Saxônico em Pirna sobre o Elba, dez milhas acima de Dresden. Diretor: Dr. G. Weber.

(3) Asilo Particular Lindenhof. Perto de Coswig, onze milhas a noroeste de Dresden. Diretor: Dr. Pierson.

Uma tradução inglesa das *Denkwürdigkeiten*, de autoria da Dra. Ida Macalpine e do Dr. Richard A. Hunter, foi publicada em 1955 (Londres, William Dawson). Por diversas razões, algumas das quais serão evidentes a quem quer que compare sua versão com a presente tradução inglesa, não foi possível fazer uso dela para as muitas citações do livro de Schreber que ocorrem na história clínica. Há dificuldades específicas em traduzir as produções dos esquizofrênicos, nas quais as palavras, como o próprio Freud apontou em seu artigo sobre ‘O Inconsciente’ (Ver a partir de [1], 1974), desempenham papel tão predominante. Aqui o tradutor se defronta com os mesmos problemas que tão amiúde encontra em sonhos, lapsos de língua e chistes. Em todos esses casos, o método adotado na *Standard Edition* é o método prosaico de, onde necessário, fornecer as palavras originais alemãs em notas de rodapé e procurar, mediante comentários explicativos, oferecer ao leitor [inglês] oportunidade para formar opinião própria sobre o material. Ao mesmo tempo, seria enganoso desprezar inteiramente as formas exteriores e, através de uma tradução puramente literal, apresentar um retrato inculto do estilo de Schreber. Uma das características notáveis do original é o contraste que perpetuamente oferece entre as frases complicadas e elaboradas do alemão oficial acadêmico do século XIX e as extravagâncias *outré* dos eventos psicóticos que descrevem. Informações adicionais interessantes sobre o pai de Schreber podem ser encontradas em Niederland, W. G. (1959a) e (1959b).

Por todo o trabalho, os números entre colchetes sem serem precedidos por ‘p.’ constituem referências às páginas da edição alemã original das memórias de Schreber - *Denkwürdikeiten eines Nervendranken*, Leipzig, Oswald Mutze. Números entre colchetes precedidos por ‘p.’ são, como sempre acontece na *Standard Edition*, referências a páginas do presente volume.

INTRODUÇÃO

A investigação analítica da paranóia apresenta dificuldades para médicos que, como eu, não estão ligados a instituições públicas. Não podemos aceitar pacientes que sofram desta enfermidade, ou, de qualquer modo, mantê-los por longo tempo, visto não podermos oferecer tratamento a menos que haja alguma perspectiva de sucesso terapêutico. Somente em circunstâncias excepcionais, portanto, é que consigo obter algo mais que uma visão superficial da estrutura da paranóia - quando, por exemplo, o diagnóstico (que nem sempre é questão simples) é incerto o bastante para justificar uma tentativa de influenciar o paciente, ou quando, apesar de um diagnóstico seguro, submeto-me aos rogos de parentes do paciente e encarrego-me de tratá-lo por algum tempo. Independente disto, naturalmente, vejo muitos casos de paranóia e de demência precoce e aprendo sobre eles tanto quanto outros psiquiatras o fazem a respeito de seus casos; mas em geral isso não é suficiente para levar a quaisquer conclusões analíticas.

A investigação psicanalítica da paranóia seria completamente impossível se os próprios pacientes não possuíssem a peculiaridade de revelar (de forma distorcida, é verdade) exatamente aquelas coisas que outros neuróticos mantêm escondidas como um segredo. Visto que os paranóicos não podem ser compelidos a superar suas resistências internas e desde que, de qualquer modo, só dizem o que resolvem dizer, decorre disso ser a paranóia um distúrbio em que um relatório escrito ou uma história clínica impressa podem tomar o lugar de um conhecimento pessoal do paciente. Por esta razão, penso ser legítimo basear interpretações analíticas na história clínica de um paciente que sofria de paranóia (ou, precisamente, de demência paranoides) e a quem nunca vi, mas que escreveu sua própria história clínica e publicou-a.

Refiro-me ao doutor em Direito Daniel Paul Schreber, anteriormente *Senatspräsident* em Dresden, cujo livro. *Denkwürdigkeiten eines Nervenkranken* [*Memórias de um Doente dos Nervos*], foi publicado em 1903, e, se estou corretamente informado, despertou considerável interesse entre os psiquiatras. É possível que o Dr. Schreber viva ainda hoje e que se tenha distanciado de tal forma do sistema delirante que apresentou em 1903 que possa sentir-se magoado por estas notas a respeito do seu livro. Contudo, na medida em que ele ainda se identifique com sua personalidade anterior, posso apoiar-me nos argumentos com que ele próprio - ‘homem de dotes mentais superiores e contemplado com agudeza fora do comum, tanto de intelecto quanto de observação’ - contraditou os esforços levados a efeito visando a coibi-lo de publicar suas memórias: “Não tive problemas”, escreve ele, “em fechar os olhos

às dificuldades que pareciam jazer no caminho da publicação, e, em particular, à preocupação de render devida consideração às suscetibilidades de algumas pessoas ainda vivas. Por outro lado, sou de opinião que poderia ser vantajoso tanto para a ciência quanto para o reconhecimento de verdades religiosas se, durante meu tempo de vida, autoridades qualificadas pudessem encarregar-se de examinar meu corpo e realizar pesquisas sobre minhas experiências pessoais. Todos os sentimentos de caráter pessoal devem submeter-se a esta ponderação. Declara ele, em outra passagem, que decidira se ater à sua intenção de publicar o livro, mesmo que, em conseqüência, seu médico, o *Geheimrat* Dr. Flechsig, de Leipzig, movesse uma ação contra ele. Atribui ao Dr. Flechsig, porém, as mesmas considerações que lhe atribuo agora. ‘Confio’, diz ele, ‘que mesmo no caso do *Geheimrat* Prof. Dr. Flechsig, quaisquer suscetibilidades pessoais serão sobrepujadas por um interesse científico no contexto geral de minhas memórias.’ (446.)

Embora todas as passagens das *Denkwürdigkeiten* nas quais minhas interpretações se baseiam sejam citadas literalmente nas páginas seguintes, solicitaria a meus leitores tornarem-se familiarizados com o livro, lendo-o pelo menos uma vez, de antemão.

I - HISTÓRIA CLÍNICA

‘Duas vezes sofri de distúrbios nervosos’, escreve o Dr. Schreber, ‘e ambas resultaram de excessiva tensão mental. Isso se deveu, na primeira ocasião, à minha apresentação como candidato à eleição para o *Reichstag*, enquanto era *Landgerichtsdirektor* em Chemnitz, e, na segunda, ao fardo muito pesado de trabalho que me caiu sobre os ombros quando assumi meus novos deveres como *Senatspräsident* no *Oberlandesgericht* em Dresden.’ (34.)

A primeira doença do Dr. Schreber começou no outono de 1884; em fins de 1885 achava-se completamente restabelecido. Durante este período, passou seis meses na clínica de Flechsig, que, em relatório formal redigido posteriormente, descreveu o distúrbio como sendo uma crise de grave hipocondria [379]. O Dr. Schreber assegura-nos que a moléstia seguiu seu curso ‘sem a ocorrência de quaisquer incidentes que tocassem as raias do sobrenatural.’ (35.)

Nem a própria descrição do paciente, nem os relatórios médicos impressos no final de seu livro dizem-nos o suficiente sobre sua história anterior ou seus pormenores pessoais. Nem

mesmo tenho condições de fornecer a idade do paciente à época de sua enfermidade, embora a elevada posição judiciária que havia atingido antes da segunda doença estabeleça uma espécie de limite inferior. Sabemos que o Dr. Schreber já estava casado há muito tempo, antes da época de sua ‘hipocondria’. ‘A gratidão de minha esposa’, escreve ele, ‘foi talvez ainda mais sincera, pois reverenciava o Professor Flechsig como o homem que lhe havia restituído o marido; daí ter ela, durante anos, mantido o retrato dele sobre a escrivaninha.’ E, no mesmo lugar: ‘Após me restabelecer da primeira doença, passei oito anos com minha esposa - anos, em geral, de grande felicidade, ricos de honrarias exteriores e nublados apenas, de vez em quando, pela contínua frustração da esperança de sermos abençoados com filhos.’

Em junho em 1893, ele foi informado de sua provável indicação para *Senatspräsident*, e assumiu o cargo a 1º de outubro do mesmo ano. Entre estas duas datas tivera alguns sonhos, embora só mais tarde viesse a lhes atribuir qualquer importância. Sonhou duas ou três vezes que o antigo distúrbio nervoso retornara e isto o tornou tão infeliz no sonho, quanto a descoberta de ser apenas um sonho fê-lo feliz ao despertar. Além disso, certa vez, nas primeiras horas de manhã, enquanto se achava entre o sono e a vigília, ocorreu-lhe a idéia de que, ‘afinal de contas, deve ser realmente muito bom ser mulher e submeter-se ao ato da cópula’. (36.) Tratava-se de idéia que teria rejeitado com a maior indignação, se estivesse plenamente consciente.

A segunda enfermidade manifestou-se em fins de outubro de 1893, com um torturante acesso de insônia, forçando-o a retornar à clínica Flechsig, onde, porém, sua condição piorou rapidamente. O curso ulterior da moléstia é descrito em Relatório redigido subsequente [em 1899] pelo diretor do Asilo Sonnenstein: ‘No início de seu internamento ali, expressava mais idéias hipocondríacas, queixava-se de ter um amolecimento do cérebro, de que morreria cedo etc. Mas idéias de perseguição já surgiam no quadro clínico, baseadas em ilusões sensoriais que, contudo, só pareciam aparecer esporadicamente, no início, enquanto, ao mesmo tempo, um alto grau de hiperestesia era observável - grande sensibilidade à luz e ao barulho. Mais tarde, as ilusões visuais e auditivas tornaram-se muito mais freqüentes e, junto com distúrbios cenestésicos, dominavam a totalidade de seu sentimento e pensamento. Acreditava estar morto e em decomposição, que sofria de peste; asseverava que seu corpo estava sendo manejado da maneira mais revoltante, e, como ele próprio declara até hoje, passou pelos piores horrores que alguém possa imaginar, e tudo em nome de um intuito sagrado. O paciente estava tão preocupado com estas experiências patológicas, que era inacessível a qualquer outra impressão e sentava-se perfeitamente rígido e imóvel durante horas (estupor alucinatório). Por outro lado, elas o torturavam a tal ponto, que ele ansiava pela morte. Fez repetidas tentativas de afogar-se durante o banho e pediu que lhe fosse dado o “cianureto que lhe estava destinado”. Suas idéias delirantes assumiram gradativamente caráter místico e religioso; achava-se em comunicação direta com Deus, era joguete de demônios, via “aparições miraculosas”, ouvia “música sagrada”, e, no final, chegou mesmo a acreditar que

estava vivendo em outro mundo.’ (380.)

Pode-se acrescentar que havia certas pessoas por quem pensava estar sendo perseguido e prejudicado, e a quem dirigia vitupérios. A mais proeminente delas era seu médico anterior, Flechsig, a quem chamava de ‘assassino da alma’; e costumava gritar repetidas vezes: ‘*Pequeno Flechsig!*’, dando nítida ênfase à primeira palavra (383.). Foi removido para Leipzig e, após breve intervalo passado noutra instituição, foi trazido em junho de 1894 para o Asilo Sonnenstein, perto de Pirna, onde permaneceu até que o distúrbio assumiu o aspecto final. No decorrer dos anos seguintes, o quadro clínico alterou-se de maneira que pode ser mais bem descrita pelas palavras do Dr. Weber, diretor do asilo.

‘Não preciso me aprofundar nos pormenores do curso da doença. Devo, contudo, chamar a atenção para a maneira pela qual, à medida que o tempo passava, a psicose inicial comparativamente aguda, que havia envolvido diretamente toda a vida mental do paciente e merecia o nome de “insanidade alucinatória”, desenvolveu-se cada vez mais claramente (quase poder-se-ia dizer cristalizou-se) até o quadro clínico paranóico que temos hoje diante de nós.’ (385). Aconteceu que, por um lado, ele havia desenvolvido uma engenhosa estrutura delirante, na qual temos toda razão de estar interessados, ao passo que, por outro, sua personalidade fora reconstruída e agora se mostrava, exceto por alguns distúrbios isolados, capaz de satisfazer as exigências da vida cotidiana.

O Dr. Weber, em seu Relatório de 1899, faz as seguintes observações: ‘Assim, parece que, no momento, independentemente de certos sintomas psicomotores óbvios, que não podem deixar de impressionar como patológicos mesmo o observador superficial, *Herr Senatspräsident* Dr. Schreber não apresenta sinais de confusão ou de inibição psíquica, nem sua inteligência se acha notadamente prejudicada. Sua mente é calma, a memória excelente, tem à disposição estoque considerável de conhecimentos (não somente sobre questões jurídicas, mas em muitos outros campos) e é capaz de reproduzi-los numa seqüência vinculada de pensamento. Interessa-se em acompanhar os acontecimentos do mundo da política, da ciência, da arte etc. e ocupa-se constantemente com tais assuntos... e um observador desinformado sobre sua condição geral dificilmente notaria algo de peculiar nesses procedimentos. Apesar disso tudo, entretanto, o paciente acha-se repleto de idéias de origem patológica, que se constituíram num sistema completo; são mais ou menos fixas e parecem inacessíveis à correção por meio de qualquer apreciação e juízo objetivos dos fatos externos.’ (385-6.)

Assim, o estado do paciente experimentava grande mudança e ele agora se considerava capaz de levar existência independente. Por conseguinte, adotou as medidas apropriadas para retomar o controle de seus próprios assuntos e assegurar sua alta do asilo. O Dr. Weber dispôs-se a impedir a realização destas intenções e redigiu relatórios contrários a elas. Não

obstante, em seu Relatório datado de 1900, sentiu-se obrigado a dar esta descrição apreciativa do caráter e conduta do paciente: ‘Visto que, durante os últimos nove meses, *Herr Präsident* Schreber fez suas refeições diariamente em minha mesa familiar, tive as mais amplas oportunidades de conversar com ele sobre todos os tópicos imagináveis. Qualquer que fosse o assunto em debate (exceto, naturalmente, suas idéias delirantes), concernente a acontecimentos no campo da administração e do direito, da política, da arte, da literatura e da vida social - em resumo, qualquer que fosse o tópico, o Dr. Schreber mostrava interesse vivaz, mente bem informada, boa memória e julgamento sólido; ademais, era impossível não endossar sua concepção ética. Também, em conversa mais superficial com as senhoras da reunião, era tão cortês quanto afável, e, ao aflorar assuntos de maneira mais jocosa, invariavelmente demonstrava tato e decoro. Nem uma só vez, durante essas conversas inocentes à mesa de jantar, introduziu ele assuntos que mais apropriadamente seriam levantados numa consulta médica.’ (397-8.) Na verdade, em determinada ocasião durante este período, quando surgiu uma questão de negócios que envolvia os interesses de toda a sua família, tomou parte nela de um modo que demonstrava tanto conhecimento técnico quanto senso comum (401 e 510).

Nas numerosas solicitações aos tribunais, através das quais o Dr. Schreber esforçou-se por recobrar a liberdade, não repudiou de modo algum seus delírios ou fez qualquer segredo da intenção de publicar as *Denkwürdigkeiten*. Pelo contrário, estendeu-se sobre a importância de suas idéias para o pensamento religioso e sua invulnerabilidade aos ataques da ciência moderna; mas, ao mesmo tempo, dava ênfase à ‘absoluta inocuidade’ (430) de todas as ações que, como se dava conta, seus delírios obrigavam-nos a realizar. Na verdade, tais eram sua perspicácia e a força convincente de sua lógica, que finalmente, e apesar de ser ele paranóico reconhecido, seus esforços coroaram-se de sucesso. Em julho de 1902, os direitos civis do Dr. Schreber foram restabelecidos e, no ano seguinte, suas *Denkwürdigkeiten eines Nervenkranken* apareceram, embora censuradas e com muitas partes valiosas omitidas.

A decisão judicial que devolveu ao Dr. Schreber a liberdade resume a essência de seu sistema delirante em poucas frases: ‘Acreditava que tinha a missão de redimir o mundo e restituir-lhe o estado perdido de beatitude. Isso, entretanto, só poderia realizar se primeiro se transformasse de homem em mulher.’ (475.)

Para uma descrição mais pormenorizada de seus delírios, tal como apareceram em sua forma final, podemos recorrer ao Relatório de 1899 do Dr. Weber: ‘O ponto culminante do sistema delirante do paciente é a sua crença de ter a missão de redimir o mundo e restituir à humanidade o estado perdido de beatitude. Foi convocado a essa tarefa, assim assevera, por inspiração direta de Deus, tal como aprendemos que foram os Profetas; pois os nervos, em condições de grande excitação, assim como os seus estiveram por longo tempo, têm exatamente a propriedade de exercer atração sobre Deus - embora isso signifique tocar em

assuntos que a fala humana mal é capaz de expressar, se é que o pode, visto jazerem inteiramente fora do raio de ação da experiência humana e, na verdade, terem sido revelados somente a ele. A parte mais essencial de sua missão redentora é ela ter de ser procedida por sua *transformação em mulher*. Não se deve supor que ele *deseje* ser transformado em mulher; trata-se antes de um ‘dever’ baseado na Ordem das Coisas, ao qual não há possibilidade de fugir, por mais que, pessoalmente, preferisse permanecer em sua própria honorável e masculina posição na vida. Mas nem ele nem o resto da humanidade podem reconquistar a vida do além, a não ser mediante a transformação em mulher (processo que pode ocupar muitos anos ou mesmo décadas), por meio de milagres divinos. Ele próprio, está convencido, é o único objeto sobre o qual milagres divinos se realizam, sendo assim o ser humano mais notável que até hoje viveu sobre a Terra. A toda hora e a todo minuto, durante anos, experimentou estes milagres em seu corpo e teve-os confirmados pelas vozes que com ele conversaram. Durante os primeiros anos de sua moléstia, alguns de seus órgãos corporais sofreram danos tão terríveis que inevitavelmente levariam à morte qualquer outro homem; viveu por longo tempo sem estômago, sem intestinos, quase sem pulmões, com o esôfago rasgado, sem bexiga e com as costelas despedaçadas; costumava às vezes engolir parte de sua própria laringe com a comida etc. Mas milagres divinos (“raios”) sempre restauravam o que havia sido destruído, e portanto, enquanto permanecer homem, é inteiramente imortal. Estes fenômenos alarmantes cessaram há muito tempo e, como alternativa, sua “feminilidade” tornou-se proeminente. Trata-se de um processo de desenvolvimento que provavelmente exigirá décadas, senão séculos, para sua conclusão, sendo improvável que alguém hoje vivo sobreviva para ver seu final. Ele tem a sensação de que um número enorme de “nervos femininos” já passou para o seu corpo e, a partir deles, uma nova raça de homens originar-se-á, através de um processo de fecundação direta por Deus. Somente então, segundo parece, poderá morrer de morte natural e, juntamente com o resto da humanidade, reconquistará um estado de beatitude. Nesse meio tempo, não apenas o Sol, mas também árvores e pássaros, que têm a natureza de ‘resíduos miraculados (*bemiracled*) de antigas almas humanas, falam-lhe com inflexões humanas, e coisas miraculosas acontecem por toda a parte a seu redor.’ (386-8.)

O interesse sentido pelo psiquiatra militante em formações delirantes como estas exaure-se, geralmente, uma vez haja determinado o caráter dos produtos do delírio e feito uma estimativa de sua influência sobre a conduta geral do paciente; em seu caso, maravilhar-se não é o início da compreensão. O psicanalista, à luz de seu conhecimento das psiconeuroses, aborda o assunto com a suspeita de que mesmo estruturas de pensamento tão extraordinárias como estas, e tão afastadas de nossas modalidades comuns de pensar, derivam, todavia, dos mais gerais e compreensíveis impulsos da mente humana; e gostaria de descobrir os motivos de tal transformação, bem como a maneira pela qual ela se realizou. Com este objetivo em vista, desejará aprofundar-se mais nos pormenores do delírio e na história de seu desenvolvimento.

(a) O diretor da clínica acentua dois pontos como sendo de suma importância: a

assunção, pelo paciente, *do papel de Redentor e sua transformação em mulher*. O delírio de Redentor constitui fantasia que nos é familiar, pela frequência com que forma o núcleo da paranóia religiosa. O fator adicional, que faz a redenção depender de o homem transformar-se previamente em mulher, é fora do comum e em si próprio desconcertante, visto apresentar divergência muito ampla do mito histórico que a fantasia do paciente se propõe reproduzir. Segue-se naturalmente o relatório médico a presumir que a força motivadora desse complexo delirante foi a ambição do paciente em desempenhar o papel de Redentor e que sua *emasculação* merece ser encarada apenas como um meio de alcançar esse fim. Ainda que isto possa parecer verdade, a partir do delírio em sua forma final, um estudo das *Denkwürdigkeiten* compele-nos a assumir ponto de vista muito diferente sobre o assunto. Sabemos que a idéia de se transformar em mulher (isto é, de ser emasculado) constituiu o delírio primário, que ele no início encarava esse ato como grave injúria e perseguição, e que o mesmo só se relacionou com o papel de Redentor de maneira secundária. Não pode haver dúvida, além disso, de que ele originalmente acreditava que a transformação deveria ser efetuada com a finalidade de abusos sexuais e não para servir a altos desígnios. Pode-se formular a situação, dizendo-se que um delírio sexual de perseguição foi posteriormente transformado, na mente do paciente, em delírio religioso de grandeza. O papel de perseguidor foi primeiramente atribuído ao Professor Flechsig, médico sob cujos cuidados estava; mais tarde, o lugar foi assumido pelo Próprio Deus.

Citarei na íntegra as passagens pertinentes das *Denkwürdigkeiten*: ‘Desse modo, uma conspiração contra mim foi levada ao ponto culminante (por volta de março ou abril de 1894). Seu objetivo era conseguir que, uma vez minha doença nervosa houvesse sido reconhecida como incurável ou assim admitida, eu fosse entregue a certa pessoa, de maneira específica: minha alma deveria ser-lhe entregue, mas meu corpo - devido a uma má compreensão do que acima descrevi como o propósito subjacente à Ordem das Coisas - deveria ser transformado num corpo feminino e como tal entregue à pessoa em apreço com vistas e abusos sexuais, então simplesmente seria “deixado de lado” - o que indubitavelmente significa ser entregue à corrupção.’ (56.)

‘Além disso, era perfeitamente natural que, do ponto de vista humano (único pelo qual, àquela época, eu era ainda principalmente dirigido), encarasse o Professor Flechsig ou sua alma como meu único verdadeiro inimigo - em data posterior, houve também a alma de von W., a respeito da qual terei mais a dizer dentro em pouco - e que eu considerasse Deus Todo-Poderoso como aliado natural. Simplesmente imaginei que Ele se achava em grande dificuldade com referência ao Professor Flechsig e, por conseguinte, senti-me obrigado a apoiá-lo por todos os meios concebíveis, até o extremo de sacrificar-me a mim mesmo. Só muito mais tarde foi que me ocorreu a idéia de que o próprio Deus havia desempenhado o papel de cúmplice, senão de instigador, na conspiração em que minha alma deveria ser assassinada e meu corpo usado como o de uma rameira. De fato, posso dizer que esta idéia

em parte só se tornou claramente consciente para mim enquanto escrevia o presente trabalho.’ (59.)

‘Toda tentativa de assassinar minha alma, de emascular-me para fins *contrários a Ordem das Coisas* (isto é, para satisfação dos apetites sexuais de um indivíduo) ou, mais tarde, de destruir meu entendimento - toda tentativa como essa redundou em nada. Desse combate aparentemente desigual entre um débil homem e o Próprio Deus, emergi como vencedor - embora com muito amargo sofrimento e privação - porque a Ordem das Coisas está do meu lado.’ (61.)

Em nota de rodapé ligada às palavras ‘*contrários à Ordem das Coisas*’, na passagem anterior, o autor prenuncia a transformação subsequente de seu delírio de emasculação e de sua relação com Deus: ‘Demonstrarei mais tarde que a emasculação para propósito inteiramente diferente - um propósito *em harmonia com a Ordem das Coisas* - acha-se dentro dos limites da possibilidade, e, na verdade, que muito provavelmente pode proporcionar a solução do conflito.’

Estas afirmações são de importância decisiva para determinar a opinião que devemos formar quanto ao delírio da emasculação, dando-nos assim uma compreensão geral do caso. Pode-se acrescentar que as ‘vozes’ que o paciente ouvia nunca tratavam de sua transformação em mulher como algo que não fosse uma ignomínia sexual, o que lhes fornecia desculpa para dele escarnecer. ‘Raios de Deus não raramente julgaram-se no direito de zombar de mim, chamando-me de “Miss Schreber”, em alusão à emasculação que, segundo se afirmava, achava-me a ponto de sofrer.’ (127.) Ou então diziam: ‘Então *isso* declara ter sido um *Senatspräsident*, essa pessoa que se deixa ser f... a!’ Ou, ainda: ‘Não se sente envergonhado, na frente de sua mulher?’ (177.)

Que a fantasia de emasculação era de natureza primária e originalmente independente do *motif* do Redentor, torna-se ainda mais provável quando relembremos a ‘idéia’ que, como mencionei em página anterior [Ver em [1].], ocorreu-lhe enquanto se achava semi-adormecido, no sentido de que deve ser bom ser uma mulher e submeter-se ao ato da cópula. (36.) Esta fantasia apareceu durante o período de incubação de sua moléstia, e antes que tivesse começado a sentir os efeitos do excesso de trabalho em Dresden.

O próprio Schreber indica o mês de novembro de 1895 como a época em que se estabeleceu a vinculação entre a fantasia de emasculação e a idéia do Redentor, preparando-se assim o caminho para ele reconciliar-se com a primeira. ‘Agora, contudo’, escreve, ‘deixe-me claramente conta de que a Ordem das Coisas exigia imperativamente a minha emasculação, gostasse ou não disso pessoalmente, e que nenhum caminho *razoável* se abre

para mim exceto reconciliar-me com o pensamento de ser transformado em mulher. A outra conseqüência de minha emasculação, naturalmente, só poderia ser a minha fecundação por raios divinos, a fim de que uma nova raça de homens pudesse ser criada.’ (177.)

A idéia de ser transformado em mulher foi a característica saliente e o germe mais primitivo de seu sistema delirante. Mostrou também ser a única parte deste que persistiu após a cura e a única que pôde permanecer em sua conduta na vida real, após haver-se restabelecido. ‘A *única coisa* que poderia parecer disparatada aos olhos de outras pessoas é o fato, já a florado no relatório do perito, de que sou às vezes encontrado parado em frente do espelho ou em outro lugar, com a parte superior de meu corpo desnuda e usando adornos femininos variados, tais como fitas, colares falsos e similares. Isto só ocorre, posso acrescentar, quando estou *sozinho*, e nunca, pelo menos na medida em que posso evitá-lo, na presença de outras pessoas.’ (429.) O *Herr Senatspräsident* confessa esta frivolidade numa data (julho de 1901) em que já se achava em posição de expressar de modo muito capaz o caráter completo de seu restabelecimento no campo da vida prática: ‘Há muito tempo me venho dando conta de que as pessoas que vejo a meu redor não são “homens apressadamente improvisados”, mas pessoas reais, e que devo, portanto, conduzir-me em relação a eles como um homem razoável está acostumado a conduzir-se em relação a seus semelhantes.’ (409.) Em contraste com a maneira pela qual colocou em ação sua fantasia de emasculação, o paciente nunca tomou quaisquer medidas no sentido de induzir as pessoas a reconhecerem sua missão de Redentor, fora a publicação de suas *Denkwürdigkeiten*.

(b) A atitude de nosso paciente para com *Deus* é tão singular e cheia de contradições internas, que exige mais que um pouco de fé persistir na crença de que, não obstante, existe ‘método’ em sua ‘loucura’. Com auxílio do que o Dr. Schreber nos conta nas *Denkwürdigkeiten*, temos agora de esforçar-nos por chegar a uma visão mais exata de seu sistema teológico-psicológico, e devemos expor suas opiniões sobre os *nervos*, o *estado de beatitude*, a *hierarquia divina* e os *atributos de Deus*, em seu nexos delirante (manifesto). Em todos os pontos de sua teoria, ficaremos impressionados pela espantosa mistura do banal e do brilhante, do que foi tomado emprestado e do que é original.

A alma humana está contida nos *nervos* do corpo. Estes devem ser entendidos como estruturas de extraordinária finura, comparáveis ao fio mais delgado. Alguns desses nervos são apropriados apenas para a recepção de percepções sensórias, enquanto que outros (*os nervos do entendimento*) executam todas as funções da mente; com respeito a isso, é de notar que *cada nervo do entendimento isolado representa a individualidade mental inteira*

de uma pessoa, e que a presença de um número maior ou menor de nervos do entendimento não tem influência, exceto sobre a duração de tempo durante o qual a mente pode reter suas impressões.

Enquanto que os homens se compõem de corpos e nervos, Deus é, por Sua própria natureza, somente nervos. Os nervos de Deus, porém, não estão presente em número limitado, como no caso dos corpos humanos, mas são infinitos ou eternos. Possuem todas as propriedades dos nervos humanos, em grau enormemente intensificado. Em sua capacidade criativa - isto é, no poder de se transformarem em todo objeto imaginável no mundo criado - são conhecidos como *raios*. Existe íntima relação entre Deus, o céu estrelado e o Sol.

Quando a obra da criação terminou, Deus retirou-se para muito longe (10-11 e 252) e abandonou o mundo às suas próprias leis. Limitou Suas atividades a chamar a Si as almas dos mortos. Somente em ocasiões excepcionais é que entraria em relação com pessoas específicas, altamente dotadas, ou interviria, por meio de um milagre, nos destinos do mundo. Deus não tem nenhuma comunicação regular com as almas humanas, de acordo com a Ordem das Coisas, até depois da morte. Quando um homem morre, suas partes espirituais (isto é, seus nervos) sofrem um processo de purificação antes de finalmente se reunirem com o Próprio Deus como ‘ante-salas do Céu’. Assim, ocorre que tudo se move numa ronda eterna, que está na base da Ordem das Coisas. Ao criar qualquer coisa, Deus se separa de uma parte de Si Próprio, ou dá a uma parte de Seus nervos forma diferente. A perda aparente que assim experimenta é compensada quando, após centenas e milhares de anos, os nervos dos mortos, que ingressaram no estado de beatitude, mais uma vez se Lhe acrescem, como ‘ante-salas do Céu’ (18 e 19 n.).

As almas que passaram por este processo de purificação começam a gozar de um *estado de beatitude*. Nesse meio tempo, perderam um pouco de sua consciência individual e se fundiram com outras almas em unidades mais elevadas. Almas importantes, aquelas de homens como Goethe, Bismarck etc., podem ter de manter seu senso de identidade por centenas de anos mais, antes que também elas possam se transformar em complexos anímicos superiores, tais como ‘raios de Javé’, no caso do antigo povo judeu, ou ‘raios de Zoroastro’, no caso da antiga Pérsia. No decurso de sua purificação, ‘as almas aprendem a língua que é falada pelo próprio Deus, a chamada “língua básica”, um alemão vigoroso, ainda que um tanto antiquado, que se caracteriza especialmente pela grande riqueza em eufemismos’ (13.)

O Próprio Deus não é uma entidade simples. ‘Acima das “ante-salas do Céu” pairava o Próprio Deus, que, em contraposição a estes “domínios anteriores de Deus”, era também descrito como os “domínios posteriores de Deus”. Os domínios posteriores de Deus eram, e ainda são, divididos estranhamente em duas partes, de modo que um Deus inferior (Arimã) se diferenciava de um Deus superior (Ormuzd).’ (19.) Com referência ao significado desta

distinção, Schreber só nos pode informar que o Deus inferior era mais especialmente ligado aos povos de uma raça escura (ou semitas) e o Deus superior aos de uma raça loura (os arianos); e nem seria razoável, em assuntos tão elevados, esperar mais do conhecimento humano. Não obstante, diz-nos também que ‘apesar do fato de, sob certos aspectos, o Deus Todo-Poderoso formar uma unidade, o Deus inferior e o superior devem ser considerados como Seres separados, cada um dos quais possui seu próprio egoísmo e instinto particular de autopreservação, *mesmo em relação ao outro*, e cada um dos quais se está, portanto, constantemente esforçando por arremessar-se na frente do outro’ (140 n.). Ademais, os dois Seres divinos comportavam-se de maneira inteiramente diferente em relação ao infeliz Schreber, durante o estágio agudo da doença.

Em dias anteriores à sua doença, o *Senatspräsident* Schreber tivera dúvida sobre assuntos religiosos (29 e 64); nunca fora capaz de persuadir-se a ter uma firme crença na existência de um Deus pessoal. Na verdade, ele aduz este fato sobre sua vida anterior como argumento em favor da completa realidade de seus delírios. Mas quem quer que leia a descrição que se segue dos traços caracterológicos do Deus de Schreber terá de admitir que a transformação efetuada pelo distúrbio paranóico não foi fundamental, e que no Redentor de hoje muito permanece daquele que ontem duvidava.

É que existe uma falha na Ordem das Coisas, em conseqüência da qual a existência do Próprio Deus parece ser colocada em perigo. Devido a circunstâncias sem maior explicação, os nervos dos homens vivos, especialmente quando em estado de *intensa excitação*, podem exercer sobre os nervos de Deus atração tão poderosa que ele não se pode libertar deles novamente, e assim Sua própria existência pode ser ameaçada. (11.) Esta ocorrência excepcionalmente rara realizou-se no caso de Schreber e envolveu-o nos maiores sofrimentos. O instinto de autopreservação foi despertado em Deus (30) e então tornou-se evidente que Ele se achava muito afastado da perfeição que lhe é atribuída pelas religiões. Por todo o livro de Schreber ressoa a amarga queixa de que Deus, estando acostumado apenas à comunicação com os mortos, *não compreende os homens vivos*.

‘Com relação a isso, contudo, prevalece *um mal-entendido fundamental*, que desde então atravessou minha vida inteira como um fio escarlate. Baseia-se precisamente no fato de que, *de acordo com a Ordem das Coisas, Deus realmente não sabia nada sobre os homens vivos* e não precisava conhecer; em consonância com a Ordem das Coisas, Ele precisava apenas manter comunicação com cadáveres.’ (55.) - ‘Esse estado de coisas... estou convencido, deve mais uma vez ser vinculado ao fato de que Deus era, se assim posso exprimi-lo, inteiramente incapaz de lidar com homens vivos, e só estava acostumado a comunicar-se com cadáveres, ou, no máximo, com homens adormecidos (isto é, em seus sonhos).’ (141.) - ‘Eu próprio senti-me inclinado a exclamar: “*Incredibile scriptu!*”

Todavia, tudo é literalmente verídico, por difícil que possa ser para outras pessoas apreender a idéia da completa incapacidade de Deus em julgar corretamente os homens vivos, e por mais tempo que eu próprio tenha levado para acostumar-me a esta idéia, após minhas inumeráveis observações sobre o assunto.’ (246.)

Entretanto, como resultado da má compreensão que Deus tem dos homens vivos, foi-Lhe possível tornar-se o instigador da conspiração contra Schreber, tomá-lo por idiota e submetê-lo a essas severas provações (264). Para evitar ser considerado um idiota, ele se submeteu a um sistema extremamente fatigante de ‘pensamento forçado’, pois ‘cada vez que minhas atividades intelectuais cessavam, Deus chegava à conclusão de que minhas faculdades mentais achavam-se extintas e que a destruição de meu entendimento (a idiotia), pela qual Ele esperava, havia-se realmente estabelecido, e que uma retirada se tornara agora possível’. (206.)

O comportamento de Deus na questão da premência de evacuar (ou ‘c...r’) leva-o a um grau especialmente alto de indignação. A passagem é tão característica que a citarei na íntegra; mas, para esclarecê-la, devo primeiro explicar que tanto os milagres quanto as vozes procedem de Deus, isto é, dos raios divinos.

‘Embora se torne necessário que eu aflore um tema desagradável, tenho de dedicar mais algumas palavras à pergunta que acabei de citar (“Por que você não c... a?”), devido ao caráter típico de todo o assunto. A necessidade de evacuação, como tudo o mais que tem a ver com o meu corpo, é evocada por milagre. É ocasionada pelo fato de minhas fezes serem forçadas para a frente (e, às vezes, para trás novamente) em meus intestinos; e se, devido a já ter havido uma evacuação, não se apresenta material suficiente, então pequenos resíduos que ainda possa haver do conteúdo de meus intestinos se espalham sobre meu orifício anal. A ocorrência é um milagre realizado pelo Deus superior, e repete-se diversas dúzias de vezes pelo menos, a cada dia. Associa-se a uma idéia que é inteiramente incompreensível para os seres humanos e só pode ser explicada pela ignorância completa de Deus quanto ao homem vivo como um organismo. De acordo com esta idéia, “c... r” é, em certo sentido, o ato final, o que equivale a dizer que, uma vez que a premência de c...r tenha sido causada por milagre, o objetivo de destruir o entendimento é alcançado e uma retirada final dos raios torna-se possível. Para chegar ao fundo desta idéia, temos de supor, segundo me parece, que há um equívoco em relação ao significado simbólico do ato da evacuação, uma noção, na verdade, de que qualquer um que tenha mantido uma relação como a que mantenho com os raios divinos tem, até certo ponto, direito de c...r sobre o mundo inteiro.’

‘Mas o que agora se segue revela toda a perfídia da política que foi seguida com relação a minha pessoa. Quase toda vez que a necessidade de evacuação me aparecia por milagre,

outra pessoa nas imediações era enviada (por ter seus nervos estimulados com esse intuito) para o banheiro, a fim de impedir-me de evacuar. Trata-se de fenômeno que observei durante anos e em ocasiões tão incontáveis - milhares delas - e com tal regularidade que exclui qualquer possibilidade de ser atribuível ao acaso. E, então, surge a pergunta: “Por que você não c...a?”, à qual é dada a vivaz réplica de que sou “tão estúpido ou coisa assim”. A pena quase se esquivava de registrar tamanho absurdo, que Deus, cego por Sua ignorância da natureza humana, possa positivamente chegar ao extremo de supor que exista um homem estúpido demais para fazer o que todo animal faz - estúpido demais para poder c...r. Quando, levado por tal impulso, eu realmente consigo evacuar - e, geralmente, visto quase sempre encontrar o banheiro ocupado, uso um balde para esse fim - o processo é sempre acompanhado pelo aparecimento de uma sensação extremamente intensa de voluptuosidade espiritual, pois o alívio da pressão causada pela presença das fezes nos intestinos produz intenso bem-estar nos nervos da voluptuosidade; e o mesmo também acontece com a urina. Por esta razão, ainda até o dia de hoje, enquanto estou evacuando ou urinando, todos os raios acham-se sempre, sem exceção, unidos; por esta mesma razão, sempre que me dedico a estas funções naturais, é invariavelmente feita uma tentativa, embora vã, de inverter por milagre o impulso de defecar ou urinar.’ (225-7.)

Ademais, este extraordinário Deus de Schreber é incapaz de aprender qualquer coisa pela experiência: ‘Devido a uma ou outra qualidade inerentes à sua natureza, parece impossível a Deus inferir quaisquer lições para o futuro da experiência assim obtida.’ (186.) Ele pode, portanto, continuar a repetir as mesmas atormentadoras provações, milagres e vozes, sem alteração, ano após ano, até que, inevitavelmente, se torna motivo de riso para a vítima de Duas perseguições.

‘A conseqüência é que, agora que os milagres em grande parte perderam o poder que antigamente possuíam de produzir efeitos aterrorizantes, Deus me parece principalmente, em quase tudo o que me acontece, ridículo ou pueril. Com referência à minha própria conduta, sou amiúde obrigado, em autodefesa, a desempenhar o papel de escarnecedor de Deus, e mesmo, ocasionalmente, de zombrar Dele em voz alta.’ (333.)

A esta atitude crítica e rebelde para com Deus, contudo, opõe-se na mente de Schreber uma enérgica contracorrente, expressa em muitos lugares: ‘Mas aqui novamente devo mui enfaticamente declarar que isto é apenas um episódio que, espero, terminará o mais tardar com meu falecimento, e que o direito de escarnecer de Deus pertence, em conseqüência, a mim somente e não a outros homens. Para estes, Ele permanece sendo o criador todopoderoso do Céu e da Terra, a causa primeira de todas as coisas, e a salvação de seu futuro, a quem - embora algumas das idéias religiosas convencionais possam exigir revisão - são devidas adoração e a mais profunda reverência.’ (333-4.)

Fazem-se, portanto, repetidas tentativas de encontrar justificção para a conduta de Deus

em relação ao paciente. Nestas tentativas, que apresentam tanta engenhosidade quanto qualquer outra teodicéia, a explicação baseia-se ora na natureza geral das almas, ora na necessidade de autopreservação divina, e na influência desencaminhadora da alma de Flechsig. (60-1 e 160.) Em geral, porém, a enfermidade é encarada como uma luta entre Schreber, o homem e Deus, luta na qual a vitória fica com o homem, fraco que seja, porque a Ordem das Coisas acha-se do seu lado. (61.)

O relatório médico poderia facilmente levar-nos a supor que Schreber apresentava a forma corriqueira de fantasia de Redentor, na qual o paciente acredita ser o filho de Deus, destinado a salvar o mundo de sua desgraça ou da destruição que o ameaça, e assim por diante. É por esta razão que tive o cuidado de apresentar com pormenores as peculiaridades da relação de Schreber com Deus. A importância desta relação para o resto da humanidade só raramente é mencionada nas *Denkwürdigkeiten*, e apenas na última fase de sua formação delirante. Consiste essencialmente no fato de que ninguém que morra pode ingressar no estado de beatitude enquanto a maior parte dos raios de Deus for absorvida por sua pessoa (de Schreber), devido a seus poderes de atração. (32.) É somente num estágio muito tardio, também, que sua identificação com Jesus Cristo aparece claramente. (338 e 431.)

Nenhuma tentativa de explicar o caso de Schreber terá possibilidade de ser correta, se não levar em consideração essas peculiaridades de sua concepção de Deus, essa mistura de reverência e rebeldia em sua atitude para com Ele.

Voltar-me-ei agora para outro assunto, estreitamente vinculado a Deus, ou seja, o *estado de beatitude*. Este é também mencionado por Schreber como ‘a vida do além’, à qual a alma humana é elevada após a morte, pelo processo da purificação. Ele o descreve como um estado de fruição ininterrupta, ligado à contemplação de Deus. Isso não é muito original mas, por outro lado, é surpreendente saber que Schreber faz distinção entre um estado de beatitude masculino e outro feminino.

‘O estado masculino de beatitude era superior ao feminino, que parece ter consistido principalmente numa sensação ininterrupta de voluptuosidade.’ (18.) Em outras passagens, esta coincidência entre o estado de beatitude e a voluptuosidade é expressa em linguagem mais simples e sem referência à distinção de sexo; ademais, o elemento do estado de beatitude que consiste na contemplação de Deus não é mais comentado. Assim, por exemplo: ‘A natureza dos nervos de Deus é tal que o estado de beatitude (...) se faz acompanhar por uma sensação muito intensa de voluptuosidade, ainda que não consista exclusivamente nela.’ (51.) E ainda: ‘A voluptuosidade pode ser encarada como um fragmento do estado de beatitude, dado antecipadamente, por assim dizer, aos homens e às outras criaturas vivas.’ (281.) Assim, o estado de beatitude celestial deve ser compreendido como sendo, em sua essência, uma continuação intensificada do prazer sensual sobre a Terra!

Esta visão do estado de beatitude achava-se longe de ser, no delírio de Schreber, um elemento originado nos primeiros estádios de sua doença e posteriormente eliminado, como incompatível com o resto. Na Exposição de seu Caso, redigida pelo paciente para o Tribunal de Apelação em julho de 1901, ele enfatiza como uma de suas maiores descobertas o fato de ‘que a voluptuosidade se acha em estreito relacionamento (até então não perceptível ao resto da humanidade) com o estado de beatitude fruído pelos espíritos que já não mais se acham aqui’. [442.]

Descobriremos, na verdade, que este “relacionamento estreito” é a rocha sobre a qual o paciente funda suas esperanças de uma reconciliação final com Deus e de que seus sofrimentos recebam um fim. Os raios de Deus abandonam sua hostilidade assim que se certificam de que, sendo absorvidos pelo corpo dele, experimentarão voluptuosidade espiritual (133); o próprio Deus exige poder encontrar voluptuosidade nele (283) e ameaça-o com a retirada de Seus raios, se se esquecer de cultivar a voluptuosidade e não puder oferecer a Deus o que Este exige. (320.)

Essa surpreendente sexualização do estado de beatitude celestial sugere a possibilidade de que o conceito que Schreber tem do estado de beatitude derive de uma condensação dos principais significados da palavra alemã ‘*selig*’, a saber, ‘falecido’ e ‘sensualmente feliz’. Mas esse exemplo de sexualização fornecer-nos-á também ocasião de examinar a atitude geral do paciente para com o lado erótico da vida e para com assuntos de indulgência sexual, pois nós, psicanalistas, até o presente apoiamos a opinião de que as raízes de todo distúrbio nervoso e mental devem se encontrar principalmente na vida sexual do paciente - alguns de nós baseados simplesmente em fundamentos empíricos, outros, influenciados, além disso, por considerações teóricas.

As amostras dos delírios de Schreber já fornecidas capacitam-nos, sem mais, a pôr de lado a suspeita de que exatamente esse distúrbio paranóide pudesse vir a ser o ‘caso negativo’ há tanto tempo procurado: um caso em que a sexualidade desempenhe apenas papel muito pouco importante. O próprio Schreber fala repetidas vezes como se partilhasse de nosso preconceito. Fala constantemente, e no mesmo alento, de ‘distúrbio nervoso’ e lapsos eróticos, como se as duas coisas fossem inseparáveis.

Antes de sua enfermidade, o *Senatspräsident* Schreber fora homem de moral estrita: ‘Poucas pessoas’, declara ele, e não vejo razão para duvidar de sua assertiva, ‘podem ter sido criadas segundo os estritos princípios morais em que fui, e poucas pessoas, durante toda a sua vida, podem ter exercido (especialmente em assuntos sexuais) uma autocoibição que se conformasse tão estritamente a esses princípios, como posso dizer de mim mesmo que exerci.’ (281.) Após o severo combate espiritual, do qual os fenômenos de sua moléstia

foram os sinais exteriores, sua atitude para com o lado erótico da vida se alterou. Chegara a perceber que o cultivo da voluptuosidade lhe incumbia como um dever e que somente pelo cumprimento desse dever é que poderia terminar o grave conflito que irrompera dentro dele - ou, como pensava, a seu respeito. A voluptuosidade, assim as vozes lhe asseguravam, havia-se tornado 'temente a Deus', e só lhe restava lamentar que não se pudesse dedicar a seu cultivo durante todo o dia. (285.)

Foi esse, então, o resultado das modificações produzidas em Schreber por sua doença, tal como as encontramos expressas nas duas características principais de seu sistema delirante. Antes dela, inclinara-se ao ascetismo sexual e fora um descrente com referência a Deus, enquanto que, após a mesma, se tornou crente em Deus e devoto da voluptuosidade. Entretanto, assim como sua fé em Deus reconquistada era de tipo peculiar, assim também a fruição sexual que havia alcançado para si próprio era de caráter muito raro. Não era a liberdade sexual de um homem, mas os sentimentos sexuais de uma mulher. Ele assumiu uma atitude feminina para com Deus; sentiu que era a esposa de Deus.

Nenhuma outra parte de seus delírios é tratada pelo paciente tão exaustivamente, quase poder-se-ia dizer insistentemente, como sua alegada transformação em mulher. Os nervos por ele absorvidos, assim diz, assumiram em seu corpo o caráter de nervos femininos de voluptuosidade e lhe deram um molde mais ou menos feminino, e, mais particularmente, à sua pele, a suavidade peculiar ao sexo feminino. (87.) Se aperta levemente com os dedos qualquer parte do corpo, pode sentir esses nervos, sob a superfície da pele, como um tecido de textura fibrosa ou semelhante a fios; eles se acham especialmente presentes na região do tórax, onde, numa mulher, ficariam os seios. 'Aplicando pressão a este tecido, sou capaz de evocar uma sensação de voluptuosidade, tal como as mulheres experimentam, e especialmente se penso em algo feminino ao mesmo tempo.' (277.) Sabe com certeza que o tecido originalmente nada mais era que nervos de Deus, que dificilmente poderiam ter perdido o caráter de nervos simplesmente por terem passado para seu corpo. (279.) Por meio do que chama de 'atrair' (isto é, pela invocação de imagens visuais), é capaz de dar tanto a si quanto aos raios a impressão de que seu corpo se acha aparelhado com seios e órgãos genitais femininos: 'Tornou-se tanto um hábito para mim atrair nádegas femininas para meu corpo - *honi soit qui mal y pense* - que o faço quase involuntariamente, a cada vez que me abaixo.' (233.) É 'ousado o bastante para asseverar que quem quer que tenha oportunidade de me ver diante do espelho com a parte superior de meu corpo desnuda - especialmente se a ilusão é auxiliada por estar eu usando algum atavio feminino - receberia uma impressão inequívoca de um *busto feminino*'. (280.) Solicita exame médico, a fim de estabelecer o fato de que todo o seu corpo possui nervos de voluptuosidade dispersos sobre ele, da cabeça aos pés, situação, que, em sua opinião, só pode ser encontrada no corpo feminino, enquanto no indivíduo do sexo masculino, segundo melhor de seu conhecimento, os

nervos da voluptuosidade existem apenas nos órgãos sexuais e em sua vizinhança imediata. (274.) A voluptuosidade espiritual que se desenvolveu devido a essa acumulação de nervos em seu corpo é tão intensa que exige apenas ligeiro esforço de sua imaginação (especialmente quando se acha deitado na cama) para proporcionar-lhe uma sensação de bem-estar sexual que permite um prenúncio mais ou menos claro do prazer sexual desfrutado por uma mulher durante a cópula. (269.)

Se recordamos agora o sonho que o paciente teve durante o período de incubação de sua enfermidade, antes de mudar-se para Dresden [ver em [1]], tornar-se-á claro, acima de qualquer dúvida, que seu delírio de ser transformado em mulher nada mais era que a realização do conteúdo desse sonho. Naquela época, rebelou-se contra o sonho com máscula indignação, e, da mesma maneira, começou a lutar contra a sua realização na enfermidade e encarou sua transformação em mulher como uma catástrofe porque era ameaçado com intenções hostis. Mas chegou a ocasião (foi em novembro de 1895) em que começou a reconciliar-se com a transformação e a colocá-la em harmonia com os propósitos mais altos de Deus: ‘Desde então, e com plena consciência do que fiz, inscrevi em minha bandeira o cultivo da feminilidade.’ (177-8.)

Chegou então à firme convicção de que era o Próprio Deus que, para Sua satisfação, exigia dele a feminilidade:

‘Mal, contudo, acho-me a sós com Deus (se assim posso expressá-lo), torna-se uma necessidade para mim empregar todo artifício imaginável e convocar a totalidade de minhas faculdades mentais, e especialmente minha imaginação, a fim de fazer com que os raios divinos passem ter a impressão, tão continuamente quanto possível (ou, visto isto achar-se além do poder mortal, pelo menos em certas ocasiões do dia), de que sou uma mulher a deleitar-se com sensações voluptuosas.’ (281.)

‘Por outro lado, Deus exige *um estado constante de prazer*, tal como estaria de acordo com as condições de existência impostas às almas pela Ordem das Coisas; e é meu dever fornecer-lhe isso... sob a forma da maior geração possível de voluptuosidade espiritual. E se, nesse processo, um pouco de prazer sensual cabe a mim, sinto-me justificado em aceitá-lo como diminuta compensação pela excessiva quantidade de sofrimento e privação que foi minha por tantos anos passados...’ (283.)

‘...Penso que posso mesmo arriscar-me a apresentar a opinião, baseada em impressões que recebi, de que Deus nunca tomaria quaisquer medidas no sentido de efetuar uma retirada - cujo primeiro resultado é, invariavelmente, alterar minha condição física acentuadamente para pior -, mas quieta e permanentemente render-se-ia a meus poderes de atração, se me fosse possível estar *sempre* desempenhando o papel de uma mulher e fazer em meus

próprios abraços amorosos, estar *sempre* modelando minha aparência em formas femininas, estar *sempre* contemplando retratos de mulheres, e assim por diante.’ (284-5.)

No sistema de Schreber, os dois elementos principais de seus delírios (sua transformação em mulher e sua relação favorecida com Deus) acham-se vinculados na adoção de uma atitude feminina para com Deus. Será parte inevitável de nossa tarefa demonstrar que existe uma relação *genética* essencial entre esses dois elementos. De outra maneira, nossas tentativas de elucidar os delírios de Schreber conduzir-nos-iam à posição absurda descrita no famoso símile de Kant na *Crítica da Razão Pura*: seríamos como um homem a segurar uma peneira debaixo de um bode, enquanto alguém o ordenha.

II - TENTATIVAS DE INTERPRETAÇÃO

Existem dois ângulos a partir dos quais poderíamos tentar chegar a uma compreensão dessa história de um caso de paranóia e nela expor os conhecidos complexos e forças motivadoras da vida mental. Poderíamos partir das próprias declarações delirantes do paciente ou das causas ativadoras de sua moléstia.

O primeiro método deve parecer tentador, desde o brilhante exemplo fornecido por Jung [1907] em sua interpretação de um caso de demência precoce que era muito mais grave que este e exibia sintomas muito mais afastados do normal. O alto nível e inteligência de nosso paciente atual, também, e sua comunicatividade parecem ter probabilidades de facilitar a realização de nossa tarefa dentro dessa orientação. Ele próprio, não raro, oferece-nos a chave, pelo acréscimo de uma glosa, citação ou exemplo de alguma proposição delirante, de modo aparentemente acidental, ou mesmo por negar expressamente algum paralelo a ela, que tenha surgido em sua própria mente. Pois, quando isso acontece, temos apenas de seguir nossa técnica psicanalítica habitual - despir a frase de sua forma negativa, tomar o exemplo como sendo a coisa real, ou a citação ou glosa como a fonte original, e encontramos de

posse do que estamos procurando, a saber, uma tradução da maneira paranóica de expressão para a normal.

Talvez valha a pena fornecer uma ilustração mais pormenorizada desse procedimento. Schreber se queixa do aborrecimento criado pelos chamados ‘pássaros miraculados’ ou ‘pássaros falantes’, aos quais atribui certo número de qualidades extraordinárias. (208-14.) É crença sua que eles sejam formados de antigas ‘ante-salas do Céu’, isto é, almas humanas que ingressaram em estado de beatitude, e que foram impregnados com veneno de ptomaína e açulados contra ele. Foram condicionados a repetir ‘frases sem sentido, que aprenderam de cor’ e que ‘se lhes ofereceram como jantar’. Cada vez que descarregavam a carga de veneno ptomaínico sobre ele - isto é, cada vez que ‘desfiavam as frases que lhe foram oferecidas como jantar, por assim dizer’ - eram, até certo ponto, incorporados em sua alma, com as palavras ‘Diacho de sujeito!’ ou ‘O diabo o leve!’, que constituem as únicas que ainda são capazes de empregar para expressar um sentimento genuíno. Eles não podem entender o significado das palavras que dizem, mas são, por natureza, suscetíveis à similaridade de sons, embora a semelhança não precise necessariamente ser completa. Assim, é-lhes indiferente dizer:

‘*Santiago*’ ou ‘*Karthago*’,

‘*Chinesentum*’ ou ‘*Jesum Christum*’,

‘*Abendrot*’ ou ‘*Atemnot*’,

‘*Ariman*’ ou ‘*Ackermann*’ etc. (210.)

Quando lemos esta descrição, não podemos evitar a idéia de que ela deve realmente se referir a moças. Criticamente amiúde comparam-nas a gansos, pouco galantemente acusam-nas de terem ‘miolos de passarinho’ e declara-se que nada podem dizer além de frases aprendidas de cor e que revelam sua falta de instrução ao confundirem palavras estrangeiras que soam de modo semelhante. A frase ‘diacho de sujeito!’, única coisa sobre a qual são sérias, constituiria, no caso, uma alusão ao triunfo do jovem que conseguiu impressioná-la. E, com efeito, algumas páginas adiante deparamo-nos com uma passagem em que Schreber confirma esta interpretação: ‘Para fins de distinção, de brincadeira dei nomes de moças a grande número das almas-pássaros restantes, visto que, por sua curiosidade, inclinação voluptuosa etc., elas, unânime e mui prontamente, sugerem uma comparação com meninhas. Alguns desse nomes de moças foram, desde então, adotados pelos raios de Deus e mantidos como designação das almas-pássaros em apreço.’ (214.) Essa fácil interpretação dos ‘pássaros miraculados’ fornece-nos uma sugestão que pode auxiliar-nos no sentido de compreender as enigmáticas ‘ante-salas do Céu’.

Dou-me perfeitamente conta de que um psicanalista necessita de certa quantidade de tato e reserva sempre que, no decurso de seu trabalho, vai além dos casos típicos de interpretação, e de que seus ouvintes ou leitores só o seguirão na medida em que a familiaridade deles com a técnica analítica lhes permita. Tem ele toda razão, portanto, de guardar-se contra o risco de que uma exagerada exibição de perspicácia de sua parte possa se fazer acompanhar de uma diminuição na certeza e fidedignidade dos seus resultados. Assim, é apenas natural que determinado analista tenda demasiadamente para a cautela e outro excessivamente para a ousadia. Não será possível definir os limites precisos da interpretação justificável até que se tenham realizado muitos experimentos e que o assunto se tenha tornado mais conhecido. Trabalhando no caso de Schreber, uma política de restrição me foi forçada pela circunstância de que a oposição a que ele publicasse as *Denkwürdigkeiten* foi eficaz, a ponto de afastar do nosso conhecimento considerável parte do material - a parte também que, com toda probabilidade, teria lançado a luz mais importante sobre o caso. Assim, por exemplo, o terceiro capítulo do livro inicia com esse anúncio promissor: ‘Passarei agora a descrever certos acontecimentos ocorridos com *outros membros de minha família* e que podem, concebivelmente, se achar vinculados ao assassinato de alma que postulei; pois há, de qualquer modo, algo mais ou menos problemático a respeito de todos eles, algo não facilmente explicável segundo as linhas da experiência humana comum. (33.) Mas a frase posterior, que é também a última do capítulo, é a seguinte: ‘O restante deste capítulo foi retirado de impressão por ser impróprio para publicação.’ Desse modo, terei de dar-me por satisfeito se conseguir pelo menos, com algum grau de certeza, remontar o núcleo da estrutura delirante a motivos humanos familiares.

Com este objetivo em vista, mencionarei agora outro pequeno fragmento da história clínica ao qual não se deu peso suficiente nos relatórios, embora o próprio paciente tenha feito tudo o que pôde para colocá-lo em primeiro plano. Refiro-me às relações de Schreber com seu primeiro médico, o *Geheimrat* Prof. Flechsig, de Leipzig.

Conforme já sabemos, o caso de Schreber assumiu a princípio a forma de delírios de perseguição e só começou a perdê-la quando chegou ao ponto decisivo de sua moléstia (a ocasião de sua ‘reconciliação’). Dessa época em diante, as perseguições tornaram-se cada vez menos intoleráveis e o propósito ignominioso que a princípio fundamentava sua ameaçada emasculação começou a ser suplantado por um propósito em consonância com a Ordem das Coisas. Mas o primeiro autor de todos esses atos de perseguição foi Flechsig e permaneceu sendo seu instigador durante todo o curso da doença.

Sobre a natureza real da perversidade de Flechsig e seus motivos o paciente fala com a vagueza e a obscuridade características, que podem ser encaradas como sinais de um

trabalho particularmente intenso de formação delirante, se é que é legítimo julgar a paranóia segundo o modelo de um fenômeno mental muito mais conhecido - o sonho. Flechsig, segundo o paciente, cometeu ou tentou cometer 'assassinato de alma' contra ele - ato que, pensava, era comparável aos esforços feitos pelo Diabo ou por demônios para tomar posse de uma alma, e que pode ter tido seu protótipo em acontecimentos ocorridos entre membros das famílias Flechsig e Schreber há muito falecidos. Alegrar-nos-íamos em saber mais sobre o significado desse 'assassinato de alma', mas nesse ponto nossas fontes mais uma vez recaem num silêncio tendencioso: 'Quanto ao que constitui a verdadeira essência do assassinato de alma, e à sua técnica, se assim posso descrevê-la, nada mais posso dizer além do que já foi indicado. Existe apenas isto, talvez, a ser acrescentado....) (A passagem que se segue é imprópria para publicação.)' (28.) Em resultado dessa omissão, deixam-nos às escuras sobre a questão do que significa 'assassinato de alma'. Referir-nos-emos mais tarde [ver em [1]] à única alusão ao assunto que escapou à censura.

Seja como for, logo houve outra manifestação dos delírios de Schreber, que afetou suas relações com Deus sem alterar as relações com Flechsig. Até então, havia considerado Flechsig (ou melhor, a alma dele) seu único inimigo verdadeiro e encarado Deus Todo-Poderoso como aliado; mas, agora não podia evitar o pensamento de que o Próprio Deus havia desempenhado o papel de cúmplice, senão de instigador, na trama contra ele. (59.) Flechsig, contudo, permanecia sendo o primeiro sedutor, a cuja influência Deus se havia rendido. (60.) Ele conseguira abrir caminho até o Céu, com toda a sua alma ou parte dela, e tornar-se 'líder dos raios', sem morrer ou passar por qualquer purificação preliminar. (56.) A alma de Flechsig continuou a representar esse papel mesmo após o paciente ser removido da clínica de Leipzig para o asilo do Dr. Pierson. A influência do novo ambiente foi demonstrada pelo fato de a alma de Flechsig reunir-se à alma do assistente-chefe, a quem o paciente reconheceu como uma pessoa que anteriormente morara no mesmo bloco de apartamentos que ele próprio. Esta foi descrita como sendo a alma de von W. A alma de Flechsig introduziu então o sistema de 'divisão de almas', que assumiu grandes proporções. Em determinada época, chegou a haver de 40 a 60 subdivisões da alma de Flechsig; duas de suas divisões maiores eram conhecidas como o 'Flechsig superior' e o 'Flechsig médio'. A alma de von W. (o assistente-chefe) comportava-se exatamente da mesma maneira. (111.) Era, às vezes, muito divertido observar a maneira pela qual essas duas almas, apesar de sua aliança, levavam adiante uma rixa mútua, com o orgulho aristocrático de uma oposto à vaidade professoral da outra. (113.) No decorrer de suas primeiras semanas em Sonnestein (para onde foi finalmente removido no verão de 1894), a alma de seu novo médico, Dr. Weber, entrou em jogo; e pouco após ocorreu, no desenvolvimento de seus delírios, a reviravolta que viemos a conhecer com sua 'reconciliação'.

Durante essa estada posterior em Sonnestein, quando Deus começara a apreciá-lo melhor, fez-se uma incursão sobre as almas, que se haviam multiplicado a ponto de se tornarem um

aborrecimento. Em resultado, a alma de Flechsig sobreviveu sob apenas uma ou duas formas e a de von W. sob uma única, que em breve desapareceu completamente. As divisões da alma de Flechsig, que lentamente perderam tanto a inteligência quanto o poder, passaram então a ser descritas como o ‘Flechsig posterior’ e o ‘Partido “Oh, bem!”’. Que a alma de Flechsig conservou sua importância até o fim é demonstrado por Schreber no preâmbulo ‘Carta Aberta ao *Herr Geheimrat* Prof. Dr. Flechsig’.

Nesse notável documento, Schreber expressa sua firme convicção de que o médico que o influenciou teve as mesmas visões e recebeu as mesmas revelações sobre coisas sobrenaturais que ele próprio. Protesta, já na primeira página, que o autor das *Denkwürdigkeiten* não tem a mais remota intenção de atacar a honra do médico, e o mesmo argumento é sério e enfaticamente repetido nas apresentações que o paciente faz de sua posição. (343, 445.) É evidente que se está esforçando por distinguir a ‘alma Flechsig’ do homem vivo de mesmo nome, o Flechsig de seus delírios, do Flechsig real.

O estudo de vários casos de delírios de perseguição levou-me, bem como a outros pesquisadores, à opinião de que a relação entre o paciente e o seu perseguidor pode ser reduzida a fórmula simples. Parece que a pessoa a quem o delírio atribui tanto poder e influência, a cujas mãos todos os fios da conspiração convergem, é, se claramente nomeada, idêntica a alguém que desempenhou papel igualmente importante na vida emocional do paciente antes de sua enfermidade, ou facilmente reconhecível como substituto dela. A intensidade da emoção é projetada sob a forma de poder externo, enquanto sua qualidade é transformada no oposto. A pessoa agora odiada e temida, por ser um perseguidor, foi, noutra época, amada e honrada. O principal propósito da perseguição asseverada pelo delírio do paciente é justificar a modificação em sua atitude emocional.

Mantendo esse ponto de vista em mente, examinemos agora as relações que haviam anteriormente existido entre Schreber e seu médico e perseguidor, Flechsig. Já soubemos [ver em [1]] que, nos anos de 1884 e 1885, Schreber sofrera uma primeira crise de distúrbio nervoso, que seguiu seu curso ‘sem a ocorrência de quaisquer indigentes que tocassem as raias do sobrenatural’. (35.) Enquanto se achava nesse estado, que foi descrito como ‘hipocondria’ e não parece ter ultrapassado os limites de uma neurose, Flechsig atuou como seu médico. Nessa ocasião, Schreber passou seis meses na Clínica da Universidade, em Leipzig. Sabemos que, após o restabelecimento, ele manteve sentimentos cordiais em relação ao médico. ‘O principal foi que, após período bastante longo de convalescença, que passei viajando, fiquei finalmente curado; e, portanto, era impossível que, àquela época, sentisse algo a não ser a mais viva gratidão para com o Professor Flechsig. Expressei de forma acentuada esse sentimento não só em visita pessoal que subseqüentemente lhe fiz quanto no que considerei serem honorários apropriados.’ (35-6.) É verdade que o encômio

de Schreber nas *Denkwürdigkeiten* sobre esse primeiro tratamento de Flechsig não é inteiramente sem reservas; mas estas podem ser facilmente entendidas, se considerarmos que sua atitude, nesse meio tempo, fora alterada. A passagem imediatamente seguinte à que acabou de ser citada dá testemunho da cordialidade original de seus sentimentos para com o médico que o havia tratado com tanto sucesso: ‘A gratidão de minha esposa foi talvez ainda mais sincera, pois reverenciava o Professor Flechsig como o homem que lhe havia restituído o marido; daí ter ela, durante anos, mantido o retrato dele sobre a escrivaninha.’ (36.)

Visto não podermos conseguir nenhuma compreensão interna (*insight*) das causas da primeira doença (cujo conhecimento é sem dúvida indispensável para elucidar apropriadamente a segunda enfermidade, mais grave), temos agora de mergulhar ao acaso numa concatenação desconhecida de circunstâncias. Durante o período de incubação de sua doença, como sabemos (isto é, entre junho de 1893, quando foi nomeado para novo posto, e o outubro seguinte, quando assumiu seus encargos), ele sonhou repetidamente que seu antigo distúrbio nervoso havia retornado. Além disso, certa vez, quando se achava semi-adormecido, teve a impressão de que, afinal de contas, deveria ser bom ser mulher e submeter-se ao ato da cópula. Os sonhos e a fantasia são comunicados por Schreber em sucessão imediata; e, se também reunirmos o tema geral de ambos, poderemos inferir que, ao mesmo tempo em que rememorava a doença, uma recordação de seu médico foi-lhe despertada na mente, e que a atitude feminina que assumiu na fantasia foi, desde o início, dirigida para o médico. Ou pode ser que o fato de o sonho de sua enfermidade haver retornado simplesmente expressasse algum anseio tal como ‘Quisera poder ver Flechsig novamente!’ A ignorância do conteúdo mental da primeira doença barra nosso caminho nessa direção. Talvez ela houvesse deixado no paciente um sentimento de dependência afetuosa do médico, o qual havia agora, por alguma razão desconhecida, aumentado até chegar ao grau de intensidade de um desejo erótico. Essa fantasia feminina, que se havia conservado impessoal, defrontou-se imediatamente com um repúdio indignado - um verdadeiro ‘protesto masculino’, para utilizar a expressão de Adler, mas num sentido diferente do seu. Na aguda psicose que irrompeu logo após, porém, a fantasia feminina venceu todas as dificuldades; e só é preciso ligeira correção da imprecisão paranóica característica do modo de expressão de Schreber, para permitir-nos adivinhar o fato de que o paciente temia um abuso sexual das mãos do próprio médico. A causa ativadora de sua doença, então, foi uma manifestação de libido homossexual; o objeto desta libido foi provavelmente, desde o início, o médico, Flechsig, e suas lutas contra o impulso libidinal produziram o conflito que deu origem aos sintomas.

Farei uma pausa aqui, por um momento, para enfrentar uma tempestade de protestos e objeções. Quem quer que esteja familiarizado com o estado atual da psiquiatria deve estar preparado para enfrentar problemas.

Não constitui um ato de irresponsável leviandade, uma indiscrição e uma calúnia acusar

um homem de posição ética tão elevada quanto o *ex-Senatspräsident* Schreber, de homossexualismo? - Não. O próprio paciente informou o mundo em geral de sua fantasia de ser transformado em mulher, e permitiu que todas as considerações pessoais fossem superadas por interesses de natureza mais alta. Desse modo, ele próprio concedeu-nos o direito de ocupar-nos com sua fantasia, e, ao traduzi-la para a terminologia técnica da medicina, não efetuamos a menor adição a seu conteúdo.

‘Sim, mas ele não estava em seu pleno juízo quando o fez. O delírio de estar sendo transformado em mulher era uma idéia patológica.’ Não esquecemos isso. Na verdade, nosso único interesse é o significado e a origem dessa idéia patológica. Apelaremos para a distinção que ele próprio traça entre o homem Flechsig e a ‘alma Flechsig’. Não lhe estamos fazendo censuras de espécie alguma, quer por ter tido impulsos homossexuais quer por ter-se esforçado por suprimi-los. Os psiquiatras deveriam, pelo menos, tirar uma lição desse paciente, ao vê-lo tentando, apesar de seus delírios, não confundir o mundo do inconsciente com o da realidade.

‘Mas em parte alguma acha-se expressamente afirmado que a transformação em mulher que ele tanto temia devesse realizar-se em benefício de Flechsig.’ Isso é verdade e não é difícil compreender que, ao preparar suas memórias para publicação, visto estar ansioso por não insultar o ‘homem Flechsig’, ele evitasse acusação tão grosseira. Mas a moderação de sua linguagem, devido a essas considerações, não chega ao ponto de poder esconder o verdadeiro significado da acusação. Na verdade, pode-se sustentar que, afinal de contas, ela se acha visivelmente expressa numa passagem como a seguinte: ‘Desse modo, uma conspiração contra mim foi levada ao ponto culminante (por volta de março ou abril de 1894). Seu objetivo era conseguir que, uma vez minha doença nervosa houvesse sido reconhecida como incurável ou assim admitida, *eu fosse entregue a certa pessoa* de maneira que minha alma lhe fosse entregue, mas meu corpo... fosse transformado num corpo feminino *e como tal entregue à pessoa em apreço*, com vistas a abusos sexuais... (56.) É desnecessário observar que não é sequer nomeado algum outro indivíduo que pudesse ser colocado no lugar de Flechsig. Perto do fim da estada de Schreber na clínica de Leipzig, veio-lhe à mente o temor de que ele ‘deveria ser jogado aos assistentes’ para fins de abusos sexuais. (98.) Quaisquer dúvidas remanescentes sobre a natureza do papel originalmente atribuído ao médico dissipam-se quando, nos estágios posteriores de seu delírio, vemos Schreber admitir abertamente sua atitude feminina para com Deus. A outra acusação contra Flechsig ecoa excessivamente alto por todo o livro, Flechsig, diz, tentou cometer assassinato de alma contra ele. Como já sabemos [Ver a partir de [1].], o próprio paciente não foi claro quanto à natureza real desse crime, mas a mesma estava ligada a questões de discrição que impediram sua publicação (como percebemos pelo terceiro capítulo suprimido). A partir deste ponto, um único fio conduz-nos à frente. Schreber ilustra a natureza do assassinato de alma referindo-se às lendas corporificadas no *Fausto* de Goethe, no *Manfred* de Byron, no

Freichütz de Weber etc. (22), e um desses casos é citado em outra passagem, mais adiante. Ao examinar a divisão de Deus em duas pessoas, Schreber identifica seu ‘Deus inferior’ e ‘Deus superior’ com Arimã e Ormuzd, respectivamente (19); e, pouco depois, ocorre uma nota de rodapé casual: ‘Além disso, o nome de Arimã também aparece em vinculação com um assassinato de alma no *Manfred* de Byron, por exemplo.’ (20.) Na peça mencionada, dificilmente existe algo comparável à barganha da alma de Fausto, e procurei em vão a expressão ‘assassinato de alma’. Mas a essência e o segredo de toda a obra residem numa relação incestuosa entre irmão e irmã. E aqui nosso fio se rompe abruptamente.

Em estágio posterior deste trabalho, pretendo retornar ao exame de algumas outras objeções; entretanto, porém, considerar-me-ei justificado em manter a opinião de que a base da moléstia de Schreber foi a irrupção de um impulso homossexual. Esta hipótese se harmoniza com importante pormenor da história clínica, que do contrário permanece inexplicável. O paciente teve novo ‘colapso nervoso’, que exerceu efeito decisivo sobre o curso de sua doença, na ocasião em que sua esposa estava tirando umas pequenas férias por causa da própria saúde. Até então, ela havia passado diversas horas com ele todo dia e feito as refeições de meio-dia com ele. Entretanto, quando retornou após uma ausência de quatro dias, encontrou-o muito tristemente alterado, tanto, na verdade, que ele próprio não mais queria vê-la. ‘O que determinou particularmente meu colapso mental foi uma noite específica, durante a qual tive um número extraordinário de emissões - positivamente meiadúzia, todas naquela noite.’ (44.) É fácil compreender que a simples presença da esposa deve ter atuado como proteção contra o poder atrativo dos homens a seu redor, e, se estivermos preparados para admitir que uma emissão não pode ocorrer num adulto sem algum acompanhamento mental, poderemos suplementar as emissões do paciente naquela noite presumindo que elas se fizeram acompanhar de fantasias homossexuais que permaneceram inconscientes.

A razão de essa irrupção de libido homossexual ter dominado o paciente exatamente nesse período (isto é, entre as datas de sua nomeação e da mudança para Dresden) não pode ser explicada na ausência de um conhecimento mais preciso da história de sua vida. Falando de modo geral, todo ser humano oscila, ao longo da vida, entre sentimentos heterossexuais e homossexuais e qualquer frustração ou desapontamento numa das direções pode impulsioná-lo para outra. Nada sabemos desses fatores no caso de Schreber, mas não devemos deixar de chamar atenção para um fator somático que pode muito bem ter sido relevante. Na época dessa doença, o Dr. Schreber contava 51 anos e, portanto, atingira uma idade de importância decisiva na vida sexual. É um período no qual, nas mulheres, a função sexual, após uma fase de atividade intensificada, ingressa num processo de involução de grandes conseqüências; tampouco os homens parecem estar isentos de sua influência, pois tanto eles quanto as mulheres estão sujeitos a um ‘climatério’ e às suscetibilidades a doença que o acompanham.

Bem posso imaginar que hipótese dúbia deve parecer a suposição de que o sentimento

amistoso de um homem para com seu médico possa repentinamente surgir sob forma intensificada, após um lapso de oito anos, e ocasionar tão grave doença mental. Mas não acho que seja justo pôr de lado tal hipótese simplesmente por causa de sua inerente improbabilidade, se ela se recomenda a nós por outros motivos; devemos antes indagar até onde chegaremos, se a seguirmos. Pois a improbabilidade pode ser de tipo passageiro e devido ao fato de a hipótese duvidosa ainda não ter sido relacionada com outras parcelas de conhecimento, e de ser ela a primeira hipótese com que o problema foi abordado. Mas, em benefício daqueles que são incapazes de manter o julgamento em suspenso e que encaram nossa hipótese como inteiramente insustentável, é fácil sugerir uma possibilidade que a despojará de seu caráter desconcertante. O sentimento amistoso do paciente para com o médico bem se pode ter devido a um processo de ‘transferência’, por meio do qual uma catexia emocional se transpôs de alguma pessoa que lhe era importante para o médico que, na realidade, era-lhe indiferente; de maneira que o último terá sido escolhido como representante ou substituto de alguém muito mais chegado ao paciente. Para colocar o assunto de forma mais concreta: o paciente lembrou-se de seu irmão ou de seu pai ante a figura do médico; redescobriu-os nele; então, não causará espanto que, em certas circunstâncias, um anseio pela figura substituta reaparecesse nele e operasse com uma violência que só pode ser explicada à luz de sua origem e significação primária.

Com o fito de acompanhar essa tentativa de explicação, naturalmente achei que valeria a pena descobrir se o pai do paciente ainda se achava vivo à época em que ele caiu doente, se tivera um irmão e, nesse caso, se ainda se achava vivo ou entre os ‘abençoados’. Fiquei satisfeito, portanto, quando, após prolongada busca pelas páginas das *Denkwürdigkeiten*, deparei por fim com uma passagem em que o paciente aplaca estas dúvidas: ‘A memória de meu pai e meu irmão... é tão sagrada para mim como...’ etc. (442.) De modo que ambos eram falecidos por ocasião do desencadeamento de sua segunda doença (e, é possível, também da primeira).

Não levantaremos, portanto, penso eu, novas objeções à hipótese de que a causa ativadora da enfermidade foi o aparecimento de uma fantasia feminina (isto é, homossexual passiva) de desejo, que tomou por objeto a figura do médico. Uma resistência intensa a esta fantasia surgiu por parte da personalidade de Schreber, e a luta defensiva que se seguiu, e que talvez pudesse ter assumido alguma outra forma, tomou, por razões que nos são desconhecidas, a forma de delírio de perseguição. A pessoa por que agora ansiava tornou-se seu perseguidor, e a essência da fantasia de desejo tornou-se a essência da perseguição. Pode-se presumir que o mesmo delineamento esquemático se tornará aplicável a outros casos de delírios de perseguição. O que distingue o caso de Schreber dos outros, contudo, é seu desenvolvimento ulterior, e a transformação que sofreu no decurso deste.

Uma das modificações foi a substituição de Flechsig pela figura superior de Deus. Isto parece, a princípio, um sinal de agravamento do conflito, uma intensificação da perseguição insuportável, mas logo se torna evidente que preparava o caminho para a segunda mudança, e, com esta, a solução do conflito. Era impossível para Schreber resignar-se a representar o papel de uma devassa para com seu médico, mas a missão de fornecer ao Próprio Deus as sensações voluptuosas que Este exigia não provocava tal resistência por parte de seu ego. A emasculação, agora, não era mais uma calamidade; tornava-se ‘consonante com a Ordem das Coisas’, assumia seu lugar numa grande cadeia cósmica de eventos e servia de instrumento para a recriação da humanidade, após a extinção desta. ‘Uma nova raça de homens, nascida do espírito de Schreber’, assim pensava ele, reverenciaria como ancestral esse homem que se acreditava vítima de perseguição. Por esse meio, fornecia-se uma saída que satisfaria ambas as forças em contenda. Seu ego encontrava satisfação na megalomania, enquanto que sua fantasia feminina de desejo avançava e tornava-se aceitável. A luta e a doença podiam cessar. O senso de realidade do paciente, contudo, que nesse meio tempo tornara-se mais forte, compelia-o a adiar a solução do presente para o futuro remoto, e a contentar-se com o que poderia ser descrito como uma realização de desejo assintótica. A qualquer momento, previa ele, sua transformação em mulher ocorreria; até então, a personalidade do Dr. Schreber permaneceria indestrutível.

Em compêndios de psiquiatria, freqüentemente deparamos com afirmações segundo as quais a megalomania pode desenvolver-se a partir de delírios de perseguição. Imagina-se que o processo seja o seguinte: o paciente é primariamente vítima de um delírio de estar sendo perseguido por forças de máximo poder. Sente então necessidade de explicar isto a si próprio e, dessa maneira, ocorre-lhe a idéia de que ele próprio é personagem muito eminente e digna de tal perseguição. O desenvolvimento da megalomania é assim atribuído, pelos livros didáticos, a um processo que (tomando de empréstimo a Ernest Jones [1908] uma palavra útil) podemos descrever como ‘racionalização’. Mas atribuir conseqüências afetivas tão importantes a uma racionalização é, segundo nos parece, procedimento inteiramente não psicológico e, conseqüentemente, traçaríamos a divisão nítida entre nossa opinião e aquela que citamos, dos livros didáticos. Não estamos reivindicando, por enquanto, conhecer a origem da megalomania.

Voltando mais uma vez ao caso de Schreber, somos obrigados a admitir que qualquer tentativa de lançar luz sobre a transformação de seu delírio faz-nos defrontar com dificuldades extraordinárias. De que maneira e por que meios foi realizada a ascensão de Flechsig para Deus? De que fonte derivou ele a megalomania que tão afortunadamente o capacitou a resignar-se a essa perseguição, ou em fraseologia analítica, a aceitar a fantasia de desejo que tivera de ser reprimida? As *Denkwürdkeiten* dão-nos uma primeira pista, pois mostram-nos que, na mente do paciente, ‘Flechsig’ e ‘Deus’ pertenciam à mesma

classe. Numa de suas fantasias, ele escutou por acaso uma conversa entre Flechsig e a esposa deste, na qual o primeiro asseverava ser ‘Deus Flechsig’, de modo que a esposa pensou que ele ficara louco. (82.) Mas há outro aspecto no desenvolvimento dos delírios de Schreber que exige nossa atenção. Se efetuarmos um levantamento das ilusões como um todo, veremos que o perseguidor se acha dividido em Flechsig e Deus; exatamente da mesma maneira, o próprio Flechsig, subseqüentemente, cinde-se em duas personalidades, o ‘superior’ e o ‘médio’ Flechsig [ver em [1]], e Deus, em Deus ‘inferior’ e ‘superior’. Nos estágios posteriores da doença, a decomposição de Flechsig progride ainda mais. (193.) Um processo de decomposição desse tipo é muito característico da paranóia. A paranóia decompõe, tal como a histeria condensa. Ou antes, a paranóia reduz novamente a seus elementos os produtos das condensações e identificações realizadas no inconsciente. A freqüente repetição do processo de decomposição no caso de Schreber seria, de acordo com Jung, expressão da importância que a pessoa em apreço possuía para ele. Toda essa divisão de Flechsig e Deus em certo número de pessoas possuía assim o mesmo significado que a cisão do perseguidor em Flechsig e Deus. Todas eram duplicações do mesmo importante relacionamento. Mas, a fim de interpretar todos estes pormenores, temos ainda de chamar atenção para nossa visão da decomposição do perseguidor em Flechsig e Deus como uma reação paranóide a uma identificação previamente estabelecida das duas figuras ou a pertencerem elas à mesma classe. Se o perseguidor Flechsig fora originalmente uma pessoa a quem Schreber amara, então também Deus deveria ser simplesmente o reaparecimento de alguém mais que ele amara, e, provavelmente, alguém de maior importância.

Se acompanharmos essa seqüência de pensamento, que parece ser legítima, seremos levados à conclusão de que esta outra pessoa deve ter sido seu pai; isso torna ainda mais claro que Flechsig deve ter representado o irmão, que, esperamos, pode ter sido mais velho que ele próprio. A fantasia feminina, que despertou uma oposição tão violenta no paciente, tinha assim suas raízes num anseio, intensificado até um tom erótico, pelo pai e pelo irmão. Esse sentimento, na medida em que se referia ao irmão, passou, por um processo de transferência, para o médico, Flechsig; e, quando foi devolvido ao pai, chegou-se a uma estabilização do conflito.

Não acharemos que tivemos razão de introduzir assim o pai de Schreber em seus delírios, a menos que a nova hipótese mostre, ela própria, ser de alguma utilidade para compreensão do caso e a elucidação de pormenores dos delírios que ainda são ininteligíveis. Recordar-se-á que o Deus de Schreber e as relações deste com Ele exibiam as características mais curiosas: como apresentavam uma estranha mistura de crítica blasfema e insubordinação amotinada, por um lado, e de devoção reverente, por outro. Deus, segundo ele, sucumbira à influência desencaminhadora de Flechsig: era incapaz de aprender qualquer coisa pela experiência e não compreendia os homens vivos, porque só sabia lidar com cadáveres, e manifestava o Seu poder numa sucessão de milagres que, por espantosos que fossem, eram, todavia, fúteis e ridículos.

Ora, o pai do *Senatspräsident* Dr. Schreber não era pessoa insignificante. Era o Dr. Daniel Gottlob Moritz Schreber, cuja memória é mantida viva até os dias de hoje pelas numerosas Associações Schreber que florescem especialmente na Saxônia; e, além disso, era *médico*. Suas atividades em favor da promoção da criação harmoniosa dos jovens, de assegurar uma coordenação entre a educação no lar e na escola, de introduzir a cultura física e o trabalho manual com vistas a elevar os padrões de saúde, tudo isto exerceu influência duradoura sobre seus contemporâneos. Sua grande reputação como fundador da ginástica terapêutica na Alemanha é ainda comprovada pela ampla circulação de seus *Ärztliche Zimmergymnastik* nos círculos médicos e pelas numerosas edições que teve.

Um pai como esse de maneira alguma seria inadequado para a transfiguração em Deus na lembrança afetuosa do filho de quem tão cedo havia sido separado pela morte. É verdade que não podemos deixar de achar que existe um abismo intransponível entre a personalidade de Deus e a de qualquer ser humano, por eminente que este possa ser, mas devemos lembrar que isto nem sempre foi assim. Os deuses dos povos da antiguidade achavam-se em relacionamento humano mais estreito com eles. Os romanos costumavam deificar seus imperadores mortos, como questão de rotina, e o Imperador Vespasiano, homem sensato e competente, exclamou quando pela primeira vez caiu doente: ‘Ai de mim! Parece-me que me estou transformando em Deus!’

Estamos perfeitamente familiarizados com a atitude infantil dos meninos para com o pai; ela se compõe da mesma mistura de submissão reverente e insubordinação amotinada que encontramos na relação de Schreber com o seu Deus, e é o protótipo inequívoco dessa relação, fielmente copiada dela. Mas a circunstância de o pai de Schreber ter sido médico, e médico dos mais eminentes, que sem dúvida foi muito respeitado por seus pacientes, é que explica as características mais notáveis de seu Deus e aquelas sobre as quais se demora, de maneira tão crítica. Poderia um escárnio mais acerbo ser demonstrado por um médico, do que declarar que ele nada compreende sobre os homens vivos e só sabe lidar com cadáveres? Sem dúvida, constitui atributo essencial de Deus realizar milagres, mas um médico os realiza também; ele efetua curas miraculosas, como seus clientes entusiásticos proclamam. De maneira que, quando vemos que esses próprios milagres (para os quais o material foi fornecido pela hipocondria do paciente) mostram ser incríveis, absurdos e, até certo ponto, positivamente ridículos, lembramo-nos da asserção feita em *A Interpretação de Sonhos*, de que o absurdo nos sonhos expressa ridículo e derrisão. Evidentemente, portanto, ele é utilizado com os mesmos propósitos na paranóia. Com referência a algumas das outras censuras que ele dirige contra Deus, tais como, por exemplo, a de que nada aprendeu pela experiência, é natural supor que constituem exemplos do mecanismo *tu quoque* empregado pelas crianças, que, quando recebem uma reprovação, dirigem-na de volta, inalterada, à pessoa que a originou. Semelhantemente, as vozes dão-nos fundamentos para suspeitar que a acusação de assassinato de alma levantada contra Flechsig foi, desde o início, uma auto-

acusação.

Encorajados pela descoberta de que a profissão do pai auxilia a explicar as peculiaridades do Deus de Schreber, aventurar-nos-emos agora a uma interpretação que pode lançar certa luz sobre a extraordinária estrutura desse Ser. O mundo celestial consistia, como sabemos, nos ‘domínios anteriores de Deus’, também chamados de ‘ante-salas do Céu’ e que continham as almas dos mortos, e de deus ‘inferior’ e Deus ‘superior’ que, juntos, constituíam os ‘domínios posteriores de Deus’. (19.) [ver em [1]]. Embora devamos estar preparados para descobrir que existe aqui uma condensação que não poderemos solucionar, todavia vale a pena referir-nos a uma pista que já se acha em nossas mãos. Se os pássaros ‘miraculados’, que se demonstrou serem moças, foram originalmente ante-salas do Céu [ver em [1]], não poderá acontecer que os domínios *anteriores* de Deus e as ante-salas do Céu devam ser encarados como símbolo do que é feminino, e os domínios *posteriores* de Deus, do que é masculino? Se tivéssemos certeza de que o irmão falecido de Schreber era mais velho que ele, poderíamos supor que a decomposição de Deus em inferior e superior expressava a recordação do paciente de que, após a morte prematura do pai, o irmão mais velho ocupara seu lugar.

Com relação a isso, finalmente, gostaria de chamar a atenção para o tema do *Sol*, o que, através de seus ‘raios’, veio a ter tanta importância na expressão dos delírios. Schreber mantém uma relação bastante peculiar com o Sol. Este lhe fala em linguagem humana, e assim se lhe revela como um ser humano, ou como o órgão de um ser superior, que está por trás dele. (9.) Somos informados, por um relatório médico, de que, em determinada ocasião, Schreber ‘costumava gritar-lhe ameaças e insultos, e positivamente berrar com ele’ (382) e gritar-lhe que deveria rastejar para longe e esconder-se. Ele próprio nos conta que o Sol empalidece na sua frente. A maneira pela qual o Sol se encontra ligado a seu destino é demonstrada pelas importantes alterações que aquele experimenta logo que ele sofre mudanças, assim como, por exemplo, durante suas primeiras semanas em Sonnenstein. (135.) Schreber facilita-nos a interpretação deste seu mito solar. Ele identifica o Sol diretamente com Deus, às vezes com o Deus inferior (Arimã), outras com o superior. ‘No dia seguinte... vi o Deus superior (Ormuzd), e desta vez não com meus olhos espirituais, mas com os corporais. Era o Sol, mas não o Sol em seu aspecto comum, como é conhecido de todos os homens; era...’ (137-8.) Portanto, não é mais que coerente de sua parte tratá-lo do mesmo modo que trata o Próprio Deus.

O Sol, por conseguinte, nada mais é que outro símbolo sublimado do pai, e, salientando isto, devo declinar de toda responsabilidade pela monotonia das soluções fornecidas pela psicanálise. Neste caso, o simbolismo ignora o gênero gramatical, pelo menos no que concerne ao alemão, pois na maioria das outras línguas o Sol é masculino. Seu correspondente neste quadro dos dois pais é a ‘Terra Mãe’, como é geralmente chamada. Frequentemente deparamos com confirmações dessa afirmação, ao solucionar as fantasias

patogênicas dos neuróticos por meio da psicanálise. Não posso fazer mais que simples alusão à relação de tudo isso com os mitos cósmicos. Um de meus pacientes, que perdera o pai muito cedo, estava sempre procurando redescobri-lo no que era grande e sublime na Natureza. Desde que soube disto, pareceu-me provável que o hino de Nietzsche, ‘Vor Sonnenaufgang’ (‘Antes do Amanhecer’), constitua expressão do mesmo anseio. Outro paciente, que se tornou neurótico após a morte do pai, foi acometido da primeira crise de ansiedade e tonturas quando o Sol resplandeceu sobre ele, no momento em que estava trabalhando no jardim com uma pá. Apresentou espontaneamente, como interpretação, o fato de se ter assustado porque o pai o olhara enquanto trabalhava na mãe com um instrumento pontudo. Quando me aventurei a uma suave admoestação, deu ar de maior plausibilidade à sua opinião dizendo que, mesmo em vida do pai, ele o havia comparado ao Sol, ainda que em sentido satírico. Sempre que lhe perguntavam onde seu pai ia passar o verão, respondia nestas sonoras palavras do ‘Prólogo no Céu’:

Und seine vorgeschrieb’ne Reise Vollendet er mit Donnergang.

O pai, a conselho médico, costumava fazer uma visita anual a Marienbad. A atitude infantil deste paciente para com ele manifestou-se em duas fases sucessivas. Enquanto o pai estava vivo, revelou-se em rebeldia indomável e franca discórdia, mas, imediatamente após sua morte, assumiu a forma de uma neurose baseada em submissão abjeta e obediência tardia para com ele.

Assim, no caso de Schreber, mais uma vez encontramos-nos no terreno familiar do complexo paterno. A luta do paciente com Flechsig revelou-se a ele como um conflito com Deus, e temos portanto de explicá-la como um conflito infantil com o pai que amava; os pormenores desse conflito (sobre o qual nada sabemos) foram o que determinou o conteúdo de seus delírios. Nenhum material que, em outros casos dessa natureza, é revelado pela análise, acha-se ausente no caso atual: todo elemento é sugerido, de uma maneira ou de outra. Em experiência infantil como essa, o pai interfere com a satisfação que a criança está tentando obter; esta é geralmente de caráter auto-erótico, embora, posteriormente, seja amiúde substituída na fantasia por alguma outra satisfação de tipo menos inglório. No estágio final do delírio de Schreber, vitória magnífica foi alcançada pelo impulso sexual infantil, pois a voluptuosidade tornou-se temente a Deus e o Próprio Deus (o pai) nunca se cansava de exigí-la dele. A ameaça paterna mais temida, a castração, na realidade forneceu o material para sua fantasia de desejo (a princípio combatida mas depois aceita) de ser transformado em mulher. Sua alusão a um delito acobertado pela idéia substituta de ‘assassinato de alma’ não poderia ser mais transparente. Descobriu-se que o assistente-chefe era idêntico a seu vizinho von W. [Ver a partir de [1].], que, conforme as vozes, havia-o falsamente acusado de masturbação. (108.) As vozes diziam, como se fornecendo fundamentos para a ameaça de castração: ‘Pois você deve ser *representado* como sendo dado a excessos voluptuosos.’ (127-8.) Finalmente, chegamos ao pensamento forçado (47) a que o paciente se submeteu porque supunha que Deus acreditaria que ele se havia tornado

idiota e se afastaria dele se deixasse de pensar por um só momento. [Ver em [1].] Trata-se de reação (com a qual estamos também familiarizados, sob outros aspectos) à ameaça ou temor de perder a razão por entregar-se a práticas sexuais e, especialmente, à masturbação. Considerando o enorme número de idéias delirantes de natureza hipocondríaca que o paciente desenvolveu, talvez não se deva dar grande importância ao fato de algumas delas coincidirem, palavra por palavra, com os temores hipocondríacos dos masturbadores.

Qualquer um que fosse mais audacioso do que eu em efetuar interpretações, ou estivesse em contato com a família de Schreber e, conseqüentemente, mais familiarizado com a sociedade em que se movimentava e com os pequenos fatos de sua vida, acharia fácil remontar inumeráveis pormenores de seus delírios às fontes e descobrir assim seu significado; e isso apesar da censura a que as *Denkwürdigkeiten* foram submetidas. Sendo como é, porém, devemos necessariamente contentar-nos com este enevoado esboço do material infantil que foi utilizado pelo distúrbio paranóico ao retratar o conflito atual.

Talvez me seja permitido acrescentar umas poucas palavras, com vistas a estabelecer as causas deste conflito que irrompeu em relação à fantasia feminina de desejo. Como sabemos, quando uma fantasia feminina de desejo aparece, nossa tarefa é associá-la com alguma *frustração*, alguma privação na vida real. Ora, Schreber admite haver sofrido privação deste tipo. Seu casamento, que descreve como feliz, sob outros aspectos, não lhe deu filhos; e, em particular, não lhe trouxe filho homem que poderia tê-lo consolado da perda do pai e do irmão e sobre quem poderia ter drenado suas afeições homossexuais insatisfeitas. Sua linha familiar ameaçava perecer e parece que ele sentia bastante orgulho de seu nascimento e linhagem: ‘Tanto os Flechsigs quanto os Schrebers eram membros da “mais alta nobreza do Céu”, como diz a expressão. Os Schrebers, em particular, portavam o título de “Margraves da Toscana e Tasmânia”; pois as almas, instigadas por algum tipo de vaidade pessoal, têm o costume de adornar-se com títulos um tanto antissonantes, tomados de empréstimos a este mundo.’ (24.) O grande Napoleão obteve divórcio de Josefina (embora somente após graves lutas internas) porque ela não poderia propagar a dinastia. O Dr. Schreber pode ter formado uma fantasia de que, se fosse mulher, trataria o assunto de ter filhos com mais sucesso; e pode ter assim retornado à atitude feminina em relação ao pai que apresentaria nos primeiros anos de sua infância. Se assim fosse, então o delírio de que, por causa de sua emasculação, o mundo se povoaria de ‘uma nova raça de homens nascidos no espírito de Schreber’ (288) - delírio cuja realização continuamente adiava para um futuro cada vez mais remoto - teria também a intenção de oferecer-lhe uma saída para sua falta de filhos. Se os ‘homenzinhos’ que o próprio Schreber acha tão enigmáticos fossem crianças, então não teríamos dificuldade em compreender por que se achavam reunidos em tão grande número em sua cabeça (158): eles eram, verdadeiramente, os ‘filhos de seu espírito’.

Estivemos até aqui lidando com o complexo paterno, elemento dominante no caso de Schreber, e com a fantasia de desejos em torno da qual a doença se centralizou. Mas, em tudo isso, nada existe de característico da enfermidade conhecida como paranóia, nada que não possa ser encontrado (e que não tenha sido, em verdade, encontrado) em outros tipos de neuroses. O caráter distintivo da paranóia (ou da dementia paranoides) deve ser procurar alhures, a saber, na forma específica assumida pelos sintomas; e esperamos descobrir que esta é determinada, não pela natureza dos próprios complexos, mas pelo mecanismo mediante o qual os sintomas são formados ou a repressão é ocasionada. Tenderíamos a dizer que caracteristicamente paranóico na doença foi o fato de o paciente, para repelir uma fantasia de desejo homossexual, ter reagido precisamente com delírios de perseguição desta espécie.

Estas considerações emprestam, portanto, peso adicional à circunstância de que somos, na realidade, levados pela experiência a atribuir às fantasias de desejo homossexuais uma relação íntima (talvez invariável) com essa forma específica de enfermidade. Duvidando de minha própria experiência no assunto, durante os últimos anos reuni-me a meus amigos C.G. Jung, de Zurique, e Sándor Ferenczi, de Budapest, para pesquisar, sob esta única característica, certo número de casos de distúrbio paranóide que tinham estado sob observação. Os pacientes cujas histórias forneceram o material para esta pesquisa incluíam tanto homens quanto mulheres e variavam quanto à raça, ocupação e posição social. Ainda assim, ficamos estupefatos ao descobrir que, em todos esses casos, uma defesa contra o desejo homossexual era claramente identificável no próprio centro do conflito subjacente à moléstia, e que fora numa tentativa de dominar uma corrente inconscientemente reforçada de homossexualismo que todos eles haviam fracassado. Isso certamente não era o que havíamos esperado. A paranóia constitui exatamente um distúrbio no qual a etiologia sexual de maneira alguma é óbvia; longe disso, as características notavelmente relevantes na origem da paranóia, particularmente entre indivíduos do sexo masculino, são as humilhações e desconsiderações sociais. Mas, se nos aprofundarmos apenas um pouco mais no assunto, poderemos perceber que o fator realmente eficaz nessas afrontas sociais reside na parte que nelas desempenham os componentes homossexuais da vida emocional. Enquanto o indivíduo age normalmente e é, por conseguinte, impossível perscrutar as profundezas de sua vida psíquica, podemos duvidar que suas relações emocionais com o próximo na sociedade tenham algo a ver com a sexualidade, concretamente ou em sua gênese. Mas os delírios nunca deixam de revelar estas relações e de remontar os sentimentos sociais às suas raízes num desejo erótico positivamente sensual. Enquanto foi sadio, também o Dr. Schreber, cujos delírios culminaram por uma fantasia de desejo de natureza inequivocamente homossexuais, não havia, segundo afirmam todos, demonstrado quaisquer sinais de homossexualismo no sentido comum da palavra.

Esforçar-me-ei agora (e penso que a tentativa não é desnecessária nem injustificável) por

demonstrar que o conhecimento dos processos psicológicos, que graças à psicanálise hoje possuímos, já nos permite compreender o papel desempenhado por um desejo homossexual no desenvolvimento da paranóia. Pesquisas recentes dirigiram nossa atenção para um estágio do desenvolvimento da libido, entre o auto-erotismo e o amor objetal. Este estágio recebeu o nome de narcisismo. O que acontece é o seguinte: chega uma ocasião, no desenvolvimento do indivíduo, em que ele reúne seus instintos sexuais (que até aqui haviam estado empenhados em atividades auto-eróticas), a fim de conseguir um objeto amoroso; e começa por tomar a si próprio, seu próprio corpo, como objeto amoroso, sendo apenas subseqüentemente que passa daí para a escolha de alguma outra pessoa que não ele mesmo, como objeto. Essa fase equidistante entre o auto-erotismo e o amor objetal pode, talvez, ser indispensável normalmente; mas parece que muitas pessoas se demoram por tempo inusitadamente longo nesse estado e que muitas de suas características são por elas transportadas para os estádios posteriores de seu desenvolvimento. De importância principal no eu (*self*) do sujeito assim escolhido como objeto amoroso já podem ser os órgãos genitais. A linha de desenvolvimento, então, conduz à escolha de um objeto externo com órgãos genitais semelhantes - isto é, a uma escolha objetal homossexual - e daí ao heterossexualismo. As pessoas que se tornam homossexuais manifestas mais tarde, nunca se emanciparam, pode-se presumir, da condição obrigatória de que o objeto de sua escolha deve possuir órgãos genitais como os seus; e, com relação a isto, as teorias sexuais infantis que atribuem o mesmo tipo de órgãos genitais a ambos os sexos exercem muita influência. [Cf. Freud, 1908c.]

Após o estágio de escolha objetal heterossexual ter sido atingido, as tendências homossexuais não são, como se poderia supor, postas de lado ou interrompidas; são simplesmente desviadas de seu objetivo sexual e aplicadas a novas utilizações. Combinam-se agora com partes dos instintos do ego e, como componentes ‘ligados’, ajudam a constituir os instintos sociais, contribuindo assim como um fator erótico para a amizade e a camaradagem, para o *esprit de corps* e o amor à humanidade em geral. Quão grande é a contribuição realmente derivada de fontes eróticas (com o objetivo sexual inibido) dificilmente poder-se-ia adivinhar pelas relações sociais normais da humanidade. Mas não é irrelevante observar que são precisamente os homossexuais manifestos, e entre eles exatamente aqueles que se colocam contra a tolerância quanto a atos sensuais, que se distinguem por participação particularmente ativa nos interesses gerais da humanidade - interesses que por si mesmo se originaram de uma sublimação de instintos eróticos.

Em meus *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade* [Ver em [1], 1972], expressei a opinião de que cada estágio no desenvolvimento da psicosexualidade fornece uma possibilidade de ‘fixação’, e, assim, de um ponto disposicional. As pessoas que não se libertaram completamente do estágio de narcisismo - que, equivale a dizer, têm nesse ponto uma fixação que pode operar como disposição para uma enfermidade posterior - acham-se expostas ao perigo de que alguma vaga de libido excepcionalmente intensa, não encontrando

outro escoadouro, possa conduzir a uma sexualização de seus instintos sociais e desfazer assim as sublimações que haviam alcançado no curso de seu desenvolvimento. Este resultado pode ser produzido por qualquer coisa que faça a libido fluir regressivamente (isto é, que causa uma ‘regressão’): quer, por um lado, a libido se torne colateralmente reforçada, devido a algum desapontamento com uma mulher, ou seja diretamente represada devido a um infortúnio nas relações sociais com outros homens, ambos os casos sendo exemplos de ‘frustração’; quer, por outro lado, haja uma intensificação geral da libido, de maneira que ela se torne poderosa demais para encontrar um escoadouro ao longo dos canais que já lhe estão abertos, e, conseqüentemente, irrompa por suas margens no ponto mais fraco. Visto nossas análises demonstrarem que os paranóicos *se esforçam por proteger-se contra esse tipo de sexualização de suas catexias sociais instintuais*, somos levados a supor que o ponto fraco em seu desenvolvimento deve ser procurado em algum lugar entre os estádios de auto-erotismo, narcisismo e homossexualismo, e que sua disposição à enfermidade (que talvez seja suscetível de definição mais precisa) deve estar localizada nessa região. Uma disposição semelhante teria de ser atribuída aos pacientes que sofrem da demência precoce de Kraepelin ou de (como Bleuler a denominou) *esquizofrenia*; e esperamos, posteriormente, encontrar pistas que nos permitam remontar às diferenças entre os dois distúrbios (com referência tanto à forma que assumem quanto ao curso que seguem) a diferenças correspondentes nas fixações disposicionais dos pacientes.

Assumindo então o ponto de vista de que o que jaz no cerne do conflito, nos casos de paranóia entre indivíduos do sexo masculino, é uma fantasia de desejo homossexual de *amar um homem*, certamente não esqueceremos que a confirmação de hipótese tão importante só pode decorrer da investigação de um grande número de exemplos de toda espécie de distúrbio paranóide. Temos, portanto, de estar preparados, se preciso for, para limitar nossa assertiva a um único tipo de paranóia. Não obstante, constitui fato notável que as principais formas de paranóia conhecidas podem ser todas representadas como contradições da proposição única ‘*eu (um homem) o amo (um homem)*’, e que, na verdade, exaurem todas as maneiras possíveis em que tais contradições poderiam ser formuladas.

A proposição ‘*eu (um homem) o amo*’ é contraditada por:

(a) Delírios de *perseguição*, pois eles ruidosamente asseveram:

‘*Eu não o amo - Eu o odeio.*’

Esta contradição, que deve ter sido enunciada assim no inconsciente, não pode, contudo, tornar-se consciente para um paranóico sob essa forma. O mecanismo de formação de sintomas na paranóia exige que as percepções internas - sentimentos - sejam substituídas por

percepções externas. Conseqüentemente, a proposição ‘eu o odeio’ transforma-se, por projeção, em outra: ‘*Ele me odeia* (persegue), o que me desculpará por odiá-lo.’ E, assim, o sentimento inconsciente compulsivo surge como se fosse a conseqüência de uma percepção externa:

‘Eu não *o amo* - eu *o odeio*, porque ELE ME PERSEGUE.’

A observação não deixa lugar para dúvidas de que o perseguidor é alguém que foi outrora amado.

(b) Outro elemento é escolhido para a contradição na *erotomania*, que permanece totalmente ininteligível sob qualquer outro ponto de vista:

‘Eu não *o amo* - eu *a amo*.’

E, em obediência à mesma necessidade de projeção, a proposição é transformada em: ‘Eu noto que *ela* me ama.’

‘Eu não *o amo* - eu *a amo*, porque ELA ME AMA.’

É possível a muitos casos de *erotomania* dar a impressão de que poderiam ser satisfatoriamente explicados como fixações heterossexuais exageradas ou deformadas, se nossa atenção não fosse atraída pela circunstância de que essas afeições começam invariavelmente não por qualquer percepção interna de amar, mas por uma percepção externa de ser amado. Nessa forma de paranóia, porém, a proposição intermediária ‘eu *a amo*’ também se pode tornar consciente, porque a contradição entre ela e a proposição original não é diametral nem tão irreconciliável como a existente entre amor e ódio; afinal de contas, é possível amar tanto *ela* quanto *ele*. Assim, pode acontecer que a proposição que foi substituída por projeção (‘*ela me ama*’) abra caminho novamente para a proposição da ‘língua básica’ ‘eu *a amo*’.

(c) A terceira modalidade pela qual a proposição original pode ser contraditada seria por delírios de *ciúme*, que podemos estudar nas formas características sob que aparecem em cada sexo.

(□) Delírios alcoólicos de ciúme. O papel desempenhado pelo álcool nesse distúrbio é, sob todos os aspectos, inteligível. Sabemos que aquela fonte de prazer afasta inibições e desfaz sublimações. Não é raro que o desapontamento com uma mulher leve um homem a beber - mas isso significa, geralmente, que ele recorre ao bar e à companhia de homens, que lhe proporcionam a satisfação emocional que deixou de conseguir de sua mulher em casa. Se então esses homens se tornarem os objetos de uma forte catexia libidinal em seu inconsciente, ele a repelirá com o terceiro tipo de contradição:

‘Não sou *eu* quem ama o homem - *ela* o ama’, e suspeita da mulher em relação a todos os homens a quem ele próprio é incitado a amar.

A deformação por meio da projeção acha-se necessariamente ausente nesse caso, visto que, com a mudança do sujeito que ama, todo o processo é, de qualquer modo, lançado para fora do ego. O fato de a mulher amar os homens constitui matéria de percepção externa para ele, ao passo que os fatos de que ele próprio não ama, mas odeia, ou de que ele mesmo ama, não esta, mas aquela pessoa, são assuntos de percepção interna.

(□) Os delírios de ciúme nas mulheres são exatamente análogos.

‘Não sou *eu* quem ama as mulheres - *ele* as ama.’ A mulher ciumenta suspeita do marido em relação a todas as mulheres por quem ela própria é atraída, devido ao seu homossexualismo e ao efeito disposicional de seu narcisismo excessivo. A influência da época da vida em que sua fixação ocorreu é claramente demonstrada pela seleção dos objetos amorosos que imputa ao marido; são amiúde velhas e inteiramente inapropriadas para uma relação amorosa real - revivescência das babás, criadas e meninas que foram suas amigas na infância, ou das irmãs, que foram suas rivais verdadeiras.

Ora, poder-se-ia supor que uma proposição composta de três termos, tal como ‘*eu o amo*’, só pudesse ser contestada por três maneiras diferentes. Os delírios de ciúme contradizem o sujeito, os delírios de perseguição contradizem o predicado, e a erotomania contradiz o objeto. Na realidade, porém, é possível um quarto tipo de contradição - a saber, aquele que rejeita a proposição como um todo:

‘*Não amo de modo algum - não amo ninguém*’. E visto que, afinal de contas, a libido tem de ir para algum lugar, essa proposição parece ser o equivalente psicológico da proposição: ‘Eu só amo a mim mesmo’. Desta maneira, esse tipo de contradição dar-nos-ia a megalomania, que podemos encarar como uma *supervalorização sexual do ego* e ser assim colocada ao lado da *supervalorização do objeto amoroso*, com a qual já nos achamos familiarizados.

É de alguma importância, com relação a outras partes da teoria da paranóia, observar que podemos detectar um elemento de megalomania na maioria das outras formas de distúrbio paranóide. É justo presumir que a megalomania é essencialmente de natureza infantil e que, à medida que o desenvolvimento progride, ela é sacrificada às considerações sociais. Do mesmo modo, a megalomania de um indivíduo nunca é tão veementemente abafada como quando ele se acha em poder de um amor irresistível:

Denn wo die Lieb' erwachet, stirbt

das Ich, der finstere Despot.

Após este exame do papel inesperadamente importante desempenhado pelas fantasias de desejo homossexuais na paranóia, retornemos aos dois fatores em que esperávamos, desde o princípio, encontrar os sinais característicos da paranóia, a saber, o mecanismo *pelo qual os sintomas são formados e o mecanismo pelo qual a repressão é ocasionada* [ver em [1]].

Certamente não temos direito de começar por presumir que estes dois mecanismos são idênticos e que a formação de sintomas segue o mesmo caminho que a repressão, cada qual avançando ao longo dele, talvez, em direção oposta. Tampouco parece haver qualquer grande possibilidade de que tal identidade exista. Não obstante, abster-nos-emos de expressar qualquer opinião sobre o assunto até termos completado nossa pesquisa.

A característica mais notável da formação de sintomas na paranóia é o processo que merece o nome de *projeção*. Uma percepção interna é suprimida e, ao invés, seu conteúdo, após sofrer certo tipo de deformação, ingressa na consciência sob a forma de percepção externa. Nos delírios de perseguição, a deformação consiste numa transformação do afeto; o que deveria ter sido sentido internamente como amor é percebido externamente como ódio. Deveríamos sentir-nos tentados a encarar esse processo notável como o elemento mais importante na paranóia e dela absolutamente patognomônico, se oportunamente não nos lembrássemos de duas coisas. Em primeiro lugar, a projeção não desempenha o mesmo papel em todas as formas de paranóia; e, em segundo, ela faz seu aparecimento não apenas na paranóia mas também sob outras condições psicológicas, e de fato é-lhe concedida participação regular em nossa atitude para com o mundo externo. Pois, quando atribuímos as causas de certas sensações ao mundo externo, ao invés de procurá-las (como fazemos no caso dos outros) dentro de nós mesmos, esse procedimento normal também merece ser chamado de projeção. Cientes de que problemas psicológicos mais gerais acham-se envolvidos na questão da natureza da projeção, decidamos adiar sua investigação (e, com ela, a do mecanismo da formação paranóide de sintomas em geral) para outra ocasião, e passemos agora a considerar que idéias podemos reunir sobre o tema do mecanismo da repressão na paranóia. Gostaria de dizer ao mesmo tempo, para justificar esta renúncia temporária, que descobriremos que a maneira pela qual o processo de repressão ocorre

acha-se muito mais intimamente vinculada à história do desenvolvimento da libido e à disposição a que ele dá origem, do que a maneira pela qual os sintomas se formam.

Na psicanálise, acostumamo-nos a encarar os fenômenos patológicos como derivados, de maneira geral, da repressão. Se examinarmos mais de perto o que é chamado de ‘repressão’, encontraremos razões para dividir o processo em três fases que são facilmente distinguíveis uma da outra, conceptualmente.

(1) A primeira fase consiste na *fixação*, que é a precursora e condição necessária de toda ‘repressão’. A fixação pode ser descrita da seguinte maneira: determinado instinto ou componente instintual deixa de acompanhar os demais ao longo do caminho normal previsto de desenvolvimento, e, em consequência desta inibição em seu desenvolvimento, é deixado para trás, num estágio mais infantil. A corrente libidinal em apreço comporta-se então, em relação a estruturas psicológicas posteriores, como se pertencesse ao sistema do inconsciente, como reprimida. Já demonstramos [ver em [1]] que essas fixações instintuais constituem a base para a disposição à enfermidade subsequente, e podemos agora acrescentar que elas constituem, acima de tudo, a base para a determinação do resultado da terceira fase da repressão.

(2) A segunda fase da repressão é a da repressão propriamente dita - fase à qual foi dada, até aqui, a máxima atenção. Provém dos sistemas mais altamente desenvolvidos do ego - sistemas capazes de serem conscientes - e pode, na realidade, ser descrita como um processo de ‘pós-repressão’. Aparenta ser um processo essencialmente ativo, ao passo que a fixação parece de fato constituir um retardamento passivo. Podem sofrer repressão que os derivados psíquicos dos instintos retardados originais, quando estes se reforçam e entram assim em conflito com o ego (ou instintos egossintônicos), quer tendências psíquicas que, por outras razões, despertaram uma forte aversão. Mas esta aversão, em si própria, não conduziria à repressão, a menos que alguma vinculação tenha sido estabelecida e entre as tendências indesejáveis que têm de ser reprimidas e aquelas que já o foram. Onde isso acontece, a repulsa exercida pelo sistema consciente e a atração exercida pelo inconsciente tendem na mesma direção, no sentido de ocasionar a repressão. As duas possibilidades que são aqui isoladamente tratadas podem, talvez, ser menos nitidamente diferenciadas na prática, e a distinção entre elas pode depender simplesmente do maior ou menor grau em que os instintos primariamente reprimidos contribuem para o resultado.

(3) A terceira fase, e a mais importante no que se refere aos fenômenos patológicos, é a do fracasso da repressão, da *irrupção*, do *retorno do reprimido*. Esta irrupção toma seu impulso do ponto de fixação, e implica uma regressão do desenvolvimento libidinal a esse ponto.

Já aludimos [Ver a partir de [1].] à multiplicidade dos pontos possíveis de fixação;

existem na realidade, tantos quantos são os estádios no desenvolvimento da libido. Devemos estar preparados para encontrar uma multiplicidade semelhante de mecanismos da repressão propriamente dita e de mecanismos de irrupção (ou de formação de sintomas), e já podemos começar a suspeitar que não será possível remontar todas essas multiplicidades somente à história desenvolvimental da libido.

É fácil perceber que esse exame está começando a invadir o problema da ‘escolha da neurose’, que, contudo, não pode ser abordado até que um trabalho preliminar de outro tipo tenha sido realizado. Mantenhamos em mente, por enquanto, que já tratamos da fixação, e que adiamos o assunto da formação de sintomas; e restrinjamo-nos à questão de saber se a análise do caso de Schreber lança alguma luz sobre o mecanismo da repressão propriamente dita que predomina na paranóia.

No clímax de sua moléstia, sob a influência de visões que eram ‘parcialmente de caráter terrificante, mas em parte, também, de grandeza indescritível’ (73), Schreber convenceu-se da iminência de uma grande catástrofe, do fim do mundo. Vozes disseram-lhe que o trabalho dos 14.000 anos passados viera agora a dar em nada, e que o período de vida concedido à Terra era apenas 212 anos mais (71); durante a última parte de sua estada na clínica de Flechsig, acreditou que esse período já havia passado. Ele próprio era ‘o único homem real deixado vivo’ e as poucas formas humanas que ainda via - o médico, os assistentes, os outros pacientes - explicava-as como ‘miraculadas, homens apressadamente improvisados.’ Ocasionalmente, a corrente inversa de sentimento também aparecia: foi colocado em suas mãos um jornal no qual havia um comunicado de sua própria morte (81); ele próprio existia sob forma secundária, inferior, e sob esta forma secundária, certo dia tranqüilamente faleceu (73). Mas a forma de seu delírio, em que seu ego era mantido e o mundo sacrificado, mostrou ser, de longe, a mais poderosa. Ele tinha várias teorias sobre a causa da catástrofe. Certa ocasião, teve em mente um processo de glaciação devido a retirada do Sol; em outra, seria a destruição por um terremoto, ocorrência na qual ele, com sua capacidade de ‘vidente de espíritos’, deveria representar papel dominante, tal como se alega que outro vidente desempenhou no terremoto de Lisboa de 1755. (91.) Ou, então, Flechsig era o culpado, visto que através de suas artes mágicas semeara o medo e o terror entre os homens, destruíra os fundamentos da religião e disseminara distúrbios nervosos gerais e imoralidades, de modo que pestilências devastadoras se haviam abatido sobre a humanidade. (91.) Em qualquer caso, o fim do mundo era a consequência do conflito que irrompera entre ele Flechsig ou, de acordo com a etiologia adotada na segunda fase de seu delírio, do vínculo indissolúvel que se formara entre ele e Deus; era, na realidade, o resultado inevitável de sua doença. Anos após, quando o Dr. Schreber retornou à sociedade humana, e não podia encontrar os livros, nas partituras musicais ou nos outros artigos de uso cotidiano que lhe caíam mais uma vez nas mãos traço algum que corroborasse sua teoria de que tinha havido um hiato de imensa duração na história da humanidade, ele admitiu que sua opinião não era mais sustentável: ‘Não posso mais evitar reconhecer que, *considerado externamente*, tudo está como costumava ser. *Se, todavia, não pode ter havido uma profunda mudança interna* é uma

questão a que retornarei mais tarde.’ (84-5.) Ele não se podia permitir duvidar que, durante sua moléstia, o mundo havia chegado ao fim e que, apesar de tudo, aquele que agora via diante de si era um mundo diferente.

Uma catástrofe mundial deste tipo não é infreqüente durante o estágio agitado em outros casos de paranóia. Se nos basearmos em nossa teoria da catexia libidinal, e seguirmos a sugestão dada pela visão que Schreber tinha das outras pessoas como ‘homens apressadamente improvisados’, não acharemos difícil explicar estas catástrofes. O paciente retirou das pessoas de seu ambiente, e do mundo externo em geral, a catexia libidinal que até então havia dirigido para elas. Assim, tudo tornou-se indiferente e irrelevante para ele, e tem de ser explicado através de uma racionalização secundária, como ‘miraculado, apressadamente improvisado’. O fim do mundo é a projeção dessa catástrofe interna; seu mundo subjetivo chegou ao fim, desde o retraimento de seu amor por ele.

Após Fausto ter pronunciado as maldições que o liberam do mundo, o coro dos Espíritos canta:

Weh! Weh!

Du hast sie zerstört,

die schöne Welt,

mit mächtiger Faust!

sie stürzt, sie zerfällt!

Ein Halbgott hat sie zerschlagen!

.....

Mächtiger

der Erdensöhne,

Prächtiger

baue sie wieder,

in deinem Busen baue sie auf!

E o paranóico constrói-o de novo, não mais esplêndido, é verdade, mas pelo menos de maneira a poder viver nele mais uma vez. Constrói-o com o trabalho de seus delírios. *A formação delirante, que presumimos ser o produto patológico, é, na realidade, uma tentativa de restabelecimento, um processo de reconstrução.* Tal reconstrução após a catástrofe é bem sucedida em maior ou menor grau, mas nunca inteiramente; nas palavras de Schreber, houve uma ‘profunda mudança interna’ no mundo. Mas o indivíduo humano recapturou uma relação, e freqüentemente uma relação muito intensa, com as pessoas e as coisas do mundo, ainda que esta seja agora hostil, onde anteriormente fora esperançosamente afetuosa. Podemos dizer, então, que o processo da repressão propriamente dita consiste num desligamento da libido em relação às pessoas - e coisas - que foram anteriormente amadas. Acontece silenciosamente; dele não recebemos informações, só podemos inferi-lo dos acontecimentos subseqüentes. O que se impõe tão ruidosamente à nossa atenção é o processo de restabelecimento, que desfaz o trabalho da repressão e traz de volta novamente a libido para as pessoas que ela havia abandonado. Na paranóia, este processo é efetuado pelo método da projeção. Foi incorreto dizer que a percepção suprimida internamente é projetada para o exterior; a verdade é, pelo contrário, como agora percebemos, que aquilo que foi internamente abolido retorna desde fora. O exame completo do processo de projeção, que adiamos para outra ocasião, esclarecerá as dúvidas remanescentes sobre o assunto.

Entretanto, contudo, constitui fonte de alguma satisfação descobrir que o conhecimento que acabamos de adquirir nos envolve em várias argumentações adicionais.

(1) Nossa primeira reflexão revelar-nos-á que não é possível que esse desligamento da libido ocorra exclusivamente na paranóia; tampouco pode acontecer que, em outra parte que ocorra, tenha as mesmas conseqüências desastrosas. É bem possível que um desligamento da libido seja o mecanismo essencial e regular de toda repressão. Não podemos ter conhecimento positivo sobre esse ponto até que as outras perturbações que se baseavam na repressão tenham sido similarmente examinadas. Mas é certo que, na vida mental normal (e não apenas em períodos de luto), estamos constantemente desligando nossa libido, desta maneira, de pessoas ou de outros objetos, sem cairmos enfermos. Quando Fausto se libertou do mundo pela enunciação de suas maldições, o resultado não foi uma paranóia ou qualquer outra neurose, mas simplesmente uma exata estrutura geral da mente. Por conseguinte, o desligamento da libido não pode, em si próprio, ser o fator patogênico na paranóia; tem de haver alguma característica especial que distinga o desligamento paranóico da libido dos outros tipos. Não é difícil sugerir qual possa ser essa característica. Que emprego se faz da libido após ela ter sido liberada pelo processo de desligamento? Uma pessoa normal começará imediatamente a procurar um substituto para a ligação perdida e, até que esse

substituto seja encontrado, a libido liberada será mantida em suspenso dentro da mente, e aí dará origem a tensões e alterará o seu humor. Na histeria, a libido liberada transforma-se em inervações somáticas ou em ansiedade. Na paranóia, porém, a evidência clínica vai demonstrar que a libido, após ter sido retirada do objeto, é utilizada de modo especial. Recordar-se-á [ver em [1]] que a maioria dos casos de paranóia exhibe traços de megalomania, e que a megalomania pode, por si mesma, constituir uma paranóia. Disto pode-se concluir que, na paranóia, a libido liberada vincula-se ao ego e é utilizada para o engrandecimento deste. Faz-se assim um retorno ao estágio do narcisismo (que reconhecemos como estágio do desenvolvimento da libido), no qual o único objeto sexual de uma pessoa é seu próprio ego. Com base nesta evidência clínica, podemos supor que os paranóicos trouxeram consigo uma *fixação no estágio do narcisismo*, e podemos asseverar que a extensão do *retrocesso do homossexualismo sublimado para o narcisismo* constitui medida da quantidade de regressão característica da paranóia.

(2) Objeção igualmente plausível pode-se basear na história clínica de Schreber, bem como em muitas outras. Pois pode-se alegar que os delírios de perseguição (que eram dirigidos contra Flechsig) inquestionavelmente surgiram em data anterior à da fantasia de fim do mundo; de maneira que o que se supõe ter sido um retorno do reprimido, realmente precedeu a própria repressão ... o que é absurdo patente. A fim de enfrentar esta objeção, temos de abandonar o campo elevado da generalização e descer à consideração pormenorizada das circunstâncias concretas, que são, indubitavelmente, muitíssimo mais complicadas. Temos de admitir a possibilidade de que um desligamento da libido como o que estamos examinando pudesse ser tanto parcial - um recuo a partir de algum complexo isolado - quanto geral. Um desligamento parcial seria, de longe, o mais comum dos dois, e deveria preceder o geral, visto que, inicialmente, é apenas para o desligamento parcial que as influências da vida fornecem motivo. O processo pode então interromper-se no estágio de um desligamento parcial ou pode estender-se ao geral, que em alta voz proclamará sua presença nos sintomas da megalomania. Dessa maneira, o desligamento da libido em relação à figura de Flechsig pode, não obstante, ter constituído o elementar no caso de Schreber; foi imediatamente seguido pelo aparecimento do delírio, que trouxe a libido de volta novamente para Flechsig (embora com sinal negativo, para assinalar o fato de que a repressão se efetuara) e anulou assim o trabalho da repressão. E então a batalha da repressão irrompe de novo, mas desta vez com armas mais poderosas. Na proporção em que o objeto de disputa se tornou a coisa mais importante do mundo externo, tentando, por um lado, arrastar a totalidade da libido para si, e, por outro, mobilizando todas as resistências contra si, assim também a luta que se trava em torno desse objeto único tornou-se cada vez mais comparável a um conflito geral; até que, por fim, uma vitória para as forças da repressão expressou-se na convicção de que o mundo chegara ao fim e de que somente o eu (*self*) sobrevivia. Se passarmos em revista as engenhosas construções erigidas pelo delírio de Schreber no campo da religião - a hierarquia de Deus, as almas provadas, as antes-salas do Céu, o Deus inferior e o superior - podemos avaliar, retrospectivamente, a quantidade de sublimações transformadas em ruínas pela catástrofe do desligamento geral da libido.

(3) Uma terceira consideração que surge das opiniões desenvolvidas nestas páginas é a seguinte: devemos supor que um desligamento geral da libido do mundo externo constitua agente eficaz o bastante para explicar o ‘fim do mundo’? Ou as catexias pelo ego ainda efetivas não teriam sido suficientes para manter *rapport-* com o mundo externo? Para enfrentar esta dificuldade, teríamos ou de presumir que aquilo que chamamos de catexia libidinal (isto é, um interesse que emana de fontes eróticas) coincide com o interesse em geral, ou de considerar a possibilidade de que um distúrbio muito disseminado na distribuição da libido possa ocasionar perturbação correspondente nas catexias pelo ego. Mas estes são problemas que ainda nos achamos inteiramente impotentes e incompetentes para resolver. Seria diferente se pudéssemos partir de alguma teoria bem fundamentada dos instintos, mas, na realidade, nada disso possuímos à nossa disposição. Consideramos o instinto como sendo o conceito sobre a fronteira entre o simático e o mental, e vemos nele o representante psíquico de forças orgânicas. Ademais, aceitamos a distinção popular entre instintos do ego e instinto sexual, pois tal distinção parece concordar com a concepção biológica de que o indivíduo possui dupla orientação, visando, por um lado, à autopreservação e, por outro, à preservação das espécies. Além disso, porém, existem apenas hipóteses, que encampamos - e estamos inteiramente prontos a abandonar de novo - para que nos ajudassem a encontrar orientação no caso dos processos mais obscuros da mente. O que esperamos das investigações psicanalíticas dos processos patológicos mentais é exatamente que nos levem a algumas conclusões sobre questões vinculadas à teoria dos instintos. Estas investigações, contudo, acham-se no começo, e são realizadas apenas por pesquisadores isolados, de maneira que as esperanças que nelas depositamos devem ainda permanecer irrealizadas. Não podemos mais pôr de lado a possibilidade de que distúrbios da libido reajam sobre as catexias pelo ego. Na verdade, é provável que processos deste tipo constituam a característica instintiva das psicoses. O quanto de tudo isso se pode aplicar à paranóia é impossível dizer presentemente. Existe uma consideração, contudo, que gostaria de acentuar. Não se pode asseverar que um paranóico, mesmo no auge da repressão, retire completamente seu interesse do mundo externo - como se julga ocorrer em alguns outros tipos de psicose alucinatória (tais como a amênia de Meynert). O paranóico percebe o mundo externo e leva em consideração quaisquer alterações que nele possam acontecer, e o efeito que aquele lhe causa estimula-o a inventar teorias explanatórias (tais como os ‘homens apressadamente improvisados’, de Schreber). Parece-me, portanto, muito mais provável que a relação alterada do paranóico com o mundo deva ser explicada inteira ou principalmente pela perda de seu interesse libidinal.

(4) É impossível evitar perguntar, em vista da estreita vinculação entre os dois distúrbios, até onde esta concepção de paranóia afetará a nossa concepção de demência precoce. Sou de opinião que Kraepelin estava inteiramente justificado em tomar a medida de separar grande parte do que até então havia sido chamado de paranóia e fundi-la, junto com a

catatonia e certas outras formas de doença, numa nova entidade clínica - embora 'demência precoce' fosse um nome particularmente infeliz de se escolher para ela. A designação escolhida por Bleuler para o mesmo grupo de formas - 'esquizofrenia' - acha-se também exposta à objeção, de que o nome parece apropriado contanto que esqueçamos seu significado literal, pois, de outro modo, ele cria prevenção contra o assunto, visto basear-se numa característica da moléstia postulada teoricamente - característica, além disso, que não pertence exclusivamente a essa doença, e que, à luz de outras considerações, não pode ser encarada como sendo a essencial. Em geral, contudo, não são de muito grande importância as denominações, que damos aos quadros clínicos. O que me parece mais essencial é que a paranóia deve ser mantida com um tipo clínico independente, por mais freqüentemente que o quadro que ofereça possa ser complicado pela presença de características esquizofrênicas. Do ponto de vista da teoria da libido, embora se assemelhe à demência precoce na medida em que a repressão propriamente dita em ambas as moléstias teria o mesmo aspecto principal - desligamento da libido, juntamente com sua regressão para o ego -, ela se distinguiria da demência precoce por ter sua fixação disposicional diferentemente localizada e por possuir um mecanismo diverso para o retorno do reprimido (isto é, para a formação de sintomas). Parecer-me-ia plano mais conveniente dar à demência precoce o nome de *parafrenia*. Este termo não possui conotação especial e serviria para indicar um relacionamento com a paranóia (nome que não pode ser modificado) e, além disso, lembraria a hebefrenia, entidade que hoje se acha fundida com a demência precoce. É verdade que o nome já foi proposto para outros fins, mas isto não precisa nos preocupar, visto que as aplicações alternativas ainda não passaram para uso geral.

Abraham muito convincentemente demonstrou que o afastamento da libido do mundo externo é uma característica particular e claramente marcada da demência precoce. Desta característica inferimos que a repressão é efetuada por meio do desligamento da libido. Aqui, mais uma vez, podemos considerar a fase de alucinações violentas como uma luta entre a repressão e uma tentativa de restabelecimento, por devolver a libido novamente a seus objetos. [Cf. em [1]]. Jung, com extraordinário acume analítico, percebeu que os delírios (*delíria*) e estereótipos motores que ocorrem nessa perturbação são os resíduos de antigas catexias objetais, que se apegam com grande persistência. Essa tentativa de restabelecimento, que os observadores equivocadamente tomam pela própria doença, não faz uso da projeção, como na paranóia, mas emprega um mecanismo alucinatório (histérico). Este é um dos principais aspectos em que a demência precoce difere da paranóia e esta diferença pode ser geneticamente explicada a partir de outro ângulo. A segunda diferença é demonstrada pelo resultado da doença naqueles casos em que o processo não permaneceu demasiadamente restrito. O prognóstico, em geral, é mais desfavorável do que na paranóia. A vitória fica com a reconstrução. A regressão estende-se não simplesmente ao narcisismo (manifestando-se sob a forma de megalomania), mas a um completo abandono do amor objetal e um retorno ao auto-erotismo infantil. A fixação disposicional deve, portanto, achar-se situada mais atrás do que na paranóia, e residir em algum lugar no início do curso do desenvolvimento entre o auto-erotismo e o amor objetal. Além disso, não é de modo algum

provável que impulsos homossexuais, tão freqüentemente - talvez invariavelmente - encontrados na paranóia, desempenham papel igualmente importante na etiologia dessa enfermidade muito mais abrangente, a demência precoce.

Nossas hipóteses quanto às fixações disposicionais na paranóia e na parafrenia tornam fácil perceber que um caso pode começar por sintomas paranóides e, apesar disso, transformar-se em demência precoce, e que fenômenos paranóides e esquizofrênicos podem achar-se combinados em qualquer proporção. E podemos compreender como um quadro clínico como o de Schreber pode ocorrer, e merecer o nome de demência paranóide, a partir do fato de que, na produção de uma fantasia de desejo e de alucinações, ele apresenta traços parafrênicos, enquanto que, na causa ativadora, no emprego do mecanismo da projeção, e no desfecho, exibe um caráter paranóide. Porque é possível que diversas fixações sejam abandonadas no curso do desenvolvimento, e cada uma delas, sucessivamente, pode permitir uma irrupção da libido que havia sido impelida para fora - começando talvez com as últimas fixações adquiridas, e passando, à medida que a moléstia se desenvolve, às originais, que se acham mais perto do ponto de partida. Gostaríamos de saber a que condições o resultado relativamente favorável do presente caso se deve; pois não podemos de bom grado atribuir toda a responsabilidade pelo desfecho a algo tão casual quanto a 'melhora devido à mudança de domicílio', que se estabeleceu após a remoção do paciente da clínica de Flechsig. Mas nosso conhecimento insuficiente das circunstâncias íntimas da história clínica torna impossível fornecer resposta a essa interessante questão. Pode-se suspeitar, contudo, que aquilo que capacitou Schreber a reconciliar-se com sua fantasia homossexual, e possibilitou à sua moléstia terminar em algo que se aproxima de um restabelecimento, pode ter sido o fato de que seu complexo paterno se achava, principalmente, afinado de maneira positiva, e que, na vida real, os anos finais de seu relacionamento com um pai excelente provavelmente não foram tempestuosos.

Visto não temer a crítica dos outros nem esquivar-me de criticar a mim próprio, não tenho motivos para evitar a menção de uma semelhança que tem possibilidade de prejudicar nossa teoria da libido na opinião de muitos de meus leitores. Os 'raios de Deus' de Schreber, que se constituíam de uma condensação de raios de Sol, fibras nervosas e espermatozóides [ver em [1]], nada mais são, na realidade, que uma representação concreta e uma projeção para o exterior de catexias libidinais, e emprestam assim a seus delírios uma conformidade marcante com nossa teoria. A crença de que o mundo deveria acabar porque seu ego estava atraindo todos os raios para si, a preocupação ansiosa num período posterior, durante o processo de reconstrução, de que Deus rompesse Sua vinculação de raios com ele - esses e muitos outros pormenores da estrutura delirante de Schreber soam quase como percepções endo-psíquicas dos processos cuja existência presumi nestas páginas, como base de nossa explicação da paranóia. Posso, não obstante, invocar um amigo e colega especialista para testemunhar que desenvolvi minha teoria da paranóia antes de me familiarizar com o conteúdo do livro de Schreber. Compete ao futuro decidir se existe mais delírio em minha teoria do que eu gostaria de admitir, ou se há mais verdade no delírio de Schreber do que

outras pessoas estão, por enquanto, preparadas para acreditar.

Por fim, não posso concluir o presente trabalho - que, mais uma vez, constitui apenas fragmento de um todo maior - sem preannunciar as duas teses principais no sentido de cujo estabelecimento a teoria da libido das neuroses e das psicoses está avançando: a saber, que as neuroses surgem, principalmente, de um conflito entre o ego e o instinto sexual, e que as formas que elas assumem guardam a marca do curso do desenvolvimento seguido pela libido - e pelo ego.

PÓS-ESCRITO (1912 [1911])

Ao lidar com a história clínica do *Senatspräsident* Schreber, propositadamente restringi-me a um mínimo de interpretação; e sinto-me confiante de que todo leitor com um conhecimento de psicanálise terá aprendido, a partir do material que apresentei, mais do que foi explicitamente afirmado por mim, e que não terá encontrado dificuldade em juntar mais os fios e em chegar a conclusões que apenas insinuei. Por um feliz acaso, o mesmo número da revista em que meu próprio artigo apareceu mostrou que a atenção de alguns outros colaboradores fora dirigida para a autobiografia de Schreber e tornou fácil adivinhar quanto material mais resta a ser coletado do conteúdo simbólico das fantasias e delírios desse talentoso paranóico.

Desde que publiquei meu trabalho sobre Schreber, uma aquisição fortuita de conhecimento colocou-me em posição de apreciar mais adequadamente uma de suas crenças delirantes e de reconhecer a riqueza de sua relação com a *mitologia*. Mencionei em [1] a estranha relação do paciente com o Sol e fui levado a explicar este último como um ‘símbolo paterno’ sublimado. O Sol costumava falar-lhe em linguagem humana e assim se revelou a ele como ser vivo. Schreber tinha o hábito de vituperá-lo e de gritar-lhe ameaças; declara, além disso, que quando se detinha a encará-lo e falava alto, seus raios empalideciam perante ele. Após seu ‘restabelecimento’, gaba-se de poder olhá-lo fixamente sem qualquer dificuldade e sem ficar mais que ligeiramente ofuscado, coisa que, naturalmente, ter-lhe-ia sido impossível previamente.

É a este privilégio delirante de ser capaz de olhar fixamente o Sol sem ficar ofuscado que o interesse mitológico se prende. Lemos em Reinach que os autores de histórias naturais da antigüidade atribuíam esse poder somente à águia, que, como moradora das mais altas regiões do ar, era colocada em relação especialmente íntima com os céus, com o Sol e com

o relâmpago. Aprendemos das mesmas fontes, ademais, que a águia submete seus filhotes a um teste, antes de reconhecê-los como sua descendência legítima: a menos que consigam olhar para o Sol sem piscar, são arrojados para fora do ninho.

Não pode haver dúvida sobre o significado deste mito animal. É certo que ele está simplesmente atribuindo a animais algo que constitui costume sagrado entre os homens. O processo usado pela águia com seus filhotes é um *ordálio*, teste de linhagem, tal como é transmitido das mais diversas raças da antigüidade. Assim, os celtas, que viviam nas margens do Reno, costumavam confiar seus bebês recém-nascidos às águas do rio, a fim de determinar se eles eram verdadeiramente do seu próprio sangue. O clã dos psilos, que habitavam o que hoje é Trípoli, gabava-se de serem descendentes de serpentes e costumavam expor os filhos ao contato destas; aqueles que eram filhos verdadeiramente nascidos do clã não eram picados ou restabeleciam-se rapidamente dos efeitos da picada. A suposição subjacente a esses testes conduz-nos profundamente aos hábitos *totêmicos* de pensamento dos povos primitivos. O totem - um animal, ou uma força natural, animisticamente concebido, ao qual a tribo remonta sua origem - poupa os membros da tribo como sendo seus próprios filhos, tal como ele próprio é por estes honrado como ancestral e por eles poupado. Chegamos aqui à consideração de assuntos que, segundo me parece, podem tornar possível chegar-se a uma explicação psicanalítica das origens da religião.

A águia, pois, que faz os filhotes olharem para o Sol e deles exige que não sejam ofuscados por sua luz, comporta-se como se ela própria fosse descendente do Sol e estivesse submetendo os filhos a um teste de linhagem. E quando Schreber se gaba de poder olhar para o Sol ileso e não ofuscado, redescobriu o método mitológico de expressar sua relação filial com o Sol, e mais uma vez confirmou nossa opinião de que o Sol é um símbolo do pai. Recordar-se-á que, durante sua enfermidade, Schreber deu livre expressão ao seu orgulho familiar, e que descobrimos no fato de sua falta de filhos um motivo humano para ele ter caído enfermo com uma fantasia feminina de desejo [ver em [1]]. Assim, a vinculação entre seu privilégio delirante e a origem de sua moléstia se torna evidente.

Este breve pós-escrito à minha análise de um paciente paranóide pode servir para demonstrar que Jung tinha excelentes fundamentos para sua asserção de que as forças criadoras de mitos da humanidade não se acham extintas, mas que, até o dia de hoje, originam nas neuroses os mesmos produtos psíquicos que originaram nas mais remotas eras passadas. Gostaria de retomar uma sugestão que eu próprio fiz há algum tempo, e acrescentar que a mesma é válida para as forças que constroem as religiões. E sou de opinião que em breve chegará a hora propícia para efetuarmos a ampliação de uma tese que há muito tempo foi sustentada por psicanalistas, e completar o que até aqui teve apenas aplicação individual e ontogenética acrescentando-lhe o correspondente antropológico, que deve ser concebido filogeneticamente. ‘Nos sonhos e nas neuroses’, assim dizia nossa tese, ‘deparamos mais uma vez com a *criança* e as peculiaridades que caracterizam suas

modalidades de pensamento e sua vida emocional.’ ‘E deparamos também com o *selvagem*’, podemos agora acrescentar, ‘com o homem *primitivo*, tal como se nos revela à luz das pesquisas da arqueologia e da etnologia.’

ARTIGOS SOBRE TÉCNICA (1911-1915 [1914])

INTRODUÇÃO DO EDITOR INGLÊS

Em sua contribuição a *Estudos sobre a Histeria* (1895d), Freud forneceu um relato muito completo do procedimento psicanalítico que havia desenvolvido com base nas descobertas de Breuer. Este pode ser descrito como a técnica de ‘pressão’ e ainda incluía consideráveis elementos de sugestão, embora estivesse avançando rapidamente no sentido daquele que cedo ele deveria chamar de método ‘psicanalítico’. Um exame da relação dos escritos técnicos de Freud, publicada adiante (ver em [1]), mostrará que, depois desse, a não ser por duas descrições muito superficiais datadas de 1903 e 1904, ele não publicou nenhuma descrição geral de sua técnica por mais de 15 anos. O pouco que sabemos de seus métodos durante este período tem de ser inferido principalmente de observações ocasionais - por exemplo, em *A interpretação de Sonhos* (1900a) - e mais particularmente do que é revelado em suas três principais histórias clínicas do período, ‘Dora’ (1905e [1901]), ‘Little Hans’ (1909b) e o ‘Rat Man’ (1909d). (As duas últimas, incidentalmente, muito próximo do final deste período de relativo silêncio.) Informa-nos o Dr. Ernest Jones (1955, 258 e segs.) que já em 1908 Freud alimentava a idéia de escrever uma *Allgemeine Technik der Psychoanalyse* (*Exposição Geral da Técnica Psicanalítica*). Deveria ter cerca de 50 páginas, e 36 destas já haviam sido escritas ao final do ano. Neste ponto, porém, houve uma interrupção, e ele decidiu adiar-lhe o término para as férias de verão de 1909. Quando estas chegaram, porém, havia o artigo do ‘Rat Man’ para completar e a visita aos Estados Unidos a preparar, e o trabalho sobre técnica foi mais uma vez deixado de lado. Não obstante, durante esse mesmo verão, Freud disse ao dr. Jones que estava planejando ‘um pequeno memorando sobre máximas e normas de técnicas’, que deveria ser distribuído privadamente apenas entre os seus mais chegados seguidores. Daí em diante, nada mais se ouviu sobre o assunto até o artigo sobre ‘As Perspectivas Futuras da Psicanálise’, lido por ele no final de

março do ano seguinte para o Congresso de Nuremberg (1910*d*). Nesse trabalho, que afluava a questão da técnica, anunciou Freud que pretendia, ‘em futuro próximo’, produzir uma *Allgemeine Methodik der Psychoanalyse* (*Metodologia Geral da Psicanálise*), presumivelmente um trabalho sistemático sobre técnica (Ver em [1], 1970). Mais uma vez, porém, a não ser pelo comentário crítico sobre análise ‘silvestre’ escrito alguns meses mais tarde (1910*k*), houve um atraso de mais de 18 meses, e foi somente em fins de 1911 que o trabalho foi iniciado, com a publicação dos seis artigos seguintes.

Os quatro princípios deles foram publicados em sucessão bastante rápida durante os 15 meses seguintes (entre dezembro de 1911 e março de 1913). Houve então outra pausa e os dois últimos trabalhos da série apareceram em novembro de 1914 e janeiro de 1915. Estes dois, porém, foram na realidade terminados por volta do final de julho de 1914, exatamente antes da deflagração da Primeira Guerra Mundial. Embora os seis artigos se achassem assim espalhados por cerca de dois anos e meio. Freud parece tê-los considerado como formando uma série, como se verá pela nota de rodapé ao quarto artigo (Ver em [1]) e pelo fato de os últimos quatro originalmente partilharem um título comum; além disso, reimprimiu-os juntos em sua quarta compilação de artigos breves, em 1918, sob o título ‘Zur Technik der Psychoanalyse’ (‘Sobre a Técnica da Psicanálise’). Portanto, achamos correto, neste caso, desprezar a cronologia e incluir a série inteira no presente volume.

Embora estes seis artigos abranjam grande número de temas importantes, dificilmente podem ser descritos como mais exposição sistemática da técnica psicanalítica. Representam, no entanto, a abordagem mais aproximada de Freud sobre uma exposição desse tipo, pois, nos vinte anos que se seguiram à sua publicação, ele não efetuou mais que um par de contribuições mais explícitas ao assunto: um exame dos métodos ‘ativos’ de tratamento, em seu artigo para o congresso de Budapest (1919*a* [1918]), e alguns títulos de conselhos práticos sobre interpretação de sonhos (1923*c*). Fora estes, temos de nos apoiar principalmente, como antes, no material incidental das histórias clínicas, em particular na análise do ‘Wolf Man’ (1918*b* [1914]), mais ou menos contemporânea dos presentes artigos. Além disso, há, naturalmente, o longo enunciado dos princípios que fundamentam a terapia psicanalítica nas Conferências XXVII e XXVIII de suas *Conferências Introdutórias* (1916-17), embora dificilmente possa ser encarado como contribuição direta às questões de técnica. Na verdade, foi somente no fim da vida, em 1937, que mais uma vez ele retornou a esse tópico, em dois importantes artigos de natureza explicitamente técnica (1937*c* e 1937*d*).

A relativa escassez de trabalhos de Freud sobre técnica, bem como suas hesitações e demoras para produzi-los, sugere que havia de sua parte um sentimento de relutância em publicar esse tipo de material. E na verdade parece ter sido este o caso, por vários motivos. Antipatizava certamente com a idéia de pacientes futuros virem a conhecer demais sobre os pormenores de sua técnica, e dava-se conta de que estes escrutinariam avidamente tudo

aquilo que escrevesse sobre o assunto. (Este sentimento é exemplificado por sua proposta, mencionada acima, de restringir a circulação do trabalho sobre técnica a número limitado de analistas.) Independentemente disso, porém, ele era altamente cético quanto ao valor, para principiantes, do que se poderia descrever como ‘Manuais para Jovens Analistas’. É somente no terceiro e no quarto artigos desta série que algo semelhante pode ser encontrado. Isto se deveu em parte, como nos diz no artigo ‘Sobre o Início do Tratamento’, ao fato de os fatores psicológicos envolvidos (inclusive a personalidade do analista) serem complexos e variáveis demais para tornar possíveis regras rígidas e firmes. Tais regras só poderiam ter valor se suas razões fossem apropriadamente compreendidas e digeridas; e, de fato, grande parte destes trabalhos é dedicada a uma exposição do mecanismo da terapia psicanalítica e, na verdade, da psicoterapia em geral. Uma vez apreendido este mecanismo, tornava-se possível explicar as reações do paciente (e do analista) e formar opinião sobre os prováveis efeitos e méritos de qualquer artifício técnico específico.

Depois de todos os seus estudos sobre técnica, contudo, Freud nunca deixou de insistir que um domínio apropriado do assunto só poderia ser adquirido pela experiência clínica e não pelos livros. Experiência clínica com pacientes, sem dúvida, mas, acima de tudo, experiência clínica oriunda da própria análise do analista. Esta, como Freud cada vez mais se convenceu, constituía a necessidade fundamental de todo psicanalista militante. Apresentou a idéia de forma bastante experimental a princípio, tal como, por exemplo, em ‘As Perspectivas Futuras da Terapêutica Psicanalítica’ (1910*d*), ver em [1], 1970; expressou-a mais definitivamente num trabalho da presente série (Ver a partir de [2].); e, num de seus últimos trabalhos, ‘Análise Terminável e Interminável’ (1937*c*), estabelece que todo analista deveria, periodicamente, talvez a cada cinco anos, reingressar em análise. Os artigos sobre técnica que se seguem têm obviamente de ser lidos sob a impressão constante desta condição orientadora.

Finalmente, pode-se observar que, na presente série de artigos, Freud não faz referência à questão de se a posse de uma qualificação médica constitui atributo não menos necessário a todo psicanalista. Nestes trabalhos, parece ser tomado como evidente que o analista será um médico e ele é assim chamado com muito mais freqüência que o caso contrário: a palavra ‘*Arzt*’ - ‘médico’ ou ‘doutor’ - encontra-se em toda parte. A primeira publicação de Freud a abordar o possível surgimento de psicanalistas não-médicos foi, de fato, contemporânea do último destes trabalhos e será encontrada adiante (Ver a partir de [1].), em sua introdução a um livro de autoria de Pfister. Seus principais estudos sobre o assunto vieram muito mais tarde na *brochure* sobre análise leiga (1926*e*) e no pós-escrito a esta (1927*a*). Pode-se conjecturar que, se houvesse escrito os presentes artigos em fase posterior de sua carreira, a palavra ‘*Arzt*’ teria ocorrido com menos freqüência. Na verdade, nos dois últimos trabalhos sobre técnica (1937*c* e 1937*d*), ela não aparece de modo algum; é substituída, em toda a parte, por ‘*Analytiker*’ - ‘analista’.

O MANEJO DA INTERPRETAÇÃO DE SONHOS NA PSICANÁLISE (1911)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

DIE HANDHABUNG DER TRAUMDEUTUNG IN DER PSYCOANALYSE

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1911 Zbl. Psychoan., 2, (3), 109-13.

1918 S. K. S. N., 4, 378-85 (1922, 2ª ed.)

1924 Technik un Metapsychol., 45-52.

1925 G. S., 6, 45-52.

1931 Neurosenlehre und Technik, 321-8.

1943 G. W., 8, 350-7.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘The Employment of Dream-Interpretation in Psycho-Analysis’

1924 C. P., 2, 305-11. (Trad. de Joan Riviere.)

A presente tradução inglesa é versão modificada, com o título ligeiramente alterado, da publicada em 1924.

O artigo foi publicado pela primeira vez em dezembro de 1911. Seu tópico, como o título indica, é restrito: relaciona-se aos sonhos apenas como aparecem numa análise terapêutica. Outras constituições ao mesmo assunto serão encontradas nas Seções I a VIII de ‘Considerações sobre a Teoria da Interpretação de Sonhos’ (1923c).

O MANEJO DA INTERPRETAÇÃO DE SONHOS NA PSICANÁLISE

A *Zentralblatt für Psychoanalyse* não foi planejada apenas para manter os leitores informados dos progressos efetuados no conhecimento psicanalítico, e para publicar contribuições ao assunto relativamente breves; visa também a realizar as tarefas adicionais de apresentar ao estudioso um esboço claro do que já é conhecido e de economizar tempo e esforços dos principiantes na prática analítica, oferecendo-lhes instruções apropriadas. Doravante, portanto, artigos de natureza didática e sobre assuntos técnicos, não

necessariamente contendo matéria nova, aparecerão também neste periódico.

A questão de que pretendo agora tratar não é a da técnica de interpretação de sonhos: nem os métodos pelos quais os sonhos devem ser interpretados nem o emprego de tais interpretações, quando efetuadas, serão considerados, mas apenas a maneira pela qual o analista deve utilizar a arte da interpretação de sonhos no tratamento psicanalítico dos pacientes. Existem indubitavelmente maneiras diferentes de trabalhar no assunto, mas por outro lado a resposta a questões de técnica em análise nunca é coisa rotineira. Embora haja talvez mais de um bom caminho a seguir, existem ainda muitíssimos maus, e uma comparação entre os diversos métodos não deixa de ser esclarecedora, mesmo que não conduza a uma decisão em favor de algum especificamente.

Quem passar da interpretação de sonhos para a clínica analítica conservará o interesse no conteúdo dos sonhos, e tenderá a interpretar tão completamente quanto possível cada sonho relatado pelo paciente. Mas cedo observará que está trabalhando agora sob condições inteiramente diversas e que, se tentar levar a cabo sua intenção, entrará em choque com as tarefas mais imediatas do tratamento. Mesmo que o primeiro sonho de uma paciente se mostre admiravelmente adequado para a introdução das primeiras explicações, outros sonhos prontamente aparecerão, tão longos e obscuros, que seu significado completo não poderá ser extraído no limitado período de um dia de trabalho. Se o médico continuar o trabalho de interpretação durante os dias posteriores, produzir-se-ão, nesse meio tempo, novos sonhos que terão de ser postos de lado, até que ele possa considerar o primeiro sonho como finalmente solucionado. A produção de sonhos é às vezes tão copiosa, e o progresso do paciente no sentido de sua compreensão tão hesitante, que surgirá no analista a suspeita de que o aparecimento do material, dessa maneira, pode ser simplesmente uma manifestação da resistência do paciente, que se aproveita da descoberta de que o método é incapaz de dominar o que é assim apresentado. Além do mais, nesse ínterim o tratamento ter-se-á distanciado bastante do presente e terá perdido o contato com a atualidade. Em oposição a tal técnica, levanta-se a regra de que é da maior importância para o tratamento que o analista esteja sempre cômico da superfície da mente do paciente, em qualquer momento, que saiba que complexos e resistências estão ativos nele na ocasião e que reação consciente a eles lhe orientará o comportamento. Quase nunca é correto sacrificar este objetivo terapêutico a um interesse na interpretação de sonhos.

Qual, então, se tivermos em mente esta regra, deve ser a nossa atitude ao interpretar sonhos na análise? Mais ou menos a seguinte. A interpretação que possa ser realizada em uma sessão deve ser aceita como suficiente e não se deve considerar prejuízo que o conteúdo do sonho não seja inteiramente descoberto. No dia seguinte, a interpretação do sonho não deve ser retomada novamente, como coisa natural, até que se tenha tornado evidente que nada mais, nesse meio tempo, abriu caminho para o primeiro plano dos pensamentos do paciente. Desse modo, nenhuma exceção, em favor de uma interpretação de sonhos interrompida, deve ser feita à regra de que a primeira coisa que vem à cabeça do

paciente é a primeira coisa a ser tratada. Se novos sonhos ocorrem antes que os anteriores tenham sido examinados, as produções mais recentes devem ser atendidas e nenhum constrangimento se precisa sentir por negligenciar as mais antigas. Se os sonhos se tornam por demais difusos e volumosos, toda a esperança de decifrá-los deve ser tacitamente abandonada desde o início. Devemos em geral evitar demonstrar interesse muito especial na interpretação de sonhos, ou despertar no paciente a idéia de que o trabalho se interromperia se ele não apresentasse sonhos; de outra maneira, há o perigo de a resistência ser dirigida para a produção de sonhos, com a conseqüente cessação destes. Pelo contrário, o paciente deve ser levado a crer que a análise invariavelmente encontra material para sua continuação, independentemente de ele apresentar ou não sonhos, ou da atenção que lhes é dedicada.

Perguntar-se-á agora se não estaremos abandonando material excessivamente valioso, que poderia lançar luz sobre o inconsciente, se a interpretação de sonhos só puder ser realizada sujeita a tais restrições de método. A resposta a isto é que a perda de modo algum é tão grande quanto poderia parecer a um exame superficial do assunto. Inicialmente, tem-se de reconhecer que, em casos de neurose grave, quaisquer produções oníricas elaboradas devem, pela natureza das coisas, ser encaradas como incapazes de solução completa. Um sonho deste tipo amiúde se baseia em todo o material patogênico do caso, ainda desconhecido tanto do médico quanto do paciente (os chamados ‘sonhos programáticos’ e sonhos biográficos), sendo às vezes equivalente a uma tradução, em linguagem onírica, de todo o conteúdo da neurose. Na tentativa de interpretar tal sonho, todas as resistências latentes, ainda intocadas, serão postas em atividade e logo estabelecerão um limite à sua compreensão. A interpretação completa deste sonho coincidirá com o término de toda a análise; se se tomar nota dele, no início, talvez seja possível compreendê-lo ao final, muitos meses mais tarde. É o mesmo que acontece com a elucidação de um sintoma isolado (o sintoma principal, talvez). É preciso a análise completa para explicá-lo; no decorrer do tratamento, temos de esforçar-nos por apreender primeiro este, depois aquele fragmento do significado do sintoma, um após outro, até que possam ser todos reunidos. Semelhantemente, não se pode esperar mais de um sonho que ocorre nos primeiros estádios da análise; temos de contentar-nos se a tentativa de interpretação traz à luz um único impulso patogênico de desejo.

Assim, não se abandona nada que se pode obter, se se desiste da idéia de uma interpretação de sonhos completa; tampouco nada se perde, via de regra, se interrompemos a interpretação de um sonho relativamente antigo e voltamo-nos para uma mais recente. Descobrimos, em ótimos exemplos de sonhos inteiramente analisados, que diversas cenas sucessivas de um só sonho podem ter o mesmo conteúdo, o qual pode nelas ser expresso com crescente clareza, e aprendemos também que diversos sonhos que ocorrem em uma mesma noite não passam de tentativas, manifestadas sob várias formas, de representar um só significado. Em geral, podemos ficar certos de que todo impulso de desejo que cria hoje um sonho reaparecerá noutros sonhos, enquanto não tiver sido compreendido e retirado do domínio do inconsciente. Por isso acontece freqüentemente que a melhor maneira de

completar a interpretação de um sonho seja abandoná-lo e dedicar a atenção a um sonho novo, que pode conter o mesmo material sob forma possivelmente mais acessível. Sei que é pedir muito, não apenas do paciente mas também do médico, esperar que abandonem seus propósitos conscientes durante o tratamento e entreguem-se a uma orientação que, apesar de tudo, ainda nos parece ‘acidental’. Mas posso responder que se é recompensado toda vez que se resolve ter fé nos próprios princípios teóricos e se persuade a não discutir a orientação do inconsciente ao estabelecer elos de ligação.

Advirto, portanto, que a interpretação de sonhos não deve ser perseguida no tratamento analítico como arte pela arte, mas que seu manejo deve submeter-se àquelas regras técnicas que orientam a direção do tratamento como um todo. Ocasionalmente, é natural, pode-se agir de outra maneira e permitir um pouco de liberdade de ação ao próprio interesse teórico; mas deve-se sempre estar cômico do que se está fazendo. Outra situação a ser considerada é a que surgiu desde que adquirimos mais confiança em nossa compreensão do simbolismo onírico, e não dependemos tanto das associações do paciente. Um intérprete onírico excepcionalmente hábil encontrar-se-á às vezes em posição de poder perscrutar cada um dos sonhos de um paciente, sem exigir que este passe pelo tedioso e demorado processo de elaborá-los. Um analista desse tipo acha-se assim livre de qualquer conflito entre as exigências da interpretação de sonhos e as do tratamento. Além disso, ficará tentado a fazer pleno uso da interpretação de sonhos em toda ocasião, dizendo ao paciente tudo o que detectou em seus sonhos. Assim procedendo, contudo, terá adotado um método de tratamento que se afasta consideravelmente do estabelecido, como indicarei em relação a outro assunto. Os principiantes na clínica psicanalítica, de qualquer modo, são aconselhados a não tomarem este caso excepcional por modelo.

Todo analista se encontra na posição do intérprete de sonhos superior que estivemos imaginando, com referência aos primeiríssimos sonhos que os pacientes trazem, antes de terem aprendido algo da técnica de traduzi-los. Estes sonhos iniciais podem ser descritos como não refinados; revelam muito ao ouvinte, tal como os sonhos das chamadas pessoas sadias. Surge então a questão de saber se o analista deve imediatamente traduzir para o paciente tudo o que lê neles. Não é este, porém, o lugar para responder a esta questão, pois ela evidentemente faz parte de outra mais ampla: em que estágio do tratamento e com que rapidez deve o analista deixar o paciente conhecer o que jaz oculto em sua mente? Quanto mais o paciente aprende da prática da interpretação de sonhos, mais obscuros, geralmente, se tornam seus sonhos posteriores. Todo o conhecimento adquirido sobre sonhos serve também para colocar em guarda o processo de construção onírica.

Nas obras ‘científicas’ sobre sonhos, que, apesar de seu repúdio da interpretação de sonhos, receberam da psicanálise novo estímulo, descobrimos com freqüência que um cuidado escrupuloso é desnecessariamente concedido à preservação acurada do texto do sonho. Supõe-se que este precise de proteção contra deformações e atritos, nas horas que seguem imediatamente o despertar. Alguns psicanalistas até, ao darem ao paciente instruções

para anotar cada sonho logo após acordar, não parecem confiar consistentemente em seu conhecimento das condições de formação onírica. No trabalho terapêutico, essa regra é supérflua, e os pacientes alegram-se em fazer uso dela para perturbar o próprio sono e demonstrar grande zelo quando este é inútil. Pois, mesmo que o texto de um sonho seja dessa maneira arduamente salvo do esquecimento, é bastante fácil convencer-nos de que nada foi conseguido para o paciente. Não surgirão associações no texto e o resultado será igual ao que haveria se o sonho não houvesse sido preservado. Indubitavelmente, o médico adquiriu um conhecimento que de outro modo não teria conseguido, mas não é a mesma coisa se o analista sabe de algo ou se o paciente o sabe; a importância desta distinção para a técnica da psicanálise será mais amplamente considerada alhures.

Em conclusão, mencionarei um tipo específico de sonho que, conforme o caso, ocorre apenas no decurso do tratamento psicanalítico, e pode desconcertar ou desorientar os principiantes. Trata-se dos sonhos corroborativos que, por assim dizer, ‘vão no rastro’; são facilmente acessíveis à análise e sua tradução simplesmente apresenta o que o tratamento já inferiu, durante os últimos dias, do material das associações diárias. Quando isto acontece, é como se o paciente houvesse sido amável o bastante para trazer, sob forma onírica, exatamente o que lhe havíamos estado ‘sugerindo’ pouco antes. O analista mais experiente achará sem dúvida difícil atribuir amabilidade desse tipo ao paciente; ele aceita tais sonhos como confirmações esperadas e reconhece que só são observados sob certas condições ocasionadas por influência do tratamento. A grande maioria dos sonhos antecipa-se à análise, de maneira que, após subtrair deles tudo que já é sabido e compreendido, resta ainda uma alusão mais ou menos clara a algo que até então estivera oculto.

A DINÂMICA DA TRANSFERÊNCIA (1912)

ZUR DYNAMIK DER ÜBERTRAGUNG

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1912 Zbl. Psychoan., 2, (4), 167-73.

1918 S. K. S. N., 4, 388-98. (1922, 2ª ed.)

1924 Technik und Metapsychol., 53-63.

1925 G. S., 6, 53-63.

1931 Neurosenlehre und Technik, 328-40.

1943 G. W., 8, 364-74.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘The Dynamics of Transference’

1924 C. P., 2, 312-22. (Trad. de Joan Riviere.)

A presente tradução inglesa, da autoria de James Strachey, aparece aqui pela primeira vez.

Embora Freud incluísse este artigo (publicado em janeiro de 1912) na série sobre técnica, ele é na verdade mais um exame teórico do fenômeno da transferência e da maneira pela

qual esta opera no tratamento analítico. Freud já havia abordado o assunto em breves considerações ao final da história clínica de ‘Dora’ (1905e [1901]), ver em [1], 1972. Tratou dele muito mais amplamente na segunda metade da Conferência XXVII e na primeira metade da Conferência XXVIII de suas *Conferências Introdutórias* (1916-17); e, perto do fim da vida, fez vários importantes comentários sobre o tema no decurso de seu longo artigo ‘Análise Terminável e Interminável’ (1937c).

A DINÂMICA DA TRANSFERÊNCIA

O tópico quase inexaurível da transferência foi recentemente tratado por Wilhelm Stekel [1911b] nesse periódico, em estilo descritivo. Gostaria de, nas páginas seguintes, acrescentar algumas considerações destinadas a explicar como a transferência é necessariamente ocasionada durante o tratamento psicanalítico, e como vem ela a desempenhar neste seu conhecido papel.

Deve-se compreender que cada indivíduo, através da ação combinada de sua disposição inata e das influências sofridas durante os primeiros anos, conseguiu um método específico próprio de conduzir-se na vida erótica - isto é, nas precondições para enamorar-se que estabelece, nos instintos que satisfaz e nos objetivos que determina a si mesmo no decurso daquela. Isso produz o que se poderia descrever como um clichê estereotípico (ou diversos deles), constantemente repetido - constantemente reimpresso - no decorrer da vida da pessoa, na medida em que as circunstâncias externas e a natureza dos objetos amorosos a ela acessíveis permitam, e que decerto não é inteiramente incapaz de mudar, frente a experiências recentes. Ora, nossas observações demonstraram que somente uma parte daqueles impulsos que determinam o curso da vida erótica passou por todo o processo de desenvolvimento psíquico. Esta parte está dirigida para a realidade, acha-se à disposição da personalidade consciente e faz parte dela. Outra parte dos impulsos libidinais foi retida no curso do desenvolvimento; mantiveram-na afastada da personalidade consciente e da realidade, e, ou foi impedida de expansão ulterior, exceto na fantasia, ou permaneceu totalmente no inconsciente, de maneira que é desconhecida pela consciência da personalidade. Se a necessidade que alguém tem de amar não é inteiramente satisfeita pela realidade, ele está fadado a aproximar-se de cada nova pessoa que encontra com idéias libidinais antecipadas; e é bastante provável que ambas as partes de sua libido, tanto a parte que é capaz de se tornar consciente quanto a inconsciente, tenham sua cota na formação dessa atitude.

Assim, é perfeitamente normal e inteligível que a catexia libidinal de alguém que se acha parcialmente insatisfeito, uma catexia que se acha pronta por antecipação, dirija-se também para a figura do médico. Decorre de nossa hipótese primitiva que esta catexia recorrerá a protótipos, ligar-se-á a um dos clichês estereotípicos que se acham presentes no indivíduo; ou, para colocar a situação de outra maneira, a catexia incluirá o médico numa das 'séries' psíquicas que o paciente já formou. Se a 'imago paterna', para utilizar o termo adequado introduzido por Jung (1911, 164), foi o fator decisivo no caso, o resultado concordará com as relações reais do indivíduo com seu médico. Mas a transferência não se acha presa a este protótipo específico: pode surgir também semelhante à imago materna ou à imago fraterna. As peculiaridades da transferência para o médico, graças às quais ela excede, em quantidade e natureza, tudo que se possa justificar em fundamentos sensatos ou racionais, tornam-se inteligíveis se tivermos em mente que essa transferência foi precisamente estabelecida não apenas pelas idéias antecipadas *conscientes*, mas também por aquelas que foram retidas ou que são inconscientes.

Nada mais haveria a examinar ou com que se preocupar a respeito deste comportamento da transferência, não fosse permanecerem inexplicados nela dois pontos que são de interesse específico para os psicanalistas. Em primeiro lugar, não compreendemos por que a transferência é tão mais intensa nos indivíduos neuróticos em análise que em outras pessoas desse tipo que não estão sendo analisadas. Em segundo, permanece sendo um enigma a razão por que, na análise, a transferência surge como a *resistência mais poderosa* ao tratamento, enquanto que, fora dela, deve ser encarada como veículo de cura e condição de sucesso. Pois nossa experiência demonstrou - e o fato pode ser confirmado com tanta freqüência quanto o desejarmos - que, se as associações de um paciente faltam, a interrupção pode invariavelmente ser removida pela garantia de que ele está sendo dominado, momentaneamente, por uma associação relacionada com o próprio médico ou com algo a este vinculado. Assim que esta explicação é fornecida, a interrupção é removida ou a situação se altera, de uma em que as associações faltam para outra em que elas estão sendo retidas. À primeira vista, parece ser uma imensa desvantagem, para a psicanálise como método, que aquilo que alhures constitui o fator mais forte no sentido do sucesso nela se transforme no mais poderoso meio de resistência. Contudo, se examinarmos a situação mais de perto, podemos pelo menos dissipar o primeiro de nossos dois problemas. Não é fato que a transferência surja com maior intensidade e ausência de coibição durante a psicanálise que fora dela. Nas instituições em que doentes dos nervos são tratados de modo não analítico, podemos observar que a transferência ocorre com a maior intensidade e sob as formas mais indignas, chegando a nada menos que servidão mental e, ademais, apresentando o mais claro colorido erótico. Gabriele Reuter, com seus agudos poderes de observação, descreveu isso em época na qual não havia ainda uma coisa chamada psicanálise, num livro notável, que revela, sob todos os aspectos, a mais clara compreensão interna (*insight*) da natureza e gênese das neuroses. Essas características da transferência, portanto, não devem ser atribuídas à psicanálise, mas sim à própria neurose.

Nosso segundo problema - o problema de saber por que a transferência aparece na psicanálise como resistência - está por enquanto intacto; e temos agora de abordá-lo mais de perto. Figuremos a situação psicológica durante o tratamento. Uma precondição invariável e indispensável de *todo* desencadeamento de uma psicose é o processo a que Jung deu o nome apropriado de 'introversão'. Isto equivale a dizer: a parte da libido que é capaz de se tornar consciente e se acha dirigida para a realidade é diminuída, e a parte que se dirige *para longe* da realidade e é inconsciente, e que, embora possa ainda alimentar as fantasias do indivíduo, pertence todavia ao inconsciente, é proporcionalmente aumentada. A libido (inteiramente ou em parte) entrou num curso regressivo e reviveu as imagos infantis do indivíduo. O tratamento analítico então passa a segui-la; ele procura rastrear a libido, torná-la acessível à consciência e, enfim, útil à realidade. No ponto em que as investigações da análise deparam com a libido retirada em seu esconderijo, está fadado a irromper um combate; todas as forças que fizeram a libido regredir se erguerão como 'resistências' ao trabalho da análise, a fim de conservar o novo estado de coisas. Pois, se a introversão ou regressão da libido não houvesse sido justificada por uma relação específica entre o indivíduo e o mundo externo - enunciado, em termos mais gerais, pela frustração da satisfação - e se não se tivesse, no momento, tornado mesmo conveniente, não teria absolutamente ocorrido. Mas as resistências oriundas desta fonte não são as únicas ou, em verdade, as mais poderosas. A libido à disposição da personalidade do indivíduo esteve sempre sob a influência da atração de seus complexos inconscientes (ou mais corretamente, das partes desse complexos pertencentes ao inconsciente), e encontrou num curso regressivo devido ao fato de a atração da realidade haver diminuído. A fim de liberá-la, esta atração do inconsciente tem de ser superada, isto é, a repressão dos instintos inconscientes e de suas produções, que entrementes estabeleceu no indivíduo, deve ser removida. Isto é responsável, de longe, pela maior parte da resistência, que tão amiúde faz a doença persistir mesmo após o afastamento da realidade haver perdido sua justificação temporária. A análise tem de lutar contra as resistências oriundas de ambas essas fontes. A resistência acompanha o tratamento passo a passo. Cada associação isolada, cada ato da pessoa em tratamento tem de levar em conta a resistência e representa uma conciliação entre as forças que estão lutando no sentido do restabelecimento e as que se lhe opõem, já descritas por mim.

Se acompanharmos agora um complexo patogênico desde sua representação no consciente (seja ele óbvio, sob a forma de um sintoma, ou algo inteiramente indiscernível) até sua raiz no inconsciente, logo ingressaremos numa região em que a resistência se faz sentir tão claramente que a associação seguinte tem de levá-la em conta a aparecer como uma conciliação entre suas exigências e as do trabalho de investigação. É neste ponto, segundo prova nossa experiência, que a transferência entra em cena. Quando algo no material complexo (no tema geral do complexo) serve para ser transferido para a figura do médico, essa transferência é realizada; ela produz a associação seguinte e se anuncia por sinais de resistências - por uma interrupção, por exemplo. Inferimos desta experiência que a idéia transferencial penetrou na consciência à frente de quaisquer outras associações possíveis,

porque ela satisfaz a resistência. Um evento deste tipo se repete inúmeras vezes no decurso de um análise. Reiteradamente, quando nos aproximamos de um complexo patogênico, a parte desse complexo capaz de transferência é empurrada em primeiro lugar para a consciência e defendida com a maior obstinação.

Depois que ela for vencida, a superação das outras partes do complexo quase não apresenta novas dificuldades. Quanto mais um tratamento analítico demora e mais claramente o paciente se dá conta de que as deformações do material patogênico não podem, por si próprias, oferecer qualquer proteção contra sua revelação, mais sistematicamente faz ela uso de um tipo de deformação que obviamente lhe concede as maiores vantagens - a deformação mediante a transferência. Essas circunstâncias tendem para uma situação na qual, finalmente, todo conflito tem de ser combatido na esfera da transferência.

Assim, a transferência, no tratamento analítico, invariavelmente nos aparece, desde o início, como a arma mais forte da resistência, e podemos concluir que a intensidade e persistência da transferência constituem efeito e expressão da resistência. Ocupamo-nos do *mecanismo* da transferência, é verdade, quando o remontamos ao estado de prontidão da libido, que conservou imagos infantis, mas o papel que a transferência desempenha no tratamento só pode ser explicado se entrarmos na consideração de suas relações com as resistências.

Como é possível que a transferência sirva tão admiravelmente de meio de resistência? Poder-se-ia pensar que a resposta possa ser fornecida sem dificuldade, pois é claro que se torna particularmente difícil de admitir qualquer impulso proscrito de desejo, se ele tem de ser revelado diante desse tipo dá origem a situações que, no mundo real, mal parecem possíveis. Mas é precisamente a isso que o paciente visa, quando faz o objeto de seus impulsos emocionais coincidir com o médico. Uma nova consideração, no entanto, mostra que essa vitória aparente não pode fornecer a solução do problema. Na verdade, uma relação de dependência afetuosa e dedicada pode, pelo contrário, ajudar uma pessoa a superar todas as dificuldades de fazer uma confissão. Em situações reais análogas, as pessoas geralmente dirão: 'Na sua frente, não sinto vergonha: posso dizer-lhe qualquer coisa.' Assim, a transferência para o médico poderia, de modo igualmente simples, servir para *facilitar* as confissões, e não fica claro por que deve tornar as coisas mais difíceis.

A resposta à questão que foi tão amiúde repetida nestas páginas não pode ser alcançada por nova reflexão, mas pelo que descobrimos quando examinamos resistências transferenciais particulares que ocorrem durante o tratamento. Percebemos afinal que não podemos compreender o emprego da transferência como resistência enquanto pensarmos simplesmente em 'transferência'. Temos de nos resolver a distinguir uma transferência 'positiva' de uma 'negativa', a transferência de sentimentos afetuosos da dos hostis e tratar separadamente os dois tipos de transferência para o médico. A transferência positiva é ainda

divisível em transferência de sentimentos amistosos ou afetuosos, que são admissíveis à consciência, e transferência de prolongamentos desses sentimentos no inconsciente. Com referência aos últimos, a análise demonstra que invariavelmente remontam a fontes eróticas. E somos assim levados à descoberta de que todas as relações emocionais de simpatia, amizade, confiança e similares, das quais podemos tirar bom proveito em nossas vidas, acham-se geneticamente vinculadas à sexualidade e se desenvolveram a partir de desejos puramente sexuais, através da suavização de seu objetivo sexual, por mais puros e não sensuais que possam parecer à nossa autopercepção consciente. Originalmente, conhecemos apenas objetos sexuais, e a psicanálise demonstra-nos que pessoas que em nossa vida real são simplesmente admiradas ou respeitadas podem ainda ser objetos sexuais para nosso inconsciente.

Assim, a solução do enigma é que a transferência para o médico é apropriada para a resistência ao tratamento apenas na medida em que se tratar de transferência negativa ou de transferência positiva de impulsos eróticos reprimidos. Se “removermos” a transferência por torná-la consciente, estamos desligando apenas, da pessoa do médico, aqueles dois componentes do ato emocional; o outro componente, admissível à consciência e irrepreensível, persiste, constituindo o veículo de sucesso na psicanálise, exatamente como o é em outros métodos de tratamento. Até este ponto admitimos prontamente que os resultados da psicanálise baseiam-se na sugestão; por esta, contudo, devemos entender, como o faz Ferenczi (1909), a influência de uma pessoa por meio dos fenômenos transferenciais possíveis em seu caso. Cuidamos da independência final do paciente pelo emprego da sugestão, a fim de fazê-lo realizar um trabalho psíquico que resulta necessariamente numa melhora constante de sua situação psíquica.

Pode-se levantar ainda a questão de saber por que os fenômenos de resistência da transferência só aparecem na psicanálise e não em formas indiferentes de tratamento (em instituições, por exemplo). A resposta é que eles também se apresentam nestas outras situações, mas têm de ser identificados como tal. A manifestação de uma transferência negativa é, na realidade, acontecimento muito comum nas instituições. Assim que um paciente cai sob o domínio da transferência negativa, ele deixa a instituição em estado inalterado ou agravado. A transferência erótica não possui efeito tão inibidor nas instituições, visto que nestas, tal como acontece na vida comum, ela é encoberta ao invés de revelada. Mas se manifesta muito claramente como resistência ao restabelecimento, não, é verdade, por levar o paciente a sair da instituição - pelo contrário, retém-no aí - mas por mantê-lo a certa distância da vida. Pois, do ponto de vista do restabelecimento, é completamente indiferente que o paciente supere essa ou aquela ansiedade ou inibição na instituição; o que importa é que ele fique livre dela também na vida real.

A transferência negativa merece exame pormenorizado, que não pode ser feito dentro dos limites do presente trabalho. Nas formas curáveis de psicose, ela é encontrada lado a lado com a transferência afetiva, amiúde dirigidas simultaneamente para a mesma pessoa.

Bleuler adotou o excelente termo ‘ambivalência’ para descrever este fenômeno. Até certo ponto, uma ambivalência de sentimento deste tipo parece ser normal; mas um alto grau dela é, certamente, peculiaridade especial de pessoas neuróticas. Nos neuróticos obsessivos, uma separação antecipada dos ‘pares de contrários’ parece ser característica de sua vida instintual e uma de suas precondições constitucionais. A ambivalência nas tendências emocionais dos neuróticos é a melhor explicação para sua habilidade em colocar as transferências a serviço da resistência. Onde a capacidade de transferência tornou-se essencialmente limitada a uma transferência negativa, como é o caso dos paranóicos, deixa de haver qualquer possibilidade de influência ou cura.

Em todas estas reflexões, porém, lidamos até agora com apenas um dos lados do fenômeno da transferência; temos de voltar nossa atenção para outro aspecto do mesmo assunto. Todo aquele que faça uma apreciação correta da maneira pela qual uma pessoa em análise, assim que entra sob o domínio de qualquer resistência transferencial considerável, é arremessada para fora de sua relação real com o médico, como se sente então em liberdade para desprezar a regra fundamental da psicanálise, que estabelece que tudo que lhe venha à cabeça deve ser comunicado sem crítica, como esquece as intenções com que iniciou o tratamento, e como encara com indiferença argumentos e conclusões lógicas que, apenas pouco tempo antes, lhe haviam causado grande impressão - todo aquele que tenha observado tudo isso achará necessário procurar uma explicação de sua impressão em outros fatores além dos que já foram aduzidos. E esses fatores não se acham longe; originam-se, mais uma vez, da situação psicológica em que o tratamento coloca o paciente.

No processo de procurar a libido que fugira do consciente do paciente, penetramos no reino do inconsciente. As reações que provocamos revelam, ao mesmo tempo, algumas das características que viemos a conhecer a partir do estudo dos sonhos. Os impulsos inconscientes não desejam ser recordados da maneira pela qual o tratamento quer que o sejam, mas esforçam-se por reproduzir-se de acordo com a atemporalidade do inconsciente e sua capacidade de alucinação. Tal como acontece aos sonhos, o paciente encara os produtos do despertar de seus impulsos inconscientes como contemporâneos e reais; procura colocar suas paixões em ação sem levar em conta a situação real. O médico tenta compeli-lo a ajustar esses impulsos emocionais ao nexo do tratamento e da história de sua vida, a submetê-los à consideração intelectual e a compreendê-los à luz de seu valor psíquico. Esta luta entre o médico e o paciente, entre o intelecto e a vida instintual, entre a compreensão e a procura da ação, é travada, quase exclusivamente, nos fenômenos da transferência. É nesse campo que a vitória tem de ser conquistada - vitória cuja expressão é a cura permanente da neurose. Não se discute que controlar os fenômenos da transferência representa para o psicanalista as maiores dificuldades; mas não se deve esquecer que são precisamente eles que nos prestam o inestimável serviço de tornar imediatos e manifestos os impulsos eróticos ocultos e esquecidos do paciente. Pois, quando tudo está dito e feito, é impossível destruir alguém *in absentia* ou *in effligie*.

RECOMENDAÇÕES AOS MÉDICOS QUE EXERCEM A PSICANÁLISE (1912)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

RATSCHLÄGE FÜR DEN ARZT BEI DER PSYCHOANALYTISCHEN
BEHANDLUNG

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1912 *Zbl. Psychoan.*, 2 (9), 483-9.

1918 *S. K. S. N.*, 4, 399-411. (1922, 2ª ed.)

1924 *Technik und Metapsychol.*, 64-75.

1925 *G. S.*, 6, 64-75.

1931 *Neurosenlehre und Technik*, 340-51.

1943 *G. W.*, 8, 376-87.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘Recommendations for Physicians on the Psycho-Analytic Method of Treatment’

1924 *C. P.*, 2, 323-33. (Trad. de Joan Riviere)

A presente tradução inglesa, com o título alterado, constitui versão modificada da publicada em 1924.

Este artigo apareceu pela primeira vez em junho de 1912.

RECOMENDAÇÕES AOS MÉDICOS QUE EXERCEM A PSICANÁLISE

As regras técnicas que estou apresentando aqui alcancei-as por minha própria experiência, no decurso de muitos anos, após resultados pouco afortunados me haverem levado a abandonar outros métodos. Ver-se-á facilmente que elas (ou, pelo menos, muitas delas) podem ser resumidas num preceito único [cf. em [1]]. Minha esperança é que a observação delas poupe aos médicos que exercem a psicanálise muito esforço desnecessário e resguarde-os contra algumas inadvertências. Devo, contudo, tornar claro que o que estou asseverando é que esta técnica é a única apropriada à minha individualidade; não me arrisco a negar que um médico constituído de modo inteiramente diferente possa ver-se levado a adotar atitude diferente em relação a seus pacientes e à tarefa que se lhe apresenta.

(a) O primeiro problema com que se defronta o analista que está tratando mais de um paciente por dia lhe parecerá o mais árduo. Trata-se da tarefa de lembrar-se de todos os inumeráveis nomes, datas, lembranças, pormenorizadas e produtos patológicos que cada paciente comunica no decurso de meses e anos de tratamento, e de não confundi-los com material semelhante produzido por outros pacientes em tratamento, simultânea ou previamente. Se nos é exigido analisar seis, oito ou mesmo mais pacientes diariamente, o esforço de memória que isto implica provocará incredulidade, espanto ou até mesmo comiseração em observadores pouco informados. De qualquer modo, sentir-se-á curiosidade pela técnica que torna possível dominar tal abundância de material, e a expectativa será de que alguns expedientes especiais sejam exigidos para esse fim.

A técnica, contudo, é muito simples. Como se verá, ela rejeita o emprego de qualquer expediente especial (mesmo de tomar notas). Consiste simplesmente em não dirigir o reparo para algo específico e em manter a mesma ‘atenção uniformemente suspensa’ (como a denominei) em face de tudo o que se escuta. Desta maneira, poupamos de esforço violento nossa atenção, a qual, de qualquer modo, não poderia ser mantida por várias horas diariamente, e evitamos um perigo que é inseparável do exercício da atenção deliberada.

Pois assim que alguém deliberadamente concentra bastante a atenção, começa a selecionar o material que lhe é apresentado; um ponto fixar-se-á em sua mente com clareza particular e algum outro será, correspondentemente, negligenciado, e, ao fazer essa seleção, estará seguindo suas expectativas ou inclinações. Isto, contudo, é exatamente o que não deve ser feito. Ao efetuar a seleção, se seguir suas expectativas, estará arriscado a nunca descobrir nada além do que já sabe; e, se seguir as inclinações, certamente falsificará o que possa perceber. Não se deve esquecer que o que se escuta, na maioria, são coisas cujo significado só é identificado posteriormente.

Ver-se-á que a regra de prestar igual reparo a tudo constitui a contrapartida necessária da exigência feita ao paciente, de que comunique tudo o que lhe ocorre, sem crítica ou seleção. Se o médico se comportar de outro modo, estará jogando fora a maior parte da vantagem que resulta de o paciente obedecer à ‘regra fundamental da psicanálise’. A regra para o médico pode ser assim expressa: ‘Ele deve conter todas as influências conscientes da sua capacidade de prestar atenção e abandonar-se inteiramente à ‘memória inconsciente’.’ Ou, para dizê-lo puramente em termos técnicos: ‘Ele deve simplesmente escutar e não se preocupar se está se lembrando de alguma coisa.’

O que se consegue desta maneira será suficiente para todas as exigências durante o tratamento. Aqueles elementos do material que já formam um texto coerente ficarão à disposição consciente do médico; o resto, ainda desconexo e em desordem caótica, parece a princípio estar submerso, mas vem rapidamente à lembrança assim que o paciente traz à baila algo de novo, a que se pode relacionar e pelo qual pode ser continuado. O cumprimento imerecido de ter ‘uma memória excepcionalmente boa’, que o paciente nos presta quando reproduzimos algum pormenor após mais de ano, pode então ser aceito com um sorriso, enquanto que uma determinação consciente de relembrar o assunto provavelmente teria resultado em fracasso.

Equívocos neste processo de recordação ocorrem apenas em ocasiões e lugares em que nos achamos perturbados por alguma consideração pessoal (ver em [1]) - isto é, quando se caiu seriamente abaixo do padrão de um analista ideal. Confusão com material trazido por outros pacientes muito raramente ocorre. Quando há uma discussão com o paciente quanto a se ou como ele disse alguma coisa específica, o médico geralmente está com a razão.

(b) Não posso aconselhar a tomada de notas integrais, a manutenção de um registro estenográfico etc., durante as sessões analíticas. À parte a impressão desfavorável que isto causa em certos pacientes, as mesmas considerações que foram apresentadas com referência à atenção aplicam-se também aqui. Far-se-á necessariamente uma seleção prejudicial do material enquanto se escrevem ou se taquigrafam as notas, e parte de nossa própria atividade mental acha-se dessa maneira presa, quando seria mais bem empregada na interpretação do que se ouviu. Nenhuma objeção pode ser levantada a fazerem-se exceções a esta regra no caso de datas, texto de sonhos, ou eventos específicos dignos de nota, que podem ser facilmente desligados de seu contexto e são apropriados para uso independente, como exemplos. Mas tampouco tenho o hábito de fazer isto. Quanto aos exemplos, anoto-os, de memória, à noite, após o trabalho se encerrar; quanto aos textos de sonhos a que dou importância, faço o paciente repeti-los, após havê-los relatado, de maneira a que eu possa fixá-los na mente.

(c) Tomar notas durante a sessão com o paciente poderia ser justificado pela intenção de publicar um estudo científico do caso. Em fundamentos gerais, isto dificilmente pode ser negado. Não obstante, deve-se ter em mente que relatórios exatos de histórias clínicas

analíticas são de menor valor do que se poderia esperar. Estritamente falando, possuem apenas a exatidão *ostensiva* de que a psiquiatria ‘moderna’ fornece-nos alguns exemplos marcantes. São, via de regra, fatigantes para o leitor e ainda não conseguem substituir sua presença concreta em uma análise. A experiência invariavelmente demonstra que, se os leitores estão dispostos a acreditar num analista, terão confiança em qualquer revisão ligeira a que ele tenha submetido o material; se, por outro lado, não estão dispostos a levar a sério análise e analista, tampouco prestarão atenção a acurados registros literais do tratamento. Não é esta, segundo parece, a maneira de remediar a falta de provas convincentes em relatórios psicanalíticos.

(d) Uma das reivindicações da psicanálise em seu favor é indubitavelmente, o fato de que, em sua execução, pesquisa e tratamento coincidem; não obstante, após certo ponto, a técnica exigida por uma opõe-se à requerida pelo outro. Não é bom trabalhar cientificamente num caso enquanto o tratamento ainda está continuando - reunir sua estrutura, tentar predizer seu progresso futuro e obter, de tempos em tempos, um quadro do estado atual das coisas, como o interesse científico exigiria. Casos que são dedicados, desde o princípio, a propósitos científicos, e assim tratados, sofrem em seu resultado; enquanto os casos mais bem sucedidos são aqueles em que se avança, por assim dizer, sem qualquer intuito em vista, em que se permite ser tomado de surpresa por qualquer nova reviravolta neles, e sempre se o enfrenta com liberalidade, sem quaisquer pressuposições. A conduta correta para um analista reside em oscilar, de acordo com a necessidade, de uma atitude mental para outra, em evitar especulação ou meditação sobre os casos, enquanto eles estão em análise, e em somente submeter o material obtido a um processo sintético de pensamento após a análise ter sido concluída. A distinção entre as duas atitudes seria sem sentido se já possuíssemos todo o conhecimento (ou, pelo menos, o conhecimento essencial) sobre a psicologia do inconsciente e a estrutura das neuroses que podemos obter do trabalho psicanalítico. Atualmente, ainda nos achamos longe desse objetivo e não devemos cercar-nos a possibilidade de conferir o que já sabemos e ampliar mais nosso conhecimento.

(e) Não posso aconselhar insistentemente demais os meus colegas a tomarem como modelo, durante o tratamento psicanalítico, o cirurgião, que põe de lado todos os sentimentos, até mesmo a solidariedade humana, e concentra suas forças mentais no objetivo único de realizar a operação tão competentemente quanto possível. Nas condições atuais, o sentimento mais perigoso para um psicanalista é a ambição terapêutica de alcançar, mediante este método novo e muito discutido, algo que produza efeito convincente sobre outras pessoas. Isto não apenas o colocará num estado de espírito desfavorável para o trabalho, mas torna-lo-á impotente contra certas resistências do paciente, cujo restabelecimento, como sabemos, depende primordialmente da ação recíproca de forças nele. A justificativa para exigir essa frieza emocional no analista é que ela cria condições mais vantajosas para ambas as partes: para o médico, uma proteção desejável para sua própria vida emocional, e, para o paciente, o maior auxílio que lhe podemos hoje dar. Um cirurgião dos tempos antigos tomou como divisa as palavras: ‘Je le pansai, Dieu le guérit.’

O analista deveria contentar-se com algo semelhante.

(f) É fácil perceber para que objetivo as diferentes regras que apresentei convergem. [Ver em [1].] Todas elas se destinam a criar, para o médico, uma contrapartida à ‘regra fundamental da psicanálise’ estabelecida para o paciente. Assim como o paciente deve relatar tudo o que sua auto-observação possa detectar, e impedir todas as objeções lógicas e afetivas que procuram induzi-lo a fazer uma seleção dentre elas, também o médico deve colocar-se em posição de fazer uso de tudo o que lhe é dito para fins de interpretação e identificar o material inconsciente oculto, sem substituir sua própria censura pela seleção de que o paciente abriu mão. Para melhor formulá-lo: ele deve voltar seu próprio inconsciente, como um órgão receptor, na direção do inconsciente transmissor do paciente. Deve ajustar-se ao paciente como um receptor telefônico se ajusta ao microfone transmissor. Assim como o receptor transforma de novo em ondas sonoras as oscilações elétricas na linha telefônica, que foram criadas por ondas sonoras, da mesma maneira o inconsciente do médico é capaz, a partir dos derivados do inconsciente que lhe são comunicados, de reconstruir esse inconsciente, que determinou as associações livres do paciente.

Mas se o médico quiser estar em posição de utilizar seu inconsciente desse modo, como instrumento da análise, deve ele próprio preencher determinada condução psicológica em alto grau. Ele não pode tolerar quaisquer resistências em si próprio que ocultem de sua consciência o que foi percebido pelo inconsciente; doutra maneira, introduziria na análise nova espécie de seleção e deformação que seria muito mais prejudicial que a resultante da concentração da atenção consciente. Não basta para isto que ele próprio seja uma pessoa aproximadamente normal. Deve-se insistir, antes, que tenha passado por uma purificação psicanalítica e ficado ciente daqueles complexos seus que poderiam interferir na compreensão do que o paciente lhe diz. Não pode haver dúvida sobre o efeito desqualificante de tais defeitos no médico; toda repressão não solucionada nele constitui o que foi apropriadamente descrito por Stekel como um ‘ponto cego’ em sua percepção analítica.

Há alguns anos, dei como resposta à pergunta de como alguém se pode tornar analista: ‘Pela análise dos próprios sonhos’ Esta preparação, fora de dúvida, é suficiente para muitas pessoas, mas não para todos que desejam aprender análise. Nem pode todo mundo conseguir interpretar seus próprios sonhos sem auxílio externo. Enumero como um dos muitos méritos da escola de análise de Zurique terem eles dado ênfase aumentada a este requisito, e terem no corporificado na exigência de que todos que desejem efetuar análise em outras pessoas terão primeiramente de ser analisados por alguém com conhecimento técnico. Todo aquele que tome o trabalho a sério deve escolher este curso, que oferece mais de uma vantagem; o sacrifício que implica revelar-se a outra pessoa, sem ser levado a isso pela doença, é amplamente recompensado. Não apenas o objetivo de aprender a saber o que se acha oculto na própria mente é muito mais rapidamente atingido, e com menos dispêndio de afeto, mas obter-se-ão, em relação a si próprio, impressões e convicções que em vão seriam buscadas

no estudo de livro e na assistência a palestras. E, por fim, não devemos subestimar a vantagem que deriva do contato mental duradouro que, via de regra, se estabelece entre o estudioso e seu guia.

Uma análise como esta, de alguém particularmente sadio, permanecerá incompleta, como se pode imaginar. Todo aquele que possa apreciar o alto valor do autoconhecimento e aumento de autocontrole assim adquiridos continuará, quando ela terminar, o exame analítico de sua personalidade sob a forma de auto-análise, e ficará contente em compreender que, tanto dentro de si quanto no mundo externo, deve sempre esperar descobrir algo de novo. Mas quem não se tiver dignado tomar a precaução de ser analisado não só será punido por ser incapaz de aprender um pouco mais em relação a seus pacientes, mas correrá também perigo mais sério, que pode se tornar perigo também para os outros. Cairá facilmente na tentação de projetar para fora algumas das peculiaridades de sua própria personalidade, que indistintamente percebeu, no campo da ciência, como uma teoria de validade universal; levará o método psicanalítico ao descrédito e desencaminhará os inexperientes.

(g) Acrescentarei agora algumas outras regras, que servirão como uma transição da atitude do médico para o tratamento do paciente.

Os psicanalistas jovens e ávidos indubitavelmente ficarão tentados a colocar sua própria individualidade livremente no debate, a fim de levar o paciente com eles e de erguê-lo sobre as barreiras de sua própria personalidade limitada. Poder-se-ia esperar que seria inteiramente permissível e, na verdade, útil, com vistas a superar as resistências do paciente, conceder-lhe o médico um vislumbre de seus próprios defeitos e conflitos mentais e, fornecendo-lhe informações íntimas sobre sua própria vida, capacitá-lo a pôr-se ele próprio, paciente, em pé de igualdade. Uma confiança merece outra e todo aquele que exige intimidade de outra pessoa deve estar preparado para retribuí-la.

Mas nas relações psicanalíticas as coisas amiúde acontecem de modo diferente do que a psicologia da consciência poderia levar-nos a esperar. A experiência não fala em favor de uma técnica afetiva deste tipo. Tampouco é difícil perceber que ela envolve um afastamento dos princípios psicanalíticos e beira o tratamento por sugestão. Ela pode induzir o paciente a apresentar mais cedo, e com menos dificuldade, coisas que já conhece, mas que, de outra maneira, esconderia por certo tempo, mediante as resistências convencionais. Mas esta técnica não consegue nada no sentido de revelar o que é inconsciente ao paciente. Torna-o ainda mais incapaz de superar suas resistências mais profundas e, em casos mais graves, invariavelmente fracassa, por incentivar o paciente a ser insaciável: ele gostaria de inverter a situação, e acha a análise do médico mais interessante que a sua. A solução da transferência, também - uma das tarefas principais do tratamento -, é dificultada por uma atitude íntima por parte do médico, de maneira que qualquer proveito que possa haver no princípio é mais que superado ao final. Não hesito, portanto, em condenar este tipo de técnica como incorreto. O médico deve ser opaco aos seus pacientes e, como um espelho,

não mostrar-lhes nada, exceto o que lhe é mostrado. Na prática, é verdade, nada se pode dizer contra um psicoterapeuta que combine uma certa quantidade de análise com alguma influência sugestiva, a fim de chegar a um resultado perceptível em tempo mais curto - tal como é necessário, por exemplo, nas instituições. Mas é lícito insistir em que ele próprio não se ache em dúvida quanto ao que está fazendo e saiba que o seu método não é o da verdadeira psicanálise.

(h) Outra tentação surge da atividade educativa que, no tratamento psicanalítico, incumbe ao médico, sem qualquer intenção deliberada de sua parte. Quando as inibições evolucionárias estão solucionadas, acontece, espontaneamente, que o médico se encontra na posição de indicar novos objetivos para as inclinações que foram liberadas. Não é, então, nada mais que ambição natural que ele se esforce por transformar em especialmente excelente uma pessoa que ele lutou para livrar da neurose, e que determine altos propósitos para seus desejos. Mas novamente aqui o médico deve controlar-se e guiar-se pelas capacidades do paciente em vez de por seus próprios desejos. Nem todo neurótico possui grande talento para sublimação; pode-se presumir que muitos deles de modo algum teriam caído enfermos se possuíssem a arte de sublimar seus instintos. Se os pressionarmos indevidamente no sentido da sublimação e lhes cercearmos as satisfações instintuais mais acessíveis e convenientes, geralmente tornar-lhe-emos a vida ainda mais árdua do que a sentem ser, de qualquer modo. Como médico, tem-se acima de tudo de ser tolerante com a fraqueza do paciente, e contentar-se em ter reconquistado certo grau de capacidade de trabalho e divertimento para uma pessoa mesmo de valor apenas moderado. A ambição educativa é de tão pouca utilidade quanto a ambição terapêutica. Deve-se, ademais, manter em mente que muitas pessoas caem enfermas exatamente devido à tentativa de sublimar os seus instintos além do grau permitido por sua organização e que, naqueles que possuem capacidade de sublimação, o processo geralmente se dá espontaneamente, assim que as suas inibições são superadas pela análise. Em minha opinião, portanto, invariavelmente, esforços no sentido de usar o tratamento analítico para ocasionar a sublimação do instinto - embora, fora de dúvida, sempre louváveis - estão longe de ser aconselháveis em todos os casos.

(i) Até que ponto deve-se buscar a cooperação intelectual do paciente no tratamento? É difícil dizer algo de aplicabilidade geral sobre este ponto: a personalidade do paciente é o fator determinante. Em todos os casos, porém, cautela e autodomínio devem ser observados a este respeito. É errado determinar tarefas ao paciente, tais como coligir suas lembranças ou pensar sobre um período específico de sua vida. Pelo contrário, ele tem de aprender, acima de tudo - o que nunca acontece facilmente com alguém -, que atividades mentais, tais como refletir sobre algo ou concentrar a atenção, não solucionam nenhum dos enigmas de uma neurose; isto só pode ser efetuado ao se obedecer pacientemente à regra psicanalítica, que impõe a exclusão de toda crítica do inconsciente ou de seus derivados. Deve-se ser especialmente inflexível a respeito da obediência a essa regra com pacientes que praticam a

arte de desviar-se para o debate intelectual durante o tratamento, que teorizam muito e com freqüência muito sabiamente sobre o seu estado e, dessa maneira, evitam fazer algo para superá-lo. Por esta razão, não gosto de utilizar-me de escritos analíticos como assistência a meus pacientes; exijo que aprendam por experiência pessoal e asseguro-lhes que adquirirão conhecimento mais amplo e valioso do que toda a literatura da psicanálise poderia transmitir-lhes. Todavia, reconheço que, em condições institucionais, pode ser de grande vantagem empregar a leitura como preparação para pacientes em análise e como meio de criar uma atmosfera de influência.

Devo fazer a mais séria advertência contra qualquer tentativa de conquistar a confiança ou apoio de pais ou parentes dando-lhes livros psicanalíticos para ler, de natureza introdutória ou avançada. Esta medida bem intencionada geralmente tem o efeito de fazer surgir prematuramente a oposição natural dos parentes ao tratamento - oposição fadada a aparecer, mais cedo ou mais tarde - de maneira que o tratamento nunca é sequer iniciado.

Permitam-me expressar a esperança de que a experiência crescente da psicanálise cedo conduza à concordância sobre questões de técnica e sobre o método mais eficaz de tratar os pacientes neuróticos. Com referência ao tratamento de seus parentes, tenho de confessar-me inteiramente perplexo e, em geral, deposito pouca fé no seu tratamento individual.

SOBRE O INÍCIO DO TRATAMENTO (NOVAS RECOMENDAÇÕES SOBRE A TÉCNICA DA PSICANÁLISE I) (1913)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

ZUR EINLEITUNG DER BEHANDLUNG

(*a*) EDIÇÕES ALEMÃS:

1913 Int. Z. Psychoanal., 1 (1), 1-10 e (2), 139-46.

1918 S. K. S. N., 4, 412-40. (1922, 2^a ed.)

1924 Technik und Metapsychol., 84-108.

1925 G. S., 6, 84-108.

1931 Neurosenlehre und Technik, 359-85.

1943 G. W., 8, 454-78.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘Further Recommendations in the Technique of Psycho-Analysis: On Beginning the Treatment. The Question of the First Communications. The Dynamics of the Cure’

1924 C. P., 2, 342-65. (Trad. de Joan Riviere.)

A presente tradução inglesa, com o título alterado, é versão modificada da publicada em 1924.

Este artigo foi publicado em duas partes, em janeiro e março de 1913. A primeira parte, terminando com as palavras ‘com que material deve o tratamento começar?’ (ver em [1]), tinha o título de ‘Weitere Ratschläge zur Technik der Psychoanalyse: I. Zur Einleitung der Behandlung’. A segunda tinha o mesmo título, mas com as palavras adicionais: ‘- Die Frage der ersten Mitteilungen - Die Dynamik der Heilung’. Este título completo é o traduzido na primeira versão inglesa, tal como fornecido acima. Todas as edições alemãs, de 1924 em diante, adotaram o título curto ‘Zur Einleitung der Behandlung’, sem quaisquer acréscimos. Na opinião original do autor (como é demonstrado por seu manuscrito), o artigo dividia-se em três seções, correspondentes ao título. A primeira destas, ‘Sobre o Início do Tratamento’, termina em [1]; a segunda, ‘A Questão das Primeiras Comunicações’, em [2], onde a terceira, ‘A Dinâmica da Cura’, começa.

SOBRE O INÍCIO DO TRATAMENTO (NOVAS RECOMENDAÇÕES SOBRE A TÉCNICA DA PSICANÁLISE I)

Todo aquele que espera aprender o nobre jogo de xadrez nos livros, cedo descobrirá que somente as aberturas e os finais de jogos admitem uma apresentação sistemática exaustiva e que a infinita variedade de jogadas que se desenvolvem após a abertura desafia qualquer descrição desse tipo. Esta lacuna na instrução só pode ser preenchida por um estudo diligente dos jogos travados pelos mestres. As regras que podem ser estabelecidas para o exercício do tratamento psicanalítico acham-se sujeitas a limitações semelhantes.

No que segue, esforçar-me-ei por reunir, para uso de psicanalistas militantes, algumas das regras para o início do tratamento. Entre elas estão algumas que podem parecer pormenores insignificantes, como na verdade são. Sua justificativa é serem simplesmente regras que adquirem importância por sua relação com o plano geral do jogo. Penso estar sendo prudente, contudo, em chamar estas regras de ‘recomendações’ e não reivindicar qualquer aceitação incondicional para elas. A extraordinária diversidade das constelações psíquicas envolvidas, a plasticidade de todos os processos mentais e a riqueza dos fatores determinantes opõem-se a qualquer mecanização da técnica; e ocasionam que um curso de ação que, via de regra, é justificado possa, às vezes, mostrar-se ineficaz, enquanto outro que habitualmente é errôneo possa, de vez em quando, conduzir ao fim desejado. Estas circunstâncias, contudo, não nos impedem de estabelecer para o médico um procedimento que, em média, é eficaz.

Há alguns anos especifiquei as indicações mais importantes para a seleção de pacientes e, portanto, não as repetirei aqui. Nesse meio tempo, elas foram aprovadas por outros psicanalistas. Mas posso acrescentar que desde então tornei hábito meu, quando conheço pouco sobre um paciente, só aceitá-lo a princípio provisoriamente, por um período de uma ou duas semanas. Se se interrompe o tratamento dentro deste período, poupa-se ao paciente a impressão aflitiva de uma tentativa de cura que falhou. Esteve-se apenas empreendendo uma ‘sondagem’, a fim de conhecer o caso e decidir se ele é apropriado para a psicanálise. Nenhum outro tipo de exame preliminar, exceto este procedimento, encontra-se à nossa disposição; os mais extensos debates e questionamentos, em consultas comuns, não lhe ofereceriam substituto. Este experimento preliminar, contudo, é, ele próprio, o início de uma psicanálise e deve conformar-se às regras desta. Pode-se talvez fazer a distinção de que,

nele, se deixa o paciente falar quase todo o tempo e não se explica nada mais do que o absolutamente necessário para fazê-lo prosseguir no que está dizendo.

Existem também razões diagnósticas para começar o tratamento por um período de experiência deste tipo, a durar uma ou duas semanas. Com bastante freqüência, quando se vê uma neurose com sintomas histéricos ou obsessivos, que não é excessivamente acentuada e não existe há muito tempo - isto é, exatamente o tipo de caso que se consideraria apropriado para tratamento - tem-se de levar em conta a possibilidade de que ela possa ser um estágio preliminar do que é conhecido por demência precoce ('esquizofrenia', na terminologia de Bleuler; 'parafrenia', como propus chamá-la) e que, mais cedo ou mais tarde, apresentará um quadro bem pronunciado dessa afecção. Não concordo que seja sempre possível fazer a distinção tão facilmente. Estou ciente de que existem psiquiatras que hesitam com menos freqüência em seu diagnóstico diferencial, mas convenci-me de que, com a mesma freqüência, cometem equívocos. Cometer um equívoco, além disso, é de muito mais gravidade para o psicanalista que para o psiquiatra clínico, como este é chamado, pois o último não está tentando fazer algo que seja de utilidade, seja qual for o tipo de caso. Ele simplesmente corre o risco de cometer um equívoco teórico e seu diagnóstico não tem mais que um interesse acadêmico. No que concerne ao psicanalista, contudo, se o caso é desfavorável, ele cometeu um erro prático; foi responsável por despesas desnecessárias e desacreditou o seu método de tratamento. Ele não pode cumprir sua promessa de cura se o paciente está sofrendo, não de histeria ou neurose obsessiva, mas de parafrenia, e, portanto, tem motivos particularmente fortes para evitar cometer equívocos no diagnóstico. Num tratamento experimental de algumas semanas, ele amiúde observará sinais suspeitos que possam determiná-lo a não levar além a tentativa. Infelizmente, não posso asseverar que uma tentativa deste tipo sempre nos capacite a chegar à decisão certa; trata-se apenas de uma sábia precaução a mais.

Longos debates preliminares antes do início do tratamento analítico, tratamento prévio por outro método e também conhecimento anterior entre o médico e o paciente que deve ser analisado, têm conseqüências desvantajosas especiais, para as quais se tem de estar preparado. Elas resultam em o paciente encontrar o médico com uma atitude transferencial já estabelecida e que o médico deve, em primeiro lugar, revelar lentamente, em vez de ter a oportunidade de observar o crescimento e o desenvolvimento da transferência desde o início. Desta maneira, o paciente obtém sobre nós uma dianteira temporária, que não lhe concederíamos voluntariamente no tratamento.

Deve-se desconfiar de todos os pacientes em perspectiva que querem esperar um pouco antes de começar o tratamento. A experiência demonstra que, quando a ocasião combinada chega, eles deixam de aparecer, ainda que o motivo para o atraso - isto é, a racionalização

de sua intenção - pareça ao não iniciado acima de qualquer suspeita.

Dificuldades especiais surgem quando o analista e seu novo paciente, ou suas famílias, acham-se em termos de amizade ou têm laços sociais um com o outro. O psicanalista chamado a encarregar-se do tratamento da esposa ou do filho de um amigo deve estar preparado para que isso lhes custe esta amizade, qualquer que seja o resultado do tratamento; todavia, terá de fazer o sacrifício, se não puder encontrar um substituto merecedor de confiança.

Tanto o público leigo quanto os médicos - ainda prontos a confundir a psicanálise com o tratamento por sugestão - inclinam-se a atribuir grande importância às expectativas que o paciente traz para o novo tratamento. Amíúde acreditam, no caso de determinado paciente, que não dará muito trabalho, pois tem grande confiança na psicanálise e acha-se plenamente convicto de sua verdade e eficácia; ao passo que, no caso de outro, acham que ele indubitavelmente mostrará ser mais difícil, por ter uma concepção cética, e não acreditará em nada até haver experimentado os resultados bem sucedidos em sua própria pessoa. Todavia, na realidade, esta atitude por parte do paciente tem muito pouca importância. Sua confiança ou desconfiança inicial é quase desprezível, comparada às resistências internas que mantêm a neurose firmemente no lugar. É verdade que a confiança alegre do paciente torna nosso primeiro relacionamento com ele muito agradável; ficamos-lhe gratos por isso, mas advertimo-lo de que sua impressão favorável será destruída pela primeira dificuldade que surgir na análise. Ao cético, dizemos que análise não exige fé, que ele pode ser tão crítico e desconfiado quanto queira e que não encaramos sua atitude de modo algum como sendo efeito de seu julgamento, pois ele não se acha em posição de formar um juízo fidedigno sobre esses assuntos; sua desconfiança é apenas um sintoma, como os seus outros sintomas, e não constituirá interferência, desde que conscienciosamente execute o que dele requer a regra do tratamento.

Ninguém que esteja familiarizado com a natureza da neurose ficará espantado em ouvir que mesmo um homem que é muito bem capaz de realizar uma análise em outras pessoas possa comportar-se como qualquer outro mortal e ser capaz de produzir as mais intensas resistências, assim que ele próprio se torna objeto da investigação analítica. Quando isto acontece, somos mais uma vez lembrados da dimensão da profundidade da mente, e não nos surpreende descobrir que a neurose tem suas raízes em estratos psíquicos nos quais o conhecimento intelectual da análise não penetrou.

Pontos de importância no início do tratamento são os acordos quanto a *tempo e dinheiro*.

Com referência ao tempo, atendo-me estritamente ao princípio de ceder uma hora determinada. A cada paciente é atribuída uma hora específica de meu dia de trabalho disponível; pertence a ele que é responsável por ela, mesmo que não faça uso da mesma.

Este acordo, que é aceito como natural para professores de música ou idiomas na sociedade, pode talvez parecer rigoroso demais num médico, ou até mesmo indigno de sua profissão. Tender-se-á a indicar os muitos acidentes que podem impedir o paciente de comparecer todos os dias à mesma hora e esperar-se-á que sejam levadas em conta as numerosas indisposições intervenientes que podem ocorrer no decurso de um tratamento analítico prolongado. A minha resposta, porém, é: nenhuma outra maneira é praticável. Sob regime menos estrito, as faltas ‘ocasionais’ aumentam de tal forma que o médico vê sua existência material ameaçada; ao passo que, quando o acordo é seguido, acontece que impedimentos acidentais não ocorrem de modo algum, e moléstias intervenientes, apenas de modo muito raro. O analista quase nunca é colocado em posição de desfrutar de uma hora de lazer pela qual é pago e da qual se envergonharia; e pode continuar seu trabalho sem interrupções, sendo-lhe poupada a aflitiva e desconcertante experiência de descobrir que um intervalo pelo qual não se pode culpar está sempre sujeito a acontecer exatamente quando o trabalho promete ser especialmente importante e rico em conteúdo. Nada nos convence tão fortemente da significação do fator psicogênico na vida cotidiana dos homens, da freqüência com que se simula doença e da inexistência do acaso, quanto alguns anos de prática da psicanálise segundo o princípio estrito da hora marcada. Em casos de moléstias orgânicas indubitáveis, que, afinal de contas, não podem ser afastadas, pelo fato de o paciente ter interesse psíquico em comparecer, interrompo o tratamento, considero-me no direito de empregar alhures a hora que fica livre e aceito o paciente de volta novamente assim que ele se restabelece e disponho de outra hora vaga.

Trabalho com meus pacientes todos os dias, exceto aos domingos e feriados oficiais - isto é, geralmente seis dias por semana. Para casos leves ou continuação de um tratamento que já se acha bem avançado, três dias por semana bastarão. Quaisquer restrições de tempo além destas não trazem vantagem, quer para o médico quer para o paciente; e, no início de um análise, se chama inteiramente fora de questão. Mesmo interrupções breves têm efeito ligeiramente obscurecedor sobre o trabalho. Costumávamos falar, por brincadeira, da ‘crosta da segunda-feira’, quando retomamos o trabalho, após o descanso dominical. Quando as horas de trabalho são menos freqüentes, há o risco de não se poder manter o passo com a vida real do paciente e de o tratamento perder contato com o presente e ser forçado a utilizar atalhos. Ocasionalmente, também, deparamos com pacientes a quem se tem de conhecer mais que o tempo médio de uma hora por dia, porque a maior parte de uma hora já se passou antes que comecem a se abrir e a se tornarem comunicativos.

Uma pergunta importuna que o paciente faz ao médico, no início, é: ‘Quanto tempo durará o tratamento? De quanto tempo o senhor precisará para aliviar-me de meu problema?’ Se se propôs um tratamento experimental de algumas semanas, pode-se evitar fornecer resposta direta a esta pergunta, prometendo-se fazer um pronunciamento mais fidedigno ao final do período de prova. Nossa resposta assemelha-se à resposta dada pelo Filósofo ao Caminhante, na fábula de Esopo. Quando o caminhante perguntou quanto tempo teria de jornada, o Filósofo simplesmente respondeu ‘Caminha’! e justificou sua resposta

aparentemente inútil, com o pretexto de que precisava saber a amplitude do passo do Caminhante antes de lhe poder dizer quanto tempo a viagem duraria. Este expediente auxilia-nos a superar as primeiras dificuldades, mas a comparação não é boa, pois o neurótico pode facilmente alterar o passo e, às vezes, fazer apenas progresso muito lento. Na verdade, a pergunta relativa à duração provável de um tratamento é quase irrespondível.

Como resultado conjunto de falta de compreensão interna (*insight*) por parte dos pacientes e falta de engenhosidade por parte dos médicos, espera-se que a análise atenda às exigências mais ilimitadas, e isso no tempo mais curto. Permitam-me, como exemplo, fornecer alguns pormenores de uma carta que recebi, há alguns dias, de uma senhora da Rússia. Ela conta 53 anos de idade, sua doença começou há 23 anos e, durante os últimos dez anos, não pôde mais fazer qualquer trabalho continuado. 'O tratamento em várias instituições para casos nervosos' não conseguiu tornar-lhe possível uma 'vida ativa'. Ela espera ser completamente curada pela psicanálise, sobre a qual leu, mas sua enfermidade já custou à família tanto dinheiro que ela não pode conseguir vir a Viena por mais de seis semanas ou dois meses. Outra dificuldade a acrescentar é que deseja, desde o início, 'explicar-se', apenas por escrito, visto que qualquer exame de seus complexos causar-lhe-ia uma explosão de sentimento ou 'torná-la-ia temporariamente incapaz de falar'. Ninguém espera que um homem levante uma pesada mesa com dois dedos, como se fosse uma leve banquetta, ou construa uma grande casa no tempo que levaria para levantar uma cabana de madeira; mas assim que se trata de uma questão de neuroses - que não parecem, até agora haver encontrado lugar apropriado no pensamento humano -, mesmo pessoas inteligentes esquecem que uma proporção necessária tem de ser observada entre tempo, trabalho e sucesso. Isto, incidentalmente, constitui resultado compreensível da profunda ignorância que predomina a respeito da etiologia das neuroses. Graças a esta ignorância, a neurose é encarada como uma espécie de 'donzela vinda de longe'. 'Ninguém sabia donde ela viera', de maneira que esperavam que um dia desapareceria.

Os médicos emprestam apoio a estas vãs esperanças. Mesmo os bem informados dentre eles deixam de avaliar corretamente a gravidade das perturbações nervosas. Um amigo e colega meu, para cujo maior crédito conto o fato de que, após várias décadas de trabalho científico segundo outros princípios, converteu-se aos méritos da psicanálise, escreveu-me certa vez: 'Precisamos é de um tratamento curto, conveniente e externo para a neurose obsessiva.' Não lhe pude fornecer e senti-me envergonhado; então tentei desculpar-me com o comentário de que também os especialistas em doenças internas ficariam contentes com um tratamento para tuberculose ou carcinoma que combinasse essas vantagens.

Para falar claramente, a psicanálise é sempre questão de longos períodos de tempo, de meio ano ou de anos inteiros - de períodos maiores do que o paciente espera. É nosso dever, portanto, dizer-lhe isso antes que ele se decida finalmente sobre o tratamento. Considero muito mais honroso, e também mais conveniente, chamar sua atenção - sem tentar assustá-lo, mas bem no começo - para as dificuldades e sacrifícios que o tratamento analítico envolve, e, desta maneira, privá-lo de qualquer direito de dizer mais tarde que foi enganado para um tratamento de cuja extensão e implicações não se deu conta. Um paciente que se deixa dissuadir por esta informação mostrar-se-ia, de qualquer modo, inadequado posteriormente. É bom o progresso do entendimento entre pacientes, o número daqueles que enfrentam com êxito este primeiro teste aumenta.

Não obrigo os pacientes a continuar o tratamento por um certo período de tempo; permito a cada qual interrompê-lo quando quiser. Mas não escondo dele que, se o tratamento é interrompido após somente um pequeno trabalho ter sido feito, ele não será bem sucedido, e poderá facilmente, como uma operação inacabada, deixá-lo em estado insatisfatório. Nos primeiros anos de minha clínica psicanalítica, costumava ter a maior dificuldade em persuadir meus pacientes a continuarem sua análise. Esta dificuldade há muito tempo foi substituída e hoje tenho de me dar aos maiores trabalhos para induzi-los a abandoná-la.

Abreviar o tratamento analítico é um desejo justificável, e sua realização, como aprenderemos, está sendo tentada dentro de várias orientações. Infelizmente, opõe-se-lhe um fator muito importante, a saber, a lentidão com que se realizam as mudanças profundas na mente - em última instância, fora de dúvida, a 'atemporalidade' de nossos processos inconscientes. Quando os pacientes se defrontam com a dificuldade do grande dispêndio de tempo exigido pela análise, não raro conseguem propor uma saída para ela. Dividem os seus achaques e descrevem alguns como insuportáveis e outros como secundários, e então dizem: 'Se apenas o senhor me aliviasse deste (uma dor de cabeça ou um medo específico, por exemplo), eu poderia lidar com o outro sozinho, em minha vida normal.' Fazendo isto, contudo, sobrestimam o poder seletivo da análise. O analista é certamente capaz de fazer muito, mas não pode determinar de antemão exatamente quais os resultados que produzirá. Ele coloca em movimento um processo, o processo de solucionamento das repressões existentes. Pode supervisionar este processo, auxiliá-lo, afastar obstáculos em seu caminho, e pode indubitavelmente invalidar grande parte dele. Mas, em geral, uma vez começado, segue sua própria rota e não permite que quer a direção que toma quer a ordem em que colhe seus pontos lhe sejam prescritas. O poder do analista sobre os sintomas da doença pode, assim, ser comparado à potência sexual masculina. Um homem pode, é verdade, gerar uma criança inteira, mas mesmo o homem mais forte não pode criar no organismo feminino só uma cabeça, ou um braço, ou uma perna; não pode sequer determinar de antemão o sexo da criança. Também ele coloca em movimento um processo altamente complicado, determinado por eventos no passado remoto, processo que termina pela separação entre a criança e a mãe. Também a neurose tem o caráter de um organismo. Suas manifestações não são independentes umas das outras; condicionam-se mutuamente e dão-se apoio recíproco. Uma

pessoa padece apenas de uma neurose, nunca de várias que acidentalmente se tenham reunido num indivíduo isolado. Libertado o paciente, conforme seu desejo, de determinado sintoma insuportável, poderia ele facilmente descobrir que um sintoma anteriormente insignificante aumentara agora e tornara-se insuportável. O analista que deseja que o tratamento deva seu êxito tão pouco quanto possível a seus elementos de sugestão (isto é, a transferência) fará bem em abster-se de fazer uso até de vestígio de influência seletiva sobre os resultados da terapia que talvez possa lhe ser acessível. Os pacientes destinados a serem mais bem acolhidos são aqueles que lhe pedem para dar-lhes saúde completa, na medida em que esta é atingível, e colocam à sua disposição tanto tempo quanto foi necessário para o processo de restabelecimento. Condições favoráveis como estas, é natural, devem ser esperadas apenas em alguns casos.

O próximo ponto a ser decidido no início do tratamento é o do dinheiro, dos honorários do médico. Um analista não discute que o dinheiro deve ser considerado, em primeira instância, como meio de autopreservação e de obtenção de poder, mas sustenta que, ao lado disto, poderosos fatores sexuais acham-se envolvidos no valor que lhe é atribuído. Ele pode indicar que as questões de dinheiro são tratadas pelas pessoas civilizadas da mesma maneira que as questões sexuais - com a mesma incoerência, pudor de hipocrisia. O analista, portanto, está determinado desde o princípio a não concordar com esta atitude, mas, em seus negócios com os pacientes, a tratar de assuntos de dinheiro com a mesma franqueza natural com que deseja educá-los nas questões relativas à vida sexual. Demonstra-lhes que ele próprio rejeitou uma falsa vergonha sobre esses assuntos, ao dizer-lhes voluntariamente o preço em que avalia seu tempo. O bom senso comum, ademais, adverte-o a não permitir que grandes somas de dinheiros se acumulem, mas a solicitar pagamento a intervalos regulares bastante curtos - mensalmente, talvez. (Constitui fato conhecido que o valor do tratamento não se realça aos olhos do paciente, se forem pedidos honorários muito baixos.) Esta, naturalmente, não é a prática usual dos especialistas em nervos e outros médicos em nossa sociedade européia. Mas o psicanalista deve colocar-se na posição do cirurgião, que é franco e caro por ter à sua disposição métodos de tratamento que podem ser úteis. Parece-me mais respeitável e eticamente menos objetável reconhecer os próprios direitos e necessidades reais do que, como ainda é costume entre os médicos, desempenhar o papel do filantropo desinteressado - posição que não se pode, na realidade, ocupar, sob pena de ficar-se secretamente prejudicado, ou queixar-se em alta voz da falta da consideração e do desejo de exploração evidenciado pelos pacientes. Ao fixar os honorários, o analista deve também considerar o fato de que, por mais que trabalhe, nunca poderá ganhar tanto quanto outros especialistas médicos.

Pela mesma razão, deve também abster-se de fornecer tratamento gratuito e não fazer exceções em favor de colegas ou suas famílias. Esta última recomendação parecerá uma transgressão às vantagens profissionais. Deve-se lembrar, contudo, que um tratamento gratuito significa muito mais para um psicanalista do que para qualquer outro médico; significa o sacrifício de uma parte considerável - um sétimo ou um oitavo, talvez - do tempo

de trabalho de que dispõe para ganhar a vida, durante um período de muitos meses. Um segundo tratamento gratuito efetuado ao mesmo tempo privá-lo-ia de um quarto ou de um terço de sua capacidade de ganho, o que seria comparável ao prejuízo infligido por um grave acidente.

Surge então a questão de saber se a vantagem obtida pelo paciente não contrabalançaria, até certo ponto, o sacrifício feito pelo médico. Posso aventurar-me a formar julgamento sobre isto, visto que, durante dez anos ou mais separei, uma hora por dia, e às vezes duas, para tratamentos gratuitos, porque desejava, a fim de penetrar nas neuroses, trabalhar frente a tão pouca resistência quanto possível. As vantagens que busquei por este meio não apareceram. O tratamento gratuito aumenta enormemente algumas das resistências do neurótico - em moças, por exemplo, a tentação inerente à sua relação transferencial, e, em moços, sua oposição à obrigação de se sentirem gratos, oposição oriunda de seu complexo paterno e que apresenta um dos mais perturbadores obstáculos à aceitação de auxílio médico. A ausência do efeito regulador oferecido pelo pagamento de honorários ao médico torna-se, ela própria, muito penosamente sentida; todo o relacionamento é afastado do mundo real e o paciente é privado de um forte motivo para esforçar-se por dar fim ao tratamento.

Pode-se estar muito longe da visão ascética do dinheiro como sendo uma maldição e ainda lamentar que a terapia analítica seja quase inacessível às pessoas pobres, tanto por razões externas quanto internas. Pouco se pode fazer para remediar isto. Talvez haja verdade na crença disseminada de que aqueles que são forçados, pela necessidade, a uma vida de árdua labuta são menos facilmente dominados pela neurose. Por outro lado, porém, a experiência demonstra, sem qualquer dúvida, que quando um homem pobre produz uma neurose, só com dificuldade permite ser livrado dela. Ela lhe presta ótimo serviço na luta pela existência; o livro secundário da doença, que ela lhe traz, é demasiadamente importante. Ele agora reivindica, por direito de sua neurose, a piedade que o mundo lhe recusou à aplicação material, e pode então eximir-se da obrigação de combater sua pobreza por meio do trabalho. Todo aquele, portanto, que teme tratar da neurose de uma pessoa pobre pela psicoterapia, geralmente descobre que o que é aqui exigido dele é uma terapia prática do tipo muito diferente - o tipo que, segundo nossa tradição local, costumava ser dispensado pelo Imperador José II. Ocasionalmente, é natural, deparamos com pessoas merecedoras que se acham desamparadas sem culpa alguma de sua parte, nas quais o tratamento não remunerado não se defronta com nenhum dos obstáculos mencionados e conduz a excelentes resultados.

No que concerne às classes médias, a despesa envolvida na psicanálise é excessiva apenas na aparência. Inteiramente à parte do fato de nenhuma comparação ser possível entre a saúde e a eficiência restauradas, por um lado, e um moderado dispêndio financeiro por outro, quando adicionamos os custos incessantes das casas de saúde e do tratamento médico e contrastamo-los com o aumento de eficiência e de capacidade de ganhar a vida que resulta

de uma análise inteiramente bem sucedida, temos o direito de dizer que os pacientes fizeram um bom negócio. Nada na vida é tão caro quanto a doença - e a estupidez.

Antes de concluir estas considerações sobre o início do tratamento analítico, tenho de dizer uma palavra sobre um certo cerimonial que concerne à posição na qual o tratamento é realizado. Atenho-me ao plano de fazer com que o paciente se deite num divã, enquanto me sento atrás dele, fora de sua vista. Esta disposição possui uma base histórica: é o remanescente do método hipnótico, a partir do qual a psicanálise se desenvolveu. Mas ele merece ser mantido por muitas razões. A primeira é um motivo pessoal, mas que outros podem partilhar comigo. Não posso suportar ser encarado fixamente por outras pessoas durante oito horas (ou mais) por dia. Visto que, enquanto estou escutando o paciente, também me entrego à corrente de meus pensamentos inconscientes; não desejo que minhas expressões faciais dêem ao paciente material para interpretação ou influenciem-no no que me conta. Em geral, o paciente encara a obrigação de adotar essa posição como um incômodo e rebela-se contra ele, especialmente se o instinto de olhar (escopofilia) desempenhar papel importante em sua neurose. Insisto nesse procedimento, contudo, pois seu propósito e resultado são impedir que a transferência se misture imperceptivelmente às associações do paciente, isolar a transferência e permitir-lhe que apareça, no devido tempo, nitidamente definida como resistência. Sei que muitos analistas trabalham de modo diferente, mas não sei se esta variação se deve mais a um anseio de agir diferentemente ou a alguma vantagem que possam obter dela. [Ver também em [1].]

Havendo as condições de tratamento sido reguladas desta maneira, surge a questão: em que ponto e com que material deve o tratamento começar?

O material com que se inicia o tratamento é, em geral, indiferente - a história da vida do paciente, ou a história de sua doença, ou suas lembranças de infância. Mas, em todos os casos, deve-se deixar que o paciente fale e ele deve ser livre para escolher em que ponto começará. Dessa maneira, dizemos-lhe: ‘Antes que eu possa lhe dizer algo, tenho de saber muita coisa sobre você; por obséquio, conte-me o que sabe a respeito de si próprio.’

A única exceção a isto refere-se à regra fundamental da técnica psicanalítica, que o paciente tem de observar. Isto lhe deve ser comunicado bem no começo: ‘Uma coisa mais, antes que você comece. O que me vai dizer deve diferir, sob determinado aspecto, de uma conversa comum. Em geral, você procura, corretamente, manter um fio de ligação ao longo de suas observações e exclui quaisquer idéias intrusivas que lhe possam ocorrer, bem como quaisquer temas laterais, de maneira a não divagar longe demais do assunto. Neste caso, porém, deve proceder de modo diferente. Observará que, à medida que conta coisas, ocorrer-lhe-ão diversos pensamentos que gostaria de pôr de lado, por causa de certas críticas e objeções. Ficarão tentado a dizer a si mesmo que isto ou aquilo é irrelevante aqui, ou inteiramente sem importância, ou absurdo, de maneira que não há necessidade de dizê-lo. Você nunca deve ceder a estas críticas, mas dizê-lo apesar delas - na verdade, deve dizê-lo

exatamente *porque* sente aversão a fazê-lo. Posteriormente, você descobrirá e aprenderá a compreender a razão para esta exortação, que é realmente a única que tem de seguir. Assim, diga tudo o que lhe passa pela mente. Aja como se, por exemplo, você fosse um viajante sentado à janela de um vagão ferroviário, a descrever para alguém que se encontra dentro as vistas cambiantes que vê lá fora. Finalmente, jamais esqueça que prometeu ser absolutamente honesto e nunca deixar nada de fora porque, por uma razão ou outra, é desagradável dizê-lo.

Os pacientes que datam sua enfermidade de um momento específico geralmente se concentram na causa precipitante. Outros, que por si reconhecem a vinculação entre sua neurose e a infância, amiúde começam pelo relato de toda a história de sua vida. Nunca se deve esperar uma narrativa sistemática e nada deve ser feito para incentivá-la. Cada pormenor da história terá de ser repetido mais tarde e é apenas com estas repetições que aparecerá material adicional para suprir as importantes associações que são desconhecidas do paciente.

Há pacientes que, desde as primeiras horas, preparam com cuidado o que irão comunicar, aparentemente de maneira a se certificarem de que estão fazendo o melhor uso do tempo dedicado ao tratamento. O que assim se disfarça como avidez é resistência. Qualquer preparação deste tipo não deve ser recomendada, pois ela é empregada apenas para impedir que pensamentos desagradáveis venham à superfície. Por mais sinceramente que o paciente possa acreditar em suas excelentes intenções, a resistência desempenhará seu papel neste método deliberado de preparação e providenciará para que o material mais valioso escape à comunicação. Cedo se descobrirá que o paciente planeja ainda outros meios pelos quais o que é exigido possa ser negado ao tratamento. Ele pode distribuir o tratamento todo o dia com um amigo íntimo, e trazer a este debate todos os pensamentos que deveriam apresentar-se na presença do médico. O tratamento possui assim um vazamento que deixa passar exatamente o que é mais valioso. Quando isto acontece, o paciente deve, sem muita demora, ser aconselhado a considerar a análise como um assunto entre ele e seu método e a excluir todos ou demais de partilhar o conhecimento daquela, por íntimos que possam ser, os indagadores. Em estádios posteriores do tratamento, o paciente geralmente não fica sujeito a tentações deste tipo.

Certos pacientes querem que seu tratamento seja mantido secreto, freqüentemente porque mantiveram secreta sua neurose, e não lhes ponho obstáculos. O fato de que, em consequência disso, o mundo nada saiba de algumas das curas mais bem sucedidas é, naturalmente, consideração que não pode ser levada em conta. É evidente que a decisão de um paciente em favor do segredo já revela uma característica de sua história secreta.

Ao aconselhar o paciente, no início do tratamento, a contar ao menor número de pessoas possível a respeito dele, protegemo-lo também até certo ponto, das muitas influências hostis que procurarão atraí-lo para longe da análise. Tais influências podem ser muito daninhas no começo do tratamento; mais tarde, geralmente não têm importância ou são até mesmo úteis, por colocarem em evidência resistências que estão tentando ocultar-se.

Se, no decorrer da análise, o paciente necessitar temporariamente de algum outro tratamento médico ou especializado, é muito mais sensato chamar um colega não analista do que fornecermos esse outro tratamento. Tratamentos combinados para distúrbios neuróticos, que têm poderosa base orgânica, são quase sempre impraticáveis. Os pacientes afastam o interesse da análise assim que lhes é mostrado mais de um caminho que promete levá-los à saúde. O melhor plano é adiar o tratamento orgânico até que o tratamento psíquico se complete; se aquele fosse tentado primeiro, na maioria dos casos não encontraria êxito.

Retornando ao início do tratamento, encontram-se ocasionalmente pacientes que iniciam o tratamento assegurando-nos que não conseguem pensar em nada para dizer, embora todo o campo da história de sua vida e da história de sua doença se lhes ache aberto para escolher. Sua solicitação de que lhes digamos sobre o que falar não deve ser atendida nesta primeira ocasião, não mais do que em qualquer outra, posterior. Temos de ter em mente o que se acha aqui envolvido. Uma forte resistência adiantou-se, a fim de defender a neurose; temos de aceitar o desafio, então e aí, e enfrentá-la. Afirmações enérgicas e repetidas ao paciente de que é impossível que não lhe ocorra idéia alguma ao início, e de que o que se acha em pauta é uma resistência contra a análise, cedo obrigam-no a efetuar as admissões esperadas ou a revelar uma primeira amostra de seus complexos. É mau sinal ele confessar que, enquanto escutava a regra fundamental de análise, fez a reserva mental de que, não obstante, guardaria isto ou aquilo para si; já não é tão sério se tudo o que tem a nos dizer é quão desconfiado se acha da análise ou das coisas horripilantes que ouviu a respeito dela. Se negar essas e outras possibilidades semelhantes, quando lhe são apresentadas, pode ser levado, por nossa insistência, a reconhecer que todavia desprezou certos pensamentos que lhe ocupavam a mente. Pensara no tratamento em si, embora nada de definido a seu respeito, ou estivera ocupado com a aparência da sala em que estava, ou não pudera deixar de pensar nos objetos do consultório e no fato de lá se achar deitado num divã - tudo que substituíra pela palavra 'nada'. Estas indicações são bastante inteligíveis: tudo que é relacionado com a situação atual representa uma transferência para o médico, que se mostra apropriada para servir como uma primeira resistência. Somos assim obrigados a começar por descobrir esta transferência; e um caminho que dela parte fornecerá rápido acesso ao material patogênico do paciente. Mulheres que estão preparadas, por acontecimentos em sua história passada, para serem submetidas a agressão sexual, e homens com homossexualismo reprimido excessivamente forte são os mais aptos a reterem desta maneira as idéias que lhes ocorrem no início da análise.

Os primeiros sintomas ou ações fortuitas do paciente, tal como sua primeira resistência,

podem possuir interesse especial e revelar um complexo que dirige sua neurose. Um arguto e jovem filósofo, com delicada sensibilidade estética, apressar-se-á a endireitar os vincos das calças antes de deitar-se para a sua primeira hora; está-se revelando como um ex-coprófilo do mais alto requinte - o que era de se esperar do recente esteta. Uma moça, na mesma conjuntura, apressadamente puxará a barra da saia sobre os tornozelos expostos; assim procedendo, está revelando a essência do que sua análise mais tarde demonstrará: um orgulho narcísico de sua beleza física e inclinações ao exibicionismo.

Um número particularmente grande de pacientes não gosta de que lhes seja pedido para deitar, enquanto o médico se senta atrás dele, fora de sua vista. Pedem que lhe seja concedido passar o tratamento em alguma outra posição, na maioria dos casos por estarem ansiosos por não serem privados da visão do médico. A permissão é geralmente recusada, mas não se pode impedi-los de darem um jeito de dizer algumas frases antes do início da 'sessão' real ou após ter-se indicado que ela terminou e eles terem se levantado do divã. Deste modo, dividem o tratamento, no seu ponto de vista, em uma parte oficial, na qual se comportam principalmente de maneira muito inibida, e em uma parte informal e 'amistosa' na qual falam realmente de modo livre e dizem toda espécie de coisas que eles próprios não encaram como fazendo parte do tratamento. O médico não aceita esta divisão por muito tempo. Toma nota do que é dito antes ou depois da sessão e apresenta na primeira oportunidade, derrubando assim a divisão que o paciente tentou erguer. Esta divisão, mais uma vez, terá sido formada a partir do material de uma resistência transferencial.

Enquanto as comunicações e idéias do paciente fluírem sem qualquer obstrução, o tema da transferência não deve ser afluído. Deve-se esperar até que a transferência, que é o mais delicado de todos os procedimentos, tenha-se tornado uma resistência.

A outra pergunta com que nos defrontamos levanta uma questão de princípio. É ela: Quando devemos começar a fazer nossas comunicações ao paciente? Qual é o momento para revelar-lhe o significado oculto das idéias que lhe ocorrem, e para iniciá-los nos postulados, e procedimentos técnicos da análise?

A resposta a isto só pode ser: somente após uma transferência eficaz ter-se estabelecido no paciente, um *rapport* apropriado com ele. Permanece sendo o primeiro objetivo do tratamento ligar o paciente a ele e à pessoa do médico. Para assegurar isto, nada precisa ser feito, exceto conceder-lhe tempo. Se se demonstra um interesse sério nele, se cuidadosamente se dissipam as resistências que vêm à tona no início e se evita cometer certos equívocos, o paciente por si próprio fará essa ligação e vinculará o médico a uma das imagos das pessoas por quem estava acostumado a ser tratado com afeição. É certamente possível sermos privados deste primeiro sucesso se, desde o início, assumirmos outro ponto de vista que não o da compreensão simpática, tal como um ponto de vista moralizador, ou se nos comportarmos como representantes ou advogados da parte litigante - o outro cônjuge,

por exemplo.

Esta resposta, naturalmente, implica uma condenação de qualquer linha de conduta que nos levasse a dar ao paciente uma tradução de seus sintomas assim que nós próprios a adivinhássemos, ou mesmo a considerar triunfo especial lançar-lhe essas 'soluções' ao rosto na primeira entrevista. Não é difícil para um analista treinado ler claramente os desejos secretos do paciente nas entrelinhas de suas queixas e da história de sua doença; mas quanta vaidade e falta de reflexão deve possuir aquele que, com o mais breve conhecimento, pode informar a um estranho, inteiramente ignorante de todos os princípios da análise, que ele se acha ligado à mãe por laços incestuosos, que abriga desejos de morte da esposa, a quem parece amar, que oculta uma intenção de trair seu superior, e assim por diante! Ouvi dizer que há analistas que se vangloriam destes tipos de diagnósticos-relâmpago e tratamentos 'expressos', mas tenho de prevenir a todos contra seguir tais exemplos. Um comportamento deste tipo desacreditará completamente a nós e ao tratamento aos olhos do paciente e nele despertará a mais violenta oposição, tenha o nosso palpite sido verdadeiro ou não; na verdade, quanto mais verdadeiro for, mais violenta será a resistência. Via de regra, o efeito terapêutico será nenhum, mas o desencorajamento do paciente quanto à análise será definitivo. Mesmo nos estádios posteriores da análise, tem-se de ter cuidado em não fornecer ao paciente a solução de um sintoma ou a tradução de um desejo até que ele esteja tão próximo delas que só tenha de dar mais um passo para conseguir a explicação por si próprio. Em anos anteriores, com frequência tive ocasião de descobrir que a comunicação prematura de uma solução punha ao tratamento um fim intempestivo, devido não apenas às resistências que assim subitamente despertava, mas também ao alívio que a solução trazia consigo.

Neste ponto, porém, levantar-se-á uma objeção. Será então nossa tarefa alongar o tratamento e não, pelo contrário, lhe dar fim tão rapidamente quanto possível? Não são os achaques do paciente devidos à sua falta de conhecimento e compreensão e não constitui um dever esclarecê-lo tão pronto quanto possível - isto é, tão logo o próprio médico conheça as explicações? A resposta a esta pergunta exige uma breve digressão sobre o significado de conhecimento e o mecanismo de cura na análise.

É verdade que nos primórdios da técnica analítica assumíamos uma visão intelectualista da situação. Dávamos alto valor ao conhecimento, pelo paciente, do que havia esquecido, e nisto mal fazíamos distinção entre o nosso conhecimento e o dele. Pensávamos ser uma verdadeira sorte se poderíamos obter informações sobre um esquecido trauma infantil a partir de outras fontes - dos pais, babás ou do próprio sedutor, por exemplo - como em alguns casos foi possível fazer; e apressávamo-nos a transmitir a informação e as provas de sua exatidão ao paciente, na expectativa certa de assim dar um fim rápido à neurose e ao tratamento. Era um sério desapontamento quando o sucesso esperado não vinha. Como era possível que o paciente, que agora sabia a respeito de sua experiência traumática, todavia se comportasse ainda como se sobre ela não soubesse mais do que antes? Na verdade, contar e

descrever-lhe o trauma reprimido nem mesmo resultava em que alguma recordação dele lhe viesse à mente.

Em um caso específico, a mãe de uma moça histérica confidenciou-me a experiência homossexual que contribuíra grandemente para fixação das crises da moça. A própria mãe havia surpreendido a cena, mas a paciente esquecera-a completamente, embora houvesse ocorrido quando ela já se aproximava da puberdade. Pude então efetuar uma observação muito instrutiva. Cada vez que eu repetia à moça a história da mãe, ela reagia com uma crise histérica após a qual esquecia mais uma vez a história. Não há dúvida de que a paciente estava expressando uma resistência violenta contra o conhecimento que lhe estava sendo imposto. Por fim, simulou imbecilidade e uma completa perda de memória, a fim de proteger-se contra o que eu lhe havia contado. Após isto, não havia, escolha exceto deixar de atribuir ao fato de saber, em si, a importância que anteriormente lhe havia sido concedida e pôr a ênfase nas resistências que, no passado, haviam ocasionado o estado de desconhecimento e que ainda se achavam prontas para defender esse estado. O conhecimento consciente, mesmo quando não era subseqüentemente expulso outra vez, era impotente contra essas resistências.

A estranha conduta dos pacientes, por serem capazes de combinar um conhecimento consciente com o desconhecimento, permanece inexplicável pela chamada psicologia normal. Para a psicanálise, entretanto, que reconhece a existência do inconsciente, ela não apresenta dificuldade. O fenômeno que descrevemos, ademais, fornece o melhor apoio do ângulo da diferenciação topográfica. Os pacientes conhecem agora a experiência reprimida em seu pensamento consciente, mas falta a este pensamento qualquer vinculação com o lugar em que a lembrança reprimida, de uma ou outra maneira, está contida. Nenhuma mudança é possível até que o processo consciente de pensamento tenha penetrado até esse lugar e lá superado as resistências da repressão. É exatamente como se fosse promulgado pelo Ministério da Justiça um decreto no sentido de que os delitos juvenis fossem tratados de modo decididamente demente. Enquanto esse decreto não chegar ao conhecimento dos magistrados locais, ou no caso de eles não pretenderem obedecê-lo, mas preferirem administrar a justiça segundo suas próprias luzes, nenhuma mudança pode ocorrer no tratamento de determinados delinqüentes juvenis. Todavia, a bem da completa exatidão, dever-se-ia acrescentar que a comunicação do material reprimido à consciência do paciente não fica, entretanto, sem efeito. Ela não produz o resultado desejado de acabar com os sintomas, mas tem outras conseqüências. A princípio, desperta resistências, mas depois, quando estas foram superadas, estabelece um processo de pensamento no decorrer do qual a influência esperada da recordação inconsciente acaba por realizar-se.

É tempo, agora, que empreendamos um levantamento do jogo de forças colocado em ação pelo tratamento. A força motivadora primária na terapia é o sofrimento do paciente e o desejo de ser curado que deste se origina. A intensidade desta força motivadora é diminuída por diversos fatores - que não são descobertos até que a análise se acha em andamento -,

sobretudo pelo que chamamos de ‘livro secundário da doença’; e mas ela deve ser mantida até o fim do tratamento. Cada melhora efetua uma sua diminuição. Sozinha, porém, esta força motivadora não é suficiente para livrar-se da doença. Duas coisas lhe faltam para isto: não sabe que caminhos seguir para chegar a esse fim a não possui a necessária cota da energia para se opor às resistências. O tratamento analítico ajuda a remediar ambas as deficiências. Fornece as quantidades de energia necessárias para superar as resistências, pela mobilização das energias que estão prontas para a transferência; e, dando ao paciente informações no momento correto, mostra-lhe os caminhos ao longo dos quais deve dirigir essas energias. Com bastante freqüência, a transferência é capaz de remover os sintomas da doença por si mesma, mas só por pouco tempo - apenas enquanto ela própria perdura. Neste caso, o tratamento é por sugestão, e não, de modo algum, a psicanálise. Só merece o último nome se a intensidade da transferência foi utilizada para a superação das resistências. Somente então a enfermidade tornou-se impossível, mesmo quando a transferência foi mais uma vez desfeita, o que é seu destino.

No decurso do tratamento, ainda é estimulado outro fator útil, que é o interesse e a compreensão intelectuais do paciente. Mas ele, sozinho, mal entra em consideração, comparado às outras forças que se acham empenhadas na luta, pois está sempre em perigo de perder seu valor, em resultado da perturbação de juízo que se origina das resistências. Assim, as novas fontes de força pelas quais o paciente é grato ao analista reduzem-se à transferência e à instrução (através das comunicações que lhe são feitas). O paciente, contudo, só faz uso da instrução na medida em que é induzido a fazê-lo pela transferência; é por esta razão que nossa primeira comunicação deve ser retida até que uma forte transferência se tenha estabelecido. E isto, podemos acrescentar, vale para todas as comunicações subseqüentes. Em cada caso, temos de esperar até que a perturbação da transferência pelo aparecimento sucessivo de resistências transferenciais tenha sido removida.

**RECORDAR, REPETIR E ELABORAR (NOVAS
RECOMENDAÇÕES**

SOBRE A TÉCNICA DA PSICANÁLISE II) (1914)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

ERINNERN, WIEDERHOLEN UND DURCHARBEITEN

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1914 *Int. Z. Psychoanal.*, 2 (6), 485-91.

1918 *S. K. S. N.*, 4, 441-52, (1922, 2ª ed.)

1924 *Technik und Metapsychol.*, 109-19

1925 *G. S.*, 6, 109-19.

1931 *Neurosenlehre und Technik*, 385-96.

1946 *G. W.*, 10, 126-36.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘Further Recommendations in the Technique of Psycho-Analysis: Recollection, Repetition and Working-Through’

1924 *C. P.*, 2, 366-76. (Trad. de Joan Riviere.)

A presente tradução inglesa, com o título alterado, é versão modificada da publicada em 1924.

Em seu aparecimento original (ao final de 1914), o título deste artigo era: ‘Weitere Ratschläge zur Technik der Psychoanalyse (II): Erinnern, Wiederholen und Durcharbeiten.’ O título da versão inglesa de 1924, citado acima, é tradução deste. De 1924 em diante, as edições alemãs adotaram o título mais curto.

Este trabalho é digno de nota, à parte seu interesse técnico, por conter o primeiro aparecimento dos conceitos da ‘compulsão à repetição’ (ver em [1]) e da ‘elaboração’ (ver em [2]).

RECORDAR, REPETIR E ELABORAR (NOVAS RECOMENDAÇÕES SOBRE A TÉCNICA DA PSICANÁLISE II)

Não me parece desnecessário continuar a lembrar aos estudiosos as alterações de grandes conseqüências que a técnica psicanalítica sofreu desde os primórdios. Em sua primeira fase - a da catarse de Breuer - ela consistia em focalizar diretamente o momento em que o sintoma se formava, e em esforçar-se persistentemente por reproduzir os processos mentais envolvidos nessa situação, a fim de dirigir-lhes a descarga ao longo do caminho da atividade consciente. Recordar e ab-reagir, com o auxílio, era a que, àquela época, se visava. A seguir, quando a hipnose foi abandonada, a tarefa transformou-se em descobrir, a partir das associações livres do paciente, o que ele deixava de recordar. A resistência deveria ser contornada pelo trabalho da interpretação e por dar a conhecer os resultados desta ao paciente. As situações que haviam ocasionado a formação do sintoma e as outras anteriores ao momento em que a doença irrompeu conservaram seu lugar como foco de interesse; mas o elemento da ab-reação retrocedeu para segundo plano e pareceu ser substituído pelo dispêndio de trabalho que o paciente tinha de fazer por ser obrigado a superar sua censura das associações livres, de acordo com a regra fundamental da psicanálise. Finalmente, desenvolveu-se a técnica sistemática hoje utilizada, na qual o analista abandona a tentativa de colocar em foco um momento ou problema específicos. Contenta-se em estudar tudo o que se ache presente, de momento, na superfície da mente do paciente, e emprega a arte da interpretação principalmente para identificar as resistências que lá aparecem, e torná-las conscientes ao paciente. Disto resulta um novo tipo de divisão de trabalho: o médico revela as resistências que são desconhecidas ao paciente; quando essas tiverem sido vencidas, o paciente amiúde relaciona as situações e vinculações esquecidas sem qualquer dificuldade. O objetivo destas técnicas diferentes, naturalmente, permaneceu sendo o mesmo. Descritivamente falando, trata-se de preencher lacunas na memória; dinamicamente, é superar resistências devidas à repressão.

Ainda devemos ser gratos à velha técnica hipnótica por ter-nos apresentado processos psíquicos únicos de análise sob forma isolada ou esquemática. Somente isto poder-nos-ia ter dado a coragem para criar situações mais complicadas no tratamento analítico e mantê-las claras diante de nós.

Nesses tratamentos hipnóticos, o processo de recordar assumia forma muito simples. O paciente colocava-se de volta numa situação anterior, que parecia nunca confundir com a atual, e fornecia um relato dos processos mentais a ela pertencentes, na medida em que permaneciam normais; acrescentava então a isso tudo o que podia surgir como resultado da transformação dos processos, que na época haviam sido inconscientes, em conscientes.

Neste ponto, interpolarei algumas considerações que todo analista já viu confirmadas em suas observações. Esquecer impressões, cenas ou experiências quase sempre se reduz a interceptá-las. Quando o paciente fala sobre estas coisas ‘esquecidas’, raramente deixa de acrescentar: ‘Em verdade, sempre o soube; apenas nunca pensei nisso.’ Amiúde expressa desapontamento por não lhe vierem à cabeça coisas bastantes que possa chamar de ‘esquecidas’ - em que nunca pensou desde que aconteceram. Não obstante, mesmo este desejo é realizado, especialmente no caso das histerias de conversão. O ‘esquecer’ torna-se ainda mais restrito quando avaliamos em seu verdadeiro valor as lembranças encobridoras que tão geralmente se acham presentes. Em certos casos, tive a impressão de que a conhecida amnésia infantil, que teoricamente nos é tão importante, é completamente contrabalançada pelas lembranças encobridoras. Não apenas *algo*, mas a *totalidade* do que é essencial na infância foi retido nessas lembranças. Trata-se simplesmente de saber como extraí-lo delas pela análise. Elas representam os anos esquecidos da infância tão adequadamente quanto o conteúdo manifesto de um sonho representa os pensamentos oníricos.

O outro grupo de processos psíquicos - fantasias, processos de referência, impulsos emocionais, vinculações de pensamento - que, como atos puramente internos, não podem ser contrastados com impressões e experiências, deve, em sua relação com o esquecer e o recordar, ser considerado separadamente. Nestes processos, acontece com extraordinária freqüência ser ‘recordado’ algo que nunca poderia ter sido ‘esquecido’, porque nunca foi, em ocasião alguma, notado - nunca foi consciente. Com referência ao curso tomado pelos eventos psíquicos, parece não fazer nenhuma diferença se determinada ‘vinculação de pensamento’ foi consciente e depois esquecida ou se nunca, de modo algum, conseguiu tornar-se consciente. A convicção que o paciente alcança no decurso de sua análise é inteiramente independente deste tipo de lembrança.

Nas muitas formas diferentes da neurose obsessiva, em particular, o esquecer restringe-se principalmente à dissolução das vinculações de pensamento, ao deixar de tirar as conclusões corretas e isolar lembranças.

Há um tipo especial de experiências da máxima importância, para a qual lembrança alguma, via de regra, pode ser recuperada. Trata-se de experiências que ocorreram em

infância muito remota e não foram compreendidas na ocasião, mas que *subseqüentemente* foram compreendidas e interpretadas. Obtém-se conhecimento delas através dos sonhos e é-se obrigado a acreditar neles com base nas provas mais convincentes fornecidas pela estrutura da neurose. Ademais, podemos certificar-nos de que o paciente, após suas resistências haverem sido superadas, não mais invoca a ausência de qualquer lembrança delas (qualquer sensação de familiaridade com elas) como fundamento para recusar-se a aceitá-las. Este assunto, contudo, exige tanta cautela crítica e introduz tanta coisa nova e espantosa que reservá-lo-ei para um exame separado, juntamente com material apropriado.

Sob a nova técnica, muito pouco, e com freqüência nada resta deste deliciosamente calmo curso de acontecimentos. Há certos casos que se comportam como aqueles sob a técnica hipnótica até certo ponto e só mais tarde deixam de fazê-lo, mas outros conduzem-se diferentemente desde o início. Se nos limitarmos a este segundo tipo, a fim de salientar a diferença, podemos dizer que o paciente não *recorda* coisa alguma do que esqueceu e reprimiu, mas expressa-o pela atuação ou atua-o (*acts it out*). Ele o reproduz não como lembrança, mas como ação; *repete-o*, sem, naturalmente, saber que o está repetindo.

Por exemplo, o paciente não diz que recorda que costumava ser desafiador e crítico em relação à autoridade dos pais; em vez disso, comporta-se dessa maneira para com o médico. Não se recorda de como chegou a um impotente e desesperado impasse em suas pesquisas sexuais infantis; mas produz uma massa de sonhos e associações confusas, queixa-se de que não consegue ter sucesso em nada e assevera estar fadado a nunca levar a cabo o que empreende. Não se recorda de ter-se envergonhado intensamente de certas atividades sexuais e de ter tido medo de elas serem descobertas; mas demonstra achar-se envergonhado do tratamento que agora empreendeu e tenta escondê-lo de todos. E assim por diante.

Antes de mais nada, o paciente *começará* seu tratamento por uma repetição deste tipo. Quando anunciamos a regra fundamental da psicanálise a um paciente com uma vida cheia de acontecimentos e uma longa história de doença, e então lhe pedimos para dizer-nos o que lhe vem à mente, esperamos que ele despeje um dilúvio de informações; mas, com freqüência, a primeira coisa que acontece é ele nada ter a dizer. Fica silencioso e declara que nada lhe ocorre. Isto, naturalmente, é simplesmente a repetição de uma atitude homossexual que se evidencia como uma resistência contra recordar alguma coisa [ver em [1]]. Enquanto o paciente se acha em tratamento, não pode fugir a esta compulsão à repetição; e, no final, compreendemos que esta é a sua maneira de recordar.

O que nos interessa, acima de tudo, é, naturalmente, a relação desta compulsão à repetição com a transferência e com a resistência. Logo percebemos que a transferência é, ela própria, apenas um fragmento da repetição e que a repetição é uma transferência do passado esquecido, não apenas para o médico, mas também para todos os outros aspectos da situação

atual. Devemos estar preparados para descobrir, portanto, que o paciente se submete à compulsão, à repetição, que agora substitui o impulso a recordar, não apenas em sua atitude pessoal para com o médico, mas também em cada diferente atividade e relacionamento que podem ocupar sua vida na ocasião - se, por exemplo, se enamora, incumbe-se de uma tarefa ou inicia um empreendimento durante o tratamento. Também o papel desempenhado pela resistência é facilmente identificável. Quanto maior a resistência, mais extensivamente a atuação (*acting out*) (repetição) substituirá o recordar, pois o recordar ideal do que foi esquecido, que ocorre na hipnose, corresponde a um estado no qual a resistência foi posta completamente de lado. Se o paciente começa o tratamento sob os auspícios de uma transferência positiva branda e impronunciada, ela lhe torna possível, de início, desenterrar suas lembranças tal como o faria sob hipnose, e, durante este tempo, seus próprios sintomas patológicos acham-se inativos. Mas se, à medida que a análise progride, a transferência se torna hostil ou excessivamente intensa e, portanto, precisando de repressão, o recordar imediatamente abre caminho à atuação (*acting out*). Daí por diante, as resistências determinam a seqüência do material que deve ser repetido. O paciente retira do arsenal do passado as armas com que se defende contra o progresso do tratamento - armas que lhe temos de arrancar, uma por uma.

Aprendemos que o paciente repete ao invés de recordar e repete sob as condições da resistência. Podemos agora perguntar o que é que ele de fato repete ou atua (*acts out*). A resposta é que repete tudo o que já avançou a partir das fontes do reprimido para sua personalidade manifesta - suas inibições, suas atitudes inúteis e seus traços patológicos de caráter. Repete também todos os seus sintomas, no decurso do tratamento. E podemos agora ver que, ao chamar atenção para a compulsão à repetição, não obtivemos um fato novo, mas apenas uma visão mais ampla. Só esclarecemos a nós mesmos que o estado de enfermidade do paciente não pode cessar com o início de sua análise, e que devemos tratar sua doença não como um acontecimento do passado, mas como uma força atual. Este estado de enfermidade é colocado, fragmento por fragmento, dentro do campo e alcance do tratamento e, enquanto o paciente o experimenta como algo real e contemporâneo, temos de fazer sobre ele nosso trabalho terapêutico, que consiste, em grande parte, em remontá-lo ao passado.

O recordar, tal como era induzido pela hipnose, só podia dar a impressão de um experimento realizado em laboratório. O repetir, tal como é induzido no tratamento analítico, segundo a técnica mais recente, implica, por outro lado, evocar um fragmento da vida real; e, por essa razão, não pode ser sempre inócuo e irrepreensível. Esta consideração revela todo o problema do que é tão amiúde inevitável - a 'deterioração durante o tratamento'.

Primeiro e antes de tudo, o início do tratamento em si ocasiona uma mudança na atitude consciente do paciente para com sua doença. Ele habitualmente se contentava em lamentá-la, desprezá-la como absurda e subestimar sua importância; quanto ao resto, estendeu às manifestações dela a política de avestruz de repressão que adotara em relação às suas origens. Assim, pode acontecer que não saiba corretamente em que condições sua fobia se

manifesta, não escute o fraseado preciso de suas idéias obsessivas ou não apreenda o intuito real de seu impulso obsessivo. O tratamento, naturalmente, não é auxiliado por isto. O paciente tem de criar coragem para dirigir a atenção para os fenômenos de sua moléstia. Sua enfermidade em si não mais deve parecer-lhe desprezível, mas sim tornar-se um inimigo digno de sua têmpera, um fragmento de sua personalidade, que possui sólido fundamento para existir e da qual coisas de valor para sua vida futura têm de ser inferidas. Acha-se assim preparado o caminho, desde o início, para uma reconciliação com o material reprimido que se está expressando em seus sintomas, enquanto, ao mesmo tempo, acha-se lugar para uma certa tolerância quanto ao estado de enfermidade. Se esta nova atitude em relação à doença intensifica os conflitos e põe em evidência sintomas que até então haviam permanecido vagos, podemos facilmente consolar o paciente mostrando-lhe que se trata apenas de agravamentos necessários e temporários e que não se pode vencer um inimigo ausente ou fora de alcance. A resistência, contudo, pode explorar a situação para seus próprios fins e abusar da licença de estar doente. Ela parece dizer: ‘Veja o que acontece se eu realmente transijo com tais coisas. Não tinha razão em confiá-las à repressão?’ Pessoas jovens e pueris, em particular, inclinam-se a transformar a necessidade, imposta pelo tratamento, de prestar atenção à sua doença, numa desculpa bem-vinda para regalar-se em seus sintomas.

Outros perigos surgem do fato de que, no curso do tratamento, novos e mais profundos impulsos instintuais, que até então não se haviam feito sentir, podem vir a ser ‘repetidos’. Finalmente, é possível que as ações do paciente, fora da transferência, possam causar-lhe dano temporário em sua vida normal, ou até mesmo terem sido escolhidos para invalidar permanentemente suas perspectivas de restabelecimento.

As táticas a serem adotadas pelo médico, nesta situação, são facilmente justificadas. Para ele, recordar à maneira antiga - reprodução no campo psíquico - é o objetivo a que adere, ainda que saiba que tal objetivo não pode ser atingido na nova técnica. Ele está preparado para uma luta perpétua com o paciente, para manter na esfera psíquica todos os impulsos que este último gostaria de dirigir para a esfera motora; e comemora como um triunfo para o tratamento o fato de poder ocasionar que algo que o paciente deseja descarregar em ação seja utilizado através do trabalho de recordar. Se a ligação através da transferência transformou-se em algo de modo algum utilizável, o tratamento é capaz de impedir o paciente de executar algumas das ações repetitivas mais importantes e utilizar sua intenção de assim proceder, *in statu nascendi*, como material para o trabalho terapêutico. Protege-se melhor o paciente de prejuízos ocasionados pela execução de um de seus impulsos, fazendo-o prometer não tomar quaisquer decisões importantes que lhe afetem a vida durante o tempo do tratamento - por exemplo, não escolher qualquer profissão ou objeto amoroso definitivo - mas adiar todos os planos desse tipo para depois de seu restabelecimento.

Ao mesmo tempo, deixa-se voluntariamente intocado um tanto da liberdade pessoal do paciente quanto é compatível com estas restrições, e não se o impede de levar a cabo

intenções sem importância, mesmo que sejam tolas; não nos esqueçamos de que, na realidade, é apenas através de sua própria experiência e infortúnios que uma pessoa se torna sagaz. Há também pessoas a quem não se pode impedir de mergulharem em algum projeto inteiramente indesejável durante o tratamento e que somente depois ficam prontas para a análise ou a esta acessíveis. Ocasionalmente, também, está sujeito a acontecer que os instintos indomados se afirmem antes que haja tempo de colocar-lhes as rédeas da transferência, ou que os laços que ligam o paciente ao tratamento sejam por ele rompidos numa ação repetitiva. Como exemplo extremo disto, posso citar o caso de uma senhora de idade que havia repetidamente fugido de casa e do marido em estado crepuscular e ido para onde ninguém sabia, sem sequer tornar-se consciente de seu motivo para partir desta maneira. Ela chegou ao tratamento com uma acentuada transferência afetuosa que cresceu em intensidade com misteriosa rapidez nos primeiros dias; ao final da semana, havia-me abandonado também, antes que tivesse tempo de dizer-lhe algo que pudesse ter impedido esta repetição.

Toda vida, o instrumento principal para reprimir a compulsão do paciente à repetição e transformá-la num motivo para recordar reside no manejo da transferência. Tornamos a compulsão inócua, e na verdade útil, concedendo-lhe o direito de afirmar-se num campo definido. Admitimo-la à transferência como a um *playground* no qual se espera que nos apresente tudo no tocante a instintos patogênicos, que se acha oculto na mente do paciente. Contanto que o paciente apresente complacência bastante para respeitar as condições necessárias da análise, alcançamos normalmente sucesso em fornecer a todos os sintomas da moléstia um novo significado transferencial e em substituir sua neurose comum por uma 'neurose de transferência', da qual pode ser curado pelo trabalho terapêutico. A transferência cria, assim, uma região intermediária entre a doença e a vida real, através da qual a transição de uma para a outra é efetuada. A nova condição assumiu todas as características da doença, mas representa uma doença artificial, que é, em todos os pontos, acessível à nossa intervenção. Trata-se de um fragmento de experiência real, mas um fragmento que foi tornado possível por condições especialmente favoráveis, e que é de natureza provisória. A partir das reações repetitivas exibidas na transferência, somos levados ao longo dos caminhos familiares até o despertar das lembranças, que aparecem sem dificuldade, por assim dizer, após a resistência ter sido superada.

Poder-me-ia deter neste ponto, não fosse o título deste artigo, que me obriga a debater ainda um ponto na técnica analítica. O primeiro passo para superar as resistências é dado, como sabemos, pelo fato de o analista revelar a resistência que nunca é reconhecida pelo paciente, e familiarizá-lo com ela. Ora, parece que os principiantes na clínica analítica inclinam-se a encarar este passo introdutório como a totalidade do seu trabalho. Amiúde me têm sido pedidos conselhos sobre casos em que o médico se queixou de ter apontado a resistência ao paciente e, não obstante, mudança alguma ter-se efetuada; na verdade, a resistência tornou-se ainda mais forte e toda situação ficou mais obscura do que nunca. O tratamento parecia não progredir. Este prenúncio sombrio sempre se mostrou errôneo. O

tratamento, via de regra, progredia muito satisfatoriamente. O analista simplesmente se havia esquecido de que o fato de dar à resistência um nome poderia não resultar em sua cessão imediata. Deve-se dar ao paciente tempo para conhecer melhor esta resistência com a qual acabou de se familiarizar, para *elaborá-la*, para superá-la, pela continuação, em desafio a ela, do trabalho analítico segundo a regra fundamental da análise. Só quando a resistência está em seu auge é que pode o analista, trabalhando em comum com o paciente, descobrir os impulsos instintuais reprimidos que estão alimentando a resistência; e é este tipo de experiência que convence o paciente da existência e do poder de tais impulsos. O médico nada mais tem a fazer senão esperar e deixar as coisas seguirem seu curso, que não pode ser evitado nem continuamente apressado. Se se apegar a esta convicção, amiúde ser-lhe-á poupada a ilusão de ter fracassado, quando, de fato, está conduzindo o tratamento segundo as linhas corretas.

Esta elaboração das resistências pode, na prática, revelar-se uma tarefa árdua para o sujeito da análise e uma prova de paciência para o analista. Todavia, trata-se da parte do trabalho que efetua as maiores mudanças no paciente e que distingue o tratamento analítico de qualquer tipo de tratamento por sugestão. De um ponto de vista teórico, pode-se correlacioná-la com a 'ab-reação' das cotas de afeto estranguladas pela repressão - uma ab-reação sem a qual o tratamento hipnótico permanecia ineficaz.

**OBSERVAÇÕES SOBRE O AMOR TRANSFERENCIAL
(NOVAS RECOMENDAÇÕES SOBRE A TÉCNICA DA
PSICANÁLISE III) (1915 [1914])**

NOTA DO EDITOR INGLÊS

BEMERKUNGEN ÜBER DIE ÜBERTRAGUNGS-LIEBE

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1915 *Int. Z. Psychoanl.*, 3, (1), 1-11.

1918 *S. D. S. N.*, 4, 453-69. (1922, 2ª ed.)

1924 *Technik und Metapsychol.* 120-35.

1925 *G. S.*, 6, 120-35.

1931 *Neurosenlehre und Technik*, 385-96.

1946 *G. W.*, 10, 306-21.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘Further Recommendations in the Technique of Psycho-Analysis: Observations on Transference-Love’

1924 *C.P.*, 2, 377-91. (Trad. de Joan Riviere.)

A presente tradução inglesa, com o título alterado, é versão modificada da publicada em 1924.

Quando este artigo foi publicado pela primeira vez (em começos de 1915), seu título era: ‘Weitere Ratschläge zur Technik der Psychoanalyse (III): Bemerkungen über die Übertragungsliebe.’ O título da versão inglesa de 1924, tal como fornecido acima, é tradução disto. As edições alemãs, de 1924 em diante, adotaram o título mais curto.

O Dr. Ernest Jones nos conta (1955, 266) que Freud considerava este o melhor da presente série de trabalhos técnicos. Uma carta escrita por Freud a Ferenczi, em 13 de dezembro de 1931, com respeito às inovações técnicas introduzidas pelo último, constitui interessante pós-escrito a este artigo. Ela foi publicada pelo Dr. Jones quase no final do Capítulo IV de seu terceiro volume da biografia de Freud (1957, 174 e segs.)

OBSERVAÇÕES SOBRE O AMOR TRANSFERENCIAL (NOVAS RECOMENDAÇÕES SOBRE A TÉCNICA DA PSICANÁLISE III)

Todo principiante em psicanálise provavelmente se sente alarmado, de início, pelas dificuldades que lhe estão reservadas quando vier a interpretar as associações do paciente e lidar com a reprodução do reprimido. Quando chega a ocasião, contudo, logo aprende a encarar estas dificuldades como insignificantes e, ao invés, fica convencido de que as únicas dificuldades realmente sérias que tem de enfrentar residem no manejo da transferência.

Entre as situações que surgem a este respeito, selecionarei uma que é muito nitidamente definida; e selecioná-la-ei, em parte, porque ocorre muito amiúde e é tão importante em seus aspectos reais e em parte devido ao seu interesse teórico. O que tenho em mente é o caso em que uma paciente demonstra, mediante indicações inequívocas, ou declara abertamente, que se enamorou, como qualquer outra mulher mortal poderia fazê-lo, do médico que a está analisando. Esta situação tem seus aspectos aflitivos e cômicos, bem como os sérios. Ela é também determinada por tantos e tão complicados fatores, é tão inevitável e tão difícil de esclarecer, que uma discussão sobre o assunto, para atender a uma necessidade vital da técnica analítica, já há muito se fazia necessária. Mas visto que nós, que rimos das fraquezas de outras pessoas, nem sempre estamos livres delas, até agora não estivemos precisamente apressados em cumprir esta tarefa. Deparamos constantemente com a obrigação à discricção profissional - discricção que não se pode dispensar na vida real, mas que é inútil em nossa ciência. Na medida em que as publicações psicanalíticas também fazem parte da vida real, temos aqui uma contradição insolúvel. Recentemente desprezei esta questão da discricção a certa altura, e demonstrei como esta mesma situação transferencial retardou o desenvolvimento da terapia psicanalítica durante sua primeira década.

Para um leigo instruído (a pessoa civilizada ideal, em relação à psicanálise), as coisas

que se relacionam com o amor são incomensuráveis; acham-se, por assim dizer, escritas numa página especial em que nenhum outro texto é tolerado. Se uma paciente enamorou-se de seu médico, parece a tal leigo que são possíveis apenas dois desfechos. Um, que acontece de modo comparativamente raro, é que todas as circunstâncias permitam uma união legal e permanente entre eles; o outro, mais freqüente, é que médico e paciente se separem e abandonem o trabalho que começaram e que deveria levar ao restabelecimento dela, como se houvesse sido interrompido por algum fenômeno elementar. Há, sem dúvida, um terceiro desfecho concebível, que até mesmo parece compatível com a continuação do tratamento. É que eles iniciam um relacionamento amoroso ilícito e que não se destina a durar para sempre. Mas esse caminho é impossível por causa da moralidade convencional e dos padrões profissionais. Não obstante, o nosso leigo implorará ao analista que lhe assegure, tão inequivocamente quanto possível, que esta terceira alternativa se acha excluída.

É claro que um psicanalista tem de encarar as coisas de um ponto de vista diferente.

Tomemos o caso do segundo desfecho da situação que estamos considerando. Após a paciente ter-se enamorado de seu médico, eles se separam; o tratamento é abandonado. Mas logo o estado da paciente obriga-a a fazer uma segunda tentativa de análise, com outro médico. O que acontece a seguir é que ela sente se ter enamorado deste segundo médico também; e, se romper com ele e recomeçar outra vez, o mesmo acontecerá com o terceiro médico, e assim por diante. Este fenômeno, que ocorre constantemente e que é, como sabemos, um dos fundamentos da teoria psicanalítica, pode ser avaliado a partir de dois pontos de vista, o do médico e o da paciente que dele necessita.

Para o médico, o fenômeno significa um esclarecimento valioso e uma advertência útil contra qualquer tendência a uma contratransferência que pode estar presente em sua própria mente. Ele deve reconhecer que o enamoramento da paciente é induzido pela situação analítica e não deve ser atribuído aos encantos de sua própria pessoa; de maneira que não tem nenhum motivo para orgulhar-se de tal ‘conquista’, como seria chamada fora da análise. E é sempre bom lembrar-se disto. Para a paciente, contudo, há duas alternativas: abandonar o tratamento psicanalítico ou aceitar enamorar-se de seu médico como um destino inelutável.

Não tenho dúvida de que os parentes e amigos da paciente se decidirão enfaticamente pela primeira destas duas alternativas, assim como o analista optará pela segunda. Mas acho que temos aqui um caso em que a decisão não pode ser deixada ao terno - ou antes, egoísta e ciumento - cuidado dos parentes. Somente o bem-estar da paciente deveria ser a pedra de toque; o amor dos parentes não pode insistir que é indispensável para a consecução de certos fins. Qualquer parente que adote a atitude de Tolstoi em relação ao problema pode permanecer na posse imperturbada de sua esposa ou filha; mas terá de tentar suportar o fato

de que ela, de sua parte, mantém a neurose e a interferência com sua capacidade de amar que aquela acarreta. A situação, afinal, é semelhante à de um tratamento ginecológico. Além disso, o pai ou marido ciumento está grandemente equivocado se pensa que a paciente escapará de enamorar-se do médico se ele entregá-la a algum outro tipo de tratamento, que não a análise, para combater-lhe a neurose. Pelo contrário, a única diferença será que um amor deste tipo, fadado a permanecer oculto e não analisado, nunca poderá prestar ao restabelecimento da paciente a contribuição que a análise dele teria extraído.

Chegou ao meu conhecimento que alguns médicos que praticam a análise preparam freqüentemente suas pacientes para o surgimento da transferência erótica ou até mesmo as instam a ‘ir em frente a enamorar-se do médico, de modo a que o tratamento possa progredir’. Dificilmente posso imaginar procedimento mais insensato. Assim procedendo, o analista priva o fenômeno do elemento de espontaneidade que é tão convincente e cria para si próprio, no futuro, obstáculos difíceis de superar.

À primeira vista, certamente não parece que o fato de a paciente se enamorar na transferência possa resultar em qualquer vantagem para o tratamento. Por mais dócil que tenha sido até então, ela repentinamente perde toda a compreensão do tratamento e todo o interesse nele, e não falará ou ouvirá a respeito de nada que não seja o seu amor, que exige que seja retribuído. Abandona seus sintomas ou não lhes presta atenção; na verdade, declara que está boa. Há uma completa mudança de cena; é como se uma peça de fingimento houvesse sido interrompida pela súbita irrupção da realidade - como quando, por exemplo, um grito de incêndio se erguer durante uma representação teatral. Nenhum médico que experimente isto pela primeira vez achará fácil manter o controle sobre o tratamento analítico e livrar-se da ilusão de que o tratamento realmente chegou ao fim.

Uma pequena reflexão capacita-nos a encontrar orientação. Primeiro e antes de tudo, mantém-se na mente a suspeita de que tudo que interfere com a continuação do tratamento pode constituir expressão da resistência. Não pode haver dúvida de que a irrupção de uma apaixonada exigência de amor é, em grande parte, trabalho da resistência. Há muito notaram-se na paciente sinais de uma transferência afetuosa, e pôde-se ter certeza de que a docilidade dela, sua aceitação das explicações analíticas, sua notável compreensão e o alto grau de inteligência que apresentava deveriam ser atribuídos a esta atitude em relação ao médico. Agora, tudo isto passou. Ela ficou inteiramente sem compreensão interna (*insight*) e parece estar absorvida em seu amor. Ademais, esta modificação ocorre muito regularmente na ocasião precisa em que se está tentando levá-la a admitir ou recordar algum fragmento particularmente aflitivo e pesadamente reprimido da história da sua vida. Ela esteve enamorada, portanto, por longo tempo; mas agora a resistência está começando a utilizar seu amor a fim de estorvar a continuação do tratamento, desviar todo o seu interesse do trabalho e colocar o analista em posição canhestra.

Se se examinar a situação mais de perto, reconhece-se a influência de motivos que

complicam ainda mais as coisas - dos quais, alguns acham-se vinculados ao enamoramento e outros são expressões específicas da resistência. Do primeiro tipo são os esforços da paciente em certificar-se de sua irresistibilidade, em destruir a autoridade do médico rebaixando-o ao nível de amante e em conquistar todas as outras vantagens prometidas, que são incidentais à satisfação do amor. Com referência à resistência, podemos suspeitar que, ocasionalmente, ela faz uso de uma declaração de amor da paciente como meio de colocar à prova a severidade do analista, de maneira que, se ele mostra sinais de complacência, pode esperar se chamado à ordem por isso. Acima de tudo, porém, fica-se com a impressão de que a resistência está agindo como um *agent provocateur*; ela intensifica o estado amoroso da paciente e exagera sua disposição à rendição sexual, a fim de justificar ainda mais enfaticamente o funcionamento da repressão, ao apontar os perigos de tal licenciosidade. Todos estes motivos acessórios, que em casos mais simples podem não se achar presente, foram, como sabemos, encarados por Adler como parte essencial de todo o processo.

Mas como deve o analista comportar-se, a fim de não fracassar nessa situação, se estiver persuadido de que o tratamento deve ser levado avante, apesar desta transferência erótica, e que deve enfrentá-la com calma?

Ser-me-ia fácil enfatizar os padrões universalmente aceitos de moralidade e insistir que o analista nunca deve, em quaisquer circunstâncias aceitar ou retribuir os ternos sentimentos que lhe são oferecidos; que, ao invés disso, deve ponderar que chegou sua vez de apresentar à mulher que o ama as exigências da moralidade social e a necessidade de renúncia, conseguir fazê-las abandonar seus desejos e, havendo dominado o lado animal do seu eu (*self*), prosseguir com o trabalho da análise.

Não atenderei, contudo, a estas expectativas - nem a primeira nem a segunda delas. A primeira, porque não estou escrevendo para pacientes, mas sim para médicos que têm sérias dificuldades com que lutar, e também porque, neste caso, posso remontar a prescrição moral à sua fonte, ou seja, a conveniência. Encontro-me, nesta ocasião, na feliz posição de poder substituir o impedimento moral por considerações de técnica analítica, sem qualquer alteração no resultado.

Ainda mais decididamente, contudo, recuso-me a atender à segunda das expectativas que mencionei. Instigar a paciente a suprimir, renunciar ou sublimar seus instintos, no momento em que ela admitiu sua transferência erótica, seria, não uma maneira analítica de lidar com eles, mas uma maneira insensata. Seria exatamente como se, após invocar um espírito dos infernos, mediante astutos encantamentos, devêssemos mandá-lo de volta para baixo, sem lhe haver feito uma única pergunta. Ter-se-ia trazido o reprimido à consciência, apenas para reprimi-lo mais uma vez, um susto. Não devemos iludir-nos sobre o êxito de qualquer procedimento desse tipo. Como sabemos, as paixões pouco são afetadas por discursos sublimes. A paciente sentirá apenas humilhação e não deixará de vingar-se por ela.

Tampouco posso eu advogar um caminho intermediário, que a certas pessoas se recomendaria como especialmente engenhoso. Consistiria em declarar que se retribuem os amorosos sentimentos da paciente, mas, ao mesmo tempo, em evitar qualquer complementação física desta afeição, até que se possa orientar o relacionamento para canais mais calmos e elevá-lo a um nível mais alto. Minha objeção a este expediente é que o tratamento analítico se baseia na sinceridade, e neste fato reside grande parte de seu efeito educativo e de seu valor ético. É perigoso desviar-se deste fundamento. Todo aquele que se tenha embebido na técnica analítica não mais será capaz de fazer uso das mentiras e fingimentos que um médico normalmente acha inevitáveis; e se, com a melhor das intenções, tentar fazê-lo, é muito provável que se traia. Visto exigirmos estrita sinceridade de nossos pacientes, colocamos em perigo toda a nossa autoridade, se nos deixarmos ser por eles apanhados num desvio da verdade. Além disso, a experiência de se deixar levar um pouco por sentimentos ternos em relação à paciente não é inteiramente sem perigo. Nosso controle sobre nós mesmos não é tão completo que não possamos subitamente, um dia, ir mais além do que havíamos pretendido. Em minha opinião, portanto, não devemos abandonar a neutralidade para com a paciente, que adquirimos por manter controlada a contratransferência.

Já deixei claro que a técnica analítica exige do médico que ele negue à paciente que anseia por amor a satisfação que ela exige. O tratamento deve ser levado a cabo na abstinência. Com isto não quero significar apenas a abstinência física, nem a privação de tudo o que a paciente deseja, pois talvez nenhuma pessoa enferma pudesse tolerar isto. Em vez disso, fixarei como princípio fundamental que se deve permitir que a necessidade e anseio da paciente nela persistam, a fim de poderem servir de forças que a incitem a trabalhar e efetuar mudanças, e que devemos cuidar de apaziguar estas forças por meio de substitutos. O que poderíamos oferecer nunca seria mais que um substituto, pois a condição da paciente é tal que, até que suas repressões sejam removidas, ela é incapaz de alcançar satisfação real.

Admitamos que este princípio fundamental de o tratamento ser levado a cabo na abstinência estenda-se muito além do caso isolado que estamos aqui considerando, e que ele necessite ser completamente debatido, a fim de podermos definir os limites de sua possível aplicação. Todavia, abordaremos agora este assunto, mas manter-nos-emos tão próximos quanto possível da situação de que partimos. O que aconteceria se o médico se comportasse diferentemente e, supondo que ambas as partes fossem livres, se aproveitasse dessa liberdade para retribuir o amor da paciente e acalmar sua necessidade de afeição?

Se ele houvesse sido guiado pelo cálculo de que esta concordância de sua parte lhe garantiria o domínio sobre a paciente e assim capacitá-la a influenciá-la a realizar as

tarefas exigidas pelo tratamento e, dessa maneira, liberar-se permanentemente de sua neurose, então a experiência inevitavelmente mostrar-lhe-ia que seu cálculo estava errado. A paciente alcançaria o objetivo *dela*, mas ele nunca alcançaria o *seu*. O que aconteceria ao médico e à paciente seria apenas o que aconteceu, segundo a divertida anedota, ao pastor e ao corretor de seguros. O corretor de seguros, livre pensador, estava à morte e seus parentes insistiram em trazer um homem de deus para convertê-lo antes de morrer. A entrevista durou tanto tempo que aqueles que esperavam do lado de fora começaram a ter esperanças. Por fim, a porta do quarto do doente se abriu. O livre pensador não havia sido convertido, mas o pastor foi embora com um seguro.

Se os avanços da paciente fossem retribuídos, isso constituiria grande triunfo para ela, mas uma derrota completa para o tratamento. Ela teria alcançado sucesso naquilo por que todos os pacientes lutam na análise - teria tido êxito em atuar (*acting out*), em repetir na vida real o que deveria apenas ter lembrado, reproduzido como material psíquico e mantido dentro da esfera dos eventos psíquicos. No curso ulterior do relacionamento amoroso, ela expressaria todas as inibições e reações patológicas de sua vida erótica, sem que houvesse qualquer possibilidade de corrigi-las; e o episódio penoso terminaria em remorso e num grande fortalecimento de sua propensão à repressão. O relacionamento amoroso, em verdade, destrói a suscetibilidade da paciente à influência do tratamento analítico. Uma combinação dos dois seria impossível.

É, portanto, tão desastroso para a análise que o anseio da paciente por amor seja satisfeito, quanto que seja suprimido. O caminho que o analista deve seguir não é nenhum destes; é um caminho para o qual não existe modelo na vida real. Ele tem de tomar cuidado para não se afastar do amor transferencial, repeli-lo ou torná-lo desagradável para a paciente; mas deve, de modo igualmente resoluto, recusar-lhe qualquer retribuição. Deve manter um firme domínio do amor transferencial, mas tratá-lo como algo irreal, como uma situação que se deve atravessar no tratamento e remontar às suas origens inconscientes e que pode ajudar a trazer tudo que se acha muito profundamente oculto na vida erótica da paciente para sua consciência e, portanto, para debaixo de seu controle. Quanto mais claramente o analista permite que se perceba que ele está à prova de qualquer tentação, mais prontamente poderá extrair da situação seu conteúdo analítico. A paciente, cuja repressão sexual naturalmente ainda não foi removida, mas simplesmente empurrada para segundo plano, sentir-se-á então segura o bastante para permitir que todas as suas condições para amar, todas as fantasias que surgem de seus desejos sexuais, todas as características pormenorizadas de seu estado amoroso venham à luz. A partir destas, ela própria abrirá o caminho para as raízes infantis de seu amor.

Existe, é verdade, determinada classe de mulheres com quem esta tentativa de preservar a transferência erótica para fins do trabalho analítico, sem satisfazê-la, não logrará êxito. Trata-se de mulheres de paixões poderosas, que não toleram substitutos. São filhas da natureza que se recusam a aceitar o psíquico em lugar do material e que, nas palavras do

poeta, são acessíveis apenas à ‘lógica da sopa, com bolinhos por argumentos’. [‘Suppenlongik mit Knödelgründen’, de ‘Die Wanderraten’ de Heine. (Transcrito erradamente por Freud: ‘Knödelargumenten’.)] Com tais pessoas tem-se de escolher entre retribuir seu amor ou então acarretar para si toda a inimizade de uma mulher desprezada. Em nenhum dos casos se podem salvaguardar os interesses do tratamento. Tem-se de bater em retirada, sem sucesso, e tudo o que se pode fazer é revolver na própria mente o problema de como é que uma capacidade de neurose se liga a tão obstinada necessidade de amor.

Muitos analistas indubitavelmente estarão de acordo sobre o método pelo qual outras mulheres, menos violentas em seu amor, podem ser gradativamente levadas a adotar a atitude analítica. O que fazemos, acima de tudo, é acentuar para a paciente o elemento inequívoco de resistência nesse ‘amor’. O amor genuíno, dizemos, torná-la-ia dócil e intensificaria sua presteza em solucionar os problemas de seu caso, simplesmente porque o homem de quem está enamorada espera isso dela. Em tal caso, ela alegremente escolheria a estrada da conclusão do tratamento, a fim de adquirir valor aos olhos do médico e preparar-se para a vida real, onde este sentimento de amor poderia encontrar lugar adequado. Em vez disso, apontamos nós, ela está mostrando um espírito teimoso e rebelde, abandonou todo o interesse no tratamento e claramente não sente respeito pelas convicções bem fundadas do médico. Está assim expressando uma resistência, sob o disfarce de estar enamorada dele; e, além disso, não se compunge por colocá-lo numa situação difícil. Pois, se ele recusa seu amor, como o dever e a compreensão compelem-no a fazer, ela pode representar o papel de mulher desprezada e então afastar-se de seus esforços terapêuticos por vingança e ressentimento, exatamente como agora está fazendo por amor ostensivo.

Como segundo argumento contra a genuinidade desse amor, apresentamos o fato de que ele não exhibe uma só característica nova que se origine da situação atual, mas compõe-se inteiramente de repetições e cópias de reações anteriores, inclusive infantis. Prometemos provar isso mediante uma análise pormenorizada do comportamento da paciente no amor.

Se se acrescenta a dose necessária de paciência a estes argumentos, é geralmente possível superar a difícil situação e continuar o trabalho com um amor que foi moderado ou transformado; o trabalho visa então a desvendar a escolha objetal infantil da paciente e as fantasias tecidas ao redor dela.

Todavia, gostaria agora de examinar estes argumentos com olhos críticos e levantar a questão de saber se, apresentando-os à paciente, estamos realmente dizendo a verdade, ou se não nos estamos valendo, em nosso desespero, de ocultamentos e deturpações. Em outras palavras: podemos verdadeiramente dizer que o estado de enamoramento que se manifesta no tratamento analítico não é real?

Acho que dissemos à paciente a verdade, mas não toda a verdade, sem atentar para as conseqüências. Dos nossos dois argumentos, o primeiro é o mais forte. O papel desempenhado pela resistência no amor transferencial é inquestionável e muito considerável. Entretanto, a resistência, afinal de contas, não *cria* esse amor; encontra-o pronto, à mão, faz uso dele e agrava suas manifestações. Tampouco a genuinidade do fenômeno deixa de ser provada pela resistência. O segundo argumento é muito mais débil. É verdade que o amor consiste em novas adições de antigas características e que ele repete reações infantis. Mas este é o caráter essencial de todo estado amoroso. Não existe estado deste tipo que não reproduza protótipos infantis. É precisamente desta determinação infantil que ele recebe seu caráter compulsivo, beirando, como o faz, o patológico. O amor transferencial possui talvez um grau menor de liberdade do que o amor que aparece na vida comum e é chamado de normal; ele exhibe sua dependência do padrão infantil mais claramente e é menos adaptável e capaz de modificação; mas isso é tudo, e não o que é essencial.

Por que outros sinais pode a genuinidade de um amor ser reconhecida? Por sua eficácia, sua utilidade em alcançar o objetivo do amor? A esse respeito, o amor transferencial não parece ficar devendo nada a ninguém; tem-se a impressão de que se poderia obter dele qualquer coisa.

Resumamos, portanto. Não temos o direito de contestar que o estado amoroso que faz seu aparecimento no decurso do tratamento analítico tenha o caráter de um amor ‘genuíno’. Se parece tão desprovido de normalidade, isto é suficientemente explicado pelo fato de que estar enamorado na vida comum, fora da análise, é também mais semelhante aos fenômenos mentais anormais que aos normais. Não obstante, o amor transferencial caracteriza-se por certos aspectos que lhe asseguram posição especial. Em primeiro lugar, é provocado pela situação analítica; em segundo, é grandemente intensificado pela resistência, que domina a situação; e, em terceiro, falta-lhe em alto grau consideração pela realidade, é menos sensato, menos interessado nas conseqüências e mais ego em sua avaliação da pessoa amada do que estamos preparados para admitir no caso do amor normal. Não devemos esquecer, contudo, que esses afastamentos da norma constituem precisamente aquilo que é essencial a respeito de estar enamorado.

Quanto à linha de ação do analista, é a primeira destas três características do amor transferencial que constitui o fator decisivo. Ele evocou este amor, ao instituir o tratamento analítico a fim de curar a neurose. Para ele, trata-se de conseqüência inevitável de uma situação médica, tal como a exposição do corpo de um paciente ou a comunicação de um segredo vital. É-lhe, portanto, evidente que não deve tirar qualquer vantagem pessoal disso. A disposição da paciente não faz diferença; simplesmente lança toda a responsabilidade sobre o próprio analista. Na verdade, como ele deve saber, a paciente não se preparara para nenhum outro mecanismo de cura. Após todas as dificuldades haverem sido triunfantemente superadas, ela muitas vezes confessará ter tido uma fantasia antecipatória na ocasião em que

começou o tratamento, no sentido de que, se se comportasse bem, seria recompensada no final pela afeição do médico.

Para o médico, motivos éticos unem-se aos técnicos para impedi-lo de dar à paciente seu amor. O objetivo que tem de manter em vista é que a essa mulher, cuja capacidade de amor acha-se prejudicada por fixações infantis, deve adquirir pleno controle de uma função que lhe é de tão inestimável importância; que ela não deve, porém, dissipá-lo no tratamento, mas mantê-la pronta para o momento em que, após o tratamento, as exigências da vida real se fazem sentir. Ele não deve encenar a situação de uma corrida de cães em que o prêmio deveria ser uma guirlanda de salsichas, mas que algum humorista estragou ao atirar uma salsicha na pista. O resultado foi, naturalmente, que os cães se atiraram sobre ela e esqueceram tudo sobre a corrida e sobre a guirlanda que os atraía à vitória muito distante. Não quero dizer que é sempre fácil ao médico se manter dentro dos limites prescritos pela ética e pela técnica. Aqueles que ainda são jovens e não estão ligados por fortes laços podem, em particular, achá-lo tarefa árdua. O amor sexual é indubitavelmente uma das principais coisas da vida, e a união da satisfação mental e física no gozo do amor constitui um de seus pontos culminantes. À parte alguns excêntricos fanáticos, todos sabem disso e conduzem sua vida dessa maneira; só a ciência é refinada demais para admiti-lo. Por outro lado, quando uma mulher solicita amor, rejeitá-la e recusá-la constitui papel penoso para um homem desempenhar; e, apesar da neurose e da resistência, existe um fascínio incomparável numa mulher de elevados princípios que confessa sua paixão. Não são os desejos cruamente sensuais da paciente que constituem a tentação. É mais provável que estes repugnem, e encará-los como fenômeno natural exigirá toda a tolerância do médico. São, talvez, os desejos de mulher mais sutis e inibidos em seu propósito que trazem consigo o perigo de fazer um homem esquecer sua técnica e sua missão médica no interesse de uma bela experiência.

E no entanto é inteiramente impossível para o analista ceder. Por mais alto que possa prezar o amor, tem de prezar ainda mais a oportunidade de ajudar sua paciente a passar por um estágio decisivo de sua vida. Ela tem de aprender com ele a superar o princípio do prazer, e abandonar uma satisfação que se acha à mão, mas que socialmente não é aceitável, em favor de outra mais distante, talvez inteiramente incerta, mas que é psicológica e socialmente irrepreensível. Para conseguir esta superação, ela tem de ser conduzida através do período primevo de seu desenvolvimento mental e, nesse caminho, tem de adquirir a parte adicional de liberdade mental que distingue a atividade mental consciente - no sentido sistemático - da inconsciente.

O psicoterapeuta analítico tem, assim, uma batalha tríplice a travar - em sua própria mente, contra as forças que procuram arrastá-lo para abaixo do nível analítico; fora da análise, contra opositores que discutem a importância que ele dá às forças instintuais sexuais e impedem-nos de fazer uso delas em sua técnica científica; e, dentro da análise, contra as pacientes, que a princípio comportam-se como opositores, mas, posteriormente, revelam a

supervalorização da vida sexual que as domina e tentam torná-lo cativo de sua paixão socialmente indomada.

O público, leigo, sobre cuja atitude em relação à psicanálise falei no início, indubitavelmente apossar-se-á deste debate do amor transferencial como mais outra oportunidade de dirigir a atenção do mundo para o sério perigo desse método terapêutico. O psicanalista sabe que está trabalhando com forças altamente explosivas e que precisa avançar com tanto cautela e escrúpulo quanto um químico. Mas quando foram os químicos proibidos, devido ao perigo, de manejar substâncias explosivas, que são indispensáveis, por causa de seus efeitos? É digno de nota que a psicanálise tenha de conquistar para a própria, de novo, todas as liberdades que há muito tempo foram concebidas a outras atividades médicas. Certamente não sou favorável a abandonar os métodos inócuos de tratamento. Para muitos casos, eles são suficientes e, quando tudo está dito, a sociedade humana não tem mais uso para o *furor senandi* do que para qualquer outro fanatismo. Mas acreditar que as neuroses podem ser vencidas pela administração de remediozinhos inócuos é subestimar grosseiramente esses distúrbios, tanto quanto à sua origem quanto à sua importância prática. Não; na clínica médica sempre haverá lugar para o *'ferrum'* e para o *'ignis'*, lado a lado com as *'medicinas'*; e, da mesma maneira, nunca seremos capazes de passar sem uma psicanálise estritamente regular e forte, que não tenha medo de manejar os mais perigosos impulsos mentais e de obter domínio sobre eles, em benefício do paciente.

APÊNDICE: RELAÇÃO DOS TRABALHOS DE FREUD QUE TRATAM PRINCIPALMENTE DA TÉCNICA PSICANALÍTICA E DA TEORIA DA PSICOTERAPIA

[A data ao início de cada título é a do ano durante o qual o trabalho em apreço foi provavelmente escrito. A data ao final é a da publicação, e sob esta data pormenores mais completos da obra serão encontrados na Biblio-grafia e Índice Remissivo de Autores.]

1888 * Crítica de *Der Hypnotismus*, de Forel (1889a)

1888 * Introdução à tradução de *De la suggestion*, de Bernheim (1888-9)

- 1890 * ‘Tratamento Psíquico (ou Mental)’ (1890a)
- 1891 * ‘Hipnose’ em *Therapeutisches Lexikon*, de Bum (1891d)
- 1892 * ‘Um Caso de Tratamento Bem Sucedido pelo Hipnotismo’ (1892-93b)
- 1895 *Estudos sobre a Histeria*, Parte IV (1895d)
- 1898 ‘A Sexualidade na Etiologia das Neuroses’ (última parte) (1898a)
- 1899 *A Interpretação de Sonhos*, Capítulo H (primeira parte) (1900a)
- 1901 ‘Fragmento de uma Análise de um Caso de Histeria’, Capítulo IV (1905e)
- 1903 ‘O Procedimento Psicanalítico de Freud’ (1904a)
- 1904 ‘Sobre a Psicoterapia’ (1905a)
- 1910 ‘As Perspectivas Futuras da Terapia Psicanalítica’ (1910d)
- 1910 ‘Psicanálise “Silvestre”’ (1910k)
- 1911 ‘O Manejo da Interpretação de Sonhos na Psicanálise’ (1911e)
- 1912 ‘A Dinâmica da Transferência’ (1912b)
- 1912 ‘Recomendações aos Médicos que Exercem a Psicanálise’ (1912e)
- 1913 ‘Sobre o Início do Tratamento’ (1913c)
- 1914 ‘Fausse Reconnaissance (“déjà raconté”) no Tratamento Psicanalítico’ (1914a)
- 1914 ‘Recordar, Repetir e Elaborar’ (1914g)
- 1914 ‘Observações sobre o Amor Transferencial’ (1915a)
- 1917 *Conferências Introdutórias sobre Psicanálise*, Conferências XXVII e XXVIII (1916-17)

1918 'Linhas de Avanço na Terapia Psicanalítica' (1919a)

1920 *Além do Princípio de Prazer*, Capítulo III (1920g)

1923 'Considerações sobre a Teoria e Prática da Interpretação de Sonhos' (1923c)

1926 *A Questão da Análise Leiga*, Capítulo V (1926e)

1932 *Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise*, Conferência XXXIV (última parte) (1933a)

1937 'Análise Terminável e Interminável' (1937c)

1937 'Construções em Análise' (1937d)

1938 *Compêndio de Psicanálise*, Capítulo VI (1940a)

**OS SONHOS NO FOLCLORE (FREUD E OPPENHEIM)
(1957 [1911])**

NOTA DO EDITOR INGLÊS

TRÄUME IM FOLKLORE

(a) EDIÇÃO ALEMÃ:

(1911 Data provável da composição.)

1958 *Dreams in Folklore*, Parte II, Nova Iorque, International Universities Press, pp. 69-111.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘Dreams in Folklore’

1958 Id., Parte I, Nova Iorque, International Universities Press, pp. 19-65, (Trad. de A. M. O. Richards; intr. de J. Strachey.)

A presente tradução inglesa constitui reimpressão da publicada em Nova Iorque, com algumas mudanças muito pequenas. O artigo recebeu originalmente o número de referência 1957a, da *Standard Edition*, e pensou-se ser melhor mantê-lo, embora a publicação real do artigo fosse inesperadamente adiada para 1958.

A existência deste artigo, escrito conjuntamente por Freud e o Professor D. E. Oppenheim, de Viena, foi com efeito ignorada até o verão de 1956, quando a Sra. Liffman, filha de Oppenheim, morando então na Austrália, trouxe-o ao conhecimento de um livreiro de Nova Iorque. Logo depois, o manuscrito foi adquirido em nome dos Arquivos Sigmund Freud pelo Dr. Bernard L. Pacella, e é graças à sua generosidade e à ajuda infalível do Dr. K. R. Eissler, Secretário dos Arquivos, que podemos incluir o trabalho na *Standard Edition*.

David Ernst Oppenheim, colaborador de Freud neste artigo, nasceu em Brünn, no que hoje é a Tchecoslováquia, em 1881. Foi um erudito clássico e tornou-se professor de *Akademisches Gymnasium*, escola secundária de Viena, onde ensinou grego e latim. O Dr. Ernest Jones (1955, 16) menciona-o entre os que assistiram às conferências universitárias de Freud em 1906, mas suas relações com este aparentemente datam apenas de 1909. No outono desse ano, parece ter enviado a Freud cópia de um artigo que tratava da mitologia clássica, de maneira que demonstrava conhecimento da literatura psicanalítica, pois há uma carta de Freud (datada de 28 de outubro de 1909) agradecendo-lhe por ele em termos muito cordiais e sugerindo que colocasse seu conhecimento dos clássicos a serviço dos estudos psicanalíticos. O resultado foi, evidentemente, a associação de Oppenheim com a Sociedade Psicanalítica de Viena, da qual (novamente segundo Jones, *loc. cit.*) tornou-se membro em 1910. Em 20 de abril desse ano, abriu um simpósio da Sociedade de Viena sobre o suicídio (particularmente entre escolares), que foi publicado sob forma de brochura (1910; ver também Freud, 1910g). A contribuição de Oppenheim lá será encontrada sob a assinatura ‘Unus Multorum’, mas ela foi reimpressa sob seu próprio nome alguns anos mais tarde, num trabalho coletivo, *Heilen und Bilden*, coordenado por Adler e Furtmüller (1914). As minutas publicadas da Sociedade de Viena demonstram que lá ele leu três ‘comunicações breves’ durante 1910 e 1911, a primeira das quais, sobre ‘Material Folclórico Relacionado ao Simbolismo Onírico’ (16 de novembro de 1910), possui relação evidente com o presente trabalho. Na primavera de 1911, Freud publicou a terceira edição de *A Interpretação de Sonhos* e nela inseriu uma nota de rodapé mencionando o trabalho de Oppenheim com relação a sonhos no folclore e declarando que um artigo sobre o assunto deveria aparecer brevemente (Ver em [1], 1972). Esta nota foi omitida em todas as edições posteriores. A omissão, bem como o desaparecimento do presente artigo são indubitavelmente explicados pelo fato de, logo depois, Oppenheim haver-se tornado um adepto de Adler e, juntamente com cinco outros membros, ter-se demitido da Sociedade Psicanalítica de Viena, em 11 de outubro de 1911. Morreu durante a Segunda Guerra Mundial no campo de concentração de Theresienstadt, no qual ele e sua esposa haviam sido internados. Após a guerra, a esposa emigrou para a Austrália, levando consigo o manuscrito; que pudera preservar. De acordo com seus desejos, a publicação dele foi retida até depois de sua morte.

É possível datar a participação de Freud neste artigo dentro de limites bastante restritos. Ele não pode ter sido escrito antes da primeira parte de 1911, como se demonstra por uma referência do mesmo ao *Die Sprache des Traumes*, de Stekel, publicado por volta do início desse ano (Ver em [1].); e deve ter sido completado antes do rompimento final com Adler no mesmo verão.

Embora o manuscrito, tal como agora o possuímos, não tenha sofrido uma revisão final

por parte dos autores, ele de fato exige apenas uma organização editorial muito pequena e fornece-nos um meio claro de ajuizar a parte que nele coube aos dois autores. O material bruto foi evidentemente coligido por Oppenheim e deriva em grande parte da revista *Anthropophyteia* (Leipzig, 1904-1913), editada por F. S. Krauss, na qual Freud sempre tivera interesse especial. (Cf. sua carta aberta ao editor da mesma, 1910f, e seu prefácio a *Scatalogic Rites of All Nations* [Ritos Escatológicos de Todas as Nações], da autoria de Bourke, 1913k, p. 423 adiante, especialmente pertinente ao presente artigo.) Oppenheim copiou este material, parte à máquina e parte à mão (acrescentando breves observações), e submeteu-o a Freud, que então o dispôs em seqüência apropriada, colou as laudas de Oppenheim nas suas, muito maiores, e interpolou-as com profusos comentários. Freud deve ter então devolvido todo o manuscrito a Oppenheim, que parece mais uma vez ter adicionado duas ou três outras notas (algumas delas taquigrafadas).

Na versão apresentada a seguir, portanto, as contribuições dos dois autores são automaticamente distinguidas, se não levamos em consideração qualquer intercâmbio prévio de idéias. Todo material bruto, impresso aqui em tipo um pouco menor, deve ser atribuído a Oppenheim; Freud é responsável por tudo o mais - a introdução, os comentários, a conclusão e toda a disposição do material. A única modificação efetuada pelos coordenadores foi transferir as referências do corpo do texto para as notas de rodapé. As poucas observações marginais de Oppenheim foram também impressas como notas de rodapé, com a especificação, de sua autoria. Algumas delas, contudo, infelizmente, haviam-se tornado ilegíveis.

Nenhuma tentativa se fez, na tradução, de reproduzir os diversos dialetos em que muitas das histórias originais acham-se redigidas. Adotou-se um idioma convencional, de um tipo geralmente associado aos contos folclóricos. Onde possível, as referências foram conferidas e nelas corrigidos vários erros.

OS SONHOS NO FOLCLORE

Por Sigm. Freud e Prof. Ernst Oppenheim (Viena)

‘Celsi praetereunt austera poemata Ramnes.’ Pérsio, *Sátiras*.

Um de nós (O.) em seus estudos do folclore, efetuou duas observações com referência aos

sonhos ali narrados que lhe pareceram dignas de serem comunicadas. Em primeiro lugar, que o simbolismo empregado nesses sonhos coincide inteiramente com o aceito pela psicanálise, e, em segundo, que grande número desses sonhos são entendidos pelo povo comum da mesma maneira que seriam interpretados pela psicanálise, isto é, não como premonições sobre um futuro ainda não revelado, mas como realização de desejos, satisfação de necessidades que surgem durante o estado de sono. Certas peculiaridades desses sonhos geralmente indecentes, contados como anedotas cômicas, incentivaram o segundo de nós (Fr.) a tentar uma interpretação deles, a qual os fez parecer mais sérios e mais merecedores de atenção.

I - SIMBOLISMO DO PÊNIS EM SONHOS QUE OCORREM NO FOLCLORE

O sonho que apresentamos em primeiro lugar, embora não contenha representações simbólicas, soa quase como uma ridicularização do profético e um apelo em favor da interpretação psicológica dos sonhos.

UMA INTERPRETAÇÃO DE SONHO

Uma moça levantou-se da cama e disse à mãe que tivera um sonho muito estranho.

’E o que foi que você sonhou? - perguntou a mãe.

’Como lhe contar? Eu própria não sei o que era - uma espécie de coisa comprida, vermelha e rombuda.’

’Comprida quer dizer uma estrada’, disse a mãe, reflexivamente, ‘uma estrada comprida; vermelho quer dizer alegria, mas não sei o que pode significar rombuda.’

O pai da moça, que nesse meio tempo se vestia e escutava tudo o que a mãe e a filha estavam dizendo, ante isso murmurou, mais ou menos para si próprio:

‘Parece-se mais com o meu peru.’

É muito mais conveniente estudar o simbolismo onírico no folclore do que nos sonhos reais. Estes são obrigados a esconder coisas e só entregar seus segredos à interpretação; contudo, estas anedotas cômicas disfarçadas em sonhos visam a ser comunicações destinadas a dar prazer à pessoa que as conta assim como à que as escuta, e, portanto, a interpretação se acrescenta bastante desavergonhadamente ao símbolo. Estas histórias deleitam-se em revelar os símbolos ocultadores.

No quarteto seguinte, o pênis aparece como um cetro:

Noite passada sonhei

Que era o rei da região

E quão alegre eu estava

Com um peru na mão.

Compare-se isto com os exemplos, nos quais o mesmo simbolismo é empregado externamente a um sonho.

Amo uma rapariga,

Que é bonita mas não minha;

Por-te-ei um cetro na mão

E serás uma rainha.

‘Recorda-te, meu rapaz’, disse Napoleão,

O imperador que não falava à toa,

‘Enquanto o peru for o cetro,

A boceta será a coroa’.

Uma variante diferente desta exaltação simbólica dos órgãos genitais é favorecida na imaginação dos artistas. Uma bela gravura da autoria de Félicien Rops, com o título ‘*tout est grand chez les rois*’ [‘Tudo nos reis é grande’], mostra a figura nua de um rei com as feições do *Roi Soleil* [Luíz XIV], cujo pênis gigantesco, que se ergue ao nível do braço, porta, ele próprio, uma coroa. A mão direita equilibra o cetro, enquanto a esquerda agarra uma grande orbe, que, em virtude de uma fenda central, apresenta semelhança inequívoca com outra parte do corpo que é objeto de desejos eróticos. O dedo indicador da mão esquerda acha-se inserido neste sulco.

Na canção folclórica que se segue, na Silésia, o sonho só é inventado para ocultar uma ocorrência diferente. O pênis aparece aqui como um *verme* (‘gorda minhoca’) que se esgueirou para dentro da moça, e, na ocasião apropriada, arrasta-se de novo para fora, como um *vermezinho* (bebê).

CANÇÃO DA MINHOCA

Deitada na relva, certo dia, uma jovem,

Susana seu nome, com paixão sonhava;

E, a dormir, um sorriso no rosto lhe dançava,

Enquanto em seu zagal e nos ardis dele pensava.

Mas, enquanto dormia - ó sonho de temor! -

Sonhou que seu amor se havia transformado,

De belo e encantador, numa gorda minhoca,

E que esta dentro dela havia penetrado.

Com pavor no coração, assustada despertou;

Rápida, em direção à aldeia, se lançou

E que uma minhoca corpo a dentro lhe entrara

A chorar a todos, moços e velhos, contou.

Dos lamentos e prantos o som chegou

Aos ouvidos da mãe, que muito praguejou;

Pressentindo desgraça, ao quarto acorreu

E mui completamente a donzela examinou.

A minhoca buscava, mas nada achou -

Infelicidade de desanimar.

E assim, sem delongas, se apressou,

Em auxílio à cartomante solicitar.

Esta com perícia as cartas botou

E falou: ‘Ainda temos de esperar.

‘O Valete, indagado, resposta não deu;

‘Mais forte o Rei Vermelho há de se mostrar.

‘Aquilo que temeis Rei Vermelho confirmou:

‘O verme, realmente, nela penetrou;

‘Mas, como em tudo, há de se dar tempo ao tempo,

‘A hora de apanhá-lo ainda não chegou.’

Quando as funestas palavras Susana escutou,

Cheia de tristeza no quarto se encerrou,

Até que chegou a pavorosa hora, e, para fora,

Alegremente o vermezinho se esgueirou.

Alertadas assim, ó donzelas, ficai,

De a sorte de Susana por guia tomar,

Pois senão, para vossa pena e pesar,

Uma gorda minhoca em vós há de penetrar.

A mesma simbolização do pênis por um *verme* é encontrada em diversas piadas obscenas.

No sonho que agora se segue o pênis é simbolizado por uma *adaga*; a mulher que o sonha está puxando uma adaga a fim de apunhalar-se, quando é acordada pelo marido e exortada a não arrancar fora seu membro.

UM SONHO MAU

Uma mulher sonhou que as coisas haviam chegado a tal ponto que nada tinham para comer antes do feriado de fim de ano e tampouco podiam comprar coisa alguma. O marido havia bebido todo o dinheiro. Sobrava apenas um bilhete de loteria e até este realmente teriam de penhorar. Mas o homem ainda o estava guardando, porque a extração deveria realizar-se no dia 2 de janeiro. Disse ele: ‘Mulher, a extração será amanhã; deixemos o bilhete esperar mais um pouco. Se não ganharmos, então teremos de vendê-lo ou penhorá-lo.’ - ‘Bem, que o diabo o leve; tudo o que você comprou foi aborrecimento e tirou tanto dele quanto leite de um bode.’ Então, o dia seguinte chegou e lá veio o jornaleiro. Ele o fez parar, apanhou um exemplar e começou a olhar a lista. Passou os olhos pelos números, correu todas as colunas seu número não se achava nelas. Não confiou nos próprios olhos, examinou-as novamente e, desta vez, realmente, deu com o número de seu bilhete. O número era o mesmo, mas o número da série não conferia. Mais uma vez não confiou em si mesmo e pensou consigo:

‘Deve ser um engano. Espera um pouco, irei ao banco e certificar-me-ei de qualquer maneira.’ E lá se foi, cabisbaixo. No caminho, encontrou um segundo jornaleiro. Comprou outro exemplar de um segundo jornal, conferiu atentamente a lista e logo encontrou o número de seu bilhete. O número da série também era o mesmo que se achava no bilhete. Coubera-lhe o prêmio de 5.000 rublos. Irrompeu banco a dentro, correu para cima e pediu-lhes que pagassem imediatamente o bilhete premiado. O banqueiro disse-lhe que não poderiam pagar-lhe ainda, somente dentro de uma semana ou duas. O homem começou a implorar e a rogar: ‘Por favor, seja bondoso! Dê-me mil, pelo menos; posso receber o resto depois!’ O banqueiro recusou-se, mas aconselhou-o a procurar o vendedor que lhe havia fornecido o bilhete premiado. Que fazer agora? Exatamente então, como se houvesse saído do chão, apareceu um pequeno judeu. Este cheirou um bom negócio e fez-lhe a oferta de pagar o dinheiro imediatamente, só que, ao invés de 5.000, apenas 4.000. Os outros mil seria a sua cota. O homem ficou encantado com sua boa sorte e decidiu dar ao judeu os 1.000 rublos, de maneira a obter o dinheiro no ato. Recebeu o dinheiro do judeu e entregou-lhe o bilhete; depois foi para casa. No caminho, entrou numa estalagem, tomou um trago e de lá seguiu direto para casa. Caminhava sorrindo e trauteando uma canção. Sua mulher o viu pela janela e pensou: ‘Ele certamente vendeu o bilhete de loteria; pode-se ver como está alegre. Provavelmente fez uma visita à estalagem e embebedou-se, porque estava se sentindo

infeliz.’ Aí o homem entrou, colocou o dinheiro sobre a mesa da cozinha e procurou a mulher para dar-lhe a boa notícia de que havia ganhado e conseguido o dinheiro. Enquanto se abraçavam e beijavam, com alegria no coração por serem tão felizes, a filha de três anos apanhou o dinheiro e jogou-o no fogão. Aí, eles vieram contar o dinheiro e este não se achava mais lá. O último maço de notas já estava pegando fogo. Enfurecido, o homem apanhou a meninazinha pelas pernas e arremessou-a contra o fogão. Ela caiu morta. A desgraça era evidente, agora não havia meio de fugir à Sibéria. Apanhou o revólver e - bang! - deu um tiro no peito e caiu morto. Horrorizada por tal calamidade, a mulher agarrou uma adaga e ia apunhalar-se. Tentou tirá-la para fora da bainha, mas não conseguia, por mais que tentasse. Escutou então uma voz, como se viesse do Céu: ‘Chega, pára! O que está fazendo?’ Ela acordou e viu que não estava puxando da adaga, mas sim do instrumento do marido, que lhe dizia: ‘Chega, larga, senão você vai arrancá-lo fora!’

A representação do pênis por uma arma, faca de corte, adaga etc., é-nos familiar a partir dos sonhos de ansiedade das mulheres abstinentes em geral, achando-se também na raiz de numerosas fobias em pessoas neuróticas. O complicado disfarce do presente sonho, contudo, exige que façamos uma tentativa de torná-lo mais claro para nós mediante uma interpretação psicanalítica baseada em interpretações já efetuadas. Assim procedendo, não estamos desprezando o fato de que iremos além do material apresentado no próprio conto folclórico e que, conseqüentemente, nossas conclusões perderão em certeza.

Visto este sonho terminar num ato de agressão sexual efetuado pela mulher como uma ação onírica. Isto sugere que devemos tomar o estado de necessidade *material* do conteúdo do sonho como substituto de um estado de necessidade *sexual*. Só a compulsão libidinal mais extrema pode justificar tal agressividade por parte de uma mulher. Outros fragmentos do conteúdo onírico apontam em direção bastante definida e diferente. A culpa por este estado de necessidade é atribuída ao homem. (Ele bebera todo o dinheiro.) O sonho prossegue livrando-se do homem e da filha e, astuciosamente, foge ao senso de culpa ligado a estes desejos, fazendo com que a filha seja morta pelo homem, que, então, comete suicídio devido ao remorso. Visto ser este o conteúdo do sonho, somos levados a concluir, de muitos exemplos análogos, que aqui está uma mulher que não se acha satisfeita com o marido e que, em suas fantasias, anseia por outro casamento. É a mesma coisa para a interpretação encararmos esta insatisfação da pessoa que sonha como um estado permanente de carência ou simplesmente como expressão de um estado temporário. A loteria, que no sonho ocasionou um efêmero estado de felicidade, talvez pudesse ser entendida como referência simbólica ao casamento. Este símbolo ainda não foi identificado com certeza no trabalho psicanalítico, mas o povo tem o hábito de dizer que o casamento é um jogo de azar, que no matrimônio se tira o bilhete premiado ou então um em branco. Os números, que foram enormemente ampliados pela elaboração onírica, bem poderiam corresponder, neste caso, ao número de repetições do ato satisfatório que são desejadas. Damo-nos assim conta de que o ato de puxar o membro do homem não apenas tem o significado de uma provocação

libidinal, mas também o sentido adicional de crítica desdenhosa, como se a mulher quisesse arrancar o membro fora - como o homem corretamente presumiu - por ele não ser bom, não cumprir suas obrigações.

Não nos teríamos demorado na interpretação deste sonho e investigado-o além de seu simbolismo aberto, não fosse pelo fato de que outros sonhos, que da mesma maneira terminam por uma ação onírica, demonstram que o povo comum identificou aqui uma situação típica que, onde quer que ocorra, é suscetível da mesma explicação. (Cf. em [1].)

II - SIMBOLISMO DAS FEZES E AÇÕES ONÍRICAS RELACIONADAS

A psicanálise ensinou-nos que, no mais primitivo período da infância, as fezes constituem substância muito apreciada, em relação à qual os instintos coprófilos encontram satisfação. Com a repressão destes instintos, que é acelerada tanto quanto possível pela educação, essa substância cai em desprezo e então serve a propósitos conscientes como meio de expressar desdém e menosprezo. Certas formas de atividade mental, tais como o chiste, ainda são capazes de tornar a fonte obstruída de prazer acessível por um breve momento, e assim demonstram quanto da estima que os seres humanos outrora dedicaram a suas fezes ainda continua preservada no inconsciente. O remanescente mais importante desta antiga estima é, porém, que todo o interesse que a criança teve nas fezes transfere-se, no adulto, para outro material, que aprende na vida a colocar acima de quase tudo o mais - o ouro. Quão antiga é esta vinculação entre excremento e ouro pode-se ver a partir de uma observação de Jeremias: o ouro, segundo antiga mitologia oriental, é o excremento do inferno.

Nos sonhos do folclore, o ouro é visto, da maneira menos ambígua, como símbolo das fezes. Se o que dorme sente necessidade de defecar, sonha com ouro, com tesouros. O disfarce do sonho, que se destina a induzi-lo erradamente a satisfazer suas necessidades na cama, geralmente faz o monte de fezes servir de sinal para assinalar o lugar em que o tesouro pode ser encontrado; o que equivale a dizer que o sonho - como se através de uma percepção endopsíquica - afirma diretamente, ainda que em forma invertida, ser o ouro um sinal ou símbolo das fezes.

Um simples sonho de tesouro ou defecação deste tipo é o seguinte, relatado nas *Facetiae*, de Poggio.

OURO DE SONHO

Certo homem contou em um grupo que sonhara haver encontrado ouro. Imediatamente, outro homem suplantou-o com esta história. (O que se segue é citado literalmente).

‘Meu vizinho um dia sonhou que o Diabo conduziu-o a um lugar, para escavar em busca de ouro, mas ele não encontrou nada. Então o Diabo disse “Está aí, certamente; somente você não pode desenterrá-lo agora; mas tome nota do lugar, de modo a poder reconhecê-lo de novo, sozinho.”

‘Quando o homem perguntou se o lugar deveria ser identificado por algum sinal, o Diabo sugeriu: “Basta cagar nele; assim, não ocorrerá a ninguém que haja ouro escondido aí e você poderá reconhecer o lugar exato.” O homem assim fez e então acordou imediatamente e viu que havia feito um grande monte na cama.’

(Damos a conclusão em resumo.) Enquanto deixava apressadamente a casa, pôs um boné em que um gato havia feito suas necessidades durante a mesma noite. Teve de lavar a cabeça e os cabelos. ‘E assim o ouro de seu sonho transformou-se em imundície.’

Trarasevsky (1909, 194, nº 232) relata um sonho semelhante, oriundo da Ucrânia, no qual o camponês recebe um tesouro do Diabo, a quem acendera uma vela, e põe um monte de fezes para assinalar o lugar.

Não precisamos surpreender-nos com que o Diabo aparece nestes dois sonhos como outorgante de tesouros e sedutor, pois o Diabo - ele próprio anjo expulso do Paraíso - ‘certamente nada mais é que a personificação da vida instintual reprimida e inconsciente.’

Os motivos por trás destas simples anedotas cômicas sobre sonhos parecem esgotar-se num deleite cínico, na sujeira e numa satisfação maliciosa pelo constrangimento do que

sonha. Noutros sonhos sobre tesouros, porém, a forma assumida pelo sonho é variada [*Variirt* no MS - transcrito incorretamente como *verwirrt* no texto alemão.] sob todos os aspectos e inclui diversos constituintes cuja origem e significação bem podemos investigar; pois não encararemos nem mesmo estes conteúdos oníricos, destinados a fornecer uma justificação racionalista para a obtenção da satisfação, como inteiramente arbitrários e sem sentido.

Nos dois exemplos seguintes, o sonho não é atribuído a uma pessoa a dormir sozinha, mas a uma de duas pessoas - dois homens - que partilham um só leito. Como resultado do sonho, o sonhador suja seu companheiro de cama.

UM SONHO VÍVIDO

Dois viajantes chegaram cansados a uma estalagem e solicitaram acomodações para a noite. ‘Sim’ respondeu o estalajadeiro, ‘se não tiverem medo, poderão conseguir um quarto, mas ele é mal-assombrado. Se quiserem ficar, está bem, e o pernoite nada lhes custará, no que diz respeito ao quarto. Os rapazes se perguntaram: ‘Você tem medo?’ ‘Não’. Então apanharam outro litro de vinho e foram para o quarto que lhes fora destinado.

Mal se haviam deitado quando a porta se abriu e uma figura branca deslizou através do quarto. Um dos companheiros perguntou ao outro: ‘Você viu algo?’ ‘Vi’. ‘E por que não disse nada?’ ‘Espere, ela vai atravessar de novo o quarto.’ E, realmente, a figura deslizou para dentro de novo. Um dos rapazes pulou da cama rapidamente, mas mais rápido ainda o fantasma deslizou para fora através da abertura da porta. O rapaz, muito rápido, escancarou a porta e viu a figura, uma bela mulher, já a meio caminho escadas abaixo. ‘O que está fazendo aqui?’ gritou-lhe o rapaz. A figura parou, virou e falou: ‘Agora estou livre. Muito tempo tive de vagar. Como recompensa, fique com o tesouro que se acha exatamente no lugar onde você está parado.’ O rapaz ficou tão assustado quanto deliciado e, a fim de assinalar o lugar, levantou sua camisa de dormir e deixou cair um belo monte, porque pensava que ninguém limparia aquele sinal. Mas, exatamente quando se achava no melhor da coisa, sentiu alguém subitamente agarrá-lo. ‘Seu porco sujo’, berraram-lhe no ouvido, você está cagando na minha camisa.’ Ante essas grosseiras palavras, o feliz sonhador despertou de sua boa sorte de mentira para descobrir-se rudemente arremessado para fora do leito.

CAGOU NA SEPULTURA

Dois cavalheiros chegaram a um hotel, comeram a ceia, beberam e, por fim, quiseram recolher-se. Perguntaram ao encarregado se podia conseguir-lhes um quarto. Como os quartos se achavam todos tomados, o encarregado cedeu-lhes o seu, em que ambos deveriam pernoitar, pois logo encontraria um lugar para dormir noutra parte. Os dois homens deitaram-se na mesma cama. Um espírito apareceu a um deles em sonho, acendeu uma vela e conduziu-o ao cemitério. O portão se abriu e o espírito, com a vela na mão e o homem atrás

dele, caminhou até a sepultura de uma virgem. Quando lá chegaram, a vela subitamente se apagou. ‘O que farei agora? Como poderei dizer qual é a sepultura da donzela amanhã, quando for dia?’ perguntou ele no sonho. Então uma idéia lhe veio em salvação; abaixou as calças e cagou na sepultura. Quando acabou de cagar, seu companheiro, que dormia ao lado, esbofeteou-o primeiro numa face e depois na outra: ‘O quê? e você me caga bem na cara?’

Nestes dois sonhos, em lugar do Demônio aparecem outras figuras sobrenaturais, a saber, fantasmas - isto é, espírito de mortos. O espírito do segundo sonho conduz realmente o que sonha até o cemitério, onde deve assinalar uma sepultura específica defecando sobre ela. Uma parte desta situação é muito fácil de entender. Quem dorme sabe que a cama não é lugar apropriado para satisfazer suas necessidades; daí, no sonho, faz-se afastar dela e arranja uma pessoa que mostra a seu impulso oculto o caminho certo para outro lugar onde lhe é permitido satisfazê-las e, na verdade, as circunstâncias lhe exigem que o faça. O espírito do segundo sonho utiliza uma vela ao conduzi-lo, como um criado faria se estivesse levando um estranho à privada, à noite, quando está escuro. Mas por que estes representantes da exigência de uma mudança de cena, que a pessoa adormecida preguiçosamente deseja evitar a todo custo, são indivíduos tão sinistros como fantasmas e espíritos de mortos? Por que o espírito do segundo sonho mostra o caminho até o cemitério, como para profanar uma sepultura? Afinal de contas, estes elementos nada parecem ter a ver com a premência de defecar e a simbolização das fezes pelo ouro. Há neles indicação de uma ansiedade que talvez pudesse ser remontada a um esforço para suprimir a realização da satisfação na cama; mas esta ansiedade não explicaria a natureza específica do conteúdo onírico, ou seja, sua referência à morte. Abster-nos-emos de efetuar uma interpretação neste ponto e acentuaremos ainda, como a necessitar de explicação, o fato de que em ambas as situações, em que dois homens estão dormindo juntos, o elemento sinistro do guia fantasmagórico acha-se associado a uma mulher. O espírito do primeiro sonho é logo revelado como sendo uma bela mulher, que sente ter sido agora libertada, e o do segundo mostra o caminho até a sepultura de uma moça, na qual a marca assinaladora deve ser colocada.

Voltemo-nos, em busca de maiores esclarecimentos, para alguns outros sonhos de defecação deste tipo, em que os companheiros de leito não são mais dois homens, mas sim um homem e uma mulher, um casal. O ato de satisfação realizado no sono, em resultado do sonho, parece aqui particularmente repelente, mas talvez por essa própria razão oculte um sentido especial.

Em primeiro lugar, porém apresentaremos um sonho (por causa de sua vinculação em conteúdo com o que o seguem) que, estritamente falando, não se ajusta no plano que acabamos de formular. Ele é incompleto, visto que um elemento, isto é, o sonhador a sujar seu companheiro de leito, a esposa, acha-se ausente. Por outro lado, a vinculação entre a premência de defecar e temor da morte é extremamente evidente. O camponês, descrito como casado, sonha que foi atingido por um raio e que sua alma ascendeu ao Céu. Lá em cima, implora que lhe seja permitido retornar mais uma vez à Terra, a fim de ver a mulher e

os filhos, obtém permissão para transformar-se numa aranha e deixar-se cair pelo fio tecido por ele próprio. O fio é curto demais e o esforço para emitir ainda mais fio do corpo resulta em defecação.

SONHO E REALIDADE

Um camponês deitou-se e teve um sonho. Viu-se no campo com os seus bois, arando. Então repentinamente, caiu um raio e o matou. Depois sentiu muito claramente sua alma flutuando para cima, até que, por fim, chegou ao Céu. São Pedro estava parado nos portões de entrada e ia mandar o camponês entrar sem mais conversa, mas esse implorou que lhe fosse permitido descer à Terra uma vez mais, a fim de poder, pelo menos, despedir-se da mulher e dos filhos. Mas São Pedro disse que não poderia fazê-lo, pois uma vez um homem chegue ao Céu não lhe é permitido retornar ao mundo. Ante isto, o camponês chorou e implorou lastimosamente, até que, por fim, São Pedro concordou. Entretanto, só havia uma maneira possível de o camponês ver sua família de novo e essa era São Pedro transformá-lo num animal e enviá-lo para baixo. Assim, o camponês foi transformado numa aranha e teceu um longo fio, pelo qual se deixou cair. Quando chegou exatamente em cima de seu lar, ao nível das chaminés e já podia ver as crianças brincando no prado, para seu horror notou que não podia mais fiar. Naturalmente, seu medo foi grande, pois certamente queria chegar até o chão. Então se espremeu e espremeu para fazer o fio mais comprido. Espremeu-se com toda a força - houve um ruído alto - e o camponês acordou. Algo muito humano havia-lhe acontecido enquanto dormia.

Encontramos aqui o fio tecido como um novo símbolo para fezes evacuadas, embora a psicanálise não nos forneça nenhum correspondente para essa simbolização mas, pelo contrário, atribua outro significado simbólico a fio. Esta contradição será resolvida posteriormente. [Ver em [1].]

O sonho seguinte, ricamente elaborado e mordazmente narrado, poderia ser descrito como ‘sociável’; ele termina com a esposa sendo sujada. Seus pontos de concordância com o sonho anterior, no entanto, são muito marcantes. O Camponês, é verdade, não está morto, mas se acha no Céu, quer retornar à Terra e experimenta a mesma dificuldade em ‘fiar’ um fio suficientemente longo para permitir-lhe chegar em baixo. Todavia, não tece este fio para si mesmo como uma aranha, de seu próprio corpo, mas, de maneira menos fantástica, de tudo que pode amarrar, e, como o fio ainda não é bastante longo para chegar, os anjinhos efetivamente o aconselham a defecar e a encompridar a corda com os excrementos.

A ASCENSÃO DO CAMPONÊS AO CÉU

Um camponês teve o seguinte sonho. Ele escutara que o trigo no Céu estava muito valorizado, de maneira que pensou que gostaria de levar seu trigo para lá. Carregou a carroça, arreou o cavalo e pôs-se a caminho. Viajou muito tempo até que viu a estrada do Céu e a seguiu. Assim chegou aos portões do Céu e - vejam só! - eles estavam abertos. Avançou direto, a fim de ir parar lá dentro, mas mal havia dirigido a carroça para eles quando - blam! - os portões se fecharam com estrondo. Então, começou a implorar: ‘Deixem-me entrar, por favor, sejam bondosos!’ Mas os anjos não o deixaram entrar e disseram-lhe que havia chegado tarde. Então, ele viu que nada tinha a fazer ali, que não havia nada para ele, de modo que deu meia volta. Mas - imaginem! - a estrada pela qual havia viajado desaparecera. O que deveria fazer? Dirigiu-se novamente aos anjos: ‘Queridinhos, por favor, sejam bonzinhos e levem-me de volta à Terra, se for possível! Dêem-me uma estrada, a fim de que possa voltar a casa com meu cavalo e minha carroça!’ Mas os anjos responderam: ‘Não, filho do homem, seu cavalo e sua carroça ficam aqui e você pode descer como quiser.’ ‘Mas como é que vou descer.’ Então, ele apanhou as rédeas. Desceu, desceu, e então olhou para baixo - a Terra ainda estava muito longe. Subiu novamente e encompridou a corda que havia atado, acrescentando-lhe a cilha e os tirantes. Depois, começou a descer novamente, mas mesmo assim ainda não alcançava a Terra; de modo que atou também os varais e o corpo da carroça. Ainda era curto. O que fazer agora? Deu tratos à bola e então pensou: ‘Ah, vou encompridá-la com o casaco, as calças, a camisa e depois com o cinto’. E foi o que fez; atou tudo e desceu. Quando chegou ao final do cinto, a Terra ainda se achava longe. E aí não soube o que fazer; não tinha mais nada para atar e pular era perigoso; poderia quebrar o pescoço. Implorou novamente aos anjos: ‘Sejam gentis, levem-me de volta para a Terra!’ Os anjos responderam: ‘Cague, que o estrume dará uma corda.’ E ele cagou e cagou quase meia hora, até não lhe sobrar mais nada para cagar. Deu uma longa corda e ele desceu por ela. Desceu, desceu e chegou ao fim da corda, mas a Terra ainda se achava longe. Começou então a implorar de novo aos anjos que o levassem de volta para a Terra. Mas os anjos responderam: ‘Ora, filho do homem, mije, que o mijo dará um cordão de seda!’ O camponês mijou e mijou, sem parar, até não poder mais. Viu que o mijo se havia realmente transformado num cordão de seda e agarrou-se nele. Desceu, desceu e chegou ao fim do cordão; olhou e este não chegava ainda à Terra: eram necessárias ainda uma braça e meia ou duas. Mais uma vez implorou aos anjos que o levassem para baixo, mas os anjos responderam: ‘Não, irmão, agora não tem mais ajuda; pula!’ O camponês balançou-se indeciso na corda; não conseguia reunir coragem para pular. Mas, então, viu que não lhe restava outra saída e - bum! - em vez de pular do Céu, caiu voando da estufa e só recobrou os sentidos no meio do quarto. Aí acordou e gritou: ‘Mulher, mulher, onde é que você está?’ A esposa acordou, pois escutara o alarido, e disse ‘Diabos o levem, está ficando maluco?’ Apalpou em volta e viu a sujeira: o marido havia cagado e mijado em cima dela. Começou a xingá-lo e a repreendê-lo severamente. O camponês perguntou: ‘Por que está reclamando? Já temos amolações bastantes, de qualquer jeito. O cavalo está perdido, ficou lá no Céu, e eu quase morri. Deus seja louvado que ainda me acho vivo, pelo menos!’ ‘que besteiras está falando? Você andou bebendo demais. O cavalo está no estábulo, você estava em cima da estufa e me sujou toda e depois pulou lá de cima’. Foi

então que o homem recobrou o domínio e somente aí começou a compreender que havia simplesmente sonhado aquilo tudo e então contou à mulher o sonho, de como havia viajado até o Céu e, de lá, descera novamente à Terra.

Neste ponto, contudo, a psicanálise impõe-nos uma interpretação que altera toda nossa visão desta espécie de sonhos. Objetos extensíveis, assim nos diz a experiência de interpretação de sonhos, são normalmente símbolos de ereção. Em ambas estas anedotas de sonhos, a ênfase reside no elemento de o fio recusar-se a ficar suficientemente longo e a ansiedade no sonho acha-se também ligada ao mesmo elemento. O fio, além disso, como todas as coisas a ele análogas (cordel, corda, barbante etc.), é um símbolo do sêmen. O camponês, pois, está-se esforçando por produzir uma ereção e somente quando esta não é bem sucedida é que recorre à defecação. Surge imediatamente, nestes sonhos, uma necessidade sexual por trás da excremental.

Esta necessidade sexual, porém, é muito mais adequada para explicar os constituintes remanescentes do conteúdo do sonho. Somos forçados a admitir, se estivermos prontos a presumir que estes sonhos fictícios são, em essência, corretamente construídos, que a ação onírica pela qual terminam deve ter um significado, o significado pretendido pelos pensamentos latentes do sonhador. Se este defeca sobre a mulher no final, então todo sonho deve ter isto por objetivo e fornecer o motivo para tal desenlace. Este motivo não pode significar senão um insulto à esposa, ou, estritamente falando, uma rejeição a ela. É então fácil estabelecer associação entre isto e a significação mais profunda da ansiedade expressa no sonho.

A situação, a partir da qual este último sonho se desenvolve, pode ser explicada de acordo com as sugestões seguintes. A pessoa adormecida é dominada por uma intensa necessidade erótica, indicada por símbolos bastante claros no início do sonho (ele ouvira dizer que o trigo - provavelmente equivalente ao sêmen - estava muito valorizado. Avançou, a fim de passar com seu cavalo e carroça - símbolos genitais - pelos portões abertos do Céu). Mas este impulso libidinal provavelmente se aplica a um objeto inatingível. Os portões se fecham, ele abandona sua intenção e quer retornar à Terra. Mas a esposa, deitada a seu lado, não o atrai; esforça-se em vão por conseguir uma ereção com ela. O desejo de livrar-se dela, a fim de substituí-la por outra mulher melhor é, no sentido infantil, um desejo de morte. Quando alguém acalenta tais desejos em seu inconsciente contra uma pessoa que, não obstante, é realmente amada, eles se transformam, para esse alguém, em medo da morte, temor por sua própria vida. Daí a presença, nestes sonhos, do estado de morto, da ascensão ao Céu, do desejo hipócrita de ver mulher e filhos novamente. Mas a libido sexual desapontada encontra liberação ao longo do caminho da regressão, no impulso de desejo excremental, que injuria e emporcalha o objeto sexual imprestável.

Se este sonho específico torna plausível uma interpretação deste tipo, então, em vista das peculiaridades do material que o sonho contém, só podemos conseguir testar a interpretação

aplicando-a a toda uma sucessão de sonhos com conteúdo afim. Com este objetivo em vista, retornemos aos sonhos anteriormente mencionados, onde encontramos a situação de um homem que dorme com outro como companheiro de leito. A presença da mulher nestes sonhos adquire agora, retrospectivamente, significado adicional. O que dorme, dominado por um impulso libidinal, rejeita o homem; quer vê-lo longe e uma mulher em seu lugar. Um desejo de morte, dirigido contra o companheiro de cama masculino e indesejado, é certo que não é tão severamente punido pela censura moral quanto um dirigido contra a esposa, mas a reação é suficientemente ampla para fazer voltar o desejo contra si próprio ou contra o objeto feminino desejado. O próprio sonhador é levado pela morte; e não é o homem que está morto, mas a mulher pela qual o sonhador anseia. Todavia, no final, a rejeição do objeto sexual masculino encontra um escoadouro no emporcalhamento deste, e isto é sentido e vingado pelo outro como uma afronta.

Nossa interpretação adapta-se, assim, a este grupo de sonhos. Se retornarmos agora aos sonhos acompanhados pelo emporcalhamento da mulher, estaremos preparados para descobrir que elementos ausentes ou apenas sugeridos no sonho que tomamos como exemplo são inequivocamente expressos em outros sonhos semelhantes.

No sonho de defecação seguinte, o emporcalhamento da mulher não é enfatizado, mas é-nos dito muito claramente, tanto quanto possível no reino do simbolismo, que o impulso libidinal se acha dirigido para outra mulher. A pessoa que sonha não deseja sujar seu próprio campo, mas pretende defecar na terra do vizinho.

ESTÚPIDO!

Um camponês sonhou que estava trabalhando em seu campo de trevos. Foi surpreendido por uma necessidade urgente e, visto não querer sujar seu próprio trevo, correu até a árvore que se erguia no campo do vizinho, baixou as calças e deixou cair uma rodela de bom tamanho sobre o chão. Finalmente, quando satisfeito acabou, quis limpar-se e começou a arrancar grama com vontade. Mas, o que era aquilo? Nosso camponês acordou de seu sono com um tranco e agarrou sua bochecha dolorida, que alguém havia acabado de esbofetear. ‘Seu estúpido velho e surdo’ - voltando a si, ouviu a mulher, a seu lado na cama, a xingá-lo. ‘Quer parar de puxar os meus pêlos, quer?’

Arrancar cabelos (grama), que aqui toma o lugar de emporcalhar, está mencionado ao lado deste no sonho seguinte. A experiência psicanalítica demonstra que se origina do grupo de símbolos relativos à masturbação (*ausreissen, abreissen* [sacar, arrancar]).

O desejo de morte da pessoa que sonha, dirigido contra a esposa, pareceria ser o que mais

exige confirmação em nossa interpretação. Mas no sonho que se segue, o sonhador realmente enterra a esposa (hipocritamente designada como um tesouro), ao enterrar o recipiente que contém o ouro na terra e, como é comum nos sonhos sobre tesouro, ao deixar cair um monte de fezes em cima, para assinalar o lugar. Durante a escavação, ele está com as mãos ocupadas na vagina da mulher.

O SONHO DO TESOURO

Certa vez um camponês teve um sonho terrível. Pareceu-lhe que era tempo de guerra e que todo o distrito estava sendo saqueado pelos soldados inimigos. Mas ele possuía um tesouro em relação ao qual se achava tão assustado que não sabia bem o que fazer com ele nem mesmo onde, na verdade, deveria escondê-lo. Por fim, pensou em enterrá-lo no jardim, onde sabia de um lugar bom e apropriado. E sonhou ainda que saiu e foi até o lugar onde queria cavar a terra, de maneira a colocar grande pote no buraco. Mas, ao procurar uma ferramenta para escavar, não encontrou nada em volta e afinal teve de usar as mãos. Assim, cavou o buraco com as mãos nuas, nele depositou o pote de barro com o dinheiro e cobriu tudo novamente com terra. Já ia embora, mas deteve-se lá um instante e pensou consigo mesmo: ‘Mas, quando os soldados se forem de novo, como farei para encontrar o tesouro, se não puser uma marca aqui?’ E imediatamente começou a procurar; procurou aqui e acolá, em cima e em baixo, em todo o lugar. Não, no final nada encontrou, em parte alguma que lhe pudesse indicar novamente o lugar em que enterrara o dinheiro. Logo em seguida, porém, sentiu uma necessidade. ‘Ah’, disse consigo, ‘é isso mesmo, posso cagar em cima’. De maneira que abaixou as calças imediatamente e fez um belo monte no lugar em que enterrara o pote. Viu então perto dele, um pouco de grama e ia arrancá-la, de modo a poder limpar-se com ela. Nesse momento, porém, recebeu uma bofetada tal que, por um segundo, ficou inteiramente tonto e olhou em volta espantado. Logo em seguida escutou a esposa, fora de si de raiva, a gritar-lhe: ‘Seu bastardo atrevido, seu imprestável! Pensa que tenho de aturar tudo que vem de você? Primeiro mexe com as duas mão na minha boceta, depois caga em cima dela e agora quer até arrancar-lhe os pêlos!’

Com este exemplo, retornamos aos sonhos de tesouro com que começamos, e observamos que estes sonhos de defecação que se relacionam a tesouros contêm pouco ou nenhum medo da morte, enquanto que os outros, nos quais a relação com a morte é diretamente expressa (sonhos de uma ascensão ao Céu), desprezam o tesouro e motivam a defecação de outras maneiras. É quase como se a transformação hipócrita da esposa num tesouro evitasse a punição pelo desejo de morte.

Um desejo de morte dirigido contra a mulher é muito claramente admitido em outro sonho de ascensão ao Céu, o qual, contudo, não termina pela defecação sobre o corpo da mulher, mas por uma atividade sexual que inclui seus órgãos genitais, como já acontecera no sonho anterior. A pessoa que sonha realmente encurta a vida da esposa, a fim de alongar a sua, ao passar óleo da lâmpada da vida dela para a sua própria. Como compensação por esta

hostilidade indisfarçada, aparece no final do sonho algo semelhante a uma tentativa de carícia.

A LUZ DA VIDA

São Pedro apareceu a um homem quando este se achava profundamente adormecido e levou-o para o Paraíso. O homem concordou em ir de toda boa vontade e partiu com São Pedro. Passearam pelo Paraíso longo tempo e chegara a um bosque, grande e espaçoso mas mantido em perfeita ordem, onde lâmpadas dependuradas ardiam em cada árvore. O homem perguntou a São Pedro o que significava aquilo. São Pedro respondeu que eram lâmpadas que só ardiam enquanto um homem vivia; assim que o óleo se gastava e a lâmpada se apagava, o homem também tinha de morrer ao mesmo tempo. Isto interessou muito ao homem e ele perguntou a São Pedro se podia levá-lo até sua própria Lâmpada. São Pedro deferiu-lhe o pedido e conduziu-o até a lâmpada da esposa; ao lado desta, achava-se a lâmpada do homem. Este viu que a lâmpada da esposa ainda tinha bastante óleo, mas que havia muito pouco na sua e isto o deixou muito triste, pois teria de morrer cedo, e perguntou se São Pedro podia despejar um pouco mais de óleo na sua lâmpada. São Pedro respondeu que era Deus que colocava o óleo, no momento em que um homem nascia e determinava para cada um a duração da vida. Isto deixou o homem muito abatido e ele chorou e lamentou-se ao lado de sua lâmpada. São Pedro lhe disse: 'Fique aí, mas eu tenho de ir - tenho mais o que fazer.' O homem rejubilou-se com isto e, mal São Pedro se achava fora de vista, começou a mergulhar o dedo na lâmpada da mulher e a pingar o óleo na sua própria. Fez isto diversas vezes e, quando São Pedro se aproximou, ele deu um pulo, aterrorizado, acordou do sonho, e viu que estivera enfiando o dedo na boceta da mulher e depois fazendo-o pingar dentro da boca e lambendo o dedo.

Nota. Segundo uma versão contada por um viajante de Sarajevo, o homem desperta após levar da mulher um bofetão nos ouvidos, pois a havia acordado ao mexer em suas partes pudendas. Nesta versão, São Pedro acha-se ausente e, ao invés de lâmpadas pendentes, há vidros com óleo a queimar. De acordo com uma terceira versão, que escutei de um estudante em Mostar, um venerável homem de barbas brancas mostra ao homem diversas velas a arder. A dele é muito delgada, e a da mulher enormemente espessa. A fim de alongar sua vida, o homem começa então, com ardente entusiasmo, a lamber a vela grossa. Mas leva então uma tremenda bofetada. 'Eu sabia que você era um bobo, mas, honestamente, não sabia que fosse um porco também', disse-lhe a mulher, porque, no sono, ele lhe estava lambendo a boceta.

A história é extraordinariamente difundida na Europa.

Este é o momento de relembrar o ‘sonho mau’ da mulher que terminou por ela puxar o órgão de seu marido, como se quisesse arrancá-lo [Ver a partir de [1]]. A interpretação que vimos razão para efetuar naquele caso concorda inteiramente com a interpretação dos sonhos de defecação dos homens, tal como é exposta aqui. No sonho da esposa insatisfeita, também ela descaradamente se livra do marido (e da filha), como obstáculos existentes no caminho da satisfação.

Outro sonho de defecação, sobre cuja interpretação não podemos, talvez, estar completamente certos, sugere, contudo, que devemos admitir existirem certas diferenças na intenção desses sonhos, e lança nova luz sobre sonhos como os que acabamos de mencionar e sobre alguns que ainda devem se seguir, nos quais a ação onírica consiste na manipulação dos órgãos genitais da mulher.

‘DE MEDO’

O Paxá passou a noite com o Bei. Quando chegou o dia seguinte, o Bei ficou deitado na cama e não quis levantar-se. O Bei perguntou ao Paxá: ‘O que foi que você sonhou?’ ‘Sonhei que sobre o minarete havia outro minarete.’ ‘Poderia ser?’ ficou pensando o Bei. ‘E que mais você sonhou?’ ‘Sonhei’, disse ele, ‘que sobre o minarete havia um cântaro de cobre e que havia água no cântaro. O vento soprou e o cântaro de cobre balançou. Agora, o que teria feito você, se houvesse sonhado isso?’ ‘Teria me mijado, e cagado também, de medo.’ ‘Veja você, eu só me mije.’

Este sonho exige uma interpretação simbólica, por seu conteúdo manifesto ser inteiramente incompreensível, embora os símbolos sejam inequivocamente claros. Por que deveria o sonhador senti-se realmente assustado pela visão de um cântaro de água a balançar-se na ponta de um minarete? Mas um minarete é otimamente adequado para ser símbolo do pênis e o receptáculo de água a mover-se ritmicamente parece um bom símbolo dos órgãos genitais femininos no ato da copulação. O Paxá teve portanto um sonho de copulação e, se seu hospedeiro sugere a defecação com relação a ele, é provável que a interpretação deva ser buscada na circunstância de ambos serem homens velhos e impotentes, em quem a velhice ocasionou a mesma proverbial substituição do prazer sexual pelo excremental que, como vimos, surgiu nos outros devido à falta de um objeto sexual apropriado. Para um homem que não mais pode copular, diz o povo com seu grosseiro amor pela verdade, ainda resta o prazer de cagar; podemos dizer de tal homem que há uma volta do erotismo anal, que existia antes do erotismo genital, e foi reprimido e substituído por este último impulso. Os sonhos de defecação podem assim ser também sonhos de impotência.

A diferença entre as interpretações não é tão pronunciada como poderia parecer à primeira vista. Também os sonhos de defecação, nos quais a vítima é uma mulher, tratam da impotência - uma impotência relativa, pelo menos, quanto à pessoa específica que não mais

possui qualquer atração para o que sonha. Um sonho de defecação torna-se assim o sonho de um homem que não mais pode satisfazer uma mulher, bem como de um homem a quem uma mulher não mais satisfaz.

A mesma interpretação (de sonhos de impotência) também pode ser aplicada a um sonho das *Facetiae*, de Poggio, que, manifestamente, se apresenta como o sonho de um homem ciumento - isto é, na realidade, de um homem que não acha que possa satisfazer sua mulher.

O ANEL DA FIDELIDADE

Franciscus Philelphus tinha ciúmes da mulher e, atormentado pelo grande temor de que ela tivesse relações com outro homem, dia e noite lhe montava guarda. Visto que o que nos ocupa na vigília costuma retornar nos sonhos, apareceu-lhe durante o sono um demônio que lhe disse que, se agisse de acordo com suas ordens, a mulher sempre lhe permaneceria fiel. No sonho, Franciscus respondeu-lhe que ficaria muito penhorado e prometeu-lhe uma recompensa.

‘Toma este anel!’, respondeu o demônio, ‘e usa-o em teu dedo com cuidado. Enquanto o usares, tua mulher não poderá deitar-se com nenhum outro homem sem o teu conhecimento.’

Enquanto acordava, excitado de alegria, sentiu que estava enfiando o dedo na vulva da esposa.

Os ciumentos não tem melhor expediente; desta maneira, suas mulheres nunca se podem deixar possuir por outro homem sem o conhecimento dos maridos.

Esta anedota de Poggio é considerada como a fonte de uma história de Rabelais, que, sob outros aspectos muito semelhante, é mais clara, uma vez que realmente descreve o marido, já velho, a trazer para casa uma jovem esposa, que então lhe dá motivos para temores ciumentos.

Hans Carvel era um homem instruído, experimentado e diligente; um homem de honra, de boa compreensão e julgamento, benevolente, caridoso com os pobres, e um alegre filósofo. Além disso, era um bom companheiro, que gostava de uma troça, um tanto corpulento e instável, mas também bem construído sob todos os aspectos. Na velhice, casou-se com a

filha de Concordat, o meirinho, mulher jovem, bonita, boa, alegre, vivaz e agradável, apenas talvez um pouco amistosa demais com os vizinhos e criados do sexo masculino. Assim, aconteceu que, ao fim de algumas semanas, ele se tornou ciumento como um tigre e desconfiou que ela estivesse dando suas voltinhas por aí. Para resguardar-se disto, relatou-lhe toda uma série de agradáveis histórias de castigos por adultério, leu-lhe muitas vezes em voz alta encantadoras lendas de mulheres virtuosas, pregou-lhe o evangelho da castidade, escreveu-lhe um pequeno volume de canções em louvor da fidelidade matrimonial, atacou com palavras mordazes e cáusticas a licenciosidade das esposas indisciplinadas e, além disso tudo, ofertou-lhe um magnífico colar, cravejado de safiras orientais.

Mas, independente disso, viu que ela se dava com os vizinhos de maneira tão amistosa e sociável que seu ciúme cresceu ainda mais. Certa noite, enquanto se achava deitado com ela na cama, em meio a estas penosas reflexões, sonhou que falava com o Demônio Personificado e lamentava seu pesar. Mas o Diabo o confortou, pôs-lhe um anel no dedo e disse-lhe: ‘Toma este anel; enquanto o levares no dedo, nenhum outro homem terá conhecimento carnal de tua mulher, sem teu conhecimento e contra tua vontade.’ ‘Mil agradecimentos, ó Senhor Diabo!’ exclamou Hans Carvel. ‘Renegarei Maomé antes de tirar este anel do dedo.’ O Diabo desapareceu: Hans Carvel, porém, acordou com o coração feliz e descobriu que estava com o dedo enfiado naquela parte de sua mulher.

Esqueci-me de contar que a jovem esposa, ao senti-lo deu um pulo com as nádegas para trás, como se dissesse: ‘Pare! Não, não! Não é isso o que se deve botar aí!’ - o que fez Hans Carvel imaginar que alguém queria arrancar o seu anel.

Não é uma medida infalível? Creiam-me, ajam de acordo com este exemplo e tomem cuidado para, em todas as ocasiões, ter o anel da mulher no dedo!

O Demônio, que aparece aqui como conselheiro, como o faz nos sonhos de tesouro, dá-nos uma pista sobre algo dos pensamentos latentes do sonhador. Originalmente, pelo menos, imaginava-se que ele ‘tomasse’ a esposa infiel que é difícil de vigiar. Mostra, então, no sonho manifesto, um meio infalível de guardá-la permanentemente. Nisto também identificamos uma analogia com o desejo de livrar-se de alguém (desejo de morte) dos sonhos de defecação.

Concluiremos esta pequena compilação de sonhos, acrescentando um sonho de loteria, cuja vinculação com os outros é bastante ligeira, mas serve para confirmar a sugestão que apresentamos anteriormente [ver em [1]], de que a loteria simboliza um contrato de casamento.

NÃO ADIANTA CHORAR SOBRE O LEITE DERRAMADO!

Um mercador teve um estranho sonho. Sonhou que vira uma bunda de mulher, com tudo o que lhe é próprio. Numa das metades estava o número 1 e, na outra, um 3. Diante disso, o mercador teve a idéia de comprar um bilhete de loteria. Pareceu-lhe que essa figura de seu sonho constituía um augúrio feliz. Sem esperar até a nona hora, a primeira coisa que fez foi correr até o banco, pela manhã, a fim de adquirir o bilhete. Chegado lá, sem deter-se para pensar, pediu o bilhete nº 13, ou seja, os menos algarismos que havia visto no sonho. Após haver comprado o bilhete, nem só um dia se passou sem que ele examinasse todos os jornais, para ver se seu número havia saído. Após uma semana, ou no máximo dez dias, surgiu a lista de extração. Quando a examinou, viu que seu número não havia saído, mas sim o número 103, série 8, que havia ganho 200.000 rublos. O mercador quase arrancou os cabelos. ‘Devo ter cometido um engano! Há algo errado!’ Achava-se fora de si, quase inconsolável e não podia conceber qual a razão de haver ele tido um sonho assim. Resolveu então debater o assunto com um amigo, para ver se este não poderia explicar seu infortúnio. Encontrou o amigo e contou-lhe tudo minuciosamente. Então, o amigo disse: ‘Seu simplório! Então você não viu o zero entre o número 1 e o número 3 na bunda?!’ ‘Ah, diabos me levem, nunca me ocorreu que a bunda tinha um zero.’ ‘Mas estava lá claro e evidente, só que você não calculou certo o número da loteria. E o número 8, pertencente à série - a boceta lhe mostra isso - ela é como um número 8’. - Não adianta chorar sobre o leite derramado!

Nossa intenção ao publicar este breve artigo foi dupla. Por um lado, desejávamos sugerir que não se deve deixar desencorajar pela natureza amiúde repulsivamente suja e indecente deste material popular de nele buscar confirmação valiosa das opiniões psicanalíticas. Assim, nesta ocasião, pudemos estabelecer o fato de que o folclore interpreta os símbolos oníricos da mesma maneira que a psicanálise, e que, ao contrário da altamente proclamada opinião popular, deriva um grupo de sonhos de necessidades e desejos que se tornaram imediatos. Por outro lado, gostaríamos de expressar a opinião de que é cometer uma injustiça com o povo comum supor que emprega esta forma de entretenimento simplesmente para satisfazer os desejos mais grosseiros. Parece antes que por trás destas feias fachadas se acham ocultas reações mentais a impressões da vida que devem ser tomadas a sério, que até mesmo entristecem - reações a que o povo comum está pronto a entregar-se, desde que se façam acompanhar por uma produção de prazer grosseiro.

SOBRE A PSICANÁLISE (1913 [1911])

NOTA DO EDITOR INGLÊS

(a) EDIÇÃO ALEMÃ:

(1911 Data de composição; não subsiste texto alemão.)

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘On Psycho-Analysis’

1913 *Congresso Médico Australasiano, Atas da Nona Sessão, 2, Parte 8, 839-42.*

A presente tradução inglesa é uma versão modificada da publicada em 1913.

No começo de março de 1911, Freud recebeu um convite do Dr. Andrew Davidson, secretário da Seção de Medicina Psicológica e Neurologia, para enviar um artigo a ser lido perante o Congresso Médico Australasiano, que se deveria reunir em Sidney em setembro daquele ano. Ele enviou o artigo em 13 de maio; foi devidamente lido e posteriormente publicado nas Atas do Congresso, juntamente com artigos (também sobre assuntos psicanalíticos) da autoria de Jung e Havelock Ellis.

Nenhum texto alemão pôde ser achado, mas parece improvável, a partir de evidências internas, que a versão publicada possa ter sido escrita pelo próprio Freud em inglês. É mais provável que tenha sido traduzida de um original, alemão, possivelmente na Austrália. Não parece haver razão específica, portanto, para ater-se ao texto publicado, e, por conseguinte, efetuamos nele algumas ligeiras modificações terminológicas e estilísticas.

SOBRE A PSICANÁLISE

Em resposta à amistosa solicitação do Secretário de sua Seção de Neurologia e Psiquiatria, aventuro-me a chamar a atenção deste Congresso para o tema da psicanálise, que está sendo extensamente estudada, na época atual, na Europa e nos Estados Unidos.

A psicanálise constitui uma combinação notável, pois abrange não apenas um método de pesquisas das neuroses, mas também um método de tratamento baseado na etiologia assim descoberta. Posso começar dizendo que a psicanálise não é fruto da especulação mas sim o resultado da experiência; e, por essa razão, como todo novo produto da ciência, acha-se incompleta. É viável a todos convencerem-se por suas próprias investigações da correção das teses nelas corporificadas e auxiliar no desenvolvimento ulterior do estudo.

A psicanálise começou com pesquisas sobre histeria, mas, com o decorrer dos anos, estendeu-se muito além desse campo de trabalho. Os *Estudos sobre a Histeria*, de autoria de Breuer e minha, publicados em 1895, foram os primórdios da psicanálise. Eles seguiram o rastro do trabalho de Charcot sobre histeria ‘traumática’, as investigações dos fenômenos da hipnose efetuadas por Liébeault e Bernheim e os estudos de Janet sobre os processos mentais inconscientes. A psicanálise logo encontrou-se em nítida oposição com as opiniões de Janet, por (a) declinar de remontar a histeria diretamente à degeneração hereditária congênita; (b) oferecer, ao invés de mera descrição, uma explicação dinâmica baseada na

ação recíproca das forças psíquicas, e (c) atribuir a origem da dissociação psíquica (cuja importância fora reconhecida também por Janet) não a uma [falha de] síntese mental resultante de incapacidade congênita, mas sim a um processo psíquico especial, conhecido como ‘repressão’ (*Verdrängung*).

Foi conclusivamente provado que os sintomas histéricos são resíduos (reminiscências) de experiências profundamente comovedoras, afastadas da consciência cotidiana, e que sua forma é determinada (de maneira que exclui a ação deliberada) por pormenores dos efeitos traumáticos das experiências. Segundo este ponto de vista, as perspectivas terapêuticas residem na possibilidade de livrar-se desta ‘repressão’, de modo a permitir que parte do material psíquico inconsciente se torne consciente e privá-la assim de seu poder patogênico. Esta visão é dinâmica, na medida em que encara os processos psíquicos como deslocamentos de energia psíquica que podem ser medidos pelo valor de seu efeito sobre os elementos afetivos. Isto é muito significativo na histeria, onde o processo de ‘conversão’ cria os sintomas pela transformação de uma quantidade de impulsos mentais em inervações somáticas.

Os primeiros exames e tentativas psicanalíticas de tratamento foram feitos com o auxílio do hipnotismo. Posteriormente, este foi abandonado e o trabalho foi efetuado pelo método da ‘associação livre’, com o paciente em seu estado normal. Esta modificação teve a vantagem de permitir que o processo fosse aplicado a um número muito maior de casos de histeria, assim como a outras neuroses e também a pessoas sadias. Tornou-se necessário, porém, o desenvolvimento de uma técnica especial de interpretação, a fim de tirar conclusões das idéias expressadas pela pessoa em investigação. Estas interpretações estabeleceram com completa certeza o fato de que as dissociações psíquicas são inteiramente sustentadas por ‘resistências internas’. Parece portanto justificada a conclusão de que as dissociações se originaram devido a conflito interno, que conduziu à ‘repressão’ do impulso subjacente. Para superar este conflito e desta maneira curar a neurose, é necessária a mão orientadora de um médico treinado em psicanálise.

Ademais, demonstrou-se ser geralmente verdadeiro que, em todas as neuroses, os sintomas patológicos são realmente os produtos finais desses conflitos, que conduziram à ‘repressão’ e à ‘divisão’ (*splitting*) da mente. Os sintomas são gerados por mecanismos diferentes: (a) seja como formações de substituição das forças reprimidas, seja (b) como conciliações entre as forças repressoras e reprimidas, seja (c) como formações reativas e salvaguardas contra as forças reprimidas.

As pesquisas estenderam-se ulteriormente às condições que determinam se os conflitos psíquicos conduzirão ou não à ‘repressão’ (isto é, à dissociação dinamicamente provocada), visto não ser necessário dizer que um conflito psíquico, *per se*, pode ter também um desfecho normal. A conclusão a que a psicanálise chegou foi que tais conflitos davam-se

sempre entre os instintos sexuais (empregando a palavra ‘sexual’ em seu sentido mais amplo) e os desejos e tendências do restante do ego. Nas neuroses, são os instintos sexuais que sucumbem à ‘repressão’, e constituem assim a base mais importante para a gênese dos sintomas, que podem, por conseguinte, ser encarados como substitutos de satisfações sexuais.

Nosso trabalho sobre a questão da disposição às afecções neuróticas acrescentou o fato ‘infantil’ ao somático e ao hereditário, até então identificados. A psicanálise foi obrigada a remontar a vida mental dos pacientes até sua primeira infância, e chegou-se à conclusão de que inibições de desenvolvimento mental (‘infantilismos’) apresentam uma disposição à neurose. Especificamente, aprendemos, de nossas investigações da vida sexual, que existe realmente algo chamado ‘sexualidade infantil’, que o instinto sexual é constituído de muitos componentes e atravessa um complicado curso de desenvolvimento, cujo desfecho final, após muitas restrições e transformações, é a sexualidade ‘normal’ dos adultos. As enigmáticas perversões do instinto sexual que ocorrem em adultos parecem ser inibições de desenvolvimento, fixações ou crescimentos assimétricos. Assim, as neuroses são o negativo das perversões.

O desenvolvimento cultural imposto à humanidade é o fator que torna inevitáveis as restrições e repressões do instinto sexual, sendo exigidos sacrifícios maiores ou menores, de acordo com a constituição individual. O desenvolvimento quase nunca é conseguido de modo suave e podem ocorrer distúrbios (quer por causa da constituição individual ou de incidentes sexuais prematuros) que deixem atrás de si uma disposição a futuras neuroses. Tais disposições podem permanecer inofensivas se a vida do adulto progride de modo satisfatório e tranqüilo, mas podem tornar-se patogênicas se as condições da vida madura proíbem a satisfação da libido ou exigem gravemente sua supressão.

Pesquisas sobre a atividade sexual de crianças conduziram a outra concepção do instinto sexual, baseada não em seus intuítos, mas em suas fontes. O instinto sexual possui em alto grau a capacidade de ser desviado dos objetivos sexuais diretos e ser dirigido no sentido de metas mais elevadas, que não são mais sexuais (‘sublimação’). O instinto fica assim capacitado a efetuar contribuições muito importantes às realizações sociais e artísticas da humanidade.

O reconhecimento da presença simultânea dos três fatores de ‘infantilismo’, ‘sexualidade’ e ‘repressão’ constitui a principal característica da teoria psicanalítica e assinala sua distinção de outras visões da vida mental patológica. Ao mesmo tempo, a psicanálise demonstrou que não existe diferença fundamental, mas apenas de grau, entre a vida mental das pessoas normais, dos neuróticos e dos psicóticos. Uma pessoa normal tem de passar pelas mesmas repressões e lutar com as mesmas estruturas substitutas; a única diferença é que ela lida com estes acontecimentos com menos dificuldade e mais sucesso. O método psicanalítico de investigação pode, por conseguinte, ser aplicado igualmente à explanação

dos fenômenos psíquicos normais e tornou possível descobrir o estreito relacionamento existente entre produtos psíquicos patológicos e estruturas normais, tais como os sonhos, os pequenos erros da vida cotidiana, e fenômenos tão valiosos como chistes, mitos e obras da imaginação. A explicação foi conduzida mais longe no caso dos sonhos e resultou aqui na seguinte fórmula geral: ‘O sonho é uma realização, disfarçada de um desejo reprimido.’ A interpretação de sonhos tem por objetivo a remoção do disfarce a que os pensamentos do que sonha foram submetidos. Constitui, além disso, auxílio altamente valioso à técnica psicanalítica, porque é o método mais conveniente de obter uma compreensão interna (*insight*) da vida psíquica inconsciente.

Amiúde há uma tendência nos círculos médicos e, especialmente, nos círculos psiquiátricos, para contradizer as teorias da psicanálise sem nenhum estudo real ou aplicação prática delas. Isto se deve não apenas à notável novidade destas teorias e ao contraste que apresentam com as opiniões até aqui sustentadas pelos psiquiatras, mas também ao fato de as premissas e a técnica da psicanálise acharem-se relacionadas muito mais de perto com o campo da psicologia que com o da medicina. Não se pode discutir, contudo, que os ensinamentos puramente médicos e não psicológicos até o presente muito pouco fizeram por uma compreensão da vida mental. O progresso da psicanálise é ainda retardado pelo termo que o observador médio sente de ver-se a si mesmo em seu próprio espelho. Os homens de ciência tendem a enfrentar resistências emocionais com argumentos e, assim, satisfazem-se a si mesmos para sua própria satisfação! Quem quer que deseje não ignorar uma verdade fará bem em desconfiar de suas antipatias e, se quiser submeter a teoria da psicanálise a um exame crítico, que primeiro se analise a si mesmo.

Não posso achar que nestas poucas frases tenha conseguido pintar um quadro claro dos princípios e propósitos da psicanálise, mas a elas adicionarei uma relação das principais publicações sobre o assunto, cujo estudo fornecerá maiores esclarecimentos a quem quer que eu possa ter interessado.

1. Breuer e Freud, *Studien über Hysterie*, 1895, Fr. Deuticke, Viena. Uma parte deles foi traduzida para o inglês em ‘Selected Papers on Hysteria and other Psycho-neuroses’, do Dr. A. A. Brill, Nova Iorque, 1909.

2. Freud, *Drei Abhandlungen zur Sexualtheorie*, Viena, 1905. Tradução inglesa do Dr. Brill, ‘Three Contributions to the Sexual Theory’, Nova Iorque, 1910.

3. Freud, *i*, S. Karger, Berlim, 3ª edição. 1910.
4. Freud, *Die Traumdeutung*, Viena, 1900, 3ª ed., 1911.
5. Freud, 'The Origin and Development of Psycho-analysis', *Amer. Jour. of Psychology*, abril, 1910. Também em alemão: *Ueber Psychoanalyse*, Cinco conferências pronunciadas na Universidade Clark, Worcester, Mass., 1909.
6. Freud, *Der Witz und seine Beziehung zum Unbewussten*, Viena, 1905.
7. Freud, *Collection of minor papers on the Doctrine of Neuroses*, 1893-1906. Viena, 1906.
8. Idem, segunda compilação. Viena, 1909.
9. Hitschmann, *Freud's Neurosenlehre*, Viena, 1911.
10. C. G. Jung, *Diagnostische Associationsstudien*, dois volumes, 1906-1910.
11. C. G. Jung, *Über die Psychologie der Dementia Praecox*, 1907.
12. *Jahrbuch für psycho-analytische und psychopathologische Forschungen*, publicado por E. Bleuler e S. Freud, organizado por Jung. A partir de 1909.
13. *Schriften zur angewandten Seelenkunde*, Fr. Deuticke, Viena, a partir de 1907. Onze partes, da autoria de Freud, Jung, Abraham, Pfister, Rank, Jones, Riklin, Graf, Sadger.
14. *Zentralblatt für Psychoanalyse*. Organizado por A. Adler e W. Stekel. J. Bergmann, Wiesbaden. A partir de setembro de 1910.

FORMULAÇÕES SOBRE OS DOIS PRINCÍPIOS DO FUNCIONAMENTO MENTAL (1911)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

FORMULIERUNGEN ÜBER DIE ZWEI PRINZIPIEN DES PSYCHISCHEN
GESCHEHENS

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1911 Jb. psychoan. psychopath. Forsch., 3 (1), 1-8.

1913 S. K. S. N., 3, 271-9. (1921, 2ª ed.)

1924 G. S., 5, 409-17.

1931 *Theoretische Schriften*, 5-14.

1943 G. W., 8, 230-8.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘Formulations Regarding the Two Principle in Mental Functioning’

1925 *C. P.*, 4, 13-21. (Trad. de M. N. Searl.)

A presente tradução inglesa, com o título modificado, baseia-se na publicada em 1925, mas foi em grande parte redigida novamente.

Informa-nos o Dr Ernest Jones que Freud começou a planejar este artigo em junho de 1910, e que trabalhava nele simultaneamente com a história clínica de Schreber (1911*c*). Seu progresso foi lento, mas, em 26 de outubro, falou sobre o assunto perante a Sociedade Psicanalítica de Viena; achou a assistência indiferente, porém, e ele próprio se achava insatisfeito com sua apresentação. Foi somente em dezembro que começou realmente a escrever o artigo. Achava-se pronto ao final de janeiro de 1911, mas não foi publicado senão no fim da primavera, quando apareceu no mesmo número do *Jahrbuch* que o caso Schreber.

Com este notório artigo, que constitui um dos clássicos da psicanálise, e com a terceira parte, quase contemporânea, da história clínica de Schreber, Freud pela primeira vez, após um intervalo de mais de dez anos, novamente empreendeu o exame das hipóteses teóricas gerais que se achavam implícitas em suas descobertas clínicas. Sua primeira tentativa ampla de tal exame fora feita em terminologia quase neurológica, em seu ‘Project for a Scientific Psychology’, de 1895, que, no entanto, não foi publicado durante a sua vida (Freud, 1950*a*). O Capítulo VII de *A Interpretação de Sonhos* (1900*a*) foi a exposição de um conjunto muito semelhante de hipótese, mas, desta vez, em termos puramente psicológicos. Grande parte do material do presente artigo (especialmente em sua primeira parte) deriva diretamente destas duas fontes. O trabalho dá a impressão de ter o caráter de um levantamento de estoque. É como se Freud estivesse trazendo à sua própria inspeção, por assim dizer, as hipóteses fundamentais de um período anterior e preparando-as para servir de base para os principais exames teóricos que se achavam adiante, no futuro imediato: o artigo sobre narcisismo, por exemplo, e a grande série dos artigos metapsicológicos.

A presente exposição de suas opiniões é excessivamente condensada, não sendo fácil de assimilar, mesmo hoje. Embora saibamos agora que Freud muito pouco dizia nela que já não se achasse há muito tempo em sua mente, por ocasião de sua publicação deve ter impressionado os leitores como desconcertantemente cheia de novidades. Os parágrafos

assinalados (1), por exemplo, a partir de [1], seriam verdadeiramente obscuros para aqueles que não se achassem familiarizados com o ‘Projeto’ ou com os artigos metapsicológicos e que tivessem de retirar o esclarecimento que pudessem de um certo número de passagens quase igualmente condensadas e muito pouco sistematizadas de *A Interpretação de Sonhos*. Não é de surpreender que a primeira assistência de Freud se mostrasse indiferente.

O tema principal da obra é a distinção entre os princípios reguladores (o princípio de prazer e o princípio de realidade) que dominam, respectivamente, os processos mentais primário e secundário. A tese, na verdade, já fora enunciada na Seção 1 da Parte I do ‘Projeto’ e elaborada nas Seções 15 e 16 da Parte I e nas partes posteriores da Seção I da Parte III. Foi novamente examinada no Capítulo VII de *A interpretação de Sonhos* (Ver a partir de [1] e [2], 1972), mas o tratamento mais completo foi reservado para o artigo sobre a metapsicologia dos sonhos (1917d [1915]), escrito cerca de três anos após o presente. Um relato mais pormenorizado do desenvolvimento das opiniões de Freud sobre a questão de nossa atitude mental para com a realidade pode ser encontrado na Nota do Editor Inglês a esse artigo (Ver a partir de [1], 1974).

Perto do fim do trabalho, surgem vários outros tópicos relacionados, cujo desenvolvimento ulterior (como o do tema principal) é deixado para posterior investigação. Na verdade, todo o artigo foi (como o próprio Freud observa) de natureza preparatória e exploratória, mas não é menos interessante por essa razão.

A maior parte deste artigo, na versão de 1925, foi incluída em *General Selection from the Works of Sigmund Freud* (1937, 45-53), de Rickman.

FORMULAÇÕES SOBRE OS DOIS PRINCÍPIOS DO FUNCIONAMENTO MENTAL

Há muito tempo observamos que toda neurose tem como resultado e, portanto, provavelmente, como propósito arrancar o paciente da vida real, aliená-lo da realidade. Não poderia um fato assim fugir à observação de Piere Janet; ele falou de uma perda de ‘*la fonction du réel*’ [‘a função da realidade’] como sendo característica especial dos neuróticos, mas sem descobrir a vinculação deste distúrbio com as determinantes fundamentais da neurose. Pela introdução do processo de repressão na gênese das neuroses, pudemos obter uma certa compreensão interna (*insight*) com referência a isto. Os neuróticos afastam-se da realidade por achá-la insuportável - seja no todo ou em parte. O tipo mais

extremo deste afastamento da realidade é apresentado por certos casos de psicose alucinatória que procuram negar o evento específico que ocasionou o desencadeamento de sua insanidade (Griesinger). Mas, na verdade, todo neurótico faz o mesmo com algum fragmento da realidade. E defrontamo-nos agora com a tarefa de investigar o desenvolvimento da relação dos neuróticos e da humanidade em geral com a realidade e, desta maneira, de trazer a significação psicológica do mundo externo e real para a estrutura de nossas teorias.

Na psicologia que se baseia na psicanálise, acostumamo-nos a tomar como ponto de partida os processos mentais inconscientes, com cujas peculiaridades nos tornamos familiarizados através da análise. Consideramos que são os processos mais antigos, primários, resíduos de uma fase de desenvolvimento em que eram o único tipo de processo mental. O propósito dominante obedecido por estes processos primários é fácil de reconhecer; ele é descrito como o princípio de prazer-desprazer [*Lust-Unlust*], ou, mais sucintamente, princípio de prazer. Estes processos esforçam-se por alcançar prazer; a atividade psíquica afasta-se de qualquer evento que possa despertar desprazer. (Aqui, temos a repressão.) Nossos sonhos à noite e, quando acordados, nossa tendência a afastar-nos de impressões aflitivas são resquícius do predomínio deste princípio e provas do seu poder.

Retorno a linhas de pensamento já desenvolvidas noutra parte quando sugiro que o estado de repouso psíquico foi originalmente perturbado pelas exigências peremptórias das necessidades internas. Quando isto aconteceu, tudo que havia sido pensado (desejado) foi simplesmente apresentado de maneira alucinatória, tal como ainda acontece hoje com nossos pensamentos oníricos a cada noite. Foi apenas a ausência da satisfação esperada, o desapontamento experimentado, que levou ao abandono desta tentativa de satisfação por meio da alucinação. Em vez disso, o aparelho psíquico teve de decidir tomar uma concepção das circunstâncias reais no mundo externo e empenhar-se por efetuar nelas uma alteração real. Um novo princípio de funcionamento mental foi assim introduzido; o que se apresentava na mente não era mais o agradável, mas o real, mesmo que acontecesse ser desagradável. Este estabelecimento do *princípio de realidade* provou ser um passo momentoso.

(1) Em primeiro lugar, as novas exigências efetuaram uma sucessão de adaptações necessárias no aparelho psíquico, as quais, devido a nosso conhecimento insuficiente ou incerto, só podemos relatar muito superficialmente.

A significação crescente da realidade externa elevou também a importância dos órgãos sensoriais, que se acham dirigidos para esse mundo externo, e da *consciência* a eles ligada. A consciência aprendeu então a abranger qualidades sensórias, em acréscimo às qualidades

de prazer e desprazer que até então lhe haviam exclusivamente interessado. Institui-se uma função especial, que tinha de periodicamente pesquisar o mundo externo, a fim de que seus dados já pudessem ser conhecidos se uma urgente necessidade interna surgisse: a função da *atenção*. Sua atividade vai encontrar as impressões sensórias a meio caminho, ao invés de esperar por seu aparecimento. Ao mesmo tempo, provavelmente, foi introduzido um sistema de *notação*, cuja tarefa era assentar os resultados desta atividade periódica da consciência - uma parte do que chamamos *memória*.

O lugar da repressão, que excluía da catexia como produtoras de desprazer algumas das idéias emergentes, foi assumido por uma *passagem de julgamento imparcial*, que tinha de decidir se determinada idéia era verdadeira ou falsa - isto é, se se achava ou não em concordância com a realidade -, decisão que era determinada efetuando-se uma comparação com os traços de memória da realidade.

Nova função foi então atribuída à descarga motora, que, sob o predomínio do princípio de prazer, servira como meio de aliviar o aparelho mental de adições de estímulos, e que realizara esta tarefa ao enviar inervações para o interior do corpo (conduzindo a movimentos expressivos, mímica facial e manifestações de afeto). A descarga motora foi agora empregada na alteração apropriada da realidade; foi transformada em *ação*.

A coibição da descarga motora (da ação), que então se tornou necessária, foi proporcionada através do processo do *pensar*, que se desenvolveu a partir da apresentação de idéias. O pensar foi dotado de características que tornavam possível ao aparelho mental tolerar uma tensão aumentada de estímulo, enquanto o processo de descarga era adiado. Ele é essencialmente um tipo experimental de atuação acompanhado por deslocamento de quantidades relativamente pequenas de catexia, junto com menor dispêndio (descarga) destas. Para este fim, foi necessária a transformação de catexias livremente móveis em catexias vinculadas o que se conseguiu mediante elevação do nível de todo o processo catexial. É provável que o pensar fosse originalmente inconsciente, na medida em que ultrapassava simples apresentações ideativas e era dirigido para as relações entre impressões de objetos, e que não adquiriu outras qualidades perceptíveis à consciência até haver-se ligado a resíduos verbais.

(2) Uma tendência geral de nosso aparelho mental, que pode ser remontada ao princípio econômico de poupar consumo [de energia], parece encontrar expressão na tenacidade com que nos apegamos às fontes de prazer à nossa disposição e na dificuldade com que a elas renunciamos. Com a introdução do princípio de realidade, uma das espécies de atividade de pensamento foi separada; ela foi liberada no teste de realidade e permaneceu subordinada somente ao princípio de prazer. Esta atividade é o *fantasiar*, que começa já nas

brincadeiras infantis, e, posteriormente, conservada como *devaneio*, abandona a dependência de objetos reais.

(3) A substituição do princípio de prazer pelo princípio de realidade, com todas as conseqüências psíquicas envolvidas aqui esquematicamente condensadas numa só frase, não se realiza, na verdade, de repente; tampouco se efetua simultaneamente em toda a linha, pois, enquanto este desenvolvimento tem lugar nos instintos do ego, os instintos sexuais se desligam deles de maneira muito significativa. Os instintos sexuais comportam-se auto-eroticamente a princípio; obtêm sua satisfação do próprio corpo do indivíduo e, portanto, não se encontram na situação de frustração que forçou a instituição do princípio de realidade. Quando, posteriormente, começa o processo de encontrar um objeto, ele é logo interrompido pelo longo período de latência que retarda o desenvolvimento sexual até a puberdade. Estes dois fatores - auto-erotismo e período de latência - ocasionam que o instinto sexual seja detido em seu desenvolvimento psíquico e permaneça muito mais tempo sob o domínio do princípio de prazer, do qual, em muitas pessoas, nunca é capaz de se afastar.

Em conseqüência dessas condições, surge uma vinculação mais estreita entre o instinto sexual e a fantasia, por um lado, e, por outro, entre os instintos do ego e as atividades da consciência. Tanto em pessoas sadias quanto em neuróticos, esta vinculação impressiona-nos como muito íntima, embora as considerações de psicologia genética que acabaram de ser apresentadas levem-nos a identificá-la como *secundária*. A continuidade do auto-erotismo é que torna possível reter por tanto tempo a satisfação momentânea e imaginária mais simples em relação ao objeto sexual, em lugar da satisfação real, que exige esforço e adiamento. No campo da fantasia, a repressão permanece todo-poderosa; ela ocasiona a inibição de idéias *in statu nascendi* antes que possam ser notadas pela consciência, se a catexia destas tiver probabilidade de ocasionar uma liberação de desprazer. Este é o ponto fraco de nossa organização psíquica; e ele pode ser empregado para restituir ao domínio do princípio de prazer processos de pensamento que já se haviam tornado racionais. Parte essencial da disposição psíquica à neurose reside assim na demora em ensinar os instintos sexuais a considerar a realidade e, como corolário, nas condições que tornam possível esta demora.

(4) Tal como o ego-prazer nada pode fazer a não ser *querer*, trabalhar para produzir prazer e evitar o desprazer, assim o ego-realidade nada necessita fazer a não ser lutar pelo que é *útil* e resguardar-se contra danos. Na realidade, a substituição do princípio de prazer pelo princípio de realidade não implica a deposição daquele, mas apenas sua proteção. Um prazer momentâneo, incerto quanto a seus resultados, é abandonado, mas apenas a fim de ganhar mais tarde, ao longo do novo caminho, um prazer seguro. Mas a impressão endopsíquica causada por esta substituição foi tão poderosa que se reflete num mito

religioso especial. A doutrina da recompensa noutra vida pela renúncia - voluntária ou forçada - dos prazeres terrenos nada mais é que uma projeção mítica desta revolução na mente. Seguindo constantemente neste sentido, as *religiões* puderam efetuar uma renúncia completa do prazer na vida, adiante a promessa de compensação numa existência futura; mas não realizaram, por este meio, uma conquista do princípio de prazer. É a *ciência* que chega mais perto de obter êxito nessa conquista; ela, contudo, também oferece prazer intelectual durante seu trabalho e promete um lucro prático ao final.

(5) A *educação* pode ser descrita, sem mais, como um incentivo à conquista do princípio de prazer e à sua substituição pelo princípio de realidade; isto é, ela procura auxiliar o processo de desenvolvimento que afeta o ego. Para este fim, utiliza uma oferta de amor dos educadores como recompensa; e falha, portanto, se uma criança mimada pensa que possui esse amor de qualquer jeito e não pode perdê-lo, aconteça o que acontecer.

(6) A *arte* ocasiona uma reconciliação entre os dois princípios, de maneira peculiar. Um artista é originalmente um homem que se afasta da realidade, porque não pode concordar com a renúncia à satisfação instintual que ela a princípio exige, e que concede a seus desejos eróticos e ambiciosos completa liberdade na vida de fantasia. Todavia, encontra o caminho de volta deste mundo de fantasia para a realidade, fazendo uso de dons especiais que transformam suas fantasias em verdades de um novo tipo, que são valorizadas pelos homens como reflexos preciosos da realidade. Assim, de certa maneira, ele na verdade se torna o herói, o rei, o criador ou o favorito que desejava ser, sem seguir o longo caminho sinuoso de efetuar alterações reais no mundo externo. Mas ele só pode conseguir isto porque outros homens sentem a mesma insatisfação, que resulta da substituição do princípio de prazer pelo princípio de realidade; é em si uma parte da realidade.

(7) Enquanto o ego passa por suas transformações, de *ego-prazer* para *ego-realidade*, os instintos sexuais sofrem as alterações que os levam de seu auto-erotismo original, através de diversas fases intermediárias, ao amor objetal a serviço da procriação. Se estamos certos em pensar que cada passo destes dois cursos de desenvolvimento pode tornar-se local de uma disposição à doença neurótica posterior, é plausível supor que a forma assumida pela doença subsequente (*a escolha da neurose*) dependerá da fase específica de desenvolvimento do ego e da libido na qual a inibição disposicional do desenvolvimento ocorreu. Assim, uma significação inesperada liga-se aos aspectos cronológicos dos dois desenvolvimentos (que ainda não foram estudados) e a possíveis variações em sua sincronização.

(8) A característica mais estranha dos processos inconscientes (reprimidos), à qual nenhum pesquisador se pode acostumar sem o exercício de grande autodisciplina, deve-se ao seu inteiro desprezo pelo teste de realidade; eles equiparam a realidade do pensamento

com a realidade externa e os desejos com sua realização - com o fato - tal como acontece automaticamente sob o domínio do antigo princípio de prazer. Daí também a dificuldade de distinguir fantasias inconscientes de lembranças que se tornaram inconscientes. Mas nunca nos devemos permitir ser levados erradamente a aplicar os padrões da realidade a estruturas psíquicas reprimidas e, talvez por causa disso, a menosprezar a importância das fantasias na formação dos sintomas, sob o pretexto de elas não serem realidades, ou a remontar um sentimento neurótico de culpa a alguma outra fonte, por não haver provas de que qualquer crime real tenha sido cometido. Somos obrigados a empregar a moeda-corrente do país que estamos explorando; em nosso caso, uma moeda neurótica. Suponha-se, por exemplo, que estamos tentando solucionar um sonho como este. Um homem, que outrora cuidara do pai durante longa e penosa doença mortal, contou-me que nos meses seguintes à morte daquele havia repetidamente sonhado que *o pai estava novamente vivo e lhe falava da maneira costumeira. Mas ele achava excessivamente penoso que o pai houvesse realmente morrido, apenas sem sabê-lo*. O único modo de compreender este sonho aparentemente absurdo é acrescentar ‘como aquele que sonhou quisera’ ou ‘em consequência de seu desejo’ após as palavras ‘que ele [o que sonhou] o desejaria’, às últimas palavras. O pensamento onírico é então o seguinte: foi-lhe penosa a lembrança de haver sido obrigado a desejar a morte do pai (como liberação) enquanto este ainda se achava vivo, e quão terrível teria sido se o pai houvesse tido qualquer suspeita disso.

As deficiências deste breve artigo, que é mais preparatório que expositivo, serão talvez desculpadas, apenas em pequena parte, se eu alegar que são inevitáveis. Nestas poucas observações sobre as consequências psíquicas da adaptação ao princípio de realidade, fui obrigado a esboçar opiniões que, no momento, teria preferido reter e cuja justificação certamente exigirá esforço nada insignificante. Mas tenho esperança de que não escapará à observação do leitor benevolente como, nestas páginas também, o predomínio do princípio de realidade está começando.

TIPOS DE DESENCADEAMENTO DA NEUROSE (1912)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

ÜBER NEUROTISCHE ERKRANKUNGSTYPEN

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1912 *Zbl. Psychoan.*, 2 (6), 297-302.

1913 *S. K. S. N.*, 3, 306-13. (1921, 2ª ed.)

1924 *G. S.*, 5, 400-8.

1943 *G. W.*, 8, 322-30.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘Types of Neurotic Nosogenesis’

1924 *C. P.*, 2, 113-21. (Trad. de E. C. Mayne.)

A presente tradução inglesa, com título diferente, é nova, da autoria de James Strachey.

Este artigo apareceu no número de março de 1912 da *Zentralblatt*. Constitui uma ampliação de observações contidas num parágrafo da análise de Schreber (1911c), pp. 83 e seg., anteriores, e seu tema é a classificação das causas precipitantes das enfermidades neuróticas. Naturalmente, Freud já se ocupara muitas vezes com o assunto mas em seus primeiros escritos a posição foi obscurecida pela proeminência neles concedida aos eventos traumáticos. Após haver abandonado mais ou menos completamente a teoria do trauma, seu interesse focalizou-se em grande parte [p. ex., no ‘Resumo’, ao final dos *Três Ensaios* (1905d), ver a partir de [1], 1972] nas diversas causas *predisponentes* à neurose. As causas precipitantes são mencionadas em um ou dois artigos contemporâneos, mas apenas nos

termos mais gerais e, às vezes, depreciativos. [Ver, por exemplo, o artigo sobre a etiologia das neuroses (1906a), em [2]] É verdade, contudo, que a noção de ‘privação’ (‘*Entbehrung*’) aparece ocasionalmente, p. ex. em ‘Sobre a Psicoterapia’ (1905a), em [3], mas somente no sentido de privação devida a circunstância externa. A possibilidade de a neurose resultar de um obstáculo *interno* à satisfação surge em data um tanto posterior - no artigo, por exemplo, sobre os efeitos da moralidade ‘civilizada’ (1908d) - talvez, como Freud sugere adiante (em [4]), sob o impacto do trabalho de Jung. No artigo por último mencionado, o termo ‘*Versagung* (frustração)’ é utilizado para descrever obstáculo interno. Reaparece, mas desta vez com referência apenas a obstáculos *externos*, na análise de Schreber, bastante anterior (1911c) (ver em [1] e [2]), bem como em dois artigos contemporâneos deste - sobre a dinâmica da transferência (1912b), em [3], e sobre a tendência ao aviltamento no amor (1912d), ver em [4], 1970. No presente artigo, porém, Freud empregou a palavra pela primeira vez, a fim de introduzir um conceito mais abrangente, a abarcar *ambos* os tipos de obstáculos.

Daqui por diante, ‘Frustração’, como principal causa precipitante da neurose, tornou-se uma das armas mais comumente usadas no arsenal clínico de Freud, e reaparece em muitos de seus escritos posteriores. O mais elaborado destes exames posteriores pode ser encontrado na Conferência XXII das *Conferências Introdutórias* (1916-17). O caso aparentemente contraditório de uma pessoa cair doente no momento de alcançar êxito - o próprio oposto na frustração - foi apresentado e resolvido por Freud no decurso de um artigo sobre diversos tipos de caráter (1916d), ver a partir de [1], 1974, e ele retornou mais uma vez ao mesmo ponto em sua carta aberta a Romain Rolland, que descreve uma visita à Acrópole (1936a). Numa passagem da história clínica do ‘Wolf Man’ (1918b), Freud mostrou existir uma omissão na presente relação de tipo de desencadeamento da neurose - o tipo resultante de uma frustração *narcísica* (ver em [1]).

A maior parte deste artigo, na versão de 1924, foi incluída na *General Selection from the Works of Sigmund Freud* (1937, 70-8), de Rickman.

TIPOS DE DESENCADEAMENTO DA NEUROSE

Nas páginas que se seguem, descreverei, com bases em impressões alcançadas empiricamente, as mudanças que as condições têm de experimentar a fim de ocasionar a

irrupção de uma doença neurótica numa pessoa com disposição a essa. Tratarei assim da questão dos fatores precipitantes das enfermidades e pouco terei a dizer sobre suas formas. O presente exame das causas precipitantes diferirá de outros pelo fato de que as mudanças a serem enumeradas referem-se exclusivamente à libido do indivíduo, pois a psicanálise nos ensinou que são as vicissitudes da libido que decidem em favor da saúde ou da moléstia nervosa. Neste sentido, tampouco se gastarão palavras sobre o conceito de disposição. Foi precisamente a pesquisa psicanalítica que nos capacitou a demonstrar que a disposição neurótica reside na história do desenvolvimento da libido, e a remontar os fatores operantes nesse desenvolvimento a variedade inatas de constituição sexual e a influências do mundo externo experimentadas na primeira infância.

(a) A causa precipitante mais óbvia, mais facilmente descobrível e mais inteligível de um desencadeamento da neurose deve ser vista no fator externo que pode ser descrito, em termos gerais, como *frustração*. O indivíduo foi sadio enquanto sua necessidade de amor foi satisfeita por um objeto real no mundo externo; torna-se neurótico assim que esse objeto é afastado dele, sem que um substituto ocupe seu lugar. Aqui, a felicidade coincide com a saúde e a infelicidade, com a neurose. É mais fácil para o destino que para o médico ocasionar uma cura, pois aquele pode oferecer ao paciente um substituto para a possibilidade de satisfação que perdeu.

Assim, para este tipo, ao qual indubitavelmente pertence a maioria dos seres humanos em geral, a possibilidade de cair enfermo surge apenas quando há abstinência. E daí se pode avaliar que papel importante na causação das neuroses pode ser desempenhado pela limitação imposta pela civilização ao campo das satisfações acessíveis. A frustração tem efeito patogênico por represar a libido e submeter assim o indivíduo a um teste de quanto tempo ele pode tolerar este aumento de tensão psíquica e que métodos adotará para lidar com ela. Há apenas duas possibilidades de permanecer sadio quando existe uma frustração persistente de satisfação no mundo real. A primeira é transformar a tensão psíquica em energia ativa, que permanece voltada para o mundo externo e acaba por arrancar dele uma satisfação real da libido. A segunda é renunciar à satisfação libidinal, sublimar a libido represada e voltá-la para a consecução de objetivos que não são mais eróticos e fogem à frustração. O fato de estas duas possibilidades serem realizadas nas vidas dos homens prova que a infelicidade não coincide com a neurose e que a frustração não decide sozinha se sua vítima permanece sadia ou tomba enferma. O efeito imediato da frustração reside em ela colocar em jogo os fatores disposicionais que até então haviam sido inoperantes.

Onde estes se acham presentes e são desenvolvidos de modo suficientemente intenso, há o risco de a libido tornar-se 'introvertida'. Ela vira as costas à realidade, que, devido à frustração persistente, perdeu o valor para o indivíduo, e volta-se para a vida da fantasia, na qual cria novas estruturas de desejo e revive os traços de outras anteriores, esquecidas. Em consequência da estreita vinculação existente entre a atividade da fantasia e o material presente em todos, que é infantil e reprimido e se tornou inconsciente, bem como graças à

excepcional posição desfrutada pela vida de fantasia com referência ao teste de realidade, a libido pode, daí por diante, mover-se num curso retroativo; pode seguir o caminho da *regressão* ao longo de linhas infantis e lutar por objetivos que se coadunem com elas. Se estes esforços, que são incompatíveis com a individualidade atual do paciente, adquirem intensidade suficiente, tem de resultar um conflito entre eles e a outra parte da personalidade, que manteve sua relação com a realidade. O conflito é solucionado pela formação de sintomas e seguido pelo desencadeamento da doença manifesta. O fato de todo o processo ter-se originado da frustração no mundo real reflete-se no resultado: os sintomas, nos quais o terreno da realidade é mais uma vez alcançado, representam satisfações substitutas.

(b) O segundo tipo de causas precipitante da enfermidade não é, de maneira alguma, tão evidente quanto o primeiro e, em verdade, só foi possível descobri-lo através de minuciosas investigações analíticas que se seguiram à teoria dos complexos da escola de Zurique. Aqui o indivíduo não cai enfermo em resultado de uma mudança no mundo externo, que substituiu a satisfação pela frustração, mas em resultado de um esforço interno para conseguir a satisfação que lhe é acessível na realidade. Cai enfermo por causa de sua tentativa de adaptar-se à realidade e de atender às *exigências da realidade* - tentativa no curso da qual se defronta com dificuldades internas insuperáveis.

É aconselhável traçar uma distinção nítida entre os dois tipos de desencadeamento de enfermidade, uma distinção mais nítida do que a observação via de regra permite. No primeiro tipo, o proeminente é uma mudança no mundo externo; no segundo, a ênfase recai sobre uma mudança interna. No primeiro, o indivíduo cai doente a partir de uma experiência; no segundo, a partir de um processo de desenvolvimento. No primeiro caso, defronta-se com a tarefa de renunciar à satisfação e cai enfermo devido à sua incapacidade de resistência; no segundo, sua tarefa é trocar um tipo de satisfação por outro, e sucumbe devido à sua inflexibilidade. No segundo caso, o conflito entre o esforço do indivíduo para permanecer tal como é e o esforço para modificar-se, a fim de atender a novos intuítos e novas exigências da realidade, acha-se presente desde o início. No primeiro caso, o conflito só surge após a libido represada haver escolhido outras, e incompatíveis, possibilidades de satisfação. O papel desempenhado pelo conflito e pela fixação anterior da libido é incomparavelmente mais óbvio no segundo tipo que no primeiro, onde tais fixações imprestáveis podem talvez surgir apenas como resultado da frustração externa.

Um jovem que até então tenha satisfeito sua libido por meio de fantasias que findem pela masturbação, e que agora busca substituir um regime que se aproxima do auto-erotismo pela escolha de um objeto real - ou uma jovem que dedicou toda sua afeição ao pai ou ao irmão e que deve agora, a bem de um homem que a está cortejando, permitir que seus desejos

libidinais incestuosos até então inconscientes se tornem conscientes -, ou uma mulher casada, que gostaria de renunciar a suas inclinações polígamas e fantasias de prostituição, de modo a tornar-se uma consorte fiel ao marido e perfeita mãe para o filho: todos estes caem enfermos devido aos mais louváveis esforços, se as fixações anteriores de suas libidos são suficientemente poderosas para resistir a um deslocamento; e este ponto será decidido, uma vez mais, pelos fatores da disposição, da constituição e da experiência infantil. Todos eles, poder-se-ia dizer, defrontam-se com a sorte da arvorezinha do conto de fadas de Grimm, que queria ter folhas diferentes. Do ponto de vista higiênico - que, certamente, não é o único a ser levado em consideração - só se poderia desejar para eles que continuassem a ser tão subdesenvolvidos, inferiores e inúteis como o eram, antes de caírem enfermos. A mudança pela qual os pacientes se esforçam, mas realizam apenas imperfeitamente ou de modo algum, tem invariavelmente o valor de um passo à frente do ponto de vista da vida real. Mas é diferente se aplicarmos padrões éticos; vemos as pessoas caírem enfermas tão freqüentemente quando põem de lado um ideal como quando buscam atingi-lo.

Apesar das diferenças muito claras entre os dois tipos de desencadeamento de enfermidade que descrevemos, eles, não obstante coincidem em seus pontos essenciais e podem, sem dificuldade, ser reunidos numa unidade. Cair doente devido à frustração também pode ser encarado como uma incapacidade de adaptação à realidade - isto é, no caso específico em que a realidade frustra a satisfação da libido. Cair enfermo sob as condições do segundo tipo conduz diretamente a um caso especial de frustração. É verdade que a realidade não frustra aqui *todos* os tipos de satisfação, mas frustra aquele que o indivíduo declara ser o único possível. Tampouco a frustração provém imediatamente do mundo externo, mas, em primeiro lugar, de certas tendências no ego do indivíduo. Não obstante, ela permanece sendo o fator comum e o mais abrangente. Em conseqüência do conflito que se estabelece imediatamente no segundo tipo, ambas as espécies de satisfação - tanto a habitual quanto a que se visa - são igualmente inibidas; dá-se um represamento da libido, com todas as suas conseqüências, tal como no primeiro caso. Os eventos psíquicos que conduzem à formação de sintomas são, se é que há alguma diferença, mais fáceis de acompanhar no segundo tipo que no primeiro; pois naquele as fixações patogênicas da libido não precisam ser recentemente estabelecidas, mas já se encontraram em vigor enquanto o indivíduo era sadio. Certa quantidade de introversão da libido em geral já se acha presente; e poupa-se parte da regressão do indivíduo ao estágio infantil, devido ao fato de seu desenvolvimento não ter ainda completado seu curso.

(c) O tipo seguinte, que descreverei como cair doente devido a *uma inibição no desenvolvimento*, parece uma exageração do segundo, ou seja, cair doente devido às exigências da realidade. Não existe razão teórica para distingui-lo, mas apenas prática, pois aqueles em que nos achamos interessados aqui são pessoas que caem enfermas logo que passam da idade irresponsável da infância e que, assim, nunca atingiram uma fase de saúde - isto é, uma fase de capacidade de realização e fruição que é geralmente ilimitada. A

característica essencial do processo disposicional é, nestes casos, muito simples. A libido nunca abandonou as fixações infantis; as exigências da realidade não são subitamente feitas a uma pessoa integral ou parcialmente madura, mas originam-se do próprio fato de ficar mais velho, visto ser óbvio que elas constantemente se alteram com a idade crescente do indivíduo. Assim, o conflito cai para o segundo plano, em comparação com a insuficiência. Mas também aqui toda nossa outra experiência leva-nos a postular um esforço de superação das fixações da infância; pois, de outra maneira, o resultado do processo nunca poderia ser a neurose, mas apenas um infantilismo estacionário.

(d) Tal como o terceiro tipo apresentou-nos a determinante disposicional quase em isolamento, também o quarto tipo, que agora se segue, chama nossa atenção para outro fator, que entra em consideração em todo caso isolado e facilmente poderia, por essa própria razão, ser negligenciado num exame teórico. Vemos cair enfermas pessoas que até então haviam sido sadias, que não se defrontaram com nenhuma experiência nova e cuja relação com o mundo externo não sofreu alteração, de maneira que o desencadeamento de sua moléstia inevitavelmente dá a impressão de espontaneidade. Uma consideração mais chegada desses casos, contudo, demonstra-nos que, não obstante, uma mudança *realizou-se* neles, mudança cuja importância temos de avaliar em alto grau como causa de enfermidade. Em resultado de haverem atingido um período específico da vida, e em conformidade com processos biológicos normais, a *quantidade* de libido em sua economia mental experimentou um aumento que em si é suficiente para perturbar o equilíbrio da saúde e estabelecer as condições necessárias para uma neurose. É notório que aumentos mais ou menos súbitos de libido deste tipo acham-se habitualmente associados à puberdade e à menopausa - quando as mulheres chegam a determinada idade; além disso, em algumas pessoas, eles se podem manifestar em periodicidades que ainda são desconhecidas. Aqui, o represamento da libido é o fator primário; ele se torna patogênico em consequência de uma frustração *relativa* procedente do mundo externo, que ainda teria concedido satisfação a uma reivindicação menor por parte da libido. Esta, insatisfeita e represada, pode mais uma vez abrir caminhos para a regressão e despertar os mesmos conflitos que demonstramos no caso da frustração externa absoluta. Desse modo, lembramo-nos de que o fator qualitativo não deve ser negligenciado em qualquer consideração das causas precipitantes da doença. Todos os outros fatores - frustração, fixação, inibição de desenvolvimento - permanecem ineficientes, a menos que afetem determinada quantidade de libido e ocasionem um razoável represamento desta. É verdade que não podemos medir esta quantidade de libido que nos parece indispensável para um efeito patogênico; só podemos postulá-la após a moléstia resultante haver começado. Só há uma direção na qual podemos determiná-la mais precisamente. Podemos supor que não se trata de uma quantidade *absoluta*, mas da relação entre a cota de libido em operação e a quantidade de libido com que o ego individual é capaz de lidar - isto é, de manter sob tensão, sublimar ou empregar diretamente. Por este motivo, um aumento *relativo* na quantidade de libido pode ter os mesmos efeitos que um

aumento absoluto. Um debilitamento do ego, devido a doença orgânica ou a alguma exigência especial à sua energia, poderá causar o surgimento de neuroses que de outra maneira permaneceriam latentes, apesar de qualquer disposição que pudesse se achar presente.

A importância na causação de doenças que deve ser atribuída à *quantidade* de libido acha-se em concordância satisfatória com duas teses principais da teoria das neuroses a que a psicanálise nos levou; em primeiro lugar, a tese de que as neuroses derivam do conflito entre o ego e a libido e, em segundo, a descoberta de que não existe distinção *qualitativa* entre as determinantes da saúde e as da neurose, e que, pelo contrário, as pessoas sadias têm de avir-se com as mesmas tarefas de dominação de sua libido - simplesmente, saíram-se melhor nelas.

Resta dizer algumas palavras sobre a relação destes tipos com os fatos da observação. Se passar em revista o conjunto de pacientes em cuja análise acho-me presentemente empenhado, tenho de registrar que nem um só deles constitui exemplo puro de qualquer dos quatro tipos de desencadeamento. Em cada um, antes, encontro uma parte de frustração operando lado a lado com uma parte de incapacidade a adaptar-se às exigências da realidade; a inibição no desenvolvimento, que coincide, naturalmente, com a inflexibilidade das fixações, tem de ser levada em conta em todos eles e, como já disse, a importância da quantidade de libido nunca deve ser desprezada. Descubro, em verdade, que em diversos desses pacientes a doença apareceu em ondas sucessivas, entre as quais houve intervalos sadios, e que cada uma dessas ondas foi remontável a um tipo diferente de causa precipitante. Dessa maneira, a formulação desses quatro tipos não pode reivindicar qualquer valor teórico elevado; eles são simplesmente modos diferentes de estabelecer uma constelação patogênica específica na economia mental - a saber, o represamento da libido, que o ego não pode desviar sem danos com os meios à sua disposição. Mas esta situação em si apenas se torna patogênica em resultado de um fator quantitativo; ela não chega como novidade à vida mental e não é criada pelo impacto daquilo que se denomina 'causa da doença'.

Determinada importância *prática* pode ser prontamente concedida a estes tipos de desencadeamento. Na verdade, devem ser encontrados em sua forma pura em casos individuais; não teríamos observado o terceiro e o quarto tipos se eles não houvessem, em certos indivíduos, constituído as únicas causas precipitantes da enfermidade. O primeiro tipo expõe-nos a influência extraordinariamente poderosa do mundo externo, e o segundo, a influência não menos importante - e que se opõe à primeira - da individualidade peculiar do sujeito. A patologia não poderia fazer justiça ao problema dos fatores precipitantes nas neuroses enquanto estivesse simplesmente preocupada em decidir se estas afecções eram de natureza 'endógena' ou 'exógena'. Era obrigada a enfrentar toda observação que apontasse para a importância da abstinência (no sentido mais alto da palavra) como causa precipitante,

com a objeção de que outras pessoas toleram as mesmas experiências sem caírem enfermas. Se, contudo, buscasse enfatizar a individualidade peculiar do sujeito como sendo o fator decisivo essencial entre a doença e a saúde, estaria obrigada a tolerar a ressalva de que pessoas que possuem esta peculiaridade podem permanecer sadias indefinidamente, enquanto são capazes de mantê-la. A psicanálise alertou-nos de que devemos abandonar o contraste infrutífero entre fatores externos e internos, entre experiência e constituição, e ensinou-nos que invariavelmente encontraremos a causa do desencadeamento da enfermidade neurótica numa situação psíquica específica que pode ser ocasionada de várias maneiras.

CONTRIBUIÇÕES A UM DEBATE SOBRE A MASTURBAÇÃO (1912)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

ZUR ONANIE-DISKUSSION

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1912 Em *Die Onanie (Diskussionen der Wiener Psychoanalytischen Vereinigung, 2)*, Wiesbaden: Bergmann, p. iii-iv e 132-40.

1925 *G. S.*, 3 324-37.

1931 *Sexualtheorie und Traumlehre*, 228-39.

1943 *G. W.*, 8, 332-45.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘Masturbation’

1921 *Medical Critic and Guide* (Nova Iorque), 24 (setembro), 327-34.
(Omitindo a ‘Introdução’.) (Trad. de Eden Paul.)

A presente tradução inglesa, nova, é da autoria de James Strachey.

O debate sobre masturbação realizado na Sociedade Psicanalítica de Viena foi muito mais prolongado que o anterior, sobre o suicídio; as contribuições de Freud a este foram igualmente publicadas (1910g). As minutas da Sociedade, impressas no Volume II do *Zentralblatt für Psychoanalyse* (1911-12), mostram que 14 membros (incluindo Freud) tomaram parte nos debates, que ocuparam 9 noites, de 22 de novembro de 1911 a 24 de abril de 1912. Foi nesta última ocasião que Freud fez suas observações finais, descritas nas minutas como ‘Epílogo’. A ‘Introdução’ não foi pronunciada numa reunião, mas constitui simplesmente o prefácio ao opúsculo em que os artigos acabaram por ser publicados.

Este trabalho contém, de longe, o exame mais amplo da masturbação que pode ser encontrado nos escritos de Freud, embora breves alusões a ela sejam bastante freqüentes. Em seus primeiros artigos, a masturbação figura principalmente por causa de sua relação com as ‘neuroses atuais’ e, em particular, como agente causador da neurastenia. (Ver, por exemplo, a Seção I de seu artigo em francês sobre a etiologia das neuroses, 1896a.) É interessante descobrir Freud defendendo bravamente essa posição no presente trabalho e aproveitando a oportunidade para efetuar um de seus poucos pronunciamentos posteriores sobre as ‘neuroses atuais’ em geral (ver em [1] e nota de rodapé do Editor Inglês ao artigo sobre psicanálise ‘silvestre’ (1910k), em [2], 1970).

Após estes primeiros artigos, a primeira descrição importante da masturbação, feita por Freud, apareceu na Seção 4 do segundo de seus *Três Ensaio*s (1905d), a partir de [1], 1972. Aqui pela primeira vez, pôs ele em relevo a significação da masturbação na primeira infância. Entretanto, foi apenas na terceira edição (1915) daquela obra (isto é, após a data do presente debate) que a existência de três fases distintas de masturbação foi claramente demonstrada. (Ver em [2].) Tampouco foi essa distinção evidenciada na seguinte referência demorada ao assunto, por parte de Freud, na história clínica do ‘Rat Man’ (1909d), em [1]. Contudo, duas proposições importantes foram demonstradas em artigos aproximadamente do mesmo período: a vinculação da masturbação com as fantasias, no artigo sobre fantasias históricas (1908a), e sua conexão com a ameaça de castração, no trabalho sobre teorias sexuais infantis (1908c), e, naturalmente, na análise de ‘Little Hans’ (1909b). Uma curta passagem no artigo sobre os efeitos da moral ‘civilizada’ (1908d) deve também ser mencionada, na qual as objeções à masturbação são apresentadas em linhas semelhantes às do presente trabalho. Incidentalmente, Freud aí observa que o comportamento sexual de uma pessoa amiúde ‘estabelece um padrão’ para toda sua maneira de reagir ao mundo externo; e isto indubitavelmente explica a obscura referência adiante, no parágrafo (b), em [1], ao ‘estabelecimento de um padrão psíquico’.

É fato curioso que, à parte seus exames dos sentimentos de culpa ligados à masturbação e das características especiais desta em meninas, para a qual se chama a atenção em notas de rodapé adiante, em [1] e [2], quase todas as referências posteriores de Freud ao tópico ocorrem em relação ao pavor da castração. Seu interesse nos outros aspectos do assunto

parece ter-se exaurido na presente contribuição.

CONTRIBUIÇÕES A UM DEBATE SOBRE A MASTURBAÇÃO

I - INTRODUÇÃO

Nunca foi objetivo dos debates na Sociedade Psicanalítica de Viena afastar divergências ou chegar a conclusões. Os diferentes oradores, que se mantêm unidos por assumirem uma visão fundamental semelhante dos mesmos fatos, permitem-se dar a mais nítida expressão à variedade de suas opiniões individuais, sem considerar sequer a probabilidade de converterem alguém da platéia que possa pensar de modo diverso. Pode haver muitos pontos nesses debates que foram mal enunciados e mal compreendidos, mas o resultado final, não obstante, é que todos receberam a mais clara impressão das opiniões diferentes das suas e comunicaram suas próprias opiniões diferentes a outras pessoas.

O debate sobre masturbação, do qual, na realidade, apenas fragmentos são publicados aqui, durou diversos meses e foi conduzido segundo o plano de cada orador, por seu turno, ler um artigo, que era seguido de um debate exaustivo. Somente os artigos acham-se incluídos na atual publicação, não os debates, que foram altamente estimulantes e nos quais as diferentes opiniões foram expressas e defendidas. De outro modo, este opúsculo teria atingido dimensões que certamente o impediriam de ser amplamente lido e provar-se eficaz.

A escolha do tópico não necessita justificativas, nestes dias em que por fim se faz uma tentativa de submeter os problemas da vida sexual do homem a exame científico. Numerosas repetições dos mesmos pensamentos e assertivas foram inevitáveis; elas constituem, naturalmente, os sinais de concordância entre os oradores. Com referência às muitas divergências de opiniões, não pode ser tarefa do coordenador harmonizá-las ou tentar ocultá-las. Espera-se que o interesse do leitor não seja rechaçado pelas repetições nem pelas contradições.

Foi nosso intuito, nesta ocasião, indicar a direção em que o estudo do problema da masturbação foi forçado, pelo surgimento de método de abordagem psicanalítico. Até onde fomos bem sucedidos nesse propósito tornar-se-á evidente do aplauso dos leitores, ou talvez de modo ainda mais claro, de sua desaprovação.

II - CONSIDERAÇÕES FINAIS

SENHORES: os membros mais idosos deste grupo serão capazes de lembrar que, há alguns anos, fizemos uma tentativa prévia de um debate coletivo deste tipo - um 'simpósio', como nossos colegas americanos o chamam - sobre o assunto da masturbação. Naquela ocasião, as opiniões expressas apresentavam divergências tão importantes que não nos aventuramos a expor nossas Atas ao público. Desde então o mesmo grupo, juntamente com alguns recém-chegados, havendo estado ininterruptamente em contato com fatos observados e mantido um intercâmbio constante de idéias uns com os outros, esclareceram suas opiniões e chegaram a um terreno comum, de maneira que a aventura que havíamos anteriormente abandonado não mais parece tão temerária. Tenho realmente a impressão de que os pontos sobre os quais concordamos, em conexão com a masturbação, são hoje mais firmes e mais profundos que as divergências, embora estas últimas inegavelmente existam. Algumas das aparentes contradições são apenas resultado das muitas direções diferentes a partir das quais os senhores se aproximaram do assunto, enquanto que, na verdade, as opiniões em apreço podem muito bem encontrar lugar lado a lado.

Com sua permissão, apresentar-lhes-ei um resumo dos pontos sobre os quais parecemos achar-nos acordes ou divididos.

Todos nós *concordamos*, acho eu,

(a) sobre a importância das fantasias que acompanham ou representam o ato masturbatório,

(b) sobre a importância do sentimento de culpa, qualquer que seja sua fonte, que se acha ligado à masturbação, e

(c) sobre a impossibilidade de atribuir um determinante qualitativo aos efeitos prejudiciais da masturbação. (Sobre este último ponto, o acordo não é unânime.)

Diferenças não solucionadas de opinião apareceram

(a) com respeito à negação de um fator somático nos efeitos da masturbação,

(b) com respeito a uma negação geral dos efeitos prejudiciais da masturbação,

(c) com respeito à origem do sentimento de culpa, que alguns dos senhores desejam atribuir diretamente à falta de satisfação, enquanto outros aduzem fatores sociais, além disso, ou à atitude da personalidade do indivíduo no momento, e

(d) com respeito à ubiqüidade da masturbação nas crianças.

Por fim, *incertezas* significativas existem

(a) quanto ao mecanismo dos efeitos prejudiciais da masturbação, se os houver, e

(b) quanto à relação etiológica da masturbação com as ‘neuroses atuais’.

Com referência à maioria dos pontos de controvérsia entre nós, temos de agradecer as críticas desafiantes de nosso colega, Wilhelm Stekel, baseadas em sua grande e independente experiência. Não há dúvida de que deixamos muitíssimos pontos para serem estabelecidos e esclarecidos por algum grupo futuro de observadores e pesquisadores, mas podemos consolar-nos em saber que trabalhamos honestamente e sem espírito estreito, e que, assim procedendo, abrimos caminhos ao longo dos quais a pesquisa posterior poderá viajar.

Não devem esperar muito de minhas próprias contribuições às questões em que estamos interessados. Estão cientes da minha preferência pelo tratamento fragmentário de um assunto, com ênfase nos pontos que me parecem mais bem estabelecidos. Nada tenho de novo a oferecer - nenhuma solução, só algumas repetições de coisas que já sustentei, algumas palavras em defesa dessas velhas assertivas contra ataques a elas feitos por alguns dos senhores, e, além disso, alguns comentários que se devem inevitavelmente impor a quem quer que escute seus artigos.

Como bem sabem, dividi a masturbação segundo a idade do indivíduo em (1) masturbação em bebês, que inclui todas as atividades auto-eróticas que servem ao intuito da satisfação sexual, (2) masturbação em crianças, que se origina diretamente do tipo precedente e já se fixou em certas zonas erógenas, e (3) masturbação na puberdade, que continua a masturbação da infância ou é dela separada pelo período de latência. Em algumas das explicações que ouvi dos senhores, plena justiça não foi inteiramente feita a esta divisão temporal. A unidade ostensiva da masturbação, que é nutrida pela terminologia médica costumeira, deu origem a

certas generalizações em que uma diferenciação segundo os três períodos da vida teria sido mais justificada. Foi também de lamentar não termos sido capazes de prestar tanta atenção à masturbação feminina quanto à masculina; a masturbação feminina, acredito eu, é merecedora de estudo especial e em seu caso é particularmente verdadeiro que uma ênfase especial resida nas modificações dela que aparecem em relação à idade do indivíduo.

Chego agora às objeções levantadas por Reitler ao meu argumento teleológico em favor da ubiquidade da masturbação na primeira infância. Admito que este argumento tem de ser abandonado. Se mais uma edição de meus *Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade* for exigida, ela não mais conterà a frase que se acha sob ataque. Renunciarei à minha tentativa de adivinhar os intuitos da Natureza e contentar-me-ei em descrever os fatos.

Outra observação de Reitler, é, penso eu, significativa e importante. Foi ela no sentido de que certas disposições do aparelho genital, que são peculiares aos seres humanos, parecem tender a impedir a relação sexual na infância. Aqui, contudo, surgem minhas dúvidas. A oclusão do orifício sexual feminino e a ausência de um *os penis* que garantisse a ereção são, afinal de contas, dirigidos apenas contra o coito real, não contra excitações sexuais em geral. Reitler parece-me assumir uma visão antropomórfica demais da maneira pela qual a Natureza persegue seus objetivos - como se se tratasse de uma questão de ela sustentar um só propósito, como é o caso da atividade humana. Entretanto, até onde podemos ver, nos processos naturais grande número de objetivos é perseguido, um ao lado de outro, sem interferir um com o outro. Se devemos falar da Natureza em termos humanos, teríamos de dizer que ela nos parece ser o que, no caso dos homens, chamaríamos de inconsistente. De minha parte, penso que Reitler não deveria dar tanto peso a seus próprios argumentos teleológicos. O emprego da teleologia como hipótese heurística tem seu lado duvidoso: em determinadas ocasiões, nunca se pode dizer se demos com uma 'harmonia' ou uma 'desarmonia'. É o mesmo que acontece quando se enfia um prego na parede de uma sala; não podemos estar certos se vamos dar contra ripa, emboço ou tijolo.

Sobre a questão da relação da masturbação e das emissões com a causação da chamada 'neurastenia', descobri-me, como muito dos senhores, em oposição a Stekel, e, sujeito a uma limitação que mencionarei dentro em pouco, sustento contra ele minhas opiniões anteriores. Nada vejo que nos obrigue a abandonar a distinção entre 'neuroses atuais' e psiconeuroses, e não posso encarar a gênese dos sintomas, no caso das primeiras, senão como tóxica. Aqui, Stekel me parece realmente estender demais a psicogenia. Minha opinião ainda é a mesma da primeira ocasião, há mais de quinze anos: a saber, que as duas 'neuroses atuais' - a neurastenia e a neurose de angústia (e talvez devêssemos adicionar a hipocondria propriamente dita como uma terceira 'neurose atual') - fornecem às psiconeuroses a necessária 'submissão somática'; elas fornecem o material excitativo, que é então psiquicamente selecionado e recebe um 'revestimento psíquico', de maneira que, falando de modo geral, o núcleo do sintoma psiconeurótico - o grão de areia no centro da pérola - é

formado de uma manifestação sexual somática. Isto é mais claro, é verdade, na neurose de angústia e sua relação com a histeria do que na neurastenia, sobre a qual nenhuma investigação psicanalítica cuidadosa foi feita ainda. Na neurose de angústia, como amiúde puderam convencer-se, há no fundo um pequeno fragmento de excitação não descarregada, vinculada ao coito, que emerge como sintoma de ansiedade ou fornece o núcleo para a formação de um sintoma histérico.

Stekel partilha com muitos autores psicanalíticos de uma inclinação a rejeitar as diferenciações morfológicas que fizemos dentro da mixórdia das neuroses e a aglomerá-las todas sob uma só denominação - psicastenia, talvez. Neste ponto freqüentemente o contradissemos e apegamo-nos à nossa expectativa de que as diferenças morfológico-clínicas se mostrarão valiosas como indicações ainda não compreendidas de processos essencialmente distintos. Quando ele - corretamente - nos mostra que encontrou regularmente os mesmos complexos presentes, tanto no que são chamados de neurastênicos como em outros neuróticos, seu argumento falha em atender o tema em debate. Há muito tempo sabemos que os mesmos complexos e conflitos devem ser procurados também em todas as pessoas normais e sadias. Na verdade, acostumamo-nos a atribuir a todo ser humano civilizado certa quantidade de repressão e impulsos perversos, determinada cota de erotismo anal, de homossexualismo e assim por diante, bem como uma porção de complexo paterno e complexo materno e de outros complexos fora esses, tal como na análise química de uma substância orgânica esperamos encontrar certos elementos: carbono, oxigênio, hidrogênio, nitrogênio e traços de enxofre. O que distingue as substâncias orgânicas umas das outras são as quantidades relativas desses elementos e a maneira pela qual as ligações entre eles se acham constituídas. Do mesmo modo, no caso das pessoas normais e neuróticas, o que se acha em debate não é se esses complexos e conflitos *existem*, mas se se tornaram patogênicos e, nesse caso, mediante que mecanismos assim se tornaram.

A essência das teorias a respeito das 'neuroses atuais' que apresentei no passado e estou defendendo hoje reside na minha declaração, baseada em experimentos, de que seus sintomas, diferentemente dos psiconeuróticos, não podem ser analisados. Isto equivale a dizer que a prisão-de-ventre, as dores de cabeça e a fadiga do chamado neurastênico não admitem serem remontadas, histórica ou simbolicamente, a experiência operantes, e não podem ser compreendidas como substitutos da satisfação sexual ou como conciliações entre impulsos instintuais opostos, como é o caso dos sintomas psiconeuróticos (ainda que os últimos talvez possam ter a mesma aparência). Não acredito que seja possível contrariar esta declaração com o auxílio da psicanálise. Por outro lado, admitirei hoje aquilo em que fui incapaz de acreditar anteriormente - que um tratamento analítico pode ter um efeito curativo indireto sobre sintomas 'atuais'. Ele pode consegui-lo, ou permitindo que os danos atuais sejam mais bem tolerados, ou capacitando a pessoa doente a escapar deste danos pela efetivação de uma mudança em seu regime sexual. Seriam perspectivas desejáveis, do ponto de vista de nosso interesse terapêutico.

Se no final eu for condenado por estar errado sobre o problema teórico das ‘neuroses atuais’, poderei consolar-me com o progresso em nosso conhecimento, que deve desprezar as opiniões de um indivíduo. Podem perguntar então por que, visto que faço uma estimativa tão louvável das limitações de minha própria infalibilidade, não cedo imediatamente a estas novas sugestões, mas prefiro representar de novo a familiar comédia de um velho a aferrar-se obstinadamente às suas opiniões. Minha resposta é que ainda não vejo nenhuma prova que me induza a ceder. Anteriormente, efetuei várias alterações em meus pontos de vista e não as ocultei do público. Fui censurado por causa dessas mudanças, tal como hoje sou censurado por causa de meu conservadorismo. Não que fique intimado por uma censura ou pela outra, mas sei que tenho um destino a cumprir. Não posso fugir a ele e não preciso movimentar-me em sua direção. Esperá-lo-ei e, entretentes, conduzir-me-ei em relação a nossa ciência tal como a experiência anterior me ensinou.

Repugna-me assumir posição na questão, tratada tão amplamente pelos senhores, da nocividade da masturbação, pois ela não oferece uma abordagem correta aos problemas que nos interessam. Mas todos temos de fazê-lo, não há dúvida: o mundo não parece ter outro interesse na masturbação. Lembrar-lhe-ei que, em nossa série anterior de debates sobre o assunto, tivemos entre nós, como visitante, um eminente pediatra vienense. O que foi que ele repetidamente pediu-nos para dizer-lhe? Simplesmente, até que ponto a masturbação é prejudicial e por que ela prejudica certas pessoas e não outras. Dessa maneira, temos de forçar nossas pesquisas a efetuar um pronunciamento para atender a esta exigência prática.

Tenho de confessar que aqui, mais uma vez, não posso partilhar o ponto de vista de Stekel, apesar das muitas observações corretas e corajosas que ele nos fez sobre o assunto. A seu ver, a nocividade da masturbação equivale apenas a um preconceito insensato que, devido simplesmente a limitações pessoais, não nos dispomos a rejeitar com suficiente cuidado. Acredito, contudo, que, se fixarmos nossos olhos sobre o problemas *sine ira et studio* - na medida, é claro, em que pudermos fazê-lo -, seremos antes obrigados a declarar que assumir tal posição contradiz nossas opiniões fundamentais sobre a etiologia das neuroses. A masturbação corresponde essencialmente à atividade sexual infantil e à sua retenção subsequente, em idade mais madura. Derivamos as neuroses de um conflito entre os impulsos sexuais de uma pessoa e suas outras tendências (do ego). Ora, alguém poderia dizer: ‘Em minha opinião o fator patogênico nesta relação etiológica reside unicamente na reação do ego à sua sexualidade.’ Com isto, estaria afirmando que qualquer um poderia manter-se livre da neurose, se apenas estivesse disposto a permitir uma satisfação irrestrita aos seus impulsos sexuais. Mas é evidentemente arbitrário, e também sem sentido, chegar a tal decisão, e não permitir que os próprios impulsos sexuais tomem qualquer parte no processo patogênico. Mas se admitirmos que os impulsos sexuais podem ter um efeito patogênico, não mais negaremos um significado semelhante à masturbação, que afinal consiste apenas em pôr em execução esses impulsos instintuais, do sexo. Em todos os casos que parecem demonstrar que a masturbação é patogênica, poderão sem dúvida remontar a operação ainda mais longe - até os instintos que se manifestam na masturbação e as

resistências que são dirigidas contra esses instintos. A masturbação não é nada definitivo - somática ou psicologicamente -, não é um 'agente' real, mas simplesmente o nome para certas atividades. Entretanto, por mais que remontemos atrás, nossa opinião sobre a causação da doença continuará, não obstante, adequadamente ligada a essa atividade. E não esqueçam que a masturbação não deve ser igualada à atividade sexual em geral: ela é atividade sexual sujeita a certas condições limitantes. Assim também persiste a possibilidade de que sejam precisamente essas peculiaridades da atividade masturbatória os veículos de seus efeitos patogênicos.

Somos, portanto, mais uma vez trazidos dos argumentos para a observação clínica, e por ela advertidos para não apagar o título 'Efeitos Prejudiciais da Masturbação'. Somos, pelo menos, confrontados nas neuroses com casos em que a masturbação causou dano.

Este dano parece ocorrer de três modos diferentes:

(a) Um *prejuízo orgânico* pode ocorrer, mediante algum mecanismo desconhecido. Aqui temos de levar em conta as considerações de excesso e satisfação inadequada, que foram amiúde mencionadas pelos senhores.

(b) O prejuízo pode ocorrer através do estabelecimento de um *padrão psíquico*, segundo o qual não há necessidade de tentar alterar o mundo externo a fim de satisfazer uma grande necessidade. Todavia, onde se desenvolve uma reação de grande alcance contra este padrão, os mais valiosos traços de caráter podem ser iniciados.

(c) Uma *fixação de objetivos sexuais infantis* pode ser possível, e uma persistência de infantilismo psíquico. Temos aqui a disposição para a ocorrência de uma neurose. Como psicanalistas, não podemos deixar de estar grandemente interessados neste resultado da masturbação - que neste caso significa, é claro, uma masturbação que ocorre na puberdade e continua posteriormente. Devemos lembrar a significação que a masturbação adquire como realizadora da fantasia - aquela região a meio caminho, inserida entre a vida de acordo com o princípio de prazer e a vida de acordo com o princípio de realidade e temos de lembrar-nos de como a masturbação possibilita efetuar desenvolvimentos e sublimações sexuais na fantasia, que, não obstante, não são progressos, mas conciliações prejudiciais - embora seja verdade, como uma importante observação de Stekel apontou, que esta mesma conciliação torna inofensivas graves inclinações perversas e previne as piores conseqüências da abstinência.

Com base em minha experiência médica, não posso excluir uma redução permanente na potência como um dos resultados da masturbação, embora assegure a Stekel que, em vários casos, ela pode tornar-se apenas aparente. Este resultado específico da masturbação,

contudo, não pode ser classificado sem hesitação entre os prejudiciais. Certa diminuição da potência masculina e da brutal agressividade nela envolvida é muito a propósito, do ponto de vista da civilização. Ela facilita a prática, pelos homens civilizados, das virtudes da moderação e confiança sexual que lhes incumbem. A virtude acompanhada de plena potência é geralmente considerada tarefa árdua.

Isto pode parecer-lhes cínico, mas podem ficar certos de que não há essa intenção. Dispõe-se a ser apenas um fragmento de descrição árida, sem considerar se pode causar satisfação ou aborrecimento, pois a masturbação, como tantas outras coisas, tem *les défauts de ses vertus* e, por outro lado, *les vertus de ses défauts*. Se estamos deslindando um assunto complicado e complexo com um interesse prático unilateral em sua nocividade e empregos, temos de aturar descobertas desagradáveis.

Além disso, penso que podemos distinguir com vantagem o que podemos descrever como prejuízos *diretos* causados pela masturbação daqueles que resultam *indiretamente* da resistência e indignação do ego contra essa atividade sexual. Não me interessei por estas últimas conseqüências.

E agora sou obrigado a acrescentar algumas palavras sobre a segunda das duas penosas questões que foram formuladas. Supondo que a masturbação possa ser prejudicial, sob que condições e em que pessoas ela prova sê-lo?

Como a maioria dos senhores, acho-me inclinado a recusar dar uma resposta geral à questão. Ela coincide parcialmente com outra pergunta, mais abrangente: quando a atividade sexual em geral se torna patogênica para determinadas pessoas? Se colocarmos esta consideração de lado, resta-nos uma questão de pormenor, referente às características da masturbação, na medida em que representa uma maneira e forma especiais de satisfação sexual. Aqui seria o lugar para repetir o que já conhecemos e foi debatido em relação a outros assuntos - avaliar a influência do fator *quantitativo* e da operação combinada de diversos fatores patogênicos. Acima de tudo, contudo, deveríamos deixar amplo campo para o que se conhece como disposições constitucionais de um indivíduo. Mas é preciso confessar que lidar com estas é ocupação difícil, pois temos o hábito de formar nossa opinião sobre as disposições individuais *ex post facto*: atribuímos esta ou aquela disposição às pessoas após o evento, quando elas já caíram doentes. Não temos método de descobri-las de antemão. Conduzimo-nos, em verdade, como o rei escocês de uma das novelas de Victor Hugo, que se gabava de possuir um método infalível de identificar a feitiçaria. Ele fazia cozer a mulher acusada em água fervente e depois provava o caldo. Segundo o gosto, julgava então: 'Esta era bruxa', ou 'Esta não era.'

Poderia chamar sua atenção para outra questão, da qual muito pouco nos ocupamos em

nossos debates: a da masturbação ‘inconsciente’. Quero dizer a masturbação durante o sono, durante estados anormais, ou crises. Lembrar-se-ão das muitas crises histéricas em que atos masturbatórios tornam a acontecer de maneira disfarçada ou irreconhecível, após o indivíduo haver renunciado a essa forma de satisfação, e dos muitos sintomas na neurose obsessiva que buscam substituir e repetir este tipo de atividade sexual, que foi anteriormente proibido. Podemos também falar de um retorno terapêutico da masturbação. Muitos dos senhores terão descoberto ocasionalmente, como eu, que representa um grande progresso se, durante o tratamento, o paciente se aventura a dedicar-se à masturbação novamente, embora possa não ter intenção de estacionar permanentemente neste ponto de parada infantil. Com respeito a isto, posso lembrar-lhes que número considerável precisamente dos mais graves padecedores de neuroses evitou toda lembrança da masturbação no passado, enquanto que a psicanálise é capaz de provar que essa espécie de atividade sexual não lhes foi de forma alguma estranha durante o mais remoto e esquecido período de suas vidas.

Mas penso que chegou a hora de parar, pois todos nós achamo-nos de acordo sobre uma coisa - que o assunto da masturbação é inteiramente inexaurível.

UMA NOTA SOBRE O INCONSCIENTE NA PSICANÁLISE (1912)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

A NOTE ON THE UNCONSCIOUS IN PSYCHO-ANALYSIS

(a) EDIÇÕES INGLESAS:

1912 *Atas* da Sociedade de Pesquisas Psíquicas, 26 (Parte 66), 312-18.

1925 *C. P.*, 4, 22-9.

(b) TRADUÇÃO ALEMÃ:

‘Einige Bemerkungen über den Begriff des Unbewussten in der Psychoanalyse’

1913 *Int. Z. Psychoanal.*, 1 (2), 117-23.

1918 *S. K. S. N.*, 4, 157-67 (1922, 2ª ed.)

1924 *G. S.*, 5, 433-42.

1924 *Technik und Metapsychol.*, 155-64.

1931 *Theoretische Schriften*, 15-24.

1943 *G. W.*, 8, 430-39.

Em 1912, Freud foi convidado pela Sociedade de Pesquisas Psíquicas de Londres a contribuir para uma ‘Parte Médica Especial’ de suas *Atas*, sendo o presente artigo o resultado. Foi escrito por Freud em inglês, mas revisado, segundo parece, na Inglaterra, antes de sua publicação em novembro de 1912. Uma versão alemã do trabalho apareceu no número de março de 1913 da *Zeitschrift*. Nada existe nele que demonstre que não tenha sido também escrito pelo próprio Freud, mas explica-nos o Dr. Jones. (1915, 352) que constituiu de fato uma tradução do artigo inglês de Freud por um de seus principais seguidores, Hanns Sachs. Por último, deve-se acrescentar que quando o artigo foi reimpresso no Volume IV dos *Collected Papers*, em 1925, foi submetido a outra ligeira ‘revisão secundária’, que atualizou a terminologia.

Em resultado disto tudo, ficamos sem nenhum texto completamente fidedigno do artigo. Indubitavelmente, tanto a revisão quanto a tradução foram excelentemente realizadas e, provavelmente, o próprio Freud examinou a ambas. Não obstante, temos de necessariamente

permanecer na incerteza onde há uma questão da escolha precisa de termos por Freud. Para tomar um exemplo de uma das dificuldades: o termo ‘concepção’ é repetidamente utilizado nos parágrafos 2 a 5. Estaríamos inclinados a supor que Freud tivesse em mente a palavra alemã ‘*Vorstellung*’, que é geralmente vertida nesta tradução pela palavra inglesa ‘*idea*’ (‘idéia’). E, de fato, ‘*Vorstellung*’ é a palavra empregada, nos lugares correspondentes, na tradução alemã. Ao final do sétimo parágrafo e no oitavo, a palavra ‘*idea*’ aparece no texto inglês, e a palavra correspondente no alemão é ‘*Idee*’. Mas, no décimo e décimo primeiro parágrafos, onde mais uma vez encontramos o inglês ‘*idea*’, a tradução alemã é quase sempre ‘*Gedanke*’ (que geralmente traduzimos como ‘*thought*’, ‘pensamento’), mas num dos lugares, ‘*Vorstellung*’.

Nas circunstâncias, achamos ser o procedimento mais apropriado simplesmente reimprimir a versão original inglesa, exatamente como apareceu nas *Atas* originais da S. P. P., com notas de rodapé ocasionais, onde a terminologia exige comentários.

Nossa razão para lamentar esta incerteza textual será compreendida quando se lembrar que este se acha entre os mais importantes dos trabalhos teóricos de Freud. Aqui, pela primeira vez, forneceu ele uma longa e ponderada descrição das premissas para sua hipótese de processos mentais inconscientes e especificou os diversos sentidos em que empregou o termo ‘inconsciente’. O artigo constitui de fato um estudo para o trabalho maior sobre o mesmo assunto que deveria escrever cerca de três anos mais tarde (1915*e*). Como o artigo anterior, ‘Sobre os Dois Princípios do Funcionamento Mental’ (1911*b*), e a Seção III da análise de Schreber (1911*c*), o atual constitui prova do interesse renovado de Freud pela teoria psicanalítica.

A discussão das ambigüidades inerentes à palavra ‘inconsciente’ é de particular interesse, com a distinção entre os seus três empregos - o ‘descritivo’, o ‘dinâmico’, e o ‘sistemático’. O presente relato é mais elaborado e claro que o muito mais sucinto fornecido na Seção II do artigo maior (Ver em [1], 1974). Neste apenas dois usos são diferenciados, o ‘descritivo’ e o ‘sistemático’, e nenhuma distinção clara parece ser feita entre este último e o ‘dinâmico’ - termo que, no presente artigo, é aplicado ao inconsciente *reprimido*. Em dois exames posteriores do mesmo tópico, no Capítulo I de *O Ego e o Id* (1923*b*), e na Conferência XXXI das *New Introductory Lectures* (1933*a*), Freud retornou à distinção tríplice feita aqui; e o terceiro emprego do termo, o ‘sistemático’ (aflorado apenas ligeiramente ao final do presente trabalho), surgiu então com um passo no sentido da divisão estrutural da mente em ‘id’, ‘ego’, e ‘superego’, que muito deveria esclarecer toda a situação.

A maior parte deste artigo, na versão de 1925, foi incluída na *General Selection from the Works of Sigmund Freud* (1937, 54-62), da autoria de Rickman.

UMA NOTA SOBRE O INCONSCIENTE NA PSICANÁLISE

Desejo expor em poucas palavras e tão simplesmente quanto possível o que o termo ‘inconsciente’ veio a significar na Psicanálise e somente nesta.

Uma concepção - ou qualquer outro elemento psíquico - que se ache agora *presente* em minha consciência pode tornar-se *ausente* no momento seguinte, e *novamente presente*, após um intervalo, imutada, e, como dizemos, de memória, não como resultado de uma nova percepção por nossos sentidos. É este fato que estamos acostumados a explicar pela suposição de que, durante o intervalo, a concepção esteve presente em nossa mente, embora *latente* na consciência. Sob que forma ela pode ter existido enquanto presente na mente e latente na consciência não temos meios de adivinhar.

Neste exato momento, podemos estar preparados para enfrentar a objeção filosófica de que a concepção latente não existiu como objeto de psicologia, mas como uma disposição física para a repetição do mesmo fenômeno psíquico, isto é, da dita concepção. Mas podemos replicar que isso é uma teoria que ultrapassa de muito o domínio da psicologia propriamente dita; que ela simplesmente incorre em petição de princípio ao asseverar que ‘consciente’ é um termo idêntico a ‘psíquico’, e que está positivamente errada ao negar à psicologia o direito de explicar seus fatos mais comuns, tais como a memória, por seus próprios meios.

Ora, permitam-nos chamar de ‘consciente’ a concepção que está presente em nossa consciência e da qual nos damos conta, e que este seja o único significado do termo ‘consciente’. Quanto às concepções latentes, se temos qualquer razão para supor que elas existam na mente - como tínhamos, no caso da memória - que elas sejam designadas pelo termo ‘inconsciente’.

Assim, uma concepção inconsciente é uma concepção da qual não estamos cientes, mas cuja existência, não obstante, estamos prontos a admitir, devido a outras provas ou sinais.

Esta poderia ser considerada uma amostra desinteressante de trabalho descritivo ou classificatório se nenhuma outra experiência apelasse ao nosso julgamento senão os fatos da memória ou os casos de associação por vínculos inconscientes. Entretanto, o experimento bem conhecido da ‘sugestão pós-hipnótica’ ensina-nos a insistir na importância da distinção

entre *consciente* e *inconsciente*, e parece aumentar o seu valor.

Neste experimento, tal como realizado por Bernheim, uma pessoa é colocada em estado hipnótico e subsequente despertada. Enquanto se encontrava no estado hipnótico, sob a influência do médico, foi-lhe ordenado executar determinada ação num certo momento fixado após seu despertar, digamos meia hora mais tarde. Ela desperta e parece plenamente consciente e em seu estado normal; não tem lembrança do estado hipnótico e, contudo, no momento predeterminado, aparece-lhe na mente o impulso a fazer tal tipo de coisa, e ela o faz conscientemente, embora sem saber por quê. Parece impossível fornecer qualquer outra descrição do fenômeno a não ser dizer que a ordem esteve presente na mente da pessoa num estado de latência, ou que esteve presente inconscientemente, até que o momento determinado chegou, e então tornou-se consciente. Mas não foi sua totalidade que emergiu para a consciência: somente a concepção do ato a ser executado. Todas as outras idéias associadas a essa concepção - a ordem, a influência do médico, a recordação do estado hipnótico - permaneceram inconscientes mesmo então.

Mas temos mais a aprender deste experimento. Somos levados da visão puramente descritiva a uma visão *dinâmica* do fenômeno. A idéia da ação ordenada na hipnose não apenas tornou-se objeto de consciência em determinado momento, mas o aspecto mais notável do fato é que esta idéia tornou-se *ativa*; foi traduzida em ação, assim que a consciência tornou-se ciente de sua presença. Sendo a ordem do médico o estímulo real à ação, é difícil não admitir que a idéia da ordem do médico se tornou ativa também. Entretanto, esta última idéia não se revelou à consciência, como o fez seu resultado, a idéia da ação; permaneceu inconsciente e, assim, foi *ativa* e *inconsciente* ao mesmo tempo.

Uma sugestão pós-hipnótica é uma produção de laboratório, um fato artificial. Mas, se adotarmos a teoria dos fenômenos histéricos, primeiramente apresentada por P. Janet e elaborada por Breuer e eu mesmo, não nos faltarão muitos fatos naturais que mostram o caráter psicológico da sugestão pós-hipnótica ainda mais clara e distintamente.

A mente do paciente histérico acha-se cheia de idéias ativas, porém inconscientes; todos os seus sintomas procedem de tais idéias. É, na verdade, a característica mais marcante da mente histérica ser governada por elas. Se a mulher histérica vomita, pode fazê-lo devido à idéia de estar grávida. Entretanto, ela não tem conhecimento desta idéia, embora possa ser facilmente detectada em sua mente e tornada consciente mediante um dos processos técnicos da psicanálise. Se se acha executando os arrancos e movimentos que constituem seu 'ataque', ela nem mesmo conscientemente representa para si as ações pretendidas e pode perceber estas ações com os sentimentos desligados de um observador. Não obstante, a

análise demonstrará que estava desempenhando seu papel na reprodução dramática de algum incidente de sua vida, cuja lembrança esteve inconscientemente ativa durante a crise. A mesma preponderância de idéias inconscientes ativas é revelada pela análise como sendo o fato essencial na psicologia de todas as outras formas de neurose.

Aprendemos, portanto, pela análise dos fenômenos neuróticos, que uma idéia latente ou inconsciente não é, necessariamente, uma idéia fraca, e que a presença dessa idéia na mente admite provas indiretas do tipo mais convincente, equivalentes à prova direta fornecida pela consciência. Sentimo-nos justificados em fazer nossa classificação concordar com este acréscimo ao nosso conhecimento, introduzindo uma distinção fundamental entre diferentes tipos de idéias latentes ou inconscientes. Estávamos acostumados a pensar que toda idéia latente assim se tornou por ser fraca e que se transformou em consciente logo que se tornou forte. Adquirimos hoje a convicção de que há algumas idéias latentes que não penetram na consciência, por mais fortes que possam se haver tornado. Assim, chamamos as idéias latentes do primeiro tipo de *pré-conscientes*, enquanto reservamos o termo *inconsciente* (propriamente dito) para o último tipo que viemos a estudar nas neuroses. O termo *inconsciente*, que foi empregado antes no sentido puramente descritivo, vem agora a implicar algo mais. Designa não apenas as idéias latentes em geral, mas especialmente idéias com certo caráter dinâmico, idéias que se mantêm à parte da consciência, apesar de sua intensidade e atividade.

Antes de prosseguir com minha exposição, referir-me-ei a duas objeções que têm probabilidades de serem levantadas neste ponto. A primeira delas pode ser assim enunciada: ao invés de concordar com a hipótese de idéias inconscientes, das quais nada sabemos, é melhor presumir que a consciência pode ser dividida, de modo que certas idéias ou outros atos psíquicos possam constituir uma consciência separada, que se tornou desligada e separada da massa de atividade psíquica consciente. Casos patológicos famosos, como o do Dr. Azam [A referência é ao caso de Félicité X, notável exemplo de personalidade alternada ou dupla, provavelmente o primeiro deste tipo a ser investigado e registrado minuciosamente. O caso foi descrito em várias publicações por E. Azam, de Bordeaux. Seu primeiro relatório apareceu na *Revue Scientifique*, em 26 de maio de 1876, e foi seguido, algumas semanas depois, por um artigo dos *Annales médico-psychologiques*. (Ver Azam, 1876, e seu último livro, 1887.)], parecem contribuir muito para demonstrar que a divisão da consciência não constitui imaginação fantasista.

Aventuro-me a alegar contra essa teoria que ela é uma suposição gratuita, baseada no mau uso da palavra ‘consciente’. Não temos o direito de estender o significado desta palavra a ponto de fazê-la incluir uma consciência da qual seu próprio possuidor não se acha ciente. Se os filósofos encontram dificuldade em aceitar a existência de idéias inconscientes, a existência de uma consciência inconsciente parece-me ainda mais objetável. Os casos descritos como divisão (*splitting*) da consciência, como o do Dr. Azam, poderiam de

preferência ser denominados de deslocamento da consciência - essa função ou o que quer que seja - que oscila entre dois complexos psíquicos diferentes que se tornam conscientes e inconscientes alternadamente.

A outra objeção que poderia ser levantada seria que aplicamos à psicologia normal conclusões que são tiradas principalmente do estudo de estados patológicos. Estamos capacitados a respondê-la por outro fato, cujo conhecimento devemos à psicanálise. De certas deficiências de função da mais freqüente ocorrência entre pessoas sadias, tais como por exemplo, *lapsus linguae*, erros de memória e de fala, esquecimento de nomes etc., pode-se facilmente demonstrar que dependem da ação de fortes idéias inconscientes, da mesma maneira que os sintomas neuróticos. Apresentaremos outro argumento ainda mais convincente num estágio posterior deste estudo.

Pela diferenciação de idéias pré-conscientes e inconscientes, somos levados a abandonar o campo da classificação e a formar uma opinião sobre as relações funcionais e dinâmicas na ação psíquica. Encontramos uma *atividade pré-consciente* que passa para a consciência sem dificuldade e uma *atividade inconsciente* que assim permanece e parece se achar isolada da consciência.

Ora, não sabemos se estes dois modos de atividade psíquica são idênticos ou essencialmente divergentes desde o início, mas podemos perguntar por que devem tornar-se diferentes no decorrer da ação psíquica. A esta última questão, a psicanálise fornece uma resposta clara e firme. Não é, de modo algum, impossível ao produto da atividade inconsciente penetrar na consciência, mas para esta tarefa é necessária uma certa quantidade de esforço. Quando tentamos realizá-la em nós próprios, damos-nos conta de uma sensação distinta de *repulsão*, que tem de ser dominada, e, quando a produzimos num paciente, obtemos os mais indiscutíveis sinais do que chamamos de sua *resistência* a ela. Assim, aprendemos que a idéia inconsciente acha-se excluída da consciência por forças vivas que se opõem à sua recepção, embora não objetem a outras idéias, as pré-conscientes. A psicanálise não deixa campo para dúvida de que a repulsão das idéias inconscientes só é provocada pelas tendências incluídas na essência destas. A teoria mais provável que pode ser formulada, neste estágio de nosso conhecimento, é a seguinte. A inconsciência é uma fase regular e inevitável nos processos que constituem nossa atividade psíquica; todo ato psíquico começa como um ato inconsciente e pode permanecer assim ou continuar a evoluir para a consciência, segundo encontra resistência ou não. A distinção entre atividade pré-consciente e inconsciente não é primária, mas vem a ser estabelecida após a repulsão ter surgido. Somente então a diferença entre idéias pré-conscientes, que podem aparecer na consciência e reaparecer a qualquer momento, e idéias inconscientes, que não podem fazê-lo, adquire um valor tanto teórico quanto prático. Uma analogia grosseira, mas não inadequada, a esta suposta relação da atividade consciente com a inconsciente poderia ser

traçada com o campo da fotografia comum: a primeira etapa da fotografia é o ‘negativo’; toda imagem fotográfica tem de passar pelo processo negativo e alguns desses negativos, que se saíram bem no exame, são admitidos ao ‘processo positivo’, que termina pelo retrato.

Mas a distinção entre atividade pré-consciente e inconsciente e o reconhecimento da barreira que as mantêm apartadas não são o último ou o mais importante resultado da investigação psicanalítica da vida psíquica. Existe um produto psíquico encostando nas pessoas mais normais que, contudo, apresenta analogia muito marcante com as mais violentas produções da insanidade e não foi mais inteligível aos filósofos que a própria insanidade. Refiro-me aos sonhos. A psicanálise se fundamenta na análise dos sonhos e a interpretação deles constitui a obra mais completa que a jovem ciência realizou até o presente. Um dos mais comuns de formação onírica pode ser descrito como segue: uma seqüência de pensamentos foi despertada pelo funcionamento da mente durante o dia e reteve um pouco de sua atividade, fugindo à inibição geral de interesses que introduz o sono e constitui a preparação psíquica para o dormir. Durante a noite, a seqüência de pensamentos consegue encontrar vinculações com uma das tendências inconscientes presentes desde a infância na mente do que sonha, mas ordinariamente *reprimida* e excluída de sua vida consciente. Com a força tomada de empréstimo a esta ajuda inconsciente, os pensamentos, resíduo do trabalho do dia, tornam-se então ativos novamente e surgem na consciência sob a forma de sonho. Ora, três coisas aconteceram:

- (1) Os pensamentos sofreram uma mudança, um disfarce e uma deformação, que representam a parte do ajudante inconsciente.
- (2) Os pensamentos ocuparam a consciência numa ocasião em que não o deveriam.
- (3) Uma parte do inconsciente, que doutra maneira não teria podido fazê-lo, surgiu na consciência.

Aprendemos a arte de descobrir os ‘pensamentos residuais’, os *pensamentos latentes dos sonhos*, e, comparando-os com o sonho aparente, pudemos formar opinião sobre as modificações que experimentaram e a maneira pela qual estas foram ocasionadas.

Os pensamentos latentes do sonho não diferem em nenhum aspecto dos produtos de nossa atividade consciente habitual; merecem o nome de pensamentos pré-conscientes e, em verdade, podem ter sido conscientes em algum momento do estado de vigília. Entretanto, por entrarem em contato com as tendências inconscientes durante a noite, assimilaram-se a estas, degradaram-se, por assim dizer, à condição de pensamentos inconscientes, e ficaram sujeitos às leis pelas quais a atividade inconsciente é dirigida. E aqui temos a oportunidade de aprender o que não poderíamos ter adivinhado pela especulação, ou por outra fonte de informação empírica - que as leis da atividade inconsciente diferem amplamente daquelas da

consciente. Inferimos pormenorizadamente quais são as peculiaridades do *Inconsciente* e podemos esperar aprender ainda mais sobre elas mediante investigação mais profunda dos processos da formação onírica.

Essa investigação não se acha ainda nem na metade, e uma exposição dos resultados obtidos até agora é pouco possível sem entrar nos problemas mais intocados da análise de sonhos. Não gostaria de interromper este exame, porém, sem indicar a mudança e o progresso em nossa compreensão do inconsciente devido ao estudo psicanalítico dos sonhos.

A inconsciência pareceu-nos, a princípio, apenas uma característica enigmática de um ato psíquico definido. Atualmente ela significa mais para nós. É sinal de que este ato partilha da natureza de determinada categoria psíquica, que conhecemos por outras características mais importantes, e que ele pertence a um sistema de atividade psíquica merecedor de nossa plena atenção. O valor índice do inconsciente ultrapassou de muito sua importância como propriedade. O sistema assinalado pelo fato de seus atos isolados serem inconscientes é chamado 'O Inconsciente', por falta de termo melhor e menos ambíguo. Em alemão, proponho denotar esse sistema pelas letras *Ubw*, abreviatura da palavra '*Unbewusst*'. E este é o terceiro e mais significativo sentido que o termo 'inconsciente' adquiriu na psicanálise.

UM SONHO PROBATÓRIO (1913)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

EIN TRAUM ALS BEWEISMITTEL

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1913 *Int. Z. Psychoanal.*, 1 (1), 73-8.

1918 *S. K. S. N.*, 4 177-188. (1922, 2ª ed.)

1925 *G. S.*, 3 267-77.

1925 *Traumlehre*, 11-21.

1931 *Sexualtheorie und Traumlehre*, 316-26.

1946 *G. W.*, 10, 12-22.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘A Dream which Bore Testimony’

1924 *C. P.*, 2, 133-43 (Trad. de E. Glover.)

A presente tradução inglesa baseia-se na publicada em 1924.

Em seu primeiro aparecimento na *Zeitschrift* (no começo de 1913), este artigo foi o primeiro de vários, escritos por diversos autores, incluídos sob o título geral ‘Beiträge zur Traumdeutung’ (‘Contribuições à Intepretação de Sonhos’).

O trabalho apresenta a peculiaridade de ser uma análise de sonhos, de segunda mão. Independente disto, é digno de nota por contar uma descrição excepcionalmente clara do papel desempenhado pelos pensamentos oníricos latentes na formação de sonhos e por sua insistência na necessidade de manter em mente a distinção entre os pensamentos oníricos e o próprio sonho.

UM SONHO PROBATÓRIO

Uma senhora que padecia da mania dubitativa e cerimoniais obsessivos insistia em que suas enfermeiras nunca a deixassem fora de suas vistas por um só momento: doutra maneira, ela começaria a ruminar sobre ações proibidas que poderia ter cometido enquanto não se achava sendo observada. Certa noite, enquanto repousava no sofá, pensou que vira a enfermeira de serviço adormecer. Ela gritou: ‘Está me vendo?’ A enfermeira deu um pulo e respondeu: ‘Naturalmente que estou.’ Isto forneceu à paciente motivo para nova dúvida e, após certo tempo, repetiu a pergunta, que a enfermeira respondeu com protestos renovados; exatamente nesse momento, outra assistente chegou, trazendo a ceia da paciente.

Este incidente ocorreu numa sexta-feira à noite. Na manhã seguinte, a enfermeira relatou

um sonho que teve o efeito de desfazer as dúvidas da paciente.

SONHO - Alguém lhe havia confiado uma criança. A mãe da criança saíra de casa e ela [a que sonhou] perdera-a. Enquanto andava, indagava das pessoas na rua se haviam visto a criança. Depois, chegou a uma grande extensão de água e cruzou uma estreita ponte para pedestres. (Houve um adendo: Subitamente apareceu-lhe à frente, sobre a ponte, como uma 'fata Morgana', a figura de outra enfermeira.) Então, achou-se num lugar familiar, onde encontrou uma mulher que conheceu menina e que na época era vendedora numa loja de víveres e depois se casara. Perguntou à mulher, que estava parada em frente a sua porta: 'Você viu a criança?' A mulher não prestou atenção à pergunta, mas informou-a de que se achava divorciada do marido, acrescentando que tampouco o casamento é sempre feliz. Ela acordou sentindo-se tranqüilizada e pensou que a criança apareceria perfeitamente bem na casa de um vizinho.

ANÁLISE - A paciente presumiu que este sonho se referia ao cochilo que a enfermeira havia negado. A partir de informações adicionais voluntariamente prestadas pela última, pôde interpretar o sonho de maneira que, embora incompleta sob certos aspectos, foi suficiente para todos os fins práticos. Eu próprio somente ouvi o relato da senhora e não entrevistei a enfermeira. Citarei primeiramente a interpretação da paciente e depois suplementá-la-ei com o que nossa compreensão geral das leis que governam a formação onírica nos permitem acrescentar.

'A enfermeira contou-me que a criança do sonho fazia-a lembrar-se de um caso cujo cuidado lhe dera a mais viva satisfação. Foi o de uma criança incapaz de enxergar devido a uma inflamação dos olhos (blenorria). A mãe, contudo, não abandonava a casa: ajudava a cuidar da criança. Por outro lado, recordo-me também que quando meu marido, que tem alta consideração por esta enfermeira, partiu, deixou-me aos seus cuidados e ela prometeu cuidar de mim como cuidaria de uma criança.'

Além disso, sabemos pela análise da paciente que, ao insistir em nunca ser deixada fora da vista, ela se recolocara na posição de ser outra vez criança.

'Ter perdido a criança', continuou a paciente, 'significou que ela não me vira; perdera-me de vista. Isto constituiu sua admissão de que realmente adormecera por certo tempo e não me contara a verdade posteriormente.'

Ignorava o significado do pequeno fragmento de sonho em que a enfermeira indagava das

pessoas na rua se haviam visto a criança; por outro lado, foi capaz de elucidar os pormenores posteriores do sonho manifesto.

‘A grande extensão de água fez a enfermeira pensar no Reno; acrescentou, contudo, que era muito maior que o Reno. Então lembrou-se de que na noite anterior eu lhe lera a história de Jonas e a baleia, e lhe contara que, certa vez, eu própria vira uma baleia no Canal da Mancha. Imagino que a grande extensão de água fosse o mar e constituísse uma alusão à história de Jonas.

‘Acho também que a estreita ponte para pedestres proveio da mesma história, que era divertidamente escrita em dialeto. A anedota relata como um instrutor religioso descreveu a seus alunos as maravilhosas aventuras de Jonas, após o que um menino objetou que não podia ser verdade, visto que o próprio professor lhes dissera antes que as baleias só podiam engolir criaturas minúsculas, devido à estreiteza de seus esôfagos. O professor escapou da dificuldade dizendo que Jonas era judeu e que os judeus se enfiavam em qualquer lugar. Minha enfermeira é muito piedosa mas inclinada a dúvidas religiosas, e censurei-me no caso de a história que lhe lera poder tê-las suscitado.

‘Nessa ponte estreita, viu agora o aparecimento de outra enfermeira, a quem conhecia. Contou-me a história desta última: havia-se jogado no Reno por ter sido dispensada de um caso, devido a algo de que fora culpada. Ela própria temera, portanto, ser dispensada por haver adormecido. Ademais, no dia seguinte ao incidente e após relatar o sonho, a enfermeira chegou amargamente e, quando lhe perguntei o motivo, respondeu de modo bastante rude: “A senhora sabe por que tão bem quanto eu e agora não vai mais confiar em mim!”

Visto a aparição da enfermeira afogada constituir um adendo, e um adendo especialmente claro, teríamos aconselhado a senhora a começar sua interpretação do sonho neste ponto. Segundo o relato daquela que sonhou, também esta primeira metade do sonho foi acompanhada por aguda ansiedade; a segunda parte preparou o caminho para a sensação de tranqüilidade com que despertou.

‘Encaro a parte seguinte do sonho’, disse a senhora, continuando sua análise, ‘como corroboração certa de minha opinião de que o sonho tinha a ver com o que acontecera naquela noite de sexta-feira, pois a pessoa que anteriormente fora vendedora numa loja de víveres só se podia referir à atendente que trouxe a ceia naquela ocasião. Observei também que a enfermeira se havia queixado de náuseas o dia todo. A pergunta que fez àquela mulher: “Viu a criança?” é obviamente remontável à minha pergunta: “Está me vendo?”, que lhe fiz pela segunda vez exatamente quando a atendente chegou com os pratos.’

Também no sonho a indagação a respeito da criança foi feita em duas ocasiões. O fato de a mulher não responder - não prestar atenção - pode ser por nós encarado como uma depreciação desta outra atendente, feita em favor da que sonhou; ela representou-se no sonho como superior à outra mulher, exatamente porque ela própria tinha de enfrentar censuras devido à sua própria falta de atenção.

‘A mulher que apareceu no sonho não era, na realidade, divorciada do marido. A situação foi tirada de um incidente da vida da outra atendente, que se separara - “divorciara” - de um homem, por ordem dos pais. A observação de que “tampouco o casamento sempre corre bem” foi provavelmente uma consolação utilizada no decurso da conversa entre as duas mulheres. Esta consolação prefigurou outra, com a qual o sonho terminou: “A criança aparecerá perfeitamente bem”.

‘Concluí deste sonho que, na noite em apreço, a enfermeira realmente adormecera e que estava com medo de ser demitida por causa disso. Devido a isso, não mais senti qualquer dúvida sobre a correção de minha observação. Incidentalmente, após relatar o sonho, ela acrescentou sentir muito não ter trazido um livro de sonhos com ela. Ao meu comentário de que tais livros se acham repletos das mais ignorantes superstições, respondeu que, embora não fosse de modo algum supersticiosa, apesar disso todos os acontecimentos desagradáveis da sua vida haviam acontecido numa sexta-feira. Devo acrescentar que, atualmente, o tratamento que me dá não é de modo algum satisfatório; ela anda suscetível e irritável e faz cenas a respeito de nada.’

Acho que devemos reconhecer à senhora o mérito de ter interpretado e avaliado corretamente o sonho de sua enfermeira. Como tão amiúde acontece com a interpretação de sonhos durante a análise, a tradução do sonho não depende unicamente dos produtos da associação, mas também temos de levar em conta as circunstâncias de sua narração, o comportamento do que sonhou antes e depois da análise do sonho, bem como toda observação e revelação feita pelo que sonhou durante a mesma ocasião - durante a mesma sessão analítica. Se levarmos em consideração a suscetibilidade da enfermeira, sua atitude para com as sextas-feiras aziagas etc., confirmaremos a conclusão de que o sonho continha uma admissão de que, apesar de sua negativa, ela havia realmente cochilado e estava com medo de ser mandada embora para longe da ‘criança’ a seus cuidados.

Enquanto, para a senhora que o relatou a mim, este sonho tinha significação prática, para nós ele estimula o interesse teórico em duas direções. É verdade que terminou por uma consolação, mas, em geral, representou uma *admissão* importante com referência à relação da enfermeira com sua paciente. Como acontece que um sonho, que afinal de contas deve servir de realização de um desejo, possa tomar o lugar de uma admissão que nem mesmo foi de qualquer vantagem para a que sonhou? Devemos realmente admitir que, além de sonhos de realização de desejo (e de ansiedade), existem também sonhos de admissão, assim como

de advertência, reflexão, adaptação etc.?

Devo confessar que ainda não compreendo muito bem por que a posição que tomei contra qualquer tentação desse tipo, em *A Interpretação de Sonhos*, causou desconfiças nas mentes de tantos psicanalistas, entre eles alguns bem conhecidos. Parece-me que a diferenciação entre sonhos de realização de desejo, admissão, advertência, adaptação etc. não tem muito mais sentido que a diferenciação, necessariamente aceita, dos especialistas médicos em ginecologistas, pediatras e dentistas. Permitam-me recapitular aqui, tão sucintamente quanto possível, o que disse sobre este assunto em *A Interpretação de Sonhos*.

Os chamados 'resíduos diurnos' podem atuar como perturbadores do sonho e construtores de sonhos; eles são processos de pensamento afetivamente catexizados do dia do sonho, que resistiram ao rebaixamento geral [de energia] pelo sono. Estes resíduos diurnos são descobertos por remontarem o sonho manifesto aos pensamentos oníricos latentes; constituem porções do último e acham-se assim entre as atividades do estado de vigília - conscientes ou inconscientes - que conseguiram persistir no período de sono. Em consonância com a multiplicidade de processos de pensamento no consciente e pré-consciente, estes resíduos diurnos têm os mais numerosos e diversos significados: eles podem ser desejos ou temores que não foram resolvidos, ou intenções, reflexões, advertências, tentativas de adaptação a tarefas atuais etc. Até este ponto, a classificação de sonhos que se acha em consideração parece ser justificada pelo conteúdo que é revelado pela interpretação. Estes resíduos do dia, contudo, não são o próprio sonho: falta-lhes o elemento essencial principal de um sonho. De si próprios não são capazes de construir um sonho. São, estritamente falando, apenas o material psíquico para a elaboração onírica, exatamente como os estímulos sensoriais e somáticos, quer acidentais quer produzidos sob condições experimentais, constituem o material *somático* para a elaboração onírica. Conferir-lhes o papel principal na construção de sonhos é simplesmente repetir, num ponto novo, o erro pré-analítico que explicava os sonhos atribuindo-os à má digestão ou à pressão sobre a pele. Os erros científicos, em verdade, têm vida tenaz, e mesmo quando refutados acham-se prontos a insinuar-se novamente, sob novos disfarces.

O estado atual de nosso conhecimento leva-nos a concluir que o fator essencial na construção de sonhos é um desejo inconsciente - geralmente um desejo infantil, agora reprimido - que pode vir a se expressar nesse material somático ou psíquico (e também nos resíduos diurnos, portanto) e pode abastecer estes com uma força que os capacita a forçar seu caminho em direção à consciência, mesmo durante a suspensão do pensamento, à noite. O sonho é, em todos os casos, uma realização *deste* desejo inconsciente, seja o que for que possa conter mais - advertência, reflexão, admissão, ou qualquer outra parte do rico

conteúdo do estado de vigília pré-consciente que continuou, sem ser tratado, noite adentro. É *este* desejo inconsciente que dá à elaboração onírica seu caráter peculiar, como revisão inconsciente do material pré-consciente. Um psicanalista pode caracterizar como sonhos apenas os produtos da elaboração onírica: apesar do fato de só se chegar aos pensamentos oníricos latentes a partir da interpretação do sonho, ele não pode considerá-los como parte deste, mas apenas como parte da reflexão pré-consciente. (A revisão secundária pela instância consciente é aqui considerada como parte da elaboração onírica. Mesmo que devêssemos separá-la, isto não envolveria nenhuma alteração em nossa concepção. Teríamos então de dizer: os sonhos, no sentido analítico, compreendem a elaboração onírica propriamente dita, juntamente com a revisão secundária de seus produtos.) A conclusão a ser tirada destas considerações é que não se pode colocar o caráter realizador de desejos dos sonhos no mesmo nível que seu caráter de advertência, admissão, tentativa de solução etc., sem negar o conceito de uma dimensão psíquica de profundidade, o que equivale a dizer, sem negar o ponto de vista da psicanálise.

Retornemos agora ao sonho da enfermeira, a fim de demonstrar a qualidade de profundidade na realização de desejo nele contida. Já sabemos que a interpretação que a senhora deu ao sonho não era, de modo algum, completa; havia partes dele a que ela foi incapaz de fazer justiça. Ademais, ela sofria de neurose obsessiva, condição que, pelo que observei, torna consideravelmente mais difícil compreender os símbolos oníricos, tal como a demência precoce torna-o mais fácil.

Não obstante, nosso conhecimento do simbolismo onírico capacita-nos a compreender partes não interpretadas deste sonho e descobrir uma significação mais profunda por trás das interpretações já fornecidas. Não podemos deixar de notar que parte do material empregado pela enfermeira provém do complexo de dar a luz, de ter filhos. A extensão de água (o Reno, o Canal onde a baleia foi vista) era certamente a água da qual as crianças provém. E depois, também, ela veio à água em busca de uma criança. A lenda de Jonas, fator de determinação dessa água, a pergunta de saber como Jonas (a criança) podia passar através de passagem tão estreita pertencem ao mesmo complexo. E a enfermeira que se atirou no Reno por mortificação encontrou uma consolação simbólico-sexual para seu desespero de vida na modalidade de sua morte - entrando na água. A estreita ponte para pedestres sobre a qual a aparição a encontrou foi, com toda probabilidade, também um símbolo genital, embora tenha de admitir que aqui nos falta ainda um conhecimento mais preciso.

O desejo 'quero ter um filho' parece, portanto, ter sido o construtor onírico a partir do inconsciente; nenhum outro seria mais bem calculado para consolar a enfermeira pelo estado aflitivo das coisas na vida real. 'Serei dispensada: perderei a criança que está aos meus cuidados. Que importa? Em vez disso, arranjaré uma criança real, minha própria.' A parte não interpretada do sonho, na qual ela pergunta a todos na rua sobre a criança, pode talvez caber aqui; a interpretação então seria: 'É mesmo que tenha de me oferecer nas ruas, sei como arranjar um filho para mim.' Um laivo de desafio na que sonhou, até aqui disfarçado,

se revela subitamente neste ponto. Sua admissão encaixa-se aqui pela primeira vez: ‘Fechei os olhos e comprometi minha reputação profissional de pessoa conscienciosa; agora, vou perder meu lugar. Serei tão tola de afogar-me, como a enfermeira X? Não: abandonarei a enfermagem completamente e me casarei; serei uma mulher e terei um filho de verdade; nada me impedirá.’ Esta interpretação é justificada pela consideração de que ‘ter filhos’ constitui realmente a expressão infantil de um desejo de ter relações sexuais; na verdade, pode ter sido escolhida na consciência como expressão eufemística deste desejo objetável.

Assim, a admissão desvantajosa da que sonhou, admissão para que mostrou inclinação mesmo no estado de vigília, tornou-se possível no sonho por ser empregada por um seu traço latente de caráter [o ‘laivo de desafio’], com o intuito de ocasionar a realização de um desejo infantil. Podemos presumir que este traço tinha uma vinculação estreita - com referência tanto a época quanto a conteúdo - com o desejo de um filho e de prazer sexual.

A inquirição subsequente da senhora a quem devo a primeira parte desta interpretação forneceu algumas informações inesperadas sobre a vida anterior da enfermeira. Antes de dedicar-se à enfermagem desejava casar com um homem que estivera intensamente interessado nela, mas abandonara o casamento projetado devido à oposição de uma tia, com quem suas relações constituíam uma curiosa mistura de dependência e desafio. Esta tia que impedira o matrimônio era a superiora de uma Ordem dedicada à enfermagem. A que sonhou sempre a considerara como modelo. Tinha esperanças de ser sua herdeira e a ela achava-se ligada por esse motivo. Não obstante opusera-se à tal, não ingressando na Ordem como aquela havia planejado. O desafio apresentado no sonho era, portanto, dirigido contra a tia. Atribuímos uma origem anal-erótica a este traço caracterológico, e podemos levar em consideração o fato de os interesses que a tornavam dependente da tia serem de natureza financeira; lembramo-nos também de que as crianças favorecem a teoria anal de nascimento.

Este fator de desafio infantil pode talvez permitir-nos presumir uma relação mais estreita entre a primeira e a última cena do sonho. A antiga vendedora numa loja de víveres representa no sonho a atendente que trouxe a ceia da senhora para a sala exatamente quando essa fazia a pergunta: ‘Está me vendo?’ Parece, contudo, que ela foi destinada para o papel de rival hostil em geral. A que sonhou depreciou sua capacidade como enfermeira fazendo-a não tomar o menor interesse pela criança perdida, mas tratar apenas de assuntos particulares em sua resposta. Deslocou assim para esta figura a indiferença que começava a sentir pela criança a seus cuidados. O infeliz casamento e divórcio que ela própria deve ter temido em seus mais secretos desejos foram atribuídos à outra mulher. Sabemos, contudo, que fora a tiaque separara a que sonhou de seu noivo. Daí a ‘vendedora de víveres’ (figura não necessariamente sem significado infantil simbólico) poder representar a superiora-tia, que na realidade não era muito mais idosa do que a que sonhou e que desempenhara o papel tradicional de rival-mãe em sua vida. Uma confirmação satisfatória desta interpretação pode ser achada no fato de que o lugar ‘familiar’ em que ela encontrou essa pessoa, parada na frente da porta, era exatamente o lugar em que sua tia residia, como superiora.

Devido à falta de contato entre o analista e a pessoa sob análise, não é aconselhável penetrar mais profundamente na estrutura do sonho. Entretanto podemos talvez dizer que, na medida em que foi acessível à interpretação, forneceu-nos muitas confirmações bem como muitos novos problemas.

A OCORRÊNCIA, EM SONHOS, DE MATERIAL ORIUNDO DE CONTOS DE FADAS (1913)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

MÄRCHENSTOFFE IN TRÄUMEN

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1913 *Int. Z. Psychoanal.*, 1 (2), 147-51.

1918 *S. K. S. N.*, 4 168-76 (1922, 2ª ed.)

1925 *G. S.*, 3, 259-66.

1925 *Traumlehre*, 3-10.

1931 *Sexualtheorie und Traumlehre*, 308-15.

1946 *G. W.*, 10, 2-9.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘The Occurrence in Dreams of Material from Fairy Tales’

1925 *C. P.*, 4, 236-43 (Trad. de James Strachey.)

A presente tradução inglesa é uma reimpressão ligeiramente corrigida da publicada em 1925.

O segundo dos dois exemplos relatados neste artigo derivou da análise do caso do ‘Wolf Man’, que ainda se achava em tratamento com Freud por ocasião de sua publicação. A totalidade desta parte do trabalho foi incluída literalmente na história clínica, escrita em 1914 mas só publicada quatro anos depois - ‘From the History of an Infantile Neurosis’ (1918*b*). A análise do sonho é ali levada muito adiante (Ver a partir de [1].)

A OCORRÊNCIA, EM SONHOS, DE MATERIAL ORIUNDO DE CONTOS DE FADAS

Não é surpreendente descobrir que a psicanálise confirma nosso reconhecimento do lugar importante que os contos de fadas populares alcançaram na vida mental de nossos filhos. Em algumas pessoas, a lembrança de seus contos de fadas favoritos ocupa o lugar das lembranças de sua própria infância; elas transformaram esses contos em lembranças encobridoras.

Elementos e situações derivados de contos de fadas podem também ser encontrados em sonhos. Interpretando as passagens em apreço, o paciente produzirá o conto de fadas significativo como associação. No presente artigo, darei dois exemplos desta ocorrência muito comum, mas não será possível fazer mais que aludir às relações entre os contos de fadas e a história da infância do que sonhou e sua neurose, embora esta limitação envolva o risco de romper vínculos que foram de máxima importância para o analista.

Aqui temos o sonho de uma jovem casada, que recebera a visita do marido alguns dias antes: *Ela se achava num quarto que era inteiramente castanho. Uma portinha levava ao alto de uma escada íngreme e, por esta escada, entrou no quarto um curioso homenzinho - pequeno, de cabelos brancos, calvo no alto da cabeça e de nariz vermelho. Ele dançou em volta do quarto na frente dela, portou-se da maneira mais engraçada e depois desceu pela escada novamente. Estava vestido com uma indumentária cinzenta, através da qual todas as partes de sua figura achavam-se visíveis.* (Subseqüentemente, foi feita uma correção: *Estava usando um casaco preto comprido e calças cinzentas.*)

A análise foi a seguinte. A descrição da aparência pessoal do homúnculo ajustava-se ao sogro da que sonhou, sem que nenhuma alteração fosse necessária. Imediatamente depois, porém, ela pensou na história de ‘Rumpelstiltskin’, que dançou à roda da mesma maneira engraçada que o homem no sonho e, assim fazendo, revelou seu nome à rainha; mas por isso perdeu seu direito ao primeiro filho daquela, e, em sua fúria, rasgou-se em dois.

No dia anterior ao do sonho, ela estivera do mesmo modo furiosa com o marido e exclamara: ‘Poderia rasgá-lo em dois’.

O quarto castanho, a princípio, causou dificuldades. Tudo o que lhe ocorria era a sala de jantar dos pais, que tinha painéis dessa cor - em madeira castanha. Contou então algumas histórias de cama que eram tão inconfortáveis para duas pessoas dormirem. Poucos dias antes, quando o assunto da conversa fora camas de outros países, ela dissera algo muito *mal à propôs* - de modo inteiramente inocente, segundo sustentava - e todos na sala haviam rido às gargalhadas.

O sonho era agora quase inteligível. O quarto de madeira castanha era, em primeiro lugar, uma cama, e, através da vinculação com a sala de jantar, um leito matrimonial. Ela, portanto, achava-se em sua cama de casal. O visitante deve ter sido seu jovem marido, que, após uma ausência de vários meses, visitara-a para desempenhar seu papel na cama dupla. Mas primeiramente era o pai do marido, seu sogro.

Por trás desta primeira interpretação, temos um vislumbre de material mais profundo e puramente sexual. Aqui, o quarto era a vagina. (O quarto estava nela - o que foi invertido no sonho.) O homenzinho que fazia caretas e comportava-se de modo tão engraçado era o pênis. A porta estreita e a escada íngreme confirmavam a opinião de que a situação era uma representação da relação sexual. Geralmente estamos acostumados a encontrar o pênis simbolizado por uma criança; mas descobriremos que havia boas razões para um pai ser introduzido para representar o pênis, neste caso.

A solução da parte remanescente do sonho confirmar-nos-á inteiramente esta interpretação. A que sonhou, ela própria, explicou a indumentária cinzenta transparente como um preservativo. Podemos depreender que considerações de prevenção de concepção e preocupações sobre saber se aquela visita do marido não poderia ter lançado a semente de um segundo filho, achavam-se entre as causas induzidoras do sonho.

O casaco preto. Casacos deste tipo ficavam admiravelmente bem no marido. Ela queria persuadi-lo a usá-los sempre, ao invés de suas roupas usuais. Vestido no casaco preto, portanto, seu marido era como ela gostava de vê-lo. *O casaco preto e as calças cinzentas.* Em dois níveis diferentes, um acima do outro, isto tinha o mesmo significado: ‘Gostaria que você se vestisse assim. Gosto de você assim.’

Rumpelstiltskin estava vinculado aos pensamentos contemporâneos subjacentes ao sonho - os resíduos diurnos - por uma nítida relação antitética. No conto de fadas, ela chega a fim de levar o primeiro filho da rainha. No sonho, o homenzinho chega sob a forma de um pai, porque presumivelmente trouxera consigo um segundo filho. Mas Rumpelstiltskin também forneceu acesso ao estrato infantil, mais profundo, dos pensamentos oníricos. O cômico sujeitinho, cujo próprio nome é desconhecido, cujo segredo é tão avidamente discutido, que pode realizar truques extraordinários - no conto de fadas, transforma palha em ouro - a fúria contra ele, ou melhor, contra seu possuidor, que é invejado por possuí-lo (a inveja que a menina tem do pênis) - todos foram elementos cuja relação com os fundamentos da neurose da paciente mal podem, como disse, ser aflorados neste artigo. Os cabelos cortados curtos do homenzinho do sonho achavam-se indubitavelmente vinculados também ao tema da castração.

Se observarmos cuidadosamente, a partir de exemplos claros, a maneira pela qual os sonhadores utilizam os contos de fadas e o momento no qual os trazem à baila, podemos talvez conseguir recolher algumas sugestões que nos ajudarão a interpretar obscuridades remanescentes nos próprios contos de fadas.

II

Um jovem contou-me o sonho abaixo. Ele possuía uma base cronológica para suas primeiras lembranças na circunstância de os pais terem-se mudado de uma propriedade rural para outra antes de ele completar cinco anos de idade; o sonho, que disse ser o seu mais antigo, ocorreu quando se achava ainda na primeira propriedade.

‘Sonhei que era noite e que eu estava deitado na cama. (Meu leito tem o pé da cama voltado para a janela: em frente da janela havia uma fileira de velhas noqueiras. Sei que era inverno quando tive o sonho, e de noite.) De repente, a janela abriu-se sozinha e fiquei aterrorizado ao ver que alguns lobos brancos estavam sentados na grande noqueira

em frente da janela. Havia seis ou sete deles. Os lobos eram inteiramente brancos e pareciam-se mais com raposas ou cães pastores, pois tinham caudas grandes, como as raposas, e orelhas empinadas, como cães quando prestam atenção a algo. Com grande terror, evidentemente de ser comido pelos lobos, gritei e acordei. Minha babá correu até minha cama, para ver o que me havia acontecido. Levou muito tempo até que me convencesse de que fora apenas um sonho; tivera uma imagem tão clara e vívida da janela a abrir-se e dos lobos sentados na árvore. Por fim acalmei-me, senti-me como se houvesse escapado de algum perigo e voltei a dormir.

‘A única ação no sonho foi a abertura da janela, pois os lobos estavam sentados muito quietos e sem fazer nenhum movimento sobre os ramos da árvore, à direita e à esquerda do tronco, e olhavam para mim. Era como se tivessem fixado toda a atenção sobre mim. Acho que foi meu primeiro sonho de ansiedade. Tinha três, quatro, ou no máximo, cinco anos de idade na ocasião. Desde então, até contar onze ou doze anos, sempre tive medo de ver algo terrível em meus sonhos.’

Ele acrescentou um desenho da árvore com os lobos, que confirmava sua descrição. A análise do sonho trouxe à luz o seguinte material.

Sempre vinculara este sonho à recordação de que, durante esses anos de infância, tinha um medo tremendo da figura de um lobo num livro de contos de fadas. Sua irmã mais velha, que era muito mais idosa que ele, costumava apoquentá-lo segurando esta figura específica na sua frente, sob qualquer pretexto, para que ele ficasse aterrorizado e começasse a gritar. Na figura, o lobo achava-se ereto, dando um passo com uma das patas, com as garras estendidas e as orelhas empinadas. Achava que a figura deveria ter sido uma ilustração da história do ‘Chapeuzinho Vermelho’.

Por que os lobos eram brancos? Isto fê-lo pensar nas ovelhas, grandes rebanhos das quais eram mantidos nas vizinhanças da propriedade. O pai ocasionalmente o levava a visitar esses rebanhos e, todas as vezes que isso acontecia, ele se sentia muito orgulhoso e feliz. Posteriormente - segundo indagações feitas, pode facilmente ter sido pouco antes da época do sonho - irrompeu uma epidemia entre as ovelhas. O pai mandou buscar um seguidor de Pasteur, que vacinou os animais, mas após a inoculação morreram ainda mais delas que antes.

Como os lobos apareceram na árvore? Isto fê-lo lembrar-se de uma história que ouvira o avô contar. Não podia recordar-se se fora antes ou depois do sonho, mas seu assunto constitui argumento decisivo em favor da primeira opinião. A história dizia assim: um alfaiate estava sentado trabalhando em seu quarto, quando a janela se abriu e um lobo pulou para dentro. O Alfaiate perseguiu-o com seu bastão - não (corrigiu-se), apanhou-o pela cauda e arrancou-a fora, de modo que o lobo fugiu correndo, aterrorizado. Algum tempo

mais tarde, o alfaiate foi até a floresta e subitamente viu uma alcatéia de lobos vindo em sua direção; então trepou numa árvore para fugir-lhes. A princípio, os lobos ficaram perplexos; mas o aleijado, que se achava entre eles e queria vingar-se do alfaiate, propôs que trepassem uns sobre os outros, até que o último pudesse apanhá-lo. Ele próprio - tratava-se de um animal velho e vigoroso - ficaria na base da pirâmide. Os lobos fizeram como ele sugeria, mas o alfaiate reconheceu o visitante a que havia castigado e de repente gritou, como fizera antes: ‘Apanhem o cinzento pela cauda!’ O lobo sem rabo, aterrorizado pela recordação, correu, e todos os outros desmoronaram.

Nesta história aparece a árvore sobre a qual os lobos se achavam sentados no sonho; mas contém também uma alusão inequívoca ao complexo de castração. O lobo *velho* tivera a cauda arrancada pelo alfaiate. As caudas de raposa dos lobos do sonho eram provavelmente compensações por esta falta de cauda.

Por que havia seis ou sete lobos? Não parecia haver resposta para esta pergunta, até eu levantar uma dúvida sobre saber se a figura que o assustava estava vinculada à história de ‘Chapeuzinho Vermelho’. Este conto de fadas só oferece oportunidade para duas ilustrações - Chapeuzinho Vermelho encontrando-se com o lobo na floresta e a cena em que o lobo se deita na cama, com o barrete de dormir da avó. Teria de haver, portanto, algum outro conto de fadas por trás de sua recordação da figura. Ele logo descobriu que só podia ser a história de ‘O Lobo e os Sete Cabritinhos’. Nesta, ocorre o número sete, e também o número seis, pois o lobo só comeu seis dos cabritinhos, enquanto que o sétimo se escondeu na caixa do relógio. O branco também nela aparece, pois o lobo fizera branquear sua pata no padeiro, após o cabritinhos haverem-no reconhecido, em sua primeira visita, pela pata cinzenta. Além disso, os dois contos de fadas possuem muito em comum. Em ambos existe o comer, a abertura da barriga, a retirada das pessoas que haviam sido comidas e sua substituição por pesadas pedras, e, finalmente, em ambas o lobo mau perece. Além disso tudo, na história dos cabritinhos aparece a árvore. O lobo deitou-se sob uma árvore, após a refeição, e roncou.

Por uma razão especial, terei de tratar deste sonho novamente alhures, interpretá-lo e julgar sua significação com maiores pormenores; pois ele é o mais antigo sonho de ansiedade que o jovem que sonhou recordou de sua infância, e seu conteúdo, tomado juntamente com outros sonhos que o seguiram pouco após e com certos acontecimentos de seus primeiros anos de vida, é de interesse muito especial. Temos de limitar-nos aqui à relação do sonho com os dois contos de fadas que têm tanto em comum um com o outro, ‘Chapeuzinho Vermelho’ e ‘O Lobo e os Sete Cabritinhos’. O efeito produzido por estas histórias foi demonstrado no pequeno que as sonhou mediante uma fobia animal comum. Esta fobia só se distinguia de outros casos semelhantes pelo fato de o animal causador da

ansiedade não ser um objeto facilmente acessível à observação (tal como um cavalo ou um cão), mas conhecido dele somente de histórias e livros de figuras.

Examinarei em outra ocasião a explicação destas fobias animais e a significação que se lhes atribui. Observarei apenas, por antecipação, que essa explicação se acha em completa harmonia com a característica principal apresentada pela neurose de que o atual sonhador padeceu mais tarde na vida. Seu medo do pai era o motivo mais forte para ele cair doente e sua atitude ambivalente em relação a todo representante paterno foi o aspecto dominante de sua vida, assim como de seu comportamento durante o tratamento.

Se, no caso de meu paciente, o lobo foi simplesmente um primeiro representante paterno, surge a questão de saber se o conteúdo oculto nos contos de fadas do lobo que comeu os cabritinhos e de ‘Chapeuzinho Vermelho não pode ser simplesmente um medo infantil do pai. Além disso, o pai de meu paciente tinha a característica, apresentada por tantas pessoas em relação aos filhos, de permitir-se ‘ameaças afetuosas’; e é possível que, durante os primeiros anos do paciente, o pai (embora se tornasse severo mais tarde) pudesse, mais de uma vez, enquanto acariciava o menininho ou com ele brincava, tê-lo ameaçado por brincadeira ‘de engoli-lo’. Uma de minhas pacientes contou-me que seus dois filhos nunca puderam chegar a gostar do avô, porque, no decurso de seus ruidosos e afetuosos brinquedos com eles, costumava assustá-los dizendo que lhes cortaria as barrigas.

O TEMA DOS TRÊS ESCRÍNIOS (1913)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

DAS MOTIV DER KÄSTCHENWAHL

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1913 *Imago*, 2 (3), 257-66.

1918 *S. K. S. N.*, 4, 470-85 (1922, 2^a ed.)

1924 *G. S.*, 10, 243-56.

1924 *Dichtung und Kunst*, 15-28.

1946 *G. W.*, 10, 24-37.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘The Theme of the Three Caskets’

1925 *C. P.*, 4, 244-56. (Trad. de C. J. M. Hubback.)

A presente tradução inglesa baseia-se na de 1925.

A correspondência de Freud (citada em Jones, 1955, 405) mostra que a idéia subjacente a este artigo ocorreu-lhe em junho de 1912, embora o trabalho só fosse publicado um ano depois. Em carta a Ferenczi de 7 de julho de 1913, ele relacionou a ‘determinante subjetiva’ do artigo com suas três filhas (Freud, 1960a).

O TEMA DOS TRÊS ESCRÍNIOS

I

Duas cenas de Shakespeare, uma de uma comédia e a outra de uma tragédia, proporcionaram-me ultimamente ocasião para colocar e solucionar um pequeno problema.

A primeira destas cenas é a escolha dos pretendentes entre os três escrínios, em *O Mercador de Veneza*. A bela e sábia Portia está comprometida, a pedido do pai, a tomar

como marido apenas aquele de seus pretendentes que escolha o escrínio certo entre os três que se lhe acham à frente. Os três escrínios são de ouro, prata e chumbo: o certo é aquele que contém o retrato dela. Dois pretendentes já partiram sem sucesso; escolheram ouro e prata. Bassanio, o terceiro, decide-se em favor do chumbo; assim ganha a noiva, cuja afeição já era sua antes do julgamento da fortuna. Cada um dos pretendentes dá os motivos para sua escolha num discurso em que louva o metal que prefere e deprecia os outros dois. A tarefa mais difícil compete assim ao afortunado terceiro pretendente; o que ele encontra para dizer em glorificação do chumbo, contra o ouro e a prata, é pouco e tem um cunho forçado. Se, na clínica psicanalítica, nos defrontássemos com tal discurso, suspeitaríamos que haveria motivos escondidos por trás das insatisfatórias razões apresentadas.

Shakespeare não inventou este oráculo da escolha de um escrínio; tirou-o de uma história das *Gesta Romanorum*, no qual uma moça tem de fazer a mesma escolha para conquistar o filho do Imperador. Também aqui o terceiro metal, o chumbo, é o portador da fortuna. Não é difícil adivinhar que temos aqui um tema antigo, que exige ser interpretado, explicado à sua origem. Uma primeira conjectura quanto ao significado desta escolha entre ouro, prata e chumbo é rapidamente confirmada por uma afirmação de Stucken, que efetuou um estudo do mesmo material num amplo campo. Escreve ele: ‘A identidade dos três pretendentes de Portia fica clara por sua escolha: o Príncipe de Marrocos escolhe o escrínio de ouro - ele é o Sol; o Príncipe de Aragão escolhe o escrínio de prata - ele é a Lua; Bassanio escolhe o escrínio de chumbo - ele é o filho da estrela!’ Em apoio de sua explicação, cita um episódio da epopéia folclórica estoniana, ‘Kalewipoeg’, no qual os três pretendentes aparecem sem disfarce como os filhos do Sol, da Lua e estrelas (o último sendo ‘o filho mais velho da Estrela Polar’) e, mais uma vez, a noiva cabe ao terceiro.

Assim nosso pequeno problema conduziu-nos a um mito astral! Só é pena que, com esta explicação, não nos achemos no final da questão. Ela não está exaurida, pois não partilhamos da crença de alguns pesquisadores de que os mitos foram lidos nos céus e trazidos à Terra; estamos mais inclinados a julgar, com Otto Rank, que eles foram projetados para os céus após haverem surgido alhures, sob condições puramente humanas. É neste conteúdo humano que reside nosso interesse.

Examinemos novamente nosso material. Na épica estoniana, tal como no conto oriundo das *Gesta Romanorum*, o tema é uma moça que escolhe entre três pretendentes; na cena de *O Mercador de Veneza*, o assunto é aparentemente o mesmo, mas, ao mesmo tempo, nele aparece algo com o caráter de uma inversão do tema: um homem escolhe entre três - escrínios. Se aquilo em que estamos interessados fosse um sonho, ocorrer-nos-ia em seguida que os escrínios são também mulheres, símbolos do que é essencial na mulher, e portanto da própria mulher - como arcas, cofres, caixas, cestos etc. Se corajosamente presumirmos que há substituições simbólicas do mesmo tipo também nos mitos, então a cena do escrínio em *O*

Mercador de Veneza tornar-se realmente a inversão que suspeitamos. Com um aceno de varinha de condão, como se estivéssemos num conto de fadas, despojamos de nosso tema a indumentária astral e agora percebemos que ele é um tema humano, *a escolha de um homem entre três mulheres*.

Este mesmo conteúdo, porém, pode ser encontrado noutra cena de Shakespeare, num de seus dramas mais poderosamente comoventes; não a escolha de uma noiva desta vez, mas ligada por muitas semelhanças ocultas à escolha do escrínio em *O Mercador de Veneza*. O velho Rei Lear resolve dividir seu reino, enquanto ainda se acha vivo, entre as três filhas, em proporção à quantidade de amor que cada uma delas expressar por ele. As duas mais velhas, Goneril e Regan, exaurem-se em asseverações e louvores de seu amor por ele; a terceira, Cordélia, recusa-se a fazê-lo. Ele deveria ter reconhecido o desprezioso e mudo amor da terceira filha e o recompensado, mas não o faz. Repudia Cordélia e divide o reino entre as outras duas, para sua própria ruína e ruína geral. Não é esta, mais uma vez, a cena de uma escolha entre três mulheres, das quais a mais jovem é a melhor, a mais excelsa?

Imediatamente ocorrer-nos-ão outras cenas oriundas de mitos, contos de fadas e da literatura, com a mesma situação por conteúdo. O pastor Páris tem de escolher entre três deusas, das quais declara ser a terceira a mais bela. Cinderela também é uma filha mais nova, preferida pelo príncipe às duas irmãs mais velhas. Psiqué, na história de Apulcio, é a mais jovem e bela de três irmãs. Ela é, por um lado, reverenciada como Afrodite em forma humana; por outro, é tratada por esta deusa como Cinderela foi tratada por sua madrasta e é-lhe atribuída a tarefa de selecionar um monte de sementes misturadas, o que realiza com o auxílio de pequenas criaturas (pombas no caso de Cinderela, formigas no de Psiqué). Quem quer que me preocupasse em fazer um levantamento mais amplo do material descobriria indubitavelmente outras versões do mesmo tema, conservando as mesmas características essenciais.

Contentemo-nos com Cordélia, Afrodite, Cinderela e Psiqué. Em todas as histórias, as três mulheres, das quais a terceira é a mais excelsa, devem seguramente ser encaradas como de certo modo semelhantes, se são representadas como irmãs. (Não devemos deixar-nos desencaminhar pelo fato de a escolha de Lear ser entre três *filhas*; isto pode não representar nada mais do que ele ter de ser representado como um velho. Um velho não pode escolher muito bem entre três mulheres, de nenhuma outra maneira. Assim, elas se tornaram suas filhas.)

Mas quem são estas três irmãs e por que deve a escolha recair na terceira? Se pudermos responder esta pergunta, estaremos na posse da interpretação que estamos buscando. Já fizemos anteriormente uso de uma aplicação da técnica psicanalítica, quando explicamos os três escrínios simbolicamente como três mulheres. Se tivermos a coragem de proceder da

mesma maneira, estaremos iniciando um caminho que nos levará primeiro a algo inesperado e incompreensível, mas que talvez, por uma estrada indireta, nos conduzirá a um objetivo.

Deve impressionar-nos que esta excelsa terceira mulher tenha, em diversos casos, certas qualidades peculiares, além de sua beleza. São qualidadesque parecem tender no sentido de algum tipo de unidade e não devemos por certo esperar encontrá-las igualmente bem assinaladas em todos os exemplos. Cordélia torna-se irreconhecível, indistinguível como o chumbo, permanece muda, ‘ama e cala’. Cinderela se esconde de maneira a não ser encontrada. Podemos talvez permitir-nos igualar ocultamento e mudez. Estes, naturalmente, seriam apenas dois exemplos, dos cinco que escolhemos. Mas há uma insinuação da mesma coisa a ser encontrada, de modo bastante curioso, em dois outros casos. Decidimos comparar Cordélia, com sua recusa obstinada, ao chumbo. No breve discurso de Bassanio, enquanto está escolhendo o escrínio, diz ele do chumbo (sem, de maneira alguma, conduzir a fala para a observação):

‘Tua palidez comove-me mais que a eloquência.’

Quer dizer: ‘Tua simplicidade comove-me mais que a natureza espalhafatosa dos outros dois.’ Ouro e prata são ‘gritantes’; o chumbo é mudo - na verdade, como Cordélia, que ‘ama e cala’.

Nos antigos relatos gregos do julgamento de Páris, nada se diz de tal reticência por parte de Afrodite. Cada uma das três deusas fala ao jovem e tenta conquistá-lo através de promessas. Mas, de modo bastante esquisito, num tratamento inteiramente moderno da mesma cena, esta característica da terceira, que nos impressionou, faz seu aparecimento de novo. No libreto de *La Belle Hélène*, de Offenbach, Páris, após falar das solicitações das outras duas deusas, descreve a conduta de Afrodite na competição pelo prêmio da beleza:

La troisième, ah! la troisième...

La troisième ne dit rien.

Elle eut le prix tout de même...

Se nos decidirmos a encarar as peculiaridades de nossa ‘terceira’ como concentradas em sua ‘mudez’, então a psicanálise nos dirá que, nos sonhos, a mudez é uma representação comum da morte.

Há mais de dez anos, um homem muito inteligente me contou um sonho que desejava utilizar como prova da natureza telepática dos sonhos. Nele, vira um amigo ausente de quem não havia recebido notícias por tempo muito longo, e censurara-o energicamente por seu silêncio. O amigo não deu resposta. Posteriormente descobriu-se que havia encontrado a morte por suicídio, aproximadamente à época do sonho. Permitam-nos deixar o problema da telepatia de lado: entretanto, não parece haver qualquer dúvida de que aqui a mudez no sonho representava a morte. Esconder-se e não ser encontrado - algo com que o príncipe se defronta por três vezes na história de Cinderela - constitui outro símbolo inequívoco de morte nos sonhos; assim também um palor acentuado, do qual a ‘palidez’ do chumbo em determinada variante do texto shakespereano é um lembrete. Ser-nos-ia muito mais fácil transpor estas interpretações da linguagem dos sonhos para a modalidade da expressão empregada no mito que agora está sendo considerada, se pudéssemos fazer parecer provável que a mudez deve ser interpretada como sinal de estar morto, em outras produções que não os sonhos.

Neste ponto, escolheria a nona história dos *Contos de Fadas* de Grimm, a que tem o título de ‘Os Doze Irmãos’. Um rei e uma rainha têm doze filhos, todos rapazes. O rei declara que se o décimo terceiro for uma menina, os rapazes terão de morrer. Na expectativa do nascimento dela, manda fazer doze ataúdes. Com o auxílio da mãe, os doze filhos buscam refúgio numa floresta escondida e juram dar morte a qualquer moça que possam encontrar. Nasce uma menina, cresce e sabe um dia, por sua mãe, que teve doze irmãos. Decide procurá-los e, na floresta, encontra o mais jovem; este a reconhece, mas fica ansioso por escondê-la, devido ao juramento dos irmãos. A irmã diz: ‘Morrerei alegremente, se assim puder salvar meus doze irmãos.’ Estes a acolhem afetuosamente porém, e ela fica com eles, tomando conta da casa. Num pequeno jardim ao lado da casa crescem doze lírios. A moça os colhe e dá um a cada irmão. Nesse momento, os irmãos são transformados em corvos e desaparecem, junto com a casa e o jardim. (Corvos são pássaros-espíritos; a morte dos doze irmãos pela irmã é representada pela colheita das flores, tal como o é, no começo da história, pelos ataúdes e pelo desaparecimento dos irmãos.) À moça, que mais uma vez está pronta a salvar os irmãos da morte, é dito então que, como condição, ela deve ficar muda por sete anos e não pronunciar uma só palavra. Ela se submete ao teste, que a coloca em perigo mortal; isto é, ela própria morre pelos irmãos, como prometera fazer antes de encontrá-los. Por permanecer muda, consegue finalmente libertar os corvos.

Na história de ‘Os Setes Cisnes’, os irmãos que foram transformados em pássaros são libertados exatamente da mesma maneira: são restituídos à vida pela mudez da irmã. A moça tomou a firme resolução de liberar os irmãos, ‘mesmo que isso lhe custasse a vida’, e mais uma vez (sendo esposa do rei) arrisca a própria vida ao recusar-se a abandonar sua mudez, a fim de defender-se contra acusações perversas.

Seria certamente possível coligar outras provas, nos contos de fadas, de que a mudez deve ser compreendida como representando a morte. Estas indicações levar-nos-iam a concluir

que a terceira das irmãs entre as quais a escolha é feita é uma morta. Mas ela pode ser também algo mais - a saber, a própria Morte, a Deusa da Morte. Graças a um deslocamento que está longe de ser raro, as qualidades que uma divindade confere aos homens são atribuídas à própria divindade. Um deslocamento assim surpreender-nos-ia ainda menos em relação à Deusa da Morte, visto que nas versões e representações modernas, que estas histórias estariam assim antecipando, a própria Morte nada mais é que um morto.

Mas se a terceira das irmãs é a Deusa da Morte, as irmãs nós conhecemos. Trata-se das Parcas, das Moiras, das Nornas, a terceira das quais é chamada Átropos, a inexorável.

II

Colocaremos de lado por enquanto a tarefa de inserir a interpretação encontrada em nosso mito e escutaremos o que os mitólogos têm a ensinar-nos sobre o papel e a origem das Parcas.

A primitiva mitologia grega (em Homero) conhecia apenas uma só g, a personificar o destino inevitável. O desenvolvimento ulterior desta Moira única num conjunto de três (ou, menos amiúde, duas) deusas-irmãs provavelmente efetuou-se com base noutras figuras divinas a que as Moiras se achavam estreitamente relacionadas - as Graças e as Horas [as Estações].

As Horas eram originalmente deusas das águas do céu, distribuidoras da chuva e do orvalho, e das nuvens das quais a chuva cai; visto as nuvens serem concebidas como algo que fora tecido, aconteceu que essas deusas fossem encaradas como fiandeiras, atributo que depois se relacionou às Moiras. Nas terras mediterrâneas favorecidas pelo Sol, é da chuva que a fertilidade do solo depende, e assim as Horas tornaram-se deusas da vegetação. A beleza das flores e a abundância dos frutos eram criações suas, e a elas era creditada abundância de traços agradáveis e encantadores. Tornaram-se as representantes divinas das Estações, sendo provavelmente devido a esta conexão que havia três delas, se a natureza sagrada do número três não foi explicação suficiente. Pois os povos da antigüidade a princípio distinguiam apenas três estações: inverno, primavera e verão. O Outono só foi acrescentado em período greco-romano posterior, após o que as Horas foram muitas vezes representadas na arte em número de quatro.

As Horas mantiveram sua relação com o tempo. Posteriormente, presidiram às horas do dia, como a princípio haviam feito às épocas do ano; e, por fim, seu nome veio a ser simplesmente uma designação das horas (*heure, ora*). As Nornas da mitologia germânica são aparentadas com as Horas e as Moiras e apresentam esta significação de tempo em seus

nomes. Era inevitável, contudo, que se viesse a ter uma visão mais profunda da natureza essencial desta deidades, e que sua essência fosse transposta para a regularidade com que as estações mudam. As Horas, assim, tornaram-se as guardiãs da lei natural e da Ordem divina que fazem a mesma coisa reaparecer na Natureza numa seqüência inalterável.

Esta descoberta da Natureza reagiu sobre a concepção da vida humana. O mito da natureza transformou-se num mito humano: as deusas do tempo tornaram-se deusas do Destino. Este aspecto das Horas, porém, encontrou expressão apenas nas Moiras, que vigiam a ordenação necessária da vida humana tão inexoravelmente quanto as Horas, a ordem normal da Natureza. A inelutável severidade da Lei e sua relação com a morte e a dissolução, que haviam sido evitadas nas encantadoras figuras das Horas, estavam agora caracterizadas nas Moiras, como se os homens só houvessem percebido toda a seriedade da lei natural quando tiveram de submeter suas próprias personalidades a ela.

Os nomes das três fiandeiras foi também significativamente explicado pelos mitólogos. Láquesis, o nome da segunda, parece designar 'o acidental que se acha incluído na regularidade do destino' - ou, como diríamos, a 'experiência'; tal como Átropos representa 'o inelutável' - a Morte. A Cloto sobraria então significar a disposição inata, com suas implicações fatídicas.

Mas já é tempo de retornar ao tema que estamos tentando interpretar - o tema da escolha entre três irmãs. Ficaremos profundamente desapontados em descobrir quão ininteligíveis se tornam as situações sob exame e que contradições resultam de seu conteúdo aparente, se aplicarmos a elas a interpretação que descobrimos. Segundo nossa suposição, a terceira das irmãs é a Deusa da Morte, a própria Morte. Mas no Julgamento de Páris ela é a deusa por sua beleza; em *O Mercador de Veneza*, é a mais bela e sábia das mulheres; no *Rei Lear*, é a única filha leal. Podemos perguntar se pode existir contradição mais completa. Talvez, por improvável que possa parecer, haja outra ainda mais completa ao alcance da mão. Na verdade, certamente existe, visto que, onde quer que nosso tema ocorra, a escolha entre as mulheres é livre e no entanto recai na morte. Afinal de contas, ninguém escolhe a morte e é apenas por fatalidade que se torna vítima dela.

Entretanto, contradições de um certo tipo - substituições pelo contrário exato - não oferecem dificuldade séria ao trabalho da interpretação analítica. Não apelaremos aqui para o fato de os contrários serem tão amiúde representados por um só e mesmo elemento nos modos de expressão utilizados pelo inconsciente, tal como, por exemplo, nos sonhos. Mas lembraremos que existem na vida mental forças motivadoras que ocasionam a substituição pelo oposto, na forma do que é conhecido como formação reativa; e é precisamente na relação de forças ocultas como estas que procuramos a recompensa de nossa indagação. As

Moiras foram criadas em resultado de uma descoberta que advertiu o homem de que ele também faz parte da natureza e, portanto, acha-se sujeito à imutável lei da morte. Algo no homem estava fadado a lutar contra esta sujeição, pois é apenas com extrema má-vontade que ele abandona sua pretensão a uma posição excepcional. O homem, como sabemos, faz uso de sua atividade imaginativa a fim de satisfazer os desejos que a realidade não satisfaz. Assim sua imaginação rebelou-se contra o reconhecimento da verdade corporificada no mito das Moiras e construiu em seu lugar o mito dele derivado, no qual a Deusa da Morte foi substituída pela Deusa do Amor e pelo que lhe era equivalente em forma humana. A terceira das irmãs não era mais a Morte; era a mais bela, a melhor, a mais desejável e amável das mulheres. Tampouco foi esta substituição, de modo algum, tecnicamente difícil: ela foi preparada por uma antiga ambivalência e executada ao longo de uma linha primeva de conexão, que não poderia ter sido há muito esquecida. A própria Deusa do Amor, que agora assumira o lugar da Deusa da Morte, fora outrora idêntica a ela. Mesmo a Afrodite grega não abandonara inteiramente sua vinculação com o mundo dos mortos, embora há muito tempo houvesse entregado seu papel ctônico a outras figuras divinas, a Perséfone ou à triforme Artêmis-Hécate. As grandes deusas-Mães dos povos orientais, contudo, parecem todas ter sido tanto criadoras quanto destruidoras - tanto deusas da vida e da fertilidade quanto deusas da morte. Assim, a substituição por um oposto desejado em nosso tema retorna a uma identidade primeva.

A mesma consideração responde à pergunta de como a característica de uma escolha juntou-se ao mito das três irmãs. Aqui também houve uma inversão desejada. A escolha se coloca no lugar da necessidade, do destino. Desta maneira, o homem supera a morte, que reconheceu intelectualmente. Não é concebível maior triunfo da realização de desejos. Faz-se uma escolha onde, na realidade, há obediência a uma compulsão; e o escolhido não é uma figura de terror, mas a mais bela e desejável das mulheres.

Numa inspeção mais chegada observamos, sem dúvida, que o mito original não é tão completamente deformado que traços dele não apareçam e revelem sua presença. A livre escolha entre as três irmãs não é, propriamente falando, uma escolha livre, pois deve necessariamente recair na terceira, do contrário todo tipo de malefício pode acontecer, como sucede em *Rei Lear*. A mais bela e melhor das mulheres, que assumiu o lugar da Deusa da Morte, manteve certas características que beiram o sinistro, de maneira que, a partir delas, pudemos adivinhar o que jaz por baixo.

Até aqui, estivemos acompanhando o mito e sua transformação, sendo de se esperar que indicamos corretamente as causas ocultas da transformação. Podemos agora voltar nosso interesse para a maneira pela qual o dramaturgo fez uso do tema. Ficamos com a impressão de que uma redução do tema ao mito original está sendo realizada em seu trabalho, de

maneira que, uma vez mais, temos a sensação da comovente significação que foi enfraquecida pela deformação. É mediante esta redução da deformação, este retorno parcial ao original, que o dramaturgo alcança seu efeito mais profundo sobre nós.

Para evitar más interpretações, gostaria de dizer que não é minha intenção negar que a história dramática do *Rei Lear* destina-se a inculcar duas sábias lições: a própria vida e que devemos guardar-nos de aceitar a lisonja pelo seu valor aparente. Estas advertências e outras semelhantes são indubitavelmente postas em relevo pela peça; mas me parece inteiramente impossível explicar o irresistível efeito de *Rei Lear* a partir da impressão que tal seqüência de pensamento produziria, ou supor que os motivos pessoais do dramaturgo não foram além da intenção de ensinar essas lições. Sugere-se, também, que seu intuito foi apresentar a tragédia da ingratidão, cujo aguilhão bem pode ter sentido no próprio coração, e que o efeito da peça repousa no elemento puramente formal de sua apresentação artística; mas isto não pode, segundo me parece, tomar o lugar da compreensão que nos foi trazida pela explicação a que chegamos do tema da escolha entre as três irmãs.

Lear é um homem velho. É por esta razão, como já dissemos, que as três irmãs aparecem como filhas suas. O relacionamento de um pai com os filhos, que poderia ser uma fonte fecunda de muitas situações dramáticas, não recebe consideração ulterior na peça. Mas Lear não é apenas um homem velho: é um homem moribundo. Desta maneira, a extraordinária premissa da divisão de sua herança perde toda sua estranheza. Mas o homem condenado não está disposto a renunciar o amor das mulheres; insiste em ouvir quanto é amado. Permitam-nos agora recordar a comovente cena final, um dos pontos culminantes da tragédia no teatro moderno. Lear carrega o corpo morto de Cordélia para o palco. Cordélia é a Morte. Se invertermos a situação, ela se torna inteligível e familiar par nós. Ela é Deusa da Morte que, como as Valquírias na mitologia germânica, recolhe do campo de batalha o herói morto. A sabedoria eterna, vestida deste mito primevo, convida o velho a renunciar ao amor, escolher a morte e reconciliar-se com a necessidade de morrer.

O dramaturgo nos leva mais próximo do tema antigo, por representar o homem que faz a escolha entre as três irmãs como idoso e moribundo. A revisão regressiva que assim aplicou ao mito, deformada como foi pela transformação prenhe de desejo, permite-nos vislumbres suficientes de seu significado original para capacitar-nos a chegar também a uma interpretação alegórica superficial das três figuras femininas do tema. Poderíamos argumentar que o que se acha representado aqui são as três inevitáveis relações que um homem tem com uma mulher - a mulher que o dá à luz, a mulher que é a sua companheira e a mulher que o destrói; ou que elas são as três formas assumidas pela figura da mãe no decorrer da vida de um homem - a própria mãe, a amada que é escolhida segundo o modelo daquela, e por fim, a Terra Mãe, que mais uma vez o recebe. Mas é em vão que um velho anseia pelo amor de uma mulher, como o teve primeiro de sua mãe; só a terceira das Parcas, a silenciosa Deusa da Morte, toma-lo-á nos braços.

DUAS MENTIRAS CONTADAS POR CRIANÇAS (1913)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

ZWEI KINDERLÜGEN

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1913 *Int. Z. Psychoanal.*, 1, (4), 359-62.

1918 *S. K. S. N.*, 4, 189-94, (1922, 2ª ed.)

1924 *G. S.*, 5, 238-43.

1926 *Psychoanalyse der Neurosen*, 16-22.

1931 *Neurosenlehre und Technik*, 17-21.

1943 *G. W.*, 8, 422-7.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘Infantile Mental Life: Two Lies Told by Children’

1924 *C. P.*, 2, 144-9. (Trad. de E. C. Mayne.)

A presente tradução inglesa é versão modificada (sob um título abreviado) da publicada

em 1924.

Em seu primeiro aparecimento na *Zeitschrift* (no verão de 1931), este artigo foi o primeiro de vários, escritos por diversos autores, incluídos sob o título geral ‘Aus dem infantilen Seelenleben’. Este título foi incorporado à reimpressão de 1918 do trabalho e também inserido no título da tradução inglesa de 1924; posteriormente, foi abandonado.

DUAS MENTIRAS CONTADAS POR CRIANÇAS

Podemos entender que as crianças contem mentiras quando, assim procedendo, estão imitando as mentiras ditas por adultos. Mas um certo número de mentiras contadas por crianças bem educadas possuem significação especial e deveriam fazer com que seus responsáveis refletissem, de preferência a ficarem zangados. Estas mentiras ocorrem sob a influência de sentimentos excessivos de amor e se tornam momentosas quando conduzem a uma má compreensão entre a criança e a pessoa que ela ama.

I

Uma menina de sete anos (em seu segundo ano na escola) pedira ao pai dinheiro para comprar tintas de pintar ovos de Páscoa. O pai recusara, dizendo que não o tinha. Pouco depois, a menina pediu-lhe dinheiro como contribuição para uma coroa para o funeral da princesa reinante, que falecera recentemente. Cada um dos escolares deveria trazer cinquenta pfennigs [seis pence]. O pai deu-lhe dez marcos [dez xelins]; ela pagou sua contribuição, colocou nove marcos na escrivaninha do pai e com os restantes cinquenta pfennigs comprou algumas tintas, que escondeu em seu armário de brinquedos. Ao jantar, o pai suspeitosamente perguntou-lhe o que havia feito com os cinquenta pfennigs faltantes e se ela não havia comprado tintas com eles, afinal. Ela o negou, mas o irmão, dois anos mais velho que ela, e com quem havia planejado pintar os ovos, traiu-a; as tintas foram encontradas no armário. O pai irado entregou a criminosa à mãe, para o castigo, e este foi severamente administrado. Posteriormente, a mãe ficou, ela própria, muito abalada, quando viu quão grande era o desespero da filha. Acariciou a menininha após a punição e levou-a para um passeio, a fim de consolá-la. Mas os efeitos da experiência, descritos pela própria paciente como o ‘ponto decisivo em sua vida’, mostraram ser inerradicáveis. Até então, fora uma criança brincalhona e autoconfiante; depois, tornou-se acanhada e tímida. Quando

noivou e sua mãe empreendeu a compra dos móveis e do enxoval, assumiu uma raiva incompreensível até mesmo para ela própria. Tinha a impressão de que, afinal de contas, era o dinheiro *dela*, e que ninguém mais deveria comprar nada com ele. Como recém-casada, acanhava-se de pedir dinheiro ao marido para qualquer despesa com suas necessidades pessoais e efetuou uma distinção não exigida entre o dinheiro ‘dela’ e o dele. Durante o tratamento, aconteceu ocasionalmente que as remessas do marido a ela se atrasassem, de modo que era deixada sem recursos numa cidade estranha. Após haver-me contado isto uma vez, fi-la prometer que, se acontecesse de novo, ela me pediria emprestada a pequena quantia necessária. Prometeu fazê-lo; mas, na ocasião seguinte de dificuldades financeiras, não se ateu à promessa, mas preferiu empenhar suas jóias. Explicou-me que não poderia receber dinheiro de mim.

A apropriação dos cinquenta pfennigs em sua infância tivera uma significação que o pai não poderia adivinhar. Algum tempo antes de começar a ir à escola, fizera uma travessura singular com dinheiro. Um vizinho, com quem mantinham relações amistosas, mandara a menina com uma pequena soma de dinheiro, na companhia de seu próprio filho, que era ainda mais moço, comprar algo numa loja. Sendo a mais velha dos dois, ela trazia o troco de volta para casa; mas ao encontrar o criado do vizinho na rua, jogou o dinheiro sobre a calçada. Na análise desta ação, que ela própria achava inexplicável, ocorreu-lhe pensar em Judas, que jogara fora os trinta dinheiros de prata que recebera por trair o Mestre. Disse que certamente se achava familiarizada com a história da Paixão, antes de freqüentar a escola. Mas de que maneira poderia ela identificar-se com Judas?

Quando contava três anos e meio de idade, tivera uma babá de quem gostava extremamente. Esta moça envolveu-se num caso amoroso com um médico cuja clínica cirúrgica ela visitou com a criança. Parece que, nessa ocasião, a criança assentiu a diversos atos sexuais. Não é certo se ela viu o médico dar dinheiro à moça, mas não há dúvida de que, para assegurar-se do silêncio da menina, a moça deu-lhe algumas moedinhas, com as quais compras foram feitas (provavelmente doces) no caminho para casa. É também possível que o próprio médico, ocasionalmente, desse dinheiro à criança. Não obstante, por ciúme, a menina traiu a moça à mãe. Brincou tão ostensivamente com as moedas que trouxera para casa que a mãe não pôde deixar de perguntar: ‘Onde foi que você conseguiu esse dinheiro?’ A moça foi despedida.

Tirar dinheiro de alguém veio assim a significar precocemente para ela uma rendição física, uma relação erótica. Tirar dinheiro do pai equivalia a uma declaração de amor. A fantasia de que o pai era seu amante era tão sedutora que, com seu auxílio, seu desejo pueril de tintas para os ovos de Páscoa facilmente pôs-se em ação, apesar da proibição. Ela não podia admitir, contudo, que se havia apropriado do dinheiro; foi obrigada a negá-lo, porque seu motivo para o feito, inconsciente para ela própria, não podia ser admitido. A punição do pai constituiu assim uma rejeição da ternura que ela lhe oferecia - uma humilhação - e, dessa maneira, desencorajou-a. Durante o tratamento, ocorreu um período de grave depressão

(cuja explicação levou-a a recordar-se dos acontecimentos aqui descritos) quando, em certa ocasião, fui obrigado a reproduzir essa humilhação, ao pedir-lhe para não me trazer mais flores.

Para os psicanalistas, mal preciso enfatizar o fato de que, nessa pequena experiência da criança, temos diante de nós um daqueles casos extremamente comuns em que o erotismo anal primitivo persiste na vida erótica posterior. Mesmo o desejo dela de pintar ovos com tintas derivava da mesma fonte.

II

Uma mulher, que hoje se acha seriamente enferma em conseqüência de uma frustração na vida, foi, em outros tempos, uma moça particularmente capaz, amante da verdade, séria e virtuosa, e tornou-se uma esposa afetuosa. Mais cedo ainda, porém, nos primeiros anos de vida, havia sido uma criança descontente e cheia de vontades e, embora se houvesse transformado de modo bastante rápido numa menina excessivamente boa e conscienciosa, havia ocorrências em seus dias escolares que, quando caía enferma, provocavam-lhe profundas auto-acusações, e eram por ela encaradas como provas de depravação fundamental. Sua memória contou-lhe que, naqueles dias, amiúde gabara-se e mentira. Certa vez, no caminho para a escola, um colega dissera-lhe jactanciosamente: ‘Ontem tivemos gelo ao jantar.’ Ela replicou: ‘Ora, nós temos gelo todos os dias.’ Na realidade, não sabia o que gelo ao jantar poderia significar; só conhecia gelo nos compridos blocos em que é transportado, mas presumiu que deveria haver algo de grandioso em tê-lo ao jantar, de maneira que se recusou a ser suplantada pelo colega.

Quando estava com dez anos de idade, receberam a incumbência, na aula de desenho, de fazerem o desenho a mão livre de um círculo. Ela, porém, usou um compasso, produzindo assim facilmente um círculo perfeito, e mostrou sua realização em triunfo ao vizinho de sala. A professora chegou, ouviu-a gabar-se, descobriu as marcas do compasso no círculo e interrogou a criança. Mas ela obstinadamente negou o que havia feito, não se rendeu a nenhuma prova e refugiou-se num silêncio emburrado. A professora consultou seu pai a respeito e foram ambos influenciados pelo comportamento geralmente bom da menina ao decidir não tomar outras medidas quanto ao assunto.

Ambas as mentiras da criança foram estimuladas pelo mesmo complexo. Como a mais velha de cinco filhos, a menininha cedo desenvolveu uma ligação inusitadamente intensa com o pai, que estava destinada, quando ela crescesse, a arruinar sua felicidade na vida. Mas ela não podia mais fugir à descoberta de que seu pai bem-amado não era uma personagem tão grande quanto se achava inclinada a pensar. Ele tinha de lutar com dificuldades financeiras; não era tão poderoso ou tão distinto quanto ela imaginara. Mas ela não podia suportar esse afastamento do seu ideal. Visto que, como fazem as mulheres, ela baseara toda sua ambição no homem que amava, tornou-se intensamente dominada pelo

motivo de apoiar seu pai contra o mundo. Assim, gabava-se a seus colegas de escola, a fim de não ter de diminuir o pai. Mais tarde, quando aprendeu a traduzir gelo ao jantar por ‘*glace*’, suas auto-acusações a respeito desta reminiscência conduziram-na facilmente a um pavor patológico de fragmentos ou estilhas de vidro.

Seu pai era um excelente desenhista e amiúde despertara o prazer e a admiração dos filhos através de exhibições de sua habilidade. Fora como uma identificação dela própria com o pai que desenhara o círculo na escola - o que só pôde fazer com sucesso através de métodos enganosos. Era como se tivesse querido gabar-se: ‘Olhem o que meu pai pode fazer!’ A sensação de culpa que se achava ligada a seu afeto excessivo pelo pai encontrou expressão juntamente com a mesma tentativa de burla; uma admissão era impossível pela mesma razão que foi dada na primeira destas observações [ver em [1]]: inevitavelmente teria sido uma admissão de seu amor oculto e incestuoso.

Não devemos pensar levemente em tais episódios da vida de crianças. Seria sério equívoco interpretar más ações infantis como estas como prognóstico de desenvolvimento de um mau caráter. Não obstante, elas se acham intimamente vinculadas às forças motivadoras mais poderosas nas mentes das crianças e anunciam disposições que levarão a contingências posteriores em suas vidas ou a futuras neuroses.

A DISPOSIÇÃO À NEUROSE OBSESSIVA
UMA CONTRIBUIÇÃO AO PROBLEMA DA ESCOLHA
DA NEUROSE (1913)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

DIE DISPOSITION ZUR ZWANGSNEUROSE

EIN BEITRAG ZUM PROBLEM DER NEUROSENWAHL

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1913 *Int. Z. Psychoanal.*, 1 (6), 525-32.

1918 *S. K. S. N.*, 4, 113-24, (1922, 2^a ed.)

1924 *G. S.*, 5, 277-87.

1926 *Psychanalyse der Neurosen*, 3-15.

1931 *Neurosenlehre und Technik*, 5-16.

1943 *G. W.*, 8, 442-52.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘The Predisposition to Obsessional Neurosis: A Contribution to the Problem of the Option of Neurosis’

1924 *C. P.*, 2, 122-32. (Trad. de E. Glover e E. C. Mayne.)

A presente tradução inglesa da autoria de James Strachey, com o título modificado, aparece aqui pela primeira vez.

Este artigo foi lido por Freud perante o Quarto Congresso Psicanalítico Internacional, realizado em Munique em 7 e 8 de setembro de 1913, e publicado no final desse ano.

Dois tópicos de importância especial são nele examinados. Em primeiro lugar, há o problema da ‘escolha da neurose’, que dá ao trabalho o seu subtítulo. Era um problema que apouentava Freud desde tempos muito antigos. Três longos exames dele poderão ser encontrados entre os documentos de Fliess, datando de 1º de janeiro de 1896 (Freud, 1950*a*, Rascunho K), 30 de maio de 1896 (ibid., Carta 46, onde a própria expressão aparece), e 6 de dezembro de 1896 (ibid., Carta 52). Aproximadamente ao mesmo tempo que os dois primeiros destes, referências ao assunto apareceram em três trabalhos publicados de Freud: em seu artigo em francês sobre a hereditariedade e a etiologia das neuroses (1896*a*), no segundo de seus dois trabalhos sobre as neuropsicoses de defesa (1896*b*) e no artigo sobre ‘The Aetiology of Hysteria’ (1896*c*).

Nestes primeiros exames do problema, pode-se distinguir duas soluções diferentes, que se assemelhavam muito, contudo, por postular uma etiologia traumática para as neuroses.

Primeiramente, houve a teoria passiva e ativa mencionada no presente artigo (ver em [1]), a teoria de que experiências sexuais passivas na primeira infância predispunham à histeria, e as ativas à neurose obsessiva. Dez anos depois, num exame do papel desempenhado pela sexualidade nas neuroses (1906a), Freud repudiou inteiramente essa teoria (Ver em [1], 1972).

A segunda destas primitivas teorias, que não foi mantida completamente distinta da primeira, atribuía o fator decisivo a considerações cronológicas. Imaginava-se que a forma assumida por uma neurose dependesse do período da vida em que a experiência traumática ocorrera, ou, noutra versão, dos períodos da vida em que se empreendeu ação defensiva contra o revivescimento da experiência traumática. Numa carta a Fliess, de 24 de janeiro de 1897 (Freud, 1950a, Carta 57), escreveu ele: ‘entretantes, a opinião que até aqui havia sustentado, de que a escolha da neurose era determinada pela ocasião de sua gênese, está-se tornando menos segura; a escolha parece antes ser fixada na mais remota infância. Mas a decisão ainda oscila entre a ocasião da gênese e a época da repressão, embora prefira agora a última.’ E, alguns meses mais tarde, em 14 de novembro de 1897 (ibid., Carta 75): ‘A escolha da neurose - a decisão de se é gerada histeria, neurose obsessiva ou paranóia - depende provavelmente da natureza da onda [de desenvolvimento] (isto é, de sua situação cronológica) que torna possível a repressão (isto é, que transforma uma fonte de prazer interno noutra de repugnância interna).’

Mas após outros dois anos, em 9 de dezembro de 1899 (ibid., Carta 125), surge uma passagem que parece prenunciar as opiniões posteriores de Freud: ‘Há não muito tempo, tive o que pode ter sido um primeiro vislumbre de algo novo. Tenho diante de mim o problema da “escolha da neurose”. Quando é que uma pessoa se torna histérica, ao invés de paranóica? Uma primeira tentativa grosseira, feita numa ocasião em que estava tentando assaltar a cidadela à força, apresentou a opinião de que isso dependia da idade em que os traumas sexuais ocorreram - da idade do indivíduo na época da experiência. Abandonei isso há muito tempo e fiquei sem nenhuma pista, até alguns dias atrás, quando comecei a perceber um vínculo com a teoria da sexualidade.

‘O estrato sexual mais baixo é o auto-erotismo, que passa sem qualquer objetivo psicosexual e exige apenas sensações locais de satisfação. Ele é sucedido pelo auto-erotismo (homo- e heteroerotismo); mas certamente também continua a existir como corrente separada. A histeria (e sua variante, a neurose obsessiva) é auto-erótica; seu principal caminho é a identificação com a pessoa amada. A paranóia desfaz a identificação novamente; ela restabelece todas as figuras amadas na infância, que foram abandonadas (cf. meu exame dos sonhos exibicionistas), e desfaz o próprio ego em figuras exteriores. Assim, vem a encarar a paranóia como uma onda dianteira da corrente auto-erótica, como um retorno ao ponto de vista então predominante. A perversão correspondente a ela seria o que é conhecido como “paranóia idiopática”. As relações especiais do auto-erotismo com o “ego” original lançariam luz clara sobre a natureza desta neurose. Neste ponto, o fio se

rompe.’

Aqui Freud se aproximava da posição delineada nas páginas de encerramento de seus *Três Ensaio*s (1905*d*), a partir de [1], 1972. O complicado processo de desenvolvimento sexual sugerira uma nova versão da teoria cronológica; a noção de uma sucessão de possíveis ‘pontos de fixação’, nos quais esse processo está sujeito a ser detido e aos quais uma regressão se pode realizar, se são encontradas dificuldades na vida posterior. Deveria demorar vários anos, contudo, para que uma afirmação explícita fosse feita quanto à relação entre esta sucessão de pontos de fixação e a escolha da neurose. Ela se deu no artigo sobre os dois princípios do funcionamento mental (1911*b*), em [1], e (com muito maior extensão) na análise de Schreber, quase contemporânea (1911*c*), a partir de [2], anteriores. (Parece provável que este último exame fosse o que Freud tinha em mente ao falar aqui (ver em [3]) de uma abordagem anterior ao problema.) Mas toda a questão é examinada em termos mais gerais no presente artigo.

Isto nos conduz ao segundo tópico de importância especial que ele examina - a saber, o tópico das ‘organizações’ pré-genitais da libido. A noção é hoje tão familiar que nos surpreendemos em saber que ela fez seu primeiro aparecimento aqui; mas toda a seção dos *Três Ensaio*s que dela trata (Ver em [1], 1972) foi, em verdade, acrescentada somente em 1915, dois anos após este trabalho ter sido publicado. O conhecimento de haver instintos sexuais componentes não genitais remonta, naturalmente, há muito mais atrás. Ele é proeminente na primeira edição dos *Três Ensaio*s (1905*d*) e sugerido, nas cartas de Fliess, mais cedo ainda. (Ver, por exemplo, a Carta 75, de 14 de novembro de 1897.) O que é novo é a idéia de haver, no desenvolvimento sexual, estádios regulares, nos quais um ou outro dos instintos componentes domina todo o quadro.

Apenas um de tais estádios, o anal-sádico, é examinado no presente artigo. Freud, contudo, já distinguira dois estádios anteriores de desenvolvimento sexual; mas estes não eram caracterizados pelo predomínio de nenhum instinto componente determinado. O mais primitivo de todos, o do auto-erotismo, antes de qualquer escolha objetal ter sido feita, aparece na primeira edição dos *Três Ensaio*s (Ver em [1], 1972), mas já fora especificado na carta a Fliess, de 1899, anteriormente citada (p. 394). O estádio seguinte, o primeiro em que ocorre escolha de objeto, mas onde este é o próprio eu (*self*) da pessoa, fora apresentado por Freud, sob o nome de narcisismo, cerca de três ou quatro anos antes do presente artigo (ver em [1]). Restavam a ser descritos dois outros estádios organizados no desenvolvimento da libido - um anterior e o outro posterior ao anal-sádico. O anterior, o estádio oral, mais uma vez demonstrou o predomínio de um instinto componente; ele foi primeiramente mencionado na seção da edição de 1915 dos *Três Ensaio*s a que já se aludiu (Ver em [1], 1972). O estádio posterior, não mais pré-genital, mas ainda não inteiramente genital no sentido adulto, o estádio ‘fálico’, só apareceu em cena muitos anos depois, no

artigo de Freud sobre 'A Organização Geral Infantil da Libido' (1923e).

Essa maneira, a ordem de publicação dos achados de Freud sobre as sucessivas organizações prematuras do instinto sexual pode ser assim resumida: estágio auto-erótico, 1905 (já descrito em particular, em 1899); estágio narcísico, 1911 (em particular, 1909); estágio anal-sádico, 1913; estágio oral, 1915; estágio fálico, 1923.

A DISPOSIÇÃO À NEUROSE OBSESSIVA

UMA CONTRIBUIÇÃO AO PROBLEMA DA ESCOLHA DA NEUROSE

O problema de saber por que e como uma pessoa pode ficar doente de uma neurose acha-se certamente entre aqueles aos quais a psicanálise deveria oferecer uma solução, mas provavelmente será preciso encontrar primeiro solução para outro problema, mais restrito - a saber, por que é que esta ou aquela pessoa tem de cair enferma de uma neurose específica e de nenhuma outra. Este é o problema da 'escolha da neurose'.

O que sabemos, até o presente, sobre este problema? Estritamente falando, apenas uma única proposição geral pode ser asseverada com certeza sobre o assunto. Lembrar-se-á que dividimos os determinantes patogênicos que estão envolvidos nas neuroses em aqueles que uma pessoa traz consigo, para a sua vida, e aqueles que a vida lhe traz - o constitucional e o acidental - mediante cuja operação combinada, somente, o determinante patogênico é via de regra estabelecido. Além disso, a proposição geral, à que aludi acima, estabelece que os motivos para determinar a escolha da neurose são inteiramente do primeiro tipo - isto é, que eles têm caráter de disposições e são independentes de experiências que operam patogenicamente.

Onde devemos procurar a fonte destas disposições? Tornamo-nos cientes de que as funções psíquicas envolvidas - sobretudo a função sexual, mas também várias importantes funções do ego - têm de passar por um longo e complicado desenvolvimento, antes de chegar ao estado característico do adulto normal. Podemos presumir que estes desenvolvimentos não são sempre tão serenamente realizados que a função total atravesse esta modificação regular progressiva. Onde quer que uma parte dela se apegue a um estágio anterior resulta o que se chama 'ponto de fixação', para o qual a função pode regredir se o indivíduo ficar doente devido a alguma perturbação externa.

Assim, nossas disposições são inibições de desenvolvimento. Somos corroborados nesta opinião pela analogia dos fatos da patologia geral de outras moléstias. Entretanto, ante a questão de saber que fatores podem ocasionar tais distúrbios de desenvolvimento, o trabalho da psicanálise se interrompe: ela deixa o problema para a pesquisa biológica.

Já há alguns anos arriscamo-nos, com o auxílio destas hipóteses, a abordar o problema da escolha da neurose. Nosso método de trabalho, que visa a descobrir condições normais pelo estudo de suas perturbações, levou-nos a adotar uma linha de ataque muito singular e inesperada. A ordem em que as principais formas de psicose são geralmente enumeradas - Histeria, Neurose Obsessiva, Paranoia, Demência Precoce - corresponde (ainda que não de modo inteiramente exato) à ordem das idades em que o desencadeamento destas perturbações ocorre. Formas históricas de doença podem ser observadas mesmo na mais primitiva infância; a neurose obsessiva geralmente apresenta seus primeiros sintomas no segundo período da infância (entre as idades de seis e oito anos); enquanto as outras duas psicoses, que reuni sob o título de 'parafrenia', não aparecem senão depois da puberdade e durante a vida adulta. Estes distúrbios - os últimos a surgir - foram os primeiros a se mostrar acessíveis a nossa indagação sobre as disposições que resultam na escolha da neurose. As características peculiares a ambos - megalomania, afastamento do mundo dos objetos, dificuldade aumentada na transferência - obrigaram-nos a concluir que sua fixação disposicional deve ser procurada num estágio de desenvolvimento libidinal *antes* de a escolha objetal ter-se estabelecido - isto é, na fase do auto-erotismo e do narcisismo. Assim, estas formas de moléstia, que fazem seu aparecimento tão tardiamente, remontam a inibições e fixações muito primitivas.

Isto, por conseguinte, nos levaria a supor que a disposição à histeria e à neurose obsessiva, as duas neuroses de transferência propriamente ditas, que produzem seus sintomas bem cedo na vida, reside em fases posteriores de desenvolvimento libidinal. Mas em que ponto delas deveríamos encontrar uma inibição desenvolvimental? E, acima de tudo, qual seria a diferença de fases que determinaria uma disposição para a neurose obsessiva, em contraste com a histeria? Por longo tempo, nada deveria se aprender sobre isto, e minhas primeiras tentativas de descobrir estas duas disposições - a noção, por exemplo, de que a histeria poderia ser determinada pela passividade e a neurose obsessiva pela atividade, na experiência infantil - teve de ser logo abandonada, por incorreta.

Apoiar-me-ei agora, mais uma vez, na observação clínica de um caso individual. Durante longo período estudou uma paciente cuja neurose experimentou uma mudança fora do comum. Começou, após uma experiência traumática, como uma histeria direta de ansiedade e manteve esse caráter por alguns anos. Certo dia, contudo, subitamente, transformou-se numa neurose obsessiva do tipo mais grave. Um caso desta espécie não poderia deixar de ser

significativo em mais de um sentido. Por um lado, poderia talvez reivindicar ser encarado como um documento bilingual e demonstrar como um conteúdo idêntico pode ser expresso, pelas duas neuroses, em linguagens diferentes. Por outro lado, ameaçava contradizer completamente nossa teoria de que a disposição origina-se da inibição do desenvolvimento, a menos que estivéssemos preparados para aceitar a suposição de que uma pessoa poderia possuir congenitamente mais de um ponto fraco em seu desenvolvimento libidinal. Disse a mim mesmo que não tínhamos o direito de desprezar esta última possibilidade, mas achava-me grandemente interessado em chegar a uma compreensão do caso.

Quando, no decurso da análise, isto aconteceu, fui forçado a ver que a situação era inteiramente diferente do que havia imaginado. A neurose obsessiva não constituía outra reação ao mesmo trauma que primeiramente provocara a histeria de ansiedade; era uma reação a uma segunda experiência, que havia apagado completamente a primeira. (Aqui, então, temos uma exceção - embora, é verdade, uma exceção não indiscutível - à nossa proposição que afirma que a escolha da neurose é independente da experiência [ver em [1]].)

Infelizmente, acho-me incapacitado, por razões familiares, para ingressar na história do caso até onde gostaria de fazê-lo e tenho de restringir-me à descrição que se segue. Até a ocasião em que caiu doente, a paciente fora uma esposa feliz e quase completamente satisfeita. Queria ter filhos, por motivos baseados numa fixação infantil de seus desejos, e adoeceu quando soube que era impossível tê-los do marido que era o único objeto de seu amor. A histeria de ansiedade com que reagiu a esta frustração correspondia, como ela própria logo aprendeu a compreender, ao repúdio de fantasias de sedução em que seu firmemente implantado desejo de um filho encontrava expressão. Ela então fez tudo o que pôde para impedir que o marido adivinhasse que caíra enferma devido à frustração de que era a causa. Mas tenho boas razões para asseverar que todos possuem, em seu próprio inconsciente, um instrumento com que podem interpretar as elocuições do inconsciente das outras pessoas. O marido compreendeu, sem qualquer admissão ou explicação da parte dela, o que a ansiedade de sua esposa significava; sentiu-se magoado, sem demonstrá-lo, e, por sua vez, reagiu neuroticamente, fracassando - pela primeira vez - nas relações sexuais com ela. Imediatamente depois, partiu para uma viagem. A esposa acreditou que ele se havia tornado permanentemente impotente e produziu seus primeiros sintomas obsessivos no dia anterior ao seu esperado regresso.

O conteúdo de sua neurose obsessiva era uma compulsão por lavagem e limpeza escrupulosas, bem como medidas protetoras extremamente enérgicas contra danos graves que pensava que outras pessoas tinham razão para temer dela - isto é, formações reativas contra seus próprios impulsos *anal-eróticos* e *sádicos*. Sua necessidade sexual foi obrigada a encontrar expressão nestas formas, após sua vida genital ter perdido todo o valor devido à impotência do único homem que lhe poderia importar.

Este é o ponto de partida do pequeno e novo fragmento da teoria que formulei. Naturalmente, é apenas na aparência que ela se baseia nesta observação determinada; na realidade, reúne grande número de impressões anteriores, embora uma compreensão delas só tenha sido possibilitada por esta última experiência. Disse a mim mesmo que meu quadro esquemático do desenvolvimento da função libidinal exigia uma inserção suplementar. Para começar, havia apenas distinguido, primeira, a fase do auto-erotismo, durante a qual os instintos parciais do indivíduo, cada um por sua conta, buscam a satisfação de seus desejos no próprio corpo, e, depois, a combinação de todos os instintos componentes para a escolha de um objeto, sob a primazia dos órgãos genitais a agir em nome da reprodução. A análise das parafrenias, como sabemos, tornou necessária a inserção entre elas de um estágio de narcisismo, durante o qual a escolha de um objeto já se realizou, mas esse objeto coincide com o próprio ego do indivíduo. E agora vemos a necessidade de outro estágio ainda ser inserido, antes que a forma final seja alcançada, um estágio no qual os instintos componentes já se reuniram para a escolha de um objeto e este objeto é já algo extrínseco, em contraste com o próprio eu (*self*) do sujeito, mas no qual *a primazia das zonas genitais ainda não foi estabelecida*. Pelo contrário, os instintos componentes que dominam esta *organização pré-genital* da vida sexual são anal-erótico e o sádico.

Estou ciente de que tais hipóteses soam estranhas a princípio. É somente descobrindo suas relações com nosso conhecimento anterior que elas se nos tornam familiares; e, no final, é muitas vezes sua sina serem encarados como inovações menores e há muito tempo previstas. Voltemos-nos, portanto, com previsões como estas, para um exame da ‘organização sexual pré-genital’.

(a) O papel extraordinário desempenhado por impulsos de ódio e erotismo anal na sintomatologia da neurose obsessiva já impressionou muitos observadores e foi recentemente enfatizado, com particular clareza, por Ernest Jones (1913). Isto decorre diretamente de nossa hipótese, se supomos que, nessa neurose, os instintos componentes em apreço mais uma vez assumiram a representação dos instintos genitais, dos quais foram precursores no processo de desenvolvimento.

Neste ponto, ajunta-se uma parte de nossa história clínica, que até agora havia escondido. A vida sexual da paciente começou, em sua mais remota infância, com fantasias de espancamento. Após estas haverem sido suprimidas, estabeleceu-se um período de latência inusitadamente longo, durante o qual passou por um período de crescimento moral exaltado, sem qualquer despertar das sensações sexuais femininas. O casamento, que se realizou muito cedo, iniciou uma época de atividade sexual normal. Este período, durante o qual ela foi uma esposa feliz, continuou por vários anos, até que sua primeira grande frustração provocou a neurose histérica. Quando isto foi seguido pela perda de valor de sua vida genital, a vida sexual, como já disse, retornou ao estágio infantil do sadismo.

Não é difícil determinar a característica que distingue este caso de neurose obsessiva daqueles mais freqüentes que começam bem cedo e depois seguem um curso crônico, com exacerbações de tipo mais ou menos marcante. Nestes outros casos, uma vez estabelecida a organização sexual que contém a disposição à neurose obsessiva, ela, depois, nunca mais é completamente superada; em nosso caso, para começar, ela foi substituída pelo estágio mais alto de desenvolvimento e depois reativada, por regressão, a partir deste último.

(b) Se desejarmos colocar nossa hipótese em contato com linhas biológicas de pensamento, não devemos esquecer que a antítese entre masculino e feminino, que é introduzida pela função reprodutora, não pode ainda estar presente no estágio da escolha objetual pré-genital. Encontramos, em seu lugar, a antítese entre tendências com objetivo ativo e com objetivo passivo, a qual, posteriormente, se torna firmemente ligada à existente entre os sexos. A atividade é suprida pelo instinto comum de domínio, que chamamos sadismo quando o encontramos a serviço da função sexual; e, mesmo na vida sexual normal plenamente desenvolvida, ele tem importantes serviços subsidiários a desempenhar. A tendência passiva é alimentada pelo erotismo anal, cuja zona erógena corresponde à antiga e indiferenciada cloaca. Uma acentuação deste erotismo anal no estágio pré-genital de organização deixa atrás de si uma predisposição significativa ao homossexualismo, nos homens, quando o estágio seguinte da função sexual, a primazia dos órgãos genitais, é atingido. A maneira pela qual esta última fase é erguida sobre a precedente e a concomitante remodelação das catexias libidinais oferecem à pesquisa analítica os mais interessantes problemas.

Pode-se sustentar a opinião de que todas as dificuldades e complicações envolvidas nisto podem ser evitadas negando-se que haja qualquer organização pré-genital da vida sexual e sustentando que a vida sexual coincide com a função genital e reprodutora e começa com ela. Afirma-se-ia então, considerando as descobertas inequívocas da pesquisa analítica, que, pelo processo de repressão sexual, as neuroses são compelidas a dar expressão a tendências sexuais através de outros instintos, não sexuais, e assim sexualizam estes últimos à guisa de compensação. Mas esta linha de argumento colocar-nos-ia fora da psicanálise. Colocar-nos-á onde nos achávamos antes desta e significaria abandonar a compreensão que a psicanálise nos deu das relações entre saúde, perversão e neurose. A psicanálise sustenta-se ou tomba com o reconhecimento dos instintos componentes sexuais, das zonas erógenas e da ampliação, que assim se torna possível, do conceito de ‘função sexual’, em contraste com a ‘função genital’, mais restrita. Além disso, a observação de desenvolvimento normal das crianças é, em si própria, suficiente para fazer-nos rejeitar qualquer tentação desse tipo.

c) No campo do desenvolvimento do *caráter*, estamos sujeitos a encontrar as mesmas forças instituais que encontramos em operação nas neuroses. Mas uma nítida distinção teórica entre as duas se faz necessária pelo único fato de que o fracasso da repressão e o retorno do reprimido - peculiares ao mecanismo da neurose - acham-se ausentes na formação do caráter. Nesta, a repressão não entra em ação ou então alcança sem

dificuldades reativas e sublimações. Daí os processos da formação de caráter serem mais obscuros e menos acessíveis à análise que os neuróticos.

Mas é precisamente no campo do desenvolvimento do caráter que deparamos com uma boa analogia com o caso que estivemos descrevendo - isto é, uma confirmação da ocorrência da organização sexual pré-genital sádica e anal-erótica. É fato bem conhecido, e que tem dado muito motivo para queixas, que após as mulheres perderem a função genital seu caráter, amiúde, sofre uma alteração peculiar. Tornam-se briguentas, irritantes, despóticas, mesquinhas e sovinas, o que equivale a dizer que apresentam tipicamente traços sádicos e anal-eróticos que não possuíam antes, durante seu período de feminilidade. Os autores de comédias e os satiristas em todas as épocas dirigiram suas invectivas contra o 'velho dragão' no qual a moça encantadora, a esposa amante e a terna mãe se transformaram. Podemos ver que esta alteração de caráter corresponde a uma regressão da vida sexual ao estágio pré-genital sádico e anal-erótico, na qual descobrimos a disposição à neurose obsessiva. Ela parece ser, então, não apenas o precursor da fase genital, mas, bastante amiúde, também seu sucessor, seu término, após os órgãos genitais haverem desempenhado sua função.

Uma comparação entre tal mudança de caráter e a neurose obsessiva é muito impressionante. Em ambos os casos, o trabalho da regressão é aparente. Mas enquanto na primeira encontramos uma regressão completa a seguir a repressão (ou supressão) que ocorreu suavemente, na neurose há conflito, um esforço para impedir que a regressão ocorra, formações reativas contra ela e formações de sintomas produzidos por conciliações entre os dois lados opostos, assim como uma divisão (*splitting*) das atividades psíquicas em algumas que são admissíveis à consciência e outras que são inconscientes.

(d) Nossa hipótese de uma organização sexual pré-genital é incompleta sob dois aspectos. Em primeiro lugar, não leva em consideração o comportamento de outros instintos componentes, com referência aos quais há muita coisa que valeria o exame e a discussão, e contenta-se com acentuar a marcante primazia do sadismo e do erotismo anal. Em particular, ficamos sempre com a impressão de que o instinto do conhecimento pode realmente tomar o lugar do sadismo no mecanismo da neurose obsessiva. Na verdade, ele é, no fundo, uma ramificação sublimada do instinto de domínio, exaltado em algo intelectual, e seu repúdio sob a forma de dúvida desempenha grande papel no quadro da neurose obsessiva.

A segunda lacuna em nossa hipótese é muito mais importante. Como sabemos, a disposição desenvolvimental a uma neurose só é completa se a fase do desenvolvimento do ego em que a fixação ocorre é levada em consideração, assim como a da libido. Mas nossa hipótese só se relacionou com a última, e, portanto, não inclui todo o conhecimento que deveríamos exigir. Os estádios de desenvolvimento dos instintos do ego são-nos presentemente muito pouco conhecidos; só sei de uma tentativa - a altamente promissora, feita por Ferenczi (1913) - de abordar estas questões. Não posso dizer se pode parecer

muito precipitado se, com base nas indicações que possuímos, sugiro a possibilidade que uma ultrapassagem cronológica do desenvolvimento libidinal pelo desenvolvimento do ego deve ser incluída na disposição à neurose obsessiva. Uma precocidade deste tipo tornaria necessária a escolha de um objeto sob a influência dos instintos do ego, numa época em que os instintos sexuais ainda não assumiram sua forma final, e uma fixação no estágio da organização sexual pré-genital seria assim abandonada. Se considerarmos que os neuróticos obsessivos têm de desenvolver uma supermoralidade a fim de proteger seu amor objetual da hostilidade que espreita por trás dele, ficaremos incl que, na ordem deidados a considerar um certo grau desta precocidade de desenvolvimento do ego como típico da natureza humana e derivar a condição para a origem da moralidade do fato de desenvolvimento, o ódio é o precursor do amor. É este talvez o significado de uma assertiva da autoria de Stekel (1911 *a*, 536), que na ocasião achei incompreensível de que o ódio, e não o amor, é a relação emocional primária entre os homens.

(*e*) Decorre, do que foi dito, que resta para a histeria uma relação íntima com a fase final do desenvolvimento libidinal, que se caracteriza pela primazia dos órgãos genitais e pela introdução da função reprodutora. Na neurose histérica, esta aquisição acha-se sujeita à repressão, que não implica regressão ao estágio pré-genital. A lacuna na determinação da disposição, devida à nossa ignorância do desenvolvimento do ego, é ainda mais evidente aqui do que na neurose obsessiva.

Por outro lado, não é difícil demonstrar que uma outra regressão, a um nível mais primitivo, ocorre também na histeria. A sexualidade das crianças do sexo feminino é, como sabemos, dominada e dirigida por um órgão masculino (o clitóris) e amiúde se comporta como a sexualidade dos meninos. Esta sexualidade masculina tem de ser abandonada mediante uma última onda de desenvolvimento, na puberdade, e a vagina, órgão derivado da cloaca, tem de ser elevada à zona erógena dominante. Ora, é muito comum na neurose histérica que esta sexualidade masculina reprimida seja reativada e, então, que a luta defensiva por parte dos instintos egossintônicos seja dirigida contra ela. Mas parece-me cedo demais para ingressar aqui num debate dos problemas da disposição à histeria.

INTRODUÇÃO A *THE PSYCHO-ANALYTIC METHOD*, DE

PFISTER (1913)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1913 Em O. Pfister, *Die psychanalytische [sic] Methode* (Vol. 1 de *Pädagogium*), iv-v, Leipzig e Berlim, Klinkhardt. (1921, 2ª ed.; 1924, 3ª ed.)

1928 *G. S.*, 11, 244-6.

1931 *Neurosenlehre und Technik*, 315-18.

1946 *G. W.*, 10, 448-50.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

Introduction to Pfister's *The Psychoanalytic Method*

1917 Em Pfister, *The Psychoanalytic Method*, v-viii, Nova Iorque: Moffat, Yard; Londres: Kegan Paul. (Trad. de C. R. Payne.)

A presente tradução inglesa é nova, da autoria de James Strachey.

O Dr. Oskar Pfister, pastor religioso e educador de Zurique, autor da obra da qual este trabalho constitui introdução, foi por trinta anos amigo íntimo de Freud e inabalável partidário de suas teorias. Foi ele um dos primeiríssimos leigos a praticar a psicanálise e a parte posterior da introdução de Freud é talvez o seu primeiro apelo publicado em favor do reconhecimento dos analistas não médicos. Ele desenvolveu seus argumentos com muito maior amplitude, cerca de vinte anos mais tarde, em *The Question of Lay Analysis* (1926e).

A data ao final da introdução (que aqui aparece por acordo com os Srs. Routledge e Kegan Paul) é omitida nas reimpressões alemãs.

INTRODUÇÃO A *THE PSYCHO-ANALYTIC METHOD*, DE PFISTER

A psicanálise teve sua origem em terreno médico, como um procedimento terapêutico para o tratamento de certas doenças nervosas que foram denominadas de ‘funcionais’ e consideradas, com crescente certeza, como conseqüências de distúrbios na vida emocional. Ela alcança seu fim - de remover as manifestações destes distúrbios, os sintomas - ao presumir que eles não são o único e possível resultado final de processos psíquicos específicos. Revela, portanto, a história do desenvolvimento desses sintomas na memória do paciente, revivifica os processos que os fundamentam e então os conduz, sob a orientação do médico, a um escoadouro mais favorável. A psicanálise estabeleceu para si os mesmos objetivos terapêuticos que o tratamento pelo hipnotismo, que foi introduzido por Liébeault e Bernheim e após demoradas e severas lutas alcançou lugar na técnica dos neuro-especialistas. Mas ela vai muito mais fundo na estrutura do mecanismo da mente e procura ocasionar resultados duradouros e modificações viáveis em seus assuntos.

Em sua época, o tratamento hipnótico por sugestão muito cedo ultrapassou a esfera da aplicação médica e pôs-se ao serviço da educação de jovens. Se devemos acreditar nos relatórios, ele mostrou ser um meio eficiente para pôr fim a defeitos pueris, hábitos físicos inconvenientes e traços de caráter doutra maneira irreduzíveis. Ninguém nessa época deixou de concordar ou surpreendeu-se com a ampliação de seus empregos, que, incidentalmente, só se tornaram plenamente compreensíveis mediante as pesquisas da psicanálise. Pois sabemos hoje que os sintomas patológicos amiúde nada mais são que substitutos de inclinações más (isto é, inúteis) e que os determinantes desses sintomas são estabelecidos nos anos de infância e juventude - durante o mesmo período em que os seres humanos são objeto da educação - quer as próprias doenças surjam já na juventude quer somente em época posterior da vida.

A educação e a terapêutica acham-se em relação atribuível, uma com a outra. A educação procura garantir que algumas das disposições [inatas] da criança não causem qualquer prejuízo ao indivíduo ou à sociedade. A terapêutica entra em ação se essas mesmas disposições já conduziram ao resultado não desejado dos sintomas patológicos. O desfecho alternativo - das disposições inúteis da criança, conduzindo, não a substitutos sob a forma de sintomas, mas a perversões diretas de caráter - é quase inacessível à terapêutica e, geralmente, fora da influência do educador. A educação constitui uma profilaxia, que se destina a prevenir ambos os resultados - tanto a neurose quanto a perversão; a psicoterapia procura desfazer o menos estável dos dois resultados a instituir uma espécie de pós-educação.

Em vista desta situação, surge imediatamente a questão de saber se a psicanálise não deveria ser utilizada para fins educativos, tal como a sugestão hipnótica o foi no passado. As vantagens seriam óbvias. O educador, por um lado, estaria preparado, por seu conhecimento das disposições humanas gerais da infância, para julgar quais dessas disposições ameaçam conduzir a um desfecho indesejável; e, se a psicanálise pode influenciar o curso tomado por tais desenvolvimentos, poderia aplicá-la *antes* que os sinais de um desenvolvimento desfavorável se estabeleçam. Assim, com o auxílio da análise, ele poderia ter uma influência profilática na criança, enquanto esta ainda é sadia. Por outro lado, poderia detectar as *primeiras* indicações de um desenvolvimento, na direção da neurose e resguardar a criança contra o seu desenvolvimento ulterior, numa época em que, por diversas razões, uma criança nunca é levada ao médico. Não se pode deixar de pensar que uma atividade psicanalítica como esta por parte do educador - e do assistente pastoral em posição semelhante, nos países protestantes - inevitavelmente seria de inestimável valor e com freqüência poderia tornar desnecessária a intervenção do médico.

A única questão é saber se a prática da psicanálise pode não ter como pré-requisito um treinamento médico, do qual o educador e o assistente pastoral devem permanecer excluídos, ou se pode haver outras considerações que se oponham à sugestão de que a técnica da psicanálise não seja confiada a outra mão que não a de um médico. Confesso que não posso encontrar fundamento para reservas desse tipo. A prática da psicanálise exige muito menos treinamento médico que instrução psicológica e concepção humana livre. A maioria dos médicos não se acha preparada para exercer a psicanálise e fracassou completamente em apreender o valor desse procedimento terapêutico. O educador e o assistente pastoral estão sujeitos, pelos requisitos de sua profissão, a exercer a mesma consideração, cuidado e limitação que são geralmente praticados pelo médico, e, à parte isso, sua associação com jovens talvez os torne mais bem qualificados para compreender a vida mental desses jovens. Em ambos os casos, porém, a única garantia da aplicação inócua do procedimento analítico tem de depender da personalidade do analista.

Onde um caso margina a anormalidade mental, o educador analítico estará obrigado a

familiarizar-se com o conhecimento psiquiátrico mais necessário e, além disso, a consultar um médico quando o diagnóstico e a prognose do distúrbio parecem duvidosos. Em muitos casos só será possível alcançar sucesso se houver colaboração entre o educador e o médico.

Sob determinado aspecto isolado, a responsabilidade de um educador pode talvez exceder a de um médico. Este tem como regra lidar com estruturas psíquicas que já se tornaram rígidas e encontrará na individualidade estabelecida do paciente um limite ao seu próprio êxito, mas, ao mesmo tempo, uma garantia da capacidade do paciente de resistir sozinho. O educador, contudo, trabalha com um material que é plástico e aberto a toda impressão, e tem de observar perante si mesmo a obrigação de não moldar a jovem mente de acordo com suas próprias idéias pessoais, mas, antes, segundo as disposições e possibilidades do educando.

Esperemos que a aplicação da psicanálise a serviço da educação rapidamente realizará as esperanças que educadores e médicos podem corretamente ligar a ela. Um livro como este de Pfister, que procura familiarizar os educadores com análise, poderá então contar com a gratidão das gerações posteriores.

VIENA, *fevereiro* de 1913.

**PREFÁCIO A *SCATALOGIC RITES OF ALL NATIONS*, DE
BOURKE (1913)**

NOTA DO EDITOR INGLÊS

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1913 Em J. G. Bourke, *Der Unrat in Sitte, Brauch, Glauben und Gewohnheitsrecht der Völker*, traduzido para o alemão por F. S. Krauss e H. Ihm, Leipzig, Ethnologischer Verlag.

1928 *G. S.*, 11, 249-51.

1931 *Sexualtheorie und Traumlehre*, 242-5.

1946 *G. W.*, 10, 453-5.

(b) TRADUÇÕES INGLESAS:

Preface to Bourke's *Scatalogic [sic] Rites of All Nations*.

1934 Em J. G. Bourke, *Scatalogic Rites of All Nations* (Nova Edição), vii-ix, Nova Iorque, American Anthropological Society.

1950 *C. P.*, 5, 88-91. (Sob o título 'The Excretory Functions in Psycho-Analysis and Folklore') (Trad. de J. Strachey.)

A presente tradução inglesa é a publicada em 1950, ligeiramente revista.

O trabalho da autoria do Capitão John Gregory Bourke (Terceira Cavalaria, E. U. A.), a cuja tradução Freud contribuiu com este prefácio, foi originalmente publicado em 1891 (Washington: Lowdermilk), com as palavras ‘Não é para Leitura Geral’ na página de rosto. A atenção de Freud foi atraída para o livro (sem dúvida pelo Dr. Ernest Jones) no começo de 1912 e parece provável que a tradução alemã tenha sido feita por sua recomendação. Ela apareceu como um dos volumes suplementares lançados anualmente pela revista *Anthropophyteia*, que era editada por um dos tradutores, F. S. Krauss. Freud mostrara seu interesse na revista dois ou três anos antes, numa carta aberta ao seu editor (1910*f*). Grande parte do material citado no artigo de Freud e Oppenheim sobre ‘Os Sonhos no Folclore’ (1957*a* [1911], em [1], anteriores) derivou da *Anthropophyteia* e trata dos tópicos examinados neste prefácio.

PREFÁCIO A *SCATALOGIC RITES OF ALL NATIONS*, DE BOURKE

Enquanto vivia em Paris, em 1885, como aluno de Charcot, o que principalmente me atraía, à parte as próprias conferências do grande homem, eram as demonstrações e preleções dadas por Brouardel. Ele nos costumava mostrar, de material *post-mortem* no necrotério, quanto havia que merecia ser conhecido por médicos, mas de que a ciência preferia não fazer caso. Certa ocasião, ele estava discutindo as indicações que permitiam imaginar a categoria social, o caráter e a origem de um corpo não identificado, e ouvi-o dizer: ‘*Les genoux sales sont le signe d’une file honnête*’. Utilizava os joelhos sujos de uma moça como prova de sua virtude!

A lição de que a limpeza corporal é muito mais prontamente associada ao vício que à virtude amiúde me ocorreu posteriormente, quando o trabalho psicanalítico me familiarizou com a maneira pela qual os homens civilizados lidam hoje com o problema de sua natureza física. Ficam claramente embaraçados com qualquer coisa que os faça lembrar demasiadamente sua origem animal. Tentam emular os ‘anjos mais aperfeiçoados’ da última cena de *Fausto*, que se queixam:

Uns bleibt ein Erdenrest

zu tragen peinlich,

und wär’er von Asbest,

es ist nicht reinlich.

Entretanto, desde que devem necessariamente permanecer muito afastados de tal perfeição, os homens decidiram fugir ao dilema, negando, tanto quanto possível, a própria existência deste inconveniente ‘resíduo da Terra’, ocultando-o mutuamente e negando-lhe a atenção e o cuidado que poderia reivindicar como componente integrante de seu ser essencial. O caminho mais sábio indubitavelmente teria sido admitir sua existência e dignificá-lo tanto quanto sua natureza permitisse.

Está longe de ser matéria simples examinar ou descrever as conseqüências envolvidas nesta maneira de tratar o ‘penoso resíduo da Terra’, do que as funções sexuais e excretórias podem ser consideradas o núcleo. Bastará mencionar uma só destas conseqüências, aquela em que nos achamos mais interessados aqui: o fato de a ciência ser proibida de lidar com estes aspectos proscritos da vida humana, de maneira que quem quer que estude tais coisas é encarado como pouco menos ‘impróprio’ do que alguém que realmente *faz* coisa impróprias.

Não obstante, a psicanálise e o folclore não se deixaram impedir de transgredir essas proibições e, em resultado, puderam ensinar-nos todo tipo de coisas que são indispensáveis a uma compreensão da natureza humana. Se nos limitarmos aqui ao que foi aprendido sobre as funções excretórias, pode-se dizer que o principal achado da pesquisa psicanalítica foi o fato de que o bebê humano é obrigado a recapitular, durante a primeira parte de seu desenvolvimento, as mudanças na atitude da raça humana para com matérias excrementícias que provavelmente tiveram seu início quando o *homo sapiens* pela primeira vez ergueu-se da Mãe Terra. Nos primeiros anos da infância, não existe ainda nenhum resíduo de vergonha sobre as funções excretórias ou de nojo pelas excreções. As crianças pequenas mostram grande interesse nestas, tal como em outras de suas secreções corporais; gostam de ocupar-se com elas e podem derivar muitos tipos de prazer deste procedimento. As excreções, encaradas como partes do próprio corpo da criança e produtos de seu próprio organismo, têm uma cota na estima - a estima narcísica, como deveríamos chamá-la - com que encara tudo que se relaciona ao seu eu (*self*). As crianças, em verdade, orgulham-se de suas próprias excreções e fazem uso delas para ajudar a fazer valer seus direitos contra os adultos. Sob a influência da criação, os instintos e inclinações coprófilas da criança sucumbem gradativamente à repressão; ela aprende a mantê-los secretos, a envergonhar-se deles e a sentir nojo pelos seus objetos. Estritamente falando, contudo, o nojo nunca chega ao ponto de aplicar-se às próprias excreções da criança, mas contenta-se em repudiá-los quando são produtos de outras pessoas. O interesse que até aqui se ligara ao excremento é transferido para outros objetos - por exemplo, das fezes para o dinheiro, que, naturalmente, demora a adquirir significação para as crianças. Importantes constituintes da formação do caráter se desenvolvem ou fortalecem a partir da repressão das inclinações coprófilas.

A psicanálise mostra ainda que, para começar, os intintos excrementais e sexuais não são distintos uns dos outros, nas crianças. O divórcio entre eles só ocorre mais tarde e permanece incompleto. Sua afinidade original, estabelecida pela anatomia do corpo humano, ainda se faz sentir de muitas maneiras em adultos normais. Finalmente, não se deve esquecer que não se pode esperar que estes desenvolvimentos produzam resultados mais perfeitos que quaisquer outros. Parte das antigas preferências persiste, parte das inclinações coprófilas continua a operar na vida posterior e se expressa nas neuroses, perversões e maus hábitos dos adultos.

O folclore adotou um método inteiramente diferente de pesquisa e, mesmo assim, chegou aos mesmos resultados que a psicanálise. Ele nos mostra quão incompletamente a representação das inclinações coprófilas foi efetuada entre diversos povos, em várias épocas, e quão de perto, em outros níveis culturais, o tratamento das substâncias excretórias se aproxima do usado pelas crianças. Demonstra também a natureza persistente e em verdade inerradicável dos interesses coprófilos, apresentando a nosso olhar espantado a multiplicidade de aplicações - no ritual mágico, nos costumes tribais, nas observâncias dos cultos religiosos e na arte de curar - mediante as quais a velha estima pelas excreções humanas encontrou nova expressão. Também a vinculação com a vida sexual parece ser integralmente preservada.

Esta expansão de nosso conhecimento certamente não envolve risco para nossa moralidade. A parte principal do que se conhece sobre o papel desempenhado pelas excreções na vida humana foi reunida em *Ritos Escatológicos de Todas as Nações*, de J. G. Bourke. Torná-la acessível aos leitores alemães é, portanto, não apenas um empreendimento corajoso, mas também meritório.

BREVES ESCRITOS (1911-1913)

A SIGNIFICAÇÃO DAS SEQÜÊNCIAS DE VOGAIS (1911)

Indubitavelmente, objeções foram amiúde levantadas à asserção feita por Stekel de que, em sonhos e associações, nomes que têm de ser encobertos parecem ser substituídos por outros que se lhes assemelham apenas por conterem a mesma seqüência de vogais. Uma analogia notável, contudo, é proporcionada pela história da religião. Entre os antigos hebreus, o nome de Deus era tabu; não podia ser falado em voz alta, nem registrado por

escrito. (Isto está longe de ser um exemplo isolado da significação especial dos nomes nas civilizações arcaicas.) Esta proibição foi tão implicitamente obedecida que, até o dia de hoje, a vocalização das quatro consoantes do nome de Deus [Y H V H] permanece desconhecida. Ele era, contudo, pronunciado ‘Jehovah’, sendo suprido pelas vogais da palavra ‘Adonai’ (‘Senhor’), contra a qual não havia tal proibição. (Reinach, 1905-12, 1 1.)

’GRANDE É DIANA DOS EFÉSIOS’(1911)

A antiga cidade grega de Éfeso na Ásia Menor, pela exploração de cujas ruínas, incidentalmente, tem-se de agradecer à nossa arqueologia austríaca, era especialmente célebre na antigüidade por seu esplêndido templo, dedicado a Artêmis (Diana). Os invasores jônicos - talvez no século VII antes de Cristo - conquistaram a cidade, que por muito tempo fora habitada por povos de raça asiática, e encontraram nela o culto de uma antiga deusa-mãe que possivelmente portava o nome de Oupis, e identificaram-na com Artêmis, deidade de sua terra natal. A prova das escavações mostra que, no decurso dos séculos, diversos templos foram erguidos no mesmo local em honra da deusa. Foi o quarto destes templos que foi destruído por um incêndio iniciado pelo louco Heróstrato, no ano de 356, durante a noite em que Alexandre, o Grande, nasceu. Ele foi reconstruído, mais magnífico que nunca. Com a afluência de sacerdotes, mágicos e peregrinos, e com suas lojas em que amuletos, lembranças e oferendas eram vendidas, a metrópole comercial de Éfeso poderia ser comparada à moderna Lourdes.

Por volta de 54 A. D., o apóstolo Paulo passou diversos anos em Éfeso. Pregou, realizou milagres e encontrou muitos seguidores entre o povo. Foi perseguido e acusado pelos judeus; separou-se deles e fundou uma comunidade cristã independente. Em consequência da disseminação de sua doutrina, houve uma queda no comércio dos ourives, que costumavam fazer lembranças do lugar sagrado - figurinhas de Artêmis e modelos do templo - para os fiéis e peregrinos que chegavam de todo o mundo. Paulo era um judeu estrito demais para deixar a antiga deidade sobreviver sob outro nome; rebatizou-a, como os conquistadores jônicos haviam feito com a deusa Oupis. Foi assim que os piedosos artesãos e artistas da cidade tornaram-se apreensivos quanto a sua deusa, bem como quanto a seus ganhos. Revoltaram-se e, com gritos infundavelmente repetidos, de ‘Grande é Diana dos Efésios!’, afluíram pela rua principal, chamada ‘Arcádia’, até o teatro, onde seu líder, Demétrio, pronunciou discurso incendiário contra os judeus e contra Paulo. As autoridades tiveram dificuldade em reprimir o tumulto, o que conseguiram pela garantia de que a majestade da deusa era inatingível e achava-se fora do alcance de qualquer ataque.

A igreja fundada por Paulo em Éfeso não lhe permaneceu fiel muito tempo. Caiu sob a influência de um homem chamado João, cuja personalidade apresentou aos críticos alguns difíceis problemas. Ele pode ter sido o autor do Apocalipse, que abunda em invectivas contra o apóstolo Paulo. A tradição o identifica com o apóstolo João, a quem o quarto evangelho é atribuído. Segundo este evangelho, quando Jesus achava-se na cruz, exclamou para seu discípulo favorito, apontando para Maria; ‘Eis tua mãe!’ E, a partir daquele momento, João dedicou-se a Maria. Desse modo, quando João foi para Éfeso, Maria o acompanhou, e, por conseguinte, ao lado da igreja do apóstolo de Éfeso, foi construída a primeira basílica em honra da nova deusa-mãe dos cristãos. Sua existência é confirmada a partir do século IV. Agora, mais uma vez, a cidade tinha sua grande deusa e, fora o nome, pouca modificação houve. Também os ourives recuperaram o trabalho de fazer modelos do templo e imagens da deusa para os novos peregrinos. A função de Artêmis, contudo, expressa pelo atributo de **Κουροτροφος**, foi transmitida a um Santo Artemidoro, que assumiu a proteção das mulheres em trabalho de parto.

Depois veio a conquista pelo Islã, e finalmente, sua ruína e abandono, devido ao rio sobre o qual ficava haver-se tornado entulhado de areia. Mas, mesmo então, a grande deusa de Éfeso não abandonou suas reivindicações. Em nossos próprios dias, ela apareceu como uma virgem santa a uma piedosa menina alemã, Katharina Emmerich, em Dülmen. Descreveu a esta sua viagem a Éfeso, os móveis da casa em que lá vivera e na qual morrera, o formato de seu leito, e assim por diante. E tanto a casa quanto o leito foram de fato encontrados, exatamente como a virgem os descrevera, e são mais uma vez a meta das peregrinações dos fiéis.

PREFÁCIO A OS DISTÚRBIOS PSÍQUICOS DA POTÊNCIA MASCULINA,

DE MAXIM STEINER (1913)

O autor desta pequena monografia, que trata da patologia e tratamento da impotência psíquica em indivíduos do sexo masculino, faz parte do pequeno grupo de médicos que cedo reconheceram a importância da psicanálise para o seu ramo especial da medicina e nunca deixaram de aperfeiçoar-se em sua teoria e técnica. Estamos cientes de que apenas uma pequena parte dos males neuróticos - que agora viemos a conhecer como resultado de distúrbios da função sexual - é tratada na própria neuropatologia. O maior número delas encontra lugar entre os distúrbios do órgão específico que é vítima de uma perturbação neurótica. É, portanto, conveniente e próprio que o tratamento desses sintomas ou síndromes

seja também assunto do especialista, que, somente ele, é capaz de efetuar um diagnóstico diferencial entre uma doença orgânica e uma neurótica, que pode fixar o limite, no caso das formas mistas, entre seus elementos orgânicos e neuróticos, e que em geral nos pode dar informações sobre a maneira pela qual os dois fatores da doença reforçam-se mutuamente. Mas se as moléstias orgânicas ‘nervosas’ não devem ser negligenciadas, como meros apêndices dos distúrbios materiais do mesmo órgão - negligência esta que, por sua freqüência e importância prática, estão longe de merecer -, o especialista, quer esteja interessado no estômago, no coração ou no sistema urogenital, deve, além de seu saber médico geral e de seus conhecimentos especializados, ser também capaz de fazer uso, para seu próprio campo de trabalho, das linhas de abordagem, descobertas e técnicas do especialista de nervos.

Um grande progresso terapêutico será feito quando os especialistas não mais dispensarem um paciente que sofra de um mal nervoso com um pronunciamento como ‘Você não tem nada; são só nervos’, ou com o conselho muito melhor: ‘Vá a um especialista de nervos; ele lhe ordenará um tipo leve de tratamento de água fria’. Indubitavelmente, também exigiremos do especialista em qualquer órgão que seja capaz de compreender e tratar distúrbios nervosos em seu campo, em vez de esperar que o especialista de nervos seja treinado para ser um especialista universal em todos os órgãos em que as neuroses produzem sintomas, E, por conseguinte, pode-se prever que somente as neuroses com sintomas principalmente psíquicos permanecerão na esfera do especialista em nervos.

Podemos esperar, portanto, que não esteja longe o dia em que se reconhecerá em geral que nenhuma espécie de perturbação nervosa pode ser compreendida e tratada sem o auxílio da linha de abordagem e, freqüentemente, da técnica da psicanálise. Uma asserção assim pode soar hoje como demonstração de exagero presunçoso, mas aventuro-me a profetizar que está destinada a tornar-se um lugar comum. Todavia, será sempre creditado ao autor da presente obra não ter esperado que isto acontecesse para admitir a psicanálise como tratamento dos males nervosos dentro de seu próprio e especializado ramo da medicina.

VIENA, *março* de 1913.

Totem e tabu
e outros trabalhos

VOLUME XIII

(1913-1914)

PREFÁCIO

NOTA DO EDITOR INGLÊS (JAMES STRACHEY)

TOTEM UND TABU

(a) EDIÇÕES ALEMÃES

1912 Parte I, *Imago*, 1 (1), 17-33. (Sob o título ‘Über einige

Übereinstimmungen im Seelenleben der Wilden und der

Neurotiker’ [‘Alguns Pontos de Concordância entre a Vida Mental

dos Selvagens e dos Neuróticos’].)

1912 Parte II. *Imago*, 1 (3), 213-27 e (4), 301-33. (Mesmo título.)

1913 Parte III. *Imago*, 2 (1), 1-21. (Mesmo título.)

1913 Parte IV, *Imago*, 2 (4), 357-408. (Mesmo título.)

1913 Em um só volume, sob o título *Totem und Tabu*, Leipzig e Viena,
Heller, V + 149 p.

1920 2ª ed., Leipzig, Viena e Zurique: Internationaler Psychoanalytischer
Verlag, VII + 216 p

1922 3ª ed. Leipzig, Viena e Zurique: I.P.V., VII + 216 p.

1924 G.S., 10, 3-194.

1934 5ª ed., Viena: I.P.V., 194 p.

1940 G.W., 9, pp. 1-205.

1934 ‘Vorred zur hebräischen Ausbauge von *Totem und Tabu*’, G.S.,12, 385.

1948 G.W., 14, 569.

(b) TRADUÇÕES INGLESAS

Totem and Taboo

1918 Nova Iorque Moffat, Yard, XI + 256 p. (Trad. de A. A. Brill.)

1919 Londres: Routledge, XI + 265 p. (Trad. de A. A. Brill.)

1938 Londres e Nova Iorque: Penguin Books, 159 p. (Trad. de A. A.
Brill.)

1938 Em *The Basic Writings of Sigmund Freud*, Nova Iorque: Modern

Library, pp. 807-930. (Trad. de A. A. Brill.)

1950 Londres: Routledge and Kegan Paul, XI + 172 p. (Trad. de

James Strachey.)

1950 ‘Preface to the Hebrew Translation of *Totem and Taboo*’

(‘Prefácio à Tradução Hebraica de Totem e Tabu’). Em *Totem and*

Taboo, Londres, 1950, p. XI. (Trad. de James Strachey.)

A presente tradução é uma versão ligeiramente corrigida da publicada em 1950.

No seu Prefácio, Freud conta que seu primeiro estímulo para escrever estes ensaios veio das obras de Wundt e Jung. Na realidade, seu interesse pela antropologia social vinha de muito tempo antes. Na correspondência com Fliess (1950a), além de alusões gerais ao gosto sempre presente pelo estudo da arqueologia e da pré-história, há um certo número de referências específicas a temas antropológicos e à luz que a psicanálise lança sobre eles. No Rascunho N (31 de maio de 1897), por exemplo, ao estudar o ‘horror ao incesto’, ele assinala a relação entre o desenvolvimento da civilização e a repressão dos instintos, assunto ao qual retornou no artigo sobre “‘Civilized’ Sexual Ethics’ (1908d) e, muito mais tarde, em *Civilization and its Discontents* (1930a). Novamente, na Carta 78 (12 de dezembro de 1897), escreve: ‘Pode imaginar o que são “mitos endopsíquicos”? São o fruto mais recente de meus trabalhos mentais. A obscura percepção interior de nosso próprio mecanismo psíquico estimula ilusões de pensamento, que são naturalmente projetadas para o exterior e, de modo característico, para o futuro e o além-mundo. Imortalidade, castigo, vida após a morte, todos constituem reflexos de nossa própria psique mais profunda (...) psicomitologia’. E, na Carta 144 (4 de julho 1901): ‘Já leu que os ingleses escavaram um velho palácio em Creta (Cnossos), o qual declaram ser o autêntico labirinto de Minos? Zeus

parece ter sido originalmente um touro. Parece, também, que o nosso próprio velho Deus, antes de passar pela sublimação incentivada pelos persas, era também adorado como um touro. Isso suscita toda sorte de pensamentos, que ainda não estão em tempo de serem colocados no papel'. Finalmente, vale a pena mencionar uma breve passagem numa nota ao pé da página à primeira edição de *A Interpretação de Sonhos* (1900a), perto do fim da Seção B do Capítulo V, Edição Standard Brasileira, IV, 230n., Imago Editora, 1972, que deixa entrever a direção da monarquia da posição social do pai de família.

Mas os principais elementos da contribuição de Freud à antropologia social aparecem, pela primeira vez, nesta obra e mais especialmente no quarto ensaio, que contém a hipótese da horda primeva e da morte do pai primevo, e elabora sua teoria fazendo remontar a isso a origem da quase totalidade das instituições sociais e culturais posteriores. O próprio Freud estimava muito este último ensaio, tanto no que diz respeito ao conteúdo como à forma. Contou a seu tradutor de então, provavelmente em 1921, que o considerava como sua obra mais bem escrita. Não obstante, o Dr. Ernest Jones informa-nos que mesmo em meados de junho de 1913, quando as provas do ensaio já se achavam prontas e após havê-lo apresentado à Sociedade Psicanalítica de Viena, Freud ainda expressava dúvidas e hesitações sobre sua publicação. Essas dúvidas foram prontamente afastadas, contudo, e o livro permaneceu sendo um de seus favoritos durante toda a vida, recorrendo constantemente ao mesmo. Assim, por exemplo, resumiu-o e discutiu-o com particular carinho no sexto capítulo de seu *Autobiographical Study* (1925d) e citou-o muitas vezes no último livro que publicou, *Moses and Monotheism* (1939a).

Sobre a composição real destes ensaios, possuímos uma boa quantidade de informações, cujos pormenores podem ser encontrados no segundo volume da biografia de Freud, pelo Dr. Ernest Jones. Freud começara os preparativos para a obra e, em particular, a leitura de grande quantidade de literatura sobre o assunto, já em 1910. O título 'Totem e Tabu' evidentemente já se encontrava em seu espírito em agosto de 1911, embora só viesse a adotá-lo definitivamente quando os ensaios foram coligidos em forma de livro. O primeiro ensaio foi terminado em meados de janeiro de 1912, publicado em *Imago* em março seguinte e pouco após reimpresso, com algumas pequenas omissões, no semanário vienense *Pan* (11 e 18 de abril de 1912) e no diário *Neues Wiener Journal*, de Viena (18 de abril). O segundo ensaio foi lido na Sociedade Psicanalítica de Viena, em 15 de maio de 1912, numa palestra que durou três horas. O terceiro foi preparado durante o outono de 1912 e pronunciado perante a Sociedade de Viena em 15 de janeiro de 1913. O quarto foi terminado em 12 de maio de 1913 e lido para a mesma sociedade em 4 de junho de 1913.

Totem e Tabu foi traduzido em diversas línguas além do inglês, durante a vida de Freud: em húngaro (1919), espanhol (1923), português (s/data), francês (1924), japonês (duas vezes, 1930 e 1934) e hebraico (1939). Para a última dessas traduções, como veremos

adiante (Ver em [1]), Freud escreveu um prefácio especial.

PREFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO

Os quatro ensaios que se seguem foram originalmente publicados (sob um título que serve de subtítulo ao presente livro) nos dois primeiros volumes de *Imago*, periódico editado sob a minha direção. Representam uma primeira tentativa de minha parte de aplicar o ponto de vista e as descobertas da psicanálise a alguns problemas não solucionados da psicologia social [*Völkerpsychologie*]. Dessa maneira, apresentam, por um lado, um contraste metodológico com a obra de Wilhelm Wundt, que aplica as hipóteses e os métodos de trabalho da psicologia não-analítica aos mesmos objetivos, e, por outro, com os trabalhos da escola de psicanálise de Zurique, que se esforça, pelo contrário, por solucionar os problemas da psicologia individual com o auxílio de material derivado da psicologia social. (Cf. Jung, 1912 e 1913.) Apresso-me em confessar que foi dessas duas fontes que recebi o primeiro estímulo para os meus próprios ensaios.

Estou plenamente consciente das deficiências destes estudos. Não preciso mencionar aquelas que são necessariamente características das obras pioneiras, mas outras exigem uma palavra de explicação. Os quatro ensaios coligidos nestas páginas visam a despertar o interesse de um círculo bastante amplo de leitores instruídos, mas, na realidade, não podem ser compreendidos nem apreciados exceto por aqueles que já não sejam alheios à natureza essencial da psicanálise. Estes ensaios procuram diminuir a distância existente entre os estudiosos de assuntos como a antropologia social, a filologia e o folclore, por um lado, e os psicanalistas, por outro. No entanto, não podem oferecer a ambos os lados o que a cada um falta: ao primeiro, uma iniciação adequada na nova técnica psicológica; ao último, uma compreensão suficiente do material que se encontra à espera de tratamento. Devem assim contentar-se em atrair a atenção das duas partes e em incentivar a crença de que uma cooperação ocasional entre ambas não poderá deixar de ser proveitosa para a pesquisa.

Ver-se-á que os dois principais temas dos quais o título deste livro se origina - os totens e os tabus - não receberam o mesmo tratamento. A análise dos tabus é apresentada como um esforço seguro e exaustivo para a solução do problema. A investigação sobre o totemismo não faz mais que declarar que ‘isso é o que a psicanálise pode, no momento, oferecer para a elucidação do problema do totem’. A diferença está ligada ao fato de que os tabus ainda existem entre nós. Embora expressos sob uma forma negativa e dirigidos a um outro objeto, não diferem, em sua natureza psicológica, do ‘imperativo categórico’ de Kant, que opera de uma maneira compulsiva e rejeita quaisquer motivos conscientes. O totemismo, pelo

contrário, é algo estranho aos nossos sentimentos contemporâneos - uma instituição social-religiosa que foi há muito tempo relegada como realidade e substituída por formas mais novas. Deixou atrás de si apenas levíssimos vestígios nas religiões, maneiras e costumes dos povos civilizados da atualidade e foi submetido a modificações de grande alcance mesmo entre as raças, sobre as quais ainda exerce influência. Os progressos sociais e técnicos da história humana afetaram os tabus muito menos que os totens.

Faz-se neste livro uma tentativa de deduzir o significado original do totemismo dos seus vestígios remanescentes na infância - das insinuações dele que emergem no decorrer do desenvolvimento de nossos próprios filhos. A estreita conexão entre totens e tabus nos leva um passo à frente no sentido da hipótese apresentada nestas páginas e se, no final, a hipótese parecer altamente improvável, essa falha não constituirá argumento contra a possibilidade de aproximá-la mais ou menos estreitamente da realidade tão difícil de reconstruir.

ROMA, setembro de 1913.

PREFÁCIO À TRADUÇÃO HEBRAICA

Nenhum leitor [da versão hebraica] deste livro achará fácil colocar-se na posição emocional de um autor que é ignorante da linguagem da sagrada escritura, completamente alheio à religião de seus pais - bem como a qualquer outra religião - e não pode partilhar de ideais nacionalistas, mas que, no entanto, nunca repudiou seu povo, que sente ser, em sua natureza essencial, um judeu e não tem nenhum desejo de alterar essa natureza. Se lhe fosse formulada a pergunta: ‘Desde que abandonou todas essas características comuns a seus compatriotas, o que resta em você de judeu?’, responderia: ‘Uma parte muito grande e, provavelmente a própria essência’. Não poderia hoje expressar claramente essa essência em palavras, mas algum dia, sem dúvida, ela se tornará acessível ao espírito científico.

Assim, constitui experiência de um tipo muito especial para esse autor um livro seu ser traduzido para a língua hebraica e colocado nas mãos de leitores para quem esse idioma histórico é uma língua viva; um livro, além disso, que trata da origem da religião e da moralidade, embora não adote um ponto de vista judaico e não faça exceções em favor do povo judeu. O autor espera, contudo, estar de acordo com seus leitores na convicção de que a ciência sem preconceitos não pode permanecer estranha ao espírito do novo judaísmo.

VIENA, dezembro de 1930.

I - O HORROR AO INCESTO

O homem pré-histórico, nas várias etapas de seu desenvolvimento, nos é conhecido através dos monumentos e implementos inanimados que restaram dele, através das informações sobre sua arte, religião e atitude para com a vida - que nos chegaram diretamente ou por meio de tradição transmitida pelas lendas, mitos e contos de fadas -, e através das relíquias de seu modo de pensar que sobrevivem em nossas maneiras e costumes. À parte disso, porém, num certo sentido, ele ainda é nosso contemporâneo. Há homens vivendo em nossa época que, acreditamos, estão muito próximos do homem primitivo, muito mais do que nós, e a quem, portanto, consideramos como seus herdeiros e representantes diretos. Esse é o nosso ponto de vista a respeito daqueles que descrevemos como selvagens ou semi-selvagens; e sua vida mental deve apresentar um interesse peculiar para nós, se estamos certos quando vemos nela um retrato bem conservado de um primitivo estágio de nosso próprio desenvolvimento.

Se essa suposição for correta, uma comparação entre a psicologia dos povos primitivos, como é vista pela antropologia social, e a psicologia dos neuróticos, como foi revelada pela psicanálise, está destinada a mostrar numerosos pontos de concordância e lançará nova luz sobre fatos familiares às duas ciências.

Tanto por razões externas como internas, escolherei como base dessa comparação as tribos que foram descritas pelos antropólogos como sendo dos selvagens mais atrasados e miseráveis, os aborígenes da Austrália, o continente mais jovem, em cuja fauna também podemos ainda observar muita coisa que é arcaica e já pereceu em outras regiões.

Os aborígenes australianos são considerados uma raça distinta, sem apresentar relação física nem lingüística com seus vizinhos mais próximos, os povos melanésio, polinésio e

malaio. Eles não constroem casas, nem abrigos permanentes; não cultivam o solo; não criam animais domésticos, a exceção do cão; não conhecem nem mesmo a arte da cerâmica. Vivem inteiramente da carne dos animais que caçam e das raízes que arrancam. Reis e chefes são desconhecidos entre eles; os assuntos comuns são decididos por um conselho de anciões. É altamente duvidoso que se lhes possa atribuir qualquer religião moldada na adoração de seres superiores. As tribos do interior do continente, que têm de lutar contra condições de existência mais árduas em virtude da escassez de água, parecem ser, sob todos os aspectos, mais primitivas do que as que vivem perto da costa.

Naturalmente não era de se esperar que a vida sexual desses canibais pobres e desnudos fosse moral no nosso sentido ou que seus instintos sexuais estivessem sujeitos a um elevado grau de qualquer restrição. Entretanto, verificamos que eles estabelecem para si próprios, com o maior escrúpulo e o mais severo rigor, o propósito de evitar relações sexuais incestuosas. Na verdade, toda a sua organização social parece servir a esse intuito ou estar relacionada com a sua consecução.

Entre os australianos, o lugar das instituições religiosas e sociais que eles não têm é ocupado pelo sistema do 'totemismo'. As tribos australianas subdividem-se em grupos menores, ou clãs, cada um dos quais é denominado segundo o seu totem. *O que é um totem? Via de regra é um animal (comível e inofensivo, ou perigoso e temido) e mais raramente um vegetal ou um fenômeno natural (como a chuva ou a água), que mantém relação peculiar com todo o clã.* Em primeiro lugar, o totem é o antepassado comum do clã; ao mesmo tempo, é o seu espírito guardião e auxiliar, que lhe envia oráculos, e embora perigoso para os outros, reconhece e poupa os seus próprios filhos. Em compensação, os integrantes do clã estão na obrigação sagrada (sujeita a sanções automáticas) de não matar nem destruir seu totem e evitar comer sua carne (ou tirar proveito dele de outras maneiras). O caráter totêmico é inerente, não apenas a algum animal ou entidade individual, mas a todos os indivíduos de uma determinada classe. De tempos em tempos, celebram-se festivais em que os integrantes do clã representam ou imitam os movimentos e atributos de seu totem em danças cerimoniais.

O totem pode ser herdado tanto pela linha feminina quanto pela masculina. É possível que originalmente o primeiro método de descendência predominasse em toda parte e só subseqüentemente fosse substituído pelo último. A relação de um australiano com seu totem é a base de todas as suas obrigações sociais: sobrepõe-se à sua filiação tribal e às suas relações consangüíneas.

O totem não está vinculado a um determinado lugar. Os integrantes do clã distribuem-se por diferentes localidades e vivem pacificamente, lado a lado, com membros de outros clãs totêmicos.

E chegamos agora, por fim, à característica do sistema totêmico que atraiu o interesse dos psicanalistas. Em quase todos os lugares em que encontramos totens, encontramos também *uma lei contra as relações sexuais entre pessoas do mesmo totem e, conseqüentemente, contra o seu casamento*. Trata-se então da ‘exogamia’, uma instituição relacionada com o totemismo.

Esta proibição é notável por sua severa obrigatoriedade. Não existia nada no conceito ou atributos do totem que até agora mencionei que nos levasse a prevê-la, de maneira que é difícil compreender como ela veio a se tornar parte do sistema totêmico. Não é de surpreender, portanto, que alguns investigadores suponham na realidade, que a exogamia originalmente - nos primeiros tempos e em seu verdadeiro significado - nada tivesse a ver com o totemismo, mas se tivesse vinculado a ele (sem existir qualquer conexão subjacente) em uma época em que as restrições matrimoniais tornaram-se necessárias. Se bem que isto seja possível, o fato é que a ligação entre totemismo e exogamia existe, sendo indiscutivelmente uma ligação muito firme.

Algumas outras considerações tornarão mais claro o significado desta proibição:

(a) A violação da proibição não é deixada ao que se poderia chamar de punição ‘automática’ das partes culpadas, como no caso de outras proibições totêmicas, tal como a existente contra a morte do animal totem. É vingada da maneira mais enérgica por todo o clã, como se fosse uma questão de impedir um perigo que ameaça toda a comunidade ou como se se tratasse de alguma culpa que a estivesse pressionando. Algumas citações de Frazer (1910, 1, 54) demonstrarão quão severamente essas transgressões são tratadas por selvagens que, sob outros aspectos, estão longe de serem morais segundo nossos padrões:

‘Na Austrália, a penalidade comum para as relações sexuais com uma pessoa de um clã proibido é a morte. Não importa se a mulher é do mesmo grupo local ou foi capturada de outra tribo, durante a guerra; o homem do clã impróprio que a usar como esposa é perseguido e morto por seus irmãos de clã, assim como a mulher; embora, em alguns casos, se os transgressores conseguem evitar a captura por um certo tempo, a ofensa possa ser perdoada. Na tribo Ta-ta-thi, da Nova Gales do Sul, nos raros casos em que ocorre, o homem é morto, mas a mulher é apenas espancada ou perfurada por lanças, ou ambas as coisas, até ficar quase morta; sendo a razão alegada para não chegar a matá-la o fato de, provavelmente, ter sido coagida. Mesmo em namoros ocasionais, as proibições do clã são estritamente observadas; todas as suas violações “são encaradas com a maior repulsa e punidas com a morte”.’ [Citado de Cameron 1885, 351.]

(b) Desde que o mesmo castigo severo é infligido a casos amorosos passageiros que não resultaram em filhos, parece improvável que as razões para a proibição sejam de natureza prática.

(c) Uma vez que os totens são hereditários não mutáveis pelo casamento, é fácil acompanhar as conseqüências da proibição. Por exemplo: onde a descendência se faz pela linha feminina, se um homem do totem canguru casar-se com uma mulher do totem emu, todos os filhos, tanto os rapazes como as meninas, pertencerão ao clã emu. Assim os regulamentos totêmicos tornarão impossível a um filho desse casamento manter relações sexuais incestuosas com sua mãe ou irmãs, que são emus como ele próprio.

(d) Um pouco mais de reflexão, porém, demonstrará que a exogamia vinculada ao totem realiza mais (e, assim, *visa a* mais) do que a prevenção do incesto com a própria mãe e irmãs. Torna impossível ao homem as relações sexuais com todas as mulheres de seu próprio clã (ou seja, com um certo número de mulheres que não são suas parentas consangüíneas), tratando-as como se *fossem* parentes pelo sangue. À primeira vista, é difícil perceber a justificativa psicológica desta restrição tão ampla, que vai muito além de qualquer comparação com os povos civilizados. Pode-se depreender dela, porém, que o papel desempenhado pelo totem como antepassado comum é tomado muito a sério. Todos os que descendem do mesmo totem são parentes consangüíneos. Formam uma família única e, dentro dela, mesmo o mais distante grau de parentesco é encarado como impedimento absoluto para as relações sexuais.

Vemos, então, que esses selvagens têm um horror excepcionalmente intenso ao incesto, ou são sensíveis ao assunto num grau fora do comum, e que aliam isso a uma peculiaridade que permanece obscura para nós: a de substituir o parentesco consangüíneo real pelo parentesco totêmico. Este último contraste, contudo, não deve ser exagerado em excesso e devemos nos lembrar que as proibições totêmicas incluem a proibição contra o incesto verdadeiro como um caso especial.

O enigma de como a família verdadeira veio a ser substituída pelo clã totêmico talvez deva permanecer insolúvel até que a natureza do próprio totem possa ser explicada. Ao mesmo tempo, é de se observar que se existisse um certo grau de liberdade de relações sexuais fora do casamento, o parentesco de sangue e, conseqüentemente, a proibição do incesto, tornar-se-iam tão incertos que a proibição teria necessidade de uma base mais ampla. Em conseqüência disso, é digno de nota que os costumes australianos, em certas situações sociais e durante certos festejos, permitam a quebra dos direitos conjugais exclusivos de um homem sobre a sua mulher.

A linguagem dessas tribos australianas apresenta uma peculiaridade que sem dúvida alguma tem relação com o que estamos tratando: os termos por elas empregados para expressar os diversos graus de parentesco não denotam uma relação entre dois indivíduos, mas sim entre um indivíduo e um grupo. Foi isto que L. H. Morgan [1877] denominou de sistema 'classificatório' de parentesco. Assim, um homem utiliza o termo 'pai' não apenas para o seu verdadeiro genitor, mas também para todos os outros homens com quem sua mãe

poderia ter-se casado, de acordo com a lei tribal, e que, desse modo, poderiam tê-lo gerado. Emprega o termo 'mãe' não apenas para a mulher de quem na realidade nasceu, mas também para todas as outras mulheres que lhe poderiam ter dado à luz sem transgredir a lei da tribo; usa as expressões 'irmão' e 'irmã' não somente para os filhos de seus pais verdadeiros, mas também para os filhos de todas aquelas pessoas com quem mantém uma relação de pais, no sentido classificatório, e assim por diante. Desse modo, os termos de parentesco que dois australianos mutuamente se aplicam não indicam necessariamente qualquer consangüinidade, como os nossos indicariam: representam relacionamentos sociais mais do que físicos. Algo que se aproxima do sistema classificatório pode ser encontrado entre nós, quando as crianças são incentivadas a referir-se aos amigos dos pais como 'tio' ou 'tia' ou quando, falando num sentido metafórico, dizemos 'irmãos em Apolo' ou 'irmãs em Cristo'.

Embora este uso de palavras nos surpreenda e pareça tão confuso, será facilmente compreendido se o encararmos como uma sobrevivência da instituição matrimonial que o Rev. L. Fison chamou de 'casamento de grupo' e que consiste num certo número de homens exercer direitos conjugais sobre um certo número de mulheres. Os filhos desse casamento grupal justificadamente considerar-se-iam então uns aos outros como irmãos e irmãs (embora não houvessem todos nascido da mesma mãe) e veriam todos os homens do grupo como pais.

Embora alguns autores, como Westermarck (1901) tenham discutido as conclusões que outros tiraram da existência do sistema classificatório de parentesco, os que têm maior familiaridade com os nativos australianos concordam em considerar esse sistema como uma sobrevivência dos dias do casamento grupal. Na verdade, de acordo com Spencer e Gillen (1899) [64], uma certa forma de casamento de grupo existe ainda hoje nas tribos arabuna e dieri. O matrimônio grupal precedeu, dessa maneira, o casamento individual entre esses povos e, depois do seu desaparecimento, restaram dele traços definidos tanto na linguagem quanto nos costumes.

Mas, uma vez que tenhamos colocado o matrimônio de grupo no lugar do casamento individual, o grau visivelmente excessivo de evitação de incesto com que nos deparamos entre esses mesmos povos se torna inteligível. A exogamia totêmica, ou seja, a proibição de relações sexuais entre os membros do mesmo clã, parece ter constituído o meio apropriado para impedir o incesto grupal; dessa maneira, estabeleceu-se e persistiu muito tempo após a sua *raison d'être* haver cessado.

Pode parecer que descobrimos assim os motivos que levaram os nativos australianos a estabelecer suas restrições matrimoniais, mas vamos agora saber que o estado de coisas real revela uma complexidade muito maior e, à primeira vista, desconcertante, porque existem poucas raças na Austrália em que a barreira totêmica constitua a única proibição. A maioria delas está organizada de maneira a incidir em duas divisões, conhecidas como classes

matrimoniais ou ‘fratrias’. Cada uma destas fratrias é exógama e abrange um certo número de clãs totêmicos. Via de regra, cada fratria é ainda subdividida em duas ‘subfratrias’, com a tribo inteira achando-se assim dividida em quatro e as subfratrias sendo intermediárias entre as fratrias e os clãs totêmicos.



Aqui os doze clãs totêmicos estão divididos em quatro subfratrias e duas fratrias. Todas as divisões são exógamas. As subfratrias c e e e formam uma unidade exógama e assim também as subfratrias d e f. O resultado (e, portanto, o objetivo) destas disposições não pode ser posto em dúvida: elas ocasionam uma restrição ainda maior sobre a escolha de casamento e a liberdade sexual. Suponhamos que cada clã possua um número igual de membros. Então, se apenas existissem os doze clãs totêmicos, cada membro de um clã teria de efetuar sua escolha entre 11/12 de todas as mulheres da tribo. A existência de duas fratrias reduz sua escolha a 6/12 ou 1/2, porque um homem do totem a só pode casar-se com uma mulher dos totens 1 a 6. Com a introdução das quatro subfratrias, sua escolha é ainda reduzida a 3/12 ou 1/4, porque, neste caso, um homem do totem fica restrito, em sua escolha de esposa, a uma mulher dos totens 4, 5 ou 6.

A relação histórica entre as classes matrimoniais (que, em algumas tribos, chegam a oito) e os clãs totêmicos é completamente obscura. É simplesmente evidente que estas disposições visam ao mesmo objetivo que a exogamia totêmica e o levam ainda mais longe. Entretanto, enquanto a exogamia totêmica dá a impressão de ser uma ordenação sagrada de origem desconhecida - em suma, de ser um costume - a complicada instituição das classes matrimoniais, com suas subdivisões e os regulamentos que a elas se vinculam, parece mais o resultado de uma legislação deliberada, que pode talvez ter-se encarregado de assumir a prevenção do incesto, em virtude do declínio da influência do totem. E, enquanto o sistema totêmico é, como sabemos, a base de todas as outras obrigações sociais e restrições morais da tribo, a significação das fratrias em geral parece não estender-se além da regulamentação da escolha matrimonial, que é seu objetivo.

O sistema de classes matrimoniais, em seus desenvolvimentos mais avançados, testemunha um empenho de ir além da prevenção do incesto natural e de grupo e de proibir o casamento entre grupos de parentes ainda mais distantes. Nisto assemelha-se à Igreja Católica, que estendeu a antiga proibição contra o matrimônio entre irmãos e irmãs ao casamento entre os que são meramente parentes espirituais [padrinhos, madrinhas e afilhados]. (Cf. Lang. 1910-

Foge ao objetivo do nosso estudo o exame pormenorizado das discussões extraordinariamente complexas e obscuras acerca da origem e significação das classes matrimoniais e sua relação com o totem. Para o fim que temos em vista, é suficiente chamar a atenção para a grande preocupação que têm os australianos, e outros povos selvagens, com a prevenção do incesto. Tem-se de admitir que esses selvagens são ainda mais sensíveis à questão do que nós. Estão provavelmente mais sujeitos à tentação de cometê-lo e, por essa razão, necessitam de maior proteção.

Mas o horror ao incesto demonstrado por esses povos não se satisfaz com a criação das instituições que descrevi e que parecem dirigir-se principalmente ao incesto grupal. Temos de acrescentar-lhes um certo número de ‘costumes’ que regulam as relações dos indivíduos com os seus parentes próximos, em nosso sentido do termo, costumes que são literalmente forçados com severidade religiosa e cujo intuito mal pode ser posto em dúvida. Esses costumes ou proibições costumeiras foram denominados de ‘evitações’. Estendem-se muito além das raças totêmicas da Austrália, porém mais uma vez devo pedir aos meus leitores para se contentarem com um extrato fragmentário, tirado do copioso material existente.

Na Melanésia, proibições restritivas desse tipo regulam as relações do menino com a mãe e irmãs. Assim, por exemplo, na Ilha dos Leprosos, uma das Novas Hébridas, quando um menino chega a uma certa idade, deixa de morar em casa e se aloja na ‘casa comum’, onde passa a comer e dormir regularmente. Pode ainda ir à casa do pai pedir comida, mas, se alguma irmã estiver em casa, terá de ir embora antes de comer. Se nenhuma irmã lá estiver, poderá sentar-se perto da porta e comer. Se, por acaso, um irmão e uma irmã, se encontrarem ao ar livre, ela terá de fugir correndo ou esconder-se. Se um menino souber que certas pegadas na estrada são de sua irmã, não as seguirá, como ela também não seguirá as dele. Na realidade, nem sequer pronuncia o nome dela e uma palavra comum, se fizer parte desse nome. Esta evitação começa com as cerimônias da puberdade e se mantém durante toda a vida. A reserva entre o filho e a mãe aumenta à medida que o menino cresce, sendo muito maior da parte dela que da dele. Se a mãe lhe traz comida, não a entrega diretamente, coloca-a no chão para que ele a apanhe. No diálogo não o trata por tu, usa as formas mais cerimoniais do plural.

Costumes semelhantes predominam na Nova Caledônia. Se acontece um irmão e uma irmã encontrarem-se num caminho, a irmã esconde-se dentro do mato e o irmão passa sem virar a cabeça.

Entre os nativos da Península Gazelle, na Nova Bretanha, não é permitido que uma moça, depois de casada, converse com o irmão; ela nunca pronuncia o nome dele; designa-o por outra palavra.

Em New Mecklenburg, os primos de certos graus estão sujeitos a restrições semelhantes às estabelecidas para irmãos e irmãs. Não podem aproximar-se um do outro, apertar-se as mãos, nem presentear-se, sendo-lhes permitido porém falar-se a distância de alguns passos. A penalidade para o incesto com uma irmã é a morte por enforcamento.

Em Fiji, essas regras de evitação são particularmente rigorosas; atingem não somente as irmãs de sangue, mas também as irmãs tribais. É de espantar-nos como o mais misterioso de tudo que estes mesmos selvagens realizem orgias sagradas, nas quais precisamente os de graus de parentesco proibido procuram ter relações sexuais - isto é, misterioso a menos que vejamos o contraste como uma explicação da proibição.

Entre os batas da Sumatra, as regras de evitação aplicam-se a todos os parentes próximos. 'Um bata, por exemplo, acharia chocante que um irmão acompanhasse a irmã a uma festa noturna. Mesmo na presença de terceiros, um irmão e uma irmã batas sentem-se pouco à vontade. Se um entra em casa, o outro sai. Além disso, o pai nunca pode ficar sozinho com a filha em casa, nem a mãe com o filho (...) O missionário holandês que narra esses costumes acrescenta que sente muito dizer, mas pelo que conhece dos batas, acha que a manutenção da maioria dessas regras é muito necessária.' Para essas pessoas um encontro a sós entre um homem e uma mulher conduz naturalmente a uma intimidade imprópria entre eles. E, desde que acreditam que as relações sexuais entre parentes próximos acarretarão castigos e calamidades de todos os tipos, têm razão em evitar qualquer tentação de transgredir essas proibições.

Muito curioso é que entre os barongos de Delagoa Bay, na África do Sul, as regras mais estritas afetam as relações de um homem com sua cunhada, a esposa do irmão de sua mulher. Se encontra essa pessoa temível em alguma parte, cuidadosamente a evita. Não come no mesmo prato que ela, dirige-lhe a palavra com constrangimento, não se aventura a ir à sua choupana e a cumprimenta com voz trêmula.

Uma regra de evitação que era de se esperar fosse encontrada com mais frequência funciona entre os a-kambas (ou wakambas), da África Oriental Inglesa. Uma moça tem de evitar o pai no período que vai da puberdade ao casamento. Se se encontram na estrada, esconde-se enquanto ele passa, e nunca pode sentar-se perto dele. Isso vigora até o noivado. Depois do casamento já não mais terá de evitar o pai.

Sem sombra de dúvida, a evitação mais difundida e rigorosa (e a mais interessante, do ponto de vista das raças civilizadas) é a que impede as relações de um homem com a sogra. É bastante generalizada na Austrália e estende-se também à Melanésia, Polinésia e às raças negras da África, onde quer que traços de totemismo e do sistema classificatório de parentesco sejam encontrados e provavelmente mais além ainda. Em alguns desses lugares existem proibições semelhantes quanto a relações inocentes entre uma mulher e o sogro, mas são muito menos comuns e severas. Em alguns casos isolados, ambos os sogros acham-se

sujeitos à evitação. Desde que estamos menos interessados na extensão etnográfica dessa evitação do que em sua substância e objetivo, mais uma vez vou restringir-me a citar alguns exemplos.

Entre os melanésios das Ilhas Banks, ‘essas regras de evitação são muito severas e minuciosas. Um homem não deve chegar perto da mãe de sua esposa, nem ela dele. Se acontece os dois se encontrarem num caminho, a mulher se desvia e fica de costas até que ele tenha passado ou, talvez, se for mais conveniente, será ele que se afastará do caminho. Em Vanua Lava, em Port Patteson, um homem só pode seguir a sogra ao longo da praia depois que a maré crescente tenha lavado suas pegadas da areia. Não obstante, o genro e a sogra podem falar-se a uma certa distância, mas uma mulher em nenhuma circunstância menciona o nome do marido de sua filha, nem ele o dela’.

Nas Ilhas Salomão, após o casamento, o genro não pode ver nem conversar com a sogra. Se a encontrar, não deve reconhecê-la; deve fugir e esconder-se o mais depressa possível.

Entre os bantos orientais, ‘o costume exige que o homem “tenha vergonha” da mãe de sua esposa, isto é, que se esquive deliberadamente à sua companhia. Não deve entrar na mesma cabana que ela e se por acaso se encontrarem num caminho, um ou outro volta-se para o lado, ela talvez escondendo-se por trás de um arbusto, enquanto ele oculta o rosto com o escudo. Se não puderem evitar-se assim e a sogra não tiver nada com que se cobrir, amarra um talo de capim em volta da cabeça, como símbolo de evitação cerimonial. Toda comunicação entre os dois - seja através de terceiros, seja gritando um para o outro a uma certa distância -, tem de ter alguma barreira interposta entre eles, como p. ex., a cerca do *kraal*. Não podem nem mesmo pronunciar o nome próprio um do outro’. (Frazer, 1910, 2, 385.)

Entre os basogas, povo banto que vive na região das nascentes do Nilo, o homem só pode falar com a sogra quando ela se encontra noutra peça e fora de vista. Incidentalmente, esses povos têm um tal horror ao incesto que o punem mesmo quando ocorre entre os animais domésticos. (Frazer, 1910, 2, 461.)

Embora não possa haver dúvida quanto ao intuito e à significação das outras evitações entre parentes próximos e elas sejam universalmente consideradas como medidas protetoras contra o incesto, as proibições que afetam as relações entre genro e sogra receberam outra interpretação de certos grupos. Foi com justiça considerado incompreensível que todos esses diferentes povos sentissem um medo tão grande da tentação apresentada a um homem por uma mulher idosa, que poderia ser, mas de fato não era, sua mãe. (Crawley, 1902, 405.)

Essa objeção foi também levantada contra o ponto de vista apresentado por Fison [Fison e Howitt, 1880, 104]. Salientou ele que certos sistemas de classes matrimoniais apresentavam lacunas, em consequência das quais o casamento entre genro e sogra não era teoricamente

impossível. Por essa razão, sugeriu, tornou-se necessária uma garantia especial contra essa possibilidade.

Sir John Lubbock (1870 [84 e seg.]) atribuiu a origem da atitude da sogra para com o genro à instituição do ‘casamento por captura’. ‘Quando a captura era uma realidade’, escreveu, ‘a indignação dos genitores também seria real; quando tornou-se um mero símbolo, a ira paterna seria também simbolizada e continuada mesmo após a sua origem ter sido esquecida.’ Crawley [1902, 406] não tem dificuldade em demonstrar quão insuficientemente essa tentativa de explicação abrange os pormenores dos fatos observados.

Tylor [1889, 246 e seg.] acredita que o tratamento dado ao genro pela sogra constitui simplesmente uma forma de ‘cortar relações’ ou de não-reconhecimento pela família da esposa: o homem é encarado como um ‘estranho’ até nascer o primeiro filho. Em primeiro lugar, contudo, a proibição nem sempre termina quando isto acontece. Porém, independentemente disso, pode-se objetar que esta explicação não lança luz sobre o fato de a proibição centralizar-se particularmente na figura da *sogra*, ou seja, que a explicação despreza o fator sexo. Ademais, não leva em conta a atitude de horror religioso expressa na proibição. (Crawley, 1902, 407.)

Uma mulher zulu, interrogada sobre o fundamento da proibição, deu a resposta sensata: ‘Não é direito que ele veja os seios que amamentaram sua esposa’.

Como sabemos, as relações entre genro e sogra são também um dos pontos delicados da organização familiar nas comunidades *civilizadas*. Essa relação não está mais sujeita a regras de evitação no sistema social dos povos brancos da Europa e da América, mas muitas discussões e desentendimentos poderiam freqüentemente ser eliminados se a evitação ainda existisse como um costume e não tivesse de ser recriada pelos indivíduos. Poderá ser encarado por alguns europeus como um ato de alta sabedoria por parte desses selvagens terem impedido inteiramente, através de suas regras de evitação, qualquer contato entre duas pessoas colocadas em relação tão chegada uma com a outra. Quase não comporta dúvida o fato de que alguma coisa na relação psicológica da sogra com o genro cria hostilidade entre eles e torna difícil a convivência. Mas o fato de que nas sociedades civilizadas as sogras sejam tema constante de piadas parece-me sugerir que a relação emocional em jogo inclui componentes nitidamente contrastantes, ou seja, acredito que esta relação seja na realidade uma relação ‘ambivalente’, composta de impulsos conflitantes afetuosos e hostis.

Alguns desses impulsos são bastante óbvios. Do lado da sogra, temos a relutância em abrir mão da posse da filha, a desconfiança do estranho a quem esta é entregue, um impulso de manter a posição dominante que ocupou em sua própria casa. Do lado do genro, há a determinação de não se submeter mais à vontade de outrem, o ciúme de alguém que possuiu a afeição de sua esposa antes dele e, por fim, mas não em último lugar, a resistência a algo

que interfere na supervalorização ilusória originada de seus sentimentos sexuais. A figura da sogra geralmente causa essa interferência porque tem muitas características que lhe lembram a filha e, não obstante, carece de todos os encantos de juventude, beleza e frescor espiritual que fazem da sua esposa uma pessoa atraente para ele.

Mas podemos apresentar outros motivos que não estes, graças ao conhecimento dos impulsos mentais ocultos que adquirimos no exame psicanalítico dos seres humanos. Uma mulher cujas necessidades psicosexuais deveriam encontrar satisfação no casamento e na vida de família é muitas vezes ameaçada pelo perigo de ficar insatisfeita porque sua relação matrimonial chegou a um fim prematuro e por causa da monotonia de sua vida emocional. Uma mãe, à medida que envelhece, se salva disso colocando-se a si própria no lugar dos filhos, identificando-se com eles; e isso ela o faz tornando suas as experiências emocionais deles. Diz-se que os pais mantêm-se jovens através dos filhos e esse é, na verdade, um dos proveitos psicológicos mais preciosos que os pais tiram dos filhos. Quando um casamento é estéril, a mulher perde uma das coisas que mais lhe poderiam ajudar a suportar a resignação que o casamento exige dela. A identificação simpática da mãe com a filha pode facilmente ir tão longe que ela própria se apaixone pelo homem que a filha ama e, em exemplos extremos, isto pode levar a formas graves de doença neurótica, como resultado das violentas lutas mentais contra esta situação emocional. De qualquer modo, acontece muito freqüentemente uma sogra estar sujeita a um *impulso* para este tipo de paixão e este próprio impulso ou uma inclinação oposta são acrescidas ao tumulto das forças conflitantes em sua mente. E muitas vezes os componentes cruéis e sádicos de seu amor são dirigidos para o genro, a fim de que os afetuosos e proibidos possam ser mais severamente suprimidos.

A relação do homem com a sogra é complicada por impulsos similares, embora venham de outra fonte. Descobre-se geralmente que ele escolheu a mãe como objeto de amor, e talvez a irmã também, antes de chegar à escolha final. Por causa da barreira que existe contra o incesto, seu amor é desviado das duas figuras sobre quem sua afeição se centralizava na infância para um objeto externo modelado sobre elas. O lugar de sua própria mãe, que é também mãe de sua irmã, é assumido pela sogra. Ele tem um impulso a recair em sua escolha original, embora tudo nele lute contra isso. Seu horror ao incesto insiste em que a história genealógica da sua escolha de um objeto para amar não deve ser relembrada. Seu repúdio a este impulso é facilitado também pelo ato de ser a sogra apenas uma figura contemporânea; ele não a conheceu durante toda a vida, de modo que não existe uma representação imutável dela preservada em seu inconsciente. Um resquício de irritabilidade e malevolência que pode estar presente na miscelânea de seus sentimentos leva-nos a suspeitar que ela realmente lhe oferece uma tentação ao incesto e isto é confirmado pelo fato não muito raro do homem apaixonar-se abertamente pela mulher que virá posteriormente a ser sua sogra, antes de transferir seu amor para a filha dela.

Não vejo em que se possa ser contra a pressuposição de que é precisamente este fator incestuoso na relação que motiva os selvagens a estabelecer regras de evitação entre genro e

sogra. Assim, a explicação que devemos adotar para essas evitações estritamente obrigatórias entre os povos primitivos é a apresentada por Fison (ver em [1]), que as encara simplesmente como uma proteção a mais contra o possível incesto. A mesma explicação é válida para todas as outras evitações, tanto entre relações consangüíneas como tribais. A única diferença seria que, no caso do parentesco de sangue, a possibilidade de incesto é imediata e a intenção de preveni-lo pode ser consciente. Nos outros casos, inclusive no das relações do genro com a sogra, a possibilidade de incesto parece ser uma tentação na fantasia, mobilizada pela ação de laços vinculantes inconscientes.

Nas páginas precedentes não houve muita oportunidade de demonstrar como uma nova luz pode ser lançada sobre os fatos da psicologia social pela adoção de um método psicanalítico de abordagem, pois o horror ao incesto apresentado pelos selvagens já foi há muito tempo identificado como tal e dispensa interpretações adicionais. Tudo o que pude acrescentar à nossa compreensão dele foi dar ênfase ao fato de que se trata fundamentalmente de uma característica *infantil*, e que revela uma notável concordância com a vida mental dos pacientes neuróticos. A psicanálise nos ensinou que a primeira escolha de objetos para amar feita por um menino é incestuosa e que esses são objetos proibidos: a mãe e a irmã. Estudamos também a maneira pela qual, à medida que cresce, ele se liberta dessa atração incestuosa. Um neurótico, por outro lado, apresenta invariavelmente um certo grau de infantilismo psíquico; ou falhou em libertar-se das condições psicosexuais que predominavam em sua infância ou a elas retornou; duas possibilidades que podem ser resumidas como inibição e regressão no desenvolvimento. Assim, as fixações incestuosas da libido continuam (ou novamente começam) a desempenhar o papel principal em sua vida mental inconsciente. Chegamos ao ponto de considerar a relação de uma criança com os pais, dominada como é por desejos incestuosos, como o complexo nuclear das neuroses. Esta revelação da importância do incesto na neurose é naturalmente recebida com ceticismo geral pelos adultos e pelas pessoas normais. Descrença semelhante verifica-se, por exemplo, inevitavelmente em relação às obras de Otto Rank [p. ex., 1907 e 1912], que ainda trouxeram mais provas para demonstrar até onde o interesse dos escritores criativos centraliza-se em torno do tema do incesto e como o mesmo assunto, em inúmeras variações e deformações, constitui o tema geral da poesia. Somos levados a acreditar que essa rejeição é, antes de tudo, um produto da aversão que os seres humanos sentem pelos seus primitivos desejos incestuosos, hoje dominados pela repressão. Por conseguinte, não é de pouca importância que possamos mostrar que esses mesmos desejos incestuosos, que estão destinados mais tarde a se tornarem inconscientes, sejam ainda encarados pelos povos selvagens como perigos imediatos, contra os quais as mais severas medidas de defesa devem ser aplicadas.

II - TABU E AMBIVALÊNCIA EMOCIONAL

(1)

‘Tabu’ é um termo polinésio. É difícil para nós encontrar uma tradução para ele, desde que não possuímos mais o conceito que ele conota. A palavra era ainda corrente entre os

antigos romanos, cujo *'sacer'* era o mesmo que o *'tabu'* polinésio. Também o *'ayos'*, dos gregos e o *'kadesh'* dos hebreus devem ter tido o mesmo significado expressado em *'tabu'* pelos polinésios e, em termos análogos, por muitas outras raças da América, África (Madagascar) e da Ásia Setentrional e Central.

O significado de *'tabu'*, como vemos, diverge em dois sentidos contrários. Para nós significa, por um lado, *'sagrado'*, *'consagrado'*, e, por outro, *'misterioso'*, *'perigoso'*, *'proibido'*, *'impuro'*. O inverso de *'tabu'* em polinésio é *'noa'*, que significa *'comum'* ou *'geralmente acessível'*. Assim, *'tabu'* traz em si um sentido de algo inabordável, sendo principalmente expresso em proibições e restrições. Nossa acepção de *'temor sagrado'* muitas vezes pode coincidir em significado com *'tabu'*.

As restrições do tabu são distintas das proibições religiosas ou morais. Não se baseiam em nenhuma ordem divina, mas pode-se dizer que se impõem por sua própria conta. Diferem das proibições morais por não se enquadrarem em nenhum sistema que declare de maneira bem geral que certas abstinências devem ser observadas e apresente motivos para essa necessidade. As proibições dos tabus não têm fundamento e são de origem desconhecida. Embora sejam ininteligíveis para nós, para aqueles que por elas são dominados são aceitas como coisa natural.

Wundt (1906, 308) descreve o tabu como o código de leis não escrito mais antigo do homem. É suposição geral que o tabu é mais antigo que os deuses e remonta a um período anterior à existência de qualquer espécie de religião.

Desde que necessitamos de uma descrição imparcial de tabu para submetê-la ao exame psicanalítico, darei agora alguns extratos e resumos de trechos do artigo *'Tabu'*, da *Encyclopaedia Britannica* (1910-11), da autoria de Northcote W. Thomas, o antropólogo.

‘Propriamente falando, o tabu abrange apenas (a) o caráter sagrado (ou impuro) de pessoas ou coisas, (b) a espécie de proibição que resulta desse caráter, e (c) a santidade (ou impureza) que resulta de uma violação da proibição. O inverso de tabu na Polinésia é *noa* e formas correlatas, que significam “geral ou “comum” (...),

‘No sentido mais lato podem ser distinguidas várias classes de tabu: (i) naturais ou diretos, o resultado do *mana* (poder misterioso) inerente a uma pessoa ou coisa; (ii) comunicados ou indiretos, igualmente resultado do *mana*, mas (a) adquiridos ou (b) impostos por um sacerdote, chefe ou outras, pessoa; (iii) intermediários, em que ambos os

fatores estão presentes, como na apropriação de uma esposa para o marido (...)’ O termo é também aplicado a outras restrições rituais, mas o que é mais bem descrito como ‘interdição religiosa’ não deve ser referido como tabu.

‘Os objetivos do tabu são numerosos: (i) os tabus diretos visam (a) à proteção de pessoas importantes - chefes, sacerdotes etc. - e coisas, contra o mal; (b) à salvaguarda dos fracos - mulheres, crianças e pessoas comuns em geral - do poderoso *mana* (influência mágica) de chefes e sacerdotes; (c) à precaução contra os perigos decorrentes do manuseio ou entrada em contato com cadáveres, ingestão de certos alimentos etc.; (d) à guarda dos principais atos da vida - nascimento, iniciação, casamento e funções sexuais etc. contra interferências; (e) à proteção dos seres humanos contra a cólera ou poder dos deuses e espíritos; (f) à proteção de crianças em gestação e de crianças pequenas que mantêm uma ligação especialmente forte com um ou ambos os pais, das conseqüências de certas ações e mais especialmente da comunicação de qualidades que se supõem derivar de certos alimentos. (ii) Os tabus são impostos a fim de prevenir contra ladrões a propriedade de um indivíduo, seus campos, ferramentas etc. (...)’

A punição pela violação de um tabu era, sem dúvida, originalmente deixada a um agente interno automático: o próprio tabu violado se vingava. Quando, numa fase posterior, surgiram as idéias de deuses e espíritos, com os quais os tabus se associaram, esperava-se que a penalidade proviesse automaticamente do poder divino. Em outros casos, provavelmente como resultado de uma ulterior evolução do conceito, a própria sociedade encarregava-se da punição dos transgressores, cuja conduta levava seus semelhantes ao perigo. Dessa forma, os primeiros sistemas penais humanos podem ser remontados ao tabu.

‘A violação de um tabu transforma o próprio transgressor em tabu (...).’ Certos perigos provocados pela violação podem ser evitados por atos de expiação e purificação.

A fonte do tabu é atribuída a um poder mágico peculiar que é inerente a pessoas e espíritos e pode ser por eles transmitido por intermédio de objetos inanimados. ‘Pessoas ou coisas consideradas como tabu podem ser comparadas a objetos carregados de eletricidade; são a sede de um imenso poder transmissível por contato e que pode ser liberado com efeito destrutivo se os organismos que provocam sua descarga são fracos demais para resistir a ele; o resultado da violação de um tabu depende em parte da força da influência mágica inerente ao objeto ou pessoa tabu, em parte da força do *mana* antagônico do violador do tabu. Assim reis e chefes se acham possuídos de grande poder, e dirigir-se a eles diretamente significa morte para os seus súditos; mas um ministro ou outra pessoa de maior

mana que o comum podem aproximar-se deles ilesos e, por sua vez, podem ser abordados por seus inferiores sem risco (...) Do mesmo modo, os tabus indiretos dependem, quanto à sua força, do *mana* daquele que os impõe; se for um chefe ou um sacerdote, são mais poderosos que os impostos por uma pessoa comum (...).’

É sem dúvida a transmissibilidade do tabu que explica as tentativas de expulsá-lo por meio de cerimônias purificadoras adequadas.

Os tabus podem ser permanentes ou temporários. Entre os primeiros estão os ligados a sacerdotes e chefes, bem como a pessoas mortas e a qualquer coisa que lhes pertença. Os tabus temporários podem evitar estar vinculados a certos estados particulares, como a menstruação e o parto, a guerreiros antes e depois de uma expedição, ou a atividades especiais como a caça e a pesca. Um tabu geral pode ser lançado (como uma Interdição Papal) a toda uma região e poderá então durar muitos anos.

Se estou certo quanto aos sentimentos de meus leitores creio poder afirmar que apesar de tudo o que ouvirem dizer até agora sobre tabu ainda têm uma idéia muito insatisfatória do significado do termo ou de onde situá-lo em seus pensamentos. Isto se deve, sem dúvida, à insuficiência das informações que lhes dei e ao fato de ter deixado de examinar a relação entre tabu e superstição, crença em espíritos e religião. Por outro lado, receio que uma explicação mais detalhada acerca do que se sabe sobre tabu poderia ter sido ainda mais confusa, e posso assegurar-lhes que, na verdade, o assunto como um todo é altamente obscuro.

O que nos interessa, portanto, é certo número de proibições às quais esses povos primitivos estão sujeitos. Tudo é proibido, e eles não têm nenhuma idéia por quê e não lhes ocorre levantar a questão. Pelo contrário, submetem-se às proibições como se fossem coisa natural e estão convencidos de que qualquer violação terá automaticamente a mais severa punição. Ouvimos histórias dignas de fé de como qualquer violação involuntária de uma dessas proibições é de fato automaticamente punida. Um transgressor inocente, que, por exemplo, tenha comido um animal proibido, cai em profunda depressão, prevê a morte e em seguida morre de verdade. Essas proibições dirigem-se principalmente contra a liberdade de prazer e contra a liberdade de movimento e comunicação. Em alguns casos têm um significado compreensível e visam claramente a abstinências e renúncias. Mas em outros casos o motivo central é inteiramente incompreensível; estão relacionadas com detalhes triviais e parecem ser de natureza puramente cerimonial.

Por trás de todas essas proibições parece haver algo como uma teoria de que elas são necessárias porque certas pessoas e coisas estão carregadas de um poder perigoso que pode ser transferido através do contato com elas, quase como uma infecção. A *quantidade* desse atributo perigoso também desempenha seu papel. Algumas pessoas ou coisas o têm mais do

que outras e o perigo é na realidade proporcional à diferença de potencial das cargas. O fato mais estranho parece ser que qualquer um que tenha transgredido uma dessas proibições adquire, ele mesmo, a característica de ser proibido - como se toda a carga perigosa tivesse sido transferida para ele. Esse poder está ligado a todos os indivíduos *especiais*, como reis, sacerdotes, ou recém-nascidos, a todos os estados *excepcionais*, como os estados físicos da menstruação, puberdade ou nascimento, e a todas as coisas *misteriosas*, como a doença e a morte o que está associado a elas através do seu poder de infecção ou contágio.

A palavra ‘tabu’ denota tudo - seja uma pessoa, um lugar, uma coisa ou uma condição transitória - que é o veículo ou fonte desse misterioso atributo. Também denota as proibições advindas do mesmo atributo. E, finalmente, possui uma conotação que abrange igualmente ‘sagrado’ e ‘acima do comum’, bem como ‘perigoso’, ‘impuro’ e ‘misterioso’.

Essa palavra e o sistema por ela denotado dão expressão a um grupo de atitudes mentais e idéias que parecem realmente distantes de nossa compreensão. Em particular, parece não haver nenhuma possibilidade de entrarmos em contato mais íntimo com elas sem examinarmos a crença em fantasmas e espíritos que é característica desses baixos níveis de cultura.

Por que, pode-se perguntar a essa altura, devemos nos preocupar a tal ponto com esse enigma do tabu? Penso que não somente porque vale a pena tentar solucionar *qualquer* problema psicológico por ele mesmo, mas por outras razões também. Uma delas é começarmos a ver que os tabus dos selvagens polinésios, afinal de contas, não se acham tão longe de nós como estivemos inclinados a pensar, a princípio; outra é que as proibições morais e as convenções pelas quais nos regemos podem ter uma relação fundamental com esses tabus primitivos e, finalmente, porque uma explicação do tabu pode lançar luz sobre a origem obscura de nosso próprio ‘imperativo categórico’.

Em consequência disso, temos um interesse especial em conhecer os pontos de vista de um pesquisador da fama de Wilhelm Wundt sobre o tema do tabu, sobretudo porque ele promete ‘ir buscar a origem do conceito de tabu em suas raízes mais remotas’ [1906, 301].

Wundt diz desse conceito que ‘ele abrange todos os costumes nos quais é manifestado um temor de certos objetos relacionados com idéias de culto ou de ações ligadas a elas. [Ibid., 237.] E, em outro trecho: ‘Se compreendermos por ele [tabu], de acordo com o significado geral da palavra, toda proibição (seja fundamentada no uso ou no costume, seja em leis explicitamente formuladas) de tocar em um objeto ou dele fazer uso para finalidades próprias ou de empregar certas palavras proscritas (...)’ então, continua ele, não pode haver nenhuma raça ou nível de cultura que tenha escapado aos maus efeitos do tabu. [Ibid., 301.]

Wundt passa então a explicar por que lhes parece aconselhável estudar antes a natureza do tabu nas condições primitivas dos selvagens australianos do que na cultura mais elevada dos povos polinésios. [Ibid., 302]. Divide as proibições do tabu entre os australianos em três classes, conforme afetem animais, seres humanos ou outros objetos. Os tabus sobre animais, que consistem fundamentalmente em proibições de matá-los e comê-los, constituem o núcleo do *totemismo*. [Ibid., 303.] A segunda classe de tabus, os dirigidos aos seres humanos, são de uma espécie inteiramente diferente. Restringem-se, em primeiro lugar, a circunstâncias nas quais a pessoa sobre a qual o tabu é imposto se encontra numa situação inusitada. Assim os rapazes são tabu em suas cerimônias de iniciação; as mulheres, durante a menstruação e imediatamente após o parto; assim como os recém-nascidos, as pessoas enfermas e, acima de tudo, os mortos. A propriedade de um homem que faz dela uso constante é um tabu permanente para todos os outros homens: seu vestuário, suas ferramentas e armas, por exemplo. Está incluído entre as propriedades mais pessoais de um homem, na Austrália, o novo nome que recebe quando menino, em sua iniciação. É tabu e deve ser mantido em segredo. Os tabus da terceira classe, que são impostos a árvores, plantas, casas e localidades, são menos estáveis. Parecem seguir uma regra de que qualquer coisa que seja misteriosa ou provoque temor por qualquer motivo se torna sujeita a tabu. [Ibid., 304.]

As modificações apresentadas pelo tabu na cultura mais rica da Polinésia e do arquipélago malaio não são muito profundas, conforme o próprio Wundt é obrigado a admitir. As diferenças sociais mais marcantes entre esses povos encontram expressão no fato de que chefes, reis e sacerdotes exercem um tabu especialmente eficaz e estão, eles próprios, sujeitos a um tabu da maior força. [Ibid., 305-6.]

Mas, acrescenta Wundt, as verdadeiras fontes do tabu são de natureza mais profunda que os interesses das classes privilegiadas: ‘elas têm sua origem na fonte dos instintos humanos ao mesmo tempo mais primitivos e mais duradouros - no temor dos poderes “demoníacos”.’ [Ibid., 307.] ‘O tabu originariamente nada mais é que o temor objetivado do poder “demoníaco” que se acredita fazer oculto em um objeto-tabu. O tabu proíbe qualquer coisa que possa provocar esse poder e ordena que, se tive sido ferido, quer voluntária, quer involuntariamente, a vingança do demônio deve ser afastada.’ [Ibid., 308.]

Pouco a pouco, é o que tudo indica, o tabu vai-se transformando numa força com uma base própria, independente da crença em demônios. Desenvolve-se nas normas do costume e da tradição e finalmente da lei. ‘Mas a ordem não externada, subjacente a todas as proibições do tabu, com suas inúmeras variações de acordo com o tempo e o local, é originalmente uma e apenas uma: “Cuidado com a cólera dos demônios!”’ [Loc. cit.]

Wundt nos comunica a seguir que o tabu é uma expressão e um derivado da crença dos povos primitivos no poder ‘demoníaco’. Posteriormente, diz ele, libertou-se dessa raiz e continuou sendo um poder simplesmente porque era um poder - proveniente de uma espécie

de conservantismo mental. E daí por diante ele próprio tornou-se a raiz de nossos preceitos morais e de nossas leis. Embora a primeira dessas afirmações provoque pouca contradição, creio que estarei externando os pensamentos de muitos leitores quando disser que a explicação de Wundt soa como um desapontamento. Isto acontece, certamente, por ele não remontar o conceito de tabu às suas fontes ou não revelar suas raízes mais primitivas. Nem o medo nem os demônios podem ser considerados pela psicologia como as coisas ‘mais primitivas’, impenetráveis a qualquer tentativa de descobrimento de seus antecedentes. A coisa seria diferente se os demônios realmente existissem. Mas sabemos que, como os deuses, eles são criações da mente humana; foram feitos por algo e de algo.

Wundt tem importantes pontos de vista sobre a dupla significação do tabu, embora não sejam expressos com muita clareza. Segundo ele, a distinção entre ‘sagrado’ e ‘impuro’ não existia nos primórdios do tabu. Por esse mesmo motivo, esses conceitos eram, nesse período, destituídos da significação peculiar que só poderiam adquirir quando se tornassem opostos um ao outro. Animais, seres humanos ou localidades sobre os quais se impunha um tabu eram ‘demoníacos’, não ‘sagrados’, nem, por conseguinte ‘impuros’, no sentido que foi posteriormente adquirido. É precisamente esse significado neutro e intermediário - ‘demoníaco’ ou o ‘que não pode se tocado’ - que é com propriedade expresso pela palavra ‘tabu’, desde que ela ressalta uma característica que permanece comum todo o tempo, tanto para o que é sagrado como para o que é impuro: o temor do contato com ele. A persistência, contudo, dessa importante característica comum é ao mesmo tempo prova de que o campo abrangido pelos dois era originariamente um só e que foi apenas como resultado de influências ulteriores que se tornou diferenciado e acabou por se desenvolver em opostos. [Ibid., 309.]

De acordo com Wundt, esta característica original do tabu - a crença num poder ‘demoníaco’ que jaz oculto num objeto e que, se este for tocado ou utilizado ilegalmente, vinga-se lançando um encantamento sobre o transgressor - ainda é inteira e unicamente ‘medo objetivado’. Esse temor, contudo, ainda não se cindiu nas duas formas nas quais posteriormente se desenvolve: veneração e horror. [Ibid., 310.]

Mas como ocorreu essa cisão? Através da transplantação, é o que nos diz Wundt, dos regulamentos do tabu, da esfera dos demônios para a esfera da crença em deuses. [Ibid., 311.] O contraste entre ‘sagrado’ e ‘impuro’ coincide com uma sucessão de dois períodos da mitologia. O mais antigo desses dois períodos não desapareceu completamente quando o segundo foi alcançado, mas persistiu no que foi considerado como uma forma inferior e finalmente desprezível. [Ibid., 312.] É uma lei geral da mitologia, afirma ele, que uma fase que tenha passado, pelo próprio motivo de ter sido superada e impelida para baixo por uma fase superior, perdura numa forma inferior ao lado da posterior, de modo que os objetos de sua veneração se transmudam em objetos de horror. [Ibid., 313.]

O resto do estudo de Wundt trata de relação do conceito de tabu com a purificação e o

sacrifício.

(2)

Quem quer que aborde o problema do tabu pelo ângulo da psicanálise, isto é, da investigação da porção inconsciente da mente do indivíduo, reconhecerá, após um momento de reflexão, que esses fenômenos estão longe de lhe serem estranhos. Ele (Wundt) encontrou pessoas que criaram para si mesmas proibições de tabus individuais dessa mesma espécie e que obedecem a elas com tanto rigor quanto os selvagens obedecem aos tabus comuns a sua tribo ou sociedade. Se já não estivesse habituado a descrever essas pessoas como pacientes 'obsessivos', verificaria que a 'doença do tabu' seria a expressão mais apropriada para a condição deles. Tendo, entretanto, aprendido tanto sobre essa doença obsessiva através do estudo psicanalítico - sua etiologia clínica e a essência do seu mecanismo psíquico - não pôde escapar de aplicar o conhecimento assim adquirido ao fenômeno sociológico paralelo.

A essa altura uma advertência deve ser feita. A similaridade entre o tabu e a doença obsessiva talvez não seja mais que uma questão de circunstâncias exteriores; talvez se aplique apenas às *formas* pelas quais se manifestam e não se estenda ao seu caráter essencial. A natureza se compraz em fazer uso das mesmas formas nas mais variadas conexões biológicas, como o faz, por exemplo, na aparência das estruturas semelhantes a galhos tanto nos corais como nas plantas, e mesmo em certas formas de cristal e em certos precipitados químicos. Obviamente seria apressado e improficuo inferir a existência de qualquer relação interna de pontos de concordância como estes, que simplesmente se originam do funcionamento das mesmas causas mecânicas. Teremos em mente essa advertência, mas não precisamos ser por ela impedidos de continuarmos com a nossa comparação.

O ponto de concordância mais evidente e marcante entre as proibições obsessivas dos neuróticos e os tabus é que essas proibições são igualmente destituídas de motivo, sendo do mesmo modo misteriosas em suas origens. Tendo surgido em certo momento não especificado, são forçosamente mantidas por um medo irresistível. Não se faz necessária nenhuma ameaça externa de punição, pois há uma certeza interna, uma convicção moral, de que qualquer violação conduzirá à desgraça insuportável. O máximo que um paciente obsessivo pode dizer sobre esse ponto é que tem uma sensação indefinida de que determinada pessoa do seu ambiente será atingida como resultado da violação. Nada se sabe sobre a natureza do mal e na realidade até mesmo essa dose insignificamente pequena de

informação é com mais frequência obtida em conexão com as ações expiatórias e defensivas que mais adiante teremos de examinar do que com as próprias proibições.

Como no caso do tabu, a principal proibição, o núcleo da neurose, é contra o tocar e daí ser às vezes conhecida como ‘fobia do contato’, ou ‘*délire du toucher*’. A proibição não se aplica meramente ao contato físico imediato mas tem uma extensão tão ampla quanto o emprego metafórico da expressão ‘entrar em contato com’. Qualquer coisa que dirija os pensamentos do paciente para o objeto proibido, qualquer coisa que o coloque em contato intelectual com ele, é tão proibida quanto o contato físico direto. Essa mesma extensão também ocorre no caso do tabu.

A finalidade de algumas das proibições é de imediato evidente. Outras, pelo contrário, nos surpreendem por serem incompreensíveis, destituídas de sentido e tolas, sendo as proibições desta última espécie descritas como ‘cerimoniais’. Essa distinção também é encontrada nas observâncias do tabu. [ver em [1]]

As proibições obsessivas estão extremamente sujeitas ao deslocamento. Estendem-se de um objeto a outro por quaisquer caminhos que o contexto possa proporcionar e esse novo objeto então se torna, para empregar a expressão apropriada de uma de minhas pacientes: ‘impossível’ - até que finalmente o mundo inteiro jaz sob um embargo de ‘impossibilidade’. Os pacientes obsessivos comportam-se como se as pessoas e coisas ‘impossíveis’ fossem portadores de uma perigosa infecção passível de disseminar-se pelo contato sobre todas as coisas em sua vizinhança. Já chamei a atenção [p. 40] para a mesma capacidade característica de contágio e transferência em minha descrição do tabu. Sabemos também que qualquer um que viole um tabu pela entrada em contato com algo que seja tabu se torna tabu ele próprio e que, então, ninguém poderá entrar em contato com *ele*.

Colocarei agora lado a lado dois exemplos da transferência (ou, como é melhor dizer, do *deslocamento*) de uma proibição. Um deles é extraído da vida dos maoris e o outro de uma observação minha sobre uma paciente obsessiva.

‘Um chefe maori não soprava o fogo com a boca, pois o seu hálito sagrado comunicaria sua santidade ao fogo, que o passaria para a panela sobre este, que o passaria adiante para a carne na panela, que o passaria para o homem que comesse a carne que estava na panela, que estava no fogo, que foi soprado pelo chefe, de modo que quem a comesse, infectada pelo sopro do chefe transmitido por esses veículos intermediários, com certeza morreria.’ O marido da minha paciente adquiriu um artigo doméstico de certa espécie e levou-o para casa. Ela insistiu em que o objeto deveria ser retirado de casa ou, caso contrário, tornaria o aposento em que vivia ‘impossível’, pois ouvira dizer que o artigo tinha sido comprado numa loja situada na, digamos, Rua ‘Smith’. ‘Smith’, contudo, era o nome de casada de uma amiga sua que vivia numa cidade distante e que a paciente conhecera na juventude com o

nome de solteira. Esse sua amiga estava no momento ‘impossível’ ou tabu. Em conseqüência, o artigo que fora comprado aqui em Viena era tão tabu quanto a própria amiga com quem não devia entrar em contato.

As proibições obsessivas envolvem renúncias e restrições tão extensivas na vida dos que a elas estão sujeitos como as proibições do tabu, mas algumas podem ser suspensas se certas ações foram realizadas. A partir daí, essas ações *devem* se realizadas; elas se tornam atos compulsivos ou obsessivos, não podendo haver dúvida de que são da mesma natureza da expiação, da penitência, das medidas defensivas e da purificação. O mais comum desses atos obsessivos é lavar-se com água (‘mania de lavar-se’). Algumas proibições tabu podem ser substituídas da mesma maneira ou, antes, sua violação pode ser reparada por uma ‘cerimônia’ semelhante, e mais uma vez aqui a ilustração com água é o método preferido.

Sintetizemos agora os pontos em que a concordância entre as práticas do tabu e os sintomas obsessivos é mais claramente mostrada: (1) o ato de faltar às proibições qualquer motivo atribuível; (2) o fato de serem mantidas por uma necessidade interna; (3) o fato de serem facilmente deslocáveis e de haver um risco de infecção proveniente do proibido; e (4) o fato de criarem injunções para a realização de atos cerimoniais.

Agora, tanto a história clínica como os mecanismos psíquicos da neurose obsessiva se nos tornaram conhecidos pela psicanálise. A história clínica de um caso típico de ‘fobia de contato’ é a seguinte. Logo no começo, na mais tenra infância, o paciente revela um forte *desejo* de tocar, cuja finalidade é de tipo muito mais especializada do que se estaria inclinado a esperar. Esse desejo defronta-se prontamente com uma proibição *externa* contra a realização daquele tipo específico de contato. Aceita-se a proibição, visto encontrar apoio em poderosas forças *internas*, e ela comprova ser mais forte que o instinto que procura expressar-se pelo toque. Em conseqüência, entretanto, da constituição psíquica primitiva da criança, a proibição não consegue *abolir* o instinto. Seu único resultado é *reprimi-lo* (o desejo de tocar) e bani-lo para o inconsciente. Tanto a proibição como o instinto persistem: o instinto porque foi apenas reprimido e não abolido, e a proibição porque, se ela cessasse, o instinto forçaria o seu ingresso na consciência e na operação real. Cria-se uma situação que continua imanejada - uma fixação psíquica - e tudo o mais decorre do conflito continuado entre a proibição e o instinto.

A principal característica da constelação psicológica que dessa forma se torna fixa é algo que poderia ser descrito como a atitude *ambivalente* do sujeito para com um objeto determinado, ou melhor, para com um ato em conexão com esse objeto. Ele deseja constantemente realizar esse ato (o tocar) [e o considera seu gozo supremo, mas não deve realizá-lo] e também o detesta. O conflito entre essas duas tendências não pode ser prontamente solucionado porque - não há outra forma de expressá-lo - elas estão localizadas

na mente do sujeito de tal maneira que não podem vir à tona uma contra a outra. A proibição é ruidosamente consciente, enquanto o desejo persistente de tocar é inconsciente e o sujeito nada sabe a respeito dele. Se não fosse esse fator psicológico, uma ambivalência como esta não poderia durar tanto tempo nem conduzir a tais conseqüências.

Em nossa história clínica de um caso insistimos que a imposição da proibição muito no início da infância é o ponto determinante; uma importância similar está ligada nos desenvolvimentos subseqüentes ao mecanismo de repressão na mesma idade precoce. Como resultado da repressão que foi forçada e que envolve uma perda de memória - uma amnésia - os motivos da proibição (que é consciente) permanecem desconhecidos e todos os esforços para eliminá-las por processos intelectuais têm de falhar, visto não poderem encontrar qualquer base de ataque. A proibição deve sua força e seu caráter obsessivo precisamente ao seu oponente inconsciente, o desejo oculto e não diminuído - isto é, a uma necessidade interna inacessível à inspeção consciente. A facilidade com que a proibição pode ser transferida e estendida reflete um processo que se enquadra no desejo inconsciente, sendo grandemente facilitada pelas condições psicológicas que predominam no inconsciente. O desejo instintivo se desloca constantemente, a fim de fugir ao *impasse*, e se esforça por encontrar substitutos - objetos substitutos e atos substitutos - para colocar em lugar dos proibidos. Como conseqüência disso, a própria proibição também se desloca de um lado para outro, estendendo-se a quaisquer novos objetivos que o impulso proibido possa adotar. Qualquer novo avanço feito pela libido reprimida é respondido por um novo aguçamento da proibição. A inibição mútua das duas forças conflitantes produz uma necessidade de descarga, a fim de reduzir a tensão predominante, e a isto ser atribuída a razão para a realização de atos obsessivos. No caso de uma neurose, estas são ações nitidamente de concessão, de um ponto de vista são provas de remorso, tentativas de expiação e assim por diante, enquanto, por outro lado, são ao mesmo tempo atos substitutivos destinados a compensar o instinto pelo que foi proibido. Constitui uma lei da doença neurótica que esses atos obsessivos se enquadrem cada vez mais no domínio do instinto e aproximem-se mais e mais da atividade originalmente proibida.

Façamos agora a experiência de tratar o tabu como se fosse da mesma natureza de uma proibição obsessiva em um dos nossos pacientes. Devemos esclarecer de antemão, contudo, que muitas das proibições tabus que chegam ao nosso conhecimento são de natureza secundária, deslocada e distorcida, e que devemos ficar satisfeitos se pudermos lançar apenas um pouco de luz sobre os tabus mais fundamentais e significativos. Além disso, as diferenças entre a situação de um selvagem e a de um neurótico são, sem dúvida, de importância suficiente para tornar impossível qualquer concordância rigorosa e impedir que levemos a comparação ao ponto de identidade em todos os detalhes.

Em primeiro lugar, portanto, deve-se dizer que não faz nenhum sentido pedir a selvagens que nos digam o motivo real de suas proibições - a origem do tabu. Decorre de nossos postulados que eles não podem responder, visto que seu verdadeiro motivo deve ser

‘inconsciente’. Podemos, entretanto, reconstruir a história do tabu, como se segue, sobre o modelo das proibições obsessivas. Os tabus, devemos supor, são proibições de antiguidade primeva que foram, em certa época, externamente impostas a uma geração de homens primitivos; devem ter sido calcadas sobre eles, sem a menor dúvida, de forma violenta pela geração anterior. Essas proibições devem ter estado relacionadas com atividades para as quais havia forte inclinação. Devem então ter persistido de geração para geração, talvez meramente como resultado da tradição transmitida através da autoridade parental e social. Possivelmente, contudo, em gerações posteriores devem ter-se tornado ‘organizadas’ como um dom psíquico herdado. Quem pode afirmar se coisas tais como ‘idéias inatas’ existem ou se no presente atuaram, isoladamente ou em conjunto com a educação, para ocasionar a fixação permanente de tabus? Mas uma coisa certamente decorreria da persistência do tabu, a saber, que o desejo original de fazer a coisa proibida deve persistir ainda entre as tribos em causa. Elas devem, portanto, ter uma atitude ambivalente para com os seus tabus. Em seu inconsciente não existe nada que mais gostassem de fazer do que violá-los, mas temem fazê-lo; temem precisamente porque gostariam, e o medo é mais forte que o desejo. O desejo está, inconsciente embora, em cada membro individual da tribo, do mesmo modo que está nos neuróticos.

As mais antigas e importantes proibições ligadas aos tabus são as duas leis básicas do totemismo: não matar o animal totêmico e evitar relações sexuais com membros do clã totêmico do sexo oposto.

Estes devem ser, então, os mais antigos e poderosos dos desejos humanos. Não podemos esperar compreender isso nem testar nossa hipótese com esses dois exemplos, enquanto ignorarmos totalmente o significado e a origem do sistema totêmico. Mas a enunciação desses dois tabus e o fato de sua concomitância farão lembrar a qualquer pessoa familiarizada com os achados de pesquisas psicanalíticas em indivíduos algo bem definido, que os psicanalistas consideram como sendo o ponto central dos desejos da infância e o núcleo das neuroses.

A multiplicidade das manifestações do tabu, que levaram às tentativas de classificação que já tive ocasião de mencionar, ficam reduzidas pela nossa tese a uma única unidade: a base do tabu é uma ação proibida, para cuja realização existe forte inclinação do inconsciente.

Já ouvimos dizer [ver em [1]], embora sem compreendê-lo, que qualquer um que faz o que é proibido, isto é, que viola o tabu, se torna ele próprio tabu. Como harmonizar isto com o fato de o tabu se ligar não somente a uma pessoa que fez o que é proibido como também a pessoas em estados específicos, aos próprios estados, bem como objetos impessoais? Qual pode ser o atributo perigoso que permanece o mesmo em todas essas condições diferentes? Só pode ser uma coisa: a qualidade de excitar a ambivalência dos homens e de *tentá-los* a

transgredir a proibição.

Qualquer um que tenha violado um tabu torna-se tabu porque possui a perigosa qualidade de tentar os outros a seguir-lhe o exemplo: por que se *lhe* deve permitir fazer o que é proibido a outros? Assim, ele é verdadeiramente contagioso naquilo em que todo exemplo incentiva a imitação e, por esse motivo, ele próprio deve ser evitado.

Mas uma pessoa que não tenha violado nenhum tabu pode todavia ser permanente ou temporariamente tabu por se encontrar num estado que possui a qualidade de provocar desejos proibidos em outros e de despertar neles um conflito de ambivalência. A maioria das posições excepcionais e dos estados excepcionais [ver em [1]] são dessa espécie e possuem esse perigoso poder. O rei ou chefe desperta inveja por causa de seus privilégios: todos, talvez, gostariam de ser rei. Homens mortos, recém-nascidos e mulheres menstruadas ou nas dores do parto estimulam desejos pelo seu desamparo especial; um homem que acaba de atingir a maturidade os estimula pela promessa de novo prazer. Por essa razão, todas essas pessoas e todos esses estados são tabu, visto que se deve resistir à tentação.

Agora, também, podemos compreender por que as quantidades de *mana* de que são dotadas diferentes pessoas podem ser subtraídas umas das outras e podem, em certa medida, anularem-se [ver em [1]]. O tabu de um rei é forte demais para um dos seus súditos porque a diferença social entre eles é muito grande. Mas um ministro poderá servir, sem qualquer dano, de intermediário entre eles. Se traduzirmos isto da linguagem do tabu para a da psicologia normal, significa algo mais ou menos assim: um súdito, que teme a grande tentação que *lhe* é apresentada pelo contato com o rei, pode talvez suportar tratar com um alto funcionário do qual não precisa ter tanta inveja e cuja posição poderá até mesmo *lhe* parecer acessível. Um ministro pode atenuar sua inveja do rei pela reflexão sobre o poder que ele próprio exerce. Assim acontece que diferenças menores entre as quantidades da tentadora força mágica possuída por duas pessoas devem ser menos temidas do que as maiores.

É igualmente claro por que é que a violação de certas proibições tabus constitui um perigo social que deve ser punido ou expiado por todos os membros da comunidade se é que não desejam sofrer danos [ver em [1]]. Se substituirmos os desejos inconscientes por impulsos conscientes, veremos que o perigo é real. Reside no risco da imitação, que rapidamente levaria à dissolução da comunidade. Se a violação não fosse vingada pelos outros membros, eles se dariam conta de desejar agir da mesma maneira que o transgressor.

Não nos podemos surpreender com o fato de nas restrições do tabu, o tocar desempenha papel semelhante ao representado nas ‘fobias de contato’, embora o significado secreto da proibição não possa ser de uma natureza tão especializada no tabu como o é na neurose. O tocar é o primeiro passo no sentido de obter qualquer espécie de controle sobre uma pessoa

ou objeto ou de tentar fazer uso dos mesmos.

Traduzimos o poder de contágio inerente ao tabu na posse de algum atributo capaz de produzir a tentação ou incentivar a imitação. Isso não parece entrar em acordo com o fato de que o caráter contagioso do tabu é revelado principalmente por sua transmissibilidade a objetos materiais, que então se tornam, eles próprios, portadores do tabu.

Esta transmissibilidade do tabu é um reflexo da tendência, já comentada por nós, de o instinto inconsciente da neurose deslocar-se constantemente por meios associativos para novos objetos. Nossa atenção é assim dirigida para o fato de que a perigosa força mágica do *mana* corresponde a dois poderes de uma espécie mais realista: o poder de fazer alguém lembrar-se de seus próprios desejos proibidos e o poder visivelmente mais importante de induzi-lo a transgredir a proibição em obediência àqueles desejos. Essas funções podem ser reduzidas a uma, entretanto, se supusermos que numa mente primitiva o despertar da lembrança de uma ação proibida acha-se naturalmente vinculado ao despertar de um impulso para efetuar essa ação. Dessa forma, a lembrança e a tentação se reúnem novamente. Deve-se admitir também que, na medida em que o exemplo de um homem que transgredir uma proibição tenta outro a fazer o mesmo, a desobediência a proibições se propaga como um contágio, da mesma maneira que um tabu se transfere de uma pessoa para um objeto material e de um objeto material para outro.

Se a violação de um tabu pode ser corrigida por reparação ou expiação, que envolvem a renúncia a algum bem ou alguma liberdade, isso prova que a obediência à injunção do tabu significava em si mesma a renúncia a algo desejável. A emancipação de uma renúncia é compensada pela imposição de outra alhures. Isto nos leva a concluir que a expiação é um fator mais fundamental que a purificação no cerimonial do tabu.

Resumirei agora os aspectos da natureza do tabu que foram esclarecidos através da comparação deste com as proibições obsessivas dos neuróticos. O tabu é uma proibição primeva forçadamente imposta (por alguma autoridade) de fora, e dirigida contra os anseios mais poderosos a que estão sujeitos os seres humanos. O desejo de violá-lo persiste no inconsciente; aqueles que obedecem ao tabu têm uma atitude ambivalente quanto ao que o tabu proíbe. O poder mágico atribuído ao tabu baseia-se na capacidade de provocar a tentação e atua como um contágio porque os exemplos são contagiosos e porque o desejo proibido no inconsciente desloca-se de uma coisa para outra. O fato de a violação de um tabu poder ser expiada por uma renúncia mostra que esta renúncia se acha na base da obediência ao tabu.

(3)

O que desejamos descobrir agora é qual o grau de valor que deve ser atribuído ao paralelo por nós traçados entre o tabu e a neurose obsessiva e à visão do tabu em que nos

baseamos nesse paralelo. O valor deles vai depender claramente de: se o ponto de vista que acabamos de apresentar oferece quaisquer vantagens sobre outros, e se nos dá do tabu uma compreensão mais clara do que a que poderíamos conseguir de outra maneira. Talvez estejamos inclinados a pensar que apresentamos provas suficientes da aplicabilidade do nosso ponto de vista no que já foi dito; todavia, devemos tentar fortalecer as provas entrando em maiores detalhes em nossa explicação das proibições e usos do tabu.

Há também outro caminho à nossa disposição. Podemos começar por nos perguntar se algumas das hipóteses que transferimos das neuroses para o tabu ou alguns dos resultados a que esse método nos conduziu não serão talvez impossíveis de serem diretamente verificáveis nos fenômenos do tabu. Mas temos de decidir o que estamos buscando. Nossa afirmação de que o tabu teve sua origem numa proibição primeva imposta numa ou noutra época por alguma autoridade externa evidentemente não é passível de demonstração. Em vez disso, o que nos esforçaremos por confirmar, portanto, são os determinantes psicológicos do tabu, que viemos a conhecer a partir da neurose obsessiva. Como chegamos ao conhecimento que temos desses fatores psicológicos no caso da neurose? Através do estudo analítico de seus sintomas, e particularmente de atos obsessivos, medidas defensivas e ordens obsessivas. Verificamos que eles apresentavam todos os sinais de serem derivados de impulsos *ambivalentes*, quer correspondendo simultaneamente *tanto* a um desejo *como* a um contradesejo, quer atuando de forma predominante em nome de *uma* das tendências opostas. Se agora conseguirmos demonstrar que a ambivalência, isto é, a dominância de tendências opostas, pode também ser encontrada nas observâncias do tabu, ou se pudermos apontar algumas delas que, como atos obsessivos, dão expressão simultânea a ambas as correntes, teremos estabelecido a concordância psicológica entre o tabu e a neurose obsessiva naquilo que talvez seja sua característica mais importante.

As duas proibições fundamentais do tabu são, como já tive ocasião de assinalar, inacessíveis à nossa análise devido à sua vinculação com o totemismo, enquanto que outras de suas injunções são de natureza secundária e, em conseqüência, inúteis para a nossa finalidade, pois o tabu tornou-se o método comum de legislação nas comunidades por ele afetadas e veio a servir objetivos sociais que por certo são mais recentes que o próprio tabu: tais, por exemplo, são os tabus impostos por chefes e sacerdotes para a proteção de seus próprios privilégios e propriedades. Não obstante, perdura um grande grupo de observâncias sobre as quais nossa pesquisa pode ser feita. Destas, escolherei os tabus que se vinculam (a) a inimigos, (b) a chefes e (c) aos mortos, e retirarei o material para estudo da excelente coletânea incluída por Frazer em *Taboo and the Perils of the Soul* (1911b), a segunda parte de sua grande obra *The Golden Bough*.

(a) O Tratamento dos Inimigos

Talvez tenhamos a inclinação de supor que os povos selvagens e semi-selvagens sejam culpados de crueldade desinibida e implacável para com os seus inimigos. Ficaremos muito

surpreendidos de saber, então, que mesmo no caso deles, a morte de um homem é regida por grande número de observâncias que estão incluídas entre as práticas do tabu. Essas observâncias podem ser distribuídas facilmente em quatro grupos. Elas exigem: (1) o apaziguamento do inimigo assassinado, (2) restrições sobre o assassino, (3) atos de expiação e purificação por parte dele e (4) certas observâncias cerimoniais. Nossas informações incompletas sobre o assunto não nos permitem determinar com certeza quão geral ou modificada essas práticas podem ser encontradas entre os povos em questão, mas, para o objetivo do nosso estudo, isto não importa. Pode-se admitir com segurança, em todo caso, que o que temos diante de nós não são peculiaridades isoladas, mas costumes muito difundidos.

Os ritos de *apaziguamento* levados a efeito na ilha de Tímor, quando uma expedição de guerra retorna em triunfo, trazendo as cabeças do inimigo vencido, são particularmente notáveis, visto que, além deles, o chefe da expedição é submetido a severas restrições (ver mais adiante, em [1]). Por ocasião da volta da expedição, são oferecidos sacrifícios para apaziguar as almas dos homens cujas cabeças foram cortadas. ‘O povo pensa que algum infortúnio sobreviria ao vencedor se essas oferendas fossem omitidas. Além disso, parte da cerimônia consiste numa dança acompanhada por um cântico, no qual a morte do homem assassinado é lamentada e suplicado o seu perdão. “Não tendes raiva”, dizem, “porque vossa cabeça está aqui conosco; se tivéssemos tido menos sorte, nossas cabeças poderiam estar agora expostas em vossa aldeia. Oferecemos o sacrifício para vos apaziguar. Vosso espírito pode agora descansar e deixar-nos em paz. Por que fostes nosso inimigo? Não teria sido melhor que tivéssemos permanecido amigos? Então vosso sangue não teria sido derramado e vossa cabeça não teria sido decepada.’ O mesmo se aplica aos povos de Paloo, nas Celebes. E do mesmo modo ‘os gallas [da África Oriental], de volta da guerra, oferecem sacrifícios aos djims ou espíritos protetores de seus inimigos mortos antes de entrarem em suas próprias casas’.

Outros povos encontraram meios de transformar seus ex-inimigos, após a morte, em protetores, amigos e benfeitores. Esse método consiste em tratar suas cabeças decepadas com afeição, como alguns dos povos selvagens de Bornéu se gabam de fazer. Quando os dyaks marítimos de Sarawak trazem para casa uma cabeça, de uma expedição em sucedida de caçadores de cabeça, durante meses após sua chegada ela é tratada com a maior consideração, sendo-lhe dirigidos todos os nomes carinhosos de que dispõe sua língua. As mais delicadas iguarias lhe são postas na boca, alimentos finos de todas as espécies e até mesmo charutos. Implora-se repetidamente à cabeça que odeie seus antigos amigos e ame seus novos anfitriões, visto que se tornou agora um deles. Seria um grande erro supor que esses costumes, que tanto nos chocam, são cumpridos com qualquer intenção de ridículo.

Em várias tribos selvagens da América do Norte observadores ficaram impressionados com as lamentações por inimigos que haviam sido mortos e escarpelados. Quando um choctaw matava um inimigo, ficava de luto por um mês, durante o qual era submetido a severas restrições; e os dacotas tinham práticas semelhantes. Quando os osages, informa uma testemunha, já prantearam bastante seus próprios mortos, ‘lamentarão o inimigo como se fosse

um amigo’.

Antes de considerarmos as classes restantes de práticas tabus em relação a inimigos, devemos tratar de uma objeção óbvia. Argumentarão contra nós, juntamente com Frazer e outros, que os fundamentos desses ritos de apaziguamento são bastante simples e nada têm a ver com essa coisa chamada ‘ambivalência’. Esses povos são dominados por um temor supersticioso dos fantasmas dos assassinados - temor que não era desconhecido na antiguidade clássica e que foi levado à cena pelo grande dramaturgo inglês nas alucinações de Macbeth e Ricardo III. Todos os ritos de apaziguamento decorrem logicamente dessa superstição bem como as restrições e atos de expiação que serão examinados logo a seguir. Esse ponto de vista também é apoiado pelo quarto grupo dessas observâncias, que só podem ser explicadas como tentativas de afugentar os fantasmas das vítimas que estão perseguindo seus assassinos. Além disso, os selvagens admitem abertamente seu temor dos fantasmas dos inimigos mortos e eles próprios atribuem a esse medo as práticas do tabu que ora são objeto de nosso exame.

Esta objeção é realmente óbvia, e se abrangesse todo o terreno poderíamos poupar-nos o trabalho de qualquer outra tentativa de explicação. Deixarei para depois sua abordagem, e no momento simplesmente enunciarei o ponto de vista alternativo, que se origina da hipótese baseada em nossas apreciações anteriores do tabu. A conclusão que devemos inferir de todas essas observâncias é que os impulsos que expressam para com um inimigo não são unicamente hostis. São também manifestações de remorso, de admiração pelo inimigo e de consciência pesada por havê-lo matado. É difícil resistir à idéia de que, muito antes de uma tábua de leis ter sido legada por qualquer deus, esses selvagens estavam de posse de um mandamento vivo: ‘Não matarás’, cuja violação não passaria sem punição.

Voltemos agora aos outros três grupos da observância de tabus. As *restrições* a um assassino vitorioso são impostas com uma freqüência, e em geral uma severidade, fora do comum. Em Tímor (cf. os ritos de apaziguamento descritos em [1]), o chefe da expedição é proibido ‘de retornar imediatamente à sua própria casa. Uma cabana especial é preparada para ele, na qual terá de residir por dois meses, submetido a uma purificação corporal e espiritual. Durante esse tempo, não poderá encontrar-se com a esposa nem alimentar-se a si próprio; a comida deve ser colocada em sua boca por outra pessoa. Em algumas tribos diaks, os homens que retornam de uma expedição bem-sucedida são obrigados a viverem sós por vários dias e absterem-se de diversos tipos de alimento; não podem tocar em ferro nem ter qualquer relação com mulheres. Em Logea, uma ilha nas proximidades da Nova Guiné, os homens que mataram ou ajudaram a matar inimigos encerram-se por cerca de uma semana em suas casas. Devem evitar toda relação com as esposas e amigos e não podem tocar na comida com as mãos. Podem comer apenas alimentos vegetais, que lhes são trazidos cozidos em panelas especiais. A intenção destas restrições é proteger os homens contra o cheiro do sangue dos assassinados, porque se acredita que se o cheirarem, cairão doentes e morrerão. Na tribo toaripi ou motumotu do sudeste da Nova Guiné, um homem que matou outro não pode chegar perto da esposa, nem tocar na comida com os dedos. É alimentado por outros e

somente com certos tipos de alimento. Estas observâncias duram até a lua nova.’ (Frazer, 1911b, 167.)

Não tentarei fornecer aqui um catálogo completo dos casos citados por Frazer de restrições impostas aos vencedores que matam. Chamarei a atenção apenas para mais alguns desses casos em que seu caráter de tabu é particularmente acentuado ou em que as restrições se fazem acompanhar de expiação, purificação e outros cerimoniais.

‘Entre os monumbos da Nova Guiné alemã, quem quer que tenha matado um inimigo na guerra torna-se por isso “impuro” - sendo o mesmo termo aplicado às mulheres menstruadas ou no puerpério. Ele ‘tem de permanecer por longo tempo na casa comum dos homens, enquanto os aldeões se reúnem em torno dele e celebram sua vitória com danças e cantos. Não pode tocar em ninguém, nem mesmo em sua própria esposa e filhos; se os tocasse, acredita-se que os últimos ficariam cobertos de feridas. Torna-se novamente limpo ou puro pelo banho e pela utilização de outras modalidades de purificação.’ [Ibid., 169.]

‘Entre os natchez da América do Norte, os guerreiros que tiravam seus primeiros escalpos eram obrigados a observar certas regras de abstinência por seis meses. Não poderiam dormir com as esposas nem comer carne; seu único alimento era peixe e papa de milho. (...) Quando um choctaw matava um inimigo e tirava seu escalpo, ficava de luto por um mês, durante o qual não podia pentear o cabelo e, se a cabeça lhe comichasse, não poderia coçá-la, a não ser com uma varinha que usa presa ao pulso para esse fim.’ [Ibid., 181.]

‘Quando um índio pima matava um apache, tinha de passar por severas cerimônias de purificação e expiação. Durante um jejum de 16 dias não podia tocar em carne nem em sal, olhar para um fogo a arder ou falar com um ser humano. Morava sozinho na mata, assistido por uma velha, que lhe trazia sua escassa ração de comida. Banhava-se freqüentemente no rio e (em sinal de luto) mantinha a cabeça coberta por um emplastro de lama. No décimo sétimo dia havia uma cerimônia pública de purificação solene do homem e de suas armas. Uma vez que os índios pima levavam o tabu de matar muito mais a sério que os seus inimigos e, diferentemente deles, não adiavam a expiação e a purificação até o fim da expedição, sua eficiência guerreira era grandemente prejudicada por sua rigidez moral, ou piedade, se se preferir esse termo. Não obstante sua extrema coragem, os americanos encontraram neles aliados insatisfatórios em suas operações contra os apaches.’ [Ibid., 182-4.]

Por mais que os pormenores e as variações das cerimônias de expiação e purificação após a morte dos inimigos possam ser de interesse para uma pesquisa mais profunda do assunto, deter-me-ei neste ponto, pois, para nosso presente objetivo, elas nada mais têm a dizer-nos. Talvez possa sugerir que o isolamento temporário ou permanente dos carrascos profissionais, isolamento que persistiu até os dias presentes, tenha algo a ver com esse fato. A posição do carrasco público na sociedade medieval oferece uma representação do funcionamento do tabu entre os selvagens.

Na explicação aceita de todas estas observâncias de apaziguamento, restrição, expiação

e purificação, dois princípios se combinam: a extensão do tabu do homem morto a tudo o que tenha entrado em contato com ele e o medo do seu fantasma. Como esses dois atores devem ser combinados um com o outro para explicar os cerimoniais, se devem ser encarados como de igual peso, se um deles é primário e o outro secundário e, nesse caso, qual deles - são perguntas que ficam sem resposta e, na verdade, seria difícil encontrar uma. Nós, por outro lado, podemos chamar a atenção para a *unidade* de nosso ponto de vista, que atribui a origem de todas essas observâncias à ambivalência emocional para com o inimigo.

(b) O Tabu Relativo aos Governantes

A atitude dos povos primitivos para com seus chefes, reis e sacerdotes rege-se por dois princípios básicos que parecem ser antes complementares do que contraditórios. Um governante ‘não deve apenas ser protegido, mas também se deve proteger-se contra ele’. (Frazer, 1911b, 132.) Ambos os fins são assegurados por inúmeras observâncias de tabus. Já sabemos por que se deve proteger-se dos governantes. Isso se deve ao fato de constituírem veículos do poder mágico misterioso e perigoso que se transmite por contato, como uma carga elétrica, e que causa a morte e a ruína a quem quer que não esteja protegido por uma carga semelhante. Qualquer contato imediato ou indireto com essa entidade sagrada e perigosa é assim evitado e, se não puder sê-lo, certas cerimônias são imaginadas para impedir as conseqüências temíveis. Os núbas da África Oriental, por exemplo, ‘acreditam que morreriam se entrassem na casa de seu rei-sacerdote; entretanto, podem escapar à pena por sua intrusão desnudando o ombro esquerdo e fazendo o rei pousar a mão nele’. [Loc. cit.] Aqui nos deparamos com o fato digno de nota de o contato com o rei constituir um remédio e uma proteção contra os perigos provocados por esse mesmo contato. Indubitavelmente, contudo, existe um contraste a ser assinalado entre o poder sanador de um contato efetuado deliberadamente pelo rei e o perigo que surge se ele é tocado - um contraste entre uma relação passiva e outra ativa para com o rei.

Para exemplos do poder curador do contato real não há necessidade de recorrer a selvagens. Os reis da Inglaterra, em épocas não tão remotas, desfrutavam do poder de curar a escrófula, que era em conseqüência conhecida como o ‘Mal do Rei’. A Rainha Elisabete I exerceu essa prerrogativa não menos que os seus sucessores. Diz-se que Carlos I curou uma centena de pacientes com um só toque, em 1633. Mas foi após a Restauração da monarquia sob o reinado de seu dissoluto filho, Carlos II, que as curas reais da escrofulose atingiram o ápice. No decorrer de seu reinado, calcula-se que ele tenha tocado perto de cem mil pessoas. A multidão dos que buscavam cura costumava ser tão grande que, em determinada ocasião, seis ou sete dos que tinham vindo para serem curados foram esmagados por ela até morrer. O céptico Guilherme de Orange, que se tornou rei da Inglaterra após o afastamento dos Stuarts, recusou-se a prestar-se a essas práticas mágicas. Na única ocasião em que foi persuadido a

colocar as mãos sobre um paciente, disse a este: ‘Deus te dê melhor saúde e mais senso’. (Frazer, 1911a, 1, 368-70.)

As estórias que se seguem são provas dos temíveis efeitos do contato estabelecido, mesmo sem intenção, com um rei ou algo que lhe pertença. ‘Aconteceu uma vez que um chefe neozelandês de alta categoria e grande santidade deixara os restos de seu jantar à beira da estrada. Um escravo, tipo resoluto e faminto, passando por ali após o chefe haver partido, viu o jantar inacabado e comeu-o sem fazer perguntas. Mal o havia terminado quando foi informado por um espectador tomado de horror que o alimento que comera pertencia ao chefe.’ Ele era um homem forte e corajoso, mas ‘mal acabara de escutar a notícia fatal foi acometido das mais extraordinárias convulsões e câibras no estômago, que não cessaram até morrer, por volta do pôr do sol do mesmo dia.’ Tendo uma mulher maori comido certa fruta e sendo-lhe dito mais tarde que a fruta fora tirada de um local tabu, exclamou que o espírito do chefe, cuja santidade fora assim profanada, a mataria. Isto aconteceu à tarde e no dia seguinte, pelas doze horas, ela estava morta.’ A pedra-de-fogo de um chefe maori foi certa vez o instrumento de morte de muitas pessoas, porque, tendo sido por ele perdida e encontrada por alguns homens que a utilizaram para acender o cachimbo, estes morreram de susto ao descobrir a quem a caixa pertencera.’

Não é de admirar por isso que se tenha sentido a necessidade de isolar pessoas perigosas como chefes e sacerdotes do resto da comunidade, criando em torno deles uma barreira que os tornasse inacessíveis. Pode começar a surgir em nós o pensamento de que essa barreira, originalmente erguida para a observância do tabu, permanece até o dia de hoje sob a forma do cerimonial da corte.

Mas talvez a parte principal desse tabu sobre os governantes não provenha da necessidade de proteção *contra* eles. A segunda razão para o tratamento especial das pessoas privilegiadas - a necessidade de fornecer proteção *para* eles contra a ameaça de perigo - teve um papel evidente na criação de tabus e, assim, na origem da etiqueta cortesã.

A necessidade de proteger o rei contra toda forma possível de perigo decorre de sua imensa importância para os seus súditos, seja para o bem-estar, seja para a preocupação destes. É a sua pessoa que, estritamente falando, regula todo o curso da existência. ‘As pessoas têm de agradecer-lhe pela chuva e o sol que nutrem os frutos da terra, pelo vento que traz os navios às suas costas e até mesmo pela terra firme debaixo de seus pés.’ (Frazer, 1911b, 7.)

Esses governantes entre os povos selvagens possuem um grau de poder e uma capacidade de conferir benefícios que são atributo apenas dos deuses e com os quais, em etapas mais avançadas da civilização, apenas o mais servil dos cortesãos poderia fingir creditá-los.

Deve espantar-nos como autocontraditório que pessoas de um poder tão ilimitado assim precisem ser protegidas com tanto cuidado da ameaça de perigo, mas não é essa a única

contradição apresentada pelo tratamento das personagens reais entre os povos selvagens, porque esses povos também julgam necessário manter vigia sobre os seus reis, a fim de ver se eles fazem um uso adequado de seus poderes. Não estão de modo algum convencidos de suas boas intenções ou conscienciosidade. Dessa maneira, um elemento de desconfiança pode ser encontrado entre as razões para a observância dos tabus que cercam o rei. ‘A idéia’, escreve Frazer (1911b, 7 e segs.), ‘de que os reinos primitivos são despotismos em que o povo existe apenas para o soberano, é inteiramente inaplicável às monarquias que estamos considerando. Pelo contrário, o soberano nelas existe apenas para os seus súditos, sua vida só é valiosa enquanto se desempenha dos deveres de sua posição ordenando o curso da natureza em benefício de seu povo. Assim que fracassa em consegui-lo, o cuidado, a devoção e as homenagens religiosas que até então lhe haviam prodigalizado cessam e se transformam em ódio e desprezo; ele é ignominiosamente posto de lado e pode considerar-se feliz se escapar com vida. Adorado como um deus num dia, é morto como um criminoso no seguinte. Mas nesse comportamento modificado do povo não existe nada de caprichoso ou inconstante. Pelo contrário, sua conduta é inteiramente íntegra. Se o seu rei é seu deus, ele é ou deveria ser também o seu protetor; se não os protege, deve ceder lugar a outro que o faça. Enquanto atender às suas expectativas, contudo, não existe limite para o cuidado que terão com ele e o compelirão a ter consigo mesmo. Um rei desse tipo vive confinado por uma etiqueta cerimoniosa, uma rede de proibições e observâncias, das quais a intenção não é contribuir para sua dignidade e muito menos para seu conforto, mas impedi-lo de condutas que, pela perturbação da harmonia da natureza, possam envolvê-lo, seu povo e o universo numa única catástrofe comum. Longe de aumentar seu conforto, estas observâncias, estorvando todos os seus atos, aniquilam sua liberdade, e muitas vezes tornam-lhe a própria vida, que é objetivo delas preservar, um fardo e uma preocupação para ele.’

Um dos exemplos mais notáveis de um governante sagrado sendo agrilhado a paralisado desta maneira por cerimoniais tabus pode ser encontrado no modo de vida do Micado japonês nos primeiros séculos. Um relato escrito há mais de duzentos anos conta que o Micado ‘pensa que seria muito prejudicial para sua dignidade e santidade tocar o chão com os pés; por essa razão, quando pretende ir a alguma parte, tem de ser carregado até lá nos ombros de outros homens. Muito menos estes padecem do que sofreriam se ele expusesse sua sagrada pessoa ao ar livre, e o sol não é considerado digno de brilhar sobre sua cabeça. Existe uma tal santidade atribuída a todas as partes de seu corpo que ele não se atreve a cortar o cabelo, a barba ou as unhas. Contudo, para que não fique sujo demais, podem limpá-lo à noite, quando dorme, porque, dizem, o que é tirado de seu corpo nessa ocasião foi-lhe furtado e tal furto não prejudica sua santidade ou dignidade. Nos tempos antigos, ele era obrigado a sentar-se no trono por algumas horas a cada manhã, com a coroa imperial na cabeça, mas sentar-se literalmente como uma estátua, sem mexer pés nem mãos, cabeça ou olhos, nem, na verdade, parte alguma de seu corpo, porque, por esse meio, pensava-se poder ele conservar a paz e a tranqüilidade em seu império, pois se, por desgraça, voltava-se para um lado ou para outro, ou olhava por algum tempo para qualquer parte de seus domínios, entendia-se que a guerra, a fome, o fogo ou algum outro grande infortúnio estava próximo, para desolar o país’. Alguns dos tabus impostos aos reis bárbaros fazem lembrar vividamente as restrições

impostas aos assassinos. Assim é que, na África Ocidental, ‘em Shark Point, perto do Cabo Padron, na Baixa Guiné, vive o rei-sacerdote Kukulú, sozinho numa floresta. Não pode tocar em mulheres nem sair de casa; na verdade, não pode nem mesmo livrar-se da cadeira, na qual é obrigado a dormir sentado, porque se se deitasse, nenhum vento se levantaria e a navegação seria interrompida. Ele regula as tempestades e em geral mantém um estado atmosférico favorável e uniforme’. O mesmo escritor diz com referência a Loango (na mesma parte do mundo) que quanto mais poderoso é um rei, mais tabus está obrigado a observar. O herdeiro do trono também está sujeito aos tabus desde a infância; seu número cresce à medida que ele avança na vida, até que, no momento em que ascende ao trono, está positivamente sufocado por eles.

Nosso espaço não permite nem nosso interesse exige que nos alonguemos numa descrição dos tabus associados à dignidade dos reis e sacerdotes. Acrescentarei apenas que neles a parte principal é representada por restrições impostas à liberdade de movimento e à dieta. Dois exemplos de cerimoniais tabus que ocorrem em comunidades civilizadas de um nível muito mais elevado de cultura servirão, entretanto, para mostrar que efeito conservador sobre as práticas antigas é exercido pelo contato com essas personagens privilegiadas.

O Dialis Flamen, o alto sacerdote de Júpiter na antiga Roma, era obrigado a observar um número extraordinário de tabus. ‘Não podia cavalgar e nem mesmo tocar num cavalo, nem ver um exército em armas, nem usar um anel que não fosse quebrado, nem ter um nó em qualquer parte de sua indumentária; (...) não podia tocar em farinha de trigo nem em pão fermentado; não podia tocar e nem mesmo nomear um bode, um cão, carne crua, feijões e hera; (...) seus cabelos podiam ser cortados apenas por um homem livre e com uma faca de bronze e, quando cortados, cabelos e unhas tinham de ser enterrados sob uma árvore venturosa; (...) não podia tocar num cadáver; (...) não podia descobrir-se ao ar livre’ etc. ‘Sua esposa, a Flamínica, tinha de observar quase que as mesmas regras e outras suas próprias, além delas. Não podia subir mais de três degraus do tipo de escadaria chamada grega; num certo festival, não podia pentear o cabelo; o couro de seus sapatos não podia provir de um animal que tivesse tido morte natural, mas apenas de um que houvesse sido morto ou sacrificado; se ouvisse trovões, ficava sendo tabu até que oferecesse um sacrifício expiatório.’ (Frazer, 1911b, 13 e seg.)

Os antigos reis da Irlanda estavam sujeitos a um certo número de restrições excepcionalmente estranhas. Se elas fossem obedecidas, todo tipo de bênçãos desceria sobre o país, mas se fossem violadas, desgraças de toda espécie o visitariam. Uma relação completa desses tabus está contida no *Book of Rights*, do qual as duas mais antigas cópias manuscritas datam de 1390 e 1418. As proibições são de caráter o mais pormenorizado e referem-se a ações específicas em lugares específicos em ocasiões específicas: o rei, por exemplo, não podia ficar numa certa cidade num dia determinado da semana; não podia atravessar um certo rio numa hora específica do dia; não podia acampar por nove dias numa determinada planície etc. (Frazer, 1911b, 11 e seg.)

Entre muitos povos selvagens a severidade dessas restrições de tabus sobre os reis-sacerdotes levou a conseqüências que foram historicamente importantes e são de particular interesse para o nosso ponto de vista. A dignidade de sua posição deixava de ser algo de invejável e aqueles a quem era oferecida com freqüência faziam todo o possível para dela escapar. Dessa maneira, no Cambódia, onde há reinos do Fogo e da Água, freqüentemente é necessário forçar os sucessores a aceitar essas distinções. Em Niue, ou Ilha Selvagem, uma ilha de coral ao Sul do Pacífico, a monarquia na realidade chegou a fim porque ninguém pôde ser induzido a assumir o responsável e perigoso ofício. ‘Em algumas partes da África Ocidental, quando o rei morre, um conselho de família se reúne secretamente para determinar seu sucessor. Aquele sobre quem a escolha recai é subitamente aprisionado, amarrado e atirado na casa-dos-fetiches, onde é mantido encarcerado até consentir em aceitar a coroa. Algumas vezes o herdeiro encontra meios de fugir à honra de que se pensa investi-lo; soube-se de um chefe feroz que andava constantemente armado, resolvido a resistir pela força a qualquer tentativa de fazê-lo sentar no trono.’ Entre os nativos da Serra Leoa, a resistência à aceitação da honra da realeza tornou-se tão grande que muitas tribos foram obrigadas a escolher forasteiros como reis.

Frazer (1911b, 17-25) atribuía a essas circunstâncias o fato de, no curso da história, ter

acabado por surgir uma divisão da realeza sacerdotal original num poder espiritual e num poder temporal. Oprimidos pelo peso de seu ofício sagrado, os reis tornaram-se incapazes de exercer o domínio nos assuntos concretos e estes foram deixados nas mãos de pessoas inferiores mas práticas, que estavam prontas a renunciar às honras da realeza. Estas, então, tornaram-se os governantes temporais, enquanto que a supremacia espiritual, despida de qualquer significação prática, era deixada aos antigos reis tabus. É do conhecimento geral até onde esta hipótese encontra confirmação na história do antigo Japão.

Um levantamento geral das relações dos homens primitivos com os seus governantes, nos deixa esperançosos de que não há grande dificuldade em passar de uma descrição delas para a sua compreensão psicanalítica. Essas relações são de tipo complexo e não estão livres de contradições. São concedidos aos governantes grandes privilégios, os quais coincidem precisamente com as proibições tabus impostas a outras pessoas. Eles são pessoas privilegiadas; podem fazer ou gozar exatamente aquilo que aos outros é proibido pelo tabu. Contra esta liberdade, no entanto, verificamos que eles estão sujeitos a restrições por outros tabus dos quais as pessoas comuns estão isentas. Temos aqui um primeiro contraste - uma contradição quase - ou seja, o fato de o mesmo indivíduo ser tanto mais livre quanto mais restringido. São ainda encarados como possuidores de poderes extraordinários de magia, de maneira que a gente tem medo de entrar em contato com suas pessoas ou com suas propriedades, enquanto que, por outro lado, esperam-se as conseqüências mais benéficas desse mesmo contato. Aqui parece haver outra contradição, particularmente acentuada, mas, como já vimos, trata-se apenas de uma contradição aparente. Os contatos que se originam do próprio rei são curativos e protetores; os perigosos são os efetuados por homens comuns sobre a pessoa do rei ou os seus pertences - provavelmente porque podem insinuar impulsos agressivos. Mais uma contradição, esta não tão facilmente solucionada, pode ser encontrada no fato de acreditar-se que o governante exerce uma grande autoridade sobre as forças da natureza, mas que tem de ser protegido com muito cuidado contra a ameaça de perigo, como se seu próprio poder, que pode fazer tanto, não pudesse realizar isso. A situação torna-se ainda mais difícil pelo fato de não se poder confiar que o governante faça uso de seus imensos poderes da maneira correta, ou seja, em benefício de seus súditos e para sua própria proteção. Assim sendo, as pessoas desconfiam dele e encontram justificativas para mantê-lo vigiado. A etiqueta de tabus a que toda a vida do rei está submetida está à serviço de todos estes intuitos protetores ao mesmo tempo: sua própria proteção dos perigos e a proteção de seus súditos dos perigos com que os ameaça.

Parece plausível explicar a atitude complicada e contraditória dos povos primitivos para com seus governantes mais ou menos da seguinte maneira: por superstições e outros motivos, uma variedade de diferentes impulsos encontra expressão na relação como os reis; e cada um desses impulsos é desenvolvido a um ponto extremo sem considerar os outros. Isto dá origem a contradições - pelas quais, incidentalmente, um intelecto selvagem é tão pouco perturbado quanto um altamente civilizado quando se trata de assuntos como religião ou 'lealdade'.

Até agora, tudo muito bem; mas a técnica da psicanálise permite ir mais adiante na

questão e penetrar mais ainda nos pormenores desses diversos impulsos. Se submetermos os fatos registrados à análise, como se fizessem parte dos sintomas apresentados por uma neurose, nosso ponto de partida deve ser a excessiva apreensibilidade e solicitude que é apresentada como razão para os cerimoniais do tabu. A ocorrência de uma solicitude excessiva desta espécie é muito comum nas neuroses e especialmente nas neuroses obsessivas, com as quais a nossa comparação é principalmente traçada. Chegamos a compreender sua origem bastante claramente. Ela aparece onde quer que, além de um sentimento predominante de afeição, exista também uma corrente de hostilidade contrária, mas inconsciente - estado de coisas que representa um exemplo típico de uma atitude emocional ambivalente. A hostilidade é então feita calar no grito, por assim dizer, por uma intensificação excessiva da afeição, que se expressa em solicitude e se torna compulsiva, porque de outro modo seria inadequada para desempenhar a missão de manter sob repressão a corrente de sentimento contrária e inconsciente. Todo psicanalista sabe por experiência com que segurança esta explicação da superafeição solícita é aplicável mesmo nas circunstâncias mais improváveis - em casos, por exemplo, de ligações entre mãe e filho ou entre um casal devotado. Se agora aplicarmos ao caso das pessoas privilegiadas, compreenderemos que juntamente com a veneração e, na verdade, idolatrização sentidas por elas, existe no inconsciente uma corrente oposta de hostilidade intensa; que, na realidade, como esperávamos, defrontamo-nos com uma situação de ambivalência emocional. A desconfiança que fornece um dos elementos inequívocos dos tabus reais seria então outra expressão, mais direta, da mesma hostilidade inconsciente. Na verdade, diante da variedade de resultados de um conflito desta espécie que são encontrados entre os diferentes povos, não nos faltam exemplos em que a existência desta hostilidade é ainda mais obviamente mostrada. 'Os selvagens timmes da Serra Leoa', nos conta Frazer, 'que elegem seu rei, reservam-se o direito de espancá-lo na véspera da coroação e valem-se desse privilégio constitucional com tão boa disposição que, às vezes, o infeliz monarca não sobrevive muito à sua elevação ao trono. Daí, quando acontece de os principais chefes terem rancor de um homem e desejarem livrar-se dele, elegerem-no rei.' Mesmo em exemplos manifestos como este, entretanto, a hostilidade não é admitida como tal, mas disfarçada em cerimonial.

Outro aspecto da atitude dos povos primitivos para com seus governantes relembra um procedimento que é comum nas neuroses em geral, mas vem à luz naquilo que é conhecido como delírio persecutório. A importância de uma pessoa determinada é imensamente exagerada e seu poder absoluto é aumentado até o grau mais improvável, a fim de poder ser mais fácil torná-la responsável por tudo de desagradável que o paciente possa experimentar. Os selvagens estão-se comportando exatamente da mesma maneira com seus reis quando lhes atribuem poder sobre a chuva e o sol, o vento e o clima, e depois os depõem ou matam porque a natureza desaponta suas esperanças de uma caçada bem sucedida ou de uma rica colheita. O modelo no qual os paranóicos baseiam seus delírios de perseguição é a relação de uma criança com o pai. A imagem que um filho faz do pai é habitualmente investida de poderes excessivos desta espécie e descobre-se que a desconfiança do pai está intimamente ligada à admiração por ele. Quando um paranóico transforma a figura de um de seus associados num "perseguidor", está elevando-o à categoria de pai; está colocando-o numa posição em que

possa culpá-lo por todos os seus infortúnios. Assim esta segunda analogia entre selvagens e neuróticos nos dá um vislumbre de que grande parte da atitude de um selvagem para com seu governante provém da atitude infantil de uma criança para com o pai.

Porém o mais forte apoio para o nosso esforço no sentido de equiparar as proibições dos tabus aos sintomas neuróticos vai ser encontrado nas próprias cerimônias do tabu, cujo efeito sobre a posição da realeza já foi discutido. Esses cerimoniais revelam inequivocamente seu significado duplo e sua derivação de impulsos ambivalentes, logo que estivermos prontos a admitir que os resultados que ocasionam estavam premeditados desde o início. O tabu não somente escolhe o rei e o exalta acima do comum dos mortais mas também torna a sua existência um tormento e um fardo insuportável, reduzindo-o a uma servidão muito pior que a de seus súditos. Aqui, então, temos uma contrapartida exata do ato obsessivo na neurose, no qual o impulso suprimido e o impulso que o suprime encontram satisfação simultânea e comum. O ato obsessivo é *ostensivamente* uma proteção contra o ato proibido, mas, na *realidade*, a nosso ver, trata-se de uma repetição dele. A expressão ‘ostensivamente’ aplica-se à parte *consciente* da mente e ‘na realidade’ à parte inconsciente. Exatamente da mesma maneira, o tabu cerimonial dos reis constitui *ostensivamente* a mais alta honra e proteção para eles, enquanto que, na *realidade*, trata-se de um castigo pela sua exaltação, uma vingança sobre ele tirada pelos seus súditos. As experiências de Sancho Panza (descritas por Cervantes) quando governador de sua ilha convenceram-no de que esta visão do cerimonial da corte era a única que se aplicava ao caso. Se pudéssemos ouvir as opiniões de reis e governantes modernos sobre o assunto, descobriríamos que haveria muitos outros que concordariam com ele.

A questão do motivo por que a atitude emocional para com os governantes inclui um elemento inconsciente de hostilidade tão poderoso levanta um problema muito interessante, mas que se situa fora dos limites do presente estudo. Já chamei a atenção para o fato de que o complexo de emoções da criança para com o pai - o complexo paterno - tem relação com o assunto e posso acrescentar que mais informações sobre a história primitiva da realeza lançaria uma luz decisiva sobre ele. Frazer (1911a) apresentou razões impressionantes - embora, como ele próprio admitiu, não inteiramente conclusivas -, para supor que os primitivos reis eram estrangeiros que após um breve reinado eram sacrificados com solenes festividades como representantes da deidade. É possível que o curso tomado pela evolução dos reis também possa ter tido influência sobre os mitos da cristandade.

(c) O Tabu em Relação aos Mortos

Sabemos que os mortos são poderosos soberanos, mas talvez fiquemos surpresos de saber que podem ser tratados como inimigos.

O tabu sobre os mortos é - voltando à analogia da infecção - especialmente virulento entre a maioria dos povos primitivos. Manifesta-se, em primeiro lugar, nas conseqüências decorrentes do contato com os mortos e no tratamento dos que os pranteiam.

Entre os maoris, qualquer pessoa que tivesse manuseado um cadáver ou participado de alguma forma de enterro ficava no mais alto grau de impureza e era quase cortada das relações com os seus semelhantes ou, como podemos dizer, era boicotada. Não podia penetrar em nenhuma casa ou entrar em contato com nenhuma pessoa ou coisa sem infectá-las. Não podia nem mesmo tocar na comida com as mãos, que, devido à sua impureza, haviam-se tornado inteiramente inúteis. ‘A comida era posta no chão e ele então se sentava ou ajoelhava e, com as mãos cuidadosamente seguras por trás das costas, abocanhava-a como podia. Em alguns casos era alimentado por outra pessoa, que, com o braço estendido, esforçava-se por fazê-lo sem tocar no homem tabu, mas a própria pessoa que dava o alimento era sujeita a muitas e severas restrições, pouco menos pesadas que as impostas ao outro. Em quase toda aldeia populosa vivia uma criatura degradada, a mais baixa das baixas, que ganhava uma miserável gorjeta para assim atender ao conspurcado.’ Somente a ela se permitia ‘relacionar-se, à distância de um braço, com aquele que havia prestado os últimos ofícios (...) aos mortos. E quando, passado o período sombrio de sua reclusão, o pranteador em condições de misturar-se mais uma vez com os companheiros, todos os pratos que havia utilizado em seu isolamento eram imediatamente quebrados e todas as vestes que havia usado eram cuidadosamente jogadas fora.’ [Frazer, 1911b, 138 e seg.]

As observâncias de tabus após o contato corporal com mortos são as mesmas em toda a Polinésia, Melanésia e parte da África. Sua característica mais comum é a proibição de que os que tiveram tal contato toquem em comida e a conseqüente necessidade de serem alimentados por outras pessoas. É um fato digno de nota que na Polinésia (embora o relato possa talvez referir-se apenas ao Havaí), os reis-sacerdotes estavam sujeitos às mesmas restrições enquanto desempenhavam suas funções sagradas. O caso do tabu sobre os mortos em Tonga oferece um exemplo especialmente claro da maneira como o grau de proibição varia de acordo com o poder do tabu da pessoa a quem o tabu é imposto. Assim, quem toca num chefe morto fica impuro por dez meses, mas se ele próprio é um chefe, torna-se tabu apenas por três, quatro ou cinco meses, de acordo com a categoria do morto; entretanto, se este for o ‘grande e divino chefe’, mesmo o maior dos chefes será tabu por dez meses. Esses selvagens acreditam firmemente que qualquer um que viole as ordenanças do tabu está fadado a cair doente e morrer; na verdade, acreditam nisso tão firmemente que, na opinião de um observador, ‘nenhum nativo chegou a fazer uma experiência para provar o contrário’.

Em essência, as mesmas proibições (embora, de nosso ponto de vista, sejam mais interessantes) aplicam-se àqueles que estiveram em contato com os mortos apenas no sentido metafórico; os parentes enlutados da pessoa morta, viúvos e viúvas. As observâncias que até aqui mencionamos podem parecer dar simplesmente uma expressão característica à virulência do tabu e seu poder de contágio. Mas as que se seguem nos dão uma pista para as razões do tabu - tanto as ostensivas quanto as que devemos encarar como as verdadeiras razões profundas subjacentes. ‘Entre os shuswap da Colúmbia Britânica, as viúvas e viúvos enlutados são isolados e proibidos de tocar na própria cabeça e no próprio corpo; as canecas e panelas que utilizam não podem ser usadas por ninguém mais (...) Nenhum caçador chega perto dessas pessoas enlutadas, porque a presença delas dá azar. Se sua sombra caísse sobre

alguém, este ficaria doente em seguida. Usam espinheiros como cama e travesseiro (...) e espinheiros também são colocados em volta de suas camas.’ Esta última medida destina-se a manter o espírito da pessoa morta a uma certa distância. O mesmo propósito é mostrado ainda mais claramente no costume observado em outra tribo norte-americana, que estabelece que, após a morte do marido, ‘a viúva use por vários dias uma tanga feita de capim seco, a fim de impedir que o fantasma do marido tenha relações sexuais com ela’. Isto sugere que o contato ‘num sentido metafórico’ é, em última análise, entendido como sendo contato corporal, porque o espírito do morto não abandona os seus parentes e não deixa de ‘pairar’ sobre estes durante o tempo do luto.

Entre os agutainos, que habitam Palawan, uma das ilhas das Filipinas, a viúva não pode deixar a cabana durante sete ou oito dias após a morte do marido e mesmo então só pode sair numa hora em que não é provável encontrar alguém, pois quem quer que a olhe morrerá de morte súbita. Para impedir esta catástrofe fatal, a viúva bate com um tarugo de madeira nas árvores à medida que avança, advertindo assim as pessoas de sua perigosa proximidade, e as próprias árvores em que ela bate em breve morrerão. A natureza do perigo que se teme de uma viúva nessas condições torna-se evidente noutro exemplo. ‘No distrito mekeo da Nova Guiné Britânica, o viúvo perde todos os direitos civis e se torna um pária social, um objeto de medo e horror, evitado por todos. Não pode cultivar um jardim, nem aparecer em público, nem andar pelas estradas e caminhos. Como um animal selvagem, tem de esconder-se por entre o capinzal e os arbustos e, se vê ou escuta que vem alguém, especialmente se for uma mulher, deve ocultar-se por trás de uma árvore ou de uma moita.’ A última alusão torna fácil remontar a origem do caráter perigoso dos viúvos e viúvas ao perigo da *tentação*. Um homem que perdeu a esposa tem de resistir ao desejo de descobrir uma substituta; a viúva tem de lutar com o mesmo desejo e além disso, está sujeita a despertar os desejos de outros homens, desde que está sem amo e senhor. Satisfações substitutas desse tipo vão de encontro ao sentido do luto e despertariam inevitavelmente a ira do fantasma.

Um dos costumes mais estranhos, e ao mesmo tempo mais instrutivos, que estão ligados ao luto é a proibição de pronunciar o nome da pessoa morta.

Esse costume é extremamente disseminado, manifesta-se de variadas formas, e tem conseqüências importantes. É encontrado não apenas entre os australianos e polinésios (que geralmente nos apresentam as observâncias de tabus em melhor estado de conservação), mas também entre povos separados uns dos outros por grandes distâncias como os samoiedos da Sibéria e os todos da Índia meridional; os mongóis da Tartária e os tuaregues do Saara; os ainos do Japão e os akamba e os nadi da África central; os tinguianos das Filipinas e os habitantes das Ilhas Nicobar, de Bornéu, de Madagascar e da Tasmânia.’ (Frazer, 1911b, 353.) Em alguns dos casos, a proibição e suas conseqüências duram apenas o período do luto; noutros, são permanentes, mas parecem invariavelmente diminuir de rigidez com a passagem do tempo.

A evitação do nome de uma pessoa morta é uma regra que se faz respeitar com extrema severidade. Desse modo, em algumas tribos sul-americanas é considerado um insulto mortal

aos sobreviventes mencionar em sua presença o nome de um parente morto e o castigo para isso não é menor que o estabelecido para o assassinato. [Ibid., 352.] A princípio, não é fácil perceber por que a menção do nome deva ser encarada com tal horror, mas os perigos nisso envolvidos deram origem a um grande número de métodos de evasão que são interessantes e importantes sob diversos aspectos. Assim, os masai da África Oriental valem-se do artifício de mudar o nome do morto imediatamente após a sua morte; pode então ser livremente mencionado pelo seu novo nome, enquanto todas as restrições continuam ligadas ao antigo. Isto parece pressupor que o espírito do morto não sabe e não virá a saber seu novo nome. [Ibid., 354.] As tribos de Adelaide e Encounter Bay, na Austrália do Sul, são coerentes nessa preocupação que, após uma morte, todos os que têm o mesmo nome do defunto, ou muito semelhante a ele, trocam-no por outro. [Ibid., 355.] Em alguns casos, como por exemplo, entre certas tribos de Vitória e do noroeste da América, isto é levado ainda mais além e, depois da morte, todos os parentes do morto mudam de nome, independentemente de qualquer semelhança de som. [Ibid., 357.] Na verdade, entre os guaicurus do Paraguai, quando uma morte ocorria, o chefe costumava mudar o nome de todos os membros da tribo e, ‘a partir daquele momento, todos lembravam-se de seus novos nomes como se os houvessem usado toda a vida’.

Além disso, se acontecer de o nome do morto ser o mesmo que o de um animal ou objeto comum, algumas tribos acham necessário dar a esses animais ou objetos novas denominações, de maneira que o emprego dos nomes anteriores não faça lembrar o defunto. Essa prática conduz a uma mudança perpétua de vocabulário, o que causa muitas dificuldades aos missionários, especialmente quando tais modificações são permanentes. Nos sete anos que o missionário Dobrizhoffer passou entre os abipones do Paraguai, ‘a palavra nativa para designar jaguar mudou três vezes, e as palavras para crocodilo, espinho e a matança de gado sofreram vicissitudes semelhantes, embora menos variadas’. O pavor de enunciar o nome de um defunto leva, na verdade, a evitar a menção de qualquer coisa na qual o morto tenha participado; e uma conseqüência importante desse processo de supressão é que esses povos não possuem tradições nem lembrança histórica, de maneira que qualquer pesquisa de sua história primitiva se defronta com as maiores dificuldades. [Ibid., 362 e seg.] Entretanto, um certo número desses povos primitivos adotou práticas compensatórias que revivem os nomes dos mortos após um longo período de luto, dando-os aos filhos, que são assim encarados como reencarnações dos falecidos. [Ibid., 364 e seg.]

O tabu sobre nomes parecerá menos misterioso se tivermos em mente o ato de que os selvagens encaram o nome como uma parte essencial da personalidade de um homem e como uma posse importante: eles tratam as palavras, em todos os sentidos, como coisas. Como já salientei em outro trabalho [Freud, 1905c, Cap. IV], nossos próprios filhos fazem o mesmo. Nunca estão dispostos a aceitar uma semelhança entre duas palavras como desprovida de sentido; coerentemente presumem que se duas coisas são chamadas por nomes de som semelhante, isto deve implicar na existência de algum ponto profundo de concordância entre elas. Mesmo um adulto civilizado pode ser capaz de inferir, de certas peculiaridades de seu próprio comportamento, que não se acha tão distante quanto poderia pensar de atribuir

importância aos nomes próprios e que seu próprio nome tornou-se, de uma maneira muito marcante, ligado à sua personalidade. Também a prática psicanalítica se depara com freqüentes confirmações disto nas provas que encontra da importância dos nomes nas atividades mentais inconscientes. Como era de se esperar, os neuróticos obsessivos comportam-se exatamente como os selvagens em relação aos nomes. Como os outros neuróticos, apresentam um alto grau de ‘sensibilidade complexiva com relação a proferir ou escutar palavras e nomes específicos e sua atitude para com os próprios nomes impõe-lhes numerosas e, freqüentemente, sérias inibições.

Uma dessas pacientes tabu minha conhecida adotara como regra não escrever seu próprio nome, com medo de que ele pudesse vir a cair nas mãos de alguém, que então ficaria de posse de uma parte de sua personalidade. Era obrigada a lutar com uma lealdade convulsiva contra as tentações a que sua imaginação a submetia e assim proibiu-se a si mesma de ‘entregar qualquer parte de sua pessoa’. Esta atitude incluía a princípio o seu nome e depois estendeu-se ao que escrevia, até finalmente deixar de escrever por completo.

Não mais nos surpreenderá, portanto, que os selvagens considerem o nome de uma pessoa morta como parte de sua personalidade e o tornem sujeito a um tabu pertinente. Assim, também, pronunciar o nome de uma pessoa morta é claramente um derivado de manter contato com ela. Podemos, então, voltar-nos para o problema mais amplo da razão pela qual esse contato está sujeito a um tabu tão rígido.

A explicação mais óbvia indicaria ser o horror despertado pelos cadáveres e pelas mudanças que rapidamente se tornam visíveis neles. Alguma parte, nessa questão, deve caber também à tristeza pela morte da pessoa, uma vez que deve ser uma força motivadora em tudo relacionado com ela. Mas o horror pelo cadáver evidentemente não explica todos os pormenores das observâncias de tabus e a tristeza não pode explicar por que a enunciação do nome do defunto constitui um insulto aos seus sobreviventes. Pelo contrário, ela tende a preocupar-se com o morto, a prolongar sua lembrança e preservá-la tanto quanto possível. Algo mais que o luto deve ser considerado responsável pelas peculiaridades das práticas de tabu, algo que tem em vista propósitos muito diferentes. É precisamente o tabu sobre os nomes que nos dá a pista desse motivo ignorado e se não fosse possível sabê-lo apenas pelas práticas, poderíamos chegar a ele através do que os próprios selvagens enlutados nos contam, porque não disfarçam o fato de terem *medo* da presença ou do retorno do espírito do morto e de realizarem um grande número de cerimônias para mantê-lo à distância ou expulsá-lo de vez. Sentem que pronunciar seu nome equivale a invocá-lo, o que seria rapidamente seguido de sua presença. Por conseguinte, fazem tudo o que podem para evitar essa invocação. Disfarçam-se de maneira que o fantasma não os reconheça, mudam seu nome ou o deles próprios; ficam furiosos com estrangeiros descuidados que, pela pronúncia do nome do espírito, incitam-no contra os sobreviventes. É impossível fugir à conclusão de que, nas palavras de Wundt (1906, 49), são vítimas de um temor da ‘alma do morto, que se transformou num demônio’. Aqui, então, parece que encontramos uma confirmação da opinião de Wundt, que, como já vimos em [1], considera que a essência do tabu é o medo dos demônios.

Esta teoria baseia-se numa suposição tão extraordinária que à primeira vista parece inacreditável, ou seja, a suposição de que um parente ternamente amado, no momento de sua morte, transforme-se num demônio, de quem os sobreviventes nada podem esperar a não ser hostilidade e contra cujos desejos perversos devem proteger-se por todos os meios possíveis. Não obstante, quase todas as autoridades concordam em atribuir esse modo de ver aos povos primitivos. Westermarck, que, a meu ver, dá muito pouca importância ao tabu em seu livro *The Origin and Development of the Moral Ideas*, chega mesmo a escrever no capítulo ‘Consideração pelos Mortos’: ‘Falando de modo geral, minha coletânea de fatos levou-me à conclusão de que os mortos são mais comumente encarados como inimigos que como amigos e que o Professor Jevons e o Sr. Grant Allen estão equivocados ao afirmarem que, segundo as crenças primitivas, a maior parte da malevolência dos mortos é dirigida apenas contra os estrangeiros, enquanto que exercem um cuidado paternal sobre as vidas e a sorte de seus descendentes e companheiros de clã.

Num interessante trabalho, Rudolf Kleinpaul (1898) utilizou os resquícios da antiga crença nos espíritos entre os povos civilizados para lançar luz sobre a relação entre os vivos e os mortos. Também ele chega à conclusão final de que os mortos, cheios de desejos de morte, buscam arrastar os vivos atrás de si. Os mortos mataram e o esqueleto que atualmente utilizamos para representá-los simboliza o fato de que eles próprios foram matadores. Os vivos não se sentiam a salvo dos ataques dos mortos sem que houvesse um lençol d’água entre eles. É por isso que os homens gostavam de enterrar os mortos em ilhas ou no outro lado dos rios e essa, por sua vez, é a origem de expressões como ‘Aqui e no Além’. Mais tarde, a malignidade dos mortos diminuía e ficava restrita a categorias especiais que possuíam um direito específico de se sentirem ressentidas - tais como os homens assassinados, por exemplo, que sob a forma de espíritos maus iam em perseguição de seus assassinos, ou noivas que tinham morrido com seus desejos insatisfeitos. Originalmente, porém, diz Kleinpaul, *todos* os mortos eram vampiros, todos tinham um rancor contra os vivos e procuravam prejudicá-los e roubar-lhes a vida. Foi dos cadáveres que o conceito de espíritos maus surgiu pela primeira vez.

A hipótese de que após a morte os que tinham sido mais queridos se transformavam em demônios suscita claramente novas questões. O que foi que induziu os homens primitivos a atribuir tal mudança de sentimentos àqueles que lhes haviam sido caros? Por que os transformaram em demônios? Westermarck (1906-8, 2, 534 e seg.) é de opinião que estas perguntas podem ser facilmente respondidas. ‘A morte é em geral encarada como o mais grave de todos os infortúnios; daí acreditar-se que os mortos estejam extraordinariamente insatisfeitos com a sua sorte. De acordo com as idéias primitivas, uma pessoa só morre se for morta - pela magia, quando não pela força - e uma morte assim tende naturalmente a tornar a alma vingativa e mal-humorada. Tem inveja dos vivos e anseia pela companhia dos velhos amigos; não é de admirar, portanto, que envie doenças para causar a morte deles (...) Mas a noção de que a alma desencarnada é, em geral, um ser maldoso (...) tem também, indubitavelmente, uma estreita relação com o medo instintivo dos mortos, o qual, por sua

vez, é resultado do medo da morte.’

O estudo das perturbações psiconeuróticas sugere uma explicação mais ampla, que ao mesmo tempo abrange a apresentada por Westermarck.

Quando uma esposa perde o marido ou uma filha a mãe, não é raro acontecer que a sobrevivente fique atormentada por dúvidas atrozes (às quais damos o nome de ‘autocensuras obsessivas’) quanto a se ela própria não poderia ter sido a responsável pela morte desse ente querido através de algum ato de descuido ou negligência. Nenhuma quantidade de lembranças do cuidado que prodigalizou ao sofredor e nenhuma quantidade de reputações objetivas da acusação servem para dar fim ao tormento. Essa atitude pode ser encarada como uma forma patológica de luto e, com a passagem do tempo, pouco a pouco se desvanece. A investigação psicanalítica desses casos revelou os motivos secretos da perturbação. Descobrimos que, num certo sentido, essas auto-acusações objetivas são justificadas, e é esta a razão de constituírem prova contra contradições e protestos. Não é que a pessoa enlutada seja realmente responsável pela morte ou na realidade culpada de negligência, como as auto-acusações declaram ser o caso. Não obstante, havia algo nela - desejo que lhe era inconsciente - que não ficaria insatisfeito com a ocorrência da morte e que poderia realmente tê-la ocasionado, se tivesse poder para isso. E após a morte *haver* ocorrido, é contra esse desejo inconsciente que as censuras são uma reação. Em quase todos os casos em que existe uma intensa ligação emocional com uma pessoa em particular, descobrimos que por trás do terno amor há uma hostilidade oculta no inconsciente. Esse é o exemplo clássico, o protótipo, da ambivalência das emoções humanas. Essa ambivalência está presente em maior ou menor grau na disposição inata de cada um; normalmente não é tanta que dê para produzir as autocensuras obsessivas que estamos considerando. No entanto, quando existe em abundância na disposição, manifestar-se-á precisamente na relação da pessoa com aqueles de quem mais gosta, ou seja, exatamente ali onde, na realidade, menos esperaríamos encontrá-la. Deve-se supor que a presença de um grau particularmente elevado dessa ambivalência emocional original é característica da disposição dos neuróticos obsessivos - a quem tão freqüentemente trouxe para comparação nesse exame do tabu.

Descobrimos agora um motivo que pode explicar a idéia de que as almas dos que morreram são transformadas em demônios e a necessidade sentida pelos sobreviventes de proteger-se de sua hostilidade através de tabus. Suponhamos que a vida emocional dos povos primitivos se caracterize por um grau de ambivalência tão elevado quanto o que, pelas descobertas da psicanálise, somos levados a atribuir aos pacientes obsessivos. Torna-se fácil então compreender como, após uma penosa aflição, os selvagens são obrigados a produzir uma reação contra a hostilidade latente no seu inconsciente semelhante à que é expressa como autocensura obsessiva no caso dos neuróticos. Mas essa hostilidade, aflitivamente sentida no inconsciente como satisfação pela morte, é tratada de forma diferente pelos povos primitivos. A defesa contra ela assume a forma de deslocá-la para o

objeto da hostilidade, ou seja, para os próprios mortos. Esse procedimento defensivo, comum tanto na vida mental normal quanto na patológica, é conhecido como *'projeção'*. O sobrevivente nega assim que tenha algum dia alimentado quaisquer sentimentos hostis contra o morto querido; em vez disso, é a alma do defunto que os alimenta e procura pô-los em ação durante todo o período de luto. Apesar da defesa bem-sucedida que o sobrevivente consegue através da projeção, sua reação emocional apresenta as características de castigo e remorso, porque é o sujeito dos temores, e submete-se a renúncias e restrições, embora estas sejam em parte disfarçadas como medida de proteção contra o demônio hostil. Mais uma vez, então, descobrimos que o tabu desenvolveu-se com base numa atitude emocional ambivalente. O tabu sobre os mortos surge, como os outros, do contraste existente entre o sofrimento consciente e a satisfação inconsciente pela morte que ocorreu. Uma vez que essa é a origem do ressentimento da alma do morto, segue-se naturalmente que os sobreviventes que mais terão a temer serão aqueles que eram anteriormente os seus mais chegados e queridos.

A esse respeito, as observâncias dos tabus, assim como os sintomas neuróticos, têm um sentido duplo. Por um lado, em seu caráter restritivo, são expressões de pesar, mas, pelo outro, traem claramente coisa que procuram ocultar - uma hostilidade contra o morto disfarçada em autodefesa. Já sabemos que certos tabus surgem do medo da tentação. O fato de um homem morto achar-se em desamparo está fadado a atuar como um incentivo a que o sobrevivente dê rédea livre às suas paixões hostis e essa tentação tem de ser contraditada por uma proibição.

Westermarck está certo quando insiste em que os selvagens não fazem distinção entre a morte violenta e a morte natural. Na opinião do pensamento inconsciente, um homem que morreu de morte natural é um homem assassinado; desejos maus o mataram. Qualquer pessoa que investigue a origem e a significação dos sonhos de morte de parentes amados (pais, irmãos ou irmãs) poderá convencer-se de que as pessoas que sonham, as crianças e os selvagens estão de acordo em sua atitude para com os mortos - uma atitude baseada na ambivalência emocional.

No começo deste ensaio [ver em [1]] coloquei-me em desacordo com a opinião de Wundt de que a essência do tabu era o medo dos demônios. No entanto, concordamos agora com uma explicação que faz derivar o tabu relativo aos mortos do medo da alma da pessoa morta, transformada num demônio. A aparente contradição pode ser facilmente resolvida. É verdade que aceitamos a presença de demônios, mas não como algo definitivo e psicologicamente impossível de analisar. Conseguimos ir além dos demônios, por assim dizer, porque os explicamos como sendo projeções de sentimentos hostis, alimentados pelos sobreviventes contra os mortos.

Ambos os conjuntos de sentimentos (os afetuosos e os hostis) que, como temos boas razões para acreditar, existem para com a pessoa morta, procuram atuar por ocasião do luto,

como desolação e como satisfação. Não pode deixar de haver um conflito entre esses dois sentimentos contrários e, uma vez que um deles, a hostilidade, é inteiramente ou em grande parte inconsciente, o resultado do conflito não pode ser subtrair, por assim dizer, o sentimento de menor intensidade do de intensidade maior e estabelecer a diferença na consciência - como acontece, por exemplo, quando se perdoa uma desfeita que se recebeu de alguém de quem se gosta. Em vez disso, o processo é conduzido pelo mecanismo psíquico especial conhecido em psicanálise, como já disse, pelo nome de 'projeção'. A hostilidade, da qual os sobreviventes nada sabem e, além disso, nada desejam saber, é expelida da percepção interna para o mundo externo, sendo assim desligada deles e empurrada para outrem. Não se pode dizer que estejam alegres por se haverem livrado do morto pelo contrário, estão de luto por ele, mas, é estranho dizê-lo, *ele* transformou-se num demônio perverso, pronto a tripudiar sobre os seus infortúnios e ansioso por matá-los. Torna-se-lhes então necessário aos sobreviventes defender-se contra o inimigo malvado; aliviaram-se da pressão provinda de dentro, mas apenas a trocaram pela opressão vinda de fora.

Está fora de discussão que esse processo de projeção, que transforma um morto num inimigo maligno, pode encontrar apoio em quaisquer atos reais de hostilidade de sua parte, os quais podem ser lembrados e sentidos como rancor contra ele: sua severidade, seu amor ao poder, sua injustiça ou qualquer outra coisa que possa estar por trás até mesmo das relações humanas mais ternas. Mas não pode tratar-se de algo simples assim. Somente esse fator não pode explicar a criação de demônios por projeção. Os defeitos dos mortos sem dúvida alguma fornecem uma parte da explicação da hostilidade dos sobreviventes, mas não influiriam dessa maneira a menos que os últimos tivessem desenvolvido antes uma hostilidade por sua própria conta. O momento da morte, além disso, parece certamente uma ocasião muito inapropriada para a recordação de qualquer motivo justificável que possa existir para queixas. É impossível fugir ao fato de que o verdadeiro fator determinante é, invariavelmente, a hostilidade *inconsciente*. Uma corrente hostil de sentimento como esta contra os parentes mais chegados e queridos de uma pessoa pode permanecer latente durante toda a vida, ou seja, sua existência pode não ser revelada à consciência, diretamente, ou através de algum substituto. Entretanto, quando eles morrem, isso não é mais possível e o conflito torna-se agudo. O luto que se origina de uma intensificação dos sentimentos afetuosos torna-se, por um lado, mais impaciente em relação à hostilidade latente e, por outro, não lhe permite fazer irromper qualquer sentimento de satisfação. Por conseguinte, segue-se a repressão da hostilidade inconsciente pelo método da projeção e a criação do cerimonial, que expressa o medo de ser punido pelos demônios. Quando, com o decorrer do tempo, o luto passa, o conflito torna-se menos agudo, de maneira que o tabu sobre os mortos pode diminuir de severidade ou cair no esquecimento.

Tendo assim explicado a base do tabu extremamente instrutivo sobre os mortos, não devemos deixar de acrescentar algumas observações que podem ajudar a aumentar nossa compreensão do tabu em geral.

A projeção da hostilidade inconsciente sobre os demônios, no caso do tabu relativo aos mortos, é apenas um exemplo de um certo número de processos aos quais se deve atribuir a maior importância na formação da mente primitiva. No caso de que estivemos tratando, a projeção serviu ao objetivo de manejar um conflito emocional, sendo empregada da mesma maneira num grande número de situações psíquicas que conduzem às neuroses. Mas a projeção não foi criada com o propósito de defesa; ela também ocorre onde não há conflito. A projeção de percepções internas para fora é um mecanismo primitivo, ao qual, por exemplo, estão sujeitas nossas percepções sensoriais, e que, assim, normalmente desempenha um papel muito grande na determinação da forma que toma nosso mundo exterior. Sob condições cuja natureza não foi ainda suficientemente estabelecida, as percepções internas de processos emocionais e de pensamento podem ser projetadas para o exterior da mesma maneira que as percepções sensoriais. São assim empregadas para construir o mundo externo, embora devam, por direito, permanecer sendo parte do mundo *interno*. Isto pode ter alguma vinculação genética com o fato de que a função da atenção dirigia-se originalmente não no sentido do mundo interno, mas no dos estímulos que afluem do mundo externo e que as únicas informações dessa função sobre os processos endopsíquicos era recebida a partir de sentimentos de prazer e desprazer. Foi somente após uma linguagem de pensamento abstrato ter sido desenvolvida, ou seja, somente após os resíduos sensoriais das apresentações verbais terem sido ligados aos processos internos, que os últimos pouco a pouco foram se tornando capazes de serem percebidos. Antes disso, em virtude da projeção das percepções internas para fora, os homens primitivos chegaram a uma representação do mundo externo que nós, com nossa percepção consciente intensificada, temos hoje de traduzir novamente para a psicologia. [Cf. p. 86 n.]

A projeção de seus próprios impulsos maus sobre os demônios é apenas uma das partes de um sistema que constituía a *Weltanschauung* [visão do universo] dos povos primitivos e que viremos a conhecer como ‘animismo’ no ensaio seguinte. Nele, teremos de examinar as características psicológicas desse sistema e mais uma vez o faremos referindo-nos aos sistemas semelhantes que descobrimos, construídos pelos neuróticos. No momento, direi apenas que o protótipo de todos esses sistemas é aquilo que denominamos de ‘revisão secundária’ do conteúdo dos sonhos. E não devemos esquecer que, durante e após a fase em que os sistemas são construídos, dois conjuntos de razões podem ser atribuídos a cada acontecimento psíquico que é conscientemente julgado - um deles pertencente ao sistema e o outro, real, mas inconsciente.

Wundt (1906, 129) observa que ‘entre as atividades atribuídas pelos mitos de todo o mundo aos demônios, as prejudiciais predominam, de maneira que, na crença popular, os gênios maus são evidentemente mais antigos que os bons’. É muito possível que todo o conceito de demônios se tenha derivado da importante relação dos vivos com os mortos. A ambivalência inerente a essa relação expressou-se no curso subsequente do desenvolvimento humano pelo fato de, da mesma raiz, surgirem duas estruturas psíquicas completamente opostas: de um lado, o medo dos demônios e dos fantasmas; do outro, a veneração dos ancestrais. O fato de os demônios serem sempre encarados como os espíritos daqueles que tinham morrido *recentemente* mostra, melhor que qualquer outra coisa, a influência do luto na origem da crença nos demônios. O luto tem uma missão psíquica muito específica a efetuar; sua função é desligar dos mortos as lembranças e as esperanças dos sobreviventes. Quando isto é conseguido, o sofrimento diminui e, com ele, o remorso e as autocensuras e, conseqüentemente, também o medo dos demônios. E os mesmos espíritos que inicialmente foram temidos como demônios podem agora esperar encontrar um tratamento mais amistoso; são reverenciados como ancestrais e lhes são dirigidos apelos em busca de ajuda.

Se acompanharmos a mudança das relações entre os sobreviventes e os mortos através das épocas, torna-se claro que houve uma extraordinária diminuição da ambivalência. Agora é bastante fácil dominar a hostilidade inconsciente contra os mortos (embora sua existência ainda possa ser reconhecida), sem qualquer dispêndio específico de energia psíquica. Onde, em tempos anteriores, o ódio satisfeito e a afeição sentida lutavam um contra a outra, encontramos agora uma espécie de cicatriz que se formou sob o modelo da piedade, a qual declara: *de mortuis nil nisi bonum.*’ Somente nos neuróticos o luto pela perda dos que lhes eram caros é ainda perturbado por autocensuras obsessivas, cujo segredo é revelado pela psicanálise como sendo a velha ambivalência emocional. Não precisamos discutir aqui como foi que esta alteração ocorreu, que parte dela é devida a uma modificação constitucional e qual a parte que se deve a uma melhoria real nas relações familiares. Mas este exemplo sugere a probabilidade de que os *impulsos psíquicos dos povos primitivos fossem caracterizados por uma quantidade maior de ambivalência que a que se pode encontrar no homem moderno civilizado. É de supor-se que como essa ambivalência diminuiu, o tabu (sintoma da ambivalência e um acordo entre os dois impulsos conflitantes) lentamente desapareceu.* Dos neuróticos, que são obrigados a reproduzir o conflito e o tabu dela resultante, pode-se dizer que herdaram uma constituição arcaica como vestígio atavístico; a necessidade de compensar isso, por força da civilização, é que os leva a um imenso dispêndio de energia mental.

E aqui poderemos relembrar a obscura e enigmática afirmação de Wundt sobre o significado duplo da palavra tabu: ‘sagrado’ e ‘impuro’. (Ver atrás em [1] e [2].) Originalmente, de acordo com ele, a palavra não possuía esses dois significados, mas descrevia ‘o que é demoníaco’, ‘o que não pode ser tocado’, acentuando assim uma

importante característica comum a ambos os conceitos extremos. A persistência, contudo (acrescenta ele), dessa característica comum constituiu uma prova de que o campo abrangido por ambos - o sagrado e o impuro - era originalmente um só e não se tornou diferenciado senão posteriormente.

Nossos estudos, pelo contrário, conduziram-nos à simples conclusão de que a palavra 'tabu' possuiu um sentido duplo desde o início e foi usada para designar um tipo específico de ambivalência e tudo o que dela surgia. 'Tabu', em si própria, é uma palavra ambivalente e, olhando-se para trás, sente-se que só o significado bem comprovado da palavra teria tornado possível inferir - coisa a que na realidade se chegou como resultado de amplas pesquisas - que as proibições do tabu devem ser compreendidas como conseqüências de uma ambivalência emocional. O estudo das línguas mais primitivas nos revelou que existiram outrora muitas dessas palavras, que expressavam idéias contrárias e, num certo sentido (embora não exatamente no mesmo sentido que a palavra 'tabu'), eram ambivalentes. Ligeiras modificações na pronúncia da 'palavra primordial' antitética tornaram subseqüentemente possível dar expressão verbal independente às duas idéias contrárias que nele se achavam originalmente combinadas.

A palavra 'tabu' teve uma sorte diferente. À medida que a importância da ambivalência por ela denotada declinava, a própria palavra, ou melhor, as palavras que lhe eram análogas, caíram no desuso. Espero poder provar, numa conexão posterior, que uma cadeia definida de acontecimentos históricos está oculta por trás da sorte deste conceito: que a palavra foi a princípio ligada a certas relações humanas bastante específicas, que se caracterizavam por grande ambivalência emocional, e que seu uso depois ampliou-se para outras relações análogas. [Ver em [1] e segs.]

Se não estou enganado, a explicação de tabu também lança luz sobre a natureza e a origem da *consciência*. É possível, sem qualquer distensão do sentido dos termos, falar de uma consciência tabu ou, após um tabu ter sido violado, de um senso de culpa tabu. A consciência tabu é provavelmente a forma mais remota em que o fenômeno da consciência é encontrado.

Sim, porque o que é a consciência? Segundo as provas da linguagem, ela está relacionada com aquilo de que se está 'consciente com mais certeza'. Na verdade, em algumas línguas, as palavras para designar 'consciência' (no sentido moral, *conscience*, N. do Trad.) e 'consciência' (no sentido de percepção do que se passa em nós ou ao redor de nós, *consciousness*, N. do Trad.) mal podem ser distinguidas.

A consciência (*conscience*, N. do Trad.) é a percepção interna da rejeição de um determinado desejo a influir dentro de nós. A ênfase, contudo, é dada ao fato de esta rejeição não precisar apelar para nada mais em busca de apoio, de achar-se inteiramente 'certa de si

própria'. Isto é ainda mais claro no caso da consciência de culpa - a percepção da condenação interna de um ato pelo qual realizamos um determinado desejo. Apresentar qualquer razão para isto pareceria supérfluo: quem quer que tenha uma consciência deve sentir dentro de si a justificação pela condenação, sentir a autocensura pelo ato que foi realizado. Essa mesma característica pode ser observada na atitude do selvagem para com o tabu. Trata-se de uma ordem emitida pela consciência; qualquer violação dela produz um temível senso de culpa que vem como coisa natural e do qual a origem é desconhecida.

Dessa maneira parece provável que também a consciência tenha surgido, numa base de ambivalência emocional, de relações humanas bastante específicas, às quais essa ambivalência estava ligada e que surgiu sob as condições que demonstramos se aplicarem ao caso do tabu e da neurose obsessiva, a saber: que um dos sentimentos opostos envolvidos seja inconsciente e mantido sob repressão pela dominação compulsiva do outro. Esta conclusão é apoiada por várias coisas que aprendemos da análise das neuroses.

Em primeiro lugar, descobrimos que um dos aspectos do caráter dos neuróticos obsessivos é uma escrupulosa conscienciosidade que é um sintoma reagindo contra a tentação a espreitar no inconsciente. Se a doença se torna mais aguda, desenvolvem um senso de culpa do mais intenso grau. Na realidade, poderíamos arriscar-nos a dizer que se não pudemos descobrir a origem do senso de culpa nos neuróticos obsessivos, não há esperanças de que venhamos a descobri-lo *nunca*. Esse trabalho pode ser realizado diretamente no caso dos pacientes neuróticos e pode nos servir de apoio para chegar, por inferência, a uma solução semelhante no caso dos povos primitivos.

Em segundo lugar, não podemos deixar de nos impressionar com o fato de uma sensação de culpa ter em si muito da natureza da ansiedade; podemos descrevê-la, sem nenhum receio, como um 'pavor da consciência'. Mas a ansiedade aponta para fontes inconscientes. A psicologia das neuroses nos fez ver que, se impulsos cheios de desejo forem reprimidos, sua libido se transformará em ansiedade. E isto nos faz lembrar que há algo de desconhecido e inconsciente em conexão com a sensação de culpa, a saber, as razões para o ato de repúdio. O caráter de ansiedade que é inerente à sensação de culpa corresponde ao fator desconhecido.

Visto que os tabus se expressam principalmente em proibições, a presença subjacente de uma corrente *positiva* de desejo pode ocorrer-nos como algo de bastante óbvio e que não exige provas exaustivas baseadas na analogia das neuroses, porque, afinal de contas, não há necessidade de se proibir algo que ninguém deseja fazer e uma coisa que é proibida com a maior ênfase deve ser algo que é desejado. Se aplicarmos essa tese plausível aos nossos povos primitivos, seremos levados à conclusão de que algumas de suas mais fortes tentações eram matar seus reis e sacerdotes, cometer incesto, tratar mal os mortos e assim por diante - o que dificilmente parece provável. E nos defrontaremos com a mais positiva contradição se

aplicarmos a mesma tese aos casos em que nós mesmos parecemos ouvir com a maior clareza a voz da consciência. Sustentariamos com a mais absoluta certeza que não sentimos a mais leve tentação de violar nenhuma dessas proibições - o mandamento 'Não matarás', por exemplo - e que não sentimos senão horror à idéia de violá-las.

Se, contudo, devêssemos admitir as alegações assim defendidas por nossa consciência, seguir-se-ia, por um lado, que essas proibições seriam supérfluas - tanto aos tabus quanto às nossas próprias proibições morais - e, por outro, que a consciência ficaria inexplicada e não restaria lugar para as relações existentes entre ela, o tabu e a neurose. Em outras palavras, voltaríamos ao estado de conhecimento em que nos encontrávamos antes de abordarmos o problema segundo o ângulo psicanalítico.

Suponhamos, por outro lado, que devêssemos levar em consideração a descoberta a que se chegou, através da psicanálise, sobre os sonhos das pessoas normais, segundo a qual nós próprios achamo-nos sujeitos, mais intensa e freqüentemente do que suspeitamos, à tentação de matar alguém e que essa tentação produz efeitos psíquicos, ainda que permaneça fora da visão da nossa consciência. Suponhamos ainda que devêssemos reconhecer as observâncias compulsivas de certos neuróticos como sendo cautelas contra um impulso intensificado de matar ou autopunições por causa desse impulso. Nesse caso, deveríamos dar ainda mais importância à nossa tese de que onde existe uma proibição tem de haver um desejo subjacente. Teríamos de supor que o impulso a matar acha-se realmente presente no inconsciente e que nem os tabus e nem as proibições morais são psicologicamente supérfluos, mas, pelo contrário, explicam-se e justificam-se pela existência de uma atitude ambivalente para com o impulso de matar.

Uma das características dessa relação ambivalente que ressaltai repetidamente como fundamental - o fato de a corrente positiva de desejo ser inconsciente - abre caminho a outras considerações e a outras explicações possíveis. Os processos psíquicos do inconsciente não são, em todos os aspectos, idênticos àqueles com que a nossa mente consciente se acha familiarizada; desfrutam de certas liberdades excepcionais que são proibidas a esta. Um impulso inconsciente não precisa ter surgido no ponto em que faz seu aparecimento; pode surgir de uma outra região inteiramente diferente e haver aplicado originalmente a outras pessoas e conexões completamente diferentes; pode ter atingido o local em que chama a nossa atenção através do mecanismo do 'deslocamento'. Além disso, devido à indestrutibilidade e insusceptibilidade à correção que constituem atributos dos processos inconscientes, pode ter sobrevivido desde épocas bem anteriores, nas quais era apropriado, até épocas e circunstâncias posteriores, nas quais suas manifestações estão destinadas a parecer estranhas. Estas observações não constituem mais que sugestões, mas, se forem atentamente desenvolvidas, sua importância para nossa compreensão do progresso da civilização se tornará evidente.

Antes de concluir este estudo, há outro ponto que não deve ser desprezado, pois vai

preparar o caminho para indagações posteriores. Ao sustentar a semelhança essencial entre as proibições dos tabus e as proibições morais, não procurei discutir o fato de que deve haver uma diferença psicológica entre elas. A única razão possível para que as proibições não mais assumam a forma de tabus deve ser alguma alteração ocorrida nas circunstâncias que regem a ambivalência a elas subjacente.

Em nosso exame analítico dos problemas do tabu, consideramos até aqui os pontos de concordância que podemos demonstrar existir entre ele e a neurose obsessiva. Mas, em última análise, o tabu não é uma neurose e sim uma instituição social. Por conseguinte, devemos explicar que diferença existe, em princípio, entre uma neurose e uma criação cultural como é o tabu.

Mais uma vez tomarei um fato isolado como ponto de partida. Existe, entre os povos primitivos, o temor de que a violação de um tabu seja seguida de uma punição, em geral alguma doença grave ou a morte. A punição ameaça cair sobre quem quer que tenha sido responsável pela violação do tabu. Nas neuroses obsessivas, o caso é diferente. O que o paciente teme, se efetuar alguma ação proibida, é que o castigo caia não sobre si próprio, mas sobre alguma outra pessoa. A identidade da pessoa, via de regra, não é enunciada, mas em geral pode-se demonstrar sem dificuldade, através da análise, que se trata de uma pessoa das mais próximas e queridas do paciente. Aqui, então, o neurótico parece estar comportando-se altruisticamente e o homem primitivo, egoisticamente. Somente quando a violação de um tabu não é automaticamente vingada na pessoa do transgressor é que surge entre os selvagens um sentimento coletivo de que todos eles estão ameaçados pelo ultraje; e em seguida, apressam-se em efetuar eles próprios a punição omitida. Não há dificuldade em explicar o mecanismo desta solidariedade. O que está em questão é o medo do exemplo infeccioso, da tentação a imitar, ou seja, do caráter contagioso do tabu. Se uma só pessoa consegue gratificar o desejo reprimido, o mesmo desejo está fadado a ser despertado em todos os outros membros da comunidade. A fim de sofrer a tentação o transgressor invejado tem de ser despojado dos frutos de seu empreendimento e o castigo, não raramente, proporcionará àqueles que o executam uma oportunidade de cometer o mesmo ultraje, sob a aparência de um ato de expiação. Na verdade, este é um dos fundamentos do sistema penal humano e baseia-se, sem dúvida corretamente, na suposição de que os impulsos proibidos encontram-se presentes tanto no criminoso como na comunidade que se vingará. Nisto, a psicanálise apenas confirma o costumeiro pronunciamento dos piedosos: todos nós não passamos de miseráveis pecadores.

A que atribuir então a inesperada nobreza da mente do neurótico, que nada teme para si, mas tudo teme para alguém que ama? A investigação analítica demonstra que esta atitude não é primária. Originalmente, isto é, no começo da doença, a ameaça do castigo aplicava-se, como no caso dos selvagens, ao próprio paciente; ele temia invariavelmente pela sua própria vida; somente depois foi que o medo mortal deslocou-se para outrem, para uma pessoa amada. O processo é um pouco complicado, mas podemos acompanhá-lo

perfeitamente. Na raiz da proibição existe sempre um impulso hostil contra alguém que o paciente ama - um desejo de que essa pessoa morra. Esse impulso é reprimido por uma proibição e esta se liga a algum ato específico, que, por deslocamento, represente talvez um ato hostil contra a pessoa amada. Existe uma ameaça de morte se o ato for realizado. Mas o processo vai além e o *desejo* original de que a pessoa morra é substituído pelo *medo* de que ela possa morrer. Assim é que, quando a neurose parece ser tão compassivamente altruísta, está simplesmente compensando uma atitude subjacente contrária de brutal egoísmo. Podemos descrever como 'sociais' as emoções que são determinadas pelas demonstrações de consideração por outra pessoa, sem tomá-la como objeto sexual. O recuo ao que está por trás desses fatores sociais pode ser ressaltado como uma característica fundamental da neurose, embora se trate de uma característica que é posteriormente disfarçada pela supercompensação.

Não pretendo alongar-me sobre a origem desses impulsos sociais e suas relações com os outros instintos humanos básicos. Prosseguirei com a ilustração da segunda característica principal da neurose através de outro exemplo. Nas formas que assume, o tabu assemelha-se muito estreitamente ao medo de contato do neurótico, com a sua 'fobia de contato'. Ora, no caso da neurose, a proibição invariavelmente se relaciona com o contato de tipo *sexual* e a psicanálise já demonstrou que, em regra geral, as forças instintivas que são desviadas e deslocadas para as neuroses têm uma origem sexual. No caso do tabu, o contato proibido obviamente não deve ser entendido num sentido exclusivamente sexual, mas sim no sentido mais geral de atacar, de obter o controle, de afirmar-se. Se existe a proibição de tocar num chefe ou em qualquer coisa que tenha estado em contato com ele, isto significa que uma proibição deve ser imposta ao mesmo impulso que noutras ocasiões se expressa através de uma atitude de suspeita em relação ao chefe ou até mesmo através do mau tratamento físico que lhe é dado antes da coroação. (Ver atrás em [1].) *Assim o fato que é característico da neurose é a preponderância dos elementos sexuais sobre os elementos instintivos sociais*. Os instintos sociais, contudo, derivam-se eles próprios de uma combinação de componentes egoísticos e eróticos em totalidades de um tipo especial.

Esta simples comparação entre o tabu e a neurose obsessiva é suficiente para fazer-nos compreender a natureza da relação entre as diferentes formas de neuroses e instituições culturais e perceber como o estudo da psicologia das neuroses é importante para a compreensão do desenvolvimento da civilização.

As neuroses, por um lado, apresentam pontos de concordância notáveis e de longo alcance com as grandes instituições sociais, a arte, a religião e a filosofia. Mas, por outro lado, parecem como se fossem distorções delas. Poder-se-ia sustentar que um caso de histeria é a caricatura de uma obra de arte, que uma neurose obsessiva é a caricatura de uma religião e que um delírio paranóico é a caricatura de um sistema filosófico. A divergência reduz-se, em última análise, ao fato de as neuroses serem estruturas associativas; esforçam-se por

conseguir, por meios particulares, o que na sociedade se efetua através do esforço coletivo. Se analisarmos os instintos em ação nas neuroses, descobriremos que a influência nelas determinante é exercida por forças instintivas de origem sexual; as formações culturais correspondentes, por outro lado, baseiam-se em instintos sociais, originados da combinação de elementos egoístas e eróticos. As necessidades sexuais não são capazes de unir os homens da mesma maneira que as exigências da autopreservação. A satisfação sexual é, essencialmente, assunto privado de cada indivíduo.

A natureza associal das neuroses tem sua origem genética em seu propósito mais fundamental, que é fugir de uma realidade insatisfatória para um mundo mais agradável de fantasia. O mundo real, que é assim evitado pelos neuróticos, acha-se sob a influência da sociedade humana e das instituições coletivamente criadas por ela. Voltar as costas à realidade é, ao mesmo tempo, afastar-se da comunidade dos homens.

III - ANIMISMO, MAGIA E A ONIPOTÊNCIA DE PENSAMENTOS

(1)

Os trabalhos que procuram aplicar as descobertas da psicanálise a temas do campo das ciências mentais ressentem-se do inevitável defeito de oferecer muito pouco aos leitores de ambas as classes. Esses trabalhos só podem ter a natureza de uma instigação: colocam perante o especialista certas sugestões, para que as leve em consideração em seu próprio trabalho. Esse defeito está fadado a ser extremamente evidente num ensino que tentará tratar do imenso domínio daquilo que é conhecido como *‘animismo’*.

O animismo, em seu sentido mais estrito, é a doutrina de almas e, no mais amplo, a doutrina de seres espirituais em real. O termo *‘animatismo’* também foi usado para indicar a teoria do caráter vivo daquelas coisas que nos parecem ser objetos inanimados [ver adiante em [1]] e as expressões *‘animalismo’* e *‘hominismo’* também são empregadas em relação a isto. A palavra *‘animismo’*, originalmente utilizada para descrever um sistema filosófico específico, parece ter recebido de Tylor o seu atual significado.

O que conduziu à introdução desses termos foi uma compreensão da visão da natureza e do universo altamente notável adotada pelos povos primitivos de que temos conhecimento, seja na história passada, seja na época atual. Eles povoam o mundo com inumeráveis seres espirituais, benevolentes e malignos; e consideram esses espíritos e demônios como as causas dos fenômenos naturais acreditando que não apenas os animais e os vegetais, mas todos os objetos inanimados do mundo são animados por eles. Um terceiro, talvez o mais importante, item desta primitiva *‘filosofia da natureza’* causa-nos uma impressão menos estranha, uma vez que, embora tenhamos mantido apenas uma crença muito limitada na existência de espíritos e expliquemos os fenômenos naturais pela influência de forças físicas impessoais, nós próprios não estamos muito longe dessa terceira crença, pois os povos primitivos acreditam que os seres humanos são habitados por espíritos semelhantes. Essas almas que vivem nos homens podem deixar suas habitações e emigrar para outros seres

humanos; são o veículo das atividades mentais e são até certo ponto independentes de seus corpos. Originalmente, as almas eram representadas como muito semelhantes às pessoas e foi somente no decorrer de um longo desenvolvimento que elas perderam suas características materiais e se tornaram ‘espiritualizadas’ em alto grau.

A maioria das autoridades inclina-se a pensar que estas idéias de alma constituem o núcleo original do sistema animista, que os espíritos são apenas almas que se tornaram independentes e que as almas de animais, vegetais e objetos foram construídas por analogia com almas humanas.

Como os homens primitivos chegaram às específicas visões dualistas sobre as quais o sistema animista se baseia? Supõe-se que assim o fizeram observando os fenômenos do sono (inclusive os sonhos) e da morte, que tanto se lhe assemelha, e tentando explicar esses estados, que têm interesse tão próximo para todo mundo. O principal ponto de partida desta teorização deve ter sido o problema da morte. O que o homem primitivo encarava como coisa natural era o prolongamento indefinido da vida - a imortalidade. Somente depois a idéia da morte foi aceita, e com hesitação. Mesmo para nós, ela é falha de conteúdo e não tem uma conotação clara. Têm havido discussões muito vivas mas inconclusivas sobre o papel que pode ter sido desempenhado na formação das doutrinas básicas do animismo por outros fatos observados ou experimentados, tais como as representações oníricas, as sombras, as imagens no espelho etc.

Foi encarado como perfeitamente natural e de modo algum estranho que o homem primitivo tivesse reagido aos fenômenos que despertavam suas especulações através da formação da idéia da alma, e depois, de sua extensão aos objetos do mundo exterior. Ao examinar o fato de as mesmas idéias animistas haverem surgido entre os povos mais variados e em todos os períodos, Wundt (1906, 154) declara que ‘elas constituem o produto psicológico necessário de uma consciência mitocriadora (...) e assim, neste sentido, o animismo primitivo deve ser encarado como a expressão espiritual do estado natural do homem, até onde é acessível à nossa observação’. A justificativa para a atribuição de vida aos objetos inanimados já fora enunciada por Hume em sua *Natural History of Religion* [Seção III]: ‘Existe uma tendência universal entre humanos para conceber todos os seres à sua semelhança e transferir a todos os objetos as qualidades que lhes são familiares e das quais se achem intimamente conscientes.

O animismo é um sistema de pensamento. Ele não fornece simplesmente uma explicação de um fenômeno específico, mas permite-me apreender todo o universo como uma unidade isolada de um ponto de vista único. A raça humana, se seguirmos as autoridades no assunto, desenvolveu, no decurso das eras, três desses sistemas de pensamento - três grandes representações do universo: animista (ou mitológica), religiosa e científica. Destas, o animismo, o primeiro a ser criado, é talvez o mais coerente e completo e o que dá uma

explicação verdadeiramente total da natureza do universo. A primeira *Weltanschauung* humana é uma teoria *psicológica*. Iria mais além de nossos atuais objetivos demonstrar como grande parte dela persiste na vida moderna, seja sob a forma degradada da superstição, seja como a base viva de nossa fala, nossas crenças e nossas filosofias.

Com esses três estágios em mente, pode-se dizer que o animismo em si mesmo não é ainda uma religião, mas contém os fundamentos sobre os quais as religiões posteriormente foram criadas. É evidente também que os mitos se baseiam em premissas animistas, embora os pormenores da relação entre os mitos e o animismo pareçam estar inexplicados em alguns aspectos essenciais.

(2)

Nossa abordagem psicanalítica do tema, entretanto, é feita de outro ângulo. Não é de se supor que os homens foram inspirados a criar seu primeiro sistema do universo por pura curiosidade especulativa. A necessidade prática de controlar o mundo que os rodeava deve ter desempenhado seu papel. Assim, não ficamos surpresos em descobrir que, de mãos dadas com o sistema animista, existia um conjunto de instruções a respeito de como obter domínio sobre os homens, os animais e as coisas - ou melhor, sobre os seus espíritos. Estas instruções são conhecidas com o nome de 'feitiçaria' e 'magia'. Reinach (1905-12, 2, XV) descreve-as como sendo a 'estratégia do animismo'; eu prefiro, seguindo Hubert e Mauss (1904 [142 e segs.]), considerá-las a sua técnica.

Pode-se fazer distinção entre os conceitos de feitiçaria e magia? Talvez - se estivermos dispostos a mostrar um desprezo um tanto arbitrário pelas flutuações do uso lingüístico. A feitiçaria seria, então, a arte de influenciar espíritos tratando-os da mesma maneira como se tratariam seres humanos em circunstâncias semelhantes: apaziguando-os, corrigindo-os, tornando-os propícios, intimidando-os, roubando-lhes o poder, submetendo-os à nossa vontade - através dos mesmos métodos que se têm mostrado eficazes com homens vivos. A magia, por outro lado, é algo diferente: fundamentalmente, ela despreza os espíritos e faz uso de procedimentos especiais e não dos métodos psicológicos do dia-a-dia. É fácil imaginar que a magia é o ramo mais primitivo e mais importante da técnica animista, porque, entre outros, os métodos mágicos podem ser utilizados para tratar com os espíritos e a magia pode

ser aplicada também a casos onde, segundo nos parece, o processo de espiritualização da natureza ainda não foi realizado.

A magia tem de servir aos mais variados propósitos - ela deve submeter os fenômenos naturais à vontade do homem, proteger o indivíduo de seus inimigos e de perigo, bem como conceder-lhe poderes para prejudicar os primeiros. Mas o princípio em cuja pressuposição a ação mágica se baseia - ou, mais propriamente, o princípio da magia - é tão notável que nenhuma das autoridades deixou de identificá-lo. Tylor [1891, 1, 116], se deixarmos de lado o juízo moral acessório, afirma que, em sua forma mais sucinta, esse princípio consiste em tomar equivocadamente uma conexão ideal por uma real. Ilustrarei esta característica com dois grupos de atos mágicos.

Um dos procedimentos mágicos mais difundidos para prejudicar um inimigo é fazer uma efígie dele com qualquer material adequado. Que a efígie se lhe assemelhe tem pouca importância: qualquer objeto pode 'ser transformado' numa efígie sua. O que se fizer então à efígie acontecerá também ao original detestado; se alguma parte do corpo da primeira for danificada, a mesma parte do corpo do último ficará enferma. A mesma técnica mágica pode ser utilizada, não apenas com intuítos de inimizade pessoal, mas também com fins piedosos e para auxiliar os deuses contra os demônios malignos. Citarei Frazer (1911a, 1, 67). 'Todas as noites, quando o deus-sol Ra mergulhava para sua casa no oeste fulgente, era atacado por hostes de demônios dirigidos por seu arquinimigo Apepi. Durante toda a noite ele os combatia e às vezes também de dia os poderes das trevas enviavam nuvens mesmo para o céu azul do Egito, a fim de obscurecer sua luz e enfraquecer-lhe o poder. Para ajudar o deus-sol nesta luta cotidiana, uma cerimônia era diariamente realizada em seu templo de Tebas. Uma figura de seu inimigo Apepi, representado como um crocodilo com uma face odienta ou uma serpente de muitas espirais, era feita de cera e sobre ela se escrevia o nome do demônio com tinta verde. Enrolada num envoltório de papiro, sobre o qual outra imagem de Apepi fora desenhada em tinta verde, a figura era então amarrada com fios negros de cabelos, cuspiam-se-lhe em cima, era retalhada com uma faca de pedra e arremessada ao chão. Aí o sacerdote pisava-lhe em cima com o pé esquerdo repetidas vezes e depois queimava-a numa fogueira feita com uma certa planta ou erva. Quando o próprio Apepi tinha sido então efetivamente eliminado, efígies de cera de cada um de seus principais demônios e de seus pais, mães e filhos, eram feitas e queimadas da mesma maneira. O serviço, acompanhado da recitação de certos encantamentos prescritos, era repetido não apenas pela manhã, ao meio-dia e à noite, mas sempre que uma tempestade estrondeava, chuva forte caía ou nuvens negras se deslocavam furtivamente pelo céu, a fim de ocultar o disco brilhante do sol. Os demônios da trevas, das nuvens e das chuvas, sentiam os danos infligidos a suas imagens como se tivessem sido causados a eles próprios; sumiam, pelo menos durante algum tempo, e o benéfico deus-sol mais uma vez brilhava triunfante.

Do grande número de atos mágicos que possuem uma base semelhante, chamarei a atenção para mais dois, que desempenharam um grande papel entre os povos primitivos de todas a

épocas e que persistem, em certo grau, nos mitos e cultos de fases mais elevadas de civilização - os rituais para produção de chuva e fertilidade. A chuva é magicamente produzida pela imitação dela ou das nuvens e tempestades que lhe dão origem, através de uma ‘brincadeira de chuva’, como quase se poderia dizer. No Japão, por exemplo, ‘uma turma de ainos espalha chuva por meio de peneiras, enquanto outros tomam uma tigela, enfeitam-na com velas e remos, como se fosse um barco, e depois a empurram ou puxam pela aldeia afora pelos jardins’. Da mesma maneira, a fertilidade da terra é magicamente promovida através de uma representação dramática da relação sexual humana. Assim, para tomar apenas um só de um número incontável de exemplos, ‘em algumas partes de Java, na estação em que o arroz logo começará a florescer, o lavrador e sua esposa visitarão seus campos à noite e lá efetuarão a relação sexual’, a fim de incentivar a fertilidade do arroz com o seu exemplo. Existe o temor, contudo, de que relações sexuais proibidas e incestuosas possam provocar o fracasso das colheitas e tornar a terra estéril.

Certas observâncias negativas, isto é, precauções mágicas, devem ser incluídas neste primeiro grupo. ‘Quando uma aldeia diak sai para caçar porcos selvagens na selva, as pessoas que ficam em casa não podem tocar em óleo nem em água com as mãos durante a ausência de seus amigos, porque, se os fizerem, os caçadores ficarão todos “com os dedos escorregadios” e a presa se lhes escapará das mãos.’ Ou ainda, ‘enquanto um caçador gilyak está perseguindo a caça na floresta, seus filhos que ficaram em casa são proibidos de fazer desenhos sobre madeira ou areia, porque temem que se os filhos assim procederem, os caminhos da floresta ficarão tão confusos quanto as linhas dos desenhos e assim o caçador poderia perder-se e nunca retornar’.

Nestes últimos exemplos, como em tantos outros do funcionamento da magia, o elemento da distância é desprezado; em outras palavras, a telepatia é admitida como certa. Não teremos dificuldade, por conseguinte, em compreender esta característica da magia.

Não pode haver dúvida quanto ao que deve ser encarado como fator operativo em todos esses exemplos. Trata-se da *semelhança* entre o ato executado e o resultado esperado. Por esta razão, Frazer descreve esse tipo de magia como ‘imitativo’ ou ‘homeopático’. Se desejo que chova, tenho apenas de efetuar algo que se assemelhe à chuva ou faça lembrá-la. Numa fase posterior da civilização, em vez dessa chuva mágica, serão feitas procissões até um templo e preces pedindo chuva serão dirigidas à divindade que nele habita. Finalmente, esta técnica religiosa será por sua vez abandonada e serão feitas tentativas de produzir na atmosfera efeitos que conduzam à chuva.

Num segundo grupo de atos mágicos, o princípio da semelhança não desempenha qualquer papel e seu lugar é assumido por outro princípio, cuja natureza imediatamente se tornará clara pelos exemplos seguintes.

Existe um outro processo pelo qual um inimigo pode ser prejudicado. Entra-se de posse de um pouco de seus cabelos ou unhas ou outros produtos de excreção ou mesmo de um pedaço de suas roupas, e se os trata de maneira hostil. Então, é exatamente como se se tivesse apossado do próprio homem; e este experimenta o que quer que tenha sido feito aos objetos que dele se originaram. Segundo a visão do homem primitivo, uma das partes mais importantes de uma pessoa é o seu nome. Assim; se se souber o nome de um homem ou de um espírito, obtém-se uma certa quantidade de poder sobre o seu possuidor. Está é a origem das extraordinárias precauções e restrições sobre o uso de nomes, às quais já nos referimos no ensaio sobre o tabu. (Ver em [1] e segs.) Nesses exemplos, o lugar da semelhança é evidentemente tomado pela afinidade.

Os motivos mais elevados para o canibalismo entre os povos primitivos têm uma origem semelhante. Incorporando partes do corpo de uma pessoa pelo ato de comer, adquire-se ao mesmo tempo as qualidades por ela possuídas. Isto, em certas circunstâncias, conduz a precauções e restrições relacionadas com a dieta. Uma mulher com filho pequeno evitará comer a carne de certos animais, por temor de que algumas qualidades indesejáveis que possam ter (a covardia, por exemplo) sejam transmitidas ao filho que está sendo nutrido por ela. O poder mágico não é afetado mesmo que a conexão entre os dois objetos já tenha sido rompida ou mesmo que o contato tenha ocorrido apenas numa única ocasião de importância. Por exemplo, a crença de que existe uma ligação mágica entre um ferimento e a arma que a causou pode ser percebida, inalterada, através de milhares de anos. Se um melanésio puder entrar de posse do arco que provocou seu ferimento, guarda-lo-á cuidadosamente num lugar frio, a fim de diminuir a inflamação da ferida. Mas se o arco for deixado na posse do inimigo, ele será sem dúvida dependurado perto do fogo, de maneira a que a ferida se torne febril e inflamada. Plínio (em sua *História Natural*, Livro XXVIII [Capítulo 7]) conta-nos que ‘se ferirmos um homem e ficarmos sentidos por isso, teremos apenas de cuspir na mão que causou o ferimento e a dor do sofredor será instantaneamente mitigada’. [Frazer, 1911a, 1, 201.] Francis Bacon (em seu *Sylva Silvarum* [X, § 998]) menciona que ‘é constantemente ouvido e afirmado que o untamento da arma que causou o ferimento curará a própria ferida’. Diz-se que a gente inglesa do campo ainda hoje segue esta prescrição e se se cortam com uma foice mantêm o instrumento cuidadosamente limpo, a fim de impedir que a ferida inflame. ‘Em Norwich, em junho de 1902, uma mulher chamada Matilda Henry cravou acidentalmente um prego no pé. Sem examinar a ferida ou mesmo retirar a meia, fez com que sua filha untasse o prego, dizendo que se isso fosse feito, nenhum dano sobreviria da machucadura. Poucos dias após, morria de trismo’ - (uma forma de tétano, N. do T. Bras.) - em consequência dessa antissepsia deslocada. (Frazer, *ibid.*, 203).

O último grupo de casos exemplifica o que Frazer distingue na magia ‘imitativa’ com o nome de magia ‘contagiosa’. O que se acredita ser o princípio eficaz não é mais a semelhança, mas a conexão espacial, a contigüidade ou, pelo menos, a contigüidade *imaginada* - a lembrança dela. Desde que, contudo, a semelhança e a contigüidade são os

dois princípios essenciais dos processos de associação, parece que a verdadeira explicação de toda a insensatez dessas observâncias mágicas é a dominância da associação de idéias. A propriedade da descrição de magia feita por Tylor, a qual já citei (ver em [1]), torna-se agora evidente: tomar equivocadamente uma conexão ideal por uma real. Frazer (1911a, 1, 420) expressou-se quase com as mesmas palavras: ‘Os homens tomaram equivocadamente a ordem de suas idéias pela ordem da natureza e daí imaginaram que o controle que têm ou parecem ter sobre seus pensamentos permite-lhes exercer um controle correspondente sobre as coisas.’

A princípio ficaremos surpresos em descobrir que esta esclarecedora explicação da magia foi rejeitada por alguns escritores como insatisfatória (p. ex., Thomas, 1910-11a). Pensando bem, contudo, ver-se-á que a crítica é justificada. A teoria associativa da magia explica simplesmente os caminhos pelos quais a magia avança; não explica sua verdadeira essência, a saber, o equívoco que a leva a substituir as leis da natureza por leis psicológicas. Algum fator dinâmico está faltando, evidentemente. Mas, considerando que os críticos da teoria de Frazer se desviaram na procura desse fator, será fácil chegar a uma explicação satisfatória da magia simplesmente aprofundando e levando mais adiante a teoria associativa.

Consideremos primeiramente o caso mais simples e mais importante da magia imitativa. De acordo com Frazer (1911a, 1, 54), ela pode ser praticada por si própria, enquanto que a magia contagiosa via de regra pressupõe outrem. É fácil perceber os motivos que conduziram os homens a praticar a magia: são os desejos humanos. Tudo o que precisamos admitir é que o homem primitivo tinha uma crença imensa no poder de seus desejos. A razão básica por que o que ele começa a fazer por meios mágicos vem a acontecer é, em última análise, simplesmente que o deseja. De início, portanto, a ênfase é colocada apenas no seu desejo.

As crianças se encontram numa situação psíquica análoga, embora sua eficiência motora não esteja ainda desenvolvida. Já expus em outra oportunidade (1911b) a hipótese de que, primeiramente, elas satisfazem seus desejos de uma maneira alucinatória, isto é, criam uma situação satisfatória por meio de excitações centrífugas dos órgãos sensoriais. Um homem adulto primitivo tem à sua disposição um método alternativo. Seus desejos são acompanhados de um impulso motor, a vontade, que está destinado, mais tarde, a alterar toda a face da terra para satisfazer seus desejos. Esse impulso motor é a princípio empregado para dar uma representação da situação satisfatória, de maneira tal que se torna possível experimentar a satisfação por meio do que poderia ser descrito como alucinações motoras. Esse tipo de representação de um desejo satisfeito é bastante comparável à brincadeira das crianças, que dá prosseguimento à técnica primitiva e puramente sensorial de satisfação. Se as crianças e os homens primitivos acham o brinquedo e a representação imitativa suficiente para eles, isto não constitui um sinal de que sejam desprezíveis, em nosso sentido, ou de que aceitem resignadamente sua impotência real. É o resultado, facilmente compreensível, da virtude suprema que atribuem aos seus desejos, da vontade que está associada a esses

desejos e dos métodos pelos quais os desejos operam. À medida que o tempo passa, o acento psicológico se desloca dos *motivos* do ato mágico para as *medidas* através das quais ele é executado - isto é, para o próprio ato. (Seria talvez mais correto dizer que são apenas estas medidas que revelam ao sujeito a valorização excessiva que ele atribui aos seus atos físicos.) Chega a parecer, assim, como se fosse o próprio ato mágico sozinho que, devido à sua semelhança com o resultado desejado, determina a ocorrência desse resultado. Não há oportunidade, na fase do pensamento animista, de apresentar qualquer prova objetiva do verdadeiro estado de coisas. Mas uma possibilidade de fazer isso aparece *realmente* numa época posterior, quando, apesar de todos esses procedimentos ainda estarem sendo realizados, o fenômeno psíquico da dúvida começou a surgir, como expressão de uma tendência à repressão. Nesse ponto, os homens estarão prontos para admitir que conjurar espíritos não dá resultado, a menos que a conjuração seja acompanhada de fé, e que o poder mágico da prece falha se não houver, por trás dele, piedade em ação.

O fato de ter sido possível construir um sistema de magia contagiosa sobre associações de contigüidade mostra que a importância atribuída aos desejos e à vontade foi estendida desses dois fatores a todos os atos psíquicos que estão sujeitos à vontade. Uma supervalorização geral ocorreu assim com todos os processos mentais - isto é, uma atitude para com o mundo que, em vista de nosso conhecimento da relação entre a realidade e o pensamento, não pode deixar de impressionar-nos como uma supervalorização do pensamento. As coisas se tornam menos importantes do que as idéias das coisas: tudo o que for feito às idéias das coisas inevitavelmente acontecerá também com as coisas. As relações mantidas entre as idéias de coisas manter-se-ão também igualmente entre as próprias coisas. Desde que a distância não tem importância para o pensamento - desde que o que fica mais afastado tanto no tempo quanto no espaço pode sem dificuldade ser abrangido num único ato de consciência - assim também o mundo da magia tem um desprezo telepático pela distância espacial e trata as situações passadas como se fossem atuais. Na época animista, o reflexo do mundo interno está fadado a obscurecer a outra representação do mundo, aquela que *nós* parecemos perceber.

É de se notar ainda que os dois princípios de associação - semelhança e contigüidade - estão incluídos no conceito mais amplo de 'contato'. A associação por contigüidade é contato no sentido literal; a associação por semelhança o é no sentido metafórico. O emprego da mesma palavra para os dois tipos de relação é, sem dúvida, explicado por alguma identidade nos processos psíquicos em causa, identidade que ainda não foi por nós apreendida. Temos aqui o mesmo alcance de significado da idéia de 'contato' que encontramos em nossa análise do tabu. (Cf. ver em [1])

Para resumir, pode-se dizer, então, que o princípio que dirige a magia, a técnica da modalidade animista de pensamento, é o princípio da 'onipotência de pensamentos'.

(3)

Adotei a expressão ‘onipotência de pensamentos’ de um homem altamente inteligente que sofria de idéias obsessivas e que depois de curado pelo tratamento psicanalítico, pôde dar provas de sua eficiência e bom senso. (Cf. Freud, 1909d). Ele criou a expressão como explicação para todos os estranhos e misteriosos acontecimentos pelos quais, como outras vítimas da mesma doença, parecia ser perseguido. Se pensava em alguém, tinha certeza de encontrar essa pessoa logo depois, como se fosse por mágica. Se de repente perguntava pela saúde de um conhecido a quem há muito tempo não via, escutava que este tinha acabado de morrer, de maneira a parecer que uma linguagem telepática lhe houvesse chegado dele. Se, sem nenhuma intenção realmente séria, praguejava contra um estranho, podia estar certo de que este morreria pouco depois, de modo que se sentiria responsável pela sua morte. No decurso do tratamento, ele próprio pôde contar-me como a aparência enganadora surgia na maioria dos casos, e por meio de que artifícios ele mesmo ajudara a fortalecer suas próprias crenças supersticiosas. Todos os neuróticos obsessivos são assim supersticiosos, geralmente contra o seu melhor juízo.

É nas neuroses obsessivas que a sobrevivência da onipotência dos pensamentos é mais claramente visível e que as conseqüências desse modo primitivo de pensar mais se aproximam da consciência. Mas não devemos nos iludir supondo que se trata de uma característica distintiva dessa neurose específica, porque a investigação analítica revela a mesma coisa também nas outras neuroses. Em todas elas, o que determina a formação dos sintomas é a realidade, não da experiência, mas do pensamento. Os neuróticos vivem um mundo à parte, onde, como já disse antes [1911b, perto do final do artigo], somente a ‘moeda neurótica’ é moeda corrente, isto é, eles são afetados apenas pelo que é pensado com intensidade e imaginado com emoção, ao passo que a concordância com a realidade externa não tem importância. O que os histéricos repetem em suas crises e fixam através dos sintomas são experiências que ocorreram daquela forma apenas em sua imaginação - embora seja verdade que, em última instância, essas experiências imaginadas remontem a acontecimentos reais ou sejam neles baseadas. Atribuir a sensação neurótica de culpa a malfeitos reais demonstraria um mal-entendido equivalente. Um neurótico obsessivo pode ser oprimido por uma sensação de culpa que seria adequada para um grande assassino, embora, na realidade, de sua infância em diante, tenha-se comportado para com os seus concidadãos como o mais escrupuloso e respeitável membro da sociedade. Não obstante, sua sensação de culpa tem uma justificativa: está fundada nos intensos e freqüentes desejos de morte contra os seus semelhantes que estão inconscientemente em ação dentro dele. Tem uma justificativa se levarmos em consideração os pensamentos inconscientes e não os atos

intencionais. Assim, vê-se que a onipotência de pensamentos, a supervalorização dos processos mentais em comparação com a realidade, desempenha um papel irrestrito na vida emocional dos pacientes neuróticos e em tudo que dela se deriva. Se um deles submeter-se ao tratamento psicanalítico, que torna consciente o que nele era inconsciente, será incapaz de acreditar que os pensamentos são livres e constantemente terá medo de expressar desejos malignos, como se sua expressão conduzisse inevitavelmente à sua realização. Essa conduta, bem como as superstições que pratica na vida comum, revela a semelhança dele com os selvagens que acreditam poderem alterar o mundo externo pelo simples pensamento.

Os atos obsessivos primários desses neuróticos são de um caráter inteiramente mágico. Se não são encantamentos, são, no mínimo, contra-encantamentos, destinados a manter afastadas as expectativas de desgraça com que a neurose geralmente começa. Sempre que consegui penetrar o mistério, descobri que a desgraça esperada era a morte. Schopenhauer disse que o problema da morte se encontra no começo de toda filosofia e já vimos [ver em [1]] que a origem da crença em almas e demônios, que constitui a essência do animismo, remonta à impressão que é causada nos homens pela morte. É difícil ajuizar se os atos obsessivos ou protetores executados pelos neuróticos seguem a lei da similaridade (ou, segundo seja o caso, do contraste); porque, via de regra, devido às condições predominantes da neurose, foram deformados pelo seu deslocamento para algo muito insignificante, alguma ação que, em si própria, é da maior trivialidade. Também as fórmulas protetoras das neuroses obsessivas encontram sua contrapartida nas fórmulas da magia. É possível, contudo, descrever o curso de desenvolvimento dos atos obsessivos: podemos mostrar como eles começam por serem tão afastados quanto possível de qualquer coisa sexual - defesas mágicas contra desejos malignos - e como terminam por serem substitutos do ato sexual proibido e das imitações mais próximas possíveis dele.

Se estivermos dispostos a aceitar a explicação acima oferecida da evolução da maneira do homem visualizar o universo - uma fase animista seguida de uma fase religiosa e esta, por sua vez, de uma fase científica - não será difícil acompanhar as vicissitudes da 'onipotência de pensamentos' através dessas diferentes fases. Na fase animista, os homens atribuem a onipotência a *si mesmos*. Na fase religiosa, transferem-na para os deuses, mas eles próprios não desistem dela totalmente, porque se reservam o poder de influenciar os deuses através de uma variedade de maneiras, de acordo com os seus desejos. A visão científica do universo já não dá lugar à onipotência humana; os homens reconheceram a sua pequenez e submeteram-se resignadamente à morte e às outras necessidades na natureza. Não obstante, um pouco da crença primitiva na onipotência ainda sobrevive na fé dos homens no poder da mente humana, que entra em luta com as leis da realidade.

Se acompanharmos retrospectivamente o desenvolvimento das tendências libidinais, tal como as encontramos no indivíduo, desde suas formas adultas até o seus começos na infância, surge uma importante distinção, que descrevi em *Três Ensaios sobre a Teoria da*

Sexualidade (1950d). Manifestações dos instintos sexuais podem ser observadas desde os começos, mas, de saída, elas ainda não são dirigidas para qualquer objeto externo. Os componentes instintivos separados da sexualidade atuam independentemente uns dos outros, a fim de obter prazer e encontrar satisfação no próprio corpo do sujeito. Essa fase é conhecida como a do auto-erotismo, sendo sucedida por outra, na qual um objeto é escolhido.

Estudos ulteriores demonstraram que é conveniente e verdadeiramente indispensável inserir uma terceira fase entre aquelas duas, ou, em outras palavras, dividir a primeira fase, a do auto-erotismo, em duas. Nessa fase intermediária, cuja importância a pesquisa tem evidenciado cada vez mais, os instintos sexuais até então isolados já se reuniram num todo único e encontraram também um objeto. Este objeto, porém, não é um objeto externo, estranho ao sujeito, mas se trata de seu próprio ego, que se constituiu aproximadamente nessa mesma época. Tendo em mente as fixações patológicas dessa nova fase, que se tornam observáveis mais tarde, demos-lhe o nome de 'narcisismo'. O sujeito comporta-se como se estivesse amoroso de si próprio; seus instintos egoístas e seus desejos libidinais ainda não são separáveis pela nossa análise.

Embora ainda não estejamos em posição de descrever com exatidão suficiente as características dessa fase narcisista, na qual os instintos sexuais até então dissociados se reúnem numa unidade isolada e catexizam o ego como objeto, já temos motivos para suspeitar que essa organização narcisista nunca é totalmente abandonada. Um ser humano permanece até certo ponto narcisista, mesmo depois de ter encontrado objetos externos para a sua libido. As catexias de objetos que efetua são, por assim dizer, emanações da libido que ainda permanece no ego e pode ser novamente arrastada para ele. A condição de apaixonado, que é psicologicamente tão notável e é o protótipo normal das psicoses, mostra essas emanações em seu máximo, comparadas com o nível do amor a si mesmo.

Os homens primitivos e os neuróticos, como já vimos, atribuem uma alta valorização - a nossos olhos, uma *supervalorização* - aos atos psíquicos. Essa atitude pode perfeitamente ser relacionada com o narcisismo e encarada como um componente essencial deste. Pode-se dizer que, no homem primitivo, o processo de pensar ainda é, em grande parte, sexualizado. Esta é a origem de sua fé na onipotência dos pensamentos, de sua inabalável confiança na possibilidade de controlar o mundo e de sua inacessibilidade às experiências, tão facilmente obtíveis, que poderiam ensinar-lhe a verdadeira posição do homem no universo. Com relação aos neuróticos, encontramos que, por um lado, uma parte considerável desta atitude primitiva sobreviveu em sua constituição e, por outro, que a repressão sexual que neles ocorreu ocasionou uma maior sexualização de seus processos de pensamento. Os resultados psicológicos devem ser os mesmos em ambos os casos, quer a hipercatexia libidinal do pensamento seja original, quer tenha sido produzida pela regressão: narcisismo intelectual e onipotência de pensamentos.

Se podemos considerar a existência da onipotência de pensamentos entre os povos primitivos como uma prova em favor do narcisismo, somos incentivados a fazer uma comparação entre as fases do desenvolvimento da visão humana do universo e as fases do desenvolvimento libidinal do indivíduo. A fase animista corresponderia à narcisista, tanto cronologicamente quanto em seu conteúdo; a fase religiosa corresponderia à fase da escolha de objeto, cuja característica é a ligação da criança com os pais; enquanto que a fase científica encontraria uma contrapartida exata na fase em que o indivíduo alcança a maturidade, renuncia ao princípio de prazer, ajusta-se à realidade e volta-se para o mundo externo em busca do objeto de seus desejos.

Apenas em um único campo de nossa civilização foi mantida a onipotência de pensamentos e esse campo é o da arte. Somente na arte acontece ainda que um homem consumido por desejos efetue algo que se assemelhe à realização desses desejos e o que faça com um sentido lúdico produza efeitos emocionais - graças à ilusão artística - como se fosse algo real. As pessoas falam com justiça da 'magia da arte' e comparam os artistas aos mágicos. Mas a comparação talvez seja mais significativa do que pretende ser. Não pode haver dúvida de que a arte não começou como arte por amor à arte. Ela funcionou originalmente a serviço de impulsos que estão hoje, em sua maior parte, extintos. E entre eles podemos suspeitar da presença de muitos intuítos mágicos.

(4)

Assim, a primeira imagem que o homem formou do mundo - o animismo - foi psicológica. Não precisou então de base científica, uma vez que a ciência só começa depois de ter-se dado conta de que o mundo é desconhecido e que, por conseguinte, tem-se de procurar meios para conseguir conhecê-lo. O animismo surgiu no homem primitivo naturalmente e como coisa normal. Ele sabia que as coisas eram semelhantes no mundo, ou seja, exatamente como ele próprio se sentia ser. Estamos então preparados para descobrir que o homem primitivo transpunha as condições estruturais de sua própria mente para o mundo externo; e podemos tentar inverter o processo e colocar de volta na mente humana aquilo que o animismo acredita ser a natureza das coisas.

A técnica do animismo, da magia, revela, da maneira mais clara e inequívoca, uma intenção de impor as leis que regem a vida mental às coisas reais; nisto, os espíritos não precisam ainda desempenhar nenhum papel, embora possam ser tomados como objetos de tratamento mágico. Assim, as suposições da magia são mais fundamentais e mais antigas que a doutrina dos espíritos, que constitui o centro do animismo. Nosso ponto de vista

psicanalítico coincide aqui com uma teoria apresentada por R. R. Marett (1900), a qual postula uma fase pré-animista antes do animismo, fase cujo caráter é mais bem indicado pelo termo ‘animatismo’, a doutrina da universalidade da vida. A experiência tem pouca luz a lançar sobre o pré-animismo, uma vez que ainda não se descobriu nenhuma raça que não possua o conceito de espíritos. (Cf. Wundt, 1906, 171 e segs.)

Enquanto a magia ainda reserva a onipotência apenas para os pensamentos, o animismo transmite um pouco dela para os espíritos, preparando assim o caminho para a criação de uma religião. O que, podemos perguntar, pode ter induzido o homem primitivo a efetuar esse primeiro ato de renúncia? Dificilmente pode ter sido o reconhecimento da falsidade de suas premissas, porque continuou a praticar a técnica mágica.

Os espíritos e os demônios, como demonstrei no último ensaio, são apenas projeções dos próprios impulsos emocionais do homem. Ele transforma as suas catexias emocionais em pessoas, povoa o mundo com elas e enfrenta os seus processos mentais internos novamente fora de si próprio - exatamente da mesma maneira como aquele inteligente paranóico, Schreber, descobriu um reflexo das ligações e dos desligamentos de sua libido nas vicissitudes de seus confabulados ‘raios de Deus’.

Proponho evitar (como já fiz anteriormente) entrar no problema geral da origem da tendência a projetar os processos mentais para o exterior. No entanto, pode-se supor com segurança que essa tendência se intensifica quando a projeção promete trazer consigo a vantagem. Tal vantagem pode ser esperada com certeza quando surge conflito entre diferentes impulsos, todos eles lutando no sentido da onipotência - porque, evidentemente, eles não podem tornar-se *todos* onipotentes. Na realidade, o processo patológico na paranóia faz uso do mecanismo de projeção a fim de lidar com conflitos mentais dessa espécie. Caso típico de um conflito assim é que o que se dá entre dois membros de um par de opostos - o caso de uma atitude ambivalente, que examinamos em pormenores, no caso da pessoa que chora a morte de um parente amado. [Cf. ver em [1] e segs.] Esse tipo de caso parece ser particularmente passível de fornecer um motivo para a criação de projeções. Aqui, mais uma vez, estamos de acordo com os autores que sustentam que os primeiros espíritos a nascer foram os espíritos *maus*. Esses autores acham que a idéia de alma derivou-se da impressão causada pela morte sobre os sobreviventes. A única diferença é que nós não damos ênfase ao problema *intelectual* que a morte traz ao confronto dos vivos; a nosso ver, a força que dá ímpeto à pesquisa deve ser atribuída de preferência ao conflito *emocional* em que os sobreviventes se acham mergulhados.

Assim sendo, a primeira realização teórica do homem - a criação dos espíritos - parece ter surgido da mesma fonte que as primeiras restrições morais a que se achava sujeito - as observâncias do tabu. O fato de possuírem a mesma origem não precisa implicar, contudo,

que tenham surgido simultaneamente. Se a posição dos sobreviventes em relação aos mortos foi realmente o que primeiro levou o homem primitivo a refletir e compeliu-o a abrir mão de um pouco de sua onipotência em favor dos espíritos e a sacrificar um pouco de sua liberdade de ação, então esses produtos culturais constituiriam um primeiro reconhecimento da A□□□□□ [Necessidade], que se opõe ao narcisismo humano. O homem primitivo estaria assim submetendo-se à supremacia da morte pelo mesmo gesto com que pareceria estar negando-a.

Se nos aventurarmos a levar nossa hipótese ainda mais longe, poderemos perguntar que parte essencial de nossa estrutura psicológica se reflete e reproduz na criação projetiva das almas e dos espíritos. Dificilmente se poderia negar que a concepção primitiva de uma alma, por muito que pudesse diferir da alma posterior, puramente imaterial, seria, não obstante, intrinsecamente a mesma; ou seja, presumiria que tanto as pessoas quanto as coisas são de uma natureza dúplice e que seus atributos e modificações conhecidos acham-se distribuídos entre as duas partes componentes. Essa ‘dualidade’ original, para usar uma expressão de Herbert Spencer (1893) é idêntica ao dualismo revelado pela distinção comum que fazemos entre corpo e alma e às expressões lingüísticas nela enraizadas, sejam como o emprego de frases como ‘fora de si’ ou ‘voltando a si’ em relação a crises de raiva ou a desmaios. [ibid., p. 124.]

Quando nós, não menos que o homem primitivo, projetamos algo para a realidade externa, o que acontece certamente deve ser o seguinte: estamos reconhecendo a existência de dois estados - um em que algo é diretamente fornecido aos sentidos e à consciência (ou seja, está *presente* neles) e, ao lado deste, outro, em que a mesma coisa é *latente* mas capaz de reaparecer. Em resumo, estamos reconhecendo a coexistência da percepção e da memória, ou, em termos mais gerais, a existência de processos mentais *inconscientes* ao lado dos *conscientes*. Poder-se-ia dizer que, em última análise, o ‘espírito’ das pessoas ou das coisas reduz-se à sua capacidade de serem lembradas e imaginadas após a percepção delas haver cessado.

Naturalmente, não é de se esperar que tanto o conceito primitivo de ‘alma’ quanto o atual se separem do da outra parte da personalidade pela mesma linha de demarcação que a nossa moderna ciência traça entre a atividade mental consciente e inconsciente. A alma animista reúne propriedades de ambos os lados. Sua qualidade móvel e volátil, seu poder de abandonar o corpo e tomar posse, temporária ou permanentemente, de outro corpo - são características que nos fazem lembrar de maneira inequívoca a natureza da consciência. Mas a maneira como ela permanece oculta por trás da personalidade manifesta faz lembrar o inconsciente; a imutabilidade e a indestrutibilidade são qualidades que já não atribuímos aos processos conscientes, e sim aos inconscientes, e encaramos estes como o verdadeiro veículo da atividade mental.

Já disse [ver em [1] e seg.] que o animismo é um sistema de pensamento, a primeira teoria completa do universo e passarei agora a tirar certas conclusões a partir da visão psicanalítica desse tipo sistema. A cada dia de nossa vida, a experiência pode nos mostrar as características principais de um 'sistema'. Temos sonhos durante a noite e aprendemos a maneira de interpretá-los durante o dia. Os sonhos podem, sem contradizer sua natureza, parecer confusos e desconexos. Mas podem também, pelo contrário, simular as impressões ordenadas de uma experiência real, podem fazer um fato decorrer de outro e uma parte de seu conteúdo referir-se a outra. Esse resultado pode ser conseguido com mais ou menos êxito, mas dificilmente será tão completamente bem sucedido a ponto de não deixar visível nenhum absurdo, nenhuma falha em sua textura. Quando submetemos um sonho à interpretação, descobrimos que a disposição errática e irregular de suas partes constituintes não tem importância alguma do ponto de vista de nossa compreensão dele. Os elementos essenciais num sonho são os pensamentos oníricos e estes têm significado, conexão e ordem. Mas sua ordem é inteiramente diferente da que é lembrada por nós como presente no sonho manifesto. Neste, a conexão entre os pensamentos do sonho foi abandonada e pode ou permanecer completamente perdida ou ser substituída pela nova conexão apresentada no conteúdo manifesto. Os elementos do sonho, à parte de serem condensados, são quase sempre arranjados numa nova ordem, mais ou menos independente de sua disposição primitiva. Finalmente, deve-se acrescentar que tudo aquilo em que o material original dos pensamentos oníricos foi transformado pela elaboração onírica é então submetido a uma outra influência, que é conhecida como 'revisão secundária', e sua finalidade é evidentemente livrar-se da desconexão e ininteligibilidade produzidas pela elaboração onírica e substituí-las por um novo 'significado'. Mas esse novo significado, a que se chega pela revisão secundária, não é mais o significado dos pensamentos oníricos.

A revisão secundária do produto da elaboração onírica constitui um exemplo admirável da natureza e das pretensões de um sistema. Existe em nós uma função intelectual que exige unidade, conexão e inteligibilidade de qualquer material, seja da percepção ou do pensamento, que cai sob o seu domínio e se, em consequência de circunstâncias especiais, não pode estabelecer uma conexão verdadeira, não hesita em fabricar uma falsa. Os sistemas construídos desta maneira chegam ao nosso conhecimento não apenas através dos sonhos, mas também das fobias, do pensamento obsessivo e dos delírios. A construção de sistemas é percebida de modo mais notável nas perturbações delirantes (na paranóia), onde domina o quadro sintomático; mas sua ocorrência em outras formas de neuropsicoses não deve ser subestimada. Em todos esse casos pode-se demonstrar que uma nova arrumação do material psíquico foi feita com um novo objetivo em vista, e muitas vezes essa redistribuição tem de ser radical, se é que se quer que o resultado pareça inteligível do ponto de vista do sistema. Assim, um sistema é mais bem caracterizado pelo fato de pelo menos duas razões poderem ser descobertas para cada um de seus produtos: uma razão baseada nas premissas do sistema (uma razão, que pode ser, então, delirante) e uma razão oculta, que devemos julgar como sendo a verdadeiramente operante e real.

Isto pode ser ilustrado por um exemplo tirado de uma neurose. Em meu ensaio sobre o tabu mencionei uma paciente minha cujas proibições obsessivas mostravam a mais perfeita concordância com um tabu maori (ver em [1]). A neurose dessa mulher visava ao marido e culminou com a defesa contra um desejo inconsciente de que ele morresse. Sua fobia manifesta e sistemática, contudo, relacionava-se com a menção da morte em geral, enquanto o marido era inteiramente excluído dela e nunca constituía objeto de sua preocupação consciente. Certo dia, ouviu o marido dando instruções para que suas navalhas, que haviam perdido o fio, fossem levadas a uma certa loja para serem reamoladas. Impulsionada por um estranho mal-estar, ela própria pôs-se a caminho da loja. Depois de inspecionar o local, voltou e insistiu para que o marido se livrasse definitivamente das navalhas, uma vez que tinha descoberto que na porta pegada à da loja que ele havia indicado existia uma casa funerária: por causa do plano que ele havia feito, disse ela, as navalhas tinham-se tornado inextricavelmente envolvidas com pensamentos de morte. Era esta, então, a razão *sistemática* para a sua proibição. Podemos estar plenamente certos de que, mesmo sem a descoberta da loja ao lado, a paciente teria voltado para casa com uma proibição contra as navalhas. Bastaria ter encontrado um cortejo fúnebre no seu caminho até a loja, ou alguém vestido de luto ou conduzindo uma coroa funerária. A rede de determinantes possíveis para a proibição espalhara-se de modo suficientemente amplo para apanhar a caça de qualquer jeito; unir ou deixar de unir essa rede, dependia simplesmente da decisão dela. Poderia ser demonstrado que, em outras ocasiões, ela não colocaria os determinantes em funcionamento e explicaria isso dizendo que tinha passado ‘um dia melhor’. A causa *real* de sua proibição quanto às navalhas era, naturalmente, como é fácil de descobrir, sua aversão a ligar qualquer sentimento agradável à idéia de que o marido pudesse cortar o pescoço com as navalhas acabadas de afiar.

Exatamente da mesma maneira, uma inibição do movimento (uma abasia ou uma agorafobia) gradualmente tornar-se-á mais completa e mais particularizada, quando esse sistema conseguir instalar-se como representante de um desejo inconsciente e da defesa contra o desejo. Quaisquer outras fantasias inconscientes e reminiscências operativas que possam estar presentes no paciente forçam caminho à expressão como sintomas ao longo dessa mesma trilha, uma vez tenha sido aberta, e agrupam-se numa nova disposição apropriada dentro da estrutura da inibição quanto ao movimento. Desse modo, seria tarefa vã, e na verdade tola, tentar compreender as complexidades e pormenores dos sintomas de (por exemplo) uma agorafobia, com base em suas premissas subjacentes; pois toda a harmonia e precisão da combinação são apenas *aparentes*. Tal como acontece com as fachadas dos sonhos, se procurarmos mais atentamente, encontraremos a mais gritante incoerência e arbitrariedade na estrutura dos sintomas. A razão real para os pormenores de uma fobia sistemática desse tipo reside em determinantes ocultos, que não precisam ter nada a ver com uma inibição de movimentos; e é por isso, também, que tais fobias assumem formas tão variadas e contraditórias nas diferentes pessoas.

Retornemos agora ao sistema animista de que estamos tratando. A percepção interna (insight) que adquirimos de *outros* sistemas psicológicos permite-nos concluir que também no homem primitivo a ‘superstição’ não é necessariamente a razão única ou real para um costume ou observância em particular e não nos dispensa do dever de procurar os motivos ocultos deles. Sob o domínio de um sistema animista, é inevitável que toda observância e toda atividade possuam uma base sistemática, que atualmente descrevemos como ‘supersticiosa’. A ‘superstição’ - como a ‘ansiedade’, os ‘sonhos’ e os ‘demônios’ - é um daqueles conceitos psicológicos provisórios que teriam sob o impacto da pesquisa psicanalítica. Uma vez tenhamos penetrado além dessas construções, que se assemelham a biombo erguidos como defesas contra a compreensão correta, começamos a nos dar conta de que a vida mental e o nível cultural dos selvagens não obtiveram até agora todo o reconhecimento que merecem.

Se tomarmos a repressão dos instintos como medida do nível de civilização que foi alcançado, teremos de admitir que mesmo sob o sistema animista efetuaram-se progressos e desenvolvimentos que são injustamente desprezados por conta de sua base supersticiosa. Quando sabemos que os guerreiros de uma tribo selvagem praticam a maior continência e limpeza quando estão a caminho da guerra, a explicação apresentada é que o motivo é ‘o medo de que o inimigo possa conseguir os desejos de sua pessoa e fique assim capacitado a efetuar sua destruição através da magia’ (Frazer, 1911b, 157); e uma razão supersticiosa análoga poderia ser sugerida para a continência. Não obstante, permanece o fato de que realizaram uma renúncia aos instintos e poderemos compreender melhor a posição deles se supusermos que o guerreiro selvagem submete-se a essas restrições como uma contramedida, porque se acha a ponto de entregar-se completamente à satisfação de impulsos cruéis e hostis que via de regra lhe são proibidos. O mesmo acontece com os numerosos casos de restrições sexuais que são impostas a alguém que esteja empenhado num trabalho difícil ou de responsabilidade. [Ibid., p. 169 e segs.] Embora os fundamentos alegados para essas proibições possam pertencer a um contexto mágico, a idéia fundamental de obter maior vigor pela renúncia a algumas satisfações instintivas permanece, entretanto, inequívoca; e a raiz higiênica da proibição que acompanha sua racionalização mágica não deve ser subestimada. Quando os homens de uma tribo selvagem saem em expedição para caçar, pescar, combater ou colher plantas raras, suas esposas ficam em casa sujeitas a muitas restrições opressivas às quais os próprios selvagens atribuem uma influência favorável, a operar à distância, sobre o sucesso da expedição. Mas não é preciso muito pouca penetração para perceber que esse fator que opera à distância nada mais é que os pensamentos saudosos dos homens ausentes do lar e que por trás desses disfarces se encontra um saudável discernimento psicológico de que os homens só darão o melhor de si se estiverem completamente seguros quanto às mulheres que deixaram atrás de si, desprotegidas. Às vezes, eles mesmos declaram, sem alegar quaisquer razões mágicas, que a infidelidade de uma esposa ao matrimônio levará a nada os esforços de um marido ausente, empenhado em alguma trabalho de responsabilidade.

Diz-se que os incontáveis regulamentos de tabu a que as mulheres das comunidades selvagens estão sujeitas durante a menstruação são devidos a um horror supersticioso ao sangue e, sem dúvida, isto constitui um de seus determinantes. Mas seria errado menosprezar a possibilidade de que neste caso o horror ao sangue sirva também a propósitos estéticos e higiênicos, que, em todo caso, são obrigados a ocultar-se atrás de motivos mágicos.

Não tenho a menor ilusão de que apresentando essas tentativas de explicação me esteja expondo ao ataque de selvagens modernos e talentosos, com uma sutileza de atividade mental que excede todas as probabilidades. Parece-me inteiramente possível, no entanto, que o mesmo que acontece com nossa atitude para com a psicologia daqueles povos que permaneceram no nível animista, aconteça com nossa atitude em relação à vida mental das crianças, que, nós, adultos, não mais compreendemos, e cuja plenitude e delicadeza de sentimentos, em consequência, tão grandemente subestimamos.

Um outro grupo de observâncias de tabu, que até agora não foi explicado, merece menção, desde que admitem uma explicação familiar aos psicanalistas. Entre muitos povos selvagens existe uma proibição contra a guarda em casa de armas aguçadas ou instrumentos de corte. Frazer (1911b, 238) cita uma superstição alemã segundo a qual uma faca não deve ser deixada com o fio para cima, por temor que Deus e os anjos possam se machucar nela. Não poderemos identificar nesse tabu uma advertência premonitória contra possíveis ‘atos sintomáticos’ em cuja execução uma arma afiada poderia ser empregada por impulsos maldosos e inconscientes?

IV - O RETORNO DO TOTEMISMO NA INFÂNCIA

Não tem fundamento o receio de que a psicanálise, primeira a descobrir que os atos e estruturas psíquicas são invariavelmente supradeterminados, fique tentada a atribuir a uma fonte única a origem de algo tão complicado como a religião. Se a psicanálise é compelida - e é na realidade, obrigada - a colocar toda a ênfase numa determinada fonte, isto não significa que esteja alegando ser essa fonte a única ou que ela ocupe o primeiro lugar entre os numerosos fatores contribuintes. Somente quando pudermos sintetizar as descobertas dos diferentes campos de pesquisa é que se tornará possível chegar à importância relativa do papel desempenhado na gênese das religiões pelo mecanismo estudado nessas páginas. Essa tarefa está acima dos meios de que dispõe um psicanalista, assim como de seus objetivos.

(1)

No primeiro desta série de ensaios, familiarizamo-nos com o conceito de totemismo. Aprendemos que o totemismo é um sistema que ocupa o lugar da religião entre certos povos primitivos da Austrália, da América e da África e provê a base de sua organização social. Como ficamos sabendo, foi um escocês, McLennan, que em 1869 pela primeira vez chamou a atenção geral para o fenômeno do totemismo (que até então tinha sido encarado como simples curiosidade), dando expressão à suspeita de que um grande número de costumes e práticas comuns em várias sociedades antigas e modernas deveriam ser explicados como

remanescentes de uma época totêmica. A partir daí a ciência aceitou inteiramente essa avaliação do totemismo. Permitam-me citar, como uma das mais recentes afirmações sobre o assunto, uma passagem dos *Elemente der Völkerpsychologie*, de Wundt (1912, 139): ‘À luz de todos esses fatos, parece altamente provável a conclusão de que, em alguma ocasião, a cultura totêmica em toda parte preparou o caminho para uma civilização mais adiantada e, assim, que ela representa uma fase de transição entre a era dos homens primitivos e a era dos heróis e deuses’. [Tradução inglesa, 139.]

O objetivo destes ensaios nos obriga a penetrar mais profundamente na natureza do totemismo. Por razões que dentro em pouco se tornarão claras, começarei por uma descrição fornecida por Reinach, que, em 1900, esboçou um ‘*Code du totémisme*’ em doze artigos - um catecismo, por assim dizer, da religião totêmica:

(1) Certos animais não podem ser mortos nem comidos e exemplares de sua espécie são criados e cuidados por seres humanos.

(2) Um animal que tenha morrido de morte acidental é pranteado e enterrado com as mesmas honras que um membro do clã.

(3) Em alguns casos, a proibição de comer estende-se apenas a uma determinada parte do corpo do animal.

(4) Quando um dos animais que são geralmente poupados tem de ser morto por força da necessidade, se lhe pedem desculpas e, por meio de diversos artifícios e subterfúgios, faz-se uma tentativa de mitigar a violação do tabu, isto é, a morte.

(5) Quando o animal é vítima de um sacrifício ritual, é solenemente pranteado.

(6) Em determinadas ocasiões solenes e em cerimônias religiosas, usam-se as peles de certos animais. Onde o totemismo ainda se encontra em vigor, são os animais totêmicos.

(7) Clãs e indivíduos adotam nomes de animais - ou seja, dos animais totêmicos.

(8) Muitos clãs utilizam representações de animais em suas insígnias e armas; os homens costumam pintar ou tatuar figuras de animais no corpo.

(9) Se o totem for um animal temível ou perigoso, imagina-se que poupe os membros do clã que recebeu seu nome.

(10) O animal totêmico protege e dá aviso aos membros de seu clã.

(11) O animal totêmico prevê o futuro dos membros leais de seu clã e lhes serve de guia.

(12) Os membros do clã totêmico acreditam, com freqüência, serem aparentados com o animal totêmico pelo laço de uma ascendência comum.

Este catecismo da religião totêmica só pode ser apreciado no seu devido valor se levarmos em consideração o fato de Reinach haver incluído nele todas as indicações e traços de que se pode inferir a existência primitiva de um sistema totêmico. A atitude peculiar do autor para com o problema é demonstrada pela negligência parcial no que se refere aos aspectos essenciais do totemismo. Como veremos, relegou a um plano secundário um dos dois principais artigos do catecismo totêmico e menosprezou inteiramente o outro.

Para conseguir uma imagem correta da natureza do totemismo, temos de voltar-nos para outro autor, que dedicou ao assunto uma obra em quatro volumes, a qual combina a mais ampla compilação das observações pertinentes com o mais pormenorizado estudo dos problemas que levantam. Continuaremos em dívida com J. G. Frazer, autor de *Totemism and Exogamy* (1910), tanto pelo deleite quanto pela instrução, mesmo que a pesquisa psicanalítica possa conduzir-nos a conclusões que diferem amplamente das suas.

‘Um totem’, escreve Frazer em seu primeiro ensaio sobre o assunto, ‘é uma classe de objetos materiais que um selvagem encara com supersticioso respeito, acreditando existir entre ele e todos os membros da classe uma relação íntima e inteiramente especial (...) A vinculação entre um homem e seu totem é mutuamente benéfica; o totem protege o homem e este mostra seu respeito por aquele de diversas maneiras, não o matando, se for um animal; não o cortando, nem colhendo, se for um vegetal. Distintamente de um fetiche, um totem nunca é um indivíduo isolado, mas sempre uma classe de objetos, em geral uma espécie de animais ou vegetais, mais raramente uma classe de objetos naturais inanimados, muito menos ainda uma classe de objetos artificiais (...)’

‘Os totens são, pelo menos, de três espécies: (1) o totem do clã, comum a todo um clã, passando por herança de geração a geração: (2) o totem do sexo, comum seja a todos os homens ou a todas as mulheres de uma tribo, com exclusão, em cada caso, do sexo oposto: (3) o totem individual, pertencente a um indivíduo isolado, sem passar aos seus descendentes (...)’

Os dois últimos tipos de totem não se comparam, em significação, ao totem do clã. A menos que estejamos inteiramente enganados, constituem desenvolvimentos posteriores e são de pouca importância para a natureza essencial do totem.

‘O totem do clã é reverenciado por uma corporação de homens e mulheres que se chamam a si próprios pelo nome do totem, acreditam possuírem um só sangue, descendentes que são de um ancestral comum, e estão ligados por obrigações mútuas e comuns e por uma fé comum no totem. O totemismo, assim, constitui tanto uma religião como um sistema social. Em seu aspecto religioso, consiste nas relações de respeito e proteção mútua entre um homem e o seu totem. No seu aspecto social, consiste nas relações dos integrantes do clã uns com os outros e com os homens de outros clãs. Na história posterior do totemismo, esses dois lados, o religioso e o social, tendem a separar-se; o sistema social às vezes sobrevive ao religioso e, por outro lado, a religião algumas vezes apresenta traços de totemismo em países onde o sistema social baseado no totemismo desapareceu. Em nossa ignorância de sua origem, é impossível dizer com certeza como, nessa origem, os dois lados se achavam relacionados um com o outro. Em geral, porém, as provas apontam fortemente para a conclusão de que ambos eram originalmente inseparáveis, ou, noutras palavras, que quanto mais retrocedermos, mais descobriremos que o integrante do clã encarava a si próprio e ao seu totem como seres da mesma espécie e menos distinguia entre a conduta para com seu totem e para com os companheiros de clã.’

Ao expor particularidades do totemismo como sistema religioso, Frazer começa por afirmar que os membros de clã totêmico chamam-se a si mesmos pelo nome do totem e *geralmente acreditam serem realmente descendentes dele*. Decorre dessa crença que não caçarão, não matarão e não comerão o animal totêmico e, se este for outra coisa que não um animal, abster-se-ão de fazer uso dela sob outras modalidades. As normas contra matar ou comer o totem não são os únicos tabus; às vezes, são proibidos de tocá-lo ou até mesmo de olhá-lo; num certo número de casos, não se pode mencionar o totem pelo próprio nome. Qualquer violação dos tabus que protegem o totem é automaticamente punida por doença grave ou morte.

Espécimes do animal totêmico são ocasionalmente criados pelo clã e por este cuidados em cativeiro. Um animal totêmico encontrado morto é pranteado e enterrado como um membro do clã que tivesse morrido. Se for necessário matar um animal totêmico, isso é feito de acordo com um ritual de excusas prescrito e cerimônias de expiação.

O clã espera receber proteção e cuidados da parte de seu totem. Se se tratar de um animal perigoso (como um animal de presa ou uma cobra venenosa), há a pressuposição de que não causará mal aos seus protegidos; e, se essa expectativa não se cumprir, o homem ferido é expulso do clã. Os juramentos, na opinião de Frazer, foram originalmente provações; assim, muitas verificações de descendência e legitimidade eram submetidas à decisão do totem. O totem presta auxílio na doença e transmite augúrios e advertências ao seu clã. O aparecimento do totem numa casa ou perto dela é freqüentemente encarado como um presságio de morte; o totem veio buscar o seu parente.

Em certas circunstâncias importantes, o integrante do clã procura ressaltar seu parentesco com o totem fazendo-se assemelhar a ele externamente, envergando a pele do animal, talhando a sua figura sobre o próprio corpo etc. Essa identificação com o totem é efetivada em ações e palavras nas ocasiões cerimoniais do nascimento, da iniciação e do enterro. Danças em que todos os integrantes do clã se disfarçam como o totem e imitam o seu comportamento servem a vários propósitos mágicos e religiosos. Por fim, há cerimônias em que o animal totêmico é morto de acordo com o cerimonial.

O aspecto social do totemismo se expressa principalmente por uma injunção feita respeitar severamente e uma ampla restrição.

Os membros de um clã totêmico são irmãos e irmãs e estão obrigados a ajudar-se e proteger-se mutuamente. Se o membro de um clã é morto por alguém não pertencente a ele, todo o clã do assassinado se une no pedido de satisfações pelo sangue que foi derramado. O laço totêmico é mais forte que o de família, em nosso sentido. Os dois não coincidem, uma vez que o totem, via de regra, é herdado através da linhagem feminina, sendo possível que a descendência paterna fosse deixada, originalmente, inteiramente fora de consideração.

A restrição de tabu correspondente proíbe aos membros do mesmo clã totêmico de casar-se ou de ter relações sexuais uns com os outros. Temos aí o notório e misterioso correlato do totemismo: a exogamia. Dediquei todo o primeiro ensaio da presente obra a esse assunto, de maneira que aqui preciso apenas repetir que ele se origina da intensificação entre os selvagens do horror ao incesto, a qual seria plenamente explicada como uma garantia contra este último sob condições de casamento grupal, visando primariamente a afastar do incesto a geração *mais jovem* e interferindo com a geração mais velha apenas com um desenvolvimento posterior. [Ver atrás, em [1] e rodapé.]

À descrição do totemismo feita por Frazer - uma das primeiras na literatura sobre o assunto - acrescentarei alguns extratos de uma descrição das mais recentes. Em seus *Elemente der Völkerverpsychologie*, Wundt (1912, 116 e segs.) escreve o seguinte: ‘O animal totêmico é também geralmente considerado o animal ancestral do grupo em questão. “Totem” é, por um lado, um nome de grupo e, por outro, um nome indicativo de ancestralidade. Sob o último aspecto, possui também uma significação mitológica. Essas várias idéias, entretanto, interatuam de numerosas maneiras. Alguns dos significados podem entrar em recesso, de maneira que o totem freqüentemente se torna uma mera nomenclatura de divisões tribais, enquanto que, noutras ocasiões, a idéia de ancestralidade ou, talvez também, a significação do culto, predomina (...)’ O conceito de totem possui uma influência decisiva sobre a divisão e a organização tribais, as quais se acham sujeitas a certas normas costumeiras. ‘Estas normas, e o lugar que lhes é fixado nas crenças e sentimentos dos membros da tribo, estão ligadas ao fato de originalmente, em todos os casos, o animal totêmico ter sido encarado, em sua maior parte, não como simplesmente dando o nome a um

grupo de membros tribais, mas sendo realmente seu antepassado (...) Ligado a isso encontra-se o fato de esses animais ancestrais terem possuído um culto (...) À parte as cerimônias e os festivais cerimoniais específicos, esse culto animal em sua origem encontrava expressão primariamente nas relações mantidas com o animal totêmico. Não se tratava de um animal determinado que, até certo ponto, era considerado sagrado, mas de todos os representantes da espécie. Os membros do totem eram proibidos de comer a sua carne e só lhes era permitido fazê-lo sob condições específicas. Um contrafenômeno significativo, não irreconciliável com este, é o fato de, em certas condições, a ingestão da carne do totem constituir uma espécie de cerimônia (...)

‘(...) O aspecto social mais importante dessa manifestação tribal totêmica, contudo, consiste no fato de envolver certas normas de costume regulando as relações mútuas dos grupos independentes. Dessas normas, as que regiam as relações matrimoniais eram de primeira importância. A organização tribal desse período achava-se ligada a uma instituição importante, a exogamia que se originou na época totêmica.’ [Tradução inglesa, 116 e seg.]

Se procurarmos penetrar até a natureza original do totemismo, sem considerar os acréscimos ou atenuações subseqüentes, descobriremos que suas características essenciais são as seguintes: *Originalmente, todos os totens eram animais e eram considerados como ancestrais dos diferentes clãs. Os totens eram herdados apenas através da linha feminina. Havia uma proibição contra matar o totem (ou - o que em condições primitivas, constitui a mesma coisa - comê-lo). Os membros de um clã totêmico estavam proibidos de ter relações sexuais uns com os outros.*

Talvez fiquemos espantados pelo fato de no Code du totémisme, de Reinach, um dos dois principais tabus, o da exogamia, não ser de modo algum mencionado, enquanto que a crença sobre a qual o segundo se funda, ou seja, a descendência do animal totêmico, ser apenas referida de passagem. Minhas razões, contudo, para escolher a descrição feita por Reinach (escritor, incidentalmente, que trouxe contribuições muito valiosas ao assunto) foram preparar-nos para as diferenças de opinião entre as autoridades - diferenças nas quais agora temos de entrar.

(2)

Quanto mais incontestável se torna a conclusão de que o totemismo constitui uma fase

regular em todas as culturas, mais urgente se torna a necessidade de chegar-se a uma compreensão dele e lançar luz sobre o enigma de sua natureza essencial. Tudo o que se relaciona com o totemismo parece misterioso: os problemas decisivos relacionam-se com a origem da idéia da descendência do totem e com as razões para a exogamia (ou melhor, para o tabu sobre o incesto de que a exogamia é expressão), bem como a relação entre estas duas instituições, a organização totêmica e a proibição do incesto. Qualquer explicação satisfatória deverá ser, ao mesmo tempo, histórica e psicológica. Deverá dizer-nos sob que condições essa instituição peculiar se desenvolveu e a quais necessidades psíquicas do homem dá expressão.

Meus leitores, estou seguro, ficarão espantados ao tomar conhecimento da variedade de ângulos de que se fizeram tentativas para responder a estas questões e das amplas divergências de opinião sobre ela apresentadas pelos peritos. Quase toda generalização que se possa fazer sobre o assunto do totemismo e da exogamia parece aberta à discussão. Mesmo a descrição que acabei de dar, tirada do livro publicado por Frazer em 1887, está sujeita à crítica de expressar as preferências arbitrárias do presente autor e, na verdade, seria contestada hoje pelo próprio Frazer, que repetidamente modificou suas opiniões sobre o assunto.

É plausível supor que melhor se chegaria a uma compreensão da natureza essencial do totemismo e da exogamia se fosse possível aproximar-se da origem das duas instituições. Mas, em relação a isto, devemos manter no espírito a advertência de Andrew Lang de que mesmo os povos primitivos não mantiveram as formas originais dessas instituições, nem tampouco as condições que lhes deram origem; de maneira que nada temos senão hipóteses para nelas apoiar-nos, como um substituto das observações de que estamos privados. Algumas das explicações tentadas parecem, ao juízo de um psicólogo, inadequadas desde o início mesmo: são racionais demais e não levam em consideração o caráter emocional dos assuntos a serem explicados. Outras se baseiam em pressuposições que não são confirmadas pela observação. Outras ainda apóiam-se em materiais que seriam mais bem interpretados de outra maneira. Geralmente, não é difícil refutar as diversas opiniões apresentadas: as autoridades, como de costume, são mais eficientes em suas críticas das obras dos outros do que em sua própria produção. A conclusão sobre a maioria dos argumentos levantados deve ser um *non liquet*. Não é de surpreender, assim, que na literatura mais recente sobre o tema (que, em sua maior parte, não é considerada nesta obra) surja uma tendência inequívoca a rejeitar qualquer solução geral dos problemas totêmicos como impraticável. (Ver, por exemplo, Goldenweiser, 1910). No exame que se segue dessas hipóteses conflitantes, atrevo-me a não considerar a seqüência cronológica.

(a) A ORIGEM DO TOTEMISMO

A questão da origem do totemismo pode ser apresentada da seguinte maneira: como foi que os homens primitivos vieram a chamar-se a si mesmos (e a seus clãs) com nomes de animais, vegetais e objetos inanimados?

McLennan (1865 e 1869-70), o escocês que descobriu o totemismo e a exogamia para o mundo da ciência, absteve-se de publicar qualquer opinião sobre a origem do totemismo. De acordo com Andrew Lang (1905, 34), achou-se, em certa ocasião, inclinado a pensar que se originava do costume de tatuar-se. Proponho dividir as teorias sobre a origem do totemismo em três grupos: - (a) o nominalista, (b) o sociológico, e (g) o psicológico.

(□) *Teorias Nominalistas*

Minhas descrições dessas teorias justificarão havê-las reunido sob o título que adotei.

Garcilasso de la Vega, descendente dos incas peruanos, que escreveu uma história de seu povo no século XVII, já parece haver atribuído a origem do que conhecia dos fenômenos totêmicos à necessidade sentida pelos clãs de distinguirem-se uns dos outros pelo uso de nomes. (Lang, 1905, 34.) Centenas de anos mais tarde, a mesma idéia foi novamente proposta. Keane [1899, 396] encara os totens como ‘insígnias heráldicas’ por meio das quais os indivíduos, famílias e clãs procuravam distinguir-se uns dos outros. A mesma idéia é mais uma vez expressa por Max-Müller (1897 [1, 201]): ‘O totem é uma marca de clã, depois um nome de clã, depois o nome do ancestral do clã e, finalmente, o nome de algo adorado por um clã.’ Julius Pikler, escrevendo mais tarde, declara: ‘A humanidade exigiu, tanto das comunidades quanto dos indivíduos, um nome permanente que pudesse ser fixado pela escrita (...) Assim, o totemismo não surgiu das necessidades religiosas dos homens, mas de suas necessidades práticas e cotidianas. O âmago do totemismo, a nomenclatura, é o resultado da técnica primitiva de escrita. Em sua natureza, um totem assemelha-se a um pictograma facilmente desenhável. Entretanto, uma vez portadores do nome de um animal, os selvagens passaram a formar a idéia de um parentesco com ela.’

Da mesma maneira, Herbert Spencer (1870 e 1893, 331-46) considera a aplicação de nomes como o fator decisivo na origem do totemismo. As características pessoais dos indivíduos, argumenta, induziram à idéia de chamá-los por nomes de animais e, por esse modo, adquiriram nomes laudatórios ou apelidos que foram transmitidos a seus

descendentes. Em consequência da imprecisão e da ininteligibilidade da fala primitiva, as gerações posteriores interpretaram esses nomes como prova de descendência dos animais verdadeiros. Pode-se assim demonstrar que o totemismo constitui uma forma mais interpretada da veneração dos ancestrais.

Lorde Avebury (mais conhecido por seu nome anterior de Sir John Lubbock) nos dá uma descrição muito semelhante da origem do totemismo, embora sem insistir no elemento da má interpretação. Se quisermos explicar a adoração de animais, diz ele, não devemos esquecer quão freqüentemente os nomes humanos são tirados deles. Os filhos e seguidores de um homem que era chamado de 'Urso' ou 'Leão' naturalmente transformaram o nome dele num nome de clã. Daí acontecer que o próprio animal viesse a ser encarado 'primeiro com interesse, depois com respeito e, a longo prazo, com uma espécie de temor religioso'. [Lubbock, 1870, 171.]

O que pareceu ser uma objeção incontestável a essa derivação dos nomes totêmicos de nomes de indivíduos foi apresentada por Fison. Demonstrou ele, a partir de condições existentes na Austrália, que o totem é invariavelmente 'a insígnia de um grupo, não de um indivíduo'. Mas mesmo que assim não fosse e o totem constituísse originalmente o nome de um indivíduo, ele nunca poderia - visto que os totens são herdados através da linha feminina - ser transmitido aos filhos.

Além disso, as teorias que até aqui examinei são obviamente inapropriadas. Poderiam talvez explicar o fato de que os povos primitivos adotam nomes de animais para os seus clãs, mas nunca explicariam a importância que se tornou ligada a essa nomenclatura - a saber, o sistema totêmico. A teoria pertencente a esse grupo que mais merece atenção é a proposta por Andrew Lang (1903 e 1905). Ele também considera a atribuição de nomes como o âmago do problema, mas introduz dois interessantes fatores psicológicos e pode assim pretender ter liderado o caminho para a solução final do enigma do totemismo.

Andrew Lang encara como questão, em princípio, indiferente a maneira pela qual os clãs obtiveram seus nomes de animais. É necessário apenas pressupor que despertaram um dia para a consciência de que levavam esses nomes e não podiam explicar como isso tinha acontecido. *A origem dos nomes tinha sido esquecida.* Tentaram então chegar a uma explicação especulando sobre o assunto e, em vista da crença na importância dos nomes, estavam destinados a chegar a todas as idéias contidas no sistema totêmico. Diferentemente de nós, os povos primitivos (bem como os selvagens modernos e até mesmo nossos próprios filhos) não encaram os nomes como algo de indiferente e convencional, mas sim como significativos e essenciais. O nome de um homem é um componente principal de sua personalidade, talvez mesmo uma parte de sua alma. O fato de um homem primitivo portar o mesmo nome de um animal deve tê-lo levado a presumir a existência de um vínculo misterioso e significativo entre si próprio e essa determinada espécie de animal. Que outro

vínculo poderia ser esse senão o de parentesco de sangue? Uma vez a semelhança de nomes tivesse levado a essa conclusão, o tabu de sangue imediatamente envolveria todas as ordenanças totêmicas, inclusive a exogamia. ‘Não mais que três coisas - um nome animal grupal de origem desconhecida; a crença numa vinculação transcendental entre todos os portadores, humanos e animais, do mesmo nome e a crença nas superstições de sangue - foram necessárias para dar origem a todos os credos e práticas totêmicas, inclusive a exogamia.’ (Lang, 1905, 125 e segs.)

A explicação de Lang divide-se em duas partes. Uma faz remontar o sistema totêmico, como questão de necessidade psicológica, ao fato de, os totens possuírem nomes de animais - sempre pressupondo que a origem desse nomes tivesse sido esquecida. A outra tenta explicar como os nomes de fato se originaram; como veremos, é de caráter muito diferente da primeira.

Essa segunda parte da teoria de Lang não difere, em nenhum aspecto essencial, das outras teorias que denominei de ‘nominalistas’. A necessidade prática de diferenciação compeliu os diversos clãs a adotar nomes e assim concordaram com os nomes pelos quais cada um deles era chamado por outro clã. Essa ‘denominação provinda de fora’ constitui a característica principal da teoria de Lang. O fato de os nomes assim adotados terem sido tirados de animais dispensa comentário especial e não há razão para que tenham sido encarados, em épocas primitivas, como insultantes ou como motivo de escárnio. Além disso, Lang acrescentou não poucos exemplos de épocas históricas posteriores em que nomes que haviam sido originalmente aplicados por derrisão, por parte de estrangeiros, foram aceitos e de boa vontade adotados (p. ex., ‘Les Gueux’, ‘Whigs’ e ‘Tories’). A hipótese de que, com o decorrer do tempo, a origem desses nomes foi esquecida vincula essa parte da teoria de Lang à outra, que já examinamos.

(□) *Teorias Sociológicas*

Reinach, que foi bem-sucedido em descobrir reminiscências do sistema totêmico nos cultos e práticas de períodos posteriores, mas que sempre atribuiu pouca importância ao fator da descendência do totem, observa confidencialmente em determinada passagem que, em sua opinião, o totemismo nada mais é que ‘*une hypertrophie de l’instinct social*’. (Reinach, 1905-12, 1, 41.) Ponto de vista semelhante transparece no recente livro de autoria de Durkheim (1912). O totem, argumenta ele, é o representante visível da religião social entre os povos relacionados com ele: corporifica a comunidade, que é o verdadeiro objeto

de sua adoração.

Outros autores procuraram encontrar uma base mais precisa para a participação dos instintos sociais na formação das instituições totêmicas. Assim, Haddon (1902 [745]) supõe que cada clã primitivo subsistiu originalmente por meio de uma determinada espécie de animal ou vegetal e talvez tenha comerciado com esse artigo alimentício específico e o tenha permutado com outros clãs. Disso inevitavelmente decorreria que esse clã seria conhecido dos outros pelo nome do animal que era de tanta importância para ele. Ao mesmo tempo, o clã estaria destinado a tornar-se especialmente familiarizado com o animal e a desenvolver um interesse especial por ele, embora isto não se baseasse em nenhum motivo psíquico que não fosse a mais elementar e premente das necessidades humanas, ou seja, a fome.

Contra essa teoria, a mais ‘racional’ de todas as teorias sobre o totemismo, objetou-se que condições de alimentação desse tipo nunca foram encontradas entre os povos primitivos e provavelmente nunca existiram. Os selvagens são onívoros e tanto mais o são quanto mais baixa é a sua condição. Também não é fácil admitir como uma dieta exclusiva como esta poderia ter evoluído para uma atitude quase religiosa em relação ao totem, culminando com a abstenção absoluta da comida favorita. [Cf. Frazer, 1910, 4, 51.]

A primeira das três teorias sobre a origem do totemismo que o próprio Frazer apoiou em diferentes ocasiões foi uma teoria psicológica e dela tratarei posteriormente. Sua segunda teoria, na qual estamos aqui interessados, tomou forma sob a influência de uma momentosa publicação assinada por dois homens que haviam feito pesquisas entre os nativos da Austrália Central.

Spencer e Gillen (1899) descreveram um certo número de observâncias, práticas e crenças peculiares, encontradas num grupo de tribos conhecidas como a nação arunta; e Frazer concordou com sua opinião de que essas peculiaridades deveriam ser consideradas características de um primitivo estado de coisas e que poderiam lançar luz sobre o verdadeiro e original significado do totemismo.

As peculiaridades descobertas na tribo arunta (parte da nação arunta) são as seguintes:

(1) Os aruntas estão divididos em clãs totêmicos, mas o totem não é hereditário e sim determinado para cada indivíduo, de uma maneira que será descrita logo mais.

(2) Os clãs totêmicos não são exógamos e as restrições ao casamento baseiam-se numa divisão altamente desenvolvida em classes matrimoniais, divisão que não tem ligação com o totem.

(3) A função dos clãs totêmicos reside na realização de uma cerimônia que tem por

objetivo a multiplicação do objeto totêmico comestível através de um método caracteristicamente mágico. (Essa cerimônia é conhecida como *intichiuma*.)

(4) Os aruntas têm uma teoria peculiar de concepção e reencarnação. Acreditam existirem, espalhados pela região, lugares [‘centros totêmicos’] em que os espíritos dos mortos de um determinado totem aguardam a reencarnação e penetram no corpo de qualquer mulher que passe pelo local. Quando uma criança nasce, a mãe comunica em qual desses lugares acha que ela foi concebida e o totem da criança é determinado de acordo com isso. Acredita-se ainda que os espíritos (tanto dos mortos quanto dos renascidos) estão intimamente associados com certos amuletos de pedra peculiares, conhecidos como *churinga*, que são encontrados nesses mesmos centros.

Dois fatores parecem ter levado Frazer a supor que as observâncias descobertas entre os aruntas constituem a forma mais antiga do totemismo. O primeiro foi a existência de certos mitos afirmando que os ancestrais dos aruntas comiam regularmente o seu totem e sempre se casavam com mulheres do próprio totem. O segundo foi o visível descaso pelo ato sexual em sua teoria da concepção. Povos que ainda não descobriram ser a concepção o resultado das relações sexuais podem certamente ser encarados como os mais atrasados e primitivos dos homens vivos.

Focalizando o seu juízo do totemismo na cerimônia *intichiuma*, Frazer passou de repente a ver o sistema totêmico sob uma luz inteiramente nova, ou seja, como uma organização puramente prática, destinada a atender à mais natural das necessidades humanas. (Cf. a teoria de Haddon, atrás.) O sistema era simplesmente um exemplo em grande escala de ‘magia cooperativa’. Os homens primitivos criaram o que poderia ser descrito como uma reunião mágica de produtores e consumidores. Cada clã totêmico encarregava-se da parte de garantir um abastecimento copioso de determinado artigo alimentar. No que se referia a totens não comestíveis (tais como animais perigosos, o vento, a chuva etc.), o dever do clã totêmico consistia em controlar a força natural em foco e contra-influenciar suas possibilidades prejudiciais. As realizações de cada clã traziam vantagens para todos os outros. Uma vez que cada um deles não podia comer nada ou apenas muito pouco de seu próprio totem, fornecia esse material valioso para os outros clãs e, em troca, era abastecido com o que eles produziam como dever social totêmico. À luz da compreensão (insight) que assim conseguiu da cerimônia *intichiuma*, Frazer veio a acreditar que a proibição de comer o próprio totem fizera com que as pessoas não vissem o elemento mais importante da situação, a saber, a injunção a produzir tanto quanto possível de um totem comestível, a fim de atender as necessidades de outras pessoas.

Frazer aceitou a tradição arunta de que cada clã totêmico comera originalmente o seu próprio totem, sem restrições. Mas então tornou-se difícil compreender a fase seguinte do

desenvolvimento, em que todos os integrantes do clã se contentam em garantir um suprimento do totem para outros, enquanto eles próprios renunciam quase completamente ao seu desfrute. Imaginou que essa restrição tinha surgido, não de qualquer tipo de deferência religiosa, mas talvez da observação dos animais, que nunca se alimentavam dos de sua própria espécie: proceder assim poderia implicar uma ruptura na identificação com o totem e, conseqüentemente, reduzir o poder de controlá-lo. Ou poderia ser que, poupando as criaturas, esperassem conciliá-las. Frazer, contudo, não disfarça as dificuldades envolvidas nessas explicações (1910, 1, 121 e segs.), nem tampouco se aventura a sugerir por que meios o costume descrito nos mitos aruntas de casar-se dentro do totem transformou-se em exogamia.

A teoria de Frazer baseada na cerimônia *intichiuma* fica abalada com a afirmação do caráter primitivo das instituições aruntas. Mas em face das objeções levantadas por Durkheim e Lang (1903 e 1905), essa afirmação parece insustentável. Pelo contrário, os aruntas parecem ser a mais altamente desenvolvida das tribos australianas e representarem uma fase de totemismo em dissolução, em vez de seus primórdios. Os mitos que impressionaram Frazer tão profundamente porque, em contraste com as condições que hoje prevalecem, dão ênfase à liberdade de comer o totem e casar-se dentro dele, são muito facilmente explicáveis como fantasias plenas de desejo que, como o mito de uma idade de ouro, foram projetados de volta para o passado.

(□) *Teorias Psicológicas*

A primeira teoria psicológica de Frazer, formulada antes de familiarizar-se com as observações de Spencer e Gillen, baseava-se na crença numa ‘alma externa’. O totem, de acordo com esse ponto de vista, representava um lugar seguro de refúgio em que alma podia ser depositada, fugindo assim aos perigos que a ameaçavam. Quando um homem primitivo depositava sua alma no totem, ele próprio tornava-se invulnerável e, naturalmente, evitava causar qualquer dano ao receptáculo daquela. No entanto, visto não saber em que determinado exemplar da espécie animal em causa estaria alojada sua própria alma, era razoável que poupasse a espécie inteira.

O próprio Frazer posteriormente abandonou essa teoria de que o totemismo se deriva de uma crença em almas e, depois de conhecer as observações de Spencer e Gillen, adotou a teoria sociológica que já examinou. Mas ele mesmo chegou a ver que o motivo ao qual essa segunda teoria atribuía o totemismo era ‘racional’ demais e implicava uma organização

social demasiadamente complicada para ser descrita como primitiva. As sociedades cooperativas mágicas pareciam-lhe agora ser mais o fruto que a semente do totemismo. Procurou algum fator mais simples, alguma superstição primitiva por trás dessas estruturas, à qual se pudesse atribuir a origem do totemismo. Por fim, descobriu esse fator original na notável história arunta da concepção.

Os aruntas, como já expliquei, eliminam a vinculação entre o ato sexual e a concepção. No momento em que uma mulher sente que vai ser mãe, um espírito, que estivera aguardando a reencarnação no mais próximo centro totêmico em que os espíritos dos mortos se reúnem, ingressa no corpo dela. Dará à luz esse espírito como uma criança e esta possuirá o mesmo totem, como todos os espíritos que esperam naquele centro determinado. Essa teoria da concepção não pode explicar o totemismo, visto pressupor a existência dos totems. Mas vamos dar um passo atrás e suponhamos que originalmente a mulher acreditasse que o animal, planta, pedra ou outro objeto que estivesse ocupando sua imaginação no momento em que pela primeira vez sentiu que ia ser mãe, tivesse realmente ingressado nela e posteriormente nascesse sob a forma humana. Nesse caso, a identidade entre um homem e seu totem teria uma base real na crença de sua mãe e todas as ordenanças totêmicas restantes (com a exceção da exogamia) disso decorreriam. Um homem recusar-se-ia a comer esse animal ou planta porque assim proceder equivaleria a comer a si próprio. Teria contudo uma razão para ocasionalmente partilhar de seu totem de forma cerimonial, porque, desse modo, poderia fortalecer sua identificação com o totem, o que constitui a essência do totemismo. Algumas observações de Rivers [1909, 173 e segs.] sobre os nativos das ilhas Banks pareceram provar uma identificação direta dos seres humanos com o totem, baseada numa teoria semelhante da concepção.

Por conseguinte, a fonte suprema do totemismo seria a ignorância dos selvagens a respeito dos processos pelos quais os homens e os animais reproduzem suas espécies e, em particular, a ignorância do papel desempenhado pelo indivíduo do sexo masculino na fertilização. Essa ignorância deve ter sido facilitada pelo longo intervalo decorrente entre o ato de fertilização e o nascimento da criança (ou a primeira percepção de seus movimentos). Assim, o totemismo seria uma criação da mente feminina, antes que da masculina: suas raízes estariam nos ‘doentios caprichos das mulheres grávidas’. Realmente, qualquer coisa que impressione uma mãe naquele misterioso momento de sua vida em que pela primeira vez sente que vai ser mãe, facilmente poderia ser por ela identificado com a criança em seu ventre. Tais fantasias maternas, tão naturais e, ao que parece, tão universais parecem constituir a raiz do totemismo. (Frazer, 1910, 4, 63.)

A principal objeção a esta terceira das teorias de Frazer é a mesma que já foi apresentada contra a segunda, ou teoria sociológica. Os aruntas parecem estar muito afastados dos primórdios do totemismo. Sua negação da paternidade não parece basear-se na ignorância primitiva; sob alguns aspectos, eles próprios fazem uso da descendência através do pai. Parecem haver sacrificado a paternidade em benefício de um certo tipo de especulação

destinada a honrar as almas de seus antepassados. Ampliaram o mito da impregnação de uma virgem pelo espírito ao ponto de uma teoria geral da concepção, mas isso não é razão para que a ignorância das condições que regem a fertilização lhes seja imputada, mais do que aos povos da antiguidade à época da origem dos mitos cristãos

Outra teoria psicológica da origem do totemismo foi apresentada por um holandês, G.A. Wilken [1884, 997]. Ela vincula o totemismo à crença na transmigração das almas. ‘O animal em que se pensa que as almas dos mortos tenham preferentemente se encarnado torna-se um membro do clã, um ancestral e, como tal, é reverenciado.’ Parece, entretanto, mais provável, que a crença na transmigração provenha do totemismo, do que este daquela.

Ainda outra teoria do totemismo é sustentada por alguns eminentes etnólogos americanos, como Franz Boas, C. Hill-Tout e outros. Baseia-se em observações verificadas nos clãs totêmicos dos índios norte-americanos e sustenta que o totem foi originalmente o espírito guardião de um antepassado, que o adquiriu num sonho e o transmitiu aos seus descendentes. Já sabemos das dificuldades que se antepõem ao ponto de vista de que os totens são herdados de indivíduos isolados [Ver em [1]], mas, independentemente disso, as provas australianas não dão apoio à teoria de que os totens provenham de espíritos guardiões. (Frazer, 1910, 4, 48 e segs.)

A última das teorias psicológicas, apresentada por Wundt (1912,190) baseia-se em dois fatos: ‘Em primeiro lugar, o totem original e o que continua sendo o mais comum é o animal; em segundo, os animais totêmicos mais antigos são idênticos aos animais com alma.’ [Tradução inglesa, 192.] Os animais com alma (tais como os pássaros, as serpentes, os lagartos e os camundongos) são receptáculos apropriados de almas que abandonaram o corpo, por causa de seus movimentos rápidos, do vôo através do ar ou de outras qualidades capazes de produzir surpresa ou alarma. Os animais totêmicos derivam-se das transformações da ‘alma-hálito’ em animais. Assim, de acordo com Wundt, o totemismo está diretamente ligado à crença em espírito, ou seja, ao animismo.

(b) e (c) A ORIGEM DA EXOGAMIA E SUA RELAÇÃO COM O TOTEMISMO

Apresentei as diferentes teorias sobre o totemismo com alguns detalhes, mas, mesmo assim, a compressão foi inevitável e temo que, em consequência disso, minha exposição tenha sido prejudicada. No que se segue, entretanto, me arriscarei, em benefício dos leitores, a ser ainda mais condensado. As discussões sobre a exogamia praticada pelos povos totêmicos são, devido à natureza do material de que tratam, particularmente complicadas e difusas [-] se poderia mesmo dizer confusas. Os objetivos deste trabalho me permitem limitar-me a traçar alguma das principais linhas de debate. Aos que desejarem aprofundar-se mais no assunto recomendo os trabalhos especializados que tantas vezes citei.

A atitude assumida por um autor quanto aos problemas da exogamia deve, naturalmente, depender até certo ponto da posição que adotou em relação às diversas teorias sobre o totemismo. Algumas das explicações deste último excluem qualquer conexão com a exogamia, de maneira que as duas instituições são classificadas completamente à parte. Desse modo, encontramos dois pontos de vista opostos: um que procura manter a pressuposição original de que a exogamia constitui parte inerente do sistema totêmico e outro que nega existir tal vinculação, sustentando que a convergência entre esses dois aspectos das culturas mais antigas é uma convergência fortuita. Esta segunda opinião foi adotada sem restrições por Frazer em suas últimas obras: ‘Devo pedir ao leitor que tenha sempre em mente’, escreve, ‘que as duas instituições do totemismo e da exogamia são fundamentalmente distintas em origem e natureza, embora se tenha acidentalmente cruzado e misturado em muitas tribos.’ (Frazer, 1910, 1, XII.) Faz uma advertência explícita no sentido de que o ponto de vista oposto só pode ser causa de infundáveis dificuldades e más interpretações.

Outros autores, ao contrário, descobriram um meio de encarar a exogamia como consequência inevitável dos princípios básicos do totemismo. Durkheim (1898, 1902 e 1905) apresentou a opinião de que o tabu ligado aos totens estava fadado a envolver a proibição contra a manutenção de relações sexuais com uma mulher do mesmo totem. O totem é do mesmo sangue que o homem e, conseqüentemente, a proibição contra o derramamento de sangue (em conexão com a defloração e a menstruação) proíbe-o de ter relações sexuais com uma mulher que pertença ao seu totem. Andrew Lang (1905, 125), que concorda com Durkheim quanto a este ponto, acredita que a proibição contra as mulheres do mesmo clã pudesse funcionar mesmo sem nenhum tabu sangüíneo. O tabu geral do totem (que, por exemplo, proíbe ao homem sentar-se sob sua própria árvore totêmica) seria suficiente, na opinião de Lang. Incidentalmente, ele complica isto com outra explicação da exogamia (ver adiante em [1]) e deixa de demonstrar como as duas explicações estão relacionadas uma com a outra.

Com referência às relações cronológicas entre as duas instituições, a maioria das autoridades concorda em que o totemismo é mais antiga e que a exogamia surgiu depois.

Das teorias que procuram demonstrar que a exogamia é independente do totemismo,

chamarei a atenção apenas para algumas que lançam luz sobre a atitude dos diferentes autores quanto aos problemas do incesto.

McLennan (1865) engenhosamente deduziu a existência da exogamia de vestígios de costumes que pareciam indicar a prática primitiva do casamento por captura. Formulou a hipótese de que, nos tempos primitivos, constituíra prática geral para os homens conseguir as esposas em outro grupo e que o matrimônio com uma mulher do próprio grupo pouco a pouco ‘veio a ser considerado impróprio, por ser fora do comum’ [Ibid., 289]. Explicou a predominância da exogamia supondo que a prática de matar a maioria das crianças do sexo feminino ao nascer conduziria a uma escassez de mulheres nas sociedades primitivas. Não nos interessa aqui até que ponto essas suposições de McLennan se apóiam em descobertas reais. O que nos interessa muito mais é o fato de suas hipóteses deixarem de explicar por que os membros masculinos de um grupo se recusariam acesso às poucas mulheres de seu próprio sangue, ou seja, o fato de McLennan passar inteiramente por cima do problema do incesto. (Frazer, 1910, 4, 71-92.)

Outros estudiosos da exogamia, ao contrário, e evidentemente com a maior justiça, viram na exogamia uma instituição destinada à prevenção do incesto. Quando se consideram as complicações gradativamente crescentes das restrições australianas ao casamento, é impossível deixar de aceitar as opiniões de Morgan (1877), Frazer (1910, 4, 105 e segs.), Howitt [1904, 143] e Baldwin Spencer de que esses regulamentos trazem (nas palavras de Frazer) ‘a marca de um desígnio deliberado’ e que visam a alcançar o resultado que na realidade alcançaram. ‘De nenhuma outra maneira parece possível explicar em todos os seus pormenores um sistema ao mesmo tempo tão regular.’ (Frazer, *ibid.*, 106.)

É interessante observar que as primeiras restrições produzidas pela introdução das classes matrimoniais afetaram a liberdade sexual da geração *mais jovem* (isto é, o incesto entre irmãos e irmãs e entre filhos e mães), enquanto que o incesto entre pais e filhas só foi impedido por uma extensão ulterior dos regulamentos.

Mas o fato de as restrições sexuais exógamas terem sido impostas intencionalmente não esclarece o motivo que levou à sua imposição. Qual é a fonte suprema do horror ao incesto que tem de ser identificada como sendo a raiz da exogamia? Explicá-lo pela existência de uma antipatia instintiva pelas relações sexuais com os parentes consangüíneos - ou seja, apelando para o fato de que existe um horror ao incesto - é claramente insatisfatório, porque a experiência social mostra que, a despeito desse suposto instinto, o incesto não é um fato fora do comum mesmo em nossa sociedade atual e a história nos fala de casos em que o casamento incestuoso entre pessoas privilegiadas era na realidade a regra.

Westermarck (1906-8 2, 368) explicou o horror ao incesto baseando-se em que ‘há uma aversão inata às relações sexuais entre pessoas que vivem juntas com muita intimidade

desde a infância e que, como essas pessoas são, na maioria dos casos, aparentadas pelo sangue, esse sentimento naturalmente apareceria no costume e na lei como um horror à relação sexual entre parentes próximos'. Havelock Ellis [1914, 205 e seg.], embora discutisse a instintividade da aversão, endossou em geral esta explicação: 'A falha normal da manifestação do instinto de acasalamento no caso de irmãos e irmãs ou de meninos e meninas criados juntos desde a infância é um fenômeno meramente negativo, devido à ausência inevitável, nessas circunstâncias, das condições que evocam o instinto de acasalamento (...) Entre aqueles que foram criados juntos desde a infância, todos os estímulos sensoriais da visão, audição e tato foram amortecidos pelo uso, levados ao nível calmo da afeição e privados de sua potência de despertar a excitação eretística que produz a tumescência sexual.'

Parece-me muito notável que Westermarck considere que esta aversão inata às relações sexuais com alguém de quem se foi íntimo na infância seja também o equivalente, em termos psíquicos, do fato biológico de ser a endogamia prejudicial à espécie. Um instinto biológico do tipo sugerido dificilmente se desviaria tanto em sua expressão psicológica que, em vez de aplicar-se aos parentes consangüíneos (com quem as relações sexuais poderiam ser prejudiciais à reprodução), afetasse pessoas totalmente inócuas a esse respeito, simplesmente por partilharem de um lar comum. Não posso deixar de referir-me também à admirável crítica feita por Frazer à teoria de Westermarck. Frazer acha inexplicável que hoje mal haja qualquer aversão sexual às relações com companheiros de casa, enquanto que o horror ao incesto, que, na teoria de Westermarck, constitui apenas um derivativo dessa aversão, tenha crescido tão enormemente. Mas alguns outros comentários de Frazer vão mais fundo e estes reproduzirei na íntegra, visto que se acham essencialmente de acordo com os argumentos que apresentei em meu ensaio sobre o tabu:

‘Não é fácil perceber porque qualquer instinto humano profundo deva necessitar ser reforçado pela lei. Não há lei que ordene aos homens comer e beber ou os proíba de colocar as mãos no fogo. Os homens comem e bebem e mantêm as mãos afastadas do fogo instintivamente por temor a penalidades naturais, não legais, que seriam acarretadas pela violência aplicada a esses instintos. A lei apenas proíbe os homens de fazer aquilo a que seus instintos os inclinam; o que a própria natureza proíbe e pune, seria supérfluo para a lei proibir e punir. Por conseguinte, podemos sempre com segurança pressupor que os crimes proibidos pela lei são crimes que muitos homens têm uma propensão natural a cometer. Se não existisse tal propensão, não haveriam tais crimes e se esses crimes não fossem cometidos, que necessidade haveria de proibi-los? Desse modo, em vez de presumir da proibição legal do incesto que existe uma aversão natural a ele, deveríamos antes pressupor haver um instinto natural em seu favor e que se a lei o reprime, como reprime outros instintos naturais, assim o faz porque os homens civilizados chegaram à conclusão de que a satisfação desses instintos naturais é prejudicial aos interesses gerais da sociedade.’ (Frazer, 1910, 4, 97 e seg.)

Posso acrescentar a estes excelentes argumentos de Frazer que as descobertas da psicanálise torna a hipótese de uma aversão inata à relação sexual incestuosa totalmente insustentável. Demonstram, pelo contrário, que as mais precoces excitações sexuais dos seres humanos muito novos são invariavelmente de caráter incestuoso e que tais impulsos, quando reprimidos, desempenham um papel que pode ser seguramente considerado - sem que isso implique uma superestima - como forças motivadoras de neuroses, na vida posterior.

Dessa maneira, o ponto de vista que explica o horror ao incesto como sendo um instinto inato deve ser abandonado. Tampouco pode-se dizer algo mais favorável sobre outra explicação da lei contra o incesto, amplamente defendida, segundo a qual os povos primitivos desde cedo notaram os perigos com que a endogamia ameaçava a raça e, devido a essa razão, deliberadamente adotaram a proibição. Há uma infinidade de objeções a esta teoria. (Cf. Durkheim, 1898 [33 e segs.].) Não somente a proibição contra o incesto deve ser mais antiga que a domesticação de animais - a qual poderia ter capacitado os homens a observar os efeitos prejudiciais da endogamia sobre os caracteres raciais -, mas ainda hoje os efeitos prejudiciais da endogamia não se acham estabelecidos com certeza e não podem ser facilmente demonstrados no homem. Ademais, tudo o que sabemos sobre os selvagens contemporâneos torna altamente improvável que seus ancestrais mais remotos já estivessem preocupados em preservar de danos a progênie. Na verdade, é quase absurdo atribuir a criaturas tão imprevidentes razões de higiene e de eugenia que mal são consideradas em nossa própria civilização de hoje.

Por último, deve-se levar em conta o fato de que uma proibição contra a endogamia, baseada em motivos práticos de higiene, com fundamento na sua tendência à debilitação racial, parece inteiramente inadequada para explicar a profunda aversão de nossa sociedade pelo incesto. Como já demonstrei anteriormente, esse sentimento parece ser ainda mais ativo e intenso entre os povos primitivos contemporâneos que entre os civilizados.

Poder-se-ia esperar que aqui, mais uma vez, tivéssemos diante de nós uma escolha entre explicações sociológicas, biológicas e psicológicas. (Com relação a isto, os motivos psicológicos talvez devam ser considerados como representando forças biológicas.) Não obstante, ao fim de nossa investigação, pode mos apenas endossar a conclusão resignada de Frazer. Ignoramos a origem do horror ao incesto e nem mesmo podemos informar em que direção procurá-la. Nenhuma das soluções que foram propostas ao enigma parece satisfatória.

Tenho, entretanto, de mencionar uma outra tentativa de solucioná-lo. É de um tipo inteiramente diferente de qualquer uma que até aqui consideramos e poderia ser descrita como 'histórica'.

Essa tentativa baseia-se numa hipótese de Charles Darwin sobre o estado social dos

homens primitivos. Deduziu ele dos hábitos dos símios superiores, que também o homem vivia originalmente em grupos ou hordas relativamente pequenos, dentro dos quais o ciúme do macho mais velho e mais forte impedia a promiscuidade sexual. ‘Podemos na verdade concluir, do que sabemos do ciúme de todos os quadrúpedes masculinos, armados, como muitos se acham, de armas especiais para bater-se com os rivais, que as relações sexuais promíscuas em um estado natural são extremamente improváveis (...) Dessa maneira, se olharmos bastante para trás na corrente do tempo (...) a julgar pelos hábitos sociais do homem, tal como ele hoje existe (...) a visão mais provável é que o homem primevo vivia originalmente em pequenas comunidades, cada um com tantas esposas quantas podia sustentar e obter, as quais zelosamente guardava contra todos os outros homens. Ou pode ter vivido sozinho com diversas esposas, como o gorila, pois todos os antigos “concordam que apenas um macho adulto é visto num grupo; quando o macho novo cresce, há uma disputa pelo domínio, e o mais forte, matando ou expulsando os outros, estabelece-se como chefe da comunidade”. (Dr. Savage, no *Boston Journal of Nat. Hist.*, vol. V, 1845-7, p. 423.) Os machos mais novos, sendo assim expulsos e forçados a vaguear por outros lugares, quando por fim conseguiam encontrar uma companheira, preveniram também uma endogamia muito estreita dentro dos limites da mesma família.’ (Darwin, 1871, 2, 362 e seg.)

Atkinson parece ter sido o primeiro a perceber que a conseqüência prática das condições reinantes na horda primeva de Darwin deve ter sido a exogamia para os jovens do sexo masculino. Cada um deles poderia, depois de ter sido expulso, estabelecer uma horda semelhante, na qual a mesma proibição sobre as relações sexuais imperaria, por causa do ciúme do líder. Com o decorrer do tempo, isto produziria o que se tornaria uma lei consciente: ‘Nenhuma relação sexual entre os que partilham de um lar comum’. Após o estabelecimento do totemismo, a regra assumiria outra forma e diria: ‘Nenhuma relação sexual dentro do totem’.

Andrew Lang (1905, 114 e 143) aceitou esta explicação da exogamia. No mesmo livro, contudo, defende outra teoria (sustentada por Durkheim), de acordo com a qual a exogamia foi uma resultante das leis totêmicas. [Cf. p. 126.] É um pouco difícil conciliar esses dois pontos de vista: de acordo com o primeiro, a exogamia se teria originado antes do totemismo, enquanto que, segundo o último, dele se derivaria.

(3)

Nessa obscuridade, um raio de luz isolado é lançado pela observação psicanalítica.

Há uma grande semelhança entre as relações das crianças e dos homens primitivos com os animais. As crianças não demonstram sinais da arrogância que faz com que os homens civilizados adultos tracem uma linha rígida entre a sua própria natureza e a de todos os outros animais. As crianças não têm escrúpulos em permitir que os animais se classifiquem como seu plenos iguais. Desinibidas como são na admissão de suas necessidades corporais, sem dúvida sentem-se mais aparentadas com os animais do que com seus semelhantes mais velhos, que bem podem constituir um mistério para elas.

Não raramente, porém, uma estranha lenda ocorre nas excelentes relações existentes entre as crianças e os animais. Uma criança de repente começa a ter medo de uma determinada espécie de animal e a evitar tocar ou ver qualquer exemplar daquela espécie. Surge o quadro clínico de uma fobia de animal - uma forma muito comum, talvez a mais antiga, das doenças psiconeuróticas que ocorrem na infância. Via de regra, a fobia está ligada a animais pelos quais a criança até então tinha mostrado um interesse particularmente vivo e nada tem a ver com qualquer animal em particular. Não existe uma grande escolha de animais que possam tornar-se objetos de fobia para crianças que vivem em cidades: cavalos, cães, gatos, com menos freqüência pássaros, e, com notável freqüência, bichos muito pequenos, como besouros e borboletas. O medo insensato e imoderado mostrado nessas fobias está às vezes ligado a animais que a criança só conhece de livros de figuras e contos de fadas. Em algumas raras ocasiões, é possível descobrir o que levou a uma escolha desse tipo tão fora do comum e sou grato a Karl Abraham por me ter contado um caso em que a própria criança explicou que seu medo de vespas era porque a cor e as listras faziam-na lembrar-se de tigres, que, segundo todos os relatos, constituíam animais a serem temidos.

Ainda não se fez nenhum exame analítico pormenorizado das fobias de animais em crianças, embora esse estudo fosse grandemente compensador. Essa negligência, deve-se, sem dúvida, à dificuldade de analisar crianças de tão tenra idade. Assim, não se pode dizer que conheçamos o significado geral dessas perturbações, e eu mesmo sou de opinião que estas podem mostrar não ser de natureza uniforme. Mas alguns casos de fobias desse tipo dirigidas no sentido de animais maiores mostraram-se acessíveis à análise e revelaram assim seu segredo ao investigador. Era a mesma coisa em todos os casos: quando as crianças em causa eram meninos, o medo, no fundo, estava relacionado com o pai e havia simplesmente sido deslocado para o animal.

Qualquer pessoa com experiência psicanalítica sem dúvida alguma já encontrou casos desse tipo e teve deles a mesma impressão. Entretanto, posso citar apenas umas poucas publicações pormenorizadas sobre o assunto. Esta pobreza de literatura é uma circunstância acidental e não se deve supor que nossas conclusões se fundamentem em umas poucas observações esparsas. Posso citar, por exemplo, um autor que estudou as neuroses da infância com grande compreensão, o Dr. M. Wulff, de Odessa. No relato da história clínica de um menino de nove anos, ele conta que, aos quatro anos, o paciente sofrera de uma cinofobia. ‘Quando via passar um cão correndo na rua, chorava e gritava: “Cachorrinho

querido, não me morda! Eu vou ser bonzinho!”. Por “ser bonzinho” queria dizer “não mexer no pipi”, ou seja, não se masturbar. (Wulff, 1912, 15.) ‘A fobia de cachorro do menino’, explica o autor, ‘era na realidade o medo do pai deslocado para os cães; pois sua curiosa exclamação “Cachorrinho, eu vou ser bonzinho!” - isto é, “não me masturbarei” - dirigia-se ao pai, que o havia proibido de se masturbar.’ Wulff acrescenta uma nota de rodapé que está totalmente de acordo com minhas opiniões e, ao mesmo tempo, dá testemunho da freqüente ocorrência de tais experiências: ‘Fobias desse tipo (fobias de cavalos, cães, gatos, aves e outros animais domésticos) são, em minha opinião, pelo menos tão comuns na infância quanto o *pavor nocturnus* e, na análise, quase invariavelmente mostram ser um deslocamento para os animais do medo que a criança tem de um dos genitores. Não estou preparado para afirmar que o mesmo mecanismo se aplica às disseminadas fobias de ratos e camundongos.’ [Ibid., 15.]

Publiquei recentemente (1909b), uma ‘Análise de uma Fobia num Menino de Cinco Anos’, cujo material me foi fornecido pelo pai do pequeno paciente. O menino tinha uma fobia de cavalos e, como consequência disso, recusava-se a sair à rua. Expressava o temor de que o cavalo entrasse no quarto e o mordesse e viu-se que isso seria o castigo por um desejo de que o cavalo caísse (isto é, morresse). Depois de ter sido removido o medo do menino pelo pai através de uma confiança renovada, tornou-se evidente que ele estava lutando contra desejos que tinham como tema a idéia de o pai estar ausente (partindo para uma viagem, morrendo). Encarava o pai (como deixou bem claro) como um competidor nos favores da mãe, para quem eram dirigidos os obscuros prenúncios de seus desejos sexuais nascentes. Desse modo, estava situado na atitude típica de uma criança do sexo masculino para com os pais a que demos o nome do ‘complexo de Édipo’ e que em geral consideramos como o complexo nuclear das neuroses. O fato novo que aprendemos com a análise do ‘pequeno Hans’ - fato com uma importante relação com o totemismo - foi que, em tais circunstâncias, as crianças deslocam alguns de seus sentimentos do pai para um animal.

A análise pode reconstituir os caminhos associativos ao longo dos quais esse deslocamento se passa - tanto os fortuitos como os possuidores de um conteúdo significativo. A análise também nos permite descobrir os motivos do deslocamento. O ódio pelo pai que surge num menino por causa da rivalidade em relação à mãe não é capaz de adquirir uma soberania absoluta sobre a mente da criança; tem de lutar contra a afeição e admiração de longa data pela mesma pessoa. A criança se alivia do conflito que surge dessa atitude emocional de duplo aspecto, ambivalente, para com o pai deslocando seus sentimentos hostis e temerosos para um *substituto* daquele. O deslocamento, no entanto, não pode dar cabo do conflito, não pode efetuar uma nítida separação entre os sentimentos afetuosos e os hostis. Pelo contrário, o conflito é retomado em relação ao objeto para o qual foi feito o deslocamento: a ambivalência é estendida a *ele*. Não pode haver dúvida de que o pequeno Hans não apenas tinha medo de cavalos, mas também se aproximava deles com admiração e interesse. Assim que sua ansiedade começou a diminuir, identificou-se com a

criatura temida: começou a pinotear como um cavalo e, por sua vez, mordeu o pai. Em outra etapa da resolução de sua fobia, não hesitou em identificar os pais com alguns outros animais de grande porte.

Pode-se com justiça dizer que nessas fobias de crianças reaparecem algumas das características do totemismo, mas invertidas para o negativo. Devemos, entretanto, a Ferenczi (1913a) uma interessante história de um caso isolado que só pode ser descrito como um exemplo de totemismo *positivo* numa criança. É verdade que no caso do pequeno Árpád (sujeito da comunicação de Ferenczi), seus interesses totêmicos não surgiram em relação direta com o complexo de Édipo, e sim baseados em sua pré-condição narcisista, o temor da castração. Mas qualquer leitor atento da história do pequeno Hans encontrará provas abundantes de que ele também admirava o pai por possuir um pênis grande e temia-o por ameaçar o seu. O mesmo papel é desempenhado pelo pai tanto no complexo de Édipo quanto no complexo de castração, ou seja, o papel de um inimigo temível dos interesses sexuais da infância. O castigo com que ele ameaça é a castração, ou o seu substituto, a cegueira.

Quando o pequeno Árpád tinha dois anos e meio de idade, tentara certa vez, nas férias de verão, urinar no galinheiro e uma galinha: bicara ou dera uma bicada *na direção* de seu pênis. Um ano depois, quando de volta ao mesmo lugar, ele próprio transformou-se numa galinha: seu único interesse era o galinheiro e o que lá se passava, tendo trocado o falar humano por cacarejos e cocoricós. Na ocasião em que a observação foi feita (quando estava com cinco anos), tinha recobrado a fala, mas seus interesses e sua conversa relacionavam-se totalmente com galinhas e outros tipos de aves domésticas. Eram os seus únicos brinquedos e somente entoava cantigas que fizessem menção a aves de quintal. Sua atitude para com o animal totêmico era superativamente ambivalente: mostrava tanto ódio quanto amor num grau exorbitante. Seu jogo favorito era brincar de matar galinhas. ‘A matança de aves domésticas constituía para ele um festival regular. Dançava em volta dos corpos dos animais por horas a fio, num estado de intensa excitação.’ A seguir, porém, beijava e alisava o animal morto ou limpava e acariciava as aves de brinquedo que ele mesmo tinha maltratado.

O próprio pequeno Árpád cuidou para que o significado de seu estranho comportamento não permanecesse oculto. De tempos em tempos, traduzia seus desejos, da linguagem totêmica para a da vida cotidiana. ‘Meu pai é galo’, disse em certa ocasião, e, noutra: ‘Agora sou pequeno, sou um frango. Quando ficar maior, serei uma galinha e quando for maior ainda, serei um galo.’ Em outra ocasião, disse subitamente que gostaria de comer um pouco de ‘*fricassée* de mãe’ (por analogia com o *fricassée* de frango). [Ibid., 249.] Era muito generoso em ameaçar outras pessoas com a castração, tal como ele próprio fora por ela ameaçado, por causa das atividades masturbatórias.

Não há dúvida, segundo Ferenczi, quanto às fontes do interesse de Árpád nos

acontecimentos do galinheiro: ‘a contínua atividade sexual entre galos e galinhas, a postura de ovos e o nascimento da nova ninhada’ gratificavam a sua curiosidade sexual, cujo objeto real era a vida familiar *humana*. [Ibid. 250.] Mostrou ter formado sua própria escolha de objetos sexuais segundo o modelo da vida no galinheiro, porque certo dia disse à esposa do vizinho: ‘Vou me casar com você, com sua irmã, minhas três primas e com a cozinheira; não, com a cozinheira, não; em vez dela, casarei com minha mãe.’ [Ibid., 252.]

Mais tarde poderemos apreciar mais completamente o valor desta observação. De momento, enfatizarei apenas dois aspectos dela que oferecem valiosos pontos de concordância com o totemismo: a completa identificação do menino com seu animal totêmico e sua atitude emocional ambivalente para com este. Essas observações, em minha opinião, justificam nossa substituição desse animal pelo pai na fórmula do totemismo (no caso de indivíduos do sexo masculino). Vai-se observar que não há nada de novo ou particularmente ousado nesse passo à frente. Na verdade, os homens primitivos dizem a mesma coisa e, onde o sistema totêmico ainda se acha em vigor atualmente, descrevem o totem como sendo seu ancestral comum e pai primevo. Tudo o que fizemos foi tomar no sentido literal uma expressão utilizada por essas pessoas, da qual os antropólogos muito pouco souberam extrair e, por essa razão, contentaram-se em manter em segundo plano. A psicanálise, pelo contrário, leva-nos a dar uma ênfase especial ao mesmo ponto e tomá-lo como ponto de partida de nossa tentativa de explicar o totemismo.

A primeira consequência de nossa substituição é notabilíssima. Se o animal totêmico é o pai, então as duas principais ordenanças do totemismo, as duas proibições de tabu que constituem seu âmago - não matar o totem e não ter relações sexuais com os dois crimes de Édipo, que matou o pai e casou com a mãe, assim como os dois desejos primários das crianças, cuja repressão insuficiente ou redespertar formam talvez o núcleo de todas as psiconeuroses. Se essa equação for algo mais que um enganador truque de sorte, deverá capacitar-nos a lançar luz sobre a origem do totemismo num passado inconcebivelmente remoto. Em outras palavras, nos permitirá provar que o sistema totêmico - como a fobia de animal do pequeno Hans e a perversão galinácea do pequeno Árpád - é um produto das condições em jogo no complexo de Édipo. A fim de verificar esta possibilidade, teremos, nas páginas seguintes de estudar uma característica do sistema totêmico (ou, como poderíamos dizer, da religião totêmica) que até aqui mal tive oportunidade de mencionar.

William Robertson Smith, falecido em 1894 - físico, filólogo, crítico da Bíblia e arqueólogo - era um homem de muitos interesses, de visão clara e espírito liberal. Em seu livro sobre a *Religion of Semites* (publicado pela primeira vez em 1889), apresentou a hipótese de que uma cerimônia peculiar conhecida como 'refeição totêmica' fizera, desde o princípio, parte integrante do sistema totêmico. Naquela ocasião, possuía apenas uma prova para apoiar sua teoria: um relato de um procedimento da espécie datado do século V. Mas através de uma análise da natureza do sacrifício entre os antigos semitas pôde emprestar à sua hipótese um alto grau de probabilidade. Desde que o sacrifício implica uma divindade, era uma questão apenas de argumentar a partir de uma fase relativamente elevada do ritual religioso para a mais baixa delas, ou seja, o totemismo.

Tentarei agora extrair da admirável obra de Robertson Smith aquelas suas afirmações sobre a origem e o significado do ritual de sacrifício que são de interesse decisivo para nós. Assim procedendo, tenho de omitir todos os pormenores, muitas vezes fascinantes, e deixar de lado todos os desenvolvimentos posteriores. É inteiramente impossível num resumo como este dar aos leitores uma idéia que seja da lucidez e força convincente do original.

Robertson Smith [1894, 213] explica o sacrifício no altar como a característica essencial do ritual das antigas religiões. Ele desempenha o mesmo papel em todas as religiões, de maneira que sua origem deve ser remontada a causas muito gerais, operando em toda a parte da mesma maneira. O sacrifício entretanto - o ato sagrado par *excellence* (*sacrificium*, □□□□□□□□) - tinha originalmente um significado um tanto diferente do posterior, que é fazer uma oferenda à deidade, a fim de propiciá-la ou ganhar o seu favor. (O emprego não religioso da palavra decorreu desse sentido subsidiário de 'renúncia'. [Ver adiante, em [1]]) Pode-se demonstrar que, inicialmente, o sacrifício nada mais era que 'um ato de companheirismo entre a divindade e seus adoradores'. [Ibid., 224.]

Os produtos oferecidos em sacrifício eram coisas que podiam ser comidas ou bebidas; os homens sacrificavam às suas divindades as coisas de que eles próprios viviam: carne, cereais, frutas, vinho e óleo. Somente no caso da carne havia limitações e exceções. O deus partilhava os sacrifícios animais com os seus adoradores, mas as oferendas vegetais eram apenas dele. Não há dúvida de que os sacrifícios animais foram os mais antigos e, originalmente, os únicos. Os sacrifícios vegetais surgiram da oferenda das primeiras frutas e sua natureza era um tributo ao senhor da terra e dos campos; mas os sacrifícios animais são mais antigos que a agricultura. [Ibid., 222.]

Reminiscência lingüísticas comprovam que a parte do sacrifício atribuída ao deus era a princípio considerada como sendo, literalmente, o seu alimento. À medida que a natureza dos deuses tornava-se progressivamente menos material, essa concepção transformou-se num empecilho e foi evitada, atribuindo-se à deidade apenas a parte *líquida* da refeição. Posteriormente, o uso do fogo, que fez com que a carne do sacrifício sobre os altares se

elevasse em fumaça, forneceu um método de lidar com o alimento humano mais apropriado à natureza divina. [Ibid., 224, 229.] A oferenda de bebida consistia originalmente no sangue da vítima animal, substituído mais tarde por vinho. Nos tempos antigos, o vinho era considerado ‘o sangue da uva’ e foi assim descrito por poetas modernos. [Ibid., 230.]

A forma mais antiga de sacrifício, mais do que o uso do fogo ou o conhecimento da agricultura, foi então o sacrifício de animais, cuja carne e sangue eram desfrutados em comum pelo deus e por seus adoradores. Era essencial que cada um dos participantes tivesse a sua parte da refeição.

Um sacrifício dessa espécie era uma cerimônia pública, um festival celebrado por todo o clã. A religião em geral era assunto da comunidade e o dever religioso fazia parte das obrigações sociais. Em todos os lugares o sacrifício envolvia um festim e um festim não podia ser celebrado sem um sacrifício. O festim sacrificatório era uma ocasião em que os indivíduos passavam alegremente por cima dos seus próprios interesses e acentuavam a dependência mútua existente entre eles e o seu deus. [Ibid., 255.]

A força ética da refeição sacrificatória pública repousava em idéias muito antigas da significação de comer e beber juntos. Comer e beber com um homem constituía um símbolo e uma confirmação de companheirismo e obrigações sociais mútuas. O que era *diretamente* expressado pela refeição sacrificatória era apenas o fato de o deus e seus adoradores serem ‘comensais’, mas todos os outros pontos de suas relações mútuas estavam incluídos nisto. Costumes ainda em vigor entre os árabes do deserto demonstram que o vínculo numa refeição comum não é um fator religioso, mas o próprio ato de comer. Qualquer pessoa que tenha comido o menor pedaço de alimento com um desses beduínos ou tomado um gole de leite não mais precisa temê-lo como inimigo, mas pode sentir-se seguro de sua proteção e auxílio, porém, não por um tempo ilimitado; estritamente falando, apenas enquanto a comida que ingeriram em comum permaneça no corpo. Essa era a visão realista do laço de união. Precisava de repetição para ser confirmado e se tornar permanente. [Ibid., 269-70.]

Mas por que essa força de união é atribuída ao comer e beber juntos? Nas sociedades primitivas havia apenas uma espécie de laço que era absoluto e inviolável: o do parentesco. A solidariedade desse companheirismo era completa. ‘Um parentesco era um grupo de pessoas cujas vidas se achavam tão ligadas, no que deve ser chamado de unidades físicas, que podiam ser tratadas como partes de uma vida comum (...) Num caso de homicídio, os homens das tribos árabes não dizem “O sangue de A ou B foi derramado”, nomeando a pessoa; mas sim “Nosso sangue foi derramado”. Em hebraico, a expressão pela qual se alega o parentesco é: “Sou seus ossos e sua carne”.’ Assim, o parentesco implica a participação numa substância comum. Desse modo, é natural que não se baseie simplesmente no ato de um homem ser uma parte da substância de sua mãe, tendo nascido dela e sido nutrido com o seu leite, mas que possa ser adquirido e fortalecido pela comida que um

homem ingere mais tarde e com a qual seu corpo se renova. Se um homem partilhava uma refeição com seu deus, estava expressando a convicção de que eram feitos de uma só substância; e nunca a partilharia com quem considerasse um estranho. [Ibid., 273-5.]

A refeição sacrificatória, então, foi em princípio um festim de parentes, de acordo com a lei de que apenas parentes comem juntos. Em nossa própria sociedade, os membros de uma família fazem suas refeições em comum, mas a refeição sacrificatória não tem relação com a família. O parentesco é algo mais antigo que a vida familiar e, na maioria das sociedades primitivas que nos são conhecidas, a família continha membros de mais de um parentesco. O homem casava-se com uma mulher de outro clã e os filhos herdavam o clã da mãe, de maneira que não havia comunhão de parentesco entre o homem e os outros membros da família. Numa família desse tipo, não havia refeição comum. Até os dias de hoje, os selvagens comem isolados e a sós e as proibições religiosas de comida do totemismo freqüentemente tornam-lhes impossível comer em comum com a esposa e os filhos. [Ibid., 277-8.]

Voltemo-nos agora para o animal sacrificatório. Como soubemos, não há reunião de um clã sem um sacrifício animal, nem - e isto agora se torna significativo - nenhuma matança de animal exceto nessas ocasiões cerimoniais. Embora a caça e o leite dos animais domésticos possam ser consumidos sem quaisquer receios, os escrúpulos religiosos tornam impossível matar um animal doméstico para fins privados. [Ibid. 280, 281.] Não pode haver a mais leve dúvida, diz Robertson Smith, de que a matança de uma vítima se achava originalmente entre os atos que *'são ilegais para um indivíduo e só podem ser justificados quando todo o clã partilha a responsabilidade do ato*. Até onde sei, há apenas uma classe de ações reconhecidas pelas nações primitivas a que essa descrição se aplica, a saber, as ações que envolvem a invasão da santidade no sangue tribal. Na verdade, uma vida que nenhum integrante isolado da tribo se permite invadir e que só pode ser sacrificada pelo consentimento e ação comum dos parentes, está em pé de igualdade com a vida dos companheiros de tribo'. A regra de que todo participante na refeição sacrificatória tenha de comer uma parte da carne da vítima tem o mesmo significado da determinação de que a execução de um membro culpado da tribo deve ser efetuada pela tribo como um todo. [Ibid., 284-5.] Noutras palavras, o animal sacrificado era tratado como um membro da tribo; *a comunidade sacrificante, o deus e o animal sacrificado eram do mesmo sangue e membros de um só clã*.

Robertson Smith apresenta provas abundantes para identificar o animal sacrificatório com o primitivo animal totêmico. Na antiguidade mais remota, havia duas classes de sacrifício: uma em que as vítimas eram animais domésticos das espécies habitualmente utilizadas para a alimentação e a outra, sacrifícios extraordinários de animais impuros e cujo consumo era

proibido. A investigação mostra que esses animais impuros eram animais sagrados, que eles eram oferecidos como sacrifício aos deuses a quem eram consagrados, que originalmente eram idênticos aos próprios deuses e que, por meio do sacrifício, os adoradores de certa maneira enfatizavam seu parentesco consanguíneo com o animal e o deus. [Ibid., 290-5.] Mas em épocas ainda mais antigas, essa distinção entre sacrifícios comuns e ‘místicos’ desaparece. Originalmente, *todos* os animais [sacrificatórios] eram sagrados, sua carne era proibida e só podia ser consumida em ocasiões cerimoniais e com a participação de todo o clã. A matança de um animal [desse tipo] equivalia ao derramamento do sangue tribal e só podia ocorrer sujeita às mesmas precauções e às mesmas garantias contra a incorrência em censuras. [Ibid., 312, 313.]

A domesticação dos animais e a introdução da criação de gado parece ter dado fim em toda parte ao totemismo estrito e inadulterado dos dias primevos. Mas esse caráter sagrado, tal como continuou sendo para os animais domésticos sob o que então se tornou uma religião ‘pastoral’ é suficientemente óbvio para permitir-nos deduzir sua natureza totêmica original. Mesmo em fins da época clássica, o ritual prescrevia em muitos lugares que o sacerdote sacrificante devia fugir depois de efetuar o sacrifício, como se para escapar à represália. A idéia de que matar bois constituía um crime deve, em determinada época, ter predominado na Grécia em geral. No festival ateniense da Bufônia [‘morte do boi’], um processo regular era instituído após o sacrifício e todos os participantes eram convocados como testemunhas. Ao final, concordava-se que a responsabilidade pelo crime deveria ser atribuída à faca e, por conseguinte, esta era jogada ao mar. [Smith, 1894, 304.]

A despeito da proibição que protegia a vida dos animais sagrados na qualidade de companheiros de clã, surgiu a necessidade de matar um deles de tempos em tempos, em comunhão solene, e de dividir sua carne e sangue entre os membros do clã. Os motivos que levaram a esse ato revelam o significado mais profundo da natureza do sacrifício. Já sabemos como, em épocas posteriores, sempre que o alimento é comido em comum, a participação na mesma substância estabelece um laço sagrado entre aqueles que a consomem quando o alimento penetrou em seus corpos. Nos tempos antigos, esse resultado parece só ter sido efetivado pela participação na substância de uma vítima *sacrossanta*. *O sagrado mistério da morte sacrificatória ‘é justificado pela consideração de que apenas desta maneira pode ser conseguido o vínculo sagrado que cria e mantém ativo um elo vivo de união entre os adoradores e seu deus.’* (Ibid., 313.)

Este elo ou vínculo nada mais é que a vida do animal sacrificatório, a qual reside em sua carne e seu sangue, sendo distribuída entre todos os participantes na refeição sacrificatória. Uma idéia desse tipo jaz na raiz de todos os pactos de sangue por meio dos quais os homens fizeram convênios uns com os outros, mesmo em períodos posteriores da história. [Loc. cit.] Essa maneira completamente literal de encarar o parentesco de sangue como identidade de substância torna fácil compreender a necessidade de renová-lo de tempos em tempos pelo

processo físico da refeição sacrificatória. [Ibid., 319.]

Aqui interrompo o seguimento da linha de pensamento de Robertson Smith e passo a renunciar o essencial dela em termos mais concisos. Com o estabelecimento da idéia de propriedade privada, o sacrifício veio a ser considerado uma doação à divindade, uma transferência da propriedade dos homens para o deus. Mas essa interpretação deixa inexplicada todas as peculiaridades do ritual do sacrifício. Nos tempos mais remotos, o próprio animal sacrificatório fora sagrado e sua vida intocável; só podia ser morto se todos os membros do clã participassem da morte e partilhassem da culpa na presença do deus de maneira que a substância sagrada pudesse ser produzida e consumida pelos membros do clã, garantindo assim sua identidade uns com os outros e com a divindade. O sacrifício constituía um sacramento e o próprio animal sacrificado era membro do clã. Era de fato o antigo animal totêmico, o próprio deus primitivo, através de cuja morte e consumo os integrantes do clã renovavam e asseguravam sua semelhança com ele.

Dessa análise da natureza do sacrifício, Robertson Smith tira a conclusão de que a morte e a ingestão periódicas do totem em tempos *anteriores à adoração de deidades antropomórficas* constituiu um elemento importante da religião totêmica. [Ibid., 295.] O cerimonial de uma refeição totêmica dessa espécie, sugere ele, pode ser encontrado na descrição de um sacrifício de data comparativamente posterior. São Nilo registra um ritual sacrificatório corrente entre os beduínos do deserto do Sinai em fins do século IV. A vítima do sacrifício, um camelo, 'é amarrado a um grosseiro altar de pedras empilhadas e o líder do grupo, depois de conduzir por três vezes os adoradores em volta do altar numa solene procissão acompanhada de cantos, inflige o primeiro ferimento (...) e, com toda a pressa, bebe o sangue que jorra. Imediatamente, todos os acompanhantes caem sobre a vítima com suas espadas recortando pedaços da carne palpitante e devorando-os crus com pressa tão selvagem que, no curto intervalo que vai do nascer da estrela matutina o qual assinalou a hora para o serviço começar - ao desaparecimento de seus raios ante o sol nascente, todo o camelo, corpo e ossos, pele, sangue e entranhas, é inteiramente devorado.' [Ibid., 338.] Todas as provas tendem a mostrar que esse ritual bárbaro, que apresenta todos os sinais de extrema antiguidade, não era um caso isolado, e sim, em toda parte, a forma original assumida pelo sacrifício totêmico embora mais tarde atenuada em muitos sentidos diferentes.

Muitas autoridades recusaram-se a atribuir importância ao conceito da refeição totêmica, porque não era apoiado por nenhuma observação direta ao nível do totemismo. O próprio Robertson Smith apontou casos em que a significação sacramental do sacrifício aparecia assegurada: por exemplo, os sacrifícios humanos dos aztecas e outros, que lembram as circunstâncias da refeição totêmica - o sacrifício dos ursos pelo clã urso dos ouataouak [Otawa] da América e o festim do urso de Ainos, no Japão. [Ibid., 295n.] Esses casos e outros semelhantes foram relatados em pormenores por Frazer na Quinta Parte de sua grande obra (1912, 2 [Caps. X, XIII, XIV]). Uma tribo índia americana da Califórnia, que venera

uma grande ave de rapina (um abutre), mata-a uma vez por ano num festival solene, após o qual é pranteado e sua pele e penas são preservadas. [Ibid., 2, 170.]. Os índios zunis do Novo México comportam-se de maneira semelhante em relação às suas tartarugas sagradas. [Ibid. 2, 175.]

Foi observada nas cerimônias *intichiuma* das tribos centro-australianas uma característica que concorda admiravelmente com as conjecturas de Robertson Smith. Cada clã, quando está realizando mágicas para a multiplicação do totem (o qual normalmente é proibido de ser consumido), é obrigado, durante a cerimônia, a comer uma pequena parte do próprio totem, antes de torná-lo acessível aos outros clãs. [Frazer, 1910, 1, 110 e segs.]. De acordo com Frazer (ibid., 2, 590) o exemplo mais claro do consumo sacramental de um totem, proibido em outras circunstâncias, pode ser encontrado entre os binis da África Ocidental, em conexão com suas cerimônias fúnebres.

Por conseguinte, proponho que adotemos a hipótese de Robertson Smith de que a matança sacramental e a ingestão comunal do totem animal, cujo consumo era proibido em todas as outras ocasiões, constituía uma característica importante da religião totêmica.

(5)

Vamos agora evocar o espetáculo de uma refeição totêmica do tipo que estivemos estudando, ampliada por alguns prováveis aspectos que ainda não pudemos considerar. O clã se acha celebrando a ocasião cerimonial pela matança cruel de seu animal totêmico e está devorando-o cru - sangue, carne e ossos. Os membros do clã lá se encontram vestidos à semelhança do totem e imitando-o em sons e movimentos, como se procurassem acentuar sua identidade com ele. Cada homem se acha consciente de que está executando um ato proibido ao indivíduo e justificável apenas pela participação de todo o clã, não podendo ninguém ausentar-se da matança e da refeição. Quando termina, o animal morto é lamentado e pranteado. O luto é obrigatório, imposto pelo temor de uma desforra ameaçada. Como Robertson Smith (1894, 412) observa em relação a uma ocasião análoga, seu objetivo principal é renegar a responsabilidade pela matança.

Mas o luto é seguido por demonstrações de regozijo festivo: todos os instintos são liberados e há permissão para qualquer tipo de gratificação. Encontramos aqui um fácil acesso à compreensão da natureza dos festivais em geral. Um festival é um excesso permitido, ou melhor, obrigatório, a ruptura solene de uma proibição. Não é que os homens

cometam os excessos porque se sentem felizes em consequência de alguma injunção que receberam. O caso é que o excesso faz parte da essência do festival; o sentimento festivo é produzido pela liberdade de fazer o que via de regra é proibido.

Que dizer, todavia, do prelúdio desta alegria festiva - a luta pela morte do animal? Se os membros do clã se alegram pela morte do totem - ato normalmente proibido - por que o pranteiam também?

Como vimos, os integrantes do clã, consumindo o totem, adquirem santidade; reforçam sua identificação com ele e uns com os outros. Seus sentimentos festivos e tudo que deles decorre bem poderia ser explicado pelo fato de terem incorporado a si próprios a vida sagrada de que a substância do totem constitui o veículo.

A psicanálise revelou que o animal totêmico é, na realidade, um substituto do pai e isto entra em acordo com o fato contraditório de que, embora a morte do animal seja em regra proibida, sua matança, no entanto, é uma ocasião festiva - com o fato de que ele é morto e, entretanto, pranteado. A atitude emocional ambivalente, que até hoje caracteriza o complexo-pai em nossos filhos e com tanta frequência persiste na vida adulta, parece estender-se ao animal totêmico em sua capacidade de substituto do pai.

Se, agora, reunirmos a interpretação psicanalítica do totem com o fato da refeição totêmica e com as teorias darwinianas do estado primitivo da sociedade humana, surge a possibilidade de uma compreensão mais profunda - um vislumbre de uma hipótese que pode parecer fantástica, mas que oferece a vantagem de estabelecer uma correlação insuspeita entre grupos de fenômenos que até aqui estiveram desligados.

Naturalmente, não há lugar para os primórdios do totemismo na horda primeva de Darwin. Tudo o que aí encontramos é um pai violento e ciumento que guarda todas as fêmeas para si próprio e expulsa os filhos à medida que crescem. Esse estado primitivo da sociedade nunca foi objeto de observação. O tipo mais primitivo de organização que realmente encontramos - que ainda se acha em vigor, até os dias de hoje, em certas tribos - consiste em grupos de machos; esses grupos são compostos de membros com direitos iguais e estão sujeitos às restrições do sistema totêmico, inclusive a herança através da mãe. Poderia essa forma de organização ter-se desenvolvido a partir da outra? E, se assim foi, ao longo de que linhas?

Se chamarmos a celebração da refeição totêmica em nosso auxílio, poderemos encontrar uma resposta. Certo dia, os irmãos que tinham sido expulsos retornaram juntos, mataram e devoraram o pai, colocando assim um fim à horda patriarcal. Unidos, tiveram a coragem de fazê-lo e foram bem sucedidos no que lhes teria sido impossível fazer individualmente. (Algum avanço cultural, talvez o domínio de uma nova arma, proporcionou-lhes um senso de força superior.) Selvagens canibais como eram, não é preciso dizer que não apenas matavam, mas também devoravam a vítima. O violento pai primevo fora sem dúvida o

temido e invejado modelo de cada um do grupo de irmãos: e, pelo ato de devorá-lo, realizavam a identificação com ele, cada um deles adquirindo uma parte de sua força. A refeição totêmica, que é talvez o mais antigo festival da humanidade, seria assim uma repetição, e uma comemoração desse ato memorável e criminoso, que foi o começo de tantas coisas: da organização social, das restrições morais e da religião.

A fim de que estas últimas conseqüências possam parecer plausíveis, deixando suas premissas de lado, precisamos apenas supor que a tumultuosa malta de irmãos estava cheia dos mesmos sentimentos contraditórios que podemos perceber em ação nos complexos-pai ambivalentes de nossos filhos e de nossos pacientes neuróticos. Odiavam o pai, que representava um obstáculo tão formidável ao seu anseio de poder e aos desejos sexuais; mas amavam-no e admiravam-no também. Após terem-se livrado dele, satisfeito o ódio e posto em prática os desejos de identificarem-se com ele, a afeição que todo esse tempo tinha sido recalcada estava fadada a fazer-se sentir e assim o fez sob a forma de remorso. Um sentimento de culpa surgiu, o qual, nesse caso, coincidia com o remorso sentido por todo o grupo. O pai morto tornou-se mais forte do que o fora vivo - pois os acontecimentos tomaram o curso que com tanta freqüência os vemos tomar nos assuntos humanos ainda hoje. O que até então fora interdito por sua existência real foi doravante proibido pelos próprios filhos, de acordo com o procedimento psicológico que nos é tão familiar nas psicanálises, sob o nome de 'obediência adiada'. Anularam o próprio ato proibindo a morte do totem, o substituto do pai; e renunciaram aos seus frutos abrindo mão da reivindicação às mulheres que agora tinham sido libertadas. Criaram assim, do sentimento de culpa filial, os dois tabus fundamentais do totemismo, que, por essa própria razão, corresponderam inevitavelmente aos dois desejos reprimidos do complexo de Édipo. Quem quer que infringisse esse tabus tornava-se culpado dos dois únicos crimes pelos quais a sociedade primitiva se interessava.

Os dois tabus do totemismo com que a moralidade humana teve o seu começo não estão psicologicamente no mesmo nível. O primeiro deles, a lei que protege o animal totêmico, fundamenta-se inteiramente em motivos emocionais: o pai fora realmente eliminado e, em nenhum sentido real, o ato podia ser desfeito. Mas a segunda norma, a proibição do incesto, tem também uma poderosa base prática. Os desejos sexuais não unem os homens, mas os dividem. Embora os irmãos se tivessem reunido em grupo para derrotar o pai, todos eram rivais uns dos outros em relação às mulheres. Cada um queria, como o pai, ter todas as mulheres para si. A nova organização terminaria numa luta de todos contra todos, pois nenhum deles tinha força tão predominante a ponto de ser capaz de assumir o lugar do pai com êxito. Assim, os irmãos não tiveram outra alternativa, se queriam viver juntos - talvez somente depois de terem passado por muitas crises perigosas -, do que instituir a lei contra o incesto, pela qual todos, de igual modo, renunciavam às mulheres que desejavam e que tinham sido o motivo principal para se livrarem do pai. Dessa maneira, salvaram a organização que os tornara fortes - e que pode ter-se baseado em sentimentos e atos

homossexuais, originados talvez durante o período da expulsão da horda. Aqui também pode ser encontrado o germe da instituição do matriarcado, descrita por Bachofen [1861] que foi, por sua vez, substituída pela organização patriarcal da família.

Por outro lado, a pretensão de ser o totemismo considerado como uma primeira tentativa de religião baseia-se no primeiro desses dois tabus: o referente a tirar a vida do animal totêmico. O animal impressionou os filhos como um substituto natural e óbvio do pai; mas o tratamento que se impuseram dar a ele expressava mais do que a necessidade de exibir o remorso. Podiam tentar, na relação com esse pai substituto, apaziguar o causticante sentimento de culpa, provocar uma espécie de reconciliação com o pai. O sistema totêmico foi, por assim dizer, um pacto com o pai, no qual este prometia-lhes tudo o que uma imaginação infantil pode esperar de um pai - proteção, cuidado e indulgência - enquanto que, por seu lado, comprometiam-se a respeitar-lhe a vida, isto é, não repetir o ato que causara a destruição do pai real. O totemismo, além disso, continha uma tentativa de autojustificação: 'Se nosso pai nos houvesse tratado da maneira que o totem nos trata, nunca nos teríamos sentido tentados a matá-lo.' Desta maneira, o totemismo ajudou a amenizar a situação e tornou possível esquecer o acontecimento a que devia sua origem.

Foram assim criadas características que daí por diante continuaram a ter uma influência determinante sobre a natureza da religião. A religião totêmica surgiu do sentimento filial de culpa, num esforço para mitigar esse sentimento e apaziguar o pai por uma obediência a ele que fora adiada. Todas as religiões posteriores são vistas como tentativas de solucionar o mesmo problema. Variam de acordo com o estágio de civilização em que surgiram e com os métodos que adotam; mas todas têm o mesmo fim em vista e constituem reações ao mesmo grande acontecimento com que a civilização começou e que, desde que ocorreu, não mais concedeu à humanidade um momento de descanso.

Há outra característica que já se encontrava presente no totemismo e que foi preservada inalterada na religião. A tensão da ambivalência era evidentemente grande demais para qualquer artifício poder neutralizá-la; ou é possível que as condições psicológicas em geral sejam desfavoráveis aos indivíduos se verem livres dessas emoções antitéticas. Seja o que for, descobrimos que a ambivalência implícita no complexo-pai persiste geralmente no totemismo e nas religiões. A religião totêmica não apenas compreendia expressões de remorso e tentativas de expiação, mas também servia como recordação do triunfo sobre o pai. A satisfação por esse triunfo levou à instituição do festival rememorativo da refeição totêmica, no qual as restrições da obediência adiada não mais se mantêm. Assim, tornou-se um dever repetir o crime de parricídio muitas vezes, através do sacrifício do animal totêmico, sempre que, em consequência das condições mutantes da vida, o fruto acalentado do crime - a apropriação dos atributos paternos - ameaçava desaparecer. Não nos surpreenderá descobrir que o elemento da rebeldia filial também surge nos produtos *posteriores* da religião, freqüentemente sob os mais estranhos disfarces e transformações.

Até aqui acompanhamos os desenvolvimentos da corrente *afetuosa* de sentimentos para com o pai, transformada em remorso, tal como os encontramos na religião e nas ordenações morais (que, no totemismo, não se distinguem nitidamente). Mas não devemos subestimar o fato de que, em geral, a vitória ficou foi com os impulsos que levaram ao parricídio. Por muito tempo depois, os sentimentos fraternais sociais, que constituíram a base de toda a transformação, continuaram a exercer uma profunda influência no desenvolvimento da sociedade. Encontraram expressão na santificação do laço de sangue, na ênfase dada à solidariedade por toda a vida dentro do mesmo clã. Garantindo assim a vida uns dos outros, os irmãos estavam declarando que nenhum deles devia ser tratado por outro como o pai fora tratado por todos em conjunto. Estavam evitando a possibilidade de uma repetição do destino do pai. À proibição, baseada na religião, contra a morte do totem juntou-se então a proibição socialmente fundamentada contra o fratricídio. Foi somente muito depois que a proibição deixou de limitar-se aos membros do clã e assumiu a forma simples: ‘Não matarás.’ A horda patriarcal foi substituída, em primeira instância, pela horda fraterna, cuja existência era assegurada pelo laço consangüíneo. A sociedade estava agora baseada na cumplicidade do crime comum; a religião baseava-se no sentimento de culpa e no remorso a ele ligado; enquanto que a moralidade fundamentava-se parte nas exigências dessa sociedade e parte na penitência exigida pelo sentimento de culpa.

Assim a psicanálise, em contradição com as opiniões mais recentes sobre o sistema totêmico, mas em concordância com as mais antigas, exige de nós admitir que o totemismo e a exogamia estavam intimamente ligados e tiveram uma origem simultânea.

(6)

Grande número de poderosos motivos impede-me de qualquer tentativa de esboçar o desenvolvimento ulterior das religiões, desde a origem no totemismo até a condição atual. Seguirei apenas duas linhas cujo curso posso traçar com especial clareza enquanto correm em meio ao desenho; o tema do sacrifício totêmico e a relação de filho para pai.

Robertson Smith mostrou-nos que a antiga refeição totêmica repete-se sob a forma original de sacrifício. O significado do ato é o mesmo: santificação por meio da participação numa refeição comum. O sentimento de culpa, que só pode ser aliviado pela solidariedade de todos os participantes, persiste também. O que é novo é a divindade do clã, em cuja suposta presença o sacrifício é executado, que participa da refeição como se fosse um membro do clã e com quem aqueles que consomem se tornam identificados. Como veio o deus a

colocar-se numa situação à qual era originalmente estranho?

A resposta poderia ser que, nesse meio tempo, surgiu - de alguma fonte desconhecida - o conceito de Deus assumindo o controle de toda a vida religiosa; e que, como tudo o mais que quisesse sobreviver, a refeição totêmica foi obrigada a encontrar um ponto de contato com o novo sistema. A psicanálise dos seres humanos de per si, contudo, ensina-nos com insistência muito especial que o deus de cada um deles é formado à semelhança do pai, que a relação pessoal com Deus depende da relação com o pai em carne e osso e oscila e se modifica de acordo com essa relação e que, no fundo, Deus nada mais é que um pai glorificado. Como no caso do totemismo, a psicanálise recomenda-nos ter fé nos crentes que chamam Deus de seu pai, tal como o totem era chamado de ancestral tribal. Se a psicanálise merece alguma atenção, então - sem prejuízo de quaisquer outras fontes ou significados do conceito de Deus, sobre os quais não pode lançar luz - o elemento paterno nesse conceito deve ser um elemento muito importante. Mas, nesse caso, o pai é representado duas vezes na situação do sacrifício primitivo: uma vez como Deus e outra como a vítima animal totêmica. E, mesmo pressupondo o número restrito de explicações aberto à psicanálise, tem-se de perguntar se isto é possível e que sentido pode ter.

Sabemos existir uma multiplicidade de relações entre o deus e o animal sagrado (o totem ou a vítima sacrificatória). (1) Cada deus geralmente possui um animal (e muito freqüentemente diversos animais) que lhe é consagrado. (2) No caso de certos sacrifícios especialmente sagrados - os sacrifícios 'místicos' - a vítima era exatamente o animal consagrado ao deus (Smith, 1894 [290]). (3) O deus era freqüentemente adorado sob a forma de um animal (ou, encarando o fato de outra maneira, os animais eram adorados como deuses), muito tempo após a época do totemismo. (4) Nos mitos, o deus muitas vezes se transforma em animal e, com freqüência, no animal que lhe é consagrado.

Dessa maneira, parece plausível supor que o próprio deus era o animal totêmico, e que deste se desenvolveu numa fase posterior do sentimento religioso. Mas somos liberados da necessidade de novos exames pela consideração de que o totem nada mais é que um representante do pai. Assim, embora o totem possa ser a *primeira* forma de representante paterno, o deus será uma forma posterior, na qual o pai reconquistou sua aparência humana. Uma nova criação como esta, derivada do que constitui a raiz de toda forma de religião - a saudade do pai - poderia ocorrer se, no decurso do tempo, alguma mudança fundamental se houvesse efetuado na relação do homem com o pai e, talvez, também na sua relação com os animais.

Sinais da ocorrência de modificações dessa espécie podem ser facilmente percebidos, mesmo se deixarmos de lado o começo de um afastamento afetivo dos animais e a desagregação do totemismo devida à domesticação. (Ver atrás, em [1] e segs.) Houve, no estado de coisas, um fator produzido pela eliminação do pai que estava destinado, com o

decorrer do tempo, a provocar um enorme aumento na saudade que dele sentiam. Cada um dos irmãos que se tinham agrupado com o propósito de matar o pai estava inspirado pelo desejo de tornar-se semelhante a ele e dera expressão ao mesmo incorporando partes do representante paterno na refeição totêmica. Entretanto, em consequência da pressão exercida sobre cada participante pelo clã fraterno como um todo, esse desejo não pôde ser realizado. De futuro, ninguém poderia nem tentaria atingir o poder supremo do pai, ainda que isso fosse o objetivo pelo qual todos tinham-se empenhado. Assim, após um longo lapso de tempo, o azedume contra o pai, que os havia impulsionado à ação, tornou-se menor e a saudade dele aumentou, tornando-se possível surgir um ideal que corporificava o poder ilimitado do pai primevo contra quem haviam lutado, assim como a disposição de submeter-se a ele. Em consequência de mudanças culturais decisivas, a igualdade democrática original que havia predominado entre os membros do clã tornou-se insustentável e desenvolveu-se ao mesmo tempo uma inclinação, baseada na veneração sentida por determinados seres humanos, a reviver o antigo ideal através da criação de deuses. A noção de um homem que se torna deus ou de um deus que morre nos impressiona hoje como chocantemente presunçosa, mas, mesmo na antiguidade clássica, nada havia de revoltante nela. A elevação do pai que fora outrora assassinado à condição de um deus de quem o clã alegava descender constituía uma tentativa de expiação muito mais séria do que fora o antigo pacto com o totem.

Não posso sugerir em que ponto deste processo de evolução é possível encontrar lugar para as grandes deusas-mães, que podem talvez em geral ter precedido os deuses-pais. Parece certo, contudo, que a mudança na atitude para com o pai não se restringiu à esfera da religião, mas se estendeu de maneira harmônica àquele outro lado da vida humana que fora afetado pela eliminação do pai - à organização social. Com a introdução das divindades paternas, uma sociedade sem pai gradualmente transformou-se numa sociedade organizada em base patriarcal. A família constituiu uma restauração da antiga horda primeva e devolveu aos pais uma grande parte de seus antigos direitos. Mais uma vez apareceram pais, mas as conquistas sociais do clã fraterno não foram abandonadas; e a distância existente entre os novos pais de uma família e o irrefreado pai primevo da horda era suficientemente grande para garantir a continuidade do anseio religioso, a persistência de uma saudade não apaziguada do pai.

Vemos então que, na cena do sacrifício perante o deus do clã, pai é, na realidade duas vezes - como o deus e como a vítima animal totêmica. Entretanto, em nossas tentativas de compreensão dessa situação, devemos ter cuidado com as interpretações que procuram traduzi-la de maneira bidimensional, como se fosse uma alegoria, e para que, assim procedendo, não nos esqueçamos de sua estratificação histórica. A dupla presença do pai corresponde aos dois significados cronologicamente sucessivos da cena. A atitude ambivalente para com o pai encontrou nela uma expressão plástica e assim também a vitória das emoções afetuosas do filho sobre as hostis. A cena da sujeição do pai, de sua maior derrota, tornou-se o estofô da representação de seu triunfo supremo. A importância que em toda parte, sem exceção, é atribuída ao sacrifício reside no fato de ele oferecer satisfações

ao pai pelo ultraje que lhe foi infligido no mesmo ato em que aquele feito é comemorado.

À medida que o tempo foi passando, o animal perdeu seu caráter sagrado e o sacrifício, sua vinculação com o festim totêmico; tornou-se uma simples oferenda à divindade, um ato de renúncia em favor do deus. O próprio Deus foi sendo exaltado tão acima da humanidade que as pessoas só podiam aproximar-se dele através de um intermediário - o sacerdote. Ao mesmo tempo, os reis divinos fizeram seu aparecimento na estrutura social e introduziram o sistema patriarcal no Estado. Devemos reconhecer que a vingança tomada pelo pai deposto e restaurado foi rude: o domínio da autoridade chegou ao seu clímax. Os filhos subjugados utilizaram-se da nova situação para aliviar-se ainda mais de seu sentimento de culpa. Não eram mais, de maneira alguma, responsáveis pelo sacrifício, tal como agora se fazia. Era o próprio Deus que o exigia e regulamentava. Esta é a fase em que encontramos mitos apresentando o próprio deus matando o animal que lhe é consagrado e que, na realidade, é ele próprio. Temos aqui a negação mais extrema do grande crime que constituiu o começo da sociedade e do sentimento de culpa. Mas há, nesta última representação do sacrifício, um significado que é inequívoco. Ele expressa a satisfação pelo primitivo representante paterno ter sido abandonado em favor do conceito superior de Deus. Neste ponto, a interpretação psicanalítica da cena coincide aproximadamente com a tradução alegórica e superficial dela, que representa o deus a vencer o lado animal de sua própria natureza.

Não obstante, seria um equívoco supor que os impulsos hostis inerentes ao complexo-pai foram completamente silenciados durante esse período de autoridade paterna revivida. Pelo contrário, as primeiras fases da dominância dos dois novos representantes paternos [-] deuses e reis [-] apresentam os mais vigorosos sinais da ambivalência que continua sendo uma das características da religião.

Em sua grande obra, *The Golden Bough*, Frazer [1911a, 2, Cap. XVIII] apresenta o ponto de vista de que os primeiros reis das tribos latinas foram estrangeiros que desempenhavam o papel de um deus e eram solenemente executados num determinado festival. O sacrifício anual (ou, como variante, o auto-sacrifício) de um deus parece ter sido um elemento essencial das religiões semíticas. Os cerimoniais de sacrifício humano, realizados nas mais diferentes partes do globo habitado, deixam pouca dúvida de que as vítimas encontram seu fim como representantes da divindade e esses ritos sacrificatórios podem ser remontados a épocas antigas, com uma efígie ou boneco inanimado tomando o lugar do ser humano vivo. O sacrifício teantrópico do deus, no qual, infelizmente, me é impossível aqui deter-me de modo tão completo quanto no sacrifício animal, lança uma luz retrospectiva sobre o significado das formas mais antigas de sacrifício. [Smith, 1894, 410 e seg.] Ele reconhece, com uma franqueza que dificilmente pode ser excedida, o fato de que o objeto do ato de sacrifício sempre foi o mesmo, a saber, aquilo que é hoje adorado como Deus, ou seja, o

pai. O problema da relação entre o sacrifício animal e o sacrifício humano admite assim uma solução simples. O sacrifício animal original já constituía um substituto de um sacrifício humano [-] a morte cerimonial do pai; assim sendo, quando o representante paterno mais uma vez reassumiu sua figura humana, o sacrifício animal também podia ser retransformado num sacrifício humano.

A lembrança do primeiro grande ato de sacrifício mostrava-se assim indestrutível, não obstante todos os esforços para esquecê-lo; e, no próprio ponto em que os homens procuravam colocar-se a maior distância dos motivos que os levaram a ele, sua reprodução indeformada surgiu na forma do sacrifício do deus. Não é necessário estender-se aqui sobre os desenvolvimentos do pensamento religioso que, sob a forma de racionalizações, tornaram possível esta recorrência. Robertson Smith, que nada sabia de nossa interpretação que atribui a origem do sacrifício a esse grande acontecimento da pré-história humana, declara que as cerimônias dos festivais em que os antigos semitas celebravam a morte de uma divindade ‘eram correntemente interpretadas como a comemoração de uma tragédia mítica’ [Ibid., 413.]. ‘O luto’, declara, ‘não é uma expressão espontânea de pesar pela tragédia divina, mas obrigatória e forçada pelo temor da ira sobrenatural. E um dos principais objetivos dos enlutados é rejeitar a responsabilidade pela morte do deus [-] ponto que já foi examinado em conexão com os sacrifícios teantrópicos, tais como a “morte do boi em Atenas”.’ (Ibid., 412.) Parece mais provável que essas ‘interpretações correntes’ fossem corretas e que os sentimentos dos celebrantes fossem integralmente explicados pela situação subjacente.

Vamos presumir ser um fato, então, que no decurso do desenvolvimento posterior das religiões, os dois fatores propulsores, o sentimento de culpa do filho e sua rebeldia, nunca se tenham extinguido. Todas as tentativas feitas para solucionar os problemas religiosos, todos os tipos de reconciliação efetuados entre essas duas forças mentais opostas mais cedo ou mais tarde ruíam sob a influência combinada, sem dúvida, dos fatos históricos, das mudanças culturais e das modificações psíquicas internas.

Os esforços do filho para colocar-se no lugar do deus-pai tornaram-se ainda mais óbvios. A introdução da agricultura aumentou sua família patriarcal. Ele aventurou-se a novas demonstrações de sua libido incestuosa, que encontraram satisfação simbólica no cultivo da Terra-Mãe. Surgiram figuras divinas como Átis, Adônis e Tamuz, espíritos da vegetação e, ao mesmo tempo, divindades cheias de juventude, a desfrutar dos favores das deusas-mães e a cometer incesto com a mãe, em desafio ao pai. Mas o sentimento de culpa, que não fora aliviado por essas criações, encontrou expressão em mitos que conferiam apenas vidas breves a esses favoritos juvenis das deusas-mães e decretavam sua punição pela emasculação ou pela ira do pai manifestada sob a forma de um animal. Adônis foi morto por um javali, o animal sagrado de Afrodite; Átis, amado de Cibele, pereceu por castração. O luto por esses deuses e o júbilo por sua ressurreição foram transferidos para o ritual de outra divindade-filho que estava destinada a alcançar um sucesso permanente.

Quando o cristianismo pela primeira vez penetrou no mundo antigo, defrontou-se com a competição da religião de Mitras e, durante algum tempo, houve dúvida em relação a qual das duas divindades alcançaria a vitória. Não obstante o halo de luz que rodeia a sua forma, o jovem deus persa continua a ser obscuro para nós. Podemos talvez deduzir das esculturas de Mitras matando um touro que ele representava um filho sozinho no sacrifício do pai, redimindo assim os irmãos do ônus de cumplicidade no ato. Havia um método alternativo de mitigar a culpa e ele foi adotado pela primeira vez por Cristo. Sacrificou a própria vida e assim redimiu do pecado original o conjunto de irmãos. A doutrina do pecado original era de origem órfica. Constituía parte dos mistérios e deles propagou-se para as escolas de filosofia da antiga Grécia. (Reinach, 1905-12, 2, 75 e segs.) A humanidade, dizia-se, descendia dos Titãs, que haviam matado o jovem Dioniso-Zagreus e o despedaçado. A carga desse crime pesava sobre eles. Um fragmento de Anaximandro conta como a unidade do mundo foi rompida por um pecado primevo e que tudo dele surgido devia sofrer o castigo. A malta tumultuosa, a matança e o despedaçamento pelos Titãs fazem-nos recordar com bastante clareza o sacrifício totêmico descrito por São Nilo [Ibid., 2, 93] - bem como, a propósito, também muitos outros mitos antigos, inclusive, por exemplo, o da morte do próprio Orfeu. Não obstante, existe uma diferença perturbadora no fato de o assassinato ter sido cometido contra um deus *jovem*.

Não pode haver dúvida de que no mito cristão o pecado original foi um pecado cometido contra o Deus-Pai. Se, entretanto, Cristo redimiu a humanidade do peso do pecado original pelo sacrifício da própria vida, somos levados a concluir que o pecado foi um homicídio. A lei de talião, que se acha tão profundamente enraizada nos sentimentos humanos, estabelece que um homicídio só pode ser expiado pelo sacrifício de outra vida: o auto-sacrifício aponta para a culpa sanguínea. E se este sacrifício de uma vida ocasionou uma expiação para com o Deus-Pai, o crime a ser expiado só pode ter sido o homicídio do pai.

Na doutrina cristã, assim, os homens estavam reconhecendo da maneira mais indisfarçada o ato primevo culpado, uma vez que encontraram a mais plena expiação para ele no sacrifício desse filho único. A expiação para o pai foi ainda mais completa visto que o sacrifício se fez acompanhar de uma renúncia total às mulheres, por causa de quem a rebelião contra aquele fora iniciada. Mas, neste ponto, a inexorável lei psicológica da ambivalência apareceu. O próprio ato pelo qual o filho oferecia a maior expiação possível ao pai conduzia-o, ao mesmo tempo, à realização de seus desejos *contra* o pai. Ele próprio tornava-se Deus, ao lado, ou, mais corretamente, em lugar do pai. Uma religião filial deslocava a religião paterna. Como sinal dessa substituição, a antiga refeição totêmica era revivida sob a forma da comunhão, em que a associação de irmãos consumia a carne e o sangue do filho - não mais do pai - obtinha santidade por esse e identificava-se com ele. Assim podemos acompanhar, através das idades, a identidade da refeição totêmica com o sacrifício animal, com o sacrifício humano teantrópico e com a eucaristia cristã, podendo identificar em todos esses rituais o efeito do crime pelo qual os homens se encontravam tão

profundamente abatidos, mas do qual, não obstante, devem sentir-se tão orgulhosos. A comunhão cristã, no entanto, constitui essencialmente uma nova eliminação do pai, uma repetição do ato culposo. Podemos perceber a inteira justiça da declaração de Frazer de que ‘a comunhão cristã absorveu um sacramento que é sem dúvida muito mais antigo que o cristianismo’.

(7)

Um acontecimento como a eliminação do pai primevo pelo grupo de filhos deve inevitavelmente ter deixado traços inerradicáveis na história da humanidade e, quanto menos ele próprio tenha sido lembrado, mais numerosos devem ter sido os substitutos a que deu origem. Resistirei à tentação de apontar esses traços na mitologia, onde não são difíceis de encontrar, e voltar-me-ei noutra direção, aceitando a sugestão feita por Salomon Reinach num ensaio muito instrutivo sobre a morte de Orfeu.

Na história da arte grega deparamo-nos com uma situação que apresenta notáveis semelhanças com a cena da refeição totêmica, tal como identificada por Robertson Smith, bem como com diferenças não menos profundas dela. Tenho em mente a situação da mais antiga tragédia grega. Um conjunto de indivíduos, com nomes e vestimentas iguais, cercavam uma figura isolada, todos eles dependendo de suas palavras e atos: eram o Coro e o personificador do Herói. Este era originalmente o único ator. Posteriormente, um segundo e terceiro atores foram incluídos, para atuar como contrapartes do Herói, representar aspectos característicos dele; mas o caráter do próprio Herói e sua relação com o Coro permaneceram inalterados. O Herói da tragédia deve sofrer; até hoje isso continua sendo a essência da tragédia. Tem de conduzir o fardo daquilo que era conhecido como ‘culpa trágica’; o fundamento dessa culpa é fácil de descobrir, porque, à luz de nossa vida cotidiana, muitas vezes não há culpa alguma. Via de regra, reside na rebelião contra alguma autoridade divina ou humana e o Coro acompanhava o Herói com sentimentos de comiseração, procurava retê-lo, adverti-lo e moderá-lo, pranteando-o quando encontrara o que se sentia ser a punição merecida por seu ousado empreendimento.

Mas por que tinha de sofrer o Herói da tragédia? E qual era o significado de sua ‘culpa trágica’? Abreviarei a discussão e darei uma resposta rápida. Tinha de sofrer porque era o pai primevo, o Herói da grande tragédia primitiva que estava sendo reencenada com uma distorção tendenciosa, e a culpa trágica era a que tinha sobre si próprio, a fim de aliviar da sua o Coro. A cena no palco provinha da cena histórica através de um processo de deformação sistemática - um produto de refinada hipocrisia, poder-se-ia mesmo dizer. Na

realidade remota, haviam sido verdadeiramente os membros do Coro que tinham causado o sofrimento do Herói; agora, entretanto, desmanchavam-se em comiseração e lamentações e era o próprio Herói o responsável por seus próprios sofrimentos. O crime que fora jogado sobre seus ombros, a presunção e a rebeldia contra uma grande autoridade era precisamente o crime pelo qual os membros do Coro, o conjunto de irmãos, eram responsáveis. E assim o Herói trágico tornou-se, ainda que talvez contra a sua vontade, o redentor do Coro.

Na tragédia grega, o tema especial da representação eram os sofrimentos do bode divino, Dionísio, e a lamentação dos bodes seus seguidores, que se identificavam com ele. Assim, sendo fácil compreender como o drama, que tinha se extinguido, voltou a brilhar com nova vida na Idade Média, em torno da Paixão de Cristo.

Ao concluir, então, esta investigação excepcionalmente condensada, gostaria de insistir em que o resultado dela mostra que os começos da religião, da moral, da sociedade e da arte convergem para o complexo de Édipo. Isso entra em completo acordo com a descoberta psicanalítica de que o mesmo complexo constitui o núcleo de todas as neuroses, pelo menos até onde vai nosso conhecimento atual. Parece-me ser uma descoberta muito surpreendente que também os problemas da psicologia social se mostrem solúveis com base num único ponto concreto: - a relação do homem com o pai. É mesmo possível que ainda outro problema psicológico se encaixe nesta mesma conexão. Muitas vezes tive ocasião de assinalar que a ambivalência emocional, no sentido próprio da expressão - ou seja, a existência simultânea de amor e ódio para os mesmos objetos - jaz na raiz de muitas instituições culturais importantes. Não sabemos nada da origem dessa ambivalência. Uma das pressuposições possíveis é que ela seja um fenômeno fundamental de nossa vida emocional. Mas parece-me bastante válido considerar outra possibilidade, ou seja, que originalmente ela não fazia parte de nossa vida emocional, mas foi adquirida pela raça humana em conexão com o complexo-pai, precisamente onde o exame psicanalítico de indivíduos modernos ainda a encontra revelada em toda a sua força.

Antes de concluir minhas observações, porém, não devo deixar de salientar que, embora meus argumentos tenham conduzido a um alto grau de convergência para um único e abrangente nexos de idéias, esse fato não deve fazer-nos deixar de ver as incertezas de minhas premissas ou as dificuldades envolvidas em minhas conclusões. Mencionarei apenas duas das últimas, que podem também ter chamado a atenção de um certo número de leitores.

Ninguém pode ter deixado de observar, em primeiro lugar, que tomei como base de toda minha posição a existência de uma mente coletiva, em que ocorrem processos mentais exatamente como acontece na mente de um indivíduo. Em particular, supus que o sentimento de culpa por uma determinada ação persistiu por muitos milhares de anos e tem permanecido operativo em gerações que não poderiam ter tido conhecimento dela. Supus que um processo emocional, tal como se poderia ter desenvolvido em gerações de filhos que foram maltratados pelos pais, estendeu-se a gerações novas livres de tal tratamento, pela própria

razão de o pai ter sido eliminado. Devo admitir que estas são dificuldades graves e qualquer explicação que pudesse evitar pressuposições dessa espécie seria preferível.

Uma reflexão mais demorada, contudo, demonstrará que não estou só na responsabilidade por esse audacioso procedimento. Sem a pressuposição de uma mente coletiva, que torna possível negligenciar as interrupções dos atos mentais causadas pela extinção do indivíduo, a psicologia social em geral não poderia existir. A menos que os processos psíquicos sejam continuados de uma geração para outra, ou seja, se cada geração fosse obrigada a adquirir novamente sua atitude para com a vida, não existiria progresso neste campo e quase nenhuma evolução. Isso dá origem a duas outras questões: quanto podemos atribuir à continuidade psíquica na seqüência das gerações? Quais são as maneiras e meios empregados por determinada geração para transmitir seus estados mentais à geração seguinte? Não vou fingir acreditar que estes problemas estão suficientemente explicados ou que a comunicação direta e a tradição - as primeiras coisas que nos ocorrem - são suficientes para explicar o processo. A psicologia social em geral mostra muito pouco interesse pela maneira através da qual se estabelece a continuidade exigida pela vida mental de sucessivas gerações. Uma parte do problema parece ser respondida pela herança de disposições psíquicas que, no entanto, necessitam receber alguma espécie de ímpeto na vida do indivíduo antes de poderem ser despertadas para o funcionamento real. Pode ser este o significado das palavras do poeta:

Was du ererbt von deinen Vätern hast,

Erwib es, um es zu besitzen.

O problema pareceria ainda mais difícil se tivéssemos de admitir que os impulsos mentais podem ser tão completamente reprimidos que deles não reste nenhum vestígio. Mas não é este o caso. Mesmo a mais implacável repressão tem de deixar lugar para impulsos substitutos deformados e para as reações que deles resultem. Se assim for, portanto, podemos presumir com segurança que nenhuma geração pode ocultar, à geração que a sucede, nada de seus processos mentais mais importantes, pois a psicanálise nos mostrou que todos possuem, na atividade mental inconsciente, um *apparatus* que os capacita a interpretar as reações de outras pessoas, isto é, a desfazer as deformações que os outros impuseram à expressão de seus próprios sentimentos. Uma tal compreensão inconsciente de todos os costumes, cerimônias e dogmas que restaram da relação original com o pai pode ter possibilitado às gerações posteriores receberem sua herança de emoção.

Uma outra dificuldade poderia, na realidade, surgir dos círculos psicanalíticos. Os preceitos e restrições morais mais antigos da sociedade primitiva foram por nós explicados como reações a um ato que deu àqueles que o cometeram o conceito de 'crime'. Sentiram remorso por ele e decidiram que não se deveria repetir e que sua execução não traria vantagens. Este sentimento de culpa criativo ainda persiste entre nós. Encontramo-lo operando de uma maneira não social nos neuróticos e produzindo novos preceitos morais e restrições persistentes, como expiação por crimes que foram cometidos e precaução contra a prática de novos. Se, contudo, pesquisarmos entre esses neuróticos para descobrir quais foram os atos que provocaram tais reações, ficaremos desapontados. Não encontraremos atos, mas apenas impulsos e emoções, pretendendo fins malignos, mas impedidos de realizar-se. O que jaz por trás do sentimento de culpa dos neuróticos são sempre realidades *psíquicas*, nunca realidades *concretas*. O que caracteriza os neuróticos é preferirem a realidade psíquica à concreta, reagindo tão seriamente a pensamentos como as pessoas normais às realidades.

Não poderá o mesmo ser verdade quanto aos homens primitivos? Temos justificativas para acreditar que, como um dos fenômenos de sua organização narcisista, eles supervalorizam seus atos psíquicos a um grau extraordinário. Conseqüentemente, o simples *impulso* hostil contra o pai, a mera existência de uma *fantasia* - plena de desejo de matá-lo e devorá-lo, teriam sido suficientes para produzir a reação moral que criou o totemismo e o tabu. Desta maneira, evitaríamos a necessidade de atribuir a origem de nosso legado cultural, de que com justiça nos orgulhamos, a um crime odioso, revoltante para todos os nossos sentimentos. Nenhum dano seria assim feito à cadeia causal que se estende desde os começos aos dias atuais, pois a realidade psíquica seria suficientemente forte para suportar o peso dessas conseqüências. A isto se poderá objetar que realmente efetuou-se uma alteração na forma da sociedade, de uma horda patriarcal para um clã fraterno. Trata-se de um argumento poderoso, mas não conclusivo. A alteração poderia ter sido efetuada de uma maneira menos violenta e, não obstante, capaz de determinar o aparecimento da reação moral. Enquanto a pressão exercida pelo pai primevo podia ser sentida, os sentimentos hostis para com ele eram justificados e o remorso por sua causa teria de esperar por seu dia. E se se argumentar ainda que tudo que tem sua origem na relação ambivalente com o pai - o tabu e a ordenação sacrificatória - se caracteriza pela mais profunda seriedade e a mais completa realidade, essa nova objeção tem tão pouco peso quanto a outra, porque os cerimoniais e as inibições dos neuróticos obsessivos apresentam essas mesmas características e, não obstante, têm sua origem apenas na realidade psíquica - provêm de intenções e não da execução delas. Temos de evitar transplantar para o mundo dos homens primitivos e dos neuróticos, cuja riqueza reside apenas no interior deles próprios, o desprezo de nosso mundo corriqueiro - com sua riqueza de valores materiais - pelo que é simplesmente pensado ou desejado.

Aqui nos defrontamos com uma decisão que, na verdade, não é fácil. Em primeiro lugar,

porém, devo confessar que a distinção, que pode parecer fundamental para outras pessoas, a nosso ver não afeta o âmago da questão. Se desejos e impulsos possuem o pleno valor de fatos para os homens primitivos, compete a nós conceder à sua atitude uma atenção compreensiva, em vez de corrigi-la de acordo com nossos próprios padrões. Examinemos, então, mais de perto o caso da neurose - a comparação com a qual nos conduziu à nossa presente incerteza. Não é exato dizer que os neuróticos obsessivos, curvados sob o peso de uma moralidade excessiva, estão-se defendendo apenas da realidade *psíquica* e se punindo através de impulsos que foram simplesmente *sentidos*. A realidade *histórica* também tem a sua parte na questão. Na infância, eles tiveram esses impulsos malignos de modo puro e simples e transformaram-nos em atos até onde a impotência da infância permitia. Cada um desses indivíduos excessivamente virtuosos passou por um período de maldade na infância - uma fase de perversão que foi precursora e pré-condição do período posterior de moralidade excessiva. A analogia entre os homens primitivos e os neuróticos será estabelecida assim de modo muito mais completo, se supusermos que também no primeiro caso a realidade psíquica - a respeito da qual não temos dúvida quanto à forma que tomou - coincidiu no princípio com a realidade concreta, ou seja, que os homens primitivos realmente *fizeram* aquilo que todas as provas mostram que pretendiam fazer.

Tampouco devemos deixar-nos influenciar demais em nosso julgamento dos homens primitivos pela analogia com os neuróticos. Há distinções, também, que devem ser levadas em conta. Sem dúvida alguma, é verdade que o contraste nítido que *nós* traçamos entre o pensar e o fazer acha-se ausente em ambos. Mas os neuróticos são, acima de tudo, *inibidos* em suas ações: neles, o pensamento constitui um substituto completo do ato. Os homens primitivos, por outro lado, são *desinibidos*: o pensamento transforma-se diretamente em ação. Neles, é antes o ato que constitui um substituto do pensamento, sendo por isso que, sem pretender qualquer finalidade de julgamento, penso que no caso que se nos apresenta pode-se presumir com segurança que ‘no princípio foi Ato’.

APÊNDICE: RELAÇÃO DAS OBRAS DE FREUD QUE TRATAM DE ANTROPOLOGIA SOCIAL, MITOLOGIA E HISTÓRIA DAS RELIGIÕES

1907b. 'Atos Obsessivos e Práticas Religiosas.'

1908d. 'Ética Sexual "Civilizada" e as Modernas Doenças Nervosas.'

1910e. ‘O Sentido Antitético de Palavras Primevas.’

1910f. ‘Carta ao Dr. Friedrich S. Krauss.’

1911d. ‘A Significação de uma Seqüência de Vogais.’

1911f. ‘Grande é Diana dos Efesos.’

1912a. ‘Postscript’ ao Caso Schreber.

1912-13. *Totem e Tabu*.

1913d ‘A Ocorrência nos Sonhos de Material Proveniente de Contos de Fadas.’

1913f. ‘O Tema dos Três Escrínios.’

1913j. ‘As Pretensões da Psicanálise no Tocante ao Interesse Científico’,
Parte II, Seções E, F e G.

1913k. ‘Prefácio do *livro Scatologic Rites of All Nations*, de Bourke.’

1915b. ‘Pensamentos para os Tempos de Guerra e de Morte.’

1916b. ‘Um Paralelo Mitológico a uma Obsessão Visual.’

1918a. ‘O Tabu da Virgindade.’

1919g. ‘Prefácio do livro *Ritual: Psycho-Analytic Studies*, de Reik.’

1919h. ‘O “Misterioso”.’

1921c. *Group Psychology and the Analysis of the Ego* (Psicologia de Grupo e a Análise do Ego).

1923d. 'Uma Neurose Demonológica do Século XVII', Seção III.

1927c. *The Future of an Illusion* (O Futuro de uma Ilusão).

1930a. *Civilization and its Discontents* (O Mal-Estar na Civilização).

1932a. 'A Aquisição e o Controle do Fogo.'

1933a. *New Introductory Lectures on Psycho-Analysis* (Novas Lições Introdutórias à Psicanálise), conferência XXXV.

1933b. *Why War?* (Por que a Guerra?)

1938a. 'Uma Nota sobre o Anti-Semitismo.'

1939a. *Moses and Monotheism* (Moisés e o Monoteísmo)

1940c. [1922]. 'A Cabeça da Medusa.'

O INTERESSE CIENTÍFICO DA PSICANÁLISE (1913)

PARTE I - O INTERESSE PSICOLÓGICO DA PSICANÁLISE

A psicanálise é um procedimento médico que visa à cura de certas formas de doenças nervosas (as neuroses) através de uma técnica psicológica. Num pequeno volume publicado

em 1910, descrevi a evolução da psicanálise a partir do procedimento catártico de Josef Breuer e de sua relação com as teorias de Charcot e Pierre Janet.

Podemos citar como exemplos de distúrbios que são acessíveis ao tratamento psicanalítico as convulsões histéricas e as paralisias, bem como os diversos sintomas da neurose obsessiva (idéias e ações obsessivas). Todas elas são condições que estão ocasionalmente sujeitas a recuperação espontânea e dependem da influência pessoal do médico, de uma maneira fortuita que ainda não foi explicada. A psicanálise não tem efeito terapêutico sobre as formas mais graves da perturbação mental propriamente dita. Mas possibilitou - pela primeira vez na história da medicina - uma certa compreensão (insight) da origem e do mecanismo das neuroses e das psicoses.

Esta importância da psicanálise para a medicina, entretanto, não justificaria que a trouxesse à apreciação de um círculo de savants interessados na síntese das ciências e isso poderia parecer particularmente prematuro na medida em que grande número de psiquiatras e neurologistas se opõem ao novo método terapêutico e rejeitam tanto os seus postulados quanto as suas descobertas. Se, não obstante, considero a experiência legítima, é porque a psicanálise pode também pretender o interesse de outras pessoas além dos psiquiatras, desde que ela toca em várias outras esferas do conhecimento e revela inesperadas relações entre estas e a patologia da vida mental.

Conseqüentemente, neste artigo deixarei de lado o interesse médico da psicanálise e ilustrarei com uma série de exemplos o que acabei de afirmar sobre a jovem ciência.

Há muitos fenômenos envolvendo as relações dos movimentos faciais - e outros movimentos expressivos - com a fala, bem como com muitos processos intelectuais (tanto em pessoas normais, como nas doentes), que até o momento escaparam à atenção da psicologia por terem sido considerados simples resultados de distúrbios orgânicos ou de uma falha no funcionamento do aparelho mental. Refiro-me às 'parapraxias' (lapsos de linguagem ou da escrita, esquecimentos etc.), às ações casuais e aos sonhos das pessoas normais assim como às crises convulsivas, delírios, visões e idéias ou atos obsessivos dos pacientes neuróticos. Esses fenômenos, quando não foram inteiramente negligenciados (como no caso das parapraxias), foram relegados à patologia e foi feita uma tentativa de encontrar-lhes explicações 'fisiológicas', embora estas fossem invariavelmente insatisfatórias. A psicanálise, pelo contrário, foi capaz de demonstrar que todos esses fenômenos podem ser explicados por meio de hipóteses de natureza puramente psicológica e encaixados na cadeia de fatos psíquicos que já conhecemos. Assim, se por um lado a psicanálise restringiu a área submetida ao ponto de vista fisiológico, por outro trouxe uma grande parte da patologia para a esfera da psicologia. Nesse caso, os fenômenos normais oferecem as provas mais convincentes. A psicanálise não pode se acusada de ter aplicado a casos normais descobertas a que chegou partindo de material patológico. As provas, nestes como naqueles, foram atingidas independentemente e demonstram que os processos normais

e os descritos como patológicos seguem as mesmas regras.

Examinarei agora mais pormenorizadamente dois dos fenômenos normais (isto é, fenômenos que podem ser observados em pessoas normais) em que estamos aqui interessados - a saber, as parapraxias e os sonhos.

Entendo por parapraxias a ocorrência em pessoas sadias e normais de fatos como esquecimento de palavras e nomes que nos são normalmente familiares; esquecimento do que pretendíamos fazer; incursão em lapsos de linguagem e escrita; erros de leitura, colocação de coisas em lugares errados e incapacidade de encontrá-las; perda de objetos; enganos em assuntos que conhecemos muito bem e certos gestos e movimentos habituais. Todos esses fatos têm recebido pouca atenção na psicologia; foram classificados como exemplos de 'distração', sendo atribuídos à fadiga, à falta de atenção ou aos efeitos colaterais de certas doenças leves. A indagação analítica, contudo, demonstra com certeza suficiente para satisfazer a todos os requisitos, que estes últimos fatores operam simplesmente como facilitadores e podem achar-se ausentes. As parapraxias são fenômenos psíquicos plenamente desenvolvidos e sempre possuem um significado e uma intenção. Servem a propósitos definidos que, devido à situação psicológica predominante, não podem ser expressos de nenhuma outra maneira. Essas situações, via de regra, envolvem um conflito psíquico que impede a intenção subjacente de encontrar expressão direta e a desvia ao longo de caminhos indiretos. A pessoa que comete uma parapraxia pode notá-la ou menosprezá-la; a intenção reprimida subjacente à parapraxia pode-lhe ser até familiar, mas geralmente não se dá conta, sem o auxílio da análise, de que essa intenção é a responsável pela parapraxia em questão. As análises das parapraxias são geralmente muito fáceis e rápidas. Se se chama a atenção da pessoa para um engano, o pensamento que lhe ocorre em seguida lhe fornecerá sua explicação.

As parapraxias constituem o material mais conveniente para quem desejar convencer-se da fidedignidade das explicações psicanalíticas. Numa pequena obra, publicada pela primeira vez sob a forma de livro em 1904, apresentei um grande número de exemplos desse tipo e desde então pude acrescentar à minha coleção muitas contribuições de outros observadores.

O motivo mais comum para reprimir uma intenção, que daí em diante tem de contentar-se em encontrar expressão numa parapraxia, resulta ser a necessidade de evitar o desprazer. Assim, esquecemos obstinadamente um nome próprio se nutrimos um rancor secreto contra o seu possuidor; esquecemos de levar adiante uma intenção se, na realidade, formulamo-la contra a vontade - apenas pressionados por alguma convenção, para dar um exemplo; perdemos um objeto se ele faz lembrar alguém com quem tivemos uma briga - a pessoa que nos deu o objeto, por exemplo; tomamos o trem errado se estivermos fazendo uma viagem contra a vontade e preferíssemos estar noutro lugar. Esta necessidade de evitar o desprazer é

percebida mais claramente no que se refere ao esquecimento de impressões e experiências - fato que já fora observado por muitos escritores antes que a psicanálise existisse. A memória revela sua parcialidade mostrando-se pronta a impedir a reprodução de impressões comprometidas com uma emoção angustiante, se bem que este propósito não possa ser alcançado em todos os casos.

Noutros casos, a análise de uma parapraxia é menos simples e exige explicações menos óbvias, devido à entrada em ação de um processo que descrevemos como 'deslocamento'. Podemos, por exemplo, esquecer o nome de uma pessoa contra quem não temos nenhuma objeção; a análise mostrará, contudo, que o nome despertou a lembrança de outra pessoa, que tem o mesmo nome ou cujo som é semelhante, com a qual temos boas razões para antipatizar. Essa conexão levou ao esquecimento do nome da pessoa inocente; a intenção de esquecer foi, por assim dizer, deslocada ao longo de certa linha de associação.

A intenção de evitar o desprazer não é a única que pode encontrar seu escoadouro nas parapraxias. Em muitos casos a análise revela outros propósitos que foram reprimidos numa situação específica e que só se podem fazer sentir, por assim dizer, como perturbações secundárias. Assim, um lapso de linguagem freqüentemente servirá para trair as opiniões que a pessoa que fala deseja ocultar de seu interlocutor. Os lapsos de linguagem foram entendidos nesse sentido por vários grandes escritores e com esse intuito empregados em suas obras. A perda de objetos preciosos com freqüência mostra ser um ato de sacrifício destinado a impedir algum mal esperado; muitas outras superstições também sobrevivem sob a forma de parapraxias em pessoas instruídas. A colocação de objetos em lugares errados via de regra significa a intenção de livrar-se deles; os estragos que uma pessoa causa aos seus próprios objetos (ostensivamente por acidentes) podem ter o sentido de tornar necessário a aquisição de algo melhor - e assim por diante.

Não obstante, a despeito da aparente trivialidade destes fenômenos, a explicação psicanalítica das parapraxias implica algumas ligeiras modificações em nossa visão do mundo. Descobrimos que mesmo pessoas normais são movidas por motivos contraditórios com muito mais freqüência do que era de se esperar. O número de ocorrências que podem ser descritas como 'acidentais' é consideravelmente pequeno. É quase uma consolação poder excluir a perda de objetos dos acontecimentos fortuitos da vida; nossos enganos com freqüência resultam ser um disfarce para nossas intenções secretas. Mas - o que é mais importante muitos - acidentes sérios que de outro modo teríamos atribuído inteiramente ao acaso revelam, quando analisados, a participação da própria volição do sujeito, embora sem ser claramente admitida por ele. A distinção entre um acidente casual e autodestruição deliberada, que na prática muitas vezes é tão difícil de precisar, torna-se ainda mais dúbia quando examinada de um ponto de vista psicanalítico.

A explicação das parapraxias deve o seu valor teórico à facilidade com que podem ser solucionadas e à sua freqüência nas pessoas normais. Entretanto, o sucesso da psicanálise

em explicá-las é ultrapassado de muito, em importância, por outra conquista realizada pela própria psicanálise relacionada com outro fenômeno da vida mental normal. Trata-se de interpretação de *sonhos*, que causou o primeiro conflito da psicanálise com a ciência oficial, o que passou a ser seu destino. A pesquisa médica explica os sonhos como sendo fenômenos puramente somáticos, sem sentido ou significação, e considera-os como a reação de um órgão mental, mergulhado em estado de sono, aos estímulos físicos que o mantêm parcialmente desperto. A psicanálise eleva a condição dos sonhos à de atos psíquicos possuidores de sentido e intenção e com um lugar na vida mental do indivíduo, apesar de sua estranheza, incoerência e absurdo. Segundo esse ponto de vista, os estímulos somáticos simplesmente desempenham o papel de material que é elaborado no decurso da construção do sonho. Não existe um meio termo entre essa duas opiniões sobre o sonhos. O argumento usado contra a hipótese fisiológica é a sua esterilidade, e o que pode ser argumentado em favor da hipótese psicanalítica é o fato de ter traduzido e dado um sentido a milhares de sonhos, usando esse sentido para iluminar os pormenores mais íntimos da mente humana.

Dediquei um volume publicado em 1900 ao importante tema da interpretação de sonhos e tive a satisfação de ver as teorias nele apresentadas serem confirmadas e ampliadas por contribuições de quase todos os estudiosos do campo da psicanálise. Há uma concordância geral no sentido de que a interpretação de sonhos é a pedra fundamental da obra psicanalítica e que suas descobertas constituem a mais importante contribuição da psicanálise à psicologia.

Não posso me deter aqui na técnica por meio da qual se chega a uma interpretação dos sonhos, nem tampouco apresentar as bases das conclusões a que a investigação psicanalítica conduziu. Tenho de restringir-me a enunciar alguns novos conceitos, comunicando minhas descobertas e ressaltando sua importância para a psicologia normal.

A psicanálise, portanto, demonstrou os fatos que se seguem. Todos os sonhos têm um significado. Sua estranheza é devida a distorções que foram feitas na expressão desse significado. Sua aparência absurda é deliberada e exprime zombaria, ridículo e contradição. Sua incoerência é uma questão de indiferença para com a interpretação. O sonho, tal como o recordamos depois de acordar, é descrito por nós através de seu ‘conteúdo manifesto’. No processo de interpretação deste, somos conduzidos aos ‘pensamentos oníricos latentes’, que jazem ocultos por trás do conteúdo manifesto, e são por este representados. Estes pensamentos oníricos latentes já não são estranhos, incoerentes ou absurdos, são constituintes completamente válidos de nosso pensamento quando despertados. Damos o nome de ‘elaboração onírica’ ao processo que transforma os pensamentos oníricos latentes no conteúdo manifesto do sonho; é essa elaboração a responsável pela deformação que torna os pensamentos oníricos irreconhecíveis no conteúdo manifesto do sonho.

A elaboração onírica é um processo psicológico que até hoje não encontrou similar na

psicologia, reclamando o nosso interesse em dois sentidos principais. Em primeiro lugar, traz ao nosso conhecimento processos novos como a ‘condensação’ (de idéias) e o ‘deslocamento’ (da ênfase psíquica de uma idéia para outra), processos com os quais nunca, de forma nenhuma, nos deparamos em nossa vida desperta, a não ser como base daquilo que é conhecido como ‘erros de pensamento’. Em segundo lugar, nos permite detectar no funcionamento da mente um jogo de forças que estava escondido de nossa percepção consciente. Descobrimos que há uma ‘censura’, um órgão de verificação a funcionar em nós, que decide se uma idéia que surge na mente deve ter ou não permissão de chegar à consciência e que, até onde está em seu poder, exclui implacavelmente qualquer coisa que possa produzir ou reviver um desprazer. Aqui lembramos que na análise das parapraxias encontramos traços dessa mesma intenção de evitar desprazer na recordação de coisas, e de conflitos similares entre os impulsos mentais.

Um estudo da elaboração onírica nos força, de uma maneira irresistível, a uma visão da vida mental que parece decidir os mais controversos problemas da psicologia. A elaboração onírica nos compele a pressupor a existência de uma atividade psíquica inconsciente que é mais abrangente e mais importante do que a familiar atividade ligada à consciência. (Terei mais a dizer sobre este ponto quando vier a debater o interesse *filosófico* da psicanálise [ver em [1]].) Ela nos permite dissecar o aparelho psíquico num certo número de diferentes atividades ou sistemas, mostrando-nos que, no sistema de atividade mental inconsciente, operam-se processos de tipo inteiramente diferente dos percebidos na consciência.

A elaboração onírica tem apenas uma função - a saber, a de manter o sono. ‘Os sonhos são os guardiães do sono.’ Os próprios *pensamentos* oníricos podem servir aos fins das mais variadas funções mentais. A elaboração onírica realiza sua tarefa representando um desejo proveniente dos pensamentos oníricos como realizado de uma maneira alucinatória.

Pode-se afirmar com segurança que o estudo psicanalítico dos sonhos nos deu nossa primeira compreensão (insight) de uma ‘psicologia profunda’, cuja existência até então não fora suspeitada. Modificações fundamentais terão de ser introduzidas na psicologia normal, se esta quiser colocar-se em harmonia com as novas descobertas.

É inteiramente impossível esgotar o interesse psicológico da interpretação onírica dentro dos limites deste trabalho. Tenhamos em mente que o que fiz até agora foi apenas ressaltar que os sonhos têm um sentido e são assunto para estudo psicológico, e vamos prosseguir com nossas considerações acerca do novo território que foi anexado pela psicologia ao campo da patologia.

As novidades psicológicas deduzidas dos sonhos e das parapraxias devem ser aplicáveis como explicação de outros fenômenos, se quisermos acreditar no valor dessas novidades ou, na verdade, em sua própria existência. E descobrimos de fato que a psicanálise demonstrou

que as hipóteses da atividade mental inconsciente da censura e repressão e da deformação e substituição, às quais chegamos a partir do estudo dos fenômenos normais, também nos permitem uma primeira compreensão de um certo número de fenômenos *patológicos* e, se poderia dizer, nos dão a chave de todos os enigmas da psicologia das neuroses. Assim, os sonhos devem ser encarados como os protótipos normais de todas as estruturas psicopatológicas. Quem compreender os sonhos pode também apreender o mecanismo psíquico das neuroses e psicoses.

Partindo dos sonhos, as investigações psicanalíticas nos permitiram uma psicologia das neuroses que está sendo construída, continuamente, peça por peça. Mas o que está sendo tratado aqui - o interesse psicológico da psicanálise - obriga-nos a penetrar mais profundamente em apenas dois aspectos deste vasto tema: a demonstração de que muitos fenômenos patológicos que até aqui se acreditou exigirem explicações fisiológicas são na realidade atos psíquicos, e a demonstração de que os processos que conduzem a conseqüências anormais podem se atribuídos a forças motivadoras de origem psíquica.

Ilustrarei a primeira dessas teses com alguns exemplos. Há muito tempo as crises histéricas foram reconhecidas como sinais de aumento de excitação emocional e equiparadas a irrupções de afeto. Charcot tentou reduzir a multiplicidade de suas modalidades de manifestação por meio de fórmulas descritivas; Pierre Janet identificou as idéias inconscientes em ação por trás de tais crises, enquanto que a psicanálise demonstrou que elas são representações miméticas de cenas (realmente vivenciadas ou apenas inventadas) com que a imaginação do paciente se ocupa, sem que se torne consciente delas. O sentido dessas pantomimas é ocultado dos espectadores por meio de distorções de deformações dos atos que elas representam. E isso se aplica igualmente àqueles atos que são descritos como sintomas 'crônicos' de pacientes histéricos. Todos são representações miméticas ou alucinatórias de fantasias que dominam inconscientemente a vida emocional do indivíduo e que têm o sentido de realizações de desejos secretos e reprimidos. O caráter atormentador desses sintomas se deve ao conflito interno a que a mente do paciente é levada, pela necessidade de combater esses desejos inconscientes.

Noutro distúrbio neurótico, a neurose obsessiva, os pacientes se tornam vítimas de cerimoniais aflitivos e aparentemente insensatos, que assumem a forma de uma repetição rítmica dos atos mais triviais (tais como lavar-se ou vestir-se) ou de executar injunções sem sentido ou obedecer a proibições misteriosas. Foi nada menos que um triunfo da pesquisa psicanalítica conseguir demonstrar que todos esses atos obsessivos, mesmo os mais insignificantes e triviais, têm um sentido e são reflexos, traduzidos em termos indiferenciados, dos conflitos da vida dos pacientes, da luta entre tentações e restrições morais - reflexos do próprio desejo proscrito e da punição e expiação em que esse desejo incorre. Noutra forma da mesma perturbação, a vítima sofre de idéias atormentadoras (obsessões) que a ela se impõem, sendo acompanhadas por emoções cujo caráter e intensidade são muitas vezes explicados apenas de maneira muito inadequada pelos termos

das próprias idéias obsessivas. A investigação analítica demonstrou, nesse caso, que as emoções são plenamente justificadas, visto corresponderem a autocensuras que se baseiam em algo que é, pelo menos, *psiquicamente* real. Mas as idéias a que essas emoções estão ligadas não são as originais, tendo chegado à posição presente por um processo de deslocamento - substituindo algo que foi reprimido. Se esses deslocamentos puderem ser invertidos, estará aberto o caminho para a descoberta das idéias reprimidas, e se descobrirá que a relação entre a emoção e a idéia é perfeitamente apropriada.

Noutra perturbação neurótica, a demência precoce (parafrenia ou esquizofrenia), condição na realidade incurável, o paciente fica, nos casos mais graves, num estado evidente de completa apatia. Com freqüência as únicas ações que lhe restam são certos movimentos e gestos monotonamente repetidos e que têm o nome de 'estereotípias'. Uma investigação analítica desse tipo de resíduos, feita por Jung, demonstrou constituírem os remanescentes de ações miméticas perfeitamente significativas, as quais, em certa época, expressaram os desejos dominantes do indivíduo. Os discursos mais loucos e as mais estranhas posturas e atitudes adotadas por esses pacientes tornam-se inteligíveis e podem ser encaixadas na cadeia de seus processos mentais, se forem abordados com base em hipóteses psicanalíticas.

Considerações similares aplicam-se aos delírios e às alucinações, bem como aos sistemas delirantes, apresentados por diversos pacientes psicóticos. Onde até então parecia prevalecer apenas o mais aberrante capricho a pesquisa psicanalítica introduziu regras, ordem e conexão, ou pelo menos nos permitiu suspeitar de sua presença nas investigações que ainda se acham incompletas. As formas mais heterogêneas de distúrbio mental se revelam como sendo resultado de processos basicamente idênticos e que podem ser compreendidos e descritos através de conceitos psicológicos. O que já foi descoberto sobre a formação dos sonhos funciona onde quer que seja - no conflito psíquico; na repressão de certos impulsos instintivos enviados de volta para o inconsciente por outras forças mentais, nas formações reativas estabelecidas pelas forças repressoras, e nos substitutos construídos pelos instintos reprimidos, mas não despojados de toda a sua energia. Os processos acessórios de condensação e de deslocamento, tão familiares a nós nos sonhos, podem também ser encontrados em toda parte. A multiplicidade de quadros clínicos observada pelos psiquiatras depende de duas outras coisas: da multiplicidade dos mecanismos psíquicos à disposição dos processos repressivos e da multiplicidade de disposições desenvolvimentais, que dão aos impulsos reprimidos oportunidade de irromperem através de estruturas substitutivas.

A psicanálise mostra à psicologia a solução de metade dos problemas da psiquiatria. Não obstante, seria um erro grave supor que a análise favorece ou pretende uma visão *puramente* psicológica das perturbações mentais. Não se pode menosprezar o fato de que a outra metade dos problemas da psiquiatria relaciona-se com a influência de fatores orgânicos (mecânicos, tóxicos ou infecciosos) sobre o mecanismo mental. Mesmo no caso da mais leve

dessas perturbações, a neurose, não se pretende que sua origem seja puramente psicogênica, mas remonta-se sua etiologia à influência sobre a vida mental de um fator indiscutivelmente orgânico, ao qual me referirei posteriormente [ver em [1]].

O número de descobertas psicanalíticas pormenorizadas que não podem deixar de ser importantes para a psicologia geral é grande demais para que as enumere aqui. Farei referência apenas a dois outros pontos: a psicanálise não hesita em atribuir aos processos emocionais a primazia na vida mental, e revela nas pessoas normais uma inesperada quantidade de perturbações afetivas e de ofuscamento do intelecto numa frequência que não é inferior à verificada em pessoas doentes.

PARTE II - O INTERESSE DA PSICANÁLISE PARA AS CIÊNCIAS NÃO-PSICOLÓGICAS

(A) O INTERESSE FILOLÓGICO DA PSICANÁLISE

Estarei sem dúvida infringindo o uso lingüístico comum ao postular um interesse na psicanálise por parte dos filólogos, isto é, dos peritos na fala, porque, no que se segue, a expressão 'fala' deve ser entendida não apenas como significando a expressão do pensamento por palavras, mas incluindo a linguagem dos gestos e todos os outros métodos, por exemplo a escrita, através dos quais a atividade mental pode ser expressa. Assim sendo, pode-se salientar que as interpretações feitas por psicanalistas s

ão, antes de tudo, traduções de um método estranho de expressão para outro que nos é familiar. Quando interpretamos um sonho estamos apenas traduzindo um determinado conteúdo de pensamento (os pensamentos oníricos latentes) da 'linguagem de sonhos' para a nossa fala de vigília. À medida que fazemos isso, aprendemos as peculiaridades dessa linguagem onírica e nos convencemos de quem ela faz parte de um sistema altamente arcaico de expressão. Assim, para dar um exemplo, não existe uma indicação especial para o negativo na linguagem dos sonhos. Os contrários podem se representar uns aos outros no conteúdo do sonho e serem representados pelo mesmo elemento. Ou, noutras palavras: na linguagem onírica, os conceitos são ainda ambivalentes e unem dentro de si significados contrários - como é o caso, de acordo com as hipóteses dos filólogos, das mais antigas raízes das línguas históricas. Outra característica notável de nossa linguagem onírica é seu

emprego extremamente freqüente de símbolos, o que nos possibilita, até certo ponto, traduzir o conteúdo dos sonhos sem referência às associações de quem sonhou. Nossas pesquisas ainda não elucidaram suficientemente a natureza essencial desses símbolos. São em parte analogias e sucedâneos baseados em semelhanças óbvias; mas, em alguns deles, o *tertium comparationis* presumivelmente presente foge ao nosso entendimento consciente. É precisamente essa última classe de símbolos que deve provavelmente originar-se das primeiras fases de evolução lingüística e construção conceitual. Nos sonhos, são acima de tudo os órgãos e as atividades sexuais que são representados simbolicamente, em vez de sê-lo de modo direto. Um filólogo de Upsala, Hans Sperber, apenas recentemente (1912) tentou provar que as palavras que originalmente representavam atividades sexuais, sofreram, com base em analogias dessa espécie, uma modificação de grandes e extraordinárias conseqüências em seu significado.

Se pensarmos que os meios de representação nos sonhos são principalmente imagens visuais e não palavras, veremos que é ainda mais apropriado comparar os sonhos a um sistema de escrita do que a uma linguagem. Na realidade, a interpretação dos sonhos é totalmente análoga ao deciframento de uma antiga escrita pictográfica, como os hieróglifos egípcios. Em ambos os casos há certos elementos que não se destinam a ser interpretados (ou lidos, segundo for o caso), mas têm por intenção servir de ‘determinativos’, ou seja, estabelecer o significado de algum outro elemento. A ambigüidade dos diversos elementos dos sonhos encontra paralelo nesses antigos sistemas de escrita, bem como a omissão de várias relações, que em ambos os casos tem de ser suprida pelo contexto. Se esta concepção do método de representação nos sonhos ainda não foi levada avante, isto, como facilmente se compreenderá, deve ser atribuído ao fato de os psicanalistas ignorarem completamente a atitude e o conhecimento com que um filólogo abordaria um problema como o apresentado pelos sonhos.

A linguagem dos sonhos pode ser encarada como o método pelo qual a atividade mental inconsciente se expressa. Mas o inconsciente fala mais de um dialeto. De acordo com as diferentes condições psicológicas que orientam e distinguem as diversas formas de neurose, encontramos modificações regulares na maneira pela qual os impulsos mentais inconscientes se expressam. Enquanto a linguagem de gestos da histeria concorda em geral com a representação pictórica dos sonhos e das visões etc., a linguagem de pensamento das neuroses obsessivas e das parafrenias (demência precoce e paranóia) apresenta peculiaridades idiomáticas especiais, que, num certo número de casos, fomos capazes de compreender e inter-relacionar. Por exemplo, o que um histérico expressa através de vômitos, um obsessivo expressará por meio de penosas medidas de proteção contra infecções, enquanto um parafrênico será levado a queixas ou suspeitas de estar sendo envenenado. Todas essas são representações diferentes do desejo de engravidar do paciente que foi reprimido para o inconsciente, ou de sua reação defensiva contra esse desejo.

(B) O INTERESSE FILOSÓFICO DA PSICANÁLISE

A filosofia, até onde se apóia na psicologia, não poderá deixar de levar integralmente em conta as contribuições psicanalíticas à psicologia e de reagir a esse novo enriquecimento de nossos conhecimentos, tal como o fez em relação a todo progresso digno de consideração nas ciências especializadas. Em particular, o estabelecimento da hipótese de atividades mentais inconscientes deve compelir a filosofia a decidir por um lado ou outro e, se aceitar a idéia, modificar suas próprias opiniões sobre a relação da mente com o corpo, de maneira a se poderem conformar ao novo conhecimento. É verdade que a filosofia repetidamente tratou do problema do inconsciente, mas, com poucas exceções, os filósofos assumiram uma ou outra das duas posições seguintes: ou o seu inconsciente foi algo de místico, intangível e indemonstrável, cuja relação com a mente permaneceu obscura, ou identificaram o mental com o consciente e passaram a deduzir dessa definição que aquilo que é inconsciente não pode ser mental nem assunto da psicologia. Essas opiniões devem ser atribuídas ao fato de os filósofos terem formado seu julgamento sobre o inconsciente sem estarem familiarizados com os fenômenos da atividade mental inconsciente e, assim, sem qualquer suspeita de até onde esses fenômenos se assemelham aos conscientes ou em que aspectos deles diferem. Se alguém, tendo esse conhecimento, não obstante se aferrar à convicção que iguala o consciente ao psíquico e, conseqüentemente, nega ao inconsciente o atributo de ser psíquico, nenhuma objeção, naturalmente, pode ser feita, a exceção de que essa distinção resulta ser altamente impraticável, pois é fácil descrever o inconsciente e acompanhar seus desenvolvimentos, se o abordarmos pelo lado de sua relação com o consciente, com o qual tem tanto em comum. Por outro lado, parece não haver ainda possibilidade de abordá-lo pelo lado dos acontecimentos ou fatos físicos, de maneira que se acha destinado a continuar sendo assunto de estudo psicológico.

Existe ainda outra maneira pela qual a filosofia pode estimular-se na psicanálise, e essa é tornando-se ela própria tema da pesquisa psicanalítica. As teorias e sistemas filosóficos foram obra de um pequeno número de homens de notável individualidade. Em nenhuma outra ciência a personalidade de cientista desempenha um papel tão grande quanto na filosofia. E hoje, pela primeira vez, a psicanálise nos permite elaborar uma psicografia de uma personalidade. (Ver adiante a seção sociológica, ver em [1].) Ela nos ensina a identificar as unidades afetivas - os complexos dependentes de instintos - cuja presença é presumida em cada indivíduo e possibilita o estudo das transformações e produtos finais que surgem dessas forças instintivas. Revela as relações da disposição constitucional de uma pessoa e dos acontecimentos de sua vida com as realizações abertas a ela, em virtude de seus dons peculiares. Pode fazer conjecturas, com mais ou menos certeza, através da obra de um artista,

sobre a personalidade íntima que reside por trás dela. Da mesma maneira, a psicanálise pode indicar os motivos subjetivos e individuais existentes por trás das teorias filosóficas que surgiram aparentemente de um trabalho lógico imparcial e chamar a atenção do crítico para os pontos fracos do sistema. Não é atribuição da psicanálise, entretanto, empreender tal crítica ela mesma, porque, como se pode imaginar, o fato de uma teoria ser psicologicamente determinada não invalida em nada sua verdade científica.

(C) O INTERESSE BIOLÓGICO DA PSICANÁLISE

A psicanálise não teve a sorte de ser acolhida (como outras ciências novas) com o incentivo simpático daqueles que se acham interessados no progresso do saber. Por longo tempo foi desprezada e, quando por fim não mais podia ser negligenciada, tornou-se, por razões emocionais, objeto dos mais violentos ataques por parte de pessoas que não se deram ao trabalho de conhecê-la bem. Essa recepção inamistosa deve-se a uma única circunstância: numa primeira fase de suas pesquisas, a psicanálise foi levada à conclusão de que as doenças nervosas constituíam a expressão de um distúrbio da função sexual, sendo assim conduzida a dedicar sua atenção à investigação dessa função - que tinha sido negligenciada por tempo demasiado. Mas qualquer pessoa que respeite a regra de que o julgamento científico não deve ser influenciado por atitudes emocionais atribuirá um alto grau de interesse biológico à psicanálise, por causa dessas próprias investigações, e há de encarar as resistências a ela como uma prova real em favor da correção de suas afirmações.

A psicanálise fez justiça à função sexual no homem fazendo um exame pormenorizado de sua importância na vida prática e mental - importância que foi enfatizada por tantos escritores criativos e por alguns filósofos, mas nunca fora reconhecida pela ciência. De início, no entanto, foi necessário ampliar o conceito indevidamente restrito de sexualidade, ampliação justificada pela conexão com as extensões da sexualidade que ocorrem nas chamadas perversões e com o comportamento das crianças. Resultou ser impossível sustentar por mais tempo que a infância era assexual, sendo invadida pela primeira vez por uma súbita incursão de impulsos sexuais na época da puberdade. Pelo contrário, quando os artificios protetores da parcialidade e do preconceito foram afastados, a observação não encontrou dificuldade em revelar que interesses e atividades sexuais se acham presentes na criança, em quase todas as idades desde o começo da vida mesmo. A importância dessa sexualidade normal dos adultos surge da sexualidade infantil não é prejudicada pelo fato de não podermos em todos os pontos traçar uma linha clara entre ela e a atividade assexual de uma criança. Difere, entretanto, daquilo que é descrito como a sexualidade 'normal' dos adultos. Inclui os germes de todas aquelas atividades sexuais que, na vida posterior,

apresentam agudo contraste com a vida sexual normal sendo tidas como perversões e, assim, fadadas a parecerem incompreensíveis e viciadas. A sexualidade normal dos adultos surge da sexualidade infantil através de uma série de desenvolvimentos, combinações divisões e repressões que dificilmente se completam com perfeição ideal, deixando conseqüentemente em seu rastro predisposições a uma regressão da função, sob a forma de doença.

A sexualidade infantil apresenta duas outras características que são importantes do ponto de vista biológico. Mostra ser formada de certo número de instintos componentes que parecem estar ligados a certas regiões do corpo ('zonas erógenas'), surgindo alguns deles desde o início em pares opostos - instintos com um objetivo ativo e outro passivo. Assim como na vida posterior o que é amado não são simplesmente os órgãos sexuais do objeto, mas todo o seu corpo, também desde o começo não são simplesmente os órgãos genitais mas muitas outras partes do corpo que constituem sede da excitação sexual e reagem a estímulos apropriados com prazer sexual. Esse fato tem estreita relação com a segunda característica da sexualidade infantil - ou seja, com o fato de que no início, ela se acha ligada às funções autopreservativas da nutrição e da excreção e, com toda a probabilidade, da excitação muscular e da atividade sensorial.

Se examinarmos a sexualidade do adulto com o auxílio da psicanálise e considerarmos a vida das crianças à luz dos conhecimentos que assim obtivermos, perceberemos que a sexualidade não é simplesmente uma função que serve aos fins da reprodução, no mesmo nível que a digestão, a respiração etc. Trata-se de algo muito mais independente, que se coloca em contraste com todas as outras atividades do indivíduo e só é forçado a uma aliança com a economia individual após um complicado curso de desenvolvimento que envolve a imposição de numerosas restrições. Casos - em teoria inteiramente concebíveis - em que os interesses desses impulsos sexuais deixam de coincidir com a autopreservação do indivíduo parecem realmente ser apresentados pelo grupo das doenças neuróticas, porque a fórmula final a que a psicanálise chegou quanto à natureza das neuroses é a seguinte: o conflito primário que leva às neuroses é um conflito entre os instintos sexuais e os instintos que sustentam o ego. As neuroses representam uma dominação mais ou menos parcial do ego pela sexualidade, depois de terem falhado os esforços do ego para reprimi-la.

Julgamos necessário nos manter afastados de considerações biológicas durante nosso trabalho psicanalítico e abster-nos de utilizá-las para propósitos heurísticos, de maneira a não nos afastarmos de um julgamento imparcial dos fatos psicanalíticos que nos apresentam. Mas, depois de completar nosso trabalho psicanalítico, teremos de encontrar um ponto de contato com a biologia e será justa a nossa satisfação se constatarmos que esse contato já está assegurado num ou noutro ponto importante. O contraste entre os instintos do ego e o instinto sexual, ao qual fomos obrigados a atribuir a origem das neuroses, é transposto para a esfera da biologia pelo contraste entre os instintos que servem à preservação do indivíduo e os que servem à sobrevivência da espécie. Na biologia encontramos a mais abrangente concepção de um plasma germinal imoral ao qual os diferentes indivíduos transitórios se

ligam como órgãos que se desenvolvem sucessivamente. É somente essa concepção que nos permite compreender corretamente o papel desempenhado pelas forças instintivas sexuais na filosofia e na psicologia.

Apesar de todos os nossos esforços para que a terminologia e as considerações biológicas não dominassem o trabalho psicanalítico, não pudemos evitar o seu emprego mesmo na descrição dos fenômenos que estudamos. Não podemos deixar de considerar o termo 'instinto' como um conceito fronteiro entre as esferas da psicologia e da biologia. Falamos também de atributos e impulsos mentais 'masculinos' e 'femininos', embora, estritamente falando, as diferenças entre os sexos não possam pretender nenhuma característica psíquica especial. Aquilo de que falamos na vida comum como 'masculino' e 'feminino' reduz-se, do ponto de vista da psicologia, às qualidades de 'atividade' e 'passividade' - isto é, a qualidades determinadas não pelos próprios instintos, mas por seus objetivos. A associação regular destes 'ativos' e 'passivos' na vida mental reflete a bissexualidade dos indivíduos, que está entre os postulados clínicos da psicanálise.

Ficarei satisfeito se estas poucas observações chamarem a atenção para muitos aspectos em que a psicanálise atua como intermediária entre a biologia e a psicologia.

(D) O INTERESSE DA PSICANÁLISE DE UM PONTO DE VISTA DE DESENVOLVIMENTO

Nem toda análise de fenômenos psicológicos merece o nome de psicanálise, pois esta implica mais que a simples análise de fenômenos compostos em outros mais simples. Consiste em remontar uma determinada estrutura psíquica a outra que a precedeu no tempo e da qual se desenvolveu. O procedimento médico psicanalítico não pode eliminar um sintoma até haver traçado a origem e a evolução desse sintoma. Assim, desde o início, a psicanálise dirigiu-se no sentido de delinear processos de desenvolvimento. Começou por descobrir a gênese dos sintomas neuróticos e foi levada, à medida que o tempo passava, a voltar sua atenção para outras estruturas psíquicas e a construir uma psicologia genética que também se lhe aplicasse.

A psicanálise foi obrigada a atribuir a origem da vida mental dos adultos à vida das crianças e teve de levar a sério o velho ditado que diz que a criança é o pai do homem. Delineou a continuidade entre a mente infantil e a mente adulta e observou também as transformações e os remanejamentos que ocorrem no processo. Na maioria de nós existe, em nossas lembranças, uma lacuna que abrange os primeiros anos da infância dos quais apenas

algumas recordações fragmentárias sobrevivem. Pode-se dizer que a psicanálise preencheu essa lacuna e aboliu a amnésia infantil do homem. (Ver adiante a seção sobre ‘Interesse Educacional’ [ver em [1]].)

Algumas descobertas notáveis foram efetuadas no curso dessa investigação da mente infantil. Assim foi possível confirmar - o que já fora muitas vezes suspeitado - a influência extraordinariamente importante exercida pelas impressões da infância (e particularmente pelos seus primeiros anos) sobre todo o curso da evolução posterior. Isso nos conduz ao paradoxo psicológico - que somente para a psicanálise não é paradoxo - de serem precisamente estas, as mais importantes de todas as impressões, as que não são recordadas em anos posteriores. A psicanálise pôde estabelecer o caráter decisivo e indestrutível dessas primeiras experiências da maneira mais clara possível, no caso da vida sexual. ‘*On revient toujours à ses premiers amours*’ é pura verdade. Os muitos enigmas da vida sexual dos adultos só podem ser solucionados se forem ressaltados os fatores infantis existentes no amor. Uma luz teórica é lançada sobre a influência deles depois de considerarmos que as primeiras experiências de um indivíduo na infância não ocorrem somente por acaso, mas correspondem também às primeiras atividades de suas disposições instintivas inatas ou constitucionais.

Outra descoberta muito mais surpreendente foi que, a despeito de toda a evolução posterior que ocorre no adulto, nenhuma das formações mentais infantis perece. Todos os desejos, impulsos instintivos, modalidades de reação e atitudes da infância acham-se ainda demonstravelmente presentes na maturidade e, em circunstância apropriada, podem mais uma vez surgir. Elas não são destruídas, mas simplesmente se sobrepõem - para empregar o modo espacial de descrição que a psicologia psicanalítica foi obrigada a adotar. Assim, faz parte da natureza do passado mental diferentemente do passado histórico, não ser absorvido pelos seus derivados; persiste (seja na realidade ou apenas potencialmente) juntamente com o que se originou dele. A prova desta afirmação reside no fato de os sonhos das pessoas normais reviverem seus caracteres de infância a cada noite e reduzirem toda a sua vida mental a um nível infantil. Esse mesmo retorno ao infantilismo psíquico (‘regressão’) ocorre nas neuroses e psicoses, cujas peculiaridades podem, em grande parte, ser descritas como arcaísmos psíquicos. A intensidade com que os resíduos da infância ainda se acham presentes na mente nos é mostrada pelo grau de disposição para a doença; essa disposição pode, por conseguinte, ser encarada como expressão de uma inibição do desenvolvimento. A parte do material psíquico de uma pessoa que permaneceu infantil e foi reprimida como imprestável constitui o cerne de seu inconsciente. E acreditamos que podemos seguir nas histórias de nossos pacientes a maneira pela qual esse inconsciente subjugado como é pelas forças de repressão, fica à espera de uma possibilidade de tornar-se ativo e fazer uso de suas oportunidades, se as estruturas psíquicas posteriores e mais elevadas fracassarem no domínio das dificuldades da vida real.

Nos últimos anos, escritores psicanalíticos deram-se conta de que o princípio ‘a ontogenia é uma repetição da filogenia’ deve ser aplicado à vida mental e isso resultou numa nova ampliação do interesse da psicanálise.

(E) O INTERESSE DA PSICANÁLISE DO PONTO DE VISTA DA HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO

A comparação entre a infância dos homens e a primitiva história das sociedades já provou sua fecundidade em diversos sentidos, ainda que seu estudo esteja apenas começando. Nesta conexão o modo de pensar psicanalítico atua como um novo instrumento de pesquisa. A aplicação de suas hipóteses à psicologia social torna possível tanto o levantamento de novos problemas como a visão dos antigos sob nova luz e nos capacita a contribuir para a sua solução.

Em primeiro lugar, parece inteiramente possível aplicar os pontos de vista psicanalíticos deduzidos dos sonhos a produtos da imaginação étnica, como os mitos e os contos de fadas. Há muito tempo se sentia a necessidade de interpretar essas produções; suspeitava-se existir algum ‘sentido secreto’ por trás delas e presumiu-se que esse sentido se mantivesse oculto através de mudanças e transformações. O estudo dos sonhos e das neuroses feito pela psicanálise lhe trouxe a experiência necessária para capacitá-la a adivinhar os procedimentos técnicos que orientaram essas deformações. Num certo número de casos, porém, ela pode também revelar os motivos que levaram a essa modificação do sentido original dos mitos. Não se pode aceitar como primeiro impulso para a construção de mitos um anseio teórico por encontrar uma explicação para os fenômenos naturais ou para elucidar observâncias e práticas de culto que se tornaram ininteligíveis. A psicanálise procura esse impulso nos mesmos ‘complexos’ psíquicos, nas mesmas inclinações emocionais que descobriu como sendo a base dos sonhos e dos sintomas.

Uma aplicação semelhante de seus pontos de vista, suas hipóteses e suas descobertas

permitiu à psicanálise lançar luz sobre as origens de nossas grandes instituições culturais: a religião, a moralidade, a justiça e a filosofia. Examinando as primitivas situações psicológicas que poderiam fornecer o motivo para criações desse tipo, ficou em posição de rejeitar certas tentativas de explicação que se baseavam numa psicologia demasiado superficial e substituí-las por uma compreensão (insight) mais penetrante.

A psicanálise estabeleceu uma estreita conexão entre essas realizações psíquicas de indivíduos, por um lado, e de sociedades, por outro, postulando uma mesma e única fonte dinâmica para ambas. Ela parte da idéia básica de que a principal função do mecanismo mental é aliviar o indivíduo das tensões nele criadas por suas necessidades. Uma parte desta tarefa pode ser realizada extraindo-se satisfação do mundo externo e, para esse fim, é essencial possuir controle sobre o mundo real. Mas a satisfação de outra parte dessas necessidades - entre elas, certos impulsos afetivos - é regularmente frustrada pela realidade. Isto conduz a uma nova tarefa de encontrar algum outro meio de manejar os impulsos insatisfeitos. Todo o curso da história da civilização nada mais é que um relato dos diversos métodos adotados pela humanidade para 'sujeitar' seus desejos insatisfeitos, que, de acordo com as condições cambiantes (modificadas, ademais, pelos progressos tecnológicos) defrontaram-se com a realidade, às vezes favoravelmente e outras com frustração.

Uma investigação dos povos primitivos mostra a humanidade de inicialmente aprisionada pela crença infantil em sua própria onipotência. Toda uma gama de estruturas mentais pode ser então compreendida como tentativas de negar tudo o que pudesse perturbar esse sentimento de onipotência e impedir assim que a vida emocional fosse afetada pela realidade, até que esta pôde ser mais bem controlada e utilizada para propósitos de satisfação. O princípio de evitar o desprazer domina as ações humanas até ser substituído pelo princípio melhor de adaptação ao mundo externo. *Pari passu* com o controle progressivo dos homens sobre o mundo segue uma evolução de sua *Weltanschauung*, sua visão do universo como um todo. Cada vez eles se afastam mais de sua crença original na própria onipotência, elevando-se da fase animista para a religiosa e desta para a científica. Os mitos, a religião e a moralidade podem ser situados nesse esquema como tentativas de busca de compensação da falta de satisfação dos desejos humanos.

Nosso conhecimento das doenças neuróticas dos indivíduos foi de grande auxílio para a compreensão das grandes instituições sociais, porque as neuroses mostraram ser tentativas de encontrar soluções *individuais* para o problema de compensar os desejos insatisfeitos, enquanto que as instituições buscam proporcionar soluções *sociais* para esses mesmos problemas. A recessão do fator social e a predominância do sexual transforma essas soluções neuróticas do problema psicológico em caricaturas que de nada servem, a não ser para ajudar-nos a explicar essas importantes questões.

(F) O INTERESSE DA PSICANÁLISE DO PONTODE VISTA DA CIÊNCIA DA ESTÉTICA

A psicanálise esclarece satisfatoriamente alguns dos problemas referentes às artes e aos artistas, embora outros lhe escapem inteiramente. No exercício de uma arte vê-se mais uma vez uma atividade destinada a apaziguar desejos não gratificados - em primeiro lugar, do próprio artista e, subseqüentemente, de sua assistência ou espectadores. As forças motivadoras dos artistas são os mesmos conflitos que impulsionam outras pessoas à neurose e incentivaram a sociedade a construir suas instituições. De onde o artista retira sua capacidade criadora não constitui questão para a psicologia. O objetivo primário do artista é libertar-se e, através da comunicação de sua obra a outras pessoas que sofram dos mesmos desejos sofreados, oferecer-lhes a mesma libertação. Ele representa suas fantasias mais pessoais plenas de desejo como realizadas; mas elas só se tornam obra de arte quando passaram por uma transformação que atenua o que nelas é ofensivo, oculta sua origem pessoal e, obedecendo às leis da beleza, seduz outras pessoas com uma gratificação prazerosa. A psicanálise não tem dificuldade em ressaltar, juntamente com a parte manifesta do prazer artístico, uma outra que é latente, embora muito mais poderosa, derivada das fontes ocultas da libertação instintiva. A conexão entre as impressões da infância do artista e a história de sua vida, por um lado, e suas obras como reações a essas impressões, por outro, constitui um dos temas mais atraentes de estudo analítico.

Quanto ao resto, a maioria dos problemas de criação e apreciação artística esperam novos estudos, que lançarão a luz do conhecimento analítico sobre eles, designando-lhes um lugar na complexa estrutura apresentada pela compensação dos desejos humanos. A arte é uma realidade convencionalmente aceita, na qual, graças à ilusão artística, os símbolos e os substitutos são capazes de provocar emoções reais. Assim, a arte constitui um meio-caminho entre uma realidade que frustra os desejos e o mundo de desejos realizados da imaginação - uma região em que, por assim dizer, os esforços de onipotência do homem primitivo ainda se acham em pleno vigor.

(G) O INTERESSE SOCIOLÓGICO DA PSICANÁLISE

É verdade que a psicanálise tomou como tema a mente individual, mas, ao fazer investigações sobre o indivíduo, não podia deixar de tratar da base emocional da relação dele com a sociedade. Foi descoberto que os sentimentos sociais contêm invariavelmente um elemento erótico - elemento que, se for superenfaticado e depois reprimido, tornar-se-á um dos sinais distintivos de um grupo particular de distúrbios mentais. A psicanálise reconheceu que, em geral, as neuroses são sociais em sua natureza e visam sempre a impulsionar o indivíduo para fora da sociedade e a substituir a segura reclusão monástica dos primeiros dias pelo isolamento da doença. Demonstrou-se que o intenso sentimento de culpa que domina tantas neuroses constitui uma modificação social da ansiedade neurótica.

Por outro lado, a psicanálise demonstrou plenamente o papel desempenhado pelas condições e exigências sociais como causadores de neurose. As forças que, operando desde o ego, ocasionam a restrição e a repressão do instinto devem fundamentalmente sua origem à submissão às exigências da civilização. Uma constituição e um conjunto de experiências de infância que, noutros casos, conduziriam inevitavelmente a uma neurose não produz tal resultado onde essa submissão esteja ausente ou onde tais exigências não sejam feitas pelo círculo social em que esse indivíduo se situa. A antiga afirmativa de que o aumento de distúrbios nervosos constitui um produto da civilização é pelo menos uma meia-verdade. As pessoas jovens são postas em contato com as exigências da civilização pela criação e pelo exemplo e, se a repressão instintiva ocorre independentemente desses dois fatores, é uma hipótese plausível supor que uma exigência primeva e pré-histórica passou finalmente a fazer parte da dotação organizada e herdada da humanidade. Uma criança que produza repressões instintivas espontaneamente está assim simplesmente repetindo uma parte da história da civilização. O que hoje é um ato de coibição interna foi outrora externo, imposto, talvez pelas necessidades do momento. Da mesma maneira, o que hoje se aplica a todo indivíduo em crescimento como uma exigência externa da civilização, poderá um dia tornar-se uma disposição interna à repressão.

(H) O INTERESSE EDUCACIONAL DA PSICANÁLISE

O interesse dominante que tem a psicanálise para a teoria da educação baseia-se num ato que se tornou evidente. Somente alguém que possa sondar as mentes das crianças será capaz de educá-las e nós, pessoas adultas, não podemos entender as crianças porque não mais entendemos a nossa própria infância. Nossa amnésia infantil prova que nos tornamos

estranhos à nossa infância. A psicanálise trouxe à luz os desejos, as estruturas de pensamento e os processos de desenvolvimento da infância. Todos os esforços anteriores nesse sentido foram, no mais alto grau, incompletos e enganadores por menosprezarem inteiramente o fator inestimavelmente importante da sexualidade em suas manifestações físicas e mentais. O espanto incrédulo com que se defrontam as descobertas estabelecidas com maior grau de certeza pela psicanálise sobre o tema da infância - o complexo de Édipo, o amor a si próprio (ou 'narcisismo'), a disposição para as perversões, o erotismo anal, a curiosidade sexual - é uma medida do abismo que separa nossa vida mental, nossos juízos de valor e, na verdade, nossos processos de pensamento daqueles encontrados mesmo em crianças normais.

Quando os educadores se familiarizarem com as descobertas da psicanálise, será mais fácil se reconciliarem com certas fases do desenvolvimento infantil e, entre outras coisas, não correrão o risco de superestimar a importância dos impulsos instintivos socialmente imprestáveis ou perversos que surgem nas crianças. Pelo contrário, vão se abster de qualquer tentativa de suprimir esses impulsos pela força, quando aprenderem que esforços desse tipo com frequência produzem resultados não menos indesejáveis que a alternativa, tão temida pelos educadores, de dar livre trânsito às travessuras das crianças. A supressão forçada de fortes instintos por meios externos nunca produz, numa criança, o efeito de esses instintos se extinguirem ou ficarem sob controle; conduz à repressão, que cria uma predisposição a doenças nervosas no futuro. A psicanálise tem freqüentes oportunidades de observar o papel desempenhado pela severidade inoportuna e sem discernimento da educação na produção de neuroses, ou o preço, em perda de eficiência e capacidade de prazer, que tem de ser pago pela normalidade na qual o educador insiste. E a psicanálise pode também demonstrar que preciosas contribuições para a formação do caráter são realizadas por esses instintos associativos e perversos na criança, se não forem submetidos à repressão, e sim desviados de seus objetivos originais para outros mais valiosos, através do processo conhecido como 'sublimação'. Nossas mais elevadas virtudes desenvolveram-se, como formações reativas e sublimações, de nossas piores disposições. A educação deve escrupulosamente abster-se de soterrar essas preciosas fontes de ação e restringir-se a incentivar os processos pelos quais essas energias são conduzidas ao longo de trilhas seguras. Tudo o que podemos esperar a título de profilaxia das neuroses no indivíduo se encontra nas mãos de uma educação psicanaliticamente esclarecida.

Não foi meu objetivo neste artigo colocar ante um público cientificamente orientado uma descrição do alcance e do conteúdo da psicanálise ou de suas hipóteses, problemas e descobertas. Meu objetivo terá sido atingido se eu tiver deixado claras as muitas esferas de conhecimento em que a psicanálise é de interesse e os numerosos vínculos que começou a forjar entre elas.

OBSERVAÇÕES E EXEMPLOS DA PRÁTICA ANALÍTICA

A coleção de pequenas contribuições, de que aqui apresentamos uma primeira parte, exige algumas palavras e introdução. Os casos de doença que chegam à observação de um psicanalista são, naturalmente, de valor desigual no que se refere ao aumento de seus conhecimentos. Há aqueles em que tem de aplicar tudo o que sabe e dos quais nada aprende; e outros que lhe mostram o que já conhece de uma maneira particularmente bem marcada e num isolamento excepcionalmente revelador, de modo que o psicanalista fica em dívida para com eles não apenas pela confirmação, mas também pela ampliação de seus conhecimentos. Temos razões para supor que os processos psíquicos que desejamos estudar não são diferentes na primeira e na segunda espécie de casos, mas decidimos descrevê-los tal como ocorreram nos exemplos favoráveis e claros. De modo semelhante, a teoria da evolução pressupõe que no reino animal a segmentação do ovo se processa da mesma maneira tanto nos casos em que um alto grau de pigmentação está presente - casos desfavoráveis portanto para a observação - como naqueles em que o objeto de estudo é transparente e pouco pigmentado, sendo, por essa razão, escolhidos para observação.

Mas os numerosos exemplos que, durante o dia de trabalho de um analista, trazem-lhe uma confirmação do que já sabe, são, na maioria, perdidos de vista, pois reuni-los num todo quase sempre envolve longa demora. Há, portanto, uma certa vantagem em fornecer uma

estrutura dentro da qual observações e exemplos desse tipo possam ser publicados e tornados conhecidos de modo geral, sem se esperar que sejam elaborados a partir de um ponto de vista mais generalizado.

Sob o título que é aqui introduzido, será oferecido espaço para material dessa espécie. As comunicações serão tão concisas quanto possível. As diferentes contribuições não estão dispostas em qualquer ordem particular.

(1)

SONHOS COM UMA CAUSA

PRECIPITANTE NÃO-IDENTIFICADA

Uma pessoa que dormia bem acordou certa manhã numa estação de veraneio no Tirol, sabendo que tivera um sonho de que o Papa morrera. Não pôde encontrar explicação para ele. Durante a manhã do mesmo dia, sua esposa lhe disse: ‘Ouviru o barulho terrível que os sinos fizeram esta manhã?’ Não tinha ouvido, mas, evidentemente, sonhara a respeito. A interpretação que seu sonho deu aos sinos foi a sua vingança dos piedosos tirolezes. Segundo os jornais, o Papa achava-se ligeiramente indispostos naquela ocasião.

(2)

HORA DO DIA EM SONHOS

Isso com muita frequência representa a idade da pessoa que sonha em algum período específico de sua infância. Em certos sonhos, cinco e um quarto da manhã significavam a idade de cinco anos e três meses, o que era significativo, visto ser a idade do sonhador na ocasião do nascimento de seu irmão mais moço. - Muitos exemplos semelhantes.

(3)

A REPRESENTAÇÃO DE IDADES NOS

SONHOS

Uma mulher sonhou que estava caminhando com duas garotinhas que tinham uma diferença de idade de 15 meses. Foi incapaz de lembrar-se de qualquer família de suas relações que tivesse duas filhas nessa situação. Ocorreu-lhe que ambas as crianças representavam ela própria, e que o sonho estava lembrando-lhe que os dois acontecimentos traumáticos de sua infância achavam-se separados um do outro por 15 meses (3 1/2 e 4 3/4 anos de idade).

(4)

POSIÇÃO AO DESPERTAR DE UM SONHO

Uma mulher sonhou que estava deitada de costas e apertando as solas dos pés contra os de outra mulher. Pela análise parecia possível que ela estivesse pensando em cenas de travessuras, que substituíram a lembrança de uma observação de relações sexuais. Quando acordou reparou que, pelo contrário, estivera deitada sobre o estômago, com os braços cruzados, imitando assim a posição de um homem dando um abraço.

(9)

DOIS QUARTOS E UM QUARTO

Ele teve um sonho em que viu dois quartos familiares que haviam sido transformados num só.

Nada de concreto. O sonho dizia respeito aos órgãos genitais femininos e o ânus, que, em criança, ele havia considerado como uma só região, o ‘fundo’ (de acordo com a ‘teoria da cloaca’ infantil) enquanto agora sabia existirem duas cavidades e orifícios separados. Uma representação invertida.

(10)

SOBRETUDO COMO SÍMBOLO

Em sonhos femininos, um sobretudo [*Mantel*, em alemão] é indiscutivelmente o símbolo de um homem. A assonância lingüística pode talvez desempenhar algum papel.

(13)

PÉS (SAPATOS) VERGONHOSOS

Após vários dias de resistência, a paciente relatou que se sentira muito humilhada porque um jovem que encontrava regularmente perto da casa do médico, e que geralmente a olhava com admiração, na última ocasião olhara desdenhosamente para os seus pés. Na realidade, não tinha razão para sentir-se envergonhada deles. Ela própria deu a explicação, após admitir que havia considerado o jovem como filho do médico, que portanto (por via de transferência) representava o irmão mais velho dela. Seguiu-se então a lembrança de ter tido o hábito de acompanhar o irmão ao banheiro, quando ela tinha aproximadamente cinco anos de idade, e de olhá-lo urinar. Ficava com inveja por não ser capaz de fazê-lo da mesma maneira e certo dia tentaria imitá-lo (inveja do pênis). Ao fazê-lo, no entanto, molhara os sapatos e ficara muito zangada quando o irmão, por causa disso, zombara dela. Durante muito tempo depois, sua ira retornava sempre que o irmão olhava desdenhosamente para os sapatos dela, a fim de lembrar-lhe sua desventura. Acrescentou que essa experiência havia determinado seu comportamento posterior na escola. Se era malsucedida em alguma coisa à primeira tentativa, nunca podia forçar-se a tentar de novo, de maneira que em muitas matérias fracassou completamente. - Esse é um bom exemplo da maneira pela qual a vida sexual atua como um modelo e influencia o caráter.

(15)

AUTOCRÍTICA NOS NEURÓTICOS

É sempre notável e merece uma atenção especial, quando um neurótico tem o hábito de falar mal de si próprio, expressando uma opinião baixa sobre si mesmo etc. Como no caso das autocensuras, muitas vezes é possível explicar isso supondo que ele está se identificando com outra pessoa. Em certa paciente, porém, as circunstâncias durante a sessão tornaram necessária uma outra explicação para tal comportamento. Uma jovem senhora, que nunca se cansava de declarar que tinha muito pouca inteligência, não era bem dotada etc.,

estava apenas tentando indicar com isso que possuía uma grande beleza física, escondendo essa jactância por trás de sua autocrítica. Tampouco se achava ausente neste caso - o que é sempre de se esperar em tais casos - uma referência aos efeitos prejudiciais da masturbação.

(19)

CONSIDERAÇÕES DE REPRESENTABILIDADE

Um homem sonhou que estava puxando um mulher de detrás de uma cama; ou seja, estava lhe dando preferência. - Ele (um oficial) estava sentado a uma mesa, em frente ao Imperador: isto é, estava se colocando em oposição ao Imperador (seu pai). Em ambos os casos o sonhador deu ele mesmo a tradução.

(20)

SONHOS COM PESSOAS MORTAS

Se alguém sonha que está falando com pessoas mortas, se reunindo com elas etc., isso freqüentemente representa a sua própria morte. No entanto, se lembrar durante o sonho de que a pessoa em questão se acha morta, o sonhador está repudiando o fato de o sonho representar a sua própria morte.

(21)

SONHOS FRAGMENTÁRIOS

Esses sonhos freqüentemente contêm apenas os símbolos relacionados com o seu tema. Por exemplo, aqui temos um sonho que ocorreu num contexto de impulsos homossexuais: estava saindo para passear com um amigo... (indistinto)... balões.

(22)

APARECIMENTO NO SONHO DOS SINTOMAS DA DOENÇA

Os sintomas da doença (ansiedade etc.), quando aparecem num sonho, parecem de modo geral significar: “Estou doente por causa disto (isto é, em conexão com os elementos anteriores do sonho)”. Tais sonhos, por conseguinte, correspondem a uma continuação da análise no sonho.

FAUSSE RECONNAISSANCE (DÉJÀ RACONTÉ)

NO TRATAMENTO PSICANALÍTICO

Acontece com freqüência durante o tratamento analítico que o paciente, após relatar algum fato de que se lembrou, prossiga dizendo: ‘*Mas eu já lhe contei isso*’ - enquanto o analista tem certeza de ser essa a primeira vez que escutou a história. Se o dissermos o paciente muitas vezes protestará com energia, dirá que tem certeza de estar com a razão, que é capaz de jurar, e assim por diante: enquanto que a própria convicção do analista de que o que ouviu é novo torna-se correspondentemente mais forte. Tentar resolver o impasse silenciando o paciente a gritos ou sobrepujando-o em protestos, seria um procedimento muito pouco psicológico. É sabido que o senso de convicção da exatidão da própria memória não tem valor objetivo; e, visto que uma das duas pessoas interessadas deve necessariamente estar enganada, a vítima de uma paramnésia pode ser tanto o médico como o paciente. O analista dirá isso ao paciente, interromperá a discussão e adiará a solução do assunto para uma ocasião posterior.

Numa minoria de casos, o próprio analista recordará depois já ter ouvido a informação durante uma discussão e ao mesmo tempo descobrirá a razão subjetiva, e freqüentemente forçada, que conduziu a esse esquecimento temporário. Na grande maioria dos casos, porém, é o paciente quem está equivocado e poderá ser levado a reconhecer o fato. A explicação dessa ocorrência freqüente parece ser que o paciente realmente teve a *intenção* de dar essa informação, que por uma ou diversas vezes fez, na realidade, alguma observação que conduzia a ela, mas foi então impedido, pela resistência, de realizar seu propósito e, mais tarde, confundiu a lembrança de sua intenção com a lembrança de sua atuação.

Deixando de lado os casos em que ainda possa existir algum elemento de dúvida, apresentarei agora outros que são de especial interesse teórico. A certas pessoas acontece, e pode mesmo acontecer repetidamente, aferrarem-se com particular teimosia à afirmação de que já contaram ao analista isso ou aquilo, quando a natureza das circunstâncias e da informação em foco torna inteiramente impossível que possam estar com a razão, porque o que alegam já haver contado ao analista e que pretendem seja reconhecido como velho e já familiar ao analista também, mostram ser lembranças da maior importância para a análise - fatos confirmatórios pelos quais o analista há muito tempo esperava ou soluções que rematam toda uma parte do trabalho e que certamente teriam sido assunto de um exame exaustivo. Diante dessas considerações, o próprio paciente logo admite que sua lembrança deve tê-lo enganado, embora seja incapaz de explicar seu caráter definido.

O fenômeno apresentado pelo paciente em casos como esses merece ser chamado *de 'fausse reconnaissance'*, sendo inteiramente análogo ao que acontece em alguns outros casos e que já foi descrito como *'déjà vu'*. Nestes, o sujeito tem uma sensação espontânea, do tipo 'Já estive antes nesta situação' ou 'Já passei por tudo isto', sem nunca ter condição de confirmar sua convicção pela descoberta de uma lembrança real da ocasião anterior. Esse fenômeno, como é bem sabido, provocou grande número de tentativas de explicação, as quais podem, grosso modo, ser divididas em dois grupos. Um tipo de explicação encara a sensação que constitui o fenômeno como merecedora de crédito e presume que algo realmente foi lembrado - restando saber o quê. A segunda explicação, muito mais concorrida, sustenta, pelo contrário, que estamos lidando com uma lembrança ilusória, o problema estando em descobrir como esse erro paramnésico pode ter surgido. Esse último grupo abrange muitas hipóteses amplamente diferentes. Há, por exemplo, a opinião antiga, atribuída a Pitágoras, de que o fenômeno do *déjà vu* prova que o sujeito já teve uma vida anterior; há ainda a hipótese baseada na anatomia (apresentada por Wigan em 1860), segundo a qual o fenômeno se baseia na falta de simultaneidade no funcionamento dos dois hemisférios cerebrais e, finalmente, existem as teorias puramente psicológicas, apoiadas pela maioria das autoridades mais recentes, que encaram o *déjà vu* como indicação de uma debilidade aperceptiva e atribuem a responsabilidade de ocorrência a causas como a fadiga, a exaustão e a distração.

Em 1904, Grasset apresentou uma explicação do *déjà vu* que deve ser computada ao grupo que 'acredita' no fenômeno. Sua opinião era que, em alguma época anterior, houvera uma percepção *inconsciente*, que somente naquele momento tinha aberto caminho até a consciência, sob a influência de uma impressão nova e semelhante. Diversas outras autoridades concordaram com essa opinião e sustentaram ser a base do fenômeno a recordação de algo que foi sonhado e depois esquecido. Em ambos os casos, tratar-se-ia da ativação de uma impressão inconsciente.

Em 1907, na segunda edição do meu livro *Psychopathology of Everyday Life* [1901b, Capítulo XII (D)], propus uma explicação exatamente similar para essa forma de paramnésia aparente, sem mencionar o artigo de Grasset por desconhecer a sua existência. A título de excusa, posso observar que cheguei à minha conclusão em consequência da investigação psicanalítica que pude fazer de um exemplo de *déjà vu* numa paciente, o qual era extremamente claro, embora houvesse ocorrido cerca de 28 anos antes. Não reproduzirei aqui a pequena análise. Demonstrou-se que a situação em que o *déjà vu* ocorrera fora realmente calculada para reviver a lembrança de uma experiência anterior da paciente. Esta, que era na ocasião uma criança de 12 anos, estava visitando uma família na qual havia um

irmão que estava seriamente doente, prestes a morrer, enquanto o próprio irmão da paciente estivera numa situação igualmente perigosa alguns meses antes. Entretanto, achava-se associada ao primeiro desses dois acontecimentos similares uma fantasia incapaz de penetrar na consciência - a saber, um desejo de que o irmão morresse. Conseqüentemente, a analogia entre os dois casos não podia torna-se consciente e sua percepção foi substituída pelo fenômeno de ‘ter passado por aquilo tudo antes’, com a identidade sendo deslocada do elemento realmente comum para a localidade. O nome *déjà vu* é, como sabemos, aplicado a toda uma classe de fenômenos análogos tais como o ‘*déjà entendu*’, o ‘*déjà éprouvé*’ e o ‘*déjà senti*’. O caso que irei agora relatar, como exemplo isolado de muitos outros semelhantes, consiste num ‘*déjà raconté*’ e pode ter sua origem remontada a uma resolução inconsciente que nunca foi executada.

Um paciente me disse, no decorrer de suas associações: ‘Quando me achava brincando no jardim com um canivete (isso se deu quando eu tinha cinco anos de idade) e cortei fora meu dedo mindinho - oh, eu só pensei que ele fora cortado - mas já lhe falei sobre isso.’

Garanti-lhe que não tinha lembrança de nada sobre o assunto. Ele insistiu com uma convicção crescente ser impossível que estivesse enganado. Acabei por dar fim à discussão da maneira que descrevi acima e lhe pedi para, de qualquer modo, repetir a estória pois então veríamos em que ponto nos achávamos.

‘Quando eu tinha cinco anos, estava brincando no jardim perto da babá, fazendo cortes com o meu canivete na casca de uma das nogueiras que aparecem em meu sonho também. De repente, para meu inexprimível terror, notei ter cortado fora o dedo mindinho da mão (direita ou esquerda?), de modo que ele se achava dependurado, preso apenas pela pele. Não senti dor, mas um grande medo. Não me atrevi a dizer nada à babá, que se encontrava a apenas alguns passos de distância, mas deixei-me cair sobre o assento mais próximo e lá fiquei sentado, incapaz de dirigir outro olhar ao meu dedo. Por fim, me acalmei, olhei para ele e vi que estava inteiramente ileso.’

Concordamos logo que, a despeito do que havia pensado, não poderia ter-me contado a história dessa visão ou alucinação. Estava bem ciente de que eu não teria deixado de explorar uma prova como de ele ter tido um *temor à castração* na idade de cinco anos. O episódio destruiu a resistência em assumir a existência de um complexo de castração, mas ele levantou a questão: ‘Por que estava tão certo de ter-lhe contado antes esta lembrança?’

Ocorreu-nos então que, repetidas vezes e em relação à várias coisas, ele tinha tido a seguinte lembrança trivial, sem nunca retirar dela nenhum proveito:

‘Certa vez, quando meu tio partiu em viagem, perguntou a mim e à minha irmã o que gostaríamos que ele nos trouxesse, ao voltar. Minha irmã pediu um livro e eu, um canivete.’ Compreendemos então que essa associação que surgira meses antes fora na realidade uma lembrança encobridora da recordação reprimida e constituíra uma tentativa (abortada pela resistência) de contar a história da perda imaginária do dedinho - equivalente inequívoco de seu pênis. O canivete que seu tio realmente lhe trouxera ao voltar era, como claramente se lembrava, o mesmo que aparecera no episódio que por tanto tempo fora suprimido.

Parece desnecessário acrescentar algo, a título de interpretação dessa pequena ocorrência, ao esclarecimento que ela oferece ao fenômeno da *‘fausse reconnaissance’*. Com referência ao tema geral da visão do paciente, posso observar que, particularmente em relação ao complexo da castração, falsificações alucinatórias semelhantes não são raras e podem facilmente servir ao propósito de corrigir percepções incômodas.

Em 1911, um homem de instrução superior, residente numa cidade universitária da Alemanha, não pertencente às minhas relações e cuja idade me é desconhecida, colocou-me à disposição as seguintes notas sobre a sua infância:

‘No decurso da leitura de seu estudo sobre Leonardo da Vinci [1910c] fui levado a uma discordância interna pelas observações feitas no início do Capítulo III. Sua afirmação de que as crianças do sexo masculino são dominadas por um interesse em seus próprios órgãos genitais provocou-me uma contra-afirmação de que “Se é essa a regra geral, sou, sob todos os aspectos, uma exceção a ela”. Prossegui então lendo a passagem que se segue com o máximo espanto, o espanto que se sente ao encontrar-se um fato de caráter inteiramente novo. Em meio ao meu espanto, ocorreu-me uma lembrança que me demonstrou, para minha própria surpresa, que o fato, de maneira alguma, poderia ser tão novo quanto parecia, porque, à época em que estava atravessando o período das “pesquisas sexuais infantis”, um acaso feliz proporcionou-me a oportunidade de inspecionar os órgãos genitais femininos de uma menina da minha própria idade e, ao assim proceder, *observei muito claramente um pênis do mesmo tipo que o meu*. Pouco depois fui mergulhado em nova confusão pela visão de algumas estátuas e nus artísticos femininos e, a fim de anular esta discrepância “científica”, engendrei a seguinte experiência: Apertando as coxas uma contra a outra, consegui fazer que meus órgãos genitais desaparecessem entre elas; e fiquei contente em descobrir que, dessa maneira, conseguia livrar-me de todas as diferenças entre minha própria aparência e a de um nu feminino. Evidente, pensei comigo mesmo, fizeram os órgãos genitais desaparecer de modo semelhante nos nus femininos.’

‘Nesse ponto, uma outra lembrança me ocorreu, lembrança que sempre fora da maior importância para mim, pelo fato de constituir *uma* das três recordações que representam tudo o que posso lembrar de minha mãe, morta quando eu ainda era muito pequeno. Lembro-

me de vê-la parada em frente ao lavatório, limpando os vidros e a bacia, enquanto me achava brincando na mesma peça e cometendo alguma travessura. Como castigo, levei um sonoro tapa na mão e então, para meu grande terror, vi meu dedo mínimo cair, não me atrevi a dizer nada, mas meu terror tornou-se ainda mais intenso quando vi o balde ser pouco depois carregado para fora pela empregada. Por muito tempo fiquei convencido de que perdera um dedo - até a época, segundo creio, em que aprendi a contar.’

‘Muitas vezes tentei interpretar esta recordação, que, como já disse, sempre foi da maior importância para mim, por causa de sua conexão com minha mãe; mas nenhuma das interpretações me satisfez. Somente agora, depois de ter lido seu livro, foi que comecei a suspeitar de uma resposta simples e satisfatória ao enigma.’

Há um outro tipo de *fausse reconnaissance* que não raramente aparece ao final de um tratamento, para satisfação do médico. Depois de ter sido bem-sucedido em forçar o fato reprimido (seja este de natureza real ou psíquica) à aceitação do paciente, a despeito de todas as resistências, e conseguido, por assim dizer, reabilitá-lo - o paciente poderá dizer: ‘Sinto-me agora como se o houvesse sabido todo o tempo’. Com isto, o trabalho da análise se completa.

O MOISÉS DE MICHELANGELO

Posso dizer de saída que não sou um conhecedor de arte, mas simplesmente um leigo. Tenho observado que o assunto obras de arte tem para mim uma atração mais forte que suas qualidades formais e técnicas, embora, para o artista, o valor delas esteja, antes de tudo, nestas. Sou incapaz de apreciar corretamente muitos dos métodos utilizados e dos efeitos obtidos em arte. Confesso isto a fim de me assegurar da indulgência do leitor para a tentativa que aqui me propus.

Não obstante, as obras de arte exercem sobre mim um poderoso efeito, especialmente a literatura e a escultura e, com menos freqüência, a pintura. Isto já me levou a passar longo tempo contemplando-as, tentando apreendê-las à minha própria maneira, isto é, explicar a mim mesmo a que se deve o seu efeito. Onde não consigo fazer isso, como, por exemplo, com a música, sou quase incapaz de obter qualquer prazer. Uma inclinação mental em mim, racionalista ou talvez analítica, revolta-se contra o fato de comover-me com uma coisa sem saber porque sou assim afetado e o que é que me afeta.

Isto me levou a reconhecer o ato - um paradoxo evidente - de que precisamente algumas das maiores e mais poderosas criações da arte constituem enigmas ainda não resolvidos pela nossa compreensão. Sentimo-nos cheios de admiração reverente por elas e as admiramos, mas somos incapazes de dizer o que representam para nós. Não tenho leitura suficiente do assunto para saber se esse fato já foi constatado; possivelmente, na verdade, alguém que escreva sobre estética já descobriu ser esse estado de perplexidade intelectual condição necessária para que uma obra de arte atinja seus maiores efeitos. Tenho a maior relutância em acreditar na necessidade dessa condição.

Não quero dizer que os conhecedores e aficionados da arte não encontrem palavras para exaltar esses objetos. Eles são bastante eloqüentes, segundo me parece. Mas, geralmente, diante de uma grande obra de arte, cada um diz algo diferente do outro e nenhum diz nada

que resolva o problema para o admirador despretensioso. A meu ver, o que nos prende tão poderosamente só pode ser a *intenção* do artista, até onde ele conseguiu expressá-la em sua obra e fazer-nos compreendê-la. Entendo que isso não pode ser simplesmente uma questão de compreensão *intelectual*; o que ele visa é despertar em nós a mesma atitude emocional, a mesma constelação mental que nele produziu o ímpeto de criar. Mas por que a intenção do artista não poderia ser comunicada e compreendida em *palavras*, como qualquer outro fato da vida mental? Talvez, no que concerne às grandes obras de arte, isso nunca seja possível sem a aplicação da psicanálise. O próprio produto, no final de contas, tem de admitir uma tal análise, se é que realmente constitui uma expressão efetiva das intenções e das atividades emocionais do artista. Para descobrir sua intenção, contudo, tenho primeiro de descobrir o significado e o conteúdo do que se acha representado em sua obra; devo, em outras palavras, ser capaz de *interpretá-la*. É possível, portanto, que uma obra de arte desse tipo necessite de interpretação e que somente depois de tê-la interpretado poderei vir a saber por que fui tão fortemente afetado. Arrisco-me mesmo a esperar que o efeito da obra não sofrerá qualquer diminuição após termos conseguido analisá-la.

Consideremos a obra-prima de Shakespeare, *Hamlet*, peça hoje com mais de três séculos. Tenho acompanhado de perto a literatura psicanalítica e aceito sua pretensão de que somente depois de ter tido o material da tragédia sua origem remontada pela psicanálise ao tema edipiano é que o mistério de seu efeito foi por fim explicado. [Cf. *A Interpretação de Sonhos*, Ed. Standard Bras., vol. IV, 280-2.] Mas antes que isso fosse feito, que volume de esforços interpretativos diferentes e contraditórios, que variedade de opiniões sobre o caráter do herói e as intenções do dramaturgo! Pede Shakespeare a nossa simpatia para um homem doente, um alfenim fracassado ou um idealista que simplesmente é bom demais para o mundo real? E como muitas dessas interpretações nos deixam frios! - tão frios que em nada contribuem para explicar o efeito da peça, nos levando a pensar antes que o seu apelo mágico está apenas nos pensamentos impressionantes que expressa e no esplendor de sua linguagem. E no entanto esses próprios esforços não revelam a necessidade que sentimos de descobrir nela alguma fonte de poder além desses?

Outras dessas inescrutáveis e maravilhosas obras de arte é a estátua de mármore de Moisés, da autoria de Michelangelo, situada na Igreja de San Pietro in Vincoli, em Roma. Como sabemos, ela constitui apenas um fragmento da tumba gigantesca que o artista deveria ter erigido para o poderoso Papa Júlio II. Sempre me deleita ler uma frase apreciativa sobre essa estátua, tal como ser ela 'a coroa da escultura moderna' (Grim [1900, 189]), porque nunca uma peça de estatuária me causou impressão mais forte do que ela. Quantas vezes subi os íngremes degraus que levam do desgracioso Corso Cavour à solitária *piazza* em que se ergue a igreja abandonada e tentei suportar o irado desprezo do olhar do herói! Às vezes saí tímida e cuidadosamente da semi-obscuridade do interior como se eu próprio pertencesse à

turba sobre a qual seus olhos estão voltados - a turba que não pode prender-se a nenhuma convicção, que não tem nem fé nem paciência e que se rejubila ao reconquistar seus ilusórios ídolos.

Mas por que chamo de inescrutável essa estátua? Não há mais leve dúvida de que representa Moisés, o Legislador dos Judeus, segurando as Tábuas dos Dez Mandamentos. Até aí, tudo certo, mas é tudo. Ainda em 1912 um crítico de arte, Max Sauerlandt, disse: ‘Nenhuma obra de arte no mundo foi julgada de modo tão diverso quanto o Moisés com a cabeça de Pan. A simples interpretação da figura deu origem a pontos de vista completamente opostos (...)’ Baseando-me num ensaio publicado há apenas cinco anos, estabelecerei primeiro as dúvidas que se acham associadas a essa figura de Moisés; e não será difícil demonstrar que por detrás delas jaz oculto tudo o que é mais essencial e valioso para a compreensão dessa obra de arte.

I

O Moisés de Michelangelo é representado sentado; o corpo volta-se para frente, a cabeça com a pujante barba olha para a esquerda, o pé direito repousa sobre o solo e a perna esquerda acha-se levantada de maneira que apenas os artelhos tocam o chão. O braço direito une as Tábuas da Lei a uma parte da barba e o esquerdo repousa sobre o colo. Se fosse dar uma descrição mais pormenorizada de sua atitude, teria de antecipar o que desejo dizer mais tarde. As descrições da figura fornecidas por diversos escritores são, a propósito, curiosamente inadequadas. Aquilo que não se compreendeu foi imprecisamente percebido ou reproduzido. Grimm [1990, 189] diz que a mão direita, ‘sob cujo braço as Tábuas repousam, agarra a barba’. Assim também Lübke [1863, 666]: ‘Profundamente abalado, agarra com a mão direita sua magnífica barba a derramar-se (...)’; e Springer [1895, 33]: ‘Moisés aperta uma das mãos (a esquerda) contra o corpo e enfia a outra, como inconsciente, nos pujantes anéis de sua barba.’ Justi [1900, 326] pensa que os dedos da mão (direita) estão brincando com a barba, ‘como um homem agitado atualmente brincaria com a corrente do relógio’. Müntz [1895, 391n] também acentua esse brincar com a barba. Thode [1908, 205] fala da ‘calma e firme postura da mão direita sobre as Tábuas que repousam contra o flanco’. Não identifica nenhum sinal de excitação mesmo na mão direita, como fazem Justi e também Boito [1883]. ‘A mão permanece agarrando a barba, na posição em que se achava antes que o Titã voltasse a cabeça para um dos lados.’ Jakob Burckhardt [1927, 634] queixa-se de que

‘o celebrado braço esquerdo não tem na realidade outra função que apertar a barba contra o corpo’.

Se não há concordância em simples descrições, não é de surpreender uma divergência de opiniões quanto ao significado de diversas características da estátua. A meu ver, não podemos caracterizar melhor a expressão facial de Moisés que nas palavras de Thode [1908, 205], que lê nelas ‘uma mescla de ira, dor e desprezo’ - ‘ira em suas sobrancelhas ameaçadoramente contraídas, dor no olhar e desprezo no lábio inferior saliente e nos cantos da boca, voltados para baixo’. Mas outros admiradores devem tê-lo visto com outros olhos. Assim, Dupaty diz: ‘Sua majestosa frente parece ser apenas um véu transparente, a semi-ocultar a grande mente’. Lübke [1863, 666-7], por outro lado, afirma que ‘procurar-se-ia em vão nessa cabeça uma expressão de inteligência superior; suas sobrancelhas voltadas para baixo de nada falam, a não ser de uma capacidade de ira infinita e de uma energia completamente submissa’. Guillaume (1876 [96]) difere ainda mais amplamente em sua interpretação da expressão do rosto. Nele não encontra emoção, mas ‘apenas uma orgulhosa simplicidade, uma dignidade inspirada, uma fé viva. Os olhos de Moisés encaram o futuro, ele prevê a sobrevivência duradoura de seu povo, a imutabilidade de sua lei’. De modo semelhante, para Müntz [1895, 391] ‘os olhos de Moisés fitam muito além da raça dos homens. Estão voltados para aqueles mistérios que somente ele divisou’. Para Steinmann [1899, 169], na realidade, este Moisés ‘não é mais o severo legislador, o terrível inimigo do pecado, armado da ira de Jeová, mas o sacerdote real, de quem o tempo não pode aproximar-se, beneficente e profético, com o reflexo da eternidade no semblante, recebendo o último adeus do seu povo’.

Houve mesmo alguns a quem o Moisés de Michelangelo nada teve a dizer e que foram suficientemente honestos para admiti-lo. Assim, disse um crítico da *Quarterly Review* de 1858 [103, 469]: ‘Há uma ausência de significado na concepção geral, que exclui a idéia de um todo auto-suficiente (...)’ E ficamos estupefactos ao saber que existem ainda outros que nada encontram a admirar no Moisés, mas se revoltam contra ele e queixam-se da brutalidade da figura e do molde animalesco da cabeça.

Teria então a mão do mestre realmente traçado na pedra uma mensagem tão vaga que torna possível tantas leituras diferentes dela?

Surge outra questão, contudo, que abrange a primeira. Pretendeu Michelangelo criar um ‘estudo eterno de caráter e estado de ânimo neste Moisés ou retratou-o num determinado momento de sua vida e, se assim foi, num momento altamente significativo? A maioria dos juízes decidiu pelo último sentido e pôde dizer-nos qual foi o episódio da vida de Moisés que o artista imortalizou na pedra. Foi a descida do Monte Sinai, onde Moisés recebera de Deus as Tábuas, o momento em que percebe que o povo havia naquele meio-tempo feito para si um Bezerro de Ouro e estava dançando em torno dele e rejubilando-se. Esse é o

espetáculo que evoca os sentimentos representados em seu semblante - sentimentos que no instante seguinte colocarão sua grande compleição em ação violenta. Michelangelo escolheu esse último momento de hesitação, de calma antes da tempestade, para sua representação dele. No instante seguinte, Moisés se erguerá - seu pé esquerdo já se alçou do solo -, arremessará as Tábuas por terra e desencadeará sua cólera sobre o povo infiel.

Mais uma vez, muitas diferenças de opinião existem entre os que apóiam essa interpretação.

Burckhardt [1927, 634] escreve: ‘Moisés parece ser mostrado naquele momento em que avista a adoração do Bezerro de Ouro e está pondo-se repentinamente de pé. Sua forma se acha animada pelo começo de um poderoso movimento e a força física de que é dotado faz-nos esperá-lo com medo e tremor.’

Lübke [1863, 666] diz: ‘É como se nesse momento seus olhos faiscantes estivessem percebendo o pecado da adoração do Bezerro de Ouro e um poderoso movimento interno percorresse toda a sua estrutura. Profundamente abalado, agarra com a mão direita sua magnífica barba, como para dominar suas ações um instante ainda, apenas para que a explosão de sua ira se faça com força mais devastadora no momento seguinte.’

Springer [1885, 33] concorda com essa opinião, mas não sem mencionar uma suspeita, que posteriormente será objeto de nossa atenção neste artigo. Diz ele: ‘Inflamado de energia e zelo, é com dificuldade que o herói domina a emoção interior (...) Uma situação dramática nos vem assim involuntariamente à lembrança e somos levados a acreditar que Moisés é representado no momento em que vê o povo de Israel adorando o Bezerro de Ouro e sua ira está prestes a irromper. Não é fácil, na verdade, conciliar essa impressão com a intenção real do artista, desde que a figura de Moisés, como as outras cinco figuras sentadas da parte superior do túmulo do papa, fora concebida primariamente para ter um efeito decorativo. Mas ela testemunha muito convincentemente a vitalidade e a individualidade retratadas na figura de Moisés.

Um ou dois autores, sem na realidade aceitar a teoria do Bezerro de Ouro, concordam entretanto quanto ao ponto principal, ou seja, que Moisés está prestes a levantar-se e agir.

De acordo com Grimm [1900, 189], ‘a forma’ (de Moisés) ‘está cheia de uma majestade, uma autoconfiança, um sentimento de que todos os raios do céu estão sob seu comando, e todavia está se contendo antes de desencadeá-los, esperando ver se os inimigos a quem pretende aniquilar se atreverão a atacá-lo. Está sentado como se estivesse a ponto de levantar-se, a orgulhosa cabeça erguida; a mão, sob cujo braço as Tábuas repousam, agarra a barba, que lhe cai em pesadas ondas sobre o peito, as narinas distendidas e os lábios modelados como se neles tremessem palavras’.

Heath Wilson [1876, 450] acha que a atenção de Moisés foi despertada e que ele está a ponto de levantar-se de um salto, mas hesita ainda; e que seu olhar, mescla de desprezo e indignação, ainda é capaz de transformar-se num olhar de compaixão.

Wölfflin [1899, 72] fala de um ‘movimento inibido’. A causa dessa inibição, diz ele, reside na vontade do próprio homem; é seu último momento de autocontrole, antes de perdê-lo e levantar-se de um salto.

Justi [1900, 326-7] foi mais longe que todos os outros na interpretação da estátua de Moisés no ato de perceber o Bezerra de Ouro, apontando detalhes até então inobservados nela e incorporando-os à sua hipótese. Chama nossa atenção para a posição das duas Tábuas - posição fora do comum, porque estão a ponto de escorregar sobre o assento de pedra. ‘Ele’ (Moisés) ‘poderia estar assim olhando na direção donde provinha o alarido com uma expressão de mau presságio ou poderia ser a visão concreta da abominação que lhe aplicara um golpe estonteante. Trêmulo de horror e pesar, ele deixou-se cair. Passara na montanha quarenta dias e quarenta noites e estava cansado. Um horror, uma grande virada da sorte, um crime, até mesmo a felicidade podem ser percebidos num só momento, mas não apreendidos em sua essência, sua profundidade ou suas conseqüências. Por um instante, parece a Moisés que sua obra está destruída e perde toda a esperança no seu povo. Nesses momentos, as emoções interiores traem-se involuntariamente em pequenos movimentos. Deixa as Tábuas escorregarem da mão direita sobre o assento de pedra; elas caem sobre a quina e são pressionadas pelo antebraço contra o lado do corpo. A mão, entretanto, entra em contato com o peito e a barba, e assim, pelo voltar da cabeça para a direita do espectador, traz a barba para a esquerda, rompendo a simetria desse adorno masculino. Parece como se os dedos estivessem brincando com a barba, tal como um homem agitado atualmente brincaria com a corrente do relógio. A mão esquerda acha-se mergulhada nas vestes sobre a parte inferior do corpo - no Antigo Testamento, as vísceras são a sede das emoções - mas a perna esquerda já está retraída e a direita, posta à frente; no instante seguinte, se levantará de um salto, sua energia será transposta do pensamento para a ação, o braço direito se moverá, as Tábuas cairão ao solo e a transgressão vergonhosa será expiada em torrentes de sangue (...)’ ‘Este não é ainda o momento da tensão de um ato. O sofrimento da mente ainda o domina e quase o paralisa.’

Knapp [1906, XXXII] adota o mesmo ponto de vista, mas sem introduzir o ponto duvidoso no início da descrição nem levar mais adiante a idéia das Tábuas a escorregar. ‘Ele que até aquele momento se achava a sós com seu Deus é distraído por sons terrenos. Escuta um rumor; o ruído de cantos e danças desperta-o de seu sonho e volta os olhos e a cabeça na direção do alarido. Num só instante, medo, cólera e paixão desenfreada percorrem sua enorme estrutura. As Tábuas começar a escorregar e cairão ao solo e se quebrarão quando ele levantar-se de um salto e lançar o trovão irado de sua voz no meio de seu povo apóstata (...)’ Knapp, assim, enfatiza o elemento de preparação para ação, discordando da opinião de que o que se representa seja uma inibição inicial devida a uma agitação dominante.

Não se pode negar que há algo de extraordinariamente atraente em tentativas de interpretação do tipo efetuado por Justi e Knapp. Isto porque elas não se detêm no efeito geral da figura, mas se baseiam em características isoladas, as quais geralmente deixamos de notar, esmagados pela impressão total da estátua e, por assim dizer, paralisados por ela. A cabeça e os olhos visivelmente voltados para a esquerda, enquanto o corpo está voltado para a frente, apóiam a idéia de que Moisés em repouso subitamente viu naquele lado algo que prendeu sua atenção. Seu pé levantado dificilmente pode significar outra coisa que não seja estar se preparando para levantar-se de repente; e a maneira muito pouco comum de segurar as Tábuas (trata-se de objetos muito sagrados e não devem ter sido colocadas na composição como um acessório comum) fica inteiramente explicada se supusermos que elas escorregaram em consequência da agitação de seu portador e cairão ao solo. De acordo com essa opinião, devemos acreditar que a estátua representa um momento especial e importante na vida de Moisés e não teremos dúvida de que o momento seja este.

Mas duas observações de Thode nos privam do conhecimento que pensávamos ter adquirido. Esse crítico diz que para ele as Tábuas não estão escorregando, mas se acham ‘firmemente guardadas’. Chama a atenção para a ‘calma e firme postura da mão direita sobre as Tábuas em repouso’. Se nós próprios olharmos, não poderemos deixar de admitir sem reservas que Thode tem razão. As Tábuas acham-se firmemente alojadas e sem perigo de deslizar. A mão direita de Moisés as sustenta ou é sustentada por elas. Isso não explica a posição em que são mantidas, é verdade, mas essa posição não pode ser utilizada em favor da interpretação de Justi e de outros [Thode (1908), 205.]

A segunda observação é ainda mais definitiva. Thode nos lembra que ‘essa estátua foi planejada como uma entre seis e a intenção era fazê-la sentada. Ambos os fatos contradizem o ponto de vista de que Michelangelo pretende registrar um momento histórico particular, porque, com referência à primeira consideração, o plano de representar uma fileira de figuras sentadas como tipos de seres humanos - como a *vita activa* e a *vita contemplativa* - excluía a representação de um episódio histórico determinado e, em relação à segunda, a representação de uma postura sentada - postura necessária à concepção artística de todo o monumento - contradiz a natureza desse episódio, a saber, a descida de Moisés do Monte Sinai para o acampamento’.

Se aceitarmos a objeção de Thode, descobriremos que podemos acrescentar outros argumentos à sua ponderação. A figura de Moisés deveria ter decorado a base do túmulo juntamente com outras cinco estátuas (ou, segundo um esboço posterior, três). Sua contrapartida imediata deveria ser uma figura de Paulo. Um outro par, representando a *vita activa* e a *vita contemplativa* sob a forma de Lia e Raquel - de pé, é verdade - foi executado na tumba, tal como ainda existe em sua forma infelizmente inacabada. O Moisés, assim, faz parte de um todo e não podemos imaginar que a figura se destinasse a despertar no espectador a expectativa de que estivesse prestes a pular de seu assento e atirar-se para

criar um tumulto por sua própria conta. Se as outras figuras não fossem também representadas como estando prestes a empreender uma ação violenta - e parece muito pouco provável que o tivessem sido - então criaria uma impressão muito má uma delas dar-nos a ilusão de que iria deixar seu lugar e os companheiros ou, na verdade, abandonar seu papel no esquema geral. Tal intenção produziria um efeito caótico e não podemos atribuí-la a um grande artista, a menos que os fatos nos obriguem a fazê-lo. A figura no ato de urgente partida estaria em completo desacordo com o estado de espírito a que o tûmulo pretende nos induzir.

A figura de Moisés não deve, por conseguinte, ser imaginada como estando prestes a levantar-se; deve-se-lhe permitir que permaneça como está, em sublime repouso, como as outras figuras e como a estátua proposta do Papa (a qual, entretanto, não foi executada pelo próprio Michelangelo). Mas então a estátua que vemos diante de nós não pode ser a de um homem cheio de ira, de Moisés quando desceu do Monte Sinai e encontrando seu povo sem fé, jogou por terra as Tábuas da Lei, quebrando-as. E, na verdade, posso lembrar minha própria desilusão quando, durante minhas primeiras visitas a San Pietro in Vincoli, costumava sentar-me em frente à estátua, na esperança de que então a visse levantar-se sobre o pé alçado, atirar ao chão as Tábuas da Lei e dar vazão a sua ira. Nada disso aconteceu. A imagem de pedra tornava-se cada vez mais imobilizada, uma calma quase opressivamente solene dela emanava e eu era obrigado a compreender que ali estava representado algo que permaneceria imutável; que aquele Moisés ficaria sentado assim, em sua cólera, para sempre.

Mas se desistimos da interpretação da estátua que a vê como Moisés exatamente antes da explosão de cólera provocada pela visão do Bezerro de Ouro, não teremos alternativa senão aceitar uma das hipóteses que a consideram como sendo um estudo de caráter. A opinião de Thode parece ser a menos arbitrária e a que tem mais estreita ligação com o significado dos movimentos. Diz ele: ‘Aqui, como sempre, [Michelangelo] está interessado em representar um certo tipo de caráter. Cria a imagem de um líder apaixonado da humanidade que, consciente de sua divina missão de legislador, defronta-se com a oposição incompreensiva dos homens. O único meio de representar um homem de ação desse tipo era acentuar a força de sua vontade, o que foi feito através de uma representação artística de movimento que impregna toda a sua aparente tranqüilidade, como percebemos no gesto da cabeça, na tensão dos músculos e na posição do pé esquerdo. São os mesmos sinais característicos que encontramos novamente no *vir activus* da Capela Médici em Florença. Esse caráter geral da figura é ainda acentuado pela ênfase do conflito que não pode deixar de surgir entre esse gênio reformador e o resto da humanidade. Emoções de ira, desprezo e sofrimento estão nele representadas. Sem elas, não teria sido possível retratar a natureza de um super-homem deste tipo. Michelangelo criou, não uma figura histórica, mas um tipo de caráter corporificando uma inesgotável força interior capaz de domar o mundo recalcitrante; e deu forma não apenas à narrativa bíblica de Moisés, mas às suas próprias experiências internas, às suas impressões tanto da individualidade do próprio Júlio como também, acredito, às

fontes subjacentes dos perpétuos conflitos da Savonarola.’ [1908, 206.]

Pode-se estabelecer uma conexão entre esse ponto de vista e a observação de Knackfuss [1900, 69] de que o grande segredo do impacto produzido pelo Moisés está no contraste artístico entre a flama interior e a calma exterior de sua postura.

Quanto a mim, nada tenho a objetar à explicação de Thode; mas sinto falta de alguma coisa nela. Talvez seja a necessidade de descobrir um paralelo mais estreito entre o estado de espírito do herói, tal como se expressa em sua atitude, e o contraste acima mencionado entre a calma ‘exterior’ e a emoção ‘interior’.

II

Muito antes de ter tido qualquer oportunidade de ouvir falar em psicanálise, soube que um conhecedor de arte russo, Ivan Lermolieff, provocara uma revolução nas galerias de arte da Europa colocando em dúvida a autoria de muitos quadros, mostrando como distinguir com certeza as cópias dos originais e criando artistas hipotéticos para obras cuja suposição anterior de autoria fora desacreditada. Conseguiu isso insistindo em que a atenção deveria ser desviada da impressão geral e das características principais de um quadro, dando-se ênfase à significação de detalhes de menor importância, como o desenho das unhas, do lóbulo de uma orelha, de auréolas e de outras trivialidades não consideradas que o copista desdenha imitar e que, no entanto, cada artista executa à sua maneira própria e característica. Fiquei então extremamente interessado ao descobrir que o pseudônimo russo ocultava a identidade de um médico italiano chamado Morelli, que morrera em 1891 como Senador do Reino da Itália. Parece-me que seu método de investigação tem estreita relação com a técnica da psicanálise que também está acostumada a adivinhar coisas secretas e ocultas a partir de aspectos menosprezados ou inobservados, do monte de lixo, por assim dizer, de nossas observações.



Ora, em dois lugares da figura de Moisés há pormenores que até aqui não apenas escaparam à observação mas, na realidade, nem mesmo foram corretamente descritos. São a postura da mão direita e a posição das duas Tábuas da Lei. Podemos dizer que essa mão forma uma ligação muito singular e pouco natural, a pedir uma explicação, entre as Tábuas e a barba do herói cheio de cólera. Ele foi descrito como passando os dedos através da barba e brincando com seus anéis, enquanto a borda exterior da mão repousa sobre as Tábuas. Mas evidentemente não se trata disso. Vale a pena examinar mais de perto o que esses dedos da mão direita estão fazendo e descrever mais minuciosamente a pujante barba com a qual se acham em contato.

Percebemos agora muito claramente o seguinte: o polegar da mão está escondido e somente o dedo indicador se acha em contato efetivo com a barba. Está tão profundamente premido contra a massa de cabelos que esta se sobressai acima e abaixo dele, isto é, tanto no sentido da cabeça como do abdome. Os outros três dedos estão apoiados contra a caixa torácica e curvados nas juntas superiores, mal sendo tocados pela madeixa direita extrema da barba, que cai por trás deles. Por assim dizer, eles se afastaram da barba, de maneira que não é correto afirmar que a mão direita está brincando com ela ou nela mergulhada; a simples verdade é que o dedo indicador está pousado sobre uma parte da barba, provocando nesta uma profunda cava. Não se pode negar que apertar a própria barba com um só dedo é um gesto fora do comum, um gesto que não é fácil de entender.

A barba muito admirada de Moisés lhe cai das maçãs do rosto, queixo e lábio superior num certo número de madeixas onduladas que se mantêm distintas uma da outra até embaixo. Uma das madeixas à extrema direita, nascida no rosto, sofre a pressão do dedo indicador que a pressiona para dentro, retendo-a. Podemos presumir que ela retoma o seu curso entre esse dedo e o polegar oculto. A madeixa correspondente, do lado esquerdo, cai praticamente sem obstáculo até muito abaixo, sobre o peito. O que recebeu o tratamento mais estranho foi a espessa massa de cabelos no interior dessa última madeixa, a parte entre ela e a linha intermediária. Não se lhe deixou seguir o movimento da cabeça para a esquerda; foi forçada

a enrolar-se frouxamente e formar parte de uma espécie de voluta colocada de través e por cima das madeixas do lado interior direito da barba. Isto se deu por ser ela mantida presa pela pressão do dedo indicador direito, embora nasça do lado esquerdo do rosto e seja, na realidade, a parte principal de todo o lado esquerdo da barba. Assim, a massa principal da barba é jogada para a direita da figura, enquanto a cabeça se acha acentuadamente voltada para a esquerda. No local em que o dedo indicador direito exerce a pressão, formou-se uma espécie de torvelinho de cabelos; madeixas de cabelos vindas da esquerda repousam sobre anéis vindos da direita, ambos apanhados por esse despótico dedo. Somente mais além desse local é que as massas de cabelos, desviadas de seu curso, fluem de novo livremente a passam a cair verticalmente até as extremidades se reunirem na mão esquerda de Moisés, aberta sobre o colo.

Não tenho ilusões quanto à clareza de minha descrição e não me aventuro a opinar se o escultor realmente nos convida a resolver o enigma desse nó na barba de sua estátua. Independentemente disso, porém, permanece o fato de que a pressão do indicador *direito* afeta principalmente as madeixas vindas do lado *esquerdo*; e que essa apreensão oblíqua impede a barba de acompanhar o movimento da cabeça e dos olhos para a esquerda. Ora, podemos nos perguntar o que significa essa disposição e a que motivos ela deve sua existência. Se foram realmente considerações de desenho linear e espacial que levaram o escultor a traçar a opulenta cascata de cabelos para a direita da figura que olha para a esquerda, que meio tão estranhamente inapropriado parece ser a pressão de um único dedo! E qual o homem que, por uma ou outra razão, puxando a barba para o outro lado poria na cabeça segurar uma das metades sobre a outra pela pressão de um só dedo? Todavia, terão essas minúcias alguma significação na realidade ou estaremos quebrando a cabeça com coisas que não foram de importância para o seu criador?

Mas prossigamos na suposição de que mesmo esses pormenores possuem significação. Há uma solução que removerá nossas dificuldades e permitirá o vislumbre de um novo significado. Se o lado esquerdo da barba de Moisés jaz sob a pressão de seu dedo *direito*, poderemos talvez tomar esse gesto como a última etapa de alguma conexão entre a mão direita e o lado esquerdo da barba, conexão que foi muito mais íntima, em algum momento antes do escolhido para a representação. Talvez sua mão houvesse segurado a barba com muito mais energia, atravessasse até o lado esquerdo desta e, ao retornar à posição em que a estátua a mostra, fosse seguida por uma parte da barba, que agora dá testemunho do movimento que acabou de realizar-se. A curva da barba seria então uma indicação do trajeto seguido por essa mão.

Desse modo teremos deduzido que houve um movimento de retorno da mão direita. Esta suposição necessariamente levanta outras. Em imaginação, completemos a cena de que este movimento, estabelecido pela prova da barba, é uma parte; e somos levados, muito naturalmente, à hipótese segundo a qual o Moisés em repouso foi subitamente despertado

pelo clamor do povo e pelo espetáculo do Bezerro de Ouro. Estava lá sentado calmamente, vamos supor, a cabeça com a barba a fluir voltada para a frente e a mão, com toda probabilidade, nem estaria perto ela. De repente, o alarido chega aos seus ouvidos; volta a cabeça e os olhos na direção de onde provém o tumulto, vê a cena e a compreende. Então a cólera e a indignação tomam conta dele e tem vontade de se erguer e punir os transgressores, aniquilá-los. Sua ira, distante ainda de seu objetivo, é nesse meio tempo dirigida num gesto contra o próprio corpo. Sua mão impaciente, pronta para agir, aferra-se à barba que se moveu com o gesto da cabeça e a aperta entre o polegar e a palma no punho de ferro dos dedos a se fecharem. É um gesto cuja força e veemência fazem-nos lembrar outras criações de Michelangelo. Mas então uma alteração se efetua, se bem que ainda não saibamos como nem por quê. A mão que tinha sido levada à frente e mergulhara na barba é apressadamente retirada e aberta, e os dedos deixam sua presa; entretanto, tão profundamente eles tinham estado mergulhados que, na retirada, carregam consigo grande parte do lado esquerdo da barba para a direita, permanecendo esses cabelos colocados sobre os da direita, sob o peso de um só dedo, o principal e mais longo da mão. E essa nova posição, que só pode ser compreendida e relacionada com a anterior, é então mantida.

É tempo agora de parar e refletir. Presumimos que a mão direita se achava, de início, afastada da barba; que depois ela se estendeu para a esquerda da figura num momento de grande tensão emocional, agarrou a barba, e que finalmente foi retirada de novo, levando consigo uma parte da barba. Dispusemos desta mão direita como se tivéssemos o livre uso dela. Mas podemos fazer isso? É a mão na verdade tão livre? Não tem de agarrar ou sustentar as Tábuas? Não são evoluções miméticas como essas proibidas por sua importante função? E, além disso, o que poderia ter ocasionado sua retirada, se o motivo que a fez abandonar a posição original era tão forte?

Estamos, na verdade, diante de novas dificuldades. É inegável que a mão direita é responsável pelas Tábuas; e também que não temos nenhum motivo para explicar a retirada que lhe atribuímos. Mas se ambas as dificuldades pudessem ser solucionadas juntas e se então, e só então, apresentassem uma seqüência de acontecimentos clara e inter-relacionada? E se for precisamente algo que está acontecendo às Tábuas o que explica os movimentos da mão?

Se olharmos para o desenho da Fig. 4, veremos que as Tábuas apresentam uma ou duas notáveis características que até agora não foram consideradas dignas de menção. Foi dito que a mão direita repousa sobre as Tábuas ou, então, que as sustenta. E podemos perceber em seguida que as duas pequenas placas justapostas e retangulares se apóiam sobre uma quina. Se olharmos mais atentamente, notaremos que a borda inferior é de formato diferente da superior, que se acha inclinada obliquamente para frente. A borda superior é reta, enquanto que a inferior possui uma protuberância semelhante a um chifre na parte mais próxima de nós e que as Tábuas tocam o assento de pedra exatamente com essa protuberância. Qual pode ser o significado desse pormenor? É bastante evidente que a

saliência se destine a assinalar o verdadeiro lado de cima das Tábuas, com referência à escrita. Somente a borda superior das placas retangulares deste tipo é curva ou entalhada. Assim, vemos que as Tábuas estão de cabeça para baixo, o que é uma maneira singular de tratar esses objetos sacros. Estão apoiadas sobre a parte superior e praticamente equilibradas sobre uma quina. Que consideração formal teria levado Michelangelo a colocá-las em tal posição? Ou esse pormenor também não foi importante para o artista?



Começamos a suspeitar que também as Tábuas chegaram à sua atual posição em consequência de um movimento anterior; que esse movimento resultou da mudança de posição da mão direita, por nós postulada, e que, por sua vez, obrigou essa mão a fazer sua retirada subsequente. Os movimentos da mão e das Tábuas podem ser coordenados da seguinte maneira: a princípio a figura de Moisés, que ainda estava sentada tranqüilamente, carregava as Tábuas perpendicularmente sob o braço direito. Sua mão direita agarrava a borda inferior delas e encontrava um apoio na saliência existente em sua parte dianteira. (O fato de isso torná-las mais fáceis de carregar explica suficientemente a posição invertida como as Tábuas eram seguradas.) Chegou então o momento em que a calma de Moisés foi rompida pelo tumulto. Voltou a cabeça na direção deste e, ao ver o espetáculo, levantou o pé num movimento preparatório para levantar-se, a mão abandonou as Tábuas precipitando-se para a esquerda e para cima, barba a dentro, como para voltar sua violência contra o próprio corpo. As Tábuas ficaram então entregues à pressão do braço, que teve de apertá-las contra o lado do corpo. Mas esse apoio não foi suficiente e elas começaram a deslizar para a frente e para baixo. A borda superior, que fora segurada horizontalmente, começou então a voltar-se para a frente e para baixo; e a borda inferior, privada de seu apoio, aproximou-se do assento de pedra com sua quina frontal. Mais um instante e as Tábuas teriam girado sobre esse novo ponto de apoio, atingido o solo com a borda de cima em primeiro lugar e se despedaçado. Foi *para impedir isto* que a mão direita retornou, deixou escapar a barba, uma parte da qual foi com ela trazida de volta sem intenção, encontrou a borda superior das Tábuas a tempo e segurou-as perto da quina traseira, que agora se havia tornado a mais

elevada.



Dessa maneira, o ar singularmente forçado do conjunto - barba, mão e Tábuas inclinadas - pode ser atribuído àquele apaixonado movimento da mão e suas naturais conseqüências. Se quisermos inverter os efeitos desses movimentos tempestuosos, teremos de levantar a quina superior frontal das Tábuas e empurrá-la de volta, levantando assim sua quina frontal inferior (a da protuberância) do assento de pedra; e, depois, abaixar a mão direita e trazê-la para baixo da, agora horizontal, borda inferior das Tábuas.

Encomendei a um artista três desenhos para ilustrar o que quero dizer. A Fig. 3 reproduz a estátua como realmente é; as Figs. 1 e 2 representam as fases anteriores, de acordo com minha hipótese: a primeira, de calma, a segunda, da mais alta tensão, na qual a figura se prepara para levantar-se repentinamente e despreocupou-se das Tábuas que segurava, de modo que estas estão começando a escorregar para baixo. Ora, é notável como as duas posturas nos desenhos imaginários justificam as descrições incorretas dos primeiros escritores. Condivi, contemporâneo de Michelangelo, diz: ‘Moisés, o capitão e líder dos hebreus, está sentado na atitude de um sábio contemplativo, segundo as Tábuas da Lei sob o braço direito e apoiando o queixo na mão esquerda (!), como alguém cansado e cheio de preocupações’. Tal atitude não pode ser discernida na estátua de Michelangelo, mas descreve quase exatamente a visão em que o primeiro desenho se baseia. Lübke escreve, juntamente com outros críticos: ‘Profundamente abalado, agarra com a mão direita sua magnífica barba a derramar-se’. Isso é incorreto se olharmos para a reprodução da estátua real, mas é verdadeiro quanto ao segundo esboço. (Fig. 2). Justi e Knapp observaram, como já vimos, que as Tábuas estão a ponto de escorregar e acham-se em perigo de se quebrarem. Thode corrigiu-os e demonstrou que as Tábuas encontram-se seguramente retidas pela mão direita; contudo, estariam com a razão se estivessem descrevendo, não a própria estátua, mas

o estágio intermediário da reconstrução. É como se tivessem se emancipado da imagem visual da estátua e começado inconscientemente uma análise das forças motivadoras existentes por trás dela, tendo sido conduzidos por essa análise às mesmas conclusões que nós expressamos de modo mais consciente e explícito.

III

Podemos agora, creio eu, começar a colher os frutos de nossos esforços. Vimos como muitos daqueles que sentiram a influência da estátua foram impelidos a interpretá-los como representando Moisés perturbado pelo espetáculo de seu povo desviado do estado de graça, a dançar em torno de um ídolo. Mas essa interpretação teve de ser abandonada, porque nos fazia esperar vê-lo levantar-se no momento seguinte, quebrar as Tábuas e realizar sua vingança. Tal concepção, no entanto, não se harmonizaria com a intenção de fazer dessa figura, juntamente com mais três (ou cinco) figuras sentadas, uma parte do túmulo de Júlio II. Podemos agora retomar a interpretação abandonada, porque o Moisés que reconstruímos não vai se levantar nem jogar fora as Tábuas. O que vemos diante de nós não é o início de uma ação violenta, mas os restos de um movimento já efetuado. Em seu primeiro transporte de fúria, Moisés desejou agir, levantar-se, vingar-se e esquecer as Tábuas; mas dominou a tentação e permanecerá sentado e quieto, com sua ira congelada e seu sofrimento mesclado de desprezo. Tampouco atira fora as Tábuas, de maneira a que se quebrem sobre as pedras, pois foi por sua causa especial que controlou a ira; foi para preservá-las que manteve contida sua paixão. Ao dar expressão à sua cólera e indignação, teve de abandonar as Tábuas e a mão que as retinha foi afastada. Elas começaram a deslizar e ficaram em perigo de se quebrarem. Isso o trouxe a si. Lembrou-se de sua missão e, por causa dela, renunciou à satisfação de seus sentimentos. Sua mão retornou e salvou as Tábuas desapoizadas antes que caíssem realmente ao solo. Nessa atitude permaneceu imobilizada e foi nela que Michelangelo o retratou como guardião do túmulo.

À medida que nossos olhos percorrem a estátua de cima para baixo, a figura apresenta três estados emocionais distintos. As linhas do rosto refletem os sentimentos que predominaram; o meio da figura mostra os traços do movimento reprimido; e o pé ainda permanece na atitude da ação projetada. É como se a influência controladora houvesse avançado de cima para baixo. Nenhuma menção se faz até agora ao braço esquerdo e ele parece solicitar uma parte em nossa interpretação. A mão repousa no colo num gesto suave e segura como numa

carícia a extremidade da barba que flui. É como se ela quisesse neutralizar a violência com que a outra mão havia maltratado a barba alguns instantes antes.

Mas aqui se objetará que, em última análise, este não é o Moisés da Bíblia, porque este realmente teve uma crise de ira, jogou longe as Tábuas e quebrou-as. Este Moisés deve ser um homem inteiramente diferente, um novo Moisés da concepção do artista, sendo assim, Michelangelo deve ter tido a presunção de emendar o texto sacro e falsificar o caráter daquele santo homem. Poderemos imaginá-lo capaz de uma audácia que, quase se poderia dizer, aproxima-se de um ato de blasfêmia?

A passagem das Sagradas Escrituras que descreve a ação de Moisés na cena do Bezerro de Ouro é assim: (Êxodo, XXXII, 7) ‘Então disse o Senhor a Moisés: Vai, desce; porque o teu povo, que fizeste subir do Egito, se tem corrompido; (8) E depressa se tem desviado do caminho que eu lhes tinha ordenado: fizeram para si um bezerro de fundição, e perante ele se inclinaram, e sacrificaram-lhe, e disseram: Estes são os teus deuses, ó Israel, que te tiraram da terra do Egito. (9) Disse mais o Senhor a Moisés: Tenho visto a este povo e eis que é povo obstinado. (10) Agora pois deixa-me, que o meu furor se acenda contra eles, e os consuma, e eu farei de ti uma grande nação. (11) Porém Moisés suplicou ao Senhor seu Deus, e disse: Oh, Senhor, por que se acende o teu furor contra o teu povo, que tu tiraste da terra do Egito com grande força e com forte mão? (...)’

‘(14) Então o Senhor arrependeu-se do mal que dissera que havia de fazer ao seu povo. (15) E voltou Moisés, e desceu do monte com as duas tábuas do testemunho na sua mão, tábuas escritas de ambas as bandas; de uma e de outra banda escritas estavam. (16) E aquelas tábuas eram obra de Deus; também a escritura era a mesma escritura de Deus, esculpida nas tábuas. (17) E, ouvindo Josué a voz do povo que jubilava, disse a Moisés: Alarido de guerra há no arraial. (18) Porém ele disse: Não é alarido dos vitoriosos, nem alarido dos vencidos, mas o alarido dos que cantam eu ouço. (19) E aconteceu que, chegando ele ao arraial, e vendo o bezerro e as danças, acendeu-se o furor de Moisés, e arremessou as tábuas de suas mãos, e quebrou-as ao pé do monte; (20) E tomou o bezerro que tinham feito, e queimou-o no fogo, moendo-o até que se tornou em pó; e o espargiu sobre as águas, e deu-o a beber aos filhos de Israel.(...)’

‘(30) E aconteceu que no dia seguinte Moisés disse ao povo: vós pecastes grande pecado: agora porém subirei ao Senhor; porventura farei propiciação por vosso pecado. (31) E assim tornou Moisés ao Senhor, e disse: Ora, este povo pecou pecado grande, fazendo para si deuses de ouro. (32) Agora pois perdoa o seu pecado, senão risca-me, peço-te, do teu Livro, que tens escrito. (33) Então disse o Senhor a Moisés: Aquele que pecar contra mim, a este riscarei eu do meu livro. (34) Vai pois agora, conduze este povo para onde te tenho dito: eis que o meu anjo irá adiante de ti; porém no dia de minha visitação, visitarei neles o seu pecado. (35) Assim feriu o Senhor o povo, porquanto fizeram o bezerro que Aarão tinha

feito.’

É impossível ler a passagem acima à luz da crítica moderna da Bíblia sem encontrar provas de que ela é uma reunião canhestra de diversas fontes. No versículo 8 o próprio Senhor diz a Moisés que seu povo se arruinou e fez para si um ídolo; e Moisés intercede pelos transgressores. Entretanto, ele fala a Josué como se nada soubesse disso (18) e tem subitamente a ira despertada quando vê a cena da adoração do Bezerro de Ouro (19). No versículo 14, já obteve um perdão de Deus para o seu povo transviado, mas, no entanto, no versículo 31 retorna à montanha para implorar esse perdão e conta a Deus do pecado de seu povo, sendo-lhe assegurado o adiamento do castigo. O versículo 35 fala de uma visitação do seu povo pelo Senhor, sobre a qual nada mais nos é informado, enquanto que os versículos 20-30 descrevem a punição que o próprio Moisés aplicou. É do conhecimento geral que as partes históricas da Bíblia, que tratam do Êxodo, estão cheias de incongruências e contradições ainda mais gritantes.

A Renascença naturalmente não tinha tal atitude crítica para com o texto da Bíblia, mas tinha de aceitá-la como um todo harmônico, resultando daí não ser a passagem em questão um tema muito bom para representação. De acordo com as Escrituras, Moisés já se achava informado da idolatria de seu povo e ficara do lado da suavidade e do perdão; não obstante, quando viu o Bezerro de Ouro e a multidão a dançar, foi tomado de um súbito frenesi de raiva. Dessa maneira, não seria surpreendente para nós descobrir que o artista, ao retratar a reação do herói a essa dolorosa surpresa, se houvesse se desviado do texto por motivos internos. Ademais, esses desvios do texto das escrituras sob pretextos muito mais leves não eram de maneira alguma fora do comum ou proibidos aos artistas. Um famoso quadro de Parmigiano, propriedade de sua cidade natal, representa Moisés sentado no alto de uma montanha e arremessando as Tábuas ao solo, embora a Bíblia diga expressamente que ele as quebrou ‘ao pé do monte’. Mesmo a representação de um Moisés sentado não encontra apoio no texto e parece antes corroborar aqueles críticos que sustentam que a estátua de Michelangelo não pretende registrar nenhum momento particular da vida do profeta.

Mais importante que sua infidelidade ao texto das Escrituras é a alteração que, em nossa suposição, Michelangelo fez no caráter de Moisés. O Moisés da lenda e da tradição tinha um temperamento impetuoso e era sujeito a crises de paixão. Foi num transporte de ira divina desse tipo que matou um egípcio que estava maltratando um israelita, e teve de fugir do país para o deserto; sendo numa explosão semelhante que quebrou as Tábuas da Lei, escritas pelo próprio Deus. A tradição, ao registrar tal característica, é imparcial e preserva a impressão de uma grande personalidade que outrora viveu. Mas Michelangelo colocou um Moisés diferente na tumba do Papa, um Moisés superior ao histórico ou tradicional. Modificou o tema das Tábuas quebradas; não permite que Moisés as quebre em sua ira, mas faz que ele seja influenciado pelo perigo de que se quebrem e o faz acalmar essa ira, ou, pelo menos, impedi-la de transformar-se em ato. Dessa maneira, acrescentou algo de novo e mais humano à figura de Moisés; de modo que a estrutura gigantesca, com a sua tremenda força física,

torna-se apenas uma expressão concreta da mais alta realização mental que é possível a um homem, ou seja, combater com êxito uma paixão interior pelo amor de uma causa a que se devotou.

Completamos agora a nossa interpretação da estátua de Michelangelo, embora ainda se possa perguntar que motivos induziram o escultor a escolher a figura de Moisés, e de um Moisés tão grandemente alterado, para decoração do túmulo de Júlio II. Na opinião de muitos, esses motivos podem ser encontrados no caráter do Papa e nas relações de Michelangelo com ele. Júlio II tinha afinidades com Michelangelo no que se referia haver tentado realizar objetivos grandes e formidáveis e, especialmente, projetos em grande escala. Era um homem de ação e tinha um propósito definido, o de unir a Itália sob a supremacia papal. Desejou realizar sozinho o que deveria levar ainda vários séculos para ser realizado e, mesmo então, somente através da conjunção de forças estranhas; trabalhou só, com impaciência, no curto período de soberania que lhe foi concedido, e utilizou meios violentos. Podia apreciar Michelangelo como um homem de sua própria espécie, mas muitas vezes o fez sofrer com sua ira repentina e sua completa falta de consideração pelos outros. O artista sentia em si próprio a mesma violenta força de vontade e, como pensador mais introspectivo, pode ter tido uma premonição do fracasso a que ambos se achavam condenados. Assim, esculpiu seu Moisés na tumba do Papa, não sem uma censura ao pontífice morto, mas também como uma advertência a si próprio, elevando-se, pois, através da autocrítica, a um nível superior à sua própria natureza.

IV

Em 1863, um inglês, Watkiss Lloyd, dedicou um livrinho ao Moisés de Michelangelo. Consegui encontrar esse pequeno ensaio de 46 páginas e li-o com uma mistura de sentimentos. Mais uma vez tive oportunidade de verificar em mim próprio que motivos indignos e pueris entram em nossos pensamentos e atuam mesmo numa causa séria. Meu primeiro sentimento foi de pesar por haver o autor antecipado uma parte tão grande de meus pensamentos, a qual me parecia preciosa por ser o resultado de meus próprios esforços; e só depois disso é que pude extrair prazer de sua inesperada confirmação de minha opinião. Nossos pontos de vista, contudo, divergem num ponto muito importante.

Lloyd observa em primeiro lugar que as descrições costumeiras da figura são incorretas e

que Moisés não se encontra no ato de levantar-se que a mão direita não está agarrando a barba, mas que apenas o dedo indicador repousa sobre ela. Lloyd também reconhece, e isso é muito mais importante, que a atitude retratada só pode ser explicada pela postulação de uma outra anterior, que não se acha representada, e que o desenho da madeixa esquerda da barba puxada para a direita significa que a mão direita e o lado esquerdo da barba, num estágio anterior, estiveram em contato mais estreito e natural. Mas sugere outra maneira de reconstruir o contato anterior que deve necessariamente ser presumido. De acordo com ele, não fora a mão que estivera mergulhada na barba, mais sim esta que se achara onde a mão agora se encontra. Devemos, diz ele, imaginar que exatamente antes da interrupção súbita a cabeça da estátua estava voltada bem para a direita, sobre a mão que, então como agora, se achava segurando as Tábuas da Lei. A pressão (das Tábuas) sobre a palma da mão fez com que os dedos se abrissem naturalmente sob as fluentes madeixas da barba e o repentino movimento da cabeça para o outro lado resultou em que parte da barba ficou detida por um instante pela mão imóvel, formando a curva de cabelos que deve ser encarada como um sinal do curso que aquela tomou - o 'seu rastro', para empregar a própria palavra utilizada por Lloyd.

Rejeitando a outra possibilidade, a da mão direita ter estado anteriormente em contato com o lado esquerdo da barba, Lloyd permitiu-se influenciar por uma consideração que mostra quão próximo chegou de nossa interpretação. Diz que não era possível ao profeta, mesmo em muito grande agitação, estender a mão para puxar a barba até a direita, porque, nesse caso, os dedos se encontrariam numa posição completamente diferente e, além disso, tal movimento teria permitido que as Tábuas escorregassem, uma vez que se achariam sustentadas apenas pela pressão do braço direito - a menos que, no esforço de Moisés para salvá-las no último momento, nós a concebêssemos como 'agarradas por um gesto tão desajeitado que imaginá-lo é uma profanação'.

É fácil perceber o que o escritor passou por cima. Interpretou corretamente as anomalias da barba como indicadoras de um movimento anterior, mas deixou de aplicar a mesma explicação aos pormenores, tão pouco naturais quanto aquelas, da posição das Tábuas. Examina apenas os dados relacionados com a barba e não os ligados às Tábuas, cuja posição presume ser a original. Dessa maneira, fecha a porta a uma concepção como a nossa que, pelo exame de certos pormenores insignificantes, chegou a uma interpretação inesperada do significado e do objetivo da figura como um todo.

Mas, e se ambos nos tivermos extraviado por um caminho errado? Se houvermos tomado de maneira demasiado séria e profunda uma visão de detalhes que nada são para o artista, detalhes que introduziu de modo inteiramente arbitrário ou por razões puramente formais, sem nenhuma intenção oculta por trás deles? Se houvermos partilhado o destino de tantos intérpretes que pensaram perceber muito claramente coisas que o artista não pretendeu, nem consciente, nem inconscientemente? Não posso dizer. Não posso dizer se é razoável creditar Michelangelo - artista em cujas obras existem tantos pensamentos lutando por expressão -

com uma falta de precisão tão elementar e, especialmente, se isso pode ser presumido em relação às notáveis e singulares características da estátua que estamos examinando. E, finalmente, nos será permitido ressaltar, com toda a modéstia, que o artista não é menos responsável que os intérpretes pela obscuridade que circunda sua obra. Em suas criações, com bastante frequência, Michelangelo foi até o limite máximo do que é exprimível em arte; e talvez na estátua de Moisés não tenha alcançado um êxito completo, se é que sua intenção era tornar visível a passagem de uma violenta rajada de paixão através dos sinais deixados por ela na calma que se seguiu.

POSTSCRIPT (1927)

Vários anos depois da publicação de meu artigo sobre o Moisés de Michelangelo, que apareceu anonimamente em *Imago*, em 1914, o Dr. Ernest Jones muito gentilmente enviou-me um exemplar do número de abril do *Burlington Magazine* de 1921 (Vol. XXXVIII) que não podia deixar de renovar mais uma vez, meu interesse pela interpretação da estátua que originalmente sugeri. O número contém (ver em [1] e [2]) um breve artigo da autoria de H. P. Mitchel sobre dois bronzes do século XII, atualmente no Ashmolean Museum, de Oxford, atribuídos a um notável artista daquela época, Nicolau de Verdun. Possuímos outras obras da mesma mão em Tournay, Arras e Klosterneuburg, perto de Viena; sua obra-prima é considerada o Santuário dos Três Reis, em Colônia.

Uma das duas estatuetas descritas por Mitchell, de pouco mais de 9 polegadas de altura, é identificável, além de qualquer dúvida, como um Moisés, por causa das duas Tábuas da Lei que segura na mão. Também este Moisés é representado sentado, envolto num manto ondulado. Seu rosto expressa uma forte paixão, mesclada, talvez, de pesar; e a mão agarra a longa barba e aperta suas madeixas entre a palma e o polegar, como se fosse um vício. Ela está portanto, fazendo o mesmo gesto que postulei na Fig. 2 de meu artigo anterior como um estágio preliminar da atitude em que Michelangelo o esculpiu.

Uma olhada à ilustração anexa mostrará a principal diferença entre as duas composições, separadas uma da outra por um intervalo de mais de três séculos. O Moisés do artista da Lorena está segurando as Tábuas por sua borda superior, com a mão esquerda, apoiando-as no joelho. Se as transferíssemos para o outro lado do corpo e as colocássemos sob o braço direito, teríamos estabelecido a postura preliminar do Moisés de Michelangelo. Se minha opinião sobre o gesto de segurar a barba é correto, então o Moisés do ano de 1180 mostra-nos um instante durante sua tempestade de sentimentos, enquanto que a estátua de San Pietro in Vincoli retrata a calma sobrevinda após a tempestade.

Em minha opinião, essa nova prova aumenta a probabilidade de que a interpretação que tentei em 1914 seja correta. Talvez algum conhecedor de arte possa preencher o hiato existente, no tempo, entre o Moisés de Nicolau de Verdun e o Moisés do Mestre da Renascença Italiana, dizendo-nos onde podem ser encontrados exemplos de representações de Moisés pertencentes ao período intermediário.

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A PSICOLOGIA ESCOLAR

Temos uma sensação esquisita, quando, já na idade madura, mais uma vez recebemos ordem de fazer uma redação escolar. Mas obedecemos automaticamente, como o velho soldado que, à voz de ‘Sentido!’, deixa cair o que tiver nas mãos e se surpreende com os dedos mínimos apertados de encontro às costuras das calças. É estranho como obedecemos às ordens prontamente, como se nada de particular houvesse acontecido no último meio-século. Mas, na realidade, ficamos velhos nesse intervalo, estamos às vésperas de nosso sexagésimo aniversário e as nossas sensações físicas, bem como o espelho, mostram inequivocamente quanto a vela de nossa vida já se queimou.

Talvez há dez anos atrás, pudéssemos ter tido ainda momentos em que, de repente, nos sentíamos novamente jovens. Caminhando pelas ruas de Viena - já de barbas grisalhas e vergados por todas as preocupações da vida familiar - podíamos encontrar inesperadamente algum cavalheiro idoso e bem conservado, ao qual saudávamos quase humildemente, porque o reconhecêramos como um de nossos antigos professores. Mas depois parávamos e refletíamos: ‘Seria realmente ele? Ou apenas alguém muito semelhante? Como parece jovem! E como estamos velhos! Que idade poderá ter hoje? Será possível que os homens que costumavam representar para nós protótipos de adultos, sejam realmente tão pouco mais velhos que nós?’

Em momentos como esse, costumava achar que o tempo presente parecia mergulhar na obscuridade e os anos entre os dez e os dezoito surgiam dos escaninhos da memória, com todas as suas conjeturas e ilusões, suas deformações dolorosas e seus incentivadores sucessos - meus primeiros vislumbres de uma civilização extinta (que, no meu caso, deveria trazer-me tanta compensação quanto tudo o mais nas lutas da vida), meus primeiros contatos com as ciências, entre as quais me parecia aberta a escolha daquela à qual dedicaria os meus indubitavelmente inestimáveis serviços. E pareço lembrar que, durante todo esse tempo, tinha a premonição de uma tarefa futura, até que esta encontrou expressão manifesta na minha redação de despedida da escola, como um desejo de que pudesse, no decurso de minha vida, contribuir com algo para o nosso conhecimento humano.

Mais tarde tornei-me médico - ou antes, psicólogo - e pude criar uma nova disciplina psicológica, conhecida como 'psicanálise', que desperta atualmente um interesse excitado e é acolhida com louvores e ataques por médicos e investigadores de países vizinhos e terras distantes e estrangeiras - menos, naturalmente, em nosso próprio país.

Como psicanalista, estou destinado a me interessar mais pelos processos emocionais que pelos intelectuais, mais pela vida mental inconsciente que pela consciente. Minha emoção ao encontrar meu velho mestre-escola adverte-me de que antes de tudo, devo admitir uma coisa: é difícil dizer se o que exerceu mais influência sobre nós e teve importância maior foi a nossa preocupação pelas ciências que nos eram ensinadas, ou pela personalidade de nossos mestres. É verdade, no mínimo, que esta segunda preocupação constituía uma corrente oculta e constante em todos nós e, para muitos, os caminhos das ciências passavam apenas através de nossos professores. Alguns detiveram-se a meio caminho dessa estrada e para uns poucos - porque não admitir outros tantos? - ela foi por causa disso definitivamente bloqueada.

Nós os cortejávamos ou lhes virávamos as costas; imaginávamos neles simpatias e antipatias que provavelmente não existiam; estudávamos seus caracteres e sobre estes formávamos ou deformávamos os nossos. Eles provocavam nossa mais enérgica oposição e forçavam-nos a uma submissão completa; bisbilhotávamos suas pequenas fraquezas e orgulhávamos-nos de sua excelência, seu conhecimento e sua justiça. No fundo, sentíamos grande afeição por eles, se nos davam algum fundamento para ela, embora não possa dizer quantos se davam conta disso. Mas não se pode negar que nossa posição em relação a eles era notável, uma posição que bem pode ter tido suas inconveniências para os interessados. Estávamos, desde o princípio, igualmente inclinados a amá-los e a odiá-los, a criticá-los e a respeitá-los. A psicanálise deu nome de 'ambivalência' a essa facilidade para atitudes contraditórias e não tem dificuldade em indicar a fonte de sentimentos ambivalentes desse tipo.

A psicanálise nos mostrou que as atitudes emocionais dos indivíduos para com outras pessoas que são de tão extrema importância para seu comportamento posterior, já estão estabelecidas numa idade surpreendentemente precoce. A natureza e a qualidade das relações da criança com as pessoas do seu próprio sexo e do sexo oposto, já foi firmada nos primeiros seis anos de sua vida. Ela pode posteriormente desenvolvê-las e transformá-las em certas direções mas não pode mais livrar-se delas. As pessoas a quem se acha assim ligada são os pais e irmãos e irmãs. Todos que vem a conhecer mais tarde tornam-se figuras substitutas desses primeiros objetos de seus sentimentos. (Deveríamos talvez acrescentar aos pais algumas outras pessoas como babás, que dela cuidaram na infância.) Essas figuras substitutas podem classificar-se, do ponto de vista da criança, segundo provenham do que chamamos as 'imagos', do pai, da mãe, dos irmãos e das irmãs, e assim por diante. Seus relacionamentos posteriores são assim obrigados a arcar com uma espécie de herança emocional, defrontam-se com simpatias e antipatias para cuja produção esses próprios relacionamentos pouco contribuíram. Todas as escolhas posteriores de amizade e amor seguem a base das lembranças deixadas por esses primeiros protótipos.

De toda as imagens (*imagos*) de uma infância que, via de regra, não é mais recordada, nenhuma é mais importante para um jovem ou um homem que a do pai. A necessidade orgânica introduz na relação de um homem com o pai uma ambivalência emocional que encontramos expressa de forma mais notável no mito grego do rei Édipo. Um rapazinho está fadado a amar e a admirar o pai, que lhe parece ser a mais poderosa, bondosa e sábia criatura do mundo. O próprio Deus, em última análise, é apenas uma exaltação dessa imagem do pai, tal como é representado na mente durante a mais tenra infância. Cedo, porém, surge o outro lado da relação emocional. O pai é identificado como o perturbador máximo da nossa vida instintiva; torna-se um modelo não apenas a ser imitado, mas também a ser eliminado para que possamos tomar o seu lugar. Daí em diante, os impulsos afetuosos e hostis para com ele persistem lado a lado, muitas vezes, até o fim da vida, sem que nenhum deles seja capaz de anular o outro. É nessa existência concomitante de sentimentos contrários que reside o caráter essencial daquilo que chamamos de ambivalência emocional.

Na segunda metade da infância, dá-se uma mudança na relação do menino com o pai - mudança cuja importância não pode ser exagerada. De seu quarto de criança, o menino começa a vislumbrar o mundo exterior e não pode deixar de fazer descobertas que solapam a alta opinião original que tinha sobre o pai e que apressam o desligamento de seu primeiro ideal. Descobre que o pai não é o mais poderoso, sábio e rico dos seres; fica insatisfeito com ele, aprende a criticá-lo, a avaliar o seu lugar na sociedade; e então, em regra, faz com que ele pague pesadamente pelo desapontamento que lhe causou. Tudo que há de admirável, e de indesejável na nova geração é determinado por esse desligamento do pai.

É nessa fase do desenvolvimento de um jovem que ele entra em contato com os professores, de maneira que agora podemos entender a nossa relação com eles. Estes homens, nem todos pais na realidade, tornaram-se nossos pais substitutos. Foi por isso que,

embora ainda bastante jovens, impressionaram-nos como tão maduros e tão inatingivelmente adultos. Transferimos para eles o respeito e as expectativas ligadas ao pai onisciente de nossa infância e depois começamos a tratá-los como tratávamos nossos pais em casa. Confrontamo-los com a ambivalência que tínhamos adquirido em nossas próprias famílias, e, ajudados por ela, lutamos como tínhamos o hábito de lutar com nossos pais em carne e osso. A menos que levemos em consideração nossos quartos de crianças e nossos lares, nosso comportamento para com os professores seria não apenas incompreensível, mas também indesculpável.

Como escolares, tivemos outras e um pouco menos importantes experiências com os sucessores de nossos irmãos e irmãs - nossos colegas de escola - mas estas devem ser descritas em outra oportunidade. Numa comemoração do jubileu de nossa escola, é aos professores que nossos pensamentos devem ser dirigidos.

A história do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos

VOLUME XIV

(1914-1916)

Dr. Sigmund Freud

A HISTÓRIA DO MOVIMENTO PSICANALÍTICO (1914)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

ZUR GESCHICHTE DER PSYCHOANALYTUSCHEN BEWEGUNG

(a)EDIÇÕES ALEMÃS:

1914 *Jb. Psychoan.*, 6, 207-260.

1918 *S.K.S.N.*, 4, 1-77. (1922, 2ª ed.)

1924 *G.S.*, 4, 411-480.

1924 Leipzig, Viena e Zurique: Internationaler Psychoanalytischer Verlag. Pág. 72.

1946 G.W., 10, 44-113.

(b) TRADUÇÕES INGLESAS:

“The History of the Psychoanalytic Movement”

1916 *Psychoan. Rev.*, 3, 406-454. (Trad. A. A. Brill.)

1917 Nova Iorque: Nervous & Mental Disease Publishing Co. (Série de Monografias N° 25). Pág. 58. (Mesmo tradutor.)

1938 Em *The Basic Writings of Sigmund Freud*. Nova Iorque: Modern Librar. Págs. 933-977. (Mesmo tradutor.)

“On the History of the Psycho-Analytic Movement”

1924 C.P., 1, 287-359. (Trad. Joan Riviere.)

A presente tradução é uma versão modificada da publicada em 1924.

Nas edições alemãs anteriores a 1924 a data ‘fevereiro de 1914’ aparece no final da obra. Parece de fato ter sido escrita em janeiro e fevereiro daquele ano. Algumas alterações de menor importância foram feitas na edição de 1924, tendo-se acrescentado a longa nota de rodapé nas págs. 33-4. Esta somente agora está sendo publicada em inglês.

Um relato completo da situação que levou Freud a escrever esta obra é apresentado no Capítulo V do segundo volume de sua biografia escrita por Ernest Jones (1955, 142 e seg.) Aqui basta fazer um pequeno resumo da situação. As discordâncias de Adler quanto aos pontos de vista de Freud culminaram em 1910, e as de Jung uns três anos depois. Apesar das divergências que os afastaram de Freud, ambos persistiam, entretanto, em descrever suas teorias como “psicanálise”. A finalidade do presente artigo foi estabelecer claramente os postulados e hipóteses fundamentais da psicanálise, demonstrar que as teorias de Adler e

Jung eram totalmente incompatíveis com eles, e inferir que só levaria à confusão conjuntos de pontos de vista contraditórios receberem todos a mesma designação. E embora por muitos anos a opinião popular continuasse a insistir em que havia “três escolas de psicanálise”, o argumento de Freud finalmente prevaleceu. Adler já escolhera a designação de “Psicologia Individual” para as suas teorias e logo depois Jung adotou a de “Psicologia Analítica” para as suas.

A fim de tornar os princípios essenciais da psicanálise perfeitamente simples, Freud traçou a história do seu desenvolvimento desde os primórdios pré-analíticos. A primeira seção do artigo abrange o período em que ele próprio foi a única pessoa interessada - isto é, até cerca de 1902. A segunda seção continua a história até mais ou menos 1910 -, época em que os pontos de vista psicanalíticos começaram a se estender a círculos mais amplos. Só na terceira seção é que Freud chega ao exame dos pontos de vista dissidentes, primeiro de Adler e a seguir Jung, e assinala os pontos fundamentais em que eles se afastam das descobertas da psicanálise. Nessa última seção e também de uma certa maneira no restante do artigo, encontramos Freud adotando um tom muito mais beligerante do que em qualquer outro dos seus trabalhos. E, tendo em vista suas experiências nos três ou quatro anos anteriores, esse estado de humor diferente não pode ser considerado surpreendente.

Debates sobre os pontos de vista de Adler e Jung encontram-se em duas outras obras de Freud contemporâneas à presente. No artigo sobre “Narcisismo” (1914c), que vinha sendo elaborado quase na mesma época que a “História”, alguns parágrafos de discordância de Jung aparecem no final da Seção I (S.E., 14, págs. 79 e segs.) e um trecho semelhante sobre Adler no início da Seção III (pág. 92). A anamnese do “Homem Lobo” (1918b), escrita sobretudo no fim de 1914, embora somente publicada (com trechos adicionais) em 1918, destinou-se em grande parte a uma refutação empírica de Adler e Jung, e encerra muitos ataques contra as suas teorias. Nas obras ulteriores de Freud existem muitas referências esparsas a essas controvérsias (principalmente em trabalhos expositivos ou semi-autobiográficos), mas estes são sempre em tom mais seco e nunca muito extensos. Menção especial, entretanto, deve ser feita a uma discussão rigorosamente argumentada dos pontos de vista de Adler sobre as forças motoras conducentes à repressão na seção final do artigo de Freud sobre as fantasias de espancamento (1919e), S. E., 17, págs. 201 segs.

Quanto aos aspectos puramente históricos e autobiográficos da obra, deve-se observar que Freud repetiu mais ou menos o que se encontra em seu *Estudo Autobiográfico* (1925d), embora o *Estudo* suplemente este trabalho em alguns pontos. Para uma abordagem bem mais ampla do assunto, o leitor deve procurar a biografia de Freud, em três volumes, escrita por Ernest Jones. Nas notas de rodapé à presente tradução não se tentou seguir o mesmo caminho trilhado por aquela obra.

I

Não é de se estranhar o caráter subjetivo desta contribuição que me proponho trazer à história do movimento psicanalítico, nem deve causar surpresa o papel que nela desempenho, pois a psicanálise é criação minha; durante dez anos fui a única pessoa que se interessou por ela, e todo o desagrado que o novo fenômeno despertou em meus contemporâneos desabafou sobre a minha cabeça em forma de críticas. Embora de muito tempo para cá eu tenha deixado de ser o único psicanalista existente, acho justo continuar afirmando que ainda hoje ninguém pode saber melhor do que eu o que é a psicanálise, em que ela difere de outras formas de investigação da vida mental, o que deve precisamente ser denominado de psicanálise e o que seria melhor chamar de outro nome qualquer. Ao repudiar assim o que me parece nada menos que uma usurpação, estou indiretamente levando ao conhecimento dos leitores deste *Jahrbuch* os fatos que provocaram modificações em sua editoria e formato.

Em 1909, no salão de conferências de uma universidade norte-americana, tive a primeira oportunidade de falar em público sobre a psicanálise. A ocasião foi de grande importância para a minha obra, e movido por este pensamento declarei então que não havia sido eu quem criara a psicanálise: o mérito cabia a Joseph Breuer, cuja obra tinha sido realizada numa época em que eu era apenas um aluno preocupado em passar nos exames (1880-2). Depois que fiz aquelas conferências, entretanto, alguns amigos bem intencionados suscitaram em mim uma dúvida: não teria eu, naquela oportunidade, manifestado minha gratidão de uma maneira exagerada? Na opinião deles, devia ter feito o que já estava acostumado a fazer: encarado o “método catártico” de Breuer como um estágio preliminar da psicanálise, e a psicanálise em si como tendo tido início quando deixei de usar a técnica hipnótica e introduzi as associações livres. Seja como for, não tem grande importância que a história da psicanálise seja considerada como tendo início com o método catártico ou com a modificação que nele introduzi; menciono esse detalhe pouco interessante simplesmente porque certos adversários de psicanálise têm o hábito de lembrar vez por outra que, afinal de contas, a arte da psicanálise não foi invenção minha e sim de Breuer. Isto só acontece, naturalmente, quando seus pontos de vista permitem que eles vejam na psicanálise algo merecedor de atenção, pois, quando há uma rejeição absoluta, nem se discute que a psicanálise é obra somente minha. Que eu saiba, a grande participação que teve Breuer na criação da psicanálise jamais fez cair sobre ele o equivalente em críticas e injúrias. Como há muito já reconheci que provocar oposição e despertar rancor é o destino inevitável da psicanálise, cheguei à conclusão de que devo ser eu o verdadeiro criador do que lhe é mais característico. Alegro-me poder acrescentar que nenhuma dessas tentativas de minimizar

meu papel na criação desta tão difamada psicanálise jamais partiu de Breuer, nem contou sequer com seu apoio.

As descobertas de Breuer já foram descritas tantas vezes que posso dispensar um exame detalhado das mesmas aqui. O fundamental delas era o fato de que os sintomas de pacientes histéricos baseiam-se em cenas do seu passado que lhes causaram grande impressão mas foram esquecidas (traumas); a terapêutica, nisto apoiada, que consistia em fazê-los lembrar e reproduzir essas experiências num estado de hipnose (catarse); e o fragmento de teoria disto inferido, segundo o qual esses sintomas representavam um emprego anormal de doses de excitação que não haviam sido descarregadas (conversão). Sempre que Breuer, em sua contribuição teórica aos *Estudos Sobre a Histeria* (1895), referia-se a esse processo de conversão, acrescentava meu nome entre parênteses, como se coubesse a mim a prioridade desta primeira tentativa de avaliação teórica. Creio que, na realidade, esta distinção só se aplica ao termo, e que a concepção nos ocorreu simultaneamente e em conjunto.

É sabido também que depois de Breuer ter feito sua primeira descoberta do método catártico deixou-o de lado durante anos e só veio a retomá-lo por instigação minha, quando de volta dos meus estudos com Charcot. Breuer tinha uma grande clientela que exigia muito dele; quanto a mim, apenas assumira a contragosto a profissão médica, mas tinha naquela época um forte motivo para ajudar as pessoas que sofriam de afecções nervosas ou pelo menos para desejar compreender algo sobre o estado delas. Adotei a fisioterapia, e me senti completamente desanimado com os resultados desapontadores do meu estudo da *Elektrotherapie* de Erb [1882], que apresentava tantas indicações e recomendações. Se na época não cheguei por conta própria à conclusão que Moebius estabeleceu depois - de que os êxitos do tratamento elétrico em doentes nervosos são efeito de sugestão -, foi, sem dúvida alguma, apenas por causa da total ausência desses prometidos êxitos. O tratamento pela sugestão durante a hipnose profunda, que aprendi através das impressionantes demonstrações de Liébeault e Bernheim, pareciam então oferecer um substituto satisfatório para o malogrado tratamento elétrico. Mas a prática de *investigar* pacientes em estado hipnótico, com a qual me familiarizou Breuer - prática que combinava um modo de agir automático com a satisfação da curiosidade científica - era, sem dúvida, incomparavelmente mais atraente do que as proibições monótonas e forçadas usadas no tratamento pela sugestão, proibições que criavam um obstáculo a qualquer pesquisa.

Há pouco tempo nos foi dada uma sugestão - que se propunha representar um dos mais recentes desenvolvimentos da psicanálise -, no sentido de que o conflito do momento e o fator desencadeante da doença devem ser trazidos para o primeiro plano na análise. Ora, isto era exatamente o que Breuer e eu fazíamos quando começamos a trabalhar com o método catártico. Conduzíamos a atenção do paciente diretamente para a cena traumática na qual o sintoma surgira e nos esforçávamos por descobrir o conflito mental envolvido naquela cena, e por liberar a emoção nela reprimida. Ao longo deste trabalho, descobrimos o processo

mental, característico das neuroses, que chamei depois de “regressão”. As associações do paciente retrocediam, a partir da cena que tentávamos elucidar, até as experiências mais antigas, e compeliavam a análise, que tencionava corrigir o presente, a ocupar-se do passado. Esta regressão nos foi conduzindo cada vez mais para trás; a princípio parecia nos levar regularmente até a puberdade; em seguida, fracassos e pontos que continuavam inexplicáveis levaram o trabalho analítico ainda mais para trás, até os anos da infância que até então permaneciam inacessíveis a qualquer espécie de exploração. Essa direção regressiva tornou-se uma característica importante da análise. Era como se a psicanálise não pudesse explicar nenhum aspecto do presente sem se referir a algo do passado; mais ainda, que toda experiência patogênica implicava uma experiência prévia que, embora não patogênica em si, havia, não obstante, dotado esta última de sua qualidade patogênica. Entretanto, a tentação de limitar a atenção ao fator desencadeante conhecido, do momento, era tão forte que, mesmo em análises posteriores, cedi a ela. Na análise da paciente a quem dei o nome de “Dora” [1905e], realizada em 1899, tive conhecimento da cena que ocasionou a irrupção da doença daquele momento. Tentei inúmeras vezes submeter essa experiência à análise, mas nem mesmo exigências diretas conseguiram da paciente mais que a mesma descrição pobre e incompleta. Só depois de ter sido feito um longo desvio, que a levou de volta à mais tenra infância, surgiu um sonho que, ao ser analisado, lhe trouxe à mente detalhes daquela cena, até então esquecidos, e assim uma compreensão e solução do conflito do momento tornaram-se possíveis.

Este único exemplo mostra quanto desacerto havia na sugestão acima referida e que grau de regressão científica representaria o abandono, por ela proposto, da regressão na técnica analítica.

Minha primeira divergência com Breuer surgiu de uma questão relativa ao mecanismo psíquico mais apurado da histeria. Ele dava preferência a uma teoria que, se poderia dizer, ainda era até certo ponto fisiológica; tentava explicar a divisão mental nos pacientes histéricos pela ausência de comunicação entre vários estados mentais (“estados de consciência”, como os chamávamos naquela época), e construiu então a teoria dos “estados hipnóides” cujos produtos se supunham penetrar na “consciência desperta” como corpos estranhos não assimilados. Eu via a questão de forma menos científica; parecia discernir por toda parte tendências e motivos análogos aos da vida cotidiana, e encarava a própria divisão psíquica como o efeito de um processo de repulsão que naquela época denominei de “defesa”, e depois de “repressão”. Fiz uma tentativa efêmera de permitir que os dois mecanismos existissem lado a lado separados um do outro, mas como a observação me mostrava sempre uma única e mesma coisa, dentro de pouco tempo minha teoria da “defesa” passou a se opor à teoria “hipnóide” de Breuer.

Estou bem certo, contudo, de que esta oposição entre os nossos pontos de vista nada teve que ver com o rompimento de nossas relações que se seguiu pouco depois. Este teve causas mais profundas, mas ocorreu de forma tal que de início não o compreendi; só depois é que,

através de claras indicações, pude interpretá-lo. Como se sabe, Breuer disse de sua primeira e famosa paciente que o elemento de sexualidade estava surpreendentemente não desenvolvido nela e que em nada contribuía para o riquíssimo quadro clínico do caso. Sempre fiquei a imaginar por que os críticos não citam com mais freqüência esta afirmação de Breuer como argumento contra minha alegação referente à etiologia sexual das neuroses, e até hoje não sei se devo considerar a omissão como prova de tato ou de descuido da parte deles. Quem quer que leia agora a história do caso de Breuer à luz dos conhecimentos adquiridos nos últimos vinte anos, perceberá, de imediato, o simbolismo nele existente - as cobras, o enrijecimento, a paralisia do braço - e, levando em conta a situação da jovem à cabeceira do pai enfermo, facilmente chegará à verdadeira interpretação dos sintomas; a opinião do leitor sobre o papel desempenhado pela sexualidade na vida mental da paciente será, portanto, bem diferente daquela do seu médico. No tratamento desse caso, Breuer usou, para com a paciente, de um *rapport* sugestivo muito intenso, que nos poderá servir como um perfeito protótipo do que chamamos hoje de “transferência”. Tenho agora fortes razões para suspeitar que, depois de ter aliviado todos os sintomas de sua cliente, Breuer deve ter descoberto por outros indícios a motivação sexual dessa transferência, mas que a natureza universal deste fenômeno inesperado lhe escapou, resultando daí que, como se tivesse sido surpreendido por um “fato inconveniente”, ele tenha interrompido qualquer investigação subsequente. Breuer nunca me falou isso assim, mas me disse o bastante em diferentes ocasiões para justificar esta minha reconstituição do acontecido. Quando depois comecei, cada vez com mais persistência, a chamar a atenção para a significação da sexualidade na etiologia das neuroses, ele foi o primeiro a manifestar a reação de desgosto e repúdio que posteriormente iria tornar-se tão familiar a mim, mas que naquela ocasião eu não tinha ainda aprendido a reconhecer como meu destino inexorável.

O surgimento da transferência sob forma francamente sexual - seja de afeição ou de hostilidade -, no tratamento das neuroses, apesar de não ser desejado ou induzido pelo médico nem pelo paciente, sempre me pareceu a prova mais irrefutável de que a origem das forças impulsionadoras da neurose está na vida sexual. A este argumento nunca foi dado o grau de atenção que ele merece, pois se isso tivesse acontecido, as pesquisas neste campo não deixariam nenhuma outra conclusão em aberto. No que me diz respeito, este argumento continua a ser decisivo, mas decisivo mesmo do que qualquer das descobertas mais específicas do trabalho analítico.

O consolo que tive em face da reação negativa provocada, mesmo no meu círculo de amigos mais íntimos, pelo meu ponto de vista de uma etiologia sexual nas neuroses - pois formou-se rapidamente um vácuo em torno de mim -, foi o pensamento de que estava assumindo a luta por uma idéia nova e original. Mas, um belo dia, vieram-me à mente certas lembranças que perturbaram esta idéia agradável, mas que, por outro lado, me proporcionaram uma percepção (*insight*) valiosa dos processos da atividade criativa humana e da natureza dos conhecimentos humanos. A idéia pela qual eu estava me tornando

responsável de modo algum se originou em mim. Fora-me comunicada por três pessoas cujos pontos de vista tinham merecido meu mais profundo respeito - o próprio Breuer, Charcot e Chrobak, o ginecologista da universidade, talvez o mais eminente de todos os nossos médicos de Viena. Esses três homens me tinham transmitido um conhecimento que, rigorosamente falando, eles próprios não possuíam. Dois deles, mais tarde, negaram tê-lo feito quando lhes lembrei o fato; o terceiro (o grande Charcot) provavelmente teria feito o mesmo se me tivesse sido dado vê-lo novamente. Mas essas três opiniões idênticas, que ouvira sem compreender, tinham ficado adormecidas em minha mente durante anos, até que um dia despertaram sob a forma de uma descoberta aparentemente original.

Um dia, quando eu era ainda um jovem médico residente, passeava com Breuer pela cidade, quando se aproximou de nós um homem que evidentemente desejava falar-lhe com urgência. Deixei-me ficar para trás. Logo que Breuer ficou livre, contou-me com seu jeito amistoso e instrutivo que aquele homem era marido de uma paciente sua e que lhe trouxera algumas notícias a respeito dela. A esposa, acrescentou, comportava-se de maneira tão peculiar em sociedade que lhe fora levada para tratamento como um caso de doença nervosa. Concluiu ele: “Estas coisas são sempre “secrets d’alcôve!” Perguntei-lhe assombrado o que queria dizer e respondeu explicando-me o termo *alcôve* (“leito conjugal”), pois não se deu conta de quão extraordinário o assunto de sua declaração me parecia.

Alguns anos depois, numa recepção em casa de Charcot, aconteceu-me estar de pé perto do grande mestre no momento em que ele parecia estar contando a Brouardel uma história muito interessante sobre algo que me ocorrera durante o trabalho do dia. Mal ouvi o início, mas pouco a pouco minha atenção foi-se prendendo ao que ele dizia: um jovem casal de um país distante do Oriente - a mulher, um caso de doença grave, o homem impotente ou excessivamente desajeitado. “*Tâchez donc*”, ouvi Charcot repetindo, “*jê vous assure, vous y arriverez*”. Brouardel, que falava mais baixo, deve ter externado o seu espanto de que sintomas como os da esposa pudessem ter sido produzidos por tais circunstâncias, pois Charcot de súbito irrompeu com grande animação: “*Mais, dans des cas pareils, c’est toujours la chose génitale, toujours... toujours... toujours*”; e cruzou os braços sobre o estômago, abraçando-se a si mesmo e pulando para cima e para baixo na ponta dos pés várias vezes com a animação que lhe era característica. Sei que por um momento fiquei quase paralisado de assombro e disse para mim mesmo: “Mas se ele sabe disso, por que não diz nunca?”. Mas a impressão logo foi esquecida; a anatomia do cérebro e a indução experimental de paralisias histéricas absorviam todo o meu interesse.

Um ano depois, iniciara a minha carreira médica em Viena como professor-adjunto de doenças nervosas, e em relação a tudo o que dizia respeito à etiologia das neuroses ainda era tão ignorante e inocente quanto se poderia esperar de um aluno promissor recém-saído de uma universidade. Certo dia, recebi um recado simpático de Chrobak, pedindo-me que

visse uma cliente sua a quem não podia dedicar o tempo necessário, por causa de sua recente nomeação para o cargo de professor universitário. Cheguei à casa da cliente antes dele e verifiquei que ela sofria de acessos de ansiedade sem sentido, e só conseguia se acalmar com informações precisas de onde se encontrava o seu médico a cada momento do dia. Quando Chrobak chegou, levou-me a um canto e me disse que a ansiedade da paciente era devida ao fato de que, embora estivesse casada há dezoito anos, ainda era *virgo intacta*. O marido era absolutamente impotente. Nesses casos, disse ele, o médico nada podia fazer a não ser resguardar esta infelicidade doméstica com sua própria reputação, e resignar-se quando as pessoas dessem de ombros e dissessem dele: “Não vale nada se não pode curá-la depois de tantos anos”. A única receita para essa doença acrescentou, nos é bastante familiar, mas não podemos prescrevê-la. É a seguinte:

“*R. Penis normalis dosim repetatur!*”

Jamais ouvira tal receita, e tive vontade de fazer ver ao meu protetor que eu reprovava o seu cinismo.

Não revelei a paternidade ilustre desta idéia escandalosa com o intuito de atribuir a outros a responsabilidade dela. Dou-me conta muito bem de que uma coisa é externar uma idéia uma ou duas vezes sob a forma de um aperçu passageiro, e outra bem diferente é levá-la a sério, tomá-la ao pé da letra e persistir nela, apesar dos detalhes contraditórios, até conquistar-lhe um lugar entre as verdades aceitas.

É a diferença entre um flerte fortuito e um casamento legal com todos os seus deveres e dificuldades. “Épouser les idées de...” não é uma figura de linguagem pouco comum, pelo menos em francês.

Entre os outros novos fatores que foram acrescentados ao processo catártico como resultado de meu trabalho e que o transformou em psicanálise, posso mencionar em particular a teoria da repressão e da resistência, o reconhecimento da sexualidade infantil e a interpretação e exploração de sonhos como fonte de conhecimento do inconsciente.

A teoria da repressão sem dúvida alguma ocorreu-me independentemente de qualquer outra fonte; não sei de nenhuma impressão externa que me pudesse tê-la sugerido, e por muito tempo imaginei que fosse inteiramente original, até que Otto Rank (1911a) nos mostrou um trecho da obra de Schopenhauer *World as Will and Idea* na qual o filósofo procura dar uma explicação da loucura. O que ele diz sobre a luta contra a aceitação da parte dolorosa da realidade coincide tão exatamente com o meu conceito de repressão que, mais uma vez, devo a chance de fazer uma descoberta ao fato de não ser uma pessoa muito lida. Entretanto, outros leram o trecho e passaram por ele sem fazer essa descoberta e talvez

o mesmo tivesse acontecido a mim se na juventude tivesse tido mais gosto pela leitura de obras filosóficas. Em anos posteriores, neguei a mim mesmo o enorme prazer da leitura das obras de Nietzsche, com o propósito deliberado de não prejudicar, com qualquer espécie de idéias antecipatórias, a elaboração das impressões recebidas na psicanálise. Tive, portanto, de me preparar - e com satisfação - para renunciar a qualquer pretensão de prioridade nos muitos casos em que a investigação psicanalítica laboriosa pode apenas confirmar as verdades que o filósofo reconheceu por intuição.

A teoria da repressão é a pedra angular sobre a qual repousa toda a estrutura da psicanálise. É a parte mais essencial dela e todavia nada mais é senão a formulação teórica de um fenômeno que pode ser observado quantas vezes se desejar se se empreende a análise de um neurótico sem recorrer a hipnose. Em tais casos encontra-se uma resistência que se opõe ao trabalho da análise e, a fim de frustrá-lo, alega falha de memória. O uso da hipnose ocultava essa resistência; por conseguinte, a história da psicanálise propriamente dita só começa com a nova técnica que dispensa a hipnose. A consideração teórica, decorrente da coincidência dessa resistência com uma amnésia, conduz inevitavelmente ao princípio da atividade mental inconsciente, peculiar à psicanálise, e que também a distingue muito nitidamente das especulações filosóficas em torno do inconsciente. Assim talvez se possa dizer que a teoria da psicanálise é uma tentativa de explicar dois fatos surpreendentes e inesperados que se observam sempre que se tenta remontar os sintomas de um neurótico a suas fontes no passado: a transferência e a resistência. Qualquer linha de investigação que reconheça esses dois fatos e os tome como ponto de partida de seu trabalho tem o direito de chamar-se psicanálise, mesmo que chegue a resultados diferentes dos meus. Mas quem quer que aborde outros aspectos do problema, evitando essas duas hipóteses, dificilmente poderá escapar à acusação de apropriação indébita por tentativa de imitação, se insistir em chamar-se a si próprio de psicanalista. Eu me oporia com maior ênfase a quem procurasse colocar a teoria da repressão e da resistência entre as *premissas* da psicanálise em vez de colocá-las entre as suas *descobertas*. Essas premissas, de natureza psicológica e biológica geral, na verdade existem e seria útil considerá-las em outra ocasião; mas a teoria da repressão é um produto do trabalho psicanalítico, uma inferência teórica legitimamente extraída de inúmeras observações.

Outro produto dessa espécie foi a hipótese da sexualidade infantil. Isto, porém, foi feito numa data muito ulterior. Nos primeiros dias da investigação experimental pela análise, não se pensou em tal coisa. De início, observou-se apenas que os efeitos das experiências presentes tinham de ser remontados a algo no passado. Mas os investigadores geralmente encontram mais do que procuram. Fomos puxados cada vez mais para o passado; esperávamos poder parar na puberdade, período ao qual se atribui tradicionalmente o despertar dos impulsos sexuais. Mas em vão; as pistas conduziam ainda mais para trás, à infância e aos seus primeiros anos. No caminho, tivemos de superar uma idéia errada que poderia ter sido quase fatal para a nova ciência. Influenciados pelo ponto de vista de

Charcot quanto à origem traumática da histeria, estávamos de pronto inclinados a aceitar como verdadeiras e etiologicamente importantes as declarações dos pacientes em que atribuíam seus sintomas a experiências sexuais passivas nos primeiros anos da infância - em outras palavras, à sedução. Quando essa etiologia se desmoronou sob o peso de sua própria improbabilidade e contradição em circunstâncias definitivamente verificáveis, ficamos, de início, desorientados. A análise nos tinha levado até esses traumas sexuais infantis pelo caminho certo e, no entanto, eles não eram verdadeiros. Deixamos de pisar em terra firme. Nessa época, estive a ponto de desistir por completo do trabalho, exatamente como meu estimado antecessor, Joseph Breuer, quando fez sua descoberta indesejável. Talvez tenha perseverado apenas porque já não tinha outra escolha e não podia então começar uma outra coisa. Por fim, veio a reflexão de que, afinal de contas, não se tem o direito de desesperar por não ver confirmadas as próprias expectativas; deve-se fazer uma revisão dessas expectativas. Se os pacientes histéricos remontam seus sintomas e traumas que são fictícios, então o fato novo que surge é precisamente que eles criam tais cenas na *fantasia*, e essa realidade psíquica precisa ser levada em conta ao lado da realidade prática. Essa reflexão foi logo seguida pela descoberta de que essas fantasias destinavam-se a encobrir a atividade auto-erótica dos primeiros anos de infância, embelezá-la e elevá-la a um plano mais alto. E agora, de detrás das fantasias, toda a gama da vida sexual da criança vinha à luz.

Com a atividade sexual dos primeiros anos de infância também foi reconhecida a constituição herdada do indivíduo. A disposição e a experiência estão aqui ligadas numa unidade etiológica indissolúvel, pois a *disposição* exagera impressões - que de outra forma teriam sido inteiramente comuns e não teriam nenhum efeito -, de modo a transformá-las em traumas que dão margem a estímulos e fixações; por outro lado, as *experiências* despertam fatores na disposição que, sem elas, poderiam ter ficado adormecidos por muito tempo e talvez nunca se desenvolvessem. Abraham (1907) deu a última palavra sobre a questão da etiologia traumática quando ressaltou que a constituição sexual peculiar às crianças é calculada precisamente para provocar experiências sexuais de uma natureza particular, ou seja, traumas.

No começo, minhas declarações sobre a sexualidade infantil basearam-se quase exclusivamente nos achados, da análise de adultos, que remontavam ao passado. Não tive nenhuma oportunidade de fazer observações diretas em crianças. Foi, portanto, uma grande vitória quando, anos depois, tornou-se possível confirmar quase todas as minhas deduções através da observação direta e da análise de crianças muito pequenas - vitória que foi perdendo a sua magnitude à medida que pouco a pouco compreendíamos que a natureza da descoberta era tal que na realidade deveríamos envergonhar-nos de ter tido de fazê-la. Quanto mais se levassem adiante as observações em crianças, mais evidentes os fatos se tornavam; porém o mais surpreendente de tudo era constatar que tivesse havido tanta preocupação em menosprezá-los.

Essa convicção da existência e da importância da sexualidade infantil, entretanto, só pode ser obtida, pelo método da análise, partindo-se dos sintomas e peculiaridades dos neuróticos e acompanhando-os até suas fontes últimas, cuja descoberta então explica o que há nelas de explicável e permite que se modifique o que há de modificável.

Compreendo que se possa chegar a resultados diferentes se, como fez recentemente C. G. Jung, se forma primeiro uma concepção teórica da natureza do instinto sexual e procura-se então explicar a vida das crianças a partir dessa base. Uma concepção dessa natureza será forçosamente uma escolha arbitrária ou dependente de considerações irrelevantes, e corre o risco de evidenciar-se inadequada ao campo a que se está procurando aplicá-la. É verdade que também o método analítico leva a certas dificuldades e obscuridades finais no tocante à sexualidade e à sua relação com a vida total do indivíduo. Mas esses problemas não podem ser eliminados pela especulação; devem aguardar solução através de outras observações ou mediante observações em outros campos.

Pouco preciso dizer sobre a interpretação de sonhos. Surgiu como os prenúncios da inovação técnica que eu adotara quando, após um vago pressentimento, resolvi substituir a hipnose pela livre associação. Minha busca de conhecimentos não se dirigira, de início, para a compreensão dos sonhos. Não sei de nenhuma influência externa que tivesse atraído meu interesse para esse assunto ou que me tivesse inspirado qualquer expectativa valiosa. Antes de Breuer e eu nos separarmos, apenas tinha tido tempo de comunicar-lhe, e numa única frase, que eu, àquela altura, estava sabendo como traduzir os sonhos. Visto ter sido assim a descoberta, conclui-se que o *simbolismo* na linguagem dos sonhos foi quase a última coisa a tornar-se acessível a mim, pois as associações da pessoa que sonha nos ajudam muito pouco a compreender símbolos. Como tenho o hábito de estudar sempre as próprias coisas antes de procurar informações sobre elas em livros, pude chegar eu mesmo ao simbolismo dos sonhos antes de ser a ele levado pela obra de Scherner sobre o assunto [1861]. Só depois é que vim a apreciar em sua plena extensão essa modalidade de expressão dos sonhos. Isso ocorreu em parte por influência das obras de Stekel, cujos primeiros trabalhos têm muito mérito, mas que depois se desencaminhou totalmente. A estreita ligação entre a interpretação psicanalítica dos sonhos e a arte de interpretá-los segundo a prática tida em tão alta conta na antigüidade, só tornou-se clara para mim muito depois. Mais tarde, descobri a característica essencial e a parte mais importante da minha teoria dos sonhos, ou seja, que a distorção dos sonhos é consequência de um conflito interno, uma espécie de desonestidade interna - num autor que embora ignorando a medicina, não ignorava a filosofia, o famoso engenheiro J. Popper, que publicou sua *Phantasien einer Realisten* [1899] sob o nome de Lynkeys.

A interpretação de sonhos foi para mim um alívio e um apoio naqueles árduos primeiros anos da análise, quando tive de dominar a técnica, os fenômenos clínicos e a terapêutica das neuroses, tudo ao mesmo tempo. Naquele período fiquei completamente isolado e, no emaranhado de problemas e acúmulo de dificuldades, muitas vezes tive medo de me

desorientar e de perder a confiança em mim mesmo. A comprovação de minha hipótese de que uma neurose tinha de tornar-se inteligível através da análise se arrastava, em muitos pacientes, por um período de tempo desesperador; mas os sonhos desses pacientes, que poderiam ser considerados análogos aos seus sintomas, quase sempre confirmavam a hipótese.

Foi o meu êxito nessa direção que me permitiu perseverar. Vem dessa época o hábito que adquiri de aferir a medida da compreensão de um psicólogo pela sua atitude em face da interpretação de sonhos; e tenho observado com satisfação que a maior parte dos adversários da psicanálise evitam esse campo por completo, ou então, revelam uma flagrante inabilidade quando tentam lidar com ele. Além do mais; logo me dei conta da necessidade de levar a efeito uma auto-análise, e o fiz com a ajuda de uma série de meus próprios sonhos que me conduziram de volta a todos os fatos da minha infância, sendo ainda hoje de opinião que essa espécie de análise talvez seja o suficiente para uma pessoa que sonhe com frequência e não seja muito anormal.

Com este relato da história do desenvolvimento da psicanálise creio ter mostrado, melhor do que com uma descrição sistemática, o que ela é. De início não percebi a natureza peculiar do que descobrira. Sem hesitar, sacrifiquei minha crescente popularidade como médico, e restringi o número de clientes nas minhas horas de consulta, para poder proceder a uma investigação sistemática dos fatores sexuais em jogo na causação das neuroses de meus pacientes; e isso me trouxe um grande número de fatos novos que finalmente confirmavam minha convicção quanto à importância prática do fator sexual. Ingenuamente dirigi-me a uma reunião da Sociedade de Psiquiatria e Neurologia de Viena, presidida então por Krafft-Ebing (cf. Freud, 1896c), na esperança de que as perdas materiais que voluntariamente sofri fossem compensadas pelo interesse e reconhecimento dos meus colegas. Considerava minhas descobertas contribuições normais à ciência e esperava que fossem recebidas com esse mesmo espírito. Mas o silêncio provocado pelas minhas comunicações, o vazio que se formou em torno de mim, as insinuações que me foram dirigidas, pouco a pouco me fizeram compreender que as afirmações sobre o papel da sexualidade na etiologia das neuroses não podem contar com o mesmo tipo de tratamento dado ao comum das comunicações. Compreendi que daquele momento em diante eu passara a fazer parte do grupo daqueles que “perturbaram o sono do mundo”, como diz Hebbel e que não poderia contar com objetividade e tolerância. Entretanto, desde que minha convicção quanto à exatidão geral de minhas observações e conclusões era cada vez maior, e que a confiança no meu próprio julgamento e minha coragem moral não era exatamente o que se pode chamar de pequena, o resultado da situação não poderia ser posto em dúvida. Dispus-me a acreditar que tinha tido a sorte de descobrir fatos e ligações particularmente importantes, e resolvi aceitar o destino que às vezes acompanha essas descobertas.

Imaginei o futuro da seguinte forma: - o êxito terapêutico do novo método provavelmente garantiria a minha subsistência, mas a ciência me ignoraria por completo enquanto eu

vivesse; décadas depois, alguém infalivelmente chegaria aos mesmos resultados - para os quais não era ainda chegada a hora -, conseguiria que eles fossem reconhecidos e me honraria como um precursor cujo fracasso fora inevitável. Enquanto isso, como Robinson Crusóe, eu me instalava com o maior conforto possível em minha ilha deserta. Quando lanço um olhar retrospectivo àqueles anos solitários, longe das pressões e confusões de hoje, parece-me uma gloriosa época de heroísmo. Meu “splendid isolation” não deixou de ter suas vantagens e encantos. Não tinha obrigação de ler publicações nem de ouvir adversários mal informados; não estava sujeito à influência de qualquer setor; não havia nada a me apressar. Aprendi a controlar as tendências especulativas e a seguir o conselho não esquecido de meu mestre, Charcot: olhar as mesmas coisas repetidas vezes até que elas comecem a falar por si mesmas. Minhas publicações, para as quais encontrei editor, não sem um pouco de dificuldade, sempre podiam não somente atrasar-me muito em relação aos meus conhecimentos mas também serem adiadas quando eu quisesse, desde que não havia nenhuma “prioridade” duvidosa a ser defendida. *A Interpretação de Sonhos*, por exemplo, foi concluída, no essencial, no início de 1896 mas só foi escrita em definitivo no verão de 1899. A análise de “Dora” terminou no fim de 1899 [1900]; a história clínica foi escrita nas duas semanas seguintes, mas só foi publicada em 1905. Enquanto isso, minhas obras não *constavam* das resenhas críticas das revistas médicas, ou, quando excepcionalmente constavam, era para serem rechaçadas com expressões desdenhosas ou de superioridade compassiva. Ocasionalmente, um colega fazia referência a mim em uma de suas publicações - sempre muito curta e nunca lisonjeira - em que eram usadas palavras como “excêntrico”, “extremista”, ou “muito estranho”. Uma vez, um assistente da clínica de Viena, em cuja Universidade eu dava ciclos de conferências pediu-me permissão para freqüentar o curso. Prestava muita atenção, mas não dizia nada; depois da última conferência, ofereceu-se para acompanhar-me. Enquanto caminhávamos, disse-me que, com o conhecimento de seu chefe, escrevera um livro combatendo os meus pontos de vista; lamentava muito, contudo, não haver antes se informado melhor acerca dos mesmos através de minhas conferências, pois nesse caso teria escrito o livro de maneira bem diferente. Chegara a perguntar na clínica se não seria melhor ler antes *A Interpretação de Sonhos*, mas aconselharam-no a não fazê-lo - não valia o esforço. Então ele próprio comparou a estrutura da minha teoria, até onde a compreendia, com a da Igreja Católica no tocante à consistência interna. No interesse da salvação de sua alma, acredito que essa observação implicava certa dose de simpatia. Mas ele concluiu dizendo que era tarde demais para alterar qualquer coisa no livro, visto que já se achava no prelo. Não julgou necessário fazer posteriormente nenhuma confissão pública da mudança de seus pontos de vista em relação à psicanálise; preferiu, na qualidade de crítico regular de uma revista médica, acompanhar o desenvolvimento desse assunto com comentários irreverentes.

Minha suscetibilidade pessoal tornou-se embotada, durante esses anos, para vantagem minha. Só não me tornei uma pessoa amargurada por uma circunstância que nem sempre está presente para ajudar os descobridores solitários. Eles são, em geral, atormentados pela necessidade de explicar a falta de simpatia ou a aversão de seus contemporâneos e sentem

essa atitude como uma contradição angustiante à segurança de suas próprias convicções. Eu não precisava me sentir assim, pois a teoria psicanalítica me capacitava a compreender a atitude de meus contemporâneos e vê-la como uma consequência natural das premissas analíticas fundamentais. Se era verdade que o conjunto de fatos que eu descobri foram mantidos fora do conhecimento dos próprios pacientes por resistências internas de natureza emocional, então essas resistências forçosamente apareceriam também em pessoas sadias logo que alguma fonte externa as levasse a um confronto com o que fora reprimido. Não era de surpreender que fossem capazes de justificar essa rejeição de minhas idéias com razões intelectuais, embora a razão fosse, de fato, de origem emocional. A mesma coisa aconteceu seguidamente com pacientes; os argumentos que apresentavam eram os mesmos e não muito brilhantes. Nas palavras de Falstaff, os argumentos são “tão abundantes quanto as amoras silvestres.” A única diferença era que com pacientes estávamos em condições de pressioná-los a fim de induzi-los a perceber (*insight*) suas resistências e superá-las, ao passo que lidando com pessoas pretensamente sadias não contávamos com essa vantagem. Como compelir essas pessoas sadias a examinarem o assunto com espírito frio e cientificamente objetivo constituía um problema insolúvel que era melhor deixar que o tempo elucidasse. Na história da ciência, podemos ver claramente que, com freqüência, proposições que de início só provocam contradição, posteriormente vêm a ser aceitas, embora não tenham sido apresentadas novas provas das mesmas.

Entretanto, ninguém poderia esperar que, durante os anos em que eu sozinho representava a psicanálise, pudesse ter desenvolvido um respeito especial pela opinião do mundo ou qualquer tendência à acomodação intelectual.

II

A partir do ano de 1902, certo número de jovens médicos reuniu-se em torno de mim com a intenção expressa de aprender, praticar e difundir o conhecimento da psicanálise. O estímulo proveio de um colega que experimentara, ele próprio, os efeitos benéficos da terapêutica analítica. Reuniões regulares realizavam-se à noite em minha casa, travavam-se debates de acordo com certas normas, e os participantes se esforçavam por encontrar sua orientação nesse novo e estranho campo de pesquisa, e de despertar em outros o interesse por ele. Um belo dia um jovem que fora aprovado numa escola de ensino técnico apresentou-se com um manuscrito que indicava compreensão fora do comum. Persuadimo-lo a cursar o *Gymnasium* [escola secundária] e a Universidade e a dedicar-se ao aspecto não-médico da psicanálise. A pequena sociedade adquiriu nele um secretário zeloso e digno de confiança e eu ganhei em Otto Rank um auxiliar e colaborador dos mais fiéis.

O pequeno círculo logo se ampliou e no transcorrer dos cinco anos seguintes muitas vezes

mudou de composição. De um modo geral, podia dizer a mim mesmo que quase não era inferior, em riqueza e variedade de talento, à equipe de qualquer professor de clínica. Incluía, desde o início, os que mais tarde viriam a desempenhar papel considerável, embora nem sempre aceitável, na história do movimento psicanalítico. Naquela época, entretanto, não se poderia ainda prever esses desenvolvimentos. Eu tinha todos os motivos para estar satisfeito, e penso que fiz o possível para transmitir meu conhecimento e experiência aos outros. Houve apenas duas circunstâncias inauspiciosas que terminaram por me afastar internamente do grupo. Não consegui estabelecer entre os seus membros as relações amistosas que devem prevalecer entre homens que se acham empenhados no mesmo trabalho difícil, nem consegui evitar a competição pela prioridade a que dá margem, com tanta freqüência, esse tipo de trabalho em equipe. As dificuldades particularmente grandes ligadas ao ensino da prática da psicanálise - responsáveis por grande parte das dissensões havidas - eram patentes nessa Sociedade Psicanalítica de Viena, de caráter particular. Eu mesmo não me aventurei a expor uma técnica e teoria ainda inacabadas e em formação, com a autoridade que provavelmente teria capacitado os outros a evitar certos desvios e suas conseqüências desastrosas. A autoconfiança de trabalhadores intelectuais, sua independência prematura do mestre, é sempre gratificante de um ponto de vista psicológico, mas só traz vantagens para a ciência se esses trabalhadores preencherem certas condições pessoais que não são, de maneira nenhuma, comuns. Para a psicanálise, em particular, uma longa e severa disciplina, além de treinamento na autodisciplina, teria sido necessária. Em vista da coragem revelada pela devoção a um assunto olhado com tanta reserva, e tão pobre de perspectivas, estava disposto a tolerar dos membros do grupo muita coisa que não devia tolerar numa situação diferente. Além de médicos, o círculo incluía outras pessoas - homens instruídos que haviam reconhecido algo importante na psicanálise; escritores, pintores etc. Minha *Interpretação de Sonhos* e meu livro sobre chistes, entre outros, mostraram desde o início que as teorias da psicanálise não podem ficar restritas ao campo médico, mas são passíveis de aplicação a várias outras ciências mentais.

Em 1907, contra todas as expectativas, a situação mudou de repente. Parecia que a psicanálise havia discretamente despertado interesse e angariado adeptos e que havia até mesmo alguns cientistas que estavam prontos a reconhecê-la. Uma comunicação de Bleuler me informara antes disso que minhas obras tinham sido estudadas e aplicadas no Burghölzli. Em janeiro de 1907, pela primeira vez veio a Viena um membro da clínica de Zurique - o Dr. Eitingon. Outras visitas se seguiram, que levaram a uma animada troca de idéias. Finalmente, a convite de C.G.Jung, naquela época ainda médico assistente de Burghölzli, realizou-se uma primeira reunião em Salzburg na primavera de 1908, que congregou adeptos da psicanálise de Viena, Zurique e outros lugares. Um dos primeiros resultados desse primeiro Congresso Psicanalítico foi a fundação de um periódico intitulado *Jahrbuch für psychoanalytische und psycho-pathologische Forschungen* sob a direção de Bleuler e Freud e editado por Jung, que apareceu pela primeira vez em 1909. Essa publicação expressava a estreita cooperação entre Viena e Zurique.

Repetidas vezes reconheci com gratidão os grandes serviços prestados pela Escola de Psiquiatria de Zurique na difusão da psicanálise, em particular por Bleuler e Jung, e não hesito em fazê-lo ainda hoje, quando as circunstâncias mudaram tanto. Na verdade, não foi o apoio da Escola de Zurique que fez despertar a atenção do mundo científico para a psicanálise naquela época. O que acontecera foi que o período de latência tinha terminado e por toda parte a psicanálise se tornava objeto de interesse cada vez maior. Mas em todos os outros lugares, esse aumento de interesse de início não produziu senão um vivo repúdio, quase sempre apaixonado, ao passo que em Zurique, pelo contrário, um acordo em linhas gerais foi a nota dominante. Além disso, em nenhum outro lugar havia um grupo tão coeso de partidários, nem uma clínica pública posta a serviço das pesquisas psicanalíticas, nem um professor de clínica que incluísse as teorias psicanalíticas como parte integrante de seu curso de psiquiatria. O grupo de Zurique tornou-se assim o núcleo de pequena associação que lutava pelo reconhecimento da análise. A única oportunidade de aprender a nova arte e de nela trabalhar estava ali. A maior parte dos meus seguidores e colaboradores de hoje chegou a mim via Zurique, mesmo aqueles que se encontravam geograficamente muito mais perto de Viena do que da Suíça. Em relação à Europa ocidental, onde estão os grandes centros de nossa cultura, Viena ocupa uma posição marginal; e seu prestígio tem sido afetado, há muitos anos, por fortes preconceitos. Os representantes das nações mais importantes se reúnem na Suíça, onde a atividade intelectual é tão vívida; um foco de infecção ali estava destinado a ser de grande importância para a difusão da “epidemia psíquica”, como Hoche de Freiburg a denominou.

Segundo o testemunho de um colega que presenciou acontecimentos no Burghölzli, parece que a psicanálise despertou interesse ali muito cedo. Na obra de Jung sobre fenômenos ocultos, publicada em 1902, já havia alusão ao meu livro sobre a interpretação de sonhos. A partir de 1903 ou 1904, a psicanálise ocupava o primeiro plano de interesse. Depois de estabelecidas relações pessoais entre Viena e Zurique, uma sociedade informal foi também iniciada, em meados de 1907, no Burghölzli, onde os problemas da psicanálise eram debatidos em reuniões regulares. Na aliança entre as escolas de Viena e Zurique, os suíços não eram de modo algum meros recipientes. Já haviam produzido trabalhos científicos de grande mérito, cujos resultados foram úteis à psicanálise. As experiências de associação iniciadas pela Escola de Wundt tinham sido interpretadas por eles num sentido psicanalítico e revelaram possibilidades de aplicação inesperadas. Através delas, tornara-se possível chegar a uma rápida confirmação experimental das observações psicanalíticas e a demonstrar diretamente a estudantes conexões a respeito das quais um analista poderia apenas falhar-lhes. A primeira ponte ligando a psicologia experimental à psicanálise fora levantada.

No tratamento psicanalítico, os experimentos de associação permitem uma análise provisória qualitativa do caso, mas não proporcionam nenhuma contribuição essencial à técnica, podendo-se prescindir deles na prática analítica. Mais importante, contudo, foi outra realização da Escola de Zurique, ou de seus líderes, Bleuler e Jung. O primeiro mostrou que

se poderia esclarecer grande número de casos, puramente psiquiátricos, reconhecendo neles os mesmos processos reconhecidos pela psicanálise como presentes nos sonhos e nas neuroses (mecanismos freudianos); e Jung [1907] aplicou com êxito o método analítico de interpretação às manifestações mais estranhas e obscuras da demência precoce (esquizofrenia), de modo a trazer à luz suas fontes presentes na história da vida e nos interesses do paciente. Depois disso, foi impossível aos psiquiatras ignorar por mais tempo a psicanálise. A grande obra de Bleuler sobre a esquizofrenia (1911), na qual o ponto de vista psicanalítico foi colocado em pé de igualdade com o clínico-sistemático, completou esse sucesso.

Não deixarei de ressaltar uma divergência que já se podia observar naquela época entre os rumos seguidos pelo trabalho das duas escolas. Já em 1897 eu publicara a análise de um caso de esquizofrenia, o qual, contudo, era de natureza paranóide, de modo que a solução do mesmo não podia ser influenciada pela impressão causada pelas análises de Jung. Mas para mim o ponto importante fora não tanto a possibilidade de interpretar os sintomas, mas o mecanismo psíquico da doença e, acima de tudo, a concordância desse mecanismo com o da histeria, que já fora descoberto. Naquela época, nenhuma luz fora lançada sobre as diferenças entre os dois mecanismos, pois eu ainda visava a uma teoria da libido nas neuroses, que iria explicar todos os fenômenos neuróticos e psicóticos como procedentes de vicissitudes anormais da libido, isto é, como desvios do seu emprego normal. Este ponto de vista escapou aos pesquisadores suíços. Que eu saiba, até hoje Bleuler defende o ponto de vista de que as várias formas de demência precoce têm uma causação orgânica; e no Congresso de Salzburg, em 1908, Jung, cujo livro sobre essa doença surgira em 1907, apoiou a teoria tóxica de sua causação, que não leva em conta a teoria da libido, embora, é verdade, não a exclua. Posteriormente (1912), foi desastrado nesse mesmo ponto, dando demasiada importância ao material que antes se recusara a utilizar.

Há uma terceira contribuição feita pela Escola Suíça, a ser talvez atribuída totalmente a Jung, à qual eu não dou tanto valor quanto outros, menos ligados a esses assuntos do que eu. Refiro-me à teoria dos “complexos” que decorreu dos *Diagnostische Assoziationsstudien* [*Estudos sobre Associação de Palavras*] (1906). Nem ela em si mesma produziu uma teoria psicológica, nem mostrou-se capaz de fácil incorporação ao contexto da teoria psicanalítica. O termo “complexo”, por outro lado, foi naturalizado, por assim dizer, pela linguagem psicanalítica; é um termo conveniente e muitas vezes indispensável para resumir um estado psicológico de maneira descritiva. Nenhuma das outras palavras inventadas pela psicanálise para atender às suas próprias necessidades alcançou uma popularidade tão generalizada ou foi tão mal aplicada em prejuízo da formação de conceitos mais claros. Os analistas começaram a falar entre si de “retorno de um complexo” quando queriam dizer um “retorno do reprimido”, ou adquiriram o hábito de dizer “tenho um complexo contra ele”, quando a expressão correta seria “uma resistência contra ele”.

A partir de 1907, quando as Escolas de Viena e Zurique se uniram, a psicanálise tomou o extraordinário impulso cujo ímpeto ainda hoje se sente; isto é indicado tanto pela difusão da literatura psicanalítica e pelo constante aumento do número de médicos que a praticam ou estudam, como pela freqüência com que é atacada em congressos e associações eruditas. Penetrou nas terras mais distantes e por toda a parte não somente deixou perplexos os psiquiatras, como dominou a atenção do público culto e de investigadores de outros campos da ciência. Havelock Ellis, que tem acompanhado seu desenvolvimento com simpatia, embora sem jamais se intitular um adepto, escreveu em 1911 num relatório para o Congresso Médico de Australásia: “A psicanálise de Freud é agora defendida e praticada não somente na Áustria e na Suíça, como também nos Estados Unidos, Inglaterra, Índia, Canadá, e, não duvido, na Australásia. Um médico do Chile (provavelmente alemão) falou no Congresso Internacional de Buenos Aires, em 1910, em favor da existência da sexualidade infantil e exaltou os efeitos da terapêutica psicanalítica sobre os sintomas obsessivos. Um neurologista inglês da Índia Central (Berkeley-Hill) informou-me, através de um ilustre colega que visitava a Europa, que as análises de indianos muçulmanos por ele feitas demonstraram que a etiologia de suas neuroses não era diferente das que encontramos em nossos pacientes europeus.

A introdução da psicanálise na América do Norte foi acompanhada de homenagens muito especiais. No outono de 1909, Stanley Hall, Presidente da Clark University, de Worcester, Massachusetts, convidou a Jung e a mim para participarmos das comemorações do vigésimo aniversário da fundação da Universidade, pronunciando uma série de conferências em alemão. Para nossa grande surpresa, verificamos que os membros daquela Universidade, especializada em educação e filosofia, pequena mas muito prestigiada, eram tão desprovidos de preconceitos, que estavam familiarizados com toda a literatura psicanalítica e a haviam incluído em suas aulas. Na América tão puritana foi possível, pelo menos nos círculos acadêmicos, debater livre e cientificamente tudo o que na vida comum é considerado censurável. As cinco conferências que improvisei em Worcester apareceram numa tradução inglesa no *American Journal of Psychology* [1910a], e foram pouco depois publicadas em alemão sob o título *Über Psychoanalyse*. Jung leu um trabalho sobre experiências de associação no diagnóstico e outro sobre os conflitos da mente da criança. Fomos agraciados com o título honorário de Doutor em Leis. Durante aquela semana de comemorações em Worcester, a psicanálise foi representada por cinco pessoas: além de Jung e de mim, lá estava Ferenczi, que me acompanhou na viagem, Ernest Jones, então na Universidade de Toronto (Canadá) e agora em Londres, e A.A. Brill, que já exercia a psicanálise em Nova Iorque.

A relação pessoal mais importante que resultou da reunião em Worcester foi com James J. Putnam, Professor de Neuropatologia na Universidade de Harvard. Anos antes, revelara um ponto de vista desfavorável à psicanálise, mas tendo naquela ocasião se reconciliado rapidamente com ela passou a recomendá-la aos seus compatriotas e colegas numa série de

conferências que eram tão ricas de conteúdo quanto brilhantes na forma. O prestígio que tinha em toda a América graças ao seu elevado caráter moral e inflexível amor à verdade, foi de grande valia para a psicanálise e a protegeu das denúncias, que muito provavelmente a teriam de outra forma aniquilado. Mais tarde, entregando-se demais à acentuada inclinação ética e filosófica de sua natureza, Putnam fez o que se me afigura uma exigência impossível - esperava que a psicanálise se colocasse a serviço de uma concepção filosófico-moral particular do Universo - mas continua a ser a coluna mestra da psicanálise em sua terra natal.

A difusão posterior do movimento deve muito a Brill e a Jones: em suas publicações chamaram a atenção de seus compatriotas, com incansável persistência, para os fatos fundamentais facilmente observáveis da vida cotidiana, dos sonhos e da neurose. Brill reforçou essa contribuição com sua atividade médica e com as traduções de minhas obras, e Jones com suas conferências instrutivas e seu talento para o debate nos congressos dos Estados Unidos. A ausência de uma tradição científica profundamente enraizada e a menor rigidez da autoridade oficial nos Estados Unidos foram uma vantagem decisiva para o impulso dado por Stanley Hall. Aquele país caracterizou-se, desde o início, pelo fato de diretores e superintendentes de hospitais de doentes mentais demonstrarem tanto interesse pela análise quanto os clínicos independentes. Mas, por isso mesmo, é evidente que teria de ser nos velhos centros de cultura, onde maior resistência foi revelada, que se iria travar a luta decisiva em favor da psicanálise.

Entre os países europeus, a França se tem mostrado até agora o menos receptivo à psicanálise, embora um trabalho de mérito em francês, de autoria de A. Maeder de Zurique, tenha facilitado o acesso às teorias psicanalíticas. Os primeiros sinais de simpatia partiram das províncias: Morichau-Beauchant (Pointers) foi o primeiro francês a aderir publicamente à psicanálise. Régis e Hesnard (Bordéus) recentemente [1914] tentaram diluir os preconceitos dos seus compatriotas contra as novas idéias com uma minuciosa exposição, a qual, entretanto, nem sempre denota compreensão, sobretudo no tocante ao simbolismo. Na própria Paris, ainda parece reinar a convicção (à qual o próprio Janet deu eloqüente expressão no Congresso de Londres em 1913) de que tudo de bom na psicanálise é repetição dos pontos de vista de Janet com insignificantes modificações, e o mais não presta. Nesse Congresso, na verdade, Janet teve de submeter-se a uma série de retificações feitas por Ernest Jones, que pôde assim fazê-lo ver seu conhecimento insuficiente do assunto. Mesmo discordando de suas pretensões, não podemos, entretanto, esquecer o valor de sua contribuição na psicologia das neuroses.

Na Itália, depois de inícios promissores, não surgiu nenhum interesse real. Quanto à Holanda, a análise logo teve ali o acesso facilitado pelas ligações pessoais com: Van Emden, Van Ophuijsen, Van Renterghem (*Freud en zijn School*) [1913] e os dois Stärckes que lá trabalham ativamente, ocupados tanto com a prática como com a teoria. Nos círculos científicos da Inglaterra o interesse pela psicanálise vem-se desenvolvendo muito

lentamente, mas tudo leva a crer que o sentido prático dos ingleses e seu grande amor à justiça lhe assegurarão (à psicanálise) um brilhante futuro.

Na Suécia, P. Bjerre, sucessor da clínica de Wetterstrand, abandonou a sugestão hipnótica, pelo menos por algum tempo, em favor do tratamento analítico. R. Vogt (Cristânia) já havia demonstrado simpatia pela psicanálise em seu *Psykiatriens grundtraek*, publicado em 1907, de modo que o primeiro livro didático de psiquiatria a fazer referência à psicanálise foi escrito na Noruega. Na Rússia, a psicanálise tornou-se bastante conhecida e amplamente difundida; quase todas as minhas obras, assim como as de outros adeptos da análise, foram traduzidas para o russo. Mas uma compreensão verdadeiramente profunda das teorias analíticas ainda não se revelou na Rússia, de modo que as contribuições de médicos russos até o momento não são muito importantes. O único médico com formação analítica naquele país é M. Wulff, que exerce a clínica em Odessa. A introdução da psicanálise nos círculos científicos e literários poloneses deve-se, sobretudo, a L. Jekels. Da Hungria, geograficamente tão perto da Áustria, e cientificamente tão distante, surgiu um único colaborador, S. Ferenczi, mas que, em compensação, vale por uma sociedade inteira.

Da posição da psicanálise na Alemanha, o que se pode dizer é que ela ocupa o ponto central dos debates científicos e provoca as mais enfáticas expressões de discordância tanto entre médicos como entre leigos; essas discussões ainda não terminaram, ao contrário, estão constantemente irrompendo de novo, por vezes, com intensidade ainda maior. Lá nenhuma instituição educacional reconheceu até agora a psicanálise. Clínicos bem-sucedidos que a empregam são poucos; só algumas instituições, como as de Binswanger em Kreuzlingen (solo suíço) e a de Marcinowski, no Holstein, lhe abriram as portas. Um dos mais ilustres representantes da análise, Karl Abraham, ex-assistente de Bleuler, afirma-se na atmosfera crítica de Berlim. Pode parecer estranho que esse estado de coisas continue inalterado por tantos anos se não se levar em conta que o relato aqui apresentado só representa os aspectos exteriores. Não se deve atribuir demasiada importância à rejeição dos representantes oficiais da ciência, e dos chefes de instituições e suas equipes de colaboradores. É natural que os adversários da psicanálise manifestem com veemência seus pontos de vista, enquanto seus adeptos intimidados mantêm silêncio. Alguns desses últimos, cujas primeiras contribuições à análise criaram expectativas favoráveis, ultimamente se retiraram do movimento sob a pressão das circunstâncias. O próprio movimento avança com segurança, embora em silêncio; vem constantemente ganhando novos adeptos entre psiquiatras e leigos, atrai um número cada vez maior de novos leitores para a literatura psicanalítica e, exatamente por esse motivo, obriga os adversários a esforços defensivos cada vez mais violentos. Pelo menos uma dúzia de vezes durante os últimos anos li em relatórios de congressos e de órgãos científicos, ou em resenhas críticas de certas publicações, que agora a psicanálise está morta, derrotada e eliminada de uma vez por todas. A melhor resposta a isso seria nos termos do telegrama de Mark Twain ao jornalista que publicou a notícia falsa de sua morte: “Informação sobre minha morte muito exagerada”. Depois de cada um desses obituários a psicanálise ganhava novos adeptos e colaboradores ou adquiria novos canais de

publicidade. Afinal de contas, ser declarado morto é melhor do que ser enterrado em silêncio.

Passo a passo com a expansão da psicanálise no espaço processou-se uma expansão no seu conteúdo; estendeu-se do campo das neuroses e da psiquiatria a outros campos do conhecimento. Não vou entrar em detalhes sobre esse aspecto de seu desenvolvimento visto que isso já foi muito bem feito por Rank e Sachs [1913] num volume (um dos *Grenzfragen* de Löwenfeld) que aborda, em minúcias, precisamente esse aspecto da pesquisa analítica. Além do mais, esse desenvolvimento está ainda na infância; pouco trabalho foi feito e ele consiste, em sua maior parte, em experiências apenas iniciadas e, de resto, em nada mais que planos. Nenhuma pessoa sensata verá nisso motivo de censura. Uma enorme massa de trabalho se apresenta a um pequeno número de trabalhadores, a maioria dos quais tem como ocupação principal outro tipo de atividade e só pode apresentar as qualificações de um amador em relação aos problemas técnicos dessas áreas da ciência, que desconhecem. Esses trabalhadores, procedentes da psicanálise, não fazem nenhum segredo de ser amadorismo. Sua finalidade é aenas servir de sinaleiros e de substitutos provisórios dos especialistas e pôr à disposição deles a técnica e os princípios analíticos até a época em que possam, os próprios especialistas, tomar a si o trabalho. Que os resultados alcançados não tenham deixado, apesar de tudo, de ser consideráveis, deve-se em parte à fertilidade do método analítico e, em parte, à circunstância de que já existem alguns pesquisadores não-médicos que fizeram da aplicação da psicanálise às ciências mentais sua profissão na vida.

A maior parte dessas aplicações da análise remonta, sem dúvida, a uma sugestão feita em minhas primeiras obras analíticas. O exame analítico de pessoas neuróticas e os sintomas neuróticos de pessoas normais me levaram a supor a existência de condições psicológicas que haveriam de ultrapassar a área do conhecimento na qual tinham sido descobertos. Sendo assim, a análise nos proporcionou não somente a explicação de manifestações patológicas, como revelou sua conexão com a vida mental normal e desvendou relações insuspeitadas entre a psiquiatria e as demais ciências que lidam com as atividades da mente. Certos sonhos típicos, por exemplo, ofereceram a explicação de alguns mitos e contos de fada. Riklin [1908] e Abraham [1909] seguiram essa pista e iniciaram as pesquisas dos mitos, que foram completadas de forma a atender às exigências, mesmo de padrões técnicos, nas obras de Rank sobre mitologia [p. ex. 1909, 1911b]. Investigações posteriores sobre o simbolismo dos sonhos levaram ao âmago dos problemas da mitologia, do folclore (Jones [p. ex. 1910 e 1912] e Storfer [1914]) e às abstrações da religião. Causou profunda impressão à audiência de um dos Congressos psicanalíticos a demonstração feita por um discípulo de Jung, da correspondência entre as fantasias esquizofrênicas e as cosmogonias dos tempos e raças primitivos. O material mitológico recebeu depois ulterior elaboração (que, embora discutível, não deixou de ser muito interessante) por parte de Jung, em obras que tentavam correlacionar as neuroses com fantasias religiosas e mitológicas.

A partir da investigação dos sonhos, uma outra pista nos levou à análise de obras de

imaginação e por fim à análise de seus criadores - os escritores e artistas. Ainda numa fase inicial, descobriu-se que os sonhos inventados por escritores muitas vezes prestam-se à análise da mesma forma que os sonhos verdadeiros (cf. Gradiva [1907a]). A concepção da atividade mental inconsciente possibilitou fazer-se uma idéia preliminar da natureza da atividade criadora na literatura de imaginação, e a compreensão, adquirida no estudo dos neuróticos, do papel desempenhado pelos impulsos instintivos nos permitiu descobrir as fontes da produção artística e nos colocou face a dois problemas: como o artista reage a essa instigação e quais os meios que ele emprega para disfarçar suas reações. A maioria dos analistas que têm interesses gerais já contribuíram com algo para a solução desses problemas, que são os mais fascinantes das aplicações possíveis da psicanálise. Naturalmente, aqui também não faltou a hostilidade da parte de pessoas que nada sabiam da psicanálise, apresentando as mesmas manifestações que ocorreram no campo original da pesquisa psicanalítica - as mesmas concepções errôneas e rejeições veementes. Era de esperar-se desde o início que, quaisquer que fossem as regiões em que a psicanálise penetrasse, ela teria inevitavelmente de enfrentar as mesmas lutas com os donos do campo. Alguns setores, entretanto, ainda não tiveram sua atenção despertada para essas tentativas de invasão que os aguardam no futuro. Entre as aplicações rigorosamente científicas da análise à literatura, o exaustivo trabalho de Rank sobre o tema do incesto [1912] é certamente o mais importante. O assunto está fadado a despertar a maior impopularidade. Até agora tem sido pouco o trabalho de aplicação da psicanálise às ciências da linguagem e da história. Eu próprio me aventurei a abordar pela primeira vez os problemas colocados pela psicologia da religião traçando um paralelo entre o ritual religioso e os cerimoniais dos neuróticos (1907b). O Dr. Pfister, pastor em Zurique, remontou a origem do fanatismo religioso às perversões eróticas, em seu livro sobre a devoção do Conde von Zinzendorf [1910], bem como em outras contribuições. Nas últimas obras da escola de Zurique, entretanto, constatamos a presença de idéias religiosas na análise em lugar do resultado oposto que estivera em vista.

Nos quatro ensaios intitulados *Totem e Tabu* [1912-13] tentei examinar os problemas de antropologia social à luz da psicanálise; esta linha de investigação leva diretamente às origens das instituições mais importantes de nossa civilização - da estrutura do Estado, da moralidade e da religião - e, além disso, da proibição contra o incesto e da consciência. Sem dúvida, ainda é muito cedo para saber até que ponto essas conclusões poderão resistir à crítica.

O primeiro exemplo de uma aplicação da modalidade analítica de pensamento aos problemas da estética estava contido em meu livro sobre chistes [1905c]. Afora isso, tudo está ainda aguardando trabalhadores, que podem esperar uma colheita particularmente rica neste campo. Ressentimo-nos da ausência absoluta de colaboradores especializados em todos esses ramos do conhecimento, e com o fim de atraí-los, Hanns Sachs fundou, em 1912, o periódico *Imago* editado por ele e Rank. Hirschmann e von Winterstein deram um

primeiro passo, examinando sob o ângulo psicanalítico sistemas filosóficos e a personalidade de seus autores: nesse campo há grande necessidade de uma investigação mais ampla e profunda.

As descobertas revolucionárias da psicanálise no tocante à vida mental das crianças - o papel nela desempenhado pelos impulsos sexuais (von Hug-Hellmuth [1913]) e o destino daqueles componentes da sexualidade inúteis para a reprodução - necessariamente cedo fariam a atenção voltar-se para a educação e promoveriam tentativas de colocar os pontos de vista analíticos na vanguarda desse campo de trabalho. Deve-se ao Dr. Pfister ter iniciado, com verdadeiro entusiasmo, a aplicação da psicanálise nessa direção e ter chamado para ela as atenções de clérigos e de interessados em educação. (Cf. *The Psycho-Analytic Method*, 1913). Conseguiu granjear a simpatia e a participação de grande número de professores suíços. Diz-se que outros colegas de profissão compartilham de seus pontos de vista mas preferem manter-se cautelosamente em segundo plano. Uma parte dos psicanalistas de Viena que se afastaram da psicanálise parece ter chegado a uma espécie de combinação de medicina com educação.

Com este esboço incompleto tentei dar uma idéia da riqueza ainda incalculável de conexões que surgiram entre a psicanálise médica e outros campos da ciência. Existe aí material de trabalho para uma geração de pesquisadores, e não duvido de que ele será realizado tão logo as resistências contra a psicanálise sejam superadas em seu campo de origem.

Escrever a história dessas resistências seria, creio eu, infrutífero e inoportuno, no momento. A história não é muito lisonjeira para os homens de ciência dos nossos dias. Mas devo logo acrescentar que jamais me ocorreu menosprezar os adversários da psicanálise simplesmente por serem adversários - exceção feita aos poucos indivíduos indignos, aos aventureiros e aproveitadores, que sempre aparecem em ambos os lados nos tempos de guerra. Sabia muito bem como explicar o comportamento desses antagonistas e, além disso, aprendera que a psicanálise traz à tona o que há de pior nas pessoas. Mas resolvera não dar resposta aos meus adversários e, na medida de minha influência, evitar que outros se envolvessem em polêmicas. Tendo em vista a peculiaridade da controvérsia sobre a psicanálise, pareceu-me bem pouco provável que o debate público ou por escrito levasse a alguma coisa; já sabia o caminho a ser seguido pela maioria em congressos e reuniões e nunca fiz muita fé na razoabilidade e educação dos cavalheiros que a mim se opunham. A experiência demonstra que apenas pouquíssimas pessoas conseguem manter a linha - para não falar na objetividade - numa discussão científica, e a impressão que me causam essas brigas científicas sempre foi odiosa. Essa minha atitude talvez tenha sido mal interpretada; talvez me tenham julgado de tão boa natureza ou tão facilmente intimidável que não havia necessidade de se ter consideração por mim. Isso era um engano; posso insultar e me enfurecer tanto quanto qualquer um; mas não tenho a arte de expressar essas emoções subjacentes de forma publicável e, por isso, prefiro abster-me por completo.

Sob certos aspectos talvez tivesse sido melhor que eu houvesse dado livre curso a minhas próprias paixões e às dos que me cercavam. Todos já ouvimos falar da interessante tentativa de explicar a psicanálise como um produto do ambiente de Viena. Janet não se acanhou de utilizar esse argumento, já agora em 1913, embora ele próprio com certeza se orgulhe de ser parisiense, e Paris não possa ser considerada uma cidade de moral mais rigorosa que Viena. Segundo essa teoria, a psicanálise, e em particular a idéia de que as neuroses decorrem de perturbações da vida sexual, só poderia ter surgido numa cidade como Viena - de uma atmosfera de sensualidade e imoralidades estranhas a outras cidades - não passando de um reflexo, uma projeção teórica por assim dizer, dessas condições peculiares a Viena. Ora, não sou nenhum bairrista; mas essa teoria, me parece de um absurdo fora do comum - tão absurda mesmo, que às vezes me sinto inclinado a supor que me acusarem de ser vienense é apenas um substitutivo eufemístico de outra acusação que ninguém ousa fazer abertamente. Se as premissas nas quais se baseia o argumento fossem o oposto do que são, então talvez valesse a pena dar-lhes ouvido. Se houvesse uma cidade na qual os habitantes se impusessem restrições excepcionais no tocante à satisfação sexual, e ao mesmo tempo revelassem acentuada tendência a graves perturbações neuróticas, essa cidade poderia por certo dar margem, na mente de um observador, à idéia de que as duas circunstâncias tinham alguma relação entre si, e que uma dependia da outra. Mas nenhuma dessas duas circunstâncias se aplica a Viena. Os vienenses não são mais abstinentes nem mais neuróticos do que os habitantes de qualquer outra capital. Existe um pouco menos de constrangimento - menos pudicícia - em relação a sexo do que nas cidades do oeste e do norte que tanto se orgulham de sua castidade. Essas características peculiares de Viena serviriam mais provavelmente para desorientar o observador do que para esclarecê-lo quanto à acusação das neuroses.

No entanto, Viena tem feito o possível para negar sua participação na gênese da psicanálise. Em nenhum outro lugar, a indiferença hostil da parte erudita e educada da população para com o analista é tão evidente como em Viena.

Pode ser que minha política de evitar ampla publicidade seja, em parte, responsável por isso. Se eu tivesse incentivado ou permitido tempestuosos debates com as sociedades médicas de Viena sobre a psicanálise, talvez eles tivessem servido para descarregar todas as paixões e para dar livre curso a todas as injúrias e ofensas que estavam na língua ou no coração dos nossos adversários - daí, talvez, o anátema contra a psicanálise tivesse sido superado e ela agora não fosse mais uma estranha em sua cidade natal. Aliás, o poeta deve estar com a razão quando faz Wallestein dizer:

Doch das vergeben mir die Wiener nicht,

dass ich um ein Spektakel sie betrog.

A tarefa que estava acima da minha capacidade de fazer ver os adversários da psicanálise

suaviter in modo sua injustiça e arbitrariedade - foi realizada com grande habilidade por Bleuler num artigo escrito em 1910, “A Psicanálise de Freud: Uma Defesa e Algumas Observações Críticas”. Seria mais do que natural meu elogio a esse trabalho (que faz críticas a ambos os lados); por isso apresso-me em apontar nele as coisas das quais discordo. Acho que ainda é parcial, ou seja, complacente demais com os defeitos dos inimigos da psicanálise e muito rigoroso com as falhas de seus partidários. Essa característica do artigo talvez explique por que o parecer público de um psiquiatra de tamanha reputação, de capacidade e independência tão indiscutíveis, não teve uma influência maior sobre seus colegas. Não deveria surpreender ao autor de *Affectivit (Afetividade)* (1906) que a influência de uma obra seja determinada não pelo peso dos argumentos, mas pelo tom emocional da obra. Outra parte de sua influência - esta sobre os seguidores da psicanálise - foi destruída posteriormente pelo próprio Bleuler, quando em 1913 mostrou o lado oposto de sua atitude para com a psicanálise no seu “Criticism of the Freudian Theory” (“Crítica da Teoria Freudiana”). Nesse artigo, ele abala tanto a estrutura da teoria psicanalítica que nossos adversários devem ter ficado satisfeitos com a ajuda que lhes foi dada por esse defensor da psicanálise. Esses julgamentos contrários de Bleuler, entretanto, não se baseiam em novos argumentos ou melhores observações e sim na insuficiência de seus próprios conhecimentos, a qual ele não mais admite, como o fez em suas primeiras obras. Parecia, portanto, que uma perda quase irreparável ameaçava a psicanálise. Mas em sua última publicação, “*Criticisms of my Schizophrenia*” (“Críticas ao meu livro *Esquizofrenia*”) (1914), Bleuler reúne suas forças em face dos ataques feitos contra ele por haver introduzido a psicanálise em seu livro sobre esquizofrenia, e faz o que ele próprio denomina de uma “afirmação pretensiosa”. “Mas agora farei uma afirmação pretensiosa: considero que até o momento as várias escolas de psicologia contribuíram muito pouco para a explicação da natureza das doenças e sintomas psicogênicos, mas que a psicologia profunda tem algo a oferecer a uma psicologia ainda por nascer, da qual precisam os médicos para poderem compreender seus pacientes e curá-los racionalmente; e creio mesmo que em minha *Schizophrenia* dei um passo, ainda que muito pequeno, no sentido dessa compreensão. As duas primeiras afirmações por certo são corretas; a última talvez esteja errada.”

Visto que por “psicologia profunda” ele não quer dizer outra coisa senão psicanálise, podemos por enquanto contentar-nos com esse reconhecimento.

III

Mach es kurz!

GOETHE

Dois anos depois do primeiro Congresso privado de psicanálise, realizou-se o segundo, dessa vez em Nuremberg, em março de 1910. No intervalo entre os dois, influenciado em parte pela boa receptividade obtida nos Estados Unidos, pela hostilidade cada vez maior nos países de língua alemã e pelo inesperado apoio da escola de Zurique, fiz um projeto que, com a ajuda de meu amigo Ferenczi, realizei nesse segundo Congresso. O que tinha em mente era organizar o movimento psicanalítico, transferir o seu centro para Zurique e dotá-lo de um chefe que cuidasse de seu futuro. Como esse esquema encontrou muita oposição entre os partidários da psicanálise, apresentarei, em detalhes, os motivos que me levaram a formulá-lo. Espero que esses motivos me justifiquem, muito embora reconheça que o que fiz não foi, na verdade, muito prudente.

Achava que a localização do novo movimento em Viena longe de servir-lhe de recomendação, muito pelo contrário, o comprometia. Um lugar como Zurique, no coração da Europa, onde um professor universitário havia aberto as portas de sua instituição à psicanálise, parecia-me muito mais promissor. Via também uma segunda desvantagem em minha própria pessoa, sobre a qual era difícil formar uma opinião por causa das manifestações de admiração e de ódio provenientes das diferentes facções: ou era um comparado a Colombo Darwin e Kepler ou taxado de PGP (paralisia geral progressiva). Desejei, portanto, retirar para o segundo plano tanto a mim como à cidade onde nasceu a psicanálise. Além disso, eu já não era jovem; vi que havia uma longa estrada à frente, e me oprimia a idéia de que o dever de ser um líder tivesse recaído em mim tão tarde na vida. Sentia, porém, que deveria haver alguém na liderança. Conhecia muito bem as armadilhas que aguardam quem quer que comece a exercer a psicanálise e esperava poder evitá-las delegando poderes a uma autoridade que estivesse preparada para aconselhar e orientar. Essa posição, que fora de início ocupada por mim, dado o meu acerto de quinze anos de experiências, devia ser agora transferida para um homem mais jovem, que então, naturalmente, ocuparia meu lugar após a minha morte. Esse homem só poderia ser C. G. Jung, uma vez que Bleuler era de minha própria geração; tinha a seu favor dotes excepcionais, as contribuições que já prestara à psicanálise, sua posição independente e a impressão de firme energia que sua personalidade transmitia. Além disso, parecia estar disposto a entrar num bom relacionamento pessoal comigo e, em consideração a mim, a abrir mão de certos preconceitos raciais que alimentara anteriormente. Eu não tinha, na ocasião, a menor idéia de que apesar de todas essas vantagens a escolha era a mais infeliz possível, que eu havia escolhido uma pessoa incapaz de tolerar a autoridade de outra, mais incapaz ainda de exercê-la ele próprio, e cujas energias se voltavam inteiramente para a promoção de seus próprios interesses.

Julguei necessário formar uma associação oficial porque temia os abusos a que a

psicanálise estaria sujeita logo que se tornasse popular. Deveria haver alguma sede cuja função seria declarar: “Todas essas tolices nada têm que ver com a análise; isto não é psicanálise”. Nas sessões dos grupos locais (que reunidos constituíram a associação internacional) seria ensinada a prática da psicanálise e seriam preparados médicos, cujas atividades recebiam assim uma espécie de garantia. Além disso, visto que a ciência oficial lançara um anátema solene contra a psicanálise e tinha declarado um boicote contra médicos e instituições que a praticassem, achei que seria conveniente os partidários da psicanálise se reunirem para uma troca de idéias amistosa, e para apoio mútuo.

Isso, e nada mais, foi o que esperava alcançar com a fundação da “Associação Psicanalítica Internacional”. Mas tudo leva a crer que era querer demais. Do mesmo modo que os meus adversários iriam descobrir que não era possível lutar contra a corrente do novo movimento, assim também eu acabaria percebendo que este não seguiria a direção que eu desejava vê-lo seguir. As propostas feitas por Ferenczi em Nuremberg foram adotadas, é verdade; Jung foi eleito presidente e escolheu Riklin para seu Secretário; concordou-se quanto à publicação de um boletim que devia ligar a Central Executiva com os grupos locais. Declarou-se que o objetivo da Associação era “promover e apoiar a ciência da psicanálise fundada por Freud, tanto como psicologia pura como em sua aplicação à medicina e às ciências mentais e cultivar o apoio mútuo entre os seus membros para que fossem desenvolvidos todos os esforços no sentido da aquisição e difusão de conhecimentos psicanalíticos”. Só o grupo de Viena opôs-se vivamente ao projeto. Adler afirmou, com grande agitação, temer que se pretendesse exercer a “censura e restrições sobre a liberdade científica”. Finalmente, os vienenses cederam, depois de se haverem assegurado de que a sede da Associação não seria sempre Zurique, e sim o local de residência do Presidente que seria eleito por dois anos.

Nesse Congresso, três grupos locais foram constituídos: um em Berlim, sob a presidência de Abraham; outro em Zurique, cujo chefe se tornara o Presidente de toda a Associação; e outro em Viena, cuja direção confiei a Adler. Um quarto grupo, em Budapeste, só pôde ser formado depois. Bleuler não participara do Congresso por motivo de doença, e depois mostrou certa hesitação em fazer parte da Associação, por motivos de ordem geral; deixou-se persuadir, depois de uma conversa pessoal comigo, mas logo afastou-se novamente em consequência de discordâncias havidas em Zurique. Isto cortou a ligação entre o grupo de Zurique e a Instituição de Burghölzli.

Um dos resultados do Congresso de Nuremberg foi a fundação da *Zentralblatt für Psychoanalyse* [Revista Central de Psicanálise], para a qual se uniram Adler e Stekel. O propósito original era, claramente, representar a Oposição: tinha como objetivo reconquistar para Viena a hegemonia ameaçada pela eleição de Jung. Mas quando os dois fundadores da revista, em meio às dificuldades de encontrar um editor, me garantiram suas intenções pacíficas, e como prova de sua sinceridade me deram o direito de veto, aceitei a direção da

mesma e trabalhei com energia para o novo órgão, havendo o seu primeiro número aparecido em setembro de 1910.

Prossegurei agora com a história dos Congressos Psicanalíticos. O terceiro Congresso realizou-se em setembro de 1911, em Weimar, e foi ainda mais bem-sucedido do que os anteriores quanto à atmosfera geral e ao interesse científico. J. J. Putnam, que estava presente nessa ocasião, declarou depois nos Estados Unidos o grande prazer que a reunião lhe proporcionou e externou seu respeito pela “atitude mental” dos participantes, citando algumas palavras que, disseram, eu havia empregado com referência a eles: “Aprenderam a suportar um pouco de verdade.” (Putnam 1912). De fato, ninguém que já houvesse comparecido a outros congressos científicos poderia deixar de levar a uma impressão favorável da Associação Psicanalítica. Eu próprio tinha presidido os dois primeiros Congressos e permitira a cada orador tempo suficiente para expor seu trabalho, deixando que os debates se processassem depois em caráter particular entre os membros. Jung, como Presidente, assumiu a direção em Weimar e voltou a adotar debates formais depois de cada trabalho, o que, entretanto, não trouxe nenhum problema.

Mas as coisas se passaram de forma bem diferente no quarto Congresso realizado em Munique dois anos depois, em setembro de 1913. Todos os que a ele estiveram presentes ainda o trazem bem vivo na memória. Foi dirigido por Jung de maneira desagradável e incorreta; os oradores tiveram seu tempo de exposição limitado e os debates sufocaram os trabalhos apresentados. Por uma infeliz coincidência aconteceu que aquele gênio do mau, Hoche, se instalara no mesmo prédio onde se realizavam as sessões. Diante do comportamento dos analistas, Hoche não deve ter tido dificuldade em perceber quanto se enganara ao descrevê-los como membros de uma seita fanática que obedeciam cegamente ao seu líder. Os debates cansativos e nada construtivos terminaram com a reeleição de Jung para a Presidência da Associação Psicanalítica Internacional, que ele aceitou, embora dois quintos dos presentes lhe negassem apoio. Dispersamo-nos sem nenhuma vontade de nos reunirmos outra vez.

Mais ou menos na época desse Congresso o estado da Associação Psicanalítica Internacional era o seguinte: os grupos locais de Viena, Berlim e Zurique já estavam formados desde o Congresso de Nuremberg, em 1910. Em maio de 1911, surgiu o grupo de Munique, sob a presidência do Dr. L. Seif. No mesmo ano, formou-se o primeiro grupo local norte-americano sob a presidência de A. A. Brill, com o nome de “The New York Psychoanalytic Society”. No Congresso de Weimar foi autorizada a fundação de um segundo grupo norte-americano que começou a funcionar no ano seguinte sob a denominação de “The American Psychoanalytic Association”, e compreendia membros do Canadá e de todos os Estados Unidos; Putnam foi eleito Presidente e Ernest Jones, Secretário. Pouco antes do Congresso de Munique, de 1913, formou-se o grupo local de Budapeste sob a presidência de Ferenczi. Logo depois, foi constituído o primeiro grupo inglês por Ernest Jones, que havia retornado a Londres. O quadro social desses grupos locais, oito ao todo, não pode,

naturalmente, servir de base para calcular-se o número de estudantes e adeptos não organizados da psicanálise.

É necessário também dizer algumas palavras sobre o desenvolvimento dos periódicos a serviço da psicanálise. O primeiro deles foi uma série de monografias intitulada *Schriften zur angewandsten Seelenkunde* [“Artigos sobre Ciência Mental Aplicada”] que apareceram irregularmente desde 1907 e agora ai o número de quinze exemplares. (O editor pretendia começar com Heller em Viena e depois F. Deuticke.) Incluem obras de Freud (Nos. 1 e 7), Riklin, Jung, Abraham (Nos. 4 e 11), Rank (Nos. 5 e 13), Sadger, Pfister, Max Graf, Jones (Nos. 10 e 14), Storfer e von Hug-Hellmuth. Com a fundação da revista *Imago*, esse gênero de publicação perdeu parte de sua importância. Após a reunião de Salzburg, em 1908, fundou-se o *Jahrbuch für psychoanalytische und psychopathologische Forschungen* [Anuário de Pesquisas Psicanalíticas e Psicopatológicas], o qual veio a lume durante cinco anos sob a diretoria de Jung e que agora ressurgiu, com dois novos redatores e com ligeira alteração no título - passou a chamar-se *Jahrbuch der Psychoanalyse* [Anuário da Psicanálise.] Não mais se destina a ser, como o foi em anos recentes, um simples repositório para publicação de obras autônomas. Em vez disso, seus editores se empenham em cumprir a finalidade de registrar todos os trabalhos realizados e todos os progressos alcançados no campo da psicanálise. A *Zentralblatt für Psychoanalyse*, que, como já disse, foi lançada por Adler e Stekel após a fundação da Associação Psicanalítica Internacional em Nuremberg, 1910, teve uma existência breve e tumultuada. Já no décimo número do primeiro volume [julho de 1911] apareceu um aviso na página de frontispício comunicando que, por motivo de divergências científicas de opinião com o diretor, o Dr. Alfred Adler resolvera afastar-se voluntariamente da editoria. Depois disso, o Dr. Stekel continuou o único redator (a partir do verão de 1911). No Congresso de Weimar [setembro de 1911] a *Zentralblatt* foi elevada à posição de órgão oficial da Associação Internacional e passou a ser remetida a todos os sócios mediante um aumento da contribuição anual. A partir do terceiro número do segundo volume (inverno [dezembro], 1912), Stekel tornou-se o único responsável pelo seu conteúdo. Seu comportamento, do qual é impossível publicar um relato, me obrigou a exonerar-me de sua direção e a criar, às pressas, um novo órgão para a psicanálise - a *Internationale Zeitschrift für ärztliche Psychoanalyse* [Revista Internacional de Psicanálise Médica]. Os esforços conjuntos de quase todos os nossos colaboradores e de Hugo Heller, o novo editor, resultaram no surgimento do primeiro número, em janeiro de 1913, havendo logo tomado o lugar da *Zentralblatt* como órgão oficial da Associação Psicanalítica Internacional.

Enquanto isso, no início de 1912, um novo periódico, *Imago* (publicado por Heller), destinado exclusivamente à aplicação da psicanálise às ciências mentais, foi fundado pelo Dr. Hanns Sachs e pelo Dr. Otto Rank. *Imago* encontra-se agora na metade de seu terceiro

volume, sendo lida com interesse por um número sempre crescente de assinantes, alguns deles com pouca ligação com a análise médica.

Afora essas quatro publicações periódicas (*Schriften zur angewandten Seelenkunde, Jahrbuch, Zeitschrift e Imago*), outros periódicos alemães e estrangeiros publicam trabalhos que merecem um lugar na literatura psicanalítica. *The Journal of Abnormal Psychology*, dirigido por Morton Prince, costuma publicar tantas e tão boas contribuições analíticas que deve ser considerado como o principal representante da literatura analítica nos Estados Unidos. No inverno de 1913, White e Jellife em Nova Iorque lançaram um novo periódico (*The Psychoanalytic Review*) dedicado exclusivamente à psicanálise, sem dúvida levando em conta o fato de que para a maioria dos médicos americanos interessados na psicanálise, a língua alemã é um obstáculo.

Devo agora mencionar duas deserções que houve entre os partidários da psicanálise; a primeira ocorreu entre a fundação da Associação em 1910 e o Congresso de Weimar em 1911; a segunda verificou-se após esse Congresso e evidenciou-se em Munique em 1913. O desapontamento que me causaram talvez tivesse sido evitado se eu tivesse prestado mais atenção às reações de pacientes sob tratamento analítico. Sabia muito bem, naturalmente, que qualquer pessoa, ao primeiro contato com as realidades desagradáveis da análise, pode reagir fugindo; eu próprio sempre havia sustentado que na compreensão da análise, cada indivíduo é limitado por suas próprias repressões (ou antes, pelas resistências que as sustentam) de modo que não pode ir além de um certo ponto em sua relação com a análise. Mas eu não esperava que alguém que houvesse alcançado certa profundidade na compreensão da análise pudesse renunciar a essa compreensão e perdê-la. E, no entanto, a experiência cotidiana com pacientes havia demonstrado que a rejeição total do conhecimento analítico pode ocorrer sempre que surge uma resistência especialmente forte em qualquer profundidade da mente. Às vezes conseguimos, depois de muito trabalho, fazer com que um paciente aprenda algumas partes do conhecimento analítico e possa lidar com elas como posses suas, e mesmo assim podemos vê-lo, sob o domínio da própria resistência seguinte, lançar tudo o que aprendeu às urtigas e ficar na defensiva como o fez nos dias em que era um principiante despreocupado. Tive de aprender que a mesmíssima coisa pode acontecer tanto com psicanalistas como com pacientes em análise.

Não constitui tarefa fácil nem invejável escrever a história dessas duas deserções, em parte porque estou desprovido de qualquer motivo pessoal forte para fazê-lo - não esperava gratidão nem sou particularmente vingativo - e em parte porque sei que agindo assim ficarei ao sabor das ofensas de meus adversários, nada escrupulosos, e vou oferecer aos inimigos da psicanálise o espetáculo que eles tão ardentemente desejam - “os psicanalistas se degladiando entre si”. Depois de tanto autodomínio para não entrar em choque com adversários fora da análise, vejo-me agora forçado a pegar em armas contra os seus seguidores ou pessoas que ainda denominam a si próprias de seguidores. Não tenho escolha,

porém: se ficasse calado seria por indolência ou covardia, e o silêncio seria mais prejudicial à psicanálise do que uma exposição franca dos danos já causados. Quem quer que tenha acompanhado o desenvolvimento de outros movimentos científicos sabe que as mesmas convulsões e divergências ocorrem neles com freqüência. Pode ser que se tenham preocupado mais em ocultá-los; mas a psicanálise, que repudia tantas idéias convencionais, também nessa questão é mais honesta.

Outro problema muito sério é que não posso abster-me inteiramente de utilizar os conhecimentos psicanalíticos no exame desses dois movimentos de oposição. A análise, entretanto, não se presta a uso polêmico; pressupõe o consentimento da pessoa que está sendo analisada e uma situação na qual existam um superior e um subordinado. Daí, quem quer que empreenda uma análise com fins polêmicos pode esperar que a pessoa analisada utilize, por sua vez, a análise contra ela, de modo que a discussão atingirá um ponto que exclui inteiramente a possibilidade de convencer qualquer outra pessoa imparcial. Restringirei, portanto, a um mínimo o uso do conhecimento analítico, e, com ele, a indiscrição e a agressividade contra meus adversários; devo também ressaltar que não estou me baseando nesse terreno para nenhuma crítica de caráter científico. Não estou interessado na verdade que possa estar contida nas teorias que venho rejeitando, nem tentarei refutá-las. Deixarei essa tarefa a outros trabalhadores qualificados no campo da psicanálise, tendo sido ela, na verdade, já em parte realizada. Desejo apenas mostrar que essas teorias contrariam os princípios fundamentais da psicanálise (e em que pontos os contrariam) e que por essa razão não devem ser conhecidas pelo nome de psicanálise. Assim vou-me valer da psicanálise apenas para explicar como essas divergências dela podem surgir entre os analistas. Entretanto, quando toco os pontos nos quais as divergências ocorreram, não posso deixar de defender os justos direitos da psicanálise com algumas observações de natureza puramente crítica.

A primeira tarefa com que se defrontou a psicanálise foi a de explicar as neuroses; utilizou a resistência e a transferência como pontos de partida e, levando em consideração a amnésia, explicou os três fatos com as teorias da repressão, das forças sexuais motivadoras da neurose e do inconsciente. A psicanálise jamais pretendeu oferecer uma teoria completa da atividade mental humana em geral, mas esperava apenas que o que ela oferecia pudesse ser aplicado para suplementar e corrigir o conhecimento adquirido por outros meios. A teoria de Adler, entretanto, vai muito além disso, procurando de um só golpe explicar o comportamento e o caráter dos seres humanos bem como de suas doenças neuróticas e psicóticas. Na realidade, presta-se mais a qualquer outro campo do que ao da neurose, embora por motivos ligados à história do seu desenvolvimento ainda situe isso no primeiro plano. Por muitos anos, tive oportunidade de estudar o Dr. Adler e jamais me recusei a reconhecer sua rara capacidade, associada a uma inclinação particularmente especulativa. Como exemplo da “perseguição” a que, ele afirma, eu o submeti, posso lembrar do fato de ter-lhe passado a liderança do grupo de Viena após a fundação da Associação. Só depois de insistentes reclamações feitas por todos os membros da sociedade é que me deixei persuadir

a ocupar novamente a presidência nas suas reuniões científicas. Quando percebi quão pouco dotado era Adler para o julgamento de material inconsciente, mudei minha opinião para uma esperança de que ele conseguisse descobrir as ligações da psicanálise com a psicologia e com os fundamentos biológicos dos processos instintivos - esperança justificada, em certo sentido, pelo seu valioso trabalho sobre “a inferioridade dos órgãos”. E ele, na verdade, realizou algo nesse gênero, mas seu trabalho transmite uma impressão “como se” - para empregar seu próprio “jargão” - destinada a provar que a psicanálise estava errada em tudo e que atribuíra tanta importância às forças sexuais motivadoras, por causa de sua facilidade em acreditar nas afirmações dos neuróticos. Posso até mesmo falar publicamente da motivação de ordem pessoal do seu trabalho, desde que ele próprio a anunciou na presença de um pequeno círculo de membros do grupo de Viena: - “O Senhor pensa que é um grande prazer para mim ficar a vida inteira à sua sombra?” Naturalmente, não acho nada condenável que um homem mais jovem admita francamente sua ambição - o que já era evidente ser um dos incentivos do seu trabalho. Mas mesmo uma pessoa dominada por um motivo desses, deve saber evitar ser o que os ingleses, com seu requintado tato social, chamam de “unfair” (desleal) - que em alemão só pode ser dito com uma palavra muito mais grosseira. Quão pouco Adler foi bem-sucedido nisso é indicado pela profusão de mesquinhas explosões de malevolência que desfiguram suas obras e pelos indícios que refletem um anseio desenfreado de prioridade. Na Sociedade Psicanalítica de Viena ouvimo-lo uma vez reivindicar para si a prioridade do conceito da “unidade das neuroses” e do “ponto de vista dinâmico” delas. Isso foi para mim uma grande surpresa, pois sempre pensei que esses dois princípios tivessem sido por mim enunciados antes de ter conhecido Adler.

Essa luta de Adler por um lugar ao sol teve, no entanto, um resultado que está destinado a ser benéfico à psicanálise. Quando divergências científicas inconciliáveis me obrigaram a fazer Adler demitir-se da direção de *Zentralblatt*, ele abandonou também a sociedade de Viena, e fundou uma nova que, de início, teve o nome curioso de “Sociedade de Psicanálise Livre” [*Verein für freie Psychoanalyse*]. Mas pessoas de fora, que não estão ligadas à psicanálise, são tão incapazes de perceber as diferenças entre os pontos de vista de dois psicanalistas quanto os europeus de fazer distinção entre as caras de dois chineses. A psicanálise “livre” permaneceu à sombra da psicanálise “oficial”, “ortodoxa”, e foi tratada simplesmente como um apêndice dela. Adler então tomou uma atitude pela qual lhe somos gratos; cortou todas as ligações com a psicanálise, e deu a sua teoria o nome de “Psicologia Individual”. Há bastante espaço nesse mundo de Deus, e todos têm o direito de perambular nele sem serem impedidos; mas não é conveniente que pessoas que deixaram de se compreender e que se tornaram incompatíveis permaneçam sob o mesmo teto. A “Psicologia Individual” de Adler é agora uma das numerosas escolas de psicologia contrárias à psicanálise e o seu ulterior desenvolvimento já não nos diz respeito.

A teoria adleriana foi desde o começo um “sistema” - que a psicanálise teve o cuidado de evitar vir a ser. É também um exemplo notável de “revisão secundária”, tal como ocorre, por exemplo, no processo ao qual o pensamento desperto submete o material dos sonhos. No

caso de Adler, substitui-se o material dos sonhos pelo novo material obtido através de estudos psicanalíticos; este é então encarado puramente do ponto de vista do ego, reduzido a categorias com as quais o ego está familiarizado, traduzido, distorcido e - exatamente como acontece na formação dos sonhos - mal compreendido. Além disso, a teoria adleriana caracteriza-se menos pelo que afirma do que pelo que nega, de modo que consiste em três espécies de elementos de valor bem desigual: contribuições úteis à psicologia do ego, traduções supérfluas, porém admissíveis, dos fatos analíticos para o novo “jargão”, e distorções e inversões desses fatos quando não obedecem às exigências do ego.

Os elementos do primeiro tipo nunca foram ignorados pela psicanálise, embora não merecessem dela nenhuma atenção especial; estava mais interessada em demonstrar que toda tendência do ego encerra componentes libidinais. A teoria adleriana dá ênfase à contrapartida disso, ou seja, o constituinte egoístico dos impulsos instintivos da libido. Isso teria sido uma aquisição apreciável se Adler não tivesse utilizado essa observação em todas as ocasiões para negar os impulsos libidinais em favor de seus componentes instintivos egoísticos. Sua teoria se comporta como todo paciente e como nosso pensamento consciente, ou seja, faz uso de uma *racionalização*, como Jones [1908] a denominou, para ocultar o motivo inconsciente. Adler é tão coerente nisso que chega a considerar que a força motivadora mais poderosa no ato sexual é a intenção do homem de afirmar-se como senhor da mulher - de estar “por cima”. Não sei se ele expressou essas idéias monstruosas em suas obras.

A psicanálise cedo reconheceu que todo sintoma neurótico deve sua possibilidade de existência a uma transação. Todo sintoma deve, portanto, de alguma forma obedecer às exigências do ego, o qual manipula a repressão; deve oferecer alguma vantagem, ter alguma aplicação proveitosa, ou haveria de ter o mesmo destino que o próprio impulso instintivo original que foi desviado. A expressão “vantagem da doença” levou isso em conta; é até justificável que se queira fazer distinção entre a vantagem “primária” do ego, que deve estar atuante na ocasião da gênese do sintoma, e uma parte “secundária”, que sobrevém ligada a outras finalidades do ego, a fim de que o sintoma persista. De há muito se sabe que a eliminação dessa vantagem da doença, ou seu desaparecimento em consequência da modificação de circunstâncias externas reais, constitui um dos mecanismos da cura de um sintoma. Na doutrina adleriana, a ênfase principal recai sobre essas ligações facilmente verificáveis e claramente inteligíveis, enquanto se menospreza inteiramente o fato de que em inúmeras ocasiões o ego está apenas transformando em virtude a necessidade de submeter-se (por causa de sua utilidade) ao sintoma muito desagradável que lhe é imposto - por exemplo, ao aceitar a ansiedade como um meio de segurança. O ego está aí desempenhando o papel ridículo de um palhaço de circo que, pelos gestos, tenta convencer a platéia de que toda mudança no picadeiro está sendo executada por ordem sua. Mas só as crianças se deixam enganar por ele.

A psicanálise vê-se obrigada a apoiar o segundo constituinte da teoria de Adler como o

faria a algo seu que aquele autor extraiu de fontes abertas a todos durante dez anos de trabalho em comum e que agora rotulou como descoberta sua, através de uma simples mudança de nomenclatura. Eu mesmo considero “reasseguramento [*Sicherung*]”, por exemplo, um termo melhor do que “medida protetora [*Schutzmassregel*]”, empregado por mim, mas não posso descobrir nenhuma diferença no significado de ambos. Além disso, encontramos um grande número de características familiares nas proposições de Adler quando ele restaura termos mais antigos como “fantasiado” e “fantasia” no lugar de “fingido” [*fingiert*], “fictício” e “ficção”. A psicanálise insistiria que esses termos são idênticos, mesmo se o seu autor não houvesse tomado parte em nosso trabalho comum por um período de muitos anos.

A terceira parte da teoria adleriana, as interpretações deturpadas e as distorções dos fatos desagradáveis revelados pela análise, são o que separa definitivamente a “Psicologia Individual”, como agora deve ser denominada, da psicanálise. Como sabemos, o princípio do sistema de Adler é que o propósito de auto-afirmação do indivíduo, sua “vontade de poder”, é o que, sob a forma de um “protesto masculino”, desempenha papel dominante na sua conduta, na formação do caráter e na neurose. Entretanto, esse “protesto masculino”, a força motivadora adleriana, nada mais é senão a repressão desligada do seu mecanismo psicológico e, além do mais, sexualizada - o que está bem pouco de acordo com a tão apregoada expulsão da sexualidade do seu lugar na vida mental. O “protesto masculino” sem dúvida existe, mas se for transformado na [única] força motivadora da vida mental estamos menosprezando os fatos observados como se abandonássemos um trampolim depois de o havermos utilizado para o salto. Consideremos uma das situações fundamentais em que se sente desejo na infância: a de uma criança que observa o ato sexual entre adultos. A análise demonstra, no caso de pessoas cuja vida o médico estudará depois, que, nesses momentos, dois impulsos se apoderam do espectador imaturo. Nos meninos, um é o impulso de colocar-se no lugar do homem ativo, e o outro, a contracorrente, é o impulso de identificar-se com a mulher passiva. O conflito entre esses dois impulsos esgota as possibilidades de prazer da situação. Somente o primeiro pode ser classificado como protesto masculino, se quisermos dar um sentido a esse conceito. O segundo, entretanto, cujo curso ulterior Adler não leva na devida consideração ou desconhece inteiramente, é o que se tornará mais importante na neurose subsequente. Adler foi absorvido de tal forma pela estreiteza ciumenta do ego que leva em conta apenas os impulsos instintivos agradáveis ao ego e por ele estimulados; a situação neurótica, na qual os impulsos se opõem ao ego, é precisamente aquela que fica além do horizonte de Adler.

É em relação à tentativa - que a psicanálise tornou necessária - de correlacionar o princípio fundamental de sua teoria com a vida mental das crianças, que Adler apresenta os desvios mais sérios da observação real e a confusão mais fundamental de seus conceitos. Os significados biológico, social e psicológico de “masculino” e “feminino” estão aqui irremediavelmente confundidos. É impossível, e negado pela observação, que uma criança, quer do sexo masculino, quer feminino, baseie seu plano de vida numa depreciação original

do sexo feminino e faça do desejo de ser um homem verdadeiro sua “diretriz”. Para começar, as crianças não fazem nenhuma idéia da importância da distinção entre os sexos; pelo contrário, partem da suposição de que ambos possuem o mesmo órgão genital (o masculino); não iniciam suas pesquisas sexuais com o problema da distinção entre os sexos, e a depreciação *social* das mulheres lhes é completamente estranha. Há mulheres em cuja neurose o desejo de ser homem não desempenhou nenhum papel. O que houve de protesto masculino pode-se facilmente remontar a uma perturbação do narcisismo primário devido a ameaças de castração ou às primeiras coerções das atividades sexuais. Todas as controvérsias sobre a psicogênese das neuroses terminarão sempre por ser resolvidas no campo das neuroses da infância. A dissecação cuidadosa de uma neurose na mais tenra infância põe termo a todos os equívocos sobre a etiologia das neuroses e a todas as dúvidas sobre o papel que os instintos sexuais nela desempenham. Eis por que, em sua crítica ao trabalho de Jung, “Conflitos na Mente da Criança” [1910c], Adler [1911a] foi obrigado a recorrer ao argumento de que os fatos do caso haviam sido ordenados unilateralmente, “sem dúvida pelo pai” [da criança].

Não me estenderei mais sobre o aspecto biológico da teoria adleriana nem discutirei se é a “inferioridade do órgão” real [ver em [1]] ou o sentimento subjetivo do mesmo - não se sabe qual - que pode, na verdade, servir de fundamento ao sistema de Adler. Limitar-me-ei a comentar de passagem que, se fosse assim, a neurose seria um subproduto de toda espécie de decrepitude física, ao passo que a observação mostra que uma grande maioria de pessoas feias, deformadas, aleijadas e infelizes deixam de reagir a seus defeitos através da neurose. Tampouco abordarei a interessante afirmação segundo a qual a inferioridade deve ser remontada ao sentimento de ser um criança, que revela o disfarce sob o qual o fator do infantilismo, a que a psicanálise deu tanta ênfase, reaparece na “Psicologia Individual”. Por outro lado, devo frisar como todas as aquisições psicológicas da psicanálise foram jogadas fora por Adler. Em seu livro *Über den nervösen Charakter* [1912] o inconsciente ainda aparece como uma peculiaridade psicológica, sem, entretanto, qualquer relação com seu sistema. Posteriormente, ele declarou repetidas vezes que é uma questão indiferente para ele se uma idéia é consciente ou inconsciente. Para começar, Adler nunca deu o menor sinal de ter compreendido o que é a repressão. No resumo de um trabalho lido por ele na Sociedade de Viena (fevereiro de 1911) escreveu que se deve ressaltar que, num caso específico, ficou demonstrado que o paciente nunca havia reprimido sua libido, mas vinha continuamente “reassegurando-se” dela. Pouco depois, num debate na Sociedade de Viena, disse: “Se perguntarmos de onde vem a repressão, nos respondem, ‘da civilização’, mas se perguntarmos depois de onde vem a civilização, nos dizem, ‘da repressão’. Como vêem, é simplesmente um jogo de palavras.” Uma parte mínima da agudeza e engenhosidade que Adler usou para desmascarar os dispositivos defensivos do “caráter nervoso” teria sido suficiente para indicar-lhe a saída desse argumento capcioso. O que se quer dizer é simplesmente que a civilização se baseia nas repressões efetuadas por gerações anteriores, e que se exige de cada nova geração que mantenha essa civilização efetuando as mesmas repressões. Certa vez ouvi falar de uma criança que julgava que as pessoas zombavam dela,

e começou a chorar, porque quando perguntou de onde vêm os ovos disseram-lhe que “das galinhas”, e quando perguntou novamente de onde vinham as galinhas responderam-lhe “dos ovos”. Mas não estavam fazendo um jogo de palavras; pelo contrário, estavam dizendo-lhe a verdade.

Tudo que Adler tem a dizer sobre sonhos, a pedra de toque da psicanálise, é igualmente vazio e destituído de sentido. Inicialmente, ele considerava os sonhos como um desvio da linha feminina para a masculina - o que é simplesmente uma tradução da teoria da realização de desejos dos sonhos para a linguagem do “protesto masculino”. Depois descobriu que a essência dos sonhos está em permitir que os homens realizem inconscientemente o que lhes é negado conscientemente. Cabe também a Adler [1911b, 215n.] o mérito da prioridade no confundir sonhos com pensamentos oníricos latentes - confusão na qual se baseia a descoberta de sua “tendência prospectiva”. Maeder [1912] seguiu-lhe o exemplo em relação a isso posteriormente. Aqui se menospreza totalmente o fato de que toda interpretação de um sonho que é incompreensível em sua forma manifesta se baseia precisamente no próprio método de interpretação de sonhos cujas premissas e conclusões são objeto de controvérsia. No tocante à resistência, Adler nos informa que ela serve à finalidade de pôr um vigor a oposição do paciente ao médico. Isso por certo é verdade; vale tanto quanto dizer que ela serve à finalidade da resistência. De onde provém, contudo, ou como acontece que suas manifestações fiquem à disposição do paciente, não é objeto de ulterior indagação, como sendo de nenhum interesse para o ego. O mecanismo pormenorizado dos sintomas e manifestações de doenças, a explicação da múltipla variedade dessas doenças e suas formas de expressão, são negligenciados *in toto*; pois tudo é igualmente posto a serviço do protesto masculino, da auto-afirmação e do enaltecimento da personalidade. O sistema está completo; produzi-lo custou enorme volume de trabalho de reformulação de interpretação, ao passo que ele próprio não forneceu uma única observação nova. Creio ter deixado claro que ele nada tem que ver com a psicanálise.

A visão da vida refletida no sistema adleriano fundamenta-se exclusivamente no instinto agressivo; nele não há lugar para o amor. Talvez nos surpreenda que essa *Weltanschauung* tão melancólica tenha merecido alguma atenção, mas não devemos esquecer que os seres humanos, vergados sob o fardo de suas necessidades sexuais, estão prontos a aceitar qualquer coisa se pelo menos a “superação da sexualidade” lhes for oferecida como isca.

A deserção de Adler ocorreu antes do Congresso de Weimar em 1911; depois dessa data teve início a dos suíços. Os primeiros sinais dela, o que é bastante curioso, foram certas observações de Riklin em uns artigos populares aparecidos em publicações suíças, de modo que o grande público soube, antes do que aqueles mais intimamente ligados ao assunto, que a psicanálise havia superado alguns erros lamentáveis que anteriormente a haviam desacreditado. Em 1912, Jung vangloriou-se, numa carta procedente dos Estados Unidos, de que suas modificações da psicanálise haviam vencido as resistências de muitas pessoas que

até então não queriam nada com ela. Repliquei que aquilo não constituía nenhum motivo de vanglória, e que quanto mais ele sacrificasse as verdades da psicanálise conquistadas arduamente, mais veria as resistências desaparecendo. Essa modificação, da qual os suíços tanto se orgulharam, mais uma vez nada mais era do que impelir para o segundo plano o fator sexual na teoria psicanalítica. Confesso que desde o começo considerei esse “avanço” como um ajustamento muito exagerado às exigências da realidade.

Esses dois movimentos de afastamento da psicanálise, que eu agora devo comparar um com o outro, assinalam outro ponto em comum: ambos cortejam uma opinião favorável mediante a formulação de certas idéias elevadas, que encaram as coisas, por assim dizer, *sub specie aeternitatis*. Em Adler, esse papel é desempenhado pela relatividade de todo conhecimento e pelo direito da personalidade de basear uma interpretação artificial nos dados de conhecimento de acordo com o gosto individual; em Jung, faz-se apelo ao direito histórico da juventude de romper os grilhões com os quais a tirania dos mais velhos e seus pontos de vista tacanhos procuram aprisioná-la. Algumas palavras devem ser dedicadas ao esclarecimento da falácia dessas idéias.

A relatividade do nosso conhecimento é uma consideração que pode ser formulada contra todas as outras ciências, do mesmo modo que contra a psicanálise. Origina-se de conhecidas correntes reacionárias do pensamento atual hostis à ciência, e pretende o surgimento de uma superioridade a que ninguém pode aspirar. Nenhum de nós pode adivinhar qual será o julgamento final da humanidade sobre nossos esforços teóricos. Existem exemplos em que a rejeição das três primeiras gerações foi corrigida pela seguinte e transformada em reconhecimento. Depois de se ter ouvido com cuidado a voz da autocrítica e de haver prestado certa atenção às críticas dos adversários, não resta mais nada a fazer senão sustentar, com todas as forças, as próprias convicções baseadas na experiência. A pessoa deve contentar-se em agir com o máximo de honestidade, não devendo assumir o papel de juiz, reservado ao futuro remoto. Dar ênfase a opiniões pessoais arbitrarias, em assuntos científicos, é mau; constitui claramente uma tentativa de questionar o direito da psicanálise de ser considerada uma ciência - aliás, depois de já ter sido esse valor depreciado pelo que foi dito antes [sobre a natureza relativa de todo o conhecimento]. Quem quer que dê grande valor ao pensamento científico procurará, antes, todos os meios e métodos possíveis para limitar o fator predileções pessoais fantasiosas tanto quanto possível, onde quer que ele desempenhe papel grande demais. Além disso, vale a pena lembrar que não tem cabimento o excessivo zelo em defendermos a nós mesmos. Esses argumentos de Adler não têm intenção séria. Destinam-se apenas a ser utilizados contra seus adversários; não se referem às suas próprias teorias, nem impediram seus seguidores de aclamá-lo como o Messias, para cujo advento a humanidade ansiosa foi preparada por grande número de precursores. O Messias certamente não é nenhum fenômeno relativo.

O argumento *ad captandam benevolentiam* de Jung repousa na suposição demasiado otimista de que o progresso da raça humana, da civilização e do conhecimento sempre

seguiu uma linha ininterrupta, como se não tivesse havido períodos de decadência, reações e restaurações após cada revolução, e gerações não tivessem dado um passo para trás e abandonado as vantagens de seus antecessores. Sua abordagem do ponto de vista das massas, sua renúncia a uma inovação que foi mal recebida, tornam *a priori* pouco provável que a versão jungiana da psicanálise possa com justiça pretender ser uma atitude jovem de liberação. Afinal de contas, não é a idade do autor que decide isso, mas o caráter da ação.

Dos dois movimentos em discussão, o de Adler é, sem dúvida alguma, o mais importante; embora radicalmente falso, apresenta consistência e coerência. Além disso, se baseia, apesar de tudo, numa teoria dos instintos. A modificação de Jung, por outro lado, afrouxa a conexão dos fenômenos com a vida instintiva; e além disso, conforme seus críticos (p. ex. Abraham, Ferenczi e Jones) ressaltaram, é tão obscura, ininteligível e confusa a ponto de se tornar difícil assumir uma posição em relação a ela. Quando se pensa que se entendeu alguma coisa, pode-se ficar preparado para ouvir dizer que não se entendeu e não se pode saber como tirar uma conclusão correta. Tudo é formulado de uma maneira particularmente vacilante, ora como “uma divergência sutil que não justifica o escarcéu que se fez em torno dela” (Jung), ora como uma nova mensagem de salvação que irá iniciar uma nova era para a psicanálise, e mais ainda, uma nova *Weltanschauung* para todos.

Quando se pensa nas várias incoerências reveladas em diversos pronunciamentos públicos e privados feitos pelo movimento jungiano, somos levados a perguntar quanto disso se deve à falta de clareza e quanto à falta de sinceridade. Deve-se admitir, contudo, que os expoentes da nova teoria se encontram numa posição difícil. Combatem agora coisas que anteriormente defendiam, e o fazem, além disso, não baseados em novas observações que lhes poderiam ter ensinado algo mais, mas em conseqüência de novas interpretações que fazem com que as coisas que vêm lhes pareçam diferentes do que viam antes. Por esse motivo não estão dispostos a abrir mão da ligação com a psicanálise, como representantes da qual se tornaram conhecidos perante o mundo, e preferem anunciar que a psicanálise mudou. No Congresso de Munique achei necessário esclarecer essa confusão, e o fiz declarando que não reconhecia as inovações dos suíços como continuações legítimas e desenvolvimentos ulteriores da psicanálise que se originou comigo. Críticos alheios ao movimento psicanalítico (como Furtmüller) já haviam observado isso antes, e Abraham tem razão em dizer que Jung se afastou inteiramente da psicanálise. É claro que sou perfeitamente capaz de admitir que cada um tem o direito de pensar e escrever o que quiser, mas não tem o direito de apresentá-lo como uma coisa que não é.

Da mesma forma que a investigação de Adler trouxe algo de novo à psicanálise - uma contribuição à psicologia do ego - e cobrou por esse presente um preço demasiado alto jogando fora todas as teorias fundamentais da análise, assim também Jung e seus seguidores prepararam o caminho para a sua luta contra a psicanálise presenteando-a com uma nova aquisição. Investigaram em detalhes (como Pfister fizera antes deles) o caminho através do

qual o material das idéias sexuais pertencentes ao complexo de família e à escolha de objeto incestuoso é utilizado na representação dos interesses éticos e religiosos mais elevados do homem, isto é, aclarando assim um importante exemplo de sublimação das forças eróticas instintivas e de sua transformação em tendências que não podem mais ser chamadas de eróticas. Isso concordava perfeitamente com todas as expectativas da psicanálise e poderia harmonizar-se muito bem com a idéia segundo a qual nos sonhos e neuroses uma dissolução regressiva dessa sublimação, como de todas as outras, se torna visível. Mas o mundo inteiro teria protestado indignado contra a sexualização da ética e da religião. Pelo menos dessa vez não consigo deixar de pensar teologicamente e concluir que esses descobridores não tinham condições de enfrentar essa tormenta de indignação, talvez mesmo presente no íntimo deles próprios.

A pré-história teológica de tantos suíços não explica sua atitude para com a psicanálise mais do que a pré-história socialista de Adler explica o desenvolvimento de sua psicologia. Isso nos faz lembrar a famosa história de Mark Twain sobre as coisas que aconteceram a seu relógio, e suas palavras conclusivas: “E ele ficava imaginando que fim tinham levado os funileiros, e armeiros, e sapateiros, e ferreiros fracassados; mas ninguém sabia dizer.”

Suponhamos - para fazer uma comparação - que num determinado grupo social vive um *parvenu* (aventureiro) que se vangloria de ser descendente de uma família nobre que reside em outro lugar. Um dia se descobre que seus pais moram na vizinhança, e são pessoas muito modestas. Só há uma maneira de contornar essa dificuldade e ele se agarra a ela. Já não pode repudiar os pais, mas insiste em que são de linhagem nobre e que simplesmente perderam sua posição social no mundo; e consegue uma árvore genealógica de alguma fonte oficial complacente. Parece-me que os suíços foram obrigados a se comportar da mesma maneira. Se não se permitiu que a ética e a religião fossem sexualizadas porque tinham de ser algo de origem mais “elevada” e se, não obstante, as idéias nelas contidas pareciam ter-se, inegavelmente, originado do complexo de Édipo e do complexo familiar, só podia haver uma saída; que esses complexos não tenham o sentido que aparentam, mas contenham um elevado sentido “anagógico” (como Silberer o denomina) que tenha tornado possível o seu emprego nas abstratas seqüências de pensamento da ética e do misticismo religioso.

Não será surpresa para mim ouvir dizer novamente que não compreendi a substância e objetivo da teoria neozuriquiana; mas o que me interessa é protestar antecipadamente contra pontos de vista contrários às minhas teorias que possam ser encontrados nas publicações daquela escola sendo atribuídos a mim e não a eles. Não vejo outro meio de tornar inteligível a mim próprio o conjunto de inovações de Jung, e de apreender todas as suas implicações. As modificações que Jung propôs que se fizessem na psicanálise decorrem todas de sua intenção de eliminar o lado reprovável dos complexos familiares para não voltar a encontrá-lo na religião e na ética. A libido sexual foi substituída por um conceito abstrato, sobre o qual se pode dizer com segurança que continua tão enigmático e incompreensível para os entendidos quanto para os leigos. O complexo de Édipo tem um

significado meramente “simbólico”: a mãe, nele, representa o inacessível, a que se tem de renunciar no interesse da civilização; o pai que é assassinado no mito de Édipo é o pai “interior”, de quem nos devemos libertar a fim de nos tornarmos independentes. Outras partes do material das idéias sexuais serão, por certo, submetidas a reinterpretações semelhantes no decorrer do tempo. Em lugar de um conflito entre as tendências eróticas ego-distônicas e as autopreservadoras, surge um conflito entre as “tarefas da vida” e a “inércia psíquica”; o sentimento de culpa do neurótico corresponde a sua auto-recriminação por não cumprir adequadamente seu “trabalho de viver”. Dessa forma, criou-se um novo sistema ético-religioso, que, tal qual o sistema adleriano, estava destinado a reinterpretar, distorcer ou alijar os achados efetivos da análise. A verdade é que essas pessoas detectaram algumas nuances culturais da sinfonia da vida e mais uma vez não deram ouvidos à poderosa e primordial melodia dos instintos.

A fim de preservar intacto esse sistema, foi necessário afastar-se inteiramente da observação e da técnica da psicanálise. Vez por outra, o entusiasmo pela causa deu margem até mesmo à inobservância da lógica científica - quando Jung acha, por exemplo, que o complexo de Édipo não é bastante “específico” para a etiologia das neuroses, e passa a atribuir essa qualidade específica à inércia, a característica mais universal de toda matéria, animada e inanimada! Deve-se notar, a propósito, que o “complexo de Édipo” representa apenas um tópico com o qual as forças mentais do indivíduo têm de lidar, e não é, em si próprio, uma força, como a “inércia psíquica”. O estudo dos indivíduos tinha demonstrado (e sempre demonstrará) que os complexos sexuais em seu sentido original estão vivos neles. Em conseqüência disso, a investigação de indivíduos foi relegada a segundo plano [nas novas teorias] e substituída por conclusões baseadas em provas oriundas da pesquisa antropológica. O maior risco de defrontar-se com o sentido original e sem disfarces desses complexos reinterpretados seria na tenra infância de cada indivíduo; em conseqüência, na terapia estabeleceu-se a injunção de que essa história passada deve ser resolvida o mínimo possível e a ênfase principal posta no conflito do presente, no qual, além do mais, a coisa essencial de modo algum deveria ser o que era acidental e pessoal, mas o que era geral - de fato, a não-realização das tarefas da vida. Como sabemos, no entanto, o conflito de um neurótico torna-se compreensível e admite solução somente quando é remontado à sua pré-história, quando uma pessoa volta atrás ao longo do caminho que sua libido seguiu quando ela adoeceu.

A forma assumida pela terapêutica neozuriquiana sob essas influências pode ser expressa nas palavras de um paciente que vivenciou isso pessoalmente: “Dessa vez nenhum vestígio de atenção foi dado ao passado ou à transferência. Onde quer que eu pensava haver apreendido esta última, diziam-me tratar-se de um puro símbolo libidinal. Os ensinamentos morais eram muito bonitos e eu os seguia fielmente, mas não avancei um passo. Isso era, naturalmente, muito mais incômodo para mim do que para ele, mas como poderia evitá-lo? ... Em vez de libertar-me pela análise, cada dia fazia-me novas e tremendas exigências, que tinham de ser cumpridas se se quisesse que a neurose fosse dominada - por exemplo:

concentração interior através da introversão, meditação religiosa, nova vida em comum com uma mulher com amor e dedicação etc. Isso estava quase além das forças de qualquer um; visava a uma radical transformação de toda a minha natureza interna. Deixei a análise como um pobre pecador, com intensos sentimentos de arrependimento e as melhores intenções, mas ao mesmo tempo totalmente desanimado. Qualquer sacerdote teria aconselhado o que ele recomendava, mas onde iria eu encontrar forças para isso?” O paciente chegou mesmo a lembrar ter ouvido falar que a análise do passado e da transferência deveria ser compreendida primeiramente, mas lhe haviam dito que disso ele já tivera o bastante. Desde que essa primeira espécie de análise não o havia ajudado mais, parece-me justificada a conclusão de que o paciente não tivera dela o bastante. Por certo, o tratamento subsequente, que já não podia pretender chamar-se de psicanálise, não melhorou as coisas. É impressionante que os membros da escola de Zurique tivessem de fazer uma volta tão longa e passar por Viena para chegar à vizinha cidade de Berna, onde Dubois cura as neuroses por meio de incentivos morais, de uma maneira mais sensata.

A incompatibilidade total desse novo movimento com a psicanálise também se revela na maneira de Jung encarar a repressão, que quase já não é mencionada em suas obras, na má compreensão dos sonhos - como Adler [ver em [1]], Jung confunde sonhos com pensamentos oníricos latentes, sem levar em consideração a psicologia dos sonhos - e na perda de toda a compreensão do inconsciente; em suma, em todos os pontos que devo considerar como a essência da psicanálise. Quando Jung nos diz que o complexo de incesto é meramente “simbólico”, que apesar de tudo não possui existência “real”, que afinal de contas um selvagem não sente nenhum desejo por uma mulher velha, prefere uma jovem e bonita, somos tentados a concluir que “simbólico” e “sem existência real” simplesmente significam algo que, em virtude de suas manifestações e efeitos patogênicos, é descrito pela psicanálise como “existindo inconscientemente” - descrição que elimina a contradição aparente.

Se se tiver em mente que os sonhos são algo diferente dos pensamentos oníricos latentes que eles elaboram, não há nada de surpreendente em que os pacientes sonhem com coisas com as quais suas mentes tenham estado repletas durante o tratamento, sejam elas as “tarefas da vida”, “ficar por cima” ou “por baixo”. Não há a menor dúvida que os sonhos de pessoas em análise podem ser dirigidos, da mesma maneira que o são por estímulos produzidos com fins experimentais. Pode-se determinar uma parte do material que aparece num sonho; nada da essência ou do mecanismo dos sonhos é alterado por isso. Também não acredito que os sonhos “biográficos”, como são chamados, ocorram fora da análise. Se, por outro lado, se analisam sonhos tidos antes do tratamento, ou se se consideram os próprios acréscimos do sonhador ao que lhe tem sido sugerido no tratamento, ou se se evita atribuir-lhe qualquer tarefa dessa natureza, então é fácil convencer-se como está longe da finalidade de um sonho produzir tentativas de solução para as tarefas da vida. Os sonhos são apenas uma forma de pensar; jamais se pode alcançar uma compreensão dessa forma tomando como ponto de referência o conteúdo dos pensamentos; somente uma apreciação do trabalho dos sonhos nos levará a essa compreensão.

Não é difícil refutar com argumentos concretos as concepções errôneas de Jung sobre a psicanálise e os desvios dela. Toda análise conduzida de maneira adequada, e em particular toda análise de criança, fortalece as convicções sobre as quais se fundamenta a teoria da psicanálise, negando as reinterpretações feitas tanto pelos sistemas de Jung como de Adler. Nos dias que antecederam sua iluminação, o próprio Jung [1910b, v. pág. 40] levou a efeito e publicou uma análise dessa espécie, de uma criança; resta ver se ele empreenderá uma nova interpretação dos resultados dessa análise com a ajuda de um diferente “arranjo unilateral dos fatos”, para utilizar a expressão empregada por Adler nesse sentido (ver em [1] e [2]).

O ponto de vista de que a representação sexual de pensamentos “mais elevados” nos sonhos e na neurose nada mais é senão uma modalidade arcaica de expressão, é, naturalmente, inconciliável com o fato de que na neurose esses complexos sexuais provam ser os portadores das quantidades de libido subtraídas à utilização na vida real. Se isso fosse apenas uma questão de “jargão” sexual, não alteraria de maneira nenhuma a economia da libido. O próprio Jung admite isso no seu *Darstellung der psychoanalytischen Theorie* [1913] e formula a tarefa da terapia como o desligamento das catexias libidinais desses complexos. Entranto, isso jamais pode ser realizado desviando-se o paciente delas e concitando-o a sublimar, e sim através do exame exaustivo das mesmas que as torne plena e completamente conscientes. O primeiro item de realidade com o qual o paciente deve lidar é a sua doença. Esforços no sentido de poupar-lhe essa tarefa indicam incapacidade do médico em ajudá-lo a superar suas resistências, ou então o medo que tem o médico dos resultados do seu trabalho.

Por último, pode-se dizer que com sua “modificação” da psicanálise Jung nos oferece um equivalente da famosa faca de Lichtenberg. Mudou o cabo e botou uma lâmina nova, e porque gravou nela o mesmo nome espera que seja considerada como o instrumento original.

Creio ter deixado claro que, pelo contrário, a nova teoria que visa a substituir a psicanálise significa um abandono da análise e uma deserção da mesma. Algumas pessoas podem ser inclinadas a temer que essa deserção esteja fadada a ter conseqüências mais graves para a análise do que outras, devido ao fato de ter sido iniciada por homens que desempenharam um papel tão grande no movimento e contribuíram tanto para o seu avanço. Eu não compartilho dessa apreensão.

Os homens são fortes enquanto representam uma idéia forte; se enfraquecem quando se opõem a ela. A psicanálise sobreviverá a essa perda e a compensará com a conquista de novos partidários. Para concluir, quero expressar o desejo de que a sorte proporcione um caminho de elevação muito agradável a todos aqueles que acharam a estada no submundo da psicanálise desagradável demais para o seu gosto. E possamos nós, os que ficamos, desenvolver até o fim, sem atropelos, nosso trabalho nas profundezas.

Fevereiro de 1914.

SOBRE O NARCISISMO: UMA INTRODUÇÃO (1914)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

ZUR EINFÜHRUNG DES NARIZSSMUS

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1914 *Jb. Psychoan.*, 6, 1-24.

1918 *S.K.S.N.*, 4, 78-112. (1922, 2ª ed.)

1924 Leipzig, Viena e Zurique: Internationaler Psychoanalytischer Verlag. Pág. 35.

1925 *G.S.* 6, 155-187.

1931 *Theoretische Schriften*, 25-57.

1946 *G.W.*, 10, 138-170.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘On Narcissism: an Introduction’

1925 *C.P.*, 4, 30-59. (Trad. C. M. Baines.)

A presente tradução inglesa baseia-se na que foi publicada em 1925.

A tradução mais literal do título deste artigo seria ‘Sobre a Introdução do Conceito de Narcisismo’. Freud já vinha empregando o termo há muitos anos. Sabemos por Ernest Jones (1955, 388) que numa reunião da Sociedade Psicanalítica de Viena, a 10 de novembro de 1909, Freud havia declarado que o narcisismo era uma fase intermediária necessária entre o auto-erotismo e o amor objetal. Mais ou menos na mesma época, ele preparava a segunda edição dos *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade* (1905d) para o prelo (o prefácio traz a data de ‘dezembro de 1909’), e parece provável que a primeira menção pública do novo termo se encontra numa nota de rodapé acrescentada àquela edição (Edição *Standard Brasileira*, Vol. VII, pág. 144-5 n, IMAGO Editora, 1972), presumindo-se, vale dizer, que a nova edição tenha aparecido no início de 1910, pois no fim de maio do mesmo ano apareceu o livro de Freud sobre *Leonardo* (1910c), no qual se faz referência consideravelmente mais

extensa ao narcisismo (Edição *Standard* Brasileira, Vol. XI, pág. 92, IMAGO Editora, 1970). Um artigo de Rank sobre o assunto, mencionado por Freud no início do presente estudo, foi publicado em 1911, e outras referências do próprio Freud logo se seguiram: por exemplo, na Seção III da análise de Schreber (1911c) e em *Totem e Tabu* (1912-13), Edição *Standard* Brasileira, Vol. XIII, págs. 111-13, IMAGO Editora, 1974.

A idéia de escrever o presente artigo surgiu nas cartas de Freud pela primeira vez em junho de 1913, tendo ele concluído uma primeira minuta do mesmo no correr de umas férias que passara em Roma na terceira semana de setembro do mesmo ano. Somente no fim de fevereiro de 1914 é que foi começada a versão final, concluída um mês depois.

Trata-se de um dos mais importantes trabalhos de Freud, podendo ser considerado como um dos fatores centrais na evolução de seus conceitos. Resume suas primeiras discussões sobre o tema do narcisismo e considera o lugar ocupado pelo narcisismo no desenvolvimento sexual, indo, porém, além disso, pois penetra nos problemas mais profundos das relações entre o ego e os objetos externos, traçando a nova distinção entre ‘libido do ego’ e ‘libido objetal’. Outrossim - e talvez seja este o ponto mais importante -, introduz os conceitos do ‘ideal do ego’ e do agente auto-observador a ele relacionado, que constituíram a base do que, finalmente, veio a ser descrito como o ‘superego’ em *The Ego and the Id* (1923b). E, além disso tudo, em duas passagens do artigo - no final da primeira seção e no início da terceira - aborda as controvérsias com Adler e Jung, que foram o principal tema da ‘História do Movimento Psicanalítico’, escrita mais ou menos simultaneamente ao presente trabalho durante os primeiros meses de 1914. Na realidade, um dos motivos de Freud para escrever esse artigo foi, sem dúvida, demonstrar que o conceito de narcisismo oferece uma alternativa à ‘libido’ não-sexual de Jung e ao ‘protesto masculino’ de Adler.

Estes estão longe de ser os únicos tópicos levantados no artigo, e por isso mesmo não causa surpresa sua aparência inusitada de ser supercondensado - sua estrutura prestes a estourar pela quantidade de material que contém. O próprio Freud parece ter sentido algo semelhante. Conta-nos Ernest Jones (1955-340) que ‘ele ficou muito insatisfeito com o resultado’ e escreveu a Abraham: ‘O “Narcisismo” teve um parto difícil e traz todas as marcas de uma deformação correspondente’.

Por mais que isso possa ser assim, o artigo exige e recompensa um estudo prolongado, tendo sido o ponto de partida de muitas linhas de raciocínio ulteriores. Algumas destas, por exemplo, foram desenvolvidas em ‘Luto e Melancolia’ (1917e [1915]), pág. 249 mais adiante, e nos Capítulos VIII e XI de *Group Psychology* (1921c). O tema do narcisismo, pode-se acrescentar, ocupa a maior parte da Conferência XXVI das *Introductory Lectures*

(1916-17). O ulterior desenvolvimento dos novos conceitos sobre a estrutura da mente, que já começam a se tornar evidentes no presente artigo, levou Freud a reavaliar algumas das afirmações feitas aqui, mormente no tocante ao funcionamento do ego. Nesse sentido, deve-se ressaltar que o significado que Freud atribuiu a ‘*das Ich*’ (quase invariavelmente traduzido por o ‘ego’ nesta edição) passou por gradativas modificações. De início, ele empregou a expressão sem grande precisão, tal como poderíamos falar de ‘o eu’; mas em seus últimos escritos deu-lhe um significado muito mais definido e restrito. O presente artigo ocupa um ponto de transição nesse desenvolvimento. O tópico, em sua totalidade, é examinado mais amplamente na Introdução do Editor Inglês a *The Ego and the Id* (1923b).

Trechos da tradução desse artigo publicados em 1925 foram incluídos em *A General Selection from the Works of Sigmund Freud*, de Rickman (1937, 118-41).

SOBRE O NARCISISMO: UMA INTRODUÇÃO

I

O termo narcisismo deriva da descrição clínica e foi escolhido por Paul Näcke em 1899 para denotar a atitude de uma pessoa que trata seu próprio corpo da mesma forma pela qual o corpo de um objeto sexual é comumente tratado - que o contempla, vale dizer, o afaga e o acaricia até obter satisfação completa através dessas atividades. Desenvolvido até esse grau, o narcisismo passa a significar uma perversão que absorveu a totalidade da vida sexual do indivíduo, exibindo, conseqüentemente, as características que esperamos

encontrar no estudo de todas as perversões.

Observadores psicanalíticos foram subseqüentemente surpreendidos pelo fato de que aspectos individuais da atitude narcisista são encontrados em muitas pessoas que sofrem de outras perturbações - por exemplo, conforme Sadger ressaltou, em homossexuais -, e finalmente afigurou-se provável que uma localização da libido que merecesse ser descrita como narcisismo talvez estivesse presente em muito maior extensão, podendo mesmo reivindicar um lugar no curso regular do desenvolvimento sexual humano. Dificuldades do trabalho psicanalítico em neuróticos conduziram à mesma suposição, pois parecia que, neles, essa espécie de atitude narcisista constituía um dos limites à sua susceptibilidade à influência. O narcisismo nesse sentido não seria uma perversão, mas o complemento libidinal do egoísmo do instinto de autopreservação, que, em certa medida, pode justificavelmente ser atribuído a toda criatura viva.

Um motivo premente para nos ocuparmos com a concepção de um narcisismo primário e normal surgiu quando se fez a tentativa de incluir o que conhecemos da demência precoce (Kraepelin) ou da esquizofrenia (Bleuler) na hipótese da teoria da libido. Esse tipo de pacientes, que eu propus fossem denominados de parafrênicos, exibem duas características fundamentais: megalomania e desvios de seu interesse do mundo externo - de pessoas e coisas. Em consequência da segunda modificação, tornam-se inacessíveis à influência da psicanálise e não podem ser curados por nossos esforços. Mas o afastamento do parafrênico do mundo externo necessita ser mais precisamente caracterizado. Um paciente que sofre de histeria ou de neurose obsessiva, enquanto sua doença persiste, também desiste de sua relação com a realidade. Mas a análise demonstra que ele de modo algum corta suas relações eróticas com as pessoas e as coisas. Ainda as retém na fantasia, isto é, ele substitui, por um lado, os objetos imaginários de sua memória por objetos reais, ou mistura os primeiros com os segundos, e, por outro, renuncia à iniciação das atividades motoras para a obtenção de seus objetivos relacionados àqueles objetos. Essa é a única condição da libido a que podemos legitimamente aplicar o termo 'introversão' da libido, empregado por Jung indiscriminadamente. Com o parafrênico a situação é diferente. Ele parece realmente ter retirado sua libido de pessoas e coisas do mundo externo, sem substituí-las por outras na fantasia. Quando *realmente* as substitui, o processo parece ser secundário e constituir parte de uma tentativa de recuperação, destinada a conduzir a libido de volta a objetos.

Surge a questão: Que acontece à libido que foi afastada dos objetos externos na esquizofrenia? A megalomania característica desses estados aponta o caminho. Essa megalomania, sem dúvida, surge a expensas da libido objetal. A libido afastada do mundo externo é dirigida para o ego e assim dá margem a uma atitude que pode ser denominada de narcisismo. Mas a própria megalomania não constitui uma criação nova; pelo contrário, é, como sabemos, ampliação e manifestação mais clara de uma condição que já existia previamente. Isso nos leva a considerar o narcisismo que surge através da indução de catexias objetais como sendo secundário, superposto a um narcisismo primário que é

obscurecido por diversas influências diferentes.

Desejo ressaltar que não me proponho aqui explicar ou penetrar ainda mais no problema da esquizofrenia, limitando-me meramente a reunir o que já foi dito em outras ocasiões, a fim de justificar a introdução do conceito de narcisismo.

Essa extensão da teoria da libido - em minha opinião, legítima - recebe reforço de um terceiro setor, a saber, de nossas observações e conceitos sobre a vida mental das crianças e dos povos primitivos. Nos segundos, encontramos características que, se ocorressem isoladamente, poderiam ser atribuídas à megalomania: uma superestima do poder de seus desejos e atos mentais, a 'onipotência de pensamentos', uma crença na força taumatúrgica das palavras, e uma técnica para lidar com o mundo externo - 'mágica' - que parece ser uma aplicação lógica dessas premissas grandiosas. Nas crianças de hoje, cujo desenvolvimento é muito mais obscuro para nós, esperamos encontrar uma atitude exatamente análoga em relação ao mundo externo. Assim, formamos a idéia de que há uma catexia libidinal original do ego, parte da qual é posteriormente transmitida a objetos, mas que fundamentalmente persiste e está relacionada com as catexias objetais, assim como o corpo de uma ameba está relacionado com os pseudópodes que produz. Em nossas pesquisas, tomando, como se tomou, os sintomas neuróticos como ponto de partida, essa parte da localização da libido permaneceu necessariamente oculta para nós no início. Tudo que observamos foram emanções dessa libido - as catexias objetais, que podem ser transmitidas e retiradas novamente. Também vemos, em linhas gerais, um antítese entre a libido do ego e a libido objetal. Quanto mais uma é empregada, mais a outra se esvazia. A libido objetal atinge sua fase mais elevada de desenvolvimento no caso de uma pessoa apaixonada, quando o indivíduo parece desistir de sua própria personalidade em favor de uma catexia objetal, ao passo que temos a condição oposta na fantasia do paranóico (ou autopercepção) do 'fim do mundo'. Finalmente, no tocante à diferenciação das energias psíquicas, somos levados à conclusão de que, para começar, durante o estado de narcisismo, elas existem em conjunto, sendo nossa análise demasiadamente tosca para estabelecer uma distinção entre elas. Somente quando há catexia objetal é que é possível discriminar uma energia sexual - a libido - de uma energia dos instintos do ego.

Antes de prosseguir, devo tocar em duas questões que nos levam ao âmago das dificuldades de nosso assunto. Em primeiro lugar, qual a relação entre o narcisismo de que tratamos e o auto-erotismo, que descrevemos como um estado inicial da libido? Em segundo, se concedemos ao ego uma catexia primária da libido, por que há necessidade de distinguir ainda uma libido sexual de uma energia não-sexual dos instintos do ego? A postulação de uma única espécie de energia psíquica não nos pouparia de todas as dificuldades que residem em diferenciar uma energia dos instintos do ego da libido do ego, e a libido do ego da libido objetal?

No tocante à primeira questão, posso ressaltar que estamos destinados a supor que uma

unidade comparável ao ego não pode existir no indivíduo desde o começo; o ego tem de ser desenvolvido. Os instintos auto-eróticos, contudo, ali se encontram desde o início, sendo, portanto, necessário que algo seja adicionado ao auto-erotismo - uma nova ação psíquica - a fim de provocar o narcisismo.

Provocaremos uma inquietação perceptível em qualquer analista de quem se exija uma resposta definitiva à segunda questão. Não é agradável a idéia de abandonar a observação pela controvérsia teórica estéril, mas nem por isso nos devemos esquivar de uma tentativa de elucidação. É verdade que noções tais como a de uma libido do ego, uma energia dos instintos do ego, e assim por diante, não são particularmente fáceis de apreender, nem suficientemente ricas de conteúdo; uma teoria especulativa das relações em questão deveria começar por buscar como base um conceito nitidamente definido. Mas sou da opinião de que é exatamente nisso que consiste a diferença entre uma teoria especulativa e uma ciência erigida a partir da interpretação empírica. Esta última não invejará a especulação por seu privilégio de ter um fundamento suave, logicamente inatacável, contentando-se, de bom grado, com conceitos básicos nebulosos mal imagináveis, que espera apreender mais claramente no decorrer de seu desenvolvimento, ou que está até mesmo preparada para substituir por outros, pois essas idéias não são o fundamento da ciência, no qual tudo repousa: esse fundamento é tão- somente a observação. Não são a base, mas o topo de toda a estrutura, e podem ser substituídas e eliminadas sem prejudicá-la. Em nossos dias, a mesma coisa vem acontecendo na ciência da física, cujas noções básicas no tocante a matéria, centros de força, atração etc. são quase tão discutíveis quanto as noções correspondentes em psicanálise.

O valor dos conceitos 'libido do ego' e 'libido do objeto' reside no fato de que se originam do estudo das características íntimas dos processos neuróticos e psicóticos. A diferenciação da libido numa espécie que é adequada ao ego e numa outra que está ligada a objetos é o corolário inevitável de uma hipótese original que estabelecia distinção entre os instintos sexuais e os instintos do ego. Seja como for, a análise das neuroses de pura transferência (neurose de histeria e obsessiva) compeliu-me a fazer essa distinção, e sei apenas que todas as tentativas para explicar esses fenômenos por outros meios foram inteiramente infrutíferas.

Na ausência total de qualquer teoria dos instintos que nos ajude a encontrar nossa orientação, podemos permitir-nos, ou antes, cabe-nos começar por elaborar alguma hipótese para a sua conclusão lógica, até que ela ou se desintegre ou seja confirmada. Existem vários pontos a favor da hipótese de ter havido desde o início uma separação entre os instintos sexuais e os outros instintos do ego, além da utilidade de tal hipótese na análise das neuroses de transferência. Admito que somente essa segunda consideração não seria destituída de ambigüidade, porquanto poderia tratar-se de uma energia psíquica indiferente que só se torna libido através do ato de catexização de um objeto. Mas, em primeiro lugar, a distinção feita nesse conceito corresponde à distinção popular comum entre a fome e o amor. Em

segundo lugar, há considerações biológicas a seu favor. O indivíduo leva realmente uma existência dúplice: uma para servir as suas próprias finalidades e a outra como um elo numa corrente, que ele serve contra sua vontade ou pelo menos involuntariamente. O indivíduo considera a sexualidade como um dos seus próprios fins, ao passo que, de outro ponto de vista, ele é um apêndice de seu germoplasma, a cuja disposição põe suas energias em troca de uma retribuição de prazer. Ele é o veículo mortal de uma substância (possivelmente) imortal - como o herdeiro de uma propriedade inalienável, que é o único dono temporário de um patrimônio que lhe sobrevive. A separação dos instintos sexuais dos instintos do ego simplesmente refletiria essa função dúplice do indivíduo. Em terceiro lugar, devemos recordar que todas as nossas idéias provisórias em psicologia presumivelmente algum dia se basearão numa subestrutura orgânica. Isso torna provável que as substâncias especiais e os processos químicos sejam os responsáveis pela realização das operações da sexualidade, garantindo a extensão da vida individual na da espécie. Estamos levando essa probabilidade em conta ao substituímos as substâncias químicas especiais por forças psíquicas especiais.

Tento em geral manter a psicologia isenta de tudo que lhe seja diferente em natureza, inclusive das linhas biológicas de pensamento. Por essa mesma razão, gostaria, nessa altura, de admitir expressamente que a hipótese de instintos do ego e instintos sexuais separados (isto é, a teoria da libido) está longe de repousar, inteiramente, numa base psicológica, extraindo seu principal apoio da biologia. Mas serei suficientemente coerente [com minha norma geral] para abandonar essa hipótese, se o próprio trabalho psicanalítico vier a produzir alguma outra hipótese mais útil sobre os instintos. Até agora, isso não aconteceu. Pode ocorrer que, com mais fundamento e numa visão de maior alcance, a energia sexual - a libido - seja apenas o produto de uma diferenciação na energia que atua generalizadamente na mente. Mas tal assertiva não tem qualquer relevância. Relaciona-se com assuntos que se acham tão afastados dos problemas de nossa observação, e a respeito dos quais conhecemos tão pouco, que é igualmente ocioso contestá-la ou afirmá-la; essa identidade primordial talvez tenha tão pouco que ver com nossos interesses analíticos quanto o parentesco primordial de todas as raças da humanidade tem que ver com a prova de parentesco exigida a fim de se estabelecer um direito legal de herança. Todas essas especulações não nos levam a parte alguma. Visto não podermos esperar que outra ciência nos apresente as conclusões finais sobre a teoria dos instintos, é muito mais objetivo tentar ver que luz pode ser lançada sobre esse problema básico da biologia por uma síntese dos fenômenos *psicológicos*. Enfrentemos a possibilidade de erro, mas não nos deixemos dissuadir de buscar as implicações lógicas da hipótese, que em primeiro lugar adotamos, de uma antítese entre os instintos do ego e os instintos sexuais (hipótese à qual fomos forçosamente conduzidos pela análise das neuroses de transferência), e de verificar se ela se mostra destituída de contradições e se é profícua, e se pode ser aplicada também a outras perturbações, como a esquizofrenia.

Seria, naturalmente, uma questão diferente se se provasse que a teoria da libido já fracassou na tentativa de explicar essa segunda doença. Isso foi asseverado por C. G. Jung

(1912) e é por causa disso que me vi obrigado a entrar nessa última discussão, da qual gostaria de ter sido poupado. Teria preferido seguir até o fim o caminho trilhado na análise do caso Schreber sem qualquer discussão de suas premissas. Mas a asserção de Jung é, para dizer o mínimo, prematura. Os fundamentos que apresenta para ela são deficientes. Em primeiro lugar, recorre a uma confissão, que eu teria feito, de que fora obrigado, devido às dificuldades da análise de Schreber, a estender o conceito de libido (isto é, a desistir de seu conteúdo sexual) e a identificar a libido com o interesse psíquico em geral. Ferenczi (1913b), numa crítica exaustiva à obra de Jung, já disse tudo o que é necessário a título de correção dessa interpretação errônea. Posso apenas corroborar sua crítica e repetir que jamais fiz tal retratação no tocante à teoria da libido. Outro argumento de Jung, a saber, que não podemos supor que a retirada da libido seja em si mesma suficiente para acarretar a perda da função normal da realidade, não é um argumento, mas um ditame. ‘Incorre em petição de princípio’ e poupa discussão, pois se e como isso é possível era precisamente o ponto que devia estar sob investigação. Em sua grande obra seguinte, Jung (1913 [339-40]) simplesmente falha na solução que eu havia indicado: ‘Ao mesmo tempo’, escreve, ‘ainda há o seguinte a ser levado em consideração (um ponto ao qual, incidentalmente, Freud se refere em sua obra sobre o caso Schreber [1911c]) - que a introversão da *libido sexualis* conduz a uma catexia do “ego”, e que possivelmente é isso que produz o resultado de uma perda da realidade. É realmente uma possibilidade tentadora explicar a psicologia da perda da realidade dessa maneira’. Mas Jung não vai muito além no exame dessa possibilidade. Algumas linhas adiante ele a põe de lado com a observação de que essa determinante ‘resultaria na psicologia de um anacoreta ascético, não em demência precoce’. Quão pouco essa analogia inadequada pode ajudar-nos a resolver a questão fica claro pela consideração de que um anacoreta dessa espécie, que ‘tenta erradicar todos os traços de interesse sexual’ (mas só no sentido popular da palavra ‘sexual’), nem sequer necessariamente exhibe qualquer localização patogênica da libido. Ele pode ter desviado inteiramente seu interesse sexual dos seres humanos; contudo, pode tê-lo sublimado num interesse elevado pelo divino, pela natureza, ou pelo reino animal, sem que sua libido tenha sofrido introversão até suas fantasias ou retorno a seu ego. Essa analogia pareceria excluir por antecipação a possibilidade de se estabelecer uma diferenciação entre o interesse que emana de fontes eróticas e os outros. Recordemos, além disso, que as pesquisas da escola suíça, por mais valiosas que sejam, elucidaram apenas duas facetas do quadro da demência precoce - a presença nele de complexos que conhecemos tanto em indivíduos saudáveis como em neuróticos e a similaridade das fantasias que nele ocorrem com mitos populares -, mas não puderam lançar mais luz alguma sobre o mecanismo da doença. Podemos, então, repudiar a asserção de Jung, segundo a qual a teoria da libido não só malogrou na tentativa de explicar a demência precoce, como também, portanto, é eliminada em relação às outras neuroses.

II

Parece-me que certas dificuldades especiais perturbam o estudo direto do narcisismo. Nosso principal meio de acesso a ele continuará a ser provavelmente a análise das parafrenias. Assim como as neuroses de transferência nos permitiram traçar os impulsos instintuais libidinais, também a demência precoce e a paranóia nos fornecerão uma compreensão interna (*insight*) da psicologia do ego. Mais uma vez, a fim de chegar à compreensão do que parece tão simples em fenômenos normais, teremos de recorrer ao campo da patologia com suas distorções e exageros. Ao mesmo tempo, outros meios de abordagem nos permanecem acessíveis, e através deles podemos obter um conhecimento melhor do narcisismo. Passarei a examiná-los agora, na seguinte ordem: o estudo da doença orgânica, da hipocondria e da vida erótica dos sexos.

Ao avaliar a influência da doença orgânica sobre a distribuição da libido, sigo uma sugestão que me foi feita verbalmente por Sándor Ferenczi. É do conhecimento de todos, e eu o aceito como coisa natural, que uma pessoa atormentada por dor e mal-estar orgânico deixa de se interessar pelas coisas do mundo externo, na medida em que não dizem respeito a seu sofrimento. Uma observação mais detida nos ensina que ela também retira o interesse *libidinal* de seus objetos amorosos: enquanto sofre, deixa de amar. A banalidade desse fato não justifica que deixemos de traduzi-lo nos termos da teoria da libido. Devemos então dizer: o homem enfermo retira suas catexias libidinais de volta para seu próprio ego, e as põe para fora novamente quando se recupera. ‘Concentrada está a sua alma’, diz Wilhelm Busch a respeito do poeta que sofre de dor de dentes, ‘no estreito orifício do molar’.

Aqui a libido e o interesse do ego partilham do mesmo destino e são mais uma vez indistiguíveis entre si. O egoísmo familiar do enfermo abrange os dois. Achamos isso tão natural porque estamos certos de que, na mesma situação, nosso comportamento seria idêntico. A maneira pela qual os sentimentos de quem ama, por mais fortes que sejam, são banidos pelos males corpóreos, e de súbito substituídos por uma indiferença completa, constitui um tema que tem sido consideravelmente explorado por escritores humorísticos.

A condição do sono também se assemelha à doença, por acarretar uma retirada narcisista das posições da libido até o próprio eu do indivíduo, ou, mais precisamente, até o desejo único de dormir. O egoísmo dos sonhos ajusta-se muito bem nesse contexto. [ver em [1]]. Em ambos os estados temos, pelo menos, exemplos de alterações na distribuição da libido que são resultantes de uma modificação no ego.

A hipocondria, da mesma forma que a doença orgânica, manifesta-se em sensações corpóreas aflitivas e penosas, tendo sobre a distribuição da libido o mesmo efeito que a doença orgânica. O hipocondríaco retira tanto o interesse quanto a libido - a segunda de forma especialmente acentuada - dos objetos do mundo externo, concentrando ambos no

órgão que lhe prende a atenção. Torna-se agora evidente uma diferença entre a hipocondria e a doença orgânica: na segunda, as sensações aflitivas baseiam-se em mudanças demonstráveis [orgânicas]; na primeira, isso não ocorre. Mas estaria inteiramente de acordo com nossa concepção geral dos processos de neurose, se resolvêssemos dizer que a hipocondria deve estar certa: deve-se supor que as modificações orgânicas também estão presentes nela.

Mas o que seriam essas mudanças? Deixar-nos-emos guiar, nessa altura, por nossa experiência, a qual mostra que as sensações corpóreas de natureza desagradável, comparáveis às da hipocondria, ocorrem também nas outras neuroses. Já tive ocasião de dizer que me inclino a classificar a hipocondria, juntamente com a neurastenia e a neurose de angústia, como uma terceira neurose ‘real’. Provavelmente não seria ir muito longe supor que, no caso das outras neuroses, uma pequena dose de hipocondria também se forma regularmente ao mesmo tempo. Temos o melhor exemplo disso, creio eu, na neurose de angústia com sua superestrutura de histeria. Ora, o protótipo familiar de um órgão que é dolorosamente delicado, que de alguma forma é alterado e que, contudo, não está doente no sentido comum do termo, é o órgão genital em seus estados de excitação. Nessa condição, ele fica congestionado de sangue, intumescido e umectado, sendo a sede de uma multiplicidade de sensações. Descrevamos agora, tomando qualquer parte do corpo, sua atividade de enviar estímulos sexualmente excitantes à mente, como sendo sua ‘erogenicidade’, e reflitamos, ainda, que as considerações nas quais se baseou nossa teoria da sexualidade de há muito nos habituou à idéia de que certas outras partes do corpo - as zonas ‘erógenas’ - podem atuar como substitutos dos órgãos genitais e se comportarem analogamente a eles. Temos então apenas mais um passo a dar. Podemos decidir considerar a erogenicidade como uma característica geral de todos os órgãos e, então, podemos falar de um aumento ou diminuição dela numa parte específica do corpo. Para cada uma das modificações na erogenicidade dos órgãos poderia, então, verificar-se uma modificação paralela da catexia libidinal no ego. Tais fatores constituíram aquilo que acreditamos estar subjacente à hipocondria e aquilo que pode exercer o mesmo efeito sobre a distribuição da libido tal como produzida por uma doença material dos órgãos.

Vemos que, se acompanharmos essa linha de raciocínio, nos defrontaremos não só com o problema da hipocondria, mas também com o das outras neuroses ‘reais’ - a neurastenia e a neurose de angústia. Paremos, portanto, nesse ponto. Não pertence ao âmbito de uma indagação puramente psicológica penetrar tanto nas fronteiras da pesquisa fisiológica. Mencionarei simplesmente que, a partir desse ponto de vista, podemos suspeitar que a relação da hipocondria com a parafrenia é semelhante à das outras neuroses ‘reais’ com a histeria e a neurose obsessiva: podemos desconfiar, vale dizer, que ela está na dependência da libido do ego, assim como as outras estão na da libido objetal, e que a ansiedade hipocondríaca é a contrapartida, enquanto provém da libido do ego, da ansiedade neurótica. Além disso, visto já estarmos familiarizados com a idéia de que o mecanismo do adoecer e da formação de sintomas nas neuroses de transferência - o caminho da introversão para a

regressão - deve ficar vinculado a um represamento da libido objetal, podemos também ficar mais perto da idéia de um represamento da libido do ego, e podemos estabelecer uma relação dessa idéia com os fenômenos da hipocondria e da parafrenia.

Nesse ponto, nossa curiosidade naturalmente perguntará por que esse represamento da libido no ego teria de ser experimentado como desagradável. Contentar-me-ei com a resposta de que o desprazer é sempre a expressão de um grau mais elevado de tensão, e que, portanto, o que ocorre é que uma quantidade no campo dos acontecimentos materiais é transformada, aqui como em outros lugares, na qualidade psíquica do desprazer. Não obstante, talvez o fator decisivo para a geração do desprazer não seja a magnitude absoluta do acontecimento material, mas antes alguma função específica dessa magnitude absoluta. Aqui podemos até mesmo aventurar-nos a abordar a questão de saber o que torna absolutamente necessário para a nossa vida mental ultrapassar os limites do narcisismo e ligar a libido a objetos. A resposta decorrente de nossa linha de raciocínio mais uma vez seria a de que essa necessidade surge quando a catexia do ego com a libido excede certa quantidade. Um egoísmo forte constitui uma proteção contra o adoecer, mas, num último recurso, devemos começar a amar a fim de não adoecermos, e estamos destinados a cair doentes se, em conseqüência da frustração, formos incapazes de amar. Isso acompanha mais ou menos os versos do quadro que Heine traça sobre a psicogênese da Criação:

Krankheit ist wohl der letzte Grund Des ganzen Schöpferdrangs gewesen; Erschaffend konnte ich genesen, Erschaffend wurde ich gesund.

Reconhecemos nosso aparelho mental como sendo, acima de tudo, um dispositivo destinado a dominar as excitações que de outra forma seriam sentidas como aflitivas ou teriam efeitos patogênicos. Sua elaboração na mente auxilia de forma marcante um escoamento das excitações que são incapazes de descarga direta para fora, ou para as quais tal descarga é, no momento, indesejável. No primeiro caso, contudo, é indiferente que esse processo interno de elaboração seja efetuado em objetos reais ou imaginários. A diferença não surge senão depois - caso a transferência da libido para objetos irrealis (introversão) tenha ocasionado seu represamento. Nos parafrênicos, a megalomania permite uma semelhante elaboração interna da libido que voltou ao ego; talvez apenas quando a megalomania falhe, o represamento da libido no ego se torne patogênico e inicie o processo de recuperação que nos dá a impressão de ser uma doença.

Tentarei aqui penetrar um pouco mais no mecanismo da parafrenia e reunirei os conceitos que já me pareçam merecedores de consideração. A diferença entre as afecções parafrênicas e as neuroses de transferência parecem-me estar na circunstância de que, nas primeiras, a libido liberada pela frustração não permanece ligada a objetos na fantasia, mas se retira para o ego. A megalomania corresponderia, por conseguinte, ao domínio psíquico dessa última quantidade de libido, e seria assim a contrapartida da introversão para as fantasias que é encontrada nas neuroses de transferência; uma falha dessa função psíquica dá margem

à hipocondria da parafrenia, e isso é homólogo à ansiedade das neuroses de transferência. Sabemos que essa ansiedade pode ser transformada por uma elaboração psíquica ulterior, isto é, por conversão, formação de reação ou construção de proteções (fobias). O processo correspondente nos parafrênicos consiste numa tentativa de restauração, à qual se devem as surpreendentes manifestações da doença. De uma vez que a parafrenia com freqüência, se não geralmente, acarreta apenas um desligamento *parcial* da libido dos objetos, podemos distinguir três grupos de fenômenos no quadro clínico: (1) os que representam o que resta de um estado normal de neurose (fenômenos residuais); (2) os que representam o processo mórbido (afastamento da libido dos seus objetos e, além disso, megalomania, hipocondria, perturbações afetivas e todo tipo de regressão); (3) os que representam a restauração, nos quais a libido é mais uma vez ligada a objetos, como uma histeria (na demência precoce ou na parafrenia propriamente dita), ou como numa neurose obsessiva (na paranóia). Essa nova catexia libidinal difere da primária por partir de outro nível e sob outras condições. A diferença entre as neuroses de transferência que ocorrem no caso de nova espécie de catexia libidinal e as formações correspondentes onde o ego é normal devem ser capazes de nos proporcionar a compreensão interna (*insight*) mais profunda da estrutura de nosso aparelho mental.

Uma terceira maneira pela qual podemos abordar o estudo do narcisismo é através da observação da vida erótica dos seres humanos, com suas várias espécies de diferenciação no homem e na mulher. Assim como a libido objetual inicialmente ocultava de nossa observação a libido do ego, também em relação à escolha de objeto nas crianças de tenra idade (e nas crianças em crescimento) o que primeiro notamos foi que elas derivavam seus objetos sexuais de suas experiências de satisfação. As primeiras satisfações sexuais auto-eróticas são experimentadas em relação com funções vitais que servem à finalidade de autopreservação. Os instintos sexuais estão, de início, ligados à satisfação dos instintos do ego; somente depois é que eles se tornam independentes destes, e mesmo então encontramos uma indicação dessa vinculação original no fato de que os primeiros objetos sexuais de uma criança são as pessoas que se preocupam com sua alimentação, cuidados e proteção: isto é, no primeiro caso, sua mãe ou quem quer que a substitua. Lado a lado, contudo, com esse tipo e fonte de escolha objetual, que pode ser denominado o tipo ‘anaclítico’, ou de ‘ligação’, a pesquisa da psicanálise revelou um segundo tipo, que não estávamos preparados para encontrar. Descobrimos, de modo especialmente claro, em pessoas cujo desenvolvimento libidinal sofreu alguma perturbação, tais como perversos e homossexuais, que em sua escolha ulterior dos objetos amorosos elas adotaram como modelo não sua mãe mas seus próprios eus. Procuram inequivocamente a si mesmas como um objeto amoroso, e exibem um tipo de escolha objetual que deve ser denominado ‘narcisista’. Nessa observação, temos o mais forte dos motivos que nos levaram a adotar a hipótese do narcisismo.

Não concluímos, contudo, que os seres humanos se acham divididos em dois grupos acentuadamente diferenciados, conforme sua escolha objetual se coadune com o tipo anaclítico ou o narcisista; pelo contrário, presumimos que ambos os tipos de escolha objetual

estão abertos a cada indivíduo, embora ele possa mostrar preferência por um ou por outro. Dizemos que um ser humano tem originalmente dois objetos sexuais - ele próprio e a mulher que cuida dele - e ao fazê-lo estamos postulando a existência de um narcisismo primário em todos, o qual, em alguns casos, pode manifestar-se de forma dominante em sua escolha objetal.

Uma comparação entre os sexos masculino e feminino indica então que existem diferenças fundamentais entre eles no tocante a seu tipo de escolha objetal, embora essas diferenças naturalmente não sejam universais. O amor objetal completo do tipo de ligação é, propriamente falando, característico do indivíduo do sexo masculino. Ele exhibe a acentuada supervalorização sexual que se origina, sem dúvida, do narcisismo original da criança, correspondendo assim a uma transferência desse narcisismo para o objeto sexual. Essa supervalorização sexual é a origem do estado peculiar de uma pessoa apaixonada, um estado que sugere uma compulsão neurótica, cuja origem pode, portanto, ser encontrada num empobrecimento do ego em relação à libido em favor do objeto amoroso. Já com o tipo feminino mais freqüentemente encontrado, provavelmente o mais puro e o mais verdadeiro, o mesmo não ocorre. Com o começo da puberdade, o amadurecimento dos órgãos sexuais femininos, até então em estado de latência, parece ocasionar a intensificação do narcisismo original, e isso é desfavorável para o desenvolvimento de uma verdadeira escolha objetal com a concomitante supervalorização sexual. As mulheres, especialmente se forem belas ao crescerem, desenvolvem certo autocontentamento que as compensa pelas restrições sociais que lhes são impostas em sua escolha objetal. Rigorosamente falando, tais mulheres amam apenas a si mesmas, com uma intensidade comparável à do amor do homem por elas. Sua necessidade não se acha na direção de amar, mas de serem amadas; e o homem que preencher essa condição cairá em suas boas graças. A importância desse tipo de mulher para a vida erótica da humanidade deve ser levada em grande consideração. Tais mulheres exercem o maior fascínio sobre os homens, não apenas por motivos estéticos, visto que em geral são as mais belas, mas também por uma combinação de interessantes fatores psicológicos, pois parece muito evidente que o narcisismo de outra pessoa exerce grande atração sobre aqueles que renunciaram a uma parte de seu próprio narcisismo e estão em busca do amor objetal. O encanto de uma criança reside em grande medida em seu narcisismo, seu autocontentamento e inacessibilidade, assim como também o encanto de certos animais que parecem não se preocupar conosco, tais como os gatos e os grandes animais carniceiros. Realmente, mesmo os grandes criminosos e os humoristas, conforme representados na literatura, atraem nosso interesse pela coerência narcisista com que conseguem afastar do ego qualquer coisa que o diminua. É como se os invejássemos por manterem um bem-aventurado estado de espírito - uma posição libidinal inatacável que nós próprios já abandonamos. O grande encanto das mulheres narcisistas tem, contudo, o seu reverso; grande parte da insatisfação daquele que ama, de suas dúvidas quanto ao amor da mulher, de suas queixas quanto à natureza enigmática da mulher, tem suas raízes nessa incongruência entre os tipos de escolha de objeto.

Talvez não seja fora de propósito apresentar aqui a certeza de que essa descrição da forma feminina de vida erótica não se deve a qualquer desejo tendencioso de minha parte no sentido de depreciar as mulheres. Afóra o fato de essa tendenciosidade ser inteiramente estranha a mim, sei que essas diferentes linhas de desenvolvimento correspondem à diferenciação de funções num todo biológico altamente complicado; além disso, estou pronto a admitir que existe um número bem grande de mulheres que amam de acordo com os moldes do tipo masculino e que também desenvolvem a supervalorização sexual própria àquele tipo.

Mesmo para as mulheres narcisistas, cuja atitude para com os homens permanece fria, há um caminho que eleva ao amor objetal completo. Na criança que geram, uma parte de seu próprio corpo as confronta como um objeto estranho, ao qual, partindo de seu próprio narcisismo, podem então dar um amor objetal completo. Existem ainda outras mulheres que não têm de esperar por um filho a fim de darem um passo no desenvolvimento do narcisismo (secundário) para o amor objetal. Antes da puberdade, sentem-se masculinas e se desenvolvem de alguma forma ao longo de linhas masculinas; depois de essa tendência ter sido interrompida de repente ao alcançarem a maturidade feminina, ainda retêm a capacidade de anseio por um ideal masculino - ideal que é de fato uma sobrevivência da natureza de menino que outrora possuíram.

O que eu disse até agora à guisa de indicação pode ser concluído por um breve sumário dos caminhos que levam à escolha de um objeto.

Uma pessoa pode amar:

(1) Em conformidade com o tipo narcisista:

(a) o que ela própria é (isto é, ela mesma),

(b) o que ela própria foi,

(c) o que ela própria gostaria de ser,

(d) alguém que foi uma vez parte dela mesma.

(2) Em conformidade com o tipo anaclítico (de ligação):

(a) a mulher que a alimenta,

(b) o homem que a protege,

e a sucessão de substitutos que tomam o seu lugar. A inclusão do caso (c) do primeiro tipo não pode ser justificada até uma etapa posterior deste exame. [ver em [1]]

A significância da escolha objetal narcisista para a homossexualidade nos homens deve ser considerada em relação a outra coisa.

O narcisismo primário das crianças por nós pressuposto e que forma um dos postulados de nossas teorias da libido é menos fácil de apreender pela observação direta do que de confirmar por alguma outra inferência. Se prestarmos atenção à atitude de pais afetuosos para com os filhos, temos de reconhecer que ela é uma revivescência e reprodução de seu próprio narcisismo, que de há muito abandonaram. O indicador digno de confiança constituído pela supervalorização, que já reconhecemos como um estigma narcisista no caso da escolha objetal, domina, como todos nós sabemos, sua atitude emocional. Assim eles se acham sob a compulsão de atribuir todas as perfeições ao filho - o que uma observação sóbria não permitiria - e de ocultar e esquecer todas as deficiências dele. (Incidentalmente, a negação da sexualidade nas crianças está relacionada a isso.) Além disso, sentem-se inclinados a suspender, em favor da criança, o funcionamento de todas as aquisições culturais que seu próprio narcisismo foi forçado a respeitar, e a renovar em nome dela as reivindicações aos privilégios de há muito por eles próprios abandonados. A criança terá mais divertimentos que seus pais; ela não ficará sujeita às necessidades que eles reconheceram como supremas na vida. A doença, a morte, a renúncia ao prazer, restrições à sua vontade própria não a atingirão; as leis da natureza e da sociedade serão ab-rogadas em seu favor; ela será mais uma vez realmente o centro e o âmago da criação - 'Sua Majestade o Bebê', como outrora nós mesmos nos imaginávamos. A criança concretizará os sonhos dourados que os pais jamais realizaram - o menino se tornará um grande homem e um herói em lugar do pai, e a menina se casará com um príncipe como compensação para sua mãe. No ponto mais sensível do sistema narcisista, a imortalidade do ego, tão oprimida pela realidade, a segurança é alcançada por meio do refúgio na criança. O amor dos pais, tão comovedor e no fundo tão infantil, nada mais é senão o narcisismo dos pais renascido, o qual, transformado em amor objetal, inequivocamente revela sua natureza anterior.

III

Os distúrbios aos quais o narcisismo original de uma criança se acha exposto, as reações com que ela procura proteger-se deles e os caminhos aos quais fica sujeita ao fazê-lo - tais são os temas que proponho deixar de lado, como importante campo de trabalho ainda por explorar. Sua parte mais importante, contudo, pode ser isolada sob a forma do 'complexo de castração' (nos meninos, a ansiedade em relação ao pênis; nas meninas, a inveja do pênis) e tratada em conexão com o efeito da coerção inicial da atividade sexual. A pesquisa

psicanalítica em geral nos permite reconstituir as vicissitudes sofridas pelos instintos libidinais quando estes, isolados dos instintos do ego, ficam em oposição a eles; mas no campo específico do complexo de castração, ela nos permite inferir a existência de uma época e de uma situação psíquica nas quais os dois grupos de instintos, ainda atuando em uníssono e inseparavelmente mesclados, surgem como interesses narcisistas. Foi desse contexto que Adler [1910] extraiu seu conceito de ‘protesto masculino’, quase elevando-o à posição de única força motora na formação tanto do caráter quanto da neurose, e baseando-o não numa tendência narcisista, e portanto ainda libidinal, mas numa valorização social. A pesquisa psicanalítica reconheceu, desde o início, a existência e a importância do ‘protesto masculino’ mas o tem considerado, contrariamente a Adler, como sendo narcisista em sua natureza e oriundo do complexo de castração. O ‘protesto masculino’ está relacionado à formação do caráter, em cuja gênese penetra juntamente com muitos outros fatores, sendo, contudo, inteiramente inadequado para explicar os problemas das neuroses, no tocante às quais Adler nada leva em conta, a não ser a maneira pela qual elas servem aos instintos do ego. Acho inteiramente impossível situar a gênese da neurose na estreita base do complexo de castração, por mais poderosamente que, nos homens, esse complexo ocupe o primeiro plano entre suas resistências à cura de uma neurose. Incidentalmente, conheço casos de neuroses em que o ‘protesto masculino’ ou, como o encaramos, o complexo de castração, não desempenha qualquer papel patogênico, nem sequer chegando a aparecer.

A observação de adultos normais revela que sua megalomania antiga foi arrefecida e que as características psíquicas a partir das quais inferimos seu narcisismo infantil foram apagadas. Que aconteceu à libido do ego? Devemos supor que toda ela se converteu em catexias objetais? Essa possibilidade é claramente contrária ao encaminhamento de nossa argumentação; podemos, porém, encontrar uma sugestão em outra resposta para a pergunta na psicologia da repressão.

Sabemos que os impulsos instintuais libidinais sofrem a vicissitude da repressão patogênica se entram em conflito com as idéias culturais e éticas do indivíduo. Com isso, nunca queremos dizer que o indivíduo em questão dispõe de um conhecimento meramente intelectual da existência de tais idéias; sempre queremos dizer que ele as reconhece como um padrão para si próprio, submetendo-se às exigências que elas lhe fazem. A repressão, como dissemos, provém do ego; poderíamos dizer com maior exatidão que provém do amor-próprio do ego. As mesmas impressões, experiências, impulsos e desejos aos quais um homem se entrega, ou que pelo menos elabora conscientemente, serão rejeitados com a maior indignação por outro, ou mesmo abafados antes que entrem na consciência. A diferença entre os dois, que encerra o fator condicionante da repressão, pode ser facilmente expressa em termos que permitem seja ela explicada pela teoria da libido. Podemos dizer que o primeiro homem fixou um ideal em si mesmo, pelo qual mede seu ego real, ao passo que o outro não formou qualquer *ideal* desse tipo. Para o ego, a formação de um ideal seria o fator condicionante da repressão.

Esse ego ideal é agora o alvo do amor de si mesmo (*self-love*) desfrutado na infância pelo ego real. O narcisismo do indivíduo surge deslocado em direção a esse novo ego ideal, o qual, como o ego infantil, se acha possuído de toda perfeição de valor. Como acontece sempre que a libido está envolvida, mais uma vez aqui o homem se mostra incapaz de abrir mão de uma satisfação de que outrora desfrutou. Ele não está disposto a renunciar à perfeição narcisista de sua infância; e quando, ao crescer, se vê perturbado pelas admoestações de terceiros e pelo despertar de seu próprio julgamento crítico, de modo a não mais poder reter aquela perfeição, procura recuperá-la sob a nova forma de um ego ideal. O que ele projeta diante de si como sendo seu ideal é o substituto do narcisismo perdido de sua infância na qual ele era o seu próprio ideal.

Somos naturalmente levados a examinar a relação entre essa formação de um ideal e a sublimação. A sublimação é um processo que diz respeito à libido objetual e consiste no fato de o instinto se dirigir no sentido de uma finalidade diferente e afastada da finalidade da satisfação sexual; nesse processo, a tônica recai na deflexão da sexualidade. A idealização é um processo que diz respeito ao *objeto*; por ela, esse objeto, sem qualquer alteração em sua natureza, é engrandecido e exaltado na mente do indivíduo. A idealização é possível tanto na esfera da libido do ego quanto na da libido objetual. Por exemplo, a supervalorização sexual de um objeto é uma idealização do mesmo. Na medida em que a sublimação descreve algo que tem que ver com o instinto, e a idealização, algo que tem que ver com o objeto, os dois conceitos devem ser distinguidos um do outro.

A formação de um ideal do ego é muitas vezes confundida com a sublimação do instinto, em detrimento de nossa compreensão dos fatos. Um homem que tenha trocado seu narcisismo para abrigar um ideal elevado do ego, nem por isso foi necessariamente bem-sucedido em sublimar seus instintos libidinais. É verdade que o ideal do ego exige tal sublimação, mas não pode fortalecê-la; a sublimação continua a ser um processo especial que pode ser estimulado pelo ideal, mas cuja execução é inteiramente independente de tal estímulo. É precisamente nos neuróticos que encontramos as mais acentuadas diferenças de potencial entre o desenvolvimento de seu ideal do ego e a dose de sublimação de seus instintos libidinais primitivos; e em geral é muito mais difícil convencer um idealista a respeito da localização inconveniente de sua libido do que um homem simples, cujas pretensões permaneceram mais moderadas. Além disso, a formação de um ideal do ego e a sublimação se acham relacionadas, de forma bem diferente, à causação da neurose. Como vimos, a formação de um ideal aumenta as exigências do ego, constituindo o fator mais poderoso a favor da repressão; a sublimação é uma saída, uma maneira pela qual essas exigências podem ser atendidas sem envolver repressão.

Não nos surpreenderíamos se encontrássemos um agente psíquico especial que realizasse a tarefa de assegurar a satisfação narcisista proveniente do ideal do ego, e que, com essa finalidade em vista, observasse constantemente o ego real, medindo-o por aquele ideal. Admitindo-se que esse agente de fato exista, de forma alguma seria possível chegar a ele

como se fosse uma *descoberta* - podemos tão-somente *reconhecê-lo*, pois podemos supor que aquilo que chamamos de nossa 'consciência' possui as características exigidas. O reconhecimento desse agente nos permite compreender os chamados 'delírios de sermos notados' ou, mais corretamente, de sermos *vigiados*, que constituem sintomas tão marcantes nas doenças paranóides, podendo também ocorrer como uma forma isolada de doença, ou intercalados numa neurose de transferência. Pacientes desse tipo queixam-se de que todos os seus pensamentos são conhecidos e suas ações vigiadas e supervisionadas; eles são informados sobre o funcionamento desse agente por vozes que caracteristicamente lhes falam na terceira pessoa ('Agora ela está pensando nisso de novo', 'Agora ele está saindo'). Essa queixa é justificada; ela descreve a verdade. Um poder dessa espécie, que vigia, que descobre e que critica todas as nossas intenções, existe realmente. Na realidade, existe em cada um de nós em nossa vida normal.

Os delírios de estar sendo vigiado apresentam esse poder numa forma regressiva, revelando assim sua gênese e a razão por que o paciente fica revoltado contra ele, pois o que induziu o indivíduo a formar um ideal do ego, em nome do qual sua consciência atua como vigia, surgiu da influência crítica de seus pais (transmitida a ele por intermédio da voz), aos quais vieram juntar-se, à medida que o tempo passou, aqueles que o educaram e lhe ensinaram, a inumerável e indefinível coorte de todas as outras pessoas de seu ambiente - seus semelhantes - e a opinião pública.

Dessa forma, grandes quantidades de libido de natureza essencialmente homossexual são introduzidas na formação do ideal do ego narcisista, encontrando assim um escoadouro e satisfação em conservá-lo. A instituição da consciência foi, no fundo, uma personificação, primeiro da crítica dos pais, e, subseqüentemente, da sociedade - processo que se repete quando uma tendência à repressão se desenvolve de uma proibição ou obstáculo que proveio, no primeiro caso, de fora. As vozes, bem como a multidão indefinida, são reconduzidas ao primeiro plano pela doença, e assim a evolução da consciência se reproduz de forma regressiva. Mas a revolta contra esse 'agente de censura' brota não só do desejo, por parte do indivíduo (de acordo com o caráter fundamental de sua doença), de libertar-se de todas essas influências, a começar pela dos pais, mas também do fato de retirar sua libido homossexual delas. A consciência do paciente então se confronta com ele de maneira regressiva, como sendo uma influência hostil vinda de fora.

As queixas feitas pelos paranóicos também revelam que, no fundo, a autocrítica da consciência coincide com a auto-observação na qual ela se baseia. Assim, a atividade da mente que assumiu a função da consciência também se coloca a serviço da pesquisa interna, que proporciona à filosofia o material para as suas operações intelectuais. Isso pode ter certa relação com a tendência, característica dos paranóicos, de formar sistemas especulativos.

Por certo será de grande importância para nós encontrar provas da atividade desse agente criticamente observador - que se torna elevada na consciência e na introspecção filosófica - também em outros campos. Mencionarei aqui o que Herbert Silberer denominou de 'fenômeno funcional', um dos poucos acréscimos indiscutivelmente valiosos à teoria dos sonhos. Silberer, como sabemos, demonstrou que em estados entre o sono e a vigília podemos observar diretamente a tradução dos pensamentos em imagens visuais, mas que, nessas circunstâncias, com frequência temos a representação, não de um conteúdo do pensamento, mas do estado real (disposição, fadiga etc.) da pessoa que luta contra o sono. De forma semelhante, revelou que as conclusões de alguns sonhos ou de algumas divisões de seu conteúdo significam meramente a própria percepção, por parte daquele que sonha, do seu estado de sono ou de vigília. Silberer demonstrou assim o papel desempenhado pela observação - no sentido dos delírios do paranóico quanto a estar sendo vigiado - na formação dos sonhos. Esse papel não é constante. Provavelmente, desprezei-o por não desempenhar um papel relevante em meus próprios sonhos; nas pessoas filosoficamente dotadas e habituadas à introspecção ele pode tornar-se bastante evidente.

Lembremo-nos aqui de já termos verificado que a formação de sonhos ocorre sob o domínio de uma censura que força a distorção dos pensamentos oníricos. Não figuramos, contudo, essa censura como tendo um poder especial, mas escolhemos o termo para designar uma faceta das tendências repressivas que regem o ego, a saber, a faceta que está voltada para os pensamentos oníricos. Se penetrarmos ainda mais na estrutura do ego, também poderemos reconhecer, no ideal do ego e nas expressões orais dinâmicas da consciência, o *ensor dos sonhos*. Se esse censor estiver, até certo ponto, alerta, mesmo durante o sono, poderemos compreender como sua atividade sugerida de auto-observação e de autocrítica - com pensamentos tais como 'agora ele está com muito sono para pensar', 'agora ele está despertando' - presta uma contribuição ao conteúdo do sonho.

Nessa altura, podemos tentar um exame da atitude de auto-estima nas pessoas normais e nos neuróticos.

Em primeiro lugar, parece-nos que a auto-estima expressa o tamanho do ego; os vários elementos que irão determinar esse tamanho são aqui irrelevantes. Tudo o que uma pessoa possui ou realiza, todo remanescente do sentimento primitivo de onipotência que sua experiência tenha confirmado, ajuda-a a aumentar sua auto-estima.

Aplicando nossa distinção entre os instintos sexuais e os do ego, devemos reconhecer que a auto-estima depende intimamente da libido narcisista. Aqui somos apoiados por dois fatos fundamentais: o de que, nos parafrênicos, a auto-estima aumenta, enquanto que nas neuroses de transferência ela se reduz; e o de que, nas relações amorosas, o fato de não ser amado reduz os sentimentos de auto-estima, enquanto que o de ser amado os aumenta. Como já tivemos ocasião de assinalar, a finalidade e satisfação em uma escolha objetual narcisista

consiste em ser amado.

Além disso, é fácil observar que a catexia objetal libidinal não eleva a auto-estima. A dependência ao objeto amado tem como efeito a redução daquele sentimento: uma pessoa apaixonada é humilde. Um indivíduo que ama priva-se, por assim dizer, de uma parte de seu narcisismo, que só pode ser substituída pelo amor de outra pessoa por ele. Sob todos esses aspectos, a auto-estima parece ficar relacionada com o elemento narcisista do amor.

A compreensão da impotência, da própria incapacidade de amar, em consequência de perturbação física ou mental, exerce um efeito extremamente diminuidor sobre a auto-estima. Aqui, em minha opinião, devemos procurar uma das fontes dos sentimentos de inferioridade experimentados por pacientes que sofrem de neuroses de transferência, sentimentos que esses pacientes estão prontos a relatar. A principal fonte desses sentimentos é, contudo, o empobrecimento do ego, por causa das enormes catexias libidinais dele retiradas - por causa, vale dizer, do dano sofrido pelo ego em função de tendências sexuais que já não estão sujeitas a controle.

Adler [1907] tem razão quando sustenta que, quando uma pessoa dotada de vida mental ativa reconhece uma inferioridade em um de seus órgãos, isso age como estímulo, provocando nessa pessoa um nível mais elevado de realização mediante supercompensação. Mas, definitivamente, incorreríamos em exagero se, seguindo o exemplo de Adler, procurássemos atribuir toda realização bem-sucedida a essa inferioridade original de um órgão. Nem todos os pintores são desfavorecidos por uma visão deficiente, e nem todos os oradores foram originariamente gagos. E existem numerosos exemplos de excelentes realizações que brotam de propriedades orgânicas *superiores*. Na etiologia das neuroses, a inferioridade orgânica e o desenvolvimento imperfeito desempenham papel insignificante - semelhante ao desempenhado por material perceptual geralmente ativo na formação dos sonhos. As neuroses fazem uso de tais inferioridades como um pretexto, assim como o fazem em relação a qualquer outro fator que se preste a isso. Somos tentados a acreditar numa paciente neurótica quando ela nos diz que era inevitável adoecer, visto que, por ser feia, deformada ou carente de encantos, ninguém poderia amá-la; logo, porém, outra neurótica nos prestará melhores esclarecimentos - pois persiste em sua neurose e em sua aversão à sexualidade, embora pareça mais desejável, e seja, de fato, mais desejada, do que a mulher comum. Em sua maioria, as mulheres histéricas são representantes atraentes e mesmo belas de seu sexo, ao passo que, por outro lado, a frequência da fealdade, de defeitos orgânicos e de enfermidades nas classes inferiores da sociedade não aumenta a incidência da doença neurótica entre elas.

As relações entre auto-estima e erotismo - isto é, catexias objetais libidinais - podem ser expressas concisamente da seguinte forma. Devemos distinguir dois casos, conforme as catexias eróticas sejam ego-sintônicas, ou, pelo contrário, tenham sofrido repressão. No

primeiro caso (onde o uso feito da libido é ego-sintônico), o amor é avaliado como qualquer outra atividade do ego. O amar em si, na medida em que envolva anelo e privação, reduz a auto-estima, ao passo que ser amado, ser correspondido no amor, e possuir o objeto amado, eleva-a mais uma vez. Quando a libido é reprimida, sente-se a catexia erótica como grave esgotamento do ego; a satisfação do amor é impossível e o reenriquecimento do ego só pode ser efetuado por uma retirada da libido de seus objetos. A volta da libido objetal ao ego e sua transformação no narcisismo representa, por assim dizer, um novo amor feliz; e, por outro lado, também é verdade que um verdadeiro amor feliz corresponde à condição primeira na qual a libido objetal e a libido do ego não podem ser distinguidas.

A importância e o grau de extensão dos tópicos constituem minha justificativa para acrescentar algumas poucas observações de concatenação algo desconexa.

O desenvolvimento do ego consiste num afastamento do narcisismo primário e dá margem a uma vigorosa tentativa de recuperação desse estado. Esse afastamento é ocasionado pelo deslocamento da libido em direção a um ideal do ego imposto de fora, sendo a satisfação provocada pela realização desse ideal.

Ao mesmo tempo, o ego emite as catexias objetais libidinais. Torna-se empobrecido em benefício dessas catexias, do mesmo modo que o faz em benefício do ideal do ego, e se enriquece mais uma vez a partir de suas satisfações no tocante ao objeto, do mesmo modo que o faz, realizando seu ideal.

Uma parte da auto-estima é primária - o resíduo do narcisismo infantil; outra parte decorre da onipotência que é corroborada pela experiência (a realização do ideal do ego), enquanto uma terceira parte provém da satisfação da libido-objetal.

O ideal do ego impõe severas condições à satisfação da libido por meio de objetos, pois ele faz com que alguns deles sejam rejeitados por seu censor como sendo incompatíveis onde não se formou tal ideal, a tendência sexual em questão aparece inalterada na personalidade sob a forma de uma perversão. Tornar a ser seu próprio ideal, como na infância, no que diz respeito às tendências sexuais não menos do que às outras - isso é o que as pessoas se esforçam por atingir como sendo sua felicidade.

O estar apaixonado consiste num fluir da libido do ego em direção ao objeto. Tem o poder de remover as repressões e de reinstalar as perversões. Exalta o objeto sexual transformando-o num ideal sexual. Visto que, com o tipo objetal (ou tipo de ligação), o estar apaixonado ocorre em virtude da realização das condições infantis para amar, podemos dizer que qualquer coisa que satisfaça essa condição é idealizada.

O ideal sexual pode fazer parte de uma interessante relação auxiliar com o ideal do ego. Ele pode ser empregado para satisfação substitutiva onde a satisfação narcisista encontra reais entraves. Nesse caso, uma pessoa amará segundo o tipo narcisista de escolha objetal: amará o que foi outrora e não é mais, ou então o que possui as excelências que ela jamais teve (cf. (c) [ver em [1]]). A fórmula paralela à que se acaba de mencionar diz o seguinte: o que possui a excelência que falta ao ego para torná-lo ideal é amado. Esse expediente é de especial importância para o neurótico, que, por causa de suas excessivas catexias objetais, é empobrecido em seu ego, sendo incapaz de realizar seu ideal do ego. Ele procura então retornar, de seu pródigo dispêndio da libido em objetos, ao narcisismo, escolhendo um ideal sexual segundo o tipo narcisista que possui as excelências que ele não pode atingir. Isso é a cura pelo amor, que ele geralmente prefere à cura pela análise. Na realidade, ele não pode crer em outro mecanismo de cura; em geral traz para o tratamento expectativas dessa espécie, dirigindo-as à pessoa do médico. A incapacidade de amar do paciente, resultante de suas repressões extensivas, naturalmente atrapalha um plano terapêutico dessa natureza. Muitas vezes, se nos depara um resultado não pretendido quando, por meio do tratamento, o paciente é parcialmente liberado de suas repressões: ele suspende o tratamento a fim de escolher um objeto amoroso, deixando que sua cura continue a se processar por uma vida em comum com quem ele ama. Poderíamos ficar satisfeitos com esse resultado, se ele não trouxesse consigo todos os perigos de uma dependência mutiladora em relação àquele que o ajuda.

O ideal do ego desvenda um importante panorama para a compreensão da psicologia de grupo. Além do seu aspecto individual, esse ideal tem seu aspecto social; constitui também o ideal comum de uma família, uma classe ou uma nação. Ele vincula não somente a libido narcisista de uma pessoa, mas também uma quantidade considerável de sua libido homossexual, que dessa forma retorna ao ego. A falta de satisfação que brota da não realização desse ideal libera a libido homossexual, sendo esta transformada em sentimento de culpa (ansiedade social). Originalmente esse sentimento de culpa era o temor de punição pelos pais, ou, mais corretamente, o medo de perder o seu amor; mais tarde, os pais são substituídos por um número indefinido de pessoas. A freqüente causação da paranóia por um dano ao ego, por uma frustração da satisfação dentro da esfera do ideal do ego, é tornada assim mais inteligível, bem como a convergência da formação do ideal e da sublimação no ideal do ego, e ainda a involução das sublimações e a possível transformação de ideais em perturbações parafrênicas.

ARTIGOS SOBRE METAPSICOLOGIA

INTRODUÇÃO DO EDITOR INGLÊS

Freud publicou o primeiro relato ampliado de seus conceitos sobre teoria psicológica no sétimo capítulo de *A Interpretação de Sonhos* (1900a) (Edição *Standard* Brasileira, Vols. IV-V, IMAGO Editora, 1972), que incorpora, de forma transmudada, parte da substância de seu ‘Projeto’ anterior e inédito (1950a [1895]). Afora breves apreciações ocasionais, como a do Capítulo VI de seu livro sobre chistes (1905c), dez anos se passaram antes que ele tornasse a penetrar profundamente nos problemas teóricos. A um artigo exploratório sobre ‘The Two Principles of Mental Functioning’ (1911b) seguiram-se outras abordagens mais ou menos experimentais - na Parte III de sua análise de Schreber (1911c), em seu artigo em inglês sobre o inconsciente (1912g), e na longa discussão sobre o narcisismo (1914c). Finalmente, na primavera e no verão de 1915, ele mais uma vez empreendeu uma exposição completa e sistemática de suas teorias psicológicas.

Os cinco artigos que se seguem formam uma série interligada. Conforme sabemos por uma nota de rodapé ao quarto desses artigos (ver em [1]), fazem parte de uma coletânea que Freud havia originalmente planejado publicar em forma de livro sob o título *Zur Vorbereitung einer Metapsychologie (Preliminares a uma Metapsicologia)*. Ele acrescenta que a intenção da série era proporcionar um fundamento teórico estável à psicanálise.

Embora os três primeiros desses artigos tivessem sido publicados em 1915 e os dois últimos em 1917, sabemos pelo Dr. Ernest Jones (1955, 208) que de fato todos foram escritos num período de cerca de sete semanas entre 15 de março e 4 de maio de 1915. Também sabemos pelo Dr. Jones (*ibid.*, 209) que mais sete artigos foram acrescentados à série durante os três meses seguintes, tendo sido toda a coletânea de doze concluída em 9 de agosto. Esses outros sete artigos, contudo, nunca foram publicados por Freud, parecendo provável que numa data posterior ele os tenha destruído, uma vez que não se encontrou vestígio algum dos mesmos. Na realidade, sua própria existência permaneceu desconhecida ou esquecida até que o Dr. Jones veio a examinar as cartas de Freud. Na época em que escrevia, em 1915, manteve seus correspondentes (Abraham, Ferenczi e Jones) informados do seu andamento, mas parece existir apenas uma única referência aos mesmos depois, numa

carta a Abraham, em novembro de 1917. Esta deve ter sido escrita mais ou menos na mesma época da publicação dos dois últimos artigos vindo a lume, e parece dar a entender que os sete outros ainda existiam e que ele ainda pretendia publicá-los, embora sentisse que o momento oportuno não havia chegado.

Temos conhecimento dos assuntos tratados por cinco dos últimos sete artigos: Consciência, Ansiedade, Histeria de Conversão, Neurose Obsessiva e as Neuroses de Transferência em Geral, e podemos descobrir possíveis referências aos mesmos nos artigos remanescentes. Podemos até mesmo adivinhar os assuntos que talvez tenham sido abordados pelos dois artigos não especificados - a saber, Sublimação e Projeção (ou Paranóia) -, pois há alusões mais ou menos claras a eles. A coletânea dos doze artigos teria sido assim abrangente, tratando dos processos subjacentes na maioria das principais neuroses e psicoses (histeria de conversão, histeria de angústia, neurose obsessiva, insanidade maníaco-depressiva e paranóia) bem como nos sonhos, com os mecanismos mentais de repressão, sublimação, introjeção e projeção, e com os dois sistemas mentais da consciência e o inconsciente.

É difícil exagerar o que perdemos com o desaparecimento desses artigos. Havia uma conjunção *sui generis* de fatores favoráveis na época em que Freud os escreveu. Seu principal trabalho teórico (o sétimo capítulo de *A Interpretação de Sonhos*) fora escrito quinze anos antes, numa etapa relativamente inicial de seus estudos psicológicos. Agora, contudo, ele contava com cerca de vinte e cinco anos de experiência psicanalítica em que basear suas construções teóricas, estando no ápice de sua capacidade intelectual. E foi nessa época que a circunstância acidental da redução de sua clínica, devida à irrupção da Primeira Guerra Mundial, lhe deu o necessário lazer durante cinco meses, nos quais pôde levar a cabo seu projeto. Uma tentativa de consolo reside, sem dúvida, na reflexão de que grande parte do conteúdo dos artigos desaparecidos deve ter chegado aos escritos ulteriores de Freud. Mas muito daríamos para possuir apreciações conexas sobre assuntos tais como consciência ou sublimação, em lugar das alusões dispersas e relativamente escassas com as quais temos, de fato, de nos contentar.

Em vista da importância especial dessa série de artigos, a fidelidade de seu raciocínio e a ocasional obscuridade dos tópicos de que tratam, foram enviados esforços extraordinários para exprimi-los com exatidão. A tradução em todos os seus pormenores (e especialmente onde há trechos duvidosos) acompanhou tão de perto o texto alemão quanto possível, mesmo correndo o risco de tornar árida a sua leitura. (Termos não-ingleses como, por exemplo, ‘o reprimido’ e ‘o mental’ foram empregados com o máximo de liberdade.) Embora a versão publicada em 1925 tenha servido de base, a que se segue é uma tradução inteiramente nova. Também se afigurou razoável incluir mais do que a quantidade comum de material introdutório, anotar o texto com o máximo de liberdade e, em particular, apresentar amplas referências a outras partes dos escritos de Freud que possam lançar luz sobre quaisquer obscuridades. Uma relação dos seus trabalhos teóricos mais importantes será encontrada

num apêndice, no fim da série (ver em [1]).

Trechos das traduções publicadas em 1925 de ‘Os Instintos e suas Vicissitudes’, ‘Repressão’ e ‘Luto e Melancolia’ foram incluídos em *A General Selection from the Works of Sigmund Freud*, de Rickman (1937, 79-98, 99-110 e 142-161).

OS INSTINTOS E SUAS VICISSITUDES (1915)

TRIEBE UND TRIEBSCHICKSALE

(a)EDIÇÕES ALEMÃS:

1915 *Int. Z. Psychoanal.*, 3 (2), 84-100.

1918 *S.K.S.N.*, 4, 252-278. (1922, 2.^a ed.)

1924 *G.S.*, 5, 443-465.

1924 *Technik und Metapsychol.*, 165-187.

1931 *Theoretische Schriften*, 58-82.

1946 *G.W.*, 10, 210-232.

(b)TRADUÇÃO INGLESA:

‘Instincts and their Vicissitudes’

1925 *C.P.*, 4, 69-83. (Trad. C.M. Baines.)

A presente tradução inglesa, embora baseada na de 1925, foi amplamente reescrita.

Freud começou a escrever o presente artigo em 15 de março de 1915; este e o seguinte (‘Repressão’) foram concluídos em 4 de abril.

Deve-se observar, à guisa de prefácio, que aqui (e através de toda a *Standard Edition*) o termo inglês ‘*instinct*’ representa o alemão ‘*Trieb*’. A escolha desse equivalente inglês de preferência a possíveis alternativas tais como *drive* (‘impulso’) ou *urge* (‘ânsia’) vem examinada na Introdução Geral ao primeiro volume da edição. A palavra ‘instinto’, de qualquer maneira, não é empregada aqui no sentido que parece no momento ser o mais corrente entre os biólogos. Mas Freud assinala, no decorrer desse artigo, o significado que atribui à palavra assim traduzida. Inicialmente, ver em [1] adiante, no artigo ‘O Inconsciente’, ele próprio utiliza o termo alemão ‘*Instikt*’, embora possivelmente em sentido bem diferente.

Verifica-se, contudo, uma ambigüidade no uso, por Freud, do termo ‘*Trieb*’ (‘instinto’) e ‘*Triebrepräsenz*’ (‘representante instintual’), para a qual se deve chamar a atenção, com o fito de assegurar uma melhor compreensão. Em [1] e [2] ele descreve instinto como sendo ‘um conceito situado na fronteira entre o material e o somático,... o representante psíquico dos estímulos que se origine dentro do organismo e alcançam a mente.’ Em duas ocasiões anteriores ele já havia apresentado descrições quase com as mesmas palavras. Alguns anos antes, perto do final da Seção III de seu exame do caso Schreber (1911c), descreveu o instinto como sendo ‘o conceito na fronteira entre o somático e o mental..., o representante psíquico das forças orgânicas’. E, novamente, num trecho provavelmente escrito alguns meses antes do presente artigo, e acrescentado à terceira edição (publicada em 1915, mas com prefácio datado de ‘Outubro de 1914’) de seus *Três Ensaios* (1905d), Edição *Standard Brasileira*, Vol. VII, pág. 171, IMAGO Editora, 1972, descreveu o instinto como sendo ‘o representante psíquico de uma fonte de estímulo endossomática, continuamente a fluir... um conceito que se acha na fronteira entre o mental e o físico’. Essas três descrições parecem tornar claro que Freud não estabelecia qualquer distinção entre um instinto e seu ‘representante psíquico’. Aparentemente considerava o próprio instinto como sendo o representante psíquico de forças somáticas. Se agora, contudo, passarmos aos artigos ulteriores dessa série, teremos a impressão de que Freud traça uma distinção muito acentuada entre o instinto e seu representante psíquico. Isso talvez seja indicado com o máximo de clareza num trecho de ‘O Inconsciente’ (ver em [1]): ‘Um instinto jamais pode tornar-se um objeto da consciência - somente a idéia [*Vorstellung*] que representa o instinto é que pode. Mesmo no inconsciente, além disso, um instinto não pode ser representado de outra forma senão por uma idéia... Quando, não obstante, falamos de um impulso instintual inconsciente ou de um impulso instintual reprimido... referimo-nos apenas a um impulso instintual cujo representante ideacional é inconsciente’. Esse mesmo conceito aparece em muitos outros trechos. Por exemplo em ‘Repressão’ (ver em [1]) Freud refere-se ao ‘representante (ideacional) psíquico do instinto’ e prossegue: ‘...o representante em questão persiste inalterado e o instinto permanece ligado a ele’; e de novo, no mesmo artigo (ver em [1]), escreve sobre o representante instintual como sendo ‘uma idéia’, ou grupo de idéias, que é catexizada com uma quota definida de energia psíquica (libido, interesse) proveniente

de um instinto’, e continua, dizendo que ‘além da idéia, algum outro elemento que representa o instinto tem de ser levado em conta’. Nesse segundo grupo de citações, portanto, o instinto não é mais considerado como sendo o representante psíquico de impulsos somáticos, mas antes como sendo ele próprio algo não-psíquico. Esses dois conceitos, aparentemente divergentes, da natureza de um instinto encontram-se em diversas passagens dos escritos subseqüentes de Freud, embora o segundo predomine. Pode ser, contudo, que a contradição seja mais aparente do que real, e que sua solução esteja precisamente na ambigüidade do próprio conceito - um conceito de fronteira entre o físico e o mental.

Num grande número de trechos, Freud expressou sua insatisfação diante do estado do conhecimento psicológico sobre os instintos. Não muito antes, por exemplo, em seu artigo sobre narcisismo (1914c, pág. 85 acima), ele se queixava da ausência total de qualquer teoria dos instintos que nos ajude ‘a encontrar nossa orientação’. Também depois, em *Beyond the Pleasure Principle* (1920g), *Standard Ed.*, 18, 34, descreveu os instintos como ‘o elemento ao mesmo tempo mais importante e mais obscuro da pesquisa psicológica’; em seu artigo na *Encyclopaedia Britannica* (1926f) confessou que ‘também para a psicanálise a teoria dos instintos é uma região obscura’. O presente artigo é uma tentativa relativamente antiga de lidar com o assunto de maneira abrangente. Seus muitos sucessores corrigiram-no e suplementaram-no em vários pontos; não obstante, esse artigo permanece invicto como o relato mais claro da visão que Freud tinha dos instintos e da forma segundo a qual ele pensava que atuavam. Uma reflexão subseqüente, é verdade, levou-o a alterar seus conceitos sobre a classificação dos instintos, bem como sobre suas determinantes mais profundas, mas esse artigo constitui base indispensável para a compreensão dos desenvolvimentos que se seguiriam.

O curso das alterações pelas quais passaram as opiniões de Freud sobre a classificação dos instintos talvez possa ser apropriadamente resumido aqui. É surpreendente que os instintos apareçam explicitamente num ponto relativamente tardio da seqüência de seus escritos. O termo ‘instinto’ quase não é encontrado nas obras do período de Breuer, ou na correspondência com Fliess, ou mesmo em *A Interpretação de Sonhos* (1900a). Só a partir dos *Três Ensaio*s (1905d) é que o ‘instinto sexual’ é livremente mencionado como tal; os ‘impulsos instintuais’, que iriam tornar-se um dos termos mais comuns de Freud, parecem não ter aparecido antes do artigo sobre ‘Obsessive Actions and Religious Practices’ (1907b). Mas isso é primordialmente apenas um aspecto *verbal*: os instintos apareciam, naturalmente, sob outro nome. Empregavam-se amplamente em seu lugar expressões como ‘excitações’, ‘idéias afetivas’, ‘impulsos anelantes’, ‘estímulos endógenos’, e assim por diante. Por exemplo, traça-se adiante (ver em [1]) uma distinção entre um ‘estímulo’, que atua como uma força geradora de um impacto isolado, e um ‘instinto’, que sempre atua como constante. Essa distinção precisa fora traçada por Freud vinte anos antes com palavras quase idênticas, salvo que, em vez de ‘estímulo’ e ‘instinto’, ele se referiu a excitações

‘endógenas’ e ‘exógenas’. De forma semelhante, Freud ressalta adiante (ver em [1]) que o organismo primitivo não pode atuar de forma evasiva contra as necessidades instintuais como o faz contra estímulos externos. Também nesse caso ele previra a idéia vinte anos antes, embora mais uma vez a expressão empregada fosse ‘estímulos endógenos’. Esse segundo trecho, na Seção 1 da Parte I do ‘Projeto’ (1950a [1895]), continua dizendo que esses estímulos endógenos ‘têm sua origem nas células do corpo e dão lugar às necessidades principais: fome, respiração e sexualidade’, mas em nenhuma parte aparece o termo ‘instinto’.

O conflito subjacente às psiconeuroses foi, nesse período inicial, às vezes descrito como situado entre ‘o ego’ e a ‘sexualidade’, e embora o termo ‘libido’ fosse com frequência empregado, o conceito era o de uma manifestação de ‘tensão sexual somática’, que por sua vez era considerada como um evento químico. Somente nos *Três Ensaio*s foi a libido explicitamente estabelecida como sendo uma expressão de instinto sexual. O outro elemento do conflito, ‘o ego’, permaneceu indefinido por muito tempo. Foi examinado principalmente em relação a suas funções - em particular a ‘repressão’, a ‘resistência’, e o ‘teste da realidade’ -, mas (à parte uma tentativa muito antiga na Seção 14 da Parte I do ‘Projeto’) pouco se disse quer da sua estrutura, quer da sua dinâmica. Quase nunca fez referência aos instintos ‘autopreservativos’, salvo indiretamente em relação à teoria de que a libido se ligara a eles nas fases iniciais de seu desenvolvimento; e parecia não haver razão óbvia para estabelecer uma conexão entre eles e o papel desempenhado pelo ego enquanto agente repressivo em conflitos neuróticos. Então, de modo aparentemente repentino, num breve artigo sobre perturbações psicogênicas da visão (1910i), Freud introduziu a expressão ‘instintos do ego’, identificando-os, por um lado, com os instintos autopreservativos, e, por outro, com a função repressiva. A partir dessa época, o conflito foi regularmente representado como estando entre dois conjuntos de instintos - os instintos da libido e os instintos do ego.

A introdução do conceito de ‘narcisismo’, contudo, originou uma complicação. Em seu artigo sobre aquela teoria (1914c), Freud apresentou a idéia da ‘libido do ego’ (ou ‘libido narcisista’) que catexiza o ego, em contraste com a ‘libido objetal’ que catexiza objetos (ver em [1] acima). Um trecho desse artigo (loc. cit.), bem como uma observação no presente artigo (ver em [1]), já revelam uma inquietação de sua parte quanto à possibilidade de sua classificação ‘dualista’ dos instintos perdurar. É verdade que na análise de Schreber (1911c) ele insistia na diferença entre ‘catexias do ego’ e ‘libido’, e entre ‘interesse que emana de fontes eróticas’ e ‘interesse em geral’ - distinção que reaparece na réplica a Jung no artigo sobre narcisismo (págs. 87-8) acima. O termo ‘interesse’ é empregado novamente no presente artigo (pág. 140); e na Conferência XXVI das *Introductory Lectures* (1916-17) ‘interesse do ego’ ou simplesmente ‘interesse’ é em geral posto em contraste com ‘libido’. Não obstante, a natureza exata desses instintos não libidinais era obscura. O ponto crucial da classificação dos instintos feita por Freud foi alcançado em *Beyond the Pleasure Principle*

(1920g). No Capítulo VI daquela obra ele reconheceu francamente a dificuldade da posição que fora alcançada, declarando explicitamente que a ‘libido narcisista era, sem dúvida, uma manifestação da força do instinto sexual’ e que ‘tinha de ser identificada com os “instintos autopreservativos.”’ (*Standard Ed.*, 18, pág. 50 e segs.) Ainda sustentava, contudo, que havia instintos do ego e instintos objetais que não eram libidinais; e foi aqui que, ainda vinculado a um ponto de vista dualista, introduziu sua hipótese do instinto de morte. Um relato do desenvolvimento de seus conceitos sobre a classificação dos instintos até aquele ponto foi apresentado na longa nota de rodapé no final do Capítulo VI de *Beyond the Pleasure Principle*, *Standard Ed.*, 18, 60-1, e uma ulterior discussão do assunto, à luz de seu quadro recém-concluído da estrutura da mente, ocupou o Capítulo IV de *The Ego and the Id* (1923b). Percorreu todo o terreno mais uma vez com grandes detalhes no Capítulo VI de *O Mal-Estar na Civilização* (1930a) (Edição *Standard Brasileira*, Vol. XXI, IMAGO Editora, 1974), dispensando ali, pela primeira vez, especial consideração aos instintos agressivos e destrutivos. Antes prestara pouca atenção a eles, exceto onde (como no sadismo e no masoquismo) se achavam fundidos com elementos libidinais, mas agora os examinava em sua forma pura e os explicava como derivados do instinto de morte. Uma revisão ainda ulterior do assunto será encontrada na segunda metade da Conferência XXXII das *New Introductory Lectures* (1933a) e num resumo final, no Capítulo II, da obra póstuma *Esboço de Psicanálise* (1940a [1938]) (Edição *Standard Brasileira*, Vol. XXIII, IMAGO Editora, 1974.)

OS INSTINTOS E SUAS VICISSITUDES

Ouvimos com freqüência a afirmação de que as ciências devem ser estruturadas em conceitos básicos claros e bem definidos. De fato, nenhuma ciência, nem mesmo a mais exata, começa com tais definições. O verdadeiro início da atividade científica consiste antes na descrição dos fenômenos, passando então a seu agrupamento, sua classificação e sua correlação. Mesmo na fase de descrição não é possível evitar que se apliquem certas idéias abstratas ao material manipulado, idéias provenientes daqui e dali, mas por certo não apenas das novas observações. Tais idéias - que depois se tornarão os conceitos básicos da ciência - são ainda mais indispensáveis à medida que o material se torna mais elaborado. Devem, de início, possuir necessariamente certo grau de indefinição; não pode haver dúvida quanto a qualquer delimitação nítida de seu conteúdo. Enquanto permanecem nessa condição, chegamos a uma compreensão acerca de seu significado por meio de repetidas referências

ao material de observação do qual parecem ter provindo, mas ao qual, de fato, foram impostas. Assim, rigorosamente falando, elas são da natureza das convenções - embora tudo dependa de não serem arbitrariamente escolhidas mas determinadas por terem relações significativas com o material empírico, relações que parecemos sentir antes de podermos reconhecê-las e determiná-las claramente. Só depois de uma investigação mais completa do campo de observação, somos capazes de formular seus conceitos científicos básicos com exatidão progressivamente maior, modificando-os de forma a se tornarem úteis e coerentes numa vasta área. Então, na realidade, talvez tenha chegado o momento de confiná-los em definições. O avanço do conhecimento, contudo, não tolera qualquer rigidez, inclusive em se tratando de definições. A física proporciona excelente ilustração da forma pela qual mesmo 'conceitos básicos', que tenham sido estabelecidos sob a forma de definições, estão sendo constantemente alterados em seu conteúdo.

Um conceito básico convencional dessa espécie, que no momento ainda é algo obscuro, mas que nos é indispensável na psicologia, é o de um 'instinto'. Tentemos dar-lhe um conteúdo, abordando-o de diferentes ângulos.

Em primeiro lugar, do ângulo da fisiologia. Isso nos forneceu o conceito de um 'estímulo' e o modelo do arco reflexo, segundo o qual um estímulo aplicado ao tecido vivo (substância nervosa) a partir *de* fora é descarregado por ação *para* fora. Essa ação é conveniente na medida em que, afastando a substância estimulada da influência do estímulo, remove-a de seu raio de atuação.

Qual a relação do 'instinto' com o 'estímulo'? Nada existe que nos impeça de subordinar o conceito de 'instinto' ao de 'estímulo' e de afirmar que um instinto é um estímulo aplicado à mente. Mas de imediato ficamos prevenidos contra *igualar* instinto e estímulo mental. Existem evidentemente outros estímulos à mente, além daqueles de natureza instintual, estímulos que se comportam muito mais como fisiológicos. Por exemplo, a luz forte que incide sobre a vista não é um estímulo instintual; já a secura da membrana mucosa da faringe ou a irritação da membrana mucosa do estômago o são.

Obtivemos agora o material necessário para traçarmos uma distinção entre os estímulos instintuais e outros estímulos (fisiológicos) que atuam na mente. Em primeiro lugar, um estímulo instintual não surge do mundo exterior, mas de dentro do próprio organismo. Por esse motivo ele atua diferentemente sobre a mente, e diferentes ações se tornam necessárias para removê-lo. Além disso, tudo que é essencial num estímulo fica encoberto, se presumimos que ele atua com um impacto único, podendo ser removido por uma única ação conveniente. Um exemplo típico disso é a fuga motora proveniente da fonte de estimulação. Esses impactos podem, como é natural, ser repetidos e acrescidos, mas isso em nada modifica nossa noção a respeito do processo e as condições para a eliminação do estímulo. Um instinto, por outro lado, jamais atua como uma força que imprime um impacto

momentâneo, mas sempre como um impacto *constante*. Além disso, visto que ele incide não a partir de fora mas de dentro do organismo, não há como fugir dele. O melhor termo para caracterizar um estímulo instintual seria ‘necessidade’. O que elimina uma necessidade é a ‘satisfação’. Isso pode ser alcançado apenas por uma alteração apropriada (‘adequada’) da fonte interna de estimulação.

Imaginemo-nos na situação de um organismo vivo quase inteiramente inerte, até então sem orientação no mundo, que esteja recebendo estímulos em sua substância nervosa. Esse organismo muito em breve estará em condições de fazer uma primeira distinção e uma primeira orientação. Por um lado, estará cômico de estímulos que podem ser evitados pela ação muscular (fuga); estes, ele os atribui a um mundo externo. Por outro, também estará cômico de estímulos contra os quais tal ação não tem qualquer valia e cujo caráter de constante pressão persiste apesar dela; esses estímulos são os sinais de um mundo interno, a prova de necessidades instintuais. A substância perceptual do organismo vivo terá assim encontrado, na eficácia de sua atividade muscular, uma base para distinguir entre um ‘de fora’ e um ‘de dentro’.

Chegamos assim à natureza essencial dos instintos, considerando em primeiro lugar suas principais características - sua origem em fontes de estimulação dentro do organismo e seu aparecimento como uma força constante - e disso deduzimos uma de suas outras características, a saber, que nenhuma ação de fuga prevalece contra eles. No decorrer do presente exame, contudo, não podemos deixar de nos surpreender com alguma coisa que nos obriga a admitir algo mais. Para nossa orientação, ao lidarmos com o campo de fenômenos psicológicos não nos limitamos a aplicar ao nosso material empírico certas convenções à guisa de *conceitos* básicos; também empregamos um bom número de *postulados* complicados. Já fizemos alusão ao mais importante destes, bastando-nos agora enunciá-lo expressamente. Esse postulado é de natureza biológica e utiliza o conceito de ‘finalidade’ (ou talvez de conveniência), podendo ser enunciado da seguinte maneira: o sistema nervoso é um aparelho que tem por função livrar-se dos estímulos que lhe chegam, ou reduzi-los ao nível mais baixo possível; ou que, caso isso fosse viável, se manteria numa condição inteiramente não-estimulada. Não façamos objeção por enquanto à indefinição dessa idéia e atribuamos ao sistema nervoso a tarefa - falando em termos gerais - de *dominar estímulos*. Vemos então até que ponto o modelo simples do reflexo fisiológico se complica com a introdução dos instintos. Os estímulos externos impõem uma única tarefa: a de afastamento; isso é realizado por movimentos musculares, um dos quais finalmente atinge esse objetivo e, sendo o movimento conveniente, torna-se a partir daí uma disposição hereditária. Não podemos aplicar esse mecanismo aos estímulos instintuais, que se originam de dentro do organismo. Estes exigem muito mais do sistema nervoso, fazendo com que ele empreenda atividades complexas e interligadas, pelas quais o mundo externo se modifica de forma a proporcionar satisfação à fonte interna de estimulação. Acima de tudo, obrigam o sistema nervoso a renunciar à sua intenção ideal de afastar os estímulos, pois mantêm um fluxo

incessante e inevitável de estimulação. Podemos, portanto, concluir que os instintos, e não os estímulos externos, constituem as verdadeiras forças motrizes por detrás dos progressos que conduziram o sistema nervoso, com sua capacidade ilimitada, a seu alto nível de desenvolvimento atual. Naturalmente, nada existe que nos impeça de supor que os próprios instintos sejam, pelo menos em parte, precipitados dos efeitos da estimulação externa, que no decorrer da filogênese ocasionaram modificações na substância viva.

Quando ainda verificamos que até mesmo a atividade do aparelho mental mais desenvolvido está sujeita ao princípio de prazer, isto é, que ela é automaticamente regulada por sentimentos pertencentes à série prazer-desprazer, quase não podemos rejeitar a hipótese ulterior, segundo a qual esses sentimentos refletem a maneira pela qual o processo de dominação de estímulos se verifica - certamente no sentido de que os sentimentos desagradáveis estão ligados a um aumento e os sentimentos agradáveis a uma diminuição do estímulo. Preservaremos cuidadosamente, contudo, essa suposição em sua atual forma altamente indefinida, até conseguirmos, caso possível, descobrir que espécie de relação existe entre o prazer e o desprazer, por um lado, e flutuações nas quantidades de estímulo que afetam a vida mental, por outro. É certo que grande número de várias relações dessa espécie, e relações não muito simples, são possíveis.

Se agora nos dedicarmos a considerar a vida mental de um ponto de vista biológico, um 'instinto' nos aparecerá como sendo um conceito situado na fronteira entre o mental e o somático, como o representante psíquico dos estímulos que se originam dentro do organismo e alcançam a mente, como uma medida da exigência feita à mente no sentido de trabalhar em consequência de sua ligação com o corpo.

Estamos agora em condições de examinar certos termos utilizados com referência ao conceito de instinto - por exemplo, sua 'pressão', sua 'finalidade', seu 'objeto' e sua 'fonte'.

Por pressão [*Drang*] de um instinto compreendemos seu fator motor, a quantidade de força ou a medida da exigência de trabalho que ela representa. A característica de exercer pressão é comum a todos os instintos; é, de fato, sua própria essência. Todo instinto é uma parcela de atividade; se falarmos em termos gerais de instintos passivos, podemos apenas querer dizer instintos cuja finalidade é passiva.

A finalidade [*Ziel*] de um instinto é sempre satisfação, que só pode ser obtida eliminando-se o estado de estimulação na fonte do instinto. Mas, embora a finalidade última de cada instinto permaneça imutável, poderá ainda haver diferentes caminhos conducentes à mesma finalidade última, de modo que se pode verificar que um instinto possui várias finalidades mais próximas ou intermediárias, que são combinadas ou intercambiadas umas com as outras. A experiência nos permite também falar de instintos que são 'inibidos em sua finalidade', no caso de processos aos quais se permite progredir no sentido da satisfação instintual, sendo então inibidos ou defletidos. Podemos supor que mesmo processos dessa

espécie envolvem uma satisfação parcial.

O objeto [*Objekt*] de um instinto é a coisa em relação à qual ou através da qual o instinto é capaz de atingir sua finalidade. É o que há de mais variável num instinto e, originalmente, não está ligado a ele, só lhe sendo destinado por ser peculiarmente adequado a tornar possível a satisfação. O objeto não é necessariamente algo estranho: poderá igualmente ser uma parte do próprio corpo do indivíduo. Pode ser modificado quantas vezes for necessário no decorrer das vicissitudes que o instinto sofre durante sua existência, sendo que esse deslocamento do instinto desempenha papéis altamente importantes. Pode acontecer que o mesmo objeto sirva para a satisfação de vários instintos simultaneamente, um fenômeno que Adler [1908] denominou de ‘confluência’ de instintos [*Triebverschränkung*]. Uma ligação particularmente estreita do instinto com seu objeto se distingue pelo termo ‘fixação’. Isso freqüentemente ocorre em períodos muito iniciais do desenvolvimento de um instinto, pondo fim à sua modalidade por meio de sua intensa oposição ao desligamento.

Por fonte [*Quelle*] de um instinto entendemos o processo somático que ocorre num órgão ou parte do corpo, e cujo estímulo é representado na vida mental por um instinto. Não sabemos se esse processo é invariavelmente de natureza química ou se pode também corresponder à liberação de outras forças, por exemplo, forças mecânicas. O estudo das fontes dos instintos está fora do âmbito da psicologia. Embora os instintos sejam inteiramente determinados por sua origem numa fonte somática, na vida mental nós os conhecemos apenas por suas finalidades. O conhecimento exato das fontes de um instinto não é invariavelmente necessário para fins de investigação psicológica; por vezes sua fonte pode ser inferida de sua finalidade.

Devemos supor que os diferentes instintos que se originam no corpo e atuam na mente são também distinguidos por *qualidades* diferentes, e que por isso se comportam de formas qualitativamente diferentes na vida mental? Essa suposição não parece ser justificada; é muito mais provável que achemos suficiente a suposição mais simples - a de que todos os instintos são qualitativamente semelhantes e devem o efeito que causam somente à quantidade de excitação que trazem em si, ou talvez, além disso, a certas funções dessa quantidade. O que distingue uns dos outros os efeitos mentais produzidos pelos vários instintos, pode ser encontrado a partir da diferença em suas fontes. Seja como for, só numa relação ulterior seremos capazes de esclarecer o que significa o problema da qualidade dos instintos.

Que instintos devemos supor que existem, e quantos? É óbvio que isso dá ampla margem a escolhas arbitrárias. Não se pode objetar a que qualquer pessoa empregue o conceito de um instinto lúdico ou de destruição ou de estado gregário, quando o assunto o exige e as limitações da análise psicológica o permitem. Não obstante, não devemos deixar de nos perguntar se motivos instintuais como esses, tão altamente especializados, por um lado, não

permitem ulterior dissecação de acordo com as *fontes* do instinto, de modo que somente os instintos primordiais - os que não podem ser ulteriormente dissecados - podem reivindicar importância.

Propus que se distingam dois grupos de tais instintos primordiais: os instintos do ego, ou *autopreservativos*, e os instintos sexuais. Mas essa suposição não tem status de postulado necessário, como tem, por exemplo, nossa suposição sobre a finalidade biológica do aparelho mental (ver em [1] e [2]); ela não passa de uma hipótese de trabalho, a ser conservada apenas enquanto se mostrar útil, e pouca diferença fará aos resultados do nosso trabalho de descrição e classificação se for substituída por outra. A ocasião para essa hipótese surgiu no decurso da evolução da psicanálise, que foi empregada pela primeira vez nas psiconeuroses, ou, mais precisamente, no grupo descrito como ‘neuroses de transferência’ (histeria e neurose obsessiva); estas revelaram que, na raiz de todas as afecções desse tipo, se encontra um conflito entre as exigências da sexualidade e as do ego. É sempre possível que um estudo exaustivo das outras afecções neuróticas (em especial das psiconeuroses narcisistas, das esquizofrenias) possa obrigar-nos a alterar essa fórmula e proceder a uma diferente classificação dos instintos primordiais. Mas, por enquanto, não conhecemos essa fórmula, nem encontramos qualquer argumento desfavorável para traçar esse contraste entre os instintos sexuais e os do ego.

Tenho as maiores dúvidas de que se possa chegar a indicadores decisivos para a diferenciação e classificação dos instintos a partir da elaboração do material psicológico. Essa própria elaboração parece exigir, até certo ponto, a aplicação de suposições definidas, concernentes à vida instintual, àquele material, e seria desejável que essas suposições pudessem ser extraídas de algum outro ramo de conhecimento e levadas para a psicologia. Aqui, a contribuição da biologia por certo não vai de encontro à distinção entre os instintos sexuais e os do ego. A biologia ensina que a sexualidade não deve ser colocada em pé de igualdade com outras funções do indivíduo, pois suas finalidades ultrapassam o indivíduo e têm como seu conteúdo a produção de novos indivíduos - isto é, a preservação da espécie. Ela mostra, ainda, que dois conceitos, ao que tudo indica igualmente bem fundamentados, podem ser adotados quanto à relação entre o ego e a sexualidade. De um ponto de vista, o indivíduo é a coisa principal, sendo a sexualidade uma das suas atividades e a satisfação sexual uma de suas necessidades; ao passo que, de outro ponto de vista, o indivíduo é um apêndice temporário e passageiro do idioplasma quase imortal, que é confiado a ele pelo processo de geração. A hipótese de que a função sexual difere de outros processos corpóreos em virtude de uma química especial também é, creio eu, um postulado da escola de pesquisa biológica de Ehrlich.

Visto que um estudo da vida instintual a partir da direção da consciência apresenta dificuldades quase insuperáveis, a principal fonte de nossos conhecimentos continua a ser a investigação psicanalítica das perturbações mentais. A psicanálise, contudo, em consequência do curso tomado pelo seu desenvolvimento, até agora só tem sido capaz de

nos proporcionar informações de natureza razoavelmente satisfatória acerca dos *instintos* sexuais, pois este é precisamente o único grupo que pode ser observado isoladamente, por assim dizer, nas psiconeuroses. Com a extensão da psicanálise às outras afecções neuróticas, sem dúvida, encontraremos também uma base para o nosso conhecimento dos instintos do ego, embora seja temerário esperar condições de observação igualmente favoráveis nesse outro campo de pesquisa.

Isso é tudo que pode ser dito à guisa de uma caracterização geral dos instintos sexuais. São numerosos, emanam de grande variedade de fontes orgânicas, atuam em princípio independentemente um do outro e só alcançam uma síntese mais ou menos completa numa etapa posterior. A finalidade pela qual cada um deles luta é a consecução do ‘prazer do órgão’, somente quando a síntese é alcançada é que eles entram a serviço da função reprodutora, tornando-se então identificáveis, de modo geral, como instintos sexuais. Logo que surgem, estão ligados aos instintos da autopreservação, dos quais só gradativamente se separam; também na sua escolha objetal, seguem os caminhos indicados pelos instintos do ego. Parte deles permanece associada aos instintos do ego pela vida inteira, fornecendo-lhes componentes libidinais, que, no funcionamento normal, escapam à observação com facilidade, só sendo revelados de maneira clara no início da doença. Distinguem-se por possuírem em ampla medida a capacidade de agir vicariamente uns pelos outros, e por serem capazes de mudar prontamente de objetos. Em consequência dessas últimas propriedades, são capazes de funções que se acham muito distantes de suas ações intencionais originais - isto é, capazes de ‘sublimação’.

Nossa investigação sobre as várias vicissitudes pelas quais passam os instintos no processo de desenvolvimento e no decorrer da vida deve ficar confinada aos instintos sexuais, que nos são mais familiares. A observação nos mostra que um instinto pode passar pelas seguintes vicissitudes:

Reversão a seu oposto.

Retorno em direção ao próprio eu (*self*) do indivíduo.

Repressão.

Sublimação.

Visto que não pretendo tratar aqui da sublimação e que a repressão exige um capítulo especial [cf. o artigo seguinte, ver em [1]], resta-nos apenas descrever e examinar os dois primeiros pontos. Tendo em mente a existência de forças motoras que impedem que um instinto seja elevado até o fim de forma não modificada, também podemos considerar essas vicissitudes como modalidades de *defesa* contra os instintos.

A reversão de um instinto a seu oposto transforma-se, mediante um exame mais detido, em dois processos diferentes: uma mudança da atividade para a passividade e uma reversão de seu conteúdo. Os dois processos, sendo diferentes em sua natureza, devem ser tratados separadamente.

Encontram-se exemplos do primeiro processo nos dois pares de opostos: sadismo-masochismo e escopofilia-exibicionismo. A reversão afeta apenas as *finalidades* dos instintos. A finalidade ativa (torturar, olhar), é substituída pela finalidade passiva (ser torturado, ser olhado). A reversão do *conteúdo* encontra-se no exemplo isolado da transformação do amor em ódio.

O retorno de um instinto em direção ao próprio eu (*self*) do indivíduo se torna plausível pela reflexão de que o masochismo é, na realidade, o sadismo que retorna em direção ao próprio ego do indivíduo, e de que o exibicionismo abrange o olhar para o seu próprio corpo. A observação analítica, realmente, não nos deixa duvidar de que o masochista partilha da fruição do assalto a que é submetido e de que o exibicionista partilha da fruição de [a visão de] sua exibição. A essência do processo é, assim, a mudança do *objeto*, ao passo que a finalidade permanece inalterada. Não podemos deixar de observar, contudo, que, nesses exemplos, o retorno em direção ao eu do indivíduo e a transformação da atividade em passividade convergem ou coincidem.

Para elucidar a situação, faz-se essencial uma investigação mais completa.

No caso do par de opostos sadismo-masochismo, o processo pode ser representado da seguinte maneira:

(a) O sadismo consiste no exercício de violência ou poder sobre uma outra pessoa como objeto.

(b) Esse objeto é abandonado e substituído pelo eu do indivíduo. Com o retorno em direção ao eu, efetua-se também a mudança de uma finalidade instintual ativa para uma passiva.

(c) Uma pessoa estranha é mais uma vez procurada como objeto; essa pessoa, em consequência da alteração que ocorreu na finalidade instintual, tem de assumir o papel do sujeito.

O caso (c) é o que comumente se denomina de masochismo. Também aqui a satisfação segue o caminho do sadismo original, voltando o ego passivo, em fantasia, ao seu papel inicial, que foi agora, de fato, assumido pelo sujeito estranho. Se existe, além disso, uma

satisfação masoquista mais direta, é muito duvidoso. Um masoquismo primário, não derivado do sadismo na forma que descrevi, não parece ser encontrado. Veremos que não é supérfluo presumir a existência da fase (b) pelo comportamento do instinto sádico na neurose obsessiva. Ali existe um retorno em direção ao eu do sujeito sem uma atitude de passividade para com outra pessoa: a modificação só vai até a fase (b). O desejo de torturar transforma-se em autotortura e autopunição, não em masoquismo. A voz ativa muda, não para a passiva, mas para a voz reflexiva média.

Nosso conceito de sadismo fica ainda mais prejudicado pela circunstância de que esse instinto, lado a lado com sua finalidade geral (ou talvez, de preferência, dentro dela) parece esforçar-se pela realização de uma finalidade bem especial - não só humilhar e dominar, como também, além disso, infligir dor. A psicanálise pareceria demonstrar que infligir dor não desempenha um papel entre as ações intencionais originais do instinto. Uma criança sádica não se apercebe de que inflige dor ou não, nem pretende fazê-lo. Mas, uma vez ocorrida a transformação em masoquismo, a dor é muito apropriada para proporcionar uma finalidade masoquista passiva, pois temos todos os motivos para acreditar que as sensações de dor, assim como outras sensações desagradáveis, beiram a excitação sexual e produzem uma condição agradável, em nome da qual o sujeito, inclusive, experimentará de boa vontade o desprazer da dor. Uma vez que sentir dor se transforme numa finalidade masoquista, a finalidade sádica de *causar* dor também pode surgir, retrogressivamente, pois, enquanto essas dores estão sendo infligidas a outras pessoas, são fruídas masoquisticamente pelo sujeito através da identificação dele com o objeto sofredor. Em ambos os casos, naturalmente, não é a dor em si que é fruída, mas a excitação sexual concomitante - de modo que isso pode ser feito de uma maneira especialmente conveniente a partir da posição sádica. A fruição da dor seria, assim, uma finalidade originalmente masoquista, que só pôde tornar-se uma finalidade instintual em alguém que era originalmente sádico.

A bem da inteireza, posso acrescentar que os sentimentos de piedade não podem ser descritos como sendo o resultado de uma transformação do instinto que ocorre no sadismo, mas carecem da idéia de uma *formação de reação* contra esse instinto. (Quanto à diferença, ver adiante.)

Achados bem mais simples e diferentes são proporcionados pela investigação de outro par de opostos - os instintos cuja finalidade respectiva é olhar e exhibir-se (escopofilia e exibicionismo, na linguagem das perversões). Aqui novamente podemos postular as mesmas fases como no exemplo anterior: - (a) O olhar como uma *atividade* dirigida para um objeto estranho. (b) O desistir do objeto e dirigir o instinto escopofílico para uma parte do próprio corpo do sujeito; com isso, transformação no sentido de passividade e o estabelecimento de uma nova finalidade - a de ser olhado. (c) Introdução de um novo sujeito diante do qual a pessoa se exhibe a fim de ser olhada por ele. Também aqui dificilmente se pode duvidar de

que a finalidade ativa surge antes da passiva, de que o olhar precede o ser olhado. Mas existe uma importante divergência com respeito ao que acontece no caso do sadismo, pelo fato de que podemos reconhecer no caso do instinto escopofílico uma fase ainda mais anterior à descrita em (a). Para o início de sua atividade, o instinto escopofílico é auto-erótico; ele possui na realidade um objeto, mas esse objeto é parte do próprio corpo do sujeito. Só mais tarde é que o instinto é levado, por um processo de comparação, a trocar esse objeto por uma parte análoga do corpo de outrem - fase (a). Essa fase preliminar é interessante porque constitui a fonte de ambas as situações representadas no par de opostos resultante, uma ou outra dependendo do elemento modificado na situação original. O que se segue poderia servir de quadro diagramático do instinto escopofílico:

() Alguém olhando para um órgão sexual

= Um órgão sexual sendo olhado por alguém

() Alguém olhando para um objeto estranho (escopofilia ativa)

() Um objeto que é alguém ou parte de alguém sendo olhado por uma pessoa estranha (exibicionismo)

Esse tipo de fase preliminar se acha ausente no sadismo, que desde o começo é dirigido para um objeto estranho, embora talvez não fosse inteiramente absurdo compor tal fase a partir dos esforços da criança para obter controle sobre seus próprios membros.

No tocante a ambos os instintos que acabamos de tomar como exemplos, deve-se observar que sua transformação por uma reversão da atividade para a passividade e por um retorno em direção ao sujeito nunca implica, de fato, toda a quota do impulso instintual. A direção ativa anterior do instinto persiste, em certa medida, lado a lado com sua direção passiva ulterior, mesmo quando o processo de sua transformação tenha sido muito extenso. A única afirmação correta a fazer sobre o instinto escopofílico seria a de que todas as fases de seu desenvolvimento, tanto sua fase preliminar auto-erótica quanto sua forma ativa ou passiva

final, coexistem lado a lado; e a verdade disso se tornará evidente se basearmos nossa opinião, não nas ações às quais o instinto conduz, mas no mecanismo de sua satisfação. Talvez, contudo, seja admissível encarar o assunto e representá-lo ainda de outra forma. Podemos dividir a vida de cada instinto numa série de ondas sucessivas isoladas, cada uma delas homogênea durante o período de tempo que possa vir a durar, qualquer que seja ele, e cuja relação de umas com as outras é comparável à de sucessivas erupções de lava. Podemos então talvez figurar a primeira erupção original do instinto como se processando de forma inalterada, sem experimentar qualquer desenvolvimento. A onda seguinte seria modificada desde o início - sendo transformada, por exemplo, de ativa em passiva -, e seria então, com essa nova característica, acrescentada à onda anterior, e assim por diante. Se fôssemos então proceder a um levantamento do impulso instintual desde seu começo até um determinado ponto, a sucessão de ondas que descrevemos inevitavelmente apresentaria o quadro de um desenvolvimento definido do instinto.

O fato de que, nesse período ulterior de desenvolvimento de um impulso instintual, seu oposto (passivo) possa ser observado ao lado dele merece ser assinalado pelo termo bem adequado introduzido por Bleuler - 'ambivalência'. Essa referência à história do desenvolvimento dos instintos e a permanência de suas fases intermediárias deve tornar o desenvolvimento dos instintos razoavelmente inteligível para nós. A experiência mostra que a quantidade de ambivalência demonstrável varia muito entre indivíduos, grupos e raças. A acentuada ambivalência instintual num ser humano que vive nos dias atuais pode ser considerada como uma herança arcaica, pois temos motivos para supor que o papel desempenhado na vida instintual pelos impulsos ativos em sua forma inalterada foi maior nos tempos primevos do que é em média hoje em dia.

Ficamos habituados a denominar a fase inicial do desenvolvimento do ego, durante a qual seus instintos sexuais encontram satisfação auto-erótica, de 'narcisismo', sem de imediato travarmos um debate sobre a relação entre o auto-erotismo e o narcisismo. Segue-se que a fase preliminar do instinto escopofílico, na qual o próprio corpo do sujeito é o objeto da escopofilia, deve ser classificada sob o narcisismo, e que devemos descrevê-la como uma formação narcisista. O instinto escopofílico ativo desenvolve-se a partir daí, deixando o narcisismo para trás. O instinto escopofílico passivo, pelo contrário, aferra-se ao objeto narcisista. De maneira semelhante, a transformação do sadismo em masoquismo acarreta um retorno ao objeto narcisista. E em ambos esses casos [isto é, na escopofilia passiva e no masoquismo] o *sujeito* narcisista é, através da identificação, substituído por outro ego, estranho. Se levarmos em conta a fase do sadismo preliminar e narcisista que construímos, estaremos aproximando-nos de uma compreensão mais geral - a saber, que as vicissitudes instintuais, que consistem no fato de o instinto retornar em direção ao próprio ego do sujeito e sofrer reversão da atividade para a passividade, se acham na dependência da organização narcisista do ego e trazem o cunho dessa fase. Correspondem talvez às tentativas de defesa que, em fases mais elevadas do desenvolvimento do ego, são efetuadas por outros meios. [Ver acima, em [1] e [2].]

Nesse ponto podemos recordar que até agora consideramos apenas dois pares de instintos opostos: sadismo-masochismo e escopofilia-exibicionismo. Estes são os instintos sexuais mais conhecidos que aparecem de maneira ambivalente. Os outros componentes da função sexual ulterior não são ainda suficientemente acessíveis à análise para que possamos examiná-los de maneira semelhante. Em geral, podemos assegurar, em relação a eles, que suas atividades são *auto-eróticas*; isto é, seu objeto é insignificante em comparação com o órgão que lhes serve de fonte, via de regra coincidindo com esse órgão. O objeto do instinto escopofílico, contudo, embora também a princípio seja parte do próprio corpo do sujeito, não é o olho em si; e no sadismo a fonte orgânica, que é provavelmente o aparelho muscular com sua capacidade para a ação, aponta inequivocamente para outro objeto que não ele próprio, muito embora esse objeto seja parte do próprio corpo do sujeito. Nos instintos auto-eróticos, o papel desempenhado pela fonte orgânica é tão decisivo que, de acordo com uma sugestão plausível de Federn (1913) e Jekels (1913), a forma e a função do órgão determinam a atividade ou a passividade da finalidade instintual.

A mudança do *conteúdo* [ver em [1]] de um instinto em seu oposto só é observada num exemplo isolado - a transformação do *amor em ódio*. Visto ser particularmente comum encontrar ambos dirigidos simultaneamente para o mesmo objeto, sua coexistência oferece o exemplo mais importante de ambivalência de sentimento. [Ver em [1]]

O caso de amor e ódio adquire especial interesse pela circunstância de que se recusa a ajustar-se a nosso esquema dos instintos. É impossível duvidar de que exista a mais íntima das relações entre esses dois sentimentos opostos e a vida sexual, mas naturalmente relutamos em pensar no amor como sendo uma espécie de instinto componente específico da sexualidade, da mesma forma que os outros que vimos examinando. Preferiríamos considerar o amor como sendo a expressão de *toda* a corrente sexual de sentimento, mas essa idéia não elucida nossas dificuldades e não podemos ver que significado poderia ser atribuído a um conteúdo oposto dessa corrente.

O amor não admite apenas um, mas três opostos. Além da antítese ‘amar-odiar’, existe a outra de ‘amar-ser amado’; além destas, o amar e o odiar considerados em conjunto são o oposto da condição de desinteresse ou indiferença. A segunda dessas três antíteses, amar-ser amado, corresponde exatamente à transformação da atividade em passividade e pode remontar a uma situação subjacente, da mesma forma que no caso do instinto escopofílico. Essa situação é a de *amar-se a si próprio*, que consideramos como sendo o traço característico do narcisismo. Então, conforme o objeto ou o sujeito seja substituído por um estranho, o que resulta é a finalidade ativa de amar ou a passiva de ser amado - ficando a segunda perto do narcisismo.

Talvez cheguemos a uma melhor compreensão dos vários opostos do amar, se refletirmos

que nossa vida mental como um todo se rege por *três polaridades*, as antíteses

Sujeito (ego) - Objeto (mundo externo),

Prazer - Desprazer, e

Ativo - Passivo.

A antítese ego-não-ego (externo), isto é, sujeito-objeto, é, como já tivemos oportunidade de dizer [ver em [1]], lançada sobre o organismo individual numa fase inicial, pela experiência de que pode silenciar os estímulos *externos* por meio de ação muscular, mas é inerte contra estímulos *instintuais*. Essa antítese permanece, acima de tudo, soberana em nossa atividade intelectual e cria para a pesquisa a situação básica que esforço algum pode alterar. A polaridade do prazer-desprazer está ligada a uma escala de sentimentos, cuja importância suprema na determinação de nossas ações (nossa vontade) já foi ressaltada [ver em [1] e [2]]. A antítese ativo-passivo não deve ser confundida com a antítese sujeito do ego-objeto do mundo externo. A relação do ego com o mundo externo é passiva na medida em que o primeiro recebe estímulos do segundo, e ativa quando reage a eles. Ela é forçada por seus instintos a um grau bem especial de atividade para com o mundo externo, de modo que talvez pudéssemos ressaltar o ponto essencial se disséssemos que o sujeito do ego é passivo no tocante aos estímulos externos, mas ativo através de seus próprios instintos. A antítese ativo-passivo funde-se depois com a antítese masculino-feminino, a qual, até que isso tenha ocorrido, não possui qualquer significado psicológico. A junção da atividade com a masculinidade e da passividade com a feminilidade nos defronta, na realidade, com um fato biológico, mas não é de forma alguma tão invariavelmente completa e exclusiva como tendemos a presumir.

As três polaridades da mente estão ligadas umas às outras de várias maneiras altamente significativas. Existe uma situação psíquica primordial na qual duas delas coincidem. Originalmente, no próprio começo da vida mental, o ego é catexizado com os instintos, sendo, até certo ponto, capaz de satisfazê-los em si mesmo. Denominamos essa condição de ‘narcisismo’, e essa forma de obter satisfação, de ‘auto-erótica’. Nessa ocasião, o mundo externo não é catexizado com interesse (num sentido geral), sendo indiferente aos propósitos de satisfação. Durante esse período, portanto, o sujeito do ego coincide com o que é agradável, e o mundo externo, com o que é indiferente (ou possivelmente desagradável, como sendo uma fonte de estimulação). Se por enquanto definimos o amar como a relação do ego com suas fontes de prazer, a situação na qual o ego ama somente a si próprio e é indiferente ao mundo externo, ilustra o primeiro dos opostos que encontramos para ‘o amor’.

Na medida em que o ego é auto-erótico, não necessita do mundo externo, mas, em

conseqüência das experiências sofridas pelos instintos de autopreservação, ele adquire objetos daquele mundo, e, apesar de tudo, não pode evitar sentir como desagradáveis, por algum tempo, estímulos instintuais internos. Sob o domínio do princípio de prazer ocorre agora um desenvolvimento ulterior no ego. Na medida em que os objetos que lhe são apresentados constituem fontes de prazer, ele os toma para si próprio, os ‘introjeta’ (para empregar o termo de Ferenczi [1909]); e, por outro lado, expela o que quer que dentro de si mesmo se torne uma causa de desprazer. (Ver adiante [ver em [1] e [2]] o mecanismo da projeção).

Assim, o ‘ego da realidade’, original, que distinguiu o interno e o externo por meio de um sólido critério objetivo se transforma num ‘ego do prazer’ purificado, que coloca a característica do prazer acima de todas as outras. Para o ego do prazer, o mundo externo está dividido numa parte que é agradável, que ele incorporou a si mesmo, e num remanescente que lhe é estranho. Isolou uma parte do seu próprio eu, que projeta no mundo externo e sente como hostil. Após esse novo arranjo, as duas polaridades coincidem mais uma vez: o sujeito do ego coincide com o prazer, e o mundo externo com o desprazer (com o que anteriormente era indiferente).

Quando, durante a fase do narcisismo primário, o objeto faz a sua aparição, o segundo oposto ao amar, a saber, o odiar, atinge seu desenvolvimento.

Como já vimos, o objeto é levado do mundo externo para o ego, a princípio, pelos instintos de autopreservação; não se pode negar que também o odiar, originalmente, caracterizou a relação entre o ego e o mundo externo alheio com os estímulos que introduz. A indiferença se enquadra como um caso especial de ódio ou desagrado, após ter aparecido inicialmente como sendo seu precursor. Logo no começo, ao que parece, o mundo externo, objetos e o que é odiado são idênticos. Se depois um objeto vem a ser uma fonte de prazer, ele é amado, mas é também incorporado ao ego, de modo que para o ego do prazer purificado mais uma vez os objetos coincidem com o que é estranho e odiado.

Agora, contudo, podemos notar que da mesma forma que o par de opostos amor-indiferença reflete a polaridade ego-mundo externo, assim também a segunda antítese amor-ódio reproduz a polaridade prazer-desprazer, que está ligada à primeira polaridade. Quando a fase puramente narcisista cede lugar à fase objetual, o prazer e o desprazer significam relações entre o ego e o objeto. Se o objeto se torna uma fonte de sensações agradáveis, estabelece-se uma ânsia (*urges*) motora que procura trazer o objeto para mais perto do ego e incorporá-lo ao ego. Falamos da ‘atração’ exercida pelo objeto proporcionador de prazer, e dizemos que ‘amamos’ esse objeto. Inversamente, se o objeto for uma fonte de sensações desagradáveis, há uma ânsia (*urges*) que se esforça por aumentar a distância entre o objeto e o ego, e a repetir em relação ao objeto a tentativa original de fuga do mundo externo com sua emissão de estímulos. Sentimos a ‘repulsão’ do objeto, e o odiamos; esse ódio pode depois intensificar-se ao ponto de uma inclinação agressiva contra o objeto - uma intenção de

destruí-lo.

Poderíamos, num caso de emergência, dizer que um instinto ‘ama’ o objeto no sentido do qual ele luta por propósitos de satisfação, mas dizer que um instinto ‘odeia’ um objeto, nos parece estranho. Assim, tornamo-nos cômicos de que as atitudes de amor e ódio não podem ser utilizadas para as relações entre os *instintos* e seus objetos, mas estão reservadas para as relações entre o ego total e os objetos. Mas, se considerarmos o uso lingüístico, que por certo não é destituído de significação, veremos que há outra limitação ao significado do amor e do ódio. Não costumamos dizer que *amamos* os objetos que servem aos interesses da autopreservação; ressaltamos o fato de que *necessitamos* deles, e talvez expressemos uma espécie de relação adicional diferente para com eles, utilizando-nos de palavras que detonam um grau muito reduzido de amor - tais como, por exemplo, ‘ser afeiçoado’, ‘gostar’ ou ‘achar agradável’.

Assim, a palavra ‘amar’ desloca-se cada vez mais para a esfera da pura relação de prazer entre o ego e o objeto, e finalmente se fixa a objetos sexuais no sentido mais estrito e àqueles que satisfazem as necessidades dos instintos sexuais sublimados. A distinção entre os instintos do ego e os instintos sexuais que impusemos à nossa psicologia é dessa forma encarada como estando em conformidade com o espírito de nossa língua. O fato de não termos o hábito de dizer que um instinto sexual isolado ama o seu objeto, mas considerarmos a relação entre o ego e seu objeto sexual como o caso mais apropriado no qual empregar a palavra ‘amor’ - esse fato nos ensina que a palavra só pode começar a ser aplicada nesse sentido após ter havido uma síntese de todos os instintos componentes da sexualidade sob a primazia dos órgãos genitais e a serviço da função reprodutora.

É digno de nota que no uso da palavra ‘ódio’ não aparece essa conexão íntima com o prazer sexual e a função sexual. A relação de *desprazer* parece ser a única decisiva. O ego odeia, abomina e persegue, com intenção de destruir, todos os objetos que constituem uma fonte de sensação desagradável para ele, sem levar em conta que significam uma frustração quer da satisfação sexual, quer da satisfação das necessidades autopreservativas. Realmente, pode-se asseverar que os verdadeiros protótipos da relação de ódio se originam não da vida sexual, mas da luta do ego para preservar-se e manter-se.

Vemos, assim, que o amor e o ódio, que se nos apresentam como opostos completos em seu conteúdo, afinal de contas não mantêm entre si uma relação simples. Não surgiram da cisão de uma entidade originalmente comum, mas brotaram de fontes diferentes, tendo cada um deles se desenvolvido antes que a influência da relação prazer-desprazer os transformasse em opostos.

Resta-nos agora reunir o que sabemos da gênese do amor e do ódio. O amor deriva da

capacidade do ego de satisfazer auto-eroticamente alguns dos seus impulsos instintuais pela obtenção do prazer do órgão. É originalmente narcisista, passando então para objetos, que foram incorporados ao ego ampliado, e expressando os esforços motores do ego em direção a esses objetos como fontes de prazer. Tornar-se intimamente vinculado à atividade dos instintos sexuais ulteriores e, quando estes são inteiramente sintetizados, coincide com o impulso sexual como um todo. As fases preliminares do amor surgem como finalidades sexuais provisórias enquanto os instintos sexuais passam por seu complicado desenvolvimento. Reconhecemos a fase de incorporação ou devoramento como sendo a primeira dessas finalidades - um tipo de amor que é compatível com a abolição da existência separada do objeto e que, portanto, pode ser descrito como ambivalente. Na fase mais elevada da organização sádico-anal pré-genital, a luta pelo objeto aparece sob a forma de uma ânsia (*urges*) de dominar, para a qual o dano ou o aniquilamento do objeto é indiferente. O amor nessa forma e nessa fase preliminar quase não se distingue do ódio em sua atitude para com o objeto. Só depois de estabelecida a organização genital é que o amor se torna o oposto do ódio.

O ódio, enquanto relação com objetos, é mais antigo que o amor. Provém do repúdio primordial do ego narcisista ao mundo externo com seu extravasamento de estímulos. Enquanto expressão da reação do desprazer evocado por objetos, sempre permanece numa relação íntima com os instintos autopreservativos, de modo que os instintos sexuais e os do ego possam prontamente desenvolver uma antítese que repete a do amor e do ódio. Quando os instintos do ego dominam a função sexual, como é o caso na fase da organização anal-sádica, eles transmitem as qualidades de ódio também à finalidade instintual.

A história das origens e relações do amor nos permite compreender como é que o amor com tanta freqüência se manifesta como 'ambivalente' - isto é, acompanhado de impulsos de ódio contra o mesmo objeto. O ódio que se mescla ao amor provém em parte das fases preliminares do amar não inteiramente superadas; baseia-se também em parte nas reações de repúdio aos instintos do ego, os quais, em vista dos freqüentes conflitos entre os interesses do ego e os do amor, podem encontrar fundamentos em motivos reais e contemporâneos. Em ambos os casos, portanto, o ódio mesclado tem como sua fonte os instintos autopreservativos. Se uma relação de amor com um dado objeto for rompida, freqüentemente o ódio surgirá em seu lugar, de modo que temos a impressão de uma transformação do amor em ódio. Esse relato do que acontece leva ao conceito de que o ódio, que tem seus motivos reais, é aqui reforçado por uma regressão do amor à fase preliminar sádica, de modo que o ódio adquire um caráter erótico, ficando assegurada a continuidade de uma relação de amor.

A terceira antítese do amar, a transformação do amar em ser amado, corresponde à atuação da polaridade da atividade e da passividade, devendo ser julgada da mesma maneira que os casos de escopofilia e sadismo.

Podemos resumir dizendo que o traço essencial das vicissitudes sofridas pelos instintos

está na *sujeição dos impulsos instintuais às influências das três grandes polaridades que dominam a vida mental*. Dessas três polaridades podemos descrever a da atividade-passividade como a *biológica*, a do ego-mundo externo como a *real*, e finalmente a do prazer-desprazer como a polaridade *econômica*.

A vicissitude instintual da repressão constituirá assunto de uma indagação que se segue [no artigo seguinte].

REPRESSÃO (1915)

NOTA DO EDITOR INGLÊS DIE VERDRÄNGUNG

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1915 *Int. Z. Psychoanal.*, 3 (3), 129-38.

1918 *S.K.S.N.*, 4, 279-93. (1922, 2ª ed.)

1924 *G.S.*, 5, 466-79.

1924 *Technik und Metapsychol.*, 188-201.

1931 *Theoretische Schriften*, 83-97.

1946 *G.W.*, 10, 248-61.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘Repression’

1925 *C.P.*, 4, 84-97. (Trad. C. M. Baines.)

A presente tradução inglesa, embora baseada na de 1925, foi amplamente reescrita.

Em sua ‘História do Movimento Psicanalítico’ (1914d), Freud declarou que ‘a teoria da repressão é pedra angular sobre a qual repousa toda a estrutura da psicanálise’ (ver em [1] acima); e no presente ensaio, juntamente com a Seção IV do artigo sobre ‘O Inconsciente’ que a ela se segue (ver em [1] e segs.), oferece-nos sua formulação mais elaborada dessa teoria.

O conceito de repressão remonta historicamente aos primórdios da psicanálise. A primeira referência a ele que foi publicada, consta da ‘Comunicação Preliminar’ de Breuer e Freud (Edição Standard Brasileira, Vol. II, pág. 51, IMAGO Editora, 1974). O termo ‘*Verdrängung*’ fora empregado pelo psicólogo Herbart, no início do século XIX, e possivelmente chegou ao conhecimento de Freud através de seu mestre Meynert, que tinha sido admirador de Herbart. Mas, como o próprio Freud insistiu no trecho da ‘História’ já citado (pág. acima), ‘a teoria da repressão, sem dúvida alguma, ocorreu-me independentemente de qualquer outra fonte’. ‘Foi uma novidade’, escreveu em seu *Autobiographical Study* (1925d), ‘e nada semelhante havia sido reconhecido anteriormente na vida mental.’ Existem, nos escritos de Freud, vários relatos de como ocorreu a descoberta: por exemplo, nos *Estudos sobre a Histeria* (1895d), Edição Standard Brasileira, Vol. II, págs. 324-6, IMAGO Editora, 1974, e novamente na ‘História’, pág. 36 acima. Todos esses relatos são unânimes em ressaltar o fato de que o conceito de repressão foi inevitavelmente sugerido pelo fenômeno clínico da resistência, que por sua vez foi trazido à luz por uma inovação técnica - a saber, o abandono da hipnose no tratamento catártico da histeria.

Notar-se-á que no relato feito nos *Estudos* o termo realmente empregado para descrever o processo não é ‘repressão’ mas ‘defesa’. Nesse período inicial, os dois termos foram utilizados por Freud indiretamente, quase como equivalentes, embora ‘defesa’ fosse talvez o mais comum. Logo, contudo, como observou em seu artigo sobre a sexualidade nas neuroses (1960a), Edição Standard Brasileira, Vol. VII, pág. 288, anamnese do ‘Homem dos Ratos’ (1909d) Freud examinou o mecanismo de ‘repressão’ na neurose obsessiva - isto é, o deslocamento da catexia emocional da idéia objetável, em contraste com a expulsão completa da idéia da consciência, na histeria - e referiu-se a ‘duas espécies de repressão’ (Standard Ed., 10, 196). De fato, é nesse sentido mais amplo que o termo é utilizado no presente artigo, como fica demonstrado pela discussão, que aparece quase no final, sobre os diferentes mecanismos de repressão nas várias formas da psicose. Parece bastante claro, todavia, que a forma da repressão que Freud tinha em mente, aqui, era sobretudo a que ocorre na histeria; e muito mais adiante, no Capítulo XI, Seção A (c), de *Inhibitions, Symptoms and Anxiety* (1926d), ele propôs restringir o termo ‘repressão’ a esse único mecanismo particular, e reviver ‘defesa’ como ‘uma designação geral para todas as técnicas empregadas pelo ego em conflitos que possam levar a uma neurose’. A importância de estabelecer essa distinção foi depois ilustrada por ele na Seção V de ‘Analysis Terminable and Interminable’ (1937c).

O problema especial da natureza da força motora, que permite à repressão operar, constitui uma fonte constante de preocupação para Freud, embora quase não seja abordado no presente artigo. Em particular, havia a questão da relação entre a repressão e o sexo, em relação à qual Freud, inicialmente, não tinha uma posição definida, como se pode ver em

muitos pontos da correspondência de Fliess (1950a). Subseqüentemente, contudo, ele rejeitou com firmeza qualquer tentativa de ‘sexualizar’ a repressão. Um exame completo dessa questão (com particular referência aos conceitos de Adler) será encontrado na última seção de “A Child is Being Beaten”, (1919e), *Standard Ed.*, 17, 200 e segs. Mais tarde ainda, em *Inhibitions Symptoms and Anxiety* (1926d), especialmente no Capítulo IV, e na parte inicial da Conferência XXXII das *New Introductory Lectures* (1933a), ele lançou nova luz sobre o assunto argumentando que a ansiedade não era, como sustentara anteriormente e como afirma no artigo que se segue, por exemplo nas págs. 157 e 159, uma *conseqüência* da repressão, mas uma das principais forças motoras conducentes à mesma.

REPRESSÃO

Uma das vicissitudes que um impulso instintual pode sofrer é encontrar resistências que procuram torná-lo inoperante. Em certas condições, que logo investigaremos mais detidamente, o impulso passa então para o estado de ‘repressão’ [*Verdrängung*]. Se o que estava em questão era o funcionamento de um estímulo externo, obviamente se deveria adotar a fuga como método apropriado; para o instinto, a fuga não tem qualquer valia, pois o ego não pode escapar de si próprio. Em dado período ulterior, se verificará que a rejeição baseada no julgamento (*condenação*) constituirá um bom método a ser adotado contra um impulso instintual. A repressão é uma etapa preliminar da condenação, algo entre a fuga e a condenação; trata-se de um conceito que não poderia ter sido formulado antes da época dos estudos psicanalíticos.

Não é fácil deduzir em teoria a possibilidade de algo como a repressão. Por que deve um impulso instintual sofrer uma vicissitude como essa? Condição necessária para que ela ocorra deve ser, sem dúvida, que a consecução, pelo instinto, de sua finalidade produza desprazer em vez de prazer. Contudo, não podemos imaginar facilmente tal eventualidade. Não existem tais instintos: a satisfação de um instinto é sempre agradável. Teríamos de supor a existência de certas circunstâncias peculiares, alguma espécie de processo através do qual o prazer da satisfação se transforma em desprazer.

A fim de melhor determinar a repressão, examinemos algumas outras situações instintuais. Pode acontecer que um estímulo externo seja internalizado - corroendo e destruindo, por exemplo, algum órgão corpóreo -, de modo que surja uma nova fonte de excitação constante e de aumento de tensão. Assim, o estímulo adquire uma similaridade de longo alcance com

um instinto. Sabemos que um caso desse tipo é experimentado por nós como *dor*. A finalidade desse pseudo-instinto, no entanto, consiste simplesmente na cessação da mudança no órgão e do desprazer que lhe é concomitante. Não há outro prazer direto a ser alcançado pela cessação da dor. Além disso, a dor é imperativa; as únicas coisas diante das quais ela pode ceder são a eliminação por algum agente tóxico ou a influência da distração mental.

O caso da dor é por demais obscuro para nos servir de ajuda em nossos propósitos. Tomemos o caso em que um estímulo instintual como a fome permanece insatisfeito. Ele se torna então imperativo e só pode ser aliviado pela ação que o satisfaz, mantendo uma constante tensão de necessidade. Nesse caso, nada da natureza de uma repressão, sequer remotamente, parece estar em questão.

Assim, por certo, a repressão não surge nos casos em que a tensão produzida pela falta de satisfação de um impulso instintual é elevada a um grau insuportável. Os métodos de defesa acessíveis ao organismo contra essa situação devem ser examinados em outra conexão.

Limitemo-nos, portanto, à experiência clínica, tal como encontrada na prática psicanalítica. Aprendemos então que a satisfação de um instinto que se acha sob repressão seria bastante possível, e, além disso, que tal satisfação seria invariavelmente agradável em si mesma, embora irreconciliável com outras reivindicações e intenções. Ela causaria, por conseguinte, prazer num lugar e desprazer em outro. Em consequência disso, torna-se condição para repressão que a força motora do desprazer adquira mais vigor do que o prazer obtido da satisfação. Ademais, a observação psicanalítica das neuroses de transferência leva-nos a concluir que a repressão não é um mecanismo defensivo que esteja presente desde o início; que ela só pode surgir quando tiver ocorrido uma cisão marcante entre a atividade mental consciente e a inconsciente; e que a *essência da repressão consiste simplesmente em afastar determinada coisa do consciente, mantendo-a à distância*. Esse conceito de repressão ficaria mais completo se supuséssemos que, antes de a organização mental alcançar essa fase, a tarefa de rechaçar os impulsos instintuais cabia às outras vicissitudes, às quais os instintos podem estar sujeitos - por exemplo, a reversão no oposto ou o retorno em direção ao próprio eu (*self*) do sujeito [ver em [1]].

Afigura-se-nos agora que, em vista da grande extensão da correlação entre repressão e o que é inconsciente, devemos adiar o exame mais aprofundado da natureza da repressão até que tenhamos aprendido mais sobre a estrutura da sucessão de agentes psíquicos e sobre a diferenciação entre o que é inconsciente e consciente. [Ver o artigo seguinte em [1] e segs.] Até então, tudo o que podemos fazer é reunir de maneira puramente descritiva algumas características da repressão que tenham sido observadas clinicamente, ainda que corramos o risco de ter de repetir, sem modificação, muito do que já foi dito em outros lugares.

Temos motivos suficientes para supor que existe uma repressão primeva, uma primeira

fase de *repressão*, que consiste em negar entrada no consciente ao representante psíquico (ideacional) do instinto. Com isso, estabelece-se uma fixação; a partir de então, o representante em questão continua inalterado, e o instinto permanece ligado a ele. Isso se deve às propriedades dos processos inconscientes, de que falaremos depois [ver em [1]].

A segunda fase da repressão, a *repressão propriamente dita*, afeta os derivados mentais do representante reprimido, ou sucessões de pensamento que, originando-se em outra parte, tenham entrado em ligação associativa com ele. Por causa dessa associação, essas idéias sofrem o mesmo destino daquilo que foi primeiramente reprimido. Na realidade, portanto, a repressão propriamente dita é uma pressão posterior. Além disso, é errado dar ênfase apenas à repulsão que atua a partir da direção do consciente sobre o que deve ser reprimido; igualmente importante é a atração exercida por aquilo que foi primeiramente repelido sobre tudo aquilo com que ele possa estabelecer uma ligação. Provavelmente, a tendência no sentido da repressão falharia em seu propósito, caso essas duas forças não cooperassem, caso não existisse algo previamente reprimido pronto para receber aquilo que é repelido pelo consciente.

Sob a influência do estudo das psiconeuroses, que coloca diante de nós os importantes efeitos da repressão, inclinamo-nos a supervalorizar sua dimensão psicológica e a esquecer, demasiado depressa, o fato de que a repressão não impede que o representante instintual continue a existir no inconsciente, se organize ainda mais, dê origem a derivados, e estabeleça ligações. Na verdade, a repressão só interfere na relação do representante instintual com um *único* sistema psíquico, a saber, o do consciente.

A psicanálise também é capaz de nos revelar outras coisas importantes para a compreensão dos efeitos da repressão nas psiconeuroses. Mostra-nos, por exemplo, que o representante instintual se desenvolverá com menos interferência e mais profusamente, se for retirado da influência consciente pela expressão. Ele prolifera no escuro, por assim dizer, e assume formas extremas de expressão, que uma vez traduzidas e apresentadas ao neurótico irão não só lhe parecer estranhas mas também assustá-lo, mostrando-lhe o quadro de uma extraordinária e perigosa força do instinto. Essa força falaz do instinto resulta de um desenvolvimento desinibido da fantasia e do represamento ocasionado pela satisfação frustrada. O fato de esse último resultado estar vinculado à repressão indica a direção em que a verdadeira importância da repressão deve ser procurada.

Voltando, porém, mais uma vez ao aspecto oposto da repressão, deixemos claro que tampouco é correto supor que a repressão retira do consciente todos os derivados daquilo que foi primeiramente reprimido. Se esses derivados se tornarem suficientemente afastados do representante reprimido - quer devido à adoção de distorções, quer por causa do grande número de elos intermediários inseridos -, eles terão livre acesso ao consciente. Tudo se passa como se a resistência do consciente contra eles constituísse uma função da distância

existente entre eles e aquilo que foi originalmente reprimido. Ao executarmos a técnica da psicanálise, continuamos exigindo que o paciente produza, de tal forma, derivados do reprimido, que, em consequência de sua distância no tempo, ou de sua distorção, eles possam passar pela censura do consciente. Na realidade, as associações que exigimos que o paciente faça sem sofrer a influência de qualquer idéia intencional consciente ou de qualquer crítica, e a partir das quais reconstituímos uma tradução consciente do representante reprimido - essas associações nada mais são do que derivados remotos e distorcidos desse tipo. No correr desse processo, observamos que o paciente pode continuar a desfiar sua meada de associações, até ser levado de encontro a um pensamento, cuja relação com o reprimido fique tão óbvia, que o force a repetir sua tentativa de repressão. Também os sintomas neuróticos devem satisfazer a essa mesma condição, já que são derivados do reprimido, o qual, por intermédio deles, finalmente teve acesso à consciência, acesso este que anteriormente lhe era negado.

Não podemos formular uma regra geral sobre o grau de distorção e de distância no tempo necessário para a eliminação da resistência por parte do consciente. Ocorre aqui um delicado equilíbrio, cujo jogo não nos é revelado; no entanto, sua modalidade de atuação nos permite inferir que se trata de pôr um paradeiro à catexia do inconsciente quando esta alcança certa intensidade - intensidade além da qual o inconsciente venceria as resistências, chegando à satisfação. A repressão atua, portanto, de uma forma *altamente individual*. Cada derivado isolado do reprimido pode ter sua própria vicissitude especial; um pouco mais ou um pouco menos de distorção altera totalmente o resultado. Nesse sentido, podemos compreender a razão por que os objetos mais preferidos pelos homens, isto é, seus ideais, procedem das mesmas percepções e experiências que os objetos mais abominados por eles, e porque, originalmente, eles só se distinguem um dos outros através de ligeiras modificações. [ver em [1]] Realmente, tal como verificamos ao remontarmos à origem do fetiche, o representante instintual original pode ser dividido em duas partes: uma que sofre repressão, ao passo que a restante, precisamente por causa dessa ligação íntima, passa pela idealização.

O mesmo resultado oriundo de um aumento ou de uma diminuição do grau de distorção também pode ser alcançado na outra extremidade do aparelho, por assim dizer, por uma modificação da condição de produção de prazer e desprazer. Desenvolveram-se técnicas especiais, com o propósito de provocar tais mudanças no jogo das forças mentais, que aquilo que de outra forma daria lugar ao desprazer, pudesse, nessa ocasião, resultar em prazer; e, sempre que um dispositivo técnico desse tipo entra em funcionamento, elimina-se a repressão de um representante instintual que, de outro modo, seria repudiado. Até agora, apenas no que se refere aos chistes, essas técnicas foram estudadas com algum detalhe. Via de regra, a repressão só é removida temporariamente, reinstalando-se imediatamente.

Observações como esta, contudo, permitem-nos notar outras características da repressão.

Ela é não só *individual* em seu funcionamento, conforme acabamos de assinalar, como também é extremamente *móbil*. O processo de repressão não deve ser encarado como um fato que acontece uma vez, produzindo resultados permanentes, tal como, por exemplo, se mata um ser vivo que, a partir de então, está morto; a repressão exige um dispêndio persistente de força, e se esta viesse a cessar, o êxito da repressão correria perigo, tornando necessário um novo ato de repressão. Podemos supor que o reprimido exerce uma pressão contínua em direção ao consciente, de forma que essa pressão pode ser equilibrada por uma contrapressão incessante. Assim, a manutenção de uma repressão acarreta ininterrupto dispêndio de força, ao passo que sua eliminação, encarada de um ponto de vista econômico, resulta numa poupança. Incidentalmente, a mobilidade da repressão também encontra expressão nas características psíquicas do estado do sono, o único a tornar possível a formação de sonhos. Com o retorno à vida de vigília, as catexias repressivas absorvidas são mais uma vez expulsas.

Finalmente, não nos devemos esquecer de que, na verdade, ao se estabelecer que um impulso instintual é reprimido, muito pouco se disse a respeito dele. Tal impulso pode ocorrer em estados amplamente diferentes, sem prejuízo para sua repressão. Pode ser inativo, isto é, só muito levemente catexizado com energia mental; ou pode ser catexizado em graus variáveis, permitindo-se-lhe, assim, que seja ativo. É verdade que sua ativação não resultará numa eliminação direta da repressão, mas porá em movimento todos os processos que terminam na penetração do impulso na consciência por caminhos indiretos. Com derivados não reprimidos do inconsciente, o destino de uma idéia específica é, com freqüência, decidido pelo grau de sua atividade ou catexia. Enquanto esse derivado representa apenas uma pequena quantidade de energia, quase sempre permanece não reprimido, embora pudesse calcular que seu conteúdo entrasse em conflito com o que é dominante na consciência. O fator quantitativo torna-se decisivo para esse conflito: tão logo a idéia basicamente detestável ultrapassa certo grau de força, o conflito se torna real, e é precisamente essa ativação que leva à repressão. Assim, no tocante à repressão, um aumento da catexia energética atua no mesmo sentido que uma abordagem ao inconsciente, ao passo que uma diminuição dessa catexia atua no mesmo sentido que o caráter remoto do inconsciente ou da distorção. Vemos que as tendências repressivas podem encontrar um substituto para a repressão num enfraquecimento do que é detestável.

Até esse momento, em nosso exame, tratamos da repressão de um representante instintual, entendendo por este último uma idéia, ou grupo de idéias, catexizadas com uma quota definida de energia psíquica (libido ou interesse) proveniente de um instinto. Agora, a observação clínica nos obriga a dividir aquilo que até o presente consideramos como sendo uma entidade única, de uma vez que essa observação nos indica que, além da idéia, outro elemento representativo do instinto tem de ser levado em consideração, e que esse outro elemento passa por vicissitudes de repressão que podem ser bem diferentes das experimentadas pela idéia. Geralmente, a expressão *quota de afeto* tem sido adotada para

designar esse outro elemento do representante psíquico. Corresponde ao instinto na medida em que este se afasta da idéia e encontra expressão, proporcional à sua quantidade, em processos que são sentidos como afetos. A partir desse ponto, ao descrevermos um caso de repressão, teremos de acompanhar separadamente aquilo que acontece à *idéia* como resultado da repressão e aquilo que acontece à energia instintual vinculada a ela.

Gostaríamos de fazer algumas afirmações genéricas a respeito das vicissitudes de ambos, coisa que, depois de nos situarmos, será efetivamente possível. A *idéia* que representa o instinto passa por uma vicissitude geral que consiste em desaparecer do consciente, caso fosse previamente consciente, ou em ser afastada da consciência, caso estivesse prestes a se tornar consciente. Essa diferença não é importante, correspondendo à mesma coisa que a diferença entre ordenar a um hóspede indesejável que saia da minha sala de visitas (ou do meu *hall* de entrada), e impedir, após reconhecê-lo, que cruze a soleira de minha porta. O fator *quantitativo* do representante instintual possui três vicissitudes possíveis, tal como podemos verificar pelo breve exame das observações feitas pela psicanálise: ou o instinto é inteiramente suprimido, de modo que não se encontra qualquer vestígio dele, ou aparece como um afeto que de uma maneira ou de outra é qualitativamente colorido, ou transformado em ansiedade. As duas últimas possibilidades nos apontam a tarefa de levar em conta, como sendo uma vicissitude instintual ulterior, a *transformação em afetos*, e especialmente em *ansiedade*, das energias psíquicas dos *instintos*.

Recordamos o fato de que o motivo e o propósito da repressão nada mais eram do que a fuga ao desprazer. Depreende-se disso que a vicissitude da quota de afeto pertencente ao representante é muito mais importante do que a vicissitude da idéia, sendo esse fato decisivo para nossa avaliação do processo da repressão. Se uma repressão não conseguir impedir que surjam sentimentos de desprazer ou de ansiedade, podemos dizer que falhou, ainda que possa ter alcançado seu propósito no tocante à parcela ideacional. Evidentemente, as repressões que falharem exercerão maior influência sobre nosso interesse do que qualquer outra que possa ter sido bem-sucedida, já que esta, na maioria das vezes, escapará ao nosso exame.

Agora, devemos tentar obter uma compreensão interna (*insight*) do *mecanismo* do processo de repressão. Em particular, desejamos saber se existe apenas um mecanismo isolado, ou mais de um, e se cada uma das psiconeuroses se distingue por um mecanismo de repressão que lhe é peculiar. Contudo já no início dessa indagação nos defrontamos com complicações. O mecanismo de uma repressão só nos será acessível se deduzirmos esse mecanismo a partir do *resultado* da repressão. Limitando nossas observações ao efeito da repressão sobre a parcela ideacional do representante, descobrimos que, via de regra, ele cria uma *formação substitutiva*. Qual é o mecanismo através do qual esse substituto é

formado? Ou será que devemos, também aqui, distinguir vários mecanismos? Além disso, sabemos que a repressão deixa sintomas em seu rastro. Podemos então supor que a formação de substitutos e a formação de sintomas coincidem, e, admitindo que isso aconteça de um modo geral, será o mecanismo formador de sintomas o mesmo que o da repressão? A probabilidade geral pareceria ser a de que os dois são amplamente diferentes, e a de que não é a própria repressão que produz formações substitutivas e sintomas, mas que estes últimos são indicações de um *retorno do reprimido* e devem sua existência a processos inteiramente outros. Seria também aconselhável examinar os mecanismos através dos quais se formam os substitutos e os sintomas, antes de considerarmos os mecanismos de repressão.

Obviamente não se trata de um assunto para especulação ulterior. O lugar dessa especulação deve ser assumido por uma análise cuidadosa dos resultados da repressão observáveis nas diferentes neuroses. Sugiro, porém, que também adiemos essa tarefa até que tenhamos formado concepções dignas de confiança a respeito da relação entre o consciente e o inconsciente. Mas, a fim de que o presente exame não seja de todo infrutífero, direi de antemão que (1) o mecanismo de repressão de fato não coincide com o mecanismo ou mecanismos da formação de substitutos, (2) existem numerosos e diferentes mecanismos de formação de substitutos e (3) os mecanismos de repressão têm pelo menos uma coisa em comum: *uma retirada da catexia de energia* (ou da *libido*, quando lidamos com os instintos sexuais).

Além disso, restringindo-me às três formas mais conhecidas da psicose, mostrarei por meio de alguns exemplos como os conceitos aqui introduzidos se aplicam ao estudo da repressão.

No campo da *histeria da ansiedade* escolherei um exemplo bem analisado de uma fobia animal. Aqui, o impulso instintual sujeito à repressão é uma atitude libidinal para com o pai, aliado ao medo dele. Após a repressão, esse impulso desaparece da consciência: o pai não aparece nela como um objeto da libido. Substituindo o pai, encontramos num lugar correspondente um animal que se presta, de modo mais ou menos adequado, a ser um objeto de ansiedade. A formação do substituto para a parcela ideacional [do representante instintual] ocorreu por *deslocamento* ao longo de uma cadeia de conexões determinada de maneira particular. A parcela quantitativa não desapareceu, mas foi transformada em ansiedade. O resultado é o medo de um lobo, em vez de uma exigência, de amor feita aos pais. As categorias empregadas aqui não bastam, naturalmente, para explicar de forma adequada nem mesmo o caso mais simples de psicose: há sempre outras considerações a levar em conta. Deve-se descrever uma repressão, tal como a que ocorre numa fobia animal, como sendo radicalmente destituída de êxito. Ela apenas remove e substitui a idéia, falhando inteiramente em poupar o desprazer. É também por esse motivo que o trabalho da neurose não cessa. Prossegue até uma segunda fase, a fim de atingir seu mais importante e

imediatamente propósito. O que se segue é uma tentativa de fuga - a formação da *fobia propriamente dita*, de um grande número de evitações destinadas a impedir a liberação da ansiedade. Uma pesquisa mais especializada permite-nos compreender o mecanismo pelo qual a fobia alcança sua finalidade. [Ver em [1] e segs. adiante.]

Somos obrigados a adotar um conceito inteiramente distinto a respeito do processo de repressão, quando consideramos o quadro de uma verdadeira *histeria de conversão*. Aqui, o ponto relevante reside em que é possível provocar um desaparecimento total da quota de afeto. Quando isso ocorre, o paciente exhibe, em relação a seus sintomas, aquilo que Charcot denominava de '*la belle indifférence des hystériques*'. Em outros casos, essa supressão não se mostra tão bem-sucedida: sensações aflitivas podem ligar-se aos próprios sintomas, ou talvez venha a ser impossível impedir certa liberação de ansiedade, que por sua vez põe em ação o mecanismo de formação de uma fobia. O conteúdo ideacional do representante instintual é totalmente retirado da consciência; como um substituto - e ao mesmo tempo como um sintoma - temos uma inervação surperforte (em casos típicos, uma inervação somática), às vezes de natureza sensorial, às vezes, motora, quer como uma excitação, quer como uma inibição. Num exame mais detido, a área superinervada revela-se como sendo parte do próprio representante instintual reprimido, parte que - como se isso se verificasse através de um processo de *condensação*, atrai toda a catexia para si própria. Evidentemente, essas observações não trazem à luz o mecanismo completo de uma histeria de conversão; o fator *regressão*, em especial, a ser considerado em outra conexão, também tem de ser levado em conta. Na medida em que a repressão na histeria [de conversão] só se torna possível pela extensa formação de substitutos, ela pode ser julgada inteiramente destituída de êxito; contudo, ao lidar com a quota de afeto - a verdadeira tarefa da repressão -, ela geralmente significa um êxito total. Na histeria de conversão, o processo de repressão é completado pela formação do sintoma, e não precisa, como na histeria de ansiedade, continuar até uma segunda fase - ou antes, rigorosamente falando, continuar interminavelmente.

Um quadro totalmente diferente da repressão se revela, mais uma vez, na terceira perturbação, que consideraremos para os propósitos de nossa ilustração - na *neurose obsessiva*. Aqui ficamos inicialmente em dúvida quanto ao que devemos considerar como sendo o representante instintual sujeito à repressão - se se trata de uma tendência libidinal ou hostil. Essa incerteza surge porque a neurose obsessiva tem por base uma regressão devido à qual uma tendência sádica foi substituída por uma afetiva. É esse impulso hostil contra alguém que é amado, que se acha sujeito à repressão. O efeito, numa fase inicial, do trabalho da repressão é bem diferente do que se verifica numa posterior. De início, a repressão é inteiramente cercada de êxito; o conteúdo ideacional é rejeitado, fazendo com que o afeto desapareça. Como formação substitutiva, surge no ego uma alteração sob a forma de maior consciência, quase não se podendo dar a isso o nome de sintoma. Aqui, substituto e sintoma não coincidem. Com isso, aprendemos também alguma coisa sobre o mecanismo da

repressão. Nesse exemplo, como em todos os outros, a repressão ocasionou um afastamento da libido; aqui, porém, ela fez uso da *formação da reação* para atingir esse propósito, intensificando um oposto. Assim, nesse caso, a formação de um substituto tem o mesmo mecanismo que a repressão e, no fundo, coincide com ela, ao passo que cronologicamente, tanto quanto conceptualmente, é diferente da formação de um sintoma. É bastante provável que todo esse processo se torne possível pela relação ambivalente na qual o impulso sádico a ser reprimido é introduzido. No entanto, a repressão, que foi de início bem-sucedida, não se firma; no decorrer dos acontecimentos, seu fracasso se torna cada vez mais acentuado. A ambivalência que permitiu que a repressão ocorresse através da formação de reação, constitui também o ponto em que o reprimido consegue retornar. A emoção desaparecida retorna, em sua forma transformada, como ansiedade social, ansiedade moral e autocensura ilimitadas; a idéia rejeitada é substituída por um *substituto por deslocamento*, freqüentemente um deslocamento para algo muito pequeno ou indiferente. Uma tendência no sentido de um restabelecimento completo da idéia reprimida acha-se, em geral, inegavelmente presente. O fracasso na repressão do fator quantitativo afetivo põe em jogo o mesmo mecanismo de fuga, por meio de evitação e proibições, tal como vimos em funcionamento na formação de fobias históricas. A rejeição da *idéia* oriunda do consciente é, contudo, obstinadamente mantida, porque provoca a abstenção oriunda da ação, um aprisionamento motor do impulso. Assim, na neurose obsessiva, o trabalho da repressão se prolonga numa luta estéril e interminável.

A curta série de comparações apresentada aqui pode facilmente convencer-nos de que se fazem necessárias pesquisas mais abrangentes, antes que possamos esperar compreender inteiramente os processos ligados à repressão e à formação de sintomas neuróticos. A extraordinária complexidade de todos os fatores a serem levados em consideração nos permite apenas uma maneira de apresentá-los. Devemos selecionar primeiro um e, depois, outro ponto de vista, e acompanhá-lo através do material enquanto sua aplicação pareça proporcionar resultados. Cada abordagem isolada do assunto será incompleta em si mesma, não podendo deixar de haver obscuridades sempre que ela se defrontar com material ainda não examinado; no entanto, podemos esperar que uma síntese final conduza a uma compreensão adequada.

O INCONSCIENTE (1915)

NOTA DO EDITOR INGLÊS DAS UNBEWUSSTE

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1915 *Int. Z. Psychoanal.*, 3 (4), 189-203 e (5), 257-69

1918 *S.K.S.N.*, 4, 294-338. (1922, 2ª ed.)

1924 *G.S.*, 5, 480-519.

1924 *Technik und Metapsychol.*, 202-41.

1931 *Theoretische Schriften*, 98-140.

1946 *G.W.*, 10, 264-303.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘The Unconscious’

1925 *C.P.*, 4, 98-136. (Trad. C.M. Baines.)

A presente tradução inglesa, embora baseada na de 1925, foi amplamente reescrita.

Parece que o presente artigo levou menos de três semanas para ser escrito - de 4 a 23 de abril de 1915. Posteriormente, no mesmo ano, foi publicado no *Internationale Zeitschrift* em duas partes, a primeira contendo as Seções I-IV e a segunda, as Seções V-VII. Nas edições anteriores a 1924, o artigo não foi dividido em seções, mas o que agora constitui os títulos foi impresso como subtítulos na margem. A única exceção a isso é que a expressão ‘O Ponto de Vista Topográfico’, que agora faz parte do título da Seção II, se encontra

originalmente na margem, no início do segundo parágrafo da seção, à altura das palavras ‘Passando agora...’ (ver em [1]). Algumas pequenas alterações também foram feitas no texto da edição de 1924.

Se a série ‘Artigos Sobre Metapsicologia’ talvez seja considerada como o mais importante de todos os escritos teóricos de Freud, não há dúvida alguma de que este ensaio sobre ‘O Inconsciente’ constitui seu ponto culminante.

O conceito segundo o qual existem processos mentais inconscientes, é, naturalmente, fundamental para a teoria psicanalítica. Freud nunca se cansou de insistir nos argumentos que o apoiavam e de combater as objeções levantadas contra ele. Na realidade, até mesmo a última parte não concluída de seus escritos teóricos, o fragmento escrito por ele em 1938, a que deu o título, em inglês, de ‘Some Elementary Lessons in Psycho-Analysis’ (1940b), constitui uma nova justificação daquele conceito.

Contudo, deve-se esclarecer de imediato que o interesse de Freud por essa suposição jamais foi de natureza filosófica - embora, sem dúvida, problemas filosóficos se encontrassem inevitavelmente próximos. Seu interesse era *prático*. Ele achava que, sem fazer essa suposição, era incapaz de explicar ou mesmo de descrever a grande variedade de fenômenos com que se defrontava. Por outro lado, procedendo assim, encontrou o caminho aberto para uma região imensamente fértil em novos conhecimentos.

Desde o início, e em seu ambiente mais próximo, não pode ter havido grande resistência a essa idéia. Seus professores diretos - Meynert, por exemplo -, na medida em que se interessavam pela psicologia, orientavam-se principalmente pelos conceitos de J. F. Herbart (1776-1841), e parece que um livro de texto contendo os princípios herbartianos era usado na escola secundária freqüentada por Freud (Jones, 1953, 409 e segs.). O reconhecimento da existência de processos mentais inconscientes desempenhou papel essencial no sistema de Herbart. Apesar disso, porém, Freud não adotou imediatamente essa hipótese nas primeiras fases de suas pesquisas psicopatológicas. É verdade que ele parece, desde o início, ter sentido a força do argumento a que dá tanta ênfase nas páginas iniciais do presente artigo - isto é, o argumento segundo o qual restringir os fatos mentais aos que são conscientes e entremeá-los de fatos puramente físicos e neurais, ‘rompe as continuidades psíquicas’ e introduz lacunas ininteligíveis na cadeia de fenômenos observados. Havia, no entanto, duas formas pelas quais essa dificuldade poderia ser superada. Poderíamos desprezar os fatos físicos e adotar a hipótese de que as lacunas são preenchidas com eventos mentais inconscientes; mas, por outro lado, poderíamos desprezar os fatos mentais conscientes e estruturar uma cadeia puramente física, ininterrupta, que abrangeria todos os eventos da observação. Para Freud, cuja carreira científica, no princípio, fora inteiramente voltada para a fisiologia, essa segunda possibilidade mostrou-se de início irresistivelmente atraente. Atração esta sem dúvida fortalecida pelos conceitos de Hughlings-Jackson, por cuja obra

Freud revelou admiração em sua monografia sobre afasia (1891b), encontrando-se adiante, no Apêndice B (pág. 213), um trecho pertinente à mesma. Conseqüentemente, Freud começou por adotar o método neurológico de descrição dos fenômenos psicopatológicos, e todos os seus escritos do período de Breuer se baseiam confessadamente naquele método. Ele ficou intelectualmente fascinado pela possibilidade de construir uma ‘psicologia’ a partir de ingredientes puramente neurológicos, tendo dedicado vários meses do ano de 1895 à realização dessa tarefa. Assim, a 27 de abril daquele ano (Freud, 1950a, Carta 23), escrevia ele a Fliess: ‘Estou tão profundamente mergulhado na “Psicologia para Neurologistas”, que ela me consome inteiramente, a ponto de me ver obrigado a interromper minhas atividades por excesso de trabalho. Jamais estive tão intensamente preocupado com alguma coisa. E será que isso redundará em alguma coisa? Espero que sim, mas a caminhada é árdua e lenta.’ *Isso redundou* em alguma coisa muitos meses depois - a obra incompleta que conhecemos como o ‘Projeto para uma Psicologia Científica’, encaminhado a Fliess em setembro e outubro de 1895. Essa surpreendente produção visa a descrever e explicar toda a gama do comportamento humano, normal e patológico, por meio de uma manipulação complicada de duas entidades materiais - o neurônio e a ‘quantidade numa condição de fluxo’, uma energia física ou química não especificada. A necessidade de postular quaisquer processos mentais inconscientes foi, dessa forma, inteiramente evitada: a cadeia de eventos físicos era ininterrupta e completa.

Sem dúvida, muitas razões contribuíram para que o ‘Projeto’ jamais tenha sido concluído e para que toda a linha de raciocínio por detrás dele fosse logo abandonada. O motivo principal, porém, foi que Freud, o neurologista, estava sendo superado e deslocado por Freud, o psicólogo: tornava-se cada vez mais evidente que até mesmo o elaborado mecanismo dos sintomas neurônicos era canhestro e grosseiro demais para lidar com as sutilezas que estavam sendo trazidas à luz pela ‘análise psicológica’, sutilezas que só poderiam ser explicadas na linguagem dos processos mentais. De fato, vinha ocorrendo, muito gradativamente, um deslocamento do interesse de Freud. Na altura da publicação da *Afasia*, seu tratamento do caso de Frau Emmy von N. já datava de dois ou três anos, e sua anamnese foi escrita mais de um ano antes do ‘Projeto’. É numa nota de rodapé a essa anamnese (Edição *Standard Brasileira*, Vol. II, pág. 120, IMAGO Editora, 1974) que se encontra publicado pela primeira vez o termo ‘o inconsciente’; e, embora a teoria *ostensiva* subjacente à participação de Freud nos *Estudos sobre a Histeria* (1895d) pudesse ser neurológica, a psicologia - e com ela a necessidade de processos mentais inconscientes - já se insinuava firmemente. Na realidade, toda a base da teoria de repressão da histeria e a do método catártico de tratamento clamavam por uma explanação psicológica, e só através dos mais penosos esforços elas foram explicadas neurologicamente na Parte II do ‘Projeto’. Alguns anos depois, em *A Interpretação de Sonhos* (1900a), ocorrera uma estranha transformação: não só o relato neurológico da psicologia desaparecera completamente, como também grande parte do que Freud escrevera no ‘Projeto’ em termos de sistema

nervoso se tornara agora válido, e muito mais inteligível, ao ser traduzido em termos mentais. Estabeleceu-se o inconsciente de uma vez por todas.

Deve-se, porém, repetir que Freud não estabeleceu uma mera entidade metafísica. O que ele fez no Capítulo VII de *A Interpretação de Sonhos* foi, por assim dizer, revestir a entidade metafísica de carne e sangue. Pela primeira vez, revelou o inconsciente, tal como era, como funcionava, como diferia de outras partes da mente, e quais eram suas relações recíprocas com elas. São essas as descobertas que ele retoma, ampliando-as e aprofundando-as, no artigo que se segue.

Numa fase anterior, todavia, tornara-se evidente que o termo ‘inconsciente’ era ambíguo. Três anos antes, no artigo que escreveu em inglês para a Sociedade de Pesquisas Psíquicas (1912g), e que, sob muitos aspectos, é preliminar ao presente artigo, Freud investigara cuidadosamente essas ambigüidades e estabeleceu diferenças entre os empregos ‘descritivo’, ‘dinâmico’ e ‘sistemático’ da palavra. Ele repete as distinções na Seção II deste artigo (ver em, [1] e segs.), embora de forma ligeiramente diversa, tendo novamente voltado a elas no Capítulo I de *The Ego and the Id* (1923b) e, numa extensão ainda maior, na Conferência XXXI das *New Introductory Lectures* (1933a). A maneira desordenada pela qual o contraste entre ‘consciente’ e ‘inconsciente’ se ajusta às diferenças entre os vários sistemas da mente já é mencionada claramente adiante (ver em [1]); mas a posição em seu todo só foi posta em perspectiva quando, em *The Ego and the Id*, Freud introduziu um novo quadro estrutural da mente. Apesar, contudo, da atuação insatisfatória do critério ‘consciente ou inconsciente’, Freud sempre insistiu em dizer (como o faz em dois pontos aqui, (ver em [1] e [2]), e novamente tanto em *The Ego and the Id* como nas *New Introductory Lectures*) que esse critério ‘é, em última instância, o nosso único farol nas trevas da psicologia profunda’.

O INCONSCIENTE

Aprendemos com a psicanálise que a essência do processo de repressão não está em pôr fim, em destruir a idéia que representa um instinto, mas em evitar que se torne consciente. Quando isso acontece, dizemos que a idéia se encontra num estado ‘inconsciente’, e podemos apresentar boas provas para mostrar que, inclusive quando inconsciente, ela pode produzir efeitos, incluindo até mesmo alguns que finalmente atingem a consciência. Tudo que é reprimido deve permanecer inconsciente; mas, logo de início, declaremos que o reprimido

não abrange tudo que é inconsciente. O alcance do inconsciente é mais amplo: o reprimido não é apenas uma parte do inconsciente.

Como devemos chegar a um conhecimento do inconsciente? Certamente, só o conhecemos como algo consciente, depois que ele sofreu transformação ou tradução para algo consciente. A cada dia, o trabalho psicanalítico nos mostra que esse tipo de tradução é possível. A fim de que isso aconteça, a pessoa sob análise deve superar certas resistências - resistências como aquelas que, anteriormente, transformaram o material em questão em algo reprimido rejeitando-o do consciente.

I - JUSTIFICAÇÃO DO CONCEITO DE INCONSCIENTE

Nosso direito de supor a existência de algo mental inconsciente, e de empregar tal suposição visando às finalidades do trabalho científico, tem sido vastamente contestado. A isso podemos responder que nossa suposição a respeito do inconsciente é *necessária e legítima*, e que dispomos de numerosas provas de sua existência.

Ela é *necessária* porque os dados da consciência apresentam um número muito grande de lacunas; tanto nas pessoas sadias como nas doentes ocorrem com freqüência atos psíquicos que só podem ser explicados pela pressuposição de outros atos, para os quais, não obstante, a consciência não oferece qualquer prova. Estes não só incluem parapraxias e sonhos em pessoas sadias, mas também tudo aquilo que é descrito como um sintoma psíquico ou uma obsessão nas doentes; nossa experiência diária mais pessoal nos tem familiarizado com idéias que assomam à nossa mente vindas não sabemos de onde, e com conclusões intelectuais que alcançamos não sabemos como. Todos esses atos conscientes permanecerão desligados e ininteligíveis, se insistirmos em sustentar que todo ato mental que ocorre conosco, necessariamente deve também ser experimentado por nós através da consciência; por outro lado, esses atos se enquadrarão numa ligação demonstrável, se interpolarmos entre eles os atos inconscientes sobre os quais estamos conjeturando. Uma apreensão maior do significado das coisas constitui motivo perfeitamente justificável para ir além dos limites da experiência direta. Quando, ademais, disso resultar que a suposição da existência de um inconsciente nos possibilita a construção de uma norma bem-sucedida, através da qual podemos exercer uma influência efetiva sobre o curso dos processos conscientes, esse sucesso nos terá fornecido uma prova indiscutível da existência daquilo que havíamos suposto. Assim sendo, devemos adotar a posição segundo a qual o fato de exigir que tudo quanto acontece na mente deve também ser conhecido pela consciência, significa fazer uma

reivindicação insustentável.

Podemos ir além e afirmar, em apoio da existência de um estado psíquico inconsciente, que, em um dado momento qualquer, o conteúdo da consciência é muito pequeno, de modo que a maior parte do que chamamos conhecimento consciente deve permanecer, por consideráveis períodos de tempo, num estado de latência, isto é, deve estar psiquicamente inconsciente. Quando todas as nossas lembranças latentes são levadas em consideração, fica totalmente incompreensível que a existência do inconsciente possa ser negada. Aqui, porém, encontramos a objeção de que essas lembranças latentes já não podem ser descritas como psíquicas, pois correspondem a resíduos de processos somáticos a partir dos quais o *psíquico* pode mais uma vez aflorar. A resposta óbvia a isso é a de que uma lembrança latente é, pelo contrário, um resíduo inquestionável de um processo psíquico. Contudo, é mais importante conceber claramente que essa objeção se baseia na equivalência - que, na verdade, não é explicitamente declarada, embora considerada axiomática - entre o consciente e o mental. Essa equivalência ou é um *petitio principii*, que incorre em petição de princípio ao supor que tudo que é psíquico é também necessariamente consciente, ou é uma questão de convenção, de nomenclatura. Nesse último caso, como qualquer outra convenção, não está evidentemente sujeita à refutação. Permanece, contudo, a questão de saber se a convenção é suficientemente adequada para estarmos propensos a adotá-la. A isso podemos responder que a equivalência convencional entre o psíquico e o consciente é totalmente inadequada. Ela rompe as continuidades psíquicas, mergulha-nos nas dificuldades insolúveis do paralelismo psicofísico, está sujeita à censura de, sem um motivo óbvio, superestimar o papel desempenhado pela consciência, forçando-nos prematuramente a abandonar o campo da pesquisa psicológica sem ser capaz de nos oferecer qualquer compensação de outros campos.

Está claro, em todo caso, que essa questão - a de saber se os estados latentes da vida mental, cuja existência é inegável, devem ser concebidos como estados mentais conscientes ou como estados físicos - ameaça transformar-se numa controvérsia verbal. Portanto, é melhor focalizarmos nossa atenção naquilo que conhecemos com certeza a respeito da natureza desses estados controvertidos. No que se refere às suas características físicas, elas nos são totalmente inacessíveis: nenhum conceito psicológico ou processo químico pode dar-nos qualquer idéia a respeito de sua natureza. Por outro lado, sabemos com certeza que possuem abundantes pontos de contato com processos mentais conscientes; com o auxílio de um pouco de trabalho podem ser transformados em processos mentais conscientes ou substituídos por eles, e todas as categorias que empregamos para descrever os atos mentais conscientes, tais como idéias, propósitos, resoluções, e assim por diante, podem ser aplicadas a eles. Na verdade, somos forçados a dizer de alguns desses estados latentes que o único aspecto em que diferem dos estados conscientes é precisamente na ausência de consciência. Assim, não hesitaremos em tratá-los como objetos de pesquisa psicológica, e em manipulá-los na mais íntima conexão com atos mentais conscientes.

A obstinada recusa em atribuir um caráter psíquico aos atos mentais latentes se deve à circunstância de que a maioria dos fenômenos em foco não fora estudada fora da psicanálise. Basta que qualquer pessoa não familiarizada com os fatos patológicos, que considera as parapraxias de pessoas normais como acidentais, e que está satisfeita com o velho adágio de que os sonhos são futilidades [*Träume sind Schäume*], ignore mais alguns problemas da psicologia da consciência, para abster-se de qualquer necessidade de admitir uma atividade mental inconsciente. Incidentalmente, mesmo antes da época da psicanálise, as experiências com a hipnose, especialmente a sugestão pós-hipnótica, já tinham demonstrado tangivelmente a existência e o modo de operação do inconsciente mental.

A suposição de um inconsciente é, além disso, uma suposição perfeitamente *legítima*, visto que ao postulá-la não nos estamos afastando um só passo de nosso habitual e geralmente aceito modo de pensar. A consciência torna cada um de nós cômico apenas de seus próprios estados mentais; que também outras pessoas possuam uma consciência é uma dedução que inferimos por analogia de suas declarações e ações observáveis, a fim de que sua conduta fique inteligível para nós. (Indubitavelmente, seria psicologicamente mais correto expressá-lo da seguinte maneira: que sem qualquer reflexão especial atribuímos a todos os demais a nossa própria constituição, e portanto também a nossa consciência, e que essa identificação é uma condição *sine qua non* para a nossa compreensão.) Essa inferência (ou essa identificação) foi anteriormente estendida pelo ego a outros seres humanos, a animais, a plantas, a objetos inanimados e ao mundo em geral, e revelou-se útil enquanto sua semelhança com o ego individual era esmagadora; contudo, tornou-se menos digna de confiança na medida em que a diferença entre o ego e esses ‘outros’ aumentou. Hoje em dia, nosso julgamento crítico já se põe em dúvida quanto à questão da existência de consciência nos animais; recusamo-nos a admiti-la nas plantas e encaramos como misticismo a suposição de sua existência nas coisas inanimadas. Mas, mesmo onde a inclinação original à identificação resistiu à crítica - isto é, quando os ‘outros’ são nossos semelhantes - a suposição da existência de uma consciência neles se apóia numa inferência, e não pode participar da certeza imediata que possuímos a respeito de nossa própria consciência.

A psicanálise exige apenas que também apliquemos esse processo de inferência a nós mesmos - procedimento a que, na verdade, não estamos por natureza inclinados. Se o fizermos, deveremos dizer: todos os atos e manifestações que noto em mim mesmo, e que não sei como ligar ao resto de minha vida mental, devem ser julgados como se pertencessem a outrem; devem ser explicados por uma vida mental atribuída a essa outra pessoa. Além disso, a experiência mostra que compreendemos muito bem como interpretar em outras pessoas (isto é, como encaixar em sua cadeia de eventos mentais) os mesmos atos que nos recusamos a aceitar como mentais em nós mesmos. Aqui, evidentemente, algum impedimento especial desvia nossas investigações de nosso próprio eu, impedindo que obtenhamos dele um conhecimento real.

Esse processo de inferência, quando aplicado ao próprio indivíduo, apesar da oposição interna, não leva, contudo, à revelação de um inconsciente; leva, logicamente, à suposição de uma outra segunda consciência que, no próprio eu do indivíduo, está unida à consciência que se conhece. Mas, a essa altura, certas críticas mostram-se cabíveis. Em primeiro lugar, uma consciência a respeito da qual seu próprio possuidor nada conhece é algo muito diferente de uma consciência pertencente a outra pessoa, e é discutível que tal consciência, carente, como está, de sua característica mais importante, mereça qualquer exame. Aqueles que resistiram à suposição de um elemento psíquico inconsciente provavelmente não estão dispostos a trocá-lo por uma *consciência* inconsciente. Em segundo lugar, a análise revela que os diferentes processos mentais latentes que inferimos desfrutam de alto grau de independência mútua, como se não tivessem ligação um com o outro, e nada soubessem um do outro. Nesse caso, devemos estar preparados para supor a existência em nós não apenas de uma segunda consciência, mas também de uma terceira, de uma quarta, talvez de um número ilimitado de estados de consciência, todos desconhecidos para nós e desconhecidos entre si. Em terceiro lugar - e este é o mais convincente de todos os argumentos -, devemos levar em conta o fato de que a investigação analítica revela alguns desses processos latentes como possuidores de características e peculiaridades que parecem estranhas a nós, ou mesmo incríveis, e que vão diretamente de encontro aos atributos da consciência que nos são familiares. Assim, temos motivos para modificar nossa inferência a respeito de nós mesmos e dizer que o que está provado não é a existência de uma segunda consciência em nós, mas a existência de atos psíquicos que carecem de consciência. Também estaremos certos em rejeitar o termo 'subconsciência' como incorreto e enganoso. Os casos notórios de '*double conscience*' (divisão da consciência) nada provam contra nossa concepção. Podemos descrevê-los com o máximo de propriedade como casos de uma divisão das atividades mentais em dois grupos, e dizer que essa mesma consciência se volta, alternadamente, para um ou outro desses grupos.

Na psicanálise, não temos outra opção senão afirmar que os processos mentais são inconscientes em si mesmos, e assemelhar a percepção deles por meio da consciência à percepção do mundo externo por meio dos órgãos sensoriais. Podemos mesmo esperar que novos conhecimentos sejam adquiridos a partir dessa comparação. A suposição psicanalítica a respeito da atividade mental inconsciente nos aparece, por um lado, como uma nova expansão de animismo primitivo, que nos fez ver cópias de nossa própria consciência em tudo o que nos cerca, e, por outro, como uma extensão das correções efetuadas por Kant em nossos conceitos sobre percepção externa. Assim como Kant nos advertiu para não desprezarmos o fato de que as nossas percepções estão subjetivamente condicionadas, não devendo ser consideradas como idênticas ao que, embora incognoscível, é percebido, assim também a psicanálise nos adverte para não estabelecermos uma equivalência entre as percepções adquiridas por meio da consciência e os processos mentais inconscientes que constituem seu objeto. Assim como o físico, o psíquico, na realidade, não é necessariamente o que nos parece ser. Teremos satisfação em saber, contudo, que a correção da percepção interna não oferecerá dificuldades tão grandes como a correção da

percepção externa - que os objetos internos são menos incognoscíveis do que o mundo externo.

II - VÁRIOS SIGNIFICADOS DE 'O INCONSCIENTE' O PONTO DE VISTA TOPOGRÁFICO

Antes de prosseguirmos, enunciemos o fato importante, embora inconveniente, de que o atributo de ser inconsciente é apenas um dos aspectos do elemento psíquico, de modo algum bastando para caracterizá-lo. Há atos psíquicos de valor muito variável que, no entanto, concordam em possuir a característica de ser inconsciente. O inconsciente abrange, por um lado, atos que são meramente latentes, temporariamente inconscientes, mas que em nenhum outro aspecto diferem dos atos conscientes, e, por outro lado, abrange processos tais como os reprimidos, que, caso se tornassem conscientes, estariam propensos a sobressair num contraste mais grosseiro com o restante dos processos conscientes. Acabaríamos com todos os mal-entendidos se, doravante, ao descrevermos os vários tipos de atos psíquicos, desprezássemos a questão de saber se são conscientes ou inconscientes, e os classificássemos e correlacionássemos apenas em função de sua relação com instintos e finalidades, de sua composição e da hierarquia dos sistemas psíquicos a que pertencem. Isso, contudo, e por várias razões, é impraticável, de modo que não podemos escapar à ambigüidade de empregar as palavras 'consciente' e 'inconsciente' algumas vezes num sentido descritivo, algumas vezes num sentido sistemático, sendo que, neste último, elas significam a inclusão em sistemas particulares e a posse de certas características. Podemos tentar evitar a confusão, atribuindo aos sistemas psíquicos que distinguimos certos nomes arbitrariamente escolhidos, sem qualquer referência ao atributo de ser consciente. Apenas, temos que primeiro especificar os motivos pelos quais distinguimos os sistemas, e, ao fazê-lo, talvez não sejamos capazes de fugir ao atributo de sermos conscientes, visto que ele constitui o ponto de partida de todas as nossas investigações. Talvez nos possamos valer da proposta para empregar, pelo menos por escrito, a abreviação *Cs.* para consciência e *Ics.*, para o que é inconsciente, quando estivermos usando as duas palavras em seu sentido sistemático.

Passando agora para um relato das descobertas positivas da psicanálise, podemos dizer que, em geral, um ato psíquico passa por duas fases quanto a seu estado, entre as quais se interpõe uma espécie de teste (censura). Na primeira fase, o ato psíquico é inconsciente e pertence ao sistema *Ics*; se, no teste, for rejeitado pela censura, não terá permissão para passar à segunda fase; diz-se então que foi 'reprimido', devendo permanecer inconsciente.

Se, porém, passar por esse teste, entrará na segunda fase e, subseqüentemente, pertencerá ao segundo sistema, que chamaremos de sistema *Cs.* Mas o fato de pertencer a esse sistema ainda não determina de modo inequívoco sua relação com a consciência. Ainda não é consciente, embora, certamente, seja capaz de *se tornar consciente* (para usar a expressão de Breuer) - isto é, pode agora, sob certas condições, tornar-se um objeto da consciência sem qualquer resistência especial. Em vista dessa capacidade de se tornar consciente, também denominamos o sistema *Cs.* de 'pré-consciente'. Se ocorrer que uma certa censura também desempenhe um papel em determinar se o pré-consciente se torna consciente, procederemos a uma discriminação mais acentuada entre os sistemas *Pcs.* e *Cs.* [ver em [1] e segs.]. Por ora contentemo-nos em ter em mente que o sistema *Pcs.* participa das características do sistema *Cs.*, e que a censura rigorosa exerce sua função no ponto de transição do *Ics.* para o *Pcs.* (ou *Cs.*).

Aceitando a existência desses dois (ou três) sistemas psíquicos, a psicanálise desviou-se mais um passo da 'psicologia da consciência' descritiva e levantou novos problemas, adquirindo um novo conteúdo. Até o momento, tem diferido daquela psicologia devido principalmente a seu conceito *dinâmico* dos processos mentais; agora, além disso, parece levar em conta também a *topografia* psíquica, e indicar, em relação a determinado ato mental, dentro de que sistema ou entre que sistemas ela se verifica. Ainda por causa dessa tentativa, recebeu a designação de 'psicologia profunda'. Viremos a saber que ela poderá ser bem mais enriquecida se ainda se levar em conta um outro ponto de vista. [ver em [1].]

Se vamos considerar seriamente a topografia dos atos mentais, devemos dirigir nosso interesse para uma dúvida que surge nesse ponto. Quando um ato psíquico (limitemo-nos aqui a um ato que seja da natureza de uma idéia) é transposto do sistema *Ics.* para o sistema *Cs.* (ou *Pcs.*), devemos nós supor que essa transição acarreta um registro novo - por assim dizer, um segundo registro - da idéia em questão, que, assim, pode também ser situada numa nova localidade psíquica, paralelamente à qual o registro inconsciente original continua a existir? Ou, antes, devemos acreditar que a transposição consiste numa mudança no estado da idéia, mudança que envolve o mesmo material e ocorre na mesma localidade? Essa questão pode parecer obscura, mas deve ser levantada, caso desejemos formar um conceito mais definido a respeito da topografia psíquica, da dimensão da profundidade na mente. Isso é difícil, porque vai além da psicologia pura e aborda as relações entre o mecanismo mental e a anatomia. Sabemos que, mesmo no sentido mais grosseiro, tais relações existem. A pesquisa nos tem fornecido provas irrefutáveis de que a atividade mental está vinculada à função do cérebro como a nenhum outro órgão. Avançamos - não sabemos até que ponto - com a descoberta da importância desigual das diferentes partes do cérebro e de suas relações especiais com partes específicas do corpo e com atividades mentais específicas.

Mas todas as tentativas para, a partir disso, descobrir uma localização dos processos mentais, todos os esforços para conceber idéias armazenadas em células nervosas e excitações que percorrem as fibras nervosas, têm fracassado redondamente. O mesmo fim aguardaria qualquer teoria que tentasse reconhecer, digamos, a posição anatômica do sistema Cs. - atividade mental consciente - como estando situada no córtex, e localizar os processos inconscientes nas partes subcorticais do cérebro. Verifica-se aqui um hiato que, por enquanto, não pode ser preenchido, e não constitui tarefa da psicologia preenchê-lo. Nossa topografia psíquica, *no momento*, nada tem que ver com a anatomia; refere-se não a localidades anatômicas, mas a regiões do mecanismo mental, onde quer que estejam situadas no corpo.

A esse respeito, então, nosso trabalho está desembaraçado, podendo prosseguir em função de suas próprias necessidades. Contudo, será útil lembrar que, no pé em que as coisas estão, nossas hipóteses nada mais exprimem do que ilustrações gráficas. A primeira das duas possibilidades que consideramos - isto é, que a fase Cs. de uma idéia acarreta um novo registro dessa idéia, situado em outro lugar -, é sem dúvida a mais grosseira, embora também mais conveniente. A segunda hipótese - a de uma mudança de estado meramente *funcional* - é *à priori* mais provável, embora menos plástica, menos fácil de manipular. À primeira hipótese, a topográfica, está estreitamente vinculada a de uma separação topográfica dos sistemas *Ics.* e *Cs.*, e também a possibilidade de que uma idéia possa existir simultaneamente em dois lugares no mecanismo mental - na realidade, a possibilidade de que, se não estiver inibida pela censura, ela avançará regularmente de uma posição para outra, sem perder talvez sua primeira localização ou registro.

Essa concepção talvez pareça estranha, mas pode ser apoiada por observações da prática psicanalítica. Se comunicamos a um paciente uma idéia reprimida por ele em certa ocasião, mas que conseguimos descobrir, o fato de lhe dizermos isso não provoca de início qualquer mudança em sua condição mental. Acima de tudo, não remove a repressão nem anula seus efeitos, como talvez se pudesse esperar do fato de a idéia previamente inconsciente ter-se tornado agora consciente. Pelo contrário, tudo o que de início conseguiremos será uma nova rejeição da idéia reprimida. No entanto, agora, o paciente tem de modo concreto a mesma idéia, sob duas formas, em diferentes lugares em seu mecanismo mental: primeiro, ele possui a lembrança consciente do traço auditivo da idéia, transmitido no que lhe dissemos; segundo, também possui - como temos certeza - a lembrança inconsciente de sua experiência - em sua forma primitiva. Realmente, não há supressão de repressão até que a idéia consciente, após as resistências terem sido vencidas, entre em ligação com o traço de lembrança inconsciente. Só quando este último se torna consciente é que se alcança o êxito. Numa consideração superficial, isso pareceria revelar que as idéias conscientes e inconscientes constituem registros distintos, topograficamente separados, do mesmo teor. Mas basta uma reflexão momentânea para mostrar que a identidade entre a informação dada ao paciente e sua lembrança reprimida é apenas aparente. Ouvir algo e experimentar algo são, em sua natureza

psicológica, duas coisas bem diferentes, ainda que o conteúdo de ambas seja o mesmo.

Assim, por ora não estamos em condições de decidir entre as duas possibilidades que acabamos de examinar. Talvez mais tarde venhamos a nos deparar com fatores que possam fazer a balança pender a favor de uma ou de outra. Talvez façamos a descoberta de que nossa pergunta foi inadequadamente articulada e de que a diferença entre uma idéia inconsciente e outra consciente deve ser definida de maneira totalmente diferente.

III - EMOÇÕES INCONSCIENTES

Limitamos a apreciação anterior a idéias; agora podemos levantar uma nova questão, cuja resposta se destina a contribuir para a elucidação de nossos conceitos teóricos. Dissemos que há idéias conscientes e inconscientes; contudo, haverá também impulsos instintuais, emoções e sentimentos inconscientes, ou, nesse caso, não terá sentido formar combinações desse tipo?

De fato, sou de opinião que a antítese entre consciente e inconsciente não se aplica aos instintos. Um instinto nunca pode tornar-se objeto da consciência - só a idéia que o representa pode. Além disso, mesmo no inconsciente, um instinto não pode ser representado de outra forma a não ser por uma idéia. Se o instinto não se prendeu a uma idéia ou não se manifestou como um estado afetivo, nada poderemos conhecer sobre ele. Não obstante, quando falamos de um impulso instintual inconsciente ou de um impulso instintual reprimido, a imprecisão da fraseologia é inofensiva. Podemos apenas referir-nos a um impulso instintual cuja representação ideacional é inconsciente, pois nada mais entra em consideração.

Devemos esperar que a resposta à questão dos sentimentos, emoções e afetos inconscientes seja dada com igual facilidade. Por certo, faz parte da natureza de uma emoção que estejamos cômicos dela, isto é, que ela se torne conhecida pela consciência. Assim, a possibilidade do atributo da inconsciência seria completamente excluída no tocante às emoções, sentimentos e afetos. Na prática psicanalítica, porém, estamos habituados a falar de amor, ódio, ira etc. inconscientes, e achamos impossível evitar até mesmo a estranha conjunção ‘consciência inconsciente de culpa’, ou uma ‘ansiedade inconsciente’ paradoxal. Haverá mais sentido em empregar esses termos do que em falar de ‘instintos inconscientes’?

De fato, os dois casos não são idênticos. Em primeiro lugar, pode ocorrer que um impulso

afetivo ou emocional seja sentido mas mal interpretado. Devido à repressão de seu representante adequado, é forçado a ligar-se a outra idéia, sendo então considerado pela consciência como manifestação dessa idéia. Se restaurarmos a verdadeira conexão, chamaremos o impulso afetivo original de 'inconsciente'. Contudo, seu afeto nunca foi inconsciente; o que aconteceu foi que sua *idéia* sofreu repressão. Em geral, o emprego das expressões 'afeto inconsciente' e 'emoção inconsciente' refere-se a vicissitudes sofridas, em consequência da repressão, pelo fator quantitativo no impulso instintual. Sabemos que três dessas vicissitudes são possíveis: ou o afeto permanece, no todo ou em parte, como é; ou é transformado numa quota de afeto qualitativamente diferente, sobretudo em ansiedade; ou é suprimido, isto é, impedido de se desenvolver. (Essas possibilidades talvez possam ser estudadas mais facilmente na elaboração dos sonhos do que nas neuroses.) Sabemos, também, que suprimir o desenvolvimento do afeto constitui a verdadeira finalidade da repressão, e que seu trabalho ficará incompleto se essa finalidade não for alcançada. Em todos os casos em que a repressão consegue inibir o desenvolvimento de afetos, denominamos esses afetos (que restauramos quando desfazemos o trabalho da repressão) de 'inconscientes'. Assim, não se pode negar que o emprego das expressões em causa é coerente, embora, em comparação com idéias inconscientes, se verifique a importante diferença de que, após a repressão, idéias inconscientes continuam a existir como estruturas reais no sistema *Ics.*, ao passo que tudo o que naquele sistema corresponde aos afetos inconscientes é um início potencial impedido de se desenvolver. A rigor, então, e ainda que não se possa criticar o uso lingüístico, não existem afetos inconscientes da mesma forma que existem idéias inconscientes. Pode, porém, muito bem haver estruturas afetivas no sistema *Ics.*, que, como outras, se tornam conscientes. A diferença toda decorre do fato de que idéias são catexias - basicamente de traços de memória -, enquanto que os afetos e as emoções correspondem a processos de descarga, cujas manifestações finais são percebidas como sentimentos. No presente estado de nosso conhecimento a respeito dos afetos e das emoções, não podemos exprimir essa diferença mais claramente.

É de especial interesse para nós o estabelecimento do fato de que a repressão pode conseguir inibir um impulso instintual, impedindo-o de se transformar numa manifestação de afeto. Isso mostra que o sistema *Cs.* normalmente controla não só a afetividade como também o acesso à motilidade, e realça a importância da repressão, mostrando que ela resulta não apenas em reter coisas provenientes da consciência, mas igualmente em cercar o desenvolvimento do afeto e o desencadeamento da atividade muscular. Inversamente, também, podemos dizer que, enquanto o sistema *Cs.* controla a afetividade e a motilidade, a condição mental da pessoa em questão é considerada como normal. Não obstante, há uma diferença inconfundível na relação entre o sistema de controle e os dois processos contíguos de descarga. Enquanto que o controle do *Cs.* sobre a motilidade voluntária se acha firmemente enraizado, suporta regularmente a investida da neurose e só cessa na psicose, o controle do *Cs.* sobre o desenvolvimento dos afetos é menos seguro. Mesmo dentro dos

limites da vida normal podemos reconhecer que uma luta constante pela primazia sobre a afetividade prossegue entre os sistemas *Cs.* e *Ics.*, que certas camadas de influência são eliminadas de cada um deles e que ocorrem misturas entre as forças operativas.

A importância do sistema *Cs.* (*Pcs.*) no que se refere ao acesso à liberação do afeto e à ação, permite-nos também compreender o papel desempenhado pelas idéias substitutivas na determinação da forma assumida pela doença. É possível ao desenvolvimento do afeto proceder diretamente do sistema *Ics.*; nesse caso, o afeto sempre tem a natureza de ansiedade, pela qual são trocados todos os afetos ‘reprimidos’. Com freqüência, contudo, o impulso instintual tem de esperar até que encontre uma idéia substitutiva no sistema *Cs.* O desenvolvimento do afeto pode então provir desse substituto consciente e a natureza desse substituto determina o caráter qualitativo do afeto. Afirmamos [ver em [1]] que na repressão ocorre uma ruptura entre o afeto e a idéia à qual ele pertence, e que cada um deles então passa por vicissitudes isoladas. Descritivamente, isso é incontestável; na realidade, porém, o afeto, de modo geral, não se apresenta até que o irromper de uma nova apresentação no sistema *Cs.* tenha sido alcançado com êxito.

IV - TOPOGRAFIA E DINÂMICA DA REPRESSÃO

Chegamos à conclusão de que a repressão constitui essencialmente um processo que afeta as idéias na fronteira entre os sistemas *Ics.* e *Pcs.* (*Cs.*). Podemos fazer agora uma nova tentativa de descrever o processo com maiores detalhes.

Deve tratar-se de uma *retirada* da catexia; mas a questão é: em que sistema ocorre a retirada e a que sistema pertence a catexia retirada? A idéia reprimida permanece capaz de agir no *Ics.*, e deve, portanto, ter conservado sua catexia. O que foi retirado deve ter sido outra coisa. [ver em [1] e [2], adiante.] Tomemos o caso da repressão propriamente dita (‘pressão posterior’) [ver em [1]], quando afeta uma idéia pré-consciente ou mesmo consciente. Aqui, a repressão só pode consistir em retirar da idéia da catexia (pré)-consciente que pertence ao sistema *Pcs.* A idéia, portanto, ou permanece não catexizada, ou recebe a catexia do *Ics.*, ou retém a catexia do *Ics.* que já possuía. Assim, há uma retirada da catexia pré-consciente, uma retenção de catexia inconsciente, ou uma substituição da catexia pré-inconsciente por uma inconsciente. Notemos, além disso, que baseamos essas

reflexões (por assim dizer, intencionalmente) na suposição de que a transição do sistema *Ics.* para o sistema seguinte não se processa pela efetuação de um novo registro, mas por uma modificação em seu estado, uma alteração em sua catexia. Aqui, a hipótese funcional anulou facilmente a topográfica. [Ver, acima, em [1] e [2].]

Mas esse processo de retirada da libido não é suficiente para tornar compreensível uma outra característica da repressão. Não está clara a razão por que a idéia que permaneceu catexizada ou que recebeu a catexia do *Ics.*, não deve, em virtude de sua catexia, renovar a tentativa de penetrar no sistema *Pcs.* Se pudesse fazê-lo, a retirada da libido dessa idéia teria de ser repetida e o mesmo desempenho se processaria interminavelmente; o resultado, porém, não seria a repressão. Da mesma forma, quando se trata de descrever a repressão *primeva*, o mecanismo da retirada da catexia pré-consciente, que acabamos de examinar, deixaria de atender ao caso, pois aqui estamos lidando com uma idéia inconsciente que ainda não recebeu *qualquer* catexia do *Pcs.* e, portanto, não pode ter essa catexia retirada dela.

Necessitamos, por conseguinte, de outro processo que, no primeiro caso, mantenha a repressão [isto é, o caso da pressão posterior] e, no segundo [isto é, o da repressão *primeva*], assegure o seu estabelecimento e continuidade. Esse outro processo só pode ser encontrado mediante a suposição de uma *anticatexia*, por meio da qual o sistema *Pcs.* se protege da pressão que sofre por parte da idéia inconsciente. Veremos, por meio de exemplos clínicos, como tal *anticatexia*, atuando no sistema *Pcs.*, se manifesta. É isso que representa o permanente dispêndio [de energia] de uma repressão *primeva*, garantindo, igualmente, a permanência dessa repressão. A *anticatexia* é o único mecanismo da repressão *primeva*; no caso da repressão propriamente dita (‘pressão posterior’) verifica-se, além disso, a retirada da catexia do *Pcs.* É bem possível que seja precisamente a catexia retirada da idéia a utilizada para a *anticatexia*.

Vemos como gradativamente fomos levados a adotar um terceiro ponto de vista em nosso relato dos fenômenos psíquicos. Além dos pontos de vista dinâmico e topográfico [ver em [1]], adotamos o *econômico*. Este se esforça por levar até as últimas conseqüências as vicissitudes de quantidades de excitação e chegar pelo menos a uma estimativa *relativa* de sua magnitude.

Não será descabido dar uma denominação especial a essa maneira global de considerar nosso tema, pois ela é a consumação da pesquisa psicanalítica. Proponho que, quando tivermos conseguido descrever um processo psíquico em seus aspectos dinâmico, topográfico e econômico, passemos a nos referir a isso como uma apresentação *metapsicológica*. Devemos afirmar, de imediato, que no presente estado de nosso

conhecimento há apenas alguns pontos nos quais essa tarefa terá êxito.

Esforcemo-nos tentativamente por apresentar uma descrição metapsicológica do processo de repressão nas três neuroses de transferência que nos são familiares. Aqui podemos substituir 'catexia' por 'libido', porque, como sabemos, estaremos lidando com as vicissitudes dos impulsos sexuais.

Na histeria da ansiedade, uma primeira fase do processo é comumente desprezada e talvez, de fato, passe despercebida; mediante detida observação, contudo, ela pode ser claramente discernida. Consiste no surgimento da ansiedade sem que o indivíduo saiba o que teme. Devemos supor que determinado impulso amoroso se encontrava presente no *Ics.*, exigindo ser transposto para o sistema *Pcs.*; mas a catexia a ele dirigida a partir desse último sistema retrai-se do impulso (como se se tratasse de uma tentativa de fuga) e a catexia libidinal inconsciente da idéia rejeitada é descarregada sob a forma de ansiedade.

Por ocasião de uma repetição (caso haja repetição) desse processo, dá-se o primeiro passo no sentido de dominar o desenvolvimento importuno da ansiedade. A catexia [do *Pcs.*] que entrou em fuga se apegua a uma idéia substitutiva - que, por um lado, se relaciona por associação à idéia rejeitada e, por outro, escapa à repressão em vista de sua distância daquela idéia. Essa idéia substitutiva um 'substituto por deslocamento' [ver em [1]] - permite que o desenvolvimento, até então desinibido, da ansiedade seja racionalizado. Ela passa a desempenhar o papel de uma anticatexia para o sistema *Cs.* (*Pcs.*), protegendo-o contra uma emergência da idéia reprimida no *Cs.* Por outro lado, é, ou age como se fosse, o ponto de partida para a liberação do afeto revestido de ansiedade, que agora se tornou inteiramente desinibida. A observação clínica revela, por exemplo, que uma criança que sofre de uma fobia animal experimenta ansiedade sob duas condições: em primeiro lugar, quando seu impulso amoroso reprimido se intensifica e, em segundo, quando percebe o animal que teme. A idéia substitutiva atua, no primeiro caso, como um ponto em que há uma passagem através do sistema *Ics.* para o sistema *Cs.*, e, no outro, como uma fonte auto-suficiente para liberação da ansiedade. A extensa preponderância do sistema *Cs.* em geral se manifesta no fato de que a primeira dessas duas modalidades de excitação da idéia substitutiva dá cada vez mais lugar à segunda. A criança talvez possa vir a se comportar como se não tivesse absolutamente qualquer predileção pelo pai, tornando-se inteiramente livre dele, e como se seu medo do animal fosse um temor real - exceto, porém, se esse medo do animal, alimentado, como é, a partir de uma fonte instintual inconsciente, mostre ser inexorável e exagerado em face de todas as influências oriundas do sistema *Cs.* postas em ação, denunciando com isso sua derivação do sistema *Ics.* - Na segunda fase da histeria de ansiedade, portanto, a anticatexia proveniente do sistema *Cs.* leva à formação do substituto.

Em breve o mesmo mecanismo encontra nova aplicação. O processo de repressão, como sabemos, ainda não está completo, encontrando uma finalidade posterior na tarefa de inibir o desenvolvimento da ansiedade proveniente do substituto. Isto é alcançado pelo fato de que todo o ambiente associado da idéia substitutiva é catexizado com intensidade especial, exibindo, assim, um elevado grau de sensibilidade à excitação. A excitação de qualquer ponto dessa estrutura externa, dada sua ligação com a idéia substitutiva, deve, inevitavelmente, dar lugar a um ligeiro desenvolvimento da ansiedade; isso passa a ser utilizado como um sinal para inibir, por meio de uma nova fuga da catexia [do *Pcs.*], o progresso posterior do desenvolvimento da ansiedade. Quanto mais distantes do substituto temido as sensíveis e vigilantes anticatexias estiverem situadas, com maior precisão poderá funcionar o mecanismo destinado a isolar a idéia substitutiva e a protegê-la de novas excitações. Essas precauções, naturalmente, limitam-se a resguardar a idéia substitutiva de excitações que vêm de fora, através da percepção; nunca a protegem da excitação instintual, que alcança a idéia substitutiva a partir da direção de seu elo com a idéia reprimida. Assim, as preocupações não começam a atuar até que o substituto tenha assumido satisfatoriamente a representação do reprimido, e jamais podem atuar de maneira inteiramente fidedigna. A cada aumento da excitação instintual, a muralha protetora em torno da idéia substitutiva deve ser deslocada um pouco mais para fora. À totalidade dessa construção, que é erigida de forma análoga nas demais neuroses, denominamos *fobia*. A fuga de uma catexia consciente da idéia substitutiva se manifesta nas evitações, nas renúncias e nas proibições, por meio das quais reconhecemos a histeria de ansiedade.

Fazendo um levantamento de todo o processo, podemos dizer que a terceira fase repete o trabalho da segunda numa escala mais ampla. O sistema *Cs.* se defende agora da ativação da idéia substitutiva por meio de uma anticatexia do seu ambiente, da mesma maneira pela qual, anteriormente, se defendia da emergência da idéia reprimida por meio de uma catexia da idéia substitutiva. Desse modo, prossegue a formação de substitutos por deslocamento. Devemos também acrescentar que, embora o sistema *Cs.* só disponha, de início, de uma pequena área na qual o impulso instintual reprimido pode irromper, a saber, a idéia substitutiva, em última instância esse *enclave* da influência inconsciente se estende a toda a estrutura externa fóbica. Além disso, podemos dar ênfase à interessante consideração de que, pondo-se assim em ação todo o mecanismo defensivo, consegue-se projetar para fora o perigo instintual. O ego comporta-se como se o perigo de um desenvolvimento da ansiedade o ameaçasse, não a partir da direção de um impulso instintual, mas da direção de uma percepção, tornando-se assim capaz de reagir contra esse perigo externo através das tentativas de fuga representadas por evitações fóbicas. Nesse processo, a repressão é bem-sucedida num ponto particular: a liberação da ansiedade pode, até certo ponto, ser represada, mas somente à custa de um pesado sacrifício da liberdade pessoal. Via de regra, porém, as tentativas de fuga às exigências do instinto são inúteis, e, apesar de tudo, o resultado da fuga fóbica permanece insatisfatório.

Grande parte daquilo que verificamos na histeria de ansiedade também é válido para as duas outras neuroses, de modo que podemos limitar nosso exame a seus pontos de diferença e ao papel desempenhado pela anticatexia. Na histeria de conversão, a catexia instintual da idéia reprimida converte-se na inervação do sintoma. Até que ponto e em que circunstâncias a idéia inconsciente é esvaziada por essa descarga na inervação, de modo a suspender a pressão que exerce sobre o sistema *Cs.* - essas e outras perguntas semelhantes devem ser reservadas para uma investigação especial da histeria. Na histeria de conversão o papel desempenhado pela anticatexia proveniente do sistemas *Cs.* (*Pcs.*) é nítido e se torna manifesto na formação do sintoma. É a anticatexia que decide em que porção do representante instintual pode concentrar-se toda a catexia do último. A porção assim escolhida para ser um sintoma atende à condição de expressar a finalidade impregnada de desejo do impulso instintual, bem como os esforços defensivos ou punitivos do sistema *Cs.* na repressão não precisa ser tão grande quanto a mantida, de ambas as direções, como a idéia substitutiva na histeria de ansiedade. Dessa circunstância podemos concluir sem hesitação que a quantidade de energia despendida pelo sistema *Cs.* na repressão não precisa ser tão grande quanto a energia catexial do sintoma, pois a força da repressão é medida pela quantidade de anticatexia despendida, ao passo que o sintoma é sustentado não somente por essa anticatexia, como também pela catexia instintual oriunda do sistema *Ics.* que se acha condensada no sintoma.

Quanto à neurose obsessiva, só precisamos acrescentar às observações formuladas no artigo anterior [ver em [1] e segs.] que é aqui que a anticatexia proveniente do sistema *Cs.* se coloca da forma mais conspícua no primeiro plano. É isso que, organizado como uma formação de reação, provoca a primeira repressão, constituindo depois o ponto no qual a idéia reprimida irrompe. Podemos aventurar a suposição de que é devido à predominância da anticatexia e à ausência de descarga que o trabalho de repressão parece muito menos bem-sucedido na histeria de ansiedade e na neurose obsessiva do que na histeria de conversão.

V - AS CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS DO SISTEMA *Ics.*

A distinção que estabelecemos entre os dois sistemas psíquicos ganha novo significado quando observamos que os processos em um dos sistemas, o *Ics.*, apresentam características que não tornamos a encontrar no sistema imediatamente acima dele.

O núcleo do *Ics.* consiste em representantes instintuais que procuram descarregar sua catexia; isto é, consiste em impulsos carregados de desejo. Esses impulsos instintuais são coordenados entre si, existem lado a lado sem se influenciarem mutuamente, e estão isentos de contradição mútua. Quando dois impulsos carregados de desejo, cujas finalidades são aparentemente incompatíveis, se tornam simultaneamente ativos, um dos impulsos não reduz ou cancela o outro, mas os dois se combinam para formar uma finalidade intermediária, um meio-termo.

Não há nesse sistema lugar para negação, dúvida ou quaisquer graus de certeza: tudo isso só é introduzido pelo trabalho da censura entre o *Ics.* e o *Pcs.* A negação é um substituto, em grau mais elevado, da repressão. No *Ics.* só existem conteúdos catexizados com maior ou menor força.

As intensidades catexiais [no *Ics.*] são muito mais móveis. Pelo processo de deslocamento uma idéia pode ceder a outra toda a sua quota de catexia; pelo processo de *condensação* pode apropriar-se de toda a catexia de várias outras idéias. Propus que esses dois processos fossem considerados como marcos distintivos do assim denominado *processo psíquico primário*. No sistema *Pcs.* o *processo secundário* é dominante. Quando se permite que um processo primário siga seu curso em conexão com elementos que pertencem ao sistema *Pcs.*, ele parece ‘cômico’ e provoca o riso.

Os processos do sistema *Ics.* são *intemporais*; isto é, não são ordenados temporalmente, não se alteram com a passagem do tempo; não têm absolutamente qualquer referência ao tempo. A referência ao tempo vincula-se, mais uma vez, ao trabalho do sistema *Cs.*

Do mesmo modo os processos *Ics.* dispensam pouca atenção à *realidade*. Estão sujeitos ao princípio do prazer; seu destino depende apenas do grau de sua força e do atendimento às exigências da regulação prazer-desprazer.

Resumindo: *a isenção de contradição mútua, o processo primário (mobilidade das catexias), a intemporalidade e a substituição da realidade externa pela psíquica* - tais são as características que podemos esperar encontrar nos processos pertencentes ao sistema *Ics.*

Os processos inconscientes se tornam cognoscíveis por nós sob as condições de sonho e

neurose - vale dizer, quando os processos do sistema *Pcs.*, mais elevado, são levados de volta a uma fase anterior, a um nível mais baixo (pela regressão). Por si sós não são percebidos; na realidade, são até mesmo incapazes de conduzir sua existência, pois o sistema *Ics.* se acha muito prematuramente sobrecarregado pelo *Pcs.* que ganhou acesso à consciência e à motilidade. A descarga do sistema *Ics.* passa a inervação somática, que leva ao desenvolvimento do afeto; mas mesmo esse caminho da descarga é, conforme já vimos [ver em [1] e segs.], contestado pelo *Pcs.* Por si só, o sistema *Ics.* não seria capaz, em condições normais, de provocar quaisquer atos musculares adequados, à exceção dos já organizados como reflexos.

Só poderíamos apreciar a importância total das características do sistema *Ics.* acima descritas contrastando-as e comparando-as com as do sistema *Pcs.* Mas isso nos levaria para tão longe, que proponho que paremos mais uma vez e só empreendamos a comparação dos dois quando pudermos fazê-lo em relação com nossa apreciação do sistema mais elevado. Apenas os pontos mais prementes serão mencionados nessa fase.

Os processos do sistema *Pcs.* exibem - não importando se já são conscientes ou somente capazes de se tornarem conscientes - uma inibição da tendência de idéias catexizadas à descarga. Quando um processo passa de uma idéia para outra, a primeira idéia conserva uma parte de sua catexia e apenas uma pequena parcela é submetida a deslocamento. Os deslocamentos e as condensações, tais como ocorrem no processo primário, são excluídos ou bastante restringidos. Essa circunstância levou Breuer a presumir a existência de dois estados diferentes de energia catexial na vida mental: um em que a energia se acha tonicamente 'vinculada' e outro no qual é livremente móvel e pressiona no sentido da descarga. Em minha opinião, essa distinção representa a compreensão interna (*insight*) mais profunda que alcançamos até agora a respeito da natureza da energia nervosa, e não vejo como podemos evitar fazê-la. Uma apresentação metapsicológica exigiria com a máxima urgência um exame ulterior desse ponto, embora, talvez, isso fosse ainda um empreendimento muito ousado.

Além disso, cabe ao sistema *Pcs.* efetuar a comunicação possível entre os diferentes conteúdos ideacionais de modo que possam influenciar uns aos outros, a fim de dar-lhes uma ordem no tempo e estabelecer uma censura ou várias censuras; também o ‘teste da realidade’, bem como o princípio de realidade, se encontram em seu domínio. A lembrança consciente, outrossim, parece depender inteiramente do *Pcs.* Isso deve ser claramente distinguido dos traços de memória nos quais se fixam as experiências do *Ics.*, correspondendo provavelmente a um registro especial como o que propusemos (e depois rejeitamos) para explicar a relação entre as idéias conscientes e as inconscientes [ver em [1] e segs.]. Nesse sentido, também, encontramos meios para pôr termo a nossas oscilações quanto à designação do sistema mais elevado - sobre o qual até agora nos referimos de maneira indiferente, às vezes como *Pcs.*, às vezes como *Cs.*

A essa altura, também não será fora de propósito fazer uma advertência contra qualquer generalização apressada a respeito do que trouxemos à luz no tocante à distribuição das várias funções mentais entre os dois sistemas. Estamos descrevendo o estado de coisas tal como aparece no ser humano adulto, no qual o sistema *Ics.* só atua, rigorosamente falando, como uma fase preliminar da organização mais elevada. Qual é o conteúdo e quais são as ligações desse sistema durante o desenvolvimento do indivíduo, e, ainda, qual a importância que possui nos animais - são questões sobre as quais não se pode deduzir qualquer conclusão a partir de nossa descrição: devem ser investigadas independentemente. Além disso, devemos estar preparados para encontrar nos seres humanos possíveis condições patológicas sob as quais os dois sistemas alteram, ou mesmo permutam, tanto seu conteúdo como suas características.

VI - COMUNICAÇÃO ENTRE OS DOIS SISTEMAS

Seria não obstante errôneo imaginar que o *Ics.* permanece em repouso enquanto todo o trabalho da mente é realizado pelo *Pcs.* - que o *Ics.* é algo liquidado, um órgão vestigial, um resíduo do processo de desenvolvimento. Também é errôneo supor que a comunicação entre os dois sistemas se acha confinada ao ato de repressão, com o *Pcs.* lançando tudo que lhe parece perturbador no abismo do *Ics.* Pelo contrário, o *Ics.* permanece vivo e capaz de desenvolvimento, mantendo grande número de outras relações com o *Pcs.*, entre as quais a da cooperação. Em suma, deve-se dizer que o *Ics.* continua naquilo que conhecemos como

derivados, que é acessível às impressões da vida, que influencia constantemente o *Pcs.*, e que, por sua vez, está inclusive sujeito à influência do *Pcs.*

O estudo dos derivados do *Ics.* desapontará inteiramente nossas expectativas quanto a uma distinção esquematicamente nítida entre os dois sistemas psíquicos. Isso, sem dúvida, provocará insatisfação no que diz respeito a nossos resultados e, provavelmente, será utilizado para lançar dúvidas sobre o valor do modo pelo qual dividimos os processos psíquicos. Respondemos, porém, que não temos outra finalidade senão a de traduzir em teoria os resultados da observação, e negamos que haja qualquer obrigação de nossa parte de alcançar em nossa primeira tentativa uma teoria completa que se recomende por sua simplicidade. Defenderemos as complicações de nossa teoria enquanto verificarmos que atendem aos resultados da observação, e não abandonaremos nossas expectativas quanto a chegarmos, no final, por meio dessas próprias complicações, à descoberta de um estado de coisas que, embora simples em si, possa explicar todas as complicações da realidade.

Entre os derivados dos impulsos instintuais do *Ics.*, do tipo que descrevemos, existem alguns que reúnem em si características de uma espécie oposta. Por um lado, são altamente organizados, livres de autocontradição, tendo usado todas as aquisições do sistema *Cs.*, dificilmente distinguindo-se, a nosso ver, das formações daquele sistema. Por outro, são inconscientes e incapazes de se tornarem conscientes. Assim, *qualitativamente* pertencem ao sistema *Pcs.*, mas *factualmente*, ao *Ics.* É sua origem que decide seu destino. Podemos compará-los a indivíduos de raça mestiça que, num apanhado geral, se assemelham a brancos, mas que traem sua ascendência de cor por uma ou outra característica marcante, sendo, por causa disso, excluídos da sociedade, deixando de gozar dos privilégios dos brancos. Essa é a natureza das fantasias de pessoas normais, bem como de neuróticas, fantasias que reconhecemos como sendo etapas preliminares da formação tanto dos sonhos como dos sintomas e que, apesar de seu alto grau de organização, permanecem reprimidas, não podendo, portanto, tornar-se conscientes. Aproximam-se da consciência e permanecem imperturbadas enquanto não dispõem de uma catexia intensa, mas, tão longo excedem certo grau de catexia, são lançadas para trás. As formações substitutivas também são derivados altamente organizados do *Ics.* desse tipo; mas, em circunstâncias favoráveis, conseguem irromper até a consciência - por exemplo, caso unam suas forças com uma anticatexia proveniente do *Pcs.*

Quando, em outro lugar, examinarmos mais detidamente as precondições para se tornarem conscientes, seremos capazes de encontrar uma solução para algumas das dificuldades que surgem nesse ponto. No presente momento, parece um bom plano olhar as coisas sob o ângulo da consciência, em contraste com nossa abordagem prévia, que ascendia a partir do *Ics.* Para a consciência, toda a soma dos processos psíquicos se apresenta como o domínio

do pré-consciente. Grande parte desse pré-consciente origina-se no inconsciente, tem a natureza dos seus derivados e está sujeita a censura antes de poder tornar-se consciente. Outra parte do *Pcs.* é capaz de se tornar consciente sem qualquer censura. Aqui, chegamos a uma contradição de uma suposição anterior. Ao ventilarmos o assunto da repressão fomos obrigados a situar a censura, que é decisiva para o processo de conscientização, entre os sistemas *Ics.* e *Pcs.* [ver em [1]]. Agora, passa a ser provável que haja uma censura entre o *Pcs.* e o *Cs.* Não obstante, faremos bem em não considerarmos essa complicação como uma dificuldade, mas em presumirmos que, a cada transição de um sistema para o que se encontra imediatamente acima dele (isto é, cada passo no sentido de uma etapa mais elevada da organização psíquica), corresponde uma nova censura. Isso, pode-se observar, elimina a suposição de uma armazenagem contínua de novos registros [ver em [1]].

A razão de ser de todas essas dificuldades reside na circunstância de que o atributo de ser consciente, única característica dos processos psíquicos que nos é diretamente apresentada, de forma alguma se presta a servir de critério para a diferenciação de sistemas. [ver em [1], acima.] Independentemente do fato de o consciente nem sempre ser consciente, mas também às vezes latente, a observação tem demonstrado que grande parte daquilo que partilha das características do sistema *Pcs.* não se torna consciente; além disso, sabemos que o ato de se tornar consciente depende de que a atenção do *Pcs.* esteja voltada para certas direções. Por isso a consciência não se situa numa relação simples, quer com os diferentes sistemas, quer com a repressão. A verdade é que não é apenas o psiquicamente reprimido que permanece alheio à consciência, mas também alguns dos impulsos que dominam nosso ego - algo, portanto, que forma a mais forte das antíteses funcionais ao reprimido. Quanto mais procuramos encontrar nosso caminho para uma concepção metapsicológica da vida mental, mais devemos aprender a nos emancipar da importância do sistema de 'ser consciente'.

Enquanto ainda nos apegarmos a essa crença, veremos nossas generalizações regularmente desfeitas por exceções. Por um lado, verificamos que derivados do *Ics.* se tornam conscientes na qualidade de formações e sintomas substitutivos - em geral, é verdade, depois de terem sofrido grande distorção em confronto com o inconsciente, embora conservando freqüentemente muitas características que exigem repressão. Por outro lado, verificamos que numerosas formações pré-conscientes permanecem inconscientes, embora devêssemos esperar que, por sua natureza, pudessem muito bem ter-se tornado conscientes. Provavelmente, no último caso a atração mais forte do *Ics.* está-se afirmando. Somos levados a procurar a distinção mais importante como estando situada, não entre o consciente e o pré-consciente, mas entre o pré-consciente e o inconsciente. O *Ics.* é rechaçado, na fronteira do *Pcs.*, pela censura, mas os derivados do *Ics.* podem contornar essa censura, atingir um alto grau de organização e alcançar certa intensidade de catexia no *Pcs.* Quando, contudo, essa intensidade é ultrapassada e eles tentam forçar sua passagem para a

consciência, são reconhecidos como derivados do *Ics.* e outra vez reprimidos na fronteira da censura, entre o *Pcs.* e o *Cs.* Assim, a primeira dessas censuras é exercida contra o próprio *Ics.*, e a segunda, contra os seus derivados do *Pcs.* Poder-se-ia supor que no decorrer do desenvolvimento individual a censura deu um passo à frente.

No tratamento psicanalítico fica provada, sem sombra de dúvida, a existência da segunda censura, localizada entre os sistemas *Pcs.* e *Cs.* Pedimos ao paciente que forme numerosos derivados do *Ics.*, fazemos com que ele se comprometa a superar as objeções da censura a essas formações pré-conscientes que se tornam conscientes, e, pondo abaixo *essa* censura, desbravamos o caminho para ab-rogação da repressão realizada pela *anterior*. A isso acrescentemos que a existência da censura entre o *Pcs.* e o *Cs.* nos ensina que o tornar-se consciente não constitui um mero ato de percepção, sendo provavelmente também uma *hipercatexia*, um avanço ulterior na organização psíquica.

Voltemos às comunicações entre o *Ics.* e os outros sistemas, menos para estabelecer algo de novo do que para evitar a omissão daquilo que é mais proeminente. Nas raízes da atividade instintual, os sistemas se comunicam entre si mais extensivamente. Uma parcela dos processos que lá são excitados passa através do *Ics.*, como que por uma etapa preparatória e atinge o desenvolvimento psíquico mais elevado no *Cs.*; outra parcela é retida como *Ics.* Mas o *Ics.* é também afetado por experiências oriundas da percepção externa. Normalmente, todos os caminhos desde a percepção até o *Ics.* permanecem abertos e só os que partem do *Ics.* estão sujeitos ao bloqueio pela repressão.

Constitui fato marcante que o *Ics.* de um ser humano possa reagir ao de outro, sem passar através do *Cs.* Isso merece uma investigação mais detida, principalmente com o fim de descobrir se podemos excluir a atividade pré-consciente do desempenho de um papel nesse caso; descritivamente falando, porém, o fato é incontestável. [Cf. um exemplo disso em Freud, 1913i.]

O conteúdo do sistema *Pcs.* (ou *Cs.*) deriva em parte da vida instintual (por intermédio do *Ics.*) e em parte da percepção. Desconhecemos até que ponto os processos desse sistema podem exercer influência direta sobre o *Ics.*; o exame de casos patológicos muitas vezes revela uma incrível independência e uma falta de suscetibilidade à influência por parte do *Ics.* Uma completa divergência de suas tendências, uma total separação dos dois sistemas, é o que acima de tudo caracteriza uma condição de doença. Não obstante, o tratamento

psicanalítico se baseia numa influência do *Ics.* a partir da direção do *Cs.*, e pelo menos demonstra que, embora se trate de uma tarefa laboriosa, não é impossível. Os derivados do *Ics.* que agem como intermediários entre os dois sistemas desvendam o caminho, conforme já dissemos [ver em [1]], para que isso se realize. Contudo, podemos presumir com segurança que uma alteração espontaneamente efetuada no *Ics.* a partir da direção do *Cs.* constitui um processo difícil e lento.

A cooperação entre um impulso pré-consciente e um inconsciente, mesmo quando o segundo é intensamente reprimido, pode ocorrer caso haja uma situação na qual o impulso inconsciente possa atuar no mesmo sentido que um impulso de uma das tendências dominantes. Nessa circunstância, a repressão é removida e a atividade reprimida é admitida como reforço da atividade pretendida pelo ego. O inconsciente torna-se ego-sintônico no tocante a essa conjunção isolada, sem que ocorra qualquer outra modificação em sua repressão. Nessa cooperação, a influência do *Ics.* é inconfundível: as tendências reforçadas se revelam como sendo, não obstante, diferente do normal; possibilitam um funcionamento especial mente perfeito e manifestam, em face da oposição, uma resistência semelhante à oferecida por exemplo, pelos sintomas obsessivos.

O conteúdo do *Ics.*, pode ser comparado à presença de uma população aborígine na mente. Se existem no ser humano formações mentais herdadas - algo análogo ao instinto nos animais -, elas constituem o núcleo do *Ics.* Depois, junta-se a elas o que foi descartado durante o desenvolvimento da infância como sendo inútil; e isso não precisa diferir, em sua natureza, daquilo que é herdado. Em geral, uma divisão acentuada e final entre o conteúdo dos dois sistemas não ocorre até a puberdade.

VII - AVALIAÇÃO DO INCONSCIENTE

O que reunimos nas apreciações precedentes é provavelmente tudo que podemos dizer sobre o *Ics.*, enquanto nos limitamos a extrair nossos conhecimentos da vida onírica das neuroses de transferência. Por certo não é muito e em alguns pontos dá a impressão de obscuridade e confusão, sendo que, acima de tudo, não nos oferece qualquer possibilidade de coordenar ou de fundir o *Ics.* em um contexto com o qual já estejamos familiarizados. Só a análise de uma das afecções que denominamos de psiconeurose narcisista promete proporcionar-nos concepções através das quais o enigmático *Ics.* ficará mais ao nosso

alcance, tornando-se, por assim dizer, tangível.

Desde a publicação de uma obra de Abraham (1908) - atribuída por esse consciencioso escritor à minha instigação -, tentamos basear nossa caracterização da '*dementia praecox*' de Kraepelin ('esquizofrenia' de Bleuler) em sua posição relativa à antítese entre ego e objeto. Nas neuroses de transferência (histeria de ansiedade, histeria de conversão e neurose obsessiva) nada havia que desse especial proeminência a essa antítese. Sabíamos, realmente, que a frustração quanto ao objeto acarreta a irrupção da neurose e que esta envolve uma renúncia ao objeto real; sabíamos também que a libido que é retirada do objeto real reverte primeiro a um objeto fantasiado e então a um objeto reprimido (introversão). Mas nessas perturbações a catexia objetual geralmente é retida com grande energia, e um exame mais pormenorizado do processo de repressão nos obrigou a presumir que a catexia objetual persiste no sistema *Ics.* apesar da repressão - ou antes, em conseqüência desta. [ver em [1]] Na realidade, a capacidade de transferência, que usamos com propósitos terapêuticos nessas afecções, pressupõe uma catexia objetual inalterada.

No caso da esquizofrenia, por outro lado, fomos levados à suposição de que, após o processo de repressão, a libido que foi retirada não procura um novo objeto e refugia-se no ego; isto é, que aqui as catexias objetais são abandonadas, restabelecendo-se uma primitiva condição de narcisismo de ausência de objeto. A incapacidade de transferência desses pacientes (até onde o processo patológico se estende), sua conseqüente inacessibilidade aos esforços terapêuticos, seu repúdio característico ao mundo externo, o surgimento de sinais de uma hipercatexia do seu próprio ego, o resultado final de completa apatia - todas essas características clínicas parecem concordar plenamente com a suposição de que suas catexias objetais foram abandonadas. Quanto à relação dos dois sistemas psíquicos entre si, todos os observadores se surpreendem com o fato de que muito do que é expresso na esquizofrenia como sendo consciente, nas neuroses de transferência só pode revelar sua presença no *Ics.* através da psicanálise. De início, porém, não fomos capazes de estabelecer qualquer conexão inteligível entre a relação do objeto do ego e as relações da consciência.

O que procuramos parece apresentar-se da seguinte, e inesperada, maneira. Nos esquizofrênicos observamos - especialmente nas etapas iniciais, tão instrutivas - grande número de modificações na *fala*, algumas das quais merecem ser consideradas de um ponto de vista particular. Frequentemente, o paciente devota especial cuidado a sua maneira de se expressar, que se torna 'afetada' e 'preciosa'. A construção de suas frases passa por uma desorganização peculiar, que as torna incompreensíveis para nós, a ponto de suas observações parecerem disparatadas. Referências a órgãos corporais ou a inervações quase sempre ganham proeminência no conteúdo dessas observações. A isso pode-se acrescentar o fato de que, em tais sintomas da esquizofrenia, em comparação com as formações substitutivas de histeria ou de neurose obsessiva, a relação entre o substituto e o material reprimido, não obstante, exhibe peculiaridades que nos surpreenderiam nessas duas formas de

neuroses.

O Dr. Victor Tausk, de Viena, pôs à minha disposição algumas observações que fez nas etapas iniciais da esquizofrenia de um paciente, particularmente valiosas, visto que a própria paciente se prontificava a explicar suas manifestações orais. Lançarei mão de dois dos seus exemplos para ilustrar o conceito que desejo formular, e não tenho dúvida de que todo observador poderia apresentar material abundante dessa natureza.

Uma paciente de Tausk, uma moça levada à clínica após uma discussão com o amante, queixou-se de que *seus olhos não estavam direitos, estavam tortos*. Ela mesma explicou o fato, apresentando, em linguagem coerente, uma série de acusações contra o amante. ‘De forma alguma ela conseguia compreendê-lo, a cada vez ele parecia diferente; era hipócrita, um entortador de olhos, ele tinha entortado os olhos dela; agora ela tinha olhos tortos; não eram mais os olhos dela; agora via o mundo com olhos diferentes.’

Os comentários da paciente sobre sua observação ininteligível têm o valor de uma análise, pois contêm o equivalente à observação expressa numa forma geralmente compreensível. Lançam luz ao mesmo tempo sobre o significado e sobre a gênese da formação de palavras esquizofrênicas. Concordo com Tausk quando ressalta nesse exemplo que a relação da paciente com o órgão corporal (o olho) arrogou-se a si a representação de todo o conteúdo [dos pensamentos dela]. Aqui a manifestação oral esquizofrênica exhibe uma característica hipocondríaca: tornou-se *‘fala do órgão’*.

A mesma paciente fez uma segunda comunicação: ‘Ela estava de pé na igreja. De súbito sentiu um solavanco: teve de *mudar de posição, como se alguém a estivesse pondo numa posição, como se ela estivesse sendo posta numa certa posição.*’

Veio então a análise disso através de uma nova série de acusações contra o amante. ‘Ele era vulgar, ele a tornara vulgar também, embora ela fosse naturalmente requintada. Ele a fizera igual a ele, levando-a a pensar que era superior a ela; agora ela se tornara igual a ele, porque ela pensava que seria melhor para ela se fosse igual a ele. Ele *dera uma falsa impressão da posição dele*; agora ela era igual a ele’ (por identificação), ‘ele a *pusera numa falsa posição*’.

O movimento físico de ‘mudar-lhe a posição’, observa Tausk, retratava as palavras ‘pondo-a numa falsa posição’ e sua identificação com o amante. Gostaria de chamar a atenção mais uma vez para o fato de que todo encadeamento de pensamento é dominado pelo elemento que possui como conteúdo uma inervação do corpo (ou, antes, a sensação dela). Além disso, no primeiro exemplo, uma histérica teria, *de fato*, entortado convulsivamente os

olhos, e, no segundo, dado solavancos, em vez de ter o *impulso* para agir dessa forma ou a *sensação* de agir dessa forma; e em nenhum dos dois casos ela teria tido quaisquer pensamentos conscientes concomitantes, nem teria sido capaz de expressar quaisquer pensamentos depois.

Essas duas observações, então, atuam a favor do que denominamos de fala hipocondríaca ou de ‘fala do órgão’. Mas, e isso nos parece mais importante, também apontam para outra coisa, da qual conhecemos inúmeros casos (por exemplo, os casos coligidos na monografia de Bleuler [1911]), que podem ser reduzidos a uma fórmula definida. Na esquizofrenia, as *palavras* estão sujeitas a um processo igual ao que interpreta as imagensoníricas dos pensamentos oníricos latentes - que chamamos de processo psíquico primário. Passam por uma condensação, e por meio de deslocamento transferem integralmente suas catexias de umas para as outras. O processo pode ir tão longe, que uma única palavra, se for especialmente adequada devido a suas numerosas conexões, assume a representação de todo um encadeamento de pensamento. As obras de Bleuler, de Jung e de seus discípulos oferecem grande quantidade de material que apóia particularmente essa assertiva.

Antes de tirarmos qualquer conclusão de impressões como essas, consideremos ainda as distinções entre a formação de substitutos na esquizofrenia, por um lado, e na histeria e neurose obsessiva, por outro - distinções sutis que, não obstante, causam uma estranha impressão. Um paciente, que no momento tenho sob observação, permitiu-se ficar afastado de todos os interesses da vida em virtude do mau estado da pele de seu rosto. Afirma ter cravos e profundos orifícios no rosto que todo mundo nota. A análise demonstra que ele faz da pele o palco de seu complexo de castração. De início, atacava esses cravos sem piedade e ficava muito satisfeito ao espreme-los, porque, como dizia, algo esguichava quando o fazia. Começou então a pensar que surgia uma profunda cavidade cada vez que se livrava de um cravo, e se censurava com a maior veemência por ter arruinado a pele para sempre ‘por não saber deixar as mãos sossegadas’. Espremer o conteúdo dos cravos é para ele, nitidamente, um substituto da masturbação. A cavidade que então surge por sua culpa é o órgão genital feminino, isto é, a realização da ameaça de castração (ou a fantasia que representa essa ameaça) provocada pela sua masturbação. Essa formação substitutiva, apesar de seu caráter hipocondríaco, assemelha-se consideravelmente a uma conversão histérica; contudo, temos a sensação de que algo diferente deve estar ocorrendo aqui, que uma formação substitutiva como essa não pode ser atribuída à histeria, mesmo antes que possamos dizer em que consiste a diferença. Uma cavidade tão minúscula como um poro de pele dificilmente seria utilizada por um histérico como símbolo da vagina, símbolo este que, de outra forma, ele está pronto para comparar com todo objeto imaginável que encerre um espaço oco. Além disso, devemos esperar que a multiplicidade dessas pequenas cavidades o impeça de empregá-las como substituto do órgão genital feminino. A mesma coisa se aplica ao caso de um paciente jovem encaminhado por Tausk há alguns anos à Sociedade Psicanalítica de Viena. Esse paciente se comportava, sob outros aspectos, exatamente como

se sofresse de uma neurose obsessiva; levava horas para tomar banho e se vestir, e assim por diante. Tornou-se observável, contudo, que ele era capaz de fornecer o significado de suas inibições sem qualquer resistência. Ao calçar as meias, por exemplo, ficava perturbado pela idéia de que ia separar os pontos da malha, isto é, os furos, e para ele cada furo era um símbolo do orifício genital feminino. Isso, mais uma vez, é algo que não podemos atribuir a um neurótico obsessivo. Reitler observou um paciente desse último tipo, que também sofria por ter de levar muito tempo para calçar as meias; esse homem, após superar suas resistências, encontrou a explicação de que seu pé simbolizava um pênis, que calçar a meia representava um ato masturbatório, e que ele tinha de ficar a botar e tirar a meia, em parte para completar o quadro da masturbação, em parte para desfazer esse ato.

Se perguntarmos o que é que empresta o caráter de estranheza à formação substitutiva e ao sintoma na esquizofrenia, compreenderemos finalmente que é a predominância do que tem a ver com as palavras sobre o que tem que ver com as coisas. Até onde se pode perceber, existe apenas uma similaridade muito pequena entre o espremer um cravo e uma emissão do pênis, e ela é ainda menor entre os inúmeros poros rasos da pele e a vagina; mas no primeiro caso há, em ambos os exemplos, um ‘esguicho’, enquanto que, no último, o cínico ditado ‘um buraco é um buraco’ é verdadeiro em seu sentido verbal. O que dita a substituição não é a semelhança entre as coisas denotadas, mas a uniformidade das palavras empregadas para expressá-las. Onde as duas - palavras e coisas - não coincidem, a formação de substitutos na esquizofrenia diverge do que ocorre nas neuroses de transferência.

Se agora pusermos essa descoberta ao lado da hipótese de que na esquizofrenia as catexias objetais são abandonadas, seremos obrigados a modificar a hipótese, acrescentando que a catexia das apresentações da *palavra* de objetos é retida. O que livremente denominamos de apresentação consciente do objeto pode agora ser dividido na apresentação da *palavra* e na apresentação da *coisa*; a última consiste na catexia, se não das imagens diretas da memória da coisa, pelo menos de traços de memória mais remotos derivados delas. Agora parece que sabemos de imediato qual a diferença entre uma apresentação consciente e uma inconsciente [ver em [1]]. As duas não são, como supúnhamos, registros diferentes do mesmo conteúdo em diferentes localidades psíquicas, nem tampouco diferentes estados funcionais de catexias na mesma localidade; mas a apresentação consciente abrange a apresentação da coisa mais a apresentação da palavra que pertence a ela, ao passo que a apresentação inconsciente é a apresentação da coisa apenas. O sistema *Ics.* contém as catexias da coisa dos objetos, as primeiras e verdadeiras catexias objetais; o sistema *Pcs.* ocorre quando essa apresentação da coisa é hipercatexizada através da ligação com as apresentações da palavra que lhe correspondem. São essas hipercatexias, podemos supor, que provocam uma organização psíquica mais elevada, possibilitando que o processo primário seja sucedido pelo processo secundário, dominante no *Pcs.* Ora, também estamos em condições de declarar precisamente o que é que

a repressão nega à apresentação rejeitada nas neuroses de transferência [ver em [1]]: o que ele nega à apresentação é a tradução em palavras que permanecerá ligada ao objeto. Uma apresentação que não seja posta em palavras, ou um ato psíquico que não seja hipercatexizado, permanece a partir de então no *Ics.* em estado de repressão.

Gostaríamos de ressaltar que já dispomos há algum tempo da compreensão interna (*insight*) que hoje nos permite entender uma das características mais impressionantes da esquizofrenia. Nas últimas páginas de *A Interpretação de Sonhos*, publicada em 1900, foi desenvolvido o conceito de que os processos do pensamento, isto é, os atos de catexia que se acham relativamente distantes da percepção, são em si mesmos destituídos de qualidade e inconscientes, e só atingem sua capacidade para se tornarem conscientes através de ligação com os resíduos de percepções de *palavras*. Mas as apresentações da palavra, também, por seu lado, se originam das percepções sensoriais, da mesma forma que as apresentações da coisa; poder-se-ia, portanto, perguntar por que as apresentações de objetos não podem tornar-se conscientes por intermédio de seus *próprios* resíduos perceptivos. Provavelmente, contudo, o pensamento prossegue em sistemas tão distantes dos resíduos perceptivos originais, que já não retêm coisa alguma das qualidades desses resíduos, e, para se tornarem conscientes, precisam ser reforçados por novas qualidades. Além disso, estando ligadas a palavras, as catexias podem ser dotadas de qualidade mesmo quando representem apenas *relações* entre apresentações de objetos, sendo assim incapazes de extrair qualquer qualidade das percepções. Tais relações, que só se tornam compreensíveis através de palavras, constituem uma das principais partes dos nossos processos do pensamento. Como podemos ver, estar ligado às apresentações da palavra ainda não é a mesma coisa que tornar-se consciente, mas limita-se a possibilitar que isso aconteça; é, portanto, algo característico do sistema *Pcs.*, e somente desse sistema. Com essas apreciações, contudo, evidentemente nos afastamos de nosso assunto propriamente dito e mergulhamos em problemas concernentes ao pré-consciente e ao consciente, que por boas razões estamos reservando para uma apreciação isolada.

Quanto à esquizofrenia, que apenas abordamos na medida em que parece indispensável a uma compreensão geral do *Ics.*, devemos indagar se o processo denominado aqui de repressão tem alguma coisa em comum com a repressão que se verifica nas neuroses de transferência. A fórmula segundo a qual a repressão é um processo que ocorre entre os sistemas *Ics.* e *Pcs.* (ou *Cs.*), resultando em manter-se algo à distância da consciência [ver em [1]], deve, de qualquer maneira, ser modificada, a fim de também poder incluir o caso da demência precoce e outras afecções narcisistas. Mas a tentativa de fuga do ego, que se expressa na retirada da catexia consciente, permanece, não obstante, um fator comum [às duas classes de neurose]. A mais superficial das reflexões nos revela quão mais radical e profundamente essa tentativa de fuga, essa fuga do ego, é posta em funcionamento nas neuroses narcisistas.

Se, na esquizofrenia, essa fuga consiste na retirada da catexia instintual dos pontos que representam a apresentação *inconsciente* do objeto, pode parecer estranho que a parte da apresentação desse objeto pertencente ao sistema *Pcs.* - a saber, as apresentações da palavra que lhe correspondem - deva, pelo contrário, receber uma catexia mais intensa. Deveríamos antes esperar que a apresentação da palavra, sendo a parte pré-consciente, tivesse de suportar o primeiro impacto da repressão e fosse totalmente incatexizável depois que a repressão tivesse chegado às apresentações inconscientes da coisa. Isso, é verdade, é algo difícil de compreender. Acontece que a catexia da apresentação da palavra não faz parte do ato de repressão, mas representa a primeira das tentativas de recuperação ou de cura que tão manifestamente dominam o quadro clínico da esquizofrenia. Essas tentativas são dirigidas para a recuperação do objeto perdido, e pode ser que, para alcançar esse propósito, enveredem por um caminho que conduz ao objeto através de sua parte verbal, vendo-se então obrigadas a se contentar com palavras em vez de coisas. É uma verdade geral que nossa atividade mental se movimenta em duas direções opostas: ou parte dos instintos e passa através do sistema *Ics.* até a atividade de pensamento consciente, ou, começando com uma instigação de fora, passa através do sistema *Cs.* e do *Pcs.* até alcançar as catexias do *Ics.* do ego e dos objetos. Esse segundo caminho deve, apesar da repressão que ocorre, continuar percorrível, e permanece, até certo ponto, aberto aos esforços envidados pela neurose para recuperar seus objetos. Quando pensamos em abstrações, há o perigo de que possamos negligenciar as relações de palavras com as apresentações inconscientes da coisa, devendo-se externar que a expressão e o conteúdo do nosso filosofar começam então a adquirir uma semelhança desagradável com a modalidade de operação dos esquizofrênicos. Podemos, por outro lado, tentar uma caracterização da modalidade de pensamento do esquizofrênico dizendo que ele trata as coisas concretas como se fossem abstratas.

Se é que fizemos uma verdadeira apreciação da natureza do *Ics.* e se definimos corretamente a diferença entre uma apresentação pré-consciente e uma inconsciente, então, inevitavelmente, nossas pesquisas nos trarão, de numerosos outros pontos, de volta para essa mesma compreensão interna (*insight*).

APÊNDICE A: FREUD E EWALD HERING

Dentre os professores de Freud em Viena figurava o fisiólogo Ewald Hering (1834-1918),

que, conforme sabemos pelo Dr. Jones (1953-244), ofereceu ao jovem um cargo como seu assistente em Praga em 1884. Um episódio ocorrido cerca de quarenta anos depois parece sugerir, como Ernst Kris (1956) ressaltou, que a influência de Hering pode ter contribuído para a formação dos conceitos de Freud sobre o inconsciente. (ver acima em [1].) Em 1880, Samuel Butler publicou *Unconscious Memory*. Esse trabalho abrangia a tradução de uma conferência pronunciada por Hering em 1870. ‘Uber das Gedächtnis als eine allgemeine Funktion der organisierten Materie’ (‘Sobre a Memória como uma Função Universal da Matéria Organizada’), com a qual Butler concordou de maneira geral. Um livro intitulado *The Unconscious*, de Israel Levine, veio a lume na Inglaterra em 1923; e uma tradução alemã do mesmo, feita por Anna Freud, apareceu em 1926. Uma seção dessa obra, contudo (Parte I, Seção 13), que trata de Samuel Butler, foi traduzida pelo próprio Freud. O autor, Levine, embora mencionasse a conferência de Hering, estava mais preocupado com Butler do que com Hering, e, em relação a isso (na pág. 34 da tradução alemã), Freud acrescentou uma nota de rodapé do seguinte teor:

‘Os leitores alemães, familiarizados com essa conferência de Hering e considerando-a uma obra-prima, não estariam, naturalmente, inclinados a colocar em primeiro plano as considerações de Butler, que nela se basearam. Além disso, encontramos em Hering algumas observações pertinentes, que concedem à psicologia o direito de presumir a existência da atividade mental inconsciente: “Quem poderia esperar desemaranhar a tessitura de nossa vida interior, com suas complexidades multifárias, se estivéssemos dispostos a acompanhar seus fios somente até o ponto em que atravessam a consciência?... Cadeias como essas, de processos nervosos de material inconsciente, que terminam num elo acompanhado de uma percepção consciente, foram descritas como ‘encadeamentos inconscientes de idéias’ e ‘inferências inconscientes’; e, do ponto de vista da psicologia, isso pode ser justificado, pois a mente quase sempre escaparia por entre os dedos da psicologia, se esta se recusasse a manter uma garra sobre os estados inconscientes da mente.” [Hering, 1870, 11 e 13.]’

APÊNDICE B: PARALELISMO PSICOFÍSICO

[Ressaltou-se acima (ver em [1]) que os conceitos emitidos anteriormente sobre a relação entre a mente e o sistema nervoso foram grandemente influenciados por Hughlings-Jackson. Isso é indicado de maneira específica pelo trecho que se segue, extraído de sua monografia sobre afasia (1891b, 56-8). É especialmente instrutivo comparar as últimas frases sobre o tema de lembranças latentes com a posição ulterior de Freud. A fim de preservar a uniformidade da terminologia, fez-se nova tradução.]

Após essa digressão retornamos à consideração da afasia. Podemos recordar que, à base dos ensinamentos de Meynert, se desenvolveu a teoria de que o aparelho fonador consiste em centros corticais distintos, em cujas células se encontram as apresentações da palavra, estando esses centros separados por uma região cortical desprovida de função, ligados por fibras brancas (fascículos associativos). De imediato, pode-se levantar a questão de saber se uma hipótese dessa natureza, que abarca apresentações em células nervosas, pode de algum modo ser correta e permissível. Penso que não.

A tendência da medicina em períodos anteriores era a de localizar faculdades mentais inteiras, conforme definidas pela nomenclatura psicológica, em certas regiões do cérebro. Em contraste, portanto, não podia deixar de parecer um grande avanço o fato de Wernick ter declarado que somente os elementos psíquicos mais simples, as diferentes apresentações sensoriais, poderiam legitimamente ser localizadas - localizadas na terminação central do nervo periférico que recebeu a impressão. Contudo, não estaremos, em princípio, cometendo o mesmo erro, tentando localizar ou um conceito complicado, ou toda uma atividade mental, ou um elemento psíquico? Será que se justifica tomar uma fibra nervosa - que em toda a extensão de seu curso é uma estrutura puramente fisiológica, sujeita a modificações puramente fisiológicas -, mergulhar-lhe a extremidade na esfera da mente, e ajustar essa extremidade a uma apresentação ou a uma imagem mnêmica? Se a 'vontade', a 'inteligência', e assim por diante, foram reconhecidas como termos técnicos psicológicos aos quais correspondem estados de coisas muito complicados no mundo fisiológico, será que nos podemos sentir um pouco mais seguros quanto ao fato de que uma 'simples apresentação sensorial' não passa de uma expressão técnica do mesmo tipo?

É provável que a cadeia de eventos fisiológicos do sistema nervoso não esteja numa ligação causal com os eventos psíquicos. Os eventos fisiológicos não cessam tão logo se iniciam os psíquicos; ao contrário, a cadeia fisiológica continua. O que acontece é simplesmente que, após certo tempo, cada um (ou alguns) de seus elos tem um fenômeno fisiológico que lhe corresponde. Em conseqüência, o psíquico é um processo paralelo ao fisiológico - 'um concomitante dependente'.

Sei muito bem que não posso acusar as pessoas, cujos conceitos estou discutindo aqui, de terem dado esse salto e alterado, sem maiores considerações, seu ângulo científico de abordagem [isto é, do fisiológico para o psicológico]. Obviamente, elas não querem dizer outra coisa senão que a modificação fisiológica das fibras nervosas que acompanha a excitação sensorial produz outra modificação na célula nervosa central, e que essa última modificação se torna o correlato fisiológico da 'apresentação'. Já que podem dizer muito mais sobre apresentações do que sobre modificações, das quais absolutamente nenhuma caracterização fisiológica foi ainda alcançada, permanecendo desconhecidas, elas fazem uso

da declaração elíptica segundo a qual a apresentação está localizada na célula nervosa. Essa maneira de apresentar as coisas, contudo, leva de imediato a uma confusão entre as duas coisas, que não precisam ser semelhantes entre si. Na psicologia, uma apresentação simples é algo elementar, que podemos distinguir bem nitidamente de suas ligações com outras apresentações. Isso nos leva a supor que o correlato fisiológico da apresentação - isto é, a modificação que se origina na fibra nervosa excitada com sua terminação no centro - também é algo simples, que pode ser localizado num ponto particular. Traçar um paralelo dessa espécie é, naturalmente, totalmente injustificável; as características da modificação devem ser estabelecidas por sua própria conta e independentemente de seu equivalente psicológico.

O que é, então, o correlato fisiológico de uma apresentação simples ou da mesma apresentação quando se repete? Claramente, nada de estático, mas algo da natureza de um processo. Esse processo admite localização. Parte de um ponto particular do córtex e se espalha a partir daí por todo o córtex ou por certos tratos. Quando esse processo é incluído, deixa para trás uma modificação no córtex que foi afetado por ele - a possibilidade de recordar. É também altamente duvidoso que exista algo psíquico que corresponda a essa modificação. Nossa consciência nada revela que justifique, do ponto de vista psíquico, o nome de uma ‘imagem mnêmica latente’. Mas sempre que o mesmo estado do córtex é novamente provocado, o aspecto psíquico passa outra vez a existir como uma imagem mnêmica...

APÊNDICE C: PALAVRAS E COISAS

[A seção final do artigo de Freud sobre ‘O Inconsciente’ parece ter raízes em sua antiga monografia sobre afasia (1891b). Por conseguinte, talvez seja de interesse reproduzir aqui um trecho daquele trabalho que, embora não particularmente fácil de acompanhar, lança luz sobre as suposições subjacentes a alguns dos conceitos ulteriores de Freud. O trecho possui ainda o interesse incidental de apresentar Freud na posição bastante inusitada de se expressar na linguagem técnica da psicologia ‘acadêmica’ do fim do século XIX. A passagem aqui reproduzida vem depois de uma sucessão de argumentos anatômicos e fisiológicos destrutivos e construtivos, a qual conduziu Freud a um esquema hipotético a respeito do funcionamento neurológico por ele descrito como o ‘aparelho da fala’. Deve-se observar, contudo, que há uma diferença importante, e talvez perturbadora, entre a terminologia que Freud emprega aqui e a que emprega em ‘O Inconsciente’. Aqui, o que ele denomina de ‘apresentação do objeto’ é o que em ‘O Inconsciente’, chama de ‘apresentação da coisa’; ao passo que o que em ‘O Inconsciente’ ele denomina de a ‘apresentação do objeto’ denota um complexo formado pela ‘apresentação da coisa’ e pela ‘apresentação do

objeto' combinadas - um complexo que não recebeu nome algum no trecho da *Afasia*. A tradução foi feita especialmente para esta ocasião, já que, por motivos de terminologia, a que foi publicada não se adapta inteiramente à finalidade presente. Da mesma forma que na última seção de 'O Inconsciente', aqui empregamos sempre a palavra 'apresentação' para traduzir o alemão '*Vorstellung*', enquanto 'imagem' traduz o alemão '*Bild*'. O trecho vai da pág. 74 à pág. 81 da edição alemã original.]

Proponho agora considerar quais as hipóteses necessárias para explicar as perturbações da fala à base de um aparelho fonador construído dessa maneira - em outras palavras, considerar o que o estudo da perturbação da fala nos ensina sobre a função desse aparelho. Ao fazê-lo, mantereí os aspectos psicológico e anatômico da questão tão isolados quanto possível.

Do ponto de vista da psicologia, a unidade da função da fala é a "palavra", uma apresentação complexa, que vem a ser uma combinação de elementos auditivos, visuais e cinestésicos. Devemos nosso conhecimento dessa combinação à patologia, que nos mostra que, nas lesões orgânicas do aparelho da fala, ocorre uma desintegração da fala nos moldes em que a combinação é feita. Esperamos assim verificar que a ausência de um desses elementos da apresentação da palavra venha a ser a indicação mais importante para que cheguemos a uma localização da doença. Distinguem-se, em geral, quatro componentes da apresentação da palavra: a 'imagem sonora', a 'imagem visual da letra', a 'imagem motora da fala' e a 'imagem motora da escrita'. Essa combinação, porém, se torna mais complicada quando se entra no processo provável da associação que se verifica em cada uma das várias atividades da fala: -

(1) Aprendemos a *falar* associando uma 'imagem sonora de uma palavra' com um 'sentido da inervação de uma palavra'. Após termos falado, ficamos também de posse de uma 'apresentação motora da fala' (sensações centrípetas provenientes dos órgãos da fala); de modo que, sob um aspecto motor, a 'palavra' é duplamente determinada para nós. Dos dois elementos determinantes, o primeiro - a apresentação da palavra inervatória - parece ter menor valor do ponto de vista psicológico; na realidade, seu aparecimento, se é que ele ocorre, como fator psíquico pode ser contestado. Além disso, depois de falarmos, recebemos uma 'imagem sonora' da palavra falada. Enquanto não tivermos desenvolvido muito nossa capacidade de fala, essa segunda imagem sonora não precisa ser a mesma que a primeira, mas apenas associada a ela. Nessa fase do desenvolvimento da fala - a da primeira infância -, usamos uma linguagem que nós mesmos construímos. Comportamo-nos como os afásicos motores, pois associamos diversos sons verbais exteriores a um único som produzido por nós mesmos.

(2) Aprendemos a falar a língua de outras pessoas esforçando-nos por tornar a imagem sonora produzida por nós tão igual quanto possível à que deu lugar à nossa inervação da

fala. Aprendemos dessa forma a ‘repetir’ - ‘dizer à imitação de’ outra pessoa. Quando justapomos as palavras no discurso encadeado, retemos a inervação da palavra seguinte até que a imagem sonora ou a apresentação motora da fala (ou ambas) da palavra precedente nos tenha alcançado. A segurança de nossa fala é assim superdeterminada, podendo facilmente suportar a perda de um ou outro dos fatores determinantes. Por outro lado, uma perda da correção exercida pela segunda imagem sonora e pela imagem motora da fala explica algumas das peculiaridades, tanto fisiológicas como patológicas, da parafasia.

(3) Aprendemos a *soletrar* ligando as imagens visuais das letras a novas imagens sonoras, as quais, por seu lado, devem nos lembrar os sons verbais que já conhecemos. Imediatamente ‘repetimos’ a imagem sonora que denota a letra, de modo que também se observa que as letras são determinadas por duas imagens sonoras que coincidem, e duas apresentações motoras que se correspondem.

(4) Aprendemos a *ler* ligando, de acordo com certas regras, a sucessão de apresentações inervatórias e motoras da palavra que recebemos quando enunciamos letras isoladas, de modo a fazer surgir novas apresentações motoras da palavra. Assim que dizemos em voz alta essas novas apresentações da palavra, descobrimos por suas imagens sonoras que as duas imagens motoras e imagens sonoras que recebemos dessa forma, de há muito nos são familiares e idênticas às imagens empregadas no falar. Associamos então o significado ligado aos sons verbais primários às imagens sonoras adquiridas pela soletração. Agora lemos com compreensão. Se o que foi falado primariamente foi um dialeto e não uma língua literária, as imagens motoras e sonoras das palavras adquiridas pela soletração têm de ser superassociadas às imagens antigas; assim, temos de aprender uma nova língua - tarefa facilitada pela semelhança entre o dialeto e a língua literária.

Ver-se-á, por essa descrição da aprendizagem da leitura, que se trata de um processo muito complicado, no qual o curso das associações deve repetidamente mover-se para frente e para trás. Estaremos também preparados para verificar que perturbações da leitura na afasia tendem a ocorrer numa grande variedade de formas. A única coisa que decisivamente indica uma lesão no elemento *visual* da leitura é uma perturbação na leitura de *letras separadas*. A *combinação* de letras numa palavra ocorre durante a transmissão ao trato da palavra e conseqüentemente será abolida na afasia *motora*. Só se chega a uma *compreensão* do que é lido por intermédio das imagens sonoras produzidas pelas palavras que foram enunciadas, ou através das imagens motoras de palavras que surgiram ao falarmos. Vê-se, portanto, que se trata de uma função que é extinta não somente onde há lesões motoras, mas também onde há lesões *acústicas*. Verifica-se, ainda, que compreender o que é lido é uma função independente do desempenho da leitura. Qualquer um pode descobrir pela auto-observação que existem várias espécies de leitura, em algumas das quais não chegamos a compreender o que é lido. Quando estou lendo provas com a intenção de prestar atenção

especial às imagens visuais das letras e de outros sinais tipográficos, o sentido do que leio me escapa tão inteiramente, que tenho de ler todas as provas novamente de maneira especial, se quiser corrigir o estilo. Quando, por outro lado, leio um livro que me interessa, um romance, por exemplo, desprezo todos os erros de impressão; e pode acontecer que os nomes das personagens deixem apenas uma impressão confusa em minha mente - uma recordação, talvez, de que são longos ou curtos, ou contêm alguma letra inusitada, como um 'x' ou um 'z'. Quando tenho de ler em voz alta, e tenho de prestar particular atenção às imagens sonoras de minhas palavras e aos intervalos entre elas mais uma vez corro o perigo de me preocupar muito pouco com o significado das palavras e logo que me fatigo leio de tal maneira que, embora outras pessoas ainda possam compreender o que estou lendo, eu próprio não sei mais o que leio. Esses são fenômenos de atenção dividida, que surgem precisamente aqui porque uma compreensão do que é lido só ocorre de forma muito indireta. Se o processo da própria leitura oferece dificuldades, não há mais dúvida quanto à compreensão. Isso fica claro pela analogia com o nosso comportamento quando estamos aprendendo a ler; devemos ter o cuidado de não considerar a ausência de compreensão como prova de interrupção de um trato. A leitura em voz alta não deve ser considerada como um processo de algum modo diferente da leitura silenciosa, a não ser pelo fato de que ela ajuda a atenção da parte sensorial do processo de leitura.

(5) Aprendemos a *escrever* reproduzindo as imagens visuais das letras por meio de imagens inervatórias da mão, até que essas mesmas imagens visuais ou outras semelhantes apareçam. Em geral, as imagens da escrita são apenas semelhantes às imagens da leitura e superassociadas a elas, visto que o que aprendemos a ler é *impresso* e o que aprendemos a escrever é *manuscrito*. Escrever vem a ser um processo comparativamente simples e que não está tão sujeito à perturbação quanto a leitura.

(6) É de se presumir que posteriormente também realizemos essas diferentes funções da fala nos mesmos moldes associativos em que as aprendemos. Nessa fase ulterior, podem ocorrer abreviaturas e substituições, mas nem sempre é fácil dizer qual a sua natureza. Sua importância é diminuída pela consideração de que em casos de lesão orgânica o aparelho da fala provavelmente será, até certo ponto, danificado em seu todo e compelido a voltar às modalidades de associação primárias, bem estabelecidas e mais extensas. Quanto à leitura, a 'imagem visual da palavra' indubitavelmente faz sentir sua influência em leitores dotados de prática, de modo que as palavras individuais (particularmente os nomes próprios) podem ser lidas sem que sejam soletradas.

Uma palavra é, portanto, uma apresentação complexa que consiste nas imagens acima enumeradas; ou, dizendo-o de outra forma, corresponde à palavra um complicado processo associativo no qual se reúnem os elementos de origem visual, acústica e cenestésica enumerados acima.

Uma palavra, contudo, adquire seu *significado* ligando-se a uma ‘apresentação do objeto’, pelo menos se nos restringirmos a uma consideração de substantivos. A própria apresentação do objeto é, mais uma vez, um complexo de associações formado por uma grande variedade de apresentações visuais, acústicas, táteis, cenestésicas e outras. A filosofia nos diz que uma apresentação do objeto consiste simplesmente nisso - que a aparência de haver uma ‘coisa’ de cujos vários ‘atributos’ essas impressões dos sentidos dão testemunho, deve-se meramente ao fato de que, ao enumerarmos as impressões sensoriais que recebemos de um objeto, pressupomos a possibilidade de haver grande número de outras impressões na mesma cadeia de associações (J.S. Mill). Assim, a apresentação do objeto é vista como uma apresentação que não é fechada e quase como uma que não pode ser fechada, enquanto que a apresentação da palavra é vista como algo fechado, muito embora capaz de extensão.

A patologia das perturbações da fala leva-nos a asseverar que *a apresentação da palavra está ligada em sua extremidade sensorial (por suas imagens sonoras) à apresentação do objeto*. Chegamos, assim, a duas espécies de perturbação da fala: (1) uma afasia de primeira ordem, *afasia verbal*, na qual somente são perturbadas as associações entre os elementos separados da apresentação da palavra; e (2) uma afasia de segunda ordem, *afasia assimbólica*, na qual é perturbada a associação entre a apresentação da palavra e a apresentação do objeto.

Emprego o termo ‘assimbolia’ num sentido diverso do que lhe tem sido comumente atribuído desde Finkelnburg, porque me parece que a relação entre a [apresentação da] palavra e a apresentação do objeto merece muito mais ser descrita como ‘simbólica’ do que a relação entre o objeto e a apresentação do objeto. Para as perturbações no reconhecimento de objetos que Finkelnburg classifica como assimbolia, gostaria de propor o termo ‘agnosia’. É possível que perturbações ‘agnósticas’ (que só podem ocorrer em casos de lesões corticais bilaterais e extensas) possam também acarretar uma perturbação da fala, visto que todos os incitamentos ao falar espontâneo provêm do campo das associações de objeto. Eu chamaria essas perturbações da fala de afasias de terceira ordem *ou afasias agnósticas*. *A observação clínica trouxe de fato ao nosso conhecimento alguns casos que devem ser encarados dessa forma...*

SUPLEMENTO METAPSICOLÓGICO À TEORIA DOS SONHOS (1916 [1915])

NOTA DO EDITOR INGLÊS - METAPSYCHOLOGISCHE ERGÄNZUNGZUR
TRAUMLEHRE

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1917 *Int. Z. Psychoanal.*, 4 (6), 277-87.

1918 *S.K.S.N.*, 4, 339-55. (1922, 2ª ed.)

1924 *G.S.*, 5, 520-34.

1924 *Technik und Metapsychol.*, 242-56.

1931 *Theoretische Schriften*, 141-56.

1946 *G.W.*, 10, 412-26.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘Metapsychological Supplement to the Theory of Dreams’

1925 *C.P.*, 4, 137-151. (Trad. C. M. Baines.)

A presente tradução inglesa, embora baseada na de 1925, foi amplamente reescrita.

Este artigo, juntamente com o seguinte (‘Luto e Melancolia’), parece ter sido escrito num período de onze dias, entre 23 de abril e 4 de maio de 1915, só tendo sido publicado dois anos depois. Como transparece em seu título, é essencialmente uma aplicação do esquema teórico recém-formulado de Freud às hipóteses apresentadas no Capítulo VII de *A Interpretação de Sonhos*. Termina, porém, por se transformar num exame dos efeitos produzidos pelo estado de sono sobre os diferentes ‘sistemas’ da mente. E esse exame, por sua vez, se concentra principalmente no problema da alucinação e numa investigação do modo como, em nosso estado normal, somos capazes de distinguir entre a fantasia e a realidade.

Freud se ocupou desse problema desde os primeiros tempos. Muito espaço foi dedicado a ele em seu ‘Projeto’ de 1895 (Freud, 1950a, especialmente na Parte I, Seções 15 e 16, e na Parte III, Seção 1). E a solução por ele proposta, embora enunciada numa terminologia diferente, se assemelha visivelmente à formulada no presente artigo. Abrangia duas linhas principais de pensamento. Freud argumentava que por si mesmos os ‘processos psíquicos primários’ não estabelecem qualquer distinção entre uma idéia e uma percepção; precisam, em primeiro lugar, ser inibidos pelos ‘processos psíquicos secundários’, que, por sua vez, só podem entrar em ação onde há um ‘ego’ com reserva suficientemente grande de catexia capaz de suprir a energia necessária para acionar a inibição. A finalidade da inibição consiste em dar tempo para que ‘indicações de realidade’ cheguem do aparelho perceptual.

Mas, em segundo lugar, além dessa função inibidora e retardadora, o ego é também responsável por dirigir as catexias da ‘atenção’ (ver acima, em [1] e nota de rodapé) para o mundo externo, sem as quais as indicações da realidade não poderiam ser observadas.

Em *A Interpretação de Sonhos* (1900a), Edição Standard Brasileira, vol. V, págs. 603 e segs. e 636 e segs., IMAGO Editora, 1972, a função da inibição e da demora voltou a ser objeto de insistência como um fator essencial no processo de julgar se as coisas são ou não reais, tendo sido novamente atribuída ao ‘processo secundário’, embora o ego já não fosse mencionado como tal. A outra importante apreciação do assunto por parte de Freud está em seu artigo sobre ‘The Two Principles of Mental Functioning’ (1911b), onde pela primeira vez empregou a expressão ‘teste da realidade’. Mais uma vez aqui a característica de delonga do processo foi ressaltada, embora a função da atenção tenha passado a merecer maior consideração. Foi descrita como sendo um exame periódico do mundo externo e relacionada particularmente aos órgãos dos sentidos à consciência. É essa última faceta do problema, o papel desempenhado pelos sistemas Pcpt e Cs., que é principalmente examinada no artigo a seguir.

Contudo, o interesse de Freud pelo assunto de modo algum se esgotou com a presente apreciação. Em *Group Psychology* (1921c), por exemplo, atribuiu o trabalho de teste da realidade ao ideal do ego (*Standard Ed.*, 18, 114) - uma atribuição que, no entanto, retirou logo depois, numa nota de rodapé no início do Capítulo III de *The Ego and the Id* (1923b). E agora, pela primeira vez desde o início de ‘Projeto’, o teste da realidade foi definitivamente atribuído ao ego. Num exame mais posterior ainda e particularmente interessante do assunto no artigo sobre ‘Negation’ (1925h), demonstrou-se que o teste da realidade depende da estreita relação genética do ego com os instrumentos da percepção sensorial. Naquele artigo, também (bem como no final do trabalho quase contemporâneo sobre o ‘*Mystic Writing Pad*’ (1925a), havia outras referências ao hábito do ego de emitir catexias exploratórias periódicas para o mundo exterior - evidentemente uma alusão, em termos diferentes, ao que fora originalmente descrito como ‘atenção’. Mas em ‘Negation’ Freud levou ainda mais adiante a análise do teste da realidade, e rastreou todo o decorrer do seu desenvolvimento até chegar às relações objetais mais antigas do indivíduo.

O crescente interesse de Freud pela psicologia do ego em anos posteriores levou-o a um exame mais detalhado das relações do ego com o mundo externo. Em dois breves artigos (1924b e 1924e), publicados logo após a *The Ego and the Id*, examinou a distinção entre a relação do ego com a realidade em neuroses e psicoses. E no artigo sobre ‘Fetishism’ (1927e) apresentou seu primeiro relato pormenorizado de um método de defesa do ego - ‘*Verleugnung*’ (‘repúdio’ ou ‘negação’) - que anteriormente não fora claramente diferenciado da repressão, e que descrevia a reação do ego a uma realidade externa intolerável. Esse tema foi mais desenvolvido ainda em alguns dos últimos escritos de Freud,

particularmente no Capítulo VII da obra póstuma *Esboço de Psicanálise* (1940a [1938]).

SUPLEMENTO METAPSICOLÓGICO À TEORIA DOS SONHOS

Descobriremos em várias conexões até que ponto se beneficiarão nossas indagações, se certos estados e manifestações, que podem ser considerados como *protótipos normais* das afecções patológicas, forem evocados para fins comparativos. Entre estes podemos incluir tanto estados afetivos, como o pesar e o estar apaixonado, quanto o estado de sono e o fenômeno do sonhos.

Não estamos habituados a pensar muito no fato de que todas as noites os seres humanos põem de lado os invólucros com que envolvem sua pele, e qualquer coisa que possam usar como suplemento aos órgãos de seu corpo (na medida em que tenham conseguido compensar as deficiências desses órgãos por substitutos), por exemplo, os óculos, os cabelos e os dentes postiços, e assim por diante. Podemos acrescentar que, quando vão dormir, despem de modo inteiramente análogo suas mentes, pondo de lado a maioria de suas aquisições psíquicas. Assim, sob ambos os aspectos, aproximam-se consideravelmente da situação na qual começaram a vida. Somaticamente, o sono é uma reativação da existência intra-uterina, na medida em que atende às condições de repouso, calor e exclusão do estímulo; na realidade, durante o sono muitas pessoas retomam a posição fetal. O estado psíquico de uma pessoa adormecida se caracteriza por uma retirada quase completa do mundo circundante e de uma cessação de todo interesse por ele.

Na investigação dos estados psiconeuróticos, somos levados a ressaltar em cada um deles o que se conhece por *regressões temporais*, isto é, a quantidade de recessão de desenvolvimento que lhe é peculiar. Distinguimos duas dessas regressões - uma que afeta o desenvolvimento do ego, e outra, o da libido. No estado de sono, a última é levada ao ponto de restauração do narcisismo primitivo, enquanto a primeira remonta à etapa da satisfação alucinatória dos desejos. [ver em [1] adiante]

É, sem dúvida, o estudo dos sonhos que nos ensina o que sabemos das características psíquicas do estado de sono. É verdade que os sonhos só nos revelam aquele que sonha na medida em que ele *não* está dormindo; não obstante, estão fadados a revelar ao mesmo tempo características do próprio sono. Viemos a conhecer pela observação algumas peculiaridades dos sonhos que de início não pudemos compreender, mas que agora podemos

encaixar no quadro sem dificuldade. Desse modo, sabemos que os sonhos são inteiramente egoístas e que a pessoa que desempenha o principal papel em suas cenas deve sempre ser reconhecida como aquela que sonha. Isso é agora facilmente explicado pelo narcisismo do estado de sono. O narcisismo e o egoísmo, na realidade, coincidem; a palavra narcisismo destina-se apenas a ressaltar o fato de que o egoísmo é também um fenômeno libidinal; ou, expressando-o de outra maneira, o narcisismo pode ser descrito como o complemento libidinal do egoísmo. A capacidade de ‘diagnóstico’ dos sonhos - um fenômeno geralmente reconhecido, mas considerado enigmático - se torna igualmente compreensível. Nos sonhos, a doença física incipiente é com freqüência detectada mais cedo e mais claramente do que na vida de vigília, e todas as sensações costumeiras do corpo assumem proporções gigantescas. Essa amplificação é por natureza hipocondríaca; depende da retirada de todas as catexias psíquicas do mundo externo para o ego, tornando possível o reconhecimento precoce das modificações corporais que, na vida de vigília, permaneceriam inobservadas ainda por algum tempo.

Um sonho nos diz que estava acontecendo alguma coisa que tendia a interromper o sono, e nos permite compreender de que maneira foi possível desviar essa interrupção. O resultado final é aquele que dorme, sonha e é capaz de continuar dormindo; a exigência interna que lutava por ocupá-lo foi substituída por uma experiência externa, cuja exigência foi eliminada. Um sonho é, portanto, entre outras coisas, uma *projeção*: uma externalização de um processo interno. Podemos recordar que já encontramos a projeção em outra parte, entre os meios adotados para defesa. Também o mecanismo de uma fobia histérica culmina no fato de que o indivíduo é capaz de se proteger mediante tentativas de fuga contra um perigo externo que ocupa o lugar de uma reivindicação instintual interna. Adiaremos, contudo, o estudo mais detalhado da projeção até que chegemos a analisar a desordem narcisista na qual esse mecanismo desempenha um papel muito marcante.

De que forma, porém, pode surgir um caso em que a intenção de dormir se choca com uma interrupção? A interrupção pode provir de uma excitação interna ou de um estímulo externo. Consideremos primeiro o caso mais obscuro e mais interessante da interrupção que parte de dentro. A observação revela que os sonhos são instigados por resíduos do dia anterior - catexias do pensamento que não foram submetidas à retirada geral das catexias, mas retiveram, apesar disso, certa quantidade de interesse libidinal ou de outra natureza. Assim, o narcisismo do sono, desde o início, teve de abrir uma exceção nesse ponto, e é aqui que começa a formação de sonhos. Na análise, tomamos conhecimento desses ‘resíduos do dia’ sob a forma de pensamentos oníricos latentes e, por causa tanto de sua natureza quanto de toda a situação, devemos considerá-los como idéias pré-conscientes, pertencentes ao sistema *Pcs*.

Não podemos prosseguir com a explicação da formação dos sonhos até que certas dificuldades tenham sido superadas. O narcisismo do estado de sono implica uma retirada

da catexia de todas as idéias de objetos, das parcelas tanto inconscientes quanto pré-conscientes dessas idéias. Então, se certos resíduos do dia retêm sua catexia, hesitamos em supor que, durante a noite, adquiram energia suficiente para exigir a atenção da consciência; ficaríamos mais inclinados a supor que a catexia retida é muito mais fraca do que a que possuíam durante o dia. Aqui a análise nos poupa ulteriores especulações, porquanto revela que, se esses resíduos do dia quiserem figurar como construtores de sonhos, devem receber um esforço que tem sua fonte nos impulsos instintuais inconscientes. Essa hipótese não apresenta dificuldades imediatas, pois temos todos os motivos para supor que, no sono, a censura entre o *Pcs.* e o *Ics.* fica grandemente reduzida, o que faz com que a comunicação entre os dois sistemas se torne mais fácil.

Mas há outra dúvida, sobre a qual não devemos silenciar. Se o estado narcisista do sono tiver resultado numa retração de todas as catexias dos sistemas *Ics.* e *Pcs.*, então já não haverá qualquer possibilidade de que os resíduos pré-conscientes do dia venham a ser reforçados por impulsos instintuais inconscientes, visto que estes cederam suas catexias ao ego. Aqui, a teoria da formação dos sonhos termina numa contradição, a menos que possamos salvá-la mediante uma modificação em nossa suposição sobre o narcisismo do sono.

Uma modificação restritiva dessa natureza, como veremos posteriormente, também é necessária na teoria da demência precoce. Presumivelmente isso se deve ao fato de que a parcela reprimida do sistema *Ics.* não atende ao desejo de dormir proveniente do ego, de que retém sua catexia no todo ou em parte, e de que, em geral, em consequência da repressão, adquire certa independência do ego. Em consequência, também, parte do que é dispendido na repressão (anticatexia) - teria de ser mantida durante a noite inteira, a fim de fazer face ao perigo instintual - embora a inacessibilidade de todos os caminhos que levam a uma liberação do afeto e à motilidade possa reduzir consideravelmente a altura da anticatexia necessária. Assim, deveríamos configurar a situação que conduz à formação de sonhos da seguinte maneira. O desejo de dormir esforça-se por absorver todas as catexias transmitidas pelo ego e por estabelecer um narcisismo absoluto. Isso só pode ter um sucesso parcial, pois o que é reprimido no sistema *Ics.* não obedece ao desejo de dormir. Portanto, uma parte das anticatexias tem de ser mantida, e a censura entre o *Ics.* e o *Pcs.* deve permanecer, mesmo que não seja com toda a sua força. Até onde se estende o domínio do ego, todos os sistemas ficam esvaziados de catexias. Quanto mais fortes forem as catexias instintuais do *Ics.*, mais instável será o sono. Estamos familiarizados também com o caso extremo em que o ego desiste do desejo de dormir, porque se sente incapaz de inibir os impulsos reprimidos liberados durante o sono - em outras palavras, em que renuncia ao sono por temer seus sonhos.

Adiante, aprenderemos a reconhecer a portentosa natureza dessa hipótese referente à

rebelia dos impulsos reprimidos. No momento, acompanhemos a situação que ocorre na formação de sonhos.

A possibilidade mencionada acima [ver em [1]] - de que alguns dos pensamentos pré-conscientes do dia também podem revelar-se resistentes e reter uma parte de sua catexia - deve ser reconhecida como uma segunda brecha no narcisismo. No fundo, os dois casos podem ser idênticos. A resistência dos resíduos do dia pode originar-se num elo com impulsos inconscientes, já existente durante a vida de vigília; ou o processo pode ser menos simples, e os resíduos do dia que não tenham sido inteiramente esvaziados de catexia só podem estabelecer uma conexão com o material reprimido depois da ocorrência do estado de sono, graças à facilitação da comunicação entre o *Pcs.* e o *Ics.* Em ambos os casos, segue-se o mesmo passo decisivo na formação de sonhos: forma-se o desejo onírico pré-consciente, e isso *dá expressão ao impulso inconsciente no material dos resíduos pré-conscientes do dia.*

Deve-se distinguir acentuadamente esse desejo onírico dos resíduos do dia; ele não precisa ter existido na vida de vigília e já pode exibir o caráter irracional possuído por tudo que é inconsciente quando o traduzimos para o consciente. Além disso, o desejo onírico não deve ser confundido com os impulsos carregados de desejo que podem estar presentes - embora, certamente, não precisem necessariamente estar presentes - entre os pensamentos oníricos pré-conscientes (latentes). Se, contudo, *houvesse* tais desejos pré-conscientes, o desejo onírico se associara a eles, como um reforço muito eficaz dos mesmos.

Temos agora de considerar as outras vicissitudes sofridas por esse impulso carregado de desejo, que em sua essência representa uma exigência instintual inconsciente e que se formou no *Pcs.* como um desejo onírico (uma fantasia que satisfaz o desejo). A reflexão nos diz que esse impulso carregado de desejo pode seguir três caminhos diferentes. Pode seguir o caminho que seria normal na vida de vigília, exercendo pressão do *Pcs.* para a consciência; pode desviar-se do *Cs.* e achar uma descarga motora direta; ou pode tomar o caminho inesperado que a observação nos permite de fato traçar. No primeiro caso, transformar-se-ia num *delírio*, tendo como conteúdo a satisfação do desejo; no estado do sono, porém, isso jamais acontece. Com nossos poucos conhecimentos das condições metapsicológicas dos processos mentais, talvez possamos aceitar esse fato como uma indicação de que um esvaziamento completo de um sistema o torna pouco suscetível à instigação. O segundo caso, o da descarga motora direta, deve ser excluído pelo mesmo princípio, pois geralmente o acesso à motilidade ainda fica outro passo além da censura da consciência. Mas não deixamos de encontrar casos excepcionais em que isso acontece, sob a forma de sonambulismo. Não conhecemos as condições que tornam isso possível, nem sabemos por que não ocorre com mais freqüência. O que de fato acontece na formação de sonhos é uma

marcante e imprevista sucessão de eventos. O processo, iniciado no *Pcs.*, e reforçado pelo *Ics.*, segue um curso às avessas, através do *Ics.* até a percepção, que exerce pressão sobre a consciência. Essa regressão é a terceira fase da formação de sonhos. A bem da clareza, repetiremos as duas primeiras: o reforço dos resíduos do dia do *Pcs.* pelo *Ics.* e a formação do desejo onírico.

Chamaremos essa espécie de regressão de *topografia*, para distingui-la da regressão temporal ou de desenvolvimento mencionada previamente ver em [1]]. As duas nem sempre coincidem necessariamente, mas o fazem no exemplo específico diante de nós. A reversão do curso da excitação proveniente do *Pcs.*, através do *Ics.* até a percepção, é ao mesmo tempo um retorno à etapa inicial da satisfação do desejo que ocorre na alucinação.

Já descrevemos em *A Interpretação de Sonhos* [Edição *Standard* Brasileira, Vol. V, pág. 578 e segs. IMAGO Editora, 1972] a forma pela qual a regressão dos resíduos pré-conscientes do dia ocorre na formação de sonhos. Nesse processo, os pensamentos são transformados em imagens, principalmente de natureza visual; isto é, as apresentações da palavra são levadas de volta às apresentações da coisa que lhes correspondem, como se, em geral, o processo fosse dominado por considerações de *representabilidade* [ibid., Vol. V, ver na pág. 548]. Quando a regressão é concluída, resta grande número de catexias no sistema *Ics.* - catexias de lembranças de *coisas*. Leva-se o processo psíquico primário a relacionar-se com essas lembranças, até que, pela condensação destas e pelo deslocamento entre suas respectivas catexias, tenha plasmado o conteúdo onírico manifesto. Somente quando as apresentações da palavra que ocorrem nos resíduos do dia são resíduos recentes e costumeiros de *percepções*, e não a expressão de *pensamentos*, é que são tratadas como apresentações da coisa, e sujeitas à influência da condensação e do deslocamento. Daí, a regra formulada em *A Interpretação de Sonhos* [ibid., Vol. V, ver na pág. 446 e segs.], e desde então confirmada, acima de qualquer dúvida, de que as palavras e as falas no conteúdo onírico não constituem novas formações, mas seguem o modelo de falas do dia que precedeu o sonho (ou de outras impressões recentes, tal como algo que se leu). É notável quão pouco a elaboração do sonho obedece às apresentações da palavra; ela está sempre pronta a trocar uma palavra por outra até encontrar a expressão mais conveniente para representação plástica.

É nesse sentido que a diferença essencial entre a elaboração de sonhos e a esquizofrenia se torna clara. Na última, o que se torna objeto de modificação pelo processo primário são as próprias palavras nas quais o pensamento pré-consciente foi expresso; nos sonhos, o que está sujeito a essa modificação não são as palavras, mas a apresentação da coisa à qual as palavras foram levadas de volta. Nos sonhos há uma regressão topográfica; na esquizofrenia, não. Nos sonhos existe livre comunicação entre catexias da palavra (*Pcs.*) e catexias da

coisa (*Ics.*), enquanto é uma característica da esquizofrenia que essa comunicação seja interrompida. A impressão que essa diferença causa sobre alguém é diminuída precisamente pelas interpretações de sonho que realizamos na prática psicanalítica. Com efeito, devido ao fato de a interpretação de sonhos seguir o curso tomado pela elaboração de sonhos, ela segue os caminhos que vão dos pensamentos latentes aos elementos oníricos, revela a maneira pela qual as ambigüidades verbais são exploradas e ressalta as pontes verbais entre os diferentes grupos de material - devido a tudo isso, recebemos a impressão ora de um chiste, ora de esquizofrenia, e somos capazes de esquecer que para um sonho todas as operações com palavras não passam de preparação para uma regressão a coisas.

A conclusão do processo onírico consiste no conteúdo do pensamento - regressivamente transformado e elaborado numa fantasia carregada de desejo -, tornando-se consciente como uma percepção sensorial; enquanto isso ocorre, ele passa por uma revisão secundária, à qual todo conceito perceptual está sujeito. O desejo onírico, como dizemos, é *alucinado*, e, como uma alucinação, encontra-se com a crença na realidade de sua satisfação. É precisamente em torno dessa peça concludente na formação de sonhos que se centralizam as mais graves incertezas, e é com o propósito de elucidá-las que nos propomos comparar os sonhos com estados patológicos que lhes são afins.

A formação da fantasia carregada de desejo e a sua regressão à alucinação constituem as partes mais essenciais do trabalho onírico, mas não pertencem exclusivamente aos sonhos. São também encontradas em dois estados mórbidos: na confusão alucinatória aguda ('amênciã' de Meynert) e na fase alucinatória da esquizofrenia. O delírio alucinatório da amênciã é uma fantasia carregada de desejo claramente reconhecível, com freqüência inteiramente bem ordenada como um perfeito devaneio. Poder-se-ia falar de maneira bastante geral de uma 'psicose alucinatória carregada de desejo' e atribuí-la igualmente aos sonhos e à amênciã. Existem até sonhos que não passam de fantasias carregadas de desejo não distorcidas, com um conteúdo muito rico. A fase alucinatória da esquizofrenia tem sido estudada com menor aprofundamento; parece ser, em geral, de natureza composta, mas em sua essência poderia corresponder a uma nova tentativa de restituição, destinada a restaurar uma catexia libidinal às idéias de objetos. Não posso estender a comparação a outros estados alucinatórios em várias desordens patológicas, porque não tenho experiência própria nesses casos da qual me possa valer, e não posso utilizar a de outros observadores.

Queremos esclarecer que a psicose alucinatória carregada de desejo - nos sonhos ou em outras situações - alcança dois resultados que de modo algum são idênticos. Ela não só traz desejos ocultos ou reprimidos para a consciência, como também os representa, com toda a crença do indivíduo, como satisfeitos. A concomitância desses dois resultados exige explicação. É de todo impossível sustentar que os desejos inconscientes devem necessariamente ser considerados como realidades tão logo se tenham tornado conscientes, pois, como sabemos, somos capazes de distinguir as realidades de idéias e desejos, por mais intensos que possam ser. Por outro lado, parece justificável presumir que a crença na

realidade está vinculada à percepção através dos sentidos. Uma vez que um pensamento tenha enveredado pela regressão até chegar aos traços de memória inconscientes dos objetos e daí à percepção, aceitamos essa percepção como real. Assim, a alucinação traz consigo a crença na realidade. Agora temos de nos perguntar o que é que determina a formação de uma alucinação. A primeira resposta seria a regressão, e isso substituiria o problema da origem da alucinação pelo do mecanismo da regressão. No tocante aos sonhos, esse último problema não precisa permanecer por muito tempo sem resposta. A regressão dos pensamentos oníricos do Pcs. às imagens mnêmicas das coisas constitui claramente o resultado da atração que os representantes instintuais do Ics. - por exemplo, lembranças reprimidas de experiências - exercem sobre os pensamentos postos em palavras. Mas logo percebemos que estamos numa pista falsa. Se o segredo da alucinação nada mais é que o da regressão, toda regressão com intensidade suficiente produziria alucinação com crença em sua realidade. Estamos, no entanto, bem familiarizados com situações nas quais em processo de reflexão regressiva traz à consciência imagens visuais mnêmicas muito claras, embora nem por isso as consideremos, por um momento que seja, como percepções reais. Além disso, poderíamos muito bem imaginar a elaboração de sonhos penetrando em imagens mnêmicas dessa natureza, tornando consciente para nós o que era previamente inconsciente, e nos expondo uma fantasia carregada de desejo que desperte nosso anseio, mas que não devemos considerar como uma real satisfação do desejo. A alucinação, portanto, deve ser algo mais que a revivescência regressiva de imagens mnêmicas que em si mesmas são Ics.

Além disso, tenhamos ainda em mente a grande importância prática de distinguir as percepções das idéias, por mais intensamente que sejam recordadas. Toda a nossa relação com o mundo externo, com a realidade, depende de nossa capacidade nesse sentido. Formulamos a ficção de que nem sempre possuímos essa capacidade e de que, no começo de nossa vida mental, de fato alucinamos o objeto que nos satisfaria quando sentimos necessidade disso. Mas em tal situação a satisfação não ocorreu, e essa falha deve ter feito com que logo criássemos algum dispositivo com a ajuda do qual fosse possível distinguir tais percepções carregadas de desejo de uma real satisfação e evitá-las no futuro. Em outras palavras, desistimos da satisfação alucinatória de nossos desejos ainda muito cedo e estabelecemos uma espécie de 'teste da realidade'. Precisamos saber agora em que é que consistia esse teste da realidade e como a psicose alucinatória carregada de desejo que aparece nos sonhos, na amênia e em condições semelhantes, consegue aboli-lo e restabelecer a antiga modalidade de satisfação.

A resposta poderá ser dada se agora passarmos a definir mais precisamente o terceiro de nossos sistemas psíquicos, o sistema Cs., que até o momento não distinguimos nitidamente do Pcs. Em *A Interpretação de Sonhos* já tínhamos sido levados a considerar a percepção consciente como a função de um sistema especial, ao qual atribuímos certas propriedades curiosas, e ao qual teremos agora bons motivos para atribuir também outras características.

Podemos considerar esse sistema, lá denominado *Pcpt.*, como coincidindo com o sistema *Cs.*, de cuja atividade o tornar-se consciente em geral depende. Não obstante, mesmo assim, o fato de uma coisa se tornar consciente ainda não coincide inteiramente com o fato de ela pertencer a um sistema, pois aprendemos que é possível estarmos cômnicos de imagens sensoriais mnêmicas às quais de forma alguma podemos permitir uma localização psíquica nos sistemas *Cs.* ou *Pcpt.*

Devemos, contudo, adiar o exame dessa dificuldade até que possamos focalizar nosso interesse no próprio sistema *Cs.* Por ora podemos presumir que a alucinação consiste numa catexia do sistema *Cs.* (*Pcpt.*), a qual, contudo, não se origina - como normalmente - do exterior, mas do interior, e que uma condição necessária para a ocorrência da alucinação é que a regressão seja levada longe o suficiente para alcançar esse próprio sistema, sendo, assim, capaz de passar pelo teste da realidade.

Num trecho anterior atribuímos ao organismo ainda inerte a capacidade de efetuar uma primeira orientação no mundo por meio de esas percepções, distinguindo ‘externo’ e ‘interno’ de acordo com a relação entre essas percepções e a ação muscular do organismo. Uma percepção que desaparece por meio de uma ação é reconhecida como externa, como realidade; nos casos em que tal ação tem influência, a percepção se origina dentro do próprio corpo do indivíduo - não é real. É valioso para o indivíduo possuir um meio como esse, que lhe permita reconhecer a realidade, que ao mesmo tempo o ajude a lidar com ela, e ele bem gostaria de estar equipado com um poder semelhante contra as reivindicações muitas vezes implacáveis de seus instintos. Eis por que se dá ao trabalho de transpor para fora o que se torna problemático dentro dele - isto é, a *projetá-lo*.

Essa função de orientar o indivíduo no mundo pela discriminação entre o que é interno e o que é externo deve agora, após pormenorizada dissecação do aparelho mental, ser exclusivamente atribuída ao sistema *Cs.* (*Pcpt.*). O *Cs.* deve ter à sua disposição uma inervação motora que determina se se pode fazer com que a percepção desapareça, ou se ela oferece resistência. O teste da realidade nada mais precisa ser do que esse dispositivo. Não podemos ser mais precisos sobre esse ponto, de uma vez que ainda sabemos muito pouco a respeito da natureza e da modalidade de funcionamento do sistema *Cs.* Situaremos o teste da realidade entre as principais *instituições do ego*, ao lado das *censuras* que viemos a reconhecer entre os sistemas psíquicos, e esperamos que a análise das desordens narcisistas nos ajude a trazer à luz outras instituições semelhantes. [ver em [1].]

Por outro lado, já podemos aprender com a patologia a maneira pela qual o teste da realidade pode ser eliminado ou posto fora de ação. Veremos isso mais claramente na psicose carregada de desejo da amência do que na de sonhos. A amência é a reação a uma

perda que a realidade afirma, mas que o ego tem de negar, por achá-la insuportável. Portanto, o ego rompe sua relação com a realidade; retira a catexia do sistema de percepções, *Cs.* - ou antes, talvez, retira uma catexia, cuja natureza especial pode ser objeto de indagação ulterior. Com esse desvio da realidade, o teste da realidade é posto de lado, as fantasias carregadas de desejo (irreprimidas, inteiramente conscientes) são capazes de exercer pressão avançando para dentro do sistema, sendo por ali consideradas como uma realidade melhor. Tal retirada pode ser equiparada aos processos de repressão. A amênia apresenta o interessante espetáculo de um rompimento entre o ego e um dos seus órgãos - talvez o que tivesse sido o seu servidor mais fiel e estivesse mais intimamente vinculado a ele.

O que na amênia é realizado por essa 'repressão', nos sonhos é realizado pela renúncia voluntária. O estado de sono não deseja conhecer coisa alguma do mundo externo; não se interessa pela realidade, ou só se interessa na medida em que o abandono do estado de sono - o despertar - se acha em causa. Por conseguinte, retira a catexia do sistema *Cs.*, bem como dos outros sistemas, do *Pcs.*, e do *Ics.*, na medida em que as catexias neles obedecem ao desejo de dormir. Com o sistema *Cs.* assim não-catexizado, a possibilidade do teste da realidade é abandonada, e as excitações que, independentemente do estado de sono, entraram no caminho da regressão, encontrarão esse caminho desimpedido até o sistema *Cs.*, onde elas valerão como realidade indiscutida.

Quanto à psicose alucinatória da demência precoce, inferiremos de nosso exame que essa psicose não pode estar entre os sintomas iniciais da afecção. Só se torna possível quando o ego do paciente se acha de tal forma desintegrado, que o teste da realidade não atrapalha mais a alucinação.

No que diz respeito à psicologia dos processos oníricos chegamos ao resultado segundo o qual todas as características essenciais dos sonhos são determinadas pelo fator condicionante do sono. Aristóteles, há muito tempo, estava inteiramente certo ao afirmar, em seu modesto pronunciamento, que os sonhos constituem a atividade mental daquele que dorme. Podemos ampliar esse conceito e afirmar: os sonhos são um resíduo da atividade mental, tornado possível pelo fato de que o estado narcisista de sono não pôde ser completamente estabelecido. Isso não parece diferir muito daquilo que psicólogos e filósofos sempre afirmaram, mas se baseia em concepções bem diferentes sobre a estrutura e função do aparelho mental. Essas concepções têm uma vantagem sobre as anteriores: a de nos terem permitido compreender, também, todas as características pormenorizadas dos sonhos.

Finalmente, consideremos mais uma vez o significativo esclarecimento que a *topografia* do processo de repressão nos dá sobre o mecanismo das perturbações mentais. Nos sonhos,

a retirada da catexia (libido ou interesse) afeta igualmente todos os sistemas; nas neuroses de transferência, a catexia do *Pcs.* é retirada; na esquizofrenia, a catexia do *Ics.*; na amênia, a do *Cs.*

LUTO E MELANCOLIA (1917[1915])

NOTA DO EDITOR INGLÊS - TRAUER UND MELANCOLIE

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1917 *Int. Z. Psychoanal.*, 4 (6) 288-301.

1918 *S.K.S.N.*, 4, 356-77. (1922, 2ª ed.)

1924 *G.S.*, 5, 535-53.

1924 *Technik und Metapsychol.*, 257-75.

1931 *Theoretische Schriften*, 157-77.

1946 *G.W.*, 10, 428-46.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘Mourning and Melancholia’

1925 *C.P.*, 4, 152-70. (Trad. Joan Riviere.)

A presente tradução inglesa, embora baseada na de 1925, foi amplamente reescrita.

Como sabemos pelo Dr. Ernest Jones (1955, 367-8), Freud lhe expusera o tema do presente artigo em janeiro de 1914, e falou sobre ele perante a Sociedade Psicanalítica de Viena em 30 de dezembro daquele ano. Escreveu um primeiro rascunho do artigo em fevereiro de 1915, tendo-o submetido à apreciação de Abraham, que lhe enviou extensos comentários, entre os quais a importante sugestão de que havia uma ligação entre a melancolia e a fase oral do desenvolvimento libidinal (pág. 255). O rascunho final do artigo foi concluído em 4 de maio de 1915, mas, como o anterior, só foi publicado dois anos depois.

Bem no início (provavelmente em janeiro de 1895), Freud enviara a Fliess uma elaborada tentativa de explicar a melancolia (sob cuja designação ele regularmente incluía o que agora em geral se descreve como estados de depressão) em termos puramente neurológicos (Freud, 1950a, Rascunho G).

Essa tentativa não se mostrou particularmente profícua, mas foi logo substituída por uma abordagem psicológica do assunto. Só dois anos depois encontramos um dos exemplos mais notáveis de previsão de Freud. Esta ocorre num manuscrito, também endereçado a Fliess, e trazendo o título ‘Notas (III)’. Esse manuscrito, datado de 31 de maio de 1897, é incidentalmente aquele no qual Freud, pela primeira vez, antecipa o complexo de Édipo (Freud, 1950a, Rascunho N.). O trecho em questão, cujo significado é tão condensado a ponto de ser obscuro em certas passagens, merece ser citado na íntegra:

‘Os impulsos hostis contra os pais (o desejo de que morram) são também um constituinte integrante das neuroses. Vêm à luz conscientemente como idéias obsessivas. Na paranóia, o que há de pior nos delírios de perseguição (desconfiança patológica de governantes e monarcas) corresponde a esses impulsos. São reprimidos quando a compaixão pelos pais é ativa - nas ocasiões de sua doença ou morte. Em tais ocasiões, é uma manifestação de luto recriminar-se a si próprio pela morte deles (o que se conhece como melancolia) ou punir-se a si mesmo de uma maneira histérica (por intermédio da idéia de retribuição) com os mesmos estados [de doença] que tenham tido. A identificação que ocorre aqui, como podemos ver, não passa de uma modalidade de pensar e não nos exime da necessidade de procurar o motivo.’

A aplicação à melancolia da linha de pensamento delineada neste trecho parece ter sido deixada completamente de lado por Freud. Realmente, ele raramente tornou a mencionar essa condição antes do presente artigo, salvo algumas observações num debate sobre suicídio na Sociedade Psicanalítica de Viena em 1910 (Edição *Standard* Brasileira, Vol. XI, pág. 218, IMAGO Editora, 1970), quando ressaltou a importância de traçar uma comparação entre a melancolia e os estados normais de luto, declarando, contudo, que o problema psicológico em jogo ainda era insolúvel.

O que permitiu a Freud reabrir o assunto foi, naturalmente, a introdução dos conceitos de narcisismo e de ideal do ego. O presente artigo poderá, talvez, ser considerado como um prolongamento do trabalho sobre narcisismo que Freud escrevera um ano antes (1914c). Do mesmo modo que aquele artigo havia descrito as atividades do ‘agente crítico’ em casos de paranóia (ver acima, em [1] e segs.), este vê o mesmo agente em atuação na melancolia.

Mas as implicações desse artigo estavam destinadas a ser mais importantes do que a explanação do mecanismo de um estado patológico específico, embora essas implicações não se tornassem imediatamente óbvias. O material contido aqui levou à consideração ulterior do ‘agente crítico’ que se encontra no Capítulo XI de *Group Psychology* (1921c), *Standard Ed.*, 18, 129 e segs.; e isso por sua vez levou à hipótese do superego em *The Ego and the Id* (1923b) e a uma nova avaliação do sentimento de culpa.

Sob um outro aspecto, esse artigo exigia um exame de toda a questão da natureza da identificação. Parece que Freud se mostrou inclinado, de início, a considerá-la intimamente associada e, talvez, dependente da fase oral ou canibalista do desenvolvimento libidinal. Assim, em *Totem e Tabu* (1912-13), Edição *Standard* Brasileira, Vol. XIII, pág. 170, IMAGO Editora, 1974, ele havia escrito, sobre a relação entre os filhos e o pai da horda primeva, que ‘no ato de devorá-lo realizavam sua identificação com ele’. E, mais uma vez, num trecho acrescentado à terceira edição dos *Três Ensaio*s, publicado em 1915 mas

escrito alguns meses antes do presente artigo, descreveu a fase oral canibalista como ‘o protótipo de um processo que, sob a forma de identificação, irá depois desempenhar um papel psicológico tão importante’. No presente artigo (ver em [1]), fala da identificação como ‘uma etapa preliminar da escolha objetal... a primeira forma pela qual o ego escolhe um “objeto”’, acrescentando que ‘o ego deseja incorporar a si esse objeto, e, em conformidade com a fase oral ou canibalista do desenvolvimento libidinal em que se acha, deseja fazer isso devorando-o’. E na realidade, embora Abraham possa ter sugerido a relevância da fase oral para a melancolia, o próprio Freud já começara a se interessar por ela, como se demonstra pelo exame disso na anamnese do ‘Homem dos Lobos’ (1918b), escrita durante o outono de 1914, na qual aquela fase desempenhou um papel proeminente. (Ver *Standard Ed.*, 17, 106.) Alguns anos depois, em *Group Psychology* (1921c), *Standard Ed.*, 18. 105 e segs., onde o tema da identificação é retomado, explicitamente em continuação ao presente exame, uma modificação do conceito anterior - ou talvez apenas um esclarecimento do mesmo - parece surgir. A identificação, aprendemos ali, é algo que *precede* a catexia objetal, sendo distinta dela, embora ele ainda diga que ‘ela se comporta como um derivado da primeira fase, a oral’. Esse conceito de identificação é reiteradamente ressaltado em muitos dos escritos ulteriores de Freud, como, por exemplo, no Capítulo III de *The Ego and the Id* (1923b), onde ele escreve que a identificação com os pais ‘aparentemente não é, inicialmente, a conseqüência ou resultado de uma catexia objetal; é uma identificação direta e imediata, e se verifica mais cedo do que qualquer catexia objetal’.

O que mais tarde Freud parece ter considerado a característica mais significativa deste artigo foi, contudo, o relato do processo pelo qual, na melancolia, uma catexia objetal é substituída por uma identificação. No Cap. III de *The Ego and the Id*, argumentou que esse processo não se restringe à melancolia, mas é de ocorrência bastante geral. Essas identificações regressivas, ressaltou ele, são, em grande medida, a base do que descrevemos como o ‘caráter’ de uma pessoa. Mas, e isso era muito mais importante, ele sugeriu que as mais antigas dessas identificações regressivas - as derivadas da dissolução do complexo de Édipo - vêm ocupar uma posição muito especial, e formam, de fato, o núcleo do superego.

LUTO E MELANCOLIA

Tendo os sonhos nos servido de protótipo das perturbações mentais narcisistas na vida normal, tentaremos agora lançar alguma luz sobre a natureza da melancolia, comparando-a

com o afeto normal do luto. Dessa vez, porém, devemos começar por fazer uma confissão, como advertência contra qualquer superestimação do valor de nossas conclusões. A melancolia, cuja definição varia inclusive na psiquiatria descritiva, assume várias formas clínicas, cujo agrupamento numa única unidade não parece ter sido estabelecido com certeza, sendo que algumas dessas formas sugerem afecções antes somáticas do que psicogênicas. Nosso material, independentemente de tais impressões acessíveis a todo observador, limita-se a um pequeno número de casos de natureza psicogênica indiscutível. Desde o início, portanto abandonaremos toda e qualquer reivindicação à validade geral de nossas conclusões, e nos consolaremos com a reflexão de que, com os meios de pesquisa à nossa disposição hoje em dia, dificilmente descobriríamos alguma coisa que não fosse típica, se não de toda uma classe de perturbações, pelo menos de um pequeno grupo delas.

A correlação entre a melancolia e o luto parece ser justificada pelo quadro geral dessas duas condições. Além disso, as causas excitantes devidas a influências ambientais são, na medida em que podemos discerni-las, as mesmas para ambas as condições. O luto, de modo geral, é a reação à perda de um ente querido, à perda de alguma abstração que ocupou o lugar de um ente querido, como o país, a liberdade ou o ideal de alguém, e assim por diante. Em algumas pessoas, as mesmas influências produzem melancolia em vez de luto; por conseguinte, suspeitamos de que essas pessoas possuem uma disposição patológica. Também vale a pena notar que, embora o luto envolva graves afastamentos daquilo que constitui a atitude normal para com a vida, jamais nos ocorre considerá-lo como sendo uma condição patológica e submetê-lo a tratamento médico. Confiamos em que seja superado após certo lapso de tempo, e julgamos inútil ou mesmo prejudicial qualquer interferência em relação a ele.

Os traços mentais distintivos da melancolia são um desânimo profundamente penoso, a cessação de interesse pelo mundo externo, a perda da capacidade de amar, a inibição de toda e qualquer atividade, e uma diminuição dos sentimentos de auto-estima a ponto de encontrar expressão em auto-recriminação e auto-envilecimento, culminando numa expectativa delirante de punição. Esse quadro torna-se um pouco mais inteligível quando consideramos que, com uma única exceção, os mesmos traços são encontrados no luto. A perturbação da auto-estima está ausente no luto; afora isso, porém, as características são as mesmas. O luto profundo, a reação à perda de alguém que se ama, encerra o mesmo estado de espírito penoso, a mesma perda de interesse pelo mundo externo - na medida em que este não evoca esse alguém -, a mesma perda da capacidade de adotar um novo objeto de amor (o que significaria substituí-lo) e o mesmo afastamento de toda e qualquer atividade que não esteja ligada a pensamentos sobre ele. É fácil constatar que essa inibição e circunscrição do ego é expressão de uma exclusiva devoção ao luto, devoção que nada deixa a outros propósitos ou a outros interesses. E, realmente, só porque sabemos explicá-la tão bem é que essa atitude não nos parece patológica.

Parece-nos também uma comparação adequada chamar a disposição para o luto de

‘dolorosa’. É bem provável que vejamos a justificação disso quando estivermos em condições de apresentar uma caracterização da economia da dor.

Em que consiste, portanto, o trabalho que o luto realiza? Não me parece forçado apresentá-lo da forma que se segue. O teste da realidade revelou que o objeto amado não existe mais, passando a exigir que toda a libido seja retirada de suas ligações com aquele objeto. Essa exigência provoca uma oposição compreensível - é fato notório que as pessoas nunca abandonam de bom grado uma posição libidinal, nem mesmo, na realidade, quando um substituto já se lhes acena. Esta oposição pode ser tão intensa, que dá lugar a um desvio da realidade e a um apego ao objeto por intermédio de uma psicose alucinatória carregada de desejo. Normalmente, prevalece o respeito pela realidade, ainda que suas ordens não possam ser obedecidas de imediato. São executadas pouco a pouco, com grande dispêndio de tempo e de energia catexial, prolongando-se psiquicamente, nesse meio tempo, a existência do objeto perdido. Cada uma das lembranças e expectativas isoladas através das quais a libido está vinculada ao objeto é evocada e hipercatexizada, e o desligamento da libido se realiza em relação a cada uma delas. Por que essa transigência, pela qual o domínio da realidade se faz fragmentariamente, deve ser tão extraordinariamente penosa, de forma alguma é coisa fácil de explicar em termos de economia. É notável que esse penoso desprazer seja aceito por nós como algo natural. Contudo, o fato é que, quando o trabalho do luto se conclui, o ego fica outra vez livre e desinibido.

Apliquemos agora à melancolia o que aprendemos sobre o luto. Num conjunto de casos é evidente que a melancolia também pode constituir reação à perda de um objeto amado. Onde as causas excitantes se mostram diferentes, pode-se reconhecer que existe uma perda de natureza mais ideal. O objeto talvez não tenha realmente morrido, mas tenha sido perdido enquanto objeto de amor (como no caso, por exemplo, de uma noiva que tenha levado o fora). Ainda em outros casos nos sentimos justificados em sustentar a crença de que uma perda dessa espécie ocorreu; não podemos, porém, ver claramente o que foi perdido, sendo de todo razoável supor que também o paciente não pode conscientemente receber o que perdeu. Isso, realmente, talvez ocorra dessa forma, mesmo que o paciente esteja cômico da perda que deu origem à sua melancolia, mas apenas no sentido de que sabe *quem* ele perdeu, mas não o *que* perdeu nesse alguém. Isso sugeriria que a melancolia está de alguma forma relacionada a uma perda objetual retirada da consciência, em contraposição ao luto, no qual nada existe de inconsciente a respeito da perda.

No luto, verificamos que a inibição e a perda de interesse são plenamente explicadas pelo trabalho do luto no qual o ego é absorvido. Na melancolia, a perda desconhecida resultará num trabalho interno semelhante, e será, portanto, responsável pela inibição melancólica. A diferença consiste em que a inibição do melancólico nos parece enigmática porque não podemos ver o que é que o está absorvendo tão completamente. O melancólico exhibe ainda uma outra coisa que está ausente no luto - uma diminuição extraordinária de sua auto-estima,

um empobrecimento de seu ego em grande escala. No luto, é o mundo que se torna pobre e vazio; na melancolia, é o próprio ego. O paciente representa seu ego para nós como sendo desprovido de valor, incapaz de qualquer realização e moralmente desprezível; ele se repreende e se envilece, esperando ser expulso e punido. Degrada-se perante todos, e sente comiseração por seus próprios parentes por estarem ligados a uma pessoa tão desprezível. Não acha que uma mudança se tenha processado nele, mas estende sua autocrítica até o passado, declarando que nunca foi melhor. Esse quadro de um delírio de inferioridade (principalmente moral) é completado pela insônia e pela recusa a se alimentar, e - o que é psicologicamente notável - por uma superação do instinto que compele todo ser vivo a se apegar à vida.

Seria igualmente infrutífero, de um ponto de vista científico e terapêutico, contradizer um paciente que faz tais acusações contra seu ego. Certamente, de alguma forma ele deve estar com a razão, e descreve algo que é como lhe parece ser. Devemos, portanto, confirmar de imediato, e sem reservas, algumas de suas declarações. Ele se encontra, de fato, tão desinteressado e tão incapaz de amor e de realização quanto afirma. Mas isso, como sabemos, é secundário; trata-se do efeito do trabalho interno que lhe consome o ego - trabalho que, nos sendo desconhecido, é, porém, comparável ao do luto. O paciente também nos parece justificado em fazer outras auto-acusações; apenas, ele dispõe de uma visão mais penetrante da verdade do que outras pessoas que não são melancólicas. Quando, em sua exacerbada autocrítica, ele se descreve como mesquinho, egoísta, desonesto, carente de independência, alguém cujo único objetivo tem sido ocultar as fraquezas de sua própria natureza, pode ser, até onde sabemos, que tenha chegado bem perto de se compreender a si mesmo; ficamos imaginando, tão-somente, por que um homem precisa adoecer para ter acesso a uma verdade dessa espécie. Com efeito, não pode haver dúvida de que todo aquele que sustenta e comunica a outros uma opinião de si mesmo como esta (opinião que Hamlet tinha a respeito tanto de si quanto de todo mundo), está doente, quer fale a verdade, quer se mostre mais ou menos injusto para consigo mesmo. Tampouco é difícil ver que, até onde podemos julgar, não há correspondência entre o grau de autodegradação e sua real justificação. Uma mulher boa, capaz e conscienciosa, não terá palavras mais elogiosas para si mesma, durante a melancolia, do que uma que de fato seja desprovida de valor; realmente, talvez a primeira tenha mais probabilidades de contrair a doença do que a segunda, a cujo respeito também nós nada teríamos a dizer de bom. Por fim, deve ocorrer-nos que, afinal de contas, o melancólico não se comporta da mesma maneira que uma pessoa esmagada, de uma forma normal, pelo remorso e pela auto-recriminação. Sentimentos de vergonha diante de outras pessoas, que, mais do que qualquer outra coisa, caracterizariam essa última condição, faltam ao melancólico, ou pelo menos não são proeminentes nele. Poder-se-ia ressaltar a presença nele de um traço quase oposto, de uma insistente comunicabilidade, que encontra satisfação no desmascaramento de si mesmo.

O ponto essencial, portanto, não consiste em saber se a autodifamação aflitiva do melancólico é correta, no sentido de que sua autocrítica esteja de acordo com a opinião de

outras pessoas. O ponto consiste, antes, em saber se ele está apresentando uma descrição correta de sua situação psicológica. Ele perdeu seu amor-próprio e deve ter tido boas razões para tanto. É verdade que então nos deparamos com uma contradição que coloca um problema de difícil solução. A analogia com o luto nos levou a concluir que ele sofrera uma perda relativa a um objeto; o que o paciente nos diz aponta para uma perda relativa a seu ego.

Antes de passarmos a essa contradição, detenhamo-nos um pouco no conceito que a perturbação do melancólico oferece a respeito da constituição do ego humano. Vemos como nele uma parte do ego se coloca contra a outra, julga-a criticamente, e, por assim dizer, toma-a como seu objeto. Nossa desconfiança de que o agente crítico, que aqui se separa do ego, talvez também revele sua independência em outras circunstâncias, será confirmada ao longo de toda a observação ulterior. Realmente, encontraremos fundamentos para distinguir esse agente do restante do ego. Aqui, estamo-nos familiarizando com o agente comumente denominado ‘consciência’; vamos incluí-lo, juntamente com a censura da consciência e do teste da realidade, entre as principais instituições do ego, e poderemos provar que ela pode ficar doente por sua própria causa. No quadro clínico da melancolia, a insatisfação com o ego constitui, por motivos de ordem moral, a característica mais marcante. Frequentemente, a auto-avaliação do paciente se preocupa muito menos com a enfermidade do corpo, a feiúra ou a fraqueza, ou com a inferioridade social; quanto a essa categoria, somente seu temor da pobreza e as afirmações de que vai ficar pobre ocupam posição proeminente.

Há uma observação, de modo algum difícil de ser feita, que leva à explicação da contradição mencionada acima [no fim do penúltimo parágrafo]. Se se ouvir pacientemente as muitas e variadas auto-acusações de um melancólico, não se poderá evitar, no fim, a impressão de que frequentemente as mais violentas delas dificilmente se aplicam ao próprio paciente, mas que, com ligeiras modificações, se ajustam realmente a outrem, a alguém que o paciente ama, amou ou deveria amar. Toda vez que se examinam os fatos, essa conjectura é confirmada. É assim que encontramos a chave do quadro clínico: percebemos que as auto-recriminações são recriminações feitas a um objeto amado, que foram deslocadas desse objeto para o ego do próprio paciente.

A mulher que lamenta em altos brados o fato de o *marido* estar preso a uma esposa incapaz como ela, na verdade está acusando o marido de ser incapaz, não importando o sentido que ela possa atribuir a isso. Não há por que se surpreender com o fato de haver algumas auto-recriminações autênticas difundidas entre as que foram transpostas. Permite-se que estas se intrometam, de uma vez que ajudam a mascarar as outras e a tornar impossível o reconhecimento do verdadeiro estado de coisas. Além disso, elas derivam dos prós e dos contras do conflito amoroso que levou à perda do amor. Também o comportamento dos pacientes, agora, se torna bem mais inteligível. Suas queixas são realmente ‘queixumes’, no sentido antigo da palavra. Eles não se envergonham nem se ocultam, já que tudo de desairoso que dizem sobre eles próprios refere-se, no fundo, à outra pessoa. Além disso,

estão longe de demonstrar perante aqueles que o cercam uma atitude de humildade e submissão, única que caberia a pessoas tão desprezíveis. Pelo contrário, tornam-se as pessoas mais maçantes, dando sempre a impressão de que se sentem desconsideradas e de que foram tratadas com grande injustiça. Tudo isso só é possível porque as reações expressas em seu comportamento ainda procedem de uma constelação mental de revolta, que, por um certo processo, passou então para o estado esmagado de melancolia.

Não é difícil reconstruir esse processo. Existem, num dado momento, uma escolha objetal, uma ligação da libido a uma pessoa particular; então, devido a uma real desconsideração ou desapontamento proveniente da pessoa amada, a relação objetal foi destroçada. O resultado não foi o normal - uma retirada da libido desse objeto e um deslocamento da mesma para um novo -, mas algo diferente, para cuja ocorrência várias condições parecem ser necessárias. A catexia objetal provou ter pouco poder de resistência e foi liquidada. Mas a libido livre não foi deslocada para outro objeto; foi retirada para o ego. Ali, contudo, não foi empregada de maneira não especificada, mas serviu para estabelecer uma *identificação* do ego com o objeto abandonado. Assim a sombra do objeto caiu sobre o ego, e este pôde, daí por diante, ser julgado por um agente especial, como se fosse um objeto, o objeto abandonado. Dessa forma, uma perda objetal se transformou numa perda do ego, e o conflito entre o ego e a pessoa amada, numa separação entre a atividade crítica do ego e o ego enquanto alterado pela identificação.

Uma ou duas coisas podem ser diretamente inferidas no tocante às precondições e aos efeitos de um processo como este. Por um lado, uma forte fixação no objeto amado deve ter estado presente; por outro, em contradição a isso, a catexia objetal deve ter tido pouco poder de resistência. Conforme Otto Rank observou com propriedade, essa contradição parece implicar que a escolha objetal é efetuada numa base narcisista, de modo que a catexia objetal, ao se defrontar com obstáculos, pode retroceder para o narcisismo. A identificação narcisista com o objeto se torna, então, um substituto da catexia erótica, e, em conseqüência, apesar do conflito com a pessoa amada, não é preciso renunciar à relação amorosa. Essa substituição da identificação pelo amor objetal constitui importante mecanismo nas afecções narcisistas; Karl Laudauer (1914), recentemente, teve ocasião de indicá-lo no processo de recuperação num caso de esquizofrenia. Ele representa, naturalmente, uma *regressão* de um tipo de escolha objetal para o narcisismo original. Mostramos em outro ponto que a identificação é uma etapa preliminar da escolha objetal, que é a primeira forma - e uma forma expressa de maneira ambivalente - pela qual o ego escolhe um objeto. O ego deseja incorporar a si esse objeto, e, em conformidade com a fase oral ou canibalista do desenvolvimento libidinal em que se acha, deseja fazer isso devorando-o. Abraham, sem dúvida, tem razão em atribuir a essa conexão a recusa de alimento encontrada em formas graves de melancolia.

A conclusão que nossa teoria exigiria - a saber, que a tendência a adoecer de melancolia

(ou parte dessa tendência) reside na predominância do tipo narcisista da escolha objetal - infelizmente ainda não foi confirmada pela observação. Nas observações introdutórias deste artigo, admiti que o material empírico em que se fundamentou este estudo é insuficiente para as nossas necessidades. Se pudéssemos presumir um acordo entre os resultados da observação e o que inferimos, não hesitaríamos em incluir em nossa caracterização da melancolia essa regressão da catexia objetal para a fase oral ainda narcisista da libido. Também nas neuroses de transferência as identificações com o objeto de modo algum são raras; na realidade, constituem um conhecido mecanismo de formação de sintomas, especialmente na histeria. Contudo, a diferença entre a identificação narcisista e a histérica pode residir no seguinte: ao passo que na primeira a catexia objetal é abandonada, na segunda persiste e manifesta sua influência, embora isso em geral esteja confinado a certas ações e inervações isoladas. Seja como for, também nas neuroses de transferência a identificação é a expressão da existência de algo em comum, que pode significar amor. A identificação narcisista é a mais antiga das duas e prepara o caminho para uma compreensão da identificação histérica, que tem sido estudada menos profundamente.

A melancolia, portanto, toma emprestado do luto alguns dos seus traços e, do processo de regressão, desde a escolha objetal narcisista para o narcisismo, os outros. É por um lado, como o luto, uma reação à perda real de um objeto amado; mas, acima de tudo isso, é assinalada por uma determinante que se acha ausente no luto normal ou que, se estiver presente, transforma este em luto patológico. A perda de um objeto amoroso constitui excelente oportunidade para que a ambivalência nas relações amorosas se faça efetiva e manifesta. Onde existe uma disposição para a neurose obsessiva, o conflito devido à ambivalência empresta um cunho patológico ao luto, forçando-o a expressar-se sob forma de auto-recriminação, no sentido de que a própria pessoa enlutada é culpada pela perda do objeto amado, isto é, que ela a desejou. Esses estados obsessivos de depressão que se seguem à morte de uma pessoa amada revelam-nos o que o conflito devido à ambivalência pode alcançar por si mesmo quando também não há uma retração regressiva da libido. Na melancolia, as ocasiões que dão margem à doença vão, em sua maior parte, além do caso nítido de uma perda por morte, incluindo as situações de desconsideração, desprezo ou desapontamento, que podem trazer para a relação sentimentos opostos de amor e ódio, ou reforçar uma ambivalência já existente. Esse conflito devido à ambivalência, que por vezes surge mais de experiências reais, por vezes mais de fatores constitucionais, não deve ser desprezado entre as precondições da melancolia. Se o amor pelo objeto - um amor que não pode ser renunciado, embora o próprio objeto o seja - se refugiar na identificação narcisista, então o ódio entra em ação nesse objeto substitutivo, dele abusando, degradando-o, fazendo-o sofrer e tirando satisfação sádica de seu sofrimento. A autotortura na melancolia, sem dúvida agradável, significa, do mesmo modo que o fenômeno correspondente na neurose obsessiva, uma satisfação das tendências do sadismo e do ódio relacionadas a um objeto, que retornaram ao próprio eu do indivíduo nas formas que vimos examinando. Via de regra, em ambas as desordens, os pacientes ainda conseguem, pelo caminho indireto da autopunição, vingar-se do objeto original e torturar o ente amado através de sua doença, à

qual recorrem a fim de evitar a necessidade de expressar abertamente sua hostilidade para com ele. Afinal de contas, a pessoa que ocasionou a desordem emocional do paciente, e na qual na doença se centraliza, em geral se encontra em seu ambiente imediato. A catexia erótica do melancólico no tocante a seu objeto sofreu assim uma dupla vicissitude: parte dela retrocedeu à identificação, mas a outra parte, sob a influência do conflito devido à ‘ambivalência’, foi levada de volta à etapa de sadismo que se acha mais próxima do conflito.

É exclusivamente esse sadismo que soluciona o enigma da tendência ao suicídio, que torna a melancolia tão interessante - e tão perigosa. Tão imenso é o amor de si mesmo do ego (*self-love*), que chegamos a reconhecer como sendo o estado primevo do qual provém a vida instintual, e tão vasta é a quantidade de libido narcisista que vemos liberada no medo surgido de uma ameaça à vida, que não podemos conceber como esse ego consente em sua própria destruição. De há muito, é verdade, sabemos que nenhum neurótico abriga pensamentos de suicídio que não consistam em impulsos assassinos contra outros, que ele volta contra si mesmo, mas jamais fomos capazes de explicar que forças interagem para levar a cabo esse propósito. A análise da melancolia mostra agora que o ego só pode se matar se, devido ao retorno da catexia objetual, puder tratar a si mesmo como um objeto - se for capaz de dirigir contra si mesmo a hostilidade relacionada a um objeto, e que representa a reação original do ego para com objetos do mundo externo. Assim, na regressão desde a escolha objetual narcisista, é verdade que nos livramos do objeto; ele, não obstante, se revelou mais poderoso do que o próprio ego. Nas duas situações opostas, de paixão intensa e de suicídio, o ego é dominado pelo objeto, embora de maneiras totalmente diferentes.

Quanto ao marcante traço particular da melancolia que mencionamos [ver em [1]], a proeminência do medo de ficar pobre, parece plausível supor que se origina do erotismo anal que foi arrancado de seu contexto e alterado num sentido regressivo.

A melancolia ainda nos confronta com outros problemas, cuja resposta em parte nos escapa. O fato de desaparecer após certo tempo, sem deixar quaisquer vestígios de grandes alterações, é uma característica que ela compartilha com o luto. Verificamos, à guisa de explanação [ver em [1] e [2]], que, no luto, se necessita de tempo para que o domínio do teste da realidade seja levado a efeito em detalhe, e que, uma vez realizado esse trabalho, o ego consegue libertar sua libido do objeto perdido. Podemos imaginar que o ego se ocupa com um trabalho análogo no decorrer de uma melancolia; em nenhum dos dois casos dispomos de qualquer compreensão interna (*insight*) da economia do curso dos eventos. Na melancolia, a insônia atesta a rigidez da condição, a impossibilidade de se efetuar o retraimento geral das catexias necessário ao sono. O complexo de melancolia se comporta como uma ferida aberta, atraindo a si as energias catexiais - que nas neuroses de

transferência denominamos de ‘anticatexias’ - provenientes de todas as direções, e esvaziando o ego até este ficar totalmente empobrecido. Facilmente, esse complexo pode provar ser resistente ao desejo, por parte do ego, de dormir.

O que provavelmente é um fator somático, fator este que não pode ser explicado psicologicamente, torna-se visível na melhoria regular da condição, que se verifica por volta do anoitecer. Essas considerações nos levam a perguntar se uma perda no ego, independentemente do objeto - um golpe puramente narcisista contra o ego -, não bastará para produzir o quadro de melancolia, e se um empobrecimento da libido do ego, diretamente por causa de toxinas, não será capaz de produzir certas formas da doença.

A característica mais notável da melancolia, e aquela que mais precisa de explicação, é sua tendência a se transformar em mania - estado este que é o oposto dela em seus sintomas. Como sabemos, isso não acontece a toda melancolia. Alguns casos seguem seu curso em recaídas periódicas, entre cujos intervalos sinais de mania talvez estejam inteiramente ausentes ou sejam apenas muito leves. Outros revelam a alteração regular de fases melancólicas e maníacas que leva à hipótese de uma insanidade circular. Veríamo-nos tentados a considerar esses casos como não sendo psicogênicos, se não fosse o fato de que o método psicanalítico conseguiu chegar a uma solução e efetuar uma melhoria terapêutica em vários casos precisamente dessa espécie. Não é apenas permissível, portanto, mas imperioso, estender uma explanação analítica da melancolia também à mania.

Não posso prometer que essa tentativa venha a ser inteiramente satisfatória. Mal nos leva além da possibilidade de tomarmos nossa orientação inicial. Temos duas coisas a empreender: a primeira é uma impressão psicanalítica; a segunda, o que talvez possamos chamar de um tema de experiência econômica geral. A impressão que vários investigadores psicanalíticos já puseram em palavras é que o conteúdo da mania em nada difere do da melancolia, que ambas as desordens lutam com o mesmo ‘complexo’, mas que provavelmente, na melancolia, o ego sucumbe ao complexo, ao passo que, na mania, domina-o ou o põe de lado. Nosso segundo indicador é proporcionado pela observação de que todos os estados, tais como a alegria, a exultação ou o triunfo, que nos fornecem o modelo normal para a mania, dependem das mesmas condições econômicas. Aqui, aconteceu que, como resultado de alguma influência, um grande dispêndio de energia psíquica, de há muito mantido ou que ocorre habitualmente, finalmente se torna desnecessário, de modo que se encontra disponível para numerosas aplicações e possibilidades de descarga - quando, por exemplo, algum pobre miserável, ganhando uma grande soma de dinheiro, fica subitamente aliviado da preocupação crônica com seu pão de cada dia, ou quando uma longa e árdua luta se vê afinal coroada de êxito, ou quando um homem se encontra em condições de se desfazer, de um só golpe, de alguma compulsão opressiva, alguma posição falsa que teve de manter por muito tempo, e assim por diante. Todas essas situações se caracterizam pela animação, pelos sinais de descarga de uma emoção jubilosa e por maior disposição para todas as espécies de ação - da mesma maneira que na mania, e em completo contraste

com a depressão e a inibição da melancolia. Podemos aventurar-nos a afirmar que a mania nada mais é do que um triunfo desse tipo; só que aqui, mais uma vez, aquilo que o ego dominou e aquilo sobre o qual está triunfando permanecem ocultos dele. A embriaguez alcoólica, que pertence à mesma classe de estados, pode (na medida em que é de exaltação) ser explicada da mesma maneira; aqui, provavelmente, ocorre uma suspensão, produzida por toxinas, de dispêndios de energia na repressão. A opinião popular gosta de presumir que uma pessoa num estado maníaco desse tipo se deleita no movimento e na ação porque ela é muito 'alegre'. Naturalmente, essa falsa conexão deve ser corrigida. O fato é que a condição econômica na mente do indivíduo, mencionada acima, foi atendida, sendo essa a razão por que ele se acha tão animado, por um lado, e tão desinibido em sua ação, por outro.

Se reunirmos essas duas indicações, encontraremos o seguinte. Na mania, o ego deve ter superado a perda do objeto (ou seu luto pela perda, ou talvez o próprio objeto), e, conseqüentemente, toda a quota de anticatexia que o penoso sofrimento da melancolia tinha atraído para si vinda do ego e 'vinculado' se terá tornado disponível [ver em [1]]. Além disso, o indivíduo maníaco demonstra claramente sua liberação do objeto que causou seu sofrimento, procurando, como um homem vorazmente faminto, novas catexias objetais.

Essa explicação certamente parece plausível, mas, em primeiro lugar, é por demais indefinida, e, em segundo, dá margem a mais novos problemas e dúvidas do que podemos responder. Não fugiremos a um exame dos mesmos, embora não possamos esperar que esse exame nos leve a uma compreensão nítida.

Em primeiro lugar, também o luto normal supera a perda de objeto, e também, enquanto persiste, absorve todas as energias do ego. Por que, então, depois de seguir seu curso, não há, em seu caso, qualquer indício da condição econômica necessária a uma fase de triunfo? Acho impossível responder a essa objeção diretamente. Também chama a nossa atenção para o fato de que nem sequer conhecemos os meios econômicos pelos quais o luto executa sua tarefa [ver em [1]]. Possivelmente, contudo, uma conjectura nos ajudará aqui. Cada uma das lembranças e situações de expectativa que demonstram a ligação da libido ao objeto perdido se defrontam com o veredicto da realidade segundo o qual o objeto não mais existe; e o ego, confrontado, por assim dizer, com a questão de saber se partilhará desse destino, é persuadido, pela soma das satisfações narcisistas que deriva de estar vivo, a romper sua ligação com o objeto abolido. Talvez possamos supor que esse trabalho de rompimento seja tão lento e gradual, que, na ocasião em que tiver sido concluído, o dispêndio de energia necessária a ele também se tenha dissipado.

É tentador continuar a partir dessa conjectura sobre o trabalho do luto e tentar apresentar um relato do trabalho da melancolia. Aqui, de início, nos defrontamos com uma incerteza. Até agora, quase não consideramos a melancolia do ponto de vista topográfico, nem perguntamos a nós mesmos, nesse meio tempo, em que ou entre que sistemas psíquicos o trabalho de melancolia se processa. Que parte dos processos mentais da doença ainda se

verifica em conexão com as catexias objetais inconscientes abandonadas, e que parte em conexão com seu substituto, por identificação, no ego?

A resposta rápida e fácil é que ‘a apresentação (da coisa) inconsciente do objeto foi abandonada pela libido’. Na realidade, contudo, essa apresentação é composta de inumeráveis impressões isoladas (ou traços inconscientes delas) e essa retirada da libido não é um processo que possa ser realizado num momento, mas deve, por certo, como no luto, ser um processo extremamente prolongado e gradual. Se ele começa simultaneamente em vários pontos ou se segue alguma espécie de seqüência fixa não é fácil decidir; nas análises, torna-se freqüentemente evidente que primeiro uma lembrança, e depois outra, é ativada, e que os lamentos que soam sempre como os mesmos, e são tediosos em sua monotonia, procedem, não obstante, cada vez de uma fonte inconsciente diferente. Se o objeto não possui uma tão grande importância para o ego - importância reforçada por mil elos -, então também sua perda não será suficiente para provocar quer o luto, quer a melancolia. Essa característica de separar pouco a pouco a libido deve, portanto, ser atribuída de igual modo ao luto e à melancolia, sendo provavelmente apoiada pela mesma situação econômica e servindo aos mesmos propósitos em ambos.

Como já vimos, contudo [ver em [1] e segs.], a melancolia contém algo mais que o luto normal. Na melancolia, a relação com o objeto não é simples; ela é complicada pelo conflito devido a uma ambivalência. Esta ou é constitucional, isto é, um elemento de toda relação amorosa formada por esse ego particular, ou provém precisamente daquelas experiências que envolveram a ameaça da perda do objeto. Por esse motivo, as causas excitantes da melancolia têm uma amplitude muito maior do que as do luto, que é, na maioria das vezes, ocasionado por uma perda real do objeto, por sua morte. Na melancolia, em consequência, travam-se inúmeras lutas isoladas em torno do objeto, nas quais o ódio e o amor se digladiam; um procura separar a libido do objeto, o outro, defender essa posição da libido contra o assédio. A localização dessas lutas isoladas só pode ser atribuída ao sistema *Ics.*, a região dos traços de memória de *coisas* (em contraste com as catexias da *palavra*). No luto, também, os esforços para separar a libido são envidados nesse mesmo sistema; mas nele nada impede que esses processos sigam o caminho normal através do *Pcs.* até a consciência. Esse caminho, devido talvez a um certo número de causas ou a uma combinação delas, está bloqueado para o trabalho da melancolia. A ambivalência constitucional pertence por natureza ao reprimido; as experiências traumáticas em relação ao objeto podem ter ativado outro material reprimido. Assim, tudo que tem que ver com essas lutas devidas à ambivalência permanece retirado da consciência, até que o resultado característico da melancolia se fixe. Isso, como sabemos, consiste no abandono, por fim, do objeto pela catexia libidinal ameaçada, só que, porém, para recuar ao local do ego de onde tinha provindo. Dessa forma, refugiando-se no ego, o amor escapa à extinção. Após essa regressão da libido, o processo pode tornar-se consciente, sendo representado à consciência como um conflito entre uma parte do ego e o agente crítico.

No trabalho da melancolia, portanto, a consciência está cônica de uma parte que não é essencial, e nem sequer é uma parte à qual possamos atribuir o mérito de ter contribuído para o término da doença. Vemos que o ego se degrada e se enfurece contra si mesmo, e compreendemos tão pouco quanto o paciente a que é que isso pode levar e como pode modificar-se. De forma mais imediata, podemos atribuir tal função à parte *inconsciente* do trabalho, pois não é difícil perceber uma analogia essencial entre o trabalho da melancolia e o do luto. Do mesmo modo que o luto compele o ego a desistir do objeto, declarando-o morto e oferecendo ao ego o incentivo de continuar a viver [ver em [1]], assim também cada luta isolada da ambivalência distende a fixação da libido ao objeto, depreciando-o, denegrindo-o e mesmo, por assim dizer, matando-o. É possível que o processo no *Ics.* chegue a um fim, quer após a fúria ter-se dissipado, quer após o objeto ter sido abandonado como destituído de valor. Não podemos dizer qual dessas duas possibilidades é a regular ou a mais usual para levar a melancolia a um fim, nem que influência esse término exerce sobre o futuro curso do caso. O ego pode derivar daí a satisfação de saber que é o melhor dos dois, que é superior ao objeto.

Mesmo que aceitemos esse conceito a respeito do trabalho da melancolia, ele ainda não proporciona uma explanação do único ponto que nos interessa esclarecer. Esperávamos que a condição econômica para o surgimento da mania, após a melancolia ter seguido o seu curso, fosse encontrada na ambivalência que domina essa afecção, e nisso encontramos um apoio proveniente de analogias em vários outros campos. Mas existe um fato diante do qual essa expectativa tem de se render. Das três precondições da melancolia - perda do objeto, ambivalência e regressão da libido ao ego -, as duas primeiras também se encontram nas auto-recriminações obsessivas que surgem depois da ocorrência de uma morte. Indubitavelmente, nesses casos é a ambivalência que constitui a força motora do conflito, revelando-nos a observação que, depois de determinado o conflito, nada mais resta que se assemelhe ao triunfo de um estado de mente maníaco. Somos levados assim a considerar o terceiro fator como o único responsável pelo resultado. O acúmulo de catexia que, de início, fica vinculado e, terminado o trabalho da melancolia, se torna livre, fazendo com que a mania seja possível, deve ser ligado à regressão da libido ao narcisismo. O conflito dentro do ego, que a melancolia substitui pela luta pelo objeto, deve atuar como uma ferida dolorosa que exige uma anticatexia extraordinariamente elevada. - Aqui, porém, mais uma vez, será bom parar e adiar qualquer outra explicação da mania até que tenhamos obtido certa compreensão interna (*insight*) da natureza econômica, primeiro da dor física, depois da dor mental análoga a ela. Conforme já sabemos, a interdependência dos complicados problemas da mente nos força a interromper qualquer indagação antes que esta esteja concluída - até que o resultado de uma outra indagação possa vir em sua ajuda.

APÊNDICE: RELAÇÃO DOS TRABALHOS DE FREUD QUE TRATAM PRINCIPALMENTE DA TEORIA PSICOLÓGICA GERAL

[Cada título vem precedido de uma data que corresponde ao ano durante o qual o trabalho em questão provavelmente foi escrito. A data da publicação aparece no final e essa data servirá de referência para informações mais detalhadas sobre o trabalho na Bibliografia e no Índice Remissivo de Autores. Os itens entre colchetes foram publicados postumamente.]

[1895‘Um Projeto para uma Psicologia Científica’ (1950a).]

[1896Cartas a Fliess de 1º de janeiro e 6 de dezembro (1950a).]

1899 *A Interpretação de Sonhos*, Capítulo VII (1900a).

1910-11‘Formulações sobre os Dois Princípios do Funcionamento Mental’(1911b).

1911‘Notas Psicanalíticas sobre um Relato Autobiográfico de um Caso deParanóia

(*Dementia Paranoides*)', Seção III (1911c).

1912'Uma Nota sobre o Inconsciente na Psicanálise (1912g).

1914'Sobre o Narcisismo: Uma Introdução' (1914c).

1915'Os Instintos e suas Vicissitudes' (1915c).

1915'Repressão' (1915d).

1915'O Inconsciente' (1915e).

1915'Um Suplemento Metapsicológico à Teoria dos Sonhos' (1917d).

1915'Luto e Melancolia' (1917e).

1916-17 *Conferências Introdutórias sobre a Psicanálise*, Conferências XXII e XXVI (1916-17).

1920 *Mais Além do Princípio do Prazer* (1920g).

1921 *Psicologia de Grupo e a Análise do Ego*, Capítulos VII e XI (1921c).

1922'Dois Artigos de Enciclopédia: (B) A Teoria da Libido' (1923a).

1923O Ego e o Id (1923b).

1924'Neurose e Psicose' (1924b).

1924'O Problema Econômico do Masoquismo' (1924c).

1924'A Perda da Realidade na Neurose e na Psicose' (1924e).

1925'Uma Nota sobre o "Bloco de Escrever Mágico"', (1925a).

1925'Negação' (1925h).

1929O *Mal-Estar na Civilização*, Capítulos VI, VII e VIII (1930a).

1932 *Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise*, ConferênciasXXXI e XXXII (1933a).

[1938 *Esboço de Psicanálise*, Capítulos I, II, IV, VIII e IX (1940a).

[1938‘Algumas Lições Elementares de Psicanálise’ (1940b).]

UM CASO DE PARANÓIA QUE CONTRARIA A TEORIA PSICANALÍTICA DA DOENÇA (1915)

MITTEILUNG EINES DER PSYCHOANALYTISCHEN - THEORIE
WINDERSPRECHENDENFALLES VON PARANOIA

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1915 *Int. Z. Psychoanal.*, 3 (6), 321-9.

1918 *S.K.S.N.*, 4, 125-138. (1922, 2ª ed.)

1924 *G.S.*, 5, 288-300.

1926 *Psychoanalyse der Neurosen*, 23-37.

1931 *Neurosenlehre und Technik*, 23-36.

1946 *G.W.*, 10, 234-246.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘A Case of Paranoia Running Counter to the Psycho-Analytical Theory of the Disease’

1924 *C.P.*, 2, 151-161. (Trad. E. Glover.)

A presente tradução inglesa se baseia na que foi publicada em 1924.

A anamnese apresentada neste artigo serve como confirmação ao conceito formulado por Freud em sua análise de Schreber (1911c), segundo o qual existe estreita ligação entre a paranóia e o homossexualismo. Constitui, incidentalmente, uma lição objetiva para clínicos quanto ao perigo de fundamentarem uma opinião apressada sobre um caso num conhecimento superficial dos fatos. As últimas páginas contêm algumas observações interessantes de natureza mais geral sobre os processos em ação durante um conflito neurótico.

UM CASO DE PARANÓIA QUE CONTRARIA A TEORIA PSICANALÍTICA DA DOENÇA

Há alguns anos um advogado bastante conhecido consultou-me a respeito de um caso que havia despertado certas dúvidas em seu espírito. Uma jovem pedira-lhe que a protegesse das investidas de um homem que a arrastava para uma aventura amorosa. Declarou que esse homem abusara de sua confiança, pois conseguira que testemunhas ocultas os fotografassem enquanto faziam amor; agora, com a exibição das fotografias, ele estava em condições de

desonrá-la e forçá-la a pedir demissão do emprego. Seu advogado era bastante experiente para reconhecer o cunho patológico dessa acusação; observou, contudo, que, como aquilo que parece incrível muitas vezes na realidade acontece, gostaria de ouvir a opinião de um psiquiatra sobre o assunto. Prometeu visitar-me novamente na companhia da queixosa.

(Antes de prosseguir o relato, devo confessar que modifiquei o *milieu* do caso a fim de manter incógnitas as pessoas interessadas, mas não alterei mais nada. Considero prática errônea, por excelente que seja o motivo, alterar qualquer detalhe na apresentação de um caso. Jamais se pode dizer qual aspecto de um caso pode ser escolhido por um leitor capaz de julgamento independente, correndo-se o risco de induzi-lo a erro.)

Logo depois, travei conhecimento pessoal com a paciente. Muito atraente e bela, contava trinta anos de idade e parecia muito mais jovem do que na verdade era, possuindo um tipo marcadamente feminino. Era evidente que se ressentia da interferência de um médico, e não se deu ao trabalho de ocultar sua desconfiança. Estava claro que só a influência de seu advogado, que se achava presente, a induziu a narrar-me a história que se segue e que me trouxe um problema que será mencionado depois. Nem por sua atitude, nem por qualquer espécie de expressão de emoção, traía ela a menor vergonha ou acanhamento, como era de esperar que sentisse na presença de um estranho. Mostrou-se inteiramente dominada pela apreensão provocada por sua experiência.

Por muitos anos ela fizera parte do quadro de uma grande firma comercial, onde ocupava um cargo de responsabilidade. Seu trabalho lhe proporcionara satisfação e tinha sido apreciado por seus superiores. Jamais procurara casos amorosos com homens, tendo vivido tranqüilamente com sua velha mãe, de quem era o único arrimo. Não tinha irmãos nem irmãs, e o pai morrera havia já muitos anos. Recentemente, um empregado da mesma firma, homem bastante culto e atraente, lhe dispensara atenções, e ela, por sua vez, se sentira atraída por ele. Por motivos externos, o casamento estava fora de cogitação, embora o homem não quisesse ouvir falar de desistir de sua relação por causa disso. Suplicara que não fazia sentido sacrificar às convenções sociais tudo aquilo que ambos tinham desejado ardentemente e que tinham o direito indiscutível de desfrutar, algo que, como nenhuma outra coisa, poderia enriquecer-lhes a vida. Como prometera não expô-la a qualquer risco, ela por fim consentira em visitá-lo em seus aposentos de solteiro durante o dia. Ali, deitados um ao lado do outro, beijaram-se e abraçaram-se, e ele começou a admirar os encantos então parcialmente revelados. De repente, no meio dessa cena idílica, ela se assustou com um ruído, uma espécie de pancada ou estalido, vindo da escrivaninha, junto à janela; o espaço entre a escrivaninha e a janela era parcialmente ocupado por uma pesada cortina. Imediatamente ela perguntou ao amigo o que significava aquele barulho, tendo sido informada, pelo menos foi o que ela disse, que provavelmente viera do pequeno relógio sobre a escrivaninha. Aventurar-me-ei, contudo, a comentar em seguida essa parte da narrativa.

Ao sair da casa, ela se encontrou com dois indivíduos na escada, que murmuraram algo entre si quando a viram. Um dos estranhos carregava um embrulho que parecia uma pequena caixa. Ela ficou muito preocupada com esse encontro e, a caminho de sua casa, já havia concatenado as seguintes idéias: a caixa poderia muito bem ter sido uma máquina fotográfica e o homem, um fotógrafo que ficara escondido por detrás da cortina enquanto ela se encontrava no quarto; o estalido fora o ruído do obturador; a fotografia fora tirada tão logo ele a viu numa posição particularmente comprometedor, que desejava registrar. A partir daquele momento, nada pôde diminuir sua suspeita em relação ao amante. Ela passou a persegui-lo com recriminações e a atormentá-lo com pedidos de explicações e garantias, não apenas quando se encontravam, como também por correspondência. Em vão, porém, ele tentou convencê-la de que seus sentimentos eram sinceros e de que as desconfianças dela eram inteiramente destituídas de fundamento. Por fim, ela visitou o advogado, narrou-lhe sua experiência e entregou-lhe as cartas que o suspeito lhe havia escrito sobre o incidente. Depois, tive oportunidade de ver algumas dessas cartas. Causaram-me impressão bastante favorável; consistiam, principalmente, em expressões de pesar pelo fato de que uma relação tão bela e terna tivesse sido destruída por uma ‘infeliz idéia mórbida.’

Quase não preciso justificar minha concordância com esse julgamento. Mas o caso tinha um interesse especial para mim, além de um mero diagnóstico. Já se expressara, na literatura psicanalítica, o conceito de que os pacientes que sofrem de paranóia lutam contra uma intensificação de suas tendências homossexuais - fato que aponta para uma escolha objetal narcisista. E posteriormente já se fizera uma outra interpretação: que o perseguidor é, no fundo, alguém que o paciente ama ou já amou no passado. Uma síntese das duas proposições nos levaria à conclusão necessária de que o perseguidor deve ser do mesmo sexo que a pessoa perseguida. Não sustentamos, é verdade, como universalmente válida e sem exceção, a tese de que a paranóia é determinada pelo homossexualismo, mas isso apenas porque nossas observações não eram suficientemente numerosas; tratava-se de uma dessas teses que, em vista de certas considerações, só se tornam importantes quando se pode reivindicar para elas uma aplicação universal. Na literatura psiquiátrica, por certo, não faltam casos em que o paciente se imagina perseguido por uma pessoa de sexo oposto. Uma coisa, contudo, é ler a respeito de tais casos, e outra bem diversa é entrar em contato pessoal com um deles. Minhas próprias observações e análises, e as dos meus amigos, haviam até então confirmado a relação entre a paranóia e o homossexualismo sem qualquer dificuldade. Mas o presente caso contradizia isso com toda ênfase. A moça parecia estar-se defendendo contra o amor por um homem, transformando diretamente o amante num perseguidor: não havia sinais da influência de uma mulher, nenhum vestígio de luta contra uma ligação homossexual.

Nessas circunstâncias, a coisa mais simples teria sido abandonar a teoria de que o delírio de perseguição invariavelmente depende do homossexualismo, abandonando ao mesmo tempo tudo o que decorria dessa teoria. Ou abandonamos a teoria, ou, em vista desse afastamento de nossas expectativas, devemos tomar o partido do advogado e presumir que não se tratavam de uma combinação paranóica, mas de uma experiência real que fora

corretamente interpretada. Contudo, vi outra saída, pela qual um veredicto final poderia ser momentaneamente adiado. Recordei-me de quantas vezes são adotados conceitos errôneos sobre pessoas psiquicamente doentes, simplesmente porque o médico não as estudou suficientemente e, assim, não aprendeu o bastante a seu respeito. Por conseguinte, disse que não podia formar uma opinião imediata, e pedi à paciente que me fizesse outra visita, quando então poderia relatar-me sua história mais uma vez, com maior amplitude, e acrescentar quaisquer detalhes subsidiários que talvez tivessem sido omitidos. Graças à influência do advogado, consegui essa promessa da relutante paciente; ele ainda me ajudou de outra maneira, dizendo que em nosso segundo encontro sua presença seria desnecessária.

A história que me foi narrada pela paciente nessa segunda ocasião não entrou em choque com a anterior, mas os detalhes adicionais que ela forneceu dissiparam todas as dúvidas e dificuldades. Para começar, ela visitara o jovem em seus aposentos não uma, mas duas vezes. Foi na segunda ocasião que ela ficou perturbada com o ruído suspeito: em sua história original ela suprimiu, ou deixou de mencionar, a primeira visita porque não lhe parecera importante. Nessa primeira visita, não aconteceu nada digno de nota, mas no dia seguinte aconteceu. Seu departamento na firma era dirigido por uma senhora idosa, por ela descrita da seguinte forma: ‘Ela tem cabelos brancos como minha mãe’. Essa chefe idosa tinha grande apreço por ela e a tratava com afeição, embora algumas vezes implicasse com ela: a moça se considerava como de sua predileção especial. No dia subsequente à sua primeira visita aos aposentos do jovem, ele apareceu no escritório para discutir um assunto de natureza comercial com essa senhora idosa. Enquanto conversavam em voz baixa, a paciente de súbito se convenceu de que ele falava de sua aventura do dia anterior - na realidade, de que os dois vinham tendo há algum tempo um caso amoroso, do qual, até então, ela não se tinha apercebido. A maternal e idosa senhora de cabelos brancos agora sabia de tudo, e sua conversa e conduta no decorrer do dia confirmaram a suspeita da paciente. Na primeira oportunidade, ela recriminou o amante por sua traição. Ele, como é natural, protestou veementemente contra o que denominou de uma acusação sem sentido. Por algum tempo, de fato, conseguiu libertá-la de seu delírio, tendo ela recuperado bastante confiança para repetir sua visita aos aposentos do jovem pouco tempo - creio que algumas semanas - depois. O restante já sabemos pela sua primeira narrativa.

Em primeiro lugar, essa nova informação elimina quaisquer dúvidas quanto à natureza patológica de sua suspeita. É fácil ver que a idosa chefe de cabelos brancos era uma substituta da mãe; que, apesar da sua juventude, o amante fora posto no lugar do pai dela; e que fora a força do seu complexo materno que impelira a paciente a suspeitar de uma relação amorosa entre esses parceiros mal ajustados, por mais improvável que tal relação pudesse ser. Além do mais, isso remove a aparente contradição com a expectativa, baseada na teoria psicanalítica, de que o desenvolvimento de um delírio de perseguição virá a ser determinado por uma ligação homossexual muito poderosa. Aqui, o perseguidor *original* - o agente de cuja influência a paciente deseja escapar - é mais uma vez não um homem mas uma mulher. A chefe soube da relação amorosa da moça, desaprovou-a, e demonstrou sua

desaprovação mediante insinuações misteriosas. O apreço da paciente a seu próprio sexo se opunha a suas tentativas de adotar uma pessoa do outro sexo como objeto amoroso. Seu amor pela mãe se tornara o porta-voz de todas as tendências que, desempenhando o papel de uma 'consciência', procuram embargar o primeiro passo de uma moça na nova estrada que leva à satisfação sexual normal - sob muitos aspectos perigosa -, e na realidade conseguiu perturbar sua relação com homens.

Quando uma mãe obsta ou detém a atividade sexual de uma filha, está realizando uma função normal cujos fundamentos são estabelecidos pelos eventos na infância, cujos motivos são perigosos e inconscientes, e que recebeu a sanção da sociedade. Constitui tarefa da filha emancipar-se dessa influência e resolver por si mesma, num terreno amplo e racional, qual deverá ser sua parcela de fruição ou negação do prazer sexual. Se, na tentativa de emancipar-se, vier a ser vítima de uma neurose, isso implica a presença de um complexo materno que, em geral, é superpoderoso e por certo não dominado. O conflito entre esse complexo e a nova direção tomada pela libido é tratado sob a forma de uma ou outra neurose, segundo a disposição do indivíduo. A manifestação da reação neurótica será sempre determinada, contudo, não por sua relação atual com o que sua mãe é hoje, mas pelas relações infantis com sua imagem mais antiga da mãe.

Sabemos que nossa paciente era órfã de pai havia muitos anos: também podemos supor que ela não deveria ter-se conservado afastada de homens até a idade de trinta anos, se não tivesse sido apoiada por uma poderosa ligação emocional com sua mãe. Esse apoio tornou-se um pesado jugo quando sua libido começou a se voltar para um homem em resposta a seus insistentes galanteios. Ela tentou libertar-se, desfazer-se de sua ligação homossexual; e sua disposição, que não precisa ser examinada aqui, permitiu que isso ocorresse sob a forma de um delírio paranóico. A mãe tornou-se assim a observadora e a perseguidora hostil e malévola. Como tal, ela poderia ter sido dominada, se o complexo materno não tivesse conservado bastante força para levar a cabo seu propósito de manter a paciente à distância dos homens. Assim, no fim da primeira fase do conflito, a paciente se tinha afastado da mãe sem se ter passado definitivamente para o homem. Na realidade, ambos tramavam contra ela. Em seguida, os vigorosos esforços do homem conseguiram atraí-la decisivamente para ele. Ela superou a oposição da mãe em sua mente e estava disposta a conceder ao amante um segundo encontro. No desenrolar ulterior dos acontecimentos, a mãe não reapareceu, mas podemos insistir com segurança que, nessa [primeira] fase, o amante não se convertera diretamente no perseguidor, mas *através* da mãe e em virtude da relação dele com a mãe, que desempenhara o papel principal no primeiro delírio.

Pensaríamos que agora a resistência estava definitivamente superada, que a moça, até então vinculada à mãe, conseguira chegar a amar um homem. Mas, após a segunda visita, surgiu um novo delírio, que, fazendo uso engenhoso de algumas circunstâncias acidentais, destruiu esse amor e assim atingiu com êxito o propósito do complexo materno. Ainda parece estranho que uma mulher tenha de se proteger de amar um homem por meio de um

delírio paranóico; antes, porém, de examinarmos mais detidamente esse estado de coisas, lancemos um olhar às circunstâncias acidentais que formaram a base desse segundo delírio, exclusivamente dirigido contra o homem.

Deitada parcialmente despida no sofá ao lado do amante, ela ouviu um ruído semelhante a um estalido ou batida. Não conhecia a sua causa, mas atinou com uma interpretação após ter-se encontrado com dois homens na escada, um dos quais carregava algo que parecia uma caixa tampada. Convenceu-se de que alguém, agindo segundo instruções do amante, a observara e fotografara durante seu íntimo *tête-à-tête*. Nem por um momento imaginou, naturalmente, que, se o malfadado ruído não tivesse ocorrido, o delírio não se teria formado; pelo contrário, deve-se ver algo de inevitável por trás dessa circunstância acidental, algo destinado a afirmar-se compulsivamente na paciente, assim como sua suposição de que havia uma *liaison* entre o amante e a chefe idosa, a substituta de sua mãe. Entre o acervo de fantasias inconscientes de todos os neuróticos, e provavelmente de todos os seres humanos, existe uma que raramente se acha ausente e que pode ser revelada pela análise: é a fantasia de observar as relações sexuais dos pais. Chamo tais fantasias - da observação do ato sexual dos pais, da sedução, da castração e outras - de 'fantasias primevas'; examinarei, em outro lugar, com detalhes, sua origem e sua relação com a experiência individual. O ruído acidental, assim, desempenhou meramente o papel de um fator provocador que ativou a fantasia típica de estar sendo ouvida sem saber, o que consistiu um componente do complexo parental. Na realidade, é duvidoso que corretamente possamos dominar o ruído de 'acidental'. Conforme Otto Rank teve ocasião de observar para mim, tais ruídos constituem, pelo contrário, parte indispensável da fantasia de escutar, e reproduzem ou os sons que traem o coito parental ou aqueles pelos quais a criança que escuta teme trair-se. Agora, porém, sabemos de imediato onde nos encontramos. O amante da paciente ainda era o pai dela, e ela própria havia tomado o lugar da mãe. O papel de ouvinte tinha de ser atribuído a uma terceira pessoa. Podemos ver por que meio a moça se libertou de sua dependência homossexual em relação à mãe. Foi por meio de uma pequena regressão: em vez de escolher sua mãe como objeto amoroso, identificou-se com ela - ela própria se *tornou* a mãe. A possibilidade dessa regressão aponta para a origem narcisista de sua escolha objetal homossexual e assim para sua disposição paranóica. Poder-se-ia esboçar um encadeamento de pensamentos que provocaria o mesmo resultado que essa identificação: 'Se minha mãe o faz, eu também posso fazê-lo; tenho o mesmo direito que ela.'

Pode-se dar um passo além ao se negar a natureza acidental do ruído. Não pedimos, contudo, a nossos leitores que nos sigam, já que a ausência de qualquer investigação analítica mais profunda torna impossível, nesse caso, ir além de certo grau de possibilidade. Em sua primeira entrevista comigo, a paciente mencionou que exigira imediatamente uma explicação a respeito do ruído, tendo recebido a resposta de que, provavelmente, era o tique-taque do pequeno relógio sobre a escrivaninha. Aventuro-me, porém, a explicar o que ela me disse sendo uma lembrança errada. Afigura-se-me muito mais provável que, a

princípio, ela não tenha reagido absolutamente ao ruído, que só se tornou importante depois de seu encontro com os dois homens na escada. Seu amante, que provavelmente nem sequer ouvira o ruído, pode ter tentado, talvez numa ocasião posterior, quando ela o assediou com suspeitas, explicá-lo dessa forma: ‘Não sei que ruído você pode ter ouvido. Talvez fosse o pequeno relógio; algumas vezes ele faz esse barulho’. Esse uso retardado de impressões e esse deslocamento de lembranças com frequência ocorrem precisamente na paranóia e são característicos dela. Como, no entanto, nunca pude encontrar o homem, nem pude continuar com a análise da mulher, minha hipótese não pôde ser provada.

Ainda poderia ir mais adiante na análise desse ‘acidente’ ostensivamente real. Não creio que o relógio jamais tivesse feito barulho ou que tivesse havido qualquer outro tipo de ruído. A situação da mulher justificava uma sensação de pancada ou batida em seu clitóris. E foi isso que, subsequente, ela projetou como sendo uma percepção de um objeto externo. A mesma espécie de coisa pode ocorrer nos sonhos. Uma de minhas pacientes histéricas certa vez relatou-me um curto sonho do tipo que leva a acordar, ao qual não podia trazer qualquer associação espontânea. Ela simplesmente sonhara que alguém estava batendo e então acordara. Ninguém batera à porta, mas durante as noites anteriores ela fora despertada por aflitivas sensações de poluções: dispunha assim de um motivo para despertar logo que sentia o primeiro sinal de excitação genital. Tinha havido uma ‘pancada’ em seu clitóris. No caso de nossa paciente paranóica, devo substituir o ruído acidental por um processo semelhante de projeção. Por certo não posso garantir que, no curso de nosso breve conhecimento, a paciente, que relutantemente cedia à compulsão, me tenha feito um relato fiel de tudo que ocorrera durante os dois encontros dos amantes. Mas uma contração isolada do clitóris combinava com sua declaração de que não se verificara qualquer contato dos órgãos genitais. Em sua subsequente rejeição do homem, a falta de satisfação indubitavelmente desempenhou um papel, bem como a ‘consciência’.

Consideremos mais uma vez o fato relevante de que a paciente se protegia contra seu amor por um homem por meio de um delírio paranóico. A chave da compreensão disso deve ser encontrada no histórico do desenvolvimento do delírio. Como poderíamos ter esperado, este visava, a princípio, à mulher. Agora, porém, *nessa base paranóica, realizava-se o avanço de um objeto feminino para um masculino*. Tal avanço é inusitado na paranóia; em geral, verificamos que a vítima da perseguição permanece fixada nas mesmas pessoas e, portanto, no mesmo sexo ao qual pertenciam seus objetos amorosos antes que se verificasse a transformação paranóica. Entretanto, a desordem neurótica não impede um avanço dessa espécie, e nossa observação pode ser típica em relação a muitos outros. Muitos processos semelhantes, que ocorrem fora da paranóia, ainda não foram encarados por esse ângulo, encontrando-se entre eles alguns muito familiares. Por exemplo, a assim chamada ligação inconsciente do neurastênico a objetos amorosos incestuosos impede-o de escolher uma mulher estranha como seu objeto e restringe sua atividade sexual à fantasia. Mas, dentro dos limites da fantasia, ele alcança o progresso que lhe é negado e consegue substituir a mãe e a

irmã por objetos estranhos. De uma vez que o veto da censura não entra em ação no que diz respeito a esses objetos, ele pode tornar-se consciente, em suas fantasias, da escolha dessas figuras substitutas.

Esses, portanto, são fenômenos de um avanço tentado a partir do terreno novo que foi, em geral, regressivamente adquirido; e podemos colocar ao lado deles os esforços envidados em algumas neuroses para recuperar uma posição da libido que certa vez foi mantida e subseqüentemente perdida. Na realidade, dificilmente podemos traçar qualquer distinção conceptual entre essas duas classes de fenômenos. Vemo-nos por demais inclinados a pensar que o conflito subjacente a uma neurose chega ao fim quando se forma o sintoma. Na realidade, depois disso a luta pode continuar de diversas maneiras. De ambos os lados surgem novos componentes instintuais que a prolongam. O próprio sintoma se torna um objeto dessa luta; certas tendências, ansiosas por preservá-la, entram em conflito com outras que se esforçam por removê-la e restabelecer o *statu quo ante*. Frequentemente, procuram-se métodos para tornar o sintoma insignificante, tentando-se recuperar por outras linhas de abordagem o que se perdeu e é agora retido pelo sintoma. Esses fatos esclarecem bastante uma declaração feita por C.G. Jung no sentido de que uma ‘inércia psíquica’ peculiar, que se opõe à modificação e ao progresso, é a condição fundamental da neurose. Essa inércia é realmente muito peculiar; não é geral, e sim altamente especializada; não é sequer todopoderosa dentro de seu próprio campo, mas luta contra tendências no sentido do progresso e da recuperação, que permanecem ativas mesmo depois da formação de sintomas neuróticos. Se procurarmos o ponto de partida dessa inércia especial, descobriremos que é a manifestação de vínculos muito antigos - vínculos difíceis de serem desfeitos - entre instintos e impressões e os objetos envolvidos nessas impressões. Esses vínculos têm o efeito de paralisar o desenvolvimento dos instintos em causa. Ou, em outras palavras, essa ‘inércia psíquica’ especializada é apenas uma expressão diferente, embora dificilmente melhor, daquilo que em psicanálise estamos habituados a denominar de ‘fixação’.

REFLEXÕES PARA OS TEMPOS DE GUERRA E MORTE

ZEITGEMÄSSES ÜBER KRIEG UND TOD

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1915 *Imago*, 4 (1), 1-21.

1918 *S.K.S.N.*, 4, 486-520. (1922, 2ª ed.)

1924 *G.S.*, 10, 315-346.

1924 Leipzig, Viena e Zurique: Internationaler Psychoanalytischer Verlag, Pág. 35.

1946 *G.W.*, 10, 324-355.

(b) TRADUÇÕES INGLESAS:

Reflections on War and Death

1918 Nova Iorque: Moffat, Yard. Págs. iii + 72. (Trad. A. A. Brill e A. B. Kuttner.)

‘Thoughts for the Times on War and Death’

1925 C.P., 4, 288-317. (Trad. E. C. Mayne.)

A presente tradução inglesa baseia-se na que foi publicada em 1925.

Estes dois ensaios foram escritos por volta de março e abril de 1915, cerca de seis meses após o deflagrar da Primeira Guerra Mundial, e expressam algumas das abalizadas considerações de Freud sobre a mesma. A descrição de suas reações mais pessoais será encontrada no Capítulo VII do segundo volume do livro de Ernest Jones (1955). Uma carta escrita por ele a um seu conhecido holandês, o Dr. Frederik van Eeden, foi publicada pouco antes do presente trabalho: aparece, como apêndice, adiante, ver em [1]. Em fins do mesmo ano, 1915, Freud escreveu outro ensaio acerca de um tema análogo, ‘Sobre a Transitoriedade’, que também será encontrado adiante (ver em [1]). Muitos anos depois, mais uma vez voltou ao tema, em sua carta aberta a Einstein, *Why War?* (1935b). O segundo destes dois ensaios - sobre a morte - parece ter sido lido pela primeira vez por Freud numa reunião, no início de abril de 1915, do B’nai B’rith, o clube judaico de Viena a que pertenceu durante grande parte de sua vida. (Cf. 1941e.) Este ensaio, naturalmente, se baseia

em grande medida no mesmo material que a Seção II de *Totem e Tabu* (1912-13).

Excertos da tradução desta obra publicados em 1925 foram incluídos em *Civilizations, War and Death, Selections from Three Works by Sigmund Freud* (1939, 1-25).

I - A DESILUSÃO DA GUERRA

Na confusão dos tempos de guerra em que nos encontramos, confiando, como somos obrigados a, em informações unilaterais, demasiadamente próximos das grandes mudanças que já se verificaram ou que começam a se verificar, e sem um vislumbre do futuro que está sendo plasmado, nós próprios ficamos perplexos diante da importância das impressões que nos pressionam e diante do valor dos julgamentos que formamos. Não podemos deixar de sentir que jamais um evento destruiu tanto de precioso nos bens comuns da humanidade, confundiu tantas das inteligências mais lúcidas, ou degradou de forma tão completa o que existe de mais elevado. A própria ciência perdeu sua imparcialidade desapaixonada; seus servidores, profundamente amargurados, procuram nela as armas com que contribuir para a luta contra o inimigo. Os antropólogos sentem-se impelidos a declará-lo inferior e degenerado, os psiquiatras dão um diagnóstico da sua doença da mente do espírito. Provavelmente, contudo, nosso sentimento quanto a esses males imediatos é desproporcionalmente forte e não temos o direito de compará-los com os males de outros tempos que não experimentamos.

O indivíduo que não é ele um combatente - e dessa forma um dente da gigantesca engrenagem da guerra - sente-se atônito em sua orientação e inibido em seus poderes e atividades. Creio que receberá de bom grado qualquer indício, por mais leve que seja, que lhe torne mais fácil encontrar seu rumo pelo menos dentro de si. Proponho escolher dois

dentre os fatores responsáveis pela aflição mental sentida pelos não-combatentes, fatores contra os quais constitui tarefa tão pesada lutar, e abordá-los aqui: a desilusão que essa guerra provocou, e a modificação da atitude diante da morte a que essa - como qualquer outra guerra - nos forçou.

Quando me refiro à desilusão, de imediato todos saberão o que quero dizer. Não é necessário ser sentimentalista; pode-se perceber a necessidade biológica e psicológica do sofrimento na economia da vida humana e, contudo, condenar a guerra, tanto em seus meios quanto em seus fins, e ansiar pela cessação de todas as guerras. Já dissemos a nós mesmos, sem dúvida, que as guerras jamais podem cessar enquanto as nações viverem sob condições tão amplamente diferentes, enquanto o valor da vida individual for tão diversamente apreciado entre elas, e enquanto as animosidades que as dividem representarem forças motrizes tão poderosas na mente. Estávamos preparados para verificar que as guerras entre os povos primitivos e civilizados, entre as raças que se acham divididas pela cor da pele - as guerras até mesmo contra e entre as nacionalidades da Europa cuja civilização se acha pouco desenvolvida ou se perdeu - ocupariam a humanidade ainda por algum tempo. Mas nos permitimos ter outras esperanças. Esperávamos que as grandes nações de raça branca, dominadoras do mundo, às quais cabe a liderança da espécie humana, que sabíamos possuírem como preocupação interesses de âmbito mundial, a cujos poderes criadores se deviam não só nossos progressos técnicos no sentido do controle da natureza, como também os padrões artísticos e científicos da civilização - esperávamos que esses povos conseguissem descobrir outra maneira de solucionar incompreensões e conflitos de interesse. Dentro de cada uma dessas nações, elevadas normas de conduta moral foram formuladas para o indivíduo, às quais sua maneira de vida devia conformar-se, se ele desejasse participar de uma comunidade civilizada. Esses ditames, não raro demasiado rigorosos, exigiam muito dele - uma grande dose de autodomínio, de renúncia à satisfação dos instintos. Acima de tudo, via-se proibido de fazer uso das imensas vantagens auferidas pela prática da mentira e da fraude na competição com seus semelhantes. Os Estados civilizados consideravam esses padrões morais como sendo a base de sua existência. Adotavam medidas sérias se qualquer um se aventurasse a violá-los, e freqüentemente declaravam impróprio até mesmo submetê-los ao exame de uma inteligência crítica. Devia-se supor, portanto, que o próprio Estado os respeitaria e não pensaria em empreender contra eles qualquer coisa que viesse a contradizer a base de sua própria existência. A observação demonstrou, por certo, que enraizados nesses Estados civilizados havia remanescentes de certos outros povos, universalmente impopulares e que, portanto, apenas de maneira relutante, e assim mesmo não integralmente, haviam sido admitidos à participação no trabalho comum da civilização, trabalho para o qual se tinham revelado bastante adequados. Poder-se-ia supor, porém, que as próprias grandes nações adquiriam tanta compreensão do que possuíam em comum, e tanta tolerância quanto a suas divergências, que 'estrangeiro' e 'inimigo' já não podiam fundir-se, tal como na Antiguidade clássica, num conceito único.

Confiando nessa unidade entre os povos civilizados, inúmeros homens e mulheres

trocaram sua terra natal por uma estrangeira, e fizeram com que sua experiência dependesse das intercomunicações entre nações amigas. Além disso, qualquer um que não estivesse, por força das circunstâncias, confinado a um único ponto, poderia criar para si mesmo, a partir de todas as vantagens e atrações desses países civilizados, uma pátria nova e mais ampla, na qual poderia movimentar-se sem entraves ou suspeitas. Dessa forma, ele desfrutara o mar azul e o cinzento; a beleza de montanhas cobertas de neve e a de campinas verdejantes; a magia das florestas setentrionais e o esplendor da vegetação do sul; o estado de espírito evocado pelas paisagens que relembram grandes eventos históricos, e o silêncio da natureza intocada. Para ele, essa nova pátria era também um museu, repleto de todos os tesouros que os artistas da humanidade civilizada haviam criado durante séculos sucessivos e deixado atrás de si. Ao caminhar despreocupadamente de uma galeria para outra desse museu, podia reconhecer com apreciação imparcial os mais variados tipos de perfeição que uma mescla de sangue, o curso da história e a qualidade especial da sua terra natal produziram entre seus compatriotas nesse sentido mais amplo. Aqui, encontrava a energia fria e inflexível desenvolvida até o mais alto grau; ali, a graciosa arte de embelezar a existência; mais adiante, o sentimento da ordem e da lei, ou outras das qualidades que fizeram da humanidade os senhores da Terra.

Tampouco devemos esquecer que cada um desses cidadãos do mundo civilizado criou para si mesmo o seu próprio ‘Parnaso’ e a sua própria ‘Escola de Atenas’. Dentre os grandes pensadores, escritores e artistas de todas as nações, escolheu aqueles a quem considerou dever o melhor do que ele fora capaz de alcançar em deleite e compreensão da vida, e os venerou juntamente com os antigos imortais e os mestres familiares de sua própria língua. Nenhum desses grandes homens lhe pareceu estrangeiro por falar outra língua - nem o incomparável explorador das paixões humanas, nem o embriagado cultor da beleza, nem o profeta poderoso e ameaçador, nem o sutil satirista; e jamais teve razões para repreender a si próprio por ser um renegado para com sua própria nação e sua amada língua materna.

A fruição dessa civilização comum era perturbada de tempos em tempos por vozes de advertência, que declararam que antigas divergências tradicionais tornavam as guerras inevitáveis, inclusive entre os membros de uma comunidade como essa. Recusávamo-nos a crer nisso; mas se essa guerra tinha de ocorrer, como é que a imaginávamos? Nós a víamos como uma oportunidade de demonstrar o progresso da civilidade entre os homens, desde a era em que o Conselho Anfictiônico Grego proclamou que nenhuma cidade da liga poderia ser destruída, nem os seus olivais derrubados, nem o seu abastecimento de água interrompido; nós a imaginávamos como um embate de armas cavalheiresco, que se limitaria a estabelecer a superioridade de uma facção na luta, enquanto evitaria, tanto quanto possível, graves sofrimentos, que em nada pudessem contribuir para a decisão, concedendo completa imunidade aos feridos que tivessem de retirar-se da contenda, bem como aos médicos e enfermeiras que se dedicassem à recuperação deles. Haveria, naturalmente, o máximo de consideração pelas camadas não-combatentes da população - pelas mulheres que não tomam parte nas atividades guerreiras, e pelas crianças de ambas as facções que,

quando crescerem, devem tornar-se amigos e auxiliares mútuos. E mais uma vez, todos os empreendimentos e instituições internacionais, nos quais a civilização comum da época de paz se encarnou, seriam mantidos.

Mesmo uma guerra como essa teria produzido bastante terror e sofrimentos, mas não interrompido o desenvolvimento das relações éticas entre os componentes coletivos da humanidade - os povos e os Estados.

Então, a guerra na qual nos recusávamos a acreditar irrompeu, e trouxe desilusão. Não é apenas mais sanguinária e mais destrutiva do que qualquer guerra de outras eras, devido à perfeição enormemente aumentada das armas de ataque e defesa; é, pelo menos, tão cruel, tão encarniçada, tão implacável quanto qualquer outra que a tenha precedido. Despreza todas as restrições conhecidas como direito internacional, que na época de paz os Estados se comprometeram a observar; ignora as prerrogativas dos feridos e do serviço médico, a distinção entre os setores civil e militar da população, os direitos da propriedade privada. Esmaga com fúria cega tudo que surge em seu caminho, como se, após seu término, não mais fosse haver nem futuro nem paz entre os homens. Corta todos os laços comuns entre os povos contendores, e ameaça deixar um legado de exacerbação que tornará impossível, durante muito tempo, qualquer renovação desse laços.

Além disso, trouxe à luz um fenômeno quase incrível: as nações civilizadas se conhecem e se compreendem tão pouco, que uma pode voltar-se contra a outra com ódio e asco. Na verdade, uma das grandes nações civilizadas é tão universalmente impopular, que realmente se pode tentar excluí-la da comunidade civilizada como sendo 'bárbara', embora de há muito tenha provado sua adequação pelas magníficas contribuições que prestou a essa comunidade. Vivemos na esperança de que as páginas de uma história imparcial venham provar que essa nação, em cuja língua escrevemos e para cuja vitória nossos entes queridos estão combatendo, foi precisamente aquela que menos transgrediu as leis da civilização. Mas numa época como essa quem ousará erigir-se como juiz em causa própria?

Os povos são mais ou menos representados pelos Estados que formam, e esses Estados, pelos governos que os dirigem. Nessa guerra, o cidadão individual pode, com horror, convencer-se do que ocasionalmente lhe cruzaria o pensamento em tempos de paz - que o Estado proíbe ao indivíduo a prática do mal, não porque deseja aboli-la, mas porque deseja monopolizá-la, tal como o sal e o fumo. Um estado beligerante permite-se todos os malefícios, todos os atos de violência que desgraçariam o indivíduo. Emprega contra o inimigo não apenas as *ruses de guerre* aceitas, como também a mentira deliberada e a fraude - e isso a um ponto que parece ultrapassar esse emprego em guerras anteriores. O Estado exige o grau máximo de obediência e de sacrifício de seus cidadãos; ao mesmo tempo, porém, trata-os como crianças, mediante um excesso de sigilo e uma censura quanto a notícias e expressões de opinião, que deixa os espíritos daqueles, cujos intelectos ele assim

suprime, sem defesa contra toda mudança desfavorável dos eventos e todo boato sinistro. Exime-se das garantias e tratados que o vinculavam a outros Estados, e confessa desavergonhadamente sua própria rapacidade e sede de poder, que o cidadão tem então de sancionar em nome do patriotismo.

Não se deve objetar que o Estado não pode abster-se de praticar o mal, de uma vez que isso o colocaria em desvantagem. Não é menos desvantajoso, em geral, para o indivíduo, conformar-se aos padrões de moralidade e abster-se de uma conduta brutal e arbitrária; e poucas vezes o Estado prova ser capaz de indenizá-lo pelos sacrifícios que exige. Nem deve constituir surpresa que esse relaxamento de todos os laços morais entre os indivíduos coletivos da humanidade deva ter repercussões sobre a moralidade dos indivíduos, pois nossa consciência não é o juiz inflexível que os professores de ética declaram, mas é, em sua origem, ‘ansiedade social’ e nada mais. Quando a comunidade não levanta mais objeções, verifica-se também um fim à supressão das paixões más, e os homens perpetram atos de crueldade, fraude, traição e barbárie tão incompatíveis com seu nível de civilização, que qualquer um os julgaria impossíveis.

É compreensível que o cidadão do mundo civilizado a quem me referi possa permanecer desamparado num mundo que se lhe tornou estranho - sua grande pátria desintegrada, suas propriedades comuns devastadas, seus concidadãos divididos e vilipendiados!

Há, contudo, algo a ser dito como crítica a seu desapontamento. Rigorosamente falando, este não se justifica, pois consiste na destruição de uma ilusão. Acolhemos as ilusões porque nos poupam sentimentos desagradáveis, permitindo-nos em troca gozar de satisfações. Portanto, não devemos reclamar se, repetidas vezes, essas ilusões entrarem em choque com alguma parcela da realidade e se despedaçarem contra ela.

Duas coisas nessa guerra despertaram nosso sentimento de desilusão: a baixa moralidade revelada externamente por Estados que, em suas relações internas, se intitulam guardiães dos padrões morais, e a brutalidade demonstrada por indivíduos que, enquanto participantes da mais alta civilização humana, não julgaríamos capazes de tal comportamento.

Começemos pelo segundo ponto e tentemos formular, em poucas palavras, o ponto de vista que desejamos criticar. De fato, como é que imaginamos o processo pelo qual um indivíduo se alça a um plano comparativamente alto de moralidade? A primeira resposta será, sem dúvida, simplesmente que ele é virtuoso e nobre desde o seu nascimento - desde o começo mesmo de sua vida. Não consideraremos mais esse ponto de vista aqui. Uma segunda resposta sugerirá que estamos preocupados com um processo de desenvolvimento, e provavelmente presumirá que o desenvolvimento consiste em erradicar as tendências humanas más desse indivíduo e, sob a influência da educação e de um ambiente civilizado, em substituí-las por boas. Caso isso seja assim, é, não obstante, surpreendente que o mal ressurgja com tamanha força em qualquer um que tenha sido educado dessa forma.

No entanto, essa resposta também encerra a tese que nos propomos contradizer. Na realidade, não existe essa ‘erradicação’ do mal. A pesquisa psicológica - ou, falando mais rigorosamente, psicanalítica - revela, ao contrário, que a essência mais profunda da natureza humana consiste em impulsos instintuais de natureza elementar, semelhantes em todos os homens e que visam à satisfação de certas necessidades primevas. Em si mesmos, esses impulsos não são nem bons e nem maus. Classificamos esses impulsos, bem como suas expressões, dessa maneira, segundo sua relação com as necessidades e as exigências da comunidade humana. Deve-se admitir que todos os impulsos que a sociedade condena como maus - tomemos como representativos os egoísticos e cruéis - são de natureza primitiva.

Esses impulsos primitivos passam por um longo processo de desenvolvimento antes que se lhes permita tornarem-se ativos no adulto. São inibidos, dirigidos no sentido de outras finalidades e outros campos, mesclam-se, alteram seus objetos e reverterem, até certo ponto, a seu possuidor. Formações de reação contra certos instintos assumem a forma enganadora de uma mudança em seu conteúdo, como se o egoísmo se tivesse transmudado em altruísmo ou a crueldade em piedade. Essas formações de reação são facilitadas pela circunstância de que alguns impulsos instintuais surgem, quase que desde o início, em pares de opostos - um fenômeno muito marcante, e estranho ao público leigo, denominado ‘ambivalência de sentimento’. O exemplo mais facilmente observado e compreensível disso reside no fato de que o amor intenso e o ódio intenso são, com tanta freqüência, encontrados juntos na mesma pessoa. A psicanálise acrescenta que esses dois sentimentos opostos, não raramente, têm como objeto a mesma pessoa.

Só quando todas essas ‘vicissitudes instintuais’ foram superadas é que se forma aquilo que denominamos de caráter de uma pessoa, e este, como sabemos, só de forma inadequada pode ser classificado como ‘bom’ ou ‘mau’. Raramente um ser humano é totalmente bom ou mau; via de regra ele é ‘bom’ em relação a determinada coisa e ‘mau’ em relação a outra, ou ‘bom’ em certas circunstâncias externas e em outras indiscutivelmente ‘mau’. É interessante verificar que, na primeira infância, a preexistência de fortes impulsos ‘maus’ constitui muitas vezes a condição para uma inequívoca inclinação no sentido do ‘bom’ no adulto. Aqueles que, enquanto crianças, foram os mais pronunciados egoístas, podem muito bem tornar-se os mais prestimosos e abnegados membros da comunidade; a maioria dos sentimentalistas, amigos da humanidade e protetores de animais, evoluíram de pequenos sádicos e atormentadores de animais.

A transformação dos ‘maus’ instintos é ocasionada por dois fatores, um interno e outro externo, que atuam na mesma direção. O fator interno consiste na influência exercida sobre os instintos maus (digamos, egoístas) pelo erotismo - isto é, pela necessidade humana de amor, tomada em seu sentido mais amplo. Pela mistura dos componentes *eróticos*, os instintos egoístas são transformados em *sociais*. Aprendemos a valorizar o fato de sermos amados como uma vantagem em função da qual estamos dispostos a sacrificar outras

vantagens. O fator externo é a força exercida pela educação, que representa as reivindicações de nosso ambiente cultural, posteriormente continuadas pela pressão direta desse ambiente. A civilização foi alcançada através da renúncia à satisfação instintual, exigindo ela, por sua vez, a mesma renúncia de cada recém-chegado. No decorrer da vida de um indivíduo, há uma substituição constante da compulsão externa pela interna. As influências da civilização provocam, por uma mescla de elementos eróticos, uma sempre crescente formação das tendências egoístas em tendências altruístas e sociais. Em última infância, pode-se supor que toda compulsão interna que se faz sentir no desenvolvimento dos seres humanos foi originalmente - isto é, na *história da humanidade* - apenas uma compulsão externa. Os que nascem hoje trazem consigo, como organização herdada, certo grau de tendência (disposição) para a formação dos instintos egoístas em sociais, sendo essa disposição facilmente estimulada a provocar esse resultado. Outra parte dessa transformação instintual tem de ser realizada durante a vida do próprio indivíduo. Assim, o ser humano está sujeito não só à pressão de seu ambiente cultural imediato, mas também à influência da história cultural de seus ancestrais.

Se dermos a denominação de ‘suscetibilidade à cultura’ à capacidade pessoal de um homem para transformar os impulsos egoístas sob a influência do erotismo, poderemos ainda afirmar que essa suscetibilidade se compõe de duas partes, uma inata e outra adquirida no curso da vida, e que a relação das duas, tanto entre si quanto com a parte da vida instintual que permanece inalterada, é muito variável.

Falando de forma mais geral, inclinamo-nos a atribuir demasiada importância à parte inata; além disso, corremos o risco de superestimar a suscetibilidade total à cultura em comparação com a parte da vida instintual que permaneceu primitiva - isto é, somos levados enganosamente a considerar os homens como ‘melhores’ do que de fato são, de uma vez que existe ainda outro elemento que obscurece nosso julgamento e falseia o problema num sentido favorável.

Os impulsos instintuais de outras pessoas estão, naturalmente, ocultos à nossa observação. Inferimo-los de suas ações e de seu comportamento, remontando a *motivos* provenientes de sua vida instintual. Em muitos casos, essa inferência está fadada a ser errônea. Esta ou aquela ação, ‘boa’ do ponto de vista cultural, pode, num determinado caso, originar-se de um motivo ‘nobre’, e em outro, não. Os teóricos da ética classificam como ‘boas’ ações apenas as que resultam de bons impulsos; quanto às outras, recusam reconhecimento. No cômputo geral, porém, a sociedade, muito prática em suas finalidades, não fica perturbada por essa distinção; dá-se por satisfeita se um homem regula seu comportamento e suas ações pelos preceitos da civilização, pouco se preocupando com os seus motivos.

Aprendemos que a *compulsão externa* exercida sobre um ser humano por sua educação e por seu ambiente produz ulterior transformação no sentido do bem em sua vida instintual -

um afastamento ulterior do egoísmo para o altruísmo. Esse, porém, não é o efeito regular ou necessário da compulsão externa. A educação e o ambiente não só oferecem benefícios no tocante ao amor, como também empregam outros tipos de incentivo, a saber, recompensas e punições. Dessa maneira, seu efeito pode vir a ser que uma pessoa sujeita à sua influência escolha comportar-se bem, no sentido cultural dessa expressão, embora nenhum enobrecimento do instinto, nenhuma transformação de inclinações egoístas em altruístas se tenham operado nela. O resultado será, *grosso modo*, o mesmo; só uma específica concatenação de circunstâncias revelará que um homem sempre age bem porque suas inclinações instintuais o compelem a isso, e que outro só é bom na medida em que, e enquanto, esse comportamento cultural for vantajoso para seus propósitos egoístas. Contudo, o conhecimento superficial de um indivíduo não nos permitirá distinguir entre esses dois casos, e decerto somos enganosamente levados por nosso otimismo a exagerar grosseiramente o número de seres humanos que têm sido transformados num sentido cultural.

A sociedade civilizada, que exige boa conduta e não se preocupa com a base instintual dessa conduta, conquistou assim a obediência de muitas pessoas que, para tanto, deixam de seguir suas próprias naturezas. Estimulada por esse êxito, a sociedade se permitiu o engano de tornar maximamente rigoroso o padrão moral, e assim forçou os seus membros a um alheamento ainda maior de sua disposição instintual. Conseqüentemente, eles estão sujeitos a uma incessante supressão do instinto, e a tensão resultante disso se trai nos mais notáveis fenômenos de reação e compensação. No domínio da sexualidade, onde é mais difícil realizar essa supressão, o resultado se manifesta nos fenômenos reativos das desordens neuróticas. Em outros lugares, é verdade que a pressão da civilização não traz em seu rastro quaisquer resultados patológicos, mas se revela em deformações do caráter e na perpétua presteza dos instintos inibidos em irromper, em qualquer oportunidade adequada, em proveito da satisfação. Qualquer um, compelido dessa forma a agir continuamente em conformidade com preceitos que não são a expressão de suas inclinações instintuais, está, psicologicamente falando, vivendo acima de seus meios, e pode objetivamente ser descrito como um hipócrita, esteja ou não claramente cômico dessa incongruência. É inegável que nossa civilização contemporânea favorece, num grau extraordinário, a produção dessa forma de hipocrisia. Poder-se-ia dizer que ela está alicerçada nessa hipocrisia, e que teria de se submeter a modificações de grande alcance, caso as pessoas se comprometessem a viver em conformidade com a verdade psicológica. Assim, existem muito mais hipócritas culturais do que homens verdadeiramente civilizados - na realidade, trata-se de um ponto discutível saber se certo grau de hipocrisia cultural não é indispensável à manutenção da civilização, uma vez que a suscetibilidade à cultura, que até agora se organizou nas mentes dos homens dos nossos dias, talvez não se revele suficiente para essa tarefa. Por outro lado, a manutenção da civilização, mesmo numa base tão dúbia, fornece a perspectiva de, a cada nova geração, preparar o caminho para uma transformação de maior alcance do instinto, a qual será o veículo de uma civilização melhor.

Já podemos extrair um consolo desse exame: nossa mortificação e nossa penosa desilusão

em virtude do comportamento incivilizado de nossos concidadãos do mundo durante a presente guerra foram injustificadas. Basearam-se numa ilusão a que havíamos cedido. Na realidade, nossos concidadãos não decaíram tanto quanto temíamos porque nunca subiram tanto quanto acreditávamos. O fato de a coletividade de indivíduos da humanidade, os povos e os Estados, terem mutuamente ab-rogado de suas restrições morais, naturalmente estimulou esses cidadãos individuais a se afastarem momentaneamente da constante pressão da civilização e a concederem uma satisfação temporária aos instintos que vinham mantendo sob pressão. Isso provavelmente não envolveu qualquer violação de sua moralidade relativa dentro de suas próprias nações.

Podemos, contudo, obter uma compreensão interna (*insight*) mais profunda na mudança acarretada pela guerra em nossos antigos compatriotas, e, ao mesmo tempo, ser advertidos a não cometer uma injustiça contra eles, pois o desenvolvimento da mente revela uma peculiaridade que não se acha presente em qualquer outro processo de desenvolvimento. Quando uma aldeia se transforma numa cidade, ou uma criança num homem, a aldeia e a criança ficam perdidas na cidade e no homem. Só a memória pode descobrir as antigas feições nesse novo quadro; e, de fato, os antigos materiais ou formas foram abandonados e substituídos por novos. O mesmo não ocorre com o desenvolvimento da mente. Aqui, pode-se descrever o estado de coisas, que não encontra termo algum de comparação, com a mera afirmativa de que, nesse caso, cada etapa anterior de desenvolvimento persiste ao lado da etapa posterior dela derivada; aqui, a sucessão também envolve a coexistência, embora toda a série de transformações tenha sido aplicada aos mesmos materiais. O estado mental anterior pode não ter-se manifestado durante anos; não obstante, está presente há tanto tempo, que poderá, em qualquer época, tornar-se novamente a modalidade de expressão das forças da mente, e na realidade a única, como se todos os desenvolvimentos posteriores tivessem sido anulados ou desfeitos. Essa extraordinária plasticidade dos desenvolvimentos mentais não se restringe ao que diz respeito à direção; pode ser descrita como uma capacidade especial para a involução - para a regressão -, de uma vez que pode muito bem acontecer que uma etapa posterior e mais elevada de desenvolvimento, tão logo abandonada, talvez não seja alcançada de novo. Contudo, as etapas primitivas sempre podem ser restabelecidas; a mente primitiva é, no sentido mais pleno desse termo, imperecível.

O que chamamos de doenças mentais inevitavelmente produz a impressão, no leigo, de que a vida intelectual e mental foi destruída. Na realidade, a destruição só se aplica a aquisições e desenvolvimentos ulteriores. A essência da doença mental reside num retorno a estados anteriores de vida afetiva e de funcionamento. Um excelente exemplo da plasticidade da vida mental é proporcionado pelo estado do sono, que todas as noites constitui a nossa meta. Desde que aprendemos a interpretar os sonhos, inclusive os mais absurdos e confusos, sabemos que sempre que vamos dormir nos despojamos de nossa moralidade arduamente conquistada como se fosse uma peça de vestuário, tornando a envergá-la na manhã seguinte. Esse desnudamento de nós mesmos, naturalmente, não é perigoso, já que ficamos paralisados, condenados à inatividade, pelo estado de sono. Apenas os sonhos nos podem

informar a respeito da regressão de nossa vida emocional a uma das primeiras etapas de desenvolvimento. Por exemplo, é digno de nota que todos os nossos sonhos sejam regidos por motivos puramente egoísticos. Um de meus amigos ingleses apresentou essa tese numa reunião científica nos Estados Unidos da América, ao que uma senhora ali presente observou que aquilo talvez fosse o caso na Áustria, mais podia asseverar, quanto a ela própria e a suas amigas, que *elas* eram altruístas inclusive em seus sonhos. Embora de raça inglesa, meu amigo, com base em sua própria experiência na análise de sonhos, foi obrigado a contradizer enfaticamente a senhora, declarando que, em seus sonhos, as magnânimas senhoras norte-americanas eram tão egoístas quanto as austríacas.

Assim, a transformação do instinto, em que se baseia nossa suscetibilidade à cultura, também poderá ser permanente ou temporariamente desfeita pelos impactos da vida. Sem dúvida, as influências da guerra se encontram entre as forças que podem provocar tal involução; dessa forma, não precisamos negar a suscetibilidade à cultura a todos que no momento se comportam de maneira incivilizada, e podemos prever que o enobrecimento dos seus instintos será restaurado em tempos mais pacíficos.

Existe, porém, em nossos concidadãos outro sintoma do mundo que talvez nos tenha deixado tão atônitos e chocados quanto a queda de suas alturas éticas que nos provocou tanta dor. O que tenho em mente é a falta de compreensão interna (*insight*) demonstrada pelos melhores intelectos, sua obstinação, sua inacessibilidade aos mais convincentes argumentos, e sua credulidade destituída de senso crítico para com as asserções mais discutíveis. Isso realmente apresenta um quadro lamentável e desejo dizer com toda ênfase que, quanto a esse aspecto, não sou de modo algum um partidário cego que só encontra todas as deficiências intelectuais apenas de um lado. Esse fenômeno é, no entanto, muito mais fácil de explicar e muito menos inquietador do que aquele que acabamos de considerar. Os estudiosos da natureza humana e os filósofos de há muito nos ensinaram que nos enganamos ao considerar nossa inteligência uma força independente e ao negligenciar sua dependência em relação à vida emocional. Nosso intelecto, segundo nos ensinam, só pode funcionar de maneira digna de confiança quando afastado das influências de fortes impulsos emocionais; do contrário, comporta-se simplesmente como um instrumento da vontade e fornece a inferência que a vontade exige. Assim, na opinião deles, os argumentos lógicos são impotentes contra os interesses afetivos; por isso, os debates apoiados por razões, na frase de Falstaff ‘tão abundantes quanto as amoras silvestres’, mostram-se tão infrutíferos no mundo dos interesses. A experiência psicanalítica, na medida do possível, tem confirmado ainda mais essa declaração. Diariamente, ela pode indicar que de repente as pessoas mais sagazes se comportam sem compreensão interna (*insight*), como se fossem imbecis, tão logo a compreensão interna (*insight*) necessária se defronta com uma resistência emocional, recuperando, porém, inteiramente a compreensão uma vez superada essa resistência. O aturdimento lógico que a presente guerra provocou em nossos concidadãos, não poucos dentre eles sendo o que há de melhor em sua espécie, constitui, portanto, um fenômeno secundário, uma conseqüência da excitação emocional, e está fadado, conforme esperamos,

a desaparecer com ela.

Tendo assim, mais uma vez, chegado a compreender nossos concidadãos que agora se acham alienados de nós, suportaremos com muito maior facilidade o desapontamento que as nações, a coletividade de indivíduos da humanidade, nos causaram, pois nossas exigências em relação a eles devem ser muito mais modestas. Talvez estejam recapitulando o curso do desenvolvimento individual e, ainda hoje, representem etapas muito primitivas da organização e da formação de unidades mais elevadas. Corrobora isso o fato de, até agora, o fator educativo de uma compulsão externa no sentido da moralidade, cuja eficácia nos indivíduos foi por nós verificada, ser muito pouco discernível neles. Decerto, nutríamos a esperança de que a ampla comunidade de interesses estabelecida pelo comércio e pela produção constituiria o germe de tal compulsão, mas, aparentemente, as nações ainda obedecem a suas paixões muito mais prontamente do que a seus interesses. Estes lhes servem, na melhor das hipóteses, como *racionalizações* de suas paixões; elas exprimem seus interesses a fim de poderem apresentar razões para satisfazerem suas paixões. Sem dúvida, constituem mistério os motivos pelos quais, na coletividade de indivíduos, estes devem de fato desprezar-se, odiar-se e detestar-se mutuamente - cada nação contra outra nação -, inclusive em épocas de paz. Não posso dizer por que isso é assim. É algo como se, quando se trata de um grande número de pessoas, para não dizer milhões, todas as conquistas morais individuais fossem obliteradas, e só restassem as atitudes mentais mais primitivas, mais antigas e mais toscas. Talvez só etapas posteriores do desenvolvimento sejam capazes de efetuar alguma mudança nesse lamentável estado de coisas. Contudo, um pouco mais de veracidade e de honestidade por parte de todas as facções - nas relações dos homens uns com os outros, e entre eles e seus governantes - deve também aplainar o caminho para essa transformação.

II - NOSSA ATITUDE PARA COM A MORTE

O segundo fator ao qual atribuo nosso atual sentimento de alheamento deste mundo outrora belo e conveniente é a perturbação que ocorreu na atitude que, até o momento, adotamos em relação à morte.

Essa atitude estava longe de ser direta. A qualquer um que nos desse ouvidos nos mostrávamos, naturalmente, preparados para sustentar que a morte era o resultado necessário da vida, que cada um deve à natureza uma morte e deve esperar pagar a dívida - em suma, que a morte era natural, inegável e inevitável. Na realidade, contudo, estávamos

habituaados a nos comportar como se fosse diferente. Revelávamos uma tendência inegável para pôr a morte de lado, para eliminá-la da vida. Tentávamos silenciá-la; na realidade, dispomos até mesmo de um provérbio [em alemão]: ‘pensar em alguma coisa como se fosse a morte’. Isto é, como se fosse nossa própria morte, naturalmente. De fato, é impossível imaginar nossa própria morte e, sempre que tentamos fazê-lo, podemos perceber que ainda estamos presentes como espectadores. Por isso, a escola psicanalítica pôde aventurar-se a afirmar que no fundo ninguém crê em sua própria morte, ou, dizendo a mesma coisa de outra maneira, que no inconsciente cada um de nós está convencido de sua própria imortalidade.

Quando se trata da morte de outrem, o homem civilizado cuidadosamente evita falar de tal possibilidade no campo auditivo da pessoa condenada. Apenas as crianças desprezam essa restrição e desembaraçadamente se ameaçam uma às outras com a possibilidade de morrer, chegando inclusive ao ponto de fazer a mesma coisa com alguém que amam, como, por exemplo: ‘Querida mãezinha, quando você morrer eu farei isso ou aquilo’. Dificilmente o adulto civilizado sequer pode alimentar o pensamento da morte de outra pessoa, sem parecer diante de seus próprios olhos empedernido ou malvado; a menos que, naturalmente, como médico ou advogado ou algo assim, tenha de lidar com a morte em caráter profissional. Menos ainda ele se permitirá pensar na morte de outra pessoa se algum proveito em termos de liberdade, propriedade ou posição estiver ligado a ela. Essa nossa sensibilidade não impede, naturalmente, a ocorrência de mortes; quando uma de fato acontece, ficamos sempre profundamente atingidos e é como se fôssemos muito abalados em nossas expectativas. Nosso hábito é dar ênfase à causação fortuita da morte - acidente, doença, infecção, idade avançada; dessa forma, traímos um esforço para reduzir a morte de uma necessidade para um fato fortuito. Grande número de mortes simultâneas nos atinge como algo extremamente terrível. Para com a pessoa que morreu, adotamos uma atitude especial - algo próximo da admiração por alguém que realizou uma tarefa muito difícil. Deixamos de criticá-la, negligenciamos suas possíveis más ações, declaramos que ‘de *mortuis nil nisi bonum*’, e julgamos justificável realçar tudo o que seja de mais favorável à sua lembrança na oração fúnebre e sobre a lápide tumular. A consideração pelos mortos, que, afinal de contas, não mais necessitam dela, é mais importante para nós do que a verdade, e certamente, para a maioria de nós, do que a consideração pelos vivos.

O complemento a essa atitude cultural e convencional para com a morte é proporcionado por nosso completo colapso quando a morte abate alguém que amamos - um progenitor ou um cônjuge, um irmão ou irmã, um filho ou um amigo íntimo. Nossas esperanças, nossos desejos e nossos prazeres jazem no túmulo com essa pessoa, nada nos consola, nada preenche o vazio deixado pelo ente perdido. Comportamo-nos como se fôssemos um dos Asra, que morrem quando aqueles que eles amam também morrem. Mas essa nossa atitude para com a morte exerce poderoso efeito sobre nossas vidas. A vida empobrece, perde em interesse, quando a mais alta aposta no jogo da vida, a própria vida, não pode ser arriscada. Torna-se tão chã e vazia como, digamos, um flerte nos Estados Unidos da América, no qual desde o início fica compreendido que nada irá acontecer, em contraste com um caso

amoroso na Europa, no qual ambas as partes constantemente devem ter em mente suas sérias conseqüências. Nossos laços emocionais, a insuportável intensidade de nosso pesar, nos desestimulam a cortejar o perigo para nós mesmos e para aqueles que nos pertencem. Inúmeros empreendimentos, perigosos mas de fato indispensáveis, tais como tentativas de vôo artificial, expedições a países distantes ou experiências com substâncias explosivas, nem sequer chegam a ser considerados. Ficamos paralisados pelo pensamento de quem irá substituir o filho junto à mãe, o marido junto à esposa, o pai junto aos filhos, se sobrevier um desastre. Assim, a tendência de excluir a morte de nossos projetos de vida traz em seu rastro muitas outras renúncias e exclusões. No entanto, o lema da Liga Hanseática dizia: *'Navigare necesse est, vivere, non necesse'* (*'Navegar é preciso, viver não é preciso.'*)

Constitui resultado inevitável de tudo isso que passamos a procurar no mundo da ficção, na literatura e no teatro a compensação pelo que se perdeu na vida. Ali encontraremos pessoas que sabem morrer - que conseguem inclusive matar alguém. Também só ali pode ser preenchida a condição que possibilita nossa reconciliação com a morte: a saber, que por detrás de todas as vicissitudes da vida devemos ainda ser capazes de preservar intacta uma vida, pois é realmente muito triste que tudo na vida deva ser como num jogo de xadrez, onde um movimento em falso pode forçar-nos a desistir dele, com a diferença, porém, de que não podemos começar uma segunda partida, uma revanche. No domínio da ficção, encontramos a pluralidade de vidas de que necessitamos. Morremos com o herói com o qual nos identificamos; contudo, sobrevivemos a ele, e estamos prontos a morrer novamente, desde que com a mesma segurança, com outro herói.

É evidente que a guerra está fadada a varrer esse tratamento convencional da morte. Esta não mais será negada; somos forçados a acreditar nela. As pessoas realmente morrem, e não mais uma a uma, porém muitas, freqüentemente dezenas de milhares, num único dia. E a morte não é mais um acontecimento fortuito. Certamente, ainda parece uma questão de acaso o fato de uma bala atingir esse ou aquele homem, mas uma segunda bala pode muito bem atingir o sobrevivente; e o acúmulo de mortes põe um termo à impressão de acaso. A vida, na realidade, tornou-se interessante novamente; recuperou seu pleno conteúdo.

Deve-se estabelecer aqui uma distinção entre dois grupos - os que arriscam suas vidas no campo de batalha e os que permanecem em casa, tendo apenas de esperar pela perda de seus entes queridos por ferimentos, moléstia ou infecção. Seria muito interessante, sem dúvida, estudar as modificações na psicologia dos combatentes, mas sei muito pouco a esse respeito. Devemos restringir-nos ao segundo grupo, ao qual nós próprios pertencemos. Já tive ocasião de dizer que em minha opinião o aturdimento e a paralisia de capacidade de que sofremos são essencialmente determinados, entre outras coisas, pela circunstância de que somos incapazes de manter nossa atitude anterior em relação à morte, não tendo encontrado, ainda, uma nova. Talvez nos sirva de ajuda proceder dessa forma, se dirigirmos nossa indagação psicológica no sentido de duas outras relações com a morte - a que podemos atribuir aos homens primevos, pré-históricos, e a que ainda existe em cada um de nós, mas que se oculta,

invisível à consciência, nas camadas mais profundas de nossa vida mental.

Naturalmente, só podemos saber qual era a atitude do homem pré-histórico para com a morte por meio de inferências e interpretações; creio, porém, que esses métodos nos têm proporcionado conclusões mais ou menos dignas de confiança.

O homem primevo assumia uma atitude notável em relação à morte. Longe de ser coerente, era, na realidade, altamente contraditória. Por um lado, encarava a morte seriamente, reconhecia-a como o término da vida, utilizando-a nesse sentido; por outro, também negava a morte e a reduzia a nada. Essa contradição surgia do fato de que ele assumia atitudes radicalmente diferentes para com a morte de outras pessoas, de estranhos, de inimigos, e para com sua própria morte. Não fazia qualquer objeção à morte de outrem; ela significava o aniquilamento de alguém que ele odiava, e o homem primitivo não tinha quaisquer escrúpulos em ocasioná-lo. Era, sem dúvida, uma criatura muito impulsiva e mais cruel e maligna do que outros animais. Gostava de matar, e fazia isso como uma coisa natural. O instinto que, segundo se diz, refreia outros animais de matar e de devorar sua própria espécie, não precisa ser atribuído a ele.

Por isso, a história primeva da humanidade está repleta de assassinatos. Mesmo hoje, a história do mundo que nossos filhos aprendem na escola é essencialmente uma série de assassinatos de povos. O obscuro sentimento de culpa ao qual a humanidade tem estado sujeita desde épocas pré-históricas e que, em algumas religiões, foi condensado na doutrina da culpa primeva, do pecado original, é provavelmente o resultado de uma culpa de homicídio em que teria incorrido o homem pré-histórico. Em meu livro *Totem e Tabu* (1912-13) tentei, seguindo pistas fornecidas por Robertson Smith, Atkinson e Charles Darwin, adivinhar a natureza dessa culpa primeva, e creio, também, que a doutrina cristã de nossos dias nos permite deduzi-la. Se o Filho de Deus foi obrigado a sacrificar sua vida para redimir a humanidade do pecado original, então, pela lei de talião, dente por dente, olho por olho, aquele pecado deve ter sido uma morte, um assassinato. Nada mais poderia exigir o sacrifício de uma vida para a sua expiação. E, se o pecado original foi uma ofensa contra Deus Pai, o crime primevo da humanidade deve ter sido um parricídio, a morte do pai primevo da horda humana primitiva, cuja imagem mnêmica foi depois transfigurada numa deidade.

Para o homem primevo, sua própria morte era certamente tão inimaginável e irreal quanto o é para qualquer um de nós hoje em dia. No entanto, no seu caso, uma circunstância fez com que as duas atitudes opostas para com a morte colidissem e entrassem em conflito uma com a outra, circunstância essa que se tornou altamente importante, produzindo conseqüências de longo alcance. Ocorreu quando o homem primevo viu morrer alguém que lhe pertencia - a esposa, o filho, o amigo - a quem indubitavelmente ele amava como amamos os nossos, já que o amor não pode ser muito mais jovem do que a volúpia de matar. Então, em sua dor, foi

forçado a aprender que cada um de nós pode morrer, e todo o seu ser revoltou-se contra a admissão desse fato, pois cada um desses antes amados era, afinal de contas, uma parte de seu próprio eu amado. Por outro lado, porém, mortes como essas também o agradavam, de uma vez que em cada uma das pessoas amadas havia também alguma coisa de estranho. A lei de ambivalência do sentimento, que até hoje rege nossas relações emocionais com aqueles a quem mais amamos, por certo tinha uma validade muito mais ampla nos tempos primevos. Assim, esses mortos amados também tinham sido inimigos e estranhos que haviam despertado nele certo grau de sentimento hostil.

Os filósofos declararam que o enigma intelectual apresentado ao homem primevo pelo quadro da morte forçou-o à reflexão, tornando-se assim o ponto de partida de toda especulação. Acho que aqui os filósofos estão pensando filosoficamente demais e concedendo pouquíssima consideração aos motivos que eram primordialmente operativos. Gostaria, portanto, de limitar e corrigir sua asserção. Em minha opinião, o homem primevo deve ter exultado ao lado do corpo de seu inimigo assassinado, sem ser levado a dar tratos à bola sobre o enigma da vida e da morte. O que liberou o espírito de indagação no homem não foi o enigma intelectual, e nem qualquer morte, mas o conflito de sentimento quando da morte de pessoas amadas e, contudo, estranhas e odiadas. A psicologia foi o primeiro rebento desse conflito de sentimento. O homem já não podia manter a morte à distância, pois a havia provado em sua dor pelos mortos; não obstante, não estava disposto a reconhecê-la, porquanto não podia conceber-se a si próprio como morto. Assim, idealizou um meio-termo; admitiu também o fato de sua própria morte, negando-lhe porém, o significado de aniquilamento - significado que ele não tivera motivo para negar no que dizia respeito à morte de seu inimigo. Foi ao lado do cadáver de alguém amado por ele que inventou os espíritos, e seu sentimento de culpa pela satisfação mesclado à sua tristeza transformou esses espíritos recém-nascidos em demônios maus que tinham de ser temidos. As modificações [físicas] acarretadas pela morte lhe sugeriram a divisão do indivíduo em corpo e alma - originalmente várias almas. Dessa maneira, seu encadeamento de pensamento corria paralelo ao processo de desintegração que sobrevém com a morte. Sua persistente lembrança dos mortos tornou-se a base para a suposição de outras formas de existência, fornecendo-lhe a concepção de uma vida que continua após morte aparente.

De início, essas existências subseqüentes não passavam de apêndices à existência à qual a morte pusera termo - sombrias, vazias de conteúdo e de pouca valia até épocas posteriores; traziam, ainda, o caráter de desventurados artificios. Podemos lembrar a resposta dada a Ulisses pela alma de Aquiles:

‘Pois desde outrora, quando estavas vivo, nós os argivos te honrávamos mesmo como a um deus, e agora que estás aqui, governas soberanamente sobre os mortos. Portanto, não lamentos absolutamente estares morto, Aquiles.’

Assim falei, e ele imediatamente respondeu, dizendo: ‘Não, não procures falar-me brandamente da morte, glorioso Ulisses. Eu escolheria, para que pudesse viver na terra, antes ser o servo de outrem, de algum homem sem fortuna cujos recursos fossem os mais parcos, do que ser o senhor de todos os mortos que pereceram.’

Ou na poderosa e amarga paródia de Heine:

Der Kleinste lebendige Philister
Zu Stuckert am Neckar
Viel glücklicher ist er
Als ich, der Pelide,
Der tote Held,
Der Schattenfürst in der Unterwelt.

Só mais tarde as religiões conseguiram representar essa vida futura como a mais desejável, a única verdadeiramente válida, a reduzir a vida que termina com a morte a uma mera preparação. Depois disso, passou a ser apenas coerente estender a vida para trás até o passado, elaborar a noção de existências pretéritas, da transmigração das almas e da reencarnação, tudo com a finalidade de despojar a morte do seu significado de término da vida. Assim, a origem da negação da morte, que descrevemos [ver em [1]] como uma ‘atitude convencional e cultural’, remonta aos tempos mais antigos.

Ao lado do corpo sem vida do ente amado, passou a existir não só a doutrina da alma, a crença na imortalidade e uma poderosa fonte de sentimento de culpa do homem, mas também os primeiros mandamentos éticos. A primeira e mais importante proibição feita pela consciência que despertava foi: ‘Não matarás’. Surgiu em relação a pessoas mortas que eram amadas, como uma reação contra a satisfação do ódio que se ocultava sob o pesar, estendendo-se gradativamente a estranhos que não eram amados e, finalmente, até mesmo a inimigos.

Essa extensão final do mandamento já não é experimentada pelo homem civilizado. Quando a furiosa luta da guerra atual for decidida, cada um dos combatentes vitoriosos retornará alegremente à pátria, para sua esposa e seus filhos, sem ser questionado nem perturbado por pensamentos sobre os inimigos que, quer de perto, quer de longe, matou. É digno de nota que as raças primitivas que ainda sobrevivem no mundo, e que indubitavelmente se acham mais próximas do que nós do homem primevo, agem de modo diferente em relação a isso, ou pelo menos agiam até ficarem sob a influência de nossa civilização. Selvagens - australianos, boximanes, fueguinos - estão longe de ser assassinos implacáveis; quando voltam vitoriosos da guerra não pisam em suas aldeias nem tocam em suas esposas até que tenham expiado os assassinatos que perpetraram na guerra por penitências, quase sempre longas e tediosas. É fácil, naturalmente, atribuir isso à sua superstição: o selvagem ainda teme os espíritos vingativos dos assassinados. Mas os espíritos de seus inimigos mortos nada mais são do que a expressão de sua consciência

pesada por causa de sua culpa de homicídio; por detrás dessa superstição jaz oculta uma veia de sensibilidade ética que foi perdida por nós, homens civilizados.

Sem dúvida, as almas piedosas, que gostariam de crer que nossa natureza está distanciada de qualquer contato com o que é mau e degradante, não deixarão de utilizar o aparecimento e a premência iniciais da proibição contra o assassinato como a base para conclusões gratificantes quanto à força dos impulsos éticos que devem ter sido implantados em nós. Infelizmente, esse argumento fortalece ainda mais o ponto de vista oposto. Uma proibição tão poderosa só pode ser dirigida contra um impulso igualmente poderoso. O que nenhuma alma humana deseja não precisa de proibição; é excluído automaticamente. A própria ênfase dada ao mandamento ‘Não matarás’ nos assegura que brotamos de uma série interminável de gerações de assassinos, que tinham a sede de matar em seu sangue, como, talvez, nós próprios tenhamos hoje. Os esforços éticos da humanidade, cuja força e significância não precisamos absolutamente depreciar, foram adquiridos no curso da história do homem; desde então se tornaram, embora infelizmente apenas em grau variável, o patrimônio herdado pelos homens contemporâneos.

Deixemos agora o homem primevo, e passemos para o inconsciente em nossa própria vida mental. Aqui dependemos inteiramente do método psicanalítico de investigação, o único que atinge tais profundezas. Qual, perguntamos, é a atitude do nosso inconsciente para com o problema da morte? A resposta deve ser: quase exatamente a mesma que a do homem primevo. Nesse ponto, como em muitos outros, o homem das épocas pré-históricas sobrevive inalterado em nosso inconsciente. Nosso inconsciente, portanto, não crê em sua própria morte; comporta-se como se fosse imortal. O que chamamos de nosso ‘inconsciente’ - as camadas mais profundas de nossas mentes, compostas de impulsos instintuais - desconhece tudo o que é negativo e toda e qualquer negação; nele as contradições coincidem. Por esse motivo, não conhece sua própria morte, pois a isso só podemos dar um conteúdo negativo. Assim, não existe nada de instintual em nós que reaja a uma crença na morte. Talvez, inclusive, isso seja o segredo do heroísmo. Os fundamentos racionais do heroísmo repousam num juízo segundo o qual a própria vida do indivíduo não pode ser tão preciosa quanto certos bens abstratos e gerais. Em minha opinião, porém, é muito mais freqüente o heroísmo instintivo e impulsivo que desconhece tais razões e zomba do perigo, no mesmo espírito do *Steinklopferhans* de Anzenruber: ‘Nada pode acontecer a *mim*.’ Ou então, aquelas razões servem apenas para dissipar as hesitações que poderiam tolher a reação heróica que corresponde ao inconsciente. O medo da morte, que nos domina com mais freqüência do que pensamos, é, por outro lado, algo secundário e, via de regra, o resultado de um sentimento de culpa.

Por outro lado, admitimos a morte para estranhos e inimigos, destinando-os a ela tão prontamente e tão sem hesitação quanto o homem primitivo. Aqui, é verdade, há uma distinção que será declarada decisiva no que diz respeito à vida real. Nosso inconsciente não executa o ato de matar; ele simplesmente o pensa e o deseja. Mas seria completamente

errado subestimar essa realidade psíquica quando posta em confronto com a realidade factual. Ela é bastante importante e grave. Em nossos impulsos inconscientes, diariamente e a todas as horas, nos livramos de alguém que nos atrapalha, de alguém que nos ofendeu ou nos prejudicou. A expressão ‘Que o Diabo o carregue!’, que tantas vezes o aflora aos lábios das pessoas em tom de brincadeira e que, na realidade, significa ‘Que a morte o carregue!’, é em nosso inconsciente um sério e poderoso desejo de morte. De fato, nosso inconsciente assassinará até mesmo por motivos insignificantes; como o antigo ateniense de Drácon, ele não conhece outra punição para o crime a não ser a morte. E isso mostra certa coerência, já que cada agravo a nosso ego todo-poderoso e autocrático é, no fundo, um crime de lesa-majestade.

Destarte, caso sejamos julgados por nossos impulsos inconscientes impregnados de desejo, nós próprios seremos, como o homem primevo, uma malta de assassinos. Ainda bem que nem todos esses desejos possuem a potência que lhes era atribuída nos tempos primevos; no fogo cruzado dos vitupérios mútuos, a humanidade de há muito teria perdedido, e com ela os melhores e mais sábios homens, e as mais formosas e belas mulheres.

Em geral, a psicanálise não encontra crédito entre os leigos para afirmações como essas. Rejeitam-nas como calúnias que são refutadas pela experiência consciente, e prontamente desprezam os fracos indícios pelos quais até mesmo o inconsciente está inclinado a trair-se à consciência. É, portanto, pertinente ressaltar que muitos pensadores, que não poderiam ter sido influenciados pela psicanálise, acusaram de modo muito bem definido nossos pensamentos não-expressos de estarem prontos, não obstante a proibição contra o assassinato, para livrar-se de qualquer coisa que nos atrapalha. Dentre os muitos exemplos desse tipo escolherei um que se tornou famoso:

Em *Le Père Gariot*, Balzac faz alusão a um trecho das obras de J. J. Rousseau onde o escritor pergunta ao leitor o que ele faria se - sem deixar Paris e, obviamente, sem ser descoberto - pudesse matar, com grande lucro para si, um velho mandarim em Pequim por um mero ato de vontade. Rousseau dá a entender que não daria grande coisa pela vida daquele dignitário. ‘*Tuer son mandarim*’ tornou-se uma frase proverbial para essa disposição secreta, presente inclusive no homem moderno.

Existe também grande número de chistes e anedotas cínicas que revelam a mesma tendência - como, por exemplo, as palavras atribuídas a um marido: ‘Se um de nós dois morrer, eu me mudarei para Paris.’ Esses chistes cínicos não seriam possíveis a menos que encerrassem uma verdade não reconhecida que não poderia ser admitida se fosse expressa seriamente e sem disfarce. Até mesmo na brincadeira - coisa bem sabida - pode-se dizer a verdade.

Da mesma forma que para o homem primevo, também para nosso inconsciente há um caso

em que as duas atitudes opostas para com a morte, aquela que a reconhece como sendo a extinção da vida, e aquela que a nega porque irreal, se chocam e entram em conflito. Esse caso é idêntico ao das eras primevas: a morte, ou o risco de morte, de alguém que amamos, pai ou mãe, esposo ou esposa, irmão ou irmã, filho ou amigo dileto. Esses seres amados constituem, por um lado, uma posse interna, componentes de nosso próprio ego; por outro, contudo, são parcialmente estranhos, até mesmo inimigos. À exceção de apenas pouquíssimas situações, adere à mais terna e à mais íntima de nossas relações amorosas uma pequena parcela de hostilidade que pode excitar um desejo de morte inconsciente. No entanto, esse conflito devido à ambivalência não conduz agora, como o fazia então, à doutrina da alma e à ética, mas à neurose, que nos proporciona uma profunda compreensão interna (*insight*) também da vida mental normal. Não poucas vezes médicos que praticam a psicanálise tiveram de lidar com o sintoma de uma preocupação exagerada pelo bem-estar de parentes, ou com auto-recriminações inteiramente infundadas após a morte de uma pessoa amada. O estudo de tais fenômenos não deixou qualquer dúvida quanto à extensão e à importância dos desejos de morte inconscientes.

O leigo sente um horror extraordinário diante da possibilidade de tais sentimentos e toma essa aversão como legítimo fundamento para descrer das asserções da psicanálise. Erroneamente, penso eu. Não se pretende aqui uma depreciação dos sentimentos de amor, depreciação que de fato não existe. Realmente, é estranho tanto à nossa inteligência quanto a nossos sentimentos aliar assim o amor ao ódio; mas a Natureza, fazendo uso desse par de opostos, consegue manter o amor sempre vigilante e renovado, a fim de protegê-lo contra o ódio que jaz, à espreita, por detrás dele. Poder-se-ia dizer que devemos as mais belas florações de nosso amor à reação contra o impulso hostil que sentimos dentro de nós.

Em suma: nosso inconsciente é tão inacessível à idéia de nossa própria morte, tão inclinado ao assassinato em relação a estranhos, tão dividido (isto é, ambivalente) para com aqueles que amamos, como era o homem primevo. Contudo, como nos distanciamos desse estado primevo em nossa atitude convencional e cultural para com a morte!

É fácil ver como a guerra se choca com essa dicotomia. Ela nos despoja dos acréscimos ulteriores da civilização e põe a nu o homem primevo que existe em cada um de nós. Compele-nos mais uma vez a sermos heróis que não podem crer em sua própria morte; estigmatiza os estranhos como inimigos, cuja morte deve ser provocada ou desejada; diz-nos que desprezamos a morte daqueles que amamos. A guerra, porém, não pode ser abolida; enquanto as condições de existência entre as nações continuarem tão diferentes e sua repulsa mútua tão violenta, sempre haverá guerras. É então que surge a pergunta: Não somos nós que devemos ceder, que nos devemos adaptar à guerra? Não devemos confessar que em nossa atitude civilizada para com a morte estamos mais uma vez vivendo psicologicamente acima de nossos meios, e não devemos, antes, voltar atrás e reconhecer a verdade? Não seria melhor dar à morte o lugar na realidade e em nossos pensamentos que lhe é devido, e dar um pouco mais de proeminência à atitude inconsciente para com a morte, que, até agora, tão

cuidadosamente suprimimos? Isso dificilmente parece um progresso no sentido de uma realização mais elevada, mas antes, sob certos aspectos, um passo atrás - uma regressão; mas tem a vantagem de levar mais em conta a verdade e de novamente tornar a vida mais tolerável para nós. Tolerar a vida continua a ser, afinal de contas, o primeiro dever de todos os seres vivos. A ilusão perderá todo o seu valor, se tornar isso mais difícil para nós.

Lembramo-nos do velho ditado: *Si vis pacem, para bellum*. Se queres preservar a paz, prepara-te para a guerra.

Estaria de acordo com o tempo em que vivemos alterá-lo para: *Si vis vitam, para mortem*. Se queres suportar a vida, prepara-te para a morte.

APÊNDICE: CARTA A FREDERIK VAN EEDEN

[Esta carta foi escrita por Freud no fim de 1914, alguns meses depois de deflagrada a Primeira Guerra Mundial e alguns meses antes da elaboração de suas 'Reflexões para os Tempos de Guerra e Morte.' Van Eeden, a quem a carta foi endereçada, era um psicopatologista holandês, mais conhecido, contudo, como homem de letras. Embora velho conhecido de Freud, nunca aceitou seus conceitos. A carta foi publicada pela primeira vez em alemão por Van Eeden num semanário de Amsterdam, *De Amsterdammer*, a 17 de janeiro de 1915 (Nº 1960, pág. 3). Parece que até agora não foi reimpressa em alemão. Uma tradução para o inglês está incluída no segundo volume da vida de Freud escrita pelo Dr. Ernest Jones (1955, 413), e a versão que se segue é a mesma, exceto algumas mudanças verbais.]

Viena, 28 de dezembro de 1914.

Prezado Dr. Van Eeden,

Aventuro-me, sob o impacto da guerra, a lembrar-lhe duas teses formuladas pela psicanálise e que, sem dúvida, contribuíram para sua impopularidade.

A psicanálise inferiu dos sonhos e das parapraxias das pessoas saudáveis, bem como dos sintomas dos neuróticos, que os impulsos primitivos, selvagens e maus da humanidade não desapareceram em qualquer de seus membros individuais, mas persistem, embora num

estado reprimido, no inconsciente (para empregar nossos termos técnicos) e aguardam as oportunidades para se tornarem ativos mais uma vez. Ela nos ensinou, ainda, que nosso intelecto é algo débil e dependente, um brinquedo e um instrumento de nossos instintos e afetos, e que todos nós somos compelidos a nos comportar inteligente ou estupidamente, de acordo com as ordens de nossas atitudes [emocionais] e resistências internas.

Se, agora, o senhor observar o que está acontecendo na presente guerra - as crueldades e as injustiças pelas quais as nações mais civilizadas são responsáveis, a maneira distinta pela qual julgam suas próprias mentiras e maldades e as de seus inimigos, e a falta geral de compreensão interna (*insight*) que predomina -, terá de admitir que a psicanálise tem estado certa em ambas as suas teses.

Talvez ela não tenha sido inteiramente original nisso; não poucos pensadores e estudiosos da humanidade fizeram afirmações semelhantes. Nossa ciência, porém, as elaborou detalhadamente e as empregou a fim de lançar luz sobre muitos enigmas psicológicos.

Espero que venhamos a nos encontrar em tempos mais felizes.

Seu, sinceramente,

Sigm. Freud

SOBRE A TRANSITORIEDADE (1916 [1915])

VERGÄNGLICHKEIT

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1916 Em *Das Land Goethes* 1914-1916. Stuttgart: Deutsche Verlagsanstalt. Pág. 37-8.

1926 *Almlanach* 1927, 39-42.

1928 *G.S.*, 11, 291-4.

1946 *G.W.*, 10, 358-61.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘On Transience’

1942 *Int. J. Psycho-Anal.*, 23 (2), 84-5. (Trad. de James Strachey.)

1950 *C.P.*, 5, 79-82. (Mesmo tradutor.)

A presente tradução inglesa é uma reimpressão ligeiramente alterada da que foi publicada em 1950.

Este ensaio foi escrito em novembro de 1915, a convite da Berliner Goetherbund (Sociedade Goethe de Berlim) para um volume comemorativo lançado no ano seguinte sob o título de *Das Land Goethes* (O País de Goethe). Esse volume, produzido com esmero, enfeixava grande número de contribuições de autores e artistas conhecidos, passados e atuais, como von Bülow, von Brentano, Ricardo Huch, Hauptmann e Liebermann. O original alemão (exceto o quadro que apresenta dos sentimentos de Freud sobre a guerra, que estava então em seu segundo ano) constitui excelente prova de seus poderes literários. É interessante notar que o ensaio abrange um enunciado da teoria do luto contido em ‘Luto e Melancolia’ (1917e), que Freud escrevera alguns meses antes, mas que só foi publicado dois anos depois.

SOBRE A TRANSITORIEDADE

Não faz muito tempo empreendi, num dia de verão, uma caminhada através de campos sorridentes na companhia de um amigo taciturno e de um poeta jovem mas já famoso. O poeta admirava a beleza do cenário à nossa volta, mas não extraía disso qualquer alegria.

Perturbava-o o pensamento de que toda aquela beleza estava fadada à extinção, de que desapareceria quando sobreviesse o inverno, como toda a beleza humana e toda a beleza e esplendor que os homens criaram ou poderão criar. Tudo aquilo que, em outra circunstância, ele teria amado e admirado, pareceu-lhe despojado de seu valor por estar fadado à transitoriedade.

A propensão de tudo que é belo e perfeito à decadência, pode, como sabemos, dar margem a dois impulsos diferentes na mente. Um leva ao penoso desalento sentido pelo jovem poeta, ao passo que o outro conduz à rebelião contra o fato consumado. Não! É impossível que toda essa beleza da Natureza e da Arte, do mundo de nossas sensações e do mundo externo, realmente venha a se desfazer em nada. Seria por demais insensato, por demais pretensioso acreditar nisso. De uma maneira ou de outra essa beleza deve ser capaz de persistir e de escapar a todos os poderes de destruição.

Mas essa exigência de imortalidade, por ser tão obviamente um produto dos nossos desejos, não pode reivindicar seu direito à realidade; o que é penoso pode, não obstante, ser verdadeiro. Não vi como discutir a transitoriedade de todas as coisas, nem pude insistir numa exceção em favor do que é belo e perfeito. Não deixei, porém, de discutir o ponto de vista pessimista do poeta de que a transitoriedade do que é belo implica uma perda de seu valor.

Pelo contrário, implica um aumento! O valor da transitoriedade é o valor da escassez no tempo. A limitação da possibilidade de uma fruição eleva o valor dessa fruição. Era incompreensível, declarei, que o pensamento sobre a transitoriedade da beleza interferisse na alegria que dela derivamos. Quanto à beleza da Natureza, cada vez que é destruída pelo inverno, retorna no ano seguinte, do modo que, em relação à duração de nossas vidas, ela pode de fato ser considerada eterna. A beleza da forma e da face humana desaparece para sempre no decorrer de nossas próprias vidas; sua evanescência, porém, apenas lhes empresta renovado encanto. Um flor que dura apenas uma noite nem por isso nos parece menos bela. Tampouco posso compreender melhor por que a beleza e a perfeição de uma obra de arte ou de uma realização intelectual deveriam perder seu valor devido à sua limitação temporal. Realmente, talvez chegue o dia em que os quadros e estátuas que hoje admiramos venham a ficar reduzidos a pó, ou que nos possa suceder uma raça de homens que venha a não mais compreender as obras de nossos poetas e pensadores, ou talvez até mesmo sobrevenha uma era geológica na qual cesse toda vida animada sobre a Terra; visto, contudo, que o valor de toda essa beleza e perfeição é determinado somente por sua significação para nossa própria vida emocional, não precisa sobreviver a nós, independentemente, portanto, da duração absoluta.

Essas considerações me pareceram incontestáveis, mas observei que não causara impressão quer no poeta quer em meu amigo. Meu fracasso levou-me a inferir que algum fator emocional poderoso se achava em ação, perturbando-lhes o discernimento, e acreditei,

depois, ter descoberto o que era. O que lhes estragou a fruição da beleza deve ter sido uma revolta em suas mentes contra o luto. A idéia de que toda essa beleza era transitória comunicou a esses dois espíritos sensíveis uma antecipação de luto pela morte dessa mesma beleza; e, como a mente instintivamente recua de algo que é penoso, sentiram que em sua fruição de beleza interferiam pensamentos sobre sua transitoriedade.

O luto pela perda de algo que amamos ou admiramos se afigura tão natural ao leigo, que ele o considera evidente por si mesmo. Para os psicólogos, porém, o luto constitui um grande enigma, um daqueles fenômenos que por si sós não podem ser explicados, mas a partir dos quais podem ser rastreadas outras obscuridades. Possuímos, segundo parece, certa dose de capacidade para o amor - que denominamos de libido - que nas etapas iniciais do desenvolvimento é dirigido no sentido de nosso próprio ego. Depois, embora ainda numa época muito inicial, essa libido é desviada do ego para objetos, que são assim, num certo sentido, levados para nosso ego. Se os objetos forem destruídos ou se ficarem perdidos para nós, nossa capacidade para o amor (nossa libido) será mais uma vez liberada e poderá então ou substituí-los por outros objetos ou retornar temporariamente ao ego. Mas permanece um mistério para nós o motivo pelo qual esse desligamento da libido de seus objetos deve constituir um processo tão penoso, até agora não fomos capazes de formular qualquer hipótese para explicá-lo. Vemos apenas que a libido se apega a seus objetos e não renuncia àqueles que se perderam, mesmo quando um substituto se acha bem à mão. Assim é o luto.

Minha palestra com o poeta ocorreu no verão antes da guerra. Um ano depois, irrompeu o conflito que lhe subtraiu o mundo de suas belezas. Não só destruiu a beleza dos campos que atravessava e as obras de arte que encontrava em seu caminho, como também destroçou nosso orgulho pelas realizações de nossa civilização, nossa admiração por numerosos filósofos e artistas, e nossas esperanças quanto a um triunfo final sobre as divergências entre as nações e as raças. Maculou a elevada imparcialidade da nossa ciência, revelou nossos instintos em toda a sua nudez e soltou de dentro de nós os maus espíritos que julgávamos terem sido domados para sempre, por séculos de ininterrupta educação pelas mais nobres mentes. Amesquinhou mais uma vez nosso país e tornou o resto do mundo bastante remoto. Roubou-nos do muito que amáramos e mostrou-nos quão efêmeras eram inúmeras coisas que consideráramos imutáveis.

Não pode surpreender-nos o fato de que nossa libido, assim privada de tantos dos seus objetos, se tenha apegado com intensidade ainda maior ao que nos sobrou, que o amor pela nossa pátria, nossa afeição pelos que se acham mais próximos de nós e nosso orgulho pelo que nos é comum, subitamente se tenham tornado mais vigorosos. Contudo, será que aqueles outros bens, que agora perdemos, realmente deixaram de ter qualquer valor para nós por se revelarem tão perecíveis e tão sem resistência? Isso parece ser o caso de muitos de nós; só que, na minha opinião, mais uma vez, erradamente. Creio que aqueles que pensam assim, de e parecem prontos a aceitar uma renúncia permanente porque o que era precioso revelou não ser duradouro, encontram-se simplesmente num estado de luto pelo que se perdeu. O luto,

como sabemos, por mais doloroso que possa ser, chega a um fim espontâneo. Quando renunciou a tudo que foi perdido, então consumiu-se a si próprio, e nossa libido fica mais uma vez livre (enquanto ainda formos jovens e ativos) para substituir os objetos perdidos por novos igualmente, ou ainda mais, preciosos. É de esperar que isso também seja verdade em relação às perdas causadas pela presente guerra. Quando o luto tiver terminado, verificar-se-á que o alto conceito em que tínhamos as riquezas da civilização nada perdeu com a descoberta de sua fragilidade. Reconstruiremos tudo o que a guerra destruiu, e talvez em terreno mais firme e de forma mais duradoura do que antes.

ALGUNS TIPOS DE CARÁTER ENCONTRADOS NO TRABALHO PSICANALÍTICO

EINIGE CHARAKTERTYPEN AUS DERPSYCHOANALYTISCHEN ARBEIT

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1916 *Imago*, 4 (6), 317-336.

1918 *S.K.S.N.*, 4, 521-552. (1922. 2ª ed.)

1924 *G.S.*, 10, 287-314.

1924 *Dichtung und Kunst*, 59-86.

1925 *Almanach* 1926, 21-6. (Somente a Seção I.)

1936 *Psychoan. Pädagog.*, 9, 193-4. (Somente a Seção III.)

1946 *G.W.*, 10, 364-391.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

[Some Character-Types Met with in Psycho-Analytic Work]

1925 *C.P.*, 4, 318-344. (Trad. E. C. Mayne.)

A presente tradução inglesa baseia-se na que foi publicada em 1925.

Estes três ensaios foram publicados no último número de *Imago* referente ao ano de 1916. O terceiro deles, embora o mais curto, provocou tantas repercussões quanto qualquer dos escritos não médicos de Freud, pois lançou uma luz inteiramente nova sobre os problemas da psicologia do crime.

Trechos da tradução deste trabalho publicados em 1925 foram incluídos em *A General Selection from the Works of Sigmund Freud*, de Rickman (1937, 111-17).

ALGUNS TIPOS DE CARÁTER ENCONTRADOS NO TRABALHO PSICANALÍTICO

Quando um médico empreende o tratamento psicanalítico de um neurótico, seu interesse não se dirige de modo algum em primeiro lugar para o caráter do paciente. Prefere saber o que significam os sintomas, quais os impulsos instintuais ocultos por detrás deles e por eles satisfeitos, e qual o curso seguido pelo caminho misterioso que conduziu dos desejos instintuais aos sintomas. Contudo, a técnica que ele é obrigado a seguir logo o compele a dirigir sua curiosidade imediata para outros objetivos. Observa que sua investigação se acha ameaçada por resistências erguidas contra ele pelo paciente, podendo o médico, com razão, encarar essas resistências como parte do caráter do paciente. Isso passa a adquirir a prioridade de seu interesse.

O que se opõe aos esforços do médico nem sempre são os traços de caráter que o paciente reconhece em si mesmo e que lhe são atribuídos por pessoas que o cercam. As peculiaridades que parecera possuir apenas em grau modesto são com freqüência trazidas à luz com intensidade surpreendentemente maior, ou então nele se revelam atitudes que não tinham sido denunciadas em outras relações da vida. As páginas que se seguem serão dedicadas a descrever e a rastrear alguns desses surpreendentes traços de caráter.

I - AS EXCEÇÕES

O trabalho psicanalítico continuamente se defronta com a tarefa de induzir o paciente a renunciar a uma dose imediata e diretamente atingível de prazer. Não se pede a ele que renuncie a todo prazer; talvez não se possa esperar isso de nenhum ser humano, e até mesmo a religião é obrigada a apoiar sua exigência de que o prazer terreno seja posto de lado prometendo proporcionar em seu lugar uma quantidade incomparavelmente maior de um prazer superior no outro mundo. Não, apenas se pede ao paciente que renuncie às satisfações que inevitavelmente trarão conseqüências prejudiciais. Sua privação deve ser apenas temporária; ele só tem de aprender a trocar uma dose imediata de prazer por uma mais segura, ainda que adiada. Ou, em outras palavras, sob a orientação do médico, pede-se a ele que avance do princípio do prazer para o princípio da realidade pelo qual o ser humano maduro se distingue de uma criança. Nesse processo educativo, dificilmente se pode dizer que a compreensão interna (*insight*) mais nítida do médico desempenha um papel decisivo; via de regra, ele só poderia dizer a seu paciente o que a própria razão deste pode dizer-lhe. Mas saber uma coisa em nossa própria mente não é o mesmo que ouvi-la de alguém de fora. O médico desempenha o papel eficaz estranho; faz uso da influência que um ser humano exerce sobre outro. Ou - recordando que é hábito da psicanálise substituir o que é derivado e estiolado pelo que é original e básico - digamos que o médico, em seu trabalho educativo, faz uso de um dos componentes do amor. Nesse trabalho de educação posterior, provavelmente nada mais faz do que repetir o processo que, de início, tornou possível qualquer espécie de educação. Lado a lado com as exigências da vida, o amor é o grande educador, e é pelo amor daqueles que se encontram mais próximos dele que o ser humano incompleto é induzido a respeitar os ditames da necessidade e a poupar-se do castigo que sobrevém a qualquer infração dos mesmos.

Quando, dessa maneira, pedimos ao paciente que renuncie provisoriamente a alguma satisfação agradável, que faça um sacrifício, que se mostre disposto a aceitar um sofrimento temporário a fim de chegar a um resultado melhor, ou mesmo, simplesmente, que se decida a se submeter a uma necessidade que se aplica a todos, encontramos indivíduos que resistem a esse apelo por um motivo especial. Dizem que já renunciaram bastante e já sofreram bastante e têm direito de ser poupados de quaisquer outras exigências; não se submeterão mais a qualquer necessidade desagradável, pois são *exceções* e, além disso, pretendem continuar assim. Nesse tipo de paciente essa reivindicação se transforma na convicção de que uma providência especial vela por ele, protegendo-o de quaisquer sacrifícios penosos dessa natureza. Os argumentos do médico nada conseguem contra uma confiança interna que se expressa de forma tão vigorosa quanto esta; mesmo a influência *dele*, na realidade, é inicialmente impotente, ficando evidente para ele que deve descobrir as fontes das quais essa prevenção prejudicial se alimenta.

Ora, sem dúvida é verdade que cada um gostaria de se considerar uma 'exceção' e reivindicar privilégios em relação aos demais. Mas, precisamente por causa disso, deve haver uma razão específica, e não universalmente presente, para que alguém realmente se

proclame uma exceção e se comporte como tal. Essa razão pode ser de mais de uma natureza; nos casos que investiguei, consegui descobrir uma peculiaridade comum às experiências mais antigas das vidas desses pacientes. Suas neuroses se ligavam a alguma experiência ou sofrimento a que estiveram sujeitos em sua primeira infância, e em relação aos quais eles próprios sabiam não ter culpa, podendo encará-los como sendo uma desvantagem injusta a eles imposta. Os privilégios que reclamavam como resultado dessa injustiça, e a rebeldia que ela engendrava, contribuíram, e não em pequena dose, para intensificar os conflitos que levaram à irrupção de sua neurose. Num desses pacientes, uma mulher, a atitude para com a vida, ora objeto de seu exame, chegou ao máximo quando ela soube que uma perturbação dolorosa, de ordem orgânica, que a havia impedido de alcançar seus objetivos na vida, era de origem congênita. Enquanto considerou esse mal como uma aquisição accidental e tardia, suportou-o pacientemente; tão logo, porém, verificou ser ele parte de uma herança inata, tornou-se rebelde. Um jovem que se acreditava velado por uma providência especial, em sua infância fora vítima de uma infecção accidental provocada por sua ama-de-leite, e depois passou toda a sua vida fazendo reivindicações de compensação, uma pensão por acidente, por assim dizer, sem ter qualquer idéia que servisse de base para essas alegações. Nesse caso, a análise que construiu esse fato a partir de resíduos mnêmicos obscuros e de interpretações dos sintomas, foi confirmada objetivamente por informações prestadas pela família.

Por motivos que serão facilmente compreendidos, não posso alongar-me muito sobre essas e outras anamneses, nem me proponho penetrar na evidente analogia entre deformações de caráter resultantes de uma prolongada doença na infância e o comportamento de nações inteiras cuja história passada foi cheia de sofrimentos. Em vez disso, contudo, aproveitarei a oportunidade para chamar a atenção para uma figura criada pelo maior dos poetas - uma figura em cujo caráter a reivindicação à exceção se mostra estreitamente vinculada à circunstância de uma desvantagem congênita, sendo por ela motivada.

No monólogo inicial de *Ricardo III*, de Shakespeare, Gloucester, que depois vem a ser Rei, diz

Mas eu, que não fui talhado para habilidades esportivas, nem para cortejar um espelho amoroso; que, grosseiramente feito e sem a majestade do amor para pavonear-me diante de uma ninfa de lascivos meneios; eu, privado dessa bela proporção, desprovido de todo encanto pela pérfida natureza; disforme, inacabado, enviado por ela antes do tempo para este mundo dos vivos; terminado pela metade e isso tão imperfeitamente e fora de moda que os cães ladram para mim quando paro perto deles;

* * *

E assim, já que não posso mostrar-me como amante, para entreter estes belos dias da

galanteria, resolvi portar-me como vilão e odiar os frívolos prazeres deste tempo.

À primeira vista, essa investida talvez dê a impressão de não estar relacionada a nosso presente tema. Ricardo parece nada dizer além de: ‘Considero tediosos esses tempos frívolos, e quero divertir-me. Como não posso desempenhar o papel de amante por causa da minha deformidade, serei o vilão; conspirarei, assassinarei e farei tudo o que quiser. Essa motivação frívola só sufocaria qualquer sentimento de simpatia no auditório, se não fosse um pano de fundo para algo mais grave. Do contrário, a peça seria psicologicamente impossível, pois o escritor deve saber como nos fornecer antecedentes secretos que despertem simpatia pelo seu herói, a fim de que possamos admirar sua ousadia e desembaraço sem protesto interior; e essa simpatia só pode basear-se na compreensão ou no sentimento de uma possível solidariedade interior em relação a ele.

Penso, portanto, que o monólogo de Ricardo não diz tudo, dando meramente uma sugestão, e deixando que preenchamos o que ele sugere. Quando o fazemos, contudo, a aparência de frivolidade desaparece, a amargura e a minudência com que Ricardo retratou sua deformidade exercem todo o seu efeito, e percebemos claramente o sentimento de solidariedade que compele nossa simpatia mesmo para com um vilão como ele. Assim, o que o monólogo significa é: ‘A Natureza me causou um doloroso mal ao negar-me a beleza das formas que conquista o amor humano. A vida me deve uma reparação por isso, e farei tudo para consegui-la. Tenho o direito de ser uma exceção, de desprezar os escrúpulos pelos quais os outros se deixam tolher. Posso fazer o mal, já que a mim foi feito mal.’ Agora, sentimos que nós mesmos poderíamos ficar como Ricardo; que em pequena escala, realmente, já somos como ele. Ricardo é uma enorme ampliação de algo que encontramos em nós mesmos. Todos nós pensamos que temos motivo para repreender a Natureza e o nosso destino por desvantagens congênitas e infantis; todos exigimos reparação por antigos ferimentos ao nosso narcisismo, ao nosso amor-próprio. Por que a Natureza não nos deu os cachos dourados de Balder ou a força de Siegfried, ou a expressão altaneira do gênio, ou o nobre perfil de aristocracia? Por que nascemos num lar de classe média e não num palácio real? Poderíamos exibir beleza e distinção tão bem quanto qualquer um daqueles em quem agora somos obrigados a invejar essas qualidades.

Constitui, contudo, uma sutil economia de arte no poeta não permitir a seu herói exprimir franca e completamente todos os seus motivos secretos. Por esse meio, obriga-nos a suplementá-los; ele ocupa nossa atividade intelectual, desvia-a da reflexão crítica e nos mantém firmemente identificados com seu herói. Um indivíduo canhestro, em seu lugar, daria expressão consciente a tudo que desejasse revelar-nos, e então se depararia com nossa inteligência fria e sem entraves, que impediria qualquer aprofundamento da ilusão.

Antes de deixarmos as ‘exceções’, contudo, podemos ressaltar que a reivindicação das mulheres a privilégios e à isenção de tantas das importunidades da vida repousa na mesma base. Conforme aprendemos pelo trabalho psicanalítico, as mulheres se consideram como

tendo sido prejudicadas na infância, como tendo sido imerecidamente privadas de algo e injustamente tratadas; e a amargura de tantas filhas contra suas mães provém, em última análise, da censura contra estas por as terem trazido ao mundo como mulheres e não como homens.

II - OS ARRUINADOS PELO ÊXITO

O trabalho psicanalítico proporcionou-nos a tese segundo a qual as pessoas adoecem de neurose como resultado de *frustração*. Referimo-nos à frustração da satisfação de seus desejos libidinais, fazendo-se necessária uma digressão a fim de tornarmos a tese inteligível. Para que uma neurose seja gerada, deve haver um conflito entre os desejos libidinais de uma pessoa e a parte de sua personalidade que denominamos de ego, que é a expressão do seu instinto de autopreservação e que também abrange os *ideais* de sua personalidade. Um conflito patogênico dessa espécie só ocorre quando a libido tenta seguir caminhos e objetivos que o ego de há muito superou e condenou e, portanto, proibiu para sempre, e isso a libido só faz se for privada da possibilidade de uma satisfação ego-sintônica ideal. Por isso, a privação, a frustração de uma satisfação real, é a primeira condição para a geração de uma neurose, embora, na verdade, esteja longe de ser a única.

Parece ainda mais surpreendente, e na realidade atordoante, quando, na qualidade de médico, se faz a descoberta de que as pessoas ocasionalmente adoecem precisamente no momento em que um desejo profundamente enraizado e de há muito alimentado atinge a realização. Então, é como se elas não fossem capazes de tolerar sua felicidade, pois não pode haver dúvida de que existe uma ligação causal entre seu êxito e o fato de adoecerem.

Tive oportunidade de obter uma compreensão interna (*insight*) da anamnese de uma mulher, que me proponho descrever como algo típico dessas ocorrências trágicas. Era bem nascida e bem educada; no entanto, ainda muito jovem, não pôde conter seu gosto de viver; fugiu de casa e perambulou pelo mundo em busca de aventuras, até travar conhecimento com um pintor, que não só pôde apreciar seus encantos femininos mas também captar, apesar de sua degradação, as qualidades mais requintadas que ela possuía. Levou-a para viver com ele e ela provou ser uma companheira fiel, parecendo apenas carecer de reabilitação social para alcançar uma felicidade completa. Após muitos anos de vida em comum, o pintor conseguiu fazer com que a família dele se reconciliasse com ela; estava então preparado para torná-la sua esposa legítima. Foi nesse momento que ela começou a desmoronar. Descuidou da casa da qual agora estava prestes a tornar-se dona por direito; imaginou-se perseguida pelos

parentes dele, que desejavam fazê-la parte da família; proibiu ao amante, com seu ciúme insensato, todo contato social; prejudicou-o em seu trabalho artístico, e logo sucumbiu a uma doença mental incurável.

Em outra ocasião, defrontei-me com o caso de um respeitável senhor, professor universitário, que nutria havia muitos anos o desejo natural de ser o sucessor do mestre que o iniciara nos estudos. Quando esse professor mais antigo se aposentou e os colegas informaram ao pretendente que ele fora escolhido para substituí-lo, começou a hesitar, depreciou seus méritos, declarou-se indigno de preencher o cargo para o qual fora designado, e caiu numa melancolia que o deixou incapaz de toda e qualquer atividade durante vários anos.

Não obstante esses dois casos serem diferentes sob outros aspectos, existe uma concordância no seguinte ponto: a doença seguiu de perto a realização de um desejo e pôs termo a toda fruição do mesmo.

A contradição entre tais experiências e a norma segundo a qual aquilo que induz à doença é a frustração não é insolúvel. Desaparecerá se estabelecermos uma distinção entre uma frustração *externa* e uma *interna*. Se o objeto no qual a libido pode encontrar sua satisfação está contido *na realidade*, isso constitui uma frustração externa. Em si, ela é inoperante, não patogênica, até que uma frustração interna se junte a ela. Esta última deve provir do ego, e deve disputar o acesso da libido a outros objetos, objetos estes que agora a libido procura apreender. Só então surgem um conflito e a possibilidade de uma doença neurótica, isto é, de uma satisfação substitutiva alcançada indiretamente por meio do inconsciente reprimido. Por conseguinte, a frustração interna está potencialmente presente em todos os casos, só que não entra em ação até que a frustração externa real tenha preparado o terreno para ela. Nos casos excepcionais em que as pessoas adoecem por causa do êxito, a frustração interna atua por si mesma; na realidade, só surge depois que uma frustração externa foi substituída por realização de um desejo. À primeira vista, há algo de estranho nisso, mas, por ocasião de um exame mais detido, refletiremos que não é absolutamente incomum para o ego tolerar um desejo tão inofensivo na medida em que ele só existe na fantasia e cuja realização parece distante; pelo contrário, porém, o ego se defenderá ardentemente contra esse desejo tão logo este se aproxime da realização e ameace tornar-se uma realidade. A distinção entre isso e as situações comuns na formação da neurose consiste meramente em que, via de regra, são as intensificações internas da catexia libidinal que transformam a fantasia, até então merecedora de pouca consideração e tolerada, num oponente temido, ao passo que nesses casos o sinal para a irrupção do conflito é dado por uma mudança externa real.

O trabalho analítico não encontra dificuldade alguma em demonstrar que são as forças da consciência que proíbem ao indivíduo obter a tão almejada vantagem proveniente da feliz mudança da realidade. Constitui tarefa difícil, contudo, descobrir a essência e a origem

dessas tendências julgadoras e punitivas, cuja existência, onde não esperamos encontrá-las, tantas vezes nos surpreende. Pelas razões habituais, não examinarei o que sabemos ou conjecturamos em relação a casos de observação clínica, mas em relação a figuras que grandes autores criaram a partir de seu rico conhecimento da mente.

Podemos tomar como exemplo de pessoa que sucumbe ao atingir o êxito, após lutar exclusivamente por ele com todas as suas forças, a figura de Lady Macbeth, criada por Shakespeare. De início, não há qualquer hesitação, qualquer sinal de conflito interno nela, qualquer esforço senão o de vencer os escrúpulos de seu ambicioso, embora compassivo, marido. Ela se mostra pronta a sacrificar até mesmo sua feminilidade à sua intenção assassina, sem refletir no papel decisivo que esta feminilidade deverá desempenhar quando, posteriormente, surgir a questão de preservar a finalidade de sua ambição, alcançada através de um crime.

Vinde, espíritos sinistros

Que servis aos desígnios assassinos! Dessexuai-me, enchei-me, da cabeça A os pés, da mais horrível crueldade!

(Ato I, Cena 5.)

... Bem conheço As delícias de amar um tenro filho Que se amamenta: embora! eu lhe arrancara Às gengivas sem dente, ainda quando Vendo-o sorrir-se para mim, o bico De meu seio, e faria sem piedade Saltaram-lhe os miolos, se tivesse Jurado assim fazer, como juraste Cumprir esta empreitada. (Ato I, Cena 7.)

Apenas um leve e isolado frêmito de relutância dela se apossa antes do feito:

... Se no seu sono não lembrasse tanto Meu pai, tê-lo-ia eu mesma apunhalado!

(Ato II, Cena 2.)

Então, quando se torna Rainha pelo assassinato de Duncan, ela trai por um momento algo como um desapontamento, algo como uma desilusão. Não podemos dizer por que razão.

... Tudo perdemos quando o que queríamos, Obtemos sem nenhum contentamento: Mais vale ser a vítima destruída Do que, por a destruir, destruir com ela O gosto de viver.

(Ato III, Cena 2.)

Não obstante, ela se mantém firme. Na cena do banquete que se segue a essas palavras, somente ela se conserva serena, encobre o estado de confusão do marido e encontra um pretexto para dispensar os convivas. E então desaparece de vista. A seguir, vêmo-la na casa de sonambulismo do último Ato, fixada nas impressões da noite do assassinato. Mais uma vez, como antes, procura incutir coragem ao marido:

Por quem sois, meu senhor, que vergonha! Um soldado com medo? Por que havemos de recear que alguém o saiba, se ninguém nos pode pedir contas?

(Ato V, Cena 1.)

Ela ouve a pancada na porta, que apavorou o marido depois do feito. Mas ao mesmo tempo luta por 'desfazer a ação que não pode ser desfeita'. Lava as mãos, manchadas de sangue e que cheiram a sangue, e fica cônica da futilidade da tentativa. Ela que parecia tão sem remorsos, parece ter sido abatida pelo remorso. Quando morre, Macbeth, que nesse meio tempo se tornou tão inexorável quanto ela no começo, encontra apenas um breve epitáfio para ela: É morta... Não devia ser agora. Sempre seria tempo para ouvir-se Essas palavras.

(Ato V, Cena 5.)

E agora nos perguntamos: o que foi que quebrantou esse caráter que parecia ter sido forjado do metal mais rijo? Terá sido somente a desilusão - o aspecto diferente revelado pelo fato consumado -, e devemos inferir que, mesmo em Lady Macbeth, uma natureza originalmente dócil e feminina foi levada a um ponto de concentração e de alta tensão que não pôde suportar por muito tempo, ou devemos procurar indícios de uma motivação mais profunda, que tornará essa derrocada mais humanamente inteligível para nós?

Parece-me impossível chegar a uma decisão. *Macbeth*, de Shakespeare, é uma *pièce d'occasion*, escrita para a ascensão de Jaime, até então Rei da Escócia. O enredo foi feito de encomenda e já fora trabalhado por outros escritores contemporâneos, de cuja obra Shakespeare provavelmente se utilizou, como costumava fazer. Apresentava notáveis analogias com a situação real. A 'virginal' Elisabeth, de quem se dizia que jamais fora capaz de ter filhos e que certa vez se descrevera a si própria como um 'tronco estéril', numa angustiada exclamação pela notícia do nascimento de Jaime, foi obrigada por essa mesma esterilidade a fazer do rei escocês seu sucessor. E ele era o filho de Maria Stuart, cuja execução ela, embora relutantemente, ordenara, e que, apesar do toldamento de suas relações por causa de preocupações políticas, era não obstante do seu sangue e podia ser chamada de sua hóspede.

A ascensão de Jaime I foi como uma demonstração da maldição da esterilidade e das bênçãos da geração contínua. E a ação do Macbeth de Shakespeare baseia-se nesse mesmo contraste.

As Bruxas asseguram a Macbeth que seria rei, mas a Banquo prometeram que seus filhos herdariam a coroa. Macbeth se enfurece com esse ditame do destino. Não fica contente com a satisfação de sua própria ambição. Deseja fundar uma dinastia - e não ter cometido assassinato em benefício de estranhos. Esse ponto será negligenciado se a peça de Shakespeare for considerada apenas como uma tragédia de ambição. É claro que Macbeth não pode viver para sempre, e assim existe apenas uma forma para que ele invalide a parte da profecia que lhe é desfavorável - a saber, ter ele mesmo filhos que possam sucedê-lo. E ele parece esperá-los de sua indomável esposa:

Não concebas nunca
Senão filhos varões; tua alma indomável
O pede assim.

(Ato I, Cena 7.)

E é igualmente claro que, se for desapontado nessa expectativa, deverá submeter-se ao destino; do contrário, suas ações perdem toda finalidade e são transformadas na fúria cega de alguém condenado à destruição, que está resolvido a destruir de antemão tudo o que pode alcançar. Vemos Macbeth passar por esse processo, e no clímax da tragédia ouvimos o grito lancinante de Macduff, que com tanta freqüência é considerado ambíguo e que talvez possa conter a chave da mudança em Macbeth:

Ele não tem filhos!

(Ato IV, Cena 3.)

Não há dúvida de que isso significa: ‘Somente porque ele próprio não tem filhos é que pôde assassinar meus filhos.’ No entanto, algo mais pode estar implícito nisso e, acima de tudo, poderia pôr a nu o motivo mais profundo que não apenas força Macbeth a ir muito além de sua própria natureza, como também toca no único ponto fraco do caráter insensível de sua esposa. Se se examinar toda a peça, a partir do clímax assinalado pelas palavras de Macduff, ver-se-á que ela está repleta de referências à relação pai-filhos. O assassinato do bondoso Duncan não passa de parricídio; no caso de Banquo, Macbeth mata o pai, enquanto o filho se lhe escapa; e no de Macduff, ele mata os filhos porque o pai fugira dele. Uma criança ensangüentada e a seguir uma coroada lhe são mostradas pelas Bruxas na cena da aparição; a cabeça armada que é vista antes sem dúvida é o próprio Macbeth. Mas no segundo plano ergue-se a forma sinistra do vingador, Macduff, ele próprio uma exceção às leis da geração, visto que não nasceu de sua mãe mas foi arrancado de seu ventre.

Seria um exemplo perfeito de justiça poética à maneira de talião se a ausência de filhos de Macbeth e a infecundidade de sua Lady fossem o castigo pelos seus crimes contra a santidade da geração - se Macbeth não pudesse tornar-se pai porque roubara de um pai os filhos, e dos filhos um pai, e se Lady Macbeth sofresse o assexuamento que exigira dos espíritos do assassinato. Creio que a doença de Lady Macbeth, a transformação de sua impiedade em penitência, poderia ser explicada diretamente como uma reação à sua infecundidade, pela qual ela se convence de sua impotência contra os ditames da natureza, sendo ao mesmo tempo lembrada de que foi através de sua própria falta que seu crime foi roubado da melhor parte dos seus frutos.

Na *Chronicle* (1577), de Holinshed, da qual Shakespeare extraiu o argumento de *Macbeth*, Lady Macbeth é mencionada apenas uma vez como a esposa ambiciosa que instiga o marido ao assassinato para que ela possa tornar-se rainha. Não há menção a seu destino subsequente nem ao desenvolvimento de seu caráter. Por outro lado, afigurar-se-ia que a transformação de Macbeth num tirano sanguinário é atribuída aos mesmos motivos que sugerimos aqui, pois em Holinshed decorrem *dez anos* entre o assassinato de Duncan, através do qual Macbeth se torna rei, e suas más ações posteriores; e nesses dez anos ele é mostrado como um governante severo porém justo. Só depois desse lapso de tempo é que se inicia nele a mudança, sob a influência do medo atormentador de que a profecia a Banquo possa realizar-se, assim como aconteceu com a profecia de seu próprio destino. Só então é que ele engendra o assassinato de Banquo, e, como em Shakespeare, é impelido de um crime a outro. Não é expressamente mencionado em Holinshed que foi a ausência de filhos que o impeliu a esses caminhos, mas se dá bastante tempo e espaço para esse motivo plausível. Isso não ocorre em Shakespeare. Os eventos nos chegam de roldão na tragédia, com pressa ofegante, de modo que, a julgar pelas declarações de suas personagens, o curso de sua ação abrange cerca de uma semana. Essa aceleração retira a base de todas as nossas interpretações dos motivos da mudança no caráter de Macbeth e no de sua esposa. Não há tempo para que um longo desapontamento quanto às suas esperanças de nascimento de filhos faça a mulher sucumbir e leve o homem a uma fúria desafiadora, e permanece a contradição de que, apesar de tantas inter-relações sutis no enredo, e entre este e a sua ocasião, apontarem para uma origem comum no tema da infecundidade, a economia de tempo na tragédia, não obstante, impede expressamente um desenvolvimento de caráter oriundo de quaisquer motivos que não sejam aqueles inerentes à própria ação.

Quais, contudo, teriam sido os motivos que, num tão curto espaço de tempo, puderam transformar o homem hesitante e ambicioso num desabrido tirano, e sua instigadora de coração empedernido numa mulher doente corroída pelo remorso, é, na minha opinião, impossível adivinhar. Devemos, penso eu, abandonar toda e qualquer esperança de penetrar na tríplice camada de obscuridade em que se condensaram a má preservação do texto, a intenção desconhecida do dramaturgo e o propósito oculto da lenda. Mas eu não aprovaria a objeção de que investigações como estas são vãs, em face do poderoso efeito que a tragédia

exerce sobre o espectador. O dramaturgo pode realmente, durante a representação, dominar-nos pela sua arte e paralisar nossos poderes de reflexão; mas não nos pode impedir de que, subseqüentemente, tentemos aprender seu efeito mediante o estudo de seu mecanismo psicológico. Nem o argumento de que um dramaturgo tem a liberdade de encurtar à vontade a cronologia natural dos fatos que ele apresenta diante de nós, se pelo sacrifício da probabilidade comum ele puder realçar o efeito dramático, me parece pertinente nesse caso, pois tal sacrifício só se justifica quando meramente interfere na probabilidade, e não quando rompe a relação causal; além disso, o efeito dramático dificilmente teria sido afetado se se tivesse deixado a passagem do tempo indeterminada, em vez de ficar expressamente limitada a poucos dias.

Fica-se tão pouco inclinado a abandonar um problema como o de Macbeth por considerá-lo insolúvel, que me aventurarei a apresentar um novo ponto, que talvez ofereça outra saída para a dificuldade. Ludwig Jekels, num recente estudo shakesperiano, pensa ter descoberto uma técnica particular do poeta, e isso poderia aplicar-se a *Macbeth*. Ele crê que Shakespeare muitas vezes divide um tipo em duas personagens, as quais, tomadas isoladamente, não são inteiramente compreensíveis e somente vêm a sê-lo quando reunidas mais uma vez numa unidade. Macbeth e Lady Macbeth poderiam estar nesse caso. Ainda sendo, seria destituído de fundamento considerá-la como um tipo independente e procurar os motivos de sua modificação, sem considerar o Macbeth que a completa. Não seguirei mais essa pista; não obstante, gostaria de ressaltar algo que confirma esse ponto de vista de maneira impressionante: os germes do medo que irrompem em Macbeth na noite do assassinato já não se desenvolvem *nele*, mas *nela*. É *ele* quem tem a alucinação do punhal antes do crime; mas é *ela* quem depois adoece de uma perturbação mental. É *ele* que após o assassinato ouve o grito na casa: ‘Não durmas mais! Macbeth de fato trucidada o sono...’ e assim ‘Macbeth não mais dormirá’, contudo, mais! ouvimos dizer que ele dormiu mais, ao passo que a Rainha, como vemos, ergue-se de seu leito e, falando enquanto dorme, trai sua culpa. É *ele* que fica desamparado com as mãos cobertas de sangue, lamentando que ‘todo o grande oceano de Netuno’ não as limpará, enquanto *ela* o consola: ‘Um pouco de água nos limpa desta ação’; mas depois é *ela* que lava as mãos durante um quarto de hora e não consegue livrar-se das manchas de sangue: ‘Todas as essências da Arábia não purificarão esta mãozinha.’ Assim, o que *ele* temia em seus tormentos de consciência, se realiza *nela*; *ela* se torna toda remorso e *ele*, todo desafio. Juntos esgotam as possibilidades de reação ao crime, como duas partes desunidas de uma individualidade psíquica, sendo possível que ambos tenham sido copiados de um protótipo único.

Se fomos incapazes de responder por que Lady Macbeth sucumbiu após seu êxito, talvez tenhamos uma oportunidade melhor, passando à criação de outro grande dramaturgo, que muito parecia acompanhar, com inflexível rigor, problemas de responsabilidade psicológica.

Rebecca Gamvik, filha de uma parteira, foi educada por seu pai adotivo, o Dr. West, para ser uma livre-pensadora e para desprezar as restrições que uma moral fundamentada na crença religiosa procura impor aos desejos da vida. Após a morte do médico, ela encontra um emprego em Rosmersholm, o lar, por muitas gerações, de uma antiga família cujos membros desconhecem o riso e que sacrificaram a alegria ao rígido cumprimento do dever. Seus ocupantes são Johannes Rosmer, ex-pastor, e sua esposa inválida, a infecunda Beata. Dominada por ‘uma paixão selvagem e incontrolável’ pelo amor de Rosmer, de alta linhagem, Rebecca resolve eliminar a esposa, que constitui um obstáculo para seus planos; para tanto, faz uso da sua vontade ‘impávida e livre’, não restringida por quaisquer escrúpulos. Arquiteta um plano para que Beata leia um livro de medicina, no qual a finalidade do casamento é representada como sendo a procriação, de modo que a pobre mulher começa a duvidar da razão de ser de seu próprio casamento. Rebecca então dá a entender que Rosmer, de cujos estudos e idéias ela partilha, está prestes a abandonar a velha fé e aliar-se ao ‘grupo dos esclarecidos’; e após ter assim abalado a confiança da esposa na integridade moral do marido, finalmente lhe dá a entender que ela, Rebecca, logo abandonará a casa, a fim de ocultar as conseqüências de suas relações ilícitas com Rosmer. A trama criminosa é coroada de êxito. A pobre esposa, que passa por deprimida e irresponsável, atira-se da estrada ao lado do moinho no açude, dominada pelo sentimento de sua própria inutilidade e não mais desejando antepor-se entre seu amado marido e a felicidade dele.

Por mais de um ano, Rebecca e Rosmer vivem sozinhos em Rosmesholm, mantendo uma relação que ele deseja considerar como uma amizade puramente intelectual e ideal. Mas, quando essa relação começa a ser obscurecida de fora pela primeira sombra de bisbilhotice e quando, ao mesmo tempo, surgem em Rosmer dúvidas atormentadoras sobre os motivos que levaram a esposa a pôr termo à existência, ele suplica a Rebecca que seja sua segunda esposa, de modo a poder contrabalançar o passado infeliz com uma nova realidade viva (Ato II). Por um momento, ela solta uma exclamação de alegria diante de sua proposta, mas logo depois declara que isso nunca poderá acontecer, e que, se ele continuar a insistir, ela ‘seguirá o mesmo caminho que Beata’. Rosmer não consegue compreender essa rejeição e muito menos nós, que conhecemos as ações e desígnios de Rebecca. Só podemos ter certeza de uma coisa: de que seu ‘não’ é veemente.

Como veio a acontecer que a aventureira dotada de vontade ‘impávida e livre’, que forjou implacavelmente seu caminho para a meta desejada, agora se recuse a colher o fruto do êxito, quando este lhe é oferecido? Ela própria nos dá a explicação no quarto Ato: ‘*Esta é a parte terrível de tudo isso: que agora, quando toda a felicidade da vida se acha ao meu alcance ... meu coração esteja mudado e meu próprio passado dela me exclua. Isto é, nesse meio tempo, ela se tornou um ser diferente; sua consciência despertou, ela adquiriu um sentimento de culpa que a priva de fruição.*

E o que lhe despertou a consciência? Ouçamos o que ela mesma tem a dizer, e

consideremos depois se podemos acreditar nela inteiramente. ‘Foi a visão rosmeriana da vida - ou, seja como for, sua visão da vida - que contaminou minha vontade. E a tornou doente. Escravizou-a a leis que antes não tinham qualquer poder sobre mim. Você - a vida com você - enobreceu minha mente.’

Essa influência, devemos ainda compreender, só se tornou efetiva a partir do momento em que ela pôde viver sozinha com Rosmer. ‘Na quietude...na solidão...quando sem reservas você me revelou todos os seus pensamentos...todos os sentimentos ternos e delicados, exatamente como lhe vinham...*então* se operou a grande mudança em mim.’

Pouco antes disso, ela havia lamentado o outro aspecto da mudança: ‘Porque Rosmersholm minou minhas forças. Aqui, minha antiga vontade indômita teve suas asas cortadas. Ficou aleijada! Já se foi a época em que eu tinha coragem para tudo no mundo. Perdi o poder de ação, Rosmer.’

Rebecca faz essa declaração após ter-se revelado uma criminosa, numa confissão voluntária a Rosmer e ao Prior Kroll, irmão da mulher de quem se descarta. Ibsen deixa claro, por pequenos toques de magistral sutileza, que Rebecca na realidade não está dizendo mentiras, mas nunca é inteiramente honesta. Do mesmo modo que, apesar de toda a sua liberdade quanto a preconceitos, ela diminui sua idade de um ano, assim também sua confissão aos dois homens é incompleta, e em decorrência de insistência de Kroll é suplementada em alguns pontos importantes. Por isso, é-nos permitido supor que sua explicação de sua renúncia expõe um motivo apenas para ocultar outro.

Por certo, não temos motivos para não acreditar nela quando declara que a atmosfera de Rosmersholm e sua ligação com o brioso Rosmer a enobreceram - e a aleijaram. Aqui, ela expressa o que sabe e o que sentiu. Mas isso não é necessariamente tudo o que aconteceu dentro dela, nem é preciso que ela tenha compreendido tudo o que ocorreu. A influência de Rosmer pode ter sido apenas um véu, que ocultou outra influência atuante, e um notável indício aponta nessa outra direção.

Mesmo após a confissão dela, Rosmer, na última conversa entre os dois que encerra a peça, mais uma vez lhe suplica que seja sua esposa. Perdoa-lhe o crime que ela cometeu em nome do amor que sentia por ele. E agora ela não responde, como devia, perdão algum pode livrá-la do sentimento de culpa em que incorreu por ter maldosamente enganado a pobre Beata; mas se recrimina por outra coisa que nos atinge por originar-se estranhamente dessa livre-pensadora, e está longe de merecer a importância que Rebecca lhe atribui: ‘Querido - nunca mais fale nisso! É impossível! Pois você deve saber, Rosmer, que eu tenho um... um passado.’ Ela quer dizer, naturalmente, que teve relação sexuais com outro homem, e não deixamos de observar que essas relações, que ocorreram numa época em que ela era livre e não tinha de dar contas a ninguém, lhe parecem um empecilho maior à união com Rosmer do

que seu verdadeiro comportamento criminoso para com a esposa dele.

Rosmer recusa-se a ouvir o que quer que seja sobre esse passado. Podemos adivinhar o que foi, embora tudo que se refira a ele na peça seja, por assim dizer, subterrâneo e tenha de ser construído a partir de indícios e fragmentos. Não obstante, trata-se de indícios inseridos com tal arte que é impossível não compreendê-los.

Entre a primeira recusa de Rebecca e sua confissão ocorre algo que exerce influência decisiva sobre seu futuro destino. O Prior Kroll chega um belo dia à casa com o fito de humilhar Rebecca, dizendo-lhe que ele sabe que ela é uma criança ilegítima, filha do próprio Dr. West que a adotou após a morte da mãe dela. O ódio lhe aguçou as percepções, mas mesmo assim ele não supõe que isso seja novidade para ela. ‘Realmente não supunha que ignorasse isso, caso contrário teria sido muito estranho que você tivesse deixado o Dr. West adotá-la...’ ‘E então ele a leva para a casa dele - logo que sua mãe morre. Ele a trata asperamente. Mas você fica com ele. Você sabe que ele não lhe deixará um vintém - na verdade, só lhe coube uma estante com livros -, mas você continua; você o atura; você cuida dele até o fim.’... ‘Atribuo seu cuidado por ele ao natural instinto filial de uma filha. Realmente, creio que toda a sua conduta é um resultado natural da sua origem.’

Mas Kroll está enganado. Rebecca não tinha a menor idéia de que pudesse ser filha do Dr. West. Quando Kroll começou com as sombrias alusões a seu passado, ela deve ter pensado que se referia a uma outra coisa. Depois de ter compreendido o que ele queria dizer, pôde ainda conservar sua compostura por algum tempo, pois foi-lhe possível supor que seu inimigo baseava seus cálculos na idade dela, sobre a qual ela mentira, quando de uma visita anterior. Kroll, porém, arrasa essa objeção dizendo: ‘Bem, que seja assim, mas, apesar disso, meu cálculo pode estar certo, pois o Dr. West esteve lá numa breve visita um ano antes de obter o cargo’. Depois dessa nova informação, ela perde a presença de espírito. ‘Não é verdade!’ Anda de um lado para o outro retorcendo as mãos. ‘É impossível. O senhor quer induzir-me a acreditar nisso. Isso nunca, nunca pode ser verdade. Não pode ser verdade. Jamais neste mundo!...’ A agitação dela é tão extrema, que Kroll não pode atribuí-la apenas à informação dele.

‘KROLL: Mas, minha cara Senhorita West... por que, em nome dos céus, está tão terrivelmente agitada? Você me deixa assustado. Em que devo pensar... acreditar...?’

‘REBECCA: Em nada. O senhor não deve pensar nem acreditar em nada.’

‘KROLL: Então, você deve realmente dizer-me como pode levar esse caso... essa possibilidade... tão terrivelmente a sério.’

‘REBECCA (*dominando-se*): É perfeitamente simples, Prior Kroll. De forma alguma desejo ser tomada por uma filha ilegítima.’

O enigma do comportamento de Rebecca é suscetível de uma única solução. A notícia de que o Dr. West era seu pai é o golpe mais rude que lhe pode sobrevir, pois não só era sua filha adotiva, como também fora sua amante. Quando Kroll começou a falar, ela pensou que estivesse fazendo alusão a essas relações, cuja verdade ela teria provavelmente admitido e justificado por causa de suas idéias emancipadas. Isso, porém, estava longe da intenção do Prior; ele nada sabia da ligação amorosa com o Dr. West, assim como ela nada sabia a respeito de o Dr. West ser pai dela. Ela *não pode* ter tido outra coisa em sua mente a não ser essa ligação amorosa, quando justificou sua rejeição final de Rosmer sobre o fundamento de que tinha um passado que a tornava indigna de ser sua esposa. E, provavelmente, se Rosmer tivesse consentido em ouvir falar desse passado, ela teria só confessado metade de seu segredo e teria silenciado sobre a parte mais grave.

Agora, porém, compreendemos, naturalmente, que esse passado lhe deve ter parecido o obstáculo mais grave à união dos dois - o crime mais grave. Depois de saber que fora amante de seu próprio pai, ela se entrega inteiramente a seu já então superdominador sentimento de culpa. Faz a Rosmer e a Kroll a confissão que a estigmatiza como assassina; rejeita para sempre a felicidade para a qual preparou o caminho pelo crime, e se prepara para partir. Mas o verdadeiro motivo de seu sentimento de culpa, que faz com que ela seja destroçada pelo êxito, permanece um segredo. Como vimos, é algo bem diverso da atmosfera de Romersholm e da aprimorada influência de Rosmer.

Nessa altura, qualquer um que nos tenha acompanhado não deixará de formular uma objeção passível de justificar algumas dúvidas. A primeira recusa de Rosmer por Rebecca ocorre antes da segunda visita de Kroll e, portanto, antes da revelação feita por ele quanto à sua origem ilegítima, e numa ocasião em que ela nada sabe ainda sobre seu incesto - se é que compreendemos bem o dramaturgo. Todavia, essa primeira recusa é enérgica para valer. O sentimento de culpa que a convida a renunciar ao fruto de suas ações é assim efetivo antes que ela saiba de qualquer coisa sobre seu crime fundamental; e se admitimos isso, devemos talvez pôr inteiramente de lado seu incesto como uma fonte desse sentimento de culpa.

Até agora tratamos Rebecca West como se ela fosse uma pessoa viva e não uma criação da imaginação de Ibsen, sempre dirigida pela mais crítica inteligência. Podemos, portanto, tentar manter a mesma posição ao lidarmos com a objeção levantada. A objeção é válida: antes do conhecimento de seu incesto, a consciência já havia despertado parcialmente em Rebecca, nada impedindo que responsabilizemos por essa mudança a influência admitida e acusada pela própria Rebecca. Mas isso não nos isenta de reconhecermos o segundo motivo. O comportamento de Rebecca quando ouve o que Kroll tem a lhe dizer, a confissão que é sua reação imediata, não deixa dúvida de que só então o motivo mais forte e decisivo de

renúncia começa a fazer efeito. Trata-se de fato de um caso de motivação múltipla, no qual um motivo mais profundo aparece por detrás do mais superficial. As leis de economia poética exigem que seja esta a maneira de apresentar a situação, pois esse motivo mais profundo não podia ser explicitamente enunciado. Tinha de permanecer oculto, afastado da fácil percepção do espectador ou do leitor; do contrário, teriam surgido sérias resistências, baseadas nas emoções mais aflitivas, as quais talvez pusessem em perigo o efeito do drama.

Temos, contudo, o direito de exigir que o motivo explícito não fique desprovido de uma ligação interna com o oculto, mas apareça como uma atenuação e uma derivação deste último. E, se pudermos confiar no fato de que a combinação criadora consciente do dramaturgo surgiu logicamente de premissas inconscientes, poderemos agora tentar mostrar que ele atendeu a essa exigência. O sentimento de culpa de Rebecca tem sua fonte na exprobração do incesto, mesmo antes de Kroll, com perspicácia analítica, tê-la tornado consciente disso. Se reconstruirmos o passado dela, ampliando e preenchendo os indícios fornecidos pelo escritor, poderemos sentir-nos seguros de que ela não pode ter deixado de suspeitar da existência de uma relação íntima entre sua mãe e o Dr. West. Deve ter ficado fortemente impressionada ao se tornar a sucessora da mãe junto a esse homem. Ficou sob o domínio do complexo de Édipo, embora não soubesse que, em seu caso, essa fantasia universal se convertera em realidade. Quando chegou a Rosmersholm, a força interna dessa primeira experiência impeliu-a a provocar, por uma ação vigorosa, a mesma situação que já se realizara no exemplo original devido à sua inação - a livrar-se da esposa e da mãe, de modo a poder ocupar o lugar desta junto ao marido e ao pai. Ela descreve com insistência convincente como, contra vontade, foi obrigada a avançar, passo a passo, até a eliminação de Beata.

‘O senhor pensa então que eu era fria, calculista e serena o tempo todo! Não era então a mesma mulher que sou agora, quando estou aqui a lhe contar tudo. Além disso, existem duas espécies de vontade em nós, creio eu! Queria Beata afastada, de uma maneira ou de outra, mas nunca realmente acreditei que isso viesse a acontecer. À medida que avançava cautelosamente, a cada passo que eu aventurava, parecia ouvir alguma coisa dentro de mim que exclamava: Não vá adiante! Nem mais um passo à frente! E contudo eu *não podia* parar. *Tinha* de aventurar só mais um pouquinho. E somente mais um milímetro. E logo depois mais um - e sempre mais um. E então aconteceu. - É assim que essas coisas acontecem.’

Não se trata de uma versão enfeitada das coisas, mas de uma descrição autêntica. Tudo que lhe aconteceu em Rosmersholm, sua paixão por Rosmer e sua hostilidade para com a esposa dele, foi, desde o começo, uma consequência do complexo de Édipo - uma réplica inevitável de suas relações com sua mãe e com o Dr. West.

Assim, o sentimento de culpa, que inicialmente faz com que ela rejeite a proposta de Rosmer, no fundo não difere do sentimento de culpa maior que a impele à confissão, depois

que Kroll lhe abriu os olhos. Da mesma forma, porém, que sob a influência do Dr. West ela se tornara uma livre-pensadora e passara a menosprezar a moral religiosa, assim também ela se transforma, por seu amor a Rosmer, num ser de consciência e nobreza. Ela chega a compreender esse aspecto dos processos mentais dentro de si, justificando-se assim ao descrever a influência de Rosmer como o motivo de sua mudança - o motivo que se tornara acessível a ela.

O clínico psicanalista sabe quão freqüentemente, ou quão invariavelmente, uma moça que entra para o serviço de uma casa como criada, dama de companhia ou governanta, consciente ou inconscientemente tece um devaneio, oriundo do complexo de Édipo, no qual a dona da casa desaparece, vindo o dono a receber a recém-chegada como sua esposa no lugar da outra. *Rosmersholm* é a maior obra de arte desse tipo que aborda essa fantasia comum em moças. O que a transforma num drama trágico é a circunstância extra de que o devaneio da heroína tenha sido precedido na sua infância por uma realidade precisamente correspondente.

Após essa longa digressão pela literatura, retornemos à experiência clínica - mas apenas para estabelecermos em poucas palavras a inteira concordância entre elas. O trabalho psicanalítico nos ensina que as forças da consciência que induzem à doença, em consequência do êxito, em vez de, como normalmente, em consequência da frustração, se acham intimamente relacionadas com o complexo de Édipo, a relação com o pai e a mãe - como talvez, na realidade, se ache o nosso sentimento de culpa em geral.

III - CRIMINOSOS EM CONSEQÜÊNCIA DE UM SENTIMENTO DE CULPA

Ao me terem falado sobre sua juventude, mormente antes da puberdade, pessoas que, mais tarde, freqüentemente se tonaram muito respeitáveis, me informaram sobre ações proibidas que praticam naquele período - tais como furtos, fraudes e até mesmo incêndio voluntário. Eu tinha o hábito de me descartar dessas declarações com o comentário de que estamos familiarizados com a fraqueza das inibições morais daquele período de vida e não fazia qualquer tentativa para localizá-las em um contexto mais importante. Mas eventualmente fui levado a proceder a um estudo mais completo de tais incidentes por alguns casos gritantes e mais acessíveis, nos quais as más ações eram cometidas enquanto os pacientes se encontravam sob meus cuidados, e já não eram tão jovens. O trabalho analítico trouxe então a surpreendente descoberta de que tais ações eram praticadas principalmente por serem proibidas e por sua execução acarretar, para seu autor, um alívio mental. Este sofria de um

opressivo sentimento de culpa, cuja origem não conhecia, e, após praticar uma ação má, essa opressão se atenuava. Seu sentimento de culpa estava pelo menos ligado a algo. Por mais paradoxal que isso possa parecer, devo sustentar que o sentimento de culpa se encontrava presente antes da ação má, não tendo surgido a partir dela, mas, inversamente - a iniquidade decorreu do sentimento de culpa. Essas pessoas podem ser apropriadamente descritas como criminosas em consequência do sentimento de culpa. A preexistência do sentimento de culpa fora, naturalmente, demonstrada por todo um conjunto de outras manifestações e efeitos.

O trabalho científico, porém, não se satisfaz com o estabelecimento de um fato curioso. Existem ainda duas outras perguntas a responder: qual a origem desse obscuro sentimento de culpa antes da ação; é provável que essa espécie de causação desempenhe um papel considerável no crime humano?

Um exame da primeira questão mantinha a promessa de nos trazer informações sobre a fonte do sentimento de culpa da humanidade em geral. O resultado invariável do trabalho analítico era demonstrar que esse obscuro sentimento de culpa provinha do complexo de Édipo e constituía uma reação às duas grandes intenções criminosas de matar o pai e de ter relações sexuais com a mãe. Em comparação com esses dois, os crimes perpetrados com o propósito de fixar o sentimento de culpa em alguma coisa vinham como um alívio para os sofredores. Nesse sentido, devemos lembrar que o parricídio e o incesto com a mãe são os dois grandes crimes humanos, os únicos que, como tais, são perseguidos e execrados nas comunidades primitivas. Também devemos lembrar como outras investigações nos aproximaram da hipótese segundo a qual a consciência da humanidade, que agora aparece como uma força mental herdada, foi adquirida em relação ao complexo de Édipo. Para responder à segunda pergunta, devemos ir além do âmbito do trabalho psicanalítico. No tocante às crianças, é fácil observar que muitas vezes são propositadamente ‘travessas’ para provarem o castigo, e ficam quietas e contentes depois de terem sido punidas. Frequentemente, a investigação analítica posterior pode situar-nos na trilha do sentimento de culpa que as induziu a procurarem punição. Entre criminosos adultos devemos, sem dúvida, excetuar aqueles que praticam crimes sem qualquer sentimento de culpa; que, ou não desenvolveram quaisquer inibições morais, ou, em seu conflito com a sociedade, consideram sua ação justificada. Contudo, no tocante à maioria dos outros criminosos, aqueles para os quais medidas punitivas são realmente criadas, tal motivação para o crime poderia muito bem ser levada em consideração; ela poderia lançar luz sobre alguns pontos obscuros da psicologia do criminoso e oferecer punição com uma nova base psicológica.

Um amigo chamou minha atenção para o fato de que o ‘criminoso em consequência de um sentimento de culpa’ também já era do conhecimento de Nietzsche. A preexistência do sentimento de culpa e a utilização de uma ação a fim de racionalizar esse sentimento cintilam diante de nós nas máximas de Zarathustra ‘Sobre o Criminoso Pálido’. Deixemos para uma futura pesquisa a decisão quanto ao número de criminosos que devem ser incluídos entre esses ‘pálidos’.

BREVES ESCRITOS (1915-1916)

UM PARALELO MITOLÓGICO COM UMA OBSESSÃO VISUAL (1916)

Num paciente com cerca de vinte e um anos de idade, os produtos da atividade mental inconsciente tornavam-se conscientes não apenas em pensamentos obsessivos, mas também em imagens obsessivas. Ambos podiam acompanhar-se mutuamente ou aparecerem independentemente. Numa ocasião específica, sempre que via o pai entrar no quarto, vinha-lhe à mente, em estreita relação, uma palavra obsessiva e uma imagem obsessiva. A palavra era ‘*Vaterarsch*’ [‘*father-arse*’ (ânus do pai)]; a imagem concomitante representava o pai com a parte inferior de um corpo despida, provida de braços e pernas, mas sem a cabeça ou qualquer outra parte superior. Não havia indicação dos órgãos genitais e as feições do rosto apareciam pintadas no abdome.

Ajudará à explicação desse sintoma, mais absurdo do que o comum, a menção de que o paciente, homem de intelecto plenamente desenvolvido e elevados ideais morais, manifestou um erotismo anal muito vívido, das mais variadas formas, até os dez anos de idade. Superado isso, sua vida sexual foi mais uma vez forçada a voltar à fase anal preliminar devido à sua luta ulterior contra o erotismo genital. Ele amava e respeitava muito o pai, e também o temia bastante; contudo, a julgar por seus próprios altos padrões no tocante ao ascetismo e à supressão dos instintos, o pai lhe parecia uma pessoa inclinada à devassidão e à busca do prazer em coisas materiais.

A palavra ‘*Vaterarsch*’ logo foi explicada como uma germanização jocosa do título honorífico de ‘*Patriarch*’ (patriarca). A imagem obsessiva é uma caricatura evidente. Lembra outras representações que, tendo em vista um fim depreciativo, substituem toda uma pessoa por um de seus órgãos, por exemplo, os órgãos genitais; também nos faz recordar fantasias inconscientes que levam à identificação dos órgãos genitais com a pessoa toda, e também jocosas figuras de linguagem, como ‘Sou todo ouvidos’.

De início, a colocação das feições do rosto no abdome da criatura me pareceu algo muito estranho. Mas logo me lembrei de ter visto a mesma coisa em caricaturas francesas. O acaso me levou então a uma representação antiga, que coincidia exatamente com a imagem obsessiva do meu paciente.

De acordo com a lenda grega, Deméter dirigiu-se a Elêusis em busca da filha raptada, tendo sido recebida como hóspede por Dysaules e sua esposa Baubo; mas em sua grande dor recusou-se a tocar em qualquer alimento. Logo depois, sua anfitriã Baubo fê-la rir levantando subitamente o vestido e expondo seu corpo. Um exame dessa anedota, que provavelmente se destinava a explicar um cerimonial mágico que já não era compreendido, encontra-se no quarto volume da obra de Salomon Reinach, *Cultes, Mythes, et Religions*, 1912 [115]. No mesmo trecho, o autor menciona que, no correr das escavações em Priene,

na Ásia Menor, foram encontradas algumas terracotas que representavam Baubo. Mostram o corpo de uma mulher sem a cabeça ou o peito, com o rosto desenhado no abdome: o vestido erguido emoldura esse rosto como uma coroa de cabelos (ibid., 117).

UMA LIGAÇÃO ENTRE UM SÍMBOLO E UM SINTOMA (1916)

A experiência na análise dos sonhos estabeleceu suficientemente bem o chapéu como um símbolo do órgão genital, mais freqüentemente do órgão masculino. Não se pode dizer, contudo, que o símbolo seja inteligível. Nas fantasias e em numerosos sintomas, também a cabeça aparece como um símbolo dos órgãos genitais masculinos, ou, se assim se prefere dizer, como algo que os representa. Algumas vezes, ter-se-á observado que pacientes que sofrem de obsessões expressam uma dose muito maior de abominação e de indignação contra pena pela decapitação do que por qualquer outra forma de morte; em tais casos o analista pode ser levado a lhes explicar que estão considerando a decapitação como um substituto da castração. Já foram analisados e publicados numerosos casos de sonhos de pacientes jovens ou relatados como tendo ocorrido na juventude, que diziam respeito ao assunto da castração, nos quais era mencionada uma bola redonda que só poderia ser interpretada como a cabeça do pai daquele que sonhou. Recentemente, fui capaz de solucionar um cerimonial realizado por uma paciente antes de ir dormir, no qual ela tinha de colocar o pequeno travesseiro superior disposto em forma de losango sobre os outros, e de repousar a cabeça exatamente no sentido da diagonal maior. O losango tinha o significado que os desenhos nas paredes [*grafitos*] nos tornou familiar; a cabeça supostamente representava um órgão masculino.

Pode ser que o significado simbólico do chapéu provenha do da cabeça, na medida em que um chapéu possa ser considerado como um prolongamento da cabeça, embora destacável. Com relação a isso, recordo-me de um sintoma por meio do qual neuróticos obsessivos conseguem causar a si próprios tormentos contínuos. Quando estão na rua, ficam constantemente de sobreaviso para ver se algum conhecido os cumprimenta primeiro tirando o chapéu, ou se parece estar esperando pelo cumprimento *deles*; e cortam relações com grande número de seus conhecidos após descobrirem que não os saúdam mais ou não retribuem sua própria saudação de maneira apropriada. No que diz respeito a isso, suas dificuldades não têm fim; encontram-nas por toda parte conforme seu estado de ânimo e sua fantasia. Não alteram seu comportamento quando lhes dizemos, o que todos eles já sabem, que uma saudação mediante o ato de retirar o chapéu tem o significado de uma humilhação perante a pessoa cumprimentada - que um grande do reino de Espanha, por exemplo, gozava do privilégio de permanecer com a cabeça coberta na presença do rei -, e que sua própria

sensibilidade no tocante à saudação significa, portanto, que estão pouco dispostos a demonstrar que são menos importantes do que a outra pessoa julgar ser. A resistência de sua sensibilidade a explicações como essa sugere que um motivo menos familiar à consciência está em ação; e a fonte desse sentimento exagerado pode ser facilmente encontrada em sua relação com o complexo de castração.

CARTA À DRA. HERMINE VON HUG-HELLMUTH (1919-[1915])

O diário é uma pequena jóia. Realmente acredito que jamais foi possível obter uma visão tão nítida e verdadeira dos impulsos mentais que caracterizam o desenvolvimento de uma jovem em nosso meio social e cultural durante os anos que precedem a puberdade. Temos a indicação de como seus sentimentos desabrocham de um egoísmo infantil até alcançarem a maturidade social; aprendemos que forma assumem inicialmente suas relações com os pais e com os irmãos e irmãs, e como gradativamente ganham em seriedade e sentimento interior; como as amizades são feitas e desfeitas; como sua afeição vai tateando no sentido de seus primeiros objetos; e, acima de tudo, como o segredo da vida sexual começa a despontar indistintamente, adquirindo então plena posse da mente da criança; como, na consciência de seu conhecimento secreto, ela inicialmente sofre, mas pouco a pouco supera isso. Tudo é expresso de modo tão encantador, tão natural e tão sério nessas notas despretensiosas, que elas não podem deixar de despertar o maior interesse em educadores e psicólogos... É seu dever, julgo eu, publicar o diário. Meus leitores lhe ficarão gratos por isso.

Conferências introdutórias sobre psicanálise (Partes I e II)

VOLUME XV

(1915-1916)

CONFERÊNCIAS INTRODUTÓRIAS SOBRE PSICANÁLISE (1916-17 [1915-17])

INTRODUÇÃO DO EDITOR INGLÊS

VORLESUNGEN ZUR EINFÜHRUNG IN DIEPSYCHOANALYSE

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1916 Parte I (em separado), Die Fehlleistungen. Leipzig e Viena: Heller.

1916 Parte II (em separado), Der Traum. Mesmos editores.

1917 Parte III (em separado), Allgemeine Neurosenlehre. Mesmos editores.

1917 Os títulos acima, as três partes em um só volume. Mesmos editores. viii + 545 págs.

1918 2ª ed. (Com índice e inserção de lista de 40 corrigendas.) Mesmos editores. viii + 553 págs.

1920 3ª ed. (Reimpressão corrigida da edição anterior.) Leipzig, Viena e Zurique: Internationaler Psychoanalytischer Verlag. viii + 553 págs.

1922 4ª ed. (Reimpressão corrigida da edição anterior.) Mesmos editores. viii + 554 págs. (Também as Partes II e III em separado, sob os títulos de Vorlesungen über den Traum e Allgemeine Neurosenlehre.)

1922 Ed. de bolso. (Sem índice). Mesmos editores. iv + 495 págs.

1922 Ed. de bolso. (2ª ed., corrigida e com índice.) Mesmos editores. iv + 502 págs.

1924 G.S., 7. 483 págs.

1926 5ª ed. (Reimpressão das G.S.) I.P.V. 483 págs.

1926 Ed. de bolso. (3ª ed.) Mesmos editores.

1930 Ed. em 8 pequenos vols. I P.V. 501 págs.

1933 (Com autorização) Berlim: Kiepenheuer. 524 págs.

1940 G.W., 11, 495 págs.

(b) TRADUÇÕES INGLESAS:

A General Introduction to Psychoanalysis

1920 Nova Iorque: Boni & Liveright. x + 406 págs. (Tradutor não especificado; Prefácio de G. Stanley Hall.)

Introductory Lectures on Psycho-Analysis

1922 Londres: Allen & Unwin. 395 págs. (Trad. de Joan Riviere; sem prefácio de Freud;

com prefácio de Ernest Jones.)

1929

2a. ed. (revista). Mesmos editores. 395 págs.

A General Introduction to Psychoanalysis

1935 Nova Iorque: Liveright. 412 págs. (A ed. de Londres com o título da anterior de Nova Iorque. Trad. de Joan Riviere; com prefácios de Ernest Jones e G. Stanley Hall; incluído o prefácio de Freud).

A presente tradução inglesa é nova e da autoria de James Strachey.

Esta obra teve uma circulação maior do que qualquer outra obra de Freud, com exceção, talvez, de *The Psychopathology of Everyday Life*. Também se distingue pela quantidade de erros de impressão nela existentes. Como ficou assinalado acima, quarenta foram corrigidos na segunda edição; porém havia ainda muitos mais, e pode ser observado um número considerável de pequenas variações no texto das diversas edições. A presente tradução inglesa segue o texto dos *Gesammelte Werke*, que é, de fato, idêntico ao texto dos *Gesammelte Schriften*; e somente foram registradas as discordâncias mais importantes das primeiras versões.

A data real de publicação das três partes não está definida. A Parte I certamente surgiu antes do fim de julho de 1916, como se verifica por uma referência que a ela se faz em uma carta de Freud a Lou Andreas-Salomé, de 27 de julho de 1916 (cf. Freud, 1960a). Na mesma carta, ele também fala na Parte II como estando prestes a aparecer. Uma carta de 18 de dezembro de 1916, que Freud escreveu a Abraham, sugere que, com efeito, ela apenas apareceu no fim do ano (cf. Freud, 1965a). A Parte III parece ter sido publicada em maio de 1917.

O ano acadêmico da Universidade de Viena se dividia em dois períodos: um período (ou semestre) de inverno, que ia de outubro a março, e um período de verão, de abril a julho. As conferências publicadas neste livro foram proferidas por Freud em dois períodos de inverno sucessivos, durante a Primeira Guerra Mundial: 1915-16 e 1916-17. Os relatos mais completos das circunstâncias que conduziram à sua publicação serão encontrados no segundo volume da biografia escrita por Ernest Jones (1955, pág. 255 e seguintes).

Embora, como o próprio Freud observara em seu prefácio às *New Introductory Lectures*, sua qualidade de membro da Universidade de Viena tivesse sido apenas ‘periférica’, desde os tempos de sua indicação como *Privatdozent* (Livre Docente da Universidade), em 1885, e

como Professor Extraordinarius (Professor Assistente), em 1902, havia realizado muitos ciclos de conferências na Universidade. Estes ficaram sem registro, embora alguns relatos dos mesmos possam ser encontrados - por exemplo, os de Hanns Sachs (1945, pág. 39 e segs.) e Theodor Reik (1942, pág. 19 e segs.), bem como os de Ernest Jones (1953, pág. 375 e segs.). Freud decidiu que a série que começava no outono de 1915 deveria ser a última, e foi por sugestão de Otto Rank que Freud concordou com sua publicação. Em seu prefácio às *New Introductory Lectures*, há pouco citado, Freud nos refere que a primeira metade da série atual, a série inicial, ‘foi improvisada e escrita logo depois’, e que ‘esboços da segunda metade foram feitos durante as férias do verão intermediário, em Salzburg, e passados para o papel, palavra por palavra, no inverno seguinte’. Acrescenta que, naquela época, ‘ainda possuía o dom de uma memória fotográfica’, pois, por mais cuidadosamente que suas conferências pudessem ter sido preparadas, na realidade, invariavelmente, as proferia de improviso, e geralmente sem anotações. Existe concordância geral no tocante à sua técnica de dar conferências: que ele nunca era retórico e que seu tom era sempre o de uma conversação tranqüila e mesmo íntima. Contudo, não se deve supor, por isso, que houvesse algo de desleixo ou desordem nessas conferências. Elas quase sempre tinham uma forma definida - início, meio e fim - e podiam, freqüentemente, dar ao ouvinte a impressão de possuírem uma unidade estética.

Foi mencionado (Reik, 1942, 19) que ele não gostava de dar conferências, no entanto é difícil conciliar essa afirmação não apenas com a quantidade de conferências que proferiu no decurso de sua vida, mas também com a quantidade notavelmente elevada de seus trabalhos efetivamente publicados que estão sob a forma de conferências. Existe, entretanto, uma possível explicação para essa discordância. Um exame mostra que, entre suas publicações, são predominantemente os trabalhos expositivos que aparecem como conferências: por exemplo, a conferência inicial sobre ‘*The Aetiology of Hysteria*’ (1896c), a que surgiu um pouco depois ‘*Sobre a Psicoterapia*’ (1905a), assim como, naturalmente, as *Cinco Lições*, proferidas na América (1910a), e a presente série. Contudo, além disso, quando empreendeu anos depois uma exposição das mais recentes evoluções de seus pontos de vista, ele, sem qualquer motivo evidente, mais uma vez as colocou na forma de conferências e publicou suas *New Introductory Lectures* (1933a), embora jamais houvesse qualquer possibilidade de serem dadas à luz como tais. Assim, Freud se socorreu evidentemente das conferências como método de expor suas opiniões, mas apenas sob uma condição particular: ele devia estar em vívido contato com seu auditório real ou suposto. Os leitores do presente volume descobrirão como é constante Freud manter esse contato - quão regularmente ele coloca objeções na boca de seus ouvintes, e quão freqüentemente existem debates imaginários entre ele e seus ouvintes. Na verdade, ele estendia esse método de formular suas exposições a alguns de seus trabalhos que absolutamente não são conferências: a totalidade de *The Question of Lay Analysis* (1926e) e a maior parte de *O Futuro de uma Ilusão* (1927c) tomaram a forma de diálogos entre o autor e um ouvinte que faz críticas. Contrariamente, talvez, a certas noções errôneas, Freud era inteiramente avesso à exposição de suas opiniões em forma autoritária e dogmática: ‘Não o direi aos senhores’,

ele diz à sua audiência, em uma passagem adiante (pág. 433), ‘mas insistirei em que o descubram por si mesmos’. As objeções não eram para ser abafadas, mas esclarecidas e examinadas. E isso, afinal, não era mais que um prolongamento de um aspecto essencial da técnica da própria psicanálise.

As Conferências Introdutórias podem ser verdadeiramente consideradas como um inventário das conceituações de Freud e da posição da psicanálise na época da Primeira Guerra Mundial. As dissidências de Adler e Jung já eram história passada, o conceito de narcisismo já tinha alguns anos de vida, o caso clínico do ‘Wolf Man’, que marcou época, tinha sido escrito (com exceção de duas passagens) um ano antes do começo das conferências, embora não fosse publicado senão mais tarde. E, também, a grande série de artigos ‘metapsicológicos’ sobre a teoria fundamental tinha sido ultimada alguns meses antes, ainda que apenas três deles tivessem sido publicados. (Mais dois deles surgiram logo após as conferências, porém os sete restantes desapareceram sem deixar vestígio.) Essas últimas atividades e, sem dúvida, também a realização das conferências tinham sido facilitadas pela diminuição do trabalho clínico de Freud, imposta pelas condições da guerra. Parecia haver-se chegado a um divisor de águas, e era como se houvesse chegado a época para uma pausa. De fato, porém, estavam em preparação idéias novas que deviam vir à luz em Além do Princípio de Prazer (1920g), Psicologia de Grupo (1921c) e O Ego e o Id (1923b). Em verdade, a linha não deve ser traçada com tanta exatidão. Por exemplo, já podem ser detectados indícios da noção da ‘compulsão à repetição’ (págs. 292-3), e os começos da análise do ego estão bastante evidentes (págs. 423 e 428-9), ao passo que as dificuldades referentes aos múltiplos sentidos da palavra ‘inconsciente’ (ver em [1]) preparam o caminho para uma nova descrição estrutural da mente.

Em seu prefácio a estas conferências, Freud fala um pouco depreciativamente da falta de novidade em seu conteúdo. No entanto, ninguém, embora muito tenha lido de literatura psicanalítica, precisa sentir receio de se entediar com estas conferências, e ainda poderá achar nelas muitas coisas que não se encontrarão em outro lugar. As discussões sobre ansiedade (Conferência XV) e sobre fantasias primitivas (Conferência XXIV), que Freud mesmo, no prefácio, aponta como material recente, não são as únicas que ele podia ter mencionado. A revisão do simbolismo na Conferência X, é, provavelmente, a mais completa que fez. Em nenhuma outra parte fornece tão claro resumo da formação dos sonhos como nas últimas páginas da Conferência XIV. Sobre as perversões, não há comentários mais inteligíveis do que aqueles encontrados nas Conferências XX e XXI. Finalmente, não existe absolutamente qualquer tópico que se iguale à análise dos processos de terapia psicanalítica, feita na última conferência. E mesmo onde os assuntos pareceriam estar surrados, como o mecanismo das parapraxias e dos sonhos, a abordagem é feita a partir de direções inesperadas, lançando nova luz sobre o que poderia ter parecido terreno por demais conhecido. As Conferências Introdutórias seguramente merecem sua popularidade.

PREFÁCIO [1917]

O que ao público agora ofereço como uma ‘Introdução à Psicanálise’ não se destina a competir, de forma alguma, com determinadas descrições gerais desse campo de conhecimento, como aquelas já existentes, e dentre as quais citam-se, por exemplo: as de Hitschmann (1913), Pfister (1913), Kaplan (1914), Régis e Hesnard (1914) e Meijer (1915). Este volume é uma reprodução fiel das conferências que proferi [na Universidade], durante as duas temporadas de inverno de 1915/16 e 1916/17, perante um auditório de médicos e leigos de ambos os sexos.

Quaisquer peculiaridades deste livro que possam surpreender os leitores são devidas às condições em que ele se originou. Em minha apresentação não foi possível preservar a tranqüila serenidade de um tratado científico. Pelo contrário, o conferencista tinha de se empenhar em evitar que a atenção de seu auditório declinasse durante uma sessão de quase duas horas de duração. As necessidades do momento muitas vezes tornaram impossível evitar repetições ao tratar de um determinado assunto - poderiam emergir uma vez, por exemplo, em relação à interpretação de sonhos e, mais tarde, de novo, em relação aos problemas das neuroses. Também em consequência da maneira como o material foi ordenado, alguns tópicos importantes (o inconsciente, por exemplo) não puderam ser exaustivamente debatidos em um só ponto, mas tiveram de ser retomados repetidamente e outra vez abandonados, até que surgisse nova oportunidade para acrescentar alguma

informação adicional a respeito.

Aqueles que estão familiarizados com a literatura psicanalítica encontrarão nesta 'Introdução' pouca coisa que não lhes seja conhecida já a partir de outras publicações muito mais detalhadas. Não obstante, a necessidade de completar e resumir algum tema compeliu o autor, em certos pontos (a etiologia da ansiedade e as fantasias históricas), a apresentar material que até então havia retido.

FREUD.

VIENA, *primavera de* 1917.

PREFÁCIO DA TRADUÇÃO HEBRAICA [1930]

Estas conferências foram proferidas em 1916 e 1917; proporcionaram uma descrição muito pormenorizada da posição da jovem ciência naquela época, e continham mais do que seu título indicava. Proporcionaram não apenas uma introdução à psicanálise, mas abrangeram a maior parte de seu conteúdo temático. Isso, naturalmente, já não é mais verdade. Nesse meio tempo houve progressos em sua teoria e importantes acréscimos à mesma, como a divisão da personalidade em ego, superego e id, uma modificação radical na teoria dos instintos, bem como descobertas referentes à origem da consciência e do sentimento de culpa. Assim sendo, estas conferências se tornaram em grande parte incompletas; na verdade, somente agora é que se tornaram realmente ‘introdutórias’. Porém, em outro sentido, mesmo hoje elas não foram suplantadas, nem se tornaram obsoletas. O que contém ainda é acreditado e pensado, afora algumas poucas modificações, nos institutos de formação psicanalítica.

Os leitores de hebraico e especialmente os jovens, ávidos de conhecimento, se defrontarão neste volume com a psicanálise vestida com o antigo idioma que tem sido despertado para uma vida nova pela vontade do povo judeu. O autor bem pode imaginar o problema que se propôs seu tradutor. E nem pode suprimir a dúvida quanto a saber se Moisés e os Profetas teriam julgado inteligíveis estas conferências em hebraico. Pede, entretanto, aos descendentes deles (entre os quais ele próprio se inclui), a quem este livro se destina, para que não reajam demasiado prontamente a seus primeiros impulsos de crítica e enfado, rejeitando-o. A psicanálise revela tantas coisas novas, e, em meio a tudo isso, tantas coisas que contraditam opiniões tradicionais, e tanto fere sentimentos profundamente arraigados, que não pode deixar de provocar contestação. O leitor, se deixar em suspenso seu julgamento e permitir que a psicanálise, como um todo, provoque nele sua impressão, talvez se torne receptivo à convicção de que mesmo essa indesejada novidade é digna de se conhecer e indispensável para todo aquele que deseja compreender a mente e a vida humana.

VIENA, *dezembro de* 1930

PARTE I - PARAPRAXIAS (1916 [1915])

CONFERÊNCIA I - INTRODUÇÃO

SENHORAS E SENHORES:

Não posso dizer quanto conhecimento sobre psicanálise cada um dos senhores já adquiriu pelas leituras que fez, ou por ouvir dizer. Mas o título de meu programa - 'Introdução Elementar à Psicanálise' - obriga-me a tratá-los como se nada soubessem e estivessem necessitados de algumas informações preliminares.

Posso, no entanto, seguramente supor que sabem ser a psicanálise uma forma de executar o tratamento médico de pacientes neuróticos. E aqui já lhes posso dar um exemplo de como, nessa atividade, numerosas coisas se passam de forma diferente - e muitas vezes, realmente, de forma oposta - de como ocorrem em outros campos da prática médica. Quando, em outra situação, apresentamos ao paciente uma técnica que lhe é nova, de hábito minimizamos os inconvenientes desta e lhe damos confiantes promessas de êxito do tratamento. Penso estarmos justificados de assim proceder, de vez que desse modo estamos aumentando a probabilidade de êxito. Quando, porém, tomamos em tratamento analítico um paciente neurótico, agimos diferentemente. Mostramos-lhe as dificuldades do método, sua longa duração, os esforços e os sacrifícios que exige; e, quanto a seu êxito, lhe dizemos não nos ser possível prometé-lo com certeza, que depende de sua própria conduta, de sua compreensão, de sua adaptabilidade e de sua perseverança. Temos boas razões, naturalmente, para manter essa conduta aparentemente obstinada no erro, como talvez os senhores virão a verificar mais adiante.

Não se aborreçam, então, se começo por tratá-los da mesma forma como a esses pacientes neuróticos. Seriamente eu os advirto de que não venham ouvir-me uma segunda vez. Para corroborar esta advertência, explicarei quão incompleto deve necessariamente ser qualquer conhecimento da psicanálise, e que dificuldades surgem no caminho dos senhores ao formarem um julgamento próprio a respeito dela. Mostrar-lhes-ei como toda a tendência de sua educação prévia e todos os seus hábitos de pensamento estão inevitavelmente propensos a fazer com que se oponham à psicanálise, e quanto teriam de superar, dentro de si mesmos, para obter o máximo de vantagem dessa natural oposição. Não posso, certamente, predizer quanto entendimento de psicanálise obterão das informações que lhes dou, contudo posso prometer-lhes isto: que, ouvindo-as atentamente, não terão aprendido como efetuar uma investigação psicanalítica ou como realizar um tratamento. No entanto, na hipótese de que um dos senhores não se sentisse satisfeito com um ligeiro conhecimento da psicanálise, mas estivesse inclinado a entrar em relação permanente com ela, não apenas eu o dissuadiria de agir assim, como ativamente também o admoestaria para não fazê-lo. Da maneira como estão as coisas, no momento, tal escolha de profissão arruinaria qualquer possibilidade de obter sucesso em uma universidade, e, se começou na vida como médico clínico, iria encontrar-se numa sociedade que não compreenderia seus esforços, que o veria com desconfiança e hostilidade e que despejaria sobre ele todos os maus espíritos que estão à espreita dentro dessa mesma sociedade. E os acontecimentos que acompanham a guerra, que agora assola a Europa, lhes darão talvez alguma noção de que legiões desses maus espíritos podem existir.

Não obstante, há bom número de pessoas para as quais, a despeito desses inconvenientes,

algo que promete trazer-lhes uma nova parcela de conhecimento tem ainda seu atrativo. Se alguns dos senhores pertencerem a essa espécie de pessoas, e, malgrado minhas advertências, novamente aqui comparecerem para minha próxima conferência, serão bem-vindos. Todos, porém, têm o direito de saber da natureza das dificuldades da psicanálise, às quais aludi.

Iniciarei por aquelas dificuldades vinculadas ao ensino, à formação em psicanálise. Na formação médica os senhores estão acostumados a ver coisas. Vêem uma preparação anatômica, o precipitado de uma reação química, a contração de um músculo em consequência da estimulação de seus nervos. Depois, pacientes são demonstrados perante os sentidos dos senhores: os sintomas de suas doenças, as consequências dos processos patológicos e, mesmo, em muitos casos, o agente da doença isolado. Nos departamentos cirúrgicos, são testemunhas das medidas ativas tomadas para proporcionar socorro aos pacientes, e os senhores mesmos podem tentar pô-las em execução. Na própria psiquiatria, a demonstração de pacientes, com suas expressões faciais alteradas, com seu modo de falar e seu comportamento, propicia aos senhores numerosas observações que lhes deixam profunda impressão. Assim, um professor de curso médico desempenha em elevado grau o papel de guia e intérprete que os acompanha através de um museu, enquanto os senhores conseguem um contato direto com os objetos exibidos e se sentem convencidos da existência dos novos fatos mediante a própria percepção de cada um.

Na psicanálise, aí de nós, tudo é diferente. Nada acontece em um tratamento psicanalítico além de um intercâmbio de palavras entre o paciente e o analista. O paciente conversa, fala de suas experiências passadas e de suas impressões atuais, queixa-se, reconhece seus desejos e seus impulsos emocionais. O médico escuta, procura orientar os processos de pensamento do paciente, exorta, dirige sua atenção em certas direções, dá-lhe explicações e observa as reações de compreensão ou rejeição que ele, analista, suscita no paciente. Os desinformados parentes de nossos pacientes, que se impressionam apenas com coisas visíveis e tangíveis - preferivelmente por ações tais como aquelas vistas no cinema -, jamais deixam de expressar suas dúvidas quanto a saber se 'algo não pode ser feito pela doença, que não seja simplesmente falar'. Essa, naturalmente, é uma linha de pensamento ao mesmo tempo insensata e incoerente. Essas são as mesmas pessoas que se mostram assim tão seguras de que os pacientes estão 'simplesmente imaginando' seus sintomas. As palavras, originalmente, eram mágicas e até os dias atuais conservaram muito do seu antigo poder mágico. Por meio de palavras uma pessoa pode tornar outra jubilosamente feliz ou levá-la ao desespero, por palavras o professor veicula seu conhecimento aos alunos, por palavras o orador conquista seus ouvintes para si e influencia o julgamento e as decisões deles. Palavras suscitam afetos e são, de modo geral, o meio de mútua influência entre os homens. Assim, não depreciaremos o uso das palavras na psicoterapia, e nos agradará ouvir as palavras trocadas entre o analista e seu paciente.

Contudo, nem isso podemos fazer. A conversação em que consiste o tratamento

psicanalítico não admite ouvirte algum; não pode ser demonstrada. Um paciente neurastênico ou histérico pode, naturalmente, como qualquer outro, ser apresentado a estudantes em uma conferência psiquiátrica. Ele fará uma descrição de suas queixas e de seus sintomas, porém apenas isso. As informações que uma análise requer serão dadas pelo paciente somente com a condição de que ele tenha uma ligação emocional especial com seu médico; ele silenciaria tão logo observasse uma só testemunha que ele percebesse estar alheia a essa relação. Isso porque essas informações dizem respeito àquilo que é mais íntimo em sua vida mental, a tudo aquilo que, como pessoa socialmente independente, deve ocultar de outras pessoas, e, ademais, a tudo o que, como personalidade homogênea, não admite para si próprio.

Portanto, os senhores não podem estar presentes, como ouvintes, a um tratamento psicanalítico. Este pode, apenas, ser-lhes relatado; e, no mais estrito sentido da palavra, é somente de ouvir dizer que chegarão a conhecer a psicanálise. Como consequência do fato de receberem seus conhecimentos em segunda mão, por assim dizer, os senhores estarão em condições bem incomuns para formar um julgamento. Isto obviamente dependerá, em grande parte, do quanto de crédito podem dar a seu informante.

Suponhamos, por um momento, que os senhores estivessem ouvindo uma conferência não sobre psiquiatria, mas sobre história, e que o conferencista lhes estivesse expondo a vida e os feitos militares de Alexandre Magno. Que fundamentos teriam para acreditar na verdade do que ele referisse? Num primeiro relance, a situação pareceria ser ainda mais desfavorável do que no caso da psicanálise, pois o professor de história teve tanta participação nas campanhas de Alexandre quanto os senhores. O psicanalista pelo menos reporta coisas nas quais ele próprio tomou parte. Porém, na devida oportunidade, chegamos aos elementos que confirmam aquilo que o historiador lhes disse. Ele poderia remetê-los aos relatos dos escritores da Antigüidade que, ou foram eles próprios contemporâneos dos eventos em questão, ou, de qualquer forma, estavam mais próximos dos mesmos - ele poderia remetê-los, digamos, às obras de Diodoro, Plutarco, Arriano e outros. Poderia colocar à frente dos senhores reproduções de moedas e estátuas do rei, que sobreviveram, e poderia passar às suas mãos uma fotografia do mosaico de Pompéia representando a batalha de Isso. Estritamente falando, contudo, todos esses documentos apenas provam que as gerações anteriores já acreditavam na existência de Alexandre e na realidade de seus feitos, e as críticas dos senhores poderiam começar novamente nesse ponto. Os senhores descobririam então que nem tudo aquilo que foi relatado sobre Alexandre merece crédito ou pode ser confirmado em seus detalhes; não obstante, não posso supor que os senhores viessem a deixar a sala de conferência com dúvidas sobre a realidade de Alexandre Magno. A decisão dos senhores seria determinada, essencialmente, por duas considerações: primeiro, que o conferencista não tem qualquer motivo imaginável para garantir-lhes a realidade de algo que ele próprio não julga ser real, e, em segundo lugar, que todos os livros de história disponíveis descrevem os acontecimentos em termos aproximadamente semelhantes. Se continuassem a examinar as fontes antigas, teriam em conta os mesmos

fatores - os possíveis motivos dos informantes e a conformidade das testemunhas entre si. O resultado da pesquisa sem dúvida lhes traria uma confirmação, no caso de Alexandre; no entanto, provavelmente seria diferente quando se tratasse de personagens como Moisés ou Nemrod. Outras oportunidades revelarão muito claramente que dúvidas os senhores podem ter a respeito da credibilidade do seu informante psicanalítico.

Mas os senhores têm o direito de fazer outra pergunta. Se não há verificação objetiva da psicanálise nem possibilidade de demonstrá-la, como pode absolutamente alguém aprender psicanálise e convencer-se da veracidade de suas afirmações? É verdade que a psicanálise não pode ser aprendida facilmente, e que não são muitas as pessoas que a tenham aprendido corretamente. Naturalmente, porém, existe um método que se pode seguir, apesar de tudo. Aprende-se psicanálise em si mesmo, estudando-se a própria personalidade. Isso não é exatamente a mesma coisa que a chamada auto-observação, porém pode, se necessário, estar nela subentendido. Existe grande quantidade de fenômenos mentais, muito comuns e amplamente conhecidos, que, após conseguido um pouco de conhecimento da técnica, podem se tornar objeto de análise na própria pessoa. Dessa forma, adquire-se o desejado sentimento de convicção da realidade dos processos descritos pela análise e da correção dos pontos de vista da mesma. Não obstante, há limites definidos ao progresso por meio desse método. A pessoa progride muito mais se ela própria é analisada por um analista experiente e vivencia os efeitos da análise em seu próprio eu (*self*), fazendo uso da oportunidade de assimilar de seu analista a técnica mais sutil do processo. Esse excelente método é, naturalmente, aplicável apenas a uma única pessoa e jamais a todo um auditório de estudantes reunidos.

A psicanálise não deve ser acusada de uma segunda dificuldade na relação dos senhores com ela; devo fazê-los, aos senhores mesmos, responsáveis por isso, senhoras e senhores, pelo menos na medida em que foram estudantes de medicina. A educação que receberam previamente deu uma direção particular ao pensar dos senhores que conduz para longe da psicanálise. Foram formados para encontrar uma base anatômica para as funções do organismo e suas doenças, a fim de explicá-las química e fisicamente e encará-las do ponto de vista biológico. Nenhuma parte do interesse dos senhores, contudo, tem sido dirigida para a vida psíquica, onde, afinal, a realização desse organismo maravilhosamente complexo atinge seu ápice. Por essa razão, as formas psicológicas de pensamento têm permanecido estranhas aos senhores. Cresceram acostumados a encará-las com suspeita, a negar-lhes a qualidade científica, a abandoná-las em poder de leigos, poetas, filósofos naturalistas e místicos. Essa limitação é, sem dúvida, prejudicial à sua atividade médica, pois, como é a regra em todos os relacionamentos humanos, os pacientes dos senhores começam mostrando-lhes sua *façade* mental, e temo que sejam obrigados, como punição, a deixar parte da influência terapêutica que os senhores estão procurando aos praticantes leigos, aos curandeiros e aos místicos, que os senhores tanto desprezam.

Não ignoro a excusa de que devemos tolerar esse defeito em sua educação. Não existe

nenhuma ciência filosófica auxiliar que possa servir às finalidades médicas dos senhores. Nem a filosofia especulativa, nem a psicologia descritiva, nem o que é chamado de psicologia experimental (que está estritamente aliada à fisiologia dos órgãos dos sentidos), tal como são ensinadas nas universidades, estão em condições de dizer-lhes algo de utilizável pertinente à relação entre corpo e mente, ou de lhes proporcionar uma chave para a compreensão dos possíveis distúrbios das funções mentais. É verdade que a psiquiatria, como parte da medicina, se empenha em descrever os distúrbios mentais que observa, e em agrupá-los em entidades clínicas; porém, em momentos favoráveis os próprios psiquiatras duvidam de que suas hipóteses puramente descritivas mereçam o nome de ciência. Nada se conhece da origem, do mecanismo ou das mútuas relações dos sintomas dos quais se compõem essas entidades clínicas; ou *não* há alterações observáveis, no órgão anatômico da mente, que correspondam a esses sintomas, ou há alterações nada esclarecedoras a respeito deles. Esses distúrbios mentais apenas são acessíveis à influência terapêutica quando podem ser reconhecidos como efeitos secundários daquilo que, de outro modo, constitui uma doença orgânica.

Essa é a lacuna que a psicanálise procura preencher. Procura dar à psiquiatria a base psicológica de que esta carece. Espera descobrir o terreno comum em cuja base se torne compreensível a consequência do distúrbio físico e mental. Com esse objetivo em vista, a psicanálise deve manter-se livre de toda hipótese que lhe é estranha, seja de tipo anatômico, químico ou fisiológico, e deve operar inteiramente com idéias auxiliares puramente psicológicas; e precisamente por essa razão temo que lhes parecerá estranha de início.

Não considerarei os senhores, ou sua educação, ou sua atitude mental, responsáveis pela próxima dificuldade. Duas das hipóteses da psicanálise são um insulto ao mundo inteiro e têm ganho sua antipatia. Uma delas encerra uma ofensa a um preconceito intelectual; a outra, a um preconceito estético e moral. Não devemos desprezar em demasia esses preconceitos; são coisas poderosas, são precipitados da evolução do homem que foram úteis e, na verdade, essenciais. Sua existência é mantida por forças emocionais, e a luta contra eles é árdua.

A primeira dessas assertivas impopulares feitas pela psicanálise declara que os processos mentais são, em si mesmos, inconscientes e que de toda a vida mental apenas determinados atos e partes isoladas são conscientes. Os senhores sabem que, pelo contrário, temos o hábito de identificar o que é psíquico com o que é consciente. Consideramos a consciência, sem mais nem menos, como a característica que *define* o psíquico, e a psicologia como o estudo dos conteúdos da consciência. Na verdade, parece-nos tão natural os igualar dessa forma, que qualquer contestação à idéia nos atinge como evidente absurdo. A psicanálise, porém, não pode evitar o surgimento dessa contradição; não pode aceitar a identidade do consciente com o mental. Ela define o que é mental, enquanto processos como o sentir, o pensar e o querer, e é obrigada a sustentar que existe o pensar inconsciente e o desejar não

apreendido. Dizendo isso, de saída e inutilmente ela perde a simpatia de todos os amigos do pensamento científico solene, e incorre abertamente na suspeita de tratar-se de uma doutrina esotérica, fantástica, ávida de engendrar mistérios e de pescar em águas turvas. Contudo, as senhoras e os senhores naturalmente não podem compreender, por agora, que direito tenho eu de descrever como preconceito uma afirmação de natureza tão abstrata como ‘o que é mental é consciente’. E nem podem os senhores conjecturar que evolução seja essa, que chegou a levar a uma negação do inconsciente - se é que isso existe - e que vantagem pode ter havido em tal negação. A questão de saber se devemos fazer coincidir o psíquico com o consciente, ou aumentar a abrangência daquele, soa como uma discussão vazia em torno de palavras; mas posso assegurar-lhes que a hipótese de existirem processos mentais inconscientes abre o caminho para uma nova e decisiva orientação no mundo e na ciência.

Os senhores não podem sequer ter qualquer noção de quão íntima é a conexão entre essa primeira mostra de coragem por parte da psicanálise e a segunda, da qual devo agora falar-lhes. Essa segunda tese, que a psicanálise apresenta como uma de suas descobertas, é uma afirmação no sentido de que os impulsos instintuais que apenas podem ser descritos como sexuais, tanto no sentido estrito como no sentido mais amplo do termo, desempenham na causação das doenças nervosas e mentais um papel extremamente importante e nunca, até o momento, reconhecido. Ademais, afirma que esses mesmos impulsos sexuais também fornecem contribuições, que não podem ser subestimadas, às mais elevadas criações culturais, artísticas e sociais do espírito humano.

Em minha experiência, a antipatia que se volta contra esse resultado da pesquisa psicanalítica é a mais importante fonte de resistência que ela encontrou. Gostariam de ouvir como explicamos esse fato? Acreditamos que a civilização foi criada sob a pressão das exigências da vida, à custa da satisfação dos instintos; e acreditamos que a civilização, em grande parte, está sendo constantemente criada de novo, de vez que cada pessoa, assim que ingressa na sociedade humana, repete esse sacrifício da satisfação instintual em benefício de toda a comunidade. Entre as forças instintuais que têm esse destino, os impulsos sexuais desempenham uma parte importante, nesse processo eles são sublimados - isto é, são desviados de suas finalidades sexuais e dirigidos a outras, socialmente mais elevadas e não mais sexuais. Esse arranjo, contudo, é instável; os instintos sexuais são imperfeitamente subjugados e, no caso de cada indivíduo que se supõe juntar-se ao trabalho da civilização, há um risco de seus instintos sexuais se rebelarem contra essa destinação. A sociedade acredita não existir maior ameaça que se possa levantar contra sua civilização do que a possibilidade de os instintos sexuais serem liberados e retornarem às suas finalidades originais. Por esse motivo, a sociedade não quer ser lembrada dessa parte precária de seus alicerces. Não tem interesse em reconhecer a força dos instintos sexuais, nem interesse pela demonstração da importância da vida sexual para o indivíduo. Ao contrário, tendo em vista um fim educativo, tem-se empenhado em desviar a atenção de todo esse campo de idéias. É por isso que não tolerará esse resultado da pesquisa psicanalítica, e nitidamente prefere qualificá-lo como algo esteticamente repulsivo e moralmente repreensível, ou como algo

perigoso. Entretanto, as objeções dessa espécie são ineficazes contra aquilo que se ergueu como produto objetivo de um exemplo de trabalho científico; se a contestação se fizer em público, então deve ser expressa novamente, em termos intelectuais. Ora, é inerente à natureza humana ter uma tendência a considerar como falsa uma coisa de que não gosta e, ademais, é fácil encontrar argumentos contra ela. Assim, a sociedade transforma o desagradável em falso. Rebate as verdades da psicanálise com argumentos lógicos e concretos; estes, porém, surgem de fontes emocionais, e ela mantém essas objeções na forma de preconceitos, opondo-se a toda tentativa de as contestar.

Nós, porém, senhoras e senhores, podemos afirmar que, ao expor esta controvertida tese, não temos em vista qualquer objetivo tendencioso. Desejamos simplesmente dar expressão a um assunto que acreditamos ter demonstrado mediante nossos conscienciosos trabalhos. Afirmamos também o direito de rejeitar sem restrição qualquer interferência motivada em considerações práticas, no trabalho científico, mesmo antes de nos termos perguntado se o medo, que procura impor-nos essas considerações, é justificado ou não.

Essas, pois, são algumas das dificuldades que se erguem contra o interesse dos senhores pela psicanálise. São, talvez, mais que suficientes para um começo. Porém, se puderem vencer a impressão que lhes causam, prosseguiremos.

CONFERÊNCIA II - PARAPRAXIAS

SENHORAS E SENHORES:

Não começaremos com postulados, e sim com uma investigação. Escolhamos como tema determinados fenômenos muito comuns e muito conhecidos, os quais, porém, têm sido muito pouco examinados e, de vez que podem ser observados em qualquer pessoa sadia, nada têm a ver com doenças. São o que se conhece como ‘parapraxias’, às quais todos estão sujeitos. Pode acontecer, por exemplo, que uma pessoa que tenciona dizer algo venha a usar, em vez de uma palavra, outra palavra (*um lapso de língua [Versprechen]*), ou possa fazer a mesma coisa escrevendo, podendo, ou não, perceber o que fez. Ou uma pessoa pode ler algo, seja impresso ou manuscrito, diferentemente do que na realidade está diante de seus olhos (*um lapso de leitura [Verlesen]*), ou ouvir errado algo que lhe foi dito (*um lapso de audição [Verhören]*) - na hipótese, naturalmente, de não haver qualquer perturbação orgânica de sua capacidade auditiva. Outro grupo desses fenômenos tem como sua base o *esquecimento*

[*Vergessen*] - não, no entanto, um esquecimento permanente, mas apenas um esquecimento temporário. Assim, uma pessoa pode ser incapaz de se lembrar de uma palavra que conhece, apesar de tudo, e que reconhece de imediato, ou pode esquecer de executar uma *intenção*, embora dela se lembre mais tarde, tendo-a esquecido apenas naquele determinado momento. Em um terceiro grupo o caráter temporário está ausente - por exemplo, no caso de *extravio* [*Verlegen*], quando a pessoa colocou uma coisa em algum lugar e não consegue encontrá-la novamente, ou no caso precisamente igual de *perda* [*Verlieren*]. Aqui temos um esquecimento que tratamos diferentemente de outras formas de esquecimento, um caso em que ficamos surpresos ou aborrecidos em vez de considerá-lo compreensível. Além de tudo isso, há determinadas espécies de *erros* [*Irrtümer*], nos quais o caráter temporário está presente mais uma vez: pois, no caso destes, por um certo espaço de tempo acreditamos saber algo que, antes ou depois desse período, na realidade não sabemos. E existem numerosos outros fenômenos semelhantes, conhecidos por diversos nomes.

Todas essas são ocorrências cuja afinidade interna recíproca é expressa pelo fato de [em alemão] sua designação começar com a sílaba ‘*ver*’. Quase todas carecem de importância, na maioria são muito transitórias e são destituídas de muita importância na vida humana. Apenas raramente, como no caso da perda de um objeto, um fenômeno desses assume certo grau de importância prática. Também por esse motivo chamam pouco a atenção, fazem surgir nada mais que tênues emoções, e assim por diante.

É para esses fenômenos, também, que agora proponho chamar a atenção dos senhores. Porém, irão protestar com certo enfado: ‘Há tantos problemas ingentes no amplo universo, assim como dentro dos estreitos limites de nossas mentes, tantas maravilhas no campo dos distúrbios mentais, que exigem e merecem elucidação, que parece realmente injustificado investir trabalho e interesse em tais trivialidades. Se o senhor puder fazer-nos compreender por que uma pessoa com olhos e ouvidos sãos pode ver e ouvir, em plena luz do dia, coisas que não se encontram ali; por que outra pessoa subitamente pensa estar sendo perseguida pelas pessoas das quais foi, até então, muito amiga, ou apresenta os mais engenhosos argumentos em apoio de suas crenças delirantes, que qualquer criança poderia ver que são disparatadas, então deveríamos ter algum apreço pela psicanálise. Entretanto, se ela não pode fazer mais que nos pedir para considerarmos por que um orador, num banquete, emprega uma palavra em vez de outra, ou por que uma dona de casa extraviou suas chaves, e futilidades semelhantes, então saberemos como empregar melhor nosso tempo e interesse.’

Eu responderia: Paciência, senhoras e senhores! Penso que suas críticas perderam o rumo. É verdade que a psicanálise não pode vangloriar-se de jamais haver-se ocupado de trivialidades. Pelo contrário, o material para sua observação é geralmente proporcionado pelos acontecimentos banais, postos de lado pelas demais ciências como sendo bastante insignificantes - o refugio, poderíamos dizer, do mundo dos fenômenos. Porém, não estão os

senhores fazendo confusão, em suas críticas, entre a vastidão dos problemas e a evidência que aponta para eles? Não existem coisas muito importantes que, sob determinadas condições e em determinadas épocas, só se podem revelar por indicações bastante débeis? Eu não encontraria dificuldade para fornecer-lhes diversos exemplos de tais situações. Se o senhor, por exemplo, é um homem jovem, não será a partir de pequenos indícios que concluirá haver conquistado os favores de uma jovem? Esperaria uma expressa declaração de amor, ou um abraço apaixonado? Ou não seria suficiente um olhar, que outras pessoas mal perceberiam, um ligeiro movimento, o prolongamento, por um segundo, da pressão de sua mão? E se fosse um detetive empenhado em localizar um assassino, esperaria achar que o assassino deixou para trás sua fotografia, no local do crime, com seu endereço assinalado? Ou não teria necessariamente de ficar satisfeito com vestígios fracos e obscuros da pessoa que estivesse procurando? Assim sendo, não subestimemos os pequenos indícios; com sua ajuda podemos obter êxito ao seguirmos a pista de algo maior. Ademais, penso, como os senhores, que os grandes problemas do universo e da ciência são aqueles que mais exigem nosso interesse. É, porém, muito raro alguém manter a expressa intenção de se dedicar à pesquisa deste ou daquele grande problema. Fica-se então sem poder saber qual o primeiro passo a dar. É mais promissor, no trabalho científico, atacar o que quer que esteja imediatamente à nossa frente e ofereça uma oportunidade à pesquisa. Agindo dessa forma, realmente com afinco e sem preconceito ou sem prevenções, e tendo-se sorte, então, desde que tudo se relaciona com tudo, inclusive as pequenas coisas com as grandes, pode-se, mesmo partindo de um trabalho desprezioso, ter acesso ao estudo dos grandes problemas. É isso que eu devia dizer, a fim de manter o interesse dos senhores quando tratamos dessas trivialidades tão evidentes como o são as parapraxias de pessoas sãs.

Peçamos, agora, auxílio a alguém que nada saiba de psicanálise, e perguntemos-lhe como explica essas ocorrências. Sua primeira resposta certamente será: ‘Ora, não há o que explicar: não passam de pequenos acontecimentos ao acaso.’ O que o amigo quer dizer com isso? Estará afirmando existirem ocorrências, embora pequenas, que escapam à concatenação universal dos fatos - ocorrências que tanto poderia haver como não haver? Se alguém comete uma infração desse tipo no determinismo dos eventos naturais em um só ponto, significa que atirou fora toda a *Weltanschauung da ciência*. A *própria Weltanschauung* da religião, podemos lembrar-lhe, se comporta de maneira mais coerente, porque dá explícita garantia de que nenhum pardal cai do telhado sem a vontade de Deus. Penso que nosso amigo hesitará em tirar a conclusão lógica dessa primeira resposta; mudará de opinião e dirá que, afinal, quando vir a estudar essas coisas, poderá encontrar explicações para elas. O que está em questão são pequenas falhas no funcionamento, imperfeições na atividade mental, cujos determinantes podem ser especificados. Um homem que em geral consegue falar corretamente, pode cometer um lapso de língua (1) se está ligeiramente indisposto e cansado, (2) se está excitado e (3) se está excessivamente ocupado com outras coisas. É fácil comprovar essas afirmações. Os lapsos de língua realmente acontecem com especial freqüência quando se está cansado, quando se tem dor de cabeça ou quando se está ameaçado de enxaqueca. Nas mesmas circunstâncias, os nomes

próprios são esquecidos com facilidade. Algumas pessoas estão acostumadas a reconhecer a aproximação de um ataque de enxaqueca quando nomes próprios lhes escapam dessa forma . Quando estamos excitados, também, amiúde cometemos erros com palavras - assim como com coisas, e segue-se um 'ato descuidado'. Intenções são esquecidas e numerosos outros atos não premeditados se tornam perceptíveis se estamos distraídos - isto é, propriamente falando, se estamos concentrados em alguma coisa. Um conhecido exemplo de tal distração é o professor em *Fliegende Blätter*, que perde seu guarda-chuva e pega o chapéu errado porque está pensando nos problemas que terá de abordar no livro seguinte. Todos nós podemos recordar, de nossa própria experiência, exemplos de como nos é possível esquecer intenções que tivemos e promessas que fizemos, por termos nesse entremeio passado por alguma experiência absorvente.

Tal coisa soa bastante razoável e parece não ser passível de contradição, embora possa afigurar-se não muito interessante, talvez, e não ser o que esperávamos. Vejamos mais de perto essas explicações sobre parapraxias. As supostas condições para a ocorrência desses fenômenos não são todas da mesma espécie. Estar doente e ter distúrbios de circulação fornecem um motivo fisiológico de deterioração do funcionamento normal; a excitação, a fadiga e a distração são fatores de outra espécie que poderiam ser descritos como psicofisiológicos. Esses últimos comportam fácil tradução para a teoria. Tanto a fadiga como a distração e, talvez, também a excitação geral realizam uma divisão da atenção, que pode resultar em que seja dirigida atenção insuficiente para a função em apreço. Nesse caso, a função pode ser perturbada com especial facilidade ou executada com descuido. Uma ligeira doença ou mudanças no suprimento sanguíneo ao órgão nervoso central podem ter o mesmo efeito, influenciando de modo similar o fator determinante, a divisão da atenção. Em todos esses casos, portanto, seria uma questão de efeito de um distúrbio da atenção, de causas orgânicas ou físicas.

Isso parece não prometer muito ao nosso interesse psicanalítico. Poderíamos sentir-nos tentados a abandonar o tema. Se, no entanto, examinarmos as observações mais atentamente, o que vemos não se harmoniza inteiramente com essa teoria da atenção das parapraxias, ou, pelo menos, naturalmente não se regula por ela. Descobrimos que as parapraxias desse tipo e o esquecimento dessa espécie ocorrem em pessoas que *não* estão fatigadas ou distraídas ou excitadas, mas que estão, sob todos os aspectos, em seu estado normal - a menos que decidamos atribuir *ex post facto* às pessoas em questão, puramente por conta de suas parapraxias, uma excitação que, entretanto, elas mesmas não comportam. Nem pode, simplesmente, tratar-se do caso de uma função ser garantida através de um incremento da atenção dirigida a ela, e ser comprometida se essa atenção é reduzida. Há grande número de ações efetuadas de forma puramente automática, com muito pouca atenção, não obstante com total segurança. Um caminhante, que mal sabe aonde está indo, mantém-se no caminho certo, malgrado isso, e pára em seu destino sem se *haver perdido [vergangen]* . Ora, em todos os

casos, isso é como uma regra. Um exímio pianista toca as teclas certas, sem pensar. Pode naturalmente cometer um erro ocasional; porém, se o tocar automático aumentasse o risco de errar, esse risco seria máximo para um virtuose, cuja forma de tocar, em consequência de prolongada prática, se tornou *inteiramente* automática. Sabemos, pelo contrário, que muitas ações são efetuadas com um grau de precisão muito especial se não são objeto de um nível especialmente elevado de atenção, e que o infortúnio de uma parapraxia está fadado a ocorrer precisamente quando se atribui importância especial ao funcionamento correto, portanto deveras sem que houvesse distração da atenção necessária. Poder-se-ia argüir que isso é o resultado da ‘excitação’, porém é difícil enxergar por que a excitação não deveria, inversamente, aumentar a atenção dirigida para aquilo que tão intensamente é desejado. Se, por um lapso de língua, alguém diz o oposto do que pretende, em um importante discurso ou comunicação oral, dificilmente isso pode ser explicado pela teoria psicofisiológica ou da atenção.

Existem, ademais, numerosos pequenos fenômenos secundários no caso das parapraxias, os quais não compreendemos e a cujo respeito as explicações dadas até agora não trouxeram nenhuma luz. Por exemplo, se temporariamente esquecemos um nome, aborrecemo-nos com isso, fazemos tudo para recordá-lo e não podemos nos resignar. Por que, nesses casos, é tão extremamente raro logarmos orientar nossa atenção, pois enfim estamos ansiosos por fazê-lo, à palavra que (como dizemos) está ‘na ponta da língua’ e que reconhecemos de pronto quando é dita para nós? Ou ainda: há casos em que as parapraxias se multiplicam, formam cadeias e se substituem umas às outras. Numa primeira ocasião alguém perdeu um compromisso. Na ocasião seguinte, quando se decidiu firmemente não esquecer *desta vez*, verifica-se que se faz anotação da hora errada. Ou tenta-se chegar, por vias indiretas, a uma palavra esquecida, e nisso escapa uma segunda palavra que poderia ter ajudado a encontrar a primeira. Procurando-se por essa segunda palavra, uma terceira desaparece, e assim por diante. Como bem se sabe, o mesmo acontece com os erros de impressão, que devem ser considerados as parapraxias do compositor. Um teimoso erro de impressão dessa espécie, segundo se conta, certa vez esgueirou-se para dentro de um jornal social-democrata. A notícia que dava de uma cerimônia incluía as palavras: ‘Entre os que estavam presentes, podia-se notar Sua Alteza o *Kornprinz*.’ No dia seguinte, fez-se uma tentativa de correção. O jornal pedia desculpas e dizia: ‘Devíamos, naturalmente, ter dito “o *Knorprinz*”.’ Em tais casos, as pessoas falam de um ‘demônio dos erros de impressão’ ou um ‘demônio da composição tipográfica’ - expressões que, pelo menos, vão além de qualquer teoria psicofisiológica dos erros de impressão.

Talvez lhes seja também conhecido o fato de ser possível provocar lapsos de língua, produzi-los, digamos assim, por sugestão. Uma anedota ilustra esse fato. Tinha sido confiado a um estreado dos palcos o importante papel, em *Die Jungfrau von Orleans* [de Schiller], do mensageiro que anuncia ao rei de ‘der Connétable schickt sein Schwert zurück [o Condestável devolve sua espada]’. Um primeiro ator divertia-se, durante os ensaios, com

induzir repetidamente o nervoso jovem a dizer, em vez das palavras do texto: ‘der Komfortabel schickt sein Pferd zurück [o cocheiro devolve seu cavalo]’. Conseguiu seu intento: o desventurado principiante realmente fez sua estréia na representação com a versão corrompida, apesar de haver sido admoestado de não fazê-lo, ou, talvez, *porque* tenha sido admoestado.

Nenhuma luz é lançada sobre esses pequenos aspectos das parapraxias com a teoria da falta de atenção. Porém, não significa necessariamente que a teoria seja errônea, em face dessa explicação; ela simplesmente pode estar carecendo de algo, de algum acréscimo, para que venha a ser completamente satisfatória. Contudo, algumas das parapraxias também podem ser consideradas por outro prisma.

Tomemos os *lapsos de língua* como o tipo de parapraxia mais adequado a nossos propósitos - embora pudéssemos igualmente ter escolhido lapsos de escrita ou lapsos de leitura. Devemos ter em mente que, até aqui, apenas perguntamos quando - sob que condições - as pessoas cometem lapsos de língua, e apenas para essa pergunta tivemos uma resposta. Poderíamos, porém, dirigir nosso interesse para outro aspecto e indagar por que razão o erro ocorreu dessa determinada forma e não de outra; e poderíamos considerar o que é que emerge no lapso propriamente dito. Os senhores observarão que, enquanto essa pergunta não for respondida e nada for respondido e nada for elucidado sobre o lapso, o fenômeno permanece como evento casual, do ponto de vista psicológico, embora dele se tenha dado uma explicação fisiológica. Se eu cometesse um lapso de língua, poderia obviamente fazê-lo em número infinito de formas, a palavra certa poderia ser substituída por alguma palavra entre milhares de outras, ser distorcida em incontáveis direções diferentes. Existe, pois, algo que, no caso particular, me compele a cometer o lapso de uma determinada forma; ou isso continua sendo uma questão de acaso, de escolha arbitrária, e se trata, talvez, de uma pergunta a que não se pode dar qualquer resposta sensata?

Dois escritores, Meringer e Mayer (um, filólogo, o outro, psiquiatra), de fato tentaram, em 1895, atacar o problema das parapraxias por esse ângulo. Coligiram exemplos e começaram por abordá-los de maneira puramente descritiva. Isso, naturalmente, até aqui não oferece nenhuma explicação, embora possa preparar o caminho para alguma. Distinguem os diversos tipos de distorções que o lapso impõe ao discurso pretendido, como ‘transposições’, ‘pré-sonâncias [antecipações]’, ‘pós-sonâncias [perseverações]’, ‘fusões (contaminações)’ e ‘substituições’. Eu lhes darei alguns exemplos desses principais grupos propostos pelos autores. Um exemplo de transposição seria dizer ‘*a Milo de Vênus*’ em vez de ‘*a Vênus de Milo*’ (transposição da ordem das palavras); um exemplo de pré-sonância [antecipação] seria: ‘*es war mir auf der Schwest... auf der Brust so schwer*’; e uma pós-sonância [perseveração] seria exemplificada pelo conhecido brinde que saiu errado: ‘*Ich fordere Sie auf, auf das Wohl unseres Chefs aufzustossen*’ [em vez de ‘*anzustossen*’]. Essas três formas de lapso de língua não são propriamente comuns. Os senhores encontrarão exemplos muito

mais numerosos, nos quais o lapso resulta de contração ou fusão. Assim, por exemplo, um cavalheiro dirige-se a uma senhora na rua com as seguintes palavras: ‘Se me permite, senhora, gostaria de a *begleit-digen*.’ A palavra composta que se juntou a ‘*begleiten* [acompanhar]’ evidentemente escondeu em si ‘*beleidigen* [insultar]’. (Diga-se de passagem, o jovem provavelmente não teve muito êxito com a senhora.) Como exemplo de substituição, Meringer e Mayer citam o caso de alguém que diz: ‘Ich gebe die *Präparate* in den *Briefkasten*’ em vez de ‘*Brütkasten*’.

A explicação em que esses autores tentaram basear sua coleção de exemplos, é especialmente inadequada. Acreditam que os sons e as sílabas de uma palavra têm uma ‘valência’ determinada, e que a inervação de um elemento de alta valência pode exercer uma influência perturbadora em outro de menor valência. Com isso, estão evidentemente se baseando nos raros casos de pré-sonância e pós-sonância; essas preferências de uns sons a outros (se é que de fato existem) podem não ter absolutamente qualquer relação com outros casos de lapsos de língua. Afinal, os lapsos de língua mais comuns ocorrem quando, em vez de dizermos uma palavra, dizemos uma outra muito semelhante; e essa semelhança é, para muitos, explicação suficiente de tais lapsos. Por exemplo, um professor declarou em sua aula inaugural: ‘Não estou ‘*geneigt* [inclinado]’ (em vez de ‘*geeignet* [qualificado]’) a valorizar os serviços de meu mui estimado predecessor.’ Ou então, outro professor observava: ‘No caso dos órgãos genitais femininos, apesar de muitas *Versuchungen* [tentações] - me desculpem, *Versuche* [tentativas]’

O tipo mais comum e, ao mesmo tempo, mais notável de lapsos de língua, no entanto, são aqueles em que se diz justamente o oposto do que se pretendia dizer. Aqui, naturalmente, estamos muito longe de relações entre sons e os efeitos de semelhança; e, em vez disso, podemos apelar para o fato de que os contrários têm um forte parentesco conceitual uns com os outros e mantêm entre si uma associação psicológica especialmente próxima. Há exemplos históricos de tais ocorrências. Um presidente da câmara dos deputados de nosso parlamento certa vez abriu a sessão com as palavras: ‘Senhores, observo que está presente a totalidade dos membros, e por isso declaro a sessão *encerrada*.’

Qualquer outra associação conhecida pode atuar da mesma forma insidiosa, como um contrário, e emergir em circunstâncias bastante inadequadas. Assim, conta-se que, por ocasião de uma celebração em honra do casamento de um filho de Hermann von Helmholtz com uma filha de Werner von Siemens, o conhecido inventor e industrial, a incumbência de saudar à felicidade do jovem par coube ao famoso fisiologista Du Bois-Reymond. Sem dúvida, este fez um discurso brilhante, porém encerrou com as palavras: ‘Portanto, longa vida à nova firma Siemens e Haeske!’ Essa era, naturalmente, a denominação da antiga firma. A justaposição dos dois nomes deve ter sido tão familiar a um berlinense como Fortnum e Mason o seria a um londrino.

Devemos, portanto, incluir entre as causas das parapraxias não apenas relações entre sons e semelhança verbal, como também a influência das associações de palavras. Isso, porém, não é tudo. Em numerosos casos, parece impossível explicar um lapso de língua, a não ser que levemos em conta algo que tinha sido dito, ou mesmo simplesmente pensado, em uma frase anterior. De novo temos aqui um caso de perseveração, como aqueles em que insistia Meringer, porém de origem mais remota. Devo confessar que sinto, na totalidade, como se estivéssemos mais longe do que nunca de compreender os lapsos de língua.

Não obstante, espero não estar equivocado ao dizer que, durante essa última pesquisa, todos nós tivemos uma nova impressão desses exemplos de lapsos de língua, e que pode valer a pena considerar um pouco mais detidamente essa impressão. Examinamos as condições sob as quais em geral os lapsos de língua ocorrem, e, depois, as influências que determinam o tipo de distorção produzida pelo lapso. Até agora, no entanto, não dedicamos nada de nossa atenção ao *produto* do lapso considerado em si mesmo, sem referência à sua origem. Se decidimos fazê-lo, não podemos deixar de encontrar, no final, coragem para dizer que, em alguns exemplos, aquilo que resulta do lapso de língua tem um sentido próprio. O que queremos dizer com ‘tem um sentido’? Que o produto do lapso de língua pode, talvez, ele próprio ter o direito de ser considerado como ato psíquico inteiramente válido, que persegue um objetivo próprio, como uma afirmação que tem seu conteúdo e seu significado. Até aqui temos sempre falado em ‘parapraxias [atos falhos]’, porém agora é como se às vezes o ato falho fosse, ele mesmo, um ato bastante *normal*, que simplesmente tomou o lugar de outro, que era o ato que se esperava ou desejava.

O fato de a parapraxia ter um sentido próprio parece, em determinados casos, evidente e inequívoco. Quando o presidente da câmara dos deputados, com suas primeiras palavras, *encerrou* a sessão em vez de abri-la, sentimo-nos inclinados, em vista de nosso conhecimento das circunstâncias em que o lapso de língua ocorreu, a reconhecer que a parapraxia tem um sentido. O presidente não esperava nada de bom da sessão e ficaria satisfeito se pudesse dar-lhe um fim imediato. Não temos qualquer dificuldade em chamar a atenção para o sentido desse lapso de língua, ou, por outras palavras, de interpretá-lo. Ou, então suponhamos que uma mulher diga a outra, em tom de aparente admiração: ‘Esse lindo chapéu novo, suponho que você mesma o *aufgepatzt* [palavra não existente, em lugar de *aufgeputzt* (enfeitou)], não?’ Ora, não existe decoro científico que possa impedir-nos de ver por trás desse lapso de língua as palavras: ‘Esse chapéu é uma *Patzerei* [droga].’ Ou, noutro caso, contam-nos que uma senhora, conhecida por seus modos enérgicos, certa ocasião observava: ‘Meu marido perguntou a seu médico qual dieta devia seguir; mas o médico lhe disse que não precisava de dieta: ele podia comer e beber o que eu quero.’ Também nesse caso o lapso de língua tem seu inconfundível outro lado: estava expressando um programa coerentemente planejado.

Se viesse a acontecer, senhoras e senhores, que tivessem um sentido não apenas *alguns* exemplos de lapsos de língua e de parapraxias em geral, mas considerável número deles, o *sentido* das parapraxias, do qual até agora nada ouvimos, se tornaria seu aspecto mais importante e deslocaria qualquer outra consideração para um plano secundário. Poderíamos, então, pôr de lado todos os fatores fisiológicos e psicofisiológicos e dedicar-nos à investigação exclusivamente psicológica do sentido - isto é, da significação ou do propósito - das parapraxias. Por conseguinte, nos ocuparemos em testar essa hipótese em grande número de observações.

Antes, porém, de levar a cabo essa intenção, gostaria de convidá-los a seguir-me ao longo de outra pista. Repetidamente tem acontecido haver um escritor criativo feito uso de um lapso de língua ou de alguma outra parapraxia como meio de produzir um efeito pleno de imaginação. Esse fato isoladamente deve demonstrar-nos que ele considera a parapraxia - o lapso de língua, por exemplo - como possuidora de um sentido, de vez que a produziu deliberadamente. Pois o que sucedeu não foi o autor ter cometido um lapso de escrita acidental e, assim, permitido o uso do mesmo por um de seus personagens, na qualidade de lapso de língua; ele tenciona trazer algo à nossa atenção mediante o lapso de língua, e podemos indagar sobre que algo é esse, se talvez queira sugerir que o personagem em questão esteja distraído e fatigado, ou esteja prestes a ter um ataque de enxaqueca. Se o autor emprega o lapso como se este tivesse um sentido, nós, naturalmente, não temos vontade de exagerar a importância disso. Afinal, um lapso poderia realmente não ter sentido, ser um evento psíquico casual ou poderia ter um sentido apenas em casos bastante raros; contudo, ainda assim o autor teria o direito de intelectualizá-lo *fornecendo* a ele um sentido, a fim de empregá-lo segundo suas finalidades próprias. E não seria de surpreender se tivéssemos mais a aprender sobre lapsos de língua com escritores criativos, do que com filólogos e psiquiatras.

Um exemplo desse tipo pode ser encontrado em *Wallenstein (Piccolomini Ato I, Cena 5)*, [de Schiller]. Na cena anterior, Max Piccolomini esposou ardentemente a causa do Duque [de Wallenstein] e esteve descrevendo apaixonadamente os benefícios da paz, dos quais se tornou cômico no decurso de uma viagem enquanto acompanhava a filha de Wallenstein ao campo. Quando ele deixa o palco, seu pai [Octavio] e Questenbergs, o emissário da Corte, estão mergulhados em consternação. A Cena 5 continua:

QUESTENBERG Ai de mim! e continua assim? Como, amigo! deixamo-lo partir Neste delírio - deixá-lo partir? Não chamá-lo de volta imediatamente, [não abrir Seus olhos, sem perda de tempo?

OCTAVIO (*saindo de uma meditação profunda*)

Ele vem de abrir meus olhos, E enxergo mais do que me apraz.

QUEST. Que é isso?

OCT. Amaldiçoem essa viagem!

QUEST. Mas, por quê? Que se passa?

OCT. Vem, vamos juntos, amigos! Preciso seguir a execrável rota, imediatamente. Meus olhos agora estão abertos, e devo usá-los. Vem! (*Atrai Q. e o leva consigo.*)

QUEST. Que está havendo? Aonde vais, então!?

OCT. Até ela...

QUEST. Até -

OCT. (*corrigindo-se.*) Até o Duque. Vem, partamos. [*Conforme a tradução inglesa de Coleridge.*]

Otávio quis dizer ‘até ele’, ao Duque. Comete, porém, um lapso de língua e, dizendo ‘até lá’ ao menos revela a *nós* que reconheceu claramente a influência que o jovem guerreiro causou em um entusiasta da paz.

Um exemplo ainda mais impressionante foi descoberto por Otto Rank [1910a] em Shakespeare. Está em *O Mercador de Veneza*, na famosa cena em que o venturoso amante escolhe entre os três cofres... e talvez o melhor é ler para os senhores a breve descrição de Rank:

‘Um lapso de língua ocorre em *O Mercador de Veneza*, de Shakespeare (Ato III, Cena 2) e é, do ponto de vista dramático, causado de maneira extremamente sutil e empregado com técnica brilhante. Semelhante ao lapso existente em *Wallenstein*, para o qual Freud chamou a atenção, mostra que os dramaturgos possuem uma clara compreensão do mecanismo e do significado desse tipo de parapraxia, e supõem que o mesmo seja verdadeiro para sua

platória. Pórcia, que, por vontade de seu pai, teve de escolher um marido por sorteio, escapou, até então, de todos os seus indesejados pretendentes por um feliz acaso. Tendo enfim encontrado em Bassanio o pretendente de sua preferência, tem motivos para temer que também ele venha a escolher o cofre errado. Ela desejaria muito dizer-lhe que, mesmo assim, ele poderia ter certeza de seu amor; porém isso lhe é vedado em virtude do juramento. Nesse conflito íntimo, o poeta faz com que ela diga ao pretendente preferido:

Por favor, não vos apresseis; esperai um ou dois dias antes de consultar a sorte, pois, se escolherdes mal, perco vossa companhia; assim, pois, aguardai um pouco. Alguma coisa me diz (*mas não é o amor*) que não quereria perder-vos... Eu poderia ensinar-vos como escolher bem; mas, então, seria perjura e não o serei jamais. Podeis, pois, fracassar; porém, se fracassardes, far-me-eis deplorar não haver cometido o pecado de perjúrio. Malditos sejam vossos olhos! Encantaram-me e partiram-me em duas partes: *uma é vossa e outra é meia vossa*; quero dizer, minha; mas, sendo minha, é vossa e, desse modo, sou toda vossa.

A coisa da qual ela desejava dar a ele apenas um indício muito sutil, porque devia escondê-la dele de qualquer maneira, ou seja, que ela, mesmo antes de ele fazer a escolha, era *inteiramente* dele e o amava - é precisamente isso que o poeta, com uma maravilhosa sensibilidade psicológica, faz irromper abertamente em seu lapso de língua; e, com essa solução artística, logra aliviar tanto a incerteza intolerável do amante como o suspense do compreensivo auditório diante do resultado de sua escolha.'

Observem também com que habilidade Pórcia, no fim, reconcilia as duas afirmações contidas em seu lapso de língua, como resolve a contradição entre elas e como, finalmente, mostra ser o lapso o que estava correto:

‘Mas, sendo minha, é vossae desse modo, sou toda vossa.’

Ocasionalmente tem acontecido que um pensador, cuja atividade se situa fora da medicina, haja revelado, por algo que falou, o sentido de uma parapraxia, e se tenha antecipado a nossos esforços de explicá-la. Os senhores, todos, ouviram falar no espirituoso satirista Lichtenberg (1742-99), de quem Goethe disse: ‘Onde ele faz uma pilhéria, se esconde um problema.’ Às vezes, a pilhéria também traz à luz a *solução* do problema. Nos *Witzige und Satirische Einfälle* [Witty and Satirical Thoughts, 1853], de Lichtenberg, encontramos o seguinte: ‘Ele tanto leu Homero, que sempre lia “*Agamemnon*” em vez de “*angenommen* [suposto]”.’ Aqui temos toda a teoria dos lapsos de leitura.

Na próxima vez precisamos ver se podemos concordar com esses escritores em suas opiniões.

CONFERÊNCIA III - PARAPRAXIAS (*continuação*)

SENHORAS E SENHORES:

Chegamos, na última vez, à idéia de considerar as parapraxias não em relação à desejada função que elas perturbavam, mas à sua própria descrição; e tivemos a impressão de que, em casos especiais, pareciam revelar um sentido próprio. Refletimos então que, se pudesse ser obtida a confirmação, em uma escala mais ampla, de que as parapraxias têm um sentido, seu sentido logo ficaria mais interessante que a investigação das circunstâncias em que ocorrem. Vamos, mais uma vez, chegar a um acordo sobre o que se deve entender por ‘sentido’ de processo psíquico. Queremos dizer com isso tão-somente a intenção à qual serve e sua posição em uma continuidade psíquica. Na maioria de nossas investigações podemos substituir ‘sentido’ por ‘intenção’ ou ‘propósito’. Tratava-se, então, simplesmente de uma ilusão enganadora ou de uma exaltação poética das parapraxias quando pensamos reconhecer nelas uma intenção?

Continuaremos a tomar lapsos de língua como nossos exemplos. Se agora examinarmos atentamente numerosas observações desse tipo, encontraremos categorias completas de casos em que a intenção, o sentido, do lapso é inteiramente visível. Antes de tudo existem aqueles nos quais o que se pretendia é substituído por seu contrário. O presidente da câmara dos deputados [ver em [1]] disse, em seu discurso de abertura: ‘Declaro a sessão encerrada.’ Isso não é nada ambíguo. O sentido e intenção de seu lapso era encerrar a sessão. ‘Er sagt es ja selbst’ é o que estamos tentados a citar: é apenas uma questão de aceitar suas palavras. Não me interrompam neste ponto, objetando que isso é impossível, que sabemos que ele não queria encerrar a sessão e sim abri-la, e que ele mesmo, a quem nós reconhecemos como a única suprema corte de apelação, poderia confirmar o fato de que queria abri-la. Os senhores estão se esquecendo de que fizemos o acordo de começarmos considerando as parapraxias no que concerne à sua própria descrição; sua relação com a intenção, que elas perturbaram, não será discutida senão mais adiante. De outro modo, os senhores serão culpados de um erro de lógica, simplesmente por fugirem do problema ora em exame - por algo que é chamado em inglês ‘begging the question’.

Em outros casos, nos quais o lapso não expressa o exato contrário, não obstante um sentido oposto pode ser expresso por ele. ‘Não estou geneigt [inclinado] a valorizar os

serviços de meu predecessor [ver em [1]]. *Geneigt* não é o contrário de *geeignet* [qualificado], mas exprime claramente algo que contrasta nitidamente com a situação na qual o discurso devia ser feito.

Já em outros casos o lapso de língua apenas acrescenta um segundo sentido àquele que se pretendia. A frase então soa como uma contração, uma abreviação ou condensação de diversas frases. Assim, quando a enérgica senhora dizia: ‘Ele pode comer e beber o que eu quero’ [ver em [1]], é bem como se ela tivesse dito: ‘Ele pode comer e beber o que ele quer; mas o que *ele* tem a ver com querer? *Eu* é que quero em vez dele.’ Um lapso de língua muitas vezes dá a impressão de ser uma abreviação desse tipo. Por exemplo, um professor de anatomia, ao fim de uma conferência sobre as cavidades nasais, perguntou se seu auditório havia compreendido o que ele disse, e após geral assentimento prosseguiu: ‘Dificilmente posso acreditar nisso, pois, mesmo em uma cidade com milhões de habitantes, aqueles que entendem das cavidades nasais podem ser contados *em um dedo*... desculpe-me, nos dedos de uma mão.’ A frase abreviada também possui um sentido - a saber, que existe apenas uma pessoa que delas entende.

Contrastando com esses grupos de casos, nos quais a parapraxia por si mesma revela seu sentido, existem outros em que a parapraxia não produz nada que tenha algum sentido próprio, e que, por conseguinte, contrariam nitidamente nossas expectativas. Se alguém deturpa um nome próprio através de um lapso de língua ou agrupa uma série anormal de sons, esses eventos muito comuns, isoladamente considerados, parecem dar uma resposta negativa à nossa pergunta sobre se todas as parapraxias têm alguma espécie de sentido. Um exame mais detido desses exemplos, porém, mostra que essas distorções são facilmente compreendidas e que absolutamente não existe diferença tão grande entre esses casos mais obscuros e os anteriores, mais claros.

Um homem, a quem se perguntou a respeito da saúde de seu cavalo, respondeu: ‘Bem, ele *draut* [uma palavra sem sentido] ... ele *dauert* [vai durar] mais um mês, talvez.’ Quando lhe foi perguntando o que realmente quis dizer, explicou haver pensado que isso era uma ‘*traurige* [triste] história’. A combinação de ‘*dauert*’ e ‘*traurig*’ produziu ‘*draut*’.

Outro homem, falando de uns acontecimentos que condenava, prosseguiu: ‘Mas então, os fatos vieram a *Vorschwein* [palavra não existente, em vez de *Vorschein* (luz)]....’ Respondendo a indagações, confirmou o fato de que havia considerado essas ocorrências ‘*Schweinereien*’ [‘repugnantes’, literalmente ‘porcarias’]. ‘*Vorschein*’ e ‘*Schweinereien*’ combinaram-se para produzir a estranha palavra ‘*Vorschwein*’.

Por certo recordam-se do caso do jovem senhor que perguntou à senhora desconhecida se

ele a podia ‘*begleitdigen*’ [ver em [1]]. Aventuramo-nos a dividir esta forma verbal em ‘*begleiten* [acompanhar]’ e ‘*beleidigen* [insultar]’ e nos sentimos muito certos dessa interpretação, sem precisarmos de qualquer confirmação. Os senhores verão, a partir desses exemplos, que mesmo esses casos mais obscuros de lapsos de língua podem ser explicados por uma convergência, uma ‘*interferência*’ recíproca entre duas elocuições desejadas; as diferenças entre esses casos de lapsos surgem meramente do fato de, em algumas ocasiões, uma intenção tomar completamente o lugar da outra (uma substitui a outra), como nos lapsos de língua que exprimem o contrário; ao passo que, em outras ocasiões, uma intenção se satisfaz distorcendo ou modificando a outra, de modo que se produzem estruturas compostas, que fazem sentido, em maior ou menor grau, por sua própria conta.

Parecemos agora haver desvendado o segredo de grande número de lapsos de língua. Se retivermos na memória essa descoberta, seremos capazes de compreender também outros grupos que até agora se constituíram em enigma para nós. Nos casos de distorção de nomes, por exemplo, não podemos supor que se trate sempre de uma questão de competição entre dois nomes semelhantes, mas diferentes. Não é difícil, no entanto, entrever a segunda intenção. A distorção de um nome ocorre, muito freqüentemente, sem haver lapsos de língua; procura dar ao nome um tom ofensivo ou fazê-lo soar como algo inferior, e é um costume conhecido (ou mau costume) destinado a insultar, que as pessoas civilizadas cedo aprendem a abandonar, porém *relutam* em abandonar. Muitas vezes ainda é permitida como brincadeira, embora brincadeira pouco digna. Como exemplo notório e deselegante dessa forma de distorcer nomes, posso mencionar que, nos dias atuais [da Primeira Guerra Mundial], o nome do presidente da República Francesa, Poincaré, foi transformado em ‘*Schweinskarré*’. Portanto, é plausível supor que a mesma intenção insultuosa esteja presente nesses lapsos de língua e procure encontrar expressão na distorção de um nome. Explicações semelhantes acodem ao espírito, na mesma ordem de coisas, quando se trata de certos exemplos de lapsos de língua com efeitos cômicos ou absurdos. ‘Eu os convido a arrotar [*aufzustoßen*] à saúde de nosso Chefe [ver em [1]].’ Aqui, uma atmosfera de cerimônia é inesperadamente perturbada pela intromissão de uma palavra que evoca uma idéia condenável, e, à maneira de certas frases insultuosas e ofensivas, mal podemos evitar a suspeita de que uma intenção procurava encontrar expressão e estava em violenta contradição com as palavras ostensivamente respeitadas. O que o lapso de língua parece ter estado dizendo era mais ou menos isto: ‘Não acreditem! Isso não é a sério. Pouco me importa esse sujeito!’ Quase a mesma coisa se aplica a lapsos de língua que transformam palavras inocentes em outras, indecentes ou obscenas. Assim, ‘*Apopos*’ em vez de ‘*à propos*’, ou ‘*Eischeissweibchen*’ por ‘*Eiweissweibchen*’. Muitas pessoas, como sabemos, tiram alguma satisfação de um costume como esse de distorcer deliberadamente palavras inocentes em obscenas; tais distorções são vistas como engraçadas, e ao ouvirmos uma delas devemos, de fato, primeiro indagar do interlocutor se a disse intencionalmente, como brincadeira, ou se ela ocorreu como lapso de língua.

Bem, está parecendo como se tivéssemos resolvido o problema das parapraxias, e com bem pouca dificuldade! Não são eventos casuais, porém atos mentais sérios; têm um sentido; surgem da ação concorrente - ou, talvez, da ação de mútua oposição - de duas intenções diferentes. Agora, contudo, vejo também que os senhores estão se preparando para apresentar-me uma avalanche de perguntas e de dúvidas, que terão de ser respondidas e abordadas antes de podermos apreciar esse primeiro resultado de nosso trabalho. Certamente não tenho qualquer desejo de forçar os senhores a decisões apressadas. Vamos tomá-las na devida ordem, uma após outra e dedicar-lhes uma tranqüila atenção.

O que é que os senhores desejam perguntar-me? Penso eu que essa explicação se aplica a *todas* as parapraxias ou apenas a determinado número delas? Pode este mesmo ponto de vista ser estendido aos muitos outros tipos de parapraxias, aos lapsos de leitura, aos lapsos de escrita, ao esquecimento, aos atos descuidados, aos extravios, e assim por diante? Em vista da natureza psíquica das parapraxias, que significação resta aos fatores de fadiga, excitação, distração e interferência na atenção? E mais, é claro que das duas intenções rivalizantes de uma parapraxia uma delas sempre está manifesta, porém a outra, nem sempre. Que fazemos, então, para descobrir essa outra? E, se pensamos tê-la descoberto, como provamos que se trata não apenas de uma intenção provável, mas da única que é a correta para o caso? Existe algo mais que desejam perguntar-me? Se não, vou prosseguir. Os senhores se lembrarão de que não damos muito valor às parapraxias em si mesmas e tudo o que queremos é aprender, partindo de seu estudo, algo que possa resultar em benefício da psicanálise. Por conseguinte, eu lhes apresento esta questão. Que intenções ou que propósitos são esses, capazes de perturbar outros dessa maneira? E quais são as relações entre as intenções que perturbam e as intenções que são perturbadas? Logo, o problema não é resolvido, a menos que recomecemos nosso trabalho.

Assim, pois, em primeiro lugar, é essa a explicação para *todos* os casos de lapsos de língua? Estou muito inclinado a pensar que sim e meu motivo é que, sempre ao se investigar um exemplo de lapso de língua, surge uma explicação desse tipo. No entanto, realmente também não há maneira de provar que um lapso de língua não possa ocorrer sem esse mecanismo. Pode ser assim; mas, teoricamente, é uma questão sem interesse para nós, de vez que permanecem as conclusões que desejamos tirar para nossa introdução à psicanálise, embora - este não é certamente o caso - nossa opinião seja válida apenas para uma minoria dos casos de lapsos de língua. À questão seguinte - saber se podemos estender a outros tipos de parapraxias nosso ponto de vista - responderei de antemão com um 'sim'. Os senhores serão capazes de se convencer disso ao virmos examinar exemplos de lapsos de escrita, de atos descuidados, e outros mais. Por motivos técnicos, porém, sugiro que adiemos essa tarefa até havermos abordado os lapsos de língua de forma ainda mais completa.

Exige-se uma resposta mais detalhada à pergunta sobre que significação resta aos fatores postos em evidência pelos autores mencionados - distúrbios da circulação, fadiga,

excitação, distração e a teoria da perturbação da atenção - se aceitamos o mecanismo psíquico dos lapsos de língua que descrevemos. Observem que não estamos negando esses fatores. Em geral não é muito comum a psicanálise *negar* algo que outras pessoas afirmam; via de regra, ela apenas acrescenta algo novo - embora, sem dúvida, vez e outra sucede esse algo, que até então foi negligenciado e é agora apresentado como um acréscimo novo, ser de fato a essência do assunto. A influência das condições fisiológicas sobre a produção dos lapsos de língua mediante uma ligeira doença, distúrbios da circulação ou estados de exaustão deve ser reconhecida de imediato; a experiência cotidiana e pessoal os convencerá disso. Mas, que pouca coisa elas explicam! Antes de tudo, elas não são precondições necessárias das parapraxias. Lapsos de língua ocorrem, com a mesma possibilidade, em perfeita saúde e em estado normal. Esses fatores somáticos, portanto, apenas servem para facilitar e favorecer o especial mecanismo mental dos lapsos de língua. Certa vez usei de uma analogia para descrever essa relação, e vou repeti-la aqui, porquanto posso supor não haver outra melhor que a substitua. Suponhamos que, numa noite escura, eu fosse a um local ermo e ali fosse atacado por um meliante, que carregasse com meu relógio e minha carteira. Como não visse claramente o rosto do ladrão, faria minha queixa no posto policial mais próximo, com as palavras: 'Isolamento e escuridão roubaram meus pertences.' O funcionário da polícia poderia então dizer-me: 'Pelo que o senhor diz, parece estar adotando injustificadamente uma opinião extremamente esquemática. Seria melhor apresentar os fatos assim: "Valendo-se da escuridão e favorecido pelo isolamento do lugar, um ladrão desconhecido roubou os pertences do senhor.'" Em seu caso, me parece que a tarefa principal é que devemos encontrar o ladrão. Talvez, então, sejamos capazes de recuperar o produto do roubo.'

Esses fatores psicofisiológicos como a excitação, a distração e os distúrbios da atenção muito pouco nos vão ajudar com vistas a uma explicação. Eles são apenas frases vazias, são biombo atrás dos quais não devemos nos sentir impedidos de lançar um olhar. A pergunta deveria ser: o que foi causado pela excitação, pela distração especial da atenção? Ademais, devemos reconhecer a importância da influência dos sons, da semelhança das palavras e das associações habituais suscitadas pelas palavras. Estas facilitam os lapsos de língua por apontarem os caminhos que esses lapsos podem tomar. Contudo, se tenho um caminho aberto diante de mim, esse fato automaticamente decide que eu o tomaria? Preciso de um motivo a mais, antes de me resolver por ele e, além disso, de uma força que me impulsione pelo caminho. Assim, essas relações de sons e palavras constituem também, do mesmo modo como as condições somáticas, exclusivamente coisas que *favorecem* os lapsos de língua e não podem proporcionar a verdadeira explicação para eles. Considerem apenas isso: em uma imensa quantidade de casos meu falar não é perturbado pela circunstância de as palavras, que estou usando, lembrarem outras com som semelhante, de serem intimamente vinculadas a seus contrários, ou de associações correntes delas derivarem. E talvez pudéssemos encontrar uma saída acompanhando o filósofo Wundt, quando diz que os lapsos de língua surgem se, em consequência de exaustão física, a tendência a associar prevalece sobre aquilo que a pessoa tenciona dizer. Seria muito convincente se não fosse contrariado

pela experiência, que mostra que numa série de casos os fatores *somáticos* facilitadores dos lapsos de língua estão ausentes, e que em outra série de casos os fatores *associativos*, que os facilitam, estão igualmente ausentes.

Entretanto, estou particularmente interessado em sua pergunta seguinte: Como se descobrem as duas intenções que se interferem mutuamente? Os senhores provavelmente não percebem como é importante a pergunta. Uma das duas intenções, aquela que é perturbada, naturalmente é inequívoca: a pessoa que comete o lapso de língua conhece-a e a admite. É somente a outra, a intenção que perturba, que pode dar origem à dúvida e à hesitação. Ora, já temos visto, e sem dúvida os senhores não o esqueceram, que em numerosos casos essa outra intenção é igualmente evidente. É indicada pelo *efeito* do lapso, bastando que tenhamos a coragem de reconhecer nesse efeito uma validade própria. Seja o caso do presidente da câmara dos deputados, cujo lapso de língua disse o contrário do tencionado. É claro que desejava abrir a sessão, porém é igualmente claro que também desejava encerrá-la. Isso é tão óbvio que não nos deixa nada por interpretar. Nos outros casos, contudo, nos quais a intenção perturbadora apenas *distorce* a intenção original sem que ela mesma consiga completa expressão, como é que, partindo da distorção, chegamos à intenção perturbadora?

Em um primeiro grupo de casos, isso se faz de maneira bastante simples e segura - com efeito, da mesma maneira como se tem a intenção *perturbada*. Fazemos o interlocutor dar-nos a informação diretamente. Depois do lapso de língua, ele prontamente diz as palavras que originalmente pretendia: ‘*Draut...* não, *dauert* [vai durar] mais um mês, talvez.’ [ver em [1]]. Pois bem, exatamente da mesma forma o fazemos dizer qual a intenção *que perturba*. ‘Por que’, lhe perguntamos, ‘o senhor disse “*draut*”?’ Ele responde: ‘Eu queria dizer “É uma *traurige* [triste] história”.’ De maneira semelhante, em outro caso, em que o lapso de língua era ‘*Vorschwein*’ [ver em [1]], a pessoa confirma o fato de que desejava inicialmente dizer ‘É uma *Schweinerei* [porcaria]’, porém se controlou e saiu-se com outro comentário. Aqui, pois, a intenção que distorce fica estabelecida tão seguramente como aquela que foi distorcida. Minha escolha desses exemplos não foi sem propósito, de vez que sua origem e sua solução não procedem nem de mim nem de meus seguidores. E em ambos esses casos medidas ativas de alguma espécie foram necessárias para se chegar à solução. Foi preciso perguntar ao orador por que cometera o lapso e o que poderia dizer sobre o mesmo. De outro modo, seu lapso poderia ter-lhe passado despercebido, sem desejar explicá-lo. Quando, porém, foi indagado a respeito, deu a explicação com a primeira coisa que lhe ocorreu. E agora, por favor, observem que esse pequeno passo positivo e seu resultado bem-sucedido já são uma psicanálise, e constituem um modelo para todas as investigações psicanalíticas que empreenderemos daqui por diante.

Serei demais desconfiado, porém, se suspeito que, exatamente no momento em que a psicanálise faz seu aparecimento perante os senhores, a resistência a ela desperta, simultaneamente? Não se sentem os senhores inclinados a objetar que a informação dada pela pessoa a quem foi feita a pergunta - a pessoa que cometeu o lapso de língua - não é totalmente conclusiva? Ela estava naturalmente desejosa, pensam os senhores, de atender à solicitação de explicar o lapso, e assim disse a primeira coisa que lhe veio à cabeça e que parecia capaz de fornecer tal explicação. Isso, porém, não é nenhuma prova de que o lapso realmente ocorreu dessa maneira. *Pode* ter sido assim; contudo, também pode ter sucedido de outra forma. E poderia ter-lhe ocorrido mais alguma coisa, que seria também apropriada, ou talvez até mesmo mais bem ajustada.

É estranho quão pouco respeito os senhores, no fundo, têm por um ato psíquico. Imaginem que alguém tivesse empreendido a análise química de determinada substância e encontrado determinado peso para um de seus componentes: tantos e tantos miligramas. Determinadas inferências seriam deduzidas desse peso. Ora, supõem os senhores que alguma vez ocorreria a um químico criticar essas inferências com base no fato de que a substância isolada poderia igualmente ter tido algum outro peso? Todos se curvarão ante o fato de que o peso era esse e nenhum outro, e confiantemente tirarão daí suas ulteriores conclusões. No entanto, quando os senhores se defrontam com o fato psíquico de que determinada coisa ocorreu à mente da pessoa interrogada, não querem admitir a validade do fato: alguma outra coisa poderia ter-lhe ocorrido! Os senhores acalentam a ilusão de haver uma coisa como liberdade psíquica e não querem desistir dela. Lamento dizer que discordo categoricamente dos senhores a este respeito.

Perante isso irão interromper-se, porém apenas para retomar sua resistência em outro ponto. E prosseguirão: ‘Constitui técnica especial da psicanálise, segundo entendemos, tomarem análise as próprias pessoas a fim de obter a solução de seus problemas. [ver em [1], adiante.] Agora tomemos um novo exemplo: aquele em que um orador, convocando a um brinde de homenagem numa ocasião de cerimônia, convidou seus ouvintes a arrotar [*aufzustoßen*] à saúde do chefe [ver em [1]]. O senhor diz [ver em [1] e [2]] que a intenção perturbadora, nesse caso, era uma intenção de insultar: era essa que estava opondo-se à expressão de respeito do orador. É, contudo, mera interpretação da parte do senhor, baseada em observações não relacionadas com o lapso de língua. Se, nesse exemplo, o senhor interrogasse a pessoa responsável pelo lapso, ela não confirmaria a idéia do senhor, de que ela tencionava um insulto; ao contrário, ela repudiaria isso energicamente. Por que, em face desse claro desmentido, não abandona sua improvável interpretação?’

Sim. Os senhores encontraram um argumento poderoso desta vez. Posso imaginar o desconhecido proponente do brinde. Provavelmente é subordinado do chefe do departamento, a quem está sendo feita a homenagem - talvez ele mesmo já seja professor-assistente, um homem jovem, com excelentes projetos de vida. Procuro forçá-lo a admitir que ele pode, não obstante, ter tido uma sensação de que nele havia algo se opondo ao

brinde em honra do chefe. Entretanto, isso me põe em maus lençóis. Ele fica impaciente e, de repente, irrompe: ‘Pare de querer me interrogar, se não, vou ficar grosseiro. O senhor vai arruinar toda a minha carreira com suas suspeitas. Apenas falei “*aufstossen* [arrotar]” em vez de “*anstossen* [brindar]”, porque antes disse “*auf*” duas vezes na mesma frase. É o que Meringer chama de perseveração e não há nada mais para ser interpretado nisso. Está entendendo? *Basta!*’ - Hum! Que reação surpreendente - uma negação realmente enérgica. Vejo que não há nada mais a tratar com o homem. Porém, também constato que ele mostra intenso interesse pessoal em insistir em que sua parapraxia não tem um sentido. Os senhores também podem sentir que existe algo de errado em ele ser assim tão rude com uma indagação puramente teórica. Entretanto pensarão, depois de tudo dito e feito: ele deve saber o que quis e o que não quis dizer.

Mas, será que sabe mesmo? Talvez seja essa ainda a questão.

Agora, porém, julgam que me têm à mercê dos senhores. ‘Então essa é sua técnica’, ouç-os dizer. ‘Quando alguém que cometeu um lapso de língua diz alguma coisa a respeito, que satisfaz ao senhor, o senhor o declara autoridade decisiva e final no assunto. “É ele mesmo quem diz! [ver em [1]]”’. Quando o que ele diz não se ajusta ao livro do senhor, então tudo quanto o senhor diz é que ele não tem importância - não há necessidade de acreditar nele.

Isso é bastante verdadeiro. Mas posso trazer-lhes um exemplo semelhante, no qual ocorre o mesmo espantoso evento. Quando alguém, acusado de um delito, confessa ao juiz sua ação, o juiz acredita em sua confissão; porém, se nega, o juiz não acredita nele. Se fosse de outra forma, não haveria aplicação de justiça, e apesar de erros ocasionais devemos convir em que o sistema funciona.

‘O senhor é um juiz, então? E uma pessoa que cometeu um lapso de língua é trazida à sua presença sob acusação? Quer dizer que cometer um lapso de língua é um delito, não é?’

Talvez não precisemos rejeitar a comparação. Eu, contudo, pedir-lhes-ia observarem que profundas diferenças de opinião atingimos após uma pequena investigação do que pareciam ser esses inocentes problemas concernentes às parapraxias - diferenças que, no momento, não vemos como atenuar. Proponho uma conciliação provisória, com base na analogia entre juiz e réu. Penso que os senhores convirão comigo em que não pode haver dúvida de que a parapraxia tenha um sentido, se a própria pessoa o admite. Em troca, *eu* vou convir em que não podemos chegar a uma prova direta do suspeito sentido, se a pessoa nos recusa informações, e também, naturalmente, se não está em condições de nos fornecer as informações. Portanto, como no caso da aplicação da justiça, somos obrigados a voltar-nos para a prova circunstancial, que pode tornar uma decisão mais fundamentada em alguns casos, e menos, em outros. Nos tribunais de justiça pode ser necessário, por motivos

práticos, considerar um réu culpado com base em provas circunstanciais. Não temos necessidade disso; nem estamos, contudo, também obrigados a prescindir de provas circunstanciais. Seria um erro supor que uma ciência consista inteiramente de teses estritamente comprovadas, e seria injusto exigir isso. Somente uma pessoa inclinada a uma paixão por autoridade fará essa exigência, alguém com um desejo insaciável de substituir seu catecismo religioso por outro, embora científico. A ciência tem apenas algumas poucas proposições apodícticas em seu catecismo: o resto são asserções promovidas por ela a um certo grau de probabilidade. Atualmente, constitui sinal de modo científico de pensamento contentar-se com essas aproximações da certeza e ser capaz de dedicar-se a um trabalho construtivo mais além, apesar da ausência de confirmação final.

No entanto, se a pessoa mesma não nos dá a explicação do sentido de uma parapraxia, onde iremos encontrar os pontos de partida para nossa interpretação - a prova circunstancial? Em diversas direções. Em primeiro lugar, a partir de analogias com fenômenos outros que não as parapraxias: quando, por exemplo, afirmamos que distorcer um nome, isso ocorrendo como lapso de língua, tem o mesmo sentido insultuoso que a deturpação deliberada de um nome. Ademais, também a partir da situação psíquica na qual ocorreu a parapraxia, do caráter da pessoa que comete a parapraxia e das impressões que a pessoa recebeu antes da parapraxia e às quais a parapraxia talvez seja uma reação. O que sucede, via de regra, é a interpretação ser efetuada segundo princípios gerais: começar por onde existe apenas uma suspeita, uma hipótese de interpretação; e então encontramos uma confirmação ao examinarmos a situação psíquica. Às vezes, temos de esperar também por eventos subseqüentes (que, de certa maneira, se anunciaram pela parapraxia) antes de nossa suspeita ser confirmada.

Não posso facilmente dar-lhes ilustrações desse aspecto se me limito ao campo dos lapsos de língua, embora nele mesmo se possa encontrar alguns bons exemplos. O jovem senhor que queria ‘*begleitdigen*’ uma senhora [ver em [1]] certamente era uma personalidade tímida. A mulher, cujo marido podia comer e beber o que *ela* quisesse [ver em [1]], é o que eu conheço como uma dessas enérgicas senhoras que mandam em casa. Ou, então, tomemos o seguinte exemplo: Na assembléia geral do “Concordia” um jovem membro fez um discurso de violenta oposição, no decorrer do qual se referiu à diretoria como ‘*Vorschussmitglieder* [membros do empréstimo]’, uma palavra que parece ter sido formada de ‘*Vorstand* [diretoria]’ e ‘*Ausschuss* [comissão]’. Suspeitaremos de que alguma intenção perturbadora estivesse operando nele, trabalhando contra sua violenta oposição, baseada em algo referente a um empréstimo. E com efeito, soubemos de nosso informante que o orador estava constantemente em dificuldades financeiras, e justamente nessa época se havia inscrito para um empréstimo. A intenção perturbadora podia, por conseguinte, ser substituída pelo pensamento: ‘Modere sua posição, estas são as mesmas pessoas que irão aprovar seu empréstimo.’

Contudo, tenho condições de dar-lhes um extenso conjunto de provas circunstanciais desse tipo se me desloco para o vasto campo das outras parapraxias.

Se alguém esquece um nome próprio que lhe é normalmente familiar, ou se, malgrado todos os seus esforços, acha difícil lembrá-lo, é plausível supor que tenha algo contra a pessoa que usa o nome, de modo que prefere não pensar nela. Considerem, por exemplo, o que aprendemos sobre a situação psíquica em que ocorreu a parapraxia, nos casos que agora examinaremos:

‘Herr Y. apaixonou-se por uma senhora, porém não teve sucesso, e logo depois ela se casou com Herr X. Depois disso, Herr Y., apesar de ter conhecido Herr X. por muito tempo e mesmo ter assuntos de negócios com ele, esquecia seu nome repetidamente, de forma que por diversas vezes tinha de perguntar a outras pessoas qual era o nome, quando precisava corresponder-se com Herr X.’ Herr Y. evidentemente nada queria saber de seu rival mais afortunado: ‘jamais pensar sobre sua existência.’

Ou esse outro: Uma senhora indagou a seu médico sobre notícias de uma conhecida de ambos, porém mencionou-a por seu nome de solteira. Ela havia esquecido o nome de casada de sua amiga. Admitiu, depois, que ficara muito desgostosa com o casamento e se antipatizava com o marido de sua amiga.

Teremos muito a dizer sobre esquecimento de nomes em outros contextos [ver em [1] e seg., adiante]; no momento interessa-nos principalmente a situação psíquica na qual ocorre o esquecimento.

O esquecimento de intenções pode geralmente ser atribuído a uma corrente oposta de pensamento, que reluta em executar a intenção. Essa opinião, porém, não é sustentada apenas por nós, psicanalistas; é opinião geral, aceita por todos em sua vida diária e negada somente quando se torna teoria. Um protetor que dá a seu *protégé* a desculpa de haver esquecido seu pedido, não precisa justificar-se. O *protégé* logo pensa: Não significa nada para ele; é verdade que prometeu, mas na realidade não quer fazê-lo. Por essa razão o esquecimento é interdito em certas circunstâncias da vida comum; a diferença entre a opinião popular e a opinião psicanalítica acerca dessas parapraxias parece haver desaparecido. Imaginem a dona da casa recebendo seu convidado com as palavras: ‘O quê? O senhor veio hoje? Esqueci-me totalmente de havê-lo convidado para hoje.’ Ou imaginem um jovem senhor confessando a sua noiva que ele se esqueceu de comparecer ao último encontro. Ele certamente não o confessará; preferirá inventar de improviso os mais improváveis obstáculos que o impediram de comparecer a tempo e que, depois, o impossibilitaram de avisá-la. Todos sabemos, também, que na vida militar a desculpa de se haver esquecido algo, em nada ajuda, e não constitui proteção contra punição; e certamente todos sentimos que essa conduta se justifica. Aqui de repente todos se unem no pensar que uma determinada

parapraxia tem um sentido e no saber que sentido é esse. Por que não são suficientemente coerentes para estender seu conhecimento às outras parapraxias e admiti-las plenamente? Para essa pergunta existe, naturalmente, também uma resposta.

Visto como os leigos têm tão poucas dúvidas sobre o sentido do esquecimento de intenções, os senhores não ficarão nada surpresos ao encontrarem escritores empregando essa espécie de parapraxia no mesmo sentido. Qualquer um dos senhores que tenha visto ou lido *Caesar and Cleopatra*, de Bernard Shaw, se lembrará de que, na última cena, César, ao deixar o Egito, é perseguido pela idéia de que há alguma coisa mais que tencionara fazer, porém esqueceu. No fim, vem-se a saber o que era: esquecera-se de dizer adeus a Cleópatra. O dramaturgo, mediante esse pequeno expediente engenhoso, procura atribuir ao grande César a superioridade que, na realidade, ele não possui e que jamais desejou. Fontes históricas lhes contarão que César fez Cleópatra acompanhá-lo a Roma, que ela vivia lá com seu pequeno Caesarion quando César foi assassinado, e que ela logo depois fugiu da cidade.

Casos de esquecimento de uma intenção em geral são tão claros que não servem muito a nosso objetivo obter a partir da situação psíquica uma prova circunstancial do sentido de uma parapraxia. Voltemo-nos, portanto, para um tipo de parapraxia especialmente ambíguo e obscuro: a perda e o extravio. Os senhores não terão dúvida em achar inacreditável que nós próprios podemos desempenhar um papel intencional em coisa tão freqüente como o é o doloroso acidente de perder algo. Existem, contudo, numerosas observações semelhantes à que se segue. Um jovem senhor perdeu um lápis de grande valor estimativo para ele. No dia anterior recebera uma carta de seu cunhado, a qual terminava com estas palavras: ‘Não tenho atualmente nem disposição nem tempo para encorajá-lo em sua futilidade e preguiça.’ O lápis, de fato, lhe fora dado pelo mesmo cunhado. Sem essa coincidência não poderíamos, naturalmente, ter afirmado que, nessa perda, um papel foi desempenhado pela intenção de se desfazer do objeto. Casos semelhantes são muito comuns. Perdemos um objeto se nos desentendemos com a pessoa de quem o ganhamos e não queremos nos lembrar dela; ou, então, se não gostamos mais do objeto em si mesmo e queremos uma desculpa para conseguir um outro melhor em seu lugar. A mesma intenção dirigida contra um objeto também, naturalmente, pode ter um desempenho nos casos de deixar cair, de quebrar e de destruir coisas. Podemos considerar obra do acaso quando uma criança em idade escolar, imediatamente antes do aniversário, estraga ou despedaça algum de seus pertences pessoais como sua mochila ou seu relógio?

Sequer qualquer um que já tenha sofrido suficientes vezes o tormento de não poder encontrar algo guardado por ele mesmo, se sentirá inclinado a acreditar que existe um objetivo em extraviar coisas. Não são nada raros os casos em que as circunstâncias concomitantes do extravio indicam uma intenção de se desfazer, temporária ou permanentemente, do objeto.

O que se segue talvez seja o melhor exemplo de tal situação. Um homem ainda bem jovem contou-me o seguinte caso: ‘Há alguns anos havia desentendimentos entre mim e minha esposa. Achava-a muito fria, e embora de bom grado reconhecesse suas excelentes qualidades, convivíamos sem quaisquer sentimentos ternos. Um dia, voltando de uma caminhada, deu-me um livro que havia comprado porque pensou que me interessaria. Agradei-lhe esse gesto de “atenção”, prometi ler o livro e o pus de parte. Depois disso jamais consegui encontrá-lo. Passaram-se meses, durante os quais casualmente eu me lembrava do livro perdido e fazia vãs tentativas de encontrá-lo. Uns seis meses mais tarde minha querida mãe, que não morava conosco, caiu doente. Minha esposa deixou a casa para ir cuidar de sua sogra. A condição da paciente agravou-se e deu à minha mulher uma oportunidade de revelar o melhor lado de si mesma. Uma noite, eu regressava a casa cheio de entusiasmo e gratidão pelo que minha esposa tinha realizado. Aproximei-me de minha escrivaninha, e, sem qualquer intenção definida, embora com uma espécie de certeza de sonâmbulo, abri uma das gavetas. Ali, bem à vista, encontrei o livro que há muito eu extraviara. Com a extinção do motivo o extravio do objeto também cessou.

Senhoras e senhores, poderia multiplicar indefinidamente essa coleção de exemplos; mas não o farei, aqui. De qualquer forma os senhores encontrarão uma profusão de material para estudo das parapraxias em *Psychopathology of Everyday Life* (publicado pela primeira vez em 1901). Todos esses exemplos conduzem ao mesmo resultado: indicam a probabilidade de as parapraxias terem um sentido, e mostram aos senhores como esse sentido é descoberto ou confirmado pelas circunstâncias concomitantes. Hoje serei mais breve, pois adotamos o objetivo limitado de usar o estudo desses fenômenos como auxílio para uma preparação à psicanálise. Há apenas dois grupos de observações nos quais preciso adentrar-me mais completamente neste ponto: as parapraxias acumuladas e combinadas e a confirmação de nossas interpretações por acontecimentos subseqüentes.

As parapraxias acumuladas e combinadas são, sem dúvida, a fina flor de sua espécie. Se estivéssemos apenas interessados em provar que as parapraxias têm um sentido, nos teríamos limitado a elas logo de saída, de vez que em seu caso o sentido é inconfundível até mesmo para um pobre de espírito e se impõe ao julgamento mais crítico. Um acúmulo desses fenômenos revela uma persistência que quase nunca constitui característica de eventos casuais, a qual, porém, se ajusta muito bem a algo intencional. Finalmente, a permutabilidade recíproca entre diferentes espécies de parapraxias demonstra que coisa na parapraxia é importante e característica: não é sua forma nem o método que empregam, mas sim o propósito a que servem, possível de se atingir das mais variadas formas. Por essa razão, fornecer-lhes-ei um exemplo de esquecimento repetido. Ernest Jones [1911, 483] conta-nos que, por motivo que ele desconhece, certa vez deixou por vários dias uma carta sobre sua escrivaninha. Por fim decidiu expedi-la; a carta, porém, retornou a ele pelo Dead Letter Office pois havia se esquecido de sobrescritá-la. Depois de colocado o endereço levou-a ao correio, mas desta vez ela não tinha selo. Então, por fim, foi obrigado a admitir sua completa relutância em enviar a carta.

Em outro caso um ato descuidado aparece combinado com um exemplo de extravio. Uma senhora viajou para Roma com seu cunhado, que era um artista famoso. O visitante foi recebido com grandes honras pela comunidade alemã de Roma e, entre outros presentes, deram-lhe uma antiga medalha de ouro. A senhora ficou agastada porque seu cunhado não apreciou suficientemente o valioso objeto. Quando regressava a sua casa (o lugar onde estava, em Roma, ficou ocupado por sua irmã), ao desfazer as malas ela descobriu que havia trazido a medalha consigo; como, ela não sabia. Imediatamente enviou a seu cunhado uma carta com a notícia informando que no dia seguinte devolveria para Roma o objeto que levava consigo. Porém no dia imediato a medalha foi extraviada de forma tão astuta que não pôde ser encontrada e remetida; e foi nesse ponto que a senhora começou a compreender o significado de sua distração: ela queria guardar o objeto para si mesma.

Já lhes dei um exemplo de combinação de um esquecimento com um erro, o caso de alguém que se esquece de um compromisso e, numa segunda ocasião, aparece na hora errada, tendo antes decidido firmemente não esquecê-lo *desta* vez [ver em [1]]. Um caso exatamente semelhante foi-me referido, de sua própria experiência, por um amigo que possui interesses literários e científicos. ‘Há alguns anos’, contou-me, ‘permiti que me elegessem para a diretoria de certa sociedade literária, pois pensava que a organização algum dia pudesse ser capaz de me ajudar a ter minha peça produzida; e embora sem muito interesse, participei regularmente das reuniões que se realizavam todas as sextas-feiras. Há poucos meses deram-me a promessa de uma produção no teatro de F.; e, desde então, tenho me *esquecido* regularmente das reuniões da sociedade. Ao ler seu livro sobre o assunto senti-me envergonhado de minha negligência. Reprovei-me com a idéia de que distanciar-me era uma conduta indigna de minha parte, de vez que agora eu não estava precisando mais dessas pessoas, e resolvi a qualquer custo não me esquecer da próxima sexta-feira. Persisti em lembrar-me dessa resolução até quando a pus em execução e parei diante da porta da sala onde as reuniões se realizavam. Para minha surpresa, estava fechada; a reunião havia terminado. Eu havia realmente cometido um engano quanto ao dia; era sábado!’

Seria adequado acrescentar outros exemplos semelhantes. Devo prosseguir, contudo, e mostrar-lhes num relance os casos em que nossa interpretação tem de esperar pelo futuro para ser confirmada. A condição dominante nesses casos, como se verificará, é que a situação psíquica presente nos é desconhecida ou inacessível a nossas pesquisas. Nossa interpretação, por conseguinte, não é mais que uma suspeita à qual nós próprios não atribuímos muita importância. Mais tarde, no entanto, sucede algo que nos revela quão acertada fora nossa interpretação. Certa vez fui hóspede de um jovem casal recém-casado e ouvi a jovem senhora descrever, com risos, sua última experiência. No dia após o regresso da lua-de-mel, convidara sua irmã solteira para acompanhá-la às compras, como costumava fazer, enquanto seu marido ia para o trabalho. De repente, reparou em um cavalheiro no outro lado da rua, e, cutucando sua irmã, exclamou: ‘Olha, aí vai Herr L.’ Ela se havia esquecido de que esse cavalheiro era seu marido há algumas semanas. Estremeci quando

ouvi a história, contudo não ousei tirar uma conclusão. O pequeno incidente só acudiu à minha memória alguns anos depois, quando o casamento havia chegado a um triste fim.

Maeder conta-nos de uma senhora que, na véspera de suas núpcias, se esquecera de provar o vestido de casamento e, para desespero de seu costureiro, apenas se lembrou quando já era tarde, à noite. Correlaciona essa negligência com o fato de que ela em breve se divorciava de seu marido. Conheço uma senhora, atualmente divorciada de seu marido, a qual, ao tratar de assuntos de dinheiro, freqüentemente assinava documentos com seu nome de solteira, muitos anos antes de o reassumir de fato. - Sei de outras mulheres que perderam suas alianças de casamento durante a lua-de-mel, e também que a história de seus casamentos conferiu um sentido ao acidente. - E agora, eis mais um exemplo evidente, porém com um final mais feliz. Conta-se essa história de um famoso químico alemão, cujo casamento não se realizou porque ele se esqueceu da hora da cerimônia nupcial, tendo ido ao laboratório em vez de ir à igreja. Foi muito prudente por se haver contentado com uma só tentativa; morreu em avançada idade, solteiro.

Talvez possa ter ocorrido aos senhores a idéia de que, nesses exemplos, as parapraxias assumiram o lugar dos presságios ou dos augúrios dos antigos. E, com efeito, alguns presságios nada mais eram que parapraxias, como, por exemplo, quando alguém tropeçava ou caía. Outros, é verdade, tinham o caráter de acontecimentos objetivos e não de atos subjetivos. Os senhores, contudo, dificilmente acreditariam quão difícil, às vezes, é decidir se determinado evento pertence a um ou a outro grupo. Um ato muito amiúde sabe como se disfarçar como uma experiência passiva.

Aqueles dentre nós que podem recordar uma experiência de vida comparativamente longa, provavelmente admitirão que nos teríamos poupado muitos desapontamentos e surpresas dolorosas se tivéssemos encontrado coragem e determinação para interpretar como augúrios pequenas parapraxias experimentadas em nossos contatos humanos, e para fazer uso delas como indícios de intenções que ainda estavam ocultas. Via de regra, não ousamos fazê-lo; isso nos levaria a sentir-nos como se, após uma jornada através da ciência, estivéssemos ficando supersticiosos novamente. Nem todos os augúrios se realizam e os senhores compreenderão, a partir de nossas teorias, que nem todos precisam realizar-se.

CONFERÊNCIA IV - PARAPRAXIAS (*conclusão*)

SENHORAS E SENHORES:

Podemos considerar como resultado de nossos esforços até agora desenvolvidos e como base de nossas posteriores investigações o fato de as parapraxias terem um sentido. Permitam-me mais uma vez insistir em que não estou afirmando - para nossos objetivos não há necessidade de fazê-lo - que toda parapraxia que ocorre individualmente tem um sentido, embora eu pense que provavelmente seja esse o caso. Já nos satisfaz mostrarmos esse sentido em um número relativamente freqüente de diferentes formas de parapraxias. Ademais, a esse respeito as diferentes formas aqui mencionadas se comportam de modo diverso. Casos de lapsos de língua e de lapsos de escrita, e outros, podem ocorrer mediante uma causa puramente fisiológica. Não posso acreditar que isso ocorra nos tipos que dependem de *esquecimento* (esquecimento de nomes ou de intenções, extravios, etc.). É muito provável haver casos de perda que podem ser considerados como não-intencionados. De um modo geral, é verdade que apenas uma parcela dos erros que ocorrem na vida comum, pode ser julgada segundo nosso ponto de vista. Os senhores devem ter em mente essas limitações quando, de ora em diante, dermos por estabelecido o fato de que as parapraxias são atos psíquicos e surgem de mútua interferência entre duas intenções.

Esse é o primeiro produto da psicanálise. A psicologia, até o momento atual, nada sabia da existência dessas interferências recíprocas ou da possibilidade de que pudessem resultar em tais fenômenos. Ampliamos consideravelmente o mundo dos fenômenos psíquicos e conquistamos para a psicologia fenômenos que anteriormente não eram nele incluídos.

Façamos uma pausa mais detida sobre a afirmação de que as parapraxias são ‘atos psíquicos’. Será que isso envolve uma coisa além daquilo que já dissemos: que elas possuem um sentido? Penso que não. Penso, antes, que a afirmação anterior [de que são atos psíquicos] é mais indefinida e mais facilmente passível de compreensão errônea. Tudo o que é observável na vida mental pode ocasionalmente ser descrito como fenômeno mental. A questão, nesse caso, é saber se o fenômeno mental específico teve origem imediata em influências somáticas, orgânicas e materiais - e, assim, sua investigação não fará parte da psicologia - ou se ele, em primeira instância, deriva de outros processos mentais, em alguma parte além daquela onde começa a série das influências orgânicas. É essa última situação que temos em vista quando descrevemos um fenômeno como processo mental, sendo por isso mais adequado encerrar nossa afirmação desta forma: ‘o fenômeno tem um sentido’. Por ‘sentido’ entendemos ‘significação’, ‘intenção’, ‘propósito’ e ‘posição em um contexto psíquico contínuo’. [ver em [1]]

Existem inúmeros outros fenômenos muito semelhantes às parapraxias; para eles, porém, esse nome não mais se ajusta. Nós os denominamos ações casuais e ações sintomáticas. Estas possuem igualmente a peculiaridade de não ter motivo, serem insignificantes e não importantes; contudo, têm um acréscimo, explicitamente o de serem desnecessárias. Distinguem-se das parapraxias porque lhes falta uma segunda intenção capaz de lhes fazer oposição e de ser perturbada por elas. Por outro lado, elas se confundem insensivelmente com os gestos e movimentos que consideramos expressões das emoções. Essas ações

casuais incluem toda classe de manipulações com nossas roupas ou com partes de nosso corpo ou com objetos ao nosso alcance, executadas como que por brincadeira e aparentemente sem finalidade, e incluem, ademais, a omissão dessas manipulações; ou, além disso, melodias que murmuramos para nós mesmos. Penso que todos esses fenômenos têm um sentido e podem ser interpretados da mesma forma como as parapraxias, que eles são pequenas indicações de processos mentais mais importantes e atos psíquicos inteiramente válidos. Não me proponho, contudo, demorar-me sobre essa recente expansão do campo dos fenômenos mentais; voltarei às parapraxias, em relação às quais importantes problemas para a psicanálise podem ser equacionados com muito maior clareza.

Talvez sejam essas as questões mais interessantes que levantamos a respeito das parapraxias e que ainda não foram respondidas. Dissemos serem as parapraxias o produto de mútua interferência entre duas intenções diferentes, das quais uma pode ser chamada de intenção perturbada e a outra, intenção perturbadora. As intenções perturbadas não ensejam outras questões, porém no que se refere às intenções perturbadoras gostaríamos de saber: em primeiro lugar, que espécie de intenções são essas capazes de perturbar outras, e, em segundo lugar, qual é a relação das intenções perturbadoras com as perturbadas?

Se me permitem, mais uma vez tomarei lapsos de língua como representantes da classe inteira, e responderei à segunda questão antes de responder à primeira.

Em um lapso de língua a intenção perturbadora pode, em seu conteúdo, custar relacionada à intenção perturbada, caso em que ela a contradiz, corrige ou suplementa. Ou então - caso esse mais obscuro e mais interessante - o conteúdo da intenção perturbadora pode não ter nada a ver com o conteúdo da intenção perturbada.

Não teremos qualquer dificuldade em encontrar provas da relação citada em primeiro lugar, em exemplos que já conhecemos e em outros parecidos. Em quase todos os casos nos quais um lapso de língua inverte o sentido, a intenção perturbadora expressa o contrário da intenção perturbada, e a parapraxia representa um conflito entre duas tendências incompatíveis. ‘Declaro aberta a sessão, porém preferiria que já estivesse encerrada’ é o sentido do lapso de língua do presidente [ver em [1]]. Uma revista política, acusada de corrupção, se defende em um artigo cujo clímax deveria ter sido: ‘Nossos leitores serão testemunhas do fato de que sempre agimos da maneira mais *desinteressada*, pelo bem da comunidade.’ O editor a quem fora confiada a preparação do artigo, porém, escreveu ‘da maneira mais *interesseira*’. Quer dizer, ele estava pensando: ‘Isso é o que estou obrigado a escrever; porém, tenho idéias diferentes.’ Um membro do parlamento [alemão], que insistia em que se devia dizer a verdade ao imperador ‘*rückhaltlos* [sem reservas]’, evidentemente ouviu uma voz interior, sobressaltada com sua ousadia e, por um lapso de língua, mudou a palavra para ‘*rückgratlos* [sem espinha dorsal, sem coragem]’.

Nos exemplos já conhecidos dos senhores, os quais dão uma impressão de serem contrações ou abreviações, o que temos diante de nós são correções, acréscimos ou continuações, por meio dos quais uma segunda intenção se faz sentir ao lado da primeira. ‘Os fatos vieram a *Vorschein* [a luz] - melhor dizer de uma vez: eram *Schweinereien* [porcarias]; pois bem, então os fatos vieram a *Vorschwein* [ver em [1]].’ ‘Os que entendem disso podem ser contados *nos dedos de uma mão* - não, existe realmente apenas *uma* pessoa que entende disso: portanto, pode ser contada em *um só dedo* [ver em [1]].’ Ou: ‘Meu marido pode comer e beber o que quer. Mas, como sabem, eu não me submeto à sua vontade em nada, absolutamente; então: ele pode comer e beber o que eu quero [ver em [1]].’ Em todos esses casos o lapso de língua surge, pois, do conteúdo da própria intenção perturbada ou está em conexão com ela.

A outra espécie de relação entre as duas intenções mutuamente interferentes parece enigmática. Se a intenção perturbadora não tem nada a ver com a intenção perturbada, de onde pode ter-se originado e por que se faz notar como uma perturbação nesse determinado ponto? A observação, que por si só é capaz de dar-nos a resposta para isso, mostra que a perturbação surge de uma seqüência de idéias que pouco antes se apossou da pessoa referida, e produz esse efeito subsequente havendo ou não já sido expressa no discurso. Portanto, na realidade deve ser descrita como uma perseveração, embora não necessariamente como a perseveração das palavras faladas. Também nesse caso está presente um elo associativo entre as intenções perturbadora e perturbada, porém não é situado em seu conteúdo, e sim construído artificialmente, muitas vezes através de vias associativas extremamente tortuosas. Aqui está um exemplo simples desse aspecto, derivado de minha própria experiência. Certa vez encontrei nas aprazíveis Dolomitas duas senhoras vienenses vestidas em trajes de passeio. Acompanhei-as parte do caminho e conversamos sobre as delícias e, também, as atribulações de passar um feriado daquela maneira. Uma das senhoras admitiu que passar assim o dia tinha como consequência uma boa dose de desconforto. ‘Certamente, não é de todo agradável’, dizia, ‘quando se esteve o dia inteiro perambulando ao sol e transpirando até pela blusa e a camisa.’ Nesta frase, ela teve de vencer uma leve hesitação em determinado ponto. E prosseguiu: ‘Mas então, quando se vai “nach *Hose*” e se pode mudar....’ Esse lapso de língua não foi analisado, contudo espero que possam compreendê-lo facilmente. A intenção da senhora fora obviamente a de dar uma lista mais completa de suas roupas: blusa, camisa e *Hose* [calças]. Razões de decoro levaram-na a omitir qualquer menção às ‘*Hose*’. Porém na frase seguinte, com seu conteúdo bastante independente, a palavra não dita emergiu como uma distorção da outra de som semelhante, ‘nach *Hause* [para casa]’.

Agora, porém, podemos voltar à questão principal, que por muito tempo adiamos: que espécie de intenções são essas, que encontram expressão nessa forma incomum como perturbadoras de outras intenções? Bem, evidentemente elas são de espécies muito

diferentes, entre as quais devemos procurar o fator comum. Com isso em mente, se examinarmos determinado número de exemplos, esses logo se enquadrarão em três grupos. O primeiro grupo contém aqueles casos nos quais a intenção perturbadora é do conhecimento de quem fala e, além disso, foi por este percebida antes de cometer o lapso de língua. Assim, no lapso do ‘*Vorschwein*’ [ver em [1]] a pessoa que falava admitiu não somente haver feito o julgamento ‘*Schweinereien*’ sobre os fatos em questão, mas também admitiu que tivera a intenção, da qual depois recuou, de expressar seu julgamento em palavras. Um segundo grupo é formado por outros casos nos quais a intenção perturbadora é igualmente reconhecida como tal pela pessoa que fala; porém, nestes casos, a pessoa não se apercebia de que a intenção estava atuando dentro dela tão logo acabou de cometer o lapso. Desse modo, ela aceita nossa interpretação de seu lapso; ainda assim, permanece surpresa com o mesmo. Exemplos desse tipo de atitude talvez possam ser encontrados em outras espécies de parapraxias, mais facilmente do que nos lapsos de língua. Em um terceiro grupo, a interpretação da intenção perturbadora é vigorosamente rejeitada por aquele que incorreu no lapso; não apenas nega que essa intenção estava atuante nele antes de cometer o lapso, mas procura sustentar a afirmação de que tal intenção lhe é inteiramente estranha. Recordam-se do exemplo do ‘aroto’ [ver em [1] e [2]] e da vigorosa contestação que me foi apresentada pelo orador, pelo fato de eu revelar sua intenção perturbadora. Como os senhores sabem, até agora, em nossas opiniões, ainda não chegamos a um acordo a respeito desses casos. Eu não daria maior importância à contestação formulada pelo proponente do brinde e persistiria serenamente em minha interpretação, ao passo que *os senhores*; suponho, ainda afetados pelo protesto daqueles, levantam a questão de saber se não deveríamos desistir de interpretar parapraxias dessa espécie e considerá-las como atos puramente fisiológicos, no sentido pré-analítico. Bem posso imaginar que coisa os intimida. Minha interpretação abriga a hipótese de que, quando uma pessoa fala, podem ser expressas intenções das quais ela própria nada sabe e que eu, contudo, posso inferir a partir de provas circunstanciais. Os senhores se detêm ao arrostar essa hipótese nova e momentosa. Posso entender isso e lhes dou razão nesse ponto. No entanto, uma coisa é certa. Se os senhores querem aplicar coerentemente a compreensão das parapraxias, confirmada por tantos exemplos, terão de se decidir a aceitar a estranha hipótese que mencionei. Caso não possam fazê-lo, mais uma vez precisarão abandonar o entendimento das parapraxias, que os senhores vêm de adquirir.

Consideremos, por um momento, que coisa é essa que une os três grupos, o que é aquilo que os três mecanismos dos lapsos de língua têm em comum. Isso, felizmente, é um fato inequívoco. Nos dois primeiros grupos, a intenção perturbadora é reconhecida pela pessoa que comete o lapso; ademais, no primeiro grupo essa intenção se revela imediatamente antes do lapso. Porém, em ambos os casos, *ela é repelida. O orador decide não expressá-la verbalmente e, após isso, ocorre o lapso de língua: após isso, quer dizer, que a intenção, que foi repelida, é expressa em palavras, contra a vontade de quem fala, seja alterando a expressão da intenção permitida, seja confundindo-se com essa expressão, ou realmente*

tomando seu lugar. Este é, pois, o mecanismo do lapso de língua.

Em minha opinião, posso fazer com que aquilo que acontece no terceiro grupo se harmonize completamente com o mecanismo que descrevi. Apenas tenho de supor ser o diferente grau em que a intenção é repelida, aquilo que distingue esses três grupos um dos outros. No primeiro grupo a intenção existe e se faz notar antes de o orador expressá-la; só então é rejeitada; e faz sua desforra no lapso de língua. No segundo grupo a rejeição vai além: a intenção já deixou de ser perceptível antes de a pessoa expressá-la no lapso. De modo muito estranho, isso absolutamente não impede que ela tenha sua parte na causa do lapso. Essa conduta, porém, nos facilita a explicação do que acontece no terceiro grupo. Eu me aventuraria a supor que uma intenção também possa conseguir expressar-se em uma parapraxia quando foi repelida e não foi percebida durante um tempo considerável, talvez por um tempo muito longo: e pode, por essa razão, ser negada francamente pelo orador. Conquanto os senhores ponham de lado o problema do terceiro grupo, não podem deixar de concluir, a partir das observações que fizemos nos outros casos, que *a supressão da intenção de alguém que fala, de dizer algo, é a condição indispensável para que ocorra um lapso de língua.*

Agora podemos pretender haveremos feito maiores progressos em nossa compreensão das parapraxias. Sabemos não apenas que elas são atos mentais nos quais podemos detectar sentido e intenção, sabemos não apenas que acontecem por mútua interferência entre duas intenções diferentes; porém, além disso, sabemos que uma dessas intenções deve ter sido, de alguma forma, coagida a não ser posta em execução antes de poder manifestar-se como uma perturbação da outra intenção. Deve ter sido perturbada, antes de poder ser um elemento perturbador. Isso não significa, naturalmente, que já tenhamos conseguido uma completa explicação dos fenômenos que denominamos parapraxias. Vemos aflorarem imediatamente novas interrogações, e geralmente suspeitamos que, quanto mais se estende nossa compreensão, mais ocasiões haverá para surgirem novas questões. Podemos perguntar, por exemplo, da razão por que as coisas não poderiam ser mais simples. Se o propósito é repelir determinada intenção, em vez de colocá-la em execução, o ato de repelir deveria ser bem-sucedido, de modo que a intenção absolutamente não se manifestasse; ou, por outro lado, a repulsa poderia falhar, de forma que a intenção que devia ter sido repelida se manifestaria completamente. As parapraxias, porém, são o resultado de um acordo: constituem um meio-êxito e um meio-fracasso para cada uma das duas intenções; a intenção que está sendo desafiada não é completamente suprimida, salvo em casos especiais, nem é levada a cabo em sua íntegra. Podemos concluir que determinadas condições especiais devem prevalecer para que uma interferência ou ajuste desse tipo aconteçam; no entanto, não podemos formar nenhuma idéia sobre que condições são essas. E não penso que poderíamos descobrir esses fatores desconhecidos penetrando mais a fundo no estudo das parapraxias. Será necessário, isto sim, examinar primeiramente outras regiões obscuras da vida mental: somente a partir das analogias que aí obtivermos, encontraremos a coragem de estabelecer as hipóteses necessárias para lançar uma luz mais penetrante sobre as parapraxias. E acrescento mais uma coisa. Trabalhar com base em pequenos indícios, como constantemente temos o hábito de fazer nessa área, tem seus próprios perigos. Existe uma doença mental, a ‘paranóia

combinatória’, na qual a exploração de pequenos indícios como esses é levada a graus ilimitados; e, naturalmente, não pretendo afirmar que as conclusões construídas sobre tais fundamentos sejam invariavelmente corretas. Podemos tão-somente nos precaver desses riscos pela ampla base de nossas observações, pela repetição de impressões semelhantes originárias das mais variadas esferas da vida mental.

Nesse ponto, portanto, vamos abandonar a análise das parapraxias. Existe, contudo, mais um ponto para o qual chamaria a atenção dos senhores. Eu lhes pediria que fixassem na memória, como um modelo, a maneira como temos tratado esses fenômenos. Os senhores podem aprender desse exemplo quais os objetivos de nossa psicologia. Buscamos não apenas descrever e classificar fenômenos, mas entendê-los como sinais de uma ação recíproca de forças na mente, como manifestação de intenções com finalidade, trabalhando concorrentemente ou em oposição recíproca. Interessa-nos uma *visão dinâmica* dos fenômenos mentais. Em nossa opinião, os fenômenos que são percebidos devem ceder lugar, em importância, a tendências que são apenas hipotéticas.

Por conseguinte, não nos aprofundaremos mais nas parapraxias; contudo, ainda podemos realizar um rápido reconhecimento da extensão dessa área, no decorrer do qual mais uma vez encontramos coisas que já conhecemos, mas que também revelarão algumas novidades. Nesse reconhecimento, mantereí a divisão em três grupos que propus inicialmente: lapsos de língua reunidos, com suas formas cognatas (lapsos de escrita, lapsos de leitura e lapsos de audição); esquecimento, subdividido segundo os objetos de esquecimento (nomes próprios, palavras estrangeiras, intenções e impressões); e atos descuidados, extravio e perda. Os erros, no aspecto que nos interessa, situam-se, em parte, entre os esquecimentos e, em parte, nos atos descuidados.

Já abordamos bastante detalhadamente os lapsos de língua, contudo existem mais alguns pontos a acrescentar. Os *lapsos de língua* são acompanhados por determinados fenômenos emocionais menores, não de todo destituídos de interesse. Ninguém aprecia cometer lapsos de língua e assiduamente deixamos de ouvir nossos próprios lapsos, embora jamais deixemos de ouvir os de outras pessoas. Os lapsos de língua também são, em certo sentido, contagiosos; absolutamente não é fácil falar sobre lapsos de língua sem cometer alguns lapsos de língua próprios. As formas mais triviais desses lapsos, precisamente aquelas não consignadas a projetar uma luz especial sobre os processos mentais ocultos, possuem razões que, não obstante, não são difíceis de discernir. Por exemplo, se alguém pronunciou com emissão breve uma vogal longa, em virtude de um distúrbio que afeta a palavra por uma ou outra razão, logo após pronunciará como longa uma vogal subsequente breve, cometendo assim um novo lapso de língua para compensar o anterior. Da mesma forma, se a pessoa pronuncia um ditongo incorreto e descuidadamente (por exemplo, pronunciar um ‘eu’ ou ‘i’ como ‘ei’), procurará compensar isso trocando um ‘ei’ subsequente por um ‘eu’ ou ‘oi’. Aqui, o fator decisivo parece ser uma consideração para com a impressão causada nos

ouvintes; estes não deveriam supor que, para o orador, é indiferente a maneira como trata sua língua-mãe. A segunda distorção, a que compensa a primeira, realmente tem o propósito de dirigir a atenção do ouvinte para a primeira e de lhe assegurar que o orador também a percebeu. Os lapsos de língua mais comuns, simples e triviais são contrações e antecipações [ver em [1] e [2]] ocorrentes em partes insignificantes do falar. Por exemplo, em uma frase um tanto longa pode-se cometer um lapso de língua que antecipa a última palavra do que se pretende dizer. Isso causa uma impressão de impaciência por ver terminada a frase, e em geral constitui evidência de uma certa antipatia contra o ato de comunicar a frase, ou contra o todo do comentário que se está fazendo. Chegamos, assim, a casos marginais em que as diferenças entre a opinião psicanalítica a respeito de lapsos de língua e a opinião fisiológica comum se fundem uma na outra. É de supor que, nestes casos, esteja presente um propósito de perturbar a intenção do discurso, porém tal propósito apenas consegue fazer notar sua presença e não aquilo a que ele próprio visa. A perturbação que ele produz se faz então segundo certas influências fonéticas ou atrações associativas; pode ser considerada resultado de a atenção ter sido desviada da intenção do discurso. Contudo, nem essa perturbação da atenção nem as tendências à associação que se tornaram atuantes, atingem a essência do processo. Este, apesar de tudo, se mantém como a indicação da existência de uma intenção que é perturbadora da intenção do discurso, embora a *natureza* dessa intenção perturbadora não possa ser avaliada a partir de suas conseqüências, conforme é possível fazê-lo em todos os casos de lapsos de língua mais bem definidos.

Os *lapsos de escrita*, aos quais passaremos agora, são tão afins dos lapsos de língua, que nada de novo podemos esperar deles. Talvez possamos acrescentar algum pequeno ponto adicional. Os pequenos lapsos de escrita, extremamente comuns, contrações e antecipações de palavras que deveriam vir depois (especialmente de palavras do fim de frases) indicam, mais uma vez, um desprazer geral de escrever e impaciência por ver o trabalho terminado. Determinados produtos mais marcantes de lapsos de escrita possibilitam reconhecer a natureza e o objetivo da intenção perturbadora. Ao encontrar um lapso de escrita em uma carta, sabe-se geralmente que havia algo de diferente com seu autor, porém não se pode sempre descobrir o que se passava com ele. Um lapso de escrita passa despercebido da pessoa responsável, com a mesma freqüência com que sucede com os lapsos de língua. A seguinte observação é digna de nota. Como sabemos, há pessoas que tem o hábito de reler todas as cartas que escrevem, antes de enviá-las. Outras, não, via de regra; porém, quando excepcionalmente o fazem, sempre encontram alguns lapsos de escrita que chamam a atenção e que elas podem corrigir, então. Como se explica isso? É como se essas pessoas soubessem que haviam cometido um erro ao escrever a carta. Podemos realmente acreditar nesse fato?

Um problema interessante diz respeito à importância *prática* dos lapsos de escrita. Os senhores certamente podem recordar o caso de um assassino, H., que encontrou os meios de obter de instituições científicas culturas de bactérias patogênicas altamente perigosas, apresentando-se como bacteriologista. Usou, então, essas culturas com a finalidade de se

desfazer de suas ligações próximas através desse método moderníssimo. Ora, certa ocasião esse homem se queixou aos diretores de um desses institutos que as culturas a ele enviadas eram ineficazes; porém cometeu um lapso de escrita e, em vez de escrever ‘em meus experimentos com camundongos ou porquinhos-da-índia’, escreveu muito claramente ‘em meus experimentos com homens’. Os cientistas do instituto ficaram chocados com o lapso, contudo, pelo que sei, daí não tiraram qualquer conclusão. Pois bem, o que pensam os senhores? Não deveriam os cientistas, pelo contrário, ter tomado o lapso de escrita como uma confissão e iniciado uma investigação que teria posto um fim imediato às atividades do assassino? Por ignorarem nossas opiniões sobre parapraxias, não foram responsáveis, nesse caso, por uma omissão de importância prática? Ora, penso que um lapso de escrita como esse deveras me pareceria muito suspeito; porém algo de grande importância se opõe a que seja qualificado como confissão. O assunto não é tão simples assim. O lapso certamente era uma prova circunstancial; mas não era suficiente, por si mesmo, para dar início a uma investigação. É verdade que o lapso de escrita disse que ele estava ocupado com idéias de infectar pessoas, entretanto não tornou possível decidir se essas idéias deveriam ser tomadas como clara intenção de causar dano ou como uma fantasia sem importância prática. É mesmo possível que um homem que tivesse cometido um lapso como esse, teria todas as justificativas objetivas para negar a fantasia, e a repudiaria como algo inteiramente estranho para ele. Os senhores compreenderão ainda melhor essas possibilidades quando, mais adiante, viermos a considerar a diferença entre realidade psíquica e material. Assim, esse é mais um exemplo de parapraxia que adquire importância a partir de eventos subseqüentes [ver em [1] e seg., acima.]

Com *os lapsos de leitura* chegamos a uma situação psíquica que difere sensivelmente daquela encontrada em lapsos de língua ou em lapsos de escrita. Aqui, uma das duas intenções em mútua competição é substituída por uma estimulação sensorial e, talvez por isso, resiste menos. O que a pessoa vai ler não é um derivado de sua própria vida mental, como algo que se propõe escrever. Em grande número de casos, portanto, um lapso de leitura consiste em uma substituição completa. Substitui-se por outra a palavra que deve ser lida, sem haver necessariamente qualquer conexão de conteúdo entre o texto e o produto do lapso de leitura, o qual depende, via de regra, de semelhança verbal. O melhor exemplo desse grupo é o de Lichtenberg, ‘*Agamemnon*’ por ‘*angenommen*’ [ver em [1], acima]. Se quisermos descobrir a intenção perturbadora que produziu o lapso de leitura, devemos deixar inteiramente de lado o texto que foi lido erroneamente, e podemos começar a investigação analítica com duas perguntas: qual é a primeira associação ao produto do lapso de leitura? e em que situação ocorreu o lapso de leitura? Às vezes o conhecimento dessa situação é, por si só, suficiente para explicar o lapso de leitura. Por exemplo, um homem, sob a pressão de uma necessidade urgente, vagava por uma cidade estranha quando viu a palavra ‘*Closet-House*’ numa grande tabuleta, no primeiro andar de um prédio. Mal teve tempo suficiente para se surpreender com o fato de a tabuleta estar colocada tão alta, quando descobriu que, estritamente falando, o que devia ter lido era ‘*Corset-House*’. Em outros casos, um lapso de leitura, precisamente do tipo que é muito independente do conteúdo do

texto, requer uma análise detalhada, impossível de se efetuar sem a prática da técnica de psicanálise e sem seu apoio. Como regra, entretanto, não é tão árduo encontrar a explicação para um lapso de leitura: a palavra substituída imediatamente revela, como no exemplo Agamemnon, o círculo de idéias do qual surgiu a perturbação. Na atual época de guerra, por exemplo, é coisa muito comum os nomes de cidades e de generais, e de termos militares, que estão constantemente zumbindo à nossa volta, serem lidos onde quer que nossos olhos encontrem palavras semelhantes. Tudo aquilo que nos interessa e nos preocupa se põe no lugar do que é estranho e ainda destituído de interesse. Imagens residuais de pensamentos [anteriores] perturbam novas percepções.

Com os lapsos de leitura, também, não faltam os casos de outra espécie, nos quais o texto daquilo que se lê desperta por si mesmo a intenção perturbadora, a qual de imediato o transforma em seu contrário. O que devíamos ler era alguma coisa de indesejado, e a análise nos convencerá de que um intenso desejo de rejeitar o que estávamos lendo deve ter sido responsável por sua alteração.

Nos casos mais freqüentes de lapsos de leitura, que mencionamos no início, inexistiam os dois fatores aos quais consignamos um importante papel no mecanismo das parapraxias: o conflito entre dois propósitos, e a repulsa a um deles, que faz sua represália produzindo a parapraxia. Não que algo em contrário ocorra no lapso de leitura. A proeminência da idéia que leva ao lapso de leitura é, contudo, muito mais perceptível do que a repulsa que essa idéia pode ter percebido previamente.

São esses dois fatores os que encontramos com mais evidência nas diferentes situações em que ocorrem parapraxias de esquecimento. O *esquecimento de intenções* é bem livre de ambigüidades, como já vimos [ver em [1]], sua interpretação não é objeto de controvérsias, nem mesmo por parte de leigos. O propósito que perturba a intenção é, em todos os casos, uma contra-intenção, uma relutância; e tudo o que nos resta saber a seu respeito é por que ele não se expressou em alguma forma diversa e menos disfarçada. No entanto, a presença dessa contravontade é inquestionável. Vez e outra também conseguimos entrever algo dos motivos que compelem essa contravontade a ocultar-se; agindo subrepticamente por intermédio da parapraxia, ela sempre atinge seu objetivo, ao passo que seria seguramente repudiada se emergisse como franca oposição. Se alguma importante modificação na situação psíquica se realiza entre a formação da intenção e sua execução, em conseqüência do que não mais existe a cogitação de executar a intenção, então o esquecimento da intenção se exclui da categoria das parapraxias. Já não parece mais estranho havê-la esquecido e nos apercebemos de que teria sido desnecessário lembrarmo-nos dessa intenção; depois disso ela se extingue em forma permanente ou temporária. O esquecimento de uma intenção somente pode ser denominado parapraxia quando não pudermos acreditar que a intenção tenha sido interrompida desse último modo.

Os casos de esquecimento de uma intenção geralmente são tão uniformes e tão evidentes que, por essa mesma razão não interessam à nossa investigação. Assim mesmo, existem dois pontos em que algo de novo podemos aprender a partir de um estudo dessas parapraxias. O esquecimento de uma intenção - isto é a omissão de executá-la - revela, como dissemos, uma contravontade que lhe é hostil. Sem dúvida, esse fato procede; nossas investigações, porém, mostram que a contravontade pode ser de dois tipos: direto e indireto. O que dou a entender com este último é ilustrado mais adequadamente com um ou dois exemplos. Se um benfeitor se esquece de interceder junto a uma terceira pessoa em benefício de seu *protégé*, isso pode acontecer porque não está realmente muito interessado *no protégé* e, portanto, não tem grande desejo de falar em benefício deste. De qualquer forma, é esse o modo como o *protégé* entenderá o esquecimento de seu protetor [ver em [1]]. Contudo, as coisas podem ser mais complexas. No protetor a contravontade, opondo-se à execução da intenção, pode ter outra origem e pode ser voltada em direção a um ponto bem diferente. Pode não ter nada a ver com o *protégé*, mas, talvez, pode ser dirigida contra a terceira pessoa junto a quem a recomendação devia ter sido feita. Assim, a partir disso os senhores mais uma vez verificam [ver em [1]] as dúvidas que se erguem como obstáculo a uma aplicação prática de nossas interpretações. Apesar da interpretação correta do esquecimento, o *protégé* corre o risco de ser demasiado desconfiado e de fazer grave injustiça ao seu protetor. Ou, suponhamos que alguém se esqueça de um compromisso que prometeu manter com alguma outra pessoa; a razão mais freqüente para isso será, sem dúvida, uma franca rejeição ao encontro com essa pessoa. Contudo, em um caso assim a análise poderia demonstrar que a intenção perturbadora não se referiu a essa pessoa, mas estava dirigida contra o lugar planejado para o encontro, e foi evitado por conta de uma lembrança desagradável referente ao lugar. Ou, ainda, se alguém se esquece de pôr uma carta no correio, o contrapropósito pode basear-se no conteúdo da carta; de modo algum, porém, se exclui a hipótese de a carta poder ser inocente em si mesma e poder apenas estar sujeita ao contrapropósito, de vez que algo referente a ela faz lembrar uma outra carta, escrita em alguma ocasião anterior, que ofereceu à contravontade um ponto direto de ataque. Pode-se dizer, portanto, que aqui a contravontade foi transferida da carta anterior que a justificou, à carta atual, em relação à qual não havia motivos de preocupação. Os senhores verificam, então, que devemos ser moderados e previdentes ao aplicar nossas interpretações, e isso se justifica: as coisas que são psicologicamente equivalentes podem, na prática, ter grande variedade de significados.

Fenômenos como esses últimos podem parecer muito inusitados para os senhores, e, talvez, se inclinarão a supor que uma contravontade indireta já indica tratar-se de um processo patológico. Posso assegurar-lhes, contudo, que ela ocorre também dentro dos limites do que é normal e sadio. Ademais, não devem me interpretar mal. Estou longe de admitir que nossas interpretações analíticas sejam indignas de confiança. As ambigüidades no esquecimento de intenções, que venho mencionando, existem apenas enquanto não tenhamos feito uma análise do caso e apenas quando fazemos nossas interpretações com base

em nossas hipóteses gerais. Se efetuarmos uma análise na pessoa em questão, invariavelmente descobrimos com suficiente certeza se a contravontade é direta ou que outra origem possa ter.

O segundo ponto que tenho em mente [ver em [1]] é o seguinte: Se em uma grande maioria de casos encontramos confirmação do fato de que o esquecimento de uma intenção remonta a uma contravontade, podemos ousar estender a solução a um outro grupo de casos nos quais a pessoa em análise não confirma, e sim nega, a contravontade que inferimos. Tomem como exemplo disso eventos tão extremamente comuns como esquecer de devolver livros que se tomaram emprestados, ou de pagar contas ou dívidas. Com a pessoa em questão nos aventuraremos a insistir em que nela existe uma intenção de conservar consigo os livros e de não pagar as dívidas; a pessoa negará essa situação, porém não será capaz de fornecer qualquer outra explicação para sua conduta. Com isso, prosseguiremos dizendo-lhe que tem essa intenção, mas sem nada saber da mesma, embora para nós isso seja suficiente, porquanto nos revela a presença da intenção que origina nela o esquecimento. A pessoa pode repetir-nos que deveras se esqueceu. Agora reconhecerão a situação como uma tal em que nós mesmos anteriormente nos encontramos [ver em [1] e [2]]. Se quisermos prosseguir com nossas interpretações das parapraxias - tão freqüentemente comprovadas como acertadas - até uma conclusão coerente, somos compelidos à inevitável hipótese de que nas pessoas existem propósitos capazes de se tornar atuantes sem que elas saibam da existência deles. Isto, contudo, nos leva a contrariarmos todas as opiniões dominantes tanto na vida comum como na psicologia.

O *esquecimento de nomes próprios e de nomes estrangeiros*, tanto como o de palavras estrangeiras, pode semelhantemente ser rastreado até uma contra-intenção, que se volta, direta ou indiretamente, contra o nome em questão. Já lhes apresentei diversos exemplos de aversão direta [ver em [1] e [2]]. A causação indireta é, contudo, particularmente freqüente nesses casos e em geral apenas pode ser estabelecida por meio de análises cuidadosas. Por exemplo, durante a guerra atual, que nos obrigou a abandonar tantos dos nossos divertimentos anteriores, nossa capacidade de recordar nomes sofreu muito em conseqüência das mais estranhas associações. Há pouco tempo atrás verifiquei que eu era incapaz de reproduzir o nome de *Bisenz*, pacata cidade da Morávia; e a análise demonstrou que aquilo que era responsável pelo fato não era nenhuma hostilidade direta contra ela, senão sua similitude, no som, com o nome do Palazzo *Bisenzi*, em Orvieto, que tive o prazer de visitar repetidas vezes no passado. Aqui, pela primeira vez, descobrimos nessa razão de se opor à recordação de um nome, um princípio que depois irá revelar sua enorme importância na causação dos sintomas neuróticos: a memória tem aversão por recordar tudo que está em conexão com sentimentos de desprazer e com a reprodução daquilo que renova o desprazer. Essa intenção de evitar o desprazer, emergente da lembrança ou de outros atos psíquicos, essa fuga psíquica do desprazer, pode ser reconhecida como a causa atuante fundamental não apenas do esquecimento de nomes, mas também de muitas outras

parapraxias, como as omissões, os erros, e assim por diante. O esquecimento de nomes, entretanto, parece ser sobremodo facilitado psicofisiologicamente e, por esse motivo, há casos em que não se pode confirmar a interferência de um motivo de desprazer. Se alguém tem determinada tendência para esquecer nomes, a investigação analítica mostrará que os nomes lhe fogem não apenas porque em si não os aprecia ou porque lhe lembram algo desagradável; porém, também porque nesse caso o nome pertence a outro círculo de associações com as quais a pessoa está mais intimamente relacionada. O nome está, digamos, ali ancorado e se mantém fora de contato com outras associações que foram momentaneamente ativadas. Se os senhores se recordarem dos truques mnemotécnicos verificarão, com certa surpresa, que as mesmas cadeias associativas, deliberadamente estabelecidas para *evitar* que nomes sejam esquecidos, também podem nos *levar* a esquecê-los. O mais notável exemplo desse fato é o que se refere aos nomes próprios de pessoas, os quais naturalmente possuem importância psíquica bastante diferente para diferentes pessoas. Para ilustrá-lo, tomemos um primeiro nome, como Teodoro. Para alguns dos senhores ele não terá qualquer significação especial; para outro, será o nome de seu pai, do irmão ou de um amigo, ou seu próprio nome. Assim, a experiência analítica lhes mostrará que a primeira dessas pessoas não corre nenhum risco de se esquecer de que algum estranho usa esse nome, ao passo que as outras terão constantemente a tendência de negar a estranhos um nome que lhes parece reservado a ligações íntimas. Ora, se os senhores considerarem que essa inibição associativa pode coincidir com a atuação do princípio de desprazer e, ademais, com um mecanismo indireto, estarão em condições de formar uma idéia adequada das complexidades existentes na causação do esquecimento temporário de um nome. Uma análise apropriada irá, porém, desemaranhar-lhes uma dessas meadas.

O *esquecimento de impressões e de experiências* demonstra, de forma muito mais clara e exclusiva do que o esquecimento de nomes, a atuação da intenção de manter coisas desagradáveis fora da memória. Naturalmente nem toda a área desse tipo de esquecimento se situa dentro da categoria das parapraxias, mas apenas casos tais como aqueles que, medidos pelo padrão de nossa experiência habitual, nos parecem admiráveis e inexplicáveis: por exemplo, quando o esquecimento atinge impressões que são muito recentes ou importantes, ou quando a lembrança perdida abre uma brecha naquilo que é, por seu lado, uma bem-memorizada cadeia de acontecimentos. Por que e de que modo somos capazes de esquecer em geral, e entre outras coisas esquecer experiências que certamente deixaram em nós uma impressão mais profunda, tal como os acontecimentos dos anos mais remotos de nossa infância - isso constitui outro problema no qual querer evitar impulsos desagradáveis desempenha determinado papel, e, contudo, está longe de constituir a explicação completa. É fato inequívoco que as impressões desagradáveis são facilmente esquecidas. Diversos psicólogos o observaram, e o grande Darwin se impressionava tanto com isso, que tornou 'regra de ouro' anotar com cuidado especial quaisquer observações que parecessem desfavoráveis à sua teoria, de vez que se havia convencido de que precisamente elas não permaneceriam em sua memória.

Uma pessoa que pela primeira vez ouve falar nesse princípio do afastamento de lembranças desagradáveis por meio do esquecimento, raramente deixa de objetar que, pelo contrário, em sua experiência as coisas aflitivas são especialmente difíceis de esquecer e insistem em retornar, contra sua vontade, a fim de atormentá-la: lembranças, por exemplo, de insultos e humilhações. Isso também é um fato verídico, contudo a objeção não procede. É importante e oportuno começar a levar em conta o fato de que a vida mental é a arena e o campo de batalha de intenções que se opõem reciprocamente ou, para dizê-lo de modo não-dinâmico, que se constitui de contradições e de pares de contrários. A prova da existência de determinado propósito não é argumento contra a existência de um propósito oposto; há lugar para ambos. É apenas uma questão de saber como se colocam esses contrários, um em relação ao outro, e que efeitos são produzidos por um e por outro.

Perda e extravio são de particular interesse para nós devido aos vários significados que podem ter - isto é, devido à multiplicidade das intenções que podem se servir dessas parapraxias. Todos os casos têm em comum o fato de ter existido um desejo de perder algo; diferem quanto à origem e quanto ao objetivo desse desejo. Perdemos uma coisa quando está gasta, quando pretendemos substituí-la por outra melhor, quando não gostamos mais dela, quando ela procedeu de alguém com quem não estamos nos relacionando bem, ou quando a adquirimos em circunstâncias que não desejamos mais rememorar. [ver em [1] e [2].] Deixar cair, danificar ou quebrar um objeto podem servir à mesma finalidade. Na esfera da vida social, segundo se diz, a experiência demonstrou que as crianças indesejadas e ilegítimas são muito mais frágeis do que aquelas concebidas legitimamente. Não é necessário atingir a crua técnica das criadeiras profissionais de crianças; para chegar a tal resultado, determinada dose de negligência no trato com as crianças deve ser suficiente. A preservação de coisas pode estar sujeita às mesmas influências que o cuidado com as crianças.

No entanto, as coisas podem ser condenadas a serem perdidas sem que seu valor tenha sofrido qualquer diminuição - isto é, quando há uma intenção de sacrificar algo ao Destino, a fim de se proteger de uma outra perda que se teme. A análise nos revela que entre nós ainda é muito comum exorcizar o Destino dessa maneira; e, assim, nossa perda muitas vezes é um sacrifício voluntário. Da mesma forma, a perda também pode servir à intenção de desafio ou autopunição. Para resumir, são incontáveis as mais remotas razões para a intenção de se desfazer de uma coisa por meio de sua perda.

Os *atos descuidados*, assim como outros erros, muitas vezes são usados para satisfazer desejos que uma pessoa deveria negar existirem em si própria. Neles a intenção se dissimula em um auspicioso acidente. Por exemplo, como aconteceu a um de meus amigos, um homem pode ser obrigado, obviamente contra sua vontade, a viajar de trem para visitar alguém perto da cidade em que vive, e em uma estação onde deve fazer baldeação então pode, por engano, embarcar num trem que o leva de volta ao local de onde veio. Ou alguém, numa viagem, pode estar desejoso de fazer uma parada em uma estação intermediária, porém estar

impedido de fazê-lo devido a outras obrigações, podendo, assim, negligenciar ou perder uma conexão de modo que, em última análise, é obrigado a interromper sua viagem da maneira como queria. Ou o que sucedeu a um de meus pacientes: eu lhe havia proibido telefonar à moça de quem estava apaixonado, e quando quis telefonar para mim, pediu o número errado ‘por engano’ ou ‘enquanto estava pensando em alguma outra coisa’, e de repente se viu com o número do telefone da moça. Um bom exemplo de descuido cabal com repercussão prática é proporcionado pela observação feita por um engenheiro em seu relato dos fatos que antecederam um caso de danos materiais:

‘Há algum tempo atrás eu trabalhava com diversos estudantes no laboratório da escola técnica, numa série de complexas experiências sobre elasticidade, um trabalho que tínhamos assumido voluntariamente e, contudo, começava a exigir mais tempo de que prevíamos. Um dia, quando retornava ao laboratório com meu amigo F., este comentou como o aborrecia perder tanto tempo justamente naquele dia, quando tinha tantas outras coisas para fazer em casa. Não pude deixar de concordar com ele e, com algum gracejo, referindo-me a um acidente na semana anterior, acrescentei: “Esperemos que a máquina falhe novamente, pois assim poderemos parar com o trabalho e ir para casa cedo.”

‘Ao distribuir o trabalho, sucedeu que a F. coube a regulação da válvula da prensa; isto é, estava incumbido de abrir cuidadosamente a válvula para deixar o fluido sob pressão sair lentamente do acumulador para o cilindro da prensa hidráulica. O homem que conduzia a experiência colocou-se junto ao manômetro e, quando se atingiu a pressão correta, ordenou em voz alta: “Pare!” À palavra de comando, F. agarrou a válvula e torceu-a com toda a força - para a esquerda! (Todas as válvulas, sem exceção, fecham-se girando para a direita.) Isso fez com que a pressão total do acumulador passasse subitamente para a prensa, um esforço para o qual não estavam destinados os canos de ligação, de forma que um desses canos imediatamente explodiu - um acidente bastante inócuo para a máquina, porém suficiente para nos obrigar a suspender o trabalho por esse dia e irmos para casa.

‘O surpreendente, aliás, é que, quando estávamos discutindo o caso algum tempo depois, meu amigo F. não tinha a mínima recordação de meu comentário, que eu recordava fielmente.’

Isso pode levar os senhores a suspeitar de que não é apenas um inocente acaso que transforma as mãos de nossas empregadas domésticas em perigosos inimigos de nossos objetos de casa. E os senhores também podem se perguntar se é obra do acaso quando as pessoas se machucam e arriscam sua própria segurança. Essas são noções cuja validade os senhores, surgindo a ocasião, podem se dedicar a comprovar analisando suas próprias observações.

Senhoras e senhores, isso está longe de ser tudo quanto se poderia dizer a respeito de

parapraxias. Muita coisa resta a examinar e discutir. Fico, contudo, satisfeito se nossa discussão do assunto, até aqui, de certa forma agitou suas opiniões anteriores e os deixou um tanto mais preparados para aceitar outras, novas. Contento-me, de resto, com deixá-los defrontando-se com uma situação não esclarecida. Não podemos estabelecer nossas doutrinas a partir de um estudo das parapraxias, e não estamos obrigados a extrair nossas provas a partir apenas desse material. O grande valor das parapraxias para os objetivos que almejamos, consiste no fato de serem fenômenos muito comuns que, além de tudo, podem ser observados com facilidade em cada um, e ocorrer sem absolutamente implicar em doença. Existe apenas uma das questões dos senhores, não respondida, a qual eu, antes de terminar, gostaria de verbalizar. Conforme verificamos em muitos exemplos, se as pessoas chegam tão próximo de uma compreensão das parapraxias e tão amiúde se comportam como se apreendessem seu sentido, de que modo lhes é possível, não obstante, classificar esses fenômenos como sendo em geral eventos casuais, sem sentido nem significado, e poder opor-se tão vigorosamente à elucidação psicanalítica dessas mesmas parapraxias?

Os senhores têm razão. Esse é um fato notável e exige uma explicação. No entanto, não lhes darei tal explicação. Em vez disso, eu os levarei gradualmente a áreas de conhecimento a partir das quais a explicação irá se impor aos senhores, sem qualquer contribuição de minha parte.

PARTE II - SONHOS(1916 [1915-16])

CONFERÊNCIA V - DIFICULDADES E ABORDAGENS INICIAIS

SENHORAS E SENHORES:

Um dia descobriu-se que os sintomas patológicos de determinados pacientes neuróticos têm um sentido. Nessa descoberta fundamentou-se o método psicanalítico de tratamento. Acontecia que no decurso desse tratamento os pacientes, em vez de apresentar seus sintomas, apresentavam sonhos. Com isso, surgiu a suspeita de que também os sonhos teriam um sentido.

Não seguiremos, contudo, esse caminho histórico, e sim prosseguiremos na direção oposta. Demonstraremos o sentido dos sonhos como forma de preparação para o estudo das neuroses. Essa inversão se justifica, de vez que o estudo dos sonhos não apenas é a melhor preparação para o estudo nas neuroses, como também porque os sonhos, por si mesmos, são um sintoma neurótico que nos oferece, ademais, a inestimável vantagem de ocorrer em todas as pessoas sadias. Na verdade, supondo-se que todos os seres humanos fossem normais contanto que sonhassem, nós, partindo de seus sonhos, poderíamos chegar a quase todas as descobertas a que nos levou a investigação das neuroses.

Os sonhos, portanto, se tornaram tema de pesquisa psicanalítica: mais uma vez fenômenos comuns aos quais se tem atribuído pouco valor, e aparentemente sem nenhum uso prático - como as parapraxias, com as quais na realidade têm em comum o fato de ocorrerem em pessoas sadias. Afora isso, porém, as condições para nosso trabalho são aqui bem menos favoráveis. As parapraxias simplesmente tinham sido negligenciadas pela ciência, pouca atenção lhes havia sido dada; contudo, pelo menos não havia nenhum prejuízo em alguém se interessar por elas. 'Sem dúvida', dir-se-ia, 'há coisas mais importantes. Alguma coisa no entanto talvez possa resultar daí.' Ademais, alguém se interessar por sonhos não é apenas pouco prático e desnecessário; é positivamente ignominioso. Traz consigo a reprovação geral de não ser científico e desperta a suspeita de uma inclinação pessoal pelo misticismo. Imaginem um profissional da medicina dedicando-se a sonhos, quando há tantas coisas mais sérias, mesmo na neuropatologia e na psiquiatria: tumores da dimensão de maçãs comprimindo o órgão da mente, hemorragias, inflamação crônica, onde, em todos, as alterações dos tecidos podem ser demonstrados ao microscópio! Não, os sonhos são excessivamente triviais e indignos de ser objeto de pesquisa.

E existe algo mais que, por sua própria natureza, frustra os requisitos da pesquisa exata. Ao investigar os sonhos, nem mesmo se está seguro do objeto da pesquisa que se faz. Um delírio, por exemplo, apresenta-se de forma inequívoca e com seus contornos definidos. 'Eu sou o imperador da China', diz o paciente, sem qualquer dissimulação. Mas, sonhos? Via de regra, não se pode fazer nenhum relato de sonhos. Se alguém faz um relato de um sonho, existe alguma garantia de que seu relato foi correto, ou, pelo contrário, não poderia ter alterado seu relato à medida que o fazia e ter sido compelido a inventar algum acréscimo para compensar a obscuridade de suas recordações? A maioria dos sonhos não pode absolutamente ser lembrada e é esquecida, salvo pequenos fragmentos. E de que modo a interpretação de material desse tipo pode servir como base de uma psicologia científica ou como método de tratar pacientes?

Um excesso de críticas pode despertar nossas suspeitas. Essas objeções aos sonhos como objeto de pesquisa obviamente foram longe demais. Já tratamos da questão da não-importância em relação às parapraxias [ver [1] e seg.]. Dissemos que as grandes coisas podem ser reveladas através de pequenos indícios. No que concerne à sua indefinição - esta é uma característica dos sonhos, como outra qualquer: não podemos estabelecer para as coisas quais as características que devem ter. Aliás, também existem sonhos claros e distintos. Ademais, há outros assuntos de pesquisa psiquiátrica que padecem da mesma característica de indefinição - em muitos casos, por exemplo, as obsessões, e estas têm, em última análise, sido abordadas por psiquiatras respeitáveis e conceituados. Recordo-me do último desses casos que encontrei em minha atividade médica. Era uma paciente que se apresentou com estas palavras: 'Tenho uma espécie de sentimento como se eu tivesse ferido ou desejasse ferir uma criatura viva - uma criança? - não, mais como se fosse um cachorro -, como se a tivesse jogado de uma ponte, ou alguma outra coisa.' Podemos conseguir superar a deficiência da incerteza ao relembrar sonhos, se decidimos que deve ser considerado como sonho seu tudo aquilo que nos relata a pessoa que sonhou, sem levar em conta o que possa ter esquecido ou tenha alterado ao recordá-lo. E, finalmente, nem mesmo se pode continuar afirmando tão indiscriminadamente que os sonhos são coisas sem importância. Sabemos, por nossa própria experiência, que o estado de ânimo em que uma pessoa acorda de um sonho pode perdurar o dia inteiro; os médicos têm observado casos nos quais uma doença mental começou com um sonho e nos quais persistiu um delírio originário de um sonho; têm sido relatados casos de personagens históricos que, em resposta a sonhos, se aventuraram a importantes empreendimentos. Podemos, pois, indagar qual deve ser a verdadeira origem do desprezo no qual são mantidos os sonhos nos círculos científicos.

Acredito que se trata de uma reação contra a supervalorização dos sonhos em épocas antigas. A reconstrução do passado, como sabemos, é tarefa nada fácil, contudo podemos supor com certeza (se é que posso expressá-lo como brincadeira) que há três mil anos ou mais nossos ancestrais já tinham sonhos como os nossos. Até onde sabemos, todos os povos da Antigüidade atribuíram grande importância aos sonhos e pensavam que estes podiam ser usados para fins práticos. Deduziram a partir deles sinais para ler o futuro e neles procuravam os augúrios. Para os gregos e para outros povos orientais pode ter havido época em que as campanhas militares sem interpretadores de sonhos pareciam tão impossíveis, como nos dias atuais pareceria impossível uma campanha sem reconhecimento aéreo. Quando Alexandre Magno iniciou suas conquistas, seu séquito incluía os mais famosos interpretadores de sonhos. A cidade de Tiro, que naquele tempo ainda se erguia sobre uma ilha, ofereceu ao rei tão dura resistência que ele pensou na possibilidade de levantar o cerco. Então, uma noite, ele teve um sonho em que um sábio parecia dançar em triunfo; e quando o relatou a seus interpretadores de sonhos, estes o informaram de que o sonho predizia sua conquista da cidade. Ordenou um assalto e capturou Tiro. Entre os etruscos e os romanos estavam em uso outros métodos de prever o futuro; porém, durante todo o período helênico-romano, a interpretação de sonhos era praticada e altamente conceituada. Da literatura que trata do assunto, o principal trabalho pelo menos sobreviveu: o livro de

Artemidoro de Daldis, que provavelmente viveu durante o período do imperador Adriano. Não sei dizer-lhes como aconteceu que, depois disso, a arte de interpretar sonhos sofreu um declínio e os sonhos caíram em descrédito. A difusão da instrução não pode ter tido muita coisa a ver com isso, porquanto muitas coisas mais absurdas do que a interpretação de sonhos da Antigüidade foram cuidadosamente preservadas nas trevas da Idade Média. Resta o fato de que o interesse pelos sonhos caiu gradualmente ao nível de superstição e pôde sobreviver apenas entre as classes não instruídas. O abuso final da interpretação de sonhos foi atingido em nossos dias com tentativas de descobrir, a partir dos sonhos, os números destinados a serem premiados no jogo do loto. Por outro lado, a ciência exata de hoje repetidamente se ocupou de sonhos, mas sempre com o único objetivo de aplicar a eles suas teorias fisiológicas. Os médicos, naturalmente, consideraram os sonhos como atos não-psíquicos, como a expressão, na vida mental, de estímulos somáticos. Binz (1878, [35]) enunciou que os sonhos são ‘processos somáticos, que em todos os casos são inúteis e, em muitos casos, positivamente patológicos, em relação aos quais a alma do universo e a imortalidade são tão excelsamente superiores como o céu azul sobre um areal plano infestado de ervas’. Maury [1878, 50] compara os sonhos aos desordenados movimentos da dança de São Vito, em contraste com os movimentos coordenados de um homem sadio. Consoante velha analogia, os conteúdos de um sonho são semelhantes aos sons produzidos quando ‘os dez dedos de um homem que nada sabe de música vagueiam sobre as teclas de um piano’ [Strümpell, 1877, 84].

Interpretar significa achar um sentido oculto em algo; naturalmente, não haverá como fazê-lo, se adotarmos essa última opinião sobre a função dos sonhos. Reparem na descrição dos sonhos feita por Wundt [1874], Jodl [1896] e outros filósofos mais recentes. Eles se contentam com enumerar os aspectos em que a vida onírica difere do pensamento desperto, sempre num sentido que deprecia os sonhos - enfatizando o fato de que as associações se rompem, que a faculdade de criticar deixa de funcionar, que todo o conhecimento é eliminado, bem como outros sinais de diminuição do funcionamento. A única contribuição de valor aos conhecimentos sobre sonhos, que temos a agradecer às ciências exatas, refere-se ao efeito produzido no conteúdo dos sonhos pelo impacto de estímulos somáticos durante o sono. Um autor norueguês, recentemente falecido, J. Mourly Vold, publicou dois alentados volumes de pesquisas experimentais sobre sonhos (edição alemã, 1910 e 1912), que se dedicam quase que exclusivamente às conseqüências das alterações na postura dos membros. Foram-nos recomendados como modelos de pesquisa exata sobre sonhos. Os senhores podem imaginar o que diria a ciência exata, se soubesse que desejamos fazer uma tentativa de descobrir o *sentido* dos sonhos? Talvez ela já o tenha dito. Porém não nos deixaremos atemorizar com isso. Se foi possível às parapraxias ter um sentido, os sonhos podem ter algum, também; e, em muitos e muitos casos, as parapraxias *têm* um sentido que à ciência exata passou despercebido. Assim, abracemos o preconceito dos antigos e do povo e sigamos as pegadas dos interpretadores de sonhos da Antigüidade.

Devemos começar por encontrar nossos propósitos na tarefa à nossa frente e fazer um reconhecimento geral do campo dos sonhos. Então, o que é um sonho? É difícil responder em uma só frase. Porém não tentaremos uma definição, quando só basta que se chame a atenção para algo que é conhecido de todos. Devemos, entretanto, pôr em evidência o aspecto essencial dos sonhos. Este, onde é que se pode encontrá-lo, porém? São tão grandes as diferenças dentro do âmbito em que se inscreve nosso assunto - diferenças em todas as direções. O aspecto essencial provavelmente será algo que podemos apontar como sendo comum a todos os sonhos.

A primeira coisa que é comum a todos os sonhos pareceria ser, naturalmente, o fato de que estamos dormindo durante os sonhos. O sonhar é, evidentemente, vida mental durante o sono - algo que tem certas semelhanças com a vida mental desperta, mas que, por outro lado, se distingue dela por grandes diferenças. Essa era, há muito tempo, a definição de Aristóteles. Talvez existam ainda conexões mais estreitas entre sonhos e sono. Podemos ser acordados por um sonho; muito freqüentemente temos um sonho quando acordamos espontaneamente ou quando somos tirados, à força, do sono. Assim, os sonhos parecem ser um estado intermediário entre o sono e a vigília. De modo que nossa atenção se volta para o sono. Bem, então, o que é o sono?

Esse é um problema fisiológico sobre o qual ainda existe muita controvérsia. Quanto a esse respeito não podemos chegar a qualquer conclusão; penso, porém, que devemos tentar descrever as características psicológicas do sono. O sono é um estado no qual não desejo saber de nada do mundo externo, um estado no qual retirei do mundo externo meu interesse. Ponho-me a dormir retraindo-me do mundo externo e mantendo afastados de mim seus estímulos. Também vou dormir quando estou fático dele. De modo que, quando vou dormir, digo ao mundo externo: 'Deixe-me em paz; quero dormir.' As crianças, ao contrário, dizem: 'Eu não vou dormir agora; não estou cansado e quero ter mais algumas experiências.' A finalidade biológica do sono parece ser, portanto, a recuperação, e sua característica psicológica a suspensão do interesse pelo mundo. Nossa relação com o mundo, ao qual viemos tão a contragosto, parece incluir também nossa impossibilidade de tolerá-lo ininterruptamente. Assim, de tempos em tempos nos retiramos para o estado de pré-mundo, para a existência dentro do útero. A todo custo conseguimos para nós mesmos condições muito parecidas com aquelas que então possuímos: calor, escuridão e ausência de estímulos. Alguns de nós se embrulham formando densa bola e, para dormir, assumem uma postura muito parecida com a que ocupavam no útero. Parece que o mundo não possui completamente sequer mesmo aqueles dentre nós que são adultos, mas apenas até os dois terços; um terço de nós ainda é como se não fora nascido. Cada vez que acordamos, pela manhã, é como que um novo nascimento. Com efeito, ao falar em nosso estado, após o sono, dizemos que nos sentimos como se tivéssemos acabado de nascer. (Ao dizer isso, aliás, estamos demonstrando o que provavelmente é uma suposição muito falsa acerca das sensações gerais de uma criança recém-nascida, que parece, ao contrário, se sentir provavelmente muito sem conforto.) Falamos também do nascer como 'ver pela primeira vez

a luz do dia’.

Se é isso o sono, os sonhos possivelmente não fazem parte do seu programa, parecendo, ao contrário, ser um indesejável acréscimo ao sono. Também, ao nosso ver, um sono sem sonhos é o melhor, o único apropriado. Não deveria existir qualquer atividade mental no sono; se este começa a ficar inquieto, é por que não conseguimos atingir o estado fetal de repouso: não fomos inteiramente capazes de evitar os remanescentes da atividade mental. Os sonhos consistiriam nesses remanescentes. Contudo, se fosse assim, realmente pareceria não haver necessidade de os sonhos terem algum sentido. Com as parapraxias era diferente; elas, afinal, eram atividades durante a vida desperta. Se, porém, estou dormindo e cessei minha atividade mental completamente, e simplesmente não consegui suprimir alguns resíduos dessa atividade, então não há necessidade alguma de esses resíduos terem algum sentido. Nem sequer posso fazer uso de um tal sentido, de vez que o restante de minha vida mental está dormindo. Assim, realmente só pode tratar-se de uma questão de reações, à maneira de ‘repuxões’, dos fenômenos mentais como resultado direto de um estímulo somático. Por conseguinte, os sonhos seriam remanescentes da atividade mental desperta, perturbadores do sonho, e faríamos bem em decidir abandonar de vez o assunto, por ser inadequado à psicanálise.

No entanto, ainda que os sonhos fossem supérfluos, eles existem e podemos tentar explicar sua existência. Por que a vida mental não consegue dormir? Provavelmente porque existe algo que não quer conceder paz à mente. Os estímulos incidem sobre a mente e ela deve reagir a eles. Um sonho, pois, é a maneira como a mente reage aos estímulos que a atingem no estado de sono. E nisso vemos uma via de acesso à compreensão dos sonhos. Podemos tomar diferentes sonhos e tentar descobrir qual o estímulo que procurou perturbar o sono, e contra o qual a reação foi um sonho. Nosso exame da primeira coisa que é comum a todos os sonhos, parece ter-nos levado até esse ponto.

Existe algo mais que é comum a todos eles? Sim, algo que é inconfundível, porém muito mais difícil de apreender e descrever. Os processos mentais no sono têm um caráter bastante diferente daqueles que se realizam em vigília. Nos sonhos experimentamos toda sorte de coisas e acreditamos nelas, ao passo que, não obstante, nada experimentamos, exceto talvez o estímulo perturbador isolado. Nós o experimentamos predominantemente sob a forma de imagens visuais; sentimentos também podem estar presentes, assim como pensamentos que nisso se entrelaçam. Os outros sentidos também podem experimentar algo; porém, mesmo assim, se trata principalmente de uma questão de imagens. Parte da dificuldade de fornecer uma descrição dos sonhos se deve ao fato de termos de traduzir essas imagens em palavras. ‘Eu poderia desenhá-lo’, diz-nos muitas vezes uma pessoa que sonhou, ‘mas não sei como dizê-lo.’ Não se trata, porém, de uma atividade mental reduzida, como a de uma pessoa oligofrênica comparada com a de um gênio: é *qualitativamente* diferente, embora seja difícil dizer onde está a diferença. G. T. Fechner [1860] certa vez exprimiu a suspeita de que o cenário da ação dos sonhos (na mente) fosse diferente daquele da vida ideativa desperta.

Conquanto não o compreendamos e não saibamos o que fazer disso, na verdade reproduz a impressão de estranheza que a maioria dos sonhos nos causa. A comparação entre a atividade do sonho e os efeitos de uma mão não-musical no piano [ver em [1]] não nos auxilia nesse ponto. O piano, afinal de contas, responde com as mesmas notas, embora não com melodias, quando suas teclas são tocadas ao acaso. Guardemos cuidadosamente na memória essa segunda coisa comum a todos os sonhos, embora possamos não tê-la compreendido.

Existem mais outras coisas comuns a eles? Não posso descobrir nenhuma; não posso ver senão diferenças, em todos os aspectos: em sua duração aparente, assim como em sua clareza; na quantidade de afeto que os acompanha, na possibilidade de retê-los na memória, e assim por diante. Essa variedade não é realmente o que poderíamos esperar encontrar em uma simples reação defensiva a um estímulo, algo mecanicamente imposto, uma coisa vazia, como os repuxões da dança de São Vito. No que concerne às dimensões dos sonhos, alguns são muito curtos e compreendem apenas uma única imagem, ou umas poucas imagens, um único pensamento, ou mesmo uma única palavra; outros são extraordinariamente ricos em seu conteúdo, apresentam novelas inteiras e parecem durar longo tempo. Há sonhos tão claros como a experiência vigil, tão claros que, bastante tempo após havermos acordado, não percebemos que eram sonhos; e outros existem que são indescritivelmente obscuros, vagos e borrados. Na realidade, em um mesmo sonho partes muito definidas podem se alternar com outras de uma vaguidade que mal se pode discernir. Há sonhos inteiramente plenos de sentido ou, pelo menos, coerentes, humorísticos mesmo, ou fantásticamente belos; outros, ademais, são confusos, imbecis por assim dizer, absurdos, muitas vezes positivamente loucos. Há sonhos que nos deixam praticamente frios e outros em que se manifestam afetos de todos os tipos - sofrimento a ponto de fazer chorar, ansiedade a ponto de nos acordar, surpresa, encantamento, etc. Os sonhos são, de hábito, esquecidos facilmente, após o despertar, ou podem perdurar através do dia, lembrados mais e mais indistintamente até o fim do dia; outros, ainda - por exemplo, sonhos da infância -, são tão bem preservados que, trinta anos após, permanecem na memória como se fossem experiência recente. Os sonhos, à semelhança de pessoas, podem aparecer somente em uma única ocasião para nunca mais, ou retornar na mesma aparência não modificada ou com pequenas dessemelhanças. Em suma, esse fragmento da vida mental durante a noite tem um imenso repertório à sua disposição; é capaz, de fato, de tudo aquilo que a mente cria no período diurno - e, contudo, jamais é a mesma coisa.

Poderíamos tentar explicar essas muitas variações dos sonhos supondo que correspondem a diferentes fases intermediárias entre o sono e a vigília, graus diferentes de sono incompleto. Está bem, mas se assim fosse, o valor, o conteúdo e a clareza de um produto onírico - e também a consciência de se tratar de um sonho - teriam de crescer naqueles sonhos em que a mente estava próxima do despertar; e não seria possível uma parte clara e racional de sonho ser seguida imediatamente de outra que é obscura e não tem sentido, e esta, por sua vez, ser acompanhada de outra parte de boa qualidade. A mente, por certo, não

poderia modificar a profundidade de seu sono assim tão rapidamente. Logo, essa explicação não nos auxilia; não há como sair da dificuldade.

Por agora, deixaremos de lado o ‘sentido’ dos sonhos e tentaremos chegar a uma melhor compreensão dos mesmos a partir daquilo que verificamos terem eles em comum. Inferimos da relação entre os sonhos e o estado de sono que os sonhos são a reação a um estímulo que perturba o sono. Aprendemos que esse é também o único ponto no qual a psicologia experimental exata pode vir em nosso auxílio: fornece-nos provas de que os estímulos que incidem durante o sono fazem seu aparecimento nos sonhos. Muitas investigações desse tipo foram realizadas, sendo as mais recentes as de Mourly Vold, que já mencionei [ver em [1] e [2]]; e cada um de nós, sem dúvida, tem estado em condições de confirmar estes achados, a partir de observações pessoais. Seleccionarei algumas das primeiras experiências. Maury [1878] realizou algumas experiências consigo próprio. Foi-lhe dado para cheirar um pouco de água de colônia, durante o sono. Sonhou que estava no Cairo, na loja de Johann Maria Farina, e houve mais algumas aventuras absurdas. Em outra ocasião, deram-lhe um leve beliscão no pescoço; sonhou que lhe era aplicado um cataplasma de mostarda e sonhou com um médico que o havia tratado quando era criança. Ou ainda, pingaram uma gota d’água em sua testa; estava na Itália, transpirava violentamente e bebia vinho branco de Orvieto.

O notável nesses sonhos produzidos experimentalmente será talvez mais visível ainda em outra série de sonhos produzidos por estímulos. São três sonhos relatados por um observador inteligente, Hildebrandt [1875], todos eles reações à campanha de um despertador:

‘Sonhei, então, que certa manhã de primavera eu saía a passeio e vagava pelos verdes campos até chegar a uma aldeia próxima, onde vi os aldeões, em suas melhores roupas, com seus livros de cânticos debaixo do braço, reunindo-se na igreja. Evidente! Era domingo e o culto do início da manhã logo estaria começando. Decidi assistir ao culto, mas, antes, eu estava um tanto acalorado de caminhar, entrei no cemitério que circundava a igreja, para refrescar. Enquanto lia algumas das lápides dos túmulos, ouvi o sineiro subindo a torre da igreja e, lá no alto, via agora o pequeno sino da aldeia, que logo daria o sinal para o início das devoções. Por um momento eu o vi pendente ali, sem movimento, depois começou a balançar, e subitamente seu repicar começou a soar claro e penetrante - tão claro e penetrante que pôs fim ao meu sono. Porém, o que estava soando era o despertador.

‘Aqui está outro exemplo. Era um dia claro de inverno e as ruas estavam cobertas de espessa camada de neve. Eu tinha decidido comparecer a uma festa, em viagem de trenó; contudo, tive de esperar por longo tempo até virem me dizer que o trenó estava à porta. E então se seguiram os preparativos para embarcar - a manta de pele estendida, o abrigo para os pés já colocado - e, por fim, estava sentado em meu lugar. Ainda assim, o momento da partida foi retardado, até que um puxão nas rédeas deu o sinal aos cavalos. De imediato

partiram e, em sacudidas violentas, os cincerros do trenó romperam seu tilintar conhecido - deveras com tal violência que, num momento, a teia do meu sonho se havia rompido. E, uma vez mais, era apenas o som estridente do despertador.

‘E agora, um terceiro exemplo. Via uma empregada doméstica, com várias dúzias de pratos empilhados uns sobre os outros, andando pelo corredor que dava para a sala de jantar. A pilha de louça em seus braços me pareceu estar prestes a perder o equilíbrio. “Cuidado”, exclamei eu, “senão você vai deixar cair tudo.” Seguiu-se devidamente a inevitável resposta: ela estava acostumada àquela espécie de tarefa, e assim por diante. E, entretantes, meu olhar ansioso seguia a figura que avançava. Então - justamente como eu esperava - ela tropeçou na soleira e a frágil louça escapuliu e, numa verdadeira sinfonia de ruídos, espatifou-se em mil pedaços no chão. Mas, o barulho prosseguiu sem cessar, e logo não pareceu mais o ruído característico do espatifar de louças, transformando-se no som de uma campainha - e este som, como o meu eu (*self*) desperto agora percebia, era apenas o despertador desempenhando sua tarefa.’

Esses são sonhos muito bonitos, inteiramente plenos de sentido e pelo menos não tão incoerentes como costumam ser os sonhos. Não estou fazendo objeção a eles, a esse respeito. O que eles têm em comum é a situação, em cada caso, terminar com um barulho que, quando o sonhador acorda, é reconhecido como sendo causado pelo despertador. Assim, vemos aqui como se produz um sonho; aprendemos, porém, algo mais que isso. O sonho não reconhece o despertador - e sequer este aparece no sonho - mas substitui o ruído do despertador por outro; interpreta o estímulo que está pondo fim ao sono, contudo o interpreta de forma diferente em cada uma das vezes. Por que faz isso? Não há resposta; parece questão de capricho. Compreender o sonho significaria poder dizer por que esse determinado ruído, e não outro, foi escolhido para interpretar o estímulo proveniente do despertador. Objeção análoga podemos fazer às experiências de Maury: podemos verificar bem claramente que o estímulo incidente aparece no sonho: porém, por que teve de tomar essa forma particular, isso não nos é dito, e não parece em absoluto ser devido à natureza do estímulo que perturbou o sono. Nas experiências de Maury geralmente aparece também uma série de outros materiais dos sonhos, que se juntam ao efeito direto do estímulo - por exemplo, as aventuras absurdas no sonho da água de colônia -, que não podem encontrar explicação.

E agora considerem que os sonhos do *despertar* oferecem a melhor oportunidade de estabelecer a influência dos estímulos externos perturbadores do sono. Em muitos outros casos será mais difícil. Nem todos os sonhos nos levam a acordar, e se na manhã seguinte nos lembramos de um sonho da noite anterior, como iremos descobrir um estímulo perturbador que talvez possa ter-nos causado um impacto durante a noite? Certa vez consegui identificar um estímulo sonoro desse tipo, de modo retrospectivo, naturalmente, porém, apenas devido a circunstâncias especiais. Acordei, certa manhã, em uma localidade

das montanhas do Tirol, sabendo que havia tido um sonho em que o papa havia morrido. Não pude explicar a mim mesmo o sonho; entretanto, mais tarde minha esposa me perguntou se eu tinha ouvido o tremendo barulho do repicar dos sinos, pela manhã, que irrompera de todas as igrejas e capelas. Não, eu nada tinha ouvido, meu sono é mais resistente que o dela; mas, graças à sua informação, eu compreendi meu sonho. Quantas vezes estímulos dessa espécie podem provocar sonhos em uma pessoa que dorme, sem que esta venha a saber deles depois? Talvez muito freqüentemente, mas talvez não. Se os estímulos não podem mais ser identificados, não podemos nos convencer de sua existência. E, em todo caso, mudamos nossa opinião com relação à importância dos estímulos externos que perturbam o sono, pois aprendemos que podem explicar apenas uma pequena parte do sonho e não o total da reação onírica.

Não há necessidade para, em virtude disso, abandonar de todo essa teoria. Ademais, ela pode ser ampliada. Obviamente não importa saber o que é que perturba o sono ou leva a mente a sonhar. Como não pode, invariavelmente, tratar-se de estímulo sensorial vindo de fora, pode haver, em substituição, o que se chama de estímulo somático, que surge dos órgãos internos. Essa é uma idéia muito plausível e concorda com a muito popular opinião sobre a origem dos sonhos: ‘os sonhos vêm da indigestão’, dizem as pessoas freqüentemente. Infelizmente, aqui também devemos suspeitar muitas vezes que existem casos em que um estímulo somático atuado sobre uma pessoa em sono, durante a noite, não mais se manifesta após o despertar e, portanto, não se pode provar que tenha ocorrido. Não desprezaremos, porém, o sem números de claras experiências que apóiam a origem dos sonhos em estímulos somáticos. Em geral, não pode haver dúvida de que as condições dos órgãos internos possam influenciar os sonhos. A relação entre o conteúdo de alguns sonhos e uma bexiga muito cheia ou um estado de excitação dos órgãos genitais é tão simples que não pode causar mal-entendidos. Esses casos evidentes levam a outros, nos quais o conteúdo dos sonhos dá origem à justificada suspeita de que houve um impacto causado por estímulos somáticos, porque no conteúdo existe algo que pode ser visto como uma superelaboração atuante, uma representação ou interpretação de tais estímulos. Scherner (1861), que realizou pesquisas com sonhos, argumentava com vigor especial a favor da derivação dos sonhos a partir de estímulos orgânicos e apresentava alguns bons exemplos pertinentes. Por exemplo, em um sonho ele viu ‘duas fileiras de rapazes elegantes, com lindos cabelos e pele delicada, enfrentando-se em formação de combate, fazendo uma investida, atacando uma à outra e, após, retirando-se e voltando novamente à posição anterior, em seguida começando toda a manobra mais uma vez’. Sua interpretação dessas duas fileiras de rapazes como sendo dentes é plausível em si mesma e parece inteiramente confirmada quando sabemos que, após essa cena do sonho, a pessoa arrancou de sua mandíbula um comprido dente. Identicamente a interpretação de ‘corredores longos, estreitos e ventosos’, como derivados de um estímulo intestinal, parece válida e confirma a asserção de Scherner de que os sonhos procuram sobretudo representar o órgão que emite o estímulo por objetos que se lhes assemelham.

Por conseguinte, devemos estar preparados para admitir que os estímulos internos podem

desempenhar nos sonhos o mesmo papel que os externos. Qualquer estimativa acerca de sua importância infelizmente é passível das mesmas objeções. Em numerosos casos uma interpretação que aponte para um estímulo somático é incerta e improvável. Não são todos os sonhos, mas apenas determinado número deles, que dão lugar a uma suspeita de que os estímulos orgânicos internos tivessem parte na origem deles. E, por fim, os estímulos somáticos internos são, como os estímulos sensoriais externos, tão pouco capazes de explicar mais aspectos de um sonho do que aquilo que neste corresponde a uma reação direta ao estímulo. Continua obscuro saber de onde vem o restante do sonho.

Observemos, no entanto, uma peculiaridade da vida onírica que vem à luz neste estudo dos efeitos dos estímulos. Os sonhos não fazem simplesmente reproduzir o estímulo; eles o vertem, fazem alusões a ele, o incluem em algum contexto, o substituem por alguma outra coisa. Esse é um aspecto da elaboração onírica que não pode deixar de nos interessar, porque pode, talvez, nos aproximar mais da essência dos sonhos. Quando uma pessoa constrói algo em consequência de um estímulo, o estímulo não necessita, por isso, levar a cabo todo o trabalho. O *Macbeth* de Shakespeare, por exemplo, foi uma *pièce d'occasion* composta para celebrar a elevação ao trono do rei que foi o primeiro a unir as coroas dos três reinos. Essa ocasião histórica imediata, porém, abrangeria todo o conteúdo da tragédia? Explica todas as suas grandezas e os seus enigmas? Pode ser que os estímulos externos e internos, também, atingindo a pessoa em sono, sejam apenas *provocadores* do sonho e, por conseguinte, nada nos revelem de sua essência.

A segunda coisa comum aos sonhos, sua peculiaridade psíquica [ver em [1] e seg.], é, por um lado, difícil de compreender e, por outro, não nos oferece ponto de partida para ulterior investigação. Nos sonhos, via de regra, experimentamos coisas sob formas visuais. Podem os estímulos esclarecer algo a esse respeito? O que experimentamos é realmente o estímulo? Nesse caso, porém, por que a experiência é visual, se é apenas em casos muito raros que a estimulação óptica provoca o sonho? Ou, se sonhamos palavras faladas, poderá ser demonstrado que durante o sonho uma conversação, ou algum ruído que lhe seja semelhante, teve acesso aos nossos ouvidos? Eu me aventuraria a desprezar essa possibilidade, decisivamente.

Se não podemos progredir com aquilo que é comum aos sonhos, vejamos se nos é possível valer-nos das diferenças. Naturalmente os sonhos muitas vezes são sem sentido, confusos e absurdos; contudo, também existem os sonhos plenos de sentido, práticos e sensatos. Verifiquemos se os últimos, os que são plenos de sentido, podem elucidar aqueles carentes de sentido. Aqui está o último sonho sensato que me foi relatado. Foi sonhado por um jovem: 'Fui dar um passeio pela Kärntnerstrasse, encontrei ali Herr X. e estive com ele por certo tempo. Depois, entrei num restaurante. Duas senhoras e um cavalheiro chegaram e se sentaram à minha mesa. Aborreci-me com isso, inicialmente, e não queria olhar para eles. Então, olhei realmente e constatei que eram muito amáveis.' A pessoa que teve esse sonho

comentou, a propósito, que na tarde anterior ao sonho de fato passara pela Kärntnerstrasse, que é o caminho que geralmente segue, e que ali encontrara Herr X. A outra parte do sonho não era uma recordação direta e apenas tinha alguma semelhança com determinada experiência de uma época consideravelmente anterior. E aqui está outro sonho trivial, desta vez o sonho de uma senhora: ‘O marido dela lhe perguntou: “Você não acha que devemos mandar afinar o piano?” E ela replicou: “Não vale a pena; de qualquer maneira, os martelos precisam de recondicionamento.” Este sonho repetia, sem muita modificação, uma conversa mantida entre ela e seu marido no dia anterior ao sonho. O que entendemos desses dois sonhos sensatos? Nada, senão que contêm repetições extraídas da vida diária, ou coisas a esta vinculadas. Já seria alguma coisa se dos sonhos em geral se pudesse dizer algo semelhante. Esse, porém, não é o caso; aplica-se apenas a uma minoria e, na maioria dos sonhos, não existe sinal de uma conexão com o dia anterior; com isso, se elucidam os sonhos sem sentido e absurdos. Apenas mostra que encontramos, sem esperar, uma nova tarefa. Desejamos não apenas saber o que um sonho diz, mas, se ele fala claramente, como o faz nesses exemplos, também queremos saber por que e com que finalidade esse material corriqueiro, experimentado tão recentemente, foi repetido no sonho.

Penso que, como eu, os senhores devem estar cansados de prosseguir com investigações como as que estivemos fazendo até aqui. Todo o interesse por um problema é evidentemente insuficiente, a menos que se conheça bem uma via de abordagem que leve à sua solução. Ainda não encontramos um tal caminho. A psicologia experimental nada nos proporciona, salvo algumas informações muito valiosas sobre a importância dos estímulos como incentivadores do sonhar. Da filosofia nada podemos esperar, exceto que uma vez mais nos salientará orgulhosamente a inferioridade intelectual do objeto de nosso estudo. Também não temos desejo algum de tomar qualquer coisa emprestada das ciências ocultas. A história e a opinião popular nos dizem que os sonhos têm um sentido e um significado: que eles perscrutam o futuro - o que é difícil de aceitar e certamente impossível de provar. Assim, nosso esforço inicial nos deixa em completa incerteza.

Inesperadamente nos chega a indicação de uma direção em que até agora não havíamos olhado: O uso idiomático, que não é algo casual, porém constitui o precipitado de antigas descobertas, embora, para estarmos seguros, não deva ser empregado descuidadamente - portanto nossa linguagem está familiarizada com coisas que levam o estranho nome de ‘devaneios’. Os devaneios são fantasias (produtos da imaginação): são fenômenos muito generalizados, observáveis mais uma vez tanto nas pessoas sadias como nas doentes, e são facilmente acessíveis ao estudo em nossa própria mente. A coisa mais notável a respeito dessas estruturas imaginárias é que lhes foi dado o nome de ‘devaneios’, de vez que nelas não há qualquer traço dos dois elementos comuns aos sonhos [ver em [1] e segs.]. Sua relação com o sono já é negada em seu próprio nome; e no concernente à segunda coisa comum aos sonhos, nelas não experimentamos nem alucinamos algo, mas imaginamos alguma coisa, sabemos que estamos tendo uma fantasia, não vemos, mas pensamos. Esses devaneios surgem no período pré-púbere, freqüentemente ainda na parte final da infância; persistem até

a maturidade ser alcançada e, então, ou são abandonados ou mantidos até o fim da vida. O conteúdo dessas fantasias é dominado por um motivo muito inteligível. São cenas e eventos em que as necessidades egoísticas de ambição e poder da pessoa, ou seus desejos eróticos, encontram satisfação. Em homens jovens as fantasias ambiciosas são as mais proeminentes; nas mulheres, cuja ambição se dirige ao êxito no amor, as fantasias é que o são. Também nos homens, contudo, as necessidades eróticas estão muito freqüentemente presentes nos bastidores: todos os seus feitos heróicos e seus êxitos parecem ter como único alvo a admiração e o favor das mulheres. Em outros aspectos esses devaneios são de tipos muito diferentes e passam por vicissitudes modificadoras. Todos eles, cada qual por sua vez, ou são abandonados após pouco tempo e substituídos por outros novos, ou mantidos, tecidos em longas histórias e adaptados às modificações que surgem nas circunstâncias da vida da pessoa. Eles se acomodam aos tempos, por assim dizer, e recebem uma ‘marca da época’ que testemunha a influência da nova situação. São a matéria-prima da produção poética, pois o escritor criativo usa seus devaneios com determinadas remodelações, disfarces e omissões, para construir as situações que introduz em seus contos, novelas ou peças. O herói dos devaneios é sempre a própria pessoa, seja diretamente, seja por uma óbvia identificação com alguma outra pessoa.

Talvez os devaneios atribuam seu nome ao fato de terem a mesma relação com a realidade - para indicar que seu conteúdo é para ser considerado não menos irreal do que o dos sonhos. No entanto, talvez partilhem esse nome por causa de alguma característica psíquica dos sonhos que ainda nos é desconhecida, alguma característica que estamos investigando. Também é possível que estejamos laborando em considerável erro ao tentarmos fazer uso dessa semelhança de nome como algo significativo. Somente mais tarde será possível elucidar esse aspecto.

CONFERÊNCIA VI - PREMISSAS E TÉCNICA DE INTERPRETAÇÃO

SENHORAS E SENHORES:

Aquilo de que necessitamos, então, é um novo caminho, um método que nos possibilitará estabelecer um início na investigação dos sonhos. Apresento-lhes uma hipótese razoável. Consideremos como premissa, desse ponto em diante, que *os sonhos não são fenômenos somáticos mas psíquicos*. Os senhores sabem o que isso significa; contudo, o que justifica que façamos essa hipótese? Nada: mas também nada há a impedir-nos de fazê-lo. Esta é a situação: se os sonhos são fenômenos somáticos, não têm interesse para nós, podem apenas

nos interessar na hipótese de serem fenômenos mentais. Trabalharemos com a hipótese de que realmente o são, para ver o que daí se origina. O resultado de nosso trabalho decidirá se devemos manter essa hipótese e se podemos tratá-la, por sua vez, como dado comprovado. Entretanto, a que realmente queremos chegar? Que objetivo nosso trabalho está buscando? Desejamos algo que é buscado em todo trabalho científico - compreender os fenômenos, estabelecer uma correlação entre os mesmos e, como fim último, aumentar, se possível, nosso poder sobre esses fenômenos. Nesse consenso, prosseguimos com nosso trabalho baseados na hipótese de que os sonhos são fenômenos psíquicos. Nesse caso, são produtos e comunicações da pessoa que sonha, porém comunicações que nada nos dizem, que não entendemos. Pois bem, o que fazem os senhores se lhes comunico algo ininteligível? Os senhores me farão perguntas, não é mesmo? Por que não faríamos a mesma coisa com a pessoa que sonhou - *questioná-la sobre o que seu sonho significa?*

Como se recordam, certa vez nos encontramos na mesma situação, anteriormente. Quando estávamos investigando determinadas parapraxias - um caso de lapso de língua. Alguém havia dito [ver em [1]]: ‘Então os fatos vieram a *Vorschwein*’ e logo lhe perguntamos - não, felizmente não éramos nós, e sim outras pessoas, que não tinham absolutamente qualquer conexão com a psicanálise - essas outras pessoas então lhe perguntaram o que quis dizer com esse comentário ininteligível. E ele prontamente replicou que tinha pretendido dizer ‘estes fatos eram *Schweinereien* [repugnantes]’, porém repelira essa intenção em troca da versão mais suave ‘então os fatos vieram a *Vorschein* [luz]’. Naquela ocasião [ver em [1] e [2]] assinalei aos senhores que essa amostra de informação constituía um modelo para toda investigação psicanalítica e agora compreenderão que a psicanálise segue a técnica de fazer com que as próprias pessoas que estão sendo examinadas, tanto quanto possível proporcionem a solução de seus enigmas [ver em [1]]. Assim, também é o próprio sonhador quem deve nos dizer o que seu sonho significa.

No entanto, como sabemos, com os sonhos as coisas não são tão simples. Com as parapraxias funcionou tudo bem, em numerosos casos; houve, porém, outros em que a pessoa, indagada, nada quis dizer e até mesmo recusou, indignada, a resposta que lhe propusemos. Com os sonhos os casos do primeiro tipo são muito escassos; o sonhador sempre diz que nada sabe. Não pode rejeitar nossa interpretação, de vez que não temos nenhuma para lhe apresentar. Devemos, então, desistir de nossa tentativa? Como ele nada sabe e nós nada sabemos, e uma terceira pessoa poderia saber menos ainda, parece não haver perspectiva de descobrir a solução. Nesse caso, se os senhores estão propensos a desistir, desistam da tentativa. Porém, se pensam de forma diferente, podem continuar acompanhando-me. Porque posso lhes assegurar ser completamente possível e, na realidade, altamente provável que o sonhador sabe, sim, o que seu sonho significa: *apenas não sabe que sabe, e, por esse motivo, pensa que não sabe.*

Os senhores me assinalarão que, mais uma vez, estou introduzindo uma suposição, já a segunda nesse breve raciocínio, e que, assim fazendo, estou reduzindo enormemente o direito à credibilidade de meu procedimento: ‘Devido à premissa de que os sonhos são fenômenos psíquicos, e devido a uma nova premissa de que há coisas mentais em uma pessoa que sabe sem saber que sabe da existência deles...’ e assim por diante. Sendo assim, basta que se considere a improbabilidade intrínseca de cada uma dessas duas premissas para se poder tranquilamente desviar o interesse de qualquer conclusão que se possa basear nelas.

Eu não os trouxe até aqui, senhoras e senhores, para iludi-los ou para ocultar-lhes determinadas coisas. Em meu programa, é verdade, anunciei uma série de ‘Conferências Elementares para Servir como Introdução à Psicanálise’, contudo, aquilo que eu tinha em mente não era nada nos moldes de uma apresentação *in usum Delphini*, que lhes daria uma versão agradável, com todas as dificuldades cuidadosamente escamoteadas, com as lacunas preenchidas e as dúvidas explicadas favoravelmente, de forma que os senhores pudessem crer, com a mente despreocupada, que tinham aprendido algo novo. Não, justamente pelo motivo de os senhores serem principiantes, quis mostrar-lhes a nossa ciência como ela é, com suas asperezas e dificuldades, suas exigências e hesitações. Pois sei que o mesmo se passa com todas as ciências e possivelmente não pode ser de outra forma, especialmente em seus começos. Sei também que, em geral, o ensino se dá ao trabalho de se notabilizar pelo fato de encobrir, de quem aprende, essas dificuldades e imperfeições. Com a psicanálise, porém, isso não vai acontecer. De modo que formulei duas premissas, uma dentro da outra; e se alguém acha tudo isso muito laborioso e muito inseguro, ou se alguém está habituado a certezas mais garantidas e a deduções mais elegantes, não deve prosseguir conosco. Penso, no entanto, que absolutamente não deveria se meter com os problemas psicológicos, porquanto é de se temer que em breve achará intransitáveis os caminhos precisos e seguros que escolheu para seguir. E uma ciência que tem algo a oferecer, não tem necessidade de cortejar ouvintes e adeptos. Suas descobertas não podem deixar de angariar adesões; e ela pode esperar até que essas descobertas tenham feito com que as atenções se voltassem para ela.

Para aqueles que gostariam de prosseguir com esse tema, porém, posso afiançar que minhas duas hipóteses não são equivalentes. A primeira, a de que os sonhos são fenômenos psíquicos, é a premissa que procuramos demonstrar pelo resultado de nosso trabalho; a segunda já foi demonstrada em outra área de conhecimento, e eu simplesmente estou me aventurando a transportá-la dessa área para nossos próprios problemas.

Onde, pois, em que campo, se pôde encontrar a prova de que existe algum conhecimento do qual a pessoa interessada, apesar de tudo, nada sabe, conforme estamos propondo supor a respeito dos sonhos? Em última análise, este seria um fato estranho, surpreendente, um fato que viria alterar nossa visão da vida mental e que não teria por que se manter escondido: um fato, aliás, que se neutraliza na sua própria denominação e que, não obstante, pretende ser

algo de real - uma contradição em termos. Pois bem, ele não se esconde. Não é falta sua se as pessoas nada sabem a seu respeito ou não lhe prestam suficiente atenção. Também não somos nós que devemos ser acusados de permitir que esses problemas psicológicos sejam deixados a cargo de pessoas que se mantêm distanciadas de todas as observações e experiências decisivas para a questão.

A comprovação foi encontrada no campo dos fenômenos hipnóticos. Quando, em 1889, tomei parte nas demonstrações extraordinariamente impressionantes feitas por Liébault e Bernheim, em Nancy,

testemunhei a seguinte experiência, entre outras. Quando um homem era colocado em estado de sonambulismo, era levado a experimentar toda espécie de coisas, em forma alucinatória, e, depois, era despertado; de início parecia nada saber do que acontecera durante seu sono hipnótico. Bernheim então lhe pedia, sem rodeios, para relatar o que lhe havia acontecido sob hipnose. O homem afirmava que não conseguia lembrar-se de nada. Bernheim, porém, se mantinha firme, pressionava-o para falar, insistia em que o homem sabia e devia recordar. E eis que o homem era tomado de incerteza, começava a refletir e recordava de forma indistinta uma das experiências que lhe tinham sido sugeridas, e depois outra parte, e a memória se tornava cada vez mais clara e mais completa e finalmente vinha à luz, sem falha. Como, no entanto, posteriormente o homem sabia o que lhe acontecera durante a experiência, e como ninguém lhe havia comunicado nada nesse meio tempo, achamos acertado concluir que ele também antes sabia. Simplesmente lhe era inacessível; ele não sabia que sabia, e pensava que não sabia. Ou seja, a situação era exatamente igual àquela que suspeitamos existir naquele nosso sonhador.

Suponho que os senhores se surpreendam com que esse fato tenha sido estabelecido, e me perguntarão: 'Por que o senhor deixou de apresentar essa prova anteriormente, em conexão com as parapraxias, quando terminamos por atribuir a um homem que cometera um lapso de língua uma intenção de dizer coisas das quais nada sabia e que negava? Se uma pessoa pensa que não sabe nada sobre experiências cuja lembrança, ainda assim, está dentro dela, já não é mais tão improvável ela não saber nada de outros processos mentais dentro de si. Esse certamente seria para nós um argumento de peso, e nos teria auxiliado a compreender as parapraxias.' Naturalmente eu poderia tê-lo apresentado antes, porém reservei-o para outro lugar onde é mais necessário. As parapraxias, em parte, se explicavam por si mesmas, e, em parte, nos deixavam a impressão de que, para preservar a continuidade dos fenômenos em questão, seria prudente supor a existência de processos mentais dos quais a pessoa nada sabe. No caso dos sonhos, somos compelidos a introduzir explicações provenientes de outro lugar e, ademais disso, espero que, no caso dos mesmos, os senhores acharão mais fácil aceitar que eu transporte para cá explicações provenientes da hipnose. O estado no qual uma parapraxia ocorre, não pode deixar de se lhes afigurar normal; não possui qualquer semelhança com o estado hipnótico. Por outro lado, existe um parentesco evidente entre o estado hipnótico e o estado de sonho, que constitui uma condição necessária do sonho. A

hipnose, na verdade, é descrita como um sono artificial. À pessoa que estamos hipnotizando pedimos que durma, e as sugestões que fazemos são comparáveis aos sonhos do sono natural. As situações psíquicas nos dois casos são realmente análogas. No sono natural retiramos nosso interesse de todo o mundo externo; e no sono hipnótico também o retiramos do mundo inteiro, porém com exceção apenas da pessoa que nos hipnotizou e com a qual permanecemos em contato. Diga-se de passagem, o sono de uma mãe cuidando de seu filho, permanecendo em contato com o mesmo e podendo ser acordada apenas por ele, é um equivalente normal do sono hipnótico. Assim, não seria tão fora de propósito transpor a situação da hipnose para a do sono natural. Não é inteiramente absurda a suposição de que também no sonhador esteja presente algum conhecimento a respeito de seus sonhos, embora esse conhecimento lhe seja inacessível a ponto de não acreditar no mesmo. Observe-se que, nesse ponto, se abre uma terceira frente de abordagem ao estudo dos sonhos: vimos a dos estímulos que perturbam o sono, a dos devaneios e, agora, temos a dos sonhos sugeridos do estado hipnótico.

Talvez possamos agora retornar à nossa tarefa com renovada confiança. É, pois, provável que o sonhador tenha noção do que sonhou; a única questão é saber como tornar-lhe possível descobrir o conhecimento que tem e o comunicar a nós. Não lhe exigimos dizer-nos abertamente o sentido de seu sonho, porém será capaz de encontrar a origem, o círculo de pensamentos e de interesses do qual surgiu tal sonho. Os senhores se recordam de que, no caso das parapraxias, perguntou-se ao homem como ele havia chegado à palavra equivocada ‘*Vorschwein*’, e a primeira coisa que lhe ocorreu deu-nos a explicação. Nossa técnica, no que se refere aos sonhos, portanto é muito simples e copiada desse exemplo. Também aqui perguntaremos a quem sonhou de que modo chegou ao sonho e, da mesma forma, seu primeiro comentário pode ser considerado uma explicação. Com isso deixamos de lado o problema da distinção entre o fato de o sonhador pensar e o de não pensar que sabe algo, e tratamos ambos os casos como um só e mesmo caso.

Essa técnica certamente é muito simples, porém temo que desencadeará a mais viva oposição dos senhores. Haverão de dizer: ‘Mais uma hipótese! a terceira! E a mais improvável de todas! Se pergunto à pessoa que sonhou o que é que lhe ocorre em relação ao sonho, de que modo precisamente a primeira coisa que lhe ocorre pode nos dar a explicação que esperamos? Ora, pode não lhe ocorrer absolutamente nada, ou sabe lá o que lhe pode ocorrer. Não consigo ver em que se baseia uma expectativa desse tipo. Isso realmente é mostrar demasiada confiança na divina providência, em um ponto em que seria apropriado, isto sim, um maior exercício da faculdade crítica. Ademais, um sonho não é somente uma palavra errada; consiste em numerosos elementos. Assim sendo, que associação de idéias devemos seguir?’ Os senhores estão corretos em todos os pontos de menor importância. Um sonho difere de um lapso de língua, entre outras coisas, pela multiplicidade de seus elementos. Nossa técnica deve levar isso em consideração. Portanto lhes sugiro dividirmos o sonho em seus elementos e iniciarmos uma pesquisa à parte, de cada elemento; ao fazermos isso, a analogia com um lapso de língua se estabelece. Os senhores também têm

razão ao pensar que aquele que sonhou, quando interrogado sobre os diversos elementos do sonho separados uns dos outros, pode responder que nada lhe ocorre. Há alguns exemplos nos quais deixamos passar essa resposta, e mais adiante os senhores saberão que exemplos são esses [ver em [1]]; coisa muito estranha, são exemplos nos quais idéias definidas podem ocorrer em nós mesmos. Porém, em geral, se quem sonhou afirma que nada lhe ocorre, contestamos; nós o pressionamos, insistimos em que algo deve ocorrer-lhe - e tornamos a ter razão. Produzirá uma idéia - qualquer idéia, é-nos indiferente qual seja. O sonhador nos dará determinadas informações, que podem ser descritas como 'históricas' com especial facilidade. Ele pode dizer: 'Isso é algo que aconteceu ontem' (como foi o caso em nossos dois sonhos 'de verdade' [ver em [1] e [2]], ou: 'Isso me lembra algo que aconteceu há pouco tempo' - e dessa maneira descobriremos que os sonhos se referem a impressões do dia anterior, ou dos dois últimos dias, muito mais freqüentemente do que de início imaginávamos [loc. cit.]. E, finalmente, também recordará, a partir do sonho, acontecimentos de épocas ainda mais anteriores, e até mesmo, talvez, de um passado muito remoto.

No seu ponto principal, contudo, os senhores se enganam. Se pensam ser arbitrário supor que a primeira coisa que ocorre ao sonhador forçosamente deva nos revelar aquilo que estamos procurando, nos levar até a meta de nossa procura; se pensam que aquilo que lhe vem à mente poderia ser qualquer outra coisa deste mundo e poderia não ter qualquer relação com o que procuramos; e que ao esperar alguma coisa diferente estou apenas exibindo minha confiança na providência divina - então os senhores estão cometendo um grande equívoco. Uma vez, anteriormente [ver em [1]], arrisquei-me a dizer-lhes que os senhores acalentam uma fé, profundamente arraigada, em acontecimentos psíquicos não-determinados e no livre-arbítrio; que isso, porém, é bastante anticientífico e deve ceder lugar à necessidade de um determinismo cujo princípio se estende à vida mental. Peço que respeitem o fato de que aquilo foi o que veio à mente do homem, e não outra coisa. No entanto, não estou opondo uma fé a outra. Pode-se demonstrar que a idéia referida pelo homem não era arbitrária, nem indeterminável, nem isenta de relação com aquilo que procurávamos. Na realidade, há não muito tempo constatei - posso dizer que sem atribuir muita importância ao fato - que a psicologia experimental também havia obtido provas nesse sentido.

Tendo em vista a importância do assunto, solicitarei dos senhores especial atenção. Ao pedir a alguém dizer-me o que lhe vem à mente em resposta a um determinado elemento do sonho, estou lhe pedindo que se entregue à associação livre, *enquanto mantém na mente uma idéia como ponto de partida*. Isso exige uma atitude especial da atenção, bastante diferente da reflexão, e que exclui esta. Algumas pessoas conseguem essa atitude com facilidade; outras, quando tentam consegui-la, mostram um grau de inabilidade incrivelmente elevado. Existe, no entanto, um grau maior de liberdade de associação: quer dizer, posso eliminar a exigência de manter na memória uma idéia inicial e tão-somente estabelecer a modalidade ou tipo de associação que quero - posso, por exemplo, exigir da pessoa em experiência que deixe vir à mente um nome próprio ou um número, livremente. Aquilo que

então lhe ocorre presumivelmente seria ainda mais casual e mais imprevisível do que com nossa técnica anterior. Pode ser demonstrado, porém, que é sempre algo estritamente determinado por importantes atitudes internas da mente, desconhecidas de nós no momento em que atuam - tão pouco conhecidas como as intenções perturbadoras das parapraxias e as intenções causadoras das ações casuais [ver em [1]].

Eu e muitos outros depois de mim fizemos repetidamente essas experiências com nomes e com números pensados ao acaso, e alguns desses experimentos foram publicados. Nessas experiências o procedimento consiste em fornecer uma série de associações ao nome que emergiu; essas associações subseqüentes, em decorrência, não são mais inteiramente livres, porém possuem um vínculo, assim como existe vínculo entre as associações e os elementos dos sonhos. Continua-se com esse procedimento até que se considere esgotado o estímulo para associar. Entretanto, com isso já terá sido esclarecido tanto o motivo como o significado da escolha casual do nome. Essas experiências sempre conduzem ao mesmo resultado; relatos referentes a elas freqüentemente abrangem copioso material e exigem amplas elucidações. As associações com *números* escolhidos ao acaso são, talvez, as mais convincentes; elas fluem tão rapidamente e avançam com tão incrível certeza em direção a um objetivo oculto, que o efeito é realmente surpreendente. Apresentarei aos senhores um exemplo de uma dessas análises de um nome, de vez que lidar com isso exige uma quantidade de material convenientemente pequena. No decurso do tratamento de um jovem tive ocasião de discutir esse assunto e mencionei a tese de que, apesar de uma escolha aparentemente casual, é impossível pensar em um nome ao acaso que não venha a se revelar como rigorosamente determinado pelas circunstâncias imediatas, pelas características da pessoa em experiência e por sua situação no momento. De vez que ele se encontrava cético, sugeri-lhe que deveria fazer consigo mesmo uma experiência desse tipo, na hora. Eu sabia que ele mantinha relações particularmente numerosas, de todo tipo, com mulheres casadas e com moças, e assim pensei que ele teria à sua disposição uma escolha especialmente ampla se fosse o caso de lhe pedir que escolhesse o nome de uma mulher. Concordou em fazer a experiência. Para minha surpresa, ou melhor, talvez, para sua surpresa, não fui assoberbado por nenhuma avalanche de nomes femininos; permaneceu calado por um momento e então admitiu que apenas um nome lhe tinha vindo à cabeça e nenhum outro além deste: 'Albina'. - Que coisa curiosa! Mas o que significa esse nome para o senhor? Quantas 'Albinas' o senhor conhece? - É estranho dizê-lo, ele não conhecia nenhuma mulher chamada 'Albina', e nada mais lhe ocorreu junto com o nome. Dessa forma, podia-se pensar que a análise havia fracassado. Mas não, absolutamente: já estava completa e outras associações não eram necessárias. O homem tinha uma pele excepcionalmente alva e, em conversação durante o tratamento, muitas vezes eu o chamara de albino, por brincadeira. Por essa época estávamos tratando de determinar os componentes femininos de sua constituição. Assim, era ele mesmo essa 'Albina', a mulher que mais lhe interessava no momento.

Do mesmo modo, pode-se constatar que as melodias que acodem à mente de uma pessoa de modo inesperado são determinadas por uma seqüência de idéias à qual pertencem, e têm

o direito de atarefar a mente, sem que haja consciência de sua atividade. É fácil, nesses casos, demonstrar que a relação com a melodia é baseada em sua letra ou em sua origem. Contudo, devo ter o cuidado de não estender essa asserção a pessoas realmente ligadas à música; sucede que com elas não tive qualquer experiência. Pode ser que para essas pessoas o conteúdo musical da melodia é que decide seu surgimento. O primeiro caso é certamente o mais comum. Por exemplo, conheço um jovem que se sentiu durante algum tempo realmente perseguido pela melodia (aliás, uma melodia maravilhosa) da canção de Páris [de Offenbach] *La belle Hélène*, até que, em sua análise, ele teve sua atenção voltada para uma rivalidade em torno de sua pessoa e em benefício seu, uma rivalidade entre uma ‘Ida’ e uma ‘Helena’. Se então as coisas que vêm à mente de uma pessoa assim tão livremente, são de tal maneira determinadas e formam parte de um todo inter-relacionado, sem dúvida estamos agindo acertadamente ao concluir que não podem ser menos determinadas aquelas coisas que lhe acodem à mente com apenas um vínculo - ou seja, o vínculo delas com a idéia que serve como seu ponto de partida. A investigação realmente mostra que, afora o vínculo que lhe fornecemos com a idéia inicial, essas associações são dependentes também de grupos de idéias e de interesses intensamente emocionais, os ‘complexos’, cuja participação não é conhecida no momento - ou seja, é inconsciente. A ocorrência de idéias com vínculos dessa espécie tem sido objeto de pesquisas experimentais muito elucidativas que desempenharam um papel notável na história da psicanálise. A escola de Wundt introduziu o que conhecemos como experiências de associação, nas quais se diz à pessoa uma *palavra-estímulo* e a pessoa tem de responder a ela tão rapidamente quanto lhe é possível, com qualquer *reação* que lhe ocorra. Nesse caso, é possível estudar o intervalo de tempo que se passa entre o estímulo e a reação, a natureza das respostas dadas como reação, os possíveis erros quando a experiência é repetida mais tarde, e assim por diante. A escola de Zurique, liderada por Bleuler e Jung, encontrou explicação para as reações que se sucediam na experiência de associação, fazendo as pessoas em experiência elucidarem suas reações por meio de associações subseqüentes, no caso de essas reações terem mostrado aspectos marcantes. Constatou-se então que essas reações marcantes eram determinadas de forma muito definida pelos complexos da pessoa. Assim, Bleuler e Jung estabeleceram a primeira ponte entre a psicologia experimental e a psicanálise. Tendo aprendido tantas coisas, os senhores poderão dizer: ‘Agora reconhecemos que os pensamentos que livremente acodem à mente de uma pessoa são determinados, e não arbitrários, como supunhamos. Admitimos que isso seja verdadeiro também para os pensamentos que ocorrem como resposta aos elementos dos sonhos. Não é nisso, porém, que estamos interessados. O senhor assevera que aquilo que vem à mente do sonhador, como resposta ao elemento onírico, é determinado pelo fundamento psíquico (desconhecido para nós) daquele elemento em particular. Isso não nos parece estar provado. Esperamos, isto sim, que o que ocorre ao sonhador como resposta ao elemento onírico, venha a se revelar como sendo determinado por um dos complexos de quem sonhou; contudo, de que nos serve isso? Não nos leva a uma compreensão dos sonhos e sim, tal como a experiência de associação, ao conhecimento desses ditos complexos. Mas, o que têm eles a ver com os sonhos?’

Os senhores têm razão, porém estão negligenciando um fator. Ademais, é precisamente devido a esse fator que não escolhi a experiência de associação como ponto de partida desta exposição. Nessa experiência, o único determinante da reação, isto é, a palavra-estímulo, é arbitrariamente escolhida por nós. Aqui, a reação é intermediária entre a palavra-estímulo e o complexo despertado na pessoa. Nos sonhos, a palavra-estímulo é substituída por algo que propriamente deriva da vida mental da pessoa, de fontes que lhe são desconhecidas, podendo este algo, por conseguinte, ser facilmente um verdadeiro ‘derivado de um complexo’. Logo, não é exatamente fantástico supor que as demais associações vinculadas aos elementos oníricos serão determinadas pelo mesmo complexo que o do próprio elemento, e supor que conduzirão à sua descoberta.

Permitam-me mostrar-lhes com outro exemplo que os fatos são como esperamos. O esquecimento de nomes próprios é realmente um excelente modelo do que acontece na análise de sonhos; a diferença está apenas em que os eventos compartilhados entre duas pessoas na análise de sonhos estão combinados em uma só pessoa nas parapraxias. Se esqueço temporariamente um nome, mesmo assim sinto em mim alguma certeza de o saber - uma certeza a que, no caso da pessoa que sonhou, somente chegamos pelo caminho indireto da experiência de Bernheim [ver em [1]]. O nome que esqueci, embora o saiba, não é acessível para mim. A experiência em breve me ensina que nada adianta pensar nele, por mais que me esforce. Em lugar do nome esquecido, porém, sempre posso recordar um ou vários nomes substitutos. É somente depois de espontaneamente ter-me ocorrido um nome substituto desse tipo, que se torna óbvio a semelhança dessa situação com a da interpretação do sonho. Como esse nome substituto, também o elemento onírico não é a verdadeira coisa em si, porém tão-somente está em lugar de alguma outra coisa - da coisa original que desconheço e devo descobrir mediante a análise do sonho. Mais uma vez, a única diferença é que, no caso do esquecimento de um nome, reconheço sem hesitação o substituto como algo não-original, ao passo que, no caso do elemento onírico, chegamos a essa constatação com mais dificuldade. Pois bem, no caso do esquecimento de um nome existe também um método pelo qual podemos partir do substituto e chegar à coisa inconsciente original, o nome esquecido. Dirigindo minha atenção para os nomes substitutos e permitindo que, em resposta a estes, outras idéias me advenham, obtenho o nome esquecido através de rodeios mais ou menos longos; ao ocorrer isso, verifico que tanto o nome substituto espontâneo como os nomes que recordei, estão correlacionados com o nome esquecido e foram por ele determinados. Descreverei para os senhores uma análise desse tipo. Certo dia verifiquei que não conseguia recordar o nome do pequeno país da Riviera cuja capital é Monte Carlo. Foi muito cansativo, porém a coisa se passou assim. Concentrei tudo quanto sabia a respeito desse país. Pensei no Príncipe Alberto, da Casa de Lusignan, nos seus casamentos, em sua dedicação às pesquisas em alto-mar, e tudo o mais que pude reunir; mas foi inútil. Desisti, assim, da reflexão e deixei que me ocorressem nomes substitutos em vez do nome esquecido. Vieram rapidamente: a própria Monte Carlo, Piemonte, Albânia, Montevideu, Colico. Nessa série chamou-me a atenção primeiramente Albânia, logo substituída por Montenegro, sem dúvida por causa do contraste entre branco e negro. Então constatei que quatro desses nomes

substitutos continham a mesma sílaba ‘mon’ e com isso, subitamente, eu tinha a palavra esquecida e exclamei em voz alta: ‘Mônaco!’ Os nomes substitutos, assim, realmente haviam surgido do nome esquecido: os quatro primeiros provinham de sua primeira sílaba, ao passo que o último reproduzia sua estrutura silábica e sua última sílaba inteira. Ademais, consegui descobrir com bastante facilidade o que me privara temporariamente desse nome. Mônaco é também a palavra italiana para Munique; e foi essa cidade que exerceu a influência inibitória.

Não há dúvida de que esse é um bom exemplo, porém é simples demais. Em outros casos, teria sido necessário recordar extensas seqüências de idéias em resposta ao primeiro nome substituto, e então a analogia com a análise de sonhos teria sido mais clara. Tive experiências também desse tipo. Certa ocasião, um estrangeiro convidou-me para tomar vinho italiano em sua companhia; porém, quando estávamos no restaurante, sucedeu não lembrar-se ele do nome do vinho que desejava pedir em virtude das recordações muito agradáveis que tinha desse vinho. A partir de numerosas idéias substitutas de diferentes espécies que acudiam à sua memória, em lugar do nome esquecido, pude concluir que pensamentos a respeito de algo com o nome Hedwig o tinham feito esquecer o nome. E ele não apenas confirmou o fato de que provara desse vinho, pela primeira vez, quando estava em companhia de alguém com esse nome, como também, auxiliado pela descoberta, se lembrou do nome do vinho. Presentemente ele estava sendo feliz no casamento e aquele nome, Hedwig, pertencia a uma época anterior que não desejava recordar.

Sendo possível no caso de esquecimento de um nome, também na interpretação de sonhos deve ser possível prosseguir, a partir do substituto, ao longo da cadeia de associações ligada a ele e dessa forma obter acesso à coisa original que está sendo mantida oculta. Do exemplo do nome esquecido podemos concluir que as associações com o elemento onírico serão determinadas tanto pelo elemento onírico como pela coisa original inconsciente que está por trás deste. Sendo assim, parece que aduzimos alguma fundamentação para nossa técnica.

CONFERÊNCIA VII - O CONTEÚDO MANIFESTO DOS SONHOS E OSPENSAMENTOS ONÍRICOS LATENTES

SENHORAS E SENHORES:

Como vêm, nosso estudo das parapraxias não foi improficuo. Graças a nossos esforços com elas, sujeitos a duas premissas que lhes expliquei, conseguimos duas coisas: uma concepção da natureza dos elementos oníricos e uma técnica para interpretar sonhos. A concepção dos elementos oníricos nos diz serem eles coisas não-originais [ver em [1]], substitutos de alguma outra coisa desconhecida do sonhador (como a intenção de uma parapraxia), substitutos de algo cujo conhecimento está presente em quem sonhou, que lhe é, porém, inacessível. Temos a esperança de que será possível aplicar a mesma concepção a sonhos inteiros constituídos de tais elementos. Nossa técnica baseia-se em usar a associação livre para esses elementos, a fim de suscitar a emergência de outras estruturas substitutivas que nos possibilitarão atingir aquilo que se oculta de nossos olhos. Proponho, agora, que devemos introduzir uma modificação em nossa nomenclatura, o que nos dará maior liberdade de movimentos. Em vez de falar em ‘oculto’, ‘inacessível’ ou ‘não-genuíno’, adotemos a descrição correta e digamos ‘inacessível para a consciência do sonhador’ ou ‘*inconsciente*’. Com isso quero dizer tão-somente aquilo que pode acudir ao espírito dos senhores quando pensam em uma palavra que lhes escapou, ou na intenção perturbadora de uma parapraxia - ou seja, quero dizer apenas ‘*inconsciente no momento*’. Contrastando com esse aspecto, naturalmente podemos referir como ‘conscientes’ os elementos oníricos propriamente ditos e as idéias substitutivas que, através das associações com estes elementos, são de surgimento recente. Até aqui essa nomenclatura não envolve qualquer formulação teórica. Não se pode estabelecer objeção alguma ao uso da palavra ‘inconsciente’ como descrição adequada e de fácil compreensão.

Se estendemos ao sonho total nossa concepção a respeito de seus elementos isolados, procede que o sonho como um todo constitui um substituto deformado de alguma outra coisa, algo inconsciente, e que a tarefa de interpretar um sonho é descobrir esse material inconsciente. Disso logo resultam, entretanto, três regras importantes que devemos observar durante o trabalho de interpretação de sonhos.

(1) Não devemos nos preocupar com aquilo que o sonho *parece* dizer-nos, seja

compreensível ou absurdo, claro ou confuso, de vez que pode não ser o material inconsciente que estamos procurando. (Uma evidente limitação desta regra forçosamente irá impor-se à nossa consideração, mais adiante [ver em [1]].) (2) Devemos restringir nosso trabalho à recordação das idéias substitutivas de cada elemento, não devemos refletir sobre elas, nem considerar se contêm algo importante; e não devemos nos perturbar com o grau de divergência que elas apresentam em relação ao elemento onírico. (3) Precisamos aguardar até que o material inconsciente oculto, o qual procuramos, surja com espontaneidade, exatamente como a palavra esquecida ‘Mônaco’ adveio na experiência que descrevi [ver em [1]].

Agora, também, podemos compreender em que grau é indiferente o fato de muita ou pouca coisa do sonho ser lembrada, sobretudo se lembrada com precisão ou imprecisão. Pois o sonho recordado não é o material original e sim um seu substituto deformado, o qual, mediante a rememoração de outras imagens substitutivas, deve auxiliar-nos a nos aproximarmos do material original, a tornar consciente aquilo que no sonho é inconsciente. Se nossa lembrança foi imprecisa, portanto, causou simplesmente uma deformação a mais desse substituto - uma deformação que, porém, não se efetuou sem motivo.

O trabalho de interpretar pode ser executado nos sonhos de cada um, ou nos sonhos de outras pessoas. Na realidade, aprende-se mais consigo mesmo; o processo impõe maior convicção. Se então fizermos uma tentativa, observaremos que algo se opõe ao nosso trabalho. É verdade que as idéias nos ocorrem; porém, não permitimos que todas elas sejam levadas em consideração; influências de julgamentos e de escolhas se fazem sentir. No caso de uma idéia, podemos dizer a nós mesmos: ‘Não, isso não é importante, não tem cabimento aqui.’ No caso de outra idéia: ‘isso é demasiadamente sem sentido’; e no caso de uma terceira: ‘isso é totalmente sem importância’. E depois, somos capazes de observar como, com objeções dessa espécie, podemos encobrir idéias e finalmente rechaçá-las todas juntas, sem exceção, antes mesmo de se haverem tornado bastante claras. Assim, por um lado nos aferramos muito àquela idéia que constituiu nosso ponto de partida, o próprio elemento onírico; e, por outro lado, interferimos no resultado das associações livres ao fazer a escolha. Se não somos nós mesmos enquanto interpretamos o sonho, se tomamos outra pessoa para que o interprete, adquirimos consciência muito nítida de mais um motivo que alegamos ao fazer essa seleção indevida, porque às vezes dizemos para nós: ‘Não, essa idéia é excessivamente desagradável; não quero ou não posso referi-la.’

Essas objeções constituem evidente ameaça ao êxito de nosso trabalho. Delas devemos nos resguardar, e em nosso próprio caso o fazemos resolvendo não ceder a elas. Estando analisando o sonho de uma outra pessoa, estabelecemos como regra inviolável a pessoa não ocultar de nós idéia alguma, ainda que dê origem a uma das quatro objeções - de ser demasiado sem importância, ou sem sentido; ou de ser irrelevante, ou muito desagradável para ser referida. O sonhador promete obedecer à regra, e a seguir podemos ter o aborrecimento de verificar como ele cumpre mal o prometido, quando lhe surge a ocasião.

Podemos explicar a nós mesmos o que se passa, de início, supondo que, malgrado a garantia peremptória, ele ainda não se compenetrou da razão de ser da associação livre; e talvez possamos ter a idéia de primeiro convencê-lo teoricamente, dando-lhe livros para que leia, ou enviando-o a conferências que o possam converter em adepto de nossos pontos de vista sobre a associação livre. Contudo, de um erro assim nos manteremos à distância, basta considerarmos nosso próprio caso; do vigor de nossas convicções dificilmente se pode duvidar, afinal de contas as mesmas objeções se apresentam a determinadas idéias, e são afastadas apenas posteriormente - digamos, em segunda instância. Em vez de nos aborrecermos com a desobediência do sonhador, podemos lucrar com essas experiências aprendendo algo novo a partir delas - algo tanto mais importante quanto menos esperamos. Percebemos que o trabalho de interpretar sonhos é executado em presença de uma resistência que a ele se opõe e da qual as objeções críticas constituem manifestações. A resistência independe da convicção teórica daquele que sonhou. Com efeito, aprendemos ainda mais. Descobrimos que uma objeção crítica desse tipo jamais chega a mostrar-se justificada. Ao contrário, as idéias que as pessoas tentam suprimir dessa maneira *invariavelmente* se revelam as mais importantes e decisivas em nossa busca de material inconsciente. Na realidade equivale a uma marca distintiva uma idéia acompanhar-se de uma objeção desse tipo.

A referida resistência é algo inteiramente novo: um fenômeno que encontramos calmamente em relação a nossas premissas [ver em [1] e seg.]; porém, um fenômeno que não se incluía entre as mesmas. O aparecimento desse novo fator em nossos cálculos nos alcança como determinada surpresa não de todo agradável. Logo suspeitamos que ela não irá tornar mais fácil nosso trabalho. Poderia desorientar-nos a ponto de abandonarmos nosso completo interesse pelos sonhos: algo tão sem importância como um sonho e, como se não bastasse, todas essas dificuldades, em lugar de uma única técnica simples, sem rodeios! Em compensação, porém, as dificuldades podem precisamente agir como estímulo e fazer-nos suspeitar que o trabalho valerá a pena. Regularmente deparamos com a resistência ao tentarmos abrir caminho desde o substituto, que é o elemento onírico, até o material inconsciente oculto por trás dele. Podemos, assim, concluir que deve haver algo importante escondido por trás do substituto. Se não, para que servem as dificuldades que tentam manter em vigor o ocultamento? Se uma criança recusa abrir sua mão fechada, para mostrar o que tem escondido, podemos nos sentir seguros de que se trata de algo equívoco - algo que ela não devia ter.

No momento em que introduzimos nos fatos em questão a idéia dinâmica de uma resistência, devemos simultaneamente refletir ser esse fator algo que varia em quantidade. Podem existir resistências maiores e menores, e estamos preparados para encontrar essas diferenças revelando-se também durante nosso trabalho. Talvez sejamos capazes de vincular essa experiência com outra que também encontramos durante o trabalho da interpretação de sonhos: às vezes, apenas uma única resposta, ou não mais do que algumas, são requeridas para nos conduzirem desde o elemento onírico até o material inconsciente que nele se oculta,

ao passo que em outras ocasiões, para se realizar isso, são necessárias longas cadeias de associações e a superação de muitas objeções críticas. Concluiremos que essas diferenças correspondem à variável magnitude da resistência, e certamente se verá que temos razão. Se a resistência é pequena, o substituto não pode estar muito distante do material inconsciente; contudo, uma resistência maior significa que o material inconsciente está muito distorcido e que será longo o caminho que se estende desde o substituto ao material inconsciente.

Talvez, agora, seja o momento de tomarmos um sonho e tentar aplicar-lhe nossa técnica, a fim de verificar se nossas expectativas se confirmam. Sim; no entanto, que sonho devemos escolher para essa finalidade? Os senhores não podem imaginar como julgo difícil decidir; nem sequer posso esclarecer a natureza de minhas dificuldades. Evidentemente deve haver sonhos que, em seu conjunto, foram sujeitos apenas a uma pequena deformação, e o melhor plano seria começar por eles. Entretanto, que sonhos foram menos deformados? Os inteligíveis e não confusos, dos quais já lhes apresentei dois exemplos [ver em [1] e [2]]? Isso nos faria perder o rumo. A investigação mostra que tais sonhos foram sujeitos a um extraordinário grau de deformação. Se, entretanto, eu devesse não levar em conta exigências especiais e selecionasse um sonho a esmo, os senhores provavelmente ficariam muito desapontados. Talvez tivéssemos de observar ou gravar tamanha profusão de idéias, em resposta aos elementos oníricos isolados, que seríamos incapazes de estabelecer uma visão de conjunto do trabalho. Se tomamos nota por escrito de um sonho e então anotamos todas as idéias que emergem como resposta a ele, podemos verificar que essas idéias são muitas vezes mais longas do que o texto do sonho. O melhor plano, portanto, pareceria ser o de escolher alguns sonhos curtos para análise, quando cada um dos quais pelo menos nos dirá algo ou confirmará algum ponto. Decidiremos, assim, seguir esse rumo, a menos que a experiência talvez nos mostre onde realmente podemos encontrar sonhos que foram apenas ligeiramente deformados. No entanto, posso pensar em alguma outra coisa que nos tornará as coisas mais fáceis: algo, ademais, que está em nossa trajetória. Em vez de começarmos por interpretar sonhos completos, nos restringiremos a alguns elementos oníricos e descobriremos, em determinado número de exemplos, como esses podem ser explicados mediante aplicação de nossa técnica.

(a) Uma senhora referiu que, quando criança, sonhava muito freqüentemente que *Deus usava na cabeça um chapéu de três bicos feito de papel*. O que os senhores podem fazer com esse caso, sem o auxílio daquela que sonhou? Parece totalmente disparatado. Deixa, porém, de ser absurdo quando ouvirmos da senhora que ela costumava usar na cabeça um chapéu desse tipo, às refeições, quando era criança, porque nunca podia resistir ao desejo de dar olhadas furtivas aos pratos dos irmãos e irmãs para ver se eles não tinham ganho porções maiores que a sua. Assim, o chapéu se destinava a funcionar como um par de óculos de proteção. Isso, aliás, era uma parte das informações referentes à sua história [ver em [1] e [2] e seg.], e foi fornecida sem qualquer dificuldade. A interpretação desse elemento e, ao mesmo tempo, de todo esse breve sonho foi feita com o auxílio de mais uma idéia que lhe ocorreu: ‘Quando ouvi dizer que Deus era onisciente e via tudo’, disse, ‘o sonho só pode

significar que eu sabia tudo e via tudo, mesmo que procurassem me impedir.' Parece que este exemplo é simples demais.(b) Uma paciente, que se mostrava cética neste respeito, teve um longo sonho, no decorrer do qual algumas pessoas lhe falavam acerca de meu livro sobre chistes [1905c] e o elogiavam muito. Então surgiu algo referente a um 'canal', talvez um outro livro que mencionava um canal, ou então alguma coisa com canal... ela não sabia ... era tudo tão indistinto. Sem dúvida os senhores tenderão a esperar que o elemento 'canal', de vez que já era tão indistinto, seria inacessível à interpretação. Têm razão em suspeitar de uma dificuldade; porém a dificuldade não resulta da indistinção: tanto a dificuldade como a indistinção se originam de outra causa. Nada ocorreu a essa paciente em relação a 'canal', e eu obviamente não pude elucidá-lo. Pouco tempo depois - para dizer a verdade, no dia seguinte - disse-me que havia pensado em alguma coisa que podia ter algo a ver com o fato. Era, sim, um chiste - um chiste que tinha ouvido. No vapor entre Dover e Calais, um conhecido autor entabulou conversação com um inglês. Este aproveitou a ocasião para citar a frase: 'Du sublime au ridicule il n'y a qu'un pas. [Do sublime ao ridículo não vai mais que um passo.]' 'Sim', respondeu o autor, 'le Pas de Calais' - querendo dizer que havia pensado que a França era sublime e a Inglaterra, ridícula. Porém o *Pas de Calais* é um canal - o Canal Inglês [Na verdade, os Estreitos de Dover.]. Os senhores me perguntarão se penso que isso tinha algo a ver com o sonho. Penso que sim, certamente; e dá a solução do elemento enigmático do sonho. Poderão duvidar de que esse chiste, já antes de ocorrer o sonho, estava presente na qualidade de pensamento inconsciente, oculto por trás do elemento 'canal'? Podem os senhores supor que foi introduzido como invenção subsequente? A associação revelou o ceticismo que jaz oculto na admiração ostensiva da paciente; e sua resistência contra a revelação desse fato era sem dúvida a causa comum tanto de sua demora em fornecer a associação, como da indistinção do elemento onírico em referência. Considerem a relação entre o elemento onírico e seu terreno inconsciente: era como se fosse um fragmento desse terreno, uma alusão ao mesmo, tendo-se tornado ininteligível ao ser isolado.(c) Como parte de um sonho um tanto longo, um paciente sonhou que *diversos membros de sua família estavam sentados em volta de uma mesa de formato especial*, etc. Ocorreu-lhe, em relação à mesa, que ele tinha visto um móvel desse tipo quando visitava determinada família. Seus pensamentos continuaram revelando que havia um relacionamento peculiar entre pai e filho, nessa família; e logo acrescentou que o mesmo se passava, de fato, nas relações entre ele próprio e seu pai. Assim, a mesa passou a fazer parte do sonho a fim de assinalar esse paralelo. O sonhador há muito se havia familiarizado com os requisitos da interpretação de sonhos. Outras pessoas talvez pudessem fazer objeções a que detalhes tão triviais, como o formato de uma mesa, se tornassem objeto de investigação. Na realidade, porém, não consideramos que algo seja casual ou indiferente em um sonho, e esperamos obter informações precisamente a partir da explicação desses detalhes triviais e despropositados. Os senhores talvez também se sintam surpresos com o fato de que o pensamento de que 'a mesma coisa era verdadeira para nós e para eles' deveria ter sido expresso, em especial, pela escolha da forma da mesa [*Tisch*]. Isso, contudo, também se aclara quando os senhores se dão conta de que o nome da família em questão era *Tischler*

[literalmente, ‘marceneiro’]. Ao fazer seus parentes se sentarem a essa *Tisch*, ele estava dizendo que também eles eram *Tischlers*. Aliás, os senhores observarão quão inevitavelmente se é levado a ser indiscreto ao referir essas interpretações de sonhos. E perceberão que essa é uma das dificuldades a que aludi na escolha dos exemplos. Poderia facilmente ter escolhido um outro exemplo em lugar deste, provavelmente; porém, eu apenas teria evitado tal indiscrição e iria cometer uma outra. Parece haver chegado o momento para eu introduzir dois termos que poderíamos ter empregado há muito tempo. Descreveremos como *conteúdo manifesto do sonho* aquilo que a pessoa que sonhou realmente nos conta; e o material oculto, que esperamos encontrar acompanhando idéias que lhe acodem à mente, chamaremos de *pensamentos oníricos latentes*. Desse modo, consideramos aqui as relações entre o conteúdo manifesto do sonho e os pensamentos oníricos latentes conforme se mostrou nesses exemplos. Essas relações podem ser de muitas espécies diferentes. Nos exemplos (a) e (b) o elemento manifesto também é um constituinte dos pensamentos latentes, embora sendo apenas uma pequena parte deles. Uma pequena porção da grande e complexa estrutura psíquica dos pensamentos oníricos inconscientes também conseguiu ter acesso ao sonho manifesto - um fragmento desses pensamentos ou, em outros casos, uma alusão aos mesmos, uma manchete, por assim dizer, ou uma abreviação em estilo telegráfico. É atribuição do trabalho de interpretação reunir esses fragmentos ou essa alusão para completar um todo - o que foi conseguido de modo especialmente preciso no caso do exemplo (b). Assim, uma forma da deformação que constitui a elaboração onírica é a substituição por um fragmento ou uma alusão. No exemplo (c) pode-se observar outro tipo de relação, além deste; e a encontramos expressa em forma ainda mais pura e clara nos exemplos que se seguem.

(d) O sonhador *estava puxando uma mulher* (determinada mulher, conhecida sua) de *detrás de uma cama*. Ele mesmo encontrou o significado desse elemento onírico, partindo da primeira idéia que lhe ocorreu. Significava que estava manifestando sua preferência por essa mulher. (e) Outro homem sonhou que seu *irmão estava numa caixa [Kasten]*. Em sua primeira resposta, ‘*Kasten*’ foi substituída por ‘*Schrank*’ [armário], e a segunda deu a interpretação: seu irmão estava se restringindo [*schränkt sich ein*]. (f) O sonhador *subia ao cume de uma montanha de onde se descortinava uma paisagem extraordinariamente ampla*. Este sonho parece bastante racional e os senhores poderiam supor que não há o que interpretar nele, e que tudo quanto temos a fazer é interrogar sobre qual lembrança deu origem ao sonho e a razão de essa lembrança ter sido despertada. Enganar-se-iam porém. Verificou-se que este sonho estava carecendo de uma interpretação, tanto quanto qualquer outro mais confuso. Pois não foi de nenhuma escalada de montanha que o homem se recordou; na realidade, pensou em um conhecido seu, editor de uma ‘*Rundschau*’. que tratava de nossas relações com as mais distantes regiões da Terra. Assim, o pensamento onírico latente era uma identificação desse homem com o ‘*Rundschauer*’. Aqui temos um novo tipo de relação entre os elementos oníricos manifesto e latente. O primeiro não é bem uma deformação do último, e sim uma representação deste, um retrato plástico, e seu ponto

de partida se localiza nas palavras. Contudo, precisamente por esse motivo ele é, mais uma vez, uma deformação, porquanto de há muito temos esquecido de que imagem concreta a palavra se originou e, por conseguinte, deixamos de reconhecê-la quando substituída pela imagem. Quando os senhores consideram que o sonho manifesto é constituído predominantemente de imagens visuais e, mais raramente, de pensamentos e palavras, podem imaginar que importância se atribui a esse tipo de relação na construção dos sonhos. Os senhores também verão que assim, em face de um grande número de pensamentos abstratos, se torna possível criar quadros que funcionem como substitutos desses pensamentos no sonho manifesto, ao passo que simultaneamente se ajustam à finalidade de ocultar. Essa é a técnica das conhecidas figuras enigmáticas. Por que possuem essas figuras aparência de serem brincadeiras, é um problema especial com o qual não precisamos nos envolver, por enquanto. Existe um quarto tipo de relação entre os elementos manifesto e latente, que devo continuar mantendo em segredo dos senhores até que cheguemos à sua palavra-chave ao tecermos considerações sobre a técnica. Mesmo assim não terei apresentado uma lista completa; porém, serve às nossas finalidades. Os senhores se sentem agora com coragem suficiente para se aventurarem a interpretar um sonho *inteiro*? Façamos a experiência, para verificar se estamos bem equipados para a tarefa. Naturalmente não selecionarei um dos mais obscuros; mesmo assim, será um sonho que fornecerá um quadro muito aproximado dos atributos de um sonho. Pois bem, vamos ao caso. Uma senhora que, embora ainda jovem, estava casada há muitos anos, teve o seguinte sonho: Ela estava no teatro com seu marido. Um lado da primeira fila de cadeiras estava completamente vazio. Seu marido lhe disse que Elise L. e seu noivo também tinham pretendido ir, porém só poderiam conseguir lugares ruins - três por 1 florim e 50 kreuzers - e naturalmente não poderiam adquiri-los. Ela pensou que não teria sido realmente nenhum prejuízo se tivessem conseguido. A primeira coisa que essa senhora nos referiu foi que a causa precipitante do sonho residia em uma alusão do seu conteúdo manifesto. Seu marido realmente lhe havia falado que Elise L., que era aproximadamente da mesma idade dela, há pouco havia contratado casamento. O sonho era uma resposta a essa informação. Já sabemos [ver em [1]] ser fácil, no caso de muitos sonhos, assinalar uma causa desencadeante como essa do dia anterior, e que a pessoa que sonhou muitas vezes é capaz de estabelecê-la para nós sem qualquer dificuldade. Essa senhora, no presente caso, colocou à nossa disposição informações semelhantes para outros elementos do sonho manifesto, também. - De onde veio o detalhe referente a estar vazio um dos lados das cadeiras? Era alusão a um evento real da semana anterior. Ela havia planejado ir assistir a determinada peça e por isso havia comprado seus ingressos *com antecedência* - com tanta antecedência, que teve de pagar uma taxa de reserva. Quando foram ao teatro, acabaram verificando que a pressa dela era bastante desnecessária, de vez que *uma parte das cadeiras da primeira fila estava quase vazia*. Teria sido suficiente a antecipação de comprar os ingressos se os tivesse adquirido no dia em que realmente se realizava a representação. Seu marido não deixou de gracejar com ela por ter tido tanta pressa. - Qual era a origem do 1 florim e 50 kreuzers? Surgiu de uma relação bem diferente, que nada tinha a ver com a anterior, mas que também aludia a algumas informações do dia anterior. Sua

cunhada recebera de presente 150 florins de seu marido e tinha tido muita pressa - a tola - de correr a uma joalheria e trocar o dinheiro por uma peça de bijuteria. - De onde veio o 'três'? Ela não conseguia pensar em nada referente a isso, até que levamos em conta a idéia de que Elise L., sua amiga, que noivara recentemente, era só três meses mais nova que ela, embora ela própria estivesse casada há dez anos, aproximadamente. - E a idéia absurda de adquirir três ingressos para apenas duas pessoas? Ela nada tinha a dizer quanto a isso, e não quis referir mais nenhuma idéia ou informação.

De qualquer modo, porém, ela nos havia fornecido tanto material nessas poucas associações, que foi possível, a partir destas, entrever os pensamentos oníricos latentes. Não pode deixar de chamar-nos a atenção o fato de ocorrerem períodos de tempo em diversos pontos das informações que nos deu sobre o sonho, e esses pontos proporcionam um denominador comum das diferentes partes do material. Ela adquiriu os ingressos para o teatro *cedo demais, comprou-os superapressadamente*, tendo de pagar mais do que o necessário; assim, também sua cunhada estivera com *pressa* de levar seu dinheiro à joalheria e com ele comprar bijuteria, como se, de outra maneira, fosse *perdê-lo*. Se, além do 'cedo demais' e do 'com pressa' que nos chamaram a atenção, tomamos em consideração a causa desencadeante do sonho - a notícia de que sua amiga, embora somente três meses mais nova do que ela, tinha, não obstante, conseguido um excelente marido - e a crítica a sua cunhada, expressa na idéia de que era *absurdo* ela estar com tanta pressa, então se nos apresenta quase espontaneamente a seguinte construção dos pensamentos oníricos latentes, dos quais o sonho manifesto é um substituto acentuadamente deformado:

‘Realmente, foi *absurdo* de minha parte ter tanta pressa de casar! Posso ver, pelo exemplo de Elise, que também eu podia arranjar um marido, mais tarde.’ (Estar com pressa demais foi representado por sua própria conduta de comprar os ingressos e pela conduta de sua cunhada, de comprar a bijuteria. Ir ver a peça pareceu um substituto de casar.) Pareceria ser esse o pensamento principal. Talvez possamos ir adiante, embora com menos certeza, pois a análise não deveria prescindir dos comentários da pessoa que sonhou, nos seguintes pontos: ‘E eu poderia ter conseguido um, cem vezes melhor, com o dinheiro!’ (150 florins é cem vezes mais do que 1,50 florim.) No caso de colocarmos seu dote em lugar do dinheiro, significaria que seu marido foi comprado com o dote dela: a peça de bijuteria, assim como os ingressos ruins, seriam substitutos de seu marido. Seria ainda mais satisfatório se o elemento real ‘três ingressos’ tivesse algo a ver com seu marido. [ver adiante, em [1] e [2].] No entanto, até esse ponto ainda não chegamos, por enquanto, em nossa compreensão do sonho. Descobrimos apenas que o sonho expressa o *reduzido valor* atribuído por ela a seu marido e seu pesar por ter *casado tão cedo*.

Imagino que ficaremos mais surpresos e confusos do que satisfeitos com o resultado dessa

primeira interpretação de sonho. Foi-nos dado demais numa primeira dose - mais do que somos capazes de enfrentar. Já podemos ver que não esgotaremos as lições dessa interpretação de um sonho. Apressemos-nos a separar aquilo que podemos reconhecer como novas descobertas firmadas:

Em primeiro lugar, é algo notável a ênfase principal dos pensamentos latentes residir no elemento 'estar com pressa demais'; nada disso se pode encontrar no sonho manifesto. Sem a análise, não suspeitaríamos de que esse fator desempenhasse algum papel. Parece, portanto, que no sonho manifesto é possível estar ausente aquilo que de fato constitui coisa principal, o centro dos pensamentos inconscientes. Isso significa que deve ser fundamentalmente modificada a concepção que tivemos do sonho inteiro. Em segundo lugar, no sonho existe uma combinação absurda: três por 1,50 florim. Detectamos nos pensamentos oníricos a afirmação de que 'foi absurdo (casar tão cedo)'. Pode haver dúvida de que idéia 'foi absurdo' é representada pela inclusão de um elemento absurdo no sonho manifesto? E, em terceiro lugar, uma rápida comparação nos mostra que a relação entre os elementos manifesto e latente não é uma relação simples; está longe de ser o caso o fato de um elemento manifesto sempre estar no lugar de um elemento latente. Antes, o que existe é uma relação de conjunto entre as duas camadas, dentro da qual um elemento manifesto pode substituir diversos elementos latentes, ou um elemento latente pode ser substituído por diversos elementos manifestos. [ver adiante em [1].]

No que concerne ao significado do sonho e à atitude da sonhadora para com este, bem poderíamos classificá-lo de igualmente surpreendente. Realmente, ela concordou com a interpretação, porém estava assombrada com ela. Não tinha consciência de como era reduzido o valor que atribuía a seu marido; e nem sabia *por que* tinha de desvalorizá-lo tanto. Assim, a este respeito muita coisa ainda existe por compreender. Com efeito, parece-me que ainda não estamos aparelhados para interpretar um sonho, e que primeiro necessitamos receber mais alguns conhecimentos e preparação.

CONFERÊNCIA VIII - SONHOS DE CRIANÇAS

SENHORAS E SENHORES:

Tenho a impressão de que progredimos depressa demais. Retrocedamos um pouco. Antes de emprendermos a anterior tentativa de vencer a dificuldade da deformação em sonhos com o auxílio de nossa técnica, dissemos [ver em [1]] que a melhor forma de proceder nesse

caso seria contornar a dificuldade, atendo-nos a sonhos em que não havia deformação, ou apenas pouca deformação - caso existam tais sonhos. Uma vez mais isso significará um desvio em relação à evolução histórica de nossas descobertas [ver em [1]]; porque, na verdade, só após a técnica de interpretação ter sido coerentemente aplicada e os sonhos deformados terem sido completamente analisados, é que percebemos haver sonhos livres de deformação. Os sonhos que estamos buscando ocorrem em crianças. São breves, claros, coerentes, fáceis de entender, sem ambigüidade; não obstante, são sonhos indubitavelmente. Os senhores, porém, não devem supor que todos os sonhos de crianças sejam desse tipo. A deformação onírica já inicia bem no início da infância, e têm sido relatados sonhos sonhados por crianças entre 5 e 8 anos que possuem todas as características de sonhos de idade maior. Entretanto, se os senhores se limitarem à faixa etária entre o início da atividade mental observável e o quarto ou quinto ano, encontrarão numerosos sonhos portadores das características que se podem descrever como ‘infantis’, e alguns outros do mesmo tipo em anos posteriores da infância. Na verdade, sob certas condições, os próprios adultos têm sonhos que em muito se assemelham aos sonhos tipicamente infantis. Desses sonhos de crianças podemos tirar conclusões, com grande facilidade e certeza, a respeito do caráter essencial dos sonhos em geral, e podemos esperar que essas conclusões sejam comprovadas como decisivas e universalmente válidas.(1) Nenhuma análise, nenhuma aplicação de qualquer técnica é necessária para compreender esses sonhos. Não há necessidade de indagar a uma criança que nos conta seu sonho. No entanto, há que acrescentar ao sonho alguma parcela de informação proveniente de eventos da vida da criança. Invariavelmente existe alguma vivência do dia anterior que nos explica o sonho. O sonho é a reação, durante o sono, da vida mental da criança à experiência que teve no dia precedente.

Tomaremos alguns exemplos, nos quais basearemos nossas demais conclusões.

(a) Um menino de 2 anos foi solicitado a entregar a alguém uma cesta de cerejas como presente de aniversário. Obviamente, ele estava muito relutante em fazê-lo, embora lhe houvessem prometido que ganharia algumas das cerejas. Na manhã seguinte, contou que havia sonhado: ‘*O Hermann comeu todas as cerejas!*’

(b) Uma menina de 3 anos e 3 meses fez a travessia de um lago, pela primeira vez. No local de desembarque, não queria deixar o barco e chorava desconsoladamente. A travessia tinha sido curta demais para ela. Na manhã seguinte anunciou: ‘*Noite passada, eu andei no lago.*’ Seguramente podemos acrescentar que essa travessia tinha durado mais tempo.

(c) Um menino de 5 anos e 3 meses foi levado a uma excursão ao Echerntal, perto de Hallstatt. Tinha-lhe sido dito que Hallstatt ficava no sopé do Dachstein. Tinha mostrado grande interesse por essa montanha. De onde ele estava, em Aussee, havia uma linda vista da montanha e o Simony Hut, que a encimava, podia ser reconhecido através de um telescópio. A criança muitas vezes procurava vê-lo através do telescópio - se o conseguiu, não se sabe. A excursão começou em clima de alegre expectativa. Sempre que uma nova montanha surgia

aos seus olhos, a criança perguntava: ‘É aquele o Dachstein?’ e foi ficando mais e mais deprimida cada vez que lhe diziam que não. Por fim, ficou completamente calado e se recusou a prosseguir com o resto do grupo na curta subida da cachoeira; acharam que devia estar exausto. Na manhã seguinte, porém, com a fisionomia radiante, falou assim: ‘Na noite passada sonhei que nós *estávamos no Simony Hut.*’ Assim, fora isso que esperava obter da excursão. Não deu outros detalhes, salvo algo que tinha ouvido antes: ‘Você tem que subir a pé, durante seis horas.’ Estes três sonhos nos fornecerão todas as informações de que necessitamos.(2) Como podemos ver, esses sonhos de crianças não são absurdos. São atos mentais inteligíveis, completamente válidos. Os senhores recordarão o que eu lhes disse da opinião médica a respeito de sonhos e da analogia com dedos sem experiência musical passeando sobre as teclas de um piano [ver em [1]]. Não podem deixar de observar quão nitidamente esses sonhos de crianças contradizem tal opinião. De fato, seria por demais estranho se as crianças pudessem executar atos mentais completos, em seu sono, enquanto os adultos se contentassem, sob as mesmas condições, com reações que não fossem nada mais que ‘repuxões’. Ademais, temos toda a razão ao pensar que o sono das crianças é mais eficaz e profundo.

(3) Esses sonhos não apresentam qualquer deformação onírica e, por conseguinte, não exigem nenhuma atividade interpretativa. Neles, o sonho manifesto e o latente coincidem. *Assim, a deformação onírica não faz parte das características essenciais do sonho.* Espero que isso alivie os senhores. Porém, quando examinarmos esses sonhos mais detidamente, reconheceremos, mesmo neles, uma pequena parcela de deformação onírica, determinada diferença entre o conteúdo manifesto do sonho e os pensamentos oníricos latentes.

(4) Um sonho de uma criança é uma reação a uma experiência do dia precedente, a qual deixou atrás de si uma mágoa, um anelo, um desejo que não foi satisfeito. *O sonho proporciona uma satisfação direta, indisfarçada, desse desejo.* Recordemos, agora, nossas discussões sobre o papel que desempenham os estímulos somáticos de fora e de dentro como perturbadores do sono e provocadores dos sonhos [ver em [1] e segs.]. Nessa conexão vimos a conhecer alguns fatos incontestes, mas, por meio destes, apenas nos capacitamos a explicar um reduzido número de sonhos. Nesses sonhos de crianças, entretanto, não há nada que assinale a atuação de estímulos somáticos dessa espécie; nisso não poderíamos estar equivocados, pois os sonhos são completamente inteligíveis e fáceis de apreender. Porém, isso não significa que devemos abandonar a questão do estímulo na etiologia do sonho. Podemos apenas nos perguntar como pôde acontecer que, desde o início, esquecêssemos que, além dos estímulos somáticos, existem estímulos mentais que perturbam o sono. Afinal de contas, sabemos que excitações dessa natureza são os principais responsáveis pela perturbação do sono em um adulto, impedindo-o de estabelecer o estado de espírito requerido para o adormecer - o interesse em ser retirado do mundo. Ele não deseja interromper a vida; de preferência, continuaria seu trabalho com as coisas nas quais está interessado, e por essa razão não adormece. No caso de crianças, portanto, o estímulo mental - o desejo que não foi satisfeito - é a isso que reagem com o sonho.

(5) Isso nos abre o caminho mais direto para a compreensão da função do sonho. Na medida em que um sonho é uma reação a um estímulo psíquico, deve equivaler a um manejo do estímulo de maneira tal que este seja eliminado e o sono possa continuar. Ainda não sabemos como esse manejo do estímulo pelo sonho se torna possível, dinamicamente; porém, já estamos verificando que *os sonhos não são perturbadores do sono, como erroneamente são denominados, mas guardiães do sono que eliminam as perturbações do sono.* Pensamos que deveríamos dormir melhor se não houvesse sonho, porém nos equivocamos; de fato, sem o auxílio do sonho, não poderíamos, absolutamente, ter dormido. É devido a isso que dormimos bem ou mal. O sonho não pode evitar de nos perturbar um pouco, da mesma maneira como um vigia noturno muitas vezes não pode evitar de fazer um pequeno ruído quando persegue os perturbadores do sossego que procuram acordar-nos com seu barulho.

(6) O que origina um sonho é um desejo, e a satisfação deste desejo constitui o conteúdo

do sonho - esta é uma das características principais dos sonhos. A outra, igualmente constante, é que um sonho não apenas confere expressão a um pensamento, mas também representa o desejo sendo satisfeito sob a forma de uma experiência alucinatória. ‘*Gostaria de ir ao lago*’ é o desejo que origina o sonho. O conteúdo do sonho propriamente dito é: ‘*Estou indo ao lago.*’ Portanto, mesmo nesses simples sonhos de crianças, há uma diferença entre o sonho latente e sonho manifesto, há uma distorção do pensamento onírico latente: *a transformação de um pensamento em uma vivência*. No processo de interpretar um sonho, essa alteração necessita, primeiro, ser desfeita. Se tal vier a revelar-se como a característica mais universal dos sonhos, a parte de sonho que lhes referi anteriormente [ver em [1]] ‘Vi meu irmão em uma caixa [*Kasten*]’ não deve ser traduzida como ‘meu irmão está se restringindo [*schränkt sich ein*]’, e sim como ‘Eu gostaria que meu irmão se restringisse: *meu irmão deve restringir-se.*’ Das duas características gerais dos sonhos, que agora apresentei, a segunda tem melhor perspectiva de ser aceita sem oposição, do que a primeira. É apenas por meio de exaustivas investigações que podemos estabelecer o fato de que a origem dos sonhos deve ser sempre um desejo, não uma preocupação, uma intenção ou uma censura; isso, porém, não afetará a outra característica: a de que o sonho não faz simplesmente reproduzir esse estímulo, mas remove-o, elimina-o, maneja-o, através de um tipo de vivência.

(7) Com base nestas características dos sonhos podemos voltar, mais uma vez, a uma comparação entre sonho e parapraxia. Nesta, distinguimos entre uma intenção perturbadora e uma intenção perturbada [ver em [1] e segs.], sendo a parapraxia uma conciliação das duas. Um sonho pode se ajustar ao mesmo modelo. A intenção perturbada só pode ser a de dormir. Podemos substituir a intenção perturbadora pelo estímulo psíquico, quer dizer, pelo desejo que pressiona por ser manejado, de vez que até o momento não tomamos conhecimento de nenhum outro estímulo psíquico que perturbe o sono. Também aqui, o sonho é o resultado de uma conciliação. Dorme-se, e, não obstante, se vivencia a remoção de um desejo, satisfaz-se um desejo, porém, ao mesmo tempo, continua-se a dormir. Ambas as intenções são em parte realizadas e em parte abandonadas.

(8) Os senhores estarão lembrados de que, em certa passagem [ver em [1] e [2]], tínhamos a esperança de nos aproximarmos da compreensão dos problemas dos sonhos a partir de determinadas estruturas imaginativas, muito simples de examinar, conhecidas como ‘devaneios’. Ora, esses devaneios são, na realidade, satisfações de desejos, satisfações de ambições e de desejos eróticos que nos são bem conhecidos; porém constituem pensamento, ainda que vividamente imaginado, e jamais são experimentados sob a forma de alucinações. Das duas principais características dos sonhos, então, a menos constante é aqui preservada, ao passo que a outra está totalmente ausente, visto depender do estado de sono e não poder realizar-se no estado de vigília. O uso idiomático, por conseguinte, encerra uma noção do fato de que a satisfação de desejos é uma característica principal dos sonhos. Diga-se de passagem, se nossa vivência nos sonhos é apenas um tipo modificado de imaginação que se tornou possível devido às condições do estado de sono - isto é, um ‘devanear noturno’ - já

podemos compreender como o processo de construção de um sonho pode utilizar o estímulo noturno e proporcionar satisfação, visto que o devaneio também é uma atividade vinculada à satisfação, e, na verdade, somente é exercido por esse motivo.

Outros usos idiomáticos, contudo, expressam o mesmo sentido. Existem provérbios conhecidos, como ‘Os porcos sonham com bolotas de carvalho e os gansos sonham com milho’ ou ‘Com que sonham as galinhas? - Com milho.’ Assim, os provérbios descem mais ainda do que nós - abaixo das crianças, até os animais - e afirmam que o conteúdo dos sonhos é a satisfação de uma necessidade. Numerosas expressões idiomáticas parecem apontar na mesma direção: ‘lindo como um sonho’, ‘eu nem sonharia uma coisa dessas’, ‘não imaginei isso nem nos meus sonhos mais ousados’. Neste ponto, o uso idiomático está tomando partido, evidentemente. Tanto que existem também sonhos de ansiedade, e sonhos de conteúdo penoso ou indiferente; porém o uso idiomático permaneceu indiferente a eles. É verdade que se conhece o que se chama de ‘sonhos maus’, mas um sonho é, pura e simplesmente, apenas a doce realização de um desejo. E não existe nenhum provérbio que nos afirme que os porcos e os gansos sonham com sua matança.

É naturalmente inconcebível que a realização de desejos, característica dos sonhos, não tivesse sido percebida por pessoas que escreveram sobre o assunto. Pelo contrário, muitas vezes foi percebida; contudo, a ninguém ocorreu a idéia de reconhecer esta característica como sendo universal e transformá-la em ponto capital da explicação dos sonhos. Bem podemos imaginar o que impediu de fazê-lo; entraremos no assunto mais adiante.

Mas vejam quantos esclarecimentos obtivemos ao examinarmos sonhos de crianças, e com tão pouco esforço o conseguimos: as funções dos sonhos, na qualidade de guardiães do sono; sua origem situada em duas intenções concorrentes, uma das quais, o desejo de dormir, permanece inalterada, ao passo que a outra luta por satisfazer um estímulo psíquico; a evidência de que os sonhos são atos psíquicos com um sentido; suas duas principais características: realização de desejos e vivência alucinatória. E, ao descobrir tudo isso, quase seríamos capazes de esquecer que estávamos comprometidos com a psicanálise. À parte a relação com as parapraxias, nosso trabalho não leva nenhum sinal especial. Qualquer psicólogo, nada conhecendo dos postulados da psicanálise, teria conseguido dar-nos essa explicação dos sonhos de crianças. Por que não o fez?

Se os sonhos do tipo infantil fossem os únicos, o problema estaria resolvido e nossa tarefa terminada; e isso sem termos de fazer perguntas àquele que sonhou, sem tocarmos no inconsciente ou recorrermos à associação livre. É aí, evidentemente, que se situa a continuação de nossa tarefa. Já verificamos repetidamente que as características que se afirmava serem de validade geral, terminaram aplicando-se apenas a um determinado tipo e a um determinado número de sonhos. A questão que se nos apresenta, portanto, é saber se as características gerais que inferimos dos sonhos de crianças possuem uma base mais firme, se elas são válidas também para sonhos que não são tão transparentemente nítidos e cujo

conteúdo manifesto não apresenta qualquer sinal de estar relacionado a algum desejo, remanescente do dia anterior. É nossa opinião que esses outros sonhos sofreram uma deformação em profundidade e, por este motivo, não podem ser avaliados à primeira vista. Também suspeitamos que, para explicar essa deformação, necessitaremos da técnica psicanalítica, da qual pudemos prescindir quando tratávamos de entender, ainda há pouco, os sonhos de crianças.

Em todo caso, ainda há uma outra classe de sonhos que se apresentam não-deformados e que, como os sonhos de crianças, facilmente podem ser reconhecidos como realizações de desejos. Estes são os sonhos que, em qualquer época da vida, são suscitados por necessidades corporais imperiosas - fome, sede, necessidade sexual -, isto é, são realizações de desejos sob a forma de reações a estímulos somáticos internos. Assim, tenho anotado um sonho de uma menina de dezenove meses, que consistia em um cardápio ao qual se ligava seu próprio nome. *‘Anna F. morangos, morangos silvestres, omelete, pudim!’* Isso era uma reação a um dia sem comida, devido a um distúrbio digestivo; este realmente se tinha originado na ingestão da fruta que apareceu por duas vezes no sonho. A avó da criança - suas idades somadas perfaziam setenta anos - simultaneamente foi obrigada a privar-se de alimentos por um dia inteiro, devido um distúrbio ocasionado por um rim flutuante. Ela sonhou, na mesma noite, que havia sido ‘convidada para comer fora’ e que fora regalada com as mais apetitosas iguarias.

Observações levadas a cabo com prisioneiros que foram forçados a jejuar e com pessoas que estiveram sujeitas a privações em viagens e explorações, nos ensinam que, sob essas condições, os sonhos regularmente se centram na satisfação de tais necessidades. Assim, Otto Nordenskjöld (1904, 1, 336 e seg.) escreve, da seguinte maneira, a respeito dos membros de sua expedição, enquanto atravessavam o inverno na Antártida: ‘A direção tomada por nossos pensamentos mais íntimos mostrava-se claramente em nossos sonhos, que nunca foram mais vívidos nem mais numerosos do que nesta época. Mesmo aqueles de nós, que de outro modo sonhavam apenas de vez em quando, tinham longas histórias para contar, quando chegava a manhã, ocasião em que trocávamos experiências desse mundo da imaginação. Todos diziam respeito ao mundo exterior, agora tão distante de nós, embora todas elas muitas vezes estivessem adaptadas a nossas circunstâncias reais... No entanto, comer e beber eram o ponto central ao redor do qual giravam, no mais das vezes, os nossos sonhos. Um de nós, que tinha um dom especial para participar de grandes banquetes durante a noite, se sentia orgulhoso de poder contar, de manhã, que tinha “devorado um jantar de três pratos”. Um outro sonhava com fumo, com montanhas inteiras de fumo; enquanto isso, um terceiro sonhava com um navio que se aproximava, de velas enfunadas, em mar aberto. Mas, esse outro sonho, vale a pena repeti-lo. Um carteiro trazia a correspondência e dava uma longa explicação do motivo pelo qual tivéramos que esperar tanto tempo pela correspondência: ele a havia despachado para o endereço errado e só pudera recuperá-la com grande dificuldade. Naturalmente, sonhávamos com coisas ainda mais impossíveis. Mas havia uma falta muito grande de imaginação, evidenciada por quase todos os sonhos que eu

próprio sonhei, ou de que ouvi falar. Certamente seria de grande interesse psicológico se todos esses sonhos pudessem ser registrados. E facilmente se pode compreender quanto desejávamos o sono, pois este podia oferecer a cada um de nós tudo o que mais ardentemente era desejado.’ Assim também, de acordo com Du Prel [1885, 231], ‘Mungo Park, quando estava a ponto de morrer de sede, em uma de suas viagens pela África, sonhava incessantemente com os vales ricamente irrigados e com as campinas de sua terra natal. Em forma semelhante, o barão Trenck, sofrendo os tormentos da fome, à época em que esteve encarcerado na fortaleza de Magdeburg, sonhava que se via rodeado de refeições abundantes; e George Back, que tomou parte na primeira expedição de Franklin, quando estava quase morrendo de inanição em consequência de suas terríveis privações, sonhava constante e regularmente com lautas refeições.’

Todo aquele que come algum prato altamente condimentado no jantar e sente sede durante a noite, provavelmente sonha que está bebendo. Naturalmente, é impossível desfazer-se de uma necessidade muito premente de comer e beber, por meio de um sonho. Acorda-se de um sonho dessa natureza ainda com a sensação de sede e tem-se de tomar água, realmente. O efeito produzido pelo sonho é insignificante, neste caso, sob o ponto de vista prático; não obstante, é evidente que ele aconteceu com o objetivo de despertar e fazer agir. Quando a necessidade não é tão intensa, os sonhos de satisfação de necessidades amiúde ajudam a superá-las.

Da mesma forma, proporcionam satisfação os sonhos sob a influência de estímulos sexuais; contudo, estes mostram particularidades que convém mencionar. Como constitui característica do instinto sexual ser um pouco menos dependente do seu objeto do que a fome e a sede, pode constituir uma satisfação real aquela que advém de sonhos de ejaculação; e, como consequência de determinadas dificuldades (que terei de mencionar mais adiante) em sua relação com o objeto, acontece, com especial freqüência, que a satisfação real é, ainda assim, vinculada a um obscuro ou distorcido conteúdo do sonho. Essa característica dos sonhos de ejaculação (como foi assinalado por Otto Rank [1912a]) faz deles assunto especialmente favorável ao estudo da deformação onírica. Ademais, todos os sonhos de adultos, originários em necessidades corporais, geralmente contêm junto com a satisfação um outro material; este deriva de fontes de estimulação puramente psíquicas e exige interpretação para que possa ser compreendido. Além disso, não desejo afirmar que os sonhos de realização de desejos, em adultos, construídos segundo padrões infantis, somente aparecem como reações a necessidades imperiosas, que mencionei. Conhecemos também sonhos breves, claros, do tipo que, sob a influência de alguma situação dominante, inquestionavelmente se originam em fontes psíquicas de estimulação. Existem, por exemplo, sonhos de impaciência: se alguém fez preparativos para uma viagem, para uma representação teatral importante para ele, para ir a uma conferência, ou fazer uma visita, pode sonhar com uma satisfação antecipada de sua expectativa; durante a noite anterior ao evento, poderá ver-se a si mesmo chegando ao seu destino, presente no teatro, em conversação com a pessoa que vai visitar. Existem, ainda, aqueles que são apropriadamente

chamados de sonhos de conveniência, nos quais uma pessoa que deseja dormir mais, sonha que já está de pé e se lavando, ou que já está na escola, ao passo que, na realidade, ainda está dormindo e preferiria levantar-se num sonho a fazê-lo na realidade. O desejo de dormir, que temos reconhecido como um dos constantes componentes da construção dos sonhos, aparece abertamente nesses sonhos e se revela como o principal construtor onírico. Existem bons motivos para situar a necessidade de dormir em condições de igualdade com as outras grandes necessidades corporais. Aqui está uma reprodução de um quadro de Schwind, exposto na Galeria Schack, de Munique [ver frontispício], que mostra com que perfeição o artista captou a maneira como os sonhos surgem da situação dominante. Seu título é ‘O Sonho do Prisioneiro’, um sonho cujo conteúdo só pode ser sua fuga. Constitui uma solução feliz dar-se sua fuga através da janela, porque é o estímulo da luz entrando pela janela que põe fim ao sono do prisioneiro. Os gnomos, que estão subindo um em cima do outro, sem dúvida representam as posições sucessivas que ele próprio teria de tomar, à medida que subisse até o nível da janela. E, se não me engano, e se não estou atribuindo demasiada deliberação ao artista, o gnomo que se situa mais em cima, que está serrando as grades - isto é, que está fazendo o que o prisioneiro gostaria de fazer - tem semblante igual ao deste. Em todos os sonhos que não sejam os de crianças nem os de tipo infantil, nosso caminho, como disse, está obstruído pela deformação onírica. De início, não podemos dizer se esses outros sonhos também são realizações de desejos conforme suspeitamos, não podemos determinar, a partir do seu conteúdo manifesto, a que estímulo psíquico devem sua origem, e não podemos provar que também eles se esforçam por eliminar esse estímulo, ou, de algum modo, manejá-lo. Devem ser interpretados - isto é, traduzidos -, sua deformação deve ser desfeita, e seu conteúdo manifesto substituído pelo conteúdo latente antes de podermos julgar se aquilo que encontramos nos sonhos infantis pode ser considerado válido para todos os sonhos.

CONFERÊNCIA IX - A CENSURA DOS SONHOS

SENHORAS E SENHORES:

O estudo dos sonhos de crianças nos ensinou a origem, a natureza essencial e a função dos sonhos. *Os sonhos são coisas que eliminam, pelo método da satisfação alucinatória, estímulos (psíquicos) perturbadores do sono.* No entanto, conseguimos explicar apenas um grupo dos sonhos de adultos - aqueles que descrevemos como sonhos de tipo infantil. O que se passa com os demais, ainda não sabemos dizer, contudo também não os entendemos. Assim mesmo, chegamos a um dado provisório cuja importância não devemos subestimar. Sempre que um sonho se nos tornou inteiramente inteligível, veio a se revelar como

realização de um desejo em forma alucinatória. Essa coincidência não pode ter surgido do acaso, deve ter um significado. Com base em considerações diversas e na analogia com nossa opinião acerca das parapraxias, supusemos, a propósito de sonhos de uma outra espécie [ver em [1] e seg.], que eles seriam um substituto deformado de um conteúdo desconhecido, e que a primeira coisa seria correlacioná-los com esse conteúdo. Nossa tarefa imediata, portanto, consiste em uma investigação que nos leva a compreender essa *deformação nos sonhos*. Deformação onírica é aquilo que faz com que um sonho nos pareça estranho e ininteligível. A respeito dela queremos saber diversas coisas: primeiro, de onde vem - sua dinâmica - ; segundo, o que faz; e, por último, como faz. Também podemos dizer que a deformação onírica é obra da elaboração onírica; é necessário descrevermos a elaboração onírica e explicarmos as forças que nela operam. E agora, ouçam este sonho. Foi registrado por uma senhora pertencente ao nosso grupo, e, conforme ela nos conta, provém de uma senhora de idade avançada, altamente conceituada e instruída. Não foi feita nenhuma análise do sonho; nossa informante observa que para um analista ele não requer interpretação. E a pessoa que o sonhou também não o interpretou, porém o julgou e o condenou como se compreendesse a maneira de interpretá-lo; pois, a respeito do mesmo, ela disse: ‘E uma coisa chocante e estúpida como esta foi sonhada por uma mulher de cinquenta anos, que dia e noite não tem outros pensamentos senão os de se preocupar com seu filho!’ Aqui, pois, está o sonho - que trata de ‘serviços de amor’ em época de guerra. *‘A paciente dirigiu-se ao Hospital da Guarnição N° 1 e informou ao sentinela do portão que precisava falar com o Chefe do Serviço Médico (mencionando um nome que lhe era desconhecido) visto desejar oferecer seus serviços como voluntária no hospital. Ela pronunciou a palavra “serviço” de tal forma, que o sub-oficial imediatamente compreendeu que ela queria dizer “serviço de amor”. Como se tratava de uma senhora idosa, após alguma hesitação, permitiu que ela passasse. Em vez de encontrar o Chefe do Serviço Médico, contudo, chegou ela a um aposento grande e sombrio no qual estava grande número de oficiais e médicos do exército, alguns de pé e outros sentados em torno de uma longa mesa. Aproximou-se de um cirurgião da equipe com o seu pedido, e ele compreendeu o que ela queria dizer depois de ter esta pronunciado apenas algumas palavras. O fraseado real de seu discurso no sonho foi: “Eu e muitas outras mulheres e moças de Viena estamos prontas para...” nesta altura do sonho, suas palavras se transformaram num sussurro ininteligível “...para as tropas - oficiais e outras patentes, sem distinção.” Ela pôde compreender pela expressão do rosto dos oficiais em parte com uma expressão de constrangimento e em parte de malícia que todos haviam compreendido suas palavras corretamente. Prosseguiu a senhora: “Estou cônica de que nossa decisão pode parecer surpreendente, mas nossa intenção é realmente séria. Ninguém pergunta a um soldado no campo de batalha se ele deseja morrer ou não.” Seguiu-se um incômodo silêncio de alguns minutos. O médico pôs então um braço em torno de sua cintura e disse: ‘Suponha, madame, que isso realmente viesse a... (murmúrio).’ Ela afastou-se dele dizendo com os seus botões: “Ele é como todos os demais”, e retrucou: “Deus do Céu, sou uma velha e nunca poderia chegar a esse ponto. Além disso, há uma condição que deve ser observada: idade deve ser respeitada. Jamais deve acontecer que uma mulher*

idosa... (murmúrio) ... um mero garoto. Isso seria terrível.” “Compreendo perfeitamente”, respondeu o médico. Alguns dos oficiais, e entre eles um que tinha sido pretendente à sua mão quando ela era jovem, riram alto. A seguir, a senhora pediu para ser levada à presença do Chefe do Serviço Médico, pessoa do seu conhecimento, de modo que todo o assunto pudesse ser deslindado, mas verificou, para sua consternação que não podia recordar-lhe o nome. Não obstante, o médico, com o máximo de cortesia e respeito, indicou-lhe o caminho até o segundo andar por uma escada de ferro em caracol muito estreita, que conduzia diretamente da sala até aos andares superiores do edifício. Quando subia, ouviu um oficial dizer: “Essa é uma tremenda decisão a tomar - não importa que uma mulher seja moça ou velha! Belo gesto o dela!” Sentindo simplesmente que estava cumprindo com seu dever ela subiu por uma interminável escada.” “O sonho se repetiu por duas vezes no decurso de poucas semanas, conforme comentou a senhora, com apenas algumas modificações sem importância e carentes de sentido.” Por sua continuidade, este sonho se assemelha a uma fantasia diurna: nele há poucas interrupções, e alguns dos detalhes de seu conteúdo poderiam ter sido explicados se tivessem sido investigados; porém, como sabem, isto não foi feito. Do nosso ponto de vista, contudo, o que é notável e interessante é que o sonho apresenta diversas lacunas - lacunas não na memória da mulher que o sonhou, mas no conteúdo do próprio sonho. Em três pontos o conteúdo do sonho foi, por assim dizer, extinto; onde ocorrerem essas lacunas o falar foi interrompido por um murmúrio. Como não foi realizada nenhuma análise, estritamente falando, não temos o direito de dizer algo sobre o sentido do sonho. Não obstante, há indícios nos quais podem se fundamentar determinadas conclusões (por exemplo, na expressão ‘serviço de amor’); porém, acima de tudo, as partes do discurso imediatamente anteriores aos murmúrios exigem que sejam preenchidas as lacunas, e de forma nada ambígua. Ao fazermos as inserções, o conteúdo da fantasia se revela como sendo o seguinte: a mulher que teve o sonho, atendendo a uma obrigação patriótica, está apta a colocar-se à disposição das tropas, tanto de oficiais como de outras categorias, para satisfação das necessidades eróticas dos mesmos. Naturalmente, isso é muito censurável, é o modelo de uma fantasia libidinal desavergonhada - tal, porém, absolutamente não aparece no sonho. Precisamente nos pontos onde o contexto exigiria que isso fosse admitido, o sonho manifesto contém um murmúrio indistinto: algo se perdeu ou foi suprimido.

Os senhores pensarão, assim espero, que seja plausível supor que foi justamente a natureza censurável dessas passagens que constituiu o motivo de sua supressão. Onde encontraremos um paralelo de tal evento? Nos dias atuais, não é preciso ir longe. Tomem qualquer jornal político e verificarão que aqui e ali o texto está ausente e, em seu lugar, não se vê nada mais que papel em branco. Isto, como sabem, é obra da censura da imprensa. Nos espaços vazios havia algo que só agradou às autoridades superiores da censura, e por este motivo foi removido - é uma pena, como vêem, pois sem dúvida era o que de mais interessante havia no jornal - o ‘melhor pedaço’.

Noutras ocasiões a censura não funcionou em uma passagem *depois* de esta já estar

pronta. O autor viu com antecedência quais as passagens que se podia esperar suscitassem objeções da censura e, por esta causa, antecipadamente moderou o tom das mesmas, modificou-as ligeiramente ou se contentou com aproximações ou alusões àquilo que originalmente teria fluido de sua pena. Neste caso, não há espaços em branco no papel, contudo as circunlocações e obscuridades de expressão que aparecem em certos pontos, possibilitarão aos senhores perceber onde houve prévio acatamento à censura.

Pois bem, podemos manter esta comparação. Pensamos que as partes omitidas do discurso do sonho, que foram ocultadas por um murmúrio, de forma semelhante foram sacrificadas a uma censura. Queremos nos referir a uma '*censura de sonhos*', à qual se deve atribuir uma parcela da deformação onírica. Em qualquer parte onde existem lacunas no sonho manifesto, a censura é responsável por elas. Devemos ir mais adiante e considerar como manifestação da censura toda passagem em que um elemento onírico é recordado de maneira especialmente indistinta, indefinida, duvidosa, em meio a outros elementos construídos mais claramente. No entanto, apenas muito raramente essa censura se manifesta tão indisfarçadamente - tão ingenuamente, se poderia dizer - como nesse exemplo do sonho dos 'serviços de amor'. A censura age muito mais freqüentemente de acordo com o segundo método, produzindo atenuações, aproximações e alusões, em vez da coisa original. Nas atuações da censura de imprensa não conheço nada semelhante à terceira forma de funcionamento da censura de sonhos; posso, porém, demonstrá-la justamente com o exemplo de um sonho que antes já analisamos. Os senhores se recordam do sonho dos 'três bilhetes de entrada ruins por 1,50 florim' [ver em [1]]. Nos pensamentos latentes desse sonho, o elemento 'superapressadamente, cedo demais' estava em primeiro plano. Portanto: foi absurdo casar tão *cedo* - também foi absurdo adquirir os bilhetes de ingresso tão cedo - foi ridículo a cunhada sair tão *apressada* com o dinheiro para comprar jóias. Nada desse elemento central dos pensamentos oníricos transpareceu no sonho manifesto; neste, a posição central é ocupada por 'ir ao teatro' e 'comprar os ingressos'. Como consequência desse deslocamento da ênfase, com esse novo agrupamento dos elementos de conteúdo, o sonho manifesto ficou tão diferente dos pensamentos oníricos latentes, que ninguém suspeitaria da presença destes atrás daquele. Esse deslocamento da tônica é um dos principais instrumentos da deformação onírica e é o que confere ao sonho sua estranheza, que faz com que a própria pessoa que teve o sonho não se mostre inclinada a reconhecê-lo como obra sua.

Omissão, modificação, novo agrupamento do material - são estas, pois, as atividades da censura de sonhos e os instrumentos da deformação onírica. A censura de sonhos, por si mesma, é o agente ou um dos agentes da deformação onírica que agora estamos examinando. Estamos habituados a combinar os conceitos de modificação e reajuste sob o termo 'deslocamento'.

Após estes comentários sobre as atividades da censura de sonhos, passemos agora à sua dinâmica. Espero que os senhores não tomem o termo antropomorficamente demais e não

imaginem o ‘censor dos sonhos’ como um severo homúnculo; contudo, também espero que não assumam muito o termo num sentido de ‘localização’, e não pensem em um centro cerebral do qual proceda uma influência censora dessa ordem, uma influência que chegaria ao fim se esse ‘centro’ fosse lesado ou removido. Por agora, não é nada mais que um termo útil para descrever a relação dinâmica. A palavra não nos impede de perguntarmos por quais intenções é exercida essa influência censora e contra que intenções ela é exercida. E não nos surpreenderemos ao constatar que mais uma vez nos defrontamos com a censura de sonhos, embora, talvez, sem reconhecê-la. Pois é este realmente o caso. Os senhores se recordam de que, ao começarmos a usar nossa técnica de associação livre, fizemos uma descoberta surpreendente. Apercebemo-nos de que nossos esforços de abrir caminho desde o elemento onírico até o elemento inconsciente, do qual aquele é um substituto, encontravam uma *resistência* [ver em [1] e [2]]. Essa resistência, dissemos, poderia ser de diferentes magnitudes, às vezes enorme, às vezes quase insignificante. Nesse último caso, temos de passar através de apenas alguns elos intermediários em nosso trabalho de interpretação. No entanto, quando a resistência é grande, temos de percorrer longas cadeias de associações a partir do elemento onírico, somos conduzidos para longe deste, e, em nosso caminho, temos de vencer todas as dificuldades representadas pelas objeções críticas às idéias que ocorrem. O que encontramos sob a forma de resistência, em nosso trabalho de interpretação, deve agora ser introduzido na elaboração onírica como censura de sonhos. A resistência à interpretação é apenas a efetivação da censura do sonho. Também nos prova que a força da censura não se esgota com a deformação do sonho e nem se extingue depois disso; que a censura, contudo, persiste como instituição permanente que tem como seu objetivo manter a deformação. Ademais, assim como a força da resistência varia na interpretação de cada elemento do sonho, também a magnitude da deformação engendrada pela censura varia para cada elemento do mesmo sonho. Se compararmos o sonho manifesto com o latente, constataremos que determinados elementos latentes foram totalmente eliminados, outros, modificados em grau maior ou menor, enquanto outros, ainda, foram transportados para o conteúdo manifesto do sonho, inalterados, ou mesmo, talvez, reforçados. Desejávamos, no entanto, perguntar quais são os propósitos que exercem a censura e contra que propósitos ela é exercida. Ora, esta questão, fundamental para o entendimento dos sonhos e talvez, na realidade, da vida humana, é fácil de responder se examinarmos a série de sonhos que foram interpretados. Os propósitos que exercem a censura são aqueles reconhecidos pelo julgamento vigil da pessoa que sonhou, aqueles com o quais o sonhador está de acordo. Os senhores podem ter a certeza de que, se rejeitarem uma interpretação de um de seus próprios sonhos, que tenha sido efetuada corretamente, assim estarão agindo pelos mesmos motivos pelos quais a censura do sonho foi exercida, a deformação do sonho foi ocasionada e a interpretação do sonho se tornou necessária. Vejam o sonho da senhora de cinquenta anos de idade [ver em [1] e [2]]. Ela achou seu sonho repugnante, sem tê-lo analisado, e se teria indignado mais ainda se Dr. von Hug-Hellmuth lhe houvesse dito algo acerca de sua inevitável interpretação; foi precisamente porque essa senhora condenou o sonho que as passagens censuráveis do mesmo foram substituídas por um murmúrio. As tendências *contra* as quais se dirige a censura de sonhos devem ser descritas, em primeiro lugar, do ponto de

vista dessa instância mesma. Assim sendo, apenas pode-se dizer que invariavelmente são de natureza repreensível, repulsiva do ponto de vista ético, estético e social - assuntos nos quais a pessoa absolutamente não se aventura a pensar, ou somente pensa com aversão. Esses desejos, que são censurados e recebem uma expressão deformada nos sonhos, são, primeiro e acima de tudo, manifestações de um egoísmo desenfreado e impiedoso. E, vejam só, o próprio ego do sonhador surge e desempenha o papel principal no sonho, apesar de muito bem saber esconder-se, para o que muito contribui o conteúdo manifesto. Este '*sacro egoísmo*' dos sonhos certamente não é desprovido de alguma relação com a atitude que adotamos quando dormimos, que consiste em retirarmos nosso interesse de todo o mundo externo. O ego, liberto de todos os compromissos éticos, também se sente à vontade com todas as exigências do sexo, mesmo aquelas que por muito tempo têm sido condenadas pela nossa educação estética e aquelas que contrariam todos os requisitos das barreiras morais. O desejo de prazer - a '*libido*', conforme o denominamos - escolhe sem inibição seus objetos e, de preferência, os proibidos: não somente as mulheres de outros homens, mas, acima de tudo, objetos incestuosos, objetos sagrados segundo o consenso da humanidade, mãe e irmã de um homem, pai e irmão de uma mulher. (O sonho dessa senhora de cinquenta anos também era incestuoso; sua libido estava inequivocamente voltada para seu filho. (ver em [1] e [2].) Desejos sensuais, que imaginamos distantes da natureza humana, mostram-se suficientemente fortes para provocar o surgimento de sonhos. Também surgem ódios rancorosos, sem constrangimento. Desejos de vingança e de morte, dirigidos contra aqueles que nos são mais próximos e mais caros na vida desperta, contra os pais, irmãos e irmãs, marido ou esposa, e contra os próprios filhos, não são nada raros. Esses desejos censurados parecem nascer de um verdadeiro inferno; depois que são interpretados, quando estamos acordados, nenhuma censura a eles nos parece tão rigorosa.

Porém, os senhores não devem acusar o próprio sonho por causa de seu conteúdo mau. Não se esqueçam de que ele executa a função inocente, e, na verdade, útil, de preservar o sono de qualquer perturbação. Essa ruindade não faz parte da natureza essencial dos sonhos. Com efeito, os senhores também sabem que há sonhos que podem ser reconhecidos como satisfação de desejos justificados e de necessidades corporais prementes. Estes, é verdade, não apresentam deformação; mas também não precisam de deformação, porque podem preencher sua função sem insultar os propósitos éticos e estéticos do ego. Atendem também para o fato de que a deformação do sonho é proporcional a dois fatores. Por um lado, ela é tão maior quanto pior é o desejo a ser censurado; mas, por outro lado, também se torna maior à medida que mais severas forem as exigências da censura no momento. Assim, uma moça, educada rigorosamente, pudica, com uma censura implacável, irá distorcer impulsos oníricos que nós, médicos, por exemplo, teríamos de considerar desejos libidinais permissíveis, inofensivos e acerca dos quais, dentro de dez anos, ela mesma fará julgamento igual. Ademais, ainda não fomos tão suficientemente longe a ponto de sentirmos indignação com esse resultado de nosso trabalho de interpretação. Penso que ainda não o compreendemos acertadamente; porém, nossa primeira obrigação é defendê-lo contra certas calúnias. Não há dificuldade em encontrar nele um ponto fraco. Nossas interpretações de

sonhos são feitas com fundamento nas premissas que já aceitamos [ver em [1] e seg.]: que os sonhos em geral possuem um sentido, que é correto transportar do sono hipnótico para o normal o fato de existirem processos mentais que, na época considerada, são inconscientes, e que tudo o que ocorre à mente é determinado. Se, com base nessas premissas, tivéssemos chegado a achados plausíveis originados da interpretação de sonhos, deveríamos ter encontrado justificativa para concluir pela validade das premissas. Mas como conseguir isso, se esses achados parecem ser como lhes mostrei? Estaríamos, então, tentados a dizer: ‘Esses achados são impossíveis, carecem de sentido ou, pelo menos, são muito improváveis; portanto, havia algo de errado nas premissas. Ou os sonhos não são fenômenos psíquicos, ou não existe nada inconsciente no estado normal, ou nossa técnica apresenta em si uma falha. Não é mais simples e mais satisfatório supor assim, de preferência a aceitar todas as abominações que se supõe tenhamos descoberto baseados em nossas premissas?’ Sim, com efeito! Mais simples e mais satisfatório, no entanto nem por isso necessariamente mais correto. Concedamo-nos tempo: o tema ainda não está maduro para julgamento. E em primeiro lugar, podemos reforçar ainda mais as críticas à nossa interpretação de sonhos. O fato de os achados provenientes dos sonhos serem tão desagradáveis e repulsivos talvez não devesse ter tanto peso. Um argumento mais forte é que as pessoas que têm os sonhos, a quem somos levados a atribuir essas intenções plenas de desejos mediante a interpretação de seus sonhos, as rejeitam muito enfaticamente, e por boas razões o fazem. ‘O quê?’ diz uma delas, ‘o senhor quer me convencer, com este sonho, de que eu lamento ter gasto dinheiro com o dote de minha irmã e com a instrução de meus irmãos? Mas não pode ser assim. Trabalho exclusivamente para meus irmãos e irmãs; não tenho nenhum outro interesse na vida senão cumprir minhas obrigações para com eles, o que, como o mais velho da família, prometera a minha falecida mãe fazer.’ Ou, então, uma mulher poderá dizer a propósito de seu sonho: ‘Pensa que eu desejaria ver meu marido morto? Isso é chocante disparate! É que não somente estamos vivendo um casamento muito feliz - o senhor provavelmente não acreditaria em mim se eu dissesse isso - mas a morte dele me roubaria tudo o que eu tenho neste mundo.’ Um outro homem nos respondeu: ‘O senhor diz que tenho desejos sensuais por minha irmã? Isso é ridículo! Ela não significa absolutamente nada para mim. Estamos brigados, e com ela não tenho trocado uma palavra há anos.’ Poderíamos, talvez, não dar maior importância se tais pessoas não confirmassem nem negassem as intenções que lhes atribuímos; poderíamos dizer que essas eram justamente coisas que elas desconheciam a respeito de si próprias. Porém, quando sentem em si mesmas justamente o contrário do desejo que lhes interpretamos, e quando conseguem provar-nos, através da vida que levaram, estarem dominadas por esse desejo contrário, seguramente somos tomados de surpresa. Não teria chegado a hora de abandonar todo o trabalho que executamos acerca da interpretação de sonhos, como algo cujos achados se reduziram *ad absurdum*? Não, ainda não. Até mesmo este argumento mais forte desmorona se o examinarmos criticamente. Tendo como certo que na vida mental existem intenções inconscientes, nada se prova ao mostrar que intenções opostas às intenções inconscientes dominam a vida consciente. Quem sabe, na mente há lugar para existirem lado a lado intenções opostas, contradições. Possivelmente, na verdade, a dominância de um impulso seja precisamente a condição necessária para que seu

contrário seja inconsciente. Afinal, restam-nos então as primeiras objeções levantadas: as descobertas da interpretação de sonhos não são simples e são muito desagradáveis. À primeira delas podemos responder que toda a paixão dos senhores pelo que é simples não conseguirá solucionar um só dos problemas dos sonhos. Aqui, os senhores precisam se acostumar a enfrentar um complexo estado de coisas. E à segunda objeção podemos responder que os senhores se enganam redondamente quando usam um gostar ou não-gostar daquilo que sentem como fundamento de um julgamento científico. Que diferença faz se as descobertas da interpretação de sonhos lhes parecem desagradáveis ou, na realidade, embaraçosas e repulsivas? ‘*Ça n’empêche pas d’exister*’, conforme ouvi meu mestre Charcot dizer, em situação semelhante, quando eu era um jovem médico. Deve-se ter humildade e refrear as simpatias e antipatias quando se deseja descobrir o que é real neste mundo. Se um físico pudesse provar-lhes que, em certo espaço de tempo, a vida orgânica neste planeta chegaria ao fim por meio do congelamento, os senhores se arriscariam a dar-lhe a mesma resposta: ‘Não pode ser assim, a perspectiva é tão desagradável assim?’ Penso que os senhores se calariam até que outro físico viesse e mostrasse ao primeiro um erro em suas premissas ou em seus cálculos. Quando os senhores rejeitam alguma coisa que lhes desagrada, o que fazem é *repetir* o mecanismo de construção dos sonhos, em vez de entendê-lo e superá-lo. Ora, os senhores poderão prometer não levar em conta o caráter desagradável dos sonhos de realização de desejo censurados, e se apoiarão no argumento de que, afinal, é improvável que seja dado espaço tão grande ao mal na constituição dos seres humanos. A experiência dos senhores, porém, ratifica o que dizem? Não irei discutir o que cada um possa aparentar a si mesmo; mas têm os senhores encontrado tanta benevolência entre os seus superiores e competidores, tanto cavalheirismo entre os seus inimigos e tão pouca inveja em seu meio social, que se sentem na obrigação de protestar contra o fato de a maldade egoísta fazer parte da natureza humana? Não têm os senhores plena consciência de como a média das pessoas tem descontroles e deslealdades em tudo o que diz respeito à vida sexual? Ou não sabem que todas as transgressões e excessos com que sonhamos durante a noite são diariamente cometidos, na vida real, pelas pessoas em sua vida desperta? O que faz aqui a psicanálise senão confirmar a velha sentença de Platão, de que os bons são aqueles que se contentam em sonhar com aquilo que os outros, os maus, realmente fazem? E agora, abstraíam-se dos indivíduos e considerem a grande guerra que ainda devasta a Europa. Pensem na avassaladora brutalidade, na crueldade e nas mentiras que conseguem se alastrar pelo mundo civilizado. Os senhores acreditam realmente que um punhado de homens ambiciosos, trapaceiros, sem consciência, poderiam ter tido êxito em desatrelar todos esses maus espíritos se seus milhões de seguidores não partilhassem de seu crime? Os senhores se arriscariam, nessas circunstâncias, a quebrar lanças em defesa da inexistência do mal na constituição mental da humanidade? Os senhores me farão ver que estou fazendo um julgamento unilateral da guerra: que esta também faz manifestar-se o que há de mais belo e nobre nos homens, seu heroísmo, seu auto-sacrifício, seu senso social. Sem dúvida; mas os senhores não se estarão revelando cúmplices da injustiça que tem sido feita à psicanálise, de reprová-la, negando uma coisa só porque ela afirmou outra? Não é nossa intenção questionar os nobres reforços da natureza humana, e nunca fitemos algo que lhe diminuísse o valor.

Pelo contrário; estou mostrando aos senhores não apenas os maus sonhos de realização de desejo que são censurados, mas também a censura que os suprime e os torna irreconhecíveis. Damos ênfase maior àquilo que nos homens é mau tão-somente porque outras pessoas o rejeitam e, com isso, tornam a mente humana não melhor, mas incompreensível. Se agora deixamos de lado essa avaliação ética unilateral, sem dúvida encontraremos uma fórmula mais correta para a relação entre o bem e o mal na natureza humana. Aí está. Não temos por que abandonar as descobertas de nosso trabalho sobre interpretação dos sonhos, ainda que não consigamos vê-las senão como estranhas. Talvez mais adiante sejamos capazes de nos aproximarmos da compreensão delas a partir de outro enfoque. Por agora, fixemo-nos nisso: a deformação onírica é consequência da censura exercida por intenções reconhecidas do ego contra impulsos plenos de desejos de qualquer modo censuráveis, que perturbam nosso interior, à noite, durante nosso sono. Por que isso tem de acontecer especialmente à noite, e de onde procedem esses desejos repreensíveis - ambos constituem um assunto sobre o qual, sem dúvida, ainda há muito a questionar e pesquisar.

Seria injusto, porém, se a esta altura deixássemos de enfatizar suficientemente um outro resultado de nossas investigações. Os sonhos de realização de desejo que procuram nos perturbar o sono, nos são desconhecidos e, na verdade, deles somente tomamos conhecimento através da interpretação de sonhos. Portanto, eles devem ser descritos, segundo o sentido de nossa exposição, como inconscientes no momento atual. Devemos, contudo, refletir que são inconscientes também por duração mais longa do que no momento atual. O sonhador, como temos verificado em tantos casos, também os rejeita depois de chegar a conhecê-los pela interpretação do seu sonho. Aqui nos defrontamos novamente com a situação que, pela primeira vez, encontramos no lapso de língua do ‘arrote’ [ver em [1]], onde o proponente do brinde protestou, indignado, que nem naquela época, nem em qualquer outra época anterior, estivera cômico de qualquer impulso desrespeitoso em relação a seu chefe. Já naquela ocasião nos assaltaram algumas dúvidas a respeito da validade de uma convicção dessa espécie, e, em vez disso, sugerimos a hipótese de que o orador tinha permanente desconhecimento da presença de semelhante impulso em si próprio. Essa situação se repete, agora, com toda interpretação de um sonho acentuadamente deformado e, conseqüentemente, adquire redobrada importância pelo apoio que confere à nossa opinião. Agora estamos preparados para supor existirem na mente processos e intenções dos quais a pessoa pode não saber absolutamente nada, nada soube durante longo tempo, e até mesmo, talvez, jamais tenha sabido de alguma coisa. Com isso, o inconsciente adquire um novo sentido para nós; a característica de ‘no momento atual’ ou ‘temporário’ desaparece de sua natureza essencial. Pode significar *permanentemente* inconsciente e não meramente ‘latente em certa época’. Naturalmente, haveremos de ouvir mais a este respeito, em outra ocasião.

SENHORAS E SENHORES:

Verificamos que a deformação que ocorre nos sonhos e interfere em nossa possibilidade de compreendê-los, resulta de uma atividade censora dirigida contra inaceitáveis impulsos plenos de desejo inconscientes. Não temos afirmado, naturalmente, ser a censura o único fator responsável pela deformação nos sonhos, e, de fato, ao estudá-los mais detidamente podemos descobrir que outros fatores desempenham sua parte na consecução desse resultado. Isso importa em dizermos que, mesmo estando fora de ação a censura onírica, ainda assim não estaríamos em condições de entender os sonhos, o sonho manifesto ainda não seria idêntico aos pensamentos oníricos latentes. Descobrimos esse outro fator que evita que os sonhos sejam nítidos, essa nova contribuição à deformação onírica, ao constatararmos uma lacuna em nossa técnica. Já fiz ver aos senhores [ver em [1]] que, às vezes, realmente acontece não ocorrer à pessoa em análise nenhuma idéia em resposta a determinados elementos de seus sonhos. É verdade que isso não acontece tão seguidamente como a pessoa afirma; em muitíssimos casos, com persistência, brota-lhe uma idéia. Não obstante, restam casos nos quais deixa de surgir uma associação, ou, se essa é obtida, não nos dá o que dela esperávamos. Acontecendo durante um tratamento analítico, isso tem um significado especial que não nos interessa aqui. Contudo, também acontece na interpretação de sonhos de pessoas normais e em nossos próprios sonhos. Se nos convencemos de que, em tais casos, não há pressão que possa nos ser de utilidade, terminamos por descobrir que esse evento indesejado ocorre regularmente em conexão com determinados elementos oníricos, e começamos a reconhecer que um novo princípio geral está em vigor ali onde começávamos a pensar que apenas se nos antepunha uma excepcional falha de técnica.

Assim sendo, somos tentados a interpretar esses elementos oníricos ‘mudos’ em si mesmos, a nos pôr a traduzi-los com nossos próprios recursos. Somos então compelidos a reconhecer que, sempre que nos aventuramos a efetuar uma substituição dessa espécie, encontramos um sentido adequado para o sonho, ao passo que este permanece carente de sentido; e a cadeia de pensamentos se mantém interrompida enquanto nos abstermos de intervir dessa maneira. A acumulação de muitos casos semelhantes proporciona, por fim, a necessária certeza àquilo que começou como tímida experiência.

Estou expondo tudo isso de modo bastante esquemático. Tal, porém, afinal se permite por motivos didáticos, e nada foi adulterado, mas apenas simplificado. Conseguimos, assim, traduções uniformes para numerosos elementos oníricos - assim como os ‘livros de sonhos’ populares dão traduções para tudo o que aparece nos sonhos. Os senhores naturalmente não se terão esquecido de que, quando usamos técnica *associativa*, nunca se torna claro por que ocorrem determinadas substituições constantes de alguns elementos oníricos.

Os senhores prontamente farão a objeção de que esse método de interpretação lhes parece muito mais inseguro e passível de ataque do que o anterior, baseado na associação livre. Porém, existe algo mais. Pois, quando, com a experiência, tivermos coligido número suficiente de tais versões constantes, chega a hora em que percebemos que deveríamos ser capazes de lidar com essa parte da interpretação de sonhos por meio de nossos próprios conhecimentos, e que elas poderiam realmente ser compreendidas sem as associações do sonhador. O modo como devemos conhecer necessariamente seu significado se tornará claro na segunda metade desta nossa exposição. Uma relação constante desse tipo entre um elemento onírico e sua versão, nós a descrevemos como ‘relação simbólica’, e ao elemento onírico propriamente dito, como um ‘símbolo’ do pensamento onírico inconsciente. Os senhores estão lembrando de que, anteriormente, quando investigávamos as relações entre elementos oníricos e a coisa ‘original’ situada por trás deles, diferenciei três relações desse tipo - a da parte com o todo, a da alusão e a da representação plástica. Na ocasião eu os adverti de que havia uma quarta relação, porém não citei seu nome [ver em [1]]. Essa quarta relação é a relação simbólica que estou apresentando agora. Ela enseja oportunidade para algumas discussões interessantes, e eu passarei a estas antes de lhes demonstrar os resultados detalhados de nossas observações sobre o simbolismo.

O simbolismo é, talvez, o mais notável capítulo da teoria dos sonhos. Em primeiro lugar, como os símbolos são versões constantes, realizam até certo ponto o ideal da antiga, tanto como da popular, interpretação dos sonhos, do qual, com nossa técnica, nos afastamos muito. Permitem-nos em certas circunstâncias interpretar um sonho sem fazer perguntas ao sonhador que, de qualquer modo, realmente nada teria a nos dizer acerca do símbolo. Se estivermos familiarizados com os símbolos oníricos comuns, e, ademais disso, com a personalidade do sonhador, as circunstâncias em que ele vive e as impressões que precederam a ocorrência do sonho, freqüentemente estaremos em situação de interpretar um sonho com segurança - de traduzi-lo à vista, por assim dizer. Um virtuosismo dessa espécie lisonjeia a quem interpreta o sonho e impressiona aquele que teve o sonho; forma um agradável contraste com a laboriosa tarefa de interrogar o sonhador. Contudo, não se deixem perder-se com isso. Não é de nosso feitio executar atos de virtuosismo. A interpretação baseada no conhecimento dos símbolos não é uma técnica que possa substituir a técnica associativa, nem competir com esta. A técnica dos símbolos suplementa a técnica associativa e produz resultados que apenas possuem utilidade, quando subordinada a esta. E, no que concerne ao conhecimento que se tenha da situação psíquica da pessoa que nos relata seu sonho, devem ter em mente que os sonhos das pessoas que os senhores bem conhecem, não são os únicos que os senhores têm para analisar; ter em mente que, via de regra, os senhores não estão familiarizados com os eventos do dia anterior, que foram aqueles que provocaram o sonho, mas que as associações de idéias da pessoa que os senhores estão analisando lhes proporcionarão um conhecimento preciso daquilo que chamamos situação psíquica.

Ademais, constitui aspecto muito notável - tendo em conta, também, algumas considerações que mencionaremos mais adiante [cf. pág. 169-70] - o fato de se terem

manifestado, mais uma vez, as mais violentas resistências contra uma relação simbólica entre os sonhos e o inconsciente. Mesmo pessoas de discernimento e reputação, que, afora isso, têm concordado em muito com a psicanálise, nesse ponto retiraram seu apoio. Esse comportamento se afigura muito estranho; primeiro, em vista do fato de que o simbolismo não constitui peculiaridade exclusiva dos sonhos e não é característico dos mesmos; e, em segundo lugar, o simbolismo nos sonhos não é, de forma alguma, descoberta da psicanálise, embora esta tenha feito muitas outras descobertas surpreendentes. O filósofo K. A. Scherner (1861) deve ser apontado como o descobridor do simbolismo onírico, se é que absolutamente se possam situar seus inícios nos tempos atuais. A psicanálise confirmou os achados de Scherner, embora tenha feito substanciais modificações nos mesmos.

Agora, certamente, os senhores desejam ouvir algo sobre a natureza do simbolismo dos sonhos e ter alguns exemplos. Com satisfação lhes direi o que sei, embora deva confessar que nossa compreensão deste tema não é tão completa como desejaríamos.

A essência desta relação simbólica constitui em ela ser uma comparação, embora não uma comparação de tipo *qualquer*. Limitações especiais parecem estar vinculadas à comparação, porém é difícil dizer quais sejam elas. Nem tudo aquilo com que podemos comparar um objeto ou um processo aparece nos sonhos como símbolo dessa comparação. E, por outro lado, um sonho não simboliza cada elemento possível dos pensamentos oníricos latentes, mas somente alguns pensamentos determinados. Assim, existem limitações em ambos os sentidos. Devemos admitir, também, que o conceito de símbolo, no momento atual, não pode ser definido com precisão: esse conceito se transfigura gradualmente em noções tais como as de substituição ou representação, e mesmo se aproxima do que entendemos por alusão. Em numerosos símbolos, a comparação que subjaz é óbvia. Entretanto, também aí existem outros símbolos em relação aos quais devemos nos perguntar onde buscaremos o elemento comum, o *tertium comparationis*, da suposta comparação. Com outras reflexões, podemos posteriormente descobri-lo, ou então ele pode permanecer definitivamente oculto. É ademais estranho que, sendo o símbolo uma comparação, não seja elucidado por uma associação, e que o sonhador não conheça, mas faça uso dele sem saber nada a seu respeito: mais ainda, na verdade, que o sonhador não se sinta disposto a reconhecer a comparação, mesmo depois de esta lhe ter sido mostrada. Os senhores observam, pois, que uma relação simbólica é uma comparação de tipo muito especial, cuja base até agora ainda não apreendemos, embora possamos, posteriormente, chegar a alguma indicação sobre a mesma.

A gama de coisas às quais se confere uma representação simbólica nos sonhos, não é ampla: o corpo humano como um todo, os pais, os filhos, irmãos e irmãs, nascimento, morte, nudez - e algumas outras coisas mais. A representação típica - isto é, regular - da figura humana como um todo é uma *casa*, conforme foi reconhecido por Scherner, que até mesmo quis atribuir a este símbolo uma importância transcendental que não tem. Em um sonho, pode acontecer alguém sentir-se descendo pela fachada de uma casa, num momento deliciando-se

com isso, depois atemorizando-se. As casas com paredes lisas representam homens, e aquelas com saliências e sacadas, em que é possível segurar-se, representam mulheres (ver em [1], adiante). Os pais aparecem nos sonhos como *imperador e imperatriz, rei e rainha* [loc. cit.] ou outras personagens respeitadas; com isso, os sonhos evidenciam muito respeito filial. Tratam, porém, com muito menos ternura os filhos, os irmãos e as irmãs: estes são simbolizados como *pequenos animais ou bichinhos*. O nascimento é quase que invariavelmente representado por algo que tem uma conexão com água: ou a pessoa cai dentro da água ou sai da água, a pessoa salva alguém da água ou é resgatada da água por alguém - ou seja, é uma relação mãe-filho [ver em [1]]. Morrer é substituído, nos sonhos, por partir, por *viajar de trem* ver em [1] e [2]], estar morto é representado por indícios diversos, por assim dizer, obscuros; a nudez, por meio de *roupas e uniformes*. Os senhores vêm quão indistintos são os limites, aqui, entre a representação simbólica e a alusiva.

É surpreendente que, em comparação com essa reduzida numeração, existe uma outra área em que os objetos e assuntos são representados por um simbolismo extraordinariamente rico. Essa área é a da vida sexual - os genitais, os processos sexuais, a relação sexual. Nos sonhos, a grande maioria dos símbolos são símbolos sexuais. E aqui se revela uma estranha desproporção. Os temas que mencionei são poucos, os símbolos que os representam são, porém, extremamente numerosos, de forma que cada uma dessas coisas pode ser expressa por numerosos símbolos quase equivalentes. Quando interpretados, o resultado origina objeções generalizadas. Pois, em contraste com a multiplicidade das representações no sonho, as interpretações dos símbolos variam muito pouco, o que enfada qualquer pessoa que ouve falar nisso; mas, o que podemos fazer quanto a isto?

Como esta é a primeira vez que falo no tema da vida sexual, em uma destas conferências, devo-lhes uma explanação sobre a maneira pela qual me proponho a tratar do assunto. A psicanálise não tem necessidade de ocultamentos nem de palpites, não pensa que seja necessário envergonhar-se de lidar com esse importante material, acredita que é correto e apropriado nomear cada coisa pelo seu nome certo e espera que esta seja a melhor maneira de manter à distância idéias inadequadas, de natureza desorientadora. O fato de estas conferências estarem sendo proferidas perante um auditório misto de ambos os sexos, não faz qualquer diferença com relação a esse aspecto. Assim como não pode haver ciência *in usum Delphini*, também não pode havê-la para meninas de colégio; e as senhoras aqui presentes já evidenciaram, por sua própria presença nesta sala de conferências, que desejam ser tratadas em condições de igualdade com os homens. Os genitais masculinos então são representados nos sonhos por numerosas formas que devem ser chamadas simbólicas, nas quais o elemento comum da comparação é em geral muito evidente. Primeiramente, para os genitais masculinos como um todo, o sagrado número 3 tem significação simbólica [ver em [1] e segs.]. O mais notável e, para ambos os sexos, mais interessante componente dos genitais, o órgão masculino, encontra substitutos simbólicos primordialmente em coisas que

a ele se assemelham pela sua forma - coisas, portanto, que são alongadas e retas, tais como: *bengalas, guarda-chuvas, postes, árvores*, e assim por diante; e também objetos que compartilham, com a coisa que representam, da característica de penetrar no corpo e ferir - ou seja, armas pontiagudas de toda espécie, *facas, punhais, lanças, sabres* e também armas de fogo, *rifles, pistolas e revólveres* (especialmente adequados por causa de sua forma). Nos sonhos de ansiedade de uma menina, ser seguida por um homem com uma faca ou com arma de fogo desempenha importante papel. Esse talvez seja o caso mais comum de simbolismo onírico, e agora os senhores estão aptos a traduzi-lo com facilidade. E não é difícil compreender de que modo o órgão masculino pode ser substituído por objetos dos quais flui água - *torneira, regador, chafariz* -, ou, ainda, por outros objetos capazes de se distenderem, tais como *lâmpadas suspensas, lápis extensíveis*, etc. Um aspecto não menos óbvio do órgão explica o fato de que *lápiz, canetas, limas, martelos e outros instrumentos* são indubitáveis símbolos sexuais masculinos. A extraordinária característica do órgão masculino de ser capaz de erguer-se em desafio às leis da gravidade, um dos fenômenos da ereção, faz com que seja representado simbolicamente por *balões, máquinas voadoras* e, mais recentemente, pelas *aeronaves Zeppelin*. Os sonhos, porém, podem simbolizar a ereção de outra maneira, muito mais expressiva. Podem tratar o órgão sexual como sendo a essência da pessoa inteira daquele que sonha e fazê-lo *voar*. Não se melindrem com a idéia de que os sonhos com voar, tão comuns e freqüentemente tão agradáveis, devam ser interpretados como sonhos de excitação sexual geral, como sonhos de ereção. Entre alunos de psicanálise, Paul Federn [1914] colocou essa interpretação fora de dúvida; contudo, através de suas investigações chegou à mesma conclusão Mourly Vold [1910-12, 2, 791], que tem sido tão elogiado por sua seriedade, quem levou a cabo as experiências com sonhos a que me referi [ver em [1] e [2]] com posições artificialmente assumidas dos braços e pernas, e estava muito distanciado da psicanálise e possivelmente nada sabia a respeito dela. E não façam, a partir daí, a objeção ao fato de as mulheres poderem ter os mesmos sonhos de voar, como os homens. Lembrem-se, antes, de que nossos sonhos objetivam ser realizações de desejos e que o desejo de ser homem com muita freqüência é encontrado, consciente ou inconscientemente, em mulheres. E ninguém que conheça anatomia se espantará com o fato de que é possível às mulheres realizar esse desejo através das mesmas sensações do homem. As mulheres possuem, como parte de seus genitais, um pequeno órgão semelhante ao órgão masculino; e esse pequeno órgão, o clitóris, realmente desempenha na infância e durante os anos anteriores às relações sexuais o mesmo papel que desempenha o grande órgão dos homens. Entre símbolos sexuais masculinos menos inteligíveis situam-se certos *répteis e peixes* e, acima de tudo, o famoso símbolo da cobra. Certamente não é fácil adivinhar por que *chapéus e sobretudos ou capas* são empregados da mesma maneira; contudo, seu significado simbólico é bastante inquestionável [ver em [1]]. Finalmente, podemos nos perguntar se a substituição do membro masculino por outro membro, o pé ou a mão, deveria ser descrita como simbólica. Penso que somos compelidos a também fazê-lo,

em face ao contexto e aos equivalentes, no caso das mulheres. Os genitais femininos são simbolicamente representados por todos esses objetos que compartilham da característica de possuírem um espaço oco que pode conter algo dentro de si: *buracos, cavidades e concavidades*, por exemplo; *vasos e garrafas, recipientes, caixas, malas, estojos, cofres, bolsas*, e assim por diante. *Barcos* também se incluem nesta categoria. Alguns símbolos têm mais conexão com o útero do que com os genitais femininos: assim, *armários, fogões* e, mais especialmente, *aposeentos*. Aqui o simbolismo de aposento se aproxima do simbolismo de casa. *Portas e portões* também são símbolos do orifício genital. Os materiais também são símbolos femininos [ver em [1]]: *madeira, papel* e objetos feitos desses materiais como *mesas e livros*. Dentre os animais, *caramujos e conchas*, pelo menos, são inegáveis símbolos femininos: entre as partes do corpo, a *boca* (como substituto do orifício genital); entre as construções, igrejas e capelas; como podem observar, nem todos os símbolos são igualmente inteligíveis. Os seios devem ser incluídos nos genitais; sendo hemisférios volumosos do corpo feminino, são representados por *maçãs, pêras e frutas*, em geral. Os pêlos pubianos de ambos os sexos são representados nos sonhos por *florestas e moitas*. A complexa topografia das partes genitais femininas torna compreensível o fato de elas serem freqüentemente representadas *por paisagens* com rochedos, floresta e água, ao passo que o imponente mecanismo do aparelho genital feminino explica por que todo tipo de máquinas, difíceis de descrever, lhe serve de símbolo. Outro símbolo dos genitais femininos, que merece ser mencionado, é o *porta-jóias*. *Jóia e tesouro* são usados nos sonhos, assim como na vida desperta, para mencionar alguém que é amado. *Doces* freqüentemente representam satisfação sexual. A satisfação que uma pessoa obtém com seus próprios genitais é indicada por toda espécie de *tocar*, inclusive tocar *piano*. Constituem representação simbólica *par excellence* da masturbação *o deslizar ou escorregar, o arrancar um ramo* [ver em [1]]. *A queda de um dente, ou a extração de um dente* são símbolos oníricos particularmente dignos de reparo. Sua significação primeira é indubitavelmente a castração como castigo pela masturbação [loc. cit.]. Encontramos representações especiais do ato sexual com menos freqüência do que se poderia esperar com base naquilo que se disse até aqui. Atividades rítmicas como *dançar, cavalgar e subir* devem ser mencionadas aqui, bem como ocorrências violentas, como ser atropelado; e ainda da mesma forma, certas *atividades manuais* e naturalmente *ameaças com armas*. Os senhores não devem imaginar que seja muito simples o emprego ou a tradução desses símbolos. No decurso deles, acontecem todos os tipos de coisas que são contrárias às nossas expectativas. Parece quase inacreditável, por exemplo, que nessas representações simbólicas as diferenças entre os sexos amiúde não são nitidamente observadas. Alguns símbolos significam em geral, independentemente de serem

masculinos ou femininos, por exemplo: uma criança *pequena*, um filho *pequeno*, uma filha *pequena*. Ou ainda, um símbolo predominantemente masculino pode ser empregado para representar genitais femininos e vice-versa. Não podemos compreender esse fato enquanto não tivermos obtido determinada compreensão interna (*insight*) da evolução das idéias sexuais nos seres humanos. Em alguns casos, a ambigüidade dos símbolos pode ser apenas aparente; e os símbolos mais marcados, como *armas, bolsas e cofres*, se excluem desse uso bissexual.

Agora, partindo não da coisa representada, mas sim do símbolo, prosseguirei fazendo um exame de conjunto das áreas das quais geralmente derivam os símbolos sexuais, e farei algumas observações adicionais, com especial referência aos símbolos em que o elemento comum da comparação não está entendido. O *chapéu* é um símbolo obscuro deste tipo - talvez, também, tudo o que se usa para cobrir a cabeça, em geral - e tem, via de regra, significação masculina, mas é também capaz de ter significação feminina. Da mesma forma, *um sobretudo ou uma capa* significam um homem, talvez nem sempre se referindo ao aspecto genital; compete aos senhores perguntarem por quê. Gravatas, que são coisas que ficam pendentes e não são usadas por mulheres, são definitivamente um símbolo masculino. *Roupa interior e roupa branca* geralmente são símbolos femininos. *Vestuário e uniformes*, conforme já vimos, são substitutos da nudez ou das formas corporais. Sapatos e chinelos são símbolos de genitais femininos. *Mesas e madeira* já foram mencionadas como símbolos femininos enigmáticos, porém certos. *Escadas, degraus, escadarias*, ou, mais precisamente, subir ou descer pelos mesmos, são claros símbolos da relação sexual. Pensando melhor, ocorre-nos que aqui o elemento comum é o ritmo de galgá-los - talvez, também, a crescente excitação e a respiração ofegante à medida que se sobe [ver em [1]]. Já nos referimos anteriormente a paisagens como representantes dos genitais femininos. *Montes e rochedos* são símbolos do órgão masculino. *Jardins* são símbolos comuns dos genitais femininos. *Frutas* representam não os filhos, mas os seios. *Animais selvagens* significam pessoas em estado de excitação sensual e, além disso, os maus instintos ou paixões. *Botões e flores* indicam os genitais femininos ou, em especial, a virgindade. Não se esqueçam de que realmente as flores constituem os genitais das plantas. Já conhecemos *aposentos* como símbolos. A representação pode ir além, as janelas e portas, com ou sem aposentos, assumindo o significado de orifícios do corpo. E a questão de um aposento estar *aberto ou fechado* se adapta a este simbolismo, e a *chave* que o abre é decididamente um símbolo masculino. Esse, pois, o material de que se serve o simbolismo nos sonhos. Não está completo e poderia ser aprofundado e ampliado ainda mais. Imagino, porém, que lhes parecerá mais que suficiente, e talvez até mesmo possa tê-los irritado. ‘Será que de fato vivo no meio de símbolos sexuais?’ - poderão perguntar. ‘São todos os objetos ao meu redor,

todas as roupas que visto, todas as coisas que pego, todos símbolos sexuais, e nada mais?’ Existe, com efeito, fundamento suficiente para fazer perguntas atônitas, e, como primeira delas, podemos nos interrogar sobre como realmente chegamos a conhecer a significação desses símbolos oníricos, a respeito dos quais o sonhador nos dá informação insuficiente, ou absolutamente nenhuma informação. Minha resposta é que a aprendemos a partir de fontes muito diversas - de contos de fadas, de mitos, de bufonarias e anedotas, do folclore (isto é, do conhecimento dos usos populares e costumes, da maneira de falar e das canções) e de expressões idiomáticas, poéticas e coloquiais. Em todas essas direções encontramos o mesmo simbolismo e, em alguns deles, podemos entendê-lo sem maior erudição. Se penetrarmos nos detalhes dessas fontes, encontraremos tantas semelhanças do simbolismo onírico, que não podemos deixar de nos convencer de nossas interpretações. Segundo Scherner, como dissemos [ver em [1]], o corpo humano é com freqüência representado nos sonhos pelo símbolo de uma casa. Aprofundando esta representação, verificamos que janelas, portas e portões representavam as aberturas do corpo e que as fachadas das casas eram ou lisas ou providas de sacadas e saliências nas quais se podia encontrar apoio. Contudo, o mesmo simbolismo é encontrado em nossos usos idiomáticos - quando saudamos familiarmente um conhecido, como uma ‘*altes Haus*’ [‘casa velha’], quando falamos em dar a alguém ‘*eins aufs Dach!*’ [uma pancada na cabeça, literalmente, ‘uma no telhado’], ou quando dizemos de uma pessoa que ‘ela não está bem do sótão’. Na anatomia, os orifícios do corpo são muitas vezes chamados ‘*Leibesporten*’ [literalmente, ‘portões do corpo’].

De início parece surpreendente encontrar os pais, nos sonhos, como casal imperial ou real. Isso, porém, tem seu similar nos contos de fadas. Começamos a compreender que as variadas histórias de fadas que começam com ‘Era uma vez um rei e uma rainha’ apenas querem dizer que certa vez havia um pai e uma mãe. Em uma família as crianças são, de brincadeira, chamadas de ‘príncipes’, e o mais velho, de ‘príncipe herdeiro’. O próprio rei se denomina o pai de seu país. Por brincadeira falamos nos filhos como ‘*Würmer*’ [‘bichinhos’] e com simpatia nos referimos a uma criança como ‘*der arme Wurm*’ [‘pobre bichinho’].

Retornemos ao simbolismo da casa. Quando, em um sonho, fazemos uso das saliências de uma casa para nelas nos segurarmos, podemos nos recordar de uma expressão vulgar comumente usada para designar seios bem desenvolvidos: ‘Ela tem coisa para agarrar.’ Existe outra expressão popular em tais casos: ‘Ela tem muita madeira em frente de casa’, o que parece confirmar nossa interpretação da madeira como símbolo feminino, materno.

E, por falar em madeira, é difícil compreender como esse material veio a representar o que é materno. No entanto, nisso a filologia comparada pode vir em nosso auxílio. Nossa palavra alemã ‘*Holz*’ parece provir da mesma raiz da ‘*υλη* [hulé]’ grega significando material, matéria-prima. Esse parece ser um exemplo da ocorrência não rara de um nome genérico de um material vir a ser, afinal, reservado a algum material determinado. Ora,

existe no Atlântico uma ilha chamada 'Madeira' Este nome lhe foi dado pelos portugueses quando a descobriram, porque naquela época estava toda recoberta de florestas. Pois na língua portuguesa 'madeira' está relacionada a 'floresta'. Os senhores observam, porém, que 'madeira' é apenas uma forma ligeiramente modificada da palavra latina '*materia*', que, mais uma vez, significa 'material' em geral. Contudo, '*materia*' é derivada de '*mater*', 'mãe': o material do qual tudo é feito, por assim dizer, a mãe de tudo. Esse conceito antigo da coisa sobrevive, portanto, no uso simbólico de madeira como 'mulher' ou 'mãe'.

O nascimento é geralmente expresso nos sonhos por meio de alguma conexão com a água: a pessoa cai na água ou é tirada das águas - dá à luz ou nasce. Não devemos nos esquecer de que este símbolo consegue se utilizar, em dois sentidos, da verdade da evolução. Não apenas todos os mamíferos terrestres, inclusive os ancestrais do homem, descendem de seres aquáticos (este é o mais remoto dos dois fatos), mas também todo mamífero, todo ser humano, passou a primeira fase de sua existência na água - ou seja, na qualidade de embrião, no líquido amniótico do útero materno, e saiu dessa água ao nascer. Não digo que aquele que sonha sabe disso; por outro lado, afirmo que ele não necessita saber. Existe algo mais que o sonhador provavelmente sabe, por lhe haver sido dito em sua infância; assim mesmo, afirmo que, se soubesse, esse conhecimento em nada contribuiria para a construção do símbolo. Foi-lhe dito, quando criança, que é a cegonha que traz os bebês. Mas de onde os busca? Do lago, ou do rio - mais uma vez, pois, da água. Um de meus pacientes, após lhe haver sido dada esta informação - na época ele era um pequeno conde - desapareceu por uma tarde inteira. Por fim, foi encontrado de bruços junto à borda do lago do castelo, com seu rostinho pendido sobre a superfície da água, perscrutando atentamente, procurando ver os bebês no fundo da água.

Nos mitos sobre o nascimento de heróis - aos quais Otto Rank [1909] dedicou um estudo comparado, sendo o mais antigo o mito do rei Sargão, de Agade (cerca de 2.800 a.C.) -, uma parte predominante é desempenhada pelo abandono na água e o resgate da água. Rank constatou que isso são representações do nascimento, análogas às que comumente surgem nos sonhos. Quando uma pessoa salva alguém das águas, em um sonho, ela se transforma em sua mãe, ou, simplesmente, em mãe. Nos mitos uma pessoa que salva um bebê das águas admite ser a verdadeira mãe do bebê. Existe uma conhecida anedota cômica segundo a qual perguntaram a um inteligente menino judeu quem era a mãe de Moisés. Respondeu sem hesitação: 'A princesa.' 'Não', disseram-lhe, 'ela somente o tirou da água' 'Isso é o que ela diz', replicou, e assim provou que havia encontrado a interpretação correta do mito. Nos sonhos, partir significa morrer. Assim, quando uma criança pergunta onde está alguém que morreu, e de quem sente falta, é costume comum responder-lhe que esse alguém partiu de viagem. Mais uma vez gostaria de desmentir a crença de que o símbolo onírico deriva dessa evasiva. O dramaturgo [Shakespeare, em *Hamlet*, Ato III, Cena 1] usa a mesma conexão simbólica quando fala na morte como 'país desconhecido de cujos limites nenhum *viajante* retorna'. Mesmo na vida comum é freqüente falar em 'última jornada'. Todo aquele que

conhece os rituais antigos se apercebe de como se levava a sério (na religião do antigo Egito, por exemplo) a idéia de uma viagem às regiões da morte. Sobreviveram muitas cópias do *Livro dos Mortos*, que era fornecido à múmia como um guia de viagem, para ser levado nessa jornada. Desde quando os locais funerários foram separados dos locais de moradia, a última viagem de uma pessoa morta se tornou verdadeiramente uma realidade. E não se pense que o simbolismo genital seja algo encontrado apenas em sonhos. Provavelmente todos os senhores, em uma ou outra ocasião, referiram-se indelicadamente a uma mulher como ‘*alte Schachtel*’ [‘caixa velha’], talvez sem saber que estavam usando um símbolo genital. No Novo Testamento encontramos a mulher sendo mencionada como o ‘vaso mais frágil’. As escrituras hebraicas, escritas em um estilo que muito se aproxima da poesia, estão plenas de expressões sexualmente simbólicas, que nem sempre foram corretamente compreendidas e cuja exegese (por exemplo, no caso do Cântico de Salomão) tem causado alguns equívocos. Na literatura hebraica posterior é muito comum encontrar a mulher representada por uma casa, cuja porta representa o orifício sexual. Um homem se queixa, por exemplo, em um caso de perda da virgindade, de haver encontrado a porta aberta. Assim, também nesses escritos o símbolo da mesa representa a mulher. Por isso uma mulher diz de seu marido: ‘Eu lhe preparei a mesa, mas ele a virou.’ Diz-se que as crianças aleijadas surgem porque o homem ‘virou a mesa’. Estes exemplos, eu os tomei de um artigo do Dr. L. Levy de Brünn [1914]. O fato de, nos sonhos, também os navios representarem mulheres merece crédito, pois os etimologistas nos dizem que ‘*Schiff* [navio]’ era originalmente o nome de um recipiente de barro e é a mesma palavra que ‘*Schaff*’ [palavra dialetal que significa ‘tina’]. O fato de fogões representarem mulheres e útero, é confirmado pela lenda grega de Periandro de Corinto e sua esposa Melissa. O tirano, segundo Heródoto, faz aparecer o espírito de sua mulher, a quem amara apaixonadamente e, contudo, assassinara por ciúmes, a fim de obter dela algumas informações. A mulher morta provou sua identidade dizendo que ele, Periandro, havia ‘*metido seu pão dentro de um forno frio*’, como forma de disfarçar um acontecimento que só era conhecido dos dois. Na revista *Anthropophyteia*, editada por F. S. Krauss, inestimável fonte de conhecimentos de antropologia sexual, ficamos sabendo que, em determinada região da Alemanha, de uma mulher que deu à luz uma criança se diz que ‘*o forno dela se fez em pedaços*’. Pegar fogo, fazer fogo, e tudo o que com isso se relacione, está intimamente entretecido de simbolismo sexual. A chama é sempre um genital masculino e a lareira, o fogão, é seu equivalente feminino. Se os senhores puderem se surpreender com a freqüência com que as paisagens são empregadas nos sonhos para representar os genitais femininos, podem aprender da mitologia geral qual o papel desempenhado pela *Mãe Terra* nos conceitos e cultos dos povos da Antigüidade, e como sua visão da agricultura era determinada por esse simbolismo. O fato de, em sonhos, um quarto representar uma mulher, os senhores tenderão a atribuí-lo ao uso idiomático de nossa linguagem pelo qual ‘*Frau*’ é substituído por ‘*Frauenzimmer*’ - o ser humano sendo substituído pelo aposento destinado a ele. De forma semelhante, falamos em ‘Sublime Porte’ significando o sultão e seu governo. Assim, também o título do governante do Egito antigo, ‘Faraó’, significa simplesmente

‘Grande Saguão do Paço’. (No antigo oriente, os pátios entre os duplos portões de uma cidade eram locais de encontro públicos, assim como as praças do mercado do mundo clássico) Essa derivação, entretanto, parece ser excessivamente superficial. Parece-me mais provável que um aposento se tornou símbolo de mulher por ser o espaço que encerra seres humanos. Já verificamos que ‘casa’ é usada em sentido semelhante; e a mitologia e a linguagem poética nos possibilitam acrescentar ‘cidade’, ‘cidadela’, ‘castelo’ e ‘fortaleza’ como outros símbolos para ‘mulher’. Poder-se-ia facilmente levantar a questão a respeito de sonhos de pessoas que não falam ou não entendem o idioma alemão. Durante esses últimos anos tenho tratado principalmente pacientes de idioma estrangeiro e parece-me que me lembro de que também em seus sonhos ‘Zimmer’ [‘aposento’] significava ‘*Frauenzimmer*’ embora em seus idiomas não tivessem uso semelhante. Existem outras indicações de que a relação simbólica pode ultrapassar os limites da linguagem - o que, aliás, foi afirmado

há muito tempo por um antigo pesquisador de sonhos, Schubert [1814]. No entanto, nenhum de meus pacientes ignorava completamente o alemão, de modo que a decisão deve ser deixada aos analistas que podem coligir dados das pessoas que usam um só idioma, em outros países.

Difícilmente alguma das representações simbólicas dos genitais masculinos não reaparece no uso anedótico, vulgar ou poético, especialmente junto aos dramaturgos clássicos antigos. Entretanto, aqui encontramos não apenas os símbolos que surgem nos sonhos, porém outros mais como, por exemplo, utensílios usados em diversas atividades, e especialmente o arado. Ademais, a representação simbólica da masculinidade nos leva a uma região muito extensa e muito controvertida, que por motivos de economia evitaremos. Gostaria, no entanto, de dedicar algumas palavras a um símbolo que, por assim dizer, se exclui dessa categoria: o número 3. Permanece obscuro o fato de saber se este número deve seu caráter sagrado a essa relação simbólica. O que no entanto parece certo é que numerosas coisas tripartidas existentes na natureza - a folha de trevo, por exemplo - devem seu uso em brasões e emblemas a esse significado simbólico. De maneira semelhante, o lírio tripartido - a chamada *fleur-de-lis* - e o notável desenho heráldico de duas ilhas tão distantes uma da outra, como a Sicília e a ilha de Man - o tríscele (três pernas meio fletidas irradiando-se de um centro) - parecem ser versões estilizadas dos genitais masculinos. As formas do órgão masculino eram consideradas na Antigüidade como o mais poderoso *apotropaico* (meio de defesa) contra más influências e, por conseguinte, os amuletos de nossos dias podem, todos eles, ser reconhecidos facilmente como símbolos genitais ou sexuais. Consideremos uma coleção dessas coisas - como são usadas, por exemplo, na forma de pequenos berloques de prata pendent: trevo de quatro folhas, porco, cogumelo, ferraduras, escada, vassoura de chaminé. O trevo de quatro folhas tomou o lugar do de três folhas, que realmente se presta para ser um símbolo. O porco é um antigo símbolo da fertilidade. O cogumelo é sem dúvida um símbolo do pênis: existem cogumelos [fungos] que devem seu nome sistemático (*Phallus impudicus*) à sua inconfundível semelhança com o órgão masculino. A ferradura reproduz o

contorno do orifício genital feminino, ao passo que a vassoura de chaminé, que se associa à escada, aparece em companhia desta em face de suas funções, às quais vulgarmente se compara o ato sexual. (Cf. *Anthropophyteia*.) Conhecemos essa escada, em sonhos, como símbolo sexual; aqui o uso idiomático alemão vem em nosso auxílio e nos mostra como a palavra ‘*steigen*’ [‘subir’, ou ‘montar’] é usada no que é *par excellence* um sentido sexual. Dizemos ‘*den Frauen nachsteigen*’ [‘perseguir’ (literalmente ‘trepador’) ‘mulheres’], e ‘*ein alter Steiger*’ [‘um velho farrista’ (literalmente ‘trepador’)]. Em francês a palavra para degraus de uma escada é ‘*marches*’, e encontramos um termo exatamente análogo ‘*un vieux marcheur*’. O fato de que, em muitos animais de grande porte, subir ou ‘montar’ na fêmea é um preliminar necessário ao ato sexual, provavelmente se presta a este contexto. ‘Arrancar um galho’, como representação simbólica da masturbação, não apenas se coaduna com as descrições vulgares do ato como também possui semelhanças mitológicas amplas. Mas que a masturbação, ou melhor, a punição correspondente - a castração - seja representada pela queda ou extração de dentes, é fato especialmente notável, pois existe na antropologia um seu equivalente, o qual pode ser do conhecimento de apenas um pequeno número das pessoas que sonham. Parece-me inequívoco que a circuncisão, praticada por tantos povos, é um equivalente e substituto da castração. E agora sabemos de determinadas tribos primitivas da Austrália que realizam a circuncisão como um rito da puberdade (na cerimônia em que se celebra o início da maturidade sexual de um menino), enquanto outras tribos, seus vizinhos próximos, substituíram esse ato pela quebra de um dente. A este ponto, encerro minha exposição desses exemplos. São apenas exemplos. A respeito deste assunto conhecemos muito mais; porém os senhores podem imaginar como seria mais rica e mais interessante uma coleção como essa, se fosse reunida não por amadores como nós, e sim por verdadeiros profissionais da mitologia, antropologia, filologia e do folclore. Algumas conseqüências se impõem à nossa atenção; não podem ser completas, porém nos oferecem material para reflexão. Em primeiro lugar, deparamos com o fato de que o sonhador tem à sua disposição uma forma simbólica de expressão que ele desconhece na vida desperta e não reconhece. Isso é tão extraordinário como se os senhores viessem a descobrir que sua empregada doméstica entendesse sânscrito, embora sabendo que ela nasceu numa aldeia da Boêmia e jamais o estudou. Não é fácil explicar tal fato com o auxílio de nossas concepções psicológicas. Apenas podemos dizer que o conhecimento do simbolismo é inconsciente naquele que sonha, que pertence à sua vida mental inconsciente. Contudo, mesmo com essa suposição, não chegamos ao cerne da questão. Até agora apenas nos tem sido necessário supor a existência de esforços inconscientes - isto é, esforços dos quais nada sabemos, temporária ou permanentemente. Agora, porém, trata-se de algo mais que isso simplesmente, de parcelas inconscientes de conhecimento, de conexões de pensamentos, de comparação entre diferentes objetos que resultam na possibilidade de estes serem regularmente colocados um em lugar do outro. Essas comparações não são recém-estabelecidas em cada ocasião; estão de antemão prontas para uso e são completas, de uma vez por todas. Isso está implícito no fato de serem concordantes, quando se trata de indivíduos diferentes - possivelmente, na verdade, concordantes, apesar das diferenças de idioma. Qual pode ser a origem dessas relações simbólicas? O uso idiomático cobre apenas uma parte delas. A

multiplicidade de analogias em outras esferas de conhecimento é, na maioria das vezes, desconhecida da pessoa que tem o sonho; nós mesmos tivemos de laboriosamente colecioná-las. Em segundo lugar, tais relações simbólicas não constituem peculiaridade do sonhador ou da elaboração onírica, através da qual elas adquirem expressão. Esse mesmo simbolismo, como vimos, é empregado por mitos e contos de fadas, pelas pessoas em seus ditados e em sua canções, pelo uso idiomático coloquial e pela imaginação poética. O campo do simbolismo é imensamente amplo e o simbolismo onírico constitui apenas pequena parte dele: na verdade, não conduz a nenhum objetivo útil atacar o problema a partir dos sonhos. Muitos símbolos que são comumente usados em outros contextos aparecem no sonho muito raramente, ou absolutamente não aparecem. Alguns símbolos oníricos não podem ser encontrados em todas as áreas, porém, como os senhores viram, apenas num ou noutro lugar. Tem-se a impressão de que nos defrontamos aqui com um modo de expressão antigo, porém extinto, cujas diferentes partes sobreviveram em diferentes campos de fenômenos, uma parte somente aqui, outra somente ali, uma terceira parte, talvez, com suas formas ligeiramente modificadas, em diversas áreas. E nisso, recorde-me da fantasia de um interessante paciente psicótico que imaginou uma ‘linguagem básica’ da qual todas essas relações simbólicas seriam resíduos. Em terceiro lugar, deve ter-lhes causado surpresa que o simbolismo, nas outras áreas que mencionei, não é absolutamente apenas simbolismo sexual, ao passo que nos sonhos os símbolos são empregados quase exclusivamente para expressão de objetos e relações sexuais. Isso também não se explica facilmente. Deveríamos supor que os símbolos, que originalmente possuíam uma significação sexual, mais tarde tenham adquirido outra aplicação e que, ademais disso, a atenuação da representação por símbolos em outros tipos de representação pode estar em conexão com este aspecto? Essas questões evidentemente não podem ser respondidas enquanto não houvermos considerado o simbolismo onírico isoladamente. Podemos apenas manter firme a suspeita de que existe uma relação especialmente íntima entre símbolos, verdadeiros e sexualidade.

Com referência a esse aspecto descobrimos importantes indícios durante esses últimos anos. Um filólogo, Hans Sperber [1912], de Uppsala, que trabalha independentemente da psicanálise, apresentou o argumento de que as necessidades sexuais desempenharam o papel principal na origem e no desenvolvimento da linguagem. Segundo esse autor, os sons originais da linguagem se destinavam à comunicação e atraíam o parceiro sexual; a evolução ulterior das raízes lingüísticas acompanhou as atividades laborativas do homem primitivo. Essas atividades, prossegue ele, eram executadas em comum e acompanhadas por expressões ritmicamente repetidas. Assim, um interesse sexual permaneceu vinculado ao trabalho. O homem primitivo tornou o trabalho aceitável, por assim dizer, tratando-o como equivalente e substituto da atividade sexual. As palavras enunciadas durante o trabalho em comum tinham, pois, dois significados: designavam atos sexuais e também a atividade laborativa que a estes se equiparava. Com o decorrer do tempo as palavras se desvincularam da significação sexual e fixaram-se no trabalho. Em gerações posteriores a mesma coisa aconteceu com as palavras novas, que tinham significado sexual e eram aplicadas a novas formas de trabalho. Desse modo, numerosas raízes de palavras teriam

sido formadas, todas elas de origem sexual, perdendo subseqüentemente sua significação sexual. Se é correta a hipótese que delineei aqui, ela nos possibilitaria compreender o simbolismo dos sonhos. Deveríamos entender por que os sonhos, que conservam algumas das condições mais primitivas, mantêm um número tão extraordinariamente grande de símbolos sexuais e por que geralmente armas e utensílios representam o que é masculino, ao passo que materiais e coisas, que se prestam para serem transformados pelo trabalho, representam o que é feminino. A relação simbólica seria o resíduo de uma antiga identidade verbal, coisas que numa época foram chamadas pelo mesmo nome, tanto que os genitais poderiam agora servir como símbolo para os mesmos, nos sonhos. Os aspectos correlatos que encontramos no simbolismo onírico também nos permitem formar uma estimativa dessa característica da psicanálise que lhe permite atrair interesse geral, de uma forma que nem a psicologia nem a psiquiatria conseguiram fazê-lo. No trabalho da psicanálise formam-se vínculos com numerosas outras ciências mentais, cuja investigação promete resultados do mais elevado valor: vínculos com a mitologia e a filosofia, com o folclore, com a psicologia social e com a teoria da religião. Os senhores não ficarão surpresos ao ouvir que uma revista cresceu em solo psicanalítico e seu único objetivo é fortificar esses vínculos. Essa revista é conhecida pelo nome de *Imago*, fundada em 1912 e editada por Hanns Sachs e Otto Rank. Em todos esses vínculos a participação da psicanálise é, em primeira instância, a de doador e, apenas em menor escala, a de receptor. É verdade que isso lhe traz a vantagem de seus estranhos achados se tornarem mais conhecidos quando constatados também em outras áreas da ciência; porém, em seu conjunto, é a psicanálise que provê os métodos técnicos e as concepções cuja aplicação nesses outros campos deve se mostrar proveitosa. A vida mental dos seres humanos, quando sujeita à investigação psicanalítica, oferece-nos explicações com cujo auxílio conseguimos resolver numerosos enigmas da vida das comunidades humanas ou, pelo menos, enquadrá-los num enfoque verdadeiro. A propósito, ainda não lhes disse absolutamente nada com respeito às circunstâncias em que podemos obter nossa mais profunda compreensão da hipotética ‘linguagem primitiva’, e ao campo em que a maior parte desta sobreviveu. Até virem a conhecê-la, os senhores não poderão formar uma opinião de sua total importância. Pois esse campo é o das neuroses e seu material são os sintomas e outras manifestações dos pacientes neuróticos, para cuja elucidação e tratamento a psicanálise foi, de fato, criada. A quarta de minhas reflexões nos leva de volta ao começo e nos conduz por nosso caminho previamente determinado. Eu disse [ver em [1]] que os sonhos, ainda que não houvesse censura de sonhos, não seriam facilmente inteligíveis para nós, de vez que ainda teríamos de nos defrontar com a tarefa de traduzir a linguagem simbólica dos sonhos para a de nosso pensamento desperto. Assim, o simbolismo é um segundo e independente fator de deformação de sonhos, ao lado da censura de sonhos. É plausível supor, porém, que a censura de sonhos julga conveniente fazer uso do simbolismo, porque isso conduz ao mesmo fim: o caráter estranho e incompreensível dos sonhos. Em breve ficará esclarecido se um estudo adicional dos sonhos não nos poderá colocar em face de um outro fator que contribui para a deformação dos sonhos. Contudo, eu não gostaria de abandonar o tema do simbolismo onírico sem mais uma vez [ver em [1] e [2]] tocar no problema sobre o modo como ele pode encontrar resistência tão acirrada em pessoas

instruídas, quando a ampla difusão do simbolismo nos mitos, na religião, na arte e na linguagem é tão inquestionável. A responsável não será novamente sua conexão com a sexualidade?

CONFERÊNCIA XI - A ELABORAÇÃO ONÍRICA

SENHORAS E SENHORES:

Quando tiverem compreendido adequadamente a censura de sonhos e a representação por símbolos, verdade é que ainda não terão dominado o assunto sobre a deformação em sonhos, e, não obstante, estarão em condições de entender a maioria destes. E para isso os senhores usarão ambas as técnicas complementares: reunir as idéias que acodem à mente do sonhador, até haverem compreendido desde a coisa substituta até a coisa original e, fundados no próprio conhecimento dos senhores, substituir os símbolos por aquilo que representam. Mais adiante discutiremos algumas incertezas que surgem nessa correlação. Podemos agora dedicar-nos mais uma vez à tarefa que tentamos executar anteriormente com recursos inadequados, quando estudávamos as relações entre os elementos dos sonhos e as coisas originais que eles representam. Estabelecemos quatro principais relações, ou seja [ver em [1] e seg.]: relação da parte com o todo, aproximação ou alusão, relação simbólica e representação plástica das palavras. Agora nos propomos empreender a mesma coisa, em escala mais ampla, comparando o conteúdo manifesto de um sonho *como um todo* com o sonho latente, conforme este é revelado pela interpretação. Espero que os senhores nunca mais venham a confundir essas duas coisas uma com a outra. Se alcançarem esse ponto, terão conseguido compreender melhor os sonhos do que a maioria dos leitores de meu trabalho *A Interpretação de Sonhos*. E permitam-me lembrar-lhes novamente que o trabalho que transforma o sonho latente no sonho manifesto se chama *elaboração onírica*. O trabalho que opera em sentido oposto, que intenta chegar ao sonho latente a partir do manifesto, é nosso *trabalho interpretativo*. Esse trabalho interpretativo procura decifrar a elaboração onírica. Os sonhos de tipo infantil, que reconhecemos como evidentes realizações de desejos, ainda assim sofreram determinado grau de elaboração onírica - sofreram uma transformação de desejo em experiência real e, também, via de regra, de pensamentos foram transformados em imagens visuais. No caso deles, não há necessidade de interpretação, porém apenas se requer sejam desfeitas essas duas transformações. A elaboração onírica adicional que ocorre em outros sonhos denomina-se ‘deformação onírica’, e é esta que deve ser decifrada através de nosso trabalho interpretativo.

Tendo comparado as interpretações de numerosos sonhos, estou em condições de lhes apresentar uma descrição sumária daquilo que a elaboração onírica executa com o material dos pensamentos oníricos latentes. Peço-lhes, entretanto, não procurarem entender demais acerca das coisas que lhes digo. Tratar-se-á de uma descrição que deve ser ouvida com serena atenção. A primeira realização da elaboração onírica é a *condensação*.

Entendemos, com isso, que o sonho manifesto possui um conteúdo menor do que o latente, e é deste uma tradução abreviada, portanto. Às vezes a condensação pode estar ausente; via de regra se faz presente e, muitíssimas vezes, é enorme. Jamais ocorre uma mudança em sentido inverso; ou seja, nunca encontramos um sonho manifesto com extensão ou com conteúdo maior do que o sonho latente. A condensação se realiza das seguintes maneiras: (1) determinados elementos latentes são totalmente omitidos, (2) apenas um fragmento de alguns complexos do sonho latente transparece no sonho manifesto e (3) determinados elementos latentes, que têm algo em comum, se combinam e se fundem em uma só unidade no sonho manifesto. Se preferirem, podemos reservar o termo ‘condensação’ apenas para o último desses processos. Seus resultados podem ser demonstrados com especial facilidade. Os senhores não terão dificuldade em lembrar exemplos de seus próprios sonhos, em que pessoas diferentes são condensadas em uma só. Um personagem composto, deste tipo, pode, talvez, assemelhar-se a A, mas pode, talvez, assemelhar-se a A, contudo pode estar vestida como B, executar algo que lembre C, e ao mesmo tempo podemos saber que é D. Essa estrutura composta naturalmente está dando ênfase àquilo que as quatro pessoas têm em comum. É possível, naturalmente, formar tal estrutura composta de coisas ou de lugares, do mesmo modo que de pessoas, contanto que as diferentes coisas e lugares tenham em comum algo que o sonho latente acentua. O processo se assemelha à construção de um conceito novo e transitório que tem nesse elemento comum o seu núcleo. O resultado dessa superposição de elementos separados, que foram condensados conjuntamente, é, via de regra, uma imagem difusa e vaga, à semelhança daquilo que sucede quando se batem diversas fotografias sobre uma mesma chapa. A produção de estruturas compostas, como essas referidas, deve ser de grande importância para a elaboração onírica, porquanto podemos demonstrar que ali onde inicialmente faltam os elementos comuns para formá-las, estes são introduzidos deliberadamente - por exemplo, através da escolha da palavra pelas quais um pensamento é expresso. Já encontramos condensações e estruturas compostas dessa espécie. Desempenharam seu papel na produção de determinados lapsos de língua. Os senhores se recordam do jovem senhor que se prontificou a ‘*begleitdigen*’ [‘*begleiten* (acompanhar)’ + ‘*beleidigen* (insultar)’], ver em [1]] uma senhora. E, também, existem anedotas cuja técnica se baseia em uma condensação desse tipo. Salvo esses casos, porém, pode-se dizer que o processo é muito raro e estranho. É verdade que as partes componentes destinadas a essa construção devem situar-se em algumas criações de nossa imaginação, que está pronta para combinar em uma unidade componentes de coisas que não formam conjunto em nossa experiência corrente - nos centauros, por exemplo, e nos animais fabulosos que aparecem na mitologia antiga ou nos quadros de Böcklin. A imaginação ‘criativa’ realmente é bastante

incapaz de *inventar* qualquer coisa; ela pode apenas combinar entre si componentes que são estranhos. O notável no que se refere ao processo da elaboração onírica, contudo, reside no que vem a seguir. O material disponível à elaboração onírica consiste de pensamentos - alguns deles podem ser censurados ou inaceitáveis, porém são corretamente construídos e expressos. A elaboração onírica dá a esses pensamentos uma outra forma, e constitui fato singular e incompreensível que, sendo feita tal tradução (transmitindo essa mensagem, digamos assim, através de um outro texto da linguagem), esses métodos de mistura e combinação se realizam. Afinal, uma tradução se esforça por preservar as diferenças constantes do texto original e especialmente por manter separadas as coisas que são apenas semelhantes. A elaboração onírica, muito ao contrário, procura condensar dois pensamentos diferentes buscando (como um chiste) uma palavra ambígua na qual os dois pensamentos se possam juntar. Não precisamos tentar compreender esse aspecto de uma só vez; no entanto, ele pode ser importante em nosso estudo crítico da elaboração onírica.

Embora a condensação torne os sonhos obscuros, não parece dar-nos a impressão de ela ser efeito da censura. Antes, parece ser devida a um fator automático ou econômico, mas, em todo caso, a censura lucra com ela. Aquilo que a condensação consegue realizar pode ser bastante extraordinário. Às vezes é possível, com seu auxílio, combinar duas seqüências de pensamentos latentes muito diferentes, em um único sonho manifesto, de modo que se pode chegar a algo que parece ser uma interpretação suficiente de sonho, e no entanto, procedendo assim, pode-se deixar de perceber uma possível 'superinterpretação'. No que concerne à relação entre o sonho latente e o manifesto, a condensação tem como consequência o estabelecimento de uma relação não-simples entre os elementos de um e de outro. Um elemento manifesto pode corresponder simultaneamente a diversos elementos latentes e, em sentido inverso, um elemento latente pode desempenhar seu papel em diversos elementos manifestos - existe, por assim dizer, um relacionamento entrecruzado (ver em [1]). Ademais, ao interpretar um sonho verificamos que as associações com um único elemento manifesto nem sempre emergem em seqüência ordenada: muitas vezes devemos esperar até todo o sonho ter sido interpretado. A elaboração onírica assim efetua uma espécie muito inusitada de transcrição dos pensamentos oníricos: não se trata de uma tradução palavra-por-palavra ou sinal-por-sinal; e nem se trata de uma solução feita segundo normas fixas - como seria no caso de se reproduzir apenas as consoantes de uma palavra e eliminar as vogais; e também não é aquilo que se poderia descrever como solução representativa - um elemento sendo invariavelmente escolhido para tomar o lugar de vários elementos; trata-se de algo diferente e muito mais complexo. A segunda realização da elaboração onírica é o *deslocamento*. Felizmente já procedemos a um exame preliminar do mesmo: pois já sabemos que é inteiramente obra da censura dos sonhos. Manifesta-se de duas maneiras: na primeira, um elemento latente é substituído não por uma parte componente de si mesmo, mas por alguma coisa mais remota, isto é, por uma alusão; e, na segunda, o acento psíquico é mudado de um elemento importante para outros sem importância, de forma que sonho parece descentrado e estranho. A substituição de algo por meio de uma alusão constitui processo corrente também em nosso pensamento desperto, porém existe uma diferença. No pensamento desperto, a

alusão deve ser inteiramente inteligível, e o substituto deve estar relacionado, no seu tema, com a coisa original que representa. Também os chistes fazem uso da alusão. Eles prescindem da precondição de haver uma associação no tema e a substituem por associações externas incomuns, tais como semelhança de sons, ambigüidade verbal, e assim por diante. Conservam, contudo, a precondição de inteligibilidade: um chiste perderia toda a sua eficiência se o caminho retroativo que vai da alusão à coisa original não pudesse ser percorrido com facilidade. As alusões usadas para fins de deslocamento nos sonhos estão livres de ambas essas restrições. Elas estão em conexão com o elemento que substituem através das relações mais externas e remotas e são, pois, ininteligíveis; e, quando são desfeitas, sua interpretação dá a impressão de serem um mau chiste ou de constituírem uma explicação aleatória e forçada, tirada não se sabe de onde. Pois a censura de sonhos só consegue seu objetivo quando consegue tornar impossível que se encontre o caminho desde a alusão até a coisa original. O deslocamento do acento é um método sem igual de expressar pensamentos. Algumas vezes o utilizamos no pensamento desperto, a fim de conseguir um efeito cômico. Talvez eu possa recriar aqui a impressão de alheamento causada por esse método recordando uma anedota. Numa aldeia havia um ferreiro que cometera um crime capital. O júri decidiu que o crime devia ser punido; porém, como o ferreiro era o único na aldeia e era indispensável, e como, por outro lado, lá viviam três alfaiates, um destes foi enforcado em seu lugar.

A terceira realização da elaboração onírica é psicologicamente a mais interessante. Consiste em transformar pensamentos em imagens visuais. Deixemos claro que essa transformação não afeta *tudo* nos pensamentos oníricos; alguns deles conservam sua forma e aparecem no sonho manifesto também como pensamentos ou conhecimentos; e nem são as imagens visuais a única forma na qual os pensamentos se transformam. Ainda assim, eles enfeixam a essência da formação dos sonhos; essa parte da elaboração onírica, como já sabemos, é a segunda parte mais constante [ver em [1] e [2]] e já nos familiarizamos com a representação gráfica das palavras no caso dos elementos oníricos isolados [ver em [1] e [2]]. Claro que essa realização não é fácil. Para termos uma idéia de suas dificuldades, suponhamos que os senhores tivessem assumido a tarefa de substituir um editorial político, em um jornal, por uma série de ilustrações. Os senhores teriam de retroceder da escrita alfabética para a escrita pictográfica. Em um tal artigo mencionando pessoas e objetos concretos, os senhores os substituiriam com facilidade e talvez até mesmo com vantagem, por meio de figuras; contudo, as dificuldades começariam quando se tratasse da representação de palavras abstratas e de todos aqueles componentes do discurso que indicam relações entre pensamentos - tal como partículas, conjunções, e assim por diante. No caso de palavras abstratas os senhores conseguirão recorrer a uma variedade de soluções. Por exemplo, os senhores se esforçariam por dar ao texto um enunciado diferente, que talvez pudesse parecer menos usual, porém com mais componentes concretos e possíveis de ser representados. Então os senhores se lembrariam de que a maioria das palavras abstratas são palavras concretas ‘diluídas’, e, por essa razão, teríamos que retroceder, sempre que possível, à significação concreta original de tais palavras. Assim, os

senhores teriam o prazer de constatar que podem representar ‘a possessão’ de um objeto pela ação real, física, de estar sentado sobre o mesmo. E a elaboração onírica executa justamente a mesma coisa. Em tais circunstâncias, dificilmente poderiam esperar uma grande precisão daquilo que os senhores representassem: de forma semelhante perdoariam a elaboração onírica por substituir um elemento tão difícil de traduzir em imagens, como, por exemplo, ‘adultério’ [‘*Ehebruch*’, literalmente ‘quebra do casamento’] por outra quebra: a fratura de uma perna [‘*Beinbruch*’]. E dessa forma os senhores conseguiriam, até certo ponto, compensar a falta de habilidade expressiva da escrita pictórica que estaria supostamente substituindo a escrita alfabética. Para representar aquelas partes do discurso que indicam relações entre pensamentos - ‘porque’, ‘portanto’, ‘entretanto’, etc. - os senhores não poderiam contar com semelhante ajuda à sua disposição; esses constituintes do texto se perderiam à medida que a tradução os transformasse em imagens. Da mesma forma, a elaboração onírica reduz o conteúdo dos pensamentos oníricos à sua matéria-prima de objetos e de atividade. Os senhores se dariam por satisfeitos com haver uma possibilidade de, por alguma forma, deixar entrever, através de sutis detalhes das figuras, determinadas relações não em si capazes de ser representadas. E é precisamente assim que a elaboração onírica consegue expressar algo do conteúdo dos pensamentos oníricos latentes por meio de peculiaridades na *forma* do sonho manifesto: por sua clareza ou obscuridade, por sua divisão em diversas partes, e assim por diante. O número de partes oníricas em que se divide um sonho geralmente corresponde ao número dos temas principais dos pensamentos no sonho latente. Um sonho introdutório curto freqüentemente faz as vezes de prelúdio a um sonho seguinte mais detalhado, o sonho principal, ou pode proporcionar o motivo para o mesmo; uma oração subordinada nos pensamentos oníricos será substituída pela interpolação de uma mudança de cena no sonho manifesto, e assim por diante. Logo, a forma dos sonhos está longe de não ter alguma importância, e essa mesma forma exige interpretação. Quando diversos sonhos ocorrem durante a mesma noite, têm freqüentemente a mesma significação e indicam que está sendo feita uma tentativa de manejar cada vez mais eficazmente um estímulo de crescente insistência. Em sonhos separados, um elemento especialmente difícil pode estar representado por diversos símbolos - por ‘dobletes’. Se fizermos uma série de comparações entre os pensamentos oníricos e os sonhos manifestos que os substituem, encontraremos toda sorte de coisas para as quais estamos despreparados: por exemplo, que o disparate e o absurdo dos sonhos possuem seu significado. Neste aspecto, com efeito o contraste entre a visão médica e a psicanalítica dos sonhos apresenta uma discordância que não se encontra em qualquer outra área. Segundo o ponto de vista médico, os sonhos são desprovidos de sentido porque a atividade mental nos sonhos abandonou todas as suas faculdades de crítica; segundo nosso ponto de vista, pelo contrário, os sonhos se tornam carentes de sentido quando uma parcela de crítica, incluída nos pensamentos oníricos - um julgamento de que ‘isso é absurdo’ -, tem de ser representada. O sonho que os senhores conhecem, aquele da ida ao teatro (‘três ingressos por 1,50 florim’) [ver em [1]], é um bom exemplo disso. O julgamento que expressou era: ‘foi absurdo casar tão cedo.’ De forma semelhante, no decurso de nosso trabalho interpretativo, percebemos o que é que corresponde às dúvidas e incertezas, que tantas vezes se expressam nos sonhos,

dúvidas sobre saber se determinado elemento ocorreu em um sonho, se foi isso ou se, pelo contrário, foi alguma outra coisa. Via de regra, nos pensamentos oníricos latentes não há nada correspondente a essas dúvidas e incertezas; estas se devem à atividade da censura de sonhos e devem ser identificadas como tentativas de eliminação que não tiveram muito êxito. Entre os achados mais surpreendentes encontra-se a maneira como a elaboração onírica trata os contrários que ocorrem nos sonhos latentes. Já sabemos [ver em [1] e [2]] que as semelhanças no material latente são substituídas por condensações no sonho manifesto. Pois bem, os contrários são tratados da mesma forma que as semelhanças, e existe uma especial preferência por expressá-los pelo mesmo elemento manifesto. Assim, um elemento no sonho manifesto, capaz de ter o seu contrário, com igual facilidade pode estar se expressando a si próprio, ou seu contrário, ou ambos conjuntamente: apenas o sentido pode decidir qual a versão que se deve escolher. Isto se vincula com o fato adicional de que, nos sonhos, não se encontrará uma representação para ‘não’ - ou, de qualquer modo, uma representação isenta de ambigüidade. Uma oportuna analogia com esse estranho comportamento da elaboração onírica nos é proporcionada com a evolução da linguagem. Alguns filólogos têm afirmado que, nos idiomas mais antigos, os contrários, tais como ‘forte-fraco’, ‘claro-escuro’, ‘grande-pequeno’, são expressos pelas mesmas raízes verbais. (É o que denominamos ‘significação antitética de palavras primitivas’.) Assim, no idioma egípcio antigo, ‘*ken*’ originalmente significava ‘forte’ e ‘fraco’. No falar, evitam-se os equívocos, provenientes do uso dessas palavras ambivalentes, através de diferenças de entonação e de gestos concomitantes, e, no escrever, pelo acréscimo de algo chamado ‘determinativo’ - uma figura que não se destina a ser falada. Por exemplo, ‘*ken*’ com a significação de ‘forte’ era escrito com a figura de um homenzinho na vertical, após os sinais alfabéticos; quando ‘*ken*’ representava ‘fraco’, o que se seguia era a figura de um homem instavelmente agachado. Foi somente mais tarde, por meio de ligeiras modificações da palavra homóloga original, que se chegou a duas representações distintas para expressar os contrários nela incluídos. Foi assim que de ‘*ken*’ ‘forte-fraco’ derivaram ‘*ken*’ ‘forte’ e ‘*kan*’ ‘fraco’. Os remanescentes dessa significação antitética antiga parecem ter sido conservados não somente nas mais recentes evoluções dos idiomas mais primitivos como também nos idiomas mais novos e até mesmo em algumas línguas ainda vivas. Aqui estão algumas provas disso, retiradas de K. Abel (1884). No latim, palavras que permaneceram ambivalentes são ‘*altus*’ (‘alto’ e ‘profundo’) e ‘*sacer*’ (‘sagrado’ e ‘maldito’). Como exemplos de modificações da mesma raiz, posso mencionar ‘*clamare*’ (‘chorar’), ‘*clam*’ (‘macio’, ‘sossegado’, ‘secreto’); ‘*siccus*’ (‘seco’), ‘*succus*’ (‘suco’). E em alemão: ‘*Stimme*’ [‘voz’], ‘*stumm*’ [‘mudo’]. Se compararmos línguas afins, encontraremos numerosos exemplos. Em inglês ‘to lock’ (‘fechar’), em alemão ‘*Loch*’ [‘buraco’] e ‘*Lücke*’ [‘fresta’]. Em inglês, ‘to cleave’; em alemão ‘*kleben*’ [‘aderir’]. A palavra inglesa ‘without’ (que é realmente ‘withwithout’, ‘com - sem’) é empregada atualmente apenas como ‘without’ (‘sem’). O ‘with’, além de seu sentido de combinar, originalmente tinha também o de remover; isso ainda se percebe nos compostos ‘withdraw’ (‘remover’) e ‘withhold’

(‘reter’). De maneira semelhante, em alemão ‘wieder’ [‘junto com’] e ‘wider’ [‘contra’]. Outra característica da elaboração onírica também tem seu correspondente na evolução da linguagem. No antigo idioma egípcio, assim como em outras línguas menos primitivas, a ordem dos sons numa palavra pode ser invertida, ao mesmo tempo conservando a mesma significação. Constituem exemplos disso, no inglês e no alemão. ‘Topf’ - [‘pot’] (‘panela’); ‘boat’ (‘barco’) - ‘tub’ (‘banheira’, ‘barco para prática de remo’); ‘hurry’ (‘pressa’) - ‘Ruhe’ [‘rest’] (‘descanso’); ‘Balken’ [‘beam’] (‘viga’) - ‘Kloben’ [‘log’] (‘tora’, ‘madeira’) e ‘club’ (‘clava’); ‘wait’ (‘esperar’) - ‘täuwen’ [‘tarry’] (‘esperar’, ‘demorar-se’). De maneira semelhante, encontramos no latim e no alemão: ‘capere’ - ‘packen’ [‘pegar’]; ‘ren’ - ‘Niere’ [‘rim’]. Inversões, como essas que ocorrem aqui, em palavras isoladas, efetuam-se de várias maneiras na elaboração onírica. Já conhecemos a inversão de significado, a substituição de algo pelo seu oposto [ver em [1] e [2]]. Ademais disso, nos sonhos encontramos diversões de situações, da relação entre duas pessoas - um mundo ‘virado de pernas para o ar’. Muito freqüentemente, em sonhos é a caça que atira no caçador. Ou então encontramos uma inversão na ordem dos eventos, de modo que aquilo que precede causalmente um evento ocorre depois do mesmo, no sonho - como uma produção teatral realizada por uma companhia de terceira categoria, na qual o herói cai morto e o tiro que o matou não é detonado nos bastidores senão bem depois. E também há sonhos nos quais a ordem total dos elementos se encontra invertida de forma que, para se obter sentido, quando de sua interpretação, devemos tomar o último elemento em primeiro lugar e o primeiro, em último. Os senhores também recordam, de quando estudamos o simbolismo dos sonhos, que entrar ou cair na água significa o mesmo que sair dela - isto é, dar à luz ou nascer [ver em [1]], e que subir uma escadaria ou uma escada é a mesma coisa que descê-la [ver em [1]]. Não é difícil ver qual a vantagem que a deformação onírica pode auferir desta liberdade de representação. Estes aspectos da elaboração onírica podem ser descritos como *arcaicos*. São igualmente característicos dos sistemas antigos de expressão falada e escrita e importam nas mesmas dificuldades que teremos de abordar, mais adiante, em um sentido crítico. Agora, mais algumas considerações. No caso da elaboração onírica, trata-se claramente da questão de transformar os pensamentos latentes, que são expressos em palavras, em imagens sensoriais, a maioria na forma de imagens visuais. Ora, nossos pensamentos originalmente surgiram de imagens sensoriais desta espécie: seu primeiro material e seus estádios preliminares foram impressões dos sentidos, ou, mais propriamente, imagens mnêmicas dessas impressões. Somente mais tarde as palavras foram vinculadas a essas impressões e as palavras, por sua vez, vincularam-se a pensamentos. Assim, a elaboração onírica submete os pensamentos a um tratamento *regressivo* e desfaz a sua evolução; e, no decorrer da regressão, tem de ser eliminado tudo o que foi acrescentado como aquisição nova no decorrer da evolução das imagens mnêmicas para pensamentos. Tal parece ser, pois, a elaboração onírica. Em comparação com os processos que nela vimos a conhecer, o interesse pelo sonho manifesto deve perder muito de sua importância. Mas dedicarei alguns comentários a este último, pois é dele, somente, que temos conhecimento

imediatamente. É natural devermos perder algo do interesse pelo sonho manifesto. Para nós será indiferente se ele está bem composto, ou se está fracionado em uma série de quadros separados e desconexos. Mesmo quando possui um exterior aparentemente inteligível, sabemos que isso somente se fez pela deformação onírica, e pode ter tão pouca relação orgânica com o conteúdo interno do sonho, como a fachada de uma igreja italiana com uma estrutura e sua planta. Outras ocasiões há em que esta fachada do sonho *tem* sua significação, e reproduz um importante componente dos pensamentos oníricos latentes com pouca ou nenhuma deformação. Mas isso não podemos saber sem primeiro termos submetido o sonho à interpretação e podermos formar um julgamento, a partir dessa interpretação, do grau de deformação que se realizou. Dúvida semelhante surge quando dois elementos em um sonho parecem ter entrado em relação íntima um com o outro. Isso talvez nos forneça um valioso indício de que podemos juntar também no sonho latente aquilo que corresponde a esses elementos. Em outras ocasiões, porém, podemos nos convencer de que aquilo que é da mesma classe, nos pensamentos oníricos, foi disposto separadamente no sonho. Em geral, deve-se evitar a tentativa de explicar uma parte do sonho manifesto por outra, como se o sonho tivesse sido concebido coerentemente e fosse uma narrativa com ordenação lógica. Pelo contrário, via de regra, é como um pedaço de brecha, composto de diversos fragmentos de rocha unidos por um cimento, de modo que os desenhos que nele aparecem não pertencem às rochas originais inclusas. E há realmente uma parte da elaboração onírica, conhecida como 'elaboração secundária', cuja função é conferir um aspecto de unidade e maior ou menor coerência aos produtos primários da elaboração onírica. No transcorrer desta, o material é arranjado segundo o que amiúde é um sentido totalmente confuso, e, onde parece necessário, são feitas interpolações.

Por outro lado, não devemos superestimar a elaboração onírica e atribuir-lhe demasiada importância. As suas realizações, que citei, resumem toda a sua atividade; ela não pode fazer mais que condensar, deslocar, representar em forma plástica e submeter o todo a uma elaboração secundária. O que no sonho aparece como expressão de julgamento, crítica, surpresa ou interferência - nada disso são realizações da elaboração onírica e muito raramente são expressões de pensamentos subseqüentes referentes ao sonho; na sua maioria, são parcelas de pensamentos oníricos que passaram para o sonho manifesto com maior ou menor grau de modificação e adaptação ao contexto. E a elaboração onírica não consegue formar discursos. Com algumas exceções destacadas, os discursos nos sonhos são cópias e combinações de discursos que alguém ouviu ou enunciou para si próprio no dia anterior ao sonho e que foram incluídos nos pensamentos latentes, ou como material ou como instigadores dos sonhos. A elaboração onírica também é incapaz de efetuar cálculos. Estes, quando surgem no sonho manifesto, são, na maioria, combinações de números, cálculos simulados, muito desprovidos de sentido enquanto cálculos e, mais uma vez, apenas cópias de cálculos dos pensamentos oníricos latentes. Nessas circunstâncias, não é de admirar se o interesse, que se havia voltado para a elaboração onírica, logo tende a se deslocar desta para os pensamentos oníricos latentes, que se revelam, deformados em grau maior ou menor, através do sonho manifesto. Mas não existe justificativa para levar tão longe essa mudança

de interesse a ponto de, considerando o assunto teoricamente, substituir o sonho, completamente, pelos pensamentos oníricos latentes e afirmar sobre aquele alguma coisa que se aplica exclusivamente a estes. É estranho que os achados da psicanálise possam prestar-se a um mau uso que possibilite confusões. Não se pode dar o nome de 'sonho' a nenhuma outra coisa que não seja produto da elaboração onírica - isto é, a *forma* em que os pensamentos latentes foram transmutados pela elaboração onírica. [ver em [1] e segs.] A elaboração onírica é um processo de tipo muito singular, do qual ainda não se tem conhecido similar na vida mental. Condensações, deslocamentos, transformações regressivas de pensamentos em imagens: eis os novos fatos cuja descoberta premiou abundantemente os esforços da psicanálise. E os senhores podem constatar, uma vez mais, a partir das comparações com a elaboração onírica, as conexões que se revelaram entre os estudos psicanalíticos e outros campos do conhecimento - especialmente os referentes à evolução da linguagem e do pensamento. Somente poderão formar uma idéia da transcendente importância destas descobertas quando aprenderem que o mecanismo da construção onírica é o modelo segundo o qual se formam os sintomas neuróticos. Também estou cômico de que ainda não estamos em condições de fazer um apanhado geral do total das novas aquisições com que estes estudos contribuíram para a psicologia. Apenas quero assinalar as recentes provas que eles proporcionaram da existência de atos mentais inconscientes - pois é isto que são os pensamentos oníricos latentes - e assinalar quão inimaginável e amplo acesso a um conhecimento da vida mental inconsciente nos promete a interpretação de sonhos. Agora, contudo, sem dúvida chegou a minha ocasião de demonstrar-lhes, dentre uma variedade de pequenos exemplos de sonhos, para que fim estive preparando os senhores no decorrer destes comentários.

CONFERÊNCIA XII - ALGUMAS ANÁLISES DE AMOSTRAS DE SONHOS

SENHORAS E SENHORES:

Não devem ficar desapontados se, mais uma vez, apresento-lhes fragmentos de interpretações de sonhos, em vez de convidá-los a tomar parte na interpretação de um lindo e grande sonho. Os senhores argumentarão que, após tantos preparativos, têm esse direito, e

expressarão sua convicção de que, depois de tantos milhares de sonhos terem sido exitosamente interpretados, já há muito tempo deveria ter sido possível haver juntado uma coleção de excelentes amostras de sonhos sobre as quais todas as nossas assertivas referentes à elaboração onírica e aos pensamentos oníricos pudessem ser demonstradas. Certo. As dificuldades que se opõem à realização do desejo dos senhores, todavia, são muitas.

Em primeiro lugar, devo admitir que ninguém efetua interpretação de sonhos como sua atividade principal. Como ocorre, então, que as pessoas os interpretam? Ocasionalmente, sem nenhum objetivo em vista, alguém pode se interessar por sonhos de um conhecido seu, ou alguém pode esquadriñar seus próprios sonhos durante algum tempo a fim de preparar-se para o trabalho psicanalítico; mas, na maior parte das vezes, aquilo com que se tem de lidar são os sonhos de pacientes neuróticos que estão em tratamento psicanalítico. Esses sonhos constituem excelente material e de modo algum são inferiores aos de pessoas sadias; a técnica do tratamento, porém, requer que subordinemos a interpretação de sonhos aos objetivos terapêuticos, e temos de permitir que bom número de sonhos tenha sido examinado até havermos extraído dos mesmos alguma coisa de utilidade para o tratamento. Alguns sonhos que ocorrem durante o tratamento escapam inteiramente a uma análise completa: de vez que se originam de um grande acervo de material que ainda nos é desconhecido, é impossível entendê-los antes de o tratamento chegar ao término. Se eu fosse relatar sonhos deste tipo, seria obrigado a desvendar também todos os segredos de uma neurose; e isto não nos servirá, pois foi precisamente a fim de preparar-nos para o estudo das neuroses que enfrentamos o problema dos sonhos.

Os senhores, entretanto, gostariam de dispensar essa parte e prefeririam que lhes fosse dada uma explanação dos sonhos de pessoas sadias ou de sonhos dos senhores mesmos. Isto, contudo, não pode ser feito por causa de seu conteúdo. É impossível submeter seja a si mesmo, seja qualquer outra pessoa de cuja confiança se desfruta, a uma exposição impiedosa que adviria a da análise detalhada de seus sonhos, os quais, como os senhores já sabem, referem-se à parte mais íntima da personalidade. Mas existe ainda outra dificuldade que se opõe, afora a de fornecer material. Os senhores sabem que os sonhos apresentam uma aparência estranha para o próprio sonhador, e ainda mais estranha para quem quer que não o conheça pessoalmente. Nossa bibliografia não é pobre de boas e detalhadas análises de sonhos. Eu mesmo publiquei algumas, dentro do quadro referencial dos casos clínicos. Talvez o melhor exemplo de interpretação de um sonho seja o que foi relatado por Otto Rank [1910b], consistindo em dois sonhos inter-relacionados, tidos por uma jovem, que ocupam cerca de duas páginas impressas: mas sua análise vai a setenta e seis páginas. Assim, eu deveria necessitar de cerca de um semestre inteiro para conduzi-los através de um único trabalho dessa espécie. Se se tomar qualquer sonho relativamente longo e muito deformado, há que fornecer tantas explicações do mesmo, levantar tanto material que surge no curso das associações e das recordações, seguir tantas vias secundárias, que uma conferência a respeito dele seria muito confusa e insatisfatória. Devo, portanto, pedir-lhes que se

contentem com o que se pode ter com mais facilidade: uma descrição de pequenas parcelas de sonhos de pacientes neuróticos, em que é possível reconhecer este ou aquele ponto isoladamente. O que é mais fácil de demonstrar são os símbolos oníricos e, depois destes, algumas características da representação regressiva nos sonhos. No caso de cada um dos sonhos que se seguem, indicarei o motivo por que penso valer a pena relatá-lo.

(1) Este sonho consiste em apenas dois quadros breves: *O tio dele estava fumando um cigarro, embora fosse sábado. - Uma mulher o acariciava e o acarinhava [ao sonhador] como se fosse seu filho.*

Com referência ao primeiro quadro, a pessoa que sonhou (um judeu) comentou que seu tio era um homem piedoso, que nunca fizera e jamais poderia fazer algo assim pecaminoso. No que concerne à mulher, no segundo quadro, não lhe ocorreu nada à mente, exceto sua mãe. Esses dois quadros ou pensamentos devem evidentemente ser vistos um em relação ao outro. Mas, como? Visto que ele negou expressamente a realidade da ação de seu tio, é plausível inserir um 'se'. 'Se meu tio, este homem piedoso, viesse a fumar um cigarro em dia de sábado, então eu também poderia permitir-me ser acarinhado pela minha mãe.' Isto significa, evidentemente, que trocar carícias com sua mãe se constituía em algo não permissível como não seria permissível a um judeu piedoso fumar no sábado. Os senhores se lembram de que eu lhes disse [ver em [1] e [2]] que no decurso da elaboração onírica todas as relações entre os pensamentos oníricos são eliminadas; elas se dissipam dentro da matéria-prima destes e compete à interpretação reinserir as relações omitidas.

(2) Em consequência de minhas publicações sobre sonhos, tornei-me, em certo sentido, consultor público sobre assuntos referentes a eles, e, por muitos anos, venho recebendo comunicações das mais variadas origens, em que sonhos me são relatados ou submetidos a meu julgamento. Naturalmente, sou grato a todo aquele que acrescenta ao sonho material suficiente para possibilitar uma interpretação, ou que dá, ele próprio, uma interpretação. O sonho que se segue, sonhado por um estudante de medicina de Munique, e datando do ano de 1910, enquadra-se nesta categoria. Apresento-o para lhes mostrar como, em geral, é impossível compreender um sonho enquanto o sonhador não nos der as informações pertinentes. Pois suspeito que, no fundo, os senhores pensam que o método ideal de interpretação de sonhos consistiria em preencher a significação dos símbolos e que gostariam de prescindir da técnica de obter associações com os sonhos; e estou deseioso de dissuadi-los desse equívoco nocivo. ‘13 de julho de 1910. Pela manhã, tive este sonho: *Eu estava andando de bicicleta por uma rua de Tübingen, quando um cão rasteiro, de cor marrom, se lançou ao meu calcanhar e me atacou no calcanhar. Logo descii da bicicleta, sentei num degrau e comecei a espancar o animal que me mordida com firmeza.* (Não tive qualquer sentimento desagradável nem pela mordida nem pela cena como um todo.) *Algumas senhoras mais idosas estavam sentadas no outro lado da rua, em frente, e riam de mim, mostrando os dentes. Então acordei e, como tantas vezes me aconteceu, no momento da transição para o despertar, o sonho todo se me tornou claro.*’

Aqui os símbolos são de pouca ajuda. O mesmo estudante, porém, relatou: ‘Recentemente, me apaixonei por uma jovem, mas apenas pude vê-la na rua e não tive meios de falar-lhe. O cão rasteiro poderia ser o meio mais agradável de conseguir isso, especialmente porque tenho grande afeição por animais e gostei dessa mesma característica na jovem.’ Acrescentou que ele repetidamente havia intervindo em furiosas brigas de cães, com grande habilidade, e muitas vezes para surpresa dos circunstantes. Sabemos também que a jovem, pela qual ele se sentia atraído, sempre era vista na companhia de seu cão de estimação. No que tange o sonho manifesto, porém, a jovem foi omitida e somente restou o cão, que ele associava a ela. As senhoras de idade, que se riam dele, talvez possam estar em lugar da jovem. Seus outros comentários não esclareceram adequadamente este ponto. O fato de, no sonho, ele estar andando de bicicleta, é uma repetição direta da situação recordada. Ele nunca encontrou a jovem com o cão, a não ser quando ele estava andando de bicicleta.

(3) Quando se perde alguém que é de nossas relações e nos é caro, surgem sonhos de um tipo especial, durante algum tempo após, nos quais o conhecimento da morte chega às mais estranhas conciliações com a necessidade de trazer novamente à vida a pessoa morta. Em alguns desses sonhos, a pessoa que morreu está morta e ao mesmo tempo permanece viva porque não sabe que está morta; somente se soubesse, morreria completamente. Em outros, a pessoa está meio morta e meio viva, e cada um desses estados vem indicado por uma forma particular. Não devemos descrever esses sonhos como simplesmente absurdos; pois ser devolvido novamente à vida não é mais inconcebível nos sonhos do que o é, por exemplo,

em contos de fadas, nos quais isso ocorre como fato muito rotineiro. Sempre que pude avaliar tais sonhos, constatei que eles são passíveis de uma solução racional; contudo, o piedoso desejo de fazer retornar à vida a pessoa morta conseguiu operar pelos mais estranhos meios. Apresentar-lhes-ei agora um sonho desse tipo, que parece tão esquisito e absurdo, e, no entanto, sua análise lhes mostrará muitas coisas para as quais nossas explicações teóricas os terão preparado. É o sonho de um homem que havia perdido seu pai, vários anos antes:

Seu pai estava morto, mas havia sido exumado e parecia estar mal. Tinha estado vivendo desde então e o homem, no sonho, fazia todo o possível para evitar que o pai percebesse. (O sonho continuava com outros assuntos, aparentemente muito diferentes.)

Seu pai estava morto; sabemos disso. O ter sido exumado não corresponde à realidade; e não havia nada de realidade em tudo o que se seguia. O sonhador, porém, relatou que, após ter voltado dos funerais do pai, um de seus dentes começou a doer. Ele queria tratar o dente segundo o preceito da doutrina judaica: ‘Se teu dente incomoda, arranca-o!’ E ele foi ao dentista. Mas o dentista disse: ‘Não se arranca um dente. Deve-se ter paciência com ele. Porei dentro dele algo que o mate; volte em três dias e eu o extrairei.’

‘Esse “extrair”’, disse o homem que teve o sonho, ‘é exumar!’

Será que o homem estava certo do que dizia? Isso apenas se adapta mais ou menos, não completamente; pois não foi extraído o *dente*, foi extraído apenas algo nele que morrera. No entanto, imprecisões deste tipo podem, com prova em outras experiências, ser atribuídas à elaboração onírica. Sendo assim, o homem que teve este sonho condensara seu pai morto e o dente que havia sido morto, porém conservado; ele os fundiu numa unidade. Não é de causar admiração, portanto, que algo de absurdo emergisse no sonho manifesto, de vez que, afinal, nem tudo que se disse do dente poderia ajustar-se a seu pai. Onde pode haver, talvez, um *tertium comparationis* [ver em [1], anterior] entre o dente e seu pai, para que se tornasse possível a condensação?

Entretanto, sem dúvida ele deve ter tido razão, pois prosseguiu dizendo que sabia que sonhar com a queda de um dente significa que se vai perder um membro da família.

Essa interpretação popular, como sabemos, é incorreta, ou, pelo menos, correta somente em sentido grosseiro. Todos ficaremos muito surpresos por encontrar, pois, o assunto assim abordado reaparecendo agora em outras partes do conteúdo do sonho. Este sonhador, sem nenhum outro encorajamento, começou a falar na doença e na morte de seu pai, bem como a respeito de suas próprias relações com ele. Seu pai esteve doente durante longo tempo, e os cuidados e o tratamento tinham-lhe custado (ao filho) grande soma de dinheiro. Não

obstante, nunca era demais, ele jamais se impacientou, jamais desejou que, afinal, tudo pudesse logo chegar ao fim. Orgulhava-se de sua verdadeira dedicação filial judaica para com o pai, de sua estrita obediência à lei judaica. E aqui nos surpreendemos com uma contradição existente nos pensamentos pertinentes ao sonho. Ele havia identificado o dente com seu pai. Devia proceder com o dente segundo a lei judaica que lhe ordenava arrancá-lo se lhe causasse dor ou incômodo. Desejava também proceder do mesmo modo com seu pai, segundo os preceitos da lei; neste caso, porém, ela lhe ordenava não poupar gastos nem atribulações, assumir todo o encargo sobre si mesmo e não permitir que alguma intenção hostil emergisse contra o objeto que lhe estava causando sofrimento. Será que as duas atitudes não teriam sido conciliadas muito mais convincentemente, se ele tivesse realmente desenvolvido sentimentos para com seu pai doente semelhantes àqueles com relação a seu dente doente - isto é, se tivesse desejado que a morte se antecipasse e pusesse fim à sua existência desnecessária dolorosa e custosa?

Não duvido de que era esta, realmente, sua atitude para com seu pai durante a fatigante doença, e que suas altivas afirmações de amor filial se destinavam a desviá-lo dessas lembranças. Sob essas condições, o desejo de morte contra um pai está pronto a entrar em atividade e esconder-se sob o disfarce dessas reflexões caridosas tais como 'seria um feliz alívio para ele'. Mas, por favor, observem que, nisso, ultrapassamos uma barreira existente nos próprios pensamentos oníricos latentes. Sem dúvida, a primeira parte dos mesmos esteve inconsciente apenas temporariamente, isto é, durante a construção do sonho; seus impulsos hostis contra o pai, contudo, devem ter sido permanentemente inconscientes. Podem ter-se originado de cenas de sua infância e, ocasionalmente, emergiram como conscientes, tímida e disfarçadamente, durante a doença do pai. Isto podemos afirmar, com grande certeza; acerca de outros pensamentos latentes que contribuíram inequivocamente para o conteúdo do sonho. Nada, realmente, deve ser descoberto, no sonho, sobre seus impulsos hostis para com seu pai. Se, porém, procurarmos na infância as raízes dessa hostilidade contra um pai, nos recordaremos de que o medo ao pai tem início nos primeiros anos de vida, porque este se opõe às atividades sexuais do menino, exatamente como terá de acontecer mais uma vez, por motivos sociais, após a idade púbere. Essa relação com o pai aplica-se também a esse nosso sonhador: o amor pelo pai incluía uma estranha mescla de reverência e temor, que tinha sua origem no fato de, quando menino, por meio de ameaças, ter sido tolhido em sua atividade sexual. As frases restantes do sonho manifesto podem ser explicadas, agora, em relação ao complexo da masturbação. '*Ele parecia estar mal*' é realmente uma alusão a uma outra observação do dentista no sentido de que parece mau alguém perder um dente nessa parte da boca; mas refere-se, ao mesmo tempo, ao 'parecer estar mal' pelo qual um jovem, na puberdade, revela, ou receia revelar, sua atividade sexual excessiva. Não foi sem alívio para seus próprios sentimentos que, no conteúdo manifesto, este que sonhou deslocou o 'parecer estar mal' de si mesmo para seu pai - um dos tipos de inversão feitos pela elaboração onírica, que os senhores já conhecem [ver em [1]]. '*Tinha estado com vida desde então*' coincide com o desejo de trazer de volta à vida, assim como coincide com a promessa do dentista de que o dente sobreviveria. A frase 'o sonhador fazia

todo o *possível para evitar que ele (o pai) percebesse* ‘ é muito sutilmente arquitetada para nos desorientar, fazendo-nos pensar que ela deveria ser completada com as palavras ‘que ele estava morto’. A única completação, entretanto, que faz sentido, provém, uma vez mais, do complexo de masturbação; em relação a isto, é evidente que o jovem fez tudo quanto pôde para ocultar de seu pai sua vida sexual. E, finalmente, lembrem-se de que sempre devemos interpretar os chamados ‘sonhos com um estímulo dental’ como sendo relacionados com masturbação e com o temido castigo correspondente. [ver em [1].]

Agora podem ver como esse sonho incompreensível se efetuou. Fez-se produzindo uma condensação estranha e desorientadora, desprezando todos os pensamentos que estavam no centro do processo de pensamentos latentes e criando substitutos ambíguos para os mais profundos e cronologicamente mais remotos desses pensamentos.(4) Já tentamos, repetidamente, chegar a compreender os sonhos triviais e comuns, que nada têm de absurdo ou estranho em sua aparência, mas nos fazem perguntar por que alguém iria sonhar com matéria tão indiferente assim. [ver em [1], [2] e [3].] Por isso lhes ofereço outro exemplo deste tipo, três sonhos em interconexão, tidos por uma jovem senhora em uma só noite.(a) *Ela estava caminhando pelo salão de sua casa e bateu com a cabeça num lustre que pendia a baixa altura, e começou a sangrar.* Nenhuma reminiscência, nada que lhe houvesse realmente acontecido. As informações que deu, em resposta ao sonho, conduziram a direções bem diferentes. ‘O senhor sabe como meu cabelo está caindo. “Minha filha”, disse-me, ontem, minha mãe, ‘use isso continua desse jeito você vai ficar com a cabeça tão lisa como um traseiro.’ ‘Dessa forma, aqui a cabeça está em lugar da outra extremidade do corpo. Podemos entender o lustre, sem qualquer ajuda, como sendo um símbolo: todos os objetos capazes de serem encompridados são símbolos do órgão masculino [ver em [1]]. Tratava-se, portanto, da questão do sangramento na extremidade inferior do corpo, decorrência de contato com o pênis. Isto ainda poderia ser ambíguo. Suas posteriores associações mostraram que estava em questão algo referente à crença de que o sangramento menstrual se origina da relação sexual com um homem - um fragmento de teoria sexual que conta com muitas crentes fiéis entre jovens imaturas.

(b) *Ela via, no parreiral, um buraco fundo que ela sabia ter sido causado pelo arrancamento de uma árvore. Acrescentou um comentário de que a árvore estava faltando.* Ela quis dizer que não tinha visto a árvore, no sonho; mas as mesmas palavras serviram para exprimir um outro pensamento que tornou a interpretação de símbolos muito certa. O sonho se referia a uma outra parte da teoria sexual - a crença de que as meninas originalmente tinham os mesmos genitais que os meninos, e que sua forma ulterior foi conseqüência da castração (o arrancamento de uma árvore).

(c) *Ela estava de pé, em frente à gaveta de sua escrivaninha, que ela conhecia tão bem a ponto de poder dizer imediatamente se alguém ali havia penetrado.* Como todas as

gavetas, cofres e caixas, a gaveta da escrivaninha significava os genitais femininos [ver em [1]]. Ela sabia que os sinais de relação sexual (e, segundo pensava, de tocar) podiam ser observados nos genitais, e por muito tempo havia temido tal descoberta. Em todos estes três sonhos, penso que a ênfase deve ser posta no *conhecimento*. Ela estava recordando o período de suas investigações sexuais, quando era criança, de cujo resultado, naqueles tempos, muito se orgulhava.(5) Aqui se apresenta mais um pouco de simbolismo. Desta vez, porém, devo começar com um breve preâmbulo da situação psíquica. Um cavalheiro, que havia passado a noite mantendo relações sexuais com uma mulher, descreveu-a como uma dessas personagens maternas em quem o desejo por um filho irrompe irresistivelmente na relação com um homem. As circunstâncias desse encontro, no entanto, exigiam uma precaução que impedisse o sêmen fertilizante de atingir o útero da mulher. Ao acordar, após essa noite, a mulher relatou o seguinte sonho:

Um oficial, com uma capa vermelha, corria atrás dela na rua. Ela fugia dele, e subiu correndo os degraus, e ele sempre atrás. Ofegante, chegou a sua casa, bateu a porta atrás de si e trancou-a. Ele permaneceu do lado de fora e, quando ela olhou através da vigia da porta, ele estava sentado num banco e chorava.

Sem dúvida, os senhores reconhecerão a perseguição pelo oficial com a capa vermelha e a subida ofegante dos degraus da escada como representação do ato sexual [ver em [1]]. O fato de ter sido a própria mulher do sonho que se trancou a si mesma para se livrar de seu perseguidor servirá como exemplo das inversões tão comumente utilizadas nos sonhos [ver em [1]], pois foi o homem quem evitara a consumação do ato sexual. Da mesma maneira, a tristeza dela tinha sido deslocada para o homem, pois era este quem chorava no sonho - e isto era simultaneamente uma representação da emissão de sêmen.

Estou certo de que os senhores ouviram, uma vez ou outra, a psicanálise afirmar que todo sonho tem uma significação sexual. Pois bem, os senhores mesmos estão em condições de formar um julgamento da incorreção dessa acusação. Os senhores vieram a conhecer sonhos plenos de desejos que lidam com a satisfação das necessidades mais óbvias - fome e sede, e ânsia de liberdade -, sonhos de conveniência e de impaciência, e também sonhos puramente gananciosos e egoístas. Mas, ao mesmo tempo, os senhores deveriam ter em mente, como um dos resultados da investigação psicanalítica, que sonhos grandemente deformados proporcionam expressão principalmente (embora, também, não exclusivamente) a desejos sexuais.

(6) Tenho um motivo especial para colecionar exemplos do uso dos símbolos nos sonhos. Em nossa primeira conferência [ver em [1] e segs.], eu lamentava a dificuldade de proporcionar demonstrações e, assim, de conferir convicção ao dar ensinamentos sobre psicanálise. E não tenho dúvidas de que os senhores, desde então, tenham concordado comigo. As diversas teses da psicanálise estão, contudo, em tão íntima conexão, que as

provas podem com facilidade ser estendidas de um único ponto até um ponto maior do todo. Da psicanálise poder-se-ia dizer que, se alguém lhe mostra um só dedo mínimo, ela imediatamente lhe agarra a mão inteira. E, mesmo, ninguém que tenha aceito a explicação das parapraxias pode logicamente refrear sua crença em tudo o mais. Uma segunda situação, igualmente acessível, é oferecida pelo simbolismo onírico. Aqui está o sonho de uma mulher sem instrução, cujo marido era um policial, e que, certamente, jamais tinha ouvido falar qualquer coisa sobre simbolismo onírico ou psicanálise. Depois julguem por si mesmos se a explicação do sonho, com auxílio dos simbolismos sexuais, pode ser chamada de arbitrária e forçada:

‘...Então alguém penetrou na casa e ela assustou-se e chamou um policial. Mas ele entrara tranqüilamente numa igreja à qual se chegava por certo número de degraus acompanhado de dois vagabundos. Atrás da igreja havia uma colina e, acima, um cerrado bosque. O policial usava um capacete, gola com placa de bronze e capote. Tinha a barba castanha. Os dois vagabundos, que acompanhavam pacificamente o policial, tinham aventais semelhantes a sacos atados em torno da cintura. Em frente da igreja um caminho conduzia até a colina; em ambos os lados, cresciam relva e mato rasteiro, que se tornavam cada vez mais espessos e, no alto da colina, se transformavam num bosque comum.’ Os senhores não terão problemas em reconhecer os símbolos utilizados. Os genitais masculinos são representados por uma tríade de personagens e os genitais femininos por um cenário com uma capela, um monte e uma floresta. Mais uma vez, os senhores encontram degraus como símbolo do ato sexual. O que no sonho é chamado de monte é também chamado de monte, na anatomia - o Mons Veneris [o monte de Vênus].(7) E aqui está mais um sonho que deve ser solucionado pela inserção de símbolos. É notável e convincente pelo fato de a própria pessoa que o sonhou haver traduzido todos os símbolos, embora não tivesse qualquer espécie de conhecimento teórico prévio da interpretação de sonhos. Tal atitude é bastante incomum, e suas causas determinantes não foram precisamente compreendidas: ‘Ele estava passeando a pé, com seu pai, num lugar que certamente deve ter sido o Prater, pois viu a Rotunda, com um pequeno anexo em frente, à qual estava amarrado um balão cativo, embora este parecesse flácido. Seu pai perguntou-lhe para que servia tudo isso; ele ficou surpreso com a pergunta, mas explicou-lhe. Então entraram num pátio em que havia uma grande folha de flandres estendida. Seu pai quis arrancar um pedaço grande da mesma, porém, primeiro olhou em volta para ver se havia alguém observando. Ele lhe disse que ele apenas precisava falar ao capataz e poderia levar uma parte da folha, sem qualquer problema. Uma escada descia desse pátio para um poço de mina, cujas paredes estavam almofadadas com um material macio, bem semelhante a uma poltrona de couro. No fim do poço de mina havia uma comprida plataforma e, depois, mais outro poço de mina começava....’

O próprio sonhador interpretou-o: ‘A Rotunda eram os meus genitais e o balão cativo em frente da mesma era meu pênis, de cuja flacidez tenho motivos para me queixar.’ Entrando em maiores detalhes, portanto, podemos traduzir a Rotunda como o traseiro (habitualmente considerado pelas crianças como fazendo parte dos genitais) e o pequeno anexo em frente da

mesma, como o escroto. Seu pai perguntou-lhe, no sonho, para que servia tudo isso - ou seja, qual a finalidade e função dos genitais. Pareceu plausível inverter a situação e transformar a pessoa que sonhou na pessoa que pergunta. Visto como ele nunca havia feito perguntas a seu pai neste sentido, temos de considerar o pensamento onírico como um desejo, ou torná-lo como oração condicional, tal como: ‘Se eu tivesse perguntado a meu pai sobre explicações sexuais....’ Logo mais encontraremos a continuação deste pensamento em outra parte do sonho.

O pátio, onde estava estendida a folha de flandres, não deve ser tomado simbolicamente à primeira vista. Derivava dos locais de negócios do pai desse sonhador. Por motivos de descrição, substituí ‘folha de flandres’ por outro material com que seu pai realmente lidava; mas não fiz nenhuma outra alteração no sonho. Ele havia entrado no negócio de seu pai e tinha feito sérias objeções às práticas, um tanto duvidosas, das quais dependiam, em parte, os lucros da firma. Conseqüentemente, o pensamento onírico que acabei de interpretar pode ser retomado desta maneira: ‘(Se eu lhe tivesse perguntado), ele me teria logrado da mesma forma como logra seus fregueses.’ Com relação ao ‘arrancar’, que serviu para representar a desonestidade de seu pai no negócio, o sonhador deu uma segunda explicação - ou seja, que representava a masturbação. Não somente há muito tempo estávamos familiarizados com essa interpretação como também havia algo para confirmá-la no fato de que a natureza secreta da masturbação estava representada pelo seu inverso: podia ser efetuada em público. Tal como era de se esperar, a atividade masturbatória mais uma vez se deslocou para o pai do sonhador, assim como sucedera com o aspecto de fazer perguntas, na primeira cena do sonho. Ele prontamente interpretou o poço de mina como sendo uma vagina, tendo em conta o revestimento macio de suas paredes. Acrescentei, com base na minha autoridade [ver em [1]], que descer, assim como subir, em outros casos, descrevia o coito na vagina.

O próprio personagem desta história deu uma explicação biográfica dos demais detalhes - de o primeiro poço de mina ser seguido de uma plataforma comprida e de mais outro poço de mina. Ele vinha mantendo relações sexuais, durante certo tempo, mas depois abandonou-as por causa de inibições, e agora esperava conseguir reencetá-las com o auxílio do tratamento.(8) Os dois sonhos seguintes foram sonhados por um estrangeiro, que vivia numa situação altamente polígama. Reproduzo-os para os senhores como prova de minha afirmação [ver em [1]] de que o próprio ego de quem o sonhou aparece em cada um de seus sonhos, ainda que escondido no conteúdo manifesto. As malas, nestes sonhos, eram símbolos de mulheres:(a) *Ele estava iniciando uma viagem; sua bagagem era levada à estação numa carruagem, numerosas malas empilhadas, e entre elas, duas malas pretas, semelhantes a malas de amostras. Ele disse a alguém, em tom de consolo: ‘Bem, elas só vão comigo até a estação.’* Ele realmente viajava com grande quantidade de bagagem; mas também trazia consigo para o tratamento muitíssimas histórias referentes a mulheres. As duas malas pretas correspondiam a duas mulheres negras que nessa época estavam desempenhando o principal papel na sua vida. Uma delas quis acompanhá-lo a Viena; e, por

orientação minha, ele havia telegrafado para ela não vir.(b) *Uma cena que se passa na alfândega: Um outro viajante abriu seu baú e, fumando indiferentemente um cigarro, disse: 'Não há nada aí dentro.'* O funcionário aduaneiro pareceu acreditar nele, mas voltou a apalpar o interior do baú e encontrou algo muito especialmente proibido. O viajante disse, com voz resignada: *'O que é que se vai fazer....'* Ele próprio era o viajante: eu era o funcionário da alfândega. Via de regra, ele era muito franco em admitir determinadas coisas; mas tencionava, comigo, manter silêncio a respeito de uma ligação recente que havia iniciado com uma senhora porque, com razão, supunha que ela não me fosse desconhecida. Ele deslocou para um estranho a desagradável situação de ser descoberto, de modo que ele próprio parecia não surgir no sonho.

(9) Aqui está um exemplo de um símbolo que ainda não mencionei:

Ele encontrou sua irmã em companhia de duas amigas que eram, também elas, irmãs. Cumprimentou com um aperto de mão a ambas, mas não a sua irmã.

Nenhuma conexão com alguma ocorrência real. Seus pensamentos, porém, o levaram de volta, isto sim, a um período no qual suas observações fizeram-no refletir quão tardiamente se desenvolviam os seios das meninas. Assim, as duas irmãs eram seios; ele teria desejado agarrá-los com sua mão - desde que não se tratasse de sua irmã.

(10) E agora, um exemplo de simbolismo da morte num sonho:

Ele estava caminhando com duas pessoas, cujos nomes sabia mas esquecera ao acordar, por uma ponte de ferro muito alta e íngreme. De repente, elas desapareceram e ele viu um homem parecido com um fantasma, envolto numa capa e numa roupa de linho. Perguntou-lhe se ele era o mensageiro do telégrafo. Não. Era ele o cocheiro? Não. Então continuou andando.... Enquanto ainda estava sonhando, sentia uma aguda ansiedade e, após haver acordado, continuou o sonho com uma fantasia de que a ponte de ferro se rompia de repente e ele caía no espaço.

Pessoas de quem se insiste em dizer que são desconhecidas, ou cujos nomes não são lembrados, são, na sua maioria, pessoas próximas. Este sonhador tinha um irmão e uma irmã; e se ele desejasse que estes dois estivessem mortos, não seria mais que justo que, em troca, ele devesse ser vítima do medo da morte. Sobre o mensageiro do telégrafo, comentou que uma pessoa assim sempre traz más notícias. Pelo seu uniforme poderia igualmente ter sido o acendedor de lampião; entretanto ele também os apaga, da mesma forma como o Espírito da Morte apaga a chama da vida. O cocheiro fê-lo pensar no poema de Uhland sobre a Viagem do Rei Carlos, e fê-lo recordar-se de uma perigosa viagem por mar, com dois companheiros, durante a qual ele tinha feito a parte do rei no poema. A ponte de ferro levou-o a pensar num recente desastre e no tolo ditado: *'A vida é uma ponte pênsil.'*

(11) O sonho seguinte pode contar-se como mais uma entre as representações da morte: *Um cavalheiro desconhecido entregou-lhe um cartão de visitas tarjado de negro.*

(12) Os senhores estarão interessados no seguinte sonho, por diversos motivos, embora um estado neurótico na pessoa que o sonhou tenha sido uma de suas precondições: *Ele estava viajando de trem. O trem fez uma parada em campo aberto. Pensou que estava por suceder um desastre e que devia tratar de fugir. Percorreu todos os carros do trem e matou a todos que encontrou: o guarda, o maquinista, e assim por diante.* Com relação a isto, ele pensou em uma história que lhe contara um amigo. Um louco estava sendo conduzido em um vagão de trem, na Itália; contudo, por descuido, deixou-se que um viajante ficasse com ele no mesmo compartimento. O louco matou o viajante. Assim, ele estava identificando-se com o louco, e seu motivo de agir assim, ele o baseou em uma obsessão, que o atormentava de tempos em tempos, de que ele devia ‘livrar-se de todas as testemunhas cúmplices’. Ele próprio, porém, então encontrou um motivo melhor e isso foi o que levou à causa desencadeante do sonho. A noite anterior, no teatro, mais uma vez viu a jovem com quem desejara casar, mas havia desistido porque ela lhe dera motivos para ciúme. Em face da intensidade atingida por seu ciúme, pensou, ele estaria realmente louco para querer casar com ela. Isto significava que ele a considerava tão indigna de confiança que, em seu ciúme, ele teria de matar todos os que estivessem no seu caminho. Já encontramos o caminhar através de uma série de quartos (aqui, carros do trem) como símbolo de casamento (uma inversão de ‘monogamia’). Com relação à parada do trem em campo aberto e ao medo de acidente, disse que, certa vez, quando se encontrava numa viagem de trem, tinha havido uma súbita parada nessas circunstâncias, quando não estavam na estação. Uma jovem senhora que viajava com ele dissera que podia ser iminente uma colisão e que o mais seguro era manter as pernas levantadas. Este ‘manter as pernas levantadas’ tinha tido, contudo, seu papel nos muitos passeios a pé e excursões pelo campo, que ele tinha feito com a outra jovem, nos primeiros dias felizes de seu amor. Este era um novo argumento para pensar que ele estava louco para casar com ela, agora. Meu conhecimento da situação deu-me a certeza de que, não obstante, ele desejava estar suficientemente louco para casar com ela.

CONFERÊNCIA XIII - ASPECTOS ARCAICOS E INFANTILISMO DOS SONHOS

SENHORAS E SENHORES:

Começamos mais uma vez partindo da conclusão a que chegamos de que a elaboração onírica, sob a influência da censura dos sonhos, transpõe a ordem dos pensamentos oníricos latentes para um modo de expressão diferente. Os pensamentos latentes não diferem dos nossos conhecidos pensamentos conscientes da vida desperta. O novo modo de expressão

nos é incompreensível devido a muitos de seus aspectos. Temos dito que ele retorna a estados de nossa evolução intelectual que há muito foram suplantados: à linguagem por imagens, às conexões simbólicas, a condições que, talvez, existiram antes de se desenvolver nossa linguagem de pensamento. Temos descrito, por essa razão, o modo de expressão da elaboração onírica como *arcaico ou regressivo* [ver em [1] e seg.].

Os senhores podem concluir, com isto, que, se estudarmos mais a elaboração onírica, deveremos conseguir lograr valioso esclarecimento dos poucos conhecidos inícios de nosso desenvolvimento intelectual. Espero que assim seja; contudo, este trabalho até agora não foi iniciado. A pré-história à qual a elaboração onírica nos faz retroceder é de duas espécies - de um lado, à pré-história do indivíduo, sua infância; e, de outro lado, até onde cada indivíduo de alguma maneira recapitula, em forma abreviada, todo o desenvolvimento da espécie humana, também à pré-história filogenética. Conseguiremos distinguir qual parte dos processos mentais latentes deriva do período pré-histórico do indivíduo, e qual a parte proveniente da pré-história filogenética? Penso não ser impossível consegui-lo. A mim, por exemplo, parece-me que as conexões simbólicas que o indivíduo jamais adquiriu por aprendizado, podem, com razão, exigir serem consideradas como herança filogenética.

Esta, porém, não é a única característica arcaica do sonho. Naturalmente, os senhores todos conhecem bem a extraordinária amnésia da infância. Quero dizer com isso que os primeiros anos de vida, até a idade de cinco, seis ou oito anos não deixaram atrás de si, em nossa memória, marcas como as das experiências posteriores. Aqui e ali, é verdade, encontramos pessoas que se podem gabar de uma memória contínua, desde os primeiros começos até o dia de hoje; mas a outra alternativa, de lacunas na memória, é, de longe, a mais freqüente. Em minha opinião, não tem havido suficiente surpresa com referência a esse fato. Na época em que uma criança tem dois anos de idade, ela consegue falar bem, e logo mostra que está à vontade em situações mentais complicadas; e faz comentários que, se lhe forem referidos muitos anos mais tarde, ela mesma terá esquecido. Ademais disso, a memória é mais eficiente, em tenra idade, pois está menos sobrecarregada do que estará mais tarde. E não existe qualquer motivo para considerar a função da memória uma atividade mental especialmente elevada ou difícil; pelo contrário, podemos encontrar uma boa memória em pessoas de nível intelectual muito baixo. Um segundo fato notável, para o qual devo chamar sua atenção, e que se aflora do primeiro, é que, de permeio ao vazio de memórias que abrange os primeiros anos da infância, sobressaem algumas recordações bem preservadas, na maioria percebidas em forma plástica, que não podem explicar sua sobrevivência. Nossa memória lida com o conteúdo das impressões, que nos atingem posteriormente na vida, fazendo uma seleção das mesmas. Ela retém o que possui alguma importância e elimina o que carece de importância. Isto, porém, não procede para as lembranças da infância que foram conservadas. Elas não correspondem necessariamente às experiências importantes dos anos da infância, nem mesmo àquelas experiências que devem ter parecido importantes do ponto de vista da criança. Frequentemente, são tão banais e insignificantes que apenas podemos nos perguntar, surpresos, por que esse detalhe especial

escapou ao esquecimento. Há muito tempo, com auxílio da análise, procurei enfrentar o enigma da amnésia infantil e das memórias residuais que a interrompem, e cheguei à conclusão de que, mesmo no caso de crianças, malgrado tudo, é verdade que somente permanece na memória aquilo que é importante. Pelos processos, que os senhores já conhecem, de condensação e, mais especialmente, de deslocamento, aquilo que é importante é, contudo, substituído na memória por alguma outra coisa que parece sem importância. Por essa razão denominei a essas lembranças da infância ‘lembranças encobridoras’ e, com uma análise minuciosa, pode ser extraído delas tudo o que foi esquecido.

Nos tratamentos psicanalíticos, invariavelmente nos defrontamos com a tarefa de preencher essas lacunas na memória da infância; e, na medida em que o tratamento de alguma forma tem êxito - ou seja, muito freqüentemente - também temos êxito em trazer à luz o conteúdo desses anos da infância esquecidos. Tais impressões realmente jamais foram esquecidas, eram apenas inacessíveis, latentes, e tinham formado parte do inconsciente. Pode suceder, porém, elas emergirem do inconsciente espontaneamente, e isto sucede em relação aos sonhos. Parece que a vida onírica sabe como obter acesso a essas experiências latentes, infantis. Excelentes exemplos disto foram relatados na literatura, e eu mesmo pude trazer uma contribuição desse teor. Uma vez, sonhei, em certa circunstância, com uma pessoa que devia ter-me prestado um serviço e que vi claramente à minha frente. Era um homem com um olho só, de baixa estatura, forte, e com a cabeça profundamente enterrada nos ombros. Pelo contexto, concluí que se tratava de um médico. Felizmente pude perguntar a minha mãe, que ainda vivia, com quem se parecia o médico da minha terra natal (que eu deixara quando tinha três anos de idade); e eu soube, por ela, que ele tinha um olho só, era baixo, forte e tinha a cabeça enterrada fundo nos ombros; e também soube qual o acidente em decorrência do qual ele viera em meu auxílio e que eu mesmo havia esquecido. Esse fato de os sonhos terem à sua disposição o material esquecido dos primeiros anos da infância é, pois, mais um aspecto arcaico. Essa mesma parcela de informação pode, ademais, ser aplicada a um outro enigma com que nos temos defrontado. Os senhores se recordam do assombro causado pela nossa descoberta de que os sonhos são provocados por desejos ativamente maus e extravagantemente sexuais que tornaram necessária a censura e a deformação dos sonhos [ver em [1] e segs.]. Ao interpretarmos um sonho desse tipo àquele que o sonhou, e se, na melhor das hipóteses, o sonhador não atacar realmente a interpretação, ele, ainda assim, regularmente levanta a questão da proveniência desses desejos, de vez que estes lhe parecem alheios, e aquilo de que está cômico é o oposto desses desejos. Não devemos hesitar em assinalar a origem dos mesmos. Esses impulsos de desejos maus são originários do passado, e, freqüentemente, de um passado não tão remoto. Pode-se demonstrar que houve uma época em que eles eram corriqueiros e conscientes, embora atualmente não o sejam mais. Uma mulher, cujo sonho significava que desejava ver sua filha única, agora com dezessete anos de idade, morta em sua presença, verificou, com nosso auxílio, que ela realmente, em certa época, abrigava esse desejo de morte. A filha era fruto de um casamento infeliz que logo se dissolvera. De certa feita, quando ainda trazia essa filha em seu ventre, num acesso de raiva, e após uma cena violenta com seu marido, ela

golpeará com seus próprios punhos seu corpo, a fim de matar a criança que estava dentro. Quantas mães, que amam seus filhos ternamente, hoje em dia talvez com excessiva ternura, conceberam-nos contra a vontade e, à época, desejaram que o ser vivo dentro delas não mais se desenvolvesse! Podem até mesmo ter expresso esse desejo em ações diversas, felizmente inofensivas. Assim, seu desejo de morte contra alguém que amam, desejo que, depois, é tão misterioso, origina-se dos primeiros dias de seu relacionamento com essa pessoa. Da mesma forma, um pai teve um sonho que legitimou a interpretação de que ele desejava a morte de seu filho predileto, o mais velho. Ele também foi levado a recordar que houvera uma época em que tal desejo não lhe era estranho. Quando o filho era ainda uma criança de colo, este pai, descontente com a esposa que escolhera, amiúde pensava que, se a pequena criatura, que nada significava para ele, viesse a morrer, mais uma vez ficaria livre e faria melhor uso de sua liberdade. A mesma origem pode ser demonstrada no caso de grande número de impulsos de ódio semelhantes; são recordações de algo pertencente ao passado, que, numa época, foi consciente e desempenhou seu papel na vida mental. Os senhores tenderão a, disso, concluir que esses desejos e esses sonhos não deveriam aparecer naqueles casos em que nunca ocorreram transformações desse tipo nas relações com alguém, em que o relacionamento foi do mesmo tipo desde o início. Estou disposto a admitir esse fato; devo, porém, lembrar-lhes que precisam ter em consideração não o *enunciado* do sonho, mas seu sentido após o sonho haver sido interpretado. É possível que um sonho manifesto com a morte de alguma pessoa amada simplesmente tenha assumido uma máscara aterradora e possa significar algo muito diferente, ou que a pessoa amada sirva como substituto destinado a confundir a identidade de alguma outra pessoa.

Este mesmo tema pode, contudo, sugerir uma outra questão muito mais séria. ‘Ainda que’, os senhores dirão, ‘este desejo de morte se encontrasse presente em determinada época, e seja confirmado pela lembrança, isso ainda não constitui explicação. Afinal, há muito que foi ultrapassado, e atualmente só pode estar presente no inconsciente como alguma outra recordação qualquer desprovida de conteúdo emocional, e não como um impulso poderoso. Nada fala em favor desta última possibilidade. Por que, então, foi recordado no sonho?’ Esta pergunta pode surgir, e com razão. Uma tentativa de respondê-la nos levaria demasiado longe, e exigiria que assumíssemos uma posição em um dos pontos mais importantes da teoria dos sonhos. Vejo-me, no entanto, obrigado a manter-me dentro do quadro de referências de nossa exposição, e usar de moderação. Assim, preparem-se para uma desistência provisória. Contentemo-nos com a evidência efetiva de esse desejo, que ficou para trás, poder ser demonstrado como sendo o causador do sonho, e prossigamos com nossa investigação para saber se outros desejos maus podem, de modo semelhante, ser remontados ao passado. Deter-nos-emos nesses desejos de eliminar alguém, os quais, em sua maioria, podem ser atribuídos ao desenfreado egoísmo do sonhador. Um desejo desse tipo muito amiúde pode ser apontado como o maquinador de um sonho. Sempre que alguém, no decurso da vida, se interpõe no caminho de uma pessoa - e como é freqüente isso acontecer, face à complexidade dos relacionamentos de uma pessoa! -, um sonho logo se prontifica a matar esse alguém, mesmo que se trate do pai ou da mãe, do irmão ou da irmã, do marido ou

da esposa. Essa maldade da natureza humana surgiu-nos para grande surpresa nossa, e, decididamente, não estávamos propensos a aceitar, sem indagações, esse resultado da interpretação de sonhos. No entanto, assim que fomos levados a procurar a origem desses desejos no passado, descobrimos o período do passado do indivíduo quando não havia ainda nada de estranho em tal egoísmo e em tais impulsos plenos de desejos dirigidos até mesmo contra os parentes mais próximos. São as crianças, e precisamente nesses primeiros anos, mais tarde velados pela amnésia, que freqüentemente manifestam um tal egoísmo em grau extremamente marcado e, invariavelmente, mostram evidentes rudimentos ou, expressando-se com maior correção, resíduos dele. As crianças amam em primeiro lugar a si próprias, e apenas mais tarde é que aprendem a amar os outros e a sacrificar algo de seu ego aos outros. As próprias pessoas a quem uma criança parece amar desde o início, no começo são amadas pela criança porque esta necessita delas e não pode dispensá-las - por motivos egoístas, mais uma vez. Somente mais tarde o impulso de amar se torna independente do egoísmo. É literalmente verdadeiro que *seu egoísmo ensinou a amar*.

Neste consenso, será interessante comparar a atitude da criança com relação a seu irmãos e irmãs com sua atitude para com seus pais. Uma criança pequena não ama necessariamente seus irmãos e irmãs; muitas vezes, obviamente não os ama. Sem dúvida ela os odeia como rivais seus, e é fato sabido que esta atitude freqüentemente persiste por muitos anos, até ser atingida a maturidade ou mesmo até mais tarde, sem interrupção. Com efeito, muito amiúde esta atitude é substituída, ou melhor, digamos, é encoberta por outra, mais cordial. Mas, a que é hostil em geral parece ser a que surge primeiro. Essa atitude hostil pode ser observada com muita facilidade em crianças com idade entre dois e meio e quatro ou cinco anos, quando um novo irmãozinho ou irmãzinha aparece. Geralmente encontra uma recepção muito inamistosa. São muito comuns os comentários como ‘não gosto dele; a cegonha pode levar embora de novo!’ Depois, aproveitam-se de todas as oportunidades para rebaixar o recém-chegado, e se fazem tentativas de machucá-lo; e até mesmo se conhecem casos de ataques mortíferos. Se a diferença de idade é menor, na época em que a atividade mental da criança se aviva em determinado grau de intensidade, ela já encontra aí seu competidor e a ele se adapta. Sendo maior a diferença, o novo bebê pode, desde o início, despertar alguma simpatia, como um objeto interessante, uma espécie de boneca viva; e quando a diferença de idade é de oito ou mais anos, já podem manifestar-se impulsos solícitos, maternais, especialmente em meninas. Contudo, falando honestamente, se alguém encontrar, em sonho, um desejo de morte contra um seu irmão ou irmã, raramente há que considerá-lo um enigma e, sem dificuldades, pode situar seu protótipo no início da infância e, vezes mais seguidas, também nos anos subseqüentes do companheirismo fraterno. Provavelmente não há quarto de crianças sem violentos conflitos entre seus ocupantes. Os motivos de tais desavenças são a rivalidade pelo amor dos pais, pelas posses comuns, pelo espaço vital. Os impulsos hostis são dirigidos contra membros da família mais velhos e também mais novos. Foi Bernard Shaw, segundo penso, quem comentou: ‘Via de regra, só existe uma pessoa que uma menina inglesa odeia mais do que a sua mãe; é a sua irmã mais velha. Neste comentário existe, porém, algo que nos parece estranho. Poderíamos, quando muito, achar compreensíveis o

ódio e a competição entre irmãos e irmãs. Mas como podemos supor que sentimentos de ódio venham a surgir nas relações entre filha e mãe, entre pais e filhos? Esta relação é, sem dúvida, uma relação mais favorável também do ponto de vista dos filhos. É o que exigem as nossas expectativas; achamos que uma ausência de amor é muito mais censurável entre pais e filhos do que entre irmãos e irmãs. No primeiro caso, teríamos tornado esta relação sagrada, ao passo que, no segundo, isso teria permanecido profano. Já a observação corrente pode nos mostrar quão freqüentemente as relações afetivas entre os pais e seus filhos adultos deixam de atingir o ideal estabelecido pela sociedade, quanta hostilidade está pronta para manifestar-se, e se manifestaria se não fosse contida por um misto de devoção filial e impulsos afetuosos. Os motivos dessa hostilidade geralmente são conhecidos e sua tendência é separar os do mesmo sexo - a filha, de sua mãe, e o pai, de seu filho. A filha encontra em sua mãe a autoridade que restringe sua vontade e que está incumbida da tarefa de impor-lhe a renúncia à liberdade sexual, renúncia que também a sociedade exige; em alguns casos, a filha encontra em sua mãe até mesmo uma competidora que luta por não ser suplantada. A mesma coisa se repete entre filho e pai, e de forma ainda mais flagrante. Aos olhos do filho, o pai representa todas as restrições sociais relutantemente toleradas; o pai lhe impede o exercício da vontade, o prazer sexual incipiente e, nas famílias em que existe propriedade comum, o desfrute desta. No caso de um herdeiro do trono, essa espera da morte do pai atinge as raias do trágico. Parece haver perigo menor para a relação entre pai e filha ou mãe e filho. Esta última proporciona os mais puros exemplos de uma afeição imutável, não prejudicada por quaisquer considerações egoístas. Por que estou eu falando nestas coisas, que, afinal, são banais e conhecidas universalmente? Porque há uma inequívoca tendência a negar-lhes a importância que têm na vida, e a fazer crer que o ideal imposto pela sociedade é atingido muito mais freqüentemente do que o é na realidade. É melhor, pois, que a verdade deva ser dita pelos psicólogos, de preferência a deixar tal tarefa a cargo de cínicos. E, aliás, essa negação se aplica somente à vida real. As obras narrativas e dramáticas da imaginação podem livremente jogar com os temas que surgem de um distúrbio deste ideal.

Portanto, não há motivos para surpresas se, em muitas pessoas, os sonhos revelam seu desejo de eliminar seus pais e, especialmente, o genitor do mesmo sexo. Podemos supor que esse desejo também esteja presente na vida desperta, e até mesmo seja consciente, às vezes, quando pode estar mascarado por algum outro motivo, como foi o caso do sonhador do Exemplo 3 [ver em [1], acima] em que foi substituído pela compaixão pelos inúteis sofrimentos do pai. É raro que apenas a hostilidade domine o relacionamento; muito mais freqüentemente ela se encontra nos bastidores de impulsos mais afetuosos, pelos quais é suprimida, e pode, por assim dizer, esperar até que um sonho venha a isolá-la. O que parece-nos ter uma dimensão enorme em um sonho, por ter sido isolado, reduz-se mais uma vez, quando nossa interpretação o situa no contexto da vida real (Hanns Sachs). Contudo, encontramos este desejo onírico também na vida real, onde não adquire qualquer relevância e onde o adulto jamais deseja admiti-lo na vida desperta. A razão disso é que os motivos mais profundos e mais invariáveis de desavenças, especialmente entre duas pessoas do mesmo sexo, já se fizeram sentir no início da infância. O que tenho em mente é a rivalidade

no amor, com nítida ênfase no sexo do indivíduo. Quando é ainda uma criança, um filho já começa a desenvolver afeição particular por sua mãe, a quem considera como pertencente a ele; começa a sentir o pai como rival que disputa sua única posse. E da mesma forma uma menina considera sua mãe como uma pessoa que interfere na sua relação afetiva com o pai e que ocupa uma posição que ela mesma poderia muito bem ocupar. A observação nos mostra a quão precoces anos essas atitudes remontam. A essas atitudes chamamos de ‘complexo de Édipo’, visto que a lenda de Édipo materializa, com apenas uma leve atenuação, os dois desejos extremos originários na situação do filho - matar o pai e tomar a mãe como esposa. Não pretendo afirmar que o complexo de Édipo engloba toda a relação dos filhos com os pais: esta pode ser muito mais complexa. O complexo de Édipo, ademais disso, pode estar desenvolvido em maior ou menor intensidade, pode até mesmo estar invertido; mas constitui fator constante e importante na vida mental de uma criança, e existe maior risco de, antes, subestimarmos, do que superestimarmos sua influência e a dos desenvolvimentos que nele se originam. Aliás, as crianças freqüentemente reagem, em sua atitude edipiana, a um estímulo proveniente de seus pais, que amiúde se deixam levar, nas suas preferências, pela diferença do sexo, de modo que o pai escolherá a filha e a mãe escolherá o filho como favorito ou, no caso de um esfriamento conjugal, como um substituto de um objeto de amor que perdeu seu valor. Não se pode dizer que o mundo tenha demonstrado muita gratidão à investigação psicanalítica por sua revelação do complexo de Édipo. Ao contrário, a descoberta provocou a mais violenta oposição entre adultos; e aqueles que não se interessaram por tomar parte no repúdio a este relacionamento emocional proscrito e tabu, compensaram seu débito mais tarde, subtraindo a este complexo o seu valor, por meio de reinterpretações tortuosas. Permanece inalterada minha convicção de que não há o que negar ou encobrir. Devemos nos congratular com o fato de ter sido reconhecido pela própria lenda grega como destino inevitável. Mais uma vez é interessante o fato de o complexo de Édipo, que tem sido repudiado na vida real, ter sido deixado a cargo dos escritos imaginativos, ter sido colocado, por assim dizer, livremente à sua disposição. Otto Rank [1912b] demonstrou, em cuidadoso estudo, como o complexo de Édipo proporcionou aos autores dramáticos uma riqueza de temas com infindáveis modificações, atenuações e disfarces - isto é, com distorções do tipo que já conhecemos como obra de uma censura. Portanto, podemos também atribuir este complexo de Édipo às pessoas que sonham e foram suficientemente felizes para escapar a conflitos com seus pais em sua vida posterior. E, em íntima conexão com o mesmo, encontramos aquilo a que chamamos de ‘complexo de castração’, a reação às ameaças contra a criança, destinadas a pôr um fim a suas primeiras atividades sexuais, ameaças atribuídas a seu pai. O que já aprendemos de nosso estudo da vida mental das crianças fará com que esperemos encontrar uma explicação semelhante para o outro grupo de desejos oníricos proibidos: os impulsos sexuais excessivos. Assim, encorajamo-nos a realizar um estudo da evolução da vida sexual das crianças e, com base em muitas informações, chegamos ao que se segue. Primeiro e acima de tudo, é um erro injustificável negar que as crianças têm uma vida sexual e supor que a sexualidade somente inicia na puberdade, com a maturação dos genitais. Pelo contrário, bem desde o início as crianças têm uma intensa vida sexual, que difere em muitos pontos daquilo que mais tarde é considerado normal. Aquilo que na vida adulta é descrito como ‘perverso’ difere do normal

por estes aspectos: primeiro, porque despreza a barreira da espécie (o abismo entre o homem e o animal); segundo, por transpor a barreira contra a repugnância; terceiro, a barreira contra o incesto (proibição contra a busca da satisfação sexual em relações consangüíneas próximas); quarto, a barreira contra pessoas do mesmo sexo; e quinto, por transferir a outros órgãos e áreas do corpo o papel desempenhado pelos genitais. Nenhuma destas barreiras existia desde o começo; foram estabelecidas apenas gradualmente, no decorrer do desenvolvimento e da educação. Crianças de tenra idade são livres delas. Não reconhecem qualquer abismo assustador entre seres humanos e animais; a soberba com que os homens se distanciam dos animais não emerge senão mais tarde. Inicialmente, as crianças não mostram qualquer repugnância pelas excreções; porém, adquirem-na lentamente, sob a pressão da educação. Não dão importância especial à distinção entre os sexos, mas atribuem a ambos a mesma conformação dos genitais; dirigem seus primeiros desejos sexuais e sua curiosidade àqueles que lhes são mais próximos e, por outras razões, mais caros - os pais, irmãos e irmãs, ou babás; e, finalmente, demonstram (e isto mais tarde irrompe novamente no clímax de uma relação amorosa) que esperam obter prazer não somente a partir de seus órgãos sexuais, mas que muitas outras partes do corpo exibem a mesma sensibilidade, proporcionam-lhes sensações análogas de prazer e, em decorrência, podem desempenhar o papel de genitais. Assim, pode-se descrever as crianças como ‘perversos polimorfos’ e, se estes impulsos apenas mostram *traços* de atividade, isso ocorre, por um lado, porque eles têm intensidade menor quando comparados com os da vida posterior e, por outro lado, porque todas as manifestações sexuais de uma criança são prontamente, energicamente suprimidas pela educação. Esta supressão, por assim dizer, se estende à teoria; pois os adultos se esforçam por não ver uma parte das manifestações sexuais das crianças e por disfarçar uma outra parte, interpretando-lhes erroneamente a natureza sexual, conseguindo assim negá-la em sua totalidade. Frequentemente, são estas exatamente as mesmas pessoas que, no trato com as crianças, se enfurecem com qualquer traquinagem sexual sua e, depois, em seus escritos, defendem a pureza sexual das mesmas crianças. Quando abandonadas a si próprias, ou sob a influência de sedução, amiúde as crianças realizam proezas consideráveis na área da atividade sexual perversa. Os adultos, naturalmente, têm razão ao não levar isto muito a sério e considerá-lo como ‘criancice’ ou ‘brincadeira’, de vez que as crianças não podem ser condenadas como inteiramente capazes ou inteiramente responsáveis, seja perante o tribunal da moralidade, seja perante a lei; não obstante, essas coisas existem. Têm sua importância não apenas como indicações da constituição inata de uma criança e como causas e encorajamentos para desenvolvimentos ulteriores; também nos proporcionam informações acerca da vida sexual das crianças e, assim, acerca da vida sexual humana em geral. Se, portanto, mais uma vez encontramos todos estes impulsos plenos de desejos perversos por trás de nossos sonhos deformados, isto somente significa que, também neste campo, os sonhos deram um passo atrás, ao estado de infância.

Entre esses desejos proibidos, merecem especial ênfase os desejos incestuosos - isto é, aqueles que objetivam a relação sexual com pais, irmãos e irmãs. Os senhores conhecem o horror que se sente, ou ao menos se manifesta, na sociedade humana, diante de tal relação, e

o acento com que se tonificam as proibições contra a mesma. Esforços tremendos têm sido dispendidos para explicar esse horror ao incesto. Algumas pessoas supuseram que considerações referentes à reprodução, por parte da natureza, tivessem encontrado representação psíquica nesta proibição, pois os acasalamentos consangüíneos prejudicariam as características raciais. Outros afirmaram que, como conseqüência da vida em comum, do início da infância em diante, o desejo sexual desviou-se das pessoas em questão. Em ambos estes casos, pode-se observar, um evitar do incesto estaria assegurado automaticamente, e não se esclareceria por que se exigem essas proibições severas, as quais indicariam, antes, a presença de um intenso desejo incestuoso. As pesquisas psicanalíticas têm demonstrado inequivocamente que a escolha incestuosa de um objeto de amor é, pelo contrário, a primeira e a invariável escolha, e senão mais tarde é que a resistência contra ela se manifesta; sem dúvida, não é impossível descobrir a origem desta resistência na psicologia *individual*.

Reunamos agora tudo aquilo com que nossas pesquisas acerca da psicologia da criança têm contribuído para nossa compreensão dos sonhos. Não somente constatamos que o material das vivências esquecidas da infância tem acesso aos sonhos, como também vimos que a vida mental das crianças, com todas as suas características, seu egoísmo, sua escolha incestuosa de objetos de amor, e assim por diante, ainda persiste nos sonhos - isto é, no inconsciente; e que os sonhos nos levam de volta, todas as noites, a esse nível infantil.

Confirma-se assim o fato de que, *na vida mental, o que é inconsciente é também o que é infantil*. A estranha impressão de haver tanta maldade nas pessoas começa a reduzir-se. Esta maldade temida é simplesmente a inicial e primitiva parte infantil da vida mental, que podemos encontrar em real atuação nas crianças, à qual, contudo, em parte não damos importância, nas crianças, devido ao pequeno tamanho delas, e, em parte, não a levamos a sério porque das crianças não esperamos elevado padrão ético algum. Visto os sonhos regredirem a esse nível, eles dão a impressão de terem revelado o mal que existe em nós. Esta, todavia, é uma aparência enganadora, pela qual nos temos deixado atemorizar. Não somos tão maus como tenderíamos a supor a partir da interpretação dos sonhos. Se esses impulsos maus nos sonhos são meros fenômenos infantis, um retorno aos inícios de nossa evolução ética (de vez que os sonhos simplesmente nos transformam novamente em crianças, em nossos pensamentos e sentimentos), não temos, se formos racionais, necessidade de nos envergonhar desses sonhos de maldade. Aquilo que é racional, porém, constitui apenas uma *parte* da vida mental, inúmeras outras coisas se passam na vida mental e não são racionais; e assim sucede irracionalmente *estarmos* envergonhados desses sonhos. Sujeitamo-los à censura dos sonhos, envergonhamo-nos e nos irritamos se, por exceção, um desses desejos consegue irromper na consciência em forma tão indisfarçada, que somos obrigados a reconhecê-lo; com efeito, às vezes nos envergonhamos tanto de um sonho *deformado* como se o compreendêssemos. Basta pensar no indignado julgamento que aquela excelente senhora de meia-idade emitiu a propósito de seu sonho, não interpretado, sobre os ‘serviços de amor’ [ver em [1]]. O problema, assim, ainda não está esclarecido, e ainda é possível que

outras considerações sobre a perversidade nos sonhos possam nos levar a formar outro julgamento e chegar a uma outra avaliação da natureza humana.

Como resultado de nossas pesquisas, atenhamo-nos a duas descobertas, embora apenas signifiquem o começo de novos enigmas e de novas dúvidas. Em primeiro lugar, a regressão da elaboração onírica não é apenas formal, mas também material. Não só traduz nossos pensamentos em uma forma primitiva de expressão; revive, também, as características de nossa vida mental primitiva - a antiga dominância do ego, os primeiros impulsos de nossa vida sexual e, realmente, até mesmo, nossa antiga propriedade intelectual, caso assim possam ser consideradas as conexões simbólicas. E, em segundo lugar, tudo isso que é antigo e infantil e que em certa época foi dominante, e dominante sozinho, hoje deve ser atribuído ao inconsciente, acerca do qual nossas idéias agora se estão modificando e ampliando. 'Inconsciente' já não é mais o nome daquilo que é latente no momento; o inconsciente é um dos reinos da mente com seus próprios impulsos plenos de desejos, seu modo de expressão próprio, e com seus mecanismos mentais específicos que não vigoram em outros setores. No entanto, os pensamentos oníricos latentes, que descobrimos ao interpretar sonhos, não pertencem a este reino; são, ao contrário, pensamentos iguais àqueles que poderíamos ter pensado na vida desperta. Não obstante, são inconscientes. Como, então, se pode solucionar esta contradição? Começamos a suspeitar que aqui deve ser estabelecida uma distinção. Alguma coisa que deriva de nossa vida consciente e compartilha de suas características - nós a denominamos 'resíduos diurnos' - combina-se com alguma outra coisa proveniente dos domínios do inconsciente, a fim de se construir um sonho. A elaboração onírica se realiza entre estes dois componentes. A influência exercida sobre os resíduos diurnos pela adição do inconsciente está, sem dúvida, entre os determinantes da regressão. Esta é a mais profunda compreensão que podemos obter, aqui, da natureza essencial dos sonhos - até havermos investigado outras regiões da mente. Logo, contudo, advirá a época de dar outro nome ao caráter inconsciente dos pensamentos oníricos latentes, a fim de diferenciá-lo do inconsciente oriundo dos domínios do infantil. Podemos, naturalmente, levantar uma outra questão paralela: 'Que coisa força a atividade psíquica, durante o sono, a fazer esta regressão? Por que não remove os estímulos mentais, que perturbam o sono, sem causar esta regressão? E se, para fins de censura de sonhos, tem de fazer uso de disfarce, utilizando-se do modo de expressão antigo, agora ininteligível, qual o motivo de reviver também os impulsos, desejos e traços de caráter mentais antigos que hoje em dia estão superados - de fazer uso da regressão material, além da regressão formal?' A única resposta que poderia nos satisfazer é que apenas desta forma pode um sonho ser construído, e que não seria dinamicamente possível o estímulo do sonho ser eliminado de outra maneira. Por enquanto, não temos o direito de dar tal resposta, contudo.

SENHORAS E SENHORES:

Deverei fazê-los lembrarem-se, mais uma vez, dos assuntos sobre os quais discorreremos até aqui? De como, quando começamos a aplicar nossa técnica, defrontamo-nos com a deformação dos sonhos, de como pensávamos a respeito da natureza essencial dos sonhos a partir dos sonhos de crianças? De como, após, munidos daquilo que aprendêramos dessa pesquisa, acometemos diretamente a deformação onírica e, segundo espero, vencemo-la passo a passo? Somos levados a admitir, entretanto, que as coisas que descobrimos, por uma e por outra via, não se harmonizam inteiramente. Será nossa tarefa juntar as duas séries de descobertas e ajustá-las entre si.

Verificamos, partindo de ambas as fontes de informação, que a elaboração onírica consiste, essencialmente, na transformação dos pensamentos em uma experiência alucinatória. É por demais misterioso o modo pelo qual isso pode acontecer, é, contudo, um problema de psicologia geral, que propriamente não nos interessa aqui. Ficamos sabendo, pelos sonhos de crianças, que a intenção da elaboração onírica é eliminar o estímulo mental, perturbador do sono, por meio da realização de um desejo. Dos sonhos deformados não podíamos dizer nada semelhante, até descobrirmos como interpretá-los. Desde o início, porém, nossa expectativa era a de podermos considerar os sonhos deformados sob o mesmo prisma que os sonhos de crianças. A primeira confirmação desta expectativa nos foi dada pela descoberta de que, na realidade, *todos* os sonhos são sonhos de crianças, que eles operam com o mesmo material infantil, com os impulsos e mecanismos mentais da infância. Agora que acreditamos haver superado a deformação onírica, devemos prosseguir e investigar se nossa visão a respeito dos sonhos como realização de desejos também é válida para os sonhos deformados. Há pouco tempo, submetemos uma série de sonhos à interpretação, porém deixamos completamente fora de cogitação a realização de desejos. Estou certo de que os senhores repetidamente devem ter sido levados a se perguntarem, de si para si: ‘Onde, porém, está a realização de desejos, que se supõe ser o objetivo da elaboração onírica?’ A pergunta é importante, porque é aquela levantada por nossos críticos leigos. Os seres humanos, como os senhores sabem, possuem uma tendência natural a repelir inovações intelectuais. Uma das formas pelas quais se manifesta esta tendência é a imediata redução da novidade às suas menores proporções, comprimindo-a, se possível, em um simples verbete. ‘Realização de desejo’ tornou-se o verbete para a nova teoria dos sonhos. O leigo pergunta: ‘Onde está a realização de desejo?’ Instantaneamente, tendo ouvido falar que se supõe serem os sonhos realizações de desejos, no próprio ato de emitir a pergunta, ele a responde com uma rejeição. Imediatamente pensa em inumeráveis experiências suas com sonhos, nas quais o sonho foi acompanhado por sentimentos que vão desde o desagradável até uma acentuada ansiedade, de modo que a afirmação feita pela teoria psicanalítica dos sonhos parece-lhe muitíssimo improvável. Não temos dificuldade em

responder que, nos sonhos deformados, a realização de desejo pode não estar evidente, porém deve ser buscada, de modo que é impossível evidenciar-se depois que o sonho for interpretado. Sabemos, também, que os desejos, nesses sonhos deformados, são desejos proibidos - rejeitados pela censura - e a existência desses desejos justamente foi a causa da deformação onírica, o motivo da intervenção da censura dos sonhos. Contudo, é difícil fazer o crítico leigo entender que, antes de um sonho ser interpretado, não se pode investigar a respeito da realização do desejo desse sonho. Ele continuará esquecendo este aspecto. Sua rejeição da teoria da realização de desejo realmente não é mais que uma consequência de censura dos sonhos, um substituto da rejeição dos desejos oníricos censurados e uma decorrência da mesma.

Naturalmente, também sentimos a necessidade de explicar a nós próprios por que existem tantos sonhos de conteúdo aflitivo e, especialmente, por que existem sonhos de ansiedade. Aqui, pela primeira vez, encontramos o problema dos afetos nos sonhos; mereceria uma monografia à parte, porém, infelizmente, não o adentraremos. Se os sonhos são realizações de desejos, deveria ser impossível surgirem neles os sentimentos desagradáveis: então pareceria que as críticas leigas teriam razão. Deve-se, contudo, levar em conta três tipos de complicações de que ainda não se havia cogitado.

[1] Em primeiro lugar, pode ser que a elaboração onírica não tenha conseguido criar uma realização de desejo; assim, parte do afeto aflitivo dos pensamentos oníricos ficou excedente no sonho manifesto. Nesse caso, a análise teria de demonstrar que estes pensamentos oníricos eram muito mais desagradáveis do que o sonho que foi construído a partir deles. Que sempre se pode provar muita coisa. Sendo assim, devemos admitir que a elaboração onírica atingiu seu objetivo em grau não maior do que o sonho com beber, o qual, formado em resposta ao estímulo da sede, não conseguiu aplacar a sede [ver em [1] e seg.]. Aquele que tem um tal sonho permanece com sede e tem de acordar para tomar algo. Não obstante, era um sonho verdadeiro e não perdera nada da natureza essencial de um sonho. Podemos apenas dizer: 'Ut desint vires, tamen est laudanda voluntas.' A intenção, pelo menos, que pode ser definitivamente reconhecida, merece ser valorizada. Tais casos de fracasso não são eventos raros. Concorre para isto o fato de que é muito mais difícil a elaboração onírica alterar o sentido dos *afetos* de um sonho do que o seu *conteúdo*; os afetos, às vezes, são altamente resistentes. O que então acontece é a elaboração onírica transformar o *conteúdo* aflitivo dos pensamentos oníricos na realização de um desejo, ao passo que o afeto desagradável persiste inalterado. Em sonhos dessa espécie, o afeto é bastante inadequado ao conteúdo, e nossos críticos podem dizer que os sonhos tão distante estão de serem realizações de desejos que, mesmo mantendo um conteúdo inócuo, podem ser sentidos como aflitivos. Podemos responder a este comentário superficial assinalando que é precisamente em sonhos dessa natureza que o propósito realizador de desejos da elaboração onírica aparece mais claramente, por ter sido isolado. O erro surge porque àqueles que não estão familiarizados com as neuroses, se lhes afigura demasiado íntimo o vínculo entre

conteúdo e afeto, e, portanto, não podem imaginar que o conteúdo seja alterado sem uma alteração simultânea da expressão do afeto ligado a ele.[2] Um segundo fator, muito mais importante e de grande alcance, contudo igualmente negligenciado pelos leigos, apresenta-se a seguir. Não há dúvida de que uma realização de desejo deve proporcionar prazer; mas então surge a pergunta: 'A quem?' À pessoa que tem o desejo, naturalmente. Mas, como sabemos, a relação do sonhador para com seus desejos é uma relação muito especial. Ele os repudia e os censura - não tem nenhuma simpatia por eles, em suma. De modo que sua realização não lhe dará prazer, e sim o oposto; e a experiência mostra que este oposto aparece sob a forma de ansiedade, um fato ainda a explicar. Assim, aquele que sonha, em sua relação com seus desejos oníricos, só pode ser comparado à amálgama de duas pessoas separadas, que estão ligadas por algum forte elemento em comum. Em vez de estender-me sobre isto, recordarei para os senhores um conhecido conto de fadas, no qual encontrarão a mesma situação repetida. Uma fada boa prometeu a um casal pobre assegurar-lhe a realização dos seus três primeiros desejos. Eles ficaram jubilosos e puseram-se a pensar em como escolher cuidadosamente seus três desejos. Mas um cheiro de lingüiça frita, proveniente da casa próxima, tentou a mulher a desejar algumas lingüiças. Num relâmpago, ali estavam as lingüiças; e esta foi a primeira realização de desejo. Mas o marido se enfureceu, e, em sua raiva, desejou que as lingüiças ficassem dependuradas no nariz da mulher. E foi isto o que também aconteceu; e não havia como retirá-las dessa nova posição. Esta foi a segunda realização de desejo; mas o desejo era do homem, e a sua realização foi muito desagradável para sua mulher. Os senhores sabem o restante da história. Visto que, afinal, eles eram, de fato, um - marido e mulher - o terceiro desejo não podia ser senão o de que as lingüiças se desprendessem do nariz da mulher. Este conto de fadas poderia ser usado em relação a muitas outras coisas; mas aqui serve apenas para ilustrar a possibilidade de que, se duas pessoas não estão de acordo uma com a outra, a realização de um desejo de uma delas não pode senão causar desprazer à outra.

Agora não nos será difícil conseguir compreender melhor ainda os sonhos de ansiedade. Apresentaremos uma nova observação, e então nos decidiremos a adotar a hipótese a favor da qual há muito que dizer. A observação consiste em que os sonhos de ansiedade freqüentemente possuem um conteúdo, por assim dizer, que escapou à censura. Um sonho de ansiedade, muitas vezes, é a realização indisfarçada de um desejo - não, naturalmente, de um desejo inaceitável, mas de um desejo repudiado. A geração da ansiedade assumiu o lugar da censura. Ao passo que de um sonho infantil podemos dizer ser ele a realização franca de um desejo permitido, e de um sonho deformado como sendo a realização disfarçada de um desejo reprimido, a única fórmula adequada a um sonho de ansiedade consiste em que este é a realização franca de um desejo reprimido. A ansiedade é um sinal de que o desejo reprimido se mostrou mais forte que a censura, que ele levou a cabo, ou está a ponto de levar a cabo, sua realização de desejo, apesar da censura. Percebemos que aquilo que para o desejo é uma realização de desejo, para nós só pode ser, de vez que estamos do lado da censura, motivo de sentimentos angustiantes e de repulsa ao desejo. A ansiedade que emerge nos sonhos é, se preferem, ansiedade face à força destes desejos que normalmente estão sob

controle. A razão por que esta repulsa aparece na forma da ansiedade não pode ser descoberta apenas a partir do estudo dos sonhos; a ansiedade deve ser estudada, evidentemente, em outro contexto. Podemos supor que aquilo que é verdadeiro para os sonhos de ansiedade não-deformados também se aplica àqueles parcialmente deformados, assim como a outros sonhos desprazíveis, nos quais os sentimentos desagradáveis provavelmente correspondem a uma aproximação da ansiedade. Sonhos de ansiedade, via de regra, são também sonhos que fazem despertar; habitualmente interrompemos nosso sono antes que o desejo reprimido, no sonho, tenha executado a realização completa, apesar da censura. Nesse caso, a função do sonho fracassou, mas sua natureza essencial não foi modificada com isto. Temos comparado os sonhos com o vigia noturno ou guardião do sono, que procura proteger nosso sono contra perturbações [ver em [1]]. O vigia noturno, também, pode chegar ao ponto de acordar a pessoa que dorme, se sente que é por demais fraco para, sozinho, afugentar a perturbação ou o perigo. Ainda assim, às vezes conseguimos continuar nosso sono, mesmo quando o sonho começa a ficar inseguro e a transformar-se em ansiedade. Dizemos a nós mesmos, em nosso sono, ‘afinal é apenas um sonho’, e continuamos dormindo. Quando ocorre que um desejo onírico consegue sobrepujar a censura? A condição necessária para isto pode ser preenchida tanto pelo desejo onírico como pela censura do sonho. O desejo, devido a uma causa desconhecida, pode ser excessivamente forte em uma ocasião; mas tem-se a impressão de que, com mais freqüência, a conduta da censura do sonho é a responsável por este deslocamento de suas forças relativas. Já vimos [ver em [1]] que a censura atua com intensidade variável em cada caso particular, que ela trata cada elemento de um sonho com um grau diferente de severidade. Agora podemos acrescentar mais uma hipótese no sentido de que, em geral, a censura é muito variável e não emprega igual severidade para com cada elemento censurável. Caso suceda, em dada ocasião, sentir-se sem forças contra um desejo onírico que ameaça tomá-la de surpresa, em vez da deformação ela se utiliza de seu último recurso restante e abandona o estado de sono, ao mesmo tempo gerando ansiedade. Nessa conexão, surpreende-nos o fato de ainda ignorarmos, tanto, por que esses desejos maus, repudiados, se tornam ativos justamente à noite, e nos perturbam durante o sono. A resposta, praticamente, não pode deixar de se fundamentar em alguma hipótese relativa à natureza do estado de sono. Durante o dia uma pesada censura os oprime, e, via de regra, lhes torna impossível manifestar-se em qualquer atividade. À noite, esta censura, assim como todos os demais interesses da vida mental, provavelmente, está afastada ou, pelo menos, muito reduzida, em benefício apenas do desejo de dormir. É a essa diminuição da censura, à noite, que os desejos proibidos devem agradecer por poderem se tornar novamente ativos. Há alguns pacientes neuróticos que são incapazes de dormir, e admitem que sua insônia foi, inicialmente, intencional. Não ousavam dormir porque temiam os seus sonhos - isto é, temiam os resultados do enfraquecimento da censura. Os senhores constatarão com facilidade, entretanto, que, a despeito disto, o afastamento da censura não importa em grande desorganização. O estado de sono paralisa nossa capacidade motora. Se nossas intenções más começam a perturbar, elas podem, afinal, causar nada mais do que simplesmente um sonho, que é inócua, do ponto de vista prático. É esta consideração apaziguadora a base de comentário altamente inteligente feito por aquele que está sonhando - à noite, é verdade, mas não formando parte da vida

onírica: ‘Afiml, é apenas um sonho. Deixemos que ele siga seu caminho, continuemos dormindo.’[3] Em terceiro lugar, se os senhores se recordarem de nossa idéia de que o sonhador, lutando contra seus próprios desejos, pode ser comparado à soma de duas pessoas separadas, embora de algum modo em íntima conexão uma com a outra, compreenderão mais uma possibilidade. Porque existe uma possibilidade de que a realização de um desejo venha a causar algo nada prazeroso - ou seja, uma punição. Aqui, novamente, podemos utilizar como ilustração o conto de fadas dos três desejos. As lingüiças fritas, em um prato, eram realização direta do desejo da primeira pessoa, a mulher. As lingüiças grudadas em seu nariz eram a realização do desejo da segunda pessoa, o marido; contudo eram, ao mesmo tempo, uma punição pelo desejo tolo da mulher. (Nas neuroses descobriremos o motivo do terceiro desejo, o último que restava, no conto de fadas.) Existem várias dessas tendências punitivas na vida mental dos seres humanos; são muito poderosas e podemos atribuir-lhes a responsabilidade de alguns dos sonhos aflitivos. Agora, talvez, os senhores dirão que com isto resta muito pouco da famosa realização de desejo. Ao considerarem a questão mais detidamente, porém, admitirão que se enganaram. Comparada com a multiplicidade (que mencionarei mais adiante) de coisas que os sonhos podem ser, e, segundo muitas autoridades, realmente são, nossa solução - realização de desejo, realização de ansiedade, realização de punição - é muito restrita. Podemos acrescentar que a ansiedade é o oposto direto do desejo, que os opostos se encontram muito próximos um do outro nas associações e que, no inconsciente, eles se unem [ver em [1] e segs.]; e, ademais, que a punição também é a realização de um desejo: do desejo da outra pessoa, a que censura.

No conjunto, portanto, não fiz concessão à objeção dos senhores contra a teoria da realização de desejo. Compete-nos, porém, sermos capazes de indicar a realização de desejo em todo sonho deformado que pudermos encontrar, e, por certo, não fugiremos à tarefa. Retornemos ao sonho que já interpretamos, o sonho dos três ingressos ruins por 1 florim e meio [ver em [1] e [2]], do qual já aprendemos tanto. Espero que se recordem dele. Uma senhora, cujo marido lhe havia dito, durante o dia, que sua amiga Elise, que era só três meses mais nova que ela, havia noivado, sonhou que estava no teatro, com seu marido. Um dos lados da primeira fila de cadeiras estava quase vazio. Seu marido dizia-lhe que Elise e seu noivo também tinham desejado ir ao teatro, mas não puderam, pois apenas tinham conseguido lugares ruins - três por 1 florim e meio. Ela pensou que não teria havido nenhum prejuízo se tivessem ido. Verificamos que os pensamentos oníricos estavam relacionados à sua irritação por haver casado tão cedo e à sua insatisfação com seu marido. Talvez tenhamos a curiosidade de descobrir como estes pensamentos sombrios se transformaram numa realização de desejo e onde se pode encontrar algum vestígio do mesmo no conteúdo manifesto do sonho. Já sabemos que o elemento ‘muito cedo, apressadamente’ foi eliminado do sonho pela censura [ver em [1] e [2]]. As cadeiras vazias eram uma alusão a esse elemento. O misterioso ‘três por 1,50 florim’ agora se nos torna mais inteligível com a ajuda do simbolismo, com o qual, nesse meio tempo, nos familiarizamos. O ‘3’ realmente significa um homem [ou marido] e o elemento manifesto é fácil de traduzir: comprar um marido com o dote dela. (‘Eu poderia ter conseguido um dez vezes melhor com meu dote.’) ‘Casar’ está

claramente substituído por ‘ir ao teatro’. ‘Comprar os ingressos cedo demais’ é, realmente, um substituto imediato de ‘casar cedo demais’. Esta substituição é, porém, obra da realização de um desejo. Essa mulher nem sempre estava tão insatisfeita com seu casamento precoce como estava no dia em que recebeu a notícia do noivado de sua amiga. Em certa época, tinha estado orgulhosa do seu casamento e considerava-se em vantagem sobre sua amiga. Como se sabe, moças ingênuas, depois de haverem noivado, freqüentemente expressam seu contentamento por poderem, em breve, ir ao teatro, a todas as peças que até então foram proibidas, e terem permissão de ver tudo. O prazer de olhar, ou a curiosidade, que nisto se revela, era sem dúvida, originalmente, um desejo sexual de olhar [escopofilia], dirigido para os eventos sexuais e especialmente para os pais das moças; daí haver-se tornado poderoso motivo para induzi-las a um casamento precoce. Assim sendo, freqüentar o teatro tornou-se, mediante uma alusão, um substituto óbvio de estar casada. Por tanto, essa senhora que sonhou, em sua atual irritação com seu casamento precoce, retrocedeu ao tempo em que o casamento precoce constituía a realização de um desejo, porque satisfazia a sua escopofilia, e, levada por esse antigo impulso pleno de desejo, substituiu casamento por ir ao teatro. Não posso ser acusado de ter selecionado especialmente o exemplo mais conveniente para provar uma oculta realização de desejo. O procedimento haveria de ter sido o mesmo no caso de outros sonhos deformados. Não posso demonstrar-lhes isto agora, e apenas expressarei minha convicção de que sempre poderia ser executado com êxito. Entretanto, deter-me-ei um pouco mais neste ponto teórico. A experiência ensinou-me que este é um dos pontos mais expostos a ataque em toda a teoria dos sonhos, e que muitas contradições e equívocos se originam nele. Ademais disso, os senhores talvez ainda se encontrem sob a impressão de que já retirei parte da minha afirmação ao dizer que um sonho é um desejo realizado, ou o oposto de um desejo realizado, ou uma ansiedade, ou uma punição realizada; e os senhores podem pensar que esta é uma oportunidade para me forçarem a outras restrições. Também tenho sido censurado por apresentar coisas que me parecem óbvias sob forma por demais concisa e, em conseqüência, não-convicente.

Quando alguém nos acompanhou até aqui na interpretação dos sonhos e aceitou tudo que foi apresentado até este ponto, amiúde sucede que faz uma pausa na realização de desejo e diz: ‘Já que os sonhos sempre tem um sentido e este sentido pode ser descoberto pela técnica da psicanálise, por que deve este sentido, com todas as evidências em contrário, ser enquadrado à força dentro da fórmula da realização de desejo? Por que não deveria o sentido deste pensar noturno ser de tantas espécies quantas são o do pensar diurno? Ou seja, por que não deveria um sonho muitas vezes corresponder a um desejo realizado, às vezes, como o senhor mesmo o diz, ao oposto desse desejo ou a um medo realizado, mas, às vezes, exprimir uma intenção, uma advertência, uma reflexão com os seus prós e contras, ou uma reprovação, um escrúpulo de consciência, uma tentativa de se preparar para uma tarefa urgente, e assim por diante? Por que deve ser sempre apenas um desejo, ou, quando muito, o oposto do desejo?’

Poder-se-ia pensar que uma diferença de opinião neste ponto não tem importância, se se

concorda no restante. Poder-se-ia dizer que basta havermos descoberto o sentido dos sonhos e a maneira de reconhecê-lo; é de somenos importância se parecemos definir de maneira muito restrita esse sentido. Não é isso, porém. Um equívoco neste ponto afeta a essência de nossas descobertas sobre os sonhos e põe em perigo o valor das mesmas para a compreensão das neuroses. Além disso, um acordo dessa espécie - que é muito cogitado na vida comercial como sendo uma 'cortesia' - não tem acolhida em assuntos científicos, por ser prejudicial.

Minha primeira resposta à pergunta de saber por que os sonhos não possuem numerosas significações no sentido indicado, é a que costumo dar em tais casos: 'Não sei por que não possuem. Não teria o que objetar. Na parte que me interessa, poderia ser assim. Existe apenas um detalhe nessa questão de um conceito mais vasto e mais cômodo dos sonhos - é que na realidade não é assim.' Minha segunda resposta seria que a hipótese de que os sonhos correspondem a uma variedade de formas de pensar e de operações intelectuais, não me é estranha, a mim próprio. Já certa vez relatei um sonho, em um de meus casos clínicos, o qual apareceu por três noites sucessivas, e depois nunca mais; e expliquei essa conduta com o fato de que o sonho correspondia a uma *intenção* e não necessitava repetir-se depois de a intenção ter sido realizada. Mais tarde publiquei um sonho que corresponde a uma *aprovação*. Portanto, como poderei contradizer-me e afirmar que os sonhos jamais são outra coisa senão um desejo realizado? Faço-o, porque não deixarei passar um equívoco tolo que pode nos roubar o fruto de nossos esforços com os sonhos - um equívoco que confunde o sonho com os pensamentos oníricos latentes e afirma, acerca daquele, algo que se aplica somente a este. Pois é bastante correto dizer que o sonho pode representar, e ser substituído por, tudo aquilo que os senhores há pouco enumeraram - uma intenção, uma advertência, uma reflexão, uma preparação, uma tentativa de solucionar um problema, e assim por diante. Se examinarem atentamente, verão, todavia, que tudo isso se aplica somente aos pensamentos oníricos latentes que foram transformados em sonho. Os senhores sabem, das interpretações de sonhos, que o pensar inconsciente das pessoas centra-se nessas intenções, preparações, reflexões, e assim por diante, a partir das quais a elaboração onírica então forma os sonhos. Se, no momento, os senhores não estão interessados na elaboração onírica, estiverem, contudo, muito interessados na atividade ideativa inconsciente das pessoas, então os senhores eliminam a elaboração onírica e dizem do sonho o que na prática é bastante correto - que ele corresponde a uma advertência, uma intenção, e assim por diante. O que freqüentemente acontece na atividade psicanalítica é que nossos esforços se dirigem principalmente para a eliminação da forma onírica e visam a inserir no contexto, em vez da forma onírica, os pensamentos latentes com os quais o sonho foi feito. Assim, bastante incidentalmente, constatamos, de nosso exame dos pensamentos oníricos latentes, que todos estes atos mentais altamente complexos que citamos podem realizar-se inconscientemente - uma descoberta tão grandiosa quanto surpreendente! Mas, voltando atrás, os senhores somente estarão corretos enquanto tiverem plena consciência de haver usado uma forma abreviada de expressão e enquanto não acreditarem que a multiplicidade que descreveram deve estar relacionada à natureza essencial dos sonhos. Quando falam de 'sonho', devem

querer significar ou o sonho manifesto - isto é, o produto da elaboração onírica - ou, no máximo, também a própria elaboração onírica, isto é, o processo psíquico que forma o sonho manifesto a partir dos pensamentos oníricos latentes. Qualquer outro uso da palavra significa confusão de idéias, e só pode levar a maus resultados. Quando estiverem fazendo afirmações acerca dos pensamentos latentes por trás do sonho, façam-no diretamente, e não obscureçam o problema dos sonhos com uma forma negligente de falar. Os pensamentos oníricos latentes são o material que a elaboração onírica transforma em sonho manifesto. Por que teriam de confundir o material com a atividade que o forma? Com isto, que vantagem os senhores teriam sobre aqueles que apenas conheceram o produto dessa atividade, e não puderam explicar de onde veio ou como foi feito? A única coisa essencial a respeito de sonhos é a elaboração onírica que modificou o material ideativo. Não temos o direito de ignorá-la, em nossa teoria, ainda que a negligenciemos em algumas situações práticas. A observação analítica demonstra, também, que a elaboração onírica nunca se limita a traduzir esses pensamentos em um modo de expressão arcaico ou regressivo que os senhores conhecem. Ademais, regularmente se apossa de mais alguma coisa, que não faz parte dos pensamentos latentes do dia anterior, mas que é a verdadeira força propulsora da construção do sonho. Este acréscimo indispensável é o desejo igualmente inconsciente, para cuja realização o conteúdo do sonho recebe sua nova forma. Portanto, um sonho pode ser qualquer espécie de coisas desde que os senhores estejam apenas tomando em consideração os pensamentos que representa - uma advertência, uma intenção, uma preparação, e assim por diante; mas também é sempre a realização de um desejo inconsciente e, se os senhores o considerarem produto da elaboração onírica, ele é isto, somente. Assim sendo, um sonho nunca é simplesmente uma intenção, ou uma advertência, mas sempre uma intenção, etc. traduzida para o modo arcaico de pensamento, mediante o auxílio de um desejo inconsciente, e transformada para realizar esse desejo. [Ver em [1]] Esta característica, a de realização de desejo, é a característica invariável; as demais podem variar. Pode, por seu turno, mais uma vez, ser um desejo, e neste caso o sonho, com auxílio de um desejo inconsciente, representará como realizado um desejo latente do dia anterior. Eu consigo compreender tudo isto muito claramente; mas não posso dizer se consegui torná-lo inteligível também para os senhores. E também tenho dificuldade em lho demonstrar. Isso não pode ser feito sem cuidadosamente analisar muitíssimos sonhos e, por outro lado, esse aspecto tão importante e tão crítico de nosso conceito dos sonhos não pode ser convincentemente apresentado sem nos referirmos àquilo que vem depois. É impossível supor, de vez que tudo é intimamente inter-relacionado, que se possa penetrar profundamente na natureza de uma coisa sem que se tenha levado em conta coisas de natureza semelhante. Como ainda não sabemos nada dos parentes mais próximos dos sonhos, os sintomas neuróticos, mais uma vez devemos contentar-nos, neste ponto, com o que temos conseguido. Quero apenas dar-lhes só mais um exemplo ilustrativo e expor-lhes uma nova idéia.

Retomemos o sonho ao qual retornamos tantas vezes: o sonho dos três ingressos de teatro por 1 florim e meio. (Posso assegurar-lhes que inicialmente escolhi este exemplo sem qualquer propósito especial em vista.) Os senhores conhecem os pensamentos oníricos

latentes: irritação por ter tido tanta pressa de casar, o que surgiu quando ela ouviu a notícia de que sua amiga só então acabava de noivar, atribuindo pouco valor a seu marido; e a idéia de que poderia ter conseguido um marido melhor, se ela ao menos tivesse esperado. Já conhecemos o desejo que fez desses pensamentos um sonho: era o desejo de olhar, de poder ir ao teatro, muito provavelmente uma derivação de sua antiga curiosidade de descobrir, afinal, o que realmente acontece quando uma pessoa casa. Esta curiosidade, conforme sabemos, as crianças dirigem-na regularmente à vida sexual dos pais; trata-se de curiosidade infantil e, na medida em que ainda persiste, mais tarde, de um impulso instintual com raízes que remontam à infância. A notícia que a sonhadora recebeu durante o dia não proporcionou a ocasião de despertar este desejo de olhar, mas apenas despertou irritação e desgosto. Este impulso pleno de desejo não se encontrava, à primeira vista, em conexão com os pensamentos oníricos latentes; e poderíamos incluir o resultado da interpretação do sonho na análise sem levar em conta esse impulso. A irritação, de per se, contudo não era capaz de criar um sonho. Um sonho não poderia surgir a partir dos pensamentos de que ‘foi absurdo casar tão cedo’, a não ser quando estes despertaram o antigo desejo de ver, até que enfim, o que acontece no casamento. Este desejo, então, deu ao conteúdo do sonho a sua forma, substituindo casamento por ir ao teatro, e a forma foi a de uma anterior realização de desejo: ‘Toma! agora eu posso ir ao teatro e vez tudo o que é proibido, e tu não podes! Estou casada e tu tens que esperar!’ Desse modo, sua presente situação foi transformada em seu oposto, um velho triunfo se colocou no lugar de sua recente frustração. E, aliás, a satisfação de sua escopofilia misturou-se à satisfação de sua tendência competitiva egoística. Esta satisfação determinou, então, o conteúdo manifesto do sonho, no qual a situação real consistia em que ela estava no teatro, ao passo que a amiga não conseguia obter ingresso ao mesmo. As partes do conteúdo do sonho, atrás das quais os pensamentos oníricos latentes ainda permanecem escondidos, foram superpostas a essa situação de satisfação, como modificação equívoca e ininteligível da mesma. A interpretação do sonho teve de desprezar tudo quanto serviu para representar a realização de desejos e de restabelecer os pensamentos oníricos latentes aflitivos, diferenciando-os desses obscuros indícios remanescentes. A nova idéia que desejo apresentar-lhes é atrair sua atenção para os pensamentos oníricos latentes que agora se colocaram em primeiro plano. Peço-lhes que não se esqueçam de que, em primeiro lugar, eles são inconscientes para o sonhador e, em segundo lugar, de que eles são completamente racionais e coerentes, de modo que podem ser compreendidos como reações naturais à causa precipitante do sonho; e, em terceiro lugar, de que eles podem ser o equivalente de qualquer impulso mental ou operação intelectual. Agora descreverei estes pensamentos, mais estritamente do que antes, como resíduos diurnos, admita-os ou não a pessoa que teve o sonho. E farei a distinção entre os resíduos diurnos e os pensamentos oníricos latentes e, de conformidade com o uso que fizemos anteriormente, designarei como pensamentos oníricos latentes tudo o que constatamos na interpretação do sonho, enquanto os resíduos diurnos constituem apenas uma parte dos pensamentos oníricos latentes. Pensamos, pois, que alguma coisa se acrescenta aos resíduos diurnos, algo que também fazia parte do inconsciente, um impulso pleno de desejos, poderoso, porém reprimido; e é este, somente, que torna possível a construção do sonho. A influência deste impulso pleno de desejos sobre os resíduos diurnos cria a outra parte dos pensamentos oníricos latentes - essa parte que já não necessita

parecer racional e inteligível como se fosse derivada da vida desperta. Tenho usado de uma analogia para ilustrar a relação entre os resíduos diurnos e o desejo inconsciente, e aqui posso apenas repeti-la. Em todo empreendimento, é preciso haver um capitalista que cobre as despesas e um *entrepreneur* que tem a idéia e sabe como pô-la em prática. Na construção dos sonhos, o papel do capitalista é sempre desempenhado apenas pelo desejo inconsciente; este prove a energia psíquica para a construção do sonho. O *entrepreneur* é o resíduo diurno que decide como deve ser usado este dispêndio de energia. Naturalmente, é possível o próprio capitalista ter a idéia e o conhecimento técnico, ou o próprio *entrepreneur* ter o capital. Isto simplifica a situação prática, porém dificulta a compreensão teórica. Em economia, a mesma pessoa se encontra constantemente dividida em seus dois aspectos de capitalista e de *entrepreneur*, e isto restabelece a situação fundamental em que se baseou nossa analogia. Na construção onírica, as mesmas flutuações acontecem, e deixo que os senhores as complementem. Neste ponto não podemos progredir mais, pois os senhores provavelmente há muito têm sido perturbados por uma dúvida, e esta merece atenção. ‘Os resíduos diurnos’, os senhores me perguntarão, ‘são realmente inconscientes no mesmo sentido que o desejo inconsciente que deve ser acrescentado a eles, a fim de torná-los capazes de produzir um sonho?’ A suposição dos senhores está correta. Este é o ponto saliente em todo este assunto. *Não* são inconscientes no mesmo sentido. O desejo onírico pertence a um inconsciente diferente - àquele inconsciente que já reconhecemos como tendo uma origem infantil e mecanismos peculiares [ver em [1] e [2]]. Seria muito oportuno distinguir essas duas espécies de inconscientes por meio de nomes diferentes. Preferiríamos, porém, esperar até nos familiarizarmos com a área dos fenômenos das neuroses. As pessoas consideram um tanto fantástico haver um só inconsciente. Que dirão quando confessarmos que temos de nos haver com dois? Vamos interromper neste ponto. Mais uma vez, os senhores ouviram somente algo incompleto. No entanto, não é promissor pensar que este conhecimento tem uma continuação, que ou nós mesmos ou outras pessoas iremos elucidar? E nós mesmos já não aprendemos tantas coisas novas e surpreendentes?

CONFERÊNCIA XV - INCERTEZAS E CRÍTICAS

SENHORAS E SENHORES:

Não deixaremos o tema dos sonhos sem abordarmos as dúvidas e incertezas mais comuns que nossas inovações e nossas teorias originaram até aqui. Os senhores mesmos, ouvintes atentos, terão coligido algumas junto ao material de que tratamos.

(1) Os senhores podem ter tido a impressão de que, embora a técnica seja corretamente executada, as descobertas de nosso trabalho interpretativo de sonhos admitem tantas incertezas, que chegam a invalidar qualquer tradução segura do sonho manifesto para os pensamentos oníricos latentes. Em apoio a isso, os senhores argumentarão que, em primeiro lugar, nunca se sabe se um determinado elemento do sonho deve ser entendido no seu sentido realçou na qualidade de símbolo, pois as coisas empregadas como símbolos não deixam de, por este motivo, ser elas mesmas. Se, no entanto, não se dispõe de indício objetivo para resolver isto, a interpretação, nesse ponto, deve ser deixada à escolha arbitrária do interpretador. Ademais, em consequência do fato de que, na elaboração onírica, os contrários se fundem, sempre permanece indeterminado se certo elemento deve ser compreendido em sentido positivo ou negativo como sendo ele próprio ou como sendo o seu contrário [ver em [1]]. Aqui está uma nova oportunidade de o interpretador exercer uma escolha arbitrária. Em terceiro lugar, em consequência de inversões de toda espécie, tão ao gosto dos sonhos [ver em [1]], é facultado ao interpretador efetuar uma inversão dessas em relação a qualquer passagem do sonho que venha a escolher. E, por fim, comentarão que ouviram dizer que jamais se tem certeza de que a interpretação que se encontrou para um sonho é a única possível. Corremos o risco de passar por alto uma ‘superinterpretação’ perfeitamente admissível do mesmo sonho [ver em [1]]. Nestas circunstâncias, concluirão os senhores, deixa-se tanta margem para a decisão arbitrária do interpretador, que esta se torna incompatível com a certeza objetiva dos dados. Ou, alternativamente, podem supor que a falha não se situa nos sonhos, mas que as inexatidões de nossa interpretação de sonhos devem ser atribuídas a erros em nossos pontos de vista e em nossas premissas. Todos os elementos que os senhores apresentam são indiscutíveis; porém, segundo penso, não justificam suas conclusões, em dois aspectos, ou seja: que a interpretação de sonhos, como insistem os senhores, esteja à mercê da escolha arbitrária, e que a falta de resultados lance dúvidas sobre a correção de nosso método. Se, em lugar da escolha arbitrária feita pelo interpretador, os senhores se referissem à sua habilidade, à sua experiência e à sua compreensão, eu concordaria com os senhores. Naturalmente, não podemos dispensar um fator pessoal como este, especialmente nos problemas mais difíceis da interpretação de sonhos. A situação não é, porém, nada diferente em outras áreas científicas. Não há como evitar que uma pessoa faça melhor uso de uma técnica, que de outra. Em outros termos, aquilo que dá a impressão de casualidade - na interpretação de sonhos, por exemplo - é desfeito pelo fato de, via de regra, a interconexão entre pensamentos oníricos, ou a conexão entre o sonho e a vida de quem sonha, ou a situação psíquica global em que ocorre o sonho, selecionar uma só entre as soluções possíveis apresentadas, dispensando as demais, como inservíveis. A conclusão de que, por causa das imperfeições na interpretação de sonhos, nossas hipóteses seriam incorretas, é invalidada assinalando-se que, ao contrário, a ambigüidade ou a indefinição é uma característica dos sonhos que era de se prever, necessariamente. Recordemos haver dito que a elaboração onírica executa uma versão dos pensamentos oníricos segundo um modo de expressão primitivo, semelhante à escrita pictográfica [ver em [1] e segs.]. No entanto, todos esses sistemas primitivos de expressão se caracterizam por indefinição e ambigüidade semelhante, não justificando que lancemos

dúvidas sobre sua serventia. A fusão dos contrários, na elaboração onírica, é, como sabem, análoga à chamada ‘significação antitética das palavras primitivas’ nos idiomas mais antigos. Realmente, Abel (1884), o filólogo ao qual devemos essa linha de pensamento, nos pede não supormos que as comunicações feitas por uma pessoa a outra, com a ajuda de tais palavras ambivalentes, sejam, por essa razão, ambíguas. Pelo contrário, entonação e gestos devem tê-las feito muito precisas, no contexto do discurso, indicando qual dos dois contrários o interlocutor tencionava comunicar. Na escrita, onde o gesto está ausente, seu lugar era ocupado por um sinal pictográfico que não se destinava a ser falado - por exemplo, pela figura de um homenzinho, agachado e cambaleando ou firmemente ereto, conforme o hieróglifo ‘*ken*’ devesse significar ‘fraco’ ou ‘forte’. Assim, apesar da ambigüidade dos sons e sinais, evitava-se o equívoco. [Ver em [1] e [2], anteriores.]

Os antigos sistemas de expressão - por exemplo, a escrita dos idiomas mais antigos - revelam vaguidade em uma variedade de formas tal que não toleraríamos em nossa escrita atual. Assim, em algumas escritas semíticas, somente estão indicadas as consoantes das palavras. O leitor deve inserir as vogais omitidas, segundo seus conhecimentos e o contexto. A escrita hieroglífica se comporta de forma similar, embora não precisamente da mesma maneira; e por este motivo permanece desconhecida para nós a pronúncia do antigo idioma egípcio. A escrita sagrada dos egípcios é importante também em outros aspectos. Por exemplo, compete à decisão arbitrária do escriba dispor as figuras da direita para a esquerda ou da esquerda para a direita. A fim de proceder à sua leitura, deve-se seguir a regra de ler em direção aos rostos das figuras, pássaros, e assim por diante. Porém o escriba também podia ordenar os sinais pictográficos em colunas *verticais*, e, ao fazer inscrições em objetos comparativamente pequenos, permitia que considerações de decoração e espaço o influenciassem no sentido de alterar a seqüência dos sinais de outras maneiras. O que mais perturba na escrita hieroglífica é, sem dúvida, o fato de não haver separação entre as palavras. As figuras são dispostas na página separadas por distâncias iguais; em geral, é impossível dizer se um sinal ainda faz parte da palavra precedente ou se forma o começo de uma nova palavra. Na escrita cuneiforme persa, por outro lado, uma cunha oblíqua serve para separar as palavras.

Idioma e escrita extremamente antigos, o chinês ainda é usado por quatrocentos milhões de pessoas. Os senhores não devem supor que eu absolutamente o entenda; somente obtive algumas informações sobre o mesmo porque esperava encontrar nele analogias com a imprecisão dos sonhos. E minha expectativa não sofreu desapontamento. O idioma chinês está cheio de exemplos de imprecisão que poderiam nos deixar muito alarmados. Como se sabe, compõe-se de numerosos sons silábicos que são falados isolados ou combinados aos pares. Um dos principais dialetos possui uns quatrocentos destes sons. Como o vocabulário deste dialeto é calculado em cerca de quatro mil palavras, porém, conclui-se que cada som tem, em média, dez significados diferentes - alguns menos, mas outros, em troca, têm mais. Existem numerosos métodos de evitar a ambigüidade, pois não se pode inferir, apenas a partir do contexto, qual dos dez significados do som silábico a pessoa tenciona transmitir ao

ouvinte. Entre esses métodos estão aqueles que consistem em combinar dois sons em uma palavra composta e em utilizar quatro diferentes ‘tons’ na pronúncia das sílabas. Do ponto de vista de nossa comparação, é ainda mais interessante verificar que este idioma praticamente não tem gramática. É impossível dizer se uma das palavras monossilábicas é um substantivo, ou um verbo, ou um adjetivo; e não há flexões verbais, pelas quais se possa reconhecer gênero, número, desinência, tempo e modo. Assim, a linguagem consta, poderia dizer-se, apenas de matéria-prima, assim como nossa linguagem-pensamento fica reduzida, através da elaboração onírica, à sua matéria-prima, e se omite qualquer expressão de relação. No idioma chinês, a solução do sentido, em todos os casos, cabe ao entendimento de quem ouve, e nisto a pessoa se guia pelo contexto. Tomei nota de um exemplo de um provérbio chinês que, traduzido literalmente, reza assim: ‘Pouca visão, muita maravilha. Não é difícil compreender isto. Pode significar: ‘Quanto menos alguém viu, mais tem com que se maravilhar’; ou: ‘De muita coisa se admira aquele que viu pouco.’ Naturalmente, não há maneira de diferenciar entre estas duas versões que diferem apenas gramaticalmente. Apesar desta imprecisão, foi-nos assegurado que o idioma chinês é um veículo bastante eficiente de expressão do pensamento. Assim, a imprecisão não deve necessariamente produzir ambigüidade. Naturalmente, deve-se admitir que o sistema de expressão por meio de sonhos ocupa uma posição muito mais desfavorável do que qualquer desses idiomas e escritas antigos. Pois, afinal, destinam-se estes, fundamentalmente, à comunicação; ou seja, por qualquer método e com qualquer recurso, destinam-se a serem compreendidos. Precisamente esta característica, porém, está ausente nos sonhos. Um sonho não pretende dizer nada a ninguém. Não é um veículo de comunicação; pelo contrário, destina-se a permanecer não-compreendido. Por essa razão, não devemos nos surpreender ou ficar perplexos ao verificarmos que permanecem sem solução numerosas ambigüidades e obscuridades dos sonhos. O único lucro certo que auferimos de nossa comparação é a descoberta de que esses pontos de incerteza que as pessoas tentaram usar como objeções à solidez de nossas interpretações de sonhos são, ao contrário, características constantes de todos os sistemas primitivos de expressão. A questão de saber até onde alcança a inteligibilidade dos sonhos somente pode ser respondida pela prática e pela experiência. Muito longe, creio; e minha opinião é confirmada ao compararmos os resultados produzidos por analistas de formação correta. O público leigo, inclusive o público leigo científico, como se sabe, gosta de promover uma demonstração de ceticismo quando se defronta com as dificuldades e incertezas de uma realização científica. Penso que nisto não têm razão. Talvez nem todos os senhores estejam cientes de que uma situação semelhante surgiu na história da decifração das inscrições assírio-babilônicas. Houve época em que a opinião pública esteve muito inclinada a considerar visionários os decifradores da escrita cuneiforme, e a totalidade de suas pesquisas, uma ‘impostura’. Mas, em 1857, a Royal Asiatic Society fez uma experiência decisiva. Solicitou a quatro dos peritos mais altamente respeitados em escrita cuneiforme, Rawlinson, Hincks, Fox Talbot e Oppert para remeterem, em envelopes lacrados, traduções independentes de uma inscrição recentemente descoberta; e, após uma comparação entre os quatro trabalhos, pôde anunciar que a concordância entre estes peritos era suficiente para justificar o crédito que até então se havia dado e a confiança em posteriores realizações. A zombaria por parte do mundo leigo culto diminuiu gradualmente,

após isto, e desde então tem aumentado enormemente a certeza na leitura dos documentos cuneiformes.(2) Um segundo grupo de dúvidas está em conexão íntima com a impressão, à qual certamente nem os senhores escaparam, de que determinadas soluções, em direção às quais nos sentimos compelidos ao interpretar sonhos, parecem ser forçadas, artificiais, arranjadas por imposição - isto é, arbitrárias, ou até mesmo cômicas, anedóticas. Comentários nesse sentido são tão freqüentes, que escolherei ao acaso o último que me foi relatado. Ouçam, pois. Na Suíça livre, o diretor de uma instituição de ensino recentemente foi afastado do cargo por causa de seu interesse pela psicanálise. Ele entrou com um protesto, e um jornal de Berna publicou a versão das autoridades da escola sobre sua apelação. Seleccionarei algumas frases desse documento, referentes à psicanálise: 'Além de tudo, estamos surpresos com o aspecto forçado e artificial de muitos dos exemplos, que também podem ser encontrados na obra do Dr. Pfister, de Zurique, a qual é citada.... Por conseguinte, é realmente surpreendente que o diretor de uma instituição de ensino aceite sem críticas todas essas assertivas e provas forjadas.' Estas frases são expostas como uma decisão a que chegou uma pessoa 'após um julgamento sereno'. Penso que esta serenidade, isto sim, é que é 'artificial'. Examinemos essas observações mais detidamente, na expectativa de que uma leve reflexão e um pouco de conhecimento especializado não constituirão nenhuma desvantagem, mesmo para um julgamento sereno.

É verdadeiramente reconfortante verificar com que rapidez e infalibilidade uma pessoa pode chegar a julgar determinados problemas delicados de psicologia profunda após ter sua primeira impressão sobre a mesma. As interpretações lhe parecem artificiais e forçadas, elas não lhe agradam; assim, elas são falsas e todo esse assunto de interpretação não tem valor. E nem dedica à outra possibilidade uma idéia passageira - de que existem bons motivos para essas interpretações só poderem ter esta aparência; e daí a outra questão, ou seja, quais são esses bons motivos. O assunto em questão refere-se essencialmente aos resultados do deslocamento, que os senhores já conhecem como o mais poderoso instrumento da censura de sonhos. Com auxílio do deslocamento, a censura de sonhos cria estruturas substitutivas que temos descrito como alusões. Mas trata-se de alusões que não são facilmente reconhecíveis como tais, cujo caminho inverso até a coisa original não é fácil de estabelecer, e que se correlacionam com a coisa original por meio das associações mais estranhas, incomuns e superficiais. Em todos estes casos, no entanto, trata-se de coisas que *interessa* sejam mantidas ocultas, condenadas ao ocultamento, pois é isto que objetiva a censura de sonhos. Não devemos, contudo, esperar que uma coisa que foi mantida escondida venha a ser encontrada em seu lugar próprio, em sua localização adequada. As comissões de controle de fronteira, que funcionam atualmente, são mais habilidosas neste aspecto do que as autoridades escolares suíças. Em sua busca de documentos e anotações, não se contentam com examinar carteiras e pastas de documentos, mas admitem a possibilidade de que os espões e contrabandistas possam ter essas coisas proibidas nas partes mais secretas do vestuário, onde sua presença seria totalmente imprópria - por exemplo, entre as solas duplas das botas. Se as coisas ocultas estão aí, certamente será possível dizer que são 'artificiais', mas também é verdade que, com isso, muito se terá achado. Ao reconhecermos que as

conexões entre um elemento onírico latente e o seu substituto manifesto podem ser da natureza mais remota e especial, às vezes parecendo cômicas e às vezes assemelhando-se a um chiste, estamos nos fundamentando em abundante experiência de exemplos que, via de regra, nós mesmos não solucionamos. Amiúde, é impossível dar tais interpretações por nossa própria conta: nenhuma pessoa sensata poderia adivinhar qual a conexão. Aquele que teve o sonho nos dá a tradução, toda de uma vez, por meio de uma associação direta - *ele* é capaz disso, pois foi ele quem produziu o substituto - ou então fornece tanto material, que a solução não exige mais nenhuma sagacidade, mas se apresenta, por assim dizer, como algo muito natural no contexto. Se o sonhador deixa de prestar esta ajuda numa ou noutra destas duas formas, o elemento manifesto, que pretendemos examinar, permanecerá para sempre ininteligível para nós. Permitam-me dar-lhos um exemplo que me ocorreu há pouco. Uma de minhas pacientes perdeu seu pai, durante o tratamento. Desde então, ela aproveitou todas as ocasiões para trazê-lo à vida, em seus sonhos. Num destes, seu pai apareceu (em conexão com algo sem maior importância) e disse: ‘*São onze e quinze, são onze e meia, são quinze para as doze.*’ Ao tentar a interpretação desta singularidade, tudo o que lhe acudiu à mente foi que seu pai gostava que seus filhos adultos chegassem pontualmente às refeições da família. Sem dúvida, isto se relacionava ao elemento onírico, mas não elucidou nada de sua origem. Havia uma suspeita, baseada na situação imediata do tratamento, de que uma revolta crítica, cuidadosamente suprimida, contra seu pai querido e honrado, desempenhava um papel no sonho. No decorrer das associações seguintes, aparentemente distantes do sonho, ela contou como, no dia anterior, tinha havido um bocado de conversa sobre psicologia, em sua presença, e um seu parente havia comentado: ‘O *Urmensch* [homem primitivo] sobrevive em todos nós.’ Isto pareceu dar-nos a explicação. Fora para ela uma excelente oportunidade para trazer à vida o pai falecido. No sonho, ela o transformou no ‘*Uhrmensch*’ [‘homem do relógio’] fazendo-o anunciar os quartos de hora do meio-dia. Não há como evitar a semelhança deste exemplo com um chiste; e freqüentemente tem acontecido um chiste do sonhador ser considerado como chiste de quem interpreta. Há outros casos em que não tem sido nada fácil decidir se aquilo que estamos abordando é um chiste ou um sonho. Os senhores se lembrarão, contudo, de que a mesma dúvida surgiu no caso de algumas parapraxias - lapsos de língua [ver em [1] e seg.]. Um homem referiu, como sonho seu, que um seu tio lhe havia dado um beijo enquanto estavam sentados no seu *auto* (móvel). Ele mesmo, muito rapidamente, acrescentou a interpretação: significava ‘*auto-erotismo*’ (um termo da teoria da libido, indicando satisfação obtida sem qualquer objeto externo). Estava o homem querendo fazer uma brincadeira conosco e estaria ele transmitindo um chiste de que se lembrava como um sonho? Penso que não; creio que ele realmente teve o sonho. Mas qual é a origem dessa enigmática semelhança? Esta questão, em certa época, desviou-me temporariamente do meu caminho, forçando-me a fazer dos chistes mesmos o tema de uma investigação detalhada. Aí ficou demonstrado como se originam os chistes: uma seqüência de pensamentos pré-consciente é abandonada por um momento para ser trabalhada no inconsciente, e deste ela emerge como chiste. Sob a influência do inconsciente, é sujeita aos efeitos dos mecanismos que ali imperam - condensação e deslocamento -, os mesmos

processos que vimos em ação na elaboração onírica; e é a este aspecto comum que se deve atribuir a semelhança, quando ocorre, entre chistes e sonhos. O ‘chiste onírico’ involuntário não tem nada da graça de uma verdadeira anedota. Os senhores podem vir a saber por quê, se se aprofundarem no estudo dos chistes. Um ‘chiste onírico’ se nos apresenta como anedota sem graça; não nos faz rir, deixa-nos frios. Nisso, entretanto, estamos palmilhando os caminhos da interpretação de sonhos da Antigüidade, que, ao lado de muita coisa imprestável, deixou-nos alguns bons exemplos de interpretação de sonhos que nós mesmos não poderíamos superar. Repetirei para os senhores um sonho que teve importância histórica, e que Plutarco e Artemidoro de Daldis [ver em [1], anterior], com ligeiras variações, referiram acerca de Alexandre Magno. Quando o rei estava sitiando a obstinadamente defendida cidade de Tiro (322 a. C.), sonhou que via um sátiro dançando. Aristandro, o interpretador de sonhos, que se encontrava presente junto com o exército, interpretou o sonho dividindo a palavra ‘*Satyros*’ em σα Τυρος [sa Turos] (tua é Tiro) e, portanto, prometeu que ele iria triunfar sobre a cidade. Por esta interpretação, Alexandre foi levado a continuar o cerco e finalmente capturou Tiro. A interpretação, que possui uma aparência bastante artificial, indubitavelmente era a correta.(3) Bem posso imaginar que os senhores ficarão especialmente impressionados quando ouvirem dizer que as objeções aos nossos pontos de vista dos sonhos têm sido feitas até mesmo por pessoas que estiveram, elas próprias, como psicanalistas, dedicando-se por tempo considerável a interpretar sonhos. Seria demais esperar que este tão forte encorajamento a novos erros, como o que oferece esta teoria, tivesse sido negligenciado; e assim, em consequência de confusões conceituais e generalizações injustificadas, foram feitas afirmações que não estão muito longe da visão médica acerca dos sonhos, no que esta tem de incorreta. Os senhores já conhecem uma delas. Diz-nos que os sonhos constituem tentativas de adaptação atuais e tentativas de solucionar problemas futuros - que eles têm um ‘propósito prospectivo’ (Maeder [1912]). Já temos demonstrado [ver em [1]] que esta asserção se baseia numa confusão entre sonho e pensamentos oníricos latentes e, por conseguinte, se baseia no fato de se omitir a elaboração onírica. Esta, como caracterização da atividade intelectual inconsciente, da qual os pensamentos oníricos latentes fazem parte, não constitui novidade, por um lado, e, por outro, não esgota o assunto, de vez que a atividade mental inconsciente está ocupada com muitas outras coisas além da preparação para o futuro. Uma confusão muito pior parece estar subjacente à afirmação de que a idéia de morte pode ser encontrada por trás de todo sonho [Stekel, 1911, 34]. Não tenho uma noção clara acerca do que se pretende dizer com esta fórmula. Suspeito, porém, que ela esconde uma confusão entre o sonho e a personalidade global daquele que sonhou. [Cf. *I. de S.*, Vol. V, pág. 424.] Uma generalização injustificável, baseada em alguns poucos exemplos, está contida na afirmação de que todo sonho admite duas interpretações - uma que concorda com nossa descrição, ‘psicanalítica’, e outra, ‘anagógica’, que não leva em conta os impulsos instintuais e objetiva representar as funções superiores da mente (Silberer [1914]). Existem sonhos deste tipo, porém os senhores tentarão inutilmente estender esta concepção à maioria dos sonhos. E mais, após tudo o que eu lhes disse, os senhores acharão bastante incompreensível uma afirmação de que todos os sonhos devem ser interpretados bissexualmente, como confluência de duas correntes,

descritas como masculina e feminina (Adler [1910]). [Cf. *I. de S.*, Vol. V, págs. 423-4.] podem constatar posteriormente que eles se constróem como alguns dos sintomas histéricos. A razão por que mencionei todas essas descobertas de novas características universais dos sonhos é para que os senhores estejam prevenidos quanto às mesmas ou, ao menos, para que não tenham dúvidas a respeito do que penso delas.(4) Um dia o valor objetivo da investigação sobre sonhos pareceu ser posto em xeque por uma observação de que os pacientes em tratamento analítico ordenam o conteúdo dos sonhos conforme as teorias prediletas de seu médicos - alguns sonhando predominantemente com impulsos instintuais sexuais, outros, com a luta pelo poder, e ainda outros, até mesmo, com renascimento (Stekel). O peso destas observações, entretanto, diminuiu com a reflexão de que os seres humanos tinham sonhos antes que houvesse qualquer tratamento psicanalítico que pudesse dar a esses sonhos uma direção, e que as pessoas que agora se encontram em tratamento costumavam sonhar também durante o período anterior ao início do tratamento. O que havia de verdade nesta inovação logo se podia ver que era evidente por si mesmo e sem importância para a teoria dos sonhos. Os resíduos diurnos que suscitam os sonhos são elementos postos de lado devido a poderosos interesses durante a vida desperta. Quando as observações feitas pelo médico e os indícios que este fornece adquirem importância para o paciente, eles entram para o círculo dos resíduos diurnos e podem prover estímulos psíquicos para a construção dos sonhos, como quaisquer outros interesses emocionalmente significativos do dia precedente, que não foram atendidos; e podem atuar como os estímulos somáticos que incidem sobre o sono de uma pessoa que venha a sonhar. As seqüências de pensamentos postas em marcha pelo médico, assim como esses outros instigadores dos sonhos, surgem no conteúdo manifesto de um sonho ou se revelam em seu conteúdo latente. Na verdade, sabemos que um sonho pode ser produzido experimentalmente, ou, expressando-nos em termos mais corretos, uma parte do material onírico pode ser introduzida no sonho. Ao produzir esses efeitos em seus pacientes, um analista está executando um papel não diferente de um experimentador que, como Mourly Vold, coloca em determinadas posturas os membros de pessoas, em suas experiências. [ver em [1], anteriores.]Freqüentemente, é possível influenciar uma pessoa *acerca* do que ela vai sonhar, mas nunca *aquilo* que sonhará. O mecanismo da elaboração onírica e o desejo onírico inconsciente estão isentos de qualquer influência externa. Ao tratar dos sonhos com estímulo somático, já verificamos [ver em [1] e seg.] que a natureza característica e a independência da vida onírica são mostradas na reação com que os sonhos respondem aos estímulos somáticos ou mentais que são postos em ação. A tese que estivemos discutindo, e que procura lançar dúvidas sobre a objetividade da pesquisa referente aos sonhos, mais uma vez está baseada numa confusão - desta vez, entre o sonho e o material dos sonhos. Isto, pois, era o que tinha a dizer-lhes, senhoras e senhores, a respeito dos problemas dos sonhos. Como poderão perceber, há muitas coisas que tive de omitir, e verificarão que, em quase todos os pontos, o que disse ficou necessariamente incompleto. Isso, naturalmente, se deve à conexão entre os fenômenos dos sonhos e os das neuroses. Temos estudado os sonhos como introdução à teoria das neuroses, e isso foi, certamente, um procedimento mais correto do

que se tivéssemos feito o oposto. Mas, assim como os sonhos preparam o caminho para uma compreensão das neuroses, também, por outro lado, uma verdadeira apreciação dos sonhos só pode ser realizada depois de se conhecer os fenômenos neuróticos. Não sei dizer o que os senhores pensarão, porém devo assegurar-lhes que não lamento ter-lhes exigido tanto do seu interesse e do tempo de que dispusemos para os problemas dos sonhos. Não existe nenhuma outra coisa mais, a partir da qual se possa tão rapidamente obter certeza da correção da tese pela qual a psicanálise resiste ou perece. Trabalho muito sério, por meses e até mesmo por anos, é o que se exige para demonstrar que os sintomas de um caso de doença neurótica têm um sentido, servem a um propósito e se originam das experiências de vida do paciente. Por outro lado, um esforço de apenas umas poucas horas pode ser suficiente para provar que o mesmo procede para um sonho que e, de início, confuso a ponto de ser ininteligível, e para, dessa maneira, confirmar todas as premissas da psicanálise - a natureza inconsciente dos processos mentais, os mecanismos especiais a que estes obedecem e as forças instintuais que neles se expressam. E quando temos em mente a extraordinária analogia entre a estrutura dos sonhos e a dos sintomas neuróticos e, ao mesmo tempo, consideramos a rapidez com que uma pessoa que tem um sonho se transforma em um homem vigil e racional, adquirimos a certeza de que também as neuroses se baseiam apenas em uma modificação do jogo de forças entre os poderes da vida mental.

Conferências introdutórias sobre psicanálise

(Parte III)

VOLUME XVI

(1916-1917)

Dr. Sigmund Freud

PARTE III - TEORIA GERAL DAS NEUROSES (1917 [1916-17])

CONFERÊNCIA XVI

PSICANÁLISE E PSIQUIATRIA

SENHORAS E SENHORES:

Alegra-me vê-los novamente, no início do novo ano acadêmico, para uma retomada de nossas discussões. No ano passado, falei-lhes de como a psicanálise aborda as parapraxias e os sonhos. Este ano, gostaria de conduzi-los à compreensão dos fenômenos da neurose, que, conforme logo verificarão, têm muitas coisas em comum com ambos. Devo, porém, adverti-los, antecipadamente, de que não poderei oferecer-lhes, este ano, em relação a mim, a mesma situação do ano passado. Naquela época, fiz questão de jamais dar um passo sem estar de acordo com o julgamento dos senhores; foram muitas as coisas que debati com os senhores, e dei acolhida às suas objeções - de fato, reconheci-os e ao seu 'senso comum' como fator decisivo. Isto, contudo, não é mais possível, e por uma razão simples. As parapraxias e os sonhos não são fenômenos desconhecidos dos senhores; poderíamos dizer que os senhores tinham, ou facilmente podiam obter, tanta experiência acerca dos mesmos quanto eu. Entretanto, a área dos fenômenos da neurose lhes é desconhecida; de vez que os senhores não são médicos, têm qualquer acesso a eles que não seja por intermédio daquilo que tenho a dizer-lhes; e de que serve o melhor raciocínio, se este não está acompanhado da familiaridade com o conteúdo daquilo de que se ajuíza?

Os senhores não devem, porém, tomar esse advertência minha no sentido de que eu

proponha dar-lhes conferências dogmáticas e insista em seu crédito irrestrito. Um equívoco desses far-me-ia grave injustiça. Não desejo suscitar convicção; desejo estimular o pensamento e derrubar preconceitos. Se, em decorrência da falta de conhecimento do material, os senhores não estão em condições de emitir um julgamento, não deveriam nem acreditar, nem rejeitar. Deveriam ouvir atentamente e permitir que atue nos senhores aquilo que lhes digo. Não é tão fácil adquirir convicções; ou, se estas são alcançadas facilmente, logo se revelam sem valor e incapazes de resistência. A única pessoa que tem o direito de possuir uma convicção é alguém que, como eu, tenha trabalhado, por muitos anos, o mesmo material e que, assim agindo, tenha tido, por si próprio, as mesmas e surpreendentes experiências. De que servem então, na esfera do intelecto, essas convicções súbitas, essas conversões-relâmpago, essas rejeições instantâneas? Não está claro que o *'coup de foudre'*, amor à primeira vista, deriva de esfera bem diferente, da esfera das emoções? Nem mesmo dos nossos pacientes exigimos que devem convencer-se da verdade da psicanálise, no tratamento, ou aderir a ela. Tal atitude freqüentemente levanta nossas suspeitas. A atitude que neles achamos mais desejável é a de um benévolo ceticismo. Assim, também os senhores devem esforçar-se por deixar que os pontos de vista psicanalíticos amadureçam tranqüilamente nos senhores, junto com a visão popular ou psiquiátrica, até surgir a oportunidade de ambas se influenciarem reciprocamente, de uma competir com a outra e de se aliarem no rumo de uma conclusão.

Por outro lado, não devem, de modo algum, supor que aquilo que lhes apresento como conceito psicanalítico seja um sistema especulativo. Pelo contrário, é empírico - seja uma expressão direta das observações, seja um processo consistente em trabalhá-las exaustivamente. Se esse trabalho exaustivo foi executado de uma maneira adequada e fundamentada, isto se verá no decorrer de futuros progressos da ciência, e realmente posso afirmar, sem jactância, após um período de quase vinte e cinco anos e tendo atingido uma idade razoavelmente avançada, que essas observações são o resultado de trabalho especialmente difícil, intensivo e aprofundado. Freqüentemente tive a impressão de que nossos opositores relutavam em levar em conta essa origem de nossas teses, como se pensassem que se tratava apenas de noções determinadas subjetivamente, às quais qualquer um podia opor outras, de sua própria escolha. Essa conduta dos nossos opositores não me é completamente compreensível. Talvez se deva ao fato de que, como médico, habitualmente se tem tão pouco contacto com pacientes neuróticos e se presta tão pouca atenção ao que dizem esses pacientes que não se pode imaginar a possibilidade de que se possa derivar algo de valioso de suas comunicações - isto é, a possibilidade de efetuar acuradas observações a respeito delas. Valho-me desta oportunidade para assegurar-lhes que, no decorrer destas conferências, permitirei muito pouca controvérsia, especialmente com algumas pessoa, individualmente. Nunca pude convencer-me da verdade da máxima segundo a qual a controvérsia é a mãe de todas as coisas. Penso que deriva dos sofistas gregos e, como eles, peca por supervalorizar a dialética. Parece-me, ao contrário, que aquilo que se conhece como controvérsia científica é, na totalidade, muito improdutivo, além do fato de quase sempre ser conduzido segundo motivos altamente pessoais. Até há alguns anos, eu

podia gabar-me de apenas uma vez haver-me envolvido numa disputa científica regular - com um único pesquisador (Löwenfeld, de Munique). Terminou por nos tornarmos amigos, e o somos até o dia de hoje. Não repeti, porém, a experiência, por muito tempo, pois não tinha certeza de que o resultado viesse a ser o mesmo.

Ora, os senhores concluirão, sem dúvida, que uma rejeição como esta de todas as discussões por escrito demonstra um elevado grau de inacessibilidade a objeções, de obstinação, ou, para usar um termo científico, coloquial e educado, de apego às idéias próprias [*Verranntheit*]. Gostaria de dizer, em resposta, quem, porquanto, após trabalho tão árduo, chegou-se a adquirir uma convicção, ao mesmo tempo adquiriu-se um certo direito de manter esta convicção com alguma tenacidade. Também posso declarar que, no transcorrer do meu trabalho, tenho modificado minhas opiniões em alguns pontos importantes, tenho-as alterado e substituído por outras, novas - e, em todas essas ocasiões, naturalmente, tornei isto público. E o resultado dessa sinceridade? Algumas pessoas jamais tomaram conhecimento de quaisquer de minhas autocorreções, e continuam, até hoje, a criticar-me por hipóteses que, para mim, há muito cessaram de ter o mesmo significado. Outros me reprovam justamente por estas modificações, e, por causa delas, consideram-me indigno de confiança. Naturalmente! uma pessoa que, vez por outra, mudou de opinião, não merece absolutamente nenhum crédito, pois tornou tudo tão demasiadamente provável, que as últimas afirmações também podem ser equivocadas; mas uma pessoa que inflexivelmente manteve o que uma vez afirmou, ou que não pode de relance ser persuadida a abandoná-lo, deve naturalmente ser aferrada às idéias próprias, ou teimosa! Que se pode fazer frente a essas objeções contraditórias dos críticos, senão permanecer como se é, e conduzir-se de acordo com o julgamento próprio? Estou resolvido a agir assim, e não me impedirei de modificar ou retirar qualquer uma de minhas teorias sempre que a progressão da experiência possa exigí-lo. Com referência a descobertas *fundamentais*, até o momento atual, nada tenho a modificar, e espero que isto venha a manter-se verdadeiro no futuro.

Vou apresentar-lhes, portanto, a visão psicanalítica dos fenômenos da neurose. Para isto, parece que o melhor plano consistiria em começarmos por estabelecer uma conexão com os fenômenos de que já tratamos, tanto pela causa da analogia, como do contraste; e começarei expondo uma ação sintomática [ver em [1] e [2]] que vi muitas pessoas executarem durante minhas horas de consulta. Nós, analistas, não podemos fazer muita coisa para conseguir que as pessoas que vêm até nós, em nosso consultório, nos exponham, em um quarto de hora, os sofrimentos de toda uma vida. Nosso conhecimento mais profundo nos dificulta dar o tipo de opinião emitida por um outro médico - 'Não há problema com o senhor' - à qual se acrescenta o conselho: 'O senhor devia providenciar um tratamento hidropático brando.' Um de meus colegas, quando lhe perguntaram o que fazia com seus pacientes, que vinham consultar, encolheu os ombros e respondeu: 'Eu lhes aplico uma multa, de tantas e tantas *Kronen* por uma inútil perda de tempo.' Assim, os senhores não se surpreenderão ao ouvir que, mesmo no caso de psicanalistas muito ocupados, suas horas de atendimento não

costumam ser muito animadas. A porta simples, entre minha sala de espera e a sala de atendimento e a de tratamento, mandei fazê-la dupla e revestida de feltro. Não pode haver dúvidas a respeito do propósito desse arranjo. Ora, repetidamente acontece uma pessoa, que estava na sala de espera e que mando entrar, deixar de fechar a porta atrás de si e quase sempre deixar ambas as portas abertas. Tão logo percebo esse fato, insisto com o paciente ou a paciente, num tom mais propriamente inamistoso, para que volte e corrija a omissão - ainda que a pessoa questão seja um cavalheiro elegantemente trajado ou uma senhora da alta sociedade. Isto dá a impressão de rigorismo desnecessário. Às vezes, também, tenho-me colocado em situação absurda, fazendo este pedido quando se verifica, depois, tratar-se de uma pessoa que não pode por si mesmo tocar na maçaneta da porta, e se alivia se alguém em sua companhia poupa-a dessa necessidade. Mas, na maioria dos casos, tenho agido com acerto; pois todo aquele que se conduz dessa forma e deixa aberta a porta entre a sala de espera e a sala de consulta de um médico, é mal-educado e merece uma recepção inamistosa. Não tomem, contudo, partido nesta questão, sem terem ouvido o restante. Pois esse descuido por parte do paciente apenas acontece quando esteve sozinho na sala de espera e, portanto, deixou atrás de si uma sala vazia; jamais acontece no caso de outras pessoas, que lhe sejam estranha, terem estado esperando com ele. Nesse último caso, sabe muito bem que é de seu interesse que sua conversa com o médico não seja ouvida secretamente, e nunca deixa de fechar cuidadosamente as duas portas. Assim, a omissão do paciente não é determinada pelo acaso ou por falta de propósito; e, na realidade, ela não é destituída de importância, pois, conforme verificaremos, elucida a atitude de recém-chegado para com o médico. O paciente é mais um da grande multidão que tem um desejo insaciável de autoridade mudança, que deseja ser ofuscado e intimidado. Ele pode ter perguntado pelo telefone sobre a hora em que mais facilmente poderia conseguir uma entrevista; havia formado para si a imagem de uma multidão de pessoas procurando ajuda, como a multidão do lado de fora de uma das filiais de Julius Mehl. E então entra em uma sala de espera vazia, e principalmente, mobiliada com extrema modéstia, e fica chocado. Ele tem de fazer o médico pagar pelo respeito supérfluo que tencionava oferecer-lhe: é assim que deixa de fechar a porta entre a sala de espera e a sala de consulta. O que quer dizer ao médico, por essa sua conduta, é: ‘Ah, então não há ninguém, e provavelmente não virá ninguém enquanto eu estiver aqui.’ Ele se conduziria de forma igualmente descortês e desrespeitosa durante a consulta, se sua arrogância não recebesse uma dura repreensão logo no começo. A análise dessa pequena ação sintomática não lhes diz nada que já não soubessem antes: a tese de que ela não é uma ação casual, mas teve um motivo, um sentido e uma intenção, que se localiza num contexto mental específico e que informa, mediante uma pequena indicação, acerca de um processo mental mais importante. Mais que tudo, porém, essa ação sintomática lhes revela que o processo assim indicado era inconsciente para a consciência da pessoa que executou essa ação, de vez que nenhum dos pacientes que deixou as duas portas abertas teria conseguido admitir, por meio dessa omissão, que desejasse demonstrar tal desrespeito. Alguns deles provavelmente ter-se-iam apercebido de determinada sensação de desapontamento ao penetrarem na sala de espera vazia; mas a conexão entre esta impressão e a ação sintomática que se seguiu, por certo permaneceu desconhecida de sua consciência. Após essa pequena análise de uma ação sintomática, passaremos agora à

observação de uma paciente. Escolhi esta observação porque está vivida em minha memória, e também por poder ser relatada em tempo relativamente breve. Determinada quantidade de detalhes torna-se imprescindível num relato desta espécie. Um jovem oficial, de regresso a casa, em período de uma breve licença, pediu-me que tomasse em tratamento sua sogra, que, embora nas circunstâncias mais felizes, estava amargurando sua própria vida e as vidas de seus parentes, com uma idéia absurda. Foi assim que vim a conhecer uma senhora bem conservada, cinqüenta e três anos, de natureza amável e simples, que me narrou sem relutância a seguinte história. Ela morava no campo, vivia, num casamento feliz, com seu marido, diretor de uma grande fábrica. Não tinha senão como elogiar a afetuosa solicitude do marido. Há trinta anos se haviam casado por amor, e, desde então, jamais tinha havido qualquer problema, discórdia ou motivo para ciúmes. Seus dois filhos estavam bem casados; seu marido (e pai destes), compenetrado de suas obrigações, ainda não pensava em aposentar-se. Um ano antes, ela recebera uma carta anônima, acusando seu excelente marido de um caso amoroso com uma jovem. E o resultado incrível - e, para ela, ininteligível - foi que ela imediatamente acreditou na carta, e desde então sua felicidade foi destruída. O curso dos acontecimentos, em maiores detalhes, é mais ou menos este. Ela tinha uma empregada doméstica com quem costumava, talvez com freqüência excessiva, ter conversas íntimas. Esta moça perseguia uma outra, com certa hostilidade positivamente maldosa, porque esta outra havia progredido muito mais na vida, embora não fosse de origem mais elevada. Em vez de dedicar-se ao serviço doméstico, esta moça tinha conseguido concluir um curso comercial, ingressado na fábrica e, em conseqüência da falta de pessoal, devido ao fato de elementos da organização fabril serem requisitados para o serviço militar, foi promovida a uma boa posição. Agora morava na própria fábrica, mantinha relacionamento social com todos os senhores, e realmente tratavam-na por 'Fräulein.' A moça que tivera menos sucesso na vida naturalmente estava pronta a repetir todos os tipos de maldades para com a antiga colega de escola. Certo dia, essa senhora teve um diálogo com a empregada a respeito de um cavalheiro que tinha estado com elas, que se sabia não estar vivendo com a esposa e estar tendo um caso amoroso com outra mulher. Ela não sabia como foi que aconteceu, mas de repente disse: 'A coisa mais terrível que poderia acontecer-me era eu saber que meu querido esposo também estivesse tendo um caso.' No dia seguinte, recebia uma carta anônima, pelo correio, a qual, como que por mágica, dava-lhe justamente esta informação, escrita com letra disfarçada. Concluiu, provavelmente com acerto, que a carta era obra de empregada maldosa, de vez que apontava como amante do marido a jovem a quem a serviçal perseguia com seu ódio. Embora imediatamente compreendesse a intriga e tivesse visto, em muitos casos ocorridos no lugar onde vivia, quão pouco crédito merecem tais denúncias covardes, o que aconteceu, todavia, foi que a carta abateu-a instantaneamente. Ficou terrivelmente excitada, mandou chamar prontamente seu marido e acusou-o violentamente. Seu marido não fez caso da acusação e agiu da melhor forma possível. Chamou o médico da família (que era também o médico da fábrica), que se esforçou por apaziguar a infeliz senhora. A conduta subsequente de ambos foi inteiramente sensata. A doméstica foi despedida, mas a suposta rival, não. Desde então a paciente se havia tranquilizado por períodos, repetidamente, a ponto de não acreditar mais no conteúdo da carta anônima, porém

nunca completamente, nunca definitivamente. Bastava-lhe ouvir mencionarem o nome da jovem senhora ou encontrá-la na rua, para nela desencadear um novo ataque de desconfiança, dor e acusações. Este é, pois, o caso clínico dessa excelente senhora. Não se requeria muita experiência psiquiátrica para compreender que, em contraste com outros neuróticos, ela estava dando uma descrição por demais atenuada de seu caso - que ela estava, por assim dizer, dissimulando - e que, realmente, jamais deixara de acreditar na acusação contida na carta anônima. Que atitude, portanto, um psiquiatra adotará em um caso de doença como este? Já sabemos como ele se conduziria frente à ação sintomática do paciente que deixa de fechar a porta da sala de consulta. Ele declara que se trata de evento casual, sem interesse psicológico, com o qual não tem a maior preocupação. Este procedimento, contudo, não pode ser mantido no caso da doença dessa mulher ciumenta. A ação sintomática parece ser uma questão irrelevante; mas o sintoma se impõe à nossa atenção como questão importante. Acompanha-se de intenso sofrimento subjetivo e, como fato objetivo, ameaça a vida em comum de uma família; constitui, pois, um assunto de inegável interesse psiquiátrico. O psiquiatra começará por procurar caracterizar o sintoma por meio de algum aspecto essencial. A idéia com que a mulher se atormenta não pode ser, em si, chamada de absurda; de fato, ocorre senhores casados de certa idade terem casos amorosos com mocinhas. Existe, porém, algo mais, a este respeito, que é absurdo e difícil de entender. A paciente não possuía absolutamente nenhum outro motivo para acreditar que seu marido afetuoso e leal pertencesse a essa outra classe, aliás nada rara, de maridos, a não ser o que se afirmava na carta anônima. Ela sabia que esse documento não tinha qualquer valor de prova, e podia dar uma explicação satisfatória sobre a origem da mesma. Portanto, devia ser capaz de dizer a si mesma que não tinha qualquer fundamento para seu ciúme, e ela realmente o fez. Apesar disso, sofria tanto, contudo, como se julgasse esse ciúme totalmente justificado. Idéias desse tipo, inacessíveis a argumentos lógicos baseados na realidade, são, segundo o consenso geral, descritas como *delírios*. A boa senhora, portanto, estava sofrendo de *delírios de ciúme*. Este é, sem dúvida, o aspecto essencial deste caso mórbido. Depois de estabelecido este primeiro ponto, nosso interesse psiquiátrico se torna até mais vívido. Se não se pode eliminar um delírio mediante uma referência à realidade, então sem dúvida ele não se originou da realidade. De onde mais ter-se-ia originado? Existem delírios dos mais variados conteúdos: por que, neste nosso caso, se trata justamente do delírio de ciúme? Em que tipo de pessoas atuam os delírios e, especialmente, os delírios de ciúme? Gostaríamos de ouvir o que o psiquiatra tem a dizer a este respeito; mas, neste ponto, ele nos deixa em apuros. Considera apenas uma das nossas perguntas. Investigará a história familiar da mulher e, talvez, nos dará sua resposta: 'Os delírios aparecem em pessoas em cujas famílias tenham ocorrido, repetidamente, outros distúrbios psíquicos semelhantes.' Em outros termos, se essa mulher desenvolveu um delírio, estava predisposta a ele por transmissão hereditária. Sem dúvida, isso já é alguma coisa; mas, é tudo que queremos saber? Foi isso a única coisa que contribuiu para a causação da doença? Devemos contentar-nos com supor tratar-se de algo sem importância, indiferente, ou de um capricho; ou que não se pode explicar se o delírio de ciúme aparece de preferência a algum outro tipo? E deveríamos entender a assertiva da predominância da influência hereditária também num sentido negativo - que, não

importa quais experiências a mente dessa mulher tivesse encontrado, ela estaria destinada, mais cedo ou mais tarde, a vir a apresentar um delírio? Os senhores desejarão saber por que razão a psiquiatria científica não nos dará outras informações. Minha resposta aos senhores, contudo, é: ‘ele é um trapaceiro que dá mais do que tem.’ O psiquiatra não sabe como lançar mais luz sobre um caso como este. Ele deve contentar-se com um diagnóstico e um prognóstico - incertos, apesar de uma grande quantidade de experiência -, e com sua evolução futura. Pode a psicanálise, porém, ir além, em um caso destes? Sim, ela realmente pode. Espero conseguir mostrar-lhes que, mesmo num caso assim, tão difícil de abordar, ela pode descobrir algo que possibilite uma primeira compreensão. E, antes de mais nada, eu atrairia a atenção dos senhores para o detalhe notório de que a própria paciente positivamente provocou a carta anônima, tendo, agora, dado apoio a seu delírio, ao informar à empregada intrigante, no dia anterior, que lhe causaria a maior infelicidade se seu marido tivesse um caso amoroso com uma jovem. Assim, primeiro ela incute na empregada a idéia de enviar a carta anônima. O delírio, então, adquire certa independência da carta; já estivera presente na paciente sob a forma de medo - ou era um desejo? Acrescentemos a isto as outras pequenas indicações obtidas em apenas duas sessões analíticas. A paciente, na realidade, conduziu-se de maneira bastante não-cooperativa quando, após haver contado sua história, perguntei-lhe por seus outros pensamentos, idéias e lembranças. Disse que não lhe ocorria nada à mente, que já me havia dito tudo; e, depois de duas sessões, a tentativa de tratamento comigo realmente teve de ser interrompida pois declarou que já se sentia bem e estava segura de que a idéia patológica não retornaria. Naturalmente, ela disse isto apenas devido à sua resistência e ao receio da continuação da análise. Não obstante, durante essas duas sessões, fez algumas observações que permitiram, e realmente exigiram, uma interpretação especial; e essa interpretação lançou viva luz sobre a gênese de seu delírio de ciúme. Ela própria estava intensamente apaixonada por um homem jovem, pelo mesmo genro que a persuadira a procurar-me na qualidade de paciente. Ela mesma nada sabia, ou, talvez, sabia muito pouco dessa paixão; no relacionamento família que existia entre ambos, era fácil essa afeição apaixonada disfarçar-se como afeição inocente. Depois de todas as nossas experiências em outras situações, não nos é difícil tatear os caminhos da vida mental dessa honrada esposa e digna mãe de cinquenta e três anos. Estando apaixonada dessa maneira, uma coisa assim tão monstruosa e impossível não podia tornar-se consciente; permaneceu, porém, existindo, e, ainda que continuasse inconsciente, exercia grande pressão. Algo havia de acontecer, um alívio tinha de ser buscado, e a mitigação mais fácil surgiu, sem dúvida, através do mecanismo do deslocamento, que desempenhou seu papel de modo tão regular na produção do ciúme delirante. Se ao menos não somente ela, a senhora idosa, estivesse apaixonada por um homem jovem, mas também seu idoso marido estivesse mantendo um caso amoroso com uma jovem, então sua consciência se aliviaria do peso de sua infidelidade. A fantasia da infidelidade de seu esposo agiu assim como uma compressa fria em sua ferida ardente. O amor que ela própria obrigava não se lhe tornara consciente; porém, seu reflexo especular, que lhe deu tal vantagem, agora se tornou consciente como uma obsessão e um delírio. Naturalmente nenhum argumento em contrário podia surtir qualquer efeito, pois o argumento era dirigido contra a imagem especular, e não contra a imagem original que deu à outra sua força e que permanecia oculta, inviolável, no

inconsciente. Vamos reunir agora aquilo que esta tentativa de psicanálise, curta e detida como foi, trouxe à luz para uma compreensão deste caso - supondo, naturalmente, que nossas investigações tenham sido efetuadas corretamente, o que não posso, aqui, submeter ao julgamento dos senhores. Em primeiro lugar, o delírio deixou de ser absurdo ou ininteligível; tinha um sentido, tinha motivos fundamentados, e ajustou-se ao contexto de uma experiência emocional da paciente. Em segundo lugar, o delírio era necessário como reação a um processo mental inconsciente que inferimos de outras indicações, e foi justamente a esta conexão que deveu seu caráter delirante e sua resistência a todo ataque lógico e realista. Esse delírio era, em si, de certa maneira desejado, uma espécie de consolação. Em terceiro lugar, o fato de o delírio vir a ser precisamente o delírio de ciúme, e não de outro tipo, estava inequivocamente determinado pela experiência que está por trás da doença. Naturalmente, os senhores se recordarão de que, no dia anterior, ela havia dito à empregada intrigante que a coisa mais terrível que lhe podia acontecer seria a infidelidade do marido. E os senhores não deixarão de perceber as duas importantes analogias entre este caso e a ação sintomática que analisamos - a explicação do seu sentido ou intenção e sua relação com algo inconsciente, envolvido na situação. Por certo, isto não responde a todas as perguntas que poderíamos fazer em relação a este caso. Pelo contrário, o caso suscita outros problemas - alguns, em geral, ainda não se tornaram solúveis, e outros não poderiam ser solucionados devido a existirem circunstâncias especiais desfavoráveis. Por exemplo, por que essa mulher, que estava vivendo um casamento feliz, apaixonou-se por seu genro? E por que o alívio, que teria sido possível de outras maneiras, tomou a forma dessa imagem especular, dessa projeção de seu estado em seu marido? Os senhores não devem pensar que é ocioso ou inútil levantar tais questões. Já possuímos algum material à nossa disposição, que possivelmente poderia servir para respondê-las. A senhora estava em uma idade crítica, na qual as necessidades sexuais da mulher sofrem um aumento súbito e indesejado; isto, por si só, poderia responder pelo evento. Ou ainda pode ter ocorrido que seu excelente e fiel esposo há alguns anos não estivesse mais gozando da capacidade sexual que essa mulher bem conservada requeria para sua satisfação. A experiência nos demonstrou que são precisamente homens numa situação assim, cuja fidelidade pode, conseqüentemente, ser tida como certa, que se distinguem por tratarem suas esposas com ternura incomum, e por mostrarem especial paciência para com os problemas nervosos delas. Ou ainda, não pode deixar de ter significação o fato de o objeto de seu amor patogênico ser justamente o jovem marido de uma de suas filhas. Um poderoso vínculo erótico com uma filha, que remonta aos primórdios da constituição sexual da mãe, às vezes encontra a forma de sobreviver numa transformação dessa ordem. Com referência a isto, posso, talvez, recordar-lhes que a relação entre sogra e genro tem sido considerada, desde as épocas mais remotas da raça humana, como relação particularmente embaraçosa e que, entre tribos primitivas, deu origem a regulamentações e 'evitações' tabu muito poderosas. A relação, amiúde, é extravagante, pelos padrões civilizados, tanto em sentido positivo como negativo. Qual desses três fatores tornou-se atuante, no caso em questão, ou se dois deles, ou se, talvez, todos os três vieram juntos, verdadeiramente não lhes posso dizer; isso, contudo, é só porque não me foi possível continuar a análise do caso além de duas sessões. Verifico agora, senhores, que lhes venho

falando de muitas coisas, e os senhores não estão preparados para entendê-las. Assim procedi para fazer a comparação entre psiquiatria e psicanálise. Existe, porém, uma coisa que posso perguntar-lhes, agora. Observaram algum sinal de contradição entre elas? A psiquiatria não emprega os métodos técnicos da psicanálise; toca superficialmente qualquer inferência acerca do *conteúdo* do delírio, e, ao apontar para a hereditariedade, dá-nos uma etiologia geral e remota, em vez de indicar, primeiro, as causas mais especiais e próximas. Mas existe uma contradição, uma oposição nisso? Não é o caso de uma complementar a outra? O fator hereditário contradiz a importância da experiência? Ambas as coisas não se combinam da maneira mais efetiva?

Os senhores assegurarão não existir nada na natureza do trabalho psiquiátrico que possa opor-se à investigação psicanalítica. O que se opõe à psicanálise não é a psiquiatria, mas os psiquiatras. A psicanálise relaciona-se com a psiquiatria aproximadamente como a histologia se relaciona com a anatomia: uma estuda as formas externas dos órgãos, a outra estuda sua estruturação em tecidos e células. Não é fácil imaginar uma contradição entre essas duas espécies de estudo, sendo um a continuação do outro. Atualmente, como sabem, a anatomia é considerada por nós como fundamento da medicina científica. Houve, todavia, época em que era tão proibido dissecar um cadáver humano, a fim de descobrir a estrutura interna do corpo, como hoje parece ser o exercício da psicanálise, esclarecer acerca do mecanismo interno da mente. É de se esperar que, em futuro não muito distante, perceber-se-á que uma psiquiatria cientificamente fundamentada não será possível sem um sólido conhecimento dos processos inconscientes profundos da vida mental.

Talvez a psicanálise, sempre tão atacada, tenha, porém, entre os senhores, amigos que se regozijarão se ela puder legitimar-se num outro sentido - no aspecto terapêutico. Como sabem, nossa terapia psiquiátrica, até o momento atual, não é capaz de influenciar os delírios. Será possível, talvez, que a psicanálise possa fazê-lo, graças à sua compreensão profunda do mecanismo desses sintomas? Não, senhores, não pode. Ela é tão impotente (pelo menos por enquanto) contra esses males, quanto qualquer outra forma de terapia. Nós podemos compreender, na verdade, o que ocorreu na paciente; no entanto, não temos meios de fazer com que a paciente mesma o compreenda. Os senhores ouviram como fui incapaz de prosseguir com a análise desse delírio além de um simples começo. Estariam os senhores dispostos a afirmar, por isso, que uma análise de tais casos deve ser rejeitada porque é infrutífera? Penso que não. Temos o direito, ou melhor, a obrigação, de efetuar nossa pesquisa sem considerar qualquer efeito benéfico imediato. No fim - não sabemos dizer onde nem quando - cada pequena parcela de conhecimento se transformará em poder, e também em poder terapêutico. Ainda que a psicanálise se mostrasse tão ineficaz em qualquer outra forma de doença nervosa e psíquica, como se mostra ineficaz nos delírios, estaria plenamente justificada como insubstituível instrumento de investigação científica. É verdade que, nesse caso, não estaríamos em condições de exercê-la. O material humano, com o qual procuramos aprender, que vive, tem sua vontade própria e precisa ter motivos para cooperar

em nosso trabalho, se afastaria de nós. Portanto, permitam-me finalizar meus comentários de hoje informando-lhes que existem extensos grupos de distúrbios nervosos nos quais a transformação do nosso melhor entendimento em poder terapêutico realmente se efetivou, e que nessas doenças, às quais é difícil o acesso por outros meios, obtemos, sob condições favoráveis, êxitos que não são superados por nenhum outro meio, na área da medicina interna.

CONFERÊNCIA XVII

O SENTIDO DOS SINTOMAS

SENHORAS E SENHORES:

Na última conferência, expliquei-lhes que a psiquiatria clínica atenta pouco para a forma externa do conteúdo dos sintomas individualmente considerados, que a psicanálise, entretanto, valoriza precisamente este ponto e estabeleceu, em primeiro lugar, que os sintomas têm um sentido e se relacionam com as experiências do paciente. O sentido dos sintomas neuróticos foi descoberto, em primeira mão, por Josef Breuer, em seu estudo e cura bem sucedida (entre 1880 e 1882) de um caso de histeria, que desde então se tornou famoso. É verdade que Pierre Janet apresentou as mesmas provas, independentemente; com efeito, o pesquisador francês pode alegar prioridade de publicação, pois foi só uma década depois (em 1893 e 1895), quando estava colaborando comigo, que Breuer publicou suas observações. Em todo caso, pode parecer questão de somenos importância saber quem fez a descoberta, de vez que, como sabem, toda descoberta é feita mais de uma vez, e nenhuma se faz de uma só vez. Ademais disso, nem sempre o sucesso acompanha o mérito: não foi de Colombo que a América recebeu seu nome. O grande psiquiatra Leuret opinou, antes de Breuer e Janet, que mesmo nas idéias delirantes do insano se poderia encontrar um sentido, bastaria que compreendêssemos a maneira de traduzi-las. Devo admitir que, durante longo tempo, estive disposto a dar bastante crédito a Janet por elucidar os sintomas neuróticos, porque ele os considerava expressão de *idées inconscientes* que dominavam os pacientes. Depois disso, porém, ele se tem expressado com exagerada reserva, como se quisesse admitir que o inconsciente, para ele, não tivesse sido nada mais que uma fórmula verbal, um expediente, *une façon de parler* - que ele, com isso, não quis significar nada de real. Desde

então, deixei de compreender os escritos de Janet; penso, no entanto, que ele, desnecessariamente, perdeu muito crédito. Os sintomas neuróticos têm, portanto, um sentido, como as parapraxias e os sonhos, e, como estes, têm uma conexão com a vida de quem os produz.

Por ora, gostaria de tornar esta importante descoberta mais compreensível para os senhores, através de alguns exemplos. Realmente, posso apenas afirmar, não posso provar, que é assim, sempre, e em todos os casos. Todo aquele que procura por si mesmo essas experiências, encontrará provas convincentes. Por determinadas razões, contudo, escolherei estes exemplos a partir de casos, não de histeria, mas sim de uma outra neurose muito extraordinária, que é fundamentalmente muito semelhante àquela e a cujo respeito tenho alguns comentários preliminares a fazer:

Essa neurose, conhecida como neurose obsessiva, não é tão comum como a universalmente conhecida histeria. Não é, se assim posso expressar-me, tão indiscretamente ruidosa; comporta-se mais como assunto particular do paciente, prescinde quase que completamente dos fenômenos somáticos e cria todos os sintomas da esfera mental. A neurose obsessiva e a histeria são as formas de doenças neuróticas em cujo estudo baseou-se inicialmente a psicanálise, e em cujo tratamento, também, nossa terapia realiza seus triunfos. Mas a neurose obsessiva, na qual o enigmático salto do mental para o físico não desempenha nenhum papel, se nos tornou, através dos esforços da psicanálise, realmente mais compreensível e conhecida do que a histeria, e temos constatado que ela apresenta muito mais flagrantemente determinadas características extremas da natureza da neurose.

A neurose obsessiva manifesta-se no fato de o paciente se ocupar de pensamentos em que realmente não está interessado, de estar cômico de impulsos dentro de si mesmo que lhe parecem muito estranhos, e de ser compelido a ações cuja realização não lhe dá satisfação alguma, mas lhe é totalmente impossível omitir. Os pensamentos (obsessões) podem ser, em si, carentes de significação, ou simplesmente assunto sem importância para o paciente; freqüentemente, são de todo absurdos e, invariavelmente, constituem o ponto de partida de intensa atividade mental que exaure o paciente e à qual ele somente se entrega muito contra sua vontade. Obriga-se, contra sua vontade, a remoer pensamentos e a especular, como se se tratasse dos seus mais importantes problemas vitais. Os impulsos, dos quais o paciente se apercebe em si próprio, também podem causar uma impressão de puerilidade e falta de sentido; via de regra, porém, têm um conteúdo da mais assustadora categoria, tentando-o, por exemplo, a cometer graves crimes, de modo que não só os rechaça como alheios a si, mas deles foge com horror e se resguarda de executá-los recorrendo a proibições, renúncias e restrições em sua liberdade. Ao mesmo tempo, esses impulsos nunca - literalmente nunca - forçam seu caminho no rumo da realização; o resultado é que sempre obtêm vitória a fuga e as precauções. Aquilo que o paciente realmente efetua - os denominados atos obsessivos - são coisas muito inofensivas e certamente banais, na sua maior parte repetição ou elaborações rituais das atividades da vida corrente. Essas atividades obrigatórias (tais como

ir deitar, lavar-se, vestir-se ou andar a pé) se tornam, contudo, tarefas extremamente fatigantes e quase insolúveis. Nos diferentes casos e formas de neurose obsessiva, as idéias, os impulsos e as ações patológicas não se combinam em proporções iguais; via de regra, um ou outro desses fatores domina o quadro e dá seu nome à doença, mas o elemento comum em todas essas formas é suficientemente inconfundível.

Certamente, esta é uma doença louca. A imaginação psiquiátrica mais extravagante não teria conseguido, segundo penso, construir nada semelhante; e só mesmo vendo-a diante de si a cada dia, é que se é levado a acreditar nela. No entanto, não suponham que ajudarão o paciente, nem de longe, admoestando-o para que adote uma nova conduta, deixe de ocupar-se com esses pensamentos absurdos e faça algo sensato em lugar de suas extravagâncias infantis. Ele próprio gostaria de fazê-lo, pois está perfeitamente lúcido, compartilha da opinião dos senhores acerca de seus sintomas neuróticos, e até mesmo expressa-a espontaneamente aos senhores. Só que ele próprio não consegue ajudar-se a si mesmo. O que é posto em ação, em uma neurose obsessiva, é sustentado por uma energia com a qual provavelmente não encontramos nada comparável na vida mental normal. Existe uma coisa apenas, que ele pode fazer: realizar deslocamentos, trocas, pode substituir uma idéia absurda por outra um pouco mais atenuada, em vez de um cerimonial pode realizar um outro. Pode deslocar a obsessão, mas não removê-la. A possibilidade de deslocar qualquer sintoma para algo muito distante de sua conformação original é uma das principais características desta doença. Ademais, surpreende que, nesta condição, as contradições (polaridades), com as quais a vida mental está entretecida [ver em [1], adiante], emergem de maneira especialmente nítida, diferenciada. Além das obsessões, de conteúdo positivo e negativo, a *dúvida* se faz notar na área intelectual, e lentamente começa a corroer até mesmo aquilo que geralmente é tido como muito certo. A situação inteira termina em um grau sempre crescente de indecisão, perda da energia e restrição da liberdade. Ao mesmo tempo, o neurótico obsessivo inicia seus empreendimentos com uma disposição de grande energia, freqüentemente é muito voluntarioso e, via de regra, tem dotes intelectuais acima da média. Geralmente atingiu um nível de desenvolvimento ético satisfatoriamente elevado; mostra-se superconsciente, e tem uma correção fora do comum em seu comportamento. Os senhores podem imaginar que não é pouco o trabalho que se requer para se poder penetrar, por pouco que seja, nessa miscelânea de traços de caráter e de sintomas. E, de início, não pretendemos nada mais do que compreender alguns desses sintomas e conseguir interpretá-los.

Talvez os senhores desejassem conhecer, antes disso, e tendo em mente nossos contatos anteriores, que atitude a psiquiatria contemporânea adota em relação aos problemas da neurose obsessiva. Está aí um capítulo árido. A psiquiatria dá nomes às diferentes obsessões, mas não diz nada mais acerca das mesmas. Por outro lado, insiste em que são ‘degenerados’ aqueles que sofrem desses sintomas. Isto proporciona pouca satisfação; de fato, é um julgamento de valores - uma condenação, em vez de uma explicação. Supõe-se acharmos que todas as possíveis espécies de excentricidade conseguem ocorrer em degenerados. Pois bem, é verdade que devemos considerar aqueles que desenvolvem tais

sintomas como sendo algo diferentes, em sua natureza, de outras pessoas. Podemos, no entanto, perguntar: São eles mais ‘degenerados’ do que outros neuróticos - do que os pacientes histéricos, por exemplo, ou aqueles que adoecem de uma psicose? Também aqui, a caracterização é, evidentemente, muito genérica. Com efeito, cabe-nos a dúvida quanto a saber se existe absolutamente qualquer justificativa para essa generalização, quando sabemos que esses sintomas ocorrem também em pessoas, renomadas, de capacidade especialmente elevada, de capacidade importante para o mundo em geral. É verdade que, graças à sua própria descrição e às falsificações de seus biógrafos, pouco sabemos dos aspectos íntimos dos grandes homens que são nossos modelos; não obstante, também sucede um deles, como Émile Zola, poder ser um fanático da verdade, e, assim, ficamos conhecendo seus muitos e estranhos hábitos obsessivos, dos quais foi vítima a vida inteira. A psiquiatria inventou uma maneira de falar em ‘*dégénérés supérieurs*’. Muito bonito. Mas, na psicanálise, constatamos que é possível eliminar permanentemente esses estranhos sintomas obsessivos, assim como outras queixas, e, também, em pessoas não degeneradas. Eu próprio logrei repetidos êxitos neste ponto. Apresentar-lhes-ei apenas dois exemplos da análise de um sintoma obsessivo: um deles, uma antiga observação, e não posso encontrar outra melhor que a substitua, e um outro exemplo, encontrei-o recentemente. Limito-me a este pequeno número, de vez que é impossível, nestes relatos, evitar ser muito dispersivo e entrar em todos os detalhes.

Uma senhora, com cerca de trinta anos de idade, que sofria das mais graves manifestações obsessivas, e que eu talvez pudesse ter ajudado, se uma eventualidade desfavorável não tivesse transformado em nada o meu trabalho - posso ser capaz de contar-lhes mais a respeito disso, futuramente - executava, entre outros, os seguintes e notáveis atos obsessivos, muitas vezes por dia. Ela corria desde seu quarto até um outro quarto contíguo, assumia determinada posição ali, ao lado de uma mesa colocada no meio do aposento, soava a campainha chamando a empregada, dava-lhe algum recado ou dispensava-a sem maiores explicações, e, depois, corria de volta para seu quarto. Este não era certamente um sintoma muito desagradável, mas assim mesmo, não podia deixar de causar curiosidade. A explicação foi obtida da maneira mais inequívoca e irrefutável, isenta de qualquer contribuição por parte do médico. Não consigo ver como eu poderia, talvez, ter formado alguma idéia do sentido desse ato obsessivo, ou dado qualquer sugestão acerca do modo como devia ser interpretado. Sempre que eu perguntava à paciente “Por que faz isto? qual o sentido disto?” ela respondia: ‘Não sei.’ Um dia, porém, após eu haver conseguido invalidar uma de suas dúvidas, uma dúvida importante, fundamental, ela subitamente soube a resposta, e contou-me o que é que estava em conexão com o ato obsessivo. Mais de dez anos antes, casara-se com um homem de muito mais idade do que ela, e, na noite de núpcias, ele ficou impotente. Amiúde, durante a noite, ele viera correndo de seu quarto para o dela, a fim de tentar mais uma vez, porém sempre sem êxito. Na manhã seguinte, ele disse com tristeza: ‘Eu devia sentir-me envergonhado perante a empregada, quando ela arrumar a cama’, pegou de uma garrafa de tinta vermelha que casualmente havia no quarto e derramou seu conteúdo sobre o lençol, mas não no exato lugar em que uma mancha viria a calhar. Num primeiro

momento, não pude atinar com a relação entre esta lembrança e o ato obsessivo em exame; a única semelhança que pude encontrar foi no ato de correr de um quarto para o outro e, talvez, na vinda da empregada. Minha paciente então levou-me até a mesa, no segundo quarto, e mostrou-me uma grande mancha na toalha. Depois, explicou que assumia sua posição em relação à mesa de maneira tal que a empregada, ao ser dispensada de sua presença, não podia deixar de ver a mancha. Já não podia mais haver qualquer dúvida sobre a íntima conexão entre a cena de sua noite de núpcias e o ato obsessivo atual, embora ficassem por ser esclarecidas muitas outras coisas.

Estava claro, em primeiro lugar, que a paciente se identificava com seu marido; ela estava executando o papel dele, imitando sua corridas de um quarto a outro. Além disso, prosseguindo com a analogia, devemos concordar em que a cama e o lençol foram substituídos pela mesa e pela toalha. Isto poderia parecer casual, mas por certo não foi sem finalidade que estudamos o simbolismo onírico. Também nos sonhos, freqüentemente encontramos uma mesa que deve ser interpretada como uma cama. Mesa e cama, juntas, representam o casamento, e, assim, uma pode facilmente tomar o lugar da outra. Parece já estar provado que o ato obsessivo tinha um sentido; parece ter sido uma representação, uma repetição daquela cena importante. Mas não devemos parar aqui. Se examinarmos a relação entre as duas cenas mais detidamente, provavelmente obteremos informações acerca de algo que vai além - acerca da intenção do ato obsessivo. Sua essência consistia, obviamente, em chamar a empregada, e, à vista desta, mostrar a mancha, em contraste com o comentário do marido, de que se sentiria envergonhado perante a empregada. Assim sendo, ele, cujo papel ela estava desempenhando, não se sentia envergonhado perante a empregada; portanto, a mancha estava no lugar certo. Vemos, portanto, que ela não estava simplesmente repetindo a cena, ela estava continuando e, ao mesmo tempo corrigindo-a; ela estava consertando-a. No entanto, com isso, ela também estava corrigindo uma outra coisa, que fora tão desagradável, aquela noite, e que tornou necessário o expediente com a tinta vermelha - a impotência dele. De modo que o ato obsessivo estava dizendo: 'Não, não é verdade. Ele não tinha por que sentir-se envergonhado perante a empregada; ele não ficou impotente.' Representava este desejo, à maneira de um sonho, como sendo satisfeito numa ação da época atual; servia ao propósito de fazer seu marido superar a desventura passada. Tudo quanto eu poderia lhes dizer a respeito dessa mulher ajusta-se ao fato. Ou, mais corretamente falando, tudo o mais que sabemos a respeito do caso abre o caminho, mediante esta interpretação ininteligível. A mulher estivera separada de seu marido, durante anos, e estava debatendo-se com a intenção de obter divórcio legal. Contudo, não havia como livrar-se dele; ela era forçada a permanecer fiel a ele; retirou-se do mundo para não ser tentada; em sua imaginação, desculpava-o e engrandecia as qualidades dele. Na verdade, o mais profundo segredo de sua doença consistia em que, através desta doença, protegia seu marido de comentários maldosos, justificava-se por estar separada dele e possibilitava-lhe levar uma vida separada cômoda. Assim, a análise de um ato obsessivo inócuo conduziu ao mais íntimo âmago de uma doença; mas, ao mesmo tempo, revelou-nos uma parte não pequena do segredo da neurose obsessiva em geral. Estou satisfeito por fazê-los deterem-se um pouco neste

exemplo, porque reúne condições que não se poderia esperar encontrar facilmente em todos os casos. Aqui, a interpretação do sintoma foi descoberta pela própria paciente, de um só golpe, sem qualquer influência ou intervenção por parte do analista; e resultou de uma conexão com um acontecimento que (como geralmente é o caso) não pertencia a um período esquecido da infância, mas que ocorre na vida adulta da paciente e permaneceu vivo em sua memória. Todas as objeções que a crítica normalmente costumava levantar contra nossa interpretação dos sintomas, caem por terra, neste caso particular. Não podemos esperar ter sempre tanta sorte. É mais uma coisa. Os senhores não ficaram surpresos pela forma como o discreto ato obsessivo nos conduziu até a intimidade da paciente? Uma mulher não pode ter nada mais íntimo para contar do que a história de sua noite de núpcias. Foi por acaso e sem maior significação que chegamos justamente à intimidade da vida sexual? Sem dúvida, poderia ser o resultado da escolha que fiz, nessa ocasião. Não sejamos apressados demais em formar nosso julgamento, e passemos ao meu segundo exemplo, que é de tipo bem diferente - uma amostra de uma espécie muito comum, um ritual de dormir. Uma jovem de dezenove anos de idade, bem desenvolvida e bem dotada, era filha única de pais que superava em instrução e vivacidade intelectual. Em criança, havia sido alegre e decidida, e no decorrer dos últimos anos, havia se transformado, sem qualquer causa visível, em neurótica. Era muito irritável, especialmente para com a mãe, sempre insatisfeita e deprimida, com tendência à indecisão e à dúvida; finalmente, verificou que não conseguia mais caminhar livremente por graças ou ruas relativamente largas. Não nos ocuparemos muito de sua complexa doença, que se enquadrava em pelo menos dois diagnósticos: agorafobia e neurose obsessiva; deter-nos-emos apenas no fato de que ela também desenvolveu um ritual de dormir, com o qual atormentava seus pais. Em certo sentido, pode-se dizer que toda pessoa normal tem seu ritual de dormir, ou que estabeleceu determinadas condições necessárias, cujo não-preenchimento interfere com o adormecer; toda pessoa se impõe determinadas formalidades na transição do estado de vigília ao de sono, e repete-as da mesma maneira, todas as noites. Tudo aquilo que uma pessoa sadia exige como condição necessária para dormir, pode, contudo, ser compreendido racionalmente e, no caso de circunstâncias externas exigirem uma mudança, a pessoa cede com facilidade, sem perda de tempo. Um ritual patológico, porém, é inflexível, e insiste em ser levado a cabo, mesmo à custa de grandes sacrifícios; também se oculta atrás de uma fundamentação racional e, a um exame superficial, parece divergir do normal apenas por uma exagerada meticulosidade. Entretanto, a um exame mais acurado, podemos ver que o disfarce é insuficiente, que o ritual compreende certas especificações que avançam muito além de sua base racional, e outras, que positivamente a contradizem. Essa paciente, de que estamos falando, alegou, como pretexto de suas precauções noturnas, que necessitava de silêncio para dormir e devia abolir qualquer fonte de ruído. Com este fim em vista, fazia dois tipos de coisas. Parava o grande relógio em seu quarto, todos os outros relógios eram removidos do quarto e sequer permitia que seu minúsculo relógio de pulso ficasse dentro de sua mesinha-de-cabeceira. Vasos de flores e outros vasos eram agrupados na escrivaninha de modo que não pudessem cair e quebrar-se durante a noite e perturbar-lhe o sono. Ela se apercebia de que estas medidas só podiam encontrar uma justificativa *ostensiva* na observância da regra do silêncio; o tique-

taque de seu pequenino relógio de pulso não poderia ter sido audível, ainda que fosse deixado na mesa-de-cabeceira, e todos temos experiência do fato de que o tique-taque regular de um relógio de pêndulo nunca perturba o sono, mas age, isto sim como soporífero. Admitiu também que seu medo de que os vasos de flores e outros vasos, se deixados em seu lugares, pudessem cair e quebrar-se por si mesmos, carecia de qualquer fundamento. No caso de outras especificações feitas pelo ritual, abandonava-se o pretexto da necessidade de haver silêncio. Na verdade, a exigência de que a porta entre seu quarto e o quarto dos pais devesse permanecer entreaberta - exigência que ela satisfazia colocando diversos objetos no vão da porta - parecia, pelo contrário, agir como fonte de ruídos perturbadores. As especificações mais importantes referiam-se, todavia, à cama propriamente dita. O travesseiro, na parte superior da cama, não devia tocar o encosto de madeira da cabeceira. O travesseiro pequeno devia repousar sobre o travesseiro grande, somente numa posição específica - ou seja, de modo a configurar a forma de um diamante. A cabeça devia repousar, então, exatamente no sentido do diâmetro maior do diamante. O edredom (ou '*Duchent*', como o chamamos na Áustria) tinha de ser, antes de colocado sobre a cama, sacudido de tal maneira, que a parte inferior ficasse muito volumosa; depois, no entanto, ela jamais deixava de aplainar esse acúmulo de penas, comprimindo-o para os lados. Com a permissão dos senhores, desprezarei os demais detalhes, muito banais, do ritual; não nos ensinariam nada de novo e nos levariam para bem longe de nossos objetivos. Os senhores não devem, contudo, negligenciar o fato de que tudo isso não se fazia sem dificuldades. Havia sempre apreensão de que as coisas não tivessem sido feitas corretamente. Tudo tinha de ser verificado e repetido, dúvidas assaltavam ora uma, outra outra das medidas de segurança, e o resultado era que se gastavam nisso duas ou três horas, durante as quais a jovem não podia dormir, e também não haveria de permitir que dormissem os seus atemorizados pais. A análise destes tormentos não se faz tão simplesmente assim, como a análise do ato obsessivo de nossa paciente anterior. Fui obrigado a apresentar à jovem paciente determinadas alusões e propor interpretações, as quais sempre eram rejeitadas com um decidido 'não' ou aceitas com dúvidas desdenhosas. Passada essa primeira reação ou rejeição, seguiu-se, porém, uma época durante a qual ela se ocupava com as possibilidades que se lhe apresentavam, juntava associações às mesmas, referia recordações e estabelecia conexões, até que, por seu próprio esforço, passou a aceitar todas as interpretações. À medida que isso aconteceu, ela abrandou a execução de suas medidas obsessivas, e, antes mesmo do fim do tratamento, havia abandonado por completo o ritual. Os senhores devem entender também que o trabalho analítico, tal como o efetuamos hoje em dia, praticamente exclui o tratamento sistemático de qualquer sintoma isolado até ser inteiramente elucidado. Pelo contrário, vemo-nos obrigados a abandonar repetidamente um determinado tema, na expectativa certa de retornar a ele novamente, em outros contextos. A interpretação de seus sintomas, que estou por mostrar-lhes, é, em consonância com isto, uma síntese de achados que foram surgindo, interrompidos por outro trabalho, durante um período de semanas e meses. Nossa paciente gradualmente veio a constatar que era devido à sua qualidade de símbolos dos genitais femininos que os relógios eram retirados do meio de seus objetos de uso à noite. Os relógios - embora em outra parte tenhamos encontrado outras interpretações

simbólicas para os mesmos - assumiram a significação genital devido à sua relação com processos periódicos e intervalos de tempo iguais. Uma mulher pode gabar-se de que sua menstruação funciona com a regularidade de um relógio. A ansiedade de nossa paciente, porém, estava voltada em especial contra a possibilidade de ela ter o seu sono perturbado pelo tique-taque de um relógio. O tique-taque do relógio pode ser comparado com a pulsação ou latejamento do clitóris durante a excitação sexual. Realmente ela havia, repetidas vezes, acordado durante a noite com essa sensação, que agora se lhe tinha tornado desagradável; e expressou esse medo de uma ereção através da regra de que todos os relógios em funcionamento deviam ser removidos de perto de si, durante a noite. Vasos de flores, assim como todos os vasos [ver em [1]], também são símbolos sexuais. Tomar precauções para que não caíssem e não se quebrassem durante a noite, portanto, não deixava de ter seu correto sentido. Conhecemos o costume tão difundido de quebrar um vaso ou um prato nas cerimônias dos esponsais. Cada um dos homens presentes apanha um dos fragmentos, e podemos considerar isto como sendo um sinal de sua renúncia à pretensão que tinha em relação à noiva, em virtude de uma lei nupcial que remonta a uma época anterior ao estabelecimento da monogamia. Com relação a esta parte de seu ritual, a jovem referiu uma lembrança e diversas associações. Certa vez, quando era criança, sofreu uma queda no momento em que tinha nas mãos um vaso de vidro ou porcelana, resultando-lhe um corte em um dedo e sangramento profuso. Quando cresceu e tomou conhecimento dos fatos referentes ao ato sexual, desenvolveu uma angustiante idéia de que, na sua noite de núpcias, ela não iria ter perda de sangue, e assim deixaria de mostrar que era virgem. Suas precauções com a possibilidade de os vasos se quebrarem significavam, pois, um repúdio a todo o complexo referente à virgindade e ao sangramento no primeiro coito - igualmente um repúdio ao medo de sangrar e, ao contrário, medo de não

sangrar. Estas precauções, que ela subordinava à evitação do ruído, tinham apenas remota conexão com tal complexo. Ela atinou, um dia, com a significação central de seu ritual, quando, subitamente, compreendeu a significação da regra segundo a qual o travesseiro não devia tocar no encosto da cabeceira da cama. O travesseiro, disse, sempre havia sido, para ela, uma mulher, e o encosto de madeira, ereto, um homem. Assim, desejava - por meios mágicos, podemos acrescentar - manter homem e mulher separados - isto é, separar seus pais um do outro, não lhes permitindo terem relação sexual. Anos antes, em época anterior ao estabelecimento do ritual, havia procurado atingir o mesmo objetivo, de maneira mais direta. Havia simulado medo (ou explorara uma tendência ao medo que já se encontrava presente), a fim de que as portas comunicantes entre o quarto dos pais e seu quarto de criança não ficassem fechadas. Esta regra, com efeito, tinha sido mantida em seu ritual atual. Dessa forma, deu-se a si mesma a oportunidade de ficar escutando seus pais; entretanto, ao utilizá-la, desenvolveu um insônia que durou meses. Não satisfeita com perturbar os pais por este meio, conseguiu que lhe permitissem dormir, de tempos em tempos na cama dos pais, entre eles. O travesseiro e o encosto de madeira, assim, não conseguiram aproximar-se. Por fim, quando já era tão grande que se tornou fisicamente desconfortável para ela encontrar lugar, na cama, entre seus pais, conseguiu, por uma consciente simulação de ansiedade,

combinar com sua mãe uma troca de lugares com esta, à noite; a mãe, então, cedia-lhe o lugar, de modo que a paciente conseguia dormir ao lado do pai. Sem dúvida, essa situação transformou-se no ponto de partida de fantasias, cujo efeito secundário se podia constatar no ritual. Se um travesseiro era uma mulher, então o sacudir o edredom até todas as penas se localizarem na parte inferior e causarem um abaulamento, também tinha um sentido. Significava um mulher ficar grávida; ela, contudo, nunca deixava de desfazer novamente essa gravidez, pois durante anos temera que o coito de seus pais resultasse em mais um filho e, desta forma, apresentassem-na com um rival. Por outro lado, se o travesseiro grande era uma mulher, a mãe, o travesseiro menor somente podia representar a filha. Por que este travesseiro tinha de ser colocado na forma de um diamante e a cabeça situar-se justamente ao longo da linha central? Foi fácil recordar-lhe que essa forma de diamante é a figura desenhada em todos os muros para representar os genitais femininos abertos. Sendo assim, ela própria estava representando o homem e substituindo o órgão masculino por sua cabeça. (Cf. o simbolismo da decapitação como símbolo de castração.)

Pensamentos muito dissolutos, dirão os senhores, para estarem passando na cabeça de uma jovem solteira. Admito que sim. Mas, não devem esquecer-se de que não criei essas coisas, apenas interpretei-as. Um ritual de dormir igual a esse também é algo estranho, e os senhores não deixarão de constatar como o ritual corresponde às fantasias reveladas pela interpretação. Atribuo, todavia, maior importância ao fato de notarem que, no ritual, o que se verificou não foi o resultado de uma *única* fantasia, mas de diversas, embora tivessem um ponto nodal em alguma parte, e, ademais, que as regras estabelecidas pelo ritual reproduziam os desejos sexuais da paciente, num ponto positivamente, e noutra, negativamente - em parte representavam esses desejos e em parte derivam de defesa contra os mesmos. Poder-se-ia também obter mais alguma coisa da análise desse ritual, se este pudesse ser adequadamente vinculado aos demais sintomas da presente. Nossa investigação, contudo, não segue esta direção. Os senhores devem contentar-se com um indício de que a jovem estava dominada por uma ligação erótica com seu pai, ligação cujos começos remontavam à sua infância. Talvez fosse por isso que ela se portava de forma tão inamistosa com sua mãe [ver em [1]]. E não podemos deixar de atentar para o fato de que a análise deste sintoma nos levou de volta, mais uma vez, à vida sexual de uma paciente. Talvez nos surpreendêssemos menos com isso, à medida que mais freqüentemente compreendemos o sentido e a intenção dos sintomas neuróticos. Mostrei-lhes, portanto, como base em dois exemplos escolhidos, que os sintomas neuróticos, como as parapraxias e os sonhos, possuem um sentido e têm íntima conexão com as experiências do paciente. Posso esperar que acreditarão nesta tese extremamente importante, com as provas dos dois exemplos? Não. Entretanto, podem os senhores exigir que eu continue a dar-lhes outros exemplos, até que se declarem satisfeitos? Novamente, não. Pois, tendo em vista a maneira detalhada como abordo cada caso isoladamente, teria de dedicar um ciclo de conferência de cinco horas ao estabelecimento de apenas este ponto da teoria das neuroses. Devo, assim, contentar-me com ter-lhes dado um prova experimental de minha asserção e, quanto ao restante, remeto-os aos relatos que a bibliografia oferece sobre o assunto - às clássicas interpretações de sintomas

do primeiro caso (de histeria), de Breuer, à vívida luz lançada sobre os mais obscuros sintomas daquilo que se conhece como *dementia praecox*, por C. G. Jung [1907], numa época em que ele era apenas psicanalista e ainda não aspirava a ser profeta; e a todos os trabalhos que desde então têm enchido os nossos periódicos. Não faltavam investigações, justamente sobre esses assuntos. A análise, interpretação e tradução de sintomas psiconeuróticos provaram ser tão atraentes para os psicanalistas, que estes, por um tempo, negligenciaram os demais problemas da neurose. Se algum dos senhores empreender exercícios desta natureza, certamente terá uma poderosa impressão da quantidade de provas documentais. Mas também se defrontará com uma dificuldade. O sentido de um sintoma, conforme verificamos, possui determinada conexão com a experiência do paciente. Quanto mais individual for a forma dos sintomas, mais motivos teremos para esperar que seremos capazes de estabelecer esta conexão. A tarefa, então, consiste simplesmente em descobrir, com relação a uma idéia sem sentido e uma ação despropositada, a situação passada em que a idéia se justificou e a ação serviu a um propósito. O ato obsessivo de nossa paciente, que corria para a mesa e tocava a campainha para chamar a empregada, é um modelo perfeito dessa espécie de sintomas. Existem, contudo - e são muito freqüentes - sintomas de tipo bem diferente. Devem ser descritos como sintomas 'típicos' de uma doença; são quase os mesmos em todos os casos, as distinções individuais neles desaparecem, ou pelo menos diminuem, de tal forma, que é difícil pô-los em conexão com a experiência individual dos pacientes e relacioná-los a situações particulares que vivenciaram. Voltemo-nos, mais uma vez, para a neurose obsessiva. O ritual de dormir de nossa segunda paciente já tem, neste consenso, muitos aspectos típicos, embora, ao mesmo tempo, tenha muitos traços individuais, de forma a tornar possível aquilo que denomino interpretação 'histórica'. Mas todos esses pacientes obsessivos têm uma tendência a repetir, a executar seus atos ritmicamente e a mantê-los isolados de outros atos. A maioria deles lava-se em demasia. Pacientes que sofrem de agorafobia (topofobia ou medo de espaços), que não consideramos mais como neurose obsessiva, mas descrevemos como 'histeria de angústia', freqüentemente repetem os mesmos aspectos, em seus sintomas, com enfadonha monotonia: têm medo de espaços fechados, de amplas praças descampadas, de estradas e ruas longas. Sentem-se protegidos quando acompanhados de um conhecido ou seguidos por um veículo, e assim por diante. Com um *background* semelhante, diferentes pacientes, não obstante, exibem suas exigências individuais - manhas, como se costuma dizer - que, em alguns casos, se contradizem abertamente umas às outras. Um paciente evita apenas ruas estreitas, e um outro, somente ruas largas; um consegue sair somente se houver poucas pessoas na rua, ao passo que um outro apenas sai se existem muitas. Da mesma forma, a histeria, apesar da quantidade de traços individuais, possui em exagero sintomas comuns, típicos, que parecem opor-se a qualquer derivação histórica fácil. E não devemos esquecer que são estes sintomas típicos, na verdade, que nos dão a orientação com que fazemos nosso diagnóstico. Suponhamos que, num caso de histeria, tenhamos realmente constatado um sintoma típico remontar a uma experiência ou a uma seqüência de experiências semelhantes - um caso de vômito histérico, por exemplo, relativo a uma série de recordações desagradáveis -; então ficamos na incerteza quando a análise de um caso semelhante de vômitos revela uma série de

experiências obviamente verdadeiras, de natureza muito diferente. parece, pois, como se, por motivos desconhecidos, os pacientes histéricos não pudessem deixar de ter os vômitos, e como se as causas históricas precipitantes reveladas pela análise fossem apenas pretextos que, no caso de se comprovarem, são explorados por essa necessidade interna.

Assim sendo, defrontamo-nos agora com a desanimadora descoberta de que, embora tenhamos a capacidade de fornecer uma explicação satisfatória dos sintomas neuróticos individuais, mediante sua conexão com as vivências, essa nossa capacidade deixa-nos na incerteza quando chegamos aos sintomas típicos, muito mais frequentes. Ademais disso, estou longe de ter-lhes apontado todas as dificuldades que surgem ao intentarmos a sério efetuar a interpretação histórica dos sintomas. E nem pretendo fazê-lo; pois, embora seja minha intenção não lhes explicar todas as coisas segundo uma perspectiva favorável, ou ocultá-las, não posso atirá-los na perplexidade e na confusão justamente no início de nossos estudos em conjunto. É verdade que apenas estamos no início de nossos esforços de compreender a significação dos sintomas; ater-nos-emos, porém, àquilo que conseguimos e seguiremos nosso caminho, passo a passo, até obtermos o domínio daquilo que ainda não compreendemos. Portanto, tentarei consolá-los com o pensamento de que mal se pode pensar que haja qualquer distinção fundamental entre um tipo de sintoma e outro. Se os sintomas, isoladamente, são tão inequivocamente dependentes das experiências pessoais do paciente, resta a possibilidade de os sintomas psíquicos remontarem a uma experiência que é típica em si mesma - comum a todos os seres humanos. Outros aspectos ocorrentes com regularidade nas neuroses podem constituir relações gerais impostas aos pacientes pela natureza de sua modificação patológica, como as repetições ou as dúvidas na neurose obsessiva. Em resumo, não temos motivos para um desespero prematuro; veremos o que resta por ser visto. Uma dificuldade semelhante se ergue diante de nós na teoria dos sonhos. Não pude abordá-la antes, quando discorremos a respeito de sonhos. O conteúdo manifesto dos sonhos possui a maior diversidade e variedade individual, e mostramos detalhadamente o que é que derivamos deste conteúdo, por meio de uma análise. Além destes, há, contudo, sonhos que igualmente merecem ser chamados de 'típicos', que acontecem em todas as pessoas, da mesma forma; sonhos de conteúdo uniforme, que oferecem as mesmas dificuldades à interpretação. São sonhos com cair, voar, flutuar, nadar, envergonhar-se, estar nu, e alguns outros sonhos de ansiedade - que conduzem, em pessoas diferentes, ora a esta, ora àquela interpretação, sem que se possa elucidar sua uniformidade e ocorrência características. Mas também nesses sonhos observamos ser este substrato comum enriquecido por acréscimos que variam de indivíduo para indivíduo; e é provável que, com a ampliação de nossos conhecimentos, se torne possível, sem empecilhos, incluir também esses sonhos na compreensão da vida onírica, que adquirimos de outros sonhos.

SENHORAS E SENHORES:

Em minha conferência anterior, expressei o desejo de que nosso trabalho pudesse prosseguir com base não em nossas dúvidas, mas sim em nossas descobertas. Não expusemos ainda nada sobre duas das mais interessantes implicações decorrentes de nossas duas amostras de análise.

Começamos pela primeira. Ambas as pacientes dão-nos a impressão de se terem ‘fixado’ em uma determinada parte de seu passado, como se não conseguissem libertar-se dela, e estivessem, por essa razão, alienadas do presente e do futuro. Assim, elas permaneceram enclausuradas em sua doença, da mesma forma como, em épocas anteriores, as pessoas se retiravam para dentro de um mosteiro, a fim de ali suportarem a carga de suas vidas desditosas. O que havia lançado esse destino sobre nossa primeira paciente era o casamento que ela, na vida real, havia abandonado. Por meio de seus sintomas, continuava a manter seu relacionamento com o marido. Pudemos compreender seus anseios que imploravam por ele, que o desculpavam, que o colocavam num pedestal e que lamentavam a perda dele. Embora fosse jovem e desejável para outro homem, havia tomado todas as precauções, reais e imaginárias (mágicas), para permanecer fiel a ele. Não se mostrava a estranhos e negligenciava sua aparência pessoal; ademais, sempre que se sentava numa cadeira, era incapaz de levantar-se rapidamente, recusava-se a assinar o nome e não podia dar nenhum presente, com fundamento na suposição de que dela ninguém devia receber nada. O mesmo efeito se produzia na vida de nossa segunda paciente, a jovem, por meio de uma ligação erótica com seu pai iniciada nos anos anteriores à puberdade. A conclusão que ela mesma tirou foi não poder casar-se enquanto estivesse tão doente. Entretanto, suspeitamos que ficara assim tão doente para não ter de casar e para permanecer com o pai. Não podemos desprezar a questão de saber por que, de que forma e por qual motivo uma pessoa pode chegar a uma atitude assim tão estranha perante a vida, uma atitude tão pouco prática - supondo-se que esta atitude seja uma característica geral das neuroses, e não uma peculiaridade especial dessas duas pacientes. E, de fato, é um aspecto geral, de grande importância prática em toda neurose. A primeira paciente histérica de Breuer [ver em [1], anterior], estava, de modo semelhante, fixada no período em que cuidava de seu pai gravemente doente. Apesar da recuperação, essa paciente, em certo aspecto, permaneceu desligada da vida; permaneceu sadia e eficiente, porém evitou o curso normal da vida de uma mulher. Em cada uma de nossas pacientes, a análise nos mostra que elas foram conduzidas de volta a um determinado período de seu passado, através dos sintomas de sua

doença, ou pelas conseqüências desses sintomas. Na maior parte dos casos, com efeito, escolheu-se, para este fim, uma fase muito precoce da vida - um período de sua infância ou, até mesmo, por mais que isto pareça risível, um período de sua existência como criança de peito. A mais íntima analogia com essa conduta de nossos neuróticos apresenta-se nas doenças que se estão produzindo com especial freqüência precisamente na época atual, por intermédio da guerra - o que se descreve como neuroses traumáticas. Naturalmente, casos semelhantes aparecem também antes da guerra, após colisões de trens e outros acidentes alarmantes envolvendo riscos fatais. As neuroses traumáticas não são, em sua essência, a mesma coisa que as neuroses espontâneas que estamos acostumados a investigar e tratar pela análise; até agora, não conseguimos harmonizá-las com nossos pontos de vista, e espero, em algum época, poder explicar-lhes a razão desta limitação. No entanto, num aspecto devemos insistir em que existe completo acordo entre elas. As neuroses traumáticas dão uma indicação precisa de que em sua raiz se situa uma fixação no momento do acidente traumático. Esses pacientes repetem com regularidade a situação traumática, em seus sonhos, onde correm ataques histeriformes que admitam uma análise, verificamos que o ataque corresponde a uma completa transportação do paciente para a situação traumática. É como se esses pacientes não tivessem findado com a situação traumática, como se ainda tivessem enfrentando-a como tarefa imediata ainda não executada; e levamos muito a sério esta impressão. Mostra-nos o caminho daquilo que podemos denominar de aspecto *econômico* dos processos mentais. Realmente, o termo 'traumático' não tem outro sentido senão o sentido econômico. Aplicando-o a uma experiência que, em curto período de tempo, aporta à mente um acréscimo de estímulo excessivamente poderoso para ser manejado ou elaborado de maneira normal, e isto só pode resultar em perturbações permanentes da forma em que essa energia opera. Esta analogia nos compele a descrever como traumáticas também aquelas experiências nas quais nossos pacientes neuróticos parecem se haver fixado. Isto nos proporia uma causa única para o início da neurose. Assim, a neurose poderia equivaler a uma doença traumática, e apareceria em virtude da incapacidade de lidar com uma experiência cujo tom afetivo fosse excessivamente intenso. Na verdade, foi esta realmente a primeira fórmula pela qual (em 1893 e 1895) Breuer e eu explicamos teoricamente nossas observações. Um caso como aquele da primeira de minhas duas pacientes, em minha conferência anterior - a jovem mulher casada separada de seu marido - ajusta-se muito bem a esta opinião. Ela não tinha superado o fracasso de seu casamento e permanecia ligada ao trauma. Mas nosso segundo caso - o da jovem com uma fixação em seu pai - já nos mostra que a fórmula não proporciona compreensão suficiente. Por um lado, uma menininha estar de tal forma apaixonada por seu pai é algo tão comum e tão freqüentemente superado, que o termo 'traumático', aplicado a este fato, perderia todo o seu significado; e, por outro lado, a história da paciente demonstrou-nos que, numa primeira instância, sua fixação erótica parecia haver-se dissipado sem causar qualquer dano, e foi somente alguns anos mais tarde que reapareceu nos sintomas da neurose obsessiva. Aqui, pois, antevemos complicações, uma maior quantidade de causas para o começo da doença; também podemos, contudo, suspeitar que não há por que abandonar a linha de abordagem traumática como se fosse errônea; deve ser possível fazê-la adequar-se a isto e incluí-la em algum outro lugar.

Aqui, pois, mais uma vez devemos interromper o trajeto que iniciamos. Por agora, não conduz a nada mais, e teremos de nos instruir com outras coisas, antes de podermos encontrar sua correta continuação. Quanto ao tema da fixação numa determinada fase do passado, podemos, porém, acrescentar que tal conduta é muito mais difundida do que a neurose. Toda neurose inclui uma fixação desse tipo, mas nem toda fixação conduz a uma neurose, coincide com uma neurose ou surge devido a uma neurose. Um perfeito modelo de fixação afetiva em algo que é passado, é o que se nos apresenta no luto, que realmente envolve a mais completa alienação do presente e do futuro. Mesmo o julgamento de um leigo, contudo, distinguirá com nitidez entre luto e neurose. Existem, por outro lado, neuroses que podem ser descritas como forma patológica de luto. Também pode acontecer que uma pessoa seja levada a uma parada tão completa, devido a um acontecimento traumático que estremece os alicerces de sua vida, a ponto de abandonar todo o interesse pelo presente e pelo futuro e manter-se permanentemente absorvida na concentração mental no passado. Uma pessoa assim desafortunada, porém, não se torna, por isso, necessariamente neurótica. Não atribuiremos, portanto, demasiado valor a este único aspecto ao caracterizar a neurose, embora ele esteja regularmente presente e possa ser geralmente importante. Voltemo-nos agora para a segunda das descobertas que resultaram de nossas análises; e neste caso não precisamos temer a necessidade de fazer uma subsequente limitação em nossos pontos de vista. Descrevi-lhes como nossa primeira paciente executava um ato obsessivo carente de sentido e como referiu uma recordação íntima de sua vida passada que tinha alguma conexão com ela: e como, a seguir, examinei a conexão entre esse ato e a lembrança, e descobri a intenção do ato obsessivo a partir de sua relação com a lembrança. Existe, porém, um fator que omiti completamente, embora mereça nossa mais completa atenção. Por mais que a paciente repetisse seu ato obsessivo, não sabia que este derivava da experiência por que havia passado. A conexão entre o ato e a experiência estava oculta para ela; apenas podia, muito fielmente, responder que não conhecia aquilo que a fazia executar seu ato. Então, subitamente, um dia, sob a influência do tratamento, consegui descobrir a significação e a referiu a mim. No entanto, ela ainda nada sabia da intenção com que executava o ato obsessivo - a intenção de retificar uma parte desagradável do passado e colocar seu adorado esposo em melhor situação. Levou um tempo consideravelmente longo e foi necessário muito trabalho, antes que compreendesse e admitisse para mim que apenas tal motivo poderia ter sido a força determinada de seu ato obsessivo.

O elo entre a cena após sua infeliz noite de núpcias e o motivo afetivo da paciente constituíram, tomados em conjunto, o que temos chamado de 'sentido' do ato obsessivo. Mas, enquanto executava o ato obsessivo, este sentido lhe tinha sido desconhecido em ambas as direções - tanto o por quê como o para quê. [ver em [1] e [2], adiante.] Os processos mentais, portanto, tinham estado em operação dentro dela e o ato obsessivo era o efeito deles; ela se apercebia deste efeito num estado mental normal, porém nenhum dos predeterminantes deste efeito vieram ao conhecimento de sua consciência. Conduzia-se exatamente da mesma forma que uma pessoa hipnotizada que houvesse recebido de Bernheim a ordem de abrir um guarda-chuva, na enfermaria do hospital, cinco minutos após

haver despertado. O homem executava esta ordem quando estava acordado, mas não podia referir o motivo de sua ação. É uma situação semelhante que temos diante de nossos olhos quando falamos na existência de *processos mentais inconscientes*. Podemos desafiar a quem quer que seja, no mundo, que faça uma descrição científica mais correta desta situação e, se o fizer, de bom grado renunciaremos à nossa hipótese de processos mentais inconscientes. Enquanto tal não acontecer, porém, nos aferraremos à hipótese; e se alguém levantar a objeção de que aqui o inconsciente não constitui nada de real, num sentido científico, que é um artifício, *une façon de parler*, podemos apenas sacudir os ombros resignadamente, e não levar em conta o que diz, por inteligível. Algo não real, que produz efeitos de uma realidade tão tangível como um ato obsessivo! Encontramos na segunda paciente aquilo que, em essência, é a mesma coisa. Ela estabeleceu a regra de que o travesseiro não devia tocar o encosto da cabeceira da cama, e tinha de obedecer a essa regra, ainda que não soubesse de onde esta se originava, o que significava, ou a que motivos devia seu poder. A paciente considerar a regra como algo indiferente, ou lutar contra a mesma, ou irritar-se com ela, ou decidir transgredi-la - nada disso determinava qualquer modificação na sua execução. Tinha de ser obedecida, e ela se perguntava em vão, por quê. Devemos reconhecer, entretanto, que esses sintomas de neurose obsessiva, essas idéias e impulsos que emergem não se sabe de onde, que provam ser resistentes a toda influência de uma mente sob outros aspectos normal, que dão ao paciente a impressão de se tratar de convidados todo-poderosos de um outro mundo, seres imortais imiscuindo-se no turbilhão da vida mortal - esses sintomas oferecem a mais clara indicação de que existe uma região da mente, por completo isolada do resto. Conduzem, por uma via que não se pode perder, a uma convicção da existência do inconsciente na mente; e é precisamente por esta razão que a psiquiatria clínica, que está familiarizada apenas com uma psicologia da consciência, não consegue abordar esses sintomas de nenhuma outra forma que não seja qualificando-os como sinais de um tipo especial de degeneração. Idéias obsessivas e impulsos obsessivos naturalmente não são, em si mesmos, inconscientes, algo mais do que a realização de atos obsessivos escapa à percepção consciente. Não se teriam tornado sintomas, se não tivessem forçado o caminho até à consciência. Mas seus motivos predeterminantes, que inferimos por meio da análise, as conexões em que os inserimos, pela interpretação, são inconscientes, pelo menos enquanto não os tivermos tornado conscientes para o paciente, através do trabalho da análise.

Ora, se os senhores considerarem mais atentamente que a situação que estabelecemos em nossos dois casos se confirma em relação a todos os sintomas de toda doença neurótica - que sempre e em toda parte o sentido dos sintomas é desconhecido para o paciente, e que a análise regularmente demonstra que esses sintomas constituem derivados de processos inconscientes, contudo podendo, sujeitos a variadas circunstâncias favoráveis, fazer-se conscientes - se considerarem isto, os senhores compreenderão que, na psicanálise, não podemos prescindir daquilo que é, ao mesmo tempo, inconsciente e mental, e que estamos habituados a operar com esse algo, como se se tratasse de alguma coisa perceptível pelos sentidos. Os senhores, porém, também entenderão, talvez, quão incapazes de formar um

juízo desta questão são todas essas outras pessoas familiarizadas apenas com o inconsciente enquanto conceito, que jamais efetuaram uma análise e jamais interpretaram sonhos, ou encontraram sentido e intenção nos sintomas neuróticos. Vale anunciar, mais uma vez, para nossos fins: a possibilidade de conferir um sentido aos sintomas neuróticos, mediante interpretação analítica, é uma prova inarredável da existência - ou, se preferem, da necessidade de manter a hipótese ... de processos mentais inconscientes.

Isto não é tudo, porém. Graças a uma segunda descoberta de Breuer, que a mim parece mais significativa ainda do que a outra [ver em [1]], a que ele empreendeu sozinho, aprendemos ainda mais acerca da conexão entre os sintomas neuróticos e o inconsciente. Não apenas o sentido dos sintomas é, com regularidade, inconsciente, mas também existe uma relação inseparável entre este fato de os sintomas serem inconscientes e a possibilidade de eles existirem. Logo os senhores me compreenderão. Estou de acordo com Breuer ao afirmar que sempre ao encontrarmos um sintoma, poderemos concluir existirem determinados processos mentais definidos, no paciente, os quais contêm o sentido do sintoma. Mas, também é necessário que este sentido seja inconsciente, para que o sintoma possa surgir. Jamais se constroem sintomas a partir de processos conscientes; tão logo os processos inconscientes pertinentes se tenham tornado conscientes, o sintoma deve desaparecer. Aqui os senhores prontamente percebem um meio de se chegar à terapia, uma forma de fazer os sintomas desaparecerem. E, dessa maneira, Breuer realmente recuperou sua paciente histérica - isto é, libertou-a de seus sintomas; encontrou uma técnica de trazer à consciência os processos mentais inconscientes que continham o sentido dos sintomas, e os sintomas desapareceram.

Essa descoberta de Breuer não foi resultado de especulação, mas sim uma feliz observação que se tornou possível pela cooperação da paciente. E nem devem os senhores atormentar-se com tentativas de compreender essa descoberta atribuindo-a a algo anteriormente conhecido; devem reconhecer nela um fato fundamental novo, com cujo auxílio muita coisa se tornará explicável. Permitam-me, portanto, repetir-lhes a mesma coisa, de outro modo. A construção de um sintoma é o substituto de alguma outra coisa que não aconteceu. Determinados processos mentais normalmente deveriam ter evoluído até um ponto em que a consciência recebesse informações deles. Isto, porém, não se realizou, e, em seu lugar - a partir dos processos interrompidos, que de alguma forma foram perturbados e obrigados a permanecer inconscientes - o sintoma emergiu. Assim, passou-se algo semelhante a uma troca; se isso puder ser invertido, o tratamento dos sintomas neuróticos terá atingido seus objetivos. A descoberta de Breuer ainda é o alicerce da terapia psicanalítica. A tese, segundo a qual os sintomas desaparecem quando se fazem conscientes seus motivos predeterminantes inconscientes, tem sido confirmada por todas as pesquisas subseqüentes, embora nos defrontemos com as mais estranhas e inesperadas complicações ao tentarmos pô-la em prática. Nossa terapia age transformando aquilo que é inconsciente em consciente, e age apenas na medida em que tem condições de efetuar essa transformação. Devo fazer agora, rapidamente, uma breve digressão, a fim de evitar o risco

de os senhores imaginarem que este trabalho terapêutico seja realizado com muita facilidade. Daquilo que lhes disse até aqui, uma neurose poderia resultar de uma espécie de ignorância - um não-saber acerca de acontecimentos mentais de que se deveria saber. Isto seria uma aproximação mais efetiva a algumas conhecidas doutrinas socráticas, segundo as quais até mesmo os vícios se baseiam na ignorância. Ora, via de regra seria muito fácil, para um médico experiente em análise, compreender que impulsos mentais tivessem permanecido inconscientes em determinado paciente. Então não lhe seria muito difícil, também, recuperar o paciente, comunicado seu conhecimento a este e assim remediando a ignorância de seu paciente. Pelo menos parte do sentido inconsciente do sintoma poderia ser abordada desta maneira, embora seja verdade que o médico não pode adivinhar muito a respeito da outra parte - a conexão entre os sintomas e as experiências do paciente - de vez que o médico desconhece essas experiências e deve esperar até que o paciente as recorde e narre. Mesmo para isso, contudo, pode-se, em alguns casos, encontrar um sucedâneo. Pode-se indagar acerca dessas experiências junto aos parentes do paciente, e estes amiúde conseguirão reconhecer qual delas teve um efeito traumático, podendo até mesmo, vez e outra, referir experiências de que o próprio paciente nada conhece, porque ocorreram em uma época muito do início de sua vida. Combinando, então, estes dois métodos, deveríamos ganhar a perspectiva de aliviar o paciente de sua ignorância patogênica, com pouco dispêndio de tempo e de trabalho. Oxalá as coisas se passassem desta maneira! Chegaríamos a descobertas, com relação a este tema, para as quais, de início, estávamos despreparados. Saber nem sempre é a mesma coisa que saber: existem diferentes formas de saber, que estão longe de serem psicologicamente equivalentes. 'Il y a fagots et fagots', como disse Molière. O conhecimento do médico não é o mesmo que o do paciente, e não pode causar os mesmos efeitos. Se o médico transferir seu conhecimento para o paciente, na forma de informação, não se produz nenhum resultado. Não, seria incorreto dizer isso. Não resulta em remoção do sintoma, mas tem um outro resultado - o de pôr em movimento a análise, do que um dos primeiros sinais, freqüentemente, são as expressões de rechaço. O paciente sabe, depois disso aquilo que antes não sabia - o sentido de seus sintomas; porém, sabe tanto quanto sabia. Com isso, aprendemos que existe mais de uma espécie de ignorância. Necessitaremos ter uma compreensão mais profunda da psicologia, para que esta nos mostre em que consistem essas diferenças. Malgrado isso, continua, porém, verdadeira a nossa tese segundo a qual os sintomas desaparecem quando seu sentido se torna conhecido. Tudo quanto nos resta acrescentar é que o conhecimento deve basear-se numa modificação interna no paciente, e esta só pode efetuar-se através de uma parcela de trabalho psicológico orientado para um objetivo determinado. Aqui deparamos com problemas que, presentemente, serão agrupados na *dinâmica* da construção dos sintomas. Agora devo perguntar; senhores, se isto que estou dizendo não é demasiado obscuro e complicado. Não estaria eu confundindo-os ao retomar, com tanta freqüência, coisas que já disse ou fazendo ressalvas às mesmas - ao iniciar seqüências de idéias e depois abandoná-las? Lamentaria se isto acontecesse. Porém, desagrada-me muito simplificar as coisas às custas da veridicidade. Não tenho o que objetar contra o fato de os senhores receberem todo o impacto da multiplicidade e complexidade de nosso tema; e também penso que não lhes

causo prejuízo se em cada ponto lhes transmito mais do que os senhores podem utilizar. Afinal, estou consciente de que todo ouvinte ou leitor, em sua mente, ordena, resume e simplifica tudo o que lhe é apresentado, e de tudo isto seleciona o que gostaria de reter. Até certo ponto, sem dúvida, procede o fato de que, quanto mais se tem à disposição, mais pode ser usufruído. Permitam-se esperar que, apesar de todos os aspectos secundários, os senhores tenham apreendido nitidamente a parte essencial daquilo que lhes comuniquei - a respeito do sentido dos sintomas, a respeito do inconsciente e a respeito da relação entre ambos. Sem dúvida, também terão percebido que nossos esforços subseqüentes nos conduzirão em duas direções: primeiro, nos levarão a descobrir a maneira pela qual as pessoas adoecem e como podem vir a adotar a atitude neurótica em relação à vida - o que é um problema clínico; e, em segundo lugar, far-nos-ão entender como os sintomas patológicos se desenvolvem a partir das causas da neurose - o que constitui um problema de dinâmica mental. Ademais disso, deve haver algures um ponto em que os dois problemas convergem.

Por hoje, não prosseguirei mais nesse tópico. No entanto, como ainda temos algum tempo disponível, gostaria de chamar sua atenção para um outra característica de nossas duas análises, que só será possível apreciar novamente, de modo completo, mais adiante - para as lacunas nas recordações do paciente, suas amnésias. Conforme já ouviram falar [ver em [1]], a tarefa do tratamento psicanalítico pode ser expressa nesta fórmula: sua tarefa consiste em tornar consciente tudo o que é patogenicamente inconsciente. Os senhores talvez se surpreenderão ao constatar, então, que esta fórmula pode ser substituída por uma outra: sua tarefa consiste em preencher todas as lacunas da memória do paciente, em remover as amnésias [ver em [1]]. O que corresponderia à mesma coisa. Com isso queremos dizer que as amnésias dos pacientes neuróticos possuem importante conexão com a origem de seus sintomas. No entanto, se os senhores considerarem o caso de nossa primeira análise, não encontrarão justificativa para esse conceito de amnésia. A paciente *não* havia esquecido a cena da qual se derivava seu ato obsessivo; pelo contrário, tinha nítida recordação da mesma e nenhuma outra coisa esquecida desempenhou qualquer papel na origem do sintoma. A situação no caso de nossa segunda paciente (a jovem com o ritual obsessivo), embora menos clara, era, em seu conjunto, análoga. Não se havia realmente esquecido de sua conduta de anos anteriores de sua vida - o fato de haver insistido em que a porta entre o quarto de seus pais e seu quarto fosse mantida aberta, e de haver expulsado sua mãe do lugar que ocupava na cama dos pais; recordava-se disto muito bem, embora com hesitação e contra a vontade. A única coisa que podemos considerar surpreendente é que a primeira paciente, ao realizar seu ato obsessivo em inúmeras ocasiões, nem *uma vez* sequer tenha percebido sua semelhança com a experiência da noite de núpcias, e que a lembrança respectiva não lhe ocorresse quando se lhe faziam perguntas diretas no sentido de encontrar os motivos de seu ato obsessivo. E o mesmo se aplica à adolescente cujo ritual e suas causas estavam em conexão principalmente com uma situação que se repetia, de forma idêntica, todas as noites. Em ambos estes casos, não havia amnésia verdadeira, não havia perda de memória; mas rompera-se uma conexão que devia ter acarretado a reprodução ou a reemergência da lembrança.

Para a neurose obsessiva, basta uma perturbação da memória deste tipo; na histeria, porém, o caos é diferente. Via de regra, esta neurose é marcada por amnésia em escala realmente grande. Ao analisar cada sintoma histérico isoladamente, descobre-se, geralmente, toda uma seqüência de impressão de eventos que, quando tornam a emergir, são descritos explicitamente pelo paciente como tendo sido esquecidos até então. Por outro lado, essa seqüência remonta aos primeiros anos de vida, de forma que a amnésia histérica pode ser reconhecida como continuação imediata da amnésia infantil que, para nós, pessoas normais, ocultou os começos de nossa vida mental. [ver em [1] e seg., acima.] Ao seu lado, constatamos, com assombro, que até mesmo as mais recentes experiências do paciente podem estar sujeitas a esquecimento, e que as circunstâncias que precipitaram a irrupção da doença ou levaram à sua intensificação, são especialmente invadidas, se não totalmente apagadas, pela amnésia. Acontece, com regularidade, que detalhes importantes desaparecem do quadro total de uma recordação recente deste tipo, ou foram substituídos por falsificações da memória. Com efeito, sucede, com regularidade quase igual, que determinadas lembranças de vivências recentes apenas emergem um pouco antes do final de uma análise - lembranças que haviam sido retidas até esse momento tardio, e deixado lacunas perceptíveis na continuidade do caso.

Essas limitações da capacidade da memória, conforme já disse, são características da histeria, na qual, de fato, determinados estados também surgem como sintomas - os ataques histéricos -, que não deixam atrás de si qualquer vestígio na memória. Se as coisas se passam diferentemente na neurose obsessiva, os senhores podem concluir que nessas amnésias estamos lidando com uma característica psicológica da modificação que ocorre na histeria, e não é um aspecto universal das neuroses em geral. A importância desta distinção reduz-se com a seguinte consideração. Temos incluído duas coisas como 'sentido' de um sintoma: o seu 'de onde' e seu 'para quê' ou sua 'finalidade' [pág. 25] - ou seja, as impressões e experiências das quais surgiu e as intenções a que serve. Assim, o 'de onde' de um sintoma se reduz a impressões que vieram do exterior, que uma vez forma necessariamente conscientes e podem, a partir daí, ter-se tornado inconscientes através do esquecimento. O 'para quê' de um sintoma, seu propósito, no entanto, é invariavelmente um processo endopsíquico, que possivelmente teria sido consciente, no início, mas pode igualmente não ter sido jamais consciente e ter permanecido no inconsciente desde o início. Por isso, não é de grande importância se a amnésia influenciou também o 'de onde' - as experiências em que o sintoma se baseia - como acontece na histeria; é no 'para quê', no propósito do sintoma que pode ter sido inconsciente desde o início, que se baseia sua dependência do inconsciente - e não menos firmemente na neurose obsessiva do que na histeria.

Ao enfatizar desta maneira o inconsciente na vida mental, contudo, conjuramos a maior parte dos maus espíritos da crítica contrário à psicanálise. Não se surpreendam com isso, e não suponham que a resistência contra nós se baseia tão-somente na compreensível dificuldade que constitui o inconsciente ou na relativa inacessibilidade das experiências que

proporcionam provas do mesmo. A origem dessa resistência, segundo penso, situa-se em algo mais profundo. No transcorrer dos séculos, o *ingênuo* amor-próprio dos homens teve de submeter-se a dois grandes golpes desferidos pela ciência. O primeiro foi quando souberam que a nossa Terra não era o centro do universo, mas o diminuto fragmento de um sistema cósmico de uma vastidão que mal se pode imaginar. Isto estabelece conexão, em nossas mentes, com o nome de Copérnico, embora algo semelhante já tivesse sido afirmado pela ciência de Alexandria. O segundo golpe foi dado quando a investigação biológica destruiu o lugar supostamente privilegiado do homem na criação, e provou sua descendência do reino animal e sua inextirpável natureza animal. Esta nova avaliação foi realizada em nossos dias, por Darwin, Wallace e seus predecessores, embora não sem a mais violenta oposição contemporânea. Mas a megalomania humana terá sofrido seu terceiro golpe, o mais violento, a partir da pesquisa psicológica da época atual, que procura provar o ego que ele não é senhor nem mesmo em sua própria casa, devendo, porém, contentar-se com escassas informações acerca do que acontece inconscientemente em sua mente. Os psicanalistas não foram os primeiros e nem os únicos que fizeram essa invocação à introspecção; todavia, parece ser nosso destino conferir-lhe expressão mais vigorosa e apoiá-la com material empírico que é encontrado em todas as pessoas. Em conseqüência, surge a revolta geral contra nossa ciência, o desrespeito a todas as considerações de civilidade acadêmica e a oposição se desvencilha de todas as barreiras da lógica imparcial. Em ademais de tudo isso, perturbamos a paz deste mundo também de uma outra forma, conforme em breve os senhores ouvirão.

CONFERÊNCIA XIX

RESISTÊNCIA E REPRESSÃO

SENHORAS E SENHORES:

Antes de empreendemos qualquer outro avanço em nossa compreensão das neuroses, necessitamos de algumas observações novas. Aqui estão duas, ambas muito notáveis; quando de sua descoberta, causaram muito surpresa. Nossas conferências realizadas no ano passado certamente os prepararam para ambas. Em primeiro lugar, então, quando assumimos a tarefa de recuperar um paciente para a saúde, aliviá-lo dos sintomas de sua doença, ele nos enfrenta com uma resistência intensa e persistente, que se prolonga por toda a duração do

tratamento. Este é um fato tão estranho que não podemos esperar que as pessoas acreditem muito nele. A este respeito é melhor nada dizer aos parentes dos pacientes, pois eles, invariavelmente, consideram-no desculpa de nossa parte para o prolongamento ou fracasso de nosso tratamento. O paciente, também, apresenta todos os fenômenos desta resistência, sem reconhecê-la como tal, e, se pudermos induzi-lo a adotar nossa opinião a respeito dela e a contar com a existência da mesma, isto já se pode considerar como grande êxito. Pensem apenas nisto: O paciente, que tanto sofre com os seus sintomas e tanto sofrimento causa àqueles que convivem com ele, que está disposto a enfrentar tantos sacrifícios em tempo, dinheiro, esforço e autodisciplina, a fim de se libertar desses sintomas - temos de acreditar que esse mesmo paciente empreende uma luta no interesse da sua doença, contra a pessoa que o está ajudando. Como deve parecer improvável esta afirmação!

E, no entanto, é verdadeira; e quando sua improbabilidade nos é apontada, podemos somente responder que essa situação também tem analogias. Uma pessoa que vai ao dentista, por causa de uma dor de dente insuportável, assim mesmo procurará afastar o dentista quando este se aproxima do dente doente, com um boticão.

A resistência do paciente apresenta-se sob muitíssimos tipos, extremamente sutis e freqüentemente difíceis de detectar; e mostra mutações cambiantes nas formas em que se manifesta. O médico deve ser incrédulo e manter-se em guarda contra ela.

No tratamento psicanalítico, fazemos uso da mesma técnica que os senhores já conhecem da interpretação de sonhos. Instruímos o paciente para se colocar em um estado de auto-observação tranqüila, irrefletida, e nos referir quaisquer percepções internas que venha a ter - sentimentos, pensamentos, lembranças - na ordem em que lhe ocorrem. Ao mesmo tempo, advertimo-lo expressamente a não deixar que algum motivo leve-o a fazer uma seleção entre essas associações ou a excluir alguma dentre elas, seja porque é muito *desagradável* ou muito *indiscreta* para ser dita, ou porque é muito *banal* ou *irrelevante*, ou que é *absurda* e não necessita ser dita. Sempre insistimos com o paciente para seguir apenas a superfície de sua consciência e pôr de lado toda crítica sobre aquilo que encontrar, qualquer que seja a forma que esta crítica possa assumir; e asseguramos-lhe que o sucesso do tratamento, e sobretudo sua duração, depende da conscienciosidade com que ele obedece a esta regra técnica fundamental da análise. Já sabemos, da técnica da interpretação de sonhos, que aquelas associações que originam as dúvidas e objeções, que acabei de enumerar, são justamente as que invariavelmente contêm o material que leva à descoberta do inconsciente. [Cf. Conferência VII, ver em [1].] A primeira coisa que conseguimos ao estabelecer a regra técnica fundamental é que ela se transforma no alvo dos ataques da resistência. O paciente procura, por todos os meios, livrar-se das exigências desta regra. Num momento, declara que não lhe ocorre nenhuma idéia; no momento seguinte, que tantos pensamentos se acumulam dentro de si, que não pode apreender nenhum. Ora constatamos com desgostosa surpresa que o paciente cedeu primeiro a uma e, depois a mais outra objeção crítica: no-lo

revela pelas longas pausas que introduz em seus comentários. E logo depois, admite que existe algo que de fato não pode dizer - ele teria vergonha de dizer; e permite que este motivo prevaleça sobre sua promessa. Ou diz que lhe ocorreu algo, mas que isto se refere a outra pessoa, e não a ele mesmo, e, em vista disso, não há por que referi-lo. Ou ainda, aquilo que agora lhe acudiu à mente é realmente sem importância, excessivamente tolo e sem sentido: como é que eu poderia imaginar que ele enveredasse por pensamentos desse tipo. E assim continua, com inumeráveis variações e apenas se pode replicar que 'dizer tudo' realmente significa 'dizer tudo'. Difícilmente haver-se-á de encontrar um único paciente que não faça uma tentativa de reservar uma ou outra região para si próprio, de modo a evitar que o tratamento tenha acesso a ela. Um homem, que só posso descrever como possuidor da mais elevada inteligência, manteve um silêncio deste tipo, durante semanas, por ocasião do término de um caso amoroso íntimo, e, solicitado a dar as razões de haver rompido a regra estabelecida, defendeu-se com o argumento de que pensava que essa história especificamente constituía assunto particular seu. O tratamento psicanalítico por certo não reconhece tal direito de asilo. Suponham que se fizesse, numa cidade como Viena, a experiência de considerar uma praça, como a do Hoher Markt, ou uma igreja, como a de Santo Estêvão, lugares em que nenhuma pessoa pudesse ser presa, e suponham que então precisássemos apanhar um determinado criminoso. Poderíamos ter bastante certeza de encontrá-lo num desses refúgios. Certa vez, decidi permitir a um homem, de cuja eficiência muitas coisas dependiam no mundo externo, o direito de fazer uma exceção dessa espécie porque ele estava obrigado, por dever de seu ofício, a não fazer comunicação acerca de determinadas coisas a outras pessoas. É verdade que ele ficou satisfeito com o resultado; mas eu não. Resolvi não repetir uma tentativa sob tais condições.

Os neuróticos obsessivos entendem perfeitamente de como tornar a regra técnica quase inútil, aplicando nela sua superconscienciosidade e suas dúvidas. Pacientes que sofrem de histeria de angústia por vezes conseguem seguir a regra *ad absurdum*, referindo apenas associações tão distantes daquilo que andamos pesquisando, que não contribuem em nada para a análise. Não é, porém, minha intenção iniciá-los no manejo dessas dificuldades técnicas. É suficiente dizer-lhes que, no fim com resolução e perseverança, conseguimos extorquir à resistência certo grau de obediência à regra técnica fundamental - que, com isso, passa para outra esfera. Por vezes, surge como resistência *intelectual*, luta com argumentos e explora todas as dificuldades e improbabilidades que um pensar normal, porém não instruído, encontra nas teorias da análise. Por vezes, somos obrigados a ouvir de uma só pessoa todas as críticas e objeções que assaltam nossos ouvidos, em coro, na bibliografia científica referente ao assunto. E, por essa razão, nenhum desses clamores que nos atingem de fora, nos soam desconhecidos. É uma regular tempestade em copo d'água. No entanto, o paciente está desejoso de argumentar; anseia fazer como que passemos a instruí-lo, ministrar-lhe ensinamentos, contradizê-lo, iniciá-lo na literatura, de modo que possa adquirir mais conhecimentos. Está muito disposto a tornar-se um adepto da psicanálise - com a condição de que a análise poupe a sua pessoa. Mas reconhecemos esta curiosidade como sendo resistência, como manobra tendente a nos desviar de nossas tarefas específicas, e

repelimo-la. No caso de um paciente obsessivo, haveremos de esperar táticas de resistências especiais. Frequentemente, permitirá que a análise prossiga sem empecilhos em seu caminho, de modo que ela possa esclarecer, cada vez melhor, o enigma de sua doença. Começamos a nos admirar, por fim, de este aclaramento não se acompanhar de nenhum efeito prático, nenhuma diminuição dos sintomas. Então conseguimos perceber que a resistência se refugiou dentro da dúvida, que é própria da neurose obsessiva, e desta posição ela consegue resistir-nos. É como se o paciente dissesse: ‘Sim, está tudo muito bem, muito interessante, e terei muito satisfação em prosseguir ainda mais. Eu mudaria um bocado minha doença, se tudo isto fosse verdade. Mas não acredito, nem um pouco, que seja verdade; e, na medida em que não acredito, não faz qualquer diferença para minha doença.’ As coisas podem continuar assim por longo tempo, até que finalmente a pessoa enfrenta diretamente essa atitude de reserva, e então se fere a batalha decisiva. As resistências intelectuais não são as piores: sempre é possível superá-las. O paciente também sabe, contudo, como erguer resistência sem sair de esquema de referência da análise, e a superação desta situação está entre os problemas técnicos mais difíceis. Em vez de recordar, *repete* atitudes e impulsos emocionais o início de sua vida, que podem ser utilizados como resistência contra o médico e tratamento, através do que se conhece como ‘transferência’. Se o paciente é um homem, geralmente extrai este material de sua relação com seu pai, em cujo lugar coloca o médico, e dessa forma constrói resistências que surgem a partir de seu esforço de se tornar independente, em si próprio e em suas opiniões, a partir de sua ambição, cujo objetivo primeiro consistia em fazer as coisas tão bem como seu pai, ou superá-lo; ou a partir de sua aversão a se endividar, pela segunda vez na vida, com uma carga de gratidão. Assim, às vezes, tem-se a impressão de que o paciente substitui inteiramente sua melhor intenção de pôr um fim à sua doença, pela intenção alternativa de negar que o médico tenha razão, de fazer com que este reconheça sua impotência e de triunfar sobre ele. As mulheres têm um talento de mestre para explorar, na relação com o médico, uma transferência afetuosa, com nuances eróticas, destinada à resistência. Se esta ligação atinge determinado nível, desaparece todo o seu interesse pela situação imediata do tratamento e todas as obrigações que assumiram no início; seu ciúme, que nunca está ausente, e sua irritação ante a inevitável rejeição, embora expressos respeitosamente, não podem deixar de ter como efeito um dano na harmonia entre paciente e médico, e assim inativam uma das mais poderosas forças motrizes da análise. Resistências deste tipo não devem ser condenadas apressadamente. Incluem tanto material importante do passado do paciente e trazem-no à lembrança de forma tão convincente, que elas se tornam os melhores suportes da análise, se uma técnica habilidosa souber dar-lhes o rumo apropriado. Não obstante, deve-se observar que esse material está sempre a serviço da resistência, em princípio, e revela uma *façade* que é hostil ao tratamento. Também se pode dizer que aquilo que se mobiliza para lutar contra as modificações que nos esforçamos por efetivar, são traços de caráter, atitudes do ego. Com referências a este aspecto, descobrimos que esses traços de caráter foram formados em conexão com as causas da neurose e como reação contra as exigências desta; e encontramos traços que normalmente não conseguem emergir ou não podem emergir no mesmo grau, e que se poderia descrever como latentes. Ademais, não devem os senhores

ficar com a impressão de que consideramos o aparecimento dessas resistências um risco imprevisto para o empreendimento analítico. Não; estamos conscientes de que essas resistências estão fadadas a vir à luz; de fato, ficamos insatisfeitos quando não conseguimos fazê-las surgir de maneira suficientemente clara e quando somos incapazes de demonstrá-las ao paciente. Na verdade, chegamos a compreender, finalmente, que a superação dessas resistências constitui a função essencial da análise e é a única parte do nosso trabalho que nos dá a segurança de havermos conseguido algo com o paciente. Se os senhores refletirem também que o paciente transforma todos os eventos casuais, ocorrentes durante a análise, em interferências no tratamento; que ele utiliza, como motivos para afrouxar seus esforços, todo acontecimento perturbador externo à análise, todo comentário feito por uma pessoa ou autoridade, em seu ambiente, hostil à psicanálise, toda doença orgânica eventual ou tudo aquilo que complica sua neurose, e até mesmo, na verdade, toda melhora em seu estado - se considerarem tudo isto, terão obtido uma imagem aproximada, embora ainda incompleta, das formas e dos métodos da resistência; e a luta contra esta resistência faz parte de toda análise. Abordei este ponto de forma assim tão detalhada, porque agora devo informar-lhes que esta experiência nossa com a resistência dos neuróticos à remoção de seus sintomas tornou-se a base de nosso ponto de vista dinâmico das neuroses. Inicialmente, Breuer e eu empreendíamos a psicoterapia por meio da hipnose; a primeira paciente de Breuer foi totalmente tratada sob

influência hipnótica, e, no início, eu o segui neste procedimento. Admito que, naquela época, o trabalho avançava mais fácil e satisfatoriamente, e também em muito menos tempo. Os resultados eram, porém, incertos e não duradouros, e por esse razão finalmente abandonei a hipnose. E então compreendi que não se tornaria possível a compreensão da dinâmica destas doenças enquanto fosse empregada a hipnose. Este estado era justamente capaz de subtrair à percepção do médico a existência da resistência. Ele fazia recuar a resistência, tornando uma determinada área livre para o trabalho analítico e represava-a nas fronteiras desta área sob uma tal forma, que se tornava impenetrável, do mesmo modo como a dúvida age na neurose obsessiva. Por esse motivo, tenho podido declarar que a psicanálise propriamente dita começou quando dispensei o auxílio da hipnose. Se, entretanto, tornou-se tão importante reconhecer a resistência, faríamos bem em deixar lugar para uma cautelosa dúvida quanto a saber se não estivemos despreocupados demais em nossas suposições sobre a resistência. Com efeito, talvez haja casos de neurose em que as associações falhem por outros motivos, talvez os argumentos contra nossas hipóteses realmente mereçam que seu conteúdo seja examinado, e estejamos fazendo uma injustiça aos pacientes ao catalogar, tão convenientemente, suas críticas intelectuais como sendo resistência. No entanto, senhores, não chegamos a esta conclusão levemente. Temos tido oportunidade de observar todos esses pacientes críticos no momento da emergência de uma resistência e após o seu desaparecimento. Pois a resistência constantemente está modificando sua intensidade durante o transcorrer do tratamento, cresce sempre quando nos aproximamos de um novo assunto, alcança sua intensidade máxima quando estamos no clímax da abordagem desse assunto, e se dissipa quando o assunto é posto de lado. E não temos por que encontrar, a menos que

tenhamos sido culpados de alguma incorreção especial em nossa técnica, a carga total de resistência de que um paciente é capaz. Portanto, temos tido a possibilidade de nos convencer de que, em ocasiões incontáveis no decurso de sua análise, a mesma pessoa abandonará sua atitude crítica e depois a reassumirá. Se estamos na iminência de trazer-lhe à consciência uma parcela de material inconsciente especialmente desagradável, a pessoa se torna extremamente crítica; pode ter empreendido e aceito muitas coisas previamente, agora, todavia, é simplesmente como se aquelas aquisições tivessem sido anuladas; em seu esforço de se opor, a todo custo, pode oferecer o quadro completo de um imbecil emocional. Se, contudo, conseguimos ajudá-la a superar essa nova resistência, ela recupera sua compreensão interna (*insight*) e entendimento. Sua faculdade crítica não é, assim, uma função independente a ser respeitada como tal, é o instrumento de suas atitudes emocionais e orienta-se segundo sua resistência. Se existe alguma coisa de que não gosta, pode empreender contra esta uma luta ferrenha e parecer extremamente crítica; mas se alguma coisa reza conforme sua cartilha, pode, pelo contrário, mostrar-se muitíssimo crédula. Talvez nenhuma de nós seja muito diferente; alguém, que está sendo analisado apenas revela esta subordinação do intelecto à vida afetiva tão claramente, porque na análise exercemos sobre ele uma pressão assim tão grande. Como, pois, explicamos nossa observação, segundo a qual o paciente luta com tamanha energia contra a remoção de seus sintomas e o estabelecimento de seus processos mentais em um curso normal? Dizemos a nós mesmos que conseguimos descobrir, aqui, forças poderosas que se opõem a qualquer modificação na condição do paciente; devem ser as mesmas que, no passado, produziram esta condição. Durante a formação de seus sintomas, algo deve ter-se passado, que agora podemos reconstituir a partir de nossas experiências durante a *resolução* de seus sintomas. Já sabemos, através da observação de Breuer, que há uma precondição para a existência de um sintoma: algum processo mental deve não ter sido conduzido normalmente até seu objetivo normal - que era o objetivo de poder tornar-se consciente. O sintoma é o substituto daquilo que não aconteceu nesse ponto [ver em [1] e [2], acima]. Agora sabemos em que ponto devemos localizar a ação da força que presumimos. Uma violenta oposição deve ter-se iniciado contra o acesso à consciência do processo mental censurável, e, por este motivo, ele permaneceu inconsciente. Por constituir algo inconsciente, teve o poder de construir um sintoma. Esta mesma oposição, durante o tratamento psicanalítico, se insurge, mais uma vez, contra nosso esforço de tornar consciente aquilo que é inconsciente. É isto o que percebemos como resistência. Propusemos dar ao processo patogênico, que é demonstrado pela resistência, o nome de *repressão*.

Devemos, agora, formar idéias mais definidas acerca do processo de repressão. Esta é a condição da formação dos sintomas; também é, contudo, algo em relação ao qual não encontramos nada semelhante. Tomemos como nosso modelo um impulso, um processo mental que tenta transformar-se em ação. Sabemos que pode ser repellido por aquilo que denominamos rejeição ou condenação. Quando isto acontece, a energia à sua disposição é retirada dele; o impulso torna-se impotente, ainda que possa persistir como lembrança. Todo o processo de chegar a uma decisão referente ao mesmo segue seu curso no âmbito do conhecimento do ego. Passa-se algo muito diverso quando o mesmo impulso está sujeito à repressão. Nesse caso, ele conservaria sua energia e dele não restaria nenhuma recordação; além disso, o processo de repressão seria realizado sem ser percebido pelo ego. Esta comparação, portanto, não nos aproxima da natureza essencial da repressão. Apresentarei aos senhores as únicas idéias teóricas que revelaram ser de alguma utilidade para dar ao conceito de repressão um contorno mais definido. Sobretudo é essencial, para esse propósito, que passemos da significação puramente descritiva da palavra “inconsciente” à significação sistemática da mesma palavra. Isto é, decidiremos dizer que o fato de um processo psíquico ser consciente ou inconsciente é apenas um de seus atributos, e não necessariamente um atributo isento de ambigüidade. Se um processo desse tipo permaneceu inconsciente, o fato de ser ele mantido afastado da consciência talvez possa ser apenas uma indicação de alguma vicissitude por que passou, e não a vicissitude mesma. A fim de formar uma imagem dessa vicissitude, suponhamos que todo processo mental - devemos admitir uma exceção que mencionaremos numa fase posterior - exista, inicialmente, em um estágio ou fase inconsciente, e que é somente dali que o processo se transporta para a fase consciente, da mesma forma como uma imagem fotográfica começa como negativo e só se torna fotografia após haver-se transformado em positivo. Nem todo negativo transforma-se, contudo, necessariamente em positivo; e não é necessário que todo processo mental inconsciente venha a se tornar consciente. Isto pode ser vantajosamente expresso com dizermos que um processo isoladamente pertence, no início, ao sistema de inconsciente, podendo, depois, em determinadas circunstâncias, passar ao sistema do consciente. A concepção mais aproximada desses sistemas, a mais conveniente para nós, é a espacial. Comparemos, portanto, o sistema do inconsciente a um grande salão de entrada, no qual os impulsos mentais se empurram uns aos outros, como indivíduos separados. Junto a este salão de entrada existe uma segunda sala, menor - uma espécie de sala de recepção - na qual, ademais, a consciência reside. Mas, no limiar entre as duas salas, um guarda desempenha sua função; examina os diversos impulsos mentais, age como censor, e não os admitirá na sala de recepção se eles lhe desagradarem. De pronto, os senhores verão que não faz muita diferença se o guarda impede a entrada de determinado impulso no próprio limiar ou se ele o faz recuar através do limiar, após o impulso ter entrado na sala de recepção. Isto é apenas uma questão de grau de sua vigilância e de quão prontamente efetua sua ação de reconhecimento. Se mantivermos esta imagem, poderemos ampliar ainda mais nossa terminologia. Os impulsos do inconsciente, no salão de entrada do inconsciente, estão fora das vistas do consciente, que está na outra sala; em princípio, devem permanecer inconscientes. Se já se infiltraram até o limiar e foram afastados pelo guarda, então eles são

inadmissíveis para a consciência; dizemos que eles são *reprimidos*. Entretanto, os próprios impulsos que o guarda permitiu que cruzassem o limiar, não são, também, só por causa disso, necessariamente conscientes; podem vir a sê-lo somente se conseguissem chamar a atenção da consciência. Portanto, justifica-se que chamemos a esta segunda sala, de sistema do *pré-consciente*. Nesse caso, tornar-se consciente mantém seu sentido meramente descritivo. Para qualquer impulso, porém, a vicissitude da repressão consiste em o guarda não lhe permitir passar do sistema do inconsciente para o do pré-consciente. Trata-se do mesmo guarda que vimos a conhecer como resistência, quando tentamos suprimir a repressão por meio do tratamento analítico. Ora, sei que dirão que estas idéias são ao mesmo tempo toscas e fantásticas e bastante inadmissíveis em assuntos científicos. Sei que são toscas; e, mais do que isso, que são incorretas; e, se não estou muito equivocado, já tenho algo melhor que tome o lugar delas. Se os senhores também as julgarão fantásticas, não sei dizer. São hipóteses de trabalho preliminares, à semelhança do manequim de Ampère nadando na corrente elétrica, e não devem ser desprezadas, na medida em que são úteis para tornar inteligíveis nossas observações. Gostaria de afirmar-lhes que essas toscas hipóteses das duas salas, do guarda no limiar entre elas e da consciência como um expectador no fim da segunda sala, devem ser, ainda assim, aproximações de longo alcance dos fatos reais. Ademais, gostaria de ouvir os senhores admitirem que nossos termos 'inconsciente', 'pré-consciente' e 'consciente' prejulgam muito menos as coisas e são muito mais fáceis de explicar do que outros termos que foram propostos ou estão em uso, tais como 'subconsciente', 'paraconsciente', 'intraconsciente' e outros. Assim, será mais importante para mim admitirem que uma concepção do aparelho mental, conforme esta que aqui proponho para explicar os sintomas neuróticos, deve necessariamente exigir uma validade geral e dar-nos informações também a respeito do funcionamento normal. Naturalmente, nisto os senhores terão toda a razão. No momento, não podemos avançar com esta implicação, mas nosso interesse na psicologia da formação dos sintomas não pode senão aumentar em grau extraordinário, se existir uma perspectiva, através do estudo de situações patológicas, de se obter acesso aos eventos mentais normais que se ocultam tão bem.

Talvez os senhores também possam reconhecer qual o elemento que apóia nossa hipótese relativa aos dois sistemas, a relação entre estes dois sistemas e a relação de ambos com a consciência. Porque o guarda colocado entre o inconsciente e o pré-consciente não é senão a censura; a esta, conforme sabemos, subordina-se a forma que assume o sonho manifesto. [Cf. Conferência IX, ver em [1], acima.] Os resíduos diurnos, que sabemos serem os elementos deflagradores do sonho, foram material pré-consciente que, tanto no período noturno como no estado de sono, tinha estado sob a influência de impulsos plenos de desejos, inconsciente e reprimidos; tais resíduos diurnos, combinando-se com estes impulsos e graças à energia destes, foram capazes de construir o sono latente. Sob o domínio do sistema inconsciente, esse material havia sido trabalhado (pela condensação e pelo deslocamento) segundo uma forma que é desconhecida ou apenas excepcionalmente permissível na vida normal - isto é, no sistema pré-consciente. Chegamos a considerar que essa diferença na forma de operar é o que caracteriza os dois sistemas: achamos que a relação que o pré-consciente tem para com

a consciência é simplesmente uma indicação de que o processo pertence a um ou a outros dos dois sistemas. Os sonhos não são fenômenos patológicos; podem surgir em qualquer pessoa sadia, nas condições do estado de sono. Nossa hipótese referente à estrutura do aparelho mental, que nos permite compreender a formação análoga dos sonhos e dos sintomas neuróticos, tem o inquestionável direito de ser aceita como adequada à explicação da vida mental normal, também. Isso é tudo o que temos a dizer, no momento, a respeito da repressão. Ela, contudo, é apenas a *precondição* da formação dos sintomas. Os sintomas, conforme sabemos, são um substituto de algo que foi afastado pela repressão. Entretanto, vai uma longa distância, ainda, desde a repressão à compreensão dessa estrutura substitutiva. Quanto a este outro aspecto do problema, surgem de nossas observações sobre a repressão as seguintes perguntas: que espécie de impulsos está sujeita à repressão? por que forças ela se efetua? e por que motivos? Até agora, temos somente uma parcela de informação a respeito destes pontos. Ao investigar a resistência, constatamos que ela emana de forças do ego, de traços de caráter conhecidos e latente [ver em [1], acima]. São estes, pois, os responsáveis pela repressão, ou, pelo menos, têm uma participação nela. Presentemente, não sabemos de nada mais. Neste ponto, a segunda das duas observações que lhes mencionei anteriormente [na abertura desta Conferência] vem em nosso auxílio. Quase sempre a análise facultava-nos compreender a intenção dos sintomas neuróticos. Isso também não será novidade alguma para os senhores. Já lho demonstrei em dois casos de neurose. Mas, afinal, de que lhes valem dois casos? Os senhores têm razão para insistir em que este aspecto lhes seja demonstrado em duzentos casos - em inumeráveis casos. O único problema é que não posso fazê-lo. Mais uma vez, em lugar disso, o que lhes deve servir é sua experiência própria, ou sua crença, a qual, neste ponto, pode apelar para os relatos unânimes de todos os psicanalistas.

Os senhores recordar-se-ão de que, nos dois casos, cujos sintomas submetemos a uma investigação minuciosa, a análise nos levou à mais íntima vida sexual dessas duas pacientes. No primeiro caso, ademais, reconhecemos com especial clareza a intenção ou o propósito do sintoma em exame; no segundo caso, talvez, este aspecto de certa forma foi ocultado por um fator que será mencionado posteriormente [ver em [1], adiante]. Pois bem, qualquer outro caso que submetêssemos à análise nos mostraria a mesma coisa que encontramos nesses dois exemplos. Em cada caso, iríamos tomar conhecimento, mediante a análise, das experiências e desejos sexuais do paciente; e, em cada caso, não poderíamos deixar de verificar que os sintomas servem à mesma intenção. Verificamos que esta intenção é a satisfação de desejos sexuais; os sintomas servem de satisfação sexual do paciente; são um substituto da satisfação sexual, de que os pacientes se privam em suas vidas.

Pensem no ato obsessivo de nossa primeira paciente. A mulher estava sem seu marido, a quem ela amava intensamente, mas com quem não podia compartilhar sua vida devido às deficiências e fraquezas dele. Tinha de permanecer-lhe fiel; não podia colocar nenhuma outra pessoa no lugar dele. O sintoma obsessivo deu-lhe o que ela desejava, colocar o marido num pedestal; negou e corrigiu sua fraquezas e, acima de tudo, sua impotência. Este

sintoma era fundamentalmente uma realização de desejo, tal qual um sonho - e, ademais disso, o que nem sempre acontece com um sonho, uma realização de desejos *eróticos*. No caso de nossa segunda paciente, os senhores puderam pelo menos depreender que seu ritual procurava impedir o coito dos pais ou evitar que ele desse origem a um novo bebê. Os senhores, provavelmente, também perceberam que, no fundo, esse ritual procurava colocá-la no lugar de sua mãe. Mais uma vez, portanto, tratava-se de eliminar algo que interferia na satisfação sexual e na realização dos desejos sexuais da própria paciente. Em breve, falarei da complicação que mencionei.

Gostaria de antecipar, senhores, as restrições que terei de fazer posteriormente à validade universal destas afirmações. Portanto, assinalarei aos senhores que tudo aquilo que disse aqui sobre repressão e a formação e significação dos sintomas derivou de três formas de neurose - histeria de angústia, histeria de conversão e neurose obsessiva, e que, numa primeira instância, só é válido para estas formas. Este três distúrbios, que estamos acostumados a agrupar conjuntamente como “neuroses de transferência” também circunscrevem a região em que a terapia psicanalítica pode funcionar. As demais neuroses têm sido estudadas de forma muito menos completa pela psicanálise; num grupo delas a impossibilidade de influência terapêutica foi uma das razões desse abandono. E os senhores não devem esquecer que a psicanálise ainda é uma ciência muito jovem, que preparar-se para ela demanda muita preocupação e tempo, e que absolutamente, não faz muito tempo, vinha sendo praticada por uma só pessoa. Apesar disso, estamos, em toda parte, a ponto de penetrar na compreensão dessas outras perturbações além das neuroses de transferência. Espero poder mostrar-lhes, posteriormente, o alcance de nossas hipóteses e de nossas descobertas que resultam da adaptação a este novo material, e mostrar-lhes que estes outros estudos não levaram a contradições, mas ao estabelecimento de uma coerência ainda maior. Se, pois, tudo o que estou dizendo aqui se aplica às neuroses de transferência, permitam-me que acentue o valor dos sintomas com uma nova informação. Isso porque o estudo comparativo das causas determinantes do adoecer conduz a um resultado que pode ser expresso na fórmula: essas pessoas adoecem, de uma forma ou de outra, de *frustrações*, quando a realidade as impede de satisfazer seus desejos sexuais. Os senhores verificam com que perfeição estas duas descobertas se harmonizam entre si. Apenas assim é que os sintomas podem ser adequadamente visualizados, como satisfações substitutivas daquilo que se perde na vida. Sem dúvida, pode-se ainda levantar toda classe de objeções à asserção de que os sintomas neuróticos são substitutos de satisfações sexuais. Hoje, mencionarei duas dessas objeções. Quando os senhores mesmos houverem efetuado estudos analíticos de um grande número de neuróticos, os senhores talvez me digam, meneando a cabeça, que, em muitos casos, minha asserção simplesmente não é verdadeira; os sintomas parecem ter, isto sim, o propósito contrário, o de excluir ou paralisar a satisfação sexual. Não discutirei a correção da sua interpretação. Em psicanálise, os fatos costumam ser mais complicados do que gostaríamos. Se fossem tão simples como todos os demais, talvez não fosse necessário que a psicanálise os esclarecesse. Na verdade, alguns dos aspectos do ritual de nossa segunda paciente mostram sinais desse caráter ascético, com sua hostilidade voltada contra a

satisfação sexual: quando, por exemplo, ela suprimia os relógios [ver em [1]], o que tinha a significação de evitar ereções durante a noite [ver em [1]], ou quando procurava precaver-se contra a queda e a quebra de vasos de flores [ver em [1]], o que equivalia a proteger sua virgindade [ver em [1]]. Em alguns outros casos de rituais da hora de dormir, que pude analisar, esse caráter negativo era muito mais evidente; o ritual podia consistir exclusivamente em medidas defensivas contra recordações e tentações sexuais. Entretanto, já constatamos, vezes sem conta, que, em psicanálise, os contrários não importam em contradição. Poderíamos ampliar nossa tese e dizer que os sintomas objetivam ou uma satisfação sexual ou o rechaço da mesma, e que, na totalidade, o caráter positivo de realização de desejo prevalece na histeria e o negativo, ascético, na neurose obsessiva. Se os sintomas podem servir tanto à satisfação sexual como ao seu oposto. Existe uma excelente base para esta bilateralidade ou polaridade numa parte do seu mecanismo, que até o momento não pude mencionar. Pois, conforme veremos, elas são o produto de um acordo e surgem da recíproca interferência entre duas correntes opostas; representam não só o reprimido, mas também a força repressora que compartilhou de sua origem. Um ou outro lado pode estar representado com mais força; mas é raro uma das forças em jogo estar totalmente ausente. Na histeria, geralmente ambas as intenções conseguem convergir no mesmo sintoma. Na neurose obsessiva, as duas partes freqüentemente estão separadas; o sintoma então se torna bifásico [divide-se em dois estádios] e consiste em duas ações, uma depois da outra, as quais se anulam reciprocamente. Não poderemos desprezar tão facilmente uma segunda objeção. Se os senhores observarem uma série razoavelmente longa de interpretações de sintomas, provavelmente começarão a pensar que nelas o conceito de satisfação sexual substitutiva foi ampliado aos seus limites máximos. Não deixarão de assinalar o fato de que tais sintomas não oferecem nada de real em termos de satisfação, que eles, muitíssimas vezes, limitam-se a reviver uma sensação ou a representação de uma fantasia derivada de um complexo sexual. E, ademais, os senhores notarão que estas supostas satisfações sexuais assumem, às vezes, uma forma pueril e vergonhosa, próxima, talvez, de um ato de masturbação, ou relembram formas indecentes de travessuras, que são proibidas até a crianças - hábitos que foram erradicados. E, prosseguindo, os senhores também expressarão surpresa por estarmos apresentando como satisfação sexual aquilo que seria mais adequado descrever como satisfação de desejos cruéis ou horríveis, ou mesmo teriam de ser chamados de antinaturais. Não chegaremos a um acordo, senhores, quanto a este último ponto, enquanto não houvermos feito uma investigação meticulosa da vida sexual dos seres humanos e, com isso, enquanto não tivermos decidido sobre o que justificadamente podemos denominar 'sexual'.

CONFERÊNCIA XX

A VIDA SEXUAL DOS SERES HUMANOS

SENHORAS E SENHORES:

Certamente supor-se-ia que não pudesse haver dúvidas quanto ao que se entende por ‘sexual’. Primeiro e acima de tudo, aquilo que é sexual é algo impróprio, algo de que não se deve falar. Contaram-me que os alunos de um conceituado psiquiatra certa vez fizeram uma tentativa de convencer seu professor de quão freqüentemente os sintomas de pacientes histéricos representam coisas sexuais. Com este propósito, levaram-no à beira da cama de uma mulher histérica, cujos ataques eram uma inconfundível imitação do processo de parto. Sacudindo a cabeça, ele observou: ‘Bem, não há nada de sexual com relação ao parto.’ Muito certo. O parto não necessita, em todo caso, ser algo impróprio.

Vejo que os senhores se ofendem por eu gracejar com coisas tão sérias. Isso não é contudo, totalmente, um gracejo. Falando sério, não é fácil delimitar aquilo que abrange o conceito de ‘sexual’. Talvez a única definição acertada fosse ‘tudo o que se relaciona com a distinção entre os dois sexos’. Os senhores acharão, no entanto, que esta conceituação é neutra e excessivamente imprecisa. Se tomarem o fato do ato sexual como ponto central, talvez definissem como sexual tudo aquilo que, com vistas a obter prazer, diz respeito ao corpo e, em especial, aos órgãos sexuais de uma pessoa do sexo oposto, e que, em última instância, visa à união dos genitais e à realização do ato sexual. Com isto, os senhores não estarão, todavia, muito longe da equação segundo a qual aquilo que é sexual é impróprio, e o parto não constituirá algo sexual. Se, por outro lado, tomarem a função de reprodução como núcleo da sexualidade, correm o risco de excluir toda uma série de coisas que não visam à reprodução, mas certamente são sexuais, como a masturbação, e até mesmo o beijo. Mas já estamos preparados para constatar que as tentativas de definição sempre conduzem a dificuldades; portanto, renunciemos à idéia de pretender algo melhor neste caso particular. Podemos suspeitar que, no transcurso da evolução do conceito de ‘sexual’, algo aconteceu que resultou naquilo que Silberer apropriadamente chamou de ‘erro de superposição’. De modo geral, com efeito, quando pensamos neste aspecto, não temos dúvidas sobre o que as pessoas chamam de sexual. Algo que reúne uma referência ao contraste entre os sexos, à busca de prazer, à função reprodutora e à características de algo que é impróprio e deve ser mantido secreto - algumas destas combinações servirão para todos os fins práticos da vida de todo dia. Mas para a ciência, isto não basta. Através de cuidadosas investigações (somente possibilitadas, na verdade, por uma autodisciplina desinteressada), vimos a saber de grupos de indivíduos cuja ‘vida sexual’ se desvia, da maneira mais surpreendente, do quadro habitual da média. Algumas dessas pessoas ‘pervertidas’, poderíamos dizer assim, riscaram de seu programa a diferença entre os sexos. Somente pessoas de seu próprio sexo podem excitar seus desejos sexuais; pessoas do outro sexo, e especialmente os órgãos

sexuais destas pessoas absolutamente não constituem para eles objeto sexual e, em casos extremos, são objetos de repulsa. Isto implica, naturalmente, que abandonaram qualquer participação na reprodução. Tais pessoas denominamos homossexuais ou invertidas. São homens e mulheres que, freqüentemente, mas não sempre, conduzindo-se irrepreensivelmente, em outros aspectos, possuindo elevado desenvolvimento intelectual e ético, são vítimas apenas deste único desvio fatídico. Pela boca de seus porta-vozes científicos, eles se apresentam como variedade especial da espécie humana - um 'terceiro sexo' que tem o direito de se situar em pé de igualdade com os outros dois. Talvez tenhamos oportunidade de examinar criticamente suas reivindicações. [ver em [1] e seg., adiante.] Naturalmente, eles não são, como também gostam de afirmar, uma 'élite' da humanidade; entre eles, há pelo menos tantos indivíduos inferiores e inúteis como os há entre pessoas de tipo sexual diferente. Esta classe de pervertidos, de qualquer modo, se comporta em relação a seus objetos sexuais aproximadamente da mesma forma como as pessoas normais o fazem com os seus. Agora, porém, chegamos a uma longa série de pessoas anormais cuja atividade sexual diverge cada vez mais amplamente daquilo que parece desejável para uma pessoa racional. Na sua multiplicidade e estranheza, somente podem ser comparadas aos monstros grotescos, pintados por Breughel para a tentação de Santo Antônio, ou à longa procissão de deuses e crentes desaparecidos, que Flaubert faz desfilar ante os olhos de seu piedoso penitente. Uma tal miscelânea requer algum tipo de ordenamento para que não venha a confundir nossos sentidos. Por conseguinte, nós os dividimos naqueles em que, como os homossexuais, o *objeto* sexual foi modificado, e em outros nos quais a *finalidade* sexual é que foi primariamente modificada. O primeiro grupo inclui aqueles que renunciaram à união dos dois genitais e que substituem os genitais de um dos parceiros envolvidos no ato sexual por alguma outra parte ou região do corpo; com isto, eles desprezam a falta de dispositivos orgânicos adequados, assim como todo impedimento oriundo de sentimentos de repulsa. (Por exemplo, substituem a vulva pela boca ou pelo ânus.) Outros há que, realmente, ainda mantêm os genitais como um objeto - não, porém, por causa da função destes, mas de outras funções em que o genital desempenha um papel, seja por motivos anatômicos, seja por causa de sua proximidade. Neles, constatamos que as funções excretórias, que foram postas de lado como impróprias, durante a educação das crianças, conservam a capacidade de atrair a totalidade do interesse sexual. E ainda há outros que abandonaram totalmente o genital como objeto, e tomaram alguma outra parte do corpo como o objeto que desejam - um seio de mulher, um pé, ou uma trança de cabelos. Depois há outros para os quais as partes do corpo não têm nenhuma importância, mas todos os seus desejos se satisfazem com uma peça de roupa, um sapato, uma peça de roupa íntima - são de fetichistas. Ainda mais atrás, nesse séquito, se enfileiram essas pessoas que requerem de fato o objeto total, mas fazem a este exigências muito definidas - estranhas e horríveis exigências - até mesmo a de que esse objeto devesse tornar-se um cadáver indefeso e de que, usando de uma violência criminosa, transformem-no num objeto no qual possam encontrar prazer. Mas basta com essa espécie de horror! O segundo grupo é formado por pervertidos que transformaram em finalidade de seus desejos sexuais aquilo que normalmente constitui apenas um ato inicial ou preparatório. São pessoas cujo desejo consiste em olhar outras pessoas, ou palpá-las, ou espiá-las durante a

execução de atos íntimos, ou pessoas que expõem partes do corpo que deveriam estar encobertas, na obscura expectativa de poderem ser recompensadas, em troca, por uma ação correspondente. Depois vêm os sádicos, essas pessoas enigmáticas, cujas tendências carinhosas não têm outro fim senão o de causar sofrimento e tormento a seus objetos, indo desde a humilhação até as lesões físicas graves; e, como que para contrabalançá-los, seus equivalentes opostos, os masoquistas, cujo único prazer consiste em sofrer toda espécie de tormentos e humilhações de seu objeto amado, seja simbolicamente, seja na realidade. Ainda existem outros em que diversas dessas condições anormais estão unidas e entrelaçadas; e, por fim, devemos nos lembrar de que cada um destes grupos pode ser encontrado sob duas formas: ao lado daqueles que procuram sua satisfação sexual na realidade, estão os que se contentam simplesmente com *imaginar* essa satisfação, que absolutamente não necessitam de um objeto real, mas podem substituí-lo por suas fantasias.

Ora, não pode haver a menor dúvida de que todas essas coisas loucas, excêntricas e horríveis realmente constituem a atividade sexual dessas pessoas. Não só elas próprias consideram essas coisas como tais e estão conscientes de que são substitutas umas das outras, como também devemos admitir que, em suas vidas, essas coisas desempenham o mesmo papel que, em nossas vidas, desempenha a satisfação sexual normal; tais pessoas fazem por essas coisas os mesmos sacrifícios, às vezes excessivos, e podemos, nos detalhes mais visíveis assim como nos mais sutis, determinar os pontos em que essas anormalidades se baseiam naquilo que é normal e os pontos em que divergem da normalidade. E os senhores não podem deixar de perceber que, aqui, mais uma vez, aquilo que se refere à atividade sexual tem essa característica de impropriedade, embora aqui, na sua maior parte, isto se intensifique ao ponto de ser abominável.

Pois bem, senhoras e senhores, que atitude adotaremos para com essas formas incomuns de satisfação sexual? Indignação, expressão de nossa repugnância pessoal e garantia de que nós próprios não compartilhamos de semelhantes sensualidades, obviamente não proporcionarão qualquer ajuda. Na realidade, não foi para isso que fomos solicitados. Porque, afinal de contas, o que temos de encarar neste assunto é um campo de fenômenos como qualquer outro. Seria fácil refutar alguém que negasse sua importância, propondo evasivamente que, afinal, isto são somente raridades e curiosidades. Pelo contrário, estamos tratando de fenômenos muito comuns e difundidos. Se, entretanto, alguém argumentar que não temos por que permitir que nossas opiniões acerca da vida sexual sejam confundidas por essas anormalidades, porque estas não são mais que aberrações e desvios do instinto sexual, então o que se requer é uma resposta séria. A menos que possamos compreender essas formas patológicas de sexualidade e correlacioná-las com a vida sexual normal, não poderemos nem mesmo entender a sexualidade normal. Para resumir, persiste a tarefa inescapável de darmos uma explicação teórica completa da maneira como essas perversões ocorrem e da sua conexão com aquilo que se descreve como sexualidade normal. Nessa tarefa, prestar-nos-ão auxílio uma informação e duas observações recentes. A primeira, devemos-la a Iwan Bloch [1902-3]. Corrige a opinião de que todas essas perversões são

‘sinais de degeneração’, mostrando que tais aberrações do fim sexual, esses afrouxamentos do nexos com o objeto sexual, ocorreram desde tempos imemoriais, em todas as épocas conhecidas, entre todos os povos, os mais primitivos e os mais civilizados, e, em algumas ocasiões, foram tolerados e difusamente reconhecidos. As duas observações derivaram da investigação psicanalítica em neuróticos; ela necessariamente têm uma decisiva influência sobre nossa visão das perversões sexuais. Eu disse que os sintomas neuróticos são substitutos da satisfação sexual [pág. 305] e lhes indiquei que a confirmação desta assertiva pela análise dos sintomas viria a defrontar-se com numerosas dificuldades. Pois somente será válida se na ‘satisfação sexual’ incluirmos a satisfação daquilo que se chama necessidades sexuais pervertidas, de vez que, com freqüência surpreendente, se nos impõe uma interpretação de sintomas dessa espécie. A reivindicação que fazem os homossexuais ou invertidos de serem uma exceção, desfaz-se imediatamente ao constatarmos que os impulsos homossexuais são encontrados invariavelmente em cada um dos neuróticos e que numerosos sintomas dão expressão a essa inversão latente. Aqueles que se proclamam homossexuais são apenas invertidos conscientes e manifestos e seu número nada é em comparação com os dos homossexuais *latentes*. Entretanto, somos forçados a encarar a escolha de um objeto do mesmo sexo como um desvio na vida erótica, desvio cuja ocorrência é positivamente freqüente, e cada vez aprendemos mais sobre isso, atribuindo-lhe importância particularmente elevada. Sem dúvida, isso não elimina as diferenças entre o homossexualismo manifesto e uma atitude normal; permanece a importância prática dessas diferenças, mas seu valor teórico diminui muito. Temos até mesmo verificado que determinada doença, a paranóia, que não deve ser incluída entre as neuroses de transferência, origina-se habitualmente de uma tentativa no sentido de o doente libertar-se de impulsos homossexuais excessivamente intensos. Os senhores talvez se recordem de que uma de nossas pacientes (pág. 270), em seu ato obsessivo, comportava-se como homem, como se fora o próprio marido de quem se separara; mulheres neuróticas muito freqüentemente produzem sintomas assim, à feição de um homem. Ainda que isso não se deva considerar homossexualismo, relaciona-se muito de perto com as condições destas.

Como provavelmente sabem, a neurose histérica pode produzir seus sintomas em qualquer sistema de órgãos e, assim, perturbar qualquer função. A análise demonstra que, desse modo, manifestaram-se todos os chamados impulsos pervertidos, que procuram substituir o órgão genital por algum outro órgão: estes órgãos, então, comportam-se como genitais substitutivos. Os sintomas da histeria realmente nos levaram a considerar que os órgãos corporais, além do papel funcional que desempenham, devem ser reconhecidos como possuidores de uma significação sexual (erógena) e que a execução da primeira dessas tarefas é perturbada se a segunda fizer exigências demasiadas. Inúmeras sensações e inervações, que encontramos como sintomas de histeria, em órgãos que não possuem conexão evidente com a sexualidade, revelam-se a nós, assim, como tendo o caráter de realização de impulsos sexuais pervertidos em relação aos quais outros órgãos adquiriram a significação das partes sexuais. Também verificamos em que graus os órgãos destinados à tomada de alimento e à excreção têm particular facilidade de se tornarem veículos de

excitação sexual. Aqui, pois, temos a mesma coisa que constatamos nas perversões; só que, no caso destas, isto era fácil e inconfundivelmente visível, ao passo que, na histeria, temos de tomar um caminho indireto, através da interpretação dos sintomas, e, depois, não atribuímos à consciência da pessoa os impulsos sexuais pervertidos, mas os localizados em seu inconsciente. Entre os muitos quadros sintomáticos em que aparece a neurose obsessiva, os mais importantes vêm a ser aqueles provocados pela pressão de impulsos sexuais sádicos excessivamente intensos (pervertidos, portanto, quanto ao seu fim). Os sintomas, na verdade, de acordo com a estrutura de uma neurose obsessiva, servem predominantemente como *defesa* contra esses desejos, ou expressam a luta entre a satisfação e a defesa. A satisfação de tais desejos sádicos, contudo, também não sai perdendo tanto assim; obtém êxito, através de vias transversas, ao realizar-se na conduta dos pacientes, e se volta preferentemente contra eles mesmos, e os torna auto-atormentadores. Outras formas desta neurose, as formas cismáticas, correspondem a uma excessiva sexualização de ações que comumente se efetuam como prévias com vistas à satisfação sexual normal - uma excessiva sexualização do querer olhar, tocar ou explorar. Aqui temos a explicação da grande importância do temor de tocar e da obsessão de lavar-se. Uma quantidade incrivelmente grande de atos obsessivos pode remontar à masturbação, da qual constituem repetições e modificações disfarçadas; sabe-se muito bem que a masturbação, embora sendo uma ação única e uniforme, acompanha as mais diversas formas do fantasiar sexual. Eu não teria muita dificuldade em apresentar-lhes um quadro muito mais pormenorizado das relações entre perversão e neurose; penso, porém, que aquilo que já lhes disse servirá aos nossos propósitos. Entretanto, devemos acautelarnos, a fim de não nos desorientarmos com aquilo que lhes referi, ou seja, o significado dos sintomas não deve nos levar a superestimar a freqüência e a intensidade das inclinações pervertidas das pessoas. Conforme ouvirem falar [ver em [1]], é possível adoecer de neurose em consequência de uma frustração da satisfação sexual normal. Entretanto, quando ocorre uma frustração real como esta, a necessidade lança-se a métodos anormais de excitação sexual. Mais adiante os senhores saberão como é que isso acontece [ver em [1] e segs.] Em todo caso, perceberão, contudo, que, como resultado desse represamento 'colateral' [da corrente sexual normal], os impulsos pervertidos devem emergir com mais intensidade do que emergiriam se a satisfação sexual normal não tivesse encontrado obstáculo no mundo real. Ademais, pode-se reconhecer que uma influência semelhante também afeta as perversões *manifestas*. Em alguns casos, elas são provocadas ou postas em atividade se a satisfação normal do instinto sexual encontra dificuldades excessivas, por motivos temporários ou em virtude de regras sociais permanentes. Em outros casos, é fato, a inclinação às perversões é bastante independente de tais condições favorecedoras; poderíamos dizer que constituem o tipo normal de vida sexual para essas pessoas em particular. Talvez, por agora, os senhores possam ter a impressão de que confundi mais do que explanei a relação entre sexualidade normal e pervertida. Mas devem ter em mente a seguinte consideração. Se procede o fato de que um aumento de dificuldade em obter satisfação sexual normal da vida real, ou a privação desta satisfação, põe à mostra as inclinações pervertidas de pessoas que, anteriormente, nada disso tinham demonstrado, devemos supor que nessas pessoas havia algo que já se encontrava a meio-caminho das

perversões; ou, se preferirem, as perversões devem ter estado presentes, nessas pessoas, em forma latente. E isto nos traz a segunda novidade que lhes anunciei (ver em [1]). Pois a investigação psicanalítica teve de ocupar-se também com a vida sexual das crianças, e isto porque as lembranças e associações emergentes durante a análise de sintomas de adultos remetiam-se regularmente aos primeiros anos da infância. O que inferimos destas análises mais tarde se confirmou, ponto por ponto, nas observações diretas de crianças. E, com isso, verificou-se que todas essas inclinações à perversão tinham suas raízes na infância, que as crianças têm uma predisposição a todas elas e põem-nas em execução numa medida correspondente à sua imaturidade - em suma, que a sexualidade pervertida não é senão uma sexualidade infantil cindida em seus impulsos separados. Em todo caso, agora os senhores verão as perversões sob um novo prisma, e já não mais deixarão de perceber sua conexão com a vida sexual dos seres humanos: mas à custa de quanta surpresa e de quanto sentimento de desagrado para com estas incongruências! Sem dúvida, sentir-se-ão inclinados a negar todo este assunto: o fato de que as crianças possuem tudo aquilo que se pode descrever como vida sexual, a justeza de nossas observações e a explicação para o fato de encontrarmos tantas afinidades entre a conduta das crianças e aquilo que mais tarde é condenado como perversão. Por isso, permitam-me que comece explicando-lhes os motivos da oposição dos senhores e, depois, lhes apresente a totalidade de nossas observações. Supor que as crianças não têm vida sexual - excitações e necessidades sexuais e alguma forma de satisfação -, mas adquirem-na subitamente, entre os doze e os quatorze anos de idade, seria (abstraindo de todas as observações) biologicamente tão improvável, e, na verdade, tão sem sentido, como supor que viessem ao mundo desprovidas de genitais e que estes só aparecessem na época da puberdade. O que *de fato* desperta nas crianças, nessa idade, é a função reprodutiva, que, para seus fins, faz uso dos componentes físicos e mentais já anteriormente presentes. Os senhores estão cometendo o erro de confundir sexualidade com reprodução, e com isto estão bloqueando seu caminho para a compreensão da sexualidade, das perversões e das neuroses. Este é, contudo, um erro tendencioso. Estranhamente, origina-se no fato de que os senhores mesmos uma vez foram crianças e, enquanto eram crianças, estiveram sob a influência da educação. Pois a sociedade deve assumir como uma de suas mais importantes tarefas educadoras domar e restringir o instinto sexual quando este irrompe como impulso à reprodução, e sujeitá-lo a uma vontade individual que é idêntica à ordem da sociedade. Esta também se preocupa em adiar o pleno desenvolvimento do instinto até que a criança tenha atingido certo grau de maturidade intelectual, de vez que, aí, com a completa irrupção do instinto sexual, a educabilidade, para fins práticos, chega a seu fim. De outro modo, o instinto romperia todos os diques e arrasaria todo o trabalho da civilização laboriosamente construído. Ademais, nunca é fácil a tarefa de dominar o instinto; seu êxito, por vezes, é muito pequeno, por vezes, muito grande. O móvel da sociedade humana é, em última análise, econômico; como não possui provisões suficientes para manter vivos todos os seus membros, a menos que trabalhem, ela deve limitar o número de seus membros e desviar suas energias da atividade sexual para o trabalho. Em suma, defronta-se com as eternas e primevas exigências da vida, que nos assediam até o dia de hoje. Sem dúvida, a experiência deve ter ensinado aos educadores que

a tarefa de docilizar a tendência sexual da nova geração só poderia ser efetuada se começassem a exercer sua influência muito cedo, se não esperassem pela tempestade da puberdade, mas interviesses logo na vida sexual das crianças, que é preparatória para a puberdade. Por essa razão, todas as atividades sexuais foram proibidas às crianças e vistas com maus olhos; erigiu-se o ideal de tornar a vida das crianças assexual, e, no decorrer do tempo, as coisas chegaram ao ponto de as pessoas realmente acreditarem que as crianças sejam assexuais e, subsequente, de a ciência proclamar isto como doutrina. Para evitar que sejam contraditas suas crenças e suas intenções, a partir daí as pessoas passam por alto as atividades sexuais das crianças (que não são de se desprezar) ou se mostram contentes quando a ciência assume um ponto de vista diferente com relação a tais atividades. As crianças são puras e inocentes, e todo aquele que as descreve de outra maneira, pode ser acusado de ser um blasfemador infame dos ternos e sagrados sentimentos da humanidade.

As crianças são as únicas a não concordar com essas convenções. Afirmando seus direitos animais com total *naïveté* e dão constantes provas de que ainda terão de trilhar o caminho da pureza. É por demais estranho que as pessoas que negam a existência da sexualidade nas crianças nem por isso se tornam mais brandas em seus esforços educacionais, mas perseguem as manifestações daquilo que negam que exista, com a máxima severidade - descrevendo tais manifestações como 'traquinagens pueris.' É também do maior interesse teórico o período de vida que contradiz mais flagrantemente o preconceito de uma infância assexual - os anos de vida de uma criança até os cinco ou seis -, ser posteriormente, na maioria das pessoas, coberto pelo véu da amnésia, o qual só é completamente desfeito pela investigação analítica, embora anteriormente tenha sido permeável à construção de alguns sonhos. [ver em [1] e [2], acima.]

Mostrarei aos senhores, agora, aquilo que se conhece de mais definido acerca da vida sexual das crianças. Permitam-me, ao mesmo tempo, por motivos de conveniência, apresentar o conceito de 'libido'. Em exata analogia com a 'fome', empregamos 'libido' como nome da força (neste caso, a força do instinto sexual, assim como, no caso da fome, a força do instinto de nutrição) pela qual o instinto se manifesta. Outros conceitos, como os de 'excitação' e 'satisfação' sexual, não requerem explicação. Os senhores mesmos facilmente perceberão que as atividades sexuais de crianças de colo são principalmente uma questão de interpretação, ou, então, provavelmente usarão isso como motivo para objeções. A essas interpretações chega-se através do exame analítico retrospectivo baseado nos sintomas. Numa criança da tenra idade, os primeiros impulsos da sexualidade têm seu aparecimento ligado a outras funções vitais. Seu principal interesse, como sabem, volta-se para a ingestão de alimentos; quando as crianças adormecem, após se haverem saciado ao seio, mostram uma expressão de bem-aventurada satisfação, que se repetirá, posteriormente na vida, após a experiência do orgasmo sexual. Isto seria muito pouco para servir de base a uma conclusão. Constatamos, todavia, como um bebê repetirá o ato de tomar alimento sem exigir mais comida; a isto, portanto, o bebê não é levado devido a fome. Descrevemo-lo como sucção sensual, e o fato de que, ao fazê-lo, o bebê adormece, igualmente, com uma expressão

beatífica, mostra-nos que o ato da sucção sensual lhe proporcionou, por si só, uma satisfação. Conforme sabemos, muito cedo as coisas chegam a um ponto em que não pode adormecer sem haver sugado. Um pediatra de Budapest, Dr. Lindner [1879], foi o primeiro a apontar, há muito tempo, a natureza sexual dessa atividade. Aqueles que cuidam de crianças, e que não têm opiniões teóricas sobre o assunto, parecem formar um juízo semelhante a respeito da sucção. Não têm dúvidas de que esta somente tem a finalidade de obter prazer, classificam-na como uma das ‘traquinagens’ da criança e obrigam-na a abandoná-la, causando-lhe desprazer, no caso de a própria criança não se decidir a deixá-la. Assim, aprendemos que o bebês executam ações que não têm outro propósito senão o de obter prazer. Acreditamos que elas primeiro experimentam esse prazer em conexão com a tomada do alimento, porém logo aprendem a separar esse prazer da condição que o acompanha. Só podemos atribuir esse prazer a uma excitação das áreas da boca e dos lábios; a estas partes do corpo denominamos ‘zonas erógenas’ e descrevemos como sexual o prazer derivado da sucção. Sem dúvida, haveremos de discutir, posteriormente, se esta descrição se justifica.

Se um bebê pudesse falar, ele indubitavelmente afirmaria que o ato de sugar o seio materno é de longe o ato mais importante de sua vida. E nisto o bebê não se engana muito, pois nesse único ato está satisfazendo de uma só vez as duas grandes necessidades vitais. Por isso, não nos surpreenderemos ao saber, por meio da psicanálise, quanta importância psíquica conserva esse ato durante toda a vida. Sugar ao seio materno é o ponto de partida de toda a vida sexual, o protótipo inigualável de toda satisfação sexual ulterior, ao qual a fantasia retorna muitíssimas vezes, em épocas de necessidade. Esse sugar importa em fazer o seio materno o primeiro objeto do instinto sexual. Não posso dar-lhes idéia da importante relação entre esse primeiro objeto e a escolha de todos os objetos subseqüentes, dos profundos efeitos que ele tem em suas transformações e substituições até mesmo nas mais remotas regiões de nossa vida sexual. A princípio, contudo, o bebê, em sua atividade de sucção, abandonada esse objeto e o substitui por uma parte do seu próprio corpo. Começa a sugar o polegar ou a própria língua. Desse modo, torna-se independente do consentimento do mundo externo, no que tange à obtenção de prazer, e, ademais disso, aumenta-a, acrescentando a excitação de uma segunda área de seu corpo. As zonas erógenas não são todas igualmente generosas em proporcionar prazer; ocorre, pois, uma importante experiência quando o lactente, conforme relata Lindner, descobre, no decorrer de suas buscas, as regiões especialmente excitáveis representadas por seus genitais e, com isso, passa da sucção à masturbação.

Ao formarmos esta opinião referente à sucção sensual, já passamos a conhecer duas características decisivas da sexualidade infantil. Ela surge ligada à satisfação das principais necessidades orgânicas e se comporta de maneira *auto-erótica* - isto é, procura seus objetos no próprio corpo da criança. O que ficou demonstrado tão claramente com relação à tomada de alimentos repete-se, em parte, com as excreções. Concluimos que os bebês têm sensações prazerosas no processo de evacuação da urina e das fezes, e que logo conseguem dispor destes atos de maneira que estes lhes tragam a máxima produção de prazer possível, através

das correspondentes excitações das zonas erógenas da membrana mucosa. É aqui que, pela primeira vez (conforme sutilmente percebeu Lou Andreas-Salomé [1916]), os bebês se defrontam com o mundo externo como força inibidora, hostil, ao seu desejo de prazer, e têm certa antevisão dos futuros conflitos externos e internos. Um bebê não deve eliminar suas excreções em qualquer momento de sua escolha, e sim quando outras pessoas decidem que deve fazê-lo. Para induzi-lo a renunciar a essas fontes de prazer, é-lhes dito que tudo aquilo que se relaciona com essas funções é vergonhoso e deve ser mantido em segredo. Então, pela primeira vez, a criança é obrigada a trocar o prazer pela respeitabilidade social. No início, sua atitude para com suas excreções é muito diferente. Não sente repugnância por suas fezes, valoriza-as como parte de seu próprio corpo, da qual não se separa facilmente, e usa-as como seu primeiro 'presente' com que distingue as pessoas a quem preza de modo especial. Mesmo depois de a educação ter atingido seu objetivo de tornar essas tendências incompatíveis com a criança, esta continua a atribuir elevado valor às fezes, considerando-as 'presentes' e 'dinheiro'. Por outro lado, parece considerar com especial orgulho a proeza de urinar. Sei que, há muito, os senhores estavam esperando para interromper-me e exclamar: 'Chega de barbaridades! O senhor nos diz que defecar é uma fonte de satisfação sexual explorada já na infância! que as fezes são uma substância valiosa e que o ânus é uma espécie de genital! Absolutamente não acreditamos nisso - mas compreendemos por que os pacientes e educadores se têm mantido à distância da psicanálise e de suas descobertas.' Não, senhores. Os Senhores simplesmente se esqueceram de que estive procurando apresentar-lhes os fatos da vida sexual infantil em relação aos fatos das perversões sexuais. Por que os senhores não haveriam de se aperceber de que, para um grande número de adultos, tanto homossexuais como heterossexuais, o ânus assume, na relação sexual, o papel de vagina? E que há muitas pessoas que conservam, durante toda a vida, uma voluptuosa sensação ao defecar, e a caracterizam como não sendo nada desprezível? Quanto ao interesse pelo ato de defecar e ao prazer de olhar uma outra pessoa defecando, os senhores podem conseguir que as próprias crianças confirmem o fato quando elas tiverem alguns anos mais de idade, e forem capazes de lhes falar a respeito. Naturalmente, os senhores não deverão tê-las intimidado sistematicamente, de antemão, pois, nesse caso, elas compreenderão muito bem que devem silenciar sobre o assunto. Quando às demais coisas nas quais os senhores tanto desejam não acreditar, remeto-os às descobertas da análise e à observação direta de crianças, e acrescento que realmente é necessário ser ingênuo para não ver tudo isso, ou vê-lo de modo diferente. E não me queixo se os senhores consideram muito surpreendente esta semelhança entre atividade sexual infantil e perversões sexuais. Esta semelhança, contudo, é evidente: se de fato uma criança tem vida sexual, esta não pode ser senão uma vida sexual de tipo pervertido; pois, exceto quanto a alguns detalhes obscuros, as crianças são desprovidas daquilo que transforma a sexualidade em função reprodutiva. Por outro lado, o abandono da função reprodutiva é o aspecto comum de todas as perversões. Realmente consideramos pervertida uma atividade sexual, quando foi abandonando o objetivo da reprodução e permanece a obtenção de prazer, como objetivo independente. Portanto, conforme poderão ver, a brecha e o ponto crítico da evolução da vida sexual situam-se no fato de esta permanecer subordinada aos propósitos da reprodução. Tudo o que acontece antes dessa mudança de rumo, e igualmente tudo o que a despreza, e que visa somente a obter prazer,

recebe o nome pouco lisonjeiro de ‘pervertido’, e como tal é proscrito. Permitam-me, portanto, que eu prossiga com minha breve descrição da sexualidade infantil. O que já relatei com referência aos dois sistemas de órgãos [digestivo e excretório] poderia ser confirmado em relação aos outros. A vida sexual de uma criança é, de fato, inteiramente constituída das atividades de determinado número de instintos parciais que, independentes uns dos outros, buscam a obtenção de prazer, em parte, do próprio corpo do indivíduo e, em parte, já de um objeto externo. Entre esses órgãos muito cedo assumem relevo os genitais. Existem pessoas nas quais a obtenção de prazer de seus próprios genitais, sem a participação de quaisquer outros genitais de algum objeto, continua ininterruptamente desde a masturbação infantil até a masturbação inevitável da puberdade e persiste indefinidamente em épocas posteriores. Aliás, o tema da masturbação não é um tema que se possa solucionar tão facilmente: é algo que exige ser examinado a partir de diferentes ângulos. Embora esteja deseioso de abreviar ainda mais esta exposição, devo, no entanto, dizer-lhes algumas coisas a respeito das investigações sexuais feitas por crianças: são por demais características da sexualidade infantil, e de importância suficientemente grande para a sintomatologia das neuroses, para que as deixemos passar sem um exame. As investigações sexuais das crianças começam muito precocemente, às vezes antes do terceiro ano de vida. Não se referem à distinção entre os sexos, de vez que isto nada significa para as crianças, já que estas (ao menos quanto aos meninos) atribuem a ambos os sexos o mesmo genital masculino. Se, depois, um menino faz a descoberta da vagina ao ver sua irmãzinha ou uma menina, companheira de brinquedos, ele procura, inicialmente, negar a evidência dos seus sentidos, pois não pode imaginar uma criatura humana, como ele próprio, desprovida de uma parte tão preciosa. Mais tarde, amedronta-se com a possibilidade que assim se lhe apresenta; e quaisquer ameaças que lhe tenham sido feitas anteriormente, porque tomou demasiado interesse por seu pequeno órgão, agora produzem um efeito retardado. Cai sob o domínio do complexo de castração, assumindo uma forma que desempenhará um grande papel na construção do seu caráter se permanecer normal, na sua neurose se adoecer, e em suas resistências, se vier a se tratar analiticamente. No que se refere às meninas de tenra idade, podemos dizer que se sentem em grande desvantagem devido à sua falta de um pênis grande, visível, que elas invejam os meninos por estes o possuírem e que, principalmente por este motivo, desenvolvem o desejo de serem homem - desejo que torna a emergir, mais tarde, em todas as neuroses e que pode surgir se lhes ocorrer algum revés no desempenho do papel feminino. Ademais disso, na infância, o clitóris da menina assume inteiramente o papel de pênis: caracteriza-se por especial excitabilidade e se situa na área em que é obtida a satisfação auto-erótica. O processo pelo qual uma menina se transforma em mulher depende muitíssimo da possibilidade de o clitóris ceder sua sensibilidade ao orifício vaginal, na época oportuna e de forma completa. Nos casos conhecidos como de anestesia sexual das mulheres, o clitóris reteve obstinadamente sua sensibilidade. O interesse sexual das crianças começa, certamente, quando elas se voltam para o problema de saberem de onde é que vêm os bebês - o mesmo problema subjacente à pergunta feita pela esfinge de Tebas - e na maior parte dos casos este problema surge por causa dos temores egoístas da chegada de um novo bebê. A resposta, que já está pronta e diz que os bebês são trazidos pela cegonha [ver em

[1]], esbarra na descrença até mesmo de crianças pequenas, numa frequência muito maior do que percebemos. O sentimento de que a verdade está sendo falseada pelos adultos contribui em muito para fazer com que as crianças se sintam sós e desenvolvam sua independência. Uma criança não tem, contudo, condições de solucionar este problema por seus próprios meios. Sua constituição sexual não desenvolvida estabelece limites precisos à sua capacidade de percepção. Começa por supor que os bebês vêm de pessoas que ingerem algo de especial no alimento, e não sabe que apenas as mulheres podem ter bebês. Depois percebe esta limitação e deixa de considerar o comer como sendo a origem dos bebês - embora tal teoria persista em contos de fadas. Com o aumento de sua idade, a criança logo percebe que seu pai deve ter algum papel nessa história de ter bebês, mas não consegue adivinhar qual. Se ocorre a criança presenciar um ato sexual, encara-o como tentativa de subjugação, como luta, e isto constitui a compreensão deformada, em termos sádicos, do coito. Entretanto, no início, não correlaciona este ato com o surgimento de um bebê. Assim, também, se a criança encontra vestígios de sangue na cama da mãe, ou nas roupas íntimas desta, toma isto como sinal de que ela foi ferida por seu pai. Ainda mais tarde, na infância, a criança sem dúvida suspeita que o órgão sexual do homem tem uma parte essencial na produção de bebês, mas a única função que consegue atribuir a esse órgão do corpo é a micção.

Bem desde o início, as crianças são unânimes em pensar que os bebês devem nascer da barriga; devem aparecer assim como uma massa uniforme ou como as fezes. Esta teoria não é abandonada senão quando todos os interesses anais tivessem sido destituídos de seu valor, e é então substituída pela hipótese de que o umbigo se abre ou que a área do peito entre as mamas é o lugar em que se dá o nascimento. Desse modo, a criança, no transcurso de suas investigações, aproxima-se dos fatos referentes ao sexo, ou, sentindo-se embaraçada devido a sua ignorância, passa por eles até que, geralmente nos anos que precedem a puberdade, recebe uma explicação, via de regra incompleta e depreciativa, que, muitas vezes, produz efeitos traumáticos. Sem dúvida terão ouvido falar, senhores, que, na psicanálise, o conceito daquilo que é sexual foi indevidamente ampliado, a fim de dar suporte às teses da causação sexual das neuroses e do significado sexual dos sintomas. Agora os senhores estão em condições de julgar por si mesmos se essa ampliação é injustificada. Ampliamos o conceito de sexualidade apenas o bastante para podermos compreender a vida sexual dos perversos e das crianças. Isto é, restituímos-lhe sua dimensão verdadeira. Fora da psicanálise, o que se denomina sexualidade refere-se apenas a uma vida sexual restrita, que serve ao propósito da reprodução e é descrita como normal.

CONFERÊNCIA XXI

O DESENVOLVIMENTO DA LIBIDO E AS ORGANIZAÇÕES SEXUAIS

SENHORES:

Tenho a impressão de que não alcancei êxito em convencê-los muito profundamente da importância das perversões para nossa visão da sexualidade e, portanto, gostaria, até onde me for possível, de aprimorar e suplementar aquilo que disse.

Não é o caso de apenas as perversões, isoladamente, ter-nos obrigado a realizar a modificação no conceito de sexualidade que levantou tantas objeções contra nós. O estudo da sexualidade infantil teve muito mais influência sobre esse fato, e foi o concurso desses dois fatores que se tornou decisivo para nós. As manifestações da sexualidade infantil, por mais inequívocas que possam ser num período ulterior da infância, contudo parecem mergulhadas na indefinição pelos inícios da infância. Todo aquele que resolver desprezar a história de sua evolução e de seu contexto analítico, negará que elas possuem características sexuais e, em vez disso, lhes atribuirá alguma característica indiferenciada. Os senhores devem não se esquecer de que, por agora, não possuímos nenhum critério universalmente reconhecido da natureza sexual de um processo, salvo, novamente, uma conexão com a função reprodutiva, que devemos rejeitar por ser um critério demasiadamente limitado. Os critérios biológicos, como os de periodicidades de vinte e três e de vinte e oito dias, postulados por Wilhelm Fliess [1906], são ainda altamente controversos; as características químicas do processo sexual, que podemos supor, continuam aguardando a sua descoberta. Por outro lado, as perversões sexuais dos adultos constituem algo tangível e inequívoco. Como já o demonstra o nome pelo qual são universalmente conhecidas, elas são inquestionavelmente sexuais. Se descritas como indicações de degeneração, ou o que quer que seja, ninguém ainda teve a coragem de classificá-las como algo que não sejam fenômenos da vida sexual. Apenas em virtude delas justifica-se afirmarmos que sexualidade e reprodução não coincidem, pois é óbvio que todas as perversões negam o objetivo da reprodução. Aqui encontro um paralelo não destituído de interesse. Enquanto, para a maioria das pessoas, ‘consciente’ e ‘psíquico’ são a mesma coisa, fomos obrigados a ampliar o conceito de ‘psíquico’ e reconhecer como ‘psíquico’ algo que não é ‘consciente’. Exatamente do mesmo modo, enquanto outras pessoas declaram serem idênticos o ‘sexual’ e o ‘referente à reprodução’ (ou, se preferem resumir mais, o ‘genital’), não podemos evitar de postular a existência de algo ‘sexual’ que não é ‘genital’ - que não tem nenhuma relação com a reprodução. Aqui, a similitude é apenas formal, mas não deixa de ter um fundamento mais profundo. Se, contudo, a existência das perversões sexuais é um argumento tão decisivo nessa questão, por que depois de tanto tempo ainda não deu resultado e definiu a questão? Realmente, não sei dizer. Acredito que se relaciona com o fato de essas perversões sexuais estarem sujeitas a uma condenação muito especial, que chegou mesmo a afetar a teoria e se

opôs à avaliação científica delas. É como se ninguém pudesse esquecer que elas não são apenas algo repulsivo, mas também algo monstruoso e perigoso - como se as pessoas as sentissem como sedutoras e, no fundo, tivessem de sufocar uma secreta inveja daqueles que as experimentam. É o caso de se lembrar a confissão feita pelo Landgraf condenador, na famosa paródia de *Tannhäuser*: 'Im Venusberg vergass er Ehr und Pflicht!-Merkwürdig, unser einem passiertso etwas nicht.' Na realidade, os pervertidos são, antes, uns pobres diabos, que têm de pagar extremamente caro pela satisfação que obtêm a duras penas. O que torna a atividade dos pervertidos tão inconfundivelmente sexual, por mais estranhos que sejam seus objetos e fins, é o fato de, via de regra, um ato de satisfação pervertida ainda assim terminar em orgasmo completo e emissão de produtos genitais. Naturalmente, só há esse resultado quando se trata de pessoas adultas. Em crianças, o orgasmo e a excreção genital raramente são possíveis; em lugar disso, há elementos que certamente não são reconhecidos como sendo nitidamente sexuais. Existe algo mais que devo acrescentar a fim de completar nosso ponto de vista referente às perversões sexuais. Por mais infames que possam ser, por mais nítido que se faça o contraste com a atividade sexual normal, uma reflexão tranqüila mostrará que um ou outro traço de perversão raramente está ausente da vida sexual das pessoas normais. Pode-se alegar que até mesmo um beijo seria considerado ato pervertido, de vez que consiste na junção de duas zonas erógenas orais em vez de dois genitais. No entanto ninguém o rejeita como pervertido; pelo contrário, é permitido, nas representações teatrais, como velada referência ao ato sexual. Mas, precisamente o beijar pode facilmente tornar-se perversão completa - ou seja, se se torna tão intenso, que uma descarga genital e o orgasmo sobrevêm diretamente, coisa nada rara. Podemos verificar, também, serem condições indispensáveis do prazer sexual que a pessoa sinta e veja o objeto; sabemos que a pessoa poderá beliscar ou morder, no auge da excitação sexual, que o ponto máximo de excitação dos amantes nem sempre é provocado pelos genitais, mas por alguma outra região do corpo do objeto, e numerosas outras coisas semelhantes. Não faz sentido excluir da classe dos normais essas pessoas com traços isolados desse tipo e situá-las entre os pervertidos. Ao contrário, reconheceremos, cada vez com maior nitidez, que a essência das perversões não está na extensão do objetivo sexual, nem na substituição dos genitais, e, mesmo, nem sempre na escolha diferente do objeto, mas sim unicamente na exclusividade com a qual se efetuam esses desvios e em consequência dos quais o ato sexual a serviço do objetivo de reprodução é posto de lado. Na medida em que as ações pervertidas se inserem na realização do ato sexual normal, como contribuições preparatórias ou intensificadoras, não constituem, na realidade, absolutamente perversões. O abismo entre sexualidade normal e pervertida é, naturalmente, em muito diminuído por fatos dessa espécie. É fácil concluir que a sexualidade normal surgiu de algo que existia antes dela, eliminando determinados aspectos desse material como inservíveis e reunindo o restante a fim de subordiná-lo a uma nova finalidade, a da reprodução.

Antes de utilizarmos nosso conhecimento das perversões, para nos atirmos novamente ao estudo da sexualidade infantil com base em premissas mais claras, devo chamar a atenção dos senhores para uma importante diferença entre elas. A sexualidade pervertida é, via de

regra, muito bem centrada: todas as suas ações se dirigem para um fim - geralmente um único fim: um dos instintos componentes assumiu predominância, e, ou é o único instinto observável, ou submeteu os outros a seus propósitos. Nesse aspecto, não há diferença alguma entre sexualidade pervertida e normal, a não ser o fato de que seus instintos componentes dominantes e, conseqüentemente, seus fins sexuais são diferentes. Em ambas, pode-se dizer, estabeleceu-se uma bem organizada tirania, mas, em cada uma das duas, uma família diferente tomou as rédeas do poder. À sexualidade infantil, por outro lado, falando genericamente, falta essa centralização; seus instintos componentes separados possuem iguais direitos, cada um dos quais seguindo seus próprios rumos na busca de prazer. Naturalmente, tanto a ausência como a presença da centralização harmonizam-se bem com o fato de que tanto a sexualidade pervertida como a normal surgiram da sexualidade infantil. Aliás, também existem casos de sexualidade pervertida que têm uma semelhança muito maior com o tipo infantil, pois, nestes, numerosos instintos componentes levaram a cabo (ou, mais corretamente, persistiram em) seus fins, independentemente um dos outros. Em tais casos, é melhor falar em infantilismo da vida sexual, e não em perversão.

Assim premunidos, podemos prosseguir com o exame de uma observação da qual certamente não seremos poupados. ‘Por que’, perguntar-nos-ão, ‘o senhor é tão obstinado em descrever como já constituindo sexualidade aquilo que, segundo as evidências que o senhor mesmo mostrou, são indefiníveis manifestações da infância, a partir das quais se desenvolve posteriormente a vida sexual? Por que, em vez disso, o senhor não se contenta com dar-lhes uma descrição fisiológica e dizer simplesmente que, num lactente, já observamos atividades, como a sucção sensual ou a retenção das excreções, que nos mostram que ele procura o “prazer do órgão”? Dessa forma, o senhor teria evitado a hipótese, tão repugnante para todo os sentimentos, de os bebês da mais tenra idade terem uma vida sexual.’ Com efeito, senhores, não tenho em absoluto qualquer objeção ao prazer do órgão. Sei que mesmo o supremo prazer da união sexual apenas é um prazer do órgão, vinculado à atividade dos genitais. Podem os senhores, porém, dizer quando esse prazer do órgão, originalmente indiferente, adquire o caráter sexual que indubitavelmente possui em fases posteriores do desenvolvimento? Sobre o ‘prazer do órgão’ sabemos mais do que a respeito da sexualidade? Os senhores responderão que ele adquire caráter sexual precisamente quando os genitais começam a desempenhar seu papel; ‘sexual’ coincide com ‘genital’. Os senhores rejeitarão até mesmo a objeção levantada pelas perversões, assinalando a mim que, na maioria das perversões, visa-se, afinal de contas, a um orgasmo genital, ainda que a este se chegue por outro método que não o da união dos genitais. Os senhores certamente estarão assumindo uma posição muito mais sólida na determinação das características do sexual, se deste eliminarem a referência à reprodução, que se torna indefensável nas perversões, e, em seu lugar, colocarem a atividade genital. Mas se assim for, já não nos distanciamos para muito mais longe: é apenas uma questão de órgãos genitais *versus* outros órgãos. Que julgarão os senhores, entretanto, das numerosas experiências que lhes mostram poderem os genitais ser representados, relativamente à sua produção de prazer, por outros órgãos, como no caso do beijo, ou das práticas pervertidas dos sibatibas, ou dos sintomas da histeria?

Nessa neurose, é muito comum acontecer que os sinais de estimulação, as sensações e as inervações e até mesmo os processos de ereção, que pertencem propriamente aos genitais, se desloquem para outras regiões remotas do corpo - como, por exemplo, deslocarem-se para cima, para a cabeça e a face. Estando dessa forma convencidos de que não têm onde se apoiarem para sua caracterização daquilo que é sexual, os senhores, sem dúvida, terão de se decidir a seguir meu exemplo, e estender a descrição de 'sexual' também às atividades do início da infância que buscam o prazer do órgão.

Agora, para justificação minha, existem mais duas considerações que devo pedir para levarem em conta. Como sabem, dizemos serem sexuais as atividades imprecisas e indefiníveis do início da infância, porque, no decurso da análise, chegamos a elas a partir dos sintomas, após examinarmos material indiscutivelmente sexual. Não quer dizer que devam ser, por isso, necessariamente sexuais - de acordo! Tomem, porém, um caso análogo. Suponham que não temos meios de observar o desenvolvimento, desde as suas sementes, de duas plantas dicotiledôneas, a macieira e o feijoeiro, mas que nos seria possível rastrear retrospectivamente o desenvolvimento de ambos, desde a planta inteiramente desenvolvida até o primeiro embrião com dois cotilédones. Os dois cotilédones têm uma aparência neutra; são muito semelhantes em ambos os casos. Devo supor, então, que sejam realmente semelhantes, e que a diferença específica entre a macieira e o feijoeiro somente seja introduzida nas plantas mais tarde? Ou é biologicamente mais correto acreditar que essa diferença já está presente no embrião da planta, embora eu não possa observar qualquer distinção nos cotilédones? Ora, estamos fazendo a mesma coisa quando dizemos que é sexual o prazer obtido nas atividades do lactente. Aqui, não posso discutir se todo prazer do órgão deva ser chamado de sexual, ou se, além do sexual, há um outro que não merece ser chamado assim. É muito pouco meu conhecimento a respeito de prazer do órgão e de suas causas; e, em vista do caráter regressivo da análise em geral, não ficarei surpreso se, bem no final, eu atingir aquilo que, por ora, são fatores indefiníveis. É mais outra coisa! Na totalidade os senhores terão lucrado muito pouco com o que querem afirmar - a pureza sexual das crianças -, ainda que consigam convencer-me de que seria melhor considerar não-sexuais as atividades do lactente. A vida sexual das crianças não comportaria mais todas essas dúvidas, do terceiro ano de vida em diante: por essa época, aproximadamente, os genitais já começam a excitar-se, um período de masturbação infantil - da satisfação genital, portanto - inicia-se, talvez regularmente. Os fenômenos mentais e sociais da vida sexual não necessitam mais estar ausentes; a escolha de um objeto, uma preferência carinhosa por determinadas pessoas, até mesmo uma decisão a favor de um dos dois sexos, ciúme - tudo isso foi estabelecido por observações imparciais, feitas independentemente da psicanálise e antes que esta surgisse, podendo ser confirmadas por qualquer observador que tenha o cuidado de verificá-las. Os senhores objetarão que jamais duvidaram do surgimento precoce da afeição; apenas duvidaram se essa afeição se revestia de um caráter 'sexual'. É verdade que as crianças já aprenderam a ocultar esse fato na idade entre três e oito anos. Se os senhores estiverem, porém, atentos, poderão, mesmo assim, reunir provas suficientes dos fins 'sensuais' dessa afeição, e tudo quanto lhes faltar, depois disso, poderão facilmente

obter em profusão nas investigações da análise. Os fins sexuais, nesse período da vida, estão intimamente relacionados com as investigações sexuais que a criança, por essa época, empreende, das quais apresentei-lhes alguns exemplos [ver em [1] e [2]]. O caráter perverso de alguns desses fins depende, naturalmente, da imaturidade constitucional da criança, pois esta ainda não descobriu o objetivo do ato da cópula.

Aproximadamente do sexto ao oitavo ano de vida em diante, podemos observar uma parada e um retrocesso no desenvolvimento sexual, que, nos casos em que culturalmente há mais condições, podemos chamar de período de latência. O período de latência também pode estar ausente: não acarreta necessariamente qualquer interrupção da atividade sexual e dos interesses sexuais por toda a extensão da linha. A maior parte das experiências e dos impulsos mentais anteriores ao início do período da latência agora sucumbe à amnésia infantil - o esquecimento (sobre o qual já discorreremos [ver em [1] e segs.]) que nos oculta nossa primeira juventude e nos torna estranhos a ela. Em toda psicanálise, coloca-se diante de nós a tarefa de trazer novamente à memória esse período esquecido da vida. É impossível evitar a suspeita de que o despontar da vida sexual, que se inclui nesse período, tenha dado motivo a que fosse esquecido - que este esquecimento, de fato, é o resultado da repressão.

A partir do terceiro ano de vida, a vida sexual da criança mostra muita semelhança com a do adulto. Difere desta, conforme já sabemos, por lhe faltar uma organização estável sob a primazia dos genitais, por seus inevitáveis traços de perversão e, também, naturalmente, pela intensidade muito menor de toda a tendência sexual. Do ponto de vista da teoria, contudo, as fases mais interessantes do desenvolvimento sexual, ou, como diremos, do desenvolvimento libidinal, situam-se em época anterior a esta. Esse curso do desenvolvimento realiza-se com tanta rapidez, que, talvez, jamais pudéssemos conseguir, pela observação direta, apreender firmemente os seus quadros fugazes. Foi apenas com a ajuda da investigação psicanalítica das neuroses que se tornou possível descobrir as fases ainda mais precoces do desenvolvimento da libido. Para dizer a verdade, estas não são senão hipóteses; mas, se os senhores efetuarem a psicanálise na prática, verificarão que são hipóteses necessárias e úteis. Em breve irão saber como sucede a patologia poder, aqui, revelar-nos a existência de conexão que inevitavelmente deixaríamos de perceber em uma pessoa normal.

Por conseguinte, posso agora descrever-lhes a forma que toma a vida sexual da criança, antes do estabelecimento da primazia dos genitais: essa primazia já tem seus preparativos no primeiro período da infância, prévio ao período de latência, e se organiza, permanentemente, da puberdade em diante. Uma espécie de organização frouxa, que pode ser chamada 'pré-genital', existe durante esse período inicial. Durante essa fase, o que está em primeiro plano não são os instintos componentes genitais, mas os sádicos e anais. O contraste entre 'masculino' e 'feminino' ainda não desempenha, aqui, nenhum papel. Em lugar disso, o contraste se estabelece entre 'ativo' e 'passivo', que pode ser descrito como precursor da polaridade sexual e que, daí em diante, se solda a essa polaridade. O que se

nos apresenta como masculino, nas atividades dessa fase, quando o consideramos do ponto de vista da fase genital, vem a ser expressão de um instinto de domínio que facilmente pode transformar-se em crueldade. As tendências que visam a um fim passivo vinculam-se à zona erógena do orifício anal, que é muito importante nesse período. Os instintos de olhar e de adquirir conhecimento [instintos escopofílico e epistemológico] estão funcionando poderosamente; os genitais realmente desempenham seu papel na vida sexual apenas como órgãos de excreção da urina. Os instintos componentes parciais dessa fase não existem sem objetos, mas esses objetos não convergem necessariamente em um único objeto. A organização sádico-anal é o precursor imediato da fase de primazia genital. Um estudo detalhado mostra quanto dele se mantém na forma definitiva e ulterior das coisas, e, também, revela a forma em que seus instintos parciais são compelidos a tomar seu lugar na nova organização genital. Anterior à fase sádico-anal do desenvolvimento libidinal, podemos divisar um estágio de organização ainda mais precoce e primitivo, no qual a zona erógena da boca desempenha o papel principal. Como podem perceber, a atividade sexual da sucção [ver em [1] e [2]] pertence a esse estágio. Devemos admirar a compreensão dos antigos egípcios que, na sua arte, representavam as crianças, inclusive o deus Hórus, com um dedo na boca. Apenas recentemente, Abraham [1916] deu exemplo dos vestígios que essa fase oral primitiva deixa após si na vida sexual posterior.

Facilmente posso supor, senhores, que essa última descrição das organizações sexuais serviu mais para confundi-los do que para instruí-los, e pode ser que mais uma vez eu tenha entrado em demasiados detalhes. Os senhores devem, contudo, ter paciência. O que acabaram de ouvir lhes será de grande valor a partir de suas posteriores aplicações. Por agora, devem reter firme em mente que a vida sexual (ou, conforme dizemos, a função libidinal) não emerge como algo pronto e nem tem seu desenvolvimento ulterior ditado pelo seu próprio aspecto inicial, mas passa por uma série de fases sucessivas que não se parecem entre si; sua evolução repete-se, portanto, várias vezes - como o da lagarta em borboleta. O ponto crítico desse desenvolvimento é a subordinação de todos os instintos parciais à primazia dos genitais e, com isso, a sujeição da sexualidade à função reprodutiva. A esta precede uma vida sexual que poderia ser descrita como anárquica - a atividade independente dos diferentes instintos parciais buscando o prazer do órgão. Tal anarquia é mitigada por inícios infrutíferos de organizações 'pré-genitais' - uma fase sádico-anal precedida por uma fase oral que é, talvez, a mais primitiva. Ademais, existem os processos variados, ainda incompletamente conhecidos, que levam um estágio de organização ao estágio subsequente, mais elevado. Posteriormente saberemos quão importantes são os esclarecimentos que se obtêm, a respeito das neuroses, com o fato de a libido passar através de um percurso evolutivo tão longo e sujeito a tantas interrupções.

Hoje, seguiremos um outro aspecto desse desenvolvimento - isto é, a relação entre os instintos sexuais parciais e seu objeto. Ou melhor, faremos um rápido apanhado dessa evolução e nos deteremos um pouco mais em uma de suas conseqüências relativamente tardias. Alguns dos componentes do instinto sexual têm, portanto, desde o início, um objeto e

aderem a este - por exemplo o instinto de domínio (sadismo) e os instintos escopofílico e epistemológico. Outros, mais definitivamente vinculados a determinadas zonas erógenas do corpo, têm, inicialmente, apenas um objeto, enquanto estiverem ainda ligados às funções não-sexuais [ver em [1], acima], e o abandonam quando se separam dessas funções não-sexuais. Assim, o primeiro objeto do componente oral do instinto sexual é o seio materno, que satisfaz a necessidade de alimento do bebê. O componente erótico, que é satisfeito simultaneamente durante a sucção [nutricional], torna-se independente com o ato da sucção sensual [*lutschen*]; abandona o objeto externo e o substitui por uma área do corpo do próprio bebê. O instinto oral torna-se *auto-erótico*, como o são, no início, os instintos anais e outros instintos erógenos. O desenvolvimento subsequente, para dar ao assunto toda a concisão possível, tem dois objetivos: primeiro, o abandono do auto-erotismo, logo, a substituição do corpo da própria criança por um objeto externo; e, em segundo lugar, a unificação dos diversos objetos dos instintos separados e sua substituição por um único objeto. Naturalmente isto só pode ser realizado se o objeto, de novo, for um corpo total, semelhante ao do próprio sujeito. E não pode ser efetuado, a menos que alguns impulsos instintuais auto-eróticos sejam abandonados como inservíveis.

Os processos referentes ao encontro de um objeto são muito complexos, e até agora ainda não se fez nenhuma descrição completa dos mesmos. Para nossos propósitos, pode-se assinalar especialmente que, nos anos da infância anteriores à puberdade, quando o processo atingiu alguma definição, o objeto encontrado vem a ser quase idêntico ao primeiro objeto do instinto de prazer oral, que foi obtido por ligação [ao instinto nutricional]. Embora esse objeto não seja realmente o seio materno, pelo menos é a mãe. Dizemos que a mãe é o primeiro objeto de *amor*. Pois falamos em amor quando trazemos para o primeiro plano o lado mental das tendências sexuais e quando queremos repelir as exigências instintuais ‘sensuais’ ou físicas subjacentes, ou esquecê-las no momento. Na época em que a mãe se torna o objeto de amor da criança, nesta o trabalho psíquico da repressão já começou, trabalho que consiste em uma parte dos fins sexuais subtrair-se ao conhecimento consciente. A essa escolha que a criança faz, ao tornar sua mãe o primeiro objeto de seu amor, vincula-se tudo aquilo que, sob o nome de ‘complexo de Édipo’, veio a ter tanta importância na explicação psicanalítica das neuroses e tem tido uma parte não menor, talvez, na resistência à psicanálise (ver em [1]).

Ouçam este episódio ocorrido no transcurso da guerra atual. Um dos bravos discípulos da psicanálise foi designado oficial médico no *front* alemão, em algum lugar da Polônia. Ele chamou a atenção de seus colegas pelo fato de, ocasionalmente, exercer inesperada influência sobre algum paciente. Indagado a respeito, reconheceu que estava empregando os métodos da psicanálise e declarou-se disposto a transmitir seu conhecimento a seus colegas. Depois disso, todas as noites os oficiais médicos da tropa, seus colegas e superiores, reuniam-se a fim de aprender as doutrinas secretas da análise. Tudo correu bem, durante algum tempo; quando, porém, falou ao seu auditório a respeito do complexo de Édipo, um de

seus superiores levantou-se, declarou que não acreditava nisso, que constituía um ato vil, por parte do conferencista, falar-lhes a respeito de tais coisas, a homens honestos que estavam lutando por seu país e que eram pais de família; e que proibia a continuação das conferências. Este foi o final do caso. O analista viu-se transferido para outra parte do *front*. Parece-me mau, entretanto, se uma vitória alemão exige que a ciência se ‘organize’ dessa maneira, e a ciência alemã não reagirá bem a uma organização dessa espécie.

E, agora, os senhores estarão ávidos por ouvir o que esse terrível complexo de Édipo contém. Seu nome o diz. Todos os senhores conhecem a lenda grega do rei Édipo, fadado pelo destino a matar seu pai e a desposar sua mãe, que fez todo o possível para escapar à decisão do oráculo e puniu-se a si próprio cegando-se, ao saber que, apesar de tudo, havia, sem querer, cometido ambos os crimes. Suponho que muito dos senhores devem ter sentido o efeito avassalador da tragédia em que Sófocles abordou essa história. A obra do dramaturgo ateniense mostra a maneira como o feito de Édipo, realizado num passado já remoto, é gradualmente trazido à luz por uma investigação engenhosamente prolongada e restituído à vida por meio de sempre novas séries de provas. Nesse aspecto, tem certa semelhança com o progresso de uma psicanálise. No decorrer do diálogo, Jocasta, a iludida mãe e esposa, declara-se contrária à continuação da investigação. Apela para o fato de que muitas pessoas sonharam com dormir com a própria mãe, mas que os sonhos devem ser menosprezados. Não menosprezamos os sonhos - muito menos os sonhos típicos que muitas pessoas sonham; e não duvidamos que o sonho a que Jocasta se referia tem íntima conexão com o estranho e terrível conteúdo da lenda. Uma coisa surpreendente é que a tragédia de Sófocles não suscita um repúdio indignado na platéia - uma reação semelhante à do nosso sincero médico militar, contudo muito mais justificada. Basicamente, trata-se, pois, de uma obra amoral: absolve os homens de responsabilidade moral, mostra os deuses como promotores do crime e demonstra a importância dos impulsos morais dos homens que lutam contra o crime. Facilmente poder-se-ia supor que o conteúdo da lenda tivesse em vista incriminar os deuses e o destino; e, nas mãos de Eurípides, crítico e inimigo dos deuses, provavelmente ter-se-ia tornado uma incriminação. Com o devoto Sófocles, todavia, não há lugar para uma aplicação dessa espécie. A dificuldade então é superada através do piedoso sofisma segundo o qual submeter-se à vontade dos deuses constitui a mais elevada moralidade, mesmo quando isto conduza ao crime. Não consigo pensar que essa moralidade seja um ponto forte na peça; aliás, não tem nenhuma influência em seu efeito. Não é a ela que o expectador reage, mas ao sentido e ao conteúdo secreto da lenda. Reage como se, por auto-análise, tivesse reconhecido o complexo de Édipo em si próprio e desvendado a vontade dos deuses e do oráculo como disfarces enaltecidos de seu próprio inconsciente. É como se fosse obrigado a recordar os dois desejos - eliminar o pai e, em lugar deste, desposar a mãe - e horrorizar-se com esses mesmos desejos. E o espectador compreende as palavras do dramaturgo, como se elas fossem dirigidas a ele: ‘Tu estás lutando em vão contra a tua responsabilidade, e estás declarando em vão o que fizeste em oposição a essas intenções criminosas. És culpado por não teres conseguido destruí-las; elas ainda persistem em ti, inconscientemente.’ E existe verdade psicológica encerrada nessa frase. Conquanto um homem tenha reprimido seus maus

impulsos para dentro do inconsciente e prefira dizer a si mesmo, posteriormente, que não é responsável por eles, ele, não obstante, tem de reconhecer essa responsabilidade na forma de um sentimento de culpa cuja origem lhe é desconhecida. Não pode haver dúvida de que o complexo de Édipo pode ser considerado uma das mais importantes fontes do sentimento de culpa com que tão freqüentemente se atormentam os neuróticos. E mais do que isso: em um estudo sobre o início da religião e da moralidade humanas, que publiquei em 1913 sob o título de *Totem e Tabu* [Freud, 1912-13], apresentei a hipótese de que a humanidade como um todo pode ter adquirido seu sentimento de culpa, a origem primeira da religião e da moralidade, no começo de sua história, em conexão com o complexo de Édipo. Eu teria muita satisfação em dizer-lhes mais a esse respeito, prefiro, porém, deixá-lo de lado. Sempre que se começa com esse assunto, é difícil interromper; devemos, contudo, retornar à psicologia individual.

O que, então, se pode reunir acerca de complexo de Édipo, a partir da observação direta das crianças, na época em que fazem sua escolha de um objeto, antes do período de latência? Pois bem, é fácil verificar que o homenzinho quer ter sua mãe toda para si mesmo, que sente a presença de seu pai como um estorvo, que fica ressentido quando o pai dispensa qualquer sinal de afeição à mãe, e que mostra satisfação quando o pai saiu de viagem ou está ausente. Amiúde expressará seus sentimentos diretamente em palavras e prometerá à sua mãe casar com ela. Pensar-se-á que isto assume proporções modestas, se comparando com os feitos de Édipo; na realidade, porém, é, nada mais nada menos, basicamente a mesma coisa. A observação é freqüentemente obscurecida pela circunstância de, em outras ocasiões, a própria criança dar mostras de grande afeição pelo pai. Atitudes emocionais contrárias - ou, seria melhor dizer, 'ambivalentes' - que, em adultos, conduziriam a um conflito, permanecem, porém, compatíveis uma com a outra, por longo tempo, nas crianças, como também, mais tarde, encontram um lugar permanente, lado a lado, no inconsciente. Do mesmo modo, haver-se-á de objetar que a conduta do menino origina-se em motivos egoísticos e não oferece base para se postular um complexo erótico: a mãe satisfaz todas as necessidades da criança, de modo que esta tem interesse em evitar que ela venha a dispensar cuidados a uma outra pessoa. Esse fato também é procedente; mas, logo tornar-se-á claro que, nessa situação, como em outras semelhantes, o interesse egoístico simplesmente oferece um ponto de apoio ao qual a tendência erótica se vincula. O menino pode mostrar a mais indisfarçada curiosidade sexual para com sua mãe, pode insistir em dormir ao seu lado, à noite, pode impor sua presença, junto a ela quando ela está se vestindo, ou, mesmo fazer tentativas reais de seduzi-la, conforme sua mãe divertidamente perceberá e relatará - tudo isso demonstra inequivocamente a natureza erótica de sua ligação com a mãe. E não se deve esquecer que a mãe dedica a mesma atenção à sua filhinha, sem produzir igual resultado, e que seu pai amiúde compete com a mãe em proporcionar cuidados ao menino, e, no entanto, não lhe é atribuída a mesma importância que a ela. Em resumo, não existe crítica que possa eliminar dessa situação o fator da preferência sexual. Do ponto de vista do interesse egoístico, seria simplesmente uma tolice o homenzinho não preferir suportar o fato de ter duas pessoas a seu serviço, a ter apenas uma delas. Como vêem, descrevi-lhes apenas a

relação de um *menino* para com seu pai e sua mãe. As coisas se passam de modo exatamente igual com as meninas, com as devidas modificações: uma afetuosa ligação com o pai, uma necessidade de eliminar a mãe, por julgá-la supérflua, e de tomar-lhe o lugar, um coquetismo que já utiliza os métodos da futura feminilidade - tudo isso oferece um quadro encantador, especialmente em meninas, o que nos faz esquecer as conseqüências possivelmente graves que se escondem nessa situação infantil. Não devemos deixar de acrescentar que os próprios pais freqüentemente exercem uma influência decisiva no despertar da atitude edípiana da criança, ao cederem ao empuxo da atração sexual, e que, onde houver diversas crianças, o pai dará definidas provas de sua maior afeição por sua filhinha e a mãe, por seu filho. Mas a natureza espontânea do complexo de Édipo nas crianças não pode ser seriamente abalada até mesmo por esse fator. Quando outras crianças aparecem em cena, o complexo de Édipo avoluma-se em um complexo de família. Este, com novo apoio obtido a partir do sentimento egoístico de haver sido prejudicado, dá fundamento a que os novos irmãos e irmãs sejam recebidos com aversão, e faz com que, sem hesitações, sejam, em desejos, eliminados. Também é verdade que, via de regra, as crianças são muito mais capazes de expressar verbalmente esses sentimentos de ódio, do que aqueles decorrentes do complexo parental. Se um desejo desse tipo se realiza, e se o irmão que se acrescentou à família desaparece novamente, logo depois, devido à sua morte, podemos descobrir, numa análise subsequente, quão importante foi para a criança essa experiência referente à morte, embora ela não tenha necessariamente permanecido fixada em sua memória. Uma criança que tenha sido posta em segundo lugar pelo nascimento de um irmão ou irmã, e que agora, pela primeira vez, é quase isolada de sua mãe, não perdoa a esta, com facilidade, sua perda de lugar; sentimentos que, em um adulto, seriam descritos como de intenso ressentimento, surgem na criança e freqüentemente constituem a base de permanente desavença. Já mencionamos [ver em [1]] que as investigações sexuais da criança, com todas as suas conseqüências, geralmente se originam dessa experiência vital sua. À medida que esses irmãos e irmãs crescem, a atitude do menino para com eles sofre transformações muito significativas. Pode tomar sua irmã como objeto de amor, à maneira de substituta da mãe infiel. Onde há diversos irmãos, todos cortejando uma irmã mais nova, surgem, já na época infantil, situações de rivalidade hostil que são tão importantes, na vida, mais tarde. Uma menina pode encontrar em seu irmão, mais velho, um substituto para seu pai, que não mantém mais um interesse afetuoso por ela como o fazia em anos anteriores. Ou pode tomar uma irmã mais nova como substituta da criança que ela, em vão, desejou ter de seu pai.

Isto e muito mais de natureza semelhante ser-lhe-á demonstrado pela observação direta de crianças e pelo exame de recordações nitidamente retidas desde a infância, não influenciadas pela análise. Disto os senhores concluirão, entre outras coisas, que a posição que uma criança ocupa na seqüência da família é fator de extrema importância na determinação da forma de sua vida posterior, e deve merecer consideração em toda anamnese. Mas, o que é mais importante, em vista dessas informações, que podem ser obtidas tão facilmente: os senhores não poderão recordar sem um sorriso os pronunciamentos da ciência ao explicar a proibição do incesto. [Cf. pág. 211, acima.] Não

tem fim o que já se inventou sobre o assunto. Tem sido dito que a tendência sexual é desviada de membros da mesma família pertencentes ao sexo oposto, pelo fato de terem vivido juntos desde a infância; ou ainda, que um propósito biológico de evitar a consangüinidade é representado psiquicamente por um inato horror ao incesto. Nisso tudo, deixa-se de atentar para o fato de que uma proibição tão peremptória não seria necessária nas leis e nos costumes, se houvesse barreiras naturais seguras contra a tentação do incesto. A verdade é justamente o oposto. A primeira escolha objetal de um ser humano é regularmente incestuosa, dirigida, no caso do homem, à sua mãe e à sua irmã; e necessita das mais severas proibições para impedir que essa tendência infantil persistente se realize. Entre raças primitivas viventes ainda nos dias atuais, entre selvagens, as proibições contra o incesto são ainda muito mais estritas do que entre nós, e Theodor Reik, ainda recentemente, num brilhante trabalho [Reik, 1915-16] demonstrou que os ritos da puberdade dos selvagens, que representam um renascimento, têm o sentido de liberar o menino de seus laços incestuosos com sua mãe e de reconciliá-lo com seu pai. A mitologia lhes ensinará que o incesto que se pensa ser tão rechaçado pelos seres humanos, é inequivocamente permitido aos deuses. E, na história antiga, podem constatar que o casamento incestuoso com a irmã era um preceito santificado imposto à pessoa do soberano (entre os faraós egípcios e os incas do Peru). O que estava em jogo, portanto, era um privilégio proibido ao homem comum.

Um dos crimes de Édipo foi o incesto com a mãe, o outro foi o parricídio. Pode-se observar, de passagem, que estes são também os dois grandes crimes proscritos pelo totemismo, a primeira instituição social-religiosa da humanidade. Retornemos, agora, da observação direta das crianças ao exame analítico dos adultos que se tornaram neuróticos. Que ajuda nos proporciona a análise para um melhor conhecimento do complexo de Édipo? Isto pode ser respondido numa palavra. A análise confirma tudo o que a lenda descreve. Mostra que cada um desses neuróticos também tem sido um Édipo, ou, o que vem a dar no mesmo, como reação ao complexo, tornou-se um Hamlet. A explicação analítica do complexo de Édipo é, naturalmente, uma ampliação e uma versão mais crua do esboço infantil. O ódio ao pai, os desejos de morte contra ele, já não são mais insinuados timidamente, a afeição pela mãe admite que seu objetivo é possuí-la como mulher. Devemos realmente atribuir esses impulsos emocionais turbulentos e externos aos tenros anos da infância, ou será que a análise nos engana com a mistura de algum fator novo? Não é difícil achar um desses fatores. Sempre que alguém faz um relato de um acontecimento passado, ainda que seja um historiador, devemos ter em mente o que é que ele intencionalmente faz recuar do presente, ou de alguma época intermediária, para o passado, falsificando, com isso, o seu quadro referente ao fato. No caso de um neurótico, até mesmo surge a questão de saber se esse recuar para o passado é totalmente não-intencional; de ora em diante, teremos de descobrir as razões disso, e teremos de, no geral, considerar atentamente o fato do ‘fantasiar retrospectivo’. Facilmente podemos verificar também que o ódio ao pai é reforçado por diversos fatores que surgem de épocas e circunstâncias posteriores, e que os desejos sexuais dirigidos à mãe assumem formas tais, que devem ter sido estranhos até

mesmo para uma criança. Entretanto, seria um esforço vão procurar explicar a totalidade do complexo de Édipo através do fantasiar retrospectivo e vinculá-la a épocas posteriores. Seu núcleo infantil e, no geral, seus aspectos acessórios permanecem do modo como foram confirmados pela observação direta de crianças. O fato clínico que se nos apresenta sob a forma do complexo de Édipo, tal como é estabelecido pela análise, é da mais alta significação prática. Constatamos que, na puberdade, quando os instintos sexuais, pela primeira vez, fazem suas exigências com toda a sua força, os velhos objetos incestuosos familiares são retomados mais uma vez e novamente catexizados com a libido. A escolha objetal infantil era apenas uma escolha débil, mas já era um começo que indicava a direção para a escolha objetal na puberdade. Nesse ponto, desenrolam-se, assim, processos emocionais muito intensos que seguem a direção do complexo de Édipo ou reagem contra ele, processos que, entretanto, de vez que suas premissas se tornaram intoleráveis, devem, em larga escala, permanecer apartados da consciência. Dessa época em diante, o indivíduo humano tem de se dedicar à grande tarefa de desvincular-se de seus pais e, enquanto essa tarefa não for cumprida, ele não pode deixar de ser uma criança para se tornar membro da comunidade social. Para o filho, essa tarefa consiste em desligar seus desejos libidinais de sua mãe e empregá-los na escolha de um objeto amoroso real externo e em reconciliar-se com o pai, se permaneceu em oposição a este, ou em liberar-se da pressão deste, se, como reação à sua rebeldia infantil, tornou-se subserviente a ele. Essas tarefas são propostas a todas as pessoas; e é de causar espanto que raramente as pessoas enfrentam tais tarefas de maneira ideal - isto é, de maneira tal que seja correta, tanto psicológica como socialmente. Os neuróticos, porém, não chegam absolutamente a nenhuma solução: o filho permanece por toda a vida subjugado à autoridade do pai e é incapaz de transferir sua libido a um objeto sexual externo. Com o relacionamento modificado, o mesmo destino pode esperar a filha. Nesse sentido, o complexo de Édipo justificadamente pode ser considerado como o núcleo das neuroses.

Conforme podem imaginar, senhores, passei em revista, muito rapidamente, grande número de considerações de importância prática e teoria relacionadas com o complexo de Édipo. E não adentrarei suas variações e suas possíveis inversões. Entre suas conexões mais remotas, apenas mencionarei para os senhores um detalhe que gerou um efeito de alta importância na produção literária. Em um valioso trabalho, Otto Rank [1912b] mostrou que os dramaturgos de todos os tempos escolheram o seu material, geralmente, a partir do complexo de Édipo e do incesto, bem como das suas variações e disfarces. E não se deve deixar passar despercebido que os dois desejos criminosos do complexo de Édipo foram reconhecidos como os verdadeiros representantes da vida irrestrita dos instintos, muito antes da época da psicanálise. Entre os escritos do enciclopedista Diderot, os senhores encontrarão um diálogo notável, *le neveu de Rameau*, que foi traduzido para o alemão por uma pessoa do porte de Goethe. Ali os senhores podem ler esta frase extraordinária: ‘Si le petit sauvage était abandonné à lui-même, qu’il conservât toute son imbécillité, et qu’il réunît au peu de raison de l’enfant au berceau la violence des passions de l’homme de trente ans, il tordrait le col à son père et coucherait avec sa mère.’ Existe, porém, algo mais, que

não posso omitir. Não se deve permitir que reste infrutífera a advertência referente aos sonhos, que nos faz a mãe e esposa de Édipo. Recordam-se os senhores do resultado de nossas análises de sonhos - como os desejos que formam os sonhos são tão freqüentemente de natureza perversa ou incestuosa, ou revelam uma insuspeitada hostilidade para com aqueles que são mais chegados e mais caros ao sonhador? Naquela ocasião [ver em [1] e [2]] não demos nenhuma explicação da origem desses impulsos maus. Agora os senhores mesmos podem encontrá-la. São arranjos da libido e das catexias objetais que datam do início da infância e que, desde então, foram abandonadas no que respeita à vida consciente, mas que provam estar ainda presentes, no período noturno, e ser capazes de funcionar em certo sentido. No entanto, de vez que todos, e não apenas os neuróticos, experimentam esses sonhos perversos, incestuosos e assassinos, podemos concluir que as pessoas que são normais, atualmente, percorreram um caminho evolutivo que passou pelas perversões e catexias objetais do complexo de Édipo, que este é o caminho do desenvolvimento normal e que os neuróticos simplesmente nos mostram, de forma ampliada e grosseira, aquilo que a análise dos sonhos nos revela também em pessoas sadias. E esta é uma das razões por que abordei o estudo dos sonhos antes do estudo dos sintomas neuróticos.

CONFERÊNCIA XXII

ALGUMAS IDÉIAS SOBRE DESENVOLVIMENTO E REGRESSÃO - ETIOLOGIA

SENHORAS E SENHORES:

Ouviram dizer que a função libidinal sofre uma prolongada evolução, até que possa, segundo o que se descreve como forma normal, ser posta a serviço da reprodução. Gostaria de atrair sua atenção, agora, para a importância desse fato na causação das neuroses.

Penso que estamos de acordo com as teorias da patologia geral ao supormos que um desenvolvimento dessa espécie envolve dois perigos: primeiro, de *inibição*, e, segundo, de *regressão*. Isto é, em vista da tendência geral dos processos biológicos à variação, não há como fugir ao fato de que nem todas as fases preparatórias são ultrapassadas com igual êxito e superadas completamente: partes da função serão retidas permanentemente nesses estádios iniciais e o quadro total do desenvolvimento será limitado por determinada quantidade de inibição de desenvolvimento.

Procuraremos algumas analogias com esses processos em outras áreas de conhecimento. Quando, conforme tantas vezes aconteceu nos períodos iniciais da história do homem, um povo inteiro abandonou seu local de morada e procurou um novo, podemos ter a certeza de que nem todos os indivíduos desse povo chegaram à nova localidade. Afora outras perdas, deve ter acontecido, regularmente, que pequenos grupos ou bandos de migrantes pararam no caminho e se fixaram nesses locais de parada, enquanto o grosso da massa prosseguia adiante. Ou, conforme é do conhecimento dos senhores, voltando a uma comparação mais próxima, nos mamíferos superiores as glândulas sexuais masculinas, que inicialmente se situam profundamente na cavidade abdominal, iniciam uma migração, em determinado estágio da vida intra-uterina, que as traz quase diretamente sob a pele da extremidade pélvica. Em consequência dessa migração, constatamos, em alguns indivíduos masculinos, que um desses órgãos pares ficou para trás, dentro da cavidade pélvica, ou que ficou alojado permanentemente dentro do que se conhece como canal inguinal, através do qual ambos os órgãos devem passar no decurso de sua migração; ou, pelo menos, que esse canal permaneceu aberto, embora normalmente devesse fechar-se após as glândulas haverem completado sua mudança de localização. Uma vez, quando eu era um jovem estudante, dediquei-me, sob a direção de von Brücke, a meu primeiro trabalho científico e interessei-me pela origem das raízes nervosas posteriores da medula espinal de um pequeno peixe de estrutura muito primitiva; constatei que as fibras nervosas dessas raízes tinham sua origem em células grandes do corno posterior da substância cinzenta, o que já não acontece mais com outros vertebrados. Mas também descobri, logo depois, que células nervosas desse tipo estão presentes fora da substância cinzenta, por toda a extensão do chamado gânglio espinal da raiz posterior; e desse fato concluí que as células dessas massas ganglionares migraram da medula espinal ao longo das raízes dos nervos. Isto também é demonstrado pela sua história evolutiva. Nesse pequeno peixe, porém, todo o percurso de sua migração foi demonstrado pelas células que ficaram para trás. Se os senhores se aprofundarem mais no assunto, não terão dificuldade em detectar os pontos fracos dessas comparações. Portanto, declaro, sem mais delongas, que, no caso de cada uma das tendências sexuais, considero possível que algumas partes das mesmas tenham ficado para trás, em estádios anteriores de seu desenvolvimento, embora outras partes possam ter atingido o objeto final. Aqui os senhores reconhecerão que estamos delineando cada uma dessas tendências como uma corrente que tem sido contínua desde o começo da vida, a qual, porém, dividimos, em certa medida artificialmente, em sucessivos avanços separados. Justifica-se a sua impressão de que essas idéias necessitam de maior esclarecimento; contudo, ao tentá-lo, afastar-nos-íamos demais do tema. Permitam-me ainda esclarecer que nos propomos descrever o retardamento de uma tendência parcial num estágio anterior como sendo uma *fixação* - isto é, uma fixação do instinto. O segundo perigo em um desenvolvimento por etapas desse tipo reside no fato de que as partes que prosseguiram adiante podem também, com facilidade, retornar retrocessivamente a um desses estádios precedentes - o que descrevemos como *regressão*. A tendência ver-se-à conduzida a uma regressão desse tipo, se o exercício de sua função - isto é, a obtenção do seu objetivo de satisfação - depara, em sua forma posterior ou mais altamente desenvolvida, com poderosos obstáculos externos. É plausível supor que a fixação

e a regressão não sejam independentes uma da outra. Quanto mais intensas as fixações em seu rumo ao desenvolvimento, mais prontamente a função fugirá às dificuldades externas, regressando às fixações - portanto, mais incapaz se revela a função desenvolvida de resistir aos obstáculos externos situados em seu caminho. Considerem que, se um povo em migração deixou atrás de si fortes destacamentos nos locais de parada de seu deslocamento, é provável que os escalões mais avançados tenderão a se retirar para esses locais de parada quando forem derrotados ou quando se defrontarem com um inimigo superior. Mas, também estarão em maior perigo de serem derrotadas, quanto maior for o número deles, que ficou para trás na migração.

Para compreenderem as neuroses, é importante não perderem de vista essa relação entre fixação e regressão. Isto lhes dará maior segurança ao enfrentarem a questão da formação das neuroses - a questão da etiologia das neuroses, que em breve haveremos de abordar.

No momento atual, deter-nos-emos um pouco mais na regressão. Após essas coisas que os senhores aprenderam a respeito do desenvolvimento da função libidinal, estarão preparados para saber que há regressão de dois tipos: um retorno aos objetos que inicialmente foram catexizados pela libido, os quais, conforme sabemos, são de natureza incestuosa; e um retorno da organização sexual como um todo a estádios anteriores. Ambos os tipos de regressão são encontrados nas neuroses de transferência [ver em [1]] e desempenham importante papel no seu mecanismo. Particularmente, um retorno aos primeiros objetos incestuosos da libido é um aspecto que se encontra nos neuróticos com regularidade realmente fatigante. Há muito mais coisas a dizer acerca das regressões da libido, quando levamos em consideração também outros grupos de neuroses, as narcísicas, que, por ora, não pretendemos abordar. Esses distúrbios dão-nos acesso a outros processos de desenvolvimento da função libidinal que ainda não mencionamos, e nos mostram, por conseguinte, ainda outras formas de regressão. Acima de tudo, penso, todavia, que devo adverti-los para não confundirem *regressão* com *repressão* e ajudá-los a formar uma idéia clara das relações entre os dois processos. A repressão, como se recordam [ver em [1] e segs], é o processo pelo qual um ato admissível à consciência, portanto um ato que pertence ao sistema *Pcs.*, é tornado inconsciente - é repellido para dentro do sistema *Ics.* E igualmente falamos em regressão se o ato mental inconsciente é de todo impedido de ter acesso ao vizinho sistema pré-consciente e é repellido, no limiar, pela censura. Assim, o conceito de repressão não implica nenhuma relação com a sexualidade: devo pedir-lhes que tomem especial nota disto. Indica um processo puramente psicológico, que podemos caracterizar mais bem ainda se o denominarmos processo 'topográfico'. Com isso queremos dizer que repressão diz respeito às regiões psíquicas que supomos existirem ou, se abandonamos essa desajeitada hipótese de trabalho, à construção do aparelho mental a partir dos diferentes sistemas psíquicos.

A comparação que propusemos chamou nossa atenção, pela primeira vez, para o fato de

que até então não estivemos usando a palavra 'regressão' em seu sentido geral, mas sim em um sentido muito especial. Se lhe damos um sentido geral - o de um retorno desde um nível de desenvolvimento mais elevado para um nível inferior - então a repressão também pode ser enquadrada no conceito de regressão, de vez que também a repressão pode ser descrita como um retorno a um estágio anterior e mais profundo na evolução de um ato psíquico. No caso da repressão, porém, esse movimento retrocessivo não nos interessa, já que falamos também em repressão, no sentido *dinâmico*, quando um ato psíquico é detido no estágio inferior, inconsciente. O fato é ser a repressão um conceito topográfico-dinâmico, ao passo que a regressão é um conceito puramente descritivo. O que até agora tratamos como regressão, entretanto, e temos relacionado à fixação, significou exclusivamente um retorno da libido a anteriores pontos de interrupção de seu desenvolvimento - isto é, algo inteiramente diferente, em sua natureza, da repressão, e inteiramente independente desta. E não podemos chamar de regressão da libido um processo puramente psíquico, nem podemos dizer onde deveríamos localizá-lo no aparelho mental. E, embora seja verdade que ele exerce a mais poderosa influência sobre a vida mental, o fator mais importante nele é o fator orgânico. Senhores, exposições como esta estão fadadas a se tornarem um tanto áridas. Voltemos, pois, ao material clínico, a fim de encontrarmos aplicações que serão mais interessantes. Como sabem, a histeria e a neurose obsessiva são as duas principais representantes do grupo das neuroses de transferência. Ora, é verdade que, na histeria, opera-se uma regressão da libido aos primitivos objetos sexuais incestuosos e que isto ocorre muito regularmente; contudo, não existe, a bem dizer, nenhuma regressão a um estágio anterior da organização sexual. Para contrabalançar isso, a parte principal do mecanismo da histeria é desempenhada pela repressão. Se pudesse aventurar-me a completar aquilo que já temos por certo a respeito dessa neurose, fazendo alguma hipótese, tentaria explicar a situação da seguinte maneira. A unificação dos instintos parciais sob a primazia dos genitais foi conseguida; seus resultados, porém, se defrontam com a resistência do sistema pré-consciente que se vincula com a consciência. Assim, a organização genital é válida para o inconsciente, mas não da mesma forma para o pré-consciente; e essa rejeição por parte do pré-consciente configura um quadro que tem determinadas semelhanças com a situação existente antes da primazia genital. Não obstante, é algo muito diferente.

Dos dois tipos de regressão da libido, a regressão que se faz a uma fase anterior da organização sexual é, de longe, a mais surpreendente. Como esta se encontra ausente na histeria, e de vez que nossa completa visão das neuroses ainda está excessivamente influenciada pelo estudo da histeria, cronologicamente a primeira a ser estudada, assim a significação da regressão libidinal também se nos tornou compreensível muito depois de compreendermos a importância da repressão. Devemos estar preparados para constatar que nossos pontos de vista estarão sujeitos ainda a outras ampliações e reavaliações, quando pudermos levar em consideração não apenas a histeria e a neurose obsessiva, como também as outras neuroses, as neuroses narcísicas.

Na neurose obsessiva, pelo contrário, é a própria regressão da libido ao estágio

preliminar da organização sádico-anal o fato mais marcante e o fato decisivo para aquilo que se manifesta nos sintomas. A impulsão de amor, quando isto aconteceu, é obrigada a disfarçar-se em impulsão sádica. A idéia obsessiva 'Eu gostaria de te matar', quando despojada de determinados acréscimos, não casuais, contudo indispensáveis, não significa, no fundo, outra coisa senão. 'Eu gostaria de me deleitar com amor'. Se, ademais, considerarem que houve simultaneamente uma regressão referente ao objeto, de modo que essas impulsões se apliquem apenas àqueles objetivos mais chegados e mais caros ao paciente, os senhores poderão formar uma idéia do horror que essas obsessões causam no paciente e, ao mesmo tempo, da aparência estranha que elas conferem a essa percepção consciente. Também a repressão desempenha, porém, importante papel no mecanismo dessas neuroses, embora isto, numa introdução sumária como a nossa, não possa ser demonstrado com facilidade. Uma regressão da libido, sem repressão, jamais produziria uma neurose, mas levaria a uma perversão. Assim, os senhores podem ver que a repressão é o processo mais característico das neuroses e é de todos os mecanismos o mais característico. Talvez, mais adiante, venha a ter a oportunidade de dizer-lhes o que sabemos a respeito do mecanismo das perversões, e verão que, também no caso destas, as coisas não são tão simples como nós preferíamos imaginar. Senhores, penso que a melhor maneira de chegarem a um acordo com tudo isso que acabaram de ouvir acerca de fixação e regressão da libido, é considerarem-no como preparação para a pesquisa da etiologia das neuroses. Até agora, forneci-lhes apenas uma parcela de informação a respeito desse assunto, ou seja: que as pessoas adoecem de neurose quando impedidas da possibilidade de satisfazer sua libido - que adoecem devido à 'frustração', conforme costumam dizer - e que seus sintomas são justamente um substituto para sua satisfação frustrada [ver em [1]]. Naturalmente, supõe-se que isto não queira dizer que toda frustração da satisfação libidinal torne neurótica a pessoa atingida dessa forma, e sim, simplesmente, que o fator frustração possa ser constatado em qualquer caso de neurose que for examinado. Assim [conforme diriam os lógicos] a proposição não é convertível. E, também, não há dúvida de que os senhores compreendem que essa afirmação não pretende revelar todo o segredo da etiologia das neuroses, mas apenas ressaltar um fator importante e indispensável. Prosseguindo a discussão dessa tese, deveríamos considerar a natureza da frustração, ou a característica peculiar daquelas pessoas afetadas pela frustração? Afinal, é extremamente raro dar-se o caso de a frustração ser universal e absoluta. A fim de atuar patogenicamente, ela deve, sem dúvida, afetar o modo de satisfação que é o único desejado pela pessoa, o único de que a pessoa é capaz. Em geral, há muitíssimas maneiras de suportar a privação de satisfação libidinal, sem adoecer em consequência da privação. Em primeiro lugar, conhecemos pessoas capazes de suportar uma privação dessa espécie, sem serem lesadas: não são felizes, sofrem devido aos seus anseios, porém não adoecem. E depois, devemos ter em mente que os impulsos instintuais sexuais, em particular, são extraordinariamente *plásticos*, se é que posso expressar-me dessa maneira. Um deles pode assumir o lugar do outro, um pode assumir a intensidade do outro; no caso de a realidade frustrar a satisfação de um deles, a satisfação de outro pode proporcionar compensação completa. Relacionam-se uns com os outros à semelhança de uma rede de canais intercomunicantes cheios de líquido; e isto se processa

assim, apesar de estarem eles sujeitos à primazia dos genitais - um estado de coisas que absolutamente não se combina com facilidade e um quadro único. Ademais, os instintos parciais da sexualidade, bem como a tendência sexual que deles se compõe, revelam grande capacidade de mudar de objeto, de tomar um objeto por outro - e de tomar, portanto, um objeto que seja mais facilmente acessível. A deslocabilidade e a facilidade de aceitar um substituto deve atuar poderosamente contra o efeito patogênico da frustração. Entre esses processos protetores contra o adoecer devido à privação, existe um que adquiriu especial significação cultural. Consiste no fato de a inclinação sexual abandonar seu fim de obter um prazer parcial ou reprodutivo e de adotar um outro, que genericamente se relaciona àquele que foi abandonado, mas que, por si mesmo, já não possui mais um caráter sexual, devendo ser descrito como social. A esse processo chamamos 'sublimação', segundo o consenso geral que situa os objetivos sociais acima dos objetivos sexuais, que no fundo, visam aos próprios interesses próprios do indivíduo. Aliás, a sublimação é apenas um caso especial da maneira pela qual as inclinações sexuais se vinculam a outras, não-sexuais [ver em [1]]. Haveremos de discorrer a esse respeito, novamente, em outro contexto. Ora, os senhores poderão ter a impressão de que a privação foi reduzida à insignificância devido a todos esses métodos de tolerá-la. Contudo, não é assim; ela conservou sua capacidade patogênica. As contramedidas são, em sua totalidade, insuficientes. Há um limite à quantidade de libido não satisfeita que os seres humanos, em média, podem suportar. A plasticidade ou livre mobilidade da libido não se mantém absolutamente preservada em todas as pessoas, e a sublimação jamais tem a capacidade de manejar senão determinada parcela de libido; acresce-se o fato de que muitas pessoas são dotadas apenas de uma escassa capacidade de sublimar. A mais importante dessas limitações é, evidentemente, aquela referente à mobilidade da libido, de vez que isto faz com que a satisfação da pessoa dependa da obtenção de apenas um número muito reduzido de fins e de objetos. Basta os senhores recordarem que um desenvolvimento imperfeito da libido deixa atrás de si fixações libidinais muito férteis e, talvez, também, muito numerosas, em fases precoces da organização e da busca de objetos, as quais, em sua maior parte, são incapazes de prover satisfação real; e, com isso, os senhores poderão reconhecer na fixação libidinal o segundo poderoso fator que, juntamente com a frustração, é causa de doença. Podem afirmar, numa abreviação esquemática, que a fixação libidinal representa o fator interno, predisponente, da etiologia das neuroses, ao passo que a frustração representa o fator externo, acidental.

A esse ponto, aproveito a oportunidade para alertá-los contra a possibilidade de tomarem partido em uma disputa muito desnecessária. Em assuntos científicos, as pessoas mantêm muito essa tendência de selecionar uma parte da verdade, colocando-se a favor dessa parte somente. Foi justamente dessa forma que diversas correntes de opinião já se cindiram do movimento psicanalítico, algumas delas reconhecendo os instintos egoísticos e negando os sexuais, e outras atribuindo importância à influência das incumbências reais da vida e desprezando o passado do indivíduo - e outras mais. Ora, aqui encontramos mais uma ocasião para assinalar um contraste e iniciar uma controvérsia. São as neuroses doenças *exógenas* ou *endógenas*? São elas o resultado inevitável de determinada constituição, ou

são produto de determinadas experiências de vida prejudiciais (traumáticas)? Mais particularmente, são elas causadas pela fixação da libido (e pelos outros aspectos da constituição sexual) ou pela pressão da frustração? Parece-me que esse dilema, em sua totalidade, não se reveste de sensatez maior do que um outro dilema que eu poderia apresentar-lhes: um bebê surge por ter sido gerado por seu pai, ou por ter sido concebido por sua mãe? Ambos os fatores são igualmente indispensáveis, conforme certamente responderão os senhores. No que tange à causação das neuroses, a relação, se não precisamente a mesma, pelo menos é muito similar. Quanto à sua causação, os casos de doença neurótica enquadram-se numa série, dentro da qual os dois fatores - constituição sexual e experiência, ou, se preferirem, fixação da libido e frustração - estão representados de tal modo que, quando um dos fatores é mais forte, o outro o é menos. Em um dos limites da série estão os casos extremos dos quais os senhores poderiam dizer convictamente: essas pessoas, em conseqüência do singular desenvolvimento de sua libido, teriam adoecido de qualquer maneira, quaisquer que tivessem sido suas experiências e por mais que suas vidas tivessem sido protegidas. No outro limite da série, estão os casos que, pelo contrário, os senhores deveriam supor tivessem certamente escapado de adoecer, se suas vidas não os tivessem conduzido a esta ou àquela situação. Nos casos intermediários da série, um maior ou menor grau de predisposição na constituição sexual se combina com um grau menor ou maior de experiências nocivas na vida das pessoas. Sua constituição sexual não as teria levado à neurose, se não tivessem tido essas experiências, e essas experiências não teriam tido um efeito traumático sobre tais pessoas se sua libido tivesse sido disposta de outra forma. Nessa série posso, com certeza, admitir uma preponderância na importância dos fatores predisponentes; porém, admitir isto também depende de saber até onde os senhores resolvem ampliar as fronteiras da doença neurótica. Proponho, senhores, que denominemos a uma série desse tipo 'série complementar', e previno-os de que terão oportunidade de formar outras da mesma espécie. A tenacidade com que a libido adere a determinadas tendências e objetos - o que se pode descrever como 'adesividade' da libido - surge como fator independente, variando de indivíduo para indivíduo, e suas causas nos são praticamente desconhecidas; contudo, sua importância na etiologia das neuroses certamente não mais subestimaremos. Por outro lado, não devemos superestimar a complexidade dessa relação: uma 'adesividade' semelhante ocorre (por motivos desconhecidos), sob numerosas condições, em pessoas normais, e é encontrada como fator determinante em pessoas que são, em certo sentido, o oposto dos neuróticos - nos perversos. Sabia-se, já antes da era da psicanálise (cf. Binet [1888]), que, na anamnese de perversos, muito amiúde encontrava-se uma marca muito precoce de alguma tendência instintual ou de alguma escolha objetal anormal a que a libido da pessoa permanecia ligada por toda a vida. Muitas vezes, é impossível dizer o que é que possibilitou a essa marca exercer uma atração tão intensa sobre a libido. Descreverei um caso dessa ordem, que eu próprio observei. Trata-se de um homem que, hoje, é praticamente indiferente aos genitais e a outros atrativos das mulheres, mas que pode ser tomado de irresistível excitação sexual apenas por causa de um pé que tenha determinada forma, e que calce um sapato. Pode recordar um acontecimento do seu sexto ano de vida, decisivo para a fixação de sua libido. Estava sentado num banquinho, ao lado da governanta que lhe ia ministrar lições de inglês. A governanta, uma solteirona de meia-

idade, seca, sem atrativos especiais, com olhos azul-claros e nariz arrebitado, naquele dia estava com algum problema no pé e, por causa disso, mantinha-o calçado num chinelo de veludo, estendido sobre uma almofada. Sua perna, propriamente, estava com decência recoberta com a roupa. Um pé fino, magricela, como aquele que vira pertencendo à sua governanta, desde então se tornou (após tímida tentativa de atividade sexual normal na puberdade) seu único objeto sexual; e o homem se sentia irresistivelmente atraído se um pé assim se associava mais a outros aspectos, do que lembrassem a figura da governanta inglesa. Essa fixação de sua libido, porém, fazia dele não um neurótico mas um perverso - o que denominamos feticista do pé. Portanto, os senhores constatam que, embora uma fixação excessiva e, acima de tudo, prematura da libido seja indispensável para a causação das neuroses, a área de seus efeitos se estende muito além do campo das neuroses. Esse fator é, também, por si mesmo, tão pouco decisivo quanto o é a frustração, sobre a qual já falamos. Assim, o problema da causação das neuroses parece tornar-se mais complicado. De fato, a investigação psicanalítica nos familiariza com um fator novo, que não é levado em conta em nossa série etiológica e que podemos reconhecer muito facilmente em casos nos quais aquilo que até então constituiu condição sadia, é subitamente perturbado por um início de doença neurótica. Nessas pessoas regularmente encontramos indícios de uma luta entre impulsos plenos de desejos, ou segundo costumamos expressá-lo, um conflito psíquico. Uma parte da personalidade defende a causa de determinados desejos, enquanto outra parte se opõe a eles e os rechaça. Sem tal conflito não existe neurose. Pareceria não haver nada de característico nisto. Nossa vida mental, conforme sabem, é permanentemente agitada por conflitos que temos de resolver. Sem dúvidas, por conseguinte, condições especiais devem ser preenchidas para que um conflito se torne patogênico. Devemos perguntar que condições são essas, entre que poderes mentais se desenrolam esses conflitos patogênicos, e qual é a relação entre o conflito e os demais fatores causais.

Espero poder dar-lhes respostas adequadas a essas questões, conquanto as respostas possam reduzir-se a dimensões esquemáticas. O conflito surge pela frustração, em consequência da qual a libido, impedida de encontrar satisfação, é forçada a procurar outros objetos e outros caminhos. A precondição necessária do conflito é que esses outros caminhos e objetos suscitem desaprovação em uma parte da personalidade, de forma que se impõe um veto que impossibilita o novo método de satisfação, tal como se apresenta. A partir desse ponto, a formação dos sintomas prossegue seu curso, que seguiremos mais tarde. As tendências libidinais rechaçadas conseguem, não obstante, abrir caminho por algumas vias indiretas, embora, verdadeiramente, não sem levar em conta a objeção, submetendo-se a algumas deformações e atenuações. As vias indiretas são aquelas que tomam a formação dos sintomas; estes constituem a satisfação nova ou substituta, que se tornou necessária devido ao fato de frustração. O significado do conflito psíquico pode ser adequadamente expresso de outro modo, dizendo-se que, para uma frustração *externa* tornar-se patogênica, é preciso acrescentar-lhe uma frustração *interna*. Nesse caso, naturalmente, as frustrações externa e interna referem-se a diferentes vias e objetos. A frustração externa remove uma

possibilidade de satisfação e a frustração interna procura excluir *uma outra* possibilidade; e em torno disto irrompe, então, o conflito. Prefiro essa forma de representar o assunto, porque possui um conteúdo secreto. Aponta para a probabilidade de os impedimentos internos terem surgido de obstáculos externos reais durante os períodos pré-históricos da evolução do homem. Mas, quais são as forças das quais surge a objeção à tendência libidinal? Qual é a outra parte do conflito patogênico? Essas forças, genericamente falando, são as forças instintuais não-sexuais. Classificamo-las conjuntamente como ‘instintos do ego’. A psicanálise das neuroses de transferência não nos dá um acesso fácil a um exame detalhado das mesmas; quando muito, chegamos a conhecê-las, em certa medida, através das resistências que se opõem à análise. O conflito patogênico é, pois, um conflito entre os instintos do ego e os instintos sexuais. Em muitos casos, parece haver como que um conflito também entre diferentes tendências puramente sexuais. Em essência, isto, porém, é a mesma coisa; pois das duas tendências sexuais em conflito, uma sempre é, poderíamos dizer assim, ‘egossintônica’, ao passo que a outra provoca a defesa do ego. Portanto, ainda continua sendo um conflito entre o ego e a sexualidade. Senhores, sempre que a psicanálise tem afirmado que algum evento mental é produto dos instintos sexuais, tem-se-lhe argumentado, indignadamente, a modo de defesa, que os seres humanos não se resumem apenas em sexualidade, que existem na vida mental instintos e interesses outros além dos sexuais, que não se deve derivar ‘tudo’ da sexualidade, e assim por diante. Pois bem, é muito gratificante, vez por outra, verificar que estamos de acordo com nossos opositores. A psicanálise jamais se esqueceu de que há também forças instintuais que não sexuais. Ela se baseou numa nítida distinção entre os instintos sexuais e os instintos do ego, e, apesar de todas as objeções, sustentou não que as neuroses derivavam da sexualidade, mas sim, que, sua origem se deve a um conflito entre o ego e a sexualidade. E nem possui qualquer motivo concebível para contestar a existência ou a importância dos instintos do ego, enquanto rastreia a parte executada pelos instintos sexuais na doença e na vida corrente. Simplesmente a psicanálise teve o destino de começar por interessar-se pelos instintos sexuais, de vez que as neuroses de transferência os tornaram os de mais fácil acesso ao exame, e porque é psicanálise coube a tarefa de estudar aquilo de que outras pessoas haviam descurado. E não se trata de a psicanálise não haver prestado atenção alguma à parte não sexual da personalidade. É precisamente a distinção entre ego e sexualidade que nos possibilitou reconhecer com especial clareza que os instintos do ego passam por um importante processo de evolução, uma evolução que não é nem completamente independente da libido, nem desprovida de um efeito secundário sobre a mesma. Contudo, estamos muito menos familiarizados com o desenvolvimento do ego do que com a evolução da libido, de vez que apenas o estudo das neuroses narcísicas é que promete dar-nos uma compreensão interna (*insight*) da estrutura do ego. Entretanto, já temos diante de nós uma notável tentativa empreendida por Ferenczi [1913] de estabelecer uma formulação teórica dos estádios de desenvolvimento. Não acreditamos que os interesses libidinais de uma pessoa estejam, desde o início, em oposição a seus interesses de autopreservação; pelo contrário, o ego esforça-se, em cada estágio, por permanecer em harmonia com sua organização sexual, tal como esta se apresenta na época, e por ajustar-se a ela. A sucessão das diferentes fases do

desenvolvimento libidinal provavelmente segue um programa estabelecido. Não se pode, contudo, afastar a possibilidade de esse curso dos acontecimentos pode ser influenciado pelo ego, e podemos igualmente esperar encontrar algum paralelismo, determinada correspondência, entre a fases do desenvolvimento do ego e da libido; na verdade, um distúrbio dessa correspondência poderia originar um fator patogênico. Com isso, defrontamo-nos com a importante consideração relativa à maneira como se comporta o ego no caso de sua libido deixar após si uma intensa fixação em algum ponto de seu desenvolvimento (da libido). O ego pode aceitar isto e, em conseqüência, tornar-se, nesse sentido, pervertido, ou, o que é a mesma coisa, infantil. No entanto, o ego pode adotar uma atitude não-complacente com a acomodação da libido nessa posição, e, nesse caso, o ego experimenta uma *repressão* ali onde a libido sofreu uma *fixação*.

Assim, descobrimos que o terceiro fator na etiologia das neuroses, a *tendência ao conflito*, depende tanto do desenvolvimento do ego como do da libido. Com isso faz-se mais completa nossa compreensão interna (insight) da causação das neuroses. Primeiro, existe a condição mais geral - a frustração; e, a seguir, a fixação da libido que a força em determinadas direções; e terceiro, a tendência ao conflito, surgida do desenvolvimento do ego, a qual rejeita esses impulsos libidinais. A situação, por conseguinte, parece não ser tão difícil de compreender como provavelmente lhes parecia no transcorrer de minhas observações. É verdade, porém, que verificaremos não haver ainda completado sua descrição. Existe algo novo a acrescentar e algo já conhecido a ser mais detidamente examinado. A fim de demonstrar-lhes a influência que o desenvolvimento do ego exerce sobre a formação dos conflitos e sobre a causação das neuroses, gostaria de apresentar-lhes um exemplo - um exemplo que, verdade seja dita, é uma completa invenção, mas que não está, de modo algum, isento de probabilidade. Descrevê-lo-ei (com base no título de uma das farsas de Nestroy) como 'No Subsolo e no Primeiro Andar'. O zelador da casa mora no subsolo e seu patrão, um cavalheiro rico e respeitável, no primeiro andar. Ambos têm filhos, e podemos supor que a filha do proprietário pode brincar, sem qualquer supervisão, com a menina proletária. Muito facilmente poderia acontecer, então, que as brincadeiras das crianças assumissem um caráter 'arteiro' - digamos, sexual -, e que brincassem de 'papai e mamãe', se olhassem uma à outra no que têm de mais íntimo e uma excitasse os genitais da outra. A filha do zelador, embora apenas com cinco ou seis anos de idade, teria tido oportunidade de observar um bocado de coisas a respeito da sexualidade adulta, e nisso tudo ela bem que poderia desempenhar o papel da sedutora. Essas experiências, conquanto não continuadas por longo período de tempo, seriam suficientes para pôr em atividade determinados impulsos sexuais nas duas crianças; e depois que houvessem cessado as brincadeiras conjuntas, esses impulsos, durante diversos anos subseqüentes, encontrariam expressão na masturbação. Isto no que se refere às experiências em comum; o resultado final nas duas crianças será muito diferente. A filha do zelador continuará a masturbar-se, talvez, até começarem seus períodos menstruais e, então, sem dificuldade, abandonará a masturbação. Uns anos depois, encontrará um companheiro e, talvez, terá um filho. Assumirá

uma ou outra ocupação, possivelmente se torne uma figura popular no palco e termine como aristocrata. Sua carreira não será, com bastante probabilidade, das mais brilhantes; no entanto, em todo caso, passará a vida sem ter sido prejudicada por aqueles primeiros exercícios de sua sexualidade e ficará isenta de neurose. Com a filhinha do proprietário as coisas serão diferentes. Numa fase inicial, e enquanto é ainda uma criança, terá uma idéia de haver feito algo de errado; após curto período, talvez, porém apenas após uma luta intensa, abandonará sua satisfação masturbatória; não obstante, terá em si certo sentimento de opressão. Posteriormente, em sua meninice, quando estiver em condições de aprender algo da relação sexual humana, se afastará desta com inexplicável aversão e preferirá manter-se na ignorância a respeito do assunto. E, agora, provavelmente estará sujeita a nova emergência de uma pressão irresistível de se masturbar, da qual não ousará queixar-se. Durante os anos em que deveria exercer uma atração feminina sobre algum homem, irrompe nela um neurose que frustra o casamento e defrauda suas esperanças na vida. Se, após isso, uma análise conseguir obter uma compreensão interna (*insight*) de sua neurose, se constatará que a moça bem educada, inteligente, que aspirava a coisas elevadas, reprimiu completamente seus impulsos sexuais, mas que estes, inconscientes para ela, ainda estão vinculados às experiências insignificantes tidas com sua amiga de infância.

A diferença entre as vidas dessas duas pessoas, malgrado tenham tido a mesma experiência, reside no fato de que o ego de uma delas sofreu um desenvolvimento que o da outra jamais atingiu. Para a filha do zelador, a atividade sexual pareceu tão natural e inofensiva na vida posterior como o havia sido na infância. A filha do senhorio submeteu-se à influência da educação e aceitou suas exigências. A partir das idéias que lhe foram vinculadas, seu ego formou ideais de pureza feminina e abstinência incompatíveis com a atividade sexual; sua educação intelectual reduziu seu interesse pelo papel feminino que estava destinada a desempenhar. Devido à sua moral mais elevada e ao desenvolvimento intelectual de seu ego, ela entrou em conflito com as exigências de sua sexualidade.

Hoje, deter-me-ei um pouco em outro ponto do desenvolvimento do ego, em parte porque tenho em vista alguns objetivos mais remotos, contudo, também porque o que se segue destina-se a precisamente justificar a nítida separação entre os instintos do ego e os instintos sexuais, que reafirmamos, não sendo, porém, evidente por si mesma. Ao estabelecer nosso critério das duas linhas de desenvolvimento - a do ego e a da libido - devemos ressaltar uma consideração que até agora não foi levada em conta. Ambas são, no fundo, heranças, recapitulações abreviadas do desenvolvimento pelo qual toda a humanidade passou, desde épocas primitivas, por longos períodos de tempo. No caso do desenvolvimento da libido, essa origem *filogenética* é, conforme ousar pensar, uma evidência imediata. Considerem como numa classe de animais o aparelho genital põe-se em íntima relação com a boca, ao passo que, em outra, não pode ser diferenciado do aparelho excretor, e, ainda em outras, está vinculado aos órgãos motores - e tudo isso os senhores encontrarão em atraente apresentação no valioso livro de W. Bölsche [1911-13]. Entre os animais, pode-se encontrar, por assim dizer, em forma petrificada todos os tipos de perversão da organização

sexual. No caso dos seres humanos, entretanto, esse ponto de vista filogenético é parcialmente velado pelo fato de que aquilo que, no fundo, é herdado, não obstante é de aquisição recente no desenvolvimento do indivíduo, provavelmente porque as mesmas condições que impuseram sua aquisição persistem e continuam a operar em cada indivíduo. Gostaria de acrescentar que, originalmente, a operação dessas condições era criativa; agora, contudo, é evocativa. Ademais não há dúvida de que o curso estabelecido do desenvolvimento pode ser perturbado e alterado em todo indivíduo, através de influências externas recentes. Mas conhecemos a força que impôs à humanidade um desenvolvimento dessa ordem e mantém sua pressão na mesma direção nos dias atuais. Essa força, é, mais uma vez, a frustração advinda da realidade, ou, se quisermos dar-lhe o nome verdadeiro, o nome de peso, as ‘exigências da vida’ - Necessidade (‘□□□□□□ [Ananke]). Esta tem sido uma educadora rigorosa e tem exigido muito de nós. Os neuróticos estão entre aqueles de seus filhos aos quais seu rigor causou maus resultados; este, porém, é um risco que se corre em qualquer educação. Essa valorização da importância das necessidades da vida, aliás, não necessita pesar contra a importância das ‘tendências internas de desenvolvimento’, se se pode demonstrar que isto está presente. Ora, é digno de nota o fato de que os instintos sexuais e os instintos de autopreservação não se comportam da mesma maneira para com a necessidade real. Os instintos de autopreservação, e tudo o que com eles se relaciona, são muito mais fáceis de educar: cedo aprendem a adaptar-se à necessidade e a moldar seus desenvolvimentos de acordo com as instruções da realidade. Isto se compreende, pois eles não poderiam obter os objetos de que necessitam, se agissem de alguma outra maneira; e sem esses objetos, o indivíduo inevitavelmente pereceria. Os instintos sexuais são mais difíceis de educar, de vez que, no início, não precisam de objeto. Como estão ligados, à semelhança de parasitas, por assim dizer, às outras funções corporais e conseguem sua satisfação auto-eroticamente no próprio corpo da pessoa, eles estão, de início, retirados da influência educadora da necessidade real, e conservam essa característica de serem rebeldes e inacessíveis à influência (isto descrevemos como sendo ‘irracional’) na maioria das pessoas, em certo sentido, por toda a vida. Ademais, via de regra, a educabilidade de pessoas jovens chega ao fim quando suas necessidades sexuais surgem em toda a sua plenitude. Os educadores sabem disso e agem de acordo; mas as descobertas da psicanálise talvez possam induzi-los a deslocar o impacto principal da educação para os anos da meninice, partindo da infância propriamente dita. A pequena criatura, freqüentemente, já está completa ao redor do quarto ou quinto ano de vida, e, depois disso, simplesmente revela o que já está dentro de si.

A fim de avaliar a plena significação da diferença que assinala entre os dois grupos de instintos, devemos retroceder por um longo caminho e introduzir uma dessas dimensões que merece ser descrita como *econômica* [ver em [1], acima]. Isto nos leva a uma das mais importantes, mas, infelizmente, também uma das mais obscuras regiões da psicanálise. Podemos nos perguntar se, no funcionamento de nosso aparelho mental, pode ser evidenciado um propósito principal, e podemos responder, como proposição inicial, que esse propósito se orienta pela obtenção de prazer. É como se a totalidade de nossa vida mental fosse dirigida para obter o prazer e evitar o desprazer - que é automaticamente regulada pelo *princípio de prazer*. Gostaríamos de saber, dentre todas as coisas, o que é que determina a geração do prazer e do desprazer; isto, contudo, ignoramos. Podemos apenas arriscar-nos a dizer o seguinte: que o prazer está de *alguma forma* relacionado com a diminuição, redução ou extinção das cargas de estímulos reinantes no aparelho mental e que, de maneira semelhante, o desprazer está em conexão com o aumento dessas cargas. Um exame do prazer mais intenso acessível aos seres humanos, o prazer de efetuar o ato sexual, deixa pouca dúvida quanto a esse ponto. De vez que, em tais processos relativos ao prazer, a questão é saber o que acontece com as *quantidades* de excitação ou energia mental, damos a essa nova dimensão o nome de econômica. Notar-se-á que podemos descrever as atribuições e realizações do aparelho mental de outra forma mais geral do que simplesmente enfatizando a objeção de prazer. Podemos dizer que o aparelho mental serve ao propósito de dominar e eliminar as cargas de estímulo e as somas de excitação que incidem sobre ele, provenientes de fora e de dentro. É imediatamente óbvio que os instintos sexuais, do começo ao fim de seu desenvolvimento, atuam com vistas à obtenção de prazer; eles mantêm inalterada sua função original. Os outros instintos, os instintos do ego, têm, inicialmente, o mesmo objetivo. Sob a influência da instrutora Necessidade, porém, logo aprendem a substituir o princípio de prazer por uma modificação do mesmo. Para eles, a tarefa de evitar desprazer vem a ser tão importante como a de obter prazer. O ego descobre que lhe é inevitável renunciar à satisfação imediata, adiar a obtenção de prazer, suportar um pequeno desprazer e abandonar inteiramente determinadas fontes de prazer. Um ego educado dessa maneira tornou-se ‘racional’; não se deixa mais governar pelo princípio de prazer, mas obedece ao *princípio de realidade* que, no fundo, também busca obter prazer, mas prazer que se assegura levando em conta a realidade, ainda que seja um prazer adiado ou diminuído. A transição do princípio de prazer para o princípio de realidade é um dos mais importantes passos na direção do desenvolvimento do ego. Já sabemos que é só tardia e relutantemente que os instintos sexuais se reúnem a essa parte do desenvolvimento, e mais adiante ouviremos falar nas conseqüências, para os seres humanos, do fato de sua sexualidade se contentar com laços tão frouxos com a realidade externa. E agora, para terminar, um último comentário a respeito desse assunto. Se o ego do homem tem seu próprio processo de desenvolvimento, assim como a libido tem o seu, os senhores não se surpreenderão ao ouvir que também há ‘regressões do ego’, e estarão desejosos de saber também qual o papel que pode ser desempenhado, nas doenças neuróticas, por esse retorno do ego a fases anteriores de seu

desenvolvimento.

CONFERÊNCIA XXIII

OS CAMINHOS DA FORMAÇÃO DOS SINTOMAS

SENHORAS E SENHORES:

Para os leigos, os sintomas constituem a essência de uma doença, e a cura consiste na remoção dos sintomas. Os médicos atribuem importância à distinção entre sintomas e doença, e afirmam que eliminar os sintomas não equivale a curar a doença. A única coisa tangível que resta da doença, depois de eliminados os sintomas, é a capacidade de formar novos sintomas. Por esse motivo, no momento adotaremos a posição do leigo e suporemos que decifrar os sintomas significa o mesmo que compreender a doença.

Os sintomas - e, naturalmente, agora estamos tratando de sintomas psíquicos (ou psicogênicos) e de doença psíquica - são atos, prejudiciais, ou, pelo menos, inúteis à vida da pessoa, que por vez, deles se queixa como sendo indesejados e causadores de desprazer ou sofrimento. O principal dano que causam reside no dispêndio mental que acarretam, e no dispêndio adicional que se torna necessário para se lutar contra eles. Onde existe extensa formação de sintomas, esses dois tipos de dispêndio podem resultar em extraordinário empobrecimento da pessoa no que se refere à energia mental que lhe permanece disponível e, com isso, na paralisação da pessoa para todas as tarefas importantes da vida. Como esse resultado depende principalmente da *quantidade* da energia que assim é absorvida, os senhores verão facilmente que 'ser doente' é, em essência, um conceito prático. Se, contudo, assumirem um ponto de vista teórico e não considerarem essa questão de quantidade, os senhores podem muito bem dizer que *todos* nós somos doentes - isto é, neuróticos -, pois as condições da formação dos sintomas também podem ser observadas em pessoas normais.

Já sabemos que os sintomas neuróticos são resultado de um conflito, e que este surge em virtude de um novo método de satisfazer a libido [ver em [1]]. As duas forças que entraram em luta encontram-se novamente no sintoma e se reconciliam, por assim dizer, através do acordo representado pelo sintoma formado. É por essa razão, também, que o sintoma é tão

resistente: é apoiado por ambas as partes em luta. Também sabemos que um dos componentes do conflito é a libido insatisfeita, que foi repelida pela realidade e agora deve procurar outras vias para satisfazer-se. Se a realidade se mantiver intransigente, ainda que a libido esteja pronta a assumir um outro objeto em lugar daquele que lhe foi recusado, então a mesma libido, finalmente, será compelida a tomar o caminho da regressão e a tentar encontrar satisfação, seja em uma das organizações que já havia deixado para trás, seja em um dos objetos que havia anteriormente abandonado. A libido é induzida a tomar o caminho da regressão pela fixação que deixou após si nesses pontos do seu desenvolvimento. O caminho que leva à perversão se destaca nitidamente daquele que leva à neurose. Se essas regressões não suscitam objeção por parte do ego, não surgirá neurose alguma; e a libido chegará a alguma satisfação real, embora não mais uma satisfação normal. Entretanto, se o ego, que tem sob seu controle não só a consciência, mas também o acesso à inervação motora e, por conseguinte, à realização dos desejos mentais, não concordar com essas regressões, seguir-se-á o conflito. A libido, por assim dizer, é interceptada e deve procurar escapar em alguma direção na qual, de acordo com as exigências do princípio de prazer, possa encontrar uma descarga para suas catexias de energia. Ela deve retirar-se do ego. Uma saída dessa espécie é-lhe oferecida pelas fixações situadas na trajetória do seu desenvolvimento, na qual agora entrou regressivamente - fixações das quais o ego se havia protegido, no passado, por meio de repressões. Catexizando essas posições reprimidas, à medida que se desloca para trás, a libido se retirou do ego e afastou-se de suas leis e, ao mesmo tempo, renunciou a toda a educação que adquiriu sob influência do ego. Era dócil somente enquanto a satisfação lhe acenava; mas, sob a dupla pressão da frustração externa e interna, torna-se refratária e relembra épocas anteriores e melhores. Tal é o caráter fundamentalmente imutável da libido. As idéias, às quais agora transfere sua energia em forma de catexia, pertencem ao sistema do inconsciente e estão sujeitas aos processos que ali são possíveis, sobretudo condensação e deslocamento. Estabeleceu-se, assim, condições que se assemelham totalmente àquelas existentes na construção onírica. O sonho propriamente dito, que foi completado no inconsciente e que é a realização de uma fantasia inconsciente constituída de um desejo, enfrenta uma parcela de atividade (pré-)consciente que exerce o papel de censura e que, quando foi preservada, permite a formação do sonho manifesto em forma de um acordo. Do mesmo modo, aquilo que representa a libido no inconsciente tem de contar com a força do ego pré-consciente. A oposição formada contra ela no ego persegue-a como se fora uma 'anticatexia' e compele-a a escolher uma forma de expressão da própria oposição. Assim, o sintoma emerge como um derivado múltiplas-vezes-distorcido da realização de desejo libinal inconsciente, uma peça de ambigüidade engenhosamente escolhida, com dois significados em completa contradição mútua. Quando a esse último aspecto, porém, há uma distinção entre a construção de um sonho e a de um sintoma. Isso porque, na formação onírica, o propósito pré-consciente visa simplesmente a preservar o sono, não permitir que algo que venha a perturbá-lo possa irromper na consciência; não insiste em bradar claramente: 'Não, pelo contrário!' ao impulso inconsciente pleno de desejos. Consegue ser mais tolerante porque a situação de alguém que dorme é menos perigosa. O estado de sono, por si mesmo, impede qualquer saída em direção à realidade.

Os senhores percebem, então, que o escape da libido, em condições de conflito, se torna possível pela presença de fixações. A catexia regressiva dessas fixações consegue contornar a repressão e leva à descarga (ou satisfação) da libido, sujeita às condições de um acordo a serem observadas. Pelo caminho indireto, via inconsciente e antigas fixações, a libido finalmente consegue achar sua saída até uma satisfação real - embora seja uma satisfação extremamente restrita e que mal se reconhece como tal. Permitam-me acrescentar dois comentários a essa conclusão. Primeiro, gostaria que os senhores percebessem como aqui se mostram estreitamente interligados a libido e o inconsciente, de um lado, e, de outro lado, o ego, a consciência e a realidade, embora, de início, eles não sejam da mesma espécie, absolutamente. E, segundo, devo solicitar-lhes que tenham em mente que tudo quando eu disse a esse respeito e acerca do que vem a seguir, refere-se apenas à formação dos sintomas na neurose de histeria.

Onde, pois, encontra a libido as fixações necessárias para romper as repressões? Nas atividades e experiências da sexualidade infantil, nas tendências parciais abandonadas, nos objetos da infância que foram abandonados. É a estes, por conseguinte, que a libido retorna. A significação desse período da infância é dupla: por um lado, durante esse período, pela primeira vez se tornam manifestas as tendências instintuais que a criança herdou com sua disposição inata; e, em segundo lugar, outros instintos seu são, pela primeira vez, despertados e postos em atividade pelas impressões externas e experiências casuais. Penso não haver dúvida de que existe justificativa para estabelecermos essa dúplice divisão. A manifestação das disposições inatas realmente não está sujeita a objeções críticas, mas a experiência analítica de fato nos leva a supor que experiências puramente casuais, na infância, são capazes de deixar atrás de si fixações da libido. E nisto não vejo nenhuma dificuldade teórica. As disposições da constituição também são indubitavelmente efeitos secundários de experiências vividas pelos ancestrais no passado; também elas, em alguma ocasião, foram adquiridas. Sem essa aquisição, não haveria hereditariedade. E é concebível que uma aquisição dessa espécie, que conduz à herança, chegaria ao fim justamente na geração que estamos considerando? A importância das experiências infantis não deve ser totalmente negligenciada, como as pessoas preferem, em comparação com as experiências dos ancestrais da pessoa e com sua própria maturidade; pelo contrário, as experiências infantis exigem uma consideração especial. Elas determinam as mais importantes conseqüências, porque ocorrem numa época de desenvolvimento incompleto e, por essa mesma razão, são capazes de ter efeitos traumáticos. Os estudos sobre os mecanismos do desenvolvimento, feitos por Roux e outros, têm mostrado que a picada de uma agulha em uma camada geminal de um embrião no ato da divisão celular resulta em grave distúrbio do desenvolvimento. A mesma lesão infligida a um animal larvar ou inteiramente desenvolvido não causaria dano. A fixação da libido de um adulto, que introduzimos na equação etiológica da neurose como representando o fator constitucional [ver em [1] e [2]], agora se desdobra, para nosso propósito, em mais dois componentes: a constituição herdada e a disposição adquirida no início da infância. Como todos sabemos, um diagrama tem certamente uma

acolhida simpática junto aos estudantes. Por isso, vou resumir a situação com um diagrama:

A constituição sexual hereditária apresenta-nos uma grande variedade de disposições, conforme seja herdado, com particular intensidade, um ou outro dos instintos parciais, sozinho ou em combinação com os outros. A constituição sexual forma, portanto, junto com o fator da experiência infantil, uma 'série complementar' exatamente semelhante àquela que já sabemos existir entre disposição e experiência casual do adulto [ver em [1]]. Em ambas as séries complementares encontramos os mesmos casos extremos e as mesmas relações entre os dois fatores considerados. E aqui levanta-se a questão de saber se os mais marcantes tipos de regressões libidinais - os que se fazem aos primeiros estádios da organização sexual - não poderiam ser predominantemente determinados pelo fator constitucional hereditário. Contudo, é melhor adiar a resposta a essa questão, até havermos sido capazes de apreciar uma série mais ampla de formas de doença neurótica.

Consideramos agora, detidamente, o fato de a investigação analítica mostrar que a libido dos neuróticos está ligada às suas experiências sexuais infantis. Assim, ela confere a essas experiências uma dimensão de grande importância para a vida e a doença dos seres humanos. Elas mantêm, sem qualquer redução, essa importância, no que concerne ao trabalho terapêutico. Se, todavia, nos abstrairmos dessa tarefa, podemos, assim mesmo, ver facilmente que existe nesse ponto o perigo de um equívoco que poderia levar-nos a basear nossa visão da vida, com demasiada unilateralidade, na situação neurótica. Devemos, afinal, deduzir da importância das experiências infantis o fato de que a libido a elas retornou *regressivamente*, após haver sido expulsa de suas posições posteriores. Nesse caso, torna-se muito tentadora a conclusão inversa - a de que essas experiências libidinais não tiveram absolutamente nenhuma importância na época em que ocorreram, e apenas regressivamente a adquiriram. Os senhores se recordarão de que já consideramos uma alternativa similar em nossa discussão sobre o complexo de Édipo [ver em [1] e [2]]. Outrossim, não acharemos difícil chegar a uma decisão. A assertiva de que a catexia libidinal (e, portanto, a significação patogênica) das experiências infantis intensificou-se grandemente pela regressão da libido, é indubitavelmente correta, porém induziria a erro se fôssemos considerá-la, isoladamente, decisiva. Deve-se permitir também a apreciação de outras considerações.

Em primeiro lugar, a observação mostra, de uma forma que exclui qualquer dúvida, que as experiências infantis possuem uma importância toda peculiar, e disto elas dão provas já na infância. Também as crianças têm suas neuroses, nas quais o fator do deslocamento para trás, no tempo, é necessariamente muitíssimo reduzido ou até mesmo está completamente ausente, pois nelas o início da doença advém imediatamente após as experiências traumáticas. O estudo dessas neuroses infantis protege-nos de mais um equívoco perigoso

relativo às neuroses de adultos, na mesma medida em que os sonhos de crianças nos deram a chave da compreensão dos sonhos de adultos. As neuroses de crianças são muito comuns, muito mais comuns do que se supõe. Muitas vezes, elas deixam de ser notadas, são consideradas sinais de uma criança má ou arteira, muitas vezes, também, são mantidas em estado de sujeição pelas autoridades responsáveis pelas crianças; porém, sempre podem ser reconhecidas, retrospectivamente, com facilidade. Em geral, surgem sob a forma de *histeria de angústia*. Em ocasião subsequente, saberemos o que isto significa [ver em [1], adiante]. Se uma neurose emerge posteriormente na vida, a análise revela, regularmente, que ela é continuação direta da doença infantil, que pode ter aparecido como sendo apenas um indício velado. Entretanto, conforme eu disse, há casos em que esses sinais de neurose na infância continuam ininterruptamente numa doença que dura toda a vida. Pudemos analisar alguns exemplos dessas neuroses infantis na própria infância - quando estavam realmente presentes; muito mais amiúde tivemos, porém, de contentar-nos com o caso de alguém que adoeceu na vida adulta, possibilitando-nos obter uma compreensão diferida de sua neurose da infância. Em tais casos, não devemos deixar de fazer algumas correções e de tomar determinadas precauções. Em segundo lugar, devemos pensar que seria inconcebível a libido regredir de forma tão regular ao período da infância, a menos que haja ali algo que exerça sobre ela uma atração. A fixação, que supusemos estar presente em determinados pontos do curso do desenvolvimento, só tem significado se considerarmos que ela consiste na retenção de determinada quantidade de energia libidinal. E, finalmente, posso assinalar-lhes que, entre a intensidade e importância patogênica das experiências infantis e das experiências posteriores, existe uma relação complementar semelhante à série de que já tratamos. Existem casos em que todo o peso da causação recai nas experiências sexuais da infância, casos em que essas impressões exercem um efeito definitivamente traumático e não exigem nenhum outro apoio, nessa ação patogênica, além do que lhes pode proporcionar uma constituição sexual médica e a circunstância de seu desenvolvimento incompleto. Paralelamente a esses casos, existem outros nos quais todo o acento recai nos conflitos posteriores; e verificamos, na análise, que a ênfase dada às impressões da infância aparece como sendo inteiramente obra da regressão. Assim, temos extremos de 'inibição de desenvolvimento' e de 'regressão', e, entre estes, todos os graus de combinação entre os dois fatores. Esses fatos têm algum interesse do ponto de vista da educação, que planeja a prevenção das neuroses intervindo num estágio inicial do desenvolvimento sexual das crianças. Contanto que se dirija a atenção principalmente para as experiências sexuais infantis, deve-se supor que se tem feito tudo pela profilaxia das doenças nervosas mediante o cuidado de se adiar o desenvolvimento da criança e de esta ser poupada de experiências de tal espécie. Entretanto, já sabemos que as condições para a causação das neuroses são complexas e não podem ser influenciadas em seu todo, se tomarmos em consideração apenas um dos fatores. Uma proteção estrita da criança carece de validade por ser impotente contra o fator constitucional. Ademais, efetuar essa proteção é mais difícil do que a imaginam os educadores, e encerra dois novos perigos que não devem ser subestimados: o fato de ela pode ir fundo demais - de encorajar um excesso de repressão sexual com resultados prejudiciais - e o fato de ela poder enviar a criança ao encontro da vida sem qualquer defesa

contra a avalanche de exigências sexuais que são de se esperar na puberdade. Assim, continua sendo extremamente duvidoso saber até onde a profilaxia na infância possa ser executada com vantagens, e se uma modificação de atitudes para com a situação imediata não poderia oferecer um melhor ângulo de abordagem à prevenção das neuroses. Retornemos agora aos sintomas. Estes criam, portanto, um substituto das satisfação frustrada, realizando uma regressão da libido a épocas de desenvolvimento anteriores, regressão a que necessariamente se vincula um retorno a estádios anteriores de escolha objetal ou de organização. Descobrimos, há algum tempo, que os neuróticos estão ancorados em algum ponto do seu passado; agora sabemos que esse ponto é um período do seu passado, no qual sua libido não se privava de satisfação, no qual eram felizes. Buscam na história de sua vida, até encontrarem um período dessa ordem, ainda que tenham de retroceder tanto, que atinjam a época em que eram bebês de colo - tal como dela se lembram ou a imaginam, a partir de indícios posteriores. De algum modo, o sintoma repete essa forma infantil de satisfação, deformada pela censura que surge no conflito, via de regra transformada em uma sensação de sofrimento e mesclada com elementos provenientes da causa precipitante da doença. O tipo de satisfação que o sintoma consegue, tem em si muitos aspectos estranhos ao sintoma. Podemos desprezar o fato de que o sintoma se constitui em algo irreconhecível para o indivíduo que, pelo contrário, sente a suposta satisfação como sofrimento e se queixa deste. Essa transformação é uma função do conflito psíquico sob pressão, do qual o sintoma veio a se formar. Aquilo que para o indivíduo, em determinada época, constituía uma satisfação, na realidade passa, hoje, necessariamente a originar resistência e repugnância. Conhecemos bem um modelo banal, porém instrutivo, de uma tal mudança de atitude. A mesma criança que em determinada época sugava com avidez o seio materno, alguns anos depois, provavelmente, mostrará uma intensa aversão a tomar leite, o que causa dificuldade na sua criação. A aversão aumenta até à repugnância, no caso de se formar uma película sobre o leite ou sobre a mistura que contenha leite. Talvez não possamos excluir a possibilidade de a película reviver a lembrança do seio materno, outrora tão ardentemente desejado. Entretanto, entre as duas situações coloca-se a experiência do desmame, com seus efeitos traumáticos. Existe algo mais, além disso, que faz com que os sintomas nos pareçam estranhos e incompreensíveis como meio de satisfação libidinal. Eles não se parecem absolutamente com nada de que tenhamos o hábito de normalmente auferir satisfação. Em geral, eles desprezam os objetos e, com isso, abandonam sua relação com a realidade externa. Podemos verificar que esta é uma conseqüência de se haver rejeitado o princípio de realidade e se haver retornado ao princípio de prazer. Também é, contudo, um retorno a um tipo de autoerotismo difuso, do tipo que proporcionava o instinto sexual nas primeiras satisfações. Em lugar de uma modificação no mundo externo, essas satisfações substituem-na por uma modificação no próprio corpo do indivíduo: estabelecem um ato interno em lugar de um externo, uma adaptação em lugar de uma ação - uma vez mais, algo que corresponde, filogeneticamente, a uma regressão altamente significativa. Isto somente compreenderemos em conexão com algo novo que ainda teremos de aprender das pesquisas analíticas da formação dos sintomas. Ademais, devemos lembrar que os mesmos processos pertencentes ao inconsciente têm seu desempenho na formação dos sintomas, tal qual o fazem na formação dos sonhos - ou seja, condensação e deslocamento. Um sintoma, tal qual um sonho,

representa algo como já tendo sido satisfeito: uma satisfação à maneira infantil. Mediante uma condensação extrema, porém, essa satisfação pode ser comprimida em uma só sensação ou inervação, e, por meio de um deslocamento extremo, ela pode se restringir a apenas um pequeno detalhe de todo o complexo libidinal. Não é de causar surpresa se também nós, muitas vezes, temos dificuldade em reconhecer num sintoma a satisfação libidinal, de cuja presença suspeitamos e que invariavelmente se confirma. Eu os avisei de que ainda tínhamos algo novo para aprender; trata-se realmente de algo surpreendente e desconcertante. Por meio da análise, conforme sabem, partindo dos sintomas chegamos ao conhecimento das experiências infantis, às quais a libido está fixada e das quais se formam os sintomas. Pois bem, a surpresa reside em que essas cenas da infância nem sempre são verdadeiras. Com efeito, não são verdadeiras na maioria dos casos, e, em alguns, são o posto direto da verdade histórica. Conforme os senhores verão, essa descoberta está fadada, mais que qualquer outra, a desacreditar tanto a análise, que chegou a tal resultado, como os pacientes, em cujas declarações se fundamentam a análise e todo o nosso entendimento das neuroses. Existe, contudo, mais alguma coisa singularmente desconcertante em tudo isso. Se as experiências infantis trazidas à luz pela análise fossem invariavelmente reais, deveríamos sentir estarmos pisando em chão firme; se fossem regularmente falsificadas e mostrassem não passar de invenções de fantasias do paciente, seríamos obrigados a abandonar esse terreno movediço e procurar salvação noutra parte. Mas, aqui, não se trata nem de uma nem de outra coisa: pode-se mostrar que se está diante de uma situação em que as experiências da infância construídas ou recordadas na análise são, às vezes, indiscutivelmente falsas e, às vezes, por igual, certamente corretas, e na maior parte dos casos são situações compostas de verdade e de falsificação. Às vezes, portanto, os sintomas representam eventos que realmente ocorreram, e aos quais podemos atribuir uma influência na fixação da libido, e, por vezes, representam fantasias do paciente, não talhadas para desempenhar um papel etiológico. É difícil achar uma saída nesses casos. Talvez possamos iniciar por uma descoberta semelhante - ou seja, a de que lembranças infantis isoladas, que as pessoas têm possuído conscientemente desde os tempos imemoriais e antes que houvesse qualquer coisa semelhante à análise [ver em [1], acima], podem igualmente ser falsificadas, ou, pelo menos, podem combinar verdade e adulteração, em abundância. No caso destas, raramente existe qualquer dificuldade em demonstrar sua inexatidão; assim, ao menos temos a garantia de saber que a responsabilidade por esse inesperado desapontamento não está na análise, e sim, de algum modo, nos pacientes. Após alguma reflexão facilmente poderemos entender o que é que existe nessa situação que tanto nos confunde. É o reduzido valor concedido à realidade, é a desatenção à diferença entre realidade e fantasia. Somos tentados a nos sentir ofendidos com o fato de o paciente haver tomado nosso tempo com histórias inventadas. A realidade parece-nos ser algo como um mundo separado da invenção, e lhes atribuímos um valor muito diferente. Ademais, também o paciente enxerga as coisas por esse prisma, em seu pensar normal. Quando apresenta o material que conduz desde os sintomas às situações de desejo modeladas em suas experiências infantis, ficamos em dúvida, no início, se estamos lidando com a realidade ou com fantasias. Posteriormente, determinadas indicações nos possibilitam chegar a uma conclusão, e nos defrontamos com a tarefa de transmiti-la ao paciente. Isto,

porém, invariavelmente causa dificuldades. Se começarmos por dizer-lhe diretamente que agora está disposto a trazer à luz as fantasias com as quais deturpou a história de sua infância (assim como toda nação adultera sua pré-história esquecida, construindo lendas), podemos observar que o interesse do paciente em continuar a desenvolver o assunto subitamente diminui de uma forma indesejável. Ele, também, quer experimentar as situações reais e desdenha tudo aquilo que é simplesmente 'imaginário'. Todavia, se até a conclusão dessa parte do trabalho o deixarmos na crença de que estamos ocupados em investigar os eventos reais de sua infância, corremos a risco de, posteriormente, ele acusar-nos de estarmos equivocados e de rir-se de nós, por nossa aparente credulidade. Levará um bom tempo até pode assimilar a nossa proposição de que podemos igualar fantasia e realidade; e não nos importaremos, em princípio, com qual seja esta ou aquela das experiências da infância que estão sendo examinadas. Ademais, esta é, evidentemente, a única atitude correta a adotar para com esses produtos mentais. Também eles possuem determinada realidade. Subsiste o fato de que o paciente criou essas fantasias por si mesmo, e essa circunstância dificilmente terá, para a sua neurose, importância menor do que teria se tivesse realmente experimentado o que contêm suas fantasias. As fantasias possuem realidade *psíquica*, em contraste com a realidade *material*, e gradualmente aprendemos a entender que, *no mundo das neuroses, a realidade psíquica é a realidade decisiva*. Entre as ocorrências que aparecem repetidamente na história dos anos iniciais da vida dos neuróticos - recordações que raramente estão ausentes - existem algumas de especial importância, as quais, por esta razão, penso, merecem maior relevo que o restante. Como exemplos dessa categoria, enumero as seguintes: observação do coito dos pais, sedução por um adulto e ameaça de ser castrado. Seria um erro supor que essas recordações nunca se caracterizam pela realidade material; ao contrário, amiúde está é comprovada de modo incontestado por meio de indagação junto a membros mais velhos da família do paciente. Por exemplo, não é nada raro que um menino que começa a brincar de modo arteiro com seu pênis e ainda não tem noção de que se deve esconder tal atividade, seja ameaçado, por um dos pais ou pela babá, de lhe serem cortados o pênis ou a mão pecaminosa. Os pais, quando lhes perguntam a esse respeito, admitem haver-se passado esse fato, pois pensam haver realizado algo de útil ao fazerem tal ameaça; numerosas pessoas têm uma memória consciente correta de tal ameaça, sobretudo se foi feita em período um tanto posterior. Quando a ameaça parte da mãe, ou de alguma outra pessoa do sexo feminino, esta geralmente diz que sua execução ficará a cargo do pai - ou do médico. Em *Struwwelpeter*, a famosa obra de Hoffmann, pediatra de Frankfurt, (a qual deve sua popularidade justamente à compreensão dos complexos sexuais e de outros complexos da infância), os senhores verão a castração atenuada em amputação dos polegares, como castigo pela obstinação em sugá-los. É altamente improvável, porém, que as crianças sejam ameaçadas com castração com tanta freqüência como aparece na análise de neuróticos. É-nos suficiente perceber que a criança, em sua imaginação, capta uma ameaça desse tipo, com base em indícios e com a ajuda de um vago conhecimento de que a satisfação auto-erótica lhe é proibida, e sob a impressão de sua descoberta dos genitais femininos. [ver em [1], acima.] Não apenas em famílias proletárias é perfeitamente possível

que uma criança, enquanto ainda não se julga possuir compreensão ou memória, seja testemunha do ato sexual dos pais ou de outras pessoas adultas; e não se pode rejeitar a possibilidade de que a criança será capaz de entender e reagir a essa impressão *retrospectivamente*. Se, entretanto, o coito é descrito em seus mínimos detalhes, os quais seriam difíceis de observar, ou como sucede muito amiúde, se se revela como sendo um coito por trás, *more ferarum* [à maneira dos animais], não pode subsistir qualquer dúvida de que a fantasia se baseia numa observação do coito de animais (como o de cães) e que o motivo foi a escopofilia insatisfeita da criança, durante a puberdade. O máximo de realização nesses assuntos é uma fantasia de observar o coito dos pais quando a pessoa ainda era criança não nascida, no útero. As fantasias de ser seduzido encerram interesse especial, de vez que muito freqüentemente não são fantasias, mas recordações reais. Felizmente, apesar de tudo elas não são reais, como pareceu tantas vezes, no início, ser demonstrado pelas descobertas da análise. A sedução por uma criança de mais idade ou por alguém da mesma idade é ainda mais freqüente do que por um adulto; e, no caso de meninas, que relatam um evento dessa ordem na sua infância, no qual o pai figura com muita regularidade como o sedutor, não pode haver dúvida alguma quanto à natureza imaginária da acusação, nem quanto ao motivo que levou a formulá-la. Uma fantasia de ser seduzido, quando não ocorreu sedução nenhuma, geralmente é utilizada por uma criança para encobrir o período auto-erótico de sua atividade sexual. Fantasmando retrospectivamente dentro dessas épocas mais primitivas um objeto desejado, a criança se poupa da vergonha de se haver masturbado. No entanto, os senhores não devem supor que o abuso sexual de uma criança por algum dos parentes masculinos mais próximos pertença inteiramente ao reino da fantasia. A maioria dos analistas terá tratados casos nos quais esses eventos foram reais e poderiam ser constatados inquestionavelmente; o mesmo em tais casos, contudo, esses fatos se referiam a anos posteriores da infância e tinham sido transpostos para épocas mais precoces. A única impressão que nos fica é esses eventos da infância serem de certo modo exigidos como uma necessidade, incluírem-se entre os elementos essenciais de uma neurose. Se ocorreram na realidade, não há o que acrescentar; mas, se não encontram apoio na realidade, são agregados a partir de determinados indícios e suplementados pela fantasia. O resultado é o mesmo, e, até o presente, não conseguimos assinalar, por qualquer diferença nas conseqüências, se foi a fantasia ou a realidade aquela que teve a participação maior nesses eventos da infância. Aqui, de novo temos simplesmente uma das relações complementares que mencionei tantas vezes; ela, principalmente, é a mais estranha de todas que já encontramos. De onde procede a necessidade dessas fantasias, e o material para elas? Não pode haver dúvida de que suas fontes situam-se nos instintos; contudo, está ainda por ser explicado por que sempre são geradas as mesmas fantasias com o mesmo conteúdo. Tenho pronta uma resposta, a qual sei que lhes parecerá audaciosa. Acredito que essas fantasias *primitivas*, como prefiro denominá-las, e, sem dúvida, também algumas outras, constituem um acervo filogenético. Nelas, o indivíduo se contacta, além de sua própria experiência, com a experiência primeva naqueles pontos nos quais sua própria experiência foi demasiado rudimentar. Parece-me bem possível que todas as coisas que nos são relatadas hoje em dia, na análise, como fantasia - sedução de crianças, surgimento da

excitação sexual por observar o coito dos pais, ameaça de castração (ou, então, a própria castração) - foram, em determinada época, ocorrências reais dos tempos primitivos da família humana, e que as crianças, em suas fantasias, simplesmente preenchem os claros da verdade individual com a verdade pré-histórica. Repetidamente tenho sido levado a suspeitar que a psicologia das neuroses tem acumuladas em si mais antiguidades da evolução humana do que qualquer outra fonte. As coisas que acabei de descrever, senhores, compelem-me a examinar mais de perto a origem e a significação da atividade mental que se classifica como 'fantasia' [ou 'imaginação']. Conforme os senhores sabem, ela desfruta de uma reputação universalmente elevada, sem que sua posição na vida mental tenha sido esclarecida. A seu respeito tenho observações a fazer. O ego humano, como sabem, é, pela pressão da necessidade externa, educado lentamente no sentido de avaliar a realidade e de obedecer ao princípio de realidade; no decorrer desse processo, é obrigado a renunciar, temporária ou permanentemente, a uma variedade de objetos e de fins aos quais está voltada sua busca de prazer, e não apenas de prazer sexual. Os homens, contudo, sempre acharam difícil renunciar ao prazer; não podem deixar-se levar a fazê-lo sem alguma forma de compensação. Por isso, retiveram uma atividade mental na qual todas aquelas fontes de prazer e aqueles métodos de conseguir prazer, que haviam sido abandonados, têm assegurada sua sobrevivência - uma forma de existência na qual se livram das exigências da realidade e aquilo que chamamos 'teste de realidade'. Todo desejo tende, dentro de pouco tempo, a afigurar-se em sua própria realização; não há dúvida de que ficar devaneando sobre imaginárias realizações de desejos traz satisfação, embora não interfira com o conhecimento de que se trata de algo não-real. Desse modo, na atividade da fantasia, os seres humanos continuam a gozar da sensação de serem livres da compulsão externa, à qual há muito tempo renunciaram, na realidade. Idearam uma forma de alternar entre permanecer um animal que busca o prazer, e ser, igualmente, uma criatura dotada de razão. Na verdade, os homens não podem subsistir com a escassa satisfação que podem obter da realidade. 'Simplesmente não podemos passar sem construções auxiliares', conforme disse, certa vez, Theodor Fontane. A criação do reino mental da fantasia encontra um paralelo perfeito no estabelecimento das 'reservas' ou 'reservas naturais', em locais onde os requisitos apresentados pela agricultura, pelas comunicações e pela indústria ameaçam acarretar modificações do aspecto original da terra que em breve o tornarão irreconhecível. Uma reserva natural preserva seu estado original que, em todos os demais lugares, para desgosto nosso, foi sacrificado à necessidade. Nesses locais reservados, tudo, inclusive o que é inútil e até mesmo nocivo, pode crescer e proliferar como lhe apraz. O reino mental da fantasia é exatamente uma reserva desse tipo, apartada do princípio de realidade. As mais conhecidas produções da fantasia são os chamados 'devaneios', que já examinamos [ver em [1]], satisfações imaginárias de desejos ambiciosos, megalomaniacos, eróticos, que florescem com tanto mais exuberância, quanto mais a realidade aconselha modéstia e contenção. A essência da felicidade da fantasia - tornar a obtenção de prazer, mais uma vez, livre da aprovação da realidade - mostra-se inequivocamente nesses desejos. Sabemos que tais devaneios são o núcleo e o protótipo dos sonhos noturnos. Um sonho noturno é, no fundo, nada mais do que um devaneio que se tornou aproveitável devido à liberação dos impulsos instintuais à noite, e devido ao fato de haver sido distorcido pela forma que assume a

atividade mental à noite. Já nos familiarizamos com a idéia de que mesmo um devaneio não é necessariamente consciente - de que há também devaneios inconscientes [ver em [1]]. Tais devaneios inconscientes são, assim, a fonte não apenas dos sonhos noturnos, mas também dos sintomas neuróticos. A importância do papel que desempenha a fantasia na formação dos sintomas tornar-se-á evidente para os senhores através disso que tenho a dizer-lhes. Expliquei [ver em [1]] como, em caso de frustração, a libido reveste de catexias, regressivamente, as posições que abandonou, às quais, porém, permaneceram aderentes determinadas parcelas da mesma libido. O que já expliquei, não retiro nem corrijo; porém, devo inserir, aqui, um elo de ligação. Como encontra a libido o caminho para chegar a esses pontos de fixação? Todos os objetos e tendências que a libido abandonou, ainda não foram abandonados em todos os sentidos. Tais objetos e tendências, ou seus derivados, ainda são mantidos, com alguma intensidade, nas fantasias. Assim, a libido necessita apenas retirar-se para as fantasias, a fim de encontrar aberto o caminho que conduz a todas as fixações reprimidas. Essas fantasias gozaram de determinado grau de tolerância: não entraram em conflito com o ego, por mais fortes que possam ter sido os contrastes entre ele, desde que seja observada uma certa condição. Essa condição é de natureza *quantitativa* e é agora perturbada pelo deslocamento da libido para trás, em direção às fantasias. Em consequência desse acréscimo, a catexia de energia das fantasias é de tal modo aumentada, que elas começam a estabelecer exigências e desenvolvem uma pressão no sentido de se tornarem realizadas. Mas isto torna inevitável um conflito entre elas e o ego. Tendo sido anteriormente pré-conscientes ou inconscientes, agora estão sujeitas à repressão por parte do ego e ficam à mercê da atração por parte do inconsciente. Partindo daquilo que, agora, são fantasias inconscientes, a libido movimenta-se para trás, até às origens dessas fantasias no inconsciente - aos seus próprios pontos de fixação. A retração da libido para a fantasia é um estágio intermediário no caminho da formação dos sintomas e parece que ela requer um nome especial. C.G. Jung introduziu o nome apropriado de 'introversão'; mas depois, muito desacertadamente, deu-lhe também um outro significado. Continuaremos a considerar que a introversão denota o desvio da libido das possibilidades de satisfação real e a hipercatexia das fantasias que até então foram toleradas como inocentes. Um introvertido não é bem um neurótico, porém se encontra em situação instável: seguramente desenvolverá sintomas na próxima modificação da relação de força, a menos que encontre algumas outras saídas para sua libido represada. O caráter irreal da satisfação neurótica e a desatenção à diferença entre fantasia e realidade já são, por outro lado, determinados pelo fato de ter havido uma demora no estágio de introversão. Sem dúvida, terão observado que, nessas últimas explanações, introduzi um fator novo na estrutura da série etiológica - ou seja, a quantidade, a magnitude das energias em questão. Ainda temos de levar em conta esse fator em tudo o mais. Não basta uma análise puramente qualitativa dos determinantes etiológicos. Ou, expressando-o de outra maneira, é insuficiente uma visão simplesmente *dinâmica* desses processos mentais; requer-se também uma linha de abordagem *econômica*. Devemos dizer para nós mesmos que o conflito entre duas tendências não irrompe senão quando foram atingidas determinadas intensidades de catexias, ainda que por muito tempo tenham estado

presentes os fatores determinantes do conflito e referentes ao seu próprio tema. Da mesma forma, a significação patogênica dos fatores constitucionais deve ser avaliada em relação ao quanto mais de um instinto parcial, do que de outro, está presente na disposição herdada. Pode-se mesmo supor que a disposição de todos os seres humanos é qualitativamente semelhante e apenas difere em virtude dessas condições quantitativas. O fator quantitativo não é menos decisivo no que respeita à capacidade de resistência à doença neurótica. É uma questão de saber *que quota* de libido não-utilizada uma pessoa é capaz de manter em suspensão, e uma questão do *tamanho da fração* de libido que a pessoa é capaz de desviar dos fins sexuais para os fins sublimados. O objetivo fundamental da atividade mental, que pode ser descrito qualitativamente como um esforço para obter prazer e evitar desprazer quando examinado do ponto de vista econômico, surge como tarefa que consiste em dominar as quantidades de excitação (massa de estímulos) que atuam no aparelho mental e em conter sua acumulação, capaz de gerar desprazer. Era isto, pois, o que eu desejava dizer-lhes acerca da formação dos sintomas nas neuroses. Não posso, contudo, deixar de mais uma vez acentuar expressamente o fato de que tudo aquilo que disse, aqui, aplica-se apenas à formação dos sintomas na histeria. Na própria neurose obsessiva existe muita coisa diferente - excetuando aspectos fundamentais que permanecem inalterados - que será encontrada. As anticatexias que se opõem às exigências dos instintos (que também já abordamos, no caso da histeria [ver em [1]]) tornam-se proeminentes na neurose obsessiva e dominam o quadro clínico, assumindo a forma daquilo que se conhece como 'formações reativas'. Nas demais neuroses descobrimos divergências semelhantes e de maior profundidade ainda, e nelas nossas investigações dos mecanismos de formação dos sintomas ainda não estão concluídas em ponto algum. Antes de deixá-los ir, gostaria, contudo, de chamar-lhes um pouco mais a atenção para um aspecto da vida de fantasia que merece o mais amplo interesse. Isto porque existe um caminho que conduz da fantasia de volta à realidade - isto é, o caminho da arte. Um artista é, certamente, em princípio um introvertido, uma pessoa não muito distante da neurose. É uma pessoa oprimida por necessidades instintuais demasiado intensas. Deseja conquistar honras, poder, riqueza, fama e o amor das mulheres; mas faltam-lhe os meios de conquistar essas satisfações. Conseqüentemente, assim como qualquer outro homem insatisfeito, afasta-se da realidade e transfere todo o seu interesse, e também toda a sua libido, para as construções, plenas de desejos, de sua vida de fantasia, de onde o caminho pode levar à neurose. Sem dúvida, deve haver uma convergência de todos os tipos de coisas, para que tal não se torne o resultado completo de sua evolução; na verdade, sabe-se muito bem com quanta freqüência os artistas, em especial, sofrem de uma inibição parcial de sua eficiência devido à neurose. Sua constituição provavelmente conta com uma intensa capacidade de sublimação e com determinado grau de frouxidão nas repressões, o que é decisivo para um conflito. Um artista encontra, porém, o caminho de retorno à realidade da maneira expressa a seguir. A dizer a verdade, ele não é o único que leva uma vida de fantasia. O acesso à região equidistante da fantasia e da realidade é permitido pelo consentimento universal da humanidade, e todo aquele que sofre privação espera obter dela alívio e consolo. Entretanto, para aqueles que não são artistas, é muito limitada a produção de prazer que se deriva das fontes da fantasia. A crueldade de suas repressões força-os a se

contentarem com esses estéreis devaneios aos quais é permitido o acesso à consciência. Um homem que é um verdadeiro artista, tem mais coisa à sua disposição. Em primeiro lugar, sabe como dar forma a seus devaneios de modo tal que estes perdem aquilo que neles é excessivamente pessoal e que afasta as demais pessoas, possibilitando que os outros compartilhem do prazer obtido nesses devaneios. Também sabe como abrandá-los de modo que não traiam sua origem em fontes proscritas. Ademais, possui o misterioso poder de moldar determinado material até que se torne imagem fiel de sua fantasia; e sabe, principalmente, pôr em conexão uma tão vasta produção de prazer com essa representação de sua fantasia inconsciente, que, pelo menos no momento considerado, as repressões são sobrepujadas e suspensas. Se o artista é capaz de realizar tudo isso, possibilita a outras pessoas, novamente, obter consolo e alívio a partir de suas próprias fontes de prazer em seu inconsciente, que para elas se tornaram inacessíveis; granjeia a gratidão e a admiração delas, e, dessa forma, *através* de sua fantasia conseguiu o que originalmente alcançara apenas em sua fantasia - honras, poder e o amor das mulheres.

CONFERÊNCIA XXIV

O ESTADO NEURÓTICO COMUM

SENHORAS E SENHORES:

Agora que eliminamos essa parte difícil de nosso trabalho, em nossa últimas explanações, proponho que, por algum tempo, abandonemos o assunto e nos voltemos para os senhores mesmos.

Isto porque estou ciente de que os senhores estão insatisfeitos. Imaginaram uma ‘Introdução à Psicanálise’ muito diferente. O que esperavam ouvir eram exemplos vívidos, não teoria. Em determinada ocasião, dizem os senhores, quando lhes contei a parábola ‘No Subsolo e no Primeiro Andar’ [ver em [1] e [2]], os senhores apreenderam algo da forma como são causadas as neuroses; as observações deveriam ter sido, porém, observações reais, e não histórias inventadas. Ou quando, no início, descrevi-lhes dois sintomas (esperemos que desta vez não tenham sido inventados), e sua solução e sua relação com a vida das pacientes [ver em [1]], o ‘sentido’ dos sintomas se revelou aos senhores. Os senhores esperavam que eu prosseguisse nessa linha. Em vez disso, contudo, apresentei-lhes

teorias prolixas, difíceis de compreender, que jamais estiveram completas e sempre tiveram algo de novo a ser acrescentado; operei com determinados conceitos que ainda não lhes havia explanado; passei de uma apreciação descritiva das coisas a uma apreciação dinâmica, e, daí, àquilo que chamei de conceituação econômica; tornei difícil para os senhores entender quantos dos termos técnicos que usei significavam a mesma coisa ou eram substituídos apenas por motivos de eufonia; apresentei conceitos de tão longo alcance, tais como os conceitos dos princípios de prazer e de realidade e o das dotações filogeneticamente herdadas. E, sem lhes apresentar previamente nada, fiz desfilar diante de seus olhos coisas que se tornaram cada vez mais distanciadas dos senhores. Por que não iniciei minha introdução à teoria das neuroses com aquilo que os senhores mesmos conhecem a respeito do estado neurótico e que há muito atraiu o interesse dos senhores - as peculiares características das pessoas neuróticas, suas incompreensíveis reações ao relacionamento humano e às influências externas, sua irritabilidade, sua conduta imprevisível e desarrazoada? Por que não os conduzi, passo a passo, desde um entendimento das formas mais simples e mais contraditórias do estado neurótico até os problemas de suas manifestações extremas, enigmáticas?

Em verdade, não posso nem mesmo discordar dos senhores. Não estou assim tão enamorado de minha habilidade expositiva, a ponto de poder declarar que cada uma das falhas de minha exposição constitui um encanto especial. Penso comigo que poderia ter feito mais em benefício dos senhores, se tivesse agido de outro modo; e, com efeito, esta era minha intenção. No entanto, nem sempre se pode levar a cabo as intenções racionais. Frequentemente, no próprio material existe algo que toma conta de nós e nos desvia de nossas intenções iniciais. Mesmo uma realização banal como a organização de determinada quantidade de material não depende inteiramente da escola do autor; as coisas podem tomar o rumo que lhes apraz, e tudo quanto se pode fazer é perguntar-se, após os fatos, por que estes se passaram desta e não daquela maneira.

Um dos motivos é, provavelmente, que o título 'Introdução à Psicanálise' já não mais se aplica à presente seção, que supomos estar tratando das neuroses. Uma introdução à psicanálise compõe-se do estudo das parapraxias e dos sonhos; a teoria das neuroses é psicanálise propriamente dita. Acredito que não teria sido possível ministrar-lhes conhecimentos sobre o tema da teoria das neuroses em tempo tão curto, a não ser em forma resumida. Era uma questão de apresentar-lhes uma exposição interligada do sentido e da significação dos sintomas, das causas externas e internas e dos mecanismos de sua formação. Isto é o que procurei fazer; e mais ou menos o que atualmente a psicanálise tem a ensinar. Importava em dizer muito coisa sobre a libido e sua evolução, e também um pouco a respeito do desenvolvimento do ego. Nossa introdução já os havia preparado com antecedência para as premissas de nossa técnica e para os importantes pontos de vista relativos ao inconsciente e à repressão (à resistência). Em uma das conferências seguintes [Conferências XXVI], os senhores descobrirão os pontos a partir dos quais o trabalho da psicanálise realiza progressos fundamentais. Até agora não tenho mantido em segredo o fato

de que tudo aquilo que lhes disse se deriva do estudo de um único grupo de distúrbios nervosos - aqueles que se denominam 'neurose de transferência'. Na verdade, determinei o mecanismo da formação dos sintomas apenas no caso da neurose histérica. Ainda que os senhores não tenham adquirido um sólido conhecimento e não tenham retido todos os detalhes, eu, não obstante, espero que tenham formado um quadro dos métodos com os quais a psicanálise trabalha, dos problemas que ela acomete e dos resultados aos quais ela chegou atribuí aos senhores o desejo de que poderia ter começado minha descrição das neuroses a partir do comportamento das pessoas neuróticas, de um relato da maneira pela qual elas sofrem com a neurose, de como se defendem contra ela e de como entram em um acordo com ela. Sem dúvida, é um tópico interessante, merece ser investigado; e não seria muito difícil sua abordagem. Seria, porém, discutível esse critério de começar a partir daí. Haveria o risco de não descobrir o inconsciente e, ao mesmo tempo, de não atentar para a grande importância da libido, e de julgar todas as coisas conforme elas se afiguram ao ego da pessoa neurótica. É evidente que esse ego não é uma instância digna de confiança ou imparcial. O ego é, realmente, o poder que nega e desacredita o inconsciente mantendo-o reprimido; assim, como podemos confiar em que seja justo para com o inconsciente? Os elementos mais importantes naquilo que dessa forma está reprimido, são as exigências da sexualidade rechaçadas, e fica bastante evidente que, partindo dos pontos de vista próprios do ego, jamais conseguiríamos imaginar a extensão e importância das mesmas. A partir do momento em que a noção de repressão se torna clara para nós, somos advertidos para que não façamos uma das duas partes litigantes (e, com isso, o lado vitorioso) tornar-se juiz da questão. Estamos preparados para verificar que as assertivas do ego nos desorientarão. Se quisermos acreditar no ego, levemos em conta que ele teve a iniciativa em cada etapa do processo e ele próprio desejou e construiu os sintomas. Mas sabemos que ele suporta uma boa dose de passividade que, depois, ele tenta disfarçar e encobrir. É verdade que nem sempre ele se arrisca a uma tal tentativa; nos sintomas da neurose obsessiva, o ego é obrigado a admitir que existe algo de estranho com que se defronta e contra o qual pode defender-se apenas com dificuldade.

Quem quer que não se deixe coibir por essa advertência e resolva tomar as falsificações do ego por moeda legítima, vai passar bem, evitará todas as resistências que se opõem à ênfase dada pela psicanálise ao inconsciente, à sexualidade e à passividade do ego. Poderá declarar, como Alfred Adler, que o 'caráter neurótico' é a causa das neuroses, em vez de ser sua conseqüência; mas não estará em condições de explicar um único detalhe da formação dos sintomas, ou um único sonho. Os senhores perguntarão se não será possível, porém, fazer justiça ao papel que o ego desempenha nos estados neuróticos e na formação dos sintomas, sem simultaneamente desprezar por completo os fatores revelados pela psicanálise. Minha resposta é que isso deve ser possível, certamente, e, mais cedo ou mais tarde, será feito; o caminho seguido pelo trabalho da psicanálise, porém, não comporta que realmente se *comece* a partir disso. Naturalmente, é possível prever que um dia a psicanálise se defrontará com semelhante tarefa. Há neuroses em que o ego desempenha um papel muito mais marcante do que naquelas que investigamos até o momento; nós as

denominamos neuroses ‘narcísicas’. A investigação desses distúrbios nos possibilitará formar um julgamento imparcial e fidedigno da contribuição do ego ao desencadeamento das neuroses. Uma das formas pelas quais o ego se relaciona com suas neuroses, entretanto, é tão óbvia que foi possível considerá-la desde o início. Parece jamais estar ausente; e é reconhecível com bastante nitidez em um distúrbio que, ainda hoje em dia, estamos longe de compreender - a *neurose traumática*. Os senhores devem saber que os mesmos fatores sempre entram em jogo na causação e no mecanismo de todas as possíveis formas de neurose; mas a importância principal na construção dos sintomas recai ora num, ora noutro desses fatores. A situação assemelha-se à dos membros de uma companhia teatral. Cada um deles recebe regularmente a tarefa de desempenhar um papel fundamental - herói, confidente, vilão, e assim por diante; cada qual, porém, escolherá uma peça diferente para sua própria representação beneficente. Da mesma forma, as fantasias, que se transformam em sintomas, em nenhuma outra neurose são mais evidentes do que na histeria; as anticatexias das formações reativas do ego dominam o quadro nas neuroses obsessivas; aquilo que, no caso dos sonhos, denominamos ‘elaboração secundária’ [ver em [1]] situa-se em primeiro plano na paranóia, sob a forma de delírios, e assim por diante. Nas neuroses traumáticas, e particularmente naquelas causadas pelos horrores da guerra, inequivocamente deparamo-nos, assim, com um motivo egoísta, por parte do ego, à procura de proteção e vantagem - um motivo que não pode, talvez, produzir por si mesmo a doença, mas que condescende com ela e a mantém, uma vez que ela tenha surgido. Esse motivo procura preservar o ego dos perigos cuja ameaça foi a causa precipitante da doença, e não permitirá que ocorra a recuperação enquanto a repetição desses perigo ainda pareça possível, ou enquanto não tenha recebido a compensação pelo perigo que foi suportado. O ego, porém, assume um interesse semelhante no desenvolvimento e na manutenção da neurose em todos os outros casos. Já demonstrei [ver em [1]] que os sintomas também são apoiados pelo ego, porque possuem um aspecto com o qual oferecem satisfação ao propósito repressor do ego. Ademais, apaziguar um conflito construindo um sintoma é a solução mais conveniente e mais agradável para o princípio de prazer: inquestionavelmente, poupa ao ego uma grande quantidade de trabalho interno que é sentido como penoso. Na verdade, há casos em que até mesmo o médico deve admitir que um conflito terminar em neurose constitui a solução mais inócua e socialmente mais tolerável. Os senhores não devem surpreender-se ao ouvir dizer que o próprio médico, às vezes, pode tomar o partido da doença que está combatendo. Não é sua função limitar-se, em todas as situações da vida, a ser um fanático defensor da saúde. Ele sabe que não há apenas miséria neurótica no mundo, mas também sofrimento real, irremovível, que a necessidade pode mesmo exigir que uma pessoa sacrifique sua saúde; e aprende que um sacrifício dessa espécie, feito por uma única pessoa, pode evitar incomensurável infelicidade para muitas outras. Portanto, se podemos dizer que sempre que um neurótico enfrenta um conflito ele empreende uma fuga para a doença, assim mesmo devemos admitir que, em determinados casos, tal fuga se justifica plenamente, e um médico que tenha reconhecido a maneira como se configura a situação, haverá de se retirar, silencioso e apreensivo. Abandonemos, entretanto, esses casos excepcionais e prossigamos com nossa exposição. Em circunstâncias comuns, reconhecemos que, refugiando-se na neurose, o ego

obtém internamente um certo ‘ganho proveniente da doença’. Em algumas circunstâncias da vida, isto se acompanha, ademais, de uma apreciável vantagem *externa* que assume um valor real maior ou menor. Considerem o exemplo mais comum desse tipo. É muito comum uma mulher, tratada com rudeza e explorada de forma desumana por seu marido, encontrar uma saída na neurose, se sua constituição o possibilita, se é excessivamente covarde ou excessivamente honrada para procurar um consolo secreto com outro homem, se em virtude de todos os empecilhos externos não é suficientemente forte para separar-se de seu marido, se não tem perspectivas de se sustentar a si própria ou de conseguir um marido melhor, e se, além do mais, ainda está, através de seus sentimentos sexuais, vinculada a seu cruel marido. Então a sua doença se converte em arma na batalha contra o marido dominador - arma que ela pode usar para sua defesa e da qual pode abusar para sua vingança. É permissível ela queixar-se de sua doença, embora provavelmente não fosse permissível lamentar o casamento. Ela encontra no médico um aliado, força o marido, habitualmente indiferente, a cuidar dela, a gastar dinheiro com ela, a permitir-lhe que de tempos em tempos se afaste de casa e com isso se liberte da opressão de estar casada. Quando semelhante ganho externo ou secundário proveniente da doença atinge essas proporções e não há nenhum substituto real disponível, os senhores não devem contar com possibilidades muito grande de influenciar a neurose por meio do tratamento que empreenderem.

Os senhores protestarão, agora, que aquilo que lhes disse a respeito do ganho proveniente da doença, fala completamente em favor do ponto de vista que rejeitei - o de que o próprio ego deseja e cria a neurose [ver em [1]]. Devagar, senhores! Talvez não signifique senão que o ego tolera a neurose, que, afinal, não pode evitar; e que ele faz o melhor que pode, se é que, no final das contas, algo pode ser feito. Este é apenas um dos lados da questão, o lado agradável, para dizer a verdade. Na medida em que a neurose traz vantagens, o ego, sem dúvida, aceita-a; porém, não traz apenas vantagens. Via de regra, logo se verifica que o ego fez mau negócio ao optar pela neurose. Ele pagou caro demais por um alívio do conflito, e os sofrimentos ligados aos sintomas são, talvez, um substituto equivalente dos tormentos do conflito, mas provavelmente importam em aumento de desprazer. O ego preferiria libertar-se desse desprazer dos sintomas, sem desistir do ganho que lhe dá a doença, e isto é justamente o que não pode obter. Isto mostra, então, que o ego não era tão completamente ativo como imaginava ser; devemos considerar atentamente esse aspecto.

Senhores, em seu contato com as neuroses, na qualidade de médicos, logo desistirão de esperar que aqueles que exibem as maiores lamentações e queixas acerca de sua doença sejam os mais desejosos de cooperar e mostrem a menor resistência. É bem o inverso disso. Naturalmente, os senhores, contudo, reconhecerão com facilidade que tudo aquilo que contribui para o ganho proveniente da doença haverá de intensificar a resistência devido repressão e aumentará as dificuldades do tratamento. À parcela de ganho decorrente da doença que, por assim, dizer, nasceu com a doença, temos de acrescentar uma outra parcela que surge posteriormente. Quando uma organização psíquica semelhante a uma doença durou algum tempo, ela termina por funcionar como mecanismo independente; manifesta-se um

tanto como instinto de autopreservação; estabelece uma espécie de *modus vivendi* entre si e as outras partes da mente, mesmo aquelas outras partes que lhe são hostis; e raramente deixa de haver ocasiões em que se comprova que a doença, repetidas vezes, se torna útil e adequada, e adquire, por assim dizer, uma *função secundária* que reforça novamente sua estabilidade. Em vez de um exemplo extraído da patologia, tomemos um exemplo flagrante da vida diária. Um operário, que com sua capacidade ganha sua vida, vem a sofrer uma mutilação num acidente ocorrido durante o trabalho. Esse homem, assim aleijado, não pode mais trabalhar; porém, afinal, consegue uma pequena pensão por invalidez e aprende como explorar sua mutilação pedindo esmolas. Seu novo, embora piorado, meio de vida se baseia justamente naquela mesma coisa que o privou de seu meio de vida anterior. Se os senhores pudessem pôr fim à sua mutilação, poderiam fazer, inicialmente, com que ele ficasse sem seu meio de vida; surgiria então a questão de saber se ele ainda seria capaz de retomar seu trabalho anterior. No caso das neuroses, o que corresponde a uma semelhante exploração secundária de uma doença pode ser descrito como ganho secundário da doença em contraste com o ganho primário. Em geral, porém, gostaria de recomendar que, conquanto não subestimando a importância *prática* do ganho proveniente da doença, os senhores não devem deixar-se impressionar pelo mesmo, teoricamente. Afinal, à parte as exceções que apontei anteriormente [ver em [1]], isto sempre leva a pensar nos exemplos de ‘inteligência animal’ ilustrados por Oberländer em *Fliegende Blätter*. Uma árabe ia montado em seu camelo, percorrendo uma trilha estreita cortada na encosta íngreme de uma montanha. Numa curva da trilha, subitamente se viu frente a frente com um leão que já se preparava para dar o salto. Ele não via escapatória: de um lado, um rochedo perpendicular e, de outro, um precipício; fuga e luta eram impossíveis. Considerou-se perdido. Mas o camelo pensou diferente. De um salto, lançou-se com o árabe ao abismo - e o leão ficou sem nada. A ajuda que proporciona uma neurose não representa, geralmente, melhor solução para o paciente. Isto pode suceder porque lidar com um conflito produzindo sintomas é, afinal, um processo automático que não pode se mostrar adequado para arrostar as exigências da vida e no qual a pessoa abandonou o uso das suas melhores e mais elevadas capacidades. Se houvesse uma escolha, seria preferível descer à liça para uma honrosa luta com o destino.

Entretanto, ainda lhes devo outros esclarecimentos do motivo por que não iniciei minha exposição da teoria das neuroses com o estado neurótico comum. Os senhores podem supor, talvez, que isto sucedeu porque, nesse caso, eu teria tido maior dificuldade de provar a causação sexual das neuroses. Mas nisso os senhores poderiam estar enganados. No caso das neuroses de transferência, deve-se achar a solução através da interpretação dos sintomas, antes de se poder chegar a essa descoberta. Nas formas comuns daquilo que se conhece como ‘neuroses atuais’ a significação etiológica da vida sexual é um fato indisfarçado que salta aos olhos do observador. Encontrei-a há mais de vinte anos, quando, certo dia, indagava a mim próprio da razão por que, no exame dos neuróticos, suas atividades sexuais são tão regularmente excluídas de qualquer consideração. Naquela época, sacrifiquei minha popularidade junto a meus pacientes, em benefício dessas investigações;

bastou apenas um breve esforço para que pudesse declarar que, ‘se a *vita sexualis* é normal, não pode haver neurose’ - e, como isso, eu quis dizer ‘neurose atual’. Sem dúvida, essa afirmação passa muito de leve sobre as diferenças individuais das pessoas; e padece, também, da imprecisão, que é inseparável do julgamento daquilo que é ‘normal’. Vista como diretriz geral, mantém, contudo, o seu valor até hoje. Naquela época, eu chegara a estabelecer relações específicas entre determinadas formas de neuroses e determinadas influências nocivas sexuais; e não tenho dúvidas de que poderia, hoje, repetir as mesmas observações, se ainda estivesse à minha disposição um material patológico parecido. Muitíssimas vezes verifiquei que um homem que se excedeu em determinado tipo de satisfação sexual incompleta (por exemplo, masturbação manual) havia adoecido de determinada forma de ‘neurose atual’, e que essa neurose prontamente dava lugar a uma outra, se substituísse seu *regime* sexual por outro igualmente nada irrepreensível. Naquele tempo, estava em situação de concluir que, no paciente, havia se operado uma mudança na sua vida sexual, a partir de uma modificação em sua condição. Também aprendi, nessa época, a manter obstinadamente minha hipótese, até haver vencido a insinceridade dos pacientes e havê-los compelido a confirmar meus pontos de vista. É verdade que, depois disso, eles preferiram ir a outros médicos que não fizeram essas indagações meticolosas sobre sua vida sexual. Mesmo nessa época, não pude deixar de perceber que a causação da doença nem sempre aponta para a vida sexual. Uma pessoa, é fato, adoeceu por uma influência nociva sexual direta; mas uma outra adoeceu porque perdeu sua fortuna ou porque sofreu uma doença orgânica exaustiva. A explicação dessas diferenças veio posteriormente, quando compreendemos as inter-relações, de que já suspeitávamos, entre o ego e a libido, e a explicação se tornou mais satisfatória à medida que essa compreensão se aprofundava. Uma pessoa somente adoece de uma neurose se seu ego perdeu a capacidade de diversificar, de algum modo, sua libido. Quanto mais forte é seu ego, mais fácil lhe será executar essa tarefa. Qualquer enfraquecimento do seu ego por qualquer causa deve ter o mesmo efeito, agindo como um aumento excessivo das exigências da libido, e, por isso, lhe possibilitará adoecer de uma neurose. Existem outras relações, mais íntimas, entre o ego e a libido; estas, porém, ainda não se enquadram em nosso objetivo, de modo que não as abordarei como parte desta minha presente explanação. O que continua essencial e nos esclarece coisas é que, em todos os casos, e seja qual for o modo como a doença se pôs em marcha, os sintomas da neurose são mantidos pela libido, e, por conseguinte, são prova de que ela está sendo utilizada anormalmente.

Agora, entretanto, devo chamar a atenção dos senhores para a decisiva diferença entre os sintomas das neuroses ‘atuais’ e os das psiconeuroses, das quais o primeiro grupo, as neuroses de transferência, nos manteve tão ocupados até agora. Em ambos os casos, os sintomas se originam da libido, e constituem, portanto, empregos anormais da mesma; são satisfações substitutivas. Mas os sintomas das neuroses ‘atuais’ - pressão intracraniana, sensações de dor, estado de irritação em um órgão, enfraquecimento ou inibição de uma função - não têm nenhum ‘sentido’, nenhum significado psíquico. Não só se manifestam predominantemente no corpo (como, por exemplo, os sintomas histéricos, entre outros),

como também constituem, eles próprios, processos inteiramente somáticos, em cuja origem estão ausentes todos os complicados mecanismos mentais que já conhecemos. Assim, realmente são a mesma coisa que há tanto tempo acreditava-se serem os sintomas psiconeuróticos. Mas, sendo assim, com podem eles corresponder a empregos da libido, que reconhecemos como força que opera na *mente*? Bem, senhores, isto é algo muito simples. Permitam-me lembrar-lhes uma das primeiras objeções levantadas contra a psicanálise. Foi dito, então, que esta se ocupava em encontrar uma teoria puramente psicológica dos fenômenos neuróticos, e que isso era uma causa perdida, de vez que as teorias psicológicas jamais poderiam explicar uma doença. As pessoas haviam optado por esquecer que a função sexual não é uma coisa puramente psíquica, da mesma forma como não é uma coisa puramente somática. Influencia igualmente a vida corporal e mental. Se, nos sintomas das psiconeuroses, nos familiarizamos com as manifestações de distúrbios na atuação *psíquica* da função sexual, não nos surpreenderemos ao encontrar nas neuroses ‘atuais’ as conseqüências *somáticas* diretas dos distúrbios sexuais. A clínica médica deu-nos uma indicação valiosa para uma interpretação desses distúrbios, uma indicação que foi objeto de considerações por vários investigadores. As neuroses ‘atuais’, nos detalhes de seus sintomas e também em sua característica de exercer influência em todo sistema orgânico e toda função, mostram uma inconfundível semelhança com os estados patológicos que surgem da influência crônica de substâncias tóxicas externas e de uma suspensão brusca das mesmas - as intoxicações e as situações de abstinência. Os dois grupos de distúrbios se aproximam mais intimamente por meio de condições intermediárias, tal como a doença de Grave, que sabemos ser, também ela, devida à ação de substâncias tóxicas, porém de toxinas não introduzidas no corpo, mas originadas no próprio metabolismo da pessoa. Em vista dessa analogias, penso que não podemos evitar considerarmos as neuroses resultado de distúrbios no metabolismo sexual, seja porque se produzem mais toxinas do que o indivíduo pode metabolizar, seja porque as condições internas, e até mesmo as condições psíquicas, limitam o emprego adequado dessas substâncias. Desde tempos imemoriais, a concepção popular tem prestado homenagem a hipóteses dessa espécie a respeito da natureza do desejo sexual, falando do amor como uma ‘intoxicação’ e crendo que o apaixonar-se é causado por filtros de amor - embora aqui o agente atuante esteja, em certa medida, externalizado. E para nós esta seria a ocasião de relembrar as zonas erógenas e nossa afirmação de que a excitação sexual pode ser gerada nos mais variados órgãos [ver em [1]]. Mas, para o restante, a expressão ‘metabolismo sexual’ ou ‘química da sexualidade’ é um termo sem conteúdo; não sabemos nada a esse respeito, nem podemos dedicar se devemos supor a existência de duas substâncias sexuais, se seriam então denominadas ‘masculina’ e ‘feminina’, ou se poderíamos nos contentar com *uma* toxina sexual que deveríamos reconhecer como veículo de todos os efeitos estimulantes da libido. A estrutura teórica da psicanálise, que criamos, é, com efeito, uma superestrutura, que um dia terá de se erguer sobre seus fundamentos essenciais. Acerca disso, porém, nada sabemos ainda. O que caracteriza a psicanálise como ciência não é o material de que trata, mas sim a técnica com a qual trabalha. Pode ser aplicada à história da civilização, à ciência da religião e da mitologia não em menor medida

do que à teoria das neuroses, sem forçar sua natureza essencial. Aquilo a que ela visa, aquilo que realiza, não é senão descobrir o que é inconsciente na vida mental. Os problemas das neuroses 'atuais', cujos sintomas provavelmente são gerados por uma lesão tóxica direta, não oferecem à psicanálise qualquer ponto de ataque. Ela pouco pode fazer para esclarecê-los e deve deixar a tarefa para a pesquisa biológica-médica. E então, talvez os senhores entendam melhor por que decidi não ordenar meu material de outro modo. Se lhes tivesse prometido uma 'Introdução à Teoria das Neuroses', o caminho correto certamente teria levado desde as formas simples das neuroses 'atuais' às doenças psíquicas mais complicadas, devidas à perturbação da libido. No que concerne às primeiras, deveria ter coligido de fontes várias aquilo que temos aprendido ou pensamos saber e, com relação às psiconeuroses, a psicanálise surgiria na discussão, como o recurso técnico mais importante para esclarecer esses estados. No entanto, o que eu pretendi dar, e anunciei, foi uma 'Introdução à Psicanálise'. Para mim, era mais importante os senhores formarem uma idéia sobre a psicanálise, do que obterem algum conhecimento das neuroses; e, por essa razão, as neuroses 'atuais', improdutivas no que concerne à psicanálise, não podiam mais ocupar um lugar em primeiro plano. Penso também que fiz a melhor escolha para os senhores. Isso porque, devido à profundidade de suas hipóteses e ao alcance de duas conexões, a psicanálise merece um lugar no âmbito dos interesses de toda pessoa culta, ao passo que a teoria das neuroses é um capítulo da medicina como outro qualquer.

Ainda assim, os senhores acertadamente esperarão que devamos dedicar também algum interesse às neuroses 'atuais'. A íntima conexão clínica dessas neuroses com as psiconeuroses nos compeliu a fazê-lo. Posso informar-lhes, pois, que distinguimos três formas puras de neuroses 'atuais': neurastenia, neurose de angústia e hipocondria. Mesmo essa assertiva não é isenta de contradições. Todos os nomes estão em uso, é verdade; porém, seu conteúdo é impreciso e instável. Aliás, existem médicos que se opõem a qualquer linha divisória no mundo católico dos fenômenos neuróticos, a qualquer separação das entidades clínicas ou das doenças individualizadas, e que nem sequer reconhecem a distinção entre as neuroses 'atuais' e as psiconeuroses. Penso que nisto se excedem e não escolheram o caminho que conduz ao progresso. As formas de neurose, que mencionei, ocasionalmente ocorrem em sua forma pura; mais freqüentemente, porém, estão mescladas umas com as outras e com algum distúrbio psiconeurótico. Isto não deve levar-nos a abandonar a diferença entre elas. Pensem na diferença entre o estudo dos minerais e o das rochas, na mineralogia. Os minerais são descritos como substâncias individualizadas, sem dúvida com base no fato de que amiúde ocorrem na forma de cristais, nitidamente separadas de seu ambiente. As rochas consistem em um agregado de minerais, que, podemos ter certeza, não vieram a se juntar por acaso, mas em consequência daquilo que determinou sua origem. Na teoria das neuroses, ainda sabemos muito pouco sobre o curso de seu desenvolvimento para apresentar algo semelhante à petrologia. Estaremos, contudo, certamente agindo de forma correta, se começarmos por isolar do conjunto as entidades clínicas individuais que reconhecemos e que se podem comparar aos minerais. Uma notável relação entre os sintomas das neuroses atuais e os das psiconeuroses oferece mais uma importante contribuição ao

nosso conhecimento da formação dos sintomas nestas últimas. Pois um sintoma de uma neurose ‘atual’ é freqüentemente o núcleo e o primeiro estágio de um sintoma psiconeurótico. Uma relação dessa espécie pode ser observada com muita nitidez entre a neurastenia e a neurose de transferência, conhecida como ‘histeria de conversão’, entre a neurose de angústia e a histeria de angústia, contudo também entre a hipocondria e as formas de distúrbio que serão mencionadas posteriormente [ver em [1] e segs.] sob o nome de parafrenia (demência precoce e paranóia). Tomemos como exemplo um caso de dor de cabeça ou dor lombar histérica. A análise nos mostra que, pela condensação e pelo deslocamento, o sintoma tornou-se satisfação substitutiva de toda uma série de fantasias e recordações libidinais. Mas essa dor, em determinada época, era também uma dor real e era, então, um sintoma sexual-tóxico direto, expressão somática de uma excitação libidinal.

Longe estamos de afirmar que *todos* os sintomas histéricos contém um núcleo dessa espécie. Mas persiste o fato de que este é, com especial freqüência, o caso, e que quaisquer influências somáticas (normais ou patológicas) causadas por excitações libidinais são preferidas na construção dos sintomas histéricos. Em tais casos, desempenham o papel do grão de areia que um molusco cobre de camadas de madrepérola. Da mesma forma, as transitórias indicações de excitação sexual que acompanham o ato sexual não utilizadas pela psicose como o material mais conveniente e apropriado para a construção dos sintomas. Semelhante sucessão de fatos reveste-se de especial interesse diagnóstico e terapêutico. Não é absolutamente raro acontecer, no caso de uma pessoa que está predisposta a uma neurose sem realmente sofrer de uma neurose manifesta, que uma modificação somática patológica (talvez por inflamação ou lesão) põe em marcha a atividade da formação do sintoma; assim, essa atividade prontamente transforma o sintoma, que lhe foi apresentado pela realidade, em representante de todas as fantasias inconscientes que estavam apenas aguardando a ocasião de lançar mão de algum meio de expressão. Num caso destes, o médico adotará ora uma, ora outra linha de tratamento. Ou se esforçará por abolir a base orgânica, sem importar-se com a ruidosa elaboração neurótica; ou atacará a neurose que aproveitou essa oportunidade favorável para surgir, e prestará pouca atenção à sua causa precipitante orgânica. O resultado mostrará que uma ou outra linha de conduta está certa ou errada; é impossível fazer recomendações gerais para abordar esses casos mistos.

CONFERÊNCIA XXV

A ANSIEDADE

SENHORAS E SENHORES:

O que lhes disse em minha última conferência a respeito do estado neurótico geral deve tê-los surpreendido, sem dúvida, como o mais incompleto e inadequado de todos os meus pronunciamentos. Sei que é verdade, e nada deve tê-los surpreendido mais, segundo espero, do que não haver nessa conferência nada a respeito da ansiedade, da qual todos os neuróticos se queixam, e descrevem como sendo seu pior sofrimento e que, de fato, neles atinge enorme intensidade, e pode resultar nas atitudes mais loucas. Entretanto, ali, pelo menos, não tive a intenção de oferecer-lhes resumos. Ao contrário, foi minha intenção abordar o problema da ansiedade nos neuróticos de forma especialmente acurada e discuti-lo em profundidade com os senhores. A ansiedade, como tal, não há por que apresentá-la Aos senhores. Cada um de nós experimentou essa sensação, ou, para expressar com maior correção, esse estado afetivo, numa ou noutra época, por nossa própria conta. Penso, porém, que jamais com seriedade suficiente levantou-se a questão de saber por que os neuróticos, em particular, sofrem de ansiedade tanto mais e tão mais intensamente do que outras pessoas. Talvez tenha sido considerado como algo evidente por si mesmo: as palavras *'nervös'* e *'angstlich'* são usadas comumente de modo intercambiável, como se significassem a mesma coisa. Mas não temos o direito de fazê-lo: existem pessoas *'ängstliche'* que, de outro modo, não são absolutamente *'nervös'*, e ademais, não inclui pessoas *'nervöse'* que padecem de muitos sintomas, entre os quais uma tendência à *'Angst'*. Qualquer que seja o caso, não há dúvida de que o problema da ansiedade é um ponto nodal para o qual convergem as mais diversas e importantes questões, um enigma cuja solução deverá inundar de luz toda nossa existência mental. Não afirmarei que lhes possa dar essa solução completa; certamente, porém, os senhores esperarão que a psicanálise empreenda, em relação a esse tema, uma abordagem muito diferente da realizada pela medicina acadêmica. Parece que o interesse se manteve centrado em traçar as vias anatômicas ao longo das quais o estado de ansiedade se concretiza. Foi-nos dito que a medula oblonga é estimulada, e o paciente conhece que está sofrendo de uma neurose de nervo vago. A medula oblonga é algo muito sério e atraente. Recordo-me, muito vivamente, de quanto tempo e preocupação dediquei ao seu estudo, há muitos anos passados. Hoje em

dia, entretanto, devo observar que não conheço nada que possa ter menos interesse para mim, ao tratar-se da compreensão psicológica da ansiedade, do que o conhecimento dos trajetos dos nervos, por cuja extensão passam suas excitações.

É possível, no princípio, trabalhar o tema da ansiedade, por um tempo considerável, sem absolutamente pensar nos estados neuróticos. De imediato, os senhores me entenderão, quando eu descrever essa espécie de ansiedade como ansiedade ‘realística’, em contraste com ansiedade ‘neurótica’. A ansiedade realística atrai nossa atenção como algo muito racional e inteligível. Podemos dizer que ela é uma reação à percepção de um perigo externo - isto é, de um dano que é esperado e previsto. Está relacionada ao reflexo de fuga e pode ser visualizada como manifestação do instinto de autopreservação. Saber em que ocasiões a ansiedade aparece - isto é, em face de que objetos e de que situações - depende, naturalmente, em grande medida, do estado de conhecimento da pessoa e do seu senso de poder *vis-à-vis* com o mundo externo. Podemos compreender muito bem como um selvagem tem medo de um canhão e fica temeroso de um eclipse do sol, ao passo que o homem branco, que sabe como manejar a arma e pode prever o eclipse, permanece sem ansiedade nessas circunstâncias. Em outras ocasiões, é realmente o conhecimento superior que promove a ansiedade, porque possibilita um reconhecimento muito precoce do perigo. Assim, o selvagem ficará aterrorizado com um rastro na floresta, porque este o avisa da proximidade de um animal bravo; o mesmo rastro nada indica para uma pessoa desinformada dessas coisas; e um marinheiro experimentado sentirá temor ao ver uma pequena nuvem no céu, porque ela lhe fala de um tufão aproximando-se; para um passageiro, a nuvem parecerá algo banal.

Numa ponderação adicional, devemos dizer a nós mesmos que nosso julgamento, segundo o qual a ansiedade realística é racional e vantajosa, requer uma revisão drástica. Isto porque o único comportamento vantajoso, quando surge a ameaça de um perigo, seria uma fria avaliação da força da própria pessoa em comparação com a magnitude da ameaça; e, com base nisto, a decisão de fugir, ou de se defender, ou mesmo, possivelmente, de passar ao ataque, oferecem a melhor perspectiva de uma saída bem sucedida. Nessa situação, contudo, não há absolutamente lugar para a ansiedade; tudo o que acontece seria conseguido tão bem e provavelmente melhor, se não tivesse surgido a ansiedade. E os senhores podem verificar, realmente, que, se a ansiedade for excessivamente grande, ela se revela inadequada no mais alto grau; paralisa toda ação, inclusive, até mesmo, a fuga. Em geral, a reação ao perigo consiste numa mistura de afeto de ansiedade e de ação defensiva. Um animal aterrorizado sente medo e foge; mas a parte adequada desse processo é a ‘fuga’ e não o ‘estar com medo’.

Assim, é-se tentado a afirmar que a geração da ansiedade nunca é uma coisa apropriada. Talvez nos possa ajudar a vermos mais claramente essa questão, dissecar mais cuidadosamente a situação de ansiedade. Nesta, a primeira coisa pertinente é o *estudo de*

preparação para o perigo, que se manifesta por meio de um aumento da atenção sensória e da tensão motora. Esse estado de preparação expectante pode ser indubitavelmente reconhecido como uma vantagem; na realidade, sua ausência pode ser responsabilizada por graves conseqüências. Dele decorrem, então, por um lado, a ação motora - fuga, num primeiro caso, e, em nível mais elevado, defesa ativa - e, por outro lado, o que sentimos como um estado de ansiedade. Quanto mais a geração de ansiedade limitar-se a um início meramente frustrado - a um sinal -, tanto mais o estado de preparação para a ansiedade se transformará, sem distúrbio, em ação, e mais adequada será a forma assumida pela totalidade da sucessão dos fatos. Por conseguinte, o *estado de preparação* para a ansiedade parece-me ser o elemento adequado daquilo que denominamos e a *geração* de ansiedade, o elemento inadequado. Evitarei aprofundar-me na questão de saber se nosso uso idiomático quer significar a mesma coisa, ou algo nitidamente diferente, com a palavra '*Angst* [ansiedade]', '*Furcht* [medo]' e '*Schreck* [susto]'. Apenas direi que julgo '*Angst*' referir-se ao estado e não considera o objeto, ao passo que '*Furcht*' chama a atenção precisamente para o objeto. Parece que '*Schreck*', por outro lado, tem sentido especial; isto é, põe ênfase no efeito produzido por um perigo com o qual a pessoa se defronta sem qualquer estado de preparação para a ansiedade. Portanto, poderíamos dizer que uma pessoa se protege do medo por meio da ansiedade. Não lhes terá passado despercebida alguma ambigüidade e imprecisão no uso da palavra '*Angst*'. Por 'ansiedade' geralmente entendemos o estado subjetivo de que somos tomados ao perceber o 'surgimento da ansiedade', e a isto chamamos afeto. E o que é um afeto, no sentido dinâmico? Em todo caso, é algo muito complexo. Um afeto inclui, em primeiro lugar, determinadas inervações ou descargas motoras e, em segundo lugar, certos sentimentos; estes são de dois tipos: percepções das ações motoras que ocorreram e sensações diretas de prazer e desprazer que, conforme dizemos, dão ao afeto seu traço predominante. Não penso, todavia, que com essa enumeração tenhamos chegado à essência de um afeto. Parecemos ver em maior profundidade no caso de alguns afetos e reconhecer que o cerne que reúne a combinação que descrevemos é a repetição de alguma experiência significativa determinada. Essa experiência só poderia ser uma impressão recebida num período muito inicial, de natureza muito genérica, situada na pré-história, não do indivíduo, mas da espécie. Para fazer-me mais inteligível - um estado afetivo seria formado da mesma maneira que um ataque histérico, e, como esse, seria o precipitado de uma reminiscência. Um ataque histérico pode, assim, ser equiparado a um afeto individual recentemente formado, e um afeto normal pode ser comparado à expressão de uma histeria geral que se tornou herança. Não suponham que as coisas que lhes disse aqui, a respeito de afetos, são propriedade reconhecida da psicologia normal. Pelo contrário, são pontos de vista que cresceram em solo psicanalítico e são originários apenas da psicanálise. Aquilo que, a partir da psicologia, os senhores podem reunir acerca dos afetos - a teoria de James-Lange, por exemplo - para nós, psicanalistas, está muito além do entendimento ou do debate. Também não consideramos muito firmados nossos conhecimentos a respeito dos afetos; esta é uma primeira tentativa de encontrar nossa orientação nessa região obscura. Entretanto prosseguirei. Acreditamos que, no caso do afeto

da ansiedade, sabemos qual é a vivência original que ele repete. Acreditamos ser no *ato do nascimento* que ocorre a combinação de sensações desprazíveis, impulsos de descarga e sensações corporais, a qual se tornou o protótipo dos efeitos de um perigo mortal, e que desde então tem sido repetida por nós como rigor mortal, e que desde então tem sido repetida por nós como o estado de ansiedade. O enorme aumento de estimulação devido à interrupção da renovação do sangue (respiração interna) foi, na época, a causa da experiência da ansiedade; a primeira ansiedade foi, assim, uma ansiedade tóxica. O substantivo *'Angst'* - *'angustiae'*, *'Enge'*, - acentua a característica de limitação da respiração que então se achava presente em consequência da situação real, e é, agora, quase invariavelmente recriada no afeto. Do mesmo modo, reconhecemos como altamente significativo que esse primeiro estado de ansiedade surgiu quando da separação da mãe. Naturalmente, estamos convencidos de que a tendência a repetir o primeiro estado de ansiedade foi tão firmemente incorporada no organismo, através de incontáveis séries de gerações, que um único indivíduo não pode escapar do afeto de ansiedade, mesmo que, como o legendário Macduff, ele 'tenha sido expulso do útero materno fora de tempo' e, portanto, não tenha experimentado o ato do nascimento. Não sabemos dizer o que é que se tornou o protótipo do estado de ansiedade no caso de outros seres além dos mamíferos. E, do mesmo modo, não sabemos mesmo que complexo de sensação constitui, nesses seres, o equivalente de nossa ansiedade. Talvez lhes interesse saber como pôde alguém formar essa idéia de que o ato do nascimento é a origem e o protótipo do afeto de ansiedade. Nisto a especulação teve muito escassa participação; antes, o que fiz foi tomá-la emprestada da *naïve* mente popular. Há muitos anos atrás, numa ocasião em que me encontrava em um restaurante com diversos outros jovens médicos do hospital, para uma refeição do meio-dia, um médico assistente do departamento de obstetrícia contou-nos um episódio cômico, acontecido no último exame para parteiras. Perguntou-se a uma candidata o que significava o aparecimento de mecônio (excrementos), no nascimento, quando da expulsão das águas, e ela prontamente respondeu: 'significa que a criança está com medo.' Ela foi objeto de risos e foi reprovada no exame. Porém, silenciosamente, tomei o partido dela e comecei a suspeitar de que essa mulher simples, proveniente das classes mais humildes, tinha apontado com precisão para uma correlação importante.

Se agora passarmos a considerar a ansiedade neurótica, que novas formas e situações se manifestam na ansiedade dos neuróticos? Aqui, há muita coisa a descrever. Em primeiro lugar, encontramos uma apreensão generalizada, uma espécie de ansiedade livremente flutuante, que está pronta para se ligar a alguma idéia que seja de algum modo apropriada a esse fim, que influencia o julgamento, seleciona aquilo que é de se esperar, e está aguardando qualquer oportunidade que lhe permita justificar-se. A esse estado denominamos 'ansiedade expectante' ou 'expectativa ansiosa'. As pessoas atormentada por esse tipo de ansiedade sempre prevêem as mais terríveis de todas as possibilidades, interpretam todos os eventos casuais como presságio do mal e exploram todas as incertezas num mau sentido. Semelhante tendência a uma expectativa do mal pode ser encontrada na forma de traço de

caráter em muitas pessoas de quem não se pode, de outro modo, dizer serem doentes; diz-se que são superansiosas ou pessimistas. Uma desmesurada quantidade de ansiedade, porém, compõe um aspecto constante de um distúrbio nervoso ao qual dei o nome de ‘neurose de angústia’ e que incluo entre as neuroses ‘atuais’. Uma segunda forma de ansiedade, em oposição àquela que acabei de descrever, é psiquicamente ligada e vinculada a determinados objetos e situações. Esta é a ansiedade das ‘fobias’, extremamente multiformes e freqüentemente muito estranhas. Stanley Hall [1914], o respeitável psicólogo americano, recentemente deu-se ao trabalho de nos apresentar uma série inteira dessas fobias em toda a magnificência dos seus nomes gregos. Tal soa como uma lista da dez pragas do Egito, embora seu número vá bem além de dez.³ Ouçam todas as coisas que se podem tornar objeto ou conteúdo de uma fobia: escuridão, ar livre, espaços abertos, gatos, aranhas, lagartas, cobras, ratos, trovoadas, pontas agudas, sangue, espaços fechados, multidões, solidão, atravessar pontes, viagens marítimas, viagens de trem, etc. etc. Uma primeira tentativa de orientação nessa balbúrdia sugere que se faça uma divisão em três grupos. Alguns dos objetos de situações temidos têm em si algo de perigoso para as pessoas normais também, alguma relação com perigo; e tais fobias, portanto, não nos parecem ininteligíveis, embora sua intensidade seja muito exagerada. Assim, a maioria dentre nós tem uma sensação de repulsa ao encontrar uma cobra. A fobia às cobras, poderíamos dizer, é uma característica humana generalizada; e Darwin [1889, 40] descreveu, de modo muito impressionante, como não conseguiu evitar sentir medo de uma que o atacou, embora soubesse que estava protegido dela por uma espessa lâmina de vidro. Podemos situar em um segundo grupo os casos nos quais uma relação a uma situação de perigo ainda existe, embora estejamos acostumados a minimizar o perigo e a não prevê-lo. A maioria das fobias de situação pertence a esse grupo. Sabemos que existe maior possibilidade de acidente quando estamos viajando de trem, do que quando estamos em casa - a possibilidade de uma colisão; também sabemos que um navio pode afundar, e, nesse caso, existe a probabilidade de afogamento; mas não pensamos nesses perigos, e viajamos de trem e de navio sem ansiedade. É indiscutível que cairíamos no rio, se a ponte ruísse no momento em que a estivéssemos cruzando; isto, contudo, acontece tão raramente, que não parece constituir um perigo. A solidão também tem seus perigos e, em determinadas circunstâncias, evitamo-la; não se dá, porém, o caso de não sermos capazes de suportá-la em quaisquer condições, nem que seja por um momento. A mesma coisa procede com relação às multidões, aos espaços fechados, às trovoadas, e assim por diante. Em geral, nessas fobias dos neuróticos, o que nos parece estranho não é tanto o seu conteúdo, é mais a sua intensidade. A ansiedade das fobias é efetivamente avassaladora. E às vezes temos a impressão de que aquilo que os neuróticos temem não são absolutamente as mesmas coisas e situações, que, em determinadas circunstâncias, podem causar ansiedade também a nós, e que eles descrevem com as mesmas palavras.

Resta-nos um terceiro grupo de fobias, o qual está além de nossa compreensão. Quando um homem adulto e forte é, por causa de sua ansiedade, incapaz de caminhar por uma rua ou de atravessar uma praça de sua conhecida cidade natal; quando uma mulher sadia, bem

desenvolvida, é tomada de irracional ansiedade porque um gato roçou na fimbria do seu vestido ou porque um rato correu através do aposento - como poderemos correlacionar essas coisas com o perigo que, evidentemente, constituem para a pessoa fóbica? No caso dessas fobias a animais, não há dúvida de que se trata de um exagero de aversões humanas universais, pois, como que para demonstrar o contrário, há numerosas pessoas que não podem passar por um gato sem afagá-lo e acariciá-lo. O rato, de que essas mulheres têm tanto medo, também é [em alemão] um dos principais termos de afeição; uma jovem que se delicia quando o namorado a chama de ratinho, muitas vezes haverá de gritar aterrorizada quando enxergar a amável criatura que leva esse nome. No caso do homem com agorafobia, a única explicação que podemos obter é ele comportar-se como uma criança pequena. Uma criança realmente é ensinada, como parte de sua educação, a evitar essas situações por serem perigosas; e nossa agorafóbico será, de fato, protegido de sua ansiedade se o acompanharmos através da praça.

As duas formas de ansiedade que acabei de descrever - a ansiedade expectante livremente flutuante e o tipo que se liga às fobias - são independentes uma da outra. Uma não é, por assim dizer, um estágio mais avançado da outra; e só aparecem simultaneamente em casos excepcionais e, diríamos, de modo casual. O estado de apreensão geral mais intenso não necessita ser expresso em fobia; pessoas cuja existência inteira é limitada por agorafobia podem ser inteiramente livres de ansiedade expectante pessimista. Algumas fobias - por exemplo, agorafobia e fobia a trens - conforme se pode demonstrar, são adquiridas em idade bastante madura, ao passo que outras - tais como medo de escuridão, de trovoadas e de animais - parecem ter estado presentes desde o início. As do primeiro tipo têm a significação de doenças graves; as últimas surgem mais como excentricidades ou esquisitices. Se uma pessoa mostra possuir uma destas últimas, pode-se suspeitar, via de regra, que terá outras parecidas. Devo acrescentar que classificamos todas essas fobias como *histeria de angústia*; ou seja, considerando-as um distúrbio estreitamente relacionado com a conhecida histeria de conversão [ver em [1]]. A terceira forma de ansiedade neurótica apresenta-nos o fato enigmático de que, aqui, a conexão entre a ansiedade e um perigo ameaçador foge completamente à nossa percepção. Por exemplo, a ansiedade pode aparecer, na histeria, como acompanhamento dos sintomas histéricos, ou em alguma situação fortuita de excitação, na qual certamente esperaríamos alguma manifestação de afeto, mas jamais de ansiedade; ou pode surgir separada de quaisquer fatores determinantes e ser incompreensível tanto para nós como para o paciente, na forma de acesso de ansiedade isolado. Aqui não há nenhum sinal de qualquer perigo ou de qualquer causa que pudesse ser exagerada como perigo. E logo verificamos, a partir desses ataques espontâneos, que o complexo que descrevemos como um estado de ansiedade é passível de fracionamento. O ataque total pode ser representado por um único sintoma, intensamente desenvolvido, por um tremor, uma vertigem, por palpitação ou por dispnéia; e a sensação geral, pela qual reconhecemos a ansiedade, pode estar ausente ou haver-se tornado indistinta. Então, essas condições que descrevemos como 'equivalentes da ansiedade' devem ser igualadas à ansiedade para todos os fins clínicos e etiológicos. Surgem, agora, duas questões. Podemos

correlacionar a ansiedade neurótica, na qual o perigo desempenha um papel mínimo ou nulo, com a ansiedade realística que, invariavelmente, é uma reação ao perigo? E como iremos compreender a ansiedade neurótica? Certamente nos inclinaremos, no primeiro caso, a manter nossa expectativa de que, onde existe ansiedade, deve haver algo que se teme. A observação clínica nos proporciona certo número de indícios para a compreensão da ansiedade neurótica, e lhes indicarei o teor dos mesmos: (a) Não é difícil comprovar o fato de que a ansiedade expectante, ou o estado de apreensão geral, depende estreitamente de determinados acontecimentos da vida sexual ou, digamos, de certos empregos da libido. O caso mais simples e mais instrutivo desse tipo ocorre em pessoas que se expõem àquilo que se conhece como excitação não-consumada - isto é, pessoa nas quais violentas excitações sexuais não encontram descarga suficiente, não conseguem chegar a um final satisfatório -; homens, por exemplo, enquanto estão noivos, aguardando o casamento, e mulheres, cujos maridos são insuficientemente potentes ou executam o ato sexual, por precaução, de modo incompleto ou truncado. Em tais circunstâncias, a excitação libidinal desaparece e a ansiedade aparece em seu lugar, seja na forma de ansiedade expectante, seja em ataques e equivalentes da ansiedade. A interrupção do ato sexual, como preocupação, se praticado como *regime* sexual, é causa tão freqüente de neurose de ansiedade em homens, mas mais especialmente em mulheres, que, na prática médica, é aconselhável, nesses casos, começar por investigar essa etiologia. Então se verificará, em inúmeras ocasiões, que a neurose de ansiedade desaparece quando a irregularidade sexual se interrompe. O fato de haver uma inter-relação entre o refreamento sexual e os estados de ansiedade, pelo que sei, já não é mais posto em dúvida, nem sequer por médicos que não têm contato algum com a psicanálise. Bem posso acreditar, contudo, que se faça uma tentativa de inverter a relação e de apresentar o ponto de vista de que as pessoas em questão são de tal modo, que já têm a tendência ao estado de apreensão, e, por esse motivo, praticam o refreamento também nos assuntos sexuais. Isto, porém, é decisivamente contradito pela conduta das mulheres, cuja atividade sexual é de natureza essencialmente passiva - ou seja, é determinada pela maneira como são tratadas pelo homem. Quanto mais apaixonada é uma mulher - quanto mais, portanto, tiver disposição para a relação sexual e mais capaz de ser satisfeita -, tanto mais certamente reagirá como manifestações de ansiedade à impotência do homem ou ao coito interrompido, ao passo que, no caso de mulheres frígidas ou sem muita libido, esse mau trato desempenha um papel muito menos importante. Naturalmente, a abstinência sexual, atualmente recomendada com tanta ênfase pelos médicos, apenas tem a mesma importância na geração dos estados de ansiedade quando a libido, impedida de encontrar uma descarga satisfatória, é correspondentemente forte e não foi utilizada, em sua maior parte, pela sublimação. Na verdade, sempre depende de fatores quantitativos decidir se o resultado haverá de ser ou não a doença. Mesmo nos casos em que a questão não é a doença, mas sim a forma assumida pelo caráter da pessoa, é fácil reconhecer que a restrição sexual caminha de mãos dadas com algum tipo de ansiosidade e indecisão, ao passo que a intrepidez e a ousadia atrevida trazem consigo um livre satisfação das necessidades sexuais. Por mais que essas correspondências sejam modificadas e complicadas por numerosas influências culturais, não obstante, para a média dos seres humanos, permanece a verdade de que a

ansiedade tem estreita vinculação com a limitação sexual. Estou longe de lhes haver transmitido todas as observações que falam a favor da relação genética que afirmei existir entre a libido e a ansiedade. Entre outras, por exemplo, está a influência, exercida sobre distúrbios ansiosos, de determinadas fases da vida, às quais, como no caso da puberdade e na época a menopausa, se pode atribuir considerável aumento na produção da libido. Também em alguns estados de excitação é possível observar diretamente uma mistura de libido e ansiedade e a substituição final da libido pela ansiedade. A impressão que se tem de todos esses fatos é dupla: primeiro, o que está em questão é um acúmulo de libido impedida de ser normalmente utilizada, e, em segundo lugar, que, nesse ponto, nos situamos inteiramente na esfera dos processos somáticos. Não é possível, a princípio, discernir como a ansiedade surge da libido; apenas podemos reconhecer que a libido está ausente e que a ansiedade está em seu lugar.

(b) Um segundo ponto de referência pode ser encontrado na análise das psiconeuroses, e especialmente da histeria. Temos visto que, nessa doença, a ansiedade freqüentemente aparece junto com os sintomas; que, porém, também surge ansiedade desvinculada, manifestada em forma de ataque ou como uma condição crônica. Os pacientes não sabem dizer de que é que têm medo, e, com auxílio de uma elaboração secundária inconfundível [ver em [1]], vinculam-no às primeiras fobias que lhes vêm à mente - tais como medo de morrer, de enlouquecer ou de ter um ataque. Se a situação, a partir da qual a ansiedade (ou os sintomas acompanhados de ansiedade) surgiu, é submetida à análise, podemos, quase sempre, descobrir que o curso normal dos eventos psíquicos deixou de ocorrer e foi substituído por fenômenos de ansiedade. Podemos expressar isto de outro modo: construímos o processo inconsciente, como ele teria sido se não houvesse experimentado repressão alguma e tivesse prosseguido, sem ser tolhido, rumo à consciência. [ver em [1]]. Esse processo ter-se-ia acompanhado de um afeto específico e agora constatamos, para nossa surpresa, que esse afeto que acompanha o curso normal dos acontecimentos, seja qual for sua qualidade própria, invariavelmente é substituído por ansiedade, após a incidência da repressão. Assim, quando temos diante de nós um estado de ansiedade histérico, seu correspondente inconsciente pode ser um impulso de características semelhantes - ansiedade, vergonha, embaraço - ou, com a mesma facilidade, uma definida excitação libidinal ou agressiva, hostil, como raiva ou irritação. Portanto, a ansiedade constitui moeda corrente universal pela qual é ou pode ser trocado qualquer impulso, se o conteúdo ideativo vinculado a ele estiver sujeito a repressão.

(c) Fazemos uma terceira descoberta quando examinamos pacientes que sofrem de atos obsessivos e que parecem notavelmente isentos de ansiedade. Se tentarmos impedir-lhes a execução de seu ato obsessivo - o ato de lavar-se ou o ritual -, ou se eles próprios arriscam-se a uma tentativa de abandonar uma de suas compulsões, vêm-se compelidos pela mais terrível ansiedade a submeter-se à compulsão. Podemos ver que a ansiedade estava encoberta pelo ato obsessivo e que este só foi executado com o fito de evitar a ansiedade. Numa neurose obsessiva, portanto, a ansiedade, que de outra forma se instalaria inevitavelmente, é substituída pela formação de um sintoma; e, se voltarmos à histeria, encontraremos uma relação semelhante: o resultado do processo de repressão é ou a geração da ansiedade pura e simples; ou a ansiedade acompanhada pela formação de um sintoma, ou a formação mais completa de um sintoma sem ansiedade. Assim, pareceria não ser errado, em sentido abstrato, afirmar que

em geral os sintomas são formados para fugir a uma geração de ansiedade, de outro modo inevitável. Se adotarmos esse ponto de vista, a ansiedade se coloca, por assim dizer, no próprio centro de nosso interesse pelos problemas da neurose. Nossas observações a respeito da neurose de angústia levaram-nos a concluir que a deflexão da libido de seu emprego normal, que causa o desenvolvimento da ansiedade, se passa na região dos processos somáticos [ver em [1]] e de histeria e de neurose obsessiva apresentaram a conclusão adicional de que uma reflexão semelhante, com o mesmo efeito, também pode ser o resultado de uma rejeição por parte das instâncias *psíquicas*. Portanto, isto é tudo o que sabemos acerca da origem da ansiedade neurótica. Parece ainda muito indefinido tudo isso, mas, por agora, não vejo onde prosseguir. O segundo problema que nos colocamos - o de estabelecer uma conexão entre a ansiedade realística, que corresponde a uma reação ao perigo - parece ainda mais difícil de solucionar. Poder-se-ia supor que essas coisas fossem muito dessemelhantes; e sequer temos meios de distinguir, em nossos sentimentos, entre ansiedade realística e ansiedade neurótica. Finalmente chegamos à conexão que estamos procurando se tomamos como nosso ponto de partida a oposição, que tantas vezes afirmamos existir, entre o ego e a libido. Conforme sabemos, a geração de ansiedade é a reação do ego ao perigo e osinal para empreender a fuga. [ver em [1].] Assim sendo, parece plausível supor que, na ansiedade neurótica, o ego faz uma tentativa semelhante de fuga da exigência feita por sua libido, que o ego trata este perigo interno como se fora um perigo externo. Portanto, isto corresponderia à nossa expectativa [ver em [1] e [2]] de que, onde se manifesta ansiedade, aí existe algo que se teme. Mas a analogia poderia ser ampliada ainda mais. Assim como a tentativa de fuga de um perigo externo é substituída pela adoção de uma atitude firme e de medidas apropriadas de defesa, também a geração de ansiedade neurótica dá lugar à formação de sintomas, e isto resulta em que a ansiedade seja vinculada.

A dificuldade de entender situa-se, agora, em outra parte. A ansiedade, que significa uma fuga do ego para longe de sua libido, segundo se supõe, deriva-se, em última análise, dessa mesma libido. Isto é obscuro e sugere-nos não esquecermos que, afinal de contas, a libido de uma pessoa é fundamentalmente algo seu e não pode ser posta em contraste com a mesma pessoa, como se fosse algo externo. É a dinâmica topográfica da geração da ansiedade que ainda é obscura para nós - a questão é saber que energias mentais são produzidas nesse processo, e de que sistemas mentais elas derivam. Esta, mais uma vez, é uma questão que não posso prometer responder: há, contudo duas outras pistas que não devemos deixar de seguir, e, assim procedendo, mais uma vez estaremos fazendo uso da observação direta e da investigação analítica para auxiliar nossas indagações. Voltaremos à gênese da ansiedade em crianças e à origem da ansiedade neurótica que se vincula às fobias.

O estado de apreensão em crianças constitui-se em algo muito freqüente, e parece muito difícil distinguir se se trata de ansiedade neurótica ou realística. Na verdade, o valor de tal distinção é posto em dúvida pela conduta das crianças. Pois, de um lado, não nos surpreendemos se uma criança se assusta com todos os estranhos ou com situações e coisas novas; e muito facilmente justificamos essa reação como sendo devido à sua fragilidade e

ignorância. Assim, atribuímos às crianças uma forte tendência à ansiedade realística e deveríamos considerá-la um dispositivo muito adequado se esse estado de apreensão fosse, nelas, uma herança inata. As crianças, com isso, estariam simplesmente repetindo o comportamento do homem pré-histórico e dos povos primitivos atuais que, em consequência de sua ignorância e debilidade, receiam todas as coisas novas e muitas coisas conhecidas que a nós não nos causam mais ansiedade, atualmente. E isto se ajustaria perfeitamente à nossa expectativa, se as fobias de crianças, pelo menos em parte, fossem as mesmas que aquelas que podemos atribuir aos períodos primitivos do desenvolvimento humano.

Por outro lado, não podemos menosprezar o fato de que nem todas as crianças são ansiosas em igual intensidade, e de que é precisamente as crianças que mostram especial pusilanimidade para com objetos e em situações de toda espécie, que posteriormente vêm a se tornar neuróticas. Assim, a tendência neurótica revela-se também por uma pronunciada tendência à ansiedade realística; o estado de apreensão parece ser a coisa primária, e chegamos à conclusão de que a razão por que as crianças e, depois, os adolescentes e as adolescentes em crescimento, temem a magnitude de sua libido reside em que, de fato, eles temem tudo. Dessa forma, seria desmentida a origem da ansiedade na libido; e, se fossem examinadas as causas determinantes da ansiedade realística, a coerência com os fatos conduziria ao ponto de vista segundo o qual a consciência da própria fraqueza e desvalia - inferioridade, segundo a terminologia de Adler -, quando se prolonga da infância à idade adulta, é a base final das neuroses. Isto soa tão simples e sedutor, que até exige nossa atenção. É verdade que implicaria um deslocamento do enigma do estado neurótico. A existência continuada do sentimento de inferioridade - e, portanto, daquilo que causa a ansiedade e a formação dos sintomas - parece tão bem assegurada, que os itens que exigem uma explicação consistem, com efeito, em saber o modo como, por exceção, pode advir aquilo que conhecemos como saúde. No entanto, que coisa se revela a um exame cuidadoso do estado de apreensão das crianças? Bem no início, o que as crianças temem são as *pessoas* estranhas; as situações só se tornam importantes porque nelas se incluem pessoas, e coisas impessoais não entram em conta, em absoluto, a não ser posteriormente. Uma criança, contudo, não teme esses estranhos porque lhes atribua más intenções e compare a sua fraqueza com a força deles, e, por conseguinte, os considere um perigo para sua existência, sua segurança e sua isenção de sofrimento. Uma criança assim desconfiada e amedrontada com o instinto agressivo que domina o mundo constitui uma formulação teórica muito mal fundada. Uma criança tem medo de um rosto estranho porque está habituada à vista de uma figura familiar e amada - basicamente sua mãe. É seu desapontamento e seu anelo pela mãe que se transformam em ansiedade - sua libido, de fato, que se tornou inaplicável, não podendo, assim, ser mantida em estado de suspensão, sendo descarregada sob forma de ansiedade. E dificilmente pode tratar-se de uma casualidade o fato de, nessa situação que constitui o protótipo da ansiedade de crianças, ocorrer uma repetição do fator determinante do primeiro estado de ansiedade, durante o ato do nascimento - quer dizer, a separação da mãe.

Em crianças, as primeiras fobias relativas a situações são aquelas provocadas pela escuridão e pela solidão. A primeira destas freqüentemente persiste por toda a vida; ambas estão envolvidas quando a criança sente a ausência de alguma pessoa amada, que cuida dela - ou seja, sua mãe. Enquanto encontrava-me no aposento ao lado, ouvi uma criança, com medo do escuro, dizer em voz alta: 'Mas fala comigo, tia. Estou com medo!' 'Por que? De que adianta isso? Tu nem estás me vendo.' A isto a criança respondeu: 'Se alguém fala, fica mais claro.' Assim, um *anelo* sentido no escuro se transforma em *medo* do escuro. Longe de tratar-se do caso de a ansiedade neurótica ser apenas secundária e ser um caso especial de ansiedade realística, vemos, pelo contrário, que, numa criancinha, algo que se comporta como ansiedade realística compartilha seu aspecto essencial - a origem a partir da libido não empregada - com a ansiedade neurótica. Parece que as crianças têm pouca ansiedade realística verdadeira inata. Em todas as situações que, posteriormente, podem tornar-se fatores determinantes de fobias (alturas, pontes estreitas sobre a água, viagens de trem, navios), as crianças não demonstram ansiedade; e, para dizer a verdade, quanto maior sua ignorância, menos sua ansiedade. Teria sido muito bom se tivessem herdado mais desses instintos de preservação da vida, porque tal circunstância teria facilitado em muito a tarefa de se cuidar delas, de evitar que corram um perigo após outro. O fato consiste em que as crianças inicialmente superestimam suas forças e se comportam sem medo, por ignorarem os perigos. Correm à beira da água, sobem ao peitoril da janela, brincam com objetos cortantes e com fogo - em suma, fazem tudo o que é capaz de feri-las e de preocupar a quem delas está cuidando. Quando, por fim, nelas desperta a ansiedade realística, tal resulta inteiramente da educação; isso porque não se pode permitir-lhes que elas próprias realizem as experiências de instrução. Portanto, haver crianças que demoram um pouco para encontrar essa educação para a ansiedade, e que continuam a ir ao encontro de perigos para os quais não haviam sido alertados, são aspectos que se explicam suficientemente pelo fato de possuírem elas uma quantidade maior de exigências libidinais inatas em sua constituição, ou de terem sido prematuramente mimadas em excesso pela satisfação libidinal. Não é de admirar se tais crianças vierem a contar-se, também, entre os futuros neuróticos: conforme sabemos, o que mais facilita o desenvolvimento de uma neurose é uma incapacidade de tolerar um considerável represamento da libido, por um período maior de tempo. Os senhores observarão que, aqui, mais uma vez, o fator constitucional mostra toda a sua influência - e esta, realmente, jamais pensamos pôr em dúvida. Apenas ficamos de sobreaviso contra aqueles que, a favor do fator constitucional, desprezam todos os demais requisitos, e introduzem o fator constitucional em pontos onde os resultados combinados da observação e da análise mostram que ele não cabe, ou deve situar-se em último lugar.

Permitam-me sumarizar o que nossas observações relativas ao estado de apreensão das crianças nos têm ensinado. A ansiedade infantil tem escassa relação com a ansiedade realística, mas, por outro lado, relaciona-se estreitamente com a ansiedade neurótica dos adultos. Assim como esta, deriva-se da libido não-utilizada e substitui o objeto de amor ausente por um objeto externo, ou por uma situação.

Os senhores ficarão satisfeitos ao ouvir que a análise de fobias não apresenta muitas novidades mais, para ensinar-nos. Assim, com elas acontece a mesma coisa que com a ansiedade de crianças; a libido não utilizável é constantemente transformada em uma ansiedade aparentemente realística; assim, um perigo externo insignificante é introduzido para representar as exigências da libido. Não há nenhum motivo para admiração nessa concordância [entre as fobias e a ansiedade de crianças], pois as fobias infantis não são apenas o protótipo de fobias ulteriores, que classificamos como ‘histeria de angústia’, mas, na realidade, são a sua precondição e seu prelúdio. Toda fobia histérica remonta a uma ansiedade infantil e é continuação da mesma, ainda que tenha um conteúdo diferente e deva, pois, receber nome diverso. A diferença entre os dois distúrbios reside em seu mecanismo. A fim de que a libido se transforme em ansiedade, já não basta, no caso de adultos, que a libido se tenha tornado momentaneamente não-utilizável na forma de um anelo. Os adultos há muito aprenderam a manter em suspenso essa libido ou a empregá-la de algum outro modo. Se, entretanto, a libido pertence a um impulso psíquico que esteve sujeito a repressão, então se restabelecem condições semelhantes às que se observam numa criança em quem ainda não existe distinção entre consciente e inconsciente; e, por meio da regressão à fobia infantil, abre-se uma passagem, por assim dizer, através da qual pode realizar-se comodamente a transformação da libido em ansiedade.

Conforme os senhores se recordarão, lidamos extensamente com a regressão, mas, ao fazê-lo, sempre seguimos apenas as vicissitudes da idéia a ser reprimida - de vez que isto, naturalmente, era mais fácil de reconhecer e descrever. Sempre deixamos de lado a questão referente àquilo que acontece ao afeto que estava vinculado à idéia reprimida; e apenas agora verificamos [ver em [1]] que a vicissitude imediata desse afeto é ser ele transformado em ansiedade, qualquer que seja a qualidade que, fora disso, ele exhibia no curso normal dos acontecimentos. Essa transformação do afeto é, todavia, em grande escala a parte mais importante do processo de repressão. Não é tão fácil falar a seu respeito, visto não poderemos afirmar a existência de afetos inconscientes no mesmo sentido em que afirmamos a existência de idéias inconscientes. Uma idéia permanece a mesma, exceto quanto a uma diferença, não importa que seja idéia consciente ou inconsciente; podemos ajuizar que coisa corresponde a uma idéia inconsciente. Um afeto é, contudo, um processo de descarga e deve ser julgado muito diferentemente de uma idéia; o que corresponde a ele, no inconsciente, não pode ser dito sem uma reflexão mais profunda e sem esclarecimento de nossas hipóteses referentes aos processos psíquicos. E isto não podemos empreender aqui. Entretanto, enfatizaremos a impressão, que agora obtivemos, de que a geração da ansiedade está intimamente vinculada ao sistema do inconsciente. Tenho afirmado que a transformação em ansiedade - seria melhor dizer, descarga sob a forma de ansiedade - é o destino imediato da libido quando sujeita à repressão. Devo acrescentar que esse destino não é o único nem o definitivo. Nas neuroses, estão em ação processos que se esforçam por vincular essa geração de ansiedade, e até mesmo conseguem fazê-lo de diversas maneiras. Nas fobias, por exemplo, podem ser distinguidas nitidamente duas fases do processo neurótico. A primeira diz respeito à repressão e à modificação da libido em ansiedade, que então é vinculada a um

perigo externo. A segunda consiste em tomar todas as precauções e garantias, mediante as quais se possa evitar todo contato com esse perigo, que é tratado como a coisa externa que é. A repressão corresponde a uma tentativa, feita pelo ego, de fugir da libido sentida como um perigo. Uma fobia pode ser comparada a um entrincheiramento contra um perigo externo que agora representa a libido temida. A fragilidade do sistema defensivo nas fobias reside, naturalmente, no fato de a fortaleza, que foi tão fortificada em relação ao exterior, permanecer tão vulnerável a um ataque vindo de dentro. Uma projeção do perigo da libido, para fora, jamais consegue realizar-se com segurança. Por essa razão, em outras neuroses outros sistemas de defesa são usados contra a possível geração de ansiedade. Esta é uma parte muito interessante da psicologia das neuroses; mas, infelizmente, levar-nos-ia muito longe e pressupõe um conhecimento especialmente mais profundo. Acrescentei apenas mais uma coisa. Já lhes falei [ver em [1] e [2]] a respeito da anticatexia utilizada pelo ego no processo de repressão, e que deve ser permanentemente mantida, a fim de que a repressão possa ter estabilidade. Essa anticatexia tem a função de completar as diversas formas de defesa contra a geração de ansiedade, após a repressão. Retornemos às fobias. Seguramente posso dizer que agora os senhores vêm como é inadequado buscar simplesmente explicar seu conteúdo, não interessar-se em outra coisa senão no modo como sucede esse ou aquele objeto, essa determinada situação ou aquela outra, haver-se tornado o objeto da fobia. O conteúdo de uma fobia tem mais ou menos tanta importância em relação à mesma, quanto a fisionomia manifesta de um sonho tem em relação ao sonho. Deve-se admitir, com as necessárias restrições, que, entre os conteúdos das fobias, há alguns que, conforme insiste Stanley Hall [1914, ver pág. 399], são destinados a servir como objetos de ansiedade devido à herança filogenética. Condiz com isto o fato de que, realmente, muitos desses objetos de ansiedade só podem estabelecer sua conexão com o perigo por meio de uma ligação simbólica. Assim, achamo-nos convencidos de que o problema da ansiedade ocupa, na questão da psicologia das neuroses, um lugar que pode justificadamente ser classificado como central. Impressionou-nos intensamente a forma como a geração de ansiedade se vincula às vicissitudes da libido e ao sistema do inconsciente. Existe apenas um ponto que julgamos desconexo - uma lacuna em nossos pontos de vista: o fato único, praticamente inegável, de que a ansiedade realística deve ser considerada manifestação dos instintos de autopreservação do ego.

CONFERÊNCIA XXVI

A TEORIA DA LIBIDO E O NARCISISMO

SENHORAS E SENHORES:

Repetidas vezes (e, bem recentemente, mais uma vez [ver em [1] e [2]]), tivemos de tratar da diferença entre os instintos do ego e os instintos sexuais. Em primeiro lugar, a repressão nos mostrou que esses dois instintos podem opor-se um ao outro, que os instintos sexuais são ostensivamente reprimidos e são obrigados a encontrar satisfação por si mesmos, por vias regressivas e indiretas, e que, com isso, eles são capazes de encontrar compensação por haverem sido frustrados em sua inflexibilidade. A seguir, verificamos que os dois tipos de instintos, desde o início, relacionam-se diversamente com a Necessidade, a educadora [ver em [1]], de modo que a sua trajetória evolutiva não é a mesma, e que não estabelecem a mesma relação com o princípio de realidade. Por fim, pensamos haver reconhecido que os instintos sexuais, mais do que os instintos do ego, têm estreitos laços a vinculá-los ao estado afetivo de ansiedade - e essa conclusão parece incompleta em apenas um importante aspecto. A fim de estabelecê-la com mais firmeza, portanto, aduzo o fato ainda mais significativo de que, se a fome e a sede (os dois instintos de autopreservação mais elementares) estão insatisfeitas, o resultado nunca é a sua transformação em ansiedade, ao passo que a modificação da libido insatisfeita em ansiedade é, conforme vimos, um dos fenômenos mais bem conhecidos e mais freqüentemente observados.

Nosso direito de separar os instintos do ego dos instintos sexuais não pode, sem dúvida, ser abalado: está implícito na existência da vida sexual como atividade distinta do indivíduo. A única questão é saber qual a importância que atribuiremos a essa separação, e quão detalhadamente desejamos considerar a seu respeito. A resposta a essa questão, todavia, se orientará pela medida em que podemos estabelecer o grau em que os instintos sexuais se comportam, relativamente a suas manifestações somáticas e mentais, de modo diferente dos outros instintos com os quais estamos comparando-os; e pela importância de que se revestem as conseqüências decorrentes dessas diferenças. Ademais, naturalmente, não temos motivo algum para afirmar que existe entre os dois grupos de instintos uma diferença essencial que não seja plenamente perceptível. Ambos se nos apresentam simplesmente como designações de fontes de energia operante no indivíduo; e as discussões referentes a saber se são fundamentalmente um só, ou essencialmente diferentes, e saber quando, no caso de serem um só, vieram a separar-se um do outro, não podem ser conduzidas com base na conotação dos termos, devendo-se, porém, ater-se aos fatos biológicos subjacentes aos instintos. No momento atual, sabemos muito pouco a respeito deles, e, ainda que soubéssemos mais, isto teria pouca importância para nosso trabalho analítico. É, também, óbvio que obteremos muito pouco proveito se, seguindo o exemplo de Jung, insistirmos na unidade original de todos os instintos e dermos o nome de 'libido' à energia que se manifesta em todos eles. De vez que artifício algum será capaz de eliminar da vida mental a função sexual, ver-nos-emos obrigados, nesse caso, a falar em libido sexual e assexual. O nome libido é, contudo, especialmente reservado para designar as forças instintuais da vida sexual, conforme até aqui tem sido nosso costume. (Cf. Jung. [1911-12].) Em minha opinião não é, por conseguinte, de muita importância para a psicanálise saber

até onde levamos a diferença, indubitavelmente acertada, entre os instintos sexuais e os de autopreservação. E não é a psicanálise que tem competência para responder à questão. A biologia, no entanto, oferece diversas possibilidades sugestivas que falam em favor de alguma importância em se fazer a distinção. Na verdade, a sexualidade é a única função do organismo vivo que se estende além do indivíduo e se refere à relação deste com sua espécie. É fato inequívoco que ela nem sempre, como as demais funções do organismo individualizado, lhe traz vantagens, mas, em compensação por um grau extraordinariamente elevado de prazer, ocasiona perigos que ameaçam a vida do indivíduo e, amiúde, a destroem. Também é provável que sejam necessários processos metabólicos muito especiais, diferentes de todos os outros, a fim de se manter uma parte da vida individual à disposição de seus descendentes. E, finalmente, o organismo individualizado, que propriamente se considera como a coisa principal, e sua sexualidade como um meio, igual a outro qualquer, de obter sua própria satisfação, é, do ponto de vista da biologia, apenas um episódio numa sucessão de gerações, um fugaz acréscimo a um plasma germinativo dotado de virtual imortalidade - como detentor temporário de um legado que lhe sobreviverá. A explicação psicanalítica das neuroses, todavia, não requer essas considerações de tão grande alcance. O rastreamento em separado dos instintos sexuais e dos instintos do ego auxiliou-nos a encontrar a chave para a compreensão do grupo das neuroses de transferências. Temos conseguido remetê-los à situação básica na qual os instintos entraram em litígio com os instintos de autopreservação ou, para expressá-lo em termos biológicos (conquanto menos precisos), a uma situação em que um aspecto do ego, como um organismo individualizado independente, entre em conflito com seu outro aspecto, como um membro de uma sucessão de gerações. Uma dissensão desse tipo talvez possa ocorrer apenas em seres humanos, e, por esse motivo, falando genericamente, a neurose pode constituir sua prerrogativa sobre os animais. O excessivo desenvolvimento da libido dos seres humanos e - o que, talvez, se torna possível precisamente em virtude disso - seu desenvolvimento de uma vida mental ricamente complexa parecem haver criado os fatores determinados do surgimento de um tal conflito. Torna-se logo evidente que estes são também os fatores determinantes dos grandes progressos que os seres humanos fizeram para além daquilo que têm em comum com os animais; de modo que sua susceptibilidade à neurose seria somente o reverso de suas outras dotações. Estas são, contudo, também apenas especulações que nos estão afastando de nossa tarefa imediata. Até aqui tem-se constituído em premissa de nosso trabalho podermos distinguir os instintos do ego dos instintos sexuais, por suas manifestações. Quanto às neuroses de transferência, isso poder-se-ia efetuar sem dificuldade. As catexias de energia que o ego dirige aos objetos de seus desejos sexuais, nós as denominamos 'libido'; todas as outras catexias, emanadas dos instintos de autopreservação, denominamos 'interesse'. Traçando a trajetória das catexias libidinais, com suas transformações e vicissitudes finais, podemos obter uma primeira compreensão interna (*insight*) dos mecanismos das forças mentais. Para esse propósito, as neuroses de transferência nos ofereceram o material mais adequado. O ego, sua composição originária de diferentes organizações e a formação e modo de funcionamento destas permaneceram, contudo, ocultas para nós; e fomos levados a supor que só a análise de outros distúrbios neuróticos seria capaz de nos proporcionar a necessária compreensão interna (*insight*). Em

épocas iniciais de nosso trabalho começamos a estender as observações psicanalíticas a essas outras doenças. Já em 1908, Karl Abraham, após um intercâmbio de idéias comigo, declarou que a principal característica da demência precoce (que se contava entre as psicoses) era que *nela a catexia libidinal de objetos estava ausente*. No entanto, aí surgiu a questão que consistia em saber o que acontecia à libido nos pacientes com demência precoce, retirada dos objetos. Abraham não hesitou em dar a resposta: ela se volta novamente para o ego e *esse retorno reflexivo é a fonte da megalomania* na demência precoce. A megalomania é, em todos os aspectos, comparável à conhecida supervalorização sexual do objeto na vida erótica [normal]. Desse modo, pela primeira vez chegamos a compreender um traço de uma doença psicótica relacionando-o com a vida erótica normal. Posso dizer-lhes, de imediato, que essas primeiras explicações de Abraham têm sido aceitas na psicanálise e se tornaram a base de nossa atitude relativa às psicoses. Assim, aos poucos nos familiarizamos com a noção de que a libido, que encontramos ligada aos objetos e que é expressão de um esforço para obter satisfação em conexão com esses objetos, também pode deixar os objetos e colocar o próprio ego da pessoa em lugar deles: a essa noção foi-se firmando gradualmente, sempre com maior coerência. O nome para essa forma de distribuir a libido - narcisismo -, nós o tomamos de empréstimo de uma perversão descrita por Paul Näcke [1899], na qual um adulto trata seu corpo com todos os mimos que usualmente são dedicados a um objeto sexual externo.

A reflexão logo sugere que, se ocorre uma fixação da libido ao próprio corpo e à personalidade da pessoa, em vez de se fazer a um objeto, ela não pode constituir um evento excepcional ou trivial. Pelo contrário, é provável que esse narcisismo constitui a situação universal e original a partir da qual o amor objetal só se desenvolve posteriormente, sem que, necessariamente, por esse motivo o narcisismo desapareça. Com efeito, tivemos de recordar, a partir da história da evolução da libido objetal, que muitos instintos sexuais começam encontrando satisfação no próprio corpo da pessoa *auto-eroticamente*, conforme dizemos [ver em [1]] - e que essa capacidade para o auto-erotismo é a base do atraso da sexualidade no processo de educação no princípio de realidade [ver em [1]]. O auto-erotismo seria, pois, a atividade sexual do estágio narcísico da distribuição da libido.

Para resumir o assunto, configuramos a relação entre a libido do ego e a libido objetal numa forma tal que me possibilita fazê-la compreensível para os senhores, usando de uma analogia extraída da zoologia. Pensem nesses simplicíssimos organismos vivos [as amebas] que consistem em um glóbulo, muito pouco diferenciado, de substância protoplásmica. Eles emitem protrusões, conhecidas como pseudópodos, para dentro dos quais eles fazem fluir a substância de seu corpo. São capazes, no entanto, de retrain essas protrusões, novamente, e de se transformar de novo em um glóbulo. Comparamos a emissão dessas protrusões, portanto, à emissão de libido em direção aos objetos enquanto a massa principal de libido pode permanecer no ego; e supomos que, em circunstâncias normais, a libido do ego pode ser transformada, sem impedimento, em libido objetal, e que esta pode novamente ser

devolvida ao ego. Com o auxílio dessas idéias, agora podemos explicar numerosos estados mentais, ou, para expressá-lo de modo mais modesto, descrevê-los em termos da teoria da libido - estados que devemos considerar como pertencentes à vida normal, tal como o comportamento psicológico de uma pessoa que está apaixonada, ou de outra pessoa que passa por uma doença orgânica, ou, ainda, o de outra em estado de sono. No que concerne ao estado de sono, supusemos que ele se baseava em um retrair-se do mundo externo e no aceder ao desejo de dormir [ver em [1]]. A atividade mental durante a noite, que se manifesta em sonhos, realiza-se, conforme verificamos, em obediência a um desejo de dormir e é, sobretudo, regida por motivos puramente egoístas [ver em [1]]. Podemos acrescentar, agora na linha da teoria da libido, que o sono é um estado no qual todas as catexias de objeto, tanto as libidinais como as egoísticas, são abandonadas e retiradas para dentro do ego. Será que isto não lança uma nova luz sobre o efeito restaurador do sono e sobre a natureza da fadiga em geral? O quadro do isolamento bem-aventurado da vida intra-uterina que, no sono, toda pessoa mais uma vez evoca diante de nós, a cada noite, completa-se, assim, também em seu lado psíquico. Em uma pessoa que dorme, reconstitui-se o primitivo estado de distribuição da libido - narcisismo total, no qual a libido e o interesse do ego, ainda unidos e indiferenciáveis, habitam o ego autosuficiente. Cabem, aqui, dois comentários. Primeiro, como distinguirmos os conceitos de narcisismo e de egoísmo? Bem, o narcisismo, segundo penso, é o complemento libidinal do egoísmo. Quando falamos em egoísmo, temos em vista apenas a *vantagem* do indivíduo; quando falamos em narcisismo, também estamos levando em consideração sua satisfação libidinal. Enquanto motivos práticos, ambos podem ser mantidos separados por uma distância considerável. É possível ser absolutamente egoísta e, mesmo assim, manter poderosas catexias de objeto, na medida em que a satisfação libidinal em relação ao objeto faz parte das necessidades do ego. Nesse caso, o egoísmo procurará fazer com que o esforço por obter um objeto não envolva prejuízo para o ego. É possível ser egoísta e, ao mesmo tempo, ser desmesuradamente narcisista - isto é, ter muito pouca necessidade de um objeto, seja para o propósito de satisfação sexual direta, seja com relação a aspirações mais elevadas, derivadas da necessidade sexual, que, às vezes, costumamos, sob o nome de 'amor', fazer contrastar com 'sensualidade'. Em todas essas correlações, o egoísmo é aquilo que é evidente por si mesmo e constante, ao passo que o narcisismo é o elemento variável. O contrário do egoísmo, *altruísmo*, não coincide, enquanto conceito, com catexia objetual libidinal, mas se distingue desta pela ausência de desejos de satisfação sexual. Quando alguém está totalmente apaixonado, entretanto, o altruísmo se superpõe à catexia objetual libidinal. Via de regra, o objeto sexual atrai para si uma parte do narcisismo do ego, e isto se torna visível naquilo que se conhece por 'supervalorização sexual' do objeto. [Ver acima, em [1].] Se, ademais disso, existe uma transposição altruísta do egoísmo para o objeto sexual, o objeto se torna extremamente poderoso; é como se ele tivesse absorvido o ego.

Os senhores acharão reconfortante, segundo penso, se, depois daquilo que constitui imagem seca da ciência, eu apresentar-lhes uma representação poética do contraste

econômico entre o narcisismo e o estar apaixonado. Eis uma citação *do West-östliche Diwan*, de Goethe: ZULEIKAO servo e o senhor vitorioso, Como o povo, confessam, se indagados: Sorte suprema dos filhos da Terra, Só pode ser a personalidade.

A vida é p'ra viver, não se a recusa, Se em nós mesmos equívocos não há; Ninguém pode escapar de algo à perda, Se seu ser se mantém sem mutação. HATEM

É um fato, pode ser; assim o dizem; Mas noutra senda, hoje, estão meus passos: A síntese da sorte e plenitude Só em Zuleika encontro, tão-somente.

De seu ser, em mim, o investimento Torna meu eu crescido e valioso; Se a mim, então, sua face recusasse, Num instante eu estarei perdido.

Hatem, assim, seu fim encontraria; Eu, no entanto, minha condição mudava; Me incorporava, veloz, àquele amante Que ela, desde agora, obsequiasse.

Meu segundo comentário é um suplemento à teoria dos sonhos. Não podemos explicar a origem dos sonhos, a menos que adotemos a hipótese de que o inconsciente reprimido alcançou determinado grau de independência do ego, de modo que ele não concorda com o desejo de dormir e conserva suas catexias, mesmo quando todas as catexias objetivas dependentes do ego foram retiradas, a fim de facilitar o sono. Apenas assim conseguiremos compreender como o inconsciente pode fazer uso da abolição ou da redução da censura, que ocorre à noite, e consegue obter controle sobre os resíduos diurnos, de forma a expressar um desejo onírico proibido a partir do material desses resíduos diurnos. Por outro lado, pode ser que esses resíduos diurnos tenham de agradecer a uma já existente conexão com o inconsciente reprimido, por alguma resistência dos mesmos à retirada da libido determinada pelo desejo de dormir. Portanto, a modo de suplemento, acrescentaremos esse aspecto, dinamicamente importante, à nossa visão da formação dos sonhos. A doença orgânica, a estimulação dolorosa ou a inflamação de um órgão criam a condição que resulta nitidamente em um desligamento da libido, de seus objetos. A libido que é retirada, é encontrada novamente no ego, como catexia aumentada da parte doente do corpo. Na realidade, é possível arriscar a assertiva de que a retirada da libido de seus objetos, nessas circunstâncias, é mais visível do que o desvio do interesse egoísta em relação ao mundo externo. Isto parece nos oferecer um caminho para a compreensão da hipocondria, na qual um órgão, de forma semelhante, atrai a atenção do ego, sem que, pelo menos na medida em que podemos perceber, esse órgão esteja doente. Resistirei, contudo, à tentação de estender-me mais nesse ponto, ou de discorrer sobre outras situações que podem ser compreendidas ou descritas com a adoção da hipótese de que a libido objetiva pode retirar-se para dentro do ego - pois sou obrigado a refutar duas objeções que, conforme sei, atraem agora sua atenção. Em primeiro lugar, os senhores desejam chamar-me a prestar contas, pois, ao falar em sono, doença e situações parecidas, invariavelmente tento separar a libido do interesse, instintos

sexuais de instintos do ego, ali onde um exame pode mostrar ser inteiramente satisfatória a hipótese de uma energia única e uniforme que, sendo livremente móvel, catexiza ora o objeto, ora o ego, em obediência a um ou a outro instinto. E, em segundo lugar, os senhores desejam saber como posso aventurar-me a lidar com o desligamento da libido de seu objeto como sendo a origem de um estado patológico, quando uma transposição dessa categoria da libido objetal para libido do ego (ou, mais genericamente, para energia do ego) situa-se entre os processos normais da dinâmica mental, que se repetem diariamente e a cada noite. Eis minha resposta. Sua primeira objeção parece muito correta. Uma reflexão a respeito dos estados de sono, de doença e de apaixonamento, provavelmente, em si, não nos teria levado jamais a distinguir uma libido objetal, ou a distinguir libido de interesse. Mas, aí os senhores estão desprezando as investigações pelas quais começamos e à luz das quais vemos agora as situações mentais em questão. A diferenciação entre libido e interesse - isto é, entre instintos sexuais e instintos de autopreservação - se nos impôs através de nossa descoberta do conflito, do qual se originam as neuroses de transferência. Desde então, não conseguimos abandonar tal diferenciação. A hipótese de que a libido objetal se possa transformar em libido do ego e, portanto, que temos de levar em conta uma libido do ego, parece-nos, pois, ser a única que pode resolver o enigma daquilo que se denomina de neuroses narcísicas - demência precoce, por exemplo - e explicar as semelhanças e dessemelhanças entre elas e a histeria ou as obsessões. Estamos agora aplicando à doença, ao sono e à paixão o que alhures verificamos estar iniludivelmente estabelecido. Deveríamos prosseguir com aplicações dessa natureza e verificar até onde elas nos conduzem. A única tese que não constitui um precipitado imediato de nossa experiência analítica, é no sentido de que a libido permanece libido, seja ela orientada para objetos, seja para o próprio ego da pessoa, e de que ela jamais se transforma em interesse egoísta, sendo que o inverso também procede. Essa tese, no entanto, é equivalente à separação entre instintos sexuais e instintos do ego, que já avaliamos sob um ponto de vista crítico e a que continuaremos a aderir, por motivos heurísticos, até sua possível falência. A segunda observação dos senhores também suscita uma questão justificável; porém, está orientada para uma direção errônea. É verdade que uma retirada da libido objetal para dentro do ego não é diretamente patogênica; na realidade, conforme sabemos, ela se realiza todas as vezes antes de adormecermos, para inverter-se quando despertamos. A ameba retira suas protrusões, para, então, emití-las novamente na primeira oportunidade. Trata-se, porém, de algo bem diferente quando determinado processo muito vigoroso força uma retirada da libido, dos objetos. Aqui, a libido que se tornou narcísica não consegue retornar aos objetos, e essa interferência na mobilidade da libido certamente se torna patogênica. Parece não ser tolerada uma acumulação de libido narcísica além de um determinado nível. Podemos até supor ter sido por essa mesma razão que se efetuaram originalmente essas catexias objetais, que o ego foi obrigado a emitir sua libido, de forma a não adoecer em consequência do represamento da mesma. Se constasse de nosso plano aprofundarmo-nos mais na demência precoce, eu lhes demonstraria que o processo que desliga a libido de seus objetos e bloqueia seu retorno a eles, é estreitamente relacionado ao processo de repressão, devendo, assim, ser considerado a sua contrapartida. Os senhores, sem dúvida, poderão, contudo, situar-se em terreno conhecido quando verificam que os fatores determinantes desse

processo são quase idênticos - pelo que sabemos, atualmente - aos da repressão. O conflito parece ser o mesmo e efetuar-se entre as mesmas forças. Se o resultado é tão diferente, por exemplo, da histeria, o motivo só pode estar na dependência de uma diferença na disposição inata. O ponto fraco no desenvolvimento libidinal desses pacientes situa-se numa fase diferente; a fixação determinante que, conforme os senhores se lembrarão [ver em [1]], permite a irrupção que leva à formação dos sintomas, situa-se em outro lugar, provavelmente na fase de narcisismo primitivo, ao qual a demência precoce retorna em seu resultado final. É bem surpreendente que, no caso de todas as neuroses narcísicas, temos de supor que os pontos de fixação da libido remontam a fases muito anteriores do desenvolvimento, em comparação com o que se observa na histeria e na neurose obsessiva. Todavia, conforme é de seu conhecimento, os conceitos a que chegamos em nosso estudo das neuroses de transferência são adequados para ajudar-nos a nos orientarmos nas neuroses narcísicas, que, na prática, são tão mais graves. As semelhanças vão muito longe; no fundo, o campo de fenômenos é o mesmo. E os senhores podem imaginar quão reduzida é a perspectiva que tem alguém para examinar esses distúrbios (que pertencem à esfera da psiquiatria), se não estiver preparado para essa tarefa por um conhecimento analítico das neuroses de transferência.

O quadro clínico da demência precoce (que, aliás, é muito mutável) não é determinado exclusivamente pelos sintomas que emergem da retração da libido para longe de seus objetos, e de sua acumulação no ego sob forma de libido narcísica. Uma grande parte é, antes, desempenhada por outros fenômenos derivados dos esforços da libido no sentido de, novamente, alcançar os objetos, portanto correspondendo a uma tentativa de reintegração ou recuperação. Esses últimos sintomas são, na verdade, os mais notáveis e ruidosos; mostram inequívoca similitude com a histeria ou, com menos freqüência, com os da neurose obsessiva; porém, ainda assim diferem destas em todos os sentidos. É como se, na demência precoce, a libido, em seus esforços por alcançar novamente os objetos (isto é, as representações dos objetos), de fato agarra-se alguma coisa desses objetos, que, por assim dizer, seria, no entanto, apenas suas sombras - quero dizer, as representações verbais pertencentes aos objetos. Não posso, agora, expressar mais coisas a esse respeito; acredito, todavia, que esse comportamento da libido, a maneira como luta por encontrar seu caminho de volta, nos possibilitou entender aquilo que realmente constitui a diferença entre idéia consciente e idéia inconsciente. Acabo de conduzi-los à região em que se espera venham a realizar-se os próximos progressos no trabalho da análise [ver em [1]]. Porque nos aventuramos a trabalhar com o conceito de libido do ego, as neuroses narcísicas se nos tornaram acessíveis; a tarefa que nos espera é chegar a uma elucidação dinâmica desses distúrbios e, ao mesmo tempo, completar nosso conhecimento da vida mental, conseguindo compreender o ego. A psicologia do ego, que andamos investigando, não deve basear-se nos dados de nossas autopercepções, mas sim (como no caso da libido) na análise dos distúrbios e nas rupturas do ego. É provável que, quando tivermos conseguido realizar essa tarefa maior, teremos uma opinião modesta de nosso presente conhecimento das vicissitudes da libido, que adquirimos no estudo das neuroses de transferência. Até agora, contudo, não

fizemos muito progresso. As neuroses narcísicas dificilmente podem ser acometidas mediante a técnica que nos foi de utilidade nas neuroses de transferência. Em breve os senhores saberão por quê. [ver em [1], adiante.] Com elas, o que sempre acontece é, após avançarmos uma curta distância, depararmos com um muro que nos força a parar. Nas neuroses de transferência, como sabem, também nos deparamos com barreiras de resistência, mas conseguimos demoli-las, parte por parte. Nas neuroses narcísicas, a resistência é intransponível; quando muito, somos capazes de lançar um olhar perscrutador por cima do topo do muro e divisar o que se está passando no outro lado. Nossos métodos técnicos, por conseguinte, devem ser substituídos por outros; e nem sequer sabemos se seremos bem sucedidos na busca de um substituto. Ainda assim, não nos falta material referente a tais pacientes. Eles fazem um grande número de observações, ainda que não respondam às nossas perguntas; provisoriamente compete-nos interpretar essas observações com auxílio da compreensão que adquirimos com os sintomas das neuroses de transferência. A concordância é suficientemente grande para nos garantir algum progresso inicial. Resta ver até onde essa técnica nos levará.

Existem dificuldades adicionais que impedem nosso avanço. Os distúrbios narcísicos e as psicoses relacionadas a eles só podem ser decifrados por observadores formados no estudo analítico das neuroses de transferência. Nossos psiquiatras, porém, não são candidatos à formação psicanalítica, e nós, psicanalistas, vemos muito poucos casos psiquiátricos. Primeiro será necessário que se forme uma geração de psiquiatras que tenha passado pela escola da psicanálise como ciência preparatória. Um começo nesse sentido está realizando-se, atualmente, na América, onde grande número de psiquiatras influentes lecionam aos estudantes as teorias da psicanálise, e onde os donos de instituições e os diretores de hospitais psiquiátricos esforçam-se por observar seus pacientes em conformidade com essas teorias. Não obstante, também por aqui temos logrado, vez e outra, lançar um olhar por sobre o muro narcísico, e, no que se segue, lhes falarei um pouco daquilo que pensamos haver descoberto. A forma de doença conhecida como paranóia, loucura sistematizada crônica, ocupa uma posição não-estabelecida nas tentativas de classificação feitas pela psiquiatria contemporânea. Entretanto, não há dúvida quanto à sua grande afinidade com a demência precoce. Em certa época, aventurei-me a sugerir que se devesse agrupar a paranóia e a demência precoce sob a designação comum de ‘parafrenia’. As formas de paranóia são descritas, segundo seus conteúdos, como megalomania, mania de perseguição, erotomania, delírios de ciúme, e assim por diante. Da psiquiatria não haveremos de esperar que ela nos venha a esclarecer muita coisa a esse respeito. Eis um exemplo de um desses casos, embora seja, na realidade, um caso desatualizado e não de muita valia - uma tentativa de derivar um sintoma de outro por meio de uma racionalização: sugere-se que o paciente, devido a uma disposição primária, acredita estar sendo perseguido e conclui, a partir dessa sua perseguição, que ele deve ser alguém dotado de importância muito especial, com isto desenvolvendo megalomania. Consoante nossa visão analítica, a megalomania é o resultado direto de uma expansão do ego, devido à circunstância de se haverem recolhido a ele as catexias objetivas libidinais - um narcisismo secundário que é um retorno do narcisismo

infantil, primitivo, original. Entretanto, temos feito algumas observações sobre mania de perseguição, que nos induziram a seguir um determinado rumo. A primeira coisa que nos chamou a atenção foi, na grande maioria dos casos, o perseguidor ser então do mesmo sexo que o paciente perseguido. Isso ainda podia ser passível de uma explanação inocente; mas, em alguns casos detidamente estudados, ficou claro que a pessoa do mesmo sexo a quem o paciente mais amava, se tornara, a partir de sua doença, seu perseguidor. Isto possibilitou um novo desenvolvimento, ou seja, a substituição da pessoa amada, segundo a linha de semelhanças familiares, por alguma outra pessoa - por exemplo, um pai por um professor ou por algum superior. Experiências dessa natureza, em casos sempre mais numerosos, nos levaram a concluir que a *paranóia persecutória* é a forma da doença na qual uma pessoa se defende contra um impulso homossexual que se tornou por demais intenso. A mudança de afeição em ódio, a qual, conforme já se sabe, pode tornar-se séria ameaça à vida do objeto amado e odiado, corresponde, nesses casos, à transformação dos impulsos libidinais em ansiedade, que é o resultado constante do processo de repressão. Ouçam, por exemplo, este que é, aliás, o caso mais recente de minhas observações nessa área. Um jovem médico teve de ser expulso da cidade na qual vivia, porque ameaçara a vida do filho de um professor universitário ali residente, o qual até então havia sido seu maior amigo. Atribuía intenções realmente hostis e poderes demoníacos ao amigo de antes, a quem considerava responsável por todas as desgraças que haviam atingido sua família nos últimos anos, por toda má sorte, seja em sua casa, seja em sua vida social. Isto, porém, não era tudo. Acreditava que esse mau amigo e seu pai, o professor, haviam causado a guerra, também, e introduzido os russos no país. Seu amigo havia merecido pagar com a vida milhares de vezes, e nosso paciente se convencera de que a morte criminosa haveria de cessar com todos os males. Assim mesmo, sua afeição por ele era ainda tão intensa, que lhe paralisou a mão quando, em uma ocasião, teve a oportunidade de fulminar seu inimigo com um tiro à queima-roupa. No decorrer das breves conversações que tive com o paciente, constatou-se que sua amizade havia começado nos primeiros tempos de escola. Uma vez, pelo menos, havia ultrapassado os limites da amizade: uma noite, que os dois passaram juntos, tinha servido de ocasião para uma relação sexual completa. Nosso paciente jamais havia conseguido estabelecer relação emocional com mulheres que correspondesse a sua idade e à sua atraente personalidade. Em certa época, esteve noivo de uma formosa jovem de boa posição social; ela, contudo, romperá o noivado por achar que seu *fiancé* não possuía qualquer afeição. Anos depois, sua doença irrompeu precisamente no momento em que havia conseguido, pela primeira vez, satisfazer completamente uma mulher. Quando essa mulher, numa atitude de gratidão e devoção, abraçou-o, ele, subitamente, sentiu uma dor misteriosa que se situou no alto da cabeça como aguda cutilada. Daí em diante, interpretou essa sensação como se uma incisão estivesse sendo feita numa autópsia para expor seu cérebro. E como seu amigo se havia tornado anatomopatologista, lentamente se apossou dele a idéia de que só podia ter sido ele, o amigo, que lhe enviara essa última mulher para seduzi-lo. Desse ponto em diante, seus olhos se abriram às demais perseguições, das quais acreditava ter-se tornado vítima por meio das maquinações do amigo de outros tempos.

Mas, que dizer dos casos em que o perseguidor não é do mesmo sexo que o paciente, e que parecem, portanto, contradizer nossa explicação de que são uma defesa contra a libido homossexual? Há pouco tempo, tive oportunidade de examinar um caso assim, e pude derivar uma confirmação da aparente contradição. Uma jovem, que acreditava estar sendo perseguida por um homem com o qual tinha tido encontros amorosos em duas ocasiões, na realidade tivera, inicialmente, um delírio dirigido contra uma mulher que podia ser considerada uma substituta de sua mãe. Apenas após seu segundo encontro é que ela deu o passo que consistiu em desvincular o delírio da mulher e transferi-lo para o homem. Em princípio, portanto, a precondição de o perseguidor ser do mesmo sexo que o paciente foi preenchida também nesse caso. Ao fazer uma queixa a um advogado e a um médico, a paciente não fez qualquer menção a esse estágio preliminar de seu delírio, e assim deu origem à aparência de contradição de nossa explicação da paranóia. A escolha objetal homossexual situa-se originalmente mais próxima do narcisismo, do que ocorre com a escolha heterossexual. Quando se trata, pois, de repelir um impulso homossexual indesejavelmente forte, torna-se sobremodo fácil o caminho de regresso ao narcisismo. Até o momento, tive bem pouca oportunidade de falar-lhes acerca dos fundamentos da vida erótica, até onde nós os descobrimos; e é muito tarde para reparar essa omissão. O que posso enfatizar para os senhores, porém, é o seguinte. A escolha objetal, o passo adiante no desenvolvimento da libido, que se faz após o estágio narcísico, pode realizar-se segundo dois tipos diferentes: um, segundo o *tipo narcísico*, no qual o próprio ego da pessoa é substituído por um outro, que lhe é tão semelhante quanto possível; o outro, segundo o *tipo ligação*, no qual as pessoas que se tornaram valiosas, porque satisfizeram as outras necessidades vitais, são, também, escolhidas como objetos pela libido. Uma intensa fixação ao tipo narcísico de escolha objetal deve ser incluída na predisposição ao homossexualismo manifesto. Os senhores estarão lembrados de que, em nosso primeiro encontro do presente ano acadêmico, descrevi-lhes o caso de uma mulher que sofria de delírios de ciúme [ver em [1]]. Agora que estamos tão próximos do final do ano, os senhores sem dúvida gostariam de saber como os delírios são explicados pela psicanálise. A esse respeito, porém, eu tenho a lhes dizer menos do que esperam. O fato de que um delírio não pode ser abalado por argumentos lógicos ou experiências reais explica-se do mesmo modo que no caso de uma obsessão - por sua relação com o inconsciente, que é representado e mantido em sujeição pelo delírio ou pela obsessão. A diferença entre os dois baseia-se na diferença entre os aspectos topográfico e dinâmico das duas doenças. Como na paranóia, também na melancolia (da qual, aliás, têm-se descrito muitas formas clínicas diferentes) encontramos um ponto no qual se tornou possível obter alguma compreensão interna (*insight*) da estrutura interna da doença. Descobrimos que as autocensuras com que esses pacientes melancólicos se atormentam a si mesmos da maneira mais impiedosa, aplicam-se, de fato, a outra pessoa, o objeto sexual que perderam ou que se tornou sem valor para eles por sua própria falha. Daí podemos concluir que o melancólico, na realidade, retirou do objeto sua libido, mas que, por um processo que devemos chamar de 'identificação narcísica', o objeto se estabeleceu no ego, digamos, projetou-se sobre o ego. (Aqui posso apenas fazer-lhes uma descrição figurada e não uma exposição ordenada em linhas topográficas e dinâmicas.) o ego da

pessoa então é tratado à semelhança do objeto que foi abandonado e é submetido a todos os atos de agressão e expressões de ódio vingativo, anteriormente dirigidos ao objeto. A tendência do melancólico para o suicídio torna-se mais compreensível se considerarmos que o ressentimento do paciente atinge de um só golpe seu próprio ego e o objeto amado e odiado. Na melancolia, bem como em outros distúrbios narcísicos, emerge, com acento especial, um traço particular na vida emocional do paciente - aquilo que, de acordo com Bleuler, nos acostumamos a descrever como 'ambivalência'. Com isso queremos significar que estão sendo dirigidos à mesma pessoa sentimentos contrários - amorosos e hostis. Infelizmente, não tive possibilidade, no decurso destas conferências, de lhes falar mais coisas a respeito dessa ambivalência emocional. [ver em [1].] Além da identificação narcísica, existe um tipo de identificação histérica que há conhecíamos há muito mais tempo. Desejaria que houvesse possibilidade de ilustrar para os senhores as diferenças entre as duas formas mediante algumas descrições minuciosas. Existe algo que posso lhes dizer a respeito das formas periódicas e cíclicas da melancolia, que, tenho certeza, os senhores, gostarão de ouvir. Isto porque, em circunstâncias favoráveis - tive experiência disso, por duas vezes -, é possível, pelo tratamento analítico, evitar nos intervalos lúcidos o retorno da condição mórbida na mesma disposição emocional ou na disposição contrária. Com tais casos verificamos que, na melancolia e na mania, nos defrontamos novamente com um método especial de abordar um conflito cujos fatores determinantes subjacentes concordam precisamente com os de outras neuroses. Os senhores podem imaginar quanto ainda a psicanálise tem a aprender nesse campo de conhecimento. Também lhes disse [ver em [1] e [2]] que esperávamos desse-nos a análise dos distúrbios narcísicos uma compreensão interna (*insight*) da forma em que nosso ego é construído a partir de diferentes instâncias. Já estabelecemos um começo, em um ponto. Partindo da análise dos delírios de observação [*Beobachtungswahn*], tiramos a conclusão de que há realmente no ego uma instância que incessantemente observa, critica e compara, e desse modo se contrapõe à outra parte do ego. Acreditamos, por conseguinte, que o paciente nos está revelando uma verdade, ainda não suficientemente valorizada, quando se queixa de estar sendo espionado e observado em todos os seus passos e de que todos os seus pensamentos são denunciados e criticados. Seu único erro consiste em considerar ele essa incômoda capacidade como algo alheio a si próprio e colocado fora dele. Percebe uma instância que assume o domínio do seu ego e que mede seu ego real e cada uma de suas atividades mediante um *ego ideal* que ele, paciente, criou para si próprio no decorrer do seu desenvolvimento. Cremos também que essa criação foi feita com a intenção de restabelecer a auto-satisfação que estava vinculada ao narcisismo infantil primário, mas que, desde então, sofreu assim tantas perturbações e mortificações. Conhecemos a instância auto-observadora como o censor do ego, a consciência; é este que exerce a censura de sonhos durante a noite, é dele que procedem as repressões aos inadmissíveis impulsos plenos de desejos. Quando, nos delírios de referência, essa instância censora se decompõe em suas partes, ela nos revela sua origem nas influências dos pais, dos educadores e do ambiente social numa identificação com algumas dessas figuras-modelo. Estas são algumas das descobertas que, até o momento, foram obtidas da aplicação da psicanálise aos distúrbios narcísicos. Sem dúvida, ainda são poucas e falta-lhes aquela

precisão que só pode ser conseguida a partir de um conhecimento íntimo estabelecido nesse novo campo. Todas elas, devemos-las um uso do conceito de libido do ego ou libido narcísica, com cujo auxílio podemos estender às neuroses narcísicas os pontos de vista que se mostraram válidos para as neuroses de transferência. Todavia, agora os senhores perguntarão se nos é possível conseguir subordinar todos os distúrbios das doenças narcísicas e das psicoses à teoria da libido, considerar o fator libidinal na vida mental universalmente culpado da causação da doença, e se não devemos jamais atribuir a responsabilidade pela mesma a modificações no funcionamento do instinto de autopreservação. Bem, senhoras e senhores, parece-me que essa questão não requer uma resposta urgente e, principalmente, que não está madura para um julgamento. Podemos confiantemente deixá-la para depois, na expectativa do progresso de nosso trabalho científico. Eu não me surpreenderia se fosse verificado que o poder de produzir efeitos patogênicos de fato constituísse uma prerrogativa dos instintos libidinais, de modo que a teoria da libido pudesse celebrar seu triunfo por toda uma extensão que vai desde a mais simples neurose 'atual' até a mais grave alienação da personalidade. Afinal, sabemos que é uma faceta característica da libido ela lutar contra uma sua submissão à realidade do universo - à Ananke [ver em [1]]. No entanto, considero extremamente provável que os instintos do ego são arrastados secundariamente pela instigação patogênica da libido e levados a perturbações funcionais. E não penso que seria um desastre para o rumo de nossas pesquisas se aquilo que nos aguarda é a descoberta de que, nas psicoses graves, os próprios instintos do ego perderam sua orientação, como fato principal. O futuro dará a resposta - para os senhores, pelo menos. Entretanto, permitam-me novamente retornar, por um momento, à ansiedade, para lançar uma luz sobre um último ponto obscuro que ali deixamos. Disse [ver em [1]] que existe algo não harmonizável com a relação (tão amplamente reconhecida, aliás) entre ansiedade e libido: ou seja, o fato de que a ansiedade realística em face de um perigo parece ser manifestação do instinto de autopreservação - o que, afinal, dificilmente pode ser objeto de controvérsia. Como seria, então, se o responsável pelo afeto de ansiedade não fossem os egoísticos instintos do ego, mas a libido do ego? Afinal, o estado de ansiedade, em todos os casos, é inadequado para fins práticos e sua inadequação se torna evidente quando atinge um grau muito elevado. Em tais casos, interfere na ação, quer se trate de fuga, ou de defesa, ação que é a única adequada e a única que serve à causa da autopreservação. Portanto, se atribuímos a parte afetiva da ansiedade realística à libido do ego e a ação concomitante ao instinto de autopreservação, teremos eliminado a dificuldade teórica. Enfim, não acreditam seriamente os senhores que alguém foge, porque sente ansiedade? Não. Sente-se ansiedade e foge-se por um motivo comum, que é decorrente da percepção do perigo. As pessoas que enfrentaram um grande perigo de morte, nos contam que não sentiram medo, absolutamente, mas simplesmente agiram - por exemplo, que apontaram o rifle para o animal feroz -, e que isso inquestionavelmente era o mais adequado.

TRANSFERÊNCIA

SENHORAS E SENHORES:

De vez que agora nos aproximamos do final de nossas palestra, há uma expectativa especial que estará na mente dos senhores, que não se permitiria frustrar-se. Sem dúvida, os senhores supõem que eu não lhes teria mostrado todos os detalhes do tema da psicanálise apenas para os abandonar, no fim, sem dizer uma palavra sobre terapia, na qual, em última análise, se fundamenta a possibilidade de se exercer a psicanálise. Ademais, este é um assunto que não posso ocultar dos senhores, pois aquilo que aprenderem com relação a ele os capacitará a conhecer um fato novo, cuja ausência faria com que a compreensão dos senhores acerca das doenças por nós investigadas permanecesse muito incompleta.

Sei que não esperam eu iniciá-los na técnica, com a qual a análise, para fins terapêuticos, haverá de ser efetuada. Os senhores apenas desejam conhecer, de modo muito genérico, o método com que opera o tratamento psicanalítico e, em linhas gerais, o que este realiza. E têm o inquestionável direito de conhecer esse aspecto. Todavia, não o direi aos senhores, mas insistirei em que o descubram por si mesmos.

Pensem nisto, senhores! Aprenderam tudo quanto é essencial a respeito dos fatores determinantes do adoecer, bem como todos os fatores que entram em jogo *após* o paciente haver adoecido. Onde darão estes lugar a alguma influência terapêutica? Em primeiro lugar, existe a disposição hereditária. Desta não falamos com muita freqüência, de vez que é enfaticamente ressaltada a partir de outras direções, e não temos nada de novo a dizer a respeito. Não suponham, porém, que a subestimamos; justamente como terapeutas, chegamos a perceber com muita nitidez a sua força. De qualquer modo, nada podemos fazer para modificá-la; também devemos considerá-la algo estabelecido, que põe um limite aos nossos esforços. Depois, existe a influência das experiências do início da infância, às quais costumamos conferir importância na análise: elas pertencem ao passado e não podemos anulá-las. Vem, a seguir, tudo aquilo que resumimos como 'frustração real' - os infortúnios da vida dos quais se originam a falta de amor, pobreza, dissensões de família, escolha mal feita de um companheiro no casamento, circunstâncias sociais desfavoráveis, e a rigidez dos padrões éticos a cuja pressão o indivíduo está sujeito. Aqui, para dizer a verdade, deveria haver mãos bastante para uma terapia muito diferente, mas isso teria de pertencer ao tipo que o folclore vienense atribuiu ao imperador José - a interferência benévola de um personagem poderoso diante do qual as pessoas se inclinassem e as dificuldades desaparecessem. Mas,

quem somos nós, para adotar semelhante benevolência como instrumento de nossa terapia? Pobres como somos, socialmente sem poderes, compelidos a ganhar a vida com nossa atividade médica, não estamos sequer em condições de ampliar nossos esforços até as pessoas sem recursos, como podem fazê-lo, afinal de contas, outros médicos com outros métodos de tratamento. Nosso tratamento consome tempo demasiado e é por demais trabalhoso para que isso se torne possível. Entretanto, talvez os senhores estejam agarrando-se a um dos fatores que mencionei, e acreditam que ali encontram o ponto no qual nossa influência possa ser exercida. Se as restrições da ética, impostas pela sociedade, têm um papel na privação imposta ao paciente, o tratamento pode, afinal, dar-lhe a coragem, ou, quem sabe, a recomendação direta de desprezar essas barreiras e de conseguir sua satisfação e a recuperação de sua saúde, embora, com isso, desista de cumprir um ideal que a sociedade exalta, mas ao qual ela tão raramente adere. Assim, o paciente tornar-se-á sadio por 'viver uma vida completa', sexualmente. Isso, é verdade, projeta uma sombra por sobre o tratamento analítico, porque esse não serviria à moralidade vigente. O que ele der ao indivíduo, haverá tirado da comunidade. Mas, senhoras e senhores, quem lhes forneceu informações tão errôneas? Uma recomendação ao paciente para 'viver uma vida completa' sexualmente por certo não poderia desempenhar um papel no tratamento analítico - no mínimo porque nós próprios declaramos que um persistente conflito se realiza, no paciente, entre um impulso libidinal e a repressão sexual, entre uma tendência sensual e uma tendência ascética. Esse conflito não seria solucionado com ajudarmos uma dessas tendências a triunfar sobre sua opositora. Vemos, na realidade, que nos neuróticos o ascetismo está no poder; e a consequência é, justamente, a tendência sexual suprimida encontrar uma vida através de sintomas. Se, ao contrário, formos assegurar a vitória da sensualidade, então a repressão sexual, que foi posta de lado, necessariamente haverá de ser substituída por sintomas. Nenhuma dessas duas decisões alternativas poderia terminar com o conflito interno; em qualquer um dos casos, uma parte do conflito ficaria insatisfeita. Há apenas poucos casos nos quais o conflito é tão instável, que um fator desse, com o de o médico tomar partido, possa decidi-lo; e tais casos efetivamente não necessitam do tratamento analítico. Todo aquele em quem o médico poderia exercer tamanha influência, teria encontrado a mesma saída sem o médico. Os senhores precisam estar conscientes de que, se um homem jovem e abstinente se decide em favor de relações sexuais ilícitas, ou se uma esposa insatisfeita procura alívio com outro homem, essas pessoas, via de regra, não aguardaram a permissão de um médico ou, mesmo, de seu analista.

Nesse consenso, as pessoas geralmente negligenciam o ponto essencial - de que o conflito patogênico nos neuróticos não deve ser confundido com uma luta normal entre dois impulsos mentais, ambos em mesmo pé de igualdade. Em primeiro lugar, a dissensão se faz entre dois poderes, um deles tendo irrompido até o estágio do que é pré-consciente ou consciente, ao passo que o outro foi mantido reprimido no estágio inconsciente. Por esse motivo, o conflito não pode ser conduzido a um desfecho; os contendores não podem engalfinhar-se mais do que o fariam, vamos comparar assim, um urso polar e uma baleia. Uma verdadeira decisão só pode ser obtida quando ambos se encontrarem no mesmo chão. Penso que a única tarefa

de nossa terapia consiste em tornar isso possível.

Ademais disso, posso assegurar-lhes que estão mal informados se supõem que o conselho e a orientação nos assuntos da vida façam parte integral da influência analítica. Pelo contrário, na medida do possível, evitando exercer o papel de menor desse tipo, e tudo o que procuramos levar a efeito é, de preferência, que o paciente venha a tomar as decisões por si mesmo. Também com vistas a esse propósito, exigimos do paciente que adie para o término de seu tratamento quaisquer decisões relativas à escola de uma profissão, encargos de negócios, casamento ou divórcio, e que só as ponha em prática quando o tratamento estiver terminado. Devem admitir que tudo isso é diferente daquilo que imaginavam. Apenas, no caso de algumas pessoas muito jovens ou muito carentes de ajuda, ou instáveis, não conseguimos pôr em prática a desejada limitação de nosso papel. Com elas, temos de combinar as funções de médico e de educador; mas, sendo esta a situação, estamos muito cômnicos de nossa responsabilidade e nos conduzimos com a devida cautela. Os senhores, no entanto, não devem, com base em minha veemência em defender-me da acusação de que os neuróticos são encorajados, no tratamento analítico, a viver uma vida plena - os senhores não devem concluir daí que os influenciemos em favor da virtude convencional. Está muito longe de ser este o caso. É verdade que não somos reformadores, mas apenas observadores; não obstante, não podemos deixar de observar com olho crítico, e constatamos ser impossível tomar o partido da moralidade sexual convencional ou ter em alto apreço a forma pela qual a sociedade procura regulamentar na prática os problemas da vida sexual. Podemos apresentar à sociedade um cálculo aproximado, segundo o qual aquilo que ela descreve como sua moralidade exige um sacrifício que não vale a pena, e seus procedimentos não se baseiam na honestidade e não demonstram sabedoria. Não livramos dessas críticas os ouvidos dos pacientes, habituamo-los a emitir pareceres isentos de preconceitos, tanto sobre assuntos sexuais como sobre outros assuntos; e se, havendo-se tornado independentes após completado o tratamento, os pacientes, mediante seu próprio julgamento, decidem por alguma posição intermediária entre viver uma vida livre e uma vida de absoluto ascetismo, sentimos nossa consciência tranqüila, seja qual for sua escolha. Dizemos a nós próprios que todo aquele que conseguiu educar-se de modo a se conduzir de acordo com a verdade referente a si mesmo, está permanentemente protegido contra o perigo da imoralidade, conquanto seus padrões de moralidade possam diferir, em determinados aspectos, daqueles vigentes na sociedade. Além disso, devemos ter a cautela de não subestimar a importância do papel que desempenha a questão da abstinência na influência que esta possa exercer nas neuroses. Apenas em uma minoria de casos a situação patogênica da frustração e o subsequente represamento da libido podem chegar a seu fim pelo tipo de relação sexual que se possa obter sem muita dificuldade. Assim, os senhores não podem explicar o efeito terapêutico da psicanálise por meio da permissão para uma vida sexual completa. Busquem, pois, por algo diferente. Imagino que, enquanto rechaçava essa sugestão dos senhores, um comentário meu colocou-os no caminho certo. Aquilo que empregamos sem dúvida deve ser a substituição do que está inconsciente pelo que é consciente, a tradução daquilo que é inconsciente para o que é consciente. Sim, é isso. Transformando a

coisa inconsciente em consciente, suspendemos as repressões, removemos as precondições para a formação dos sintomas, transformamos o conflito patogênico em conflito normal, para o qual deve ser possível, de algum modo, encontrar uma solução. Tudo o que realizamos em um paciente é essa única modificação psíquica: a extensão em que ela se efetua é a medida da ajuda que proporcionamos. Ali onde as repressões (ou os processos psíquicos análogos) não podem ser desfeitos, nossa terapia não tem nada a esperar.

Podemos expressar o objetivo de nossos esforços em diversas fórmulas: tornar consciente o que é inconsciente, remover as repressões, preencher lacunas da memória - tudo isso corresponde à mesma coisa. Contudo, talvez os senhores fiquem insatisfeitos com essa formulação. Haviam formado um quadro diferente do retorno à saúde de um paciente neurótico, o de que, após submeter-se ao cansativo trabalho da psicanálise, eles se transformaria em outro homem; mas o resultado total, assim parece, é que ele, antes, tem menos coisas inconscientes e mais coisas conscientes do que tinha anteriormente. O fato é que os senhores provavelmente estão subestimando a importância de uma modificação interna dessa ordem. O neurótico realmente curado tornou-se outro homem, embora, no fundo, naturalmente permaneceu o mesmo; ou seja, tornou-se o que se teria tornado na melhor das hipóteses, sob as condições mais favoráveis. Isso, porém, já é muita coisa. Se os senhores passarem a ouvir atentamente tudo que deve ser feito e que esforços são necessários para levar a cabo essa mudança aparentemente banal na vida mental de um homem, sem dúvida começarão a perceber a importância dessa diferença em níveis psíquicos.

Farei uma pequena digressão, para perguntar-lhes se sabem o que significa uma terapia causal. É este o modo como descrevemos um procedimento, que não considera como ponto de ataque os sintomas de uma doença, mas se propõe remover suas causas. Pois bem, é então nosso método analítico uma terapia causal, ou não? A resposta não é simples, mas pode, talvez, dar-nos a oportunidade de perceber a inutilidade de uma pergunta assim formulada. Na medida em que a terapia analítica não se propõe como sua tarefa primeira remover os sintomas, ela se comporta como uma terapia causal. Em outro aspecto, os senhores podem dizer, ela não o é. É que, há muito tempo atrás, situamos a origem da seqüência das causas da doença, das repressões às disposições instintuais, suas intensidades relativas na constituição e aos desvios no curso de seu desenvolvimento. Supondo, agora, que fosse possível, talvez, por algum meio químico interferir nesse mecanismo, aumentar ou diminuir a quantidade de libido presente em determinada época ou reforçar um instinto à custa de outro - tal coisa seria, então, uma terapia causal no verdadeiro sentido da palavra, para qual nossa análise teria efetuado o indispensável trabalho preliminar de reconhecimento. No momento atual, como sabem, não existe semelhante método de influenciar os processos libidinais; com nossa terapia psíquica, atacamos em conjunto diferentes pontos - não exatamente os pontos que sabemos serem as raízes dos fenômenos, mas, ainda assim, bem distantes dos sintomas; os pontos que se nos tornaram acessíveis devido a algumas circunstâncias muito especiais.

O que, pois, devemos fazer a fim de substituir o que é inconsciente, em nossos pacientes, por aquilo que é consciente? Houve uma época em que pensávamos ser isto algo muito simples: tudo o que tínhamos de fazer era descobrir esse material inconsciente e comunicá-lo ao paciente. Já sabemos, porém, que este é um erro primário [ver em [1] e [2]]. O *nosso* conhecimento acerca do material inconsciente não é equivalente ao conhecimento *dele*; se lhe comunicarmos nosso conhecimento, ele não o receberá *em lugar de seu* material inconsciente, mas *ao lado* do mesmo; e isso causará bem pouca mudança no paciente. Devemos, de preferência, situar esse material inconsciente topograficamente, devemos procurar, em sua memória, o lugar em que se tornou inconsciente devido a uma repressão. A repressão deve ser eliminada - e a seguir pode efetuar-se desimpedidamente a substituição do material consciente pelo inconsciente. Como, pois, removemos uma repressão dessa espécie? A essa altura, nossa tarefa entra numa segunda fase. Primeiro, a busca da repressão e, depois, a remoção da resistência que mantém a repressão.

Como removemos a resistência? Da mesma forma: descobrindo-a e mostrando-a ao paciente. Na realidade, também a resistência deriva de uma repressão - da mesma repressão que nos esforçamos por solucionar, ou de uma repressão que se realizou anteriormente. Foi provocada pela anticatexia, que surgiu a fim de reprimir o impulso censurável. Assim, fazemos o mesmo que tentamos fazer inicialmente: interpretar, descobrir, comunicar; mas, então, estamos fazendo-o no lugar certo. A anticatexia ou a resistência não fazem parte do inconsciente, e sim do ego, que é nosso colaborador, sendo-o, ainda que não consciente. Como sabemos, aqui a palavra 'inconsciente' está sendo usada em dois sentidos: por um lado, como fenômeno e, por outro, como sistema. Esse fato parece muito difícil e obscuro; mas, não estará apenas repetindo o que já dissemos em passagens precedentes? Há muito nos preparamos para isso. Esperamos que essa resistência seja abandonada, e retiradas as anticatexias quando nossa interpretação houver facultado o ego a reconhecê-la. Quais as forças motrizes com que trabalhamos em um caso desses? Em primeiro lugar, com o desejo de recuperação, do paciente, o qual o induziu a compartilhar conosco de nosso trabalho em conjunto; e, em segundo lugar, com o auxílio de sua inteligência, à qual fornecemos pontos de apoio através de nossa interpretação. Sem dúvida é mais fácil a inteligência do paciente reconhecer a resistência e encontrar a tradução correspondente àquilo que está reprimido se lhe tivermos fornecido previamente as idéias orientadoras apropriadas. Se lhes digo: 'Olhem para o céu! Lá está um balão!', o descobrirão com muito mais facilidade, do que se lhes digo simplesmente para olhar para cima e procurar ver algo. Do mesmo modo, um estudante que vê através de um microscópio, pela primeira vez, é instruído por seu professor a respeito daquilo que irá enxergar; do outro modo, ele não o verá, absolutamente, embora esteja ali e seja visível.

E agora, passemos aos fatos! Em numerosas doenças nervosas - na histeria, nos estados de ansiedade, na neurose obsessiva - nossa expectativa cumpre-se. Ao procurar assim a repressão, ao revelar as resistências, ao assinalar o que está reprimido, conseguimos, com

efeito, cumprir nossa tarefa - isto é, vencer as resistências, remover a repressão e transformar o material inconsciente em material consciente. Ao fazê-lo, obtemos a mais vívida idéia da forma como uma violenta luta se trava na mente do paciente ante cada resistência a vencer - uma luta mental *normal*, no mesmo chão psicológico, entre os motivos que procuram manter a anticatexia e os motivos que estão preparados para abandoná-la. Os primeiros são os antigos motivos que, no passado, efetuaram a repressão; entre os últimos estão os motivos surgidos recentemente, que, assim podemos esperar, decidirão o conflito em nosso favor. Temos conseguido reviver o antigo conflito que levou à repressão e submeter a revisão o processo que então foi decidido. O novo material que nós aduzimos inclui, em primeiro lugar, o lembrete de que a decisão anterior levou à doença, e a promessa de que um caminho diferente levará à recuperação, inclui, em segundo lugar, a enorme modificação em todas as circunstâncias, que se efetuou desde a época da rejeição original. Naquela época, o ego era frágil, infantil e, talvez, pode ter tido razões para proibir, por lhe parecerem um perigo as exigências da libido. Atualmente, o ego tornou-se forte e experiente, e, sobretudo, tem à mão um aliado na figura revivido em direção a um resultado melhor do que aquele que redundou em repressão; e, como disse, na histeria, nas neuroses de ansiedade e obsessiva, nosso êxito prova, em geral, que temos razão.

Existem, entretanto, outras formas de doença nas quais, malgrado as condições sejam as mesmas, nossa conduta terapêutica jamais obtém êxito. Nelas também tem-se verificado que houve um conflito básico entre o ego e a libido, que acarretou a repressão - embora esse fato possa necessitar de uma descrição topográfica diferente; nelas, ademais, é possível determinar os pontos de vista do paciente, nos quais ocorreram as repressões; utilizamos o mesmo procedimento, estamos prontos a fazer as mesmas promessas e oferecer a mesma ajuda apresentando idéias orientadoras; e, também nesse ponto, o tempo transcorrido entre as repressões e a época presente favorece um resultado diferente para o conflito. Ainda assim, não conseguimos remover uma única resistência ou suprimir uma única repressão. Esses pacientes, paranóicos, melancólicos, sofredores de demência precoce, permanecem, de um modo geral, intocados e impenetráveis ao tratamento psicanalítico. Qual seria a razão? Não é falta de inteligência. Determinado nível de capacidade intelectual é, naturalmente, exigido de nossos pacientes; e por certo não existe falta de inteligência, por exemplo, nos extremamente sagazes portadores de paranóia combinatória [ver em [1] e seg.]. E alguns dos outros motivos não parecem estar ausentes. Assim os melancólicos possuem um grau muito elevado da consciência, ausente nos paranóicos, de estarem doentes e de isto constituir o motivo por sofrerem tanto; tal, contudo, não os torna mais acessíveis. Deparamos, aqui, com um fato que não compreendemos, e que, portanto, nos faz duvidarmos de que realmente compreendemos todos os fatores determinantes de nosso possível êxito em outras neuroses.

Se prosseguimos dedicando-nos apenas aos nossos neuróticos histéricos e obsessivos, logo deparamos com um segundo problema, para o qual absolutamente não estamos preparados. Isto porque, após pequeno lapso de tempo, não podemos deixar de constatar que

esses pacientes se comportam de maneira muito peculiar com relação a nós. Acreditávamos, para dizer a verdade, que havíamos percebido todos os motivos envolvidos no tratamento, que havíamos colocado em termos racionais, completamente, a situação existente entre nós e os pacientes, de modo que esta pudesse ser visualizada de imediato como se fora uma soma aritmética; não obstante, a despeito de tudo isso, algo parece infiltrar-se furtivamente, algo que não foi levado em conta em nossa soma. Essa novidade inesperada assume muitas formas, e iniciarei descrevendo para os senhores as formas mais comuns e mais facilmente compreensíveis sob as quais ela aparece.

Constatamos, pois, que o paciente, que deveria não desejar outra coisa senão encontrar uma saída para seus penosos conflitos, desenvolve especial interesse pela pessoa do médico. Tudo o que se relaciona ao médico parece ser mais importante para ele, do que seus próprios assuntos, e parece desviá-lo de sua própria doença. Durante algum tempo, por conseguinte, as relações com ele se tornam muito agradáveis; o paciente é especialmente amável, procura, sempre que possível, mostrar sua gratidão, revela refinamento e méritos em seu modo de ser, que, talvez, não esperaríamos encontrar nele. Ademais, a seguir o médico forma uma opinião favorável acerca do paciente e aprecia a boa sorte que lhe possibilitou dar sua assistência a uma personalidade de tanto valor. Tendo o médico oportunidade de conversar com os parentes do paciente, fica sabendo da satisfação dele e constata que a afeição é recíproca. Em casa, o paciente jamais se cansa de elogiar o médico e de descobrir nele qualidades sempre novas. 'Ele está entusiasmado com o senhor', dizem os parentes, 'ele confia cegamente no senhor; tudo o que o senhor diz é como uma revelação para ele'. Aqui e ali, alguém, dentro desse coro, tem visão mais arguta e diz: 'Está ficando maçante o jeito como ele só fala no senhor, e tem nos lábios o nome do senhor o tempo todo.'

Esperemos que o médico seja suficientemente modesto e possa atribuir o alto conceito em que o tem seu paciente, às esperanças que possa causar neste e ao alargamento dos horizontes intelectuais mediante esclarecimentos surpreendentes e liberalizantes que o tratamento traz consigo. Nessas condições, a análise também faz bons progressos. O paciente compreende aquilo que lhe é interpretado e se deixa absorver pelas tarefas que o tratamento lhe propõe; o material mnêmico e as associações inundam-no em quantidade, a justeza e adequação de suas interpretações são uma surpresa para o médico, e este só pode observar com satisfação que este é um paciente que aceita, de pronto, todas as inovações psicológicas inclinadas a provocar a mais acerba contradição entre pessoas sadias no mundo externo. Ademais disso, as relações cordiais que prevalecem durante o trabalho da análise acompanham-se de uma melhora objetiva, que é reconhecida em todos os ângulos na doença do paciente.

Entretanto, esse bom tempo não pode durar para sempre. Um dia, nuvens aparecem. Surgem dificuldades no tratamento; o paciente declara que nada mais lhe acode à mente. Dá a mais nítida impressão de não estar mais interessado no trabalho, de estar, despreocupadamente, não atribuindo mais importância às instruções que lhe foram dadas, no

sentido de dizer tudo o que lhe vem à cabeça e de não permitir que obstáculos críticos impeçam de fazê-lo. Comporta-se como se estivesse fora do tratamento e como se não tivesse feito esse acordo com o médico. Está visivelmente ocupado com algo, mas pretende mantê-lo consigo próprio. Esta é uma situação perigosa para o tratamento. Inequivocamente, estamos nos defrontando com uma formidável resistência. Todavia, que aconteceu, capaz de explicar isto?

Ora, se pudermos esclarecer a situação, verificaremos que a causa da dificuldade é haver o paciente transferido para o médico intensos sentimentos de afeição, que nem se justificam pela conduta do médico, nem pela situação que se criou durante o tratamento. A forma pela qual essa afeição se expressa e os objetivos que ela tem em vista, dependem do curso da relação pessoal entre as duas pessoas em questão. Se aqueles que se encontram numa situação dessas, são uma jovem e um homem jovem, teremos a impressão de se tratar de um caso normal de enamoramento; julgaremos compreensível que uma jovem se apaixone por um homem, com quem ela pode estar muito a sós e falar de coisas íntimas, e que tem a vantagem de ser para ela um superior prestimoso; e provavelmente não notaremos o fato de que, de uma jovem neurótica, deveríamos esperar de preferência um impedimento na sua capacidade para o amor. Quanto mais as relações pessoais entre médico e paciente divergirem desse caso hipotético, mais nos surpreenderemos ao encontrar, não obstante, o mesmo relacionamento emocional repetindo-se constantemente. Isto ainda é viável quando se trata de uma mulher que, infeliz no casamento, parece estar tomada de violenta paixão por um médico ainda não comprometido, se se dispõe a obter divórcio para ser dele, ou se, no caso de haver obstáculos sociais, não chegar a manifestar qualquer hesitação em iniciar uma secreta *liaison* com ele. Essas coisas acontecem também fora da psicanálise. Nessas circunstâncias, contudo, ficamos atônitos ao ouvir de mulheres casadas e de jovens declarações que conferem validade a uma atitude muito peculiar para com o problema terapêutico: elas, dizem, sempre souberam que podiam curar-se somente através do amor; e, antes que começasse o tratamento, haviam esperado que, através dessa relação, iriam, afinal, ter assegurado aquilo que até então a vida lhes tinha negado; somente com essa esperança é que haviam enfrentado tantos problemas relativos ao tratamento e vencido todas as dificuldades de comunicar seus pensamentos - e nós por nosso lado, podemos acrescentar: e tão facilmente tinham compreendido aquilo que, de outro modo é tão difícil de acreditar. Tal tipo de confissão, porém, nos surpreende: põe por terra todos os nossos cálculos. Será que deixamos fora de nossas contas o item mais importante?

Com efeito, quanto maior é nossa experiência, menor nossa capacidade de resistir contra e fazermos essa correção, embora a necessidade de fazê-la envergonhe nossas pretensões científicas. Nas primeiras vezes, talvez se possa pensar que o tratamento analítico esbarrou numa perturbação devido a um evento casual - isto é, um evento não desejado e não provocado pelo tratamento. Quando, porém, semelhante vinculação amorosa por parte do paciente em relação ao médico se repete com regularidade em cada novo caso, quando surge sempre novamente sob as condições mais desfavoráveis e onde existem incongruências

positivamente esquisitas, até mesmo quando senhoras de idade madura se apaixonam por homens de barba grisalha, até mesmo onde, conforme julgamos, não há nada, de espécie alguma, capaz de atrair - então devemos abandonar a idéia de uma perturbação casual e reconhecer que estamos lidando com um fenômeno intimamente ligado à natureza da própria doença.

Esse novo fato que, portanto, admitimos com tanta relutância, conhecemos como *transferência*. Com isso queremos dizer uma transferência de sentimentos à pessoa do médico, de vez que não acreditamos poder a situação no tratamento justificar o desenvolvimento de tais sentimentos. Pelo contrário, suspeitamos que toda a presteza com que esses sentimentos se manifestam deriva de alguma outro lugar, que eles já estavam preparados no paciente e, com a oportunidade ensejada pelo tratamento analítico, são transferidos para a pessoa do médico. A transferência pode aparecer como uma apaixonada exigência de amor, ou sob formas mais moderadas; em lugar de um desejo de ser amada, um jovem pode deixar emergir um desejo, em relação a um homem, idoso, de ser recebida como filha predileta; o desejo libidinal pode estar atenuado num propósito de amizade inseparável, mas idealmente não-sensual. Algumas mulheres conseguem sublimar a transferência e moldá-la até que atinja essa espécie de viabilidade; outras hão de expressá-la em sua forma crua, original e, no geral, impossível. Mas, no fundo, é sempre a mesma, e jamais permite que haja equívoco quanto à sua origem na mesma fonte.

Antes de nos perguntarmos onde situar esse novo fato, completarei minha descrição desse quadro. Que acontece com os pacientes masculinos? Com eles poder-se-ia ao menos esperar uma fuga da problemática interferência causada pela diferença de sexo e pela atração sexual. Entretanto, nossa resposta deve ser exatamente a mesma que para o caso de mulheres. Existe a mesma vinculação ao médico, a mesma supervalorização das qualidades deste, a mesma absorção dos seus interesses, o mesmo ciúme de qualquer pessoa mais chegada a ele na vida real. As formas sublimadas de transferência são mais freqüentes entre um homem e outro e as exigências sexuais diretas são raras, na medida em que é incomum o homossexualismo manifesto, se comparado com as demais formas em que esses componentes instintuais são empregados. Com seus pacientes masculinos, mais amiúde do que com mulheres, o médico encontra uma forma de expressão da transferência que parece, à primeira vista, contradizer todas as nossas descrições anteriores - uma transferência hostil ou *negativa*. Devo começar por esclarecer que uma transferência está presente no paciente desde o começo do tratamento e, por algum tempo, é o mais poderoso móvel de seu progresso. Dela não vemos indício algum, e com ela não temos por que nos preocupar enquanto age a favor do trabalho conjunto da análise. Se, porém, se transforma em resistência, devemos voltar-lhe nossa atenção e reconhecemos que ela modifica sua relação para com o tratamento sob duas condições diferentes e contrárias: primeira, se na forma de inclinação amorosa ela se torna tão intensa e revela sinais de sua origem em uma necessidade sexual de modo tão claro, que inevitavelmente provoca uma oposição interna a ela mesma; e, segundo, se consiste em impulsos hostis em vez de afetuosos. Os sentimentos hostis revelam-se, via de regra, mais

tarde do que os sentimentos afetuosos, e se ocultam atrás destes; sua presença simultânea apresenta um bom quadro da ambivalência emocional [pág. 426-8] dominante na maioria de nossas relações íntimas com outras pessoas. Os sentimentos hostis indicam, tal qual os afetuosos, haver um vínculo afetivo, da mesma forma como o desafio, tanto como a obediência, significa dependência, embora tendo à sua frente um sinal 'menos' em lugar de 'mais'. Não podemos ter dúvidas de que os sentimentos hostis para com o médico merecem ser chamados de 'transferência', pois a situação, no tratamento, com muita razão não proporciona qualquer fundamento para sua origem; essa inevitável visão da transferência negativa nos assegura, portanto, que não estivemos equivocados em nosso julgamento acerca da transferência positiva ou afetuosa.

Onde surge a transferência, que dificuldades nos causa, como as superamos e que vantagens finalmente dela auferimos - estas são questões que devem ser abordadas detalhadamente em um manual técnico de análise, e hoje me referirei a elas apenas levemente. Para nós é impossível ceder às exigências do paciente, decorrentes da transferência; seria absurdo se as rejeitássemos de modo indelicado e, o que seria pior, indignados com elas. Superamos a transferência mostrando ao paciente que seus sentimentos não se originam da situação atual e não se aplicam à pessoa do médico, mas sim que eles estão repetindo algo que lhe aconteceu anteriormente. Desse modo, obrigamo-lo a transformar a repetição em lembrança. Por esse meio, a transferência que, amorosa ou hostil, parecia de qualquer modo constituir a maior ameaça ao tratamento, torna-se seu melhor instrumento, com cujo auxílio os mais secretos compartimentos da vida mental podem ser abertos. Mas gostaria de dizer-lhes algumas palavras para aliviar-lhes a surpresa que tiveram com a emergência desse inesperado fenômeno. Devemos não esquecer que a doença do paciente, que aceitamos para analisar, não é algo acabado e tornado rígido, mas algo que ainda está crescendo e evoluindo como um organismo vivo. O início do tratamento não põe um fim a essa evolução; quando, porém, o tratamento logra o domínio sobre o paciente, ocorre a totalidade da produção de sua doença concentrar-se em um único ponto - sua relação com o médico. Assim, a transferência pode ser comparada à camada do câmbio de uma árvore, entre a madeira e a casca, a partir do qual deriva a nova formação de tecidos e o aumento da circunferência do tronco. Quando a transferência atingiu esse grau de importância, o trabalho com as recordações do paciente retira-se bem para o fundo da cena. Em consequência, não é incorreto dizer que já não mais nos ocupamos da doença anterior do paciente, e sim de uma neurose recentemente criada e transformada, que assumiu o lugar da anterior. Temos acompanhado essa nova edição do distúrbio antigo desde seu início, temos observado sua origem e seu crescimento e estamos especialmente aptos a nos situar dentro dele, de vez que, por sermos seu objeto, estamos colocados em seu próprio centro. Todos os sintomas de paciente abandonam seu significado original e assumem um novo sentido que se refere à transferência; ou apenas tais sintomas persistem, por serem capazes de sofrer essa transformação. Mas dominar essa neurose nova, artificial, equivale a eliminar a doença inicialmente trazida ao tratamento - equivale a realizar nossa tarefa terapêutica. Uma pessoa que se tornou normal e livre da ação de impulsos instintuais reprimidos em sua relação com

o médico, assim permanecerá em sua própria vida, após o médico haver-se retirado dela.

A transferência possui essa importância extraordinária e, para o tratamento, importância positivamente central, na histeria, na histeria de angústia e na neurose obsessiva, que são, por esse motivo, apropriadamente classificadas em conjunto sob o nome de ‘neuroses de transferência’. Ninguém que tenha ganho uma impressão global do fato da transferência, a partir de um trabalho analítico, poderá ainda duvidar da natureza dos impulsos suprimidos que encontram expressão nos sintomas dessas neuroses, e tampouco exigirá provas mais convincentes do caráter libidinal dos mesmos. Pode-se dizer que nossa convicção da importância dos sintomas como satisfações substitutivas da libido teve sua confirmação final só após a inclusão da transferência.

Existem, assim, todos os motivos para que aperfeiçoemos nossa descrição dinâmica anterior do processo terapêutico, e para que o façamos harmonizar-se com essa nova aquisição. A fim de que o paciente enfrente a luta do conflito normal com as resistências que lhe mostramos na análise [ver em [1] e [2]], ele tem necessidade de um poderoso estímulo que influenciará sua decisão no sentido que desejamos, levando à recuperação. De outro modo, poderia acontecer que ele venha a optar em favor da repetição do resultado anterior, e permitiria que aquilo que fora trazido à consciência deslizesse novamente para a repressão. Nesse ponto, o que é decisivo em sua luta não é sua compreensão interna (*insight*) intelectual - que nem é suficientemente forte, nem suficientemente livre para uma tal realização -, mas simples e unicamente a sua relação com o médico. Na medida em que sua transferência leva um sinal ‘mais’, ela reveste seu médico de autoridade e se transforma em crença nas suas comunicações e explicações. Na ausência de tal transferência, ou se a transferência fosse negativa, o paciente jamais daria sequer ouvidos ao médico e a seus argumentos. Aqui sua crença está repetindo a história do seu próprio desenvolvimento; é um derivado do amor e, no princípio, não precisa de argumentos. Apenas mais tarde ele permite suficiente espaço para submetê-los a exame, desde que os argumentos sejam apresentados por quem ele ama. Sem esses apoios, os argumentos perdem sua validade; e na vida da maioria das pessoas esses argumentos jamais funcionam. Portanto, em geral um homem só é acessível, também a partir do aspecto intelectual, desde que seja capaz de uma catexia libidinal de objetos; e temos boas razões para reconhecer e temer no montante de seu narcisismo uma barreira contra a possibilidade de ser influenciado até mesmo pela melhor técnica analítica. Naturalmente, deve-se atribuir a toda pessoa normal uma capacidade de dirigir catexias libidinais às pessoas. A tendência à transferência nos neuróticos, da qual falei, é apenas um aumento extraordinário dessa característica universal. Seria mesmo muito estranho se um traço humano tão difundido e tão importante nunca tivesse sido percebido nem valorizado. E de fato ele *o foi*. Bernheim, que tinha um olho infalível, baseou sua teoria dos fenômenos hipnóticos na tese segundo a qual toda pessoa, de alguma forma, é ‘sugestionável’. Sua sugestionabilidade não era senão a tendência à transferência, concebida um tanto estreitamente, por não incluir a transferência negativa. Mas Bernheim jamais pôde dizer o que era realmente a sugestão e como ela surgia. Para ele, tratava-se de um fato

fundamental, cuja origem não conseguia esclarecer. Ele não sabia que sua *'suggestibilité'* dependia da sexualidade, da atividade da libido. E devemos dar-nos conta de que, em nossa técnica, abandonamos a hipnose apenas para redescobrir as sugestões na forma de transferência. Aqui faço uma pausa, e deixarei que tomem a palavra; pois vejo uma objeção agitando-se nos senhores com tanta veemência, que os tornaria incapazes de ouvir se não a expressassem em palavras: 'Ah! então, afinal, o senhor o admite! O senhor trabalha com auxílio da sugestão, igualzinho aos hipnotizadores! É o que estávamos pensando há muito tempo. Mas, então, por que o caminho indireto das recordações do passado, a descoberta do inconsciente, a interpretação e a tradução retrospectiva das distorções - esse imenso dispêndio de trabalho, de tempo e de dinheiro - quando a única coisa eficaz, no final das contas, é apenas a sugestão? Por que o senhor não faz sugestões diretas contra os sintomas, como o fazem os outros - honestos hipnotizadores? Além dos mais, se o senhor procura desculpar-se por seu longo rodeio usando por motivo o fato de o senhor ter realizado diversas descobertas psicológicas importantes que são ocultas pela sugestão direta - qual a certeza, agora, dessas descobertas? Não são elas resultado de sugestão, também, de sugestão não-intencional? Não é possível que o senhor esteja impondo ao paciente o que o senhor quer e o que parece correto para o senhor, também nessa área?' O que os senhores me estão apresentando é extraordinariamente interessante e deve ser respondido. Contudo, não posso fazê-lo hoje; falta-nos tempo. Portanto, até nosso próximo encontro. Responder-lhe-ei, os senhores verão. Hoje, porém, devo finalizar o que comecei. Prometi fazê-los entender, mediante o auxílio do fato da transferência, por que nossos esforços terapêuticos não têm êxito nas neuroses narcísicas. Posso explicá-lo em poucas palavras, e os senhores verão com que simplicidade o enigma pode ser solucionado e como tudo se ajusta bem. A observação mostra que aqueles que sofrem de neuroses narcísicas não têm capacidade para a transferência ou apenas possuem traços insuficientes da mesma. Eles rejeitam o médico, não com hostilidade, mas com indiferença. Por esse motivo, tampouco podem ser influenciados pelo médico; o que este lhes diz, deixa-os frios, não os impressiona; conseqüentemente, o mecanismo de cura que efetuamos com outras pessoas - a revivescência do conflito patogênico e a superação da resistência devido à regressão - neles não pode ser executado. Permanecem como são. Amiúde, já empreenderam tentativas de recuperação, por sua própria conta, que conduziram a resultados patológicos [ver em [1]]. Isto não podemos modificar de forma alguma. Com base em nossas impressões clínicas, temos sustentado que essa catexias objetais dos pacientes devem ter sido abandonadas, e que sua libido objetal deve ter-se transformado em libido do ego [ver em [1] e [2]]. Através dessa característica nós os distinguimos do primeiro grupo de neurótico (os que sofrem de histeria, histeria de angústia e neurose obsessiva). Essa suspeita agora se confirma pelo seu comportamento frente aos nossos esforços de tratá-los. Não manifestam transferência, e, por essa razão, são inacessíveis aos nossos esforços e não podem ser curados por nós.

TERAPIA ANALÍTICA

SENHORAS E SENHORES:

Os senhores sabem de que iremos falar, hoje. Os senhores perguntaram-me por que não utilizamos a sugestão direta na terapia psicanalítica, de vez que admitimos que nossa influência se baseia essencialmente na transferência - isto é, na sugestão; e acrescentaram a dúvida quanto a saber se, em vista dessa predominância da sugestão, ainda temos o direito de declarar que nossas descobertas psicológicas são objetivas. Prometi que lhes daria uma resposta detalhada.

A sugestão direta é a sugestão dirigida contra a manifestação dos sintomas; é uma luta entre nossa autoridade e os motivos da doença. Nessa atuação, os senhores não se preocupam com esses motivos; simplesmente pedem ao paciente para que suprima a manifestação desses motivos nos sintomas. Não faz qualquer diferença essencial se os senhores colocam, ou não, o paciente em hipnose. Bernheim, uma vez mais, com sua perspicácia característica, afirmava que a sugestão era o elemento essencial nos fenômenos do hipnotismo, que a própria hipnose já era um resultado da sugestão, um estado sugerido; e ele preferia praticar a sugestão em estado de vigília, que pode conseguir os mesmos efeitos da sugestão sob hipnose. Que prefeririam os senhores ouvir em primeiro lugar, no tocante a essa questão: o que nos diz a experiência ou o que nos dizem as formulações teóricas? Começemos pela primeira. Fui discípulo de Bernheim, a quem visitei em Nancy, em 1889, e cujo livro sobre a sugestão traduzi para o alemão.

Pratiquei tratamento hipnótico por muito anos, a princípio usando a sugestão proibitória, depois, combinando-a com o método de Breuer, de fazer perguntas ao paciente. Portanto, posso falar dos resultados da terapia hipnótica ou sugestiva baseado em larga experiência. Se, de acordo com as palavras do antigo aforisma médico, uma terapia ideal deve ser rápida, confiável e não desagradável para o paciente (*'cito, tuto, jucunde'*), o método de Bernheim preenchia pelo menos dois desses requisitos. Podia ser efetuado de modo muito mais rápido - ou, melhor, infinitamente mais rápido - do que o tratamento analítico, e não causava nem dificuldades, nem desgosto ao paciente. Para o médico, ele se tornava, a longo prazo, *monótono*: em cada caso, proceder da mesma maneira, com o mesmo ritual, proibindo aos mais variegados sintomas existirem, sem ser capaz de aprender nada de seu

sentido e significado. Era um trabalho braçal, não uma atividade científica, e lembrava magia, encantamento, truque de prestidigitador. Isto, entretanto, podia não pesar contra o interesse do paciente. Mas faltava a terceira qualidade: o procedimento não era confiável em nenhum aspecto. Podia ser usado com um paciente, mas não em outro; conseguia muita coisa com um e bem pouco, com outro; e jamais se sabia por quê. Pior do que essa incerteza do procedimento era a falta de permanência dos seus êxitos. Se, passado pouco tempo, recebiam-se notícias do paciente, a antiga doença havia retornado, ou seu lugar tomado por nova doença. Podia-se hipnotizar de novo o paciente. Nos bastidores, porém, estava a advertência, dada por pessoas experientes, contra o risco de roubar ao paciente sua autoconfiança pela hipnose freqüentes vezes repetida, e de, assim, torná-lo um viciado dessa espécie de terapia como se fosse um narcótico. É preciso reconhecer que, vez e outra, as coisas corriam inteiramente segundo o que se desejava: após algumas tentativas, o êxito era completo e permanente. As condições que determinavam tal resultado favorável, contudo, permaneciam desconhecidas. Em certa oportunidade, uma condição mórbida grave de uma mulher, que eu havia completamente eliminado por meio de determinado tratamento hipnótico, retornou sem modificações após a paciente, sem qualquer ação de minha parte, haver ficado aborrecida comigo; depois de uma reconciliação, removi novamente o problema e com muito mais segurança; ainda assim, tornou a voltar a sintomatologia depois que se desaveio comigo uma segunda vez. Em outra ocasião, uma paciente, a quem eu havia ajudado repetidamente a sair de estados neuróticos pela hipnose, subitamente, durante o tratamento de uma situação especialmente renitente, lançou seus braços em volta de meu pescoço, abraçando-me. Passado isso, querendo ou não, dificilmente se poderia evitar investigar a questão referente à natureza e à origem da autoridade que se tinha no tratamento sugestivo. Estas as experiências. Elas nos mostram que, aos renunciarmos à sugestão direta, não estamos abandonando algo de valor insubstituível. Acrescentemos, agora, a esse aspecto algumas reflexões. A prática da terapia hipnótica exige muito pouco, tanto do paciente como do médico. Ajusta-se magnificamente bem à idéia que a maioria dos médicos tem a respeito das neuroses. O médico diz ao paciente neurótico: ‘Não há problema com você, é só uma questão de nervos; assim, posso acabar com esse problema em dois ou três minutos, só com algumas palavras.’ Mas nossa visão das leis da energia é insultada com a noção de que é possível mover um grande peso com uma insignificante aplicação de força, agindo diretamente, sem o auxílio externo de algum dispositivo apropriado. Na medida em que se possam comparar as situações, a experiência mostra que tal façanha tampouco se realiza com êxito nos casos de neurose. No entanto, estou consciente de que esse argumento não é impugnável. Existe uma coisa chamada ‘ação-gatilho’. À luz do conhecimento que adquirimos da psicanálise, podemos descrever a diferença entre tratamento hipnótico e tratamento psicanalítico da seguinte maneira. O tratamento hipnótico procura encobrir e dissimular algo existente na vida mental; o tratamento analítico visa a expor e eliminar algo. O primeiro age como cosmético, o segundo, como cirurgia. O primeiro utiliza-se da sugestão, a fim de proibir os sintomas: fortalece as repressões, mas afora isso, deixa inalterados todos os processos que levaram à formação dos sintomas. O tratamento analítico faz seu impacto mais retrospectivamente, em direção às raízes, onde estão os conflitos que originaram os sintomas, e utiliza a sugestão a fim de modificar o resultado desses conflitos.

O tratamento hipnótico deixa o paciente inerte e imodificado, e, por esse motivo também, igualmente incapaz de resistir a alguma nova oportunidade de adoecer. Um tratamento analítico exige do médico, assim como do paciente, a realização de um trabalho sério, que é empregado para desfazer as resistências internas. Através da superação dessas resistências, a vida mental do paciente é modificada permanentemente, é elevada a um alto nível de evolução e fica protegida contra novas possibilidades de adoecer. Esse trabalho de superar as resistências constitui a função essencial do tratamento analítico; o paciente tem de realizá-lo e o médico lhe possibilita fazê-lo com a ajuda da sugestão, operando em um sentido *educativo*. Por esse motivo, o tratamento psicanalítico tem sido apropriadamente qualificado como um tipo de *pós-educação*. Espero ter-lhes esclarecido, agora, de que maneira nosso método de empregar terapêuticamente a sugestão difere do único método possível no tratamento hipnótico. Os senhores, partindo do fato de que a sugestão pode ter sua origem na transferência, compreenderão, ademais, a incerteza que nos acometia na terapia hipnótica, ao passo que o tratamento analítico se mantém previsível dentro de seus limites. Ao utilizar a hipnose, dependemos do estado da capacidade de transferência do paciente, sem sermos capazes de influenciar tal estado. A transferência de uma pessoa a ser hipnotizada pode ser negativa, ou, mais freqüentemente, ambivalente, ou a pessoa pode haver-se protegido contra sua transferência adotando atitudes especiais; a esse respeito nada sabemos. Na psicanálise, agimos sobre a própria transferência, deslindamos o que nela se opõe ao tratamento, ajustamos o instrumento com o qual desejamos causar nosso impacto. Assim, se nos torna possível auferir uma vantagem inteiramente nova do poder da sugestão; ela passa para nossas mãos. O paciente não sugere a si mesmo o que quer que seja que lhe agrade: guiamos sua sugestão na medida em que ele, de algum modo, é acessível à sua influência. Contudo, agora os senhores, não importa se denominamos a força motriz de nossa análise, de transferência ou de sugestão, me dirão que há o risco de que a influência sobre o nosso paciente possa tornar duvidosa a certeza objetiva de nossas descobertas. O que é vantajoso para nossa terapia, é prejudicial às nossas pesquisas. Esta é a objeção mais freqüentemente feita contra a psicanálise, e deve-se admitir que, embora carente de fundamento, não pode ser rejeitada como não-racional. Se essa objeção fosse justificada, a psicanálise não seria nada mais que uma forma de tratamento sugestivo especialmente bem disfarçada e particularmente eficiente; e deveríamos atribuir pouco peso a tudo o que ela nos diz sobre aquilo que influencia nossas vidas, sobre a dinâmica da mente ou sobre o inconsciente. É nisso que acreditam os nossos adversários; sobretudo, pensam que temos metido na cabeça dos pacientes tudo a respeito da importância das experiências sexuais - ou até mesmo essas mesmas experiências - depois que essas idéias criaram corpo em nossa imaginação depravada. Tais acusações são contraditas por meio de um apelo à experiência, com maior facilidade do que com a ajuda da teoria. Todo aquele que tiver efetuado psicanálises, terá sido capaz de convencer-se, vezes sem conta, de que é impossível, dessa forma, fazer sugestões a um paciente. Naturalmente o médico não tem dificuldade de torná-lo um adepto de uma determinada teoria, e então fazê-lo compartilhar de alguns erros seus. Nesse aspecto, o paciente se comporta como qualquer outra pessoa - como um aluno - mas tal coisa atinge apenas a sua inteligência, não sua doença. Afinal, seus conflitos só se

resolverão com êxito e suas resistências serão superadas, se as idéias orientadoras que lhe dermos se coadunarem com o que nele é real. Tudo o que, nas conjecturas do médico, é impreciso, vai sendo eliminado no decorrer da análise; é preciso ser retirado e substituído por algo mais correto. Através de uma técnica cuidadosa, esforçamo-nos por evitar a ocorrência de sucessos prematuros devido à sugestão; mas, ainda que estes ocorram, não há prejuízo, pois não nos satisfazemos com um sucesso inicial. Só consideramos que uma análise esteja no seu término quando todas as obscuridades do caso tenham sido elucidadas, as lacunas da memória preenchidas, e descobertas as causas precipitantes das repressões. Os êxitos que assomam de imediato, consideramo-los mais obstáculos do que auxílio ao trabalho da análise; e pomos um fim a esses êxitos, resolvendo constantemente a transferência, na qual eles se baseiam. É essa última característica que constitui a diferença fundamental entre terapia analítica e terapia meramente sugestiva, e que livra os resultados da análise da suspeita de serem sucessos devido à sugestão. Em qualquer outro tipo de tratamento sugestivo, a transferência é cuidadosamente preservada e mantida intocada; na análise, a própria transferencial é sujeita a tratamento, e é dissecada em todas as formas sob as quais aparece. Ao final de um tratamento analítico, a transferência deve estar, ela mesma, totalmente resolvida; e se o sucesso então é obtido ou continua, ele não repousa na sugestão, mas sim no fato de, mediante a sugestão, haver-se conseguido superar as resistências internas e de haver-se efetuado uma modificação interna no paciente.

A aceitação de sugestões, em determinados pontos, é, sem dúvida, desestimulada pelo fato de que, durante o tratamento, estamos lutando incessantemente contra resistências capazes de transformar-se em transferências negativas (hostis). E não devemos deixar de assinalar que grande número de descobertas na análise, que de outro modo poderiam ser suspeitas de serem produtos da sugestão, confirmam-se, uma a uma, a partir de outra fonte irrepreensível. Nossos fiadores nesse caso são aqueles que sofrem de demência precoce e paranóia, os quais, naturalmente, estão acima de qualquer suspeita de serem influenciados pela sugestão. As traduções de símbolos e de fantasias, que esses pacientes nos apresentam, e que neles irromperam na consciência, coincidem fielmente com os resultados de nossas investigações acerca do inconsciente dos que apresentam neurose de transferência; e, assim, confirmam a correção objetiva de nossas interpretações, sobre a qual tantas vezes se lançam dúvidas. Penso que os senhores não se desorientarão se, nesses pontos, confiarem na análise.

Passo a completar minha descrição do mecanismo de cura, revestindo-o com as fórmulas da teoria da libido. Um neurótico é incapaz de aproveitar a vida e de ser eficiente - incapaz de aproveitar a vida porque sua libido não se dirige a nenhum objeto real, e incapaz de ser eficiente porque é obrigado a empregar grande quantidade de sua valiosa energia, a fim de manter sua libido sob repressão e a fim de repelir seus assaltos. Ele se tornaria sadio se o conflito entre seu ego e sua libido chegasse ao fim, e se o ego mesmo tivesse novamente sua libido à sua disposição. A tarefa terapêutica consiste, pois, em liberar a libido de suas ligações atuais, subtraídas ao ego, e em torná-la novamente utilizável para o ego. Onde então se situa a libido do neurótico? É fácil encontrá-la: está ligada aos sintomas, o que a ela

proporciona a única satisfação substitutiva possível, na época. Portanto, devemos nos tornar senhores dos sintomas e solucioná-los - o que é exatamente a mesma coisa que o paciente exige de nós. A fim de solucionar os sintomas, devemos remontar às suas origens, devemos reconstituir o conflito do qual eles surgiram e, com o auxílio das forças motrizes que, no passado, não estavam à disposição do paciente, devemos conduzir o conflito rumo a um resultado diferente. Essa revisão do processo de repressão só pode ser realizado em parte, em relação aos traços mnêmicos dos processos que conduziram à repressão. A parte decisiva do trabalho se consegue criando na relação do paciente com o médico - na transferência - novas edições dos antigos conflitos; nestas, o paciente gostaria de se comportar do mesmo modo como o fez no passado, ao passo que nós, concentrando todas as forças mentais disponíveis [do paciente], compelimo-lo a chegar a uma nova decisão. Assim, a transferência torna-se o campo de batalha no qual todas as forças mutuamente em choque se enfrentam.

Toda a libido, bem como tudo quanto a ela se opõe, faz-se convergir unicamente para a relação com o médico. Nesse processo, inevitavelmente os sintomas são despojados da libido. Em lugar da doença verdadeira do seu paciente, surge a doença transferencial artificialmente formada; em lugar dos diversos objetos irrealis da libido, aparece um único objeto e, mais uma vez, um objeto imaginário, na pessoa do médico. Com auxílio da sugestão do médico, porém, a nova luta em torno desse objeto é guindada ao mais elevado nível psíquico: realiza-se na forma de um conflito mental normal. Como é evitada uma nova repressão, termina a desunião entre ego e libido e a unidade mental da pessoa restaura-se. Quando a libido fica novamente liberada do seu objeto temporário, representado pela pessoa do médico, não pode retornar aos seus objetos anteriores, mas resta à disposição do ego. As forças contra as quais estivemos lutando durante nosso trabalho de terapia são, por um lado, a aversão do ego a determinadas inclinações da libido - uma aversão expressa na tendência à repressão - e, por outro lado, a tenacidade ou adesividade da libido [ver em [1]], à qual desagrada abandonar objetos que ela uma vez catexizou.

Assim, nosso trabalho terapêutico incide em duas fases. Na primeira, toda a libido é retirada dos sintomas e colocada na transferência, sendo aí concentrada; na segunda, trava-se a luta por esse novo objeto e a libido é liberada dele. A modificação decisiva para um resultado favorável é a eliminação da repressão nesse conflito reconstituído, de modo que a libido não possa ser retirada do ego, novamente, pela fuga para o inconsciente. Isto se torna possível pela mudança do ego realizada sob a influência da sugestão do médico. Mediante o trabalho da interpretação, que transforma o que é inconsciente em consciente, o ego se amplia à custa desse inconsciente; por meio do conhecimento, ele se torna conciliador para com a libido e disposto a conceder-lhe alguma satisfação, e sua recusa às exigências da libido diminui mediante a possibilidade de derivar uma parte da mesma através da sublimação. No tratamento, quanto mais os eventos coincidirem com esta descrição ideal, maior será o sucesso da terapia psicanalítica. Seus parâmetros são determinados pela falta de mobilidade da libido, que pode recusar-se a abandonar seus objetos, e pela rigidez do

narcisismo, a qual não permitirá que a transferência para os objetos aumente além de determinados limites. Talvez possamos tornar ainda mais clara a dinâmica do processo de cura, se eu lhes disser que retemos a totalidade da libido que foi retirada do domínio do ego, atraindo uma parte dela sobre nós próprios, mediante a transferência.

Não seria fora de propósito manifestar a advertência de que, partindo da distribuição da libido durante o tratamento e em consequência desta, não podemos tirar nenhuma conclusão acerca do modo como a libido se distribuía durante a doença. Suponhamos que conseguimos conduzir um caso a um desfecho favorável, restabelecendo e, depois, solucionando uma intensa transferência paterna para o médico. Não seria correto concluir que o paciente passara previamente por uma ligação semelhante de sua libido em relação ao seu pai. Sua transferência paterna foi simplesmente o campo de batalha no qual adquirimos o controle de sua libido; a libido do paciente se dirigia para essa transferência a partir de outras posições. Um campo de batalha não precisa necessariamente coincidir com uma das fortalezas-chave do inimigo. A defesa de uma capital inimiga não precisa situar-se justamente em frente de suas portas. Somente depois de novamente resolvida a transferência, podemos reconstruir em nosso pensamento a distribuição de libido que prevalecera durante a doença.

Do ponto de vista da teoria da libido, também, podemos dizer uma última palavra sobre os sonhos. Os sonhos de um neurótico, bem como suas parapraxias e suas associações livres referentes aos mesmos, nos auxiliam a descobrir o sentido de seus sintomas e a revelar a maneira como sua libido se distribui. Eles não mostram, na forma de uma realização de desejo, quais impulsos plenos de desejos foram sujeitos à repressão e a quais objetos a libido retirada do ego foi ligada. Por esse motivo, a interpretação dos sonhos desempenha um papel importante em um tratamento psicanalítico, e, em alguns casos, ela é, por longos períodos, o mais importante instrumento de nosso trabalho. Já sabemos [ver em [1]] que o estado de sono, por si mesmo, leva a um determinado afrouxamento das repressões. Um impulso reprimido, devido a essa redução da pressão que pesa sobre ela, torna-se capaz de expressar-se muito mais claramente num sonho, do que lhe é permitido expressar-se por um sintoma, durante o dia. Portanto, o estudo dos sonhos torna-se o meio mais conveniente de se obter acesso ao conhecimento do inconsciente reprimido, do qual faz parte a libido retirada do ego.

Os sonhos dos neuróticos, contudo, não diferem, em nenhum aspecto importante, dos sonhos de pessoas normais; é possível, de fato, que estes não possam absolutamente ser diferenciados daqueles. Seria absurdo fazer uma descrição dos sonhos de neuróticos que não pudesse também aplicar-se aos sonhos de pessoas normais. Logo, podemos dizer que a diferença entre neurose e saúde vigora apenas durante o dia; não se estende à vida onírica. Somos obrigados a extrapolar para pessoas sadias diversas hipóteses relativas aos neuróticos, em consequência do elo ente os sonhos destes e seus sintomas. Não podemos negar que também as pessoas sadias possuem, em sua vida mental, aquilo que, por si só, possibilita a formação tanto dos sonhos como dos sintomas; e devemos concluir que também

eles efetuaram repressões, que dispendem determinada quantidade de energia a fim de mantê-las, que seu sistema inconsciente oculta impulsos reprimidos ainda catexizados com energia, e que *uma parte de sua libido é retirada e deixa de estar à disposição do ego*. Assim, também uma pessoa sadia é virtualmente um neurótico; mas os sonhos parecem ser os únicos sintomas que ela é capaz de formar. É verdade que, se alguém submete a um exame mais atento sua vida desperta, descobre algo que contradiz essa aparência - ou seja, que essa vida pretensamente sadia está marcada aqui e ali por grande número de sintomas banais e destituídos de importância prática.

A distinção entre saúde nervosa e neurose reduz-se, por conseguinte, a uma questão prática e é decidida pelo resultado, isto é, a pessoa ter ou não ter um nível suficiente de capacidade para aproveitar a vida e ser eficiente. Tal distinção provavelmente se atribui às dimensões relativas das quantidades de energia que permanece livre e que é ligada pela repressão; é de natureza quantitativa, não qualitativa. Não preciso dizer-lhes que essa descoberta é a justificação teórica de nossa convicção de que as neuroses são, em princípio, curáveis, apesar de se basearem na disposição constitucional. A identidade dos sonhos de pessoas sadias e neuróticas capacita-nos a inferir, pois, muita coisa referente à definição das características de saúde. Mas, com relação aos sonhos propriamente ditos, podemos fazer uma inferência adicional: não devemos desvinculá-los de sua relação com os sintomas neuróticos, não devemos supor que sua natureza essencial se esgota com a fórmula que os descreve como uma tradução de pensamentos em uma forma arcaica de expressão [ver em [1]]; porém, devemos supor que eles nos mostram distribuições da libido e catexias objetais que realmente estão presentes. Em breve, chegaremos ao fim. Talvez os senhores estejam desapontados porque, no tópico referente ao método psicanalítico de tratamento, apenas lhes falei acerca da teoria e não a respeito das condições que determinam se um tratamento deve ser empreendido, ou dos resultados que ele produz. Não irei discorrer sobre nenhum dos dois: sobre o primeiro, porque não é minha intenção dar-lhes instruções práticas acerca de como efetuar uma psicanálise, e sobre o segundo, porque diversas razões me dissuadem de fazê-lo. No início de nossas palestras [desse ano, ver em [1]], salientei o fato de que, sob condições favoráveis; obtemos êxitos que nada ficam a dever aos mais extraordinários êxitos da medicina interna; e, agora, posso acrescentar algo mais: que eles não poderiam ter sido alcançados com nenhum outro método. Se lhes fosse dizer mais do que isto, eu seria suspeito de tentar salientar as altas vozes dos detratores por meio de autopromoção. Repetidamente tem sido feita contra a psicanálise, por nossos 'colegas' médicos - até mesmo em congressos públicos -, a ameaça de publicar uma coleção de fracassos e resultados prejudiciais da análise e de abrir os olhos do público sofredor para a falta de valor desse método de tratamento. Afora o caráter maldoso e difamante de tal medida, ela, porém, não seria destinada a possibilitar de todas as formas um julgamento correto sobre a eficácia terapêutica da análise. A terapia analítica, conforme sabem, está em sua adolescência; levou longo tempo para estabelecer sua técnica, e isto só pode ser feito no decorrer do trabalho e sob a influência de crescente experiência. Em consequência das dificuldades de ministrar ensino, o médico que é um iniciante na psicanálise apóia-se, em

escola maior que outros especialistas, em sua própria capacidade de ulterior desenvolvimento, e os resultados desses primeiros anos jamais tornarão possível julgar a eficácia da terapia analítica. Muitas tentativas de tratamento malograram durante o período inicial da análise, porque foram empreendidas em casos completamente inadequados ao método, casos que, hoje em dia, excluiríamos com base em nossa atual visão das indicações para tratamento. Ademais, a essas indicações, contudo, só se podia chegar pela experimentação. Naquela época, não sabíamos *a priori* que a paranóia e a demência precoce, em suas formas fortemente marcadas, eram inacessíveis, e tínhamos o direito de ensaiar o método em todas as espécies de distúrbios. A maior parte dos insucessos daqueles primeiros anos, porém, foi devida não à falha do médico ou à escolha inadequada de pacientes, mas sim a condições externas desfavoráveis. Aqui temos tratado apenas das resistências internas, as do paciente, que são inevitáveis e podem ser superadas. As resistências externas emergentes das circunstâncias do paciente, de seu ambiente, são de pouco interesse teórico, mas de maior importância prática. O tratamento psicanalítico pode ser comparado a uma operação cirúrgica e exigir, de modo similar, que seja efetuado sob condições que serão as mais favoráveis para seu êxito. Os senhores conhecem as medidas de precaução adotadas por um cirurgião: sala adequada, boa iluminação, auxiliares, exclusão dos parentes do paciente, e assim por diante. Os senhores bem podem imaginar, agora, quantas dessas operações teriam êxito se fossem realizadas na presença de todos os membros da família do paciente, a enfiarem o nariz no campo operatório e a clamarem em altos brados a cada incisão. Nos tratamentos psicanalíticos, a intervenção dos parentes é perigo real e um perigo que não se sabe como enfrentar. Está-se precavido contra as resistências internas do paciente, que se sabe inevitáveis; mas como defender-se dessas resistências externas? Nenhum tipo de explicação produz qualquer impressão nos parentes do paciente; eles não podem ser induzidos a manter-se à distância de todo o assunto, e não se pode fazer causa comum com eles, devido ao risco de perder a confiança do paciente, o qual - com toda razão, naturalmente - espera que a pessoa em quem depositou toda a sua confiança, fique do seu lado. Ninguém que tenha alguma experiência das discórdias que tão seguidamente dividem uma família, haverá de se surpreender, sendo um analista, ao constatar que os parentes mais chegados ao paciente às vezes revelam menos interesse em sua recuperação do que na permanência da doença. Quando, como tantas vezes acontece, a neurose tem relação com os conflitos entre membros de uma família, os membros sadios não hesitam muito tempo em escolher entre seus próprios interesses e a recuperação daquele que está doente. Não será de admirar, realmente, se um marido encara com desaprovação um tratamento no qual, conforme ele acertadamente suspeita, será trazido à luz o catálogo interno de suas mazelas. E nem haveremos de nos admirar em face disso; mas, nesse caso, não podemos acusar-nos, se nossos esforços não obtêm êxito e o tratamento é interrompido prematuramente, porque à resistência do marido se adiciona a de sua esposa doente. Com efeito, havíamos, então, empreendido algo que, nas circunstâncias vigentes, era irrealizável.

Em vez de relatar muitos casos, contar-lhe-ei a história de apenas um deles, no qual, por motivos de sigilo médico, fui condenado a desempenhar um papel sofrido. Empreendi o

tratamento analítico - isto já faz muitos anos - de uma jovem que por algum tempo tinha, devido à ansiedade, sido incapaz de sair à rua ou de ficar só em casa. Aos poucos, a paciente foi revelando que sua imaginação fora dominada por observações casuais do relacionamento amoroso entre sua mãe e um endinheirado amigo da família. Ela, porém, era tão desajeitada - ou tão sutil -, que deu à sua mãe uma pista daquilo de que se estava falando nas sessões analíticas. Ela o fez, modificando sua conduta para com a mãe, insistindo em ser protegida, unicamente por sua mãe, de sua ansiedade de ficar só, e trancando a porta de saída à sua mãe, se esta tentasse sair de casa. Sua mãe também tinha sido muito neurótica, no passado, mas se havia curado, anos antes, em uma estação de águas. Para ser mais preciso, ela havia travado conhecimento com o homem com o qual foi capaz de iniciar uma relação que, de todos os modos, lhe agradava. As violentas exigências da moça surpreenderam-na, e ela rapidamente compreendeu o significado da ansiedade de sua filha: a jovem havia adoecido a fim de tornar sua mãe prisioneira e roubar-lhe a liberdade de movimentos necessários às relações com seu amante. A mãe prontamente tomou a decisão e pôs fim ao detestável tratamento. A jovem foi levada a um sanatório para doenças nervosas e, por muitos anos, era mostrada como ‘uma pobre vítima da psicanálise’. Todo esse tempo, também, fui perseguido pela calúnia de responsabilidade pelo infeliz fim do tratamento. Mantive-me em silêncio, pois julguei-me preso à obrigação do sigilo médico. Muito tempo depois, soube, por um de meus colegas que tinha visitado o sanatório e ali vira a jovem agorafóbica, que a *liaison* entre sua mãe e o próprio amigo da família era um caso público e notório na cidade, e que, nisto, provavelmente, era conivente o marido e pai. Assim, a esse ‘segredo’ é que o tratamento tinha sido sacrificado. Nos anos anteriores à guerra, quando pessoas chegadas de muitos países estrangeiros me fizeram independente da simpatia ou antipatia de minha própria cidade, segui a regra de não tomar um paciente em tratamento a menos que ele fosse *sui juris*, não-dependente de quem quer que fosse, nas relações essenciais de sua vida. No entanto, isto não é possível para todos os analistas. Talvez os senhores possam concluir, de minha advertência contra os parentes, que os pacientes destinados à psicanálise devam ser segregados de suas famílias, e que essa espécie de tratamento deveria, por conseguinte, restringir-se a pessoas internadas em hospitais para doenças nervosas. Nisto eu não poderia acompanhá-los, porém. É muito mais vantajoso para os pacientes (na medida em que não estejam em uma fase de grave exaustão) permanecerem, durante o tratamento, naquelas condições em que têm de lutar contra as tarefas que os desafiam. Os parentes dos pacientes, contudo, não devem anular essa vantagem, como sua conduta, e não deveriam oferecer qualquer oposição hostil aos esforços do médico. Entretanto, como se propõem os senhores influenciar, nesse sentido, fatores como estes que nos são inacessíveis? E os senhores compreenderão, naturalmente, o quanto as perspectivas de um tratamento são determinadas pelo *milieu* social do paciente e pelo nível cultural de sua família.

Esse aspecto apresenta uma sombria perspectiva para a eficiência da psicanálise como forma de terapia, não é mesmo? Ainda que sejamos capazes de explicar a grande maioria de

nossos fracassos, atribuindo-os à interferência de fatores externos. Amigos da análise têm-nos aconselhado a arrostar a ameaça de publicação de nossos insucessos com estatísticas de nossos êxitos, alinhadas por nós próprios. Não concordo com isto. Assinalei que as estatísticas são carentes de valor se os itens nelas agrupados são por demais heterogêneos; e os casos de doença neurótica que tomamos em tratamento eram, de fato, impossíveis de comparar, em uma grande variedade de aspectos. Além do mais, o período de tempo que podia ser coberto era excessivamente curto para possibilitar uma avaliação da durabilidade das curas. E era totalmente impossível relatar muitos desses casos: referiam-se a pessoas que haviam mantido em segredo tanto sua doença, como seu tratamento, e sua recuperação igualmente devia ser mantida em segredo. O motivo mais forte para silenciar está, contudo, na percepção de que, em matéria de terapia, as pessoas se conduzem muito irracionalmente, de forma que não se tem a perspectiva de realizar, junto delas, nada por meios racionais. Uma inovação terapêutica, ou é recebida com entusiasmo delirante - como, por exemplo, quando Koch apresentou ao público sua primeira tuberculina contra a tuberculose -, ou é tratada com desconfiança profunda - como a vacina de Jenner, que foi realmente uma benção e ainda hoje encontra opositores irreconciliáveis. Houve, evidentemente, um preconceito contra a psicanálise. Se alguém tivesse curado um caso grave, podia-se ouvir as pessoas dizerem: 'Isso não prova nada. Ele podia ter-se recuperado por si mesmo, nesse período.' E quando uma paciente, que já havia passado por quatro ciclos de depressão e mania, veio a ser tratada por mim durante um intervalo subsequente a um ataque de melancolia, entrando, três semanas depois, numa fase de mania, todos os membros de sua família - e também uma alta autoridade médica que foi solicitada para consulta - se convenceram de que o novo ataque só podia ser o resultado de minha tentativa de análise. Nada pode ser feito contra os preconceitos. Isto os senhores podem constatar novamente, hoje em dia, nos preconceitos que cada grupo de nações em guerra desenvolveu contra o outro. A coisa mais sensata a fazer é esperar e deixar tais preconceitos aos efeitos da erosão do tempo. Um dia, as mesmas pessoas começam a pensar acerca das mesmas coisas de uma maneira bem diferente de antes; e a razão por que não pensavam dessa maneira, anteriormente, continua sendo profundo mistério.

É possível que o preconceito contra o tratamento analítico já esteja diminuindo. A constante difusão dos ensinamentos analíticos, o crescente número de médicos exercendo a análise em diversos países, parecem corroborar esse fato. Quando eu era um jovem médico, encontrei-me em meio a uma tormenta de indignação semelhante, por parte dos médicos, contra o tratamento pela sugestão hipnótica, que agora é apoiada, em comparação com a análise, por pessoas de opiniões moderadas. O hipnotismo, no entanto, não cumpriu sua promessa inicial como agente terapêutico. Nós, psicanalistas, podemos declarar-nos seus legítimos herdeiros, e não esquecemos quanto encorajamento e esclarecimento teórico lhe devemos. Os efeitos nocivos atribuídos à psicanálise restringem-se essencialmente a passageiras manifestações de um conflito exacerbado, se a análise é efetuada de modo inábil, ou se é interrompida pelo meio. Os senhores ouviram uma exposição daquilo que realizamos com nossos pacientes, e podem formar seu próprio juízo quanto a saber se nossos

esforços são destinados a produzir qualquer prejuízo duradouro. O mau uso da análise é possível, em diversos sentidos; em especial, a transferência é um instrumento perigoso nas mãos de um médico inescrupuloso. Não há instrumento ou método médico que esteja garantido contra mau uso; se um bisturi não corta, tampouco pode ser usado para curar. Terminei, senhoras e senhores. É mais do que uma fórmula convencional das palavras o fato de eu admitir que eu próprio estou profundamente consciente dos vários defeitos existentes nas conferências que lhes proferi. Lamento, sobretudo, haver-lhes tantas vezes prometido retornar posteriormente a tópicos que apenas mencionara e, depois, não ter encontrado oportunidade de cumprir minha promessa. Assumi o compromisso de dar-lhes uma descrição do assunto que ainda está incompleto e em processo de evolução; e meu resumo condensado veio a mostrar-se incompleto. Em alguns pontos, apresentei o material sobre o qual tirar uma conclusão, e depois eu mesmo não cheguei à conclusão. Não poderia, contudo, pretender torná-los peritos; apenas procurei dar-lhes estímulo e esclarecimento.

História de uma neurose infantil e outros trabalhos

VOLUME XVII

(1917-1919)

Dr. Sigmund Freud

HISTÓRIA DE UMA NEUROSE INFANTIL (1918 [1914])

NOTA DO EDITOR INGLÊS - AUS DER GESCHICHTE EINER INFANTILEN
NEUROSE

(a) EDIÇÕES ALEMÃES:

1918 *S.K.S.N.*, 4, 578-717.

1922 *S.K.S.N.*, 5, 1-140.

1924 Leipzig, Viena e Zurique: Internationaler Psychoanalytischer Verlag, 132 págs.

1924 *G.S.*, 8, 439-567.

1931 *Neurosenlehre und Technik*, 37-171

1947 *G.W.*, 12, 29-157.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘From the History of an Infantile Neurosis’

1925 *C.P.*, 3, 473-605. (Trad. de A. e J. Strachey).

Foram introduzidas algumas modificações na edição alemã de 1924, principalmente no tocante a datas; e acrescentou-se uma longa nota de rodapé no final. A presente tradução inglesa é revisão da publicada em 1925.

Este é o mais elaborado e sem dúvida o mais importante de todos os casos clínicos de Freud. Foi em fevereiro de 1910 que o jovem e rico russo, de quem o relato trata, dirigiu-se a Freud para ser analisado. Sua primeira etapa de tratamento, que é abordada neste artigo, durou daquela data até julho de 1914, quando Freud considerou o caso encerrado. Começou a escrever o caso clínico em outubro do mesmo ano e concluiu-o em princípios de novembro. No entanto, retardou sua publicação por quatro anos. Na ocasião, nenhuma modificação foi feita, conta-nos ele (ver em [1]), mas dois longos trechos foram inseridos. O desenvolvimento posterior do caso, após concluída a primeira etapa de tratamento, está descrito por Freud na nota de rodapé que acrescentou à edição de 1924, no final do artigo (ver em [1] e [2]).

Informações ainda mais recentes também serão encontradas, em parte, fornecidas por material publicado posteriormente pelo próprio Freud, em parte, por dados que surgiram depois de sua morte.

Freud fez uma série de referências ao caso do ‘Homem dos Lobos’ em trabalhos publicados antes e depois do próprio caso clínico, e talvez valha a pena enumerá-las. A primeira evidência do interesse de Freud pelo caso foi um parágrafo que apareceu, com a

sua assinatura, no início do outono de 1912 (*Zbl. Psychoanal.*, 2, 680), obviamente estimulado pelo sonho do lobo, que é motivo central do caso clínico. Apareceu sob a rubrica ‘Offener Sprechsaal’ (‘Fórum Aberto’) e consta do seguinte:

‘Ficaria satisfeito se todos os meus colegas que se preparam para ser analistas coligissem e analisassem cuidadosamente quaisquer sonhos de seus pacientes cuja interpretação justifique a conclusão de que *aqueles que os tiveram tenham sido testemunhas de um ato sexual nos primeiros anos de vida*. Uma sugestão é sem dúvida suficiente para tornar evidente que tais sonhos são de um valor muito especial, em mais de um aspecto. Apenas esses sonhos podem, é claro, ser considerados como indicativos de que ocorreram na infância, e são lembrados a partir desse período.

Freud.’

Um outro parágrafo sobre o assunto apareceu no começo de 1913 (*Int Z. Psychoanal.*, 1, 79):

‘*Sonhos de Crianças com um Significado Especial*

‘No Fórum Aberto do *Zbl. Psychoanal.*, 2, 680, pedi a meus colegas que publicassem quaisquer sonhos ocorridos na infância “cuja interpretação justifique a conclusão de que aqueles que os tiveram tenham sido testemunhas de um ato sexual nos primeiros anos de vida”. Devo agradecer agora à Dra. Mira Gineburg (de Breitenau-Schaffhausen) por uma primeira contribuição que parece adequar-se às condições estabelecidas. Prefiro adiar uma consideração crítica desse sonho até que se tenha coligido mais material comparativo.

Freud.’

Essa nota era seguida pelo relato do sonho em questão, pela Dra. Gineburg. Um sonho semelhante foi depois relatado por Hirschmann, no mesmo ano (*Int. X. Psychoanal.*, 1, 476), mas não houve mais comunicações sobre o assunto por parte de Freud. Durante esse verão, contudo, ele publicou o seu artigo sobre ‘A Ocorrência, em Sonhos, de Material Oriundo de Contos de Fadas’ (1913*d*), que na verdade relatava o sonho do lobo e que foi em parte reproduzido no caso clínico (ver em [1] e segs.); e no início do ano seguinte surgiu o artigo sobre ‘*Fausse Reconnaissance* no Tratamento Psicanalítico’ (1914*a*), descrevendo outro episódio no caso. Também este foi parcialmente reproduzido aqui (ver em [1]). Há, também, uma referência indireta ao ‘Homem dos Lobos’ em um debate sobre primeiras lembranças da infância, em ‘Recordar, Repetir e Elaborar’ (1914*g*), Edição *Standard* Brasileira, Vol. XII, pág. 195, IMAGO Editora, 1976. O artigo metapsicológico sobre ‘Repressão’ (1915*d*),

que foi publicado antes do presente trabalho, embora escrito depois deste, contém um parágrafo referente à fobia de lobos do paciente. Muitos anos depois da publicação do caso clínico, Freud voltou ao caso no decorrer de uma argumentação sobre as fobias de animais das crianças em *Inibições, Sintomas e Ansiedade* (1926d). Nos capítulos IV e VII desse trabalho, a fobia de lobos do paciente é comparada com a fobia de cavalos analisada no caso do ‘Little Hans’ (1909b). Finalmente, em um de seus últimos artigos, ‘Análise Terminável e Interminável’ (1937c), Freud fez alguns comentários críticos sobre a inovação técnica de estabelecer um tempo-limite para o tratamento, o qual ele introduziu neste caso, descrevendo-o ver em [1].

Aos olhos de Freud, o significado primário deste caso clínico na época da sua publicação era claramente o apoio que proporcionava para as suas críticas a Adler e, mais especificamente, a Jung. Havia ali evidência conclusiva para refutar qualquer negação da sexualidade infantil. Todavia, muitos mais proveitos de alto valor surgiram do tratamento, embora uma parte deles já tivesse sido dada a público no intervalo de quatro anos entre a elaboração do caso clínico e sua publicação. Havia, por exemplo, a relação entre as ‘cenas primárias’ e as ‘fantasias primitivas’, que conduziu diretamente ao obscuro problema da possibilidade de que o conteúdo mental da fantasias primitivas pudesse ser herdado. Isso foi examinado na Conferência XXIII das *Conferências Introdutórias* (1916-17), mas depois foi elaborado nos trechos adicionais das págs. 67 e 103 e segs. Outra vez, o notável material da Seção VII, que trata do erotismo anal do paciente, foi utilizado por Freud em seu artigo ‘As Transformações do Instinto’ (1917c), pág. 131, adiante.

Ainda mais importante foi o esclarecimento dado pela presente análise sobre a primitiva organização oral da libido, que em certa medida é discutida adiante, em [1] e [4]. A primeira referência *publicada* de Freud a essa organização era a de um parágrafo acrescentado em 1915 à terceira edição dos seus *Três Ensaios* (1905d), Edição *Standard Brasileira*, Vol. VII, pág. 204, IMAGO Editora, 1972. O prefácio a essa terceira edição traz a data ‘Outubro de 1914’ - exatamente o mês durante o qual escrevia o artigo sobre o ‘Homem dos Lobos’. Parece provável que o material ‘canibalístico’ revelado nessa análise tenha desempenhado um papel importante na preparação do caminho para algumas das mais significativas das teorias de que Freud se ocupava nesse período: as interconexões entre incorporação, identificação, a formação de um ideal do ego, o sentimento de culpa e os estados patológicos de depressão. Algumas dessas teorias já haviam sido expressas no último ensaio de *Totem e Tabu* (a redação deste caso clínico (Jones, 1955, 367).

Talvez a principal descoberta clínica seja a de revelar a evidência do papel determinante desempenhado na neurose do paciente pelos seus impulsos femininos *primários*. Seu marcado grau de bissexualidade era apenas a confirmação de pontos de vista há muito defendidos por Freud, que datavam da época de sua amizade com Fliess. Nos seus escritos

subseqüentes, porém, Freud deu ainda mais ênfase ao fato da ocorrência *universal* da bissexualidade e da existência de um complexo de Édipo ‘invertido’ ou ‘negativo’. Essa tese recebeu sua expressão mais clara no trecho sobre o complexo de Édipo ‘completo’, no capítulo III de *O Ego e o Id* (1923b). Por outro lado, resiste com veemência a uma tentativa de inferência teórica no sentido de que os escrito em meados de 1913) e no artigo sobre narcisismo (concluído em princípios de 1914). Outras iriam aparecer em ‘Luto e Melancolia’. Este último só foi publicado em 1917. Mas foi-lhe dada forma final no começo de maio de 1915; e muitas das idéias que contém haviam sido colocadas diante da Sociedade Psicanalítica de Viena, a 30 de dezembro de 1914, apenas algumas semanas após motivos relacionados com a bissexualidade são os determinantes invariáveis da repressão (ver em [1] e seg.) - problema a que Freud se referiu extensamente pouco depois, em ‘Uma Criança é Espancada’ (1919e), ver em [1] e segs., adiante.

Finalmente, talvez seja legítimo chamar a atenção para a extraordinária habilidade literária com que Freud expôs o caso. Estava diante da tarefa pioneira de fornecer um relato científico de eventos psicológicos de novidade e complexidade jamais sonhadas. O resultado é um trabalho que não apenas evita os perigos de confusão e obscuridade, mas também prende a fascinada atenção do leitor do princípio ao fim.

HISTÓRIA DE UMA NEUROSE INFANTIL

I - OBSERVAÇÕES INTRODUTÓRIAS

O caso que me proponho relatar nas páginas que se seguem (uma vez mais apenas de maneira fragmentária) caracteriza-se por uma série de peculiaridades que outras pessoas quando iniciou o seu tratamento psicanalítico, vários anos depois. Tivera uma vida mais ou menos normal durante os dez anos que precederam a data de sua doença e cumpriu os estudos da escola secundária sem muitos problemas. Seus primeiros anos de vida haviam, contudo, sido dominados por um grave distúrbio neurótico, que começou imediatamente antes do seu quarto aniversário, uma histeria de angústia (na forma de uma fobia animal), que se transformou então numa neurose exigem ser enfatizadas antes que proceda a uma descrição dos próprios fatos. Diz respeito a um jovem cuja saúde se abalara aos dezoito anos, depois de uma gonorréia infecciosa, e que se encontrava inteiramente incapacitado e dependente de obsessiva de conteúdo religioso e perdurou, com as suas manifestações, até os dez anos.

Apenas essa neurose infantil seria o objeto da minha comunicação. Apesar do pedido direto do paciente, absteve-me de escrever um histórico completo da sua enfermidade, do tratamento e da recuperação, porque reconheci que tal tarefa era tecnicamente impraticável e socialmente impermissível. Ao mesmo tempo, isso afasta a possibilidade de demonstrar a relação entre a sua doença na infância e a sua doença posterior e permanente. No que diz respeito a esta, só posso dizer que, por causa dela, o paciente passou um longo período em sanatórios alemães, e foi, na época, classificada pelos mais autorizados especialistas, como um caso de ‘insanidade maníaco-depressiva’. Esse diagnóstico era certamente aplicável ao pai do paciente, cuja vida, de muitas atividades e interesses, foi perturbada por repetidos ataques de grave depressão. No filho, porém, jamais consegui, durante uma observação que durou vários anos, detectar quaisquer mudanças de ânimo que fossem desproporcionais à situação psicológica manifesta, tanto na intensidade quanto nas circunstâncias do seu aparecimento. Formei a opinião de que este caso, como muitos outros que a psiquiatria clínica rotulou com os mais multifários e variáveis diagnósticos, deve ser considerado como uma condição que se segue a uma neurose obsessiva que acabou espontaneamente, mas deixou por trás um defeito, após a recuperação.

Minha descrição tratará, portanto, de uma neurose infantil que foi analisada não enquanto realmente existia, mas somente quinze anos depois de haver terminado. Esse estado de coisas tem suas vantagens, bem como desvantagens, em comparação com a alternativa. Uma análise conduzida sobre a própria criança neurótica deve normalmente parecer mais digna de confiança, mas não pode ser muito rica em material; demasiadas palavras e pensamentos têm que ser ‘emprestados’ à criança, e ainda assim os estratos mais profundos podem tornar-se impenetráveis para a consciência. Uma análise de um distúrbio da infância por meio da recordação de um adulto intelectualmente maduro está livre dessas limitações; mas é preciso que levemos em conta a distorção e a reelaboração às quais o passado de uma pessoa está sujeito, quando visto na perspectiva de um período posterior. A primeira alternativa dá,

talvez, resultados mais convincentes; a segunda é, com sobras, a mais instrutiva.

Em qualquer caso, pode-se dizer que a análise de neuroses infantis possui um interesse teórico particularmente alto. Proporciona-nos, por assim dizer, tanta ajuda no sentido de uma compreensão adequada das neuroses dos adultos, quanto os sonhos infantis em relação aos sonhos dos adultos. Não é que sejam, na verdade, mais perspicuos ou mais pobres de elementos; de fato, a dificuldade de perceber o acesso à vida mental de uma criança, torna-a uma tarefa particularmente difícil para o médico. Não obstante, por não haver ainda tantos dos depósitos posteriores, a essência da neurose salta aos olhos com uma nitidez inequívoca. Na fase atual da batalha que se desenrola à volta da psicanálise, a resistência às suas descobertas tomou, como sabemos, uma nova forma. Antigamente as pessoas contentavam-se em discutir a realidade dos fatos estabelecidos pela análise; e, para esse propósito, a melhor técnica parecia ser a de evitar examiná-los. Esse procedimento parece estar-se exaurindo lentamente; e as pessoas adotam agora outro plano - reconhecer os fatos, mas eliminar, por meio de interpretações torcidas, as conseqüências que a eles se seguem, de modo que os críticos podem ainda resguardar-se das novidades objetáveis tão eficientemente como antes. O estudo das neuroses infantis expõe a completa inadequação dessas tentativas superficiais e arbitrárias de reinterpretação. Mostra o papel predominante que é desempenhado na formação das neuroses por aquelas forças libidinais tão impulsivamente rejeitadas, e revela a ausência de quaisquer aspirações no sentido de objetivos culturais remotos, dos quais a criança nada sabe ainda e que não podem, portanto, ter qualquer significado para ela.

Outra característica que torna a presente análise digna de nota está ligada à gravidade da doença e à duração do tratamento. As análises que conduzem a uma conclusão favorável em pouco tempo, são de valor para a auto-estima do terapeuta e para substanciar a importância médica da psicanálise; mas permanecem em grande parte insignificantes no que diz respeito ao progresso do conhecimento científico. Nada de novo se aprende com elas. Na verdade, apenas são bem-sucedidas tão rapidamente, porque tudo o que era necessário para a sua realização já era conhecido. A novidade só pode ser obtida de análises que apresentam especiais dificuldades, e para que isso aconteça é necessário que a elas se dedique bastante tempo. Apenas em tais casos conseguimos descer aos estratos mais profundos e mais primitivos do desenvolvimento mental, e destes obter soluções para os problemas das formações posteriores. E depois disso, sentimos que, estritamente falando, só uma análise que penetrou tão fundo merece esse nome. Naturalmente, um único caso não nos dá toda a informação que gostaríamos de ter. Ou, melhor dizendo, poderia ensinar-nos tudo, se estivéssemos numa posição de tudo compreender e se não fôssemos compelidos pela inexperiência da nossa própria percepção a contentarmo-nos com pouco.

No que diz respeito a essas férteis dificuldades, o caso que vou expor nada deixa a desejar. Os primeiros anos do tratamento produziram escassas mudanças. Devido a uma concatenação afortunada, todas as circunstâncias externas conjugaram-se, todavia, para

tornar possível proceder à experiência terapêutica. Acredito que em circunstâncias menos favoráveis o tratamento teria sido abandonado depois de pouco tempo. Do ponto de vista médico, posso apenas declarar que, num caso dessa natureza, devemos comportar-nos tão ‘atemporalmente’ quanto o próprio inconsciente, se desejamos aprender ou conseguir alguma coisa. E, ao final, o médico será bem-sucedido, se tiver força para renunciar a qualquer ambição terapêutica de pouca visão. Não se deve esperar que a soma de paciência, adaptabilidade, compreensão interna (*insight*) e confiança exigida do paciente e de seus parentes se apresente em muitos outros casos. O analista, contudo, tem o direito de achar que os resultados que obteve de tão extenso trabalho, num caso, ajudem substancialmente a reduzir a duração do tratamento em um caso subsequente, de igual gravidade, e que, ao submeter-se numa ocasião única à atemporalidade do inconsciente, ele estará perto de dominá-lo no final.

O paciente a que me refiro aqui permaneceu muito tempo inexpugnavelmente entrincheirado por trás de uma atitude de amável apatia. Escutava, compreendia e permanecia inabordável. Sua indiscutível inteligência estava, assim, separada das forças instintuais que governam seu comportamento nas poucas relações vitais que lhe restavam. Exigiu uma longa educação induzi-lo a assumir uma parcela independente no trabalho; e quando, como resultado desse esforço, começou pela primeira vez a sentir alívio, desistiu imediatamente de trabalhar, com o objetivo de evitar quaisquer outras mudanças e de permanecer confortavelmente na situação que fora assim estabelecida. Sua retração diante de uma existência auto-suficiente era tão grande que excedia todas as aflições da sua doença. Só haveria um meio de superar isso. Fui obrigado a esperar até que o seu afeiçoamento a mim se tornasse forte, o suficiente para contrabalançar essa retração, e então jogar um fator contra o outro. Determinei - mas não antes que houvesse indícios dignos de confiança que me levassem a julgar que chegara o momento certo - que o tratamento seria concluído numa determinada data fixa, não importando o quanto houvesse progredido. Eu estava resolvido a manter a data; e finalmente o paciente chegou à conclusão de que eu estava falando sério. Sob a pressão inexorável desse limite fixado, sua resistência e sua fixação na doença cederam e então, num período desproporcionalmente curto, a análise produziu todo o material que tornou possível esclarecer as suas inibições e eliminar os seus sintomas. E também toda a informação que me possibilitou compreender a sua neurose infantil nasceu dessa última etapa do trabalho, durante a qual a resistência desapareceu temporariamente e o paciente dava a impressão de uma lucidez que habitualmente só é obtida através da hipnose.

Desse modo, o curso deste tratamento ilustra uma máxima cuja verdade era há muito apreciada na técnica da análise. A extensão da estrada pela qual a análise deve viajar com o paciente e a quantidade de material que deve ser dominado pelo caminho não têm importância em comparação com a resistência encontrada no decorrer do trabalho. Só têm importância na medida em que são necessariamente proporcionais à resistência. A situação é a mesma de um exército inimigo que precisa, hoje, de semanas e meses para abrir caminho através de uma região que, em tempos de paz, seria atravessada em poucas horas por um

expresso e que, pouco tempo antes, fora transposta pelo exército defensor em alguns dias.

Uma terceira peculiaridade da análise, que será descrita nestas páginas, apenas aumentou a minha dificuldade em decidir fazer dela um relato. No todo, os seus resultados coincidiram, da maneira mais satisfatória, com o nosso conhecimento prévio, ou foram facilmente incorporados por ele. Muitos detalhes, no entanto, pareceram-me tão extraordinários e incríveis, que senti alguma hesitação em pedir a outras pessoas que acreditassem neles. Solicitei ao paciente que fizesse a mais rigorosa crítica das suas recordações, mas ele nada achou de improvável em suas afirmações e confirmou-as inteiramente. Em todo caso, os leitores podem ficar certos de que só estou relatando o que surgiu como experiência independente, não influenciada pela minha expectativa. De forma que nada mais me restou senão recordar a sábia sentença de que há mais coisas no céu e na terra do que sonha a nossa filosofia. Qualquer um que pudesse conseguir eliminar ainda mais completamente as suas convicções preexistentes, descobriria, sem dúvida, ainda mais coisas como estas.

II - AVALIAÇÃO GERAL DO AMBIENTE DO PACIENTE E DO HISTÓRICO DO CASO

Sou incapaz de fornecer um relato puramente histórico ou puramente temático da história do meu paciente; não posso escrever um histórico nem do tratamento nem da doença, mas sinto-me obrigado a combinar os dois métodos de apresentação. É sabido que não se encontraram meios de introduzir, de qualquer modo, na reprodução de uma análise o sentimento de convicção que resulta da própria análise. Exaustivos relatórios textuais dos procedimentos adotados durante as sessões não teriam certamente qualquer valia; e, de qualquer maneira, a técnica do tratamento torna impossível elaborá-los. Assim, análises como esta não são publicadas com a finalidade de produzir convicção nas mentes daqueles cuja atitude tenha sido, até então, de recusa e ceticismo. A intenção é apenas a de apresentar alguns novos fatos a pesquisadores que já estejam convencidos por suas próprias experiências clínicas.

Começarei, então, por fornecer um quadro do mundo da criança e por dizer tanto da história da sua infância quanto poderia ser sabido sem qualquer esforço; na verdade, não foi senão depois de vários anos que a história se tornou menos incompleta e obscura.

Os pais haviam casado jovens e mantinham ainda uma feliz vida em comum, sobre a qual a doença em breve lançaria as primeiras sombras. A mãe começou a sofrer de distúrbios abdominais e o pai teve seus primeiros ataques de depressão, que o levaram a ausentar-se de casa. Naturalmente, o paciente só chegou a perceber a enfermidade do pai muito mais tarde, mas tinha consciência da fraca saúde da mãe desde a mais tenra infância. Por conseguinte, ela tinha relativamente pouco a ver com as crianças. Um dia, certamente antes de completar quatro anos, enquanto a mãe saía para ver o médico e ele caminhava ao seu lado, segurando sua mão, ouviu-a lamentar a sua condição. As palavras da mãe causaram nele profunda impressão, e ele mais tarde aplicou-as a si mesmo (cf. pág. 85). Não era filho único; tinha uma irmã, aproximadamente dois anos mais velha, vivaz, dotada, precocemente maliciosa, que iria desempenhar um importante papel em sua vida.

Pelo que se podia lembrar, cuidava dele uma babá, uma velha sem instrução, de origem camponesa, com uma incansável afeição por ele. O menino era uma espécie de substituto de seu próprio filho, que morrera jovem. A família vivia numa granja e costumava passar o verão em outra. Ambas as propriedades eram mais ou menos próximas de uma cidade grande. Houve uma ruptura na sua infância quando os pais venderam as granjas e mudaram-se para a cidade. Os parentes próximos costumavam visitá-los com freqüência, numa ou na outra granja - os irmãos do pai, as irmãs da mãe com seus filhos, os avós maternos. Durante o verão os pais costumavam estar fora por algumas semanas. Numa lembrança encobridora ele viu-se a si próprio com a babá olhando a carruagem que se afastava com o pai, a mãe e a irmã, e depois voltando serenamente para dentro de casa. Devia ser muito pequeno na ocasião. No verão seguinte, sua irmã também ficou em casa e foi contratada uma governanta inglesa, que ficou responsável pelas crianças.

Anos mais tarde ele ouviu muitas histórias sobre a sua infância. Ele próprio sabia uma porção, mas eram naturalmente desconexas no que respeita a data e assunto. Uma delas, que foi repetida muitas e muitas vezes em sua presença, por ocasião da sua posterior enfermidade, apresenta-nos o problema de cuja solução nos ocuparemos. Nos primeiros anos, parece ter sido uma criança de muito boa índole, tratável, até mesmo tranqüila, de tal modo que costumavam dizer que ele é que devia ter sido a menina, e sua irmã mais velha, o rapaz. Certa vez, porém, ao regressarem das férias de verão, os pais encontraram-no transformado. Tornara-se inquieto, irritável e violento. Ofendia-se por qualquer coisa e depois tomava-se de raiva e berrava como um selvagem; de modo que, ao persistir esse estado de coisas, os pais expressaram as suas apreensões quanto à possibilidade de enviá-lo mais tarde para uma escola. Isso aconteceu durante o verão em que a governanta inglesa ficou com eles. Ocorria que esta era uma pessoa excêntrica e irascível e, além do mais, viciada em bebida. A mãe do menino inclinou-se, portanto, a atribuir a alteração no seu caráter à influência dessa inglesa, presumindo que ela o havia irritado profundamente com o tratamento que lhe dispensava. A perspicaz avó, que passara o verão com as crianças, era de opinião que a irritabilidade do menino fora provocada pelas discussões entre a inglesa e a babá. A inglesa havia chamado a babá de bruxa, repetidas vezes, obrigando-a a sair da sala;

o menino tomara abertamente o partido da sua amada 'Nanya' e demonstrara à governanta o seu rancor. O que quer que tenha acontecido, a inglesa foi mandada embora pouco depois do regresso dos pais, sem que tenha havido qualquer modificação conseqüente no insuportável comportamento do menino.

O paciente preservara a sua lembrança desse período de desobediência. Conforme recordava, fez a primeira das suas cenas num Natal, quando não lhe deram uma quantidade dupla de presentes - o que lhe era devido, porque seu aniversário era no dia de Natal. Não poupou nem mesmo a sua querida Nanya das suas malcriações e irritabilidades; atormentou-a, talvez, ainda mais sem remorsos do que a qualquer outro. Mas a fase que trouxe consigo a sua mudança de caráter estava inextricavelmente ligada, na sua lembrança, com muitos outros fenômenos estranhos e patológicos que ele não conseguia dispor em seqüência cronológica. Ele misturava todos os incidentes que vou agora relatar (que não poderiam ter sido contemporâneos e que estão cheios de contradições internas), num único e mesmo período de tempo, ao qual deu o nome de 'ainda na primeira granja'. Achava que deviam ter saído dessa granja na época em que tinha cinco anos de idade. Assim, recordava ele que havia sofrido um medo, que sua irmã explorava com o propósito de atormentá-lo. Havia um determinado livro de figuras no qual estava representado um lobo, de pé, dando largas passadas. Sempre que punha os olhos nessa figura começava a gritar, como um louco, que tinha medo de que o lobo viesse e o comesse. A irmã, no entanto, sempre dava um jeito de obrigá-lo a ver a imagem, e deleitava-se com o seu terror. Entretanto, ele se amedrontava também com outros animais, grandes e pequenos. Certa vez estava correndo atrás de uma grande e bonita borboleta, com asas listradas de amarelo e acabando em ponta, na esperança de apanhá-la. (Era sem dúvida uma 'rabo-de-andorinha'.) De repente, foi tomado de um terrível medo da criatura e, aos gritos, desistiu da caçada. Também sentia medo e repugnância dos besouros e das lagartas. Ainda assim, conseguia lembrar-se de que, nessa mesma época, costumava atormentar os besouros e cortar as lagartas em pedaços. Também os cavalos despertavam nele um estranho sentimento. Se alguém batia num cavalo, ele começava a gritar, e certa vez foi obrigado a sair de um circo por causa disso. Em outras ocasiões, ele próprio gostava de bater em cavalos. Se esses tipos contraditórios de atitude em relação aos animais operaram, na verdade, simultaneamente ou não, se uma atitude substituiu a outra, mas se assim foi, quando e em que ordem - a todas essas perguntas sua memória não oferecia uma resposta decisiva. Também não sabia dizer se o seu período de rebeldia foi *substituído* por uma fase de doença ou se persistiu através desta. Mas, em todo caso, suas afirmações que se seguem justificam a suposição de que, durante esses anos da sua infância, passou por um ataque de neurose obsessiva, facilmente reconhecível. Relatou como, durante um longo período, ele foi muito devoto. Antes de dormir era obrigado a rezar muito tempo e a fazer, em uma série interminável, o sinal-da-cruz. Também à tarde costumava fazer uma ronda por todas as imagens sagradas penduradas na sala, levando consigo uma cadeira sobre a qual subia para beijar piamente cada uma delas. O que era totalmente destoante desse cerimonial devoto - ou, por outro lado, talvez fosse bastante coerente - é que se recordasse de certos pensamentos, determinadas blasfêmias que lhe

vinha à cabeça como uma inspiração do diabo. Era obrigado a pensar ‘Deus-suíno’ ou ‘Deus-merda’. Certa vez, em viagem para uma estância de repouso na Alemanha, foi atormentado pela obsessão de ter que pensar na Santíssima Trindade sempre que via três montes de esterco de cavalo ou qualquer outro excremento na estrada. Nessa época costumava executar outra cerimônia peculiar quando via pessoas das quais sentia pena, como mendigos, aleijados ou gente muito velha. Respirava soltando o ar ruidosamente, para que não ficasse como eles; e, em determinadas circunstâncias, tinha que inspirar vigorosamente. Presumi naturalmente que esses sintomas óbvios de uma neurose obsessiva pertenciam a um período e estágio de desenvolvimento algo posterior aos sinais de ansiedade e à fase de maltratar os animais.

Os anos mais maduros do paciente foram marcados por uma relação bastante insatisfatória com o pai, que, depois de repetidos ataques de depressão, não conseguia mais ocultar os aspectos patológicos do seu caráter. Nos primeiros anos da infância do paciente essa relação havia sido muito afetiva, e a recordação dela conservou-se em sua memória. O pai gostava muito do menino, gostava de brincar com ele. Este se sentia orgulhoso do pai, dizia sempre que gostaria de ser um cavaleiro como ele. A babá disse-lhe que a irmã era a criança da sua mãe, mas ele era a do pai - e isso agradou-lhe bastante. Nos últimos anos da infância, no entanto, houve um estranhamento entre ele e o pai. Este mostrava uma inequívoca preferência pela irmã, e por isso sentiu-se muito desprezado. Mais tarde, o medo ao pai tornou-se o fator dominante.

Todos os fenômenos que o paciente associava com a fase da vida que começou com a sua desobediência, desapareceram por volta dos oito anos. Não desapareceram de uma vez, e ocasionalmente reapareciam; mas finalmente cederam, na opinião do paciente, diante da influência dos mestres e tutores que tomaram o lugar das mulheres, que até então haviam cuidado dele. Aqui, pois, em seu mais breve esboço, estão os enigmas para os quais a psicanálise teria de achar uma solução. Qual foi a origem da súbita mudança no caráter do menino? Qual era o significado da sua fobia e das suas perversidades? Como chegou a uma devoção obsessiva? E como se inter-relacionavam todos esse fenômenos? Lembrarei uma vez mais o fato de que o nosso trabalho terapêutico dizia respeito a uma doença neurótica subsequente e recente, e só se poderiam esclarecer esses problemas anteriores quando o curso da análise deixasse o presente por algum tempo e nos forçasse a fazer um *détour* pelo período pré-histórico da infância.

III - A SEDUÇÃO E SUAS CONSEQÜÊNCIAS IMEDIATAS

É fácil compreender que a primeira suspeita recaiu sobre a governanta inglesa, pois a mudança no menino surgiu quando ela lá estava. Duas lembranças encobridoras persistiram, ambas incompreensíveis em si e relacionadas com a governanta. Em certa ocasião em que caminhava adiante das crianças, disse: ‘Olhem o meu rabinho!’ Outra vez, em que haviam saído para dar uma volta de carro, o chapéu dela voou, para grande satisfação das duas crianças. Isso apontou para o complexo de castração e permitiria uma construção segundo a qual uma ameaça proferida por ela contra o menino fora amplamente responsável por originar a sua conduta anormal. Não há qualquer perigo em comunicar construções dessa natureza à pessoa que está sendo analisada; elas não prejudicam a análise, mesmo se são equivocadas; mas ao mesmo tempo, não são colocadas a não ser que haja alguma perspectiva de alcançar uma aproximação da verdade por meio delas. O primeiro efeito dessa suposição foi o aparecimento de alguns sonhos, os quais não foi possível interpretar completamente, mas que pareciam todos concentrar-se ao redor do mesmo material. Pelo que se podia compreender deles, diziam respeito a ações agressivas por parte do menino contra a sua irmã ou contra a governanta, com enérgicas reprovações e castigos por causa dessas ações. Era como se ... após o banho dela ... ele tivesse tentado ... despir a sua irmã ... arrancar-lhe as roupas ... ou véus - e assim por diante. Mas não foi possível obter um conteúdo firme da interpretação; e de vez que esses sonhos davam a impressão de operar sempre sobre o mesmo material em diferentes formas, a leitura correta dessas reminiscências ostensivas tornou-se segura: só podia ser uma questão de fantasias que o paciente havia elaborado sobre a sua infância numa ou noutra época, provavelmente na puberdade, e que agora vinham outra vez à superfície sobre forma irreconhecível.

A explicação veio de uma só vez, quando o paciente se lembrou, de repente, de que, quando era ainda muito pequeno, a irmã o induzira a práticas sexuais. Primeiro veio a lembrança de que, no banheiro, que as crianças freqüentavam muitas vezes juntas, ela fez a seguinte proposta: ‘Vamos mostrar os nossos traseiros’, e passou das palavras à ação. Subseqüentemente veio à luz a parte mais essencial da sedução, com todos os detalhes de tempo e lugar. Foi na primavera, numa época em que o pai estava fora de casa; as crianças estavam brincando num quarto do andar térreo, enquanto a mãe trabalhava numa sala ao lado. A irmã havia-lhe pegado no pênis e brincava com ele, ao mesmo tempo em que lhe contava histórias incompreensíveis sobre a babá, à guisa de explicação. A babá, dizia ela, costumava fazer o mesmo com toda a espécie de gente - por exemplo, com o jardineiro: ela mantinha-lhe a cabeça em pé e então pegava-lhe nos genitais.

Aí, então, estava a explicação das fantasias cuja existência já havíamos adivinhado. Destinavam-se a apagar a lembrança de um evento que mais tarde pareceu ofensivo à auto-estima masculina do paciente, e atingiram o objetivo colocando uma inversão imaginária e desejável em lugar da verdade histórica. De acordo com essas fantasias, não era ele que havia desempenhado um papel passivo em relação à irmã, mas, pelo contrário, fora agressivo, tentara vê-la despida, fora rejeitado e punido, e iniciara, por essa razão, o comportamento colérico do qual a tradição familiar tanto falava. Era também apropriado

incluir a governanta nessa composição imaginativa, já que a principal responsabilidade pelos seus acessos de ira foi a ela atribuída pela mãe e pela avó. Essas fantasias, portanto, correspondiam exatamente às lendas por meio das quais uma nação que se tornou grande e orgulhosa tenta esconder a insignificância e o fracasso dos seus primórdios.

A governanta pode, com efeito, ter sido apenas uma participação muito remota na sedução e em suas conseqüências. As cenas com a irmã tiveram lugar no início do mesmo ano em que, no auge do verão, a inglesa chegou para tomar o lugar dos pais ausentes. A hostilidade do menino para com a governanta veio à tona, entretanto, por outra via. Ao abusar da babá e maldizê-la como bruxa, ela estava seguindo, aos seus olhos, os passos da irmã, que lhe contara primeiro histórias tão monstruosas sobre a babá; e, desse modo, ela deu-lhe oportunidade de expressar abertamente contra ela própria a aversão que, como ouviremos, ele havia desenvolvido contra a irmã, como resultado da sua sedução.

Mas essa sedução pela irmã não foi certamente uma fantasia. Sua credibilidade aumentou com certa informação que jamais foi esquecida e que datava de um período posterior da sua vida, quando já estava crescendo. Um primo, que tinha pelo menos dez anos mais do que ele, contou-lhe, numa conversa sobre a irmã, que se lembrava muito bem o quão precoce e sensual a menininha fora: uma vez, quando ela tinha apenas quatro ou cinco anos, sentara-se no colo do primo e abrira-lhe as calças para pegar-lhe no pênis.

Neste ponto eu gostaria de interromper a história da infância do meu paciente e dizer algo sobre essa irmã, sobre o seu crescimento e os fatos posteriores de sua vida, e sobre a influência que tinha sobre ele. Ela era dois anos mais velha e esteve sempre à sua frente em tudo. Quando criança era intratável e comportava-se como um menino, mas depois ingressou numa brilhante fase intelectual e distinguiu-se por suas agudas e realistas faculdades mentais; nos estudos inclinou-se para as ciências naturais, mas produziu também textos criativos tidos em alta conta pelo pai. Era mentalmente muito superior aos seus numerosos admiradores prematuros e costumava fazer piada às suas custas. Pouco depois dos vinte anos, no entanto, começou a ficar deprimida, queixando-se de que não era bonita o bastante, e afastou-se do convívio social. Realizou uma viagem na companhia de uma conhecida, uma senhora mais velha, e, ao regressar, contou uma série de histórias bastante improváveis de como fora maltratada pela companheira, permanecendo, porém, com uma afeição obviamente fixada em sua suposta atormentadora. Pouco depois, ao fazer uma segunda viagem, envenenou-se e morreu bem longe de casa. Seu distúrbio deve provavelmente ser considerado como o início de uma demência precoce. Ela foi uma das provas da hereditariedade visivelmente neuropática na família, mas de forma alguma a única. Um tio, irmão de seu pai, morreu depois de longos anos de vida excêntrica, com indícios que apontavam a presença de uma grave neurose obsessiva; além disso, um bom número de parentes colaterais eram, e são, afligidos por distúrbios nervosos menos sérios.

Independente do problema da sedução, o nosso paciente, quando criança, encontrou na

irmã um competidor inconveniente no bom conceito dos pais e sentiu-se bastante oprimido pela sua impiedosa ostentação de superioridade. Mais tarde, invejava especialmente o respeito que o pai demonstrava pela capacidade mental e realizações intelectuais da irmã, ao passo que ele, intelectualmente inibido como estava desde a sua neurose obsessiva, tinha que contentar-se com uma estima em menor grau. A partir dos seus quatorze anos, as relações entre irmão e irmã começaram a melhorar; uma disposição mental semelhante e uma oposição comum aos pais aproximaram-nos tanto, que se tornaram os melhores amigos. Durante a tempestuosa excitação sexual da sua puberdade, ele se arriscou a uma tentativa de aproximação física mais íntima. Ela repudiou-o com tanta decisão quanto sagacidade, e ele se voltou imediatamente para uma camponesinha que servia na casa e tinha o mesmo nome da irmã. Ao fazê-lo, estava dando um passo que teve uma influência determinante na sua escolha de objeto heterossexual, pois todas as garotas pelas quais se apaixonou em seguida - muitas vezes com os mais claros indícios de compulsão - eram também criadas, cuja educação e inteligência estavam necessariamente muito abaixo da sua. Se todos esses objetos de amor eram substitutos para a figura da irmã a quem tinha que renunciar, então não pode ser negado que uma intenção de rebaixar a irmã e de pôr fim à sua superioridade intelectual, que se mostrara para ele tão opressiva, havia obtido o controle decisivo sobre a sua escolha de objeto.

A conduta sexual humana, assim como tudo o mais, foi subordinada por Alfred Adler a forças de motivo dessa natureza, que se originam da vontade de poder, do instinto auto-afirmativo do indivíduo. Sem negar a importância desses motivos de poder e prerrogativa, jamais me convenci de que desempenham o papel dominante e exclusivo que lhes foi atribuído. Se eu não tivesse seguido a análise do meu paciente até o fim, teria sido obrigado, por conta da minha observação desse caso, a corrigir a minha opinião preconcebida numa direção favorável a Adler. A conclusão da análise trouxe inesperadamente novo material que, pelo contrário, demonstrou que esses motivos de poder (nesse caso, a intenção de rebaixar) haviam determinado a escolha de objeto apenas no sentido de servir como uma causa contribuinte e como uma racionalização, ao passo que a verdadeira determinação subjacente possibilitou-me manter as minhas antigas convicções.

Quando chegou a notícia da morte da irmã, conforme relatou o paciente, ele mal sentiu qualquer sinal de dor. Teve que se esforçar para mostrar sinais de tristeza, e pôde rejubilar-se um tanto friamente por haver-se tornado então o único herdeiro da propriedade. Quando isso ocorreu, já sofria há vários anos da sua doença mais recente. Mas devo confessar que esse dado da informação introduziu, durante algum tempo, alguma incerteza ao meu diagnóstico do caso. Presumir-se-ia, sem dúvida, que a sua dor quanto à perda do mais amado membro da sua família encontraria uma inibição em sua expressão, como resultado da operação contínua do seu ciúme em relação a ela, somada à presença do seu amor incestuoso, que então se tornara inconsciente. Eu não podia, contudo, compreender que não tivesse havido algum substituto para as manifestações de pesar que faltaram. O que foi, afinal, encontrado numa outra expressão de sentimento que permanecera inexplicável para o

paciente. Alguns meses após a morte da irmã, ele próprio fez uma viagem às imediações do lugar em que ela havia morrido. Ali procurou o túmulo de um grande poeta, que na época era o seu ideal, e derramou lágrimas amargas sobre a sua tumba. Essa reação pareceu estranha a si mesmo, pois sabia que mais de duas gerações se haviam passado desde a morte do poeta que admirava. Só entendeu quando se lembrou que o pai tinha o hábito de comparar os trabalhos da irmã morta com os do grande poeta. Deu-me outra indicação da forma correta de interpretar a homenagem que prestara ostensivamente ao poeta, por um erro na sua história, que consegui detectar nesse ponto. Antes, ele especificara repetidamente que a irmã havia-se matado com um tiro; mas foi então obrigado a fazer uma correção e dizer que ela tomara veneno. O poeta, no entanto, fora morto a tiros num duelo.

Volto agora à história do irmão, mas deste ponto em diante devo prosseguir um pouco sobre as linhas temáticas. A idade do menino na época em que a sua irmã iniciou a sedução era de três anos e três meses. Aconteceu, como já foi mencionado, na primavera do mesmo ano em cujo verão chegou a governanta inglesa, e em cujo outono os pais, ao regressarem, encontraram-no tão fundamentalmente alterado. É muito natural, então, relacionar essa transformação com o despertar da sua atividade sexual que havia entretimes ocorrido.

Como reagiu o menino às tentações de sua irmã mais velha? Por uma recusa, é a resposta, mas por uma recusa que se aplicava à pessoa, e não à coisa em si. A irmã não lhe agradava como objeto sexual, provavelmente porque seu relacionamento com ela já fora determinado numa direção hostil, devido à rivalidade no amor dos pais. Ele manteve-se distante da irmã e, além disso, as solicitações desta logo cessaram. Contudo, ele tentou ganhar, em vez dela, outra pessoa de quem gostava; e a informação que sua própria irmã lhe dera, na qual proclamara a sua Nanya como modelo, dirigiu sua escolha nessa direção. Começou, portanto, a brincar com o pênis na presença da babá, e isso, como muitos outros exemplos nos quais as crianças não escondem a sua masturbação, deve ser considerado como uma tentativa de sedução. A babá desiludiu-o; fez uma cara séria e explicou que aquilo não era bom; as crianças que o faziam, acrescentou, ficavam com uma ‘ferida’ no lugar.

O efeito dessa informação, que equivalia a uma ameaça, pode ser reconhecido em várias direções. Em consequência dela, diminuiu a sua dependência da babá. Pode muito bem ter-se zangado com ela; e mais tarde, quando se manifestaram os seus acessos de ira, tornou-se claro que realmente estava amargurado com ela. Mas era característico dele que cada posição da libido, que era obrigado a abandonar, era, a princípio, obstinadamente defendida por ele contra o novo desenvolvimento. Quando a governanta entrou em cena e abusou da sua Nanya, expulsando-a da sala e tentando destruir uma autoridade, ele, pelo contrário, exagerou o seu amor pela vítima desses ataques e assumiu uma atitude brusca e desafiadora em relação à agressiva governanta. Não obstante, começou em segredo a procurar outro objeto sexual. Sua sedução dera-lhe o desígnio sexual passivo de ser tocado nos genitais; saberemos agora em relação a quem foi que ele tentou satisfazer esse desígnio e que caminhos o levaram a essa escolha.

Concorda inteiramente com as nossas previsões o fato de sabermos que, após as suas primeiras excitações genitais, iniciou-se a sua busca sexual, e que logo chegou ao problema da castração. Nessa época conseguiu observar duas meninas - a irmã e uma amiga dela - enquanto urinavam. Sua sagacidade pode muito bem ter-lhe permitido deduzir os verdadeiros fatos desse espetáculo, mas comportou-se como sabemos que se comportam outras crianças do sexo masculino nessas circunstâncias. Rejeitou a idéia de que via diante dele uma confirmação da ferida com a qual a babá o ameaçara e explicou a si mesmo que aquilo era o 'traseiro frontal' das meninas. O tema da castração não se estabeleceu por essa decisão; encontrou novas alusões a ele em tudo o que ouvia. Certa vez em que as crianças ganharam uns confeitos coloridos em forma de bastão, a governanta, que era propensa a fantasias desordenadas, disse que eram pedaços de cobra cortada. Ele lembrou-se, depois, de que o pai encontrara uma vez uma cobra, ao caminhar por uma picada, e a fizera em pedaços com uma vara. Ouviu a história (tirada de *Reynard the Fox*), lida em voz alta, de como o lobo queria pescar no inverno e usou a cauda como isca, e como, dessa maneira, o rabo do lobo se congelou e partiu. Aprendeu os diferentes nomes pelos quais se distinguem os cavalos, conforme estejam ou não intactos os seus órgãos sexuais. Assim, ocupava-se com pensamentos sobre a castração, mas ainda não acreditava nela, nem a temia. Outros problemas sexuais surgiram para ele nos contos de fadas com que se havia familiarizado nessa época. No 'Chapeuzinho Vermelho' e em 'Os Sete Cabritinhos', as crianças eram tiradas do corpo do lobo. Seria o lobo uma criatura feminina, então, ou poderiam os homens ter também crianças dentro do corpo? Nessa época, a questão não se colocara ainda. Mais que isso, na época dessas perguntas ele não tinha ainda medo de lobos.

Uma das informações do paciente tornará mais fácil para nós compreender a alteração do seu caráter, a qual apareceu durante a ausência dos pais como uma conseqüência um tanto indireta da sua sedução. Ele disse que abandonou a masturbação pouco depois da recusa e ameaça da sua Nanya. *Sua vida sexual, portanto, que estava começando a surgir sob a influência da zona genital, cedeu ante um obstáculo externo e foi, por influência deste, lançada de volta a uma fase anterior de organização pré-genital.* Como resultado da supressão da masturbação, a vida sexual do menino assumiu um caráter anal-sádico. Tornou-se um menino irritável, um atormentador, e gratificava-se dessa forma às custas de animais e seres humanos. O principal objeto era a sua amada Nanya, e ele sabia como atormentá-la até que ela rompesse em lágrimas. Desse modo vingava-se nela pela recusa que encontrara e, ao mesmo tempo, gratificava a sua lascívia sexual na forma que correspondia à sua presente fase regressiva. Começou a mostrar-se cruel com os pequenos animais, apanhando moscas e arrancando-lhes as asas, esmagando besouros com os pés; em sua imaginação, gostava também de bater em animais maiores (cavalos). Todos esses, então, eram procedimentos ativos e sádicos; discutiremos os seus impulsos anais desse período numa ligação posterior.

É fato da maior importância que algumas fantasias contemporâneas de natureza bem diferente tenham brotado também da memória do paciente. O conteúdo dessas fantasias era o

de meninos sendo castigados e surrados e, especialmente, levando pancadas no pênis. E, de outras fantasias, que representavam o herdeiro do trono sendo encerrado num quarto estreito e surrado, era fácil adivinhar para quem era que as figuras anônimas serviam de bode expiatório. O herdeiro do trono era evidentemente ele próprio; seu sadismo havia-se convertido, portanto, em fantasia contra si mesmo e transformara-se em masoquismo. O detalhe do próprio órgão sexual recebendo as pancadas justificava a conclusão de que um sentimento de culpa, que se relacionava com a sua masturbação, estava já envolvido nessa transformação.

A análise não deixou dúvidas de que essas tendências passivas haviam aparecido ao mesmo tempo em que surgiam as sádico-ativas, ou muito pouco tempo após estas. Isso estava de acordo com a extremamente clara, intensa e constante ambivalência do paciente, que era mostrada aqui, pela primeira vez, no desenvolvimento uniforme de ambos os membros dos pares de instintos componentes contrários. Tal comportamento era também característico da sua vida posterior, como também o era este outro traço: nenhuma posição da libido que fora antes estabelecida, era, jamais, completamente substituída por uma posterior. Era antes deixada em coexistência com todas as outras e isso permitia-lhe manter uma vacilação incessante, que se mostrou incompatível com a aquisição de um caráter estável.

As tendências masoquistas do menino conduzem a outro problema, que até agora evitei mencionar, porque só pode ser confirmado mediante a análise da fase subsequente do seu desenvolvimento. Já mencionei que, após haver sido rejeitado pela babá, a sua expectativa libidinal afastou-se dela e começou a contemplar outra pessoa como objeto sexual. Essa pessoa era o pai, nessa época longe de casa. Foi sem dúvida levado a essa escolha por uma série de fatores convergentes, inclusive alguns tão fortuitos como a recordação da cobra sendo cortada em pedaços; ademais de tudo, porém, permitia-se, desse modo, renovar a sua primeira e mais primitiva escolha objetual, que, em conformidade com o narcisismo de uma criança, havia ocorrido ao longo do caminho da identificação. Já sabemos que o pai fora o seu modelo admirado, e que, quando lhe perguntavam o que queria ser, costumava responder: um cavaleiro como o papai. Esse objeto de identificação da sua corrente ativa tornou-se o objeto sexual de uma corrente passiva na sua fase sádico-anal. Era como se a sua sedução pela irmã o houvesse forçado a um papel passivo, dando-lhe um objetivo sexual passivo. Sob a persistente influência dessa experiência, seguiu um caminho da irmã, via babá, para o pai - de uma atitude passiva em relação às mulheres para a mesma atitude em relação aos homens -, e encontrou, todavia, por esse meio, uma ligação com uma fase mais prematura e espontânea do seu desenvolvimento. O pai era agora uma vez mais o seu objeto; em conformidade com o seu estágio mais alto de desenvolvimento, a identificação foi substituída pela escolha objetual; ao passo que a transformação da atitude ativa em passiva era a consequência e o registro da sedução que entretanto ocorrera. Naturalmente não teria sido tão fácil alcançar, na fase sádica, uma atitude ativa em relação ao seu todo-poderoso pai. Quando este voltou para casa no fim do verão ou no outono, os acessos de raiva e as

cenar de fúria do paciente encontraram um novo uso. Havia servido para fins sádico-ativos em relação à babá; em relação ao pai, o propósito era masoquista. Levando avante a sua rebeldia, estava tentando forçar castigos e espancamentos por parte do pai, e dessa forma obter dele a satisfação sexual masoquista que desejava. Os seus ataques e gritos eram, portanto, simples tentativas de sedução. Ademais, de acordo com os motivos subjacentes ao masoquismo, esse espancamento satisfaria também o seu sentimento de culpa. Havia preservado a lembrança de como, durante uma dessas cenas de raiva, redobrou os gritos no momento em que o pai foi em sua direção. O pai não lhe bateu, no entanto, mas tentou pacificá-lo brincando na frente dele com os travesseiros da sua cama.

Não sei com que frequência os pais e educadores, defrontando-se com mau comportamento inexplicável por parte de uma criança, possam não ter ocasião de conservar na lembrança esse típico estado de coisas. Uma criança que se comporta de forma indócil está fazendo uma confissão e tentando provocar um castigo. Espera por uma surra como um meio de simultaneamente pacificar seu sentimento de culpa e de satisfazer sua tendência sexual masoquista.

Devemos a explicação adicional do caso a uma recordação que emergiu distintamente. Os sinais de uma alteração no caráter do paciente não foram acompanhados por quaisquer sintomas de ansiedade até depois da ocorrência de um determinado evento. Anteriormente, parece, não havia ansiedade, ao passo que, imediatamente após o evento, a ansiedade expressou-se da forma mais atormentadora. A data dessa transformação pode ser fixada com precisão; foi imediatamente antes do seu quarto aniversário. Tomando o fato como um ponto fixo, podemos dividir o período da sua infância, com o qual estamos lidando, em duas fases: uma primeira fase de mau comportamento e perversidade, desde a sua sedução, aos três anos e três meses, até o seu quarto aniversário; e uma fase subsequente, mais longa, na qual predominaram os sinais de neurose. O evento que torna possível essa divisão não foi, contudo, um trauma externo, e sim um sonho, do qual acordou em estado de ansiedade.

IV - O SONHO E A CENA PRIMÁRIA

Já publiquei alhures este sonho, por causa da quantidade de material que nele ocorre derivado de contos de fadas; e começarei repetindo o que escrevi naquela ocasião:

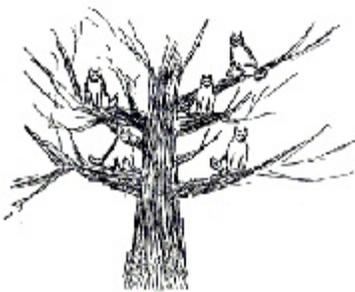
“Sonhei que era noite e que eu estava deitado na cama. (Meu leito tem o pé da cama voltado para a janela: em frente da janela havia uma fileira de velhas noqueiras. Sei que

era inverno quando tive o sonho, e de noite.) De repente, a janela abriu-se sozinha e fiquei aterrorizado ao ver que alguns lobos brancos estavam sentados na grande nogueira em frente da janela. Havia seis ou sete deles. Os lobos eram muito brancos e pareciam-se mais com raposas ou cães pastores, pois tinham caudas grandes, como as raposas, e orelhas empinadas, como cães quando prestam atenção a algo. Com grande terror, evidentemente de ser comido pelos lobos, gritei e acordei. Minha babá correu até minha cama, para ver o que me havia acontecido. Levou muito tempo até que me convencesse de que fora apenas um sonho; tivera uma imagem tão clara e vívida da janela a abrir-se e dos lobos sentados na árvore. Por fim acalmei-me, senti-me como se houvesse escapado de algum perigo e voltei a dormir.

“A única ação no sonho foi a abertura da janela, pois os lobos estavam sentados muito quietos e sem fazer nenhum movimento sobre os ramos da árvore, à direita e à esquerda do tronco, e olhavam para mim. Era como se tivessem fixado toda a atenção sobre mim. - Acho que foi meu primeiro sonho de ansiedade. Tinha três, quatro, ou, no máximo, cinco anos de idade na ocasião. Desde então, até contar onze ou doze anos, sempre tive medo de ver algo terrível em meus sonhos.”

‘Ele acrescentou um desenho da árvore com os lobos, que confirmava sua descrição (Fig. 1). A análise do sonho trouxe à luz o seguinte material.

‘Sempre vinculara este sonho à recordação de que, durante esses anos de infância, tinha um medo tremendo da figura de um lobo num livro de contos de fadas. Sua irmã mais velha, que lhe era superior, costumava apoquentá-lo segurando esta figura específica na sua frente, sob qualquer pretexto, para que ele ficasse aterrorizado e começasse a gritar. Na figura, o



lobo achava-se ereto, dando um passo com uma das patas, com as garras estendidas e as orelhas empinadas. Achava que a figura deveria ter sido uma ilustração da história do “Chapeuzinho Vermelho”.

‘Por que os lobos eram brancos? Isto fê-lo pensar nas ovelhas, grandes rebanhos das quais eram mantidos nas vizinhanças da propriedade. O pai ocasionalmente o levava a

visitar esses rebanhos e, todas as vezes que isso acontecia, ele se sentia muito orgulhoso e feliz. Posteriormente - segundo indagações feitas, pode facilmente ter sido pouco antes da época do sonho - irrompeu uma epidemia entre as ovelhas. O pai mandou buscar um seguidor de Pasteur, que vacinou os animais, mas após a inoculação morreram ainda mais delas que antes.

‘Como os lobos apareceram na árvore? Isto fê-lo lembrar-se de uma história que ouvira o avô contar. Não podia recordar-se se fora antes ou depois do sonho, mas seu assunto constitui argumento decisivo em favor da primeira opinião. A história dizia assim: um alfaiate estava sentado trabalhando em seu quarto, quando a janela se abriu e um lobo pulou para dentro. O alfaiate perseguiu-o com seu bastão - não (corrigiu-se), apanhou-o pela cauda e arrancou-a fora, de modo que o lobo fugiu correndo, aterrorizado. Algum tempo mais tarde, o alfaiate foi até a floresta e subitamente viu uma alcatéia de lobos vindo em sua direção; então trepou numa árvore para fugir-lhes. A princípio, os lobos ficaram perplexos; mas o aleijado, que se achava entre eles e queria vingar-se do alfaiate, propôs que trepassem uns sobre os outros, até que o último pudesse apanhá-lo. Ele próprio - tratava-se de um animal velho e vigoroso - ficaria na base da pirâmide. Os lobos fizeram como ele sugerira, mas o alfaiate reconheceu o visitante a que havia castigado e de repente gritou, como fizera antes: “Apanhem o cinzento pela cauda!” O lobo sem rabo, aterrorizado pela recordação, correu, e todos os outros desmoronaram.

‘Nesta história aparece a árvore sobre a qual os lobos se achavam sentados no sonho; mas ela contém também uma alusão inequívoca ao complexo de castração. O lobo *velho* tivera a cauda arrancada pelo alfaiate. As caudas de raposa dos lobos do sonho eram provavelmente compensações por esta falta de cauda.

‘Por que havia seis ou sete lobos? Não parecia haver resposta para esta pergunta, até eu levantar uma dúvida sobre saber se a figura que o assustava estava vinculada à história de “Chapeuzinho Vermelho”. Este conto de fadas só oferece oportunidade para duas ilustrações - Chapeuzinho Vermelho encontrando-se com o lobo na floresta e a cena em que o lobo se deita na cama, com o barrete de dormir da avó. Teria de haver, portanto, algum outro conto de fadas por trás de sua recordação da figura. Ele logo descobriu que só podia ser a história de “O Lobo e os Sete Cabritinhos”. Nesta, ocorre o número sete, e também o número seis, pois o lobo só comeu seis dos cabritinhos, enquanto que o sétimo se escondeu na caixa do relógio. O branco também nela aparece, pois o lobo fizera branquear sua pata no padeiro, após os cabritinhos haverem-no reconhecido, em sua primeira visita, pela pata cinzenta. Além disso, os dois contos de fadas possuem muito em comum. Em ambos existe o comer, a abertura da barriga, a retirada das pessoas que haviam sido comidas e sua substituição por pesadas pedras, e, finalmente, em ambas o lobo mau perece. Além disso tudo, na história dos cabritinhos aparece a árvore. O lobo deitou-se sob uma árvore, após a refeição, e roncou.

‘Por uma razão especial, terei de tratar deste sonho novamente alhures, interpretá-lo e julgar sua significação com maiores pormenores; pois ele é o mais antigo sonho de ansiedade que o jovem que sonhou recordou de sua infância, e seu conteúdo, tomado juntamente com outros sonhos que o seguiram pouco após e com certos acontecimentos de seus primeiros anos de vida, é de interesse muito especial. Temos de limitar-nos aqui à relação do sonho com os dois contos de fadas que têm tanto em comum um com o outro. “Chapeuzinho Vermelho” e “O Lobo e os Sete Cabritinhos”. O efeito produzido por estas histórias foi demonstrado no pequeno que as sonhou mediante uma fobia animal comum. Esta fobia só se distinguia de outros casos semelhantes pelo fato de o animal causador da ansiedade não ser um objeto facilmente acessível à observação (tal como um cavalo ou um cão), mas conhecido dele somente de histórias e livros de figuras.

‘Examinarei em outra ocasião a explicação destas fobias animais e a significação que se lhes atribui. Observarei apenas, por antecipação, que essa explicação acha-se em completa harmonia com a característica principal apresentada pela neurose de que o atual sonhador padeceu mais tarde na vida. Seu medo do pai era o motivo mais forte para ele cair doente e sua atitude ambivalente em relação a todo representante paterno foi o aspecto dominante de sua vida, assim como de seu comportamento durante o tratamento.

‘Se, no caso de meu paciente, o lobo foi simplesmente um primeiro representante paterno, surge a questão de saber se o conteúdo oculto nos contos de fadas do lobo que comeu os cabritinhos e de “Chapeuzinho Vermelho” não pode ser simplesmente um medo infantil do pai. Além disso, o pai de meu paciente tinha a característica, apresentada por tantas pessoas em relação aos filhos, de permitir-se “ameaças afetuosas”; e é possível que, durante os primeiros anos do paciente, o pai (embora se tornasse severo mais tarde) pudesse, mais de uma vez enquanto acariciava o menininho ou com ele brincava, tê-lo ameaçando por brincadeira “de engoli-lo”. Uma de minhas pacientes contou-me que seus dois filhos nunca puderam chegar a gostar do avô, porque, no decurso de seus ruidosos e afetuosos brinquedos, com eles, costumava assustá-los dizendo que lhes cortaria as barrigas.’

Deixando de lado, nessa citação, tudo o que antecipa as implicações mais remotas do sonho, voltemos à sua interpretação imediata. Poderia dizer que essa interpretação foi uma tarefa que se arrastou por vários anos. O paciente relatou o sonho numa etapa muito prematura da análise e em breve compartilhava a minha convicção de que as causas da sua neurose infantil ocultavam-se por trás dele. No decorrer do tratamento voltamos com freqüência ao sonho, mas foi somente durante os últimos meses da análise que se tornou possível compreendê-lo completamente, e mesmo assim graças a um trabalho espontâneo por parte do paciente. Ele enfatizara sempre o fato de que dois fatores no sonho haviam-lhe causado a maior impressão: primeiro, a perfeita quietude e imobilidade dos lobos e, segundo, a atenção com que todos olhavam para ele. A sensação duradoura de realidade que

o sonho deixou após o despertar, parecia-lhe também um fator digno de nota.

Tomemos essa última observação como ponto de partida. Sabemos por nossa experiência na interpretação de sonhos que essa sensação de realidade traz consigo um significado particular. Isso certifica-nos que determinada parte do material latente do sonho reivindica, na memória do sonhador, possuir a qualidade de realidade, isto é, que o sonho relaciona-se com uma ocorrência que realmente teve lugar e não foi simplesmente imaginada. Pode naturalmente ser apenas uma questão da realidade de algo desconhecido; por exemplo, a convicção de que o avô realmente lhe contou a história do alfaiate e do lobo, ou de que as histórias do ‘Chapeuzinho Vermelho’ e dos ‘Sete Cabritinhos’ foram realmente lidas em voz alta para ele, não seria de uma natureza a ser substituída por essa sensação de realidade que sobreviveu ao sonho. O sonho parece apontar para uma ocorrência cuja realidade foi intensamente enfatizada como estando em marcado contraste com a irrealidade dos contos de fadas.

Se se devia presumir que por trás do conteúdo do sonho havia alguma cena desconhecida - ou seja, uma cena que já fora esquecida na época do sonho -, esta então deveria ter ocorrido muito prematuramente. Lembremo-nos de que o paciente disse: ‘Tinha três, quatro, ou, no máximo, cinco anos de idade na ocasião em que tive o sonho.’ E podemos acrescentar: ‘E o sonho fez-me lembrar de algo que deve ter pertencido a um período ainda mais remoto.’

As partes do conteúdo manifesto do sonho que foram destacadas pelo paciente, os fatores do olhar atento dos lobos e da sua imobilidade, devem conduzir ao conteúdo dessa cena. Devemos naturalmente esperar descobrir que esse material reproduz o material desconhecido da cena de algum modo deformado, talvez mesmo deformado para o seu oposto.

Havia também diversas conclusões a serem extraídas da matéria-prima que fora produzida pela primeira análise do sonho, feita pelo paciente, e estas teriam que se ajustar à colocação que estávamos buscando. Por trás da menção à criação de ovelhas, seria de esperar uma evidência da sua busca sexual, o interesse que ele estava apto a gratificar durante as visitas ao rebanho com o pai; mas deve ter havido também alusões a um medo da morte, de vez que a maioria das ovelhas morreram da epidemia. O fator mais importuno no sonho, os lobos em cima da árvore, levou diretamente à história do avô; e o que era mais fascinante nessa história e capaz de provocar o sonho não podia ter sido outra coisa senão sua relação com o tema da castração.

Concluimos também, da primeira análise incompleta do sonho, que o lobo pode ter sido um substituto do pai; de tal modo que, nesse caso, esse primeiro sonho de ansiedade teria trazido à tona o temor ao pai, que a partir dessa época iria dominar a sua vida. Essa conclusão, na verdade, não era, em si, ainda consistente. Mas se lhe juntamos, como resultado da análise provisória, o que pode ser deduzido do material produzido pelo

sonhador, encontramos então diante de nós, para reconstrução, fragmentos como estes:

Uma ocorrência real - datando de um período muito prematuro - olhar - imobilidade - problemas sexuais - castração - o pai - algo terrível.

Certo dia o paciente prosseguiu na interpretação do sonho. Achava que a parte do sonho onde ‘de repente, a janela abriu-se sozinha’ não estava completamente explicada pela sua relação com a janela em frente à qual o alfaiate estava sentado e através da qual o lobo penetrou na sala. ‘Deve significar: “Meus olhos abriram-se de repente.” Eu estava dormindo, portanto, e subitamente acordei, e no momento em que o fiz, vi algo: a árvore com os lobos.’ Nenhuma objeção poderia ser feita a isso; mas o problema poderia ser ainda mais desenvolvido. Ele acordara e vira alguma coisa. O olhar atento, que no sonho fora atribuído aos lobos, deveria, antes, ser atribuído a ele. Num ponto decisivo, portanto, havia ocorrido uma transposição; e, ademais, isso é indicado por uma outra transposição no conteúdo manifesto do sonho. Pois o fato de que os lobos estavam sentados na árvore era também uma transposição, por quanto na história contada pelo avô eles estavam embaixo e não conseguiram subir na árvore.

O que seria, então, se o outro fator enfatizado pelo paciente era também distorcido por meio de uma transposição ou inversão? Nesse caso, em vez de imobilidade (os lobos não tinham movimento; olhavam para ele, mas não se mexiam) o significado teria de ser: o mais violento movimento. Ou seja, ele acordou de repente e viu à sua frente uma cena de movimento violento, para a qual olhou tensa e atentamente. No primeiro caso a distorção consistiria num intercâmbio de sujeito e objeto, de atividade e passividade: ser olhado em vez de olhar. No outro caso consistiria em transformação no oposto; imobilidade em lugar de movimento.

Numa outra ocasião, uma associação que lhe ocorreu subitamente levou-nos um passo adiante em nossa compreensão do sonho: ‘A árvore era uma árvore de Natal.’ Sabia agora que tivera o sonho pouco antes do Natal e na expectativa desse acontecimento. Uma vez que o dia de Natal era também o do seu aniversário, tornou-se então possível estabelecer com certeza a data do sonho e da mudança nele, que procedia do sonho. Foi imediatamente antes do seu quarto aniversário. Fora para a cama, então, numa expectativa tensa do dia que lhe deveria trazer uma dupla quantidade de presentes. Sabemos que, em tais circunstâncias, uma criança pode facilmente antecipar a realização dos seus desejos. Assim, já era Natal em seu sonho; o conteúdo do sonho mostrava-lhe o seu presente de Natal, os presentes que seriam seus pendurados na árvore. Mas em vez de presentes, estes haviam-se transformado em lobos, e o sonho finalizava com ele sendo dominado pelo medo de ser comido pelo lobo (provavelmente seu pai) e fugindo para refugiar-se nos braços da babá. O que sabemos do seu desenvolvimento sexual antes do sonho torna possível preencher as lacunas no mesmo e explicar a transformação da sua satisfação em ansiedade. Dos desejos envolvidos na

formação do sonho, o mais poderoso deve ter sido o desejo de satisfação sexual, que ele, naquela época, aspirava obter do pai. A força desse desejo tornou possível reviver um vestígio, há muito esquecido na sua memória, de uma cena capaz de mostrar-lhe como era a satisfação sexual obtida do pai; e o resultado foi o terror, o horror da realização do desejo, a repressão do impulso que se havia manifestado mediante o desejo e, conseqüentemente, uma fuga do pai para a babá, menos perigosa.

A importância dessa data, do dia do Natal, havia sido preservada em sua suposta recordação de haver tido seu primeiro acesso de raiva por estar descontente com os presentes de Natal [ver em [1]]. A lembrança combinava elementos de verdade e de falsidade. Não podia ser inteiramente correta, já que, de acordo com repetidas declarações dos seus pais, o mau comportamento do menino havia começado quando eles voltaram, no outono, e não era verdade que só tivessem chegado no Natal. Ele, no entanto, preservara a ligação essencial entre o seu amor insatisfeito, a sua raiva e o Natal.

Mas, que quadro as ações noturnas do seu desejo sexual podem ter conjurado para amedrontá-lo tão violentamente quanto à realização a que aspirava? O material da análise mostra haver uma condição que esse quadro deve satisfazer. Deve ter sido calculado para criar uma convicção da realidade da existência da castração. O medo da castração podia então tornar-se a força motivadora para a transformação do afeto.

Atingi agora o ponto em que devo abandonar o apoio que tive até aqui a partir do curso da análise. Receio que seja também o ponto no qual a credulidade do leitor irá me abandonar.

O que entrou em atividade naquela noite, vindo do caos dos traços de memória inconscientes do sonhador, foi o quadro de uma cópula entre os pais, cópula em circunstâncias que não eram inteiramente habituais e que favoreciam particularmente a observação. Aos poucos, tornou-se possível encontrar respostas satisfatórias para todas as questões levantadas em relação a essa cena; pois no decorrer do tratamento o primeiro sonho retornou em inúmeras variações e novas edições, em relação com as quais a análise produziu a informação que era exigida. Assim, em primeiro lugar, a idade da criança à data da observação foi estabelecida aproximadamente em um ano e meio. Na época estava sofrendo de malária e tinha um ataque todos os dias a uma determinada hora. A partir dos dez anos de idade esteve sujeito, de vez em quando, a crises de depressão, que costumavam sobrevir à tarde e atingiram o seu ponto culminante por volta das cinco horas. Esse sintoma ainda existia na época do tratamento psicanalítico. As freqüentes crises de depressão tomaram o lugar dos anteriores ataques de febre ou abatimento; cinco horas ou era a hora da febre mais alta, ou da observação do coito, a não ser que as duas horas tivessem coincidido. É provável que justamente por causa dessa doença ele estivesse no quarto dos pais. A doença, cuja ocorrência é também corroborada pela tradição direta, torna razoável referir o evento ao verão e, de vez que o menino nascera no dia de Natal, presumir que sua idade

fosse $n + 1 \frac{1}{2}$ anos. Ele estava então dormindo no seu berço, no quarto dos pais, e acordou, talvez por causa da febre que subia, à tarde, possivelmente às cinco horas, a hora que depois seria marcada pela depressão. Isso está de acordo com nossa suposição de que era um dia quente de verão, se presumimos que os pais se haviam recolhido, meio despidos, para uma sesta. Quando o menino acordou, presenciou um coito *a tergo* [por trás], repetido três vezes, podia ver os genitais da mãe, bem como o órgão do pai; e compreendeu o processo, assim como o seu significado. Por fim interrompeu a relação sexual dos pais de uma maneira que será exposta adiante [ver em [1]].

No fundo, não há nada extraordinário, nada que dê a impressão de ser o produto de uma imaginação extravagante, no fato de um jovem casal, casado há poucos anos, terminar uma sesta de uma tarde quente de verão com uma cena de amor, sem considerar a presença do filhinho de um ano e meio, dormindo no seu berço. Pelo contrário, acho que tal fato seria uma coisa inteiramente comum e *banal*; e mesmo a posição na qual deduzimos que o coito ocorreu, em nada altera este julgamento - particularmente porque não há evidência de que a relação tenha sido efetuada por trás todas as vezes. Uma única vez seria suficiente para dar ao espectador oportunidade para fazer observações que teriam sido difíceis ou impossíveis por meio de qualquer outra atitude dos parceiros. Portanto, o conteúdo da cena não pode ser, por si, um argumento contra a sua credibilidade. As dúvidas quanto à sua probabilidade poderão girar em torno de três pontos: se uma criança na tenra idade de um ano e meio poderia estar numa posição de absorver a percepção de um processo tão complicado e preservá-la tão acuradamente em seu inconsciente; em segundo lugar, se é possível, aos quatro anos de idade, que uma revisão transferida das impressões assim recebidas penetre no entendimento; e, finalmente, se qualquer procedimento poderia trazer para a consciência, coerente e convincentemente, os detalhes de uma cena dessa natureza, experimentada e compreendida em tais circunstâncias.

Examinarei, depois, cuidadosamente, essas e outras dúvidas; mas posso assegurar ao leitor que, criticamente, não estou menos inclinado do que ele no sentido de aceitar essa observação do menino, e pedirei apenas ao leitor que, junto comigo, adote uma convicção *provisória* da realidade da cena. Procederemos, em primeiro lugar, a um estudo das relações entre essa ‘cena primária’ e o sonho do paciente, seus sintomas e a história da sua vida; e investigaremos separadamente os efeitos que se seguiram, do conteúdo essencial da cena e de uma das suas impressões visuais.

Por estas últimas quero dizer as posturas que ele viu os pais adotarem - o homem ereto e a mulher curvada, como um animal. Já sabemos que durante seu período de ansiedade, a irmã costumava aterrorizá-lo com uma figura de um livro de contos infantis, na qual o lobo era mostrado em posição vertical, com os pés em posição de movimento, as garras a descoberto e as orelhas em pé. Durante o tratamento, ele se dedicou com perseverança incansável à

tarefa de vasculhar os sebos até encontrar o livro ilustrado da sua infância, reconhecendo o seu mau espírito numa ilustração da história de ‘O Lobo e os Sete Cabritinhos’. Achou que a postura do lobo nessa gravura poderia ter-lhe recordado a do pai durante a cena primária. Em todo caso, a ilustração tornou-se o ponto de partida para manifestações posteriores da ansiedade. Certa vez, quando tinha sete ou oito anos, foi informado de que no dia seguinte chegaria um novo tutor para ele. Nessa noite, sonhou com o tutor na forma de um leão que vinha em direção à sua cama, rugindo ruidosamente e com a postura do lobo na gravura; e o outra vez acordou em estado de ansiedade. A fobia ao lobo fora superada nessa época, de modo que estava livre para escolher um novo animal que causasse ansiedade e, nesse último sonho, estava reconhecendo o tutor como um substituto do pai. Nos últimos anos de sua infância, todos os seus tutores e mestres desempenharam o papel do pai, dotados com a influência do pai tanto para o bem como para o mal.

Quando estava na escola secundária, o destino proporcionou-lhe uma oportunidade notável de reviver a sua fobia ao lobo e de usar a relação que estava por trás dessa fobia como ocasião para graves inibições. O professor que ensinava latim chama-se Wolf. Desde o começo sentiu-se intimidado pelo professor, e este certa vez repreendeu-o severamente por haver cometido um erro estúpido num texto traduzido do latim. A partir de então não conseguiu livrar-se de um medo paralisante em relação a esse professor, o que em breve se estendeu a outros mestres. Contudo, a asneira que fez na tradução era também significativa. Tinha que traduzir o vocábulo latino ‘*filius*’ e fê-lo com a palavra ‘*filis*’, em vez de usar o termo correspondente na sua própria língua. O lobo, na verdade, ainda era seu pai.

O primeiro ‘sintoma transitório’ que o paciente produziu durante o tratamento retornou uma vez mais à fobia ao lobo e ao conto de fadas dos ‘Sete Cabritinhos’. Na sala em que as primeiras sessões foram realizadas havia um grande relógio de pé, defronte ao paciente, que ficava no sofá sem voltar o rosto para mim. Impressionava-me o fato de que, de vez em quando, ele se virava na minha direção, olhava-me de uma maneira bastante amistosa, como que para me aplacar, e então afastava de mim o olhar e fixava-o no relógio. Na ocasião eu achava que, dessa forma, ele procurava mostrar-me que estava ansioso pelo fim da sessão. Muito tempo depois o paciente recordou-me essa cena de espetáculo mudo e deu-me uma explicação a respeito dela. Lembrava-se de que o mais novo dos sete cabritinhos escondeu-se na caixa do relógio de parede, enquanto os seis irmãos eram comidos pelo lobo. Assim, o que ele queria dizer era: ‘Seja bom para mim! Devo ficar com medo do senhor? O senhor vai devorar-me? Terei que me esconder do senhor na caixa do relógio, como o cabritinho mais novo?’

O lobo do qual tinha medo era, sem dúvida, seu pai; mas o medo do lobo era condicionado pelo fato de a criatura estar numa posição ereta. Sua lembrança afirmou da forma mais definitiva que não fora aterrorizado por figuras de lobos caminhando sobre as quatro patas ou, como na história do ‘Chapeuzinho Vermelho’, deitados na cama. A postura que, de acordo com a nossa construção da cena primária, ele vira a mulher assumir, era de

não menos significação; embora, nesse caso, o significado estivesse limitado à esfera sexual. o fenômeno mais espantoso da sua vida erótica após a maturidade era a sua tendência a ataques compulsivos de paixão física, que surgiam e de novo desapareciam, na mais desconcertante sucessão. Esses ataques liberavam nele uma tremenda energia, mesmo nas vezes em que se encontrava por outros modos inibido, estando muito além do seu controle. Devo, por um motivo particularmente importante, protelar uma consideração mais completa desse amor compulsivo [ver em [1] e segs.]; posso, contudo, mencionar, agora, que esse amor era sujeito a uma condição definida, que se ocultava do seu consciente e só foi descoberta durante o tratamento. Era necessário que a mulher assumisse a postura que atribuímos à sua mãe na cena primária. Desde a puberdade, considerava as nádegas grandes e proeminentes como a mais poderosa atração numa mulher; exceto na postura traseira, copular dificilmente lhe dava algum prazer. Neste ponto, pode-se justificadamente levantar uma crítica: a objeção seria de que uma preferência sexual dessa natureza pelas partes posteriores do corpo é uma característica geral de pessoas que se inclinam para uma neurose obsessiva, e que a sua presença não justifica referi-la a uma impressão particular da infância. Faz parte da estrutura da disposição anal-erótica e é uma das características arcaicas que distinguem essa constituição. Na verdade, o coito efetuado por trás - *more ferarum* [à maneira dos animais] - pode, afinal de contas, ser considerado como a forma mais antiga, filogeneticamente. Voltaremos também a essa questão posteriormente, quando tivermos apresentado o material suplementar que mostrou a base da condição inconsciente da qual dependia o seu apaixonar-se. [Cf. ver em [1] e [2].]

Prossigamos agora a nossa exposição das relações entre o sonho e a cena primária. Até que seria de esperar que o sonho apresentasse o menino (que se rejubilava, no Natal, na perspectiva da realização de seus desejos) com esse quadro de satisfação sexual propiciado através da ação de seu pai, tal como o vira na cena primária, como um modelo da satisfação que ele próprio aspirava obter do pai. Em vez desse quadro, no entanto, surgiu o material da história que lhe fora contada pelo avô pouco antes: a árvore, os lobos e a mutilação do rabo (na forma supercompensada das caudas espessas dos supostos lobos). Neste ponto falta alguma conexão, alguma ponte associativa que conduza do conteúdo da cena primária ao da história do lobo. Essa conexão é proporcionada uma vez mais pelas posturas, e só por elas. Na história do avô, o lobo sem rabo pediu aos outros que *subissem em cima dele*. Foi esse detalhe que evocou a lembrança do quadro da cena primária, e foi dessa forma que se tornou possível que o material da cena primária fosse representado pelo da história do lobo e, ao mesmo tempo, que os *dois* pais fossem substituídos, como era desejável, por *diversos* lobos. O conteúdo do sonho sofreu uma outra transformação e o material da história do lobo foi ajustado ao conteúdo do conto de fadas de ‘Os Sete Cabritinhos’, tomando emprestado a este o número sete.

As etapas na transformação do material; cena primária - história do lobo - conto dos ‘Sete Cabritinhos’, refletem o progresso dos pensamentos do sonhador durante a construção do

sonho: ‘desejo de obter do pai satisfação sexual - a compreensão de que a castração era uma condição necessária para isso - medo do pai’. Somente neste ponto, acho eu, podemos considerar o sonho de ansiedade desse menino de quatro anos como estando exaustivamente explicado.

Depois do que já foi dito, preciso apenas tratar, em poucas palavras, do efeito patogênico da cena primária e da alteração que a sua revivescência produziu no desenvolvimento sexual do paciente. Investigaremos apenas um dos seus efeitos, ao qual o sonho deu expressão. Teremos que esclarecer, depois, que não foi apenas uma única corrente sexual que se iniciou a partir da cena primária, mas toda uma série delas, e que sua vida sexual foi positivamente fragmentada por ela. Devemos também ter em mente que a ativação dessa cena (evitei intencionalmente a palavra ‘recordação’) teve o mesmo efeito que teria uma experiência recente. Os efeitos da cena foram protelados, mas esta não perdera, entretanto, nada da sua novidade, no intervalo entre a idade de um ano e meio e a de quatro anos. Descobriremos talvez em que se apóia a razão para supor que produziu determinados efeitos mesmo na época da sua percepção, isto é, a partir de um ano e meio de idade.

Quando o paciente penetrou mais fundo na situação da cena primária, trouxe à tona os seguintes fragmentos de auto-observação. Para começar, presumiu, conforme disse, que o evento do qual fora testemunha era um ato de violência. [Neste consenso, ver o artigo de Freud sobre ‘The Sexual Theories of Children’ (1908c), *Standard Ed.*, 9, 220-21.], mas a expressão de prazer que viu no rosto da mãe não se ajustava a esse dado; foi obrigado a reconhecer que era uma experiência satisfatória. O que era essencialmente novo para ele, em sua observação da relação sexual entre os pais, era a convicção da realidade da castração - uma possibilidade com a qual seus pensamentos já se haviam ocupado anteriormente. (A visão das duas meninas urinando, a ameaça da sua Nanya, a interpretação que a governanta deu aos confeitos em forma de bastão, a lembrança do pai despedaçando a cobra com uma vara.) Porque agora via com os próprios olhos a ferida da qual a babá havia falado e compreendia que a existência dessa ferida era uma condição necessária para a relação com o pai. Não podia mais confundi-la com o traseiro, como fizera quando observara as duas meninas.

O sonho acabou em um estado de ansiedade, do qual não se recuperou até que teve a babá junto a si. Fugiu, portanto, do pai para ela. Sua ansiedade era um repúdio do desejo de obter do pai satisfação sexual - tendência à qual se deve a formação do sonho na sua cabeça. A forma assumida pela ansiedade, o medo de ‘ser devorado pelo lobo’, era apenas a transposição (como sabemos, regressiva) do desejo de copular com o pai, isto é, de obter satisfação sexual do mesmo modo que sua mãe. Seu último objetivo sexual, a atitude passiva em relação ao pai, sucumbiu à repressão, e em seu lugar apareceu o medo ao pai, sob a forma de uma fobia ao lobo.

E a força impulsionadora dessa repressão? As circunstâncias do caso demonstram que só pode ter sido a sua libido genital narcísica, a qual, sob a forma de interesse pelo seu órgão masculino, estava lutando contra uma satisfação que, para ser conseguida, parecia exigir uma renúncia àquele órgão. E era desse narcisismo ameaçado que derivava a masculinidade com a qual se defendia contra a atitude passiva em relação ao pai.

Observamos agora que, neste ponto da narrativa, temos que fazer uma alteração na nossa terminologia. Durante o sonho ele atingira uma nova fase da sua organização sexual. Até então os opostos sexuais, para ele, haviam sido o *ativo* e o *passivo*. Desde a sedução, seu objeto sexual havia sido passivo, de ser tocado nos genitais; mas transformou-se, então, por regressão ao estágio mais primitivo da organização anal-sádica, no propósito masoquista de ser espancado ou castigado. Para ele era indiferente a questão de atingir esse objetivo com um homem ou com uma mulher. Sem considerar a diferença de sexos, passara da babá para o pai; desejava que seu pênis fosse tocado pela babá, e tentara provocar o pai até que este batesse nele. Aí, seu órgão genital era deixado de lado, embora a conexão com esse órgão, que fora oculta com a regressão, ainda se expressasse na fantasia de levar pancada *no pênis*. A ativação da cena primária no sonho levou-o, então, de volta à organização genital. Descobriu a vagina e o significado biológico de masculino e feminino. Compreendia agora que ativo era o mesmo que masculino, ao passo que passivo era o mesmo que feminino. Seu objetivo sexual passivo deve ter sido, então, transformado em feminino, expressando-se como ‘ser copulado pelo pai’, em vez de ‘ser por ele espancado nos genitais ou no traseiro’. Esse objetivo feminino, no entanto, sujeitou-se à repressão e foi obrigado a deixar-se substituir pelo medo do lobo.

Devemos interromper aqui a exposição do seu desenvolvimento sexual até que nova luz seja lançada, dos estádios posteriores da sua história, sobre estes mais primitivos. Para apreciação adequada da fobia aos lobos, acrescentaremos apenas que tanto o pai como a mãe transformaram-se em lobos. Sua mãe assumiu o papel do lobo castrado, que deixava os outros subirem sobre ele; o pai assumiu o papel do lobo que subia. Entretanto, seu medo, conforme o ouvimos assegurar-nos, relacionava-se apenas com o lobo ereto, isto é, com seu pai. Ademais, deve-nos surpreender o fato de que o medo com o qual o sonho terminava tivesse um modelo na história do avô. Porque nesta, o lobo castrado, que deixara os outros treparem em cima, dele, tomava-se de medo tão logo era lembrado do fato da sua falta de cauda. Portanto, parece que ele se identificou com a mãe castrada durante o sonho, e agora lutava contra esse fato. ‘Se você quer ser sexualmente satisfeito pelo Pai’, podemos talvez imaginá-lo dizendo para si mesmo, ‘você deve deixar-se castrar como a Mãe; mas eu não quero isso.’ Resumindo, um claro protesto da parte da sua masculinidade! No entanto, entenda-se naturalmente que o desenvolvimento sexual do caso que estamos agora examinando, tem uma grande desvantagem do ponto de vista da busca, porque não deixou de modo algum, de ser perturbado. Em primeiro lugar, foi decisivamente influenciado pela sedução e, depois, foi desviado pela cena da observação do coito, a qual, na sua ação

preterida, operou como uma segunda sedução.

V - ALGUMAS QUESTÕES

A baleia e o urso polar, já foi dito, não podem travar luta um com o outro porque, confinados ao seu próprio elemento, não podem encontrar-se. Para mim é impossível argumentar com quem trabalha no campo da psicologia ou das neuroses e não reconhece os postulados da psicanálise, considerando os resultados desta como artefatos. Nos últimos anos, porém, cresceu também uma outra espécie de oposição entre aqueles que, pelo menos em sua própria opinião, tomam posição no terreno da psicanálise, não discutem a sua técnica ou resultados, mas simplesmente acham-se justificados ao tirar outras conclusões do mesmo material e ao submetê-lo a outras interpretações.

Via de regra, contudo, a controvérsia teórica é infrutífera. Tão logo o analista começa a desviar-se do material com o qual deveria contar, corre o risco de intoxicar-se com as próprias afirmações e, no final, de apoiar opiniões que qualquer observação poderia contradizer. Por esse motivo, parece-me ser incomparavelmente mais útil, para combater interpretações dissidentes, testá-las em casos e problemas particulares.

Já antes observei que será certamente considerado improvável, em primeiro lugar, que ‘uma criança na tenra idade de um ano e meio pudesse estar numa posição de absorver a percepção de um processo tão complicado e preservá-la tão acuradamente em seu inconsciente; em segundo lugar, se é possível, aos quatro anos de idade, que uma revisão preterida das impressões assim recebidas penetre no entendimento; e, finalmente, se qualquer procedimento poderia trazer para a consciência, de modo coerente e convincente, os detalhes de uma cena dessa natureza, experimentada e compreendida em tais circunstâncias’.

Esta última é simplesmente uma questão de fato. Qualquer um que se dê ao trabalho de acompanhar uma análise em tal profundidade, por meio da técnica prescrita, convencer-se-á de que é decididamente possível. Quem quer que omita isso e interrompa a análise em algum estrato mais elevado, terá renunciado ao seu direito de formar um juízo sobre o assunto. Mas a interpretação daquilo a que se chegou numa análise profunda não se decide por esse dado.

As outras dúvidas baseiam-se numa baixa estimativa da importância das primitivas impressões infantis e na recusa a atribuir-lhes efeitos tão duradouros. Os que apóiam esse

ponto de vista procuram as causas das neuroses quase exclusivamente nos graves conflitos da vida posterior; presumem que a importância da infância só se mostra diante dos nossos olhos, durante a análise, por causa da tendência dos neuróticos para expressarem os seus interesses presentes em reminiscências e símbolos do passado remoto. Tal estimativa da importância do fator infantil implicaria no desaparecimento de muito daquilo que fez parte das características mais íntimas da análise, embora também, sem dúvida, de muito daquilo que lhe oferece resistência e aliena a confiança do intruso.

A concepção, portanto, que estamos colocando em discussão é a que se segue. Sustenta que cenas da primitiva infância, tais como as que são construídas por uma análise exaustiva das neuroses (como, por exemplo, no presente caso), não são reproduções de ocorrências reais, às quais seja possível atribuir uma influência sobre o curso da vida posterior do paciente e sobre a formação dos seus sintomas. Considera-as, antes, como produtos da imaginação, que encontram estímulo na vida dura, que pretendem servir como uma espécie de representação simbólica dos verdadeiros desejos e interesses e que devem sua origem a uma tendência regressiva, a uma fuga das incumbências do presente. Se assim é, podemos certamente poupar-nos a necessidade de atribuir uma substância tão surpreendente à vida mental e capacidade intelectual de crianças da mais tenra idade.

Além do desejo, que todos compartilhamos, de racionalizar e simplificar o nosso difícil problema, há toda uma gama de fatos que falam em favor dessa concepção. Também é possível eliminar, de antemão, uma objeção que se lhe pode levantar, principalmente na mente de um analista em atividade. Deve-se admitir que, sendo correta essa concepção das cenas da infância, o processo da análise não seria, em primeiro lugar, alterado em nenhum aspecto. Se os neuróticos são dotados da característica prejudicial de desviar o seu interesse do presente e de vinculá-lo a esses substitutos regressivos, os produtos da sua imaginação, então o que há a fazer é seguir a sua trilha e trazer para a consciência esses produtos inconscientes; pois, deixando de lado a sua ausência de valor, do ponto de vista da realidade, são da máxima significação, do nosso ponto de vista, de vez que, no momento, são os portadores e possuidores do interesse que queremos libertar, de modo a conseguir dirigi-lo para as tarefas do presente. A análise teria que seguir precisamente o mesmo curso, como se se tivesse uma fé ingênua na verdade das fantasias. A diferença só apareceria no final da análise, depois que as fantasias tivessem sido esvaziadas. Deveríamos, então, dizer ao paciente: ‘Muito bem, a sua neurose ocorreu

você tivesse recebido essas impressões e as tivesse prolongado detalhadamente na sua infância. Você vê, é claro, que isso está fora de questão. Elas eram produtos da sua imaginação, destinadas a desviá-lo das verdadeiras tarefas que se apresentam diante de você. Procuremos saber agora que tarefas eram essas e que linhas de comunicação existem

entre elas e as suas fantasias.' Depois de utilizar as fantasias infantis dessa maneira, seria possível iniciar uma segunda etapa do tratamento, que seria voltada para a vida real do paciente.

Qualquer abreviamento desse processo, isto é, qualquer alteração no tratamento psicanalítico, como tem sido praticado até agora, seria tecnicamente inadmissível. A não ser que essas fantasias se tornem conscientes para o paciente, em seu significado mais pleno, ele não pode conseguir o comando do interesse que está ligado a elas. Se a sua atenção é desviada das fantasias, tão logo a existência e os contornos gerais destas são pressentidos, está-se dando simplesmente apoio ao trabalho de repressão, graças ao qual essas fantasias foram postas além do alcance do paciente, apesar de todo o seu sofrimento. Se este recebe uma noção prematura da não importância das fantasias, ao ser informado, por exemplo, que tudo será uma questão de fantasias, as quais certamente não têm significado real, jamais se conseguirá a sua cooperação no processo de trazê-las para a consciência. Um procedimento correto, portanto, não fará alteração na técnica de análise, qualquer que seja a estimativa que se possa formar a partir dessas cenas da infância.

Já mencionei que existe uma série de fatos que podem ser evocados em apoio à opinião de que essas cenas são fantasias regressivas. E, acima de todos, está este: até onde vai a minha experiência até este momento, essas cenas da infância não são reproduzidas durante o tratamento como lembranças, são produtos de construção. Muitos acharão, certamente, que só o fato de admitir isso decide toda a disputa.

Espero não ser mal compreendido. Todo analista sabe - e deparou com a experiência em inúmeras ocasiões - que no decorrer de um tratamento bem-sucedido o paciente traz à tona um grande número de recordações espontâneas da sua infância, por cujo aparecimento (um primeiro aparecimento, talvez) o terapeuta se sente inteiramente não responsável, já que não fez qualquer tentativa no sentido de uma construção que poderia haver colocado qualquer material desse tipo na cabeça do paciente. O que não quer dizer, necessariamente, que essas lembranças anteriormente inconscientes são sempre verdadeiras. Elas podem ser verdadeiras; muitas vezes, porém, são distorções da verdade, intercaladas de elementos imaginários, tal como as assim chamadas lembranças encobridoras, que são preservadas espontaneamente. Tudo o que quero dizer é o seguinte: cenas, como as do meu paciente no presente caso, que datam de um período tão prematuro e exibem um conteúdo semelhante, e que apresentam depois um significado tão extraordinário para o histórico do caso, não são, via de regra, reproduzidas como lembranças, mas têm que ser pressentidas - construídas - gradativa e laboriosamente a partir de um conjunto de indicações. Ademais, seria suficiente para os propósitos da argumentação se o fato de eu admitir que cenas dessa natureza não se tornam conscientes sob a forma de lembranças, se aplicasse apenas aos casos de neurose obsessiva, ou até mesmo se limitasse minha afirmação ao caso que estamos estudando aqui.

No entanto, não sou de opinião que essas cenas devam necessariamente ser fantasias,

porque não reaparecem na forma de recordações. Parece-me absolutamente equivalente a uma recordação, se as lembranças são substituídas (como no presente caso) por sonhos, cuja análise conduz invariavelmente de volta à mesma cena, e que reproduzem cada parte do seu conteúdo numa inesgotável variedade de novas formas. Na verdade, sonhar é outra maneira de lembrar, embora sujeita às condições que governam à noite e às leis da formação de sonhos. É essa recorrência nos sonhos que considero como a explicação do fato de que os próprios pacientes adquirem gradativamente uma convicção profunda da realidade dessas cenas primárias, uma convicção que não é, em nenhum aspecto, inferior à que se fundamenta na recordação.

Para aqueles que assumem o ponto de vista oposto, não há naturalmente necessidade de abandonar sem esperança a sua luta contra tais argumentos. É por demais conhecido o fato de que os sonhos podem ser orientados. E o sentimento de convicção experimentado pela pessoa analisada pode ser o resultado de sugestão, à qual se atribuem sempre novos papéis no jogo de forças envolvidas no tratamento analítico. O psicoterapeuta antiquado, poder-se-ia dizer, costumava sugerir ao seu paciente que ele estava curado, que havia superado as suas inibições, e assim por diante; ao passo que o psicanalista, sob esse ponto de vista, sugere-lhe que, quando era criança, tivera essa ou aquela experiência, que deve agora ser lembrada com o objetivo de curar-se. Seria essa a diferença entre os dois.

Entenda-se claramente que essa última tentativa de explicação, por parte daqueles que assumem uma concepção oposta à minha, resulta em serem as cenas da infância utilizadas muito mais fundamentalmente do que o que se anunciou. Aquilo que se argumentou inicialmente foi não serem elas realidades, mas sim fantasias. Contudo, o que se argumenta agora é, evidentemente, serem fantasias, não do paciente, mas sim do próprio analista, que a força sobre a pessoa que analisa em virtude de determinados complexos seus. Na verdade, um analista que escuta essa reprimenda confortar-se-á a si mesmo recordando o quão gradativamente veio à tona a construção dessa fantasia, que se supõe ter ele próprio originado, e, quando tudo estava dito e feito, o modo como ocorreram independentemente do incentivo do terapeuta muitos pontos do seu desenvolvimento; como, após determinada fase do tratamento, tudo parecia convergir para essa fantasia, e como mais tarde, na síntese, os mais variados e notáveis resultados irradiaram-se dela; o modo como não apenas os grandes problemas, mas também as menores peculiaridades no histórico do caso, foram esclarecidos mediante essa única hipótese. E ele negará a posse da quantidade de ingenuidade necessária para tramar uma ocorrência que possa preencher todos esses requisitos. Mas mesmo esse argumento não terá efeito sobre um adversário que não experimentou por si próprio a análise. Por um lado, haverá uma carga de autodesilusão sutil e, por outro, de obtusidade de julgamento; será impossível chegar a uma decisão.

Voltemo-nos para outro fator que apóia essa concepção oposta das cenas construídas da infância. É o seguinte: não pode haver dúvidas quanto à existência real de todos os processos que foram expostos com a finalidade de explicar essas estruturas duvidosas como

fantasias, e sua importância deve ser reconhecida. O desvio de interesse, das incumbências da vida real, a existência de fantasias na qualidade de substitutos de ações não realizadas, a tendência regressiva que se expressa nesses produtos - regressiva em mais de um sentido, na medida em que estão envolvidos simultaneamente um recuo diante da vida e um retorno ao passado -, todas essas coisas se confirmam, são regularmente confirmadas pela análise. Poder-se-ia pensar que seriam também suficientes para explicar as supostas reminiscências da primitiva infância que estão em discussão; e, de acordo com o princípio de economia na ciência, tal explicação levaria vantagem sobre outra que é inadequada sem o apoio de novas e surpreendentes hipóteses.

Arriscar-me-ia aqui a assinalar que as concepções antagônicas que se encontram na literatura psicanalítica atual são geralmente elaboradas segundo o princípio do *pars pro toto*. De uma combinação altamente composta, uma parte dos fatores operativos é destacada e proclamada como a verdade; e, em seu fator, contradiz-se então a outra parte, junto com toda a combinação. Se observamos um pouco mais de perto, para verificar a que grupo de fatores foi dada preferência, descobriremos ser aquele que contém material já conhecido de outras fontes ou aquele que pode mais facilmente ser relacionado com esse material. Desse modo, Jung seleciona atualidade e regressão, e Adler, motivos egoístas. O que é deixado de lado, no entanto, e rejeitado como falso, é precisamente o que é novo em psicanálise e peculiar a esta. Este é o método mais fácil de repelir os progressos revolucionários e inconvenientes da psicanálise.

Vale a pena observar que nenhum dos fatores citados pela opinião contrária com a finalidade de explicar essas cenas da infância, teve que aguardar reconhecimento até que Jung os expôs como novidade. A noção de um conflito corrente, de uma fuga da realidade, de uma satisfação substitutiva obtida na fantasia, de uma regressão ao material do passado - tudo isso (empregado, ademais, no mesmo contexto, embora talvez com uma terminologia ligeiramente diferente) há anos fazia parte integral da minha própria teoria. Contudo, não a formava inteiramente. Era apenas uma parte das causas que levam à formação de neuroses - aquela parte que, partindo da realidade, opera numa direção regressiva. Paralelamente a isso, deixei espaço para outra influência que, a partir das impressões da infância, opera numa direção futura, que aponta um caminho para a libido que se retrai diante da vida e que torna possível compreender a de outro modo inexplicável regressão à infância. Assim, na minha concepção, os dois fatores cooperam na formação de sintomas. Há, porém, uma cooperação anterior que me parece ser de igual importância. Sou de opinião que a *influência da infância já se faz sentir na situação com que se inicia a formação de uma neurose, de vez que desempenha um papel decisivo na ação de determinar se, e em que ponto, o indivíduo deixa de dominar os verdadeiros problemas da vida.*

O que está em discussão, portanto, é a significação do fator infantil. O problema é encontrar um caso que possa estabelecer essa significação para além de qualquer dúvida. No entanto, é esse o caso que está sendo exposto de modo tão exaustivo nestas páginas e que

se distingue pela característica de que a neurose da vida adulta foi precedida por uma neurose nos primeiros anos da infância. Foi exatamente por essa razão, na verdade, que o escolhi para ser relatado. Se alguém se sentir inclinado a recusá-lo porque a fobia animal não lhe parece suficientemente séria para ser reconhecida como uma neurose independente, devo dizer que a fobia foi sucedida, sem qualquer intervalo, por um cerimonial obsessivo, por atos e idéias obsessivos, que serão discutidos nas partes seguintes deste artigo.

A ocorrência de um distúrbio neurótico no quarto e no quinto ano da infância prova, antes de mais nada, que as experiências infantis são por si próprias capazes de produzir uma neurose, sem que haja necessidade de acrescentar-se a fuga de alguma tarefa a ser enfrentada na vida real. Pode-se objetar que mesmo uma criança confronta-se constantemente com obrigações às quais gostaria, talvez, de evadir-se. E assim é; mas a vida de uma criança em idade pré-escolar é facilmente observável e podemos examiná-la para verificar se nela existem quaisquer 'obrigações' capazes de determinar a causação de uma neurose. Só descobrimos, porém, impulsos instintuais que a criança não consegue satisfazer, não tendo idade suficiente para dominá-los, e as fontes das quais se originam esses impulsos.

Como seria de esperar, a enorme redução do intervalo entre o afloramento da neurose e a data das experiências infantis que estamos expondo restringe aos limites mais estreitos a parte regressiva da causação, ao passo que faz surgir plenamente a parte que opera em direção avançada, a influência das impressões anteriores. O presente caso clínico dará, espero, um quadro claro dessa situação. Existem, todavia, outros motivos pelos quais as neuroses da infância dão uma resposta decisiva à questão da natureza das cenas primárias - as primeiras experiências da infância que são trazidas à luz pela análise.

Suponhamos, como premissa incontestada, que uma cena primária dessa natureza tenha sido corretamente eduzida do ponto vista técnico, que seja indispensável para uma solução inclusiva de todos os enigmas colocados pelos sintomas do distúrbio infantil, que todas as conseqüências irradiem dela, assim como todas as linhas da análise conduziram a ela. Então, em face de seu conteúdo, é impossível que possa ser outra coisa além da reprodução de uma realidade experimentada pela criança. Pois a criança, como o adulto, só pode produzir fantasias a partir do material que foi adquirido, de uma fonte ou de outra; e para as crianças, alguns dos meios de adquiri-lo (lendo, por exemplo) são excluídos, ao passo que o espaço de tempo disponível para a aquisição é curto e pode facilmente ser explorado com vistas à descoberta de quaisquer dessas fontes.

No caso presente, o conteúdo da cena primária é um quadro de relações sexuais entre os pais do menino, numa postura particularmente favorável a determinadas observações. Agora, não seria evidência do que quer que fosse da realidade de tal cena, se a encontrássemos em um paciente cujos sintomas (isto é, os efeitos da cena) tivessem aparecido num ou noutro período da sua vida posterior. Uma pessoa como esta poderia ter adquirido as impressões, as idéias e o conhecimento em muitas ocasiões diferentes no decorrer do longo intervalo;

poderia, depois, havê-los transformado num quadro imaginário, projetado na infância, relacionando-os com seus pais. Se, no entanto, os efeitos de uma cena desse tipo aparecem numa criança de quatro ou cinco anos, então esta deve ter testemunhado a cena ainda mais precocemente. Mas, nesse caso, ainda nos defrontamos com todas as conseqüências desconcertantes que surgiram da análise dessa neurose infantil. A única saída seria presumir que o paciente não apenas imaginou inconscientemente a cena primária, mas também forjou a alteração no seu caráter, o medo ao lobo e a obsessão religiosa; tal expediente, porém, seria desmentido pela sua natureza em outros aspectos sóbria e pela tradição direta em sua família. Só pode haver, portanto, uma conclusão (não vejo outra possibilidade): ou a análise baseada na neurose de sua infância é toda ela uma seqüência de absurdo, do princípio ao fim, ou tudo aconteceu exatamente como descrevi acima.

Numa etapa anterior da exposição que fazemos [ver em [1]], deparamo-nos com uma ambigüidade em relação à predileção do paciente por nádegas femininas e pelo ato sexual na postura em que estas ficam particularmente proeminentes. Parecia necessário atribuir essa predileção à relação sexual que observara entre os pais, ao passo que, ao mesmo tempo, uma preferência desse tipo é uma característica geral de constituições arcaicas predispostas a uma neurose obsessiva. Mas a contradição é facilmente resolvida se a consideramos um caso de superdeterminação. A pessoa a quem observou nessa postura durante o ato sexual era, afinal de contas, o seu pai, e pode também ter sido dele que herdou essa predileção constitucional. Nem a posterior enfermidade do pai nem a história da família contradizem isso; como já foi mencionado, um irmão do seu pai morreu numa condição que deve ser considerada como resultado de um grave distúrbio obsessivo.

Em relação a isso podemos lembrar que, na época da sua sedução, quando tinha três anos e um quarto, a irmã proferira uma grande calúnia contra a sua boa e velha babá, dizendo que tivera contato com toda espécie de homens, mantendo-lhes a cabeça em posição vertical e pegando-lhes nos órgãos genitais (ver em [1]). Não podia deixar de nos ocorrer a idéia de que talvez a irmã, em idade mais ou menos como a sua, também tenha testemunhado a mesma cena observada depois pelo irmão e isso lhe tenha sugerido a noção de ‘manter em pé a cabeça das pessoas’ durante o ato sexual. Essa hipótese forneceria também uma sugestão do motivo da sua própria precocidade sexual.

[Originalmente eu não tinha intenção de desenvolver ainda mais, nesta passagem, a exposição da realidade das ‘cenas primárias’. Contudo, de vez que, entretentes, tive ocasião, em minhas *Conferências Introdutórias sobre Psicanálise* [1916-17, Conferência XXIII], de tratar do assunto em linhas mais gerais e sem objeto de controvérsia, seria enganoso se me omitisse de aplicar as considerações que determinaram essa outra exposição da matéria ao caso que ora se apresenta diante de nós. Continuo, portanto, como se segue, à guisa de complemento e retificação: resta ainda a possibilidade de tomar outra perspectiva da cena primária subjacente ao sonho - uma perspectiva que torna evidente em grande medida a conclusão a que chegamos antes e alivia-nos de muitas das nossas dificuldades.

Mas a teoria que procura reduzir as cenas da infância ao nível de símbolos regressivos, em nada ganhará, mesmo com essa modificação; e, com efeito, tal teoria parece-me ser, afinal, livremente utilizada por esta (como seria por qualquer outra) análise de uma neurose infantil.

Essa outra perspectiva que tenho em mente é a de que a situação pode ser explicada da seguinte maneira. Certamente não podemos dispensar a hipótese de que o menino observou uma cópula, cuja visão lhe deu a convicção de que a castração podia ser algo mais do que uma ameaça vazia. Ademais disso, o significado que ele posteriormente veio a relacionar com as posturas de homem e mulher, em conexão com o desenvolvimento da ansiedade, por um lado, e como condição da qual dependia o seu apaixonar-se, por outro, não nos dá outra alternativa senão concluir que deve ter sido um *coitus a tergo, more ferarum*. Há, porém, outro fator que não é insubstituível e pode ser relegado. Talvez o que o menino observou não tenha sido uma cópula entre os pais, mas entre animais, que depois transferiu para os primeiros, como se tivesse deduzido que seus pais faziam as coisas do mesmo modo.

Acima de tudo, o que dá cor a essa visão é o fato de que os lobos do sonho eram, na realidade, cães pastores e, além disso, aparecem como tais no desenho. Pouco antes do sonho, o menino foi levado repetidas vezes a visitar os rebanhos de ovelhas [ver em [1]] e lá pode ter visto justamente esses grandes cachorros brancos, e provavelmente também os viu copular. Gostaria de introduzir também nesta conexão o número três, a que o paciente se referiu sem qualquer outro motivo [ver em [1]], e eu sugeriria que ele guardou na memória o fato de haver feito três observações dessa espécie, com os cães. O que sobreveio durante a excitação da expectativa, na noite do sonho, foi a transferência para os pais, da sua imagem de memória recentemente adquirida, com *todos* os detalhes, e só assim se tornaram possíveis os poderosos efeitos emocionais que se seguiram. Chegou então a uma compreensão preterida das impressões que pode ter recebido algumas semanas ou meses antes - um processo pelo qual todos nós talvez tenhamos passado, em nossas próprias experiências. A transferência para os pais dos cães copulando não foi cumprida por meio de uma inferência acompanhada de palavras, mas por ter procurado em sua memória uma cena real, na qual os pais estivessem juntos e que pudesse coadunar-se com a situação da cópula. Todos os detalhes da cena que foram estabelecidos na análise do sonho puderam ser exatamente reproduzidos. Foi realmente numa tarde de verão, quando o menino estava sofrendo de malária, os pais estavam ambos presentes, vestidos de branco, que a criança despertou do seu sono, mas - a cena era inocente. O resto fora acrescentado pelo subsequente desejo do menino curioso, baseado na sua experiência com os cães, para testemunhar também os pais fazendo amor; e a cena assim imaginada produziu então todos os efeitos que arrolamos, tal como se tivesse sido inteiramente real e não o resultado da fusão de dois componentes, um anterior e indiferente, o outro posterior e profundamente impressivo.

De imediato, torna-se óbvio a quanto se reduzem as exigências à nossa credulidade. Não precisamos mais supor que os pais mantiveram relações na presença do filho (ainda muito pequeno, é verdade) - o que era uma idéia desagradável para muitos de nós. O período de tempo durante o qual os efeitos foram preteridos fica bastante diminuído; agora cobre apenas alguns meses do quarto ano da criança e não recua para dentro dos obscuros primeiros anos da infância. Pouco resta de estranho na conduta do menino ao fazer a transferência dos cães para os pais, e ao sentir medo do lobo, em vez de sentir medo do pai. Estava naquela fase do desenvolvimento de sua atitude em relação ao mundo, que descrevi em *Totem e Tabu* [1912-13, Ensaio IV] como o retorno do totemismo. A teoria que procura explicar as cenas primárias encontradas nas neuroses como fantasias retrospectivas de data posterior parece obter um poderoso apoio da presente observação, apesar de o nosso paciente ter apenas quatro anos. Novo como era, ainda assim conseguiu substituir uma impressão, recebida aos quatro anos, por um trauma imaginário, com a idade de um ano e meio. Essa regressão, no entanto, não parece misteriosa nem tendenciosa. A cena que seria inventada tinha que preencher determinadas condições que, em consequência das circunstâncias de vida do sonhador, só poderiam ser encontradas precisamente nesse período primitivo; tal era, por exemplo, a condição de que deveria estar na cama, no quarto dos pais.

Algo que posso aduzir das descobertas analíticas em outros casos parecerá, contudo, à maioria dos leitores, ser o fator decisivo a favor da correção do ponto de vista aqui proposto. Os incidentes de observação de relações sexuais entre os pais em idade muito precoce (quer sejam verdadeiras lembranças, ou fantasias) não são, de fato, nenhuma raridade em análises de neuróticos. Possivelmente não são menos freqüentes entre aqueles que não são neuróticos. Possivelmente fazem parte do depósito regular - consciente ou inconsciente - de suas lembranças. Mas sempre que consegui desentranhar, por meio da análise, uma cena dessa natureza, ela mostrou a mesma peculiaridade, que nos surpreendeu, também, com o paciente em questão: relacionava-se com um *coitus a tergo*, o qual, por si, oferece ao espectador a possibilidade de examinar os genitais. Certamente não há mais necessidade de duvidar que estamos lidando apenas com uma fantasia, que nasceu talvez da observação de relações sexuais de animais. E mais ainda: sugeri que minha descrição da 'cena primária' ficou incompleta, porque reservei para um momento posterior o relato do modo pelo qual o menino interrompeu a relação entre os pais. Devo acrescentar agora que essa forma de interrupção é sempre a mesma, em todos os casos.

Inclino-me a acreditar que me expus a graves acusações, da parte dos leitores deste caso clínico. Se esses argumentos em favor de tal visão da cena primária estavam à minha disposição, como pude assumir, no começo, uma perspectiva que parecia tão absurda? Ou fiz essas novas observações, que me obrigaram a alterar a minha opinião original, no intervalo entre o primeiro esboço do caso clínico e este acréscimo, e hesito, por essa ou aquela razão, em admitir o fato? Em vez disso, admitirei algo mais: pretendo, nesta oportunidade, encerrar a discussão da realidade da cena primária com um *non liquet*. Este

caso clínico ainda não chegou ao fim; no curso do seu desenvolvimento surgirá um fator que irá abalar a certeza de que parecemos desfrutar no momento. Nada restará então, julgo eu, a não ser referir aos meus leitores os trechos das *Conferências Introdutórias* nos quais tratei do problema das fantasias primitivas ou das cenas primárias.]

VI - A NEUROSE OBSESSIVA

Agora, pela terceira vez, o paciente sofreu uma nova influência, que deu um rumo decisivo ao seu desenvolvimento. Quando estava com quatro anos e meio de idade, e seu estado de irritabilidade e preocupação não havia ainda melhorado, a mãe determinou-se a familiarizá-lo com a história da Bíblia, na esperança de distraí-lo e animá-lo. Nesse sentido, foi bem-sucedida; a iniciação religiosa do menino deu fim à fase anterior, mas, ao mesmo tempo, fez com que os sintomas da ansiedade fossem substituídos por sintomas obsessivos. Até então não conseguia conciliar o sono facilmente porque tinha medo de ter maus sonhos, como o que tivera naquela noite antes do Natal; agora era obrigado, antes de ir para a cama, a beijar todas as imagens sagradas que havia no quarto, a dizer orações e a fazer incontáveis vezes o sinal-da-cruz, em si mesmo e sobre a sua cama.

A sua infância ajusta-se agora, claramente, nos seguintes períodos: primeiro, o período que se estende até a sedução, aos três anos e um quarto, durante o qual teve lugar a cena primária; segundo, o período da alteração em seu caráter, até o sonho de ansiedade (quatro anos de idade); terceiro, o período da fobia animal, até a iniciação religiosa (quatro anos e meio); e daí em diante, o período da neurose obsessiva, até uma época posterior aos seus dez anos. Que tenha havido um deslocamento instantâneo e definido de uma fase para a seguinte, é algo que não se ajusta à natureza das coisas ou ao nosso paciente; pelo contrário, a preservação de tudo o que se fora antes e a coexistência dos mais diferentes tipos de correntes eram características dele. Sua impertinência não desapareceu quando a ansiedade se instalou, e persistiu, com força lentamente decrescente, durante o período de piedade religiosa. Contudo, já não havia qualquer traço da fobia de lobos durante essa última fase. A neurose seguiu seu curso descontinuadamente; o primeiro ataque foi o mais longo e o mais intenso, e outros sobrevieram quando estava com oito e com dez anos, seguindo-se, cada vez, a causas de excitação em relacionamento claro com o conteúdo da neurose.

A própria mãe contou-lhe a história sagrada e também fez com que sua Nanya lesse em voz alta para o menino trechos de um livro adornado com ilustrações. Naturalmente, a ênfase narrativa era posta sobre a história da Paixão. A babá, que era muito pia e supersticiosa,

acrescentava à história os seus próprios comentários, mas era também obrigada a ouvir todas as objeções e dúvidas do pequeno crítico. Se as batalhas que então começaram a convulsionar-lhe a mente acabaram afinal numa vitória da fé, a influência da Nanya não deixou de ter sua participação nesse resultado.

O que ele me relatou como recordação das suas reações a essa iniciação foi recebido por mim, de início, com completa descrença. Era impossível, achei eu, que fossem estes os pensamentos de uma criança de quatro anos e meio ou cinco; provavelmente, remetera a esse passado remoto as idéias nascidas da reflexão de um adulto de trinta anos. O paciente, contudo, não ouviria essa correção; não consegui convencê-lo, como aconteceu em tantas outras diferenças de opinião entre nós; e, afinal, a correspondência entre os pensamentos que recordara e os sintomas dos quais me deu detalhes, bem como o modo pelo qual as idéias se ajustavam ao seu desenvolvimento sexual, compeliram-me, pelo contrário, a acreditar nele. E, refleti, então, achando que essa mesma crítica às doutrinas religiosas, que eu relutava em atribuir a uma criança, só era atingida por uma minoria infinitesimal de adultos.

Vou expor agora o material das suas recordações, e só depois tentarei encontrar um caminho que possa levar à explicação das mesmas.

Para começar, a impressão que ele recebeu da história sagrada não era, de modo algum, agradável, conforme relatou. Em primeiro lugar, opôs-se tenazmente ao aspecto de sofrer na figura de Cristo e, depois, contra a Sua história como um todo. Voltou seu descontentamento crítico contra Deus Pai. Se era todo-poderoso, então era culpa Dele se os homens eram maus e atormentavam os outros e eram mandados para o Inferno por causa disso. Ele devia tê-los feito bons; Ele próprio era responsável por toda a maldade e todos os tormentos. Também fez objeções ao fato de que devemos voltar a outra face, se nos batem no lado direito, e ao fato de que Cristo desejara, na Cruz, que o cálice Lhe pudesse ser tirado, bem como ao fato de que não ocorrera nenhum milagre para provar que era Filho de Deus. Assim, sua perspicácia estava alerta, e era capaz de descobrir, com severidade e sem remorso, os pontos fracos da narrativa sagrada.

A essa crítica racionalista, porém, em breve juntaram-se rumações e dúvidas, o que nos revela que nele também operavam impulsos ocultos. Uma das primeiras perguntas que fez à sua Nanya foi se Cristo também havia tido um traseiro. A babá respondeu-lhe que ele fora um deus e também um homem. Como homem, tivera e fizera as mesmas coisas que os outros homens. Isso não satisfez de modo algum o menino, mas ele conseguiu encontrar o seu próprio consolo, dizendo a si mesmo que o traseiro, na verdade, é apenas uma continuação das pernas. Mal conseguira pacificar seu medo de ter humilhado a figura sagrada, quando o temor novamente se acendeu ao surgir a questão de saber se Cristo também costumava defecar. Não se arriscou a fazer essa pergunta à piedosa babá, mas encontrou por si uma saída, e ela não poderia tê-la achado melhor. De vez que Cristo fizera vinho de nada, também podia transformar a comida em nada e, dessa forma, não precisava defecar.

Ficaremos em melhor posição para compreender essas rumações se voltarmos a uma fase do seu desenvolvimento sexual que já mencionamos. Sabemos que, depois da recusa da sua Nanya [ver em [1] e seg.] e a conseqüente supressão do início da atividade genital, a vida sexual do menino desenvolveu-se na direção do sadismo e do masoquismo. Maltratava e atormentava pequenos animais, imaginava-se batendo em cavalos e, por outro lado, imaginava o herdeiro ao trono sendo espancado. No seu sadismo, mantinha a antiga identificação com o pai; mas, no masoquismo, escolhia-o como objeto sexual. Aprofundava-se numa fase da organização pré-genital que considero como predisposição à neurose obsessiva. A operação do sonho, que o colocou sob a influência da cena primária, podia tê-lo levado a fazer o avanço no sentido da organização genital e a transformar o masoquismo em relação ao pai numa atitude feminina, ou seja, em homossexualismo. O sonho, contudo, não provocou esse avanço; terminou em estado de ansiedade. Poder-se-ia esperar que sua relação com o pai prosseguisse, do objetivo sexual de ser espancado para o objetivo seguinte, ou seja, o de ser possuído por ele, como uma mulher; mas, na verdade, devido à oposição da sua masculinidade narcísica, essa relação foi lançada de volta para uma etapa ainda mais primitiva. Foi deslocada para um substituto paterno e, ao mesmo tempo, dissociada na forma de um medo de ser comido pelo lobo. No entanto, isso de forma alguma a resolveu. Pelo contrário, só podemos fazer justiça à aparente complexidade da situação tendo em mente a coexistência de três tendências sexuais do menino em relação ao pai. A partir da época do sonho, em seu inconsciente ele era homossexual e, em sua neurose, estava no nível do canibalismo; ao passo que a atitude anterior, masoquista, continuou a ser a dominante. Todas as três correntes tinham propósitos sexuais passivos; era o mesmo objeto e o mesmo impulso sexual, mas esse impulso tornara-se dividido ao longo dos três diferentes níveis.

O conhecimento que tinha então da história sagrada não lhe dava oportunidade de sublimar a sua atitude masoquista predominante em relação ao pai. O menino transformou-se em Cristo - o que se tornou particularmente fácil para ele em virtude da coincidência dos aniversários. Assim, transformou-se em algo grande e também (fato ao qual não foi dado o devido destaque) num homem. Surpreendemos um lampejo da sua atitude homossexual reprimida na dúvida em relação ao fato de Cristo ter um traseiro, pois essas rumações não podem ter outro significado senão a questão de poder ele próprio ser usado pelo pai como uma mulher - como a mãe na cena primária. Quando chegamos à solução das outras idéias obsessivas, encontramos essa intervenção confirmada. Sua idéia de que era insultuoso relacionar a figura sagrada com tais insinuações, correspondia à repressão do seu homossexualismo passivo. Perceba-se que ele estava empenhando-se em conservar sua nova sublimação livre da mistura que esta derivava de fontes na matéria reprimida. Mas não teve êxito.

Não compreendemos até agora por que se rebelou também contra o caráter passivo de Cristo e contra o tratamento recebido de seu Pai e, desse modo, começou também a renunciar ao seu ideal masoquista anterior, mesmo em sua sublimação. Podemos supor que

esse segundo conflito era particularmente favorável ao afloramento de pensamentos obsessivos humilhantes do primeiro conflito (entre a corrente masoquista, dominante, e a homossexual, reprimida), pois é natural que, num conflito mental, todas as correntes, de um lado ou de outro, se combinem uma com a outra, mesmo que tenham as mais diferentes origens. Algumas informações recentes dão-nos o motivo dessa revolta e, ao mesmo tempo, das críticas que dirigia à religião.

Também as suas pesquisas sexuais ganharam algo com o que ele aprendeu sobre a história sagrada. Até então não havia tido motivos para supor que as crianças só provinham de mulheres. Pelo contrário, a Nanya fizera-lhe crer que ele era filho do pai, enquanto a irmã era de mãe [ver em [1]]; essa ligação mais estreita com o pai fora muito preciosa para ele. Agora sabia que Maria era chamada a Mãe de Deus. Assim, todas as crianças vinham de mulheres e o que a babá lhe dissera tornou-se insustentável. De mais a mais, como resultado do que lhe contaram, ficou confuso acerca de quem verdadeiramente era o pai de Cristo. Inclina-se a pensar que era José, pois soube que ele e Maria sempre viveram juntos, mas a babá disse que José era apenas ‘como’ um pai, e que o verdadeiro pai era Deus. Nada conseguia concluir daí. Compreendia apenas isto: se era uma questão absolutamente discutível, então a relação entre pai e filho não poderia ser tão íntima como sempre imaginara que fosse.

O menino tinha uma certa suspeita dos sentimentos ambivalentes em relação ao pai, que são um fator subjacente a todas as religiões, e atacava a religião por causa do afrouxamento implícito nessa relação entre pai e filho. Naturalmente, em breve a sua oposição deixou de assumir a forma de dúvidas quanto à verdade da doutrina e, em vez disso, voltou-se diretamente contra a figura de Deus. Deus tratara o Filho áspera e cruelmente, mas não era melhor em relação aos homens; sacrificara o próprio Filho e ordenara a Abraão que fizesse o mesmo. Começou a temer Deus.

Se ele era Cristo, então o seu pai era Deus. Mas o Deus que a religião lhe impunha não era um verdadeiro substituto para o pai que amara e que não desejava lhe fosse roubado. O amor por esse pai deu-lhe agudeza crítica. Resistia a Deus com a finalidade de conseguir agarrar-se ao pai; e, ao agir assim, estava na verdade defendendo o velho pai contra o novo. Estava diante da parte penosa do processo de desligar-se do pai.

O antigo amor pelo pai, que se tornara manifesto no primeiro período, era, portanto, a fonte da sua energia na luta contra Deus e da sua agudeza ao criticar a religião. Por outro lado, porém, essa hostilidade para com o novo Deus não era tampouco uma reação original; tivera o protótipo num impulso hostil contra o pai, que passara a existir sob a influência do sonho de ansiedade, e era, no fundo, apenas uma revivescência desse impulso. As duas correntes opostas de sentimento, que iriam governar a totalidade da sua vida posterior, encontraram-se aqui na luta ambivalente quanto à questão religiosa. Seguiu-se, além do mais, que o que essa luta produziu em forma de sintomas (as idéias blasfemadoras, a

compulsão que o dominava de pensar ‘Deus - merda’, ‘Deus - porco’) foram genuínos produtos de conciliação, como veremos na análise dessas idéias em conexão com seu erotismo anal.

Alguns outros sintomas obsessivos, de natureza menos típica, apontavam com igual certeza para o pai, mostrando ao mesmo tempo a ligação entre a neurose obsessiva e as ocorrências anteriores.

Uma parte do ritual piedoso, por meio do qual expiava eventualmente as suas blasfêmias, era respirar de maneira cerimoniosa em determinadas condições. Cada vez que fazia o sinal-da-cruz, obrigava-se a inspirar profundamente ou a expirar energicamente. Na língua do seu país, ‘respiração’ e ‘espírito’ são a mesma palavra, de modo que foi aí que entrou o Espírito Santo. Era obrigado a inspirar o Espírito Santo, ou a expirar os maus espíritos sobre os quais ouvira ou lera. Atribuía também a esses espíritos os pensamentos blasfemos pelos quais tinha que infligir a si mesmo tão pesadas penitências. Era também, contudo, obrigado a expirar quando via mendigos, ou aleijados, ou pessoas feias, velhas ou de aparência miserável; mas não conseguia pensar numa forma de ligar essa obsessão com os espíritos. O único motivo que podia dar a si mesmo era o de que agia assim para não ficar como essas pessoas.

Finalmente, em conexão com um sonho, a análise trouxe à tona a informação de que o ato de expirar diante da visão de pessoas aparentemente dignas de dó só começara após os seis anos e relacionava-se com o pai. Não via seu pai há muitos meses quando, um dia, sua mãe disse que ia levar as crianças à cidade e mostrar-lhes algo que muito lhes agradaria. Levou-os então a um sanatório e eles viram o pai outra vez; parecia doente e o menino sentiu muita pena dele. O pai era, assim, o protótipo de todos os aleijados, mendigos e gente miserável em cuja presença era obrigado a expirar; tal como o pai é o protótipo dos demônios que as pessoas vêem quando em estado de ansiedade, e das caricaturas desenhadas para escarnecer de alguém. Saberemos adiante (ver em [1] e [2]) que essa atitude de compaixão era derivada de um determinado detalhe da cena primária, detalhe que só se tornou operativo na neurose obsessiva nesse momento tardio.

Desse modo, sua determinação de não ficar como os aleijados (motivo pelo qual expirava na presença destes) era a antiga identificação com o pai transformada em negativo. Mas, ao fazê-lo, estava também imitando o pai no sentido positivo, pois a respiração pesada era uma imitação do ruído que ouvira, vindo do pai, durante a relação sexual. Derivava o Espírito Santo dessa manifestação da excitação sensual masculina. A repressão havia convertido essa respiração num mau espírito, o qual tinha também uma outra genealogia: ou seja, a malária [ver em [1]] de que estava sofrendo por ocasião da cena primária.

A rejeição desses maus espíritos correspondia a um inequívoco esforço de ascetismo, que também encontrou expressão em outras reações. Quando soube que Cristo, certa vez, havia

lançado alguns espíritos maus numa manada de porcos, que depois se arremessaram de um precipício, pensou como sua irmã, numa época recuada da infância, rolara para a praia de um penhasco acima do ancoradouro. Ela também era um espírito mau, uma porca. Daí para ‘Deus - porco’ o caminho foi curto. O próprio pai demonstrara que não era mais que um escravo da sensualidade. Quando lhe contaram a história do primeiro homem, impressionou-se com a semelhança do seu destino com o de Adão. Em conversa com sua Nanya, manifestou uma hipócrita surpresa diante do fato de Adão ter permitido ser arrastado à desgraça por uma mulher, e prometeu-lhe jamais casar-se. A hostilidade em relação às mulheres, devida à sedução pela irmã, encontrou intensa expressão nesse período. E estava destinada a perturbá-lo muitas vezes na sua vida erótica posterior. A irmã veio a ser, para ele, a encarnação permanente da tentação e do pecado. Depois que se confessava, sentia-se puro e livre do pecado. Mas, depois, parecia-lhe que era como se a irmã estivesse esperando para arrastá-lo novamente ao pecado e, em questão de momentos, provocava uma briga com ela, o que o tornava outra vez pecaminoso. Assim, era obrigado a continuar reproduzindo, muitas e muitas vezes, o evento da sua sedução. Ademais, nunca declarou em suas confissões os pensamentos blasfemos, embora pesassem tanto em sua mente.

Fomos levados, sem querer, à consideração dos sintomas dos anos posteriores da neurose obsessiva; portanto, passaremos por cima do período intermediário e procederemos à descrição do seu término. Já sabemos que, além da sua força permanente, essa neurose passava por intensificações ocasionais: uma vez - embora o episódio, no momento, permaneça obscuro para nós -, por ocasião da morte de um menino que morava na mesma rua, com o qual conseguia identificar-se. Quando estava com dez anos, teve um tutor alemão, que em tempo obteve grande influência sobre ele. É muito instrutivo observar que toda a sua piedade estrita desapareceu, para não mais renascer, depois que percebeu e soube, através de conversas esclarecedoras com seu tutor, que este substituto paterno não dava qualquer importância às atividades piás, nem atribuía qualquer valor à verdade religiosa. Sua piedade sumiu junto com a dependência do pai, que foi então substituído por outro, mais sociável. Isso não aconteceu, no entanto, sem uma última centelha da neurose obsessiva; lembrava-se particularmente da obsessão de ter que pensar na Santíssima Trindade sempre que via três montinhos de excrementos juntos, na estrada. Na verdade, jamais cedia a idéias novas sem fazer uma última tentativa de se apegar àquilo que perdera valor para ele. Quando o tutor o desencorajou de fazer crueldades com os animaizinhos, ele, de fato, pôs um fim às suas malvadezas, mas não antes de ter mais uma vez cortado lagartas, para grande satisfação sua. Ainda se comportava da mesma maneira durante o tratamento psicanalítico, pois mostrava o hábito de produzir ‘reações negativas’ transitórias; toda vez que algo havia sido esclarecido de forma conclusiva, tentava contradizer o efeito por algum tempo, agravando o sintoma que havia sido elucidado. Via de regra, como sabemos, as crianças lidam com as proibições do mesmo modo. Quando são repreendidas por algo (por exemplo, por estarem fazendo um barulho insuportável), repetem-no uma vez mais depois da proibição, antes de parar. Dessa maneira, conseguem, ao mesmo tempo, parar aparentemente por vontade própria e desobedecer a proibição.

Sob a influência do tutor alemão, surgiu uma nova e melhor sublimação do sadismo do paciente, o qual, com a aproximação da puberdade, dominara o seu masoquismo. Entusiasmou-se por assuntos militares, por uniformes, armas e cavalos, usando-os para alimentar contínuos devaneios. Assim, sob a influência de um homem, libertara-se das suas atitudes passivas, encontrando-se, na época, em vias razoavelmente normais. Foi por efeito tardio da sua afeição pelo tutor, que o deixou pouco depois, que passou a preferir, em períodos posteriores de sua vida, as coisas alemãs (como, por exemplo, os médicos, os sanatórios, as mulheres) em vez daquelas que existiam na sua terra (representando o pai) - um fato que foi, incidentalmente, de grande vantagem para a transferência durante o tratamento.

Houve um outro sonho, que pertence ao período anterior à sua emancipação do tutor, e que menciono porque foi esquecido até surgir durante o tratamento. Viu-se a si próprio montando um cavalo e perseguido por uma gigantesca lagarta. Reconheceu nesse sonho uma alusão a outro, anterior, do período que precedeu o tutor, o qual havíamos interpretado muito tempo antes. Nesse sonho anterior ele viu o Diabo, vestido de preto e na postura vertical com a qual o lobo e o leão, por sua vez, o haviam aterrorizado tanto. Ele estava apontando, com o dedo estendido, para uma lesma colossal. O paciente adivinhara prontamente que esse Diabo era o Demônio de um conhecido poema, e que o próprio sonho era uma versão de uma gravura muito popular, que representava o Demônio numa cena de amor com uma jovem. A lesma estava no lugar da mulher, sendo um perfeito símbolo sexual feminino. Guiados pelo gesto de apontar do Diabo, em breve conseguimos dar ao sonho o significado que o paciente esperava que alguém lhe desse, os últimos detalhes de informação que ainda estavam faltando ao enigma da relação sexual, tal como o pai lhe dera os primeiros na cena primária, muito tempo atrás.

Em relação ao sonho posterior, no qual o símbolo feminino foi substituído pelo masculino, ele se lembrou de um evento particular, ocorrido pouco tempo antes do sonho. Certo dia, cavalgando pela granja, passou por um camponês que estava deitado, dormindo, com o filhinho ao lado. Este último acordou o pai e disse-lhe qualquer coisa, ao que o pai começou a injuriar o paciente e a persegui-lo, até que este se afastou às pressas. Houve ainda uma segunda lembrança, de acordo com a qual, na mesma granja, havia três árvores que eram muito brancas, todas cobertas de lagartas. Podemos ver que ele fugiu da compreensão da fantasia do filho deitado com o pai, e que fez aflorar as árvores brancas com a finalidade de fazer uma alusão ao sonho de ansiedade, dos lobos brancos sobre a noqueira. Era, assim, uma eclosão direta do pavor da atitude feminina em relação aos homens, contra a qual se protegera, de início, pela sublimação religiosa e iria em breve proteger-se, ainda mais eficazmente, pela sublimação militar [ver em [1]].

Seria, contudo, um grande equívoco supor que após a remoção dos sintomas obsessivos não ficaria qualquer efeito permanente da neurose obsessiva. O processo conduziu a uma vitória da fé piedosa sobre a rebeldia da pesquisa crítica, e tivera, como condição

necessária, a repressão da atitude homossexual. Desvantagens duradouras resultaram de ambos os fatores. A sua atividade intelectual ficou seriamente prejudicada depois dessa primeira grande derrota. Não desenvolveu um amor pelo estudo, não mais mostrou a agudeza com a qual, com apenas cinco anos de idade, criticara e dissecara as doutrinas religiosas. A repressão do seu superpoderoso homossexualismo, consumada durante o sonho de ansiedade, reservou esse importante impulso para o inconsciente, manteve-o dirigido para o objetivo original e retirou-o de todas as sublimações às quais é suscetível, em outras circunstâncias. Por esse motivo o paciente era destituído de todos os interesses sociais que dão à vida um conteúdo. Somente quando, durante o tratamento analítico, se tornou possível liberar seu homossexualismo agrilhado, é que esse estado de coisas mostrou alguma melhora; e foi uma experiência das mais notáveis verificar como (sem qualquer conselho direto do médico) cada fragmento da libido homossexual que era libertado procurava alguma aplicação na vida, alguma ligação com os grandes interesses da humanidade.

VII - EROTISMO ANAL E O COMPLEXO DE CASTRAÇÃO

Devo pedir ao leitor que tenha em mente o fato de que obtive este histórico de uma neurose infantil como um subproduto, por assim dizer, durante a análise de uma doença na idade madura. Fui, portanto, obrigado a reunir dados ainda mais fragmentários do que aqueles que habitualmente se encontram à nossa disposição para fins de síntese. Essa tarefa, que não é difícil em outros aspectos, depara com uma limitação natural quando se trata de uma questão de forçar uma estrutura que tem, por si, várias dimensões, sobre o plano descritivo bidimensional. Devo, portanto, contentar-me em expor partes fragmentárias, que o leitor pode reunir numa totalidade viva. A neurose obsessiva que foi descrita desenvolve-se, como se enfatizou repetidas vezes, com base numa constituição anal-sádica. Até agora, porém, discutimos apenas um dos dois principais fatores - o sadismo do paciente e as suas transformações. Tudo o que diz respeito ao seu erotismo anal foi intencionalmente deixado de lado, de modo que pudesse ser exposto e discutido nessa etapa posterior.

Há muito que os analistas concordam que os impulsos instintuais multifários compreendidos sob a denominação de erotismo anal desempenham um papel de extraordinária importância, que seria um tanto impossível superestimar, na elaboração da vida sexual e da atividade mental em geral. É ponto pacífico também o fato de que uma das mais importantes manifestações do erotismo transformado que deriva dessa fonte, pode ser encontrado no tratamento que se dá ao dinheiro, pois, no decorrer da vida, esse material precioso atrai para si o interesse psíquico que era originalmente próprio das fezes, o produto da zona anal. Estamos acostumados a relacionar o interesse pelo dinheiro, na

medida em que é de caráter libidinal, e não racional, com o prazer excretório, e esperamos que as pessoas normais mantenham as suas relações com o dinheiro inteiramente livres de influências libidinais e as regulem de acordo com as exigências da realidade.

Em nosso paciente, na época da sua enfermidade de adulto, essas relações estavam perturbadas em grau particularmente grave e o fato não era um elemento a ser desconsiderado, em relação à sua falta de independência e à sua incapacidade de lidar com a vida. Ficara muito rico, graças a heranças do pai e do tio; era óbvio que dava grande importância a que o tomassem por rico e era suscetível nesse ponto, sentindo-se magoado se o subestimavam nesse aspecto. Mas não tinha idéia de quanto possuía, de qual era a sua despesa, e assim por diante. Era difícil dizer se devia ser chamado sovina ou perdulário. Comportava-se ora de uma forma, ora de outra, porém jamais de uma maneira que mostrasse qualquer intenção coerente. Determinadas características surpreendentes, que passarei a expor mais adiante, podiam levar a pessoa a considerá-lo um plutocrata insensível, que considerava a riqueza como a sua maior vantagem pessoal e que não permitia por um só momento que os interesses emocionais valessem mais que os pecuniários. Ainda assim, não avaliava as outras pessoas pelo dinheiro e, pelo contrário, mostrava-se em diversas ocasiões modesto, prestimoso e generoso. O dinheiro, na verdade, saíra do seu controle consciente e tinha, para ele, um significado bastante diferente.

Já mencionei antes (ver em [1]) que eu via com suspeitas o modo pelo qual ele se consolou pela perda da irmã, a qual se tornara a sua companheira mais chegada nos últimos anos de vida, com o pensamento de que não teria, então, que repartir com ela a herança dos pais. Contudo, o que era talvez ainda mais impressionante foi a calma com que conseguiu relatar isso, como se não compreendesse a aspereza de sentimentos que estava, dessa forma, confessando. É verdade que a análise reabilitou-o ao mostrar que a dor que sentira pela irmã submetera-se simplesmente a um deslocamento; mas, depois, tornou-se bastante inexplicável a razão pela qual tentara encontrar um substituto para sua irmã num aumento da fortuna.

Ele próprio mostrou-se desconcertado pelo seu comportamento em outro aspecto. Após a morte do pai, as posses deixadas foram divididas entre ele e sua mãe. A mãe administrava a propriedade e, como ele próprio admitiu, atendia as reivindicações pecuniárias do filho de modo irrepreensível e liberal. Mesmo assim, toda e qualquer conversa sobre assuntos de dinheiro entre os dois costumava acabar com as mais violentas reprimendas de sua parte, alegando que ela não o amava, que estava querendo economizar às suas custas e que provavelmente preferiria vê-lo morto a ter que deixá-lo assumir todo o controle sobre o dinheiro. A mãe costumava protestar, manifestando com lágrimas o seu desinteresse, e ele então ficava envergonhado de si mesmo e declarava que não pensava de fato nada disso a respeito dela. Entretanto, era certo que repetiria a mesma cena na primeira oportunidade.

Diversos incidentes, dos quais vou relatar dois, mostram que, durante muito tempo, antes da análise, as fezes haviam tido para ele o significado de dinheiro. Numa época em que os

intestinos não se incluíam ainda na sua enfermidade, foi certa vez visitar um primo pobre numa cidade grande. Ao deixá-lo censurou-se a si mesmo por não dar apoio financeiro a esse parente e, imediatamente depois, sentiu o que foi ‘talvez a mais urgente necessidade de aliviar os intestinos que já experimentara na sua vida’. Dois anos mais tarde, fixou de fato uma anuidade a ser paga ao primo. Eis o outro caso: aos dezoito anos, quando se preparava para os exames finais no colégio, visitou um amigo e combinou com ele um plano, que parecia aconselhável por causa do pavor que ambos sentiam de fracassar nos exames. Decidira-se dar determinada quantia a um empregado do colégio e, dessa soma, a parte maior seria naturalmente a do paciente. No caminho para casa, pensava consigo que daria de bom grado ainda mais, só para ter certeza de que passaria, para estar seguro de que nada lhe aconteceria no exame - mas, antes que tivesse atingido a porta da sua própria casa, aconteceu-lhe realmente um acidente de outra natureza.

Durante a sua enfermidade de adulto, sofria de obstinadas perturbações da sua função intestinal, embora as diversas circunstâncias determinassem certa flutuação de intensidade. Quando iniciou o tratamento comigo, acostumara-se aos enemas, que lhe eram administrados por um enfermeiro; numa determinada época as evacuações espontâneas não ocorriam durante meses, a não ser que interviesse uma excitação súbita por algum motivo particular, em razão da qual a atividade normal dos intestinos era restabelecida por alguns dias. O tema principal das suas queixas era que, para ele, o mundo estava oculto por um véu, ou que ele estava separado do mundo por um véu. Esse véu só era rompido numa única ocasião - quando, depois de um enema, o conteúdo dos intestinos deixava o canal intestinal; então, sentia-se bem e normal outra vez.

O colega que recomendei ao paciente para um diagnóstico sobre a sua condição intestinal foi perspicaz o bastante para explicá-la como funcional, ou mesmo psicicamente determinada, e abster-se de qualquer tratamento médico ativo. Ademais, nem um tratamento desses, nem uma dieta, teria qualquer utilidade. Durante os anos de tratamento analítico não houve evacuação intestinal espontânea - além das influências repentinas que mencionei. O paciente deixou-se convencer de que, se o órgão intratável recebesse tratamento mais intensivo, as coisas só ficariam piores, e contentava-se em provocar uma evacuação, uma ou duas vezes por semana, por meio de um enema ou de um purgativo.

Ao expor essas perturbações intestinais, dei mais espaço à enfermidade posterior do paciente do que havia planejado para este trabalho, o qual diz respeito à sua neurose infantil. Fi-lo assim por dois motivos; primeiro, porque os sintomas intestinais foram, com efeito, trazidos da neurose infantil com poucas alterações e, segundo, porque desempenharam um papel decisivo na conclusão do tratamento.

Sabemos como é importante a dúvida para o terapeuta que está analisando uma neurose obsessiva. É a arma mais poderosa do paciente, o expediente favorito da sua resistência. Essa mesma dúvida permitiu ao nosso paciente entrincheirar-se por trás de uma indiferença

respeitosa, deixando que os esforços do tratamento passassem fora do seu alcance durante anos. Nada mudava e não havia maneira de convencê-lo. Por fim, reconheci a importância, para o que eu pretendia, da perturbação intestinal; representava o pequeno traço característico da histeria que se encontra regularmente na raiz de uma neurose obsessiva. Prometi ao paciente uma recuperação completa da sua atividade intestinal e, por meio dessa promessa, tornei manifesta a sua incredulidade. Tive então a satisfação de ver a sua dúvida murchar à medida em que, no decorrer do trabalho, seus intestinos começaram, como órgãos histericamente afetados, a ‘entrar na conversa’, e, em poucas semanas, recuperaram o seu funcionamento normal, após tão longo período de perturbações.

Volto agora à infância do paciente - a uma época na qual era impossível que as fezes pudessem ter tido para ele o significado do dinheiro.

Os distúrbios intestinais do paciente começaram muito cedo, na forma que é a mais freqüente e, para as crianças, a mais normal - ou seja, a incontinência. Estaremos certamente com a razão, no entanto, ao rejeitar uma explicação patológica dessas ocorrências prematuras e ao considerá-las apenas como uma evidência da intenção do paciente de não se deixar perturbar ou reprimir no prazer ligado à função da evacuação. Encontrava uma grande satisfação (o que estaria de acordo com a grosseria natural de muitas classes sociais, embora não se coadunasse com a sua) em gracejos e exhibições anais, e esse prazer foi preservado por ele até depois do início da sua enfermidade posterior.

Durante o período da governanta inglesa, aconteceu muitas vezes que ele e sua Nanya tiveram que compartilhar o quarto com essa detestável senhora. A babá percebeu o fato de que, precisamente nessas noites, ele sujava a cama, embora em circunstâncias normais isso já tivesse deixado de acontecer há muito tempo. Ele não se mostrava de forma alguma envergonhado; era uma expressão de desafio contra a governanta.

Um ano depois (quando estava com quatro anos e meio), durante o período de ansiedade, aconteceu ter sujado as calças durante o dia. Ficou terrivelmente envergonhado e, enquanto o limpavam, queixou-se de que não poderia continuar a viver daquele jeito. De modo que, nesse intervalo de tempo, algo havia mudado; e, seguindo o seu lamento, chegamos aos vestígios desse algo. Ao dizer ‘não posso continuar a viver desse jeito’, estava repetindo as palavras de outra pessoa. Certa vez a mãe levava-o consigo enquanto se dirigia para a estação, com o médico que viera visitá-la. Durante a caminhada, ela lamentara as dores e as hemorragias, e proferira as mesmas palavras, ‘não posso continuar a viver deste jeito’, sem imaginar que a criança cuja mão estava segurando as guardaria na sua memória. Assim, o lamento (o qual, além do mais, ele iria repetir em inúmeras ocasiões durante a doença posterior) tinha o significado de uma identificação com a mãe.

Em breve apareceu em sua recordação o que, evidentemente, tanto no aspecto de data, quanto no de conteúdo, era o elemento intermediário de ligação que estava faltando entre os

dois eventos. Certa vez, no início do período de ansiedade, aconteceu que a mãe, apreensiva, deu ordens para que se tomassem precauções para proteger as crianças de uma disenteria que aparecera nas imediações da granja. Ele fez perguntas sobre o que isso poderia ser; e, depois de saber que quando se tem disenteria aparece sangue nas fezes, ficou muito nervoso e declarou que havia sangue nas suas próprias fezes; estava com medo de morrer de disenteria, mas deixou-se convencer, por um exame, que se tinha enganado e que não havia necessidade de assustar-se. Podemos ver que, nesse pavor, ele estava tentando colocar em efeito uma identificação com a mãe, de cujas hemorragias ouvira falar durante a conversa com o médico. Na sua última tentativa de identificação (quando estava com quatro anos e meio), desistira de qualquer menção ao sangue; não mais compreendia a si mesmo, pois imaginava que estava com vergonha e não tinha consciência de que estava sendo sacudido por um pavor da morte, embora fosse inequivocamente revelado pelo seu lamento.

Por essa época sua mãe, sofrendo como estava de uma moléstia abdominal, mostrava-se em geral nervosa, consigo mesma e com as crianças; é muito provável que seu próprio nervosismo, além dos outros motivos, se fundamentasse numa identificação com a mãe.

Qual pode ter sido o significado dessa identificação com sua mãe?

Entre o uso impudente que fez da sua incontinência, quanto tinha três anos e meio, e o horror com que a considerou, aos quatro anos e meio, está o sonho com o qual se iniciou o seu período de ansiedade - o sonho que lhe deu uma compreensão preterida da cena que testemunhara, com um ano e meio (ver em [1]), e uma explicação do papel desempenhado pela mulher no ato sexual. É apenas outro passo para ligar a mudança da sua atitude em relação à defecação com essa mesma grande revulsão. Disenteria era, evidentemente, o nome que ele dava à doença da qual ouvira a mãe lamentar-se, e com a qual era impossível continuar a viver; não considerava a enfermidade da mãe como sendo abdominal, mas sim intestinal. Sob a influência da cena primária, chegou à conclusão de que a mãe ficara doente por causa daquilo que o pai lhe fizera; e seu medo de ter sangue nas fezes, de estar doente como a mãe, era a sua recusa a identificar-se com ela nesta cena sexual - a mesma recusa com a qual despertou do sonho. Mas o medo era também uma prova de que, na sua elaboração posterior da cena primária, colocara-se no lugar da mãe e invejara-lhe essa relação com o pai. O órgão pelo qual sua identificação com as mulheres, sua atitude homossexual passiva para com os homens, estava apta a expressar-se, era a zona anal. Os distúrbios na função dessa zona haviam adquirido o significado de impulsos femininos de ternura, preservados também no curso da sua enfermidade posterior.

Neste ponto devemos considerar uma objeção, cuja discussão pode contribuir em muito para o esclarecimento da aparente confusão de circunstâncias. Fomos levados a presumir que, durante o processo do sonho, o menino compreendeu que as mulheres são castradas, que em vez do órgão masculino elas têm uma ferida que serve para as relações sexuais e que essa castração é a condição necessária da feminilidade; fomos levados a supor que a ameaça

dessa perda induziu-o a reprimir a sua atitude feminina em relação aos homens e que ele despertou do seu entusiasmo homossexual em estado de ansiedade. Agora: como pode essa compreensão das relações sexuais, esse reconhecimento da vagina, harmonizar-se com a escolha do intestino com o objetivo de identificação com as mulheres? Não são os sintomas intestinais baseados no que é provavelmente uma noção mais antiga e que, de qualquer forma, contradiz inteiramente o medo da castração - ou seja, a noção de que a relação sexual é feita pelo ânus?

Na verdade, essa contradição está presente; e os dois pontos de vista são completamente incoerentes entre si. A única questão é saber se precisam ser coerentes. Nosso espanto surge apenas porque somos sempre inclinados a tratar os processos mentais inconscientes como os conscientes e a esquecer as profundas diferenças existentes entre os dois sistemas psíquicos.

Quando o sonho do Natal, com a sua excitação e expectativa, evocou diante dele o quadro da relação sexual dos pais, como fora antes observado (ou construído) por ele, não pode haver dúvida de que a primeira visão da cena a aflorar foi a antiga, de acordo com a qual a parte do corpo feminino que recebeu o órgão masculino era o ânus. E, com efeito, que mais poderia ele ter suposto quando, com um ano e meio, foi espectador da cena? Mas, deu-se então o novo evento, que ocorreu quando tinha quatro anos de idade. O que havia aprendido, entretanto, as alusões, que ouvira, à castração, despertaram e lançaram uma dúvida sobre a 'teoria cloacal'; fizeram-no perceber a diferença entre os sexos e o papel sexual desempenhado pela mulher. Nessa contingência, ele comportou-se como em geral as crianças se comportam quando lhes é fornecido um detalhe de informação não desejado - quer seja sexual ou de qualquer outra espécie. Rejeitou o que era novo (no nosso caso, de motivos ligados com o seu medo da castração) e agarrou-se rapidamente ao que era velho. Decidiu-se a favor do intestino e contra a vagina, tal como, por motivos semelhantes, tomou depois o partido do pai contra Deus. Repudiou a nova informação e apegou-se à velha teoria. Esta última deve ter-lhe proporcionado o material para a sua identificação com as mulheres, que surgiu depois, como um pavor da morte em relação com os intestinos, bem como para os seus primeiros escrúpulos religiosos, quanto à questão de saber se Cristo havia tido um traseiro, e assim por diante. Não é que sua nova compreensão ficasse sem efeito; muito pelo contrário. Desenvolveu um efeito extraordinariamente poderoso, pois tornou-se um motivo para manter todo o processo do sonho sob repressão e para excluí-lo de uma elaboração posterior na consciência. Mas, com isso, seu efeito exauriu-se; não teve influência sobre a decisão do problema sexual. Pode ter havido a possibilidade de que, a partir dessa época, o medo da castração tenha existido lado a lado com uma identificação com as mulheres, por meio do intestino, embora se deva admitir que isso envolve uma contradição. Era, contudo, apenas uma contradição lógica - o que não quer dizer muito. Pelo contrário, todo esse processo é característico do modo pelo qual o inconsciente opera. Uma repressão é algo muito diferente de uma rejeição.

Quando estudávamos a gênese da fobia aos lobos, seguimos o efeito dessa nova

compreensão interna (*insight*) do ato sexual; mas, agora que estamos investigando as perturbações da função intestinal, encontramos trabalhando com base na velha teoria cloacal. Os dois pontos de vista permanecem separados um do outro por um estágio de repressão. Sua atitude feminina em relação aos homens, que fora repudiada pelo ato de repressão, retraiu-se para os sintomas intestinais e expressou-se nos episódios de diarreia, prisão de ventre e dores intestinais, que eram tão freqüentes durante a infância do paciente. Suas fantasias sexuais posteriores, que se baseavam num conhecimento sexual correto, conseguiram, assim, expressar-se regressivamente como distúrbios intestinais. Mas não podemos compreendê-las até termos explicado as modificações que ocorreram no significado das fezes a partir dos primeiros anos da infância.

Já sugeri, num ponto anterior da minha história [ver em [1]], que uma parte do conteúdo da cena primária foi oculta. Estou agora em posição de fornecer essa parte que falta. A criança interrompeu finalmente a relação sexual dos pais fazendo cocô, o que lhe deu uma desculpa para gritar. Todas as considerações que antes levantei, ao expor o resto do conteúdo da mesma cena, aplicam-se igualmente às críticas a esse detalhe adicional. O paciente aceitou esse ato conclusivo quando acabei de construí-lo e pareceu confirmá-lo ao exibir ‘sintomas transitórios’. Um outro detalhe adicional que eu propusera, no sentido de que o pai se aborrecera com a interrupção e desabafara o seu mau humor zangando-se com ele, teve que ser abandonado. O material da análise não reagiu a esse complemento.

O detalhe adicional que expus agora não pode certamente ser colocado no mesmo nível do restante do conteúdo da cena. Não se trata de um problema de uma impressão exterior, que se deve esperar que reemerja numa série de indicações posteriores, mas de uma reação por parte da própria criança. Não faria diferença para a história, como um todo, se essa demonstração não houvesse ocorrido, ou se houvesse sido tomada a um período posterior e inserida no decurso da cena. Mas não pode haver dúvidas quanto à maneira pela qual a consideramos. É indício de um estado de excitação da zona anal (no sentido mais amplo). Em outros casos semelhantes, uma observação como esta de relações sexuais acabou com uma descarga de urina; um homem adulto, nas mesmas circunstâncias, teria uma ereção. O fato de que o nosso menino evacuou, como sinal da sua excitação sexual, deve ser considerado como uma característica da sua constituição sexual congênita. Assumiu imediatamente uma atitude passiva e demonstrou mais inclinação no sentido de uma subsequente identificação com as mulheres do que com os homens.

Ao mesmo tempo, como qualquer outra criança, fez uso do conteúdo dos intestinos, em um dos seus significados mais antigos e mais primitivos. As fezes são a primeira *dádiva* da criança, o primeiro sacrifício em nome da sua afeição, uma parte do seu próprio corpo que está pronta a partilhar, mas apenas com alguém a quem ama. Usar as fezes como uma expressão de desafio, como o nosso paciente fez contra a governanta, aos três anos e meio, é simplesmente inverter esse significado anterior, de *dádiva*, ao seu negativo. O ‘*grumus*

merdae [monte de fezes] deixado pelos criminosos na cena do delito parece possuir ambos os significados: o de ofensa, e uma expressão regressiva de correção. Sempre é possível, quando foi atingido um estágio mais alto, fazer uso ainda do mais baixo, no seu sentido aviltado e negativo. A contrariedade é uma manifestação de repressão.

Num estágio posterior do desenvolvimento sexual, as fezes adquirem o significado de um *bebê*. Pois os bebês, como as fezes, nascem através do ânus. O significado de 'dádiva' das fezes admite prontamente essa transformação. É comum falar-se de um bebê como de uma 'dádiva'. A expressão mais freqüente é a de que a mulher 'deu' ao homem um bebê; mas, no uso do inconsciente, é dada igual atenção justamente ao outro aspecto da relação, qual seja, ao fato de a mulher ter 'recebido' o bebê como uma dádiva do homem.

O significado de fezes como *dinheiro* sai, em outra direção, do significado de 'dádiva'.

A significação mais profunda da primeira lembrança encobridora do nosso paciente, no sentido de que tivera o primeiro acesso de raiva por não lhe terem sido dados suficientes presentes de Natal, revela-se-nos agora. Aquilo de que estava sentindo falta era satisfação sexual, que ele tomara como sendo anal. Suas pesquisas sexuais chegaram à compreensão, durante o curso do sonho, daquilo para que haviam sido preparadas para descobrir antes do sonho, ou seja, que o ato sexual resolvia o problema da origem dos bebês. Mesmo antes do sonho, ele já não gostava de bebês. Uma vez, ao encontrar um passarinho ainda sem penas que havia caído do ninho, confundiu-o com um bebê humano e ficou horrorizado. A análise demonstrou que todos os pequenos animais, tais como as lagartas e os insetos, aos quais tanto maltratara, haviam tido, para ele, o significado de bebês. Sua posição em relação à irmã mais velha dera-lhe todas as oportunidades para refletir sobre a relação entre crianças mais novas e crianças mais velhas. A Nanya disse-lhe uma vez que a mãe gostava muito dele porque era o mais novo, e isso deu-lhe uma base para desejar que nenhuma outra criança, mais nova, viesse depois dele. Seu pavor a essa criança mais nova foi revivido sob a influência do sonho, que colocou diante dele a relação sexual dos pais.

Às correntes sexuais que já são por nós conhecidas, devemos, portanto, acrescentar uma outra, a qual, como as demais, partiu da cena primária reproduzida no sonho. Na sua identificação com as mulheres (isto é, com sua mãe) estava pronto a dar ao pai um bebê, e sentia ciúmes da mãe, que já o havia feito e talvez o fizesse outra vez.

Por via indireta, uma vez que tanto 'dinheiro' como 'bebê' têm o sentido de 'dádiva', o dinheiro pode assumir o significado de bebê e pode tornar-se, dessa maneira, o meio de expressar satisfação feminina (homossexual). Foi isso que ocorreu com o nosso paciente, quando - ele e a irmã estavam, na época, num sanatório alemão - viu o pai dar à irmã duas notas grandes. Em sua imaginação, sempre houvera suspeitas quanto às relações do pai com a irmã, e, ao ver a cena, seu ciúme despertou. Correu para a irmã tão logo ficaram a sós e

exigiu uma parte do dinheiro com tanta veemência e com tais acusações, que a irmã, aos prantos, atirou-lhe na cara todo o dinheiro. O que o havia excitado não era simplesmente o dinheiro em si, mas, antes, o ‘bebê’ - satisfação sexual anal obtida do pai. E ele conseguiu consolar-se com isso quando, com o pai ainda vivo, a irmã morreu. A idéia revoltante que lhe ocorreu quando soube a notícia da sua morte [ver em [1]] na verdade não significava mais do que isto: ‘Agora sou o único filho. Agora o Pai terá que amar a mais, somente.’ Embora essa reflexão fosse, em si, perfeitamente capaz de tornar-se consciente, seu fundo homossexual ainda assim era tão intolerável, que foi possível fazê-lo aflorar, dissimulado na forma da mais sórdida avareza, como um grande alívio.

Também, de maneira semelhante, quando após a morte do pai ele censurava a mãe, injustificadamente, por querer enganá-lo com o dinheiro e por gostar mais do dinheiro do que dele [ver em [1] e seg.]. Os antigos ciúmes que sentia de sua mãe, por ter amado outra criança além dele, pela possibilidade de ter desejado outro filho depois dele, levaram-no a fazer acusações que ele próprio sabia serem injustificadas.

Essa análise do significado das fezes torna claro que os pensamentos obsessivos que o obrigaram a relacionar Deus com o excremento tinham um outro significado, para além da comparação injuriosa que ele próprio via nessas idéias. Eram, na verdade, autênticos produtos conciliativos, nos quais não deixava de desempenhar seu papel uma corrente afetiva de devoção, bem como uma corrente hostil de abuso. ‘Deus - merda’ era provavelmente a abreviação de uma oferenda que se ouve eventualmente mencionada de forma não abreviada. ‘Cagar em Deus’ (*‘auf Gott scheissen’*) ou ‘cagar algo para Deus’ (*‘Gott etwas scheissen’*) também significa dar-lhe um bebê ou conseguir que ele dê um bebê a alguém. O velho significado de ‘dádiva’, na sua forma negativa e aviltada, e o significado de ‘bebê’, que se desenvolveu depois, a partir daquele, combinam-se um com o outro na frase obsessiva.

No segundo desses significados, uma certa ternura feminina encontra expressão: uma disponibilidade para renunciar à própria masculinidade, se, em troca disso, se possa ser amado como uma mulher. Temos aqui, então, precisamente o mesmo impulso para Deus, expressado, em palavras não ambíguas, no sistema delirante do paranóico Senatspräsident Schreber (Freud, 1911c, final da Seção I].

Quando, mais tarde, chego a descrever o esclarecimento final dos sintomas do meu paciente, o modo pelo qual a perturbação intestinal se colocara a serviço da corrente homossexual e dera expressão à sua atitude feminina em relação a seu pai, torna-se uma vez mais evidente. Entretanto, mencionaremos um outro significado de fezes, que nos levará a uma exposição do complexo de castração.

Uma vez que a coluna de fezes estimula a membrana mucosa erógena do intestino, desempenha o papel de um órgão ativo em relação a essa membrana; comporta-se

exatamente como o pênis o faz na membrana mucosa vaginal e atua como se fosse o seu precursor durante a época cloacal. O ato de ceder as fezes em favor (pelo amor) de alguém, torna-se um protótipo de castração, é a primeira ocasião na qual um indivíduo partilha um pedaço do seu próprio corpo com a finalidade de ganhar os favores de qualquer outra pessoa a quem ame. De modo que o amor de uma pessoa pelo próprio pênis, que é em outros aspectos narcísico, não deixa de ter um elemento de erotismo anal. ‘Fezes’, ‘bebê’ e ‘pênis’ formam, assim, uma unidade, um conceito inconsciente (*sit venia verbo*) - a saber, o conceito de um ‘pequeno’ que se separa do corpo de alguém. Ao longo dessas trilhas de associação, a catexia libidinal pode tornar-se deslocada ou intensificada, por vias que são patologicamente importantes e que são reveladas pela análise.

Já tomamos conhecimento da atitude que o nosso paciente adotou, de início, em relação ao problema da castração. Rejeitava a castração e apegava-se à sua teoria de relação sexual pelo ânus. Quando digo que ele a havia rejeitado, o primeiro significado da frase é o de que ele não teria nada a ver com a castração, no sentido de havê-la reprimido. Isso não implicava, na verdade, em julgamento sobre a questão da sua existência, pois era com se não existisse. Tal atitude, no entanto, pode não ter sido a sua atitude final, mesmo na época da sua neurose infantil. Encontramos uma subsequente evidência nítida de que tenha reconhecido a castração como um fato. Em relação a isso, uma vez mais, ele comportou-se da maneira que era tão característica dele, mas que torna difícil dar uma imagem clara dos seus processos mentais ou perceber o acesso a eles. Primeiro, resistiu e, depois, capitulou; mas a segunda reação não *anulou* a primeira. Afinal, seriam encontradas nele, lado a lado, duas correntes contrárias, das quais uma abominava a idéia de castração, ao passo que a outra estava preparada para aceitá-la e consolar-se com a feminilidade, como uma compensação. Para além de qualquer dúvida, porém, uma terceira corrente, a mais antiga e profunda, que nem sequer levantara ainda a questão da realidade da castração, era ainda capaz de entrar em atividade. Em outro trabalho relatei uma alucinação que este mesmo paciente teve aos cinco anos de idade e à qual preciso apenas acrescentar aqui um breve comentário.

““Quando eu tinha cinco anos, estava brincando no jardim perto da babá, fazendo cortes com meu canivete na casca de uma das nogueiras que aparecem em meu sonho também. De repente, para meu inexprimível terror, notei ter cortado fora o dedo mínimo da mão (direita ou esquerda?), de modo que ele se achava dependurado, preso apenas pela pele. Não senti dor, mas um grande medo. Não me atrevi a dizer nada à babá, que se encontrava a apenas alguns passos de distância, mas deixei-me cair sobre o assento mais próximo e lá fiquei sentado, incapaz de dirigir outro olhar ao meu dedo. Por fim, me acalmei, olhei para ele e vi que estava inteiramente ileso.””

Depois de ter sido instruído com a história bíblica aos quatro anos, ele começou, como sabemos, a fazer o intenso esforço de pensamento que culminou com a sua piedade

obsessiva. Podemos presumir, portanto, que essa alucinação pertence ao período no qual foi levado a reconhecer a realidade da castração e deve, talvez, ser considerada como o acontecimento que marca verdadeiramente esse passo. Mesmo a pequena correção [ver em [1]] feita pelo paciente não deixa de ter interesse. Se ele teve uma alucinação com a mesma experiência de horror que Tasso na *Gerusalemme Liberata*, conta do seu herói Tancredo, estaremos talvez justificados ao chegar à interpretação de que a árvore também significa uma mulher para o meu pequeno paciente. Estaria, então, desempenhando o papel do pai e relacionava as hemorragias da mãe, que lhe eram familiares, com a castração das mulheres, que ele agora reconhecia, - com a 'ferida'.

Essa alucinação do dedo ferido foi instigada, conforme relatou mais tarde, pela história de uma conhecida sua, que havia nascido com seis dedos nos pés e tivera esse sexto dedo decepado, em cada pé, por um machado, imediatamente após o nascimento. As mulheres, então, não tinham pênis porque este lhes era cortado ao nascer. Dessa maneira, chegou, no período da neurose obsessiva, a aceitar o que já havia aprendido durante o sonho, mas ao mesmo tempo havia rejeitado, por meio de repressão. Deve também ter tomado conhecimento, durante as leituras e conversas sobre a história sagrada, da circuncisão ritual de Cristo e dos judeus em geral.

Não existe qualquer dúvida de que, por essa época, seu pai estava se convertendo na figura aterrorizadora que o ameaçava com a castração. O Deus cruel com o qual estava então lutando - que criava homens pecadores, apenas para puni-los depois, que sacrificava o próprio filho e os filhos dos homens -, esse Deus remeteu seu caráter de volta ao pai do paciente, embora, por outro lado, o menino estivesse ao mesmo tempo tentando defender seu pai contra o Deus. Nesse ponto o menino havia que ajustar-se a um padrão filogenético, e assim o fez, embora suas experiências pessoais possam não concordar com isso. Conquanto as ameaças ou sugestões de castração com que deparou tenham emanado de mulheres, esse fato não poderia retardar em muito o resultado final. Apesar de tudo, foi de seu pai que ele veio a temer, afinal, a castração. Nesse aspecto, a herança triunfou sobre a experiência acidental; na pré-história do homem, era indubitavelmente o pai que praticava a castração como um castigo, e que o suavizou, depois, na circuncisão. Quanto mais o paciente avançava na repressão à sensualidade durante o desenvolvimento da neurose obsessiva, tanto mais natural se deve ter tornado para ele atribuir essas más intenções a seu pai, que era o verdadeiro representante da atividade sensual.

A identificação que fez, de seu pai com o castrador, tornou-se importante como sendo a fonte de uma intensa hostilidade inconsciente contra ele (atingindo o nível de um desejo de morte) e de um sentimento de culpa que reagia contra essa hostilidade. Até este ponto, no entanto, ele estava se comportando normalmente - isto é, como todo neurótico que está possuído de um complexo de Édipo positivo. O mais surpreendente, contudo, é que mesmo contra isso havia uma contracorrente operando nele, a qual, pelo contrário, considerava o pai como aquele que havia sido castrado e que apelava, portanto, para a sua simpatia.

Quando analisei o seu cerimonial de respirar para fora sempre que via aleijados, mendigos e gente miserável, consegui mostrar que esse sintoma podia também remeter-se ao pai, a quem achou triste quando o visitou no sanatório [ver em [1]]. A análise tornou possível seguir essa trilha ainda mais remotamente. Num período muito precoce, provavelmente antes da sua sedução (com a idade de três anos e um quarto), estivera na granja um velho trabalhador diarista, cuja função era agora a de carregar água para a casa. Não podia falar, porque sua língua fora, ao que parece, cortada fora. (Era provavelmente um surdo-mudo.) O menino gostava muito desse velho e sentia uma profunda pena dele. Quando o velho morreu o menino procurou por ele no céu. Eis aí, então, o primeiro aleijado do qual se apiedou e, como foi mostrado pelo contexto e pelo ponto em que o episódio aflorou na análise, um indubitável substituto paterno.

Na análise esse homem foi associado com a recordação de outros servos de quem o paciente gostara e sobre os quais destacava o fato de que eram ou doentes ou judeus (o que implicava em circuncisão). Também o criado que o havia ajudado a limpar-se depois do seu acidente, aos quatro anos e meio [ver em [1]], era judeu e tuberculoso, e fora igualmente objeto de sua compaixão. Todas essas figuras pertencem ao período anterior à visita que fez ao pai no sanatório, isto é, antes da formação do sintoma; este deve, portanto, ter tido antes o sentido de repelir (por meio da expiração) qualquer identificação com o objeto da piedade do paciente. Então, de repente, em conexão com um sonho, a análise imergiu outra vez no período pré-histórico e induziu-o a afirmar que durante a cópula, na cena primária, ele observara o pênis desaparecer, que sentira pena do pai por causa disso e que se alegrara com o reaparecimento daquilo que achava que estava perdido. Ali estava, portanto, um impulso emocional recente, partindo uma vez mais da cena primária. Ademais, a origem narcísica da compaixão (que é confirmada pela própria palavra) revela-se aqui de forma inequívoca.

VIII - MATERIAL NOVO ORIUNDO DO PERÍODO PRIMITIVO - SOLUÇÃO

Acontece muitas vezes, na análise, que, à medida em que nos aproximamos do final, emergem novas recordações que até então se mantinham cuidadosamente ocultas. Às vezes, em determinada ocasião, é feita uma observação despreziosa num tom de voz indiferente, como se se tratasse de algo supérfluo; então, em outra oportunidade, algo mais é acrescentado, o que começa a fazer com que o terapeuta fique de orelha em pé; e, por fim, este chega a reconhecer esse fragmento desprezado de uma lembrança como a chave para os mais importantes segredos que a neurose do paciente escondia.

No começo da análise, meu paciente havia-me contado uma lembrança do período no qual sua impertinência costumava transformar-se subitamente em ansiedade. Ele estava tentando apanhar uma grande e bonita borboleta, com listras amarelas e enormes asas que acabavam em ponta - na verdade, uma 'rabo de andorinha' [ver em [1]]. De repente, quando a borboleta havia pousado sobre uma flor, ele foi presa de um pavoroso medo da criatura e fugiu aos gritos.

Essa lembrança ocorria periodicamente durante a análise e pedia uma explicação, que, por muito tempo, não foi, porém, encontrada. Não obstante, era de supor, como fato lógico e natural, que um detalhe como este não se tivesse conservado em sua memória só por si, sendo, contudo, uma lembrança encobridora, representando algo de mais importância, a que estava, de alguma forma, ligada. Um dia, disse-me que, na sua língua, uma borboleta era chamada '*babushka*', 'vovó'. Acrescentou que, de um modo geral, as borboletas pareciam-lhe ser como mulheres e meninas, e os besouros e lagartas como meninos. Desse modo, poucas dúvidas poderia haver quanto ao fato de que, nessa cena de ansiedade, tivesse despertado uma recordação de alguém do sexo feminino. Não vou esconder o fato de que, por essa época, apresentei a possibilidade de que as listras amarelas da borboleta o tivessem feito lembrar de listras semelhantes numa peça de roupa usada por alguma mulher. Só menciono isto como uma ilustração, para mostrar como habitualmente são inadequados os esforços construtivos do terapeuta para elucidar as questões que surgem, e quão injusto é atribuir os resultados da análise à imaginação e sugestões do médico.

Muitos meses depois, em relação a algo inteiramente diverso, o paciente observou que o abrir e fechar das asas da borboleta, enquanto estava pousada na flor, dera-lhe uma estranha sensação. Parecera-lhe, conforme contou, como uma mulher abrindo as pernas, e as pernas tomavam então a forma de um V romano, que, como sabemos, era a hora à qual, na infância e mesmo até a época do tratamento, costumava cair num estado mental depressivo [ver em [1]].

Era uma associação à qual eu jamais chegaria por mim mesmo, e que ganhavam importância a partir da consideração da natureza completamente infantil da seqüência de associações que revelava. A atenção das crianças, como notei com freqüência, é atraída muito mais prontamente por movimentos do que por formas em repouso; e as crianças fundamentam muitas vezes as associações numa similaridade de movimento que é desprezada ou negligenciada pelos adultos.

Depois disso, o pequeno problema foi uma vez mais deixado intacto por muito tempo; mas posso citar a simples suspeita de que as pontas ou projeções semelhantes a um bastão nas asas da borboleta podem ter tido o significado de símbolos genitais.

Certo dia emergiu, tímida e indistintamente, uma espécie de recordação de que, numa idade muito precoce, mesmo antes da época da babá, ele devia ter tido uma ama que gostava muito dele. O nome dela era o mesmo da sua mãe. Ele retribuía, sem dúvida, a sua afeição. Era, na verdade, um primeiro amor que se apagara no esquecimento. Concordamos, porém, que deve ter ocorrido algo que mais tarde se tornou importante.

Então, numa outra oportunidade, ele corrigiu essa recordação. Ela não poderia ter tido o mesmo nome de sua mãe; isso fora um equívoco de sua parte e mostrava, certamente, que em sua memória ela se fundira com a mãe. Seu verdadeiro nome, prosseguiu ele, ocorrera-lhe de maneira indireta. Pensara subitamente numa despensa, na primeira granja, na qual eram guardadas as frutas depois de colhidas, e em determinada espécie de pêra particularmente deliciosa - uma grande pêra com listras amarelas na casca. A palavra que designa 'pêra', na sua língua, é '*grusha*' e era este também o nome da ama.

Torna-se assim claro que, por trás da lembrança encobridora da caça à borboleta, estava oculta a lembrança da ama. As listras amarelas não eram, contudo, da sua roupa e sim da pera, cujo nome era igual ao dela. No entanto, qual era a origem da ansiedade que despertara quando a lembrança dela fora ativada? A resposta óbvia a essa pergunta pode ser a hipótese crua de que fora essa mulher que, quando era bebê, ele havia visto fazer os movimentos com as pernas, fixados em sua mente com o V romano - movimentos que permitiam acesso aos genitais. Pouparamo-nos a uma teorização como essa e aguardamos mais material.

Pouco depois sobreveio a recordação de uma cena, incompleta, mas, na medida em que foi preservada, definida. Grusha estava ajoelhada no chão e, ao lado dela, estava uma vassoura curta, feita com um feixe de galhos finos; ele também lá estava e ela fazia-lhe uma reprimenda ou zangava-se com ele.

Os elementos que faltavam podia ser facilmente supridos por outras fontes. Durante os primeiros meses do tratamento, contara-me como se apaixonara de repente, de maneira compulsiva, por uma camponesa, da qual, aos dezoito anos, contraíra a causa que precipitou

a sua enfermidade de adulto. Ao contar-me isso, demonstrara uma má vontade fora do comum de dizer-me o nome da jovem. Foi um exemplo inteiramente isolado de resistência, já que, excluindo esse episódio, obedecia sem reservas à regra fundamental da análise. Declarou, no entanto, que a razão de se mostrar tão envergonhado de mencioná-lo era por se tratar de um nome caracteristicamente camponês e que nenhuma jovem bem nascida poderia jamais chamar-se assim. Quando finalmente o nome surgiu, aconteceu ser Matrona, nome que tem sobre si uma auréola maternal. A vergonha era, evidentemente, deslocada. Não se envergonhava do fato de esses casos de amor serem invariavelmente com mulheres da mais humilde origem; envergonhava-se apenas do nome. Se acontecesse ter o caso com Matrona algo em comum com a cena de Grusha, então a vergonha teria que ser transferida de volta para esse episódio prematuro.

Ele dissera-me, de outra vez, que, quando tinha ouvido a história de John Huss, impressionara-se bastante e que a sua atenção fixara-se nos feixes de lenha que foram amontoados quando ele foi queimado na fogueira. Agora, sua simpatia por Huss criava uma suspeita perfeitamente definida em minha mente, pois surpreendi muitas vezes essa simpatia em pacientes jovens e sempre consegui explicá-la da mesma forma. Um desses pacientes chegou até a fazer uma versão dramatizada da carreira de Huss; começou a escrever a sua peça no dia em que perdeu o objeto pelo qual se apaixonara secretamente. Huss pereceu pelo fogo e (como outros que possuem a mesma qualificação) torna-se o herói de pessoas que já sofreram alguma vez de enurese. Meu paciente relacionava os feixes de lenha usados na execução de Huss com a vassoura ou feixe de galhos da ama.

Esse material ajustava-se espontaneamente e servia para preencher as lacunas na lembrança que o paciente tinha da cena com Grusha. Quando viu a moça varrendo o chão, urinou na sala e ela replicou, sem dúvida por brincadeira, com uma ameaça de castração.

Não sei se os meus leitores já adivinharam a razão por que dei um relato tão detalhado desse episódio da primitiva infância do paciente. O episódio fornece uma importante ligação entre a cena primária e o posterior amor compulsivo [ver em [1]] que veio a ser de significado tão decisivo na sua trajetória subsequente, e ainda nos mostra uma condição da qual o seu apaixonar-se dependia e que elucida essa compulsão.

Quando viu a moça empenhada em esfregar o chão, ajoelhada, com as nádegas projetando-se e as costas em posição horizontal, deparava outra vez com a postura que a mãe havia assumido na cena da cópula. Para ele, a moça transformou-se em sua mãe, foi presa de excitação sexual devido à ativação dessa imagem; e, como o pai (cuja ação ele só pode ter considerado, na ocasião, como a de urinar), comportou-se de modo masculino em relação a ela. Seu ato de urinar no chão foi, na realidade, uma tentativa de sedução, e a moça respondeu a esse ato com uma ameaça de castração, exatamente como se tivesse compreendido o que ele queria dizer.

A compulsão que procedia da cena primária foi transferida para essa cena com Grusha e levada adiante por ela. A condição da qual dependia o seu apaixonar-se, contudo, passou por uma mudança que demonstrava a influência da segunda cena: foi transferida, da postura da mulher, para a ocupação na qual ela estava empenhada quando naquela postura. Isto era claro, por exemplo, no episódio de Matrona. Ele estava passando pela aldeia que fazia parte do que viria a ser a granja da família (a segunda) [ver em [1]], quando viu uma camponesa ajoelhada à beira do açude, lavando roupa. Apaixonou-se pela moça instantaneamente e com irresistível violência, embora não tivesse podido ainda nem sequer dar um olhar rápido ao seu rosto. Pela sua postura e ocupação, ela havia tomado, para ele, o lugar de Grusha. Podemos ver agora como foi que a vergonha, que se relacionava adequadamente ao conteúdo da cena com Grusha, pôde ligar-se ao nome de Matrona.

Um outro acesso de paixão, que data de poucos anos antes, mostra ainda mais claramente a influência compulsiva da cena de Grusha. Havia muito tempo sentia-se atraído por uma jovem camponesa, que era criada da casa, mas conseguia manter-se afastado dela. Um dia, quando a encontrou sozinha numa das dependências da casa, deixou-se subjugar pelo amor. Achou-a ajoelhada no chão, a esfregá-lo, com um balde e uma escova a seu lado - na verdade, exatamente como tinha visto a moça na sua infância.

Mesmo a sua escolha final de objeto, que desempenhou um papel tão importante em sua vida, mostra, pelos seus detalhes (embora não possam ser apresentados aqui), ter sido dependente da mesma condição, bem como ter sido uma ramificação da compulsão que, partindo da cena primária e prosseguindo na cena com Grusha, dominara sua escolha de amor. Já observei, em uma página anterior, que reconheço no paciente um empenho em aviltar o objeto do seu amor. Isso seria explicado como uma reação contra a pressão da irmã, que lhe era tão superior. Mas prometi ao mesmo tempo (ver em [1]) mostrar que esse motivo auto-afirmativo não era o único determinante, mas que ocultava um outro, mais profundo, baseado em motivos puramente eróticos. Foram estes trazidos à tona pela lembrança do paciente, da moça esfregando o assoalho - também *fisicamente* rebaixada, diga-se de passagem. Todos os seus objetos de amor posteriores foram substitutos dessa pessoa, a qual, acidentalmente, pela sua atitude, tornara-se o seu primeiro substituto materno. A primeira associação do paciente em relação ao problema do seu medo da borboleta pode ser, agora, com facilidade explicado retrospectivamente como uma alusão distante à cena primária (cinco horas). Ele confirmava a conexão entre a cena de Grusha e a ameaça de castração por um sonho particularmente engenhoso, que ele próprio conseguiu decifrar.

‘Tive um sonho’, disse ele, ‘em que um homem arrancava as asas de uma *Espe*.’ ‘*Espe?*’, perguntei, ‘o que quer você dizer com isto?’ ‘O senhor sabe; aquele inseto com listras amarelas no corpo, que dá uma picada. Isto deve ser uma alusão a Grusha, a pera de listras amarelas.’ Agora eu podia corrigi-lo: ‘Você quer dizer uma *Wespe* [vespa].’ ‘Chama-se

Wespe? Na verdade eu achava que o nome era *Espe*.' (Como tantas outras pessoas, ele usava as suas dificuldades com a língua estrangeira como uma forma de encobrir os atos sintomáticos.) 'Mas *Espe*, então, sou eu mesmo: S.P.' (eram as suas iniciais). A *Espe* era, é claro, uma *Wespe* mutilada. O sonho dizia claramente que ele estava se vingando de Grusha, por causa da sua ameaça de castração.

A ação do menino de dois anos e meio na cena com Grusha era o primeiro efeito da cena primária que chegava ao nosso conhecimento. Representa-o imitando o pai e mostra-nos uma tendência a um desenvolvimento numa direção que mereceria depois a denominação de masculina. A sedução levou-o à passividade - para a qual, em todo caso, o caminho estava preparado pelo seu comportamento ao testemunhar a relação sexual dos pais.

Neste ponto devo voltar momentaneamente ao histórico do tratamento. De vez que a cena de Grusha fora assimilada - a primeira experiência da qual podia realmente lembrar-se, e da qual se lembrara sem quaisquer conjecturas ou intervenção de minha parte -, o problema do tratamento tinha toda a aparência de estar resolvido. A partir daquele momento não houve mais resistência; tudo o que restava fazer era coletar e coordenar. A velha teoria do trauma das neuroses, que foi, afinal de contas, construída sobre impressões obtidas da prática psicanalítica, de repente viera outra vez para o primeiro plano. Por interesse crítico, fiz mais uma tentativa para impor ao paciente uma outra visão da sua história, que poderia adequar-se mais a um sóbrio senso comum. Era verdade que não podia haver dúvidas quanto à cena com Grusha, mas, sugeri, em si aquela cena nada significava; ela havia sido enfatizada *ex post facto* por uma regressão das circunstâncias da sua escolha objetal, que, como resultado da sua intenção de rebaixar, fora desviada da irmã para as criadas. Por outro lado, a observação que fizera do coito, argumentei, era uma fantasia dos anos posteriores; seu núcleo histórico pode ter sido talvez a observação, pelo paciente, da administração de um inocente enema. Alguns dos meus leitores inclinar-se-ão, possivelmente, a pensar que, com hipóteses como estas, eu estava começando, pela primeira vez, a aproximar-me da compreensão do caso; mas o paciente olhou para mim sem nada entender e com um certo desdém quando coloquei diante dele essa opinião, e jamais reagiu novamente a ela. Já afirmei meus próprios argumentos contra qualquer racionalização assim, no ponto apropriado da exposição. [Seção V, acima.]

[Assim, a cena de Grusha, ao explicar as condições que governavam a escolha objetal do paciente - condições que tiveram importância decisiva em sua vida -, impede que superestimemos o significado da sua intenção de rebaixar as mulheres. Contudo, faz mais do que isso. Propicia-me uma justificativa por haver recusado, numa passagem anterior (ver em [1] e [1]), adotar sem hesitação, como única explicação sustentável, a opinião de que a cena primária derivada de uma observação de animais, feita pouco antes do sonho. A cena de Grusha emergiu espontaneamente na memória do paciente, e não por meio de um esforço

meu. Seu medo da borboleta listrada de amarelo, que se remetia de volta àquela cena, provava que a cena tivera um conteúdo significativo, ou que ele havia conseguido, posteriormente, ligar essa significação ao seu conteúdo. Por meio das associações que a acompanharam e das inferências que se lhe seguiram, tornou-se possível suprir com segurança esse elemento significativo que estava faltando na lembrança do paciente. Pareceu, então, que seu medo da borboleta era, em todos os aspectos, análogo ao medo do lobo; em ambos os casos era um medo da castração, que se referia, para começar, à pessoa que primeiro proferira a ameaça de castração, mas foi depois transposta para outra pessoa, a quem se destinava a ligar-se, de acordo com o precedente filogenético. A cena com Grusha ocorre quando o paciente tinha dois anos e meio, mas o episódio de ansiedade com a borboleta amarela foi certamente posterior ao sonho de ansiedade. Era fácil entender como a tardia compreensão, por parte do paciente, da possibilidade de castração fizera aflorar retrospectivamente a ansiedade na cena com Grusha. Mas aquela cena, em si, nada continha de objetável ou improvável; pelo contrário, consistia inteiramente de detalhes corriqueiros, que não davam margem a ceticismo. Nela não havia nada que pudesse levar a atribuir-lhe a origem à imaginação da criança; tal suposição, na verdade, dificilmente parecia possível.

A questão que se coloca agora é saber se temos justificativa para considerar o fato de que o menino urinou enquanto olhava para a moça, de joelhos, esfregando o chão, como prova de excitação sexual de sua parte. Se assim foi, a excitação seria uma evidência da influência de uma impressão anterior, que poderia igualmente ter sido a ocorrência real da cena primária ou uma observação de animais, feita antes dos dois anos e meio. Ou iremos nós concluir que a situação, no que diz respeito a Grusha, era inteiramente inocente, que o fato de o menino esvaziar a bexiga foi puramente acidental e que não foi senão depois que toda a cena se tornou sexualizada em sua lembrança, após haver ele reconhecido a importância de situações semelhantes?

Acerca desses problemas não posso arriscar uma decisão. Devo confessar, contudo, que considero o caso de tal forma importante para o crédito da psicanálise, que bastaria o fato de haver *levantado* questões como esta. Não obstante, não posso negar que a cena com Grusha, o papel que representou na análise e os efeitos que se lhe seguiram na vida do paciente podem ser mais completa e naturalmente explicados se consideramos que a cena primária, que pode em outros casos ser uma fantasia, era uma realidade no caso presente. Afinal de contas, nada há de impossível nela; e a hipótese da sua realidade é inteiramente compatível com a ação incitante das observações de animais, que são indicadas pelos cães pastores na imagem do sonho.

Dessa conclusão insatisfatória, voltar-me-ei agora para uma consideração do problema, ensaiada em minhas *Conferências Introdutórias sobre Psicanálise* [Conferência XXIII]. Devia ficar satisfeito em saber se a cena primária, no presente caso, foi uma fantasia ou uma experiência real; mas, levando em conta outros casos semelhantes, devo admitir que a

resposta a essa pergunta não é, na verdade, uma questão de muita importância. Essas cenas de observação das relações sexuais entre os pais, de ser seduzido na infância e de ser ameaçado com a castração são inquestionavelmente, um dote herdado, uma herança filogenética, mas podem também facilmente ser adquiridas pela experiência pessoal. Com meu paciente, a sedução pela irmã mais velha foi uma realidade indiscutível; por que não deveria também ser verdadeira a sua observação da cópula dos pais?

Tudo o que encontramos na pré-história das neuroses é que a criança lança mão dessa experiência filogenética quando sua própria experiência lhe falha. Ela preenche as lacunas da verdade individual com a verdade pré-histórica; substitui as ocorrências da sua própria vida por ocorrências na vida dos seus ancestrais. Concordo plenamente com Jung ao reconhecer a existência dessa herança filogenética; mas considero um erro metodológico agarrar-se a uma explicação filogenética antes de esgotar as possibilidades ontogênicas. Não vejo razão para discutir obstinadamente a importância da pré-história infantil, ao mesmo tempo reconhecendo livremente a importância da pré-história ancestral. Nem posso omitir o fato de que os motivos filogenéticos e os próprios produtos permanecem necessitando de elucidação, e que, em um bom número de exemplos, esse esclarecimento é proporcionado por fatores da infância do indivíduo. E, finalmente, não me surpreendo se aquilo que foi originalmente produzido por determinadas circunstâncias, em tempos pré-históricos, e foi depois transmitido na forma de uma predisposição à sua reaquisição, reemergisse uma vez mais, desde que persistissem as mesmas circunstâncias, como um evento concreto na experiência do indivíduo.]

Também se deve encontrar espaço, no intervalo entre a cena primária e a sedução (da idade de um ano e meio à de três e um quarto), para o mudo, o carregador de água [[1]]. Ele serviu ao paciente como substituto do pai, tal como Grusha lhe serviu de substituto da mãe. Não acho que haja justificativa para considerar isso como exemplo da intenção de rebaixar, muito embora seja verdade que os pais chegaram ambos a ser representados por criados. Uma criança não leva em consideração as distinções sociais, que para ela têm ainda pouco significado; e nivela as pessoas de classe inferior com os pais, se essas pessoas a amam como aqueles o fazem. Como também a intenção de rebaixar não é responsável pela substituição de animais pelos pais do menino, pois as crianças estão longe de assumir uma visão depreciativa dos animais. Tios e tias são usados como substitutos dos pais sem qualquer consideração da questão de rebaixamento, e isto foi, na verdade, realizado pelo nosso paciente, como o demonstraram muitas das suas recordações.

Também pertence a esse período uma fase, obscuramente recordada, na qual nada conseguia comer, a não ser coisas doces, até que as conseqüências se fizeram sentir em seu estado de saúde. Contaram-lhe sobre um dos seus tios, que do mesmo modo se havia recusado a comer e definhara até a morte, quando era ainda jovem. Foi também informado de que ele próprio, aos três meses de idade, estivera seriamente doente (com pneumonia?), que a mortalha já estava pronta para ele. Dessa maneira conseguiram alarmá-lo, de modo

que começou outra vez a comer; e nos anos posteriores da sua infância chegou mesmo a exagerar no cumprimento desse dever, como que para resguardar-se contra a ameaça da morte. O medo da morte, que nessa ocasião foi evocado para sua própria proteção, reapareceu mais tarde, quando a mãe o advertiu do perigo da disenteria [[1]]. Mais tarde ainda, esse medo provocou um ataque da sua neurose obsessiva ([1]). Tentaremos, adiante [[1]], penetrar em suas origens e significados.

Estou inclinado à opinião de que essa perturbação do apetite deva ser considerada como a primeira das doenças neuróticas do paciente. Se assim foi, o distúrbio no apetite, a fobia aos lobos e a devoção obsessiva constituiriam a série completa de perturbações infantis que estabeleceu a predisposição para o seu colapso neurótico, após haver passado a puberdade. Objetar-se-á que poucas crianças escapam a tais perturbações como uma perda temporária de apetite ou uma fobia animal. Contudo, é exatamente esse argumento que eu desejaria. Estou pronto a afirmar que toda neurose em um adulto é construída sobre uma neurose que ocorreu em sua infância, mas que não foi grave o bastante para chamar a atenção e ser reconhecida como tal. Essa objeção serve apenas para enfatizar a importância teórica do papel que as neuroses infantis desempenhariam, no nosso ponto de vista, nos distúrbios posteriores que tratamos como neuroses e procuramos atribuir inteiramente aos efeitos da vida adulta. Se o nosso paciente não houvesse sofrido de uma obsessiva devoção piedosa, que se juntou à perturbação no apetite e à fobia animal, sua história não teria sido perceptivelmente diferente da de outras crianças, e estaríamos empobrecidos pela perda de precioso material, que pode nos prevenir contra certos erros plausíveis.

A análise seria insatisfatória se deixasse de explicar a frase usada pelo paciente para resumir os problemas dos quais se queixava. O mundo, disse ele, estava oculto dele por um véu [[1]] ; e nossa preparação psicanalítica proíbe-nos presumir que essas palavras possam não ter significado ou terem sido escolhidas ao acaso. É estranho dizer que o véu só foi rasgado numa situação: no momento em que, como resultado de um enema, uma evacuação intestinal passou pelo seu ânus. Sentiu-se, então, bem outra vez e, por um período muito curto, viu o mundo claramente. A interpretação desse ‘véu’ progrediu com tanta dificuldade quanto a que encontramos no esclarecimento do medo que teve da borboleta. Nem ele se manteve apegado ao véu. Este tornou-se ainda mais alusivo, como um sentimento de crepúsculo, de ‘*ténèbres*’ e de outras coisas impalpáveis.

Não foi senão pouco antes de concluir o tratamento que se lembrou de que lhe haviam dito que nascera com um âmnio. Por esse motivo, sempre se considerara uma criança especial, com sorte, a quem nenhuma desgraça podia sobrevir. Não perdeu essa convicção até que foi forçado a compreender que a sua infecção gonorréica constituía um sério dano para o seu corpo. O golpe foi demais para o seu narcisismo e ele desmoronou. Pode-se dizer que, ao fazê-lo, estava repetindo um mecanismo que já antes colocara em ação. Porque sua fobia de lobos irrompera quando se achou diante do fato de que a castração era algo possível; e ele classificou claramente a gonorréia como castração.

Assim, o âmnio era o véu que o escondia do mundo e que escondia o mundo dele. A queixa que fez era, na realidade, uma fantasia plena de desejos, realizada: mostrava-o outra vez de volta no útero e era, na verdade, uma fantasia plena de desejos de fugir do mundo. Pode traduzir-se assim: ‘A vida torna-me tão infeliz! Tenho que voltar para dentro do útero!’

Qual, porém, pode ter sido o significado do fato de que esse véu, que agora era simbólico mas que já fora real, foi rasgado no momento em que aliviou os intestinos após um enema, e que, nessas condições, a enfermidade abandonou-o? O contexto possibilita-nos responder. Se esse véu de nascença foi rompido, ele então viu o mundo e renasceu. O excremento era a criança, como que nascida uma segunda vez, para uma vida mais feliz. Temos aqui, portanto, a fantasia do renascimento, para a qual Jung chamou recentemente a atenção e à qual atribuiu uma posição dominante na vida imaginativa dos neuróticos.

Tudo isso estaria muito bem, se fosse a história completa. Mas determinados detalhes da situação, bem como a consideração devida pela relação entre ela e a história da vida deste paciente em particular, compelem-nos a levar adiante a interpretação. A condição necessária do seu renascimento era a de que um homem lhe administrasse um enema. (Só mais tarde foi levado pela necessidade a substituir ele próprio esse homem.) Isso só pode ter significado que ele se havia identificado com a mãe, que o homem estava agindo como o pai e que o enema estava repetindo o ato da cópula, como fruto da qual o bebê-excremento (que era uma vez mais ele próprio) nasceria. A fantasia do renascimento era, portanto, estreitamente ligada à condição necessária de obter de um homem satisfação sexual. De tal modo que a tradução agora é a que se segue: apenas na condição de tomar o lugar da mulher, substituindo ele próprio sua mãe e, assim, deixar-se satisfazer sexualmente pelo pai e dar-lhe um filho - só nessas condições a doença o deixaria. Aqui, portanto, a fantasia do renascimento era simplesmente uma versão mutilada e censurada da fantasia homossexual plena de desejos.

Se observarmos a questão mais de perto, não podemos deixar de assinalar que, nas condições que estabeleceu para a sua recuperação, o paciente estava simplesmente repetindo a situação à época da cena primária. Naquele momento, quisera substituir a mãe; e, como há muito presumimos, foi ele próprio que, na cena em questão, produziu o bebê-excremento. Permanecia ainda fixado, como por um feitiço, à cena que teve um efeito tão decisivo na sua vida sexual, e cujo retorno, na noite do sonho, trouxe o início da sua doença. O rompimento do véu era análogo à abertura dos seus olhos e à abertura da janela. A cena primária transformara-se na condição necessária para a sua recuperação.

É fácil fazer uma afirmação unificada daquilo que era expressado, por um lado, pela queixa que fez e, por outro lado, pela condição única e excepcional sob a qual a queixa não mais se confirmava e, assim, tornar claro todo o significado que subjazia aos dois fatores: desejava poder estar de volta ao útero, não simplesmente para que então pudesse renascer, mas também com a finalidade de, ali, poder copular com o pai, obter dele satisfação sexual

e dar-lhe uma criança.

O desejo de nascer do pai (como ele acreditara, no início, que fosse o caso), o desejo de ser sexualmente satisfeito pelo pai, o desejo de presenteá-lo com uma criança - e tudo isso ao preço da sua própria masculinidade, expresso na linguagem do erotismo anal -, esses desejos completam o círculo da sua fixação no pai. Neles o homossexualismo encontrou a sua mais nova e íntima expressão.

Este exemplo, creio, é esclarecedor do significado e da origem da fantasia de estar no útero, bem como da do renascimento. A primeira, a fantasia do útero, origina-se com freqüência (como no presente caso) de uma ligação com o pai. Há um desejo de estar dentro do útero da mãe para substituí-la durante as relações sexuais - para tomar o lugar dela em relação ao pai. A fantasia do renascimento, por outro lado, e quase sempre, com toda a probabilidade, um substituto abrandado (um eufemismo, poder-se-ia dizer) para a fantasia da relação incestuosa com a mãe; para utilizar uma expressão de Silberer, é uma expressão *anagógica* dessa fantasia. Há um desejo de voltar a uma situação na qual a pessoa estava nos genitais de sua mãe; e, em relação a isso, o homem identifica-se com seu próprio pênis e usa-o para representar-se. Dessa forma, as duas fantasias revelam-se como contrapartida uma da outra: dão expressão, conforme a atitude do sujeito seja feminina ou masculina, ao desejo de relacionamento sexual com o pai ou com a mãe. Não podemos afastar a possibilidade de que, na queixa feita pelo nosso paciente e na condição necessária estabelecida para a sua recuperação, as duas fantasias, ou seja, os dois desejos incestuosos, estejam unidas.

Farei uma tentativa final de reinterpretar as últimas descobertas desta análise de acordo com o esquema dos meus oponentes. O paciente lamentava sua fuga do mundo numa típica fantasia de estar no útero e via sua recuperação como um renascimento tipicamente concebido. De acordo com o lado predominante da sua disposição, expressava este último em sintomas anais. Em seguida forjava, sobre o modelo da sua fantasia anal de renascimento, uma cena da infância que repetia os seus desejos numa forma simbólico-arcaica de expressão. Seus sintomas eram, então, amarrados, como se houvessem sido originados por uma cena primária dessa natureza. Era forçado a embarcar nesse longo percurso regressivo, ou porque se tivesse levantado contra alguma incumbência na vida, a qual era preguiçoso demais para cumprir, ou porque tivesse todos os motivos para estar cômico da sua própria inferioridade e pensasse que podia melhor proteger-se contra o fato de ser desprezado elaborando dispositivos como estes.

Tudo isso seria ótimo, se ao menos o coitado não tivesse tido um sonho quando não tinha mais de quatro anos de idade, sonho que assinalou o princípio da sua neurose, que foi instigado pela história, que o avô lhe contou, do alfaiate e do lobo, cuja interpretação necessita da hipótese dessa cena primária. Todo o alívio que as teorias de Jung e Adler

procuram proporcionar, fracassam diante de fatos desprezíveis mas indiscutíveis como estes. Como as coisas se apresentam, parece-me mais provável que a fantasia do renascimento seja um derivativo da cena primária, do que, ao contrário, a cena primária seja um reflexo da fantasia do renascimento. E podem talvez supor, também, que o paciente, apenas quatro anos após o seu nascimento, seria possivelmente jovem demais para já estar desejando nascer outra vez. Mas não, devo retirar esse último argumento, pois minhas próprias observações demonstram que temos subestimado os poderes das crianças e que não existe conhecimento que não se lhes possa creditar.

IX - RECAPITULAÇÃO E PROBLEMAS

Não sei se o leitor deste relato de uma análise terá conseguido formar um quadro claro da origem e do desenvolvimento da doença do paciente. Ao contrário, receio que isto não tenha acontecido. Mas, embora em outras ocasiões tenha dito muito pouco em favor da minha capacidade na arte de expor, na presente oportunidade gostaria de alegar circunstâncias atenuantes. A descrição de fases tão primitivas e de estratos tão profundos da vida mental era uma tarefa nunca antes empreendida; e é melhor desempenhar mal essa incumbência do que fugir diante dela - procedimento este que, além do mais (ou assim nos dizem), envolveria o covarde em riscos de certa natureza. Prefiro, portanto, arriscar-me com audácia e mostrar que não me permiti ser detido por um sentimento da minha própria inferioridade.

O próprio caso não era particularmente favorável. A vantagem de haver uma quantidade de informações acerca da infância do paciente (vantagem que se tornou possível pelo fato de que a criança podia ser estudada por intermédio do adulto) teve que ser conquistada às custas de uma terrível desarticulação da análise e de a exposição desta mostrar as correspondentes lacunas. As peculiaridades pessoais do paciente e um caráter nacional que nos era estranho, tornaram laboriosa a tarefa de perceber o acesso à sua mente. O contraste entre a personalidade agradável e afável do paciente, sua aguda inteligência e suas boas intenções, por um lado, e sua vida instintual completamente desenfreada, por outro, necessitava de um processo excessivamente longo de educação preparatória, e isso tornou a perspectiva geral mais difícil. Mas o próprio paciente não tem culpa desse aspecto do caso, que colocava os mais graves obstáculos no caminho de qualquer descrição. Na psicologia de adultos, atingimos felizmente o ponto de conseguir dividir os processos mentais em conscientes e inconscientes e de estarmos aptos a dar uma descrição clara de ambos. Com as crianças, essa distinção deixa-nos quase totalmente desamparados. Muitas vezes é embaraçoso decidir o que se escolheria denominar consciente e o que chamar de inconsciente. Os processos que se tornaram dominantes e que devem, a partir do

comportamento subsequente, equivaler aos processos conscientes, não foram, no entanto, conscientes na criança. É fácil compreender por quê. Nas crianças, o consciente não adquiriu ainda todas as suas características; está ainda em processo de desenvolvimento e ainda não possui plenamente a capacidade de transpor-se para imagens verbais. Somos constantemente culpados de fazer confusão entre o fenômeno de emergência como uma percepção na consciência e o fato de pertencer a um hipotético sistema psíquico ao qual devemos atribuir algum nome convencional, mas que, de fato, chamamos também ‘consciência’ (o sistema *Cs.*) Essa confusão não prejudica quando lidamos com a descrição psicológica de um adulto, mas torna-se enganosa quando se trata da descrição de uma criança. Nem seria de muita ajuda introduzir aqui o ‘pré-consciente’, pois o pré-consciente de uma criança pode, exatamente da mesma maneira, deixar de coincidir com o de um adulto. Devemo-nos dar por satisfeitos, portanto, em haver reconhecido claramente a obscuridade.

É óbvio que um caso como o que está descrito nestas páginas pode transformar-se num pretexto para pôr em discussão todas as descobertas e problemas da psicanálise. Isso, contudo, seria um trabalho infundável. Deve-se reconhecer que nem tudo se pode aprender a partir de um único caso e que nem tudo pode ser resolvido através dele; devemo-nos contentar em explorar tudo aquilo que porventura se mostre de forma mais clara. Existem, em qualquer caso, limites estreitos para aquilo que a psicanálise foi chamada a explicar. Pois, ao passo que é da sua alçada explicar os sintomas revelando a sua origem, não o é explicar, mas simplesmente descrever, os mecanismos psíquicos e os processos instintuais aos quais a pessoa é desse modo conduzida. Para derivar novas generalizações do que foi, assim, estabelecido em relação aos mecanismos e aos instintos, seria essencial ter à disposição numerosos casos tão profunda e inteiramente analisados como este. Mas isso é algo que não se pode conseguir com facilidade, e cada um deles requer anos de trabalho. Assim, qualquer progresso nessas esferas do conhecimento deve necessariamente ser lento. Não há dúvida de que constitui uma grande tentação contentar-se em ‘arranhar’ a superfície mental de uma série de pessoas e substituir o que não foi feito pela especulação, feita sob o patrocínio de uma ou outra escola filosófica. Pode-se aduzir também requisitos práticos em favor desse procedimento; mas nenhum substituto pode satisfazer os requisitos da ciência.

Tentarei agora esboçar uma visão sintética do desenvolvimento sexual do meu paciente, a começar das primeiras indicações. A primeira que sabemos é a do distúrbio no apetite [ver em [1]], pois, levando em conta outras observações, estou inclinado, embora com as devidas reservas, a considerá-lo como resultado de algum processo na esfera da sexualidade. Tenho sido levado a considerar como a primeira organização sexual reconhecível a assim chamada fase ‘oral’ ou ‘canibalesca’, durante a qual predomina ainda a ligação original entre a excitação sexual e o instinto nutritivo. Não é de se esperar que devam ser descobertas manifestações diretas dessa fase, mas apenas indícios dela, onde quer que se tenha estabelecido perturbações. A diminuição do instinto nutritivo (embora possa certamente ter outras causas) chama atenção para uma deficiência, por parte do organismo, no domínio da

excitação sexual. Nessa fase o objetivo sexual só pode ser o canibalismo, o propósito de devorar; no caso do nosso paciente, surge através da regressão de um estágio mais elevado, na forma de um medo de ‘ser comido pelo lobo’. Na verdade, fomos obrigados a traduzi-lo para um medo de ser copulado pelo pai. É sabido que existe uma neurose nas meninas que ocorre numa idade muito posterior, na época da puberdade ou pouco depois, e que exprime a aversão à sexualidade por meio da anorexia. Essa neurose terá que ser examinada em conexão com a fase oral da vida sexual. O propósito erótico da organização oral aparece também no auge do paroxismo de um amante (em tais frases como ‘eu poderia devorá-la com amor’) e em relações afetivas com crianças, quando a pessoa adulta finge ser ela própria uma criança. Em outra passagem exprimi minha suspeita de que o pai do nosso paciente costumava ceder ao ‘abuso afetivo’, e pode ter brincado de lobo ou de cão com o menino, ameaçando, por brincadeira, engoli-lo (ver em [1]). O paciente confirmava essa suspeita pelo curioso comportamento que mostrava na transferência. Sempre que, assustado pelas dificuldades do tratamento, recuava para a transferência, costumava ameaçar-me dizendo que ia devorar-me e, depois com toda espécie de maus tratos - os quais eram todos uma expressão de afeição.

Essa fase oral da sexualidade deixa marcas permanentes nos usos da linguagem. É comum as pessoas falarem, por exemplo, num objeto de amor ‘apetitoso’, bem como descrever outras pessoas de que gostam como ‘doces’. Lembrar-nos-emos, também, de que o nosso pacientezinho só comia coisas doces. Nos sonhos, os doces e guloseimas significam geralmente carícias ou gratificações sexuais.

Parece, ademais, haver uma ansiedade que pertence a essa fase (somente, é claro, quando surge algum distúrbio), manifestando-se como um medo da morte, e que pode ser relacionada com qualquer coisa que se aponte à criança como sendo adequada a esse propósito. Com nosso paciente, foi empregada para induzi-lo a superar a sua perda de apetite e, na verdade, para supercompensá-la. Encontrar-se-á uma possível origem dessa perturbação do apetite se tivermos em mente (baseando-nos na hipótese que tantas vezes expusemos) que a observação que fez da cópula, com um ano e meio, a qual produziu tantos efeitos preteridos, ocorreu certamente antes do período de dificuldades na função alimentar. Assim, podemos talvez supor que acelerou os processos de amadurecimento sexual e, por conseguinte, produziu também, de fato, efeitos *imediatos*, ainda que fossem aparentemente insignificantes.

Certamente estou cômico de que é possível explicar os sintomas desse período (a ansiedade relacionada com o lobo e o distúrbio no apetite) de outra maneira mais simples, sem qualquer referência à sexualidade ou a um estágio pré-genital da sua organização. Aqueles que gostam de negligenciar as indicações de neurose e as interconexões entre os eventos preferirão essa outra explicação e eu não conseguirei impedir que o façam. É difícil descobrir qualquer evidência concludente em relação a esses primórdios da vida sexual, exceto por caminhos indiretos, conforme indiquei.

Na cena com Grusha (aos dois anos e meio de idade), vemos o menino no início de um desenvolvimento que, exceto talvez pela sua precocidade, merece ser considerado normal; nele encontramos, desse modo, identificação com seu pai e erotismo uretral representando masculinidade. Estava também totalmente sob a influência da cena primária. Consideramos, até agora, a sua identificação com o pai como sendo narcísica; mas, se levarmos em conta o conteúdo da cena primária, não podemos negar que já atingira o estágio da organização genital. Seu órgão genital masculino começara a representar o seu papel e continuava a fazê-lo sob a influência da sedução pela irmã.

A sua sedução, entretanto, dá a impressão de não haver simplesmente encorajado o desenvolvimento sexual, mas sim, em medida ainda maior, de havê-lo perturbado e desviado. Ofereceu-lhe um objetivo sexual passivo, que era, em última análise, incompatível com a ação do órgão genital masculino. Ao primeiro obstáculo externo, a ameaça de castração da sua Nanya, sua organização genital, indiferente como ainda o era, sucumbiu (com a idade de três anos e meio) e regrediu ao estágio que a precedera, qual seja, o da organização sádico-anal, que de outro modo poderia talvez ter transposto com sintomas tão superficiais como os de qualquer outra criança.

A organização sádico-anal pode ser facilmente considerada como uma continuação e um desenvolvimento da oral. A atividade muscular violenta dirigida sobre o objeto, pela qual se caracteriza, pode ser explicada como uma ação preparatória para comer. O comer deixa, então, de ser um objetivo sexual e a ação preparatória torna-se, em si, um objetivo suficiente. A novidade essencial, em comparação com o estágio anterior, é que a função passiva receptiva desprende-se da zona oral e liga-se à zona anal. Em relação a isso, dificilmente podemos deixar de pensar em paralelos biológicos ou na teoria segundo a qual as organizações pré-genitais no homem devem ser consideradas como vestígios de condições que têm sido permanentemente conservadas em diversas espécies animais. A construção do instinto de procura, a partir dos seus vários componentes, é outro aspecto característico desse estágio de desenvolvimento.

O erotismo anal do menino não era particularmente perceptível. Sob a influência do seu sadismo, a significação afetiva das fezes deu lugar a uma significação agressiva. Na transformação do sadismo em masoquismo, teve seu papel um sentimento de culpa, cuja presença assinala processos de desenvolvimento em outras esferas que não a sexual.

A sedução continuou a fazer sentir sua influência, ao manter a passividade do seu objetivo sexual. Transformava, em grande medida, seu sadismo em masoquismo, que era a sua contrapartida passiva. Contudo, é duvidoso que a sedução possa ter sido inteiramente responsável por essa característica de passividade, pois a reação do menino à sua observação da cópula, com um ano e meio, já era preponderantemente passiva. Sua excitação sexual simpática expressou-se pela ação de defecar, embora seja verdade que, nesse comportamento, deve-se distinguir também um elemento ativo. Lado a lado com o

masoquismo que dominava os seus impulsos sexuais e que se expressava também em fantasias, persistia igualmente o sadismo, que era dirigido contra os pequenos animais. Suas pesquisas sexuais haviam começado a partir da sedução e diziam respeito, essencialmente, a dois problemas: a origem das crianças e a possibilidade de perder os genitais. Essas buscas entrelaçaram-se com as manifestações dos seus impulsos instintuais e dirigiram a sua propensão sádica para os animaizinhos, que como que representavam os bebês.

Fixamos, então, o nosso relato mais ou menos na época do quarto aniversário do menino, e foi nesse ponto que o sonho fez operar, preteridamente, a sua observação da relação sexual, com a idade de um ano e meio. Não nos é possível entender completamente ou descrever adequadamente o que então sucedeu. A ativação do quadro, que, graças ao progresso no seu desenvolvimento intelectual, já conseguia então compreender, operou não apenas como um evento recente, mas como um novo trauma, como uma interferência do exterior, análoga à sedução. A organização genital que fora interrompida restabeleceu-se de uma só vez; mas o progresso que fora alcançado no sonho não podia ser mantido. Pelo contrário, por meio de um processo que só pode equivaler a uma repressão, veio à tona uma rejeição do novo elemento e a sua substituição por uma fobia.

Dessa forma, a organização sádico-anal continuava a existir durante a fase da fobia animal que então se estabelecia, apenas sofrendo uma mistura de fenômenos de ansiedade. O menino persistia nas atividades sádicas, bem como nas masoquistas, mas reagia com ansiedade a uma parte delas; provavelmente a conversão do sadismo em seu oposto fez mais progressos.

A análise do sonho de ansiedade mostra-nos que a repressão estava ligada ao reconhecimento da existência da castração. O novo elemento foi rejeitado porque sua aceitação ter-lhe-ia custado o pênis. Uma consideração mais atenta leva-nos a uma conclusão como a que se segue. O que foi reprimido foi a atitude homossexual compreendida no sentido genital, atitude que se havia formado sob a influência desse reconhecimento da castração. Mas tal atitude foi mantida no que diz respeito ao inconsciente e instituída como um estrato dissociado e mais profundo. A força motivadora da repressão parece ter sido a masculinidade narcísica ligada aos genitais do menino, que entrara num conflito há muito preparado com a passividade do seu propósito homossexual. A repressão era, desse modo, um resultado da sua masculinidade.

Pode-se ser tentado, neste ponto, a introduzir uma ligeira alteração na teoria psicanalítica. Pareceria palpavelmente óbvio que a repressão e a formação da neurose haviam-se originado do conflito entre as tendências masculina e feminina, ou seja, da bissexualidade. Essa visão da situação, no entanto, é incompleta. Dos dois impulsos sexuais conflitantes, um era egossintônico, ao passo que o outro feria o interesse narcísico do menino; foi por causa disso que o último sofreu repressão. De modo que, também nesse caso, foi o ego que pôs em

ação a repressão, em benefício de uma das tendências sexuais. Em outros casos não existe tal conflito entre masculinidade e feminilidade; há apenas, uma única tendência sexual presente, que procura aceitação, mas que atua contra determinadas forças do ego e, por conseguinte, é repelida. Na verdade, os conflitos entre a sexualidade e as tendências *morais* do ego são muito mais comuns do que aqueles que se situam dentro da esfera da sexualidade; mas, no presente caso, falta um conflito moral dessa natureza. Insistir que a bissexualidade é a força motivadora que leva à repressão é assumir uma visão por demais estreita; ao passo que se afirmamos o mesmo do conflito entre o ego e as tendências sexuais (isto é, a libido) estaremos cobrindo todos os casos possíveis.

A teoria do ‘protesto masculino’, conforme tem sido desenvolvida por Adler, defronta-se com a dificuldade de que de modo algum a repressão toma sempre o partido da masculinidade contra a feminilidade; há categorias bastante vastas de casos nos quais é a masculinidade que tem de se submeter à repressão feita pelo ego. [Cf. Adler (1910).]

Ademais, uma apreciação mais justa do processo de repressão no nosso presente caso leva-nos a negar que a masculinidade narcísica seja a única força motivadora. A atitude homossexual que passou a existir durante o sonho era de uma intensidade tão opressora, que o ego do menino viu-se incapaz de lutar e, dessa maneira, defendeu-se contra ela pelo processo de repressão. A masculinidade narcísica que se ligava aos seus genitais, sendo contrária à atitude homossexual, foi convocada para ajudar o ego a desempenhar a sua tarefa. Simplesmente para evitar mal-entendidos, acrescentarei que todos os impulsos narcísicos operam a partir do ego e têm sede permanente no ego, e que as repressões são dirigidas contra as catexias de objeto libidinais.

Deixemos agora o processo de repressão, ainda que talvez não tenhamos conseguido tratá-lo exaustivamente, e voltemos ao estado do menino ao acordar do sonho. Se tivesse sido realmente a sua masculinidade que triunfara sobre o homossexualismo (ou feminilidade) durante o processo onírico, chegaríamos então, necessariamente, à conclusão de que a tendência dominante era uma tendência sexual ativa de um caráter já explicitamente masculino. Não há dúvida, porém, de que não foi isto que aconteceu. O essencial da organização sexual não se modificara; a fase anal-sádica persistia e continuava a ser dominante. O triunfo da masculinidade era demonstrado apenas nisto: que desde então reagia com ansiedade aos objetivos sexuais passivos da organização dominante - objetivos que eram masoquistas mas não femininos. Não nos defrontamos com uma triunfante tendência sexual masculina, mas apenas com uma tendência feminina e um esforço contra esta.

Posso bem imaginar as dificuldades que o leitor deve encontrar na distinção nítida (pouco conhecida, mas essencial) que esbocei entre ‘ativo’ e ‘masculino’ e entre ‘passivo’ e ‘feminino’. Não hesitarei, portanto, em repetir-me. A situação após o sonho, então, pode ser descrita como se segue. As tendências sexuais haviam sido divididas: no inconsciente,

atingira-se o estágio de organização genital e estabeleceu-se um homossexualismo muito intenso; em cima disso (virtualmente no consciente), persistia a antes sádica, e agora predominantemente masoquista, corrente sexual; o ego modificara totalmente a atitude em relação à sexualidade, de vez que agora a repudiava e rejeitava os objetivos masoquistas dominantes com ansiedade, tal como reagira aos objetivos homossexuais mais profundos com a formação de uma fobia. Assim, o resultado do sonho não era tanto o triunfo de uma corrente masculina como uma reação contra uma corrente feminina e passiva. Seria muito forçado atribuir a qualidade de masculinidade a essa reação. A verdade é que o ego não tem correntes sexuais, mas apenas um interesse em sua própria autoproteção e na preservação do seu narcisismo.

Consideremos agora a fobia. A sua existência começou no nível da organização genital e mostra-nos o mecanismo relativamente simples de uma histeria de angústia. O ego, ao desenvolver a ansiedade, estava se protegendo contra aquilo que considerava como um perigo esmagador, ou seja, a satisfação homossexual. O processo de repressão, contudo, deixou para trás um vestígio que não pode ser desprezado. O objeto ao qual o perigoso objetivo sexual havia sido ligado, teve que ser substituído, na consciência, por um outro. O que se tornou consciente foi o medo, não do *pai*, mas do *lobo*. Nem o processo se deteve na formação de uma fobia com um único conteúdo. Após um tempo considerável, o lobo foi substituído pelo leão [ver em [1] e [2]]. Simultaneamente aos impulsos sádicos contra os pequenos animais, existia uma fobia dirigida para estes, na qualidade de representantes dos rivais do menino, os possíveis bebês. A origem da fobia da borboleta é de particular interesse. Era como uma repetição do mecanismo que produziu a fobia do lobo no sonho. Devido a um estímulo casual, uma antiga experiência, a cena com Grusha, foi ativada; sua ameaça de castração produziu, assim, efeitos preteridos, embora na ocasião em que foi proferida não tenha causado impressão.

De fato, pode-se dizer que a ansiedade que estava envolvida na formação dessas fobias era um medo da castração. Essa afirmação não implica em contradição do ponto de vista de que a ansiedade se originou da repressão da libido homossexual. Ambos os modos de expressão referem-se ao mesmo processo, ou seja: a retirada da libido, pelo ego, do impulso ansioso homossexual, tendo a libido, então, se convertido em ansiedade livre e, subsequente, ligada a fobias. O primeiro método de afirmação simplesmente acrescenta o motivo pelo qual o ego foi ativado.

Se examinarmos a questão mais de perto, veremos que a primeira doença do nosso paciente (deixando de lado o distúrbio no apetite) não se esgotou quando dela extraímos a fobia. Deve ser considerada como uma verdadeira fobia, que não mostra simplesmente sintomas de ansiedade, mas também fenômenos de conversão. Uma parte do impulso homossexual foi mantida pelo órgão a que esse impulso dizia respeito; a partir dessa época e igualmente durante a vida adulta, seu intestino comportou-se como um órgão histericamente afetado. O homossexualismo reprimido e inconsciente refugiou-se nos intestinos. Foi

precisamente essa característica de histeria que foi de tão grande valia como auxílio ao esclarecimento da sua doença posterior. Devemos agora criar coragem para abordar a estrutura ainda mais complicada da neurose obsessiva. Mentalizemos uma vez mais a situação: uma corrente sexual masoquista dominante e outra, homossexual, reprimida, e um ego profundamente empenhado numa rejeição histórica de ambas. Que processos transformaram essa condição numa neurose obsessiva?

A transformação não ocorreu espontaneamente, por meio de um desenvolvimento interno, mas sim através de uma influência exterior. Seu efeito visível foi que o relacionamento do paciente com seu pai, que estava em primeiro plano e, até então, se expressara na fobia de lobos, manifestava-se agora numa piedade obsessiva. Não posso deixar de assinalar que o curso dos acontecimentos nessa parte da história do paciente proporciona uma confirmação inequívoca de uma afirmação que fiz em *Totem e Tabu* sobre a relação do animal-totem com a divindade. Decidi-me, ali, a favor do ponto de vista de que a idéia de Deus não era um desenvolvimento do totem, mas o substituía depois de brotar independentemente de uma raiz comum às duas idéias. O totem, conforme afirmei, era o primeiro substituto do pai e o deus era um substituto posterior, no qual o pai recuperara a sua forma humana. E, em nosso paciente, encontramos a mesma coisa. Em sua fobia do lobo, passara pelo estágio do substituto totêmico do pai; mas, depois, esse estágio se interrompera e, como resultado das novas relações entre ele e o pai, fora substituído por uma fase de devoção religiosa.

A influência que provocou essa transformação foi o conhecimento que obteve, por instância de sua mãe, das doutrinas da religião e da história bíblica. Essa medida educativa teve o efeito desejado. A organização sexual sadomasoquista aos poucos chegou ao fim, a fobia do lobo desapareceu rapidamente e, em lugar de a sexualidade ser repudiada com ansiedade, surgiu um método mais elevado de suprimi-la. A devoção tornou-se a força dominante na vida do menino. Essas vitórias, no entanto, não foram conquistadas sem esforços, dos quais seus pensamentos blasfemos eram um indício, e dos quais o estabelecimento de um exagero obsessivo no cerimonial religioso foi o resultado.

À parte esses fenômenos patológicos, pode-se dizer que, no presente caso, a religião atingiu todos os objetivos pelos quais é incluída na educação do indivíduo. Restringiu as impulsões sexuais do menino, propiciando-lhes uma sublimação e um ancoradouro seguro; diminuiu a importância das suas relações familiares e, desse modo, protegeu-o da ameaça do isolamento, dando-lhe acesso à grande comunidade humana. A criança indomada e cheia de medos tornou-se sociável, bem comportada e sensível à educação.

A principal força motivadora da influência que a religião exerceu sobre ele era a sua identificação com a figura de Cristo, que se estabeleceu com facilidade devido à coincidência da data de seu nascimento. Ao longo desse caminho, o extravagante amor que tinha pelo pai, que tornara necessária a repressão, encontrou, finalmente, sua forma de

sublimação ideal. Como Cristo, podia amar seu pai, que agora se chamava Deus, com um fervor do qual procurara em vão libertar-se enquanto seu pai fora um mortal. O meio pelo qual podia testemunhar esse amor era estabelecido pela religião, sem ser perseguido por aquela sensação de culpa da qual seus sentimentos individuais de amor não conseguiam libertar-se. Assim, era-lhe ainda possível esgotar a sua corrente sexual mais profunda, que já se precipitara na forma de homossexualismo inconsciente; e, ao mesmo tempo, sua impulsão masoquista, mais superficial, encontrou uma sublimação incomparável, sem muita renúncia, na história da Paixão de Cristo, que, por ordem do seu divino Pai e em sua honra, deixara-se maltratar e sacrificar. Foi assim que a religião funcionou nessa criança atormentada - pela combinação, que proporcionava ao crente, de satisfação, de sublimação, de desvio dos processos sensuais para os puramente espirituais e de acesso ao relacionamento social.

A oposição que manifestou, de início, contra a religião teve três diferentes pontos de origem. Para começar, havia, de um modo geral, sua característica (que já vimos exemplificada) de rechaçar todas as novidades. Qualquer posição da libido que já tivesse sido assumida era obstinadamente defendida por ele, por medo do que perderia, abandonando-a, e por desconfiança da probabilidade de ser propiciado um substituto completo mediante a nova posição que estava à vista. Esta é uma peculiaridade psicológica importante e fundamental, que descrevi em meus *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade* (1950d) como uma suscetibilidade à 'fixação'. Sob o nome de 'inércia' psíquica, Jung tentou instituí-la como a principal causa de todos os fracassos dos neuróticos. Penso que ele está errado nesse aspecto, de vez que esse fator tem uma aplicação muito mais geral e desempenha importante papel também na vida dos não-neuróticos. A grande mobilidade ou morosidade das catexias libidinais (bem como de outros tipos de catexias enérgicas) são características particulares que se vinculam a muitas pessoas normais e de modo algum a todos os neuróticos, e que, até agora, não foram relacionadas com outras qualidades. São, por assim dizer, como números primos, não divisíveis. Sabemos apenas uma coisa: que a mobilidade das catexias mentais mostra uma diminuição surpreendente à medida em que a idade avança. Isso nos propiciou uma das indicações dos limites dentro dos quais o tratamento psicanalítico é efetivo. Há pessoas, no entanto, que conservam essa plasticidade mental muito além do limite de idade habitual, e outras que a perdem prematuramente. Se estas últimas são os neuróticos, estamos diante da desagradável descoberta de que é impossível anular nelas as manifestações que, em circunstâncias aparentemente semelhantes, são facilmente tratáveis em outras pessoas. De modo que, ao considerar a conversação da energia psíquica, não menos do que a de energia física, devemos fazer uso do conceito de *entropia*, que se opõe à anulação do que já ocorrera.

Um segundo ponto de ataque foi proporcionado pela circunstância de que a própria doutrina religiosa se fundamenta numa relação ambígua com Deus Pai e, de fato, traz a marca da atitude ambivalente que presidiu sua origem. A própria ambivalência do paciente, de vez

que este a possuía em alto grau de desenvolvimento, ajudou-o a detectar o mesmo aspecto na religião, e ele foi levado a dirigir contra esse aspecto aquelas críticas agudas, cuja presença não deixa de assombrar-nos numa criança de apenas quatro anos e meio.

Havia, contudo, um terceiro fator em ação, que era certamente o mais importante de todos e ao qual devemos atribuir os produtos patológicos da sua luta contra a religião. A verdade é que a corrente mental que o impeliu a transformar os homens em objeto sexual e que devia ter sido sublimada pela religião, não era mais livre; uma parte dela foi excluída pela repressão e, dessa forma, afastada da possibilidade de sublimação e vinculada ao seu objetivo sexual de origem. Em decorrência desse estado de coisas, a parte reprimida continuou a esforçar-se para avançar gradualmente até a parte sublimada ou para arrastar esta última para si. As primeiras rumações que teceu em torno da figura de Cristo já envolviam a questão de saber se esse filho sublime também podia cumprir o relacionamento sexual com o Pai, relação que o paciente conservara no inconsciente. O único resultado de seu repúdio desses esforços foi o de haver gerado pensamentos obsessivos, aparentemente blasfemos, nos quais sua afeição física por Deus afirmava-se na forma de um aviltamento. Um violento esforço defensivo levou-o então, inevitavelmente, a uma exacerbação obsessiva de todas as atividades preceituadas para dar expressão à piedade e ao puro amor por Deus. Afinal, a religião venceu, mas seus fundamentos instintuais mostraram ser incomparavelmente mais fortes do que a durabilidade dos produtos da sua sublimação. Tão logo o curso dos eventos lhe ofereceu um novo substituto paterno, que pesou na balança contra a religião, esta foi posta de lado e substituída. Ademais disso, devemos ter em mente, como uma interessante complicação, que sua devoção se deveu à influência de mulheres (sua mãe e a babá), ao passo que foi uma influência masculina que o libertou dela.

A origem dessa neurose obsessiva, com base na organização sádico-anal, confirma totalmente aquilo que afirmei em outro lugar, sobre a predisposição à neurose obsessiva (1913*i*). A existência prévia de uma grave histeria no presente caso, contudo, torna-a mais obscura nesse aspecto.

Concluirei meu sumário do desenvolvimento sexual do paciente, fornecendo algumas informações breves sobre as suas vicissitudes posteriores. Durante o período de puberdade, surgiu no paciente uma corrente masculina, marcadamente sensual, com um propósito sexual próprio da organização genital; deve ser considerada normal e sua história ocupou todo o período que se estende até a doença posterior. Relacionava-se diretamente com a cena de Grusha, da qual tomou seu aspecto característico - uma paixão compulsiva que surgia e desaparecia, em acessos repentinos. Essa corrente teve de lutar contra as inibições que se originaram da sua neurose infantil. Houvera uma violenta mudança na direção das mulheres, e ele conquistara, dessa forma, uma masculinidade completa. A partir desse período, conservou as mulheres como seu objeto sexual; mas não desfrutava dessa posse, porquanto uma poderosa, e agora totalmente inconsciente, inclinação para os homens, na qual se uniam todas as forças das fases anteriores do seu desenvolvimento, afastava-o constantemente dos

seus objetos femininos e compelia-o, nos intervalos, a exagerar sua dependência das mulheres. Durante o tratamento, continuou a queixar-se de que não suportava ter que ocupar-se das mulheres, e todos os nossos esforços foram dirigidos no sentido de revelar-lhe a sua relação inconsciente com os homens. Toda a situação poderia resumir-se à maneira de uma fórmula. Sua infância fora marcada por uma oscilação entre atividade e passividade, a puberdade por um esforço de masculinidade, e o período que se seguiu à sua doença, por uma luta pelo objeto dos seus desejos masculinos. A causa que precipitou a neurose não se enquadrava em nenhum dos tipos que consegui descrever como casos especiais de 'frustração', e, desse modo, chama atenção para uma lacuna naquela classificação. Ele sucumbiu depois que uma afecção orgânica dos genitais havia reavivado o medo da castração, destruído seu narcisismo, e o compelia a abandonar a esperança de ser pessoalmente favorecido pelo destino. Adoeceu, portanto, em consequência de uma 'frustração' *narcísica*. Essa força excessiva do seu narcisismo harmonizava-se inteiramente com as outras indicações de um desenvolvimento sexual inibido: com o fato de que tão poucas das suas tendências psíquicas se concentravam em sua escolha de objeto heterossexual, apesar de toda a energia, e que sua atitude homossexual, estando tão próxima do narcisismo, persistia nele como uma força inconsciente de enorme tenacidade. Naturalmente, quando se apresentam perturbações como estas, o tratamento psicanalítico não pode trazer uma revolução instantânea ou colocar as coisas num nível de desenvolvimento normal: pode tão-somente livrar-se dos obstáculos e clarear o caminho, de modo que as influências da vida possam conseguir desenvolver-se em linhas melhores.

Irei, agora, expor algumas das peculiaridades da mentalidade do paciente, reveladas pelo tratamento psicanalítico, não tendo, contudo, sido depois elucidadas e, por conseguinte, não eram suscetíveis de influência direta. Tais eram sua tenacidade de fixação, que já foi discutida, sua extraordinária propensão à ambivalência, e (como terceiro traço numa constituição que merece a denominação de arcaica) seu poder de manter simultaneamente as mais variadas e contraditórias catexias libidinais, todas elas capazes de funcionar lado a lado. Sua oscilação constante entre essas catexias (característica que por muito tempo parecia bloquear o caminho para a recuperação e o progresso no tratamento) dominou o quadro clínico durante a sua enfermidade de adulto, que mal consegui tangenciar nestas páginas. Era essa uma característica que pertencia indubitavelmente ao caráter geral do inconsciente, que, no seu caso, persistira nos processos que se haviam tornado conscientes. Mostrava-se, porém, apenas nos produtos de impulsos afetivos; na área da lógica pura, ele traía, ao contrário, uma habilidade peculiar para revelar contradições e incoerências. De tal modo que a sua vida mental impressionava do mesmo modo que a religião do Antigo Egito, que é ininteligível para nós porque preserva os estádios anteriores do seu desenvolvimento lado a lado com os produtos acabados, mantém os mais modernos e, assim, expande sobre uma superfície bidimensional aquilo que outros exemplos de evolução nos mostram em três dimensões.

Acabo de chegar ao final daquilo que tinha para dizer acerca deste caso. Restam dois

problemas, dentre os muitos que o caso levanta, os quais me parecem merecer um destaque especial. O primeiro relaciona-se com os esquemas filogeneticamente herdados, que, como as categorias da filosofia, dizem respeito ao trabalho de 'situar' as impressões originadas da experiência real. Inclino-me a assumir o ponto de vista de que são resíduos da história da civilização humana. O complexo de Édipo, que compreende a relação da criança com os pais é um deles - é, na verdade, o mais conhecido membro da classe. Sempre que as experiências deixam de ajustar-se ao esquema hereditário, elas se remodelam na imaginação - um processo que poderia, com muito proveito, ser seguido detalhadamente. São precisamente tais casos que se destinam a convencer-nos da existência independente do esquema. Muitas vezes conseguimos ver o esquema triunfar sobre a experiência do indivíduo; como quando, no presente caso, o pai do menino tornou-se o castrador e a ameaça à sua sexualidade infantil, apesar daquilo que era, em outros aspectos, um complexo de Édipo invertido. Processo semelhante entra em ação quando uma babá desempenha o papel da mãe ou quando as duas se fundem. As contradições entre a experiência e o esquema parecem suprir os conflitos da infância com material abundante.

O segundo problema não está muito afastado do primeiro, porém é incomparavelmente mais importante. Se se considera o comportamento do menino de quatro anos em relação à cena primária reativada, ou mesmo se se pensa nas reações muito mais simples da criança de um ano e meio, quando a cena foi realmente vivida, é difícil descartar a opinião de que algum tipo de conhecimento, dificilmente definível, algo, fosse o que fosse, preparatório para uma compreensão, estivesse agindo na criança, na época. Não podemos formar um conceito sobre aquilo em que poderia ter consistido esse conhecimento; nada temos à nossa disposição, a não ser uma única analogia - e ela é excelente -, a do extenso conhecimento *instintivo* dos animais.

Se os seres humanos possuíssem também um dom instintivo como este, não seria surpresa se fosse muito particularmente ligado aos processos da vida sexual, mesmo que não pudesse ser de forma alguma confinado a eles. Esse fator instintivo seria então o núcleo do inconsciente, um tipo primitivo de atividade mental, que seria depois destronado e encoberto pela razão humana, quando essa faculdade viesse a ser adquirida; mas que, em algumas pessoas, talvez em todas, mantivesse o poder de atrair para si os processos mentais mais elevados. A repressão seria o retorno a esse estágio instintivo, e o homem estaria, assim, pagando pela nova aquisição com a sua sujeição à neurose, e estaria testemunhando, pela possibilidade das neuroses, a existência desses estádios preliminares, de tipo instintivo. A significação dos traumas da primitiva infância estaria no material que transmitiriam ao inconsciente, que não permitiria que fosse exaurido pelo curso subsequente do desenvolvimento.

Estou ciente de que, em muitos lugares, deu-se expressão a pensamentos como estes, que enfatizam o hereditário, o fator filogeneticamente adquirido na vida mental. Na verdade, minha opinião é que as pessoas têm-se prontificado excessivamente a abrir espaço para

esses fatores e a atribuir-lhes importância, dentro da psicanálise. No entanto, considero que são apenas admissíveis na medida em que a psicanálise observa estritamente a ordem correta de precedência, e, depois de abrir caminho através dos estratos daquilo que foi adquirido pelo indivíduo, chega afinal aos vestígios do que foi herdado.

APÊNDICE - LISTA DOS CASOS CLÍNICOS MAIS LONGOS DE FREUD

A data diante de cada entrada é aproximadamente a do ano durante o qual o trabalho em questão foi escrito. A data no final é a da publicação; e, sob essa data, detalhes mais completos do trabalho encontram-se na bibliografia, no fim deste volume.

1894 Frau Emmy von N.

Miss Lucy R.

Katharina

Fräulein Elisabeth von R. em *Estudos sobre a Histeria* (1895*d*)

1901 ‘Fragmento da Análise de um Caso de Histeria’ (‘Dora’) (1905*e*)

1909 ‘Análise de uma Fobia em um Menino de Cinco Anos’ (‘Pequeno Hans’) (1909*b* e 1922*c*)

‘Notas sobre um Caso de Neurose Obsessiva’ (O ‘Homem dos Ratos’) (1909*d* e 1955*a*)

1910 ‘Notas Psicanalíticas sobre um Relato Autobiográfico de um Caso de Paranóia’
(Schreber) (1911*c* e 1912*a*)

1914 ‘História de uma Neurose Infantil’. (O ‘Homem dos Lobos’) (1918*b*)

1915 ‘Um Caso de Paranóia que Contraria a Teoria Psicanalítica da Doença’ (1915*f*)

1919 ‘A Psicogênese de um Caso de Homossexualismo numa Mulher’ (1920*a*)

AS TRANSFORMAÇÕES DO INSTINTO EXEMPLIFICADAS

NO EROTISMO ANAL (1917)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

BER TRIEBUMSETZUNGEN, INSBESONDERER DER ANALEROTIK

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1917 *Int. Z. Psychoanal.*, 4 (3), 125-30.

1918 *S.K.S.N.*, 4, 139-48 (1922, 2ª ed.).

1924 *G.S.*, 5, 268-76.

1926 *Psychoanalyse der Neurosen*, 40-9.

1931 *Sexualtheorie und Traumlehre*, 116-24.

1946 *G.W.*, 10, 402-10.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘On the Transformation of Instincts with Special Reference to Anal Erotism’

1924 *C.P.*, 2, 164-71. (Trad. de E. Glover)

A presente tradução inglesa, com título modificado, baseia-se na publicada em 1924.

Embora este artigo só fosse publicado em 1917, provavelmente foi escrito antes - talvez mesmo em 1915. Grandes atrasos na publicação eram inevitáveis nesse período, devido às dificuldades das condições de guerra. A parte essencial do artigo já aparecera num parágrafo acrescentado à edição de 1915 dos *Três Ensaio*s (1905*d*), de Freud, Edição *Standard* Brasileira, Vol. VII, pág. 191, IMAGO Editora, 1972. Além disso, várias das conclusões a que Freud chega neste escrito parecem originar-se da análise do ‘Homem dos Lobos’ (1918*b*), cujo caso clínico foi escrito, em sua maior parte, durante o outono de 1914. A última parte da Seção VII (pág. 102 e segs.) daquele caso clínico exemplifica, com alguns detalhes, a tese do presente artigo.

AS TRANSFORMAÇÕES DO INSTINTO EXEMPLIFICADAS NO EROTISMO ANAL

Há alguns anos atrás, observações feitas durante a psicanálise levaram-me a suspeitar de que a constante coexistência de qualquer um dos três traços de caráter, *ordem, parcimônia e obstinação*, indicava uma intensificação dos componentes anal-eróticos na constituição sexual, e que esses modos de reação, que eram favorecidos pelo ego, haviam sido estabelecidos durante o curso do seu desenvolvimento, através da assimilação do seu erotismo anal.

Naquele trabalho, meu principal objetivo era tornar conhecido o fato dessa relação estabelecida; pouco me preocupava o seu significado teórico. Desde então tem havido um consenso geral de opinião de que cada uma das três qualidades, avareza, formalismo e obstinação, provém de fontes anal-eróticas ou - para expressá-lo mais cautelosa e completamente - retira poderosas contribuições dessas fontes. Os casos em que esses

defeitos de caráter se combinavam e que, por conseguinte, mereceram um rótulo especial (o ‘caráter anal’), eram simplesmente exemplos extremos, que se juntavam para traçar a particular conexão que nos interessa aqui, mesmo a olhos poucos observadores.

Como resultado de inúmeras impressões e, em particular, de uma observação analítica especialmente convincente, cheguei à conclusão, alguns anos depois, de que o desenvolvimento da libido no homem - a fase da primazia genital - deve ser precedida por uma ‘organização pré-genital’, na qual o sadismo e o erotismo anal desempenhem os principais papéis.

A partir daquele momento tivemos que enfrentar o problema da história posterior dos impulsos instintuais anal-eróticos. O que acontece com eles quando, devido ao estabelecimento de uma organização genital definitiva, perdem a sua importância na vida sexual? Preservam a sua natureza original, porém em estado de repressão? São sublimados, ou assimilados, pela transformação em traços de caráter? Ou encontram um lugar dentro da nova organização da sexualidade, caracterizada pela primazia genital? Ou, já que nenhuma dessas vicissitudes do erotismo anal é provavelmente a única, em que medida e de que modo cada uma delas participa da decisão do seu destino? Pois as fontes orgânicas do erotismo anal não podem, certamente, ser enterradas como resultado da emergência da organização genital.

Poder-se-ia pensar que não haveria falta de material do qual retirar uma resposta, de vez que os processos de desenvolvimento e transformação em questão devem ter ocorrido em todos aqueles que se submetem à análise. Ainda assim o material é tão obscuro, a abundância das impressões que ocorrem sempre é tão confusa, que mesmo hoje sou incapaz de resolver plenamente o problema, e não posso fazer mais do que apresentar algumas contribuições para a sua solução. Ao fazê-lo, não necessito abster-me de mencionar, quando o contexto o permite, outras transformações instintuais além das anal-eróticas. Finalmente, nem é preciso enfatizar que os eventos do desenvolvimento descritos aqui - tal como os outros encontrados na psicanálise - foram inferidos das regressões às quais foram forçados por processos neuróticos.

Como ponto de partida para esta exposição, podemos tomar o fato de que parece que nos produtos do inconsciente - idéias espontâneas, fantasias e sintomas - os conceitos de *fezes* (dinheiro, dádiva), *bebê* e *pênis* mal se distinguem um do outro e são facilmente intercambiáveis. Compreendemos, certamente, que expressar-se desse modo é aplicar incorretamente à esfera do inconsciente termos que pertencem propriamente a outras regiões da vida mental, e que fomos levados a nos desviar pelas vantagens oferecidas por uma analogia. Para colocar o assunto de uma forma menos sujeita a objeções, esses elementos do inconsciente são tratados muitas vezes como se fossem equivalentes e pudessem livremente substituir um ao outro.

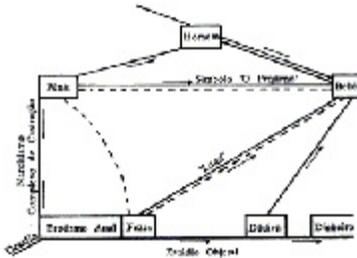
Isto se verifica com mais facilidade na relação entre ‘bebê’ e ‘pênis’. Não pode deixar de ter significado o fato de que na linguagem simbólica dos sonhos, bem com na da vida cotidiana, ambos podem ser representados pelo mesmo símbolo; tanto bebê como pênis são chamados ‘o pequeno’, [‘*das Kleine*’]. É fato sabido que o discurso simbólico ignora com frequência a diferença de sexo. O ‘pequeno’, que originalmente significava o órgão sexual masculino, pode, assim, ter adquirido uma aplicação secundária aos genitais femininos.

Se penetramos profundamente na neurose de uma mulher, não poucas vezes deparamos com o desejo reprimido de possuir um pênis, como um homem. Chamamos a esse desejo ‘inveja do pênis’ e incluímo-lo no complexo de castração. Infortúnios casuais na vida de tal mulher, infortúnios que são frequentemente o resultado de uma disposição bastante masculina, reativaram esse desejo infantil e, através do fluxo retrospectivo da libido, tornaram-no o principal veículo dos seus sintomas neuróticos. Em outras mulheres não encontramos esse desejo de um pênis; é substituído pelo desejo de um bebê, cuja frustração, na vida real, pode levar à eclosão de uma neurose. É como se tais mulheres houvessem compreendido (embora isso não possa ter atuado como motivo) que a natureza dá bebês às mulheres como substitutos para o pênis que lhes negou. Com outras, ainda, aprendemos que ambos os desejos estavam presentes na sua infância e que um substituiu o outro. De início, haviam desejado um pênis, como os homens; depois, num estágio posterior, embora ainda infantil, surgiu em lugar deste, o desejo de um bebê. A impressão que se nos impõe é a de que essa variedade em nossas descobertas é causada por fatores acidentais durante a infância (por exemplo, a presença ou ausência de irmãos, ou o nascimento de um novo bebê numa época favorável da vida), de tal modo que o desejo de um pênis e o desejo de um bebê seriam fundamentalmente idênticos.

Podemos dizer qual é a conseqüência básica do desejo infantil de um pênis em mulheres nas quais as determinantes de uma neurose na vida posterior estão ausentes: transforma-se em desejo por um *homem*, o que torna, assim, o homem um suplemento do pênis. Essa transformação, portanto, converte um impulso que é hostil à função sexual feminina, em outro que é favorável a ela. Tais mulheres tornam-se, dessa forma, capazes de uma vida erótica baseada no tipo masculino de amor objetal, que pode existir paralelamente ao tipo feminino, derivado do narcisismo. Já sabemos que em outros casos apenas um bebê torna possível a transição do auto-amor narcísico para o amor objetal. De modo que, também nesse aspecto, um bebê pode ser representado por um pênis.

Tenho tido oportunidades ocasionais de ouvir sonhos de mulheres ocorridos após a primeira experiência de relacionamento sexual. Revelam, na mulher, um inequívoco desejo de guardar para si o pênis que fora sentido. Então, à parte essa ordem libidinal, esses sonhos indicam uma regressão temporária do homem para o pênis, como objeto do desejo da mulher. Podemos certamente nos sentir inclinados a atribuir o desejo por um homem, de modo puramente racional, ao desejo por um bebê, já que a mulher com certeza compreenderá, mais cedo ou mais tarde, que não pode haver bebê sem a cooperação do

homem. Contudo, é mais provável que o desejo por um homem nasça independente do desejo por um bebê, e que quando esse desejo desperta - por motivos compreensíveis, que pertencem inteiramente à psicologia do ego - o desejo original de um pênis liga-se a ele, como um reforço libidinal inconsciente. A importância do processo descrito jaz no fato de que uma parte da masculinidade narcísica da jovem mulher transmuta-se, assim, em feminilidade, e desse modo não pode mais operar de maneira prejudicial à função sexual feminina.



Ao longo de outra via, uma parte do erotismo da fase pré-genital torna-se também disponível para uso na fase da primazia genital. O bebê é considerado com *'lumf'* (cf. a análise do 'Little Hans'), como algo que se separa do corpo passando através dos intestinos. Uma certa quantidade de catexia libidinal, que originalmente se ligava ao conteúdo dos intestinos, pode assim estender-se ao bebê nascido através deles. A evidência lingüística dessa identidade de bebê e fezes está contida na expressão 'dar um bebê a alguém'. Pois as fezes são a primeira dádiva da criança, uma parte do seu corpo que ela somente dará a alguém que ama, a quem, na verdade, fará uma oferta espontânea como sinal de afeição, de vez que, via de regra, as crianças não sujam os estranhos. (Há reações similares, embora menos intensas, com a urina.) A defecação proporciona a primeira oportunidade em que a criança deve decidir entre uma atitude narcísica e uma atitude de amor objetal. Ou reparte obedientemente as suas fezes, 'sacrifica-as' ao seu amor, ou as retém com a finalidade de satisfação auto-erótica e, depois, como meio de afirmar sua própria vontade. Se faz essa última escolha, estamos na presença de um desafio (obstinação) que, por conseguinte, nasce de um apego narcísico ao erotismo anal.

É provável que o primeiro significado que o interesse de uma criança pelas fezes desenvolve, seja o de 'dádiva', e não de 'ouro' ou 'dinheiro'. A criança não conhece dinheiro, a não ser o que lhe é dado - não há dinheiro adquirido por si, nem herdado. Uma vez que as fezes são a sua primeira dádiva, a criança transfere facilmente seu interesse dessa substância para uma nova, com que se depara, como a mais valiosa dádiva da vida. Aqueles que questionam essa derivação das dádivas deveriam considerar sua experiência de tratamento psicanalítico, estudar as dádivas que, como médicos, recebem dos pacientes e observar os tumultos de transferência que uma dádiva deles pode provocar nos pacientes.

Assim, o interesse pelas fezes continua, em parte como interesse pelo dinheiro, em parte como desejo por um bebê, sendo que neste último convergem um impulso anal-erótico e um

impulso genital ('inveja do pênis'). O pênis tem, contudo, um outro significado anal-erótico, além da sua relação com o interesse por um bebê. O relacionamento entre o pênis e a passagem revestida de membrana mucosa que preenche e excita, já tem o seu protótipo na fase pré-genital, anal-sádica. A massa fecal ou, como um paciente a chamou, o 'bastão' fecal, representa como que o primeiro pênis, e a membrana mucosa do reto, estimulada, representa a da vagina. Há pessoas cujo erotismo anal permanece vigoroso e inalterado até a idade que precede a puberdade (dez a doze anos); por essas pessoas ficamos sabendo que durante a fase pré-genital já haviam desenvolvido, numa fantasia e num jogo perverso, uma organização análoga à genital, em que o pênis e a vagina eram representados pelo 'bastão' fecal e pelo reto. Em outras pessoas - os neuróticos obsessivos - podemos observar o resultado de um aviltamento regressivo da organização genital. Isso se expressa pelo fato de que toda fantasia originalmente concebida em nível genital é transposta para o nível anal - sendo o pênis substituído pela massa fecal, e a vagina, pelo reto.

Se retrocede o interesse pelas fezes, de forma normal, a analogia orgânica que descrevemos tem o efeito de transferir o interesse para o pênis. Se, mais tarde, no decorrer de suas pesquisas sobre o sexo, a criança aprendesse que os bebês nascem do intestino, estes se tornam herdeiros da maior parte do seu erotismo anal; foram, no entanto, procedidos pelo pênis, neste como em outro sentido.

Estou certo de que, a essa altura, as múltiplas inter-relações da série - fezes, pênis, bebê - tornaram-se totalmente ininteligíveis; desse modo, tentarei corrigir o defeito apresentando-as de forma diagramática, e, ao considerar o diagrama [Fig. 2], podemos rever o mesmo material numa ordem diferente. Infelizmente, esse artifício técnico não é suficientemente flexível para o nosso propósito, ou, possivelmente, não aprendemos ainda a usá-lo com eficácia. Em todo caso, espero que o leitor não exija demasiado desse recurso.

O erotismo anal encontra uma aplicação narcísica na realização do desafio, que constitui uma importante reação por parte do ego contra as exigências feitas por outras pessoas. O interesse pelas fezes é transportado, de início para um interesse pela dádiva e, depois, para o interesse pelo dinheiro. Nas meninas, a descoberta do pênis dá origem a uma inveja desse órgão, que depois se transforma em desejo por um homem, como possuidor do pênis. Ainda antes disso, o desejo de um pênis foi convertido num desejo de um bebê, ou este último tomou o lugar do primeiro. Uma analogia orgânica entre pênis e bebê (linha tracejada) é expressa pela existência de um símbolo ('o pequeno') comum a ambos. Um desejo racional (linha dupla) conduz, então, do desejo por um bebê ao desejo por um homem: já avaliamos a importância dessa transformação instintual.

Uma outra parte do vínculo de relações pode ser observada muito mais claramente no macho. Origina-se quando as pesquisas sexuais do menino o levam à descoberta da ausência de pênis nas mulheres. Ele conclui que o pênis deve ser uma parte destacável do corpo, algo análogo às fezes, a primeira parte de substância corporal que a criança tem que partilhar.

Assim, o velho desafio anal entra na composição do complexo de castração. A analogia orgânica, que torna possível ao conteúdo intestinal ser o precursor do pênis durante a fase pré-genital, não pode ser levada em conta como motivo; mas as buscas sexuais do menino levam-no a um substituto psíquico para ele. Quando surge em cena um bebê, ele o considera 'lumpf', de acordo com aquelas pesquisas, e o catexiza com um poderoso interesse anal-erótico. Quando as experiências sociais ensinam que um bebê deve ser considerado como uma prova de amor, uma dádiva, o desejo por um bebê recebe uma segunda contribuição da mesma fonte. Fezes, pênis e bebê são três corpos sólidos; todos três, forçando penetração ou expulsão, estimulam uma passagem membranosa, isto é, o reto e a vagina, sendo que a última é como se fosse 'arrendada' ao reto, como sagazmente observa Lou Andreas-Salomé. As pesquisas sexuais infantis só podem levar à conclusão de que o bebê segue a mesma trilha da massa fecal. A função do pênis, habitualmente, não é descoberta por essas pesquisas. Mas é interessante notar que após tantos rodeios, uma correspondência orgânica reaparece na esfera psíquica como uma identidade inconsciente.

UMA DIFICULDADE NO CAMINHO DA PSICANÁLISE (1917)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

EINE SCHWIERIGKEIT DER PSYCHOANALYSE

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1917 *Nyugat* (Budapest), 10 (1), 47-52. Em tradução para o húngaro.)

1917 *Imago*, 5 (1), 1-7. 1918 *S.K.S.N.*, 4, 553-63 (1922, 2ª ed.).

1924 *G.S.*, 10, 347-56. 1947 *G.W.*, 12, 3-12.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘One of the Difficulties of Psycho-Analysis’

1920 *Int. J. Psycho-Anal.*, 1, 17-23. (Trad. de Joan Riviere.)

1925 *C.P.*, 4, 347-56. (O mesmo tradutor.)

A presente tradução inglesa, com um novo título, ‘A Difficulty in the Path of Psycho-Analysis’, baseia-se na publicada em 1925.

Um destacado homem de letras húngaro da época, H. Ignotus, convidou Freud para colaborar com um artigo para o periódico *Nyugat*, do qual era editor, e este artigo, evidentemente destinado a um público culto mas leigo, foi o resultado. O artigo foi escrito no final de 1916 e publicado pela primeira vez em tradução húngara (sob o título ‘A pszihoanalyzis egy nehézségéről’) nos primeiros dias de 1917. O original alemão surgiu em *Imago*, dois ou três meses depois. Uma exposição mais geral das resistências às teorias da psicanálise encontra-se num artigo de Freud escrito alguns anos mais tarde (1925e). A primeira parte do presente trabalho é, certamente, um breve sumário do artigo sobre narcisismo (1914c). Os três ‘golpes ao narcisismo humano’ são também descritos no fim da Conferência XVIII das *Conferências Introdutórias* (1916-17), de Freud, obra completada mais ou menos na época em que o presente artigo foi escrito.

UMA DIFICULDADE NO CAMINHO DA PSICANÁLISE

Para começar, direi que não se trata de uma dificuldade intelectual, de algo que torne a psicanálise difícil de ser entendida pelo ouvinte ou pelo leitor, mas de uma dificuldade afetiva - alguma coisa que aliena os sentimentos daqueles que entram em contato com a psicanálise, de tal forma que os deixa menos inclinados a acreditar nela ou a interessar-se por ela. Conforme se poderá observar, os dois tipos de dificuldade, afinal, equivalem-se. Onde falta simpatia, a compreensão não virá facilmente.

Os que agora me lêem, presumo, nada têm a ver com o assunto até o momento, e serei obrigado, portanto, a retroceder um pouco. A partir de um grande número de observações e

impressões individuais, algo com a natureza de uma teoria tomou forma, afinal, na psicanálise, algo que é conhecido pelo nome de 'teoria da libido'. Como é sabido, a psicanálise preocupa-se com o esclarecimento e a eliminação dos denominados distúrbios nervosos. Como houvesse que encontrar um ponto de partida, do qual se pudesse abordar esse problema, decidiu-se procurá-lo na vida instintual da mente. As hipóteses acerca dos instintos do homem vieram, portanto, a formar a base da nossa concepção de doença nervosa.

A psicologia, conforme é ensinada academicamente, dá-nos apenas respostas muito inadequadas a questões que dizem respeito à nossa vida mental, mas em nenhum outro sentido a sua informação é tão escassa quanto no que concerne aos instintos.

Abriu-se-nos a possibilidade de fazer nossas sondagens como nos agrada. O consenso popular distingue entre a fome e o amor como sendo os representantes de instintos que visam, respectivamente, à preservação do indivíduo e à reprodução da espécie. Aceitamos essa distinção bastante evidente, de tal modo que também na psicanálise fazemos uma distinção entre os instintos autopreservativos ou instintos do ego, por um lado, e os instintos sexuais, por outro lado. À força pela qual o instinto sexual está representado na mente chamamos 'libido' - desejo sexual - e consideramo-la como algo análogo à fome, à vontade de poder e assim por diante, na medida em que diz respeito aos instintos do ego.

Com esse dado como ponto de partida, prosseguimos para efetuar a nossa primeira descoberta importante. Aprendemos que, quando tentamos compreender os distúrbios neuróticos, sem dúvida o maior significado liga-se aos instintos sexuais; que, na verdade, as neuroses são os distúrbios específicos, por assim dizer, na função sexual; que, de um modo geral, o fato de a pessoa desenvolver ou não uma neurose, depende da quantidade de sua libido e da

possibilidade de saciá-la e de descarregá-la através da satisfação; que a forma assumida pela doença é determinada pela forma com que o indivíduo atravessa o curso de desenvolvimento da sua função sexual, ou, conforme o formulamos, pelas fixações a que sua libido se submeteu no decorrer do seu desenvolvimento; e, ademais, que, por sua técnica especial e não muito simples de influenciar a mente, conseguimos esclarecer a natureza de determinados tipos de neuroses e, ao mesmo tempo, eliminá-las. Nossos esforços terapêuticos obtêm seu maior êxito com uma determinada classe de neuroses que provêm de um conflito entre os instintos do ego e os instintos sexuais. Porque, nos seres humanos, pode acontecer que as exigências dos instintos sexuais, cujo alcance se estende muito além do indivíduo, pareçam, ao ego, constituir um perigo que ameaça a sua autopreservação ou a sua auto-estima. O ego assume então a defensiva, nega aos instintos sexuais a satisfação que almejam e força-os pelos caminhos estreitos da satisfação substitutiva, que se tornam manifestos como sintomas nervosos.

O método psicanalítico de tratamento é, então, capaz de submeter à revisão esse processo de repressão e conseguir uma solução melhor para o conflito - uma solução que seja compatível com a saúde. Opositores pouco inteligentes acusam-nos de parcialidade na avaliação dos instintos sexuais. 'Os seres humanos têm outros interesses, além dos sexuais', dizem eles. Nem por um momento esquecemos ou negamos esse dado. Nossa parcialidade é como a do químico, que atribui a todos os componentes a força da atração química. Nem por isso está negando a força da gravidade; deixa que o físico lide com ela.

Durante o processo de tratamento temos que considerar a distribuição da libido do paciente; procuramos representações objetais às quais esteja ligada e libertamo-la delas, de modo a colocá-la à disposição do ego. No decorrer desse processo, chegamos a formar uma imagem muito curiosa do original, a distribuição primeva da libido dos seres humanos. Fomos levados a presumir que, no início do desenvolvimento do indivíduo, toda a sua libido (todas as tendências eróticas, toda a sua capacidade de amar) está vinculada a si mesma - ou, como dizemos, catexiza o seu próprio ego. É somente mais tarde que, ligando-se à satisfação das principais necessidades vitais, a libido flui do ego para os objetos externos. Até então, não conseguimos reconhecer os instintos libidinais como tais e distingui-los dos instintos do ego. Para a libido, é possível desvincular-se desses objetos e regressar outra vez ao ego.

A condição em que o ego retém a libido é por nós denominada 'narcisismo', em referência à lenda grega do jovem Narciso, que se apaixonou pelo seu próprio reflexo.

Assim, na nossa concepção, o indivíduo progride do narcisismo para o amor objetal. Não cremos, porém, que *toda* a sua libido passe do ego para os objetos. Determinada quantidade de libido é sempre retida pelo ego; mesmo quando o amor objetal é altamente desenvolvido, persiste determinada quantidade de narcisismo. O ego é um grande reservatório, do qual flui a libido destinada aos objetos e para o qual regressa, vinda dos objetos. A libido objetal era inicialmente libido do ego e pode ser outra vez convertida em tal. Para a completa sanidade, é essencial que a libido não perca essa mobilidade plena. Como ilustração dessa situação, podemos pensar em uma ameba, cuja substância viscosa desprende pseudópodes, prolongamentos pelos quais se estende a substância do corpo, os quais, contudo, podem retrair-se a qualquer momento, de modo que a forma da massa protoplásmica seja restaurada.

O que estou tentando descrever neste esboço é a *teoria da libido* das neuroses, sobre a qual se fundamentam todas as nossas concepções acerca da natureza desses estados mórbidos, paralelamente às medidas terapêuticas para aliviá-los. Naturalmente, consideramos as premissas da teoria da libido válidas também para o comportamento normal. Falamos do narcisismo das crianças, e é ao excessivo narcisismo do homem primitivo que atribuímos sua crença na onipotência das suas idéias e as conseqüentes

tentativas de influenciar o curso dos acontecimentos do mundo exterior pela técnica da magia.

Após essa introdução, proponho-me a descrever como o narcisismo universal dos homens, o seu amor-próprio, sofreu até o presente três severos golpes por parte das pesquisas científicas.

(a) Nas primeiras de suas pesquisas, o homem acreditou, de início, que o seu domicílio, a Terra, era o centro estacionário do universo, com o sol, a lua e os planetas girando ao seu redor. Seguiu, assim, ingenuamente, os ditames das percepções dos seus sentidos, pois não sentia movimento na Terra, e, todas as vezes que conseguia uma visão sem obstáculos, encontrava-se no centro de um círculo que abarcava o mundo exterior. A posição central da Terra, de mais a mais, era para ele um sinal do papel dominante desempenhado por ela no universo e parecia-lhe ajustar-se muito bem à sua propensão a considerar-se o senhor do mundo.

A destruição dessa ilusão narcisista associa-se, em nossas mentes, com o nome e a obra de Copérnico, no século XVI. Muito antes dessa época, porém, já os pitagóricos haviam lançado dúvidas sobre a posição privilegiada da Terra, e, no século III a.C., Aristarco de Samos havia declarado que a Terra era muito menor que o sol e movia-se ao redor deste corpo celeste. Mesmo a grande descoberta de Copérnico, portanto, já fora feita antes dele. Quando essa descoberta atingiu um reconhecimento geral, o amor-próprio da humanidade sofreu o seu primeiro golpe, o golpe *cosmológico*.

(b) No curso do desenvolvimento da civilização, o homem adquiriu uma posição dominante sobre as outras criaturas do reino animal. Não satisfeito com essa supremacia, contudo, começou a colocar um abismo entre a sua natureza e a dos animais. Negava-lhes a posse de uma razão e atribuiu a si próprio uma alma imortal, alegando uma ascendência divina que lhe permitia romper o laço de comunidade entre ele e o reino animal. Curiosamente, esse aspecto de arrogância é ainda estranho às crianças, tal como o é para o homem primitivo. É conseqüência de uma etapa posterior, mas pretensiosa, de desenvolvimento. No nível do totemismo primitivo, o homem não tinha repugnância de atribuir sua ascendência a um ancestral animal. Nos mitos, que contêm resíduos dessa antiga atitude mental, os deuses assumem formas de animais, e na arte de épocas primevas são representados com cabeças de animais. Uma criança não vê diferença entre a sua própria natureza e a dos animais. Não se espanta com animais que pensam e que falam nos contos de fadas; transfere uma emoção de medo, que sente do seu pai humano, para um cão ou um cavalo, sem pretender com isso qualquer depreciação do pai. Só quando se torna adulta é que os animais se tornam tão estranhos a ela, que usa os seus nomes para aviltar seres humanos.

Todos sabemos que, há pouco mais de meio século, as pesquisas de Charles Darwin e seus colaboradores e precursores puseram fim a essa presunção por parte do homem. O homem não é um ser diferente dos animais, ou superior a eles; ele próprio tem ascendência animal, relacionando-se mais estreitamente com algumas espécies, e mais distanciadamente com outras. As conquistas que realizou posteriormente não conseguiram apagar as evidências, tanto na sua estrutura física quanto nas suas aptidões mentais, da analogia do homem com os animais. Foi este o segundo, o golpe biológico no narcisismo do homem.

(c) O terceiro golpe, que é de natureza psicológica, talvez seja o que mais fere.

Embora assim humilhado nas suas relações externas, o homem sente-se superior dentro da própria mente. Em algum lugar do núcleo do seu ego, desenvolveu um órgão de observação a fim de manter-se atento aos seus impulsos e ações e verificar se se harmonizam com as exigências do ego. Se não se harmonizam, esses impulsos e ações são impiedosamente inibidos e afastados. Sua percepção interna, a consciência, dá ao ego notícias de todas as ocorrências importantes nas operações mentais, e a vontade, dirigida por essas informações, executa o que o ego ordena e modifica tudo aquilo que procura realizar-se espontaneamente. Isso porque a mente não é uma coisa simples; ao contrário, é uma hierarquia de instâncias superiores e subordinadas, um labirinto de impulsos que se esforçam, independentemente um do outro, no sentido da ação, correspondentes à multiplicidade de instintos e de relações com o mundo externo, muitos dos quais antagônicos e incompatíveis. Para um funcionamento adequado, é necessário que a mais elevada dessas instâncias tenha conhecimento de tudo o que está acontecendo, e que sua vontade penetre em tudo, de modo que possa exercer sua influência. E, com efeito, o ego sente-se seguro quanto à integridade e fidedignidade das informações que recebe, bem como quanto à abertura dos canais através dos quais impõe suas ordens.

Em determinadas doenças - incluindo as próprias neuroses que estudam em particular -, as coisas são diferentes. O ego sente-se apreensivo; rebela-se contra os limites de poder em sua própria casa, a mente. Os pensamentos emergem de súbito, sem que se saiba de onde vêm, nem se possa fazer algo para afastá-los. Esses estranhos hóspedes parecem até ser mais poderosos do que os pensamentos que estão sob o comando do ego. Resistem a todas as medidas de coação utilizadas pela vontade, não se deixam mover pela refutação lógica e não são afetados pelas afirmações contraditórias da realidade. Ou então os impulsos surgem, parecendo como que os de um estranho, de modo que o ego os rejeita; mas, ainda assim, os teme e toma precauções contra eles. O ego diz para consigo: 'Isto é uma doença, uma invasão estrangeira.' Aumenta sua vigilância, mas não pode compreender por que se sente tão estranhamente paralisado.

É bem verdade que a psiquiatria nega que tais coisas signifiquem a intrusão, na mente, de maus espíritos vindos de fora; para além disso, no entanto, só consegue dizer com indiferença: 'Degenerescência, inclinação hereditária, inferioridade constitucional!' A

psicanálise procura explicar esses distúrbios misteriosos; empenha-se em cuidadosas e laboriosas investigações, delinea hipóteses e construções científicas, até que, finalmente, possa falar assim ao ego:

‘Nada vindo de fora penetrou em você; uma parte da atividade da sua própria mente foi tirada do seu conhecimento e do comando da sua vontade. Isso, também, é porque você está tão enfraquecido em sua defesa; você está utilizando uma parte da sua força para combater a outra parte e é impossível concentrar a totalidade da sua força como você o faria contra um inimigo externo. E nem mesmo é a parte pior ou menos importante das suas forças mentais que se tornou, desse modo, antagônica e independente de você. A culpa, sou forçado a dizer, está em você mesmo. Você superestimou sua força quando achou que podia tratar seus instintos sexuais da maneira que quisesse e ignorar absolutamente as intenções desses instintos. O resultado é que se rebelaram e assumiram suas próprias vias obscuras para escapar a essa supressão; estabeleceram seus direitos de uma forma que você não pode aprovar. O modo pelo qual conseguiram isso e os caminhos que tomaram não chegaram ao seu conhecimento. Tudo o que você sabe é a *conseqüência* do trabalho deles - o sintoma que você experimenta como sofrimento. Assim, você não o reconhece como um derivativo dos seus próprios instintos rejeitados e não sabe que é uma satisfação substitutiva para eles.

‘Todo o processo, no entanto, só se torna possível pela circunstância única de que você está equivocado também em um outro ponto importante. Sente-se seguro de que está informado de tudo o que se passa em sua mente, se tem qualquer importância, porque nesse caso, crê você, sua consciência dá-lhe notícia disso. E se você não tem informação de algo que ocorre em sua mente, presume, confiante, que tal coisa não existe. Na verdade, você chega a considerar o que é “mental” como idêntico ao que é “consciente” - isto é, aquilo que é conhecido por você -, apesar da mais óbvia evidência de que muito mais coisas devem acontecer em sua mente, do que aquelas que chegam à sua consciência. Vamos, deixe que lhe ensinem algo sobre esse problema! O que está em sua mente não coincide com aquilo de que você está consciente; o que acontece realmente e aquilo que você sabe, são duas coisas distintas. Normalmente, admito, a inteligência que alcança a sua consciência é suficiente para as suas necessidades; e você pode nutrir a ilusão de que fica sabendo de todas as coisas importantes. Em alguns casos, porém, como no de um conflito instintual como o que descrevi, a função da sua inteligência falha e sua vontade, então, não se estende para mais além do seu conhecimento. Em todo caso, contudo, a informação que alcança sua consciência é incompleta e muitas vezes não é de minha confiança. Com freqüência, também, acontece que você só obtém informação dos eventos quando eles acabaram e quando você nada mais pode fazer para modificá-los. Mesmo se você não está doente, quem poderá dizer tudo o que está agitando sua mente, coisas que você não sabe ou das quais tem falsas informações? Você se comporta como um governante absoluto, que se contenta com as informações fornecidas pelos seus altos funcionários e jamais se mistura com o povo para ouvir a sua voz. Volte seus olhos para dentro, contemple suas próprias profundezas, aprenda

primeiro a conhecer-se! Então, compreenderá por que está destinado a ficar doente e, talvez, evite adoecer no futuro.’

É assim que a psicanálise tem procurado educar o ego. Essas duas descobertas - a de que a vida dos nossos instintos sexuais não pode ser inteiramente domada, e a de que os processos mentais são, em si, inconscientes, e só atingem o ego e se submetem ao seu controle por meio de percepções incompletas e de pouca confiança -, essas duas descobertas equivalem, contudo, à afirmação de que *o ego não é o senhor da sua própria casa*. Juntas, representam o terceiro golpe no amor próprio do homem, o que posso chamar de golpe *psicológico*. Não é de espantar, então, que o ego não veja com bons olhos a psicanálise e se recuse obstinadamente a acreditar nela.

Provavelmente muito poucas pessoas podem ter compreendido o significado, para a ciência e para a vida, do reconhecimento dos processos mentais inconscientes. Não foi, no entanto, a psicanálise, apressemo-nos a acrescentar, que deu esse primeiro passo. Há filósofos famosos que podem ser citados como precursores - acima de todos, o grande pensador Schopenhauer, cuja ‘Vontade’ inconsciente equivale aos instintos mentais da psicanálise. Foi esse mesmo pensador, ademais, que em palavras de inesquecível impacto, advertiu a humanidade quanto à importância, ainda tão subestimada pela espécie humana, da sua ânsia sexual. A psicanálise tem apenas a vantagem de não haver afirmado essas duas propostas tão penosas para o narcisismo - a importância psíquica da sexualidade e a inconsciência da vida mental - sobre uma base *abstrato*, mas demonstrou-as em questões que tocam pessoalmente cada indivíduo e o forçam a assumir alguma atitude em relação a esses problemas. É somente por esse motivo, no entanto, que atrai sobre si a aversão e as resistências que ainda se detêm, com pavor, diante do nome do grande filósofo.

UMA RECORDAÇÃO DE INFÂNCIA DE *DICHTUNGUND WAHRHEIT* (1917)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

EINE KINDHEITSERINNERUNG AUS *DICHTUNGUND WAHRHEIT*

(a)EDIÇÕES ALEMÃS:

1917 *Imago*, 5 (2), 49-57.

1918 *S.K.S.N.*, 4, 564-77 (1922, 2^a ed.).

1924 *G.S.*, 10, 357-68.

1924 *Dichtung und Kunst*, 87-98.

1947 *G.W.*, 12, 15-26.

(b)TRADUÇÃO INGLESA:

‘*A Childhood Recollection from Dichtung und Wahrheit*’

1925 *C.P.*, 4, 357-67. (Trad. de C. J. M. Hubback.)

A presente tradução inglesa é versão consideravelmente modificada daquela publicada em 1925.

Freud apresentou a primeira parte deste artigo diante da Sociedade Psicanalítica de Viena, a 13 de dezembro de 1916, e a segunda parte, diante da mesma sociedade, a 18 de abril de 1917. O artigo não foi realmente *escrito* por ele senão em setembro de 1917, no trem em que viajava de volta para casa, após as férias de verão das montanhas Tatra, na Hungria. A data da publicação é incerta, uma vez que a *Imago* saía com muita irregularidade nessa época, devido às circunstâncias da guerra. Um sumário das suas conclusões encontra-se em uma longa nota de rodapé, acrescentada por ele em 1919 ao Capítulo II do seu estudo sobre uma lembrança da infância de Leonardo da Vinci (1910c).

UMA RECORDAÇÃO DE INFÂNCIA DE *DICHTUNGUND WAHRHEIT*

‘Se tentamos recordar-nos do que nos aconteceu nos primeiros anos da infância, muitas vezes confundimos aquilo que ouvimos de outros, com o que realmente nos pertence e que

provém daquilo que nós próprios testemunhamos.’ Essa observação encontra-se numa das primeiras páginas do relato feito por Goethe da sua vida [*Dichtung und Wahrheit*], que começou a escrever aos sessenta anos de idade. Precede-a apenas uma informação acerca do seu nascimento, que ‘teve lugar a 28 de agosto de 1749, ao meio-dia, ao bater as doze horas’. Os astros estavam numa conjunção favorável, o que pode bem ter sido a causa da sua sobrevivência, pois ao ingressar no mundo estava ‘como morto’, e somente com grandes esforços é que foi trazido à vida. Segue-se uma breve descrição da casa e do lugar onde as crianças - ele e a irmã mais nova - mais gostavam de brincar. Depois disso, no entanto, Goethe, na verdade, relata apenas um único evento que pode ser atribuído aos ‘primeiros anos da infância’ (antes dos quatro anos?) e do qual parece haver preservado a sua própria recordação.

O relato transcorre como se segue: ‘E três irmãos (de nome von Ochsenstein) que moravam por perto tornaram-se muito meus amigos; eram os órfãos de um magistrado e interessaram-se por mim, e costumavam brincar comigo de todos os modos.

‘A minha gente gostava sempre de contar toda a espécie de brincadeiras a que esses rapazes, geralmente de temperamento sério e retraído, costumavam encorajar-me. Citarei apenas uma dessas proezas. A feira de louças acabara de realizar-se e não apenas a cozinha fora aparelhada com peças que seriam de utilidade por algum tempo, como também haviam sido compradas miniaturas de utensílios da mesma espécie, para que nós, as crianças, brincássemos. Uma bela tarde, quando tudo estava tranqüilo na casa, eu brincava com meus pratos e panelinhas no vestíbulo’ (local que já havia sido descrito e que se abria para a rua) ‘e, já que isso não parecia levar a nada, arremessei um prato à rua e rejubilei-me por vê-lo despedaçar-se tão alegremente. Os von Ochsenstein, vendo o quanto me deleitava e quão jocosamente batia palmas, gritaram: “Faz outra vez!” Não hesitei em lançar um pote para a calçamento de pedra e, depois, como continuassem a gritar “Outro!” , um após o outro todos os meus pratinhos, caçarolas e panelas. Os meus vizinhos continuaram a manifestar sua aprovação e eu estava encantado por poder diverti-los. Mas todo o meu estoque fora utilizado e eles ainda gritavam “Outro!” De modo que corri direto para a cozinha e apanhei os pratos de barro, que fizeram um espetáculo ainda melhor aos partirem-se em pedaços. E assim fiquei indo e vindo, trazendo um prato após o outro, na medida em que conseguia alcançá-los no guarda-louça; e, como ainda não se contentassem com isso, arremessei à mesma destruição toda peça de louça em que consegui pôr a mão. Só mais tarde chegou alguém que interferiu e pôs fim à brincadeira. O mal estava feito, e juntar tanta louça quebrada foi pelo menos uma história divertida, com que os marotos que haviam instigado o jogo se deleitaram até o fim da vida.’

Antes de haver psicanálise, era possível ler isso sem encontrar oportunidade para uma pausa ou sem se surpreender; mas, depois, a consciência analítica tornou-se ativa. Formamos opiniões e expectativas definidas acerca das lembranças da mais remota infância, e gostaríamos de reivindicar validade universal para elas. Não deveria ser uma questão

indiferente ou totalmente sem sentido todo detalhe da vida de uma criança que houvesse escapado ao esquecimento geral. Poder-se-ia, ao contrário, conjecturar que aquilo que fora preservado pela memória, era o elemento mais significativo em todo esse período da vida, quer houvesse tido tal importância na época, quer tivesse adquirido importância subsequente por influência de eventos posteriores.

O elevado valor de tais recordações infantis, na verdade, era óbvio apenas em alguns casos. De modo geral, pareciam indiferentes, até mesmo sem valor, e, de início, era incompreensível o motivo pelo qual tais lembranças haviam resistido à amnésia; nem mesmo a pessoa que as havia conservado por tantos anos em seu próprio arsenal de memórias poderia ser nelas mais do que qualquer estranho a quem por ventura as relatasse. Antes que o seu significado pudesse ser apreciado, era necessário um certo trabalho de interpretação. Essa interpretação mostrava que seu conteúdo exigia ser substituído por qualquer outro conteúdo, ou revelava que essas lembranças relacionavam-se com outras experiências inequivocamente importantes e que haviam surgido em seu lugar como aquilo que conhecemos por ‘lembranças encobridoras’.

Em toda investigação psicanalítica da história de uma vida, é sempre possível explicar o significado das lembranças da primeira infância ao longo dessas linhas. De fato acontece habitualmente que a própria recordação à qual o paciente dá precedência, aquela que relata em primeiro lugar, com a qual introduz a história da sua vida, vem a ser a mais importante, a única que contém a chave das páginas secretas da sua mente. O pequeno episódio pueril relatado em *Dichtung und Wahrheit*, contudo, não chega à altura das nossas expectativas. Os modos e os meios que, com os nossos pacientes, conduzem à interpretação, certamente não se mostram aqui disponíveis; o episódio em si não parece admitir relações prováveis com impressões importantes de data posterior. Uma travessura com efeitos prejudiciais à economia doméstica, levada a efeito por instigação externa, não se enquadra certamente com tudo o que Goethe tem para nos contar acerca da sua vida tão rica de eventos. Uma impressão de inocência e irrelevância total liga-se a essa lembrança infantil, e pode ser interpretada como uma advertência para não esticar o domínio da psicanálise em demasia, nem aplicá-la a situações inadequadas.

O pequeno problema, portanto, saíra havia muito tempo da minha mente quando, certo dia, o acaso trouxe-me um paciente no qual surgiu uma lembrança da infância semelhante, numa conexão mais clara. Era um homem de vinte e sete anos, bem dotado e de elevada educação, cuja vida, na ocasião, estava inteiramente tomada por um conflito com sua mãe que afetava todos os seus interesses, e de cujos efeitos a sua capacidade de amar e de levar uma existência independente sofria bastante. Esse conflito remontava à sua infância, mais precisamente aos seus quatro anos de idade. Antes disso havia sido uma criança extremamente débil, sempre adoentada, e, ainda assim, em sua memória, esse período de doença era glorificado como um paraíso, de vez que havia tido, então, posse exclusiva e ininterrupta da afeição de sua mãe. Quando ainda não tinha quatro anos, nasceu um irmão,

hoje ainda vivo, e, em sua reação a esse evento perturbador, transformara-se num menino obstinado, intratável, que provocara continuamente a severidade da mãe. Além disso, jamais recuperara o caminho certo.

Quando me procurou para o tratamento - de modo algum o motivo menos provável da sua atitude era o fato de que a mãe, uma fanática religiosa, tinha horror de psicanálise - , os ciúmes do irmão (que, de fato, se haviam manifestado, certa vez, num ataque homicida à criança no berço) estavam há muito esquecidos. Agora tratava o irmão com grande consideração; contudo, determinadas ações, curiosas e fortuitas, da sua parte (tais como súbitas e graves agressões contra os animais favoritos, como o cachorro ou os pássaros que criava cuidadosamente) provavelmente deveriam ser compreendidas como ecos desses impulsos hostis contra o irmão menor.

O paciente relatou então que, mais ou menos na época do ataque contra o bebê que tanto odiava, arremessara para a rua, pela janela da casa de campo, toda a louça que estava ao alcance da sua mão - exatamente a mesma coisa que Goethe narra da sua infância em *Dichtung und Wahrheit*! Posso adiantar que o paciente era estrangeiro e não estava familiarizado com a literatura alemã; jamais lera a autobiografia de Goethe.

Naturalmente, essa comunicação sugeriu-me que se poderia fazer uma tentativa para explicar a lembrança da infância, de Goethe, sobre as linhas que nos foram colocadas pela história de meu paciente. Mas poderiam mostrar-se, na infância do poeta, as condições necessárias para uma explicação? O próprio Goethe, com efeito, tornou a instigação dos irmãos von Ochsenstein responsável pela sua travessura pueril. Contudo, da sua própria narrativa pode-se deduzir que esses vizinhos mais crescidos simplesmente o encorajaram a continuar o que já estava fazendo. O começo da ação foi de sua própria iniciativa, e o motivo que ele fornece para esse começo - 'já que isso (o jogo) não parecia levar a nada' - é certamente, sem forçar o seu significado, uma confissão de que, à época que escreveu a obra e provavelmente por muitos anos antes disso, não tinha conhecimento de qualquer motivo adequado para o seu comportamento.

É sabido que Johann Wolfgang e sua irmã Cornelia eram os sobreviventes mais velhos de uma família de crianças muito frágeis. O Dr. Hanns Sachs teve a gentileza de fornecer-me os seguintes detalhes concernentes a esses irmãos e irmãs de Goethe que morreram na infância:

(a)Hermann Jakob, batizado numa segunda-feira, 26 de novembro de 1752; atingiu a idade de seis anos e seis semanas; foi enterrado a 13 de janeiro de 1759.

(b)Katharina Elisabetha, batizada numa segunda-feira, 9 de setembro de 1754; enterrada numa quinta-feira, 22 de dezembro de 1755. (Um ano e quatro meses de idade.)

(c) Johanna Maria, batizada na terça-feira, 29 de março de 1757 e enterrada no sábado, 11 de agosto de 1759. (Dois anos e quatro meses de idade.) (Essa foi, sem dúvida, a bonita e atraente menina celebrada pelo irmão.)

(d) Georg Adolph, batizado no domingo, 15 de junho de 1760, enterrado, aos oito meses de idade, numa quarta-feira, 18 de fevereiro de 1761.

A irmã de Goethe imediatamente posterior a ele, Cornelia Friederica Christiana, nasceu a 7 de dezembro de 1750, quando ele tinha quinze meses. Essa pequena diferença de idade exclui praticamente a possibilidade de que ela tenha sido objeto de ciúmes. É sabido que, quando as paixões despertam, as crianças jamais desenvolvem reações violentas contra os irmãos ou irmãs que já existem, mas dirigem a hostilidade contra os que nascem depois. A cena que estamos procurando interpretar também não se concilia com a pouca idade de Goethe à época em que Cornelia nasceu.

Por ocasião do nascimento do seu primeiro irmão, Hermann Jakob, Johann Wolfgang tinha três anos e três meses. Aproximadamente dois anos depois, quando tinha cerca de cinco anos, nasceu a segunda irmã. Ambas as idades entram em consideração para datar o episódio do arremesso de louças à rua. A primeira é talvez preferível; e concordaria melhor com o caso de meu paciente, que tinha mais ou menos três anos e três meses quando do nascimento de seu irmão.

Ademais, o irmão de Goethe, Hermann Jakob, a quem nos leva, assim, a nossa tentativa de interpretação, não viveu tão pouco quanto as demais crianças da família, nascidas depois. Pode constituir uma surpresa o fato de que a autobiografia não contenha uma só palavra de lembrança dele. Ao morrer, tinha mais de seis anos, e Johann Wolfgang, quase dez. O Dr. Hitschmann, que teve a gentileza de colocar à minha disposição as suas notas sobre esse assunto, diz:

‘Também Goethe, quando menino, viu um irmão mais jovem morrer, sem lastimar-se. Pelo menos, de acordo com Bettina Brentano, a mãe dele relatou o seguinte: “Espantou-a, como fato muito extraordinário, que ele não tenha derramado lágrimas quando da morte do irmão mais novo, Jakob, que era seu companheiro de folguedos; pelo contrário, pareceu sentir-se aborrecido com a dor dos pais e das irmãs. Quando, mais tarde, sua mãe perguntou ao jovem rebelde se ele não havia gostado do irmão, correu para o quarto e retirou debaixo da cama uma pilha de papéis, sobre os quais estavam escritas lições e pequenas histórias, dizendo que fizera tudo aquilo para ensinar o irmão.” Assim, parece que o irmão mais velho gostava de fingir-se de pai para o irmão mais novo e mostrar-lhe sua superioridade.’

Dessa maneira, pode-se formar a opinião de que o lançamento de louças pela janela foi um ato simbólico, ou, para dizê-lo mais corretamente, uma ação mágica, pela qual a criança

(Goethe, bem como o meu paciente) deu expressão violenta ao seu desejo de livrar-se de um intruso que o perturbava. Não há necessidade de discutir o prazer de uma criança ao quebrar coisas; se uma ação é agradável em si, isso não é um estorvo, mas, antes, uma instigação para repeti-la em obediência também a outros propósitos. É improvável, contudo, que possa ter sido o prazer da destruição que garantiu à travessura infantil um lugar perdurável na memória do adulto. Nem há qualquer objeção a complicar o motivo da ação acrescentando-lhe um fator adicional. Uma criança que quebra louça sabe muito bem que está fazendo algo errado, pelo qual os adultos se zangarão com ele; e se não se sente restringido por saber disso, provavelmente tem um rancor contra os pais, que deseja satisfazer; quer demonstrar impertinência.

O prazer em quebrar e nas coisas quebradas seria igualmente satisfeito se o menino simplesmente arremessasse o objeto quebrável ao chão. Lançá-los à rua, pela janela, é algo que ainda assim permaneceria inexplicável. Esse ‘para fora!’ parece ser parte essencial da ação mágica, como parece advir diretamente do seu significado oculto. O novo bebê deve ser jogado fora - através da janela, talvez porque tenha vindo através da janela. Toda a ação seria, assim, equivalente à resposta verbal, que já nos é familiar, dada por uma criança a quem se diz que a cegonha lhe trouxe um irmãozinho. ‘Então a cegonha pode levá-lo embora outra vez!’, era seu veredicto.

Não obstante, não estamos cegos a objeções - à parte quaisquer incertezas internas - contra fundamentar a interpretação de um ato da infância num único paralelo. Por esse motivo, durante anos guardei só para mim a teoria acerca da pequena cena em *Dichtung und Wahrheit*. Até que um dia, tive um paciente que iniciou sua análise com as seguintes observações, que anotei, palavra por palavra: ‘Sou o mais velho de uma família de oito ou nove filhos. Uma das mais remotas recordações que tenho é de meu pai sentado na cama, de camisola, dizendo-me, a rir, que eu tinha um novo irmão. Eu estava então com três anos e nove meses; é esta a diferença de idade que tenho para o meu irmão seguinte. Sei, também, que pouco tempo depois (ou foi um ano antes?) joguei uma porção de coisas à rua, escovas - ou foi apenas uma escova? - , sapatos e outros objetos, pela janela. Tenho uma recordação ainda anterior. Quando tinha dois anos, passei uma noite com meus pais num quarto de hotel em Linz, a caminho de Salzkammergut. Fiquei tão inquieto durante a noite e fiz tanto barulho, que meu pai foi obrigado a bater-me.’

Depois de ouvir essa afirmação, joguei para o alto todas as dúvidas. Quando, na análise, duas coisas são trazidas uma imediatamente após a outra, como de um só fôlego, temos que interpretar essa proximidade como uma conexão de pensamento. Era, portanto, como se o paciente houvesse dito: ‘*Porque* descobri que ganhara um novo irmão, pouco depois arremessei aquelas coisas à rua.’ O ato de lançar as escovas, sapatos etc., pela janela, deve ser reconhecido como uma reação ao nascimento do irmão. Também não é motivo para desapontamento o fato de que, nesse exemplo, os objetos jogados fora não fossem louças,

mas outras coisas, provavelmente o que quer que a criança pudesse alcançar no momento. - O jogar fora (através da janela para a rua) mostra-se, assim, como a coisa essencial no ato, ao passo que o prazer de quebrar e o barulho, bem como o tipo de objeto que ‘é executado’, são pontos variáveis e não essenciais.

Naturalmente, o princípio de haver aí uma conexão de pensamento deve também ser aplicado à terceira recordação infantil do paciente, que é a mais remota, embora fosse colocada por último na série. Isso pode ser facilmente feito. Evidentemente o menino de dois anos estava inquieto por não poder suportar os pais juntos na cama. Na viagem, foi sem dúvida impossível evitar que a criança testemunhasse esse fato. Os sentimentos que despertaram, naquela ocasião, no menino ciumento, deixaram-lhe uma amargura contra as mulheres, que persistiu e interferiu permanentemente no desenvolvimento da sua capacidade de amar.

Após fazer essas duas observações, expressei a opinião, durante uma reunião da Sociedade Psicanalítica de Viena, de que ocorrências da mesma natureza podem não ser raras entre as crianças; em resposta, a Dra. von Hug-Hellmuth colocou à minha disposição duas outras observações, que acrescento aqui como apêndice.

I

‘Com mais ou menos três anos e meio de idade, o pequeno Erich adquiriu repentinamente o hábito de lançar tudo aquilo de que não gostava, pela janela. Também o fazia, contudo, com coisas que não estavam no seu caminho e não lhe diziam respeito. No dia do aniversário do pai - tinha ele três anos e quatro meses e meio - , apanhou na cozinha um pesado rolo para massas, arrastou-o para a sala e lançou-o à rua, pela janela do apartamento do terceiro andar. Alguns dias mais tarde, jogou o pilão do almofariz e, depois, um par de pesadas botas para montanhismo que pertenciam ao pai, as quais teve primeiro de tirar do armário. ‘Por essa época, a mãe do menino teve um aborto, no sétimo ou oitavo mês de gravidez, e depois disso o pequeno Erich ficou “dócil e tranqüilo, tão bom, que parecia bastante mudado” . No quinto ou sexto mês, costumava dizer repetidas vezes à mãe: “Mamãe, vou pular em cima da sua barriga” - ou “Vou dar um empurrão na sua barriga.” E pouco antes do aborto, em outubro, dizia: “Se tenho que ter um irmão, pelo menos não o quero senão depois do Natal.” ‘

‘Uma jovem de dezenove anos contou-me espontaneamente que sua mais remota recordação era a seguinte: “Vejo a mim mesma, terrivelmente travessa, sentada debaixo da mesa da sala de jantar, pronta para rastejar. Minha xícara de café com leite está em cima da mesa - ainda posso ver muito bem o desenho da louça - e a vovó entra na sala justamente no momento em que me preparo para arremessar a xícara pela janela.” O fato é que ninguém estava se preocupando comigo e, entretanto, formara-se uma película de nata sobre o café com leite, o que sempre me causava repulsa, e ainda causa.” Naquele dia nasceu o meu irmão, que é dois anos e meio mais novo que eu, de modo que ninguém havia tido tempo para mim.” Sempre me dizem que eu estava insuportável naquele dia: durante o jantar joguei ao chão o copo favorito do meu pai, sujei minha roupa diversas vezes e manifestei o pior dos humores, de manhã até à noite. Na minha fúria, fiz em pedaços a boneca com que brincava no banho.” ‘Esses dois casos mal necessitam de comentário. Estabelecem, sem qualquer outro esforço analítico, que a amargura que as crianças sentem quanto à expectativa ou aparecimento real de um rival, encontra expressão no ato de arremessar objetos pela janela e em outras ações de impertinência e destrutividade. No primeiro caso, os ‘objetos pesados’ provavelmente simbolizavam a própria mãe, contra quem a raiva da criança era dirigida, uma vez que o novo bebê ainda não havia surgido. O menino de três anos e meio sabia da gravidez da mãe, e não tinha dúvidas de que ela tinha o bebê no corpo. O ‘Little Hans’ e seu particular temor de carros com muita carga podem aqui ser lembrados. No segundo caso, é digna de nota a muito pouca idade da criança, dois anos e meio.

Se voltarmos agora à lembrança da infância de Goethe e colocarmos, no lugar que ela ocupa em *Dichtung und Wahrheit*, o que cremos haver obtido por meio da observação de outras crianças, emerge uma seqüência de pensamento perfeitamente válida, que, de outra forma, não teríamos descoberto. Seria assim: ‘Eu era uma criança de sorte: o destino preservou a minha vida, embora tenha vindo ao mundo como morto. Além disso, o destino eliminou meu irmão, de modo que não tive que compartilhar com ele o amor de minha mãe.’

A seqüência de pensamento [em *Dichtung und Wahrheit*] prossegue então para alguém que morreu naqueles dias remotos - a avó, que vivia, como um espírito tranquilo e amigável, em outra parte da casa. Já observei, no entanto, em outro trabalho, que, se um homem foi o indiscutível predileto de sua mãe, ele conserva durante toda a vida o sentimento triunfante, a confiança no êxito, que não raro traz consigo o verdadeiro êxito. E Goethe poderia muito bem ter colocado, em sua autobiografia, um cabeçalho mais ou menos como este: ‘A minha força tem suas raízes na relação que tive com minha mãe.’

LINHAS DE PROGRESSO NA TERAPIA PSICANALÍTICA (1919 [1918])

NOTA DO EDITOR INGLÊS

WEGE DER PSYCHOANALYTISCHEN THERAPIE

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1919 *Int. Z. Psychoanal.*, 5 (2), 61-8. 1922 *S.K.S.N.*, 5, 146-58.

1924 *Technik und Metapsychol.*, 136-47. 1925 *G.S.*, 6, 136-47.

1931 *Neurosenlehre und Technik*, 411-22. 1947 *G.W.*, 12, 183-94.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘Turnings in the Ways of Psycho-Analytic Therapy’

1924 *C.P.*, 2, 392-402. (Trad. de Joan Riviere.)

A presente tradução inglesa, com título modificado, baseia-se na publicada em 1924. Este pronunciamento foi lido por Freud perante o Quinto Congresso Psicanalítico Internacional, realizado em Budapest em 28 e 29 de setembro de 1918, pouco antes do fim da Primeira Guerra Mundial. Foi escrito durante o verão que precedeu o Congresso, que Freud passou com Anton von Freund (ver em [1]), na sua casa em Steinbruch, subúrbio de Budapest. O artigo, no qual a maior ênfase é dada aos métodos ‘ativos’, depois principalmente associados ao nome de Ferenczi, foi o último dos trabalhos puramente técnicos de Freud antes dos dois que publicou quase vinte anos mais tarde (1937*c* e 1937*d*), já no fim da vida. Ele já renunciara esses métodos ‘ativos’ em seu pronunciamento no Congresso de Nuremberg (1910*d*).

LINHAS DE PROGRESSO NA TERAPIA PSICANALÍTICA

SENHORES:

Como sabem, nunca nos vangloriamos da inteireza e do acabamento definitivo de nosso conhecimento e de nossa capacidade. Estamos tão prontos agora, como o estávamos antes, a admitir as imperfeições da nossa compreensão, a aprender novas coisas e a alterar os nossos métodos de qualquer forma que os possa melhorar.

Agora que nos reunimos uma vez mais, após os longos e difíceis anos que atravessamos, sinto-me impelido a rever a posição do nosso procedimento terapêutico - ao qual na verdade, devemos o nosso lugar na sociedade humana - e a assumir uma visão geral das novas direções em que se pode desenvolver.

Assim formulamos a nossa incumbência como médicos: dar ao paciente conhecimento do inconsciente, dos impulsos reprimidos que nele existem, e, para essa finalidade, revelar as resistências que se opõem a essa extensão do seu conhecimento sobre si mesmo. A revelação dessas resistências garante que serão também superadas? Certamente nem sempre; mas a nossa esperança é atingir isso explorando a transferência do paciente para a pessoa do médico, de modo a induzi-lo a adotar a nossa convicção quanto à inconveniência do

processo repressivo estabelecido na infância e quanto à impossibilidade de conduzir a vida sobre o princípio de prazer. Estabeleci, em outro trabalho, as condições dinâmicas prevalentes no novo conflito através do qual conduzimos o paciente e que substitui, nele, o seu conflito anterior - o da sua doença. Nesse aspecto, nada tenho a modificar no momento.

Chamamos de psicanálise o processo pelo qual trazemos o material mental reprimido para a consciência do paciente. Por que 'análise' - que significa dividir ou separar, e sugere uma analogia com o trabalho, levado a efeito pelos químicos, com substâncias que encontram na natureza e trazem para os seus laboratórios? Porque, em um importante aspecto, existe realmente uma analogia entre os dois trabalhos. Os sintomas e as manifestações patológicas do paciente, como todas as suas atividades mentais, são de natureza altamente complexa; os elementos desse composto são, no fundo, motivos, impulsos instintuais. O paciente, contudo, nada sabe a respeito desses motivos elementares, ou não os conhece com intimidade suficiente. Ensinamo-lo a compreender a maneira pela qual essas formações mentais altamente complicadas são compostas; remetemos os sintomas aos impulsos instintuais que os motivaram; assinalamos ao paciente esses motivos instintuais, que estão presentes em seus sintomas, e dos quais até então não tinha consciência - como o químico que isola a substância fundamental, o 'elemento' químico, do sal em que ele se combinara com outros elementos e no qual era irreconhecível. Da mesma forma, no que diz respeito àquelas manifestações mentais do paciente que não são consideradas patológicas, mostramos-lhe que apenas em certa medida ele estava consciente da sua motivação - que outros impulsos instintuais, dos quais permanecera em ignorância, haviam cooperado na causação dessas manifestações.

Mais uma vez, esclarecemos os impulsos sexuais no homem ao dividi-los em seus elementos componentes; e, quando interpretamos um sonho, ignoramos o sonho como um todo e derivamos associações dos seus elementos em separado.

Essa bem fundamentada comparação da atividade médica psicanalítica com um procedimento químico poderia sugerir à nossa terapia uma nova direção. *Analizamos* o paciente - isto é, dividimos os processos mentais em seus componentes elementares e demonstramos esses elementos instintuais nele, isoladamente; o que seria mais natural do que esperar que também o ajudemos a fazer uma nova e melhor combinação deles? Os senhores sabem que essa exigência tem sido realmente proposta. Disseram-nos que, após a análise de uma mente enferma, deve-se seguir uma síntese. E, relacionada com isso, tem-se expressado a preocupação de que o paciente recebe análise demais e muito pouca síntese; e segue-se então um movimento para colocar todo o peso nessa síntese, como o principal fator no efeito psicoterapêutico, para, nela, ver-se uma espécie de restauração de algo que foi destruído - destruído, por assim dizer, pela vivisseção.

Senhores, contudo não posso achar que essa psicossíntese nos estabelece qualquer nova

tarifa. Se me permitisse ser franco e rude, diria que se trata apenas de uma frase vazia. Limitar-me-ei a observar que se trata simplesmente de forçar tanto uma comparação, que ela deixa de ter qualquer sentido; ou, se preferirem, que é uma exploração injustificável de um nome. Um nome, no entanto, é apenas um rótulo aplicado para distinguir uma coisa de outras coisas semelhantes, não um sílabo, uma descrição de seu conteúdo ou uma definição. E os dois objetos comparados precisam apenas coincidir num único ponto, podendo ser inteiramente diferentes um do outro em tudo o mais.

Aquilo que é psíquico, é tão único e singular, que nenhuma comparação pode refletir a sua natureza. O trabalho da psicanálise sugere analogia com a análise química, mas o sugere também, na mesma medida, com a intervenção de um cirurgião, ou com as manipulações de um ortopedista, ou com a influência de um educador. A comparação com a análise química tem a sua limitação: porque, na vida mental, temos de lidar com tendências que estão sob uma compulsão para a unificação e a combinação. Sempre que conseguimos analisar um sintoma em seus elementos, liberar um impulso instintual de um vínculo, esse impulso não permanece em isolamento, mas entra imediatamente numa nova ligação.

Para dizer a verdade, o paciente neurótico, com efeito, apresenta-se-nos com a mente dilacerada, dividida por resistências. À medida que a analisamos e eliminamos as resistências, ela se unifica; a grande unidade a que chamamos ego, ajusta-se a todos os impulsos instintuais que haviam sido expelidos (*split off*) e separados dele. A psicossíntese é, desse modo, atingida durante o tratamento analítico sem a nossa intervenção, automática e inevitavelmente. Criamos as condições para que isso aconteça, fragmentando os sintomas em seus elementos e removendo as resistências. Não é verdade que algo no paciente tenha sido dividido em seus componentes e aguarde, então, tranqüilamente, que de alguma forma o unifiquemos outra vez.

Os progressos na nossa terapia, portanto, sem dúvida prosseguirão ao longo de outras linhas; antes de mais nada, ao longo daquela que Ferenczi, em seu artigo ‘Technical Difficulties in an Analysis of Hysteria’ (1919), denominou recentemente ‘atividade’ por parte do analista.

Que se chegue imediatamente a um acordo sobre aquilo que queremos dizer com essa atividade. Já definimos a nossa tarefa terapêutica como algo que consiste em duas coisas: tornar consciente o material reprimido e descobrir as resistências. Nisso, somos ativos o bastante, não há dúvida. Mas devemos deixar que o paciente lide sozinho com as resistências que lhe assinalamos? Não podemos dar-lhe outro auxílio, além do estímulo que ele obtém da transferência? Não parece natural que o devamos ajudar também de outra maneira, colocando-o na situação mental mais favorável à solução do conflito que temos em vista? Afinal de contas, o que ele pode conseguir, depende, também, de uma combinação de circunstâncias externas. Devemos hesitar em alterar essa combinação, intervindo de maneira adequada? Acho que uma atividade dessa natureza, por parte do médico que analisa, é

irrepreensível e inteiramente justificada.

Observem que isso abre um novo campo de técnica analítica, cujo desenvolvimento exigirá cuidadosa aplicação, e que levará a regras de procedimento bem definidas. Não tentarei apresentar-lhes hoje essa nova técnica, que ainda está em curso de evolução, mas contentar-me-ei em enunciar um princípio fundamental que provavelmente irá dominar o nosso trabalho nesse campo. É o que se segue: o tratamento analítico deve ser efetuado, na medida do possível, sob privação - num estado de abstinência.

Na medida do possível, a demonstração de que estou certo nesse ponto deve ser deixada para uma exposição mais detalhada. Por abstinência, no entanto, não se deve entender que seja agir sem qualquer satisfação - o que seria certamente impraticável; nem queremos dizer o que o termo popularmente conota, isto é, abster-se da relação sexual; significa algo diferente, que tem muito mais conexão com a dinâmica da doença e da recuperação.

Lembrar-se-ão os senhores de que foi uma *frustração* que tornou o paciente doente, e que seus sintomas servem-lhe de satisfações substitutivas. É possível observar, durante o tratamento, que cada melhora em sua condição reduz o grau em que se recupera e diminui a força instintual que o impele para a recuperação. Mas essa força instintual é indispensável; a redução dela coloca em perigo a nossa finalidade - a restauração da saúde do paciente. Qual, então, é a conclusão que se nos impõe inevitavelmente? Cruel como possa parecer, devemos cuidar para que o sofrimento do paciente, em um grau de um modo ou de outro efetivo, não acabe prematuramente. Se, devido ao fato de que os sintomas foram afastados e perderam o seu valor, seu sofrimento se atenua, devemos restabelecê-lo alhures, sob a forma de alguma privação apreciável; de outro modo, corremos o perigo de jamais conseguir senão melhoras insignificantes e transitórias.

Até onde eu possa verificar, o perigo ameaça a partir de duas direções, principalmente. Por um lado, quando a doença foi dominada pela análise, o paciente faz os mais assíduos esforços para criar para si, em lugar dos seus sintomas, novas satisfações substitutivas, que então carecem do aspecto de sofrimento. Faz uso da enorme capacidade de deslocamento possuída pela libido, então parcialmente liberada, com a finalidade de catexizar com a libido e promover à posição de satisfações substitutivas as mais diversas espécies de atividades, preferências e hábitos, sem excluir aqueles que já haviam sido seus. Encontra continuamente novas distrações dessa natureza, para as quais escapa a energia necessária para prosseguir o tratamento, e ele sabe como mantê-las secretas por algum tempo. É tarefa do analista detectar esses caminhos divergentes e exigir-lhe, toda vez, que os abandone, por mais inofensiva que possa ser, em si, a atividade que conduz à satisfação. O paciente meio recuperado pode também ingressar em caminhos menos inofensivos - tal como, por exemplo, se é um homem, quando procura ligar-se prematuramente a uma mulher. Pode-se observar, aliás, que o casamento infeliz e a doença física são as duas coisas que com mais freqüência

tomam o lugar de uma neurose. Satisfazem particularmente o sentimento de culpa (necessidade de punição), que faz com que muitos pacientes se apeguem tão rapidamente às suas neuroses. Por uma escolha imprudente no casamento, castigam-se a si próprios; consideram uma longa doença orgânica como uma punição do destino e, conseqüentemente, muitas vezes deixam de manter as suas neuroses.

Em todas as situações como estas, a atividade por parte do médico deve assumir a forma de enérgica oposição a satisfações substitutivas prematuras. É-lhe mais fácil, contudo, evitar o *segundo* perigo a que se expõe a força propulsora da análise, muito embora este não deva ser subestimado. O paciente procura as suas satisfações substitutivas sobretudo no próprio tratamento, em seu relacionamento transferencial com o médico; e pode até mesmo tentar compensar-se, por esse meio, de todas as outras privações que lhe foram impostas. Algumas concessões devem, certamente, ser-lhe feitas, em maior ou menor medida, de acordo com a natureza do caso e com a individualidade do paciente. Contudo, não é bom deixar que se tornem excessivas. Qualquer analista que, talvez pela grandeza do seu coração e por sua vontade de ajudar, estende ao paciente tudo o que um ser humano pode esperar receber de outro, comete o mesmo erro econômico de que são culpadas as nossas instituições não-analíticas para pacientes nervosos. O único propósito destas é tornar tudo tão agradável quanto possível para o paciente, de modo a este poder sentir-se bem ali e alegrar-se de novamente ali refugiar-se das provações da vida. Ao fazê-lo, não tentam dar-lhe mais força para enfrentar a vida e mais capacidade para levar a cabo as suas verdadeiras incumbências nela. No tratamento analítico, tudo isso deve ser evitado. No que diz respeito às suas relações com o médico, o paciente deve ser deixado com desejos insatisfeitos em abundância. É conveniente negar-lhe precisamente aquelas satisfações que mais intensamente deseja e que mais importunamente expressa.

Não penso haver esgotado o repertório de atividade desejável por parte do médico, ao dizer que uma condição de privação deve ser mantida durante o tratamento. A atividade em outra direção durante o tratamento analítico já foi, como hão de lembrar-se, um ponto de debate entre nós e a escola suíça. Recusamo-nos, da maneira mais enfática, a transformar um paciente, que se coloca em nossas mãos em busca de auxílio, em nossa propriedade privada, a decidir por ele o seu destino, a impor-lhe os nossos próprios ideais, e, com o orgulho de um Criador, a formá-lo à nossa própria imagem e verificar que isso é bom. Ainda endosso essa recusa, e acho que é este o lugar adequado para a descrição médica, que, em outros aspectos, somos obrigados a ignorar. Aprendi também, por experiência própria, que uma tal atividade, de tão longo alcance em relação aos pacientes, não é de forma alguma necessária para os objetivos terapêuticos. Isso porque consegui ajudar pessoas com as quais nada tinha em comum - nem raça, nem educação, nem posição social, nem perspectiva de vida em geral - sem afetar sua individualidade. Na época da controvérsia, falei justamente disso, tinha a impressão de que as objeções dos nossos porta-vozes - penso que foi Ernest Jones quem assumiu o papel principal - eram por demais ásperas e inflexíveis. Não podemos evitar de aceitar para tratamento determinados pacientes que são tão desamparados e incapazes de

uma vida comum, que, para eles, há que se combinar a influência analítica com a educativa; e mesmo no caso da maioria, vez por outra surgem ocasiões nas quais o médico é obrigado a assumir a posição de mestre e mentor. Mas isso deve sempre ser feito com muito cuidado, e o paciente deve ser educado para liberar e satisfazer a sua própria natureza, e não para assemelhar-se conosco.

Nosso estimado amigo J. J. Putnam, em terra americana, a qual agora se mostra tão hostil a nós, deve perdoar-nos se também não podemos aceitar a sua proposta - ou seja, a de que a psicanálise deve colocar-se a serviço de uma determinada perspectiva filosófica sobre o mundo e deve impô-la ao paciente com o propósito de enobrecer-lhe a mente. Na minha opinião, em última análise isto é apenas usar de violência, ainda que se revista dos motivos mais honrosos.

Por fim, um tipo bastante diferente de atividade torna-se necessário pela apreciação gradativamente crescente de que as várias formas de doenças tratadas por nós não podem ser manipuladas mediante a mesma técnica. Seria prematuro expô-lo detalhadamente, mas posso dar dois exemplos do modo pelo qual entra em questão um novo tipo de atividade. A nossa técnica desenvolveu-se no tratamento da histeria e ainda é dirigida, principalmente, à cura daquela afecção. As fobias, porém, já tornaram necessário que ultrapássemos os nossos antigos limites. Dificilmente se pode dominar uma fobia, se se espera até que o paciente permita à análise influenciá-lo no sentido de renunciar a ela. Nesse caso, ele jamais trará para a análise o material indispensável a uma solução convincente da fobia. Deve-se proceder de forma diferente. Tome-se o exemplo da agorafobia; existem dois tipos de agorafobia, um brando, o outro grave. Os pacientes que pertencem ao primeiro tipo sofrem de ansiedade quando vão sozinhos à rua, mas não desistiram ainda de sair desacompanhados por causa disso; os outros protegem-se da ansiedade deixando completamente de sair sozinhos. Com estes últimos, só se obtém êxito quando se consegue induzi-los, por influência da análise, a comportarem-se como os pacientes fóbicos do primeiro tipo - isto é, a ir para a rua e lutar com a ansiedade enquanto realizam a tentativa. Começa-se, portanto, por moderar a fobia; e apenas quando isso foi conseguido por exigência do médico é que afloram à mente do paciente as associações e lembranças que permitem resolver a fobia.

Nos casos graves de atos obsessivos, uma atitude de espera passiva parece ainda menos indicada. Na verdade, de um modo geral esses casos tendem a um processo 'assintótico' de recuperação, a um protraimento interminável do tratamento. A sua análise corre sempre o perigo de trazer muita coisa à tona e não modificar nada. Julgo existirem poucas dúvidas de que a técnica correta, aqui, só pode consistir em esperar até que o tratamento em si se torne uma compulsão, e então, com essa contracompulsão, suprimir forçosamente a compulsão da doença. Os senhores perceberão, no entanto, que esses dois exemplos que lhes dei são apenas amostras dos novos avanços para os quais a nossa terapia tende.

Agora, concluindo, tocarei de relance numa situação que pertence ao futuro - situação que

parecerá fantástica a muitos dos senhores, e que, não obstante, julgo merece que estejamos com as mentes preparadas para abordá-la. Os senhores sabem que as nossas atividades terapêuticas não têm um alcance muito vasto. Somos apenas um pequeno grupo e, mesmo trabalhando muito, cada um pode dedicar-se, num ano, somente a um pequeno número de pacientes. Comparada à enorme quantidade de miséria neurótica que existe no mundo, e que talvez não precisasse existir, a quantidade que podemos resolver é quase desprezível. Ademais, as nossas necessidades de sobrevivência limitam o nosso trabalho às classes abastadas, que estão acostumadas a escolher seus próprios médicos e cuja escolha se desvia da psicanálise por toda espécie de preconceitos. Presentemente nada podemos fazer pelas camadas sociais mais amplas, que sofrem de neuroses de maneira extremamente grave.

Vamos presumir que, por meio de algum tipo de organização, consigamos aumentar os nossos números em medida suficiente para tratar uma considerável massa da população. Por outro lado, é possível prever que, mais cedo ou mais tarde, a consciência da sociedade despertará, e lembrar-se-á de que o pobre tem exatamente tanto direito a uma assistência à sua mente, quando o tem, agora, à ajuda oferecida pela cirurgia, e de que as neuroses ameaçam a saúde pública não menos do que a tuberculose, de que, como esta, também não podem ser deixadas aos cuidados impotentes de membros individuais da comunidade. Quando isto acontecer, haverá instituições ou clínicas de pacientes externos, para as quais serão designados médicos analiticamente preparados, de modo que homens que de outra forma cederiam à bebida, mulheres que praticamente sucumbiriam ao seu fardo de privações, crianças para as quais não existe escolha a não ser o embrutecimento ou a neurose, possam tornar-se capazes, pela análise, de resistência e de trabalho eficiente. Tais tratamentos serão gratuitos. Pode ser que passe um longo tempo antes que o Estado chegue a compreender como são urgentes esses deveres. As condições atuais podem retardar ainda mais esse evento. Provavelmente essas instituições iniciar-se-ão graças à caridade privada. Mais cedo ou mais tarde, contudo, chegaremos a isso. Defrontar-nos-emos, então, com a tarefa de adaptar a nossa técnica às novas condições. Não tenho dúvidas de que a validade das nossas hipóteses psicológicas causará boa impressão também sobre as pessoas pouco instruídas, mas precisaremos buscar as formas mais simples e mais facilmente inteligíveis de expressar as nossa doutrinas teóricas. Provavelmente descobriremos que os pobres estão ainda menos prontos para partilhar as suas neuroses, do que os ricos, porque a vida dura que os espera após a recuperação não lhes oferece atrativos, e a doença dá-lhes um direito a mais à ajuda social. Muitas vezes, talvez, só poderemos conseguir alguma coisa combinando a assistência mental com certo apoio material, à maneira do Imperador José. É muito provável, também, que a aplicação em larga escala da nossa terapia nos force a fundir o ouro puro da análise livre com o cobre da sugestão direta; e também a influência hipnótica poderá ter novamente seu lugar na análise, como o tem no tratamento das neuroses de guerra. No entanto, qualquer que seja a forma que essa psicoterapia para o povo possa assumir, quaisquer que sejam os elementos dos quais se componha, os seus ingredientes mais efetivos e mais importantes continuarão a ser, certamente, aqueles tomados à psicanálise estrita e não tendenciosa.

**SOBRE O ENSINO DA PSICANÁLISE NAS
UNIVERSIDADES (1919[1918])**

NOTA DO EDITOR INGLÊS

KELL-E AZ EGYETEMEN A PSYCHOANALYSIST TANITANI?

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

(1918 Provável data de elaboração.)

(1919 *Gyógyászat*, 59 (13), 192. Em tradução húngara.)

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘On the Teaching of Psycho-Analysis in Universities’

Não se encontrou vestígio do texto original em alemão.

Este artigo foi publicado pela primeira vez em tradução para o húngaro (provavelmente feita por Ferenczi) no periódico médico de Budapeste *Gyógyászat*, a 30 de março de 1919. O título húngaro significa literalmente: ‘Deve a psicanálise ser ensinada na universidade?’. Parece ter sido um artigo de uma série, escrita por diferentes pessoas, tratando das reformas na educação médica. É provável que Freud o tenha escrito no outono de 1918, aproximadamente na época do Quinto Congresso Psicanalítico Internacional, em Budapeste. Houve então uma considerável agitação entre os estudantes de medicina de Budapeste quando à inclusão da psicanálise no currículo. Em março de 1919, quando um governo bolchevique assumiu temporariamente o poder na Hungria, Ferenczi foi de fato empossado como Professor de Psicanálise na universidade. - A redescoberta do artigo deveu-se ao esforço do Dr. Ludovico Rosenthal, de Buenos Aires, e a ele devemos a gentileza de haver colocado uma cópia fotostática da publicação original à nossa disposição. A presente tradução do húngaro para o inglês é baseada numa tradução feita por J. F. O’Donovan e Ludovico Rosenthal. Foi revista com a ajuda do Dr. Michael Balint. Os leitores compreenderão que se trata, na melhor hipótese, de uma versão em terceira mão das verdadeiras palavras de Freud.

SOBRE O ENSINO DA PSICANÁLISE NAS UNIVERSIDADES

A questão da conveniência do ensino da psicanálise nas universidades pode ser considerada sob dois pontos de vista: o da psicanálise e o da universidade.

(1) A inclusão da psicanálise no currículo universitário seria sem dúvida olhada com satisfação por todo psicanalista. Ao mesmo tempo, é claro que o psicanalista pode prescindir completamente da universidade sem qualquer prejuízo para si mesmo. Porque o que ele necessita, em matéria de teoria, pode ser obtido na literatura especializada e, avançando ainda mais, nos encontros científicos das sociedades psicanalíticas, bem como no contato pessoal com os membros mais experimentados dessas sociedades. No que diz respeito à experiência prática, além do que adquire com a sua própria análise pessoal, pode consegui-la ao levar a cabo os tratamentos, uma vez que consiga supervisão e orientação de psicanalistas reconhecidos.

O fato de que uma organização dessa natureza existe, deve-se, na verdade, à exclusão da psicanálise das universidades. E, é, portanto, evidente que esses sistemas de organização continuarão a desempenhar uma função efetiva enquanto persistir tal exclusão.

(2) No que concerne às universidades, a questão depende de decidirem se desejam atribuir qualquer valor à psicanálise, na formação de médicos e de cientistas. Em caso afirmativo, o problema seria então saber como incorporá-la à estrutura educacional regular.

A importância da psicanálise para a totalidade da formação médica e acadêmica fundamenta-se nos seguintes fatos:

(a) Essa formação tem sido muito justamente criticada nas últimas décadas pela maneira parcial pela qual dirige o estudante para os campos da anatomia, da física e da química, enquanto falha, por outro lado, no esclarecimento do significado dos fatores mentais nas diferentes funções vitais, bem como nas doenças e no seu tratamento. Essa deficiência na educação médica faz-se sentir mais tarde numa flagrante falha no conhecimento do médico. Essa falha não se manifestará apenas na sua falta de interesse pelos problemas mais absorventes da vida humana, na saúde ou na doença, mas também o tornará inábil no tratamento dos pacientes, de modo que até mesmo charlatões e ‘curandeiros’ terão mais efeito sobre esses pacientes do que ele.

Essa deficiência óbvia levou, algum tempo atrás, à inclusão, no currículo universitário, de cursos sobre psicologia médica. Mas, na medida em que essas aulas se baseiam na psicologia acadêmica ou na psicologia experimental (que lida apenas com questões de

detalhes), não conseguem satisfazer os requisitos da formação do estudante; nem poderiam aproximá-lo mais dos problemas da vida em geral ou dos da sua profissão. Por essas razões, o lugar ocupado por esse tipo de psicologia médica no currículo mostrou-se inseguro.

Um curso sobre psicanálise, por outro lado, certamente responderia a essas exigências. Antes de chegar à psicanálise propriamente dita, seria necessário um curso introdutório, que trataria detalhadamente das relações entre a vida mental e a vida física - a base de todos os tipos de psicoterapia -, descreveria as várias espécies de procedimentos sugestivos, e, finalmente, mostraria como a psicanálise constitui o resultado e a culminância de todos os métodos anteriores de tratamento mental. A psicanálise, na verdade, mais do que qualquer outro sistema, é adequada para o ensino da psicologia ao estudante de medicina.

(b) Outra das funções da psicanálise seria proporcionar uma preparação para o estudo da psiquiatria. Esta, na sua forma atual, é exclusivamente de caráter descritivo; simplesmente ensina o estudante a reconhecer uma série de entidades patológicas, capacitando-o a distinguir quais são incuráveis e quais são perigosas para a comunidade. Sua única ligação com os outros ramos da ciência médica está na etiologia orgânica - isto é, nas suas descobertas anatômicas; mas não oferece a menor compreensão dos fatos observados. Tal compreensão só poderia ser fornecida por uma psicologia profunda. Nos Estados Unidos, de acordo com as minhas melhores informações, já se reconheceu que a psicanálise (a primeira tentativa de uma psicologia profunda) tem feito incursões bem-sucedidas por essa região inexplorada da psiquiatria. Por conseguinte, muitas escolas médicas daquele país já organizaram cursos de psicanálise como uma introdução à psiquiatria. O ensino da psicanálise teria que processar-se em duas etapas: um curso elementar, destinado a todos os estudantes de medicina, e um curso de aulas especializadas para psiquiatras. (c) Na investigação dos processos mentais e das funções do intelecto, a psicanálise segue o seu próprio método específico. A aplicação desse método não está de modo algum confinada ao campo dos distúrbios psicológicos, mas estende-se também à solução de problemas da arte, da filosofia e da religião. Nessa direção já produziu diversos novos pontos de vista e deu valiosos esclarecimentos a temas como a história da literatura, a mitologia, a história das civilizações e a filosofia da religião. Assim, o curso psicanalítico geral seria também aberto aos estudantes desses ramos do conhecimento. Os efeitos fecundadores do pensamento psicanalítico sobre essas outras disciplinas certamente contribuiriam muito para moldar uma ligação mais estreita, no sentido de uma *universitas literarum*, entre a ciência médica e os ramos do saber que se encontram dentro da esfera da filosofia e das artes. Para resumir, pode-se afirmar que a universidade só teria a ganhar com a inclusão, em seu currículo, do ensino da psicanálise. Esse ensino, na verdade, só pode ser ministrado de maneira dogmática e crítica, por meio de aulas teóricas; isso porque essas aulas permitirão, apenas, uma oportunidade muito restrita de levar a cabo experiências ou demonstrações práticas. Para finalidades de pesquisa, seria suficiente que os professores de psicanálise tivessem acesso a um departamento hospitalar de clientes externos, que suprisse o material necessário, no que diz respeito a pacientes 'neuróticos'. Para a psiquiatria psicanalítica,

seria preciso haver também disponibilidade de um departamento de pacientes mentais internos. Devemos considerar, por último, a objeção de que, seguindo essa orientação, o estudante de medicina jamais aprenderia a psicanálise propriamente dita. Isso, de fato, é procedente, se temos em mente a verdadeira prática da psicanálise. Mas, para os objetivos que temos em vista, será suficiente que ele aprenda algo *sobre* psicanálise e que aprenda algo *a partir da* psicanálise. Afinal de contas, a formação universitária não equipa o estudante de medicina para ser um hábil cirurgião; e ninguém que escolha a cirurgia como profissão pode evitar uma formação adicional, sob a forma de vários anos de trabalho no departamento cirúrgico de um hospital.

UMA CRIANÇA É ESPANCADA - UMA CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA ORIGEM DAS PERVERSÕES SEXUAIS (1919)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

‘EIN KIND WIRD GESCHLAGEN’ BEITRAG ZUR KENNTNIS DER
ENTSTEHUNGSEXUELLER PER VERSIONEN

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1919 *Int. Z. Psychoanal.*, 5, 151-72. 1922 *S.K.S.N.*, 5, 195-228.

1924 *G.S.*, 5, 344-75. 1926 *Psychoanalyse der Neurosen*, 50-84. 1931 *Sexualtheorie und Traumlehre*, 124-55.

1947 *G.W.*, 12, 197-226.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

“‘ A Child is being Beaten’ A Contribution to the Study of the Origin of Sexual Perversions’

1920 *Int. J. Psycho-Anal.*, 1, 371-95. (Trad. de A. e J. Strachey.)

1924 *C.P.*, 2, 172-201. (Os mesmos tradutores.)

A presente tradução inglesa é versão corrigida da publicada em 1924. Numa carta a Ferenczi, datada de 24 de janeiro de 1919, Freud anunciava que estava escrevendo um artigo sobre o masoquismo. O artigo foi concluído e recebeu o presente título em meados de março de 1919, e foi publicado no verão do mesmo ano. A maior parte do artigo consiste em um inquérito clínico muito detalhado sobre um tipo particular de perversão. As descobertas de Freud elucidaram particularmente o problema do masoquismo, e, como está implícito no subtítulo, o artigo era também destinado a ampliar o nosso conhecimento sobre as perversões de um modo geral. Desse ponto de vista, pode ser considerado como um complemento ao primeiro dos *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade* (1905*d*). Além do mais, no entanto, o artigo inclui uma exposição, à qual Freud atribuiu considerável importância, dos motivos que colocam em ação a repressão, com especial referência às duas teorias sobre o tema, propostas respectivamente por Fliess e por Adler (ver em [1] e [2]). O *mecanismo* da repressão é exaustivamente discutido em dois artigos metapsicológicos de Freud - em 'Repressão' (1915*d*) e na Seção IV de 'O Inconsciente' (1915*e*); mas a questão dos *motivos* que conduzem à repressão, embora seja tocada na última parte da análise do 'Homem dos Lobos' (1918*b*), pág. 116 e seg., deste volume, em nenhum outro trabalho é mais plenamente examinada do que no presente artigo. Certamente era um problema que havia interessado a Freud e o havia deixado perplexo desde os primeiros tempos, e existem muitas referências a ele na correspondência com Fliess (1950*a*). Já bem no fim da vida Freud voltou uma vez mais a esse problema, na última parte da sua 'Análise Terminável e Interminável' (1937*c*), onde novamente discutia as teorias de Fliess e de Adler.

UMA CRIANÇA É ESPANCADA - UMA CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA ORIGEM DAS PERVERSÕES SEXUAIS

É surpreendente a freqüência com que as pessoas que procuram um tratamento analítico para a histeria ou uma neurose obsessiva, confessam haver-se abandonado à fantasia: ‘Uma criança é espancada.’ É muito provável que haja exemplos ainda mais freqüentes em um número muito maior de pessoas que não foram obrigadas a procurar análise por causa de uma doença manifesta.

A fantasia tem sentimentos de prazer relacionados com ela e, por causa deles, o paciente reproduziu-a em inumeráveis ocasiões, no passado, ou pode até mesmo ainda continuar a fazê-lo. No clímax da situação imaginária, há quase invariavelmente uma satisfação masturbatória - realizada, em outras palavras, nos órgãos genitais. De início, isso acontece voluntariamente, mas depois ocorre contra a vontade do paciente e com as características de uma obsessão.

É somente com hesitação que essa fantasia é confessada. O seu primeiro aparecimento é recordado com incerteza. O tratamento analítico do problema encontra inequívoca resistência. A vergonha e o sentimento de culpa são talvez mais intensamente provocados em relação a essa fantasia, do que quando são feitos relatos semelhantes de lembranças do início da vida sexual.

Eventualmente torna-se possível estabelecer que as primeiras fantasias dessa natureza foram nutridas muito cedo: certamente antes da idade escolar e jamais depois do quinto ou do sexto ano de vida. Quando a criança estava na escola e via outras crianças sendo espancadas pelo professor, essa experiência, se as fantasias estavam então dormentes, despertava-se de novo, ou, se ainda estavam presentes, reforçava-as e modificava-lhes perceptivelmente o conteúdo. A partir dessa ocasião, era ‘um número indefinido’ de crianças que estavam sendo espancadas. A influência da escola era tão clara que os pacientes em questão ficaram inicialmente tentados a atribuir as suas fantasias de espancamento exclusivamente a essas impressões da vida escolar, que tinham data posterior à do sexto ano de idade. Mas nunca lhes foi possível manter essa posição; as fantasias já existiam antes disso.

Embora nas séries mais adiantadas da escola não mais se batesse nas crianças, a influência dessas ocasiões era substituída, e mais do que substituída, pelos efeitos da leitura, e a importância destes em breve seria sentida. No milieu dos meus pacientes, eram quase sempre os mesmos livros cujo conteúdo dava um novo estímulo às fantasias de espancamento: aqueles acessíveis aos jovens, tais como os que eram conhecidos como ‘*Bibliothèque rose*’, *A Cabana do Pai Tomás* etc. A criança começava a competir com essas obras de ficção, produzindo as suas próprias fantasias e construindo uma riqueza de situações e instituições, nas quais as crianças eram espancadas, ou eram punidas e

disciplinadas de qualquer outra forma, por suas traquinagens e seu mau comportamento.

Essa fantasia - ‘uma criança é espancada’ - era invariavelmente catexizada com um alto grau de prazer e tinha a sua descarga num ato de agradável satisfação auto-erótica. Poder-se-ia esperar, portanto, que a visão de outra criança sendo espancada na escola fosse também uma fonte de prazer semelhante. Na realidade, porém, isto jamais acontecia. A experiência das cenas reais de espancamento na escola produzia na criança que as testemunhava um sentimento peculiarmente excitado, que era provavelmente de caráter misto e no qual a repugnância tinha larga parcela. Em alguns poucos casos, a experiência real das cenas de espancamento era sentida como algo intolerável. Ademais, era sempre uma condição das fantasias mais sofisticadas, dos anos posteriores, que o castigo não causasse à criança qualquer dano mais sério.

A questão estava em conexão com saber que relação poderia haver entre a importância das fantasias de espancamento e o papel que esse castigo corporal de verdade poderia fazer desempenhado na educação das crianças em casa. Foi impossível, por causa da parcialidade do material, confirmar a primeira suspeita de que a relação era inversa. Os indivíduos dos quais foram obtidos os dados para as análises haviam sido muito raramente espancados na infância, ou não haviam sido, em todo caso, educados com ajuda da vara. Naturalmente, contudo, cada uma daquelas crianças estava destinada a tomar conhecimento, mais cedo ou mais tarde, da força física superior dos pais ou educadores; o fato de que, em todo quarto de brinquedos ou jardim de infância, as próprias crianças chegam por vezes às vias de fato, não exige destaque especial.

No que diz respeito às fantasias simples e primitivas que não podiam, obviamente, ser atribuídas à influência das impressões escolares ou de cenas tiradas de livros, seria necessário maior informação. Quem era a criança que estava sendo espancada? A que estava criando a fantasia, ou uma outra? Era sempre a mesma criança, ou às vezes era uma diferente? Quem estava batendo na criança? Uma pessoa adulta? Se era, quem? Ou a criança imaginava-se a si mesma batendo em outra? Nada do que foi apurado pôde esclarecer todas essas perguntas; apenas a resposta hesitante: ‘Nada mais sei sobre isto: estão espancando uma criança.’

As perguntas quanto ao sexo da criança que estava sendo espancada tiveram mais êxito, mas, ainda assim, nenhuma trouxe o esclarecimento. Às vezes a resposta era: ‘Sempre rapazes’, ou ‘Apenas meninas’; com mais freqüência era: ‘Não sei’, ou ‘Não importa’. No entanto, jamais foi constatado o ponto a que as perguntas se dirigiam, a descoberta de alguma relação constante entre o sexo da criança que cria a fantasia e o da criança que está sendo espancada. De vez em quando, surgia outro detalhe característico do conteúdo da fantasia: ‘Uma criança está sendo espancada, estão-lhe batendo no traseiro nu.’

Nessas circunstâncias era impossível, de início, até mesmo decidir se o prazer

relacionado à fantasia de espancamento deveria ser descrito como sádico ou como masoquista.

II

Uma fantasia dessa natureza, nascida, talvez, de causas acidentais na primitiva infância, e retida com o propósito de satisfação auto-erótica, só pode, à luz do nosso conhecimento atual, ser considerada como um traço primário de perversão. Um dos componentes da função sexual desenvolveu-se, ao que parece, à frente do resto, tornou-se prematuramente independente, sofreu uma fixação, sendo por isso afastadas dos processos posteriores de desenvolvimento, e, dessa forma, dá evidência de uma constituição peculiar e anormal no indivíduo. Sabemos que uma perversão infantil desse tipo não persiste necessariamente por toda a vida; mais tarde pode ser submetida à repressão, substituída por uma formação reativa ou transformada por meio da sublimação. (É possível que a sublimação nasça de algum processo especial que seria detido pela repressão.) Se esses processos, contudo, não ocorrem, a perversão persiste até a maturidade; e sempre que encontramos uma aberração sexual em adultos - perversão, fetichismo, inversão - temos motivos para esperar que a investigação anamnésica revele um evento como o que sugeri, que conduza a uma fixação na infância. De fato, muito antes da era da psicanálise, observadores como Binet conseguiram atribuir as estranhas aberrações sexuais da maturidade a impressões similares, e precisamente ao mesmo período da infância, ou seja, o quinto ou o sexto ano de vida. Nesse ponto, porém a investigação defrontava-se com as limitações do nosso conhecimento; pois as impressões que provocavam a fixação não tinham qualquer força traumática. Eram, na sua maioria, corriqueiras e não excitantes para outras pessoas. Era impossível dizer por que o impulso sexual se submetera particularmente a uma fixação nessas impressões. Era possível, no entanto, procurar o seu significado no fato de que ofereciam uma ocasião para fixação (embora acidental) exatamente ao componente que se desenvolvera prematuramente e estava pronto para se colocar em primeiro plano. Em todo caso, tínhamos de estar preparados para chegar a um fim provisório, num ponto ou noutro, ao traçar a seqüência da conexão causal; e a constituição congênita parecia corresponder exatamente ao que se exigia para uma parada dessa natureza.

Se o componente sexual que se soltou prematuramente é o sádico, podemos esperar, com base no conhecimento derivado de outras fontes, que a sua subsequente repressão resultará numa inclinação para a neurose obsessiva. Não se pode dizer que essa expectativa fosse contrariada pelos resultados da pesquisa. O presente artigo baseia-se no estudo exaustivo de seis casos (quatro femininos e dois masculinos). Destes, dois eram casos de neurose

obsessiva; um extremamente grave e inqualificável; o outro, de severidade moderada e bastante acessível à influência. Havia um terceiro caso que, de qualquer maneira, exibia claramente traços individuais marcados de neurose obsessiva. O quarto caso, temos que admitir, era de franca histeria, com dores e inibições; e o quinto paciente, que chegou à análise simplesmente por causa de indecisão na vida, não teria absolutamente sido classificado pelo diagnóstico clínico comum, ou teria sido rejeitado como ‘psicastênico’. Não há necessidade de sentir desapontamento quanto às estatísticas. Em primeiro lugar, sabemos que nem toda tendência se desenvolve necessariamente para um distúrbio; em segundo lugar, devemos-nos contentar em explicar os fatos que estão diante de nós, e devíamos, via de regra, evitar a tarefa de esclarecer algo que *não* ocorreu.

A presente etapa do nosso conhecimento permitir-nos-ia abrir caminho, por enquanto, e não mais além, no sentido da compreensão das fantasias de espancamento. Na mente do médico analítico, é verdade, resta uma apreensiva suspeita de que isso não é uma solução final do problema. Ele é obrigado a admitir para si próprio que, em grande medida, essas fantasias subsistem à parte do resto do conteúdo de uma neurose e não encontram lugar adequado na sua estrutura. Mas impressões dessa espécie, conforme sei por experiência própria, são apenas postas de lado muito prontamente.

III

Rigorosamente considerado - e por que não deveria essa questão ser considerada com todo o rigor? -, o trabalho analítico só merece ser reconhecido como psicanálise quando consegue remover a amnésia que oculta do adulto o seu conhecimento da infância desde o início (isto é, desde um período aproximadamente entre o segundo e o quinto ano de vida). Entre os analistas, isto não pode ser dito com muita ênfase ou repetido com muita freqüência. Os motivos para desconsiderar este lembrete são, na verdade, compreensíveis. Seria desejável obter resultados práticos num período mais curto e com menos problemas. Na época atual, porém, o conhecimento teórico é ainda muito mais importante para todos nós do que o êxito terapêutico, e quem quer que negligencie a análise infantil está fadado a cair nos mais desastrosos erros. A ênfase que é dada aqui à importância das primeiras experiências não implica em subestimar a influência das experiências posteriores. As impressões posteriores da vida, contudo, falam alto o bastante através da boca do paciente, ao passo que é o médico que tem que elevar a voz em favor das reivindicações da infância.

É na infância, entre os dois e os quatro ou cinco anos de idade, que os fatores libidinais

congenitos são despertados pela primeira vez pelas experiências reais e se ligam a determinados complexos. As fantasias de espancamentos que agora estamos considerando, só se mostram mais para o final desse período, ou após o seu término. Assim, pode muito bem ser que tenham um histórico anterior, que atravessem um processo de desenvolvimento, que representam um resíduo e não uma manifestação inicial.

Essa suspeita é confirmada pela análise. A aplicação sistemática da análise demonstra que as fantasias de espancamento têm um desenvolvimento histórico que não é, de modo algum, simples, e no decorrer do qual são mais de uma vez modificadas em muitos aspectos - no que diz respeito à relação com o autor da fantasia, e quanto ao seu objeto, conteúdo e significado.

Com a finalidade de tornar mais fácil seguir essas transformações nas fantasias de espancamento, devo arriscar-me agora a restringir as minhas descrições a casos femininos, os quais, sendo quatro contra dois, constituem de qualquer modo a maior parte do meu material. Ademais, as fantasias de espancamento nos homens estão ligadas a outra questão, que deixarei de lado neste artigo. Na minha descrição, terei o cuidado de evitar ser mais esquemático do que o inevitável na apresentação de um caso comum. Se então, numa observação posterior, vier à tona uma maior complexidade de circunstâncias, estarei certo, não obstante, de termos diante de nós uma ocorrência típica e que, de mais a mais, não é de natureza incomum.

A primeira fase das fantasias de espancamento nas meninas deve pertencer, portanto, a um período muito primitivo da infância. Alguns aspectos permanecem curiosamente indefinidos, como se fossem uma questão de indiferença. A escassa informação fornecida pelas pacientes na sua primeira afirmação, ‘uma criança é espancada’, parece justificar-se em relação a essa fase. Um outro dos seus aspectos, porém, pode ser estabelecido com segurança, e no mesmo sentido, em todos os casos. A criança em que estão batendo não é jamais a que cria a fantasia, mas, invariavelmente, outra criança, com mais freqüência um irmão ou uma irmã, se existem. De vez que essa outra criança pode ser um menino ou uma menina, não há relação constante entre o sexo da criança que cria a fantasia e o daquela que está sendo espancada. A fantasia, então, não é certamente masoquista. Seria tentador chamá-la sádica, mas não se pode esquecer o fato de que a criança que cria a fantasia não é a que bate. A identidade real da pessoa que bate permanece obscura, inicialmente. Só se pode estabelecer o seguinte: não é uma criança, mas um adulto. Mais tarde, esse adulto indeterminado torna-se clara e inequivocamente reconhecível como o *pai* (da menina).

Essa primeira fase da fantasia de espancamento é, portanto, inteiramente representada pela frase ‘*O meu pai está batendo na criança*’. Estarei denunciando uma grande parte do que será exposto depois, quando, em lugar disso, disser: ‘O meu pai está batendo na criança *que eu odeio*’. Pode-se, ademais, hesitar em dizer se as características de ‘fantasia’ podem ainda

assim ser atribuídas a esse primeiro passo no sentido de uma posterior fantasia de espancamento. É, talvez, antes uma questão de recordações de eventos que foram testemunhados, ou de desejos que despertam em várias ocasiões. Essas dúvidas, porém, não são importantes.

Entre essa fase e a seguinte, ocorrem profundas transformações. É certo que a pessoa que bate continua a ser a mesma (isto é, o pai); mas a criança em que está batendo transformou-se em outra e torna-se, invariavelmente, aquela que produz a fantasia. A fantasia é acompanhada por um alto grau de prazer e adquire, então, um conteúdo significativo, a cuja origem nos dedicaremos depois. Agora, portanto, as palavras seriam: *‘Estou sendo espancada pelo meu pai.’* O que é de um caráter inequivocamente masoquista.

Essa segunda fase é a mais importante e a mais significativa de todas. Pode-se dizer, porém, que, num certo sentido, jamais teve existência real. Nunca é lembrada, jamais conseguiu tornar-se consciente. É uma construção da análise, mas nem por isso é menos uma necessidade.

A terceira fase assemelha-se uma vez mais à primeira. Tem as palavras que se nos tornaram familiares por meio da afirmação do paciente. A pessoa que bate nunca é o pai, mas sim, ou é deixada indeterminada tal como na primeira fase, ou se transforma, de maneira característica, num substituto do pai, tal como um professor. A figura da criança que cria a fantasia não mais aparece nesta. Em resposta às prementes perguntas, as pacientes declaram apenas: *‘Provavelmente estou olhando.’* Em vez de uma criança sendo espancada, há agora, via de regra, várias crianças presentes. Com maior frequência são meninos que estão sendo espancados (nas fantasias de meninas), mas nenhum deles é pessoalmente conhecido pela pessoa. A situação do espancamento, que originalmente era simples e monótona, pode passar por alterações e elaborações as mais complicadas; castigos e humilhações de outra natureza podem substituir o próprio espancamento. A característica essencial que distingue mesmo as mais simples fantasias dessa fase daquelas da primeira, e que estabelece a ligação com a fase intermediária, é, contudo, a seguinte: a fantasia liga-se agora a uma forte e inequívoca excitação sexual, proporcionando, assim, um meio para a satisfação masturbadora. É precisamente isto, porém, que é desconcertante. Por que caminho a fantasia de meninos estranhos e desconhecidos sendo espancados (uma fantasia que, nessa altura, tornou-se sádica) impôs-se à posse permanente das tendências libidinais da menina?

Não podemos ocultar de nós mesmos o fato de que as inter-relações e a seqüência das três fases da fantasia de espancamento, bem como todas as suas outras peculiaridades, permaneceram até aqui bastante ininteligíveis.

Se a análise é levada até o período primitivo ao qual se referem as fantasias de espancamento e do qual são recordadas, ela nos mostra a criança envolvida nas agitações do seu complexo parental.

As afeições de menina estão fixadas no pai, que provavelmente fez tudo o que podia para conquistar o seu amor e, dessa maneira, propagou as sementes de uma atitude de rancor e rivalidade da menina em relação à sua mãe. Essa atitude existe lado a lado com uma corrente de dependência afetiva da mãe e, à medida em que os anos passam, pode atingir a consciência cada vez mais clara e forçosamente, ou dar ímpeto a uma reação excessiva de dedicação à mãe. Não é, porém, com a relação entre a menina e mãe que a fantasia de espancamento está ligada. Há outras crianças à volta, apenas alguns anos mais velhas ou mais novas, de quem não gosta por toda espécie de motivos, mas principalmente porque o amor dos pais tem de ser compartilhado com elas, que, ademais, por essa razão, são repelidas com toda a energia selvagem característica da vida emocional nessa idade. Se a criança em questão é uma irmã ou irmão mais novo (como em três dos meus quatro casos), é desprezada e odiada; ainda assim atrai para si a parcela de afeição que os cegos pais estão sempre prontos a dar ao caçula, e isto é um espetáculo cuja visão não pode ser evitada. Depressa se aprende que ser espancado, mesmo que não doa muito, significa uma privação de amor e uma humilhação. E muitas crianças, que se acreditavam seguramente entronadas na inabalável afeição dos pais, foram de um só golpe derrubadas de todos os céus da sua onipotência imaginária. A idéia de o pai batendo nessa odiosa criança é, portanto, agradável, independente de ter sido realmente visto agindo assim. Significa: ‘O meu pai não ama essa criança, *ama apenas a mim.*’

É este, então, o conteúdo e o significado da fantasia de espancamento na sua primeira fase. A fantasia obviamente gratifica o ciúme da criança e depende do lado erótico da sua vida: mas é, também, poderosamente reforçada pelos interesses egoístas da criança. Resta, portanto, a dúvida quanto a saber se a fantasia pode ser descrita como puramente ‘sexual’, ou se podemos arriscar-nos a chamá-la de ‘sádica’.

Como é sabido, todos os sinais sobre os quais nos acostumamos a basear as nossas distinções, tendem a perder a clareza à medida em que nos aproximamos da fonte. Assim, talvez possamos dizer, em termos que recordam a profecia feita pelas Três Feiticeiras a Banquo: ‘Não claramente sexual, nem sádica, em si, mas ainda assim a natureza da qual ambos os impulsos surgirão depois.’ Em todo caso, contudo, não há motivos para suspeitar de que nessa primeira fase a fantasia já esteja a serviço de uma excitação que envolve os genitais e encontra saída por meio de um ato masturbatório.

É claro que a vida sexual da criança atingiu o estágio de organização genital, agora que o seu amor incestuoso conseguiu essa prematura escolha de objeto. Isto pode ser demonstrado mais facilmente no caso de meninos; é, contudo, também indiscutível no caso de meninas. Algo como uma premonição do que são, depois, os objetivos sexuais normais e finais, governa as tendências libidinais da criança. Podemos-nos perguntar, com razão, por que tem de ser assim; porém, podemos considerá-lo prova do fato de que os genitais já começaram a desempenhar o seu papel no processo de excitação. Nos meninos, o desejo de procriar um filho, com a mãe, jamais está ausente; nas meninas, o desejo de obter uma criança do pai é igualmente constante; e isto, apesar de serem inteiramente incapazes de formar qualquer idéia clara da maneira de realizarem esses desejos. A criança parece estar convencida de que os genitais têm algo a ver com o assunto, muito embora, em suas constantes cogitações, possa procurar pela essência da presumida intimidade entre os pais em relações de outra espécie, tais como no fato de dormirem juntos, de urinarem na presença um do outro etc.; e o material desse último tipo pode ser mais facilmente apreendido em imagens verbais, do que o mistério que está relacionado com os genitais.

Mas chega a época em que esse florescimento prematuro é estragado pela geada. Nenhum desses amores incestuosos pode evitar o destino da repressão. Podem sucumbir à ela por ocasião da descoberta de algum evento externo que leva à desilusão - tal como o desprezo inesperado, o indesejado nascimento de um novo irmão ou irmã (que é sentido como uma infidelidade) etc.; ou pode acontecer a mesma coisa devido a condições internas alheias a tais eventos, talvez simplesmente porque o anseio permaneceu por muito tempo insatisfeito. É inquestionavelmente certo que tais eventos não são as causas *efetivas*, mas sim, que esses casos de amor estão destinados a fracassar, mais cedo ou mais tarde, embora não possamos dizer qual o obstáculo específico. O mais provável é que eles passem, porque o seu período acabou, porque as crianças ingressaram numa nova fase de desenvolvimento, na qual são compelidas a recapitular, a partir da história da humanidade, a repressão de uma escolha objetual incestuosa, tal como, numa etapa anterior, foram obrigadas a efetuar uma escolha objetual dessa mesma natureza. Na nova fase, nenhum produto mental dos impulsos de amor incestuosos que esteja inconscientemente presente é assumido pela consciência; e nada que já tenha alcançado a consciência é dela expulso. Ao mesmo tempo em que ocorre esse processo de repressão, surge um sentimento de culpa. Este é também de origem desconhecida, mas não há dúvida de que, por qualquer que seja, está ligada aos desejos incestuosos e justificada pela persistência desses desejos no inconsciente.

A fantasia do período de amor incestuoso havia dito: ‘Ele (o meu pai) só ama a mim, e não à outra criança, pois está batendo nela.’ O sentimento de culpa não pode descobrir um castigo mais severo do que a inversão desse triunfo: ‘Não, ele não ama você, pois está batendo em você.’ Desse modo, a fantasia da segunda fase, a de ser espancada pelo pai, é uma expressão direta do sentimento de culpa da menina, ao qual o seu amor pelo pai sucumbiu agora. A fantasia, portanto, tornou-se masoquista. Até onde sei, é sempre assim; um sentimento de culpa é invariavelmente o fator que converte o sadismo em masoquismo.

Certamente, porém, não é este o conteúdo total do masoquismo. O sentimento de culpa não pode ter conquistado o campo sozinho; uma parcela deve ser atribuída ao impulso de amor. Devemo-nos lembrar de que estamos lidando com crianças cujo componente sádico conseguiu, por motivos constitucionais, desenvolver-se prematura e isoladamente. É preciso não abandonar esse ponto de vista. São exatamente essas crianças que acham particularmente fácil voltar à organização pré-genital, anal-sádica, da vida sexual. Se a organização genital, que mal conseguiu firmar-se, defronta-se com repressão, a consequência não é apenas a de que toda representação psíquica do amor incestuoso se torna inconsciente, ou permanece inconsciente, mas existem também outro resultado: um rebaixamento regressivo da própria organização genital para um nível mais baixo. ‘O meu pai me ama’ queria expressar um sentido genital; devido à regressão, converte-se em ‘O meu pai está me batendo (estou sendo espancado pelo meu pai)’. Esse ser espancado é agora uma convergência do sentimento de culpa e do amor sexual. *Não é apenas o castigo pela relação genital proibida, mas também o substituto regressivo daquela relação*, e dessa última fonte deriva a excitação libidinal que se liga à fantasia a partir de então, e que encontra escoamento em atos masturbatórios. Aqui temos, pela primeira vez, a essência do masoquismo.

Essa segunda fase - a fantasia da criança de ser espancada pelo pai - permanece, via de regra, inconsciente, provavelmente em consequência da intensidade da repressão. Não posso explicar, não obstante, por que em um dos meus seis casos, o de um paciente masculino, era lembrada conscientemente. Esse homem preservara claramente na memória o fato de que costumava empregar a idéia de ser espancado pela mãe com a finalidade de masturbação, embora logo tenha substituído a própria mãe pelas mães dos colegas ou outras mulheres que, de alguma forma, se assemelhavam a ela. Não nos devemos esquecer de que, quando a fantasia incestuosa de um menino se converte na fantasia masoquista correspondente, ocorreu uma inversão a mais do que no caso de uma menina, ou seja, a substituição da atividade pela passividade; e esse grau adicional de distorção pode salvar a fantasia de ter que permanecer inconsciente, em consequência da repressão. Dessa maneira, o sentimento de culpa seria satisfeito pela regressão, em vez de o ser pela repressão. Nos casos femininos, o sentimento de culpa, em si talvez mais preciso, só podia ser apaziguado por uma combinação das duas.

Em dois dos meus quatro casos femininos, uma elaborada superestrutura de devaneios, que era de grande significado para a vida da pessoa em questão, desenvolvera-se sobre a fantasia masoquista de espancamento. A função dessa superestrutura era tornar possível um sentimento de excitação satisfeita, mesmo que houvesse abstenção do ato masturbatório. Em um desses casos, permitia-se que o conteúdo - ser espancado pelo pai - se arriscasse outra vez pela consciência, na medida em que o próprio ego do sujeito se tornasse irreconhecível por meio de um pobre disfarce. O herói dessas histórias era invariavelmente espancado (ou, depois, apenas punido, humilhado etc.) pelo seu pai.

Repito, no entanto, que a fantasia, via de regra, permanece inconsciente e só pode ser reconstruída no decorrer da análise. Esse fato talvez justifique os pacientes que dizem lembrar-se de que, para eles, a masturbação surgiu antes da terceira fase da fantasia de espancamento (o que será discutido adiante), e que essa fase era apenas uma adição posterior, feita talvez sob a impressão das cenas na escola. Toda vez que dei crédito a essas afirmações, senti-me inclinado a presumir que a masturbação estava, inicialmente, sob o domínio das fantasias inconscientes e que as conscientes só as substituíram depois.

Considero a fantasia de espancamento, na sua terceira fase, que é a mais familiar e é a sua forma final, um substituto desse tipo. Aqui a criança que cria a fantasia aparece quase como um espectador, ao passo que o pai persiste, sob a forma de um professor ou qualquer outra autoridade. A fantasia, que então se assemelha à da primeira fase, parece haver-se tornado, uma vez mais, sádica. É como que se na frase ‘O meu pai está batendo na criança, ele só ama a mim’, a ênfase tenha-se deslocado para a primeira parte, depois que a segunda sofreu repressão. Contudo, apenas a *forma* dessa fantasia é sádica; a satisfação que deriva assumiu a catexia libidinal da porção reprimida e, ao mesmo tempo, o sentimento de culpa que está ligado ao conteúdo daquela porção. Todas as crianças não especificadas, que estão sendo espancadas pelo professor, afinal de contas, nada mais são do que substitutos da própria criança.

Também pela primeira vez encontramos aqui algo como uma constância do sexo nas pessoas que desempenham um papel na fantasia. As crianças que estão sendo espancadas são quase invariavelmente meninos, tanto nas fantasias destes, quanto nas das meninas. Essa característica não deve ser naturalmente explicada por qualquer rivalidade entre os sexos, como se nas fantasias dos meninos devessem as meninas ser espancadas; e nada tem a ver com o sexo da criança que era odiada na primeira fase. No entanto, tal característica assinala uma complicação no caso de meninas. Quando elas se afastam do amor incestuoso pelo pai, com o seu significado genital, abandonam com facilidade o papel feminino. Põem em atividade o seu ‘complexo de masculinidade’ (Van Ophuijsen [1917]) e, a partir de então, querem apenas ser meninos. Por esse motivo, os bodes expiatórios que as representam são também meninos. Em ambos os casos de devaneio - um dos quais quase se elevou ao nível de uma obra de arte - os heróis eram sempre rapazes; na verdade as mulheres não costumavam, absolutamente, surgir nessas criações e só fizeram a primeira aparição depois de muitos anos, e, ainda assim, em papéis de menor importância.

Espero haver exposto as minhas observações analíticas com detalhes suficientes, e gostaria apenas de acrescentar que os seis casos que mencionei com tanta freqüência não esgotam o meu material. Como outros analistas, tenho à minha disposição um número muito maior de casos que foram menos completamente pesquisados. Essas observações podem ser utilizadas em vários sentidos: para esclarecimento da gênese das perversões em geral e do masoquismo em particular, e para avaliar o papel desempenhado pela diferença de sexo na dinâmica da neurose.

O resultado mais óbvio de tal discussão é a sua aplicação à origem das perversões. O ponto de vista que trouxe para primeiro plano, a esse respeito, o reforço constitucional ou o crescimento prematuro de um único componente sexual, na verdade não está abalado: mas verifica-se que não abrange toda a verdade. A perversão não mais é um fato isolado na vida sexual da criança, mas encontra o seu lugar entre os processos típicos, para não dizer normais, de desenvolvimento que nos são familiares. É levada a uma relação com o objeto de amor incestuoso da criança, com o seu complexo de Édipo. Destaca-se, de início, na esfera desse complexo; e depois que o complexo sucumbiu, permanece, quase sempre por si, como herdeiro da carga de libido daquele complexo, oprimido pelo sentimento de culpa ligado a ele. A constituição sexual anormal, finalmente, mostrou a sua força impondo ao complexo de Édipo uma determinada direção e compelindo-o a deixar para trás um resíduo incomum.

Uma perversão na infância, como é sabido, pode tornar-se a base para a construção de uma perversão que tenha um sentido similar e que persista por toda a vida, uma perversão que consuma toda a vida sexual do sujeito. Por outro lado, a perversão pode ser interrompida e permanecer ao fundo de um desenvolvimento sexual normal, do qual, no entanto, continua a retirar uma determinada quantidade de energia. A primeira dessas alternativas já era conhecida antes da era da análise. Contudo, a investigação analítica de casos tão plenamente desenvolvidos praticamente cobre a lacuna entre as duas. Pois descobrimos muitas vezes que esses pervertidos também fazem uma tentativa para desenvolver uma atividade sexual normal, geralmente durante a puberdade; mas a tentativa não tinha força suficiente e foi abandonada diante dos obstáculos que inevitavelmente se levantam, após o que voltam à fixação infantil de uma vez por todas.

Naturalmente seria importante saber se a origem das perversões infantis a partir do complexo de Édipo pode ser afirmada como um princípio geral. Embora isto não possa ser resolvido sem mais investigações, não parece impossível. Quando nos lembramos das anamneses que foram obtidas em casos de perversão em adultos, não podemos deixar de notar que a impressão decisiva, a ‘primeira experiência’, de todos os pervertidos, fetichistas etc. dificilmente se refere a um período anterior ao sexto ano de vida. Nessa época, no entanto, o domínio do complexo de Édipo já cessou; a experiência que é recordada, e que foi efetiva de modo tão desconcertante, pode muito bem representar o legado daquele complexo. As ligações entre a experiência e o complexo, que por essa época está reprimido, estão

destinadas a permanecer obscuras na medida em que a análise não esclarece o período anterior à primeira impressão 'patogênica'. De modo que se pode imaginar como é pequeno o valor que se deve atribuir, por exemplo, a uma afirmação de que um caso de homossexualismo é congênito, quando o motivo dado para se acreditar que o seja é que, desde os seis ou os oito anos, a pessoa em questão só sentiu inclinações para o seu próprio sexo.

Se, no entanto, a derivação das perversões a partir do complexo de Édipo pode ser estabelecida de modo geral, a nossa estimativa quanto à sua importância terá adquirido força adicional. Porque, na nossa opinião, o complexo de Édipo é o verdadeiro núcleo das neuroses e a sexualidade infantil que culmina nesse complexo é que determina realmente as neuroses. O que resta do complexo no inconsciente representa a inclinação para o posterior desenvolvimento de neuroses no adulto. Dessa forma, a fantasia de espancamento e outras fixações perversas análogas também seriam apenas resíduos do complexo de Édipo, cicatrizes, por assim dizer, deixadas pelo processo que terminou, tal como o notório 'sentimento de inferioridade' corresponde a uma cicatriz narcísica do mesmo tipo. Ao assumir esse ponto de vista do assunto, devo dizer que concordo sem reservas com Marcinowski (1918), que recentemente o expôs de modo mais feliz. Como é sabido, esse delírio neurótico de inferioridade é apenas parcial e inteiramente compatível com a existência de uma superautovalorização derivada de outras fontes. A origem do próprio complexo de Édipo e do destino que compele o homem, provavelmente sozinho entre todos os animais, a iniciar duas vezes a sua vida sexual, primeiro, como todas as criaturas, na primitiva infância, e depois, após uma longa interrupção, uma vez mais na puberdade - todos os problemas ligados à 'herança arcaica' do homem -, já foram por mim debatidos em outra parte, e não tenho intenção de adentrar-me neles, neste artigo.

A nossa exposição da fantasia de espancamento pouco esclareceu a gênese do masoquismo. Para começar, parece haver confirmação do ponto de vista de que o masoquismo não é a manifestação de um instinto primário, mas se origina do sadismo que foi voltado contra o eu (*self*) - ou seja, por meio de regressão de um objeto para o ego. Pode-se ter como certo que os instintos com propósito passivo existem, particularmente entre as mulheres. A passividade, contudo, não é a totalidade do masoquismo. A característica do desprazer também pertence a ele - um desconcertante acompanhamento para a satisfação de um instinto. A transformação do sadismo em masoquismo parece dever-ser à influência do sentimento de culpa que participa do ato de repressão. Assim, a repressão opera, aqui, de três modos: torna inconscientes as conseqüências da organização genital, obriga essa organização a regredir ao anterior estágio sádico-anal e transforma o sadismo desse estágio em masoquismo, que é passivo e novamente, num certo sentido, narcísico. O segundo desses três efeitos torna-se possível pela fraqueza da organização genital, que deve ser pressuposta em tais casos. O terceiro torna-se necessário porque o sentimento de culpa faz tantas objeções ao sadismo, como à escolha objetual incestuosa, genitalmente concebida. Mais uma vez, a análise não nos fornece a origem no próprio sentimento de culpa. Parece ser trazido

pela nova fase em que a criança ingressa e, se persiste depois, parece corresponder a uma formação semelhante a uma cicatriz, como a do sentimento de inferioridade. De acordo com a nossa orientação atual na estrutura do ego, que ainda é incerta, devíamos atribuí-lo à instância mental que se instala como uma consciência crítica sobre o resto do ego, que produz o fenômeno funcional de Silberer [1910] nos sonhos e que se desprende do ego nos delírios de observação.

Também podemos notar, de passagem, que a análise da perversão infantil tratada aqui é igualmente de grande ajuda na solução de um velho enigma - enigma que, na verdade, sempre perturbou aqueles que não aceitaram a psicanálise mais do que aceitaram os próprios analistas. Isto, ainda que, recentemente, até mesmo Bleuler [1913. Cf. Edição *Standard* Brasileira, Vol. VII, pág. 185 n., IMAGO Editora, 1972] tenha considerado importante e inexplicável o fato de que os neuróticos fazem da masturbação o ponto central do seu sentimento de culpa. Há muito presumimos que esse sentimento de culpa se relaciona com a masturbação da primitiva infância, e não com a da puberdade; e que, no essencial, deve-se ligá-lo não com o ato da masturbação, mas sim com a fantasia que, embora inconsciente, está na sua raiz - ou seja, com o complexo de Édipo.

No que diz respeito à terceira fase da fantasia de espancamento, aparentemente sádica, já expus [ver em [1]] o significado que ela adquire como veículo da excitação que impele à masturbação; e demonstrei como desperta atividades da imaginação que, por um lado, prosseguem a fantasia ao longo da mesma linha, e, por outro, a neutralizam através da compensação. Não obstante, a segunda fase, a fase inconsciente e masoquista, é incomparavelmente a mais importante. Não apenas porque continua a operar através da instância da fase que toma o seu lugar; podemos também detectar efeitos sobre o caráter, derivados diretamente da sua forma inconsciente. Pessoas que abrigam fantasias dessa espécie, desenvolvem uma sensibilidade e uma irritabilidade especial contra quem quer que possam incluir na categoria de 'pai'. São facilmente ofendidas por uma pessoa assim e, desse modo (para sua própria tristeza), efetuam a realização da situação imaginada de serem espancadas pelo pai. Não me surpreenderia se algum dia fosse possível provar que a mesma fantasia é a base do delirante espírito litigioso da paranóia.

VI

Teria sido impossível dar uma visão clara das fantasias infantis de espancamento, se não me houvesse limitado, exceto em uma ou duas relações, à situação feminina. Recapitularei

rapidamente as minhas conclusões. A fantasia de espancamento da menina passa por três fases, das quais a primeira e a terceira são lembradas conscientemente, ao passo que a do meio permanece inconsciente. As duas fases conscientes parecem ser sádicas, enquanto a segunda, a inconsciente, é indubitavelmente de natureza masoquista; seu conteúdo consiste em ser a criança espancada pelo pai, e faz-se acompanhar de uma carga libidinal e de um sentimento de culpa. Na primeira e na terceira fantasia, a criança em que estão batendo é sempre alguém que não seja aquela que a imagina; na fase intermediária, é sempre a própria criança; na terceira fase, são quase sempre meninos que estão sendo espancados. A pessoa que bate é, a partir da primeira, o pai, substituído depois por alguém escolhido na categoria paternal. A fantasia inconsciente da fase média tinha primariamente um significado genital e evoluiu, por meio da repressão e da regressão, de um desejo incestuoso de ser amada pelo pai. Um outro fato, ainda que pareça não ter ligação mais estreita com o resto, é que entre a segunda e a terceira fase as meninas mudam de sexo, pois nas fantasias da última fase transformam-se em meninos.

Não consegui progredir tanto no meu conhecimento das fantasias de espancamento nos meninos, talvez porque o meu material não era favorável. Esperava, naturalmente, encontrar uma analogia completa entre a situação no caso dos meninos e no das meninas, em que a mãe toma o lugar do pai na fantasia. Essa expectativa parecia confirmar-se, pois o conteúdo da fantasia masculina que seria tomado como correspondente era, na verdade, o de ser espancado pela mãe (ou, mais tarde, por uma substituta dela). Entretanto, essa fantasia, na qual o próprio eu (*self*) do menino era mantido como a pessoa que estava sendo espancada, diferia da segunda fase das meninas porque conseguia tornar-se consciente. Se, por causa disso, tentarmos, no entanto, traçar um paralelo entre ela e a *terceira* fase da fantasia feminina, encontraremos uma nova diferença, pois a figura do próprio menino não é substituída por um número de crianças desconhecidas e indeterminadas, menos ainda por uma série de meninas. Portanto, era enganosa a expectativa de haver um paralelo completo.

Os meus casos masculinos com uma fantasia infantil de espancamento eram apenas uns poucos pacientes que não exibiam qualquer outro dano grave nas atividades sexuais; incluíam também um grande número de pessoas que teriam que ser descritas como autênticos masoquistas, no sentido de serem pervertidos sexuais. Ou eram pessoas que obtinham satisfação sexual exclusivamente pela masturbação acompanhada de fantasias masoquistas; ou eram pessoas que haviam conseguido combinar o masoquismo com a sua atividade genital, de tal modo que, paralelamente às experiências masoquistas e sob condições semelhantes, conseguiram chegar à ereção e ejaculação, ou levar a cabo uma relação normal. Além desses, havia o caso mais raro em que um masoquista é perturbado nas suas atividades pervertidas pelo aparecimento de idéias obsessivas de intensidade insuportável. Entretanto, os pervertidos que conseguem obter satisfação raramente têm ocasião de procurar analista. No que diz respeito, porém, às três categorias de masoquistas que foram mencionadas, pode haver fortes motivos para induzi-los a ir a um analista. O masturbador masoquista descobre que é absolutamente impotente se, afinal, tenta manter relações com uma mulher; e o homem

que sempre efetuou a relação com o auxílio de uma idéia ou uma proeza masoquista, faz, de repente, a descoberta de que a aliança que era tão conveniente para ele não mais funciona, de que seus órgãos genitais deixaram de reagir ao estímulo masoquista. Estamos acostumados a prometer confiantemente a recuperação aos pacientes psiquicamente impotentes que nos procuram para tratamento; mas deveríamos ser mais precavidos ao fazer esse prognóstico, na medida em que a dinâmica do distúrbio nos é desconhecida. É uma surpresa desagradável se a análise revela que a causa da impotência ‘meramente psíquica’ é uma atitude tipicamente masoquista, talvez profundamente arraigada desde a infância.

No que concerne aos masoquistas do sexo masculino, no entanto, uma descoberta nos adverte para não mais seguirmos a analogia entre o caso destes e o das mulheres, mas para julgá-los independentemente. A razão é que emerge o fato de que, nas suas fantasias masoquistas, bem como nos artifícios que utilizam para a realização destas, eles invariavelmente se transferem para o papel de uma mulher; ou seja, a sua atitude masoquista coincide com uma atitude *feminina*. Isto pode ser facilmente demonstrado a partir de detalhes das fantasias; muitos pacientes, porém, estão, eles próprios, cômicos desse fato e dão-lhe expressão como convicção subjetiva. Não faz diferença se, num embelezamento fantasioso da cena masoquista, eles sustentam a ficção de que um menino malvado, ou um pajem, ou um aprendiz, vai ser castigado. Por outro lado, as pessoas que aplicam o castigo são sempre mulheres, nas fantasias como nos desempenhos. Isto é bastante confuso; e outra questão que deve ser colocada é saber se essa atitude feminina já forma a base do elemento masoquista na fantasia de espancamento *infantil*.

Deixemos, portanto, de lado as considerações sobre a situação em casos de masoquismo adulto, que é tão difícil de esclarecer, e voltemos à fantasia de espancamento infantil no sexo masculino. A análise dos primeiros anos da infância uma vez mais permite-nos fazer uma descoberta surpreendente nesse campo. A fantasia que tem por conteúdo o ser espancado pela mãe, que é consciente ou pode vir a ser consciente, não é uma fantasia primitiva. Possui um estágio precedente que é sempre inconsciente e tem por conteúdo o seguinte: ‘*Estou sendo espancado pelo meu pai.*’ Esse estágio preliminar corresponde então, na verdade, à segunda fase da fantasia na menina. A fantasia familiar e consciente, ‘*Estou sendo espancado pela minha mãe*’, toma o lugar da terceira fase da menina, em que, como já foi mencionado, rapazes desconhecidos estão sendo surrados. Não consegui demonstrar, entre os meninos, um estágio preliminar de natureza sádica que pudesse ser colocado ao lado da primeira fase da fantasia das meninas, mas não vou expressar uma descrença final na sua existência, pois vejo prontamente a possibilidade de deparar-me com tipos mais complicados.

Na fantasia masculina - como a chamarei sumariamente e, espero, sem qualquer risco de ser mal interpretado - o ser espancado também significa ser amado (num sentido genital), embora rebaixado a um nível inferior, por causa da regressão. De maneira que a forma

original da fantasia masculina inconsciente não era a que demos provisoriamente até aqui, ‘Estou sendo espancado pelo meu pai’, mas, antes, ‘*Sou amado pelo meu pai.*’ A fantasia foi transformada, por processos que nos são familiares, em fantasia consciente: ‘*Estou sendo espancado pela minha mãe.*’ A fantasia de espancamento do menino é, portanto, passiva desde o começo e deriva de uma atitude feminina em relação ao pai. Corresponde ao complexo de Édipo tal como a fantasia feminina (a da menina); apenas a relação paralela que esperávamos encontrar entre as duas, deve ser abandonada em favor de um caráter comum de outra natureza. *Em ambos os casos, a fantasia de espancamento tem sua origem numa ligação incestuosa com o pai.*

Ajudará a tornar as coisas mais claras se, nesse ponto, enumero as demais similaridades e diferenças entre as fantasias de espancamento em ambos os sexos. No caso da menina, a fantasia masoquista inconsciente parte da atitude edipiana normal; no caso do menino, parte da atitude invertida, na qual o pai é tomado como objeto de amor. No caso da menina, a fantasia tem um estágio preliminar (a primeira fase), no qual o espancamento não tem um significado especial e é feito sobre uma pessoa vista com rancor ciumento. Ambos esses aspectos estão ausentes no caso do menino, mas essa diferença particular é uma das que poderiam ser removidas por uma observação mais afortunada. Na sua transição para a fantasia consciente [a terceira fase], que toma o lugar da inconsciente, a menina mantém a figura do pai e, dessa forma, conserva inalterado o sexo da pessoa que está batendo; ela, porém, muda a figura e o sexo da pessoa que está sendo espancada, de modo que, por consequência, um homem está batendo em crianças do sexo masculino. O menino, pelo contrário, modifica a figura e o sexo da pessoa que bate, colocando a mãe no lugar do pai; mantém, contudo, a sua própria figura, disso resultando que a pessoa que está batendo e a que está apanhando são de sexos opostos. No caso da menina, o que era originalmente uma situação masoquista (passiva) transforma-se em situação sádica, por meio de repressão, e a sua qualidade sexual é quase apagada. No caso do menino, a situação permanece masoquista e mostra uma semelhança maior com a fantasia original, com seu significado genital, de vez que existe uma diferença de sexo entre a pessoa que bate e a pessoa espancada. O menino burla o seu homossexualismo ao reprimir e remodelar a fantasia inconsciente - e o que é notável acerca da sua posterior fantasia consciente é que esta tem como conteúdo uma atitude feminina sem uma escolha homossexual de objeto. Pelo mesmo processo, por outro lado, a menina escapa inteiramente às exigências do lado erótico da sua vida. Em fantasia ela transforma-se em homem, sem se tornar ativa à maneira masculina, e nada mais é do que o espectador de um acontecimento que toma o lugar de um ato sexual.

Estamos justificados ao presumir que nenhuma grande mudança é efetuada pela *regressão* da fantasia inconsciente original. O que quer que seja reprimido a partir da consciência, ou nela substituído por alguma outra coisa, permanece intacto e potencialmente operativo no inconsciente. O efeito da *regressão* a um estágio anterior da organização sexual é outra questão. No que diz respeito a esta, somos levados a acreditar que a situação se modifica

também no inconsciente. Assim, em ambos os sexos, a fantasia masoquista de ser espancado pelo pai, ainda que não a fantasia passiva de ser amado por ele, continua a viver no inconsciente depois que ocorreu a repressão. Existem, ademais, muitas indicações de que a repressão só atinge o seu objetivo de maneira muito incompleta. O menino, que tentou escapar de uma escolha homossexual de objeto, e que não mudou o seu sexo, sente-se, não obstante, como uma mulher nas suas fantasias conscientes e dota as mulheres, que o espancam, de atributos e características masculinas. A menina, que até mesmo renunciou ao seu sexo e que, de um modo geral, cumpriu um trabalho de repressão mais completo, ainda assim não se liberta do pai; não se arrisca a executar, ela própria, o espancamento; e, uma vez que se transformou em menino, são principalmente meninos que ela determina que sejam espancados.

Estou consciente de que as diferenças que descrevi entre os sexos, no que diz respeito à natureza da fantasia de espancamento, não foram suficientemente esclarecidas. Contudo, não tentarei deslindar essas complicações atribuindo a sua dependência a outros fatores, já que não considero exaustivo o material para observação. Pelo que abrange, no entanto, gostaria de utilizá-lo para testar duas teorias. Essas teorias opõem-se uma à outra, ainda que ambas tratem da relação entre a repressão e o caráter sexual, e ambas, cada uma de acordo com o seu ponto de vista, a representem como uma relação muito íntima. Posso dizer, de imediato, que sempre considere essas teorias incorretas e ilusórias.

A primeira dessas teorias é anônima. Foi trazida ao meu conhecimento, há alguns anos atrás, por um colega com quem, na época, eu mantinha boas relações. A teoria é, pela sua ousada simplicidade, tão atraente, que a única surpresa é que não se tenha imposto na literatura do assunto, exceto por umas poucas alusões esparsas. Baseia-se no fato da constituição bissexual dos seres humanos, e afirma que a força motivadora da repressão, em cada indivíduo, é uma luta entre os dois caracteres sexuais. O sexo dominante da pessoa, aquele que é mais intensamente desenvolvido, reprimiu no inconsciente a representação mental do sexo subordinado. Portanto, o núcleo do inconsciente (quer dizer, o reprimido) é, em cada ser humano, aquele lado dele que pertence ao sexo oposto. Uma teoria como esta só pode ter um significado inteligível se presumimos que o sexo de uma pessoa seria determinado pela formação dos genitais; pois, de outro modo, não haveria certeza de qual é o sexo mais forte da pessoa, e correríamos o risco de chegar, com os resultados da pesquisa ao próprio fato que tem que servir como ponto de partida. Para, resumir a teoria: nos homens, o que é inconsciente e reprimido pode ser reduzido a impulsos instintuais femininos; o que ocorre, de forma inversa, nas mulheres.

A segunda teoria é de origem mais recente. Está de acordo com a primeira, na medida em que também representa a luta entre os dois sexos como sendo a causa decisiva da repressão. Em outros aspectos, entra em conflito com a outra teoria; ademais, busca apoio mais em fontes sociológicas do que biológicas. De acordo com essa teoria do 'protesto masculino', formulada por Alfred Adler, todo indivíduo faz esforços para não permanecer na inferior

‘linha feminina [de desenvolvimento]’, e empenha-se no sentido da ‘linha masculina’, da qual a satisfação pode ser derivada. Adler torna o protesto masculino responsável por toda a formação tanto do caráter quanto das neuroses. Infelizmente, faz tão pouca distinção entre os dois processos, que certamente têm que ser mantidos separados, e dá tão pouco valor, de um modo geral, ao fato da repressão, que tentar aplicar à repressão a doutrina do protesto masculino é correr o risco de ser mal compreendido. Na minha opinião, tal tentativa só nos levaria a inferir que o protesto masculino, o desejo de romper com a linha feminina, seria em todos os casos a força motivadora da repressão. A função repressora, portanto, seria sempre um impulso instintual masculino, e o reprimido seria um impulso feminino. Os sintomas, porém, seriam também consequência de um impulso feminino, pois não podemos suprimir o aspecto característico dos sintomas - isto é, que são substitutos daquilo que foi reprimido, substitutos que se impuseram apesar da repressão.

Tomemos então essas duas teorias, as quais se pode dizer que têm em comum uma sexualização do processo de repressão, e testemo-las, aplicando-as ao exemplo das fantasias de espancamento que estivemos estudando. A fantasia original, ‘Estou sendo espancada pelo meu pai’, corresponde, no caso de menino, a uma atitude feminina, e é, portanto, expressão daquela parte da sua propensão que pertence ao sexo oposto. Se essa parte dele se submete à repressão, a primeira teoria parece mostrar-se correta, pois essa teoria estabelece como regra que aquilo que pertence ao sexo oposto é idêntico ao reprimido. Dificilmente corresponde às nossas expectativas, é verdade, quando descobrimos que a fantasia consciente, que nasce depois que a repressão foi cumprida, exhibe, ainda assim, a atitude feminina mais uma vez, embora desta feita dirigida para a mãe. Mas não entraremos em problemas tão duvidosos, quando toda a questão pode ser resolvida tão rapidamente. Não pode haver dúvidas de que a fantasia original no caso da menina, ‘Estou sendo espancada (isto é, sou amada) pelo meu pai’, representa uma atitude feminina e corresponde ao seu sexo manifesto e dominante; de acordo com a teoria, portanto, deveria escapar à repressão e não haveria necessidade de tornar-se inconsciente. Na verdade, porém, torna-se inconsciente, e é substituída por uma fantasia consciente que nega o caráter sexual manifesto da menina. A teoria é, portanto, inútil como explicação das fantasias de espancamento, e os fatos a contradizem. Poder-se-ia objetar que é precisamente em meninos pouco viris e em meninas pouco femininas que surgiram essas fantasias de espancamento e passaram por essas vicissitudes; ou que seria uma característica de feminilidade no menino, e de masculinidade, na menina, responsável pela criação de uma fantasia passiva, no menino, e pela sua repressão, na menina. Deveríamos estar propensos a concordar com esse ponto de vista, mas não seria menos impossível defender a suposta relação entre o caráter sexual manifesto e a escolha do que está destinado à repressão. Em último recurso, só podemos verificar que, tanto no homem como na mulher, encontram-se impulsos instintuais masculinos e femininos, e que cada um igualmente pode muito bem ser submetido à repressão e, assim, tornar-se inconsciente.

A teoria do protesto masculino parece manter muito melhor o seu fundamento ao ser

testada em relação às fantasias de espancamento. Tanto no caso de meninos como de meninas, a fantasia de espancamento corresponde a uma atitude feminina - isto é, uma atitude na qual o indivíduo se demora na 'linha feminina' - e ambos os sexos apressam-se em libertar-se dessa atitude, reprimindo a fantasia. Não obstante, parece que apenas na menina o protesto masculino está ligado a um êxito completo, e nesse caso, de fato, poder-se-ia encontrar um exemplo ideal da operação do protesto masculino. Com o menino, o resultado não é inteiramente satisfatório; a linha feminina não é abandonada, e o menino não é certamente 'bem-sucedido' na sua fantasia masoquista consciente. Concordaria, portanto, com as expectativas que nascem da teoria, se reconhecêssemos que essa fantasia era um sintoma que passara a existir pelo fracasso do protesto masculino. É naturalmente perturbador o fato de que a fantasia da menina, que deve a sua origem às forças da repressão, tenha também o valor e o significado de um sintoma. Nesse exemplo, onde o protesto masculino atingiu plenamente o seu objetivo, deve estar certamente ausente a condição que determina a formação de um sintoma.

Antes que sejamos levados, por essa dificuldade, a suspeitar de que toda a concepção do protesto masculino é inadequada ao problema das neuroses e das perversões, e de que sua aplicação a esses problemas é infrutífera, deixemos por um momento as fantasias de espancamento passivas e voltemos nossa atenção para outras manifestações instintuais da vida sexual infantil - manifestações que foram igualmente submetidas à repressão. Ninguém pode duvidar que existem também desejos e fantasias que mantêm a linha masculina a partir da sua própria natureza, e que são expressão de impulsos instintuais masculinos - tendências sádicas, por exemplo, ou os sentimentos lúbricos de um menino em relação à mãe, que se originam do complexo de Édipo normal. Não é menos certo que esses impulsos, também, são colhidos pela repressão. Se o protesto masculino deve ser tomado como algo que explica satisfatoriamente a repressão das fantasias passivas (que depois se tornam masoquistas), por essa mesma razão torna-se, então, totalmente inaplicável ao caso oposto, de fantasias ativas. Isto é, a doutrina do protesto masculino é completamente incompatível com o fato da repressão. A não ser que estejamos preparados para jogar fora tudo o que foi adquirido em psicologia desde o primeiro tratamento catártico de Breuer, não podemos esperar que o princípio do protesto masculino ganhe algum significado na elucidação das neuroses e das perversões.

A teoria da psicanálise (uma teoria fundamentada na observação) sustenta com firmeza o ponto de vista de que as forças motivadoras da repressão não devem ser sexualizadas. A herança arcaica do homem forma o núcleo da mente inconsciente; e qualquer que seja a parte daquela herança que tenha de ser deixada para trás no avanço para as fases posteriores de desenvolvimento, porque não serve ou é incompatível com o que é novo, e lhe é prejudicial, surge uma vítima do processo de repressão. Essa seleção é feita com mais êxito com um grupo de instintos do que com o outro. Em virtude de circunstâncias particulares que já foram freqüentemente assinaladas, o segundo grupo, o dos instintos sexuais, é capaz de derrotar as intenções de repressão e de forçar sua representação por formações substitutivas

de natureza perturbadora. Por esse motivo, a sexualidade infantil, que é mantida sob repressão, atua como a principal força motivadora na formação de sintomas; e a parte essencial do seu conteúdo, o complexo de Édipo, é o complexo nuclear das neuroses. Espero haver levantado, neste artigo, a expectativa de que as aberrações sexuais da infância, bem como as da maturidade, são ramificações do mesmo complexo. [Algumas outras anotações acerca da primeira fase da fantasia de espancamento em meninas podem ser encontradas em um artigo posterior de Freud sobre a distinção anatômica entre os sexos (1925j), Edição *Standard* Brasileira, Vol. XIX, págs. 315-16, IMAGO Editora, 1976.]

INTRODUÇÃO A A PSICANÁLISE E AS NEUROSES DE GUERRA (1919)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

INTRODUÇÃO A *ZUR PSYCHOANALYSE DER KRIEGSNEUROSEN*

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1919 Leipzig e Viena: Internationaler Psychoanalytischer Verlag. 3-7.

1928 *G.S.*, 11, 252-5.

1931 *Neurosenlehre und Technik*, 310-15.

1947 *G.W.*, 12, 321-4.

(b) TRADUÇÕES INGLÊSAS:

Introduction to *Psycho-Analysis and the War Neuroses* 1921 Londres, Viena e Nova Iorque: International Psycho-Analytical Press. 1-4.

1950 *C.P.*, 5, 83-7. (Trad. de J. Strachey.) (Sob o título 'Psycho-Analysis and War Neuroses'.)

Parece provável que a tradução inglesa publicada em 1921 tenha sido feita por Ernest Jones. A presente tradução inglesa é versão ligeiramente corrigida da publicada em 1950.

As atas do Quinto Congresso Psicanalítico Internacional, realizado em Budapest a 28 e 29 de setembro de 1918, no qual Freud leu a comunicação transcrita em [1] e segs., acima, incluíam também um simpósio sobre ‘A Psicanálise das Neuroses de Guerra’, que foi aberto com três artigos, lidos respectivamente por Sándor Ferenczi, Karl Abraham e Ernst Simmel. Esses três artigos, junto com outro de Ernst Jones sobre o mesmo tema, que havia sido lido em Londres diante da Royal Society of Medicine, a 9 de abril de 1918, foram publicados um ano mais tarde num pequeno volume, o primeiro a ser editado pela recém-fundada Internationaler Psychoanalytischer Verlag (ver adiante, em [1]). Nesse volume os artigos eram precedidos por esta breve introdução de Freud. Na tradução inglesa original, contudo em nenhuma das edições alemãs, esta introdução está datada da ‘Primavera de 1919’.

Freud voltou ao tema do tratamento das neuroses de guerra num *Memorandum* apresentado por ele a uma comissão estabelecida pelo Ministério da Guerra austríaco no ano seguinte (Freud 1955c [1920]). Esse texto foi impresso como apêndice a este artigo.

INTRODUÇÃO A A PSICANÁLISE E AS NEUROSES DE GUERRA

Este pequeno livro sobre as neuroses de guerra - volume que inaugura a nossa *Internationale psychoanalytische Bibliothek* - trata de um tema que até recentemente desfrutou a vantagem de ser dos mais atuais. Quando foi exposto no Quinto Congresso Psicanalítico Internacional, que foi realizado em Budapest em setembro de 1918, representantes oficiais dos mais altos escalões das potências centro-européias estavam presentes às comunicações e demais atividades, como observadores. O esperançoso resultado desse primeiro contato foi a promessa de se estabelecerem centros psicanalíticos, nos quais médicos com formação analítica teriam tempo e oportunidade para estudar a natureza desses intrincados distúrbios e o efeito terapêutico exercido sobre eles pela psicanálise. Antes que essas propostas pudessem ser postas em ação, a guerra chegou ao fim, as organizações estatais ruíram e o interesse pelas neuroses de guerra deu lugar a outras preocupações. No entanto, é significativo o fato de que, quando as condições de guerra cessaram de operar, a maior parte das perturbações neuróticas provocadas pela guerra desapareceu simultaneamente. A oportunidade para uma investigação completa dessas afecções foi, assim, lamentavelmente perdida - embora, devemos acrescentar, a primitiva ocorrência de tal oportunidade não seja uma coisa desejável.

Esse episódio, porém, ainda que esteja agora encerrado, não deixou de ter uma importante influência sobre a difusão da psicanálise. Os médicos que até então haviam evitado qualquer aproximação das teorias psicanalíticas, foram levados a um contato mais estreito com elas quando, no decorrer de suas obrigações como médicos do exército, foram obrigados a lidar com as neuroses de guerra. O leitor poderá deduzir, do artigo de Ferenczi, com que hesitações e sob que disfarces esses contatos mais íntimos foram feitos. Alguns dos fatores que a psicanálise havia reconhecido e descrito há muito, ao trabalhar com neuroses em tempos de paz - a origem psicogênica dos sintomas, a importância dos impulsos instintuais *inconscientes*, o papel desempenhado, ao lidar com os conflitos mentais, pelo ganho primário de estar doente ('a fuga para a doença') - observou-se estarem igualmente presentes nas neuroses de guerra e foram aceitos quase universalmente. Também os estudos de Simmel demonstram que êxitos se poderia alcançar tratando os neuróticos de guerra pelo método da catarse, que, como sabemos, foi o primeiro passo no sentido de uma técnica psicanalítica.

Não há, no entanto, necessidade de considerar que essas abordagens à psicanálise impliquem em qualquer reconciliação ou qualquer apaziguamento da oposição. Suponha-se que alguém rejeitou até hoje a totalidade de um complexo de proposições interdependentes, mas agora encontra-se, subitamente, em posição de convencer-se da verdade de uma parte do todo. Poder-se-ia pensar que começará a hesitar quanto à sua oposição em geral e a permitir-se determinado grau de expectativa deferente de que a outra parte, sobre a qual não teve experiência pessoal e não pode, por isso mesmo, formar juízo próprio, também possa confirmar-se como verdadeira. Essa outra parte da teoria psicanalítica, com a qual o estudo das neuroses de guerra não entrou em contato, é no sentido de que as forças motivadoras que se expressam na formação dos sintomas são sexuais e que as neuroses nascem de um conflito entre o ego e os instintos sexuais que este repudia. ('Sexualidade', neste contexto, deve ser entendida no sentido amplo em que é usada na psicanálise e não se deve confundir com o conceito mais limitado de 'genitalidade'.) Não deixa de ser verdade, como observa Ernest Jones na sua contribuição a este volume, que essa parte da teoria não se mostrou ainda aplicável às neuroses de guerra. O trabalho que poderia provar o contrário não foi realizado ainda. Pode ser que as neuroses de guerra não sejam absolutamente material adequado para este propósito. Mas os oponentes da psicanálise, cuja aversão à sexualidade é evidentemente mais forte do que a sua lógica, apressaram-se a proclamar que a investigação das neuroses de guerra desmentiu finalmente essa parte da teoria psicanalítica. Aqui, incorreram eles em uma ligeira confusão. Se a investigação das neuroses de guerra (e uma investigação muito superficial) *não demonstrou* que a teoria sexual das neuroses é *correta*, isto é algo muito diferente de *mostrar* que aquela teoria é *incorreta*. Com o auxílio de uma atitude imparcial e um pouco de boa vontade, não seria difícil encontrar o caminho para um futuro esclarecimento do assunto.

As neuroses de guerra, na medida em que se distinguem das neuroses comuns por

características particulares, devem ser consideradas como neuroses traumáticas cuja ocorrência se tornou possível ou foi provocada por um conflito no ego. O artigo de Abraham propicia uma boa prova desse conflito, que foi também reconhecido pelos autores ingleses e norte-americanos citados por Jones. O conflito é entre o velho ego pacífico do soldado e o seu novo ego bélico, e torna-se agudo tão logo o ego pacífico compreende que perigo corre ele de perder a vida devido à temeridade do seu recém-formado e parasítico duplo. Seria igualmente verdadeiro dizer que o antigo ego está-se protegendo de um perigo mortal ao fugir para uma neurose traumática, ou dizer que está defendendo-se do novo ego, o qual vê como uma ameaça à sua vida. Dessa forma, a precondição das neuroses de guerra, o solo que as nutre, pareceria ser um exército nacional [recrutado]; não haveria possibilidade de surgirem neuroses num exército de soldados profissionais ou de mercenários.

À parte isso, as neuroses de guerra são apenas neuroses traumáticas, que, como sabemos, ocorrem em tempos de paz também, após experiências assustadoras ou graves acidentes, sem qualquer referência a um conflito no ego.

A teoria da etiologia sexual das neuroses ou, como preferimos dizer, a teoria da libido das neuroses, foi originalmente exposta apenas em relação às neuroses de transferência da época de paz e é fácil de demonstrar, no caso destas, pelo uso da técnica de análise. A sua aplicação, porém, a outros distúrbios que agrupamos depois como as neuroses narcísicas, já encontrou dificuldades. Uma demência precoce, uma paranóia ou uma melancolia comuns são, essencialmente, material bastante inadequado para demonstrar a validade da teoria da libido ou para servir como uma primeira introdução à compreensão dessa teoria; e é por esse motivo que os psiquiatras, que omitem as neuroses de transferência, são incapazes de aceitá-la. As neuroses traumáticas de tempos de paz, porém, foram sempre consideradas, nesse aspecto, como o material mais refratário de todos; de modo que a emergência das neuroses de guerra não podia introduzir qualquer fator novo na situação que já existia.

Só se tornou possível estender a teoria da libido às neuroses narcísicas depois que o conceito de uma 'libido narcísica' foi exposto e aplicado - isto é, um conceito de uma quantidade de energia sexual ligada ao próprio ego e que encontra satisfação no ego, tal como habitualmente se encontra satisfação apenas em objetos. Esse desenvolvimento inteiramente legítimo do conceito de sexualidade promete fazer pelas neuroses mais graves e pelas psicoses tanto quanto se possa esperar de uma teoria que está avançando com uma base empírica. As neuroses traumáticas de paz ajustar-se-ão também ao esquema, assim que se alcance um resultado positivo nas investigações que fazemos as relações que sem dúvida existem entre o medo, a ansiedade e a libido narcísica.

As neuroses traumáticas e as neuroses de guerra podem proclamar em voz muito alta os efeitos do perigo mortal e podem ficar em silêncio ou falar apenas em tom surdo dos efeitos da frustração no amor. Mas, por outro lado, as neuroses de transferência no amor. Mas, por outro lado, as neuroses de transferência comuns, de tempos de paz, não dão valor etiológico

ao fator de perigo mortal que, na antiga categoria das neuroses, desempenham um papel tão poderoso. Até mesmo se sustenta que as neuroses de tempos de paz são provocadas pela indulgência, pela boa vida e pela inatividade - que proporcionariam um contraste interessante em relação às condições de vida sob as quais se desenvolvem as neuroses de guerra. Se seguissem o exemplo dos seus oponentes, os psicanalistas, ao descobrirem que seus pacientes adoeceram devido à frustração no amor (devido aos clamores da libido insatisfeita), teriam que sustentar que não podem existir coisas tais como neuroses de perigo ou que os distúrbios que surgem após experiências assustadoras não são neuroses. Não têm, é claro, intenção de afirmar qualquer coisa desse gênero. Ao contrário, ocorre-lhes uma possibilidade conveniente de juntar, numa única hipótese, os dois conjuntos de fatos aparentemente divergentes. Nas neuroses traumáticas e de guerra, o ego humano defende-se de um perigo que o ameaça de fora ou que está incorporado a uma forma assumida pelo próprio ego. Nas neuroses de transferência, em época de paz, o inimigo do qual o ego se defende é, na verdade, a libido, cujas exigências lhe parecem ameaçadoras. Em ambos os casos, o ego tem medo de ser prejudicado - no segundo caso, pela libido, e no primeiro, pela violência externa. De fato, poder-se-ia dizer que, no caso das neuroses de guerra, em contraste com as neuroses traumáticas puras e de modo semelhante as neuroses de transferência, o que é temido é, não obstante, um inimigo interno. As dificuldades teóricas que se erguem no caminho de uma hipótese unificadora desse tipo não parecem insuperáveis: afinal de contas, temos todo o direito de descrever a repressão, que está na base de cada neurose, como uma reação ao trauma - como uma neurose traumática elementar.

APÊNDICE - MEMORANDUM SOBRE O TRATAMENTO ELÉTRICO DOS NEURÓTICOS DE GUERRA (1955 [1920])

Havia muitos pacientes, mesmo em tempos de paz, que, depois de traumas (isto é, após experiências assustadoras e perigosas, tais como acidentes ferroviários etc.), exibiam graves distúrbios na vida mental e na atividade nervosa, sem que os médicos tivessem chegado a um acordo sobre tais estados. Alguns supunham que, em tais pacientes, tratava-se de uma questão de graves danos no sistema nervoso, semelhantes às hemorragias e inflamações que ocorrem em doenças não traumáticas. E quando o exame anatômico deixava de estabelecer tais processos, eles ainda assim sustentaram a crença de que mudanças mais delicadas nos tecidos eram a causa dos sintomas observados. Classificavam, portanto, esses casos traumáticos entre as doenças orgânicas. Outros médicos afirmavam, desde o início, que esses estados só podiam ser considerados perturbações funcionais e que o sistema nervoso permaneceria anatomicamente intacto. Mas a opinião médica há muito encontrara dificuldades para explicar como tão graves perturbações de função podiam ocorrer sem

prejuízo maior para o órgão.

A guerra que acabou recentemente originou e trouxe à observação médica um número imenso desses casos traumáticos. No fim, a controvérsia foi decidida em favor do ponto de vista funcional. A grande maioria dos médicos não mais acredita que os assim chamados ‘neuróticos de guerra’ estejam doentes em consequência de danos orgânicos tangíveis ao sistema nervoso, e os de mais visão entre eles já decidiram, em vez de usar a descrição indefinida de ‘mudança funcional’, introduzir o termo não ambíguo ‘mudança mental’.

Apesar de que as neuroses de guerra se manifestaram, em sua maior parte, como perturbações motoras - tremores e paralisias -, e embora fosse plausível supor que um impacto tão grande como aquele produzido pela concussão devida à explosão de uma granada nas proximidades, ou o de ser soterrado por um deslizamento do terreno, levaria a enormes efeitos mecânicos, foram feitas, contudo, observações que não deixaram dúvidas quanto à natureza psíquica das causas das denominadas neuroses de guerra. Como se podia discutir esse fato quando os mesmos sintomas apareciam também por trás da frente da batalha, longe dos horrores da guerra, ou imediatamente após o regresso de uma licença? Os médicos foram levados, portanto, a considerar os neuróticos de guerra numa perspectiva semelhante àquela em que se consideram os pacientes nervosos dos tempos de paz.

Aquilo que é conhecido como escola psicanalítica de psiquiatria, que foi iniciada por mim, havia ensinado, durante os últimos vinte e cinco anos, que as neuroses da paz podiam ser atribuídas a perturbações da vida emocional. Essa explicação era aplicada agora, de modo bastante geral, aos neuróticos de guerra. Afirmamos também que os pacientes neuróticos sofriam de conflitos mentais e que os desejos e inclinações que se expressavam nos sintomas eram desconhecidos dos próprios pacientes - isto é, eram inconscientes. Foi fácil, portanto, inferir que a causa imediata de todas as neuroses de guerra era uma inclinação inconsciente, no soldado, para afastar-se das exigências perigosas ou ultrajantes para os seus sentimentos, feitas sobre ele pelo serviço ativo. Medo de perder a própria vida, oposição à ordem de matar outras pessoas, rebeldia contra a supressão implacável da própria personalidade pelos seus superiores - eram estas as mais importantes fontes afetivas das quais se nutria a tendência para escapar da guerra.

Um soldado no qual esse motivos afetivos fossem muito poderosos ou claramente conscientes teria sido obrigado, se fosse um homem saudável, a desertar ou a fingir-se doente. Apenas a menor parcela de neuróticos da guerra, no entanto, fingiu-se doente para escapar aos deveres; os impulsos emocionais que se rebelavam contra o serviço ativo e levaram os soldados à doença, operavam neles sem se tornarem conscientes. Permaneciam inconscientes porque outros motivos, tais como ambição, auto-estima, patriotismo, o hábito de obediência e o exemplo dos demais, começavam com mais força, até que, em alguma ocasião apropriada, eram subjugados pelos outros motivos, que operam inconscientemente.

Essa compreensão interna (*insight*) das causas das neuroses de guerra conduziu a um método de tratamento que parecia estar bem fundamentado e que se mostrou também altamente efetivo no primeiro momento. Parecia conveniente tratar o neurótico como se fosse alguém que se fingisse de doente para fugir ao dever, sem considerar a distinção psicológica entre intenções conscientes e inconscientes, embora se soubesse que a pessoa em questão não era de ter tal procedimento falso. De vez que sua doença servia o propósito de afastá-lo de uma situação intolerável, as raízes da doença seriam claramente debilitadas se ela se tornasse ainda mais intolerável para o soldado do que o serviço ativo. Tal como fugia da guerra para a doença, adotavam-se agora meios de compeli-lo a fugir outra vez, da doença para a saúde, isto é, aptidão para o serviço ativo. Para essa finalidade empregou-se, com êxito, o doloroso tratamento elétrico. Os médicos estão encobrendo os fatos retrospectivamente, quando afirmam que a força dessa corrente elétrica era a mesma que sempre fora empregada nos distúrbios funcionais. Essa força de corrente só teria sido efetiva nos casos mais brandos; nem isto se ajusta ao argumento subjacente de que a doença de um neurótico de guerra tinha de tornar-se dolorosa, de modo que a balança dos seus motivos se inclinasse a favor da recuperação.

Essa dolorosa forma de tratamento, introduzida no exército alemão com propósitos terapêuticos, podia, sem dúvida, ter sido empregada também de maneira mais moderada. Se foi utilizada nas Clínicas de Viena, estou pessoalmente convencido de que jamais foi intensificada a um nível de crueldade por iniciativa do Professor Wagner-Jauregg. Não posso responder por outros médicos que não conheço. A educação psicológica dos médicos é, em geral, decididamente deficiente, e mais de um deles pode ter esquecido que o paciente que procurava tratar como um fingidor, afinal de contas não o era.

Esse procedimento terapêutico, contudo, ostenta desde o início um estigma. Não se destinava à recuperação do paciente, ou, pelo menos, não em primeira instância; destinava-se, acima de tudo, a restaurar a sua aptidão para o serviço. Nisso a medicina servia a propósitos estranhos à sua essência. O próprio médico estava sob comando militar e tinha seus próprios perigos a temer - perda de posição ou uma acusação de negligenciar o dever -, se se permitiu ser levado por considerações outras além daquelas que lhe foram prescritas. O insolúvel conflito entre os direitos de humanidade, que normalmente pesam para um médico de maneira decisiva, e as exigências de uma guerra nacional estavam fadados a confundir a sua atividade.

Ademais, os resultados do tratamento por forte corrente elétrica, que foram brilhantes no começo, acabaram por mostrar-se, mais tarde, pouco duradouros. Um paciente que, tendo tido a saúde restaurada por meio desse tratamento, fosse mandado de volta à frente de combate, podia repetir tudo outra vez e ter uma recaída, por meio da qual pelo menos ganhava tempo e escapava do perigo que, no momento, era o imediato. Se se encontrava uma vez mais sob fogo, seu medo da corrente elétrica regredia, tal como, durante o tratamento, o medo do serviço ativo desaparecera. Também, no decorrer dos anos de guerra, fez-se sentir

cada vez mais no espírito popular uma crescente fadiga e uma crescente aversão à luta, de modo que o tratamento que descrevi começou a fracassar em seus efeitos. Nessas circunstâncias, alguns dos médicos do exército cederam à inclinação, característica dos alemães, de levar a cabo as suas intenções sem considerar o resto - o que jamais devia ter acontecido. A intensidade da corrente elétrica, bem como a severidade do resto do tratamento, foi aumentada a um ponto insuportável, com o objetivo de privar os neuróticos de guerra da vantagem que obtinham com a sua doença. Jamais foi desmentido o fato de que nos hospitais alemães houve mortes nessa época, durante o tratamento, e suicídios em consequência dele. Sou incapaz de dizer, no entanto, se também as Clínicas de Viena atravessaram essa fase de terapia.

Estou em condições de apresentar prova conclusiva do colapso final do tratamento elétrico para as neuroses de guerra. Em 1918, o Dr. Ernst Simmel, diretor de um hospital de neuróticos de guerra em Posen, publicou um opúsculo em que relatava os resultados extraordinariamente favoráveis conseguidos em casos graves de neurose de guerra pelo método psicoterapêutico que introduzi. Em consequência dessa publicação, ao congresso psicanalítico seguinte, realizado em Budapest em setembro de 1918, compareceram delegados oficiais do comando militar alemão, austríaco e húngaro, os quais prometeram que seriam estabelecidos centros para tratamento inteiramente psicológico das neuroses de guerra. A promessa foi feita, embora não pudesse haver ainda qualquer dúvida, entre os delegados, de que, com esse tipo de tratamento ponderado, laborioso e tedioso, era impossível contar com a pronta restauração dos pacientes para o serviço ativo. Os preparativos para o estabelecimento de centros desse gênero estavam, de fato, sendo providenciados, quando irrompeu a revolução e pôs fim à guerra e à influência dos órgãos administrativos que haviam sido até então todo-poderosos. Mas, com o fim da guerra, também os neuróticos de guerra desapareceram - prova final mais impressionante das causas psíquicas das enfermidades.

Viena, 23.2.20.

O 'ESTRANHO' (1919)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

DAS UNHEIMLICHE

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1919 *Imago*, 5 (5-6), 297-324.

1922 *S.K.S.N.*, 5, 229-73.

1924 *G.S.*, 10, 369-408.

1924 *Dichtung und Kunst*, 99-138.

1947 *G.W.*, 12, 229-68.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘The “Uncanny”’

1925 *C.P.*, 4, 368-407. (Trad. de Alix Strachey.)

A presente tradução inglesa é versão consideravelmente modificada da publicada em 1925.

Este artigo, publicado no outono de 1919, é mencionado por Freud numa carta a Ferenczi de 12 de maio do mesmo ano, na qual diz que desenterrou um velho texto de uma gaveta e o está reescrevendo. Não se sabe quando foi originalmente escrito e o quanto mudou, embora a nota citada de *Totem e Tabu*, na pág. 300, adiante, mostre que o tema já estava presente em sua mente em 1913. As passagens ligadas a ‘compulsão à repetição’ (ver em [1] e segs.) devem, de qualquer maneira, fazer parte da revisão. Esses trechos incluem um resumo de boa parte do conteúdo de *Além do Princípio de Prazer* (1920g) e falam deste como ‘já concluído’. A mesma carta a Ferenczi, de 12 de maio de 1919, anunciava que um rascunho desse último trabalho estava terminado, ainda que, de fato, o livro só tivesse sido publicado um ano mais tarde. Mais detalhes serão encontrados na Nota do Editor Inglês a *Além do Princípio de Prazer*, Edição *Standard* Brasileira, Vol. XVIII, pág. 13, IMAGO Editora, 1976.

A primeira seção do presente artigo, com a sua extensa citação de um dicionário alemão, apresenta especiais dificuldades para o tradutor. Espera-se que os leitores não se deixem desencorajar por esse obstáculo preliminar, pois o artigo está cheio de material importante e interessante e vai muito além dos tópicos simplesmente lingüísticos.

O ESTRANHO

I

Só raramente um psicanalista se sente impelido a pesquisar o tema da estética, mesmo quando por estética se entende não simplesmente a teoria da beleza, mas a teoria das qualidades do sentir. O analista opera em outras camadas da vida mental e pouco tem a ver com os impulsos emocionais dominados, os quais, inibidos em seus objetivos e dependentes de uma hoste de fatores simultâneos, fornecem habitualmente o material para o estudo da estética. Mas acontece ocasionalmente que ele tem de interessar-se por algum ramo particular daquele assunto; e esse ramo geralmente revela-se um campo bastante remoto, negligenciado na literatura especializada da estética.

O tema do ‘estranho’ é um ramo desse tipo. Relaciona-se indubitavelmente com o que é assustador - com o que provoca medo e horror; certamente, também, a palavra nem sempre é

usada num sentido claramente definível, de modo que tende a coincidir com aquilo que desperta o medo em geral. Ainda assim, podemos esperar que esteja presente um núcleo especial de sensibilidade que justificou o uso de um termo conceitual peculiar. Fica-se curioso para saber que núcleo comum é esse que nos permite distinguir como ‘estranhas’ determinadas coisas que estão dentro do campo do que é amedrontador.

Nada em absoluto encontra-se a respeito deste assunto em extensos tratados de estética, que em geral preferem preocupar-se com o que é belo, atraente e sublime - isto é, com sentimentos de natureza positiva - e com as circunstâncias e os objetivos que os trazem à tona, mais do que com os sentimentos opostos, de repulsa e aflição. Conheço apenas uma tentativa na literatura médico-psicológica, um artigo fértil, mas não exaustivo, de Jentsch (1906). Mas devo confessar que não fiz um exame muito completo da literatura relacionada com esta minha modesta contribuição, particularmente da literatura estrangeira, por razões que, como pode ser facilmente adivinhado, estão nos tempos em que vivemos; de forma que meu artigo é apresentado ao leitor sem qualquer pretensão de prioridade.

Em seu estudo do ‘estranho’, Jentsch destaca com muita razão o obstáculo apresentado pelo fato de que as pessoas variam muito na sua sensibilidade a essa categoria de sentimento. De fato, o próprio autor da presente contribuição deve declarar-se culpado de particular obtusidade na matéria, onde a extrema delicadeza de percepção seria mais adequada. Há muito tempo que não experimenta ou sabe de algo que lhe tenha dado uma impressão estranha, e deve começar por transpor-se para esse estado de sensibilidade, despertando em si a possibilidade de experimentá-lo. Todavia, tais dificuldades fazem-se sentir poderosamente em muitos outros ramos da estética; não precisamos, por causa disso, desanimar de encontrar exemplos nos quais a qualidade em questão será reconhecida sem hesitações pela maioria das pessoas.

De início, abrem-se-nos dois rumos. Podemos descobrir que significado veio a ligar-se à palavra ‘estranho’ no decorrer da sua história; ou podemos reunir todas aquelas propriedades de pessoas, coisas, impressões sensórias, experiências e situações que despertam em nós o sentimento de estranheza, e inferir, então, a natureza desconhecida do estranho a partir de tudo o que esses exemplos têm em comum. Direi, de imediato, que ambos os rumos conduzem ao mesmo resultado: o estranho é aquela categoria do assustador que remete ao que é conhecido, de velho, e há muito familiar. Como isso é possível, em que circunstâncias o familiar pode tornar-se estranho e assustador, é o que mostrarei no que se segue. Acrescente-se também que minha investigação começou realmente ao coligir uma série de casos individuais, e só foi confirmada mais tarde por um exame do uso lingüístico. Na exposição que farei, contudo, seguirei o curso inverso.

A palavra alemã ‘*unheimlich*’ é obviamente o oposto de ‘*heimlich*’ [‘doméstica’], ‘*heimisch*’ [‘nativo’] - o oposto do que é familiar; e somos tentados a concluir que aquilo

que é ‘estranho’ é assustador precisamente porque *não* é conhecido e familiar. Naturalmente, contudo, nem tudo o que é novo e não familiar é assustador; a relação não pode ser invertida. Só podemos dizer que aquilo que é novo pode tornar-se facilmente assustador e estranho; algumas novidades são assustadoras, mas de modo algum todas elas. Algo tem de ser acrescentado ao que é novo e não familiar, para torná-lo estranho.

De um modo geral, Jentsch não foi além dessa relação do estranho com o novo e não familiar. Ele atribui o fator essencial na origem do sentimento de estranheza à incerteza intelectual; de maneira que o estranho seria sempre algo que não se sabe como abordar. Quanto mais orientada a pessoa está, no seu ambiente, menos prontamente terá a impressão de algo estranho em relação aos objetos e eventos nesse ambiente.

Não é difícil verificar que essa definição está incompleta e, portanto, tentaremos operar para além da equação ‘estranho’ = ‘não familiar’. Em primeiro lugar, voltar-nos-emos para outras línguas. Mas os dicionários que consultamos nada de novo nos dizem, talvez apenas porque nós próprios falamos uma língua que é estrangeira. De fato, temos a impressão de que muitas línguas não têm palavra para essa particular nuance do que é assustador.

Gostaria de expressar a minha gratidão ao Dr. Theodor Reik pelos seguintes excertos:

LATIM: (K.E. Georges, *Deutschlateinisches Wörterbuch*, 1898). Um lugar estranho: *locus suspectus*; numa estranha hora da noite: *intempesta nocte*.

GREGO: (Léxicos de Rost e de Schenkl). □□□□□ (isto é, estranho, estrangeiro).

INGLÊS: (dos dicionários de Lucas, Bellows, Flügel e Muret-Sanders). *Uncomfortable, uneasy, gloomy, dismal, uncanny, ghastly; (of a house) haunted; (of a man) a repulsive fellow*.

FRANCÊS: (Sachs-Villatte). *Inquiétant, sinistre, lugubre, mal à son aise*.

ESPAÑHOL: (Tollhausen, 1889). *Sospechoso, de mal agüero, lúgubre, siniestro*.

As línguas italiana e portuguesa parecem contentar-se com palavras que descreveríamos como circunlocuções. Em árabe e hebreu ‘estranho’ significa o mesmo que ‘demoníaco’, ‘horível’.

Voltemos, portanto, ao alemão. No *Wortebuch der Deutschen Sprache* (1860, 1, 729), de

Daniel Sanders, a seguinte entrada, que reproduzimos integralmente aqui, encontra-se sob a palavra ‘heimlich’. Destaquei com itálicos uma ou duas passagens.

Heimlich, adj., subst. *Heimlichkeit* (pl. *Heimlichkeiten*): I. Também *heimelich*, *heimelig*, pertencente à casa, não estranho, familiar, doméstico, íntimo, amistoso etc.

(a) (Obsoleto) pertencente à casa ou à família, ou considerado como pertencente (cf. latim *familiaris*, familiar): *Die Heimlichen*, os membros do lar; *Der heimliche Rat* (Gen. xli, 45; 2 Sam. xxiii. 23; 1 Chron. xii. 25; Wisd. viii. 4), hoje mais habitualmente *Geheimer Rat* [Conselheiro Privado].

(b) De animais: domesticado, capaz de fazer companhia ao homem. Em oposição a selvagem, e.g. ‘Animais que não são selvagens nem *heimlich*’ etc. ‘Animais selvagens... que são educados para serem *heimlich* e acostumados ao homem.’ ‘Se essas jovens criaturas são criadas desde os primeiros dias entre os homens, tornam-se bastante *heimlich*, amistosas’ etc. - Assim também: ‘(O cordeiro) é tão *heimlich* e come da minha mão.’ ‘Não obstante, a cegonha é um belo *heimelich* pássaro.’

(c) Íntimo, amigavelmente confortável; o desfrutar de um contentamento tranqüilo etc., despertando uma sensação de repouso agradável e de segurança, como a de alguém entre as quatro paredes da sua casa. ‘Ainda é *heimlich* para você o seu país, onde estranhos estão abatendo os seus bosques?’ ‘Ela não se sentia muito *heimlich* com ele.’ ‘Ao longo de uma alta, *heimlich*, sombreada vereda..., junto a um sussurrante, sentimental e balbuciante riacho silvestre.’ ‘Destruir a *Heimlichkeit* do lar.’ ‘Não conseguia encontrar prontamente outro lugar tão íntimo e *heimlich* como este.’ ‘Nós o visualizamos tão confortável, tão encantador, tão aconchegante e *heimlich*.’ ‘Em tranqüila *Heimlichkeit*, cercada por estreitas paredes.’ ‘Uma dona de casa cuidadosa, que sabe como fazer uma agradável *Heimlichkeit* (*Häuslichkeit* [domesticidade]) com os mais escassos meios.’ ‘O homem que até recentemente fora tão estranho a ele, parecia-lhe agora muito mais *heimlich*.’ ‘Os proprietários de terra protestantes não se sentem ... *heimlich* entre os seus subordinados católicos.’ ‘Quando tudo fica calmo e *heimlich*, e só a quietude vespertina espreita a tua cela.’ ‘Tranqüilo, encantador e *heimlich*, nenhum outro lugar mais adequado para o repouso deles.’ ‘Não se sentia absolutamente *heimlich* quanto a isso.’ - Também [em compostos] ‘O lugar era tão sereno, tão isolado, tão sombreadamente-*heimlich*.’ ‘Os fluxos e influxos da

corrente, sonhadores e embaladores-*heimlich*‘ Cf. em particular *Unheimlich* [ver adiante]. Entre os autores suíços da Suábia, particularmente, com freqüência como trissílabo: ‘Como uma tarde parecia outra vez *heimlich* a Ivo, quando estava em casa.’ ‘Estava tão *heimelig* na casa.’ ‘A sala cálida e a tarde *heimelig*.’ ‘Quando um homem sente, de coração, que é tão pequeno, e tão grande o Senhor - isto é que é verdadeiramente *heimelig*.’ ‘Pouco a pouco sentiram-se à vontade e *heimelig* entre si.’ ‘Amável *Heimeligkeit*.’ ‘Em nenhum outro lugar estaria tão *heimelig* como estou aqui.’ ‘Aquele que vem de longe... certamente não vive muito *heimelig* (*heimatlich* [em casa], *freundnachbarlich* [de modo amistoso, em boa vizinhança]) entre as pessoas.’ ‘A cabana onde antes repousara tantas vezes entre os seus, tão *heimelig*, tão feliz.’ ‘A corneta do sentinela soa tão *heimelig* da torre, e a sua voz convida com tanta hospitalidade.’ ‘Você vai dormir ali, tão macio e cálido, tão maravilhosamente *heim’lig*.’ - *Esta forma de palavra merece tornar-se geral, de modo a evitar que este sentido perfeitamente bom do vocábulo se torne obsoleto, através de uma fácil confusão com II* [ver adiante]. Cf. “‘Os Zecks [nome de família] são todos ‘heimlich’.” (no sentido II) “‘Heimlich’? O que você entende por ‘heimlich’?” “Bem, ... são como uma fonte enterrada ou um açude seco. Não se pode passar por ali sem ter sempre a sensação de que a água vai brotar de novo.” “Oh, nós chamamos a isso ‘unheimlich’; vocês chamam ‘heimlich’. Bem, o que faz você pensar que há algo secreto e suspeito acerca dessa família?” (Gutzkow).

(d) Particularmente na Silésia: alegre, disposto; também em relação ao tempo (clima).

II. Escondido, oculto da vista, de modo que os outros não consigam saber, sonogado aos outros. Fazer alguma coisa *heimlich*, isto é, por trás das costas de alguém; roubar *heimlich*; reuniões e encontros *heimlich*; olhar com prazer *heimlich* a derrota de alguém; suspirar ou lastimar-se *heimlich*; comportar-se *heimlich*, como se houvesse algo a esconder; caso de amor, amor, pecado *heimlich*; lugares *heimlich* (que as boas maneiras nos obrigam a esconder) (1 Sam. v. 6). ‘A câmara *heimlich*‘ (privada) (2 Reis x. 27). Também, ‘a cadeira *heimlich*‘. ‘Lançar ao poço ou *Heimlichkeiten*‘. - ‘Conduzidos os cavalos *heimlich* adiante de Laomedon.’ - ‘Tão reticente, *heimlich* enganoso e malicioso para com os cruéis senhores... como franco, aberto, simpático e solícito para com um amigo na desgraça.’ ‘Você ainda tem que aprender o que é mais *heimlich* segredado para mim.’ ‘A arte *heimlich*‘ (mágica). ‘Onde a divulgação pública tem que parar, começam as maquinações *heimlich*.’ ‘A liberdade é o lema sussurrado de conspiradores *heimlich* e o grito de batalha

de revolucionários declarados.’ ‘Um efeito santo, *heimlich*.’ ‘Minhas brincadeiras *heimlich*.’ ‘Se não lho dão aberta e escrupulosamente, ele pode apanhá-lo *heimlich* e inescrupulosamente.’ ‘Ele tinha telescópios acromáticos construídos *heimlich* e secretamente.’ ‘Daqui por diante, desejo que não mais haja nada *heimlich* entre nós.’ - Descobrir, revelar, trair as *Heimlichkeiten* de alguém; ‘tramar *Heimlichkeiten* por trás de minhas costas’. ‘Na minha época estudamos *Heimlichkeiten*.’ ‘A mão da compreensão pode anular sozinha o feitiço impotente de *Heimlichkeiten* (de ouro escondido).’ ‘Diga, onde é o lugar de encobrimento... em que lugar de oculta *Heimlichkeit*?’ ‘Abelhas, que fazem o fecho de *Heimlichkeiten*’ (isto é, o lacre). ‘Aprendido em estranhas *Heimlichkeiten*’ (isto é, o lacre). ‘Aprendido em estranhas *Heimlichkeiten*’ (artes mágicas).

Para compostos, ver acima, Ic. Note-se particularmente o negativo ‘*un*’: misterioso, sobrenatural, que desperta horrível temor: ‘Parecendo-lhe bastante *unheimlich* e fantástico.’ ‘As horas *unheimlich* e temíveis da noite.’ ‘Já sentira desde há muito uma sensação *unheimlich* e até mesmo horrível.’ ‘Agora estou começando a ter um sentimento *unheimlich*.’ ...’Sente um horror *unheimlich*.’ ‘*Unheimlich* e imóvel como uma imagem de pedra.’ ‘Uma névoa *unheimlich* chamada nevoeiro da colina.’ ‘Esses jovens pálidos são *unheimlich* e estão tramando Deus sabe que desordem.’ “‘*Unheimlich*’ é o nome de tudo que deveria ter permanecido... secreto e oculto mas veio à luz’ (Schelling). - ‘Encobrir o divino, cercá-lo de uma certa *Unheimlichkeit*.’ - *Unheimlich* poucas vezes é usado como oposto ao significado II (acima).

O que mais nos interessa nesse longo excerto é descobrir que entre os seus diferentes matizes de significado a palavra ‘*heimlich*’ exhibe um que é idêntico ao seu oposto, ‘*unheimlich*’. Assim, o que é *heimlich* vem a ser *unheimlich*. (Cf. a citação de Gutzkow: ‘Nós os chamamos ‘*unheimlich*’; vocês o chamam “*heimlich*”.’) Em geral, somos lembrados de que a palavra ‘*heimlich*’ não deixa de ser ambígua, mas pertence a dois conjuntos de idéias que, sem serem contraditórias, ainda assim são muito diferentes: por um lado significa o que é familiar e agradável e, por outro, o que está oculto e se mantém fora da vista. ‘*Unheimlich*’ é habitualmente usado, conforme aprendemos, apenas como o contrário do primeiro significado de ‘*heimlich*’, e não do segundo. Sanders nada nos diz acerca de uma possível conexão genética entre esses dois significados de ‘*heimlich*’. Por outro lado, percebemos que Schelling diz algo que dá um novo esclarecimento ao conceito do *Unheimlich*, para o qual certamente não estávamos preparados. Segundo Schelling,

unheimlich é tudo o que deveria ter permanecido secreto e oculto mas veio à luz.

Algumas dúvidas que, desse modo, surgiram, são afastadas se consul-tamos o dicionário de Grimm. (1877, 4, Parte 2, 873 e segs.)

Lemos:

Heimlich; adj. e adv. *vernaculus, occultus*; MAA. heimelîh, heimlîch.

(P. 874.) Em sentido ligeiramente diferente: ‘Sinto-me *heimlich* bem, liberto do medo.’...

[3] (b) *Heimlich* também se diz de um lugar livre da influência de fantasmas... familiar, amistoso, íntimo.

(P. 875: □•) Familiar, amigável, franco.

4. Da idéia de ‘familiar’, *pertencente à casa*, desenvolve-se outra idéia de algo afastado dos olhos de estranhos, algo escondido, secreto; e essa idéia expande-se de muitos modos...

(P. 876.) ‘Na margem esquerda do lago jaz uma campina *heimlich* na floresta.’ (Schiller, *Wilhelm Tell*, I.4.)... Licença poética, assim raramente usada no discurso moderno... *Heimlich* é usado em conjunção com um verbo que expressa o ato de ocultar: ‘No segredo do seu tabernáculo ele esconder-me-á *heimlich*.’ (Ps. xxvii. 5.) ... As partes *heimlich* do corpo humano, *pudenda*... ‘os homens que não morreram foram feridos nas suas partes *heimlich*.’ (1 Samuel v. 12.)...

(c) Funcionários que dão importantes conselhos, que têm que ser mantidos em segredo, em questões de Estado, são chamados conselheiros *heimlich*; o adjetivo, de acordo com o uso moderno, foi substituído por *geheim* [secreto]... ‘Faraó chamou o nome de José “ele, a quem os segredos são revelados”’ (conselheiro *heimlich*). (Gen. xli. 45.)

(P. 878.) 6. *Heimlich*, como se diz do conhecimento - místico, alegórico: um significado *heimlich, mysticus, divinus, occultus, figuratus*.

(P. 878.) *Heimlich* num sentido diferente, como afastado do conhecimento, inconsciente... *Heimlich* tem também o significado daquilo que é obscuro, inacessível ao conhecimento... ‘Você não vê? Eles não confiam em nós; eles temem a face *heimlich* do Duque de Friedland.’ (Schiller, *Wallensteins Lager*, Cena 2.)

9. A noção de algo oculto e perigoso, que se expressa no último parágrafo, desenvolve-se mais ainda, de modo que ‘*heimlich*’. Assim: ‘Às vezes sinto-me como um homem que caminha pela noite e acredita em fantasmas; cada esquina para ele é *heimlich* e cheia de terrores.’ (Klinger, *Theater*, 3. 298.)

Dessa forma, *heimlich* é uma palavra cujo significado se desenvolve na direção da ambivalência, até que finalmente coincide com o seu oposto, *unheimlich*. *Unheimlich* é, de um modo ou de outro, uma subespécie de *heimlich*. Tenhamos em mente essa descoberta, embora não possamos ainda compreendê-la corretamente, lado a lado com a definição de Schelling do *Unheimlich*. Se continuarmos a examinar exemplos individuais de estranheza, essas sugestões tornar-se-ão inteligíveis a nós.

II

Quando passamos a rever as coisas, pessoas, impressões, eventos e situações que conseguem despertar em nós um sentimento de estranheza, de forma particularmente poderosa e definida, a primeira condição essencial à obviamente selecionar um exemplo adequado para começar. Jentsch tomou como ótimo exemplo ‘dúvidas quanto a saber se um ser aparentemente animado está realmente vivo; ou, do modo inverso, se um objeto sem vida não pode ser na verdade animado’; e ele refere-se, a esse respeito, à impressão causada por figuras de cera, bonecos e autômatos engenhosamente construídos. A estes acrescenta o estranho efeito dos acessos epiléticos e das manifestações de insanidade, porque excitam no espectador a impressão de processos automáticos e mecânicos, operando por trás da aparência comum de atividade mental. Sem aceitar inteiramente esse ponto de vista do autor, tomá-lo-emos como ponto de partida para as nossas próprias investigações, porque no que se segue ele nos lembra um escritor que, mais do que qualquer outro, teve êxito na criação de efeitos estranhos.

Escreve Jentsch: ‘Ao contar uma história, um dos recursos mais bem-sucedidos para criar facilmente efeitos de estranheza é deixar o leitor na incerteza de que uma determinada figura na história é um ser humano ou um autômato, e fazê-lo de tal modo que a sua atenção não se concentre diretamente nessa incerteza, de maneira que não possa ser levado a penetrar no assunto e esclarecê-lo imediatamente. Isto, como afirmamos, dissiparia rapidamente o peculiar efeito emocional da coisa. E.T.A. Hoffmann empregou repetidas vezes, com êxito, esse artifício psicológico nas suas narrativas fantásticas.’

Essa observação, indubitavelmente correta, refere-se principalmente à história de ‘O Homem da Areia’, em *Nachtstücke*, de Hoffmann, que contém o original de Olímpia, a boneca que aparece no primeiro ato da ópera de Offenbach, *Contos de Hoffmann*. Mas não posso achar - e espero que a maioria dos leitores da história concorde comigo - que o tema da boneca Olímpia, que é em todos os aspectos um ser humano, seja de alguma forma o único elemento, ou de fato o mais importante, a que se deva atribuir a inigualável atmosfera de estranheza evocada pela história. Nem essa atmosfera é elevada pelo fato de que o próprio autor trata o episódio de Olímpia com um leve toque de sátira e o usa para ridicularizar a idealização que a jovem faz da sua amante. O tema principal da história é, pelo contrário, algo diferente, algo que lhe dá o nome e que é sempre reintroduzido nos momentos críticos: é o tema do ‘Homem da Areia’, que arranca os olhos das crianças.

Esse conto fantástico principia com as recordações de infância do estudante Nataniel. Apesar da sua felicidade presente, não pode banir as lembranças ligadas à morte misteriosa e apavorante do seu amado pai. Em certas noites, sua mãe costumava mandar as crianças cedo para a cama, prevenindo-as de que ‘o Homem da Areia estava chegando’; e, por certo, Nataniel não deixaria de ouvir os pesados passos de um visitante, com o qual o pai estaria ocupado toda a noite. Quando indagada acerca do Homem da Areia, a sua mãe na verdade negava que tal pessoa existisse, exceto como figura de linguagem; a babá, porém, podia dar-lhe uma informação mais precisa: ‘É um homem perverso que chega quando as crianças não vão para a cama, e joga punhados de areia nos olhos delas, de modo que estes saltam sangrando da cabeça. Ele coloca então os olhos num saco e os leva para a meia-lua, para alimentar os seus filhos. Eles estão acomodados lá em cima, no ninho, e seus bicos são curvos como bicos de coruja, e eles os usam para mordiscar os olhos dos meninos e das meninas desobedientes.’

Embora o pequeno Nataniel fosse sensível e tivesse idade bastante para não dar crédito à figura do Homem da Areia com tais horríveis atributos, ainda assim o medo fixou-se no seu coração. Determinou-se a descobrir que aparência tinha o Homem da Areia; e uma noite, quando o Homem da Areia era outra vez esperado, ele escondeu-se no escritório do pai. Reconheceu o visitante como sendo o advogado Copélio, uma pessoa repulsiva que amedrontava as crianças quando, ocasionalmente, aparecia para jantar; e ele agora identificava esse Copélio com o temido Homem da Areia. No que diz respeito ao resto da

cena, Hoffmann já nos deixa em dúvida se o que estamos testemunhando é o primeiro delírio do apavorado menino, ou uma sucessão de acontecimentos que devem ser considerados, na história, como sendo reais. O pai e o convidado estão trabalhando num braseiro incandescente. O pequeno intrometido ouve Copélio invocar: ‘Aqui os olhos! Aqui os olhos!’, e trai-se ao soltar um alto grito. Copélio apanha-o e está prestes a lançar brasas tiradas do fogo em seus olhos, jogando estes depois no braseiro, mas o pai lhe implora que solte o menino e salva-lhe os olhos. Depois disso, o rapaz cai em profundo desfalecimento; e uma longa enfermidade põe fim à sua experiência. Aqueles que optam pela interpretação racionalista do Homem da Areia não deixam de reconhecer, na fantasia do menino, a persistente influência da história contada pela babá. Os punhados de areia que deveriam ser jogados aos olhos da criança, transformam-se em pedaços de carvão em brasa, tirados das chamas; e em ambos os casos destinam-se a fazer com que os seus olhos pulem para fora. No decorrer de uma outra visita do Homem da Areia, um ano depois, o pai é morto no escritório por uma explosão. O advogado Copélio desaparece do lugar sem deixar qualquer vestígio atrás de si.

Nataniel, agora um estudante, crê ter reconhecido esse fantasma de horror da sua infância num oculista itinerante, um italiano chamado Giuseppe Coppola, que na cidade universitária, se oferece para vender-lhe barômetros. Quando Nataniel recusa, o homem prossegue: ‘Não quer barômetros? Não quer barômetros? Tenho também ótimos olhos, ótimos olhos!’ O terror do estudante atenua-se quando descobre que os olhos oferecidos são apenas inofensivos óculos, e compra um pequeno telescópio de Coppola. Com a ajuda do instrumento ele observa a casa em frente, do professor Spalanzani, e ali espia a bela mas estranhamente silenciosa e imóvel filha de Spalanzani, Olímpia. Logo se apaixona por ela tão violentamente que, por sua causa, esquece a moça talentosa e sensível de quem está noivo. Mas Olímpia é um autômato, cujo mecanismo foi feito por Spalanzani e cujos olhos foram colocados por Coppola, o Homem da Areia. O estudante surpreende os dois Mestres discutindo quanto ao seu trabalho manual. O oculista leva embora a boneca de madeira, sem os olhos; e o mecânico, Spalanzani, apanha no chão os olhos sangrentos de Olímpia e os arremessa ao peito de Nataniel, dizendo que Coppola os havia roubado do estudante. Nataniel sucumbe a um novo ataque de loucura e, no seu delírio, a recordação da morte do pai mistura-se a essa nova experiência. ‘Apressa-te! Apressa-te! anel de fogo!’ grita ele. ‘Gira, anel de fogo - Hurrah! Apressa-te, boneca de pau! Linda boneca de pau, gira -.’ Cai então sobre o professor, o ‘pai’ de Olímpia, e tenta estrangulá-lo.

Reanimando-se de uma longa e grave enfermidade, Nataniel parece, por fim, estar recuperado. Pretende casar-se com a sua noiva, com a qual se reconciliou. Um dia estavam ele e ela passeando pelo mercado da cidade, sobre o qual a alta torre da prefeitura lança a sua enorme sombra. Por sugestão da moça, sobem à torre, deixando em baixo o irmão dela, que caminhava com eles. Do alto, a atenção de Clara é atraída para um curioso objeto que se move ao longo da rua. Nataniel observa essa coisa através do telescópio de Coppola e cai num novo ataque de loucura. Gritando ‘Gira, boneca de pau!’, tenta jogar a garota da torre.

O irmão da moça, levado pelos gritos desta, salva-a e apressa-se em descer com ela em segurança. Lá em cima, na torre, o louco corre em círculos berrando ‘Gira, anel de fogo!’ - e nós sabemos a origem das palavras. Entre as pessoas que começaram a se juntar em baixo, destaca-se a figura do advogado Copélio, que voltou de repente. Podemos supor que foi a sua aproximação, vista através do telescópio, que lançou Nataniel ao seu acesso de loucura. Enquanto as pessoas que observam a cena se preparam para subir e dominar o louco, Copélio ri e diz: ‘Esperem um pouco; ele vai descer por si próprio.’ Subitamente Nataniel fica imóvel, avista Copélio e, com um grito selvagem de ‘Sim! Ótimos olhos - ótimos olhos!’, lança-se por sobre o parapeito. Seu corpo jaz nas pedras da rua com o crânio despedaçado, enquanto o Homem da Areia desaparece na multidão.

Esse breve sumário não deixa dúvidas, acho eu, de que o sentimento de algo estranho está ligado diretamente à figura do Homem da Areia, isto é, à idéia de ter os olhos roubados, e que o ponto de vista de Jentsch, de uma incerteza intelectual, nada tem a ver com o efeito. A incerteza quanto a um objeto ser vivo ou inanimado, que reconhecidamente se aplica à boneca Olímpia, é algo irrelevante em relação a esse outro exemplo, mais chocante, de estranheza. É verdade que o escritor cria uma espécie de incerteza em nós, a princípio, não nos deixando saber, sem dúvida propositalmente, se nos está conduzindo pelo mundo real ou por um mundo puramente fantástico, de sua própria criação. Ele tem, de certo, o direito de fazer ambas as coisas; e se escolhe como palco da sua ação um mundo povoado de espíritos, demônios e fantasmas, como Shakespeare em *Hamlet*, em *Macbeth* e, em sentido diferente, em *A Tempestade* e *Sonho de uma Noite de Verão*, devemos-nos curvar à sua decisão e considerar o cenário como sendo real, pelo tempo em que nos colocamos nas suas mãos. Essa incerteza, porém, desaparece no decorrer da história de Hoffmann, e percebemos que pretende, também, fazer-nos olhar através dos óculos ou do telescópio do demoníaco oculista - talvez, na verdade, o próprio autor em pessoa tenha feito observações atentas através de tal instrumento. A conclusão da história deixa bastante claro que Coppola, o oculista, é realmente o advogado Copélio e também, portanto, o Homem da Areia.

Não se trata aqui, portanto, de uma questão de incerteza intelectual: sabemos agora que não devemos estar observando o produto da imaginação de um louco, por trás da qual nós, com a superioridade das mentes racionais, estamos aptos a detectar a sensata verdade; e, ainda assim, esse conhecimento não diminui em nada a impressão de estranheza. A teoria da incerteza intelectual é, assim, incapaz de explicar aquela impressão.

Sabemos, no entanto, pela experiência psicanalítica, que o medo de ferir ou perder os olhos é um dos mais terríveis temores das crianças. Muitos adultos conservam uma apreensão nesse aspecto, e nenhum outro dano físico é mais temido por esses adultos do que um ferimento nos olhos. Estamos acostumados, também, a dizer que estimamos uma coisa como a menina dos olhos. O estudo dos sonhos, das fantasias e dos mitos ensinou-nos que a ansiedade em relação aos próprios olhos, o medo de ficar cego, é muitas vezes um substituto

do temor de ser castrado. O autocegamento do criminoso mítico, Édipo, era simplesmente uma forma atenuada do castigo da castração - o único castigo que era adequado a ele pela *lex tallionis*. Podemos tentar, com fundamento racionalista, negar que os temores em relação aos olhos derivem do medo da castração, e argumentar que é muito natural que um órgão tão preciso como o olho deva ser guardado por um medo proporcional. Na verdade, podemos ir mais além e dizer que o próprio medo da castração não contém outro significado, nem outro segredo mais profundo, do que um justificável medo de natureza racional. Esse ponto de vista, porém, não considera adequadamente a relação substitutiva entre o olho e o órgão masculino, que se verifica existir nos sonhos, mitos e fantasias; nem dissipa a impressão de que a ameaça de ser castrado excita de modo especial uma emoção particularmente violenta e obscura, e que é essa emoção que dá, antes de mais nada, intenso colorido à idéia de perder outros órgãos. Todas as demais dúvidas são afastadas quando sabemos, pela análise de pacientes neuróticos, dos detalhes do seu 'complexo de castração' e compreendemos a enorme importância desse complexo na vida mental de tais pacientes.

Ademais, eu não recomendaria a qualquer oponente da concepção psicanalítica que escolhesse particularmente essa história do Homem da Areia, para apoiar o argumento de que a ansiedade em relação aos olhos nada tem a ver com o complexo de castração. Por que razão, então, colocou Hoffmann essa ansiedade em relação tão íntima com a morte do pai? E por que o Homem da Areia aparece sempre como um perturbador do amor? Ele separa o infeliz Nataniel da sua noiva e do irmão desta, seu melhor amigo; ele destrói o segundo objeto do seu amor, Olímpia, a linda boneca; e leva-o ao suicídio no momento em que recuperou a sua Clara e está prestes a unir-se venturosamente a ela. Na história, elementos como estes e muitos outros parecem arbitrários e sem sentido, na medida em que negamos toda ligação entre os medos relacionados com os olhos e com a castração; mas tornam-se inteligíveis tão logo substituímos o Homem da Areia pelo pai temido, de cujas mãos é esperada a castração. Arriscar-nos-emos, portanto, a referir o estranho efeito do Homem da Areia à ansiedade pertencente ao complexo de castração da infância. Contudo, uma vez atingida a idéia de que podemos tornar um fator infantil como este responsável por sentimentos de estranheza, somos encorajados a verificar se podemos aplicá-la a outros exemplos do estranho. Na história do Homem da Areia, encontramos o outro tema destacado por Jentsch, de uma boneca que parece ter vida. Jentsch acredita que se cria uma condição particularmente favorável para despertar sentimentos de estranheza, quando existe uma incerteza intelectual quanto a um objeto ter ou não vida, e quando um objeto inanimado se torna excessivamente parecido com um objeto animado. Ora, certamente as bonecas são intimamente ligadas com a vida infantil. Lembremo-nos de que, nos primeiros folguedos, de modo algum as crianças distinguem nitidamente objetos vivos de objetos inanimados, e gostam particularmente de tratar as suas bonecas como pessoas vivas. De fato, tenho ouvido ocasionalmente uma paciente declarar que, mesmo aos oito anos de idade, ainda estava convencida de que as suas bonecas certamente ganhariam vida se ela as olhasse de uma determinada forma, extremamente concentrada. De modo que, também aqui, não é difícil descobrir um fator da infância. Curiosamente, porém, ainda que a história do Homem da

Areia aborde o despertar de um medo da primitiva infância, a idéia de uma ‘boneca viva’ não provoca absolutamente o medo; as crianças não temem que as suas bonecas adquiram vida, podem até desejá-lo. A fonte de sentimentos de estranheza não seria, nesse caso, portanto, um medo infantil; mas, antes, seria um desejo ou até mesmo simplesmente uma crença infantil. Parece haver aqui uma contradição; porém, talvez seja apenas uma complicação, que nos pode ser útil mais tarde.

Hoffmann é o mestre incomparável do estranho na literatura. Sua novela *Die Elixire des Teufels* [*O Elixir do Diabo*] contém toda uma série de temas a que se é tentado a atribuir o efeito estranho da narrativa; mas é uma história por demais obscura e intrincada para que nos aventuremos a um sumário da mesma. Já mais para o final do livro é que o leitor fica a saber dos fatos, que até então lhe haviam sido ocultados, dos quais se origina a ação; com o resultado de que não fica, por fim, esclarecido, mas de que cai num estado de completa estupefação. O autor acumulou excessivo material da mesma espécie. Em consequência disso, a compreensão da história como um todo sofre, ainda que não a impressão que provoca. Devemo-nos contentar em escolher aqueles temas de *estranheza* que se destacam mais, ao mesmo tempo em que verificamos se também podem ser facilmente atribuídos a causas infantis. Todos esses temas dizem respeito ao fenômeno do ‘duplo’, que aparece em todas as formas e em todos os graus de desenvolvimento. Assim, temos personagens que devem ser considerados idênticos porque parecem semelhantes, iguais. Essa relação é acentuada por processos mentais que saltam de um para outro desses personagens - pelo que chamaríamos telepatia -, de modo que um possui conhecimento, sentimento e experiência em comum com o outro. Ou é marcada pelo fato de que o sujeito identifica-se com outra pessoa, de tal forma que fica em dúvida sobre quem é o seu eu (*self*), ou substitui o seu próprio eu (*self*) por um estranho. Em outras palavras, há uma duplicação, divisão e intercâmbio do eu (*self*). E, finalmente, há o retorno constante da mesma coisa - a repetição dos mesmos aspectos, ou características, ou vicissitudes, dos mesmos crimes, ou até dos mesmos nomes, através das diversas gerações que se sucedem.

O tema do ‘duplo’ foi abordado de forma muito completa por Otto Rank (1914). Ele penetrou nas ligações que o ‘duplo’ tem com reflexos em espelhos, com sombras, com os espíritos guardiões, com a crença na alma e com o medo da morte; mas lança também um raio de luz sobre a surpreendente evolução da idéia. Originalmente, o ‘duplo’ era uma segurança contra a destruição do ego, uma ‘enérgica negação do poder da morte’, como afirma Rank; e, provavelmente, a alma ‘imortal’ foi o primeiro ‘duplo’ do corpo. Essa invenção do duplicar como defesa contra a extinção tem sua contraparte na linguagem dos sonhos, que gosta de representar a castração pela duplicação ou multiplicação de um símbolo genital. O mesmo desejo levou os antigos egípcios a desenvolverem a arte de fazer imagens do morto em materiais duradouros. Tais idéias, no entanto, brotaram do solo do amor-próprio ilimitado, do narcisismo primário que domina a mente da criança e do homem primitivo. Entretanto, quando essa etapa está superada, o ‘duplo’ inverte seu aspecto.

Depois de haver sido uma garantia da imortalidade, transforma-se em estranho anunciador da morte.

A idéia do ‘duplo’ não desaparece necessariamente ao passar o narcisismo primário, pois pode receber novo significado dos estádios posteriores do desenvolvimento do ego. Forma-se ali, lentamente, uma atividade especial, que consegue resistir ao resto do ego, que tem a função de observar e de criticar o eu (*self*) e de exercer uma censura dentro da mente, e da qual tomamos conhecimento como nossa ‘consciência’. No caso patológico de delírios de observação, essa atividade mental torna-se isolada, dissociada do ego e discernível ao olho do terapeuta. O fato de que existe uma atividade dessa natureza, que pode tratar o resto do ego como um objeto - isto é, o fato de que o homem é capaz de auto-observação - torna possível investir a velha idéia de ‘duplo’ de um novo significado e atribuir-lhe uma série de coisas - sobretudo aquelas coisas que, para a autocrítica, parecem pertencer ao antigo narcisismo superado dos primeiros anos.

Não é, contudo, apenas esse último material, ofensivo como é para a crítica do ego, que pode ser incorporado à idéia de um duplo. Há também todos os futuros, não cumpridos mas possíveis, a que gostamos ainda de nos apegar, por fantasia; há todos os esforços do ego que circunstâncias externas adversas aniquilaram e todos os nossos atos de vontade suprimidos, atos que nutrem em nós a ilusão da Vontade Livre. [Cf. Freud, 1901b, Capítulo XII (B).]

Após haver assim considerado a motivação *manifesta* da figura de um ‘duplo’, porém, temos que admitir que nada disso nos ajuda a compreender a sensação extraordinariamente intensa de algo estranho que permeia a concepção; e o nosso conhecimento dos processos mentais patológicos permite-nos acrescentar que nada, nesse material mais superficial, podia ser levado em conta na ânsia de defesa que levou o ego a projetar para fora aquele material, como algo estranho a si mesmo. Quando tudo está dito e feito, a qualidade de estranheza só pode advir do fato de o ‘duplo’ ser uma criação que data de um estágio mental muito primitivo, há muito superado - incidentalmente, um estágio em que o ‘duplo’ tinha um aspecto mais amistoso. O ‘duplo’ converteu-se num objeto de terror, tal como após o colapso da religião, os deuses se transformam em demônios.

As outras formas de perturbação do ego, exploradas por Hoffmann, podem ser facilmente avaliadas pelos mesmos parâmetros do tema do ‘duplo’. São elas um retorno a determinadas fases na elevação do sentimento de autoconsideração, uma regressão a um período em que o ego não se distinguira ainda nitidamente do mundo externo e de outras pessoas. Acredito que esses fatores são em parte responsáveis pela impressão de estranheza, embora não seja fácil isolar e determinar exatamente a sua participação nisso.

O fator da repetição da mesma coisa não apelará, talvez, para todos como fonte de uma sensação estranha. Daquilo que tenho observado, esse fenômeno, sujeito a determinadas

condições e combinado a determinadas circunstâncias, provoca indubitavelmente uma sensação estranha, que, além do mais, evoca a sensação de desamparo experimentada em alguns estados oníricos. Em certa tarde quente de verão, caminhava eu pelas ruas desertas de uma cidade provinciana na Itália, quando me encontrei num quarteirão sobre cujo caráter não poderia ficar em dúvida por muito tempo. Só se viam mulheres pintadas nas janelas das pequenas casas, e apressei-me a deixar a estreita rua na esquina seguinte. Mas, depois de haver vagado algum tempo sem perguntar o meu caminho, encontrei-me subitamente de volta à mesma rua, onde a minha presença começava agora a despertar atenção. Afastei-me apressadamente uma vez mais, apenas para chegar, por meio de outro *détour*, à mesma rua pela terceira vez. Agora, no entanto, sobreveio-me uma sensação que só posso descrever como estranha, e alegrei-me bastante por encontrar-me de volta à *piazza* que deixara pouco antes, sem quaisquer outras viagens de descoberta. Outras situações, que têm em comum com a minha aventura um retorno involuntário da mesma situação, as quais, porém, dela diferem radicalmente em outros aspectos, resultam também na mesma sensação de desamparo e de estranheza. Assim, por exemplo, quando, surpreendido talvez por um nevoeiro, alguém perde o caminho numa floresta da montanha, cada tentativa para encontrar o caminho marcado ou familiar pode levar a pessoa de volta, por muitas e muitas vezes, a um único e mesmo ponto, que pode ser identificado por algum marco particular. Ou a pessoa pode vagar numa sala escura e desconhecida, procurando a porta ou o interruptor de luz, e esbarrar, vez após vez, com a mesma peça de mobiliário - conquanto seja verdade que Mark Twain conseguiu, com extravagante exagero, transformar essa última situação em algo irresistivelmente cômico.

Se tomamos outro tipo de coisas, é fácil verificar que também é apenas esse fator de repetição involuntária que cerca o que, de outra forma, seria bastante inocente, de uma atmosfera estranha, e que nos impõe a idéia de algo fatídico e inescapável, quando, em caso contrário, teríamos apenas falado de 'sorte'. Naturalmente, por exemplo, não damos importância ao fato quando entregamos um sobretudo e recebemos do guarda-roupa um tíquete com o número, digamos, 62; ou quando descobrimos que a nossa cabine num navio tem esse número. Mas a impressão é alterada se dois eventos, cada qual independente em si, ocorrem próximos: se nos deparamos com o número 62 diversas vezes no mesmo dia, ou se começamos a perceber que tudo o que tem número - endereços, quartos de hotel, compartimentos em trens - tem invariavelmente o mesmo, ou, em todo caso, um que contém os mesmos algarismos. Sentimos que isso é estranho. E, a não ser que o indivíduo seja totalmente impermeável ao engodo da superstição, ficará tentado a atribuir um significado secreto a essa ocorrência obstinada de um número; entende-lo-á talvez como uma indicação do período de vida a ele designado. Ou suponha-se alguém empenhado em ler as obras do famoso fisiólogo Hering, e num espaço de poucos dias recebe duas cartas, de dois diferentes países, cada qual de uma pessoa chamada Hering, embora esse leitor de fisiologia jamais tenha tido contato com qualquer pessoa chamada Hering. Não há muito tempo um inventivo cientista (Kammerer, 1919) tentou reduzir as coincidências dessa espécie a determinadas leis, privando-as assim do seu estranho efeito. Não vou arriscar-me a decidir se ele foi ou não bem-sucedido.

O modo com que exatamente podemos atribuir à psicologia infantil o estranho efeito de semelhantes ocorrências, é uma questão que posso tocar apenas tangencialmente nestas páginas; e devo referir ao leitor um outro trabalho, já concluído no qual o problema foi colocado em detalhes, mas numa relação diferente. Pois é possível reconhecer, na mente inconsciente, a predominância de uma ‘compulsão à repetição’, procedente dos impulsos instintuais e provavelmente inerente à própria natureza dos instintos - uma compulsão poderosa o bastante para prevalecer sobre o princípio de prazer, emprestando a determinados aspectos da mente o seu caráter demoníaco, e ainda muito claramente expressa nos impulsos das crianças pequenas; uma compulsão que é responsável, também, por uma parte do rumo tomado pelas análises de pacientes neuróticos. Todas essas considerações preparam-nos para a descoberta de que o que quer que nos lembre esta íntima ‘compulsão à repetição’ é percebido como estranho.

Agora, no entanto, é tempo de deixarmos esses aspectos do problema, que, em todo caso, são difíceis de julgar, e procurarmos alguns exemplos inegáveis do estranho, na esperança de que uma análise destes decida se nossa hipótese é válida.

Na história de ‘O Anel de Polícrates’, o rei do Egito afasta-se horrorizado do seu anfitrião, Polícrates, porque vê que cada desejo do seu amigo é imediatamente satisfeito, cada cuidado seu prontamente anulado por um amável destino. O anfitrião tornou-se ‘estranho’ para ele. A sua própria explicação, de que também o homem feliz tem que temer a inveja dos deuses, parece-nos obscura; o seu significado está dissimulado em linguagem mitológica. Voltar-nos-emos, portanto, para um outro exemplo, em cenário menos grandioso. No caso clínico de um neurótico obsessivo, descrevi como o paciente ficou certa vez num estabelecimento para tratamento hidropático e muito se beneficiou disso. Teve o bom senso, no entanto, de atribuir a sua melhora não às propriedades terapêuticas da água, mas à situação do seu quarto, que ficava exatamente ao lado do de uma enfermeira muito obsequiosa. Assim, na sua segunda visita ao estabelecimento, pediu o mesmo quarto, mas disseram-lhe que já estava ocupado por um senhor de idade, ao que ele deu vazão ao seu aborrecimento com as palavras: ‘Quero que ele caia morto por causa disso.’ Duas semanas depois o velho realmente teve um derrame. O meu paciente considerou o fato uma experiência ‘estranha’. A impressão de estranheza teria sido ainda mais forte se menos tempo houvesse passado entre as duas palavras e o infeliz evento, ou se tivesse sido capaz de apresentar inumeráveis coincidências semelhantes. O fato é que não teve dificuldades para exibir coincidências dessa espécie; mas, então, não apenas ele, mas também todos os neuróticos obsessivos que observei, conseguiram relatar experiências análogas. Jamais se surpreendem quando invariavelmente se chocam com alguém em quem justamente acabam de pensar, talvez pela primeira vez em muito tempo. Se dizem certo dia ‘Há muito tempo que não tenho notícias de fulano’, estarão certos de receber uma carta desse fulano na manhã seguinte, e raramente ocorrerá um acidente ou uma morte sem que isto lhes tenha passado pela cabeça pouco antes. Têm o hábito de referir-se a esse estado de coisas da maneira mais modesta, dizendo que têm ‘pressentimentos’ que ‘geralmente’ se tornam realidade.

Uma das mais estranhas e difundidas formas de superstição é o medo do mau-olhado, que foi exaustivamente estudado por um oculista de Hamburgo, Seligmann (1910-11). Parece jamais ter havido qualquer dúvida quanto à origem desse medo. Quem quer que possua algo que seja a um só tempo valioso e frágil, tem medo da inveja de outras pessoas, na medida em que projeta nelas a inveja que teria sentido em seu lugar. Um sentimento como este trai-se por um olhar, muito embora não seja posto em palavras; e quando um homem se destaca devido a atributos visíveis, e particularmente atributos não atraentes, as outras pessoas estão prontas a acreditar que a sua inveja se eleva a um grau de intensidade maior do que o habitual, e que essa intensidade a converterá em ação efetiva. Assim, o que é temido é uma intenção secreta de fazer mal, e determinados sinais são interpretados como se aquela intenção tivesse o poder necessário às suas ordens.

Esse últimos exemplos do ‘estranho’ devem ser referidos ao princípio que denominei ‘onipotência de pensamento’, tomando o nome de uma expressão usada por um dos meus pacientes. E agora encontramos-nos em terreno familiar. A nossa análise de exemplos do estranho reconduziu-nos à antiga concepção animista do universo. Caracterizava-se esta pela idéia de que o mundo era povoado por espíritos dos seres humanos; pela supervalorização narcísica, do sujeito, de seus próprios processos mentais, pela crença na onipotência dos pensamentos e a técnica de magia baseada nessa crença; pela atribuição, a várias pessoas e coisas externas, de poderes mágicos cuidadosamente graduados, ou ‘*mana*’; bem como por todas as outras criações, com a ajuda das quais o homem, no irrestrito narcisismo desse estágio de desenvolvimento, empenhou-se em desviar as proibições manifestas da realidade. É como se cada um de nós houvesse atravessado uma fase de desenvolvimento individual correspondente a esse estágio animista dos homens primitivos, como se ninguém houvesse passado por essa fase sem preservar certos resíduos e traços dela, que são ainda capazes de se manifestar, e que tudo aquilo que agora nos surpreende como ‘estranho’ satisfaz a condição de tocar aqueles resíduos de atividade mental animista dentro de nós e dar-lhes expressão. Neste ponto vou expor duas considerações que, penso eu, contêm a essência deste breve estudo. Em primeiro lugar, se a teoria psicanalítica está certa ao sustentar que todo afeto pertencente a um impulso emocional, qualquer que seja a sua espécie, transforma-se, se reprimido, em ansiedade, então, entre os exemplos de coisas assustadoras, deve haver uma categoria em que o elemento que amedronta pode mostrar-se ser algo reprimido que *retorna*. Essa categoria de coisas assustadoras construiria então o estranho; e deve ser indiferente a questão de saber se o que é estranho era, em si, originalmente assustador ou se trazia algum *outro* afeto. Em segundo lugar, se é essa, na verdade, a natureza secreta do estranho, pode-se compreender por que o uso lingüístico estendeu das *Heimliche* [‘*homely*’ (‘doméstico, familiar’)] para o seu oposto, *das Unheimliche* (ver em [1]); pois esse estranho não é nada novo ou alheio, porém algo que é familiar e há muito estabelecido na mente, e que somente se alienou desta através do processo da repressão. Essa referência ao fator da repressão permite-nos, ademais, compreender a definição de Schelling [ver em [1]] do estranho como algo que deveria ter permanecido oculto mas veio à luz.

Resta-nos apenas comprovar a nossa nova hipótese em mais um ou dois exemplos do estranho.

Muitas pessoas experimentam a sensação, em seu mais alto grau, em relação à morte e aos cadáveres, ao retorno dos mortos e a espíritos e fantasmas. Como vimos [ver em [1]], algumas línguas em uso atualmente só podem traduzir a expressão alemã ‘uma casa *unheimlich*’ por ‘uma casa *assombrada*’. De fato, podíamos ter começado nossa investigação com esse exemplo, talvez o mais impressionante de todos, de algo estranho, mas abstinemo-nos de o fazer, porque o estranho nesse exemplo está por demais miscigenado ao que é puramente horrível, e é em parte encoberto por ele. Dificilmente existe outra questão, no entanto, em que as nossas idéias e sentimentos tenham mudado tão pouco desde os primórdios dos tempos, e na qual formas rejeitadas tenham sido tão completamente preservadas sob escasso disfarce, como a nossa relação com a morte. Duas coisas contam para o nosso conservadorismo: a força da nossa reação emocional original à morte e a insuficiência do nosso conhecimento científico a respeito dela. A biologia não conseguiu ainda responder se a morte é o destino inevitável de todo ser vivo ou se é apenas um evento regular, mas ainda assim talvez evitável, da vida. É verdade que a afirmação ‘Todos os homens são mortais’ é mostrada nos manuais de lógica como exemplo de uma proposição geral; mas nenhum ser humano realmente a compreende, e o nosso inconsciente tem tão pouco uso hoje, como sempre teve, para a idéia da sua própria mortalidade. As religiões continuam a discutir a importância do fato inegável da morte individual e a postular uma vida após a morte; os governos civis ainda acreditam que não podem manter a ordem moral entre os vivos, se não sustentam a perspectiva de uma vida melhor no futuro como recompensa pela existência mundana. Nas nossas grandes cidades, anunciam-se conferências que tentam dizer-nos como entrar em contato com as almas mais capazes e penetrantes mentes entre os nossos homens de ciência chegaram à conclusão, especialmente perto do final da vida, de que um contato dessa espécie não é impossível. Uma vez que quase todos nós ainda pensamos como selvagens acerca desse tópico, não é motivo para surpresa o fato de que o primitivo medo da morte é ainda tão intenso dentro de nós e está sempre pronto a vir à superfície por qualquer provocação. É muito provável que o nosso medo ainda implique na velha crença de que o morto torna-se inimigo do seu sobrevivente e procura levá-lo para partilhar com ele a sua nova existência. Considerando a nossa inalterada atitude em relação à morte, poderíamos, antes, perguntar o que aconteceu à repressão, que é a condição necessária de um sentimento primitivo que retorna em forma de algo estranho. A repressão, porém, também está presente. Todas as pessoas supostamente educadas, cessaram oficialmente de acreditar que os mortos podem tornar-se visíveis como espíritos, e tornaram tais aparições dependentes de condições improváveis e remotas; ademais, a atitude emocional dessas pessoas para com os seus mortos, que já foi uma atitude altamente ambígua e ambivalente, foi, nos estratos mais elevados da mente, reduzida a um sentimento unilateral de piedade.

Agora temos apenas algumas observações a acrescentar - pois o animismo, a magia e a

bruxaria, a onipotência dos pensamentos, a atitude de homem para com a morte, a repetição involuntária e o complexo de castração compreendem praticamente todos os fatores que transformam algo assustador em algo estranho.

Também podemos falar de uma pessoa viva como estranha, e o fazemos quando lhe atribuímos intenções maldosas. Mas não é tudo; além disso, devemos sentir que suas intenções de nos prejudicar serão levadas a cabo com o auxílio de poderes especiais. Um bom exemplo disso é o ‘*Gettatore*’, aquela estranha figura de superstição romântica que Schaeffer, com sentimento poético intuitivo e profunda compreensão psicanalítica, transformou em personagem simpática no seu *Josef Montfort*. Mas a questão desses poderes secretos leva-nos outra vez de volta ao reino do animismo. A piedosa Grethen tinha a intuição de que Mefistófeles possuía poderes secretos dessa natureza que o tornaram tão estranho para ela.

Sie fühlt dass ich ganz sicher ein Genie, Vielleicht sogar der Teufel bin.

O efeito estranho da epilepsia e da loucura tem a mesma origem. O leigo vê nelas a ação de forças previamente insuspeitadas em seus semelhantes, mas ao mesmo tempo está vagamente consciente dessas forças em remotas regiões do seu próprio ser. A Idade Média atribuía, com absoluta coerência, todas essas doenças à influência de demônios e, nisso, a sua psicologia era quase correta. Na verdade, não ficaria surpreso em ouvir que a psicanálise, que se preocupa em revelar essas forças ocultas, tornou-se assim estranha para muitas pessoas, por essa mesma razão. Houve um caso, após haver tido êxito - embora não muito rapidamente - na cura de uma moça que fora inválida por muitos anos, em que ouvi essa opinião expressa pela mãe da paciente, muito depois da sua recuperação.

Membros arrancados, uma cabeça decepada, mão cortada pelo pulso, como num conto fantástico de Hauff, pés que dançam por si próprios, como no livro de Schaeffer que mencionei acima - todas essas coisas têm algo peculiarmente estranho a respeito delas, particularmente quando, como no último exemplo, mostram-se, além do mais, capazes de atividade independente. Como já sabemos, essa espécie de estranheza origina-se da sua proximidade ao complexo de castração. Para algumas pessoas, a idéia de ser enterrado vivo por engano é a coisa mais estranha de todas. Ainda assim, a psicanálise nos ensinou que essa fantasia assustadora é apenas uma transformação de outra fantasia que originalmente nada tinha em absoluto de aterrorizador, mas caracterizava-se por uma certa lascívia - quero dizer, a fantasia da existência intra-uterina.

Há mais um ponto de aplicação geral que gostaria de acrescentar, embora, estritamente falando, tenha sido incluído no que já foi dito acerca do animismo e dos modos de ação do aparato mental que foram superados; mas penso que merece destaque especial. Refiro-me a que um estranho efeito se apresenta quando se extingue a distinção entre imaginação e

realidade, como quando algo que até então considerávamos imaginário surge diante de nós na realidade, ou quando um símbolo assume as plenas funções da coisa que simboliza, e assim por diante. É esse fator que contribui não pouco para o estranho efeito ligado às práticas mágicas. Nele, o elemento infantil, que também domina a mente dos neuróticos, é a superênfatização da realidade psíquica em comparação com a realidade material - um aspecto estreitamente ligado à crença na onipotência dos pensamentos. No meio do isolamento do período de guerra, caiu em minhas mãos um número da revista inglesa *Strand Magazine*; e, entre outras matérias algo redundantes, li uma história sobre um jovem casal que se muda para uma casa mobiliada onde há uma mesa de forma curiosa, com entalhes de crocodilos na sua superfície. No fim da tarde um odor intolerável e bastante específico começa a impregnar a casa; eles tropeçam em algo no escuro; parece-lhes verem uma forma vaga deslizando sobre as escadas - para resumir, dá-se a entender que a presença da mesa faz com que crocodilos fantasmas assombrem a casa, ou que os monstros de madeira adquirem vida no escuro, ou alguma coisa no gênero. Era uma história bastante ingênua, mas o estranho efeito que produzia era notável.

Para encerrar esta coletânea de exemplos, que certamente não está completa, vou relatar um outro, tirado da experiência psicanalítica; se não se baseia em mera coincidência, fornece uma bela confirmação da nossa teoria do estranho. Acontece com freqüência que os neuróticos do sexo masculino declaram que sentem haver algo estranho no órgão genital feminino. Esse lugar *unheimlich*, no entanto, é a entrada para o antigo *Heim* [lar] de todos os seres humanos, para o lugar onde cada um de nós viveu certa vez, no princípio. Há um gracejo que diz ‘O amor é a saudade de casa’; e sempre que um homem sonha com um lugar ou um país e diz para si mesmo, enquanto ainda está sonhando: ‘este lugar é-me familiar, estive aqui antes’, podemos interpretar o lugar como sendo os genitais da sua mãe ou o seu corpo.” Nesse caso, também, o *unheimlich* é o que uma vez foi *heimisch*, familiar; o prefixo ‘un’ [‘in-’] é o sinal da repressão.

III

No decorrer desta exposição, o leitor terá sentido algumas dúvidas surgirem em sua mente; e teremos agora oportunidade de reuni-las e de expô-las.

Pode ser verdade que o estranho [*unheimlich*] seja algo que é secretamente familiar [*heimlich-heimisch*], que foi submetido à repressão e depois voltou, e que tudo aquilo que é estranho satisfaz essa condição. A escolha do material, com essa base, porém, não nos

permite resolver o problema do estranho. Porque a nossa proposta é claramente não conversível. Nem tudo o que preenche essa condição - nem tudo o que evoca desejos reprimidos e modos superados de pensamento, que pertencem à pré-história do indivíduo e da raça - é por causa disso estranho.

Nem esconderemos o fato de que, para quase cada exemplo aduzido em apoio da nossa hipótese, pode-se encontrar outro que a contradiz. A história da mão decepada no conto de Hauff [ver em [1]] certamente tem um estranho efeito, e podemos atribuir esse efeito ao complexo de castração; contudo, a maioria dos leitores provavelmente concordará comigo em julgar que nenhum traço de estranheza é provocado pela história de Heródoto do tesouro de Rhampsinitus, na qual o chefe dos ladrões, a quem a princesa tenta segurar pela mão, deixa-lhe em lugar da sua própria, a mão decepada do irmão dele. Uma vez mais, a pronta realização dos desejos do Polícrates [ver em [1]] afeta-nos indubitavelmente da mesma maneira que afetou o rei do Egito; ainda assim, as nossas próprias histórias de fadas estão abarrotadas de exemplos de realizações instantâneas de desejos, que não produzem qualquer efeito estranho ou assustador. Na história de ‘Os Três Desejos’, a mulher é tentada pelo apetitoso aroma de uma salsicha a desejar possuir também uma, e num instante a salsicha surge num prato diante dela. Contrariado pela sofreguidão da mulher, o marido deseja que a salsicha se lhe pendure no nariz. E lá ela fica, pendendo do nariz da mulher. Tudo isso é surpreendente, mas de modo algum estranho, amedrontador. Os contos de fadas adotam muito francamente o ponto de vista animista da onipotência dos pensamentos de desejos, e mesmo assim não consigo imaginar qualquer história de fadas genuína que tenha em si algo de estranho. Ficamos sabendo que há estranheza no mais alto grau quando um objeto inanimado - um quadro ou uma boneca - adquire vida; não obstante, nas histórias de Hans Christian Andersen, os utensílios domésticos, a mobília e os soldados de chumbo são vivos e, ainda assim, nada poderia estar mais longe do estranho. E dificilmente consideraríamos estranho o fato de que a bela estátua de Pigmalião adquire vida.

A morte aparente e a reanimação dos mortos têm sido representadas como temas dos mais estranhos. Também as coisas desse gênero são, contudo, muito comuns em histórias de fadas. Quem teria a ousadia de dizer que é estranho, por exemplo, quando Branca de Neve abre os olhos uma vez mais? E a ressurreição dos mortos em relatos de milagres, como no Novo Testamento, traz à tona sentimentos de forma alguma relacionadas com o estranho. Então, também o tema que alcança um efeito indubitavelmente estranho, a repetição involuntária da mesma coisa, serve outros propósitos, bastante diferentes, numa outra categoria de casos. Já deparamos com um exemplo [ver em [1]] no qual é empregado para evocar o sentimento do cômico; e poderíamos multiplicar os exemplos desse tipo. Ou, por outro lado, funciona como um meio de ênfase, e assim por diante. E, uma vez mais: qual é a origem do efeito estranho do silêncio, da escuridão e da solidão? Esses fatores não assinalam o papel desempenhado pelo perigo na gênese daquilo que é estranho, apesar de que, no caso das crianças, esses mesmos fatores são os que determinam mais freqüentemente a expressão de medo [em vez de estranheza]? E, afinal de contas, estaremos justificados ao ignorar

inteiramente a incerteza intelectual como um fator, tendo admitido a sua importância em relação à morte? [ver em [1] e [2].]

É evidente, portanto, que devemos estar preparados para admitir existirem outros elementos, além daqueles que estabelecemos até aqui, que determinam a criação de sensações estranhas. Poderíamos dizer que esses resultados preliminares satisfizeram o interesse *psicanalítico* pelo problema do estranho, e que aquilo que resta pede provavelmente uma investigação *estética*. Isto, porém, seria abrir a porta a dúvidas acerca de qual seja exatamente o valor da nossa argumentação geral, de que o estranho provém de algo familiar que foi reprimido.

Descobrimos um ponto que nos pode ajudar a resolver essas incertezas: quase todos os exemplos que contradizem a nossa hipótese são tomados ao domínio da ficção, da literatura imaginativa. Isto sugere que devemos distinguir entre o estranho que realmente experimentamos e o que simplesmente visualizamos ou sobre o qual lemos.

Aquilo que é *experimentado* como estranho está muito mais simplesmente condicionado, mas compreende muito menos exemplos. Descobriremos, acho eu, que se ajusta perfeitamente à nossa tentativa de solução, e pode-se atribuir, sem exceção, a algo familiar que foi reprimido. Mas, também aqui, devemos fazer uma certa diferenciação, importante e psicologicamente significativa, no nosso material, a qual melhor se elucida se nos voltamos a exemplos adequados.

Tomemos o estranho ligado à onipotência de pensamentos, à pronta realização de desejos, a maléficis poderes secretos e ao retorno dos mortos. A condição sob a qual se origina, aqui, a sensação de estranheza, é inequívoca. Nós - ou os nossos primitivos antepassados - acreditamos um dia que essas possibilidades eram realidades, e estávamos convictos de que realmente aconteciam. Hoje em dia não mais acreditamos nelas, *superamos* esses modos de pensamento; mas não nos sentimos muito seguros de nossas novas crenças, e as antigas existem ainda dentro de nós, prontas para se apoderarem de qualquer confirmação. Tão logo *acontece realmente* em nossas vidas algo que parece confirmar as velhas e rejeitadas crenças, sentimos a sensação do estranho; é como se estivéssemos raciocinando mais ou menos assim: ‘Então, afinal de contas, é *verdade* que se pode matar uma pessoa com o mero desejo da sua morte!’ ou ‘Então os mortos continuavam *mesmo* a viver e aparecem no palco de suas antigas atividades!’, e assim por diante. De forma inversa, qualquer um que se tenha livrado, finalmente, de modo completo, de crenças animistas será insensível a esse tipo de sentimento estranho. As mais notáveis coincidências de desejo e realização, a mais misteriosa repetição de experiências similares em determinado lugar ou em determinada data, as mais ilusórias visões e os mais suspeitos ruídos - nada disso o desconcertará ou

despertará a espécie de medo que pode ser descrita como ‘um medo de algo estranho’. A coisa toda é simplesmente uma questão de ‘teste de realidade’, uma questão da realidade material dos fenômenos.

A situação é diferente quando o estranho provém de complexos infantis reprimidos, do complexo de castração, das fantasias de estar no útero etc.; mas as experiências que provocam esse tipo de sentimento estranho não ocorrem com muita frequência na vida real. O estranho que provém da experiência real pertence quase sempre ao primeiro grupo [o grupo descrito no parágrafo anterior]. No entanto, a distinção entre os dois é teoricamente muito importante. Quando o estranho se origina de complexos infantis, a questão da realidade material não surge; o seu lugar é tomado pela realidade psíquica. Implica numa repressão real de algum conteúdo de pensamento e num retorno desse conteúdo reprimido, não num cessar da *crença na realidade* de tal conteúdo. Poderíamos dizer que, num caso, o que fora reprimido é um determinado conteúdo ideativo, e, no outro, a sua realidade (material). Esta última frase, porém, estende o termo ‘repressão’ para além do seu legítimo significado. Seria mais correto levar em conta uma distinção psicológica que pode ser detectada aqui, e dizer que as crenças animistas das pessoas civilizadas estão num estado de haver sido (em maior ou menor medida) *superadas* [preferentemente a reprimidas]. A nossa conclusão podia, então, afirmar-se assim: uma experiência estranha ocorre quando os complexos infantis que haviam sido reprimidos revivem uma vez mais por meio de alguma impressão, ou quando as crenças primitivas que foram superadas parecem outra vez confirmar-se. Finalmente, não devemos deixar que nossa predileção por soluções planas e exposição lúcida nos cegue diante do fato de que essas duas categorias de experiência estranha nem sempre são nitidamente distinguíveis. Quando consideramos que as crenças primitivas relacionam-se da forma mais íntima com os complexos infantis e, na verdade, baseiam-se neles, não nos surpreenderemos muito ao descobrir que a distinção é muitas vezes nebulosa.

O estranho, tal como é descrito na *literatura*, em histórias e criações fictícias, merece na verdade uma exposição em separado. Acima de tudo, é um ramo muito mais fértil do que o estranho na vida real, pois contém a totalidade deste último e algo mais além disso, algo que não pode ser encontrado na vida real. O contraste entre o que foi reprimido e o que foi superado não pode ser transposto para o estranho em ficção sem modificações profundas; pois o reino da fantasia depende, para seu efeito, do fato de que o seu conteúdo não se submete ao teste de realidade. O resultado algo paradoxal é que *em primeiro lugar, muito daquilo que não é estranho em ficção sê-lo-ia se acontecesse na vida real; e, em segundo lugar, que existem muito mais meios de criar efeitos estranhos na ficção, do que na vida real.*

O escritor imaginativo tem, entre muitas outras, a liberdade de poder escolher o seu mundo de representação, de modo que este possa ou coincidir com as realidades que nos são

familiares, ou afastar-se delas o quanto quiser. Nós aceitamos as suas regras em qualquer dos casos. Nos contos de fadas, por exemplo, o mundo da realidade é deixado de lado desde o princípio, e o sistema animista de crenças é francamente adotado. A realização de desejos, os poderes secretos, a onipotência de pensamentos, a animação de objetos inanimados, todos os elementos tão comuns em histórias de fadas, não podem aqui exercer uma influência estranha; pois, como aprendemos, esse sentimento não pode despertar, a não ser que haja um conflito de julgamento quanto a saber que coisas que foram ‘superadas’ e são consideradas incríveis não possam, afinal de contas, ser possíveis; e esse problema é eliminado desde o início pelos postulados do mundo dos contos de fadas. Assim, verificamos que as histórias de fadas, que nos proporcionaram a maioria das contradições em relação à nossa hipótese do estranho, confirmam a primeira parte da nossa proposta - de que, no domínio da ficção, muitas dentre as coisas que não são estranhas o seriam se acontecessem na vida real. No caso dessas histórias, há outros fatores contribuintes, sobre os quais falaremos depois, resumidamente.

O escritor criativo pode também escolher um cenário que, embora menos imaginário do que os dos contos de fada, ainda assim difere do mundo real por admitir seres espirituais superiores, tais como espíritos demoníacos ou fantasmas dos mortos. Na medida em que permanecem dentro do seu cenário de realidade poética, essas figuras perdem qualquer estranheza que possam possuir. As almas no *Inferno* de Dante, ou as aparições sobrenaturais no *Hamlet*, *Macbeth* ou no *Júlio César*, de Shakespeare, podem ser bastante obscuras e terríveis, mas não são mais estranhas realmente do que o mundo jovial dos deuses de Homero. Adaptamos nosso julgamento à realidade imaginária que nos é imposta pelo escritor, e consideramos as almas, os espíritos e os fantasmas como se a existência deles tivesse a mesma validade que a nossa própria existência tem na realidade material. Também nesse caso evitamos qualquer vestígio do estranho.

A situação altera-se tão logo o escritor pretenda mover-se no mundo da realidade comum. Nesse caso, ele aceita também todas as condições que operam para produzir sentimentos estranhos na vida real; e tudo o que teria um efeito estranho, na realidade, o tem na sua história. Nesse caso, porém, ele pode até aumentar o seu efeito e multiplicá-lo, muito além do que poderia acontecer na realidade, fazendo emergir eventos que nunca, ou muito raramente, acontecem de fato. Ao fazê-lo, trai, num certo sentido, a superstição que ostensivamente superamos; ele nos ilude quando promete dar-nos a pura verdade e, no final, excede essa verdade. Reagimos às suas invenções como teríamos reagido diante de experiências reais; quando percebemos o truque, é tarde demais, e o autor já alcançou o seu objetivo. Deve-se acrescentar, porém, que o seu êxito não é genuíno. Conservamos um sentimento de insatisfação, uma espécie de rancor contra o engodo assim obtido. Notei isto particularmente após a leitura de *Die Weissagung* [*A Profecia*], de Schnitzler, e outras histórias semelhantes, que flertam com o sobrenatural. No entanto, o escritor tem mais um meio que pode utilizar para evitar a nossa recalcitrância e, ao mesmo tempo, melhorar as

suas chances de êxito. Pode manter-nos às escuras, por muito tempo, quanto à natureza exata das pressuposições em que se baseia o mundo sobre o qual escreve; ou pode evitar, astuta e engenhosamente, qualquer informação definida sobre o problema, até o fim. Falando de um modo geral, contudo, encontramos confirmação da segunda parte da nossa proposta - de que a ficção oferece mais oportunidades para criar sensações estranhas do que aquelas que são possíveis na vida real.

Estritamente falando, todas essas complicações relacionam-se apenas com aquela categoria do estranho que provém de formas de pensamento que foram superadas, a categoria que provém de complexos reprimidos é mais resistente e permanece tão poderosa na ficção como na experiência real, submetendo-se a uma exceção [ver em [1]]. O estranho que pertence à primeira categoria - a que procede de formas de pensamento que foram superadas - conserva o seu caráter não apenas na experiência, mas também na ficção, na medida em que o cenário seja de realidade material; quando se lhe dá, porém, um cenário artificial e arbitrário na ficção, pode perder aquele caráter.

Deixamos claramente de esgotar as possibilidades de licença poética e os privilégios desfrutados pelos ficcionistas para evocar ou para excluir um sentimento estranho. De um modo geral, adotamos uma invariável atitude passiva em relação à experiência real e submetendo-nos à influência do nosso ambiente psíquico. Mas o ficcionista tem um poder *peculiarmente* diretivo sobre nós; por meio do estado de espírito em que nos pode colocar, ele consegue guiar a corrente das nossas emoções, represá-la numa direção e fazê-la fluir em outra, e obtém com freqüência uma grande variedade de efeitos a partir do mesmo material. Nada disso é verdade e, sem dúvida, há muito que vem sendo levado em consideração pelos que estudam estética. Derivamos para entrar nesse campo de pesquisa, meio involuntariamente, pela tentação de explicar determinados exemplos que contradizem a nossa teoria das causas do estranho. Por conseguinte, voltaremos agora a examinar alguns desses exemplos.

Já perguntamos [ver em [1]] por que é que a mão decepada na história do tesouro de Rhampsinitus não tem o estranho efeito que a mão cortada tem na história de Hauff. A questão parece ter crescido em importância, agora que reconhecemos que a categoria de estranho oriunda de complexos reprimidos é a mais resistente das duas. A resposta é fácil. Na história de Heródoto, os nossos pensamentos estão muito mais concentrados na astúcia superior do chefe dos ladrões, do que nos sentimentos da princesa. A princesa pode muito bem ter tido uma sensação estranha, na verdade provavelmente caiu desmaiada; mas nós não temos tal sensação, pois nos colocamos no lugar do ladrão, e não no lugar dela. Na farsa de Nestroy intitulada *Der Zerrissene* [*O Homem Dilacerado*], é utilizado outro meio para evitar qualquer impressão estranha na cena em que o fugitivo, convencido de que é um assassino, levanta um alçapão atrás do outro, e de cada vez vê o que julga ser o fantasma da sua vítima erguendo-se do alçapão. Ele grita com desespero ‘Mas eu matei apenas *um*

homem. Por que esta assombrosa multiplicação?’ Sabemos o que aconteceu antes dessa cena e não partilhamos do seu erro, de modo que aquilo que deve ser estranho para ele tem sobre nós um efeito irresistivelmente cômico. Até mesmo um fantasma ‘real’, como *O Fantasma de Canterville* de Oscar Wilde, perde todo o poder de pelo menos despertar em nós sentimentos repulsivos tão logo o autor começa a divertir-se, fazendo ironias a respeito do fantasma e permitindo que se tomem liberdades com ele. Assim, vemos o quanto os efeitos emocionais podem ser independentes do verdadeiro assunto no mundo da ficção. Nas histórias de fadas, os sentimentos de medo - incluindo, portanto, as sensações estranhas - são inteiramente eliminados. Nós compreendemos isso, e é por essa razão que ignoramos quaisquer oportunidades que encontremos nelas para desenvolver tais sentimentos.

No que diz respeito aos fatores do silêncio, da solidão e da escuridão [ver em [1] e [2]], podemos tão-somente dizer que são realmente elementos que participam da formação da ansiedade infantil, elementos dos quais a maioria dos seres humanos jamais se libertou inteiramente. Em outro trabalho, esse problema foi discutido do ponto de vista psicanalítico.

APÊNDICE - EXCERTO DO *Worterbuch der Deutschen Sprache*, DE DANIEL SANDERS

Heimlich, a. (-keit, f.-en): 1. auch Heimelich, heimelig, zum Hause gehorig, nicht fremd, vertraut, zahm, traut und traulich, anheimelnd etc. (a) (veralt.) zum Haus, zur Familie gehorig oder: wie dazu gehorig betrachtet, vgl. lat. familiaris, vertraut: Die Heimlichen, die Hausgenossen; Der heimiliche Rath. 1. Mos. 41, 45; 2. Sam. 23, 23. 1 Chr. 12, 25. Weish. 8, 4., wofür jetzt: Geheimer (s. d 1.) Rath üblich ist, s. Heimlicher - (b) von Thieren zahm, sich den Menschen traulich anschliessend. Ggstz. wild, z. B.: Thier, die weder wild noch heimlich sind, etc. Eppendorf. 88; Wilde Thier ...so man sie h. und gewohnsam um die Leute aufzeucht. 92. So diese Thierle von Jugend bei den Menschen erzogen, werden sie ganz h., freundlich etc., Stumpf 608a etc. - So noch: So h. its's (das Lamm) und frisst aus meiner Hand. Holty; Ein schoner, heimelicher (s. c) Vogel bleibt der Storch immerhin. Linck, Schl. 146. s. Hauslich 1 etc. - (c) traut, traulich anheimelnd; das Wohlgefühl stiller Befriedigung etc., behaglicher Ruhe u. sichern Schutzes, wis das umschlossne, wohnliche Haus erregend (vgl. Geheuer): Ist dir's h. noch im Lande, wo die Fremden deine Walder roden? Alexis H. 1, 1, 289; Es war ihr nicht allu h. bei ihm. Brentano Wehm. 92; Auf einem hohen h-en Schattenpfade..., langs dem rieselnden rauschenden und platschernden Waldbach. Forster B. 1, 417. Die H-keit der Heimath zerstoren. Gervinus Lit, 5, 375. So vertraulich und h. habe

ich nicht leicht ein Platzchen gefunden. G[oethe], 14, 14; Wir dachten es uns so bequem, so artig, so gemüthlich und h. 15, 9; In stiller H-keit, umzielt von engen Schranken. Haller; Einer sorglichen Hausfrau, die mit dem Wenigsten ein vergnügliche H-keit (Häuslichkeit) zu schaffen versteht. Hartmann Unst. 1, 188; Desto h-er kam ihm jetzt der ihm erst kurz noch so fremde Mann vor. Kerner 540; Die protestantischen Besitzer fühlen sich... nicht h. unter ihren katholischen Unterthanen. Kohl. Ir. 1, 172; Wenns h. wird und leise/die Abendstille nur an deiner Zelle lauscht. Tiedge 2, 39; Still und lieb und h., als sie sich/zum Ruhen einen Platz nur wünschen möchten. W[ieland], 11, 144; Es war ihm garnicht h. dabei 27. 170, etc. - Auch: Der Platz war so still, so einsam, so schatten-h. Scherr Pilg. 1, 170; Die ab- und zuströmenden Fluthwellen, träumend und wiegenlied-h. Körner, Sch. 3, 320 etc. - Vgl. namentl. Un-h. -Namentl. bei schwäb., schwzr. Schriftst. oft dreisilbig: Wie 'heimelich' war es dann Ivo Abends wieder, als er zu Hause lag. Auerbach, D. 1, 249; In dem Haus ist mirs' so heimelige gewesen. 4. 307; Die warme Stube, der heimelige Nachmittag. Gotthelf, Sch. 127, 148; Das ist das wahre Heimelig, wenn der Mensch so von Herzen fühlt, wie wenig er ist, wie gross der Herr ist. 147; Wurde man nach und nach recht gemüthlich und heimelig mit einander. U. 1, 297; Die trauliche Heimeligkeit. 380, 2, 86; Heimelicher wird es mir wohl nirgends werden als hier. 327; Pestalozzi 4, 240; Was von ferne herkommt... lebt gw. nicht ganz heimelig (heimatlich, freundnachbarlich) mit den Leuten. 325; Die Hütte, wo/er sonst so heimelig, so froh/ ...im Kreis der Seinen oft gesessen. Reithard 20; Da klingt das Horn des Wächters so heimelig vom Thurm/ da ladet seine Stimme so gastlich. 49; Es schaläft sich da so lind und warm/so wundrheim'lig ein. 23 etc. - Diese Weise verdiente allgemein zu werden, um das gute Wort vor dem Veralten wegen nahe liegender Verwechslung mit 2 zu bewahren. vgl.: 'Die Zecks sind alle h. (2)' 'H.?... Was verstehen sie unter h.?... - 'Nun... es kommt mir mit ihnen vor, wie mit einem zugegrabenen Brunnen oder einem ausgetrockneten Teich. Man kann nicht darüber gehen, ohne dass es Einem immer ist, als könnte da wieder einmal W assen zum Vorscheinkommen.' Wir nennen das un-h.; Sie nennen's. Worin finden Sie denn, dass diese Familie etwas Verstecktes und Unzuverlässiges hat? etc. Gutzkow R. 2, 61. - (d) (s. c) namentl. schles.: fröhlich, heiter, auch vom Wetter, s. Adelung und Weinhold.

2. versteckt, verborgen gehalten, so dass man Andre nicht davon oder darum wissen lassen, es ihnen verbergen will, vgl. Geheim (2), von weichem erst nhd. Ew. es doch zumal in der älteren Sprache, z. B. in der Bibel, wie Hiob 11, 6; 15, 8; Weish. 2, 22; 1. Kor. 2, 7 etc., und so auch H-keit statt Geheimnis. Math. 13, 35 etc., nicht immer genau geschieden wird: H. (hinter Jemandes Rücken) Etwas thun, treiben; Sich h. davon schleichen; H-e Zusammenkünfte, Verabredungen; Mit h-er Schadenfreude zusehen; H. seufzen, weinen; H. thun, als ob man etwas zu verbergen hätte; H-e Liebschaft, Liebe, Sünde: H-e Orte (die der Wohlstand zu verhüllen gebietet). 1. Sam. 5, 6; Das h-e Gemach (Abtritt). 2. Kön. 10, 27; W[ieland], 5, 256 etc., auch: Der h-e Stuhl. Zinkgräf 1, 249; In Graben, in H-keiten werfen. 3, 75; Rollenhagen Fr. 83 etc. - Führte h. vor Laomedon/die Stuten vor B[ürger], 161 b etc. - Ebenso versteckt, h., hinterlistig und boshaft gegen grausame Herren... wie offen, frei, theilnehmend und dienstwillig gegen den leidenden Freund. Burmeister gB 2. 157; Du sollst

mein h. Heiligstes noch wissen. Chamisso 4, 56; Die h-e Kunst (der Zauberei). 3, 224; Wo die öffentliche Ventilation aufhören muss, fängt die h-e Machination an. Forster, Br. 2, 135; Freiheit ist die leise Parole h. Verschworener, das laute Feldgeschrei der öffentlich Umwälzenden. G[oethe], 4, 222; Ein heilig, h. Wirken. 15; Ich habe Wurzeln/die sind gar h./im tiefen Boden/bin ich gegründet. 2, 109; Meine h-e Tücke (vgl. Heimtücke). 30, 344; Empfängt er es nicht offenbar und gewissenhaft, so mag er es h. und gewissenlos ergreifen. 39, 33; Liess h. und geheimnisvoll achromatische Fernröhre zusammensetzen. 375; Von nun an, will nich, sei nichts H-es/mehr unter uns. Sch[iller], 369 b. - Jemandes H-keiten entdecken, offenbaren, verrathen; H-keiten hinter meinem Rücken zu brauen. Alexis. H. 2, 3, 168; Zu meiner Zeit/befliss man sich der H-keit. Hagedorn 3, 92; Die H-keit, und das Gepuschele unter der Hand. Immermann, M. 3, 289: Der H-keit (des verborgnen Golds) unmächtigen Bann/kann nur die Hand der Einsicht lösen. Novalis. 1, 69; /Sag'an, wo du sie...verbirgst, in welches Ortes verschwiegener H. Sch[iller], 495 b; Ihr Bienen, die ihr knetet/der H-keitn Schloss (Wachs zum Siegeln). Tieck, Cymb. 3, 2; Erfahren in seltnen H-keiten (Zauberkünsten). Schlegel Sh. 6, 102 etc., vgl. Geheimnis L[essing], 10: 291 ff.

Zsstzg. s. 1c, so auch nam. der Ggstz.: Un-: unbehagliches, banges Grauen erregend: Der schier ihm un-h., gespenstisch erschien. Chamisso 3, 238; Der Nacht un-h., bange Stunden. 4, 148; Mir war schon lang' un-h., ja graulich zu Muthe. 242; Nun fängts mir an, un-h. zu werden. G[oethe], 6, 330;... Empfindet ein u-es Grauen. Heine, Verm. 1, 51; Un-h. und starr wie ein Steingild. Reis, 1, 10; Den u-en Nebel, Haarauch geheissen. Immermann M., 3, 299; Diese blassen Jungen sind un-h. und brauen Gott weiss was Schlimmes. Laube, Band. 1, 119; Un-h. nenntman Alles, was im Geheimnis, im Verborgnen...bleiben sollte und hervorgetretenist. Schelling, 2, 2, 649 etc. - Das Göttliche zu verhüllen, mit einer gewissen U-keit zu umgeben 658, etc. - Unüblich als Ggstz. von (2), wie es Campe ohne Beleg anführt.`

PREFÁCIO A *RITUAL: ESTUDOS PSICANALÍTICOS*, DE REIK (1919)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

PREFACE TO REICK'S *PROBLEME DERRELIGIONSPSYCHOLOGIE*

(a)EDIÇÕES ALEMÃS:

1919 Em T. Reik, *Probleme der Religionspsychologie*, I Teil: 'Das Ritual', vii-xii, Leipzig e Viena: Internationaler Psychoanalytischer Verlag.

1928 2ª ed., publicada sob o título *Das Ritual: Psychoanalytische Studien*. Mesmos editores.

1928 *G.S.*, 11, 256-60.1947 *G.W.*, 12, 325-9.

(b)TRADUÇÕES INGLESAS:

1931 Em Reik, *Ritual. Psycho-Analytic Studies*, 5-10, Londres: Hogarth Press and Institute of Psycho-Analysis; Nova Iorque: Norton. (Trad. de D. Bryan.)

1946 Em Reik, *The Psychological Problems of Religion*, Nova Iorque. (Redição da trad. acima, com o título modificado.)

1950 *C.P.*, 5, 92-7. (Sob o título 'Psycho-Analysis and Religious Origins'.) (Trad. de J. Strachey.)

A presente tradução inglesa é a mesma publicada em 1950, ligeiramente revista. O segundo volume do livro original de Reik nunca foi publicado.

PREFÁCIO A *RITUAL: ESTUDOS PSICANALÍTICOS*, DE REIK

A psicanálise nasceu por necessidade médica. Originou-se da necessidade de ajudar os pacientes neuróticos, que não haviam encontrado alívio por meio das curas de repouso, das artes da hidropatia ou da eletricidade. Uma observação notável feita por Josef Breuer havia despertado a esperança de que quando mais se compreendesse a até então inexplorada origem dos sintomas dos neuróticos, tanto mais extensivo seria o auxílio que se poderia proporcionar-lhes. Aconteceu, assim, que a psicanálise, sendo originalmente uma técnica puramente médica, foi desde o início dirigida para a pesquisa, para a descoberta dos elos causais, a um só tempo recônditos e de amplo alcance.

O curso posterior da psicanálise afastou-a do estudo das determinantes somáticas da doença nervosa, a tal ponto que se tornou desconcertante para os médicos. Em vez desse estudo, a psicanálise entrou em contato com a substância mental da vida humana - não apenas a vida dos doentes, mas dos saudáveis, dos normais e dos supernormais. Defrontou-

se com emoções e com paixões, sobretudo aquelas que os poetas nunca se cansam de louvar e celebrar - as emoções do amor. Aprendeu a reconhecer o poder das lembranças, a insuspeita importância dos anos da infância na formação do adulto, e a força dos desejos, que falseiam o raciocínio humano e estabelecem linhas fixas para o esforço do homem.

Durante algum tempo a psicanálise parecia destinada a imergir na psicologia sem conseguir mostrar por que a psicologia dos doentes diferia da dos normais. À medida em que progredia, no entanto, defrontou-se com o problema dos sonhos, que são produtos anormais da mente criados por homens normais sob condições fisiológicas que ocorrem regularmente. Quando a psicanálise resolveu o problema dos sonhos, havia descoberto nos processos psíquicos *inconscientes* o solo comum no qual os mais altos e os mais baixos impulsos mentais têm suas raízes e do qual se originam as mais normais como as mais mórbidas e estrambóticas criações mentais. O novo quadro das operações da mente começou a tornar-se cada vez mais claro e completo. Era um quadro de obscuras forças instintuais, orgânicas em sua origem, empenhando-se em objetivos congênitos e, acima dessas forças, uma instância que compreende as estruturas mentais de organização mais elevada - aquisições da evolução humana feitas sob o impacto da história da humanidade -, uma instância que se apossou de partes dos impulsos instintuais, que os desenvolveu ou até mesmo os dirigiu a propósitos mais altos, mas que, em todo caso, os amarra firmemente e manipula a sua energia para seguir seus próprios propósitos. Essa organização mais elevada, contudo, que para nós é conhecida como o ego, rejeitou outra parte desses mesmos impulsos instintuais elementares como sendo inúteis, por não poderem ajustar-se à unidade orgânica do indivíduo ou por se rebelarem contra os objetivos culturais do indivíduo. O ego não está em posição de exterminar essas forças mentais insubmissas, mas volta-lhes as costas, deixa-os permanecerem no nível psicológico mais baixo, defendendo-se das suas exigências ao erigir energicamente barreiras protetoras e antitéticas ou procurando entrar em acordo com elas por meio de satisfações substitutivas. Esses instintos que caíram vítimas da repressão - indomados e indestrutíveis, ainda que impedidos de qualquer espécie de atividade -, junto com os meus primitivos representantes mentais, constituem o submundo mental, o núcleo do verdadeiro inconsciente, e estão prontos a afirmar suas exigências a qualquer momento e a forçar de qualquer maneira o caminho para a satisfação. A isto deve-se a instabilidade da orgulhosa superestrutura da mente, a emergência, à noite, de material proscrito e reprimido em forma de sonhos, e a tendência a adquirir neuroses e psicoses tão logo a balança de poder entre o ego e o material reprimido mostre desvantagem para o primeiro.

Essa pequena reflexão destinava-se a mostrar que seria impossível restringir à região dos sonhos e das doenças nervosas uma visão como esta da vida da mente humana. Se essa visão encontrou uma verdade, deve aplicar-se igualmente aos eventos mentais *normais*, e mesmo os mais elevados feitos do espírito humano portam uma relação demonstrável com os fatores encontrados na patologia - com a repressão, com os esforços para dominar o inconsciente e com as possibilidades de satisfazer os instintos primitivos. Havia, assim, uma tentação

irresistível e, de fato, um dever científico de aplicar às várias ciências mentais os métodos de pesquisa da psicanálise, em regiões muito remotas do seu solo nativo. E, na verdade, o próprio trabalho psicanalítico com os pacientes apontava persistentemente na direção dessa nova tarefa, pois era óbvio que as formas assumidas pelas diferentes neuroses ecoavam as criações mais admiradas da nossa cultura. Desse modo, os histéricos são indubitavelmente artistas imaginativos, mesmo se, de um modo geral, expressam as suas fantasias *mimeticamente* e sem considerar a sua inteligibilidade para outras pessoas; os cerimoniais e proibições dos neuróticos obsessivos levam-nos a supor que eles criaram uma religião própria; particular; e os delírios dos paranóicos têm uma desagradável similaridade externa e um parentesco interno com os sistemas dos nossos filósofos. É impossível escapar à conclusão de que esses pacientes estão fazendo, de forma *associal*, tentativas para resolver seus conflitos e apaziguar suas necessidades prementes, tentativas que, quando levadas a cabo de uma maneira que é aceitável pela maioria, são conhecidas como poesia, religião e filosofia.

Em 1913, Otto Rank e Hanns Sachs, num trabalho extremamente interessante, juntaram os resultados conseguidos até então na aplicação da psicanálise às ciências mentais. Os ramos mais facilmente acessíveis dessas ciências parecem ser a mitologia e a história da literatura e da religião. Não se encontrou ainda a fórmula final que nos permita dar um lugar apropriado aos mitos nessa relação. Otto Rank, num grande volume sobre o complexo do incesto (1912), apresentou evidência do surpreendente fato de que a escolha do tema, particularmente nas obras dramáticas, é determinada principalmente pelo âmbito do que a psicanálise denominou de ‘complexo de Édipo’. Elaborando esse tema, com a maior variedade de modificações, distorções e disfarces, o dramaturgo procura ocupar-se das suas próprias e mais pessoais relações com esse tema emocional. É ao tentar dominar o complexo de Édipo - ou seja, a atitude emocional da pessoa em relação à sua família ou, em sentido mais restrito, em relação ao pai e à mãe - que o indivíduo neurótico chega ao pesar, sendo por esse motivo que aquele complexo forma habitualmente o núcleo da neurose. Não se deve a sua importância a qualquer conjunção ininteligível; a ênfase colocada na relação dos filhos com os pais é expressão de fatos biológicos, de que os jovens da raça humana atravessam um longo período de dependência e só lentamente alcançam a maturidade, bem como de que a sua capacidade de amar submete-se a um intrincado curso de desenvolvimento. Por conseguinte, a superação do complexo de Édipo coincide com o modo mais eficiente de dominar a herança arcaica e animal da humanidade. É verdade que essa herança compreende todas as forças que são exigidas no subsequente desenvolvimento cultural do indivíduo, mas primeiro devem elas ser selecionadas e moldadas. Esse legado arcaico não se ajusta à utilização em propósitos da vida social civilizada na forma em que é herdado pelo indivíduo.

Para encontrar o ponto de partida para a concepção psicanalítica da vida religiosa, devemos ir um pouco além. O que é hoje a herança do indivíduo, foi no passado uma nova

aquisição, e passou, de uma para a outra, por uma longa série de gerações. Assim, também o complexo de Édipo pode haver tido estádios de desenvolvimento, e o estudo da pré-história pode habilitar-nos a rastreá-los. A investigação sugere que a vida da família humana assumia, naqueles tempos remotos, uma forma muito diferente da que conhecemos hoje. E essa idéia é apoiada por descobertas fundamentadas em observações de raças primitivas contemporâneas. Se o material pré-histórico e etnológico sobre esse assunto é trabalhado psicanaliticamente, chegamos a um resultado inesperadamente preciso, a saber, o de que Deus Pai já uma vez caminhou sobre a terra em forma corporal e exerceu a sua soberania como chefe tribal da horda humana primeva, até que os seus filhos se uniram para matá-lo. Ademais, surge daí que esse crime de liberação e as reações a ele tiveram como resultado o aparecimento dos primeiros laços sociais, das restrições morais básicas e da mais antiga forma de religião, o totemismo. As religiões posteriores, porém, têm também o mesmo conteúdo, e, por um lado, preocupam-se em suprimir os vestígios daquele crime ou em expiá-lo, apresentando outras soluções para a luta entre pai e filhos, ao passo que, por outro lado, não podem evitar repetir uma vez mais a eliminação do pai. Conseqüentemente, um eco desse evento monstruoso, que obscureceu todo o curso do desenvolvimento humano, encontra-se também nos mitos.

Essa hipótese, que se fundamenta nas observações de Robertson Smith [1889] e foi desenvolvida por mim em *Totem e Tabu* [1912-13], foi tomada por Theodor Reik como base dos seus estudos sobre os problemas da psicologia da religião, dos quais é este o primeiro volume. Em conformidade com a técnica psicanalítica, esses estudos partem de detalhes até agora inexplicados da vida religiosa e, mediante a elucidação destes, obtêm acesso aos postulados fundamentais e aos objetivos últimos das religiões; além disso, mantêm firmemente em vista a relação entre o homem pré-histórico e as sociedades primitivas contemporâneas, bem como a conexão entre os produtos da civilização e as estruturas substitutivas dos neuróticos. Para concluir, chamaria a atenção para a própria introdução do autor, expressando a minha crença de que o seu trabalho se recomendará por si aos especialistas no ramo de conhecimento de que trata.

BREVES ESCRITOS (1919)

UMA NOTA SOBRE PUBLICAÇÕES E PRÊMIOS PSICANALÍTICOS

No outono de 1918, um membro da Sociedade Psicanalítica de Budapest informou-me que, dos lucros provindos de empreendimentos industriais durante a guerra, fora destacado um fundo para finalidades culturais. Decidira-se que esse fundo seria gerido, em conjunto, por ele próprio e pelo burgomestre-mor da cidade de Budapest, Dr. Stephan Bárczy. Ambos haviam concordado em destinar a considerável soma de dinheiro em questão à causa do movimento psicanalítico, transferindo-me a administração do fundo. Aceitei essa incumbência e cumpro agora o dever de manifestar agradecimentos públicos ao burgomestre-mor (que, pouco depois, com tanta honra recebeu o Congresso Psicanalítico em Budapest), bem como ao anônimo membro que tão alto serviço prestou à causa da psicanálise.

O fundo assim colocado à minha disposição, ao qual foi dado o meu nome, foi por mim destinado à fundação de uma editora psicanalítica internacional [a '*Internationaler Psychoanalytischer Verlag*']. Nas circunstâncias atuais, considereei ser esta a nossa mais importante necessidade.

Ao contrário de muitos outros empreendimentos científicos, as nossas duas publicações periódicas, a *Internationale Zeitschrift für ärztliche Psychoanalyse* e *Imago*, não se extinguíram durante a guerra. Conseguimos manter a sua existência, mas, em conseqüência de crescentes dificuldades, do fechamento de fronteiras e da elevação de preços, que acompanharam a guerra, tornou-se necessário reduzi-las consideravelmente em tamanho e permitir que intervalos indesejavelmente longos se interpusessem entre a publicação dos sucessivos números. Dos quatro organizadores dos dois periódicos (Ferenczi, Jones, Rank e Sachs), um, por ser súdito de um Estado inimigo, foi-nos tirado; dois outros haviam-se alistado e engajaram-se plenamente em suas obrigações militares; no trabalho ficou apenas o Dr. Sachs, que assumiu com auto-sacrifício toda a carga de responsabilidade. Algumas das sociedades psicanalíticas locais acharam necessário suspender inteiramente as reuniões; o

número de colaboradores minguou, bem como o de assinantes. Era fácil prever que o descontentamento natural do editor em breve colocaria em questão a continuação dos periódicos, aos quais atribuíamos tanta importância. Ainda assim, numerosas indicações, que nos chegavam até mesmo das trincheiras, da linha de frente, assinalavam o fato de que o interesse contemporâneo pela psicanálise não havia diminuído. Penso que estava justificado na minha intenção de pôr fim a essas dificuldades e perigos com a fundação de uma editora psicanalítica internacional. Essa editora já existe hoje, como companhia de responsabilidade limitada; está sob a direção do Dr. Otto Rank, que foi por tantos anos secretário da Sociedade de Viena e co-organizador dos dois periódicos psicanalíticos, e que, depois de uma ausência de vários anos, em serviço ativo, voltou a seu trabalho anterior em prol da psicanálise.

A nova editora, financiada pelos fundos da doação de Budapest, assumiu a incumbência de assegurar o aparecimento regular e a distribuição certa dos dois periódicos. Tão logo as dificuldades de circunstâncias externas o permitam, pretende-se restituir-lhes as suas antigas dimensões, e, se necessário, aumentar essas dimensões, sem qualquer ônus extra para os assinantes. Ademais disso, porém, e sem esperar por melhor situação, a editora continuará a imprimir livros e opúsculos dentro do campo da psicanálise médica e aplicada; e, uma vez que não tem preocupação de lucro, estará apta a dar mais atenção aos interesses dos autores, do que habitualmente acontece nas editoras comerciais.

Simultaneamente ao estabelecimento da editora psicanalítica, decidiu-se conceder prêmios anuais, com proveitos da doação de Budapest, a dois trabalhos que se destaquem, um no campo da psicanálise médica, outro no da psicanálise aplicada. Esses prêmios - num total de 1.000 *Kronen* austríacos - destinam-se a serem concedidos não a autores, mas a trabalhos individuais, de modo que haverá a possibilidade de um mesmo autor ganhar o prêmio mais de uma vez. A decisão quanto à questão de saber quais, entre os trabalhos publicados durante um determinado período, irão receber os prêmios, não foi transferida para uma comissão, mas será mantida nas mãos de uma só pessoa, que será o administrador do fundo; de outra maneira, se uma comissão julgadora tivesse que ser formada com os melhores e mais experientes analistas, os seus próprios escritos teriam que deixar de ser considerados e o esquema poderia facilmente fracassar na sua intenção de distinguir realizações exemplares na literatura psicanalítica. Se aquele que julga se achar hesitando entre duas obras de valor praticamente igual, terá o direito de dividir o prêmio entre ambos, sem que a atribuição de um meio-prêmio implique em qualquer desapareço do trabalho em questão.

Pretende-se que esses prêmios seja, em geral, concedidos todos os anos e que a escolha abranja toda a literatura psicanaliticamente importante publicada durante aquele período, independente do fato de o autor da obra em questão ser ou não membro da Associação Psicanalítica Internacional.

Os primeiros prêmios já foram concedidos e dizem respeito a artigos publicados durante o período de guerra, de 1914 a 1918. O prêmio de psicanálise médica foi dividido entre o artigo de Karl Abraham, ‘O Primeiro Estádio Pré-genital da Libido’ (1916), e o opúsculo de Ernst Simmel, *Kriegsneurosen und psychisches Trauma* [*Neuroses de Guerra e Trauma Psíquico*] (1918). O prêmio de psicanálise aplicada foi concedido ao ensaio de Theodor Reik ‘Die Pubertätsriten der Wilden’ [‘Ritos da Puberdade entre os Selvagens’] (1915).

FREUD.

NOTA DO EDITOR INGLÊS

Dois outros anúncios sobre o mesmo assunto, ambos impressos com a assinatura de Freud, apareceram subseqüentemente: ‘Preisurteilungen’ (*Int. Z. Psychoanal.*, 7, 381) e ‘Preisausschreibung’ (*ibid.*, 8, 527). O primeiro foi publicado em fins de 1921:

‘CONCESSÃO DE PRÊMIOS

‘Uma recente doação feita pelo Dr. Max Eitingon, diretor da Clínica de Berlim, tornou-me possível restabelecer a concessão de prêmios (realizada pela primeira vez em 1919) a escritos psicanalíticos de destacado mérito. O prêmio de psicanálise *médica* foi concedido a A. Stärcke (de Den Dolder, Holanda) por duas publicações suas, “Der Kastrationskomplex” [1920] e “Psychoanalyse und Psychiatrie” [1921] (ambas comunicações apresentadas ao congresso), das quais a primeira apareceu no presente volume deste periódico, e a segunda, em número suplementar. O prêmio de psicanálise *aplicada* foi para o Dr. G. Róheim (de Budapest), pelo seu artigo “Das Selbst” [1921] e pela sua comunicação ao congresso sobre o totemismo australiano [1920]. O total de cada prêmio foi de mil marcos. [Aproximadamente 50 libras.]

FREUD.’

O segundo desses anúncios foi publicado no final de 1922:

‘OFERTA DE PRÊMIO

‘No Sétimo Congresso Psicanalítico Internacional, em Berlim, estabeleci como tema para um prêmio: “A Relação entre a Técnica Analítica e a Teoria Analítica”. As questões a serem expostas referem-se a até que ponto a técnica influenciou a teoria e até que ponto se ajudam ou obstruem uma à outra no momento atual.

‘Trabalhos que tratem desse tema devem ser-me enviados, para o endereço dado abaixo, antes do dia 1º de maio de 1923. Devem ser legivelmente datilografados. Devem trazer um lema e ser acompanhados de um envelope selado, contendo o nome do autor. Devem ser escritos em alemão ou em inglês. Na apreciação das obras submetidas a julgamento, contarei com a assistência do Dr. K. Abraham e do Dr. M. Eitingon.

‘O prêmio totaliza 20.000 marcos, ao valor corrente à época do congresso.

‘Berggasse 19, Viena IX.FREUD.’De acordo com uma declaração oficial, na *Int Z. Psychoanal.*, 10, 106, não se inscreveram trabalhos para esse prêmio; mas o tema foi debatido num simpósio, no Oitavo Congresso (Salzburg), em 1924.

JAMES J. PUTNAM (1919)

Entre as primeiras novas que nos chegam, após serem suspensas as barreiras que nos separam dos países anglo-saxões, vem a dolorosa notícia da morte de Putnam, presidente do grande grupo psicanalítico pan-americano. Viveu além dos setenta e dois anos de idade, permaneceu intelectualmente ativo até o fim e morreu serenamente, de uma deficiência cardíaca, durante o sono, em novembro de 1918. Putnam, que foi até alguns anos atrás professor de neuropatologia na Universidade de Harvard, era o grande apoio da psicanálise nos Estados Unidos. Suas numerosas obras teóricas (algumas das quais apareceram pela primeira vez na *Internationale Zeitschrift*) contribuíram imensamente, pela clareza e riqueza de idéias e pela linha decisivamente favorável que assumiram, para criar a alta estima que a psicanálise desfruta hoje nos Estados Unidos, tanto no ensino psiquiátrico como na opinião pública. O seu exemplo não pode ter sido menos efetivo. Era universalmente respeitado pelo seu caráter inatacável, reconhecendo-se que era influenciado apenas pelas considerações éticas mais elevadas. As suas relações pessoais mais chegadas não podiam fugir à conclusão de que era uma daquelas pessoas grandemente dotadas, do tipo obsessivo, para quem a dignidade é a sua segunda natureza e para quem qualquer concessão à desonra se torna uma impossibilidade.

A aparência pessoal de J. J. Putnam tornou-se familiar aos analistas europeus através da sua participação no Congresso de Weimar, de 1911. O organizador da *Zeitschrift* espera incluir no próximo número um retrato do nosso ilustre amigo e uma apreciação detalhada dos seus feitos científicos

VICTOR TAUSK (1919)

Entre as vítimas, felizmente poucas em número, reivindicadas pela guerra às fileiras da psicanálise, devemos contar o Dr. Victor Tausk. Esse homem de raros dons, um especialista vienense em doenças nervosas, tirou a sua própria vida antes que a paz fosse assinada.

O Dr. Tausk, que tinha apenas quarenta e dois anos, fora durante mais de dez anos um dos seguidores de Freud pertencentes ao seu círculo íntimo. Originalmente advogado de profissão, atuou por um período considerável como magistrado na Bósnia, quando, por pressão de graves problemas pessoais, abandonou a carreira e voltou-se para o jornalismo, ao qual particularmente se ajustava, por sua ampla cultura geral. Após trabalhar durante algum tempo como jornalista, em Berlim, veio para Viena com essa mesma atividade. Aqui entrou em contato com a psicanálise e logo decidiu dedicar-se a ela inteiramente. Embora já não fosse um jovem e tivesse a responsabilidade de uma família, não se intimidou com as grandes dificuldades e sacrifícios em que implicava uma nova mudança de profissão, ainda mais para uma em que precisaria de uma interrupção de vários anos antes que pudesse voltar outra vez a ganhar a vida. Empenhou-se no tedioso estudo da medicina apenas como um meio que o capacitasse a levar a cabo a prática psicanalítica.

Pouco antes da deflagração da [primeira] guerra mundial, Tausk obtivera o seu segundo grau de doutor e estabelecera-se em Viena como especialista em distúrbios nervosos. Aqui, após um período relativamente curto, começara a desenvolver uma prática considerável e alcançara alguns resultados excelentes. Essas atividades prometiam ao jovem médico em ascensão plena satisfação, bem como meio de sustento; mas isto lhe foi arrancado repentinamente e com violência pela guerra. Foi imediatamente convocado para o serviço ativo e logo promovido ao primeiro escalão. Levou a cabo as suas obrigações de médico

com dedicação, nos diversos teatros da guerra, no norte e nos Bálcãs (finalmente em Belgrado), e recebeu uma condecoração oficial. Para grande honra sua, também, é que se lançou durante a guerra, com toda a sinceridade e sem considerar absolutamente as conseqüências, à denúncia dos numerosos abusos que tantos médicos infelizmente toleraram em silêncio ou pelos quais até mesmo dividiram a responsabilidade [ver em [1].]

As tensões de um serviço de vários anos no campo não podiam deixar de exercer um efeito psicológico gravemente prejudicial sobre um homem tão intensamente consciencioso. No último Congresso Psicanalítico, que realizamos em Budapest, em setembro de 1918, e que reuniu uma vez mais os analistas, após muitos anos de separação, o Dr. Tausk, que havia muito já estava com a saúde física abalada, começava a mostrar sinais de uma irritabilidade nervosa incomum. Quando, pouco depois, no fim do outono do ano passado, concluiu o seu serviço militar e regressou a Viena, enfrentou pela terceira vez, no seu estado de exaustão mental, a difícil tarefa de erigir uma nova existência - desta vez sob condições internas e externas as mais desfavoráveis. Além disso, o Dr. Tausk, que deixou dois filhos crescidos, para quem foi um pai dedicado, estava prestes a contrair novo casamento. Não mais conseguia lutar com as muitas exigências que lhe foram impostas, no seu estado de doença, pela dura realidade. Na manhã de 3 de julho [1919], pôs fim à própria vida.

O Dr. Tausk era membro da Sociedade Psicanalítica de Viena desde o outono de 1909. Era bem conhecido dos leitores deste periódico por suas numerosas contribuições, que se distinguiam pela observação aguda, pelo sólido raciocínio e por uma particular clareza de expressão. Esses escritos exibem abertamente a formação filosófica, que o autor conseguia combinar, com rara felicidade, com os métodos exatos da ciência. A sua forte necessidade de estabelecer as coisas com fundamento filosófico e de atingir a clareza epistemológica, compelia-o a formular, e procurar também dominar, toda a profundidade e o significado extensivo dos difíceis problemas em questão. Talvez por vezes tenha ido longe demais nessa direção, na sua ânsia impetuosa de pesquisa. Talvez a época não fosse ainda propícia para fixar fundamentos tão gerais como esses para a jovem ciência da psicanálise. A consideração psicanalítica de problemas filosóficos, para a qual Tausk demonstrava particular aptidão, promete tornar-se cada vez mais fecunda. Um dos seus últimos trabalhos, sobre a psicanálise da função do juízo, que foi apresentado no Congresso de Budapest e não está ainda publicado, evidencia essa direção assumida pelo seu interesse.

Além do seu dom para a filosofia e da atração que o ligava a ela, Tausk possuía uma capacidade médico-psicológica excepcional e produziu excelentes trabalhos também nesse campo. Suas atividades clínicas, a que devemos valiosas pesquisas das várias psicoses (por exemplo, a melancolia e a esquizofrenia), justificavam as melhores esperanças e davam-lhe perspectivas de uma designação para a docência universitária [*Dozentur*], pela qual se havia empenhado.

A psicanálise em particular está em dívida com o Dr. Tausk, que era um brilhante orador,

pelas séries de conferências que proferiu, por um período de muitos anos, a grandes audiências de ambos os sexos e nas quais introduzia os ouvintes nos princípios e problemas da psicanálise. O seu público conseguia admirar a clareza e habilidade didática das suas conferências, não menos do que a profundidade com que abordava os tópicos individuais.

Todos aqueles que o conheceram bem valorizavam o seu caráter franco, a sua honestidade consigo mesmo e com os outros e a superioridade de uma natureza que se distinguiu por um empenho pela nobreza e pela perfeição. O seu temperamento apaixonado encontrava expressão em críticas agudas e por vezes demasiado agudas, que no entanto se combinavam com um brilhante dom para a exposição. Essas qualidades pessoais exerciam grande atração sobre muitas pessoas, enquanto algumas, também, podem ter sido repelidas por elas. Ninguém contudo, podia fugir à impressão de que ali se encontrava um homem de importância.

O quanto a psicanálise significava para ele, até os seus últimos momentos, é demonstrado pelas cartas que deixou, nas quais expressava a sua crença sem reserva na psicanálise e a esperança de que esta encontrasse reconhecimento num futuro não muito remoto. Não há dúvida de que esse homem, de quem a nossa ciência e os seus amigos em Viena foram prematuramente roubados, contribuiu para esse objetivo. Ele assegurou uma lembrança honrosa na história da psicanálise e das suas primeiras lutas.

**Além do princípio do prazer, psicologia de grupo
e outros trabalhos**

VOLUME XVIII

(1925-1926)

ALÉM DO PRINCÍPIO DE PRAZER (1920)

NOTA DO EDITOR INGLÊS - JENSEITS DES LUSTPRINZIPS

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1920 Leipzig, Viena e Zurique: Internationaler Psychoanalytischer Verlag. 60 págs.

1921 2ª ed. Mesmos editores. 64 págs.

1923 3ª ed. Mesmos editores. 94 págs.

1925 *G.S.*, 6, 191-257

1931 *Theoretische Schriften*, 178-247.

1940 *G.W.*, 13, 3-69.

(b)TRADUÇÕES INGLESAS:

Beyond the Pleasure Principle

1922 Londres e Viena: International Psycho-Analytical Press. VIII + 90 págs. (Trad. de C.J. M. Hubback; pref. de Ernest Jones.)

1924 Nova Iorque: Boni and Liveright.

1942 Londres: Hogarth Press and the Institute of Psycho-Analysis. (Reedição da anterior.)

1950 Mesmos editores. VI + 97 págs. (Trad. de J. Strachey.)

Freud fez uma série de acréscimos na segunda edição, mas as alterações subsequêntes foram desprezíveis. A presente tradução inglesa é uma versão um tanto modificada da publicada em 1950.

Como é demonstrado por sua correspondência, Freud começou a trabalhar num primeiro rascunho de *Além do Princípio de Prazer* em março de 1919 e informou que esse rascunho estava terminado em maio seguinte. Durante o mesmo mês, ele completou seu artigo sobre ‘The Uncanny’ (1919*h*), que inclui um parágrafo que apresenta grande parte da essência da presente obra, em poucas frases. Nesse parágrafo, refere-se à ‘compulsão à repetição’ como sendo um fenômeno apresentado no comportamento das crianças e no tratamento psicanalítico; sugere que essa compulsão é algo derivado da natureza mais íntima dos instintos e a declara ser suficientemente poderosa para desprezar o princípio de prazer. Não há, contudo, alusão aos ‘instintos de morte’. Acrescenta que já terminou uma exposição pormenorizada do assunto. O artigo sobre ‘The Uncanny’ contendo esse resumo foi publicado no outono de 1919, mas Freud reteve *Além do Princípio de Prazer* por um ano ainda. Na primeira parte de 1920, ainda trabalhava nele e então - pela primeira vez, aparentemente - surge uma referência aos ‘instintos de morte’, numa carta a Eitingon, de 20 de fevereiro. Estava ainda revisando a obra em maio e junho, e ela foi finalmente terminada por meador de julho de 1920. Em 9 de setembro, fez uma comunicação ao Congresso Psicanalítico Internacional de Haia, com o título de ‘Suplementos à Teoria dos Sonhos’, na qual anunciou a próxima publicação do livro; este

foi lançado pouco depois. Um ‘resumo do autor’ da comunicação apareceu no *Int. Z. Psychoanal.*, 6 (1920), 397-8 (uma tradução dele foi publicada no *Int. J. Psycho-Anal.*, 1, 354). Não parece certo que esse resumo tenha sido realmente da autoria de Freud, mas pode ser interessante reproduzi-lo aqui (em nova tradução).

‘Suplementos à Teoria dos Sonhos’

‘O orador tratou, em suas breves observações, de três pontos referentes à teoria dos sonhos. Os dois primeiros relacionaram-se à tese de que os sonhos são realizações de desejo e apresentaram algumas modificações necessárias dela. O terceiro referiu-se a um material que trouxe confirmação completa de sua rejeição dos alegados intuitos “previdentes” dos sonhos.

’Explicou o orador que, juntamente com os familiares sonhos de desejo e os sonhos de ansiedade que podiam ser facilmente incluídos na teoria, existiam fundamentos para reconhecer a existência de uma terceira categoria, à qual deu o nome de “sonhos de punição”. Se levarmos em conta a justificável suposição da existência de um órgão especial auto-observador e crítico no ego (ideal do ego, censor, consciência), também esses sonhos de punição devem ser classificados na teoria da realização de desejo, porque representariam a realização de um desejo por parte desse órgão crítico. Tais sonhos, disse ele, possuem aproximadamente a mesma relação com os sonhos de desejo comuns que os sintomas da neurose obsessiva, surgidos na formação reativa, têm com os da histeria.

Outra classe de sonhos, no entanto, pareceu ao orador apresentar uma exceção mais séria à regra de que os sonhos são realizações de desejo. Trata-se dos chamados sonhos “traumáticos”, que ocorrem em pacientes que sofreram acidentes, mas aparecem também durante a psicanálise de neuróticos, trazendo-lhes de volta traumas esquecidos da infância. Em conexão com o problema de ajustar esses sonhos à teoria da realização de desejo, o orador referiu-se a uma obra a ser publicada dentro em breve, sob o título de *Além do Princípio de Prazer*.

O terceiro ponto da comunicação do orador referiu-se a uma investigação que ainda não foi publicada, feita pelo Dr. Varendonck, de Ghent. Esse autor conseguiu trazer à sua observação consciente a produção de fantasias inconscientes em ampla escala, num estado de semi-adormecimento, processo que descreveu como “pensamento autístico”. Surgiu dessa investigação que a consideração das possibilidades do dia seguinte, a preparação de esforços

de soluções e adaptações etc., jazem inteiramente dentro do campo dessa atividade pré-consciente, que também cria pensamentos oníricos latentes e que, como o orador sempre sustentou, nada tem a ver com a elaboração onírica.

Na série dos trabalhos metapsicológicos de Freud, *Além do Princípio de Prazer* pode ser considerado como uma introdução da fase final de suas concepções. Já havia chamado a atenção para a ‘compulsão à repetição’ como fenômeno clínico, mas lhe atribui aqui as características de um instinto; também aqui, pela primeira vez, apresenta a nova dicotomia entre Eros e os instintos de morte, que iria encontrar sua plena elaboração em *O Ego e o Id* (1923b). Em *Além do Princípio de Prazer*, também, podemos ver sinais do novo quadro da estrutura anatômica da mente que deveria dominar todos os últimos trabalhos de Freud. Finalmente, o problema da destrutividade, que desempenhou papel cada vez mais importante em suas obras teóricas, faz seu primeiro aparecimento explícito. A derivação de diversos elementos do presente estudo a partir de suas obras metapsicológicas anteriores - tais como ‘The Two Principles of Mental Functioning’ (1911 b) ‘Narcisismo’ (1914c) e ‘Os Instintos e Suas Vicissitudes’ (1915c) - será óbvia. Particularmente notável, porém, é a proximidade com que algumas das primeiras partes do presente trabalho acompanham o ‘Projeto para uma Psicologia Científica’ (1950a), esboçado por Freud vinte e cinco anos antes, em 1895.

Extratos da primeira tradução (1922) do presente trabalho foram incluídos em *General Selection from the Works of Sigmund Freud*, de Rickman (1937, 162-194).

ALÉM DO PRINCÍPIO DE PRAZER

Na teoria da psicanálise não hesitamos em supor que o curso tomado pelos eventos mentais está automaticamente regulado pelo princípio de prazer, ou seja, acreditamos que o curso desses eventos é invariavelmente colocado em movimento por uma tensão desagradável e que toma uma direção tal, que seu resultado final coincide com uma redução dessa tensão, isto é, com uma evitação de desprazer ou uma produção de prazer. Levando esse curso em conta na consideração dos processos mentais que constituem o tema de nosso estudo, introduzimos um ponto de vista ‘econômico’ em nosso trabalho, e se, ao descrever esses processos, tentarmos calcular esse fator ‘econômico’ além dos ‘topográficos’ e ‘dinâmicos’, estaremos, penso eu, fornecendo deles a mais completa descrição que poderemos atualmente conceber, uma descrição que merece ser distinguida pelo nome de ‘metapsicológica’.

Com relação a isso, não nos interessa indagar até onde, com a hipótese do princípio de prazer, abordamos qualquer sistema filosófico específico, historicamente estabelecido. Chegamos a essas suposições especulativas numa tentativa de descrever e explicar os fatos da observação diária em nosso campo de estudo. A prioridade e a originalidade não se encontram entre os objetivos que o trabalho psicanalítico estabelece para si, e as impressões subjacentes à hipótese do princípio de prazer são tão evidentes, que dificilmente podem ser desprezadas. Por outro lado, prontamente expressaríamos nossa gratidão a qualquer teoria filosófica ou psicológica que pudesse informar-nos sobre o significado dos sentimentos de prazer e desprazer que atuam tão imperativamente sobre nós. Contudo, quanto a esse ponto, infelizmente nada nos é oferecido para nossos fins. Trata-se da região mais obscura e inacessível da mente e, já que não podemos evitar travar contato com ela, a hipótese menos rígida será a melhor, segundo me parece. Decidimos relacionar o prazer e o desprazer à quantidade de excitação, presente na mente, mas que não se encontra de maneira alguma ‘vinculada’, e relacioná-los de tal modo, que o desprazer corresponda a um *aumento* na quantidade de excitação, e o prazer, a uma *diminuição*. O que isso implica não é uma simples relação entre a intensidade dos sentimentos de prazer e desprazer e as modificações correspondentes na quantidade de excitação; tampouco - em vista de tudo que nos foi ensinado pela psicofisiologia - sugerimos a existência de qualquer razão proporcional direta: o fator que determina o sentimento e provavelmente a quantidade de aumento ou diminuição na quantidade de excitação *num determinado período de tempo*. A experimentação possivelmente poderia desempenhar um papel aqui, mas não é aconselhável a nós, analistas, ir mais à frente no problema enquanto nosso caminho não estiver balizado por observações bastante definidas.

Não podemos, entretanto, permanecer indiferentes à descoberta de um investigador de tanta penetração como G.T.Fechner, que sustenta uma concepção sobre o tema do prazer e do desprazer que coincide em todos os seus aspectos essenciais com aquela a que fomos levados pelo trabalho psicanalítico. A afirmação de Fechner pode ser encontrada numa pequena obra, *Einige Ideen zur Schöpfungs - und Entwick - lungsgeschichte der Organismen*, 1873 (Parte XI, Suplemento, 94), e diz o seguinte: ‘Até onde os impulsos conscientes sempre possuem uma certa relação com o prazer e o desprazer, estes também podem ser encarados como possuindo uma relação psicofísica com condições de estabilidade e instabilidade. Isso fornece a base para uma hipótese em que me proponho ingressar com maiores pormenores em outra parte. De acordo com ela, todo movimento psicofísico que se eleve acima do limiar da consciência é assistido pelo prazer na proporção em que, além de um certo limite, ele se aproxima da estabilidade completa, sendo assistido pelo desprazer na proporção em que, além de um certo limite, se desvia dessa estabilidade, ao passo que entre os dois limites, que podem ser descritos como limiares qualitativos de prazer e desprazer, há uma certa margem de indiferença estética (...)’

Os fatos que nos fizeram acreditar na dominância do princípio de prazer na vida mental

encontram também expressão na hipótese de que o aparelho mental se esforça por manter a quantidade de excitação nele presente tão baixa quanto possível, ou, pelo menos, por mantê-la constante. Essa última hipótese constitui apenas outra maneira de enunciar o princípio de prazer, porque, se o trabalho do aparelho mental se dirige no sentido de manter baixa a quantidade de excitação, então qualquer coisa que seja calculada para aumentar essa quantidade está destinada a ser sentida como adversa ao funcionamento do aparelho, ou seja, como desagradável. O princípio de prazer decorre do princípio de constância; na realidade, esse último princípio foi inferido dos fatos que nos forçaram a adotar o princípio de prazer. Além disso, um exame mais pormenorizado mostrará que a tendência que assim atribuímos ao aparelho mental, subordina-se, como um caso especial, ao princípio de Fechner da ‘tendência no sentido da estabilidade’, com a qual ele colocou em relação os sentimentos de prazer e desprazer.

Deve-se, contudo, apontar que, estritamente falando, é incorreto falar na dominância do princípio de prazer sobre o curso dos processos mentais. Se tal dominância existisse, a imensa maioria de nossos processos mentais teria de ser acompanhada pelo prazer ou conduzir a ele, ao passo que a experiência geral contradiz completamente uma conclusão desse tipo. O máximo que se pode dizer, portanto, é que existe na mente uma forte *tendência* no sentido do princípio de prazer, embora essa tendência seja contrariada por certas outras forças ou circunstâncias, de maneira que o resultado final talvez nem sempre se mostre em harmonia com a tendência no sentido do prazer. Podemos comparar isso com o que Fechner (1873, 90) observa sobre um ponto semelhante: ‘Visto que, porém, uma tendência no sentido de um objetivo não implica que este seja atingido, e desde que, em geral, o objetivo é atingível apenas por aproximações (...)’

Se nos voltarmos agora para a questão de saber quais as circunstâncias que podem impedir o princípio de prazer de ser levado a cabo, encontrar-nos-emos mais uma vez em terreno seguro e bem batido e, ao estruturarmos nossa resposta, teremos à nossa disposição um copioso fundo de experiência analítica.

O primeiro exemplo do princípio de prazer a ser assim inibido é familiar e ocorre com regularidade. Sabemos que o princípio de prazer é próprio de um método primário de funcionamento por parte do aparelho mental, mas que, do ponto de vista da autopreservação do organismo entre as dificuldades do mundo externo, ele é, desde o início, ineficaz e até mesmo altamente perigoso. Sob a influência dos instintos de autopreservação do ego, o princípio de prazer é substituído pelo *princípio de realidade*. Esse último princípio não abandona a intenção de fundamentalmente obter prazer; não obstante, exige e efetua o adiamento da satisfação, o abandono de uma série de possibilidades de obtê-la, e a tolerância temporária do desprazer como uma etapa no longo e indireto caminho para o prazer. Contudo, o princípio de prazer persiste por longo tempo como o método de funcionamento empregado pelos instintos sexuais, que são difíceis de ‘educar’, e, partindo desses instintos, ou do

próprio ego, com frequência consegue vencer o princípio de realidade, em detrimento do organismo como um todo.

Não pode, porém, haver dúvida de que a substituição do princípio de prazer pelo princípio de realidade só pode ser responsabilizada por um pequeno número - e de modo algum as mais intensas - das experiências desagradáveis. Outra ocasião de liberação do desprazer, que ocorre com não menor regularidade, pode ser encontrada nos conflitos e dissensões que se efetuam no aparelho mental enquanto o ego está passando por seu desenvolvimento para organizações mais altamente compostas. Quase toda a energia com que o aparelho se abastece, origina-se de seus impulsos instintuais inatos, mas não é a todos estes que se permite atingir as mesmas fases de desenvolvimento. No curso das coisas, acontece repetidas vezes que instintos individuais ou parte de instintos se mostrem incompatíveis, em seus objetivos ou exigências, com os remanescentes, que podem combinar-se na unidade inclusiva do ego. Os primeiros são então expelidos dessa unidade pelo processo de repressão, mantidos em níveis inferiores de desenvolvimento psíquico, e afastados, de início, da possibilidade de satisfação. Se subseqüentemente alcançam êxito - como tão facilmente acontece com os instintos sexuais reprimidos - em conseguir chegar por caminhos indiretos a uma satisfação direta ou substitutiva, esse acontecimento, que em outros casos seria uma oportunidade de prazer, é sentida pelo ego como desprazer. Em consequência do velho conflito que terminou pela repressão, uma nova ruptura ocorreu no princípio de prazer no exato momento em que certos instintos estavam esforçando-se, de acordo com o princípio, por obter novo prazer. Os pormenores do processo pelo qual a repressão transforma uma possibilidade de prazer numa fonte de desprazer ainda não estão claramente compreendidos, ou não podem ser claramente representados; não há dúvida, porém, de que todo desprazer neurótico é dessa espécie, ou seja, um prazer que não pode ser sentido como tal.

As duas fontes de desprazer que acabei de indicar estão muito longe de abranger a maioria de nossas experiências desagradáveis; contudo, no que concerne ao restante, pode-se afirmar com certa justificativa que sua presença não contradiz a dominância do princípio de prazer. A maior parte do desprazer que experimentamos é um desprazer *perceptivo*. Esse desprazer pode ser a percepção de uma pressão por parte de instintos insatisfeitos, ou ser a percepção externa do que é aflitivo em si mesmo ou que excita expectativas desprazerosas no aparelho mental, isto é, que é por ele reconhecido como um 'perigo'. A reação dessas exigências instintuais e ameaças de perigo, reação que constitui a atividade apropriada do aparelho mental, pode ser então dirigida de maneira correta pelo princípio de prazer ou pelo princípio de realidade pelo qual o primeiro é modificado. Isso não parece tornar necessária nenhuma limitação de grande alcance do princípio de prazer. Não obstante, a investigação da reação mental ao perigo externo encontra-se precisamente em posição de produzir novos materiais e levantar novas questões relacionadas com nosso problema atual.

II

Há muito tempo se conhece e foi descrita uma condição que ocorre após graves concussões mecânicas, desastres ferroviários e outros acidentes que envolvem risco de vida; recebeu o nome de ‘neurose traumática’. A terrível guerra que há pouco findou deu origem a grande número de doenças desse tipo; pelo menos, porém, pôs fim à tentação de atribuir a causa do distúrbio a lesões orgânicas do sistema nervoso, ocasionadas pela força mecânica. O quadro sintomático apresentado pela neurose traumática aproxima-se do da histeria pela abundância de seus sintomas motores semelhantes; em geral, contudo, ultrapassa-o em seus sinais fortemente acentuados de indisposição subjetiva (no que se assemelha à hipocondria ou melancolia), bem como nas provas que fornece de debilitamento e de perturbação muito mais abrangentes e gerais das capacidades mentais. Ainda não se chegou a nenhuma explicação completa, seja das neuroses de guerra, seja das neuroses traumáticas dos tempos de paz. No caso das primeiras, o fato de os mesmos sintomas às vezes aparecerem sem a intervenção de qualquer grande força mecânica, parece a princípio esclarecedor e desnorteante. No caso das neuroses traumáticas comuns, duas características surgem proeminentemente: primeira, que o ônus principal de sua causação parece repousar sobre o fator da surpresa, do susto, e, segunda, que um ferimento ou dano infligidos simultaneamente operam, via de regra, *contra* o desenvolvimento de uma neurose. ‘Susto’, ‘medo’ e ‘ansiedade’ são palavras impropriamente empregadas como expressões sinônimas; são, de fato, capazes de uma distinção clara em sua relação com o perigo. A ‘ansiedade’ descreve um estado particular de esperar o perigo ou preparar-se para ele, ainda que possa ser desconhecido. O ‘medo’ exige um objeto definido de que se tenha temor. ‘Susto’, contudo, é o nome que damos ao estado em que alguém fica, quando entrou em perigo sem estar preparado para ele, dando-se ênfase ao fator da surpresa. Não acredito que a ansiedade possa produzir neurose traumática; nela existe algo que protege o seu sujeito contra o susto e, assim, contra as neuroses de susto. Voltaremos posteriormente a esse ponto (ver em [1] e segs).

O estudo dos sonhos pode ser considerado o método mais digno de confiança na investigação dos processos mentais profundos. Ora, os sonhos que ocorrem nas neuroses traumáticas possuem a característica de repetidamente trazer o paciente de volta à situação de seu acidente, numa situação da qual acorda em outro susto. Isso espanta bem pouco as pessoas. Pensam que o fato de a experiência traumática estar-se continuamente impondo ao paciente, mesmo no sono, se encontra, conforme se poderia dizer, fixado em seu trauma. As fixações na experiência que iniciou a doença há muito tempo, nos são familiares na histeria. Breuer e Freud declararam em 1893 que ‘os histéricos sofrem principalmente de reminiscências’. Nas neuroses de guerra também, observadores como Ferenczi e Simmel puderam explicar certos

sintomas motores pela fixação no momento em que o trauma ocorreu.

Não é de meu conhecimento, contudo, que pessoas que sofrem de neurose traumática estejam muito ocupadas, em suas vidas despertas, com lembranças de seu acidente. Talvez estejam mais interessadas em *não* pensar nele. Qualquer um que aceite, como algo por si mesmo evidente, que os sonhos delas devam à noite fazê-las voltar à situação que as fez cair doentes, compreendeu mal a natureza dos sonhos. Estaria mais em harmonia com a natureza destes, se mostrassem ao paciente quadros de seu passado sadio ou da cura pela qual esperam. Se não quisermos que os sonhos dos neuróticos traumáticos abalem nossa crença no teor realizador de desejos dos sonhos, teremos ainda aberta a nós uma saída: podemos argumentar que a função de sonhar, tal como muitas pessoas, nessa condição está perturbada e afastada de seus propósitos, ou podemos ser levados a refletir sobre as misteriosas tendências masoquistas do ego.

Nesse ponto, proponho abandonarmos o obscuro e melancólico tema da neurose traumática, e passar a examinar o método de funcionamento empregado pelo aparelho mental em uma de suas primeiras atividades *normais*; quero referir-me à brincadeira das crianças.

As diferentes teorias sobre a brincadeira das crianças foram ainda recentemente resumidas e discutidas do ponto de vista psicanalítico por Pfeifer (1919), a cujo artigo remeto meus leitores. Essas teorias esforçam-se por descobrir os motivos que levam as crianças a brincar, mas deixam de trazer para o primeiro plano o motivo *econômico*, a consideração da produção de prazer envolvida. Sem querer incluir todo o campo abrangido por esses fenômenos, pude, através de uma oportunidade fortuita que se me apresentou, lançar certa luz sobre a primeira brincadeira efetuada por um menininho de ano e meio de idade e inventada por ele próprio. Foi mais do que uma simples observação passageira, porque vivi sob o mesmo teto que a criança e seus pais durante algumas semanas, e foi algum tempo antes que descobri o significado da enigmática atividade que ele constantemente repetia.

A criança de modo algum era precoce em seu desenvolvimento intelectual. À idade de ano e meio podia dizer apenas algumas palavras compreensíveis e utilizava também uma série de sons que expressavam um significado inteligível para aqueles que a rodeavam. Achava-se, contudo, em bons termos com os pais e sua única empregada, e tributos eram-lhe prestados por ser um ‘bom menino’. Não incomodava os pais à noite, obedecia conscientemente às ordens de não tocar em certas coisas, ou de não entrar em determinados cômodos e, acima de tudo, nunca chorava quando sua mãe o deixava por algumas horas. Ao mesmo tempo, era bastante ligado à mãe, que tinha não apenas de alimentá-lo, como também cuidava dele sem qualquer ajuda externa. Esse bom menininho, contudo, tinha o hábito ocasional e perturbador de apanhar quaisquer objetos que pudesse agarrar e atirá-los longe para um canto, sob a cama, de maneira que procurar seus brinquedos e apanhá-los, quase sempre dava bom trabalho. Enquanto procedia assim, emitia um longo e arrastado ‘o-o-o-ó’, acompanhado por expressão

de interesse e satisfação. Sua mãe e o autor do presente relato concordaram em achar que isso não constituía uma simples interjeição, mas representava a palavra alemã *'fort'*. Acabei por compreender que se tratava de um jogo e que o único uso que o menino fazia de seus brinquedos, era brincar de 'ir embora' com eles. Certo dia, fiz uma observação que confirmou meu ponto de vista. O menino tinha um carretel de madeira com um pedaço de cordão amarrado em volta dele. Nunca lhe ocorrera puxá-lo pelo chão atrás de si, por exemplo, e brincar com o carretel como se fosse um carro. O que ele fazia era segurar o carretel pelo cordão e com muita perícia arremessá-lo por sobre a borda de sua caminha encortinada, de maneira que aquele desaparecia por entre as cortinas, ao mesmo tempo que o menino proferia seu expressivo 'o-o-ó'. Puxava então o carretel para fora da cama novamente, por meio do cordão, e saudava o seu reaparecimento com um alegre *'da'* ('ali'). Essa, então, era a brincadeira completa: desaparecimento e retorno. Via de regra, assistia-se apenas a seu primeiro ato, que era incansavelmente repetido como um jogo em si mesmo, embora não haja dúvida de que o prazer maior se ligava ao segundo ato.

A interpretação do jogo tornou-se então óbvia. Ele se relacionava à grande realização cultural da criança, a renúncia instintual (isto é, a renúncia à satisfação instintual) que efetuara ao deixar a mãe ir embora sem protestar. Compensava-se por isso, por assim dizer, encenando ele próprio o desaparecimento e a volta dos objetos que se encontravam a seu alcance. É naturalmente indiferente, do ponto de vista de ajuizar a natureza efetiva do jogo, saber se a própria criança o inventara ou o tirara de alguma sugestão externa. Nosso interesse se dirige para outro ponto. A criança não pode ter sentido a partida da mãe como algo agradável ou mesmo indiferente. Como, então, a repetição dessa experiência aflitiva, enquanto jogo, harmonizava-se com o princípio de prazer? Talvez se possa responder que a partida dela tinha de ser encenada como preliminar necessária a seu alegre retorno, e que neste último residia o verdadeiro propósito do jogo. Mas contra isso deve-se levar em conta o fato observado de o primeiro ato, o da partida, ser encenado como um jogo em si mesmo, e com muito mais freqüência do que o episódio na íntegra, com seu final agradável.

Nenhuma decisão certa pode ser alcançada pela análise de um caso isolado como esse. De um ponto de vista não preconcebido, fica-se com a impressão de que a criança transformou sua experiência em jogo devido a outro motivo. No início, achava-se numa situação *passiva*, era dominada pela experiência; repetindo-a, porém, por mais desagradável que fosse, como jogo, assumia papel ativo. Esses esforços podem ser atribuídos a um instinto de dominação que atuava independentemente de a lembrança em si mesma ser agradável ou não. Mas uma outra interpretação ainda pode ser tentada. Jogar longe o objeto, de maneira a que fosse 'embora', poderia satisfazer um impulso da criança, suprimido na vida real, de vingar-se da mãe por afastar-se dela. Nesse caso, possuiria significado desafiador: 'Pois bem, então: vá embora! Não preciso de você. Sou eu que estou mandando você embora.' Um ano mais tarde, o mesmo menino que eu observara em seu primeiro jogo, costumava agarrar um brinquedo, se estava zangado com este, e jogá-lo ao chão, exclamando: 'Vá para a frente!' Escutara nessa época que o pai ausente se encontrava 'na frente (de batalha)', e o menino estava longe de lamentar

sua ausência, pelo contrário, deixava bastante claro que não tinha desejo de ser perturbado em sua posse exclusiva da mãe. Conhecemos outras crianças que gostavam de expressar impulsos hostis semelhantes lançando longe de si objetos, em vez de pessoas. Assim, ficamos em dúvida quanto a saber se o impulso para elaborar na mente alguma experiência de dominação, de modo a tornar-se senhor dela, pode encontrar expressão como um evento primário e independentemente do princípio de prazer. Isso porque, no caso que acabamos de estudar, a criança, afinal de contas, só foi capaz de repetir sua experiência desagradável na brincadeira porque a repetição trazia consigo uma produção de prazer de outro tipo, uma produção mais direta.

Não seremos auxiliados em nossa hesitação entre esses dois pontos de vista por outras considerações sobre brincadeiras infantis. É claro que em suas brincadeiras as crianças repetem tudo que lhes causou uma grande impressão na vida real, e assim procedendo, abream a intensidade da impressão, tornando-se, por assim dizer, senhoras da situação. Por outro lado, porém, é óbvio que todas as suas brincadeiras são influenciadas por um desejo que as domina o tempo todo: o desejo de crescer e poder fazer o que as pessoas crescidas fazem. Pode-se também observar que a natureza desagradável de uma experiência nem sempre a torna inapropriada para a brincadeira. Se o médico examina a garganta de uma criança ou faz nela alguma pequena intervenção, podemos estar inteiramente certos de que essas assustadoras experiências serão tema da próxima brincadeira; contudo, não devemos, quanto a isso, desprezar o fato de existir uma produção de prazer provinda de outra fonte. Quando a criança passa da passividade da experiência para a atividade do jogo, transfere a experiência desagradável para um de seus companheiros de brincadeira e, dessa maneira, vinga-se num substituto.

Todavia, decorre desse exame que não há necessidade de supor a existência de um instinto imitativo especial para fornecer um motivo para a brincadeira. Finalmente, em acréscimo, pode-se lembrar que a representação e a imitação artísticas efetuadas por adultos, as quais, diferentemente daquelas das crianças, se dirigem a uma audiência, não poupam aos espectadores (como na tragédia, por exemplo) as mais penosas experiências, e, no entanto, podem ser por eles sentidas como altamente prazerosas. Isso constitui prova convincente de que, mesmo sob a dominância do princípio de prazer, há maneiras e meios suficientes para tornar o que em si mesmo é desagradável num tema a ser lembrado e elaborado na mente. A consideração desses casos e situações, que têm a produção de prazer como seu resultado final, deve ser empreendida por algum sistema de estética com uma abordagem econômica a seu tema geral. Eles não têm utilidade para *nossos* fins, pois pressupõem a existência e a dominância do princípio de prazer; não fornecem provas do funcionamento de tendências *além* do princípio de prazer, ou seja, de tendências mais primitivas do que ele e dele independentes.

Vinte e cinco anos de intenso trabalho tiveram por resultado que os objetivos imediatos da psicanálise sejam hoje inteiramente diferentes do que eram no começo. A princípio, o médico que analisava não podia fazer mais do que descobrir o material inconsciente oculto para o paciente, reuni-lo e no momento oportuno comunicá-lo a este. A psicanálise era então, primeiro e acima de tudo, uma arte interpretativa. Uma vez que isso não solucionava o problema terapêutico, um outro objetivo rapidamente surgiu à vista: obrigar o paciente a confirmar a construção teórica do analista com sua própria memória. Nesse esforço, a ênfase principal reside nas resistências do paciente: a arte consistia então em descobri-las tão rapidamente quanto possível, apontando-as ao paciente e induzindo-o, pela influência humana - era aqui que a sugestão, funcionando como 'transferência', desempenhava seu papel -, a abandonar suas resistências.

Contudo, tornou-se cada vez mais claro que o objetivo que fora estabelecido - que o inconsciente deve tornar-se consciente - não era completamente atingível através desse método. O paciente não pode recordar a totalidade do que nele se acha reprimido, e o que não lhe é possível recordar pode ser exatamente a parte essencial. Dessa maneira, ele não adquire nenhum sentimento de convicção da correção da construção teórica que lhe foi comunicada. É obrigado a *repetir* o material reprimido como se fosse uma experiência contemporânea, em vez de, como o médico preferiria ver, *recordá-lo* como algo pertencente ao passado. Essas reproduções, que surgem com tal exatidão indesejada, sempre têm como tema alguma parte da vida sexual infantil, isto é, do complexo de Édipo, e de seus derivativos, e são invariavelmente atuadas (*acted out*) na esfera da transferência, da relação do paciente com o médico. Quando as coisas atingem essa etapa, pode-se dizer que a neurose primitiva foi então substituída por outra nova, pela 'neurose de transferência'. O médico empenha-se por manter essa neurose de transferência dentro dos limites mais restritos; forçar tanto quanto possível o canal da memória, e permitir que surja como repetição o mínimo possível. A proporção entre o que é lembrado e o que é reproduzido varia de caso para caso. O médico não pode, via de regra, poupar ao paciente essa face do tratamento. Deve fazê-lo reexperimentar alguma parte de sua vida esquecida, mas deve também cuidar, por outro lado, que o paciente retenha certo grau de alheamento, que lhe permitirá, a despeito de tudo, reconhecer que aquilo que parece ser realidade é, na verdade, apenas reflexo de um passado esquecido. Se isso puder ser conseguido com êxito, o sentimento de convicção do paciente será conquistado, juntamente com o sucesso terapêutico que dele depende.

A fim de tornar mais fácil a compreensão dessa 'compulsão à repetição' que surge durante o tratamento psicanalítico dos neuróticos, temos acima de tudo de livrar-nos da noção equivocada de que aquilo com que estamos lidando em nossa luta contra as resistências seja

uma resistência por parte do *inconsciente*. O inconsciente, ou seja, o ‘reprimido’, não oferece resistência alguma aos esforços do tratamento. Na verdade, ele próprio não se esforça por outra coisa que não seja irromper através da pressão que sobre ele pesa, e abrir seu caminho à consciência ou a uma descarga por meio de alguma ação real. A resistência durante o tratamento origina-se dos mesmos estratos e sistemas mais elevados da mente que originalmente provocaram a repressão. Mas o fato de, como sabemos pela experiência, os motivos das resistências e, na verdade, as próprias resistências serem a princípio inconscientes durante o tratamento, é-nos uma sugestão para que corrijamos uma deficiência de nossa terminologia. Evitaremos a falta de clareza se fizermos nosso contraste não entre o consciente e o inconsciente, mas entre o *ego* coerente e o *reprimido*. É certo que grande parte do ego é, ela própria, inconsciente, e notavelmente aquilo que podemos descrever como seu núcleo; apenas pequena parte dele se acha abrangida pelo termo ‘pré-consciente’. Havendo substituído uma terminologia puramente descritiva por outra sistemática e dinâmica, podemos dizer que as resistências do paciente originam-se do ego, e então imediatamente perceberemos que a compulsão à repetição deve ser atribuída ao reprimido inconsciente. Parece provável que a compulsão só possa expressar-se depois que o trabalho do tratamento avançou a seu encontro até a metade do caminho e que afrouxou a repressão.

Não há dúvida de que a resistência do ego consciente e inconsciente funciona sob a influência do princípio de prazer; ela busca evitar o desprazer que seria produzido pela liberação do reprimido. *Nossos* esforços, por outro lado, dirigem-se no sentido de conseguir a tolerância desse desprazer por um apelo ao princípio de realidade. Mas, como se acha a compulsão à repetição - a manifestação do poder do reprimido - relacionada com o princípio de prazer? É claro que a maior parte do que é reexperimentado sob a compulsão à repetição, deve causar desprazer ao ego, pois traz à luz as atividades dos impulsos instintuais reprimidos. Isso, no entanto, constitui desprazer de uma espécie que já consideramos e que não contradiz o princípio de prazer: desprazer para um dos sistemas e, simultaneamente, satisfação para outro. Contudo, chegamos agora a um fato novo e digno de nota, a saber, que a compulsão à repetição também rememora do passado experiências que não incluem possibilidade alguma de prazer e que nunca, mesmo há longo tempo, trouxeram satisfação, mesmo para impulsos instintuais que desde então foram reprimidos.

O florescimento precoce da vida sexual infantil está condenado à extinção porque seus desejos são incompatíveis com a realidade e com a etapa inadequada de desenvolvimento a que a criança chegou. Esse florescimento chega ao fim nas mais aflitivas circunstâncias e com o acompanhamento dos mais penosos sentimentos. A perda do amor e o fracasso deixam atrás de si um dano permanente à autoconsideração, sob a forma de uma cicatriz narcisista, o que, em minha opinião, bem como na de Marcinowski (1918), contribui mais do que qualquer outra coisa para o ‘sentimento de inferioridade’, tão comum aos neuróticos. As explorações sexuais infantis, às quais seu desenvolvimento físico impõe limites, não conduzem a nenhuma conclusão satisfatória; daí as queixas posteriores, tais como ‘Não consigo realizar nada; não

tenho sucesso em nada'. O laço da afeição, que via de regra liga a criança ao genitor do sexo oposto, sucumbe ao desapontamento, a uma vã expectativa de satisfação, ou ao ciúme pelo nascimento de um novo bebê, prova inequívoca da infidelidade do objetivo da afeição da criança. Sua própria tentativa de fazer um bebê, efetuada com trágica seriedade, fracassa vergonhosamente. A menor quantidade de afeição que recebe, as exigências crescentes da educação, palavras duras e um castigo ocasional mostram-lhe por fim toda a extensão do desdém que lhe concederam. Estes são alguns exemplos típicos e constantemente recorrentes das maneiras pelas quais o amor característico da idade infantil é levado a um término.

Os pacientes repetem na transferência todas essas situações indesejadas e emoções penosas, revivendo-as com a maior engenhosidade. Procuram ocasionar a interrupção do tratamento enquanto este ainda se acha incompleto; imaginam sentir-se desprezados mais uma vez, obrigam o médico a falar-lhes severamente e a tratá-los friamente; descobrem objetos apropriados para seu ciúme; em vez do nenê apaixonadamente desejado de sua infância, produzem um plano ou a promessa de algum grande presente, que em regra se mostra não menos irreal. Nenhuma dessas coisas pode ter produzido prazer no passado, e poder-se-ia supor que causariam menos desprazer hoje se emergissem como lembranças ou sonhos, em vez de assumirem a forma de experiências novas. Constituem, naturalmente, as atividades de instintos destinados a levar à satisfação, mas nenhuma lição foi aprendida da antiga experiência de que essas atividades, ao contrário, conduziram apenas ao desprazer. A despeito disso, são repetidas, sob a pressão de uma compulsão.

O que a psicanálise revela nos fenômenos de transferência dos neuróticos, também pode ser observado nas vidas de certas pessoas normais. A impressão que dão é de serem perseguidas por um destino maligno ou possuídas por algum poder 'demoníaco'; a psicanálise, porém, sempre foi de opinião de que seu destino é, na maior parte, arranjado por elas próprias e determinado por influências infantis primitivas. A compulsão que aqui se acha em evidência não difere em nada da compulsão à repetição que encontramos nos neuróticos, ainda que as pessoas que agora estamos considerando nunca tenham mostrado quaisquer sinais de lidarem com um conflito neurótico pela produção de sintomas. Assim, encontramos pessoas em que todas as relações humanas têm o mesmo resultado, tal como o benfeitor que é abandonado irradamente, após certo tempo, por todos os seus *protegés*, por mais que eles possam, sob outros aspectos, diferir uns dos outros, parecendo assim condenado a provar todo o amargor da ingratidão; o homem cujas amizades findam por uma traição por parte do amigo; o homem que, repetidas vezes, no decorrer da vida, eleva outrem a uma posição de grande autoridade particular ou pública e depois, após certo intervalo, subverte essa autoridade e a substitui por outra nova; ou, ainda, o amante cujos casos amorosos com mulheres atravessam as mesmas fases e chegam à mesma conclusão. Essa 'perpétua recorrência da mesma coisa' não nos causa espanto quando se refere a um comportamento *ativo* por parte da pessoa interessada, e podemos discernir nela um traço de caráter essencial, que permanece sempre o mesmo, sendo compelido a expressar-se por uma repetição das mesmas experiências. Ficamos muito mais

impressionados nos casos em que o sujeito parece ter uma experiência *passiva*, sobre a qual não possui influência, mas nos quais se defronta com uma repetição da mesma fatalidade. É o caso, por exemplo, da mulher que se casou sucessivamente com três maridos, cada um dos quais caiu doente logo depois e teve que ser cuidado por ela em seu leito de morte. O retrato poético mais comovente de um destino assim foi pintado por Tasso em sua epopéia romântica *Gerusalemme Liberata*. Seu herói, Tancredo, inadvertidamente mata sua bem amada Clorinda num duelo, estando ela disfarçada sob a armadura de um cavaleiro inimigo. Após o enterro, abre caminho numa estranha floresta mágica que aterroriza o exército dos Cruzados. Com a espada faz um talho numa árvore altaneira, mas do corte é sangue que escorre e a voz de Clorinda, cuja alma está aprisionada na árvore, é ouvida a lamentar-se que mais uma vez ele feriu sua amada.

Se levarmos em consideração observações como essas, baseadas no comportamento, na transferência e nas histórias da vida de homens e mulheres, não só encontraremos coragem para supor que existe realmente na mente uma compulsão à repetição que sobrepuja o princípio de prazer, como também ficaremos agora inclinados a relacionar com essa compulsão os sonhos que ocorrem nas neuroses traumáticas e o impulso que leva as crianças a brincar.

Contudo, é de notar que apenas em raros casos podemos observar os motivos puros da compulsão à repetição, desapoiados por outros motivos. No caso da brincadeira das crianças, já demos ênfase às outras maneiras pelas quais o surgimento da compulsão pode ser interpretado; aqui, a compulsão à repetição e a satisfação instintual que é imediatamente agradável, parecem convergir em associação íntima. Os fenômenos da transferência são obviamente explorados pela resistência que o ego mantém em sua pertinaz insistência na repressão; a compulsão à repetição, que o tratamento tenta colocar a seu serviço, é, por assim dizer, arrastada pelo ego para o lado *dele* (aferrando-se, como faz o ego, ao princípio de prazer). Grande parte do que poderia ser descrito como compulsão do destino parece inteligível numa base racional, de maneira que não temos necessidade de convocar uma nova e misteriosa força motivadora para explicá-la.

O exemplo menos dúbio [de tal força motivadora] é talvez o dos sonhos traumáticos. Numa reflexão mais amadurecida, porém, seremos forçados a admitir que, mesmo nos outros casos, nem todo o campo é abrangido pelo funcionamento das familiares forças motivadoras. Resta inexplicado o bastante para justificar a hipótese de uma compulsão à repetição, algo que parece mais primitivo, mais elementar e mais instintual do que o princípio de prazer que ela domina. Mas, se uma compulsão à repetição opera *realmente* na mente, ficaríamos satisfeitos em conhecer algo sobre ela, aprender a que função corresponde, sob que condições pode surgir e qual é sua relação com o princípio de prazer, ao qual, afinal de contas, até agora atribuímos dominância sobre o curso dos processos de excitação na vida mental.

IV

O que se segue é especulação, amiúde especulação forçada, que o leitor tomará em consideração ou porá de lado, de acordo com sua predileção individual. É mais uma tentativa de acompanhar uma idéia sistematicamente, só por curiosidade de ver até onde ela levará.

A especulação psicanalítica toma como ponto de partida a impressão, derivada do exame dos processos inconscientes, de que a consciência pode ser, não o atributo mais universal dos processos mentais, mas apenas uma função especial deles. Falando em termos metapsicológicos, assevera que a consciência constitui função de um sistema específico que descreve como *Cs*. O que a consciência produz consiste essencialmente em percepções de excitação provindas do mundo externo e de sentimentos de prazer e desprazer que só podem surgir do interior do aparelho psíquico; assim, é possível atribuir ao sistema *Pcpt.-Cs*. uma posição no espaço. Ele deve ficar na linha fronteira entre o exterior e o interior; tem de achar-se voltado para o mundo externo e tem de envolver os outros sistemas psíquicos. Ver-se-á que não existe nada de ousadamente novo nessas suposições; adotamos simplesmente as concepções sobre localização sustentadas pela anatomia cerebral, que localiza a ‘sede’ da consciência no córtex cerebral, a camada mais externa, envolvente do órgão central. A anatomia cerebral não tem necessidade de considerar por que, anatomicamente falando, a consciência deva alojar-se na superfície do cérebro, em vez de encontrar-se seguramente abrigada em algum lugar de seu mais íntimo interior. Talvez *nós* sejamos mais bem-sucedidos em explicar essa situação, no caso de nosso sistema *Pcpt.-Cs*.

A consciência não é o único caráter distintivo que atribuímos aos processos desse sistema. Com base em impressões derivadas de nossa experiência psicanalítica, supomos que todos os processos excitatórios que ocorrem nos *outros* sistemas deixam atrás de si traços permanentes, os quais formam os fundamentos da memória. Tais traços de memória, então, nada têm a ver com o fato de se tornarem conscientes; na verdade, com freqüência são mais poderosos e permanentes quando o processo que os deixou atrás de si foi um processo que nunca penetrou na consciência. Achamos difícil acreditar, contudo, que traços permanentes de excitação como esses sejam também deixados no sistema *Pcpt.-Cs*. Se permanecessem constantemente conscientes, muito cedo estabeleceriam limites à aptidão do sistema para o recebimento de novas excitações. Se, por outro lado, fossem inconscientes, nos defrontaríamos com o problema de explicar a existência de processos inconscientes num sistema cujo funcionamento, sob outros aspectos, se faz acompanhar pelo fenômeno da

consciência. Não teríamos, por assim dizer, nem alterado nem ganho nada com nossa hipótese de relegar o processo de tornar-se consciente a um sistema especial. Embora essa consideração de modo algum seja conclusiva, leva-nos não obstante a suspeitar de que tornar-se consciente e deixar atrás de si um traço de memória, são processos incompatíveis um com o outro dentro de um só e mesmo sistema. Assim, poderíamos dizer que o processo excitatório se torna consciente no sistema *Cs.*, mas não deixa traço permanente atrás de si; a excitação, porém, é transmitida aos sistemas que ficam a seguir e é *neles* que seus traços são deixados. Segui essas mesmas linhas no quadro esquemático que incluí na parte especulativa de minha *Interpretação de Sonhos*. Deve-se manter em mente que muito pouco se conhece sobre outras fontes de origem da consciência; dessa maneira, quando formulamos a proposição de que a *consciência surge em vez de um traço de memória*, a assertiva merece consideração, pelo menos com o fundamento de que é estruturada em termos bastante precisos.

Se isso é assim, então, o sistema *Cs.* se caracteriza pela peculiaridade de que nele (em contraste com o que acontece nos outros sistemas psíquicos) os processos excitatórios não deixam atrás de si nenhuma alteração permanente em seus elementos, mas exaurem-se, por assim dizer, no fenômeno de se tornarem conscientes. Uma exceção desse tipo à regra geral exige ser explicada por algum fator que se aplique exclusivamente a esse determinado sistema. Tal fator, ausente nos outros sistemas, bem poderia ser a situação exposta do sistema *Cs.*, imediatamente próxima, como é, do mundo externo.

Imaginemos um organismo vivo em sua forma mais simplificada possível, como uma vesícula indiferenciada de uma substância que é suscetível de estimulação. Então, a superfície voltada para o mundo externo, pela sua própria situação, se diferenciará e servirá de órgão para o recebimento de estímulos. Na verdade, a embriologia, em sua capacidade de recapituladora da história desenvolvimental, mostra-nos realmente que o sistema nervoso central se origina do ectoderma; a matéria cinzenta do córtex permanece um derivado da camada superficial primitiva do organismo e pode ter herdado algumas de suas propriedades essenciais. Seria então fácil supor que, como resultado do impacto incessante de estímulos externos sobre a superfície da vesícula, sua substância, até uma certa profundidade, pode ter sido permanentemente modificada, de maneira que os processos excitatórios nela seguem um curso diferente do seguido nas camadas mais profundas. Formar-se-ia então uma crosta que acabaria por ficar tão inteiramente ‘calcinada’ pela estimulação, que apresentaria as condições mais favoráveis possíveis para a recepção de estímulos e se tornaria incapaz de qualquer outra modificação. Em termos do sistema *Cs.* isso significa que seus elementos não poderiam mais experimentar novas modificações permanentes pela passagem da excitação, porque já teriam sido modificados, a esse respeito, até o ponto mais amplo possível; agora, contudo, se teriam tornado capazes de dar origem à consciência. É possível formar várias idéias, que não podem, de momento, ser verificadas, quanto à natureza dessa modificação da substância e do processo excitatório. Pode-se supor que, ao passar de determinado elemento para outro, a excitação tem

de vencer uma resistência e que é a diminuição da resistência assim alcançada que deixa um traço permanente da excitação, isto é, uma facilitação. No sistema *Cs.*, então, uma resistência dessa espécie à passagem de determinado elemento não mais existirá. Esse quadro pode ser relacionado com a distinção efetuada por Breuer entre energia catéxica quiescente (ou vinculada) e móvel nos elementos dos sistemas psíquicos; os elementos do sistema *Cs.* não conduziram energia vinculada, mas apenas energia capaz de descarga livre. Parece melhor, contudo, expressarmo-nos tão cautelosamente quanto possível sobre esses pontos. Não obstante, essa especulação permitiu-nos colocar a origem da consciência num certo tipo de vinculação com a situação do sistema *Cs.* e com as peculiaridades que devem ser atribuídas aos processos excitatórios que neles se realizam.

Contudo, temos mais a dizer sobre a vesícula viva, com sua camada cortical receptiva. Esse pequeno fragmento de substância viva acha-se suspenso no meio de um mundo externo carregado com as mais poderosas energias, e seria morto pela estimulação delas emanadas, se não dispusesse de um escudo protetor contra os estímulos. Ele adquire esse escudo da seguinte maneira: sua superfície mais externa deixa de ter a estrutura apropriada à matéria viva, torna-se até certo ponto inorgânica e, daí por diante, funciona como um envoltório ou membrana especial, resistente aos estímulos. Em consequência disso, as energias do mundo externo só podem passar para as camadas subjacentes seguintes, que permaneceram vivas, com um fragmento de sua intensidade original, e essas camadas podem dedicar-se, por trás do escudo protetor, à recepção das quantidades de estímulo que este deixou passar. Através de sua morte a camada exterior salvou todas as camadas mais profundas de um destino semelhante, a menos que os estímulos que a atinjam sejam tão fortes que atravessem o escudo protetor. A *proteção contra* os estímulos é, para os organismos vivos, uma função quase mais importante do que a recepção deles. O escudo protetor é suprido com seu próprio estoque de energia e deve, acima de tudo, esforçar-se por preservar os modos especiais de transformação de energia que nele operam, contra os efeitos ameaçadores das enormes energias em ação no mundo externo, efeitos que tendem para o nivelamento deles e, assim, para a destruição. O principal intuito da *recepção* de estímulos é descobrir a direção e a natureza dos estímulos externos; para isso, é suficiente apanhar pequenos espécimes do mundo externo, para classificá-lo em pequenas quantidades. Nos organismos altamente desenvolvidos, a camada cortical receptiva da antiga vesícula há muito tempo já se retirou para as profundezas do corpo, embora partes dela tenham sido deixadas sobre a superfície, imediatamente abaixo do escudo geral contra os estímulos. Essas partes são os órgãos dos sentidos, que consistem essencialmente em aparelhos para a recepção de certos efeitos específicos de estimulação, mas que também incluem disposições especiais para maior proteção contra quantidades excessivas de estimulação e para a exclusão de tipos inapropriados de estímulos. É característico deles tratarem apenas com quantidades muito pequenas de estimulação externa e apenas apanharem *amostras* do mundo externo. Podem ser talvez comparados a tentáculos que estão sempre efetuando avanços experimentais no sentido do mundo externo, e então retirando-se dele.

Nesse ponto, aventurar-me-ei a aflorar por um momento um assunto que mereceria tratamento mais exaustivo. Em conseqüência de certas descobertas psicanalíticas, encontramos hoje em posição de empenhar-nos num estudo do teorema kantiano segundo o qual tempo e espaço são 'formas necessárias de pensamento'. Aprendemos que os processos mentais inconscientes são, em si mesmos, 'intemporais'. Isso significa, em primeiro lugar, que não são ordenados temporalmente, que o tempo de modo algum os altera e que a idéia de tempo não lhes pode ser aplicada. Trata-se de características negativas que só podem ser claramente entendidas se se fizer uma comparação com os processos mentais *conscientes*. Por outro lado, nossa idéia abstrata de tempo parece ser integralmente derivada do método de funcionamento do sistema *Pcpt.-Cs.* e corresponder a uma percepção de sua própria parte nesse método de funcionamento, o qual pode talvez constituir uma outra maneira de fornecer um escudo contra os estímulos. Sei que essas observações devem soar muito obscuras, mas tenho de limitar-me a essas sugestões.

Indicamos como a vesícula viva está provida de um escudo contra os estímulos provenientes do mundo externo e mostramos anteriormente que a camada cortical seguinte a esse escudo deve ser diferenciada como um órgão para a recepção de estímulos do exterior. Esse córtex sensitivo, contudo, que posteriormente deve tornar-se o sistema *Cs.*, também recebe excitações desde o *interior*. A situação do sistema, entre o exterior e o interior, e a diferença entre as condições que regem a recepção de excitações nos dois casos, têm um efeito decisivo sobre o funcionamento do sistema e de todo o aparelho mental. No sentido do exterior, acha-se resguardado contra os estímulos, e as quantidades de excitação que sobre ele incidem possuem apenas efeito reduzido. No sentido do interior, não pode haver esse escudo; as excitações das camadas mais profundas estendem-se para o sistema diretamente e em quantidade não reduzida, até onde algumas de suas características dão origem a sentimentos da série prazer-desprazer. As excitações que provêm de dentro, entretanto, em sua intensidade e em outros aspectos qualitativos - em sua amplitude, talvez -, são mais comensuradas com o método de funcionamento do sistema do que os estímulos que afluem desde o mundo externo. Esse estado de coisas produz dois resultados definidos. Primeiramente, os sentimentos de prazer e desprazer (que constituem um índice do que está acontecendo no interior do aparelho) predominam sobre todos os estímulos externos. Em segundo lugar, é adotada uma maneira específica de lidar com quaisquer excitações internas que produzam um aumento demasiado grande de desprazer; há uma tendência a tratá-las como se atuassem, não de dentro, mas de fora, de maneira que seja possível colocar o escudo contra estímulos em operação, como meio de defesa contra elas. É essa a origem da *projeção*, destinada a desempenhar um papel tão grande na causação dos processos patológicos.

Tenho a impressão de que essas últimas considerações nos levaram a uma melhor compreensão da dominância do princípio de prazer, mas ainda não se lançou luz alguma sobre os casos que contradizem essa dominância. Assim, avancemos um passo. Descrevemos como 'traumáticas' quaisquer excitações provindas de fora que sejam suficientemente poderosas

para atravessar o escudo protetor. Parece-me que o conceito de trauma implica necessariamente uma conexão desse tipo com uma ruptura numa barreira sob outros aspectos eficazes contra os estímulos. Um acontecimento como um trauma externo está destinado a provocar um distúrbio em grande escala no funcionamento da energia do organismo e a colocar em movimento todas as medidas defensivas possíveis. Ao mesmo tempo, o princípio de prazer é momentaneamente posto fora de ação. Não há mais possibilidade de impedir que o aparelho mental seja inundado com grandes quantidades de estímulos; em vez disso, outro problema surge, o problema de dominar as quantidades de estímulo que irromperam, e de vinculá-las no sentido psíquico, a fim de que delas se possa então desvencilhar.

O desprazer específico do sofrimento físico provavelmente resulta de que o escudo protetor tenha sido atravessado numa área limitada. Dá-se então um fluxo contínuo de excitações desde a parte da periferia relacionada até o aparelho central da mente, tal como normalmente surgiria apenas desde o *interior* do aparelho. E como esperamos que a mente reaja a essa invasão? A energia catéxica é convocada de todos os lados para fornecer catexias suficientemente altas de energia nos arredores da ruptura. Uma ‘anticatexia’ em grande escala é estabelecida, em cujo benefício todos os outros sistemas psíquicos são empobrecidos, de maneira que as funções psíquicas remanescentes são grandemente paralisadas ou reduzidas. Devemos empenhar-nos em extrair uma lição de exemplos como esse e utilizá-los como base para nossas especulações metapsicológicas. Do presente caso, então, inferimos que um sistema que é altamente catexizado é capaz de receber um influxo adicional de energia nova e de convertê-la em catexia quiescente, isso é, de vinculá-la psiquicamente. Quanto mais alta a própria catexia quiescente do sistema, maior parece ser a sua força vinculadora; inversamente, entretanto, quanto mais baixa a catexia, menos capacidade terá para receber o influxo de energia e mais violentas serão as conseqüências de tal ruptura no escudo protetor contra estímulos. A essa concepção não se pode corretamente objetar que o aumento de catexia em redor da ruptura pode ser mais simplesmente explicado como sendo o resultado direto das massas afluentes de excitação. Se assim fosse, o aparelho mental meramente receberia um aumento em suas catexias de energia, e o caráter paralisante do sofrimento e o empobrecimento de todos os outros sistemas permaneceriam inexplicados. Tampouco os fenômenos muito violentos de descarga a que o sofrimento dá origem influenciam nossa explicação, porque ocorrem de maneira reflexa, ou seja, decorrem sem a intervenção do aparelho mental. A indefinição de todas as nossas discussões sobre o que descrevemos como metapsicologia, é naturalmente devida ao fato de nada sabermos sobre a natureza do processo excitatório que se efetua nos elementos dos sistemas psíquicos, e ao fato de não nos sentirmos justificados em estruturar qualquer hipótese sobre o assunto. Por conseguinte, ficamos operando todo o tempo com um grande fator desconhecido, que somos obrigados a transportar para cada nova fórmula. Poder-se-ia razoavelmente supor que esse processo excitatório possa ser executado com energias que variam *quantitativamente*; pode também parecer provável que ele tenha mais do que uma só *qualidade* (da natureza da amplitude, por exemplo). Como novo fator, tomamos em consideração a hipótese de Breuer de que as cargas de energia

ocorrem sob duas formas [ver em [1] e [2]], de maneira que temos de distinguir entre dois tipos de catexia dos sistemas psíquicos ou seus elementos: uma catexia que flui livremente e pressiona no sentido da descarga e uma catexia quiescente. Podemos talvez suspeitar de que a vinculação da energia que flui para dentro do aparelho mental consiste em sua mudança de um estado de fluxo livre para um estado quiescente.

Podemos, acredito, atrever-nos experimentalmente a considerar a neurose traumática comum como consequência de uma grande ruptura que foi causada no escudo protetor contra os estímulos. Isso pareceria restabelecer a antiga e ingênua teoria do choque, em aparente contraste com a teoria posterior e psicologicamente mais ambiciosa que atribuiu importância etiológica não aos efeitos da violência mecânica, mas ao susto e à ameaça à vida. Esses pontos de vista opostos não são, entretanto, irreconciliáveis, nem tampouco a concepção psicanalítica das neuroses traumáticas é idêntica à teoria do choque em sua forma mais grosseira. Esta última considera a essência do choque como sendo o dano direto à estrutura molecular ou mesmo à estrutura histológica dos elementos do sistema nervoso, ao passo que aquilo que *nós* procuramos compreender são os efeitos produzidos sobre o órgão da mente pela ruptura do escudo contra estímulos e pelos problemas que se seguem em sua esteira. E atribuímos ainda importância ao elemento de susto. Ele é causado pela falta de qualquer preparação para a ansiedade, inclusive a falta de hipercatexia dos sistemas que seriam os primeiros a receber o estímulo. Devido à sua baixa catexia, esses sistemas não se encontram em boa posição para vincular as quantidades afluentes de excitação, e as consequências da ruptura no escudo defensivo decorrem mais facilmente ainda. Ver-se-á, então, que a preparação para a ansiedade e a hipercatexia dos sistemas receptivos constitui a última linha de defesa do escudo contra estímulos. No caso de bom número de traumas, a diferença entre sistemas que estão despreparados e sistemas que se acham bem preparados através da hipercatexia, pode constituir fator decisivo na determinação do resultado, embora, onde a intensidade do trauma exceda certo limite, esse fator indubitavelmente deixe de ter importância. A realização de desejo é, como sabemos, ocasionada de maneira alucinatória pelos sonhos e sob a dominância do princípio de prazer tornou-se função deles. Mas não é a serviço desse princípio que os sonhos dos pacientes que sofrem de neuroses traumáticas nos conduzem de volta, com tal regularidade, à situação em que o trauma ocorreu. Podemos antes supor que aqui os sonhos estão ajudando a executar outra tarefa, a qual deve ser realizada antes que a dominância do princípio de prazer possa mesmo começar. Esses sonhos esforçam-se por dominar retrospectivamente o estímulo, desenvolvendo a ansiedade cuja omissão constituiu a causa da neurose traumática. Concedem-nos assim a visão de uma função do aparelho mental, visão que, embora não contradiga o princípio de prazer, é sem embargo independente dele, parecendo ser mais primitiva do que o intuito de obter prazer e evitar desprazer.

Esse, então, pareceria ser o lugar para, pela primeira vez, admitir uma exceção à proposição de que os sonhos são realizações de desejos. Os sonhos de ansiedade, como repetida e pormenorizadamente demonstrei, não oferecem essa exceção, nem tampouco o fazem os

‘sonhos de castigo’, porque eles simplesmente substituem a realização de desejo proibida pela punição adequada a ela, isto é, realizam o desejo do sentimento de culpa que é a reação ao impulso repudiado. É, porém, impossível classificar como realizações de desejos os sonhos que estivemos debatendo e que ocorrem nas neuroses traumáticas, ou os sonhos tidos durante as psicanálises, os quais trazem à lembrança os traumas psíquicos da infância. Eles surgem antes em obediência à compulsão à repetição, embora seja verdade que, na análise, essa compulsão é apoiada pelo desejo (incentivado pela ‘sugestão’) de conjurar o que foi esquecido e reprimido. Dessa maneira, pareceria que a função dos sonhos, que consiste em afastar quaisquer motivos que possam interromper o sono, através da realização dos desejos dos impulsos perturbadores, não é a sua função *original*. Não lhes seria possível desempenhar essa função até que a totalidade da vida mental houvesse aceito a dominância do princípio de prazer. Se existe um ‘além do princípio de prazer’, é coerente conceber que houve também uma época anterior em que o intuito dos sonhos foi a realização de desejos. Isso não implicaria numa negação de sua função posterior, mas, uma vez rompida a regra geral, surge uma outra questão. Não podem os sonhos que, com vistas à sujeição psíquica de impressões traumáticas, obedecem à compulsão à repetição, não podem esses sonhos, perguntamos, ocorrer fora da análise também? E a resposta só pode ser uma afirmativa decidida.

Argumentei em outra parte que as ‘neuroses de guerra’ (até onde essa expressão implica algo mais do que uma referência às circunstâncias do desencadeamento da doença) podem muito bem ser neuroses traumáticas que foram facilitadas por um conflito no ego. O fato a que me referi em [1], o de que um grande dano físico causado simultaneamente pelo trauma diminui as possibilidades de que uma neurose se desenvolva, torna-se inteligível se tivermos em mente dois fatos que foram enfatizados pela pesquisa psicanalítica: primeiramente, que a agitação mecânica deve ser reconhecida como uma das fontes de excitação sexual e, em segundo lugar, que moléstias penosas e febris exercem um poderoso efeito, enquanto perduram, sobre a distribuição da libido. Assim, por um lado, a violência mecânica do trauma liberaria uma quantidade de excitação sexual que, devido à falta de preparação para a ansiedade, teria um efeito traumático, mas, por outro lado, o dano físico simultâneo, exigindo uma hipercatexia narcisista do órgão prejudicado, sujeitaria o excesso de excitação. É também bem conhecido, embora a teoria da libido ainda não tenha feito uso suficiente do fato, que distúrbios graves na distribuição da libido, tal como a melancolia, são temporariamente interrompidos por uma moléstia orgânica intercorrente, e, na verdade, que mesmo uma condição plenamente desenvolvida de demência precoce é capaz de remissão temporária nessas mesmas circunstâncias.

O fato de a camada cortical que recebe os estímulos achar-se sem qualquer escudo protetor contra as excitações provindas do interior deve ter como resultado que essas últimas transmissões de estímulos possuam uma preponderância em importância econômica e amiúde ocasionem distúrbios econômicos comparáveis às neuroses traumáticas. As mais abundantes fontes dessa excitação interna são aquilo que é descrito como os 'instintos' do organismo, os representantes de todas as forças que se originam no interior do corpo e são transmitidas ao aparelho mental, desde logo o elemento mais importante e obscuro da pesquisa psicológica.

Não se pensará que é precipitado demais supor que os impulsos que surgem dos instintos não pertencem ao tipo dos processos nervosos *vinculados*, mas sim ao de processos *livremente móveis*, que pressionam no sentido da descarga. A maior parte do que sabemos desses processos deriva de nosso estudo sobre a elaboração onírica. Nela descobrimos que os processos dos sistemas inconscientes eram fundamentalmente diferentes dos existentes nos sistemas pré-conscientes (ou conscientes). No inconsciente, as catexias podem com facilidade ser completamente transferidas, deslocadas e condensadas. Tal tratamento, no entanto, produziria apenas resultados não-válidos se fosse aplicado ao material pré-consciente, e isso explica as familiares peculiaridades apresentadas pelos sonhos manifestos depois que os resíduos pré-conscientes do dia anterior foram elaborados de acordo com as leis que operam no inconsciente. Descrevi o tipo de processo encontrado no inconsciente como sendo o processo psíquico 'primário', em contraposição com o processo 'secundário', que é o que impera em nossa vida de vigília normal. Visto que todos os impulsos instintuais têm os sistemas inconscientes como seu ponto de impacto, quase não constitui novidade dizer que eles obedecem ao processo primário. É fácil ainda identificar o processo psíquico primário com a catexia livremente móvel de Breuer, e o processo secundário, com alterações em sua catexia vinculada ou tônica. Se assim é, seria tarefa dos estratos mais elevados do aparelho mental sujeitar a excitação instintual que atinge o processo primário. Um fracasso em efetuar essa sujeição provocaria um distúrbio análogo a uma neurose traumática, e somente após haver sido efetuada é que seria possível à dominância do princípio de prazer (e de sua modificação, o princípio de realidade) avançar sem obstáculo. Até então, a outra tarefa do aparelho mental, a tarefa de dominar ou sujeitar as excitações, teria precedência, não, na verdade, em oposição ao princípio de prazer, mas independentemente dele e, até certo ponto, desprezando-o.

As manifestações de uma compulsão à repetição (que descrevemos como ocorrendo nas primeiras atividades da vida mental infantil, bem como entre os eventos do tratamento psicanalítico) apresentam em alto grau um caráter instintual e, quando atuam em oposição ao princípio de prazer, dão a aparência de alguma força 'demoníaca' em ação. No caso da brincadeira, parece que percebemos que as crianças repetem experiências desagradáveis pela razão adicional de poderem dominar uma impressão poderosa muito mais completamente de

modo ativo do que poderiam fazê-lo simplesmente experimentando-a de modo passivo. Cada nova repetição parece fortalecer a supremacia que buscam. Tampouco podem as crianças ter as suas experiências *agradáveis* repetidas com frequência suficiente, e elas são inexoráveis em sua insistência de que a repetição seja idêntica. Posteriormente, esse traço de caráter desaparece. Se um chiste é escutado pela segunda vez, quase não produz efeito; uma produção teatral jamais cria, da segunda vez, uma impressão tão grande como da primeira; na verdade, é quase impossível persuadir um adulto que gostou muito de ler um livro, a relê-lo imediatamente. A novidade é sempre a condição do deleite, mas as crianças nunca se cansam de pedir a um adulto que repita um jogo que lhes ensinou ou que com elas jogou, até ele ficar exausto demais para prosseguir. E, se contarmos a uma criança uma linda história, ela insistirá em ouvi-la repetidas vezes, de preferência a escutar uma nova, e sem remorsos estipulará que a repetição seja idêntica, corrigindo quaisquer alterações de que o narrador tenha a culpa, embora, na realidade, estas possam ter sido efetuadas na esperança de obter uma nova aprovação. Nada disso contradiz o princípio de prazer: a repetição, a reexperiência de algo idêntico, é claramente, em si mesma, uma fonte de prazer. No caso de uma pessoa em análise, pelo contrário, a compulsão à repetição na transferência dos acontecimentos da infância evidentemente despreza o princípio de prazer sob todos os modos. O paciente comporta-se de modo puramente infantil e assim nos mostra que os traços de memória reprimidos de suas experiências primeiras não se encontram presentes nele em estado de sujeição, mostrando-se elas, na verdade, em certo sentido, incapazes de obedecer ao processo secundário. Além disso, é ao fato de não se acharem sujeitas, que devem sua capacidade de formar, em conjunção com os resíduos do dia anterior, uma fantasia de desejo que surge num sonho. A mesma compulsão à repetição freqüentemente se nos defronta como um obstáculo ao tratamento, quando, ao fim da análise, tentamos induzir o paciente a desligar-se completamente do médico. Pode-se supor também que, quando pessoas desfamiliarizadas com a análise sentem um medo obscuro, um temor de despertar algo que, segundo pensam, é melhor deixar adormecido, aquilo de que no fundo têm medo, é do surgimento dessa compulsão com sua sugestão de posse por algum poder ‘demoníaco’.

Mas como o predicado de ser ‘instintual’ se relaciona com a compulsão à repetição? Nesse ponto, não podemos fugir à suspeita de que deparamos com a trilha de um atributo universal dos instintos e talvez da vida orgânica em geral que até o presente não foi claramente identificado ou, pelo menos, não explicitamente acentuado. *Parece, então que um instinto é um impulso, inerente à vida orgânica, a restaurar um estado anterior de coisas*, impulso que a entidade viva foi obrigada a abandonar sob a pressão de forças perturbadoras externas, ou seja, é uma espécie de elasticidade orgânica, ou, para dizê-lo de outro modo, a expressão da inércia inerente à vida orgânica.

Essa visão dos instintos nos impressiona como estranha porque nos acostumamos a ver neles um fator impelidor no sentido da mudança e do desenvolvimento, ao passo que agora nos pedem para reconhecer neles o exato oposto, isto é, uma expressão da natureza *conservadora*

da substância viva. Por outro lado, logo relembremos exemplos tirados a vida animal que parecem confirmar a opinião de que os instintos são historicamente determinados. Certos peixes, por exemplo, empreendem laboriosas migrações na época da desova, a fim de depositar sua progênie em águas específicas, muito afastadas de suas regiões costumeiras. Na opinião de muitos biólogos, o que fazem é simplesmente procurar as localidades que suas espécies antigamente habitavam, mas que, no decorrer do tempo, trocaram por outras. Acredita-se que a mesma explicação se aplique aos vôos migratórios das aves de arribação, mas somos rapidamente liberados da necessidade de buscar outros exemplos pela reflexão de que as mais impressivas provas de que há uma compulsão orgânica a repetir estão nos fenômenos da hereditariedade e nos fatos da embriologia. Vemos como o germe de um animal vivo é obrigado, no curso de sua evolução, a recapitular (mesmo se de maneira transitória e abreviada) as estruturas de todas as formas das quais se originou, em vez de avançar rapidamente, pela via mais curta, até sua forma final. Esse comportamento é, apenas em grau muito tênue, atribuível a causas mecânicas, e, por conseguinte, a explicação histórica não pode ser desprezada. Assim também o poder de regenerar um órgão perdido, fazendo crescer de novo um outro exatamente semelhante, estende-se bem acima do reino animal.

Apresentar-se-nos-á a plausível objeção de que bem pode ser que, além dos instintos de conservação que impelem à repetição, poderão existir outros que impulsionam no sentido do progresso e da produção de nova formas. Esse argumento decerto não deve ser desprezado e será levado em conta numa etapa posterior. No momento, porém, é tentador perseguir até sua conclusão lógica a hipótese de que todos os instintos tendem à restauração de um estado anterior de coisas. O resultado talvez dê a impressão de misticismo ou de falsa profundidade, mas podemos sentir-nos inocentes de ter quaisquer desses propósitos em vista. Buscamos apenas os sóbrios resultados da pesquisa ou da reflexão nela baseada, e não temos desejo algum de encontrar neles qualquer outra qualidade que não seja a certeza.

Suponhamos, então, que todos os instintos orgânicos são conservadores, que são adquiridos historicamente, e que tendem à restauração de um estado anterior de coisas. Disso decorre que os fenômenos do desenvolvimento orgânico devem ser atribuídos a influências perturbadoras e desviadoras externas. A entidade viva elementar, desde seu início, não teria desejo de mudar; se as condições permanecessem as mesmas, não faria mais do que constantemente repetir o mesmo curso de vida. Em última instância, o que deixou sua marca sobre o desenvolvimento dos organismos deve ter sido a história da Terra em que vivemos e de sua relação com o Sol. Toda modificação, assim imposta ao curso da vida do organismo, é aceita pelos instintos orgânicos conservadores e armazenada para ulterior repetição. Esses instintos, portanto, estão fadados a dar uma aparência enganadora de serem forças tendentes à mudança e ao progresso, ao passo que, de fato, estão apenas buscando alcançar um antigo objetivo por caminhos tanto velhos quanto novos. Ademais, é possível especificar esse objetivo final de todo o esforço orgânico. Estaria em contradição à natureza conservadora dos instintos que o objetivo da vida fosse um estado de coisas que jamais houvesse sido atingido. Pelo contrário, ele deve ser um estado de coisas *antigo*, um estado inicial de que a entidade viva, numa ou

noutra ocasião, se afastou e ao qual se esforça por retornar através dos tortuosos caminhos ao longo dos quais seu desenvolvimento conduz. Se tomarmos como verdade que não conhece exceção o fato de tudo o que vive morrer por razões *internas*, tornar-se mais uma vez inorgânico, seremos então compelidos a dizer que ‘*o objetivo de toda vida é a morte*’, e, voltando o olhar para trás, que ‘*as coisas inanimadas existiram antes das vivas*’.

Os atributos da vida foram, em determinada ocasião, evocados na matéria inanimada pela ação de uma força de cuja natureza não podemos formar concepção. Pode ter sido um processo de tipo semelhante ao que posteriormente provocou o desenvolvimento da consciência num estrato particular da matéria viva. A tensão que então surgiu no que até aí fora uma substância inanimada se esforçou por neutralizar-se e, dessa maneira, surgiu o primeiro instinto: o instinto a retornar ao estado inanimado. Naquela época, era ainda coisa fácil a uma substância viva morrer; o curso de sua vida era provavelmente breve determinando-se sua direção pela estrutura química da jovem vida. Assim, por longo tempo talvez, a substância viva esteve sendo constantemente criada de novo e morrendo facilmente, até que influências externas decisivas se alteraram de maneira a obrigar a substância ainda sobrevivente a divergir mais amplamente de seu original curso de vida e a efetuar *détours* mais complicados antes de atingir seu objetivo de morte. Esses tortuosos caminhos para a morte, fielmente seguidos pelos instintos de conservação, nos apresentariam hoje, portanto, o quadro dos fenômenos da vida. Se sustentarmos com firmeza a natureza exclusivamente conservadora dos instintos, não poderemos chegar a nenhuma outra noção quanto à origem e ao objetivo da vida.

As implicações referentes aos grandes grupos de instintos que, segundo acreditamos, jazem por trás dos fenômenos da vida nos organismos, devem parecer não menos desnorteantes. A hipótese de instintos de autoconservação, tais como os atribuímos a todos os seres vivos, alteia-se em acentuada oposição à idéia de que a vida instintual, como um todo, sirva para ocasionar a morte. Vista sob essa luz, a importância teórica dos instintos de autoconservação, auto-afirmação e domínio diminui grandemente. Trata-se de instintos componentes cuja função é garantir que o organismo seguirá seu próprio caminho para a morte, e afastar todos os modos possíveis de retornar à existência inorgânica que não sejam os imanentes ao próprio organismo. Não temos mais de levar em conta a enigmática determinação do organismo (tão difícil de encaixar em qualquer contexto) de manter sua própria existência frente a qualquer obstáculo. O que nos resta é o fato de que o organismo deseja morrer apenas do seu próprio modo. Assim, originalmente, esses guardiães da vida eram também os lacaios da morte. Daí surgir a situação paradoxal de que o organismo vivo luta com toda a sua energia contra fatos (perigos, na verdade) que poderiam auxiliá-lo a atingir mais rapidamente seu objetivo de vida, por uma espécie de curto-circuito. Tal comportamento, entretanto, é precisamente o que caracteriza os esforços puramente instintuais, contrastados com os esforços inteligentes.

Mas detenhamo-nos por um momento e reflitamos. Não pode ser assim. Os instintos sexuais, a

que a teoria das neuroses concede um lugar inteiramente especial, surgem sob aspecto muito diferente.

A pressão externa que provoca uma ampliação constantemente crescente do desenvolvimento não se impôs a *todos* os organismos. Muitos conseguiram permanecer até os dias de hoje em seu nível humilde. Na verdade, muitas - embora não todas - dessas criaturas, que devem assemelhar-se às fases primitivas dos animais e vegetais superiores, ainda hoje acham-se vivas. Da mesma maneira, a totalidade do caminho do desenvolvimento para a morte natural não é percorrido por todas as entidades elementares que compõem o complicado corpo de um dos organismos mais elevados. Algumas delas, as células germinais, provavelmente retêm a estrutura original da matéria viva e, após certo tempo, com todo o seu complemento de disposições instintuais herdadas e recentemente adquiridas, separam-se do organismo como um todo. Essas duas características podem ser exatamente aquilo que as capacita a ter uma existência independente. Sob condições favoráveis, começam a desenvolver-se, isto é, a repetir o desempenho a que devem sua existência, e, ao final, mais uma vez uma parte de sua substância leva sua evolução a um término, ao passo que outra parte reverte novamente, como um germe residual novo, ao início do processo de desenvolvimento. Essas células germinais, portanto, trabalham contra a morte da substância viva e têm êxito em conseguir para ela o que só podemos encarar como uma imortalidade potencial, ainda que isso possa significar nada mais do que um alongamento da estrada para a morte. Temos de considerar como significativa, no mais elevado grau, o fato de essa função da célula germinal ser reforçada, ou só tornada possível, se ela fundir-se com outra célula similar a si mesma e, contudo, diferente dela.

Os instintos que cuidam dos destinos desses organismos elementares que sobrevivem à totalidade do indivíduo, que lhes fornecem um abrigo seguro enquanto se acham indefesos contra os estímulos do mundo externo, que ocasionam seu encontro com outras células germinais etc., constituem o grupo dos instintos sexuais. São conservadores no mesmo sentido dos outros instintos porque trazem de volta estados anteriores de substância viva; contudo, são conservadores num grau mais alto, por serem peculiarmente resistentes às influências externas; e são conservadores ainda em outro sentido, por preservarem a própria vida por um longo período. São os verdadeiros instintos de vida. Operam contra o propósito dos outros instintos, que conduzem, em razão de sua função, à morte, e este fato indica que existe oposição entre eles e os outros, oposição que foi há muito tempo reconhecida pela teoria das neuroses. É como se a vida do organismo se movimentasse num ritmo vacilante. Certo grupo de instintos se precipita como que para atingir o objetivo final da vida tão rapidamente quanto possível, mas, quando determinada etapa no avanço foi alcançada, o outro grupo atira-se para trás até um certo ponto, a fim de efetuar nova saída e prolongar assim a jornada. E ainda que seja certo que a sexualidade e a distinção entre os sexos não existiam quando a vida começou, permanece a possibilidade de que os instintos que posteriormente vieram a ser descritos como sexuais, possam ter estado em funcionamento desde o início, e talvez não seja verdade que foi apenas em época posterior que eles começaram seu trabalho de oposição às atividades dos 'instintos do ego'.

Retornemos nós mesmos por um momento e consideremos se existe qualquer base para essas especulações. Será realmente o caso que, *à parte os instintos sexuais*, não existem instintos que não procurem restaurar um estado anterior de coisas? Que não haja nenhum que vise a um estado de coisas que nunca foi alcançado? Não conheço exemplo certo do mundo orgânico que contradiga a caracterização que assim propus. Indiscutivelmente não existe um instinto universal para desenvolvimento superior observável no mundo animal ou vegetal, ainda que seja inegável que o desenvolvimento realmente ocorre nessa direção. Mas, por um lado, trata-se amiúde de uma questão de opinião o fato de declararmos que determinado estágio de desenvolvimento é superior a outro, e, por outro lado, a biologia nos ensina que o desenvolvimento superior sob certo aspecto é com bastante frequência compensado ou sobrepujado pela involução sob outro aspecto. Além disso, existem muitas formas animais de cujos primeiros estágios podemos inferir que seu desenvolvimento, pelo contrário, assumiu caráter retrógrado. Tanto o desenvolvimento superior quanto a involução bem podem ser as conseqüências da adaptação à pressão de forças externas e, em ambos os casos, o papel desempenhado pelos instintos pode-se limitar à retenção (na forma de um fonte interna de prazer) de uma modificação obrigatória.

Pode também ser difícil, para muitos de nós, abandonar a crença de que existe em ação nos seres humanos um instinto para a perfeição, instinto que os trouxe a seu atual alto nível de realização intelectual e sublimação ética, e do qual se pode esperar que zele pelo seu desenvolvimento em super-homens. Não tenho fé, contudo, na existência de tal instinto interno e não posso perceber por que essa ilusão benévola deva ser conservada. A evolução atual dos seres humanos não exige, segundo me parece, uma explicação diferente da dos animais. Aquilo que, numa minoria de indivíduos humanos, parece ser um impulso incansável no sentido de maior perfeição, pode ser facilmente compreendido como resultado da repressão instintual em que se baseia tudo o que é mais precioso na civilização humana. O instinto reprimido nunca deixa de esforçar-se em busca da satisfação completa, que consistiria na repetição de uma experiência primária de satisfação. Formações reativas e substitutivas, bem como sublimações, não bastarão para remover a tensão persistente do instinto reprimido, sendo que a diferença de quantidade entre o prazer da satisfação que é *exigida* e a que é realmente *conseguida*, é que fornece o fator impulsionador que não permite qualquer parada em nenhuma das posições alcançadas, mas, nas palavras do poeta, *‘ungebändigt immer vorwärts dringt’*. O caminho para trás que conduz à satisfação completa acha-se, via de regra, obstruído pelas resistências que mantêm as repressões, de maneira que não há alternativa senão avançar na direção em que o crescimento ainda se acha livre, embora sem perspectiva de levar o processo a uma conclusão ou de ser capaz de atingir o objetivo. Os processos envolvidos na formação de uma fobia neurótica, que nada mais é do que uma tentativa de fuga da satisfação de um instinto, apresentam-nos um modelo do modo de origem desse suposto ‘instinto para a perfeição’, o qual não tem possibilidades de ser atribuído a todos os seres humanos. Na verdade, as condições dinâmicas para o seu desenvolvimento estão universalmente presentes, mas apenas em raros casos a situação econômica parece favorecer a

produção do fenômeno.

Acrescentarei apenas uma palavra para sugerir que os esforços de Eros para combinar substâncias orgânicas em unidades cada vez maiores provavelmente fornecem um sucedâneo para esse 'instinto para a perfeição', cuja existência não podemos admitir. Os fenômenos que lhe são atribuídos parecem passíveis de explicação por esses esforços de Eros, tomados em conjunto com os resultados da repressão.

VI

A essência de nossa investigação até agora foi o traçado de uma distinção nítida entre os 'instintos do ego' e os instintos sexuais, e a visão de que os primeiros exercem pressão no sentido da morte e os últimos no sentido de um prolongamento da vida. Contudo, essa conclusão está fadada a ser insatisfatória sob muitos aspectos, mesmo para nós. Ademais, na realidade, é apenas quanto ao primeiro grupo de instintos que podemos afirmar que possuem caráter conservador, ou melhor, retrógrado, correspondente a uma compulsão à repetição, porque, em nossa hipótese, os instintos do ego se originam da animação da matéria inanimada e procuram restaurar o estado inanimado, ao passo que, quanto aos instintos sexuais, embora seja verdade que reproduzem estados primitivos do organismo, aquilo a que claramente visam, por todos os meios possíveis, é à coalescência de duas células germinais que são diferenciadas de maneira particular. Se essa união não é efetuada, a célula germinal morre juntamente com todos os outros elementos do organismo multicelular. É apenas com essa condição que a função sexual pode prolongar a vida da célula e emprestar-lhe uma aparência de imortalidade. Mas, qual é o acontecimento importante no desenvolvimento da substância viva, que está sendo repetido na reprodução sexual ou em sua antecessora, a conjugação de dois protozoários? Não podemos dizer, e, conseqüentemente, deveríamos sentir-nos aliviados se toda a estrutura de nossa argumentação se mostrou equivocada. A oposição entre os instintos do ego ou instintos de morte e os instintos sexuais ou instintos de vida deixaria então de sustentar-se e a compulsão à repetição não mais possuiria a importância que lhe atribuímos.

Voltemo-nos, então, para uma das suposições já feitas por nós, na expectativa de podermos dar-lhe uma negação categórica. Tiramos conclusões de longo alcance da hipótese de que toda substância viva está fadada a morrer por causas internas. Fizemos essa suposição assim

descuidadamente porque ela não nos parece ser uma suposição. Estamos acostumados a pensar que esse é o fato, e somos fortalecidos em nossas reflexões pelos escritos de nossos poetas. Talvez tenhamos adotado a crença porque existe nela um certo consolo. Se temos de morrer, e primeiro perder para a morte aqueles que nos são mais caros, é mais fácil submeter-se a uma lei impiedosa da natureza, à sublime ‘Αταγκη’ [Necessidade], do que a um acaso de que talvez pudéssemos ter fugido. Pode ser, contudo, que essa crença na necessidade interna de morrer seja apenas outra daquelas ilusões que criamos ‘*um die Schwere des Daseins zu ertragen*’. Decerto não se trata de uma licença primeva. A noção de ‘morte natural’ é inteiramente estranha às raças primitivas; atribuem toda morte que ocorre entre elas à influência de um inimigo ou de um espírito mau. Devemos, portanto, voltar-nos para a biologia, a fim de testar a validade da crença.

Se assim fizermos, ficaremos estupefatos em descobrir quão pouco acordo existe entre os biólogos sobre a questão da morte natural e, na realidade, que todo o conceito de morte se dissolve em suas mãos. O fato de haver uma duração média e fixa de vida, pelo menos entre os animais superiores, argúi naturalmente em favor da existência de algo como a morte por causas naturais. Mas essa impressão é contraditada quando consideramos que certos grandes animais e determinados crescimentos arbóreos gigantescos atingem idade muito avançada, idade que atualmente não pode ser computada. De acordo com a grande concepção de Wilhelm Fliess [1906], todos os fenômenos vitais apresentados pelos organismos - e também, indubitavelmente, sua morte - estão vinculados à conclusão de períodos fixos, os quais expressam a dependência de dois tipos de substância viva (um masculino e outro feminino) quanto ao ano solar. Quando vemos, contudo, quão fácil e extensamente a influência de forças externas pode modificar a data do aparecimento dos fenômenos vitais (especialmente no mundo vegetal), precipitando-os ou retendo-os, temos de levantar dúvidas quanto à rigidez das fórmulas de Fliess ou, pelo menos, quanto às leis por ele estabelecidas constituírem os únicos fatores determinantes.

De nosso ponto de vista, o maior interesse prende-se ao tratamento dado ao tema da duração da vida e da morte dos organismos nos escritos de Weismann (1882, 1884, 1892 etc.). Foi ele que introduziu a divisão da substância viva em partes mortais e imortais. A parte mortal é o corpo no sentido mais estrito, o ‘soma’, que, somente ele, se acha sujeito à morte natural. As células germinais, por outro lado, são potencialmente imortais, na medida em que são capazes, em determinadas condições, de desenvolver-se no indivíduo novo ou, em outras palavras, de cercar-se de um novo soma (Weismann, 1884).

O que nos impressiona nisso é a inesperada analogia com nosso próprio ponto de vista, ao qual chegamos ao longo de caminho tão diferente. Weismann, encarando morfologicamente a substância viva, enxerga nela uma parte que está destinada a morrer - o soma, o corpo separado da substância relacionada com o sexo e a herança -, e uma parte imortal - o plasma germinal, que se relaciona com a sobrevivência da espécie, com a reprodução. Nós, por outro lado, lidando não com a substância viva, mas com as forças que nela operam, fomos levados a

distinguir duas espécies de instintos: aqueles que procuram conduzir o que é vivo à morte, e os outros, os instintos sexuais, que estão perpetuamente tentando e conseguindo uma renovação da vida, o que soa como um corolário dinâmico à teoria morfológica de Weismann.

Contudo, a aparência de uma correspondência significativa se dissipa tão logo descobrimos as concepções de Weismann sobre o problema da morte, porque ele só relaciona a distinção entre o soma mortal e o plasma germinal imortal aos organismos *multicelulares*; nos organismos unicelulares, o indivíduo e a célula reprodutora são ainda um só e o mesmo (Weismann, 1882, 38). Desse modo, considera que os organismos unicelulares são potencialmente imortais e que a morte só faz seu aparecimento com os metazoários multicelulares. É verdade que essa morte dos organismos mais elevados é natural, uma morte provocada por causas internas, mas não se funda em nenhuma característica primitiva da substância viva (Weismann, 1884, 84) e não pode ser encarada como uma necessidade absoluta, com base na própria natureza da vida (Weismann, 1882, 33). A morte é antes uma questão de conveniência, uma manifestação de adaptação às condições externas da vida, porque, uma vez as células do corpo tenham sido divididas em soma e plasma germinal, uma duração ilimitada da vida individual se tornaria um luxo inteiramente sem sentido. Feita essa diferenciação nos organismos multicelulares, a morte torna-se possível e conveniente. Desde então, o soma dos organismos superiores morreu a períodos fixos por razões internas, ao passo que os protistas permaneceram imortais. Não é o caso, por outro lado, de a reprodução ter sido introduzida ao mesmo tempo que a morte. Pelo contrário, trata-se de uma característica primitiva da matéria viva, como o crescimento (do qual se originou), e a vida foi contínua desde seu início sobre a Terra (Weismann, 1884, 84 e seg.).

Ver-se-á em seguida que concordar dessa maneira que os organismos superiores tenham uma morte natural é de muito pouco auxílio para nós, porque, se a morte é uma aquisição *tardia* dos organismos, então não há o que falar quanto a ter havido instintos de morte desde o começo da vida sobre a Terra. Os organismos multicelulares podem morrer por razões internas, devido a uma diferenciação deficiente ou a imperfeições de seu metabolismo, mas a questão não tem interesse do ponto de vista de nosso problema. Uma explicação da origem da morte como esta encontra-se, ademais, em muito menor variância com nossos modos de pensamentos habituais do que a estranha pressuposição dos ‘instintos de morte’.

O debate que se seguiu às sugestões de Weismann não conduziu, até onde posso perceber, a nenhum resultado conclusivo em qualquer direção. Alguns escritores retornaram às opiniões de Goethe (1883), que considerava a morte o resultado direto da reprodução. Hartmann (1906, 29) não considera a aparência de um ‘cadáver’ - uma parte morta da substância viva - como critério de morte, mas define esta como sendo ‘o término do desenvolvimento individual’. Nesse sentido, também os protozoários são mortais; em seu caso, a morte também coincide com a reprodução, mas é, até certo ponto, obscurecida por ela, desde que toda a substância do animal pai pode ser diretamente transmitida à jovem progênie.

Pouco depois, a pesquisa voltou-se para a verificação experimental, em organismos unicelulares, da alegada imortalidade da substância viva. Um biólogo americano, Woodruff, fazendo experiências com um infusório ciliado, o ‘animálculo deslizador’ (*slipper-animalcule*), que se reproduz por fissão em dois outros indivíduos, persistiu até a 3.029ª geração (ocasião em que interrompeu a experiência), a cada vez isolando um dos produtos parciais e colocando-o em água nova. Esse remoto descendente do primeiro animálculo era tão vivaz quanto seu antepassado e não apresentava sinais de envelhecimento ou degeneração. Assim, até onde cifras desse tipo podem provar algo, a imortalidade dos protozoários pareceu ser experimentalmente demonstrável.

Outros experimentadores chegaram a resultados diferentes. Maupas, Calkins e outros, em contraste com Woodruff, descobriram que, após certo número de divisões, aqueles infusórios se tornavam mais débeis, diminuía de tamanho, sofriam a perda de alguma parte de sua organização e acabavam por morrer, a menos que certas medidas recuperadoras lhes fossem aplicadas. Se assim for, os protozoários pareceriam morrer após uma fase de senescência, exatamente como aos animais superiores, contraditando assim completamente a assertiva weismanniana de que a morte é uma aquisição tardia dos organismos vivos.

Do conjunto dessas experiências surgem dois fatos que parecem fornecer-nos uma base firme.

Primeiro: se dois dos animálculos, no momento antes de apresentarem sinais de senescência, puderem coalescer um com o outro, isto é, ‘conjugarem-se’ (pouco após o que, mais uma vez se separam), salvam-se de ficarem velhos e tornam-se ‘rejuvenescidos’. A conjugação é indubitavelmente a antecessora da reprodução sexual nas criaturas mais elevadas; ainda se acha, por enquanto, desvinculada da propagação e limita-se à mistura das substâncias dos dois indivíduos. (A ‘anfímixia’ de Weismann.) Os efeitos recuperadores da conjugação podem, contudo, ser substituídos por certos agentes estimulantes, através de alterações na composição do fluido que proporciona sua nutrição, pela elevação de sua temperatura ou por sua agitação. Somos lembrados do célebre experimento efetuado por J. Loeb, no qual, através de certos estímulos químicos, induziu a segmentação de ovos de ouriço-do-mar, processo que normalmente só pode ocorrer após a fertilização.

Segundo: não obstante, é provável que os infusórios morram de morte natural em resultado de seus próprios processos vitais, porque a contradição entre as descobertas de Woodruff e dos outros deve-se ao fato de haver ele provido cada geração de fluido nutriente novo. Se deixava de fazê-lo, observava os mesmos sinais de senescência que os outros experimentadores. Concluiu que os animálculos eram prejudicados pelos produtos do metabolismo que expeliam para o fluido circundante. Pôde então provar conclusivamente que eram apenas os produtos de seu próprio metabolismo que tinham resultados fatais para esse tipo específico de animálculo, porque os mesmos animais que inevitavelmente pereciam se eram apinhados em seu próprio fluido nutriente, floresciam numa solução supersaturada com os produtos excretórios de uma espécie distantemente aparentada. Um infusório, portanto, se é deixado a si mesmo, morre de

morte natural devido à evacuação incompleta dos produtos de seu próprio metabolismo. (Pode ser que a mesma incapacidade seja a causa suprema também da morte de todos os animais superiores.)

Nesse ponto, bem pode surgir em nosso espírito a dúvida quanto a saber se servimos a algum objetivo ao tentar solucionar o problema da morte natural a partir do estudo dos protozoários. A organização primitiva dessas criaturas pode ocultar-nos condições importantes que, embora de fato presentes nelas também, só se tornam *visíveis* nos animais superiores, quando podem encontrar expressão morfológica. E, se abandonarmos o ponto de vista morfológico e adotarmos o dinâmico, torna-se-nos completamente indiferente poder demonstrar se a morte natural ocorre ou não nos protozoários. A substância que posteriormente é reconhecida como imortal, neles não se separou ainda da mortal. As forças instintuais que procuram conduzir a vida para a morte podem também achar-se em funcionamento nos protozoários desde o início; no entanto, seus esforços podem ser tão completamente ocultos pelas forças preservadoras da vida, que talvez seja muito difícil encontrar qualquer prova direta de sua presença. Vimos também, além disso, que as observações efetuadas pelos biólogos nos permitem presumir que processos internos desse tipo, conducentes à morte, ocorrem também nos protistas. Mas, mesmo que estes últimos se mostrassem imortais no sentido weismanniano, a assertiva de Weismann de que a morte é uma aquisição tardia, se aplicaria apenas a seus fenômenos *manifestos* e não tornaria impossível a pressuposição de processos a ela *tendentes*.

Assim, não se realizou nossa esperança de que a biologia contradissesse redondamente o reconhecimento dos instintos de morte. Estamos livres para continuar a nos preocupar com sua possibilidade, se tivermos outras razões para assim proceder. A notável semelhança entre a distinção weismanniana de soma e plasma germinal e nossa separação dos instintos de morte dos instintos de vida persiste e mantém a sua significância.

Podemos deter-nos por um momento sobre essa visão preeminentemente dualística da vida instintual. De acordo com a teoria de E. Hering, dois tipos de processos estão constantemente em ação na substância viva, operando em direções contrárias, uma construtiva ou assimilatória, e a outra destrutiva ou dissimilatória. Podemos atrever-nos a identificar nessas duas direções tomadas pelos processos vitais a atividade de nossos dois impulsos instintuais, os instintos de vida e os instintos de morte? Existe algo mais, de qualquer modo, a que não podemos permanecer cegos. Inadvertidamente voltamos nosso curso para a baía da filosofia de Schopenhauer. Para ele, a morte é o ‘verdadeiro resultado e, até esse ponto, o propósito da vida’, ao passo que o instinto sexual é a corporificação da vontade de viver.

Façamos uma ousada tentativa de dar outro passo à frente. Considera-se geralmente que a união de uma série de células numa associação vital - o caráter multicelular dos organismos - se tornou um meio de prolongar a sua vida. Uma célula ajuda a conservar a vida de outra, e a comunidade de células pode sobreviver mesmo que as células individuais tenham de morrer.

Já aprendemos que também a conjugação, a coalescência temporária de dois organismos unicelulares, possui feito preservador de vida e rejuvenescedor sobre ambos. Por conseguinte, podemos tentar aplicar a teoria da libido a que se chegou na psicanálise à relação mútua das células. Podemos supor que os instintos de vida ou instintos sexuais ativos em cada célula tomam as outras células como seu objeto, que parcialmente neutralizam os instintos de morte (isto é, os processos estabelecidos por estes) nessas células, preservando assim sua vida, ao passo que as outras células fazem o mesmo para elas e outras ainda se sacrificam no desempenho dessa função libidinal. As próprias células germinais se comportariam de maneira completamente ‘narcisista’, para empregar a expressão que estamos acostumados a utilizar na teoria das neuroses para descrever um indivíduo total que retém sua libido em seu ego e nada desembolsa dela em catexias de objeto. As células germinais exigem sua libido, a atividade de seus instintos de vida, para si mesmas, como uma reserva para sua posterior e momentosa atividade construtiva. (As células dos neoplasmas malignos que destroem o organismo, talvez também devessem ser descritas como narcisistas nesse mesmo sentido: a patologia está preparada para considerar seus germes como inatos e atribuir-lhes atitudes embriônicas.) Dessa maneira, a libido de nossos instintos sexuais coincidiria com o Eros dos poetas e dos filósofos, o qual mantém unidas todas as coisas vivas.

Aqui se encontra, portanto, uma oportunidade para considerar o lento desenvolvimento de nossa teoria da libido. Em primeira instância, a análise das neuroses de transferência forçou à nossa observação a oposição entre os ‘instintos sexuais’, que se dirigem para um objeto, e certos outros instintos, com os quais nos achamos insuficientemente familiarizados e que descrevemos provisoriamente como ‘instintos do ego’. Um lugar de proa entre estes foi necessariamente concedido aos instintos que servem à autoconservação do indivíduo. Foi impossível dizer que outras distinções deveriam ser traçadas entre eles. Nenhum conhecimento seria mais valioso como base para uma ciência verdadeiramente psicológica do que uma compreensão aproximada das características comuns e dos possíveis aspectos distintivos dos instintos, mas em nenhuma região da psicologia tateamos mais no escuro. Cada um supôs a existência de tantos instintos ou ‘instintos básicos’ quantos quis e fez malabarismos com eles, tal como os antigos filósofos naturalistas gregos faziam com seus quatro elementos: a terra, o ar, o fogo e a água. A psicanálise, que não podia deixar de fazer *alguma* suposição sobre os instintos, ateve-se primeiramente à popular divisão de instintos tipificada na expressão ‘fome e amor’. Pelo menos, nada havia de arbitrário nisso e, com sua ajuda, a análise das psiconeuroses foi levada à frente até uma boa distância. O conceito de ‘sexualidade’ e, ao mesmo tempo, de instinto sexual, teve, é verdade, de ser ampliado de modo a abranger muitas coisas que não podiam ser classificadas sob a função reprodutora, e isso provocou não pouco alarido num mundo austero, respeitável, ou simplesmente hipócrita.

O passo seguinte foi dado quando a psicanálise sondou de mais perto o caminho no sentido do ego psicológico, que primeiramente fora conhecido apenas como órgão repressivo e censor, capaz de erguer estruturas protetoras e formações reativas. Há muito tempo, espíritos críticos e de visão ampla já haviam, é verdade, feito objeção ao fato de o conceito de libido

restringir-se à energia dos instintos sexuais dirigidos no sentido de um objeto, mas fracassaram em explicar como haviam chegado a seu melhor conhecimento, ou em derivar dele algo de que a análise pudesse fazer uso. Avançando mais cautelosamente, a psicanálise observou a regularidade com que a libido é retirada do objeto e dirigida para o ego (o processo de introversão), e, pelo estudo do desenvolvimento libidinal das crianças em suas primeiras fases, chegou à conclusão de que o ego é o verdadeiro e original reservatório da libido, sendo apenas desse reservatório que ela se estende para os objetos. O ego encontrou então sua posição entre os objetos sexuais e imediatamente recebeu o lugar de proa entre eles. A libido que assim se alojara no ego foi descrita como ‘narcisista’. Essa libido narcisista era também, naturalmente, uma manifestação da força do instinto sexual, no sentido analítico dessas palavras, e necessariamente tinha de ser identificada com os instintos de autoconservação, cuja existência fora reconhecida desde o início. Assim, a oposição original entre os instintos do ego e os instintos sexuais mostrou-se inapropriada. Viu-se que uma parte dos instintos do ego era libidinal e que instintos sexuais (provavelmente ao lado de outros) operavam no ego. Não obstante, temos justificação para dizer que a antiga fórmula que estabeleceu que as psiconeuroses se baseiam num conflito entre os instintos do ego e os instintos sexuais não contém nada que precisemos rejeitar atualmente. Acontece simplesmente que a distinção entre os dois tipos de instintos, que era originalmente considerada, de certa maneira, como *qualitativa* deve ser hoje diferentemente caracterizada, ou seja, como *topográfica*. E, em particular, é ainda verdade que as neuroses de transferência, o tema essencial do estudo psicanalítico, são o resultado de um conflito entre o ego e a catexia libidinal dos objetos.

Mas ainda nos é mais necessário enfatizar o caráter libidinal dos instintos de autoconservação, agora que nos estamos aventurando ao novo passo de reconhecer o instinto sexual como Eros, o conservador de todas as coisas, e de derivar a libido narcisista do ego dos estoques de libido por meio da qual as células do soma estão ligadas umas às outras. Mas agora, subitamente, defrontamo-nos com outra questão. Se os instintos de autoconservação são também de natureza libidinal, talvez não existam quaisquer outros instintos, a não ser os libidinais? De qualquer modo, não existem outros visíveis. Nesse caso, porém, seremos, no fim das contas, levados a concordar com os críticos que desconfiaram desde o início que a psicanálise explica *tudo* pela sexualidade, ou com inovadores como Jung, que, fazendo um juízo apressado, utilizaram a palavra ‘libido’ para significar força instintual em geral. Não deve isso ser assim?

De modo algum era nossa *intenção* produzir tal resultado. Nosso debate teve como ponto de partida uma distinção nítida entre os instintos do ego, que equiparamos aos instintos de morte, e os instintos sexuais, que equiparamos aos instintos de vida. (Achávamo-nos preparados, em determinada etapa [ver em [1]], para incluir os chamados instintos de autoconservação do ego entre os instintos de morte, mas subseqüentemente [ver em [1]] nos corrigimos sobre esse ponto e o retiramos.) Nossas concepções, desde o início, foram *dualistas* e são hoje ainda

mais definidamente dualistas do que antes, agora que descrevemos a oposição como se dando, não entre instintos do ego e instintos sexuais, mas entre instintos de vida e instintos de morte. A teoria da libido de Jung é, pelo contrário, monista; o fato de haver ele chamado sua única força instintual de 'libido', destina-se a causar confusão, mas não precisa afetar-nos sob outros aspectos. Suspeitamos que instintos outros que não os de autoconservação funcionam no ego, e deveria ser-nos possível apontá-los. Infelizmente, porém, a análise do ego fez tão poucos avanços, que nos é muito difícil proceder assim. É possível, na verdade, que os instintos libidinais do ego possam estar vinculados de maneira peculiar a esses outros instintos do ego que ainda nos são estranhos. Mesmo antes de dispormos de qualquer compreensão clara do narcisismo, a psicanálise já desconfiava que os 'instintos do ego' tinham componentes libidinais a eles ligados. Mas trata-se de possibilidades muito incertas, a que nossos oponentes prestarão muito pouca atenção. Permanece a dificuldade de que a psicanálise até aqui não nos permitiu indicar quaisquer instintos [do ego] que não sejam os libidinais. Isso, contudo, não constitui razão para concordarmos com a conclusão de que nenhum outro realmente existe.

Na obscuridade que reina atualmente na teoria dos instintos, não seria avisado rejeitar qualquer idéia que prometa lançar luz sobre ela. Partimos da grande oposição entre os instintos de vida e de morte. Ora, o próprio amor objetual nos apresenta um segundo exemplo de polaridade semelhante: a existente entre o amor (ou afeição) e o ódio (ou agressividade). Se pudéssemos conseguir relacionar mutuamente essas duas polaridades e derivar uma da outra! Desde o início identificamos a presença de um componente sádico no instinto sexual. Como sabemos, ele pode tornar-se independente e, sob a forma de perversão dominar toda a atividade sexual de um indivíduo. Surge também como um instinto componente predominante numa das 'organizações pré-genitais', como as denominei. Mas, como pode o instinto sádico, cujo intuito é prejudicar o objeto, derivar de Eros, o conservador da vida? Não é plausível imaginar que esse sadismo seja realmente um instinto de morte que, sob a influência da libido narcisista, foi expulso do ego e, conseqüentemente, só surgiu em relação ao objeto? Ele entra em ação a serviço da função sexual. Durante a fase oral da organização da libido, o ato de obtenção de domínio erótico sobre um objeto coincide com a destruição desse objeto; posteriormente, o instinto sádico se isola, e, finalmente, na fase de primazia genital, assume, para os fins da reprodução, a função de dominar o objeto sexual até o ponto necessário à efetivação do ato sexual. Poder-se-ia verdadeiramente dizer que o sadismo que foi expulso do ego apontou o caminho para os componentes libidinais do instinto sexual e que estes o seguiram para o objeto. Onde quer que o sadismo original não tenha sofrido mitigação ou mistura, encontramos a ambivalência familiar de amor e ódio na vida erótica.

Se uma pressuposição assim é permissível, atendemos então a exigência de que produzíssemos um exemplo de instinto de morte, embora se trate, na verdade, de um instinto deslocado. Mas essa maneira de considerar as coisas está muito longe de ser fácil de captar e cria uma impressão positivamente mística. Sua aparência é suspeita, como se estivéssemos tentando achar um modo de sair a qualquer preço de uma situação embaraçosa. Podemos

recordar, no entanto, que não existe nada de novo numa suposição desse tipo. Já apresentamos outra, em ocasião anterior, antes que se falasse em qualquer situação embaraçosa. As observações clínicas nos conduziram, naquela ocasião, à concepção de que o masoquismo, o instinto componente complementar ao sadismo, deve ser encarado como um sadismo que se voltou para o próprio ego do sujeito. Mas, em princípio, não existe diferença entre um instinto voltar-se do objeto para o ego ou do ego para um objeto, que é o novo ponto que se acha em discussão atualmente. O masoquismo, a volta do instinto para o próprio ego do sujeito, constituiria, nesse caso, um retorno a uma fase anterior da história do instinto, uma regressão. A descrição anteriormente fornecida do masoquismo exige uma emenda por ter sido ampla demais sob um aspecto: *pode* haver um masoquismo primário, possibilidade que naquela época contestei.

Retornemos, porém, aos instintos sexuais autoconservadores. As experiências com os protistas já demonstraram que a conjugação, isto é, a coalescência de dois indivíduos que se separam logo após sem que qualquer divisão celular subsequente ocorra, tem efeito fortalecedor e rejuvenescedor sobre ambos. Nas gerações posteriores, não mostram sinais de degeneração e parecem aptos a opor resistência mais prolongada aos efeitos prejudiciais de seu próprio metabolismo. Essa observação isolada pode, penso eu, ser tomada como típica do efeito produzido também pela união sexual. Mas, como é que a coalescência de duas células apenas ligeiramente diferentes pode ocasionar essa renovação da vida? O experimento que substitui a conjugação dos protozoários pela aplicação de estímulos químicos ou mesmo mecânicos (cf. Lipschütz, 1914), permite-nos dar o que é, indubitavelmente, uma resposta conclusiva a essa pergunta. O resultado é ocasionado pelo influxo de novas quantidades de estímulo. Isso condiz bem com a hipótese de que os processos vitais do indivíduo levam, por razões internas, a uma abolição das tensões químicas, isto é, à morte, ao passo que a união com a substância viva de um indivíduo diferente aumenta essas tensões, introduzindo o que pode ser descrito como novas ‘diferenças vitais’, que devem então ser vividas. Com referência a essa dessemelhança, naturalmente tem de haver um ou mais pontos ótimos. A tendência dominante da vida mental e, talvez, da vida nervosa em geral, é o esforço para reduzir, para manter constante ou para remover a tensão interna devida aos estímulos (o ‘princípio do Nirvana’, para tomar de empréstimo uma expressão de Barbara Low [1920, 73]), tendência que encontra expressão no princípio de prazer, e o reconhecimento desse fato constitui uma de nossas mais fortes razões para acreditar na existência dos instintos de morte.

Contudo, ainda sentimos nossa linha de pensamento apreciavelmente entravada pelo fato de não podermos atribuir ao instinto sexual a característica de uma compulsão à repetição que primeiramente nos colocou na trilha dos instintos de morte. A esfera dos processos de desenvolvimento embrionário é, sem dúvida alguma, extremamente rica em tais fenômenos de repetição; as duas células germinais que estão envolvidas na reprodução sexual, e a história de sua vida são apenas repetições dos começos da vida orgânica. Mas a essência do processo a que a vida sexual se dirige é a coalescência de dois corpos celulares. Só isso é que assegura a imortalidade da substância viva nos organismos superiores.

Em outras palavras, precisamos de mais informações sobre a origem da reprodução sexual e dos instintos sexuais em geral. Trata-se de problema capaz de atemorizar um leigo, e que os próprios especialistas ainda não foram capazes de resolver. Assim, forneceremos apenas o mais breve resumo do que parece pertinente à nossa linha de pensamento, entre as minhas assertivas e concepções discordantes.

Uma dessas concepções despoja o problema da reprodução de sua fascinação misteriosa, representando-o como manifestação parcial do crescimento. (Cf. a multiplicação por fissão, brotação e gemiparidade). A origem da reprodução por células germinais sexualmente diferenciadas pode ser representada segundo sóbrias linhas darwinianas, imaginando-se que a vantagem da anfimixia, a que se chegou em determinada ocasião pela conjugação fortuita de dois protistas, foi retida e posteriormente explorada para desenvolvimento ulterior. Segundo essa concepção, o 'sexo' não seria nada de muito antigo e os instintos extraordinariamente violentos, cujo objetivo é ocasionar a união sexual, estariam repetindo algo que outrora ocorrera por acaso e desde então se estabelecera, por ser vantajoso.

Surge aqui a questão, como no caso da morte [ver em [1] e [2]], de saber se estamos certos em atribuir aos protistas só essas características que realmente apresentam, ou se será correto supor que forças e processos que se tornam visíveis apenas nos organismos superiores, se originaram pela primeira vez naqueles organismos. A concepção da sexualidade que acabamos de mencionar é de pouca ajuda para nossos fins. Contra ela pode ser levantada a objeção de postular a existência de instintos de vida já a funcionar nos organismos mais simples, porque de outra maneira a conjugação, que trabalha contra o curso da vida e torna a tarefa de deixar de viver mais difícil, não teria sido mantida e elaborada, mas, ao contrário, seria evitada. Se, portanto, não quisermos abandonar a hipótese dos instintos de morte, temos de supor que estão associados, desde o início, com os instintos de vida. Deve-se, porém, admitir que, nesse caso, estaremos trabalhando com uma equação de duas quantidades desconhecidas.

À parte isso, a ciência tem tão pouco a nos dizer sobre a origem da sexualidade, que podemos comparar o problema a uma escuridão em que nem mesmo o raio de luz de uma hipótese penetrou. Em outra região, inteiramente diferente, é verdade, defrontamo-nos realmente com tal hipótese, mas é de tipo tão fantástico, mais mito do que explicação científica, que não me atreveria a apresentá-la aqui se ela não atendesse precisamente àquela condição cujo preenchimento desejamos, porque faz remontar a origem de um instinto a *uma necessidade de restaurar um estado anterior de coisas*.

O que tenho no espírito é, naturalmente, a teoria que Platão colocou na boca de Aristófanes no *Symposium* e que trata não apenas da *origem* do instinto sexual, mas também da mais importante de suas variações em relação ao objeto. 'A natureza humana original não era semelhante à atual, mas diferente. Em primeiro lugar, os sexos eram originalmente em número

de três, e não dois, como são agora; havia o homem, a mulher, e a união dos dois (...)’ Tudo nesses homens primevos era duplo: tinham quatro mãos e quatro pés, dois rostos, duas partes pudendas, e assim por diante. Finalmente, Zeus decidiu cortá-los em dois, ‘como uma sorva que é dividida em duas metades para fazer conserva’. Depois de feita a divisão, ‘as duas partes do homem, cada uma desejando sua outra metade, reuniram-se e lançaram os braços uma em torno da outra, ansiosas por fundir-se.’

Seguiremos a sugestão que nos foi oferecida pelo poeta-filósofo e aventurar-nos-emos pela hipótese de que a substância viva, por ocasião de sua animação, foi dividida em pequenas partículas, que desde então se esforçaram por reunir-se através dos instintos sexuais? De que esses instintos, nos quais a afinidade química da matéria inanimada persistiu, gradualmente conseguiram, à medida que evoluíam pelo reino dos protistas, sobrepujar as dificuldades colocadas no caminho desse esforço por um ambiente carregado de estímulos perigosos, estímulos que os compeliram a formar uma camada cortical protetora? De que esses fragmentos estilhaçados de substância viva atingiram dessa maneira uma condição multicelular e finalmente transferiram o instinto de reunião, sob a forma mais altamente concentrada, para as células germinais? - Mas aqui, acho eu, chegou o momento de interromper-nos.

Não, contudo, sem o acréscimo de algumas palavras de reflexão crítica. Pode-se perguntar se, e até onde, eu próprio me acho convencido da verdade das hipóteses que foram formuladas nestas páginas. Minha resposta seria que eu próprio não me acho convencido e que não procuro persuadir outras pessoas a nelas acreditar, ou, mais precisamente, que não sei até onde nelas acredito. Não há razão, segundo me parece, para que o fator emocional da convicção tenha, de algum modo, de entrar nessa questão. É certamente possível que nos lancemos por uma linha de pensamento e que a sigamos aonde quer que ela leve, por simples curiosidade científica, ou, se o leitor preferir, como um *advocatus diaboli*, que não se acha, por essa razão, vendido ao demônio. Não discuto o fato de que o terceiro passo pela teoria dos instintos, por mim dado aqui, não pode reivindicar o mesmo grau de certeza que os dois primeiros: a extensão do conceito de sexualidade e a hipótese do narcisismo. Essas duas novidades foram uma tradução direta da observação para a teoria e não se achavam mais abertas a fontes de erro do que é inevitável em todos os casos assim. É verdade que minha afirmativa do caráter regressivo dos instintos também se apóia em material observado, ou seja, nos fatos da compulsão à repetição. Pode ser, contudo, que eu tenha superestimado sua significação. E, de qualquer modo, é impossível perseguir uma idéia desse tipo, exceto pela combinação repetida de material concreto com o que é puramente especulativo e, assim, amplamente divergente da observação impírica. Quanto mais freqüentemente isso é feito no decurso da construção de uma teoria, menos fidedigno, como sabemos, deve ser o resultado final. Mas o grau de incertezas não é atribuível. Podemos ter dado um golpe de sorte ou havermo-nos extraviado vergonhosamente. Não penso que, num trabalho desse tipo, uma parte grande seja desempenhada pelo que é chamado de ‘intuição’. Pelo que tenho visto da intuição, ela me parece ser o produto de um tipo de imparcialidade intelectual. Infelizmente, porém, as

peessoas raramente são imparciais no que concerne às coisas supremas, aos grandes problemas da ciência e da vida. Em tais casos, cada um de nós é dirigido por preconceitos internos profundamente enraizados, aos quais nossa especulação inadvertidamente dá vantagem. Já que possuímos tão bons fundamentos para sermos desconfiados, nossa atitude para com os resultados de nossas próprias deliberações não pode ser outra que a de uma fria benevolência. Apresso-me a acrescentar, contudo, que uma autocrítica como esta acha-se longe de vincular-nos a qualquer tolerância especial para com opiniões discordantes. É perfeitamente legítimo rejeitar sem remorsos teorias que são contraditadas pelos próprios primeiros passos dados na análise dos fatos observados, enquanto nos achamos ao mesmo tempo cientes de que a validade de nossas próprias teorias é apenas provisória.

Não precisamos sentir-nos grandemente perturbados em ajuizar nossas especulações sobre os instintos de vida e de morte pelo fato de tantos processos desnorteantes e obscuros nelas ocorrerem, tal como um instinto ser expulso por outro, ou um instinto voltar-se do ego para um objeto, e assim por diante. Isso se deve simplesmente ao fato de sermos obrigados a trabalhar com termos científicos, isto é, com a linguagem figurativa, peculiar à psicologia (ou, mais precisamente, à psicologia profunda). Não poderíamos, de outra maneira, descrever os processos em questão e, na verdade, não nos teríamos tornado cientes deles. As deficiências de nossa posição provavelmente se desvaneceriam se nos achássemos em posição de substituir os termos psicológicos por expressões fisiológicas ou químicas. É verdade que estas também são apenas parte de uma linguagem figurativa, mas trata-se de uma linguagem com que há muito tempo nos familiarizamos, sendo também, talvez, uma linguagem mais simples.

Por outro lado, deve-se deixar completamente claro que a incerteza de nossa especulação foi muito aumentada pela necessidade de pedir empréstimos à ciência da biologia. A biologia é, verdadeiramente, uma terra de possibilidades ilimitadas. Podemos esperar que ela nos forneça as informações mais surpreendentes, e não podemos imaginar que respostas nos dará, dentro de poucas dezenas de *anos*, às questões que lhe formulamos. Poderão ser de um tipo que ponha por terra toda a nossa estrutura artificial de hipóteses. Se assim for, poder-se-á perguntar por que nos embrenhamos numa linha de pensamento como a presente e, em particular, por que decidi torná-la pública. Bem, não posso negar que algumas das analogias, correlações e vinculações que ela contém pareceram-me merecer consideração.

Se procurar restaurar um estado anterior de coisas constitui característica tão universal dos instintos, não precisaremos surpreender-nos com que tantos processos se realizem na vida mental independentemente do princípio de prazer. Essa característica seria partilhada por todos os instintos componentes e, em seu caso, visariam a retornar mais uma vez a uma fase específica do curso do desenvolvimento. Trata-se de questões sobre as quais o princípio de prazer ainda não possui controle, mas disso não decorre que alguma delas seja necessariamente oposta a este, e ainda temos de solucionar o problema da relação dos processos instintuais de repetição com a dominância do princípio de prazer.

Descobrimos que uma das mais antigas e importantes funções do aparelho mental é sujeitar os impulsos instintuais que com ele se chocam, substituir o processo primário que neles predomina pelo processo secundário, e converter sua energia catéxica livremente móvel numa catexia principalmente quiescente (tônica). Enquanto essa transformação se está realizando, nenhuma atenção pode ser concedida ao desenvolvimento do desprazer, mas isso não implica a suspensão do princípio de prazer. Pelo contrário, a transformação ocorre em *favor* dele; a sujeição constitui o ato preparatório que introduz e assegura a dominância do princípio de prazer.

Façamos uma distinção mais nítida, do que até aqui fizemos, entre função e tendência. O princípio de prazer, então, é uma tendência que opera a serviço de uma função, cuja missão é libertar inteiramente o aparelho mental de excitações, conservar a quantidade de excitação constante nele, ou mantê-la tão baixa quanto possível. Ainda não podemos decidir com certeza em favor de nenhum desses enunciados, mas é claro que a função estaria assim relacionada com o esforço mais fundamental de toda substância viva: o retorno à quiescência do mundo inorgânico. Todo nós já experimentamos como o maior prazer por nós atingível, o do ato sexual, acha-se associado à extinção momentânea altamente intensificada. A sujeição de um impulso instintual seria uma função preliminar, destinada a preparar a excitação para sua eliminação final no prazer da descarga.

Isso levanta a questão de saber se sentimentos de prazer e desprazer podem ser igualmente produzidos por processos excitatórios vinculados e livres. E não parece haver qualquer dúvida de que os processos livres ou primários dão origem a sentimentos muito mais intensos em ambos os sentidos do que os vinculados ou secundários. Além disso, os processos primários são os mais antigos no tempo; no começo da vida mental não existem outros e podemos inferir que, se o princípio de prazer não tivesse sido operante *neles*, jamais se poderia ter estabelecido para os posteriores. Chegamos assim ao que, no fundo, não é uma conclusão muito simples, a saber, que no começo da vida mental a luta pelo prazer era muito mais intensa do que posteriormente, mas não tão irrestrita; tinha de submeter-se a freqüentes interrupções. Em épocas posteriores, a dominância do princípio de prazer é muitíssimo mais

segura, mas ele próprio não fugiu aos processos de sujeição que os outros instintos em geral. De qualquer modo, seja lá o que for aquilo que causa o aparecimento de sentimentos de prazer e desprazer nos processos de excitação, deve estar presente no processo secundário, tal como está no primário.

Aqui poderia achar-se o ponto de partida para novas investigações. Nossa consciência nos comunica sentimentos provindos de dentro que não são apenas de prazer e desprazer, mas também de uma tensão peculiar que, por sua vez, tanto pode ser agradável quanto desagradável. Permitir-nos-á a diferença entre esses sentimentos distinguir entre processos de energia vinculados e livres? Ou deve o sentimento de tensão ser relacionado à magnitude absoluta, ou talvez ao nível da catexia, ao passo que a série prazer e desprazer indica uma mudança na magnitude da catexia dentro de determinada unidade de tempo? Outro fato notável é que os instintos de vida têm muito mais contato com nossa percepção interna, surgindo como rompedores da paz e constantemente produzindo tensões cujo alívio é sentido como prazer, ao passo que os instintos de morte parecem efetuar seu trabalho discretamente. O princípio de prazer parece, na realidade, servir aos instintos de morte. É verdade que mantém guarda sobre os estímulos provindos de fora, que são encarados como perigos por ambos os tipos de instintos, mas se acha mais especialmente em guarda contra os aumentos de estimulação provindos de dentro, que tornariam mais difícil a tarefa de viver. Isso, por sua vez, levanta uma infinidade de outras questões, para as quais, no presente, não podemos encontrar resposta. Temos de ser pacientes e aguardar novos métodos e ocasiões de pesquisa. Devemos estar prontos, também, para abandonar um caminho que estivemos seguindo por certo tempo, se parecer que ele não leva a qualquer bom fim. Somente os crentes, que exigem que a ciência seja um substituto para o catecismo que abandonaram, culparão um investigador por desenvolver ou mesmo transformar suas concepções. Podemos confortar-nos também, pelos lentos avanços de nosso conhecimento científico, com as palavras do poeta:

Was man nicht erfliegen kann, muss man erhinken.

Die Schrift sagt, es ist keine Sünde zu hinken.

PSICOLOGIA DE GRUPO E A ANÁLISE DO EGO (1921)

NOTA DO EDITOR INGLÊS - MASSENPSYCHOLOGIE UND ICH-ANALYSE

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1921 Leipzig, Viena e Zurique, Internationaler Psychoanalytischer Verlag, III +140 págs.

1923 2ª ed., mesmos editores, IV + 120 págs.

1925 *G.S.*, 6, 261-349.

1931 *Theoretische Schriften*, 248-337.

1940 *G.W.*, 13, 71-161.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

Group Psychology and the Analysis of the Ego

1922 Londres e Viena, Internacional Psycho-Analytical Press, VIII + 134 págs. (Trad. de James Strachey.)

1940 Londres, Hogarth Press e Instituto de Psicanálise; Nova Iorque, Liveright. (Reimpressão da anterior.)

Na primeira edição alemã alguns parágrafos do texto foram impressos em tipo menor. Na ocasião, o tradutor inglês foi instruído por Freud para transferir esses parágrafos para notas de rodapé. A mesma transposição foi feita em todas as edições alemãs posteriores, à exceção do caso mencionado na pág. 106, adiante. Freud fez algumas ligeiras alterações e acréscimos nas edições posteriores do trabalho. A presente tradução inglesa constitui versão consideravelmente alterada da publicada em 1922.

As cartas de Freud mostram que a primeira ‘idéia simples’ de uma explicação da psicologia de grupo lhe ocorreu durante a primavera de 1919. Nada resultou disso na ocasião; em fevereiro de 1920, porém, estava trabalhando no assunto e já escrevera um primeiro rascunho em agosto do mesmo ano. Foi somente em fevereiro de 1921, contudo, que começou a lhe dar forma final. O livro foi terminado antes do fim do março de 1921 e publicado cerca de três ou quatro meses mais tarde.

Há pouca ligação direta entre o presente trabalho e seu predecessor imediato, *Além do Princípio de Prazer* (1920g). As seqüências de pensamento aqui seguidas por Freud derivam mais especialmente do quarto ensaio de *Totem e Tabu* (1912-13), de seus artigos sobre o narcisismo (1914c) (cujo último parágrafo aborda, de forma altamente condensada, muitos dos pontos aqui debatidos) e de ‘Luto e Melancolia’ (1917e). Freud também retorna a seu primeiro interesse pelo hipnotismo e pela sugestão, que datava de seus estudos com Charcot em 1885-6.

Tal como o título indica, o trabalho é importante em dois sentidos diferentes. Por um lado, explica a psicologia dos grupos com base em alterações na psicologia da mente individual, e, por outro, leva um passo à frente a investigação freudiana da estrutura anatômica da mente, já prenunciada em *Além do Princípio de Prazer* (1920g) e a ser completamente elaborada em *O Ego e o Id* (1923b).

Extratos da primeira (1922) tradução deste trabalho foram incluídos na *General Selection from the Works of Sigmund Freud*, de Rickman (1937, 195-244).

PSICOLOGIA DE GRUPO E A ANÁLISE DO EGO

I - INTRODUÇÃO

O contraste entre a psicologia individual e a psicologia social ou de grupo, que à primeira vista pode parecer pleno de significação, perde grande parte de sua nitidez quando examinado mais de perto. É verdade que a psicologia individual relaciona-se com o homem tomado individualmente e explora os caminhos pelos quais ele busca encontrar satisfação para seus impulsos instintuais; contudo, apenas raramente e sob certas condições excepcionais, a psicologia individual se acha em posição de desprezar as relações desse indivíduo com os outros. Algo mais está invariavelmente envolvido na vida mental do indivíduo, como um modelo, um objeto, um auxiliar, um oponente, de maneira que, desde o começo, a psicologia individual, nesse sentido ampliado mas inteiramente justificável das palavras, é, ao mesmo tempo, também psicologia social.

As relações de um indivíduo com os pais, com os irmãos e irmãs, com o objeto de seu amor e com seu médico, na realidade, todas as relações que até o presente constituíram o principal tema da pesquisa psicanalítica, podem reivindicar serem consideradas como fenômenos sociais, e, com respeito a isso, podem ser postas em contraste com certos outros processos, por nós descritos como ‘narcisistas’, nos quais a satisfação dos instintos é parcial ou totalmente retirada da influência de outras pessoas. O contraste entre atos mentais sociais e narcisistas - Bleuler [1912] talvez os chamasse de ‘autísticos’ - incide assim inteiramente dentro do domínio da psicologia individual, não sendo adequado para diferenciá-la de uma psicologia social ou de grupo.

O indivíduo, nas relações que já mencionei - com os pais, com os irmãos e irmãs, com a pessoa amada, com os amigos e com o médico -, cai sob a influência de apenas uma só pessoa ou de um número bastante reduzido de pessoas, cada uma das quais se torna enormemente

importante para ele. Ora, quando se fala de psicologia social ou de grupo, costuma-se deixar essas relações de lado e isolar como tema de indagação o influenciamento de um indivíduo por um grande número de pessoas simultaneamente, pessoas com quem se acha ligado por algo, embora, sob outros aspectos e em muitos respeitos, possam ser-lhe estranhas. A psicologia de grupo interessa-se assim pelo indivíduo como membro de uma raça, de uma nação, de uma casta, de uma profissão, de uma instituição, ou como parte componente de uma multidão de pessoas que se organizaram em grupo, numa ocasião determinada, para um intuito definido. Uma vez a continuidade natural tenha sido interrompida desse modo, se uma ruptura é assim efetuada entre coisas que são por natureza interligadas, é fácil encarar os fenômenos surgidos sob essas condições especiais como expressões de um instinto especial que já não é redutível - o instinto social (*herd instinct, group mind*), que não vem à luz em nenhuma outra situação. Contudo, talvez possamos atrever-nos a objetar que parece difícil atribuir ao fator numérico uma significação tão grande, que o torne capaz, por si próprio, de despertar em nossa vida mental um novo instinto, que de outra maneira não seria colocado em jogo. Nossa expectativa dirige-se assim para duas outras possibilidades: que o instinto social talvez não seja um instinto primitivo, insuscetível de dissociação, e que seja possível descobrir os primórdios de sua evolução num círculo mais estreito, tal como o da família.

Embora a psicologia de grupo ainda se encontre em sua infância, ela abrange imenso número de temas independentes e oferece aos investigadores incontáveis problemas que até o momento nem mesmo foram corretamente distinguidos uns dos outros. A mera classificação das diferentes formas de formação de grupo e a descrição dos fenômenos mentais por elas produzidos exigem grande dispêndio de observação e exposição, que já deu origem a uma copiosa literatura. Qualquer pessoa que compare as exíguas dimensões deste pequeno livro com a ampla extensão da psicologia de grupo, poderá perceber em seguida que apenas alguns pontos, escolhidos dentre a totalidade do material, serão tratados aqui. E, realmente, é em apenas algumas questões que a psicologia profunda da psicanálise está especialmente interessada.

II - A DESCRIÇÃO DE LE BON DA MENTE GRUPAL

Em vez de partir de uma definição, parece mais proveitoso começar com alguma indicação do campo de ação dos fenômenos em exame e selecionar dentre eles alguns fatos especialmente notáveis e característicos, aos quais nossa indagação possa ligar-se. Podemos alcançar ambos os objetivos por meio de citações da obra merecidamente famosa de Le Bon, *Psychologie des foules* [1855].

Esclareçamos mais uma vez o assunto. Se uma psicologia - interessada em explorar as predisposições, os impulsos instintuais, os motivos e os fins de um indivíduo até as suas ações e suas relações com aqueles que lhe são mais próximos - houvesse atingido completamente seu objetivo e esclarecido a totalidade dessas questões, com suas interconexões, defrontar-se-ia então subitamente com uma nova tarefa, que perante ela se estenderia incompleta. Seria obrigada a explicar o fato surpreendente de que, sob certa condição, esse indivíduo, a quem havia chegado a compreender, pensou, sentiu e agiu de maneira inteiramente diferente daquela que seria esperada. Essa condição é a sua inclusão numa reunião de pessoas que adquiriu a característica de um 'grupo psicológico'. O que é, então, um 'grupo'? Como adquire ele a capacidade de exercer influência tão decisiva sobre a vida mental do indivíduo? E qual é a natureza da alteração mental que ele força no indivíduo?

Constituíu tarefa de uma psicologia de grupo teórica responder a essas três perguntas. A melhor maneira de abordá-las é, evidentemente, começar pela terceira. É a observação das alterações nas reações do indivíduo que fornece à psicologia de grupo seu material, de uma vez que toda tentativa de explicação deve ser precedida pela descrição da coisa que tem de ser explicada.

Deixarei que agora Le Bon fale por si próprio. Diz ele: 'A peculiaridade mais notável apresentada por um grupo psicológico é a seguinte: sejam quem forem os indivíduos que o compõem, por semelhantes ou dessemelhantes que sejam seu modo de vida, suas ocupações, seu caráter ou sua inteligência, o fato de haverem sido transformados num grupo coloca-os na posse de uma espécie de mente coletiva que os faz sentir, pensar e agir de maneira muito diferente daquela pela qual cada membro dele, tomado individualmente, sentiria, pensaria e agiria, caso se encontrasse em estado de isolamento. Há certas idéias e sentimentos que não surgem ou que não se transformam em atos, exceto no caso de indivíduos que formam um grupo. O grupo psicológico é um ser provisório, formado por elementos heterogêneos que por um momento se combinam, exatamente como as células que constituem um corpo vivo, formam, por sua reunião, um novo ser que apresenta características muito diferentes daquelas possuídas por cada uma das células isoladamente.' (Trad., 1920, 29.)

Tomaremos a liberdade de interromper a exposição de Le Bon com comentários nossos; por conseguinte, inseriremos uma observação nesse ponto. Se os indivíduos do grupo se combinam numa unidade, deve haver certamente algo para uni-los, e esse elo poderia ser precisamente a coisa que é característica de um grupo. Mas Le Bon não responde a essa questão; prossegue considerando a alteração que o indivíduo experimenta quando num grupo, e a descreve em termos que se harmonizam bem com os postulados fundamentais de nossa própria psicologia profunda.

'É fácil provar quanto o indivíduo que faz parte de um grupo difere do indivíduo isolado; mas não é tão fácil descobrir as causas dessa diferença.'

‘Para obter, de qualquer modo, um vislumbre delas, é necessário em primeiro lugar trazer à mente a verdade estabelecida pela psicologia moderna, a de que os fenômenos inconscientes desempenham papel inteiramente preponderante não apenas na vida orgânica, mas também nas operações da inteligência. A vida consciente da mente é de pequena importância, em comparação com sua vida inconsciente. O analista mais sutil, o observador mais agudo dificilmente obtêm êxito em descobrir mais do que um número muito pequeno dos motivos conscientes que determinam sua conduta. Nossos atos conscientes são o produto de um substrato inconsciente criado na mente, principalmente por influências hereditárias. Esse substrato consiste nas inumeráveis características comuns, transmitidas de geração a geração, que constituem o gênio de uma raça. Por detrás das causas confessadas de nossos atos jazem indubitavelmente causas secretas que não confessamos, mas por detrás dessas causas secretas existem muitas outras, mais secretas ainda, ignoradas por nós próprios. A maior parte de nossas ações cotidianas são resultados de motivos ocultos que fogem à nossa observação.’ (Ibid., 30.)

Le Bon pensa que os dotes particulares dos indivíduos se apagam num grupo e que, dessa maneira, sua distintividade se desvanece. O inconsciente racial emerge; o que é heterogêneo submerge no que é homogêneo. Como diríamos nós, a superestrutura mental, cujo desenvolvimento nos indivíduos apresenta tais dessemelhanças, é removida, e as funções inconscientes, que são semelhantes em todos, ficam expostas à vista.

Assim, os indivíduos de um grupo viriam a mostrar um caráter médio. Mas Le Bon acredita que eles também apresentam novas características que não possuíam anteriormente, e busca a razão disso em três fatores diferentes.

‘O primeiro é que o indivíduo que faz parte de um grupo adquire, unicamente por considerações numéricas, um sentimento de poder invencível que lhe permite render-se a instintos que, estivesse ele sozinho, teria compulsoriamente mantido sob coerção. Ficará ele ainda menos disposto a controlar-se pela consideração de que, sendo um grupo anônimo e, por conseqüência, irresponsável, o sentimento de responsabilidade que sempre controla os indivíduos, desaparece inteiramente.’ (Ibid., 33.)

Segundo nosso ponto de vista, não precisamos atribuir tanta importância ao aparecimento de características novas. Para nós, seria bastante dizer que, num grupo, o indivíduo é colocado sob condições que lhe permitem arrojarse de si as repressões de seus impulsos instintuais inconscientes. As características aparentemente novas que então apresenta são na realidade as manifestações desse inconsciente, no qual tudo o que é mau na mente humana está contido como uma predisposição. Não há dificuldade alguma em compreender o desaparecimento da consciência ou do senso de responsabilidade, nessas circunstâncias. Há muito tempo é asserção nossa que a ‘ansiedade social’ constitui a essência do que é chamado de consciência.

‘A segunda causa, que é o contágio, também intervém para determinar nos grupos a

manifestação de suas características especiais e, ao mesmo tempo, a tendência que devem tomar. O contágio é um fenômeno cuja presença é fácil estabelecer e difícil explicar. Deve ser classificado entre aqueles fenômenos de ordem hipnótica que logo estudaremos. Num grupo, todo sentimento e todo ato são contagiosos, e contagiosos em tal grau, que o indivíduo prontamente sacrifica seu interesse pessoal ao interesse coletivo. Trata-se de aptidão bastante contrária à sua natureza e da qual um homem dificilmente é capaz, exceto quando faz parte de um grupo.’ (Ibid., 33.)

Mais tarde, basearemos uma importante conjectura nessa última afirmação.

‘Uma terceira causa, de longe a mais importante, determina nos indivíduos de um grupo características especiais que são às vezes inteiramente contrárias às apresentadas pelo indivíduo isolado. Aludo àquela sugestionabilidade, da qual, além disso, o contágio acima mencionado não é mais do que um efeito.’

‘Para compreender esse fenômeno, é necessário ter em mente certas recentes descobertas psicológicas. Sabemos hoje que, por diversos processos, um indivíduo pode ser colocado numa condição em que, havendo perdido inteiramente sua personalidade consciente, obedece a todas as sugestões do operador que o privou dela e comete atos em completa contradição com seu caráter e hábitos. As investigações mais cuidadosas parecem demonstrar que um indivíduo imerso por certo lapso de tempo num grupo em ação, cedo se descobre - seja em consequência da influência magnética emanada do grupo, seja devido a alguma outra causa por nós ignorada - num estado especial, que se assemelha muito ao estado de ‘fascinação’ em que o indivíduo hipnotizado se encontra nas mãos do hipnotizador. (...) A personalidade consciente desvaneceu-se inteiramente; a vontade e o discernimento se perderam. Todos os sentimentos e o pensamento inclinam-se na direção determinada pelo hipnotizador.’

‘Esse também é, aproximadamente, o estado do indivíduo que faz parte de um grupo psicológico. Ele já não se acha consciente de seus atos. Em seu caso, como no do sujeito hipnotizado, ao mesmo tempo que certas faculdades são destruídas, outras podem ser conduzidas a um alto grau de exaltação. Sob a influência de uma sugestão, empreenderá a realização de certos atos com irresistível impetuosidade. Essa impetuosidade é ainda mais irresistível no caso dos grupos do que no do sujeito hipnotizado, porque, sendo a sugestão a mesma para todos os indivíduos do grupo, ela ganha força pela reciprocidade.’ (Ibid., 34.)

‘Vemos então que o desaparecimento da personalidade consciente, a predominância da personalidade inconsciente, a modificação por meio da sugestão e do contágio de sentimentos e idéias numa direção idêntica, a tendência a transformar imediatamente as idéias sugeridas em atos, estas, vemos, são as características principais do indivíduo que faz parte de um grupo. Ele não é mais ele mesmo, mas transformou-se num autômato que deixou de ser dirigido pela sua vontade.’ (Ibid., 35.)

Citei essa passagem tão integralmente a fim de tornar inteiramente claro que Le Bon explica a condição de um indivíduo num grupo como sendo realmente hipnótica, e não faz simplesmente uma comparação entre os dois estados. Não temos intenção de levantar qualquer objeção a esse argumento, mas queremos apenas dar ênfase ao fato de que as duas últimas causas pelas quais um indivíduo se modifica num grupo (o contágio e a alta sugestionabilidade), não se encontram evidentemente no mesmo plano, de modo que o contágio parece, na realidade, ser uma manifestação da sugestionabilidade. Além disso, os efeitos dos dois fatores não parecem ser nitidamente diferenciados no texto das observações de Le Bon. Talvez possamos

interpretar melhor seu enunciado se vincularmos o contágio aos efeitos dos membros do grupo, tomados individualmente, uns sobre os outros, enquanto apontamos outra fonte para essas manifestações de sugestões no grupo, as quais ele considera semelhantes aos fenômenos da influência hipnótica. Mas que fonte? Não podemos deixar de ficar impressionados por uma sensação de lacuna quando observarmos que um dos principais elementos da comparação, a saber, a pessoa que deve substituir o hipnotizador no caso do grupo, não é mencionada na exposição de Le Bon. Entretanto, ele faz distinção entre essa influência da ‘fascinação’ que permanece mergulhada na obscuridade e o efeito contagioso que os indivíduos exercem uns sobre os outros e através do qual a sugestão original é fortalecida.

Temos aqui outra importante comparação para ajudar-nos a entender o indivíduo num grupo: ‘Além disso, pelo simples fato de fazer parte de um grupo organizado, um homem desce vários degraus na escada da civilização. Isolado, pode ser um indivíduo culto; numa multidão, é um bárbaro, ou seja, uma criatura que age pelo instinto. Possui a espontaneidade, a violência, a ferocidade e também o entusiasmo e o heroísmo dos seres primitivos.’ (Ibid., 36.) Le Bon demora-se então especialmente na redução da capacidade intelectual que um indivíduo experimenta quando se funde num grupo.

Abandonemos agora o indivíduo e voltemo-nos para a mente grupal, tal como delineada por Le Bon. Ela não apresenta um único aspecto que um psicanalista encontre qualquer dificuldade em situar ou em fazer derivar de sua fonte. O próprio Le Bon nos mostra o caminho, apontando para sua semelhança com a vida mental dos povos primitivos e das crianças (ibid., 40).

Um grupo é impulsivo, mutável e irritável. É levado quase que exclusivamente por seu inconsciente. Os impulsos a que um grupo obedece, podem, de acordo com as circunstâncias, ser generosos ou cruéis, heróicos ou covardes, mas são sempre tão imperiosos, que nenhum interesse pessoal, nem mesmo o da autopreservação, pode fazer-se sentir (ibid., 41). Nada dele é premeditado. Embora possa desejar coisas apaixonadamente, isso nunca se dá por muito tempo, porque é incapaz de perseverança. Não pode tolerar qualquer demora entre seu desejo e a realização do que deseja. Tem um sentimento de onipotência: para o indivíduo num grupo a noção de impossibilidade desaparece.

Um grupo é extremamente crédulo e aberto à influência; não possui faculdade crítica e o improvável não existe para ele. Pensa por imagens, que se chamam umas às outras por associação (tal como surgem nos indivíduos em estados de imaginação livre), e cuja concordância com a realidade jamais é conferida por qualquer órgão razoável. Os sentimentos de um grupo são sempre muito simples e muito exagerados, de maneira que não conhece a dúvida nem a incerteza.

Ele vai diretamente a extremos; se uma suspeita é expressa, ela instantaneamente se modifica numa certeza incontrovertível; um traço de antipatia se transforma em ódio furioso (ibid., 56).

Inclinado como é a todos os extremos, um grupo só pode ser excitado por um estímulo excessivo. Quem quer que deseje produzir efeito sobre ele, não necessita de nenhuma ordem lógica em seus argumentos; deve pintar nas cores mais fortes, deve exagerar e repetir a mesma coisa diversas vezes.

Desde que não se acha em dúvida quanto ao que constitui verdade ou erro e, além disso, tem consciência de sua própria grande força, um grupo é tão intolerante quanto obediente à autoridade. Respeita a força e só ligeiramente pode ser influenciado pela bondade, que encara simplesmente como uma forma de fraqueza. O que exige de seus heróis, é força ou mesmo violência. Quer ser dirigido, oprimido e temer seus senhores. Fundamentalmente, é inteiramente conservador e tem profunda aversão por todas as inovações e progressos, e um respeito ilimitado pela tradição (ibid., 62).

A fim de fazer um juízo correto dos princípios éticos do grupo, há que levar em consideração o fato de que, quando indivíduos se reúnem num grupo, todas as suas inibições individuais caem e todos os instintos cruéis, brutais e destrutivos, que neles jaziam adormecidos, como relíquias de uma época primitiva, são despertados para encontrar gratificação livre. Mas, sob a influência da sugestão, os grupos também são capazes de elevadas realizações sob forma de abnegação, desprendimento e devoção a um ideal. Ao passo que com os indivíduos isolados o interesse pessoal é quase a única força motivadora, nos grupos ele muito raramente é proeminente. É possível afirmar que um indivíduo tenha seus padrões morais elevados por um grupo (ibid., 65). Ao passo que a capacidade intelectual de um grupo está sempre muito abaixo da de um indivíduo, sua conduta ética pode tanto elevar-se muito acima da conduta deste último, quanto cair muito abaixo dela.

Alguns outros aspectos da descrição de Le Bon mostram, a uma clara luz, quão justificada é a identificação da mente grupal com a mente dos povos primitivos. Nos grupos, as idéias mais contraditórias podem existir lado a lado e tolerar-se mutuamente, sem que nenhum conflito surja da contradição lógica entre elas. Esse é também o caso da vida mental inconsciente dos indivíduos, das crianças e dos neuróticos, como a psicanálise há muito tempo indicou.

Um grupo, ainda, está sujeito ao poder verdadeiramente mágico das palavras, que podem evocar as mais formidáveis tempestades na mente grupal, sendo também capazes de apaziguá-las (ibid., 117). ‘A razão e os argumentos são incapazes de combater certas palavras e fórmulas. Elas são proferidas com solenidade na presença dos grupos e, assim que foram pronunciadas, uma expressão de respeito se torna visível em todos os semblantes e todas as cabeças se curvam. Por muitos, são consideradas como forças naturais ou como poderes sobrenaturais.’ (Ibid., 117.) A esse respeito, basta recordar os tabus sobre nomes entre os povos primitivos e os poderes mágicos que atribuem aos nomes e às palavras.

E, finalmente, os grupos nunca ansiaram pela verdade. Exigem ilusões e não podem passar sem elas. Constantemente dão ao que é irreal precedência sobre o real; são quase tão

intensamente influenciados pelo que é falso quanto pelo que é verdadeiro. Possuem tendência evidente a não distinguir entre as duas coisas (ibid., 77).

Já indicamos que essa predominância da vida da fantasia e da ilusão nascida de um desejo irrealizado é o fator dominante na psicologia das neuroses. Descobrimos que aquilo por que os neuróticos se guiam não é a realidade objetiva comum, mas a realidade psicológica. Um sintoma histérico baseia-se na fantasia, em vez de na repetição da experiência real, e o sentimento de culpa na neurose obsessiva fundamenta-se no fato de uma intenção má que nunca foi executada. Na verdade, tal como nos sonhos e na hipnose, nas operações mentais de um grupo a função de verificação da realidade das coisas cai para o segundo plano, em comparação com a força dos impulsos plenos de desejo com sua catexia afetiva.

O que Le Bon diz sobre o tema dos líderes de grupos é menos exaustivo e não nos permite elaborar tão claramente um princípio subjacente. Pensa ele que, assim que seres vivos se reúnem em certo número, sejam eles um rebanho de animais ou um conjunto de seres humanos, se colocam instintivamente sob a influência de um chefe (ibid., 134). Um grupo é um rebanho obediente, que nunca poderia viver sem um senhor. Possui tal anseio de obediência, que se submete instintivamente a qualquer um que se indique a si próprio como chefe.

Embora, dessa maneira, as necessidades de um grupo o conduzam até meio caminho ao encontro de um líder, este, contudo, deve ajustar-se àquele em suas qualidades pessoais. Deve ser fascinado por uma intensa fé (numa idéia), a fim de despertar a fé do grupo; tem de possuir vontade forte e imponente, que o grupo, que não tem vontade própria, possa dele aceitar. Le Bon discute então os diferentes tipos de líderes e os meios pelos quais atuam sobre o grupo. Em geral, acredita que os líderes se fazem notados por meio das idéias em que eles próprios acreditam fanaticamente.

Além disso, atribui tanto às idéias quanto aos líderes um poder misterioso e irresistível, a que chama de 'prestígio'. O prestígio é uma espécie de domínio exercido sobre nós por um indivíduo, um trabalho ou uma idéia. Paralisa inteiramente nossas faculdades críticas e enche-nos de admiração e respeito. Parece que desperta um sentimento como o da 'fascinação' na hipnose (ibid., 148). Le Bon faz distinção entre o prestígio adquirido ou artificial e o prestígio pessoal. O primeiro se liga às pessoas em virtude de seu nome, fortuna e reputação, e a opiniões, obras de arte etc. em virtude da tradição. Desde que em todos os casos ele remonta ao passado, não nos pode ser de grande auxílio para a compreensão dessa influência enigmática. O prestígio pessoal liga-se a umas poucas pessoas, que se tornam líderes por meio dele, e tem o efeito de fazer com que todos as obedeçam como se fosse pelo funcionamento de alguma magia magnética. Todo prestígio, contudo, depende também do sucesso e se perde em caso de fracasso (ibid., 159).

Le Bon não dá a impressão de haver conseguido colocar a função do líder e a importância do prestígio completamente em harmonia com seu retrato brilhantemente executado da mente

grupal.

III - OUTRAS DESCRIÇÕES DA VIDA MENTAL COLETIVA

Utilizamos a descrição de Le Bon à guisa de introdução, por ajustar-se tão bem à nossa própria psicologia na ênfase que dá à vida mental inconsciente. Mas temos agora de acrescentar que, na realidade, nenhuma das afirmativas desse autor apresentou algo de novo. Tudo o que diz em detrimento e depreciação das manifestações da mente grupal, já fora dito por outros antes dele, com igual nitidez e igual hostilidade, e fora repetido em uníssono por pensadores, estadistas e escritores desde os primeiros períodos da literatura. As duas teses que abrangem as mais importantes das opiniões de Le Bon, ou seja, as que tocam na inibição coletiva do funcionamento intelectual e na elevação da afetividade nos grupos, foram formuladas pouco antes por Sighele. No fundo, tudo o que resta como peculiar a Le Bon são as duas noções do inconsciente e da comparação com a vida mental dos povos primitivos, e mesmo estas naturalmente, já haviam sido com freqüência aludidas antes dele.

Contudo - o que é mais -, a descrição e a estimativa da mente grupal, tal como fornecidas por Le Bon e os outros, de modo algum foram deixadas sem objeção. Não há dúvida de que todos os fenômenos da mente grupal que acabaram de ser mencionados, foram corretamente observados; mas é também possível distinguir outras manifestações de formação de grupo que atuam em sentido exatamente contrário, e das quais uma opinião muito mais elevada da mente grupal deve necessariamente decorrer.

O próprio Le Bon estava pronto a admitir que, em certas circunstâncias, os princípios éticos de um grupo podem ser mais elevados que os dos indivíduos que o compõem, e que apenas as coletividades são capazes de um alto grau de desprendimento e devoção. 'Ao passo que com os indivíduos isolados o interesse pessoal é quase a única força motivadora, nos grupos ele muito raramente é proeminente.' (Le Bon, trad., 1920, 65.) Outros escritores aduzem o fato de que apenas a sociedade prescreve quaisquer padrões éticos para o indivíduo, enquanto que, via de regra, este fracassa, de uma maneira ou de outra, em mostrar-se à altura de suas elevadas exigências. Ou então indicam eles que, em circunstâncias excepcionais, pode surgir nas comunidades o fenômeno do entusiasmo, que tornou possíveis as mais esplêndidas realizações grupais.

Quanto ao trabalho intelectual, permanece um fato, na verdade, que as grandes decisões no domínio do pensamento e as momentosas descobertas e soluções de problemas só são possíveis ao indivíduo que trabalha em solidão. Contudo, mesmo a mente grupal é capaz de gênio criativo no campo da inteligência, como é demonstrado, acima de tudo, pela própria linguagem, bem como pelo folclore, pelas canções populares e outros fatos semelhantes. Permanece questão aberta, além disso, saber quanto o pensador ou o escritor, individualmente, devem ao estímulo do grupo em que vivem, e se eles não fazem mais do que aperfeiçoar um trabalho mental em que os outros tiveram parte simultânea.

Frente a essas descrições completamente contraditórias, talvez parecesse que o trabalho da psicologia de grupo estivesse fadado a chegar a um fim infrutífero. Mas é fácil encontrar uma saída mais esperançosa para o dilema. Uma série de estruturas bastante diferentes provavelmente se fundiram sob a expressão ‘grupo’ e podem exigir que sejam distinguidas. As assertivas de Sighele, Le Bon e outros referem-se a grupos de caráter efêmero, que algum interesse passageiro apressadamente aglomerou a partir de diversos tipos de indivíduos. As características dos grupos revolucionários, especialmente os da grande Revolução Francesa, influenciaram inequivocamente suas descrições. As opiniões contrárias devem sua origem à consideração daqueles grupos ou associações estáveis em que a humanidade passa a sua vida e que se acham corporificados nas instituições da sociedade. Os grupos do primeiro tipo encontram-se, com os do segundo, no mesmo tipo de relação que um mar alto, mas encapelado, tem com uma ondulação de terreno.

McDougall, em seu livro sobre *The Group Mind (A Mente Grupal)* (1920a), parte da mesma contradição que acabou de ser mencionada, e encontra uma solução para ela no fato da organização. No caso mais simples, diz ele, o ‘grupo’ não possui organização alguma, ou uma que mal merece esse nome. Descreve um grupo dessa espécie como sendo uma ‘multidão’. Admite, porém, que uma multidão de seres humanos dificilmente pode reunir-se sem possuir, pelo menos, os rudimentos de uma organização, e que, precisamente nesses grupos simples, certos fatos fundamentais da psicologia coletiva podem ser observados com facilidade especial (McDougall, 1920a, 22). Antes que os membros de uma multidão ocasional de pessoas possam constituir algo semelhante a um grupo no sentido psicológico, uma condição tem de ser satisfeita: esses indivíduos devem ter algo em comum uns com os outros, um interesse comum num objeto, uma inclinação emocional semelhante numa situação ou noutra e (‘conseqüentemente’, gostaria eu de interpolar) ‘certo grau de influência recíproca’ (ibid., 23). Quanto mais alto o grau dessa ‘homogeneidade mental’, mais prontamente os indivíduos constituem um grupo psicológico e mais notáveis são as manifestações da mente grupal.

O resultado mais notável e também o mais importante da formação de um grupo é a ‘exaltação ou intensificação de emoção’ produzida em cada membro dele (ibid., 24). Segundo McDougall, num grupo as emoções dos homens são excitadas até um grau que elas raramente ou nunca atingem sob outras condições, e constitui experiência agradável para os interessados entregar-se tão irrestritamente às suas paixões, e assim fundirem-se no grupo e perderem o

senso dos limites de sua individualidade. A maneira pela qual os indivíduos são assim arrastados por um impulso comum é explicada por McDougall através do que chama de ‘princípio da indução direta da emoção por via da reação simpática primitiva’ (ibid., 25), ou seja, através do contágio emocional com que já estamos familiarizados. O fato é que a percepção dos sinais de um estado emocional é automaticamente talhada para despertar a mesma emoção na pessoa que os percebe. Quanto maior for o número de pessoas em que a mesma emoção possa ser simultaneamente observada, mais intensamente cresce essa compulsão automática. O indivíduo perde seu poder de crítica e deixa-se deslizar para a mesma emoção. Mas, ao assim proceder, aumenta a excitação das outras pessoas que produziram esse resultado nele, e assim a carga emocional dos indivíduos se intensifica por interação mútua. Acha-se inequivocamente em ação algo da natureza de uma compulsão a fazer o mesmo que os outros, a permanecer em harmonia com a maioria. Quanto mais grosseiros e simples são os impulsos emocionais, mais aptos se encontram a propagar-se dessa maneira através de um grupo (ibid., 39).

Esse mecanismo de intensificação da emoção é favorecido por algumas outras influências que emanam dos grupos. Um grupo impressiona um indivíduo como sendo um poder ilimitado e um perigo insuperável. Momentaneamente, ele substitui toda a sociedade humana, que é a detentora da autoridade, cujos castigos o indivíduo teme e em cujo benefício se submeteu a tantas inibições. É-lhe claramente perigoso colocar-se em oposição a ele, e será mais seguro seguir o exemplo dos que o cercam, e talvez mesmo ‘caçar com a matilha’. Em obediência à nova autoridade, pode colocar sua antiga ‘consciência’ fora de ação e entregar-se à atração do prazer aumentado, que é certamente obtido com o afastamento das inibições. No todo, portanto, não é tão notável que vejamos um indivíduo num grupo fazendo ou aprovando coisas que teria evitado nas condições normais de vida, e assim podemos mesmo esperar esclarecer um pouco da obscuridade tão freqüentemente coberta pela enigmática palavra ‘sugestão’.

McDougall não discute a tese relativa à inibição coletiva da inteligência nos grupos (ibid., 41). Diz que as mentes de inteligência inferior fazem com que as de ordem mais elevada desçam a seu próprio nível. Estas últimas são obstruídas em sua atividade, porque em geral a intensificação da emoção cria condições desfavoráveis para o trabalho intelectual correto, e, ademais, porque os indivíduos são intimidados pelo grupo e sua atividade mental não se acha livre, bem como porque há uma redução, em cada indivíduo, de seu senso de responsabilidade por seus próprios desempenhos.

O juízo com que McDougall resume o comportamento psicológico de um grupo ‘não organizado’ simples não é mais amistoso do que o de Le Bon. Tal grupo ‘é excessivamente emocional, impulsivo, violento, inconstante, contraditório e extremado em sua ação, apresentando apenas as emoções rudes e os sentimentos menos refinados; extremamente sugestível, descuidado nas deliberações, apressado nos julgamentos, incapaz de qualquer forma que não seja a mais simples e imperfeita das formas de raciocínio; facilmente influenciado e levado, desprovido de autoconsciência, despido de auto-respeito e de senso de

responsabilidade, e apto a ser conduzido pela consciência de sua própria força, de maneira que tende a produzir todas as manifestações que aprendemos a esperar de qualquer poder irresponsável e absoluto. Daí seu comportamento assemelhar-se mais ao de uma criança indisciplinada ou de um selvagem passional e desassistido numa situação estranha, do que ao de seu membro médio, e, nos piores casos, ser mais semelhante ao de um animal selvagem que ao de seres humanos.’ (Ibid., 45).

De uma vez que McDougall contrasta o comportamento de um grupo altamente organizado com o que acabou de ser descrito, estaremos particularmente interessados em saber no que essa organização consiste e por que fatores é produzida. O autor enumera cinco ‘condições principais’ para a elevação da vida mental coletiva a um nível mais alto.

A primeira e fundamental condição é que haja certo grau de continuidade de existência no grupo. Esta pode ser material ou formal: material, se os mesmos indivíduos persistem no grupo por certo tempo, e formal, se se desenvolveu dentro do grupo um sistema de posições fixas que são ocupadas por uma sucessão de indivíduos.

A segunda condição é que em cada membro do grupo se forme alguma idéia definida da natureza, composição, funções e capacidades do grupo, de maneira que, a partir disso, possa desenvolver uma relação emocional com o grupo como um todo.

A terceira é que o grupo deva ser colocado em interação (talvez sob a forma de rivalidade) com outros grupos semelhantes, mas que dele difiram em muitos aspectos.

A quarta é que o grupo possua tradições, costumes e hábitos, especialmente tradições, costumes e hábitos tais, que determinem a relação de seus membros uns com os outros.

A quinta é que o grupo tenha estrutura definida, expressa na especialização e diferenciação das funções de seus constituintes.

De acordo com McDougall, se essas condições forem satisfeitas, afastam-se as desvantagens psicológicas das formações de grupo. A redução coletiva da capacidade intelectual é evitada retirando-se do grupo o desempenho das tarefas intelectuais e reservando-as para alguns membros dele.

Parece-nos que a condição que McDougall designa como sendo a ‘organização’ de um grupo pode, mais justificadamente, ser descrita de outra maneira. O problema consiste em saber como conseguir para o grupo exatamente aqueles aspectos que eram característicos do indivíduo e nele se extinguiram pela formação do grupo, pois o indivíduo, fora do grupo primitivo, possuía sua própria continuidade, sua autoconsciência, suas tradições e seus costumes, suas próprias e particulares funções e posições, e mantinha-se apartado de seus

rivais. Devido à sua entrada num grupo ‘inorganizado’, perdeu essa distintividade por certo tempo. Se assim reconhecemos que o objetivo é aparelhar o grupo com os atributos do indivíduo, lembrar-nos-emos de uma valiosa observação de Trotter, no sentido de que a tendência para a formação de grupos é, biologicamente, uma continuação do caráter multicelular de todos os organismos superiores.

IV - SUGESTÃO E LIBIDO

Partimos do fato fundamental de que o indivíduo num grupo está sujeito, através da influência deste, ao que com freqüência constitui profunda alteração em sua atividade mental. Sua submissão à emoção torna-se extraordinariamente intensificada, enquanto que sua capacidade intelectual é acentuadamente reduzida, com ambos os processos evidentemente dirigindo-se para uma aproximação com os outros indivíduos do grupo; e esse resultado só pode ser alcançado pela remoção daquelas inibições aos instintos que são peculiares a cada indivíduo, e pela resignação deste àquelas expressões de inclinações que são especialmente suas. Aprendemos que essas conseqüências, amiúde importunas, são, até certo ponto pelo menos, evitadas por uma ‘organização’ superior do grupo, mas isto não contradiz o fato fundamental da psicologia de grupo: as duas teses relativas à intensificação das emoções e à inibição do intelecto nos grupos primitivos. Nosso interesse dirige-se agora para a descoberta da explicação psicológica dessa alteração mental que é experimentada pelo indivíduo num grupo.

É claro que fatores racionais (tais como a intimidação do indivíduo que já foi mencionada, ou seja, a ação de seu instinto de autopreservação) não abrangem os fenômenos observáveis. Além disso, o que nos é oferecido como explicação por autoridade em sociologia e psicologia de grupo é sempre a mesma coisa, embora receba diversos nomes: a palavra mágica ‘sugestão’. Tarde [1890] chama-a de ‘imitação’, mas não podemos deixar de concordar com um escritor que protesta que a imitação se subordina ao conceito de sugestão, sendo, na realidade, um de seus resultados (Brugel, 1913). Le Bon faz com que a origem de todas as enigmáticas características dos fenômenos sociais remonte a dois fatores: a sugestão mútua dos indivíduos e o prestígio dos líderes. Contudo, mais uma vez, o prestígio só é reconhecível por sua capacidade de evocar a sugestão. McDougall por um momento nos dá a impressão de que seu princípio da ‘indução primitiva de emoção’ pode permitir-nos passar sem a suposição da sugestão. Numa consideração mais detida, porém, somos forçados a perceber que esse princípio não faz mais do que as familiares afirmativas sobre ‘imitação’ ou ‘contágio’, exceto pela decidida ênfase dada ao fator emocional. Não há dúvida de que existe algo em nós que, quando nos damos conta de sinais de emoção em alguém mais, tende a fazer-nos cair na mesma emoção; contudo, quão amiúde não nos opomos com sucesso a isso, resistimos à

emoção e reagimos de maneira inteiramente contrária? Por que, portanto, invariavelmente cedemos a esse contágio quando nos encontramos num grupo? Mais uma vez teríamos de dizer que o que nos compele a obedecer a essa tendência é a imitação, e o que induz a emoção em nós é a influência sugestiva do grupo. Ademais, inteiramente à parte disso, McDougall não nos permite escapar à sugestão; aprendemos com ele, bem como com outros autores, que os grupos se distinguem por sua especial sugestibilidade.

Estaremos assim preparados para a assertiva de que a sugestão (ou, mais corretamente, a sugestibilidade) é na realidade um fenômeno irreduzível e primitivo, um fato fundamental na vida mental do homem. Essa também era a opinião de Bernheim, de cuja espantosa arte fui testemunha em 1889. Posso, porém, lembrar-me de que mesmo então sentia uma hostilidade surda contra essa tirania da sugestão. Quando um paciente que não se mostrava dócil enfrentava o grito: ‘Mas o que está fazendo? *Vou vous contre-suggestionnez!*’, eu dizia a mim mesmo que isso era uma injustiça evidente e um ato de violência, porque o homem certamente tinha direito a contra-sugestões, se estavam tentando dominá-lo com sugestões. Mais tarde, minha resistência tomou o sentido de protestar contra a opinião de que a própria sugestão, que explicava tudo, era isenta de explicação. Pensando nisso, eu repetia a velha adivinhação:

Christoph trug Christum,

Christus trug die ganze Welt,

Sag’ wo hat Christoph

Damals hin den Fuss gestellt?

Christophorus Christum, sed Christus sustulit orbem:

Constiterit pedibus dic ubi Christophorus?

Agora que mais uma vez abordo o enigma da sugestão, depois que me mantive afastado dele por cerca de trinta anos, descubro que não houve mudança na situação. (Há uma exceção a ser feita a essa afirmativa, exceção que dá testemunho exatamente da influência da psicanálise.) Observo que esforços particulares estão sendo efetuados para formular corretamente o conceito de sugestão, isto é, fixar o emprego convencional do nome (por exemplo, McDougall, 1920b). E isso de maneira alguma é supérfluo, porque a palavra está adquirindo uso cada vez mais impreciso [em alemão] e cedo virá a designar uma espécie de influência, por qualquer que seja, tal como acontece em inglês, em que ‘sugerir’ e ‘sugestão’ correspondem aos nossos *nahelegen e Anregung*. Entretanto, não houve explicação da natureza da sugestão, ou seja, das condições sob as quais a influência sem fundamento lógico e adequado se realiza. Eu não fugiria à tarefa de sustentar aquela afirmativa por uma análise da literatura dos últimos trinta anos, se não me achasse ciente de que está sendo empreendida, muito próximo, uma exaustiva investigação que tem por objetivo a realização dessa mesma tarefa.

Em vez disso, tentarei utilizar o conceito de *libido*, que nos prestou bons serviços no estudo das psiconeuroses, a fim de lançar luz sobre a psicologia de grupo.

Libido é expressão extraída da teoria das emoções. Damos esse nome à energia, considerada como uma magnitude quantitativa (embora na realidade não seja presentemente mensurável), daqueles instintos que têm a ver com tudo o que pode ser abrangido sob a palavra ‘amor’. O núcleo do que queremos significar por amor consiste naturalmente (e é isso que comumente é chamado de amor e que os poetas cantam) no amor sexual, com a união sexual como objetivo. Mas não isolamos disso - que, em qualquer caso, tem sua parte no nome ‘amor’ -, por um lado, o amor próprio, e, por outro, o amor pelos pais e pelos filhos, a amizade e o amor pela humanidade em geral, bem como a devoção a objetos concretos e a idéias abstratas. Nossa justificativa reside no fato de que a pesquisa psicanalítica nos ensinou que todas essas tendências constituem expressão dos mesmos impulsos instintuais; nas relações entre os sexos, esses impulsos forçam seu caminho no sentido da união sexual, mas, em outras circunstâncias, são desviados desse objetivo ou impedidos de atingi-lo, embora sempre conservem o bastante de sua natureza original para manter reconhecível sua identidade (como em características tais como o anseio de proximidade e o auto-sacrifício).

Somos de opinião, pois, que a linguagem efetuou uma unificação inteiramente justificável ao criar a palavra ‘amor’ com seus numerosos usos, e que não podemos fazer nada melhor senão tomá-la também como base de nossas discussões e exposições científicas. Por chegar a essa decisão, a psicanálise desencadeou uma tormenta de indignação, como se fosse culpada de um ato de ultrajante inovação. Contudo, não fez nada de original em tomar o amor nesse sentido ‘mais amplo’. Em sua origem, função e relação com o amor sexual, o ‘Eros’ do filósofo Platão coincide exatamente com a força amorosa, a libido da psicanálise, tal como foi

pormenorizadamente demonstrado por Nachmansohn (1915) e Pfister (1921), e, quando o apóstolo Paulo, em sua famosa Epístola aos Coríntios, louva o amor sobre tudo o mais, certamente o entende no mesmo sentido ‘mais amplo’. Mas isso apenas demonstra que os homens nem sempre levam a sério seus grandes pensadores, mesmo quando mais professam admirá-los.

A psicanálise, portanto, dá a esses instintos amorosos o nome de instintos sexuais, *a potiori* e em razão de sua origem. A maioria das pessoas ‘instruídas’ encarou essa nomenclatura como um insulto e fez sua vingança retribuindo à psicanálise a pecha de ‘pansexualismo’. Qualquer pessoa que considere o sexo como algo mortificante e humilhante para a natureza humana está livre para empregar as expressões mais polidas ‘Eros’ e ‘erótico’. Eu poderia ter procedido assim desde o começo e me teria poupado muita oposição. Mas não quis fazê-lo, porque me apraz evitar fazer concessões à pusilanimidade. Nunca se pode dizer até onde esse caminho nos levará; cede-se primeiro em palavras e depois, pouco a pouco, em substância também. Não posso ver mérito algum em se ter vergonha do sexo; a palavra grega ‘Eros’, destinada a suavizar a afronta, ao final nada mais é do que tradução de nossa palavra alemã *Liebe* [amor], e finalmente, aquele que sabe esperar não precisa de fazer concessões.

Tentaremos nossa sorte, então, com a suposição de que as relações amorosas (ou, para empregar expressão mais neutra, os laços emocionais) constituem também a essência da mente grupal. Recordemos que as autoridades não fazem menção a nenhuma dessas relações. Aquilo que lhes corresponderia está evidentemente oculto por detrás do abrigo, do biombo da sugestão. Em primeira instância, nossa hipótese encontra apoio em duas reflexões de rotina. Primeiro, a de que um grupo é claramente mantido unido por um poder de alguma espécie; e a que poder poderia essa façanha ser mais bem atribuída do que a Eros, que mantém unido tudo o que existe no mundo? Segundo, a de que, se um indivíduo abandona a sua distintividade num grupo e permite que seus outros membros o influenciem por sugestão, isso nos dá a impressão de que o faz por sentir necessidade de estar em harmonia com eles, de preferência a estar em oposição a eles, de maneira que, afinal de contas, talvez o faça ‘*ihnen zu Liebe*’.

V - DOIS GRUPOS ARTIFICIAIS: A IGREJA E O EXÉRCITO

Daquilo que sabemos sobre a morfologia dos grupos podemos recordar que é possível distinguir tipos muito diferentes de grupos e linhas opostas em seu desenvolvimento. Há grupos muito efêmeros e outros extremamente duradouros; grupos homogêneos, constituídos pelos mesmos tipos de indivíduos, e grupos não homogêneos; grupos naturais e grupos

artificiais, que exigem uma força externa para mantê-los reunidos; grupos primitivos e grupos altamente organizados, com estrutura definida. Entretanto, por razões ainda não explicadas, gostaríamos de dar ênfase especial a uma distinção a que os que escreveram sobre o assunto, inclinaram-se a conceder muito pouca atenção; refiro-me à distinção existente entre grupos sem líderes e grupos com líderes. E, em completa oposição à prática costumeira, não escolherei, como nosso ponto de partida, uma formação de grupo relativamente simples, mas começarei por grupos altamente organizados, permanentes e artificiais. Os mais interessantes exemplos de tais estruturas são as Igrejas - comunidades de crentes - e os exércitos.

Uma Igreja e um exército são grupos artificiais, isto é, uma certa força externa é empregada para impedi-los de desagregar-se e para evitar alterações em sua estrutura. Via de regra, a pessoa não é consultada ou não tem escolha sobre se deseja ou não ingressar em tal grupo; qualquer tentativa de abandoná-lo se defronta geralmente com a perseguição ou severas punições, ou possui condições inteiramente definidas a ela ligadas. Acha-se inteiramente fora de nosso interesse atual indagar a razão por que essas associações precisam de tais salvaguardas especiais. Somos atraídos apenas por uma circunstância, a saber, a de que certos fatos, muito mais ocultos em outros casos, podem ser observados de modo bastante claro nesses grupos altamente organizados, que são protegidos da dissolução pela maneira já mencionada. Numa Igreja (e podemos com proveito tomar a Igreja Católica como exemplo típico), bem como num exército, por mais diferentes que ambos possam ser em outros aspectos, prevalece a mesma ilusão de que há um cabeça - na Igreja Católica, Cristo; num exército, o comandante-chefe - que ama todos os indivíduos do grupo com um amor igual. Tudo depende dessa ilusão; se ela tivesse de ser abandonada, então tanto a Igreja quanto o exército se dissolveriam, até onde a força externa lhes permitisse fazê-lo. Esse amor igual foi expressamente enunciado por Cristo: 'Quando o fizestes a um destes meus pequeninos irmãos, a mim o fizestes.' Ele coloca-se, para cada membro do grupo de crentes, na relação de um bondoso irmão mais velho; é seu pai substituto. Todas as exigências feitas ao indivíduo derivam desse amor de Cristo. Um traço democrático perpassa pela Igreja, pela própria razão de que, perante Cristo, todos são iguais e todos possuem parte igual de seu amor. Não é sem profunda razão que se invoca a semelhança entre a comunidade cristã e uma família, e que os crentes chamam-se a si mesmos de irmãos em Cristo, isto é, irmãos através do amor que Cristo tem por eles. Não há dúvida de que o laço que une cada indivíduo a Cristo é também a causa do laço que os une uns aos outros. A mesma coisa se aplica a um exército. O comandante-chefe é um pai que ama todos os soldados igualmente e, por essa razão, eles são camaradas entre si. O exército difere estruturalmente da Igreja por compor-se de uma série de tais grupos. Todo capitão é, por assim dizer, o comandante-chefe e o pai de sua companhia, e assim também todo oficial inferior o de sua unidade. É verdade que uma hierarquia semelhante foi construída na Igreja; contudo, não desempenha nela, economicamente, o mesmo papel, pois um maior conhecimento e cuidado quanto aos indivíduos pode ser atribuído a Cristo, mas não a um comandante-chefe humano.

Levantar-se-á justificadamente uma objeção contra essa concepção da estrutura libidinal de

um exército, com base no fato de nela não se ter encontrado lugar para idéias como as do próprio país, da glória nacional etc., de tanta importância para manter unido um exército. A resposta é que esse é um caso diferente de laço grupal, e não mais um laço simples, porque os exemplos dos grandes generais, como César, Wallenstein, ou Napoleão, mostram que tais idéias não são indispensáveis à existência de um exército. Tocaremos dentro em pouco na possibilidade de um líder ser substituído por uma idéia dominante, e nas relações entre ambos. Parece que o desprezo desse fator libidinal num exército, mesmo quando não constitui o único fator em atuação, não é apenas uma omissão teórica, mas também um perigo prático. O militarismo prussiano, que era exatamente tão carente de psicologia quanto a ciência alemã, pode ter sofrido as conseqüências disso na [primeira] Guerra Mundial. Sabemos que as neuroses de guerra que assolaram o exército alemão foram identificadas como sendo um protesto do indivíduo contra o papel que se esperava que ele desempenhasse no exército, e, de acordo com a comunicação de Simmel (1918), o duro tratamento dos soldados pelos seus superiores pode ser considerado como a principal entre as forças motivadoras da moléstia. Se a importância das reivindicações da libido no tocante a isso houvesse sido mais bem apreciada, provavelmente não se teria acreditado tão facilmente nas fantásticas promessas dos Quatorze Pontos do presidente americano, e o esplêndido instrumento não se teria rompido nas mãos dos líderes alemães.

É de notar que nesses dois grupos artificiais, cada indivíduo está ligado por laços libidinais por um lado ao líder (Cristo, o comandante-chefe) e por outro aos demais membros do grupo. Como esses dois laços se relacionam, se são da mesma espécie e do mesmo valor, e como devem ser descritos psicologicamente, constituem questões que devemos reservar para investigação subsequente. Mas, já agora, nos aventuraremos a fazer uma leve censura contra os escritores anteriores, por não terem apreciado suficientemente a importância do líder na psicologia de grupo, enquanto que nossa própria escolha disso como primeiro tema de investigação nos colocou numa posição mais favorável. Pareceria que nos achamos no caminho certo para uma explicação do principal fenômeno da psicologia de grupo: a falta de liberdade do indivíduo num grupo. Se cada indivíduo está preso em duas direções por um laço emocional tão intenso, não encontraremos dificuldade em atribuir a essa circunstância a alteração e a limitação que foram observadas em sua personalidade.

Uma sugestão no mesmo sentido, a de que a essência de um grupo reside nos laços libidinais que nele existem, pode também ser encontrada no fenômeno do pânico, que se acha mais bem estudado nos grupos militares. Surge o pânico se um grupo desse tipo se desintegra. Suas características são a de que as ordens dadas pelos superiores não são mais atendidas e a de que cada indivíduo se preocupa apenas consigo próprio, sem qualquer consideração pelos outros. Os laços mútuos deixaram de existir e libera-se um medo gigantesco e insensato. Nesse ponto, mais uma vez, far-se-á naturalmente a objeção de que ocorre antes exatamente o contrário, e a de que o medo tornou-se grande a ponto de poder desprezar todos os laços e todos os sentimentos de consideração pelos outros. McDougall (1920a, 24) chegou mesmo a utilizar o pânico (embora não o pânico militar) como exemplo típico daquela intensificação da

emoção pelo contágio ('indução primária') a que dá tanta ênfase. Não obstante, porém, esse método racional de explicação é aqui inteiramente inadequado. A própria questão que necessita de explicação é saber por que o medo se torna tão gigantesco. A magnitude do perigo não pode ser a responsável, porque o mesmo exército que agora tomba vítima de pânico pode anteriormente ter enfrentado perigos iguais ou maiores com sucesso total; pertence à própria essência do pânico não apresentar relação com o perigo que ameaça, e irromper freqüentemente nas ocasiões mais triviais. Se um indivíduo com medo pânico começa a se preocupar apenas consigo próprio, dá testemunho, ao fazê-lo, do fato de que os laços emocionais, que até então haviam feito o perigo parecer-lhe mínimo, cessaram de existir. Agora que está sozinho, a enfrentar o perigo, pode certamente achá-lo maior. Dessa maneira, o fato é que o medo pânico pressupõe relaxamento na estrutura libidinal do grupo e reage a esse relaxamento de maneira justificável, e que a conceituação contrária, ou seja, a de que os laços libidinais do grupo são destruídos devido ao medo em face do perigo, pode ser refutada.

A afirmativa de que o medo num grupo é aumentado em proporções enormes através da indução (contágio), de modo algum é contraditada por essas observações. A conceituação de McDougall atende completamente ao caso quando o perigo é realmente grande e o grupo não possui fortes laços emocionais, condições que são preenchidas, por exemplo, quando irrompe um incêndio num teatro ou numa casa de diversões. Mas o caso verdadeiro instrutivo e que pode ser mais bem empregado para nossos fins é o mencionado acima, no qual um corpo de tropa irrompe em pânico, embora o perigo não tenha aumentado além de um grau que é costumeiro e que anteriormente já foi amiúde enfrentado. Não é de esperar que o uso da palavra 'pânico' seja claro e determinado sem ambigüidade. Às vezes ela é utilizada para descrever qualquer medo coletivo, outras até mesmo o medo no indivíduo quando ele excede todos os limites, e, com freqüência, a palavra parece reservada para os casos em que a irrupção do medo não é justificada pela ocasião. Tomando a palavra 'pânico' no sentido de medo coletivo, podemos estabelecer uma analogia de grandes conseqüências. No indivíduo o medo é provocado seja pela magnitude de um perigo, seja pela cessação dos laços emocionais (catexias libidinais); este último é o caso do medo neurótico ou ansiedade. Exatamente da mesma maneira, o pânico surge, seja devido a um aumento do perigo comum, seja ao desaparecimento dos laços emocionais que mantêm unido o grupo, e esse último caso é análogo ao da ansiedade neurótica.

Qualquer pessoa que, como McDougall (1920), descreva o pânico como uma das funções mais claras da 'mente grupal', chega à posição paradoxal de que essa mente grupal se extingue numa de suas mais notáveis manifestações. É impossível duvidar de que o pânico signifique a desintegração de um grupo; ele envolve a cessação de todos os sentimentos de consideração que os membros do grupo, sob outros aspectos, mostram uns para com os outros.

A ocasião típica da irrupção de pânico assemelha-se muito à que é representada na paródia de Nestroy, da peça de Hebbel, sobre Judite e Holofernes. Um soldado brada: 'O general perdeu

a cabeça!’ e, imediatamente, todos os assírios empreendem a fuga. A perda do líder, num sentido ou noutro, o nascimento de suspeitas sobre ele, trazem a irrupção do pânico, embora o perigo permaneça o mesmo; os laços mútuos entre os membros do grupo via de regra desaparecem ao mesmo tempo que o laço com seu líder. O grupo desvanece-se em poeira, como uma Gota do Príncipe Rupert, quando uma de suas extremidades é partida.

A dissolução de um grupo religioso não é tão fácil de observar. Pouco tempo atrás, caiu-me nas mãos um romance inglês de origem católica, recomendado pelo Bispo de Londres, com o título *When It Was Dark (Quando Estava Escuro)*. Esse romance fornecia um hábil e, segundo me pareceu, convincente relato de tal possibilidade e suas conseqüências. O romance, que pretende relacionar-se com os dias de hoje, conta como uma conspiração de inimigos da pessoa de Cristo e da fé cristã teve êxito em conseguir que um sepulcro fosse descoberto em Jerusalém. Nesse sepulcro encontra-se uma inscrição em que José de Arimatéia confessa que, por razões de piedade, retirou secretamente o corpo de Cristo de sua sepultura, no terceiro dia após o sepultamento, e enterrou-o naquele lugar. A ressurreição de Cristo e sua natureza divina são dessa maneira refutadas e o resultado da descoberta arqueológica é uma convulsão na civilização européia e um extraordinário aumento em todos os crimes e atos de violência, os quais só cessam quando a conspiração dos falsificadores é revelada.

O fenômeno que acompanha a dissolução que aqui se supõe dominar um grupo religioso, não é o medo, para o qual falta a ocasião. Em vez dele, impulsos cruéis e hostis para com outras pessoas fazem seu aparecimento, impulsos que, devido ao amor equânime de Cristo, haviam sido anteriormente incapazes de fazê-lo. Mas, mesmo durante o reino de Cristo, aqueles que não pertencem à comunidade de crentes, que não o amam e a quem ele não ama, permanecem fora de tal laço. Desse modo, uma religião, mesmo que se chame a si mesma de religião do amor, tem de ser dura e inclemente para com aqueles que a ela não pertencem. Fundamentalmente, na verdade, toda religião é, dessa mesma maneira, uma religião de amor para todos aqueles a quem abrange, ao passo que a crueldade e a intolerância para com os que não lhes pertencem, são naturais a todas as religiões. Por mais difícil que possamos achá-lo pessoalmente, não devemos censurar os crentes severamente demais por causa disso; as pessoas que são descrentes ou indiferentes estão psicologicamente em situação muito melhor nessa questão [da crueldade e da intolerância]. Se hoje a intolerância não mais se apresenta tão violenta e cruel como em séculos anteriores, dificilmente podemos concluir que ocorreu uma suavização nos costumes humanos. A causa deve ser antes achada no inegável enfraquecimento dos sentimentos religiosos e dos laços libidinais que deles dependem. Se outro laço grupal tomar o lugar do religioso - e o socialista parece estar obtendo sucesso em conseguir isso -, haverá então a mesma intolerância para com os profanos que ocorreu na época das Guerras de Religião, e, se diferenças entre opiniões científicas chegassem um dia a atingir uma significação semelhante para grupos, o mesmo resultado se repetiria mais uma vez com essa nova motivação.

VI - OUTROS PROBLEMAS E LINHAS DE TRABALHO

Até aqui consideramos dois grupos artificiais e descobrimos que ambos são dominados por laços emocionais de dois tipos. Um destes, o laço com o líder, parece (pelo menos para esses casos) ser um fator mais dominante do que o outro, que é mantido entre os membros do grupo.

Ora, muito mais resta a ser examinado e descrito na morfologia dos grupos. Teremos de partir do fato verificado segundo o qual uma simples reunião de pessoas não constitui um grupo enquanto esses laços não se tiverem estabelecido nele; teremos, porém, de admitir que em qualquer reunião de pessoas a tendência a formar um grupo psicológico pode muito facilmente vir à tona. Teremos de conceder atenção aos diferentes tipos de grupos, mais ou menos estáveis, que surgem espontaneamente, e estudar as condições de sua origem e dissolução. Teremos de nos interessar, acima de tudo, pela distinção existente entre os grupos que possuem um líder e os grupos sem líder. Teremos de considerar se os grupos com líderes talvez não sejam os mais primitivos e completos, se nos outros uma idéia, uma abstração, não pode tomar o lugar do líder (estado de coisas para o qual os grupos religiosos, com seu chefe invisível, constituem etapa transitória), e se uma tendência comum, um desejo, em que certo número de pessoas tenha uma parte, não poderá, da mesma maneira, servir de sucedâneo. Essa abstração, ainda, poderá achar-se mais ou menos completamente corporificada na figura do que poderíamos chamar de líder secundário, e interessantes variações surgiriam da relação entre a idéia e o líder. O líder ou a idéia dominante poderiam também, por assim dizer, ser negativos; o ódio contra uma determinada pessoa ou instituição poderia funcionar exatamente da mesma maneira unificadora e evocar o mesmo tipo de laços emocionais que a ligação positiva. Surgiria então a questão de saber se o líder é realmente indispensável à essência de um grupo, e outras ainda, além dessa.

Contudo, todas essas questões, que podem, além disso, ter sido apenas parcialmente tratadas na literatura sobre psicologia de grupo, não conseguirão desviar nosso interesse dos problemas psicológicos fundamentais com que nos defrontamos na estrutura de um grupo. E nossa atenção será atraída em primeiro lugar por uma consideração que promete levar-nos da maneira mais direta a uma prova de que os laços libidinais são o que caracteriza um grupo.

Mantenhamos perante nós a natureza das relações emocionais que existem entre os homens em geral. De acordo com o famoso símile schopenhaueriano dos porcos-espinhos que se congelam, nenhum deles pode tolerar uma aproximação demasiado íntima com o próximo.

As provas da psicanálise demonstram que quase toda relação emocional íntima entre duas pessoas que perdura por certo tempo - casamento, amizade, as relações entre pais e filhos - contém um sedimento de sentimentos de aversão e hostilidade, o qual só escapa à percepção em consequência da repressão. Isso se acha menos disfarçado nas altercações comuns entre sócios comerciais ou nos resmungos de um subordinado em relação a seu superior. A mesma coisa acontece quando os homens se reúnem em unidades maiores. Cada vez que duas famílias se vinculam por matrimônio, cada uma delas se julga superior ou de melhor nascimento do que a outra. De duas cidades vizinhas, cada uma é a mais ciumenta rival da outra; cada pequeno cantão encara os outros com desprezo. Raças estreitamente aparentadas mantêm-se a certa distância uma da outra: o alemão do sul não pode suportar o alemão setentrional, o inglês lança todo tipo de calúnias sobre o escocês, o espanhol despreza o português. Não ficamos mais espantados que diferenças maiores conduzam a uma repugnância quase insuperável, tal como a que o povo gaulês sente pelo alemão, o ariano pelo semita e as raças brancas pelos povos de cor.

Quando essa hostilidade se dirige contra pessoas que de outra maneira são amadas, descrevemo-la como ambivalência de sentimentos e explicamos o fato, provavelmente de maneira demasiadamente racional, por meio das numerosas ocasiões para conflitos de interesse que surgem precisamente em tais relações mais próximas. Nas antipatias e aversões indisfarçadas que as pessoas sentem por estranhos com quem têm de tratar, podemos identificar a expressão do amor a si mesmo, do narcisismo. Esse amor a si mesmo trabalha para a preservação do indivíduo e comporta-se como se a ocorrência de qualquer divergência de suas próprias linhas específicas de desenvolvimento envolvesse uma crítica delas e uma exigência de sua alteração. Não sabemos por que tal sensibilidade deva dirigir-se exatamente a esses pormenores de diferenciação, mas é inequívoco que, com relação a tudo isso, os homens dão provas de uma presteza a odiar, de uma agressividade cuja fonte é desconhecida, e à qual se fica tentado a atribuir um caráter elementar.

Mas, quando um grupo se forma, a totalidade dessa intolerância se desvanece, temporária ou permanentemente, dentro do grupo. Enquanto uma formação de grupo persiste ou até onde ela se estende, os indivíduos do grupo comportam-se como se fossem uniformes, toleram as peculiaridades de seus outros membros, igualam-se a eles e não sentem aversão por eles. Uma tal limitação do narcisismo, de acordo com nossas conceituações teóricas, só pode ser produzida por um determinado fator, um laço libidinal com outras pessoas. O amor por si mesmo só conhece uma barreira: o amor pelos outros, o amor por objetos. Levantar-se-á imediatamente a questão de saber se a comunidade de interesse em si própria, sem qualquer adição de libido, não deve necessariamente conduzir à tolerância das outras pessoas e à consideração para com elas. Essa objeção pode ser enfrentada pela resposta de que, não

obstante, nenhuma limitação duradoura do narcisismo é efetuada dessa maneira, visto que essa tolerância não persiste por mais tempo do que o lucro imediato obtido pela colaboração de outras pessoas. Contudo, a importância prática desse debate é menor do que se poderia supor, porque a experiência demonstrou que, nos casos de colaboração, se formam regularmente laços libidinais entre os companheiros de trabalho, laços que prolongam e solidificam a relação entre eles até um ponto além do que é simplesmente lucrativo. A mesma coisa ocorre nas relações sociais dos homens, como se tornou familiar à pesquisa psicanalítica no decurso do desenvolvimento da libido individual. A libido se liga à satisfação das grandes necessidades vitais e escolhe como seus primeiros objetos as pessoas que têm uma parte nesse processo. E, no desenvolvimento da humanidade como um todo, do mesmo modo que nos indivíduos, só o amor atua como fator civilizador, no sentido de ocasionar a modificação do egoísmo em altruísmo. E isso é verdade tanto do amor sexual pelas mulheres, com todas as obrigações que envolve de não causar dano às coisas que são caras às mulheres, quanto do amor homossexual, dessexualizado e sublimado, por outros homens, que se origina do trabalho em comum.

Se assim, nos grupos, o amor a si mesmo narcisista está sujeito a limitações que não atuam fora deles, isso é prova irresistível de que a essência de uma formação grupal consiste em novos tipos de laços libidinais entre os membros do grupo.

Nosso interesse nos conduz agora à premente questão de saber qual possa ser a natureza desses laços que existem nos grupos. No estudo psicanalítico das neuroses, ocupamo-nos, até aqui, quase exclusivamente com os laços com objetos feitos pelos instintos amorosos que ainda perseguem objetivos diretamente sexuais. Nos grupos, evidentemente, não se pode falar de objetivos sexuais dessas espécies. Preocupamo-nos aqui com instintos amorosos que foram desviados de seus objetivos originais, embora não atuem com menor energia devido a isso. Ora, no âmbito das habituais catexias sexuais de objeto, já observamos fenômenos que representam um desvio do instinto de seu objetivo sexual. Descrevemos esses fenômenos como gradações do estado de estar amando e reconhecemos que elas envolvem certa usurpação do ego. Voltaremos agora mais de perto nossa atenção para esses fenômenos de estar enamorado ou amando, na firme expectativa de neles encontrar condições que possam ser transferidas para os laços existentes nos grupos. Mas gostaríamos também de saber se esse tipo de catexia de objeto, tal como a conhecemos na vida sexual, representa a única maneira de laço emocional com outras pessoas, ou se devemos levar em consideração outros mecanismos desse tipo. Na verdade, aprendemos da psicanálise que existem realmente outros mecanismos para os laços emocionais, as chamadas *identificações*, processos insuficientemente conhecidos e difíceis de descrever, cuja investigação nos manterá afastados, por algum tempo, do tema da psicologia de grupo.

VII - IDENTIFICAÇÃO

A identificação é conhecida pela psicanálise como a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa. Ela desempenha um papel na história primitiva do complexo de Édipo. Um menino mostrará interesse especial pelo pai; gostaria de crescer como ele, ser como ele e tomar seu lugar em tudo. Podemos simplesmente dizer que toma o pai como seu ideal. Este comportamento nada tem a ver com uma atitude passiva ou feminina em relação ao pai (ou aos indivíduos do sexo masculino em geral); pelo contrário, é tipicamente masculina. Combina-se muito bem com o complexo de Édipo, cujo caminho ajuda a preparar.

Ao mesmo tempo que essa identificação com o pai, ou pouco depois, o menino começa a desenvolver uma catexia de objeto verdadeira em relação à mãe, de acordo com o tipo [anaclítico] de ligação. Apresenta então, portanto, dois laços psicologicamente distintos: uma catexia de objeto sexual e direta para com a mãe e uma identificação com o pai que o toma como modelo. Ambos subsistem lado a lado durante certo tempo, sem qualquer influência ou interferência mútua. Em consequência do avanço irresistível no sentido de uma unificação da vida mental, eles acabam por reunir-se e o complexo de Édipo normal origina-se de sua confluência. O menino nota que o pai se coloca em seu caminho, em relação à mãe. Sua identificação com eles assume então um colorido hostil e se identifica com o desejo de substituí-lo também em relação à mãe. A identificação, na verdade, é ambivalente desde o início; pode tornar-se expressão de ternura com tanta facilidade quanto um desejo do afastamento de alguém. Comporta-se como um derivado da primeira fase da organização da libido, da fase *oral*, em que o objeto que prezamos e pelo qual ansiamos é assimilado pela ingestão, sendo dessa maneira aniquilado como tal. O canibal, como sabemos, permaneceu nessa etapa; ele tem afeição devoradora por seus inimigos e só devora as pessoas de quem gosta.

A história subsequente dessa identificação com o pai pode facilmente perder-se de vista. Pode acontecer que o complexo de Édipo se inverta e que o pai seja tomado como objeto de uma atitude feminina, objeto no qual os instintos diretamente sexuais buscam satisfação; nesse caso, a identificação com o pai torna-se a precursora de uma vinculação de objeto com ele. A mesma coisa também se aplica, com as substituições necessárias, à menina.

É fácil enunciar numa fórmula a distinção entre a identificação com o pai e a escolha deste como objeto. No primeiro caso, o pai é o que gostaríamos de *ser*; no segundo, o que gostaríamos de *ter*, ou seja, a distinção depende de o laço se ligar ao sujeito ou ao objeto do ego. O primeiro tipo de laço, portanto, já é possível antes que qualquer escolha sexual de objeto tenha sido feita. É muito mais difícil fornecer a representação metapsicológica clara da

distinção. Podemos apenas ver que a identificação esforça-se por moldar o próprio ego de uma pessoa segundo o aspecto daquele que foi tomado como modelo.

Desemaranhemos a identificação, tal como ocorre na estrutura de um sintoma neurótico, de suas conexões bastante complicadas. Suponhamos que uma menininha (e, no momento, nos ateremos a ela) desenvolve o mesmo penoso sintoma que sua mãe, a mesma tosse atormentadora, por exemplo. Isso pode ocorrer de diversas maneiras. A identificação pode provir do complexo de Édipo; nesse caso, significa um desejo hostil, por parte da menina, de tomar o lugar da mãe, e o sintoma expressa seu amor objetal pelo pai, ocasionando realização, sob a influência do sentimento de culpa, de seu desejo de assumir o lugar da mãe: ‘Você queria ser sua mãe e agora você a *é* - pelo menos, no que concerne a seus sofrimentos’. Esse é o mecanismo completo da estrutura de um sintoma histérico. Ou, por outro lado, o sintoma pode ser o mesmo que o da pessoa que é amada; assim, por exemplo, Dora imitava a tosse do pai. Nesse caso, só podemos descrever o estado de coisas dizendo *que a identificação apareceu no lugar da escolha de objeto e que a escolha de objeto regrediu para a identificação*. Já aprendemos que a identificação constitui a forma mais primitiva e original do laço emocional; freqüentemente acontece que, sob as condições em que os sintomas são construídos, ou seja, onde há repressão e os mecanismos do inconsciente são dominantes, a escolha de objeto retroaja para a identificação: o ego assume as características do objeto. É de notar que, nessas identificações, o ego às vezes copia a pessoa que não é amada e, outras, a que é. Deve também causar-nos estranheza que em ambos os casos a identificação seja parcial e extremamente limitada, tomando emprestado apenas um traço isolado da pessoa que é objeto dela.

Existe um terceiro caso, particularmente freqüente e importante, de formação de sintomas, no qual a identificação deixa inteiramente fora de consideração qualquer relação de objeto com a pessoa que está sendo copiada. Suponha-se, por exemplo, que uma das moças de um internato receba de alguém de quem está secretamente enamorada uma carta que lhe desperta ciúmes e que a ela reaja por uma crise de histeria. Então, algumas de suas amigas que são conhecedoras do assunto pegarão a crise, por assim dizer, através de uma infecção mental. O mecanismo é o da identificação baseada na possibilidade ou desejo de colocar-se na mesma situação. As outras moças também gostariam de ter um caso amoroso secreto e, sob a influência do sentimento de culpa, aceitam também o sofrimento envolvido nele. Seria errado supor que assumissem o sintoma por simpatia. Pelo contrário, a simpatia só surge da identificação e isso é provado pelo fato de que uma infecção ou imitação desse tipo acontece em circunstâncias em que é de presumir uma simpatia preexistente ainda menor do que a que costumeiramente existe entre amigas, numa escola para moças. Um determinado ego percebeu uma analogia significativa com outro sobre certo ponto, em nosso exemplo sobre a receptividade a uma emoção semelhante. Uma identificação é logo após construída sobre esse ponto e, sob a influência da situação patogênica, deslocada para o sintoma que o primeiro ego produziu. A identificação por meio do sintoma tornou-se assim o sinal de um ponto de coincidência entre

os dois egos, sinal que tem de ser mantido reprimido.

O que aprendemos dessas três fontes pode ser assim resumido: primeiro, a identificação constitui a forma original de laço emocional com um objeto; segundo, de maneira regressiva, ela se torna sucedâneo para uma vinculação de objeto libidinal, por assim dizer, por meio de introjeção do objeto no ego; e, terceiro, pode surgir com qualquer nova percepção de uma qualidade comum partilhada com alguma outra pessoa que não é objeto de instinto sexual. Quanto mais importante essa qualidade comum é, mais bem-sucedida pode tornar-se essa identificação parcial, podendo representar assim o início de um novo laço.

Já começamos a adivinhar que o laço mútuo existente entre os membros de um grupo é da natureza de uma identificação desse tipo, baseada numa importante qualidade emocional comum, e podemos suspeitar que essa qualidade comum reside na natureza do laço com o líder. Outra suspeita pode dizer-nos que estamos longe de haver exaurido o problema da identificação e que nos defrontamos com o processo que a psicologia chama de ‘empatia’ [*Einfühlung*] o qual desempenha o maior papel em nosso entendimento do que é inerentemente estranho ao nosso ego nas outras pessoas. Aqui, porém, teremos de nos limitar aos efeitos emocionais imediatos da identificação, e deixaremos de lado sua significação em nossa vida intelectual.

A pesquisa psicanalítica, que já atacou ocasionalmente os mais difíceis problemas das psicoses, também pôde mostrar-nos a identificação em alguns outros casos que não são imediatamente compreensíveis. Tratarei de dois deles em pormenor, como material para nossa consideração posterior.

A gênese do homossexualismo masculino, em grande quantidade de casos, é a seguinte: um jovem esteve inusitadamente e por longo tempo fixado em sua mãe, no sentido do complexo de Édipo. Finalmente, porém, após o término da puberdade, chega a ocasião de trocar a mãe por algum outro objeto sexual. As coisas sofrem uma virada repentina: o jovem não abandona a mãe, mas identifica-se com ela; transforma-se e procura então objetos que possam substituir o seu ego para ele, objetos aos quais possa conceder um amor e um carinho iguais aos que recebeu de sua mãe. Trata-se de processo freqüente, que pode ser confirmado tão amiúde quanto se queira, e que, naturalmente, é inteiramente independente de qualquer hipótese que se possa efetuar quanto à força orgânica impulsora e aos motivos de repentina transformação. Uma coisa notável sobre essa identificação é sua ampla escala; ela remolda o ego em um de seus mais importantes aspectos, em seu caráter sexual, segundo o modelo do que até então constituía o objeto. Neste processo, o objeto em si mesmo é renunciado, se inteiramente ou se no sentido de ser preservado apenas no inconsciente sendo uma questão que se acha fora do escopo do presente estudo. A identificação com um objeto que é renunciado ou perdido, como um sucedâneo para esse objeto - introjeção dele no ego - não constitui verdadeiramente mais novidade para nós. Um processo dessa espécie pode às vezes ser diretamente observado em crianças pequenas. Há pouco tempo atrás uma observação desse tipo foi publicada no

Internationale Zeitschrift für Psychoanalyse. Uma criança que se achava pesarosa pela perda de um gatinho declarou francamente que ela agora era o gatinho e, por conseguinte, andava de quatro, não comia à mesa etc.

Outro exemplo de introjeção do objeto foi fornecido pela análise da melancolia, afecção que inclui entre as mais notáveis de suas causas excitadoras a perda real ou emocional de um objeto amado. Uma característica principal desses casos é a cruel autodepreciação do ego, combinada com uma inexorável autocrítica e acerbas autocensuras. As análises demonstraram que essa depreciação e essas censuras aplicam-se, no fundo, ao objeto e representam a vingança do ego sobre ele. A sombra do objeto caiu sobre o ego, como disse noutra parte. Aqui a introjeção do objeto é inequivocamente clara.

Essas melancolias, porém, também nos mostram mais alguma coisa, que pode ser importante para nossos estudos posteriores. Mostram-nos o ego dividido, separado em duas partes, uma das quais vocifera contra a segunda. Esta segunda parte é aquela que foi alterada pela introjeção e contém o objeto perdido. Porém a parte que se comporta tão cruelmente tampouco a desconhecemos. Ela abrange a consciência, uma instância crítica dentro do ego, que até em ocasiões normais assume, embora nunca tão implacável e injustificadamente, uma atitude crítica para com a última. Em ocasiões anteriores, fomos levados à hipótese de que no ego se desenvolve uma instância assim, capaz de isolar-se do resto daquele ego e entrar em conflito com ele. A essa instância chamamos de 'ideal do ego' e, a título de funções, atribuímos-lhe a auto-observação, a consciência moral, a censura dos sonhos e a principal influência na repressão. Dissemos que ele é o herdeiro do narcisismo original em que o ego infantil desfrutava de auto-suficiência; gradualmente reúne, das influências do meio ambiente, as exigências que este impõe ao ego, das quais este não pode sempre estar à altura; de maneira que um homem, quando não pode estar satisfeito com seu próprio ego, tem, no entanto, possibilidade de encontrar satisfação no ideal do ego que se diferenciou do ego. Nos delírios de observação, como demonstramos noutra parte, a desintegração dessa instância tornou-se patente e revelou assim sua origem na influência de poderes superiores e, acima de tudo, dos pais. Mas não nos esquecemos de acrescentar que o valor da distância entre esse ideal do ego e o ego real é muito variável de um indivíduo para outro e que, em muitas pessoas, essa diferenciação dentro do ego não vai além da que sucede em crianças.

Antes que possamos empregar este material, a fim de compreender a organização libidinal dos grupos, devemos, contudo, tomar em consideração alguns outros exemplos das relações mútuas entre o objeto e o ego.

Mesmo em seus caprichos, o uso da linguagem permanece fiel a uma certa espécie de realidade. Assim, ela dá o nome de ‘amor’ a numerosos tipos de relações emocionais que agrupamos, também, teoricamente como amor; por outro lado, porém, sente, a seguir, dúvidas se esse amor é amor real, verdadeiro, genuíno, e assim insinua toda uma gama de possibilidades no âmbito dos fenômenos do amor. Não teremos dificuldade em efetuar a mesma descoberta por nossas próprias observações.

Em determinada classe de casos, estar amando nada mais é que uma catexia de objeto por parte dos instintos sexuais com vistas a uma satisfação diretamente sexual, catexia que, além disso, expira quando se alcançou esse objetivo: é o que se chama de amor sensual comum. Mas, como sabemos, raramente a situação libidinal permanece tão simples. Era possível calcular com certeza a revivescência da necessidade que acabara de expirar e, sem dúvida, isso deve ter constituído o primeiro motivo para dirigir uma catexia duradoura sobre o objeto sexual e para ‘amá-lo’ também nos intervalos desapaixonados.

A isso é preciso acrescentar outro fato derivado do notável curso de evolução seguido pela vida erótica do homem. Em sua primeira fase, que geralmente termina na ocasião em que a criança está com cinco anos de idade, ela descobriu o primeiro objeto para seu amor em um ou outro dos pais, e todos os seus instintos sexuais, com sua exigência de satisfação, unificaram-se nesse objeto. A repressão que então se estabelece, compele-a a renunciar à maior parte desses objetivos sexuais infantis e deixa atrás de si uma profunda modificação em sua relação com os pais. A criança ainda permanece ligada a eles, mas por instintos que devem ser descritos como ‘inibidos em seu objetivo’. As emoções que daí passa a sentir por esses objetos de seu amor são caracterizadas como ‘afetuosas’. Sabe-se que as primitivas tendências ‘sensuais’ permanecem mais ou menos intensamente preservadas no inconsciente, de maneira que, em certo sentido, a totalidade da corrente original continua a existir.

Na puberdade, como sabemos, estabelecem-se impulsos novos e muito fortes, dirigidos a objetivos diretamente sexuais. Em casos desfavoráveis eles permanecem, sob a forma de uma corrente sensual, separados das tendências ‘afetuosas’ de sentimento que persistem. Temos então à frente um quadro cujos dois aspectos são tipificados com deleite por certas escolas de literatura. Um homem mostrará um entusiasmo sentimental por mulheres a quem respeita profundamente, mas não o excitam a atividades sexuais, e só será potente com outras mulheres a quem não ‘ama’, a quem pouco considera, ou mesmo despreza. Com mais freqüência, contudo, o adolescente consegue efetuar um certo grau de síntese entre o amor não sensual e celeste e o amor sensual e terreno, e sua relação com seu objeto sexual se caracteriza pela interação de instintos desinibidos e instintos inibidos em seu objetivo. A profundidade em que qualquer um está amando, quando contrastada com seu desejo puramente sensual, pode ser medida pela dimensão da parte assumida pelos instintos de afeição inibidos em seu objetivo.

Com relação a essa questão de estar amando, sempre ficamos impressionados pelo fenômeno da supervalorização sexual: o fato de o objeto amado desfrutar de certa liberdade quanto à

crítica, e o de todas as suas características serem mais altamente valorizadas do que as das pessoas que não são amadas, ou do que as próprias características dele numa ocasião em que não era amado. Se os impulsos sexuais estão mais ou menos eficazmente reprimidos ou postos do lado, produz-se a ilusão de que o objeto veio a ser sensualmente amado devido aos seus méritos espirituais, ao passo que, pelo contrário, na realidade esses méritos só podem ter sido emprestados a ele pelo seu encanto sensual.

A tendência que falsifica o julgamento nesse respeito é a da *idealização*. Agora, porém, é mais fácil encontrarmos nosso rumo. Vemos que o objeto está sendo tratado da mesma maneira que nosso próprio ego, de modo que, quando estamos amando, uma quantidade considerável de libido narcisista transborda para o objeto. Em muitas formas de escolha amorosa, é fato evidente que o objeto serve de sucedâneo para algum inatingido ideal do ego de nós mesmos. Nós o amamos por causa das perfeições que nos esforçamos por conseguir para nosso próprio ego e que agora gostaríamos de adquirir, dessa maneira indireta, como meio de satisfazer nosso narcisismo.

Se a supervalorização sexual e o estar amando aumentam ainda mais, a interpretação do quadro se torna ainda mais inequívoca. Os impulsos cuja inclinação se dirige para a satisfação diretamente sexual podem agora ser empurrados inteiramente para o segundo plano, como por exemplo acontece regularmente com a paixão sentimental de um jovem; o ego se torna cada vez mais despretensioso e modesto e o objeto cada vez mais sublime e precioso, até obter finalmente a posse de todo o auto-amor do ego, cujo auto-sacrifício decorre, assim, como conseqüência natural. O objeto, por assim dizer, consumiu o ego. Traços de humildade, de limitação do narcisismo e de danos causados a si próprio ocorrem em todos os casos de estar amando; no caso extremo, são simplesmente intensificados e como resultado da retirada das reivindicações sexuais, permanecem em solitária supremacia.

Isso acontece com especial facilidade com o amor infeliz e que não pode ser satisfeito, porque, a despeito de tudo, cada satisfação sexual envolve sempre uma redução da supervalorização sexual. Ao mesmo tempo desta ‘devoção’ do ego ao objeto, a qual não pode mais ser distinguida de uma devoção sublimada a uma idéia abstrata, as funções atribuídas ao ideal do ego deixam inteiramente de funcionar. A crítica exercida por essa instância silencia; tudo que o objeto faz e pede é correto e inocente. A consciência não se aplica a nada que seja feito por amor do objeto; na cegueira do amor, a falta de piedade é levada até o diapasão do crime. A situação total pode ser inteiramente resumida numa fórmula: *o objeto foi colocado no lugar do ideal do ego*.

É fácil agora definir a diferença entre a identificação e esse desenvolvimento tão extremo do estado de estar amando que podem ser descritos como ‘fascinação’ ou ‘servidão’. No primeiro caso, o ego enriqueceu-se com as propriedades do objeto, ‘introjetou’ o objeto em si próprio, como Ferenczi [1909] o expressa. No segundo caso, empobreceu-se, entregou-se ao

objeto, substituiu o seu constituinte mais importante pelo objeto. Uma consideração mais próxima, contudo, logo esclarece que esse tipo de descrição cria uma ilusão de contradições que não possuem existência real. Economicamente, não se trata de empobrecimento ou enriquecimento; é mesmo possível descrever um caso extremo de estar amando como um estado em que o ego introjetou o objeto em si próprio. Outra distinção talvez esteja mais bem talhada para atender à essência da questão. No caso da identificação, o objeto foi perdido ou abandonado; assim ele é novamente erigido dentro do ego e este efetua uma alteração parcial em si próprio, segundo o modelo do objeto perdido. No outro caso, o objeto é mantido e dá-se uma hipercatexia dele pelo ego e às expensas do ego. Aqui, porém, apresenta-se nova dificuldade. Será inteiramente certo que a identificação pressupõe que a catexia de objeto tenha sido abandonada? Não pode haver identificação enquanto o objeto é mantido? E antes de nos empenharmos numa discussão dessa delicada questão, já poderá estar alvorecendo em nós a percepção de que mais outra alternativa abrange a essência real da questão, ou seja, *se o objeto é colocado no lugar do ego ou do ideal do ego*.

Do estado de estar amando à hipnose vai, evidentemente, apenas um curto passo. Os aspectos em que os dois concordam são evidentes. Existe a mesma sujeição humilde, que há para com o objeto amado. Há o mesmo debilitamento da iniciativa própria do sujeito; ninguém pode duvidar que o hipnotizador colocou-se no lugar do ideal do ego. Acontece apenas que tudo é ainda mais claro e mais intenso na hipnose, de maneira que seria mais apropriado explicar o estado de estar amando por meio da hipnose, que fazer o contrário. O hipnotizador constitui o único objeto e não se presta atenção a mais ninguém que não seja ele. O fato de o ego experimentar, de maneira semelhante à do sonho, tudo que o hipnotizador possa pedir ou afirmar, relembra-nos que nos esquecemos de mencionar entre as funções de ideal do ego a tarefa de verificar a realidade das coisas. Não admira que o ego tome uma percepção por real, se a realidade dela é corroborada pela instância mental que ordinariamente desempenha o dever de testar a realidade das coisas. A completa ausência de impulsos que se acham inibidos em seus objetivos sexuais contribui ainda mais para a pureza extrema dos fenômenos. A relação hipnótica é a devoção ilimitada de alguém enamorado, mas excluída a satisfação sexual, ao passo que no caso real de estar amando esta espécie de satisfação é apenas temporariamente refreada e permanece em segundo plano, como um possível objeto para alguma ocasião posterior.

Por outro lado, porém, também podemos dizer que a relação hipnótica é (se permissível a expressão) uma formação de grupo composta de dois membros. A hipnose não constitui um bom objeto para comparação com uma formação de grupo, porque é mais verdadeiro dizer que ela é idêntica a essa última. Da complicada textura do grupo, ela isola um elemento para nós: o comportamento do indivíduo em relação ao líder. A hipnose é distinguida da formação de grupo por esta limitação de número, tal como se distingue do estado de estar amando pela ausência de inclinações diretamente sexuais. A esse respeito, ocupa uma posição intermediária entre ambos.

É interessante ver que são precisamente esses impulsos sexuais inibidos em seus objetivos que conseguem tais laços permanentes entre as pessoas. Porém isso pode ser facilmente compreendido pelo fato de não serem capazes de satisfação completa, ao passo que os impulsos sexuais desinibidos em seus objetivos sofrem uma redução extraordinária mediante a descarga de energia, sempre que o objetivo sexual é atingido. É o destino do amor sensual extinguir-se quando se satisfaz; para que possa durar, desde o início tem de estar mesclado com componentes puramente afetuosos - isto é, que se acham inibidos em seus objetivos - ou deve, ele próprio, sofrer uma transformação desse tipo.

A hipnose solucionaria imediatamente o enigma da constituição libidinal dos grupos, não fosse pelo fato de ela própria apresentar alguns aspectos não atendidos pela explicação racional que dela vimos fornecendo como sendo um estado de estar amando sem as tendências diretamente sexuais. Nela ainda existe muita coisa que devemos reconhecer como inexplicada e misteriosa. A hipnose contém um elemento adicional de paralisia derivado da relação entre alguém com poderes superiores e alguém que está sem poder e desamparado - o que pode facultar uma transição para a hipnose do susto que ocorre nos animais. A maneira pela qual a hipnose é produzida e sua relação com o sono não são claras e o modo enigmático pelo qual algumas pessoas lhe estão sujeitas, enquanto outras lhe resistem completamente, indica algum fator desconhecido nela compreendido que, sozinho, talvez torne possível a pureza das atitudes da libido que ela apresenta. É de notar que, mesmo existindo uma completa submissão sugestiva sob outros aspectos, a consciência moral da pessoa hipnotizada pode apresentar resistência. Porém, é possível que isso se atribua ao fato de que na hipnose, tal como é habitualmente praticada, pode ser mantido um certo conhecimento de que o que está acontecendo seja apenas um jogo, uma reprodução inverídica de outra situação muito mais importante para a vida.

Após as discussões anteriores, estamos, no entanto, em perfeita posição de fornecer a fórmula para a constituição libidinal dos grupos, ou, pelo menos, de grupos como os que até aqui consideramos, ou seja, aqueles grupos que têm um líder e não puderam, mediante uma ‘organização’ demasiada, adquirir secundariamente as características de um indivíduo. *Um grupo primário desse tipo é um certo número de indivíduos que colocaram um só e mesmo objeto no lugar de seu ideal do ego e, conseqüentemente, se identificaram uns com os outros em seu ego.* Esta condição admite uma representação gráfica.

Não podemos desfrutar por muito tempo da ilusão de haveremos solucionado o enigma do grupo com essa fórmula. É impossível fugir à lembrança imediata e perturbadora de que tudo que realmente fizemos foi deslocar a questão para o enigma da hipnose, sobre o qual tantos pontos ainda precisam ser esclarecidos. E agora uma outra objeção nos mostra nosso novo caminho.

Poder-se-ia dizer que os intensos vínculos emocionais que observamos nos grupos, são inteiramente suficientes para explicar uma de suas características: a falta de independência e iniciativa de seus membros, a semelhança nas reações de todos eles, sua redução, por assim dizer, ao nível de indivíduos grupais. Mas, se o considerarmos como um todo, um grupo nos mostra mais que isso. Alguns de seus aspectos - a fraqueza de capacidade intelectual, a falta de controle emocional, a incapacidade de moderação ou adiamento, a inclinação a exceder todos os limites na expressão da emoção e descarregá-la completamente sob a forma de ação - essas e outras características semelhantes tão impressivamente descritas por Le Bon apresentam um quadro inequívoco de regressão da atividade mental a um estágio anterior, como não nos surpreendemos em descobri-la entre os selvagens e as crianças. Uma regressão desse tipo é, particularmente, uma característica essencial dos grupos comuns, ao passo que, como soubemos, nos grupos organizados e artificiais ela pode em grande parte ser controlada.

Temos assim a impressão de um estado no qual os impulsos emocionais particulares e os atos intelectuais de um indivíduo são fracos demais para chegar a algo por si próprios; para isso dependem inteiramente de serem reforçados por sua igual repetição nos outros membros do grupo. Somos lembrados de quantos desses fenômenos de dependência fazem parte da constituição normal da sociedade humana, de quão pouca originalidade e coragem pessoal podem encontrar-se nela, de quanto cada indivíduo é governado por essas atitudes da mente grupal que se apresentam sob formas tais como características raciais, preconceitos de classe, opinião pública etc. A influência da sugestão torna-se um grande enigma para nós quando admitimos que ela não é exercida apenas pelo líder, mas por cada indivíduo sobre outro indivíduo, e temos de censurar-nos por haveremos injustamente enfatizado a relação com o líder e mantido demais em segundo plano o outro fator da sugestão mútua.

Após esse incentivo à modéstia, ficaremos inclinados a escutar outra voz, que nos promete uma explicação baseada em fundamentos mais simples. Essa voz pode ser encontrada no refletido livro de Trotter sobre o instinto de rebanho ou instinto gregário (1916), com relação ao qual meu único pesar é que ele não escapa inteiramente às antipatias desencadeadas pela recente grande guerra.

Trotter deriva os fenômenos mentais, descritos como ocorrentes nos grupos, de um instinto gregário ('gregariousness', gregarismo) inato aos seres humanos, tal como a outras espécies

de animais. Biologicamente, diz ele, esse gregarismo constitui uma analogia à multicelularidade, sendo, por assim dizer, uma continuação dela. (Em termos da teoria da libido, trata-se de uma outra manifestação da tendência proveniente da libido e sentida por todos os seres vivos da mesma espécie, a combinar-se em unidades cada vez mais abrangentes. Se está sozinho, o indivíduo sente-se incompleto. O medo apresentado pelas crianças pequenas já pareceria ser uma expressão desse instinto gregário. A oposição à grei é tão boa quanto a separação dela, sendo assim ansiosamente evitada. Mas a grei se afasta de tudo que é novo ou fora do comum. O instinto gregário pareceria ser algo primário, *something which cannot be split up* (algo que não pode ser dividido).

Trotter põe na relação de instintos que considera primários os da autopreservação, nutrição, sexo e gregário. O último freqüentemente entra em oposição com os outros. Os sentimentos de culpa e de dever são possessões peculiares de um animal gregário. Trotter também deriva do instinto gregário as forças repressivas que a psicanálise demonstrou existirem no ego, e deriva da mesma fonte, por conseguinte, as resistências com que o médico se defronta no tratamento psicanalítico. A fala deve sua importância à aptidão para o entendimento mútuo na grei, sendo nela que a identificação mútua dos indivíduos repousa em grande parte.

Enquanto Le Bon preocupa-se com as formações grupais passageiras típicas e McDougall com as associações estáveis, Trotter escolheu como centro de seu interesse a forma mais generalizada de reunião em que o homem, esse ζῶου πολιτικόν, passa sua vida e nos fornece sua base psicológica. Mas Trotter não vê necessidade de remontar à origem do instinto gregário, por caracterizá-lo como primário e não mais redutível. A tentativa de Boris Sidis, a que se refere, de buscar a origem do instinto gregário na sugestionabilidade é afortunadamente supérflua, até onde lhe concerne; trata-se de uma explicação de tipo familiar e insatisfatório, e a proposição inversa de que a sugestionabilidade é um derivado do instinto gregário, me pareceria lançar muito mais luz sobre o assunto.

A exposição de Trotter, porém, está aberta, com mais justiça ainda que as outras, à objeção de levar muito pouco em conta o papel do líder num grupo, ao passo que nos inclinamos, antes, para o juízo oposto, ou seja, de que é impossível apreender a natureza de um grupo se se desprezar o líder. O instinto de grei não deixa lugar algum para o líder; ele é simplesmente arremessado junto com a multidão, quase que fortuitamente; daí decorre também que nenhum caminho conduz desse instinto à necessidade de um Deus; o rebanho está sem pastor. Mas, além disso, a exposição de Trotter pode ser psicologicamente solapada, isto é, pode-se tornar pelo menos provável que o instinto gregário não seja irreduzível, que não seja primário no mesmo sentido que o são o instinto de autopreservação e o instinto sexual.

Naturalmente, não é fácil a tarefa de traçar a ontogênese do instinto gregário. O medo mostrado pelas crianças pequenas quando são deixadas sozinhas, e que Trotter alega constituir já uma manifestação do instinto, no entanto sugere mais facilmente uma outra interpretação. O

medo relaciona-se à mãe da criança e, posteriormente, a outras pessoas familiares, sendo a expressão de um desejo irrealizado, que a criança ainda não sabe tratar de outra maneira, exceto transformando-o em ansiedade. O medo da criança, quando está sozinha, tampouco é apaziguado pela visão de qualquer fortuito ‘membro da grei’; pelo contrário, é criado pela aproximação de um ‘estranho’ desse tipo. Assim, durante longo tempo nada na natureza de um instinto gregário ou sentimento de grupo pode ser observado nas crianças. Algo semelhante a ele primeiro se desenvolve, num quarto de crianças com muitas crianças, fora das relações dos filhos com os pais, e assim sucede como uma reação à inveja inicial com que a criança mais velha recebe a mais nova. O filho mais velho certamente gostaria de ciumentamente pôr de lado seu sucessor, mantê-lo afastado dos pais e despojá-lo de todos os seus privilégios; mas, à vista de essa criança mais nova (como todas as que virão depois) ser amada pelos pais tanto quanto ele próprio, e em consequência da impossibilidade de manter sua atitude hostil sem prejudicar-se a si próprio, aquele é forçado a identificar-se com as outras crianças. Assim, no grupo de crianças desenvolve-se um sentimento comunal ou de grupo, que é ainda mais desenvolvido na escola. A primeira exigência feita por essa formação reativa é de justiça, de tratamento igual para todos. Todos sabemos do modo ruidoso e implacável como essa reivindicação é apresentada na escola. Se nós mesmos não podemos ser os favoritos, pelo menos ninguém mais o será. Essa transformação, ou seja, a substituição do ciúme por um sentimento grupal no quarto das crianças e na sala de aula, poderia ser considerada improvável, se mais tarde o mesmo processo não pudesse ser de novo observado em outras circunstâncias. Basta-nos pensar no grupo de mulheres e moças, todas elas apaixonadas de forma entusiasticamente sentimental, que se aglomeram em torno de um cantor ou pianista após a sua apresentação. Certamente seria fácil para cada uma delas ter ciúmes das outras; porém, diante de seu número e da consequente impossibilidade de alcançarem o objetivo de seu amor, renunciam a ele e, em vez de uma puxar os cabelos da outra, atuam como um grupo unido, prestam homenagem ao herói da ocasião com suas ações comuns e provavelmente ficariam contentes em ficar com um pedaço das esvoaçantes madeixas *dele*. Originariamente rivais, conseguiram identificar-se umas com as outras por meio de um amor semelhante pelo mesmo objeto. Quando, como de hábito, uma situação instintual é capaz de resultados diversos, não nos surpreenderá que o resultado real seja algum que traga consigo a possibilidade de uma certa quantidade de satisfação, ao passo que um outro resultado, mais óbvio em si, seja desprezado, já que as circunstâncias da vida impedem que ele conduza àquela satisfação.

O que posteriormente aparece na sociedade sob a forma de *Gemeingeist*, *esprit de corps*, ‘espírito de grupo’ etc. não desmente a sua derivação do que foi originalmente inveja. Ninguém deve querer salienta-se, todos devem ser o mesmo e ter o mesmo. A justiça social significa que nos negamos muitas coisas a fim de que os outros tenham de passar sem elas, também, ou, o que dá no mesmo, não possam pedi-las. Essa exigência de igualdade é a raiz da consciência social e do senso de dever. Revela-se inesperadamente no pavor que tem o sífilítico de contagiar outras pessoas, coisa que a psicanálise nos ensinou a compreender. O pavor demonstrado por esses pobres infelizes corresponde às suas violentas lutas contra o

desejo inconsciente de propagar sua infecção a outros; por que razão apenas eles deveriam ser infectados e apartados de tantas coisas? Por que também não os outros? E o mesmo princípio pode-se encontrar na apropriada história do julgamento de Salomão. Se o filho de uma mulher morreu, a outra tampouco deverá ter um filho, e a mulher despojada é identificada por esse desejo.

O sentimento social, assim, se baseia na inversão daquilo que a princípio constituiu um sentimento hostil em uma ligação da tonalidade positiva, da natureza de uma identificação. Na medida em que, até aqui, pudemos acompanhar o curso dos acontecimentos, essa inversão parece ocorrer sob a influência de um vínculo afetivo comum com uma pessoa fora do grupo. Nós próprios não encaramos nossa análise da identificação como exaustiva, mas, para nosso presente objetivo, basta que retrocedamos a esta característica determinada: sua exigência de que o igualamento seja sistematicamente realizado. Já aprendemos do exame de dois grupos artificiais, a Igreja e o exército que sua premissa necessária é que todos os membros sejam amados da mesma maneira por uma só pessoa, o líder. Não nos esqueçamos, contudo, de que a exigência de igualdade num grupo aplica-se apenas aos membros e não ao líder. Todos os membros devem ser iguais uns aos outros, mas todos querem ser dirigidos por uma só pessoa. Muitos iguais, que podem identificar-se uns com os outros, e uma pessoa isolada, superior a todos eles: essa é a situação que vemos realizada nos grupos capazes de subsistir. Ousemos, então, corrigir o pronunciamento de Trotter de que o homem é um animal gregário, e asseverar ser ele de preferência um animal de horda, uma criatura individual numa horda conduzida por um chefe.

X - O GRUPO E A HORDA PRIMEVA

Em 1912 concordei com uma conjectura de Darwin, segundo a qual a forma primitiva da sociedade humana era uma horda governada despoticamente por um macho poderoso. Tentei demonstrar que os destinos dessa horda deixaram traços indestrutíveis na história da descendência humana e, especialmente, que o desenvolvimento do totemismo, que abrange em si os primórdios da religião, da moralidade e da organização social, está ligado ao assassinato do chefe pela violência e à transformação da horda paterna em uma comunidade de irmãos. Para dizer a verdade, isso constitui apenas uma hipótese, como tantas outras com que os arqueólogos se esforçam por iluminar as trevas dos tempos pré-históricos, uma 'estória mais ou menos', como foi divertidamente chamada por um crítico inglês sem maldade; porém essa hipótese para mim tem mérito se se mostrar capaz de trazer coerência e compreensão a um número cada vez maior de novas regiões.

Os grupos humanos apresentam mais uma vez o quadro familiar de um indivíduo de força superior em meio a um bando de companheiros iguais, quadro que também é abarcado em

nossa idéia da horda primeva. A psicologia de um grupo assim, como a conhecemos a partir das descrições a que com tanta freqüência nos referimos, o definhamento da personalidade individual consciente, a focalização de pensamentos e sentimentos numa direção comum, a predominância do lado afetivo da mente e da vida psíquica inconsciente, a tendência à execução imediata das intenções tão logo ocorram: tudo isso corresponde a um estado de regressão a uma atividade mental primitiva, exatamente da espécie que estaríamos inclinados a atribuir à horda primeva.

Assim, o grupo nos aparece como uma revivescência da horda primeva. Do mesmo modo como o homem primitivo sobrevive potencialmente em cada indivíduo, a horda primeva pode mais uma vez surgir de qualquer reunião fortuita; na medida em que os homens se acham habitualmente sob a influência da formação de grupo, reconhecemos nela a sobrevivência da horda primeva. Temos de concluir que a psicologia dos grupos é a mais antiga psicologia humana; o que isolamos como psicologia individual, desprezando todos os traços do grupo, só depois veio a ser notório a partir da velha psicologia de grupo, através de um processo gradual, que talvez possa, ainda, ser descrito como incompleto. Posteriormente nos arriscaremos à tentativa de especificar o ponto de partida desse desenvolvimento. [Ver em [1] e segs.]

Uma reflexão mais demorada irá demonstrar-nos sob que aspecto essa afirmativa exige uma correção. A psicologia individual, pelo contrário, deve ser tão antiga quanto a psicologia de grupo, porque, desde o princípio, houve dois tipos de psicologia, a dos membros individuais do grupo e a do pai, chefe ou líder. Os membros do grupo achavam-se sujeitos a vínculos, tais como os que percebemos atualmente; o pai da horda primeva, porém, era livre. Os atos intelectuais deste eram fortes e independentes, mesmo no isolamento, e sua vontade não necessitava do reforço de outros. A congruência leva-nos a presumir que seu ego possuía poucos vínculos libidinais; ele não amava ninguém, a não ser a si próprio, ou a outras pessoas, na medida em que atendiam às suas necessidades. Aos objetos, seu ego não dava mais que o estritamente necessário.

Ele, no próprio início da história da humanidade, era o ‘super-homem’ que Nietzsche somente esperava do futuro. Ainda hoje os membros de um grupo permanecem na necessidade da ilusão de serem iguais e justamente amados por seu líder; ele próprio, porém, não necessita amar ninguém mais, pode ser de uma natureza dominadora, absolutamente narcisista, autoconfiante e independente. Sabemos que o amor impõe um freio ao narcisismo, e seria possível demonstrar como, agindo dessa maneira, ele se tornou um fator de civilização.

O pai primevo da horda não era ainda imortal, como posteriormente veio a ser, pela deificação. Se morria, tinha de ser substituído; seu lugar era provavelmente tomado por um filho mais jovem, que até então fora um membro do grupo, como qualquer outro. Deve existir, portanto, uma possibilidade de transformar a psicologia de grupo em psicologia individual; há que descobrir uma condição sob a qual tal transformação seja facilmente realizada, como é

possível às abelhas transformarem, em caso de necessidade, uma larva numa rainha em lugar de uma operária. Pode-se imaginar apenas uma possibilidade: o pai primevo impedira os filhos de satisfazer seus impulsos diretamente sexuais; forçara-os à abstinência e, conseqüentemente, aos laços emocionais com ele e uns com os outros, que poderiam surgir daqueles de seus impulsos antes inibidos em seu objetivo sexual. Ele os forçara, por assim dizer, à psicologia de grupo. Seu ciúme e intolerância sexual tornaram-se, em última análise, as causas da psicologia de grupo.

Quem quer que se haja tornado seu sucessor recebeu também a possibilidade de satisfação sexual e, por esse meio, lhe foi dada uma saída para as condições de psicologia de grupo. A fixação da libido na mulher e a possibilidade de satisfação sem qualquer necessidade de adiamento ou acúmulo puseram fim à importância daqueles entre seus impulsos sexuais que se achavam inibidos em seu objetivo, e permitiram ao seu narcisismo elevar-se sempre, até chegar a seu apogeu total. Retornaremos, em um pós-escrito [ver em [1] e segs.] a essa conexão entre amor e formação do caráter.

A seguir, como algo especialmente instrutivo, podemos dar ênfase à relação que existe entre o ardil pelo qual um grupo artificial se mantém unido, e a constituição da horda primeva. Vimos que, com o exército e a Igreja, esse artifício é a ilusão de que o líder ama todos os indivíduos de modo igual e justo. Mas isso constitui apenas uma remodelação idealística do estado de coisas na horda primeva, onde todos os filhos sabiam que eram igualmente perseguidos pelo pai primevo e o *temiam* igualmente. Essa mesma remoldagem sobre a qual todos os deveres sociais se erguem, já se acha pressuposta pela forma seguinte da sociedade humana, o clã totêmico. A força indestrutível da família como formação natural de grupo reside no fato de que essa pressuposição necessária do amor igual do pai pode ter uma aplicação real na família.

Nós, todavia, esperamos mais ainda dessa derivação do grupo a partir da horda primeva. Ela deveria também ajudar-nos a entender o que ainda é incompreensível e misterioso nas formações de grupo, tudo o que jaz escondido por trás das enigmáticas palavras ‘hipnose’ e ‘sugestão’. E acho que isso também pode ser bem-sucedido. Relembremos que nela a hipnose tem algo de positivamente misterioso, mas a característica de mistério sugere algo de antigo e familiar que experimentou uma repressão. Consideremos como a hipnose é induzida. O hipnotizador afirma que se acha de posse de um poder misterioso que despoja o sujeito de sua própria vontade ou, o que é a mesma coisa, o sujeito crê nisso. Esse poder misterioso (que ainda hoje é muitas vezes popularmente descrito como ‘magnetismo animal’) deve ser o mesmo poder encarado pelos povos primitivos como a fonte do tabu, o mesmo poder emanante dos rei e chefes de tribo e que torna perigoso o aproximar-se deles (*mana*). Imagina-se, então, que o hipnotizador esteja na posse desse poder. E como o manifesta? Dizendo ao sujeito para olhá-lo nos olhos: seu método mais típico de hipnotização é pelo olhar. Mas é precisamente a *visão* do chefe que é perigosa e insuportável para os povos primitivos, tal como, mais tarde, a

da Divindade é para os mortais. O próprio Moisés teve de agir como intermediário entre seu povo e Javé, de vez que o povo não poderia suportar a visão divina, e quando retornou da presença de Deus seu rosto resplandecia: um pouco do *mana* lhe havia sido comunicado, tal como acontece com o intermediário entre os povos primitivos.

É verdade que também se pode evocar a hipnose por outras maneiras, como, por exemplo, fixando os olhos sobre um objeto brilhante ou escutando um som monótono. Isso pode equivocar e já ocasionou teorias fisiológicas inapropriadas. Na realidade, esses procedimentos servem apenas para desviar a atenção consciente e mantê-la retida. A situação seria a mesma, se o hipnotizador houvesse dito ao sujeito: ‘Agora, preocupe-se exclusivamente com a minha pessoa; o resto do mundo é totalmente desinteressante.’ Naturalmente, seria tecnicamente desaconselhável a um hipnotizador fazer tal declaração; ela arrancaria o sujeito de sua atitude inconsciente e o estimularia a uma oposição consciente. O hipnotizador evita dirigir os pensamentos conscientes do sujeito para suas próprias intenções e faz a pessoa com quem realiza a experiência mergulhar numa atividade na qual o mundo está fadado a parecer-lhe desinteressante. Ao mesmo tempo, porém, o sujeito está, na realidade, concentrando inconscientemente toda a sua atenção no hipnotizador e entrando numa atitude de *rapport*, de transferência, para com ele. Assim, os métodos indiretos de hipnotizar, iguais a muitos procedimentos técnicos utilizados para fazer chistes, têm o efeito de controlar certas distribuições de energia mental que interfeririam com o curso dos acontecimentos no inconsciente, e acabam por levar ao mesmo resultado que os métodos diretos de influência através do olhar fixo ou das batidas.

Ferenczi [1909] realizou a descoberta real de que, quando o hipnotizador dá a ordem para dormir, o que com freqüência se faz no começo da hipnose, ele está se colocando no lugar dos pais do sujeito. Pensa ele que dois tipos de hipnotismo devem ser distinguidos: um persuasor e tranqüilizador, segundo ele modelado na mãe, e um outro ameaçador, que deriva do pai. Ora, na hipnose a ordem para dormir significa, nem mais nem menos, uma ordem para afastar do mundo todo o interesse e concentrá-lo na pessoa do hipnotizador. E ela é assim entendida pelo sujeito, pois nessa retração de interesse do mundo externo reside a característica psicológica do sono e nela se baseia o parentesco entre este e o estado de hipnose.

Pelas medidas que toma, o hipnotizador desperta no sujeito uma parte de sua herança arcaica que também o tornara submisso aos genitores e experimentara uma reanimação individual em sua relação com o pai; o que é assim despertado é a idéia de uma personalidade predominante e perigosa, para com quem só é possível ter uma atitude passivo-masquista, a quem se tem de entregar a própria vontade, ao passo que estar com ele, ‘olhá-lo no rosto’, parece ser um empreendimento arriscado. Só de uma outra maneira semelhante podemos representar a relação do membro individual da horda primeva com o pai primevo. Como sabemos de outras reações, os indivíduos preservaram um grau variável de aptidão pessoal para reviver velhas situações desse tipo. Um certo conhecimento de que, apesar de tudo, a hipnose é apenas um jogo, uma renovação enganadora dessas antigas impressões, pode contudo remanescer e

cuidar para que haja uma resistência contra quaisquer conseqüências demasiado sérias da suspensão da vontade na hipnose.

As características misteriosas e coercivas das formações grupais, presentes nos fenômenos de sugestão que as acompanham, podem assim, com justiça, ser remontadas à sua origem na horda primeva. O líder do grupo ainda é o temido pai primevo; o grupo ainda deseja ser governado pela força irrestrita e possui uma paixão extrema pela autoridade; na expressão de Le Bon, tem sede de obediência. O pai primevo é o ideal do grupo, que dirige o ego no lugar do ideal do ego. A hipnose bem pode reivindicar sua descrição como um grupo de dois. Aqui fica como definição para a sugestão: uma convicção que não está baseada na percepção e no raciocínio, mas em um vínculo erótico.

XI - UMA GRADAÇÃO DIFERENCIADORA NO EGO

Se examinarmos a vida de um homem de hoje como indivíduo, tendo em mente as descrições mutuamente complementares da psicologia de grupo fornecidas pelas autoridades, pode ser que, diante das complicações reveladas, percamos a coragem de tentar uma exposição abrangente. Cada indivíduo é uma parte componente de numerosos grupos, acha-se ligado por vínculos de identificação em muitos sentidos e construiu seu ideal do ego segundo os modelos mais variados. Cada indivíduo, portanto, partilha de numerosas mentes grupais - as de sua raça, classe, credo, nacionalidade etc. - podendo também elevar-se sobre elas, na medida em que possui um fragmento de independência e originalidade. Essas formações grupais estáveis e duradouras, com seus efeitos constantes e uniformes, são menos notáveis para um observador que os grupos rapidamente formados e transitórios a partir dos quais Le Bon traçou seu brilhante esboço psicológico do caráter da mente grupal. E é exatamente nesses ruidosos grupos efêmeros, superpostos uns aos outros, por assim dizer, que encontramos o prodígio do desaparecimento completo, embora apenas temporário, exatamente daquilo que identificamos como aquisições individuais.

Interpretamos esse prodígio com a significação de que o indivíduo abandona seu ideal do ego e o substitui pelo ideal do grupo, tal como é corporificado no líder. E temos de acrescentar, a título de correção, que o prodígio não é igualmente grande em todos os casos. Em muitos indivíduos, a separação entre o ego e o ideal do ego não se acha muito avançada e os dois ainda coincidem facilmente; o ego amiúde preservou sua primitiva autocomplacência narcisista. A seleção do líder é muitíssimo facilitada por essa circunstância. Com freqüência precisa apenas possuir as qualidades típicas dos indivíduos interessados sob uma forma pura, clara e particularmente acentuada, necessitando somente fornecer uma impressão de maior

força e de mais liberdade de libido. Nesse caso, a necessidade de um chefe forte freqüentemente o encontrará a meio caminho, e o investirá de uma predominância que de outro modo talvez não pudesse reivindicar. Os outros membros do grupo, cujo ideal do ego, salvo isso, não se haveria corporificado em sua pessoa sem alguma correção, são então arrastados com os demais por ‘sugestão’, isto é, por meio da identificação.

Estamos cientes de que aquilo com que pudemos contribuir para a explicação da estrutura libidinal dos grupos, reconduz à distinção entre o ego e o ideal do ego e à dupla espécie de vínculo que isso possibilita: a identificação e a colocação do objeto no lugar do ideal do ego. A pressuposição dessa espécie de gradação diferenciadora no ego como um primeiro passo para a análise do ego deve gradualmente estabelecer sua justificativa nas quais diversas regiões da psicologia. Em meu artigo sobre narcisismo [1914c], reuni todo o material patológico que na ocasião podia ser utilizado em apoio dessa diferenciação. Contudo, podemos esperar que, ao penetrarmos mais profundamente na psicologia das psicoses, descobriremos que sua significação é muito maior. Reflitamos que o ego ingressa agora na relação de um objeto para com o ideal do ego, dele desenvolvido, e que a ação recíproca total entre um objeto externo e o ego como um todo, com que nosso estudo das neuroses nos familiarizou, deve possivelmente repetir-se nessa nova cena de ação dentro do ego.

Nesse ponto acompanharei apenas uma das conseqüências que, partindo desse enfoque, parecem possíveis retomando assim o debate de um problema que fui obrigado a deixar, noutra parte, sem solução. Cada uma das diferenciações mentais com que nos familiarizamos, representa um novo agravamento das dificuldades de funcionamento mental, aumenta a sua instabilidade, podendo tornar-se o ponto de partida para a sua desintegração, isto é, para o desencadeamento de uma doença. Assim, com o nascimento, demos o primeiro passo de um narcisismo absolutamente auto-suficiente para a percepção de um mundo externo cambiante e para os primórdios da descoberta dos objetos. A isso está associado o fato de não podermos suportar o novo estado de coisas por muito tempo, de periodicamente dele revertermos, no sono, à nossa anterior condição de ausência de estimulação e fuga de objetos. É verdade, contudo, que nisto estamos seguindo uma sugestão do mundo externo que, através da mudança periódica do dia e da noite, afasta temporariamente a maior parte dos estímulos que nos influenciam. O segundo exemplo de um tal passo, patologicamente mais importante, não está sujeito a essa restrição. No curso de nossa evolução, efetuamos uma separação de nossa existência mental em um ego coerente e em uma parte inconsciente e reprimida que é deixada fora dele; ficamos sabendo que a estabilidade dessa nova aquisição se acha exposta a abalos constantes. Nos sonhos e neuroses, o que é assim excluído bate aos portões em busca de admissão, guardados não obstante pelas resistências, e em nossa saúde desperta fazemos uso de artifícios especiais para permitir que o que está reprimido contorne as resistências e o recebamos temporariamente em nosso ego, para aumento de nosso prazer. Os chistes e o humor e, até certo ponto, o cômico em geral, podem ser encarados sob esta luz. Qualquer um que esteja familiarizado com a psicologia das neuroses pensará em exemplos semelhantes de menor importância, mas apresso-me à aplicação do que tenho em vista.

É inteiramente concebível que a separação do ideal do ego do próprio ego não pode ser mantida por muito tempo, tendo de ser temporariamente desfeita. Em todas as renúncias e limitações impostas ao ego, uma infração periódica da proibição é a regra. Isso, na realidade, é demonstrado pela instituição dos festivais, que, na origem, nada mais eram do que excessos previstos em lei e que devem seu caráter alegre ao alívio que proporcionam. As saturnais dos romanos e o nosso moderno carnaval concordam nessa característica essencial com os festivais dos povos primitivos, que habitualmente terminam com deboches de toda espécie e com a transgressão daquilo que, noutras ocasiões, constituem os mandamentos mais sagrados. Mas o ideal do ego abrange a soma de todas as limitações a que o ego deve aquiescer e, por essa razão, a revogação do ideal constituiria necessariamente um magnífico festival para o ego, que mais uma vez poderia então sentir-se satisfeito consigo próprio.

Há sempre uma sensação de triunfo quando algo no ego coincide com o ideal do ego. E o sentimento de culpa (bem como o de inferioridade) também pode ser entendido como uma expressão da tensão entre o ego e o ideal do ego.

Sabe-se bem que existem pessoas cujo colorido geral do estado de ânimo oscila periodicamente de uma depressão excessiva, atravessando algum tipo de estado intermediário, a uma sensação exaltada de bem-estar. Essas oscilações aparecem em graus de amplitude muito diferentes, desde o que é apenas observável até exemplos extremos tais que, sob a forma de melancolia e mania, empreendem as mais perturbadoras ou atormentadoras incursões na vida da pessoa interessada. Nos casos típicos dessa depressão cíclica, as causas precipitantes externas não parecem desempenhar qualquer papel decisivo; quanto aos motivos internos, nesses pacientes, não se encontra nada a mais, ou nada mais, do que em todos os outros. Conseqüentemente, tornou-se costume considerar esses casos como não sendo psicogênicos. Dentro em pouco nos referiremos àqueles outros casos exatamente semelhantes de depressão cíclica que *podem* ser facilmente remontados a traumas mentais.

Os fundamentos dessas oscilações espontâneas de estado de ânimo são, assim, desconhecidos. Falta-nos compreensão do mecanismo do deslocamento de uma melancolia realizado por uma mania, de modo que nos achamos livres para supor que esses pacientes sejam pessoas em quem nossa conjectura poderia encontrar uma aplicação real: seu ideal do ego poderia ter-se temporariamente convertido no ego, após havê-lo anteriormente governado com especial rigidez.

Atenhamo-nos ao que é claro: com base em nossa análise do ego, não se pode duvidar que, nos casos de mania, o ego e o ideal do ego se fundiram, de maneira que a pessoa, em estado de ânimo de triunfo e auto-satisfação, imperturbada por nenhuma autocrítica, pode desfrutar a abolição de suas inibições, sentimentos de consideração pelos outros e autocensuras. Não é tão óbvio, não obstante muito provável, que o sofrimento do melancólico seja a expressão de um agudo conflito entre as duas instâncias de seu ego, conflito em que o ideal, em excesso de

sensitividade, incansavelmente exibe sua condenação do ego com delírios de inferioridade e com autodepreciação. A única questão é se devemos procurar as causas dessas relações alteradas entre o ego e o ideal do ego nas rebeliões periódicas, que acima postulamos, contra a nova instituição, ou se devemos responsabilizar por elas outras circunstâncias.

Uma mudança para a mania não constitui característica indispensável da sintomatologia da depressão melancólica. Existem melancolias simples - umas em crises isoladas, outras em crises recorrentes - que nunca apresentam essa evolução.

Por outro lado, há melancolias em que a causa precipitadora desempenha claramente um papel etiológico. São aquelas que ocorrem após a perda de um objeto amado, seja pela morte, seja por efeito de circunstâncias que tornaram necessária a retirada da libido do objeto. Uma melancolia psicogênica desse tipo pode terminar em mania e o ciclo repetir-se diversas vezes, tão facilmente como num caso que parece ser espontâneo. Assim, o estado de coisas é um tanto obscuro, especialmente porque só poucas formas e casos de melancolia foram submetidos à investigação psicanalítica. Até aqui, compreendemos somente casos em que o objeto é abandonado porque demonstrou ser indigno de amor. Ele é, então, novamente erigido dentro do ego, mediante identificação, e severamente condenado pelo ideal do ego. As censuras e ataques dirigidos ao objeto vêm à luz sob a forma de autocensuras melancólicas.

Uma melancolia desse tipo, além disso, pode acabar em uma mudança para a mania, de sorte que a possibilidade de isso acontecer representa uma característica que independe das outras características do quadro clínico.

Não obstante, não vejo dificuldade em atribuir ao fato da rebelião periódica do ego contra o ideal do ego uma cota em ambos os tipos de melancolia, tanto o psicogênico quanto o espontâneo. No espontâneo, pode-se supor que o ideal do ego está inclinado a apresentar uma rigidez peculiar, que então resulta automaticamente em sua suspensão temporária. No tipo psicogênico, o ego seria incitado à rebelião pelo mau tratamento por parte de seu ideal, mau tratamento que ele encontra quando houve uma identificação com um objeto rejeitado.

XII - PÓS-ESCRITO

No decorrer da indagação que acabou de ser levada a um final provisório, encontramos um certo número de caminhos laterais que evitamos seguir em primeiro lugar, mas nos quais existia muita coisa oferecendo-nos promessas de compreensão. Propomo-nos agora considerar alguns desses pontos que, assim, foram deixados de lado.

A.A distinção entre a identificação do ego com um objeto e a substituição do ideal do ego por um objeto encontra uma ilustração interessante nos dois grandes grupos artificiais que começamos por estudar, o exército e a Igreja cristã.

É óbvio que um soldado toma o seu superior, que é, na realidade, o líder do exército, como seu ideal, enquanto se identifica com os seus iguais e deriva dessa comunidade de seus egos as obrigações de prestar ajuda mútua e partilhar das posses que o companheirismo implica. Mas, se tenta identificar-se com o general, torna-se ridículo. O soldado em *Wallensteins Lager* ri do sargento por essa mesma razão:

Wie er räuspert und wie er spuckt,

Das habt ihr ihm glücklich abgeguckt!

É diferente na Igreja católica. Todo cristão ama Cristo como seu ideal e sente-se unido a todos os outros cristãos pelo vínculo da identificação. Mas a Igreja exige mais dele. Tem também de identificar-se com Cristo e amar todos os outros cristãos como Cristo os amou. Em ambos os pontos, portanto, a Igreja exige que a posição da libido fornecida pela formação grupal seja suplementada. Há que acrescentar a identificação ali onde a escolha objetal já se realizou, e o amor objetal onde há identificação. Esse acréscimo, evidentemente, vai além da constituição do grupo. Pode-se ser um bom cristão e, contudo, estar distante da idéia de se pôr no lugar de Cristo e ter, como ele, um amor abrangente pela humanidade. Não precisamos nos sentir capazes, fracos mortais que somos, da grandeza de alma e da força de amor do Salvador. Porém, esse novo desenvolvimento na distribuição da libido no grupo constitui provavelmente o fator sobre o qual o cristianismo baseia sua alegação de haver atingido um nível ético mais elevado.

B.Dissemos que seria possível especificar o ponto do desenvolvimento mental da humanidade em que a passagem da psicologia de grupo para a psicologia individual foi alcançada também pelos membros do grupo [ver em [1]].

Para esse fim, devemos retornar por um momento ao mito científico do pai da horda primeva. Ele foi posteriormente exaltado como criador do mundo, e com justiça, porque produzira todos os filhos que compuseram o primeiro grupo. Era o ideal de cada um deles, ao mesmo tempo temido e honrado, o que conduziu mais tarde à idéia do tabu. Esses numerosos indivíduos acabaram por se agrupar, mataram-no e despedaçaram-no. Ninguém do grupo de vitoriosos podia tomar o seu lugar, ou, se algum o fez, retomaram-se os combates, até compreenderem que deviam todos renunciar à herança do pai. Formaram então a comunidade totêmica de irmãos, todos com direitos iguais e unidos pelas proibições totêmicas que se destinavam a preservar e a expiar a lembrança do assassinato. No entanto, a insatisfação com o que fora conseguido ainda permanecia e tornou-se fonte de novos desfechos. As pessoas que estavam unidas nesse grupo de irmãos gradualmente chegaram a uma revivescência do antigo estado de coisas, em novo nível. O macho tornou-se mais uma vez o chefe de uma família e destruiu as prerrogativas da ginococracia que se estabelecera durante o período em que não havia pai. Em compensação, ele, nessa ocasião, pode ter reconhecido as divindades maternas, cujos sacerdotes eram castrados para a proteção da mãe, segundo o exemplo que fora fornecido pelo pai da horda primeva. Contudo, a nova família era apenas uma sombra da antiga; havia um grande número de pais e cada um deles era limitado pelos direitos dos outros.

Foi então que talvez algum indivíduo, na urgência de seu anseio, tenha sido levado a libertar-se do grupo e a assumir o papel do pai. Quem conseguiu isso foi o primeiro poeta épico e o progresso foi obtido em sua imaginação. Esse poeta disfarçou a verdade com mentiras consoantes com seu anseio: inventou o mito heróico. O herói era um homem que, sozinho, havia matado o pai - o pai que ainda aparecia no mito como um monstro totêmico. Como o pai fora o primeiro ideal do menino, também no herói que aspira ao lugar do pai o poeta criava agora o primeiro ideal do ego. A transição para o herói foi provavelmente fornecida pelo filho mais moço, o favorito da mãe, filho que ela protegera do ciúme paterno e que, na época da horda primeva, fora o sucessor do pai. Nas mentirosas fantasias poéticas dos tempos pré-históricos, a mulher, que constituía o prêmio do combate e a tentação para o assassinato, foi provavelmente transformada na sedutora e na instigadora ativa do crime.

O herói reivindica haver agido sozinho na realização da façanha, à qual certamente só a horda como um todo ter-se-ia aventurado. Porém, como Rank observou, os contos de fadas preservaram traços claros dos fatos que foram desmentidos, porque neles amiúde descobrimos que o herói, tendo de realizar alguma tarefa difícil (geralmente o filho mais novo e não poucas vezes um filho que se fez passar, perante o substituto paterno, por estúpido, isto é, inofensivo), só pode, ele próprio, realizar sua missão com a ajuda de uma multidão de animais pequenos, tais como abelhas ou formigas. Esses seriam os irmãos da horda primeva, da mesma forma que no simbolismo onírico insetos ou animais nocivos significam irmãos e irmãs (considerados desprezivelmente como bebês). Ademais, todas as tarefas dos mitos e contos de fadas são facilmente reconhecíveis como sucedâneos do feito heróico.

Assim, o mito é o passo com o qual o indivíduo emerge da psicologia de grupo. O primeiro mito foi certamente o psicológico, o mito do herói; o mito explicativo da natureza deve tê-lo seguido muito depois. O poeta que dera esse passo, com isso libertando-se do grupo em sua imaginação, é, não obstante (como Rank observa ainda), capaz de encontrar seu caminho de volta ao grupo na realidade - porque ele vai e relata ao grupo as façanhas do herói, as quais inventou. No fundo, esse herói não é outro senão ele próprio. Assim, desce ao nível da realidade e eleva seus ouvintes ao nível da imaginação. Seus ouvintes, porém, entendem o poeta e, em virtude de terem a mesma relação de anseio pelo pai primevo, podem identificar-se com o herói.

A mentira do mito heróico culmina pela deificação do herói. Talvez o herói deificado possa ter sido mais antigo que o Deus Pai e precursor do retorno do pai primevo como deidade. A série dos deuses, então, seria cronologicamente esta: Deusa Mãe - Herói - Deus Pai. Mas só com a elevação do pai primevo nunca esquecido a divindade adquire as características que ainda hoje nela identificamos.

C. Muito se disse, neste artigo, sobre instintos diretamente sexuais e instintos inibidos em seus objetivos, podendo-se esperar que essa distinção não experimente demasiada resistência. Um estudo pormenorizado da questão, contudo, não ficará deslocado, ainda que apenas repita o que, em grande parte, já foi dito antes.

O desenvolvimento da libido nas crianças familiarizou-nos com o primeiro, mas também o melhor, exemplo de instintos sexuais inibidos em seus objetivos. Todos os sentimentos que uma criança tem para com os pais e para com aqueles que cuidam dela transformam-se, por uma fácil transição, em desejos que dão expressão aos impulsos sexuais da criança. Ela reivindica desses objetos de seu amor todos os sinais de afeição que conhece; quer beijá-los, tocá-los e olhá-los; tem curiosidade de ver seus órgãos genitais e estar com eles quando realizam suas funções excretórias íntimas; promete casar-se com a mãe ou com a babá, não importa o que entenda por casamento; propõe-se a si mesma ter um filho do pai etc. A observação direta, bem como a subsequente investigação analítica dos resíduos da infância, não deixa dúvidas quanto à completa fusão de sentimentos ternos e ciumentos e de intenções sexuais, mostrando-nos de que maneira fundamental a criança faz da pessoa que ama o objeto de todas as suas tendências sexuais, ainda não corretamente centradas.

Essa primeira configuração do amor da criança, que nos casos típicos toma a forma do complexo de Édipo, sucumbe, tanto quanto sabemos a partir do começo do período de latência, a uma onda de repressão. O que resta dela apresenta-se como um laço emocional puramente afetivo, referente às mesmas pessoas; porém, não mais pode ser descrito como 'sexual'. A psicanálise, que ilumina as profundezas da vida mental, não tem dificuldade em

demonstrar que os vínculos sexuais dos primeiros anos da infância também persistem, embora reprimidos e inconscientes. Ela nos dá coragem para afirmar que um sentimento afetivo, onde quer que o encontremos, constitui um sucessor de uma vinculação de objeto completamente ‘sensual’ com a pessoa em pauta ou, antes, com o protótipo (ou *Imago*) dessa pessoa. Ela não pode verdadeiramente revelar-nos, sem uma investigação especial, se em dado caso essa antiga corrente sexual completa ainda existe sob repressão ou já se exauriu. Mais precisamente: é inteiramente certo que essa corrente ainda se encontra lá, como forma e possibilidade, podendo sempre ser catexizada e novamente colocada em atividade por meio da regressão; a única questão é (e nem sempre pode ser respondida) que grau de catexia e força operativa ela ainda possui no presente momento. Nessa referência, deve-se tomar idêntico cuidado em evitar duas fontes de erro: o Sila de subestimar a importância do inconsciente reprimido e o Caribde de julgar o normal inteiramente pelos padrões do patológico.

Uma psicologia que não penetre ou não possa penetrar nas profundezas do que é reprimido, considera os laços emocionais afetivos como sendo invariavelmente a expressão de impulsos que não possuem objetivo sexual, ainda que derivem de impulsos com esse fim.

Temos justificativa para dizer que eles foram desviados desses fins sexuais, embora exista certa dificuldade de fornecer uma descrição de um desvio de objetivo assim, que se adapte às exigências da metapsicologia. Ademais, esses instintos inibidos em seus objetivos conservam alguns de seus objetivos sexuais originais; mesmo um devoto afetivo, mesmo um amigo ou um admirador, desejam a proximidade física e a visão da pessoa que é agora amada apenas no sentido ‘paulino’. Se preferirmos, podemos identificar nesse desvio de objetivo um início da *sublimação* dos instintos sexuais ou, por outro lado, podemos fixar os limites da sublimação em algum ponto mais distante. Esses instintos sexuais inibidos em seus objetivos possuem uma grande vantagem funcional sobre os desinibidos. Desde que não são capazes de satisfação realmente completa, acham-se especialmente aptos a criar vínculos permanentes, ao passo que os instintos diretamente sexuais incorrem numa perda de energia sempre que se satisfazem e têm de esperar serem renovados por um novo acúmulo de libido sexual; assim, nesse meio tempo, o objeto pode ter-se alterado. Os instintos inibidos são capazes de realizar qualquer grau de mescla com os desinibidos; podem ser novamente transformados em desinibidos, exatamente como deles se originaram. É bem conhecido com que facilidade se desenvolvem desejos eróticos a partir de relações emocionais de caráter amistoso, baseadas na apreciação e na admiração (compare-se o ‘Beije-me pelo amor do grego’, de Molière), entre professor e aluno, recitalista e ouvinte deliciada, especialmente no caso das mulheres. Na realidade, o crescimento de laços emocionais desse tipo, com seus começos despropositados, fornece uma via muito freqüentada para a escolha sexual de objeto. Pfister, em sua *Froëmmigkeit des Grafen von Zinzendorf* (1910), forneceu um exemplo extremamente claro e certamente não isolado de quão facilmente até um intenso vínculo religioso pode converter-se em ardente excitação sexual. Por outro lado, também é muito comum aos impulsos diretamente sexuais de

pequena duração em si mesmos transformarem-se em um laço permanente e puramente afetuoso; e a consolidação de um apaixonado casamento de amor repousa em grande parte nesse processo.

Naturalmente não ficaremos surpresos ao ouvir que os impulsos sexuais inibidos em seus objetivos se originam daqueles diretamente sexuais quando obstáculos internos ou externos tornam inatingíveis os objetivos sexuais. A repressão durante o período de latência é um obstáculo interno desse tipo, ou melhor, um obstáculo que se tornou interno. Presumimos que o pai da horda primeva, devido à sua intolerância sexual, compeliu todos os filhos à abstinência, forçando-os assim a laços inibidos em seus objetivos, enquanto reservava para si a liberdade de gozo sexual, permanecendo, desse modo, sem vínculos. Todos os vínculos de que um grupo depende têm o caráter de instintos inibidos em seus objetivos. Porém, aqui nos aproximamos da discussão de um novo assunto, que trata da relação existente entre os instintos diretamente sexuais e a formação de grupos.

D.As duas últimas observações nos terão preparado para descobrir que os impulsos diretamente sexuais são desfavoráveis para a formação de grupos. Na história da evolução da família é fato que também houve relações grupais de caráter sexual (casamentos grupais), mas, quanto mais importante o amor sexual se tornou para o ego e mais desenvolveu o ego as características de estar amando, com maior premência exigiu ser limitado a duas pessoas - *una cum uno* -, como é prescrito pela natureza do objetivo genital. As inclinações polígamas tiveram de contentar-se em encontrar satisfação numa sucessão de objetos mutáveis.

Duas pessoas que se reúnem com o intuito de satisfação sexual, na medida em que buscam a solidão, estão realizando uma demonstração contra o instinto gregário, o sentimento de grupo. Quanto mais enamoradas se encontram, mais completamente se bastam uma à outra. Sua rejeição da influência do grupo se expressa sob a forma de um sentimento de vergonha. Sentimentos de ciúme da mais extrema violência são convocados para proteger a escolha de um objeto sexual da usurpação por um laço grupal. Apenas quando o fator afetuoso, isto é, pessoal, de uma relação amorosa cede inteiramente lugar ao sensual, torna-se possível a duas pessoas manterem relações sexuais na presença de outros, ou haver atos sexuais simultâneos num grupo, tal como ocorre em uma orgia. Nesse ponto, porém, afetuou-se uma regressão a uma fase anterior das relações sexuais, na qual estar amando ainda não desempenhava um papel e todos os objetos eram julgados como de igual valor, um pouco no sentido do malicioso aforismo de Bernard Shaw, segundo o qual estar apaixonado significa exagerar grandemente a diferença existente entre uma mulher e outra.

Existem abundantes indicações de que o estado de estar amando só fez seu aparecimento tardiamente nas relações sexuais entre homens e mulheres, de maneira que a oposição entre

amor sexual e vínculos grupais constitui também um desenvolvimento tardio. Ora, pode parecer que essa pressuposição seja incompatível com nosso mito da família primeva, pois, afinal de contas, por seu amor pelas mães e irmãs a turba de irmãos, conforme supomos, foi levada ao parricídio, sendo difícil imaginar esse amor como algo que não fosse indiviso e primitivo, isto é, como uma união íntima do afetuoso e do sensual. Uma consideração mais atenta, entretanto, transforma essa objeção à nossa teoria em confirmação dela. Uma das reações ao parricídio foi, em última análise, a instituição da exogamia totêmica, a proibição de qualquer relação sexual com aquelas mulheres da família que haviam sido ternamente amadas desde a infância. Desse modo, enfiou-se uma cunha entre os sentimentos afetuosos e sensuais do homem, que, atualmente, ainda se acha firmemente fixada em sua vida erótica. Em resultado dessa exogamia, as necessidades sensuais dos homens tiveram de ser satisfeitas com mulheres estranhas e não amadas.

Nos grandes grupos artificiais, a Igreja e o exército, não há lugar para a mulher como objeto sexual. As relações amorosas entre homens e mulheres permanecem fora dessas organizações. Mesmo onde se formam grupos compostos tanto de homens como de mulheres, a distinção entre os sexos não desempenha nenhum papel. Mal há sentido em perguntar se a libido que mantém reunidos os grupos é de natureza homossexual ou heterossexual, porque ela não se diferencia de acordo com os sexos e, particularmente, mostra um completo desprezo pelos objetivos da organização genital da libido.

Mesmo na pessoa que, sob outros aspectos, se absorveu em um grupo, os impulsos diretamente sexuais conservam um pouco de sua atividade individual. Se se tornam fortes demais, desintegram qualquer formação grupal. A Igreja Católica possui o melhor dos motivos para recomendar a seus seguidores que permaneçam solteiros, e para impor o celibato a seus sacerdotes, mas o apaixonar-se com frequência impeliu mesmo padres a abandonar a Igreja. Da mesma maneira, o amor pela mulher rompe os vínculos grupais de raça, divisões nacionais e sistema de classes sociais, produzindo importantes efeitos como fator de civilização. Parece certo que o amor homossexual é muito mais compatível com os laços grupais, mesmo quando toma o aspecto de impulsos sexuais desinibidos, fato notável cuja explicação poderia levar-nos longe.

A investigação psicanalítica das psiconeuroses nos ensinou que seus sintomas devem ser remetidos a impulsos diretamente sexuais que são reprimidos mas permanecem ainda ativos. Podemos completar essa fórmula acrescentando: ‘ou a impulsos inibidos nos objetivos, cuja inibição não foi inteiramente bem-sucedida ou permitiu um retorno do objetivo sexual reprimido’. Está de acordo com isso que uma neurose torne associal a sua vítima ou a afaste das formações habituais de grupo. Pode-se dizer que uma neurose tem sobre o grupo o mesmo efeito desintegrador que o estado de estar amando. Por outro lado, parece que onde foi dado um poderoso ímpeto à formação de grupo, as neuroses podem diminuir ou, pelo menos temporariamente, desaparecer. Justificáveis tentativas foram feitas para situar esse antagonismo entre as neuroses e as formações de grupo a serviço da terapêutica. Mesmo os

que não lamentam o desaparecimento das ilusões religiosas do mundo civilizado de hoje, admitem que, enquanto estiveram em vigor, ofereceram aos que a elas se achavam presos a mais poderosa proteção contra o perigo da neurose. Tampouco é difícil discernir que todos os vínculos que ligam as pessoas a seitas e comunidades místico-religiosas ou filosófico-religiosas, são expressões de curas distorcidas de todos os tipos de neuroses. Tudo isso se correlaciona com o contraste entre os impulsos diretamente sexuais e os inibidos em seus objetivos.

Se é abandonado a si próprio, um neurótico é obrigado a substituir por suas próprias formações de sintomas as grandes formações de grupo de que se acha excluído. Ele cria seu próprio mundo de imaginação, sua própria religião, seu próprio sistema de delírios, recapitulando assim as instituições da humanidade de uma maneira distorcida, que constitui prova evidente do papel dominante desempenhado pelos impulsos diretamente sexuais.

E. Em conclusão, acrescentaremos, do ponto de vista da teoria da libido, uma estimativa comparativa dos estados em que estivemos interessados: estar amando, hipnose, formação grupal e neurose.

Estar amando baseia-se na presença simultânea de impulsos diretamente sexuais e impulsos sexuais inibidos em seus objetivos, enquanto o objeto arrasta uma parte da libido do ego narcisista do sujeito para si próprio. Trata-se de uma condição em que há lugar apenas para o ego e o objeto.

A *hipnose* assemelha-se ao estado de estar amando por limitar-se a essas duas pessoas, mas baseia-se inteiramente em impulsos sexuais inibidos em seus objetivos e coloca o objeto no lugar do ideal do ego.

O *grupo* multiplica esse processo; concorda com a hipnose na natureza dos instintos que o mantém unido e na substituição do ideal do ego pelo objeto, mas acrescenta a identificação com outros indivíduos, o que foi talvez, originalmente, tornado possível por terem eles a mesma relação com o objeto.

Ambos os estados, hipnose e formação de grupo, constituem um depósito herdado da filogênese da libido humana; a hipnose sob a forma de uma predisposição e o grupo, ademais disso, como uma sobrevivência direta. A substituição dos impulsos diretamente sexuais por aqueles que são inibidos em seus objetivos promove em ambos os estados uma separação entre o ego e o ideal do ego, separação da qual já se realizara um começo no estado de estar amando.

A *neurose* permanece fora dessa série. Baseia-se também numa peculiaridade do desenvolvimento da libido humana - o início duas vezes repetido, feito pela função diretamente sexual, com um período intermediário de latência. Até aqui, ela assemelha-se à hipnose e à formação de grupo, por ter o caráter de uma regressão, que se acha ausente do estado de estar amando. Faz seu aparecimento onde quer que a passagem dos instintos diretamente sexuais para os que são inibidos em seus objetivos não foi inteiramente bem-sucedida; e representa um *conflito* entre aquelas partes dos instintos que foram recebidas no ego, após haverem passado por essa evolução, e as partes deles que, originando-se do inconsciente reprimido, esforçam-se - como outros impulsos instintuais completamente reprimidos - por conseguir satisfação direta. As neuroses são extremamente ricas em conteúdo, por abrangerem todas as relações possíveis entre o ego e o objeto - tanto aquelas nas quais o objeto é mantido, como noutras, em que é abandonado ou erigido dentro do próprio ego - e também as relações conflitantes entre o ego e o seu ideal do ego.

A PSICOGÊNESE DE UM CASO DE HOMOSSEXUALISMO NUMA MULHER (1920)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

ÜBER DIE PSYCHOGENESE EINES FALLES VONWEIBLICHER
HOMOSEXUALITÄT

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1920 *Int. Z. Psychoanal.*, 6 (1), 1-24.

1922 *S.K.S.N.*, 5, 159-94.

1924 *G.S.*, 5, 312-43.

1926 *Psychoanalyse der Neurosen*, 87-124.

1931 *Sexualtheorie und Traumlehre*, 155-88.

1947 *G.W.*, 12, 271-302

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘The Psychogenesis of a Case of Homosexuality in a Woman’

1920 *Int. J. Psycho-Anal.*, 1, 125-49. (Trad. de Barbara Low e R. Gabler.)

1924 *C.P.*, 2, 202-31. (Mesmos tradutores.)

A presente tradução inglesa é uma versão consideravelmente modificada da publicada em 1924.

Após um intervalo de quase vinte anos, Freud publicou no presente artigo uma história clínica bastante pormenorizada, embora incompleta, de uma paciente. Mas, ao passo que o caso de ‘Dora’ (1905e [1901]), bem como suas contribuições aos *Estudos sobre a Histeria* (1905d), tratavam exclusivamente da histeria, começou agora a considerar mais profundamente toda a questão da sexualidade nas mulheres. Suas investigações deveriam posteriormente conduzir aos artigos sobre os efeitos da distinção anatômica entre os sexos (1925j) e sobre a sexualidade feminina (1931b), também à Conferência XXIII de suas *New Introductory Lectures* (1933a). Afóra isso, o artigo contém uma exposição de algumas opiniões posteriores de Freud sobre o homossexualismo em geral, bem como certas observações interessantes sobre pontos técnicos.

A PSICOGÊNESE DE UM CASO DE HOMOSSEXUALISMO NUMA MULHER

O homossexualismo nas mulheres, que certamente não é menos comum que nos homens, embora muito menos manifesto, não só tem sido ignorado pela lei, mas também negligenciado pela pesquisa psicanalítica. A narração de um caso isolado, não muito marcante em categoria, no qual foi possível determinar sua origem e desenvolvimento na mente com uma segurança completa e quase sem lacunas, pode assim reivindicar certa atenção. Se essa apresentação do caso fornece apenas os contornos mais gerais dos diversos fatos correlacionados e das conclusões obtidas de um estudo do caso, suprimindo ao mesmo tempo todos os pormenores característicos sobre os quais se funda a interpretação, essa limitação pode ser facilmente explicada pela descrição médica necessária à discussão de um caso recente.

Uma bela e inteligente jovem de dezoito anos, pertencente a uma família de boa posição, despertara desprazer e preocupação em seus pais pela devotada adoração com que perseguia certa 'dama da sociedade' cerca de dez anos mais velha que ela própria. Os pais asseguravam que, a despeito de seu nome eminente, essa senhora não era mais que uma *cocotte*. Era bem conhecido, diziam, que vivia com uma amiga, uma mulher casada, com quem tinha relações íntimas ao mesmo tempo que mantinha casos promíscuos com certo número de homens. A moça não desmentia esses relatos maldosos, mas sequer permitia-lhes interferir em sua adoração da dama, embora de modo algum lhe faltasse certo senso de decência e propriedade. Nem as proibições nem a vigilância impediam a jovem de aproveitar todas as suas raras oportunidades de encontrar-se com a bem-amada, de verificar todos os seus hábitos, de esperar por ela durante horas diante de sua porta ou numa parada de bonde, de mandar-lhe presentes ou flores, e assim por diante. Era evidente que esse interesse único havia engolfado todos os outros na mente da jovem. Não se preocupava mais com os estudos, não se interessava por funções sociais ou prazeres de moça e mantinha relações apenas com algumas amigas que podiam auxiliá-la na questão ou servir-lhe de confidentes. Os pais não podiam dizer a que ponto a filha havia chegado em suas relações com a discutível senhora, se os limites da admiração devotada já haviam ou não sido ultrapassados. Jamais tinham observado na filha qualquer interesse em moços, nem prazer em seus galanteios, ao passo que, por outro lado, se achavam seguros de sua presente ligação a uma mulher constituir apenas a seqüência, em grau mais acentuado, de um sentimento que em anos recentes demonstrara por outros membros de seu próprio sexo, sentimento que já despertara a suspeita e a ira do pai.

Dois pormenores em seu comportamento, estando um em aparente contraste com o outro, mais especialmente agastavam os pais. De um lado, não tinha escrúpulos quanto a aparecer nas ruas mais freqüentadas em companhia de sua indesejável amiga, então sendo bastante negligente quanto à própria reputação; de resto, não desprezava nenhum meio de embuste, desculpas e mentiras que possibilitassem seus encontros com a amiga e os acobertassem. Assim,

mostrava-se demasiado franca sob um dos aspectos e noutros, cheia de embustes. Um dia ocorreu de fato, como mais cedo ou mais tarde seria inevitável nas circunstâncias, o pai encontrar a filha em companhia da senhora, acerca de quem chegara a conhecer. Passou por elas de olhar irado, prenunciando nada de bom. Subitamente, a jovem saiu correndo e arremeteu-se em direção a um muro, saltando-o para o lado de um corte que dava para a linha ferroviária suburbana ali perto. Pagou essa tentativa indiscutivelmente séria de suicídio com um tempo considerável deitada de costas na cama, embora, afortunadamente, fossem poucos os danos permanentes causados. Após a recuperação, descobriu ser mais fácil que antes conseguir o que queria. Os pais não ousaram opor-se-lhe com tanta determinação e a senhora, que até então recebera friamente seus avanços, comoveu-se com prova tão inequívoca de séria paixão e começou a tratá-la de maneira mais amistosa.

Aproximadamente seis meses após o episódio, os pais buscaram orientação médica e confiaram ao médico a tarefa de reconduzir sua filha a um estado normal de espírito. A tentativa de suicídio da jovem evidentemente lhes tinha mostrado que fortes medidas disciplinares em casa eram impotentes para vencer esse seu distúrbio. Antes de prosseguir será, porém, desejável considerar separadamente as atitudes do pai e da mãe perante o assunto. O pai, um homem sério e conceituado, no fundo de coração muito terno; porém, até certo ponto tinha alheado de si os filhos com a rigidez que adotara para com eles. Seu tratamento com a filha única era demasiadamente influenciado pela consideração que tinha pela mulher. Quando soubera, pela primeira vez, das tendências homossexuais da filha, ficara enfurecido e tentara suprimi-las com ameaças. Naquela ocasião, talvez, hesitava entre opiniões diferentes, embora do mesmo modo aflitivas: encarando a filha como viciosa, ou degenerada ou mentalmente perturbada. Sequer após a tentativa de suicídio não lograra a eloqüente resignação demonstrada por um de nossos colegas médicos que observou de uma irregularidade semelhante em sua própria família: ‘Bem, é apenas uma infelicidade como qualquer outra’. Havia algo no homossexualismo da filha que lhe despertava a mais profunda amargura, e estava determinado a combatê-lo por todos os meios em seu poder. A pouca estima em que a psicanálise geralmente é tida em Viena não impediu que se voltasse a ela em busca de auxílio. Falhasse essa solução, ele ainda tinha de reserva sua mais forte medida defensiva: um casamento rápido deveria despertar os instintos naturais da moça e abafar suas tendências inaturais.

A atitude da mãe para com a jovem não era tão fácil de compreender. Ela era uma mulher jovem, evidentemente pouco disposta a abandonar seus próprios direitos à atração. Claro era o fato global de ela não tomar o enamoramento da filha tão tragicamente como o pai, e tampouco se enfurecia com ele. Havia mesmo, por certo tempo, desfrutado da confiança da filha relativamente à paixão dela. Sua oposição a ela parecia ter sido sobretudo despertada pela danosa publicidade com que a moça demonstrava seus sentimentos. Ela própria sofrera, durante alguns anos, de problemas neuróticos e gozava de grande consideração por parte do marido. Tratava os filhos de modos inteiramente diferentes, sendo decididamente áspera com a filha e de excessiva indulgência com os três filhos, dos quais o mais novo nascera após

longo intervalo e não contava, então, ainda três anos de idade. Não era fácil apurar algo de mais definido a respeito do seu caráter, porque, por motivos que posteriormente se tornarão inteligíveis, a paciente era sempre reservada no que dizia sobre a mãe, ao passo que, em relação ao pai, nada disso acontecia.

Para um médico que fosse empreender o tratamento psicanalítico da jovem, havia muitos fundamentos para desconfiança. A situação que devia tratar não era a que a análise exige, na qual somente ela pode demonstrar sua eficácia. Sabe-se bem que a situação ideal para a análise é a circunstância de alguém que, sob outros aspectos, é seu próprio senhor, estar no momento sofrendo de um conflito interno, que é incapaz de resolver sozinho; assim leva seu problema ao analista e lhe pede auxílio. O médico então trabalha de mãos dadas com uma das partes da personalidade patologicamente dividida, contra a outra parte no conflito. Qualquer situação que dessa difira é, em maior ou menor grau, desfavorável para a psicanálise e acrescenta novas dificuldades às internas, já presentes. Situações como as de um proprietário em perspectiva, que ordena a um arquiteto construir-lhe uma vivenda de acordo com seus próprios gostos e exigências, ou de doador piedoso que comissiona um artista para pintar um quadro sacro, em cujo canto deve haver um seu retrato em adoração: tais são, no fundo, incompatíveis com as condições necessárias à psicanálise. Assim, acontece constantemente que um marido instrua o médico do seguinte modo: 'Minha esposa sofre dos nervos e, por isso, dá-se muito mal comigo; por favor, cure-a, a fim de podermos levar novamente uma vida conjugal feliz.' Com muita freqüência, porém, fica provado que a um pedido desses é impossível atender, isto é, o médico não poder expor o resultado para o qual o marido procurou o tratamento. Assim que a esposa se liberta de suas inibições neuróticas, põe-se a conseguir uma separação, porque sua neurose era a única condição sob a qual o matrimônio podia ser mantido. Ou então os pais esperam que curem seu filho nervoso e desobediente. Entendem por criança sadia a que nunca cause problemas aos pais e nada lhes dê senão prazer. O médico pode conseguir a cura da criança, mas, depois, ela faz o que quer com mais decisão ainda, e a insatisfação dos pais é bem maior que antes. Em suma, não é indiferente que alguém venha à psicanálise por sua própria vontade ou seja levado a ela, quando é ele próprio que deseja mudar, ou apenas os seus parentes, que o amam (ou se supõe que o amem).

Outros aspectos desfavoráveis no presente caso eram os fatos de a jovem não estar de modo algum doente (não sofria em si de nada, nem se queixava de sua condição) e de a tarefa a cumprir não consistir em solucionar um conflito neurótico, mas em transformar determinada variedade da organização genital da sexualidade em outra. Tal realização - a remoção da inversão genital ou homossexualismo - nunca, pela minha experiência, é matéria fácil. Pelo contrário, só achei possível o êxito em circunstâncias especialmente favoráveis e, assim mesmo, o sucesso consistia essencialmente em facilitar o acesso ao sexo oposto (até então barrado) a uma pessoa restrita ao homossexualismo, restaurando assim suas funções bissexuais plenas. Depois, competia a ela escolher se desejava abandonar o caminho que é proibido pela sociedade, e, em alguns casos, assim procedia. Devemos lembrar-nos de que também a sexualidade normal depende de uma restrição na escolha do objeto. Em geral,

empreender a conversão de um homossexual plenamente desenvolvido em um heterossexual não oferece muito maiores perspectivas de sucesso que o inverso; exceto que, por boas e práticas razões, o último caso nunca é tentado.

O número de êxitos conseguidos pelo tratamento psicanalítico das diversas formas de homossexualismo, que, por casualidade, são múltiplas, na verdade não é muito notável. Via de regra, o homossexual não é capaz de abandonar o objeto que o abastece de prazer e não se pode convencê-lo de que, se fizesse a mudança, descobriria em outro objeto o prazer a que renunciou. Se chega a ser tratado, isso se dá principalmente pela pressão de motivos externos, tais como as desvantagens sociais e os perigos ligados à sua escolha de objetos; e esses componentes do instinto de autoconservação mostram-se fracos demais na luta contra os impulsos sexuais. Então, logo descobrimos seu plano secreto, que é obter do notável fracasso de sua tentativa um sentimento de satisfação por ter feito tudo quanto possível contra a sua anormalidade, com o qual pode resignar-se agora de consciência tranqüila. O caso é um tanto diferente quando a consideração por pais e parentes queridos foi o motivo da sua tentativa de curar-se. Aqui estão realmente presentes impulsos libidinais que podem aplicar energias opostas à escolha homossexual de objeto, contudo sua força raramente é suficiente. Apenas onde a fixação homossexual ainda não se tornou suficientemente forte, ou onde existem consideráveis rudimentos e vestígios de uma escolha heterossexual de objeto, isto é, numa organização ainda oscilante ou definitivamente bissexual, é que se pode efetuar um prognóstico mais favorável para a psicoterapia psicanalítica.

Por essas razões me abstive por completo de oferecer aos pais qualquer perspectiva de realização de seu desejo. Simplesmente lhes disse que estava preparado para estudar cuidadosamente a moça durante algumas semanas ou meses, para então poder julgar em que medida uma continuação da análise teria probabilidade de influenciá-la. Em bom número de casos é fato uma análise incidir em duas fases claramente distinguíveis. Na primeira, o médico consegue do paciente as informações necessárias, familiariza-o com as premissas e os postulados da psicanálise e lhe revela a reconstrução da gênese de seu distúrbio, como essa é deduzida do material trazido à análise. Na segunda fase, o próprio paciente se apossa do material que lhe foi apresentado; trabalha sobre ele, recorda-se do que pode de lembranças aparentemente reprimidas e tenta repetir o resto, como se de alguma forma o estivesse vivendo novamente. Pode assim confirmar, suplementar e corrigir as inferências do médico. Só durante esse trabalho que ele experimenta, pela vitória sobre as resistências, a mudança interior a que visa e adquire para si as convicções que o tornam independente da autoridade do médico. Essas duas fases no curso do tratamento analítico não estão sempre nitidamente separadas uma da outra, o que só pode acontecer quando a resistência obedece a certas condições. Mas sendo assim, pode-se apresentar, como analogia, as duas etapas de uma viagem. A primeira compreende todos os preparativos necessários, hoje tão complicados e difíceis de efetuar, antes de, passagem na mão, poder-se finalmente chegar à plataforma e garantir um lugar no trem. Tem-se então o direito e a possibilidade de viajar para um país distante; mas, passadas aquelas diligências, ainda não nos encontramos lá; na verdade, não estamos um quilômetro

seguir mais próximos de nosso destino. Para que isso aconteça, há que efetuar a própria viagem, de uma estação à outra, e essa parte da execução bem pode ser comparada à segunda fase da análise.

O curso da análise da atual paciente acompanhou esse modelo de duas fases, todavia não foi continuado após o início da segunda. Uma constelação especial da resistência tornou possível, não obstante, conseguir uma plena confirmação de minhas construções teóricas e obter uma compreensão interna (*insight*) adequada, em linhas gerais, da maneira pela qual sua inversão se desenvolvera. Mas antes de relatar as descobertas da análise, devo tratar de alguns pontos que ou já foram aflorados por mim ou despertarão um interesse especial no leitor.

Fiz o prognóstico parcialmente na dependência da extensão em que a jovem lograra satisfazer sua paixão. As informações que obtive durante a análise pareceram favoráveis nesse respeito. Com nenhum dos objetos de sua adoração havia a paciente fruído de algo além de alguns beijos e abraços; sua castidade genital, se se pode usar essa expressão, permanecera intacta.

Quanto à *demi-mondaine* que despertava suas mais recentes e, de longe, mais intensas emoções, ela sempre a tratara friamente e nunca lhe fora permitido qualquer favor maior do que beijar-lhe a mão. Provavelmente ela transformava a necessidade em virtude, quando insistia na pureza de seu amor e em sua repulsão física à idéia de qualquer relação sexual. Mas pode ser que não se achasse inteiramente enganada ao gabar-se de sua maravilhosa bem-amada, que, sendo de boa família como era, e forçada à presente situação apenas devido a circunstâncias familiares adversas, havia conservado a despeito de sua situação atual, muita nobreza de caráter. A dama costumava recomendar à moça, sempre quando se encontravam, que afastasse sua afeição dela e das mulheres em geral, havendo persistentemente rejeitado todos os avanços da jovem até a ocasião da tentativa de suicídio.

Um segundo ponto, que imediatamente tentei investigar, relacionava-se com quaisquer motivos possíveis na própria moça que pudessem servir de base para o tratamento psicanalítico. Ela não procurou enganar-me dizendo sentir alguma necessidade urgente de libertar-se de seu homossexualismo. Pelo contrário, disse ser incapaz de imaginar outra maneira de enamorar-se, mas acrescentou que, por amor aos pais, auxiliaria honestamente no esforço terapêutico, de vez que lhe doía muito ser-lhes a causa de tanto pesar. Inicialmente, não pude deixar de considerar essa intenção também como um signo propício, pois não podia imaginar a atitude emocional inconsciente que jazia oculta por trás dela. O que nessa correlação posteriormente veio à luz influenciou decisivamente o curso tomado pela análise e determinou a sua conclusão prematura.

Os leitores não versados em psicanálise há muito estarão aguardando uma resposta a duas outras perguntas. Apresentava essa jovem homossexual características físicas claramente pertinentes ao sexo oposto, e o caso provou ser homossexualismo congênito ou adquirido (desenvolvido posteriormente)?

Estou ciente da importância que se prende à primeira das perguntas, contudo não se deve exagerá-la e permitir-lhe que obscureça o fato de características secundárias esporádicas do sexo oposto amiúde estarem presentes em indivíduos normais, e de características físicas bem

acentuadas do sexo oposto poderem existir em pessoas cuja escolha de objeto não experimentou mudança no sentido da inversão. Noutras palavras, em ambos os sexos *o grau de hermafroditismo físico é, em grande parte, independente do hermafroditismo psíquico*. Alterando essas afirmativas, deve-se acrescentar que tal independência é mais evidente nos homens que nas mulheres, onde traços corporais e mentais pertencentes ao sexo oposto tendem a coincidir. Entretanto, não me encontro em posição de fornecer uma resposta satisfatória à primeira de nossas questões sobre minha paciente. O psicanalista de hábito se abstém de um exame físico detalhado de seus pacientes, em certos casos. Certamente não havia desvio óbvio do tipo físico feminino, sequer qualquer distúrbio menstrual. A jovem bela e bem-feita tinha, de fato, a figura alta do pai e suas feições eram mais agudas do que suaves e feminis, traços que podiam ser vistos como indicadores de masculinidade física. Alguns de seus atributos intelectuais também podiam estar vinculados à masculinidade, como, por exemplo, sua acuidade de compreensão e sua lúcida objetividade, na medida em que não se achava dominada por sua paixão. Mas essas distinções são antes convencionais que científicas. O que certamente tem importância maior é a jovem, em seu comportamento para com seu objeto amoroso, haver assumido inteiramente o papel masculino, isto é, apresentava a humildade e a sublime supervalorização do objeto sexual tão características do amante masculino, a renúncia a toda satisfação narcisista e a preferência de ser o amante e não o amado. Havia, assim, não apenas escolhido um objeto amoroso feminino, mas desenvolvera também uma atitude masculina para com esse objeto.

A segunda questão - se se tratava de um caso de homossexualismo congênito ou adquirido - será respondida pela história completa da anormalidade da paciente e de sua evolução. O estudo desse aspecto nos mostrará até onde essa questão é estéril e despropositada.

II

Após essa introdução altamente discursiva, apenas posso apresentar um resumo muito conciso da história sexual do caso em consideração. Na infância, a jovem passou pela atitude normal característica do complexo de Édipo feminino de maneira não tanto notável e posteriormente começara a substituir o pai por um irmão ligeiramente mais velho que ela. Não se lembrava de quaisquer traumas sexuais no começo da vida, nem tampouco algum foi descoberto pela análise. A comparação entre os órgãos genitais do irmão e os seus, que fez pelo início do período de latência (aos cinco anos de idade ou, talvez, um pouco antes), deixara-lhe forte impressão e tivera efeitos posteriores de grandes conseqüências. Havia poucos sinais a apontar para a masturbação infantil ou, então, a análise não foi suficientemente longe para lançar luz sobre este ponto. O nascimento de um segundo irmão quando contava entre cinco e

seis anos de idade, não exerceu influência especial sobre seu desenvolvimento. Durante os anos de pré-puberdade, na escola, gradualmente familiarizou-se com os fatos do sexo e recebeu este conhecimento com sentimentos mistos de lascívia e assustada aversão, de uma maneira que se pode chamar de anormal e sem exagero em grau. Este número de informações sobre ela parece bastante escasso e tampouco posso garantir que seja completo. Pode ser que a história de sua juventude fosse muito mais rica em experiências; não sei. Como já disse, a análise foi interrompida após curto tempo e, portanto, produziu uma anamnese não muito mais digna de fé que as outras anamneses de homossexuais, de que há bons motivos para duvidar. Além disso, a jovem nunca fora neurótica e chegara a análise sem um único sintoma histérico, de modo que as oportunidades para investigar a história de sua infância não se apresentaram tão prontamente quanto de hábito.

Na idade dos treze aos quatorze anos apresentara uma afeição terna e, segundo a opinião geral, exageradamente forte por um menino de menos de três anos de idade, a quem costumava ver regularmente num *playground* infantil. Apegou-se à criança tão calorosamente que, em conseqüência, uma amizade duradoura surgiu entre ela e os pais dele. Pode-se inferir desse episódio que, naquela época, achava-se possuída de forte desejo de ser mãe e ter um filho. Contudo, após curto tempo, tornou-se indiferente ao menino e começou a interessar-se por mulheres maduras porém de aparência ainda jovem. As manifestações desse interesse logo lhe valeram um severo castigo das mãos de seu pai.

Ficou estabelecido, além de qualquer dúvida, que essa mudança ocorreu simultaneamente com certo acontecimento na família e, assim, pode-se examiná-lo em busca de alguma explicação para a mudança. Antes que acontecesse, sua libido se concentrava em uma atitude maternal, a seguir tornando-se uma homossexual atraída por mulheres maduras, assim permanecendo desde então. O acontecimento, tão significativo para a nossa compreensão do caso, foi uma nova gravidez de sua mãe, e o nascimento de um terceiro irmão quando a paciente contava cerca de dezesseis anos de idade.

A situação de ocorrências que agora passarei a revelar não é produto de minhas forças inventivas; baseia-se em provas analíticas tão dignas de fé, que para ela posso reivindicar uma validade objetiva. Foi, em particular, uma série de sonhos, inter-relacionados e fáceis de interpretar, que me fizeram decidir em favor de sua realidade.

A análise da jovem revelou, sem sombra de dúvida, que a amada era uma substituta de sua mãe. É verdade que a própria dama não era mãe; contudo, também não era o primeiro amor da moça. Os primeiros objetos de sua afeição após o nascimento do irmão mais novo haviam sido realmente mães, mulheres entre trinta e trinta e cinco anos de idade, a quem havia encontrado com os filhos durante férias de verão ou no círculo familiar de conhecidos na cidade. A maternidade como condição *sine qua non* em seu objeto amoroso foi posteriormente abandonada, de vez que na vida real essa precondição era difícil de combinar

com outra, que foi tornando-se cada vez mais importante. A ligação sobremodo intensa com seu último amor tinha, ainda, outro fundamento que a jovem com facilidade descobriu certo dia. A figura esbelta, a beleza severa e a postura ereta de sua dama faziam-na lembrar-se do irmão que era um pouco mais velho que ela. Assim, sua última escolha correspondia não só ao ideal feminino, como também ao masculino; combinava a satisfação da tendência homossexual com a da tendência heterossexual. É bem sabido que a análise de homossexuais masculinos em numerosos casos revelou a mesma combinação, o que deveria nos alertar contra formarmos uma concepção demasiado simples de natureza e gênese da inversão e mantermos em mente a bissexualidade universal dos seres humanos.

Como, porém, devemos compreender o fato de ter sido precisamente o nascimento de uma criança, chegada à família extemporaneamente (numa ocasião em que a própria jovem já estava madura e com intensos desejos próprios), que a levou a aplicar sua ternura apaixonada à mulher que dera à luz essa criança, isto é, à sua própria mãe, e expressar esse sentimento para com um substituto materno? De tudo quanto sabemos seria de esperarmos exatamente o oposto. Em tais circunstâncias, as mães com filhas em idade próxima de casar geralmente se sentem embaraçadas em relação a elas, e as filhas capazes de sentir pelas mães uma mescla de compaixão, desprezo e inveja, que em nada contribui para aumentar sua ternura com elas. A jovem que estamos considerando tinha, de modo geral, poucos motivos para sentir afeição pela mãe. A mãe, moça ainda, via na filha, que se desenvolvia rapidamente, uma competidora inconveniente; favorecia os filhos em detrimento dela, limitava-lhe a independência tanto quanto possível e mantinha vigilância especialmente estrita contra qualquer relação mais chegada entre a jovem e o pai. Assim, ansiar, desde o começo, por uma mãe mais bondosa fora inteiramente compreensível, contudo difícil de entender é a razão por que deveria ter-se inflamado exatamente naquela ocasião e sob a forma de uma paixão consumidora.

A explicação é a seguinte: no exato período em que a jovem experimentava a revivescência de seu complexo de Édipo infantil, na puberdade, sofreu seu grande desapontamento. Tornou-se profundamente cônica do desejo de possuir um filho, um filho homem; seu desejo de ter o filho de seu *pai* e uma imagem *dele*, na consciência ela não podia conhecer. Que sucedeu depois? Não foi *ela* quem teve o filho, mas sua rival inconscientemente odiada, a mãe. Furiosamente ressentida e amargurada, afastou-se completamente do pai e dos homens. Passado esse primeiro grande revés, abjurou de sua feminidade e procurou outro objetivo para sua libido.

Assim procedendo, comportou-se exatamente como muitos homens que, após uma primeira experiência penosa, dão as costas, para sempre, ao infiel sexo feminino e se tornam odiadores de mulheres. Relata-se de uma das mais atraentes e infelizes figuras principescas de nossa época que ele se tornou homossexual porque a dama com quem estava comprometido em matrimônio traiu-o com outro homem. Ignoro se isso é historicamente verdadeiro, mas por trás do boato há um elemento de verdade psicológica. Em todos nós, no decorrer da vida, a libido

oscila normalmente entre objetos masculinos e femininos; o solteiro abandona seus amigos homens, ao casar-se, e retorna à vida de clube quando a vida conjugal perdeu o sabor. Naturalmente, quando a amplitude da oscilação é fundamental e final, suspeitamos da presença de algum fator especial que favorece definitivamente um lado ou outro e que talvez só tenha esperado pelo momento apropriado para voltar a escolha de objeto em sua direção.

Assim, após seu desapontamento a jovem repudiara inteiramente seu desejo de um filho, o amor dos homens e o papel feminino em geral. É evidente que, nesse ponto, algumas coisas bem diferentes poderiam ter acontecido. O que realmente ocorreu foi o caso mais extremo. Ela se transformou em homem e tomou a mãe, em lugar do pai, como objeto de seu amor. Sua relação com a mãe certamente fora ambivalente desde o início, foi fácil reviver o primitivo amor por ela e, com o seu auxílio, provocar uma supercompensação de sua hostilidade atual para com a mesma. De vez que pouco havia a fazer com a mãe real, dessa transformação de sentimentos nasceu a busca de uma mãe substituta, a quem poderia ligar-se apaixonadamente.

Ademais, havia um motivo prático para essa mudança, derivado de suas relações reais com a mãe, que serviu como novo ganho [secundário] à sua doença. A própria mãe ainda ligava grande valor às atenções e à admiração dos homens. A jovem, tornando-se homossexual e deixando os homens para a mãe (noutras palavras, 'se se retirasse em benefício' dela), poderia afastar algo que até então fora parcialmente responsável pela antipatia da mãe.

Essa posição libidinal da jovem, a que se chegou, foi grandemente reforçada tão logo percebeu o quanto ela desagradava a seu pai. Após ter sido punida por sua atitude tão afetuosa para com uma mulher, compreendeu como poderia ferir o pai e vingar-se dele. Desde então permaneceu homossexual em desafio ao pai, sequer também tinha escrúpulos em mentir-lhe e enganá-lo de todas as formas. Para com a mãe, na verdade, só era falsa na medida do necessário, para impedir o pai de saber de coisas. Tive a impressão de que seu comportamento seguia o princípio de Talião: 'De vez que você me traiu, tem de se conformar com que eu o traia.' Não cheguei a nenhuma outra conclusão sobre a notável falta de precauções apresentada pela jovem, sob outros aspectos de uma excessiva sagacidade. Ela *queria* que o pai soubesse ocasionalmente de suas relações com a dama, do contrário ficaria privada da satisfação de seu desejo mais penetrante, ou seja, a vingança. Assim, tomou essa providência mostrando-se abertamente em companhia de sua adorada, passeando com ela pelas ruas próximas de onde o pai tinha seus negócios, e coisas semelhantes. Ademais, essa inabilidade absolutamente não era intencional. Era notável, também, que ambos os genitores se comportavam como se entendessem a psicologia secreta da filha. A mãe era tolerante, como se apreciasse a 'retirada' da filha como um favor feito a ela; o pai se enfurecia, como se compreendesse a vingança deliberada dirigida contra ele.

A inversão da jovem, entretanto, recebeu o reforço final quando descobriu em sua 'dama' um objeto que prometia satisfazer não apenas as suas inclinações homossexuais, como também

aquela parte de sua libido que ainda se achava ligada ao irmão.

III

A apresentação linear não constitui um meio muito adequado de descrever complicados processos mentais que se desenrolam em camadas diferentes da mente. Dessa forma, sou obrigado a fazer uma pausa no exame do caso e tratar mais ampla e profundamente alguns dos pontos acima apresentados.

Mencionei que, em seu comportamento para com a dama adorada, a jovem adotara o característico tipo masculino de amor. Sua humildade e sua terna ausência de pretensões, ‘*che poco spera e nulla chiede*’, sua felicidade quando lhe permitiam acompanhar um pouco a senhora e beijar sua mão ao se separar, sua alegria quando ouvia elogiarem-na de bela ao passo que qualquer reconhecimento de sua própria beleza por outra pessoa não lhe significava absolutamente nada, suas peregrinações a lugares outrora visitados pela bem-amada, o silêncio de todos os desejos mais sensuais - todos esses pequenos traços seus se assemelhavam à primeira e apaixonada admiração de um jovem por uma atriz célebre, a quem considera estar em plano muito mais alto do que ele e para quem mal se atreve a levantar os acanhados olhos. A correspondência com ‘um tipo especial de escolha de objeto feita pelos homens’ que descrevi noutra parte (1910*h*) e cujas características especiais remeti à ligação com a mãe, aplicava-se mesmo nos menores detalhes. Pode parecer digno de nota que ela não fosse de modo algum repelida pela má reputação de sua amada, embora suas próprias observações confirmassem suficientemente a verdade de tais boatos. Era, afinal de contas, uma jovem bem educada e recatada, que evitava para si aventuras sexuais e encarava como antiestéticas as satisfações grosseiramente sensuais. No entanto, já as suas primeiras paixões haviam sido por mulheres, não afamadas por um comportamento especialmente rígido. O primeiro protesto lançado pelo pai contra sua escolha amorosa fora evocado pela pertinácia com que procurara a companhia de uma atriz cinematográfica num lugar de veraneio. Ademais, em todos esses casos, nunca se tratara de mulheres que tivessem qualquer reputação por homossexualismo e que, portanto, poderiam ter-lhe oferecido alguma perspectiva de satisfação homossexual; pelo contrário, illogicamente cortejava mulheres *coquetes*, no sentido comum da palavra, e rejeitara sem hesitação os avanços condescendentes feitos por uma amiga homossexual de sua mesma idade. Para ela, a má reputação de sua ‘dama’, contudo, era positivamente uma ‘condição necessária para o amor’. Tudo de enigmático nessa atitude se desvanece quando recordamos que também no caso do tipo *masculino* de escolha de objeto derivado da mãe é condição necessária que o objeto amado seja, de uma maneira ou outra,

sexualmente ‘de má reputação’, alguém que realmente possa ser chamada de *cocotte*. Quando a jovem mais tarde descobriu o quanto sua adorada dama merecia essa qualificação e que vivia simplesmente de oferecer seus favores corporais, sua reação assumiu a forma de uma grande paixão e de fantasias e planos para ‘resgatar’ sua querida dessas circunstâncias ignóbeis. Ficamos impressionados com o mesmo ímpeto de ‘resgatar’, nos homens do tipo acima mencionado, e, em minha descrição tentei fornecer a derivação analítica desse impulso.

Somos levados a outro domínio inteiramente diferente de explicação pela análise da tentativa de suicídio, que devo encarar como seriamente intencionada e que, incidentalmente, melhorou bastante sua posição tanto com relação aos pais quanto à senhora que amava. Saiu, certo dia, de passeio com ela, numa parte da cidade e em hora que não era improvável encontrar seu pai de volta do escritório. Assim aconteceu. O pai passou por ela, na rua, de olhar furioso para ela e sua companheira, de que, nessa época, vinha tomando conhecimento. Poucos momentos depois, ela atirou-se para dentro do corte ferroviário. A sua explicação das razões imediatas que determinaram sua decisão, pareciam inteiramente plausíveis. Confessara à senhora que o homem que lhes dirigira o olhar tão enfurecido era seu pai, e que ele proibira por completo a amizade entre elas. A dama encolerizara-se com isso e ordenara à jovem que a deixasse ali mesmo e nunca mais esperá-la ou a ela se dirigir: o caso tinha de terminar ali. Desesperada por haver dessa forma perdido para sempre sua bem-amada, quis pôr termo à sua própria vida. A análise, contudo, pode descobrir outra interpretação mais profunda por trás da que forneceu, confirmada pela interpretação dos próprios sonhos da paciente. A tentativa de suicídio, como se podia esperar, foi determinada por dois outros motivos, além do que ela forneceu: a realização de uma punição (autopunição) e a realização de um desejo. Esse último significava a consecução do próprio desejo que, quando frustrado, a impelira ao homossexualismo: o desejo de ter um filho do pai, pois agora ela ‘caíra’ por culpa do pai. O fato de, naquele momento, a senhora haver-lhe falado exatamente nos mesmos termos que o pai e proferido a mesma proibição, forma o elo vinculatorio entre essa interpretação profunda e a superficial, de que a própria jovem estava ciente. Do ponto de vista da autopunição, a ação da jovem nos mostra que desenvolvera no inconsciente intensos desejos de morte contra um ou outro de seus genitores, talvez contra o pai, como vingança por impedir seu amor, porém mais provavelmente contra a mãe, quando grávida do irmão pequeno, tendo a análise explicado o enigma do suicídio da seguinte maneira: é provável que ninguém encontre a energia mental necessária para matar-se, a menos que, em primeiro lugar, agindo assim, esteja ao mesmo tempo matando um objeto com quem se identificou e, em segundo lugar, voltando contra si próprio um desejo de morte antes dirigido contra outrem. Tampouco a descoberta regular desses desejos de morte inconscientes naqueles que tentaram o suicídio precisa surpreender-nos (não mais do que deveria para fazer-nos refletir que isso confirma nossas deduções), de vez que o inconsciente de todos os seres humanos se acha bem repleto de tais desejos de morte, até contra aqueles a quem amam. Uma vez que a jovem se identificava com a mãe, que deveria ter morrido no nascimento do filho, a ela negado, essa realização de punição constituía mais uma vez uma realização de desejo. Finalmente, a descoberta de que vários motivos inteiramente diversos, todos de grande intensidade, devem ter cooperado para tornar

possível tal ação, está de estrito acordo com o que esperaríamos.

No relato da jovem, de seus motivos conscientes, o pai não figurou em absoluto; sequer foi mencionado o temor de sua ira. Nos motivos desnudados pela análise, por outro lado, ele desempenhava o papel principal. Sua relação com o pai teve a mesma importância decisiva para o curso e o resultado do tratamento analítico, ou antes, exploração analítica. Por trás de sua pretensa consideração pelos genitores, por amor dos quais dispusera-se a efetuar a tentativa de transformação, jazia escondida sua atitude de desafio e vingança contra o pai, atitude que a fizera aferrar-se ao homossexualismo. Protegida sob essa cobertura, a resistência liberou à investigação analítica uma considerável região. A análise prosseguiu quase sem sinais de resistência, a paciente participando ativamente com o seu intelecto, embora emocionalmente bastante tranqüila. Certa vez, ao lhe expor uma parte especialmente importante da teoria, que lhe tocava de perto, ela respondeu num tom inimitável, ‘Que interessante’, como se fosse uma *grande dame* levada a um museu e passando o olhar, através de seu *lorgnon*, por objetos a que era completamente indiferente. A impressão que se tinha de sua análise não era diferente da que se tem de um tratamento hipnótico, em que a resistência, da mesma maneira, se retirou para certa linha limítrofe, além da qual mostra ser inconquistável. A resistência com muita freqüência emprega táticas semelhantes, táticas russas, como se poderia chamá-las, em casos de neuroses obsessivas. Em conseqüência, durante certo tempo, esses casos apresentam os mais claros resultados e permitem uma profunda compreensão interna (*insight*) da causa dos sintomas. Dentro em pouco, porém, começa-se a imaginar como um progresso tão acentuado na compreensão analítica pode estar desacompanhado até mesmo da mais ligeira mudança nas compulsões e inibições do paciente, até que por fim se percebe que tudo quanto foi realizado está sujeito a uma reserva mental de dúvida e que por trás dessa barreira protetora a neurose pode sentir-se segura. ‘Tudo seria muito bom’, pensa o paciente, muitas vezes de modo inteiramente consciente, ‘se eu fosse obrigado a acreditar no que o homem diz, mas como não se trata disso e enquanto for assim, não preciso mudar nada.’ Depois, ao nos aproximarmos dos motivos para essa dúvida, a batalha com as resistências irrompe a sério.

No caso de nossa paciente, não havia dúvida de que fora o fator emocional de vingança contra o pai que tornara possível sua fria reserva, dividira a análise em duas fases distintas e tornara tão completos e claros os resultados da primeira fase. Parecia, ademais, como se nada semelhante a uma transferência para o médico se houvesse efetuado. Isso, contudo, é naturalmente absurdo ou, pelo menos, é uma maneira imprecisa de expressar as coisas, de vez que algum tipo de relação com o analista deve surgir e esta quase sempre é transferida de uma relação infantil. Na realidade, ela me transferira o abrangente repúdio dos homens que a dominara desde o desapontamento sofrido com o pai. O azedume contra os homens, via de regra, é fácil de ser gratificado com o médico; não precisa evocar quaisquer manifestações emocionais violentas, simplesmente expressa-se pelo tornar fúteis todos os esforços dele e pelo aferrar-se à doença. Sei por experiência quão difícil é fazer um paciente entender

precisamente esse tipo silencioso de comportamento sintomático e torná-lo ciente dessa hostilidade latente e excessivamente forte, amiúde, sem pôr em perigo o tratamento. Assim, logo que identifiquei a atitude da jovem para com o pai, interrompi o tratamento e aconselhei aos genitores que, se davam valor ao procedimento terapêutico, este deveria ser continuado por uma médica. Nesse meio tempo, a jovem prometera ao pai que, de qualquer jeito, deixaria de ver a ‘senhora’, e desconheço se meu conselho, cujas razões são óbvias, será seguido.

Houve um único fragmento de material no curso desta análise, que pude considerar como transferência positiva, como uma revivescência grandemente enfraquecida do original e apaixonado amor da jovem pelo pai. Mesmo essa manifestação não estava inteiramente livre de outras motivações, só a menciono por apresentar, noutro sentido, um problema interessante de técnica analítica. Em certo período, não muito depois de começado o tratamento, a jovem trouxe uma série de sonhos que, deformados segundo a regra e enunciados na costumeira linguagem onírica, podiam, não obstante, ser facilmente traduzidos com certeza. No entanto, seu conteúdo, quando interpretado, era fora do comum. Previam a cura da inversão por meio do tratamento, expressavam sua alegria pelas perspectivas de vida que então se lhe abririam, confessavam seu anseio pelo amor de um homem e por filhos, e assim poderiam ter sido acolhidos como uma preparação gratificante para a mudança desejada. A contradição entre eles e as afirmativas da jovem na vida desperta, na ocasião, era muito grande. Não escondia de mim que pretendia casar-se, mas só para fugir à tirania do pai e seguir imperturbada suas verdadeiras inclinações. Quanto ao marido, observava com bastante desprezo, lidaria facilmente com ele e, além disso, podia-se ter relações com um homem e uma mulher a um só e mesmo tempo, como demonstrava o exemplo da dama adorada. Advertido por uma ou outra ligeira impressão, disse-lhe certo dia que não acreditava naqueles sonhos, que os encarava como falsos ou hipócritas e que ela pretendia enganar-me, tal como habitualmente enganava o pai. Eu estava certo; após havê-lo esclarecido, esse tipo de sonhos cessou. Mas ainda acredito que, além da intenção de desorientar-me, os sonhos parcialmente expressavam o desejo de conquistar meu favor; eram também uma tentativa de ganhar meu interesse e minha boa opinião, talvez a fim de, posteriormente, desapontar-me mais completamente ainda.

Posso imaginar que apontar a existência de sonhos mentirosos desse tipo, de sonhos ‘obsequiosos’, levantará uma positiva tempestade de impotente indignação em certos leitores que se denominam a si mesmos analistas. ‘O quê!’, exclamarão, ‘O inconsciente, o centro real de nossa vida mental, a parte de nós que se acha tão mais próxima do divino que nossa pobre consciência, pode mentir também? Então como poderemos continuar a trabalhar sobre as interpretações da análise e a exatidão de nossas descobertas?’ A isso precisa-se responder que o reconhecimento desses sonhos mentirosos não constitui nenhuma novidade destruidora. Na verdade, sei que o anseio da humanidade pelo misticismo é inerradicável e faz esforços incessantes por retomar para este o território de que *A Interpretação de Sonhos* o privou, mas certamente, no caso em pauta, tudo é bastante simples. Um sonho não é o ‘inconsciente’; trata-se da forma pela qual um pensamento remanescente da vida desperta pré-consciente ou mesmo consciente pode, graças ao estado favorecedor de sono, ser remoldado. No estado de sono,

esse pensamento foi reforçado por impulsos inconscientes plenos de desejo e assim experimentou uma deformação através da elaboração onírica, que é determinada pelos mecanismos predominantes no inconsciente. Com a jovem que sonhou, a intenção de enganar-me, tal como fizera com o pai, certamente emanava do pré-consciente e pode, de fato, ter sido consciente; poderia conseguir expressão entrando em conexão com o impulso desejoso inconsciente de agradar o pai (ou substituto paterno), assim criando um sonho mentiroso. As duas intenções, trair e agradar o pai, originaram-se do mesmo complexo; a primeira resultou da repressão da última e a posterior foi, pela elaboração onírica, conduzida de volta à anterior. Desse modo, não se pode falar em qualquer desvalorização do inconsciente, nem na desagregação de nossa confiança nos resultados da análise.

Não posso desprezar a oportunidade de expressar, de passagem, meu espanto de que os seres humanos possam atravessar tão grandes e importantes momentos de sua vida erótica sem notá-los muito; na verdade, às vezes nem mesmo possuir a mais pálida suspeita de sua existência, ou então, havendo-se dado conta desses momentos, enganar-se a si mesmos tão completamente no julgamento deles. Isto não acontece apenas em condições neuróticas, onde estamos familiarizados com o fenômeno, mas parece ser também bastante comum na vida ordinária. No presente caso, por exemplo, uma jovem desenvolve uma adoração sentimental por mulheres, que os pais a princípio acham vexatória simplesmente, e raramente tomam a sério; ela própria sabe muito bem estar muito ocupada com essas relações, porém ainda experimenta poucas das sensações de amor intenso até que uma frustração específica é seguida por uma reação bastante excessiva, que mostra a qualquer um interessado que elas têm algo a ver com uma paixão consumidora de força elementar. Tampouco a jovem nunca percebera do estado de coisas algo que constituía uma preliminar necessária ao desencadeamento dessa tormenta mental. Noutros casos também encontramos moças ou mulheres em estado de grave depressão, que ao serem interrogadas sobre a possível causa de sua condição, nos dizem que, realmente, tiveram um ligeiro sentimento por determinada pessoa, mas que não fora nada profundo, logo superando o sentimento quando tiveram de abandoná-la. No entanto foi essa renúncia, aparentemente tão bem suportada, que se tornou a causa do grave distúrbio mental. Encontramos ainda homens que passaram por casos amorosos ocasionais, e só pelos efeitos subseqüentes compreendem que estiveram apaixonadamente amorosos da pessoa a quem, aparentemente, consideraram levianamente. Fica-se também estupefato com os resultados inesperados que se podem seguir a um aborto artificial, à morte de um filho não nascido, decidido sem remorso e sem hesitação. Tem-se de admitir que os poetas estão certos em gostar de retratar pessoas que estão enamoradas sem sabê-lo ou incertas se amam, ou que pensam que odeiam quando na realidade amam. Pareceria que as informações recebidas por nossa consciência acerca de nossa vida erótica são especialmente passíveis de serem incompletas, cheias de lacunas ou falsificadas. É desnecessário dizer que, neste exame, não deixei de dar espaço para o papel desempenhado pelo esquecimento subseqüente.

Retorno agora, após essa digressão, à consideração do caso de minha paciente. Fizemos um levantamento das forças que conduziram a libido da jovem da atitude de Édipo normal à do homossexualismo, e dos caminhos psíquicos percorridos por ela no processo. O mais importante nesse respeito foi a impressão causada pelo nascimento de seu irmãozinho e a partir disso poderíamos inclinar-nos a classificar o caso como de inversão posteriormente adquirida.

A essa altura, porém, nos damos conta de um estado de coisas com que nos defrontamos em muitos outros casos nos quais a psicanálise lançou luz sobre um processo mental. Fazendo recuo do desenvolvimento a partir de seu produto final a cadeia de acontecimento parece contínua, e sentimos que obtivemos uma compreensão interna (*insight*) completamente satisfatória ou mesmo exaustiva. Mas, se avançarmos de maneira inversa, isto é, se partirmos das premissas inferidas da análise e tentarmos segui-las até o resultado final, então não mais teremos a impressão de uma seqüência inevitável de eventos que não poderiam ter sido determinados de outra forma. Observamos, a seguir, que poderia ter havido outro resultado e que poderíamos ter sido capazes de compreendê-lo e explicá-lo. A síntese, portanto, não é tão satisfatória quanto a análise; noutras palavras, de um conhecimento das premissas não poderíamos ter previsto a natureza do resultado.

É muito fácil explicar este perturbador estado de coisas. Mesmo supondo que tivéssemos um conhecimento completo dos fatores etiológicos que decidem um determinado resultado, a seu respeito conhecemos apenas a sua qualidade, não a sua força relativa. Alguns são suprimidos por outros por serem fracos demais, não influenciando, assim, o resultado final. De antemão, nunca sabemos, porém, qual dos fatores determinantes se revelará o mais fraco ou o mais forte. Dizemos apenas, no final, que os bem-sucedidos devem ter sido os mais fortes. Daí podermos reconhecer, sempre, com exatidão, a cadeia de causação, se seguirmos a linha da análise, ao passo que predizê-la ao longo da linha da síntese é impossível.

Não sustentaremos, portanto, que toda jovem que experimenta um desapontamento, como esse do anseio de amor, que brota da atitude de Édipo na puberdade, necessariamente cairá, por causa disso, vítima do homossexualismo. Pelo contrário, outros tipos de reação a esse trauma sem dúvida são mais comuns. Contudo, sendo assim, na jovem paciente podem ter existido fatores especiais que fizeram pender a balança, fatores externos ao trauma, provavelmente de natureza interna. Além do mais, não há qualquer dificuldade em apontá-los.

Sabe-se bem que, mesmo em uma pessoa normal, leva algum tempo antes de se tomar finalmente a decisão com referência ao sexo do objeto amoroso. Entusiasmos homossexuais,

amizades exageradamente intensas e matizadas de sensualidades são bastante comuns em ambos os sexos durante os primeiros anos após a puberdade. Assim também aconteceu com nossa paciente; nela, porém, essas tendências mostraram-se sem dúvida mais fortes e permaneceram mais tempo do que noutras pessoas. Além disso, esses presságios de homossexualismo posterior haviam ocupado sempre a sua vida *consciente*, enquanto a atitude originária do complexo de Édipo permanecera *inconsciente* e se mostrara apenas em sinais, tais como o seu comportamento terno com o garotinho. Quando estudante, estivera longo tempo enamorada de uma professora rígida e inaproximável, evidentemente uma mãe substituta. Mostrara muito vivo interesse em certo número de jovens mães, bem antes do nascimento do irmão, portanto com mais certeza ainda, antes da primeira reprimenda do pai. Assim, desde anos muito precoces sua libido fluíra em duas correntes, das quais a da superfície é a que, sem hesitação, podemos designar como homossexual. Essa última era provavelmente uma continuação direta e imodificada de uma fixação infantil na mãe. Possivelmente a análise aqui descrita na realidade não revelou nada mais que o processo pelo qual, em ocasião apropriada, também a corrente heterossexual e mais profunda da libido foi desviada para a homossexual e manifesta.

A análise demonstrou, além disso, que a jovem trouxera consigo, desde a infância, um ‘complexo de masculinidade’ fortemente acentuado. Jovem fogosa, sempre pronta a traquinagens e lutas, não se achava de modo algum preparada para ser a segunda diante do irmão ligeiramente mais velho; após inspecionar seus órgãos genitais [ver em [1]] desenvolvera uma acentuada inveja do pênis e as reflexões derivadas dessa inveja ainda continuavam a povoar-lhe o espírito. Era na realidade uma feminista; achava injusto que as meninas não gozassem da mesma liberdade que os rapazes e rebelava-se contra a sorte das mulheres em geral. Na ocasião da análise, as idéias de gravidez e parto eram-lhe desagradáveis, em parte, presumo, devido ao desfiguramento corporal a elas vinculado. Seu narcisismo de moça recorrera a essa defesa e deixara de expressar-se como orgulho por sua boa aparência. Diversas pistas indicavam que, anteriormente, deveria ter tido fortes tendências exibicionistas e escopofílicas. Quem ansiosamente desejar que as reivindicações dos fatores adquiridos, em oposição aos hereditários, não sejam subestimadas na etiologia, chamará a atenção para o fato de que o comportamento da jovem, tal como antes descrito, era exatamente o que decorreria em uma pessoa com forte fixação materna, do efeito combinado das duas influências da negligência da mãe e da comparação de seus órgãos genitais com os do irmão. Aqui, à marca da operação da influência externa nos primeiros anos de vida é possível atribuir algo que seria bom considerar como uma peculiaridade constitucional. Por outro lado, de fato uma parte dessa disposição adquirida (se *foi* realmente adquirida) tem de ser atribuída à constituição inata. Assim, na prática, vemos uma contínua mescla e mistura do que em teoria tentaríamos separar em um par de opostos, a saber, caracteres herdados e adquiridos.

Se a análise tivesse terminado mais cedo, mais prematuramente ainda, haveria a possível

opinião de que se tratava de um caso de homossexualismo posteriormente adquirido; porém, tal como foi, uma consideração do material nos impele a concluir tratar-se, antes, de um caso de homossexualismo congênito, o qual, como de praxe, fixou-se e se tornou inequivocamente manifesto apenas no período seguinte à puberdade. Cada uma dessas classificações faz justiça apenas a uma parte do estado de coisas verificável pela observação, mas despreza a outra. Seria melhor não ligar demasiado valor a esse modo de enunciar o problema.

A literatura do homossexualismo em geral deixa de distinguir claramente entre as questões da escolha do objeto, por um lado, e das características sexuais e da atitude sexual do sujeito, pelo outro, como se a resposta à primeira necessariamente envolvesse as respostas às últimas. A experiência, contudo, demonstra o contrário: um homem com características predominantemente masculinas e também masculino em sua vida erótica pode ainda ser invertido com respeito ao seu objeto, amando apenas homens, em vez de mulheres. Um homem em cujo caráter os atributos femininos obviamente predominam, que possa, na verdade, comportar-se no amor como uma mulher, dele se poderia esperar, com essa atitude feminina, que escolhesse um homem como objeto amoroso; não obstante, pode ser heterossexual e não mostrar, com respeito a seu objeto, mais inversão do que um homem médio normal. O mesmo procede, quanto às mulheres; também aqui o caráter sexual mental e a escolha de objeto não coincidem necessariamente. O mistério do homossexualismo, portanto, não é de maneira alguma tão simples quanto comumente se retrata nas exposições populares: ‘uma mente feminina, fadada assim a amar um homem, mas infelizmente ligada a um corpo masculino; uma mente masculina, irresistivelmente atraída pelas mulheres, mas, ai dela, aprisionada em um corpo feminino’. Trata-se, em seu lugar, de uma questão de três conjuntos de características, a saber:

Caracteres sexuais físicos

(hermafroditismo físico)

Caracteres sexuais mentais

(atitude masculina ou feminina)

Tipo de escolha de objeto

Essas características, até certo ponto, variam independentemente uma da outra e em indivíduos diferentes são encontradas em permutações múltiplas. A literatura tendenciosa obscureceu nossa visão dessa inter-relação, colocando em primeiro plano, por razões práticas, o terceiro aspecto (tipo de escolha de objeto), que é o único que impressiona o leigo, e, além disso, exagerando a proximidade de associação entre esta e a primeira característica. Ademais, ela bloqueia o caminho para uma compreensão interna (*insight*) mais profunda de tudo que uniformemente se designa de homossexualismo, rejeitando dois fatos fundamentais, revelados pela investigação psicanalítica. O primeiro deles é que os homens homossexuais experimentaram uma fixação especialmente forte na mãe; o segundo é que, além de sua heterossexualidade manifesta, uma medida muito considerável de homossexualismo latente ou inconsciente pode ser detectada em todas as pessoas normais. Se tomarmos em consideração essas descobertas, evidentemente, cai por terra a suposição de que a natureza criou, de maneira aberrante, um ‘terceiro sexo’.

Não compete à psicanálise solucionar o problema do homossexualismo. Ela deve contentar-se com revelar os mecanismos psíquicos que culminaram na determinação da escolha de objeto, e remontar os caminhos que levam deles até às disposições instintuais. Aqui o seu trabalho termina e ela deixa o restante à pesquisa biológica, que recentemente trouxe à luz, através dos experimentos de Steinach, resultados muito importantes concernentes à influência exercida pelo primeiro conjunto de características, acima mencionadas, sobre o segundo e o terceiro. A psicanálise possui uma base comum com a biologia, ao pressupor uma bissexualidade original nos seres humanos (tal como nos animais). Mas a psicanálise não pode elucidar a natureza intrínseca daquilo que, na fraseologia convencional ou biológica, é denominado de ‘masculino’ e ‘feminino’: ela simplesmente toma os dois conceitos e faz deles a base de seu trabalho. Quando tentamos reduzi-los mais ainda, descobrimos a masculinidade desvanecendo-se em atividade e a feminilidade em passividade, e isso não nos diz o bastante. Já tentei [ver em [1] e seg.] explicar até onde podemos razoavelmente esperar, ou até onde a experiência já provou, que o trabalho de elucidação como parte da tarefa da análise nos forneça os meios de efetuar uma modificação da inversão. Quando se compara até onde podemos influenciá-la com as notáveis transformações que Steinach efetuou em alguns casos, através de suas operações, o resultado não provoca uma impressão muito imponente. Mas seria prematuro, ou exagero prejudicial, se, nessa fase, cedêssemos a esperanças de uma ‘terapia’ da inversão que pudesse ser geralmente aplicada. Os casos de homossexualismo masculino em que Steinach foi bem-sucedido, atendiam à condição, nem sempre presente, de um ‘hermafroditismo’ físico muito patente. Qualquer tratamento análogo do homossexualismo feminino é, atualmente, bastante obscuro. Se consistisse em remover o que são provavelmente ovários hermafroditas e enxertar outros, que se supõe serem de um único sexo, haveria poucas perspectivas de ser aplicado na prática. Uma mulher que já se sentiu ser um homem e amou à maneira masculina, dificilmente permitirá que a forcem a desempenhar o papel de mulher, quando deve pagar pela transformação, não vantajosa sob todos os aspectos, com a renúncia a

toda esperança de maternidade.

PSICANÁLISE E TELEPATIA (1941 [1921])

NOTA DO EDITOR INGLÊS - PSYCHOANALYSE UND TELEPATHIE

(a) EDIÇÃO ALEMÃ:

(1921 Agosto, data do manuscrito.)

1941 *G.W.*, 17, 27-44.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘Psychoanalysis and Telepathy’

1953 Em *Psychoanalysis and the Occult*, Nova Iorque, International Universities Press, 56-68. (Trad. de George Devereux.)

A presente tradução inglesa é nova, de autoria de James Strachey.

O manuscrito apresenta em seu início a data ‘2 ago. 21’ e, ao final, ‘Gastein, 6 ago. 21’. O

original não apresenta título e o aqui adotado é o escolhido pelos editores das *Gesammelte Werke*.

Uma nota prefaciadora à edição alemã afirma que o artigo ‘foi escrito para a reunião da Executiva Central da Associação Psicanalítica Internacional, realizada nas montanhas do Harz no começo de setembro de 1921’. O Dr. Ernest Jones, na ocasião Presidente da Executiva Central, conta-nos, porém, que nenhuma reunião desse órgão se realizou nas montanhas do Harz na referida data, embora houvesse uma reunião dos seguidores mais chegados de Freud: Abraham, Eitingon, Ferenczi, Rank e Sachs, além do próprio Dr. Jones. Foi para esse grupo não oficial que o artigo parece ter sido lido.

Freud pretendia que o artigo fornecesse relatos de três casos, mas, quando foi preparar o manuscrito em Gastein, descobriu haver deixado em Viena o material do terceiro caso, e foi obrigado a substituí-lo por material de caráter bastante diferente. O ‘terceiro caso’ original, contudo, sobreviveu como manuscrito separado e está assim intitulado: ‘*Pós-escrito*’. Aqui se acha o relato, omitido devido à resistência, sobre um caso de transmissão de pensamento durante a prática analítica’. O caso, na realidade, é o relativo ao Dr. Forsyth e à *Forsythe Saga*, o último dos registrados na Conferência XXX das *New Introductory Lectures*. As duas versões do caso concordam muito de perto, com algumas poucas diferenças verbais; assim, não pareceu necessário incluí-lo aqui. Quaisquer pontos substanciais de diferenças serão encontrados registrados na *Standard Ed.*,22.

Esse foi o primeiro dos artigos de Freud sobre telepatia e nunca foi publicado em vida, embora a maior parte de seu material estivesse incluído, sob diversas formas, em seus últimos artigos publicados sobre o assunto. Seu artigo seguinte, o primeiro a ser publicado, é o que logo se segue neste volume, sobre o tópico um tanto diferente de *Sonhos e Telepatia* (1922a). Pouco depois deste, escreveu uma breve nota sobre ‘*The Occult Significance of Dreams*’ (1925i), aparentemente destinada à inclusão em *A Interpretação de Sonhos* e que foi na realidade pela primeira vez impressa como parte de um apêndice ao volume III da edição dos *Gesammelte Schriften* daquela obra, mas não incluído em nenhuma de suas edições posteriores. Finalmente, houve a conferência, já mencionada, sobre ‘*Dreams and Occultism*’ nas *New Introductory Lectures*, (1933a). Vale a pena observar que nesse último de seus escritos sobre o assunto não mais sentia as dúvidas sobre a propriedade de discuti-lo, tão evidentes no presente artigo; na verdade, perto do final da conferência, afasta especificamente os temores, aqui expressos, de as perspectivas científicas da psicanálise poderem ser colocadas em perigo, caso a verdade da transmissão de pensamento viesse a ser estabelecida.

PSICANÁLISE E TELEPATIA INTRODUÇÃO

Não estamos destinados, segundo parece, a dedicar-nos com tranqüilidade à ampliação de nossa ciência. Mal acabamos de repelir triunfalmente dois ataques - um dos quais procurava mais uma vez negar o que trouxemos à luz e só nos oferecia em troca o tema do repúdio, ao passo que o outro tentava persuadir-nos de que nos equivocáramos da natureza do que descobrimos e poderíamos, com vantagem, tomar outra coisa em seu lugar -, logo, então, que nos sentimos seguros quanto a esses inimigos e já outro perigo surgiu. E, desta vez, é algo tremendo, algo de elementar, que ameaça não somente a nós, ameaça, talvez mais ainda, a nossos inimigos.

Não mais parece possível manter-se afastado do estudo daqueles fenômenos conhecidos como 'ocultos', ou seja, dos fatos que professam falar em favor da existência real de forças psíquicas outras que não as mentes humanas e animais com que estamos familiarizados, ou que parecem revelar a posse, por essas mentes, de faculdades até aqui irreconhecidas. O ímpeto no sentido dessa investigação parece irresistivelmente forte. Durante essas últimas breves férias, tive três oportunidades de recusar associar-me a periódicos recentemente fundados, e relacionados com esses estudos. Tampouco existem muitas dúvidas quanto à origem dessa tendência. É, em parte, uma expressão da perda de valor pela qual tudo foi afetado desde a catástrofe mundial da Grande Guerra, uma parte da abordagem experimental à grande revolução, em cujo sentido nos estamos dirigindo e de cuja extensão não podemos fazer estimativa; mas indubitavelmente se trata de uma tentativa de compensação, de criar noutra esfera, supermundana, as atrações perdidas pela vida sobre esta Terra. Na verdade, alguns dos procedimentos das próprias ciências exatas podem ter contribuído para esse desenvolvimento. A descoberta do rádio confundiu, tanto quanto fez progredir, as possibilidades de explicar o mundo físico, e o novíssimo conhecimento adquirido do que é chamado de teoria da relatividade teve, sobre tantos que a admiram sem compreendê-la, o efeito de diminuir sua crença na fidedignidade objetiva da ciência. Lembrar-se-ão de que há não muito tempo atrás o próprio Einstein aproveitou a ocasião para protestar contra essa má interpretação.

Não decorre como fato lógico que um interesse intensificado no ocultismo deva encerrar um perigo para a psicanálise. Deveríamos, pelo contrário, estar preparados para encontrar uma simpatia recíproca entre eles. Ambos experimentaram o mesmo tratamento desdenhoso e arrogante por parte da ciência oficial. Até os dias de hoje, a psicanálise é encarada como cheirando a misticismo e o seu inconsciente é olhado como uma daquelas coisas existentes entre o céu e a terra com que a filosofia se recusa a sonhar. As numerosas sugestões que ocultistas nos fizeram de que deveríamos cooperar com eles, demonstra que gostariam de tratarmos como meio pertencentes a eles, e que contam com o nosso apoio contra as pressões das autoridades exatas. Sequer, por outro lado, tem a psicanálise qualquer interesse em sair do seu caminho para defender essas autoridades, pois ela própria se coloca em oposição a tudo que é convencionalmente restrito, bem estabelecido e geralmente aceito. Não seria a primeira

vez que estaria oferecendo seu auxílio às obscuras, porém indestrutíveis, conjecturas das pessoas comuns contra o obscurantismo da opinião culta. A aliança e a cooperação entre analistas e ocultistas poderiam surgir-nos como plausíveis e promissoras.

Contudo, se olharmos mais de perto, as dificuldades começam a aparecer. A imensa maioria dos ocultistas não é impulsionada por um desejo de conhecimento por um sentimento de vergonha de que a ciência tenha por tanto tempo se recusado a tomar conhecimento do que são problemas indiscutíveis, ou por um desejo de conquistar essa nova esfera de fenômenos. São, pelo contrário, crentes convictos buscando confirmação e algo que os justifique para abertamente confessarem sua fé. Porém, a fé que primeiramente adotaram e depois procuraram impor a outros, ou é a velha fé religiosa, empurrada para o segundo plano pela ciência no curso do desenvolvimento humano, ou então outra, mais próxima ainda das convicções ultrapassadas dos povos primitivos. Os analistas, por outro lado, não podem repudiar sua descendência da ciência exata e sua comunhão com os representantes desta última. Movidos por uma extrema desconfiança do poder dos desejos humanos e das tentações do princípio de prazer, acham-se prontos, para alcançar algum fragmento de certeza objetiva, a sacrificar tudo: o brilhantismo deslumbrante de uma teoria impecável, a consciência exaltada de haver conseguido uma visão abrangente do universo e a calma mental ocasionada pela posse de amplos fundamentos para uma ação ética e conveniente. Em lugar de tudo isso, contentam-se com pedaços fragmentários de conhecimento e com hipóteses básicas, carentes de exatidão e sempre abertas à revisão. Em vez de esperar pelo momento em que poderá escapar da coerção das leis familiares da física e da química, têm esperanças no surgimento de leis naturais mais amplas e de alcance mais profundo, às quais estão prontos a submeter-se. Os analistas são, no fundo, incorrigíveis mecanicistas e materialistas, ainda que procurem evitar despojar a mente e o espírito de suas características ainda irreconhecidas. Da mesma forma, dedicam-se à investigação dos fenômenos ocultos apenas porque esperam, com isso, excluir finalmente da realidade material os desejos da humanidade.

Em vista dessa diferença entre suas atitudes mentais, a cooperação entre analistas e ocultistas oferece poucas perspectivas de lucro. O analista tem a sua própria província de trabalho, a qual não deve abandonar: o elemento inconsciente da vida mental. Se, no curso de seu trabalho, tivesse de estar atento aos fenômenos ocultos, correria o perigo de não se dar conta de tudo o que mais de perto lhe fosse concernente. Estaria abandonando a imparcialidade, a ausência de preconceitos e prevenções que constituíram uma parte essencial de sua armadura e aparelhamento analítico. Se fenômenos ocultos se fizerem sentir sobre ele da mesma maneira que ocorre com outros fenômenos, não fugirá deles mais que a estes. Pareceria ser esse o único plano de comportamento coerente com a atividade de um analista.

Pela autodisciplina, o analista pode defender-se contra um perigo específico, o perigo de permitir que seu interesse seja arrastado para os fenômenos ocultos. Com relação ao perigo *objetivo*, a situação é diferente. É pouco duvidoso que, sendo a atenção dirigida para os fenômenos ocultos, seu resultado muito em breve seja que ocorra a confirmação de um certo

número deles, e provavelmente decorrerá longo tempo antes de se poder chegar a uma teoria aceitável que abranja esses fatos novos. Os espectadores avidamente atentos não esperarão tanto. À primeira confirmação, os ocultistas proclamarão o triunfo de suas opiniões. Transportarão o acolhimento de um determinado fenômeno para todos os outros e estenderão a crença nos fenômenos à crença em quaisquer explicações mais fáceis e mais a seu gosto. Estarão aptos a empregar os métodos da indagação científica, apenas como uma escada para elevá-los por sobre a cabeça da ciência. O céu nos ajude se chegarem a tal altura! Não haverá ceticismo dos assistentes em torno que os faça hesitar, nem clamor público que os faça parar. Serão saudados como libertadores do fardo da servidão intelectual, alacramente aclamados por toda a credulidade que se acha pronta e à mão desde a infância da raça humana e a infância do indivíduo. Poderá seguir-se um temível colapso do pensamento crítico, dos padrões deterministas e da ciência mecanicista. Será possível ao método científico, por uma insistência inexorável sobre a magnitude das forças, da massa e das qualidades do material em questão, impedir esse colapso?

É vã esperança imaginar que o trabalho analítico, precisamente por relacionar-se com o misterioso inconsciente, poderá escapar de um colapso de valores como esse. Se os seres espirituais, que são os amigos íntimos dos indagadores humanos, podem fornecer explicações definitivas para tudo, nenhum interesse é capaz de sobrar para as laboriosas abordagens às forças mentais desconhecidas efetuadas pela pesquisa analítica. Tanto assim, que os métodos da técnica analítica serão abandonados se houver uma esperança de entrar em contato direto com os espíritos operantes através de processos ocultos, tal como os hábitos do trabalho paciente e enfadonho são abandonados quando há a esperança de se ficar rico de um só golpe, mediante uma especulação bem-sucedida. Ouvimos falar, durante a guerra, de pessoas situadas no meio-termo entre duas nações hostis, pertencendo a uma delas pelo nascimento e à outra pela escolha e domicílio; foi seu destino serem tratados como inimigos, primeiro por um dos lados e depois, se tinham a sorte de fugir, pelo outro. Essa poderá igualmente ser a sorte da psicanálise. Contudo, há que suportar a própria sorte, seja ela qual for, e a psicanálise, de uma ou doutra forma, terá de chegar a um acordo com a sua.

Retornemos à situação atual, à nossa tarefa imediata. No decurso dos últimos anos, efetuei algumas observações que não ocultarei, pelo menos do círculo mais chegado a mim. Um desagrado de cair no que é atualmente uma corrente predominante, um temor de desviar o interesse da psicanálise e a total ausência de qualquer véu de discrição sobre o que tenho a dizer, tudo isso se combina, constituindo motivos para subtrair minhas observações de um público mais amplo. Meu material pode reivindicar duas vantagens que raramente estão presentes. Em primeiro lugar, ele está isento das incertezas e dúvidas a que se inclina a maioria das observações dos ocultistas e, em segundo, só desenvolve sua força convincente depois de analiticamente elaborado. Consiste, devo mencionar, em apenas dois casos de caráter semelhante; um terceiro caso, de outra espécie e aberto a uma avaliação diferente, é acrescentado à maneira de apêndice. Os primeiros dois casos, que agora comunicarei minuciosamente, estão relacionados a acontecimentos do mesmo tipo, ou seja, a profecias

feitas por adivinhos profissionais que *não* se realizaram. A despeito disso, essas profecias causaram impressão extraordinária nas pessoas a quem foram anunciadas, de modo que sua relação com o futuro não pode constituir seu ponto essencial. Qualquer coisa capaz de contribuir para sua explicação, bem como tudo que lance dúvidas sobre sua força probatória, para mim serão extremamente bem-vindos. Minha atitude pessoal para com o material permanece sem entusiasmo e ambivalente.

I

Alguns anos antes da guerra, um jovem procedente da Alemanha veio até mim a fim de ser analisado. Queixava-se de ser incapaz de trabalhar, de haver esquecido sua vida passada e de ter perdido todo o interesse. Era estudante de filosofia em Munique e estava preparando-se para o exame final. Casualmente, era um jovem altamente instruído bastante dissimulado, velhaco de uma maneira infantil e filho de um financista; como veio a surgir depois, o jovem remodelara com sucesso uma quantidade colossal de erotismo anal. Quando lhe perguntei se não havia realmente nada de que pudesse lembrar-se sobre sua vida ou sua esfera de interesse, recordou-se do enredo de um romance que esboçara, passado no Egito durante o reinado de Amenófis IV e no qual um anel em particular representava um papel importante. Tomamos esse romance como ponto de partida; o anel mostrou ser um símbolo de matrimônio e, a partir daí, conseguimos reviver todas as suas lembranças e interesses. Descobrimos que seu colapso fora o resultado de um grande ato de autodisciplina mental de sua parte. Tinha uma única irmã, alguns anos mais nova que ele, a quem era sincera e muito indisfarçadamente devotado. ‘Por que é que não podemos casar-nos?’, haviam amiúde perguntado um ao outro, mas a afeição entre eles nunca fora além do ponto permissível entre irmãos e irmãs.

Um jovem engenheiro se enamorara da irmã. Seu amor era retribuído por ela, mas de seus rígidos pais não encontrava aprovação. Em seu problema, os dois jovens amorosos voltaram-se para o irmão em busca de ajuda. Este deu apoio à causa deles, tornou-lhes possível que se correspondessem, conseguiu que se encontrassem enquanto se achava em casa, de férias, e acabou por persuadir os pais a darem seu consentimento ao noivado e casamento. Durante o tempo de noivado, houve uma ocorrência altamente suspeita. O irmão levou seu futuro cunhado para escalar o Zugspitze e ele próprio serviu de guia. Perderam-se na montanha, envolveram-se em problemas e somente com dificuldade evitaram uma queda. O paciente ofereceu pouca objeção à minha interpretação dessa aventura como uma tentativa de assassinato e suicídio. Foi alguns meses após o casamento da irmã que o jovem começou a análise.

Cerca de seis ou nove meses depois havia reconquistado completamente sua capacidade de trabalhar e interrompeu a análise a fim de prestar o exame e escrever sua dissertação. Um ano ou mais depois, voltou - agora doutor em filosofia - para retomar a análise, porque, segundo disse, como filósofo, a psicanálise tinha para ele um interesse que ia além do sucesso terapêutico. Foi em outubro que a recomeçou, e algumas semanas mais tarde, numa ou noutra conexão, contou-me a seguinte história.

Vivia em Munique uma adivinha que gozava de grande reputação. Os príncipes bávaros costumavam visitá-la quando tinham algum empreendimento em mente. Tudo o que ela pedia era que lhe fornecessem uma data. (Deixei de indagar se esta tinha de incluir a data do *ano*). Entendia-se que a data era a do nascimento de alguma pessoa específica, mas ela não perguntava de quem. Fornecida essa data, consultaria seus livros de astrologia sobre a pessoa em questão. No mês de março anterior, meu paciente resolvera visitar a adivinha. Apresentou-lhe a data do nascimento do cunhado, sem, naturalmente, mencionar seu nome ou revelar o fato de que o tinha em mente. O oráculo assim manifestou-se: ‘A pessoa em causa morrerá no próximo julho ou agosto, de envenenamento por lagosta ou ostras.’ Após contar-me isso, meu paciente exclamou: ‘Foi maravilhoso!’

Não pude entender e contradisse-o energicamente: ‘O que vê nisso de maravilhoso? Você está trabalhando comigo já faz diversas semanas e se seu cunhado houvesse realmente morrido, já me teria contado há muito tempo atrás. Logo, ele deve estar vivo. A profecia foi feita em março e deveria realizar-se pelo auge do verão. Agora estamos em novembro, de modo que ela *não* se realizou. O que acha você de tão maravilhoso nisso?’

‘Não há dúvida de que ela não se realizou’, respondeu ele. ‘Mas o notável a respeito é o seguinte: meu cunhado gosta apaixonadamente de lagostins, ostras etc., e, em agosto *passado*, teve realmente uma crise de envenenamento por lagostim e quase morreu.’ O assunto não foi mais discutido.

Consideremos agora o caso.

Acredito na veracidade do narrador. É inteiramente digno de confiança, sendo atualmente professor de filosofia em *K* -. Não consigo imaginar motivos que pudessem havê-lo induzido a me enganar. A história foi incidental e não serviu a intuítos posteriores; nada mais surgiu, nem dela se tiraram conclusões. Não era sua intenção persuadir-me da existência de fenômenos mentais ocultos e, na verdade, tenho a impressão de que não estava em absoluto esclarecido sobre o significado de sua experiência. Eu próprio fiquei tão impressionado - para falar a verdade, desagradavelmente afetado - que omiti fazer qualquer emprego analítico de seu relato.

E a observação me parece igualmente inobjektável, de outro ponto de vista. É certo que a adivinha não conhecia o homem que apresentou a questão. Mas considere-se que grau de intimidade com alguém conhecido seria necessário, antes que se pudesse identificar a data do aniversário de seu cunhado. Por outro lado, sem dúvida todos concordarão comigo em oferecer a mais obstinada resistência à possibilidade de se inferir da data do nascimento do sujeito pelo auxílio de quaisquer tábuas ou fórmulas um acontecimento tão pormenorizado como cair doente de envenenamento por lagostim. Não se esqueçam de quantas pessoas nascem no mesmo dia. Será crível que a semelhança dos futuros de pessoas nascidas no mesmo dia possa ser levada a pormenores como esse? Arrisco-me, assim, a excluir inteiramente da discussão os cálculos astrológicos; acredito que a adivinha poderia ter adotado um outro procedimento sem afetar o resultado da indagação. Por conseguinte, segundo me parece, nós também podemos por completo excluir a adivinha (ou, como podemos dizer diretamente, a médium) da consideração como possível fonte de embuste.

Se anuirmos à genuidade e verdade dessa observação, a sua explicação estará próxima. E em seguida descobrimos - e assim se dá com a maioria desses fenômenos - que sua explanação numa base oculta é excepcionalmente adequada e abrange por completo o que tem de ser explicado, salvo quando é tão insatisfatória em si própria. É impossível que a adivinha pudesse saber que esse homem - nascido no dia referido - teria uma crise de envenenamento por lagostim, nem que ela pudesse ter logrado tal conhecimento a partir de suas tábuas e cálculos. Entretanto, isso estava presente na mente de quem a interrogou. O fato torna-se completamente explicável se estivermos preparados para presumir que o conhecimento foi transferido dele para a suposta profetisa, por algum método desconhecido que excluiu os meios de comunicação que nos são familiares, ou seja, teremos de inferir que existe algo como a transmissão de pensamento. As atividades astrológicas da adivinha, nesse caso, teriam desempenhado a função de desviar suas próprias forças psíquicas e ocupá-las de maneira inócua, de modo a poder tornar-se receptiva e acessível aos efeitos sobre ela causados pelos pensamentos do cliente, podendo, assim, tornar-se uma verdadeira 'médium'. Já vimos empregados artificios desviadores semelhantes (no caso dos chistes, por exemplo), onde se procura assegurar uma descarga mais automática para algum processo mental.

A aplicação da análise a esse caso faz mais que isso, entretanto; aumenta mais ainda a sua significação. Ensina-nos que o que foi comunicado por este meio de indução de uma pessoa para outra não constituiu simplesmente um fragmento fortuito de conhecimento indiferente. Mostra-nos que um desejo extraordinariamente poderoso, abrigado por determinada pessoa e colocado numa relação especial com sua consciência, conseguiu, com o auxílio de uma segunda pessoa, encontrar expressão consciente sob forma ligeiramente disfarçada, tal como a extremidade sensível do espectro se revela aos sentidos, em uma chapa sensível à luz, como uma extensão colorida. Parece possível reconstruir a seqüência de pensamento do jovem após a doença e recuperação do cunhado que era o seu odiado rival: 'Bem, ele escapou desta vez, mas não abandonará seu perigoso gosto por causa disso; esperemos que a próxima vez seja o seu fim'. Foi esse 'esperemos' que foi transformado na profecia. Poderia citar um fato

paralelo, em um sonho (de outra pessoa), no qual uma profecia fazia parte do tema geral. A análise do sonho demonstrou que o conteúdo da profecia coincidia com a realização de um desejo.

Não posso simplificar minha afirmação descrevendo o desejo de morte de meu paciente contra o cunhado como sendo um desejo inconsciente, reprimido, porque ele fora tornado consciente durante o tratamento, no ano anterior, e as conseqüências decorrentes de sua repressão cederam ao tratamento. Ele, porém, ainda persistia, e, embora não fosse mais patogênico, era suficientemente intenso. Poderia ser descrito como um desejo 'suprimido'.

II

Na cidade de F - cresceu uma criança que era a mais velha de uma família de cinco, todas meninas. A caçula era dez anos mais moça que ela; certa ocasião, deixara a menor cair-lhe dos braços, quando bebê; mais tarde, chamava-a de 'sua filha'. A mãe era mais velha que o pai, e não era uma pessoa agradável. O pai - e não só na idade era mais jovem - via bastante as meninhas e as impressionava por suas muitas destrezas. Infelizmente, não impressionara sob nenhum outro aspecto: era incompetente nos negócios e incapaz de sustentar a família sem o auxílio dos parentes. A filha mais velha tornou-se, em tenra idade, o repositório de todas as preocupações que surgiam pela falta de poder aquisitivo do pai.

Uma vez deixado para trás o caráter rígido e apaixonado de sua infância, ela se transformou em um bom espelho de todas as virtudes. Seus elevados sentimentos morais faziam-se acompanhar de uma inteligência estreitamente limitada. Tornou-se professora de uma escola primária e era muito respeitada. A tímida homenagem que lhe prestou um jovem conhecido, professor de música, deixou-a indiferente. Nenhum homem até então havia atraído sua atenção.

Certo dia, um parente da mãe apareceu em cena, homem bem mais idoso que ela, mas ainda jovem (pois ela contava apenas dezenove anos de idade). Era um estrangeiro que vivia na Rússia como diretor de uma grande empresa comercial e se enriquecera. Foi preciso nada menos que uma guerra mundial e a derrota de um grande despotismo para empobrecê-lo. Apaixonou-se por sua jovem e severa prima e pediu-lhe para ser sua esposa. Os pais não a pressionaram, mas ela entendeu seus desejos. Por trás de todas as suas idéias morais, sentiu a atração da realização de uma fantasia plena do desejo de ajudar o pai e resgatá-lo de seu estado de necessidade. Calculou que o primo daria ao pai apoio financeiro enquanto este continuasse com o negócio e uma pensão quando finalmente o abandonasse, bem como

forneceria às irmãs dotes e *trousseaux*, a fim de poderem casar-se. E apaixonou-se por ele, casou-se pouco depois e o acompanhou à Rússia.

Salvo por algumas ocorrências que não eram inteiramente compreensíveis à primeira vista e cujo significado só se evidenciou em retrospecto, tudo decorreu muito bem no casamento. Ela se transformou em esposa afetuosa, sexualmente satisfeita, e um apoio providencial para sua família. Somente uma coisa faltava: não tinha filhos. Estava agora com 27 anos de idade e no oitavo ano de seu matrimônio. Morava na Alemanha e, após vencer todo tipo de hesitação, foi consultar um ginecologista alemão. Com a habitual leviandade do especialista, ele assegurou-lhe a cura se se submetesse a uma pequena operação. Ela concordou e, na véspera da operação, discutiu o assunto com o marido. Era a hora do crepúsculo e estava prestes a acender as luzes, quando o marido lhe pediu para não fazê-lo: tinha algo a dizer-lhe e preferiria estar no escuro. Disse-lhe para cancelar a operação porque a culpa de sua esterilidade era dele. Durante um congresso médico, dois anos antes, ele soubera que certas moléstias podem privar um homem da capacidade de procriar filhos. Um exame lhe demonstrara ser esse o seu caso. Após tal revelação, a operação foi abandonada. Ela própria sofreu um colapso, que durou algum tempo e que inutilmente procurou disfarçar. Só pudera amá-lo como um pai substituto e agora soubera que ele nunca poderia ser pai. Três caminhos estavam abertos para ela, todos igualmente intransponíveis: a infidelidade, a renúncia ao desejo de um filho ou a separação do marido. Esse último estava excluído pelas melhores razões práticas e o intermediário pelas mais fortes razões inconscientes, fáceis de adivinhar: toda a sua infância fora dominada pelo desejo três vezes frustrado de ter um filho do pai. Restava uma via de saída, que é a que nos interessa em seu caso. Caiu seriamente enferma com uma neurose. Durante certo tempo ergueu uma defesa contra várias tentações com o auxílio de uma neurose de angústia, mas, posteriormente, seus sintomas se transformaram em graves atos obsessivos. Passou algum tempo em institutos e por fim, com 10 anos de moléstia, veio até mim. Seu sintoma mais notável era que, quando se achava na cama, costumava prender [*anstecken* = colocar em contato] os lençóis aos cobertores com alfinetes de segurança. Dessa maneira, revelara o segredo do contágio [*Ansteckung*] de seu marido, ao qual sua esterilidade era devida.

Em certa ocasião, contando talvez 40 anos de idade, a paciente narrou-me um episódio que remontava à época em que sua depressão estava começando, antes do desencadeamento da neurose obsessiva. Para distrair-lhe o espírito, o marido levava-a consigo numa viagem de negócios a Paris. Estavam sentados com um amigo de negócios do marido no saguão do seu hotel quando perceberam alguma agitação e movimento. Perguntara a um dos empregados do hotel o que estava acontecendo e foi-lhe dito que Monsieur le Professeur havia chegado para dar consultas em sua salinha próxima à entrada do hotel. Monsieur le Professeur, segundo parecia, era um famoso adivinho; não formulava perguntas, mas fazia os clientes imprimirem a mão em um prato cheio de areia, e predizia o futuro pelo estudo da impressão deixada. Minha paciente disse que iria entrar, para que lhe dissessem o futuro. O marido a dissuadiu, que era

tolice. No entanto, após ele haver saído com o amigo, ela tirou a aliança e esgueirou-se para o gabinete do adivinho. Este estudou longamente a impressão da sua mão e então falou: ‘No futuro próximo, você terá de passar por severos conflitos, mas tudo sairá bem. Casar-se-á e terá dois filhos quando estiver com 32 anos de idade’. Ela, fazendo esse relato, dava todos os sinais de achar-se grandemente impressionada por ele, sem compreendê-lo. Não lhe causou impressão meu comentário de que, lamentavelmente, a data fixada pela profecia já havia passado há cerca de oito anos. Refleti que talvez estivesse admirando a confiante audácia da profecia, tal como o fiel discípulo do rabino profeta.

Infelizmente minha memória, geralmente tão digna de confiança, não assegura se a primeira parte da profecia dizia: ‘Tudo sairá bem. Você se casará’, ou ‘Você será feliz.’ Minha atenção estava completamente focalizada em minha nítida impressão da frase final, com seus notáveis pormenores. Na realidade, porém, as primeiras observações, sobre conflitos que teriam um final feliz, incluem-se entre as expressões vagas que figuram em todas as profecias, até mesmo nas que se podem comprar prontas. O contraste oferecido pelos dois números específicos na frase final é mais notável ainda. Não obstante, seria de fato interessante saber se o Professor realmente falou no *casamento* dela. Havia tirado fora sua aliança e, aos 27 anos de idade, parecia muito jovem, podendo facilmente ter sido tomada por uma solteira. Em compensação, não seria necessária uma observação refinada, para notar a marca da aliança em seu dedo.

Limitemo-nos ao problema contido na última frase, que lhe prometia dois filhos aos 32 anos de idade. Estes pormenores parecem cabalmente arbitrários e inexplicáveis. A pessoa mais crédula dificilmente empreenderia deduzi-los de uma interpretação das linhas da mão. Recebiam uma justificação indiscutível, se confirmados pelo futuro. Porém, não era esse o caso. Ela tinha agora 40 anos de idade, e nenhum filho. Qual, então, era a fonte e o significado desses números? A própria paciente não sabia. O óbvio seria pôr de lado toda questão e destiná-la ao monte de lixo, entre muitas outras mensagens sem sentido e ostensivamente ocultas. Isso seria muito agradável: a solução mais simples e um alívio grandemente desejável. Infelizmente, porém, tenho de acrescentar que era possível - e exatamente com a ajuda da análise - encontrar uma explicação para os dois números, uma explicação que, mais uma vez, foi completamente satisfatória, surgindo, quase naturalmente, da situação real, de vez que os dois números se ajustavam perfeitamente à história da *vida* da mãe de nossa paciente. A mãe só se casara aos trinta anos e fora em seu trigésimo segundo ano de vida que (diferentemente da maioria das mulheres e para compensar, por assim dizer, o seu atraso) dera à luz dois filhos. Dessa maneira, é fácil traduzir a profecia: ‘Não há necessidade de preocupar-se com a sua atual esterilidade. Isso não tem importância. Você ainda pode seguir o exemplo de sua mãe, que ainda nem se achava casada em sua idade e, não obstante, teve dois filhos aos 32 anos de idade.’ A profecia prometia-lhe a realização da identificação com a mãe, que constituíra o segredo de sua infância, e fora enunciada pela boca de um adivinho desconhecedor de todos os seus problemas pessoais, ocupando-se com examinar uma impressão deixada na areia. Podemos também acrescentar, como precondição dessa

realização de desejo (inconsciente como era, em todos os sentidos): ‘Você se libertará de seu esposo inútil pela morte ou encontrará forças para separar-se dele.’ A primeira alternativa ajustar-se-ia melhor à natureza de uma neurose obsessiva, ao passo que a segunda é sugerida pela luta que, segundo a profecia, ela deveria vencer com êxito.

Como observação, o papel representado pela interpretação analítica é ainda mais importante nesse exemplo que no anterior. Pode-se realmente dizer que a análise criou o fato oculto. Em conseqüência, o exemplo também pareceria oferecer positivamente uma prova conclusiva de poder transmitir um desejo inconsciente, assim como os pensamentos e o conhecimento a ele relacionados. Apenas posso perceber um modo de escapar à conclusividade desse último caso e, acreditem, não vou ocultá-lo. É possível que, no decurso dos doze ou treze anos passados entre a profecia e sua narração, feita durante o tratamento, a paciente tivesse formado uma paramnésia: o Professor poderia haver enunciado algum consolo geral e incolor - o que não seria de admirar - e a paciente ter gradualmente inserido nele os números significantes, tirados de seu inconsciente. Se assim foi, teríamos evitado o fato que nos ameaçou com conseqüências tão graves. Alegrementemente nos identificaremos com os cétricos que só dão valor a um relato desse tipo quando feito imediatamente após o fato, e assim mesmo não sem hesitação. Lembrome de que, após ter sido indicado para uma cátedra de professor, tive uma audiência com o Ministro [da Educação] para expressar-lhe meus agradecimentos. Quando me achava a caminho de casa, de volta da audiência, apanhei-me no ato de tentar falsificar as palavras trocadas entre nós, e nunca mais pude recapturar corretamente a conversa real. Deixo aos senhores decidir se a explicação que sugeri é sustentável. Não posso prová-la nem negá-la. Assim, essa segunda observação, embora em si própria mais comvente que a primeira, não está igualmente isenta de dúvidas.

Os dois casos que lhes comuniquei acham-se relacionados com profecias não realizadas. As observações desse tipo, a meu ver, podem fornecer o melhor material sobre a questão da transmissão de pensamento, e gostaria de incentivá-los a coligir outras semelhantes. Pretendia também trazer-lhes um exemplo baseado em um material de outra espécie, um caso em que, durante determinada sessão, um paciente especial falou de coisas notavelmente relacionadas a uma experiência que eu próprio tivera pouco antes. Contudo, posso dar-lhes agora uma prova visível do fato de que discuto o assunto sobre ocultismo sob pressão de enorme resistência. Quando, em Gastein, procurei as notas que reunira e comigo trouxera [de Viena] para este trabalho, a folha onde havia anotado essa última observação não se encontrava lá; em seu lugar, porém, encontrei outra folha de lembretes irrelevantes sobre um tópico inteiramente diverso, que trouxera comigo por engano. Nada se pode fazer contra uma resistência tão clara. Devo pedir-lhes que me perdoem por omitir esse caso, pois não posso preencher a perda por memória.

Em seu lugar acrescentarei algumas observações sobre alguém muito conhecido em Viena, o grafologista Rafael Schermann, que tem uma reputação de desempenhos muito espantosos. Diz-se que é capaz não apenas de ler o caráter de uma pessoa por uma amostra de sua letra,

mas também de descrever sua aparência e adicionar a seu respeito predições que posteriormente se realizam. Incidentalmente, muitas dessas notáveis realizações se baseiam em suas próprias histórias. Certa vez, um amigo meu, sem meu conhecimento prévio, efetuou a experiência de permitir-lhe que sua imaginação divagasse sobre uma amostra de minha letra. Tudo o que produziu foi que a escrita pertencia a um senhor de idade (o que era fácil de adivinhar), com quem era difícil viver, visto tratar-se de um tirano intolerável no lar. Aqueles que desfrutam de minha casa dificilmente confirmarão isso. Mas, como sabemos, o campo do oculto está sujeito ao conveniente princípio de que os casos negativos nada provam. Não efetuei observações diretas sobre Schermann, porém, através de um paciente meu, entrei em contato com ele, sem que o soubesse. Contar-lhes-ei a respeito.

Há alguns anos atrás procurou-me um jovem que me causou impressão particularmente simpática, e eu, assim, lhe dei preferência sobre alguns outros. Parecia estar envolvido com uma das mais conhecidas *demi-mondaines* e que desejava livrar-se dela, de vez que a relação o privava de toda independência de ação, mas era incapaz de fazê-lo. Consegui libertá-lo e, ao mesmo tempo, logrei uma plena compreensão de sua compulsão. Não muitos meses atrás noivara de modo normal e respeitável. A análise logo mostrou que a compulsão contra a qual estava lutando, não era a ligação com a *demi-mondaine*, mas com uma senhora casada de seu próprio círculo, com quem tivera uma *liaison*, desde o início da juventude. A *demi-mondaine* servia apenas de bode expiatório em quem podia satisfazer todos os sentimentos de vingança e ciúme que realmente se aplicavam à outra senhora. Segundo um modelo que nos é familiar, fizera uso do deslocamento para um novo objeto, a fim de escapar à inibição ocasionada por sua ambivalência.

Era hábito seu infligir os tormentos mais refinados à *demi-mondaine*, que se apaixonara por ele de uma maneira quase desprendida. Entretanto, quando não mais podia esconder seus sofrimentos, ele, por sua vez, transportava para ela a afeição que sentira pela mulher que amara desde a juventude; dava-lhe presentes e a aplacava, e o ciclo retomava seu curso. Quando enfim, sob a influência do tratamento, rompeu com ela, tornou-se claro o que estivera tentando conseguir por aquele comportamento em relação a esse sucedâneo de seu primeiro amor: a vingança com a tentativa de suicídio que fizera quando essa amada rejeitara suas propostas. Após a tentativa, conseguiu por fim vencer a relutância dela. Durante esse período do tratamento costumava visitar o famoso Schermann. Com base em amostras da letra da *demi-mondaine*, o grafologista repetidamente lhe disse, à guisa de interpretação, que ela se achava em seu último alento, que se encontrava à beira do suicídio e que certamente se mataria. Ela, contudo, assim não procedeu, mas arremessou de si suas fraquezas humanas e recordou os princípios de sua profissão e seus deveres para com o amigo oficial. Percebi com clareza que o homem milagroso havia simplesmente revelado a meu paciente o seu desejo mais íntimo.

Após descartar-se dessa figura espúria, meu paciente empreendeu seriamente a tarefa de

libertar-se de seu vínculo real. Depreendi de seus sonhos um plano que estava formando, com o qual poderia escapar da relação com o seu primeiro amor sem causar-lhe demasiada mortificação ou prejuízos materiais. Ela tinha uma filha, que gostava muito do jovem amigo da família e ostensivamente nada sabia do papel secreto que desempenhava. Propunha-se agora a casar-se com essa jovem. Pouco depois, o esquema tornou-se consciente e o homem deu os primeiros passos para o pôr em funcionamento. Apoiei suas intenções, uma vez que o plano oferecia o que constituía uma possível saída de sua difícil situação, ainda que irregular. Dentro em pouco, porém, teve um sonho em que mostrava hostilidade pela jovem, e então, voltou a consultar Schermann; o grafologista informou que a jovem era infantil e neurótica, e ele não deveria casar-se com ela. Dessa vez, o grande observador da natureza humana estava certo. Ela, já então considerada como a *fiancée* do homem, comportava-se de maneira cada vez mais contraditória e decidiu-se que ela devia analisar-se. Em resultado da análise, o esquema de casamento foi abandonado. A jovem tinha completo conhecimento inconsciente das relações entre a mãe e o *fiancé*, achando-se ligada a ele apenas por causa de seu complexo de Édipo.

Por essa época, a análise interrompeu-se. O paciente achava-se livre e capaz de seguir seu próprio caminho no futuro. Escolheu para esposa uma moça respeitável fora de seu círculo familiar, à qual Schermann concedera um julgamento favorável. Esperemos que esteja certo mais uma vez.

Terão compreendido o sentido de minha inclinação a interpretar essas experiências minhas com Schermann. Verão que todo o meu material se relaciona apenas ao ponto isolado da transmissão de pensamento. Nada tenho a dizer sobre todos os outros milagres que reivindica o ocultismo. Minha própria vida, como já abertamente admiti, tem sido particularmente pobre, no sentido do oculto. Talvez o problema da transmissão de pensamento possa parecer-lhes muito trivial em comparação com o grande mágico do oculto, mas considerem que grave medida além do que até aqui acreditamos estaria envolvida apenas nessa hipótese. O que o zelador de [a basílica de] São Dionísio costumava acrescentar à sua narração do martírio do santo permanece uma verdade. Conta-se que São Dionísio, após sua cabeça haver sido cortada, apanhou-a do chão e caminhou boa distância com ela sob o braço. Mas o zelador costumava acrescentar: '*Dans des cas pareils, ce n'est que le premier pas qui coûte.*' O resto é fácil.

SONHOS E TELEPATIA (1922)

TRAUM UND TELEPATHIE

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1922 *Imago*, 8 (1), 1-22.

1925 *G.S.*, 3, 278-304.

1925 *Traumlehre*, 22-48.

1931 *Sexualtheorie und Traumlehre*, 326-354.

1940 *G.W.*, 13, 165-91.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘*Dreams and Telepathy*’

1922 *Int. J. Psycho-Anal.*, 3, 283-305. (Trad. de C. J. M. Hubback.)

1925 *C.P.*, 4, 408-35. (Mesmo tradutor.)

A presente tradução inglesa é uma versão consideravelmente modificada da publicada em 1925.

Este foi o primeiro dos escritos de Freud sobre telepatia a ser publicado, embora houvesse sido escrito após o anterior (pág. 189). Não pode ter sido escrito muito antes do final de novembro de 1921, visto que uma data oito semanas após 27 de setembro desse ano aparece realmente no material em estudo (pág. 223). Provas internas demonstram que foi projetado como uma conferência, e no manuscrito original (bem como nas edições de 1922 e 1925) as palavras ‘conferência proferida perante a Sociedade Psicanalítica de Viena’ ocorrem abaixo do título. Por outro lado, as minutas publicadas da Sociedade de Viena não fornecem provas de que o trabalho tenha sido lido perante ela. Parece provável que a intenção de Freud em lê-la foi por alguma razão abandonada, após o primeiro número de *Imago* de 1922 já se achar composto.

SONHOS E TELEPATIA

Atualmente, quando se sente tão grande interesse pelo que é chamado de fenômenos ‘ocultos’, expectativas muito definidas serão indubitavelmente despertadas pelo anúncio de um artigo com esse título. Não obstante, apresso-me em explicar que não há fundamento para tais expectativas. Nada aprenderão, deste meu trabalho, sobre o enigma da telepatia; na verdade, nem mesmo depreenderão se acredito ou não em sua existência. Nesta ocasião, propus-me a tarefa muito modesta de examinar a relação das ocorrências telepáticas em causa, seja qual for sua origem, com os sonhos, ou, mais exatamente, com nossa teoria dos sonhos. Saberão que comumente se acredita ser muito íntima a conexão entre sonhos e telepatia; apresentarei a opinião de que ambos pouco têm a ver reciprocamente, e que, viesse a existência de sonhos telepáticos a ser estabelecida, não haveria necessidade de modificar nossa concepção dos sonhos, em absoluto.

O material em que se baseia o presente relato é muito tênue. Em primeiro lugar, devo expressar meu pesar de não poder fazer uso de meus próprios sonhos, como fiz quando escrevi *A Interpretação de Sonhos* (1900a). Porém, nunca tive um sonho ‘telepático’. Não que eu passasse sem sonhos do tipo que transmitem a impressão de que um certo evento definido está acontecendo em algum lugar distante, deixando ao que sonha decidir se o fato está acontecendo naquele momento ou acontecerá em alguma época posterior. Também na vida desperta amiúde me dei conta de pressentimentos de acontecimentos distantes. Contudo, nenhuma dessas impressões, previsões e premonições se ‘realizaram’, como dizemos; não se demonstrou existir uma realidade externa correspondente a elas e, portanto, tiveram de ser encaradas como previsões puramente subjetivas.

Sonhei certa vez, por exemplo, durante a guerra, que um de meus filhos então servindo na frente de batalha fora morto. Isso não estava diretamente enunciado no sonho, mas expresso de uma maneira inequívoca através do bem conhecido simbolismo de morte, cuja descrição foi dada pela primeira vez por Stekel [1911*a*]. (Não devemos nos esquecer de cumprir o dever, que amiúde se sente ser inconveniente, de apresentar agradecimentos literários.) Vi o jovem soldado de pé sobre um patamar, entre a terra e a água, digamos, e ele me apareceu muito pálido. Falei-lhe, mas não me respondeu. Havia outras indicações inequívocas. Não estava usando uniforme militar, mas um costume de esqui que usara quando um grave acidente de esquiagem lhe acontecera, vários anos antes da guerra. Ficou de pé sobre algo semelhante a um banquinho, com um armário à sua frente, situação sempre associada em meu espírito à idéia de ‘cair’, através de uma lembrança de minha própria infância. Menino de pouco mais de dois anos de idade, eu subira num banquinho como aquele para apanhar algo de cima de um armário - provavelmente algo bom de comer -, caí e causei-me um ferimento de que ainda hoje posso mostrar a cicatriz. Meu filho, contudo, a quem o sonho pronunciava como morto, voltou ileso da guerra para casa.

Apenas há pouco tempo atrás tive outro sonho trazendo más notícias; deu-se, penso eu, exatamente antes de me decidir a reunir essas poucas observações. Dessa vez, não houve muita tentativa de disfarce. Vi minhas duas sobrinhas que moram na Inglaterra. Estavam vestidas de preto e me disseram: ‘Enterramo-la na quinta-feira.’ Soube que a referência era à morte de sua mãe, então com 87 anos de idade, viúva de meu irmão mais velho.

Seguiu-se um tempo de desagradável expectativa; certamente nada haveria de surpreendente no fato de uma senhora tão idosa ter-se finado subitamente; contudo, seria muito desagradável que o sonho coincidissem exatamente com a ocorrência. A próxima carta da Inglaterra, contudo, dissipou esse temor. Em benefício daqueles que se interessam pela teoria onírica da realização de desejos posso interpolar a reafirmação de que não houve dificuldade em detectar pela análise os motivos inconscientes que se poderia presumir existirem nesses sonhos de morte, bem como em outros.

Espero que não contestem o valor do que acabo de relatar, conquanto as experiências negativas provem tão pouco aqui quanto o fazem em assuntos ocultos. Estou bem ciente disso e não aduzi esses exemplos com qualquer intenção de provar algo ou de sub-repticiamente influenciá-los em algum sentido específico. Meu único propósito foi explicar a pobreza de meu material.

Outro fato por certo me parece de maior significação: que durante cerca de 27 anos de trabalho como analista, nunca me achei em posição de observar um sonho verdadeiramente telepático em qualquer de meus pacientes. E esses pacientes, contudo, constituíam uma boa coleção de naturezas gravemente neuropáticas e ‘altamente sensíveis’. Vários deles relataram-me incidentes bem notáveis em sua vida anterior, nos quais baseavam uma crença em misteriosas influências ocultas. Acontecimentos como acidentes ou doenças de parentes

próximos, sobretudo a morte de um dos genitores, ocorreram com bastante frequência durante o tratamento e o interromperam, mas sequer numa única ocasião essas ocorrências, eminentemente apropriadas, como eram, em caráter, permitiram-me a oportunidade de registrar um único sonho telepático, embora o tratamento se estendesse por diversos meses ou mesmo anos. Quem se interessar, pode procurar uma explicação para este fato, que restringe ainda mais o material à minha disposição. Seja como for, ver-se-á que tal explicação não influenciaria o tema deste artigo.

Tampouco me embaraça indagarem-me por que não fiz uso da abundante reserva de sonhos telepáticos ocorrida na literatura do assunto. Não teria de procurar muito, visto que as publicações tanto da Sociedade Inglesa quanto da Sociedade Americana de Pesquisas Psíquicas me são acessíveis como membro de ambas. Em nenhum desses relatos há qualquer tentativa de submeter tais sonhos à investigação analítica, que seria nosso primeiro interesse em casos assim. Ademais, logo perceberão que, para os fins do presente artigo, um único sonho será o bastante.

Assim, meu material consiste simples e unicamente em dois relatos que chegaram até mim de correspondentes na Alemanha. Os autores não me são pessoalmente conhecidos, mas fornecem seus nomes e endereços; não tenho o menor fundamento para presumir, de sua parte, qualquer intenção de embuste.

I

Com o primeiro dos dois já havia mantido correspondência; fora suficientemente gentil em enviar-me, como muitos de meus leitores fazem, observações de ocorrências cotidianas e coisas assim. Trata-se obviamente de um homem instruído e extremamente inteligente; dessa vez, coloca expressamente seu material à minha disposição, caso me interesse em transformá-lo em ‘relato literário’.

Sua carta diz o seguinte:

‘Considero o seguinte sonho como de interesse suficiente para que o transmita ao senhor, a título de material para suas pesquisas.

‘Devo primeiro enunciar os seguintes fatos. Minha filha, que é casada e mora em Berlim, esperava seu primeiro parto em meados de dezembro deste ano. Eu pretendia ir a Berlim, na

ocasião, com minha (segunda) esposa, madrasta de minha filha. Durante a noite de 16 para 17 de novembro sonhei, com vividez e clareza nunca experimentada, que *minha esposa havia dado à luz gêmeos. Vi os dois saudáveis bebês muito claramente, com seus rostos rechonchudos, deitados em seu berço, lado a lado. Não lhes observei o sexo; um, de cabelos claros, tinha distintamente as minhas feições e algo das de minha esposa; o outro, de cabelos castanhos, parecia-se claramente com ela, com algum aspecto meu. Disse a minha esposa, que tem cabelos louro-arruivados: “Provavelmente o cabelo castanho de ‘seu’ filho também ficará ruivo mais tarde.” Minha mulher deu-lhe o seio. No sonho, ela também fizera um pouco de geléia numa bacia de lavar e as duas crianças engatinhavam pela bacia e lambiam-lhe o conteúdo.*

‘Quanto ao sonho, é só. Quatro ou cinco vezes que despertei durante ele perguntei-me se era verdade que tínhamos gêmeos, mas não cheguei, com exatidão alguma, à conclusão de ser apenas um sonho. Este durou até eu despertar e, após, ainda decorreu tempo até que me sentisse inteiramente esclarecido sobre o verdadeiro estado de coisas. Ao desjejum, contei à minha esposa o sonho, que muito a divertiu. Disse ela: “Será que Ilse (minha filha) vai ter gêmeos?” Respondi: “Difícilmente, uma vez que os gêmeos não são costume, seja em minha família ou na de G” (marido dela). Em 18 de novembro, às dez horas da manhã, recebi um telegrama de meu genro, passado na tarde anterior, comunicando-me o nascimento de gêmeos, um menino e uma menina. O nascimento, assim, dera-se na ocasião em que estava sonhando que minha esposa tivera gêmeos. O parto ocorrera quatro semanas mais cedo do que qualquer de nós esperava, com base nos cálculos de minha filha e meu genro.

‘Mas há ainda uma outra circunstância: na noite seguinte [isto é, antes também de recebido o telegrama], sonhara *que minha falecida esposa, mãe de minha filha, tomara a seu cargo 48 bebês recém-nascidos. Quando a primeira dúzia estava chegando, protestei.* Nesse ponto, o sonho findou.

‘Minha falecida esposa gostava muito de crianças. Frequentemente falava a esse respeito, dizendo que gostaria de ter um bando inteiro delas em torno de si, quanto mais, melhor; que se sairia muito bem se a encarregassem de um jardim de infância e que seria muito feliz assim. O barulho que as crianças fazem era música para ela. De tempos em tempos convidava um bando inteiro de crianças das ruas e as regalava com chocolate e bolos no pátio de nossa vivenda. Minha filha deve ter pensado em seguida na mãe após o parto, especialmente devido à surpresa de sua prematuridade, da vinda de gêmeos e de sua diferença de sexo. Sabia que a mãe teria acolhido o fato com a mais viva alegria e simpatia: “Pense só no que mamãe diria, se estivesse comigo agora!” Esse pensamento deve, indubitavelmente, ter-lhe passado pela mente. E então sonhei com minha falecida esposa, com quem raramente sonho, e em quem não falara nem pensara após o primeiro sonho.

‘O senhor acha que a coincidência entre o sonho e o fato foi acidental em ambos os casos?’

Minha filha é muito ligada a mim e estava certamente pensando em mim durante o trabalho de parto, particularmente porque amiúde trocáramos cartas sobre o seu modo de vida durante a gravidez e eu lhe havia constantemente dado conselhos.’

É fácil adivinhar o que foi minha resposta a essa carta. Fiquei triste por descobrir que o interesse de meu correspondente pela análise havia sido tão completamente morto por seu interesse na telepatia. Evitei assim sua pergunta direta e, observando que o sonho continha muito coisa além da vinculação com o nascimento dos gêmeos, pedi-lhe para fornecer-me quaisquer informações ou idéias que lhe ocorressem e pudessem dar-me uma pista quanto ao significado do sonho.

Logo após recebi a seguinte segunda carta que, deve-se admitir, não me forneceu inteiramente tudo o que eu queria:

‘Não pude responder sua amável carta do dia 24 senão hoje. Ficarei encantado em contar-lhe, “sem omissão ou reserva”, todas as associações que me ocorrerem. Infelizmente não são muitas, e outras viriam em conversa.

‘Pois bem: minha esposa e eu não queremos mais filhos. Quase nunca temos relações sexuais; seja como for, por ocasião do sonho certamente não havia “perigo”. O parto de minha filha, que era esperado para meados de dezembro, constituía naturalmente um tema freqüente de conversa entre nós. Minha filha fora examinada e radiografada no verão e o médico que fizera o exame estava certo de que a criança seria um menino. Minha esposa disse na ocasião: “Vou rir se, ao fim das contas, for uma menina.” Na ocasião, também observou que seria melhor que fosse um H. em vez de um G. (nome de família de meu genro); minha filha é mais bonita e faz melhor figura que ele embora ele tenha sido oficial da marinha. Efetuei alguns estudos da questão da hereditariedade e tenho o hábito de olhar para bebês, a fim de ver com quem se parecem. Uma coisa ainda: temos um cãozinho que se senta conosco à mesa, à noite, para receber sua comida, e que lambe os pratos. Todo esse material aparece no sonho.

‘Gosto de crianças pequenas e amiúde tenho dito que gostaria de novamente cuidar da educação de uma criança, agora que devo possuir bem mais compreensão, interesse e tempo para dedicar-lhe; porém, com minha esposa não o desejaria, visto que não possuo as qualidades necessárias para criar judiciosamente uma criança. O sonho faz-me presente de dois filhos; não observei seu sexo. Vejo-os ainda neste momento, deitados na cama, e reconheço-lhes as feições, um deles mais “eu” e o outro mais minha esposa, cada qual, porém, com traços menores do outro lado. Minha esposa possui cabelos louro-arruivados, mas um dos filhos tem cabelos castanhos (avermelhados). Digo eu: “Ora bem, eles também ficarão ruivos mais tarde.” Ambas as crianças engatinham por uma grande bacia de lavar em que minha esposa esteve mexendo geléia e lambem-lhe o fundo e os lados (sonho). A origem desse pormenor é facilmente explicável, assim como o sonho como um todo. Ele não seria difícil de compreender ou interpretar se não houvesse coincido com a chegada inesperadamente

precoce de meus netos (três semanas mais cedo), uma coincidência de tempo quase exata. (Não posso dizer exatamente quando começou o sonho; meus netos nasceram às 9 e 9 e 15 da noite; fui deitar-me por volta das onze horas e tive o sonho no decorrer da noite.) Também o nosso conhecimento de que a criança seria um menino junta-se à dificuldade, embora possivelmente a dúvida sobre se isso fora inteiramente determinado possa explicar o aparecimento de gêmeos no sonho. Mesmo assim, a coincidência do sonho com o aparecimento inesperado e prematuro dos gêmeos de minha filha permanece.

‘Não foi a primeira vez que fatos distantes se me tornaram conhecidos antes que recebesse as notícias reais. Para fornecer um exemplo entre muitos, em outubro recebi uma visita de meus três irmãos. Não nos havíamos reunido durante trinta anos, exceto por um tempo muito breve, uma vez nos funerais de meu pai e outra nos de minha mãe. Ambas as mortes eram esperadas e não tivera “pressentimentos” em nenhum dos casos. Mas, há cerca de 25 anos atrás, meu irmão mais moço faleceu de modo inteiramente súbito e inesperado, quando tinha dez anos. Quando o carteiro entregou-me o cartão-postal com a notícia de sua morte, antes que passasse o olhar por ele veio-me logo o pensamento: “É para dizer que meu irmão morreu.” Fora o único que ficara em casa, um rapaz forte e sadio, ao passo que nós, os quatro irmãos mais velhos, já estávamos plenamente desenvolvidos e havíamos deixado a casa paterna. Por ocasião da visita de meus irmãos, a conversa fortuitamente girou em torno dessa experiência minha e, como se fosse uma palavra de ordem, todos os três irmãos declaravam haver-lhes acontecido exatamente a mesma coisa. Se ocorreu exatamente da mesma maneira, não posso dizer; de qualquer modo, cada um declarou que se sentira perfeitamente certo da morte, exatamente antes que a notícia inesperada chegasse. Somos todos, pelo lado materno, de disposição sensível, embora homens fortes e altos, mas nenhum de nós é, de modo algum, inclinado ao espiritismo ou ao ocultismo; pelo contrário, rejeitamos a adesão a qualquer dos dois. Meus irmãos são todos homens de formação universitária, dois professores, o outro agrimensor, todos antes formalistas que visionários. Isto é tudo o que posso contar-lhe em relação ao sonho. Se puder transformá-lo em um relato literário, fico encantado em colocá-lo à sua disposição.’

Temo que os leitores possam comportar-se como o autor dessas duas cartas. Também estarão primariamente interessados em saber se o sonho pode ser realmente considerado como uma notificação telepática do nascimento inesperado dos gêmeos, e não estarão dispostos a submeter o sonho à análise, como qualquer outro. Prevejo que sempre será assim quando a psicanálise e o ocultismo se encontrarem. A primeira tem, por assim dizer, todos os nossos instintos mentais contra ela; do último, vamos a seu encontro a meio caminho, movidos por simpatias poderosas e misteriosas. Entretanto, não vou assumir a posição de não ser mais que um psicanalista, de os problemas do ocultismo não me serem concernentes; com acerto julgariam isso como apenas uma fuga ao problema. Nada disso eu posso dizer que constituiria uma grande satisfação para mim, se pudesse convencer-me, assim como a outros, da inatacável evidência da existência de processos telepáticos, mas considero também que as informações fornecidas sobre esse sonho são inteiramente inadequadas para justificar um

pronunciamento desse tipo. Observação que nem uma só vez ocorre a esse homem inteligente, profundamente interessado em saber como se acha no problema de seu sonho, dizer-nos quando pela última vez viu a filha ou que notícias teve dela ultimamente. Escreve, na primeira carta, que o nascimento foi um mês mais cedo; na segunda, porém, esse mês transformou-se em apenas três semanas e nenhuma delas nos diz se o nascimento foi realmente prematuro ou se, como tão amiúde acontece, os interessados estavam enganados em seus cálculos. Temos, porém, de considerar esses e outros pormenores da ocorrência, se quisermos pesar a probabilidade de aquele que sonhou haver feito estimativas e palpites inconscientes. Sinto também que isso não seria útil, ainda que conseguisse obter resposta a tais perguntas. No processo de chegar à informação, sempre surgiriam novas dúvidas, que só poderiam ser acalmadas se tivéssemos o homem à nossa frente e pudéssemos reviver todas as lembranças pertinentes que talvez ele tenha afastado como não essenciais. Tem certamente razão no que diz no começo de sua segunda carta, de que mais coisas surgiriam conversando.

Considerem um outro caso semelhante, em que nenhum papel desempenha o intérprete perturbado pelo ocultismo. Amiúde devem os leitores ter estado em posição de comparar a anamnese e as informações sobre a doença, dadas durante a primeira sessão por qualquer neurótico, com o que dele obtiveram após alguns meses de psicanálise. À parte as abreviações inevitáveis, quantas coisas essenciais foram omitidas ou suprimidas, quantas conexões foram deslocadas; na realidade, quanto de incorreto ou inverídico lhes foi contado naquela primeira ocasião! Não me chamarão de hipercrítico se recusar-me, nas circunstâncias, a fazer qualquer pronunciamento sobre se o sonho em causa é um evento telepático, uma realização particularmente sutil por parte do inconsciente do que sonhou, ou se deve simplesmente ser tomado como uma coincidência notável. Nossa curiosidade deve satisfazer-se com a esperança de que, em alguma ocasião posterior, seja possível efetuar um exame oral pormenorizado do que sonhou. Mas não podem dizer que esse resultado de nossa investigação os desapontou, porque os preparei para ele; disse-lhes que não ouviriam nada que lançasse luz sobre o problema da telepatia.

Se agora passarmos ao tratamento analítico do sonho, seremos novamente obrigados a expressar nossa insatisfação. Os pensamentos que aquele que sonhou associa ao conteúdo manifesto do sonho, são mais uma vez insuficientes e não nos permitem efetuar qualquer análise do sonho. Por exemplo, o sonho entra em grandes pormenores sobre as semelhanças das crianças com os pais, discute a cor de seus cabelos e a provável mudança de cor numa idade posterior, e como explicação desses elaborados detalhes recebemos apenas, do que sonhou, a árida informação de que sempre se interessou por questões de semelhança e hereditariedade. Estamos acostumados a esperar um material bastante mais amplo que este! Em determinado ponto, porém, o sonho admite uma interpretação analítica e exatamente nesse ponto a análise, que sob outros aspectos não possui conexão com o ocultismo, vem em auxílio da telepatia de uma maneira digna de nota. É apenas por causa desse ponto isolado que lhes estou pedindo sua atenção para este sonho.

Corretamente falando, o sonho não tem qualquer direito a ser chamado de ‘telepático’. Não informou quem o sonhou de nada que (fora de seu conhecimento normal) se estivesse realizando noutro lugar. O que o sonho contou foi algo inteiramente diferente do acontecimento comunicado no telegrama recebido no segundo dia após a noite do sonho. Este e a ocorrência real divergem num ponto particularmente importante, mas concordam, afóra a coincidência de tempo, noutro elemento muito interessante. No sonho, a *esposa* do que sonhou teve gêmeos. A ocorrência, contudo, fora que a filha dele dera à luz gêmeos, em sua casa distante. O que sonhou não desprezou essa diferença; não parecia conhecer nenhum modo de superá-la e como, de acordo com seu próprio relato, não tinha inclinações para o oculto, perguntava apenas, de modo bastante experimental, se a coincidência entre o sonho e a ocorrência sobre o ponto do nascimento de gêmeos poderia ser mais que um acidente. A interpretação analítica dos sonhos, contudo, extingue essa diferença entre o sonho e o acontecimento e dá a ambos o mesmo conteúdo. Se consultarmos o material associado ao sonho, ele mostra, a despeito de sua dispersão, que existia um vínculo íntimo de sentimento entre o pai e a filha, um vínculo de sentimento que é tão costumeiro e natural que deveríamos deixar de nos envergonharmos dele, um vínculo que, na vida cotidiana, simplesmente se expressa como um interesse terno e só é impulsionado à sua conclusão lógica nos sonhos. O pai sabia que a filha se aferrava a ele, estava convencido de que amiúde pensara nele durante o trabalho de parto. Penso que, em seu coração, dera-a de má vontade ao genro, a que, em uma das cartas, faz algumas referências depreciativas. Na ocasião do parto (esperado ou comunicado por telepatia) o desejo inconsciente tornou-se ativo na parte reprimida de sua mente: ‘ela deveria ser minha (segunda) esposa’; foi esse desejo que deformou os pensamentos oníricos e constituiu a causa da diferença entre o conteúdo manifesto do sonho e o acontecimento. Temos o direito de substituir, no sonho, a segunda esposa pela filha. Se possuíssemos mais associações com o sonho, poderíamos indubitavelmente verificar e aprofundar esta interpretação.

E agora cheguei ao argumento que quero apresentar-lhes. Esforçamo-nos por manter a imparcialidade mais estrita e permitimos que duas concepções do sonho se classificassem como igualmente prováveis e igualmente não provadas. Segundo a primeira, o sonho é uma reação a uma mensagem telepática: ‘sua filha acabou de trazer gêmeos ao mundo’. De acordo com a segunda, está subjacente ao sonho um processo inconsciente de pensamento capaz de ser reproduzido mais ou menos assim: ‘Hoje é o dia em que o parto deveria realizar-se, se é que aqueles jovens em Berlim estão realmente errados de um mês em seus cálculos, como suspeito. E se minha (primeira) esposa ainda estivesse viva, certamente não ficaria contente com um só neto. Para agradá-la, teria de haver pelo menos gêmeos.’ Estando certa essa segunda opinião não surge nenhum problema novo. Trata-se simplesmente de um sonho como qualquer outro. Os pensamentos oníricos (pré-conscientes), tal como delineados acima, são reforçados pelo desejo (inconsciente) de que nenhuma outra mulher senão a filha deveria ser a segunda esposa do que sonhou e assim surge o sonho manifesto, tal como nos foi descrito.

Se preferirem pressupor que uma mensagem telepática sobre o parto da filha chegou ao que dormia, surgem novas questões da relação de uma mensagem como esta com um sonho e de

sua influência na formação dos sonhos. A resposta não se acha distante, sendo bastante clara. Uma mensagem telepática será tratada como uma parte do material que entra na formação de um sonho, como qualquer outro estímulo externo ou interno, como um ruído perturbador na rua ou uma insistente sensação orgânica no próprio corpo do que dorme. Em nosso exemplo, é evidente a maneira pela qual a mensagem, com a ajuda de um desejo reprimido à espreita, remodelou-se numa realização de desejo; infelizmente, não é tão fácil demonstrar que se combinou com outros materiais que se tornaram ativos ao mesmo tempo, misturando-se com eles para formar um sonho. As mensagens telepáticas - se temos justificativa para reconhecer sua existência - não provocam assim alteração no processo de formação de um sonho; a telepatia nada tem a ver com a natureza dos sonhos. E, a fim de evitar a impressão de que estou tentando ocultar uma noção vaga por trás de palavras abstratas e bem sonantes, estou pronto a repetir: a natureza essencial dos sonhos consiste no processo peculiar da ‘elaboração onírica’, que, com o auxílio de um desejo inconsciente, transporta os pensamentos pré-conscientes (resíduos diurnos) para o conteúdo manifesto do sonho. O problema da telepatia interessa aos sonhos tanto quanto o problema da ansiedade.

Tenho esperanças de que irão pressupor isso; irão porém levantar a objeção de que, não obstante, existem outros sonhos telepáticos em que não há diferença entre o acontecimento e o sonho e nos quais nada mais se pode encontrar senão uma reprodução não deformada do evento. Em minha própria experiência, não tenho conhecimento desses sonhos, mas sei que foram muitas vezes comunicados. Se presumirmos a necessidade de lidarmos com um sonho telepático assim, indisfarçado e inadulterado, surgirá outra questão. Deveríamos chamar essa experiência telepática realmente de ‘sonho’? Certamente o farão enquanto se ativerem à praxe popular, segundo a qual tudo o que acontece na vida mental durante o sono é chamado de sonho. Vocês, também, talvez digam: ‘Agitei-me no sonho’ e ainda se acham menos conscientes de alguma incorreção quando falam: ‘Derramei lágrimas no sonho’ ou ‘Senti-me apreensivo no sonho’. Mas sem dúvida notarão que em todos esses casos estão empregando ‘sonho’, ‘sono’ e ‘estado de estar adormecido’ intercambiavelmente, como se não houvesse distinção entre eles. Penso que seria interessante para a precisão científica manter ‘sonho’ e ‘estado de sono’ mais distintamente separados. Por que deveríamos fornecer uma contrapartida à confusão evocada por Maeder que, por recusar-se a distinguir entre a elaboração onírica e os pensamentos oníricos latentes, descobriu uma nova função para os sonhos? Supondo-se, então, que somos colocados frente a frente com um ‘sonho’ telepático puro, denominemo-lo de preferência, em vez de ‘sonho’, de experiência telepática em um estado de sono. Um sonho sem condensação, deformação, dramatização e, acima de tudo, sem realização de desejo, certamente não merece esse nome. Recordar-me-ão de que, sendo assim, existem *outros* produtos mentais no sono a que o direito de serem chamados ‘sonhos’ teria de ser recusado. Experiências reais do dia são, às vezes, simplesmente repetidas no sono; reproduções de cenas traumáticas em ‘sonhos’ [ver em [1]] levaram-nos ainda ultimamente a revisar a teoria dos sonhos. Há sonhos que devem ser distinguidos do tipo habitual por certas qualidades especiais que, dizendo corretamente, nada mais são que fantasias noturnas, não havendo sofrido acréscimos ou alterações de espécie alguma e sendo, sob todos os outros

aspectos, semelhantes aos familiares devaneios ou sonhos diurnos. Seria esquisito, sem dúvida, excluir essas estruturas do domínio dos ‘sonhos’. Entretanto, todas elas provêm de dentro, são produtos de nossa vida mental, ao passo que a própria concepção do sonho puramente ‘telepático’ reside em ser ele uma percepção de algo externo perante o qual a mente permanece passiva e receptiva.

II

O segundo caso que apresentarei à observação, na realidade segue outras linhas. Não se trata de um sonho telepático, mas de um sonho recorrente da infância em diante, em uma pessoa que teve muitas experiências telepáticas. A sua carta, que reproduzirei aqui, contém certas coisas notáveis a cujo respeito não podemos formar nenhum julgamento. Uma parte dela é de interesse quanto ao problema da relação da telepatia com os sonhos.

(1) ‘...Meu médico, Herr Dr. N., aconselha-me a fornecer-lhe um relato de um sonho que me perseguiu durante uns 30 ou 32 anos. Estou seguindo o conselho dele e talvez o sonho possa interessar ao senhor, sob algum aspecto científico. Desde que, em sua opinião, esses sonhos devem remontar sua origem a uma experiência de natureza sexual nos primeiros anos de minha infância, relato algumas reminiscências dela. São experiências cuja impressão em mim ainda persiste, e seu caráter foi tão acentuado que chegaram ao ponto de determinar minha religião.

‘Permita-me que lhe peça para notificar-me de que maneira o senhor explica esse sonho e se não será possível bani-lo de minha vida, porque ele me assombra com um fantasma e as circunstâncias que o acompanham - sempre caio da cama e já me infligi danos não pouco consideráveis - tornam-no particularmente desagradável e aflitivo.’

(2) ‘Tenho 37 anos de idade, sou muito forte e me encontro em boa saúde física, mas na infância tive, além de sarampo e escarlatina, uma crise de nefrite. Além disso, aos cinco anos de idade, tive uma inflamação muito grave nos olhos que me deixou com visão dupla. As imagens ficam em ângulo umas com as outras e seu contorno é enevoadado, enquanto as cicatrizes das úlceras afetam a clareza da visão. Na opinião do especialista, não existe nada mais a ser feito e nenhuma possibilidade de melhora. O lado esquerdo de meu rosto é repuxado para cima, por ter de retesar o olho esquerdo para ver melhor. À força de prática e determinação, posso fazer os mais delicados trabalhos de agulha; e semelhantemente, quando

ainda menina de seis anos, curei-me do estrabismo praticando em frente do espelho, de modo que hoje não existe sinal externo do defeito na visão.

‘Desde os meus primeiros anos fui sempre solitária. Mantinha-me separada das outras crianças e tinha visões (clarividência e clariaudição). Não era capaz de distingui-las da realidade e, conseqüentemente, amiúde me descobria em conflito com outras pessoas, em posições embaraçosas, do que resultou haver-me tornado uma pessoa muito reservada e tímida. Porque desde muito pequena já sabia muito mais do que poderia haver aprendido, simplesmente não entendia as crianças de minha própria idade. Eu mesma sou a mais velha de uma família de doze.

‘Dos seis aos dez anos freqüentei a escola paroquial e até os dezesseis o ginásio das Freiras Ursulinas em B -. Aos dez anos já havia aprendido tanto francês em quatro semanas e oito lições quanto as outras crianças aprendem em dois anos. Tinha apenas de praticar, falando. Era como se já o tivesse sabido e apenas esquecido. Nunca precisei aprender francês, em contraste com o inglês, que não me causou problemas, certamente, mas que eu desconhecia de antemão. Com o latim sucedeu-me como o francês e jamais o aprendi corretamente, conhecendo-o apenas do latim eclesiástico, o qual, contudo, é-me inteiramente familiar. Se hoje leio um livro em francês, passo de imediato a pensar em francês, ao passo que o mesmo jamais me ocorre com o inglês embora o domine melhor. Meus pais são gente do campo que, por gerações, nunca falaram outro idioma que o alemão e o polonês.

‘*Visões.* - Às vezes a realidade se desvanece por alguns momentos e vejo algo inteiramente diferente. Em minha casa, por exemplo, amiúde vejo um casal idoso e uma criança e a casa acha-se então diferentemente mobiliada. No sanatório, certa vez, uma amiga veio a meu quarto por volta das quatro da manhã; estava acordada, com a lâmpada acesa e sentada à mesa, lendo, porque sofro muito de insônia. A sua aparição sempre significa uma época penosa para mim, como o foi nessa ocasião.

‘Em 1914, meu irmão se encontrava no serviço ativo; eu não estava com meus pais em B -, mas em Ch -. Eram 10 da manhã de 22 de agosto quando ouvi a voz de meu irmão chamando: “Mãe! Mãe!” Aconteceu de novo dez minutos depois, mas nada vi. Em 24 de agosto voltei para casa e encontrei minha mãe muitíssimo deprimida; em resposta às minhas perguntas, disse-me que recebera uma mensagem do rapaz em 22 de agosto. Estivera no jardim pela manhã, quando o ouvira chamar: “Mãe! Mãe!” Acalmei-a e nada lhe disse sobre mim mesma. Três semanas depois chegou um cartão de meu irmão, escrito em 22 de agosto, entre 9 e 10 da manhã; logo após, ele morreu.

‘Em 27 de setembro de 1921, enquanto me achava no sanatório, recebi uma mensagem de algum tipo. Houve violentas batidas, duas ou três repetidas, na cama da paciente que dividia o quarto comigo. Estávamos ambas acordadas; perguntei-lhe se havia batido, porém ela nem mesmo ouvira coisa alguma. Oito semanas mais tarde soube que uma de minhas amigas havia

morrido na noite de 26 para 27 de setembro.

‘Agora, algo que é encarado como uma alucinação, questão de opinião! Tenho uma amiga que se casou com um viúvo com cinco filhos; vim a conhecer o marido apenas através de minha amiga. Quase sempre quando ia visitá-la, via uma senhora entrando e saindo da casa. Era natural supor que se tratasse da primeira esposa do marido. Numa ocasião conveniente, pedi para ver um retrato dela, mas não pude identificar a aparição com a fotografia. Sete anos depois vi um retrato com as feições da senhora, pertencente a um dos filhos. Era realmente a primeira esposa. No retrato, ela parecia em muito boa saúde; acabara de fazer um tratamento para engordar e isso altera o aspecto de uma paciente tísica. Estes são apenas alguns exemplos entre muitos.

‘*O sonho [recorrente]. - Vi uma língua de terra rodeada de água. As vagas eram impelidas para a frente e, depois, para trás, pelas ondas de rebentação. Nesse pedaço de terra erguia-se uma palmeira, um tanto torcida em direção da água. Uma mulher passara o braço em torno do caule da palmeira e se inclinava para a água, onde um homem tentava alcançar a praia. Por fim, ela deitou-se no solo, agarrou-se fortemente à palmeira com a mão esquerda e estendeu a mão direita tão longe quanto podia na direção do homem na água, mas sem alcançá-lo.* Nesse ponto, caio da cama e acordo. Tinha aproximadamente 15 ou 16 anos de idade quando compreendi que essa mulher era eu própria e, a partir dessa época, não apenas experimentei todas as suas apreensões em relação ao homem, mas, às vezes, me detive lá, como uma terceira pessoa, olhando para a cena sem participar dela. Já tive esse sonho também em cenas separadas. Quando em mim despertou algum interesse pelos homens (dos 18 aos 20 anos de idade), tentei ver o rosto do homem, mas isso nunca foi possível. A espuma ocultava tudo, salvo sua nuca e a parte de trás da cabeça. Duas vezes estive noiva, mas, a julgar por sua cabeça e compleição, ele não era nenhum dos dois homens com quem fui comprometida. Certa vez, deitada no sanatório, sob a influência do paraldeído, vi o rosto do homem, o qual agora sempre vejo no sonho. Era o rosto do médico sob cujos cuidados me achava. Gostava dele como médico, mas não me sentia atraída por ele de nenhuma outra forma.

‘*Lembranças. Seis a nove meses de idade.* - Achava-me num carrinho de bebê. À minha direita estavam dois cavalos; um deles, de cor castanha, olhava-me muito atenta e expressivamente. Foi a minha mais vívida experiência; tive a impressão de tratar-se de um ser humano.

‘*Um ano de idade.* - Papai e eu no parque municipal, onde um guarda do parque estava pondo um passarinho em minha mão. Seus olhos fitaram os meus. Senti: “Essa é uma criatura como você.”

‘*Animais sendo abatidos.* - Quando ouvia os porcos gritando, sempre pedia socorro e gritava: “Você está matando uma pessoa!” (quatro anos de idade). Sempre me recusei a comer carne.

A carne de porco invariavelmente me faz vomitar. Somente durante a guerra vim a comer carne e apenas contra a vontade; agora estou aprendendo a passar novamente sem ela.

‘*Cinco anos de idade*. - Minha mãe estava dando à luz e eu a ouvia gritar. Tive a sensação: “Há um ser humano ou um animal em grande aflição”, tal como tivera quando da matança dos porcos.

‘Em criança fui inteiramente indiferente aos assuntos sexuais; aos dez anos ainda não tinha concepção das ofensas contra a castidade. A menstruação apareceu aos doze anos. A mulher despertou pela primeira vez em mim aos vinte e seis, após haver dado vida a um filho; até essa ocasião (seis meses) constantemente tinha vômitos violentos após a relação. Isso também acontecia sempre que me achava de ânimo deprimido.

‘Tenho poderes de observação extraordinariamente agudos e uma audição excepcionalmente nítida, além de um sentido muito agudo do olfato. De olhos vendados, posso apontar pelo cheiro as pessoas que conheço entre um certo número de outras.

‘Não encaro meus poderes anormais de visão e audição como patológicos, mas atribuo-os a percepções mais refinadas e a uma maior rapidez de pensamento; porém só falei disso ao meu pastor e ao Dr. - (ao último, muito contra a vontade, pois receava que me dissesse serem qualidades *negativas* aquilo que eu encarava como qualidades *positivas*, e também porque, de tanto ser mal interpretada na infância, sou muito reservada e tímida).’

O sonho que a autora da carta nos pede para interpretar não é difícil de compreender. Trata-se de um sonho de resgatar das águas, um sonho típico de nascimento. A linguagem do simbolismo, como estão cientes, não conhece gramática; é um caso extremo de uma linguagem de infinitivos e mesmo o ativo e o passivo são representados por uma só e mesma imagem. Se, num sonho, uma mulher puxa (ou tenta puxar) um homem para fora das águas, isso pode significar que deseja ser sua mãe (toma-o por filho, como a filha do Faraó fez com Moisés) ou pode significar seu desejo de que ele a transforme em mãe: quer ter um filho dele, o qual, como semelhança dele, possa ser seu equivalente. O caule a que a mulher se aferrava, facilmente se identifica como um símbolo fálico, ainda que não esteja ereto, mas inclinado no sentido da superfície das águas - no sonho, a palavra é ‘torcido’. A arremetida e o recuo das ondas de rebentação trouxe à mente de outra pessoa que relatava um sonho semelhante, uma comparação com as dores intermitentes do trabalho de parto, e ao perguntar-lhe, sabendo que ela ainda não havia tido um filho, como sabia dessa característica do trabalho de parto, respondeu que o imaginava como uma espécie de cólica - psicologicamente, uma descrição inteiramente impecável. Forneceu a associação ‘As Vagas do Mar e do Amor’. O modo como a nossa presente sonhadora, em idade tão precoce, possa ter chegado aos mais refinados detalhes do simbolismo - língua de terra, palmeira -, acho-me naturalmente incapaz de dizê-lo. Não devemos, ademais, desprezar o fato de que, quando as pessoas asseveram serem há anos

perseguidas pelo mesmo sonho, acontece com frequência que o conteúdo manifesto não é inteiramente o mesmo. Somente o âmago do sonho é que recorreu a cada vez; os pormenores do conteúdo são alterados ou acréscimos lhe são efetuados.

Ao final do sonho, que se acha claramente evidado de ansiedade, ela cai do leito. Esta é uma nova representação do nascimento. A investigação analítica do medo às alturas, do temor do impulso de arrojarse de uma janela, sem dúvida conduziram, todos, à mesma conclusão.

Quem é o homem, de quem aquela que sonhou deseja ter um filho ou de cuja semelhança gostaria de ser a mãe? Frequentemente tentou ver-lhe o rosto, mas o sonho jamais lhe permitiu isso; o homem tinha de permanecer *incógnito*. Sabemos de incontáveis análises o que significa esse ocultamento e a conclusão que basearíamos na analogia é certificada por outra afirmativa da sonhadora. Sob a influência do paraldeído, reconheceu certa vez o rosto do homem do sonho como o rosto do médico do hospital que a estava tratando e que nada significava para sua vida emocional consciente. O original, assim, nunca divulgou sua identidade, mas essa sua impressão em ‘transferência’ estabeleceu a conclusão de que anteriormente deve ter sido sempre o seu pai. Ferenczi [1917] está perfeitamente certo ao apontar que esses ‘sonhos do insuspeitante’ constituem valiosas fontes de informações, confirmando as conjecturas da análise. Aquela que sonhou era a mais velha de doze filhos; quantas vezes não deve ter sofrido as dores do ciúme e do desapontamento, quando não era ela, e sim a mãe, que conseguia do pai o filho por que ansiava!

A sonhadora muito corretamente imaginou que suas primeiras lembranças da infância seriam valiosas para a interpretação de seu sonho precoce e recorrente. Na primeira cena, antes de contar um ano de idade, enquanto estava sentada em seu carrinho, viu dois cavalos a seu lado, um deles olhando para ela. Descreve-o como sendo sua mais vívida experiência; teve a impressão de tratar-se de um ser humano. É um sentimento que só podemos compreender se presumirmos que os dois cavalos representavam, neste caso, como é tão freqüente, um casal: o pai e a mãe. Foi, por assim dizer, um vislumbre de totemismo infantil. Se pudéssemos, perguntaríamos à autora se o cavalo *castanho* que a olhava tão humanamente não poderia ser identificado, pela cor, com seu pai. A segunda recordação estava associativamente vinculada à primeira mediante o mesmo olhar ‘compreensivo’. Tomar o passarinho na mão, contudo, recorda ao analista, que possui opiniões preconcebidas próprias, de um aspecto no sonho em que a mão da mulher estava em contato com outro símbolo fálico.

As duas lembranças seguintes são da mesma categoria e impõem exigências ainda mais fáceis ao intérprete. A mãe a gritar durante o parto recordou diretamente a filha dos porcos guinchando ao serem abatidos e levou-a no mesmo frenesi de piedade. Podemos, entretanto, também conjecturar que isso constituía uma relação violenta contra um irado desejo de morte dirigido contra a mãe.

Com tais indicações de ternura pelo pai, de contato com os órgãos genitais dele e de desejos de morte contra a mãe, fica esboçado o delineamento do complexo de Édipo feminino. A longa conservação de sua ignorância sobre assuntos sexuais e sua frigidez em um período posterior corroboram essas suposições. A autora da carta tornou-se em potencial (e, sem dúvida, realmente, por vezes) uma neurótica histérica. Para sua própria felicidade, as forças da vida carregaram-na consigo. Despertaram nela os sentimentos sexuais de mulher e trouxeram-lhe as alegrias da maternidade e a capacidade de trabalhar. Uma parte de sua libido, porém, ainda se aferra a seus pontos de fixação na infância; ela ainda tem o sonho que a arroja para fora do leite e a pune por sua escolha incestuosa de objeto com ‘danos de não pequena monta’.

E agora se espera que uma explicação, dada por escrito por um médico que é um estranho para ela, realize o que todas as experiências mais importantes de sua vida posterior não puderam fazer! Provavelmente uma análise regular, prosseguida durante um tempo considerável, obteria êxito no caso. Pelas coisas como sucederam, fui obrigado a contentar-me com escrever-lhe que estava convencido de que ela sofria dos efeitos ulteriores de um forte vínculo emocional ligando-a ao pai e de uma correspondente identificação com a mãe, mas que não esperava que essa explicação a ajudasse. As curas espontâneas das neuroses geralmente deixam atrás de si cicatrizes e estas se tornam novamente doloridas de tempos em tempos. Ficamos muito orgulhosos de nossa arte se conseguimos uma cura pela psicanálise, mas ainda nesse ponto nem sempre podemos impedir a formação de uma dolorosa cicatriz como resultado.

A pequena série de reminiscências deve prender um pouco mais a nossa atenção. Afirmei noutra parte que essas cenas de infância constituem ‘lembranças encobridoras’, selecionadas num período posterior, reunidas e não infreqüentemente falsificadas no processo. Esse remodelamento subsequente serve a um fim às vezes fácil de adivinhar. Em nosso caso, quase se pode ouvir o ego da autora a glorificar-se ou acalmar-se por meio dessa série de recordações: ‘Fui desde a infância uma criatura nobre e compassiva. Aprendi muito cedo que os animais têm alma como nós e não podia suportar a crueldade para com eles. Os pecados da carne achavam-se longe de mim e conservei minha castidade até bem tarde na vida.’ Com declarações como essas ela se encontrava contradizendo em voz alta as inferências que temos de fazer sobre sua primeira infância, com base em nossa experiência analítica; ou seja, que ela tinha em abundância impulsos sexuais prematuros e violentos sentimentos de ódio pela mãe e pelos irmãos e irmãs mais moços. (Ao lado da significação genital que acabei de lhe atribuir, o passarinho pode ser também o símbolo de uma criança, como todos os animais pequenos; sua recordação, assim acentuava com muita insistência o fato de ter essa pequena criatura o mesmo direito de existir que ela própria.) Conseqüentemente, a curta série de recordações fornece um exemplo muito bom de uma estrutura mental com um duplo aspecto. Vista superficialmente, podemos encontrar nela a expressão de uma idéia abstrata, aqui como de praxe com uma referência ética. Na nomenclatura de Silberer, a estrutura possui um conteúdo *anagógico*. Com uma investigação mais profunda ela se revela como uma cadeia de fenômenos pertinentes à região da vida reprimida dos instintos: apresenta o seu conteúdo *psicanalítico*. Como sabem, Silberer, um dos primeiros a advertir-nos para não perder de

vista o lado mais nobre da alma humana, apresentou a opinião de que todos, ou quase todos, os sonhos permitem tal interpretação dupla, uma mais pura, anagógica, ao lado da ignóbil, psicanalítica. Entretanto, isso infelizmente não é assim. Pelo contrário, uma supra-interpretação desse tipo raramente é possível. Pelo que eu saiba, nenhum exemplo válido de tal análise onírica com duplo sentido foi publicado até o presente, porém observações dessa espécie podem amiúde ser feitas sobre a série de associações produzidas por nossos pacientes durante o tratamento analítico. Por um lado, as idéias sucessivas são ligadas por uma linha de associação que é clara para os olhos, ao passo que, por outro, damos-nos conta de um tema subjacente que é mantido em segredo, porém ao mesmo tempo desempenhando um papel em todas essas idéias. O contraste entre os dois temas que regem a mesma série de idéias nem sempre é o existente entre o altaneiro anagógico e o reles psicanalítico; é, antes, um contraste entre idéias ofensivas e idéias respeitáveis ou indiferentes, fato que facilmente explica por que surge essa cadeia de associações com determinação dupla. Em nosso presente exemplo, naturalmente não é acidental que as interpretações anagógica e psicanalítica estejam em contraste tão nítido uma com a outra; ambas se relacionam ao mesmo material e a última tendência não era outra senão a das formações reativas, erguidas contra os impulsos instintuais repudiados.

Aliás, por que procurarmos uma interpretação psicanalítica em vez de contentar-nos com a anagógica, mais acessível? A resposta está vinculada a muitos outros problemas - à existência em geral da neurose e às explicações que ela inevitavelmente exige -, ao fato de que a virtude não recompensa um homem com tanta alegria e força na vida como seria de esperar, como se trouxesse consigo muito de sua origem (aquela que sonhou, do mesmo modo, não fora recompensada por sua virtude), e vinculada a outras coisas que não preciso debater perante esta assistência.

Até aqui, contudo, negligenciamos completamente a questão da telepatia, o outro ponto de interesse para nós, neste caso; é, pois, hora de retornarmos a ele. Em certo sentido temos aqui uma tarefa mais fácil do que no caso de Herr H. Com uma pessoa que tão fácil e precocemente na vida perdeu o contato com a realidade e a substituiu pelo mundo da fantasia, é irresistível a tentação de vincular suas experiências telepáticas e 'visões' à sua neurose e derivá-las dela, embora aqui também não devemos permitir-nos ser enganados quanto à força lógica de nossos próprios argumentos. Estaremos simplesmente substituindo o que é desconhecido e ininteligível por possibilidades que, pelo menos, são compreensíveis.

Em 22 de agosto de 1914, às 10 horas da manhã, nossa correspondente experimentou a impressão telepática de que seu irmão, na ocasião em serviço ativo, estava chamando: 'Mamãe! Mamãe!' O fenômeno foi puramente acústico e repetiu-se pouco depois, mas nada foi visto. Dois dias mais tarde, encontrou a mãe e achou-a muito deprimida, porque o rapaz se lhe anunciara com um repetido chamado de 'Mamãe! Mamãe!' Ela imediatamente lembrou-se da mesma mensagem telepática que experimentara no mesmo tempo e, na realidade, algumas semanas depois, foi estabelecido que o jovem soldado morrera naquele dia, na hora

mencionada.

Não se pode provar, mas também não se pode refutar, que, em vez disso, o que ocorreu foi o seguinte: Certo dia a mãe lhe dissera que o filho lhe enviara uma mensagem telepática, em consequência do que imediatamente lhe ocorrera no espírito haver tido a mesma experiência, na mesma ocasião. Tais ilusões da memória surgem na mente com uma força constrangedora que haurem de fontes reais, mas transformam a realidade psíquica em realidade material. A força da ilusão reside em constituir ela uma maneira excelente de expressar a inclinação da irmã a identificar-se com a mãe: ‘A senhora está ansiosa sobre o rapaz, mas eu sou a mãe dele realmente e seu grito se dirigia a mim; fui *eu* que recebi essa mensagem telepática.’ A irmã, naturalmente, rejeitaria firmemente nossa tentativa de explicação e aferrar-se-ia à crença na autenticidade de sua experiência. Não poderia, contudo, agir de outra forma. Estaria fadada a acreditar na realidade do efeito patológico enquanto a realidade de suas premissas inconscientes lhe fosse desconhecida. Todos os delírios semelhantes derivam sua força e seu caráter inexpugnável do fato de possuírem fonte na realidade psíquica inconsciente. Observo de passagem que não nos cumpre explicar aqui a experiência da mãe ou investigar sua autenticidade.

O irmão morto contudo não era apenas o filho imaginário de nossa correspondente; representava também um rival a quem havia encarado com ódio desde o dia de seu nascimento. Procede amplamente o fato de que a maioria de todas as notificações telepáticas se relacionam com a morte ou com a possibilidade de morte; quando pacientes em análise se detêm contando-nos da freqüência e da infalibilidade de suas sombrias previsões, podemos com igual regularidade demonstrar-lhes que estão nutrindo desejos de morte particularmente intensos em seus inconscientes contra suas relações mais chegadas e, assim, estiveram por muito tempo suprimindo-as. O paciente cuja história relatei em 1909 foi um exemplo apropriado desse aspecto: era chamado de ‘abutre’ por suas relações. Mas quando esse homem bondoso e altamente inteligente - que já pereceu na guerra - começou a fazer progressos no sentido da recuperação, forneceu-me ele uma assistência considerável no esclarecimento de seus próprios truques psicológicos conjurativos. Da mesma maneira, parece prescindir de outra explicação o relato fornecido pela carta de nosso primeiro correspondente, de como ele e os irmãos haviam recebido a notícia da morte do irmão mais novo como algo de que há muito tempo estiveram interiormente cômicos [ver em [1]]. Todos os irmãos mais velhos teriam estado igualmente convencidos da superfluidade da chegada do mais jovem.

Eis outra das ‘visões’ daquela que sonhou, que provavelmente se tornará mais inteligível à luz do conhecimento analítico. As amigas obviamente tinham grande significação em sua vida emocional. Ainda há pouco a morte de uma delas lhe foi transmitida por uma batida, à noite, na cama de uma companheira de quarto no sanatório. Outra amiga, muitos anos antes, casara-se com um viúvo com muitos (cinco) filhos. Por ocasião de suas visitas à casa deles ela via regularmente a aparição de uma senhora, que não podia deixar de supor que fosse a primeira

esposa do marido. Isso não permitiu a princípio confirmação e só virou certeza para ela sete anos mais tarde, quando da descoberta de uma fotografia recente da falecida. Essa realização à guisa de uma visão por parte de nossa correspondente tinha a mesma dependência íntima dos complexos familiares que nos são conhecidos, que o seu pressentimento da morte do irmão. Identificando-se com a amiga, podia, na pessoa desta, encontrar a realização de seus próprios desejos, de vez que toda filha mais velha de uma família numerosa constrói em seu inconsciente a fantasia de tornar-se a segunda esposa do pai, com a morte da mãe. Se esta está enferma ou morre, a filha mais velha assume naturalmente seu lugar em relação aos irmãos e irmãs mais novos e pode mesmo assumir certa parte das funções da esposa, com respeito ao pai. O desejo inconsciente preenche a outra parte.

Encontro-me agora quase ao final do que desejo dizer. Poderia, contudo, acrescentar a observação de que os exemplos de mensagens ou produções telepáticas aqui estudados estão claramente vinculados a emoções pertinentes à esfera do complexo de Édipo. Isso pode soar como espantoso, contudo não pretendo apresentá-lo como uma grande descoberta. Preferiria remeter-me ao resultado a que chegamos pela investigação do sonho que considerei em primeiro lugar. A telepatia não possui relação com a natureza essencial dos sonhos e não pode em absoluto aprofundar o que já compreendemos deles através da análise. Por outro lado, a psicanálise pode realizar algo para fazer avançar o estudo da telepatia, na medida em que, com auxílio de suas interpretações, muitas das enigmáticas características dos fenômenos telepáticos podem tornar-se mais inteligíveis para nós; ou então outros fenômenos, ainda duvidosos, podem, pela primeira vez e definitivamente, ser confirmados como de natureza telepática.

Resta apenas um elemento da vinculação aparentemente íntima entre a telepatia e os sonhos, não influenciado por nenhuma dessas considerações: o fato incontestável de o sono criar condições favoráveis à telepatia. O sono, na verdade, não é indispensável à ocorrência de processos telepáticos, originem-se eles de mensagens ou da atividade inconsciente. Se ainda não sabem, aprendê-lo-ão do exemplo dado por nossa segunda correspondente, da mensagem do jovem que chegou entre as 9 e as 10 da manhã. Deve-se acrescentar, contudo, que ninguém tem o direito de protestar contra as ocorrências telepáticas se o evento e a notificação (ou mensagem) não coincidem exatamente em tempo astronômico. É perfeitamente concebível uma mensagem telepática poder chegar contemporaneamente ao evento e, contudo, só penetrar na consciência na noite seguinte, durante o sono (ou, mesmo na vida desperta, somente após algum tempo, durante alguma pausa na atividade da mente). Como sabem, somos de opinião que a própria formação onírica não espera necessariamente o início do sono para começar. Repetidamente os pensamentos oníricos latentes podem ter estado preparando-se durante todo o dia, até que, à noite, processam o contato com o desejo inconsciente que os modela em um sonho. Mas, se o problema da telepatia é apenas uma atividade da mente inconsciente, então, naturalmente nenhum problema novo se nos apresenta. Pode-se, assim, pressupor que as leis da vida mental inconsciente se aplicam à telepatia.

Dei-lhes porventura a impressão de que estou secretamente inclinado a apoiar a realidade da telepatia no sentido do oculto? Se for assim, lamentaria muito que seja tão difícil evitar dar essa impressão. Isso porque, na realidade, estive ansioso por ser estritamente imparcial. Tenho todas as razões para sê-lo, visto não possuir opinião sobre o assunto e nada conhecer a seu respeito.

ALGUNS MECANISMOS NEURÓTICOS NO CIÚME, NA PARANÓIA E NO HOMOSSEXUALISMO (1922)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

ÜBER EINIGE NEUROTISCHE MECHANISMEN BEIEIFERSUCHT, PARANOIA
UND HOMOSEXUALITÄT

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1922 *Int. Z. Psychoanal.*, 8, (3) 249-58.

1924 *G.S.*, 5, 387-99.

1924 *Psychoanalyse der Neurosen*, 125-39.

1931 *Neurosenlehre und Technik*, 173-86.

1940 *G.W.*, 13, 195-207.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘Certain Neurotic Mechanism in Jealousy, Paranoia and Homosexuality’

1923 *Int. J. Psycho-Anal.*, 4, 1-10. (Trad. de Joan Riviere.)

1924 *C.P.*, 2, 232-43. (Mesma tradutora.)

A presente tradução inglesa baseia-se na publicada em 1924; o título foi modificado.

Informa-nos o Dr. Ernest Jones que este artigo foi lido por Freud a um pequeno grupo de amigos nas Montanhas do Harz em setembro de 1921, na mesma ocasião em que o artigo sobre ‘Psicanálise e Telepatia’. (Ver antes, pág. 187.)

ALGUNS MECANISMOS NEURÓTICOS NO CIÚME, NA PARANÓIA E NO HOMOSSEXUALISMO

A

O ciúme é um daqueles estados emocionais, como o luto, que podem ser descritos como normais. Se alguém parece não possuí-lo, justifica-se a inferência de que ele experimentou severa repressão e, conseqüentemente, desempenha um papel ainda maior em sua vida mental inconsciente. Os exemplos de ciúme anormalmente intenso encontrados no trabalho analítico revelam-se como constituídos de três camadas. As três camadas ou graus do ciúme podem ser descritas como ciúme (1) *competitivo* ou normal, (2) *projetado*, e (3) *delirante*.

Não há muito a dizer, do ponto de vista analítico, sobre o ciúme normal. É fácil perceber que essencialmente se compõe de pesar, do sofrimento causado pelo pensamento de perder o objeto amado, e da ferida narcísica, na medida em que esta é distinguível da outra ferida; ademais, também de sentimentos de inimizade contra o rival bem-sucedido, e de maior ou menor quantidade de autocrítica, que procura responsabilizar por sua perda o próprio ego do sujeito. Embora possamos chamá-lo de normal, esse ciúme não é, em absoluto, completamente racional, isto é, derivado da situação real, proporcionado às circunstâncias reais e sob o controle completo do ego consciente; isso por achar-se profundamente enraizado no inconsciente, ser uma continuação das primeiras manifestações da vida emocional da criança e originar-se do complexo de Édipo ou de irmão-e-irmã do primeiro período sexual. Além do mais, é digno de nota que, em certas pessoas, ele é experimentado bissexualmente, isto é, um homem não apenas sofrerá pela mulher que ama e odiará o homem seu rival, mas também sentirá pesar pelo homem, a quem ama inconscientemente, e ódio pela mulher, como sua rival; esse último conjunto de sentimentos adicionar-se-á à intensidade de seu ciúme. Eu mesmo conheço um homem que sofria excessivamente durante suas crises de ciúme e que, conforme seu próprio relato, sofria tormentos insuportáveis imaginando-se conscientemente na posição da mulher infiel. A sensação de impotência que então o acometia e as imagens que utilizava

para descrever sua condição - exposto ao bico do abutre, como Prometeu, ou arrojado em um ninho de cobras - foram por ele atribuídas a impressões recebidas durante vários atos homossexuais de agressão a que fora submetido quando menino.

O ciúme da segunda camada, o ciúme projetado, deriva-se, tanto nos homens quanto nas mulheres, de sua própria infidelidade concreta na vida real ou de impulsos no sentido dela que sucumbiram à repressão. É fato da experiência cotidiana que a fidelidade, especialmente aquele seu grau exigido pelo matrimônio, só se mantém em face de tentações contínuas. Qualquer pessoa que negue essas tentações em si própria sentirá, não obstante, sua pressão tão fortemente que ficará contente em utilizar um mecanismo inconsciente para mitigar sua situação. Pode obter esse alívio - e, na verdade, a absolvição de sua consciência - se projetar seus próprios impulsos à infidelidade no companheiro a quem deve fidelidade. Esse forte motivo pode então fazer uso do material perceptivo que revela os impulsos inconscientes do mesmo tipo no companheiro e o sujeito pode justificar-se com a reflexão de o outro provavelmente não ser bem melhor que ele próprio. As convenções sociais avisadamente tomaram em consideração esse estado universal de coisas, concedendo certa amplitude ao anseio de atrair da mulher casada e à sede de conquistas do homem casado, na esperança de que essa inevitável tendência à infidelidade encontrasse assim uma válvula de segurança e se tornasse inócua. A convenção estabeleceu que nenhum dos parceiros pode responsabilizar o outro por essas pequenas excursões na direção da infidelidade e elas geralmente resultam no desejo despertado pelo novo objeto encontrando satisfação em certo tipo de retorno à fidelidade ao objeto original. Uma pessoa ciumenta, contudo, não reconhece essa convenção da tolerância; não acredita existirem coisas como interrupção ou retorno, uma vez o caminho tenha sido trilhado, nem crê que um flerte possa ser uma salvaguarda contra a infidelidade real. No tratamento de uma pessoa assim, ciumenta, temos de abster-nos de discutir com ela o material em que baseia suas suspeitas; pode-se apenas visar a levá-la a encarar o assunto sob uma luz diferente.

O ciúme emergente de tal projeção possui efetivamente um caráter quase delirante; é, contudo, ameno ao trabalho analítico de exposição das fantasias inconscientes da própria infidelidade do sujeito. A posição é pior com referência ao ciúme pertencente à terceira camada, o tipo delirante verdadeiro. Este também tem sua origem em impulsos reprimidos no sentido da infidelidade, mas o objeto, nesses casos, é do mesmo sexo do sujeito. O ciúme delirante é o sobranço de um homossexualismo que cumpriu seu curso e corretamente toma sua posição entre as formas clássicas da paranóia. Como tentativa de defesa contra um forte impulso homossexual indevido, ele pode, no homem, ser descrito pela fórmula: '*Eu não o amo; é ela que o ama!*' Num caso delirante deve-se estar preparado para encontrar ciúmes pertinentes a todas as três camadas, nunca apenas à terceira.

Paranóia - Os casos de paranóia, por razões bem conhecidas, não são geralmente sensíveis à investigação analítica. Recentemente, porém, mediante um estudo intensivo de dois paranóicos pude descobrir algo de novo para mim.

O primeiro caso foi o de um homem ainda jovem com paranóia de ciúmes inteiramente desenvolvida, cujo objeto era sua esposa impecavelmente fiel. Um período tempestuoso em que o delírio o possuía ininterruptamente, já ficara para trás. Quando o vi, achava-se sujeito apenas a crises nitidamente separadas que duravam por vários dias e que, curiosamente, apareciam com regularidade no dia após haver tido com a esposa relações sexuais, incidentalmente satisfatórias para ambos. Justifica-se a inferência de que após cada saciação da libido heterossexual o componente homossexual, igualmente estimulado pelo ato, forçava um escoadouro para si na crise de ciúmes.

Essas crises hauriam seu material de sua observação de indicações insignificantes, pela quais a coqueteria inteiramente inconsciente de sua esposa, inobservável por mais ninguém, se traía para ele. Ela tocara, sem intencionalidade, com a mão o homem sentado próximo a ela; voltara-se demais para ele ou sorria de modo mais agradável do que quando se achava só com o marido. Era extraordinariamente observador de todas essas manifestações do inconsciente dela e sempre sabia como interpretá-las corretamente, de modo que realmente estava com a razão a respeito e podia, além disso, invocar a análise para justificar seu ciúme. Sua anormalidade de fato se reduzia a isso, em vigiar bem mais de perto a mente inconsciente de sua esposa e, depois, encará-la como muito mais importante do que outra pessoa teria pensado fazer.

Recordamo-nos de que os que sofrem de paranóia persecutória agem exatamente da mesma maneira. Eles, também, não podem encarar nada em outras pessoas como indiferente e tomam indicações insignificantes que essas outras pessoas desconhecidas lhes apresentam e as utilizam em seus delírios de referência. O significado de seu delírio de referência é que esperam de todos os estranhos algo semelhante ao amor. No entanto essas pessoas não lhes demonstram nada desse tipo; riem consigo próprias, fazem floreios com as bengalas e até mesmo cospem no chão enquanto passam; e, na realidade, tais coisas não se fazem quando uma pessoa em que se tem um interesse amigável se acha perto. A não ser quando nos sentimos inteiramente indiferentes ao passante, quando se pode tratá-lo como se fosse ar e, considerando também o parentesco fundamental dos conceitos de 'estranho' e 'inimigo', o paranóico não se acha tão errado em considerar essa indiferença como ódio, em contraste com sua reivindicação de amor.

Começamos a perceber que descrevemos o comportamento tanto dos paranóicos ciumentos quanto dos persecutórios muito inadequadamente, ao dizer que projetam exteriormente para os outros o que não desejam reconhecer em si próprios. Certamente o fazem, mas não o projetam, por assim dizer, no vazio, onde já não existe algo dessa espécie. Deixam-se guiar por seu conhecimento do inconsciente e deslocam para as mentes inconscientes dos outros a atenção que afastaram da sua própria. O nosso ciumento marido percebia as infidelidades da esposa, em vez das suas; tornando-se consciente das infidelidades dela e amplificando-as enormemente, conseguia manter as suas inconscientes. Se aceitamos seu exemplo como típico, podemos inferir que a amizade vista nos outros pelo paranóico perseguido é o reflexo de seus próprios impulsos hostis contra eles. Sabendo que, no paranóico, é exatamente a pessoa mais amada de seu próprio sexo que se torna seu perseguidor, surge a questão de saber onde essa inversão de afeto se origina. Não se precisa ir longe para buscar a resposta: a sempre presente ambivalência de sentimento fornece-lhe a fonte e a não-realização de sua reivindicação de amor a fortalece. Essa ambivalência serve assim, para o paranóico, ao mesmo objetivo que o ciúme servia ao meu paciente: o de uma defesa contra o homossexualismo.

Os sonhos de meu paciente ciumento me apresentaram uma grande surpresa. Não eram simultâneos com os desencadeamentos das crises, é verdade, mas ocorriam dentro do período que se achava sob o domínio do delírio; contudo, estavam completamente livres destes e revelaram os impulsos homossexuais subjacentes com um grau de disfarce não maior que o habitual. De vez que eu tinha pouca experiência dos sonhos de paranóicos, pareceu plausível, na ocasião, supor, ser em geral verdadeiro que a paranóia não penetra nos sonhos.

Essa posição homossexual do paciente foi facilmente reconhecida. Não fizera amizade e não desenvolvera interesses sociais; tinha-se a impressão de que apenas o delírio fizera avançar o desenvolvimento de suas relações com os homens, como se tivesse assumido algumas das obrigações que haviam sido negligenciadas. O fato de seu pai não haver sido de grande importância na família, combinado com um humilhante trauma homossexual no início da mocidade, forçara seu homossexualismo à repressão e impedira-lhe o caminho à sublimação. Sua juventude toda fora governada por uma forte ligação à mãe. De todos os muitos filhos, fora o seu favorito declarado e desenvolvera acentuado ciúme, do tipo normal, em relação a ela. Quando posteriormente escolheu uma esposa - incitado principalmente pelo impulso de enriquecer a mãe - seu anseio por uma mãe virgem expressou-se em dúvidas obsessivas sobre a virgindade da noiva. Os primeiros anos do casamento foram livres de ciúmes. Depois, tornou-se infiel à mulher e ingressou em uma relação íntima com outra mulher, que perdurou por muito tempo. Assustado por esta suspeita, finalmente encerrou esse caso amoroso e somente aí irrompeu o segundo tipo, o ciúme projetado, pelo qual pôde acalmar suas autocensuras sobre suas próprias infidelidades. O ciúme cedo se complicou por um acréscimo de impulsos homossexuais, dos quais seu sogro era o objeto, transformando-se numa paranóia de ciúmes inteiramente formada.

Meu segundo caso, não fosse a análise, provavelmente não teria sido classificado como

paranóia persecutória, mas tive de classificar o jovem como candidato a uma moléstia final desse tipo. Em sua atitude para com o pai existia uma ambivalência que, na sua amplitude, era inteiramente extraordinária. Por um lado, era o mais pronunciado rebelde imaginável e desenvolvera-se manifestamente, em todos os sentidos, em oposição aos desejos e ideais do pai; por outro, em nível mais profundo, era ainda o mais submisso dos filhos, que, após a morte do pai, negou a si mesmo todo o gozo das mulheres devido a um terno sentimento de culpa. Suas relações reais com os homens eram claramente dominadas pela suspeita; seu arguto intelecto racionalizava facilmente essa atitude e sabia como conseguir que tanto amigos quanto conhecidos o enganassem e explorassem. A novidade que aprendi de seu estudo foi a possibilidade de idéias persecutórias clássicas estarem presentes sem lograr alguma crença ou aceitação. Ocorriam súbita e ocasionalmente durante a análise; ele, porém, as via sem importância e invariavelmente escarnecia delas. Isso pode acontecer em muitos casos de paranóia; talvez os delírios que observamos como formações novas ao desencadear-se a doença, há muito tempo já existissem.

Parece-me que aqui temos uma descoberta importante, ou seja, que o fator qualitativo, a presença de certas formações neuróticas, possui menos significação prática que o fator quantitativo, o grau de atenção ou, mais corretamente, a catexia que essas estruturas podem atrair para si próprias. Nossa consideração do primeiro caso, a paranóia de ciúmes, conduziu a uma semelhante estimativa da importância do fator quantitativo ao demonstrar que nela também a anormalidade consistia essencialmente na hipercatexia das interpretações do inconsciente de outra pessoa. Há muito tempo sabemos de um fato análogo na análise da histeria. As fantasias patogênicas, derivativos de impulsos instintuais reprimidos, são por longo tempo toleradas juntamente com a vida normal da mente e não têm efeito patogênico até que, por uma revolução na economia libidinal, recebem uma hipercatexia; somente então irrompe o conflito que acarreta a formação dos sintomas. Assim, à medida que nosso conhecimento cresce, somos cada vez mais impelidos a trazer o ponto de vista *econômico* para o primeiro plano. Gostaria também de lançar a questão de saber se esse fator quantitativo, no qual agora me detenho, não basta para abranger os fenômenos que Bleuler [1916] e outros propuseram ultimamente denominar de 'comutação'. Precisa-se apenas presumir que um aumento na resistência no curso tomado pela corrente psíquica em determinada direção resulta na hipercatexia de outra via e, assim, leva o fluxo a ser desviado para esse caminho. Meus dois casos de paranóia apresentaram um instrutivo contraste no comportamento de seus sonhos. Ao passo que os do primeiro caso se achavam livres de delírio, como já foi dito, o outro paciente produzia grande número de sonhos persecutórios que podemos considerar como precursores os substitutos das idéias delirantes. O perseguidor, de quem só conseguia escapar com grande medo, era geralmente um poderoso touro ou algum outro símbolo masculino que, no próprio sonho, ele às vezes identificava como representando o pai. Certo dia, produziu um sonho paranóico de transferência muito característico. Viu-me fazendo a barba na frente dele e, do perfume, compreendeu que estava usando o mesmo sabão que o pai usava. Eu fazia isso a fim de obrigá-lo a efetuar uma transferência paterna para mim. A escolha desse incidente para o sonho revela de modo inteiramente inequívoco a atitude

depreciativa do paciente para com suas fantasias paranóicas e sua descrença nelas, porque seus próprios olhos podiam dizer-lhe diariamente que nunca me achei em posição de usar sabão de barba e que, portanto, nesse respeito nada havia a que uma transferência paterna pudesse ligar-se. Uma comparação dos sonhos dos dois pacientes mostra, contudo, que a questão de saber se a paranóia (ou qualquer outra psicose) pode ou não penetrar nos sonhos, baseia-se numa concepção falsa dos sonhos. Os sonhos distinguem-se do pensamento de vigília pela sua possibilidade de incluir material (pertencente à região do reprimido) que não deve aflorar no pensamento desperto. Afora isso, os sonhos são meramente uma forma de pensar, uma transformação do material pré-consciente do pensamento pela elaboração onírica e suas condições. Nossa terminologia das neuroses não é aplicável ao material reprimido, que não pode ser chamado de histérico, obsessivo ou paranóico. Opondo-se a isso, a outra parte do material sujeita ao processo de formação onírica - os pensamentos pré-conscientes - pode ser normal ou apresentar o caráter de qualquer neurose; eles podem ser os produtos de qualquer dos processos patogênicos em que reside a essência de uma neurose. Não parece haver razão para que qualquer idéia patológica do gênero não deva ser transformada em um sonho. Um sonho pode, assim, simplesmente representar uma fantasia histérica, uma idéia obsessiva ou um delírio, isto é, pode revelar um ou outro desses fatos após a interpretação. A observação dos dois paranóicos demonstra que os sonhos de um deles eram inteiramente normais enquanto sujeito a seu delírio, e que os do outro eram paranóicos em conteúdo enquanto tratava suas idéias delirantes com desprezo. Logo, em ambos os casos, o sonho aproveitava o material que, na ocasião, se achava forçado para o segundo plano na vida desperta. Entretanto, isso também não precisa necessariamente constituir uma regra invariável.

C

Homossexualismo. - O reconhecimento do fator orgânico no homossexualismo não nos isenta da obrigação de estudar os processos psíquicos vinculados à sua origem. O processo típico, já estabelecido em casos inumeráveis, é de um jovem, alguns anos após a puberdade, e que até então fora intensamente fixado na mãe, mudar de atitude; identifica-se com ela e procura objetos amorosos em quem possa redescobrir-se e a quem possa então amar como a mãe o amara. A marca característica desse processo é que, por vários anos, uma das condições necessárias para o seu amor consiste em o objeto masculino ter, em geral, a mesma idade que ele próprio tinha quando se deu a mudança. Vimos a conhecer diversos fatores que contribuem para esse resultado, provavelmente em graus diferentes. Primeiro há a fixação na mãe, que fica difícil de passar para outra mulher. A identificação com a mãe é um resultado dessa ligação e ao mesmo tempo, em certo sentido, permite que o filho lhe permaneça fiel, a ela que foi seu primeiro objeto. Há em seguida inclinação no sentido de uma escolha de objeto

narcísico, que em geral se encontra mais à mão e é mais fácil de efetuar que um movimento no sentido do outro sexo. Por trás desse último fator jaz oculto um outro, de força bastante excepcional, ou talvez coincida com ele: o alto valor atribuído ao órgão masculino e a incapacidade de tolerar sua ausência num objeto amoroso. A depreciação das mulheres, a aversão e até mesmo o horror a elas derivam-se geralmente da precoce descoberta de que as mulheres não possuem pênis. Subseqüentemente descobrimos, como outro poderoso motivo a compêlir no sentido da escolha homossexual de objeto, a consideração pelo pai ou o medo dele, porque a renúncia às mulheres significa que toda a rivalidade com aquele (ou com todos os homens que podem tomar seu lugar) é evitada. Os dois últimos motivos - o apego à condição de existência de um pênis no objeto, bem como o afastamento em favor do pai - podem ser atribuídos ao complexo de castração. A ligação à mãe, o narcisismo, o medo da castração são os fatores (que, incidentalmente, nada têm em si de especial) que até o presente encontramos na etiologia psíquica do homossexualismo; com eles é preciso computar o efeito da sedução responsável por uma fixação prematura da libido, bem como a influência do fator orgânico que favorece o papel passivo no amor.

Nunca consideramos, entretanto, esta análise da origem do homossexualismo como completa. Posso agora indicar um novo mecanismo que conduz à escolha homossexual do objeto, embora não possa dizer quão grande é o papel que ele desempenha na formação do tipo de homossexualismo extremo, manifesto e exclusivo. A observação dirigiu minha atenção para diversos casos em que, durante a primeira infância, impulsos de ciúmes, derivados do complexo materno e de grande intensidade, surgiram [num menino] contra os rivais, geralmente irmãos mais velhos. Esse ciúme provocou uma atitude excessivamente hostil e agressiva para com esses irmãos, que poderia às vezes atingir a intensidade de desejos reais de morte, incapazes então de manter-se face ao desenvolvimento ulterior do sujeito. Sob as influências da criação - e certamente sem deixar de ser influenciados também por sua própria e continuada impotência - esses impulsos renderam-se à repressão e experimentaram uma transformação, de maneira que os rivais do período anterior se tornaram os primeiros objetos amorosos homossexuais. Tal resultado da ligação à mãe mostra-nos diversas relações e interessantes com outros processos que nos são conhecidos. Antes de tudo, ele é um contraste completo com o desenvolvimento da paranóia persecutória, na qual a pessoa anteriormente amada se torna o perseguidor odiado, ao passo que aqui os rivais odiados se transformam em objetos amorosos. Representa também uma exageração do processo que, na minha opinião, conduz ao nascimento dos instintos sociais no indivíduo. Em ambos os processos há primeiro a presença de impulsos ciumentos e hostis que não podem conseguir satisfação, e tanto os sentimentos afetuosos quanto os sentimentos sociais de identificação surgem como formações reativas contra os impulsos agressivos reprimidos.

Esse novo mecanismo de escolha homossexual de objeto - sua origem na rivalidade que foi sobrepujada e em impulsos agressivos que se tornaram reprimidos - combina-se às vezes com as condições típicas já familiares para nós. Na história dos homossexuais ouve-se amiúde que neles a mudança se efetuou após a mãe ter elogiado outro rapaz e tê-lo estabelecido como

modelo. A tendência à escolha narcísica de objeto foi assim estimulada e, após uma breve fase de agudos ciúmes, o rival se torna um objeto amoroso. Via de regra, contudo, o novo mecanismo se distingue pelo fato de a mudança efetuar-se em um período muito mais precoce e a identificação com a mãe retroceder para o segundo plano. Ademais, nos casos que observei, ele apenas levou a atitudes homossexuais que não excluem a heterossexualidade e não envolvem um *horror feminae*.

É bem conhecido que um bom número de homossexuais se caracteriza por um desenvolvimento especial de seus impulsos instintuais sociais e por sua devoção aos interesses da comunidade. Seria tentador, como explicação teórica pertinente, dizer que o comportamento para com os homens em geral, de um homem que vê nos outros homens objetos amorosos potenciais, deve ser diferente do de um homem que encara os outros, em primeira instância, como rivais em relação às mulheres. A única objeção a isso é que o ciúme e a rivalidade desempenham seu papel também no amor homossexual e que a comunidade dos homens também inclui esses rivais potenciais. À parte esta explicação especulativa, contudo, o fato de a escolha homossexual de objeto não sem frequência provir de um anterior sobrepujamento da rivalidade com os homens não pode passar sem relação com a vinculação entre o homossexualismo e o sentimento social.

À luz da psicanálise, estamos acostumados a considerar o sentimento social como uma sublimação de atitudes homossexuais para com objetos. Nos homossexuais com acentuados interesses sociais pareceria que o desligamento do sentimento social da escolha de objeto não foi inteiramente efetuado.

DOIS VERBETES DE ENCICLOPÉDIA (1923 [1922])

NOTA DO EDITOR INGLÊS - PSYCHOANALYSE UND LIBIDOTHEORIE

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1923 Em *Handwörterbuch der Sexualwissenschaft*, org. por M. Marcuse, Bonn. Págs. 296-8 e 377-83.

1928 *G.S.*, 11, 201-23.

1940 *G.W.*, 13, 211-33.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘*Two Encyclopaedia Articles*’

1942 *Int. J. Psycho-Anal.*, 23, 97-107. (Trad. de James Strachey.)

1950 *C.P.*, 5, 107-35. (Mesmo tradutor.)

A presente tradução inglesa é a de 1950, ligeiramente modificada.

De acordo com uma nota que pode ser encontrada nos *Gesammelte Schriften*, 11, 201, estes verbetes foram escritos durante o verão de 1922, isto é, antes do remoldamento final de Freud de suas opiniões sobre a estrutura da mente em *O Ego e o Id* (1923b). Mas as novas opiniões, embora não expressas nestes verbetes, já deviam estar claramente presentes em seus

pensamentos enquanto os escrevia, porque foi em setembro de 1922, no Congresso Psicanalítico Internacional de Berlim, que realmente se mencionou em um dos verbetes (ver em [1]) que ele pela primeira vez tornou pública as concepções de ego, superego e id, que acabara de definir. Um verbete didático, um tanto semelhantemente concebido, escrito não muito tempo depois para uma publicação americana (1924f), toma essas novas idéias em consideração.

DOIS VERBETES DE ENCICLOPÉDIA

(A) PSICANÁLISE

PSICANÁLISE é o nome de (1) um procedimento para a investigação de processos mentais que são quase inacessíveis por qualquer outro modo, (2) um método (baseado nessa investigação) para o tratamento de distúrbios neuróticos e (3) uma coleção de informações psicológicas obtidas ao longo dessas linhas, e que gradualmente se acumula numa nova disciplina científica.

História - A melhor maneira de compreender a psicanálise ainda é traçar sua origem e evolução. Em 1880 e 1881, o Dr. Josef Breuer, de Viena, médico e fisiologista experimental bem conhecido, ocupava-se do tratamento de uma jovem que caíra enferma de grave histeria enquanto se achava cuidando do pai doente. O quadro clínico era constituído de paralisias motoras, inibições e distúrbios de consciência. Seguindo uma sugestão que lhe fora dada pela própria paciente, pessoa de grande inteligência, ele colocou-a em estado de hipnose e conseguiu que, descrevendo-lhe os estados de ânimo e os pensamentos que eram dominantes

em sua mente, retornasse, em cada ocasião específica, a uma condição mental normal. Repetindo sistematicamente o mesmo laborioso processo, conseguiu libertá-la de todas as suas inibições e paralisias, de maneira que, ao final, achou o seu trabalho recompensado por um grande sucesso terapêutico, bem como por uma inesperada compreensão da natureza da enigmática neurose. Não obstante, Breuer absteve-se de acompanhar sua descoberta ou de publicar algo sobre o caso até cerca de 10 anos depois, quando a influência pessoal do presente autor (Freud, que retornara a Viena em 1886, após estudar na escola de Charcot) o persuadiu a retomar o assunto e empenhar-se num estudo conjunto dele. Os dois, Breuer e Freud, publicaram um artigo preliminar em 1893, ‘Sobre o Mecanismo Psíquico dos Fenômenos Históricos’, e, em 1895, um volume intitulado *Estudos sobre a Histeria* (que chegou à sua quarta edição em 1922), no qual descreviam seu procedimento terapêutico como ‘catártico’.

Catarse. - As investigações existentes na raiz dos estudos de Breuer e Freud conduziram a dois resultados principais, que não foram abalados pela experiência subsequente: primeiro, que os sintomas histéricos têm sentido e significado, sendo substitutos de atos mentais normais, e, segundo, que a descoberta desse significado desconhecido é acompanhada pela remoção dos sintomas, de modo que, nesse caso, a pesquisa científica e o esforço terapêutico coincidem. As observações foram efetuadas sobre uma série de pacientes tratados da mesma maneira que a primeira paciente de Breuer, ou seja, colocados em estados de hipnose profunda; os resultados pareceram brilhantes até que, posteriormente, seu lado fraco tornou-se evidente. As idéias teóricas apresentadas na ocasião por Breuer e Freud foram influenciadas pelas teorias de Charcot sobre a histeria traumática e puderam apoiar-se nas descobertas de seu aluno Pierre Janet, as quais, embora tenham sido publicadas antes dos ‘*Estudos*’, foram na realidade subsequentes ao primeiro caso de Breuer. Desde o início, o fator do *afeto* foi trazido para o primeiro plano: os sintomas histéricos, sustentavam os autores, surgiam quando um processo mental com pesada carga emocional era de alguma maneira impedido de nivelar-se ao longo do caminho normal que conduz à consciência e ao movimento (isto é, era impedido de ser ‘*ab-reagido*’); em resultado disso, o afeto, em certo sentido ‘*estrangulado*’, era desviado ao longo de caminhos errados e transbordava para a inervação somática (processo denominado de ‘*conversão*’). As ocasiões em que surgem ‘idéias patogênicas’ desse tipo foram descritas por Breuer e Freud como ‘*traumas psíquicos*’ e, visto que estes amiúde remontavam ao passado muito remoto, foi possível aos autores dizer que os histéricos sofriam principalmente de reminiscências (que não haviam sido tratadas). Sob o tratamento, portanto, a ‘*catarse*’ surgia quando o caminho à consciência se abria e havia uma descarga normal do afeto. Ver-se-á que uma parte essencial dessa teoria era a pressuposição da existência de processos mentais *inconscientes*. Também Janet fez uso dos atos inconscientes na vida mental, porém, como insistiu em sua polêmica posterior contra a psicanálise, para ele a expressão não era mais que uma expressão improvisada, uma ‘*manière de parler*’, e não pretendia sugerir mediante ela nenhum novo ponto de vista.

Numa seção teórica dos *Estudos*, Breuer apresentou algumas idéias especulativas sobre os processos de excitação da mente. Essas idéias determinaram a direção das futuras linhas de pensamentos e ainda hoje não receberam apreciação suficiente, mas puseram fim às suas contribuições a esse ramo da ciência e logo depois ele afastou-se do trabalho comum.

A Transição para a Psicanálise. - Contrastes entre as conceituações dos dois autores eram visíveis mesmo nos *Estudos*. Breuer supunha que as idéias patogênicas produziam seu efeito traumático porque surgiam durante ‘*estados hipnóides*’, nos quais o funcionamento mental estava sujeito a limitações especiais. O presente autor rejeitou a explicação e inclinou-se para a crença de que uma idéia se tornava patogênica se seu conteúdo estava em oposição com a tendência predominante da vida mental do sujeito, de maneira a incitá-lo a entrar em ‘*defesa*’. (Janet atribuía aos pacientes histéricos uma incapacidade constitucional para manter unido o conteúdo de suas mentes e foi neste ponto que seu caminho divergiu do de Breuer e Freud.) Além disso, as duas inovações que levaram o presente autor a afastar-se do método catártico já haviam sido mencionadas nos *Estudos*. Após o afastamento de Breuer, elas se tornaram o ponto de partida de novos desenvolvimentos.

O Abandono da Hipnose. - A primeira dessas inovações baseou-se na experiência prática e levou a uma mudança de técnica. A segunda consistiu num avanço na compreensão clínica das neuroses. Logo mostrou-se que as esperanças terapêuticas, antes depositadas no tratamento catártico da hipnose, achavam-se até certo ponto irrealizadas. Era verdade que o desaparecimento dos sintomas ia de mãos dadas com a catarse, mas o sucesso total revelara ser inteiramente dependente da relação do paciente com o médico e, assim, assemelhava-se ao efeito da ‘*sugestão*’. Se essa relação era perturbada, todos os sintomas reapareciam, como se nunca houvessem sido dissipados. Além disso, o pequeno número de pessoas que podia ser colocado em profundo estado de hipnose envolvia uma limitação considerável, do ponto de vista médico, da aplicabilidade do procedimento catártico. Por essas razões, o presente autor decidiu abandonar o emprego da hipnose, mas, ao mesmo tempo, as impressões que dela derivara forneceram-lhe os meios de substituí-la.

A Associação Livre. - O efeito da condição hipnótica sobre o paciente fora aumentar tão grandemente sua capacidade de efetuar associações que ele podia encontrar diretamente o caminho - inacessível à sua reflexão consciente - que conduzia do sintoma aos pensamentos e lembranças a ele vinculados. O abandono da hipnose parecia tornar desesperadora a situação, até que o autor se recordou de uma observação de Bernheim segundo a qual as coisas experimentadas em estado de sonambulismo eram apenas *aparentemente* esquecidas e podiam ser trazidas à lembrança em qualquer época, se o médico insistisse energicamente em que o paciente as conhecia. O autor, assim, esforçou-se por insistir junto a seus pacientes *não hipnotizados* que lhe fornecessem suas associações, a fim de que, do material assim fornecido, pudesse achar o caminho que levava ao antes esquecido ou desviado. Observou

posteriormente que a insistência era desnecessária e que idéias copiosas quase sempre surgiam na mente do paciente, mas eram retidas de serem comunicadas e, até mesmo, de se tornarem conscientes devido a certas objeções colocadas pelo paciente, à sua própria maneira. Era de se esperar - embora isso ainda não estivesse provado e somente depois fosse confirmado por vasta experiência - que tudo o que acontecesse a um paciente, estendendo-se de um ponto de partida específico, deveria também estar em conexão interna com esse ponto de partida; daí surgiu a técnica de ensinar o paciente a abandonar toda a sua atitude crítica e fazer uso do material que era então trazido à luz para o fim de revelar as conexões que estavam sendo buscadas. Uma forte crença na determinação escrita dos fatos mentais certamente desempenhou um papel na escolha dessa técnica como um sucedâneo da hipnose.

A 'Regra Técnica Fundamental' desse procedimento de 'associação livre' foi desde então mantida no trabalho psicanalítico. O tratamento é iniciado pedindo-se ao paciente que se coloque na posição de um auto-observador atento e desapaixonado, simplesmente comunicando o tempo inteiro a superfície de sua consciência e, por um lado, tornando um dever a mais completa honestidade, enquanto que, por outro lado, não retendo da comunicação nenhuma idéia, mesmo que (1) sinta ser ela muito desagradável, (2) julgue-a absurda ou (3) sem importância demais ou (4) irrelevante para o que está sendo buscado. Descobre-se uniformemente que justamente as idéias que provocam as reações por último mencionadas são as que têm valor específico para a descoberta do material esquecido.

A Psicanálise como Arte Interpretativa. - A nova técnica modificou tão grandemente o quadro do tratamento, situou o médico em uma relação tão nova com o paciente e produziu resultados tão surpreendentes que pareceu justificado diferenciar do método catártico o procedimento, atribuindo-lhe nova denominação. O presente autor deu a esse método de tratamento, que podia agora ser estendido a muitas outras formas de distúrbio neurótico, o nome de *psicanálise*. Ora, em primeira instância, essa psicanálise era uma arte de *interpretação* e estabeleceu a si própria a tarefa de levar mais a fundo a primeira das grandes descobertas de Breuer, ou seja, que os sintomas neuróticos são substitutos significantes de outros atos mentais que foram omitidos. Tratava-se agora da questão de encarar o material produzido pelas associações do paciente como se insinuasse um significado oculto, e de descobrir, a partir dele, esse significado. A experiência logo mostrou que a atitude que o médico analítico podia mais vantajosamente adotar, era entregar-se à sua própria atividade mental inconsciente, num estado de atenção *imparcialmente suspensa*, a fim de evitar, tanto quando possível, a reflexão e a construção de expectativas conscientes, não tentar fixar particularmente coisa alguma que ouvisse na memória e, por esses meios, apreender o curso do inconsciente do paciente com o seu próprio inconsciente. Descobriu-se então que, salvo em condições por demais desfavoráveis, as associações do paciente surgiam como alusões, por assim dizer, a um tema específico, e que ao médico só era necessário adiantar um passo a fim de adivinhar o material que estava oculto ao próprio paciente, e poder comunicá-lo a este. É verdade que esse trabalho de interpretação não podia ser submetido a regras estritas e deixava uma grande

margem de manobra ao tato e à perícia do médico; no entanto, com imparcialidade e prática era geralmente possível obter resultados dignos de confiança, isto é, resultados que eram confirmados por se repetirem em casos semelhantes. Num tempo em que ainda se conhecia tão pouco do inconsciente, da estrutura das neuroses e dos processos patológicos a elas subjacentes, era motivo de satisfação dispor-se de uma técnica dessa espécie, mesmo que não possuísse uma base teórica melhor. Ademais, ainda hoje ela é empregada da mesma maneira nas análises, embora com um senso de maior segurança e com melhor compreensão de suas limitações.

A Interpretação das Parapraxias e dos Atos Fortuitos. - Constituiu um triunfo para a arte interpretativa da psicanálise conseguir demonstrar que certos atos mentais comuns de pessoas normais, para os quais ninguém havia até então buscado apresentar explicação psicológica, deveriam ser considerados sob o mesmo ângulo que os sintomas dos neuróticos, isto é, que tinham um *significado*, desconhecido do sujeito, mas capaz de ser facilmente descoberto pelos meios analíticos. Os fenômenos em causa eram eventos como o esquecimento temporário de palavras e nomes familiares e de efetuar tarefas prescritas, lapsos cotidianos de língua e de escrita, leituras erradas, perdas e colocações erradas de objetos, certos erros, exemplos de danos a si próprio aparentemente acidentais e, finalmente, movimentos habituais efetuados aparentemente sem intenção ou brincando, melodias murmuradas ‘sem pensar’ etc. Todos foram despidos de sua explicação fisiológica, se é que alguma fora um dia tentada, demonstrados como estritamente determinados e revelados como expressão de intenções suprimidas do sujeito ou como o resultado de um embate entre duas intenções, uma das quais era permanente ou temporariamente inconsciente. A importância dessa contribuição para a psicologia foi de muitos tipos. O âmbito de determinismo mental foi por ela ampliado de maneira imprevista; o suposto abismo existente entre os fatos mentais normais e patológicos se estreitou, em muitos casos logrou-se uma compreensão útil ao jogo das forças mentais que se deve suspeitar existir por trás dos fenômenos. Finalmente, foi trazida à luz uma classe de material que se adapta melhor que qualquer outra para estimular a crença na existência de atos mentais inconscientes mesmo em pessoas a quem a hipótese de algo ao mesmo tempo mental e inconsciente parece estranha, e até absurda. O estudo de nossas próprias parapraxias e atos fortuitos, para o qual a maioria das pessoas possui amplas oportunidades, é ainda hoje a melhor preparação para uma abordagem da psicanálise. No tratamento analítico, a interpretação das parapraxias retém seu lugar como meio de descoberta do inconsciente, juntamente com a interpretação das associações, imensuravelmente mais importante.

A Interpretação de Sonhos. - Uma nova abordagem às profundezas da vida mental inaugurou-se quando a técnica da associação livre foi aplicada aos sonhos, fossem os nossos próprios ou os dos pacientes em análise. Na realidade, a maior e melhor parte do que sabemos dos processos nos níveis inconscientes da mente deriva-se da interpretação dos sonhos. A psicanálise restaurou aos sonhos a importância que lhes era geralmente atribuída nos tempos passados, mas os trata de modo diferente. Não se apóia na perícia do intérprete onírico, mas, na maior parte, entrega a tarefa àquele mesmo que sonhou, pedindo-lhe suas associações aos

elementos independentes do sonho. Levando essas associações mais além, logramos conhecimento de pensamentos que coincidem inteiramente com o sonho, mas que podem ser identificados - até certo ponto - como partes genuínas e completamente inteligíveis da atividade mental desperta. Assim, o sonho lembrado surge como o *conteúdo onírico manifesto*, em contraste com os *pensamentos oníricos latentes*, descobertos pela interpretação. O processo que transformou os últimos no primeiro, isto é, no 'sonho', e que é desfeito pelo trabalho da interpretação, pode ser chamado de '*elaboração onírica*'

Também descrevemos os pensamentos oníricos latentes, devido à sua vinculação com a vida de vigília, como '*resíduos do dia [anterior]*'. *Pela operação da elaboração onírica (à qual seria inteiramente incorreto atribuir qualquer caráter 'criativo'), os pensamentos oníricos latentes se condensam* de uma maneira notável, *deformam-se* pelo *deslocamento* das intensidades psíquicas e dispõem-se com vistas a serem *representados em quadros visuais*. Além de tudo isso, antes que se chegue ao sonho manifesto, são submetidos a um processo de *revisão secundária*, que procura dar ao novo produto algo da natureza de um sentido e uma coerência. Estritamente falando, esse último processo não faz parte da elaboração onírica. *A Teoria Dinâmica da Formação Onírica*. - A compreensão da dinâmica da formação onírica não envolve dificuldades muito grandes. A força motivadora para a formação dos sonhos não é fornecida pelos pensamentos oníricos latentes ou resíduos diurnos, mas por um impulso inconsciente, reprimido durante o dia, com o qual os resíduos diurnos puderam estabelecer contato e que imagina efetuar uma *realização de desejo* para si próprio a partir do material dos pensamentos latentes. Assim, todo sonho é, por um lado, a realização de um desejo por parte do inconsciente e, por outro (na medida em que consegue resguardar o estado de sono contra os distúrbios), a realização do desejo normal de dormir que dá começo ao sono. Se desperzarmos a contribuição inconsciente para a formação do sonho e limitarmos este a seus pensamentos latentes, ele pode representar qualquer coisa em que a vida de vigília tenha estado interessada: uma reflexão, uma advertência, uma intenção, uma preparação para o futuro imediato ou, mais uma vez, a satisfação de um desejo não realizado. A irreconhecibilidade, a estranheza e o absurdo do sonho manifesto são em parte o resultado da tradução dos pensamentos em um método de expressão diferente, arcaico, por assim dizer, mas em parte também o efeito de um agente restrito, criticamente desaprovador, existente na mente, que não deixa inteiramente de funcionar durante o sono. É plausível supor que a '*censura onírica*', que encaramos como responsável, em primeira instância, pela deformação dos pensamentos oníricos no sonho manifesto, seja expressão das mesmas forças mentais que, durante o dia, retiveram ou reprimiram o desejo inconsciente pleno de desejo.

Valeu a pena entrar em alguns pormenores sobre a explicação dos sonhos, de vez que o trabalho analítico demonstrou ser a dinâmica da formação dos sonhos a mesma da formação dos sintomas. Em ambos os casos encontramos uma luta entre duas tendências, das quais uma é inconsciente, normalmente reprimida, e se esforça por obter satisfação, isto é, a realização do

desejo, enquanto que a outra, pertencente provavelmente ao ego consciente, é desaprovadora e repressiva. O resultado desse conflito é uma *formação conciliatória* (o sonho ou o sintoma) na qual ambas as tendências encontram expressão incompleta. A importância teórica dessa conformidade entre os sonhos e os sintomas é esclarecedora. Porquanto os sonhos não são fenômenos patológicos, o fato demonstra que os mecanismos mentais que produzem os sintomas de doença estão igualmente presentes na vida mental normal, que a mesma lei uniforme abrange tanto o normal quanto o anormal e que as descobertas da pesquisa em neuróticos e psicóticos não podem deixar de ter significação para a nossa compreensão da mente saudável.

Simbolismo. - No curso da investigação da forma de expressão ocasionada pela elaboração onírica, surgiu o fato surpreendente de que certos objetos, combinações e relações são representados, em certo sentido, indiretamente, através de 'símbolos', utilizados por aquele que sonha, sem entendê-los, e para os quais, via de regra, não oferece associações. Sua tradução tem de ser fornecida pelo analista, que, por si próprio, só pode descobri-la empiricamente, ajustando-a experimentalmente ao contexto. Descobriu-se posteriormente que o hábito lingüístico, a mitologia e o folclore apresentam as mais amplas analogias com os símbolos oníricos. Os símbolos, que levantam os problemas mais interessantes, até agora insolucionados, parecem ser um fragmento de uma aparelhagem mental herdada e extremamente antiga. O emprego de um simbolismo comum estende-se muito além do uso de uma linguagem comum.

A Significação Etiológica da Vida Sexual. - A segunda novidade que surgiu após a técnica hipnótica ter sido substituída pela associação livre, foi de natureza clínica, havendo sido descoberta no decurso da prolongada busca das experiências traumáticas de que os sintomas histéricos pareciam derivar-se. Quanto mais cuidadosamente a procura era feita, mais extensa parecia ser a rede de impressões etiológicamente significantes, mas retrocedendo, do mesmo modo, iam elas pela puberdade ou infância do paciente. Ao mesmo tempo, assumiam um caráter uniforme e, finalmente, tornou-se inevitável curvar-se perante a evidência e reconhecer que na raiz da formação de todo sintoma deveriam encontrar-se experiências traumáticas do início da vida sexual. Assim, um trauma sexual entrou no lugar de um trauma comum e viu-se que o último devia sua significação etiológica a uma conexão associativa ou simbólica com o primeiro, que o precedera. Uma investigação de casos de nervosismo comum (incidindo nas duas classes da *neurastenia* e da *neurose de angústia*) empreendida simultaneamente levou à conclusão de que esses distúrbios podiam ser remontados a abusos *contemporâneos* na vida sexual dos pacientes e removidos se estes fossem levados a um fim. Assim, foi fácil inferir que as neuroses em geral são expressão de distúrbios na vida sexual, em que as chamadas neuroses *atuais* são conseqüência (por interferência química) de danos *contemporâneos* e as *psiconeuroses*, conseqüência (por modificação psíquica) de danos *passados* causados a uma função biológica que até então fora gravemente negligenciada pela ciência. Nenhuma das teses

da psicanálise defrontou-se com tão tenaz ceticismo ou tão acerba resistência quanto essa assertida da significação preponderantemente etiológica da vida sexual nas neuroses. Deve-se expressamente observar, contudo, que, em sua evolução até os dias de hoje a psicanálise não encontrou razões para retratar-se dessa opinião.

A Sexualidade Infantil. - Em resultado de suas pesquisas etiológicas, a psicanálise ficou em posição de tratar de um assunto cuja própria existência mal havia sido suspeitada anteriormente. A ciência acostumara-se a considerar a vida sexual como iniciando-se na puberdade e encarava as manifestações de sexualidade em crianças como sinais raros de precocidade anormal e degeneração. Porém, agora, a psicanálise revelara uma opulência de fenômenos (notáveis, no entanto, de ocorrência regular) que tornaram necessário remontar o início da função sexual nas crianças quase ao começo da existência extra-uterina; e perguntou-se, com espanto, como tudo isso podia ter sido desprezado. Os primeiros vislumbres da sexualidade nas crianças haviam, na verdade, sido obtidos através do exame analítico de adultos e estavam conseqüentemente carregados de todas as dúvidas e fontes de erro que podiam ser atribuídas a uma retrospectão tão atrasada; subseqüentemente (de 1908 em diante), contudo, iniciou-se com a análise das próprias crianças e com a observação desimpedida de seu comportamento; dessa maneira, conseguiu-se confirmação direta para toda a base concreta da nova visão.

A sexualidade nas crianças, em muitos respeitos, apresentou um quadro diferente da dos adultos e, de modo bastante surpreendente, exibiu numerosos traços daquilo que, nos adultos, era condenado como ‘*perversões*’. Tornou-se necessário ampliar o conceito do que era sexual, até que abrangesse mais que o impulso no sentido da união dos dois sexos no ato sexual ou da provocação de sensações agradáveis específicas nos órgãos genitais. Essa ampliação foi, porém, recompensada pela nova possibilidade de apreender a vida sexual infantil, normal e perversa, como um todo único.

As pesquisas analíticas efetuadas pelo autor, para começar, incidiram no erro de superestimar grandemente a importância da *sedução* como fonte de manifestações sexuais nas crianças e raiz para a formação de sintomas neuróticos. Essa má compreensão foi corrigida quando se tornou possível apreciar o papel extraordinariamente grande desempenhado na vida mental dos neuróticos pelas atividades da *fantasia*, que claramente pesava mais sobre as neuroses que a realidade externa. Por trás dessas fantasias desvelou-se o material que nos permite traçar o quadro, a seguir, do desenvolvimento da função sexual.

O Desenvolvimento da Libido. - O instinto sexual, a manifestação dinâmica do que, na vida mental, chamamos de ‘*libido*’, é constituído de instintos componentes nos quais pode novamente desdobrar-se e que só gradualmente se unem em organizações bem definidas. As fontes desses instintos componentes são os órgãos do corpo e, em particular, certas *zonas*

erógenas especialmente acentuadas; no entanto, a libido recebe contribuições de todo processo funcional importante do corpo. A princípio, os instintos componentes individuais esforçam-se por obter satisfação independentemente uns dos outros, mas, no decorrer do desenvolvimento, se tornam cada vez mais convergentes e concentrados. A primeira fase (pré-genital) de organização a ser discernida é a *oral*, na qual, em conformidade com os interesses predominantes do bebê, a zona oral desempenha o papel principal. Ela é seguida pela organização *analsádica* em que a zona *anal* e o instinto componente do *sadismo* são particularmente proeminentes; nesta fase, a diferença entre os sexos é representada pelo contraste entre ativo e passivo. A fase terceira e final da organização é aquela em que a maioria dos instintos componentes converge para o *primado das zonas genitais*. Via de regra, essa evolução é atravessada rápida e moderadamente, mas certas partes individuais dos instintos permanecem atrás, nas fases prodrômicas do processo, e dão assim surgimento a *fixações* da libido, importantes como predisposições constituintes para irrupções subseqüentes de impulsos reprimidos e que se encontram em relação definida com o desenvolvimento posterior das neuroses e perversões. (Ver o verbete sobre ‘A Teoria da Libido’.)

O Processo de Encontrar um Objeto e o Complexo de Édipo. - Em primeira instância, o instinto componente oral encontra satisfação ligando-se à saciação do desejo de nutrição, e seu objeto é o seio materno. Ele depois se desliga, torna-se independente e, ao mesmo tempo, *auto-erótico*, isto é, encontra um objeto no próprio corpo da criança. Outros instintos componentes também começam por serem auto-eróticos e somente mais tarde são desviados para um objeto externo. Constitui fato particularmente importante que os instintos componentes pertencentes à zona genital atravessam habitualmente um período de intensa satisfação auto-erótica. Os instintos componentes não são todos igualmente úteis na organização genital final da libido; alguns deles (os componentes anais, por exemplo) são conseqüentemente deixados de lado e suprimidos ou experimentam complicadas transformações.

Em anos muito precoces da infância (aproximadamente entre as idades de dois e cinco anos) ocorre uma convergência dos impulsos sexuais, da qual, no caso dos meninos, o objeto é a mãe. Essa escolha de um objeto, em conjunção com uma atitude correspondente de rivalidade e hostilidade para com o pai, fornece o conteúdo do que é conhecido como o complexo de Édipo, que em todo ser humano é da maior importância na determinação da forma final de sua vida erótica. Descobriu-se ser característica de um indivíduo normal aprender a dominar seu *complexo de Édipo*, ao passo que o neurótico permanece envolvido nele.

O Começo Difásico do Desenvolvimento Sexual. - Aproximando-se o final do quinto ano de idade, esse período inicial da vida sexual normalmente chega ao fim. É sucedido por um período de *latência* mais ou menos completa, durante o qual as coibições éticas são construídas, para atuar como defesas contra os desejos do complexo de Édipo. No período

subseqüente da *puberdade* esse complexo é revivescido no inconsciente e envolve-se em novas modificações. Somente na puberdade é que os instintos sexuais chegam à sua plena intensidade, mas a direção desse desenvolvimento, bem como todas as predisposições a ele, já foram determinadas pela eflorescência precoce da sexualidade durante a infância que o precedeu. Esse desenvolvimento difásico da função sexual - em duas fases, interrompidas pelo período de latência - parece constituir uma peculiaridade biológica da espécie humana e conter o fator determinante da origem das neuroses.

A Teoria da Repressão. - Estas considerações teóricas, tomadas conjuntamente com as impressões imediatas derivadas do trabalho analítico, conduzem a uma visão das neuroses que se pode descrever, no mais grosseiro dos esboços, como se segue. As neuroses são expressão de conflitos entre o ego e aqueles impulsos sexuais que parecem ao ego incompatíveis com sua integridade ou com seus padrões éticos. Visto esses impulsos não serem *egossintônicos*, o ego os *reprimiu*, isto é, afastou deles seu interesse e impediu-os de se tornarem conscientes, bom como de obterem satisfação através de descarga motora. Se, no curso do trabalho analítico, tentamos tornar conscientes esses impulsos reprimidos, damos-nos conta das forças repressivas sob a forma de *resistência*. A consecução da repressão, porém, fracassa de modo especialmente fácil no caso dos instintos sexuais. Sua libido represada encontra outras saídas do inconsciente, porque *regred*e a fases anteriores do desenvolvimento e a atitudes anteriores para com os objetos, e em pontos fracos de desenvolvimento libidinal, onde existem fixações infantis, irrompe na consciência e obtém descarga. O que resulta é um *sintoma* e, conseqüentemente, em sua essência, uma satisfação sexual substitutiva. Não obstante, o sintoma não pode escapar inteiramente às forças repressivas do ego, tendo assim de submeter-se a modificações e deslocamentos - exatamente como acontece com os sonhos - através dos quais sua característica de satisfação sexual se torna irreconhecível. Conseqüentemente, os sintomas têm a natureza de conciliações entre os instintos sexuais reprimidos e os instintos repressores do ego; representam uma realização de desejo para ambas as partes do conflito simultaneamente, uma realização porém incompleta para cada uma delas. Isso é inteira e estritamente genuíno dos sintomas da histeria, ao passo que nos sintomas da neurose obsessiva há amiúde uma ênfase mais forte no lado da função repressora devido ao erguimento de formações reativas, que são garantias contra a satisfação sexual.

Transferência. - Se houvesse necessidade de outras provas da verdade de que as forças motivadoras por trás da formação de sintomas neuróticos são de natureza sexual, elas seriam encontradas no fato de, no decurso do tratamento analítico, formar-se regularmente entre o paciente e o médico uma relação emocional especial, relação que vai muito além dos limites racionais. Ela varia entre a devoção mais afetuosa e a inimizade mais obstinada e deriva todas as suas características de atitudes eróticas anteriores do paciente, as quais se tornaram inconscientes. Essa *transferência*, tanto em sua forma positiva quanto negativa, é utilizada como arma pela resistência; porém, nas mãos do médico, transforma-se no mais poderoso

instrumento terapêutico e desempenha um papel que dificilmente se pode superestimar na dinâmica do processo de cura.

As Pedras Angulares da Teoria Psicanalítica. - A pressuposição de existirem processos mentais inconscientes, o reconhecimento da teoria da resistência e repressão, a apreciação da importância da sexualidade e do complexo de Édipo constituem o principal tema da psicanálise e os fundamentos de sua teoria. Aquele que não possa aceitá-los a todos não deve considerar-se a si mesmo como psicanalista.

História Posterior da Psicanálise. - A psicanálise foi conduzida aproximadamente até aí pelo trabalho do autor deste verbete, que por mais de dez anos foi seu único representante. Em 1906, os psiquiatras suíços Bleuler e C. G. Jung começaram a desempenhar um papel vigoroso na análise; em 1907, uma primeira conferência de seus seguidores realizou-se em Salzburg e a jovem ciência cedo descobriu-se como centro de interesse tanto entre psiquiatras quanto entre leigos. Sua recepção na Alemanha, o país com seu mórbido anseio por autoridade, não foi precisamente meritória para a ciência alemã e levou mesmo um partidário assim tão frio como Bleuler a um enérgico protesto. Contudo, nenhuma condenação ou repúdio em congressos oficiais serviu para deter o crescimento interno ou a expansão externa da psicanálise. No decorrer dos dez anos seguintes ela se estendeu muito além das fronteiras da Europa e tornou-se especialmente popular nos Estados Unidos da América, o que se atribui em não pequeno grau à advocacia e à colaboração de Putnam (Boston), Ernest Jones (Toronto, e depois Londres), Flournoy (Genebra), Ferenczi (Budapest), Abraham (Berlim), e muitos outros além destes. O anátema imposto à psicanálise levou seus seguidores a reunirem-se numa organização internacional que, no presente ano (1922), está realizando seu oitavo Congresso privado em Berlim e inclui hoje grupos locais em Viena, Budapest, Berlim, Holanda, Zurique, Londres, Nova Iorque, Calcutá e Moscou. Esse desenvolvimento não foi interrompido nem mesmo pela Guerra Mundial. Em 1918-19, o Dr. Anton von Freund, de Budapest, fundou a Internationaler Psychoanalytischer Verlag, que publica periódicos e livros relacionados com a psicanálise, e, em 1920, o Dr. M. Eitingon abriu em Berlim a primeira clínica psicanalítica para o tratamento de neuróticos sem recursos particulares. Traduções em francês, italiano e espanhol das obras principais do autor, que se encontram atualmente em preparação, dão testemunho de um crescente interesse na psicanálise também no mundo latino.

Entre 1911 e 1913 dois movimentos de divergência da psicanálise se efetuaram, evidentemente com o objetivo de atenuar suas feições repelentes. Um deles (patrocinado por C.G. Jung), num esforço por conformar-se aos padrões éticos, desvestiu o complexo de Édipo de sua significação real, concedendo-lhe apenas um valor *simbólico* e, na prática, desprezou a revelação do período infantil esquecido e, como podemos chamá-lo, ‘pré-histórico’. O outro (originado por Alfred Adler em Viena) reproduziu muitos fatores da psicanálise sob outros nomes; a repressão, por exemplo, aparecia numa versão sexualizada como ‘protesto masculino’. Sob outros aspectos, porém, o movimento afastou-se do inconsciente e dos instintos sexuais e esforçou-se por remontar a origem do desenvolvimento do caráter e das

neuroses à 'vontade de poder', a qual, por meio de uma supercompensação, esforça-se por contrabalançar os perigos que surgem da 'inferioridade de órgão'. Nenhum desses movimentos, com suas estruturas sistemáticas, teve qualquer influência permanente sobre a psicanálise. No caso das teorias de Adler, logo ficou claro que pouco tinham em comum com a psicanálise, a qual se destinavam a substituir.

Progressos mais Recentes na Psicanálise. - Visto a psicanálise haver-se tornado o campo de trabalho de tão grande número de observadores, ela efetuou progressos, tanto em amplitude quanto em profundidade, mas infelizmente estes podem receber só a mais breve menção no presente verbete.

Narcisismo. - O mais importante progresso teórico foi certamente a aplicação da teoria da libido ao ego repressor. O próprio ego veio a ser encarado como um reservatório do que foi descrito como libido narcísica, do qual as catexias libidinais dos objetos fluíam e para o qual podiam ser novamente retiradas. Com a ajuda dessa concepção tornou-se possível empenhar-se na análise do ego e efetuar uma distinção clínica das psiconeuroses em *neuroses de transferência* e distúrbios *narcísicos*. Nas primeiras (histeria e neurose obsessiva), o sujeito tem à sua disposição uma quantidade de libido que se esforça por ser transferida para objetos externos, fazendo-se uso disso para levar a cabo o tratamento analítico; por outro lado, os distúrbios narcísicos (demência precoce, paranóia, melancolia) caracterizam-se por uma retirada da libido dos objetos e, assim, raramente são acessíveis à terapia analítica. Sua inacessibilidade terapêutica, contudo, não impediu a análise de efetuar os mais fecundos começos do estudo mais profundo dessas moléstias, que se contam entre as psicoses.

Desenvolvimento da Técnica. - Após a curiosidade do analista ter sido, por assim dizer, gratificada pela elaboração da técnica da interpretação, era inevitável que o interesse se voltasse para o problema de descobrir a maneira mais eficaz de influenciar o paciente. Logo tornou-se evidente que a tarefa imediata do médico era assistir o paciente e vir a conhecer - e, posteriormente, sobrepujar - as resistências que nele surgiam durante o tratamento e das quais, inicialmente, ele próprio não estava consciente. E ao mesmo tempo descobriu-se que a parte essencial do proceso de cura residia no sobrepujamento dessas resistências e que, a menos que isso fosse conseguido, nenhuma modificação mental permanente poderia ser efetuada no paciente. Visto os esforços do analista dirigirem-se dessa maneira para a resistência do paciente, a técnica analítica atingiu uma certeza e uma delicadeza que rivalizam com as da cirurgia. Conseqüentemente, todos são energicamente advertidos contra o empreendimento de tratamentos psicanalíticos sem uma formação estrita, e um médico que neles se aventure baseado em sua qualificação médica não é, sob qualquer aspecto, melhor que um leigo.

A Psicanálise como Processo Terapêutico. - A psicanálise nunca se apresentou como uma panacéia e jamais reivindicou realizar milagres. Em uma das mais difíceis esferas da atividade médica, ela constitui o único método possível de tratamento para certas

enfermidades e, para outras, é o método que rende os melhores ou os mais permanentes resultados, embora nunca sem um dispêndio correspondente de tempo e de trabalho. Um médico que não esteja inteiramente absorvido pelo trabalho de dar auxílio descobrirá seus sacrifícios amplamente recompensados pela consecução de uma compreensão inesperada das complicações da vida mental e das inter-relações entre o mental e o físico. Onde atualmente ela não pode oferecer ajuda, senão apenas compreensão teórica, pode talvez estar preparando o caminho para algum meio posterior e mais direto de influenciar os distúrbios neuróticos. Sua província é, acima de tudo, as duas neuroses de transferência, a histeria e a neurose obsessiva, onde contribuiu para a descoberta de sua estrutura interna e mecanismos operativos, e, além delas, todas as espécies de fobias, inibições, deformidades de caráter, perversões sexuais e dificuldades da vida erótica. Alguns analistas (Jelliffe, Groddeck, Felix Deutsch) comunicaram também que o tratamento analítico de vulgares doenças orgânicas não é inauspicioso, de vez que um fator mental não infreqüentemente contribui para a origem e continuação de tais moléstias. Desde que a psicanálise exige certa plasticidade psíquica de seus pacientes, algum tipo de limite etário deve ser estabelecido na seleção deles, e uma vez que torna necessária a dedicação de uma atenção longa e intensa ao paciente individual, não seria econômico esbanjar esse dispêndio em pessoas completamente inúteis que ocorre serem neuróticas. Só a experiência do material das clínicas pode mostrar quais as modificações imprescindíveis para tornarem o tratamento psicanalítico acessível a estratos mais amplos da população ou adaptá-lo a inteligências mais débeis.

Comparação entre a Psicanálise e os Métodos Hipnótico e Sugestivo. - O procedimento psicanalítico difere de todos os métodos que fazem uso da sugestão, persuasão, etc., pelo fato de não procurar suprimir através da autoridade qualquer fenômeno mental que possa ocorrer no paciente. Esforça-se por traçar a causação de fenômeno e removê-la pelo ocasionamento de uma modificação permanente nas condições que levaram a ele. Na psicanálise, a influência sugestiva que é inevitavelmente exercida pelo médico desvia-se para a missão atribuída ao paciente de sobrepular suas resistências, isto é, de levar avante o processo curativo. Qualquer perigo de falsificar os produtos da memória de um paciente pela sugestão pode ser evitado pelo manejo prudente da técnica; mas, em geral, o despertar das resistências constitui uma garantia contra os efeitos enganadores da influência sugestiva. Pode-se estabelecer que o objetivo do tratamento é remover as resistências do paciente e passar em revista suas repressões, ocasionando assim a unificação e o fortalecimento de mais longo alcance de seu ego, capacitando-o a poupar a energia mental que está dispendendo em conflitos internos, obtendo do paciente o melhor que suas capacidades herdadas permitam, e tornando-o assim tão eficiente e capaz de gozo quanto é possível. Não se visa especificamente à remoção dos sintomas da doença, contudo ela é conseguida, por assim dizer, como um subproduto, se a análise for corretamente efetuada. O analista respeita a individualidade do paciente e não procura remoldá-lo de acordo com suas próprias idéias pessoais, isto é, as do médico; contenta-se com evitar dar conselhos e, em vez disso, com despertar o poder de iniciativa do paciente.

Sua Relação com a Psiquiatria. - A psiquiatria é na atualidade essencialmente uma ciência descritiva e classificatória cuja orientação ainda é no sentido do somático, de preferência ao psicológico, e que se acha sem possibilidades de fornecer explicações aos fenômenos que observa. A psicanálise, contudo, não se coloca em oposição a ela, como o comportamento quase unânime dos psiquiatras poderia levar-nos a acreditar. Pelo contrário, como uma *psicologia profunda*, uma psicologia daqueles processos da vida mental que são retirados da consciência, ela é convocada a dar à psiquiatria um fundamento indispensável e a libertá-la de suas atuais limitações. Podemos prever que futuro dará origem a uma psiquiatria científica, à qual a psicanálise serviu de introdução.

Críticas e Más Interpretações da Psicanálise. - A maioria do que é apresentado contra a psicanálise, mesmo em obras científicas, baseia-se em informações insuficientes que, por sua vez, parecem ser determinadas por resistências emocionais. Assim, é um equívoco acusar a psicanálise de ‘pansexualismo’ e alegar que ela deriva da sexualidade todas as ocorrências mentais e as remonta todas àquela. Ao contrário, a psicanálise desde o início distinguiu os instintos sexuais de outros, que provisoriamente denominou de ‘instintos do ego’. Ela jamais sonhou tentar explicar ‘tudo’, e mesmo das neuroses, remontou sua origem não somente à sexualidade, mas ao conflito entre os impulsos sexuais e o ego. Na psicanálise (diferentemente das obras de C.G. Jung), o termo ‘*libido*’ não significa energia psíquica em geral, mas sim a força motivadora dos instintos sexuais. Algumas assertivas, como a de que todo sonho é a realização de um desejo sexual, nunca, em absoluto, foram sustentadas por ela. A acusação de unilateralidade feita contra a psicanálise, que, como *a ciência da mente inconsciente*, tem seu próprio campo de trabalho definido e restrito, é-lhe tão inaplicável quanto seria se houvesse sido feita contra a química. Acreditar que a psicanálise busca a cura dos distúrbios neuróticos dando rédea livre à sexualidade é uma grave má interpretação que só pode ser desculpada pela ignorância. A tomada de consciência dos desejos sexuais reprimidos na análise, ao contrário, torna possível obter sobre eles um domínio que a repressão anterior fora incapaz de conseguir. Pode-se com mais verdade dizer que a análise libera o neurótico das cadeias de sua sexualidade. Ademais, é inteiramente anticientífico julgar a análise como calculada para solapar a religião, a autoridade e a moral, porque, como todas as ciências, ela é inteiramente não tendenciosa e possui um único objetivo, ou seja, chegar a uma visão harmônica de uma parte da realidade. Finalmente, só se pode caracterizar como simplório o temor às vezes expresso de que todos os mais elevados bens da humanidade, como são chamados - a pesquisa, a arte, o amor, o senso ético e social - perderão seu valor ou sua dignidade porque a psicanálise se encontra em posição de demonstrar sua origem em impulsos instintuais elementares e animais.

As Aplicações e as Correlações Não-Médicas da Psicanálise. - Qualquer estimativa da psicanálise estaria incompleta se deixasse de tornar claro que, sozinha entre as disciplinas médicas, ela possui as mais amplas relações com as ciências mentais e se encontra em posição de desempenhar um papel da mesma importância nos estudos da história religiosa e cultural e nas ciências da mitologia e da literatura que na psiquiatria. Isso pode parecer

estranho quando refletimos que originalmente seu único objetivo era a compreensão e a melhoria dos sintomas neuróticos. Mas é fácil indicar o ponto de partida da ponte que conduz às ciências mentais. A análise dos sonhos forneceu-nos uma compreensão dos processos inconscientes da mente e demonstrou-nos que os mecanismos produtores dos sintomas patológicos operam também na mente normal. Assim, a psicanálise tornou-se uma *psicologia profunda* e, como tal, capaz de ser aplicada às ciências mentais, e pôde responder a um bom número de questões que a psicologia acadêmica da consciência era impotente para tratar. Numa etapa muito precoce, surgiram problemas de *filogenia humana*. Tornou-se claro que a função patológica amiúde nada mais era que uma *regressão* a uma etapa anterior na evolução da função normal. C. G. Jung foi o primeiro a chamar atenção explícita para a notável semelhança entre as fantasias desordenadas dos que padeciam de demência precoce e os mitos dos povos primitivos, ao passo que o presente autor indicou que os dois desejos que se combinam para formar o complexo de Édipo coincidem precisamente com as duas principais proibições impostas pelo *totemismo* (não matar o ancestral tribal e não casar com nenhuma mulher pertencente ao próprio clã), tirando conclusões de grandes conseqüências desse fato. A significação do complexo de Édipo começou a crescer a proporções gigantescas e pareceu como se a ordem social, a moral, a justiça e a religião houvessem surgido juntas, na eras primevas da humanidade, como formações reativas contra esse complexo. Otto Rank lançou uma luz radiante sobre a mitologia e a história da literatura pela aplicação de pontos de vista psicanalíticos, bem como Theodor Reik sobre a história da moral e da religião, enquanto que o Dr. Pfister, de Zurique, despertou o interesse de professores religiosos e seculares e demonstrou a importância do ponto de vista psicanalítico para a educação. Um estudo ulterior dessas aplicações da psicanálise estaria deslocado, aqui, sendo suficiente dizer que os limites de sua influência ainda não estão à vista.

A Psicanálise como Ciência Empírica. - A psicanálise não é, como as filosofias, um sistema que parta de alguns conceitos básicos nitidamente definidos, procurando apreender todo o universo com o auxílio deles, e, uma vez completo, não possui mais lugar para novas descobertas ou uma melhor compreensão. Pelo contrário, ela se atém aos fatos de seu campo de estudo, procura resolver os problemas imediatos da observação, sonda o caminho à frente com o auxílio da experiência, acha-se sempre incompleta e sempre pronta a corrigir ou a modificar suas teorias. Não há incongruência (não mais que no caso da física ou da química) se a seus conceitos mais gerais falta clareza e seus postulados são provisórios; ela deixa a definição mais precisa deles aos resultados do trabalho futuro.

(B) A TEORIA DA LIBIDO

LIBIDO é um termo empregado na teoria dos instintos para descrever a manifestação dinâmica

da sexualidade. Já fora utilizado nesse sentido por Moll (1898) e foi introduzido na psicanálise pelo presente autor. O que se segue limita-se a uma descrição dos desenvolvimentos por que a teoria dos instintos passou na psicanálise, desenvolvimentos que ainda se acham progredindo.

O Contraste entre os Instintos Sexuais e os Instintos do Ego. - A psicanálise cedo deu-se conta de que todas as ocorrências mentais devem ser vistas como construídas na base de uma ação recíproca das forças dos instintos elementares. Isso, contudo, acarretou uma situação difícil, visto a psicologia não incluir nenhuma teoria dos instintos. Ninguém podia dizer o que era realmente um instinto, deixava-se a questão inteiramente ao capricho individual, e todo psicólogo tinha o hábito de postular quaisquer instintos, em qualquer número que escolhesse. A primeira esfera de fenômenos a ser estudada pela psicanálise compreendia o que era conhecido como neurose de transferência (histeria e neurose obsessiva). Descobriu-se que seus sintomas sucediam pelo fato de os impulsos instintuais sexuais serem rejeitados (reprimidos) pela personalidade do sujeito (o seu ego), encontrando pois expressão por caminhos tortuosos através do inconsciente. Esses fatos podiam ser encontrados traçando-se um contraste entre os instintos sexuais e os instintos do ego (*instintos de autopreservação*), o que estava de acordo com o dito popular de serem a fome e o amor que fazem o mundo girar: a libido era a manifestação da força do amor, no mesmo sentido que a fome o era do instinto autopreservativo. A natureza dos instintos do ego permaneceu por então indefinida e, como todas as outras características do ego, inacessível à análise. Não havia meio de decidir se seria de supor existirem diferenças qualitativas entre as duas classes de instintos e, em caso afirmativo, quais seriam.

A Libido Primitiva. - C. G. Jung tentou resolver essa obscuridade seguindo linhas especulativas, pressupondo existir uma só libido primitiva que podia ser sexualizada ou dessexualizada e que, assim, em sua essência, coincidia com a energia mental em geral. Essa inovação era metodologicamente discutível, provocou grande confusão, reduziu o termo 'libido' ao nível de um sinônimo supérfluo e, na prática, defrontava-se ainda com a necessidade de distinguir entre libido sexual e assexual. Não se iria escapar à diferença entre os instintos sexuais e os instintos com outros objetivos por meio de uma nova definição.

Sublimação. - Um atento exame das tendências sexuais, que por si mesmas eram acessíveis à psicanálise, nesse meio tempo conduziria a algumas descobertas notáveis e pormenorizadas. O que se descreve como instinto sexual mostra ser de uma natureza altamente complexa e sujeita a decompor-se novamente em seus instintos componentes. Cada instinto componente é inalteravelmente caracterizado por sua *fonte*, isto é, pela região ou zona do corpo da qual sua excitação se deriva. Cada um deles possui, ademais, como aspectos distinguíveis, um *objeto* e um *objetivo*. O objetivo é sempre a descarga acompanhada pela satisfação, mas é capaz de ser mudado da atividade para a passividade. O objeto acha-se menos estreitamente ligado ao instinto do que se supôs a princípio; é facilmente trocado por outro e, além disso, um instinto

que possuía um objeto externo pode ser voltado para o próprio eu do sujeito. Os instintos separados podem permanecer independentes uns dos outros ou - de um modo ainda inexplicável - combinar-se e fundir-se uns com os outros, para realizar um trabalho em comum. Podem também substituir-se mutuamente e transferir sua catexia libidinal uns para os outros, de forma que a satisfação de um determinado instinto pode assumir o lugar da satisfação de outros. A vicissitude mais importante que um instinto pode experimentar parece ser a *sublimação*; aqui, tanto o objeto quanto o objetivo são modificados; assim, o que originalmente era um instinto sexual encontra satisfação em alguma realização que não é mais sexual, mas de uma valoração social ou ética superior. Esses diferentes aspectos ainda não se combinam para formar um quadro integral.

Narcisismo. - Um progresso decisivo foi realizado quando se aventurou a análise da demência precoce e outros distúrbios psicóticos e assim o exame foi iniciado do próprio ego, que até então fora conhecido apenas como instância da repressão e da oposição. Descobriu-se que o processo patogênico na demência precoce é a retirada da libido dos objetos e sua introdução no ego, ao passo que os sintomas clamorosos da moléstia surgem dos vãos esforços da libido para encontrar um caminho de volta aos objetos. Mostrou-se assim ser possível à libido de objeto transformar-se em catexia do ego e vice-versa. Uma reflexão mais detida demonstrou que foi preciso presumir que esse processo ocorre na maior escala e que o ego deve ser encarado como um grande reservatório de libido, do qual a libido é enviada *para* os objetos, e que sempre está pronto a absorver a libido que flui de volta *dos objetos*. Assim, os instintos de autopreservação também eram de natureza libidinal: eram instintos sexuais que, em vez de objetos externos, haviam tomado o próprio ego do sujeito como objeto. A experiência clínica familiarizou-nos com as pessoas que se comportam de uma maneira notável, como se estivessem enamoradas de si mesmas, e essa perversão recebeu o nome de *narcisismo*. A libido dos instintos autopreservativos foi então descrita como *libido narcísica* e reconheceu-se que um elevado grau desse auto-amor constituía o estado de coisas primário e normal. A fórmula primitiva estabelecida para as neuroses de transferência conseqüentemente exigia ser modificada, embora não corrigida. Era melhor, em vez de falar de um conflito entre instintos sexuais e instintos do ego, falar de um conflito entre libido de objeto e libido de ego, ou, de vez que era a mesma a natureza desses instintos, conflito entre as catexias de objeto e o ego.

Abordagem Aparente às Opiniões de Jung. - À vista disso, parecia como se o lento processo da pesquisa psicanalítica estivesse seguindo os passos da especulação de Jung sobre uma libido primitiva especialmente porque a transformação da libido de objeto em narcisismo necessariamente portava consigo certo grau de dessexualismo ou abandono dos objetivos especificamente sexuais. Não obstante, há de se ter em mente que o fato de os instintos autopreservativos do ego serem reconhecidos como libidinais não prova necessariamente que não existam outros instintos funcionando no ego.

O Instinto Gregário. - Sustentou-se, em muitos grupos, que existe um 'instinto gregário' especial, inato e não mais analisável, que determina o comportamento social dos seres humanos e impele os indivíduos a se reunirem em comunidades maiores. A psicanálise está em contradição com essa opinião. Mesmo que o instinto social seja inato, ele pode, sem qualquer dificuldade, ser remetido ao que originalmente constituíam catexias de objeto libidinais e pode ter-se desenvolvido na infância do indivíduo como uma formação reativa contra atitudes hostis de rivalidade. Ele se baseia num tipo peculiar de identificação com outras pessoas.

Impulsos Sexuais Inibidos quanto ao Objetivo. - Os instintos sociais pertencem a uma classe de impulsos instintuais que prescindem serem descritos como sublimados, embora estejam estreitamente relacionados com estes. Não abandonaram seus objetivos diretamente sexuais, mas são impedidos, por resistências internas, de alcançá-los; contentam-se com certas aproximações à satisfação e, por essa própria razão, conduzem a ligações especialmente firmes e permanentes entre os seres humanos. A essa classe pertencem em particular as relações afetuosas entre pais e filhos, que originalmente eram inteiramente sexuais, os sentimentos de amizade e os laços emocionais no casamento que tem sua origem na atração sexual.

Reconhecimento de Duas Classes de Instintos na Vida Mental. - Embora a psicanálise via de regra se esforce por desenvolver suas teorias tão independentemente quanto possível das outras ciências, é contudo obrigada a procurar uma base para a teoria dos instintos na biologia. Com fundamento em uma consideração de longo alcance dos processos que empreendem construir a vida e que conduzem à morte, torna-se provável que devamos reconhecer a existência de duas classes de instintos, correspondentes aos processos contrários de construção e dissolução no organismo. Segundo esse ponto de vista, um dos conjuntos de instintos, que trabalham essencialmente em silêncio, seriam aqueles, cujo objetivo é conduzir a criatura viva à morte e, assim, merecem ser chamados de '*instintos de morte*'; dirigir-se-iam para fora como resultado da combinação de grande número de organismos elementares unicelulares e se manifestariam como impulsos *destrutivos ou agressivos*. O outro conjunto de instintos seria o daqueles que nos são mais bem conhecidos na análise: os instintos libidinais, sexuais ou instintos de vida, que são mais bem abrangidos pelo nome de *Eros*; seu intuito seria constituir a substância viva em unidades cada vez maiores, de maneira que a vida possa ser prolongada e conduzida a uma evolução mais alta. Os instintos eróticos e os instintos de morte estariam presentes nos seres vivos em misturas ou fusões regulares, mas 'desfusões' também estariam sujeitas a ocorrer. A vida consistiria nas manifestações do conflito ou na interação entre as duas classes de instintos; a morte significaria para o indivíduo a vitória dos instintos destrutivos, mas a reprodução representaria para ele a vitória de Eros.

A Natureza dos Instintos. - Essa visão nos permitiria caracterizar os instintos como

tendências inerentes à substância viva no sentido da restauração de um estado anterior de coisas, isto é, seriam historicamente determinados, de natureza conservadora e, por assim dizer, expressão de uma inércia ou elasticidade presente no que é orgânico. Ambas as classes de instintos, tanto Eros quanto o instinto de morte, segundo este ponto de vista, teriam estado operando e trabalhando um contra o outro desde a primeira origem da vida.

BREVES ESCRITOS (1920-1922)

UMA NOTA SOBRE A PRÉ-HISTÓRIADA TÉCNICA DE ANÁLISE (1920)

Um livro recente de Havelock Ellis (tão justamente admirado por suas pesquisas em ciência sexual e crítico eminente da psicanálise), que tem por título *The Philosophy of Conflict* (1919), inclui um ensaio sobre ‘Psycho-Analysis in Relation to Sex’. O objetivo desse ensaio é demonstrar que os escritos do criador da análise não devem ser julgados como uma peça de trabalho científico, mas sim como uma produção artística. Não podemos deixar de encarar essa opinião como uma recente tendência tomada por resistência e como um repúdio da análise, ainda que se ache disfarçada em uma maneira amistosa e, na verdade, lisonjeante demais. Estamos inclinados a enfrentá-la com a mais decidida contradição.

No entanto, não é com vistas a contradizê-lo nesse ponto que nos achamos agora interessados no ensaio de Havelock Ellis, mas por outra razão. Suas vastas leituras capacitaram-no a apresentar um autor que praticou e recomendou a associação livre como técnica, embora para fins diferentes dos nossos, possuindo assim um direito a ser considerado como um precursor da psicanálise.

‘Em 1857, o Dr. J. J. Garth Wilkinson, mais conhecido como místico swedenborguiano e poeta que como médico, publicou um volume de místicos versos de pé quebrado, escritos com o que considerou “um novo método”, o método da “impressão”. “Um tema é escolhido ou escrito”, afirmou ele; “assim que isso foi feito, a primeira impressão na mente que sucede o ato de escrever o título é o começo da evolução desse tema, por mais estranha ou exótica que a palavra ou sentença possa parecer.” “O primeiro movimento mental, a primeira palavra que surge” é “a reação ao desejo da mente para o desdobramento do tema.” Ele é continuado pelo mesmo método, e Garth Wilkinson acrescenta: “Sempre descobri que ele condizia, por um instinto infalível, ao tema”. O método era, segundo Garth Wilkinson o via, uma espécie de *laissez-faire* exacerbado, uma ordem dada aos mais profundos instintos inconscientes para se expressarem. A razão e a vontade, indicava, são deixadas de lado; confiamo-nos a “um influxo” e as faculdades da mente são “dirigidas para fins que não conhecem”. Garth Wilkinson, deve ficar claramente entendido, embora fosse médico, empregava esse método para fins religiosos e literários, jamais para fins científicos ou médicos; porém é fácil perceber que, essencialmente, trata-se do método da psicanálise aplicado a si próprio, constituindo outra prova de quanto o método de Freud é um método de artista.’

Os que estão familiarizados com a literatura psicanalítica recordarão neste ponto a interessante passagem na correspondência de Schiller com Körner, na qual (1788) o grande poeta e pensador recomenda a todos que desejem ser produtivos adotarem o método da associação livre. É de se desconfiar que o que se alega ser uma nova técnica de Garth Wilkinson tenha já ocorrido às mentes de muitos outros, e que sua aplicação sistemática na psicanálise não seja tanto uma prova da natureza artística de Freud quanto de sua convicção, equivalente quase a uma opinião preconcebida, de que todos os fatos mentais são completamente determinados. Decorreu dessa opinião que a primeira e mais provável possibilidade fosse que uma associação livre se relacionasse com o assunto designado, e isso foi confirmado pela experiência da análise, exceto na medida em que resistências demasiado grandes tornassem irreconhecível a vinculação suspeitada.

Entretanto, é seguro presumir que nem Schiller nem Garth Wilkinson tiveram na realidade qualquer influência sobre a escolha da técnica psicanalítica. É de outra direção que existem indicações de uma influência pessoal em ação.

Há pouco tempo atrás, em Budapest, o Dr. Hugo Dubowitz chamou a atenção do Dr. Ferenczi para um breve ensaio que abrangia apenas quatro páginas e meia, da autoria de Ludwig Börne. Fora escrito em 1823 e reimpresso no primeiro volume da edição de 1862 de suas obras completas. Intitula-se ‘A Arte de Tornar-se um Escritor Original em Três Dias’ e mostra as familiares características estilísticas de Jean Paul, de quem Börne era na ocasião grande admirador. Ele termina o ensaio com as seguintes frases:

‘E aqui temos a aplicação prática que foi prometida. Pegue algumas folhas de papel e por três

dias a fio anote, sem falsidade ou hipocrisia, tudo o que lhe vier à cabeça. Escreva o que pensa de si mesmo, de sua mulher, da Guerra Turca, de Goethe, do julgamento de Fonk, do Juízo Final, de seus superiores, e, quando os três dias houverem passado, ficará espantadíssimo pelo novos e inauditos pensamentos que teve. Esta é a arte de tornar-se um escritor original em três dias.’

Quando o Professor Freud veio a ler esse ensaio de Börne, apresentou certo número de fatos que podem ter uma importante relação com a questão aqui em debate quanto à pré-história do emprego psicanalítico da associação livre. Disse que quando contava 14 anos de idade, recebera de presente as obras de Börne; que hoje ainda possuía o livro, cinqüenta anos depois, e que se tratava do único que sobrevivera dos seus tempos de rapaz. Börne, disse ele, fora o primeiro autor em cujos escritos penetrara profundamente. Não podia lembrar-se do ensaio em pauta, mas alguns dos outros contidos no mesmo volume, tais como ‘Um Tributo à Memória de Jean Paul’, ‘O Artista a Comer’ e ‘O Tolo na Estalagem do Cisne Branco’, continuaram a vir-lhe à mente, sem razão óbvia, por longos anos. Ficou particularmente espantado de encontrar expressas no conselho ao escritor original algumas opiniões que ele próprio sempre prezara e reivindicara, como, por exemplo: ‘Uma covardia vergonhosa com relação ao pensar nos retém a todos. A censura do governo é menos opressiva que a censura exercida pela opinião pública sobre nossas produções intelectuais. (Além disso, temos aqui uma referência a uma ‘censura’ que reaparece na psicanálise como a censura onírica.) ‘Não é falta de intelecto, mas de caráter que impede a maioria dos escritores de serem melhores que são... A sinceridade é a fonte de todo gênio e os homens seriam mais argutos se fossem mais morais...’

Assim não parece impossível que essa sugestão possa ter trazido à luz o fragmento de criptoamnésia que em tantos casos se pode suspeitar fazer por trás da originalidade aparente.

Aqui temos parte da carta de uma mãe americana: ‘Tenho de contar-lhe o que minha garotinha disse ontem. Ainda não me recobrei de meu espanto. A prima Emily estava falando de como ia arranjar um apartamento, ao que a criança comentou: “Se Emily se casar, vai ter um bebê.” Fiquei muito surpresa e perguntei-lhe: “Ora, como é que você sabe disso?” Ela respondeu: “Bem, quando alguém se casa, surge sempre um bebê.” Repeti: “Mas como é que você pode dizer isso?” E a menina respondeu: “Ora, eu sei uma porção de outras coisas. Sei que as árvores crescem in the ground.” Que estranha associação! Era precisamente o que pretendia dizer-lhe algum dia, a título de esclarecimento. E então prosseguiu: “E sei que é Deus que makes the world.” Quando fala assim, mal posso acreditar que não tem ainda 4 anos de idade.’

A própria mãe parece ter entendido a transição da primeira observação da criança para a segunda. O que estava tentando dizer era: ‘Sei que os bebês crescem dentro de suas mães.’ Não expressava esse conhecimento diretamente, mas de modo simbólico, substituindo a mãe pela Mãe Terra. Já aprendemos de numerosas observações incontestáveis a idade precoce em que as crianças sabem como utilizar-se de símbolos. Mas a terceira observação da garotinha leva avante o mesmo contexto. Só podemos supor que estava tentando transmitir um outro fragmento de seu conhecimento sobre a origem dos bebês: ‘Sei que tudo é obra do pai.’ Desta vez, porém, substituía o pensamento direto pela sublimação apropriada: que Deus faz o mundo.

DR. ANTON VON FREUND (1920)

O Dr. Anton von Freund, que foi Secretário Geral da Associação Psicanalítica Internacional desde o Congresso de Budapest em setembro de 1918, faleceu em 20 de janeiro de 1920, num sanatório de Viena, alguns dias após completar seu quadragésimo ano de vida. Era o mais vigoroso promotor de nossa ciência e uma de suas esperanças mais brilhantes. Nascido em Budapest em 1880, obteve um doutorado em filosofia. Pretendia tornar-se professor, mas foi persuadido a ingressar na empresa industrial de seu pai. Entretanto, os grandes sucessos que conseguiu como industrial e organizador deixavam de satisfazer as duas necessidades que se achavam ativas nas profundezas de sua natureza: de beneficência social e de atividade científica. Nada buscando para si próprio, possuindo todos os dons que podem encantar e cativar, utilizou seus poderes materiais para assistir a outros e aliviar a dureza de seu destino, bem como para avivar em todas as direções o senso de justiça social. Dessa maneira, adquiriu um amplo círculo de amigos, que pranteiam profundamente a sua perda.

Quando, durante os seus últimos anos, veio a conhecer a psicanálise, ela pareceu-lhe prometer a realização de seus dois grandes desejos. Impôs-se a tarefa de ajudar as massas pela psicanálise e de fazer uso dos efeitos terapêuticos dessa técnica médica, que até então estivera apenas a serviço dos ricos, a fim de mitigar os sofrimentos neuróticos dos pobres. Desde que o Estado não se ocupava das neuroses do povo comum, que as clínicas hospitalares na maioria rejeitavam a terapia psicanalítica sem poderem oferecer qualquer sucedâneo para ela e que os poucos médicos psicanalistas, premidos pela necessidade de se manterem, não se achavam à altura de tarefa tão gigantesca. Anton von Freund procurou, através de sua iniciativa privada, abrir um caminho para todos no sentido do cumprimento desse importante dever social.

Durante os anos de guerra coletou a soma então muito considerável de 1,5 milhão de *kronen* para fins humanitários na cidade de Budapest. Com a concordância do Dr. Stephan von Bárczy, então burgomestre, destinou a quantia à fundação de um instituto de psicanálise em Budapest, no qual a análise deveria ser praticada, ensinada e tornada acessível ao povo. Pretendia-se formar nesse instituto um número considerável de médicos, que, depois, dele receberiam um grau honorário para o tratamento de neuróticos pobres numa clínica de ambulatório. O instituto, ademais, deveria constituir um centro para novas pesquisas científicas na análise. O Dr. Ferenczi deveria ser o diretor científico do instituto e o próprio von Freund se encarregaria de sua organização e finanças. O fundador entregou ao Professor Freud uma soma relativamente menor, para a fundação de uma casa editora psicanalítica internacional. Mas,

Was sind Hoffnungen, was sind Entwürfe, die der Mensch, der vergängliche, baut?

A morte prematura de von Freund pôs fim a esses esquemas filantrópicos, com todas as suas esperanças científicas. Embora o fundo que coletou ainda exista, a atitude daqueles que atualmente se acham no poder na capital húngara não dá promessas de que as intenções dele se realizarão. Somente a casa editora psicanalítica veio à luz em Viena.

Não obstante, o exemplo que von Freund procurou estabelecer já teve seu efeito. Poucas semanas após sua morte, graças à energia e à liberalidade do Dr. Max Eitingon, a primeira clínica ambulatória de psicanálise foi aberta em Berlim. Assim a obra de von Freund é continuada, embora ele próprio nunca possa ser substituído ou olvidado.

PREFÁCIO A *ADDRESSES ON PSYCHO-ANALYSIS*, DE J. J. PUTNAM (1921)

O Editor desta série deve sentir uma satisfação especial em poder lançar como seu volume de

abertura esta compilação dos escritos psicanalíticos do Professor James J. Putnam, o eminente neurologista da Universidade de Harvard. O Professor Putnam, falecido em 1918 com a idade de 72 anos, foi não apenas o primeiro americano a interessar-se pela psicanálise, mas logo se tornou o seu mais decidido defensor e representante mais influente nos Estados Unidos. Em consequência da reputação estabelecida que granjeara por suas atividades de professor, bem como por sua importante obra no domínio da enfermidade nervosa orgânica, e graças ao respeito universal que sua personalidade desfrutava, pôde fazer talvez mais do que qualquer outro para a disseminação da psicanálise em seu próprio país e para protegê-la das calúnias que, no outro lado do Atlântico não menos que neste, seriam inevitavelmente lançadas sobre ela. Mas todas as censuras estavam assim fadadas a serem silenciadas, quando um homem dos elevados padrões éticos e da retitude moral de Putnam colocava-se entre os defensores da nova ciência e da terapêutica nela baseada.

Os artigos aqui coligidos em um só volume, escritos por Putnam entre 1909 e o fim de sua vida, fornecem um bom retrato de suas relações com a psicanálise. Mostram que esteve a princípio ocupado em corrigir um juízo provisório que se baseara em conhecimentos insuficientes; mostram como depois aceitou a essência da análise, reconheceu sua capacidade de lançar uma luz esclarecedora sobre a origem das imperfeições e fracassos, e como ficou impressionado pela perspectiva de contribuir para a melhoria da humanidade segundo as linhas da análise; como então se convenceu, por suas próprias atividades médicas, da verdade da maioria das conclusões e postulados psicanalíticos, dando, por sua vez, testemunho do fato de que o médico que faz uso da análise compreende muito mais os sofrimentos de seus pacientes e pode fazer por eles muito mais do que fora possível com os métodos anteriores de tratamento; e, finalmente, mostram como começou a estender-se além dos limites da análise, exigindo que, como ciência, ela se ligasse a um sistema filosófico específico e que sua prática fosse manifestamente associada a um conjunto especial de doutrinas éticas.

Assim, não é de admirar que um espírito com tendências tão preeminentemente éticas e filosóficas como o de Putnam houvesse desejado, após haver mergulhado profundamente na psicanálise, estabelecer a relação mais estreita entre ela e os objetivos que estavam mais chegados ao seu coração. Contudo, seu entusiasmo, tão admirável em um homem de sua avançada idade, não conseguiu arrastar outros consigo. Os mais jovens permaneceram frios. Foi especialmente Ferenczi que exprimiu o ponto de vista oposto. A razão decisiva para a rejeição das propostas de Putnam foi a dúvida sobre qual dos incontáveis sistemas filosóficos deveria ter aceito, de vez que todos pareciam repousar em uma base igualmente insegura, e desde que tudo até então havia sido sacrificado em benefício da relativa certeza dos resultados da psicanálise. Pareceu mais prudente esperar e descobrir se uma atitude específica para com a vida poderia ser compelida sobre nós, com todo o peso da necessidade, pela própria investigação analítica.

É nosso dever exprimir nossos agradecimentos à viúva do autor, a Sra. Putnam, por sua assistência com os manuscritos, com os direitos autorais e com apoio financeiro, sem os quais

a publicação deste volume teria sido impossível. Não havia manuscritos ingleses acessíveis no caso dos artigos de número VI, VII e X. Foram traduzidos para o inglês pela Dra. Katherine Jones, a partir do texto alemão que se originara do próprio Putnam.

Este volume manterá viva nos círculos analíticos a memória do amigo cuja perda tão profundamente deploramos. Possa ele ser o primeiro de uma série de publicações que servirão à finalidade de promover a compreensão e a aplicação da psicanálise entre os que falam o idioma inglês, finalidade a que James P. Putnam dedicou os dez últimos anos de sua fecunda vida.

Janeiro de 1921.

INTRODUÇÃO A *THE PSYCHOLOGY OF DAY-DREAMS*, DE J. VARENDONCK (1921)

Este presente volume, dentre outros do Dr. Varendonck, contém uma novidade significativa e com justiça despertará o interesse de todos os filósofos, psicólogos e psicanalistas. Após um esforço que durou alguns anos, o autor conseguiu captar a modalidade de atividade de pensamento a que nos abandonamos durante o estado de distração, ao qual imediatamente passamos antes do sono ou após o despertar incompleto. Ele trouxe à consciência as cadeias de pensamento originadas nestas condições sem a interferência da vontade; anotou-as, estudou suas peculiaridades e diferenças com uma reflexão consciente e dirigida e efetuou por esse meio uma série de importantes descobertas que conduzem a problemas ainda mais vastos e dão origem à formulação de questões de ainda maior alcance. Muitos pontos na psicologia do sonho e do ato falho encontram, graças às observações do Dr. Varendonck, uma solução digna de confiança.

Não é minha intenção passar em revista os resultados do autor. Contentar-me-ei em apontar para a significação de sua obra e me permitirei apenas uma observação concernente à terminologia que adotou. Inclui ele o tipo de atividade de pensamento que observou no pensamento autista de Bleuler, mas chama-o, via de regra, de *pensamento anteciente*, segundo o costume predominante na psicanálise. Entretanto, o pensamento autista de Bleuler de modo algum corresponde à extensão e ao conteúdo do anteciente, nem posso admitir que o nome utilizado por Bleuler tenha sido adequadamente escolhido. A própria designação, pensamento ‘anteciente’, como característica me parece enganadora e insatisfatória. O

assunto em foco é que o tipo de atividade de pensamento de que o bem conhecido devaneio é um exemplo - completo em si próprio, desenvolvendo uma situação ou um ato que está sendo levado a um término - constitui o melhor e, até agora, o único exemplo estudado. Esse devaneio não deve suas peculiaridades à circunstância de processar-se na maioria das vezes antecôscientemente, nem as formas se alteram quando ele é realizado conscientemente. De outro ponto de vista, sabemos também que mesmo a reflexão estritamente dirigida pode ser conseguida sem a cooperação da consciência, ou seja, antecôscientemente. Por esse motivo julgo aconselhável, ao se estabelecer uma distinção entre as diferentes modalidades de atividades do pensamento, não utilizar a relação à consciência em primeira instância e designar o devaneio, bem como as cadeias de pensamento livremente divagante ou fantástico, em oposição à reflexão intencionalmente dirigida. Ao mesmo tempo, deve-se levar em consideração que mesmo o pensamento fantástico invariavelmente não carece de um objetivo e representação finais.

A CABEÇA DE MEDUSA (1940 [1922])

Não foi amiúde que tentamos interpretar temas mitológicos individuais, mas uma interpretação sugere-se facilmente no caso da horripilante cabeça decapitada da Medusa.

Decapitar = castrar. O terror da Medusa é assim um terror de castração ligado à visão de alguma coisa. Numerosas análises familiarizam-nos com a ocasião para isso: ocorre quando um menino, que até então não estava disposto a acreditar na ameaça de castração, tem a visão dos órgãos genitais femininos, provavelmente os de uma pessoa adulta, rodeados por cabelos, e, essencialmente, os de sua mãe.

Os cabelos na cabeça da Medusa são freqüentemente representados nas obras de arte sob a forma de serpentes e estas, mais uma vez, derivam-se do complexo de castração. Constitui fato digno de nota que, por assustadoras que possam ser em si mesmas, na realidade, porém, servem como mitigação do horror, por substituírem o pênis, cuja ausência é a causa do horror. Isso é uma confirmação da regra técnica segundo a qual uma multiplicação de símbolos de pênis significa castração.

A visão da cabeça da Medusa torna o espectador rígido de terror, transforma-o em pedra. Observe-se que temos aqui, mais uma vez, a mesma origem do complexo de castração e a mesma transformação de afeto, porque ficar rígido significa uma ereção. Assim, na situação original, ela oferece consolação ao espectador: ele ainda se acha de posse de um pênis e o enrijecimento tranquiliza-o quanto ao fato.

Esse símbolo de horror é usado sobre as suas vestes pela deusa virgem Atena, e com razão, porque assim ela se torna uma mulher que é inabordável e repele todos os desejos sexuais, visto apresentar os terríficos órgãos genitais da Mãe. De vez que os gregos eram, em geral, fortemente homossexuais, era inevitável que encontrássemos entre eles uma representação da mulher como um ser que assusta e repele por ser castrada.

Se a cabeça da Medusa toma o lugar de uma representação dos órgãos genitais femininos ou, melhor, se isola seus efeitos horripilantes dos dispensadores de prazer, pode-se recordar que mostrar os órgãos genitais é familiar, sob outros aspectos, como um ato apotropaico. O que desperta horror em nós próprios produzirá o mesmo efeito sobre o inimigo de quem estamos procurando nos defender. Lemos em Rabelais como o Diabo se pôs em fuga quando a mulher lhe mostrou sua vulva.

O órgão masculino ereto também possui um efeito apotropaico, mas graças a outro mecanismo. Mostrar o pênis (ou qualquer de seus sucedâneos) é dizer: ‘Não tenho medo de você. Desafio-o. Tenho um pênis.’ Aqui, então, temos outra maneira de intimidar o Espírito Mau.

A fim de substanciar seriamente essa interpretação, seria necessário investigar a origem desse símbolo isolado de horror na mitologia grega, bem como paralelos seus em outras mitologias.

O ego e o ID e outros trabalhos

VOLUME XIX

(1923-1925)

O EGO E O ID (1923)

INTRODUÇÃO DO EDITOR INGLÊS

DAS ICH UND DAS ES

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1923 Leipzig, Viena e Zurique, Internationaler Psychoanalytischer Verlag, 77 págs.

1925 *G.S.*, 6, 351-405.

1931 *Theoretische Schriften*, 338-91.

1940 *G.W.*, 13, 237-289.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

The Ego and the Id

1927 Londres, Hogarth Press e Instituto de Psicanálise, 88 págs. (Trad. de Joan Riviere.)

A presente tradução inglesa é versão consideravelmente modificada da publicada em 1927.

Este livro apareceu na terceira semana de abril de 1925, embora estivesse na mente de Freud desde, pelo menos, o mês de julho anterior (Jones, 1957, 104). Em 26 de setembro de 1922, no Sétimo Congresso Psicanalítico Internacional, que se reuniu em Berlim e que foi o último a que assistiu, ele leu um breve artigo com o título ‘Etwas vom Unbewussten [Algumas Observações sobre o Inconsciente]’, no qual prenunciou o conteúdo do livro. Um resumo deste artigo (que nunca foi publicado) apareceu naquele outono no *Int. Zeitschrift Psychoanal.*, 5 (4), 486, e, embora não haja certeza de que tenha sido escrito pelo próprio Freud, vale a pena registrá-lo: ‘*Algumas Observações sobre o Inconsciente*’

‘O orador repetiu a conhecida história do desenvolvimento do conceito de “inconsciente” em psicanálise. “Inconsciente” foi, em primeira instância, um termo puramente descritivo, que, por conseguinte, incluía o que é temporariamente latente. A visão dinâmica do processo de repressão, contudo, tornou necessário fornecer ao inconsciente um sentido sistemático, de maneira que tivesse de ser igualado ao reprimido. O que é latente e apenas temporariamente inconsciente recebeu o nome de “pré-consciente” e, do ponto de vista sistemático, foi colocado em proximidade estreita com o consciente. O significado duplo do termo “inconsciente” indubitavelmente envolvia desvantagens, embora elas fossem de pequena significação e difíceis de evitar. Demonstrou-se, contudo, que não é praticável encarar o reprimido como coincidindo com o inconsciente, e o ego com o pré-consciente e o consciente. O orador debateu os dois fatos que mostram que também no ego existe um inconsciente, que se comporta dinamicamente como o inconsciente reprimido: os dois fatos de uma resistência que deriva do ego durante a análise e de um sentimento de culpa inconsciente. Anunciou que em livro a aparecer brevemente - *O Ego e o Id* - fez uma

tentativa de avaliar a influência que estas novas descobertas devem ter sobre nossa visão do inconsciente.’

O Ego e o Id é o último dos grandes trabalhos teóricos de Freud. Ele oferece uma descrição da mente e de seu funcionamento que, à primeira vista, parece nova e até mesmo revolucionária, e, em verdade, todos os escritos psicanalíticos que datam de após sua publicação portam a marca inequívoca dos seus efeitos, pelo menos com relação à terminologia. Entretanto, apesar de todas as suas novas compreensões internas (*insights*) e sínteses, podemos traçar, como tão amiúde acontece com as aparentes inovações de Freud, as sementes de suas novas idéias em trabalhos anteriores e, às vezes, muito anteriores.

Os precursores do atual quadro geral da mente foram sucessivamente o ‘Projeto’ de 1895 (Freud, 1950a), o Capítulo VII de *A Interpretação de Sonhos* (1900a) e os artigos metapsicológicos de 1915. Em todos estes, os problemas inter-relacionados do funcionamento mental e da estrutura mental foram inevitavelmente considerados, embora com acento variável sobre os dois aspectos da questão. O acidente histórico de que a psicanálise tivesse sua origem em vinculação com o estudo da histeria conduziu imediatamente à hipótese da repressão (ou, mais geralmente, da defesa) como função mental, e isto, por sua vez, a uma hipótese topográfica - a uma representação da mente incluindo duas partes, uma reprimida e outra repressora. A qualidade de ‘consciência’ achava-se, evidentemente, envolvida de perto nessas hipóteses, e foi muito fácil igualar a parte reprimidas da mente ao que era ‘inconsciente’, e a repressora ao que era ‘consciente’. Os primitivos diagramas pictóricos de Freud sobre a mente, em *A Interpretação de Sonhos* (Edição *Standard* Brasileira, Vol. V, págs. 573-577, IMAGO Editora, 1972) e em sua carta a Fliess de 6 de dezembro de 1896 (Freud, 1950a, Carta 52), foram representações dessa visão da posição. E este esquema aparentemente simples fundamenta todas as primeiras idéias teóricas de Freud: funcionalmente, uma força reprimida esforçando-se em abrir caminho até a atividade, mas mantida sob controle por uma força repressora, e, estruturalmente, um ‘inconsciente’ a que se opõe um ‘ego’.

Não obstante, as complicações logo se tornaram manifestas. Rapidamente se viu que a palavra ‘inconsciente’ estava sendo utilizada em dois sentidos: o ‘descritivo’ (que simplesmente atribuía uma *qualidade* específica a um estado mental) e o ‘dinâmico’ (que atribuía uma *função* específica a um estado mental). Esta distinção já fora enunciada, embora não nestes termos, em *A Interpretação de Sonhos* (Ed. *Standard* Bras., Vol. V, págs. 650-651). Ela foi afirmada muito mais claramente no artigo em inglês escrito para a Sociedade de Pesquisas Psíquicas (1912g, *Standard Ed.*, 12, 262). Desde o início, porém, uma outra noção, mais obscura, já se achava envolvida (como era claramente mostrado pelos diagramas pictóricos): a noção de ‘sistemas’ da mente. Isto implicava uma divisão

topográfica ou estrutural da mente baseada em algo mais que função, uma divisão em partes às quais era possível atribuir um certo número de características e métodos de operação diferenciadas. Algo dessa idéia já se achava indubitavelmente implícito na expressão ‘o inconsciente’, que aparecera muito cedo (por exemplo, em nota de rodapé a *Estudos sobre a Histeria*, 1895d, Edição *Standard Brasileira*, Vol. II, pág. 89, IMAGO Editora, 1974). O conceito de um ‘sistema’ tornou-se explícito em *A Interpretação de Sonhos* (1900a), *ibid.*, V, 572-573. Pelos termos em que foi aí introduzida, uma imagística topográfica era imediatamente sugerida, embora Freud fizesse advertência contra tomar-se isso ao pé da letra. Havia um certo número desses sistemas (mnêmico, perceptivo etc.) e, entre eles, o ‘inconsciente’ (*ibid.*, 577), o qual, ‘a bem da simplicidade’, deveria ser designado como ‘o sistema *Ics*’. Nessas passagens anteriores, tudo o que era abertamente significado por esse sistema inconsciente era o reprimido, até chegarmos à seção final de *A Interpretação de Sonhos* (*ibid.*, V, pág. 648 e segs.), onde algo com um raio de ação muito maior era indicado. Posteriormente, a questão permaneceu em estado latente até o artigo para a S.P.P. (1912g), já mencionado, onde (além da diferenciação clara feita entre os empregos descritivo e dinâmico do termo ‘inconsciente’), nas últimas frases do trabalho, um terceiro emprego, ‘sistemático’, era definido. Pode-se notar que, nessa passagem (*Standard Ed.*, 12, 266), foi apenas para esse inconsciente ‘sistemático’ que Freud propôs usar o símbolo ‘*Ics*’. Tudo isso parece muito objetivo, mas, de modo bastante estranho, o quadro foi mais uma vez obscurecido no artigo metapsicológico sobre ‘O Inconsciente’ (1915e). Na Seção II desse trabalho (Edição *Standard Brasileira*, Vol. XIV, pág. 198 e segs., IMAGO Editora, 1974), não mais havia três empregos do termo ‘inconsciente’, mas apenas dois. O emprego ‘dinâmico’ desaparecera e fora presumivelmente incluído no ‘sistemático’, que ainda deveria ser chamado de ‘*Ics*’, embora agora incluísse o reprimido. Finalmente, no Capítulo I do presente trabalho (assim como na Conferência XXXI das *Novas Conferências Introdutórias*, 1933a) Freud retornou à distinção e classificação tríplice, embora, ao final do capítulo, aplique a abreviação ‘*Ics*’, inadvertidamente talvez, a todos os três tipos de ‘inconsciente’ ([1]).

Mas surgiu então a questão de saber se, aplicado a um *sistema*, o termo ‘inconsciente’ seria apropriado. No quadro estrutural da mente, o que, desde o início, fora muito claramente diferenciado de ‘o inconsciente’, fora ‘o ego’. E agora começava a parecer que o próprio ego deveria ser parcialmente descrito como ‘inconsciente’. Isso foi apontado em *Além do Princípio de Prazer*, numa frase que, na primeira edição (1920g), dizia: ‘Pode ser que grande parte do ego seja, ela mesma, inconsciente; somente uma parte dele, provavelmente, é abrangida pelo termo “pré-consciente”.’ Na segunda edição, um ano depois, essa frase foi alterada para: ‘É certo que grande parte do ego é, ela mesma, inconsciente (...); somente uma pequena parte dele é abrangida pelo termo “pré-consciente”’. Essa descoberta e os fundamentos para ela foram enunciados com insistência ainda maior no

primeiro capítulo do presente trabalho.

Tornou-se assim aparente que, tanto no que concerne ao ‘inconsciente’ quanto no que concerne ao ‘ego’, o critério de consciência não era mais útil na construção de uma representação estrutural da mente. Por conseguinte, Freud abandonou o uso da consciência nessa capacidade: ‘estar consciente’ deveria doravante ser encarado simplesmente como uma qualidade que poderia ou não estar ligada a um estado mental. O antigostido ‘descritivo’ do termo foi, em verdade, tudo o que permaneceu. A nova terminologia que Freud agora introduzira teve um efeito altamente esclarecedor e, assim, tornou possíveis novos avanços clínicos. Em si mesma, porém, não envolveu quaisquer alterações nas opiniões de Freud sobre a estrutura e o funcionamento mentais. Em verdade, as três entidades recentemente apresentadas, o id, o ego e o superego, tinham, todas elas, extensas histórias passadas (duas delas sob outros nomes) e valerá a pena examiná-las.

O termo ‘*das Es*’, como o próprio Freud explica adiante ([1]), derivou-se, em primeira instância, de Georg Groddeck, médico que clinicava em Baden-Baden, que recentemente se havia ligado à psicanálise e por cujas idéias largas Freud sentia muita simpatia. Groddeck, por sua vez, parece ter derivado ‘*das Es*’ do seu próprio professor, Ernest Schweninger, médico alemão bem conhecido, de uma geração anterior. Entretanto, como Freud também indica, o uso da palavra certamente remonta a Nietzsche. De qualquer modo, o termo foi adaptado por Freud a um significado diferente e mais preciso que o de Groddeck. Ele esclareceu e em parte substituiu os empregos mal definidos dos termos anteriores ‘o inconsciente’, ‘*o Ics.*’ e ‘o inconsciente sistemático’.

A posição com referência a ‘*das Ich*’ é muito menos clara. O termo, naturalmente, estivera em uso familiar antes dos dias de Freud, mas o sentido preciso que ele próprio atribuiu em seus escritos anteriores não deixa de ser ambíguo. Parece possível detectar dois empregos principais: um em que o termo distingue o eu (*self*) de uma pessoa como um todo (incluindo, talvez, o seu corpo) das outras pessoas, e outro em que denota uma parte específica da mente, caracterizada por atributos e funções especiais. Foi neste segundo sentido que ele foi utilizado na elaborada descrição do ‘ego’ no primitivo ‘Projeto’ de Freud, de 1895 (Freud, 1950a, Parte I, Seção 14), e é neste mesmo sentido que é empregado na anatomia da mente, em *O Ego e o Id*. Em algumas de suas obras intervenientes, particularmente em vinculação ao narcisismo, o ‘ego’ parece corresponder sobretudo ao ‘eu’ (*self*). Nem sempre é fácil, contudo, traçar uma linha entre esses dois sentidos da palavra.

O que é inteiramente certo, entretanto, é que, após a tentativa isolada, no ‘Projeto’ de 1895, de uma análise pormenorizada da estrutura e funcionamento do ego, Freud deixou o assunto quase intocado por cerca de 15 anos. Seu interesse estava concentrado em suas investigações do inconsciente e seus instintos, particularmente os sexuais, e no papel que desempenhavam no comportamento mental normal e anormal. O fato de as forças repressivas

desempenharem papel igualmente importante, certamente nunca foi desprezado, e sempre se insistiu nisso; mas um exame mais acurado dessas forças foi deixado para o futuro. Era o bastante, no momento, dar-lhes o nome abrangente de ‘o ego’.

Houve duas indicações de uma mudança, ambas por volta do ano de 1910. Num artigo sobre distúrbios psicogênicos da visão (1910*i*), surge o que parece ser uma primeira menção de ‘instintos do ego’ (Edição *Standard* Brasileira, Vol. XI, pág. 199, IMAGO Editora, 1970), combinando as funções de repressão com as de autopreservação. O outro desenvolvimento, mais importante, foi a hipótese do narcisismo, proposta pela primeira vez em 1909, e que conduziu a um exame pormenorizado do ego e suas funções numa variedade de vinculações - no estudo sobre Leonardo (1910*c*), na história clínica de Schreber (1911*c*), no artigo sobre os dois princípios do funcionamento mental (1911*b*), no artigo sobre o próprio ‘Narcisismo’ (1914*c*) e no artigo metapsicológico sobre ‘O Inconsciente’ (1915*e*). Nesse último trabalho, contudo, ocorreu um outro desenvolvimento: que fora descrito como sendo o ego tornou-se então o ‘sistema’ *Cs.* (*Pcs.*). Este sistema é o progenitor do ‘ego’, tal como o temos na nova terminologia corrigida, da qual, como vimos, a vinculação confusa com a qualidade de ‘consciência’ foi removida.

As funções do sistema *Cs.* (*Pcs.*), tal como enumeradas em ‘O Inconsciente’ (Ed. *Standard* Bras., Vol. XIV, pág. 216), incluem atividades como a censura, o teste da realidade, e assim por diante, todas as quais são agora atribuídas ao ‘ego’. Há uma função específica, contudo, cujo exame deveria conduzir a resultados momentosos: a faculdade autocrítica. Esta e o ‘sentimento de culpa’, correlacionado, atraíram o interesse de Freud desde os primeiros dias, principalmente em vinculação com a neurose obsessiva. Sua teoria de que as obsessões são ‘autocensuras transformadas’ por um prazer sexual fruído na infância foi plenamente explicada na Seção II de seu segundo artigo sobre ‘As Neuropsicoses de Defesa’ (1896*b*), após ter sido delineado um pouco mais cedo em suas cartas a Fliess. Que as autocensuras podem ser inconscientes, já se achava implícito nessa etapa e foi enunciado de modo específico no artigo sobre ‘Obsessive Actions and Religious Practices’ (1907*b*), *Standard Ed.*, 9, 123. Foi somente com o conceito de narcisismo, contudo, que se pôde lançar luz sobre o mecanismo real dessas autocensuras. Na Seção III de seu artigo sobre narcisismo (1914*c*), Freud começou por sugerir que o narcisismo da primeira infância é substituído no adulto pela devoção a um ideal do ego erigido dentro de si próprio. Apresentou então a noção de que pode haver ‘uma instância psíquica especial’ cuja tarefa é vigiar o ego real e medi-lo pelo ego ideal ou ideal do ego - ele parecia utilizar indiscriminadamente os termos (Ed. *Standard* Bras. Vol. XIV, pág. 112). Atribuiu um certo número de funções a essa instância, inclusive a consciência normal, a censura do sonho e certos delírios paranóicos. No artigo sobre ‘Luto e Melancolia’ (1917*e* [1915]), tornou essa instância responsável também por estados patológicos de luto (*ibid.*, XIV, pág. 280) e insistiu mais definitivamente que ela era algo à parte do restante do ego, o que foi tornado

ainda mais claro em *Psicologia de Grupo* (1921c). Deve-se notar, contudo, que aqui a distinção entre o próprio ‘ideal do ego’ e a instância interessada na sua realização foi abandonada: a ‘instância’ foi especificamente chamada de ‘ideal do ego’ (*Standard, Ed.*, 18, 109-10). É como equivalente ao ‘ideal do ego’ que ‘*das Uber-Ich*’ faz o seu primeiro aparecimento ([1]), embora o seu aspecto como instância compelidora ou proibidora mais tarde predomine. Na verdade, após *O Ego e o Id* e os dois ou três trabalhos mais curtos que imediatamente o seguiram, o ‘ideal do ego’ desaparece quase completamente como termo técnico. Ele faz um breve reaparecimento num par de frases das *Novas Conferências Introdutórias* (1933a), Conferência XXXI, mas aqui encontramos um retorno à distinção original, pois ‘uma importantefunção’ atribuída ao superego é agir como ‘o veículo do ideal do ego pelo qual o ego se mede’ - quase os termos exatos em que o ideal do ego foi pela primeira vez introduzido no artigo sobre narcisismo (Ed. *Standard Bras.*, Vol. XIV, pág. 110).

Mas essa distinção pode parecer artificial quando nos voltamos para a descrição, feita por Freud, da gênese do superego. Essa descrição (no Capítulo III) é indubitavelmente a parte do livro que se perde em importância para a tese principal da divisão tríplice da mente. O superego é aí mostrado como derivado de uma transformação das primitivas catexias objetais da criança em identificações: ele toma o lugar do complexo de Édipo. Este mecanismo (a substituição de uma catexia objetual por uma identificação e introjeção do objeto anterior) foi primeiramente aplicado por Freud (em seu estudo de Leonardo, 1910c) à explicação de determinado tipo de homossexualidade, no qual um menino substitui seu amor pela mãe identificando-se com ela (Ed. *Standard Bras.*, Vol. XI, pág. 93). Aplicou a seguir a mesma noção a estudos de depressão em ‘Luto e Melancolia’ (1917e), *ibid.*, Vol. XIV, pág. 281. Exames ulteriores e mais elaborados desses diversos tipos de identificações e introjeções foram desenvolvidos nos Capítulos VII, VIII e XI de *Psicologia de Grupo* (1921c), mas foi somente no presente trabalho que Freud chegou às suas opiniões finais sobre a derivação do superego das primitivas relações objetais da criança.

Havendo estabelecido sua nova descrição da anatomia da mente, Freud achava-se em posição de examinar as suas implicações, e já o faz nas últimas páginas do livro: a relação entre as divisões da mente e as duas classes de instintos, e as inter-relações entre as próprias divisões da mente, com referência especial ao sentimento de culpa. Muitas dessas questões, porém, e especificamente a última, deveriam constituir o assunto de outros trabalhos que se seguiram, em rápida sucessão. Veja-se, por exemplo, ‘O Problema Econômico do Masoquismo’ (1924c), ‘A Dissolução do Complexo de Édipo’ (1924d), os dois artigos sobre neurose e psicose (1924b e 1924e) e o artigo sobre a distinção anatômica entre os sexos (1925j), todos no volume XIX, bem como o ainda mais importante *Inibições*,

Sintomas e Ansiedade (1926d), publicado apenas pouco mais tarde. Finalmente, um outro extenso estudo sobre o superego, juntamente com um interessante exame do uso correto dos termos ‘superego’, ‘consciência’, ‘sentimento de culpa’, ‘necessidade de punição’ e ‘remorso’, serão encontrados nos Capítulos VII e VIII de *O Mal-Estar na Civilização* (1930a). Extratos da primeira tradução (1927) deste trabalho foram incluídos na *General Selection from the Works of Sigmund Freud*, da autoria de Rickman (1937, 245-74).

O EGO E O ID [PREFÁCIO]

Os presentes estudos constituem novo desenvolvimento de algumas seqüências de pensamento que expus em *Além do Princípio de Prazer* (1920g), e para com as quais, como então observei, minha atitude era de um tipo de benevolente curiosidade. Nas páginas que se seguem, esses pensamentos são vinculados a diversos fatos da observação analítica e faz-se uma tentativa de chegar a novas conclusões, a partir dessa conjunção. No presente trabalho, contudo, não existem novos empréstimos tomados à biologia, e, devido a isso, ele se encontra mais próximo da psicanálise do que *Além do Princípio de Prazer*. Tem mais a natureza de uma síntese do que de uma especulação, e parece ter tido em vista um objetivo ambicioso. Estou consciente, porém, de que não vai além do mais grosseiro esboço e acho-me perfeitamente contente com essa limitação.

Nestas páginas são abordadas coisas que ainda não constituíram assunto da consideração psicanalítica e não foi possível evitar invadir algumas teorias que foram apresentadas por não analistas ou por ex-analistas, em sua retirada da análise. Por outro lado, sempre estive pronto a reconhecer o que devo a outros pesquisadores; neste caso, porém, não me sinto onerado por tal débito de gratidão. Se a psicanálise até aqui não demonstrou sua apreciação de certas coisas, isto nunca se deveu a que ela desprezasse sua consecução ou procurasse negar sua importância, mas porque seguia um caminho específico, que ainda não conduziu até tão longe. E, finalmente, quando as alcança, as coisas têm para ela uma aparência diferente da que têm para outros.

I - A CONSCIÊNCIA E O QUE É INCONSCIENTE

Neste capítulo introdutório nada existe de novo a ser dito e não será possível evitar repetir o que amiúde foi mencionado antes.

A divisão do psíquico em o que é consciente e o que é inconsciente constitui a premissa fundamental da psicanálise, e somente ela torna possível a esta compreender os processos patológicos da vida mental, que são tão comuns quanto importantes, e encontrar lugar para eles na estrutura da ciência. Para dizê-lo mais uma vez, de modo diferente: a psicanálise não pode situar a essência do psíquico na consciência, mas é obrigada a encarar esta como uma qualidade do psíquico, que pode achar-se presente em acréscimo a outras qualidades, ou estar ausente.

Se eu pudesse supor que toda pessoa interessada em psicologia leria este livro, deveria estar também preparado para descobrir que, neste ponto, alguns de meus leitores se deteriam abruptamente e não iriam adiante, pois aqui temos a primeira palavra de teste da psicanálise. Para muitas pessoas que foram educadas na filosofia, a idéia de algo psíquico que não seja também consciente é tão inconcebível que lhes parece absurda e refutável simplesmente pela lógica. Acredito que isso se deve apenas a nunca terem estudado os fenômenos pertinentes da hipnose e dos sonhos, os quais - inteiramente à parte das manifestações patológicas - tornam necessária esta visão. A sua psicologia da consciência é incapaz de solucionar os problemas dos sonhos e da hipnose.

‘Estar consciente’ é, em primeiro lugar, um termo puramente descritivo, que repousa na percepção do caráter mais imediato e certo. A experiência demonstra que um elemento psíquico (uma idéia, por exemplo) não é, via de regra, consciente por um período de tempo prolongado. Pelo contrário, um estado de consciência é, caracteristicamente, muito transitório; uma idéia que é consciente agora não o é mais um momento depois, embora assim possa tornar-se novamente, em certas condições que são facilmente ocasionadas. No intervalo, a idéia foi... Não sabemos o quê. Podemos dizer que esteve *latente*, e, por isso, queremos dizer que era *capaz de tornar-se consciente* a qualquer momento. Ora, se dissermos que era *inconsciente*, estaremos também dando uma descrição correta dela. Aqui ‘inconsciente’ coincide com ‘latente e capaz de tornar-se consciente’. Os filósofos sem dúvida objetariam: - Não, o termo ‘inconsciente’ não é aplicável aqui; enquanto a idéia esteve em estado de latência, ela não foi algo psíquico de modo algum. - Contradizê-los neste ponto não conduziria a nada mais proveitoso que uma disputa verbal.

Mas nós chegamos ao termo ou conceito de inconsciente ao longo de outro caminho, pela consideração de certas experiências em que a *dinâmica* mental desempenha um papel.

Descobrimos - isto é, fomos obrigados a presumir - que existem idéias ou processos mentais muito poderosos (e aqui um fator quantitativo ou *econômico* entra em questão pela primeira vez) que podem produzir na vida mental todos os efeitos que as idéias comuns produzem (inclusive certos efeitos que podem, por sua vez, tornar-se conscientes como idéias), embora eles próprios não se tornem conscientes. É desnecessário repetir em pormenor aqui o que foi explicado com tanta freqüência antes. Basta dizer que, neste ponto, a teoria psicanalítica intervém e assevera que a razão pela qual tais idéias não podem tornar-se conscientes é que uma certa força se lhes opõe; que, de outra maneira, se tornariam conscientes, e que seria então aparente quão pouco elas diferem de outros elementos que são admitidamente psíquicos. O fato de se ter encontrado, na técnica da psicanálise, um meio pelo qual a força opositora pode ser removida e as idéias em questão tornadas conscientes, torna irrefutável essa teoria. O estado em que as idéias existiam antes de se tornarem conscientes é chamado por nós de repressão, e asseveramos que a força que instituiu a repressão e a mantém é percebida como *resistência* durante o trabalho de análise.

Obtemos assim o nosso conceito de inconsciente a partir da teoria da repressão. O reprimido é, para nós, o protótipo do inconsciente. Percebemos, contudo, que temos dois tipos de inconsciente: um que é latente, mas capaz de tornar-se consciente, e outro que é reprimido e não é, em si próprio e sem mais trabalho, capaz de tornar-se consciente. Esta compreensão interna (*insight*) da dinâmica psíquica não pode deixar de afetar a terminologia e a descrição. Ao latente, que é inconsciente apenas descritivamente, não no sentido dinâmico, chamamos de *pré-consciente*; restringimos o termo *inconsciente* ao reprimido dinamicamente inconsciente, de maneira que temos agora três termos, consciente (*Cs.*), pré-consciente (*Pcs.*) e inconsciente (*Ics.*), cujo sentido não é mais puramente descritivo. O *Pcs.* acha-se provavelmente muito mais próximo do *Cs.* que o *Ics.*, e desde que chamamos o *Ics.* de psíquico, chamaremos, ainda com menos hesitação, o *Pcs.* latente de psíquico. Mas por que, ao invés disto, não concordamos com os filósofos e, de maneira coerente, distinguimos o *Pcs.*, assim como o *Ics.*, do psíquico consciente? Os filósofos proporiam então que o *Pcs.* e o *Ics.* fossem descritos como duas espécies ou estágios do 'psicóide' e a harmonia se estabeleceria. Porém, dificuldades infundáveis de exposição se seguiriam, e o fato importante de que estes dois tipos de 'psicóide' coincidem em quase todos os outros aspectos com o que é admitidamente psíquico seria forçado para o segundo plano, nos interesses de um preconceito que data de um período em que esses psicóides, ou a parte mais importante deles, eram ainda desconhecidos.

Podemos agora trabalhar comodamente com nossos três termos, *Cs.*, *Pcs.*, e *Ics.*, enquanto não esquecermos que, no sentido descritivo, há dois tipos de inconsciente, mas, no sentido dinâmico, apenas um. Para fins de exposição, esta distinção pode ser ignorada em alguns casos; noutros, porém ela é, naturalmente, indispensável. Ao mesmo tempo, acostumamo-nos

mais ou menos com essa ambigüidade do inconsciente e nos demos muito bem com ela. Até onde posso ver, é impossível evitar esta ambigüidade; a distinção entre consciente e inconsciente é, em última análise, uma questão de percepção, à qual deve ser respondido 'sim' ou 'não', e o próprio ato da percepção nada nos diz da razão por que uma coisa é ou não percebida. Ninguém tem o direito de queixar-se porque o fenômeno concreto expressa ambigüamente o fator dinâmico. No curso ulterior do trabalho psicanalítico, entretanto, mesmo essas distinções mostraram ser inadequadas e, para fins práticos, insuficientes. Isso tornou-se claro de várias maneiras, mas o exemplo decisivo é o seguinte. Formamos a idéia de que em cada indivíduo existe uma organização coerente de processos mentais e chamamos a isso o seu *ego*. É a esse ego que a consciência se acha ligada: o ego controla as abordagens à motilidade - isto é, à descarga de excitações para o mundo externo. Ele é a instância mental que supervisiona todos os seus próprios processos constituintes e que vai dormir à noite, embora ainda exerça a censura sobre os sonhos. Desse ego procedem também as repressões, por meio das quais procura-se excluir certas tendências da mente, não simplesmente da consciência, mas também de outras formas de capacidade e atividade. Na análise, essas tendências que foram deixadas de fora colocam-se em oposição ao ego, e a análise defronta-se com a tarefa de remover as resistências que o ego apresenta contra o preocupar-se com o reprimido. Ora, descobrimos durante a análise que, quando apresentamos certas tarefas ao paciente, ele entra em dificuldades; as suas associações falham quando deveriam estar-se aproximando do reprimido. Dizemos-lhe então que está dominado por uma resistência, mas ele se acha inteiramente inadvertido do fato e, mesmo que adivinhe, por seus sentimentos desprazerosos, que uma resistência encontra-se então em ação nele, não sabe o que é ou como descrevê-la. Entretanto, visto não poder haver dúvida de que essa resistência emana do seu ego e a este pertence, encontramos-nos numa situação imprevista. Deparamo-nos com algo no próprio ego que é também inconsciente, que se comporta exatamente como o reprimido - isto é, que produz efeitos poderosos sem ele próprio ser consciente e que exige um trabalho especial antes de poder ser tornado consciente. Do ponto de vista da prática analítica, a conseqüência desta descoberta é que iremos parar em infundáveis obscuridades e dificuldades se nos ativermos a nossas formas habituais de expressão e tentarmos, por exemplo, derivar as neuroses de um conflito entre o consciente e o inconsciente. Teremos de substituir esta antítese por outra, extraída de nossa compreensão interna (*insight*) das condições estruturais da mente - a antítese entre o ego coerente e o reprimido que é expelido (*split off*) dele.

Para nossa concepção do inconsciente, contudo, as conseqüências de nossa descoberta são ainda mais importantes. Considerações dinâmicas fizeram-nos efetuar a primeira correção; nossa compreensão interna (*insight*) da estrutura da mente conduz à segunda. Reconhecemos que o *Ics.* não coincide com o reprimido; é ainda verdade que tudo o que é reprimido é *Ics.*, mas nem tudo o que é *Ics.* é reprimido. Também uma parte do ego - e sabem os Céus que parte tão importante - pode ser *Ics.*, indubitavelmente é *Ics.* E esse *Ics.* que pertence ao ego

não é latente como o *Pcs.*, pois, se fosse, não poderia ser ativado sem tornar-se *Cs.*, e o processo de torná-lo consciente não encontraria tão grandes dificuldades. Quando nos vemos assim confrontados pela necessidade de postular um terceiro *Ics.*, que não é reprimido, temos de admitir que a característica de ser inconsciente começa a perder significação para nós. Torna-se uma qualidade que pode ter muitos significados, uma qualidade da qual não podemos fazer, como esperaríamos, a base de conclusões inevitáveis e de longo alcance. Não obstante, devemos cuidar para não ignorarmos esta característica, pois a propriedade de ser consciente ou não constitui, em última análise, o nosso único farol na treva da psicologia profunda.

II - O EGO E O ID

A pesquisa patológica dirigiu nosso interesse de modo excessivamente exclusivo para o reprimido. Gostaríamos de aprender mais sobre o ego, agora que sabemos que também ele pode ser inconsciente no sentido correto da palavra. Até agora, a única orientação que tivemos durante nossas investigações foi a marca distinguidora de ser consciente ou inconsciente; acabamos por ver quão ambíguo isso pode ser.

Ora, todo o nosso conhecimento está invariavelmente ligado à consciência. Só podemos vir a conhecer, mesmo o *Ics.*, tornando-o consciente. Detenhamo-nos, porém: como é isso possível? O que queremos dizer quando dizemos ‘tornar algo consciente’? Como é que isso pode ocorrer?

Já conhecemos o ponto do qual temos de partir, com relação a isso. Dissemos que a consciência é a *superfície* do aparelho mental, ou seja, determinamo-la como função de um sistema que, espacialmente, é o primeiro a ser atingido a partir do mundo externo, e espacialmente não apenas no sentido funcional, mas também, nessa ocasião, no sentido de dissecação anatômica. Também nossas investigações devem tomar essa superfície perceptiva como ponto de partida.

Todas as percepções que são recebidas de fora (percepções sensoriais) e de dentro - o que chamamos de sensações e sentimentos - são *Cs.* desde o início. Mas e aqueles processos internos que podemos - grosseira e inexatamente - resumir sob o nome de processos de pensamento? Eles representam deslocamentos de energia mental que são efetuados em algum lugar no interior do aparelho, à medida que essa energia progride em seu caminho no sentido

da ação. Avançam eles para a superfície, fazendo com que a consciência seja gerada? Ou a consciência abre caminho até eles? Esta é, claramente, uma das dificuldades que surgem quando se começa a tomar a sério a idéia espacial ou ‘topográfica’ da vida mental. Ambas estas possibilidades são igualmente inimagináveis; tem de haver uma terceira alternativa.

Em outro lugar, já sugeri que a diferença real entre uma idéia (pensamento) do *Ics.* ou do *Pcs.* consiste nisto: que a primeira é efetuada em algum material que permanece desconhecido, enquanto que a última (a do *Pcs.*) é, além disso, colocada em vinculação com representações verbais. Esta é a primeira tentativa de indicar marcas distinguidoras entre os dois sistemas, o *Pcs.* e o *Ics.*, além de sua relação com a consciência. A pergunta ‘Como uma coisa se torna consciente?’ seria assim mais vantajosamente enunciada: ‘Como uma coisa se torna pré-consciente?’ E a resposta seria: ‘Vinculando-se às representações verbais que lhe são correspondentes.’

Essas representações verbais são resíduos de lembranças; foram antes percepções e, como todos os resíduos mnêmicos, podem tornar-se conscientes de novo. Antes de nos interessarmos mais por sua natureza, torna-se evidente para nós, como uma nova descoberta, que somente algo que já foi uma percepção *Cs.* pode tornar-se consciente, e que qualquer coisa proveniente de dentro (à parte os sentimentos) que procure tornar-se consciente deve tentar transformar-se em percepções externas: isto se torna possível mediante os traços mnêmicos.

Pensamos nos resíduos mnêmicos como se estivessem contidos em sistemas que são diretamente adjacentes ao sistema *Pcpt.-Cs.*, de maneira que as catexias desses resíduos podem facilmente estender-se, de dentro, para os elementos do último sistema. Imediatamente pensamos aqui nas alucinações, e no fato de que a mais vívida lembrança é sempre distinguível, tanto de uma alucinação quanto de uma percepção externa; mas também nos ocorre em seguida que, quando uma lembrança é revivida, a catexia permanece no sistema mnêmico, enquanto que uma alucinação, que não é distinguível de uma percepção, pode surgir quando a catexia não se estende simplesmente do traço mnêmico para o elemento *Pcpt.*, mas se transfere *inteiramente* para ele.

Os resíduos verbais derivam primariamente das percepções auditivas, de maneira que o sistema *Pcs.* possui, por assim dizer, uma fonte sensória especial. Os componentes visuais das representações verbais são secundários, adquiridos mediante a leitura, e podem, inicialmente, ser deixados de lado, e assim também as imagens motoras das palavras, que, exceto para os surdos-mudos, desempenham o papel de indicações auxiliares. Em essência, uma palavra é, em última análise, o resíduo mnêmico de uma palavra que foi ouvida.

Não devemos deixar-nos levar, talvez visando à simplificação, a esquecer a importância dos resíduos mnêmicos ópticos, quando o são de *coisas*, ou a negar que seja possível os processos de pensamento tornarem-se conscientes mediante uma reversão a resíduos visuais, e que, em muitas pessoas, este parece ser o método favorito. O estudo dos sonhos e das fantasias pré-conscientes, como se demonstra nas observações de Varendonck, pode dar-nos uma idéia do caráter especial deste pensar visual. Aprendemos que o que nele se torna consciente é, via de regra, apenas o tema geral concreto do pensamento, e que as revelações entre os diversos elementos desse tema geral, que é o que caracteriza especialmente os pensamentos, não podem receber expressão visual. Pensar em figuras, portanto, é apenas uma forma muito incompleta de tornar-se consciente. De certa maneira, também, ela se situa mais perto dos processos inconscientes do que o pensar em palavras, sendo inquestionavelmente mais antiga que o último, tanto ontogenética quanto filogeneticamente.

Retornando ao nosso argumento: se, portanto, esta é a maneira pela qual algo que é, em si próprio, inconsciente, se torna pré-consciente, a questão de como tornamos (pré-)consciente algo que é reprimido seria respondida do seguinte modo. Isso é feito fornecendo ao *Pcs.* vínculos intermediários, mediante o trabalho de análise. A consciência permanece, portanto, onde está, mas, por outro lado, o *Ics.* não aflora no *Cs.*

Enquanto que a relação das percepções *externas* com o ego é bastante perspicua, a das percepções *internas* com o mesmo exige uma investigação especial. Ela mais uma vez dá origem à dúvida quanto a saber se estamos realmente com razão em referir a totalidade da consciência ao único sistema superficial *Pcpt.-Cs.*

As percepções internas produzem sensações de processo que surgem nos mais diversos, e, também, certamente, nos mais profundos estratos do aparelho mental. Muito pouco se conhece sobre essas sensações e sentimentos; os que pertencem à série prazer-desprazer ainda podem ser considerados como os melhores exemplos deles. São mais primordiais, mais elementares, do que as percepções que surgem externamente, e podem ocorrer mesmo quando a consciência se acha enevoada. Expressei em outro lugar meus pontos de vista sobre sua importância econômica maior e as razões metapsicológicas para isto. Essas sensações são multilocalizadas, como as percepções externas; podem vir simultaneamente de diferentes lugares e terem assim qualidades diferentes ou mesmo opostas.

As sensações de natureza prazerosa não têm nada de inerentemente impelente nelas, enquanto que as desprazerosas o têm no mais alto grau. As últimas impelem no sentido da mudança, da descarga, e é por isso que interpretamos o desprazer como implicando uma elevação e o prazer uma redução da catexia energética. Chamemos o que se torna consciente como prazer e desprazer um ‘algo’ quantitativo e qualitativo no curso dos eventos mentais; a questão, então, é saber se este ‘algo’ pode tornar-se consciente no lugar onde está ou se deve

ser primeiro transmitido ao sistema *Pcpt.*

A experiência clínica decide em favor do último. Ela nos demonstra que esse ‘algo’ se comporta como um impulso reprimido. Ele pode exercer força impulsiva sem que o ego note a compulsão. Somente quando se dá resistência a esta, uma detenção na reação de descarga, é que o ‘algo’ se torna consciente como desprazer. Assim como as tensões que surgem de necessidades físicas podem permanecer inconscientes, também o pode o sofrimento - algo intermediário entre a percepção externa e interna, que se comporta como uma percepção interna, mesmo quando sua fonte se encontra no mundo externo. Permanece verdade, portanto, que também as sensações e os sentimentos só se tornam conscientes atingindo o sistema *Pcpt.*; se o caminho para a frente é barrado, elas não chegam a existir como sensações, embora o ‘algo’ que lhes corresponde no curso da excitação seja o mesmo que se elas chegassem a existir. Passamos então a falar, de maneira condensada e não inteiramente correta, de ‘sentimentos inconscientes’, mantendo uma analogia com as idéias inconscientes que não é inteiramente justificável. Na realidade, a diferença é que, enquanto que com as idéias *Ics.* devem ser criados vínculos de ligação antes que elas possam ser trazidas para o *Cs.*, com os *sentimentos*, que são transmitidos diretamente, isto não ocorre. Em outras palavras: a distinção entre *Cs.* e *Pcs.* não tem significado no que concerne a sentimentos; o *Pcs.* aqui é posto de lado - e os sentimentos são ou conscientes ou inconscientes. Mesmo quando estão ligados a representações verbais, tornam-se conscientes, não devido a essa circunstância, mas sim diretamente. O papel desempenhado pelas representações verbais se torna agora perfeitamente claro. Através de sua interposição, os processos internos de pensamento são transformados em percepções. É como uma demonstração do teorema de que todo conhecimento tem sua origem na percepção externa. Quando uma hipercatexia do processo de pensamento se efetua, os pensamentos são *realmente percebidos* - como se proviessem de fora - e, conseqüentemente, são considerados verdadeiros.

Após este esclarecimento das relações entre a percepção externa e interna e o sistema superficial *Pcpt.-Cs.*, podemos passar à elaboração de nossa idéia do ego. Ele tem início, como vimos, no sistema *Pcpt.*, que é o seu núcleo, e começa por abranger o *Pcs.*, que é adjacente aos resíduos mnêmicos. Mas, como aprendemos, o ego é também inconsciente.

Ora, acredito que muito lucraríamos seguindo a sugestão de um escritor que, por motivos pessoais, assevera em vão que nada tem a ver com os rigores da ciência pura. Estou falando de Georg Groddeck, o qual nunca se cansa de insistir que aquilo que chamamos de nosso ego comporta-se essencialmente de modo passivo na vida e que, como ele o expressa, nós somos ‘vividos’ por forças desconhecidas e incontrolláveis. Todos nós tivemos impressões da mesma espécie, ainda que não nos tenham dominado até a exclusão de todas as outras, e precisamos não sentir hesitação em encontrar um lugar para a descoberta de Groddeck na

estrutura da ciência. Proponho levá-la em consideração chamando a entidade que tem início no sistema *Pcpt.* e começa por ser *Pcs.* de ‘ego’, e seguindo Groddeck no chamar a outra parte da mente, pela qual essa entidade se estende e que se comporta como se fosse *Ics.*, de ‘id’.

Logo veremos se podemos tirar alguma vantagem desse ponto de vista, para fins quer de descrição quer de compreensão. Examinaremos agora o indivíduo como um id psíquico, desconhecido e inconsciente, sobre cuja superfície repousa o ego, desenvolvido a partir de seu núcleo, o sistema *Pcpt.* Se fizermos um esforço para representar isso pictoricamente, podemos acrescentar que o ego não envolve completamente o id, mas apenas até o ponto em que o sistema *Pcpt.* forma a sua [do ego] superfície, mais ou menos como o disco germinal repousa sobre o óvulo. O ego não se acha nitidamente separado do id; sua parte inferior funde-se com ele. Mas o reprimido também se funde com o id, e é simplesmente uma parte dele. Ele só se destaca nitidamente do ego pelas resistências da repressão, e pode comunicar-se com o ego através do id. Compreendemos em seguida que quase todas as linhas de demarcação que traçamos, por instigação da patologia, relacionam-se apenas aos estratos superficiais do aparelho mental - os únicos que nos são conhecidos. O estado de coisas que estivemos descrevendo pode ser representado diagramaticamente (Fig. 1), embora se deva notar que a forma escolhida não tem pretensões a qualquer aplicabilidade especial, mas simplesmente se destina a servir para fins de exposição.

Poderíamos acrescentar, talvez, que o ego usa um ‘receptor acústico’ - de um lado apenas, como aprendemos da anatomia cerebral. Poder-se-ia dizer que o usa de viés.

É fácil ver que o ego é aquela parte do id que foi modificada pela influência direta do mundo externo, por intermédio do *Pcpt.-Cs.*; em certo sentido, é uma extensão da diferenciação de superfície. Além disso, o ego procura aplicar a influência do mundo externo ao id e às tendências deste, e esforça-se por substituir o princípio de prazer, que reina irrestritamente no id, pelo princípio de realidade. Para o ego, a percepção desempenha o papel que no id cabe ao instinto. O ego representa o que pode ser chamado de razão e senso comum, em contraste com o id, que contém as paixões. Tudo isto se coaduna às distinções populares com que estamos familiarizados; ao mesmo tempo, contudo, só deve ser encarado como confirmado na média ou ‘idealmente’.

A importância funcional do ego se manifesta no fato de que, normalmente, o controle sobre as abordagens à motilidade compete a ele. Assim, em sua relação com o id, ele é como um cavaleiro que tem de manter controlada a força superior do cavalo, com a diferença de que o cavaleiro tenta fazê-lo com a sua própria força, enquanto que o ego utiliza forças tomadas de empréstimo. A analogia pode ser levada um pouco além. Com freqüência um cavaleiro, se não deseja ver-se separado do cavalo, é obrigado a conduzi-lo onde este quer ir; da mesma maneira, o ego tem o hábito de transformar em ação a vontade do id, como se fosse sua própria.

Um outro fator, além da influência do sistema *Pcpt.*, parece ter desempenhado papel em ocasionar a formação do ego e sua diferenciação a partir do id. O próprio corpo de uma pessoa e, acima de tudo, a sua superfície, constitui um lugar de onde podem originar-se sensações tanto externas quanto internas. Ele é *visto* como qualquer outro objeto, mas, *ao tato*, produz duas espécies de sensações, uma das quais pode ser equivalente a uma percepção interna. A psicofisiologia examinou plenamente a maneira pela qual o próprio corpo de uma pessoa chega à sua posição especial entre outros objetos no mundo da percepção. Também a dor parece desempenhar um papel no processo, e a maneira pela qual obtemos novo conhecimento de nossos órgãos durante as doenças dolorosas constitui talvez um modelo da maneira pela qual em geral chegamos à idéia de nosso corpo.

O ego é, primeiro e acima de tudo, um ego corporal; não é simplesmente uma entidade de superfície, mas é, ele próprio, a projeção de uma superfície. Se quisermos encontrar uma analogia anatômica para ele, poderemos identificá-lo melhor com o 'homúnculo cortical' dos anatomistas, que fica de cabeça para baixo no córtex, estira os calcanhares, tem o rosto virado para trás e, como sabemos, possui sua área da fala no lado esquerdo. Ingressamos repetidamente na relação do ego com a consciência, mas existem alguns fatos importantes com relação a isso que ainda não foram descritos aqui. Acostumados como estamos a levar conosco nossa escala social ou ética de valores para onde quer que vamos, não ficamos surpresos em ouvir que a cena das atividades das paixões inferiores se acha no inconsciente; esperamos, ademais, que quanto mais alto alguma função mental se coloque em nossa escala de valores, mais facilmente encontrará acesso à consciência que lhe é assegurada. Aqui, contudo, a experiência psicanalítica nos desaponta. Por um lado, temos provas de que mesmo operações intelectuais sutis e difíceis, que ordinariamente exigem reflexão vigorosa, podem igualmente ser executadas pré-conscientemente e sem chegarem à consciência. Os exemplos disso são inteiramente incontestáveis; podem ocorrer, por exemplo, durante o estado de sono, como se demonstra quando alguém descobre, imediatamente após o despertar, que sabe a solução de um difícil problema matemático ou de outro tipo com que esteve lutando em vão no dia anterior.

Há outro fenômeno, contudo, que é mais estranho. Em nossas análises, descobrimos que

existem pessoas nas quais as faculdades de autocrítica e consciência (*conscience*) - atividades mentais, isto é, que se classificam como extremamente elevadas - são inconscientes e inconscientemente produzem efeitos da maior importância; o exemplo da resistência que permanece inconsciente durante a análise não é, portanto, de maneira alguma único. Mas esta nova descoberta, que nos compele, apesar de nosso melhor juízo crítico, a falar de um 'sentimento inconsciente de culpa', desnorteia-nos mais que a outra e nos propõe novos problemas, especialmente quando gradativamente chegamos a perceber que num grande número de neuroses um sentimento inconsciente de culpa desse tipo desempenha um papel econômico decisivo e coloca os obstáculos mais poderosos no caminho do restabelecimento. Se retornarmos mais uma vez à nossa escala de valores, teremos de dizer que não apenas o que é mais baixo, mas também o que é mais elevado no ego, pode ser inconsciente. É como se fôssemos assim supridos com uma prova do que acabamos de asseverar quanto ao ego consciente: que ele é, primeiro e acima de tudo, um ego corporal.

III - O EGO E O SUPEREGO (IDEAL DO EGO)

Se o ego fosse simplesmente a parte do id modificada pela influência do sistema perceptivo, o representante na mente do mundo externo real, teríamos um simples estado de coisas com que tratar. Mas há uma outra complicação.

As considerações que nos levaram a presumir a existência de uma gradação no ego, uma diferenciação dentro dele, que pode ser chamada de 'ideal do ego' ou 'superego', foram enunciadas em outro lugar. Elas ainda são válidas. O fato de que essa parte do ego está menos firmemente vinculada à consciência é a novidade que exige explicação.

Neste ponto, temos de ampliar um pouco o nosso campo de ação. Alcançamos sucesso em explicar o penoso distúrbio da melancolia supondo [naqueles que dele sofrem] que um objeto que fora perdido foi instalado novamente dentro do ego, isto é, que uma catexia do objeto foi substituída por uma identificação. Nessa ocasião, contudo, não apreciamos a significação plena desse processo e não sabíamos quão comum e típico ele é. Desde então, viemos a saber que esse tipo de substituição tem grande parte na determinação da forma tomada pelo ego, e efetua uma contribuição essencial no sentido da construção do que é chamado de seu 'caráter'. A princípio, na fase oral primitiva do indivíduo, a catexia do objeto e a identificação são, sem dúvida, indistinguíveis uma da outra. Só podemos supor que, posteriormente, as catexias do objeto procedem do id, o qual sente as tendências eróticas como necessidades. O ego, que inicialmente ainda é fraco, dá-se conta das catexias do objeto, e sujeita-se a elas ou tenta desviá-las pelo processo de repressão.

Quando acontece uma pessoa ter de abandonar um objeto sexual, muito amiúde se segue uma alteração de seu ego que só pode ser descrita como instalação do objeto dentro do ego, tal como ocorre na melancolia; a natureza exata dessa substituição ainda nos é desconhecida. Pode ser que, através dessa introjeção, que constitui uma espécie de regressão ao mecanismo da fase oral, o ego torne mais fácil ao objeto ser abandonado ou torne possível esse processo. Pode ser que essa identificação seja a única condição em que o id pode abandonar os seus objetos. De qualquer maneira, o processo, especialmente nas fases primitivas de desenvolvimento, é muito freqüente, e torna possível supor que o caráter do ego é um precipitado de catexias objetais abandonadas e que ele contém a história dessas escolhas de objeto. Naturalmente, deve-se admitir, desde o início, que existem diversos graus de capacidade de resistência, os quais decidem até que ponto o caráter de uma pessoa desvia ou aceita as influências da história de suas escolhas objetais eróticas. Em mulheres que tiveram muitas experiências amorosas, não parece haver dificuldade em encontrar vestígios de suas catexias do objeto nos traços de seu caráter. Devemos também levar em consideração casos de catexia do objeto e identificação simultânea, isto é, casos em que a alteração no caráter ocorre antes de o objeto ter sido abandonado. Em tais casos, a alteração no caráter pôde sobreviver à relação de objeto e, em certo sentido, conservá-la.

Tomando-se outro ponto de vista, pode-se dizer que essa transformação de uma escolha objetual erótica numa alteração do ego constitui também um método pelo qual o ego pode obter controle sobre o id, e aprofundar suas relações com ele - à custa, é verdade de sujeitar-se em grande parte às exigências do id. Quando o ego assume as características do objeto, ele está-se forçando, por assim dizer, ao id como um objeto de amor e tentando compensar a perda do id, dizendo: 'Olhe, você também pode me amar; sou semelhante ao objeto'.

A transformação da libido do objeto em libido narcísica, que assim se efetua, obviamente implica um abandono de objetivos sexuais, uma dessexualização - uma espécie de sublimação, portanto. Em verdade, surge a questão, que merece consideração cuidadosa, de saber se este não será o caminho universal à sublimação, se toda sublimação não se efetua através da mediação do ego, que começa por transformar a libido objetual sexual em narcísica e, depois, talvez, passa a fornecer-lhe outro objetivo. Posteriormente teremos de considerar se outras vicissitudes instintuais não podem resultar também dessa transformação; se, por exemplo, ela não pode ocasionar uma des fusão dos diversos instintos que se acham fundidos.

Embora isto seja uma digressão de nosso objetivo, não podemos evitar conceder nossa atenção, por um momento mais, às identificações objetais do ego. Se elas levam a melhor e se tornam numerosas demais, indevidamente poderosas e incompatíveis umas com as outras, um resultado patológico não estará distante. Pode ocorrer uma ruptura do ego, em consequência de as diferentes identificações se tornarem separadas umas das outras através de resistências; talvez o segredo dos casos daquilo que é descrito como 'personalidade múltipla' seja que as diferentes identificações apoderam-se sucessivamente da consciência.

Mesmo quando as coisas não vão tão longe, permanece a questão dos conflitos entre as diversas identificações em que o ego se separa, conflitos que, afinal de contas, não podem ser descritos como inteiramente patológicos.

Entretanto, seja o que for que a capacidade posterior do caráter para resistir às influências das catexias objetais abandonadas possa tornar-se, os efeitos das primeiras identificações efetuadas na mais primitiva infância serão gerais e duradouros. Isso nos conduz de volta à origem do ideal do ego; por trás dele jaz oculta a primeira e mais importante identificação de um indivíduo, a sua identificação com o pai em sua própria pré-história pessoal. Isso aparentemente não é, em primeira instância, a consequência ou resultado de uma catexia do objeto; trata-se de uma identificação direta e imediata, e se efetua mais primitivamente do que qualquer catexia do objeto. Mas as escolhas objetais pertencentes ao primeiro período sexual e relacionadas ao pai e à mãe parecem normalmente encontrar seu desfecho numa identificação desse tipo, que assim reforçaria a primária.

Todo esse assunto é, contudo, tão complicado, que será necessário abordá-lo pormenorizadamente. A dificuldade do problema se deve a dois fatores: o caráter triangular da situação edipiana e a bissexualidade constitucional de cada indivíduo.

Em sua forma simplificada, o caso de uma criança do sexo masculino pode ser descrito do seguinte modo. Em idade muito precoce o menino desenvolve uma catexia objetal pela mãe, originalmente relacionada ao seio materno, e que é o protótipo de uma escolha de objeto segundo o modelo anaclítico; o menino trata o pai identificando-se com este. Durante certo tempo, esses dois relacionamentos avançam lado a lado, até que os desejos sexuais do menino em relação à mãe se tornam mais intensos e o pai é percebido como um obstáculo a eles; disso se origina o complexo de Édipo. Sua identificação com o pai assume então uma coloração hostil e transforma-se num desejo de livrar-se dele, a fim de ocupar o seu lugar junto à mãe. Daí por diante, a sua relação com o pai é ambivalente; parece como se a ambivalência, inerente à identificação desde o início, se houvesse tornado manifesta. Uma atitude ambivalente para com o pai e uma relação objetal de tipo unicamente afetuosos com a mãe constituem o conteúdo do complexo de Édipo positivo simples num menino.

Juntamente com a demolição do complexo de Édipo, a catexia objetal da mãe, por parte do menino, deve ser abandonada. O seu lugar pode ser preenchido por uma de duas coisas: uma identificação com a mãe ou uma intensificação de sua identificação com o pai. Estamos acostumados a encarar o último resultado como o mais normal; ele permite que a relação afetuosos com a mãe seja, em certa medida, mantida. Dessa maneira, a dissolução do complexo de Édipo consolidaria a masculinidade no caráter de um menino. De maneira precisamente análoga, o desfecho da atitude edipiana numa menina pode ser uma intensificação de sua identificação com a mãe (ou a instalação de tal identificação pela primeira vez) - resultado que fixará o caráter feminino da criança.

Essas identificações não são o que esperaríamos [pela descrição anterior ([1])], visto que não introduzem no ego o objeto abandonado, mas este desfecho alternativo também pode ocorrer, sendo mais fácil observá-lo em meninas do que em meninos. A análise muito amiúde mostra que uma menininha, após ter de abandonar o pai como objeto de amor, colocará sua masculinidade em proeminência e identificar-se-á com seu pai (isto é, com o objeto que foi perdido), ao invés da mãe. Isso, é claro, dependerá de ser a masculinidade em sua disposição - seja o que for em que isso possa consistir - suficientemente forte.

Pareceria, portanto, que em ambos os sexos a força relativa das disposições sexuais masculina e feminina é o que determina se o desfecho da situação edipiana será uma identificação com o pai ou com a mãe. Esta é uma das maneiras pelas quais a bissexualidade é responsável pelas vicissitudes subseqüentes do complexo de Édipo. A outra é ainda mais importante, pois fica-se com a impressão de que de modo algum o complexo de Édipo simples é a sua forma mais comum, mas representa antes uma simplificação ou esquematização que é, sem dúvida, freqüentemente justificada para fins práticos. Um estudo mais aprofundado geralmente revela o complexo de Édipo mais completo, o qual é dúplice, positivo e negativo, e devido à bissexualidade originalmente presente na criança. Isto equivale a dizer que um menino não tem simplesmente uma atitude ambivalente para com o pai e uma escolha objetal afetuosa pela mãe, mas que, ao mesmo tempo, também se comporta como uma menina e apresenta uma atitude afetuosa feminina para com o pai e um ciúme e uma hostilidade correspondentes em relação à mãe. É este elemento complicador introduzido pela bissexualidade que torna tão difícil obter uma visão clara dos fatos em vinculação com as primitivas escolhas de objeto e identificações, e ainda mais difícil descrevê-las inteligivelmente. Pode mesmo acontecer que a ambivalência demonstrada nas relações com os pais deva ser atribuída inteiramente à bissexualidade e que ela não se desenvolva, como representei acima, a partir da identificação em conseqüência da rivalidade.

Em minha opinião, é aconselhável, em geral, e muito especialmente no que concerne aos neuróticos, presumir a existência do complexo de Édipo completo. A experiência analítica demonstra então que, num certo número de casos, um ou outro dos constituintes desaparece, exceto por traços mal distinguíveis; o resultado, então, é uma série com o complexo de Édipo positivo normal numa extremidade e o negativo invertido na outra, enquanto que os seus membros intermediários exibem a forma completa, com um ou outro dos seus dois componentes preponderando. Na dissolução do complexo de Édipo, as quatro tendências em que ele consiste agrupar-se-ão de maneira a produzir uma identificação paterna e uma identificação materna. A identificação paterna preservará a relação de objeto com a mãe, que pertencia ao complexo positivo e, ao mesmo tempo, substituirá a relação de objeto com o pai, que pertencia ao complexo invertido; o mesmo será verdade, *mutatis mutandis*, quanto à identificação materna. A intensidade relativa das duas identificações em qualquer indivíduo refletirá a preponderância nele de uma ou outra das duas disposições sexuais.

O amplo resultado geral da fase sexual dominada pelo complexo de Édipo pode, portanto, ser tomada como sendo a formação de um precipitado ego, consistente dessas duas identificações unidas uma com a outra de alguma maneira. Esta modificação do ego retém a sua posição especial; ela se confronta com os outros conteúdos do ego como um ideal do ego ou superego.

O superego, contudo, não é simplesmente um resíduo das primitivas escolhas objetais do id; ele também representa uma formação reativa enérgica contra essas escolhas. A sua relação com o ego não se exaure com o preceito: ‘Você *deveria ser* assim (como o seu pai)’. Ela também compreende a proibição: ‘Você *não pode ser* assim (como o seu pai), isto é, você não pode fazer tudo o que ele faz; certas coisas são prerrogativas dele.’ Esse aspecto duplo do ideal do ego deriva do fato de que o ideal do ego tem a missão de reprimir o complexo de Édipo; em verdade, é a esse evento revolucionário que ele deve a sua existência. É claro que a repressão do complexo de Édipo não era tarefa fácil. Os pais da criança, e especialmente o pai, eram percebidos como obstáculo a uma realização dos desejos edipianos, de maneira que o ego infantil fortificou-se para a execução da repressão erguendo esse mesmo obstáculo dentro de si próprio. Para realizar isso, tomou emprestado, por assim dizer, força ao pai, e este empréstimo constituiu um ato extraordinariamente momentoso. O superego retém o caráter do pai, enquanto que quanto mais poderoso o complexo de Édipo e mais rapidamente sucumbir à repressão (sob a influência da autoridade do ensino religioso, da educação escolar e da leitura), mais severa será posteriormente a dominação do superego sobre o ego, sob a forma de consciência (*conscience*) ou, talvez, de um sentimento inconsciente de culpa. Dentro em pouco [[1]] apresentarei uma sugestão sobre a fonte de seu poder de dominar dessa maneira - isto é, a fonte de seu caráter compulsivo, que se manifesta sob a forma de um imperativo categórico.

Se considerarmos mais uma vez a origem do superego, tal como a descrevemos, reconheceremos que ele é o resultado de dois fatores altamente importantes, um de natureza biológica e outro de natureza histórica, a saber: a duração prolongada, no homem, do desamparo e dependência de sua infância, e o fato de seu complexo de Édipo, cuja repressão demonstramos achar-se vinculada à interrupção do desenvolvimento libidinal pelo período de latência, e, assim ao início bifásico da vida sexual do homem. De acordo com uma hipótese psicanalítica, o fenômeno por último mencionado, que parece ser peculiar ao homem, constitui herança do desenvolvimento cultural tornado necessário pela época glacial. Vemos, então, que a diferenciação do superego a partir do ego não é questão de acaso; ela representa as características mais importantes do desenvolvimento tanto do indivíduo quanto da espécie; em verdade, dando expressão permanente à influência dos pais, ela perpetua a existência dos fatores a que deve sua origem.

A psicanálise freqüentemente foi censurada por ignorar o lado mais elevado, moral, suprapessoal, da natureza humana. A censura é duplamente injusta, tanto histórica quando

metodologicamente. Em primeiro lugar-porque já desde o início atribuímos às tendências morais e estéticas do ego a função de incentivar a repressão; e, depois, houve uma recusa geral em reconhecer que a pesquisa psicanalítica não podia, tal como um sistema filosófico, produzir uma estrutura teórica completa e já pronta, mas teve de encontrar seu rumo passo a passo ao longo do caminho da compreensão das complexidades da mente, efetuando uma dissecação analítica tanto dos fenômenos normais quanto dos anormais. Enquanto tivemos de nos preocupar com o estudo do que é reprimido na vida mental, não houve necessidade de aderir a quaisquer apreensões agitadas quanto ao paradeiro do lado mais elevado do homem. Mas agora que empreendemos a análise do ego, podemos dar uma resposta a todos aqueles cujo senso moral ficou chocado e que se queixaram de que, certamente, deveria haver uma natureza mais alta no homem: ‘Muito certo’, podemos dizer, ‘e aqui temos essa natureza mais alta, neste ideal do ego ou superego, o representante de nossas relações com nossas relações com nossos pais. Quando éramos criancinhas, conhecemos essas naturezas mais elevadas, admiramo-las e tememo-las, e, posteriormente, colocamo-las em nós mesmos.’

O ideal do ego, portanto, é o herdeiro do complexo de Édipo, e, assim, constitui também a expressão dos mais poderosos impulsos e das mais importantes vicissitudes libidinais do id. Erigindo esse ideal do ego, o egodominou o complexo de Édipo e, ao mesmo tempo, colocou-se em sujeição ao id. Enquanto que o ego é essencialmente o representante do mundo externo, da realidade, o superego coloca-se, em contraste com ele, como representante do mundo interno, do id. Os conflitos entre o ego e o ideal, como agora estamos preparados para descobrir, em última análise refletirão o contraste entre o que é real e o que é psíquico, entre o mundo externo e o mundo interno.

Através da formação do ideal, o que a biologia e as vicissitudes da espécie humana criaram no id e neste deixaram atrás de si, é assumido pelo ego e reexperimentado em relação a si próprio como indivíduo. Devido à maneira pela qual o ideal do ego se forma, ele possui os vínculos mais abundantes com a aquisição filogenética de cada indivíduo - a sua herança arcaica. O que pertencia à parte mais baixa da vida mental de cada um de nós é transformado, mediante a formação do ideal no que é mais elevado na mente humana pela nossa escala de valores. Seria vão, contudo, tentar localizar o ideal do ego, mesmo no sentido em que localizamos o ego, ou encaixá-lo em qualquer das analogias com auxílio das quais tentamos representar a relação entre o ego e o id.

É fácil demonstrar que o ideal do ego responde a tudo o que é esperado da mais alta natureza do homem. Como substituto de um anseio pelo pai, ele contém o germe do qual todas as religiões evolveram. O autojulgamento que declara que o ego não alcança o seu ideal, produz o sentimento religioso de humildade a que o crente apela em seu anseio. À medida que uma criança cresce, o papel do pai é exercido pelos professores e outras pessoas colocadas em posição de autoridade; suas injunções e proibições permanecem poderosas no ideal do ego e continuam, sob a forma de consciência (*conscience*), a exercer

a censura moral. A tensão entre as exigências da consciência e os desempenhos concretos do ego é experimentada como sentimento de culpa. Os sentimentos sociais repousam em identificações com outras pessoas, na base de possuírem o mesmo ideal do ego.

A religião, a moralidade e um senso social - os principais elementos do lado superior do homem - foram originalmente uma só e mesma coisa. Segundo a hipótese que apresentei em *Totem e Tabu*, foram filogeneticamente adquiridos a partir do complexo paterno: a religião e a repressão moral através do processo de dominar o próprio complexo de Édipo, e o sentimento social mediante a necessidade de superar a rivalidade que então permaneceu entre os membros da geração mais nova. O sexo masculino parece ter tomado a dianteira em todas essas aquisições morais, que parecem então ter sido transmitidas às mulheres através do cruzamento hereditário. Mesmo hoje os sentimentos sociais surgem no indivíduo como uma superestrutura construída sobre impulsos de rivalidade ciumenta contra seus irmãos e irmãs. Visto que a hostilidade não pode ser satisfeita, desenvolve-se uma identificação com o rival anterior. O estudo de casos brandos de homossexualidade confirma a suspeita de que também neste caso a identificação constitui substituto de uma escolha objetal afetuosa que ocupou o lugar da atitude hostil, agressiva.

Com a menção da filogênese, contudo, surgem novos problemas, dos quais ficamos tentados a retrair-nos cautelosamente. Mas não há remédio para isso e a tentativa deve ser feita - apesar do medo de que se revelará a inadequação de todo nosso esforço. A questão é a seguinte: qual foi - o ego do homem primitivo ou o seu id - que adquiriu a religião e a moralidade, naqueles dias primevos, a partir do complexo paterno? Se foi o ego, porque não falamos simplesmente que essas coisas foram herdadas pelo ego? Se foi o id, como é que isso concorda com o caráter do id? Ou estaremos errados em fazer remontar a diferenciação entre ego, superego e id a esses tempos remotos? Não deveríamos honestamente confessar que toda a nossa concepção dos processos do ego não nos ajuda a compreender a filogênese e não lhe pode ser aplicada?

Respondamos primeiro ao que é mais fácil de responder. A diferenciação entre ego e id deve ser atribuída não apenas ao homem primitivo, mas até mesmo a organismos muito mais simples, pois ela é expressão inevitável da influência do mundo externo. O superego, segundo a nossa hipótese, originou-se, em realidade, das experiências que levaram ao totemismo. A questão de saber se foi o ego ou o id que experimentou e adquiriu aquelas coisas resulta logo em nada. A reflexão em seguida nos demonstra que nenhuma vicissitude externa pode ser experimentada ou sofrida pelo id, exceto por via do ego, que é o representante do mundo externo para o id. Entretanto, não é possível falar de herança direta no ego. É aqui que o abismo entre um indivíduo concreto e o conceito de uma espécie se torna evidente. Além disso, não se deve tomar a diferença entre ego e id num sentido demasiado rígido, nem esquecer que o ego é uma parte especialmente diferenciada do id [[1] e [2]]. As experiências do ego parecem, a princípio, estar perdidas para a herança; mas, quando se repetem com bastante freqüência e com intensidade suficiente em muitos

indivíduos, em gerações sucessivas, transformam-se, por assim dizer, em experiências do id, cujas impressões são preservadas por herança. Dessa maneira, no id, que é capaz de ser herdado, acham-se abrigados resíduos das existências de incontáveis egos; e quando o ego forma o seu superego a partir do id, pode talvez estar apenas revivendo formas de antigos egos e ressuscitando-as.

A maneira pela qual o superego surge explica como é que os primitivos conflitos do ego com as catexias objetais do id podem ser continuados em conflitos com o seu herdeiro, o superego. Se o ego não alcançou êxito em dominar adequadamente o complexo de Édipo, a catexia energética do último, originando-se do id, mais uma vez irá atuar na formação reativa do ideal do ego. A comunicação abundante entre o ideal e esses impulsos instintuais do Ics. soluciona o enigma de como é que o próprio ideal pode, em grande parte, permanecer inconsciente e inacessível ao ego. O combate que outrora lavrou nos estratos mais profundos da mente, e que não chegou ao fim devido à rápida sublimação e identificação, é agora continuado numa região mais alta, como a Batalha dos Hunos na pintura de Kaulbach.

IV - AS DUAS CLASSES DE INSTINTOS

Já dissemos que, se a diferenciação que efetuamos na mente de um id, um ego e um superego, representa qualquer progresso em nosso conhecimento, deveria capacitar-nos a compreender mais integralmente as relações dinâmicas dentro da mente e a descrevê-las mais claramente. Já concluímos também [[1]] que o ego se acha especialmente sob a influência da percepção e que, falando de modo geral, pode-se dizer que as percepções têm para o ego a mesma significação que os instintos têm para o id. Ao mesmo tempo, o ego está sujeito também à influência dos instintos, tal como o id, do qual, como sabemos, é somente uma parte especialmente modificada.

Desenvolvi ultimamente uma visão dos instintos que sustentarei aqui e tomarei como base de meus debates ulteriores. Segundo essa visão, temos de distinguir duas classes de instintos, uma das quais, os instintos sexuais ou Eros, é, de longe, a mais conspícua e acessível ao estudo. Ela abrange não apenas o instinto sexual desinibido propriamente dito e os impulsos instintuais de natureza inibida quanto ao objetivo ou sublimada que dele derivam, mas também o instinto autopreservativo, que deve ser atribuído ao ego e que, no início de nosso trabalho analítico, tínhamos boas razões para contrastar com os instintos objetais sexuais. A segunda classe de instintos não foi tão fácil de indicar; ao final, viemos a reconhecer o sadismo como seu representante. Com base em considerações teóricas,

apoiadas pela biologia, apresentamos a hipótese de um instinto de morte, cuja tarefa é conduzir a vida orgânica de volta ao estado inanimado; por outro lado, imaginamos que Eros, por ocasionar uma combinação de conseqüências cada vez mais amplas das partículas em que a substância viva se acha dispersa, visa a complicar a vida e, ao mesmo tempo, naturalmente, a preservá-la. Agindo dessa maneira, ambos os instintos seriam conservadores no sentido mais estrito da palavra, visto que ambos estariam se esforçando para restabelecer um estado de coisas que foi perturbado pelo surgimento da vida. O surgimento da vida seria, então, a causa da continuação da vida e também, ao mesmo tempo, do esforço no sentido da morte. E a própria vida seria um conflito e uma conciliação entre essas duas tendências. O problema da origem da vida permaneceria cosmológico, e o problema do objetivo e propósito da vida seria respondido dualisticamente. Segundo este ponto de vista, um processo fisiológico especial (de anabolismo ou catabolismo) estaria associado a cada uma das duas classes de instintos; ambos os tipos de instinto estariam ativos em toda partícula de substância viva, ainda que em proporções desiguais, de maneira que determinada substância poderia ser o principal representante de Eros.

A hipótese não lança qualquer luz sobre a maneira pela qual as duas classes de instintos se fundem, misturam e ligam uma com a outra, mas que isso se realiza de modo regular e de modo muito extensivo, constitui pressuposição indispensável à nossa concepção. Parece que, em resultado da combinação de organismos unicelulares em formas multicelulares de vida, o instinto de morte da célula isolada pode ser neutralizado com sucesso e os impulsos destrutivos desviados para o mundo externo, mediante o auxílio de um órgão especial. Esse órgão especial pareceria ser o aparelho muscular; e o instinto de morte pareceria, então, expressar-se - ainda que, provavelmente, apenas em parte - como um instinto de destruição dirigido contra o mundo externo e outros organismos.

Uma vez que tenhamos admitido a idéia de uma fusão das duas classes de instintos uma com a outra, a possibilidade de uma 'desfusão' - mais ou menos completa - se impõe a nós. O componente sádico do instinto sexual seria o exemplo clássico de uma fusão instintual útil; e o sadismo que se tornou independente como perversão seria típico de uma desfusão, embora não conduzida a extremos. A partir deste ponto, obtemos a visão de um grande domínio de fatos que ainda não tinham sido considerados sob essa luz. Percebemos que, para fins de descarga, o instinto de destruição é habitualmente colocado a serviço de Eros; suspeitamos que a crise epiléptica é produto e indicação de uma desfusão instintual, e viemos a compreender que a desfusão instintual e o surgimento pronunciado do instinto de morte exigem consideração específica entre os efeitos de algumas neuroses graves, tais como, por exemplo, as neuroses obsessivas. Fazendo uma generalização rápida, poderíamos conjecturar que a essência de uma regressão da libido (da fase genital para a anal-sádica, por exemplo) reside numa desfusão de instintos, tal como, inversamente, o avanço de uma fase anterior para a genital definitiva estaria condicionado a um acréscimo de componentes eróticos. Surge também a questão de saber se a ambivalência comum, que com tanta freqüência é inusitadamente forte na disposição constitucional à neurose, não deveria ser

encarada como produto de uma des fusão; a ambivalência, contudo, é um fenômeno tão fundamental que ela mais provavelmente representa uma fusão instintual que não se completou.

É natural que voltemos a indagar com interesse se não poderia haver vinculações instrutivas a serem traçadas entre, de um lado, as estruturas que presumimos existir - o ego, o superego e o id - e, de outro, as duas classes de instintos; e, além disso, se se poderia demonstrar que o princípio de prazer que domina os processos mentais tem alguma relação constante tanto com as duas classes de instintos quanto com essas diferenciações que traçamos na mente. Antes de debater isto, porém, temos de afastar uma dúvida que surge em relação aos termos em que o próprio problema é enunciado. É verdade que não há dúvida sobre o princípio de prazer, e a diferenciação dentro do ego possui boa justificação clínica; mas a distinção entre as duas classes de instintos não parece suficientemente assegurada e é possível que se possa encontrar fatos da análise clínica que ponham fim à sua pretensão.

Parece existir um fato desse tipo. Para a oposição entre as duas classes de instintos podemos colocar a polaridade do amor e do ódio. Não há dificuldade em encontrar um representante de Eros; mas temos de ficar gratos se pudemos achar um representante do evasivo instinto de morte no instinto de destruição, ao qual o ódio aponta o caminho. Ora, a observação clínica demonstra não apenas que o amor, com inesperada regularidade, se faz acompanhar pelo ódio (ambivalência), e que, nos relacionamentos humanos, o ódio é freqüentemente um precursor do amor, mas também que, num certo número de circunstâncias, o ódio se transforma em amor e o amor em ódio. Se essa modificação é mais que uma mera sucessão temporal - isto é, se um deles realmente se transforma no outro -, então perde-se completamente a base para uma distinção tão fundamental como a existente entre instintos eróticos e instintos de morte, distinção que pressupõe processos fisiológicos correndo em direções opostas. Ora, o caso em que alguém primeiramente ama e depois odeia a mesma pessoa (ou o inverso), porque essa pessoa lhe deu motivo para fazê-lo, obviamente nada tem a ver com o nosso problema. Tampouco o tem o outro caso, em que sentimentos de amor que ainda não se tornaram manifestos, expressam-se, inicialmente, por hostilidade e tendências agressivas; e pode ser que aqui o componente destrutivo da catexia do objeto se tenha apressado em ir à frente e somente mais tarde se lhe juntou o erótico. Mas sabemos de diversos casos na psicologia das neuroses em que é mais plausível supor que uma transformação se efetua. Na paranóia persecutória, o paciente desvia um vínculo homossexual excessivamente forte que o liga a uma pessoa em especial; em resultado, esta pessoa a quem muito amava, se torna um perseguidor, contra quem o paciente dirige uma agressividade freqüentemente perigosa. Aqui, temos o direito de interpolar uma fase prévia, que transformou o amor em ódio. No caso da origem da homossexualidade, e também dos sentimentos sociais dessexualizados, a investigação analítica apenas recentemente nos ensinou a reconhecer que estão presentes sentimentos violentos de rivalidade que levam a inclinações agressivas, sendo que, apenas após estes terem sido superados, o objeto anteriormente odiado se torna amado ou dá origem a uma identificação. Surge a questão de

saber se, nesses casos, devemos presumir uma transformação direta de ódio em amor. É claro que aqui as modificações são puramente internas, e uma alteração no comportamento do objeto não participa delas.

Existe, contudo, um outro mecanismo possível, o qual viemos a conhecer pela investigação analítica dos processos que levam a uma transformação em paranóia. Uma atitude ambivalente acha-se presente desde o início e a transformação é efetuada por meio de um deslocamento reativo de catexias, sendo a energia retirada do impulso erótico e adicionada ao hostil.

Não exatamente o mesmo, mas algo semelhante, ocorre quando a rivalidade hostil que conduz à homossexualidade é dominada. A atitude hostil não tinha probabilidade de satisfação; conseqüentemente - por razões econômicas -, ela é substituída por uma atitude amorosa para a qual existe mais probabilidade de satisfação, isto é, possibilidade de descarga. Assim, vemos que não somos obrigados, em qualquer destes casos, a presumir uma transformação direta de ódio em amor, o que seria incompatível com a distinção qualitativa entre as duas classes de instintos. Notar-se-á, contudo, que, pela introdução desse outro mecanismo de transformação de amor em ódio, tacitamente fizemos outra suposição que merece ser enunciada explicitamente. Fizemos cálculos como se existisse na mente - no ego ou no id - uma energia deslocável, a qual, neutra em si própria, pode ser adicionada a um impulso erótico ou destrutivo qualitativamente diferenciado e aumentar a sua catexia total. Sem presumir a existência de uma energia deslocável desse tipo, não podemos prosseguir. A única questão é saber de onde ela provém, a que pertence e o que significa.

O problema da qualidade dos impulsos instintuais e de sua persistência através de suas diversas vicissitudes ainda é muito obscuro e mal foi enfrentado, até o presente. Nos instintos componentes sexuais, que são especialmente acessíveis à observação, é possível perceber alguns processos que pertencem à mesma categoria dos que estamos estudando. Vemos, por exemplo, que existe um certo grau de comunicação entre os instintos componentes, que um instinto que deriva de uma fonte erógena específica pode transmitir sua intensidade para reforçar outro instinto componente que se origina de outra fonte, que a satisfação de determinado instinto pode tomar o lugar da satisfação de outro - e demais fatos da mesma natureza, que devem incentivar-nos a nos aventurarmos por certas hipóteses.

Além do mais, no presente estudo estou apenas apresentando uma hipótese; não tenho prova a oferecer. Parece ser uma concepção plausível que essa energia deslocável e neutra, que é, sem dúvida, ativa tanto no ego quanto no id, proceda do estoque narcísico de libido - que ela seja Eros dessexualizado. (Os instintos eróticos parecem ser em geral mais plásticos, mais facilmente desviados e deslocados que os instintos destrutivos.) Disso, podemos facilmente passar a presumir que essa libido deslocável é empregada a serviço do princípio de prazer, para neutralizar bloqueios e facilitar a descarga. Com relação a isso, é fácil observar uma certa indiferença quanto ao caminho ao longo do qual a descarga se

efetua, desde que se realize de algum modo. Conhecemos este traço; é característico dos processos de catexia no id. Ele é encontrado nas catexias eróticas, onde se manifesta uma indiferença peculiar com relação aos objetos, sendo especialmente evidente nas transferências que surgem na análise, as quais se desenvolvem de modo inevitável, independentemente das pessoas que são seu objeto. Há não muito tempo atrás, Rank [1923] publicou alguns bons exemplos da maneira pela qual atos neuróticos de vingança podem ser dirigidos contra a pessoa errada. Tal comportamento por parte do inconsciente nos faz lembrar a cômica história dos três alfaiates de aldeia, um dos quais tinha de ser enforcado porque o único ferreiro do povoado cometera um delito capital. A punição tem de ser exigida, mesmo que ela não incida sobre o culpado. Foi estudando o trabalho do sonho que pela primeira vez nos deparamos com esse tipo de frouxidão nos deslocamentos ocasionados pelo processo primário. Nesse caso, os objetos eram assim relegados a uma posição de importância não mais que secundária, tal como, no caso que estamos agora debatendo, são os caminhos de descarga. Seria característico do ego ser mais específico sobre a escolha tanto de um objeto quanto de um caminho de descarga.

Se essa energia deslocável é libido dessexualizada, ela também pode ser descrita como energia *sublimada*, pois ainda reteria a finalidade principal de Eros - a de unir e ligar - na medida em que auxilia no sentido de estabelecer a unidade, ou tendência à unidade, que é particularmente característica do ego. Se os processos de pensamento, no sentido mais amplo, devem ser incluídos entre esses deslocamentos, então a atividade de pensar é também suprida pela sublimação de forças motivadoras eróticas.

Chegamos aqui novamente à possibilidade, que já foi debatida [[1]], de que a sublimação pode efetuar-se regularmente através da mediação do ego. Será recordado o outro caso, em que o ego trata com as primeiras catexias objetais do id (e certamente com as posteriores, também), retirando a libido delas para si próprio e ligando-as à alteração do ego produzida por meio da identificação. A transformação [de libido erótica] em libido do ego naturalmente envolve um abandono de objetivos sexuais, uma dessexualização. De qualquer modo, isto lança luz sobre uma importante função do ego em sua relação com Eros. Apoderando-se assim da libido das catexias do objeto, erigindo-se em objeto amoroso único, e dessexualizando ou sublimando a libido do id, o ego está trabalhando em oposição aos objetivos de Eros e colocando-se a serviço de impulsos instintuais opostos. Ele tem de aquiescer em algumas das outras catexias objetais do id; tem, por assim dizer, de participar delas. Retornaremos mais tarde a outra possível conseqüência dessa atividade do ego [[1]].

Isto pareceria implicar uma importante amplificação da teoria do narcisismo. Bem no início, toda a libido está acumulada no id, enquanto que o ego ainda se acha em processo de formação ou ainda é fraco. O id envia parte dessa libido para catexias objetais eróticas; em conseqüência, o ego, agora tornado forte, tenta apoderar-se dessa libido do objeto e impor-se ao id como objeto amoroso. O narcisismo do ego é, assim, um narcisismo secundário, que foi retirado dos objetos.

Freqüentemente descobrimos, quando podemos fazer remontar os impulsos instintuais, que eles se revelam como derivados de Eros. Se não fosse pelas considerações apresentadas em *Além do Princípio de Prazer*, e, em última análise, pelos constituintes sádicos que se ligaram a Eros, teríamos dificuldade em apegar-nos a nosso ponto de vista dualista fundamental. Mas, visto que não podemos fugir a essa concepção, somos levados a concluir que os instintos de morte são, por sua natureza, mudos, e que o clamor da vida procede, na maior parte, de Eros.

E da luta contra Eros! Dificilmente se pode duvidar que o princípio de prazer serve ao id como bússola em sua luta contra a libido - a força que introduz distúrbios no processo de vida. Se é verdade que o princípio de constância de Fechner governa a vida, que assim consiste numa descida contínua em direção à morte, são as reivindicações de Eros, dos instintos sexuais, que, sob a forma de necessidades instintuais, mantêm o nível que tende a baixar e introduzem novas tensões. O id, guiado pelo princípio de prazer - isto é, pela percepção de desprazer - desvia essas tensões de diversas maneiras. Em primeiro lugar, anuindo tão rapidamente quanto possível às exigências da libido não dessexualizada - esforçando-se pela satisfação das tendências diretamente sexuais. Mas ele o faz de modo muito mais abrangente em relação a certa forma específica de satisfação, em que todas as exigências componentes convergem - pela descarga das substâncias sexuais, que são veículos saturados, por assim dizer, de tensões eróticas. A ejeção das substâncias sexuais no ato sexual corresponde, em certo sentido, à separação do soma e do plasma germinal. Isto explica a semelhança do estado que se segue à satisfação sexual completa com o ato de morrer, e ofato de a morte coincidir com o ato da cópula em alguns dos animais inferiores. Essas criaturas morrem no ato da reprodução porque, após Eros ter sido eliminado através do processo de satisfação, o instinto de morte fica com as mãos livres para realizar seus objetivos. Finalmente, como vimos, o ego, sublimando um pouco da libido para si próprio e para seus propósitos, auxilia o id em seu trabalho de dominar as tensões.

V - AS RELAÇÕES DEPENDENTES DO EGO

A complexidade de nosso tema geral deve ser uma desculpa para o fato de nenhum dos títulos de capítulo deste livro corresponder inteiramente ao seu conteúdo e de, voltando-nos para novos aspectos do assunto, estarmos constantemente retomando tópicos que já foram tratados.

Assim, temos afirmado repetidamente que o ego é formado, em grande parte, a partir de identificações que tomam o lugar de catexias abandonadas pelo id; que a primeira dessas

identificações sempre se comporta como uma instância especial no ego e dele se mantém à parte sob a forma de um superego: enquanto que, posteriormente, à medida que fica mais forte, o ego pode tornar-se mais resistente às influências de tais identificações. O superego deve sua posição especial no ego, ou em relação ao ego, a um fator que deve ser considerado sob dois aspectos: por um lado, ele foi a primeira identificação, uma identificação que se efetuou enquanto o ego ainda era fraco; por outro, é o herdeiro do complexo de Édipo e, assim, introduziu os objetos mais significativos no ego. A relação do superego com as alterações posteriores do ego é aproximadamente semelhante à da fase sexual primária da infância com a vida sexual posterior, após a puberdade. Embora ele seja acessível a todas as influências posteriores, preserva, não obstante, através de toda a vida, o caráter que lhe foi dado por sua derivação do complexo paterno - a saber, a capacidade de manter-se à parte do ego e dominá-lo. Ele constitui uma lembrança da antiga fraqueza e dependência do ego, e o ego maduro permanece sujeito à sua dominação. Tal como a criança esteve um dia sob a compulsão de obedecer aos pais, assim o ego se submete ao imperativo categórico do seu superego.

Mas a derivação do superego a partir das primeiras catexias objetivas do id, a partir do complexo de Édipo, significa ainda mais para ele. Essa derivação, como já demonstramos [[1]], coloca-o em relação com as aquisições filogenéticas do id e torna-o uma reencarnação de antigas estruturas do ego que deixaram os seus precipitados atrás de si no id. Assim, o superego acha-se sempre próximo do id e pode atuar como seu representante *vis-à-vis* do ego. Ele desce fundo no id e, por essa razão, acha-se mais distante da consciência (*consciousness*) que o ego. Apreciaremos melhor estas relações voltando-nos para certos fatos clínicos que há muito tempo perderam sua novidade, mas que ainda aguardam um exame teórico.

Há certas pessoas que se comportam de maneira muito peculiar durante o trabalho de análise. Quando se lhes fala esperançosamente ou se expressa satisfação pelo progresso do tratamento, elas mostram sinais de descontentamento e seu estado invariavelmente se torna pior. Começamos por encarar isto como um desafio e uma tentativa de provar a sua superioridade ao médico, mas, posteriormente, assumimos um ponto de vista mais profundo e mais justo. Ficamos convencidos, não apenas de que tais pessoas não podem suportar qualquer elogio ou apreciação, mas que reagem inversamente ao progresso do tratamento. Toda solução parcial, que deveria resultar, e noutras pessoas realmente resulta, numa melhoria ou suspensão temporária de sintomas, produz nelas, por algum tempo, uma exacerbação de suas moléstias; ficam piores durante o tratamento, ao invés de ficarem melhores. Exibem o que é conhecido como ‘reação terapêutica negativa’.

Não há dúvida de que existe algo nessas pessoas que se coloca contra o seu restabelecimento, e a aproximação deste é temida como se fosse um perigo. Estamos acostumados a dizer que a necessidade de doença nelas levou a melhor sobre o desejo de restabelecimento. Se analisarmos essa resistência da maneira habitual, então, mesmo depois

de feito o desconto de uma atitude de desafio para com o médico e da fixação às diversas formas de ganho com a doença, a maior parte dela ainda resta, e revela-se como o mais poderoso de todos os obstáculos à cura, mais poderoso que os conhecidos obstáculos da inacessibilidade narcísica, da atitude negativa para com o médico e do apego ao ganho com a enfermidade.

Ao final, percebemos que estamos tratando com o que pode ser chamado de fator 'moral', um sentimento de culpa, que está encontrando sua satisfação na doença e se recusa a abandonar a punição do sofrimento. Devemos estar certos em encarar esta explicação desencorajadora como final. Mas, enquanto o paciente está envolvido, esse sentimento de culpa silencia; não lhe diz que ele é culpado; ele não se sente culpado, mas doente. Esse sentimento de culpa expressa-se apenas como uma resistência à cura que é extremamente difícil de superar. É também particularmente difícil convencer o paciente de que esse motivo encontra-se por trás do fato de ele continuar enfermo; ele se apega à explicação mais óbvia de que o tratamento pela análise não constitui o remédio certo para o seu caso.

A descrição que demos aplica-se aos casos mais extremos desse estado de coisas; mas, em medida menor, esse fator tem de ser levado em conta em muitíssimos casos, talvez em todos os casos relativamente graves de neurose. Em verdade, pode ser precisamente este elemento da situação, a atitude do ideal do ego, que determina a gravidade de uma doença neurótica. Não hesitaremos, portanto, em examinar bem mais detalhadamente a maneira pela qual o sentimento de culpa se expressa sob condições diferentes.

Uma interpretação do sentimento de culpa normal, consciente (consciência), não apresenta dificuldades; ele se baseia na tensão existente entre o ego e o ideal do ego, sendo expressão de uma condenação do ego pela sua instância crítica. Os sentimentos de inferioridade, tão bem conhecidos nos neuróticos, presumivelmente não se acham muito afastados disso. Em duas enfermidades muito conhecidas o sentimento de culpa é superintensamente consciente; nelas, o ideal do ego demonstra uma severidade particular e com freqüência dirige sua ira contra o ego de maneira cruel. A atitude do ideal do ego nestes dois estados, a neurose obsessiva e a melancolia, apresenta, ao lado dessa semelhança, diferenças que não são menos significativas.

Em certas formas de neurose obsessiva, o sentimento de culpa é super-ruidoso, mas não pode se justificar para o ego. Conseqüentemente, o ego do paciente se rebela contra a imputação de culpa e busca o apoio do médico para repudiá-la. Seria tolice aquiescer nisso, pois fazê-lo não teria efeito. A análise acaba por demonstrar que o superego está sendo influenciado por processos que permaneceram desconhecidos ao ego. É possível descobrir os impulsos reprimidos que realmente se acham no fundo do sentimento de culpa. Assim, nesse caso, o superego sabia mais do que o ego sobre o id inconsciente.

Na melancolia, a impressão de que o superego obteve um ponto de apoio na consciência

(*consciousness*) é ainda mais forte. Mas aqui o ego não se arrisca a fazer objeção; admite a sua culpa e submete-se ao castigo. Entendemos a diferença. Na neurose obsessiva, o que estava em questão eram impulsos censuráveis que permaneciam fora do ego, enquanto que na melancolia o objeto a que a ira do superego se aplica foi incluído no ego mediante identificação.

Não se sabe bem por que o sentimento de culpa atinge essa força tão extraordinária nesses dois distúrbios neuróticos; mas o problema principal que se apresenta nesse estado de coisas encontra-se numa outra direção. Adiaremos a sua discussão até que tenhamos tratado dos outros casos em que o sentimento de culpa permanece inconsciente. [[1]]

É essencialmente na histeria e em estados de tipo histérico que isso é encontrado. Aqui o mecanismo pelo qual o sentimento de culpa permanece inconsciente é fácil de descobrir. O ego histérico desvia uma percepção aflitiva com que as críticas de seu superego o ameaçam, da mesma maneira pela qual costuma desviar uma catexia objetual insuportável - através de um ato de repressão. O ego é, portanto, o responsável pelo fato de o sentimento de culpa permanecer inconsciente. Sabemos que, via de regra, o ego efetua repressões a serviço e por ordem do seu superego; mas este é um caso em que ele voltou a mesma arma contra seu severo feitor. Na neurose obsessiva, como sabemos, predominam os fenômenos de formação reativa, mas aqui [na histeria] o ego alcança êxito apenas em manter à distância o material a que o sentimento de culpa se refere.

Pode-se ir mais longe e aventar a hipótese de que grande parte do sentimento de culpa deve normalmente permanecer inconsciente, pois a origem da consciência (*conscience*) acha-se intimamente vinculada ao complexo de Édipo, que pertence ao inconsciente. Se alguém estivesse inclinado a apresentar a paradoxal proposição de que o homem normal não apenas é muito mais imoral do que crê, mas também muito mais moral do que sabe, a psicanálise, em cujas descobertas repousa a primeira metade da assertiva, não teria objeções a levantar contra a segunda metade.

Constituiu uma surpresa descobrir que um aumento nesse sentimento de culpa *Ics.* pode transformar pessoas em criminosos. Mas isso indubitavelmente é um fato. Em muitos criminosos, especialmente nos principiantes, é possível detectar um sentimento de culpa muito poderoso, que existia antes do crime, e, portanto, não é o seu resultado, mas sim o seu motivo. É como se fosse um alívio poder ligar esse sentimento inconsciente de culpa a algo real e imediato.

Em todas essas situações, o superego exhibe sua independência do ego consciente e suas relações íntimas com o id inconsciente. Considerando a importância que atribuímos aos resíduos verbais pré-conscientes no ego [[1]], surge a questão de saber se pode ser o caso que o superego, na medida em que é *Ics.*, consista em tais representações verbais e, se não,

em que mais consiste. Nossa tentativa de resposta será que é impossível, tanto para o superego como para o ego, negar sua origem a partir das coisas que ouviu; pois ele é parte do ego e permanece acessível à consciência (*consciousness*) por via dessas representações verbais (conceitos, abstrações). Porém, a *energia da catexia* não chega a esses conteúdos do superego a partir da percepção auditiva (educação ou leitura), mas de fontes no id.

A questão que adiamos responder [[1]] diz o seguinte: Como é que o superego se manifesta essencialmente como sentimento de culpa (ou melhor, como crítica - pois o sentimento de culpa é a percepção no ego que responde a essa crítica) e, além disso, desenvolve tão extraordinária rigidez e severidade para com o ego? Se nos voltarmos primeiramente para a melancolia, descobrimos que o superego excessivamente forte que conseguiu um ponto de apoio na consciência dirige sua ira contra o ego com violência impiedosa, como se tivesse se apossado de todo o sadismo disponível na pessoa em apreço. Seguindo nosso ponto de vista sobre o sadismo, diríamos que o componente destrutivo entrincheirou-se no superego e voltou-se contra o ego. O que está influenciando agora o superego é, por assim dizer, uma cultura pura do instinto de morte e, de fato, ela com bastante frequência obtém êxito em impulsionar o ego à morte, se aquele não afasta o seu tirano a tempo, através da mudança para a mania.

As censuras da consciência em certas formas de neurose obsessiva são também aflitivas e atormentadoras, mas aqui a situação é menos manifesta. É digno de nota que o neurótico dá o passo para a autodestruição; é como se ele estivesse imune ao perigo de suicídio e se achasse muito mais bem protegido contra ele que o histérico. Podemos perceber que o que garante a segurança do ego é o fato de o objeto ter sido retido. Na neurose obsessiva tornou-se possível - mediante uma regressão à organização pré-genital - aos impulsos amorosos transformarem-se em impulsos de agressividade contra o objeto. Aqui, o instinto de destruição foi liberado e mais uma vez busca destruir o objeto, ou, pelo menos, parece ter essa intenção. Esses objetivos não foram adotados pelo ego, e este luta contra eles com formações reativas e medidas precautórias; eles permanecem no id. O superego, contudo, comporta-se como se o ego fosse responsável por eles e demonstra, ao mesmo tempo, pela seriedade com que pune essas intenções destrutivas, que elas não são meras aparências evocadas pela regressão, mas uma substituição real do amor pelo ódio. Impotente em ambas as direções, o ego se defende em vão, tanto das instigações do id assassino quanto das censuras da consciência punitiva. Ele consegue manter sob controle pelo menos as ações mais brutais de ambos os lados; o primeiro resultado é um auto-suplício interminável, e eventualmente segue-se uma tortura sistemática do objeto, na medida em que este estiver ao alcance.

Os perigosos instintos de morte são tratados no indivíduo de diversas maneiras: em parte são tornados inócuos por sua fusão com componentes eróticos; em parte são desviados para o mundo externo sob a forma de agressividade; enquanto que em grande parte continuam, sem dúvida, seu trabalho interno sem estorvo. Então, como é que na melancolia o superego

pode tornar-se uma espécie de lugar de reunião para os instintos de morte?

Do ponto de vista do controle instintual, da moralidade, pode-se dizer do id que ele é totalmente amoral; do ego, que se esforça por ser moral, e do superego que pode ser supermoral e tornar-se então tão cruel quanto somente o id pode ser. É notável que, quanto mais um homem controla a sua agressividade para com o exterior, mais severo - isto é, agressivo - ele se torna em seu ideal do ego. A opinião comum vê a situação do outro lado; o padrão erigido pelo ideal do ego parece ser o motivo para a supressão da agressividade. Permanece, contudo, o fato de que, como afirmamos, quanto mais um homem controla a sua agressividade, mais intensa se torna a inclinação de seu ideal à agressividade contra seu ego. É como um deslocamento, uma volta contra seu próprio ego. Mas mesmo a moralidade normal e comum possui uma qualidade severamente restritiva, cruelmente proibidora. É disso, em verdade, que surge a concepção de um ser superior que distribui castigos inexoravelmente.

Não posso ir à frente em minha consideração dessas questões sem introduzir uma nova hipótese. O superego surge, como sabemos, de uma identificação com o pai tomado como modelo. Toda identificação desse tipo tem a natureza de uma dessexualização ou mesmo de uma sublimação. Parece então que, quando uma transformação desse tipo se efetua, ocorre ao mesmo tempo uma des fusão instintual [[1]]. Após a sublimação, o componente erótico não mais tem o poder de unir a totalidade da agressividade que com ele se achava combinada, e esta é liberada sob a forma de uma inclinação à agressão e à destruição. Essa des fusão seria a fonte do caráter geral de severidade e crueldade apresentado pelo ideal - o seu ditatorial 'farás'.

Consideremos novamente, por um momento, a neurose obsessiva. Aqui, o estado de coisas é diferente. A des fusão de amor em agressividade não foi efetuada por ação do ego, mas é o resultado de uma regressão que ocorreu no id. Esse processo, porém, estendeu-se além do id, até o superego, que agora aumenta a sua severidade para com o inocente ego. Pareceria, contudo, que nesse caso, não menos que no da melancolia, o ego, tendo ganho controle sobre a libido por meio da identificação, é punido pelo superego por assim proceder, mediante a instrumentalidade da agressividade que estava mesclada com a libido.

As nossas idéias sobre o ego estão começando a clarear e os seus diversos relacionamentos ganham nitidez. Vemos agora o ego em sua força e em suas fraquezas. Está encarregado de importantes funções. Em virtude de sua relação com o sistema perceptivo, ele dá aos processos mentais uma ordem temporal e submete-os ao 'teste da realidade'. Interpondo os processos de pensamento, assegura um adiamento das descargas motoras e controla o acesso à motilidade. Este último poder, com efeito, é mais uma questão de forma do que de fato; no assunto da ação, a posição do ego é semelhante à de um monarca constitucional, sem cuja sanção nenhuma lei pode ser aprovada, mas que hesita longo tempo antes de impor seu veto a qualquer medida apresentada pelo parlamento. Todas as

experiências da vida que se originam do exterior enriquecem o ego; o id, contudo, é o seu segundo mundo externo, que ele se esforça por colocar em sujeição a si. Ele retira libido do id e transforma as catexias objetais deste em estruturas do ego. Com a ajuda do superego, de uma maneira que ainda nos é obscura, ele se vale das experiências de época passadas armazenadas no id [[1]e[2]]

Há dois caminhos pelos quais os conteúdos do id podem penetrar no ego. Um é direto, o outro por intermédio do ideal do ego; seja qual for destes dois o caminho tomado, pode ser de importância decisiva para certas atividades mentais. O ego evolui da percepção para o controle dos instintos, da obediência a eles para a inibição deles. Nesta realização, grande parte é tomada pelo ideal do ego, que, em verdade, constitui parcialmente uma formação reativa contra os processos instintuais do id. A psicanálise é um instrumento que capacita o ego a conseguir uma progressiva conquista do id.

De outro ponto de vista, contudo, vemos este mesmo ego como uma pobre criatura que deve serviços a três senhores e, conseqüentemente, é ameaçado por três perigos: o mundo externo, a libido do id e a severidade do superego. Três tipos de ansiedade correspondem a esses três perigos, já que a ansiedade é a expressão de um afastar-se do perigo. Como criatura fronteira, o ego tenta efetuar mediação entre o mundo e o id, tornar o id dócil ao mundo e, por meio de sua atividade muscular, fazer o mundo coincidir com os desejos do id. De fato, ele se comporta como o médico durante um tratamento analítico: oferece-se, com a atenção que concede ao mundo real, como um objeto libidinal para o id, e visa a ligar a libido do id a si próprio. Ele não é apenas um auxiliar do id; é também um escravo submisso que corteja o amor de seu senhor. Sempre que possível, tenta permanecer em bons termos com o id; veste as ordens *Ics.* do id com suas racionalizações *Pcs.*; finge que o id está mostrando obediência às admonições da realidade, mesmo quando, de fato, aquele permanece obstinado e inflexível; disfarça os conflitos do id com a realidade e, se possível, também os seus conflitos com o superego. Em sua posição a meio-caminho entre o id e a realidade, muito freqüentemente se rende à tentação de tornar-se sicofanta, oportunista e mentiroso, tal como um político que percebe a verdade, mas deseja manter seu lugar no favor do povo.

Para com as duas classes de instintos, a atitude do ego não é imparcial. Mediante seu trabalho de identificação e sublimação, ele ajuda os instintos de morte do id a obterem controle sobre a libido, mas, assim procedendo, corre o risco de tornar-se objeto dos instintos de morte e de ele próprio perecer. A fim de poder ajudar desta maneira, ele teve que acumular libido dentro de si; torna-se assim o representante de Eros e, doravante, quer viver e ser amado.

Mas, já que o trabalho de sublimação do ego resulta numa defusão dos instintos e numa liberação dos instintos agressivos no superego, sua luta contra a libido expõe-no ao perigo

de maus tratos e morte. Sofrendo sob os ataques do superego e talvez até mesmo a eles sucumbindo, o ego se defronta com uma sorte semelhante à dos protistas que são destruídos pelos produtos da decomposição que eles próprios criaram. Do ponto de vista econômico, a moralidade que funciona no superego parece ser um produto de decomposição semelhante.

Entre os relacionamentos dependentes em que o ego se coloca, o que se dá com o superego é talvez o mais interessante.

O ego é a sede real da ansiedade. Ameaçado por perigos oriundos de três direções, ele desenvolve o reflexo de fuga retirando sua própria catexia da percepção ameaçadora ou do processo semelhantemente considerado no id, e emitindo-a como ansiedade. Essa reação primitiva é posteriormente substituída pela efetivação de catexias protetoras (o mecanismo das fobias). O que o ego teme do perigo externo e do libidinal não pode ser especificado; sabemos que o medo é de ser esmagado ou aniquilado, mas ele não pode ser analiticamente compreendido. O ego está simplesmente obedecendo ao aviso do princípio de prazer. Por outro lado, podemos dizer o que se acha escondido por trás do pavor que o ego tem do superego, o medo da consciência. O ser superior, que se transformou no ideal do ego, outrora ameaçara de castração, e esse temor da castração é provavelmente o núcleo em torno do qual o medo subsequente da consciência se agrupou; é esse temor que persiste como medo da consciência.

A frase altissonante ‘todo medo é, em última análise, o medo da morte’ dificilmente tem qualquer significado, e, de qualquer maneira, não pode ser justificada. Parece-me, pelo contrário, perfeitamente correto distinguir o medo da morte do temor de um objeto (ansiedade realística) e da ansiedade libidinal neurótica. Apresenta-se um problema difícil para a psicanálise, pois a morte é um conceito abstrato com conteúdo negativo para o qual nenhum correlativo inconsciente pode ser encontrado. Pareceria que o mecanismo do medo da morte só pode ser o fato de o ego abandonar em grande parte sua catexia libidinal narcísica - isto é, de ele se abandonar, tal como abandona algum objeto *externo* nos outros casos em que sente ansiedade. Creio que o medo da morte é algo que ocorre entre o ego e o superego.

Sabemos que o medo da morte faz seu aparecimento sob duas condições (as quais, além disso, são inteiramente análogas a situações em que outros tipos de ansiedade se desenvolvem), a saber, como reação a um perigo externo e como um processo interno (como, por exemplo, na melancolia). Mais uma vez uma manifestação neurótica pode ajudar-nos a compreender uma normal.

O medo da morte na melancolia só admite uma explicação: que o próprio ego se abandona porque se sente odiado e perseguido pelo superego, ao invés de amado. Para o ego, portanto, viver significa o mesmo que ser amado - ser amado pelo superego, que aqui, mais uma vez,

aparece como representante do id. O superego preenche a mesma função de proteger e salvar que, em épocas anteriores, foi preenchida pelo pai e, posteriormente, pela Providência ou Destino. Entretanto, quando o ego se encontra num perigo real excessivo, que se acredita incapaz de superar por suas próprias forças, vê-se obrigado a tirar a mesma conclusão. Ele se vê desertado por todas as forças protetoras e se deixa morrer. Aqui está novamente a mesma situação que fundamenta o primeiro grande estado de ansiedade do nascimento e a ansiedade infantil do desejo - a ansiedade devida à separação da mãe protetora.

Estas considerações tornam possível encarar o medo da morte, tal qual o medo da consciência, como um desenvolvimento do medo da castração. A grande significação que o sentimento de culpa tem nas neuroses torna concebível que a ansiedade neurótica comum seja reforçada nos casos graves pela formação de ansiedade entre o ego e o superego (medo da castração, da consciência, da morte).

O id, ao qual finalmente retornamos, não possui meios de demonstrar ao ego amor ou ódio. Ele não pode dizer o que quer; não alcançou uma vontade unificada. Eros e o instinto de morte lutam dentro dele; vimos com que armas um grupo de instintos defende-se contra o outro. Seria possível representar o id como se achando sob o domínio dos silenciosos mas poderosos instintos de morte, que desejam ficar em paz e (incitados pelo princípio de prazer) fazer repousar Eros, o promotor de desordens; mas talvez isso seja desvalorizar o papel desempenhado por Eros.

APÊNDICE A: O INCONSCIENTE DESCRITIVO E O INCONSCIENTE DINÂMICO

Uma particularidade curiosa surge de duas frases, ambas as quais aparecem na ([1]). A atenção do Editor Inglês foi para ela chamada numa comunicação particular do Dr. Ernest Jones, que com a mesma se deparara no decurso do exame da correspondência de Freud.

Em 28 de outubro de 1923, poucos meses após este trabalho ter aparecido, Ferenczi

escreveu a Freud nestes termos: ‘(...) Não obstante, aventurei-me a fazer-lhe uma pergunta (...) visto haver uma passagem em *O Ego e o Id* que, sem a sua solução, eu não entendo (...) Na [1] encontro o seguinte: “(...) que, no sentido descritivo, há dois tipos de inconsciente, mas no sentido dinâmico apenas um.” Desde que, contudo, o senhor escreve na [1] que o inconsciente latente é inconsciente apenas descritivamente, não no sentido dinâmico, pensei ser exatamente a linha dinâmica de abordagem que exigia a hipótese de haverem dois tipos de *Ics.*, enquanto que a descrição toma conhecimento apenas do *Cs.* e do *Ics.*’

A isto, respondeu Freud em 20 de outubro de 1923: ‘(...) A sua pergunta sobre a passagem na [1] de *O Ego e o Id* positivamente me horrorizou. O que lá aparece dá um sentido diretamente oposto à [1], e, na frase da [1], “descritivo” e “dinâmico” foram simplesmente transpostos.’

Uma pequena consideração deste surpreendente assunto sugere, contudo, que a crítica de Ferenczi baseou-se numa má compreensão e que Freud foi apressado demais em aceitá-la. As confusões que fundamentam as observações de Ferenczi não são muito facilmente classificadas e torna-se inevitável um argumento bastante prolongado. Porém, desde que outros além de Ferenczi podem incidir no mesmo erro, parece valer a pena tentar esclarecer o assunto.

Começaremos pela primeira metade da última frase de Freud: ‘no sentido descritivo, há dois tipos de inconsciente.’ O significado disso parece perfeitamente claro: o termo ‘inconsciente’, em seu sentido descritivo, abrange duas coisas: o inconsciente latente e o inconsciente reprimido. Freud, contudo, poderia ter expressado a idéia ainda mais claramente. Ao invés de ‘dois tipos de inconsciente [*zweierlei Unbewusstes*]’, poderia ter dito, explicitamente, que, no sentido descritivo, há ‘dois tipos de coisas que são inconscientes’. E, de fato, Ferenczi evidentemente compreendeu mal as palavras: tomou-as como dizendo que a expressão ‘descritivamente inconsciente’ tinha dois *significados* diferentes. Isso, como corretamente percebeu, não poderia ser assim: o termo inconsciente, utilizado descritivamente, só poderia ter um significado - o de que a coisa a que se aplicava não era consciente. Na terminologia lógica, pensou que Freud estava falando da *conotação* do termo, enquanto que este estava realmente falando de sua *denotação*.

Passemos agora à segunda metade da última frase de Freud: ‘mas no sentido dinâmico [há] apenas um [tipo de inconsciente]’. Ainda aqui o significado parece perfeitamente claro: o termo ‘inconsciente’, em seu sentido dinâmico, abrange apenas uma coisa: o inconsciente reprimido. Isso, mais uma vez, constitui uma afirmação sobre a *denotação do termo*; e ainda que tivesse sido sobre sua *conotação*, seria verdadeira - o termo ‘inconsciente dinâmico’ só pode ter um significado. Ferenczi, contudo, contesta isso, alegando ‘ser

precisamente a linha dinâmica de abordagem que exigia a hipótese de haverem dois tipos de *Ics.*’. Mais uma vez estava compreendendo mal Freud. Pensou que ele estivesse dizendo que, se considerarmos o termo ‘inconsciente’ com fatores dinâmicos em mente vemos que ele possui apenas um significado - o que, naturalmente, teria sido o oposto de tudo o que Freud argumentava, enquanto que o que este queria dizer era que todas as coisas que são dinamicamente inconscientes (isto é, reprimidas) incidem numa só classe - A posição fica um pouco mais confusa porque Ferenczi usa o símbolo ‘*Ics.*’ para significar ‘inconsciente’ no sentido descritivo - lapso que o próprio Freud comete, por implicação, na [1].

Assim, essa última frase de Freud parece inteiramente imune à crítica em si própria. Mas será que ela é, como Ferenczi sugere e como o próprio Freud parece concordar, incompatível com a frase anterior? Essa frase fala do inconsciente latente como sendo ‘inconsciente apenas descritivamente, não no sentido dinâmico’. Ferenczi parece ter pensado que isso contradizia a afirmação posterior de que, ‘no sentido descritivo, há dois tipos de inconsciente’. Mas as duas afirmações não se contradizem: o fato de o inconsciente latente ser apenas descritivamente inconsciente não implica, de maneira alguma, que seja a única coisa descritivamente inconsciente.

Existe, em verdade, uma passagem na Conferência XXXI das *Novas Conferências Introdutórias*, de Freud, escrita cerca de dez anos mais tarde que o presente trabalho, em que a totalidade desse argumento é repetida em termos muito semelhantes. Nessa passagem, explica-se mais de uma vez que, no sentido descritivo, tanto o pré-consciente quanto o reprimido são inconscientes, mas que, no sentido dinâmico, o termo se restringe ao reprimido.

Deve-se indicar que esse intercâmbio de cartas efetuou-se apenas alguns dias após Freud ter sofrido uma operação extremamente séria. Ele ainda não se achava capaz de escrever (a sua resposta foi ditada) e provavelmente não se encontrava em condições de pesar completamente o argumento. Parece provável que, refletindo, tenha compreendido que a descoberta de Ferenczi fora um engano, pois a passagem nunca foi alterada nas edições posteriores do livro.

APÊNDICE B: O GRANDE RESERVATÓRIO DA LIBIDO

Há considerável dificuldade sobre este assunto, que é mencionado na nota de rodapé na [1] e debatido em maior extensão na [1].

A analogia parece ter sido seu primeiro aparecimento numa nova seção acrescentada à terceira edição dos *Três Ensaio*s (1905d), publicada em 1915, mas preparada por Freud no outono de 1914. A passagem diz o seguinte (Ed. *Standard Bras.*, Vol. VII, pág. 224, IMAGO Editora, 1972):

‘Libido narcísica ou libido do ego parece ser o grande reservatório de onde são enviadas as catexias do objeto e para onde são novamente recolhidas; a catexia libidinal narcísica do ego é o estado de coisas original, realizado na primeira infância, sendo meramente abrangido pelas manifestações posteriores da libido, persistindo todavia, atrás delas, em seus elementos essenciais.’

A mesma noção, contudo, fora expressa anteriormente em outra analogia favorita de Freud, a qual aparece às vezes como alternativa e outras vezes lado a lado do ‘grande reservatório’. Essa passagem anterior encontra-se no artigo sobre o próprio narcisismo (1914c), escrito por Freud na primeira parte do mesmo ano de 1914 (Ed. *Standard Bras.*, Vol. XIV, págs. 91-92, IMAGO Editora, 1974): ‘Assim, formamos a idéia de que há uma catexia libidinal original do ego, parte da qual é posteriormente transmitida a objetos, mas que fundamentalmente persiste e está relacionada com as catexias objetais, assim como o corpo de uma ameba está relacionado com os pseudópodos que produz.’

As duas analogias aparecem juntas num artigo semipopular escrito ao final de 1916 para um periódico húngaro (‘A Difficulty in the Path of Psycho-Analysis’, 1917a, *Standard Ed.*, 17, 139): ‘O ego é um grande reservatório, do qual flui a libido que se destina ao objetos e para o qual ela flui de volta desses objetos (...) Como ilustração deste estado de coisas, podemos pensar numa ameba, cuja substância viscosa emite pseudópodos (...)’ A ameba aparece mais uma vez na Conferência XXVI das *Conferências Introdutórias* (1916-17), que datam de 1917, e o reservatório em *Beyond the Pleasure Principle* (1920g), *Standard Ed.*, 18, 51: ‘A psicanálise (...) chegou à conclusão de que o ego é o verdadeiro e original reservatório da libido, e que somente desse reservatório é que a libido se estende aos objetos.’

Freud incluiu uma passagem muito semelhante num artigo de enciclopédia que redigiu no verão de 1922 (1923a, *Standard Ed.*, 18, 257), e então, quase imediatamente após, veio o anúncio do id, e o que se parece com uma correção drástica das afirmações anteriores: ‘Agora que fizemos distinção entre o ego e id, temos de identificar este último como o grande reservatório de libido (...)’ E ainda: ‘Bem no início, toda a libido está acumulada no id, enquanto que o ego ainda se acha em processo de formação ou ainda é fraco. O id envia parte desta libido para catexias objetais eróticas; em conseqüência, o ego, agora tornado forte, tenta apoderar-se dessa libido do objeto e impor-se ao id como objeto amoroso. O

narcisismo do ego é, assim, um narcisismo secundário, que foi retirado dos objetos.’ ([1] e [2].)

Esta nova posição parece claramente inteligível, e, portanto, é um pouco perturbador depararmos com a seguinte frase, escrita apenas um ano, pouco mais ou menos, após *O Ego e o Id*, no *Autobiographical Study* (1925d [1924]), *Standard Ed.*, 20, 56: ‘Durante toda a vida do indivíduo, seu ego permanece sendo o grande reservatório de sua libido, do qual as catexias do objeto são enviadas e para o qual a libido pode correr novamente de volta dos objetos.’

A frase, é verdade, ocorre no decurso de um esboço histórico do desenvolvimento da teoria psicanalítica, mas não há indicação da mudança de opinião anunciada em *O Ego e o Id*. E, finalmente, encontramos esta passagem num dos últimos trabalhos de Freud, no Capítulo II do *Esboço de Psicanálise* (1940a), escrito em 1938: ‘É difícil dizer algo do comportamento da libido no id e no superego. Tudo o que sabemos sobre ele relaciona-se com o ego, no qual, a princípio, toda a cota disponível de libido é armazenada. Chamamos a este estado absoluto de *narcisismo primário*. Ele perdura até o ego começar a catexizar as idéias dos objetos com a libido, a transformar a libido narcísica em libido objetal. Durante toda a vida o ego permanece sendo o grande reservatório, do qual as catexias libidinais são enviadas aos objetos e para a qual elas são também mais uma vez recolhidas, exatamente como uma ameba se conduz com os seus pseudópodos.’ (Ed. *Standard Bras.*, Vol. XXIII, pág. 176, IMAGO Editora, 1975.)

Indicariam essas passagens posteriores que Freud retratou-se das opiniões que expressou no presente trabalho? Parece difícil de acreditar, e há dois pontos que podem ajudar no sentido de uma reconciliação das opiniões aparentemente conflitantes. O primeiro é muito pequeno. A analogia do ‘reservatório’ é, por sua própria natureza, ambígua: um reservatório pode ser encarado como um tanque de armazenamento de água ou como uma fonte de suprimento de água. Não há grande dificuldade em aplicar a imagem em ambos os sentidos tanto ao ego quanto ao id, e teria certamente esclarecido as diversas passagens em que foi citada - em particular a nota de rodapé da [1] - se Freud tivesse mostrado mais exatamente que representação se achava em sua mente.

O segundo ponto é de importância maior. Nas *Novas Conferências Introdutórias*, apenas algumas páginas após a passagem mencionada na nota de rodapé acima, no decorrer de um estudo do masoquismo, Freud escreve: ‘Se é verdade que o instinto destrutivo assim como o ego - mas o que temos aqui em mente é antes o id, a pessoa integral - inclui originalmente todos os impulsos instintuais (...)’ A frase entre travessões aponta, naturalmente, para um estado primitivo de coisas, no qual o id e o ego ainda são indiferenciados. E há uma

observação semelhante, mas mais definida, no *Esboço*, desta vez dois parágrafos antes da passagem já citada: ‘Podemos imaginar um estado inicial como sendo o estado em que a energia total disponível de Eros, a qual, doravante, mencionaremos como “libido”, acha-se presente no ego-id ainda indiferenciado (...)’ Se tomarmos isto como sendo a verdadeira essência da teoria de Freud, a contradição aparente de sua expressão é diminuída. Este ‘ego-id’ foi originalmente o ‘grande reservatório da libido’, no sentido de ser um tanque de armazenamento. Após a diferenciação ter ocorrido, o id continuaria como tanque de armazenamento, mas, quando começou a enviar catexias (quer para objetos quer para o ego agora diferenciado), ele seria, além disso, uma fonte de suprimento. Mas o mesmo também seria verdadeiro quanto ao ego, pois este seria um tanque de armazenamento da libido narcísica bem como, segundo um dos pontos de vista, uma fonte de suprimento para as catexias objetais.

Este último ponto nos conduz, todavia, a uma nova questão, segundo a qual parece inevitável supor que Freud sustentou opiniões diferentes em ocasiões diferentes. Em *O Ego e o Id* ([1]), ‘bem no início, toda a libido está acumulada no id’; depois, ‘o id envia parte desta libido para catexias objetais eróticas’, as quais o ego tenta controlar impondo-se ao id como objeto amoroso: ‘o narcisismo do ego, assim, é um narcisismo secundário’. No *Esboço*, porém, ‘a princípio, toda a cota disponível de libido é armazenada no ego’, ‘chamamos a este estado absoluto de narcisismo primário’, e ‘ele perdura até o ego começar a catexizar as idéias dos objetos com a libido’. Dois processos diferentes parecem ser considerados nestas duas descrições. No primeiro, imagina-se as catexias objetais originais como saindo diretamente do id e só chegando ao ego indiretamente; no segundo, a totalidade da libido é imaginada como indo do id para o ego e só chegando aos objetos indiretamente. Os dois processos não parecem incompatíveis e é possível que ambos possam ocorrer; sobre esta questão, contudo, Freud silencia.

UMA NEUROSE DEMONÍACA DO SÉCULO XVII (1923 [1922])

NOTA DO EDITOR INGLÊS

EINE TEUFELSNEUROSE IM SIEBZEHNTEM JAHRHUNDERT

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1923 *Imago*, 9, (1), 1-34

1924 *G. S.*, 10, 404-45.

1924 Leipzig, Viena e Zurique: Internationaler Psychoanalytischer Verlag, 43 págs.

1928 Edição limitada dos ‘Bibliophiles’, com 7 gravuras. Mesmos editores, 81 págs.

1940 *G. W.*, 13, 317-53.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘A Neurosis of Demoniacal Possession in the Seventeenth Century’

1925 *C.P.*, 4, 436-72. (Trad. de E. Glover.)

A presente tradução inglesa, sob novo título, é versão consideravelmente modificada da publicada em 1925. A edição dos ‘Bibliófilos’ foi produzida para o Congresso dos Bibliófilos Alemães de 1928, em Viena. Continha reproduções em preto e branco de três das pinturas (representando a primeira, a segunda e a quinta aparição do Demônio) e de quatro fólios do manuscrito.

Este trabalho foi escrito nos últimos meses de 1922 (Jones, 1957, 105). O próprio Freud explica suficientemente sua origem no começo da Seção I ([1]). O interesse dele pela feitiçaria, possessões e fenômenos afins já vinha de longa data. Parece possível que tenha sido estimulado por seus estudos na Salpêtrière em 1885-6. O próprio Charcot concedera muita atenção aos aspectos históricos da neurose, fato mencionado em mais de um ponto do ‘Relatório’ de Freud sobre sua visita a Paris (1956a [1886]). Há uma descrição de um caso de possessão no século XVI no início da Conferência XVI da primeira série de conferências de Charcot traduzidas por Freud (1886f) e um debate sobre a natureza histórica das ‘demoniomanias’ medievais na sétima das *Leçons du mardi*, na segunda série de traduções de Freud (1892-94). Além disso, em seu necrológio de Charcot (1893f), concedeu ele ênfase especial a esse aspecto da obra de seu mestre. Duas cartas a Fliess, de 17 a 24 de janeiro de

1897 (Freud, 1950a, Cartas 56 e 57), que tratam de feiticeiras e de sua relação com o Demônio, demonstram que esse interesse não diminuíra de fato, na primeira delas fala como se o assunto fosse debatido com frequência entre ele e Fliess. Já há uma sugestão de que o Demônio possa ser uma figura paterna, e Freud insiste particularmente no papel desempenhado pelo material anal nas crenças medievais sobre feiticeiras. Ambos os temas reaparecem numa breve alusão ao assunto no artigo sobre ‘Character and Anal Erotism’ (1908b), *Standard Ed.*, 9, 174. Informa-nos Jones (1957, 378) que em 27 de janeiro de 1909 Hugo Heller, livreiro e editor vienense, leu para a Sociedade Psicanalítica de Viena, da qual era membro, um trabalho sobre ‘A História do Demônio’. As minutas da Sociedade, infelizmente, não foram postas à nossa disposição, mas, segundo Jones, Freud falou demoradamente sobre a composição psicológica da crença no Demônio, evidentemente, em grande parte, segundo as mesmas linhas da Seção III do presente artigo. Também nessa seção, Freud passa da discussão de um caso individual e do limitado problema demonológico para a consideração de algumas das questões mais amplas envolvidas na adoção, por parte de indivíduos do sexo masculino, de uma atitude feminina para com o pai. E aqui ele levanta a história do Dr. Schreber como paralelo, ainda que em parte alguma classifique o presente caso como sendo de paranóia.

Um suntuoso volume apareceu recentemente, sob o título de *Schizophrenia 1677* (Londres, 1956, Dawson), da autoria da Dra. Ida Macalpine e do Dr. R. A. Hunter. Inclui um fac-símile do manuscrito da ‘Relíquia de Mariazell’ e reproduções coloridas das nove pinturas a ele ligadas. Um exame dessas pinturas tornou possível efetuar uma ou duas adições e correções à descrição, feita por Freud, do manuscrito, que sem dúvida se baseava inteiramente na transcrição e relatório do Dr. Payer-Thurn, ver ([1]). Deve-se acrescentar que os extensos comentários da Dra. Macalpine e do Dr. Hunter dirigem-se em grande parte à crítica das conceituações de Freud sobre o caso; infelizmente, foi impossível adotar sua tradução das muitas passagens do manuscrito citadas por Freud, visto que em dois ou três pontos importantes a sua versão do original discorda da de Freud. Mais recentemente, o Dr. G. Vandendriessche descobriu uma quantidade de material histórico - desconhecido para Freud - referente a Christoph Haizmann, incluindo novas transcrições de partes do *Trophaeum*, as quais o capacitaram a efetuar correções no texto do manuscrito de Viena e a reconstruir suas partes danificadas. Seus achados estão incorporados, com detalhes, em um exame crítico do artigo de Freud (*The Parapraxis in the Haizmann Case of Sigmund Freud*, Louvain e Paris, 1965).

Não se tentou, na presente tradução inglesa, imitar o estilo do alemão do século XVII do manuscrito.

As neuroses da infância ensinaram-nos que nelas pode ser percebida facilmente a olho nu uma série de coisas que, em idade posterior, só se pode descobrir após investigação exaustiva. Podemos esperar que isso mesmo seja verdade quanto às doenças neuróticas em séculos anteriores, desde que estejamos preparados para reconhecê-las sob outros nomes que não os de nossas neuroses atuais. Não precisamos ficar surpresos em descobrir que, ao passo que as neuroses de nossos pouco psicológicos dias de hoje assumem um aspecto hipocondríaco e aparecem disfarçadas como enfermidades orgânicas, as neuroses daqueles antigos tempos surgem em trajes demoníacos. Diversos autores, e dentre eles Charcot é o principal, identificaram, como sabemos, manifestações de histeria nos retratos de possessão e êxtase que nos foram preservados nas produções artísticas. Se se tivesse concedido maior atenção às histórias de tais casos na época, não teria sido difícil retrazar neles o tema geral de uma neurose.

A teoria demonológica daquelas épocas sombrias levou a melhor, ao final, sobre todas as visões somáticas do período da ciência 'exata'. Os estados de possessão correspondem às nossas neuroses, para cuja explicação mais uma vez recorremos aos poderes psíquicos. A nossos olhos, os demônios são desejos maus e repreensíveis, derivados de impulsos instintuais que foram repudiados e reprimidos. Nós simplesmente eliminamos a projeção dessas entidades mentais para o mundo externo, projeção esta que a Idade Média fazia; em vez disso, encaramo-las como tendo surgido na vida interna do paciente, onde têm sua morada.

I - A HISTÓRIA DE CHRISTOPH HAIZMANN, O PINTOR

Estou em débito para com o interesse amistoso do *Hofrat** Dr. Payer-Thurn, diretor da antiga *Fideikommissbibliothek* Imperial de Viena, pela oportunidade de estudar uma neurose demoníaca do século XVII deste tipo. Payer-Thurn descobriu nessa biblioteca um manuscrito originário do santuário de Mariazell e no qual havia uma descrição pormenorizada da redenção miraculosa de um pacto com o Demônio, mediante a graça da Santa Virgem Maria. Seu interesse foi despertado pela semelhança dessa história com a lenda de Fausto, e levou-o a empreender a exaustiva publicação e coordenação do material. Descobrimo, contudo, que a pessoa cuja redenção era descrita estivera sujeita a crises convulsivas e visões, procurou-me em busca de uma opinião médica sobre o caso. Chegamos a um acordo em publicar nossas investigações de modo independente e separado.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para agradecer-lhe por sua sugestão original e pelas muitas maneiras por que me auxiliou no estudo do manuscrito.

Esse caso clínico de demonologia conduz a achados realmente valiosos, que podem ser trazidos à luz sem muita interpretação - aproximadamente como às vezes se dá com um veio de metal puro, o qual, em outros lugares, tem de ser laboriosamente extraído do minério.

O manuscrito, do qual uma cópia exata está à minha frente, divide-se em duas seções inteiramente distintas. Uma delas é um relatório, escrito em latim, da autoria de um escriba ou compilador monástico; a outra é um fragmento do diário do paciente, escrito em alemão. A primeira seção contém um prefácio e uma descrição da cura miraculosa real. A segunda dificilmente fora de significação para os reverendos padres, mas tanto maior é seu valor para nós. Ela serve, em grande parte, para confirmar nosso julgamento do caso, que de outra maneira teria sido hesitante, e temos boas razões para sermos gratos ao clero pela preservação do documento, embora ele nada acrescentasse em apoio do teor de suas opiniões; antes, pode mesmo havê-lo enfraquecido.

Antes, porém, de ir adiante na composição desta pequena brochura manuscrita, que traz o título de *Trophaeum Mariano-Cellense*, devo relatar uma parte de seu conteúdo, que extraio do prefácio.

Em 5 de setembro de 1677, o pintor Christoph Haizmann, bávaro, foi trazido a Mariazell, com uma carta de apresentação do pároco da aldeia de Pottenbrunn (na Áustria inferior), não muito longe dali. A carta declara que o homem estivera morando em Pottenbrunn durante alguns meses, exercendo sua ocupação de pintor. Em 29 de agosto, enquanto se encontrava na igreja da aldeia, fora tomado por convulsões assustadoras. Como as convulsões tornaram a apresentar-se durante os dias seguintes, fora examinado pelo *Praefectus Domini Pottenbrunnensis*, com vistas a descobrir o que o oprimia e se ele não havia assumido intercâmbio ilícito com o Espírito Mau. A seguir, o homem havia admitido que, nove anos antes, encontrando-se em estado de desalento quanto à sua arte e duvidoso sobre a possibilidade de se sustentar, entregara-se ao Demônio, que o havia tentado nove vezes, e dera-lhe seu compromisso por escrito de pertencer-lhe em corpo e alma após um período de nove anos. Esse período expiraria no 24º dia do mês corrente. A carta prosseguia dizendo que o infeliz se havia arrependido e estava convencido de que só a graça da Mãe de Deus em Mariazell poderia salvá-lo, obrigando o Maligno a liberá-lo do compromisso, escrito com sangue. Por essa razão, o padre da aldeia aventurara-se a recomendar *miserum hunc hominem omni auxilio destitutum* à benevolência dos padres de Mariazell.

Aqui termina a narrativa de Leopoldus Braun, o padre da aldeia de Pottenbrunn, datada de 1º de setembro de 1677. Podemos agora prosseguir com a análise do manuscrito. Ele

consiste em três partes:

(1) Uma página de rosto colorida, representando a cena da assinatura do pacto e a cena da redenção, na capela de Mariazell. Na folha seguinte encontram-se oito quadros, também coloridos, representando as aparições subseqüentes do Demônio, com uma breve legenda em alemão referida a cada um deles. Esses quadros não são os originais; trata-se de cópias - cópias fiéis, asseguram-nos solenemente - das pinturas originais de Christoph Haizmann.

(2) O *Trophaeum Mariano-Cellense* real (em latim), trabalho de um compilador clerical que se assina 'P.A.E.' ao pé da página, e apensa a estas iniciais quatro linhas de versos contendo sua biografia. O *Trophaeum* termina com um depoimento do Abade Kilian de São Lamberto, datado de 9 [Assim está no manuscrito. Erroneamente indicado por Freud como '12 de setembro', conforme aponta Vandendriessche (1965).] de setembro de 1729, em caligrafia diferente da do compilador. Ele testifica a correspondência exata do manuscrito e dos quadros com os originais preservados nos arquivos. Não há menção do ano em que o *Trophaeum* foi compilado. Ficamos livres para presumir que a compilação se fez no mesmo ano em que o Abade Kilian apresentou seu depoimento - isto é, em 1729; ou, de vez que a última data mencionada no texto é 1714, podemos localizar o trabalho do compilador entre os anos de 1714 e 1729. O milagre que deveria ser preservado do olvido por meio desse manuscrito, ocorrera em 1677 - o que equivale a dizer: de 37 a 52 anos mais cedo.

(3) O diário do pintor, escrito em alemão e abrangendo o período de sua redenção na capela até 13 de janeiro do ano seguinte, 1678. Está inserido no texto do *Trophaeum*, junto ao final.

O cerne do *Trophaeum* real consiste em dois documentos: a carta de apresentação, acima mencionada [[1]], do pároco da aldeia, Leopold Braun, de Pottenbrunn, datada de 1º de setembro de 1677, e o relatório do Abade Franciscus de Mariazell e São Lamberto, descrevendo a cura miraculosa, datado de 12 de setembro de 1677, isto é, de apenas alguns dias mais tarde. A atividade do editor ou compilador, F.A.E., forneceu um prefácio que, por assim dizer, funde o conteúdo desses dois documentos; acrescentou também algumas passagens de vinculação de pequena importância, e, ao final, um relato das vicissitudes subseqüentes do pintor, baseado em indagações feitas no ano de 1714.

A história anterior do pintor é assim contada três vezes no *Trophaeum*: (1) na carta de apresentação do pároco da aldeia de Pottenbrunn; (2) no relatório formal de autoria do Abade Franciscus; e (3) no prefácio do editor. Uma comparação dessas três fontes revela certas discrepâncias que não nos será sem importância acompanhar.

Posso prosseguir agora com a história do pintor. Após ter passado por um prolongado período de penitência e oração em Mariazell, o Demônio apareceu-lhe na sagrada capela à meia-noite de 8 de setembro, dia da Natividade da Virgem, sob a forma de um dragão alado, e devolveu-lhe o compromisso, que estava escrito com sangue. Aprenderemos mais tarde, para nossa surpresa, que *dois* compromissos com o Demônio aparecem na história de Christoph Haizmann - um anterior, escrito em tinta preta, e um posterior, redigido com sangue. O mencionado na descrição da cena de exorcismo, como se pode ver no quadro da página de rosto, é o escrito com sangue - isto é, o posterior.

A essa altura, uma dúvida quanto à credibilidade dos relatores clericais bem pode despertar em nossas mentes e avisar-nos para não desperdiçar nosso trabalho com um produto da superstição monástica. É-nos dito que diversos clérigos, mencionados pelo nome, assistiram ao exorcismo e estavam presentes na capela quando o Diabo apareceu. Se tivesse sido afirmado que também eles viram o Demônio aparecer sob a forma de dragão e oferecer ao pintor o documento redigido em vermelho (*Schedam sibi porrigentem conspexisset*), depararíamos com diversas possibilidades desagradáveis, dentre elas a de uma alucinação coletiva seria a mais branda. Mas o testemunho do Abade Franciscus dissipa essa dúvida. Longe de asseverar que os clérigos assistentes também viram o Diabo, declara apenas, em palavras francas e sóbrias, que o pintor subitamente se desvencilhou dos padres que o seguravam, correu para o canto da capela onde vira a aparição, e depois retornou com o documento na mão.

O milagre era grande, e a vitória da Santa Mãe sobre Satã, indiscutível; infelizmente, porém, a cura não foi duradoura. Mais uma vez conta em favor do clero não terem eles ocultado isso. Após curto tempo, o pintor deixou Mariazell com a melhor saúde e foi para Viena, onde residiu com uma irmã casada. Em 11 de outubro, começaram novas crises, algumas delas muito graves, as quais foram relatadas no diário até 13 de janeiro [de 1678]. Consistiam em visões e ‘*absences*’, nas quais via e experimentava todo tipo de coisas, em acessos convulsivos acompanhados das sensações mais penosas; em certa ocasião, com paralisia das pernas, e assim por diante. Desta vez, porém, não era o Demônio que o atormentava, mas por figuras sagradas é que era afligido - por Cristo e pela própria Santa Virgem. É digno de nota que ele não sofresse menos por essas manifestações celestiais e pelos castigos que lhe infligiam, do que anteriormente sofrera por seu intercâmbio com o Demônio. Em seu diário, em verdade, incluiu essas novas experiências também como manifestações do Diabo, e quando, em maio de 1678, retornou a Mariazell, queixou-se de *maligni Spiritûs manifestationes* [‘manifestações do Espírito Mau’].

Contou aos reverendos padres que sua razão para retornar era ter de solicitar ao Demônio devolver-lhe outro compromisso anterior, que fora escrito a tinta. Ainda desta vez a Santa Virgem e os piedosos padres ajudaram-no a conseguir o atendimento de seu pedido. Quanto à maneira por que isso aconteceu, no entanto, o relatório silencia. Ele simplesmente declara

de modo sucinto: quâ iuxta votum redditâ [‘quando este foi devolvido de acordo com sua prece’] - ele orou de novo e recebeu de volta o pacto. Passado isso, sentiu-se inteiramente livre e ingressou na Ordem dos Irmãos Hospitalários. Mais uma vez temos ocasião de reconhecer que, apesar do intuito óbvio de seus esforços, o compilador não foi tentado a apartar-se da veracidade exigida de um caso clínico, pois não esconde o resultado da indagação que em 1714 foi feita pelo Superior do Mosteiro dos Irmãos Hospitalários [em Viena], com referência à história posterior do pintor. O reverendo Pater Provincialis comunicou que o Irmão Crisóstomo havia sido repetidamente tentado pelo Espírito Mau, que tentara seduzi-lo a fazer um novo pacto (embora isso só acontecesse ‘quando ele bebera vinho um pouco em demasia’). Mas, pela graça de Deus, sempre fora possível repelir essas tentativas. O Irmão Crisóstomo morreu de febre héctica, ‘pacificamente e bem confortado’, no ano de 1700, no Mosteiro da Ordem, em Neustatt sobre a Moldávia.

II - O MOTIVO PARA O PACTO COM O DEMÔNIO

Se examinarmos esse compromisso com o Demônio como se fosse o caso clínico de um neurótico, nosso interesse se voltará, em primeira instância, para a questão de sua motivação, que, naturalmente, está intimamente vinculada à sua causa excitante. Por que alguém assina um compromisso com o Demônio? Fausto, é verdade, indagou desdenhosamente: ‘Was willst du armer Teufel geben?’ [‘O que tens a dar, pobre Diabo?’] Mas ele estava errado. Em troca de uma alma imortal, o Demônio tem muitas coisas a oferecer, que são altamente prezadas pelos homens: riqueza, segurança quanto ao perigo, poder sobre a humanidade e as forças da natureza, até mesmo artes mágicas, e, acima de tudo o mais, o gozo - o gozo de mulheres belas. Esses serviços desempenhados ou empreendimentos efetuados pelo Demônio são geralmente mencionados de modo específico no acordo que com ele é feito. Qual, então, foi o motivo que induziu Christoph Haizmann a fazer seu pacto?

De modo bastante curioso, não foi nenhum desses desejos muito naturais. Para deixar o assunto além de qualquer dúvida, há apenas que ler as breves observações apostas pelo pintor às suas ilustrações das aparições do Demônio. Por exemplo, a legenda da terceira visão diz: ‘Na terceira ocasião dentro de um ano e meio, ele me apareceu sob essa forma abominável, em sua mão um livro que estava cheio de magia e artes negras...’ Mas, da legenda aposta a uma aparição posterior, ficamos sabendo que o Diabocensurou-o violentamente por haver ‘queimado seu livro anteriormente mencionado’, e ameaçou despedaçá-lo se não o devolvesse.

Em sua quarta aparição, o Demônio mostrou-lhe um grande saco amarelo de dinheiro e um grande ducado, e prometeu dar-lhe tantos deles quantos ele quisesse, em qualquer ocasião. Mas o pintor pode gabar-se de que ‘nada aceitou dessa espécie’.

Noutra ocasião, o Demônio pediu-lhe para voltar-se para o gozo e a diversão, mas o pintor observa que ‘isso, em verdade, veio a ocorrer por seu desejo, mas eu não continuei por mais que três dias e logo após fui novamente liberado’.

Visto ter rejeitado as artes mágicas, o dinheiro e os prazeres quando lhe foram oferecidos pelo Demônio, e tampouco os tornados condições do pacto, fica realmente imperativo saber o que o pintor de fato queria do Diabo, quando assinou um compromisso com ele. *Algun* motivo ele deve ter tido para seus tratos com o Demônio.

Também sobre esse ponto o *Trophaeum* nos proporciona informações fidedignas. Ele ficara abatido, era incapaz ou não tinha disposição de trabalhar adequadamente, e estava preocupado sobre como ganhar a vida; isso equivale a dizer que sofria de depressão melancólica, com uma inibição em seu trabalho e temores (justificados) quanto ao seu futuro. Podemos ver que estamos tratando realmente com um caso clínico. Ficamos sabendo também a causa excitante da doença, que o próprio pintor, na legenda a um de seus retratos do Diabo, chama realmente de melancolia (‘que eu procurasse diversão e banisse a melancolia’). A primeira de nossas três fontes de informação, a carta de apresentação do pároco da aldeia, fala, é verdade, apenas no estado de depressão (‘*dum artis suae progressum emolumentumque secuturum pusillaminis perpenderet*’), mas a segunda fonte, o relatório do Abade Franciscus, conta-nos também a causa desse desalento ou depressão. Diz ele: ‘*acceptâ aliquâ pusillanimitate ex morte parentis*’, e no prefácio do compilador são usadas as mesmas palavras, embora em ordem inversa: (‘*ex morte parentis acceptâ aliquâ pusillanimitate*’). Seu pai, portanto, falecera, e, em consequência, ele havia caído em um estado de melancolia, após o que o Demônio se aproximara dele e lhe perguntara por que estava tão abatido e triste, e prometera ‘auxiliá-lo de todas as maneiras e dar-lhe apoio’.

Temos aqui, portanto, uma pessoa que assinou um compromisso com o Diabo, a fim de ser libertado de um estado de depressão. Um motivo excelente, indubitavelmente, como concordará quem quer que possa ter um senso compreensivo dos tormentos de tal estado e que saiba bem quão pouco os remédios podem fazer para aliviar essa enfermidade. Entretanto, ninguém que tenha acompanhado a história até aqui seria capaz de adivinhar qual foi realmente o fraseado desse compromisso (ou melhor, desses dois compromissos) com o Demônio.

Esses compromissos nos trazem duas grandes surpresas. Em primeiro lugar, não mencionam nenhuma *promessa* feita pelo Demônio, em troca de cuja efetivação o pintor

comprometa a sua felicidade eterna, mas apenas uma *exigência* efetuada pelo Diabo, que o pintor deve satisfazer. Impressiona-nos como inteiramente ilógico e absurdo que esse homem deva entregar sua alma, não por algo que deva *conseguir* do Demônio, mas por algo que tem de fazer para este. A promessa feita pelo *pintor*, porém, parece ainda mais estranha.

O primeiro ‘syngrapha’ [compromisso], redigido a tinta, diz o seguinte: ‘Ich Christoph Haizmann vndterschreibe mich disen Herrn sein leibeigener Sohn auff 9. Jahr. 1669 Jahr.’ O segundo, escrito com sangue, diz:

‘Anno 1669.

‘Christoph Haizmann. Ich verschreibe mich disen Satan ich sein leibeigner Sohn zu sein, und in 9. Jahr ihm mein Lieb und Seel zuzugeheren.’ Todo o nosso espanto se desfaz, contudo, se lermos o texto dos compromissos no sentido de que aquilo que é representado neles como uma exigência feita pelo Demônio, é, pelo contrário, um serviço por ele desempenhado - quer dizer, trata-se de um pedido feito pelo *pintor*. O pacto incompreensível teria, nesse caso, um significado direto e poderia ser assim parafraseado: o Demônio compromete-se a substituir o pai perdido pelo pintor durante nove anos. Ao final desse tempo, o pintor se torna propriedade, em corpo e alma, do Demônio, como era o costume usual em tais barganhas. A seqüência de pensamento que motivou o pintor a fazer o pacto parece ter sido esta: a morte do pai o fizera perder sua disposição de ânimo e capacidade de trabalhar; se pudesse conseguir um substituto paterno, poderia esperar reconquistar o que perdera.

Um homem que caiu em melancolia por causa da morte do pai deve realmente ter gostado muito dele. Se assim foi, no entanto, é muito estranho que esse homem tenha tido a idéia de aceitar o Demônio como substituto do pai que amara.

III - O DEMÔNIO COMO SUBSTITUTO PATERNO

Temo que os críticos sóbrios não estarão preparados para admitir que essa nova interpretação tenha esclarecido o significado desse pacto com o Demônio. Terão duas

objeções a fazer-lhe.

Em primeiro lugar, dirão que não é necessário encarar o pacto como um contrato em que os compromissos de ambas as partes foram estabelecidos. Pelo contrário, argumentarão, ele contém apenas a promessa do pintor; a do Diabo é omitida do texto, sendo, por assim dizer, *sousentendue*: o pintor faz *duas* promessas - primeiro, ser o filho do Demônio durante nove anos, e, segundo, pertencer-lhe inteiramente após a morte. Assim, uma das premissas em que nossa conclusão se funda, seria dispensada.

A segunda objeção será a de não termos justificativa para ligar qualquer importância especial à expressão ‘filho obrigado do Demônio’; que ela não é mais que uma figura comum de retórica, que qualquer um poderia interpretar da mesma maneira como os reverendos Padres podem ter feito, pois, em sua tradução latina, eles não mencionam o relacionamento filial prometido nos compromissos, mas simplesmente dizem que o pintor ‘*mancipavit*’ a si próprio - tornava-se mancipio - ao Maligno e empreendia levar uma vida pecaminosa e negar Deus e a Santíssima Trindade. Por que afastarmo-nos dessa visão óbvia e natural do assunto? A posição seria simplesmente a de um homem que, no tormento e perplexidade de uma depressão melancólica, assina um compromisso com o Demônio, a quem atribui o maior poder terapêutico. Que a depressão fosse ocasionada pela morte do pai seria então irrelevante; a ocasião poderia tão bem ter sido outra qualquer.

Tudo isso soa convincente e razoável. A psicanálise mais uma vez tem de enfrentar a censura de fazer complicações bizantinas das coisas mais simples e de ver mistérios e problemas onde nenhum deles existe, e que assim procede por dar ênfase indevida a pormenores insignificantes e irrelevantes, tais como ocorrem em todas as partes, e transformá-los na base das mais estranhas e exageradas conclusões. Seria inútil apontarmos que essa rejeição de nossa interpretação negaria muitas notáveis analogias e romperia certo número de sutis conexões que pudemos demonstrar nesse caso. Nossos opositores dirão que essas analogias e conexões não existem de fato, mas que as trouxemos para o caso com engenhosidade totalmente dispensável.

Não prefaciarei minha resposta com as palavras ‘para ser honesto’ ou ‘para ser sincero’, porque ser um ou outro é sempre uma necessidade que dispensa quaisquer preliminares especiais. Em vez disso, simplesmente direi saber muito bem que nenhum leitor que já não acredite na justificabilidade do modo de pensamento psicanalítico adquirirá essa crença com o caso do pintor do século XVII, Christoph Haizmann. Tampouco é minha intenção usar esse caso como prova da validade da psicanálise. Pelo contrário, pressuponho sua validade e estou empregando-a para lançar luz sobre a moléstia demoníaca do pintor. Minha justificação para assim proceder reside no sucesso de nossas investigações da natureza das neuroses em geral. Podemos dizer, com toda a modéstia, que hoje mesmo os mais obtusos de nossos colegas e contemporâneos estão começando a entender que nenhuma compreensão

dos estados neuróticos pode ser alcançada sem o auxílio da psicanálise.

‘*Estas lanças podem conquistar Tróia, estas lanças sozinhas*’

como confessa Odisseu, no *Filocteto*, de Sófocles.

Se estamos com a razão em considerar o compromisso de nosso pintor com o Demônio como uma fantasia neurótica, não há necessidade de novas escusas para considerá-la psicanaliticamente. Mesmo pequenas indicações possuem significado e importância, e muito especialmente quando se acham relacionadas às condições em que uma neurose se origina. Com efeito, é tão possível supervalorizá-las quanto subvalorizá-las, sendo questão de julgamento saber até onde se pode ir no explorá-las. Mas a todo aquele que não acredite na psicanálise - ou, a propósito, nem mesmo no Diabo - deve-se deixar que faça o que puder do caso do pintor, seja ele capaz de fornecer uma explicação própria, seja que nada veja ali que necessite de explicação.

Retornemos portanto à nossa hipótese de que o Demônio, com quem o pintor assinou o compromisso, era um substituto direto de seu pai. E isso é confirmado pela forma sob a qual o Diabo pela primeira vez lhe apareceu - como um honesto cidadão de idade, de barbas castanhas, vestido com uma capa vermelha e apoiando-se com a mão direita numa bengala, com um cão negro ao lado (cf. a primeira ilustração). Posteriormente, sua aparência torna-se cada vez mais terrificante - mais mitológica, dir-se-ia. Está aparelhado com chifres, garras de água e asas de morcego. Teremos de retornar mais tarde a um pormenor específico de sua forma corporal.

De fato, soa estranho que o Diabo seja escolhido como substituto para um amado pai. Porém, só à primeira vista, pois sabemos de muitas coisas que irão abrandar nossa surpresa. Para começar, sabemos que Deus é um substituto paterno, ou, mais corretamente, que ele é um pai exalçado, ou, ainda, que constitui a cópia de um pai tal como este é visto e experimentado na infância - pelos indivíduos em sua própria infância, e pela humanidade em sua pré-história, como pai da horda primitiva e primeva. Posteriormente na vida, o indivíduo vê seu pai como algo diferente e menor. Porém, a imagem ideativa que pertence à infância é preservada e se funde com os traços da memória herdados do pai primevo para formar a idéia que o indivíduo tem de Deus. Sabemos também, da vida secreta do indivíduo revelada pela análise, que sua relação com o pai foi talvez ambivalente desde o início, ou, pelo menos, cedo veio a ser assim. Isso equivale a dizer que ela continha dois conjuntos de impulsos emocionais que se opunham mutuamente; continha não apenas impulsos de natureza afetuosa e submissa, mas também impulsos hostis e desafiadores. É nossa opinião que a mesma ambivalência dirige as relações da humanidade com sua Divindade. O problema não solucionado entre o anseio pelo pai, por um lado, e, por outro, o medo dele e o seu desafio pelo filho, nos proporcionou uma explicação de importantes características da religião e de

decisivas vicissitudes nela.

Com respeito ao Demônio Maligno, sabemos que ele é considerado como a antítese de Deus, e, contudo, está muito próximo dele em sua natureza. Sua história não foi bem estudada como a de Deus; nem todas as religiões adotaram o Espírito Maligno, o oponente de Deus, e seu protótipo na vida do indivíduo até o presente permaneceu obscuro. Uma coisa, porém, é certa: os deuses podem transformar-se em demônios maus quando novos deuses os expulsam. Quando determinado povo foi conquistado por outro, seus deuses caídos não raramente se transformam em demônios aos olhos dos conquistadores. O demônio mau da fé cristã - o diabo da Idade Média - foi, de acordo com a mitologia cristã, ele próprio um anjo caído e de natureza semelhante a Deus. Não é preciso muita perspicácia para adivinhar que Deus e o Demônio eram originalmente idênticos - uma figura única posteriormente cindida em duas figuras com atributos opostos. Nas épocas primitivas da religião o próprio Deus ainda possuía todos os aspectos terrificantes que mais tarde se combinaram para formar uma contraparte dele.

Temos aqui um exemplo do processo, com que estamos familiarizados, pelo qual uma idéia que possui um conteúdo contraditório - ambivalente -, se divide em dois opostos nitidamente contrastados. As contradições da natureza original de Deus, contudo, constituem um reflexo da ambivalência que governa a atitude do indivíduo com seu pai pessoal. Se o Deus benevolente e justo é um substituto do pai, não é de admirar que também sua atitude hostil para com o pai, que é uma atitude de odiá-lo, temê-lo e fazer queixas contra ele, ganhe expressão na criação de Satã. Assim, o pai, segundo parece, é o protótipo individual tanto de Deus quanto do Demônio. Mas deveríamos esperar que as religiões portassem marcas indeléveis do fato de que o primitivo pai primevo era um ser de maldade ilimitada - um ser mais semelhante ao Demônio do que a Deus.

É verdade que de modo algum é fácil demonstrar os traços dessa visão satânica do pai na vida mental do indivíduo. Quando um menino desenha rostos grotescos e caricaturas, podemos francamente demonstrar que neles está escarnecendo de seu pai, e quando uma pessoa de qualquer sexo tem medo de ladrões e arrombadores à noite, não é difícil identificá-los como partes expelidas (*split-off*) do pai. Também os animais que aparecem nas fobias animais das crianças são muito amiúde substitutos paternos, como o foram os animais totêmicos das épocas primevas. Que o Demônio, porém, seja uma duplicata do pai e possa agir como substituto dele, não fora demonstrado tão claramente noutra parte como na neurose demoníaca desse pintor do século XVII. Foi por isso que, no início deste artigo [[1]], predisse que um caso clínico de demonologia desse tipo produziria, sob a forma de metal puro, um material que nas neuroses de uma época posterior (não mais supersticiosas, mas antes hipocondríacas) tem de ser laboriosamente extraído, pelo trabalho analítico, do minério das associações livres e dos sintomas. Uma penetração mais profunda na análise da moléstia de nosso pintor provavelmente trará uma convicção mais forte. Não é algo fora do comum para um homem adquirir uma depressão melancólica e uma inibição em seu trabalho,

em resultado da morte do seu pai. Quando isto acontece, concluímos que o homem fora ligado ao pai por um amor especialmente intenso e recordamos com quanta freqüência uma melancolia grave surge como forma neurótica de luto.

Nesse ponto, estamos indubitavelmente certos. Mas não se concluímos, ademais, que essa relação foi simplesmente de amor. Ao contrário, seu luto pela perda do pai tem mais probabilidade de se transformar em melancolia, quanto mais sua atitude para com ele portar a marca da ambivalência. Essa ênfase na ambivalência, contudo, prepara-nos para a possibilidade de o pai ser submetido a um aviltamento, como vemos acontecer na neurose demoníaca do pintor. Se pudessemos conhecer tanto sobre Christoph Haizmann quanto conhecemos sobre um paciente que faz análise conosco, seria assunto fácil trazer à tona essa ambivalência, fazê-lo recordar quando e face a quais provocações ele encontrou motivos para temer e odiar o pai, e acima de tudo, descobrir quais foram os fatores acidentais que se acrescentaram aos motivos típicos para o ódio ao pai, inerentes ao relacionamento natural de filho e pai. Talvez pudessemos então encontrar uma explicação especial para a inibição do pintor no trabalho. É possível que seu pai se tivesse oposto ao seu desejo de se tornar pintor. Se assim foi, sua incapacidade de exercer sua arte após a morte do pai seria, por um lado, expressão do conhecido fenômeno de ‘obediência adiada’ e, por outro, tornando-o incapaz de ganhar a vida, seria compelida a aumentar seu anseio pelo pai como protetor contra os cuidados da vida. Em seu aspecto de obediência adiada, seria também expressão de remorso e uma autopunição bem-sucedida.

Visto, contudo, não podermos efetuar uma análise desse tipo com Christoph Haizmann, que faleceu no ano de 1700, temos de contentar-nos com salientar aqueles aspectos de seu caso clínico que possam apontar as causas excitantes típicas de uma atitude negativa para com o pai. Há apenas alguns desses aspectos, sequer muito notáveis, porém são de grande interesse.

Consideremos primeiramente o papel desempenhado pelo número nove. O pacto com o Maligno foi por nove anos. Sobre esse ponto, o relatório inquestionavelmente fidedigno do pároco da aldeia de Pottenbrunn é inteiramente claro: *pro novem annis Syngraphen scriptam tradidit..* Essa carta de apresentação, datada de 1º de setembro de 1677, pode também informar-nos de que o período indicado estava a ponto de expirar em alguns dias: *quorum et finis 24 mensis hujus futurus appropinquat.* O pacto, portanto, teria sido assinado em 24 de setembro de 1668. No mesmo relatório, na verdade, ainda outro emprego é feito do número nove. O pintor alega ter resistido às tentações do Maligno nove vezes - ‘*nonies*’ - antes de render-se a ele. Este não é mais mencionado nos relatórios posteriores. Na declaração do Abade, a frase ‘*post annos novem* [após nove anos]’ é usada, e o compilador repete ‘*ad novem annos* [durante nove anos]’ em seu resumo - prova de que esse número não era encarado como indiferente.

O número nove é bem conhecido de nós das fantasias neuróticas. Ele é o número dos meses de gravidez, e, onde quer que apareça, dirige nossa atenção para uma fantasia de gravidez. No caso de nosso pintor, com efeito, o número refere-se a anos, não a meses, e haverá objeção de que nove é um número significativo sob outros aspectos também. Mas quem sabe se porventura ele não deve, em geral, boa parte de sua santidade ao papel que desempenha na gravidez? Nem precisamos ficar desconcertados pela mudança de nove meses para nove anos. Sabemos pelos sonhos quais as liberdades que a 'atividade mental inconsciente' toma com os números. Se, por exemplo, em um sonho ocorre o número cinco, isso pode ser invariavelmente remontado a um cinco que é importante na vida desperta; porém, enquanto na vida desperta o cinco era uma diferença de cinco anos de idade ou um grupo de cinco pessoas, no sonho ele apareceu como cinco notas de dinheiro ou cinco frutas. Isso equivale a dizer que o número é mantido, mas seu denominador é modificado de acordo com as exigências da condensação e do deslocamento. Nove anos, em um sonho, poderiam assim facilmente corresponder a nove meses na vida real. A elaboração onírica brinca com os números da vida desperta de outra maneira também, pois demonstra um desprezo soberano pelos zeros e não os trata como números de modo algum. Cinco dólares em um sonho podem representar 50, 500 ou 5.000 dólares na realidade.

Outro pormenor nas relações do pintor com o Demônio possui, mais uma vez, uma referência sexual. Na primeira ocasião, como mencionei, ele viu o Maligno sob a forma de um honesto cidadão. Já na segunda ocasião o Diabo estava nu e disforme, e tinha dois pares de seios femininos. Em nenhuma de suas aparições subseqüentes os seios estão ausentes, quer como par único ou duplo. Somente em um deles o Demônio exhibe, além dos seios, um grande pênis terminando por uma serpente. Essa ênfase do caráter sexual feminino, pela introdução de grandes e pendentes seios (nunca há qualquer indicação dos órgãos genitais femininos) está fadada a parecer-nos uma contradição notável de nossa hipótese de que o Demônio tinha o significado de um substituto paterno para o pintor. E, de fato, tal maneira de representar o Demônio é em si própria fora do comum. Onde se pensa em 'diabo' num sentido genérico e demônios aparecem em grande número, nada há de estranho em representar demônios femininos; mas que o Demônio, que constitui uma grande individualidade, o Senhor do Inferno e o Adversário de Deus, seja representado diferentemente de um macho e, na verdade, como um supermacho, com chifres, cauda e uma grande serpente-pênis - isso, creio, jamais é encontrado.

Essas duas indicações ligeiras dão-nos uma idéia de qual fator típico determina o lado negativo da relação do pintor com o pai. Aquilo contra o que está se rebelando e a sua atitude feminina para com o pai, que culmina pela fantasia de dar-lhe um filho (os nove anos). De nossas análises, temos um conhecimento preciso dessa resistência, de onde ela assume formas muito estranhas na transferência e nos dá boa dose de trabalho. Com o luto do pintor pelo pai perdido e a intensificação de seu anseio por ele, também sucede nele uma reativação de sua fantasia de gravidez há muito tempo reprimida, e ele é obrigado a se defender dela com uma neurose e com aviltamento do pai.

No entanto por que deveria seu pai, após ser reduzido à condição de Demônio, portar essa marca física de uma mulher? A característica, a princípio, parece difícil de interpretar, porém logo encontramos duas explicações que competem uma com a outra, sem se excluírem mutuamente. A atitude feminina de um menino com o pai sofre repressão tão logo ele compreende que sua rivalidade com uma mulher pelo amor do pai tem, como precondição, a perda de seus próprios órgãos genitais masculinos - em outras palavras: a castração. O repúdio da atitude feminina é, assim, o resultado de uma revolta contra a castração. Ela normalmente encontra sua expressão mais forte na fantasia inversa de castrar o pai, de transformá-lo em mulher. Desse modo, os seios do Demônio corresponderiam a uma projeção da própria feminilidade do indivíduo sobre o substituto paterno. A segunda explicação desses acréscimos femininos ao corpo do diabo não tem mais um sentido hostil, mas afetivo. Ela vê na adoção dessa forma uma indicação de que os sentimentos ternos da criança pela mãe foram deslocados para o pai, e isso sugere que houve previamente intensa fixação na mãe, fixação que, por sua vez, é responsável por parte da hostilidade da criança para com o pai. Seios grandes são as características sexuais positivas da mãe, mesmo numa ocasião em que a característica negativa de uma mulher - sua falta de um pênis - ainda é desconhecida da criança.

Se a repugnância de nosso pintor de aceitar a castração lhe tornou impossível apaziguar seu anseio pelo pai, é perfeitamente compreensível que se tenha voltado para a imagem da mãe em busca de auxílio e salvação. Essa a razão de haver declarado que apenas a Santa Mãe de Deus de Marizell poderia libertá-lo de seu pacto com o Demônio e de haver obtido sua liberdade mais uma vez no dia da Natividade da Mãe (8 de setembro). Se o dia em que o pacto foi feito - 24 de setembro - também não foi determinado de algum modo parecido, isso naturalmente nunca saberemos.

Entre as observações feitas pela psicanálise sobre a vida mental das crianças, dificilmente existe alguma que soe tão repugnante e inacreditável a um adulto normal quanto a da atitude feminina de um menino para com o pai e a fantasia de gravidez que dela surge. Somente depois que o Senatspräsident Daniel Paul Schreber, juiz presidente de uma divisão da Corte de Apelação da Saxônia, publicou a história de sua doença psicótica e seu amplo restabelecimento dela, que podemos debater o assunto sem agitação ou escusas. Informa-nos esse valiosíssimo livro que, por volta da idade de 50 anos, o Senatspräsident ficou firmemente convencido de que Deus - ele, incidentalmente, apresentava traços distintos de seu pai, o digno médico Dr. Schreber - decidira emasculá-lo, utilizá-lo como mulher e engendrar nele 'uma nova raça de homens, nascidos do espírito de Schreber.' (Seu próprio matrimônio era sem filhos.) Em sua revolta contra essa intenção de Deus, que lhe parecia altamente injusta e 'contrária à Ordem das Coisas', caiu enfermo com sintomas de paranóia, os quais, entretanto, experimentaram um processo de involução no decorrer dos anos, deixando atrás de si apenas um pequeno resíduo. O dotado autor de seu próprio caso clínico não poderia ter adivinhado que, nele, revelara um fator patogênico típico.

Essa revolta contra a castração ou uma atitude feminina foi arrancada de seu contexto orgânico por Alfred Adler. Ele a vinculou superficial ou falsamente ao anseio de poder e postulou-a de um ‘protesto masculino’ independente. De vez que uma neurose só pode originar-se de um conflito entre duas tendências, é tão justificável enxergar a causa de ‘toda’ neurose no protetor masculino quanto vê-la na atitude feminina contra a qual o protesto é feito. É inteiramente verídico que esse protesto masculino desempenha papel regular na formação do caráter - em certos tipos de pessoas, um papel muito grande - e que o encontramos na análise de homens neuróticos como vigorosa resistência. A psicanálise concedeu a importância devida ao protesto masculino em vinculação com o complexo de castração, sem poder aceitar sua onipotência ou sua onipresença nas neuroses. O caso mais acentuado de protesto masculino, com todas as suas reações manifestas e traços de caráter, com que me defrontei na análise, foi o de um paciente que me procurou para tratamento por causa de uma neurose obsessiva em cujos sintomas o conflito não solucionado entre uma atitude masculina e outra feminina (medo da castração e desejo da castração) encontrava clara expressão. Ademais, o paciente havia desenvolvido fantasias masoquistas, derivadas inteiramente de um desejo de aceitar a castração, e fora mesmo além dessas fantasias, à satisfação real em situações pervertidas. A totalidade de seu estado repousava - como a própria teoria de Adler - na repressão e negação de primitivas fixações infantis de amor. O Senatspräsident Schreber encontrou o caminho da cura quando decidiu abandonar sua resistência à castração e acomodar-se ao papel feminino que lhe fora estabelecido por Deus. Passado isso, ficou lúcido e calmo, foi capaz de levar a cabo sua própria alta do asilo e levou uma vida normal - com a única exceção de dedicar algumas horas de cada dia ao cultivo de sua própria feminilidade, de cujo avanço gradual no sentido do objetivo determinado por Deus permaneceu convencido.

IV - OS DOIS COMPROMISSOS

Um pormenor notável na história de nosso pintor é a declaração de que ele assinou dois compromissos diferentes com o Demônio.

O primeiro, escrito a tinta preta, dizia o seguinte:

‘Eu, Chr., H., subscrevo-me a este Senhor como seu filho obrigado, até o nono ano.’

O segundo, redigido com sangue, dizia:

‘Chr. H. Assino um compromisso com este Satã, de ser seu filho obrigado, e, no nono ano, pertencer-lhe em corpo e alma.’

Diz-se que os originais de ambos estiveram nos arquivos de Mariazell quando o *Trophaeum* foi compilado, e ambos portam a mesma data: 1669.

Já fiz certo número de referências aos dois compromissos e agora me proponho tratar deles com mais detalhe, embora seja exatamente aqui que o perigo de supervalorizar insignificâncias parece especialmente grande.

Não é hábito alguém assinar duas vezes um compromisso com o Diabo, de maneira que o primeiro documento seja substituído pelo segundo sem, contudo, perder sua própria validade. Talvez essa ocorrência seja menos surpreendente para outras pessoas que estão mais à vontade com material demonológico. De minha parte, só pude encará-lo como uma peculiaridade especial de nosso caso e minhas suspeitas despertaram quando descobri que os relatórios variavam exatamente nesse ponto. O exame dessas discrepâncias nos facultará, inesperadamente, uma compreensão mais profunda do caso clínico.

A carta de apresentação do pároco da aldeia de Pottenbrunn descreve uma situação muito simples e clara. Nela, faz-se menção apenas a um compromisso, escrito com sangue pelo pintor nove anos antes, e que deveria expirar no período de alguns dias - em 24 de setembro [de 1677]. Deve, portanto, ter sido redigido em 24 de setembro de 1668; essa data, infelizmente, embora possa ser inferida com certeza, não é explicitamente enunciada.

O depoimento do Abade Franciscus, datado, como sabemos, de alguns dias depois (12 de setembro de 1677) já descreve um estudo de coisas mais complicado. É plausível presumir que o pintor fornecera informações mais precisas nesse intervalo. O depoimento relata que o pintor assinara dois compromissos: um no ano de 1668 (data que também deveria ser a correta, de acordo com a carta de apresentação), escrito em tinta preta, e o outro ‘*sequenti anno* [no ano seguinte] 1669’, escrito com sangue. O compromisso que recebera de volta no dia da Natividade da Virgem [8 de setembro] fora o escrito com sangue, ou seja, o posterior, assinado em 1669. Isso não aparece no depoimento do Abade, pois aí simplesmente diz que mais tarde ‘*schedam redderet* [devolver-lhe-ia o documento]’ e ‘*schedam sibi porrigentem conspexisset* [viu-o oferecendo o documento]’, como se se pudesse tratar apenas de um único documento. Mas isso decorre do curso subsequente da história, e também da página de rosto colorida do *Trophaeum*, onde o que é claramente um escrito *vermelho* pode ser visto sobre o documento que o dragão demoníaco está segurando. O curso ulterior da história é, como já relatei, que o pintor retornou a Mariazell em maio de 1678, após ter experimentado novas tentações do Maligno em Viena, e implorou que, mediante novo ato de graça por parte

da Santa Mãe, o primeiro documento, redigido a tinta, também lhe pudesse ser devolvido. A maneira por que isso aconteceu não é tão plenamente descrita como a primeira ocasião. É-nos simplesmente dito: ‘*quâ juxta votum redditâ* [quando este foi devolvido de acordo com a sua prece]’; e, noutra passagem, o compilador diz que esse compromisso específico foi arremessado ao pintor pelo Demônio, ‘amassado em bola e rasgado em quatro pedaços’, em 9 de maio de 1678, por volta das nove horas da noite.

Ambos os compromissos, contudo, portam a data do mesmo ano: 1669.

Tal incompatibilidade, ou não tem significação ou pode colocar-nos na pista seguinte.

Se tomarmos como ponto de partida o relato do Abade, por ser o mais pormenorizado, confrontamo-nos com certo número de dificuldades. Quando Christoph Haizmann confessou ao pároco da aldeia de Pottenbrunn que fora pressionado pelo Demônio e o limite de tempo certo expiraria, só poderia [em 1677] ter estado pensando no compromisso que assinara em 1668, quer dizer, o primeiro deles, escrito em negro (mencionado na carta de introdução como sendo o único, porém nela descrito como redigido com sangue). Alguns dias mais tarde, em Mariazell, preocupava-se apenas em conseguir de volta o compromisso posterior, em sangue, cujo vencimento então não estava próximo (1669-77), e permitiu que o primeiro vencesse. Esse último não foi reclamado até 1678, isto é, quando havia entrado em seu décimo ano. Ademais, por que são os compromissos datados do mesmo ano (1669), quando um deles é explicitamente atribuído ao ano seguinte (‘*anno subsequenti*’)?

O compilador deve ter observado essas dificuldades, pois fez uma tentativa para removê-las. Em seu prefácio adotou a versão do Abade, mas modificou-a em determinado particular. O pintor, diz ele, assinou um compromisso com o Demônio em 1669 a tinta, mas depois (‘*deinde vero*’), com sangue. Excedeu ele, assim, a declaração expressa de que um compromisso fora assinado em 1668, e ignorou a observação do Abade, em seu depoimento, no sentido de que havia uma diferença no número do ano entre os dois compromissos. Fez isso a fim de manter-se em harmonia com a data dos dois documentos devolvidos pelo Demônio.

No depoimento do Abade ocorre entre parênteses uma passagem após as palavras ‘*sequenti vero anno* [mas no ano seguinte] 1669’. Diz ela: ‘*sumitur hic alter annus pro nondum completo, uti saepe in loquendo fieri solet, nam eunden annum indicant syngraphae, quarum atramento scripta ante praesentem attestationem nondum habita fuit.*’ Esta passagem é claramente uma interpolação por parte do compilador, pois o Abade, que só vira um compromisso, não poderia ter declarado que ambos portavam a mesma data. A colocação da passagem entre parênteses, além disso, deve ter sido com a intenção de mostrar ser uma adição ao texto do depoimento. Ela representa outra tentativa por parte do compilador para reconciliar a prova incompatível. Concorde que o primeiro compromisso

foi assinado em 1668, mas acha que, visto o ano já estar tão avançado (era setembro), o pintor pós-datara-o de um ano, de modo a que ambos os compromissos pudessem apresentar o mesmo ano. Ele invocara o fato de que as pessoas amiúde fazem o mesmo tipo de coisa em conversa, parece-me assinalar toda a sua tentativa de explicação com uma débil evasão, não mais.

Não posso dizer se minha apresentação do caso causou alguma impressão no leitor e se o colocou em posição de se interessar por essas minúcias. Eu próprio achei impossível chegar com alguma certeza ao verdadeiro estado de coisas, porém estudando esse confuso assunto deparei com uma noção que tem a vantagem de fornecer a representação mais natural do curso dos acontecimentos, embora novamente as provas escritas não se ajustem inteiramente a ela.

Minha opinião é que, quando chegou pela primeira vez a Mariazell, o pintor falou apenas de *um* só compromisso, redigido, de maneira normal, com sangue, o qual estava a ponto de vencer e, portanto, fora assinado em setembro de 1668 - tudo exatamente como descrito na carta de apresentação do pároco da aldeia. Também em Mariazell ele apresentou esse compromisso em sangue como sendo o que lhe devolvera o Demônio sob compulsão da Santa Mãe. Sabemos o que aconteceu em seguida. O pintor deixou o santuário logo depois e foi para Viena, onde se sentiu livre até meados de outubro. Então, começou, porém, mais uma vez a ficar sujeito a padecimentos e aparições, nas quais viu a obra do Espírito Maligno. Sentiu-se novamente em necessidade de redenção, mas defrontou-se com a dificuldade de explicar por que o exorcismo na sagrada capela não lhe trouxera libertação permanente. Certamente não seria bem acolhido em Mariazell se lá retornasse não curado e com uma recaída. Nesse dilema, inventou um primeiro compromisso, mais antigo, o qual, contudo, deveria ser redigido a tinta, para que sua anulação em favor de um posterior, escrito com sangue, parecesse mais plausível. Havendo retornado a Mariazell, teve esse primeiro compromisso devolvido a ele, também. Depois disso, foi deixado em paz pelo Maligno; ao mesmo tempo, porém, fez algo mais, que nos demonstrará o que jazia por trás de sua neurose.

Os desenhos que fez foram indubitavelmente executados durante sua segunda estada em Mariazell: a página de rosto, que é uma composição única, contém a representação de ambas as cenas dos compromissos. A tentativa de fazer sua nova história combinar com a anterior provavelmente pode ter-lhe causado embaraços. Foi para ele lamentável que sua invenção adicional só pudesse ser de um compromisso anterior, não de um posterior. Não pôde, assim, evitar o resultado esquisito de que honrara um deles - o de sangue - cedo demais (no oitavo ano) e o outro - a tinta - demasiadamente tarde (no décimo ano). E revelou a composição dupla da história cometendo um equívoco na data dos compromissos e atribuindo tanto o anterior quanto o posterior ao ano de 1669. Esse equívoco tem o significado de uma amostra de honestidade não intencional: permite-nos adivinhar que o compromisso supostamente anterior foi fabricado na data posterior. O compilador, que

certamente não começou a revisar o material antes de 1714, e talvez não antes de 1729, teve de dar o melhor de si para solucionar suas contradições não irrelevantes. Descobrimos estarem datados de 1669 ambos os compromissos que tinha perante ele, recorreu à evasão que interpolou no depoimento do Abade.

É fácil perceber onde está o ponto fraco dessa reconstrução sob outros aspectos atraente. Já se fez referência à existência de dois compromissos, um em preto e outro em sangue, no depoimento do Abade. Portanto, tenho a escolher entre acusar o compilador de ter efetuado também uma alteração no depoimento, alteração intimamente relacionada à sua interpolação, ou confessar que sou incapaz de desemaranhar a trama.

O leitor há muito tempo terá julgado supérflua toda essa discussão e muito sem importância os pormenores a ela relacionados. Mas o assunto ganha novo interesse se for acompanhado em certa direção.

Acabei de expressar a opinião de que, ao ser desagradavelmente surpreendido pelo curso tomado por sua moléstia, o pintor inventou um compromisso anterior (o redigido a tinta), a fim de poder manter sua posição junto aos reverendos padres de Mariazell. Ora, estou escrevendo para leitores que, conquanto acreditem na psicanálise, não acreditam no Diabo, e eles podem objetar que foi absurdo em levantar tal acusação contra o pobre infeliz - *hunc miserum*, como é chamado na carta de apresentação -, pois, dirão, o compromisso a sangue foi um produto de sua fantasia tal qual o supostamente anterior, escrito a tinta. Na realidade, nenhum Demônio lhe apareceu absolutamente, e todo o assunto dos pactos com o Diabo só existiu em sua imaginação. Entendo perfeitamente isso: não se pode negar ao pobre homem o direito de suplementar sua fantasia original com uma nova, se circunstâncias alteradas parecem exigir-lo.

Contudo, também aqui o assunto prossegue. Afinal de contas, os dois compromissos não foram fantasias, como as visões do Demônio. Foram documentos, preservados, segundo as garantias do copista e o depoimento do posterior Abade Kilian, nos arquivos de Mariazell, para todos verem e tocarem. Estamos, portanto, num dilema. Ou presumimos que ambos os documentos, supostos ter sido devolvidos ao pintor mediante a graça divina, foram escritos por ele na ocasião em que deles necessitou, ou então, malgrado todas as garantias solenes, a prova confirmatória de testemunhas, assinada e selada, e assim por diante, seremos obrigados a negar a credibilidade dos reverendos padres de Mariazell e São Lamberto. Devo admitir que não estou disposto a lançar dúvidas sobre os padres. Fico inclinado a pensar, é verdade, que o compilador, no interesse da coerência, falsificou algumas coisas do depoimento feito pelo primeiro abade, mas uma 'elaboração secundária' como essa não vai muito além da que é efetuada mesmo por modernos historiadores leigos, e, em todo o caso, foi feita de boa-fé. Sob outro aspecto, os reverendos padres conquistaram justo direito à nossa confiança. Como já disse [[1] e [2]], nada havia para impedi-los de suprimir os

relatos da parcialidade da cura e da continuação das tentações. E mesmo a descrição da cena de exorcismo na capela, que se poderia ter encarado com certa apreensão, é sobriamente redigida e inspira crédito. Assim, nada resta a fazer, a não ser lançar a culpa sobre o pintor. Fora de dúvida, ele tinha consigo o compromisso em vermelho quando se dirigiu à prece penitencial na capela, e produziu-o posteriormente, quando retornou até seus assistentes espirituais, de seu encontro com o Demônio. Nem precisa ser esse o mesmo documento mais preservado nos arquivos, e, de acordo com nossa construção, ele pode ter apresentado a data de 1668 (nove anos antes o exorcismo).

V - O CURSO ULTERIOR DA NEUROSE

Entretanto, isso procedendo, estaríamos lidando não com uma neurose, mas com uma fraude, e o pintor seria um simulador e falsificador, em vez de um homem doente sofrendo de uma possessão. Os estágios intermediários entre a neurose e a simulação contudo são muito fluidos, como sabemos. Tampouco vejo qualquer dificuldade em supor que o pintor escreveu esse documento e o posterior, e conduziu-os consigo em um estado peculiar semelhante àquele em que teve suas visões. Na verdade não havia outro curso aberto a ele, se desejasse pôr em execução sua fantasia do pacto com o Demônio e sua redenção.

Por outro lado, o diário escrito em Viena, que entregou aos clérigos em sua segunda visita a Mariazell, traz a marca da veracidade. Ele sem dúvida nos fornece uma compreensão interna (*insight*) da motivação - ou, digamos antes, da exploração - da neurose.

Os apontamentos se estendem da época do exorcismo bem-sucedido até 13 de janeiro do ano seguinte, 1678.

Até 11 de outubro ele se sentiu muito bem em Viena, onde morava com uma irmã casada; depois, porém, teve novas crises, com visões, convulsões, perda de consciência e sensações penosas, que finalmente acarretaram seu retorno a Mariazell, em maio de 1678.

A história de sua nova doença incide em três fases. Primeiramente, a tentação apareceu-lhe sob a forma de um cavaleiro finamente vestido, tentando persuadi-lo a jogar fora o documento que atestava sua admissão à Irmandade do Santo Rosário. Resistiu a essa tentação, após o que a mesma coisa sucedeu no dia seguinte, apenas desta vez a cena se dispoñdo em um salão magnificamente decorado onde imponentes senhores dançavam com formosas damas. O mesmo cavaleiro que antes o havia tentado fez-lhe uma proposta relacionada com pintar e prometeu dar-lhe bela soma de dinheiro em troca. Após ter feito desaparecer essa visão através da oração, ela se repetiu mais uma vez alguns dias mais tarde, de forma ainda mais pressionante. Desta vez, o cavaleiro enviou até ele uma das damas mais belas que estavam sentadas à mesa de banquete, para persuadi-lo a unir-se à sua companhia e ele teve dificuldade em defender-se da tentadora. Mais terrificante de todas, ademais, foi a visão que lhe ocorreu pouco após isso. Viu um salão ainda mais magnífico, onde havia um ‘trono feito de peças de ouro’. Cavaleiros por ali estavam de pé, aguardando a chegada de seu rei. A mesma pessoa que tão amiúde lhe fizera propostas aproximou-se então dele e o convocou a ascender ao trono, pois ‘desejavam tê-lo como rei, para honrá-lo para sempre’. Essa fantasia extravagante concluiu a primeira fase, perfeitamente transparente, da história de sua tentação.

Estava fadado a haver uma reviravolta nisso, e com efeito, iniciou-se uma reação ascética. Em 20 de outubro apareceu uma grande luz e dela saiu uma voz, identificando-se como Cristo, e ordenou-lhe renegar este mundo perverso e servir Deus no deserto durante seis anos. O pintor claramente sofreu mais com essas aparições sagradas do que com as anteriores, demoníacas; somente duas horas e meia depois despertou dessa crise. Na seguinte, a figura santa cercada de luz mostrou-se muito mais inamistosa. Lançou ameaças contra ele por não haver obedecido o mandado divino e desceu com ele ao Inferno, a fim de que se aterrorizasse com a sorte dos malditos. Evidentemente, contudo, isso fracassou em seu efeito, pois as aparições da figura rodeada de luz, que passava por Cristo, repetiram-se diversas vezes mais. A cada vez o pintor experimentava uma *absence* e êxtase que duravam horas. No maior desses êxtases, a figura rodeada de luz levou-o primeiro a uma cidade em cujas ruas o povo perpetuava todos os atos sombrios; e, então, em contraste, conduziu-o a

um prado encantador em que anacoretas levavam uma vida devota e recebiam provas tangíveis da graça e do cuidado de Deus. Lá apareceu, em vez de Cristo, a própria Santa Mãe que, lembrando-o do que já fizera por ele, invocou-o a obedecer às ordens de seu amado filho. ‘De vez que não podia verdadeiramente decidir-se a assim proceder’, Cristo apareceu-lhe novamente no dia seguinte e repreendeu-o vigorosamente com ameaças e promessas. Por fim, ele cedeu e resolveu abandonar o mundo e fazer o que era exigido dele. Com essa decisão, terminou a segunda fase. O pintor declara que, dessa época em diante, não teve mais visões ou tentações.

Não obstante, sua resolução não pode ter sido bastante firme ou deve ter retardado sua execução por tempo demais, pois, enquanto se achava em meio às suas devoções, em 26 de dezembro, em [a Catedral de] Santo Estevão, ao avistar uma robusta jovem acompanhada por um cavaleiro elegantemente trajado, não pôde afastar o pensamento de que ele próprio poderia estar no lugar do cavaleiro. Isso exigia castigo, que nessa mesma noite o acometeu como um raio. Viu a si mesmo em chamas brilhantes e esvaiu-se num desmaio. Fizeram-se tentativas de despertá-lo, mas ele rolou pelo quarto até o sangue fluir de sua boca e nariz. Sentia estar rodeado de calor e odores infectos, e escutou uma voz dizer que fora condenado a esse estado em punição por seus pensamentos vãos e ociosos. Posteriormente Espíritos Maus o açoitaram com cordas e foi-lhe dito que todos os dias seria assim atormentado, até que se decidisse a entrar para a Ordem dos Anacoretas. Essas experiências prosseguiram até a última anotação em seu diário (13 de janeiro).

Vemos como as fantasias de tentação de nosso desafortunado pintor foram sucedidas por outras ascéticas e, finalmente, por fantasias de punição. O final de seu relato de sofrimento já nos é conhecido. Em maio partiu para Mariazell, contou sua história de um compromisso anterior, escrito em tinta preta, ao qual explicitamente atribuiu seu tormento continuado pelo Demônio, recebeu de volta também esse compromisso e ficou curado.

Lá, durante sua segunda estada, pintou os quadros que estão copiados no *Trophaeum*. A seguir, deu um passo que se harmonizava com as exigências da fase ascética de seu diário. Na verdade, não foi para o deserto, para tornar-se anacoreta, mas ingressou na Ordem dos Irmãos Hospitalários: *religiosus factus est*.

Lendo o diário, conseguimos uma compreensão interna (*insight*) de outra parte da história. Será lembrado que o pintor assinou um compromisso com o Demônio porque, após a morte do pai e sentindo-se deprimido e incapaz de trabalhar, ficou preocupado sobre como ganhar a vida. Esses fatores da depressão, da inibição em seu trabalho e do luto pelo pai estão de algum modo vinculados uns com os outros, seja de maneira simples ou complicada. Talvez a razão por que as aparições do Demônio eram tão exageradamente generosas de seios fosse a pretensão de que o Diabo se tornasse seu pai de criação. Essa expectativa não foi preenchida e o pintor continuou a ver-se em mau estado. Não podia trabalhar corretamente,

ou estava sem sorte e não podia encontrar empregos suficientes. A carta de apresentação do pároco da aldeia fala dele como *'hunc miserum omni auxilio destitutum'* [[1]]. Estava, assim, não só em dificuldades morais, mas padecendo também necessidades materiais. No relato [em seu diário] de suas visões posteriores, encontramos aqui e ali observações a indicar - como o fazem os conteúdos das cenas descritas - que mesmo após o primeiro e bem-sucedido exorcismo nada se alterara em sua situação. Vimos a conhecê-lo como um homem que fracassa em tudo e em quem, portanto, ninguém confia. Em sua primeira visão, o cavaleiro perguntou-lhe 'o que faria, visto não ter ninguém para valer-lhe'. A primeira série de visões em Viena harmonizava-se completamente com as fantasias repletas de desejo de um homem pobre, que decaíra no mundo e estava faminto de prazer: salões magníficos, elevado passadio, baixelas de prata e belas mulheres. Aqui encontramos realizado o que estava faltando em suas relações com o Demônio. Nessa época ele estivera em melancolia, que o tornara incapaz de fruir qualquer coisa e o obrigara a rejeitar as ofertas mais atraentes. Após o exorcismo, a melancolia parece ter sido superada e todos os seus desejos mundanos mais uma vez ficaram ativos.

Em uma das visões ascéticas, queixou-se a seu guia (Cristo) de que ninguém tinha crença nele, sendo pois incapaz de executar as ordens a ele atribuídas. A resposta recebida infelizmente nos é obscura: 'Ainda que eles não acreditem em mim, sei bem o que aconteceu, mas não posso declará-lo.' Especialmente esclarecedoras, contudo, são as experiências por que seu guia celeste o fez passar entre os anacoretas. Chegou a uma caverna onde um velho estivera sentado durante os últimos sessenta anos, e, em resposta a uma pergunta, soube que esse ancião fora alimentado, todos os dias, por anjos de Deus. E então viu, por si próprio, como um anjo trazia alimento ao velho: 'Três pratos com comida, uma côdea de pão, um bolinho e um pouco de bebida.' Após o eremita ter comido, o anjo reuniu tudo e levou-o consigo. Podemos ver qual a tentação que as piedosas visões ofereciam ao pintor: destinavam-se a induzi-lo a adotar um modo de existência em que não mais necessitaria preocupar-se com a subsistência. As palavras de Cristo na última visão são também de nota. Após ameaçar que, não se mostrando dócil, aconteceria algo que o obrigaria, e ao povo, a acreditar [nisso], Cristo deu-lhe um aviso de que 'não devo prestar atenção ao povo; mesmo que me persigam ou não me dêem auxílio, Deus não me abandonaria.'

Christoph Haizmann tinha bastante de artista e de filho desde mundo, para achar difícil renunciar a este mundo pecaminoso. Não obstante, em vista de sua posição desamparada, ao final assim procedeu. Entrou para uma Ordem Sagrada. Com isso, tanto sua luta interior quanto sua necessidade material terminaram. Em sua neurose, esse desfecho refletiu-se no ato de suas crises e visões terem um fim com a devolução de um suposto primeiro compromisso. Na realidade, ambas as partes de sua doença demoníaca tinham o mesmo significado. Ele quisera, todo o tempo, simplesmente tornar segura sua vida. Primeiro tentara consegui-lo com ajuda do Demônio, ao custo de sua salvação, e quando isso fracassou e teve de ser abandonado, tentara alcançá-lo com o auxílio do clero, ao custo de sua liberdade e da maioria das possibilidades de prazer na vida. Talvez ele próprio fosse apenas um pobre-

diabo simplesmente sem sorte; talvez fosse ineficiente ou pouco talentoso demais para ganhar a vida, e um daqueles tipos de pessoas que são conhecidas como ‘bebês eternos’ - incapazes de arrancar-se do estado beatífico no seio da mãe e que, por toda a vida, persistem na exigência de serem nutridos por alguém. Foi assim que, nessa história de sua enfermidade, ele seguiu o caminho que levou de seu pai, por intermédio do Demônio como substituto paterno, aos piedosos padres da Igreja.

A uma observação superficial, a neurose de Haizmann parece ser um embuste sobrejacente a uma parte da séria, ainda que comum, luta pela existência. Nem sempre é esse o caso, porém assim sucede não poucas vezes. Os analistas amiúde descobrem quão improdutivo é tratar um homem de negócios que, ‘embora sob outros aspectos em boa saúde, apresentou por algum tempo sinais de neurose’. A catástrofe nos negócios com que ele próprio se sente ameaçado, arremessa para cima a neurose, como um subproduto, e isso lhe concede a vantagem de poder ocultar suas preocupações sobre a vida real por trás de seus sintomas. Afora isso, porém, a neurose não serve a qualquer propósito útil, visto utilizar forças que teriam sido mais lucrativamente empregadas tratando-se racionalmente com a situação perigosa.

Em casos bem mais numerosos, a neurose é mais autônoma e independente dos interesses de autopreservação e autoconservação. No conflito criador da neurose, o que está em jogo são interesses unicamente libidinais ou interesses libidinais em vinculações íntimas com interesses autopreservativos. Em todos os três casos, a dinâmica da neurose é a mesma. Uma libido representa que não pode ser satisfeita, na realidade logra êxito, com o auxílio de uma regressão a fixações antigas, em encontrar descarga através do inconsciente reprimido. O ego do doente, na medida em que pode extrair um ‘lucro da doença’ a partir desse processo, aprova a neurose, embora não possa haver dúvida de sua nocividade em seu aspecto econômico.

Tampouco a desesperada situação de nosso pintor na vida teria provocado nele uma neurose demoníaca, se sua necessidade material não houvesse intensificado o anseio pelo pai. No entanto, após livrar-se de sua melancolia e do Demônio, ainda teve de enfrentar a luta entre sua fruição libidinal da vida e sua compreensão de que os interesses de autopreservação exigiam imperativamente renúncia e ascetismo. É interessante ver que o pintor estava bem ciente da unidade das duas partes de sua moléstia, pois atribuiu ambas aos compromissos firmados com o Demônio. Por outro lado, não efetuou uma distinção nítida entre as operações do Espírito Mau e as dos Poderes Divinos, e tinha apenas uma descrição para ambas: eram manifestações do Demônio.

**OBSERVAÇÕES SOBRE A TEORIA E PRÁTICA DA
INTERPRETAÇÃO DE SONHOS (1923 [1922])**

BEMERKUNGEN ZUR THEORIE UND PRAXIS DER TRAUMDEUTUNG

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1923 *Int. Z. Psychoanal.*, 9, (1), 1-11.

1925 *G.S.*, 3, 305-18.

1925 *Traumlehre*, 49-62.

1931 *Sexualtheorie und Traumlehre*, 354-68.

1940 *G.W.*, 13, 301-14.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘Remarks upon the Theory and Practice of Dream-Interpretation’

1943 *Int. J. Psycho-Anal.*, 24 (1-2), 66-71. (Trad. de James Strachey.)

1945 *Yb. Psychoanal.*, 1, 13-30. (Reimpressão da tradução acima.)

1950 *C.P.*, 5, 136-49. (Reimpressão revista da tradução acima.)

A presente tradução inglesa é versão corrigida, com notas adicionais, da publicada em 1950.

O conteúdo deste artigo foi comunicado por Freud a seus companheiros durante um passeio a pé pelas Montanhas do Harz, em setembro de 1921 (Jones, 1957, 86), o mesmo passeio em que leu para eles dois outros trabalhos, 1941d e 1922b (Edição Standard Brasileira, Vol. XVIII, pág. 215 e 271, IMAGO Editora, 1976). O presente artigo, contudo, só foi realmente escrito um ano mais tarde, em julho de 1922, em Gastein (Jones, *ibid.*, 93). (A data do ano da redação é erradamente fornecida como ‘1923’, em Jones, 1955, 269.) Ver-se-á que as Seções VIII e X refletem o interesse de Freud na ‘compulsão à repetição’ e na demonstração de um ‘ideal do ego’, tal como debatido em seus trabalhos contemporâneos, Além do Princípio de Prazer (1920g) e Psicologia de Grupo (1921c), respectivamente.

OBSERVAÇÕES SOBRE A TEORIA E PRÁTICA DA INTERPRETAÇÃO DE SONHOS

A circunstância accidental de as últimas edições de *A Interpretação de Sonhos* (1900a) terem sido impressas com chapas estereotipadas, levou-me a publicar as seguintes observações de uma forma independente, em lugar de introduzi-las no texto como modificações ou acréscimos.

I

Ao interpretar um sonho durante uma análise, fica em aberto a escolha de um entre vários procedimentos técnicos.

Pode-se (*a*) proceder cronologicamente e fazer com que o sonhador traga suas associações aos elementos do sonho na ordem em que esses elementos ocorreram em seu

relato do sonho. É esse o método original, clássico, que ainda considero o melhor se estamos analisando os próprios sonhos.

Ou pode-se (*b*) iniciar o trabalho de interpretação a partir de algum elemento específico do sonho, que se apanha de seu meio. Por exemplo, pode-se escolher o fragmento mais notável dele, ou aquele que apresenta a maior clareza ou intensidade sensória, ou, ainda, pode-se começar de algumas palavras enunciadas no sonho, na expectativa de que elas conduzirão à rememoração de algumas palavras faladas na vida desperta.

Ou pode-se (*c*) começar por desprezar inteiramente o conteúdo manifesto e, em vez disso, perguntar àquele que sonhou quais os acontecimentos do dia anterior associados em sua mente com o sonho que acabou de descrever.

Finalmente, pode-se (*d*), estando aquele que sonhou já familiarizado com a técnica da interpretação, evitar fornecer-lhe quaisquer instruções e deixá-lo decidir com que associações ao sonho irá começar.

Não posso estabelecer que uma ou outra dessas técnicas seja preferível ou, em geral, produza melhores resultados.

II

De bem maior importância é a questão de saber se o trabalho de interpretação progride sob uma *pressão da resistência* que é *alta ou baixa* - ponto quanto ao qual o analista nunca permanece muito tempo em dúvida. Se a pressão é alta, pode-se talvez lograr descobrir com que coisas o sonho se relaciona, mas não se pode entender o que diz sobre essas coisas. É como se estivéssemos tentando ouvir uma conversa que se realiza à distância ou em voz muito baixa. Nesse caso, pode-se confiar em que não há muita perspectiva de colaborar com o que sonhou, decidimos não nos preocupar demais a respeito e não lhe fornecer muito auxílio, e contentamo-nos em colocar diante dele algumas traduções de símbolos que parecem prováveis.

A maioria dos sonhos em uma análise difícil é desse tipo; assim, não se pode aprender muito, deles, sobre a natureza e o mecanismo da formação onírica. Menos importante de tudo, deles se pode aprender algo acerca da questão recorrente sobre onde é provável fazer oculta a realização de desejo do sonho. Quando a pressão da resistência é extremamente alta, defrontamo-nos com o fenômeno das associações daquele que sonhou, de se expandirem em vez de se aprofundarem. Em lugar das associações desejadas ao sonho já narrado, aparece uma sucessão constante de novos fragmentos do sonho, os quais, por sua vez, permanecem sem associações.

Somente quando a resistência é mantida dentro de limites moderados que surge o quadro familiar do trabalho de interpretação: as associações do sonhador começam por *divergir* amplamente dos elementos manifestos, de modo que um grande número de temas e alcances de idéias são tocados, e a seguir uma segunda série de associações rapidamente *converge* daqueles para os pensamentos oníricos que estão sendo procurados. Quando é assim a colaboração entre o analista e aquele que sonhou se torna possível, ao passo que, sob a alta pressão da resistência, ela nem sequer seria vantajosa.

Certo número de sonhos que ocorrem durante as análises são intraduzíveis, embora eles, na realidade, não demonstrem muito da resistência lá encontrada. Representam versões livres dos pensamentos oníricos latentes por trás deles e são comparáveis a escritos criativos bem-sucedidos que foram artisticamente elaborados e nos quais os temas básicos ainda são reconhecíveis, malgrado tenham sido submetidos a alguma reordenação e transformação. Os sonhos desse tipo servem, no tratamento, como uma introdução a pensamentos e lembranças daquele que sonhou, sem entrar em cogitação seu próprio conteúdo real.

III

É possível distinguir entre sonhos oriundos *de cima* e sonhos oriundos *de baixo*, desde que a distinção não se faça com demasiada nitidez. Sonhos de baixo são os provocados pela intensidade de um desejo inconsciente (reprimido), que encontrou meio de ser representado em algum dos resíduos diurnos. Podem ser encarados como incursões do reprimido na vida desperta. Os sonhos de cima correspondem a pensamentos ou intenções do dia anterior que durante a noite conseguiram obter reforço de um material reprimido excluído do ego. Assim sendo, a análise via de regra despreza esse aliado inconsciente e logra êxito em inserir os pensamentos oníricos latentes na contextura do pensamento desperto. Essa distinção não exige modificação na teoria dos sonhos.

IV

Em algumas análises, ou em determinados períodos de uma análise, pode aparecer um divórcio entre a vida onírica e a vida desperta, como o divórcio entre a atividade da fantasia e a vida desperta encontrado na 'história continuada' (um romance em devaneios). Nesse caso, determinado sonho parte de outro, tomando como ponto central algum elemento antes ligeiramente aflorado em seu predecessor, e assim por diante. Descobrimos, porém, com muito mais freqüência, que os sonhos não se ligam uns aos outros, mas são interpolados numa série sucessiva de parte do pensamento desperto.

V

A interpretação de um sonho incide em duas fases: a fase em que é traduzido e a fase em que é julgado ou seu valor foi determinado. Durante a primeira não devemos permitir-nos ser influenciados, por nenhuma consideração, para a segunda fase. É como se tivéssemos à frente um capítulo de alguma obra em língua estrangeira - da autoria de Lívio, por exemplo. A primeira coisa que se deseja saber é o que Lívio diz no capítulo, e depois disso surge a discussão, saber se o que foi lido é uma narrativa histórica, uma lenda ou uma digressão por parte do autor.

Que conclusões se pode extrair de um sonho corretamente traduzido? Parece-me que a prática analítica nem sempre evitou erros e avaliações em demasia sobre esse ponto, em parte devido a um respeito exagerado pelo 'inconsciente misterioso'. É muito fácil esquecer que um sonho, via de regra, é simplesmente um pensamento como outro qualquer, tornado possível pelo relaxamento da censura e pelo reforço inconsciente, e deformado pela operação da censura e pela revisão inconsciente.

Tomemos como exemplo os chamados sonhos de restabelecimento. Se um paciente teve um sonho desse tipo, no qual parece abandonar as restrições de sua neurose - por exemplo, superando alguma fobia ou abandonando alguma ligação emocional -, ficamos inclinados a pensar que ele deu um grande passo à frente, que está apto a ocupar seu lugar em um novo estado de vida, começou a confiar em seu restabelecimento etc. Isso amiúde pode ser verdadeiro, porém com a mesma freqüência tais sonhos de restabelecimento só têm o valor dos sonhos de conveniência: significam um desejo de estar bem, afinal, para evitar outra parte do trabalho de análise que sentimos estar diante. Nesse consenso, os sonhos de restabelecimento ocorrem muito amiúde, por exemplo, quando o paciente está a ponto de ingressar numa fase nova e desagradável da transferência. Está-se comportando nisso exatamente como certos neuróticos que, após algumas horas de análise, declaram que ficaram curados - por quererem fugir a todo o desprazer fadado a surgir para discussão na análise. Os que padecem de neuroses de guerra abandonam seus sintomas porque a terapia adotada pelos médicos militares conseguiu tornar o estar doente ainda mais desconfortável do que servir na frente de batalha - e em ambos os casos as curas igualmente mostraram ser apenas temporárias.

VI

Absolutamente não é fácil chegar a conclusões gerais sobre o valor dos sonhos corretamente traduzidos. Se está ocorrendo no paciente um conflito em virtude da ambivalência, o surgimento, nele, de um pensamento hostil deveras não implica uma derrota permanente de seu impulso afetivo - quer dizer, uma resolução do conflito -, tampouco nenhuma implicação desse tipo decorre de um *sonho* com um conteúdo semelhantemente hostil. Durante um conflito como esse, decorrente da ambivalência, há amiúde dois sonhos todas as noites, cada qual representando uma atitude oposta. Nesse caso, o progresso reside

no ato de se ter logrado um isolamento completo dos dois impulsos contrastados podendo cada um deles, com o auxílio de seus reforços inconscientes, ser acompanhado e entendido até seus limites extremos. E, se algumas vezes acontece ter sido esquecido um dos dois sonhos ambivalentes, não devemos deixar-nos levar à suposição de que uma decisão foi tomada em favor de determinado lado. Ter-se esquecido de um dos sonhos realmente demonstra que, no momento, determinada tendência está em ascendência, mas isso procede apenas para o dia, e pode ser modificado. A noite seguinte talvez possa trazer a expressão oposta para o primeiro plano. Só se pode determinar o verdadeiro estado do conflito levando-se em consideração todas as outras indicações, inclusive as da vida desperta.

VII

A questão do valor a ser atribuído aos sonhos está intimamente relacionada à outra questão de sua suscetibilidade à influência da ‘sugestão’ por parte do médico. Os analistas podem, a princípio, ficar alarmados à menção dessa possibilidade. Numa segunda reflexão, contudo, esse alarma cederá lugar ao entendimento de que influenciar os sonhos do paciente constitui menos um erro grosseiro por parte do analista ou uma infelicidade para ele, do que a orientação dos pensamentos conscientes do paciente.

O fato de o conteúdo manifesto dos sonhos ser influenciado pelo tratamento analítico não necessita de provas. Ele decorre de nosso conhecimento de que os sonhos se originam da vida desperta e elaboram material dela derivado. As ocorrências durante o tratamento analítico estão naturalmente entre as impressões da vida desperta e logo se tornam algumas das mais poderosas delas. Assim, não é de surpreender os pacientes sonharem com coisas que o analista debateu com eles e das quais neles despertou expectativas. Pelo menos, não é mais surpreendente do que aquilo que está implícito no fato conhecido dos sonhos ‘experimentais’.

Daqui, porém, nosso interesse passa para a questão de saber se os pensamentos oníricos latentes, a que há de se chegar pela interpretação, também podem ser influenciados ou sugeridos pelo analista. E a resposta pertinente mais uma vez deve ser obviamente afirmativa, de vez que uma parte desses pensamentos oníricos latentes corresponde a formações pré-conscientes de pensamentos, perfeitamente capazes de ser conscientes, com as quais aquele que sonhou muito bem poderia ter reagido às observações do médico também em seu estado de vigília - estivessem as reações do paciente em harmonia com essas observações ou em oposição a elas. De fato, se substituirmos o sonho pelos pensamentos oníricos nele contidos, a questão de saber até onde se pode sugerir sonhos coincide com a questão mais geral de saber até onde um paciente em análise é acessível à sugestão.

Sobre o mecanismo da própria formação onírica, sobre a elaboração onírica no sentido estrito da palavra, nunca se exerce qualquer influência. Podemos estar inteiramente seguros disso.

Ao lado daquela parte do sonho que já examinamos - os pensamentos oníricos pré-conscientes -, todo sonho verdadeiro contém indicações dos impulsos desejosos reprimidos aos quais ele deve a possibilidade de sua formação. Quem duvida replicará que eles aparecem no sonho porque o sonhador sabe da sua urgência de produzi-los - que eles são esperados pelo analista. O próprio analista acertadamente pensará de outro modo.

Se um sonho traz à tona situações que podem ser interpretadas como referentes a cenas do passado do sonhador, parece em especial importante indagar se a influência do médico também pode desempenhar algum papel em conteúdos de sonho como esses. E essa questão é mais urgente de todas no caso dos sonhos chamados sonhos ‘corroborativos’, aqueles que, por assim dizer, ‘seguem atrás’ da análise. Com alguns pacientes, esses são os únicos sonhos que se conseguem. Tais pacientes reproduzem apenas as exigências passadas de sua infância depois de tê-las construído a partir de seus sintomas, associações e outros sinais, e proposto a eles essas construções. Seguem-se então os sonhos corroborativos, acerca dos quais, contudo, surge a dúvida de saber se não podem ser inteiramente despidos de valor probatório, em vista da sua possibilidade de ter sido imaginados em submissão às palavras do analista, em lugar de trazidos à luz desde o inconsciente do sonhador. Não se pode fugir a essa situação ambígua na análise, de vez que, com esses pacientes, e a menos que se interprete, construa e proponha, jamais obtemos acesso ao que neles está reprimido.

A situação assume um aspecto favorável se a análise de um sonho corroborativo desse tipo, que ‘segue atrás’, é imediatamente acompanhada por impressões de lembrar o que até então fora esquecido. O próprio cético, porém, pode recorrer à asserção de que as lembranças são ilusórias. Ademais, tais impressões na maior parte estão ausentes. Só se permite que o material reprimido flua fragmento a fragmento, e toda falta de inteireza inibe ou retarda a formação de um senso de convicção. Mais ainda, aquilo com que estamos lidando pode não ser a reprodução de um acontecimento real e esquecido, mas a apresentação de uma fantasia inconsciente, sobre a qual nenhuma impressão de lembrança pode sequer ser esperada, conquanto possa permanecer às vezes a possibilidade de um senso de convicção subjetiva.

Será possível, então, que os sonhos corroborativos sejam realmente resultado da sugestão, que sejam sonhos ‘obsequiosos’? Os pacientes que produzem somente sonhos corroborativos são os mesmos pacientes em quem a dúvida desempenha o papel principal na resistência. Não se faz tentativa de calar essa dúvida mediante a própria autoridade ou de reduzi-la mediante argumentos. Ela deve persistir até receber fim no curso ulterior da análise. Também o analista pode reter em si uma dúvida do mesmo tipo em certos casos específicos. O que o torna certo ao final é exatamente a complicação do problema à sua frente, que se assemelha à solução de um quebra-cabeça. Uma figura colorida, colada sobre uma delgada folha de madeira e a ajustar-se exatamente a uma moldura de madeira, é cortada em grande número de pedaços dos formatos mais irregulares e tortuosos. Conseguindo-se dispor a confusa pilha de fragmentos, cada qual fazendo um pedaço

ininteligível do desenho, de modo a que a figura adquira um significado, que não haja lacunas em parte alguma dela e que a totalidade se ajuste na moldura - se todas essas condições forem preenchidas, então sabemos que o enigma foi solucionado e não existe solução alternativa.

Uma analogia desse tipo naturalmente não pode ter sentido para o paciente enquanto o trabalho de análise ainda estiver incompleto. Nesse ponto, recorro a uma discussão a que fui levado com um paciente cuja atitude excepcionalmente ambivalente se expressava pela mais intensa e compulsiva dúvida. Ele não discutia minhas interpretações de seus sonhos e ficava muito impressionado com sua adesão às hipóteses que eu apresentava. Perguntava, porém, se esses sonhos corroborativos não poderiam ser expressão de sua submissão para comigo. Apontei que os sonhos também trouxeram à tona uma quantidade de pormenores os quais eu não poderia suspeitar, e que, afóra isso, sua conduta no tratamento não se caracterizava precisamente pela submissão; ao que ele passou para outra teoria, perguntando se seu desejo narcísico de ser curado não poderia tê-lo feito produzir esses sonhos, visto afinal de contas eu haver-lhe apresentado uma perspectiva de restabelecimento, pudesse ele aceitar as minhas construções. Só pude responder que ainda não deparara com nenhum mecanismo de formação onírica desse tipo. Chegou-se, porém, a uma decisão por outro caminho. Ele lembrou alguns sonhos passados, antes de iniciar a análise, e, de fato, antes que tivesse sabido qualquer coisa sobre ela; e a análise desses sonhos, que estavam livres de toda suspeita de sugestão, conduziu às mesmas interpretações que os posteriores. Na verdade, sua obsessão pela contradição mais uma vez encontrou saída na idéia de que os primeiros sonhos tinham sido menos claros que os ocorridos durante o tratamento; no entanto, fiquei satisfeito com a sua semelhança. Penso ser, em geral, um bom plano manter de tempos em tempos em mente o fato de as pessoas terem o hábito de sonhar antes que existisse uma coisa chamada psicanálise.

VIII

É bem plausível acontecer que os sonhos durante a psicanálise consigam trazer à luz a coisa reprimida em grau maior do que os sonhos tidos fora dessa situação. Isso, porém, não se pode provar, de vez que ambas as situações não são comparáveis; o emprego dos sonhos na análise é algo muito afastado de seu propósito original. Em compensação, não se pode duvidar de que, dentro de uma análise, muito mais a coisa reprimida vem à luz em vinculação com sonhos que por qualquer outro método. A título de explicação, deve haver algum poder motivador, alguma força inconsciente mais bem capacitada a conceder apoio aos propósitos da análise durante o estado de sono, que em outras ocasiões. O que está em pauta não pode ser outro fator senão a submissão do paciente em relação ao analista, derivada de seu complexo paterno - em outras palavras, a parte positiva daquilo que chamamos de transferência; e, de fato, em muitos sonhos que recordam o antes esquecido e reprimido, é impossível descobrir qualquer outro desejo inconsciente a que se possa atribuir a força motivadora para a formação do sonho. Desse modo, se alguém deseja sustentar que a

maioria dos sonhos utilizáveis em análise são sonhos obsequiosos e devem sua origem à sugestão, nada se pode dizer contra essa opinião, do ponto de vista da teoria analítica. Nesse caso, preciso apenas acrescentar uma referência ao que já disse em minhas *Introductory Lectures* [(1916-17) Conferência XXVIII], onde tratei da relação entre a transferência e a sugestão, e demonstrei quão pouco a fidedignidade de nossos resultados é afetada por um reconhecimento da operação da sugestão em nosso sentido.

Em *Além do Princípio de Prazer* (1920g) [Edição *Standard* Brasileira, Vol. XVIII, pág. 31 e segs. IMAGO Editora, 1976] tratei do problema econômico de como aquilo que, sob todos os aspectos, constitui experiências aflitivas do primitivo período sexual infantil, pode conseguir êxito em forçar sua passagem a algum tipo de reprodução. Fui obrigado a atribuir-lhes um impulso ascendente extraordinariamente forte, sob a forma de ‘compulsão à repetição’ - uma força capaz de superar a repressão que, em obediência ao princípio de prazer, pesa sobre elas -, ainda que somente após ‘o trabalho do tratamento ter ido encontrá-la a meio-caminho e afrouxado a repressão’. Podemos acrescentar, aqui, ser a transferência positiva que dá essa assistência à compulsão à repetição. Assim, fez-se uma aliança entre o tratamento e a compulsão à repetição, aliança que, em primeira instância, é dirigida contra o princípio de prazer, e cujo propósito final, porém, é o estabelecimento do domínio do princípio de realidade. Como demonstrei na passagem a que estou me referindo, muito amiúde acontece a compulsão à repetição abandonar suas obrigações sob essa aliança e não se contentar com o retorno do reprimido simplesmente sob a forma de imagens oníricas.

Tanto quanto eu possa perceber, no momento, os sonhos ocorrentes em uma neurose traumática constituem as únicas exceções *genuínas* [ibid., Vol. XVIII, pág. 48 e seg.], e os sonhos de punição as únicas exceções *aparentes* [ibid., Vol. V, pág. 593 e seg., IMAGO Editora, 1972] à regra de que os sonhos se orientam para a realização de desejos. Na última classe de sonhos, deparamos com o fato notável de que, na realidade, nada pertencente aos pensamentos oníricos latentes é aproveitado no conteúdo manifesto do sonho. Ao invés, aparece algo inteiramente diferente, que deve ser descrito como uma formação reativa contra os pensamentos oníricos, uma rejeição e contradição completa deles. Uma ação assim ofensiva contra o sonho apenas pode ser atribuída à instância crítica do ego e, portanto, deve-se presumir que o último, provocado pela realização inconsciente de desejos, foi temporariamente restabelecido, mesmo durante o estado de sono. Ele poderia ter reagido ao conteúdo indesejado do sonho pelo despertar, mas descobriu na construção do sonho de punição um meio de evitar uma interrupção do sono.

Por exemplo, no caso dos bem conhecidos sonhos do poeta Rosegger, que debati em *A Interpretação de Sonhos* [ibid., Vol. V, págs. 505-10], temos de suspeitar da exigência de uma versão recalçada, com um texto arrogante e jactancioso, no sonho real ao dizer-lhe: ‘Você é um oficial de alfaiate incompetente.’ Naturalmente, seria inútil buscar um impulso

desejoso reprimido como força motivadora para um sonho manifesto como esse; temos de nos contentar com a realização de desejo de autocrítica.

Uma estrutura onírica dessa espécie provocará menos espanto se considerarmos quão freqüentemente a deformação onírica, agindo a serviço da censura, substitui um elemento específico por algo que é, em um ou outro sentido, seu oposto ou contrário. Daí, é apenas um curto passo para a substituição de uma parte característica do conteúdo do sonho por uma contradição defensiva, e um passo mais adiante conduzirá à substituição de todo o conteúdo onírico objetável pelo sonho de punição. Gostaria de fornecer alguns exemplos característicos da fase intermediária na falsificação do conteúdo manifesto.

Eis aqui um extrato do sonho de uma moça com forte fixação no pai, e que tinha dificuldade de falar durante a análise. Estava sentada em um quarto com uma amiga e vestida apenas com um quimono. Um cavalheiro entrou e ela se sentiu embaraçada, ele porém, disse: ‘Ora, essa é a moça que certa vez vi tão bem vestida!’ - O cavalheiro representava a mim, e, mais atrás, o pai. No entanto, nada podemos aproveitar do sonho, a menos que nos decidamos a substituir o elemento mais importante na fala do cavalheiro pelo oposto: ‘Essa é a moça que certa vez vi *despida* e que parecia tão bonita então!’ Quando era criança de três ou quatro anos, dormira por algum tempo no mesmo quarto que o pai e tudo leva a sugerir que costumava atirar para trás as roupas em que estava, em seu sono, para agradar ao pai. A repressão subsequente de seu prazer de exhibir-se era o motivo para sua reserva no tratamento, seu desagrado por mostrar-se abertamente.

Agora, outra cena do mesmo sonho. Ela estava lendo seu próprio caso clínico, que tinha diante dela, impresso. Ali estava a afirmação de que ‘um jovem assassinava sua *amada* - chocolate - o que se inclui em erotismo anal.’ Essa última frase era um pensamento que ela tivera no sonho, à menção de chocolate. - A interpretação desse fragmento do sonho foi ainda mais difícil que a anterior. Surgiu por fim que, antes de ir dormir, ela estivera lendo minha ‘History of an Infantile Neurosis’ (1918*b*), cujo ponto central é a observação real ou imaginada, por parte de um paciente, dos pais copulando. Ela antes já havia relacionado esse caso clínico ao seu, e isso não constituía a única indicação de que, também em seu caso, havia a questão de uma observação da mesma espécie. O jovem assassinando sua *amada* era uma referência clara a uma visão sádica da cena de cópula. Porém o elemento seguinte, chocolate, era muito afastado da cena. Sua única associação a chocolate era o costume de sua mãe dizer que o chocolate dava dor de cabeça, e ela sustentava haver escutado a mesma coisa de outras mulheres. Ademais, identificar-se em certa ocasião com sua mãe, mediante dores de cabeça parecidas com as de sua mãe. Pois bem, eu não podia descobrir qualquer vínculo entre os dois elementos do sonho, exceto supor que ela desejava efetuar um desvio das conseqüências da observação do coito. Não, estava ela dizendo, o coito nada tem a ver com a procriação de filhos; os filhos provêm de algo que se come (como acontece nos contos de fadas), e a menção do erotismo anal, que se parece a uma

tentativa de interpretação no sonho, suplementava a teoria infantil que invocara em seu auxílio, acrescentando-lhe o nascimento anal.

X

Algumas vezes revela-se algum espanto ante o fato de o ego daquele que sonha poder aparecer duas ou mais vezes no sonho manifesto, ora como ele próprio, depois disfarçado por trás das figuras de outras pessoas. No decorrer da construção do sonho, a elaboração secundária evidentemente buscou obliterar essa multiplicidade do ego, que não se pode ajustar a qualquer situação cênica possível; ela, porém, é restabelecida pelo trabalho da interpretação. Em si mesma, essa multiplicidade não é mais notável que o aparecimento múltiplo do ego em um pensamento desperto, especialmente quando o ego se divide em sujeito e objeto, coloca uma parte de si mesmo como uma instância observadora e crítica em contraste com a outra, ou compara sua natureza atual com o passado lembrado, que outrora também foi ego, por exemplo, em frases tais como ‘Quando *eu* penso no que *eu* fiz a esse homem’ ou ‘Quando *eu* penso que também *eu* fui criança outrora’. No entanto, devo rejeitar como especulação sem sentido e injustificável a noção de que *todas* as figuras que aparecem num sonho devem ser encaradas como fragmentações e representantes do próprio ego daquele que sonha. É suficiente que nos atenhamos com firmeza ao fato de que a separação do ego de um agente observador, crítico e punidor (um ideal do ego) também deve ser levada em conta na interpretação de sonhos.

**ALGUMAS NOTAS ADICIONAIS SOBRE A
INTERPRETAÇÃO DE SONHOS COMO UM TODO (1925)**

NOTA DO EDITOR INGLÊS

EINIGE NACHTRÄGE ZUM GANZEN DER TRAUMDEUTUNG

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1925 *G.S.*, 3, 172-84.

1925 *Traumlehre*, 63-76.

1931 *Sexualtheorie und Traumlehre*, 369-81 (omitindo a Parte III).

1952 *G.W.*, 1, 559-73.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘Some Additional Notes upon Dream-Interpretation as a Whole’

1943 *Int. J. Psycho-Anal.*, 24 (1-2), 71-4 (Trad. de James Strachey.)

1950 *C.P.*, 5, 150-62. (Reimpressão revista da tradução acima.)

O Volume III dos *Gesammelte Schriften*, em que este trabalho pela primeira vez apareceu, foi publicado no outono de 1925. Aproximadamente na mesma época (setembro de 1925), somente o terceiro destes ensaios foi incluído no *Almanach 1926* (págs. 27-31) e foi também impresso em *Imago*, 11 (3) (1925), 234-8. Uma reimpressão da tradução inglesa do terceiro ensaio só foi incluída em *Psychoanalysis and the Occult*, Nova Iorque, 1953, International Universities Press, 87-90, editado por George Devereux. A presente tradução inglesa constitui versão ligeiramente modificada, com notas adicionais, da publicada em 1950.

Estes três breves ensaios tiveram uma história bibliográfica um tanto acidentada. Como se explicou na Introdução do Editor Inglês a *A Interpretação de Sonhos* (Edição Standard Brasileira, Vol. IV, xviii, IMAGO Editora, 1972), quando a primeira edição coligida das obras de Freud (os *Gesammelte Schriften*) apareceu, foi decidido dedicar o segundo volume a uma reimpressão exata da primeira edição de *Die Traumdeutung* e recolher no terceiro volume todas as alterações e acréscimos àquele trabalho, que haviam sido feitos em

suas edições posteriores. Em meio a esse material adicional estavam três ‘*Zusatzkapiteln* (Capítulos Suplementares)’ inteiros. Os dois primeiros (que tratavam dos símbolos e da elaboração secundária, respectivamente) consistiam quase inteiramente em material antigo que fora adicionado ao livro da segunda edição em diante. O *Zusatzkapitel C* (o presente grupo de artigos) era, porém, inteiramente novo e jamais aparecera em qualquer edição anterior. Entretanto, pouca dúvida pode haver de que Freud pretendia incluí-lo em todas as edições posteriores de *Die Traumdeutung*, pois o lugar em que deveria aparecer - ao próprio final do livro - fora indicado claramente na reimpressão da primeira edição nos *Gesammelte Schriften* (2, 538).

Isso foi em 1925. A seguinte edição normal, em um só volume, de *Die Traumdeutung* (a oitava), apareceu em 1930. Ela incluía todo o material novo da edição de 1925, com a única exceção do Capítulo Suplementar C. Uma das conseqüências imediatas disso foi a sua ausência também na tradução inglesa revista (de Brill) de 1932. Tampouco é ele incluído na edição de *Die Traumdeutung* que ocupa o volume duplo 2-3 das *Gesammelte Werke* (1942). De fato, parecia atormentado por infortúnios, pois foi acidentalmente negligenciado quando chegou a sua vez para inclusão no ponto cronológico correto em *G.W.*, 14, (publicado em 1948) e, finalmente, teve de se encontrar lugar para ele no final de *G.W.*, 1, o último volume da série a aparecer, em 1952. O texto alemão, assim, fora perdido de vista por mais de vinte anos.

Existe uma explicação possível para o mais antigo desses acontecimentos - a omissão do capítulo na 8ª edição de *Die Traumdeutung*. A aceitação em grande parte, por Freud, da genuinidade da telepatia no último destes ensaios provocara em seu primeiro aparecimento fortes protestos de Ernest Jones, com fundamento em que prejudicaria a causa da psicanálise nos círculos científicos, particularmente na Inglaterra. A descrição do episódio dada por Jones (1957, 422 e segs.) mostra que Freud não pareceu tocado pelos protestos, mas é concebível que, sem embargo, tenha-se rendido a eles, a ponto de não incluir o ensaio no cânone do mais famoso de todos os seus trabalhos.

(A) OS LIMITES À POSSIBILIDADE DE INTERPRETAÇÃO

Pode-se perguntar se é possível fornecer uma tradução completa e segura para a linguagem da vida desperta (isto é, uma interpretação) de todos os produtos da vida onírica.

Essa questão não será tratada aqui abstratamente, mas com referências às condições em que se trabalha ao interpretar sonhos.

Nossas atividades mentais perseguem um objetivo útil ou um rendimento imediato de prazer. No primeiro caso, aquilo com que estamos lidando são juízos intelectuais, preparações para a ação ou a transmissão de informações a outras pessoas. No último, descrevemos essas atividades como jogo ou fantasia. O que é útil, é (como é bem sabido) em si apenas um caminho tortuoso até a satisfação prazerosa. Pois bem, sonhar é uma atividade do segundo tipo, mas na verdade é, do ponto de vista da evolução, o primeiro. É enganador dizer que os sonhos estão relacionados às tarefas da vida perante nós ou buscam encontrar solução para os problemas de nosso trabalho cotidiano. Isso é assunto do pensamento pré-consciente. Um trabalho útil desse tipo está tão afastado dos sonhos quanto qualquer intenção de transmitir informações a outra pessoa. Quando um sonho lida com um problema da vida concreta, soluciona-o à maneira de um desejo irracional, e não à maneira de uma reflexão razoável. Há apenas uma tarefa útil, apenas uma função que pode ser atribuída a um sonho, e ela consiste em guardar da interrupção o sono. Um sonho pode ser descrito como uma fantasia a trabalhar em prol da manutenção do sono.

Daí decorre que, em geral, para o ego que dorme é indiferente o que pode ser sonhado durante a noite, desde que o sonho desempenhe sua missão, e que esses sonhos desempenham melhor sua função quando nada se sabe sobre ela após acordar. Se (como acontece tão amiúde, doutra forma) recordamos os sonhos, mesmo após anos e décadas, isso sempre significa que houve uma irrupção do inconsciente reprimido no ego normal. Sem essa concessão ao ego, o reprimido não teria consentido em emprestar sua ajuda à remoção da ameaça de perturbação do sono. Sabemos ser o fato dessa irrupção que fornece aos sonhos sua importância para a psicopatologia. Se pudermos revelar a força motivadora de um sonho, conseguiremos informações insuspeitadas sobre os impulsos reprimidos no inconsciente; por outro lado, se pudermos desfazer suas deformações, entreouviremos o pensamento pré-consciente realizando-se em estados de reflexão interna, que não teriam atraído a consciência para si mesmos durante as horas do dia.

Ninguém pode praticar a interpretação de sonhos como atividade isolada; ela se mantém uma parte do trabalho de análise. Na análise dirigimos nosso interesse segundo a necessidade, ora para o conteúdo pré-consciente do sonho, ora para a contribuição inconsciente à sua formação, e amiúde negligenciamos um dos elementos em favor do outro. Tampouco seria de qualquer valia para alguém esforçar-se por interpretar sonhos fora da análise. Esse não conseguiria fugir às condições da situação analítica e, caso trabalhasse com seus próprios sonhos, estaria empreendendo uma auto-análise. Esse comentário não se aplicaria a alguém que passasse sem a colaboração daquele que sonhou, e procurasse interpretar sonhos pela compreensão interna (*insight*) intuitiva. No entanto, a interpretação de sonhos, desse tipo, sem referência às associações daquele que sonhou, permaneceria no caso mais favorável um virtuosismo não científico de valor muito duvidoso.

Praticando-se a interpretação de sonhos pelo único procedimento técnico justificável, logo se nota que o êxito depende inteiramente da tensão da resistência entre o ego desperto e o inconsciente reprimido. O trabalho sob uma ‘alta pressão da resistência’ exige (como já expliquei noutra lugar [[1]]) uma atitude diferente por parte do analista quanto ao trabalho sob uma baixa pressão. Em análise, há ocasionalmente que lidar durante longos períodos com fortes resistências ainda desconhecidas para nós, e de qualquer modo impossíveis de superar enquanto permaneceram desconhecidas. Portanto, não é de admirar que apenas determinada parte dos produtos oníricos de um paciente possa ser traduzida e utilizada, e, mesmo assim, na maior parte das vezes de modo incompleto. Ainda que, devido à própria experiência, estejamos em condições para compreender muitos sonhos, cuja interpretação recebeu pouca contribuição do sonhador, devemos sempre lembrar que a certeza de tais interpretações permanece em dúvida, e hesitamos em impingir nossas próprias conjecturas ao paciente.

Agora, vozes críticas vão-se elevar. Não sendo possível interpretar todo sonho com que se lida, irão objetar que seria preciso deixar de afirmar, mais do que se pode estabelecer, e contentar-me em dizer que se pode demonstrar pela interpretação que *alguns* sonhos têm um significado, mas que, quanto ao resto, nos vemos desconhecedores. O próprio fato de o sucesso na interpretação depender da resistência, porém, absolve o analista da necessidade de tal modéstia. Ele pode ter a experiência de um sonho, a princípio ininteligível, tornar-se claro durante a mesmíssima hora, após alguma observação afortunada ter-se libertado de uma das resistências daquele que sonhou. Parte do sonho que o paciente até então esquecera pode subitamente ocorrer-lhe e trazer a chave da interpretação, ou então emergir uma nova associação que lance luz sobre as trevas. Vez e outra também acontece, após meses ou anos de labor analítico, retornar-se a um sonho que no princípio do tratamento pareceu sem sentido e incompreensível, e agora, à luz do conhecimento obtido nesse meio tempo, contudo, é completamente elucidado. E levando-se ainda em consideração o argumento da teoria dos sonhos, de que os produtos oníricos modelo das crianças possuem invariavelmente um significado claro e são fáceis de interpretar, será então justificável asseverar serem os sonhos, muito geralmente, estruturas mentais capazes de interpretação, embora a situação nem sempre possa permitir que se chegue a uma interpretação.

Descoberta a interpretação de um sonho, nem sempre é fácil decidir se é ‘completa’, isto é, se outros pensamentos pré-conscientes também não podem ter encontrado expressão no mesmo sonho. Nesse caso, devemos considerar provado o sentido que se baseia nas associações do sonhador e em nossa estimativa da situação, sem por isso nos sentirmos obrigados a rejeitar o outro significado. Ele continua sendo possível, embora não provado; temos de nos acostumar com que o sonho é assim capaz de ter muitos significados. Ademais, a culpa aqui devida nem sempre deve ser atribuída à incompletude do trabalho de interpretação; ela também pode ser inerente aos próprios pensamentos oníricos latentes. Na realidade, pode acontecer na vida desperta, inteiramente à parte da situação de interpretação de sonhos, a incerteza de saber se alguma observação ouvida ou alguma informação

recebida estão abertas à construção dessa ou daquela forma, ou se aludem a algo mais além de seu sentido evidente. Uma ocorrência interessante, que foi insuficientemente investigada, pode ser vista onde o mesmo conteúdo onírico manifesto dá simultaneamente expressão a um conjunto de idéias concretas e a uma seqüência abstrata de pensamento, nelas baseada. Naturalmente, é difícil à elaboração onírica encontrar um meio de representar pensamentos abstratos.

(B) RESPONSABILIDADE MORAL PELO CONTEÚDO DOS SONHOS

No capítulo introdutório desse livro [*A Interpretação de Sonhos*] (que debate ‘A Literatura Científica que Trata dos Problemas de Sonhos’) demonstrei a maneira pela qual escritores reagiram ao que se considera como o fato aflitivo de o conteúdo desenfreado dos sonhos tantas vezes estar em disparidade com o senso moral daquele que sonha. (Deliberadamente evito falar de sonhos ‘criminosos’, visto tal descrição, que ultrapassaria os limites do interesse psicológico, parecer-me inteiramente desnecessária.) O caráter imoral dos sonhos naturalmente proporcionou novo motivo para negar-lhes qualquer valor psíquico: se os sonhos são o produto inexpressivo de uma atividade mental desordenada, não pode então haver fundamento para assumir responsabilidade por seu conteúdo aparente.

O problema da responsabilidade pelo conteúdo manifesto dos sonhos foi fundamentalmente deslocado e, na realidade, descartado pelas explicações fornecidas em *A Interpretação de Sonhos*.

Sabemos agora que o conteúdo manifesto é um engano, uma *façade*. Não vale a pena submetê-lo a um exame ético ou tomar suas rupturas da moralidade mais a sério que seus rompimentos com a lógica ou a matemática. Quando se fala do ‘conteúdo’ dos sonhos, necessariamente a referência só pode estar sendo feita ao conteúdo dos pensamentos pré-conscientes e do impulso desejoso reprimido, revelados por trás da *façade* do sonho mediante o trabalho de interpretação. Não obstante, essa *façade* imoral tem uma questão a formular-nos. Ouvimos que os pensamentos oníricos latentes têm de submeter-se a uma censura severa antes que lhes permitam acesso ao conteúdo manifesto. Então, como pode acontecer que essa censura, que cria dificuldades sobre coisas mais triviais, falhe tão completamente ante esses sonhos manifestamente imorais?

Não é fácil chegar-se à resposta, e talvez possa não parecer completamente satisfatória.

Submetendo-se, em primeiro lugar, esses sonhos à interpretação, descobre-se que alguns deles não ofenderam a censura porque, *au fond*, não possuem um significado mau. São inocentes jactâncias ou identificações que colocam uma máscara de fingimento; não foram censurados porque não contam a verdade. Outros deles, porém - e, devemos admitir, a maioria - realmente significam o que dizem e não experimentaram deformação por parte da censura. São expressão de impulsos imorais, incestuosos e perversos ou de lascívia assassinas e sádicas. Aquele que sonha reage a muitos desses sonhos despertando assustado, caso em que a situação não mais é obscura para nós. A censura negligenciou sua tarefa, o que foi notado tarde demais, e a geração de ansiedade constitui um substituto para a deformação que foi omitida. Em ainda outros exemplos de tais sonhos, essa exata expressão de afeto está ausente. O assunto objetável é continuado pelo auge da excitação sexual, atingida durante o sono, ou encarado com a mesma tolerância com que uma pessoa desperta poderia encarar uma crise de raiva, um humor de raiva ou a indulgência em fantasias cruéis.

Nosso interesse na gênese desses sonhos *manifestamente* imorais é, porém, grandemente reduzida quando descobrimos, pela análise, que a maioria dos sonhos - sonhos inocentes, sonhos sem afeto e sonhos de ansiedade - são revelados, quando as deformações da censura foram desfeitas como a satisfação de impulsos desejosos imorais - egoístas, sádicos, pervertidos ou incestuosos. Tal como no mundo da vida desperta, esses criminosos mascarados são muito mais comuns que aqueles com a viseira levantada. O sonho direto de relações sexuais com a própria mãe, a que Jocasta alude em *Édipo Rei*, é uma raridade em comparação com toda a multiplicidade de sonhos que a psicanálise deve interpretar no mesmo sentido.

Lidei tão exaustivamente nessas páginas [isto é, de *A Interpretação de Sonhos*] com essa característica dos sonhos, a qual deveras fornece o motivo para sua deformação, que posso passar imediatamente desse tópico para o problema que jaz à nossa frente: devemos assumir responsabilidade pelo conteúdo dos próprios sonhos? Por amor à perfeição seria preciso, contudo, acrescentar que os sonhos nem sempre oferecem realizações imorais de desejos, mas com freqüência reações enérgicas contra elas sob a forma de 'sonhos de punição'. Noutras palavras, a censura de sonhos pode não apenas expressar-se em deformações e geração de ansiedade, mas chegar ao ponto de apagar completamente o tema geral imoral e substituí-lo por algo que sirva de expiação, embora nos permita ver o que está por trás. O problema da responsabilidade pelo conteúdo imoral dos sonhos não mais existe para nós, como antigamente existia para escritores que nada sabiam dos pensamentos oníricos latentes e da parte reprimida de nossa vida mental. Obviamente, temos de nos considerar responsáveis pelos impulsos maus dos próprios sonhos. Que mais se pode fazer com eles? A menos que o conteúdo do sonho (corretamente entendido) seja inspirado por espíritos estranhos, ele faz parte de seu próprio ser. Se procuro classificar os impulsos presentes, em mim, segundo padrões sociais, em bons e maus, tenho de assumir responsabilidade por ambos os tipos; e, se em defesa digo que o desconhecido, inconsciente e reprimido em mim

não é meu 'ego', não estarei baseando na psicanálise minha posição, não terei aceito suas conclusões - e talvez serei mais bem ensinado pelas críticas de meus semelhantes, pelos distúrbios em minhas ações e pela confusão de meus sentimentos. Aprenderei, talvez, que o que estou repudiando não apenas 'está' em mim, mas vez e outra 'age' também desde mim para fora.

É verdade que, no sentido metapsicológico, esse conteúdo reprimido mau não pertence ao meu 'ego' - isto é, presumindo que sou um indivíduo moralmente inatacável -, porém pertence a um 'id' sobre o qual meu ego se assenta. Esse ego desenvolvido a partir do id contudo forma com ele uma unidade biológica isolada, é apenas uma parte periférica especialmente modificada dele, e está sujeito às influências e obedece às sugestões ambas originárias do id. Para qualquer intuito vital, uma separação entre o ego e o id seria empreendimento irrealizável.

Ademais, se eu cedesse ao meu orgulho moral e tentasse decretar que, para fins de avaliação moral, poderia desprezar o mal no id e não precisaria tornar meu ego responsável por ele, que utilidade isso teria para mim? A experiência me demonstra que, não obstante, eu *realmente* assumo essa responsabilidade, que sou, de certa maneira, compelido a fazê-lo. A psicanálise nos tornou familiarizados com uma condição patológica, a neurose obsessiva, na qual o pobre ego se sente responsável por todos os tipos de impulsos maus, dos quais nada sabe; impulsos que são levantados contra ele na consciência, e que ele, no entanto, é incapaz de reconhecer. Algo, como parte disso, está presente em toda pessoa normal. É fato notável que quanto mais moral ela seja, mais sensível é sua 'consciência'. É exatamente como se pudéssemos dizer que quanto mais saudável é um homem, mais sujeito a contágios e ao efeito de danos ele fica. Isso sem dúvida se deve ao fato de a consciência ser, em si, uma formação reativa contra o mal percebido no id. Quanto mais fortemente o último é suprimido, mais ativa é a consciência.

O narcisismo ético da humanidade deveria contentar-se em conhecer que o fato da deformação nos sonhos, assim como a existência de sonhos de ansiedade e sonhos de punição, fornece uma prova tão clara de sua natureza *moral* quanto a interpretação de sonhos proporciona da existência e força de sua natureza *má*. Se alguém ficar insatisfeito com isso e gostar de ser 'melhor' do que foi criado, deixem-no ver se pode atingir na vida algo mais que hipocrisia ou inibição.

O médico deixará ao jurista construir para fins sociais uma responsabilidade que é artificialmente limitada ao ego metapsicológico. É notório que as maiores dificuldades são encontradas pelas tentativas de derivar de tal construção conseqüências práticas que não estejam em contradição com os sentimentos humanos.

(C) O SIGNIFICADO OCULTO DOS SONHOS

Não parece haver fim para os problemas da vida onírica; isso, porém, só pode ser surpreendente se esquecermos que todos os fenômenos da vida mental reaparecem nos sonhos, com o acréscimo de alguns novos, emergentes da natureza especial daqueles. Muitas dentre as coisas que estudamos nos sonhos, porque as encontramos aí, não obstante pouco ou nada têm a ver com a peculiaridade psicológica dos sonhos. Assim, por exemplo, o simbolismo não é um problema onírico, mas sim um tópico vinculado ao nosso pensar arcaico - nossa 'língua básica', como foi apropriadamente chamada pelo paranóico. Ele domina os mitos e o ritual religioso tão bem quanto os sonhos, e o simbolismo onírico sequer pode reivindicar ser peculiar no sentido de ocultar mais especificamente coisas que são sexualmente importantes. Mais, não é de se esperar que a explicação dos sonhos de ansiedade seja encontrada na teoria dos sonhos. A ansiedade é mais propriamente um problema da neurose, e tudo quanto resta a discutir é o modo como ocorre que a ansiedade possa despertar sob condições oníricas.

A posição é exatamente a mesma, penso eu, na questão da relação dos sonhos com os supostos fatos do mundo oculto. Entretanto, visto os próprios sonhos sempre terem sido coisas misteriosas, eles foram colocados em vinculação íntima com os outros mistérios desconhecidos. Indubitavelmente, também, eles possuem um direito histórico a essa posição, de vez que nas eras primevas, quando nossa mitologia se formava, imagens oníricas podem ter tido um desempenho na origem das idéias sobre espíritos.

Pareceria haver duas categorias de sonhos com direito a serem considerados fenômenos ocultos: os sonhos proféticos e os sonhos telepáticos. Uma multidão incontável de testemunhas fala em favor de ambos, ao passo que contra os dois existe a aversão obstinada, ou talvez preconceito, da ciência.

Com efeito, não pode haver dúvida de que existem coisas tais como sonhos proféticos, no sentido de seu conteúdo fornecer determinado tipo de retrato do futuro; a única questão é saber se essas predições coincidem em algum grau observável com o que, em realidade, subsequente acontece. Devo confessar que a esse respeito minha resolução em favor da imparcialidade me desampara. A noção de que existe algum poder mental, afora um cálculo acurado, que possa prever com detalhes acontecimentos futuros, está, por um lado, muitíssimo em contradição com todas as expectativas e suposições da ciência e, por outro, corresponde de muito perto a determinados desejos humanos antigos e familiares que a crítica tem de rejeitar como pretensões injustificáveis. Tomadas em consideração a

infidedignidade, a credulidade e a inconvincibilidade da maioria desses relatos, juntamente com a possibilidade de falsificações da memória facilitadas por causas emocionais e pela inevitabilidade de alguns acertos felizes, sou de opinião que, feito isso, pode-se antecipar que o espectro de sonhos proféticos verídicos desaparecerá no nada. Pessoalmente, jamais experimentei algo ou soube de alguma coisa que pudesse encorajar suposição mais favorável.

Outra coisa sucede com os sonhos telepáticos. Nesse ponto, porém, deve-se esclarecer com toda a nitidez que ninguém ainda sustentou estarem os fenômenos telepáticos - a recepção de um processo mental de uma pessoa por outra, por outros meios que não a percepção sensorial - relacionados exclusivamente aos sonhos. Assim, mais uma vez a telepatia não constitui um problema onírico: nosso julgamento sobre ela existir ou não, não necessita basear-se em um estudo dos sonhos telepáticos.

Se submetemos relatórios de ocorrências telepáticas (ou, para falar mais exatamente, de transmissão de pensamentos) à mesma crítica que as histórias de outros eventos ocultos, resta uma considerável quantidade de material que não pode ser tão facilmente negligenciada. Ademais, é bem mais possível coletar observações e experiências próprias nesse campo que justificam uma atitude favorável para com o problema da telepatia, malgrado possam não ser suficientes para acarretar uma convicção segura. Chega-se à conclusão provisória de ser bem plausível que a telepatia realmente exista e que forneça o núcleo de verdade em muitas outras hipóteses que doutra maneira seriam incríveis. É certamente correto, no que concerne à telepatia, aderir obstinadamente à mesma posição cética, e só render-se com relutância à força da evidência. Acredito ter descoberto uma classe de material, que está isento de dúvidas que se podem doutra maneira justificar - como profecias não realizadas efetuadas por adivinhos profissionais. Infelizmente, tenho apenas poucas observações desse tipo à minha disposição; duas dentre elas, porém, me causaram uma impressão poderosa. Não estou apto a descrevê-las em detalhes que produzam efeito semelhante em outras pessoas, e devo restringir-me a apresentar alguns pontos essenciais.

Uma predição fora feita aos inquiridores (num estranho lugar e por um estranho adivinho, que ao mesmo tempo realizava um ritual, presumivelmente irrelevante), de que algo lhes aconteceria em determinada época, o que, de fato, *não* se realizou. A data em que a profecia deveria ter-se cumprido já passou há muito tempo. Foi notável que os interessados relataram sua experiência sem escárnio ou desapontamento, e sim com satisfação óbvia. No que lhes fora dito estavam incluídos determinados pormenores bem definidos, que pareciam caprichosos e ininteligíveis, e que só se teriam justificado caso houvessem acertado o alvo. Por exemplo, a uma mulher de 27 anos (embora parecesse muito mais jovem), que havia retirado sua aliança de casada, o quiromante disse que ela se casaria e teria dois filhos antes de completar 23 anos. A mulher estava com 43 anos quando, agora seriamente enferma, contou-me a história em sua análise: ela continuara sem filhos. Acaso fosse conhecida sua história particular (que o 'Professor' no saguão de um hotel de Paris certamente ignorava),

poder-se-ia entender os dois números incluídos na profecia. A jovem se casara após uma ligação inusitadamente intensa com o pai e tivera então um anseio apaixonado por filhos, de modo a poder substituir o marido pelo pai. Após anos de desapontamento, achando-se à beira de uma neurose, obteve a profecia, que lhe prometia - a ventura de sua mãe. Pois era um fato que essa última tivera dois filhos pela época em que contava 32 anos. Assim, somente com o auxílio da psicanálise se tornou possível fornecer uma interpretação significativa das peculiaridades dessa pretensa mensagem do exterior. Mas então, não havia melhor explicação de toda a cadeia inequivocamente determinada de eventos que supor que um forte desejo por parte da inquiridora - o desejo inconsciente mais forte, em realidade, de toda a sua vida emocional e a força motivadora de sua neurose iminente - se tornara manifesto ao adivinho por ser-lhe diretamente transferido enquanto sua atenção era distraída pelos desempenhos que efetuava.

No decurso de experimentos em meu círculo particular tive, com freqüência, a impressão de que recordações intensa e emocionalmente coloridas podem ser transferidas com sucesso, sem muita dificuldade. Tendo-se a coragem de submeter a um exame analítico as associações da pessoa a quem se supõe que os pensamentos sejam transferidos, amiúde vêm à luz correspondências que, de outra maneira, teriam permanecido irreveladas. Com base em certo número de experiências, estou inclinado a concluir que uma transferência de pensamentos desse tipo ocorre de modo particularmente fácil no momento em que uma idéia emerge do inconsciente ou, em termos teóricos, quando ela passa do 'processo primário' para o 'processo secundário'.

Apesar da cautela prescrita pela importância, novidade e obscuridade do assunto, sinto que não seria justificado reter mais tempo essas considerações sobre o problema da telepatia. Tudo isso tem apenas o seguinte a ver com os sonhos: se existem coisas como as mensagens telepáticas, não se pode desprezar a possibilidade de que elas alcancem alguém durante o sono e cheguem à sua consciência em um sonho. De fato, segundo a analogia de outros materiais perceptuais e intelectuais, surge ainda a possibilidade de que mensagens telepáticas recebidas no curso do dia só possam ser tratadas durante um sonho da noite seguinte. Então, nada haveria de contraditório em o material, telepaticamente comunicado, ser modificado e transformado em sonho, como qualquer outro material. Seria satisfatório se, com o auxílio da psicanálise, pudéssemos obter um maior e mais bem autenticado conhecimento da telepatia.

A ORGANIZAÇÃO GENITAL INFANTIL (UMA INTERPOLAÇÃO NA TEORIA DA SEXUALIDADE) (1923)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

DIE INFANTILE GENITALORGANISATION(EINE EINSCHALTUNG IN DIE SEXUALTHEORIE)

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1923 *Int. Z. Psychoanal.*, 9 (2), 168-71.

1924 *G.S.*, 5, 232-7.

1926 *Psychoanalyse der Neurosen*, 140-6.

1931 *Sexualtheorie und Traumlehre*, 188-93.

1940 *G.W.*, 13, 291-8.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘The Infantile Genital Organization of the Libido: A Supplement to the Theory of Sexuality.’

1924 *Int. J. Psycho-Anal.*, 5, 125-9 (Trad. de Joan Riviere.)

1924 *C.P.*, 2, 244-9. (Reimpressão da tradução acima.)

A presente tradução inglesa, com o título modificado, baseia-se na publicada em 1924.

Este artigo foi escrito em fevereiro de 1923 (Jones, 1957, 106). Constitui essencialmente, como seu subtítulo implica, um acréscimo aos *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade* (1905*d*), de Freud; e, com efeito, uma nova nota de rodapé, fornecendo a essência do que é aqui apresentado, foi acrescentada à edição daquela obra que apareceu no ano seguinte (1924), Edição *Standard* Brasileira, Vol. VII, págs. 205-6, IMAGO Editora, 1972. O ponto de partida deste artigo deriva principalmente das Seções 5 e 6 do segundo ensaio, *ibid.*, págs. 199-204, ambas datando somente de 1915. No entanto, ele também encampa idéias que serão encontradas nas últimas páginas sobre ‘A Disposição à Neurose Obsessiva’ (1931*i*), Edição *Standard* Brasileira, Vol. XII, pág. 407-9, IMAGO Editora, 1976, bem como diversas que remontam a antes ainda, a ‘The Sexual Theories of Children’ (1908*c*), *Standard Ed.*, 9, 215-20.

A ORGANIZAÇÃO GENITAL INFANTIL (UMA INTERPOLAÇÃO NA TEORIA DA SEXUALIDADE)

A dificuldade do trabalho de pesquisa em psicanálise demonstra-se claramente pelo fato de ser-lhe possível, apesar de décadas inteiras de observação incessante, desprezar aspectos de ocorrência geral e situações características, até que, afinal, elas nos confrontam sob forma inequívoca. As observações que seguem têm a intenção de reparar uma negligência desse tipo no campo do desenvolvimento sexual infantil.

Os leitores de meus *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade* (1905d) dar-se-ão conta de que jamais empreendi qualquer remodelação completa dessa obra em suas edições posteriores, tendo, porém, mantido a disposição original e acompanhado os progressos efetuados em nosso conhecimento mediante interpolações e alterações no texto. Assim procedendo, pode amiúde ter sucedido o que era velho e o que era mais recente antes não admitirem ser fundidos em um todo inteiramente não contraditório. Originalmente, como sabemos, a ênfase incidia sobre uma descrição da diferença fundamental existente entre a vida sexual das crianças e a dos adultos; posteriormente, *as organizações pré-genitais* da libido abriram caminho para o primeiro plano, e também o notável e momentoso fato do *início bifásico* do desenvolvimento sexual. Finalmente, nosso interesse foi tomado pelas *pesquisas* sexuais das crianças, e partindo daí pudemos reconhecer a ampla *aproximação do desfecho final da sexualidade na infância* (por volta do quinto ano de idade) para a forma definitiva por ela assumida no adulto. Esse foi o ponto em que deixei as coisas na última (1922) edição de meus *Três Ensaios*.

Na pág. 60 desse volume, escrevi que ‘a escolha de um objeto, tal como mostramos ser característica da fase puberal do desenvolvimento, já foi freqüente ou habitualmente feita durante os anos de infância: isto é, a totalidade das correntes sexuais passou a ser dirigida para uma única pessoa em relação à qual elas buscam alcançar seus objetivos. Isto é, então, a maior aproximação possível, na infância, da forma final assumida pela vida sexual após a puberdade. A única diferença está no fato de que na infância a combinação dos instintos parciais e sua subordinação sob a primazia dos genitais só foram efetuadas muito incompletamente ou não o foram de forma alguma. Assim, o estabelecimento desta primazia

a serviço da reprodução é a última fase através da qual passa a organização da sexualidade’.

Hoje não mais me satisfaria com a afirmação de que, no primeiro período da infância, a primazia dos órgãos genitais só foi efetuada muito incompletamente ou não o foi de modo algum. A aproximação da vida sexual da criança à do adulto vai muito além e não se limita unicamente ao surgimento da escolha de um objeto. Mesmo não se realizando uma combinação adequada dos instintos parciais sob a primazia dos órgãos genitais, no auge do curso do desenvolvimento da sexualidade infantil, o interesse nos genitais e em sua atividade adquire uma significação dominante, que está pouco aquém da alcançada na maturidade. Ao mesmo tempo, a característica principal dessa ‘organização genital infantil’ é sua *diferença* da organização genital final do adulto. Ela consiste no fato de, para ambos os sexos, entrar em consideração apenas um órgão genital, ou seja, o masculino. O que está presente, portanto, não é uma primazia dos órgãos genitais, mas uma primazia do *falo*.

Infelizmente, podemos descrever esse estado de coisas apenas no ponto em que afeta a criança do sexo masculino; os processos correspondentes na menina não conhecemos. O menino, sem dúvida, percebe a distinção entre homens e mulheres, porém, de início, não tem ocasião de vinculá-la a uma diferença nos órgãos genitais dele. Para ele é natural presumir que todos os outros seres vivos, humanos e animais, possuem um órgão genital como o seu próprio; sabemos, é verdade, que ele procura um órgão análogo ao seu também nas coisas inanimadas. Essa parte do corpo, facilmente excitável, inclinada a mudanças e tão rica em sensações, ocupa o interesse do menino em alto grau e constantemente estabelece novas tarefas ao seu instinto de pesquisa. Ele quer vê-la também em outras pessoas, de modo a compará-la com a sua, e comporta-se como se tivesse uma vaga idéia de que esse órgão poderia e deveria ser maior. A força impulsiva que essa porção masculina do corpo desenvolverá posteriormente na puberdade, expressa-se nesse período da vida sobretudo como premência a investigar, como curiosidade sexual. Muitos dos atos de exibicionismo e agressão cometidos pelas crianças, e que, em anos posteriores, seriam julgados sem hesitação como expressões deluxúria, na análise demonstram ser experimentos empreendidos a serviço da pesquisa sexual.

No decurso dessas pesquisas a criança chega à descoberta de que o pênis não é uma possessão, comum a todas as criaturas que a ela se assemelham. Uma visão acidental dos órgãos genitais de uma irmãzinha ou companheira de brinquedo proporciona a ocasião para essa descoberta. Em crianças inusitadamente inteligentes, a observação de meninas urinando terá despertado, mais cedo ainda, a suspeita de que existe aqui algo diferente, e terão efetuado tentativas de repetir suas observações, de modo a conseguir esclarecimentos. Sabemos como as crianças reagem às suas primeiras impressões da ausência de um pênis. Rejeitam o fato e acreditam que elas *realmente*, ainda assim, vêem um pênis. Encobrem a contradição entre a observação e a preconceção dizendo-se que o pênis ainda é pequeno e ficará maior dentro em pouco, e depois lentamente chegam à conclusão emocionalmente

significativa de que, afinal de contas, o pênis pelo menos estivera lá, antes, e fora retirado depois. A falta de um pênis é vista como resultado da castração e, agora, a criança se defronta com a tarefa de chegar a um acordo com a castração em relação a si própria. Os desenvolvimentos ulteriores são geralmente conhecidos demais para que se torne necessário recapitulá-los aqui. Parece-me, porém, que *o significado do complexo de castração só pode ser corretamente apreciado se sua origem na fase da primazia fálica for também levada em consideração.*

Sabemos também em que grau a depreciação das mulheres, o horror a elas e a disposição ao homossexualismo derivam da convicção final de que as mulheres não possuem pênis. Ferenczi (1923), com toda a justiça, recentemente remontou o símbolo mitológico do horror - a cabeça da Medusa - à impressão dos órgãos genitais femininos desprovidos de pênis.

Não se deve supor, contudo, que a criança efetua rápida e prontamente uma generalização de sua observação de que algumas mulheres não têm pênis. De qualquer modo, ela é impedida de fazê-lo porque supõe ser a falta de um pênis resultado de ter sido castrada como punição. Ao contrário, a criança acredita que são apenas pessoas desprezíveis do sexo feminino que perderam seus órgãos genitais - mulheres que, com toda probabilidade, foram culpadas de impulsos inadmissíveis semelhantes ao seu próprio. Mulheres a quem ela respeita, como sua mãe, retêm o pênis por longo tempo. Para ela, ser mulher ainda não é sinônimo de não ter pênis. Mais tarde, quando a criança retoma os problemas da origem e nascimento dos bebês, e adivinha que apenas as mulheres podem dar-lhes nascimento, somente então também a mãe perde seu pênis. E, juntamente, são construídas teorias bastante complicadas para explicar a troca do pênis por um bebê. Em tudo isso, os órgãos genitais femininos jamais parecem ser descobertos. Como sabemos, imagina-se que o bebê viva dentro do corpo da mãe (em seus intestinos) e nasça através da saída intestinal. Essas últimas teorias nos levam além da extensão de tempo abrangida pelo período sexual infantil. Não é irrelevante manter em mente quais as transformações sofridas, durante o desenvolvimento sexual da infância, pela polaridade de sexo com que estamos familiarizados. Uma primeira antítese é introduzida com a escolha de objeto, a qual, naturalmente, pressupõe um sujeito e um objeto. No estágio da organização pré-genital sádico-anal não existe ainda questão de masculino e feminino; a antítese entre *ativo* e *passivo* é a dominante. No estágio seguinte da organização genital infantil, sobre o qual agora temos conhecimento, existe *masculinidade*, mas não *feminilidade*. A antítese aqui é entre possuir *um órgão genital masculino e ser castrado*. Somente após o desenvolvimento haver atingido seu completamento, na puberdade, que a polaridade sexual coincide com *masculino e feminino*. A masculinidade combina [os fatores de] sujeito, atividade e posse do pênis; a feminilidade encampa [os de] objeto e passividade. A vagina é agora valorizada como lugar de abrigo para o pênis; ingressa na herança do útero.

NEUROSE E PSICOSE (1924 [1923])

NOTA DO EDITOR INGLÊS

NEUROSE UND PSYCHOSE

(*a*) EDIÇÕES ALEMÃS:

1924 *Int. Z. Psychoanal.*, 10 (1), 1-5.

1924 *G.S.*, 5, 418-22.

1926 *Psychoanalyse der Neurosen*, 163-8.

1931 *Neurosenlehre und Technik*, 186-91.

1940 *G.W.*, 13, 387-91.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘Neurosis and Psychosis’

1924.*P.*, 2, 250-4. (Trad. de Joan Riviere.)

A presente tradução inglesa baseia-se na de 1924.

Este trabalho foi escrito durante o final do outono de 1923. Constitui uma aplicação de nova hipótese apresentada em *O Ego e o Id* à questão específica da diferença genética entre neuroses e psicoses. Esse mesmo debate foi levado adiante em outro artigo, escrito alguns meses após o atual, ‘A Perda da Realidade na Neurose e na Psicose’ (1924*e*), pág. 205, adiante. As raízes do assunto já haviam sido postas em debate por Freud na Seção III de seu primeiro artigo sobre ‘The Neuro-Psychoses of Defence’ (1894*a*).

No segundo parágrafo deste artigo, Freud fala de ele haver sido estimulado por ‘uma seqüência de pensamento levantada em outros campos’. Parece provável que estivesse referindo-se a um trabalho sobre a psicanálise da paralisia geral, da autoria de Hollós e Ferenczi (1922), que acabara de aparecer, e ao qual Ferenczi contribuíra com uma seção técnica.

NEUROSE E PSICOSE

Em meu trabalho recentemente publicado, *O Ego e o Id* (1923b), propus uma diferenciação do aparelho psíquico, com base na qual determinado número de relacionamentos pode ser representado de maneira simples e perspicua. Com referência a outros pontos - no que concerne à origem e papel do superego, por exemplo - bastante coisa permanece obscura e não elucidada. Ora, pode-se razoavelmente esperar que uma hipótese desse tipo se mostre útil e prestadia também em outras direções, quanto mais não seja capacitando-nos a ver o que já conhecemos desde outro ângulo, a agrupá-lo de modo diferente e descrevê-lo mais convincentemente. Tal aplicação da hipótese também poderia trazer consigo um retorno proveitoso da cinzenta teoria para o verde perpétuo da experiência.

No trabalho que mencionei, descrevi os numerosos relacionamentos dependentes do ego, sua posição intermediária entre o mundo externo e o id e seus esforços para comprazer todos os seus senhores ao mesmo tempo. Em vinculação com uma seqüência de pensamento levantada em outros campos, relativa à origem e prevenção das psicoses, ocorreu-me agora uma fórmula simples que trata com aquilo que talvez seja a mais importante diferença genética entre uma neurose e uma psicose: *a neurose é o resultado de um conflito entre o ego e o id, ao passo que a psicose é o desfecho análogo de um distúrbio semelhante nas relações entre o ego e o mundo externo.*

Há certamente bons fundamentos para desconfiar-se de tais soluções simples de um problema. Ademais, o máximo que podemos esperar é que essa fórmula se mostre correta nas linhas gerais e mais grosseiras. Isso, porém, já seria algo. Lembramo-nos também, de imediato, de todo um número de descobertas e achados que parecem apoiar nossa tese. Nossas análises demonstram todas que as neuroses transferenciais se originam de recuar-se o ego a aceitar um poderoso impulso instintual do id ou a ajudá-lo a encontrar um escoador ou motor, ou de o ego proibir àquele impulso o objeto a que visa. Em tal caso, o ego se defende contra o impulso instintual mediante o mecanismo da repressão. O material reprimido luta contra esse destino. Cria para si próprio, ao longo de caminhos sobre os quais o ego não tem poder, uma representação substitutiva (que se impõe ao ego mediante uma conciliação) - o sintoma. O ego descobre a sua unidade ameaçada e prejudicada por esse intruso e continua a lutar contra o sintoma, tal como desviou o impulso instintual original. Tudo isso produz o quadro de uma neurose. Não é contradição que, empreendendo a repressão, no fundo o ego esteja seguindo as ordens do superego, ordens que, por sua vez,

se originam de influências do mundo externo que encontraram representação no superego. Mantém-se o fato de que o ego *tomou* o partido dessas forças, de que nele as exigências delas têm mais força que as exigências instintuais do id, e que o ego é a força que põe a repressão em movimento contra a parte do id interessada e fortifica a repressão por meio da anticatexia da resistência. O ego entrou em conflito com o id, a serviço do superego e da realidade, e esse é o estado de coisas em toda neurose de transferência.

Por outro lado, é igualmente fácil, a partir do conhecimento que até agora obtivemos do mecanismo das psicoses, aduzir exemplos que apontam para um distúrbio no relacionamento entre o ego e o mundo externo. Na amênia de Meynert - uma confusão alucinatória aguda que constitui talvez a forma mais extrema e notável de psicose - o mundo exterior não é percebido de modo algum ou a percepção dele não possui qualquer efeito. Normalmente, o mundo externo governa o ego por duas maneiras: em primeiro lugar, através de percepções atuais e presentes, sempre renováveis; e, em segundo, mediante o armazenamento de lembranças de percepções anteriores, as quais, sob a forma de um 'mundo interno', são uma possessão do ego e parte constituinte dele. Na amênia não apenas é recusada a aceitação de novas percepções; também o mundo interno, que, como cópia do mundo externo, até agora o representou, perde sua significação (sua catexia). O ego cria, autocraticamente, um novo mundo externo e interno, e não pode haver dúvida quanto a dois fatos: que esse novo mundo é construído de acordo com os impulsos desejosos do id e que o motivo dessa dissociação do mundo externo é alguma frustração muito séria de um desejo, por parte da realidade - frustração que parece intolerável. A estreita afinidade dessa psicose com os sonhos normais é inequívoca. Uma pré-condição do sonhar, além do mais, é o estado de sono, e uma das características do sono é o completo afastamento da percepção e do mundo externo.

Sabemos que outras formas de psicose, as esquizofrenias, inclinam-se a acabar em uma hebetude afetiva - isto é, em uma perda de toda participação no mundo externo. Com referência à gênese dos delírios, inúmeras análises nos ensinaram que o delírio se encontra aplicado como um remendo no lugar em que originalmente uma fenda apareceu na relação do ego com o mundo externo. Se essa pré-condição de um conflito com o mundo externo não nos é muito mais observável do que atualmente acontece, isso se deve ao fato de que, no quadro clínico da psicose, as manifestações do processo patogênico são amiúde recobertas por manifestações de uma tentativa de cura ou uma reconstrução.

A etiologia comum ao início de uma psicose e de uma psicose sempre permanece a mesma. Ela consiste em uma frustração, em uma não-realização, de um daqueles desejos de infância que nunca são vencidos e que estão tão profundamente enraizados em nossa organização filogeneticamente determinada. Essa frustração é, em última análise, sempre uma frustração externa, mas, no caso individual, ela pode proceder do agente interno (no superego) que assumiu a representação das exigências da realidade. O efeito patogênico depende de o ego, numa tensão conflitual desse tipo, permanecer fiel à sua dependência do mundo externo e tentar silenciar o id, ou ele se deixar derrotar pelo id e, portanto, ser

arrancado da realidade. Uma complicação é introduzida nessa situação aparentemente simples, contudo, pela existência do superego, o qual, através de um vínculo ainda não claro para nós, une em si influências originárias tanto do id quanto do mundo externo, e constitui, até certo ponto, um modelo ideal daquilo a que visa o esforço total do ego: uma reconciliação entre os seus diversos relacionamentos dependentes. A atitude do superego deveria ser tomada em consideração - o que até aqui não foi feito - em toda forma de enfermidade psíquica. Podemos provisoriamente presumir que tem de haver também doenças que se baseiam em um conflito entre o ego e o superego. A análise nos dá o direito de supor que a melancolia é um exemplo típico desse grupo, e reservaríamos o nome de 'psiconeuroses narcísicas' para distúrbios desse tipo. Tampouco colidirá com nossas impressões se encontrarmos razões para separar estados como a melancolia das outras psicoses. Percebemos agora que pudemos tornar nossa fórmula genética simples mais completa, sem abandoná-la. As neuroses de transferência correspondem a um conflito entre o ego e o id; as neuroses narcísicas, a um conflito entre o ego e o superego, e as psicoses, a um conflito entre o ego e o mundo externo. É verdade que não podemos dizer imediatamente se de fato com isso lucrarmos algum conhecimento novo, ou apenas enriquecemos nosso estoque de fórmulas; penso, porém, que essa possível aplicação da diferenciação proposta do aparelho psíquico em um ego, um superego e um id não pode deixar de dar-nos coragem para manter constantemente em vista essa hipótese.

A tese de que as neuroses e as psicoses se originam nos conflitos do ego com as suas diversas instâncias governantes - isto é, portanto, de que elas refletem um fracasso ao funcionamento do ego, que se vê em dificuldades para reconciliar todas as várias exigências feitas a ele -, essa tese precisa ser suplementada em mais um ponto. Seria desejável saber em que circunstâncias e por que meios o ego pode ter êxito em emergir de tais conflitos, que certamente estão sempre presentes, sem cair enfermo. Trata-se de um novo campo de pesquisa, onde sem dúvida os mais variados fatores surgirão para exame. Dois deles, porém, podem ser acentuados em seguida. Em primeiro lugar, o desfecho de todas as situações desse tipo indubitavelmente dependerá de considerações econômicas - das magnitudes relativas das tendências que estão lutando entre si. Em segundo lugar, será possível ao ego evitar uma ruptura em qualquer direção deformando-se, submetendo-se a usurpações em sua própria unidade e até mesmo, talvez, efetuando uma clivagem ou divisão de si próprio. Desse modo as incoerências, excentricidades e loucuras dos homens apareceriam sob uma luz semelhante às suas perversões sexuais, através de cuja aceitação poupam a si próprios repressões. Em conclusão, resta a considerar a questão de saber qual pode ser o mecanismo, análogo à repressão, por cujo intermédio o ego se desliga do mundo externo. Isso, penso eu, não pode ser respondido com novas investigações; porém, segundo pareceria, tal mecanismo deve, tal como a repressão, abranger uma retirada da catexia enviada pelo ego.

O PROBLEMA ECONÔMICO DO MASOQUISMO (1924)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

DAS ÖKONOMISCHE PROBLEM DES MASOCHISMUS

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1924 *Int. Z. Psychoanal.*, 10 (2), 121-33.

1924 *G.S.*, 5, 374-86.

1926 *Psychoanalyse der Neurosen*, 147-62.

1931 *Neurosenlehre und Technik*, 193-207.

1940 *G.W.*, 13, 371-83.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘The Economic Problem in Masochism’

1924 *C.P.*, 2, 255-68. (Trad. de Joan Riviere.)

A presente tradução inglesa, com o título ligeiramente alterado, baseia-se na de 1924.

Este artigo foi terminado antes do final de janeiro de 1924 (Jones, 1957, 114).

Neste importante trabalho, Freud fornece sua descrição mais completa do enigmático fenômeno do masoquismo. Previamente lidara com ele, mas sempre um tanto como tentativa, em seus *Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade* (1905d), Edição *Standard Brasileira*, Vol. VII, págs. 159-62, IMAGO Editora, 1972, no artigo metapsicológico ‘Os Instintos e suas Vicissitudes’ (1915c), Edição *Standard Brasileira*, Vol. XIV, págs. 147-51, IMAGO Editora, 1974, e, em bem maior extensão, em “‘A Child is Being Beaten’”, que ele próprio descreveu, em uma carta a Ferenczi, como ‘um artigo sobre o masoquismo’. Em todos esses escritos, o masoquismo deriva de um sadismo anterior; não se reconhece uma coisa chamada masoquismo primário. (Ver, por exemplo, Edição *Standard Brasileira*, Vol.

XIV, pág. 149, IMAGO Editora, 1974, e *Standard Ed.*, 17, 193-4.) Em *Além do Princípio de Prazer* (1920g), contudo, após a introdução do ‘instinto de morte’, encontramos uma afirmação de que ‘*pode* haver um masoquismo primário’ (Edição *Standard Brasileira*, Vol. XVIII, pág. 75, IMAGO Editora, 1976), e, no presente artigo, a existência de um masoquismo primário é tomada como certa.

A existência desse masoquismo primário aqui é explicada principalmente com base na ‘fusão’ e ‘desfusão’ das duas classes de instintos - conceito que fora examinado extensamente em *O Ego e o Id* (1923b), publicado menos de um ano antes -, ao passo que a natureza aparentemente autocontraditória de um instinto que visa ao desprazer é tratada no interessante debate introdutório, que, pela primeira vez, faz claramente distinção entre o ‘princípio de constância’ e o ‘princípio de prazer’.

A análise de Freud demonstra que esse masoquismo primário ou ‘erógeno’ conduz a duas formas derivadas. Uma delas, que denomina de ‘feminina’, é a forma que Freud já debatera em seu artigo sobre ‘fantasias de espancamento’ (1919e). A terceira forma, porém, o ‘masoquismo moral’, dá-lhe oportunidade de ampliar em muitos pontos o que fora apenas ligeiramente a florado em *O Ego e o Id*, e de descerrar novos problemas em vinculação com sentimentos de culpa e o funcionamento da consciência.

O PROBLEMA ECONÔMICO DO MASOQUISMO (1924)

A existência de uma tendência masoquista na vida instintual dos seres humanos pode corretamente ser descrita como misteriosa desde o ponto de vista econômico. Pois se os processos mentais são governados pelo princípio de prazer de modo tal que o seu primeiro objetivo é a evitação do desprazer e a obtenção do prazer, o masoquismo é incompreensível. Se o sofrimento e o desprazer podem não ser simplesmente advertências, mas, em realidade, objetivos, o princípio de prazer é paralisado - é como se o vigia de nossa vida mental fosse colocado fora de ação por uma droga.

Assim, o masoquismo aparece-nos à luz de um grande perigo, o que de modo algum procede para seu correspondente, o sadismo. Ficamos tentados a chamar o princípio de prazer de vigia de nossa vida, antes que simplesmente de nossa vida mental. Nesse caso, porém, somos defrontados pela tarefa de investigar o relacionamento do princípio de prazer com as duas classes de instintos que distinguimos, os instintos de morte e os instintos de

vida eróticos (libidinais), e não podemos avançar além em nossa consideração do problema, até que tenhamos realizado essa tarefa.

Será lembrado que assumimos a opinião de que o princípio governante de todos os processos mentais constitui um caso especial da ‘tendência no sentido da estabilidade’, de Fechner, e, por conseguinte, atribuímos ao aparelho psíquico o propósito de reduzir a nada ou, pelo menos, de manter tão baixas quanto possível as somas de excitação que fluem sobre ele. Barbara Low [1920, 73] sugeriu o nome de ‘princípio de Nirvana’ para essa suposta tendência, e nós aceitamos o termo. Sem hesitação, porém, temos identificado o princípio de prazer-desprazer com esse princípio de Nirvana. Todo desprazer deve assim coincidir com uma elevação e todo prazer com um rebaixamento da tensão mental devida ao estímulo; o princípio de Nirvana (e o princípio de prazer, que lhe é supostamente idêntico) estaria inteiramente a serviço dos instintos de morte, cujo objetivo é conduzir a inquietação da vida para a estabilidade do estado inorgânico, e teria a função de fornecer advertências contra as exigências dos instintos de vida - a libido - que tentam perturbar o curso pretendido da vida. Tal visão, porém, não pode ser correta. Parece que na série de sensações de tensão temos um sentido imediato do aumento e diminuição das quantidades de estímulo, e não se pode duvidar que há tensões prazerosas e relaxamentos desprazerosos de tensão. O estado de excitação sexual constitui o exemplo mais notável de um aumento prazeroso de estímulo desse tipo, mas certamente não o único.

O prazer e o desprazer, portanto, não podem ser referidos a um aumento ou diminuição de uma quantidade (que descrevemos como ‘tensão devida a estímulo’), embora obviamente muito tenham a ver com esse fator. Parece que eles dependem, não desse fator quantitativo, mas de alguma característica dele que só podemos descrever como qualitativa. Se pudéssemos dizer o que é essa característica qualitativa, estaríamos muito mais avançados em psicologia. Talvez seja o ritmo, a seqüência temporal de mudanças, elevações e quedas na quantidade de estímulo. Não sabemos.

Seja como for, temos de perceber que o princípio de Nirvana, pertencendo, como pertence, ao instinto de morte, experimentou nos organismos vivos uma modificação através da qual se tornou o princípio de prazer, e doravante evitaremos encarar os dois princípios como um só. Se nos preocupamos em acompanhar essa linha de pensamento, não é difícil imaginar a força que foi a fonte da modificação. Ela só pode ser o instinto de vida, a libido, que assim, lado a lado com o instinto de morte, apoderou-se de uma cota na regulação dos processos da vida. Assim, obtemos um conjunto de vinculações pequeno mas interessante. O princípio de Nirvana expressa a tendência do instinto de morte; o princípio de prazer representa as exigências da libido, e a modificação do último princípio, o princípio de realidade, representa a influência do mundo externo.

Nenhum desses três princípios é realmente colocado fora de ação por outro. Via de regra eles podem tolerar-se mutuamente, embora conflitos estejam fadados a surgir

ocasionalmente do fato dos objetivos diferentes que são estabelecidos para cada um - num dos casos, uma redução quantitativa da carga do estímulo; noutra, uma característica qualitativa do estímulo, e, por último [no terceiro caso], um adiamento da descarga do estímulo e uma aquiescência temporária ao desprazer devido à tensão.

A conclusão a ser extraída dessas considerações é que a descrição do princípio de prazer como vigia de nossa vida não pode ser rejeitada.

Retornemos ao masoquismo. O masoquismo apresenta-se à nossa observação sob três formas: como condição imposta à excitação sexual, como expressão da natureza feminina e como norma de comportamento (behaviour). Podemos, por conseguinte, distinguir um masoquismo erógeno, um masoquismo feminino e um masoquismo moral. O primeiro masoquismo, o erógeno - prazer no sofrimento - jaz ao fundo também das outras duas formas. Sua base deve ser buscada ao longo de linhas biológicas e constitucionais e ele permanece incompreensível a menos que se decida efetuar certas suposições sobre assuntos que são extremamente obscuros. A terceira, e sob certos aspectos a forma mais importante assumida pelo masoquismo, apenas recentemente foi identificada pela psicanálise como um sentimento de culpa que, na maior parte, é inconsciente; ela, porém, já pode ser completamente explicada e ajustada ao restante de nosso conhecimento. O masoquismo feminino, por outro lado, é o mais acessível às nossas observações e o menos problemático, e pode ser examinado em todas as suas relações. Começaremos nosso exame por ele.

Possuímos suficiente familiaridade com esse tipo de masoquismo nos homens (a quem, devido ao material à minha disposição, restringirei minhas observações), derivado de indivíduos masoquistas - e, portanto, amiúde impotentes -, cujas fantasias se concluem por um ato de masturbação ou representam uma satisfação sexual em si próprias. Os desempenhos da vida real de pervertidos masoquistas harmonizam-se completamente com essas fantasias, quer sejam os desempenhos levados a cabo como um fim em si próprio, quer sirvam para induzir potência e conduzir ao ato sexual. Em ambos os casos - pois os desempenhos são, no fim das contas, apenas uma execução das fantasias em jogo - o conteúdo manifesto é de ser amordaçado, amarrado, dolorosamente espancado, açoitado, de alguma maneira maltratado, forçado à obediência incondicional, sujado e aviltado. É muito mais raro que mutilações sejam incluídas no conteúdo, e, então sujeitas a estritas limitações. A interpretação óbvia, à qual facilmente se chega, é que o masoquista deseja ser tratado como uma criança pequena e desamparada, mas, particularmente, como uma criança travessa. É desnecessário citar casos para ilustrar isso, pois o material é muito uniforme e acessível a qualquer observador, mesmo a não analistas. Havendo, porém, uma oportunidade de estudar casos em que as fantasias masoquistas foram, de modo especial, ricamente elaboradas, de imediato se descobre que elas colocam o indivíduo numa situação caracteristicamente feminina; elas significam, assim, ser castrado, ou ser copulado, ou dar à luz um bebê. Por essa razão chamei essa forma de masoquismo, a priori por assim dizer [isto é, com base em seus exemplos extremos], de forma feminina, embora tantas de suas

características apontem para a vida infantil. Essa estratificação superposta do infantil e do feminino encontrará posteriormente uma explicação simples. Ser castrado - ou ser cegado, que o representa - com freqüência deixa um traço negativo de si próprio nas fantasias, na condição de que nenhum dano deve ocorrer precisamente aos órgãos genitais ou aos olhos. (As torturas masoquistas, incidentalmente, com raridade, causam uma impressão tão séria quanto as crueldades do sadismo, quer imaginado ou realizado.) Também um sentimento de culpa encontra expressão no conteúdo manifesto das fantasias masoquistas; o indivíduo presume que cometeu algum crime (cujas natureza é deixada indefinida), a ser expiado por todos aqueles procedimentos penosos e atormentadores. Isso se parece com uma racionalização superficial do tema geral masoquista, mas jaz por trás dela uma vinculação à masturbação infantil. Por outro lado, esse fator de culpa fornece uma transição para a terceira forma de masoquismo, a moral.

O masoquismo feminino que estivemos descrevendo baseia-se inteiramente no masoquismo primário, erógeno, no prazer no sofrimento. Isso não pode ser explicado sem remetermos nosso exame para muito atrás.

Em meus Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade, na seção sobre as fontes da sexualidade infantil, apresentei a proposição de que, 'no caso de um grande número de processos internos a excitação sexual surge como um efeito concomitante, tão logo a intensidade desses processos passe além de certos limites quantitativos'. De fato, 'bem pode acontecer que nada de considerável importância ocorra no organismo sem contribuir com algum componente para a excitação do instinto sexual'. De acordo com isso, a excitação do sofrimento e desprazer estaria fadada a ter também o mesmo resultado. A ocorrência de tal excitação libidinal simpática quando há tensão devida ao sofrimento e ao desprazer seria um mecanismo fisiológico infantil que deixa de operar mais tarde. Ela atingiria um grau variável de desenvolvimento em constituições sexuais diferentes, mas, em todo caso, forneceria a fundação psicológica sobre a qual a estrutura psíquica do masoquismo erógeno seria posteriormente erigida.

A inadequação dessa explicação é vista, contudo, no fato de não lançar luz sobre as vinculações regulares e estreitas do masoquismo com seu correspondente na vida instintual, o sadismo. Se remontarmos um pouco atrás, para nossa hipótese das duas classes de instintos que consideramos como operantes no organismo vivo, chegamos a outra derivação do masoquismo, a qual, porém, não está em contradição com a anterior. Nos organismos (multicelulares), a libido enfrenta o instinto de morte ou destruição neles dominante e procura desintegrar o organismo celular e conduzir cada organismo unicelular separado [que o compõe] para um estado de estabilidade inorgânica (por mais relativa que essa possa ser). A libido tem a missão de tornar inócuo o instinto destruidor e a realiza desviando esse instinto, em grande parte, para fora - e em breve com o auxílio de um sistema orgânico especial, o aparelho muscular - no sentido de objetos do mundo externo. O instinto é então chamado de instinto destrutivo, instinto de domínio ou vontade de poder. Uma parte do

instinto é colocada diretamente a serviço da função sexual, onde tem um papel importante a desempenhar. Esse é o sadismo propriamente dito. Outra porção não compartilha dessa transposição para fora; permanece dentro do organismo e, com o auxílio da excitação sexual acompanhante acima descrita, lá fica libidinalmente presa. É nessa porção que temos de identificar o masoquismo original, erógeno.

Não dispomos de qualquer compreensão fisiológica das maneiras e meios pelos quais esse amansamento do instinto de morte pela libido pode ser efetuado. No que concerne ao campo psicanalítico de idéias, só podemos presumir que se realiza uma fusão e amalgamação muito ampla, em proporções variáveis, das duas classes de instintos, de modo que jamais temos de lidar com instintos de vida puros ou instintos de morte puros, mas apenas com misturas deles, em quantidades diferentes. Correspondendo a uma fusão de instintos desse tipo, pode existir, por efeito de determinadas influências, uma des fusão deles. Não podemos presentemente imaginar a extensão das partes dos instintos de morte que se recusam a serem amansadas assim, por estarem vinculadas a misturas de libido.

Estando-se preparado para desprezar uma pequena falta de exatidão, pode-se dizer que o instinto de morte operante no organismo - sadismo primário - é idêntico ao masoquismo. Após sua parte principal ter sido transposta para fora, para os objetos, dentro resta como um resíduo seu masoquismo erógeno propriamente dito que, por um lado, se tornou componente da libido e, por outro, ainda tem o eu (self) como seu objeto. Esse masoquismo seria assim prova e remanescente da fase de desenvolvimento em que a coalescência (tão importante para a vida) entre o instinto de morte e Eros se efetuou. Não ficaremos surpresos em escutar que, em certas circunstâncias, o sadismo, ou instinto de destruição, antes dirigido para fora, projetado, pode ser mais uma vez introjetado, voltado para dentro, regredindo assim à sua situação anterior. Se tal acontece, produz-se um masoquismo secundário, que é acrescentado ao masoquismo original.

O masoquismo erógeno acompanha a libido por todas as suas fases de desenvolvimento e delas deriva seus revestimentos psíquicos cambiantes. O medo de ser devorado pelo animal totêmico (o pai) origina-se da organização oral primitiva; o desejo de ser espancado pelo pai provém da fase anal-sádica que a segue; a castração, embora seja posteriormente rejeitada, ingressa no conteúdo das fantasias masoquistas como um precipitado do estágio ou organização fálica, e da organização genital final surgem, naturalmente, as situações de ser copulado e de dar nascimento, que são características da feminilidade. O papel também desempenhado no masoquismo pelas nádegas é facilmente compreensível, independentemente de sua base evidente na realidade. As nádegas são a parte do corpo que recebe preferência erógena na fase anal-sádica, tal como o seio na fase oral e o pênis na genital.

A terceira forma de masoquismo, o masoquismo moral, é principalmente notável por haver afrouxado sua vinculação com aquilo que identificamos como sexualidade. Todos os outros sofrimentos masoquistas levam consigo a condição de que emanem da pessoa amada e sejam tolerados à ordem da pessoa. No masoquismo moral essa restrição foi abandonada. O próprio sofrimento é o que importa; ser ele decretado por alguém que é amado ou por alguém que é indiferente não tem importância. Pode mesmo ser causado por poderes impessoais ou pelas circunstâncias; o verdadeiro masoquista sempre oferece a face onde quer que tenha oportunidade de receber um golpe. É muito tentador, ao explicar essa atitude,

deixar a libido fora de consideração e confinar-se a presumir que, nesse caso, o instinto destrutivo se voltou novamente para dentro e agora se enfurece contra o eu (self); contudo, deve haver algum significado no fato de o uso lingüístico não ter abandonado a vinculação entre essa forma de conduta e o erotismo, e chamar também de masoquistas esses ofensores de si próprios.

Atenhamo-nos a um hábito de nossa técnica e consideremos primeiramente a forma patológica extrema e inequívoca desse masoquismo. Descrevi noutra lugar como, no tratamento analítico, deparamos com pacientes a quem, devido ao seu comportamento perante a influência terapêutica do tratamento, somos obrigados a atribuir um sentimento de culpa ‘inconsciente’. Apontei o sinal pelo qual tais pessoas podem ser reconhecidas (uma ‘reação terapêutica negativa’) e não ocultei o fato de que a força de tal impulso constitui uma das mais sérias resistências e o maior perigo ao sucesso de nossos objetivos médicos ou educativos. A satisfação desse sentimento inconsciente de culpa é talvez o mais poderoso bastião do indivíduo no lucro (geralmente composto) que auferir da doença - na soma de forças que lutam contra o restabelecimento e se recusam a ceder seu estado de enfermidade. O sofrimento acarretado pelas neuroses é exatamente o fator que as torna valiosas para a tendência masoquista. É também instrutivo descobrir, contrariamente a toda teoria e expectativa, que uma neurose que desafiou todo esforço terapêutico pode desvanecer-se se o indivíduo se envolve na desgraça de um casamento infeliz, perde todo o seu dinheiro ou desenvolve uma doença orgânica perigosa. Em tais casos, uma forma de sofrimento foi substituída por outra e vemos que tudo quanto importava era a possibilidade de manter um determinado grau de sofrimento.

Os pacientes não acreditam facilmente em nós quando lhes falamos sobre o sentimento inconsciente de culpa. Já sabem demais por que tormentos - as dores da consciência - se expressa um sentimento consciente de culpa, uma consciência de culpa e, portanto, não podem admitir que possam abrigar em si mesmos impulsos exatamente análogos, sem estarem no mínimo conscientes deles. Até certo ponto, penso eu, podemos enfrentar sua objeção se abandonarmos o termo ‘sentimento inconsciente de culpa’, que, de qualquer modo, é psicologicamente incorreto, e falarmos, em vez disso, de uma ‘necessidade de punição’, que abrange o estado de coisas observado de modo igualmente apropriado. Não podemos, porém, impedir-nos de julgar e localizar esse sentimento inconsciente de culpa do mesmo modo como fazemos com o tipo consciente.

Atribuímos a função da consciência ao superego e reconhecemos a consciência de culpa como expressão de uma tensão entre o ego e o superego. O ego reage com sentimentos de ansiedade (ansiedade de consciência) à percepção de que não esteve à altura das exigências feitas por seu ideal, ou superego. O que desejamos saber é como o superego veio a desempenhar esse papel exigente e por que o ego, no caso de uma diferença com o seu ideal, deve ter medo.

Dissemos que a função do ego é unir e reconciliar as reivindicações das três instâncias a que serve, e podemos acrescentar que, assim procedendo, ele também tem no superego um modelo que pode esforçar-se por seguir, pois esse superego é tanto um representante do id quanto do mundo externo. Surgiu através da introjeção no ego dos primeiros objetos dos impulsos libidinais do id - ou seja, os dois genitores. Nesse processo, a relação com esses objetos foi dessexualizada; foi desviada de seus objetivos sexuais diretos. Apenas assim foi possível superar-se o complexo de Édipo. O superego reteve características essenciais das pessoas introjetadas - a sua força, sua severidade, a sua inclinação a supervisionar e punir. Como já disse noutra lugar, é facilmente concebível que, graças à defusão de instinto que ocorre juntamente com essa introdução no ego, a severidade fosse aumentada. O superego - a consciência em ação no ego - pode então tornar-se dura, cruel e inexorável contra o ego que está a seu cargo. O Imperativo Categórico de Kant é, assim, o herdeiro direto do complexo de Édipo.

No entanto, as mesmas figuras que continuam a operar no superego como a instância que conhecemos por consciência, após terem deixado de ser objetos dos impulsos libidinais do id - essas mesmas figuras também pertencem ao mundo externo real. É daí que elas foram tiradas; seu poder, por trás do qual jazem escondidas todas as influências do passado e da tradição, foi uma das manifestações de realidade mais intensamente sentidas. Em virtude dessa concorrência, o superego, o substituto do complexo de Édipo, também se torna um representante do mundo externo real e, assim, torna-se igualmente um modelo para os esforços do ego.

O complexo de Édipo mostra assim ser - como já foi conjecturado num sentido histórico - a fonte de nosso senso ético individual, de nossa moralidade. O curso do desenvolvimento da infância conduz a um desligamento sempre crescente dos pais e a significação pessoal desses para o superego retrocede para o segundo plano. Às imagos que deixam lá atrás estão, pois, vinculadas as influências de professores e autoridades, modelos auto-escolhidos e heróis publicamente reconhecidos, cujas figuras não mais precisam ser introjetadas por um ego que se tornou resistente. A última figura na série iniciada com os pais é o poder sombrio do Destino, que apenas poucos dentre nós são capazes de encarar como impessoal. Pouco há que dizer contra o escritor holandês Multatuli, quando substitui o □□□□□ [Destino] dos gregos pelo par divino □ó□□s□□□í□□□□□□ [Razão e Necessidade], mas todos os que transferem a orientação do mundo para a Providência, Deus, ou Deus e a Natureza, despertam a suspeita de que ainda consideram esses poderes supremos e remotos como uma dupla parental, num sentido mitológico, e se acreditam vinculados a eles por laços libidinais. Em O Ego e o Id [[1]] fiz uma tentativa de derivar o temor realista que a humanidade tem da morte, também da mesma visão parental da sorte. Parece muito difícil libertar-se dela.

Após essas preliminares, podemos retornar à nossa consideração do masoquismo moral. Dissemos que, por seu comportamento durante o tratamento e na vida, os indivíduos em

causa dão a impressão de serem moralmente inibidos em grau excessivo, de estarem sob o domínio de uma consciência especialmente sensível, embora não sejam conscientes em nada dessa ultramoralidade. A uma inspeção mais chegada, podemos perceber a diferença existente entre uma extensão inconsciente da moralidade, desse tipo, e o masoquismo moral. Na primeira, o acento recai sobre o sadismo intensificado do superego a que o ego se submete; na última, incide no próprio masoquismo do ego, que busca punição, quer do superego quer dos poderes parentais externos. Podem perdoar-nos por termos confundido os dois inicialmente, pois em ambos os casos se trata de um relacionamento entre o ego e o superego (ou poderes que lhe são equivalentes), e em ambos os casos o que está envolvido é uma necessidade que é satisfeita pela punição e pelo sofrimento. Difícilmente, então, pode ser um pormenor insignificante que o sadismo do superego se torne, na maior parte, ofuscantemente consciente, ao passo que a tendência masoquista do ego permaneça, via de regra, oculta ao indivíduo e tenha de ser inferida de seu comportamento.

O fato de o masoquismo moral ser inconsciente nos leva a uma pista óbvia. Podemos traduzir a expressão ‘sentimento inconsciente de culpa’ como significando uma necessidade de punição às mãos de um poder paterno. Sabemos agora que o desejo, tão freqüente em fantasias, de ser espancado pelo pai se situa muito próximo do outro desejo, o de ter uma relação sexual passiva (feminina) com ele, e constitui apenas uma deformação regressiva deste último. Se inserirmos essa explicação no conteúdo do masoquismo moral, seu conteúdo oculto se torna claro para nós. A consciência e a moralidade surgiram mediante a superação, a dessexualização do complexo de Édipo; através do masoquismo moral, porém, a moralidade mais uma vez se torna sexualizada, o complexo de Édipo é revivido e abre-se o caminho para uma regressão, da moralidade para o complexo de Édipo. Isso não é vantajoso nem para a moralidade nem para a pessoa interessada. Um indivíduo pode, é verdade, ter preservado a totalidade ou determinada medida de senso ético ao lado de seu masoquismo, mas, alternativamente, grande parte de sua consciência pode haver-se desvanecido em seu masoquismo. Novamente, o masoquismo cria uma tentação a efetuar ações ‘pecaminosas’, que devem então ser expiadas pelas censuras da consciência sádica (como é exemplificado em tantos tipos caracterológicos russos) ou pelo castigo do grande poder parental do Destino. A fim de provocar a punição desse último representante dos pais, o masoquista deve fazer o que é desaconselhável, agir contra seus próprios interesses, arruinar as perspectivas que se abrem para ele no mundo real e, talvez, destruir sua própria existência real.

A volta do sadismo contra o eu (self) ocorre regularmente onde uma supressão cultural dos instintos impede que grande parte dos componentes instintuais destrutivos do indivíduo seja exercida na vida. Podemos supor que essa parte do instinto destrutivo que se retirou aparece no ego como uma intensificação do masoquismo. Os fenômenos da consciência, contudo, levam-nos a inferir que a destrutividade que retorna do mundo externo é também assumida pelo superego, sem qualquer transformação desse tipo, e aumenta seu sadismo contra o ego. O sadismo do superego e o masoquismo do ego suplementam-se mutuamente e

se unem para produzir os mesmos efeitos. Só assim, penso eu, podemos compreender como a supressão de um instinto pode, com freqüência ou muito geralmente, resultar em um sentimento de culpa, e como a consciência de uma pessoa se torna mais severa e mais sensível, quanto mais se abstém da agressão contra os outros. Poder-se-ia esperar que um homem, se sabe que tem o hábito de evitar o cometimento de atos de agressividade, indesejáveis de um ponto de vista cultural, terá por isso uma boa consciência e vigiará seu ego com menos suspeita. A situação geralmente se apresenta como se os requisitos éticos fossem a coisa primária e a renúncia ao instinto deles decorresse. Isso deixa inexplicada a origem do senso ético. Na realidade, parece acontecer o inverso. A primeira renúncia instintual é forçada por poderes externos, e somente isso cria o senso ético, que se expressa na consciência e exige uma ulterior renúncia ao instinto.

O masoquismo moral, assim, se torna uma prova clássica da existência da fusão do instinto. Seu perigo reside no fato de ele originar-se do instinto de morte e corresponder à parte desse instinto que escapou de ser voltado para fora, como instinto de destruição. No entanto, de vez que, por outro lado, ele tem a significação de um componente erótico, a própria destruição de si mesmo pelo indivíduo não pode se realizar sem uma satisfação libidinal.

A DISSOLUÇÃO DO COMPLEXO DE ÉDIPO (1924)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

DER UNTERGANG DES ÖDIPUSKOMPLEXES

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1924 *Int. Z. Psychoanal.*, 10, (3), 245-52.

1924 *G.S.*, 5, 423-30.

1926 *Psychoanalyse der Neurosen*, 169-77.

1931 *Neurosenlehre und Technik*, 191-9.

1940 *G. W.*, 13, 395-402.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘The Passing of the Oedipus Complex’

1924 *Int. J. Psycho-Anals.*, 5 (4), 419-24. (Trad. de Joan Riviere.)

A presente tradução inglesa, com o título modificado, baseia-se na de 1924.

Este artigo, escrito nos primeiros meses de 1924, foi, em sua essência, elaboração de uma passagem de *O Ego e o Id* ([1]). Reivindica ainda nosso interesse especial por dar ênfase, pela primeira vez, ao curso diferente tomado pelo desenvolvimento da sexualidade em meninos e meninas. Essa nova linha de pensamento foi levada adiante, cerca de dezoito meses mais tarde, no trabalho de Freud sobre ‘Algumas Conseqüências Psíquicas da Distinção Anatômica entre os Sexos’ (1925j). A história das opiniões cambiantes de Freud sobre esse assunto é debatida na Nota do Editor Inglês ao último artigo ([1]).

A DISSOLUÇÃO DO COMPLEXO DE ÉDIPO

Em extensão sempre crescente, o complexo de Édipo revela sua importância como o fenômeno central do período sexual da primeira infância. Após isso, se efetua sua dissolução, ele sucumbe à regressão, como dizemos, e é seguido pelo período de latência. Ainda não se tornou claro, contudo, o que é que ocasiona sua destruição. As análises parecem demonstrar que é a experiência de desapontamentos penosos. A menina gosta de considerar-se como aquilo que seu pai ama acima de tudo o mais, porém chega a ocasião em que tem de sofrer parte dele uma dura punição e é atirada para fora de seu paraíso ingênuo. O menino encara a mãe como sua propriedade, mas um dia descobre que ela transferiu seu amor e sua solicitude para um recém-chegado. A reflexão deve aprofundar nosso senso da importância dessas influências, porque ela enfatizará o fato de serem inevitáveis experiências aflitivas desse tipo, que agem em oposição ao conteúdo do complexo. Mesmo não ocorrendo nenhum acontecimento especial tal como os que mencionamos como exemplos, a ausência da satisfação esperada, a negação continuada do bebê desejado, devem, ao final, levar o pequeno amante a voltar as costas ao seu anseio sem esperança. Assim, o complexo de Édipo se encaminharia para a destruição por sua falta de sucesso, pelos efeitos de sua impossibilidade interna.

Outra visão é a de que o complexo de Édipo deve ruir porque chegou a hora para sua desintegração, tal como os dentes de leite caem quando os permanentes começam a crescer. Embora a maioria dos seres humanos passe pelo complexo de Édipo como uma experiência individual, ele constitui um fenômeno que é determinado e estabelecido pela hereditariedade e que está fadado a findar de acordo com o programa, o instalar-se a fase seguinte preordenada de desenvolvimento. Assim sendo, não é de grande importância quais as ocasiões que permitem tal ocorrência ou, na verdade, que ocasiões desse tipo possam ser de algum modo descobertas.

A justiça dessas opiniões não pode ser discutida. Ademais, elas são compatíveis. Há lugar para a visão ontogenética, lado a lado com a filogenética, de conseqüências bem maiores. Também procede que, mesmo no nascimento, o indivíduo está inteiramente destinado a morrer, e talvez sua disposição orgânica já possa conter a indicação daquilo que deve morrer. Não obstante, continua a ser de interesse acompanhar como esse programa inato é executado e de que maneira nocividades acidentais exploram sua disposição.

Ultimamente nos tornamos mais claramente cômicos que antes, de que o desenvolvimento sexual de uma criança avança até determinada fase, na qual o órgão genital já assumiu o papel principal. Esse órgão genital é apenas o masculino, ou, mais corretamente, o pênis; o genital feminino permaneceu irrevelado. Essa fase fálica, que é contemporânea do complexo de Édipo, não se desenvolve além, até a organização genital definitiva, mas é submersa, e sucedida pelo período de latência. Seu término, contudo, se realiza de maneira típica e em conjunção com acontecimentos de recorrência regular.

Quando o interesse da criança (do sexo masculino) se volta para os seus órgãos genitais, ela revela o fato manipulando-os freqüentemente, e então descobre que os adultos não aprovam esse comportamento. Mais ou menos diretamente, mais ou menos brutalmente, pronunciam uma ameaça de que essa parte dele, que tão altamente valoriza, lhe será tirada. Geralmente, é de mulheres que emana a ameaça; com muita freqüência, elas buscam reforçar sua autoridade por uma referência ao pai ou ao médico, os quais, como dizem, levarão a cabo a punição. Em certo número de casos, as mulheres, elas próprias, mitigam a ameaça de maneira simbólica, dizendo à criança que não é o seu órgão genital, que na realidade desempenha um papel passivo, que deve ser removido, mas sim sua mão, que é o culpado ativo. Acontece com especial freqüência que o menininho seja ameaçado com a castração, não porque brinca com o pênis com a mão, mas porque molha o leito todas as noites e não pode ser levado a ser limpo. Os encarregados dele se comportam como se essa incontinência noturna fosse resultado e prova de ele estar indevidamente interessado em seu pênis, e provavelmente têm razão. De qualquer modo, a enurese na cama, de longa duração, deve ser igualada à poluição dos adultos, e é uma expressão da mesma excitação dos órgãos genitais que impeliu a criança a masturbar-se nesse período.

Bem, é minha opinião ser essa ameaça de castração o que ocasiona a destruição da

organização genital fállica da criança. Não de imediato, é verdade, e não sem que outras influências sejam também aplicadas; pois, para começar, o menino não acredita na ameaça ou não a obedece absolutamente. A psicanálise recentemente ligou importância a duas experiências por que todas as crianças passam e que, segundo se presume, as preparam para a perda de partes altamente valorizadas do corpo. Essas experiências são a retirada do seio materno - a princípio de modo intermitente, e mais tarde, definitivamente - e a exigência cotidiana que lhes é feita para soltarem os conteúdos do intestino. Não existe, porém, prova que demonstre que, ao efetuar-se a ameaça de castração, essas experiências tenham qualquer efeito. Somente quando uma *nova* experiência lhe surge no caminho, que a criança começa a avaliar a possibilidade de ser castrada, fazendo-o apenas de modo hesitante e de má vontade, não sem fazer esforços para depreciar a significação de algo que ela própria observou.

A observação que finalmente rompe sua descrença é a visão dos órgãos genitais femininos. Mais cedo ou mais tarde a criança, que tanto orgulho tem da posse de um pênis, tem uma visão da região genital de uma menina e não pode deixar de convencer-se da ausência de um pênis numa criatura assim semelhante a ela própria. Com isso, a perda de seu próprio pênis fica imaginável e a ameaça de castração ganha seu efeito adiado.

Não devemos ser tão míopes quanto a pessoa encarregada da criança, que a ameaça com a castração, e não devemos desprezar o fato de que, nessa época, a masturbação de modo algum representa a totalidade de sua vida sexual. Como pode ser claramente demonstrado, ela está na atitude edipiana para com os pais; sua masturbação constitui apenas uma descarga genital da excitação sexual pertinente ao complexo, e, durante todos os seus anos posteriores, deverá sua importância a esse relacionamento. O complexo de Édipo ofereceu à criança duas possibilidades de satisfação, uma ativa e outra passiva. Ela poderia colocar-se no lugar de seu pai, à maneira masculina, e ter relações com a mãe, como tinha o pai, caso em que cedo teria sentido o último como um estorvo, ou poderia querer assumir o lugar da mãe e ser amada pelo pai, caso em que a mãe se tornaria supérflua. A criança pode ter tido apenas noções muito vagas quanto ao que constitui uma relação erótica satisfatória, mas certamente o pênis devia desempenhar uma parte nela, pois as sensações em seu próprio órgão eram prova disso. Até então, não tivera ocasião de duvidar que as mulheres possuíssem pênis. Agora, porém, sua aceitação da possibilidade de castração, seu reconhecimento de que as mulheres eram castradas, punha fim às duas maneiras possíveis de obter satisfação do complexo de Édipo, de vez que ambas acarretavam a perda de seu pênis - a masculina como uma punição resultante e a feminina como condição. Se a satisfação do amor no campo do complexo de Édipo deve custar à criança o pênis, está fadado a surgir um conflito entre seu interesse narcísico nessa parte de seu corpo e a catexia libidinal de seus objetos parentais. Nesse conflito, triunfa normalmente a primeira dessas forças: o ego da criança volta as costas ao complexo de Édipo.

Descrevi noutra parte como esse afastamento se realiza. As catexias de objeto são

abandonadas e substituídas por identificações. A autoridade do pai ou dos pais é introjetada no ego e aí forma o núcleo do superego, que assume a severidade do pai e perpetua a proibição deste contra o incesto, defendendo assim o ego do retorno da catexia libidinal. As tendências libidinais pertencentes ao complexo de Édipo são em parte dessexualizadas e sublimadas (coisa que provavelmente acontece com toda transformação em uma identificação) e em parte são inibidas em seu objetivo e transformadas em impulsos de afeição. Todo o processo, por um lado, preservou o órgão genital - afastou o perigo de sua perda - e, por outro, paralisou-o - removeu sua função. Esse processo introduz o período de latência, que agora interrompe o desenvolvimento sexual da criança.

Não vejo razão para negar o nome de 'repressão' ao afastamento do ego diante do complexo de Édipo, embora repressões posteriores ocorram pela maior parte com a participação do superego que, nesse caso, está apenas sendo formado. O processo que descrevemos é, porém, mais que uma repressão. Equivale, se for idealmente levado a cabo, a uma destruição e abolição do complexo. Plausivelmente podemos supor que chegamos aqui à linha fronteira - nunca bem nitidamente traçada - entre o normal e o patológico. Se o ego, na realidade, não conseguiu muito mais que uma *repressão* do complexo, este persiste em estado inconsciente no id e manifestará mais tarde seu efeito patogênico.

A observação analítica capacita-nos a identificar ou adivinhar essas vinculações entre a organização fálica, o complexo de Édipo, a ameaça de castração, a formação do superego e o período de latência. Essas vinculações justificam a afirmação de que a destruição do complexo de Édipo é ocasionada pela ameaça de castração. Mas isso não nos livra do problema; há lugar para uma especulação teórica que pode perturbar os resultados a que chegamos ou colocá-los sob nova luz. Antes de nos fazermos a esse caminho novo, contudo, devemos voltar-nos para uma questão que surgiu no decorrer desse debate e que até agora foi deixada de lado. O processo descrito refere-se, como foi expressamente dito, somente a crianças do sexo masculino. Como se realiza o desenvolvimento correspondente nas meninas?

Nesse ponto nosso material, por alguma razão incompreensível, torna-se muito mais obscuro e cheio de lacunas. Também o sexo feminino desenvolve um complexo de Édipo, um superego e um período de latência. Será que também podemos atribuir-lhe uma organização fálica e um complexo de castração? A resposta é afirmativa, mas essas coisas não podem ser as mesmas como são nos meninos. Aqui a exigência feminista de direitos iguais para os sexos não nos leva muito longe, pois a distinção morfológica está fadada a encontrar expressão em diferenças de desenvolvimento psíquico. A anatomia é o destino', para variar um dito de Napoleão. O clitóris na menina inicialmente comporta-se exatamente como um pênis, porém quando ela efetua uma comparação com um companheiro de brinquedos do outro sexo, percebe que 'se saiu mal' e sente isso como uma injustiça feita a ela e como fundamento para inferioridade. Por algum tempo ainda, consola-se com a expectativa de que mais tarde, quando ficar mais velha, adquirirá um apêndice tão grande

quanto o do menino. Aqui, o complexo de masculinidade [[1]] das mulheres se ramifica. Uma criança do sexo feminino, contudo, não entende sua falta de pênis como sendo um caráter sexual; explica-a presumindo que, em alguma época anterior, possuíra um órgão igualmente grande e depois perdera-o por castração. Ela parece não estender essa inferência de si própria para outras mulheres adultas, e sim, inteiramente segundo as linhas da fase fálica, encará-las como possuindo grandes e completos órgãos genitais - isto é, masculinos. Dá-se assim a diferença essencial de que a menina aceita a castração como um fato consumado, ao passo que o menino teme a possibilidade de sua ocorrência.

Estando assim excluído, na menina, o temor da castração, cai também um motivo poderoso para o estabelecimento de um superego e para a interrupção da organização genital infantil. Nela, muito mais que no menino, essas mudanças parecem ser resultado da criação e de intimidação oriunda do exterior, as quais a ameaçam com uma perda de amor. O complexo de Édipo da menina é muito mais simples que o do pequeno portador do pênis; em minha experiência, raramente ele vai além de assumir o lugar da mãe e adotar uma atitude feminina para com o pai. A renúncia ao pênis não é tolerada pela menina sem alguma tentativa de compensação. Ela desliza - ao longo da linha de uma equação simbólica, poder-se-ia dizer - do pênis para um bebê. Seu complexo de Édipo culmina em um desejo, mantido por muito tempo, de receber do pai um bebê como presente - dar-lhe um filho. Tem-se a impressão de que o complexo de Édipo é então gradativamente abandonado de vez que esse desejo jamais se realiza. Os dois desejos - possuir um pênis e um filho - permanecem fortemente catexizados no inconsciente e ajudam a preparar a criatura do sexo feminino para seu papel posterior. A intensidade comparativamente menor da contribuição sádica ao seu instinto sexual, que fora de dúvida podemos vincular ao crescimento retardado de seu pênis, torna mais fácil, no caso dela, transformarem-se as tendências sexuais diretas em tendências inibidas quanto ao objetivo, de tipo afetivo. Deve-se admitir, contudo, que nossa compreensão interna (*insight*) desses processos de desenvolvimento em meninas em geral é insatisfatório, incompleto e vago.

Não tenho dúvida de que as relações cronológicas e causais, aqui descritas, entre o complexo de Édipo, a intimidação sexual (a ameaça de castração), a formação do superego e o começo do período de latência são de um gênero típico, porém não desejo asseverar que esse tipo seja o único possível. Variações na ordem cronológica e na vinculação desses eventos estão fadadas a ter um sentido muito importante no desenvolvimento do indivíduo.

Desde a publicação do interessante estudo de Otto Rank, *The Trauma of Birth* [1924], a própria conclusão obtida através dessa modesta investigação, no sentido de o complexo de Édipo do menino ser destruído pelo temor da castração, não pode ser aceita sem maior discussão. Não obstante, parece-me prematuro entrar atualmente em um debate tal e talvez desaconselhável iniciar uma crítica ou uma apreciação da opinião de Rank nessa conjuntura.

**A PERDA DA REALIDADE NA NEUROSE E NA PSICOSE
(1924)**

DER REALITÄTSVERLUST BEI NEUROSE AND PSYCHOSE

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1924 *Int. Z. Psychoanal.*, 10 (4), 374-9.

1925 *G.S.* 6, 409-14.

1926 *Psychoanalyse der Neurosen*, 178-84.

1931 *Neurosenlehre und Technik*, 199-204.

1940 *G.W.*, 13, 363-8.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘The Loss of Reality in Neurosis and Psychosis’

1924 *C.P.*, 2, 277-82. (Trad. de Joan Riviere.)

Segundo uma declaração em nota de rodapé à tradução inglesa (*C.P.*, 2, 277), ela foi, na realidade, publicada antes do original alemão. A presente tradução inglesa baseia-se na de 1924.

Este artigo foi escrito em fins de maio de 1924, pois foi lido por Abraham durante esse mês. Ele prossegue o debate iniciado no trabalho anterior ‘Neurose e Psicose’ (1924*b*), pág.

215, adiante, o qual amplia e corrige. Algumas dúvidas a respeito da validade da distinção traçada nestes dois trabalhos foram posteriormente debatidas por Freud, em seu artigo sobre 'Fetichismo' (1927e).

A PERDA DA REALIDADE NA NEUROSE E NA PSICOSE

Recentemente indiquei como uma das características que diferenciam uma neurose de uma psicose o fato de em uma neurose o ego, em sua dependência da realidade, suprimir um fragmento do id (da vida instintual), ao passo que, em uma psicose esse mesmo ego, a serviço do id, se afasta de um fragmento da realidade. Assim, para uma neurose o fator decisivo seria a predominância da influência da realidade, enquanto para uma psicose esse fator seria a predominância do id. Na psicose a perda de realidade estaria necessariamente presente, ao passo que na neurose, segundo pareceria, essa perda seria evitada.

Isso, porém, não concorda em absoluto com a observação que todos nós podemos fazer, de que toda neurose perturba de algum modo a relação do paciente com a realidade servindo-lhe de um meio de se afastar da realidade, e que, em suas formas graves, significa concretamente uma fuga da vida real. Essa contradição parece séria, porém é facilmente resolvida, e a explicação a seu respeito na verdade nos auxiliará a compreender as neuroses.

A contradição, pois, existe apenas enquanto mantemos os olhos fixados na situação no *começo* da neurose, quando o ego, a serviço da realidade, se dispõe à repressão de um impulso instintual. Porém isso não é ainda a própria neurose. Ela consiste antes nos processos que fornecem uma compensação à parte do id danificada - isto é, na reação contra a repressão e no fracasso da repressão. O afrouxamento da relação com a realidade é uma conseqüência desse segundo passo na formação de uma neurose, e não deveria surpreender-nos que um exame pormenorizado demonstre que a perda da realidade afeta exatamente aquele fragmento de realidade, cujas exigências resultaram na repressão instintual ocorrida.

Nada de novo existe em nossa caracterização da neurose como o resultado de uma repressão fracassada. Vimos dizendo isso por todo o tempo, e apenas devido ao novo contexto onde estamos considerando o assunto foi necessário repeti-lo. Incidentalmente, a mesma objeção surge de maneira sobremodo acentuada quando estamos lidando com uma neurose na qual a causa excitante (a 'cena traumática') é conhecida e onde se pode ver como a pessoa interessada volta as costas à experiência, e a transfere à amnésia. Permitam-me retornar, a título de exemplo, a um caso analisado há muitos anos atrás, em que a paciente,

uma jovem, estava enamorada do cunhado. De pé ao lado do leito de morte da irmã, ela ficou horrorizada de ter o pensamento: ‘Agora ele está livre e pode casar comigo.’ Essa cena foi instantaneamente esquecida e assim o processo de regressão, que conduziu a seus sofrimentos históricos, foi acionado. Exatamente nesse caso é, ademais, instrutivo aprender ao longo de que via a neurose tentou solucionar o conflito. Ela se afastou do valor da mudança que ocorrera na realidade, reprimindo a exigência instintual que havia surgido - isto é, seu amor pelo cunhado. A reação *psicótica* teria sido uma rejeição do fato da morte da irmã.

Poderíamos esperar que, ao surgir uma psicose, ocorre algo análogo ao processo de uma neurose, embora, é claro, entre distintas instâncias na mente. Assim, poderíamos esperar que também na psicose duas etapas pudessem ser discernidas, das quais a primeira arrastaria o ego para longe, dessa vez para longe da realidade, enquanto a segunda tentaria reparar o dano causado e restabelecer as relações do indivíduo com a realidade às expensas do id. E, de fato, determinada analogia desse tipo pode ser observada em uma psicose. Aqui há igualmente duas etapas, possuindo a segunda o caráter de uma reparação. Acima disso, porém, a analogia cede a uma semelhança muito mais ampla entre os dois processos. O segundo passo da psicose, é verdade, destina-se a reparar a perda da realidade, contudo, não às expensas de uma restrição com a realidade - senão de outra maneira, mais autocrática, pela criação de uma nova realidade que não levanta mais as mesmas objeções que a antiga, que foi abandonada. O segundo passo, portanto, na neurose como na psicose, é apoiado pelas mesmas tendências. Em ambos os casos serve ao desejo de poder do id, que não se deixará ditar pela realidade. Tanto a neurose quanto a psicose são, pois, expressão de uma rebelião por parte do id contra o mundo externo, de sua indisposição - ou, caso preferirem, de sua incapacidade - a adaptar-se às exigências da realidade, à ‘□□□□□’ [Necessidade]’. A neurose e a psicose diferem uma da outra muito mais em sua primeira reação introdutória do que na tentativa de reparação que a segue.

Por conseguinte, a diferença inicial assim se expressa no desfecho final: na neurose, um fragmento da realidade é evitado por uma espécie de fuga, ao passo que na psicose, a fuga inicial é sucedida por uma fase ativa de remodelamento; na neurose, a obediência inicial é sucedida por uma tentativa adiada de fuga. Ou ainda, expresso de outro modo: a neurose não repudia a realidade, apenas a ignora; a psicose a repudia e tenta substituí-la. Chamamos um comportamento de ‘normal’ ou ‘sadio’ se ele combina certas características de ambas as reações - se repudia a realidade tão pouco quanto uma neurose, mas se depois se esforça, como faz uma psicose, por efetuar uma alteração dessa realidade. Naturalmente, esse comportamento conveniente e normal conduz à realidade do trabalho no mundo externo; ele não se detém, como na psicose, em efetuar mudanças internas. Ele não é mais *autoplástico*, mas *aloplástico*.

Em uma psicose, a transformação da realidade é executada sobre os precipitados

psíquicos de antigas relações com ela - isto é, sobre os traços de memória, as idéias e os julgamentos anteriormente derivados da realidade e através dos quais a realidade foi representada na mente. Essa relação, porém, jamais foi uma relação fechada; era continuamente enriquecida e alterada por novas percepções. Assim, a psicose também depara com a tarefa de conseguir para si própria percepções de um tipo que corresponda à nova realidade, e isso muito radicalmente se efetua mediante a alucinação. O fato de em tantas formas e casos de psicose as paramnésias, os delírios e as alucinações que ocorrem, serem de caráter muito aflitivo e estarem ligados a uma geração de ansiedade, é sem dúvida sinal de que todo o processo de remodelamento é levado a cabo contra forças que se lhe opõem violentamente. Podemos construir o processo segundo o modelo de uma neurose com o qual estamos familiarizados. Nela vemos que uma reação de ansiedade estabelece sempre que o instinto reprimido faz uma arremetida para a frente, e que o desfecho do conflito constitui apenas uma conciliação e não proporciona satisfação completa. Provavelmente na psicose o fragmento de realidade rejeitado constantemente se impõe à mente, tal como o instinto reprimido faz na neurose, e é por isso que, em ambos os casos, os mecanismos também são os mesmos. A elucidação dos diversos mecanismos que, nas psicoses, são projetados para afastar o indivíduo da realidade e para reconstruir essa última, constitui uma tarefa para o estudo psiquiátrico especializado, ainda não empreendida.

Existe, portanto, outra analogia entre uma neurose e uma psicose no fato de em ambas a tarefa empreendida na segunda etapa ser parcialmente mal-sucedida, de vez que o instinto reprimido é incapaz de conseguir um substituto completo (na neurose) e a representação da realidade não pode ser remodelada em formas satisfatórias (não, pelo menos, em todo tipo de doença mental). A ênfase, porém, é diferente nos dois casos. Na psicose, ela incide inteiramente sobre a primeira etapa, que é patológica em si própria e só pode conduzir à enfermidade. Na neurose, por outro lado, ela recai sobre a segunda etapa, sobre o fracasso da repressão, ao passo que a primeira etapa pode alcançar êxito, e realmente o alcança em inúmeros casos, sem transpor os limites da saúde - embora o faça a um certo preço e não sem deixar atrás de si traços do dispêndio psíquico que exigiu. Essas distinções, e talvez muitas outras também, são resultado da diferença topográfica na situação inicial do conflito patogênico - ou seja, se nele o ego rendeu-se à sua lealdade perante o mundo real ou à sua dependência do id.

Uma neurose geralmente se contenta em evitar o fragmento da realidade em apreço e proteger-se contra entrar em contato com ele. A distinção nítida entre neurose e psicose, contudo, é enfraquecida pela circunstância de que também na neurose não faltam tentativas de substituir uma realidade desagradável por outra que esteja mais de acordo com os desejos do indivíduo. Isso é possibilitado pela existência de um mundo de fantasia, de um domínio que ficou separado do mundo externo real na época da introdução do princípio de realidade. Esse domínio, desde então, foi mantido livre das pretensões das exigências da vida, como uma espécie de 'reserva'; ele não é inacessível ao ego, mas só frouxamente ligado a ele. É deste *mundo de fantasia* que a neurose haure o material para suas novas

construções de desejo geralmente encontra esse material pelo caminho da regressão a um passado real satisfatório.

Dificilmente se pode duvidar que o mundo da fantasia desempenhe o mesmo papel na psicose, e de que aí também ele seja o depósito do qual derivam os materiais ou o padrão para construir a nova realidade. Ao passo que o novo e imaginário mundo externo de uma psicose tenta colocar-se no lugar da realidade - um fragmento diferente daquele contra o qual tem de defender-se -, e emprestar a esse fragmento uma importância especial e um significado secreto que nós (nem sempre de modo inteiramente apropriado) chamamos de *simbólico*. Vemos, assim, que tanto na neurose quanto na psicose interessa a questão não apenas relativa a uma *perda da realidade*, mas também a um *substituto para a realidade*.

UMA BREVE DESCRIÇÃO DA PSICANÁLISE (1924 [1923])

KURZER ABRISS DER PSYCHOANALYSE

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

(1923 Data da composição)

1928 *G.S.*, 11, 183-200.

1940 *G.W.*, 13, 403-27.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘Psychoanalysis: Exploring the Hidden Recesses of the Mind’

1924 Em *These Eventful Years: The Twentieth Century in the Making, as Told by Many of its Makers*, Vol. II, Cap. LXXIII, 511-23, Londres e Nova Iorque: Encyclopaedia Britannica Publishing Co. (Trad. de A. A. Brill.)

A presente tradução inglesa, com o título modificado, é nova, da autoria de James Strachey.

Informa-nos Ernest Jones (1957, 114) que esta matéria foi escrita por Freud, a pedido dos editores americanos, em outubro e novembro de 1923. Este trabalho deve ser distinguido do artigo escrito cerca de dois anos mais tarde para a própria *Encyclopaedia Britannica*

(1926f). O texto original alemão, com o título menos emocionante que o americano, foi publicado pela primeira vez em 1928.

UMA BREVE DESCRIÇÃO DA PSICANÁLISE (1924 [1923])

I

Pode-se dizer que a psicanálise nasceu com o século XX, pois a publicação em que ela emergiu perante o mundo como algo novo - *A Interpretação de Sonhos* - traz a data '1900'. Porém, como bem se pode supor, ela não caiu pronta dos céus. Teve seu ponto de partida em idéias mais antigas, que ulteriormente desenvolveu; originou-se de sugestões anteriores, as quais elaborou. Qualquer história a seu respeito deve, portanto, começar por uma descrição das influências que determinaram sua origem, e não desprezar a época e as circunstâncias que precederam sua criação.

A psicanálise cresceu num campo muitíssimo restrito. No início, tinha apenas um único objetivo - o de compreender algo da natureza daquilo que era conhecido como doenças nervosas 'funcionais', com vistas a superar a impotência que até então caracterizara seu tratamento médico. Os neurologistas daquele período haviam sido instruídos a terem um elevado respeito por fatos químico-físicos e patológico-anatômicos e estavam ultimamente sob a influência dos achados de Hitzig e Fritsch, de Ferrier, Goltz e outros, que pareciam ter estabelecido uma vinculação íntima e possivelmente exclusiva entre certas funções e partes específicas do cérebro. Eles não sabiam o que fazer do fator psíquico e não podiam entendê-lo. Deixavam-no aos filósofos, aos místicos e - aos charlatães; e consideravam não científico ter qualquer coisa a ver com ele. Por conseguinte, não podiam encontrar qualquer abordagem aos segredos das neuroses, e, em particular, da enigmática 'histeria', que, na verdade, era o protótipo de toda a espécie. Já em 1885, quando eu estava estudando na Salpêtrière, descobri que as pessoas se contentavam em explicar as paralisias histéricas através de uma fórmula que asseverava serem elas fundadas em ligeiros distúrbios funcionais das mesmas partes do cérebro que, quando gravemente danificadas, levavam às paralisias orgânicas correspondentes.

Naturalmente, essa falta de compreensão afetava também bastante o tratamento desses estados patológicos. Em geral, ele consistia em medidas destinadas a 'endurecer' o paciente

- na prescrição de remédios e em tentativas, na maioria muito mal imaginadas e executadas de maneira inamistosa, de aplicar-lhe influências mentais por meio de ameaças, zombarias e advertências, e exortando-o a decidir-se a 'conter-se'. O tratamento elétrico era fornecido como sendo uma cura específica para estados nervosos; porém, todo aquele que se tenha esforçado por cumprir as instruções pormenorizadas de Erb [1882], tem de maravilhar-se com o espaço que a fantasia pode ocupar mesmo naquilo que professa ser uma ciência exata. A guinada decisiva foi dada na década de 1880, quando os fenômenos do hipnotismo fizeram mais uma tentativa de buscar admissão à ciência médica - dessa vez com mais sucesso do que tantas vezes antes, graças ao trabalho de Liébeault, Bernheim, Heidenhain e Forel. O essencial foi ter sido reconhecida a genuinidade desses fenômenos. Uma vez isso admitido, duas lições fundamentais e inesquecíveis não podiam deixar de ser extraídas do hipnotismo. Em primeiro lugar, recebia-se prova convincente de que notáveis mudanças somáticas afinal de contas podiam ser ocasionadas unicamente por influências mentais, as quais, nesse caso, nós próprios tínhamos colocado em movimento. Em segundo, recebia-se a impressão mais clara - especialmente do comportamento dos indivíduos após a hipnose - da existência de processos mentais que só se poderia descrever como 'inconscientes'. O 'inconsciente', é verdade, há muito tempo estivera sob discussão entre os filósofos como conceito teórico, mas agora, pela primeira vez, nos fenômenos do hipnotismo ele se tornava algo concreto, tangível e sujeito a experimentação. Independentemente de tudo isso, os fenômenos hipnóticos mostravam uma semelhança inequívoca com as manifestações de algumas neuroses.

Não é fácil superestimar a importância do papel desempenhado pelo hipnotismo na história da origem da psicanálise. Tanto de um ponto de vista teórico quanto terapêutico a psicanálise teve às suas ordens um legado que herdou do hipnotismo.

A hipnose também provou ser um auxílio valioso no estudo das neuroses - mais uma vez, primeiro e acima de tudo, da histeria. Os experimentos de Charcot criaram grande impressão. Suspeitou ele que certas paralisias ocorridas após um trauma (um acidente) eram de natureza histérica, e demonstrou que, pela sugestão de um trauma sob hipnose, podia provocar artificialmente paralisias do mesmo tipo. Surgiu assim a expectativa de que as influências traumáticas poderiam, em todos os casos, ter um desempenho na produção dos sintomas histéricos. O próprio Charcot não fez outros esforços no sentido de uma compreensão psicológica da histeria, mas seu aluno, Pierre Janet, retomou a questão e pôde demonstrar, com o auxílio da hipnose, que os sintomas da histeria eram firmemente dependentes de certos pensamentos inconscientes (idéas fixes). Janet atribuiu à histeria uma suposta incapacidade constitucional de manter reunidos processos mentais - incapacidade que levava a uma desintegração (dissociação) da vida mental.

A psicanálise, contudo, de maneira alguma se baseou nessas pesquisas de Janet. O fator decisivo, em seu caso, foi a experiência de um médico vienense, o Dr. Josef Breuer. Em 1881, independentemente de qualquer influência externa, ele pôde, com o auxílio da hipnose,

estudar e restituir à saúde uma jovem muito bem dotada que sofria de histeria. Os achados de Breuer não foram comunicados ao público senão quinze anos mais tarde, após ele haver tomado por colaborador o presente autor (Freud). Esse caso de Breuer retém sua significação única para nossa compreensão das neuroses até o dia de hoje, de modo que não podemos evitar demorar-nos nele um pouco mais. É essencial compreender claramente em que consistia sua peculiaridade. A jovem caíra enferma enquanto servia de enfermeira para o pai, a quem estava ternamente ligada. Breuer pôde estabelecer que todos os seus sintomas estavam relacionados a esse período de enfermagem e podiam ser por ele explicados. Assim, pela primeira vez, tornou-se possível ganhar uma visão completa de um caso dessa enigmática neurose, e todos os seus sintomas demonstraram ter significado. Ademais, constituiu característica universal dos sintomas terem eles surgido em situações que envolviam um impulso a uma ação que, contudo, não fora levada a cabo, mas sim, por outras razões, fora suprimida. Os sintomas, de fato, haviam aparecido em lugar das ações não efetuadas. Assim, para explicar a etiologia dos sintomas histéricos, fomos levados à vida emocional do indivíduo (à afetividade) e à ação recíproca de forças mentais (à dinâmica), e, desde então, essas duas linhas de abordagem nunca mais foram abandonadas.

As causas precipitantes dos sintomas foram comparadas por Breuer aos traumas de Charcot. Ora, constituía fato notável que todas essas causas precipitantes traumáticas e todos os impulsos mentais que delas se originavam estavam perdidos para a memória da paciente, como se jamais houvessem acontecido, ao passo que seus produtos - os sintomas - persistiam inalterados, como se, no que lhes concernia, não existisse aquilo denominado de efeito obliterador do tempo. Aqui, portanto, tínhamos uma nova prova da existência de processos mentais que eram inconscientes, mas, por essa razão, especialmente poderosos - processos que primeiro vínhamos conhecendo na sugestão pós-histórica. O procedimento terapêutico adotado por Breuer foi induzir a paciente sob hipnose a relembrar os traumas esquecidos e reagir a eles com poderosas expressões de afeto. Quando isso era feito, o sintoma, que até então tomara o lugar dessas expressões de emoção, desaparecia. Dessa maneira, um só e mesmo procedimento servia simultaneamente aos propósitos de investigar o mal e livrar-se dele, e essa conjunção fora do comum foi posteriormente conservada pela psicanálise.

Após o presente autor, durante o começo da década de 1890, ter confirmado os resultados de Breuer em considerável número de pacientes, ambos, Breuer e Freud, decidiram conjuntamente uma publicação, Estudos sobre Histeria (1895d), que continha suas descobertas e a tentativa de uma teoria nelas baseada. Asseverava esta que os sintomas histéricos surgiam quando o afeto de um processo mental catexizado por um forte afeto era impedido pela força de ser conscientemente elaborado da maneira normal, e era assim desviado para um caminho errado. Nos casos de histeria, segundo essa teoria, o afeto passava para uma inervação somática fora do comum ('conversão'), mas se lhe podia dar uma outra direção e ver-se livre dele ('ab-reagido') se a experiência fosse revivida sob hipnose. Os autores davam a esse procedimento o nome de 'catarse' (purgar, liberar um

afeto estrangulado).

O método catártico foi o precursor imediato da psicanálise, e, apesar de toda a ampliação da experiência e toda modificação da teoria, ainda está nela contido como seu núcleo. Ele, porém, não era mais que um novo procedimento médico para influenciar certas doenças nervosas e nada sugeria que se pudesse tornar tema para o interesse mais geral e para a contradição mais violenta.

II

Logo após a publicação de Estudos sobre a Histeria, a associação entre Breuer e Freud terminou. Breuer, que na realidade era consultor em medicina interna, abandonou o tratamento de pacientes nervosos e Freud dedicou-se ao aperfeiçoamento ulterior do instrumento que lhe deixara seu colaborador mais idoso. As novidades técnicas que introduziu e as descobertas que efetuou transformaram o método catártico em psicanálise. O passo mais momentoso foi sem dúvida sua determinação de passar sem a assistência da hipnose em seu procedimento técnico. Procedeu assim por duas razões: em primeiro lugar porque, apesar de um curso de instrução com Bernheim em Nancy, ele não conseguia induzir a hipnose em um número suficiente de casos, e, em segundo, porque estava insatisfeito com os resultados terapêuticos da catarse baseada na hipnose. É verdade que esses resultados eram notáveis e apareciam após um tratamento de curta duração, porém demonstravam não serem permanentes e dependerem demais das relações pessoais do paciente com o médico. O abandono da hipnose causou uma brecha no curso do desenvolvimento do procedimento até então e significou um novo começo.

A hipnose, contudo, desempenhara o serviço de restituir à lembrança do paciente aquilo que ele havia esquecido. Era necessário encontrar alguma outra técnica para substituí-la e a Freud ocorreu a idéia de colocar em seu lugar o método da ‘associação livre’. Isso equivale a dizer que ele fazia seus pacientes assumirem o compromisso de se absterem de qualquer reflexão consciente e se abandonarem em um estado de tranqüila concentração, para seguir as idéias que espontaneamente (involuntariamente) lhe ocorressem - ‘a escumarem a superfície de suas consciências’. Deveriam comunicar essas idéias ao médico, mesmo que sentissem objeções em fazê-lo; por exemplo, se os pensamentos parecessem desagradáveis, insensatos, muito sem importância ou irrelevantes demais. A escolha da associação livre como meio de investigar o material inconsciente esquecido parece tão estranha que uma palavra em justificação dela não estará fora de lugar. Freud foi levado a ela pela expectativa de que a chamada associação ‘livre’ mostrasse de fato não ser livre, porquanto após

suprimidos todos os propósitos intelectuais conscientes, as idéias que emergissem pareceriam ser determinadas pelo material inconsciente. Essa expectativa foi justificada pela experiência. Quando a 'regra fundamental da psicanálise', que acaba de ser enunciada, era obedecida, o curso da associação livre produzia um estoque abundante de idéias que podiam nos colocar na pista daquilo que o paciente havia esquecido. Com efeito, esse material não trazia à tona o que realmente fora esquecido, mas trazia tão claras e numerosas alusões a ele que, com o auxílio de certa suplementação e interpretação, o médico podia adivinhar (ou reconstruir) o material esquecido a partir dele. Assim, a associação livre, juntamente com a arte da interpretação, desempenhava a mesma função que anteriormente fora realizada pelo hipnotismo.

Parecia como se nosso trabalho houvesse ficado mais difícil e complicado; no entanto, o lucro inestimável estava em que se obtinha agora uma compreensão interna (insight) de uma ação recíproca de forças que haviam estado ocultas do observador pelo estado hipnótico. Tornou-se evidente que o trabalho de revelar o que havia sido patogenicamente esquecido tinha de lutar contra uma resistência constante e muito intensa. As próprias objeções críticas que o paciente levantava a fim de evitar comunicar as idéias que lhe ocorriam, e contra as quais a regra fundamental da psicanálise era dirigida, já eram manifestações dessa resistência. Uma consideração dos fenômenos da resistência conduziu-nos a uma das pedras angulares da teoria psicanalítica das neuroses - a teoria da repressão. Era plausível supor que as mesmas forças, agora então em luta contra o material patogênico a ser tornado consciente, haviam realizado em época anterior, com sucesso, os mesmos esforços. Preenchia-se, assim, uma lacuna na etiologia dos sintomas neuróticos. As impressões e impulsos mentais, para os quais os sintomas estavam agora servindo de substitutos, não tinham sido esquecidos sem razão ou por causa de uma incapacidade constitucional para a síntese (como Janet supunha); através da influência de outras forças mentais tinham-se defrontado com uma repressão cujo sucesso e prova eram precisamente estarem eles barrados à consciência e excluídos da memória. Apenas em consequência dessa repressão é que eles se haviam tornado patogênicos, isto é, haviam tido êxito em manifestar-se ao longo de caminhos fora do comum, tais como os sintomas.

Um conflito entre dois grupos de tendências mentais deve ser encarado como o fundamento para a repressão, e, por conseguinte, como a causa de toda enfermidade neurótica. E aqui a experiência nos ensinou um fato novo e surpreendente sobre a natureza das forças que estiveram lutando uma contra a outra. A repressão invariavelmente procedia da personalidade consciente da pessoa enferma (seu ego) e baseava-se em motivos estéticos e éticos; os impulsos sujeitos à repressão eram os do egoísmo e da crueldade, que em geral podem ser resumidos como o mal, porém, acima de tudo, impulsos desejosos sexuais, freqüentemente da espécie mais grosseira e proibida. Assim, os sintomas constituíam um substituto para satisfações proibidas e a moléstia parecia corresponder a uma subjugação incompleta do lado imoral dos seres humanos.

O progresso em conhecimento tornou ainda mais claro o enorme papel desempenhado na vida mental pelos impulsos desejosos sexuais, e levou a um estudo pormenorizado da natureza e desenvolvimento do instinto sexual. Também deparamos, porém, com outro achado puramente empírico, na descoberta de que as experiências e conflitos dos primeiros anos da infância representam uma parte insuspeitadamente importante no desenvolvimento do indivíduo e deixam atrás de si disposições indelévels que se abatem sobre o período da maturidade. Isso nos trouxe à revelação de algo que até então fora fundamentalmente negligenciado pela ciência - a sexualidade infantil, que, da mais tenra idade em diante, se manifesta tanto em reações físicas quanto em atitudes mentais. A fim de reunir essa sexualidade das crianças com o que é descrito como sendo a sexualidade normal dos adultos e a vida sexual anormal dos perversos, o conceito do que era sexual devia, ele próprio, ser corrigido e ampliado de uma forma que pudesse ser justificada pela evolução do instinto sexual.

Após a hipnose ter sido substituída pela técnica da associação livre, o procedimento catártico de Breuer transformou-se em psicanálise, que por mais de uma década foi desenvolvida pelo autor (Freud), sozinho. Durante esse tempo ela gradativamente adquiriu uma teoria que parecia fornecer uma descrição satisfatória da origem, significado e propósito dos sintomas neuróticos, e proporcionava uma base racional para tentativas médicas de curar a queixa. Mais uma vez enumerei os fatores que contribuem para a constituição dessa teoria. São eles: ênfase na vida instintual (afetividade), na dinâmica mental, no fato de que mesmo os fenômenos mentais aparentemente mais obscuros e arbitrários possuem invariavelmente um significado e uma causação, a teoria do conflito psíquico e da natureza patogênica da repressão, a visão de que os sintomas constituem satisfações substitutas, o reconhecimento da importância etiológica da vida sexual, e especificamente, dos primórdios da sexualidade infantil. De um ponto de vista filosófico, essa teoria estava fadada a adotar a opinião de que o mental não coincide com o inconsciente, que os processos mentais são, em si próprios, inconscientes e só se tornam conscientes pelo funcionamento de órgãos especiais (instâncias ou sintomas). Para completar essa lista acrescentarei que entre as atitudes afetivas da infância a complicada relação emocional das crianças com os pais - o que é conhecido por complexo de Édipo - surgiu em proeminência. Ficou cada vez mais claro que ele era o núcleo de todo caso de neurose, e no comportamento do paciente para com seu analista surgiram certos fenômenos de sua transferência emocional que vieram a ser de grande importância para a teoria e a técnica, do mesmo modo.

Na forma que ela assim assumiu, a teoria psicanalítica das neuroses já encerrava determinado número de coisas que iam de encontro a opiniões e inclinações aceitas e estavam talhadas a provocar espanto, repugnância e ceticismo em estranhos; por exemplo, a atitude da psicanálise para com o problema do inconsciente, seu reconhecimento de uma sexualidade infantil e a ênfase que concedia ao fator sexual na vida mental em geral. Mais coisas, porém, deveriam seguir-se.

III

Mesmo para chegar a meio-caminho da compreensão de como, em uma jovem histérica, um desejo sexual proibido pode transformar-se em um sintoma penoso, foi necessário efetuar hipóteses complicadas e de grandes conseqüências sobre a estrutura e o funcionamento do aparelho psíquico. Havia aqui uma contradição evidente entre o dispêndio de esforço e o resultado. Se as condições postuladas pela psicanálise realmente existissem, seriam de natureza fundamental e deveriam ser capazes de encontrar expressão noutros fenômenos, além dos histéricos. No entanto, se essa inferência fosse correta, a psicanálise teria cessado de ter interesse apenas para os neurologistas; poderia reivindicar a atenção de todos para quem a pesquisa psicológica tivesse alguma importância. Seus achados não só teriam de ser levados em consideração no campo da vida mental patológica, como tampouco poderiam ser negligenciados no atingir uma compreensão do funcionamento normal.

Provas de ela ser útil para lançar luz sobre outras atividades que não a atividade mental patológica, logo se apresentaram, em vinculação com dois tipos de fenômenos: as parapraxias muito freqüentes que ocorrem na vida cotidiana - tais como esquecer coisas, lapsos de língua e colocação errada de objetos - e os sonhos tidos por essas pessoas sadias e psiquicamente normais. Pequenas falhas de funcionamento, tais como o esquecimento temporário de nomes próprios normalmente familiares, lapsos de língua e de escrita, e assim por diante, até então não tinham sido considerados dignos de qualquer explicação, ou se imaginava que fossem explicáveis por estados de fadiga, pela distração da atenção etc. O presente autor demonstrou então, a partir de muitos exemplos, em seu livro *The Psychopathology of Everyday Life* (1901b), que acontecimentos desse tipo têm um significado ou surgem devido a uma intenção consciente com a qual interfere uma outra, suprimida ou realmente inconsciente. Via de regra, uma rápida reflexão ou breve análise é suficiente para revelar a influência interferente. Devido à freqüência de parapraxias tais como os lapsos de língua, tornou-se fácil a qualquer pessoa convencer-se, por sua própria experiência, sendo, não obstante, operantes, e que, pelo menos, encontram expressão como inibições e modificações de outros atos pretendidos.

A análise dos sonhos levou mais longe: ela foi trazida a público pelo presente autor já em 1900, em *A Interpretação de Sonhos*, que demonstrava serem os sonhos construídos exatamente da mesma maneira que os sintomas neuróticos. Como esses últimos, eles podem parecer estranhos e sem sentido; porém, se os examinarmos através de uma técnica que pouco difere da associação livre utilizada na psicanálise, somos levados de seu conteúdo manifesto a um significado secreto, aos pensamentos oníricos latentes. Esse significado

latente é sempre um impulso desejoso, o qual se representa como realizado no momento do sonho. Entretanto, exceto em crianças pequenas e sob a pressão de necessidades físicas imperativas, esse desejo secreto jamais pode ser expresso de modo identificável. Ele primeiro tem de se submeter a uma deformação, que é o trabalho de forças censurantes, restritivas, tal como é lembrado na vida desperta. Ele é deformado, a ponto de ser irreconhecível, por concessões feitas à censura do sonho, porém pode ser, através da análise, mais uma vez revelado como expressão de uma situação de satisfação ou como a realização de um desejo. É uma conciliação entre grupos conflitantes de tendências mentais, tal como descobrimos ser o caso com os sintomas histéricos. A fórmula que, no fundo, melhor atende à essência do sonho é esta: o sonho é uma realização (disfarçada) de um desejo (reprimido). O estudo do processo que transforma o desejo latente realizado no sonho no conteúdo manifesto do sonho - processo conhecido como 'trabalho do sonho' - ensinou-nos a maior parte do que sabemos sobre a vida mental inconsciente.

Ora, o sonho não constitui um sintoma mórbido, mas é o produto de uma mente normal. Os desejos que ele representa como realizados são os mesmos que aqueles reprimidos nas neuroses. Os sonhos devem a possibilidade de sua gênese simplesmente à circunstância favorável de a repressão, durante o estado de sono que paralisa o poder de movimento do homem, ser mitigada na censura do sonho. Assim, prova-se que as mesmas forças e os mesmos processos que se realizam entre elas operam tanto na vida mental moral quanto na patológica. A partir da data de *A Interpretação de Sonhos*, a psicanálise teve uma dupla significação. Constitui não apenas um novo método de tratar as neuroses, mas também uma nova psicologia; reivindicou a atenção não só dos especialistas em nervos como também a de todos que eram estudiosos de uma ciência mental.

A recepção que lhe foi dada no mundo científico, porém, não foi amistosa. Por cerca de 10 anos ninguém prestou atenção aos trabalhos de Freud. Por volta do ano de 1907, um grupo de psiquiatras suíços (Bleuler e Jung, em Zurique) atraiu a atenção para a psicanálise, e uma tormenta de indignação, não precisamente fastidiosa em seus métodos e argumentos, irrompeu logo após, principalmente na Alemanha. Nesse aspecto, a psicanálise partilhava da sorte de muitas novidades que, após certo lapso de tempo, encontraram reconhecimento geral. Entretanto, era de sua natureza que inevitavelmente despertasse uma oposição especificamente violenta. Ela feria os preconceitos da humanidade civilizada em alguns pontos especialmente sensíveis. Submetia todo indivíduo, por assim dizer, à reação analítica, por revelar aquilo que por acordo universal fora reprimido para o inconsciente, e, desse modo, forçava seus contemporâneos a comportar-se como pacientes que, sob tratamento analítico, acima de tudo trazem suas resistências para o primeiro plano. Deve-se também admitir que não era fácil convencer-se da correção das teorias psicanalíticas, ou conseguir instrução na prática da análise.

A hostilidade geral, porém, não conseguiu impedir a psicanálise de uma expansão contínua durante a década seguinte, em duas direções: sobre o mapa, pois o interesse nela

constantemente afluía em novos países, e no campo das ciências mentais, pois estava constantemente encontrando aplicações em novos ramos do conhecimento. Em 1909, o Presidente G. Stanley Hall convidou Freud e Jung para dar uma série de conferências na Universidade Clark, em Worcester, Mass., da qual era o diretor e onde lhes foi oferecida uma amistosa recepção. Desde então a psicanálise permaneceu sendo popular nos Estados Unidos, embora exatamente nesse país tenha sido unida a muita superficialidade e alguns abusos. Já em 1911, Havelock Ellis podia relatar que a análise era estudada e praticada não somente na Áustria e na Suíça, mas também nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Índia, no Canadá, e, fora de dúvida, na Austrália também.

Ademais, foi nesse período de luta e primeiro florescimento que os periódicos dedicados exclusivamente à psicanálise foram fundados. Foram eles o *Jahrbuch für psychoanalytische und psychopathologische Forschungen* [Anuário para Pesquisas Psicanalíticas e Psicopatológicas] (1909-1914), dirigido por Bleuler e Freud, e editado por Jung, cuja publicação cessou ao irromper a guerra mundial; a *Zentralblatt für Psychoanalyse* [Periódico Central para a Psicanálise] (1911), com Adler e Stekel como editores, o qual foi logo substituído pela *Internationale Zeitschrift für Psychoanalyse* [Revista Internacional para a Psicanálise] (1913, hoje em seu décimo volume); e mais, desde 1912, *Imago*, fundada por Rank e Sachs, uma revista para a aplicação da psicanálise às ciências mentais. O grande interesse assumido no assunto por médicos anglo-americanos foi demonstrado em 1913, com a fundação da ainda ativa *Psycho-Analytic Review*, por parte de White e Jelliffe. Mais tarde, em 1920, *The International Journal of Psycho-Analysis*, destinado especialmente aos leitores da Inglaterra, fez seu aparecimento sob a editoria de Ernest Jones. A *Internationaler Psychoanalytischer Verlag* e a correspondente inglesa *The International Psycho-Analytical Press* trouxeram à luz uma série contínua de publicações analíticas sob o nome da *Internationale Psychoanalytische Bibliothek* (Biblioteca Psicanalítica Internacional). A literatura da psicanálise, naturalmente, não é encontrada apenas nesses periódicos, que são na maioria sustentados por sociedades psicanalíticas; ela aparece por toda parte, em numerosos lugares, em publicações científicas e em publicações literárias. Entre os periódicos do mundo latino que concedem atenção especial à psicanálise, a *Revista de Psiquiatria*, coordenada por H. Delgado, em Lima, no Peru, pode ser mencionada em especial.

Uma diferença essencial entre essa segunda década da psicanálise e a primeira reside no fato de que o presente autor não constituía mais seu único representante. Um círculo sempre crescente de alunos e adeptos se havia reunido em torno dele, dedicando-se, em primeiro lugar, à difusão das teorias da psicanálise; depois, ampliaram, suplementaram e conduziram essas teorias a maior profundidade. Com o decorrer dos anos diversos desses defensores, como era inevitável, separaram-se, tomaram seus próprios rumos, ou se transformaram em uma oposição que pareceu ameaçar a continuidade do desenvolvimento da psicanálise. Entre 1911 e 1913, C. G. Jung, em Zurique, e Alfred Adler, em Viena, produziram determinada agitação por suas tentativas de dar novas interpretações aos fatos da análise e por seus

esforços para um desvio do ponto de vista analítico. Entretanto, viu-se logo que essas secessões não haviam causado danos permanentes. O sucesso temporário que tenham atingido foi facilmente explicável pela presteza da massa das pessoas em livrar-se da pressão das exigências da psicanálise por qualquer caminho que se lhes pudesse abrir. A grande maioria dos colaboradores permaneceu firme e continuou seu trabalho orientada pelas linhas a eles indicadas. Depararemos repetidamente com seus nomes na breve descrição, adiante, das descobertas da psicanálise nos muitos e variados campos de sua aplicação.

IV

A ruidosa rejeição da psicanálise pelo mundo médico não podia impedir seus defensores de desenvolvê-la, inicialmente por suas linhas originais, em patologia e tratamento especializado nas neuroses - tarefa ainda não completamente realizada, mesmo atualmente. Seu inegável sucesso terapêutico, que excedia em muito qualquer outro que houvesse sido anteriormente conseguido, incentivou-os constantemente a novos esforços, ao passo que as dificuldades reveladas à medida que o material era examinado mais profundamente redundaram em alterações profundas na técnica da análise e correções importantes em suas hipóteses e postulados teóricos.

No decurso desse desenvolvimento a técnica da psicanálise se tornou tão definida e delicada quanto a de qualquer outro ramo especializado da medicina. Uma falha na compreensão desse fato levou a muitos abusos (particularmente na Inglaterra e nos Estados Unidos), porquanto pessoas que adquiriram apenas um conhecimento literário da psicanálise a partir de leituras se consideram capazes de empreender tratamentos analíticos sem ter recebido qualquer formação especial. As conseqüências de tal comportamento são prejudiciais tanto para a ciência quanto para os pacientes e acarretaram muito descrédito para a análise. A fundação de uma primeira clínica psicanalítica para pacientes externos (por Max Eitingon, em Berlim, em 1920) tornou-se, portanto, um passo de grande importância prática. Esse instituto busca, por um lado, tornar o tratamento analítico acessível a amplos círculos da população e, por outro, empreende a instrução de médicos para serem analistas clínicos através de um curso de formação incluindo como condição que aquele que aprende concorde em ser ele próprio analisado.

Entre os conceitos hipotéticos que capacitem o médico a lidar com o material analítico, o primeiro a ser mencionado é o da 'libido'. Libido, em psicanálise, significa em primeira instância a força (imaginada como quantitativamente variável e mensurável) dos instintos

sexuais dirigidos para um objeto - 'sexuais' no sentido ampliado exigido pela teoria analítica. Um estudo mais completo demonstrou que era necessário colocar ao lado dessa 'libido objetal' uma 'libido narcísica' ou 'do ego', dirigida para o próprio ego do indivíduo, e a interação dessas duas forças nos capacitou a explicar grande número de processos normais e anormais na vida mental. Uma distinção grosseira logo se fez entre o que é conhecido por 'neuroses de transferência' e os distúrbios narcísicos. As primeiras (histeria e neurose obsessiva) constituem os objetos propriamente ditos do tratamento psicanalítico, ao passo que as outras, as neuroses narcísicas, embora possam deveras ser examinadas com o auxílio da análise, oferecem dificuldades fundamentais à influência terapêutica. É verdade que a teoria da libido da psicanálise não está absolutamente completa e sua relação com uma teoria geral dos instintos não é clara, pois a psicanálise é uma ciência jovem, ainda inacabada, e em estágio de rápido desenvolvimento. Porém aqui se deve enfaticamente apontar quão errônea é a acusação de pansexualismo que com tanta freqüência é dirigida contra a psicanálise. Ela busca demonstrar que a teoria psicanalítica não conhece outras forças motivadoras mentais senão as puramente sexuais e, assim procedendo, explora preconceitos populares pelo emprego da palavra 'sexual' não em seu sentido analítico, mas no vulgar.

A visão psicanalítica também teria de incluir nos distúrbios narcísicos todas as moléstias descritas em psiquiatria como 'psicoses funcionais'. Não se poderia duvidar de que as neuroses e psicoses não estão separadas por uma linha rígida, mais do que o estão a saúde e a neurose, e era plausível explicar os misteriosos fenômenos psicóticos pelas descobertas a que se chegou nas neuroses, que até então haviam sido igualmente incompreensíveis. O presente autor, durante o período de seu isolamento, tornou um caso de doença paranóide parcialmente inteligível através de uma investigação analítica e indicou nessa psicose indiscutível os mesmos conteúdos (complexos) e uma semelhante ação recíproca de forças, nas neuroses simples. Bleuler [1906] acompanhou as indicações do que chamou de 'mecanismos freudianos' em grande número de psicoses, e Jung conquistou, de um só golpe, elevado conceito como analista quando, em 1907, explicou os sintomas mais excêntricos dos estádios finais da demência praecox a partir das histórias individuais da vida dos pacientes. O abrangente estudo da esquizofrenia efetuado por Bleuler (1911) provavelmente demonstrou de uma vez por todas a justificação de um ângulo psicanalítico de abordagem para a compreensão dessas psicoses.

A psiquiatria tornou-se assim o primeiro campo a que a psicanálise foi aplicada e desse modo permaneceu desde então. Os mesmos pesquisadores que mais fizeram para aprofundar o conhecimento analítico das neuroses, tais como Karl Abraham, em Berlim, e Sándor Ferenczi, em Budapest (para nomear apenas os mais proeminentes), também desempenharam papel de realce em lançar luz analítica sobre as psicoses. A convicção da unidade e vinculação íntima de todos os distúrbios que se apresentam como fenômenos neuróticos e psicóticos está tornando-se cada vez mais firmemente estabelecida, apesar de todos os esforços dos psiquiatras. As pessoas estão começando a entender - e melhor que todas,

talvez na América - que o estudo psicanalítico das neuroses constitui a única preparação para uma compreensão das psicoses, e que a psicanálise está destinada a tornar possível uma psiquiatria científica do futuro, que não precisará contentar-se com a descrição de quadros clínicos curiosos e seqüências ininteligíveis de eventos, e com o traçar a influência de grosseiros traumas anatômicos e tóxicos sobre um aparelho psíquico inacessível ao nosso conhecimento.

V

A importância da psicanálise para a psiquiatria, entretanto, nunca teria chamado a atenção do mundo intelectual para ela ou lhe conquistaria um lugar em *The History of our Times*. Esse resultado foi ocasionado pela relação da psicanálise com a vida mental normal, não com a patológica. Originalmente, a pesquisa analítica de fato não tinha outro objetivo senão estabelecer os determinantes do desencadeamento (a gênese) de alguns estados mentais mórbidos. No curso de seus esforços, contudo, ela teve êxito em trazer à luz fatos de importância fundamental, criando realmente uma nova psicologia, de modo que se tornou óbvio que a validade de tais achados não poderia se restringir à esfera da patologia. Já vimos quando se produziu a prova decisiva da exatidão dessa conclusão. Foi quando os sonhos foram interpretados com sucesso pela técnica analítica - os sonhos, que são parte da vida mental de pessoas normais e que, no entanto, podem com efeito ser encarados como produtos patológicos capazes de ocorrer regularmente em estados sadios.

Se as descobertas psicológicas obtidas dos sonhos fossem firmemente lembradas, só outro passo era necessário antes que a psicanálise pudesse ser proclamada como a teoria dos processos mentais mais profundos não diretamente acessíveis à consciência - como uma 'psicologia profunda' -, e antes que pudesse ser aplicada a quase todas as ciências mentais. Esse passo residia na transição da atividade mental de homens individuais para as funções psíquicas de comunidades humanas e povos, isto é, da psicologia individual para a de grupo, e muitas analogias surpreendentes nos impuseram essa transição. Fora descoberto, por exemplo, que nos estratos profundos da atividade mental inconsciente os contrários não se distinguem um do outro, mas são expressos pelo mesmo elemento. Já em 1884, porém, Karl Abel, o filólogo, havia apresentado a opinião (em seu 'Über dem Gegensinn der Urworte') de que as línguas mais antigas que nos são conhecidas tratam os contrários da mesma maneira. Assim, o antigo egípcio, por exemplo, tinha em primeira instância apenas uma palavra para designar 'forte' e 'fraco', e somente mais tarde os dois lados da antítese foram distinguidos por ligeiras modificações. Mesmo nas línguas mais modernas claras relíquias de tais significados antitéticos podem ser encontradas. Assim, em alemão, 'Boden' ['sótão'

ou ‘chão’] significa tanto a coisa mais alta quanto a mais baixa da casa; semelhantemente, em latim, ‘altus’ significa ‘alto’ e ‘profundo’. Portanto, a equivalência dos contrários nos sonhos constitui um traço arcaico universal no pensamento humano.

Tomando um exemplo de outro campo, é impossível fugir à impressão da correspondência perfeita que pode ser descoberta entre as ações obsessivas de certos pacientes obsessivos e as observâncias religiosas dos crentes em todo o mundo. Certos casos de neurose obsessiva na realidade se comportam como uma caricatura de uma religião particular, de modo que é tentador assemelhar as religiões oficiais a uma neurose obsessiva, que foi mitigada por se tornar universalizada. Essa comparação, que sem dúvida é altamente objetável a todos os crentes, não obstante se mostrou psicologicamente muito frutífera, pois a psicanálise logo descobriu no caso da neurose obsessiva, quais são as forças que nela combatem entre si até seus conflitos encontrarem expressão notável no cerimonial das ações obsessivas. Nada de semelhante era suspeitado no caso do cerimonial religioso até que, remontando o sentimento religioso à relação com o pai como sua raiz mais profunda, tornou-se possível apontar para uma situação dinâmica análoga também nesse caso. Esse exemplo, ademais, pode advertir ao leitor que mesmo em sua aplicação a campos não médicos a psicanálise não pode evitar ferir preconceitos acalentados, aflorar sensibilidades profundamente enraizadas e provocar assim inimizades de base essencialmente emocional.

Caso possamos presumir que os aspectos mais gerais da vida mental inconsciente (conflitos entre impulsos instintuais, repressões e satisfações substitutivas) estejam presentes em toda parte, e se há uma psicologia profunda que conduz a um conhecimento desses aspectos, podemos então razoavelmente esperar que a aplicação da psicanálise às mais variadas esferas da atividade mental humana em toda parte trará à luz resultados importantes e até então inatingíveis. Em um estudo excepcionalmente valioso, Otto Rank e Hanns Sachs (1913) tentaram reunir o que o trabalho da psicanálise pôde conseguir até agora no sentido do preenchimento dessas expectativas. A falta de espaço me impede de tentar completar aqui sua enumeração. Posso apenas selecionar, como menção, os achados mais importantes, acrescentando alguns pormenores.

Se deixarmos fora de cogitação impulsos internos pouco conhecidos, podemos dizer que a principal força motivadora no sentido do desenvolvimento cultural do homem foi a exigência externa real, que retirou dele a satisfação fácil de suas necessidades naturais e o expôs a perigos imensos. Essa frustração externa o impeliu a uma luta com a realidade, a qual findou parcialmente em uma adaptação a ela e, em parte, no controle sobre ela; contudo também o impeliu a trabalhar e viver em comum com os de sua espécie, e isso já envolvia uma renúncia de certo número de impulsos instintuais impossíveis de ser socialmente satisfeitos. Com os avanços ulteriores da civilização cresceram também as exigências da repressão. A civilização, afinal de contas, está construída inteiramente sobre a renúncia ao instinto, e todo indivíduo, em sua jornada da infância à maturidade, precisa, em sua própria pessoa, recapitular esse desenvolvimento da humanidade a um estado de criteriosa resignação. A

psicanálise demonstrou que foram predominantemente, embora não exclusivamente, os impulsos instintuais que sucumbiram a essa supressão cultural. Parte deles, contudo, apresenta a característica valiosa de se permitirem ser desviados de seus objetivos imediatos e colocar assim sua energia à disposição do desenvolvimento cultural, sob a forma de tendências ‘sublimadas’. Outra parte, porém, persiste no inconsciente como desejos insatisfeitos e pressiona por alguma satisfação, ainda que deformada.

Vimos que uma das partes da atividade mental humana é orientada no sentido de obter controle sobre o mundo externo real. A psicanálise nos diz agora, ademais, que uma outra parte, particular e altamente prezada, do trabalho mental criativo serve para a realização de desejos - para a satisfação substitutiva dos desejos reprimidos que, desde os dias da infância, vivem insatisfeitos no espírito de cada um de nós. Entre essas criações, cuja vinculação com um inconsciente incompreensível sempre foi suspeitada, estão os mitos e as obras da literatura imaginativa e da arte, e as pesquisas da psicanálise realmente arrojaram luz em abundância sobre os campos da mitologia, da ciência da literatura e da psicologia dos artistas. Basta mencionar a obra de Otto Rank como exemplo. Demonstramos que os mitos e os contos de fadas podem ser interpretados como sonhos, traçamos os caminhos sinuosos que levam da premência do desejo inconsciente à sua realização em uma obra de arte sobre o observador e no caso do próprio artista tornamos claro seu parentesco emocional com o neurótico bem como sua distinção deste, e apontamos a vinculação existente entre sua disposição inata, suas experiências fortuitas e suas realizações. A apreciação estética de obras de arte e a elucidação do dote artístico não estão, é verdade, entre as tarefas atribuídas à psicanálise. Mas parece que a psicanálise está em posição de denunciar a palavra decisiva em todas as questões que afloram a vida imaginativa do homem.

E então, como terceiro argumento, a psicanálise nos demonstrou, para nosso crescente assombro, o papel enormemente importante desempenhado pelo que é conhecido por ‘complexo de Édipo’ - isto é, a relação emocional de uma criança humana com seus dois pais - na vida mental dos seres humanos. Nosso assombro se reduz quando compreendemos ser o complexo de Édipo o correlativo psíquico de dois fatos biológicos fundamentais: o longo período de dependência da criança humana e a maneira notável pela qual sua vida sexual atinge um primeiro clímax do terceiro ao quinto ano de vida, e depois, passado um período de inibição, reinicia-se na puberdade. E aqui se fez a descoberta de que uma terceira parte extremamente séria da atividade intelectual humana, a parte criadora das grandes instituições da religião, do direito, da ética e de todas as formas de vida cívica, tem como seu objetivo fundamental capacitar o indivíduo a dominar seu complexo de Édipo e desviar-lhe a libido de suas ligações infantis para as ligações sociais que são enfim desejadas. As aplicações da psicanálise à ciência da religião e à sociologia (pelo presente autor, por Theodor Reik e Oskar Pfister, por exemplo), que conduziram a esses achados, ainda são novas e insuficientemente apreciadas, mas não se pode duvidar que estudos posteriores só irão confirmar a certeza dessas importantes conclusões.

À guisa de pós-escrito, por assim dizer, devo mencionar que também os educadores não podem deixar de utilizar as sugestões que receberam da exploração analítica da vida mental das crianças e, ademais, que vozes se levantaram entre terapeutas (Groddeck e Jelliffe, por exemplo), sustentando que o tratamento psicanalítico de queixas orgânicas graves apresenta resultados promissores, de vez que em muitas dessas afecções determinado papel é desempenhado por um fator psíquico sobre o qual é possível lograr influência.

Podemos, assim, expressar nossa expectativa de que a psicanálise, cujo desenvolvimento e realizações até o presente foram sucinta e inadequadamente relatados nestas páginas, ingressará no desenvolvimento cultural das próximas décadas como um fermento significativo e auxiliará a aprofundar nosso conhecimento do mundo e a lutar contra algumas coisas da vida, reconhecidas como prejudiciais. Não se deve esquecer, contudo, que a psicanálise sozinha não pode oferecer um quadro completo do mundo. Se aceitarmos a distinção que recentemente propus, de dividir o aparelho psíquico em um ego, voltado para o mundo externo e aparelhado com a consciência, e em um id inconsciente, dominado por suas necessidades instintuais, então a psicanálise deve ser descrita como uma psicologia do id (e de seus efeitos sobre o ego). Em cada campo do conhecimento, portanto, ela só pode fazer contribuições, que requerem ser completadas a partir da psicologia do ego. Se essas contribuições amiúde contêm a essência dos fatos, isso apenas corresponde ao importante papel que, pode-se reivindicar, é desempenhado em nossas vidas pelo inconsciente mental que por tanto tempo permaneceu desconhecido.

AS RESISTÊNCIAS À PSICANÁLISE (1925 [1924])

NOTA DO EDITOR INGLÊS

DIE WIDERSTÄNDE GEGEN DIE PSYCHOANALYSE

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

(1925 *La Revue Juive* (Genebra), março. Em tradução francesa.)

1925 *Imago* 11, (3), 222-33.

1925 *Almanach* 1926, 9-21.

1926 *Psychoanalyse der Neurosen*, 185-98.

1928 *G.S.*, 11, 224-35.

1948 *G.W.*, 14, 99-110.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘The Resistances to Psycho-Analysis’

1950 *C.P.*, 5, 163-74. (Trad. de James Strachey.)

A presente tradução inglesa é versão ligeiramente corrigida da publicada em 1950.

O nome de Freud estava na ‘Comissão Editorial’ do periódico em que este ensaio pela primeira vez apareceu em francês. Foi escrito a pedido de seu editor real, Albert Cohen, provavelmente em setembro de 1924. O original alemão apareceu quase simultaneamente em *Imago* e no *Almanach 1926*, publicado em setembro de 1925 - aproximadamente seis meses após a publicação em francês.

Uma criança nos braços de sua babá voltará o rosto, gritando, à vista de um rosto estranho; um homem piedoso começará a nova estação com uma prece e também saudará os primeiros frutos do ano com a bênção; um camponês se recusará a comprar uma foice a menos que ela porte a marca registrada que foi familiar a seus pais. A distinção entre essas situações é óbvia e pareceria justificar buscarmos um motivo diferente para cada uma delas.

Não obstante, seria equívoco deixar de enxergar o que elas têm em comum. Em cada um dos casos estamos lidando com um desprazer da mesma espécie. A criança o expressa de maneira elementar, o homem piedoso o aplaca mediante um artifício, ao passo que o camponês o utiliza como motivo para uma decisão. A fonte desse desprazer é a exigência feita à mente por algo que é *novo*, o dispêndio psíquico que ela exige, a incerteza alçada até à ansiosa expectativa que ela traz consigo. Seria interessante dedicar um estudo completo às reações mentais à novidade, uma vez que sob certas condições, não mais primárias, podemos observar um comportamento do tipo contrário - uma sede de estimulação que se arremete sobre tudo aquilo que é novo, simplesmente porque é novo.

Em assuntos científicos não deveria haver lugar para recuar-se ante a novidade. A ciência, em sua perpétua falta de compleição e insuficiência, é impelida a esperar sua salvação em novas descobertas e novas maneiras de olhar para as coisas. A fim de não ser enganada, ela procede bem em armar-se de ceticismo e não aceitar nada novo, a menos que tenha sofrido o mais estrito exame. Às vezes, porém, esse ceticismo apresenta dois aspectos inesperados; ele pode dirigir-se nitidamente contra o que é novo, enquanto poupa o que é familiar e aceito, e pode contentar-se com rejeitar as coisas antes de tê-las examinado. Comportando-se assim, ele, contudo, se revela como um prolongamento da reação primitiva contra o que é novo e como um disfarce para a retenção dessa reação. É do conhecimento comum com quanta freqüência na história da pesquisa científica aconteceu que inovações tenham defrontado com resistência intensa e obstinada, ao passo que eventos subseqüentes demonstraram que a resistência era injustificada, e a novidade, valiosa e importante. O que provocou a resistência foram, via de regra, certos fatores no assunto geral da novidade, ao mesmo tempo que, por outro lado, diversos fatores devem ter-se combinado para tornar possível a irrupção da reação primitiva. Uma recepção particularmente desfavorável foi concedida à psicanálise, que o presente autor começou a desenvolver aproximadamente há trinta anos atrás a partir das descobertas de Josef Breuer (de Viena) sobre a origem dos sintomas neuróticos. Não se pode discutir que ela possuía a qualidade de novidade, embora fizesse uso de muito material bem conhecido de outras fontes (inteiramente à parte das descobertas de Breuer), tais como as lições oriundas dos ensinamentos de Charcot, o grande neuropatologista, e impressões derivadas da esfera dos fenômenos hipnóticos. Sua significação original foi puramente terapêutica: visava a criar um método novo e eficiente para tratar doenças neuróticas. Vinculações que não podiam ser previstas no começo

fizeram, porém, com que a psicanálise se ampliasse para muito além de seu objetivo original. Ela terminou por reivindicar ter estabelecido nossa completa visão da vida mental sobre nova base e, portanto, ser de importância para todo o campo do conhecimento que se funde na psicologia. Após uma década de completa negligência, ela de repente se tornou tema de interesse geral - e desencadeou uma tempestade de oposição indignada.

As *formas* pelas quais a resistência à psicanálise encontrou expressão não necessitam ser consideradas agora. Basta dizer que a luta sobre essa inovação de modo algum está no fim, embora já seja possível perceber a direção que assumirá. Seus oponentes não conseguiram suprimir o movimento. A psicanálise, da qual há vinte anos atrás eu era o único porta-voz, atraiu desde então o apoio de numerosos assistentes valiosos e ativos, tanto médicos como não médicos, que a utilizam como um procedimento para o tratamento das doenças nervosas, como um método de pesquisa psicológica e como um instrumento auxiliar para o trabalho científico nos mais variados setores da vida intelectual. Nas páginas seguintes, nosso interesse será orientado apenas para os *motivos* da resistência à psicanálise, dando ênfase específica ao caráter composto dessa resistência e na variada soma de valor aportada por seus componentes.

Do ponto de vista clínico as neuroses devem necessariamente ser situadas ao lado das intoxicações e de distúrbios tais como a doença de Graves. Trata-se de estados oriundos de uma excesso ou falta relativa de certas substâncias altamente ativas, quer produzidas no interior do corpo quer nele introduzidas de fora; em suma, são distúrbios da química do corpo, estados tóxicos. Se alguém conseguisse isolar e demonstrar a substância ou as substâncias hipotéticas relacionadas às neuroses, não teria necessidade de se preocupar com oposição por parte da profissão médica. Presentemente, porém, não está aberta uma semelhante via de abordagem ao problema. No momento só podemos partir dos sintomas apresentados por uma neurose, sintomas que no caso da histeria, por exemplo, consistem em uma combinação de distúrbios somáticos e mentais. Ora, tanto os experimentos de Charcot quanto as observações clínicas de Breuer nos ensinaram que os sintomas somáticos da histeria também são psicogênicos - isto é, que são precipitados de processos mentais que percorreram seu curso. Colocando-se um indivíduo em estado de hipnose, foi possível produzir artificialmente, à vontade, os sintomas somáticos da histeria.

A psicanálise apoderou-se dessa nova compreensão e começou a considerar o problema da natureza dos processos psíquicos que conduziam a essas conseqüências inusitadas. A direção assumida por essa investigação não encontrou, porém, a simpatia da geração contemporânea de médicos. Eles haviam sido ensinados a respeitar apenas fatores anatômicos, físicos e químicos. Não estavam preparados para levar fatores psíquicos em consideração e, portanto, enfrentaram-nos com indiferença ou antipatia. Obviamente tinham dúvidas de que eventos psíquicos permitissem algum tratamento científico exato, qualquer que fosse esse tratamento. Como uma reação excessiva contra uma fase anterior durante a

qual a medicina fora dominada pelo que foi conhecido por ‘filosofia da Natureza’, encaravam abstrações como aquelas com que a psicologia está obrigada a trabalhar, como nebulosas, fantásticas e místicas, ao passo que simplesmente se recusavam a acreditar em fenômenos notáveis que poderiam ter sido o ponto de partida de pesquisas. Os sintomas das neuroses histéricas eram encarados como imposturas e os fenômenos do hipnotismo como embuste. Os próprios psiquiatras, cuja atenção estava sendo constantemente compelida para os mais inusitados e espantosos fenômenos mentais, não mostravam inclinação para examinar seus pormenores ou investigar suas vinculações. Contentavam-se com classificar o variegado conjunto de sintomas e remetê-los, até onde podiam, a distúrbios etiológicos somáticos, anatômicos ou químicos. Durante esse período materialista, ou melhor, mecanicista, a medicina realizou avanços formidáveis, embora também mostrasse uma compreensão míope dos mais importantes e difíceis problemas da vida.

É fácil compreender por que os médicos, com uma atitude desse tipo para com a mente, não teriam simpatia pela psicanálise e levantariam dúvidas quanto a sua exigência de aprender muitas coisas novamente e vê-las a uma luz diferente. Em compensação, poder-se-ia supor que a nova teoria teria muito mais probabilidade de encontrar a boa acolhida dos filósofos, de vezque estes estavam habituados a situar conceitos abstratos (ou, como diriam as línguas malévolas, palavras nebulosas) no primeiro plano de suas explicações do universo, e seria impossível que objetassem à extensão da esfera da psicologia, para a qual a psicanálise havia preparado o caminho. No entanto aqui se ergueu um novo obstáculo. A idéia de filósofos sobre aquilo que é mental não era a da psicanálise. A maioria esmagadora deles vê como mental apenas os fenômenos da consciência. Para eles, o mundo da consciência coincide com a esfera do que é mental. Tudo o mais que possa se realizar na ‘mente’ - entidade tão difícil de apreender -, é por eles relegado aos determinantes orgânicos de processos mentais ou a processos paralelos aos mentais. Ou, falando com mais rigor, a mente não possui outros conteúdos senão os fenômenos da consciência, e conseqüentemente a psicologia, a ciência da mente, não tem outro tema geral. Ademais, a esse respeito a opinião do leigo é a mesma.

O que, então, um filósofo pode dizer perante uma teoria que, como a psicanálise, assevera que, contrariamente, aquilo que é mental é em si próprio *inconsciente*, e que ser consciente constitui apenas uma *qualidade*, capaz ou não de advir a um ato mental específico e cuja retirada talvez possa não alterar esse ato sob nenhum outro aspecto? Ele naturalmente dirá que algo tanto inconsciente como mental seria uma impossibilidade, um *contradictio in adjecto*, e deixará de observar que, efetuando esse julgamento, está meramente repetindo sua própria definição do que é mental, definição que talvez possa ser restrita demais. Para os filósofos é fácil sentir essa certeza, visto não possuírem familiaridade com o material cuja investigação induziu os analistas a acreditar em atos mentais inconscientes. Os filósofos jamais levaram em consideração a hipnose, nem se preocuparam com a interpretação de sonhos; ao contrário, como o fazem os médicos, encaram os sonhos como produtos

inexpressivos da atividade mental reduzida durante o sono. Mal se apercebem de que existem coisas como obsessões e delírios, e eles se veriam em situação muito embaraçosa caso lhes pedissem para explicá-las com base em suas próprias premissas filosóficas. Também os analistas se recusam a dizer o que é o inconsciente, contudo podem indicar o domínio de fenômenos cuja observação os obrigou a presumir sua existência. Os filósofos, que ignoram outro tipo de observação que não seja a auto-observação, não podem acompanhá-los nesse domínio. Sucede, então, que a psicanálise nada deriva, senão desvantagens, de sua posição intermediária entre a medicina e a filosofia. Os médicos a vêem como um sistema especulativo e recusam-se a acreditar que, como toda outra existência natural, ela se fundamenta numa paciente e incansável elaboração de fatos oriundos do mundo da percepção; os filósofos, medindo-a pelo padrão de seus próprios sistemas artificialmente construídos, julgam que ela provém de premissas impossíveis e censuram-na porque seus conceitos mais gerais (que só agora estão em processo de evolução) carecem de clareza e precisão.

Esse estado de coisas é suficiente para explicar a recepção relutante e hesitante da análise nos campos científicos. Ele contudo não explica as explosões de indignação, derrisão e escárnio que, com desprezo de todo padrão de lógica e bom gosto, caracterizaram os métodos controversos de seus oponentes. Uma reação desse tipo sugere que outras resistências além das puramente intelectuais foram excitadas, e despertadas poderosas forças emocionais. E deveras muitas coisas podem ser encontradas na teoria da psicanálise, calculadas para produzir um efeito desse tipo sobre as paixões dos homens de toda espécie e não somente dos cientistas. Sobretudo existe aquele lugar muito importante na vida mental dos seres humanos que a psicanálise atribui ao que é conhecido por instintos sexuais. A teoria psicanalítica sustentou que os sintomas das neuroses constituem satisfações substitutivas deformadas de forças instintuais sexuais, das quais a satisfação direta foi frustrada por resistências internas. Posteriormente a análise, ao se estender além de seu campo original de trabalho e ao começar a aplicar-se à vida mental normal, procurou demonstrar que esses mesmos componentes sexuais, possíveis de ser desviados de seus objetos imediatos e de ser dirigidos para outras coisas, efetuavam as contribuições mais importantes às realizações culturais do indivíduo e da sociedade. Esses pontos de vista não eram inteiramente novos. A significação incomparável da vida sexual havia sido proclamada pelo filósofo Schopenhauer em uma passagem intensamente marcante. Ademais, aquilo que a psicanálise chamou de sexualidade não era em absoluto idêntico à impulsão no sentido de uma união dos dois sexos ou no sentido de produzir uma sensação prazerosa dos órgãos genitais; tinha muito mais semelhança com o Eros, que tudo inclui e tudo preserva, do *Banquete* de Platão. Os opositores da psicanálise esqueceram, contudo, seus ilustres precursores; caíram sobre ela como se houvesse cometido uma agressão à dignidade da raça humana. Acusaram-na de ‘pansexualismo’, embora a teoria psicanalítica dos instintos tivesse sido sempre estritamente dualista e em tempo algum deixasse de reconhecer, juntamente com os instintos sexuais, outros a que realmente atribui força suficiente para suprimir os instintos sexuais. (Essas forças mutuamente opostas foram inicialmente descritas

como os instintos sexuais e os instintos do ego. Um desenvolvimento teórico posterior transformou-as em Eros e o instinto de morte ou destruição.) A sugestão de que a arte, a religião e a ordem social em parte se originavam de uma contribuição dos instintos sexuais foi representada pelos oponentes da análise como uma degradação dos mais elevados valores culturais. Enfaticamente declararam que o homem possui outros interesses ao lado desse eterno interesse do sexo, desprezando em seu zelo o fato de que também os animais têm outros interesses - na verdade, estão sujeitos à sexualidade não de modo permanente, como os homens, mas apenas mediante turnos que ocorrem em períodos específicos -, desprezando também o fato de que a existência desses outros interesses no homem jamais foi discutida e que nada pode ser alterado no valor de uma realização cultural por demonstrar-se que ela derivou de fontes instintuais elementares e animais.

Uma semelhante mostra de injustiça e falta de lógica clama por explicação. Sua origem não é difícil de encontrar. A civilização humana repousa em dois pilares, dos quais um é o controle das forças naturais e o outro, a restrição de nossos instintos. O trono do governante repousa sobre escravos agrilhoados. Entre os componentes instintuais que são assim colocados a seu serviço, os instintos sexuais, no sentido mais estrito da palavra, são conspícuos por sua força e selvageria. Que desgraça, se eles se libertassem! O trono seria derrubado e o governante, calcado sob pés. A sociedade está ciente disso - e não permitirá que o assunto seja mencionado.

Mas por que não? Que prejuízo a discussão pode causar? A psicanálise jamais disse palavra em favor dos instintos desagrilhoantes que danificariam nossa comunidade; pelo contrário, emitiu uma advertência e uma exortação para que corrigíssemos nossos modos. A sociedade, porém, se recusa a consentir em ventilar a questão, porque tem uma má consciência sob mais de um aspecto. Em primeiro lugar, ela estabeleceu um elevado ideal de moralidade - sendo essa restrição dos instintos - e insiste em que todos os seus membros preencham esse ideal, sem preocupar-se com a possibilidade de que a obediência possa pesar onerosamente sobre o indivíduo. Ela sequer é suficientemente opulenta ou bem organizada para poder compensar o indivíduo pela quantidade de sua renúncia instintual. Conseqüentemente, resta ao indivíduo decidir como pode obter, pelo sacrifício que fez, uma compensação, suficiente para capacitá-lo a preservar seu equilíbrio mental. Em geral, ele no entanto é obrigado a viver psicologicamente além de seus recursos, ao passo que as reivindicações insatisfeitas de seus instintos o fazem sentir as exigências da civilização como uma pressão constante sobre ele. Assim, a sociedade sustenta uma condição de *hipocrisia cultural*, fadada a ser acompanhada de um sentimento de insegurança e de uma necessidade de preservar aquilo que é uma situação inegavelmente precária com proibir a crítica e a discussão. Essa linha de pensamento aplica-se a todos os impulsos instintuais, incluindo portanto os egoístas. A questão sobre ela aplicar-se ou não a todas as formas possíveis de civilização, e não meramente àquelas que evoluíram até agora, não pode ser debatida aqui. Com referência aos instintos sexuais no sentido mais estrito, há ainda o ponto de que, na maioria das pessoas, eles são insuficientemente domados, e isso de uma forma

psicologicamente errada; estão portanto mais aptos a desencadear-se do que os demais.

A psicanálise revelou as fragilidades desse sistema e recomendou que ele fosse alterado. Propôs uma redução no rigor com que os instintos são reprimidos, e que correspondentemente se desse mais desempenho à veracidade. Uma quantidade maior de satisfação deveria ser facultada a certos impulsos instintuais em cuja supressão a sociedade excedeu um tanto; no caso de alguns outros, o método ineficiente de suprimi-los mediante a repressão deveria ser substituído por algum procedimento melhor e mais seguro. Em resultado dessas críticas a psicanálise é encarada como 'inamistosa à cultura' e foi colocada sob um anátema como 'perigo social'. Essa resistência não pode durar para sempre. Nenhuma instituição humana pode, a longo prazo, escapar à influência da crítica legítima, contudo a atitude dos homens para com a psicanálise ainda é dominada por esse temor, que dá livre curso às suas paixões e diminui seu poder de argumento lógico.

Com sua teoria dos instintos a psicanálise ofendeu os sentimentos dos indivíduos, na medida em que se consideravam como membros da comunidade social; outro ramo de sua teoria estava destinado a ferir toda pessoa individualmente no ponto mais sensível de seu próprio desenvolvimento psíquico. A psicanálise livrou-se de uma vez por todas do conto de fadas de uma infância assexual. Demonstrou o fato de que interesses e atividades sexuais ocorrem em crianças pequenas desde o início de suas vidas. Mostrou por que transformações essas atividades passam, como, pela idade de cinco anos, eles sucumbem à inibição e como, da puberdade em diante, entram a serviço da função reprodutiva. Reconheceu que a primeira vida sexual infantil atinge seu ápice naquilo que se conhece como complexo de Édipo (uma ligação emocional da criança ao genitor do sexo oposto, acompanhada por uma atitude de rivalidade para com o do mesmo sexo) e que, nesse período da vida, tal impulso se amplia, desinibido, para um desejo sexual direto. A confirmação disso é tão facilmente possível, que somente esforços supremos poderiam conseguir desprezá-lo. Com efeito, todo indivíduo passou por essa fase; posteriormente, porém, reprimiu energicamente seu teor e conseguiu esquecê-la. Dessa época pré-histórica da existência do indivíduo restou um horror ao incesto e um sentimento enorme de culpa. É possível que algo muito semelhante ocorresse na época pré-histórica da espécie humana como um todo e que os primórdios da moralidade, da religião e da ordem social estejam intimamente vinculados à superação dessa era primeva. Para os adultos, sua pré-história parece tão ingloriosa que recusam permitir-se que os façam lembrar-se dela: ficaram furiosos quando a psicanálise tentou levantar o véu de amnésia de seus anos de infância. Havia apenas uma saída: o que a psicanálise asseverava tinha de ser falso e aquilo com pretensões de nova ciência havia que ser um tecido de fantasias e deformações.

Assim, as resistências mais fortes à psicanálise não foram de tipo intelectual, mas surgiram de fontes emocionais. Isso explicava tanto seu caráter apaixonado quanto sua escassez de lógica. A situação obedecia a uma fórmula simples: os homens na massa se comportavam para com a psicanálise exatamente do mesmo modo que os neuróticos em

particular, em tratamento perante seus distúrbios. No entanto, através do trabalho paciente é possível convencer esses últimos indivíduos de que tudo aconteceu como sustentamos: nós próprios não o inventamos, chegamos a isso a partir de um estudo de outros neuróticos abrangendo um período de vinte ou trinta anos. A posição era ao mesmo tempo alarmante e consoladora; alarmante porque não era pouca coisa ter por paciente toda a raça humana, e consoladora porque, no fim das contas, tudo estava se realizando como hipóteses da psicanálise declaravam estar fadado a acontecer.

Se novamente voltamos os olhos para as diversas resistências à psicanálise antes enumeradas, evidencia-se que apenas uma sua minoria pertence ao tipo que habitualmente surge contra a maior parte de inovações científicas de qualquer importância considerável. A maioria delas se deve ao fato de que poderosos sentimentos humanos são feridos pelo tema geral da teoria. A teoria darwiniana de descendência defrontou-se com a mesma sorte, de vez que pôs abaixo a barreira arrogantemente erguida entre os homens e os animais. Chamei a atenção para essa analogia em um trabalho anterior, no qual demonstrava como a visão psicanalítica da relação do ego consciente com um inconsciente irresistível constituía um golpe severo para o amor-próprio humano. Descrevi-o como sendo o golpe *psicológico* ao narcisismo dos homens, e o comparei com o golpe *biológico* desfechado pela teoria da descendência e o golpe *cosmológico*, mais antigo, a ele dirigido pela descoberta de Copérnico.

Dificuldades puramente externas também contribuíram para fortalecer a resistência à psicanálise. Não é fácil obter um juízo independente sobre questões envolvidas com a análise sem a termos experimentado ou praticado em outrem. Também pouco se pode realizar esse último sem ter adquirido uma técnica específica e decididamente delicada, de vez que até recentemente não havia meios facilmente acessíveis de aprender a psicanálise e sua técnica. Essa situação foi agora melhorada com a fundação (em 1920) da Clínica e Instituto de Formação Psicanalítica de Berlim, e, pouco depois, em 1922, de um instituto exatamente similar em Viena.

Finalmente, com toda reserva, pode-se levantar a questão de não ter sido possível que a personalidade do presente autor como um judeu, que jamais procurou disfarçar o fato de ser judeu, concorresse em provocar a antipatia de seu meio ambiente para com a psicanálise. Um argumento dessa espécie amiúde não se enuncia em voz alta; infelizmente, tornamo-nos tão desconfiados que não podemos deixar de pensar que esse fator pode não ter estado inteiramente sem defeito. Talvez sequer seja inteiramente um item do acaso que o primeiro advogado da psicanálise fosse um judeu. Professar crença nessa nova teoria exigia determinado grau de aptidão a aceitar uma situação de oposição solitária - situação com a qual ninguém está mais familiarizado do que um judeu.

APÊNDICE: EXTRATO DE O MUNDO COMO VONTADE E IDÉIA, DE SCHOPENHAUER

Em suas últimas obras Freud fez diversas referências à ênfase que Schopenhauer dava à importância da sexualidade. Além de mencionar o assunto na pág 270, acima, também se referiu a ele no parágrafo de encerramento de ‘A Difficulty in the Path of Psycho-Analysis’ (1917a), *Standard Ed.*, 17, 143-4, e no Prefácio (escrito em 1920) à quarta edição dos *Três Ensaíos* (1905d), Edição *Standard* Brasileira, Vol. VII, pág. 134, IMAGO Editora, 1972. Ele aparece novamente no Capítulo de *Além do Princípio de Prazer* (1920g), Edição *Standard* Brasileira, Vol. XVIII, pág. 69, IMAGO Editora, 1976 - trabalho que Freud revisava aproximadamente à mesma época em que escreveu o Prefácio que acabamos de mencionar - e, mais uma vez, junto ao final do Capítulo V do *Autobiographical Study* (1925d), *Standard Ed.*, 20, 59.

Freud algumas vezes aludia especificamente a ‘uma passagem intensivamente comovente’ ou a ‘palavras de inesquecível impressividade’, embora em parte alguma citasse a passagem ou indicasse sua fonte nos escritos de Schopenhauer. Parece muitíssimo provável, no entanto, que o extrato aqui impresso seja da passagem que Freud tinha em mente, e, portanto, talvez seja de interesse reproduzi-lo. O parágrafo ocorre nos Suplementos ao Quarto Livro de *O Mundo Como Vontade e Idéia*, Capítulo XLII, ‘A Vida da Espécie’ [‘*Leben der Gattung*’]. Imediatamente antes desse ponto, Schopenhauer estivera debatendo o caráter do desejo sexual, o qual declara ser diferente de qualquer outro desejo: ‘...ele não é apenas o mais forte, é, porém, mesmo especificamente, de um tipo mais poderoso que qualquer outro.’ Fornece exemplos do reconhecimento concedido na Antigüidade a essa força e continua do seguinte modo:

‘A tudo isto corresponde o importante *rôle* que a relação dos sexos desempenha no mundo dos homens, onde ela é realmente o invisível ponto central de toda ação e conduta, e se deixa entrever em toda parte, apesar de todos os véus que lhe são lançados por cima. Ela é a causa da guerra e o fim da paz, a base do que é sério e o alvo da zombaria, a inexaurível fonte do espírito, a chave para todas as alusões e o significado de todas as insinuações misteriosas, de todas as ofertas não enunciadas e de todos os olhares furtivos, a meditação diária do jovem e, amiúde, também a do velho, o pensamento de todas as horas do libertino e, mesmo contra sua vontade, a imaginação constantemente recorrente do casto, o material

sempre pronto para um chiste, devido exatamente à profunda seriedade que jaz em seus fundamentos. É contudo, o elemento picante e o chiste da vida que a preocupação principal de todos os homens seja secretamente perseguida e ostensivamente ignorada, tanto quanto possível. Em realidade, porém, nós a vemos a todo momento sentar-se como verdadeira senhora hereditária do mundo, na plenitude de sua própria força, em seu trono ancestral, e desde lá, olhando para baixo com miradas desdenhosas, a rir dos preparativos que foram efetuados para amarrá-la, aprisioná-la ou, pelo menos, limitá-la, e, onde quer que possível, mantê-la oculta ou mesmo dominá-la de tal forma que apareça apenas como um interesse secundário, subordinado, da vida. Tudo isso, porém, concorda com o fato de a paixão sexual ser o ponto central da vontade de viver, e, conseqüentemente, a concentração de todo desejo; portanto, no texto chamei os órgãos genitais de foco da vontade. Em verdade, pode-se dizer que o homem é desejo sexual concreto, pois sua origem é um ato de cópula e somente essa tendência perpetua e mantém unida toda a sua existência fenomênica. A vontade de viver manifesta-se primariamente, com efeito, como um esforço de sustentar o indivíduo; contudo, isso constitui apenas um passo para o esforço de sustentar a espécie, e o último esforço tem de ser mais poderoso em proporção, na medida em que a vida da espécie ultrapassa a do indivíduo em duração, extensão e valor. A paixão sexual, portanto, é a mais perfeita manifestação da vontade de viver, seu tipo mais distintamente expresso; e a origem do indivíduo nela e sua primazia sobre todos os outros desejos do homem natural estão em completo acordo com isso.’

UMA NOTA SOBRE O BLOCO MÁGICO (1925 [1924])

NOTA DO EDITOR INGLÊS

NOTIZ ÜBER DEN ‘WUNDERBLOCK’

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1925 *Int. Z. Psychoanal.*, 11, (1), 1-5.

1925 *G.S.*, 6, 415-20.

1931 *Theoretische Schriften*, 392-8.

1948 *G.W.*, 14, 3-8.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘A Note upon the “Mystic Writing-Pad”’

1940 *Int. J. Psycho-Anal.*, 21 (4), 469-74. (Trad. de James Strachey.)

1950 *C.P.*, 5, 175-80.

A presente tradução inglesa é uma reimpressão ligeiramente corrigida da publicada em

1950, com algumas notas adicionais.

Este artigo foi provavelmente escrito no outono de 1924, pois Freud comunicou em outra carta a Abraham que o estava revisando em novembro daquele ano (Jones, 1957, 124-5). O curioso pequeno aparelho que consistiu a base desta engenhosa e esclarecedora discussão dos sistemas consciente, pré-consciente e perceptual, ainda (1961) se pode obter muito facilmente, pelo menos na Grã-Bretanha, sob o nome comercial de 'Printator'. O tema geral do artigo tornar-se-á muito mais claro se um modelo real dele puder ser examinado e desmontado.

UMA NOTA SOBRE O BLOCO MÁGICO

Quando não confio em minha memória - os neuróticos, como sabemos, assim o fazem em grau notável, no entanto também as pessoas normais têm toda razão para fazê-lo - posso suplementar e garantir seu funcionamento tomando nota por escrito. Nesse caso, a superfície sobre a qual essa nota é preservada, a caderneta ou folha de papel, é como se fosse uma parte materializada de meu aparelho mnêmico que, sob outros aspectos, levo invisível dentro de mim. Tenho apenas de guardar em mente o local onde essa 'memória' foi depositada e então posso 'reproduzir' a qualquer hora que quiser, com a certeza de que terá permanecido inalterada e assim escapado às possíveis deformações a que poderia estar sujeita em minha memória.

Se desejo fazer uso pleno dessa técnica para melhorar minha função mnêmica, descubro que se me oferecem dois procedimentos diferentes. Por um lado, posso escolher uma superfície para escrever, que preservará intacta qualquer nota efetuada sobre ela por uma duração indefinida de tempo - por exemplo, uma folha de papel sobre a qual posso escrever a tinta. Estou, assim, de posse de um 'traço de memória permanente'. A desvantagem desse procedimento é que a capacidade receptiva da superfície de escrita logo se exaure. A folha se preenche com escrita, nela não há lugar para quaisquer outras notas e me vejo obrigado a pôr em uso outra folha na qual não se tenha escrito. Ademais, a vantagem do mesmo procedimento, o fato de fornecer um 'traço permanente', pode perder seu valor para mim se, após certo tempo, a nota deixa de me interessar e não mais desejo 'retê-la em minha memória'. O procedimento alternativo evita essas duas desvantagens. Se, por exemplo, escrevo com um pedaço de giz sobre uma lousa, tenho uma superfície receptiva que

conserva sua capacidade receptiva por um tempo ilimitado e as notas sobre ela podem ser destruídas assim que deixam de me interessar sem qualquer necessidade de jogar fora a própria superfície de escrita. Aqui, a desvantagem é que não posso preservar um traço permanente. Desejando apor algumas notas novas à lousa, tenho de antes apagar as que a recobrem. Assim, uma capacidade receptiva tem de ser renovada ou a nota tem de ser destruída.

Todas as formas de aparelhos auxiliares que inventamos para a melhoria ou intensificação de nossas funções sensoriais são construídas segundo o mesmo modelo que os próprios órgãos dos sentidos ou parte deles: óculos, câmeras fotográficas, cornetas acústicas, por exemplo. Medidos por esse padrão, os dispositivos para auxiliar nossa memória parecem particularmente imperfeitos, de vez que nosso aparelho mental realiza exatamente aquilo que eles não podem fazer: possui uma capacidade receptiva ilimitada para novas percepções e, não obstante, registra delas traços mnêmicos permanentes, embora não inalteráveis. Já em 1900, em *A Interpretação de Sonhos*, dei expressão a uma suspeita de que essa capacidade fora do comum deveria ser dividida entre dois sistemas (ou órgãos do aparelho psíquico) diferentes. Segundo esse ponto de vista, temos um sistema *Pcpt.-Cs.*, que recebe percepções mas não retém traço permanente delas, podendo assim reagir como uma folha em branco a toda nova percepção, ao passo que os traços permanentes das excitações recebidas são preservados em ‘sistemas mnêmicos’ que jazem por trás do sistema perceptual. Posteriormente, em *Além do Princípio de Prazer* (1920g), acrescentei uma observação no sentido de que o inexplicável fenômeno da consciência surge no sistema perceptual *em lugar dos* traços permanentes.

Ora, há algum tempo atrás surgiu no mercado, sob o nome de ‘Bloco Mágico’, um pequeno invento que promete realizar mais do que a folha de papel ou a lousa. Ele alega não ser nada mais que uma prancha de escrever, da qual as notas podem ser apagadas mediante um fácil movimento de mão. Contudo, se é examinada mais de perto, descobre-se que sua construção apresenta uma concordância notável com a minha estrutura hipotética de nosso aparelho perceptual e que, de fato, pode fornecer tanto uma superfície receptiva sempre pronta, como traços permanentes das notas feitas sobre ela.

O Bloco Mágico é uma prancha de resina ou cera castanha-escura, com uma borda de papel; sobre a prancha está colocada uma folha fina e transparente, da qual a extremidade superior se encontra firmemente presa à prancha e a inferior repousa sobre ela sem estar nela fixada. Essa folha transparente constitui a parte mais interessante do pequeno dispositivo. Ela própria consiste em duas camadas, capazes de ser desligadas uma da outra salvo em suas duas extremidades. A camada superior é um pedaço transparente de celulóide; a inferior é feita de papel encerado fino e transparente. Quando o aparelho não está em uso, a superfície inferior do papel encerrado adere ligeiramente à superfície superior da prancha

de cera. Para utilizar o Bloco Mágico, escreve-se sobre a parte de celulóide da folha de cobertura que repousa sobre a prancha de cera. Para esse fim não é necessário lápis ou giz, visto a escrita não depender de material que seja depositado sobre a superfície receptiva. Constitui um retorno ao antigo método de escrever sobre pranchas de gesso ou cera: um estilete pontiagudo calca a superfície, cujas depressões nela feitas constituem a 'escrita'. No caso do Bloco Mágico esse calcar não é efetuado diretamente, mas mediante o veículo da folha de cobertura. Nos pontos em que o estilete toca, ele pressiona a superfície inferior do papel encerado sobre a prancha de cera, e os sulcos são visíveis como escrita preta sobre a superfície cinzento-esbranquiçada do celulóide, antes lisa. Querendo-se destruir o que foi escrito, necessário é só levantar a folha de cobertura dupla da prancha de cera com um puxão leve pela parte inferior livre. O estreito contato entre o papel encerado e a prancha de cera nos lugares que foram calcados (do qual dependeu a visibilidade da escrita) assim acaba, e não torna a suceder ao se reunirem novamente as duas superfícies. O Bloco Mágico está agora limpo de escrita e pronto para receber novas notas.

As pequenas imperfeições do engenho naturalmente não têm importância para nós, visto estarmos apenas interessados em sua aproximação com a estrutura do aparelho perceptual da mente.

Estando algo escrito sobre o Bloco Mágico, se levantarmos cuidadosamente o celulóide do papel encerado podemos ver a escrita de modo também claro sobre a superfície do último, e a questão de saber por que haveria necessidade da parte de celulóide da cobertura poderá surgir. O experimento mostrará então que o fino papel se amassaria ou rasgaria com muita facilidade se se escrevesse diretamente sobre ele com o estilete. A camada de celulóide atua, pois, como um escudo protetor para o papel encerado, a fim de manter afastados efeitos prejudiciais oriundos de fora. O celulóide constitui um 'escudo protetor contra estímulos'; a camada que realmente recebe os estímulos é o papel. Posso nesse ponto lembrar que em *Além do Princípio do Prazer* [Edição Standard Brasileira, Vol. XVIII, pág. 42 e segs., IMAGO Editora, 1976] demonstrei que o aparelho perceptual de nossa mente consiste em duas camadas, de um escudo protetor externo contra estímulos, cuja missão é diminuir a intensidade das excitações que estão ingressando, e de uma superfície por trás dele receptora dos estímulos, ou seja, o sistema *Pcpt.-Cs*. A analogia não seria de muito valor se não pudesse ser exercida em extensão maior que até a presente. Levantando-se toda a folha de cobertura - tanto o celulóide quanto o papel encerado - da prancha de cera, a escrita se desvanece e, como já observei, não mais reaparece. A superfície do Bloco Mágico está limpa de escrita e mais uma vez capaz de receber impressões. No entanto, é fácil descobrir que o traço permanente do que foi escrito está retido sobre a própria prancha de cera e, sob luz apropriada, é legível. Assim, o Bloco fornece não apenas uma superfície receptiva, utilizável repetidas vezes como uma lousa, mas também traços permanentes do que foi escrito como um bloco comum de papel: ele soluciona o problema de combinar as duas funções *dividindo-as entre duas partes ou sistemas componentes separados mas*

inter-relacionados. Essa é exatamente a maneira pela qual, segundo a hipótese que acabo de mencionar, nosso aparelho mental desempenha sua função perceptual. A camada que recebe os estímulos - o sistema *Pcpt.-Cs.* - não forma traços permanentes; os fundamentos da maioria ocorrem em outros sistemas contíguos.

Não precisamos nos perturbar pelo fato de não se utilizar, no Bloco Mágico, dos traços permanentes das notas recebidas; basta que elas estejam presentes. Deve chegar um ponto em que a analogia entre um aparelho auxiliar desse tipo e o órgão que é seu protótipo deixará de aplicar-se. Também procede o fato de que, uma vez apagada a escrita, o Bloco Mágico não a pode 'reproduzir' desde dentro; ele seria com efeito um bloco mágico se, tal qual nossa memória, pudesse realizar aquilo. Não penso, porém, que seja demasiado exagerado comparar a cobertura de celulóide e papel encerado ao sistema *Pcpt.-Cs.* e seu escudo protetor, a prancha de cera com o inconsciente por trás daqueles, e o aparecimento e desaparecimento da escrita com o bruxuleio e a extinção da consciência no processo da percepção.

Devo admitir, contudo, que estou inclinado a pressionar mais ainda essa comparação. Sobre o Bloco Mágico a escrita se desvanece sempre que se rompe o íntimo contato entre o papel que recebe o estímulo e a prancha de cera que preserva a impressão. Isso concorda com uma noção que por muito tempo mantive acerca do método pelo qual o aparelho perceptual de nossa mente funciona, a qual, porém, até agora conservei para mim. Minha teoria expunha que inervações da catexia são enviadas e retiradas em rápidos impulsos periódicos, de dentro, para o sistema *Pcpt.-Cs.* completamente permeável. Enquanto catexizado dessa maneira esse sistema recebe percepções (que são acompanhadas por consciência) e transmite a excitação para os sistemas mnêmicos inconscientes; entretanto, assim que a catexia é retirada, a consciência se extingue e o funcionamento do sistema se detém. É como se o inconsciente estendesse sensores, mediante o veículo do sistema *Pcpt.-Cs.*, orientados ao mundo externo, e rapidamente os retirasse assim que tivessem classificado as excitações dele provenientes. Desse modo as interrupções, que no caso do Bloco Mágico têm origem externa, foram atribuídas por minha hipótese à descontinuidade na corrente de inervação, e a ruptura concreta de contato que ocorre no Bloco Mágico foi substituída, em minha teoria, pela não-excitabilidade periódica do sistema perceptual. Tive ainda a suspeita de que esse método descontínuo de funcionamento do sistema *Pcpt.-Cs.* jaz no fundo da origem do conceito de tempo.

Se imaginarmos uma das mãos escrevendo sobre a superfície do Bloco Mágico, enquanto a outra eleva periodicamente sua folha de cobertura da prancha de cera, teremos uma representação concreta do modo pelo qual tentei representar o funcionamento do aparelho perceptual da mente.

A NEGATIVA (1925)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

DIE VERNEINUNG

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1925 *Imago* 11 (3), 217-21.

1926 *Psychoanalyse der Neurosen*, 199-204.

1928 *G.S.* 11, 3-7.

1931 *Theoretische Schriften*, 399-404.

1948 *G.W.*, 14, 11-15.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘Negation’

1925 *Int. J. Psycho-Anal.*, 6 (4), 367-71. (Trad. de Joan Riviere.)

1950 *C.P.*, 5, 181-5. (Revisão da tradução acima.)

A presente tradução inglesa é versão modificada da publicada em 1950. A tradução de 1950 está reimpressa em D. Rapaport, *Organization and Pathology of Thought*, Nova Iorque, 1951.

Diz-nos Ernest Jones (1957, 125) que este texto foi escrito em julho de 1925. O assunto, contudo, estivera evidentemente nos pensamentos de Freud por algum tempo, como é demonstrado pela nota de rodapé por ele acrescentada ao caso clínico de ‘Dora’ em 1923. ([1].) É um de seus mais sucintos artigos. Embora fundamentalmente trate de um ponto especial de metapsicologia, em suas passagens de abertura e encerramento, porém, aborda a técnica. Das referências nas notas de rodapé, veremos que ambos esses aspectos do trabalho tinham uma longa história preliminar.

Extratos da tradução anterior (1925) deste artigo foram incluídos na *General Selection from the Works of Sigmund Freud*, de Rickman (1937, 63-7).

A NEGATIVA

A maneira pela qual nossos pacientes apresentam suas associações durante o trabalho de análise fornece-nos oportunidade para realizar algumas observações interessantes. ‘Agora o senhor vai pensar que quero dizer algo insultante, mas realmente não tenho essa intenção.’ Compreendemos que isso é um repúdio, por projeção, de uma idéia que acaba de ocorrer. Ou: ‘O senhor pergunta quem pode ser essa pessoa no sonho. *Não* é minha mãe’. Emendamos isso para: ‘Então, *é* a mãe dele.’ Em nossa interpretação, tomamos a liberdade de desprezar a negativa e de escolher apenas o tema geral da associação. É como se o paciente tivesse dito: ‘É verdade que minha mãe veio à lembrança quando pensei nessa pessoa, porém não estou inclinado a permitir que essa associação entre em consideração.’

Existe um método muito conveniente, pelo qual podemos às vezes obter uma informação que desejamos sobre material reprimido inconsciente. ‘O que’, perguntamos, ‘o senhor consideraria a coisa mais provavelmente imaginável nessa situação? O que acha que estava mais afastado de sua mente nessa ocasião?’ Se o paciente cai na armadilha e diz o que ele pensa ser mais incrível, quase sempre faz a admissão correta. Defrontamo-nos amiúde com um nítido correspondente desse experimento em um neurótico obsessivo que já foi iniciado no significado de seus sintomas. ‘Arranjei uma nova idéia obsessiva,’ diz ele, ‘e ocorreu-me em seguida que ela poderia significar isso ou aquilo. Mas não; isso não pode ser verdade ou não teria ocorrido.’ O que ele está rejeitando em fundamentos colhidos de seu tratamento, é, naturalmente, o significado correto da idéia obsessiva.

Assim, o conteúdo de uma imagem ou idéia reprimida pode abrir caminho até a consciência, com a condição de que seja *negado*. A negativa constitui um modo de tomar conhecimento do que está reprimido; com efeito, já é uma suspensão da repressão, embora não, naturalmente, uma aceitação do que está reprimido. Podemos ver como, aqui, a função intelectual está separada do processo afetivo. Com o auxílio da repressão apenas uma consequência do processo da repressão é desfeita, ou seja, o fato de o conteúdo ideativo daquilo que está reprimido não atingir a consciência. O resultado disso é uma espécie de aceitação intelectual do reprimido, ao passo que simultaneamente persiste o que é essencial à repressão. No decurso de um trabalho analítico produzimos com freqüência uma outra variante dessa situação, muito importante e um tanto estranha. Temos êxito em vencer também a negativa e ocasionar uma plena aceitação intelectual do reprimido, porém o processo repressivo em si próprio não é, com isso, ainda removido.

De vez que afirmar ou negar o conteúdo de pensamentos é tarefa da função do julgamento intelectual, o que estivemos dizendo nos levou à origem psicológica dessa função. Negar algo em um julgamento é, no fundo, dizer: ‘Isto é algo que eu preferia reprimir.’ Um juízo negativo é o substituto intelectual da repressão; ou seu ‘não’ é a marca distintiva da repressão, um certificado de origem - tal como, digamos, ‘Made in Germany’. Com o auxílio do símbolo da negativa, o pensar se liberta das restrições da repressão e se enriquece com material indispensável ao seu funcionamento correto.

A função do julgamento está relacionada, em geral, com duas espécies de decisões. Ele afirma ou desafia a posse, em uma coisa, de um atributo particular, e assevera ou discute que uma representação tenha uma existência na realidade. O atributo sobre o qual se deve decidir pode originalmente ter sido bom ou mau, útil ou prejudicial. Expresso na linguagem dos mais antigos impulsos instintuais - os orais -, o julgamento é: 'Gostaria de comer isso', ou 'gostaria de cuspi-lo fora', ou, colocado de modo mais geral, 'gostaria de botar isso para dentro de mim e manter aquilo fora.' Isso equivale a dizer: 'Estará dentro de mim' ou 'estará fora de mim.' Como demonstrei noutro lugar, o ego-prazer original deseja introjetar para dentro de si tudo quanto é bom, e ejetar de si tudo quanto é mau. Aquilo que é mau, que é estranho ao ego, e aquilo que é externo são, para começar, idênticos.

A outra espécie de decisão tomada pela função do julgamento - quanto à existência real de algo de que existe uma representação (teste de realidade) - é um interesse do ego-realidade definitivo, que se desenvolve a partir do ego-prazer inicial. Agora não se trata mais de uma questão de saber se aquilo que foi percebido (uma coisa) será ou não integrado ao ego, mas uma questão de saber se algo que está no ego como representação pode ser redescoberto também na percepção (realidade). Trata-se, como vemos, mais uma vez de uma questão de *externo e interno*. O que é irreal, meramente uma representação e subjetivo, é apenas interno; o que é real está também lá *fora*. Nesse estágio do desenvolvimento a consideração pelo princípio de prazer foi posta de lado. A experiência demonstrou ao indivíduo que não só é importante uma coisa (um objeto de satisfação para ele) possuir o atributo 'bom', assim merecendo ser integrada ao seu ego, mas também que ela esteja no mundo externo, de modo a que ele possa se apossar dela sempre que dela necessitar. A fim de entender esse passo à frente, temos de lembrar que todas as representações se originam de percepções e são repetições dessas. Assim, originalmente a mera existência de uma representação constituía uma garantia da realidade daquilo que era representado. A antítese entre subjetivo e objetivo não existe desde o início. Surge apenas do fato de que o pensar tem a capacidade de trazer diante da mente, mais uma vez, algo outrora percebido, reproduzindo-o como representação sem que o objetivo externo ainda tenha de estar lá. Portanto, o objetivo primeiro e imediato do teste de realidade é não *encontrar* na percepção real um objeto que corresponda ao representado, mas *reencontrar* tal objeto, convencer-se de que ele está lá. Outra capacidade do poder de pensar oferece mais uma contribuição à diferenciação entre aquilo que é subjetivo e aquilo que é objetivo. A reprodução de uma percepção como representação nem sempre é fiel; pode ser modificada por omissões ou alterada pela fusão de vários elementos. Nesse caso, o teste de realidade tem de certificar-se de até onde vão tais deformações. Contudo é evidente que uma condição para o estabelecimento do teste de realidade consiste em que objetos, que outrora trouxeram satisfação real, tenham sido perdidos.

Julgar é a ação intelectual que decide a escolha da ação motora que põe fim ao adiamento devido ao pensamento e conduz do pensar ao agir. Esse adiamento devido ao pensamento

também foi debatido por mim noutra parte. Ele deve ser considerado como uma ação experimental, uma apalpação motora, com pequeno dispêndio de descarga. Consideremos onde o ego utilizou um tipo semelhante de apalpação anteriormente, em que lugar aprendeu ele a técnica que agora aplica em seus processos de pensamento. Ocorreu na extremidade sensorial do aparelho mental, em conexão com as percepções dos sentidos, pois, em nossa hipótese, a percepção não é um processo puramente passivo. O ego envia periodicamente pequenas quantidades de catexia para o sistema perceptual, mediante as quais classifica os estímulos externos e então, depois de cada um desses avanços experimentais, se recolhe novamente.

O estudo do julgamento nos permite, talvez pela primeira vez, uma compreensão interna (*insight*) da origem de uma função intelectual a partir da ação recíproca dos impulsos instintuais primários. Julgar é uma continuação, por toda a extensão das linhas da conveniência, do processo original através do qual o ego integra coisas a si ou as expõe de si, de acordo com o princípio de prazer. A polaridade de julgamento parece corresponder à oposição dos dois grupos de instintos que supusemos existir. A afirmação - como um substituto da união - pertence a Eros; a negativa - o sucessor da expulsão - pertence ao instinto de destruição. O desejo geral de negar, o negativismo que é apresentado por alguns psicóticos, deve provavelmente ser encarado como sinal de uma des fusão de instintos efetuada através de uma retirada dos componentes libidinais. O desempenho da função de julgamento, contudo, não se tornou possível até que a criação do símbolo da negativa dotou o pensar de uma primeira medida de liberdade das conseqüências da repressão, e, com isso, da compulsão do princípio de prazer.

Essa visão da negativa ajusta muito bem ao fato de que, na análise, jamais descobrimos um 'não' no inconsciente e que o reconhecimento do inconsciente por parte do ego se exprime numa fórmula negativa. Não há prova mais contundente de que fomos bem-sucedidos em nosso esforço de revelar o inconsciente, do que o momento em que o paciente reage a ele com as palavras 'Não pensei isso' ou 'Não pensei (sequer) nisso'.

**ALGUMAS CONSEQÜÊNCIAS PSÍQUICAS DA
DISTINÇÃO ANATÔMICA**

ENTRE OS SEXOS (1925)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

EINIGE PSYCHISCHE FOLGEN DES ANATOMISCHEN GESCHLECHTS-
UNTERSCHIEDS

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1925 *Int. Z. Psychoanal.*, 11 (4), 401-10.

1926 *Psychoanalyse der Neurosen*, 205-19.

1928 *G.S.*, 11, 8-19.

1931 *Sexualtheorie und Traumlehre*, 207-20.

1948 *G.W.*, 14, 19-30.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘Some Psychological Consequences of the Anatomical Distinction between the Sexes’

1927 *Int. J. Psycho-Anal.*, 8 (2), 133-42. (Trad. de James Strachey)

1950 *C.P.*, 5, 186-197. (Reimpressão revista da tradução acima.)

A presente tradução inglesa é versão corrigida e com novas anotações, com título ligeiramente modificado, da publicada em 1950.

Este trabalho foi terminado em agosto de 1925, quando Freud o mostrou a Ferenczi. Foi lido em seu nome por Anna Freud no Congresso Psicanalítico Internacional de Homburg em 3 de setembro e publicado na *Zeitschrift* mais tarde, no outono (Jones, 1957, 119).

Aquilo que, com efeito, é uma primeira e completa reavaliação das opiniões de Freud

sobre o desenvolvimento psicológico das mulheres, será encontrado condensado neste sucinto artigo. Ele contém os germes de todo o seu trabalho posterior sobre o assunto.

Desde muito cedo Freud queixou-se da obscuridade que envolvia a vida sexual das mulheres. Assim, próximo ao começo de seus *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade* (1905d), escreveu que a vida sexual dos homens ‘somente, se tornou acessível à pesquisa. A das mulheres ... ainda se encontra mergulhada em impenetrável obscuridade’. (Edição *Standard Brasileira*, Vol. VII, pág. 152, IMAGO Editora, 1972.) De modo semelhante, em seu estudo das teorias sexuais das crianças (1908c) escreveu: ‘Em consequência de circunstâncias desfavoráveis, tanto de natureza externa quanto interna, as observações seguintes se aplicam principalmente ao desenvolvimento sexual de apenas um sexo - isto é, o dos homens.’ (*Standard Ed.*, 9, 211.) Novamente, muitíssimo mais tarde, em seu opúsculo sobre análise leiga (1926e): ‘Sabemos menos sobre a vida sexual das meninas que sobre a dos meninos. Mas não precisamos nos envergonhar dessa distinção; afinal de contas, a vida sexual das mulheres adultas constitui um “continente obscuro” para a psicologia.’ (Ibid., 20, 212.)

Um dos resultados dessa obscuridade foi conduzir Freud a muitas vezes presumir que a psicologia das mulheres podia ser tomada simplesmente como análoga à dos homens. Disso há muitos exemplos. Em sua primeira descrição completa da situação edípica, por exemplo, em *A Interpretação de Sonhos* (1900a), presume existir um paralelo completo entre os dois sexos, que ‘a primeira afeição de uma menina é para com seu pai e os primeiros desejos infantis de um menino, para com sua mãe’ (Edição *Standard Brasileira*, Vol. IV, pág. 273, IMAGO Editora, 1972). De modo semelhante, em sua longa descrição do desenvolvimento sexual das crianças na Conferência XXI das *Introductory Lectures* (1916-17), escreve: ‘Como vêm, descrevi apenas a relação de um menino com seu pai e sua mãe. As coisas acontecem exatamente da mesma maneira com as meninas, com as necessárias modificações: uma ligação afetiva ao pai, uma necessidade de livrar-se da mãe, como supérflua ...’ Ou, falando da primitiva história da identificação em *Psicologia de Grupo* (1921c): ‘A mesma coisa também se aplica, com as substituições necessárias, à menina’ (Edição *Standard Brasileira*, Vol. XVIII, pág. 134, IMAGO Editora, 1976). Mesmo em *O Ego e o Id* (1923b) os complicados processos que acompanham e seguem a dissolução do complexo de Édipo são supostos como ‘exatamente análogos’ em meninos e meninas ([1]). Ou a descrição do complexo de Édipofeminino pode ser simplesmente omitida, como no verbete para a enciclopédia de Marcuse (1923a), Edição *Standard Brasileira*, Vol. XVIII, pág. 298, IMAGO Editora, 1976. Por outro lado, ao descrever a ‘fase fálica’ no artigo sobre a organização genital infantil (1923e), Freud escreve francamente: ‘Infelizmente, podemos descrever esse estado de coisas apenas no ponto em que afeta a criança do sexo masculino; os processos correspondentes na menina não conhecemos’ ([1]).

Com efeito, durante um longo período, desde a época da análise de ‘Dora’ em 1900, contudo, o interesse de Freud não se dirigira para a psicologia feminina. Demorou quinze anos para que publicasse qualquer importante material clínico que tratasse de uma mulher. Surgiu então o caso da paranóia feminina ‘que ia de encontro à teoria psicanalítica’ (1915*f*), cuja essência residia na relação da paciente com sua mãe. Não muito depois veio o caso de homossexualismo feminino (1920*a*), do qual o mesmo também poderia ser dito. Entre ambos surgiu o estudo das fantasias de escapamento (1919*e*), que se relacionava quase inteiramente com o desenvolvimento sexual infantil das meninas. E aqui já existem claras provas de insatisfação com a ‘analogia exata’ entre os dois sexos: ‘a expectativa de existir um paralelo completo era equivocada’ (*Standard Ed.*, 17, 196). Posteriormente, o problema da história sexual das mulheres sem dúvida esteve na mente de Freud, constantemente; e, embora pouco exista sobre ele em *O Ego e o Id* (1923*b*), foram as teorias aí desenvolvidas, concernentes ao final do complexo de Édipo, que, ligadas a novas observações clínicas, forneceram a chave para a nova tese. Freud já sentia encaminhar-se para ela em ‘A Dissolução do Complexo de Édipo’ (1924*d*); porém pela primeira vez é plenamente enunciada no presente artigo. Deveria ser ainda ampliada no trabalho posterior sobre ‘Sexualidade Feminina’ (1931*b*), na Conferência XXXIII das *New Introductory Lectures* (1933*a*), e, finalmente, no Capítulo VII do póstumo *Esboço de Psicanálise* (1940*a* [1938]).

Quase todos os pormenores já estão presentes em uma forma condensada neste trabalho. Entretanto, é notável que muitos desses pormenores já estivessem à mão há muito tempo e só exigissem vinculação. Assim, certas peculiaridades do desenvolvimento sexual das meninas haviam sido notadas e se insistira sobre elas. Já na primeira edição dos *Três Ensaios* (1905*d*), Freud sustentara que nas meninas o órgão sexual principal era o clitóris; que, em conformidade com esse fato, ‘a sexualidade das jovens é de caráter inteiramente masculino’, e que ‘uma onda de repressão na puberdade’ é exigida antes que o clitóris ceda lugar à vagina e a masculinidade, à feminilidade (Edição *Standard* Brasileira, Vol. VII, págs. 225-8, IMAGO Editora, 1972.). Com efeito, a maior parte desse aspecto havia sido indicada muitos anos antes, em uma carta a Fliess, de 14 de novembro de 1897 (Freud, 1950*a*, Carta 75). O assunto foi levado avante no artigo sobre ‘The Sexual Theories of Children’ (1908*c*), onde foi posto em relação com a inveja que a menina tem do pênis e o complexo de castração (*Standard Ed.*, 9, 217-18). O fato de o dano causado por isso a seu narcisismo conduzir ao ressentimento contra a mãe foi apontado no trabalho sobre ‘Alguns Tipos de Caráter’ (1916*d*), Edição *Standard* Brasileira, Vol. XIV, págs. 355-6, IMAGO Editora, 1974, e outros fundamentos para esse ressentimento foram enumerados no caso clínico de paranóia, um pouco anterior (1915*f*), *ibid.*, págs. 301-2.

Tampouco a base fundamental da nova tese deixara de ser enunciada, embora durante longos períodos parecesse esquecida. Nos *Três Ensaios* encontramos a afirmação direta de que o primeiro objeto sexual da criança é o seio da mãe e que esse constitui o protótipo de

toda relação amorosa posterior (Edição *Standard* Brasileira, Vol. VII, págs. 228-9, IMAGO Editora, 1972). Pretendia-se claramente que isso fosse verdadeiro tanto com relação às meninas quanto aos meninos, mas parece ser explicitamente repetido pela primeira vez aqui ([1]). A dupla mudança, exigida da menina antes que ela possa chegar ao complexo de Édipo ‘normal’, se torna assim evidente: uma modificação em seu órgão sexual principal e uma modificação em seu objeto sexual. E o caminho se abre para uma investigação de sua fase ‘pré-edipiana’, juntamente com as diferenças entre meninas e meninos implicadas pelas hipóteses de *O Ego e o Id* - a diferença na relação de seus complexos de castração e de Édipo, e a diferença ulterior na construção de seus superegos. É a síntese desses diversos fragmentos de conhecimento, derivados de extratos históricos tão amplamente separados do trabalho de Freud, que concede ao presente artigo sua importância.

ALGUMAS CONSEQÜÊNCIAS PSÍQUICAS DA DISTINÇÃO ANATÔMICA ENTRE OS SEXOS

Em meus próprios escritos e naqueles de meus seguidores, sempre mais ênfase é dada à necessidade de que as análises de neuróticos lidem de modo completo com o período mais remoto de sua infância, a época da primeira e florescência da vida sexual. Apenas examinando-se as primeiras manifestações da constituição instintual inata do paciente e os efeitos de suas primeiras experiências, que de fato podemos avaliar com exatidão as forças motivadoras que levaram à sua neurose, e estar seguros contra os erros a que poderíamos ser induzidos pelo grau em que as coisas se tornaram remodeladas e sobrepostas na vida adulta. Essa exigência não é apenas de importância teórica, mas também prática, de vez que ela distingue nossos esforços do trabalho daqueles médicos cujos interesses se focalizam exclusivamente nos resultados terapêuticos, e que empregam métodos analíticos, embora apenas até certo ponto. Uma análise da primeira infância como a que estamos considerando é tediosa e laboriosa, e faz, tanto ao médico quanto ao paciente, exigências nem sempre possíveis de ser cumpridas. Ademais, ela nos conduz a regiões obscuras onde ainda não existem postes sinalizadores. De fato, os analistas podem se sentir seguros, penso eu, de que não há risco de seu trabalho tornar-se mecânico e perder assim seu interesse, durante as próximas décadas.

Nas páginas seguintes apresento alguns achados de pesquisa analítica que seriam de grande importância, caso se pudesse provar que são universalmente aplicáveis. Por que não adiei sua publicação até que a experiência ulterior me tivesse dado as provas necessárias, se é que se possa obter tais provas? Porque as condições sob as quais trabalho experimentaram

uma mudança, com implicações que não posso disfarçar. Antigamente eu não contava entre aqueles incapazes de reter o que parece ser uma nova descoberta, até que tenha sido confirmada ou corrigida. *A Interpretação de Sonhos* (1900a) e ‘Fragmento da Análise de um Caso de Histeria’ (1905e) (o caso de Dora) foram por mim retidos - se não pelos nove anos prescritos por Horácio - pelo menos durante quatro ou cinco anos, antes que eu lhes permitisse serem publicados. Naqueles dias, porém, eu tinha tempo ilimitado à minha frente - ‘oceans of time’ como um autor afável o diz - e o material despejava-se sobre mim em tais quantidades que mal se podia escapar a novas experiências. Ademais, eu era o único a trabalhar em um campo novo, de modo que minha reticência não envolvia perigo para mim nem perda para os outros.

Hoje, porém, tudo mudou. O tempo à minha frente é limitado. Sua totalidade não é mais gasta no trabalho, de modo que minhas oportunidades de efetuar novas observações não são tão numerosas. Se penso perceber algo de novo, fico incerto quanto a se posso esperar que se confirme. E, além disso, tudo quanto há de ser visto à superfície já foi exaurido; o que resta tem de ser lenta e penosamente arrastado para cima, desde as profundezas. Finalmente, não estou mais sozinho. Um grupo ávido de companheiros de trabalho está apto a fazer uso daquilo que é inacabado ou duvidoso, e posso deixar-lhes aquela parte do trabalho que, doutra maneira, eu próprio teria realizado. Desta vez, portanto, sinto-me justificado em publicar algo que está em urgente necessidade de confirmação, antes que seu valor, ou falta de valor, possa ser decidido.

Examinando as primeiras formas mentais assumidas pela vida sexual das crianças, habituamo-nos a tomar como tema de nossas investigações a criança do sexo masculino, o menino. Com as meninas, assim supúnhamos, as coisas deviam ser semelhantes, embora de um modo ou de outro elas tenham, não obstante, de ser diferentes. O ponto do desenvolvimento em que reside essa diferença não podia ser claramente determinado.

Nos meninos, a situação do complexo de Édipo é o primeiro estágio possível de ser identificado com certeza. É fácil de compreender, de vez que nesse estágio a criança retém o mesmo objeto que previamente catexizou com sua libido - não ainda um objeto genital - durante o período precedente, enquanto estava sendo amamentada e cuidada. Também o fato de que, nessa situação, encare o pai como um rival perturbador e goste de se ver livre dele e tomar-lhe o lugar, é consequência direta do estado real de coisas. Demonstrei alhures como a atitude edipiana nos meninos pertence à fase fálica e como sua destruição é ocasionada pelo temor da castração - isto é, pelo interesse narcísico nos órgãos genitais. O assunto fica mais difícil de apreender pela circunstância complicante de que mesmo em meninos o complexo de Édipo possui uma orientação dupla, ativa e passiva, de acordo com sua constituição bissexual; o menino também deseja tomar o lugar de sua mãe como objeto de amor de seu *pai* - fato que descrevemos como sendo a atitude feminina.

Com referência à pré-história do complexo de Édipo nos meninos, estamos longe da clareza completa. Sabemos que esse período inclui uma identificação de tipo afetuoso com o pai do menino, identificação que ainda está livre de qualquer sentimento de rivalidade com relação à sua mãe. Outro elemento desse estágio é, acredito, invariavelmente uma atividade masturbatória vinculada aos órgãos genitais, a masturbação da primeira infância, cuja supressão mais ou menos violenta da parte daqueles que estão encarregados da criança põe em ação o complexo de castração. Deve-se presumir que essa masturbação está ligada ao complexo de Édipo e sirva como descarga para a excitação sexual que lhe é própria. Contudo, é incerto se a masturbação possui esse caráter desde o início, ou se, pelo contrário, efetua seu primeiro aparecimento espontaneamente, como uma atividade de um órgão corporal, e só é colocada em relação ao complexo de Édipo em alguma data posterior; essa segunda possibilidade é, de longe, a mais provável. Outra questão duvidosa é o papel desempenhado pela enurese noturna e pelo rompimento desse hábito mediante a intervenção de medidas de educação. Estamos inclinados a estabelecer a conexão simples de que a enurese continuada é um resultado da masturbação e que sua supressão é encarada pelos meninos como uma inibição de sua atividade genital - isto é, como mantendo o significado de uma ameaça de castração; contudo, ainda resta ver se estamos sempre corretos em fazer essa suposição. Finalmente, a análise nos demonstrou de maneira obscura como o fato de uma criança em idade muito precoce escutar os pais copularem, pode desencadear sua primeira excitação sexual e como esse acontecimento pode, devido a seus efeitos posteriores, agir como ponto de partida para todo o desenvolvimento sexual da criança. A masturbação, bem como as duas atitudes do complexo de Édipo, posteriormente se liga a essa experiência primitiva, tendo a criança subseqüentemente interpretado seu significado. É impossível, contudo, supor que essas observações de coito sejam de ocorrência universal, de modo que a essa altura nos deparamos com o problema das 'fantasias primitivas'. Assim, a pré-história do complexo de Édipo, mesmo nos meninos, levanta todas essas questões para seleção e explanação, e existe ainda o problema de saber se devemos supor que o processo invariavelmente segue o mesmo curso, ou se grande variedade de estágios preliminares diferentes não pode convergir para a mesma situação final.

Nas meninas, o complexo de Édipo levanta um problema a mais que nos meninos. Em ambos os casos, a mãe é o objeto original, e não constitui causa de surpresa que os meninos retenham esse objeto no complexo de Édipo. Como ocorre, então, que as meninas o abandonem e, ao invés, tomem o pai como objeto? Perseguindo essa questão pude chegar a algumas conclusões capazes de lançar luz exatamente sobre a pré-história da relação edipiana nas meninas.

Todo analista já deparou com certas mulheres que se aferram com intensidade e tenacidade especiais à ligação com o pai e ao desejo, em que esse vínculo culmina, de terem um filho seu. Temos boas razões para supor que a fantasia de desejo foi também a força motivadora de sua masturbação infantil, e é fácil formar a impressão de que, nesse ponto, viemos dar contra um fato elementar e não analisável da vida sexual infantil. Entretanto, uma

análise rigorosa desses próprios casos traz à luz algo diferente, ou seja, que aqui o complexo de Édipo tem uma longa pré-história e constitui, sob certos aspectos, uma formação secundária.

O antigo pediatra Lindner [1879] certa vez observou que a criança descobre as zonas genitais (o pênis ou o clitóris) como fonte de prazer enquanto se entrega ao sugar sensual (sugar do polegar). Deixarei como questão aberta saber se realmente procede que a criança assume a fonte de prazer, que acaba de descobrir, em troca da perda recente do mamilo da mãe - possibilidade a que fantasias posteriores (felação) parecem apontar. Seja como for, a zona genital é descoberta em alguma ocasião ou outra e não parece haver justificativa para atribuir qualquer conteúdo psíquico às primeiras atividades a ela vinculadas. O primeiro passo na fase fálica iniciada dessa maneira não é a vinculação da masturbação às catexias objetais do complexo de Édipo, mas uma momentosa descoberta que as meninas estão destinadas a fazer. Elas notam o pênis de um irmão ou companheiro de brinquedo, notavelmente visível e de grandes proporções, e imediatamente o identificam com o correspondente superior de seu próprio órgão pequeno e imperceptível; dessa ocasião em diante caem vítimas da inveja do pênis. Existe um contraste interessante entre o comportamento dos dois sexos. Na situação análoga, quando um menino pela primeira vez chega a ver a região genital de uma menina, começa por demonstrar irresolução ou falta de interesse; não vê nada ou rejeita o que viu, abrandando a expressão dele ou procura expedientes para colocá-lo de acordo com suas expectativas. Somente mais tarde, quando possuído de alguma ameaça de castração, é que a observação se torna importante para ele; se então a relembra ou repete, ela desperta nele uma terrível tormenta de emoção e o força a acreditar na realidade da ameaça de que havia rido até então. Essa combinação de circunstâncias conduz a duas reações, capazes de se tornarem fixas e, se assim for, quer separada, quer juntamente, quer em conjunto com outros fatores, determinarão permanentemente as relações do menino com as mulheres: horror da criatura mutilada ou desprezo triunfante por ela. Esses desfechos, contudo, pertencem ao futuro, embora não muito remoto.

A menina se comporta diferentemente. Faz seu juízo e toma sua decisão num instante. Ela o viu, sabe que não o tem e quer tê-lo.

Aqui, aquilo que foi denominado de complexo de masculinidade das mulheres se ramifica. Pode colocar grandes dificuldades no caminho de seu desenvolvimento regular no sentido da feminilidade, se não puder ser superado suficientemente cedo. A esperança de algum dia obter um pênis, apesar de tudo, e assim tornar-se semelhante a um homem, pode persistir até uma idade incrivelmente tardia e transformar-se em motivo para ações estranhas e doutra maneira inexplicáveis. Ou, ainda, pode estabelecer-se um processo que eu gostaria de chamar de 'rejeição', processo que, na vida mental das crianças, não aparece incomum nem muito perigoso, mas em um adulto significaria o começo de uma psicose. Assim, uma menina pode recusar o fato de ser castrada, enrijecer-se na convicção de que *realmente* possui um pênis e subseqüentemente ser compelida a comportar-se como se fosse homem.

As conseqüências da inveja do pênis, na medida em que não é absorvida na formação reativa do complexo de masculinidade, são várias e de grande alcance. Uma mulher, após ter-se dado conta da ferida ao seu narcisismo, desenvolve como cicatriz um sentimento de inferioridade. Quando ultrapassou sua primeira tentativa de explicar sua falta de pênis como uma punição pessoal para si mesma, e compreendeu que esse caráter sexual é universal, ela começa a partilhar do desprezo sentido pelos homens por um sexo que é inferior em tão importante aspecto, e, pelo menos no sustentar dessa opinião, insiste em ser como um homem.

Mesmo após a inveja do pênis ter abandonado seu verdadeiro objeto, ela continua existindo: através de um fácil deslocamento, persiste no traço característico do *ciúme*. Naturalmente, o ciúme não se limita a um único sexo e tem um fundamento mais amplo, porém sou de opinião que ele desempenha um papel muito maior na vida mental das mulheres que na dos homens e isso se deve ao fato de ser enormemente reforçado por parte da inveja do pênis deslocada. Antes, quando ainda não estava ciente dessa fonte do ciúme e considerava a fantasia ‘uma criança é espancada’, que ocorre tão comumente em meninas, construí para ele uma primeira fase na qual seu significado consistia em que outra criança, uma rival de quem o indivíduo tinha ciúmes, deveria ser espancada. Essa fantasia parece constituir uma relíquia do período fálico nas meninas. A rigidez peculiar que tanto me impressionou na fórmula monótona ‘uma criança é espancada’ provavelmente pode ser interpretada de modo especial. A criança que está sendo espancada (ou acariciada) pode, em última análise, ser nada mais nada menos que o próprio clitóris, de maneira que, em seu nível mais inferior, a afirmação conterà uma confissão de masturbação, a qual permaneceu ligada ao conteúdo da fórmula desde seu início, na fase fálica, até a vida posterior.

Uma terceira conseqüência da inveja do pênis parece ser um afrouxamento da relação afetuosa da menina com seu objeto materno. A situação como um todo não é muito clara, contudo pode-se perceber que, no final, a mãe da menina, que a enviou ao mundo assim tão insuficientemente aparelhada, é quase sempre considerada responsável por sua falta de pênis. A forma pela qual isso historicamente ocorre consiste, com freqüência, no fato de que a menina, logo após ter descoberto que seus órgãos genitais são insatisfatórios, começa a demonstrar ciúmes de outra criança, baseando-se em que sua mãe gosta mais dessa criança do que dela, o que serve de razão para ela abandonar sua ligação com sua mãe. Isso então terá efeito, se a criança que foi preferida pela mãe se tornar o primeiro objeto da fantasia de espancamento que termina em masturbação.

Um outro surpreendente efeito da inveja do pênis, ou da descoberta da inferioridade do clitóris, existe e é, indubitavelmente, o mais importante de todos. No passado, amiúde formei a impressão de que, em geral, as mulheres toleram a masturbação de modo pior que os homens, de que mais freqüentemente lutam contra ela e são incapazes de usá-la em circunstâncias nas quais um homem se valeria dela como via de escape, sem qualquer hesitação. A experiência sem dúvida trará à tona inumeráveis exceções a essa afirmativa se

tentarmos transformá-la em uma regra. As reações de indivíduos humanos de ambos os sexos naturalmente se constituem em traços masculinos e femininos. Não obstante, pareceu-me que a masturbação está mais afastada da natureza das mulheres que da dos homens e a solução do problema poderia ser auxiliada pela reflexão de que a masturbação, pelo menos do clitóris, é uma atividade masculina, e que a eliminação da sexualidade clitoridiana constitui condição necessária para o desenvolvimento da feminilidade. Análises do período fálico remoto ensinaram-me hoje que nas meninas, logo após os primeiros sinais de inveja do pênis, manifesta-se uma intensa corrente de sentimento contra a masturbação, a qual não pode ser atribuída exclusivamente à influência educacional daqueles encarregados da criança. Esse impulso é claramente um precursor da onda de repressão que, na puberdade, extinguirá grande quantidade da sexualidade masculina da menina, a fim de dar espaço ao desenvolvimento de sua feminilidade. Pode acontecer que essa primeira oposição à atividade auto-erótica não logre atingir seu fim. E com efeito, esse foi o caso nos exemplos que analisei. O conflito continuou e na ocasião, como também mais tarde, a menina fez tudo quanto podia para se libertar da compulsão a masturbar-se. Muitas das manifestações posteriores da vida sexual das mulheres permanecem ininteligíveis, a menos que esse poderoso motivo seja reconhecido.

Não posso explicar a oposição que por esse modo é levantada pelas meninas à masturbação fálica, exceto supondo existir algum fator concorrente que faça a menina voltar-se violentamente contra essa atividade prazerosa. Esse fator está bem à mão. Não pode ser outra coisa senão seu sentimento narcísico de humilhação ligado à inveja do pênis, o lembrete de que, afinal de contas, esse é um ponto no qual ela não pode competir com os meninos, e que assim seria melhor para ela abandonar a idéia de fazê-lo. Seu reconhecimento da distinção anatômica entre os sexos força-a a afastar-se da masculinidade e da masturbação masculina, para novas linhas que conduzem ao desenvolvimento da feminilidade.

Até aqui não se cogitou do complexo de Édipo, nem até esse ponto desempenhou ele qualquer papel. Agora, porém, a libido da menina desliza para uma nova posição ao longo da linha - não há outra maneira de exprimi-lo - da equação 'pênis-criança'. Ela abandona seu desejo de um pênis e coloca em seu lugar o desejo de um filho; *com esse fim em vista*, toma o pai como objeto de amor. A mãe se torna o objeto de seu ciúme. A menina transformou-se em uma pequena mulher. Se dou crédito a um único exemplo analítico, essa nova situação pode gerar sensações físicas que se teria de considerar como um despertar prematuro do aparelho genital feminino. Malogrando-se mais tarde e tendo de ser abandonada, a ligação da menina a seu pai pode ceder lugar a uma identificação com ele, e pode ser que assim a menina retorne a seu complexo de masculinidade e, talvez, permaneça fixada nele.

Agora já expus a essência do que tinha a dizer: portanto me detenho, e porei o olhar sobre nossos achados. Alcançamos determinada compreensão interna (*insight*) da pré-história do

complexo de Édipo nas meninas. Nas meninas, o complexo de Édipo é uma formação secundária. As operações do complexo de castração o precedem e preparam. A respeito da relação existente entre os complexos de Édipo e de castração, existe um contraste fundamental entre os dois sexos. *Enquanto, nos meninos, o complexo de Édipo é destruído pelo complexo de castração*, nas meninas ele se faz possível e é introduzido através do complexo de castração. Essa contradição se esclarece se refletirmos que o complexo de castração sempre opera no sentido implícito em seu conteúdo: ele inibe e limita a masculinidade e incentiva a feminilidade. A diferença entre o desenvolvimento sexual dos indivíduos dos sexos masculino e feminino no estágio que estivemos considerando é uma consequência inteligível da distinção anatômica entre seus órgãos genitais e da situação psíquica aí envolvida; corresponde à diferença entre uma castração que foi executada e outra que simplesmente foi ameaçada. Em suas essências, portanto, nossos achados são evidentes em si mesmos e teria sido possível prevêê-los.

O complexo de Édipo, contudo, é uma coisa tão importante que o modo por que o indivíduo nele se introduz e o abandona não pode deixar de ter seus efeitos. Nos meninos (como demonstrei amplamente no artigo a que acabo de me referir [1924*d*] e ao qual todas as minhas atuais observações estão estreitamente relacionadas), o complexo não é simplesmente reprimido; é literalmente feito em pedaços pelo choque da castração ameaçada. Suas catexias libidinais são abandonadas, dessexualizadas, e, em parte, sublimadas; seus objetos são incorporados ao ego, onde formam o núcleo do superego e fornecem a essa nova estrutura suas qualidades características. Em casos normais, ou melhor em casos ideais, o complexo de Édipo não existe mais, nem mesmo no inconsciente; o superego se tornou seu herdeiro. De vez que o pênis (para acompanhar Ferenczi [1924]) deve sua catexia narcísica extraordinariamente elevada à sua significação orgânica para a propagação da espécie, a catástrofe que ocorre no complexo de Édipo (o abandono do incesto e a instituição da consciência e da moralidade) pode ser considerada uma vitória da raça sobre o indivíduo. Isso constitui um ponto de vista interessante quando se considera que a neurose se baseia em uma luta do ego contra as exigências da função sexual. Entretanto, abandonar o ponto de vista da psicologia individual não é qualquer auxílio imediato no esclarecimento dessa complicada situação.

Nas meninas está faltando o motivo para a demolição do complexo de Édipo. A castração já teve seu efeito, que consistiu em forçar a criança à situação do complexo de Édipo. Assim, esse complexo foge ao destino que encontra nos meninos: ele pode ser lentamente abandonado ou lidado mediante a repressão, ou seus efeitos podem persistir com bastante ênfase na vida mental normal das mulheres. Não posso fugir à noção (embora hesite em lhe dar expressão) de que, para as mulheres, o nível daquilo que é eticamente normal, é diferente do que ele é nos homens. Seu superego nunca é tão inexorável, tão impessoal, tão independente de suas origens emocionais como exigimos que o seja nos homens. Os traços de caráter que críticos de todas as épocas erigiram contra as mulheres - que demonstram menor senso de justiça que os homens, que estão menos aptas a submeter-se às grandes

exigências da vida, que são mais amiúde influenciadas em seus julgamentos por sentimentos de afeição ou hostilidade - todos eles seriam amplamente explicados pela modificação na formação de seu superego que acima inferimos. Não devemos nos permitir ser desviados de tais conclusões pelas negações dos feministas, que estão ansiosos por nos forçar a encarar os dois sexos como completamente iguais em posição e valor; mas, naturalmente, concordaremos de boa vontade que a maioria dos homens também está muito aquém do ideal masculino e que todos os indivíduos humanos, em resultado de sua disposição bissexual e da herança cruzada, combinam em si características tanto masculinas quanto femininas, de maneira que a masculinidade e a feminilidade puras permanecem sendo construções teóricas de conteúdo incerto.

Estou inclinado a atribuir algum valor às considerações que apresentei sobre as conseqüências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. Estou ciente, contudo, de que essa opinião só pode ser sustentada se meus achados, que se baseiam em um bocado de casos, demonstrarem possuir validade geral e serem típicos. Se não, eles permanecerão não mais que uma contribuição ao nosso conhecimento dos diferentes caminhos pelos quais a vida sexual se desenvolve.

Nos valiosos e abrangentes estudos sobre os complexos de masculinidade e castração nas mulheres, da autoria de Abraham (1921), Horney (1923) e Helene Deutsch (1925), existe muita coisa que toca de perto naquilo que escrevi, nada, contudo, que coincida com ele completamente; de modo que, mais uma vez, me sinto justificado em publicar este trabalho.

JOSEF POPPER-LYNKEUS E A TEORIA DOS SONHOS (1923)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

JOSEF POPPER-LYNKEUS UND DIE THEORIE DES TRAUMES

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1923 *Allgemeine Nährpflicht* (Viena), 6.

1928 *G.S.*, 11, 295-7.

1940 *G.W.*, 13, 357-9.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘Josef Popper-Lynkeus and the Theory of Dreams’

A presente tradução inglesa, da autoria de James Strachey, é a primeira a aparecer em inglês.

Josef Popper (1838-1921) era engenheiro de profissão mas bem conhecido na Áustria por seus escritos (sob o pseudônimo de ‘Lynkeus’), principalmente sobre assuntos filosóficos e sociológicos. Um relato de seus planos de reforma social será encontrado em um livro da autoria de Fritz Wittels, publicado em inglês sob o título de *An End to Poverty* (Londres, 1925). O livro também contém uma curta biografia do próprio Popper da autoria dos tradutores, Eden e Cedar Paul. O volume de breves esboços imaginativos, *Phantasien eines Realisten*, que é o assunto das observações de Freud, foi consideravelmente popular e teve muitas edições, tendo a vigésima primeira aparecido em 1921. O artigo de Freud sem dúvida foi escrito por ocasião da morte de seu autor, para publicação em um periódico que, como o título demonstra, invocava a provisão universal da subsistência e devia sua inspiração a Popper. Freud escreveu outro trabalho cerca de 10 anos mais tarde (1932c)

JOSEF POPPER-LYNKEUS E A TEORIA DOS SONHOS

Muita coisa interessante existe para ser dita sobre o assunto da originalidade científica aparente. Quando alguma idéia nova ocorre na ciência, saudada a princípio como uma descoberta e, via de regra, também discutida como tal, a pesquisa objetiva logo após revela que, afinal de contas, a idéia de fato não era novidade. Geralmente a descoberta já fora efetuada repetidas vezes e posteriormente esquecida, muitas vezes por intervalos de tempos muito longos. Ou ao menos tivera precursores, fora obscuramente conjecturada ou incompletamente enunciada. Tudo isso é demais conhecido para que se exija maior discussão.

O lado subjetivo da originalidade, contudo, também merece consideração. Um cientista pode às vezes perguntar-se qual foi a fonte das idéias, a ele peculiares, que aplicou a seu material. A respeito de algumas delas descobrirá sem muita reflexão as sugestões das quais derivaram, as afirmativas feitas por outras pessoas, que ele recolheu e modificou, e cujas implicações elaborou. Em relação a outras de suas idéias, porém, não pode fazer tais admissões; somente supor que esses pensamentos e linhas de abordagem foram gerados - não pode dizer como - em sua própria atividade mental, sendo neles que fundamenta sua reivindicação à originalidade.

Uma cuidadosa investigação psicológica, contudo, diminui ainda mais essa reivindicação. Ela revela fontes ocultas e há muito esquecidas, que forneceram o estímulo para as idéias aparentemente originais, e substitui a nova criação ostensiva por uma revivescência de algo esquecido aplicado a material novo. Nada há por que lamentar nisso; não tínhamos direito de esperar que aquilo que era ‘original’ não pudesse ser rastreado e determinado.

Em meu caso, também, a originalidade de muitas entre as novas idéias que utilizei na interpretação de sonhos e na psicanálise, evaporou-se dessa maneira. Ignoro a fonte de somente uma dessas idéias. Tratava-se de nada menos que a chave para minha opinião sobre os sonhos e ela me auxiliou a solucionar seus enigmas, desde quando tenha sido possível solucioná-los até aqui. Comecei a partir do caráter estranho, confuso e insensato de tantos sonhos e deparei com a noção de que eles estavam comprometidos a se tornarem assim, de vez que neles algo lutava em busca de expressão, à qual se opunha uma resistência oriunda de outras forças mentais. Nos sonhos, impulsos ocultos despertavam o que estava em contradição com aquilo que se poderia chamar de credo ético e estético oficial daquele que sonhava; este pois se envergonhava desses impulsos, voltava-lhes as costas e recusava-se a reconhecê-los de dia; e se, durante a noite, não podia evitar alguma expressão por parte deles, submetia-os a uma ‘deformação onírica’, que fazia o conteúdo do sonho parecer confuso e insensato. À força mental nos seres humanos que mantém vigilância sobre essa contradição interna e deforma os impulsos instintuais primitivos do sonho em favor de padrões morais convencionais ou mais elevados, dei o nome de ‘censura de sonhos’.

Justamente essa parte essencial de minha teoria dos sonhos, contudo, foi descoberta por Popper-Lynkeus independentemente. Pedirei ao leitor para comparar a seguinte citação de uma história chamada ‘Träumen wie Wachen’ [‘Sonhar Acordado’] em suas *Phantasien eines Realisten* [Fantasias de um Realista], certamente redigida na ignorância da teoria dos sonhos que publiquei em 1900, tal como eu próprio me via então na ignorância das *Phantasien* de Lynkeus.

‘A respeito de um homem que possuía o notável atributo de jamais sonhar absurdos...

““Esse seu esplêndido dom, de sonhar como se estivesse desperto, é uma conseqüência de suas virtudes, de sua bondade; é a serenidade moral de sua natureza que me faz compreender tudo a seu respeito.”

““Mas quando penso sobre o assunto de modo correto”, respondeu o outro, “quase acredito que todos são como eu e que absolutamente ninguém jamais sonha absurdos. Qualquer sonho que se pode recordar de modo suficientemente claro para descrevê-lo posteriormente - qualquer sonho, equivale a dizer, que não seja um sonho febril - deve *sempre* fazer sentido e não poderia ser de outro modo, porque coisas entre si contraditórias não poderiam se agrupar em um todo único. O fato de que tempo e espaço sejam amiúde lançados em confusão não afeta o conteúdo verdadeiro do sonho, porquanto, indubitavelmente, nenhum dos dois é significância para sua essência real. Com freqüência fazemos o mesmo na vida desperta. Pense apenas nos contos de fadas e nos muitos e audaciosos produtos da imaginação plenos de significação, dos quais apenas um homem sem inteligência poderia dizer: ‘Isso é absurdo, pois é impossível.’”

““Se apenas sempre se soubesse como interpretar sonhos da maneira correta, como você acabou de fazer com o meu!” disse seu amigo.

““Isso certamente não é fácil, mas, com um pouco de atenção por parte daquele mesmo que sonhou, sem dúvida sempre resultaria em êxito. Você pergunta, por que é que, para a maioria, *não* há êxito? Em vocês, outras pessoas, parece sempre haver algo que jaz escondido em seus sonhos, algolibertino num sentido especial e mais elevado, determinada qualidade secreta em seu ser, difícil de acompanhar. Por isso mesmo que seus sonhos tão amiúde parecem sem sentido, ou até absurdos. No sentido mais profundo, porém, afinal não é assim; com efeito, não pode sê-lo em absoluto - pois se trata sempre do mesmo homem, esteja acordado ou sonhando.”

Acredito ter sido minha coragem moral o que *me* capacitou a descobrir a causa da deformação onírica. No caso de Popper, foi a pureza, o amor pela verdade e a serenidade moral de sua natureza.

DR. SÁNDOR FERENCZI (EM SEU 50º ANIVERSÁRIO) (1923)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

DR. SÁNDOR FERENCZI (ZUM 50. GEBURTSTAG)

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1923 *Int. Z. Psychoanal.*, 9, (3), 257-9.

1928 *G.S.*, 11, 273-5.

1940 *G.W.*, 13, 443-5.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘Dr. Sándor Ferenczi (on his 50th Birthday)’

A presente tradução inglesa, da autoria de James Strachey, parece ser a primeira em inglês.

Este trabalho apareceu pela primeira vez, sobre a assinatura ‘*Herausgeber und Redaktion* (Editor e Redação)’, como introdução a um número especial da *Zeitschrift* que comemorava o quinquagésimo aniversário de Ferenczi.

DR. SÁNDOR FERENCZI (EM SEU 50º ANIVERSÁRIO)

Não muitos anos após sua publicação (em 1900), *A Interpretação de Sonhos* caiu nas mãos de um jovem médico de Budapest que, embora fosse neurologista, psiquiatra e especialista em medicina legal, estava avidamente em busca de novos conhecimentos científicos. Ele não foi muito adiante na leitura do livro; muito cedo jogou-o de lado - se por tédio ou repugnância, não se sabe. Pouco depois, porém, a invocação de novas possibilidades de trabalho e descoberta levou-o a Zurique e, de lá, foi conduzido a Viena a fim de encontrar o autor do livro que um dia, com desprezo, deixara de lado. Essa primeira visita foi sucedida por uma longa, íntima e até hoje imperturbada amizade, no decorrer da qual também efetuou a viagem aos Estados Unidos, em 1909, a fim de pronunciar conferências na Universidade Clark, em Worcester, Mass.

Esses foram os começos de Ferenczi, que, desde então, se tornou, ele próprio, mestre e professor de psicanálise e que, no presente ano, 1923, completa igualmente o quinquagésimo aniversário de seu nascimento e a primeira década de sua liderança da Sociedade Psicanalítica de Budapest.

Ferenczi repetidas vezes também teve um desempenho nos assuntos externos da psicanálise. Será lembrado seu aparecimento no Segundo Congresso Analítico, de Nuremberg, em 1910, onde propôs e ajudou a realizar a fundação de uma Associação Psicanalítica Internacional, como meio de defesa contra o desprezo com que a análise era tratada pela medicina legal. No Quinto Congresso Analítico, em Budapest, em setembro de 1918, foi eleito presidente da Associação. Indicou Anton von Freund como secretário e não

há dúvida de que a energia combinada dos dois homens, juntamente com os generosos planos de doação de Freund, teriam transformado Budapest na capital analítica da Europa, não tivessem as catástrofes políticas e a tragédia pessoal posto um fim inexorável a essas belas esperanças. Freud caiu enfermo e faleceu em janeiro de 1920. Em vista do isolamento de contato da Hungria com o resto do mundo, Ferenczi renunciou à sua posição em outubro de 1919 e transferiu a presidência da Associação Internacional para Ernest Jones, em Londres. Pelo espaço de duração da República Soviética na Hungria, foram atribuídas a Ferenczi as funções de professor universitário e suas conferências atraíam multidões. A Sociedade Filial, que ele fundara em 1913, sobreviveu a todas as tormentas e, sob sua orientação, tornou-se um centro de trabalho intenso e produtivo; e distinguiu-se por um acúmulo de capacidades, como não foram exibidas em combinação por nenhuma outra sociedade filial. Ferenczi, que, como filho do meio numa grande família, teve de lutar com um poderoso complexo fraterno, tornou-se, sob a influência da análise, um irmão mais velho irrepreensível, um professor bondoso e um promovedor de talentos jovens.

Os escritos analíticos de Ferenczi tornaram-se universalmente conhecidos e apreciados. Foi somente em 1922 que suas *Conferências Populares sobre Psicanálise* foram publicadas por nossa *Verlag* [casa editora], como o volume XIII da ‘Internationale Psychoanalytische Bibliothek’. Essas palestras, claras e formalmente perfeitas, às vezes escritas de forma deveras fascinante, oferecem o que é de fato a melhor ‘Introduction to Psycho-Analysis’ para aqueles que não estão familiarizados com ela. Ainda não existe uma compilação [alemã] de seus escritos médicos [psicanalíticos] puramente técnicos, dos quais certo número foi traduzido para o inglês por Ernest Jones. A *Verlag* cumprirá essa tarefa assim que tempos mais favoráveis o tornem possível. Aqueles de seus livros e artigos que apareceram em húngaro, tiveram muitas edições e tornaram a análise familiar aos círculos cultos da Hungria.

A realização científica de Ferenczi é impressionante, sobretudo em virtude de sua multilateralidade. Além dos casos clínicos bem escolhidos e comunicações clínicas agudamente observadas (‘A Little Chanticleer’ [1913*a*]), ‘Transitory Symptom-Construction during the Analysis’ [1912*a*] e trabalhos clínicos mais breves), encontramos escritos clínicos exemplares, tais como aqueles sobre *Wandlungen und Symbole der Libido* [1913*b*] de Jung, sobre as opiniões de Régis e Hesnard sobre a psicanálise [1915], assim como eficazes escritos polêmicos, como aqueles contra Bleuler sobre o álcool [1911] e contra Putnam sobre a relação existente entre a psicanálise e a filosofia [1912*b*], moderados e dignos, malgrado seu caráter de resolução. No entanto, ao lado de todos esses estão os trabalhos sobre os quais a fama de Ferenczi principalmente repousa, onde sua originalidade, sua riqueza de idéias e seu domínio de uma imaginação científica bem dirigida encontram tão feliz expressão, e onde ampliou importantes seções da teoria psicanalítica e promoveu a descoberta de situações fundamentais da vida mental: ‘Introjection and Transference’, incluindo um debate da teoria da hipnose [1909], ‘Stages in the Development of the Sense of

Reality' [1913c] e o seu exame do simbolismo [1912c]. Finalmente, há os trabalhos desses últimos anos - 'The Psycho-Analysis of the War Neuroses' [1919b], *Hysterie und Pathoneurosen* [1919c] e, em colaboração com Hollós, *Psycho-Analysis and the Psychic Disorder of General Paresis* [1922] (em que o interesse médico progride das condições psicológicas para os determinantes somáticos), e suas abordagens a uma terapia 'ativa'.

Por incompleta que essa enumeração possa parecer, seus amigos sabem que Ferenczi reteve até mais do que tenha sido capaz de resolver comunicar. Em seu quinquagésimo aniversário, eles estão unidos para desejar que lhe possa ser garantida força, lazer e disposição de mente, a fim de trazer seus planos científicos à efetivação em novas realizações.

PREFÁCIO A *JUVENTUDE DESORIENTADA*, DE AICHHORN (1925)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

PREFACE TO AICHHORN'S *VERW AHRLOSTE JUGEND*

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1925 Em August Aichhorn, *Verwahrloste Jugend*, 5-6, Leipzig, Viena e Zurique:
Internationaler Psychoanalytischer Verlag. (1931, 2ª ed.)

1928 *G.S.*, 11, 267-9.

1948 *G.W.*, 14, 565-7.

(b) TRADUÇÕES INGLÊSAS:

1935 Em Aichhorn, *Wayward Youth*, v-vii, Nova Iorque: Viking Press.
(Reimpresso em 1936, Londres: Putnam.) (Trad. não especificada.)

1950 *C.P.*, 5, 98-100. (Sob o título ‘Psycho-Analysis and Delinquency’.) (Trad. de James Strachey.)

1951 Em Aichhorn, *Wayward Youth*, vii-ix, Londres: Imago Publishing Co. (Reimpressão revista da edição de 1935, mas com o Prefácio de Freud traduzido por James Strachey.)

A presente tradução inglesa constitui versão muito ligeiramente corrigida da publicada em 1950.

Um estudo biográfico de August Aichhorn (1878-1949), da autoria do Dr. K. R. Eissler, aparece na edição de 1951 da tradução inglesa de *Wayward Youth*. O livro de Aichhorn foi publicado pela primeira vez em julho de 1925. Freud fez outra breve referência a ele em uma nota de rodapé ao Capítulo VII de *O Mal-Estar na Civilização* (1930a).

Um estudo mais amplo das relações entre a psicanálise e a educação foi realizado por Freud em uma longa passagem no meio da Conferência XXXIV de suas *New Introductory Lectures* (1933a).

PREFÁCIO A *JUVENTUDE DESORIENTADA*, DE AICHHORN

Nenhuma das aplicações da psicanálise excitou tanto interesse e despertou tantas esperanças, e nenhuma, por conseguinte, atraiu tantos colaboradores capazes, quanto seu emprego na teoria e prática da educação. É fácil compreender por quê, de vez que as crianças se tornaram o tema principal da pesquisa psicanalítica e substituíram, assim, em importância, os neuróticos com os quais ela iniciou seus estudos. A análise demonstrou

como a criança continua a viver, quase inalterada, no doente, bem como naquele que sonha e no artista; lançou luz sobre as forças motivadoras e tendências que estampam seu selo característico sobre a natureza infantil e traçou os estádios através dos quais a criança chega à maturidade. Não é de admirar, portanto, que tenha surgido a expectativa de que o interesse psicanalítico nas crianças beneficiaria o trabalho da educação, cujo objetivo é orientar e assistir as crianças em seu caminho para diante e protegê-las de se extraviarem.

Minha cota pessoal nessa aplicação da psicanálise foi muito leve. Em um primeiro estágio, aceitei o *bon mot* que estabelece existirem três profissões impossíveis - educar, curar e governar -, e eu já estava inteiramente ocupado com a segunda delas. Isto, contudo, não significa que desprezo o alto valor social do trabalho realizado por aqueles de meus amigos que se empenham na educação.

O presente volume da autoria de August Aichhorn interessa-se por um setor do grande problema: a influenciação educacional de delinqüentes juvenis. O autor trabalhou por muitos anos em posição oficial da competência como diretor de instituições municipais para delinqüentes, antes de ter-se familiarizado com a psicanálise. Sua atitude para com seus encargos originam-se de uma cálida simpatia com a sorte desses infelizes e foi corretamente guiada por uma percepção intuitiva de suas necessidades mentais. A psicanálise praticamente pouco pôde ensinar-lhe algo que fosse novo, porém lhe trouxe uma clara compreensão interna (*insight*) teórica da justificativa de seu modo de agir e colocou-o em posição de explicar seu fundamento a outras pessoas.

Não devemos presumir que esse dom de compreensão intuitiva seja encontrado em todos aqueles que se interessaram pela educação de crianças. Segundo me parece, duas lições se pode derivar da experiência e do sucesso de August Aichhorn. Uma é que toda pessoa desse tipo deveria receber uma formação psicanalítica, de vez que sem esta as crianças, o objeto de seus esforços, permanecerão sendo um problema inacessível para ela. Uma formação desse gênero é mais bem executada se a própria pessoa se submete a uma análise e a experimenta em si mesma; a instrução teórica na análise fracassa em penetrar bastante fundo e não traz convicção.

A segunda lição tem uma aura um tanto conservadora. Afirma-se no sentido de que o trabalho da educação é algo *sui generis*: não deve ser confundido com a influência psicanalítica e não pode ser substituído por ela. A psicanálise pode ser convocada pela educação como meio auxiliar de lidar com uma criança, porém não constitui um substituto apropriado para a educação. Tal substituição não só é impossível em fundamentos práticos, como também deve ser desaconselhada por razões teóricas. A relação entre a educação e o tratamento psicanalítico provavelmente logo será o tema de uma investigação pormenorizada. Fornecerei aqui apenas algumas sugestões. Não devemos deixar-nos desorientar pela afirmação - incidentalmente uma afirmação perfeitamente verídica - de que

a psicanálise de um neurótico adulto é equivalente a uma pós-educação. Uma criança, mesmo uma criança desorientada e delinqüente, ainda não é um neurótico, e a pós-educação é algo inteiramente diferente da educação dos imaturos. A possibilidade de influência analítica repousa em precondições bastante definidas, que podem ser resumidas sob a expressão 'situação analítica'; ela exige o desenvolvimento de determinadas estruturas psíquicas e de uma atitude específica para com o analista. Onde estas faltam - como no caso de crianças, delinqüentes juvenis e, via de regra, criminosos impulsivos - algo diferente da análise tem de ser utilizado, embora algo que seja uníssono com a análise em seu *intuito*. Os capítulos teóricos do presente volume fornecerão ao leitor uma apreensão preliminar da multiplicidade das decisões envolvidas.

Encerrarei com outra inferência, desta vez uma inferência importante não para a teoria da educação, mas para a condição daqueles que estão empenhados na educação. Se um deles aprendeu a análise por experimentá-la em sua própria pessoa, e está em posição de poder empregá-la em casos fronteiros e mistos, a fim de auxiliá-lo em seu trabalho, obviamente deverá ter o direito de praticar a análise; e não se deve permitir que motivos mesquinhos tentem colocar obstáculos em seu caminho.

JOSEF BREUER (1925)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

JOSEF BREUER

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1925 *Int. Z. Psychoanal.*, 11 (2), 255-6.

1928 *G.S.*, 11, 281-3.

1948 *G.W.*, 14, 562-3.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

1925 *Int. J. Psycho-Anal.*, 6, (4), 459-60. (Trad. desconhecido.)

A presente tradução inglesa é nova, da autoria de James Strachey.

As últimas doze linhas deste obituário foram citadas ao final da Nota do Editor Inglês a *Estudos sobre a Histeria* (1895d), Edição *Standard* Brasileira, Vol. II, pág. 36, IMAGO Editora, 1974, onde se encontrará também um estudo das relações científicas entre os dois

colaboradores.

JOSEF BREUER

Em 20 de junho de 1925 faleceu em Viena, em seu octogésimo quarto ano de idade, Josef Breuer, o criador do método catártico, cujo nome, por essa razão, está indissolúvelmente ligado aos primórdios da psicanálise.

Breuer era médico discípulo do clínico Oppolzer. Em sua juventude trabalhara na filosofia da respiração sob a orientação de Ewald Hering, e posteriormente, nas escassas horas de lazer que lhe permitia uma vasta clínica médica, ocupou-se auspiciosamente com experimentos sobre a função do aparelho vestibular nos animais. Nada em sua educação poderia levar alguém a esperar que ele alcançasse a primeira compreensão interna (*insight*) decisiva do enigma, velho como os tempos, da neurose histérica e efetuasse uma contribuição de imperecível valor para nosso conhecimento da mente humana. Ele, contudo, era um homem de dotes opulentos e universais e seus interesses se estendiam em muitas direções, muito além de suas atividades profissionais.

Foi em 1880 que a sorte pôs em suas mãos uma paciente fora do comum, uma jovem de inteligência maior que a normal, que caíra enferma de histeria grave enquanto cuidava de seu pai doente. Foi apenas cerca de quatorze anos mais tarde, em nossa publicação conjunta, *Estudos sobre a Histeria* (1895d) - e mesmo então, infelizmente, apenas em forma muito abreviada, e censurada também, por considerações de descrição médica - que o mundo soube da natureza de seu tratamento desse célebre 'primeiro caso', do imenso cuidado e paciência com que ele aplicou a técnica, uma vez tendo-a descoberto, até a paciente se libertar de todos os sintomas incompreensíveis de sua moléstia, e que compreensão interna (*insight*) obteve ele, no decorrer do trabalho, dos mecanismos mentais das neuroses.

Nós, psicanalistas, há muito tempo familiarizados com a idéia de dedicar centenas de sessões a um único paciente, não podemos formar uma concepção de quão novo um procedimento desses deve ter parecido há quarenta e cinco anos atrás. Deve ter exigido uma grande dose de interesse pessoal e, caso possamos permitir a expressão, de libido médica, e exigido, contudo, também um considerável grau de liberdade de pensamento e certeza de julgamento. Na data da publicação de nossos *Estudos* pudemos apelar para os escritos de Charcot e as investigações de Pierre Janet, que, por essa época, haviam privado as descobertas de Breuer de um pouco de sua prioridade. Quando, porém, Breuer estava

tratando seu primeiro caso (em 1881-82), nada disso estava ainda disponível. O *Automatisme psychologique* de Janet apareceu em 1889 e seu segundo trabalho, *L'état mental des hystériques*, somente em 1892. Parece que as pesquisas de Breuer foram inteiramente originais e dirigidas apenas pelas sugestões que lhe eram oferecidas pelo material de seu caso.

Repetidas vezes tentei - mais recentemente em meu *Autobiographical Study* (1925d), na série de Grote, *Die Medizin der Gegenwart [Medicina Contemporânea]* - definir minha participação nos *Estudos* que publicamos conjuntamente. Meu mérito residiu principalmente em reviver em Breuer um interesse que parecia ter-se extinto e, depois, em o instar à publicação. Uma espécie de reserva que lhe era característica, uma modéstia interna, surpreendente em um homem de tão brilhante personalidade, tinha-o levado a manter em segredo sua espantosa descoberta por tanto tempo que já não mais apresentava, toda ela, a condição de uma descoberta nova. Posteriormente encontrei razões para supor que também um fator puramente emocional lhe proporcionara determinada aversão a um trabalho ulterior na elucidação das neuroses. Ele esbarrava contra algo que jamais está ausente - a transferência do paciente para seu médico, e não apreendera a natureza impessoal do processo. Na época em que ele ficou sob a minha influência e estava elaborando os *Estudos* para publicação, seu julgamento do significado da obra parecia estar confirmado. 'Creio', disse-me ele, 'que esta é a coisa mais importante que nós dois temos a dar ao mundo.'

Além do caso clínico de sua primeira paciente, Breuer redigiu um artigo teórico para os *Estudos*. Muito longe está de ser desatualizado; pelo contrário, oculta pensamentos e sugestões que mesmo agora não foram levados em bastante conta. Qualquer um que se aprofunde neste ensaio especulativo formará uma verdadeira impressão da formação mental desse homem, cujos interesses científicos foram, infelizmente, orientados na direção de nossa psicopatologia durante apenas um curto episódio de sua longa vida.

BREVES ESCRITOS (1922-25)

PREFÁCIO A *O MÉTODO PSICANALÍTICO*, DE RAYMOND DE SAUSSURE

Com grande prazer posso assegurar ao público que o presente trabalho da autoria do Dr. de Saussure é um livro de valor e mérito. É especialmente bem planejado para fornecer aos leitores franceses uma idéia correta do que é a psicanálise e o que ela contém.

O Dr. de Saussure não apenas estudou conscientemente meus escritos; foi mais além e fez o sacrifício de vir até mim para fazer uma análise que durou vários meses. Isso o colocou em situação de formar seu próprio juízo sobre a maioria daquelas questões em psicanálise ainda não decididas, e de evitar muitas deformações e erros que se costuma encontrar em exposições da psicanálise, tanto francesas quanto alemãs. Sequer deixou ele de contradizer certas afirmações falsas ou negligentes que os comentadores transmitem uns aos outros; por exemplo, a de que todos os sonhos têm um significado sexual ou a de que, como penso, a única força motivadora de nossa vida mental é a da libido sexual.

Tendo o Dr. de Saussure dito em seu prefácio que eu corrigira seu trabalho, devo adicionar uma ressalva: minha influência apenas se fez sentir em algumas correções e comentários e de modo algum procurei usurpar a independência do autor. Na primeira parte deste trabalho, a parte teórica, eu teria exposto determinado número de coisas de modo diferente do seu: por exemplo, o difícil tópico do pré-consciente e do inconsciente. Sobretudo teria tratado o complexo de Édipo de modo muito mais exaustivo.

O excelente sonho que o Dr. Odier colocou à disposição do autor pode fornecer, mesmo aos não iniciados, uma idéia da riqueza das associações de sonhos e da relação existente

entre a imagem onírica manifesta e os pensamentos latentes ocultos por trás dela. Ele demonstra também a significação que a análise de um sonho pode ter no tratamento de um paciente. Finalmente, as observações conclusivas feitas pelo autor sobre a técnica da psicanálise são excelentes. Estão inteiramente corretas e, malgrado sua concisão, não abandonam nada de essencial. São uma prova convincente da sutil compreensão do autor. O leitor, naturalmente, não deve concluir que apenas o conhecimento dessas regras de técnica o tornará capaz de empreender uma análise.

Atualmente a psicanálise começa a despertar, em maior escala, o interesse dos profissionais e do público leigo na França, também; ela certamente não encontrará lá resistências menores do que aquelas que anteriormente encontrou em outros países. Esperemos que o livro do Dr. de Saussure realize uma contribuição importante para o esclarecimento dos debates que se estendem à frente.

FREUD

VIENA, *fevereiro* de 1922.

*PREFÁCIO AO RELATÓRIO SOBRE A POLICLÍNICA PSICANALÍTICA DE BERLIM
(MARÇO DE 1920 A JUNHO DE 1922), DE MAX EITINGON (1923)*

Meu amigo Max Eitingon, que criou a Policlínica Psicanalítica de Berlim e até aqui a sustentou com seus próprios recursos, tornou públicas, nas páginas seguintes, suas razões para fundá-la, e forneceu também um relato da organização e funções do instituto. Ao que escreve só posso acrescentar meu desejo de que se possa encontrar em outras partes indivíduos ou sociedades que sigam o exemplo de Eitingon e criem instituições semelhantes. Se a psicanálise, ao lado de sua significação científica, tem valor como procedimento terapêutico, se é capaz de fornecer ajuda àqueles que sofrem em sua luta para atender às exigências da civilização, esse auxílio deveria ser acessível também à grande multidão, demasiado pobre para reembolsar um analista por seu laborioso trabalho. Isso parece constituir uma necessidade social particularmente em nossos tempos, quando os estratos intelectuais da população, sobretudo inclinados à neurose, estão mergulhando irresistivelmente na pobreza. Institutos como a Policlínica de Berlim estão também isolados

na posição de superar as dificuldades que, por outro lado, se erguem no caminho de uma instrução completa em psicanálise. Eles tornam possível a instrução de um número considerável de analistas formados, cuja atividade deve ser encarada como a única proteção possível contra o dano causado aos pacientes por pessoas ignorantes e não qualificadas, sejam leigos ou médicos essas pessoas.

CARTA A FRITZ WITTELS (1924 [1923])

O senhor deu-me um presente de Natal que está grandemente em absorção com minha própria personalidade. Faltar com enviar-lhe uma palavra de agradecimento por um presente assim, seria um ato de rudeza apenas explicável por motivos muito peculiares. Afortunadamente, no caso presente não existem motivos dessa natureza. Seu livro de modo algum é hostil; não é indevidamente indiscreto e manifesta o sério interesse no assunto, possível de se prever em um escritor tão competente quanto o senhor.

Mal necessito dizer que não esperava nem desejava a publicação de um livro como esse. Parece-me que o público não encerra interesse em minha personalidade e nada pode aprender de uma descrição dela, enquanto meu caso (por múltiplas razões) não puder ser exposto sem quaisquer reservas. Contudo, o senhor pensou de modo diverso. Seu próprio desligamento de mim, que considera uma vantagem, não obstante provoca sérios inconvenientes. O senhor conhece muito pouco do objeto de estudo e não pôde evitar o risco de exagerar um pouco os fatos, em seus esforços analíticos. Ademais, estou inclinado a pensar que sua adoção do ponto de vista de Stekel e o fato de o senhor contemplar o objeto de estudo a partir da concepção dele, não podem deixar de haver prejudicado a exatidão de seu discernimento.

Em alguns respeitos, penso existirem deformações positivas e acredito que essas sejam o resultado de uma noção preconcebida sua. O senhor julga que um grande homem deve possuir tais e quais méritos e defeitos, e apresentar certas características extremas. E sustenta que pertença à categoria dos grandes homens. Essa é a razão por que me atribui toda sorte de qualidades, dentre as quais muitas são mutuamente conflitantes. Bastante coisa de interesse geral poderia ser dita sobre esse assunto; infelizmente, porém, seu relacionamento com Stekel impede outras tentativas minhas de esclarecer o mal-entendido.

Em compensação, fico contente com reconhecer que sua argúcia o capacitou a detectar algumas coisas bem conhecidas por mim. Por exemplo, o senhor tem razão em inferir que

amiúde fui compelido a realizar *détours* ao seguir meu próprio caminho. Tem razão, também, em pensar que não vejo emprego para as idéias de outras pessoas, quando são apresentadas a mim em momento inoportuno. (Apesar disso, com referência ao último ponto, penso que o senhor poderia ter-me defendido da acusação de repudiar idéias quando no momento sou meramente incapaz de submetê-las a um julgamento ou elaborá-las.) No entanto, fico encantado por descobrir que o senhor me faz inteira justiça na questão de minhas relações com Adler...

Compreendo que o senhor pode ter oportunidade de revisar seu texto com vistas a uma segunda edição. Visando a essa possibilidade, anexo uma relação de emendas sugeridas. Elas se baseiam em dados fidedignos e são completamente independentes de minhas próprias prevenções. Algumas delas se relacionam a assuntos de importância trivial, outras, porém, talvez o levem a inverter ou modificar determinadas inferências. O fato de enviar-lhe essas correções constitui penhor de que valorizo seu trabalho, embora não possa aprová-lo inteiramente.

CARTA AO SEÑOR LUIS LOPES-BALLESTEROS Y DE TORRES (1923)

Quando era um jovem estudante, meu desejo de ler o imortal *Dom Quixote* no original de Cervantes levou-me a aprender, sem mestre, a encantadora língua castelhana. Graças a esse entusiasmo juvenil, estou hoje capaz - em uma idade avançada - de verificar a exatidão de sua versão espanhola de minhas obras, cuja leitura invariavelmente provoca em mim viva apreciação de sua interpretação corretíssima de meus pensamentos e da elegância de seu estilo. Fico sobretudo surpreso com alguém, como o senhor, não sendo médico nem psiquiatra de profissão, ter sido capaz de alcançar um domínio tão absoluto e preciso sobre um material que é intrincado e, às vezes, obscuro.

CARTA A LE DISQUE VERT (1924)

Das diversas lições a mim prodigalizadas no passado (1885-6) pelo grande Charcot, na

Salpêtrière, duas deixaram profunda impressão em mim: que jamais devemos nos fatigar de considerar os mesmos fenômenos repetidas vezes (ou de nos submeter a seus efeitos), e que não devemos nos importar com depararmos com a contradição de todos os lados, de vez que tenhamos trabalhado com sinceridade

CARTA AO EDITOR DO *CENTRO DA IMPRESSA JUDAICA EM ZURIQUE* (1925)

...Posso dizer que me coloco tão distante da religião judaica quanto de todas as outras religiões; isso equivale a dizer que elas têm grande significação para mim como tema do interesse científico, porém delas não participo emocionalmente. Por outro lado, sempre tive um forte sentimento de solidariedade para com o povo de minha raça e sempre o incentivei também em meus filhos. Todos nós permanecemos sob a confissão judaica.

No tempo de minha juventude, nossos instrutores religiosos, livres pensadores, não davam valor a que seus alunos adquirissem um conhecimento da língua e literatura hebraica. Minha educação nesse campo, portanto, foi extremamente tardia, como mais tarde muitas vezes lamentei.

POR OCASIÃO DA INAUGURAÇÃO DA UNIVERSIDADE HEBRAICA (1925)

Os historiadores nos contaram que nossa pequena nação suportou a destruição de sua independência como Estado apenas porque começou a transferir, em sua estimativa de valores, o lugar mais alto para suas posses espirituais, para sua religião e para sua literatura.

Vivemos agora numa época em que este povo tem perspectivas de novamente conquistar a terra de seus pais com o auxílio de uma potência que domina o mundo, e celebra a ocasião pela fundação de uma universidade em sua antiga capital.

Uma universidade é um lugar onde o saber é ensinado acima de todas as diferenças de

religiões e nações, onde a investigação é conduzida, e que se destina a mostrar à humanidade a que amplitude ela pode compreender o mundo a seu redor, e até onde pode controlá-lo.

Tal empreendimento constitui nobre testemunho do desenvolvimento para o qual nosso povo abriu caminho, em dois mil anos de infeliz sorte.

Acho penoso que minha saúde desfavorável me impeça de estar presente às festividades inaugurais da Universidade Judaica em Jerusalém.

MODIFICAÇÕES EDITORIAIS NA ZEITSCHRIFT (1924)

O Dr. Otto Rank atuou como editor desta revista desde sua fundação em 1913, embora somente a partir de 1920 tenha sido nomeado na página de rosto como editor único. Durante o período de serviço militar na guerra, seu lugar foi assumido pelo Dr. Hanns Sachs, que naquela ocasião se encontrava em Viena. Desde o início do presente volume, o Dr. S. Ferenczi também teve sua participação na editoria.

Na Páscoa de 1924 o Dr. Rank aceitou um convite que o levou a Nova Iorque. Em seu retorno à casa, anunciou que decidira transferir suas atividades como analista didata e clínico para os Estados Unidos - pelo menos durante parte do ano. Assim, tornou-se necessário depositar as funções de editor da *Zeitschrift* em outras mãos. Não está dentro dos direitos do Diretor dar expressão pública à sua opinião acerca do nível e das realizações desta revista. Ninguém inclinado a apreciá-las deve desprezar ou esquecer quanto de seu sucesso se deve à incansável devoção e trabalho exemplar do editor que se afasta.

O lugar do Dr. Rank será agora assumido pelo Dr. S. Radó, de Berlim. Ele será apoiado, como conselheiros e colaboradores, pelo Dr. M. Eitingon (Berlim) e pelo Dr. S. Ferenczi (Budapest). Todas as comunicações e contribuições para o editor devem ser dirigidas ao Dr. Sándor Radó, Berlin-Schörneberg, Am Park, 20. A parte comercial da *Zeitschrift* será conduzida, como antes, nos escritórios da Internationaler Psychoanalytischer Verlag em Viena (Gerente: A. J. Storfer).

**Um estudo autobiográfico, Inibições, sintomas e ansiedade, A
questão da análise leiga**

e outros trabalhos

VOLUME XX

(1925-1926)

Dr. Sigmund Freud

UM ESTUDO AUTOBIOGRÁFICO (1925 [1924])

NOTA DO EDITOR INGLÊS

SELBSTDARSTELLUNG

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1925 Em Grote's Die Dedizin der Gegenwart in Selbstdarstellungen, 4, 1-52
(Leipzig: Meiner.)

1928 G.S., 11, 9-82.

1934 Sob a forma de livro, com o título Selbstarstellung. Leipzig, Viena e
Zurique: Internationaler Psychoanalytischer Verlag. 52 Pp.

1936 2ª ed. Viena: Internationaler Psychoanalytischer Verlag. 107 Pp. Com novas
notas de rodapé e outro assunto adicional incluindo 'Nachschrift 1935', (ver adiante).

1946 Londres: Imago Publishing Co. Reimpressão da anterior com ilustrações
diferentes. 107 Pp.

1948 G.W., 14, 33-96, com as novas notas de rodapé da 2ª ed., mas sem o outro assunto adicional. (Quanto a 'Nachschrif 1935', ver adiante.)

1935 'Nachschrif 1935'. Almanach 1936, 9-14.

1936 Em Selbstdarstellung, 2ª ed. (ver acima), 102-7.

1946 Na reimpressão de Londres da anterior.

1950 G.W., 16, 31-4.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

An Autobiographical Study

1927 Em The Problem of Lay-Analyses. Nova Iorque: Brentano. Pp. 189-316. (Trad. de James Strachey.)

1935 Londres: Hogarth Press and the Institute of Psycho-Analysis, 137 Pp. Mesma tradução, revista a partir da 2ª ed. alemã, com novas notas de rodapé e outro assunto adicional, incluindo 'Postscript (1935)'.

Autobiography

1935 Nova Iorque: Norton. 153 Pp. Como a anterior, mas com título diferente.

A presente tradução inglesa é uma versão modificada da publicação em 1935.

Como Freud explica em seu Pós-Escrito, ver em ([1]), a tradução inglesa dessa obra, quando publicada pela primeira vez nos Estados Unidos, em 1927, foi incluída no mesmo volume que seu exame da ‘análise leiga’; mas o Estudo Autobiográfico não foi mencionado nem na página de rosto nem na capa externa do livro. Quando, oito anos depois, um novo editor norte-americano se encarregou da obra, sugeriu a Freud que ela devia ser revista e atualizada. Assim o novo material apareceu em inglês antes de sua publicação em alemão. O Volume XI dos *Gesammelte Schriften*, publicado em 1928, naturalmente só traz o texto da primeira edição. O Volume XIV das *Gesammelte Werke*, publicado em 1948, apresenta uma reprodução fotográfica daquela versão, juntamente com as novas notas de rodapé que foram acrescentadas à segunda edição. Infelizmente, contudo, desprezou-se o fato de que considerável número de modificações e acréscimos tinham sido feitos no verdadeiro texto da obra. Estes, conseqüentemente, não foram incluídos nas *Gesammelte Werke*, embora naturalmente sejam encontrados nas edições do livro lançadas separadamente (1936 e 1946). Essas omissões são observadas na tradução inglesa que se segue. Soubemos por Ernest Jones (1957, 123) que a obra principal foi escrita em agosto e setembro de 1924, havendo na realidade surgido em fevereiro de 1925; o Pós-Escrito foi concluído por volta de maio de 1935.

Esta obra é geralmente, e de maneira bastante desorientadora, mencionada como ‘Autobiografia’ de Freud. O título da série para a qual originalmente constitui contribuição - *Die Medizin der Gegenwart in selbstdarstellungen* (que poderia ser traduzido por ‘Medicina Contemporânea em Auto-Retratos’) - revela com bastante clareza que o objetivo de seus organizadores (foi publicada em quatro volumes, 1923-5, com colaborações de cerca de vinte e sete autoridades médicas de renome) era apresentar um relato da história recente da ciência médica feito por aqueles que haviam desempenhado um papel de destaque na sua elaboração. Assim o estudo de Freud é essencialmente um relato de sua participação pessoal no desenvolvimento da psicanálise. Como ele próprio ressalta no parágrafo inicial, ele estava inevitavelmente revendo muito do que já tinha sido tratado em seu artigo ‘A História do Movimento Psicanalítico’ (1914d), cerca de dez anos antes. Não obstante, como um confronto entre as duas obras revelará, sua disposição de ânimo então era bem diferente. As controvérsias que haviam impregnado de exacerbação o artigo mais antigo tornaram-se agora insignificantes e ele pôde apresentar um relato frio e inteiramente objetivo da evolução dos seus pontos de vista científicos.

Aqueles que desejam a história de sua vida pessoal devem, mais uma vez, ser encaminhados aos três volumes da biografia de Ernest Jones.

I

Vários dos colaboradores desta série de ‘Estudos Autobiográficos’ começaram expressando suas apreensões pelas dificuldades inusitadas da tarefa que empreenderam. As dificuldades no meu caso são, assim penso, ainda maiores pois mais de uma vez publiquei artigos nos mesmos moldes que o presente, artigos que pela natureza do assunto têm tratado mais de considerações pessoais do que é habitual ou do que de outra forma teria sido necessário.

Apresentei meu primeiro relato do desenvolvimento e do tema da psicanálise em cinco lições que pronunciei em 1909 na Clark University, em Worcester, Mass., para onde fora convidado a fim de assistir às comemorações do vigésimo aniversário de fundação daquela entidade. Só recentemente cedi à tentação de prestar uma contribuição de natureza semelhante a uma publicação coletiva norte-americana que aborda os primeiros anos do século XX, visto que seus editores haviam demonstrado seu reconhecimento quanto à importância da psicanálise, dedicando-lhe um capítulo especial. Entre essas duas datas surgiu um artigo, ‘A História do Movimento Psicanalítico’ [1914d], que, de fato, encerra a essência de tudo que posso dizer sobre a presente ocasião. Visto que não devo contradizer-me e como não tenho nenhum desejo de repetir a mim mesmo exatamente, devo esforçar-me por construir uma narrativa na qual atitudes subjetivas e objetivas, interesses biográficos e históricos, se combinem em uma nova proporção.

Nasci a 6 de maio de 1856, em Freiberg, na Morávia, pequena cidade situada onde agora é a Tchecoslováquia. Meus pais eram judeus e eu próprio continuei judeu. Tenho razões para crer que a família de meu pai residiu por muito tempo no Reno (em Colônia), que ela, como resultado de uma perseguição aos judeus durante o século XIV ou XV, fugiu para o leste, e que, no curso do século XIX, migrou de volta da Lituânia, passando pela Galícia, até a Áustria alemã. Quando eu era uma criança de quatro anos fui para Viena e ali recebi toda minha educação. No ‘Gymnasium’ [escola secundária] fui o primeiro de minha turma durante sete anos e desfrutava ali de privilégios especiais, e quase nunca tive de ser examinado em aula. Embora vivêssemos em circunstâncias muito limitadas, meu pai insistiu que, na minha escolha de uma profissão, devia seguir somente minhas próprias inclinações. Nem naquela época, nem mesmo depois, senti qualquer predileção particular pela carreira de médico. Fui, antes, levado por uma espécie de curiosidade, que era, contudo, dirigida mais para as preocupações humanas do que para os objetivos naturais; eu nem tinha apreendido a importância da observação como um dos melhores meios de gratificá-la. Meu profundo interesse pela história da Bíblia (quase logo depois de ter aprendido a arte da leitura) teve, conforme reconheci muito mais tarde, efeito duradouro sobre a orientação do meu interesse. Sob a influência de uma amizade formada na escola com um menino mais velho que

eu, e que veio a ser conhecido político, desenvolvi, como ele, o desejo de estudar direito e de dedicar-me a atividades sociais. Ao mesmo tempo, as teorias de Darwin, que eram então de interesse atual, atraíram-me fortemente, pois ofereciam esperanças de extraordinário progresso em nossa compreensão do mundo; e foi ouvindo o belo ensaio de Goethe sobre a Natureza, lido em voz alta numa conferência popular pelo professor Carl Brühl pouco antes de eu ter deixado a escola, que resolvi tornar-me estudante de medicina.

Quando em 1873, ingressei na universidade, experimentei desapontamentos consideráveis. Antes de tudo, verifiquei que se esperava que eu me sentisse inferior e estranho porque era judeu. Recusei-me de maneira absoluta a fazer a primeira dessas coisas. Jamais fui capaz de compreender por que devo sentir-me envergonhado da minha ascendência ou, como as pessoas começavam a dizer, da minha ‘raça’. Suportei, sem grande pesar, minha não aceitação na comunidade, pois parecia-me que apesar dessa exclusão, um dinâmico companheiro de trabalho não poderia deixar de encontrar algum recanto no meio da humanidade. Essas primeiras impressões na universidade, contudo, tiveram uma conseqüência que depois viria a ser importante, porquanto numa idade prematura familiarizei-me com o destino de estar na Oposição e de ser posto sob o anátema da ‘maioria compacta’. Estavam assim lançados os fundamentos para um certo grau de independência de julgamento.

Fui compelido, além disso, durante meus primeiros anos de universidade, a fazer a descoberta de que as peculiaridades e limitações de meus dons me negavam todo sucesso em muitos dos campos da ciência nos quais minha jovem ansiedade me fizera mergulhar. Assim aprendi a verdade da advertência de Mefistófeles:

Vergebens, dass ihr ringsum wissenschaftlich schweift, Ein jeder lernt nur, was er lernen kann.

Por fim, no laboratório de fisiologia de Ernst Brücke encontrei tranquilidade e satisfação plena - e também homens que pude respeitar e tomar como meus modelos: o próprio grande Brücke e seus assistentes, Sigmund Exner e Ernst Fleischl von Marxow. Com o segundo, um homem brilhante, tive o privilégio de manter relações de amizade. Brücke confiou-me um problema para solucionar na histologia do sistema nervoso; consegui resolvê-lo para sua satisfação e levar o trabalho mais adiante por conta própria. Trabalhei nesse instituto, com breves interrupções, de 1876 a 1882, e geralmente se julgava que eu estava destinado a preencher a vaga de professor assistente que viesse a ocorrer ali. Os vários ramos da medicina propriamente dita, afora a psiquiatria, não exerciam qualquer atração sobre mim. Eu era realmente negligente em meus estudos médicos e somente em 1881, um tanto tardiamente, recebi o grau de doutor em medicina.

O momento decisivo ocorreu em 1882, quando meu professor, por quem sentia a mais alta estima, corrigiu a imprevidência generosa de meu pai aconselhando-me vivamente, em vista

de minha precária situação financeira, a abandonar minha carreira teórica. Segui seu conselho, abandonei o laboratório de fisiologia e ingressei no Hospital Geral como Aspirant [assistente clínico]. Logo depois fui promovido a Sekundararzt [médico estagiário ou interno], e trabalhei em vários departamentos do hospital, entre outros por mais de seis meses sob a orientação de Meynert, cujo trabalho e personalidade muito me haviam impressionado quando eu ainda era estudante.

Num certo sentido, não obstante, permaneci fiel à linha de trabalho na qual originalmente me iniciara. O assunto que Brücke propusera para minhas pesquisas fora a medula espinal de um dos peixes mais inferiores (*Ammocoetes Petromyzon*) e prossegui então até o sistema nervoso central. Justamente nessa época, as descobertas de Fleischsig sobre a não-simultaneidade da formação das bainhas de mielina lançavam luz reveladora sobre o curso intrincado de seus tratos. O fato de eu ter começado por escolher as medulas oblongas como assunto único e exclusivo do meu trabalho foi outro sinal da continuidade de meu desenvolvimento. Em completo contraste com o caráter difuso de meus estudos durante os primeiros anos de universidade, estava agora desenvolvendo uma inclinação para concentrar meus trabalhos exclusivamente em um único assunto ou problema. Essa inclinação tem persistido e desde então me levou a ser acusado de unilateralidade.

Tornei-me tão atuante no Instituto de Anatomia Cerebral quanto o havia sido no de fisiologia. Alguns breves artigos sobre o curso dos tratos e das origens nucleares na medula oblonga datam desses anos de hospital, havendo Edinger tomado conhecimento de meus achados até certo ponto. Um belo dia Meynert, que me dera acesso ao laboratório mesmo durante as ocasiões em que eu na realidade não trabalhava sob sua orientação, propôs que eu devia dedicar-me inteiramente à anatomia do cérebro e prometeu passar-me suas atividades como conferencista, visto sentir-se velho demais para lidar com os métodos mais novos. Declinei dessa oferta, alarmado com a magnitude da tarefa; é possível também que eu já tivesse adivinhado que esse grande homem de modo algum se encontrasse favoravelmente inclinado a meu respeito. Do ponto de vista material, a anatomia do cérebro certamente não era melhor que a fisiologia, e, tendo em vista considerações pecuniárias, comecei a estudar as doenças nervosas. Havia naquela época, em Viena, poucos especialistas nesse ramo de medicina, o material para seu estudo estava distribuído por grande número de diferentes departamentos do hospital, não havia oportunidade satisfatória para aprender a matéria, e se era forçado a ser professor de si mesmo. Até mesmo Nothnagel que fora nomeado pouco tempo antes, por causa do seu livro sobre localização cerebral, não isolou a neuropatologia das outras subdivisões da medicina. A distância brilhava o grande nome de Charcot assim, formei um plano de em primeiro lugar obter uma designação como conferencista universitário [Dozent] sobre doenças nervosas, em Viena, e então dirigir-me a Paris para continuar meus estudos.

No curso dos anos seguintes, enquanto continuava a trabalhar como médico estagiário, publiquei grande número de observações clínicas sobre doenças orgânicas do sistema

nervoso. Gradativamente familiarizei-me com o terreno; fui capaz de situar o local de uma lesão na medula oblonga de maneira tão exata que o anatomista patológico não teve mais informação alguma a acrescentar, fui a primeira pessoa em Viena a encaminhar um caso para autópsia com um diagnóstico de polineurite aguda.

A fama de meus diagnósticos e de sua confirmação post-mortem trouxe-me uma afluência de médicos norte-americanos, perante os quais pronunciei conferências sobre os pacientes do meu departamento numa espécie de pidgin-English.* Sobre as neuroses eu nada compreendia. Em certa ocasião, apresentei ao meu auditório um neurótico que sofria de dor de cabeça persistente como um caso de meningite crônica localizada; todos se levantaram imediatamente, revoltados, e me abandonaram, e minhas atividades prematuras como professor chegaram ao fim. À guisa de desculpas, posso acrescentar que isso aconteceu numa época em que maiores autoridades do que eu, em Viena, tinham o hábito de diagnosticar a neurastenia como tumor cerebral.

Na primavera de 1885, fui nomeado conferencista [Dozent] de neuropatologia com base em minhas publicações histológicas e clínicas. Logo depois, como resultado de caloroso testemunho de Brücke, foi-me concedida uma bolsa de estudos de considerável valor. No outono do mesmo ano empreendi a viagem até Paris.

Tornei-me aluno [élève] na Salpêtrière, mas, como um dos numerosos alunos estrangeiros, dispensavam-me inicialmente pouca atenção. Certo dia, ouvi Charcot externar o pesar de que desde a guerra não tinha tido mais notícias do tradutor alemão de suas conferências, prosseguiu dizendo que ficaria satisfeito se alguém se encarregasse de verter o novo volume de suas conferências para o alemão. Escrevi-lhe oferecendo meus préstimos; ainda me recordo de uma frase da carta, no sentido de que eu sofria apenas de ‘l’aphasie motrice’ e não de ‘l’aphasie sensorielle du français’. Charcot aceitou a oferta, fui admitido no círculo de seus conhecidos pessoais, e a partir dessa época tomei parte integral em tudo que se passava na clínica.

No momento em que escrevo estas linhas, grande número de trabalhos e artigos de jornais me chegam da França, dando provas de violenta objeção à aceitação da psicanálise e fazendo freqüentemente as asserções mais inexatas no tocante a minhas relações com a escola francesa. Li, por exemplo, que fiz uso de minha visita a Paris para familiarizar-me com as teorias de Pierre Janet e então fugir com o tesouro. Gostaria, portanto, de dizer explicitamente que durante toda a minha estada na Salpêtrière o nome de Janet nem sequer foi mencionado.

O que mais me impressionou enquanto privei com Charcot foram suas últimas investigações acerca da histeria, algumas delas levadas a efeito sob meus próprios olhos. Ele provara, por exemplo, a autenticidade das manifestações histéricas e de sua obediência a leis (‘introite et hic dii sunt’) a ocorrência freqüente de histeria em homens, a produção de

paralisias e contraturas históricas por sugestão hipnótica e o fato de que tais produtos artificiais revelam, até em seus menores detalhes, as mesmas características que os acessos espontâneos, que eram muitas vezes provocados traumáticamente. Muitas das demonstrações de Charcot começaram por provocar em mim e em outros visitantes um sentimento de assombro e uma inclinação para o ceticismo, que tentávamos justificar recorrendo a uma das teorias do dia. Ele se mostrava sempre amistoso e paciente ao lidar com tais dúvidas, mas era também muito resoluto; foi numa dessas discussões que (falando de teoria) ele observou: ‘Ça n’empêche pas d’exister’ um mot que deixou indelével marca em meu espírito.

Sem dúvida, nem tudo o que Charcot nos ensinou naquela época é válido hoje: parte se tornou duvidoso, parte deixou definitivamente de resistir ao teste do tempo. Mas sobrou muita coisa que encontrou lugar permanente no acervo da ciência. Antes de partir de Paris, examinei com o grande homem um plano para um estudo comparativo das paralisias históricas e orgânicas. Desejava estabelecer a tese de que na histeria as paralisias e anestésias das várias partes do corpo se acham demarcadas de acordo com a idéia popular dos seus limites e não em conformidade com fatos anatômicos. Ele concordou com esse ponto de vista, mas foi fácil ver que na realidade não teve qualquer interesse especial em penetrar mais profundamente na psicologia das neuroses. Quando tudo já havia sido dito e feito, foi a partir da anatomia patológica que seu trabalho havia começado.

Antes de retornar a Viena, passei algumas semanas em Berlim, a fim de adquirir um pouco de conhecimentos sobre os distúrbios gerais da infância. Kassowitz que estava à frente de um instituto público de Viena para tratamento de doenças infantis, prometera encarregar-me de um departamento para doenças nervosas de crianças. Em Berlim, recebi assistência e uma amistosa recepção de Baginsky. No curso dos poucos anos seguintes publiquei, do Instituto Kassowitz, várias monografias de considerável vulto sobre paralisias cerebrais unilaterais e bilaterais em crianças. E por esse motivo, numa data ulterior (em 1897), Nothnagel me fez responsável pelo tratamento do mesmo assunto em seu grande Handbuch der allgemeinen und speziellen Therapie.

No outono de 1886, fixei-me em Viena como médico e casei-me com a moça que ficara à minha espera numa distante cidade há mais de quatro anos. Posso agora retornar um pouco ao passado e explicar como foi a culpa de minha fiancée por eu ainda não ser famoso naquela jovem idade. Um interesse secundário, embora profundo, levava-me em 1884, a obter da Merck uma pequena quantidade do então pouco conhecido alcalóide cocaína e estudar sua ação fisiológica. Quando me achava no meio dessa tarefa, surgiu a oportunidade de uma viagem a fim de visitar minha fiancée, de quem eu estava afastado há dois anos. Rapidamente encerrei minha pesquisa da cocaína e contentei-me, em minha monografia sobre o assunto [1884e], em profetizar que logo seriam descobertos outros usos para ela. Sugeri, contudo, a meu amigo Königstein o oftalmologista, que ele devia investigar a questão de saber até que ponto as propriedades anestésiantes da cocaína eram aplicáveis em doenças dos olhos. Quando voltei de minhas férias, verifiquei que não fora ele, mas outro dos meus

amigos, Carl Koller (então em Nova Iorque), com o qual eu também falara sobre a cocaína, quem fizera os experimentos decisivos em olhos de animais e os demonstrara no Congresso Oftalmológico de Heildelberg. Koller, portanto é, considerado, com justiça, o descobridor da anestesia local pela cocaína, que se tornou tão importante na cirurgia secundária; mas não guardo nenhum rancor de minha fiancée pela interrupção.

Voltarei agora ao ano de 1886, época em que me estabeleci em Viena como especialista em doenças nervosas. Cobia-me apresentar um relatório perante a ‘Gesellschaft der Aerzte’ [Sociedade de Medicina] sobre o que vira e aprendera com Charcot. Tive, porém, má recepção. Pessoas de autoridade, como o presidente (Bamberger, o médico), declararam que o que eu disse era inacreditável. Meynert desafiou-me a encontrar alguns casos em Viena semelhantes àqueles que eu descrevera e a apresentá-los perante a sociedade. Tentei fazê-lo; mas os médicos mais antigos, em cujos departamentos encontrei casos dessa natureza, recusaram-se a permitir-me observá-los ou a trabalhar neles. Um deles, velho cirurgião, na realidade irrompeu com a exclamação: ‘Mas, meu caro senhor, como pode dizer tal tolice? Hysteron (sic) significa o útero. Assim como pode um homem ser histérico?’ Objetei em vão que o que desejava não era ter meu diagnóstico aprovado, mas ter o caso posto à minha disposição. Por fim, fora do hospital, deparei-me com um caso de hemianestesia histérica clássica em um homem, e demonstrei-o perante a ‘Gesellschaft der Aerzte’ [1886s]. Dessa vez fui aplaudido, mas não adquiriram mais interesse por mim. A impressão de que as altas autoridades haviam rejeitado minhas inovações permaneceu inabalável; e, com minha histeria em homem e minha produção de paralisias histéricas por sugestão, vi-me forçado a ingressar na Oposição. Como logo depois fui excluído do laboratório de anatomia cerebral e como durante intermináveis trimestres não tive onde pronunciar minhas conferências, afastei-me da vida acadêmica e deixei de freqüentar as sociedades eruditas. Faz uma geração inteira desde que visitei a ‘Gesellschaft der Aerzte’.

Qualquer um que deseje ganhar para subsistência com o tratamento de pacientes nervosos deve ser claramente capaz de fazer algo para ajudá-los. Meu arsenal terapêutico continha apenas duas armas, a eletroterapia e o hipnotismo; receitar uma visita a um estabelecimento hidropático após uma única consulta era uma fonte insuficiente de renda. Meu conhecimento de eletroterapia provinha do manual de W. Erb [1882], o qual proporcionava instruções detalhadas para o tratamento de todos os sintomas de doenças nervosas. Infelizmente, logo fui impelido a ver que seguir essas instruções não era absolutamente de qualquer valia e que o que eu tomara por um compêndio de observações exatas era meramente a construção de fantasia. Foi penosa a compreensão de que a obra do maior nome da neuropatologia alemã não tinha maior relação com a realidade do que um livro de sonhos ‘egípcio’ vendido em livrarias baratas, mas ajudou-me a livrar-me de outro fragmento de inocente fé na autoridade, da qual eu ainda não estava livre. Assim, pus de lado meu aparelho elétrico, mesmo antes de Moebius haver salvo a situação, explicando que os êxitos do tratamento elétrico em distúrbios nervosos (até onde havia algum) eram o efeito de sugestão por parte do médico.

Com o hipnotismo o caso foi melhor. Enquanto ainda estudante, assistira a uma exibição pública apresentada por Hansen o ‘magnetista’ e notara que um dos pacientes em quem se fizera a experiência se tornara mortalmente pálido no início da rigidez cataléptica, e assim havia permanecido enquanto aquela condição havia durado. Isso me convenceu firmemente da autenticidade dos fenômenos da hipnose. Apoio científico foi logo depois dado a esse ponto de vista por Heidenhain, mas não impediu os professores de psiquiatria de declararem por muito tempo que o hipnotismo era não somente fraudulento como também perigoso, e de considerarem os hipnotizadores com desprezo. Em Paris vira o hipnotismo usado livremente como um método para produzir sintomas em pacientes, então removendo-os novamente. E agora nos chegava a notícia de que surgira uma escola em Nancy que fazia uso extenso e marcadamente bem-sucedido da sugestão, com ou sem hipnotismo, para fins terapêuticos. Ocorreu assim, como algo natural, que, nos primeiros anos de minha atividade como médico, meu principal instrumento de trabalho, afora os métodos psicoterapêuticos aleatórios e não sistemáticos, tenha sido a sugestão hipnótica.

Isso implicou, naturalmente, em eu ter abandonado o tratamento de doenças nervosas orgânicas; mas isso foi de pequena importância, pois, por um lado, as perspectivas no tratamento de tais desordens em nenhum caso jamais eram promissoras, enquanto que, por outro lado, na clínica particular de um médico exercendo suas atividades numa grande cidade, a quantidade de tais pacientes era nada em comparação com as multidões de neuróticos, cujo número parecia ainda maior pelo modo como eles corriam, com seus males não solucionados, de um médico a outro. E, independente disso, havia algo de positivamente sedutor em trabalhar com o hipnotismo. Pela primeira vez havia um sentimento de haver superado o próprio desamparo, e era altamente lisonjeiro desfrutar da reputação de ser fazedor de milagres. Só depois é que iria descobrir os processos do método. No momento havia apenas dois pontos passíveis de queixa: em primeiro lugar, que eu não era capaz de hipnotizar todos os pacientes, e, em segundo, que fui incapaz de pôr os pacientes individuais num estado tão profundo de hipnose como teria desejado. Com a idéia de aperfeiçoar minha técnica hipnótica, empreendi uma viagem a Nancy, no verão de 1889, e passei ali várias semanas. Testemunhei o comovente espetáculo do velho Liébeault trabalhando entre as mulheres e crianças pobres das classes trabalhadoras. Eu era um espectador dos assombrosos experimentos de Bernheim em seus pacientes do hospital, e tive a mais profunda impressão da possibilidade de que poderia haver poderosos processos mentais que, não obstante, permaneciam escondidos da consciência dos homens. Pensando que seria instrutivo, persuadi uma de minhas pacientes a acompanhar-me até Nancy. Essa paciente era uma histérica altamente dotada, uma mulher bem-nascida, que me fora confiada porque ninguém sabia o que fazer com ela. Pela influência hipnótica eu lhe tornara possível levar uma existência tolerável, e sempre fui capaz de tirá-la da miséria de sua condição. Mas ela sempre recaía após breve tempo, e em minha ignorância eu atribuía isso ao fato de que sua hipnose jamais alcançara a fase de sonambulismo com amnésia. Bernheim tentou então várias vezes provocar isso, mas ele também fracassou. Admitiu-me que seus grandes êxitos terapêuticos por meio da sugestão eram alcançados apenas em sua clínica hospitalar, e não

com seus pacientes particulares. Tive muitas conversas estimulantes com ele, e comprometi-me a traduzir para o alemão umas duas obras sobre a sugestão e seus efeitos terapêuticos.

Durante o período de 1886 a 1891, realizei poucos trabalhos científicos e não publiquei quase nada. Estava ocupado em estabelecer-me em minha nova profissão e em assegurar minha própria existência material, bem como a de uma família que aumentava rapidamente. Em 1891 apareceu o primeiro dos meus estudos sobre as paralisias cerebrais de crianças, escrito em colaboração com meu amigo e assistente, o Dr. Oskar Rie [Freud, 1891a]. Um convite que recebi no mesmo ano, para colaborar em uma enciclopédia de medicina levou-me a investigar a teoria da afasia. Esta na época estava dominada pelos pontos de vista de Wernicke e Lichtheim, que davam ênfase exclusivamente à localização. O fruto dessa indagação foi um pequeno livro crítico e especulativo, *Zur Auffassung der Aphasien* [1891b].

Agora, no entanto, devo revelar como aconteceu o fato de a pesquisa científica mais uma vez ter-se tornado o principal interesse de minha vida.

II

Devo complementar o que acabo de dizer, explicando que bem desde o início fiz uso da hipnose de outra maneira, independentemente da sugestão hipnótica. Empreguei-a para fazer perguntas ao paciente sobre a origem de seus sintomas, que em seu estado de vigília ele podia descrever só muito imperfeitamente, ou de modo algum. Não somente esse método pareceu mais eficaz do que meras ordens ou proibições sugestivas, como também satisfazia a curiosidade do médico, que, afinal de contas, tinha o direito de aprender algo sobre a origem da manifestação que ele vinha lutando para eliminar pelo processo monótono da sugestão.

A maneira pela qual cheguei a esse outro processo ocorreu como se segue. Enquanto ainda trabalhava no laboratório de Brücke, eu travara conhecimento com o Dr. Josef Breuer que era um dos médicos de família mais respeitados de Viena, mas que também possuía um passado científico, visto que produzira vários trabalhos de valor permanente sobre a fisiologia da respiração e sobre o órgão do equilíbrio. Era um homem de notável inteligência e quatorze anos mais velho que eu. Nossas relações logo se tornaram mais estreitas e ele se tornou meu amigo, ajudando-me em minhas difíceis circunstâncias. Adquirimos o hábito de partilhar todos os nossos interesses científicos. Nessa relação só eu naturalmente tive a ganhar. O desenvolvimento da psicanálise, depois, veio a custar-me sua amizade. Não me foi fácil pagar tal preço, mas não pude fugir a isso.

Mesmo antes de dirigir-me a Paris, Breuer me havia falado sobre um caso de histeria que, entre 1880 e 1882, ele havia tratado de maneira peculiar, o qual lhe permitira penetrar profundamente na acusação e no significado dos sintomas histéricos, isto, portanto, ocorreu

numa época em que os trabalhos de Janet ainda pertenciam ao futuro. Ele por várias vezes me leu trechos da história clínica, e tive a impressão de que isto contribuía mais no sentido de uma compreensão das neuroses do que qualquer observação prévia. Tomei a determinação de informar Charcot a respeito dessas descobertas quando cheguei a Paris, e na realidade o fiz. Mas o grande homem não teve qualquer interesse pelo meu primeiro esboço do assunto, de modo que nunca mais voltei ao mesmo e deixei que fugisse de minha mente

Quando do meu retorno a Viena, recorri mais uma vez à observação de Breuer e fiz com que ele me contasse mais alguma coisa sobre o caso. Apaciente tinha sido uma jovem de educação e dons incomuns, que adoecera enquanto cuidava do pai, pelo qual era devotamente afeiçoada. Quando Breuer se encarregou do caso, este apresentou um quadro variado de paralisias com contraturas, inibições e estados de confusão mental. Uma observação fortuita revelou ao médico da paciente que ela podia ser aliviada desses estados nebulosos de consciência se fosse induzida a expressar em palavras a fantasia emotiva pela qual se achava no momento dominada. A partir dessa descoberta, Breuer chegou a um novo método de tratamento. Ele a levava a uma hipnose profunda e fazia-a dizer-lhe, de cada vez, o que era lhe oprimia a mente. Depois de os ataques de confusão depressiva terem sido separados dessa forma, empregou o mesmo processo para eliminar suas inibições e distúrbios físicos. Em seu estado de vigília a moça não podia descrever mais do que outros pacientes como seus sintomas haviam surgido, assim como não podia descobrir ligação alguma entre eles e quaisquer experiências de sua vida. Na hipnose ela de pronto descobria a ligação que faltava. Aconteceu que todos os seus sintomas voltavam a fatos comovedores que experimentara enquanto cuidava do pai; isto é, seus sintomas tinham um significado e eram resíduos ou reminiscências daquelas situações emocionais. Verificou-se na maioria dos casos que tinha havido algum pensamento ou impulso que ela tivera de suprimir enquanto se encontrava à cabeceira de enfermo, e que, em lugar dele, como substituto do mesmo, surgira depois o sintoma. Mas em geral o sintoma não era o precipitado de uma única cena 'traumática' dessa natureza, mas o resultado de uma soma de grande número de situações semelhantes. Quando a paciente se recordava de uma situação dessa espécie de forma alucinatoria, sob a hipnose, e levava até sua conclusão, com uma expressão livre de emoção, o ato mental que ela havia originalmente suprimido, o sintoma era eliminado e não voltava. Por esse processo Breuer conseguiu, após longos e penosos esforços, aliviar a paciente de seus sintomas.

A paciente se recuperara e continuara bem, e de fato tornara-se capaz de executar trabalhos de importância. Mas na fase final desse tratamento hipnótico permaneceu um véu de obscuridade, que Breuer jamais levantou para mim, e não pude compreender por que mantivera por tanto tempo em segredo o que me parecia uma descoberta inestimável, em vez de com ela tornar a ciência mais rica. A questão imediata, contudo, é se era possível generalizar a partir do que ele encontrara em um caso isolado. O estado de coisas que ele descobrira pareceu-me ser de natureza tão fundamental que não pude crer que pudesse

deixar de estar presente em qualquer caso de histeria, caso se tivesse provado ter ele ocorrido num caso isolado. Mas a dúvida só podia ser resolvida pela experiência. Comecei então a repetir as pesquisas de Breuer com meus próprios pacientes e afinal, especialmente depois que minha visita a Bernheim, em 1889, me havia ensinado as limitações da sugestão hipnótica, não trabalhei em outra coisa. Após observar durante vários anos que seus achados eram invariavelmente confirmados em cada caso de histeria acessível a tal tratamento, e depois de haver acumulado considerável quantidade de material sob a forma de observações análogas às dele, propus-lhe que devíamos lançar uma publicação conjunta. De início ele objetou com veemência, mas por fim cedeu, especialmente tendo em vista que, nesse meio tempo, as obras de Janet haviam previsto alguns dos seus resultados, tais como o rastreamento de sintomas histéricos em fatos da vida do paciente e sua eliminação por meio da reprodução hipnótica *in statu nascendi*. Em 1893 lançamos uma comunicação preliminar, 'Sobre o Mecanismo Psíquico dos Fenômenos Histéricos', e em 1895 seguiu-se nosso livro, *Estudos sobre a Histeria*.

Se o relato apresentado por mim até agora levou o leitor a esperar que os *Estudos sobre a Histeria* devem, em todos os pontos essenciais de seu conteúdo material, ser produto da mente de Breuer, é precisamente isto que sempre tenho sustentado, e aqui tem sido meu objetivo repetir isto. No tocante à teoria formulada no livro, fui em parte responsável, mas em uma medida que hoje não é mais possível determinar. Essa teoria foi de qualquer maneira despretensiosa e quase não ultrapassou a descrição direta das observações. Não procurou estabelecer a natureza da histeria mas apenas lançar luz sobre a origem de seus sintomas. Assim, dava ênfase à significação da vida das emoções e à importância de estabelecer distinção entre os atos mentais inconscientes e os conscientes (ou, antes, capazes de ser conscientes); introduziu um fator dinâmico, supondo que um sintoma surge através do represamento de um afeto, e um fator econômico, considerando aquele mesmo sintoma como o produto da transformação de uma quantidade de energia que de outra maneira teria sido empregada de alguma outra forma. (Esse segundo processo foi descrito como conversão.) Breuer referiu-se ao nosso método como catártico; explicou-se sua finalidade terapêutica como sendo a de proporcionar que a cota de afeto utilizada para manter o sintoma, que se desencaminhara e que, por assim dizer, se tinha tornado estrangulada ali, fosse dirigida para a trilha normal ao longo da qual pudesse obter descarga (ou ab-reação). Os resultados práticos do processo catártico foram excelentes. Seus defeitos, que se tornaram evidentes depois, eram os de todas as formas de tratamento hipnótico. Ainda existe grande número de psicoterapeutas que não foi além da catarse como Breuer a compreendia e que ainda fala em seu favor. Seu valor como método resumido foi revelado novamente por Simmel [1918] em seu tratamento das neuroses de guerra no exército alemão, durante a primeira guerra mundial. A teoria da catarse não tinha muito a dizer sobre o tema da sexualidade. Nos casos clínicos com que contribuí para os *Estudos*, os papéis sexuais desempenhavam certa função, mas quase não se prestou mais atenção a eles do que a outras excitações emocionais. Breuer escreveu sobre a moça, que desde então se tornou famosa como sua primeira paciente, que sua faceta sexual era extraordinariamente não desenvolvida. Teria sido difícil adivinhar

pelos Estudos sobre a Histeria a importância que tem a sexualidade na etiologia das neuroses.

A fase de desenvolvimento que então se seguiu, a transição da catarse para a psicanálise propriamente dita, já foi descrita por mim várias vezes com tantos pormenores que julgo difícil formular quaisquer fatos novos. O evento que constituiu a abertura desse período foi o afastamento de Breuer do nosso trabalho comum, de modo que me tornei o único administrador do seu legado. Tinham-se verificado divergências de opiniões entre nós numa fase bem inicial, mas não haviam constituído uma base para nosso afastamento. Ao responder à pergunta sobre quando é que um processo mental se torna patogênico - isto é, quando é que se torna impossível lidar com ele normalmente - , Breuer preferiu o que poderia ser chamado de teoria fisiológica: julgava ele que os processos que não podiam encontrar um resultado normal eram aqueles que se haviam originado durante estados mentais 'hipnóides' inusitados. Isto provocou a questão ulterior da origem desses estados hipnóides. Eu, por outro lado, estava inclinado a suspeitar da existência de uma ação mútua de forças e da atuação de intenções e propósitos como os que devem ser observados na vida normal. Era assim um caso de 'histeria hipnóide' versus 'neuroses de defesa'. Mas divergências como essa quase não o teriam afastado do assunto, se não tivesse havido outros fatores em ação. Um desses foi indubitavelmente que seu trabalho como clínico e médico de família tomava grande parte de seu tempo, e ele não podia, como eu, devotar todas as suas forças ao trabalho da catarse. Além disso, viu-se atingido pela recepção que nosso livro obtivera tanto em Viena como na Alemanha. Sua autoconfiança e poderes de resistência não estavam desenvolvidos tão plenamente quanto o resto de sua organização mental. Quando, por exemplo, os Estudos foram alvo do mau acolhimento por parte de Strümpell fui capaz de rir pela falta de compreensão que sua crítica demonstrava, mas Breuer sentiu-se magoado e tornou-se desencorajado. Mas o que contribuiu principalmente para sua decisão foi que meu próprio trabalho ulterior conduzia a uma direção com a qual ele achava impossível reconciliar-se.

A teoria que havíamos tentado construir nos Estudos continuou, como já disse, muito incompleta; em particular, quase não tínhamos tocado no problema da etiologia, na questão do terreno onde o processo patogênico lança raízes. Aprendi então por experiência própria, a qual aumentava rapidamente, que não era qualquer espécie de excitação emocional que estava em ação por trás dos fenômenos da neurose, mas habitualmente uma excitação de natureza sexual, quer fosse um conflito sexual comum, quer o efeito de experiências sexuais anteriores. Eu não estava preparado para essa conclusão e minhas expectativas não desempenharam papel algum nela, pois eu havia começado minha investigação de neuróticos de maneira bem insuspeitável. Enquanto escrevia minha 'A História do Movimento Psicanalítico' em 1914, vinham-me à mente algumas observações que me tinham sido feitas por Breuer, Charcot e Chrobak, as quais poderiam ter-me conduzido mais cedo a essa descoberta. Mas na ocasião em que as ouvi não compreendi o que essas autoridades queriam dizer; na realidade haviam-me dito mais do que elas próprias sabiam ou estavam preparadas

para defender. O que ouvi delas permaneceu em estado latente e inativo dentro de mim, até que a oportunidade de meus experimentos catárticos o trouxe à luz como uma descoberta aparentemente original. Também não estava cômico de que ao derivar a histeria da sexualidade eu estava voltado aos próprios inícios da medicina e acompanhando um pensamento de Platão. Só depois é que vim a saber disso por um ensaio de Havelock Ellis.

Sob a influência de minha surpreendente descoberta, dei então um passo importante. Fui além do domínio da histeria e comecei a investigar a vida sexual dos chamados neurastênicos, que costumavam visitar-me em grande número durante minhas horas de consulta. Essa experiência custou-me, é verdade, minha popularidade como médico, mas trouxe-me convicções que hoje em dia, quase trinta anos depois, não perderam nada de sua força. Havia muitos equívocos e mistérios a serem superados, mas, uma vez isto feito, veio a ocorrer que em todos esses pacientes graves irregularidades da função sexual se encontravam presentes. Considerando quão extremamente difundidas se acham, por um lado, essas irregularidades e, por outro, a neurastenia, uma freqüente coincidência entre as duas não teria comprovado grande coisa; mas havia algo mais nela do que um único fato insignificante. Uma observação mais detida sugeriu-me que era possível escolher, dentre a confusão dos quadros clínicos encobertos pela designação de neurastenia, dois tipos fundamentalmente diferentes, que podem surgir em qualquer grau de mistura mas que, não obstante, iriam ser observados em suas formas puras. Em um dos tipos a manifestação central era o ataque de ansiedade com seus equivalentes, formas rudimentares e sintomas substitutivos crônicos; em conseqüência, dei-lhe a denominação de neurose de angústia, limitando o termo neurastenia ao outro tipo. Agora era fácil estabelecer o fato de que cada um desses tipos tinha uma anormalidade diferente da vida sexual como seu fator etiológico correspondente: no primeiro, coitus interruptus, a excitação não consumada e a abstinência sexual, e no segundo, masturbação excessiva e emissões noturnas numerosas demais. Em alguns casos especialmente instrutivos, que haviam revelado surpreendentes alterações no quadro clínico de um tipo para o outro, pôde ser provado que se havia verificado uma mudança correspondente no regime sexual subjacente. Se fosse possível pôr termo à irregularidade e permitir que seu lugar fosse ocupado pela atividade sexual normal, uma surpreendente melhoria da condição seria a recompensa.

Fui, assim, levado a considerar as neuroses como sendo, sem exceção, perturbações da função sexual, sendo as denominadas 'neuroses atuais' a expressão tóxica direta de tais perturbações e as psiconeuroses sua expressão mental. Minha consciência médica sentia-se satisfeita por eu haver chegado a essa conclusão. Esperei ter preenchido uma lacuna na ciência médica, a qual, ao lidar com uma função de tão grande importância biológica, deixara de levar em conta quaisquer danos além daqueles causados pela infecção ou por lesões anatômicas grosseiras. O aspecto médico do assunto era, além disso, apoiado pelo fato de que a sexualidade não era algo puramente mental. Possuía também uma faceta somática sendo também possível atribuir-lhe processos químicos especiais, e atribuir a excitação sexual à presença de algumas substâncias específicas, embora desconhecidas no

momento. Deve também ter havido alguma boa razão pela qual as verdadeiras neuroses espontâneas não se assemelhavam a nenhum grupo de doenças mais estreitamente do que as manifestações de intoxicação e abstinência, que são produzidas pela administração ou privação de certas substâncias tóxicas, ou do que o bócio exoftálmico, que, conforme se sabe, depende do produto da glândula tireóide.

Desde aquela época não tive oportunidade de voltar à pesquisa das 'neuroses atuais' nem essa parte do meu trabalho foi continuada por outro. Se hoje lanço um olhar retrospectivo aos meus primeiros achados, eles me surpreendem como sendo os primeiros delineamentos toscos daquilo que é provavelmente um assunto muito mais complicado. Mas no todo ainda me parecem válidos, Teria ficado muito satisfeito se tivesse sido capaz, posteriormente, de proceder a um exame psicanalítico de mais alguns casos de neurastenia juvenil, mas infelizmente não surgiu a ocasião. A fim de evitar concepções errôneas, gostaria de esclarecer que estou longe de negar a existência de conflitos mentais e de complexos neuróticos na neurastenia. Tudo que estou afirmando é que os sintomas desses pacientes não são mentalmente determinados ou removíveis pela análise, mas devem ser considerados como conseqüências tóxicas diretas de processos químicos sexuais perturbados.

Durante os anos que se seguiram à publicação dos Estudos, tendo chegado a essas conclusões sobre o papel desempenhado pela sexualidade na etiologia das neuroses, li alguns artigos sobre o assunto perante várias sociedades médicas, mas só me defrontei com incredulidade e contradição. Breuer fez o que pôde, por mais algum tempo, para lançar na balança o grande peso de sua influência pessoal a meu favor, mas nada conseguiu, sendo fácil constatar que também ele se esquivou de reconhecer a etiologia sexual das neuroses. Ele poderia ter-me esmagado ou pelo menos me desconcertado, apontando sua própria primeira paciente, em cujo caso os fatores sexuais ostensivamente não haviam de forma alguma desempenhado qualquer papel. Mas nunca o fez, e não pude compreender por que agiu dessa forma, até que vim a interpretar o caso corretamente e a reconstituir, a partir de algumas observações que fizera, a conclusão de seu tratamento desse mesmo caso. Depois que o trabalho de catarse parecia estar concluído, a moça subitamente desenvolvera uma condição de 'amor transferencial' ele não havia feito a ligação disso com sua doença e então se afastara desalentado. Evidentemente foi-lhe penoso ser lembrado desse aparente contretemps. Sua atitude em relação a mim oscilou por algum tempo entre admiração e crítica acerba; depois surgiram dificuldades acidentais, como nunca deixam de surgir numa situação tensa, e nos afastamos.

Outro resultado de eu haver empreendido o estudo de perturbações nervosas em geral foi que alterei a técnica da catarse. Abandonei o hipnotismo e procurei substituí-lo por algum outro método, porque estava ansioso por não ficar restringido ao tratamento de condições histeriformes. Uma maior experiência também dera lugar a duas graves dúvidas em minha mente quanto ao emprego do hipnotismo, mesmo como um meio para a catarse. A primeira foi que até mesmo os resultados mais brilhantes estavam sujeitos a ser de súbito

eliminados, se minha relação pessoal com o paciente viesse a ser perturbada. Era verdade que seriam restabelecidos se uma reconciliação pudesse ser efetuada, mas tal ocorrência demonstrou que a relação emocional pessoal entre médico e paciente era, afinal de contas, mais forte que todo o processo catártico, e foi precisamente esse fator que escapava a todos os esforços de controle. E certo dia tive a experiência que me indicou, sob a luz mais crua, o que eu há muito tinha suspeitado. Essa experiência ocorreu com uma de minhas pacientes mais dóceis, com a qual o hipnotismo me permitia obter os resultados mais maravilhosos e com quem estava comprometido a minorar os sofrimentos, fazendo remontar seus ataques de dor a suas origens. Certa ocasião, ao despertar, lançou os braços em torno do meu pescoço. A entrada inesperada de um empregado nos livrou de uma discussão penosa, mas a partir daquela ocasião houve um entendimento tácito de que o tratamento hipnótico devia ser interrompido. Fui bastante modesto em não atribuir o fato aos meus próprios atrativos pessoais irresistíveis, e senti que então havia apreendido a natureza do misterioso elemento que se achava em ação por trás do hipnotismo. A fim de excluí-lo, ou de qualquer maneira isolá-lo, foi necessário abandonar o hipnotismo.

Mas o hipnotismo fora de imensa ajuda no tratamento catártico, ampliando o campo de consciência da paciente e pondo ao seu alcance conhecimentos que não possuía em sua vida de vigília. Não pareceu ser tarefa fácil encontrar um substituto para os mesmos. Enquanto me encontrava nesse estado de perplexidade, veio em meu auxílio a lembrança de uma experiência que muitas vezes testemunhei quando estava com Bernheim. Quando o paciente despertava do seu estado de sonambulismo parecia haver perdido toda recordação do que tinha acontecido enquanto se encontrava naquele estado. Mas Bernheim afirmava que a lembrança se achava presente da mesma maneira; e se insistia para que o paciente se recordasse, se afirmava que o paciente sabia de tudo e que tinha apenas de falar, e se ao mesmo tempo punha a mão na testa do paciente, então as lembranças esquecidas de fato voltavam, de início de forma hesitante, mas finalmente numa torrente e com clareza completa. Determinei que agiria da mesma forma. Meus pacientes, refleti, devem de fato ‘saber’ todas as coisas que até então só tinham sido tornadas acessíveis a eles na hipnose; e garantias e encorajamento da minha parte, auxiliados talvez pelo toque da minha mão, teriam, pensei, o poder de forçar os fatos e ligações esquecidos na consciência. Sem dúvida, isto parecia um processo mais laborioso do que levar os pacientes à hipnose, mas poderia resultar como sendo altamente instrutivo. Assim, abandonei o hipnotismo, conservando apenas meu hábito de exigir do paciente que ficasse deitado num sofá enquanto eu ficava sentado ao lado dele, vendo-o, mas sem que eu fosse visto.

III

Minhas expectativas foram correspondidas; livre-me do hipnotismo. Mas, justamente com a mudança de técnica, o trabalho de catarse assumiu novo aspecto. A hipnose interceptara da visão uma ação recíproca de forças que surgiam agora à vista e cuja compreensão proporcionava um fundamento sólido à minha teoria.

Como ocorrera que os pacientes se haviam esquecido de tantos dos fatos de suas vidas externas e internas mas podiam, não obstante, recordá-los se uma técnica específica fosse aplicada? A observação forneceu uma resposta exaustiva a essa pergunta. Tudo que tinha sido esquecido de alguma forma ou de outra fora aflitivo; fora ou alarmante ou penoso ou vergonhoso pelos padrões da personalidade do indivíduo. Foi impossível não concluir que isto foi precisamente assim porque fora esquecido - isto é, porque não tinha permanecido consciente. A fim de torná-lo consciente novamente apesar disto, foi necessário superar algo que lutava contra alguma coisa no paciente, foi necessário envidar esforços da parte do próprio paciente a fim de compeli-lo a recordar-se. A dose de esforço do médico variava em diferentes casos; aumentava em proporção direta com a dificuldade do que tinha de ser lembrado. O dispêndio de força por parte do médico era evidentemente a medida de uma resistência por parte do paciente. Bastou traduzir em palavras o que eu próprio havia observado e fiquei de posse da teoria da repressão.

Então foi fácil reconstituir o processo patogênico. Fiquemos em um exemplo simples no qual um impulso específico surgira na mente do indivíduo mas se defrontava com a oposição de outros impulsos poderosos. Devíamos ter esperado o conflito mental que então apareceu para obedecer ao seguinte curso. As duas dinâmicas - para nossa finalidade atuais denominemo-las 'o instinto' e 'a resistência' - lutavam uma com a outra à plena luz da consciência, até que o instinto era repudiado e a catexia de energia era retirada de sua impulsão. Isto teria sido a solução normal. Em uma neurose, contudo (por motivos que eram ainda desconhecidos), o conflito encontrou um resultado diferente. O ego recuou, por assim dizer, na sua primeira colisão com o impulso instintual objetável; impediu o impulso de ter acesso à consciência e à descarga motora direta, mas ao mesmo tempo o impulso reteve sua catexia integral de energia. Denominei esse processo de repressão; era uma novidade e nada semelhante a ele jamais fora reconhecido na vida mental. Era obviamente um mecanismo primário de defesa, comparável a uma tentativa de fuga, e era apenas um percurso do julgamento de condenação normal desenvolvido depois. O primeiro ato de repressão envolvia outras conseqüências. Em primeiro lugar, o ego era obrigado a proteger-se contra a constante ameaça de uma renovada investida por parte do impulso reprimido, fazendo um dispêndio permanente de energia, uma anticatexia, e assim se empobrecia. Por outro lado, o impulso reprimido, que era agora inconsciente, era capaz de encontrar meios de descarga e de satisfação substituída por caminhos indiretos e de assim levar toda a finalidade de repressão a nada. No caso da histeria de conversão, o caminho indireto levava à inervação somática; o impulso reprimido irrompia em um ponto ou outro e produzia sintomas. Os sintomas eram assim resultado de uma conciliação, pois embora fossem satisfações substitutivas eram distorcidos e desviados de sua finalidade devido à resistência do ego.

A teoria da repressão tornou-se a pedra angular da nossa compreensão das neuroses. Um ponto de vista diferente teve então de ser adotado no tocante à tarefa da terapia. Seu objetivo não era mais 'ab-reagir' um afeto que se desencaminhara, mas revelar repressões e substituí-las por atos de julgamento que podiam resultar quer na aceitação, quer na condenação do

que fora anteriormente repudiado. Demonstrei meu reconhecimento da nova situação não denominando mais meu método de pesquisa e de tratamento de catarse, mas de psicanálise.

É possível considerar a repressão como um centro e reunir todos os elementos da teoria psicanalítica em relação a ele. Mas antes de proceder dessa forma tenho outro comentário a tecer, de natureza polêmica. De acordo com o ponto de vista de Janet, uma mulher histérica era uma criatura infeliz que, por causa de uma fraqueza de constituição, era incapaz de manter reunidos seus atos mentais e por esse motivo ela foi vítima de uma divisão (splitting) da mente e de uma restrição do campo de sua consciência. O resultado de pesquisas psicanalíticas, por outro lado, revelou que essas manifestações eram a decorrência de fatores dinâmicos - de conflito mental e de repressão. Essa distinção parece-me bastante exagerada para pôr termo à cansativa repetição do ponto de vista de que qualquer coisa de valor na psicanálise é simplesmente tomada de empréstimo às idéias de Janet. O leitor terá aprendido pelo meu relato que historicamente a psicanálise é de todo independente das descobertas de Janet, do mesmo modo que em seu conteúdo diverge delas e vai muito além das mesmas. As obras de Janet jamais teriam tido as implicações que tornaram a psicanálise de tal importância para as ciências mentais e que fizeram com que ela atraísse tal interesse universal. Sempre tratei o próprio Janet com respeito, visto que suas descobertas coincidiram em considerável medida com as de Breuer, que foram feitas antes, mas que vieram a lume depois das dele. Quando, porém, no curso do tempo a psicanálise se tornou objeto de debates na França, Janet portou-se mal, mostrou ignorância dos fatos e utilizou feios argumentos. E finalmente revelou-se aos meus olhos, e destruiu o valor de seu próprio trabalho, declarando que quando falara de atos mentais 'inconscientes' nada quisera dizer com essa frase - não havia passado de uma façon de parler.

Mas o estudo das repressões patogênicas e de outras manifestações que ainda têm de ser mencionadas compeliu a psicanálise a adotar o conceito do 'inconsciente' de maneira séria. A psicanálise considerava tudo de ordem mental como sendo, em primeiro lugar, inconsciente; a qualidade ulterior de 'consciência' também pode estar presente ou ainda pode estar ausente. Isto naturalmente provocou uma negação por parte dos filósofos, para os quais 'consciente' e 'mental' eram idênticos, e que protestaram que não podiam conceber um absurdo como o 'mental inconsciente'. Isto, contudo, não pôde ser evitado, e essa idiossincrasia dos filósofos não merece outra coisa senão ser posta de lado com um dar de ombros. A experiência (adquirida de material patológico, que os filósofos ignoravam) da freqüência e do poder de impulsos dos quais nada se sabia diretamente, e cuja existência teve de ser inferida como algum fato do mundo externo, não deixou qualquer alternativa em aberto. Pode-se frisar, incidentalmente, que isso era o mesmo que alguém tratar de sua vida mental como sempre se tratara de outras pessoas. Não se hesitou em atribuir processos mentais a outras pessoas, embora não se tivesse qualquer consciência imediata dos mesmos e somente se pudesse inferi-los de suas palavras e ações. Mas o que permanecia válido para outros indivíduos devia ser aplicável a si próprio. Qualquer um que tentasse levar o argumento mais para frente e concluir do mesmo que os próprios conceitos ocultos de

alguém pertenciam realmente a uma segunda consciência, defrontar-se-ia com o conceito de uma ‘consciência inconsciente’ - e isso dificilmente seria preferível à suposição de um ‘mental inconsciente’. Se, por outro lado, alguém declarasse, como alguns outros filósofos, que se estava preparando para levar em conta as manifestações patológicas, mas que os processos subjacentes aos mesmos não devem ser descritos como mentais mas como ‘psicóides’, a diferença de opinião degeneraria numa disputa estéril quanto a palavras, embora mesmo assim a conveniência decidisse favoravelmente por manter a expressão ‘mental inconsciente’. A outra questão quanto à natureza final desse inconsciente não é mais sensível ou lucrativa do que a mais antiga quanto à natureza do consciente.

Seria mais difícil explicar concisamente como veio a acontecer que a psicanálise fizesse outra distinção no inconsciente e o separasse em um pré-consciente e em um inconsciente propriamente ditos. Basta dizer que pareceu ser um caminho natural complementar da experiência com hipóteses que estavam destinadas a facilitar o manuseio do material, e que estavam relacionadas com assuntos que poderiam não ser objeto de observação imediata. O mesmíssimo método é adotado pelas ciências mais antigas. A subdivisão do inconsciente faz parte de uma tentativa de retratar o aparelho da mente como sendo constituído de grande número de instâncias ou sistemas, cujas relações mútuas são expressas em termos espaciais, sem contudo implicarem qualquer ligação com a verdadeira anatomia do cérebro. (Descrevia esse ponto como o método topográfico de abordagem.) Idéias como estas fazem parte de uma superestrutura especulativa da psicanálise, podendo qualquer parcela da mesma ser abandonada ou modificada, sem perda ou pesar, momento em que a sua insuficiência tenha sido provada. Mas resta ainda muita coisa a ser descrita que está mais perto da verdadeira experiência.

Já mencionei que minha investigação das causas precipitantes e subjacentes das neuroses levou-me cada vez com maior freqüência a conflitos entre os impulsos sexuais do indivíduo e suas resistências à sexualidade. Em minha busca das situações patogênicas, nas quais as repressões de sexualidade se haviam estabelecido e nas quais os sintomas, como substitutos do que foi reprimido, tinham tido sua origem, fui levado cada vez mais de volta à vida do paciente e terminei chegando aos primeiros anos de sua infância. O que os poetas e os estudiosos da natureza humana sempre haviam assegurado veio a ser verdade: as impressões daquele período inicial de vida, embora estivessem na sua maior parte enterradas na amnésia, deixaram vestígios indeléveis no crescimento do indivíduo e, em particular, fundamentaram a disposição para qualquer distúrbio nervoso que viesse a sobrevir. Mas visto que essas experiências da infância sempre se preocuparam com as excitações sexuais e a reação contra elas, encontrei-me diante do fato da sexualidade infantil - mais uma vez uma novidade e uma contradição de um dos mais acentuados preconceitos humanos. A infância era encarada como ‘inocente’ e isenta dos intensos desejos do sexo, e não se pensava que a luta contra o domínio da ‘sexualidade’ começasse antes da agitada idade da puberdade. Tais atividades sexuais ocasionais, conforme tinha sido impossível desprezar nas crianças, eram postas de lado como indícios de degenerescência ou de depravação prematura, ou como

curiosa aberração da natureza. Poucos dos achados da psicanálise tiveram tanta contestação universal ou despertaram tamanha explosão de indignação como a afirmativa de que a função sexual se inicia no começo da vida e revela sua presença por importantes indícios mesmo na infância. E contudo nenhum outro achado da análise pode ser demonstrado de maneira tão fácil e completa.

Antes de avançar ainda mais na questão da sexualidade infantil, devo mencionar um erro no qual incidi por algum tempo e que bem poderia ter tido conseqüências fatais para todo o meu trabalho. Sob a influência do método técnico que empreguei naquela época, a maioria dos meus pacientes reproduzia de sua infância cenas nas quais eram sexualmente seduzidos por algum adulto. Com pacientes do sexo feminino o papel do sedutor era quase sempre atribuído ao pai delas. Eu acreditava nessas histórias e, em conseqüência, supunha que havia descoberto as raízes da neurose subsequente nessas experiências de sedução sexual na infância. Minha confiança foi fortalecida por alguns casos nos quais as relações dessa natureza com um pai, tio ou irmão haviam continuado até uma idade em que se devia confiar na lembrança. Se o leitor sentir-se inclinado a balançar a cabeça pela minha credulidade, não poderei de todo censurá-lo, embora possa alegar que isto ocorreu numa época em que intencionalmente conservava minha faculdade crítica em suspenso, a fim de preservar uma atitude não tendenciosa e receptiva em relação às muitas novidades que despertavam minha atenção diariamente. Quando, contudo, fui finalmente obrigado a reconhecer que essas cenas de sedução jamais tinham ocorrido e que eram apenas fantasias que minhas pacientes haviam inventado ou que eu próprio talvez houvesse forçado nelas, fiquei por algum tempo inteiramente perplexo. De igual modo, minha confiança em minha técnica e nos seus resultados sofreu rude golpe; não se podia discutir que eu havia chegado a essas cenas por um método técnico que eu considerava correto, e seu tema estava indubitavelmente relacionado com os sintomas dos quais partira minha pesquisa. Quando me havia refeito, fui capaz de tirar as conclusões certas da minha descoberta: a saber, que os sintomas neuróticos não estavam diretamente relacionados com fatos reais, mas com fantasias impregnadas de desejos, e que, no tocante à neurose, a realidade psíquica era de maior importância que a realidade material. Mesmo agora não creio que forcei as fantasias de sedução aos meus pacientes, que as ‘sugeri’. Eu tinha de fato tropeçado pela primeira vez no complexo de Édipo, que depois iria assumir importância tão esmagadora, mas que eu ainda não reconhecia sob seu disfarce de fantasia. Além disso, a sedução durante a infância retinha certa parcela, embora mais humilde, na etiologia das neuroses. Mas os sedutores vieram a ser, em geral, crianças mais velhas.

Ver-se-á, então, que meu erro foi o mesmo que seria cometido por alguém que acreditasse que a história lendária dos primeiros reis de Roma (segundo narrada por Lívio) era uma verdade histórica em vez daquilo que de fato ela é - uma reação contra a lembrança de tempos e circunstâncias que foram insignificantes e ocasionalmente, talvez, inglórias. Quando o erro foi esclarecido, o caminho para o estudo da vida sexual das crianças estava desvendado. Tornou-se assim possível aplicar a psicanálise a outro campo da ciência e

utilizar seus dados como meio de descobrir um novo conhecimento biológico.

A função sexual, conforme verifiquei, encontra-se em existência desde o próprio início da vida do indivíduo, embora no começo esteja ligada a outras funções vitais e não se torne independente delas senão depois; ela tem de passar por um longo e complicado processo de desenvolvimento antes de tornar-se aquilo com que estamos familiarizados como sendo a vida sexual normal do adulto. Começa por manifestar-se na atividade de todo um grande número de instintos componentes. Estes estão na dependência de zonas erógenas do corpo; alguns deles surgem em pares de impulsos opostos (como o sadismo e o masoquismo ou os impulsos de olhar e de ser olhado); atuam independentemente uns dos outros numa busca de prazer e encontram seu objetivo, na maior parte, no corpo do próprio indivíduo. Assim, de início a função sexual é não centralizada e predominantemente auto-erótica. Depois, começam a surgir sínteses nela; uma primeira fase de organização é alcançada sob o domínio dos componentes orais, e segue-se uma fase anal-sádica, e só depois de a terceira fase ter sido finalmente alcançada é que a função sexual começa a servir aos fins de reprodução. No curso desse processo de desenvolvimento, grande número de elementos dos vários instintos componentes vêm a ser inúteis para essa última finalidade e são, portanto, deixados de lado ou utilizados para outros fins, enquanto outros são desviados de seus objetivos e levados para a organização genital. Dei o nome de libido à energia dos instintos sexuais e somente a essa forma de energia. Fui depois impelido a supor que a libido nem sempre passa pelo seu recomendado curso de desenvolvimento de maneira suave. Como resultado quer da excessiva força de certos componentes, quer de experiências que implicam uma satisfação prematura, fixações da libido podem ocorrer em vários pontos no curso de seu desenvolvimento. Se subseqüentemente verificar-se uma repressão, a libido reflui a esses pontos (um processo descrito como regressão), sendo a partir deles que a energia irrompe sob a forma de um sintoma. Depois tornou-se ainda claro que a localização do ponto de fixação é que determina a escolha da neurose, isto é, a forma pela qual a doença subseqüente vem a surgir.

O processo de chegar a um objeto, que desempenha papel tão importante na vida mental, ocorre juntamente com a organização da libido. Após a fase do auto-erotismo, o primeiro objeto de amor no caso de ambos os sexos é a mãe, afigurando-se provável que, de início, uma criança não distingue o órgão de nutrição da mãe do seu próprio corpo. Depois, mas ainda nos primeiros anos da infância, a relação conhecida como complexo de Édipo se torna estabelecida: os meninos concentram seus desejos sexuais na mãe e desenvolvem impulsos hostis contra o pai, como sendo rival, enquanto adotam atitude análoga. Todas as diferentes variações e conseqüências do complexo de Édipo são importantes, e a constituição inatamente bissexual dos seres humanos faz-se sentir e aumenta o número de tendências simultaneamente ativas. Para as crianças não ficam claras durante muito tempo as diferenças entre os sexos, e durante esse período de pesquisas sexuais produzem teorias sexuais típicas que, estando circunscritas pelo fato de não estar completo o próprio desenvolvimento físico de seus autores, constituem uma mescla de verdade e erro, e deixam de solucionar os

problemas da vida sexual (o enigma da Esfinge - isto é, a questão de onde vêm os bebês). Vemos, então, que a primeira escolha de objeto de uma criança é incestuosa. Todo o curso do desenvolvimento que descrevi é percorrido rapidamente, porquanto a feição mais notável da vida sexual do homem é seu desencadeamento bifásico, seu desencadeamento em duas ondas, com um intervalo entre elas, que atinge um primeiro clímax no quarto ou quinto ano da vida de uma criança. Mas a partir daí essa eflorescência prematura da sexualidade desaparece; os impulsos sexuais que mostraram tanta vivacidade são superados pela repressão, e segue-se um período de latência, que dura até a puberdade e durante o qual as formações reativas de moralidade vergonha e repulsa são estruturadas. De todas as criaturas vivas somente o homem parece revelar esse desencadeamento bifásico do crescimento sexual, e talvez seja ele o determinante biológico de uma predisposição a neuroses. Na puberdade, os impulsos e as relações de objeto dos primeiros anos de uma criança se tornam reanimados e entre eles os laços emocionais do seu complexo de Édipo. Na vida sexual da puberdade, verifica-se uma luta entre os anseios dos primeiros anos e as inibições do período de latência. Antes de seu desenvolvimento sexual infantil, estabelece-se certa organização genital, mas somente os órgãos genitais do indivíduo masculino desempenham nela seu papel, permanecendo os órgãos sexuais femininos não revelados. (Descrevi isso como o período de primazia fálica.) Nessa fase o contraste entre os sexos não se inicia em termos de 'macho' ou 'fêmea', mas de possuir um 'pênis' ou de ser 'castrado'. O complexo de castração que surge nesse sentido é da mais profunda importância na formação tanto do caráter quanto das neuroses.

A fim de tornar mais inteligível esse relato resumido de minhas descobertas sobre a vida sexual do homem, enfeixei conclusões às quais cheguei em datas diferentes e que incorporei, à guisa de suplemento ou correção, nas sucessivas edições de minha obra *Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade* (1905d). Espero que tenha sido fácil apreender a natureza de minha ampliação (à qual se atribuiu tanta ênfase e que provocou tanta oposição) do conceito da sexualidade. Essa extensão é de natureza dúplice. Em primeiro lugar, a sexualidade está divorciada da sua ligação por demais estreita com os órgãos genitais, sendo considerada como uma função corpórea mais abrangente, tendo o prazer como a sua meta e só secundariamente vindo a servir às finalidades de reprodução. Em segundo lugar, os impulsos sexuais são considerados como incluindo todos aqueles impulsos meramente afetuosos e amistosos aos quais o uso aplica a palavra extremamente ambígua de 'amor'. Não considero, contudo, que essas extensões sejam inovações, mas antes restaurações: significam a eliminação de limitações inoportunas do conceito ao qual nos permitimos ser conduzidos.

O destacar a sexualidade dos órgãos genitais apresenta a vantagem de nos permitir levar as atividades sexuais das crianças e dos pervertidos para o mesmo âmbito que o dos adultos normais. As atividades sexuais das crianças até agora foram inteiramente desprezadas e, embora as dos pervertidos tenham sido reconhecidas, foram-no com indignação moral e sem compreensão. Encaradas do ponto de vista psicanalítico, mesmo as perversões mais excêntricas e repelentes são explicáveis como manifestações da primazia dos órgãos

genitais e que se acham agora em busca do prazer por sua própria conta, como nos primeiros dias do desenvolvimento da libido. A mais importante dessas perversões, a homossexualidade, quase não merece esse nome. Ela pode ser remetida à bissexualidade constitucional de todos os seres humanos e aos efeitos secundários da primazia fálica. A psicanálise permite-nos apontar para um vestígio ou outro de uma escolha homossexual em todos os indivíduos. Se eu descrevi as crianças como ‘polimorficamente perversas’ estava apenas empregando uma terminologia que era geralmente corrente; não estava implícito qualquer julgamento moral. A psicanálise não se preocupa em absoluto com tais julgamentos de valor.

A segunda das minhas alegadas extensões do conceito de sexualidade encontra sua justificativa no fato revelado pela pesquisa psicanalítica de que todos esses impulsos afetuosos foram originalmente de natureza sexual, mas se tornaram inibidos em sua finalidade ou sublimados. A maneira como os instintos sexuais podem assim ser influenciados e desviados lhes permite ser empregados para atividades culturais de toda espécie, para as quais, realmente, prestam as mais importantes contribuições.

Minhas surpreendentes descobertas quanto à sexualidade das crianças foram efetuadas, no primeiro exemplo, mediante a análise de adultos. Mas depois (mais ou menos a partir de 1908) tornou-se possível confirmá-las plenamente e em todos os detalhes por observações diretas em crianças. Na realidade, é tão fácil alguém se convencer das atividades sexuais regulares, que não se pode deixar de perguntar, atônito, como a raça humana pode ter conseguido desprezar os fatos e manter por tanto tempo a lenda impregnada de desejo da assexualidade da infância. Essa surpreendente circunstância deve estar ligada à amnésia que, na maioria dos adultos, oculta sua própria infância.

IV

As teorias da resistência e da repressão, do inconsciente, da significância etiológica da vida sexual e da importância das experiências infantis - tudo isto forma os principais constituintes da estrutura teórica da psicanálise. Nestas páginas, infelizmente, pude apenas descrever os elementos separados e não suas interligações e sua relação uns com os outros. Mas sou obrigado agora a voltar às alterações que gradativamente se verificam na técnica do método analítico.

Os meios que primeiramente adotei para superar a resistência do paciente, pela insistência e pelo estímulo, tiveram de ser indispensáveis para a finalidade de proporcionar-me um primeiro apanhado geral que era de se esperar. Mas em última análise veio a ser um esforço demasiado de ambos os lados, e além disso parecia aberto a certas críticas evidentes. Deu, portanto, lugar a outro que era, em certo sentido, seu oposto. Em vez de incitar o paciente a dizer algo sobre algum assunto específico, pedi-lhe então que se entregasse a um processo de associação livre - isto é, que dissesse o que lhe viesse à cabeça, enquanto deixasse de

dar qualquer orientação consciente a seus pensamentos. Era essencial, contudo, que ele se obrigasse a informar literalmente tudo que ocorresse à sua autopercepção, e não desse margem a objeções críticas que procurassem pôr certas associações de lado, com base no fundamento de que não eram irrelevantes ou inteiramente destituídas de sentido. Não houve necessidade de repetir explicitamente a exigência de franqueza por parte do paciente ao relatar seus pensamentos, pois era condição do tratamento analítico inteiro.

Poderá parecer surpreendente que esse método de associação livre, levado a cabo sob a observação da regra fundamental da psicanálise, deva ter alcançado o que dele se esperava, a saber, o levar até a consciência o material reprimido que era retido por resistências. Devemos, contudo, ter em mente que a associação livre não é realmente livre. O paciente permanece sob a influência da situação analítica, muito embora não esteja dirigindo suas atividades mentais para um assunto específico. Seremos justificados ao presumir que nada lhe ocorrerá que não tenha alguma referência com essa situação. Sua resistência contra a reprodução do material reprimido será agora expressa de duas maneiras. Em primeiro lugar, será revelada por objeções críticas; e foi para lidar com tais objeções que a regra fundamental da psicanálise foi inventada. Mas se o paciente observar essa regra e assim superar suas reservas, a resistência encontrará outro meio de expressão. Tal regra a disporá de tal forma que o próprio material reprimido jamais ocorrerá ao paciente, mas somente algo que se aproxima dele de maneira alusiva; e quanto maior a resistência, mais remota da idéia real, da qual o analista se acha à procura, estará a associação substitutiva que o paciente tem de informar. O analista, que escuta serenamente, mas sem qualquer esforço constrangido, à torrente de associações e que, pela sua experiência, possui uma idéia geral do que esperar, pode fazer uso do material trazido à luz pelo paciente de acordo com duas possibilidades. Se a resistência for leve, ele será capaz, pelas alusões do paciente, de inferir o próprio material inconsciente; se a resistência for mais forte, ele será capaz de reconhecer seu caráter a partir das associações, quando parecerem tornar-se mais remotas do tópico em mão, e o explicará ao paciente. A descoberta da resistência, contudo constitui o primeiro passo no sentido de superá-la. Assim, o trabalho de análise implica uma arte de interpretação, cujo manuseio bem-sucedido pode exigir tato e prática, mas que não é difícil de adquirir. Mas não é apenas na poupança de trabalho que o método de associação livre possui vantagem sobre o anterior. Ele expõe o paciente à menor dose possível de compulsão, jamais permitindo que se perca contato com a situação corrente real, e garante em grande medida que nenhum fator da estrutura da neurose seja desprezado e que nada seja introduzido nela pelas expectativas do analista. Deixa-se ao paciente, em todos os pontos essenciais, que determine o curso da análise e o arranjo do material; qualquer manuseio sistemático de sintomas ou complexos específicos torna-se desse modo impossível. Em completo contraste com o que aconteceu com o hipnotismo e com o método de iniciação, o material inter-relacionado aparece em diferentes tempos e em pontos diferentes no tratamento. Portanto, para um espectador - embora de fato não deva haver nenhum - um tratamento analítico pareceria inteiramente obscuro.

Outra vantagem do método é que jamais precisa ser decomposto. Deve, teoricamente, sempre ser possível ter uma associação, contanto que não se estabeleçam quaisquer condições quanto ao seu caráter. Contudo, há um único caso no qual de fato ocorre essa divisão com absoluta regularidade; por sua própria natureza *sui generis*, contudo, esse caso também pode ser interpretado.

Chego agora à descrição de um fator que acrescenta uma feição essencial ao meu quadro de análise, e que pode reivindicar, tanto técnica quanto teoricamente, ser considerado como de importância primacial. Em todo tratamento analítico surge, sem interferência do médico, uma intensa relação emocional entre o paciente e o analista, que não deve ser explicada pela situação real. Pode ser de caráter positivo ou negativo, e pode variar entre os extremos de um amor apaixonado, inteiramente sensual, e a expressão infrene de desafio e ódio exacerbados. Essa transferência - para designá-la pelo seu nome abreviado - logo substitui na mente do paciente o desejo de ser curado, e, enquanto for afeição e moderada, torna-se o agente da influência do médico e nem mais nem menos do que a mola mestra do trabalho conjunto de análise. Posteriormente, quando se tiver tornado arrebatada ou tiver sido convertida em hostilidade, torna-se o principal instrumento da resistência. Poderá então acontecer que paralise os poderes de associação do paciente e ponha em perigo o êxito do tratamento. Contudo, seria insensato fugir à mesma, pois uma análise sem transferência é uma impossibilidade. Não se deve supor, todavia, que a transferência seja criada pela análise e não ocorra independente dela. A transferência é meramente descoberta e isolada pela análise. Ela é um fenômeno universal da mente humana, decide o êxito de toda influência médica, e de fato domina o todo das relações de cada pessoa com seu ambiente humano. Podemos facilmente reconhecê-la como o mesmo fator dinâmico que os hipnotistas donominaram de 'sugestionabilidade', que é o agente do *rapport* hipnótico e cujo comportamento imprevisível levou também a dificuldades com o método catártico. Quando não existe nenhuma inclinação para uma transferência de emoção tal como esta, ou quando se torna completamente negativa, como acontece na demência precoce ou na paranóia, então também não há qualquer possibilidade de influenciar o paciente por meios psicológicos.

É perfeitamente verdade que a psicanálise, como outros métodos psicoterapêuticos, emprega o instrumento da sugestão (ou transferência). Mas a diferença é esta: na análise não é permitido desempenhar o papel decisivo na determinação dos resultados terapêuticos. Utiliza-se, ao contrário, induzir o paciente a realizar um trabalho psíquico - a superação de suas resistências à transferência - que implica uma alteração permanente em sua economia mental. A transferência é tornada consciente para o paciente pelo analista, e é resolvida convencendo-o de que em sua atitude de transferência ele está reexperimentando relações emocionais que tiveram sua origem em suas primeiras ligações de objeto, durante o período reprimido de sua infância. Dessa forma, a transferência é transformada de arma mais forte da resistência em melhor instrumento do tratamento analítico. Não obstante, seu manuseio continua sendo o mais difícil, bem como a parte mais importante da técnica de análise.

Com a ajuda do método de associação livre e da arte correlata de interpretação, a psicanálise conseguiu alcançar uma coisa que parecia não ser de importância prática alguma, mas que de fato conduziu necessariamente a uma atitude totalmente nova e a uma nova escala de valores no pensamento científico. Tornou-se possível provar que os sonhos têm um significado, e descobri-lo. Na Antigüidade clássica dava-se grande importância aos sonhos, como forma de prever o futuro; mas a ciência moderna nada quis com eles, passando-os à superstição, declarando-os processos puramente somáticos - uma espécie de crispação de uma mente que de outra forma está adormecida. Afigurava-se inteiramente inconcebível que qualquer um que houvesse realizado um trabalho científico sério pudesse aparecer como um 'intérprete de sonhos'. Mas desprezando a excomunhão lançada contra os sonhos, tratando-os como sintomas neuróticos inexplicados, como idéias delirantes ou obsessivas, descurando de seu conteúdo aparente, e fazendo de suas imagens componentes isoladas temas para associação livre, a psicanálise chegou a uma conclusão diferente. As numerosas associações produzidas por aquele que sonhava levaram à descoberta de uma estrutura de pensamentos que não pode mais ser descrita como absurda ou confusa, que se classificava como um produto psíquico inteiramente válido, e do qual o sonho manifesto não passava de uma tradução distorcida, abreviada e mal compreendida, e na sua maior parte uma tradução em imagens. Esses pensamentos oníricos latentes encerravam o significado do sonho, enquanto seu conteúdo manifesto era simplesmente um simulacro, uma fachada, que poderia servir como ponto de partida para as associações, mas não para a interpretação.

Surgiu uma série de perguntas a serem respondidas, sendo a mais importante delas sobre se a formação de sonhos tinha um motivo, em que condições se verificava, por quais métodos os pensamentos oníricos (que são invariavelmente plenos de sentido) se tornavam convertidos no sonho (que amiúde é destituído de sentido), e outras além disto. Tentei solucionar todos esses problemas em A Interpretação de Sonhos, que publiquei no ano de 1900. Só posso encontrar espaço aqui para o resumo mais breve de minha pesquisa. Quando os pensamentos oníricos latentes que são revelados pela análise de um sonho são examinados, verifica-se que um deles se destaca dentre os demais que são inteligíveis e bem conhecidos daquele que sonha. Esses últimos pensamentos são resíduos da vida de vigília (os resíduos diurnos, como são intitulados tecnicamente); mas verifica-se que o pensamento isolado é um impulso de desejo, muitas vezes de natureza repelente, que é estranho à vida de vigília daquele que sonha, sendo, em consequência, repudiado por ele com surpresa ou indignação. Esse impulso é o construtor real do sonho: proporciona a energia para sua produção e faz uso dos resíduos diurnos como material. O sonho que assim se origina representa uma situação para o impulso, é a realização do seu desejo. Não seria possível a esse processo verificar-se sem ser favorecido pela presença de algo da natureza de um estado de sono. A condição mental necessária de sono é a concentração do ego sobre o desejo de dormir e a retirada da energia psíquica de todos os interesses da vida. Visto que ao mesmo tempo todas as trilhas de aproximação à mortalidade se acham bloqueadas, o ego é também capaz de reduzir o dispêndio [de energia] pelo qual em outras ocasiões mantém as repressões. O impulso inconsciente faz uso desse relaxamento noturno da repressão a fim de

abrir seu caminho até a consciência com o sonho. A resistência repressiva do ego, contudo, não é abolida no sono, mas apenas reduzida. Parte dela permanece sob a forma de uma censura de sonhos e proíbe o impulso inconsciente de expressar-se nas formas que apropriadamente assumiria. Em consequência da severidade da censura de sonhos, os pensamentos oníricos latentes são obrigados a se submeter a serem alterados e amaciados a fim de tornarem o significado proibido do sonho irreconhecível. Esta é a explicação da distorção do sonho, que dá conta das características mais surpreendentes do sonho manifesto. Estamos, portanto, justificados em afirmar que um sonho é a realização (disfarçada) de um desejo (reprimido). Ver-se-á agora que os sonhos são interpretados como um sintoma neurótico: são conciliações entre as exigências de um impulso reprimido e a resistência de uma força censora no ego. Visto terem uma origem semelhante, são igualmente ininteligíveis e têm igual necessidade de interpretação.

Não há qualquer dificuldade para descobrir a função geral do sonhar. Ela serve à finalidade de desviar, por uma espécie de ação calmante, os estímulos externos ou internos que tenderiam a despertar aquele que sonha, e assim de assegurar o sono contra interrupções. Os estímulos externos são desviados, recebendo uma nova interpretação e sendo entretecidos em alguma situação inócua; os estímulos internos, causados por exigências instintuais, recebem liberdade de atuação por aquele que dorme, sendo-lhes permitido encontrar satisfação na formação de sonhos, enquanto os pensamentos oníricos latentes submetem-se ao controle da censura. Mas se ameaçam irromper em liberdade e se o significado do sonho se torna por demais claro, o que sonha interrompe o sonho e desperta assustado. (Os sonhos dessa natureza são conhecidos como sonhos de ansiedade.) Uma falha semelhante na função do sonhar ocorre se um estímulo externo tornar-se demasiado forte para ser desviado. (Esta é a classe dos sonhos do despertar.) Dei a designação de elaboração onírica ao processo que, com a cooperação da censura, transforma os pensamentos latentes no conteúdo manifesto do sonho. Ele consiste em uma maneira peculiar de tratar o material pré-consciente do pensamento, de modo que suas partes componentes se tornam condensadas, sua ênfase psíquica torna-se deslocada, e o seu todo é traduzido em imagens visuais ou dramatizadas, e completado por uma elaboração secundária. A elaboração onírica constitui excelente exemplo dos processos que ocorrem nas camadas mais profundas e inconscientes da mente, que diferem consideravelmente dos processos normais familiares do pensamento. Exibe também grande número de características arcaicas, tais como o uso de um simbolismo (nesse caso de natureza predominantemente sexual), o qual desde então tem sido possível descobrir em outras esferas da atividade mental.

Explicamos que o impulso instintual inconsciente do sonho liga-se a um resíduo diurno, com certo interesse da vida de vigília que não foi eliminado; ele dá assim ao sonho que constrói duplo valor para o trabalho de análise, pois por um lado um sonho que foi analisado revela-se como a realização de um desejo reprimido, mas por outro pode ser a continuação de alguma atividade pré-consciente do dia anterior, e poderá conter todas as espécies de assuntos e dar expressão a uma intenção, a uma advertência, a uma reflexão, ou mais uma

vez à realização de um desejo. A análise explora o sonho em ambas as direções, como meio de obter conhecimento tanto do consciente do paciente quanto de seus processos inconscientes. Ela também se beneficia do fato de que os sonhos têm acesso ao material esquecido da infância e assim acontece que a amnésia infantil é, na sua maior parte, superada em relação com a interpretação de sonhos. Nesse sentido, os sonhos realizam uma parte do que era anteriormente tarefa do hipnotismo. Por outro lado, jamais sustentei a afirmação, tantas vezes a mim atribuída, de que a interpretação de sonhos revela que todos os sonhos têm um conteúdo sexual ou provêm de forças motoras sexuais. É fácil ver que a fome, a sede ou a necessidade de excretar podem produzir sonhos de satisfação tão bem quanto qualquer impulso sexual ou egoísta reprimido. O caso de criancinhas nos proporciona um teste convincente da validade da nossa teoria dos sonhos. Nelas os vários sistemas psíquicos ainda não se acham acentuadamente divididos e as repressões ainda não se tornaram profundas, de modo que amiúde nos deparamos com sonhos que nada mais são do que realizações indisfarçadas de impulsos impregnados de desejos que sobraram da vida de vigília. Sob a influência de necessidades imperativas, os adultos podem também produzir sonhos desse tipo infantil. Da mesma forma que a psicanálise faz uso da interpretação de sonhos, também se beneficia do estudo de numerosos pequenos deslizos e erros que as pessoas cometem - ações sintomáticas, como são denominadas. Pesquisei esse assunto em uma série de artigos que foram publicados pela primeira vez sob a forma de livro com o título de *The Psychopathology of Every Day Life* [Freud, 1901b]. Nessa obra amplamente difundida, ressaltai que esses fenômenos não são acidentais, que exigem mais do que explicações fisiológicas, que têm um significado e podem ser interpretados, e que há justificativas para inferir-se deles a presença de impulsos e intenções reprimidos ou reprimidos. Mas o que constitui a enorme importância da interpretação de sonhos, bem como desse segundo estudo, não é a assistência que dão ao trabalho de análise, mas um outro de seus atributos. Previamente, a psicanálise se interessara apenas em solucionar manifestações patológicas e, a fim de explicá-las, tinha muitas vezes sido impelida a fazer suposições cujo caráter abrangente era inteiramente desproporcional para a importância do material real em consideração. Quando, no entanto, se tratava de sonhos, não estava mais lidando com sintoma patológico, mas com uma manifestação da vida mental normal que poderia ocorrer em qualquer pessoa sã. Se os sonhos viessem a ser interpretados como sintomas, se sua explicação exigisse as mesmas suposições - a repressão de impulsos, formação substitutiva, formação de conciliação, a divisão do consciente e do inconsciente em vários sistemas psíquicos - , então a psicanálise não seria mais uma ciência auxiliar no campo da psicopatologia, mas antes o ponto de partida de uma ciência nova e mais profunda da mente, que seria igualmente indispensável para a compreensão do normal. Seus postulados e achados poderiam ser levados a outras regiões da ocorrência mental; estava aberto para ela um caminho que conduzia muito longe, até as esferas do interesse universal.

V

Devo interromper meu relato do crescimento interno da psicanálise e voltar-me para sua

história externa. O que descrevi até agora sobre suas descobertas relacionou-se em sua maior parte com os resultados de meu próprio trabalho, mas também preenchi minha história com material proveniente de datas ulteriores e não estabeleci distinção entre minhas próprias contribuições e as de meus alunos e seguidores.

Por mais de dez anos após meu afastamento de Breuer, não tive seguidores. Fiquei completamente isolado. Em Viena, fui evitado; no exterior, ninguém me deu atenção. Minha *Interpretação de Sonhos*, vinda a lume em 1900, mal foi objeto de críticas nas publicações técnicas. Em meu artigo ‘A História do Movimento Psicanalítico’ [1914d], mencionei como exemplo da atitude adotada por círculos psiquiátricos de Viena uma conversa com um assistente na clínica [na qual eu fazia palestras], que escrevera um livro sobre minhas teorias, mas que nunca havia lido minha *Interpretação de Sonhos*. Haviam-lhe dito na clínica que não valia a pena. O homem em questão, que depois veio a ser professor, chegou ao ponto de repudiar meu relato da conversa e de lançar dúvidas em geral sobre a exatidão de minha memória. Só posso dizer que sustento todas as palavras do relato que então fiz.

Logo que percebi a natureza inevitável daquilo com que me defrontara, minha sensibilidade diminuiu grandemente. Além disso, meu isolamento gradativamente chegou ao fim. Para começar, um pequeno círculo de alunos reuniu-se em torno de mim em Viena; e então, depois de 1906, chegou a notícia de que os psiquiatras de Zurique, E. Bleuler seu assistente C. G. Jung e outros, estavam adquirindo vivo interesse pela psicanálise. Entramos em contato pessoal, e na Páscoa de 1908 os amigos da nascente ciência reuniram-se em Salzburg, concordaram com a realização regular de outros congressos informais semelhantes e adotaram providências para a publicação de um órgão que foi organizado por Jung e que recebeu o título de *Jahrbuch für psychoanalytische und psychopathologische Forschungen* [Anuário de Pesquisas Psicanalíticas e Psicopatológicas]. Veio a lume sob a minha direção e a de Bleuler, deixando de ser publicado no início da [primeira] guerra mundial. Ao mesmo tempo que os psiquiatras suíços ingressavam no movimento, o interesse pela psicanálise começou também a ser despertado em toda a Alemanha, tornando-se tema de grande número de comentários escritos e de vivos debates em congressos científicos. Mas sua acolhida em parte alguma foi amistosa ou mesmo benevolentemente neutra. Após travar o mais leve conhecimento com a psicanálise, a ciência alemã estava coesa para rejeitá-la.

Mesmo hoje, é-me naturalmente impossível prever o julgamento final da posteridade sobre o valor da psicanálise para a psiquiatria, a psicologia e as ciências mentais em geral. Mas imagino que, quando a história da fase em que vivemos vier a ser escrita, a ciência alemã não terá motivo para orgulhar-se daqueles que a representaram. Não estou pensando no fato de que rejeitaram a psicanálise ou na forma incisiva como o fizeram; ambas essas coisas eram facilmente inteligíveis, eram de se esperar e, de qualquer maneira, não lançaram descrédito algum sobre o caráter dos adversários da análise. Mas pelo grau de arrogância que demonstraram, pelo seu desprezo sem consciência da lógica e pela aspereza e falta de gosto dos seus ataques, não poderia haver desculpa alguma. Poder-se-á dizer que é

infantilidade de minha parte dar livre curso a tais sentimentos, depois de transcorridos quinze anos, nem o faria, a menos que tivesse algo mais a acrescentar. Anos depois, durante a grande guerra, quando uma coorte de inimigos fazia contra a nação alemã a acusação de barbarismo, acusação que resume tudo o que escrevi acima, ela não obstante feriu profundamente, de modo a sentir que minha própria experiência não me permitiria contradizê-la.

Um dos meus antagonistas vangloriava-se de silenciar seus pacientes logo que começavam a falar sobre qualquer coisa de natureza sexual, e evidentemente pensava que essa técnica lhe dava o direito de julgar o papel desempenhado pela sexualidade na etiologia das neuroses. Fora as resistências emocionais, tão facilmente explicáveis pela teoria psicanalítica que era impossível ter sido conduzido erroneamente por elas, parecia-me que o principal obstáculo estava no fato de que meus adversários consideravam a psicanálise como um produto da minha imaginação especulativa, e não estavam dispostos a crer no trabalho longo, paciente e imparcial que fora dedicado à sua elaboração. Visto que na opinião deles a análise nada tinha a ver com a observação ou a experiência, acreditavam que eles próprios estavam justificados em rejeitarem-na sem experiência. Outros ainda, que não se sentiam tão fortemente convencidos disso, repetiam em sua resistência a manobra clássica de não olhar pelo microscópio a fim de evitar ver o que haviam negado. É notável, realmente, quão incorretamente as pessoas agem quando são obrigadas a formar um julgamento próprio sobre algum novo assunto. Durante anos foi-me dito por críticos ‘benevolentes’ - e ainda hoje ouço a mesma coisa - que a psicanálise está certa até tal e tal ponto, mas que aí ela começa a exagerar e a generalizar sem justificativa. E sei que, embora nada seja mais difícil do que decidir onde tal ponto se encontra, esses críticos, algumas semanas ou alguns dias antes, ignoravam inteiramente o assunto.

O resultado da anátema oficial contra a psicanálise foi que os analistas começaram a ficar mais coesos. No segundo congresso, realizado em Nuremberg em 1910, constituíram-se, por proposta de Ferenczi, em uma ‘Associação Psicanalítica Internacional’, dividida em grande número de sociedades locais, mas com um presidente comum. A associação sobreviveu à primeira guerra mundial e ainda existe, consistindo hoje em sociedades ramificadas na Áustria, Alemanha, Hungria, Suíça, Grã-Bretanha, Holanda, Rússia e Índia, bem como duas nos Estados Unidos. Providenciei no sentido de que C. G. Jung fosse nomeado primeiro presidente, o que depois veio a ser uma medida muito infeliz. Ao mesmo tempo, foi iniciado um segundo periódico dedicado à psicanálise, o *Zentralblatt für Psychoanalyse* [Periódico Central de Psicanálise], organizado por Adler e Stekel, e pouco depois um terceiro, *Imago*, organizado por dois analistas não médicos, H. Sachs e O. Rank, e destinado a tratar da aplicação da psicanálise às ciências mentais. Logo depois Bleuler [1910] publicou um artigo em defesa da psicanálise. Embora fosse um alívio encontrar dessa vez honestidade e lógica direta tomando parte na pendência, não pude sentir-me inteiramente satisfeito com o ensaio de Bleuler. Ele procurava com demasiada ansiedade uma aparência de imparcialidade; nem constitui uma questão de acaso ser a ele que nossa ciência deve o valioso conceito de

ambivalência. Em artigos ulteriores, Bleuler adotou tal atitude crítica em relação à estrutura teórica da análise e rejeitou ou lançou dúvidas sobre tais pontos essenciais dela, que eu não podia deixar de perguntar a mim próprio com assombro o que poderia restar para ele admirar. Contudo, não somente externou ele subseqüentemente os fortes apelos em favor da ('psicologia profunda', como baseou nela seu estudo abrangente de esquizofrenia [Bleuler, 1911]. Não obstante, Bleuler não continuou por muito tempo membro da Associação Psicanalítica Internacional, exonerando-se da mesma como resultado de desentendimento com Jung, e perdeu-se o Burghölzli para a análise.

A desaprovação oficial não pôde prejudicar a divulgação da psicanálise nem na Alemanha nem em outros países. Em outra parte [1914d] acompanhei as fases de seu crescimento e dei os nomes daqueles que foram seus primeiros representantes. Em 1909, G. Stanley Hall convidou Jung e a mim para irmos aos Estados Unidos visitar a Clark University, Worcester, Mass., da qual era ele presidente, e passar uma semana pronunciando conferências (em alemão) nas comemorações do vigésimo aniversário de fundação daquela entidade. Hall era, com justiça, estimado como psicólogo e educador, e introduzira a psicanálise em seus cursos vários anos antes; havia um certo quê de 'fazedor de reis' em relação a ele, um prazer em erigir autoridades e depois depô-las. Conhecemos também ali James J. Putnam o neurologista de Harvard, que apesar de sua idade era partidário entusiasta da psicanálise e que lançou todo o peso de uma personalidade que era universalmente respeitada em defesa do valor cultural da análise e da pureza de suas finalidades. Era um homem estimável, no qual, como reação contra uma predisposição à neurose obsessiva, predominava uma tendenciosidade ética, e a única coisa inquietante nele era sua inclinação para vincular a psicanálise a um sistema filosófico particular a para fazer dela serva de objetivos morais. Outro fato dessa época que me causou impressão duradoura foi um encontro com William James, o filósofo. Jamais me esquecerei de uma pequena cena que ocorreu quando passeávamos juntos. Ele parou de repente, entregou-me uma bolsa que carregava e pediu-me que continuasse a caminhar, dizendo que me alcançaria logo que se recuperasse de um acesso de angina do peito que estava justamente surgindo. Morreu dessa doença um ano depois, e sempre desejei que me mostrasse tão destemido quanto ele em face da morte que se aproximava.

Naquela época eu contava apenas cinquenta e três anos de idade. Sentia-me jovem e saudável, e minha curta visita ao novo mundo encorajava meu auto-respeito em todos os sentidos. Na Europa eu me sentia como um proscrito, mas ali me via acolhido pelos melhores como um igual. Quando subi ao estrado em Worcester para pronunciar minhas Cinco Lições de Psicanálise [1910a], isto pareceu a concretização de um incrível devaneio: a psicanálise não era mais um produto de delírio, tornara-se uma parte valiosa da realidade. Ela não perdeu terreno nos Estados Unidos desde a nossa visita, é extremamente popular entre o público leigo e reconhecida por grande número de psiquiatras oficiais como importante elemento nos estudos médicos. Infelizmente, contudo, muito sofreu por ter sido diluída. Além disso, muitos desmandos que não têm relação alguma com ela encontram

guarida sob seu nome, havendo poucas oportunidades de qualquer formação completa na técnica ou na teoria. Também nos Estados Unidos ela entrou em conflito com o behaviorismo, uma teoria que é suficientemente ingênua para vangloriar-se de haver tornado todo o problema da psicologia inteiramente improcedente.

Na Europa, durante os anos de 1911-13, ocorreram dois movimentos secessionistas da psicanálise, conduzidos por homens que haviam previamente desempenhado considerável papel na nova ciência, Alfred Adler e C. G. Jung. Ambos os movimentos pareceram altamente ameaçadores e rapidamente obtiveram grande número de adeptos, contudo, sua força estava não em seu próprio conteúdo, mas na atenção que ofereciam de estar libertados do que se julgava como os achados repelentes da psicanálise, muito embora seu material real não fosse mais rejeitado. Jung tentou dar aos fatos da análise uma nova interpretação de natureza abstrata, impessoal e não histórica, e assim esperava escapar da necessidade de reconhecer a importância da sexualidade infantil e do complexo edipiano bem como da necessidade de qualquer análise da infância. Adler parecia afastar-se ainda mais da psicanálise; repudiou inteiramente a importância da sexualidade, remeteu a formação tanto do caráter quanto das neuroses unicamente ao desejo dos homens pelo poder e à necessidade de compensarem suas inferioridades constitucionais, lançou todas as descobertas psicológicas aos ventos. Mas o que ele rejeitara forçou sua volta ao seu sistema fechado sob outras designações; o 'protesto masculino' dele não passa da repressão injustificavelmente sexualizada. A crítica com que os dois heréticos se defrontaram foi branda; eu apenas insisti que tanto Adler como Jung deixassem de descrever suas teorias como 'psicanálise'. Após um espaço de dez anos pode-se afirmar que ambas as tentativas contra a psicanálise foram desfeitas sem provocar qualquer dano.

Se uma comunidade basear-se no consenso sobre alguns pontos cardeais, é evidente que as pessoas que abandonaram esse terreno comum deixarão de pertencer ao mesmo. Contudo, a secessão de antigos discípulos muitas vezes tem sido trazida à baila contra mim como sinal de minha intolerância, ou tem sido considerada como prova de certa fatalidade especial que paira sobre mim. Constitui resposta suficiente ressaltar que em contraste com aqueles que me abandonaram, como Jung, Adler, Stekel e alguns outros, existe grande número de pessoas, como Abraham, Eitingon, Ferenczi, Rank, Jones, Brill, Sachs, Pfister, Van Emden, Reik e outros, que trabalham comigo há uns quinze anos em leal colaboração e, em sua maior parte, numa amizade sem desfalecimentos. Mencionei apenas os mais antigos dos meus discípulos, que já se projetaram por si mesmos na literatura da psicanálise; se omiti outros, isto não deve ser considerado como um descuido, e na realidade entre aqueles que são jovens e que se associaram a mim ultimamente encontram-se talentos nos quais se podem depositar grandes esperanças. Mas penso que posso afirmar em minha defesa que um homem intolerante, dominado por uma crença arrogante em sua própria infalibilidade, jamais teria sido capaz de conservar seu domínio sobre um número tão vasto de pessoas intelectualmente eminentes, mormente se tivesse a seu dispor tão poucas atrações práticas quanto eu possuía.

A guerra mundial, que dissolveu tantas outras organizações, nada pôde fazer contra a nossa ‘Internacional’. A primeira reunião após o conflito realizou-se em 1920, em Haia, em terreno neutro. Era comovedor ver quão hospitaleiramente os holandeses davam as boas-vindas aos súditos famintos e empobrecidos dos Estados europeus; e creio que esta foi a primeira ocasião, em um mundo arruinado, que ingleses e alemães se sentaram à mesma mesa para o debate amigável de interesses científicos. Tanto na Alemanha como nos países da Europa ocidental a guerra havia, na realidade, provocado interesse pela psicanálise. A observação das neuroses de guerra havia finalmente aberto os olhos da profissão médica para a importância da psicogênese em perturbações neuróticas, e algumas das nossas perturbações psicológicas, tais como o ‘ganho proveniente da doença’ e a ‘fuga para a doença’, rapidamente se tornaram populares. O último congresso antes do colapso alemão, realizado em Budapeste em 1918, contou com representantes oficiais dos governos aliados das potências europeias centrais, havendo concordado com a criação de centros psicanalíticos para o tratamento de neuroses de guerra. Mas esse ponto jamais foi alcançado. De maneira semelhante, também os planos abrangentes elaborados por um dos nossos principais membros, o Dr. Anton Von Freund para o estabelecimento, em Budapeste, de um centro para estudo analítico e tratamento malograram, como resultado das convulsões políticas que se seguiram logo depois, e da morte prematura do seu autor insubstituível. Em data ulterior algumas de suas idéias foram postas em execução por Max Eitingon, que em 1920 fundou uma clínica psicanalítica em Berlim. Durante o breve período do domínio bolchevique na Hungria, Ferenczi ainda foi capaz de levar a cabo um curso bem-sucedido de estudos como representante oficial da psicanálise na Universidade de Budapeste. Após a guerra nossos adversários tiveram o prazer de anunciar que os fatos haviam produzido um argumento conclusivo contra a validade das teses de análise. As neuroses de guerra, disseram eles, haviam provado que os fatores sexuais eram desnecessários à etiologia de distúrbios neuróticos. Mas seu triunfo foi frívolo e prematuro, pois, por um lado, ninguém tinha sido capaz de efetuar uma análise completa de um caso de neurose de guerra, de modo que, de fato, não se conhecia ao certo absolutamente nada quanto à motivação deles e nenhuma conclusão podia ser inferida dessa incerteza: ao passo que, por outro lado, a psicanálise de há muito havia chegado ao conceito do narcisismo e das neuroses narcísicas, nas quais a libido do paciente está vinculada ao seu próprio ego, em vez de vinculada a um objeto. Portanto, embora em outras ocasiões se tivesse feito a acusação contra a psicanálise de haver ela efetuado uma ampliação injustificável do conceito de sexualidade, esse crime, quando se tornou conveniente para fins controvertidos, foi esquecido e ficamos mais uma vez presos ao significado mais estreito do termo.

Se se deixar de lado o período catártico preliminar, a história da psicanálise enquadra-se, do meu ponto de vista, em duas fases. Na primeira dessas fiquei sozinho e tive de fazer eu mesmo todo trabalho: isso ocorreu de 1895-6 até 1906 ou 1907. Na segunda fase, que durou desde então até o presente momento, quando uma grave doença me adverte do fim que se aproxima, posso pensar com espírito tranquilo na cessação de meus próprios labores. Por esse mesmo motivo, contudo, é-me impossível neste Estudo Autobiográfico tratar tão

plenamente do progresso da psicanálise durante a segunda fase como o fiz com sua gradativa ascensão durante a primeira, que dizia respeito apenas à minha própria atividade. Julgo que devo apenas ter a justificativa de mencionar aqui essas novas descobertas nas quais ainda desempenhei um papel proeminente, em particular, portanto, aquelas feitas na esfera do narcisismo, da teoria dos instintos, e da aplicação da psicanálise às psicoses.

Devo começar dizendo que a crescente experiência revelava cada vez mais claramente que o complexo edipiano era o núcleo da neurose. Era ao mesmo tempo o clímax da vida sexual infantil e o ponto de junção do qual todos os seus desenvolvimentos ulteriores provieram. Mas em caso afirmativo, não era mais possível esperar que a análise descobrisse um fator que era específico na etiologia das neuroses. Deve ser verdade, como Jung expressou tão bem nos primeiros dias em que ainda era analista, que as neuroses não possuem conteúdo peculiar algum que pertença exclusivamente a elas, mas que os neuróticos sucumbem às mesmas dificuldades que são superadas com êxito por pessoas normais. Essa descoberta estava muito longe de ser um desapontamento. Estava em completa harmonia com outra: que a psicologia profunda revelada pela psicanálise era de fato a psicologia da mente normal. Nosso caminho tinha sido como o da química: as grandes diferenças qualitativas entre substâncias eram remetidas a variações quantitativas nas proporções em que os mesmos elementos eram combinados.

No complexo edipiano viu-se que a libido estava ligada à imagem das figuras dos pais. Antes, porém, houve um período no qual não havia tais objetos. Seguiu-se a partir desse fato o conceito (de fundamental importância para a teoria da libido) de um estado no qual a libido do indivíduo preenchia seu próprio ego e tinha este por seu objeto. Esse estado poderia ser denominado de narcisismo ou amor próprio. A reflexão de um momento demonstrava que esse estado nunca cessa completamente. Durante toda a vida do objeto seu ego permanece como o grande reservatório de sua libido, do qual as catexias objetais são transmitidas e no qual a libido pode refluir novamente a partir dos objetos. Assim, a libido narcísica está sendo constantemente transformada em libido objetal, e vice-versa. Um excelente exemplo da extensão até a qual essa transformação pode ir é proporcionado pelo estado de estar apaixonado, quer de uma maneira sexual, quer sublimada, que vai ao ponto de envolver um sacrifício do eu (self). Ao passo que até agora, ao considerar-se o processo de repressão, somente se dispensou atenção ao que foi reprimido, essas idéias tornaram possível formar uma estimativa correta das forças de repressão também. Fora dito que a repressão era posta em ação pelos instintos de autopreservação que atuam no ego (os 'instintos do ego') e que fazia com que ela se relacionasse com os instintos libidinais. Mas visto que os instintos de autopreservação foram então reconhecidos como também sendo de natureza libidinal, como sendo libido narcísica, o processo de repressão foi encarado como um processo que ocorre dentro da própria libido; a libido narcísica opunha-se à libido objetal, o interesse da autopreservação defendia-se contra as exigências do amor objetal, e portanto contra as exigências da sexualidade no sentido mais estreito também.

Não há necessidade mais premente na psicologia do que de uma teoria dos instintos firmemente alicerçada, sobre a qual talvez então fosse possível formular outros pontos. Contudo, nada disto existe, e a psicanálise é impelida a envidar esforços especulativos no sentido de tal teoria. Ela começou por traçar um contraste entre os instintos do ego (os instintos da autopreservação, a fome) e os instintos libidinais (o amor), mas depois o substituiu por um novo contraste entre a libido narcísica e a libido objetal. Isto claramente não foi a última palavra sobre o assunto; pareceu que considerações biológicas tornaram impossível continuar-se satisfeito com a existência de apenas uma única classe de instintos.

Nas obras de meus anos mais recentes (Além do Princípio do Prazer [1910g], Psicologia de Grupo e a Análise do Ego [1921c] e O Ego e o Id [1923b]), dei livre rédea à inclinação, que reprimi por tanto tempo, para a especulação, e também considerei uma nova solução do problema dos instintos. Combinei os instintos para a autopreservação e para a preservação da espécie sob o conceito de Eros e contrastei com ele um instinto de morte ou destruição que atua em silêncio. O instinto, em geral, é considerado como uma espécie de elasticidade das coisas vivas, um impulso no sentido da restauração que outrora existiu, mas que foi conduzida a um fim por alguma perturbação externa. Esse caráter essencialmente conservador dos instintos é exemplificado pelos fenômenos da compulsão de repetição. O quadro que a vida nos apresenta é o resultado da ação simultânea e mutuamente oposta de Eros e do instinto de morte.

Resta ver se essa interpretação virá a ser útil. Embora surgisse do desejo de fixar algumas idéias teóricas mais importantes da psicanálise, vai muito além da psicanálise. Já ouvi dizer várias vezes em tom de desprezo que é impossível aceitar seriamente uma ciência cujos conceitos mais gerais se ressentem de exatidão, como os da libido e do instinto na psicanálise. Mas essa censura repousa numa concepção totalmente errônea dos fatos. Conceitos básicos claros e definições vivamente traçadas somente são possíveis nas ciências mentais até o ponto em que as segundas procuram ajustar uma região de fatos no arcabouço de um sistema lógico. Nas ciências naturais, das quais a psicologia é uma delas, tais conceitos gerais nítidos são supérfluos e realidade impossíveis. A zoologia e a botânica não partiram de definições corretas e suficientes de um animal e de uma planta; até hoje a biologia foi incapaz de dar qualquer significado certo ao conceito da vida. A própria física, realmente, jamais teria feito qualquer progresso se tivesse tido de esperar até que os seus conceitos de matéria, força, gravitação, e assim por diante, houvessem alcançado o grau conveniente de clareza e precisão. As idéias básicas ou os conceitos mais gerais em qualquer das disciplinas da ciência sempre ficam determinados no início e somente são explicados, para começar, mediante referência ao domínio dos fenômenos de que se originaram; é somente por meio de uma análise progressiva do material de observação que podem ser tornados claros e podem encontrar um significado significativo e consistente. Sempre julguei grave injustiça que as pessoas se tenham recusado a tratar a psicanálise como qualquer outra ciência. Essa recusa encontrou expressão no levantamento das mais obstinadas objeções. A psicanálise era constantemente censurada pela sua falta de

completamento e insuficiência; embora seja claro que uma ciência baseada na observação não tem nenhuma outra alternativa senão elaborar seus achados de forma fragmentária e solucionar seus problemas passo a passo. Além disso, quando me esforcei por obter para a função sexual o reconhecimento que por tanto tempo fora negado a ela, a teoria psicanalítica foi tachada de ‘pansexualismo’. E quando dei ênfase à importância, até então desprezada, do papel desempenhado pelas impressões acidentais dos primeiros anos da juventude, foi-me dito que a psicanálise negava os fatores constitucionais e hereditários - coisa que jamais sonhei em fazer. Era um caso de contradição a qualquer preço e por quaisquer métodos.

Eu já fizera tentativas, em fases mais antigas do meu trabalho, para chegar a alguns pontos de vista mais gerais com base na observação psicanalítica. Em um curto ensaio, ‘Formulações sobre os Dois Princípios do Funcionamento Mental’ [1911b], chamei a atenção (e não havia, naturalmente, nada de original nisso) para o domínio do princípio de prazer-desprazer na vida mental e para o seu deslocamento pelo que é denominado de princípio de realidade. Posteriormente [em 1915] fiz uma tentativa para produzir uma ‘Metapsicologia’. Com isso eu queria dizer um método de abordagem de acordo com o qual todo processo mental é considerado em relação com três coordenadas, as quais eu descrevi como dinâmica, topográfica e econômica, respectivamente; e isso me pareceu representar a maior meta que a psicologia poderia alcançar. A tentativa não passou de uma obra incompleta; após escrever dois ou três artigos - ‘Os Instintos e suas Vicissitudes’ [1915c], ‘Repressão’ [1915d], ‘O Inconsciente’ [1915e], ‘Luto e Melancolia’ [1917e] etc. - fiz uma interrupção, talvez acertadamente, visto que o tempo para afirmações dessa espécie ainda não havia chegado. Em meus mais recentes trabalhos especulativos entreguei-me à tarefa de dissecar nosso aparelho mental, com base no ponto de vista analítico dos fatos patológicos, e o dividi em um ego, um id e um superego. O superego é o herdeiro do complexo edipiano e representa os padrões éticos da humanidade.

Não gostaria de dar a impressão de que durante esse último período de meu trabalho voltei as costas à observação de pacientes e me entreguei inteiramente à especulação. Ao contrário, sempre fiquei no mais íntimo contato com o material analítico e jamais deixei de trabalhar em pontos detalhados de importância clínica ou técnica. Mesmo quando me afastei da observação, evitei cuidadosamente qualquer contato com a filosofia propriamente dita. Essa evitação foi grandemente facilitada pela incapacidade constitucional. Sempre me mostrei receptivo às idéias de G. T. Fechner e segui esse pensador em muitos pontos importantes. O alto grau em que a psicanálise coincide com a filosofia de Schopenhauer - ele não somente afirma o domínio das emoções e a suprema importância da sexualidade, mas também estava até mesmo cênscio do mecanismo da repressão - não deve ser remetida à minha familiaridade com seus ensinamentos. Li Schopenhauer muito tarde em minha vida. Nietzsche, outro filósofo cujas conjecturas e intuições amiúde concordam, da forma mais surpreendente, com os laboriosos achados da psicanálise, por muito tempo foi evitado por mim, justamente por isso mesmo; eu estava menos preocupado com a questão da prioridade do que em manter minha mente desimpedida.

As neuroses foram o primeiro tema de análise e por muito tempo constituíram o único ponto. Nenhum analista podia duvidar que a clínica estava errada por isolar esses distúrbios das psicoses e por vinculá-los às doenças orgânicas nervosas. A teoria das neuroses pertence à psiquiatria, sendo necessária uma introdução a ela. Parecia, contudo, que o estudo analítico das psicoses é impraticável devido à sua falta de resultados terapêuticos. Os pacientes mentais, em geral, não têm a capacidade de formar uma transferência positiva, de modo que o principal instrumento da técnica analítica é inaplicável aos mesmos. A transferência amiúde não se acha tão inteiramente ausente, mas pode ser utilizada até certo ponto, havendo a análise alcançado inegáveis êxitos com depressões cíclicas, ligeiras modificações paranóides e esquizofrenias parciais. Pelo menos tem constituído benefício para a ciência o fato de que em muitos casos o diagnóstico possa oscilar por tempo bastante longo entre o assumir a presença de uma psicose ou de uma demência precoce, pois as tentativas terapêuticas iniciadas em tais casos resultaram em valiosas descobertas antes que tivessem de ser interrompidas. Mas a principal consideração nesse sentido é que muitas coisas que nas neuroses tiveram de ser buscadas nas profundidades são encontradas nas psicoses da superfície, visíveis a todos. Por esse motivo, os melhores temas para a demonstração de muitas asserções da análise são proporcionados pela clínica psiquiátrica. Assim, estava destinado a acontecer, dentro de pouco tempo, que a análise encontrasse seu caminho até os objetos da observação psiquiátrica. Muito cedo fui capaz (1896) de estabelecer em um caso de demência paranóide a presença dos mesmos fatores etiológicos e dos mesmos complexos emocionais que nas neuroses. Jung [1907] explicou alguns dos estereótipos mais enigmáticos em dementes pondo-os em relação com históricos das vidas de pacientes; Bleuler [1906] demonstrou a existência em várias psicoses de mecanismos como aqueles que a análise havia descoberto em neuróticos. Desde então os analistas jamais reduzem seus esforços no sentido de chegarem a uma compreensão das psicoses. Especialmente desde que se tornou possível trabalhar com o conceito de narcisismo, conseguiram, ora aqui, ora ali, ter uma visão além da barreira. O máximo, sem dúvida, foi alcançado por Abraham [1912] em sua elucidação das melancolias. É verdade que nesse campo todos os nossos conhecimentos ainda não se transformaram em poder terapêutico, mas a simples vitória teórica não deve ser desprezada, e podemos concentrar-nos em esperar pela sua aplicação prática. Em última análise, mesmo os psiquiatras não podem resistir à força convincente de seu próprio material clínico. No momento, a psiquiatria alemã vem passando por uma espécie de ‘penetração pacífica’ por pontos de vista analíticos. Embora declarem continuamente que jamais serão psicanalistas, que não pertencem à escola ‘ortodoxa’ nem concordam com seus exageros, e em particular que não crêem no predomínio do fator sexual, a maioria dos estudiosos mais jovens lança mão de uma peça ou outra da teoria analítica e a aplica a seu próprio modo ao material. Todos os indícios apontam para a proximidade de posteriores desenvolvimentos na mesma direção.

VI

Agora contemplo a distância as reações sintomáticas que estão acompanhando a

introdução da psicanálise na França, que por tanto tempo se mostrou refratária. Assemelha-se à reprodução de algo que já vivi antes, e contudo tem peculiaridades próprias. Objeções de incrível simplicidade são levantadas, como a de que a sensibilidade francesa é ofendida pelo pedantismo e crueza da terminologia psicanalítica. (Não se pode deixar de recordar o imortal Chevalier Riccaut de la Marlinière de Lessing.) Um outro comentário tem ressonância mais séria (um professor de psicologia da Sorbonne não a julgava abaixo dele): toda a forma de pensamento da psicanálise, assim declarou ele, é incompatível com o génie latin. Aqui os aliados anglo-saxões da França, que contam como partidários da análise, são explicitamente abandonados. Qualquer um, ouvindo a observação, suporia que a psicanálise tinha sido a filha predileta do génie teutonique e havia ficado apegada ao seu seio desde o momento do nascimento.

Na França o interesse pela psicanálise começou entre os homens de letras. A fim de compreender isso, deve-se ter em mente que, desde a época em que foi escrita *A Interpretação de Sonhos* a psicanálise deixou de ser um assunto puramente médico. Entre seu surgimento na Alemanha e na França está a história de suas numerosas aplicações a departamentos de literatura e estética, à história das religiões e à pré-história, à mitologia, ao folclore, à educação, e assim por diante. Nenhuma dessas coisas tem muito a ver com a medicina; de fato, é somente através da psicanálise que estão ligadas a ela. Não me cabe, portanto, entrar em grandes detalhes quanto a elas nestas páginas. Não posso, contudo, silenciar inteiramente sobre elas, pois, por um lado, são essenciais a uma apreciação correta da natureza e do valor da psicanálise, e, por outro, comprometi-me, afinal de contas, a fazer um relato da obra principal da minha vida. Os primórdios da maioria dessas aplicações da psicanálise serão encontrados em minhas obras. Aqui e ali segui um pouco a trilha a fim de gratificar meus interesses não médicos. Posteriormente, outros (não somente médicos, mas também especialistas nos vários campos) seguiram as minhas pegadas e penetraram a fundo nos diferentes temas. Mas visto que meu programa me limita a mencionar minha própria parcela nessas aplicações da psicanálise, posso apenas apresentar um quadro bem inadequado de sua extensão e importância.

Grande número de sugestões me ocorreu a partir do complexo de Édipo, cuja ubiqüidade gradativamente comecei a compreender. A escolha do poeta, ou sua invenção, de um assunto tão terrível parecia enigmática, assim como o efeito esmagador de seu tratamento dramático, e a natureza geral de tais tragédias do destino. Mas tudo isso se tornou inteligível quando se compreendeu que uma lei universal da vida mental havia sido captada aqui em todo seu significado emocional. O destino e o oráculo nada mais eram do que materializações de uma necessidade interna; e o fato de o herói pecar sem seu conhecimento e contra suas intenções era evidentemente uma depressão certa da natureza inconsciente de suas tendências criminosas. A partir da compreensão dessa tragédia do destino só restava um passo para compreender uma tragédia de caráter - Hamlet, objeto de admiração por trezentos anos, sem que seu significado tivesse sido descoberto ou os motivos de seu autor adivinhados. Mal poderia haver a possibilidade de que essa criação neurótica do poeta viesse a malograr,

como seus inúmeros companheiros da vida real, sobre o complexo de Édipo, pois Hamlet viu-se defrontado com a tarefa de tirar vingança de outro pelos dois feitos que são o tema dos desejos de Édipo; e diante daquela tarefa seu braço ficou paralisado pelo seu próprio obscuro sentimento de culpa. Shakespeare escreveu Hamlet logo após a morte do pai. As sugestões feitas por mim para a análise dessa tragédia foram plenamente elaboradas depois por Ernest Jones [1910]. E o mesmo exemplo foi posteriormente utilizado por Otto Rank como o ponto de partida para sua investigação da escolha de material feita por dramaturgos. Em seu grande volume sobre o tema do incesto (Rank, 1912) ele foi capaz de revelar como com tanta freqüência escritores têm tomado por assunto os temas de situação de Édipo e traçado, nas diferentes literaturas do mundo, a maneira pela qual o material tem sido transformado, modificado e suavizado.

Era tentador prosseguir dali uma tentativa de análise da criação poética e artística em geral. O domínio da imaginação logo foi visto como uma ‘reserva’ feita durante a penosa transição do princípio de prazer para o princípio de realidade a fim de proporcionar um substituto para as satisfações instintuais que tinham de ser abandonadas na vida real. O artista, como o neurótico, se afastara de uma realidade insatisfatória para esse mundo da imaginação; mas, diferentemente do neurótico, sabia encontrar o caminho de volta daquela e mais uma vez conseguir um firme apoio na realidade. Suas criações, obras de arte, eram as satisfações imaginárias de desejos inconscientes, da mesma forma que os sonhos; e, como estes, eram da natureza de conciliações, visto que também eram forçados a evitar qualquer conflito aberto com as forças de repressão. Mas diferiam dos produtos a-sociais, narcísicos do sonhar, na medida em que eram calculados para despertar interesse compreensivo em outras pessoas, e eram capazes de evocar e satisfazer aos mesmos impulsos inconscientes repletos de desejos também nelas. Além disso, faziam uso do prazer percentual da beleza formal como o que chamei de um ‘abono de incentivo’. O que a psicanálise era capaz de fazer era tomar das inter-relações entre as impressões da vida do artista, suas experiências fortuitas e suas obras, e a partir delas interpretar a constituição [mental] dele e os impulsos instintuais em ação nela - isto é, aquela parte dele que ele partilhava com todos os homens. Com esse objetivo em vista, por exemplo, fiz de Leonardo da Vinci o tema de um estudo [1910c], que se baseia numa única lembrança da infância relacionado por ele e que visou principalmente a explicar seu quadro de ‘Sant’Ana com a madona e o menino’. Desde então meus amigos e meus alunos têm empreendido numerosas análises de artistas e suas obras. Não parece que a fruição de uma obra de arte seja estragada pelo conhecimento auferido de tal análise. O leigo talvez possa esperar demais da análise nesse sentido, pois deve-se admitir que ela não lança luz alguma sobre os dois problemas que provavelmente mais lhe interessam. Ela nada pode fazer quanto à elucidação da natureza do dom artístico, nem pode explicar os meios pelos quais o artista trabalha - a técnica artística.

Fui capaz de demonstrar por um conto de W. Jensen intitulado Gradiva [1907a], o qual não possui qualquer mérito específico por si mesmo, que os sonhos inventados podem ser interpretados da mesma forma que os reais e que os mecanismos inconscientes familiares a

nós na ‘elaboração onírica’ são assim também atuantes nos processos dos escritos imaginativos. Meu livro sobre Jokes and their Relation to the Unconscious [1905c] foi um tema secundário proveniente diretamente de A Interpretação de Sonhos. O único amigo meu interessado naquela época em meu trabalho observou-me que minhas interpretações de sonhos muitas vezes o impressionavam como sendo chistes. A fim de lançar alguma luz sobre essa impressão, comecei a pesquisar chistes e verifiquei que sua essência estava nos métodos técnicos neles empregados, e que esses eram os mesmos que os meios utilizados na ‘elaboração onírica’ - isto é, condensação, deslocamento, a representação de uma coisa pelo seu oposto ou por algo pequeno, e assim por diante. Isso conduziu a uma indagação econômica de origem do alto grau de prazer obtido ao ouvir-se um chiste. E a isso a resposta foi que tal se devia à suspensão momentânea do dispêndio de energia na maturidade da repressão, devido à atração exercida pelo oferecimento de um abono de prazer (prazer preliminar).

Eu próprio atribuí um valor mais elevado a minhas contribuições à psicologia da religião, que começaram com o estabelecimento de marcante similitude entre as práticas religiosas ou ritual (1907b). Sem ainda compreender as ligações mais profundas, descrevi a neurose obsessiva como uma religião particular distorcida e a religião como uma espécie de neurose obsessiva universal. Posteriormente, em 1912, a indicação convincente de Jung das analogias de amplas conseqüências entre os produtos mentais dos neuróticos e dos povos primitivos levou-me a voltar minha atenção paraaquele assunto. Em quatro ensaios, enfeixados num livro com o título de Totem e tabu [1912-13], mostrei que o horror do incesto era ainda mais acentuado entre as raças primitivas do que entre as civilizadas e dera lugar a medidas muito especiais de defesa contra ele. Examinei as relações entre as proibições tabus (a forma mais antiga na qual as restrições morais fazem seu surgimento) e a ambivalência emocional, e descobri sob o esquema primitivo do universo conhecido como ‘animismo’ o princípio da superestimativa da importância da realidade psíquica - a crença ‘na onipotência dos pensamentos’ - que está na raiz da magia também. Desenvolvi a comparação com a neurose obsessiva em todos os pontos, e mostrei quantos dos postulados da vida mental primitiva ainda estão em vigor nessa notável doença. Antes de tudo, todavia, vi-me atraído pelo totemismo, o primeiro sistema de organização nas tribos primitivas, um sistema no qual os inícios da ordem social estão unidos com uma religião rudimentar e com o domínio implacável de um pequeno número de proibições tabus. O ser reverenciado é, em última análise, sempre um animal, do qual o clã também pode reivindicar ser descendente. Muito indícios apontavam para a conclusão de que toda raça, mesmo a mais altamente desenvolvida, havia outrora passado pela fase do totemismo.

As principais fontes literárias de meus estudos nesse campo foram as conhecidas obras de J. G. Frazer (Totemism and Exogamy e The Golden Bough), um filão de valiosos fatos e opiniões. Mas Frazer pouco realizou no sentido de elucidar os problemas do totemismo: ele várias vezes alterara fundamentalmente seus pontos de vista sobre o assunto, e os outros etnólogos e pré-historiadores parecem estar em igual incerteza e discordância. Meu ponto de

partida foi a impressionante correspondência entre as duas ordenações tabus do totemismo (não matar o totem e não ter relações sexuais com qualquer mulher do mesmo clã do totem) e os dois elementos do complexo de Édipo (livrar-se do pai e tomar a mãe como esposa). Vi-me, portanto, tentado a equacionar o animal-totem com o pai; e, de fato, os próprios povos primitivos fazem isso explicitamente honrando-o como o ancestral do clã. A seguir vieram em meu auxílio dois fatos da psicanálise, uma feliz observação de uma criança feita por Ferenczi [1929a], que me permitiu referir-me a um ‘retorno infantil do totemismo’, e a análise de fobias animais iniciais nas crianças, que tantas vezes revelaram que o animal era um substituto do pai, um substituto para o qual o medo ao pai, oriundo do complexo de Édipo, foradeslocado. Não me faltava muito para reconhecer o assassinato do pai como o núcleo do totemismo e o ponto de partida na formação da religião.

Esse elemento que faltava foi suprido quando me familiarizei com a obra de W. Robertson Smith, *The Religion of the Semites*. Seu autor (um homem de suma capacidade intelectual que era tanto médico como perito em pesquisas bíblicas) introduziu a chamada ‘refeição totem’ como parte essencial da religião totêmica. Uma vez por ano o animal totem, que em outras épocas era considerado como sagrado, era solenemente abatido na presença de todos os membros do clã, devorado e então objeto de lamentações. O pesar era seguido de um grande festival. Quando levei ainda mais em conta a conjectura de Darwin de que os homens originalmente viviam em hordas, cada um sob o domínio de um único macho poderoso, violento e ciumento, surgiu diante de mim, de todos esses componentes, a seguinte hipótese ou, melhor dizendo, visão. O pai da horda primitiva, visto que era um déspota absoluto, apoderara-se para si mesmo de todas as mulheres; seus filhos, sendo-lhe perigosos como rivais, tinham sido mortos ou afugentados. Um dia, contudo, os filhos se reuniram e se aliaram para dominar, matar e devorar o pai, que fora seu inimigo mas também seu ideal. Após o feito foram incapazes de assumir sua herança, visto que se atrapalhavam mutuamente. Sob a influência do fracasso e do remorso aprenderam a chegar a um acordo entre si; agruparam-se num clã de irmãos, mediante o auxílio dos ditames do totemismo, que visavam impedir a repetição de tal feito, e em conjunto passaram a abrir mão da posse das mulheres por cuja causa haviam matado o pai. Foram então impelidos a encontrar mulheres estranhas, sendo esta a origem da exogamia que se acha tão estreitamente vinculada ao totemismo. A refeição totem era festival que comemorava o temível feito que decorria do sentimento de culpa do homem (ou ‘pecado original’) e que foi começo, ao mesmo tempo, da organização social, da religião e de restrições éticas.

Ora, se supusermos que tal possibilidade foi um fato histórico ou não, ela traz a formação da religião para o círculo do complexo do pai e a baseia na ambivalência que domina esse complexo. Depois que o animal totem deixou de servir como substituto para ele, o pai primitivo, ao mesmo tempo temido e odiado, reverenciado e invejado, tornou-se o protótipo do próprio Deus. A rebeldia do filho e sua afeição pelo pai lutavam uma contra a outra através de uma constante sucessão de conciliações, que procuravam, por um lado, reparar o ato do parricídio e, por outro, consolidar as vantagens que ocasionara. Esse ponto de vista

da religião lança uma luz particularmente clara sobre a base psicológica do cristianismo, no qual, como sabemos, a cerimônia da refeição totem ainda sobrevive com apenas um pouco de distorção, sob a forma de comunhão. Gostaria explicitamente de mencionar que essa última observação não foi feita por mim, mas se encontra nas obras de Robertson Smith e Frazer.

Theodor Reik e G. Róheim, o etnólogo, seguiram a linha do raciocínio que desenvolvi em Totem e Tabu e, numa série de importantes trabalhos, ampliaram-na, aprofundaram-na ou corrigiram-na. Eu próprio voltei a ela mais de uma vez, no curso de minhas investigações do ‘sentimento de culpa inconsciente’ (que também desempenha papel muito importante entre os motivos do sofrimento neurótico) e em minhas tentativas para formar uma vinculação mais estreita entre a psicologia social e a psicologia do indivíduo. Além disso, fiz uso da idéia de uma herança arcaica proveniente da época da ‘horda primitiva’ do desenvolvimento da humanidade ao explicar a suscetibilidade à hipnose.

Tenho tomado pouca parte direta em outras aplicações da psicanálise, embora sejam de interesse geral. É somente um passo das fantasias dos neuróticos individuais para as criações imaginosas de grupos e povos, como as encontramos em mitos, lendas e contos de fadas. A mitologia tornou-se o domínio especial do Otto Rank; a interpretação dos mitos, sua ligação com os complexos inconscientes familiares da primeira infância, a substituição das explicações astrais por uma descoberta dos motivos humanos, tudo isto em grande medida devido aos seus esforços analíticos. O tema do simbolismo, também, encontrou muitos estudiosos entre meus seguidores. O simbolismo trouxe para a psicanálise muitos inimigos; muitos indagadores com mentes indevidamente prosaicas jamais foram capazes de perdoar a esta o reconhecimento do simbolismo, que decorreu da interpretação dos sonhos. Mas a análise não tem culpa da descoberta do simbolismo, pois de há muito fora conhecida em outros domínios do pensamento (tais como o folclore, lendas e mitos) e neles desempenha papel ainda maior do que na ‘linguagem dos sonhos’.

Eu próprio em nada contribuí para a aplicação da análise à educação. Era natural, entretanto, que as descobertas analíticas devessem atrair atenção de educadores e fazê-los ver os problemas delas sob uma nova luz. O Dr. Oskar Pfister pastor protestante de Zurique, desbravou o caminho, como incansável pioneiro, seguindo essa trilha, e não achou que a prática da análise era incompatível com o fato de ele conservar sua religião, embora fosse verdade que tal ocorresse de forma sublimada. Entre muitos outros que trabalharam ao lado dele posso mencionar Frau Dr. Hug-Hellmuth e o Dr. S. Bernfeld, ambos de Viena. A aplicação da análise à educação profilática de crianças saudáveis e à correção daquelas que, embora na realidade não fossem neuróticas, se desviaram do curso normal de desenvolvimento, levou a uma consequência que é de importância prática. Não é mais possível restringir a prática da psicanálise a médicos e dela excluir os leigos. De fato, um médico que não tenha passado por uma formação especial é, apesar do seu diploma, um leigo em análise, e alguém que não seja médico mas que tenha sido adequadamente formado

pode, com referência ocasional a um médico, levar a efeito o tratamento analítico não somente de crianças mas também de neuróticos.

Por um processo de desenvolvimento contra o qual teria sido inútil lutar, o próprio termo ‘psicanálise’ tornou-se ambíguo. Embora fosse originalmente o nome de um método terapêutico específico, agora também se tornou a denominação de uma ciência - a ciência dos processos mentais inconscientes. Por si só, essa ciência é poucas vezes capaz de lidar com um problema de maneira completa, mas parece fadada a prestar valiosa ajuda nos mais variados campos do conhecimento. A esfera de aplicação da psicanálise estende-se até a da psicologia, com a qual forma um complemento do maior significado.

Lançando um olhar retrospectivo, portanto, ao mosaico que são labores da minha vida, posso dizer que comecei muitas vezes e joguei fora muitas sugestões. Algo surgirá deles no futuro, embora eu mesmo não possa dizer se será muito ou pouco. Posso, contudo, expressar a esperança de que abri um caminho para importante progresso em nossos conhecimentos.

PÓS-ESCRITO (1935)

O organizador desta série de estudos autobiográficos não considerou, que eu saiba, a possibilidade de que após certo lapso de tempo uma continuação pudesse ser escrita a qualquer um deles, sendo possível que isso tenha ocorrido somente no caso presente. Estou empreendendo a tarefa visto que meu editor norte-americano deseja publicar o pequeno trabalho numa nova edição. Ele veio a lume pela primeira vez nos Estados Unidos em 1927 (editado por Brenato), sob o título de Um Estudo Autobiográfico, mas foi levemente lançado no mesmo volume como outro ensaio meu que deu seu título, O Problema de Análises Leigas, a todo o livro, obscurecendo assim o presente trabalho.

Dois temas ocupam essas páginas: a história da minha vida e a história da psicanálise. Elas se acham intimamente entrelaçadas. Esse Estudo Autobiográfico mostra como a psicanálise veio a ser todo o conteúdo de minha vida e com razão presume que minhas experiências pessoais não são de qualquer interesse ao se traçar um paralelo de minhas relações com aquela ciência.

Pouco antes de haver escrito esse estudo, parecia que minha vida logo chegaria ao fim pelo retorno de uma doença maligna; mas a perícia cirúrgica salvou-me em 1923 e fui capaz de continuar com minha vida e meu trabalho, embora não ficasse mais imune à dor. No

período de mais de dez anos que então transcorreu, jamais abandonei meu trabalho analítico e meus escritos - como se prova pela conclusão do décimo-segundo volume da edição alemã de minhas obras completas. Mas eu próprio acho que se verificou importante mudança. Fios que no curso do meu desenvolvimento se haviam enredado começavam então a separar-se; interesses que eu adquirira num estágio mais avançado da minha vida ficaram para trás, enquanto os mais antigos e originais se tornaram proeminentes mais uma vez. É verdade que nessa última década levei a cabo partes importantes de meu trabalho analítico, tais como a revisão do problema da ansiedade em meu livro *Inibições, Sintomas e Ansiedade* (1926d) ou a simples explicação do 'fetichismo' sexual que fui capaz de fazer um ano depois (1927e). Não obstante, seria verdade dizer que, desde que formulei minha hipótese de existência de duas classes de instintos (Eros e o instinto da morte) e desde que propus uma divisão da personalidade em um ego, um superego e um id (1923b), não prestei outras contribuições decisivas à psicanálise: o que tenho escrito sobre o assunto desde então tem sido ou dispensável ou logo teria sido proporcionado por outrem. Essa circunstância está ligada com uma alteração em mim mesmo, com o que poderia ser descrito como uma fase de desenvolvimento regressivo. Meu interesse, após fazer um *détour* de uma vida inteira pelas ciências naturais, pela medicina e pela psicoterapia, voltou-se para os problemas culturais que há muito me haviam fascinado, quando eu era um jovem quase sem idade suficiente para pensar. No próprio clímax do meu trabalho psicanalítico, em 1912, já tentara, em *Totem e Tabu*, fazer uso dos achados recém-descobertos da análise a fim de investigar as origens da religião e da moralidade. Levei então esse trabalho mais um passo à frente em dois ensaios ulteriores, *O futuro de uma Ilusão* (1927c) e *O Mal-Estar na Civilização* (1930a). Percebi ainda mais claramente que os fatos da história, as interações entre a natureza humana, o desenvolvimento cultural e os precipitados das experiências primitivas (cujo exemplo mais proeminente é a religião) não passam de um reflexo dos conflitos dinâmicos entre o ego, o id e o superego que a psicanálise estuda no indivíduo - são os mesmíssimos processos repetidos numa fase mais ampla. Em *O Futuro de uma Ilusão* exprimi uma avaliação essencialmente negativa da religião. Depois, encontrei uma fórmula que lhe fazia melhor justiça: embora admitindo que sua força reside na verdade que ela contém, mostrei que a verdade não era uma verdade material mas histórica. [1939a, Ensaio III, Parte II (G).]

Esses estudos, os quais, embora tendo origem na psicanálise, se estendem muito além dela, talvez tenham despertado maior simpatia por parte do público do que a própria psicanálise. Podem ter desempenhado certo papel na criação da ilusão efêmera de que eu me encontrava entre os escritores aos quais uma grande nação como a Alemanha estava pronta a ouvir. Thomas Mann, um dos reconhecidos porta-vozes do povo alemão, encontrou um lugar para mim na história do pensamento moderno. Pouco depois minha filha Anna, atuando como minha procuradora, recebeu uma homenagem cívica na Rathaus de Frankfurt-am-Main, ocasião em que me foi conferido o Prêmio Goethe de 1930. Isso foi o clímax de minha vida como cidadão. Pouco depois as fronteiras do nosso país se estreitaram e a nação não quis mais saber de E neste ponto seja-me permitido interromper estas notas autobiográficas. O público não tem o direito de saber mais sobre meus assuntos pessoais - minhas lutas, meus

desapontamentos e meus êxitos. Seja como for, tenho sido mais acessível e franco em alguns dos meus escritos (tais como *A Interpretação de Sonhos* e *The Psychopathology of Everyday Life*) do que as pessoas que descrevem suas vidas em geral o são para seus contemporâneos ou para a posteridade. Poucos agradecimentos recebi nesse sentido e não posso recomendar a ninguém que siga meu exemplo.

Devo acrescentar mais algumas palavras à história da psicanálise durante a última década. Não pode haver mais dúvida alguma de que ela continuará; comprovou sua capacidade de sobreviver e de desenvolver-se tanto como um ramo do conhecimento quanto como um método terapêutico. O número de seus partidários (organizadores na Associação Psicanalítica Internacional) aumentou de maneira considerável. Além de grupos locais mais antigos (em Viena, Berlim, Budapeste, Londres, Holanda, Suíça e Rússia) a partir de então se constituíram sociedades em Paris e Calcutá, duas no Japão, várias nos Estados Unidos e, em data bem recente, uma em Jerusalém, outra na África do Sul e duas na Escandinávia. Com seus próprios recursos essas sociedades locais apóiam (ou estão em vias de formar) institutos de formação, nos quais se ministra instrução na prática da psicanálise de conformidade com um plano uniforme, e clínicas para pacientes externos, nas quais experimentados analistas, bem como alunos, dão tratamento gratuito a pacientes de recursos limitados. De dois em dois anos os membros da Associação Psicanalítica Internacional realizam um congresso no qual se apresentam trabalhos científicos e se solucionam questões de administração. O décimo-terceiro desses congressos (aos quais não posso mais comparecer) foi realizado em Lucerna, em 1934. De um núcleo de interesses comuns a todos os membros da Associação, seus trabalhos se irradiam em muitas direções diferentes. alguns dão grande ênfase ao esclarecimento e aprofundamento dos nossos conhecimentos de psicologia, ao passo que outros se interessam por manter-se em contato com a medicina e a psiquiatria. Do ponto de vista prático, alguns analistas atribuíram-se a tarefa de fazer com que a psicanálise seja reconhecida nas universidades e incluída no currículo médico, ao passo que outros se contentam em permanecer fora dessas instituições, não permitindo que a psicanálise seja menos importante no campo da educação do que no da medicina. Ocorre de quando em quando que um profissional da análise verifique estar isolado em uma tentativa de enfatizar algum ponto único dos achados ou pontos de vista da psicanálise, à custa de todos os demais. Não obstante, a impressão total é satisfatória - de trabalho científico sério executado em alto nível.

INIBIÇÕES, SINTOMAS E ANSIEDADE(1926 [1925])

INTRODUÇÃO DO EDITOR INGLÊS

HEMMUNG, SYMPTON UND ANGST

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1926 Leipzig, Viena e Zurique: Internationaler Psychoanalytischer Verlag. 136 Pp.

1928 G.S., 11, 23-115.

1931 Neurosenlehre und Technik, 205-99.

1948 G.W., 14, 113-205.

(b) TRADUÇÕES INGLESAS:

Inhibition, Symptom and Anxiety

1927 Stamford, Conn.: Instituto Psicanalítico. vi + 103 Pp. (Trad. supervisionada por L. Pierce Clark; pref. de S. Ferenczi.)

Inhibitions, Symptoms and Anxiety

1935-6 Psychoanal. Quart., 4 (4), 616-25; 5 (1), 1-28; (2) 261-79; (3) 415-43.
(Trad. de H. A. Bunker.)

The Problem of Anxiety

1936 Nova Iorque: Psychoanalytic Quartely Press and W. W. Norton. vii + 165 Pp. (Reimpressão da anterior sob a forma de volume.)

Inhibitions, Symptoms and Anxiety

1936 Londres: Hogarth Press e Instituto de Psicanálise. 179 Pp. (Trad. de Alix Strachey.)

Um resumo do capítulo I do original apareceu na Neue Freie Presse de Viena, a 21 de fevereiro de 1926. Parte da primeira tradução norte-americana foi reimpressa nos Archives of Psychoanalysis, 1 (1927), 461-521. Todas as três traduções foram autorizadas por Freud e, como ressalta Ernest Jones (1957, 139-40), os tradutores das duas últimas prepararam seus trabalhos simultaneamente e ignorando inteiramente as atividades um do outro.

A presente tradução é uma versão consideravelmente modificada da publicada em Londres em 1936. Sabemos por Ernest Jones que este livro foi escrito em julho de 1925 e revisto em dezembro do mesmo ano, tendo vindo a lume na terceira semana de fevereiro do ano seguinte.

Os tópicos por ele tratados abrangem vasto campo, havendo indícios de Freud ter encontrado inusitada dificuldade em unificar o trabalho. Isto é revelado, por exemplo, na forma como o mesmo assunto surge para exame em mais de um ponto em termos muito semelhantes, na necessidade em que Freud se viu de ordenar grande número de questões isoladas em seus 'Adendos', e mesmo no próprio título do livro. Não obstante, é verdade que - apesar de tais importantes problemas secundários, como as diferentes classes de resistência, a distinção entre repressão e defesa, e as relações entre ansiedade, dor e luto - o problema da ansiedade constitui seu principal tema. Um exame da relação apresentada no Apêndice B ([1]) será suficiente para demonstrar como com tanta freqüência ele estava presente na mente de Freud do começo ao fim de seus estudos psicológicos. Embora sobre certos aspectos do assunto suas opiniões sofressem pequena modificação, sobre outros, conforme ele nos relata nestas páginas, elas foram consideravelmente modificadas. Talvez seja de interesse delinear, pelo menos toscamente, a história dessas alterações em dois ou três dos mais importantes temas em jogo.

(a) A ANSIEDADE COMO LIBIDO TRANSFORMADA

Foi no curso da investigação das neuroses ‘atuais’ que Freud pela primeira vez se defrontou com o problema da ansiedade, sendo que suas primeiras apreciações sobre ela serão encontradas em seu primeiro artigo sobre a neurose de angústia (1895b) e no memorando acerca do assunto que enviou a Fliess pouco depois, provavelmente no verão de 1894 (Freud, 1950a, Rascunho E). Naquela época ele ainda se encontrava em grande parte sob a influência de seus estudos neurológicos e imerso em sua tentativa de expressar os dados da psicologia em termos fisiológicos. Em particular, seguindo Fechner, aceitara como postulado fundamental o ‘princípio de constância’, de acordo com o qual havia uma tendência inerente ao sistema nervoso de reduzir, ou pelo menos de manter constante, o grau de excitação nele presente. Quando, portanto, fez a descoberta clínica de que em casos de neurose de angústia sempre era possível descobrir certa interferência com a descarga de tensão sexual, foi-lhe natural concluir que a excitação acumulada escapava sob a forma transformada de ansiedade. Ele considerou isso como um processo puramente físico sem quaisquer determinantes psicológicos.

Desde o início a ansiedade que ocorria em fobias ou em neuroses obsessivas levantava uma complicação, pois aqui a presença dos fatos psicológicos não podia ser excluída. Mas, no tocante ao surgimento da ansiedade, a explicação continuava a mesma. Nesses casos - nas psiconeuroses - a razão do acúmulo de excitação não descarregada era psicológica: repressão. Mas o que se seguiu foi o mesmo que nas neuroses ‘atuais’: a excitação acumulada (ou libido) foi transformada diretamente em ansiedade.

Algumas citações indicarão com que lealdade Freud manteve esse ponto de vista. No ‘Rascunho E’ (c. 1894), mencionado acima, escreveu ele: ‘A ansiedade surge por uma transformação da tensão acumulada’. Em *A Interpretação de Sonhos* (1900a): ‘A ansiedade é um impulso libidinal que tem sua origem no inconsciente e é inibido pelo pré-consciente’. (Edição Standard Brasileira, Vol. IV, Pp. 358-60, IMAGO Editora, 1972.) Em *Gradiva* (1907a): ‘A Ansiedade em sonhos de ansiedade, como a ansiedade neurótica em geral,... decorre da libido pelo processo de repressão’. (Standard Ed., 9, 60-1.) No artigo metapsicológico sobre ‘Repressão’ (1915d): ‘Após a repressão ‘a parcela quantitativa [do impulso instintual - isto é, sua energia] não desapareceu, mas foi transformada em ansiedade’. (Edição Standard Brasileira, Vol. VI, p. 179, IMAGO Editora, 1974.) Finalmente, já em 1920, Freud acrescentou numa nota de rodapé à quarta edição dos *Três Ensaio*s: ‘Um dos resultados mais importantes da pesquisa psicanalítica é essa descoberta de que a ansiedade neurótica se origina da libido, que é produto de uma transformação desta

e que, assim, se relaciona com ela da mesma forma que o vinagre com o vinho'. (Edição Standard Brasileira, Vol. VIII, p. 231, IMAGO Editora, 1972.) É curioso observar, contudo, que numa fase bem inicial Freud parece haver sido assaltado por dúvidas sobre o assunto. Numa carta a Fliess de 14 de novembro de 1897 (Freud, 1950a, carta 75), ele observa, sem qualquer conexão aparente com o restante do que vem escrevendo: 'Resolvi, então, de agora por diante considerar como fatores separados o que causa a libido e o que causa ansiedade'. Não se encontra em parte alguma qualquer outra prova dessa retratação isolada. Na obra que temos diante de nós Freud desiste da teoria que sustentara por tanto tempo. Ele não considerava mais a ansiedade como libido transformada, mas como uma reação sobre um modelo específico a situações de perigo. Mas mesmo aqui ainda sustentava [1] que era bem possível que no caso da neurose de angústia 'o que encontra descarga na geração da ansiedade é precisamente o excedente da libido não utilizada'. Essa última relíquia da antiga teoria iria ser abandonada poucos anos depois. Num trecho perto do final de seu exame sobre ansiedade, na Conferência XXXII de suas *New Introductory Lectures* (1933a), escreveu que também na neurose de angústia o surgimento de ansiedade era uma reação a uma situação traumática: 'não sustentaremos mais que é a própria libido que se transformou em ansiedade em tais casos.'

(b) ANSIEDADE REALÍSTICA E NEURÓTICA

Apesar de sua teoria de que a ansiedade neurótica era simplesmente libido transformada, Freud desde o início se deu ao trabalho de insistir na estreita relação entre a ansiedade devida a perigos externos e a perigos instintuais. Em seu primeiro artigo sobre a neurose de angústia (1895b) escreveu: 'A psique é dominada pelo afeto de ansiedade se sentir que é incapaz de lidar por meio de uma reação apropriada com uma tarefa (um perigo) que se aproxima de fora. Nas neuroses é dominada pela ansiedade se notar que é incapaz de atenuar uma excitação (sexual) que tenha surgido de dentro. Assim se comporta, como se estivesse projetando essa excitação para fora. O fato [ansiedade normal] e a neurose correspondente se acham em firme relação um com a outra: o primeiro é a reação a uma excitação exógena e a segunda a uma reação endógena análoga.'

Essa posição, especialmente em relação com fobias, foi aprimorada depois dos escritos de Freud - por exemplo, nos artigos metapsicológicos sobre 'Repressão' (1915d) e 'O Inconsciente' (1915e), Edição Standard Brasileira, Vol. XIV, Pp. 178-81, 182-4 e 209-11, IMAGO Editora, 1974, e na conferência XXV das Conferências Introdutórias. Mas foi difícil conservar a uniformidade da ansiedade nos dois tipos de caso enquanto se insistia na derivação direta da ansiedade a partir da libido quanto às neuroses 'atuais'. Com o

abandono desse ponto de vista a nova distinção entre ansiedade automática e ansiedade como um sinal toda a situação foi esclarecida e deixou de haver qualquer motivo para se ver uma diferença genérica entre ansiedade neurótica e realística.

(c) A SITUAÇÃO TRAUMÁTICA E AS SITUAÇÕES DE PERIGO

As dificuldades deste livro aumentam quando se observa que a distinção entre a ansiedade como um sinal do perigo de abordagem desse trauma, embora já afluída em vários pontos anteriores, só é confirmada no último capítulo. (Um relato ulterior e mais breve, apresentado na Conferência XXXII de New Introductory Lectures, talvez seja mais fácil de ser apreendido.)

O determinante fundamental da ansiedade automática é a ocorrência de uma situação traumática; e a essência disto é uma experiência de desamparo por parte do ego face de um acúmulo de excitação, quer de origem externa quer interna, com que não se pode lidar ([1], [2] e [3]). A ansiedade ‘como um sinal’ é a resposta do ego à ameaça da ocorrência de uma situação traumática. Tal ameaça constitui uma situação de perigo. Os perigos internos modificam-se com o período de vida, ver em ([1] e [2]), mas possuem uma característica comum, a saber, envolver a separação ou perda de um objeto amado, ou uma perda de seu amor, ver em ([1]) - uma perda ou separação que poderá de várias maneiras conduzir a um acúmulo de desejos insatisfatórios e dessa maneira a uma situação de desamparo. Embora Freud não houvesse reunido antes todos esses fatores, cada um deles tem uma longa história prévia.

A própria situação traumática é claramente o descendente direto do estado de tensão acumulada e não descarregada dos primeiros escritos de Freud sobre a ansiedade. Alguns dos relatos da mesma, aqui apresentados, podem ser citações de 1894 a 1895. Por exemplo, ‘sofrendo de uma dor que não pára ou experimentando um acúmulo de necessidades instintuais que não podem conter satisfação’, na [1], pode ser comparado com ‘um acúmulo psíquico de excitação... devido à descarga ficar retida’, segundo o ‘Rascunho E’ (Freud, 1950a). Nesse período inicial as excitações acumuladas, é verdade, eram julgadas quase invariavelmente libidinais, mas não de todo invariavelmente. Depois no mesmo ‘Rascunho E’ encontra-se uma frase que ressalta que a ansiedade pode ser ‘uma sensação de um acúmulo de outro estímulo endógeno - o estímulo no sentido de respirar...; a ansiedade pode, portanto, ser capaz de ser utilizada em relação com a tensão física acumulada em geral’. Além disso, no ‘Project’ de 1895 (Freud, 1950a, Parte I, Seção 1) Freud enumera as principais necessidades que dão lugar a estímulos endógenos que exigem descarga - ‘fome,

respiração e sexualidade’, e em trecho posterior (Parte I, Seção 11) observa que em algumas condições essa descarga ‘exige uma alteração no mundo externo (por exemplo, o suprimento de nutrição ou a proximidade do objeto sexual)’ que ‘em fases iniciais o organismo humano é incapaz de alcançar’. A fim de ocasionar isto necessita-se de ‘ajuda estranha’, que a criança atrai pelos seus gritos. E aqui Freud expende comentários sobre o ‘desamparo original dos seres humanos’. Existe uma referência semelhante na Parte III, Seção 1, da mesma obra, à necessidade de ‘atrair a atenção de alguma personagem útil (que é, em geral, próprio objeto desejado) para o anseio e aflição da criança’. Esses trechos parecem ser uma indicação prematura da situação de desamparo aqui descrita, ver em ([1] e [2]), em que a criança sente falta da mãe - situação que fora claramente mencionada na nota de rodapé aos Três Ensaio (1950d) na qual Freud explicava a ansiedade de uma criança no escuro como sendo devida à ‘ausência de alguém que amava’ (Edição Standard Brasileira, Vol. VII, p. 231, IMAGO Editora, 1972).

Mas isso nos levou à questão dos vários perigos específicos que são capazes de precipitar uma situação traumática em diferentes épocas da vida. Estes, em breves linhas são os seguintes: o nascimento, a perda da mãe como um objeto, a perda do pênis, a perda do amor do objeto, a perda do amor do superego. A questão do nascimento é tratada na seção seguinte e acabamos de mencionar algumas primeiras referências à importância da separação da mãe. O perigo da castração com seus efeitos devastadores constitui sem dúvida o mais familiar de todos esses perigos. Mas vale a pena lembrar uma nota de rodapé acrescentada em 1923 ao caso clínico de ‘Little Hans’ (1909b), no qual Freud reprova a aplicação da expressão ‘complexo de castração’ às outras espécies de separação que a criança deve inevitavelmente experimentar (Standard Ed., 10, 8 n.) possivelmente podemos ver nessa passagem um primeiro indício do conceito de ansiedade devido à separação que aqui se torna proeminente. A ênfase dada ao perigo de perder o amor ao objeto amado é explicitamente relacionada ([1]) com as características da sexualidade feminina, que só recentemente começaram a ocupar a mente de Freud. Finalmente, o perigo de perder o amor do superego nos leva de volta aos problemas, já há muito debatidos, do sentimento de culpa, que haviam sido renunciados há pouco em O Ego e o Id (1923b).

(d) A ANSIEDADE COMO UM SINAL

Conforme aplicada ao desprazer em geral, esta era uma noção muito antiga de Freud. Na Seção 6 da Parte II do “Project” póstumo de 1895 (Freud, 1950a) existe um relato de um mecanismo pelo qual o ego restringe a geração de experiências dolorosas: ‘Dessa maneira, a liberação do desprazer fica restringida em quantidade, e seu início atua como um sinal ao

ego a fim de fixar uma defesa normal em funcionamento.’ De maneira semelhante, em A Interpretação de Sonhos (1900a), Edição Standard Brasileira, Vol. V, p. 641, IMAGO Editora, 1972, fundamenta-se que o pensar deve visar ‘restringir o desenvolvimento do afeto na atividade do pensamento ao mínimo exigido para agir como sinal’. Em ‘O Inconsciente’ (1915e), Edição Standard Brasileira, Vol. XIV, p. 210, IMAGO, 1974, a idéia já é aplicada à ansiedade. Examinando o surgimento de ‘idéias substitutivas’ na fobia, escreve Freud: ‘A excitação de qualquer ponto dessa estrutura externa, dada sua ligação com a idéia substitutiva, deve inevitavelmente dar lugar a um ligeiro desenvolvimento da ansiedade; isto passa a ser utilizado como um sinal para inibir... o progresso posterior do desenvolvimento da ansiedade.’ De maneira semelhante na Conferência XXV das Conferências Introdutórias, o estado de ‘ansiosa expectativa’ é descrito em um ou dois pontos como oferecendo um ‘sinal’ para impedir o irromper de grave ansiedade. A partir daí não se estava longe da iluminadora exposição destas páginas. Pode-se observar que no presente trabalho também o conceito é introduzido pela primeira vez como um sinal de ‘desprazer’, ver em ([1]) e só subseqüentemente como de ‘ansiedade’.

(e) A ANSIEDADE E O NASCIMENTO

Resta a questão do que é que determina a forma pela qual a ansiedade se manifesta. Isto também foi examinado por Freud em seus primeiros escritos. Para começar (sistematicamente com seu ponto de vista da ansiedade como libido transformada) ele considerava o mais impressionante de seus sintomas - a dispnéia e as palpitações - como elementos do ato da cópula, os quais, na ausência dos meios normais de descarga da excitação, surgiam de forma isolada e exagerada. Esse relato será encontrado no Rascunho E dos artigos de Fliess, mencionados acima, e que provavelmente datam de junho de 1894, e no final da Seção III do primeiro artigo sobre neurose de angústia (1895b), sendo repetido no caso clínico de ‘Dora’ (1950e) [1901], onde Freud escreveu: Afirmar, anos atrás, que a dispnéia e as palpitações que ocorrem na histeria e na neurose da angústia são apenas fragmentos soltos do ato de copulação.’ (Edição Standard Brasileira, Vol. VIII, p. 77, IMAGO Editora, 1972.) Não está claro como tudo isto se ajustou aos pontos de vista de Freud quanto à expressão das emoções em geral. Certamente parecem ter em última análise provindo de Darwin. Nos Estudos sobre a Histeria (1895d) ele citou duas vezes o volume de Darwin sobre o assunto (Darwin, 1872), e na segunda ocasião recordou que Darwin ensinara que a expressão das emoções ‘consiste em ações que originalmente possuíam um significado e serviam a uma finalidade’ (Edição Standard Brasileira, Vol. II, p. 231, IMAGO Editora, 1974). Num debate perante a Sociedade Psicanalítica de Viena em 1909, Freud, segundo Jones (1955, 494), havia afirmado que ‘todo afeto... é apenas uma

reminiscência de um fato’. Muito depois da Conferência XXV das Conferências Introdutórias (1916-17), ele abordou esse ponto novamente e expressou a crença de que o ‘núcleo’ de um fato é ‘a repetição de alguma experiência significativa específica’. Recordou também a explicação que havia dado anteriormente sobre ataques histéricos (1909a, Standard Ed., 9, 232) como revivescências de fatos da infância, e acrescentou sua conclusão de que ‘um ataque histérico pode ser parecido com um afeto individual recém-construído, e um afeto normal com a expressão de uma histeria geral que se tornou uma herança’. Ele repete essa teoria, quase nos mesmos termos, na presente obra, ver em ([1],[2],[3] e [4]).

Qualquer que seja o papel que essa teoria dos afetos tenha desempenhado na explicação anterior de Freud quanto à forma assumida pela ansiedade, ela o desempenhou de maneira essencial em sua nova explicação, a qual surgiu, aparentemente sem aviso, em uma nota de rodapé acrescentada à segunda edição de *A Interpretação de Sonhos* (Edição Standard Brasileira, Vol. V, p. 428, IMAGO Editora, 1972). No final de certa apreciação das fantasias sobre a vida no ventre, prosseguiu ele (e imprimiu a frase em tipo espaçado): ‘Além disso, o ato de nascer é a primeira experiência de ansiedade, sendo assim a fonte e o protótipo da sensação de ansiedade.’ A edição veio a lume em 1909, mas o prefácio traz a data ‘Verão de 1908’. Uma possível pista para o súbito surgimento, naquela ocasião, dessa idéia revolucionária encontra-se no fato de que Freud, não havia muito tempo, contribuíra com um prefácio (datado de ‘Março de 1908’) para o livro de Stekel sobre estados de ansiedade (Freud, 1908f). O prefácio, é verdade, não contém a mais leve idéia sobre a nova teoria, ao passo que o próprio livro de Stekel parece explicitamente aceitar a teoria anterior de Freud sobre a vinculação entre a ansiedade e a copulação. Não obstante, o interesse de Freud deve ter sido sem dúvida focalizado mais uma vez sobre o problema, e pode ser que nesse ponto uma antiga lembrança possa ter sido revivida em relação a um fato descrito por ele posteriormente, no curso de sua apreciação da ansiedade nas Conferências Introdutórias. Essa lembrança dizia respeito ao que se pretendia ser uma anedota cômica - que lhe fora contada, quando era médico interno, por outro jovem colega - sobre como uma parteira havia declarado existir uma ligação entre o nascimento e o estar assustado. A lembrança deve ter remontado a mais ou menos 1884, embora Freud não pareça tê-la mencionado até essa conferência em 1917. Parece possível que a lembrança tivesse sido de fato evocada pela sua leitura do livro de Stekel e que tenha provocado o surgimento de nova teoria em 1908. A partir daí, essa teoria jamais foi abandonada. Ele lhe atribuiu especial proeminência no primeiro dos seus artigos sobre a psicologia do amor (1910h), Edição Standard Brasileira, Vol. XI, p. 156, IMAGO Editora, 1970. Embora não fosse publicado senão em 1910, sabemos que seus pontos principais foram apresentados à Sociedade Psicanalítica de Viena em maio de 1909; enquanto em novembro do mesmo ano as atas da sociedade (citadas por Jones, 1955, 494) informam ter ele observado que as crianças começam sua experiência de ansiedade no próprio ato do nascimento.

Após a conferência de 1917, o assunto permaneceu inexplorado durante vários anos, até reaparecer subitamente no fim do antepenúltimo parágrafo de *O Ego e o Id* (1923b), onde

Freud se referia ao nascimento como ‘o primeiro grande estado de ansiedade’. Isto nos leva à época da publicação do livro de Rank, *The Trauma of Birth*. A relação cronológica entre essa frase de Freud e a obra de Rank não é inteiramente clara. O *Ego e o Id* veio a lume em abril de 1923. A página de rosto do livro de Rank traz a data ‘1924’, mas em sua última página encontram-se as palavras ‘escrito em abril de 1923’; e a dedicatória declara que o livro foi ‘presenteado’ a Freud em 6 de maio de 1923 (aniversário de Freud). Embora Ernest Jones (1957, 60) afirme especificamente que Freud não o lera antes de sua publicação em dezembro de 1923, ele estava cômico dos delineamentos gerais das idéias de Rank já em setembro de 1922 (*ibid.*, 61), e isso sem dúvida é bastante para explicar a referência ao nascimento em *O Ego e o Id*.

O livro de Rank representou muito mais do que uma adoção da explicação de Freud da forma assumida pela ansiedade. Argumentou ele que os ataques posteriores de ansiedade eram tentativas de ‘ab-reagir’ o trauma do nascimento. Ele explicou todas as neuroses em moldes semelhantes, destronando incidentalmente o complexo de Édipo, e propôs uma técnica terapêutica reformada, baseada na superação do trauma do nascimento. As referências publicadas de Freud ao livro pareciam a princípio favoráveis. Mas a presente obra revela uma inversão completa e final dessa opinião. Sua rejeição dos pontos de vista de Rank, contudo, estimulou-o a uma reconsideração própria, e *Inibições, Sintomas e Ansiedade* foi o resultado.

Trechos da primeira (1936) tradução londrina dessa obra foram incluídos em *A General Selection from the Works of Sigmund Freud* (1937, 275-291), de Rickman.

I

Na descrição das manifestações patológicas, o uso lingüístico permite-nos distinguir sintomas de inibições, sem, contudo, atribuir-se grande importância à distinção. Na realidade, dificilmente poderíamos pensar que valeria a pena diferenciar exatamente entre os dois, não fosse o fato de encontrarmos moléstias nas quais observamos a presença de inibições mas não de sintomas, e ficamos curiosos para saber a razão disso.

Os dois conceitos não se encontram no mesmo plano. A inibição tem uma relação especial com a função, não tendo necessariamente uma implicação patológica. Podemos muito bem denominar de inibição a uma restrição normal de uma função. Um sintoma, por outro lado, realmente denota a presença de algum processo patológico. Assim, uma inibição pode ser também um sintoma. O uso lingüístico, portanto, emprega a palavra inibição quando há uma simples redução de função, e sintoma quando uma função passou por alguma modificação inusitada ou quando uma nova manifestação surgiu desta. Muito amiúde parece ser assunto bem arbitrário, quer ressaltemos o lado positivo de um processo patológico e chamemos o seu resultado de sintoma, quer ressaltemos seu lado negativo e intitulemos seu resultado de inibição. Mas tudo isso é realmente de pouco interesse e o problema, conforme o enunciamos, não nos leva muito longe.

Visto que o conceito da inibição se acha tão intimamente associado com o da função, talvez fosse valioso examinar as várias funções do ego com vistas a descobrir as formas que qualquer perturbação dessas funções assume em cada uma das diferentes afecções neuróticas. Tomemos para um estudo comparativo dessa natureza a função sexual e as do comer, da locomoção e do trabalho profissional.

(a) A função sexual está sujeita a grande número de perturbações, a maioria das quais exhibe as características de inibições simples. Estas são classificadas em conjunto como impotência psíquica. O desempenho normal da função sexual só pode ocorrer como resultado de um processo muito complicado, podendo surgir distúrbios em qualquer ponto do mesmo. Nos homens as principais fases nas quais a inibição ocorre são reveladas por: um afastamento da libido no próprio início do processo (desprazer psíquico); ausência do preparo físico para ela (falta de ereção); abreviação do ato sexual (ejaculatio praecox), ocorrência que pode igualmente ser considerada como um sintoma; uma suspensão do ato antes de haver chegado à sua conclusão natural (ausência de ejaculação); ou o não surgimento do resultado psíquico (falta da sensação de prazer no orgasmo). A partir da função sexual, surgem outras perturbações que se tornam dependentes de condições

especiais de natureza perversa ou fetichista.

Que existe uma relação entre a inibição e a ansiedade é algo evidente. Algumas inibições obviamente representam o abandono de uma função porque sua prática produziria ansiedade. Muitas mulheres manifestamente temem a função sexual. Classificamos essa ansiedade sob a histeria, do mesmo modo como fazemos em relação ao sintoma defensivo da repulsa que, surgindo originalmente como uma reação preterida à experiência de um ato sexual passivo, aparece depois, sempre que a idéia de tal ato é apresentada. Além disso, muitos atos obsessivos vêm a ser medidas de precaução e de segurança contra experiências sexuais, sendo assim de natureza fóbica.

Isto não é muito ilustrativo. Podemos apenas observar que as perturbações da função sexual são acarretadas por grande variedade de meios. (1) A libido pode simplesmente ser afastada (isto parece produzir, com a maior rapidez, o que consideramos uma inibição pura e simples); (2) a função pode ser executada de forma menos perfeita; (3) pode ser prejudicada por ter condições ligadas a ela, ou modificada pelo desvio para outras finalidades; (4) pode ser impedida por medidas de segurança; (5) se não puder ser impedida desde o início, pode ser imediatamente interrompida pelo aparecimento da ansiedade; e (6) se for, não obstante, levada a efeito, poderá haver uma subsequente reação de protesto contra ela e uma tentativa de desfazer o que foi feito.

(b) A função da nutrição é, com a maior freqüência, perturbada por uma falta de inclinação para comer, acarretada por uma retirada da libido. Um aumento do desejo de comer também não constitui coisa incomum. A compulsão para comer é atribuída ao medo de morrer de fome, mas isto é um assunto pouco estudado. O sintoma de vômitos é conhecido por nós como uma defesa histérica contra o comer. A recusa de comer devido à ansiedade é concomitante de estados psicóticos (delírios de ser envenenado).

(c) Em algumas condições neuróticas a locomoção é inibida por uma indisposição para andar ou por uma fraqueza no caminhar. Na histeria haverá uma paralisia do aparelho motor, ou essa função especial do aparelho será abolida (abasia). Especialmente características são as dificuldades maiores que surgem na locomoção devido à introdução de certas estipulações cuja inobservância resulta em ansiedade (fobia). (d) Na inibição no trabalho - fato com o qual tantas vezes temos de lidar como um sintoma isolado em nosso trabalho terapêutico - o indivíduo sente uma diminuição do seu prazer nele, ou se torna menos capaz de realizá-lo bem, ou então experimenta certas reações no tocante ao mesmo, como a fadiga, a tontura ou o enjôo, se for obrigado a prosseguir com o mesmo. Se for histérico, terá que desistir do trabalho devido ao aparecimento de paralisias orgânicas e funcionais que lhe tornam impossível continuar. Se for um neurótico obsessivo, será perpetuamente distraído de seu trabalho ou perderá tempo com o mesmo pela intromissão de delongas e repetições.

Nosso estudo pode ser estendido também a outras funções; mas não haveria nada mais a

aprender agindo-se dessa forma, pois não devemos penetrar abaixo da superfície das manifestações a nós apresentadas. Passemos então a descrever a inibição de forma a deixar muito pouca dúvida sobre o que se quer dizer com ela, e digamos que a inibição é a expressão de uma restrição de uma função do ego. Uma restrição dessa espécie pode ter causas muito diferentes. Alguns dos mecanismos em jogo nessa renúncia à função são bem conhecidos por nós, como o é certa finalidade geral que a rege.

Essa finalidade é mais facilmente reconhecível nas inibições específicas. A análise revela que quando atividades como tocar piano, escrever ou mesmo andar ficam sujeitas a inibições neuróticas, isso ocorre porque os órgãos físicos postos em ação - os dedos ou as pernas - se tornaram erotizados de forma muito acentuada. Descobriu-se como ato geral que a função do ego de um órgão fica prejudicada se a sua erotogeneidade - sua significação sexual - for aumentada. Comporta-se, se me permitem uma analogia um tanto absurda, como uma empregada doméstica que se recusa a continuar cozinhando porque o patrão iniciou um caso amoroso com ela. Logo que o escrever, que faz com que um líquido flua de um tubo para um pedaço de papel branco, assume o significado da copulação, ou logo que o andar se torna um substituto simbólico do pisotear o corpo da mãe terra, tanto o escrever como o andar são paralisados porque representam a realização de um ato sexual proibido. O ego renuncia a essas funções, que se acham dentro de sua esfera, a fim de não ter de adotar novas medidas de repressão - a fim de evitar entrar em conflito com o id.

Existem também claramente inibições que servem à finalidade de autopunição. Este é amiúde o caso em inibições de atividades profissionais. Não se permite ao ego levar a efeito essas atividades, porque trariam êxito e lucro, e isso são coisas que o severo superego proibiu. Assim o ego desiste também delas, a fim de evitar entrar em conflito com o superego. As inibições mais generalizadas do ego obedecem a um mecanismo diferente de natureza simples. Quando o ego se vê envolvido em uma tarefa psíquica particularmente difícil, como ocorre no luto, ou quando se verifica uma tremenda supressão de afeto, ou quando um fluxo contínuo de fantasias sexuais tem de ser mantido sob controle, ele perde uma quantidade tão grande de energia à sua disposição que tem de reduzir o dispêndio da mesma em muitos pontos ao mesmo tempo. Fica na posição de um especulador cujo dinheiro ficou retido em suas várias empresas. Deparou-se-me por acaso um exemplo instrutivo dessa espécie de inibição geral intensa, embora efêmera. O paciente, um neurótico obsessivo, era dominado por uma fadiga paralisante que durava um ou mais dias, sempre que acontecia algo que evidentemente devia tê-lo enfurecido. Temos aqui um ponto a partir do qual deve ser possível chegar a uma compreensão da condição geral que caracteriza estados de depressão, inclusive a mais grave de suas formas, a melancolia.

No tocante às inibições, podemos então dizer, em conclusão, que são restrições das funções do ego que foram ou impostas como medida de precaução ou acarretadas como resultado de um empobrecimento de energia; e podemos ver sem dificuldade em que sentido uma inibição difere de um sintoma, porquanto um sintoma não pode mais ser descrito como um processo

que ocorre dentro do ego ou que atua sobre ele.

II

As principais características dos sintomas já foram estudadas há muito e, espero, estabelecidas sem discussão. Um sintoma é um sinal e um substituto de uma satisfação instintual que permaneceu em estado jacente; é uma conseqüência do processo de repressão. A repressão se processa a partir do ego quando este - pode ser por ordem do superego - se recusa a associar-se com uma catexia instintual que foi provocada no id. O ego é capaz, por meio de repressão, de conservar a idéia que é o veículo do impulso repreensível a partir do tornar-se consciente. A análise revela que a idéia amiúde persiste como uma formação inconsciente.

Até agora tudo se afigura claro, mas logo nos defrontaremos com dificuldades que até o momento não foram superadas. Até este momento nosso relato do que ocorre na repressão deu grande ênfase a esse ponto de exclusão a partir da consciência. Mas deixou outros pontos passíveis de incerteza. Uma questão que surgiu: o que aconteceu ao impulso instintual que fora ativado no id e que procurou satisfação? A resposta foi indireta. Devido ao processo de repressão, o prazer que se teria esperado da satisfação fora transformado em desprazer. Mas vimos-nos então em face do problema de como a satisfação de um instinto poderia produzir desprazer. Todo o assunto pode ser esclarecido, penso, se nos ativermos ao enunciado definitivo de que, como resultado da repressão, o pretendido curso do processo excitatório no id não ocorre de modo algum; o ego consegue inibi-lo ou defleti-lo. Se este for o caso, o problema de 'transformação de afeto' sob a repressão desaparece. Ao mesmo tempo, esse ponto de vista implica uma concessão ao ego para que ele possa exercer uma influência muito ampla sobre os processos no id, e teremos de descobrir de que forma ele é capaz de desenvolver tais poderes surpreendentes. Parece-me que o ego obtém essa influência em virtude de suas vinculações íntimas com o sistema perceptual - vinculações que, como sabemos, constituem sua essência e proporcionam a base de sua diferenciação do id. A função desse sistema, o qual denominamos de Pcpt-Cs., está ligada à manifestação da consciência. Ela recebe excitações não somente de fora, mas também de dentro, e se esforça, por meio das sensações de prazer e desprazer que a alcançam a partir desses pontos, para orientar o curso dos fatos mentais de conformidade com o princípio de prazer. Estamos muito inclinados a pensar no ego como impotente contra o id; mas, quando se opõe a um processo instintual no id, ele tem apenas de dar um 'sinal de desprazer' a fim de alcançar seu objetivo com a ajuda daquela instituição quase onipotente, o princípio de prazer. Para considerarmos essa situação em si por um momento, podemos ilustrá-la mediante um exemplo de outro campo. Imaginemos um país no qual uma pequena facção é contrária a uma medida proposta, cuja aprovação contaria com o apoio das massas. Essa minoria obtém o controle da imprensa e com o auxílio desta manipula o árbitro supremo, a 'opinião pública', conseguindo assim que a medida não seja aprovada.

Mas essa explicação provoca novos problemas. De onde provém a energia empregada para transmitir o sinal de desprazer? Aqui podemos ser auxiliados pela idéia de que uma defesa contra um processo interno importuno será plasmada sobre a defesa adotada contra um estímulo externo, e de que o ego debela os perigos internos e externos, de igual modo, ao longo de linhas idênticas. No caso de perigo externo, o organismo recorre a tentativas de fuga. A primeira coisa que ele faz é retirar a catexia de percepção do objeto perigoso; posteriormente, descobre que constitui um plano melhor realizar movimentos musculares de tal natureza que tornem a percepção do objeto perigoso impossível, mesmo na ausência de qualquer recusa para percebê-lo - que é um plano melhor afastar-se da esfera de perigo. A repressão é um equivalente a essa tentativa de fuga. O caso retira sua catexia (pré-consciente) do representante instintual que deve ser reprimido e utiliza essa catexia para a finalidade de liberar o desprazer (ansiedade). O problema de como surge a ansiedade em relação com a repressão pode não ser simples, mas podemos legitimamente apegar-nos com firmeza à idéia de que o ego é a sede real da ansiedade, e abandonar nosso ponto de vista anterior de que a energia catexial do impulso reprimido é automaticamente transformada em ansiedade. Se eu me expressasse antes no segundo sentido, estaria dando uma descrição fenomenológica e não um relato metapsicológico do que ocorria.

Isto nos leva a outra questão: como é possível, de um ponto de vista econômico, que um mero processo de retirada e descarga, como a retirada de uma catexia do ego pré-consciente, produza desprazer ou ansiedade, visto que, de acordo com nossas suposições, o desprazer e a ansiedade podem surgir somente como resultado de um aumento de catexia? A resposta é que essa seqüência causal não deve ser explicada de um ponto de vista econômico. A ansiedade não é criada novamente na repressão; é reproduzida como um estado afetivo de conformidade com uma imagem mnêmica já existente. Se formos adiante e indagarmos da origem dessa ansiedade - e dos afetos em geral - estaremos deixando o domínio da psicologia pura e penetrando na fronteira da fisiologia. Os estados afetivos têm-se incorporado na mente como precipitados de experiências traumáticas primeiras, e quando ocorre uma situação semelhante são revividos como símbolos mnêmicos. Não penso haver laborado em erro ao aproximá-los do ataque histérico mais recente e individualmente adquirido, e em considerá-los como seus protótipos normais. No homem e nos animais superiores pareceria que o ato do nascimento, como a primeira experiência de ansiedade do indivíduo, imprimiu ao afeto de ansiedade certas formas características de expressão. Mas, embora reconhecendo essa vinculação, não devemos dar-lhe ênfase indevida nem desprezar o fato de que a necessidade biológica exige que uma situação de perigo deva ter um símbolo afetivo, de modo que um símbolo dessa espécie teria em qualquer caso de ser criado. Além disso, não penso que estejamos justificados ao presumir que, sempre que haja uma irrupção de ansiedade, algo como uma reprodução da situação de nascimento se passe na mente. Nem mesmo é certo que os ataques históricos, embora originalmente fossem reproduções traumáticas dessa natureza, conservem esse caráter de modo permanente.

Como revelei em outra parte, a maioria das repressões com as quais temos de lidar em

nosso trabalho terapêutico são casos de pressão posterior. Pressupõem a atuação de repressões primitivas mais antigas que exercem atração sobre a situação mais recente. Muitíssimo pouco se sabe até agora sobre os antecedentes e as fases preliminares da repressão. Há o perigo de superestimar o papel desempenhado na repressão pelo superego. Não podemos no momento dizer se seria o surgimento do superego que proporciona a linha de demarcação entre a repressão primitiva e a pressão posterior. Seja como for, as primeiras irrupções de ansiedade, que são de natureza muito intensa, ocorrem antes de o superego tornar-se diferenciado. É altamente provável que as causas precipitantes imediatas das repressões primitivas sejam fatores quantitativos, tais como uma força excessiva e o rompimento do escudo protetor contra os estímulos.

Essa menção do escudo protetor provoca algo que nos relembra o fato de que a repressão ocorre em duas situações diferentes - a saber, quando um impulso instintual indesejável é provocado por certa percepção externa e quando surge internamente sem qualquer provocação. Voltaremos a essa divergência mais adiante. Mas o escudo protetor existe apenas no tocante a estímulos externos, não quanto a exigências instintuais internas.

Enquanto dirigirmos nossa atenção para a tentativa de fuga do ego, não chegaremos mais perto do tema da formação de sintomas. Um sistema surge de um impulso instintual que foi prejudicialmente afetado pela repressão. Se o ego, fazendo uso do sinal de desprazer, atingiu seu objetivo de suprimir inteiramente o impulso instintual, nada saberemos sobre como isso aconteceu. Podemos apenas descobrir algo a esse respeito pelos casos nos quais a repressão deve ser descrita como tendo, em maior ou menor grau, falhado. Nesse caso a posição, falando em geral, é que o impulso instintual encontrou um substituto apesar da repressão, mas um substituto muito mais reduzido, descolado e inibido, e que não é mais reconhecível como uma satisfação. E, quando o impulso substitutivo é levado a efeito, não há qualquer sensação de prazer; sua realização apresenta, ao contrário, a qualidade de uma compulsão.

Ao rebaixar assim um processo de satisfação a um sintoma, a repressão exibe sua força sob outro aspecto. O processo substitutivo é impedido, se possível, de encontrar descarga pela motilidade; e mesmo se isso não puder ser feito, o processo é forçado a gastar-se ao efetuar alterações no próprio corpo do indivíduo, não lhe sendo permitido girar em torno do mundo externo. Ele não deve ser transformado em ação, pois, como sabemos, na repressão o ego está atuando sob a influência da realidade externa e, portanto, impede o processo substitutivo de exercer qualquer efeito sobre aquela realidade.

Do mesmo modo que o ego controla o caminho para a ação, controla o acesso à consciência. Na repressão exerce sua força em ambas as direções, atuando de uma maneira sobre o próprio impulso instintual e de outra sobre o representante [psíquico] desse impulso. A essa altura, cabe perguntar como posso conciliar esse reconhecimento do poderio do ego com a descrição de sua posição que apresentei em O Ego e o Id. Nesse livro esbocei um quadro de sua relação dependente com o id e o superego, e revelei quão impotente e

apreensivo ele era no tocante a ambos e com que esforço manteve sua exibição de superioridade sobre eles. Esse ponto de vista repercutiu amplamente na literatura psicanalítica. Muitos autores têm dado grande ênfase à fraqueza do ego em relação ao id e aos nossos elementos racionais em face das forças demoníacas dentro de nós, e exibem forte tendência para transformarem o que eu disse em pedra angular de uma Weltanschauung psicanalítica. Contudo, por certo o psicanalista, com seus conhecimentos da forma como a repressão atua, deve, justamente ele, ser impedido de adotar um ponto de vista tão extremo e unilateral.

Devo confessar que não sou de modo algum parcial quanto à construção de Weltanschauungen. Tais atividades podem ser deixadas aos filósofos, que confessadamente acham impossível empreender sua viagem pela vida sem um Baedeker* dessa espécie para proporcionar-lhes informações sobre todos os assuntos. Aceitemos humildemente o desprezo com que nos olham, sobranceiros, do ponto de observação de suas necessidades superiores. Mas visto que nós não podemos também abrir mão de nosso orgulho narcísico, ficaremos reconfortados com o pensamento de que tais ‘Manuais para a Vida’ ficam logo desatualizados, de que é precisamente nosso trabalho míope, tacanho e insignificante que os obriga a aparecer em novas edições, e de que até mesmo os mais atualizados deles nada mais são do que tentativas para encontrar um substituto para o antigo, útil e todo-suficiente catecismo da Igreja. Somente uma pesquisa paciente e perseverante, na qual tudo esteja subordinado à única exigência da certeza, poderá gradativamente ocasionar uma transformação. O viajante surpreendido pela noite pode cantar alto no escuro para negar seus próprios temores; mas, apesar de tudo isto, não enxergará mais que um palmo adiante do nariz.

III

Voltando ao problema do ego. A contradição aparente deve-se ao fato de termos considerado as abstrações de maneira por demais rígida e de termos atendido exclusivamente ora a um lado, ora a outro daquilo que é de fato um complicado estado de coisas. Estávamos justificados, penso eu, em separar o ego do id, pois há certas considerações que necessitam dessa medida. Por outro lado, o ego é idêntico ao id, sendo apenas uma parte especialmente diferenciada do mesmo. Se considerarmos essa parte em si mesma em contraposição ao todo, ou se houver ocorrido uma verdadeira divisão entre os dois, a fragilidade do ego se torna evidente. Mas se o ego permanecer vinculado ao id e indistinguível dele, então ele exhibe a sua força. O mesmo se aplica à relação entre o ego e o superego. Em muitas situações os dois se acham fundidos; e em geral só podemos distinguir um do outro quando há uma tensão ou conflito entre eles. Na repressão, o fato decisivo é que o ego é uma organização e o id não. O ego é, na realidade, a parte organizada do id. Estaríamos inteiramente errados se figurássemos o ego e o id como dois campos opostos e se supuséssemos que, quando o ego tenta suprimir uma parte do id por meio de repressão, o restante do id vai em socorro da parte que se acha em perigo e mede sua força com o ego.

Isto poderá amiúde ser o que acontece, mas por certo não é a situação inicial na repressão. Em geral, o impulso inicial que irá ser reprimido permanece isolado. Embora o ato de repressão demonstre a força do ego, em um ponto específico ele revela a impotência do ego e quão impenetráveis à influência são os impulsos instintuais do id, pois o processo mental que se transformou em um sintoma devido à repressão mantém agora sua existência fora da organização do ego e independentemente dele. Na realidade, não é somente aquele processo, mas todos os seus derivados que usufruem, por assim dizer; desse mesmo privilégio de extraterritorialidade; e sempre que entram em contato associativo com uma parte da organização do ego, não é de modo algum certo que não atraiam essa parte para si próprio e assim se ampliem às expensas do ego. Uma analogia com a qual de há muito estamos familiarizados comparou um sintoma com um corpo estranho que vinha mantendo uma sucessão constante de estímulos e reações no tecido no qual estava encravado. De fato ocorrealgumas vezes que a luta defensiva contra um impulso instintual desagradável é eliminada com a formação de um sintoma. Até onde se pode verificar, isto é freqüentemente possível na conversão histérica. Mas em geral o resultado é diferente. O ato inicial da repressão é acompanhado por uma seqüência tediosa ou interminável na qual a luta contra o impulso instintual se prolonga até uma luta contra o sintoma.

Nessa luta defensiva secundária o ego apresenta duas faces com expressões contraditórias. A única linha de comportamento que ele adota decorre do fato de que sua própria natureza o obriga a fazer o que deve ser considerado como uma tentativa de restauração ou de reconciliação. O ego é uma organização. Baseia-se na manutenção do livre intercâmbio e da possibilidade de influência recíproca entre todas as suas partes. Sua energia dessexualizada ainda revela traços de sua origem em seu impulso para agregar-se e unificar-se, e essa necessidade de síntese torna-se mais acentuada à proporção que a força do ego aumenta. Portanto, é natural que o ego deva tentar impedir que os sintomas permaneçam isolados e alheios utilizando todos os métodos possíveis para agregá-los a si de uma maneira ou de outra, e para incorporá-los em sua organização por meios desses vínculos. Como sabemos, uma tendência dessa natureza já se acha atuante na próprio ato da formação de um sintoma. Um exemplo clássico disto são aqueles sintomas histéricos que revelamos ser um meio termo entre a necessidade de satisfação e a necessidade de punição. Tais sintomas participam do ego desde o início, visto que atendem a uma exigência do superego, enquanto por outro lado representam posições ocupadas pelo reprimido e pontos nos quais uma irrupção foi feita por ele até a organização do ego. Constituem uma espécie de posto de fronteira com uma guarnição mista. (Se todos os sintomas histéricos primários são estruturados nesses moldes, valeria a pena examiná-los muito cuidadosamente.) O ego passa agora a comportar-se como se reconhecesse que o sintoma chegara para ficar e que a única coisa a fazer era aceitar a situação de bom grado, e tirar dela o máximo proveito possível. Ele faz uma adaptação ao sintoma - a essa peça do mundo interno que é estranha a ele - assim como normalmente faz em relação ao mundo externo real. Ele sempre pode encontrar grande número de oportunidades para fazer isto. A presença de um sintoma pode impor uma certa diminuição de capacidade, e isto pode ser explorado para apaziguar alguma exigência

da parte do superego ou para recusar alguma reivindicação proveniente do mundo externo. Dessa forma, o sintoma gradativamente vem a ser representante de interesses importantes; verifica-se útil na afirmação da posição do eu (self) e se funde cada vez mais estreitamente com o ego, tornando-se cada vez mais indispensável a ele. Só muito raramente é que o processo físico de ‘cura’ em torno de um corpo estranho segue um curso como este. Há também o perigo de exagerar a importância de uma adaptação secundária dessa espécie a um sintoma, e de afirmar que o ego criou o sintoma simplesmente a fim de fruir suas vantagens. Seria igualmente verdadeiro dizer que um homem que perdera a perna na guerra fizera com que ela fosse arrancada a tiros, de modo que ele pudesse daí por diante viver de sua pensão, sem ter de executar mais nenhum trabalho.

Nas neuroses obsessivas e na paranóia, as formas que os sintomas assumem tornam-se muito valiosas para o ego porque obtêm para este, não certas vantagens, mas uma satisfação narcísica sem a qual, de outra forma poderia passar. Os sistemas que o neurótico obsessivo constrói lisonjeiam seu amor próprio, fazendo-o sentir que ele é melhor que outras pessoas, porque é especialmente limpo ou especialmente consciencioso. As construções delirantes do paranóico oferecem aos seus agudos poderes perceptivos e imaginativos um campo de atividade que ele não poderia encontrar facilmente em outra parte.

Tudo isto resulta no que nos é familiar como o ‘ganho (secundário) proveniente da doença’ que se segue a uma neurose. Essa recuperação vem em ajuda do ego no seu esforço para incorporar o sintoma, e aumenta a fixação deste último. Quando o analista tenta subsequente ajudar o ego em sua luta contra o sintoma, verifica que esses laços conciliatórios entre o ego e o sintoma atuam do lado das resistências e que não são fáceis de afrouxar.

As duas linhas de comportamento que o ego adota em relação ao sintoma estão, de fato, diretamente opostas uma à outra, pois a outra linha é de natureza menos amistosa, visto que continua na direção da repressão. Não obstante o ego, assim parece, não pode ser acusado de incoerência. Sendo de disposição pacífica, gostaria de incorporar o sintoma e torná-lo parte dele mesmo. É do próprio sintoma que provém o mal, pois o sintoma, sendo o verdadeiro substituto e derivativo do impulso reprimido, executa o papel do segundo; ele continuamente renova suas exigências de satisfação e assim obriga o ego, por sua vez, a dar o sinal de desprazer e a colocar-se em uma posição de defesa.

A luta defensiva secundária contra o sintoma assume muitas formas. Trava-se em diferentes campos e faz uso de uma variedade de métodos. Não estaremos em condições de dizer muito sobre ela até que tenhamos feito uma indagação dos vários exemplos diferentes da formação de sintomas. Ao procedermos dessa forma teremos oportunidade de penetrar no problema da ansiedade - problema que de há muito avulta no segundo plano. O projeto mais sensato será começar pelos sintomas produzidos pela neurose histérica, visto não estarmos ainda em posição de considerar as condições nas quais os sintomas da neurose obsessiva, da

paranóia e de outras neuroses são formados.

IV

Comecemos com uma fobia histérica infantil de animais - por exemplo, o caso do 'Little Hans' [1909b], cuja fobia por cavalos era indubitavelmente típica em todas as suas principais características. A primeira coisa que se torna evidente é que em um caso concreto de doença neurótica o estado de coisas é muito mais complexo do que se suporia enquanto se estivesse lidando com abstrações. Leva-se algum tempo para encontrar-se orientação e para resolver qual é o impulso reprimido, que sintoma substitutivo foi encontrado e onde está o motivo de repressão.

'Little Hans' recusava-se a sair à rua porque tinha medo de cavalos. Isto era a matéria-prima do caso. Que parte disto constituía o sintoma? Era ele ter medo? Era sua escolha de um objeto para seu temor? Era ter ele abandonado sua liberdade de movimento? Ou era mais de um desses fatores combinados? Qual foi a satisfação a que ele renunciou? E por que teve de renunciar a ela?

A um primeiro vislumbre, somos tentados a responder que o caso não é assim tão obscuro. O inexplicável medo de 'Little Hans' por cavalos era o sintoma e sua incapacidade de sair à rua era uma inibição, uma restrição que o ego do menino impusera a si mesmo a fim de não despertar o sintoma de ansiedade. O segundo ponto é claramente correto e no exame que se segue não me preocuparei mais com essa inibição. Mas no tocante ao sintoma alegado, um conhecimento superficial do caso nem sequer revela sua verdadeira formulação, pois uma investigação posterior indica que aquilo de que o menino sofria não era um medo vago de cavalos, mas apreensão bem definida de que um cavalo ia mordê-lo. Essa idéia, na realidade, esforçava-se por retirar-se da consciência e ser substituída por uma fobia indefinida, na qual somente a ansiedade e seu objeto ainda apareciam. Talvez tenha sido essa idéia que tenha constituído o núcleo do sintoma do 'Little Hans'?

Não faremos qualquer progresso enquanto não tivermos passado em revista a situação psíquica do menino como um todo, quando ela veio à luz no curso do tratamento analítico. Ele se encontrava, à época, na atitude edipiana ciumenta e hostil em relação ao pai, a quem, não obstante - salvo até onde a mãe dele era a causa de desavença -, amava ternamente. Aqui, então, temos um conflito devido à ambivalência: um amor bem fundamentado e um ódio não menos justificável dirigidos para a mesmíssima pessoa. A fobia de 'Little Hans' deve ter sido uma tentativa de solucionar esse conflito. Conflitos dessa natureza devidos à ambivalência são muito freqüentes e podem ter outro resultado típico, no qual um dos dois sentimentos conflitantes (em geral o da afeição) se torna imensamente intensificado e o outro desaparece. O grau exagerado e o caráter compulsivo da afeição, por si sós, traem o fato de que não é a única presente, mas está continuamente alerta para manter o sentimento oposto

sob supressão, permitindo-nos postular a atuação de um processo que denominamos de repressão por meio da formação reativa (no ego). Casos como o do ‘Little Hans’ não revelam quaisquer vestígios de uma formação reativa dessa natureza. Há formas claramente diferentes de saída de um conflito devido à ambivalência.

Entretanto, fomos capazes de estabelecer outro ponto com certeza. O impulso instintual que sofreu repressão em ‘Little Hans’ foi um impulso hostil contra o pai. A prova disto foi obtida na análise do menino enquanto a idéia do cavalo que mordia estava sendo acompanhada. Ele vira um cavalo cair e também vira um companheiro de brinquedo, com quem brincava de cavalo, cair e ferir-se. A análise justificou a interferência de que ele tivera um impulso pleno de desejo de que o pai devia cair e ferir-se como seu companheiro e o cavalo haviam feito. Além disso, sua atitude em relação à partida de alguém em certa ocasião torna provável que o desejo de que o pai não atrapalhasse também encontrou expressão menos hesitantes. Mas um desejo dessa espécie equivale a uma intenção de alguém desvencilhar-se do pai - equivale ao impulso assassino do complexo de Édipo

Até agora não parece haver quaisquer elos de ligação entre o impulso instintual reprimido de ‘Little Hans’ e o substituto dele que suspeitamos devesse ser visto em sua fobia por cavalos. Simplifiquemos sua situação psíquica, pondo de lado o fator infantil e a ambivalência. Imaginemos que ele é um jovem criado que está apaixonado pela dona da casa e que recebeu certas provas de simpatia desta. Ele odeia seu patrão, que é mais poderoso que ele, e gostaria de desembaraçar-se dele. Ser-lhe-ia então evidentemente natural temer a vingança daquele e criar medo dele - da mesma forma ‘Little Hans’ criou uma fobia por cavalos. Não podemos, portanto, descrever o medo que faz parte dessa fobia como um sintoma. Se ‘Little Hans’, estando apaixonado pela mãe, mostrara medo do pai, não devemos ter direito algum de dizer que ele tinha uma neurose ou fobia. Sua reação emocional teria sido inteiramente compreensível. O que a transformou em uma neurose foi apenas uma coisa: a substituição do pai por um cavalo. É esse deslocamento, portanto, que tem o direito de ser denominado de sintoma, e que, incidentalmente, constitui o mecanismo alternativo que permite um conflito devido à ambivalência ser solucionado sem o auxílio da formação reativa. [Cf.[1].] Tal deslocamento é tornado possível ou facilitado na tenra idade de ‘Little Hans’ porque os traços inatos do pensamento totêmico podem ainda ser facilmente revividos. As crianças ainda não reconhecem nem, seja como for, dão exagerada ênfase ao abismo que separa os seres humanos do mundo animal. A seus olhos o homem adulto, o objeto de seu medo e de sua admiração, ainda pertence à mesma categoria que o grande animal que possui tantos atributos invejáveis, mas contra a qual elas foram advertidas porque ele pode tornar-se perigoso. Como vemos, o conflito devido à ambivalência não é tratado em relação à única e mesma pessoa: é contornado, por assim dizer, por um do par de impulsos conflitantes que são dirigidos para outra pessoa como um objeto substitutivo.

Até agora tudo está claro. Mas a análise da fobia de ‘Hans’, tem sido um desapontamento completo sob um aspecto. A distorção que constitui a formação de sintomas não foi aplicada

ao representante [psíquico] (o conteúdo ideativo) do impulso instintual que devia ser reprimido; foi aplicada a um representante bem diferente e que só correspondia a uma reação ao instinto desagradável. Estaria mais de acordo com nossas expectativas se ‘Little Hans’ tivesse desenvolvido, em vez de medo de cavalos, uma inclinação para maltratá-los e espancá-los, ou se ele tivesse expressado em termos claros o desejo de vê-los cair ou de serem feridos, ou mesmo de morrerem em convulsões (‘fazerem barulho com os pés’). Algo dessa espécie de fato surgiu em sua análise, mas de forma alguma ocupava lugar de relevo em sua neurose. E, o que é bastante curioso, se ele houvesse realmente produzido uma hostilidade dessa natureza, não contra o pai, mas contra cavalos, como seu principal sintoma, não devíamos ter dito que ele estava sofrendo de uma neurose. Deve haver algo de errado quer com nosso ponto de vista da repressão, quer com nossa definição de um sintoma. Uma coisa, naturalmente, nos impressiona de imediato; se ‘Little Hans’ realmente se houvesse comportado assim em relação aos cavalos, isto significaria que a repressão não havia de forma alguma alterado o caráter de seu próprio impulso instintual objetável e agressivo, mas somente o objeto para o qual estava dirigido. Sem dúvida, existem casos nos quais isto é tudo o que faz a repressão. Contudo, mais do que isto aconteceu no desenvolvimento da fobia de ‘Little Hans’ - o que pode ser percebido a partir de uma parte de outra análise.

Como sabemos, ‘Little Hans’ alegava que aquilo que temia era que um cavalo o mordesse. Algum tempo depois fui capaz de saber algo a respeito da origem de outra fobia a animais. Nesse caso o animal temido era um lobo; ele também tinha o significado de um substituto do pai. Quando menino o paciente em questão - um russo que eu só analisei quando ele contava vinte e tantos anos - tivera um sonho (cujo significado foi revelado na análise) e, logo após isto, criara o temor de ser devorado por um lobo, como os sete cabritos do conto de fadas. No caso de ‘Little Hans’ o fato comprovado de que o pai costumava brincar de cavalo com ele sem dúvida determinou sua escolha de um cavalo como um animal causador de ansiedade. Da mesma forma, parecia pelo menos muito provável que o pai do meu paciente russo costumava, quando brincava com ele, fingir ser lobo e de brincadeira ameaçava devorá-lo. Desde então deparou-se-me um terceiro exemplo. O paciente foi um jovem norte-americano que me procurou para ser analisado. É bem verdade que ele não desenvolveu uma fobia a animais, mas é precisamente por causa dessa omissão que seu caso ajuda a lançar luz sobre os outros dois. Quando criança ele fora sexualmente excitado por uma fantástica história infantil, que lhe fora lida em voz alta, sobre um chefe árabe que perseguia um ‘homem feito de especiarias’ a fim de comê-lo. O menino identificou-se com essa pessoa comestível, tendo o chefe árabe sido facilmente reconhecível como um substituto do pai. Essa fantasia formou o primeiro substrato de suas fantasias auto-eróticas.

A idéia de ser devorado pelo pai é típica do material infantil consagrado pelo tempo. Ela possui paralelos familiares na mitologia (por exemplo, o mito de Cronos) e no reino animal. Contudo, apesar dessa confirmação, a idéia nos é tão estranha que mal podemos dar crédito a sua existência em uma criança. Tampouco sabemos se realmente significa o que parece

dizer, e não podemos compreender como pode ter-se tornado o tema de uma fobia. A observação analítica proporciona a informação necessária. Revela que a idéia de ser devorado pelo pai dá expressão, em uma forma que sofreu degradação regressiva, a um termo impulso passivo de ser armado por ele num sentido erótico genital. Uma investigação ulterior do caso clínico não deixa nenhuma dúvida quanto à exatidão dessa explanação. O impulso genital, é verdade, não trai dúvida alguma da sua terna finalidade, quando expresso na linguagem que pertence à fase transicional superada entre as organizações oral e sádica da libido. Além disso, trata-se simplesmente da questão da substituição do representante [psíquico] por uma forma regressiva do impulso genitalmente orientado no id? De forma alguma é fácil ter-se certeza disto. O caso clínico do 'Wolf Man' russo oferece um apoio bem definido ao segundo ponto de vista mais sério: pois a partir da época do sonho decisivo, o menino tornou-se travesso, atormentador e sádico, havendo logo depois desenvolvido uma neurose obsessiva regular. Seja como for, podemos ver que a repressão não é o único meio que o ego pode empregar com a finalidade de defesa contra um impulso instintual desagradável. Se ele conseguir fazer um instinto regredir, na realidade lhe terá causado mais dano do que se o fizesse progredir. Por vezes, realmente, depois de forçar um instinto a regredir dessa forma, passa a reprimi-lo.

O caso 'Wolf Man' e o caso um pouco menos complicado de 'Little Hans' levantam grande número de outras considerações. Mas já fizemos duas descobertas inesperadas. Não pode haver dúvida alguma de que o impulso instintual que foi reprimido em ambas as fobias era hostil contra o pai. Podemos dizer que o impulso fora reprimido pelo processo de ser transformado em seu oposto. Em vez da agressividade por parte do paciente para com o pai, surgiu agressividade (sob a forma de vingança) por parte do pai para com o paciente. Visto que essa agressividade se acha, em qualquer caso, enraizada na fase sádica da libido, somente uma certa dose de degradação se faz necessária para reduzi-la à fase oral. Essa fase, enquanto apenas insinuada ao medo de 'Little Hans' de ser mordido foi ruidosamente exibida no terror do 'Wolf Man' de ser devorado. Mas, além disso, a análise demonstrou, sem qualquer sombra de dúvida, a presença de outro impulso instintual de natureza oposta que sucumbira à repressão. Este foi um suave impulso passivo dirigido ao pai; que já havia alcançado o nível genital (fálico) da organização libidinal. No tocante ao resultado do processo de repressão, esse impulso parece, realmente, ter sido o mais importante dos dois, havendo passado por uma regressão de alcance bem maior e tendo exercido influência decisiva sobre o conteúdo da fobia. Ao acompanharmos uma repressão instintual única, tivemos assim de reconhecer uma convergência de dois de tais processos. Os dois impulsos instintuais que foram dominados pela repressão - a agressividade sádica em relação ao pai e uma atitude passiva suave para com ele - formam um par de opostos. Além disso, uma apreciação completa do caso de 'Little Hans' revela que a formação de sua fobia tivera o efeito de abolir sua catexia objetal afetuosa também de sua mãe, embora o conteúdo real de sua fobia não traisse qualquer sinal disto. O processo de repressão tinha atacado quase todos os componentes do seu complexo edipiano - tanto seus impulsos hostis quanto seus impulsos ternos para com a mãe. Em meu paciente russo esse estado de coisas era muito

menos óbvio.

Essas são complicações desagradáveis, considerando-se que somente passamos a estudar casos simples de formação de sintomas devidos à repressão, e com esse intento escolhemos as neuroses mais antigas e, ao que tudo indica, as mais manifestas da infância. Em vez de uma única repressão encontramos uma coleção delas e ainda por cima ficamos envolvidos com a regressão. Talvez tenhamos aumentado a confusão tratando os dois casos de fobia animal à nossa disposição - 'Little Hans' e o 'Wolf Man' - como se fossem fundidos no mesmo molde. Em verdade, ressaltam certas diferenças entre eles. Somente no tocante a 'Little Hans' é que podemos dizer com certeza que aquilo que sua fobia eliminou foram os dois principais impulsos do complexo edipiano - sua agressividade para com o pai e seu excesso de afeição pela mãe. Um terno sentimento pelo pai também se encontrava presente e desempenhou certo papel na repressão do sentimento oposto; mas não podemos nem provar que era bastante forte para atrair a repressão sobre si mesmo, nem que desapareceu depois. 'Hans' parece, de fato, ter sido um menino normal quanto àquilo que se denomina um complexo edipiano 'positivo'. É possível que os fatores que não encontramos estivessem, na realidade, em ação nele, mas não podemos demonstrar sua existência. Mesmo a análise mais exaustiva apresenta lacunas em seus dados e é insuficientemente documentada. No caso do russo, a deficiência encontra-se em outra parte. Sua atitude para com objetos femininos foi perturbada por uma sedução antiga, e seu lado passivo feminino foi acentuadamente desenvolvido. A análise de seu sonho com o lobo revelou pouquíssima agressividade intencional para com o pai, mas apresentou prova inegável de que aquilo de que a repressão se apoderou foi sua terna atitude passiva para com o pai. Em seu caso, também, é possível que os outros fatores fossem igualmente atuantes; mas não estavam em evidência. Como se explica que, apesar dessas diferenças nos dois casos que quase chegam a uma antítese, o resultado final - uma fobia - seja aproximadamente o mesmo? Deve-se procurar a resposta em outro setor. Penso que será encontrada no segundo fato que surge de nosso breve exame comparativo. Parece-me que em ambos os casos podemos detectar qual foi a força motriz da repressão e podemos consubstanciar nosso ponto de vista sobre sua natureza a partir da linha de desenvolvimento que as duas crianças subsequentemente seguiram. Essa força motriz era a mesma em ambas. Era o temor de castração iminente. 'Little Hans' desistiu de sua agressividade para com o pai temendo ser castrado. O medo de que um cavalo o mordesse pode, sem nenhuma força de expressão, receber o pleno sentido do temor de que um cavalo arrancasse fora com os dentes seus órgãos genitais - o órgão que o distinguiu de uma fêmea. Como vemos, ambas as formas do complexo edipiano, a forma normal, ativa, e a invertida fracassaram através do complexo de castração. A idéia de ansiedade do menino russo de ser devorado por um lobo não encerrava, é verdade, qualquer sugestão de castração, pois a regressão oral pela qual passara a afastara para muito longe da fase fálica. Mas a análise de seu sonho torna supérflua uma prova ulterior. Constituiu um triunfo da repressão que a forma pela qual sua fobia foi expressa não devesse mais encerrar qualquer alusão à castração.

Aqui, então, está o nosso inesperado achado: em ambos os pacientes a força motriz da repressão era o medo da castração. As idéias contidas na ansiedade deles - a de ser mordido por um cavalo e a de ser devorado por um lobo - eram substitutos, por distorção, da idéia de serem castrados pelo pai. Esta foi a idéia que sofreu repressão. No menino russo a idéia era a expressão de um desejo que não foi capaz de subsistir em face de sua revolta masculina; em 'Little Hans' foi a expressão de uma reação nele que transformara sua agressividade em seu oposto. Mas o afeto de ansiedade, que era a essência da fobia, proveio, não do processo de repressão, não das catexias libidinais dos impulsos reprimidos, mas do próprio agente repressor. A ansiedade pertencente às fobias a animais era um medo não transformado de castração. Era portanto um medo realístico o medo de um perigo que era realmente iminente ou que era julgado real. Foi a ansiedade que produziu a repressão e não, como eu anteriormente acreditava, a repressão que produziu a ansiedade.

Não vale a pena negar o fato, embora não seja agradável lembrá-lo, de que em muitas ocasiões afirmei que na repressão o representante instintual é distorcido, deslocado, e assim por diante, enquanto a libido que pertence ao impulso sexual é transformada em ansiedade. Mas agora um exame das fobias, que deve ser o mais capaz de oferecer provas confirmatórias, deixa de sustentar minha asserção; parece, antes, contradizê-la diretamente. A ansiedade sentida em fobias a animais é o medo de castração do ego; enquanto a ansiedade sentida na agorafobia (um assunto que tem sido estudado menos completamente) parece ser seu medo de tentação sexual - um medo que, afinal de contas, deve estar vinculado em suas origens ao medo de castração. Até onde se pode observar no momento, a maioria das fobias remonta a uma ansiedade dessa espécie sentida pelo ego no tocante às exigências da libido. É sempre a atitude de ansiedade do ego que é a coisa primária e que põe em movimento a repressão. A ansiedade jamais surge da libido reprimida. Se eu me tivesse contentado antes em afirmar que, após a ocorrência da repressão, certa dose de ansiedade apareceu em lugar da manifestação da libido que era de se esperar, nada teria hoje a retratar. A descrição seria correta, existindo, indubitavelmente, uma correspondência da espécie afirmada entre a força do impulso que tem de ser reprimido e a intensidade da ansiedade resultante. Mas devo admitir que pensei que estava apresentando mais que uma mera descrição. Acreditei que mexera em um processo metapsicológico de transformação direta da libido em ansiedade. Agora não posso mais manter esse ponto de vista. E, realmente, verifiquei ser impossível na época explicar como uma transformação dessa natureza foi levada a efeito.

Talvez se pergunte como cheguei a essa idéia de transformação no primeiro exemplo. Foi enquanto estudava as 'neuroses atuais' numa época em que a análise ainda estava muito longe de distinguir entre processos no ego e processos no id. Constatei que irrupções de ansiedade e um estado geral de preparo para a ansiedade eram produzidos por certas práticas sexuais tais como o coitus interruptus, a excitação sexual não descarregada ou a abstinência forçada - isto é, sempre que a excitação sexual era inibida, presa ou defletida em seu rumo à satisfação. Visto que a excitação sexual era uma expressão de impulsos sexuais

libidinais, não parecia ser muito precipitado presumir que a libido era transformada em ansiedade por intermédio dessas perturbações. As observações que fiz na ocasião ainda são válidas. Além disso, não se pode negar que a libido que pertence aos processos do id está sujeita a perturbação por instigação da repressão. Talvez ainda seja verdade, portanto, que na repressão a ansiedade é produzida a partir da catexia libidinal dos impulsos instintuais. Mas como podemos reconciliar essa conclusão com nossa outra conclusão de que a ansiedade sentida em fobias é uma ansiedade do ego e que surge neste, e de que não parte da repressão mas, ao contrário, põe a repressão em movimento? Parece haver aqui uma contradição que de modo algum constitui um assunto simples de solucionar. Não será fácil reduzir as duas fontes de ansiedade a uma única. Podemos tentar fazê-lo supondo que, quando o coito é perturbado ou a excitação sexual interrompida ou a abstinência forçada, o ego fareja certos perigos aos quais reage com ansiedade. Mas isto não nos leva a parte alguma. Por outro lado, nossa análise das fobias parece não admitir qualquer correção. Non liquet.

V

Começamos por estudar a formação de sintomas e a luta secundária travada pelo ego contra os sintomas. Mas ao selecionarmos as fobias para essa finalidade fizemos claramente uma escolha. A ansiedade que predomina no quadro dessas desordens é agora vista como uma complicação que obscurece a situação. Existem muitas neuroses que não apresentam qualquer ansiedade. A verdadeira histeria de conversão é uma delas. Mesmo nos seus sintomas mais graves não se encontra qualquer mescla de ansiedade. Só esse fato já deve advertir-nos para não estabelecermos uma ligação muito estreita entre a ansiedade e a formação de sintomas. As fobias acham-se tão intimamente apresentadas com a histeria de conversão em todos os outros aspectos que me senti justificado em classificá-las juntamente com a segunda sob a denominação de ‘histeria de angústia’. Mas ninguém até agora foi capaz de dizer o que é que determina se qualquer caso determinado assumirá a forma de uma histeria de conversão ou de uma fobia - foi capaz, vale dizer, de estabelecer o que determina a geração da ansiedade na histeria.

Os sintomas mais comuns da histeria de conversão - paralisias motoras, contraturas, ações ou descargas involuntárias, dores e alucinações - constituem processos catexiais que são permanentemente mantidos. Mas isto acarreta novas dificuldades. Na realidade não se sabe muita coisa acerca desses sintomas. A análise pode revelar qual o processo excitatório perturbado que os sintomas substituem. Em geral ocorre que eles têm seu quinhão nesse processo. É como se toda a energia do processo tivesse sido concentrada nessa única parte do mesmo. Por exemplo, verificar-se-á que as dores de que sofria um paciente estavam presentes na situação em que ocorreu a repressão; ou que a alucinação do paciente era, na época, uma percepção; ou que sua paralisia motora é uma defesa contra uma ação que devia ser levada a efeito naquela situação, mas que estava inibida; ou que sua contratura é, em geral, um deslocamento de uma pretendida inervação dos músculos em alguma outra parte do

corpo; ou que suas convulsões são a expressão de uma explosão de afeto que foi retirada do controle normal do ego. A sensação de desprazer que acompanha o aparecimento dos sintomas varia em grau impressionante. Nos sintomas crônicos que foram deslocados para a motilidade, como paralisias e contraturas, ela se acha quase inteiramente ausente; o ego comporta-se em relação aos sintomas como se nada tivesse a ver com estes. Nos sintomas intermitentes e naqueles que dizem respeito à espera sensorial, as sensações de desprazer são, em geral, distintamente sentidas; e nos sintomas de dor podem atingir um grau extremo. O quadro apresentado é tão multiforme que é difícil descobrir o fator que permite todas essas variações e ainda uma explicação uniforme das mesmas. Há, além disso, pouco a ser verificado na histeria de conversão da luta do ego contra o sintoma após a sua formação. É somente quando a sensibilidade à dor em alguma parte do corpo constitui o sintoma, que este está em condições de desempenhar duplo papel. O sintoma da dor surgirá com não menor regularidade, sempre que a parte do corpo em causa seja tocada de fora, do que quando a situação patogênica que representa seja associativamente ativada de dentro, e o ego tomará precaução a fim de impedir que o sintoma seja despertado através de percepções externas. Não posso dizer por que a formação de sintomas em histeria de conversão deve ser uma coisa tão obscura, mas o fato nos oferece bom motivo para abandonarmos sem mais delongas um campo de indagação tão improdutivo.

Passemos às neuroses obsessivas na esperança de aprendermos mais alguma coisa sobre a formação de sintomas. Os sintomas que fazem parte dessa neurose se enquadram, em geral, em dois grupos, cada um tendo uma tendência oposta. São ou proibições, precauções e expiação - isto é, negativos quanto à natureza - ou são, ao contrário, satisfações substitutivas que amiúde aparecem em disfarce simbólico. O grupo defensivo, negativo dos sintomas é o mais antigo dos dois, mas à medida que a doença se prolonga, as satisfações, que zombam de todas as medidas defensivas, levam vantagem. A formação de sintomas assinala um triunfo se consegue combinar a proibição com a satisfação, de modo que o que era originalmente uma ordem defensiva ou proibição adquire também a significância de uma satisfação; a fim de alcançar essa finalidade muitas vezes faz uso das trilhas associativas mais engenhosas. Tal realização demonstra a tendência do ego de sintetizar, a qual já observamos, ver em [[1]]. Em casos extremos o paciente consegue fazer com que a maioria de seus sintomas adquira, além do seu significado original, um significado diretamente contrário. Isto é um tributo do poder de ambivalência, o qual, por alguma razão desconhecida, desempenha papel tão relevante nas neuroses obsessivas. No exemplo mais tosco o sintoma é bifásico uma ação que executa uma certa injunção é imediatamente sucedida por outra ação que pára ou desfaz a primeira, mesmo que não vá até o ponto de levar a cabo seu oposto. De imediato surgem duas impressões desse breve exame dos sintomas obsessivos. A primeira é que uma luta incessante está sendo travada contra o reprimido, no qual as forças repressoras constantemente perdem terreno; a segunda é que o ego e o superego têm uma parcela especialmente grande na formação dos sintomas.

A neurose obsessiva é, indubitavelmente, o tema mais interessante e compensador da

pesquisa analítica. Deve-se confessar que, se nos esforçarmos por penetrar mais profundamente em sua natureza, teremos de confiar em admissões duvidosas e suposições não confirmadas. A neurose obsessiva tem origem, sem dúvida, na mesma situação que a histeria, a saber, a necessidade de desviar as exigências libidinais do complexo edipiano. Na realidade, toda neurose obsessiva parece ter um substrato de sintomas histéricos que se formaram em uma fase bem antiga. Mas subseqüentemente ela é plasmada em moldes bem diferentes devido a um fator constitucional. A organização genital da libido vem a ser débil e insuficientemente resistente, de modo que, quando o ego começa seus esforços defensivos, a primeira coisa que ele consegue fazer é lançar de volta a organização genital (da fase fálica), no todo ou em parte, ao nível anal-sádico mais antigo. Esse fato de regressão é decisivo para tudo o que se segue.

Outra possibilidade tem de ser considerada. Talvez a regressão seja o resultado não de um fator constitucional mas de um fator tempo. Pode ser que a regressão possa ser tornada possível, não porque a organização genital da libido seja fraca demais, mas porque a oposição do ego começa cedo demais, enquanto a fase sádica se acha no seu apogeu. Não estou preparado para expressar uma opinião definitiva sobre esse ponto, mas posso dizer que a observação analítica não fala em favor de tal suposição. Antes revela que, na ocasião em que se entra em uma neurose obsessiva, a fase fálica já foi alcançada. Além disso, o início dessa neurose pertence a uma época da vida mais posterior do que a da histeria - ao segundo período da infância, após o período de latência ter-se estabelecido. Em uma paciente cujo caso fui capaz de estudar e que foi dominada por esse distúrbio em uma data muito tardia, tornou-se claro que a causa determinante de sua regressão e do surgimento de sua neurose obsessiva foi uma ocorrência real através da qual sua vida genital, que até então se mantivera intacta, perdeu todo seu valor. No tocante à explicação metapsicológica da regressão, estou inclinado a encontrá-la em uma 'desfusão do instinto', em um desligamento dos componentes eróticos que, com o início da fase genital, se juntaram às catexias destrutivas que pertenciam à fase sádica.

Ao forçar a regressão, o ego lavra seu primeiro tento em sua luta defensiva contra as exigências da libido. (Nesse sentido é vantajoso estabelecer uma distinção entre a idéia mais geral de 'defesa' e 'repressão'. A repressão é apenas um dos mecanismos de que a defesa faz uso.) Talvez seja nos casos obsessivos, mais do que nos normais ou nos histéricos, que podemos mais claramente reconhecer que a força motora da defesa é o complexo de castração, e que o que está sendo desviado são as tendências do complexo edipiano. No momento estamos tratando do início do período de latência, um período que se caracteriza pela dissolução do complexo de Édipo, pela criação ou consolidação do superego e pela edificação de barreiras éticas e estéticas no ego. Nas neuroses obsessivas esses processos são levados mais longe do que o normal. Além da destruição do complexo de Édipo verifica-se uma degradação regressiva da libido, o superego torna-se excepcionalmente severo e rude, e o ego, em obediência ao superego, produz fortes formações reativas de consciência, piedade e asseio. Implacável, embora nem sempre por

isso bem-sucedida, a severidade se revela na condenação da tentação de continuar com a masturbação infantil inicial, que agora se liga a idéias (anal-sádicas) regressivas mas que, não obstante, representa a parte não subjugada da organização fálica. Há uma contradição inerente quanto a esse estado de coisas, no qual, precisamente no interesse da masculinidade (isto é, pelo medo da castração), toda atividade que pertence à masculinidade é paralisada. Mas também aqui a neurose obsessiva está apenas levando a efeito, de forma excessiva, o método normal de livrar-se do complexo de Édipo. Mais uma vez encontramos aqui a ilustração da verdade de que todo exagero contém a semente de sua própria perdição. Pois, à guisa de atos obsessivos, a masturbação que foi suprimida se aproxima cada vez mais da satisfação.

As formações reativas no ego do neurótico obsessivo, que reconheço como exageros da formação normal do caráter, devem ser consideradas, penso eu, como ainda outro mecanismo de defesa e situadas ao lado da regressão e da repressão. Elas parecem estar ausentes ou muito mais fracas na histeria. Lançando um olhar retrospectivo, podemos agora ter uma idéia do que é peculiar ao processo defensivo da histeria. Parece que nela o processo se limita somente à repressão. O ego afasta-se do impulso instintual desagradável, deixa-o seguir seu curso no inconsciente, e não toma mais qualquer parte em sua sorte. Esse ponto de vista não pode ser absolutamente correto, pois estamos familiarizados com o caso no qual um sintoma histérico é ao mesmo tempo a realização de uma penalidade imposta pelo superego, mas ele pode descrever uma característica geral do comportamento do ego na histeria.

Podemos ou simplesmente aceitar como um fato que na neurose obsessiva surge um superego severo dessa espécie, ou considerar a regressão da libido como a característica fundamental da afecção e tentar relacionar a severidade do superego com isto. E realmente o superego, originando-se do id, não pode dissociar-se da regressão e desfunção do instinto que ali se verificaram. Não podemos surpreender-nos se ele se tornar mais áspero, mais rude e mais atormentador do que onde o desenvolvimento tem sido normal.

A principal tarefa durante o período de latência parece ser o desvio da tentação à masturbação. Essa luta produz uma série de sintomas que aparecem de maneira típica nos indivíduos mais diferentes e que, em geral, têm a natureza de um cerimonial. Muito é de lamentar que alguém ainda não os tenha reunido e analisado de maneira sistemática. Sendo os primeiros produtos da neurose, eles deviam ser aqueles mais capazes de lançar luz sobre os mecanismos empregados em sua formação de sintomas. Já exibem as características que surgirão de forma tão desastrosa se sobrevier uma doença grave. Tendem a tornar-se ligados a atividades (que depois seriam levadas a efeito quase automaticamente) como ir dormir, lavar-se, vestir-se e andar de um lado para o outro; e também tendem à repetição e ao desperdício de tempo. No momento não está de modo algum claro por que isto ocorre dessa maneira, mas a sublimação dos componentes erótico-anais desempenha nele papel inegável.

O advento da puberdade abre um capítulo decisivo na história de uma neurose obsessiva. A organização genital interrompida na infância começa novamente com grande vigor. Mas, como sabemos, o desenvolvimento sexual na infância determina qual a direção que tomará esse novo início na puberdade. Não só os impulsos agressivos iniciais serão despertados de novo, mas também uma proporção maior ou menor dos novos impulsos libidinais - nos casos maus todos eles - terá de seguir o curso prescrito para eles pela regressão e surgirá como tendências agressivas e destrutivas. Em consequência de as tendências eróticas serem disfarçadas dessa forma e devido às poderosas formações reativas no ego, a luta contra a sexualidade doravante será levada adiante sob o estandarte de princípios éticos. O ego recuará com assombro das instigações à crueldade e à violência que entram na consciência a partir do id, não tendo qualquer idéia de que nelas ele está combatendo desejos eróticos, inclusive alguns em relação aos quais não teria aberto exceção alguma. O superego por demais rigoroso insiste ainda mais fortemente na supressão da sexualidade, visto esta ter assumido formas tão repelentes. Assim, na neurose obsessiva o conflito é agravado em duas direções: as forças defensivas se tornam mais intolerantes e as forças que devem ser desviadas se tornam mais intoleráveis. Ambos os efeitos se devem a um único fator, a saber, a regressão da libido.

Muito do que se afirmou pode ser contestado com base no fundamento de que as idéias obsessivas desagradáveis são bem conscientes. Mas não resta dúvida de que, antes de se tornarem conscientes, passaram pelo processo de repressão. Na maioria delas a verdadeira enunciação do impulso instintual agressivo é totalmente desconhecida do ego, exigindo boa dose de trabalho analítico para torná-la consciente. O que de fato penetra na consciência é, em geral, somente um substituto distorcido que é ou de natureza vaga, semelhante aos sonhos e indeterminada, ou de tal forma caricaturado que se torna irreconhecível. Mesmo onde a repressão não usurpou o conteúdo do impulso agressivo, ela por certo livrou-se de seu caráter afetivo concomitante. Como resultado, a agressividade parece ao ego não uma impulsão mas, como os próprios pacientes dizem, apenas um 'pensamento' que não desperta qualquer sentimento. Mas o fato é que este não é o caso. O que acontece é que o afeto deixado de fora quando a idéia obsessiva é percebida aparece em um ponto diferente. O superego comporta-se como se a repressão não tivesse ocorrido e como se conhecesse a verdadeira enunciação e o pleno caráter afetivo do impulso agressivo, e trata o ego em conformidade com isso. O ego que, por um lado, sabe ser inocente, é obrigado, por outro lado, a ficar cômico de um sentimento de culpa e a arcar com uma responsabilidade pela qual não pode responder. Esse estado de coisas não é, contudo, tão desorientador como pareceria à primeira vista. O comportamento do superego simplesmente revela que ele impediu a entrada ao id por meio da repressão, enquanto permaneceu plenamente acessível à influência do superego. Se se pergunta por que o ego não tenta também afastar-se da crítica atormentadora do superego, a resposta é que ele de fato consegue fazê-lo em grande número de casos. Existem neuroses obsessivas nas quais nenhum sentimento de culpa se acha presente. Neles, até onde se possa observar, o ego evitou tornar-se cômico desse sentimento instituindo um novo conjunto de sintomas, penitências ou restrições de natureza autopunitiva.

Esses sintomas, contudo, representam ao mesmo tempo uma satisfação de impulsos masoquistas que, por sua vez, foram reforçados pela regressão.

A neurose obsessiva apresenta uma multiplicidade tão vasta de fenômenos que, apesar de todos os esforços envidados até agora, não se conseguiu fazer uma síntese coerente de todas as suas variações. Tudo que podemos fazer é colher certas correlações típicas, mas há sempre o risco de que tenhamos desprezado outras uniformidades de natureza não menos importantes.

Já escrevi a tendência geral da formação de sintomas na neurose obsessiva. Ela irá dar lugar cada vez mais amplo à satisfação substitutiva às expensas da frustração. Os sintomas que outrora representavam uma restrição do ego vêm depois a representar também satisfações, graças à inclinação do ego para a síntese, sendo bem claro que esse segundo significado gradativamente se torne o mais importante dos dois. O resultado desse processo, que se aproxima cada vez mais de um fracasso completo da finalidade original de defesa, é um ego extremamente restringido, que fica reduzido a procurar satisfação nos sintomas. O deslocamento da distribuição das forças em favor da satisfação pode ter o temido resultado final de paralisar a vontade do ego, que em toda decisão que tem de fazer é quase tão fortemente impelido de um lado como do outro. O conflito superagudo entre o id e o superego, que tem dominado a doença bem desde o começo, pode assumir proporções tão amplas que o ego, incapaz de executar sua ação de mediador, nada poderá empreender que não seja atraído para a esfera daquele conflito.

VI

No curso dessas lutas defrontamo-nos com duas atividades do ego que formam sintomas e que merecem especial atenção porque são obviamente substitutas e, portanto, bem calculadas para ilustrarem sua finalidade e técnica. O fato de surgirem tais técnicas auxiliares e substitutivas pode servir como argumento de que a verdadeira repressão se deparou com dificuldades em seu funcionamento. Se se considerar o quanto que o ego é mais cenário de ação da formação de sintomas na neurose obsessiva do que na histeria e se considerar com que tenacidade o ego se apega a suas relações com a realidade e com a consciência, empregando todas as suas faculdades intelectuais para essa finalidade - e realmente como o próprio processo de pensar se torna hipercatexizado e erotizado -, então talvez se possa chegar a uma melhor compreensão dessas variações da repressão.

As duas técnicas às quais me refiro estão desfazendo o que foi feito e isolado. A primeira delas tem ampla gama de aplicação e remonta a um ponto muito distante. É, por assim dizer, mágica negativa, e se esforça, por meio do simbolismo motor, por ‘dissipar com um sopro’ não meramente as conseqüências de algum evento (ou experiência ou impressão), mas o próprio evento. Escolhi a expressão ‘dissipar com um sopro’ de caso pensado, a fim de lembrar ao leitor o papel desempenhado por essa técnica não somente nas neuroses mas

também nos atos mágicos, nos costumes e nas cerimônias religiosas. Na neurose obsessiva a técnica de desfazer o que foi feito é encontrada pela primeira vez nos sintomas ‘bifásicos’, ver em [[1]], nos quais uma ação é cancelada por uma segunda, do modo que é como se nenhuma ação tivesse ocorrido, ao passo que, na realidade, ambas ocorreram. A finalidade de desfazer é o segundo motivo subjacente dos cerimoniais obsessivos, sendo o primeiro tomar precauções a fim de impedir a ocorrência ou recorrência de algum evento específico. A diferença entre os dois é facilmente observada: as medidas precautórias são racionais, enquanto tentar livrar-se de algo ‘fazendo-o como se não tivesse acontecido’ é irracional e da natureza da magia. Naturalmente deve-se suspeitar que o segundo é o motivo mais antigo dos dois e decorre da atitude animista para com a vida. Esse esforço em desfazer dilui-se em comportamento normal no caso em que uma pessoa resolve considerar um evento como não tendo acontecido. Mas ao passo que ela não adotará quaisquer medidas diretas contra o evento e simplesmente não prestará mais atenção alguma a ele ou a suas conseqüências, a pessoa neurótica tentará tornar o próprio passado não existente. Tentará reprimi-lo por meios motores. A mesma finalidade talvez possa explicar a obsessão de repetir, com tanta freqüência encontrada nessa neurose e cuja execução serve a grande número de intenções contraditórias ao mesmo tempo. Quando não aconteceu na forma desejada, é desfeita, sendo repetida de uma maneira diferente; e logo todos os motivos que existem para que se demore em tais repetições entram também em ação. À medida que a neurose continua, amiúde verificamos que o esforço em desfazer uma experiência traumática constitui um motivo de primeiríssima importância na formação de sintomas. Assim, inesperadamente descobrimos uma nova técnica motora de defesa, ou (como podemos dizer nesse caso com menos exatidão) de repressão.

A segunda dessas técnicas que estamos começando a descrever pela primeira vez, a do isolamento, é peculiar à neurose obsessiva. Ela também se verifica na esfera motora. Quando algo desagradável aconteceu ao paciente ou quando ele próprio fez algo que tem um significado para sua neurose, ele interpola um intervalo durante o qual nada mais deve acontecer - durante o qual não deve perceber nem fazer nada. Esse comportamento, que parece estranho à primeira vista, logo se observa como tendo relação com a repressão. Sabemos que na histeria é possível provocar uma experiência traumática a ser dominada pela amnésia. Na neurose obsessiva isto pode muitas vezes não ser alcançado: a experiência não é esquecida, mas em vez disso, é destituída de seu afeto, e suas conexões associativas são suprimidas ou interrompidas, de modo que permanece como isolada, não sendo reproduzida nos processos comuns do pensamento. O efeito desse isolamento é o mesmo que o efeito da repressão com amnésia. Essa técnica, então, é reproduzida nos isolamentos da neurose obsessiva, recebendo ao mesmo tempo reforço motor para finalidades mágicas. Os elementos que são mantidos à parte dessa forma são precisamente aqueles que são da mesma classe de forma associativa. O isolamento motor destina-se a assegurar uma interrupção da ligação no pensamento. O fenômeno normal de concentração proporciona um pretexto para essa espécie de procedimento neurótico: o que nos parece importante à guisa de uma impressão ou de um trabalho não deve sofrer a interferência das reivindicações simultâneas

de quaisquer outros processos ou atividades mentais. Mas até mesmo uma pessoa normal utiliza a concentração a fim de afastar não somente o que é irrelevante ou destituído de importância, mas também, antes de tudo, o que é inadequado porque é contraditório. Ela fica muito perturbada por aqueles elementos que em certa ocasião eram da mesma classe, mas que foram desintegrados no curso do desenvolvimento dessa pessoa - como, por exemplo, por manifestações da ambivalência do seu complexo paterno em sua relação com Deus, ou por impulsos vinculados a seus órgãos excretores em suas emoções de amor. Assim, no curso normal da coisa, o ego tem grande dose de trabalho de isolamento a executar em sua função de orientar a corrente de pensamento. E, como sabemos, somos obrigados, ao executar nossa técnica analítica, a treiná-lo para abandonar por enquanto essa função, eminentemente justificada como em geral ela é.

Todos verificamos por experiência que é especialmente difícil para um neurótico obsessivo levar a efeito a regra fundamental da psicanálise. Seu ego é mais atento e faz isolamentos mais acentuados, provavelmente por causa do alto grau de tensão devido ao conflito que existe entre seu superego e seu id. Enquanto o neurótico está empenhado em pensar, seu ego tem de manter muita coisa afastada - a intrusão de fantasias inconscientes e a manifestação de tendências ambivalentes. Ele não deve relaxar, mas está constantemente preparado para uma luta. Ele fortifica essa compulsão a concentrar e a isolar mediante a ajuda dos atos mágicos de isolamento que, sob a forma de sintomas, se desenvolvem, passando a ser tão dignos de nota e a ter tanta importância prática para o paciente, mas que são, naturalmente, inúteis em si e que têm a natureza de cerimoniais.

Mas nesse esforço para impedir associações e ligações de pensamento, o ego está obedecendo a uma das ordens mais antigas e fundamentais da neurose obsessiva, o tabu de tocar. Se perguntarmos a nós mesmos por que a evitação do tocar, do contato ou do contágio deve desempenhar papel relevante nessa neurose e deve tornar-se o tema de complicados sistemas, a resposta é que o toque e o contato físico são a finalidade imediata das catexias objetivas agressivas e amorosas. Eros deseja o contato porque se esforça por tornar o ego e o objeto amado um só, por abrir todas as barreiras espaciais entre eles. Mas também a destrutividade, que (antes da invenção de armas de longo alcance) só poderia efetivar-se de perto, deve pressupor contato físico, em engalfinhamento. 'Tocar' uma mulher tornou-se um eufemismo para utilizá-la como um objeto sexual. Não 'tocar' os órgãos genitais é a expressão empregada para proibir a satisfação auto-erótica. Visto que a neurose obsessiva começa por perseguir o toque erótico e depois, após ter-se verificado a regressão, passa a perseguir o toque erótico à guisa de agressividade, depreende-se que nada é tão fortemente proscrito nessa doença como o tocar, nem tão bem adequado para tornar-se o ponto central de um sistema de proibições. Mas isolar é remover a possibilidade de contato; é um método de evitar que uma coisa seja tocada de qualquer maneira. E quando um neurótico isola uma impressão ou uma atividade interpolando um intervalo, ele está deixando que se compreenda simbolicamente que ele não permitirá que seus pensamentos sobre aquela impressão ou atividade entrem em contato associativo com outros pensamentos.

Isto é até onde nos levam nossas investigações sobre a formação de sintomas. Quase não vale a pena resumi-las, pois os resultados que proporcionaram são escassos e incompletos, e quase nada nos revelam que já não saibamos. Seria infrutífero voltar nossa atenção para a formação de sintomas em outras perturbações além das fobias, histeria de conversão e neurose obsessiva, porquanto muito pouco se sabe a respeito das mesmas. Mas ao passarmos em revista essas três neuroses em conjunto somos levados a um problema muito sério, cuja consideração não pode ser mais postergada. Todas as três têm como resultado a destruição do complexo de Édipo; e em todas as três a força motora da oposição do ego é, acreditamos, o medo da castração. Contudo, é somente nas fobias que esse medo aflora e é reconhecido. O que lhe aconteceu nas outras duas neuroses? Como o ego poupou a si mesmo esse medo? O problema se agrava quando recordamos a possibilidade, já mencionada, de que a ansiedade surja diretamente, por uma espécie de fermentação, de uma catexia libidinal, cujos processos foram perturbados. Além disso, é absolutamente certo que o medo da castração é a única força motora da repressão (ou defesa)? Se pensarmos nas neuroses em mulheres estamos destinados a duvidar disso, pois embora possamos certamente estabelecer nelas a presença de um complexo de castração, dificilmente podemos falar com propriedade em ansiedade de castração onde a castração já se verificou.

VII

Voltemos novamente a fobias infantis de animais, pois, quando tudo tiver sido dito e feito, nós as compreenderemos melhor do que quaisquer outros casos. Nas fobias animais, então, o ego tem de opor uma catexia de objeto libidinal que provém do id - uma catexia que pertence ou ao complexo de Édipo positivo ou ao negativo - porque acredita que lhe ceder lugar acarretaria o perigo da castração. Essa questão já foi examinada, mas ainda permanece um ponto duvidoso a esclarecer. No caso de 'Little Hans' - isto é, no caso de um complexo de Édipo positivo - foi sua ternura pela mãe ou foi sua agressividade para com o pai que convocou a defesa pelo ego? Na prática não parece fazer diferença alguma, mormente quando cada conjunto de sentimentos implica o outro; mas a pergunta tem um interesse teórico, visto ser somente o sentimento de afeição pela Mãe que pode contar como um sentimento puramente erótico. O impulso agressivo flui principalmente do instinto destrutivo; sempre acreditamos que em uma neurose é contra as exigências da libido e não contra as de qualquer outro instinto que o ego se está defendendo. De fato, sabemos que depois de a fobia de 'Hans' ter sido formada, sua terna ligação com sua mãe pareceu desaparecer, havendo sido totalmente eliminada pela repressão, enquanto a formação do sintoma (a formação substitutiva) ocorreu em relação aos seus impulsos agressivos. No 'Wolf Man' a situação foi mais simples. O impulso que foi reprimido - sua atitude feminina em relação ao pai - foi genuinamente erótica; e foi em relação a esse impulso que a formação de seus sintomas se verificou.

É quase humilhante que, após trabalharmos por tanto tempo, ainda estejamos tendo dificuldade para compreender os fatos mais fundamentais. Mas decidimos nada simplificar e

nada ocultar. Se não conseguirmos ver as coisas claramente, pelo menos veremos claramente quais são as obscuridades. O que nos está prejudicando aqui é evidentemente algum obstáculo no desenvolvimento da nossa teoria dos instintos. Começamos por traçar a organização da libido através de suas fases sucessivas - desde a fase oral, através da anal-sádica, até a genital - e, ao fazê-lo, colocamos todos os componentes do instinto sexual no mesmo pé de igualdade. Depois pareceu que o sadismo era o representante de outro instinto, que estava oposto a Eros. Esse novo ponto de vista, de que os instintos se enquadram em dois grupos, parece explodir a construção mais antiga das fases sucessivas da organização libidinal. Mas não temos de explorar um novo terreno a fim de encontrarmos uma saída da dificuldade. A solução tem estado à mão por muito tempo e estão fato de que aquilo com que nos preocupamos praticamente não são impulsos instintuais puros, mas misturas em várias proporções dos dois grupos de instintos. Se isto for assim, não há necessidade de rever nossa opinião quanto às organizações da libido. Uma catexia sádica de um objeto também pode legitimamente reivindicar tratamento como uma catexia libidinal; e um impulso agressivo contra o pai pode do mesmo modo ficar sujeito a repressão como um impulso terno para com a mãe. Não obstante, teremos em mente, para consideração futura, a possibilidade de que a repressão seja um processo que possui uma relação especial com a organização genital da libido e que o ego recorra a outros métodos de defesa quando tem de proteger-se contra a libido em outros níveis de organização. Continuando: um caso como o de 'Little Hans' não nos permite chegar a qualquer conclusão clara. É verdade que nele um impulso agressivo foi eliminado pela repressão, mas isto aconteceu após ter sido alcançada a organização genital.

Dessa vez não perderemos de vista o papel desempenhado pela ansiedade. Dissemos que logo que o ego reconhece o perigo de castração dá o sinal de ansiedade e inibe através da instância do prazer-desprazer (de uma maneira que ainda não podemos compreender) o iminente processo catexial no id. Ao mesmo tempo forma-se a fobia. E agora a ansiedade de castração é dirigida para um objeto diferente e expressa de forma distorcida, de modo que o paciente teme, não ser castrado pelo pai, mas ser mordido por um cavalo ou devorado por um lobo. Essa formação substitutiva apresenta duas vantagens óbvias. Em primeiro lugar, evita um conflito devido à ambivalência (pois o pai foi um objeto amado, também) e, em segundo, permite ao ego deixar de gerar ansiedade, pois a ansiedade que pertence a uma fobia é condicional: ela só surge quando o objeto dela é percebido - é com razão, visto que é somente então que a situação de perigo se acha presente. Não é preciso ter medo de ser castrado por um pai que não se encontra ali. Por outro lado, uma pessoa não pode livrar-se de um pai; ele pode aparecer sempre que deseja. Mas se for substituído por um animal, tudo o que se tem de fazer é evitar a vista do mesmo - isto é, sua presença - a fim de ficar livre do perigo e da ansiedade. 'Little Hans', portanto, impôs uma restrição a seu ego. Ele produziu a inibição de não sair de casa, de modo a não encontrar qualquer cavalo. Para o jovem russo foi ainda mais fácil, pois quase não lhe era uma privação deixar de olhar mais para um livro de gravuras. Se sua travessa irmã não tivesse continuado a mostra-lhe o livro com a fotografia do lobo de pé, ele teria sido capaz de sentir-se livre do seu medo. Em ocasião

anterior declarei que as fobias têm a natureza de uma projeção devido ao fato de que substituem um perigo interno instintual por outro externo e perceptual. A vantagem disto é que o indivíduo pode proteger-se contra um perigo externo, dele fugindo e evitando a percepção do mesmo, ao passo que é inútil fugir de perigos que surgem de dentro. Essa minha afirmação não foi incorreta, mas não penetrou a superfície das coisas, pois uma exigência instintual não é, afinal de contas, perigosa em si; somente vem a ser assim, visto que acarreta um perigo externo real, o perigo de castração. Dessa forma, o que acontece numa fobia, em último recurso, é substituído por outro. O ponto de vista que numa fobia o ego é capaz de fugir à ansiedade por meio de evitação ou de sintomas inibitórios ajusta-se muito bem à teoria de que a ansiedade é apenas um sinal afetivo e de que não ocorreu nenhuma alteração na situação econômica.

A ansiedade sentida nas fobias de animais é, portanto, uma reação afetiva por parte do ego ao perigo; e o perigo que está sendo assinalado dessa forma é o perigo de castração. Essa ansiedade não difere em aspecto algum da ansiedade realística que o ego normalmente sente em situações de perigo, salvo que seu conteúdo permanece inconsciente e apenas se forma consciente sob a forma de uma distorção.

O mesmo demonstrará ser verdade, penso eu, quanto a fobia de adultos, embora o material sobre o qual trabalham suas neuroses seja muito mais abundante e haja alguns adicionais na formação dos sintomas. Fundamentalmente, a posição é idêntica. O paciente agorafóbico impõe uma restrição a seu ego a fim de escapar a um certo perigo instintual - a saber, o perigo de ceder a seus desejos eróticos, pois se o fizesse, o perigo de ser castrado, ou algum perigo semelhante, mais uma vez seria evocado como se fosse em sua infância. Posso citar, à guisa de exemplo, o caso de um jovem que se tornou agorafóbico porque temia ceder às solicitações de prostitutas e delas contrair uma infecção sífilítica como castigo.

Estou bem cômico de que grande número de casos apresenta uma estrutura mais complicada e de que muitos outros impulsos instintuais reprimidos podem entrar numa fobia. Mas eles são apenas correntes tributárias que em sua maior parte se ajustaram à corrente principal da neurose numa fase ulterior. A sintomalogia da agorafobia torna-se complicada pelo fato de que o ego não se limita a fazer uma renúncia. A fim de furtar-se à situação de perigo faz mais: em geral efetua uma regressão temporal à infância (em casos extremos, a uma época em que o indivíduo se encontrava no ventre da mãe e se protegia contra os perigos que o ameaçam no presente). Tal regressão torna-se agora uma condição cuja realização isenta o ego de fazer uma renúncia. Por exemplo, um paciente agorafóbico pode ser capaz de caminhar na rua contanto que esteja acompanhado, como uma criancinha, por alguém que ele conhece e em quem confia; ou, pelo mesmo motivo, poderá ser capaz de sair sozinho, contanto que permaneça a uma certa distância de sua própria casa e não vá a lugares que não lhe sejam familiares ou onde as pessoas não o conheçam. O que essas estipulações são, isto dependerá, em cada caso, dos fatores infantis que o dominam através de sua neurose. A fobia de estar sozinho não é ambígua em seu significado,

independentemente de qualquer regressão infantil: ela é, em última análise, um esforço para evitar a tentação de entregar-se à masturbação solitária. A regressão infantil naturalmente só pode ocorrer quando o indivíduo não é mais uma criança.

Uma fobia geralmente se estabelece após um primeiro ataque de ansiedade ter sido experimentado em circunstâncias específicas, tais como na rua, em um trem ou em solidão. A partir desse ponto a ansiedade é mantida em interdição pela fobia, mas ressurgue sempre que a condição não pode ser realizada. O mecanismo da fobia presta bons serviços como meio de defesa e tende a ser muito estável. Uma continuação da luta defensiva, sob a forma de uma luta contra o sintoma, ocorre com frequência mas não invariavelmente.

O que aprendemos sobre a ansiedade nas fobias é também aplicável a neuroses obsessivas. Nesse sentido não nos é difícil colocar as neuroses obsessivas em pé de igualdade com as fobias. Nas primeiras, a mola de toda a formação de sintomas ulteriores é claramente o medo que o ego tem de seu superego. A situação de perigo da qual o ego deve fugir é a hostilidade do superego. Não há aqui qualquer vestígio de projeção; o perigo está inteiramente internalizado. Mas se perguntarmos a nós mesmos o que é que o ego teme do superego, não podemos deixar de pensar que o castigo ameaçado pelo segundo deve ser uma extensão do castigo de castração. Da mesma forma que o pai se tornou despersonalizado sob a forma do superego, o medo da castração, a qual se encontra nas mãos dele, se transformou numa ansiedade social ou moral indefinida. Mas essa ansiedade está oculta. O ego foge dela obedientemente, executando as ordens, precauções e penitências que lhe foram inculcadas. Se ele foi impedido de assim agir, é imediatamente dominado por um sentimento extremamente aflitivo de mal-estar, que pode ser considerado como um equivalente de ansiedade e que os próprios pacientes comparam com essa última.

A conclusão a que chegamos, portanto, é esta. A ansiedade é uma reação a uma situação de perigo. Ela é remediada pelo ego que faz algo a fim de evitar essa situação ou para afastar-se dela. Pode-se dizer que se criam sintomas de modo a evitar a geração de ansiedade. Mas isto não atinge uma profundidade suficiente. Seria mais verdadeiro dizer que se criam sintomas a fim de evitar uma situação de perigo cuja presença foi assinalada pela geração de ansiedade. Nos casos que examinamos, o perigo em causa foi o de castração ou de algo remontável à castração.

Se a ansiedade for uma reação do ego ao perigo, seremos tentados a considerar as neuroses traumáticas, as quais tão amiúde se seguem a uma fuga iminente da morte, como um resultado direto de um medo da morte (ou medo pela vida) e a afastar de nossas mentes a questão da castração e as relações dependentes do ego, ver em [[1] e [2]]. A maior parte daqueles que observaram as neuroses traumáticas que se verificaram durante a última guerra assumiram essa posição e triunfalmente anunciaram que estava prestes a chegar a prova de que uma ameaça ao instinto de autopreservação poderia por si só produzir uma neurose, sem qualquer mescla de fatores sexuais e sem exigir qualquer das complicadas hipóteses da

psicanálise. De fato, deve-se lamentar muito que não haja uma única análise de valor de uma neurose traumática. E é de lamentar-se, não porque tal análise fosse contradizer a importância etiológica da sexualidade - pois qualquer contradição dessa natureza de há muito foi eliminada pela introdução do conceito de narcisismo, que põe a catexia libidinal do ego em harmonia com as catexias objetais e ressalta o caráter libidinal do instinto de autopreservação -, mas porque, na ausência de quaisquer análises dessa espécie, perdemos uma oportunidade preciosíssima de tirar conclusões decisivas sobre as relações entre a ansiedade e a formação de sintomas. Em vista de tudo o que sabemos acerca da estrutura das neuroses relativamente simples da vida cotidiana, parecia altamente improvável que uma neurose chegasse à existência apenas por causa da presença objetiva do perigo, sem qualquer participação dos níveis mais profundos do aparelho mental. Mas o inconsciente parece nada conter que pudesse dar qualquer conteúdo ao nosso conceito da aniquilamento da vida. A castração pode ser retratada com base na experiência diária das fezes que estão sendo separadas do corpo ou com base na perda do seio da mãe no desmame. Mas nada que se assemelhe à morte jamais pode ter sido experimentado; ou se tiver, como no desmaio, não deixou quaisquer vestígios observáveis atrás de si. Estou inclinado, portanto, a aderir ao ponto de vista de que o medo da morte deve ser considerado como análogo ao medo da castração e que a situação à qual o ego está reagindo é de ser abandonado pelo superego protetor - os poderes do destino -, de modo que ele não dispõe mais de qualquer salvaguarda contra todos os perigos que o cercam. Além disso, deve-se recordar que nas experiências que conduzem a uma neurose traumática o escudo protetor contra os estímulos externos é desfeito e quantidades excessivas de excitação incidem sobre o aparelho mental, ver em [[1]]; de forma que temos aqui uma segunda possibilidade - a de que a ansiedade está não apenas emitindo sinais como um afeto, mas também sendo recriada a partir das condições econômicas da situação.

A afirmação que acabo de fazer, no sentido de que o ego foi preparado para esperar a castração, tendo sofrido perdas de objeto constantemente repetidas, coloca a questão da ansiedade sob nova luz. Até aqui consideramo-la como um final afetivo de perigo; mas agora, visto que o perigo é tão amigável o de castração, ele nos parece uma reação a uma perda, uma separação. Mesmo se surgir grande número de considerações que vão contra esse ponto de vista, não podemos senão ficar surpreendidos por uma correlação muito notável. A primeira experiência de ansiedade pela qual passa um indivíduo (no caso de seres humanos, seja como for) é o nascimento, e, objetivamente falando, o nascimento é uma separação da mãe. Poderia ser comparado a uma castração da mãe (equiparando a criança a um pênis). Ora, seria muito satisfatório se a ansiedade, como símbolo de uma separação, devesse ser repetida em toda ocasião subsequente na qual uma separação ocorresse. Mas infelizmente estamos impedidos de fazer uso dessa correlação pelo fato de que o nascimento não é experimentado subjetivamente como uma separação da mãe, visto que o feto, sendo uma criatura completamente narcísica, está totalmente alheio à sua existência como um objeto. Outro

argumento adverso é que sabemos quais são as reações afetivas a uma separação: são a dor e o luto, e não a ansiedade. Incidentalmente, pode-se recordar que ao examinarmos a questão do luto também deixamos de descobrir por que deve ser uma coisa tão dolorosa.

VIII

É chegada a ocasião de fazer uma pausa e meditar. O que claramente desejamos é encontrar algo que nos diga o que é realmente a ansiedade, algum critério que nos permita distinguir dos falsos os verdadeiros enunciados a respeito dela. Mas isto não é fácil conseguir. A ansiedade não é assim um assunto tão simples. Até agora a nada chegamos, a não ser a pontos de vista contraditórias sobre ela, nenhum dos quais pode, diante de uma opinião destituída de preconceito, ter preferência sobre os outros. Proponho, portanto, adotar um procedimento diferente. Sugiro que se reúnam, de maneira bem imparcial, todos os fatos que sabemos sobre a ansiedade, sem esperar chegar a uma nova síntese.

A ansiedade então é, em primeiro lugar, algo que se sente. Denominamo-la de estado afetivo, embora também ignoremos o que seja um afeto. Como um sentimento, a ansiedade tem um caráter muito acentuado de desprazer. Mas isto não é o todo de sua qualidade. Nem todo desprazer pode ser chamado de ansiedade, pois há outros sentimentos, tais como a tensão, a dor ou o luto, que têm o caráter de desprazer. Assim, a ansiedade deve ter outros traços distintivos além dessa qualidade de desprazer. Podemos conseguir compreender as diferenças entre esses vários afetos desagradáveis?

Seja como for, podemos observar uma ou duas coisas sobre o sentimento de ansiedade. Seu caráter de desprazer parece ter um aspecto próprio - algo não muito óbvio, cuja presença é difícil de provar e que, contudo, ali se encontra com toda probabilidade. Mas além de ter essa característica especial difícil de isolar, observamos que a ansiedade se faz acompanhar de sensações físicas mais ou menos definidas que podem ser referidas a órgãos específicos do corpo. Como não estamos interessados aqui na filosofia da ansiedade, contentar-nos-emos em mencionar alguns representantes dessas sensações. Os mais claros e mais freqüentes são os ligados aos órgãos respiratórios e ao coração. Eles proporcionam provas de que as inervações motoras - isto é, processos de descarga - desempenham seu papel no fenômeno geral da ansiedade.

A análise dos estados de ansiedade, portanto, revela a existência de (1) um caráter específico de desprazer, (2) atos de descarga e (3) percepções desses atos. Os dois últimos pontos indicam ao mesmo tempo uma diferença entre estados de ansiedade e outros estados semelhantes, como os de luto e dor. Os últimos não têm qualquer manifestação motora; ou se têm, a manifestação não constitui parte integrante de todo o estado, mas se distingue dela como sendo ou o resultado da mesma ou uma reação a ela. A ansiedade, portanto, é um estado especial de desprazer com atos de descarga ao longo de trilhas específicas. De conformidade com nossos pontos de vista gerais devemos estar inclinados a pensar que a

ansiedade se acha baseada em um aumento de excitação que, por um lado, produz o caráter de desprazer e, por outro, encontra alívio através dos atos de descarga já mencionados. Mas um relato puramente fisiológico dessa natureza quase não nos satisfará. Somos tentados a presumir a presença de um fator histórico que une firmemente as sensações de ansiedade e suas inervações. Presumimos, em outras palavras, que um estado de ansiedade é a reprodução de alguma experiência que encerrava as condições necessárias para tal aumento de excitação e uma descarga por trilhas específicas, e que a partir dessa circunstância o desprazer da ansiedade recebe seu caráter específico. No homem, o nascimento proporciona uma experiência prototípica desse tipo, e ficamos inclinados, portanto, a considerar os estados de ansiedade como uma reprodução do trauma do nascimento. [Ver em [1]]

Isto não implica que a ansiedade ocupa uma posição excepcional entre os estados afetivos. Na minha opinião, os outros afetos são também reproduções de experiências muito antigas, talvez mesmo pré-individuais, de importância vital; e devo estar inclinado e considerá-las como ataques histéricos universais, típicos e inatos, comparados com os ataques recentes e individualmente adquiridos que ocorrem em neuroses histéricas e cuja origem e significado como símbolos mnêmicos foram revelados pela análise. Seria muito conveniente, como é natural, sermos capazes de demonstrar a verdade desse ponto de vista em um grande número desses afetos - uma coisa que ainda está muito longe de ser o caso.

A opinião de que a ansiedade remonta ao fato do nascimento levanta objeções imediatas que têm de ser atendidas. Pode-se argumentar que a ansiedade é uma reação que, com toda probabilidade, é comum a todo organismo, certamente todo organismo de ordem superior, ao passo que o nascimento é experimentado apenas pelos mamíferos, sendo de duvidar se até mesmo em todos eles o nascimento tem o significado de um trauma. Portanto, pode haver ansiedade sem o protótipo de nascimento. Mas essa objeção leva-nos além da barreira que divide a psicologia da biologia. Pode ser que, precisamente porque a ansiedade tem uma função biológica indispensável a cumprir como reação a um estado de perigo, seja diferentemente engendrada em diferentes organismos. Não sabemos, além disso, se a ansiedade envolve as mesmas sensações e inervações nos organismos muito afastados do homem, como faz na próprio homem. Assim, não há aqui qualquer bom argumento contra o ponto de vista de que, no homem, a ansiedade seja moldada no processo do nascimento.

Se a estrutura e a origem da ansiedade forem conforme o descrito, a pergunta que se segue é: qual a função da ansiedade e em que ocasiões se reproduz? A resposta parece ser óbvia e convincente: a ansiedade surgiu originalmente como uma reação a um estado de perigo e é reproduzida sempre que um estado dessa espécie se repete.

Essa resposta, contudo, levanta outras considerações. As inervações envolvidas no estado original de ansiedade provavelmente tinham um significado e finalidade, da mesma forma que os movimentos musculares que acompanham um primeiro ataque histérico. A fim de compreender um ataque dessa natureza, tudo o que se tem a fazer é procurar a situação na

qual os movimentos em questão formavam parte de uma ação apropriada e aconselhável. Dessa forma, no nascimento é provável que a inervação, ao ser dirigida para os órgãos respiratórios, esteja preparando o caminho para a atividade dos pulmões, e, ao acelerar as pulsações do coração, esteja ajudando a manter o sangue isento de substâncias tóxicas. Naturalmente, quando o estado de ansiedade é reproduzido depois como um afeto, faltar-lhe-á tal oportunidade, da mesma forma como às repetições de um ataque histérico. Quando o indivíduo é colocado numa nova posição de perigo, talvez lhe seja bem desaconselhável reagir com um estado de ansiedade (que é uma reação a um perigo anterior) em vez de iniciar uma reação apropriada ao perigo atual. Mas seu comportamento pode tornar-se adequado mais uma vez, se a situação de perigo for reconhecida à medida que se aproximar e se for assinalada por uma irrupção de ansiedade. Nesse caso ele pode imediatamente livrar-se da ansiedade, recorrendo a medidas mais adequadas. Assim, podemos ver que há duas formas como a ansiedade pode surgir: de uma maneira inadequada, quando tenha uma nova situação de perigo, ou de uma maneira conveniente, a fim de dar um sinal e impedir que tal situação ocorra. Mas o que é um 'perigo'? No ato do mecanismo há um verdadeiro perigo para a vida. Sabemos o que isso significa objetivamente; mas num sentido psicológico nada nos diz absolutamente. O perigo do nascimento não tem ainda qualquer conteúdo psíquico. Não podemos possivelmente supor que o feto tenha qualquer espécie de conhecimento de que existe a possibilidade de sua vida ser destruída. Ele somente pode estar cômico de alguma grande perturbação na economia de sua libido narcísica. Grandes somas de excitação nele se acumulam, dando margem a novas espécies de sentimentos de desprazer, e alguns órgãos adquirem maior catexia, renunciando assim a catexia objetal que logo se estabelecerá. Que elementos em tudo isso são utilizados como sinal de uma 'situação de perigo'?

Infelizmente pouquíssimo se conhece acerca da composição mental de um recém-nascido para tornar possível uma resposta direta. Não posso sequer garantir a validade da descrição que acabo de apresentar. É fácil dizer que o bebê repetirá sua emoção de ansiedade em toda situação que recorde o evento do nascimento. O importante é saber o que recorda o evento e o que é recordado.

Tudo o que podemos fazer é examinar as ocasiões nas quais crianças de colo ou um pouco mais velhas revelam disposição de produzir ansiedade. Em seu livro sobre o trauma do nascimento, Rank (1924) fez uma tentativa firme de estabelecer uma relação entre as primeiras fobias das crianças e as impressões nelas causadas pelo evento do nascimento. Mas não penso que ele tenha sido bem-sucedido. Sua teoria está sujeita a duas objeções. Em primeiro lugar, ele presume que a criança recebeu na ocasião do nascimento certas impressões sensoriais, em particular de natureza visual, cuja renovação pode lembrar à sua memória o trauma do nascimento e assim evocar uma reação de ansiedade. Essa suposição é bem infundada e extremamente improvável. Não é crível que uma criança retenha coisas além de sensações tácteis e gerais relacionadas com o processo de nascimento. Se, posteriormente, as crianças revelam medo de animaizinhos que desaparecem em buracos ou

deles saem, essa reação, de acordo com Rank, se deve ao fato de elas perceberem uma analogia. Mas é uma analogia da qual não podem estar cômnicas. Em segundo lugar, ao considerar essas situações de ansiedade posteriores, Rank repisa, conforme melhor lhe convém, ora a lembrança que a criança tem de sua feliz existência intra-uterina, ora sua lembrança de perturbação traumática que interrompeu aquela existência - o que deixa a porta aberta para a interpretação arbitrária. Existem, além disso, certos exemplos de ansiedade infantil que contrariam diretamente sua teoria. Quando, por exemplo, uma criança é deixada sozinha no escuro, seria de esperar-se que ela, de conformidade com seu ponto de vista, recebesse de bom grado o restabelecimento da situação intra-uterina: contudo é precisamente em tais ocasiões que a criança reage com ansiedade. E se isto for explicado afirmando-se que a criança está sendo lembrada da interrupção que o evento do nascimento causou em sua felicidade intra-uterina, torna-se impossível fechar os olhos por mais tempo ao caráter exagerado de tais explicações.

Sou impelido à conclusão de que as primeiras fobias da infância não podem ser diretamente rastreadas em impressões do nascimento e que até agora não foram explicadas. Um certo preparo para a ansiedade se acha sem dúvida presente na criança de colo. Mas esse preparo para a ansiedade, em vez de estar em seu ponto máximo logo após o nascimento e então lentamente decrescer, não surge senão depois, à medida que se processa o desenvolvimento mental, e permanece durante um certo período da infância. Se essas primeiras fobias persistirem além de um certo período da infância, estamos inclinados a suspeitar da presença de uma perturbação neurótica, embora não seja absolutamente claro qual seja sua relação com as indubitáveis neuroses que surgem posteriormente na infância.

Só algumas das manifestações de ansiedade nas crianças nos são compreensíveis, e devemos limitar nossa atenção às mesmas. Ocorrem, por exemplo, quando uma criança está sozinha, ou no escuro, ou quando se encontra com uma pessoa desconhecida em vez de uma com a qual ela está habituada - como a mãe dela. Esses três exemplos podem ser reduzidos a uma condição única - a saber, a de sentir falta de alguém que é amado e de quem se sente saudade. Mas aqui, penso eu, temos a chave de uma compreensão da ansiedade e de uma reconciliação das contradições que parecem assediá-la.

A imagem mnêmica que a criança tem da pessoa pela qual ela sente anseio é sem dúvida intensamente catexizada, provavelmente de forma alucinatória inicialmente. Mas isto não tem qualquer efeito, parecendo agora que o anseio se transforma em ansiedade. Essa ansiedade tem toda a aparência de ser uma expressão do sentimento da criança em sua desorientação, como se em seu estado ainda muito pouco desenvolvido ela não soubesse como melhor lidar com sua catexia de anseio. Aqui a ansiedade aparece como uma reação à perda sentida do objeto e lembramo-nos de imediato do fato de que também a ansiedade de castração constitui o medo de sermos separados de um objeto altamente valioso, e de que a mais antiga ansiedade - a 'ansiedade primeva' do nascimento - ocorre por ocasião de uma separação da mãe.

Mas a reflexão de um momento nos leva além dessa questão da perda de objeto. A razão por que a criança de colo deseja perceber a presença de sua mãe é somente porque ela já sabe por experiência que esta satisfaz todas as suas necessidades sem delongas. A situação, portanto, que ela considera como um 'perigo' e contra a qual deseja ser protegida é a de não satisfação, de uma crescente tensão devida à necessidade, contra a qual ela é inerte. Penso que se adotarmos esse ponto de vista todos os fatos se enquadrarão nos seus lugares. A situação de não satisfação na qual as quantidades de estímulo se elevam a um grau desagradável sem que lhes seja possível ser dominadas psiquicamente ou descarregadas deve, para a criança, ser análoga à experiência de nascer - deve ser uma repetição da situação de perigo. O que ambas as situações têm em comum é a perturbação econômica provocada por um acúmulo de quantidades de estímulos que precisam ser eliminadas. Em ambos os casos a reação de ansiedade se estabelece. (Essa reação é ainda conveniente na criança de colo, pois a descarga, sendo dirigida para o aparelho respiratório e os músculos vocais, agora convoca a mãe para ela, logo que ativou os pulmões do recém-nascido para livrar-se dos estímulos internos.) É desnecessário supor que a criança traz mais alguma coisa com ela da época do seu nascimento do que essa maneira de indicar a presença do perigo.

Quando a criança houver descoberto pela experiência que um objeto externo perceptível pode pôr termo à situação perigosa que lembra o nascimento, o conteúdo do perigo que ela teme é deslocado da situação econômica para a condição que determinou essa situação, a saber, a perda de objeto. É a ausência da mãe que agora constitui o perigo, e logo que surge esse perigo a criança dá o sinal de ansiedade, antes que a temida situação econômica se estabeleça. Essa mudança constitui o primeiro grande passo à frente na providência adotada pela criança para a sua autopreservação, representando ao mesmo tempo uma transição do novo aparecimento automático e involuntário da ansiedade para a reprodução intencional da ansiedade como um sinal de perigo.

Nesses dois aspectos, como um fenômeno automático é um sinal de salvação, verifica-se que a ansiedade é um produto do desamparo mental da criança, o qual é um símile natural de seu desamparo biológico. A impressionante coincidência como a ansiedade do bebê recém-nascido e a ansiedade da criança de colo são condicionadas pela separação da mãe não precisa ser explicada em moldes psicológicos. Essa explicação poder ser apresentada simples e suficientemente de forma biológica, porquanto, da mesma maneira que a mãe originalmente satisfaz todas as necessidades do feto através do aparelho do próprio corpo dela, assim agora, após o nascimento daquele, ela continua a fazê-lo, embora parcialmente por outros meios. Há muito mais continuidade entre a vida intra-uterina e a primeira infância do que a impressionante censura do ato do nascimento nos teria feito acreditar. O que acontece é que a situação biológica da criança como feto é substituída para ela por uma relação de objeto psíquica quanto a sua mãe. Mas não nos devemos esquecer de que durante sua vida intra-uterina a mãe era um objeto para o feto, e que naquela ocasião não havia absolutamente objetos. É óbvio que nesse esquema de coisas não há lugar para a ab-reação

do trauma do nascimento. Não podemos achar que a ansiedade tenha qualquer outra função, afora a de ser um sinal para a evitação de uma situação de perigo.

O significado da perda de objeto como um determinante da ausência se estende consideravelmente além desse ponto, pois a transformação seguinte da ansiedade, a saber, a ansiedade de castração, que pertence à fase fálica, constitui também medo da separação e está assim ligada ao mesmo determinante. Nesse caso, o perigo de se separar dos seus órgãos genitais. Ferenczi [1925] traçou, de maneira bem correta, penso eu, uma nítida linha de ligação entre esse medo e os medos contidos nas situações mais antigas de perigo. O alto grau de valor narcísico que o pênis possui pode valer-se do fato de que o órgão é uma garantia para seu possuidor de que este pode ficar mais uma vez unido à mãe - isto é, a um substituto dela - no ato da copulação. O ficar privado disto equivale a uma renovada separação dela, e isto por sua vez significa ficar desamparadamente exposto a uma tensão desagradável, devido à necessidade instintual, como foi o caso no nascimento. Mas a necessidade cujo aumento se teme é agora uma necessidade específica que pertence à libido genital, e que não é mais indeterminada, como o foi no período da infância. Pode-se acrescentar que para um homem que seja impotente (isto é, que seja inibido pela ameaça de castração) o substituto da copulação é uma fantasia de retorno ao ventre da mãe. Seguindo a linha de pensamento de Ferenczi, podemos dizer que o homem em causa, havendo tentado provocar seu retorno ao ventre da mãe, utilizando o órgão genital dele para representá-lo, está agora [em sua fantasia] substituindo regressivamente aquele órgão por toda a sua pessoa.

O progresso que a criança alcança em seu desenvolvimento - sua crescente independência, a divisão mais acentuada do seu aparelho mental em várias instâncias, o advento de novas necessidades - não pode deixar de exercer influência sobre o conteúdo da situação de perigo. Já traçamos a mudança desse conteúdo a partir da perda da mãe como objeto até a castração. A mudança seguinte é causada pelo poder do superego. Com a despersonalização do agente parental a partir do qual se temia a castração, o perigo se torna menos definido. A ansiedade de castração se desenvolve em ansiedade moral - ansiedade social -, não sendo agora tão fácil saber o que é a ansiedade. A fórmula 'separação e expulsão da horda' só se aplica àquela porção ulterior do superego que se formou com base em protótipos sociais, não só ao núcleo do superego, que corresponde à instância parental introjetada. Expressando-o de modo mais geral, o que o ego considera como sendo o perigo e ao qual reage com um sinal de ansiedade consiste em o superego dever estar com raiva dele ou puni-lo ou deixar de amá-lo. A transformação final pela qual passa o medo do superego é, segundo me parece, o medo da morte (ou medo pela vida), que é um medo do superego projetado nos poderes do destino.

Época houve em que atribuí certa importância ao ponto de vista de que aquilo que era utilizado como uma descarga de ansiedade era a catexia que fora retirada no processo de repressão. Hoje isto me parece quase de nenhuma importância. O motivo disto é que,

embora antigamente acreditasse que a ansiedade, de maneira invariável, surgisse automaticamente por um processo econômico, minha presente concepção de ansiedade como um sinal emitido pelo ego a fim de tornar afetiva a instância do prazer-desprazer elimina a necessidade de considerar o fator econômico. Naturalmente nada há a dizer contra a idéia de que é precisamente a energia que foi liberada por haver sido retirada através da repressão que é utilizada pelo ego para provocar o afeto; porém não é mais de importância alguma qual a parcela de energia que é empregada para essa finalidade. Ver em [[1].]

Essa nova visão das coisas exige o exame de outra asserção minha - a saber, que o ego é a sede real da ansiedade. Penso que essa proposição ainda é válida. Não existe razão alguma para atribuir qualquer manifestação de ansiedade ao superego; embora a expressão 'ansiedade do id' necessitasse de correção, isto seria antes quanto à forma do que quanto ao fundo. A ansiedade é um estado afetivo e como tal, naturalmente, só pode ser sentida pelo ego. O id pode ter ansiedade como o ego, pois não é uma organização e não pode fazer um julgamento sobre situações de perigo. Por outro lado, muitas vezes acontece ocorrer ou começar a ocorrer processos no id que fazem com que o ego produza ansiedade. Na realidade, é provável que as primeiras repressões, bem como a maioria das posteriores, sejam motivadas por uma ansiedade do ego dessa classe, no tocante a processos específicos do id. Aqui estamos mais uma vez fazendo uma distinção correta entre dois casos: o caso no qual ocorre algo no id que ativa uma das situações de perigo para o ego e que o induz a emitir o sinal de ansiedade para que a inibição se processe, e o caso no qual uma situação análoga ao trauma do nascimento se estabelece no id, seguindo-se uma reação automática de ansiedade. Os dois casos podem ser mais aproximados, se se ressaltar que o segundo corresponde à situação de perigo mais antiga e original, ao passo que o primeiro corresponde a qualquer um dos determinantes posteriores de ansiedade que dela se tenha originado; ou, conforme aplicado a perturbação com que de fato nos defrontamos, que o segundo caso é atuante na etiologia das neuroses 'atuais', ao passo que o primeiro permanece típico para o das psiconeuroses.

Vemos, então, que não se trata tanto de remontarmos aos nossos primeiros achados, mas de pô-los em harmonia com descobertas mais recentes. Constitui ainda um fato inegável que na abstinência sexual, na interferência imprópria no curso da excitação sexual, ou se esta for desviada de ser elaborada psiquicamente, a ansiedade surge diretamente da libido; em outras palavras, que o ego fica reduzido a um estado de desamparo em face de uma tensão excessiva devida à necessidade, como ocorreu na situação do nascimento, e que a ansiedade é então gerada. Mais uma vez aqui, embora o assunto seja de somenos importância é bem possível que o que encontra descarga na geração da ansiedade é precisamente o excedente da libido não utilizada. Como sabemos, uma psicose está especialmente sujeita a desenvolver-se com base em uma neurose 'atual'. Isto se afigura como se o ego tivesse tentando poupar-se à ansiedade, que ele aprendeu a manter em suspensão por algum tempo, e ligá-la pela formação de sintomas. A análise das neuroses de guerra traumáticas - expressão que, incidentalmente, abrange grande variedade de perturbações - provavelmente teria

revelado que grande número delas possui algumas características das neuroses ‘atuais’, ver em [[1]]

Ao descrever a evolução das várias situações de perigo a partir do seu protótipo, o ato do nascimento, não tive qualquer intenção de afirmar que cada determinante invalida completamente o precedente. É verdade que, à medida que continua o desenvolvimento do ego, as situações de perigo mais antigas tendem a perder sua força e a ser postas de lado, de modo que podemos dizer que cada período da vida do indivíduo tem seu determinante apropriado de ansiedade. Assim o perigo de desamparo psíquico é apropriado ao perigo de vida quando o ego do indivíduo é imaturo; o perigo da perda de objeto, até a primeira infância, quando ele ainda se acha na dependência de outros; o perigo de castração, até a fase fálica; e o medo do seu superego, até o período de latência. Não obstante, todas essas situações de perigo e determinantes de ansiedade podem resistir lado a lado e fazer com que o ego a elas reaja com ansiedade num período ulterior ao apropriado; ou, além disso, várias delas podem entrar em ação ao mesmo tempo. É possível, além disto, que haja uma relação razoavelmente estreita entre a situação de perigo que seja operativa e a forma assumida pela neurose resultante. Quando, numa parte anterior desta apreciação, verificamos que o perigo da castração era de importância em mais de uma doença, ficamos alerta contra uma superestimativa desse fator, visto que ele poderia não ser decisivo para o sexo feminino, que indubitavelmente está mais sujeito a neuroses do que os homens. [Ver [1].] Vemos agora que não há perigo algum em considerarmos a ansiedade de castração como a única força motora dos processos defensivos que conduzem à neurose. Indiquei alhures como meninazinhas, no curso do seu desenvolvimento, são levadas a fazer uma terna catexia objetual pelo seu complexo de castração. É precisamente nas mulheres que a situação de perigo da perda de objeto parece ter permanecido mais efetiva. Tudo que precisamos fazer é proceder a uma ligeira modificação em nossa descrição do seu determinante de ansiedade, no sentido de que não se trata mais de sentir a necessidade do próprio objeto ou de perdê-lo, mas de perder o amor do objeto. Visto não haver qualquer dúvida de que a histeria tem forte afinidade com a feminilidade, da mesma forma que a neurose obsessiva com a masculinidade, afigura-se provável que, como um determinante da ansiedade, a perda do amor desempenha o mesmíssimo papel na histeria que a ameaça da castração nas fobias e o medo do superego na neurose obsessiva.

IX

O que nos resta agora é considerar a relação entre a formação de sintomas e a geração de ansiedade.

Parece haver duas opiniões amplamente sustentadas sobre esse assunto. Uma é que a ansiedade é um sintoma de neurose. A outra é que existe uma relação muito mais ampla entre as duas. De acordo com a segunda opinião, os sintomas só se formam a fim de evitar a ansiedade: reúnem a energia psíquica que de outra forma seria descarregada como

ansiedade. Assim este seria o fenômeno fundamental e o principal problema da neurose.

Que essa segunda opinião é pelo menos em parte verdadeira é demonstrado por alguns exemplos marcantes. Se um paciente agorafóbico que tenha sido acompanhado até a rua for ali deixado sozinho, ele produzirá um ataque de ansiedade. Ou se um neurótico obsessivo for impedido de lavar as mãos após haver tocado algo, ele se tornará preso de uma ansiedade quase insuportável. É claro, portanto, que a finalidade e o resultado da condição imposta de ser acompanhado na rua e que o ato obsessivo de lavar as mãos consistiam em prevenir irrupções de ansiedade dessa espécie. Nesse sentido, toda inibição que o ego impõe a si próprio pode ser denominada de sintoma.

Visto que remetemos a geração da ansiedade a uma situação de perigo, preferiremos dizer que os sintomas são criados a fim de remover o ego de uma situação de perigo. Se se impedir que os sintomas sejam formados, o perigo de fato se concretiza; isto é, uma situação análoga ao nascimento se estabelece, na qual o ego fica desamparado em face de uma exigência instintual constantemente crescente - o determinante mais antigo e original da ansiedade. Assim, em nossa opinião, a relação entre a ansiedade e o sintoma é menos estreita do que se supunha, pois inserimos o fator da situação de perigo entre eles. Podemos também acrescentar que a geração de ansiedade põe a geração de sintomas em movimento e é, na realidade, um requisito prévio dela, pois se o ego não despertasse a instância de prazer-desprazer gerando ansiedade, não conseguiria a força para paralisar o processo que se está preparando no id e que ameaça com perigo. Há em tudo isso evidente inclinação para limitar ao mínimo a quantidade de ansiedade gerada e para empregá-la somente como sinal, porquanto agir de outra forma somente resultaria em sentir em outro lugar o desprazer que o processo instintual estava ameaçando produzir e que não constituiria um êxito do ponto de vista do princípio de prazer, embora seja um sucesso que ocorre bastante amiúde nas neuroses.

A formação de sintomas, portanto, de fato põe termo à situação de perigo. Ela tem dois aspectos; um, oculto da visão, acarreta a alteração no id em virtude da qual o ego é afastado de perigo; o outro, apresentado abertamente, revela o que foi criado em lugar do processo instintual que foi afetado - a saber, a formação substitutiva.

Seria, contudo, mais correto atribuir ao processo defensivo o que acabamos de dizer sobre a formação de sintomas e empregar a segunda expressão como sinônimo de formação de substitutos. Tornar-se-á então claro que o processo defensivo é análogo à fuga por meio da qual o ego se afasta de um perigo que o ameaça de fora. O processo defensivo é uma tentativa de fuga de um perigo instintual. Um exame dos pontos fracos dessa comparação tornará as coisas mais claras.

Uma objeção a ela é que a perda de um objeto (ou perda do amor da parte do objeto) e a ameaça de castração são do mesmo modo perigos que provêm de fora como, digamos, seria

um animal feroz; não são perigos instintuais. Não obstante, os dois casos não são os mesmos. Um lobo provavelmente nos atacaria independentemente do nosso comportamento em relação a ele; mas a pessoa amada não deixaria de nos amar nem seríamos ameaçados de castração se não alimentássemos certos sentimentos e intenções dentro de nós. Assim, tais impulsos instintuais são determinantes de perigos externos e dessa maneira se tornam perigosos em si; e podemos agora prosseguir contra o perigo externo adotando medidas contra os internos. Nas fobias de animais, o perigo parece ser ainda sentido inteiramente como externo, justamente como sofreu um deslocamento externo no sintoma. Nas neuroses obsessivas o perigo é muito mais internalizado. Aquela parcela de ansiedade referente ao superego que constitui a ansiedade social ainda representa um substituto interno de um perigo externo, enquanto a outra parcela - a ansiedade moral - já é inteiramente endopsíquica.

Outra objeção é que, numa tentativa de fuga de um perigo externo iminente, tudo o que o indivíduo está fazendo é aumentar a distância entre ele próprio e o que o está ameaçando. Ele não se está preparando para defender-se contra ele ou tentando alterar algo a respeito dele, como seria o caso se ele atacasse o lobo com um cajado ou nele atirasse com uma arma. Mas o processo defensivo parece fazer algo mais do que corresponderia a uma tentativa de fuga. Trava debate com o problema do processo instintual ameaçador e de alguma forma suprime-o ou desvia-o de seus objetivos, e assim o torna inócuo. Essa objeção parece inatacável e deve receber a devida importância. Julgo provável que deve haver certos processos defensivos que podem verdadeiramente ser comparados com uma tentativa de fuga, embora em outros o ego assuma uma linha muito mais ativa de autoproteção e inicie vigorosas contramedidas. Mas talvez toda a analogia entre a defesa e a fuga seja inválida pelo fato de que tanto o ego como o instinto no id sejam partes da mesma organização, não entidades isoladas como o lobo e a criança, de modo que qualquer espécie de comportamento por parte do ego resultará também numa alteração do processo instintual.

Esse estudo dos determinantes da ansiedade tem, por assim dizer, revelado o comportamento defensivo do ego transfigurado numa luz racional. Cada situação de perigo corresponde a um período particular de vida ou a uma fase particular de desenvolvimento do aparelho mental e parece ser justificável quanto a ele. Na primeira infância o indivíduo realmente não está preparado para dominar psiquicamente as grandes somas de excitação que o alcançam quer de fora, quer de dentro. Além disso, num certo período de vida seu interesse mais importante realmente é que as pessoas das quais ele depende não devem retirar seu carinho dele. Posteriormente, em sua meninice, quando sente que o pai é um poderoso rival no tocante à sua mãe, e se torna cômico de suas próprias inclinações agressivas para com ele e de suas intenções sexuais em relação à mãe, realmente tem justificativa de ter medo do pai; e seu medo de ser punido por este pode encontrar expressão através de reforço filogenético no medo de ser castrado. Finalmente, quando trava relações sociais, realmente lhe é necessário temer seu superego, ter uma consciência; e a ausência desse fator daria margem a conflitos, perigos e assim por diante.

Mas esse último ponto levanta um novo problema. Em vez do afeto da ansiedade tomemos, por um momento, outro - o do pesar, por exemplo. Parece perfeitamente normal que aos quatro anos de idade uma menina chore penosamente se a sua boneca quebrar-se; ou aos seis, se a governanta reprová-la; ou aos dezesseis, se for desprezada pelo namorado; ou aos vinte e cinco, talvez, se um filho dela morrer. Cada um desses determinantes de dor tem a sua própria época e cada um desaparece quando essa época terminar. Somente os determinantes finais e definitivos permanecem por toda a vida. Devemos julgar estranho se essa menina, depois de ter crescido, se tornado esposa e mãe, fosse chorar por algum objeto sem valor que tivesse sido danificado. Contudo, é assim que se comporta o neurótico. Embora todas as instâncias para a dominação dos estímulos de há muito se tenham desenvolvido dentro de amplos limites em seu aparelho mental, e embora esteja suficientemente crescido para satisfazer à maior parte de suas necessidades por si mesmo e há muito tenha aprendido que a castração não é mais praticada como castigo, ele não obstante se comporta como se as antigas situações de perigo ainda existissem e se apegava a todos os antigos determinantes de ansiedade.

Por que isto é assim exige uma resposta em tanto longa. Antes de tudo, devemos peneirar os fatos. Num grande número de casos os antigos determinantes da ansiedade realmente declinam, após terem produzido reações neuróticas. As fobias de crianças muito tenras, temores de ficarem sós ou no escuro ou com estranhos - fobias que podem quase ser chamadas de normais -, em geral desaparecem depois; a criança 'sai delas crescendo', como dizemos sobre algumas outras perturbações da infância. As fobias de animais, de ocorrência tão freqüente, sofrem o mesmo destino e muitas histerias de conversão dos primeiros anos não têm continuidade em anos posteriores da vida. Ações cerimoniais surgem com extrema freqüência no período de latência, mas somente uma percentagem muito pequena delas se desenvolve posteriormente numa neurose obsessiva completa. Em geral, até onde possamos dizer pelas nossas observações sobre crianças citadinas que pertencem a raças brancas e que vivem de acordo com padrões culturais razoavelmente elevados, as neuroses da infância têm a natureza de episódios regulares no desenvolvimento de uma criança, embora muito pouca atenção se dispense às mesmas. Sinais de neuroses infantis podem ser detectados em todos os neuróticos adultos sem exceção; mas de modo algum todas as crianças que revelam esses sinais se tornam neuróticas depois. Deve acontecer, portanto, que certos determinantes da ansiedade sejam abandonados e certas situações de perigo percam seu significado à medida que o indivíduo se torna mais maduro. Além disso, algumas dessas situações de perigo conseguem sobreviver, alcançando épocas posteriores, e modificam seus determinantes de ansiedade a fim de atualizá-los. Dessa forma, por exemplo, um homem pode reter seu medo de castração à guisa de uma sífilidofobia, após ter vindo a saber que não é mais habitual castrar as pessoas por se entregarem a seus desejos sexuais, mas que, por outro lado, graves doenças podem sobrevir a qualquer um que se entrega assim a seus instintos. Outros determinantes de ansiedade, como o medo do superego, estão destinados a não desaparecer absolutamente, mas a acompanhar as pessoas por toda sua vida. Nesse caso, o neurótico diferirá da pessoa normal devido ao fato de que suas reações aos perigos

em questão serão indevidamente acentuadas. Finalmente, o ser adulto não oferece qualquer proteção absoluta contra um retorno da situação de ansiedade traumática original. Todo indivíduo tem, com toda probabilidade, um limite além do qual seu aparelho mental falha em sua função de dominar as quantidades de excitação que precisam ser eliminadas.

Essas retificações secundárias não podem de forma alguma alterar o fato aqui em exame de que numerosíssimas pessoas continuam infantis em seu comportamento referente ao perigo, e não superam determinantes de ansiedade que ficaram ultrapassados. Negar isto seria negar a existência da neurose, pois são precisamente tais pessoas que denominamos de neuróticas. Mas como isto é possível? Por que nem todas as neuroses são episódios no desenvolvimento do indivíduo que terminam quando a fase seguinte é alcançada? De onde provém o elemento de persistência a essas reações ao perigo? Por que só o afeto de ansiedade parece desfrutar da vantagem sobre todos os outros afetos de evocação de reações que se distinguem das restantes por serem anormais e que, através de sua falta de propriedade, vão de encontro ao movimento da vida? Em outras palavras, mais uma vez chegamos desprevenidos ao enigma com o qual tantas vezes nos defrontamos: de onde provém a neurose - qual é a sua última, sua própria *raison d'être* peculiar? Após dez anos de labores psicanalíticos, continuamos exatamente no escuro quanto a esse problema, como estávamos no início.

X

A ansiedade é a reação ao perigo. Não se pode, afinal de contas, deixar de suspeitar que o motivo pelo qual o afeto de ansiedade ocupa uma posição *sul generis* na economia da mente tem algo a ver com a natureza essencial do perigo. Contudo, os perigos são o destino comum da humanidade; são os mesmos para todos. O que necessitamos e com o que não podemos mexer é algum fator que explicará por que algumas pessoas são capazes de sujeitar o afeto de ansiedade, apesar da sua qualidade peculiar, às elaborações normais da mente, ou que decide quem está condenado a fracassar naquela tarefa. Duas tentativas para encontrar um fator dessa espécie foram feitas, sendo natural que tais esforços encontrassem uma recepção acolhedora, visto que prometem ajudar a atender uma necessidade atormentadora. As duas tentativas em questão são mutuamente complementares; abordam o problema em extremidades opostas. A primeira foi feita por Alfred Adler há mais de dez anos. Sua asserção, reduzida a sua essência, era a de que as pessoas que fracassavam na tarefa a elas atribuída pelo perigo eram aquelas muito impedidas por alguma inferioridade orgânica. Se fosse verdade que *simplex sigillum veri*, devíamos acolher tal solução [Lösung] como uma libertação [Erlösung]. Mas ao contrário, nossos estudos críticos dos últimos dez anos efetivamente demonstraram a total impropriedade de tal explicação - explicação, além disso, que põe de lado toda a riqueza do material descoberto pela psicanálise.

A segunda tentativa foi feita por Otto Rank em 1923 em seu livro *The Trauma of Birth*. [Ver Pp. 89 e 136 e seg.] Seria injusto pôr sua tentativa no mesmo nível que a de Adler,

salvo nesse único ponto, o qual nos diz respeito aqui, pois permanece no terreno da psicanálise e persegue uma linha de pensamento psicanalítica, de modo que pode ser aceita como um esforço autêntico para solucionar os problemas da análise. Nesse assunto da relação do indivíduo com o perigo Rank afasta-se da questão do defeito orgânico do indivíduo e se concentra no grau variável de intensidade do perigo. O processo de nascimento é a primeira situação de perigo, e a convulsão econômica que ele produz torna-se o protótipo da reação de ansiedade. Já, ver em [[1]] traçamos a linha de desenvolvimento que liga essa primeira situação de perigo e determinante da ansiedade com todas as ulteriores, e vimos que todas conservam uma qualidade comum até onde significam, em certo sentido, uma separação da mãe - de início somente num sentido biológico, a seguir como uma perda direta do objeto e depois como uma perda do objeto incorrida indiretamente. A descoberta dessa extensa concatenação constitui indubitável mérito da construção de Rank. Agora, o trauma do nascimento se apodera de cada indivíduo com um grau diferente de intensidade e a violência da reação de ansiedade varia com a força do trauma, sendo a quantidade inicial da ansiedade gerada nele que, de acordo com Rank, decide se ele chegará a controlá-lo - se ele se tornará neurótico ou normal.

Não nos cabe criticar aqui com riqueza de detalhes a hipótese de Rank. Temos apenas a considerar se ela ajuda a resolver nosso problema particular. A fórmula dele - de que se tornam neuróticas as pessoas nas quais o trauma do nascimento foi tão forte que jamais foram capazes inteiramente de ab-reagi-la - é altamente discutível de um ponto de vista teórico. Não sabemos ao certo o que se quer dizer por ab-reação do trauma. Tomada literalmente, implica que quanto mais freqüente e intensamente uma pessoa neurótica reproduzir o afeto de ansiedade, mais de perto ela se aproximará da saúde mental - uma conclusão insustentável. Foi por não ter coincidido com os fatos que abandonei a teoria da ab-reação, que desempenhara papel tão importante no método catártico. Dar tanta ênfase, também, à variabilidade com base no trauma do nascimento é não deixar lugar algum para as legítimas reivindicações da constituição hereditária como fator etiológico, pois essa variabilidade é um fator orgânico que atua de maneira acidental em relação com a constituição, dependendo ela própria de muitas influências que podem ser denominadas acidentais - como, por exemplo, na assistência oportuna por ocasião do parto. A teoria de Rank despreza inteiramente os fatores constitucionais bem como os filogenéticos. Se, contudo, tivéssemos de tentar encontrar um lugar para o fator constitucional restringindo o enunciado dele com a cláusula, digamos, de que aquilo que é realmente importante é a extensão na qual o indivíduo reage à intensidade variável do trauma do nascimento, estaríamos privando sua teoria de sua significação e estaríamos relegando o novo fator introduzido por ele a uma posição de importância secundária: o fator que decidiu se uma neurose devia sobrevir ou não estaria num campo diferente e, mais uma vez, desconhecido.

Além disso, o fato de que, enquanto o homem partilha o processo de nascimento com os outros mamíferos, somente ele tem o privilégio em relação a eles de possuir uma disposição especial para a neurose dificilmente é favorável à teoria de Rank. Mas a principal objeção a

ela é que flutua no ar em vez de estar baseada em observações confirmadas. Nenhum conjunto de prova foi coligido para indicar que o nascimento difícil e retardado coincide de fato com o desenvolvimento de uma neurose, ou mesmo que as crianças assim nascidas exibem os fenômenos da primeira apreensão infantil de forma mais acentuada e por um período mais longo do que outras crianças. Poder-se-ia retrucar que as dores do parto e os nascimentos induzidos, fáceis para a mãe, possivelmente podem envolver grave trauma para a criança. Mas podemos ainda ressaltar que os nascimentos que levam à asfixia estariam destinados a proporcionar claras provas dos resultados que supostamente devem seguir-se. Deve ser uma das vantagens da teoria etiológica de Rank o fato de que ela postula um fator cuja existência pode ser verificada pela observação. E enquanto tal tentativa de verificação não for feita, é impossível verificar o valor da teoria.

Por outro lado, não posso identificar-me com o ponto de vista de que a teoria de Rank contradiz a importância etiológica dos instintos sexuais tal como até agora reconhecidos pela psicanálise, pois sua teoria só tem referência à relação do indivíduo com a situação de perigo, de modo que deixa perfeitamente aberto para nós a suposição de que, se uma pessoa não foi capaz de dominar seus primeiros perigos, ela está destinada a fracassar também em situações ulteriores envolvendo perigo sexual, e assim a ser impelida a uma neurose.

Não acredito, portanto, que a tentativa de Rank tenha solucionado o problema da causação da neurose, nem creio que possamos até agora dizer o quanto ela, não obstante, tenha contribuído para tal solução. Se uma investigação dos efeitos do parto difícil sobre a disposição à neurose deve proporcionar resultados negativos, classificaremos de inferior o valor da contribuição dele. Deve-se temer que nossa necessidade de encontrar uma ‘causa última’ simples e tangível da doença neurótica permaneça insatisfeita. A solução ideal, pela qual os médicos ainda anseiam, seria descobrir certo bacilo que pudesse ser isolado e cultivado numa cultura pura e que, quando injetado em alguém, invariavelmente produzisse a mesma doença; ou, expressando-o de forma um tanto menos extravagante, demonstrar a existência de certas substâncias químicas cuja administração provocasse ou curasse neuroses específicas. Mas a probabilidade de uma solução dessa espécie parece pequena.

A psicanálise leva a conclusões menos simples e satisfatórias. O que tenho a dizer nesse sentido de há muito é familiar e nada tenho de novo a acrescentar. Se o ego consegue proteger-se de um impulso instintual perigoso, através, por exemplo, do processo de repressão, ele por certo inibiu e prejudicou a parte específica do id em causa; mas ao mesmo tempo lhe deu certa independência e renunciou a um pouco de sua própria soberania. Isto é inevitável pela natureza da repressão, que é, fundamentalmente, uma tentativa de fuga. O reprimido é agora, por assim dizer, um fora-da-lei; fica excluído da grande organização do ego e está sujeito somente às leis que regem o domínio do inconsciente. Se, agora, a situação de perigo modificar-se de modo que o ego não tenha razão alguma de desviar-se de um novo impulso instintual análogo ao reprimido, a consequência da restrição do ego que ocorreu setornará manifesta. O novo impulso prosseguirá seu curso sob uma influência

automática - ou, como eu preferiria dizer, sob a influência da compulsão à repetição. Ele seguirá a mesma trilha que o impulso mais antigo reprimido, como se a situação de perigo que tivesse sido superada ainda existisse. O fator de fixação na repressão, portanto, é a compulsão à repetição do id inconsciente - uma compulsão que em circunstâncias normais só é eliminada pela função livremente móvel do ego. O ego poderá ocasionalmente conseguir romper as barreiras da repressão que ele próprio erigiu e recuperar sua influência sobre o impulso instintual, e dirigir o curso do novo impulso de conformidade com a situação de perigo modificada. Mas de fato o ego muito raramente consegue fazer isto: ele não pode desfazer suas repressões. É possível que a maneira pela qual a luta vá ser travada dependa de relações quantitativas. Em alguns casos tem-se a impressão de que o resultado seja imposto: a atração regressiva exercida pelo impulso reprimido e a força da repressão não tem outra opção senão obedecer à compulsão à repetição. Em outros casos percebemos uma contribuição de outra atuação de forças: a atração exercida pelo protótipo reprimido é reforçada por uma repulsão proveniente da direção de dificuldades na vida real que atrapalham qualquer curso diferente que poderia ser seguido pelo novo impulso instintual.

Que esse é um relato correto da fixação na repressão e da retenção das situações de perigo que não são mais situações dos dias atuais é confirmado pelo fato da terapia analítica - fato que é bastante modesto em si, mas que dificilmente pode ser superestimado de um ponto de vista teórico. Quando, na análise, demos ao ego assistência capaz de situá-lo em posição de levantar suas repressões, ele recupera seu poder sobre o id reprimido e pode permitir aos impulsos instintuais que sigam seu curso como se as antigas situações de perigo não existissem mais. O que podemos fazer dessa maneira coincide com o que pode ser alcançado em outros campos da medicina, pois em geral nossa terapia deve contentar-se em provocar mais rapidamente, de forma mais confiável e com menos dispêndio de energia do que seria o caso de outra forma, o bom resultado que em circunstâncias favoráveis teriam ocorrido por si. Vemos pelo que acaba de ser dito que as relações quantitativas - relações que não são diretamente observáveis mas que só podem ser inferidas - são o que determina se situações de perigo antigas serão preservadas, se repressões por parte do ego serão mantidas e se neuroses da infância encontrarão continuidade. Entre os fatores que desempenham seu papel na causação das neuroses e que criam as condições sob as quais as forças da mente são lançadas umas contra as outras, surgem três de forma proeminente: um fator biológico, um filogenético e um puramente psicológico.

O fator biológico é o longo período de tempo durante o qual o jovem da espécie humana está em condições de desamparo e dependência. Sua existência intra-uterina parece ser curta em comparação com a da maior parte dos animais, sendo lançado ao mundo num estado menos acabado. Como resultado, a influência do mundo externo real sobre ele é intensificada e uma diferenciação inicial entre o ego e o id é promovida. Além disso, os perigos do mundo externo têm maior importância para ele, de modo que o valor do objeto que pode somente protegê-lo contra eles e tomar o lugar da sua antiga vida intra-uterina é enormemente aumentado. O fator biológico, então, estabelece as primeiras situações de

perigo e cria a necessidade de ser amado que acompanhará a criança durante o resto de sua vida.

A existência do segundo fator, o filogenético, baseia-se apenas em inferência. Fomos levados a presumir sua existência por uma marcante característica no desenvolvimento da libido. Verificamos que a vida sexual do homem, diferentemente da vida sexual da maioria dos animais de perto relacionada com ele, não realiza um progresso firme desde o nascimento à maturidade, mas, após uma eflorescência inicial até o quinto ano, sofre uma interrupção bem nítida, e então segue seu curso mais uma vez na puberdade, reatando os inícios interrompidos na primeira infância. Isto levou-nos a supor que algo momentoso deve ter ocorrido nas vicissitudes da espécie humana que deixou para trás essa interrupção no desenvolvimento sexual do indivíduo como um precipitado histórico. Esse fator deve seu significado patogênico ao fato de que a maioria das exigências instintuais dessa sexualidade infantil são tratadas pelo ego como perigos e desviados como tais, de modo que os impulsos sexuais ulteriores da puberdade, que no curso natural das coisas seriam egossintônicos, correm o risco de sucumbir à atração de seus protótipos infantis e de segui-los até a repressão. É aqui que nos defrontamos com a etiologia mais direta das neuroses. É fato curioso que o contato inicial com as exigências da sexualidade deve ter efeito sobre o ego semelhante ao produzido pelo contato prematuro com o mundo externo.

O terceiro fator, o psicológico, reside em um defeito do nosso aparelho mental que tem a ver precisamente com sua diferenciação em um id e um ego, e que é portanto também atribuível, em última análise, à influência do mundo externo. Em vista dos perigos da realidade [externa], o ego é obrigado a resguardar-se contra certos impulsos instintuais no id e a tratá-los como perigos. Mas não pode proteger-se dos perigos instintuais internos tão eficazmente quanto pode de alguma realidade que não é parte de si mesmo. Intimamente vinculado ao id como está, só pode desviar um perigo instintual restringindo sua própria organização e aquiescendo na formação de sintomas em troca de ter prejudicado o instinto. Se o instinto rejeitado renovar seu ataque, o ego é dominado por todas aquelas dificuldades que nos são conhecidas como males neuróticos.

Além disso, creio, nosso conhecimento da natureza e da causas da neurose ainda não pode ir adiante.

XI

ADENDOS

No curso deste exame vários temas tiveram que ser postos de lado antes que houvessem sido plenamente tratados. Reuni-os neste capítulo de modo que possam receber a atenção que merecem.

A - MODIFICAÇÕES DE PONTOS DE VISTA ANTERIORES

(a) Resistência e Anticatexia

Importante elemento da teoria da repressão é a opinião de que a repressão não é um fato que ocorre uma vez, mas que exige um dispêndio permanente [de energia]. Se esse dispêndio viesse a cessar, o impulso reprimido, que está sendo alimentado todo o tempo a partir de suas fontes, na ocasião seguinte fluiria pelos canais dos quais havia sido expulso, e a repressão ou falharia em sua finalidade ou teria de ser repetida um número indefinido de vezes. Assim, é porque os instintos são contínuos em sua natureza que o ego tem de tornar segura sua ação defensiva por um dispêndio permanente [de energia]. Essa ação empreendida para proteger a repressão é observável no tratamento analítico como resistência. A resistência pressupõe a existência do que eu denominei de anticatexia. Uma anticatexia dessa espécie é claramente observada na neurose obsessiva. Ela aparece ali sob a forma de uma alteração do ego, como uma formação reativa no ego, e é efetuada pelo reforço da atitude que é o oposto da tendência instintual que tem de ser reprimida - como, por exemplo, na piedade, na consciência e no asseio. Essas formações reativas de neurose obsessiva são essencialmente exageros dos traços normais do caráter que se desenvolvem durante o período de latência. A presença de uma anticatexia na histeria é muito mais difícil de detectar, embora teoricamente seja igualmente indispensável. Na histeria, também, uma quantidade de alteração do ego através da formação reativa é inegável e em algumas circunstâncias se torna tão acentuada que se força à nossa atenção como o principal sintoma. O conflito devido à ambivalência, por exemplo, é transformado em histeria por esse meio. O ódio do paciente por uma pessoa a quem ele ama é mantido em baixo nível por uma quantidade reduzida de ternura e apreensão da parte dela. Mas a diferença entre as formações reativas na neurose obsessiva e na histeria é que na segunda não têm a universalidade de um traço de caráter, mas estão confinadas a relações específicas. Uma histérica, por exemplo, pode ser especialmente afetuosa com seus próprios filhos, os quais no fundo ela odeia; mas por causa disso ela não será mais amorosa, em geral, do que outras mulheres ou mais afetuosa para com outras crianças. A formação reativa da histeria apega-se tenazmente a um objeto específico e jamais se difunde por uma disposição geral do ego, ao passo que o que é característico da neurose obsessiva é precisamente uma difusão dessa espécie - um afrouxamento de relações na escolha de objeto.

Há outra espécie de anticatexia, contudo, que parece mais adequada ao caráter peculiar da histeria. Um impulso instintual reprimido pode ser ativado (novamente catexizado) a partir de duas direções: de dentro, através de reforço de suas fontes internas de excitação, e de fora, através da percepção de um objeto que ele deseja. A anticatexia histérica é principalmente dirigida para fora, contra percepções perigosas. Assume a forma de uma espécie especial de vigilância que, por meio de restrições do ego, causa situações a serem evitadas que ocasionariam tais percepções, ou, se de fato ocorrerem, consegue afastar delas a atenção do paciente. Alguns analistas franceses, em particular Laforgue [1926], recentemente deram a essa ação da histeria o nome especial de ‘escotomização’. Essa técnica de anticatexia é ainda mais perceptível nas fobias, cujo interesse se acha concentrado na remoção do paciente cada vez mais para longe da possibilidade da ocorrência da percepção temida. O fato de que a anticatexia tem uma direção oposta na histeria e nas fobias à que tem na neurose obsessiva - embora a distinção não seja absoluta - parece ser significativo. Sugere existir estreita relação entre a repressão e a anticatexia externa, por um lado, e entre a regressão e a anticatexia interna (isto é, alteração do ego através da formação reativa), por outro. A tarefa de defesa contra uma percepção perigosa é, incidentalmente, comum a todas as neuroses. Várias ordens e proibições na neurose obsessiva têm em vista o mesmo fim.

Mostramos em ocasião anterior que a resistência que tem de ser superada na análise provém do ego, que se apegua a suas anticatexias. É difícil para o ego dirigir sua atenção para percepções e idéias que ele então estabeleceu como norma evitar, ou reconhecer como pertencendo a si próprio impulsos que são o oposto completo daqueles que ele conhece como seus próprios. Nossa luta contra a resistência na análise baseia-se nesse ponto de vista dos fatos. Se a resistência for ela mesma inconsciente, como tão amiúde acontece devido à sua ligação com o material reprimido, nós a tornamos consciente. Se for consciente, ou quando se tiver tornado consciente, apresentamos argumentos lógicos contra ela; prometemos ao ego recompensas e vantagens se ele abandonar sua resistência. Não pode haver nenhuma dúvida ou erro sobre a existência dessa resistência por parte do ego. Mas temos de perguntar a nós mesmos se ela abrange todo o estado de coisas na análise, pois verificamos que mesmo após o ego haver resolvido abandonar suas resistências ele ainda tem dificuldades em desfazer as repressões; e denominamos o período de ardoroso esforço que se segue, depois de sua louvável decisão, de fase de ‘elaboração’. O fator dinâmico que torna uma elaboração desse tipo necessária e abrangente não está longe para se procurar. Pode ser que depois de a resistência do ego ter sido removida, o poder da compulsão à repetição - a atração exercida pelos protótipos inconscientes sobre o processo instintual reprimido - ainda tenha de ser superado. Nada há a dizer contra descrever esse fator como a resistência do inconsciente. Não há qualquer necessidade de se ficar desestimulado por causa dessas correções. Devem ser bem escolhidas se acrescentarem algo ao nosso conhecimento, e não constituem vergonha alguma para nós, na medida em que antes enriquecem do que invalidam nossos pontos de vista anteriores - limitando algum enunciado, talvez, que era por demais geral ou ampliando alguma idéia que foi muito estreitamente

formulada.

Não se deve supor que essas correções nos proporcionem um levantamento completo de todas as espécies de resistência encontradas na análise. A investigação ulterior do assunto revela que o analista tem de combater nada menos que cinco espécies de resistência, que emanam de três direções - o ego, o id e o superego. O ego é a fonte de três, cada uma diferindo em sua natureza dinâmica. A primeira dessas três resistências do ego é a resistência da repressão, que já examinamos acima [[1]] e sobre as quais há o mínimo a ser acrescentado. A seguir vem a resistência da transferência, que é da mesma natureza mas que tem efeitos diferentes e muito mais claros na análise, visto que consegue estabelecer uma relação com a situação analítica ou com o próprio analista, reanimando assim uma repressão que deve somente ser lembrada. A terceira resistência, embora também uma resistência do ego, é de natureza inteiramente diferente. Ela advém do ganho proveniente da doença e se baseia numa assimilação do sintoma no ego. [Ver em [1]] Representa uma não disposição de renunciar a qualquer satisfação ou alívio que tenha sido obtido. A quarta variedade, que decorre do id, é a resistência que, como acabamos de ver, necessita de ‘elaboração’. A quinta, proveniente do superego e a última a ser descoberta, é também a mais obscura, embora nem sempre a menos poderosa. Parece originar-se do sentimento de culpa ou da necessidade de punição, opondo-se a todo movimento no sentido do êxito, inclusive, portanto, à recuperação do próprio paciente pela análise.

(b) Ansiedade a Partir da Transformação da Libido

A opinião sobre a ansiedade que formulei nestas páginas diverge um tanto da que até agora julguei correta. Anteriormente considerei a ansiedade como uma reação geral do ego sob condições de desprazer. Sempre procurei justificar seu aparecimento com base em fundamentos econômicos e presumi, alicerçado em minhas investigações das neuroses ‘atuais’, que a libido (excitação sexual) que era rejeitada ou não utilizada pelo ego encontrava descarga direta sob a forma de ansiedade. Não se pode negar que essas várias asserções não se ajustavam muito bem, ou, seja como for, não decorriam necessariamente umas das outras. Além disso, davam a impressão de haver uma vinculação especialmente estreita entre a ansiedade e a libido e isto não estava conforme ao caráter geral da ansiedade como uma reação ao desprazer. A objeção a esse ponto de vista surgiu por termos considerado o ego como a sede única da ansiedade. Foi um dos resultados da tentativa de uma divisão estrutural do aparelho mental que fiz em O Ego e o Id. Ao passo que o antigo ponto de vista tornava natural supor que a ansiedade decorria da libido pertencente aos impulsos instintuais reprimidos, o novo, pelo contrário, tornava o ego a fonte da ansiedade.

Trata-se assim da ansiedade (do id) ou da ansiedade do ego. Visto que a energia que o ego emprega é dessexualizada, o novo ponto de vista também tendia a enfraquecer a estreita ligação entre a ansiedade e a libido. Espero haver pelo menos conseguido tornar clara a contradição e ter apresentado uma idéia nítida do ponto em dúvida.

A asserção de Rank - que foi originalmente minha - de que a emoção da ansiedade é uma consequência do fato do nascimento e uma repetição da situação então experimentada, obrigou-me a rever mais uma vez o problema da ansiedade. Mas não pude fazer qualquer progresso com a idéia dele de que o nascimento é um trauma, estados de ansiedade, uma reação de descarga ao mesmo e todos os afetos de ansiedade subseqüentes uma tentativa de 'ab-reagi-lo' cada vez mais completamente. Fui obrigado a partir de volta da relação de ansiedade até a situação de perigo que estava por trás dele. A introdução desse elemento abriu novos aspectos da questão. O nascimento foi encarado como sendo o protótipo de todas as situações ulteriores de perigo que se apoderavam do indivíduo sob as novas condições decorrentes de um modo de vida modificado e um crescente desenvolvimento mental. Por outro lado, seu próprio significado foi reduzido a essa relação prototípica como perigo. A ansiedade sentida ao nascer tornou-se o protótipo de um estado afetivo que teve de sofrer as mesmas vicissitudes que os outros afetos. Ou o estado de ansiedade se reproduzia automaticamente em situações análogas à situação original e era assim uma forma inadequada de reação em vez de apropriada, como o fora na primeira situação de perigo, ou o ego adquiria poder sobre essa emoção, reproduzia-a por sua própria iniciativa e a empregava como uma advertência de perigo e como um meio de pôr o mecanismo de prazer-desprazer em movimento. Demos assim ao aspecto biológico do afeto de ansiedade sua devida importância, reconhecendo a ansiedade como a reação geral a situações de perigo, enquanto endossávamos o papel desempenhado pelo ego como a sede da ansiedade, atribuindo-lhe a função de produzir afeto de ansiedade de acordo com suas necessidades. Assim atribuímos duas modalidades de origem à ansiedade na vida posterior. Uma era involuntária, automática e sempre justificada sob fundamentos econômicos, e ocorria sempre que uma situação de perigo análoga ao nascimento se havia estabelecido. A outra era produzida pelo ego logo que uma situação dessa espécie simplesmente ameaçava ocorrer, a fim de exigir sua evitação. No segundo caso o ego sujeita-se à ansiedade como uma espécie de inoculação, submetendo-se a um ligeiro ataque da doença a fim de escapar a toda sua força. Ele vividamente imagina a situação de perigo, por assim dizer, com a finalidade inegável de restringir aquela experiência aflitiva a uma mera indicação, a um sinal. Já vimos com pormenores, ver em [[1]] e [[2]] como as várias situações de perigo surgem uma após a outra, conservando ao mesmo tempo uma vinculação genética.

Talvez sejamos capazes de continuar um pouco além em nossa compreensão da ansiedade quando voltarmos para o problema da relação entre a ansiedade neurótica e a ansiedade realística, ver em [[1]]

Nossa hipótese anterior de uma transformação direta da libido em ansiedade possui menos

interesse para nós agora do que antes. Mas se a considerarmos, teremos de distinguir diferentes casos. No tocante à ansiedade evocada pelo ego como um sinal, ela não entra em consideração, nem, portanto, em qualquer daquelas situações de perigo que suscitam o ego a provocar repressão. A catexia libidinal do impulso sexual reprimido é empregada de outra forma que não a de ser transformada e descarregada como tal - como se verifica de maneira bem clara na histeria de conversão. Por outro lado, uma indagação ulterior da questão da situação de perigo trará à nossa atenção um exemplo da produção de ansiedade que, penso eu, tem de ser explicado de forma diferente, ver em [[1]].

(c) Repressão e Defesa

No curso da apreciação do problema da ansiedade revivi um conceito ou, dizendo de maneira mais modesta, uma expressão, da qual fiz uso exclusivo trinta anos atrás quando comecei pela primeira vez a estudar o assunto, mas depois o abandonei. Refiro-me à expressão ‘processo defensivo’. Substituí-a depois pela palavra ‘repressão’, mas a relação entre as duas continuou incerta. Constituirá uma vantagem indubitável, penso eu, reverter ao antigo conceito de ‘defesa’, contanto que o empreguemos explicitamente como uma designação geral para todas as técnicas das quais o ego faz uso em conflitos que possam conduzir a uma neurose, ao passo que conservamos a palavra ‘repressão’ para o método especial de defesa com o qual a linha de abordagem adotada por nossas investigações nos tornou mais bem familiarizados no primeiro exemplo.

Mesmo uma inovação puramente terminológica deve justificar sua adoção; ela deve refletir algum novo ponto de vista ou certa extensão de conhecimento. A revivescência do conceito da defesa e a restrição do de repressão levam em conta um fato de há muito conhecido, mas que recebeu importância adicional devido a algumas novas descobertas. Nossas primeiras observações de repressão e da formação de sintomas foram feitas em relação com a histeria. Verificamos que o conteúdo perceptual de experiências excitantes e o conteúdo ideativo de estruturas patogênicas de pensamento foram esquecidos e impedidos de ser reproduzidos na lembrança, e concluímos portanto que o manter-se afastado da consciência constitui uma característica principal da repressão histérica. Posteriormente, quando passamos a estudar as neuroses obsessivas, constatamos que naquela doença as ocorrências patogênicas não são esquecidas. Permanecem conscientes, mas são ‘isoladas’ de uma forma que até podemos apreender, de modo que se obtém o mesmo resultado que na amnésia histérica. Não obstante, a diferença é bastante grande para justificar a crença de que o processo pelo qual as exigências instintuais são postas de lado na neurose obsessiva não pode ser o mesmo que na histeria. Investigações ulteriores têm revelado que na neurose

obsessiva uma regressão dos impulsos instintuais a uma fase libidinal mais antiga é provocada mediante a oposição do ego, e que essa regressão, embora não torne a repressão desnecessária, funciona claramente no mesmo sentido que a repressão. Também vimos que na neurose obsessiva a anticatexia, que também presumivelmente se acha na histeria, desempenha papel especialmente relevante na proteção do ego, efetuando nele uma alteração reativa. Nossa atenção, além disso, foi despertada para um processo de 'isolamento' (cuja técnica ainda não pode ser elucidada) que encontra manifestação sintomática direta e para um procedimento, que pode ser denominado mágico, de 'desfazer' o que foi feito - procedimento sobre cuja finalidade defensiva não pode haver qualquer dúvida, mas que não apresenta mais qualquer semelhança com o processo de 'repressão'. Essas observações oferecem fundamentos bastante sólidos para a reintrodução do antigo conceito de defesa, que pode abranger todos os processos que tenham a mesma finalidade - a saber, a proteção do ego contra as exigências instintuais -, e para nele classificar a repressão como um caso especial. A importância dessa nomenclatura é realçada se considerarmos a possibilidade de que investigações ulteriores poderão revelar haver estreita ligação entre formas especiais de defesa e doenças específicas, como, por exemplo, entre repressão e histeria. Além disso, podemos antecipar a possível descoberta de ainda outra importante correlação. Pode muito bem acontecer que antes da sua acentuada clivagem em um ego e um id, e antes da formação de um superego, o aparelho mental faça uso de diferentes métodos de defesa dos quais ele se utilize após haver alcançado essas fases de organização.

B - OBSERVAÇÕES SUPLEMENTARES SOBRE A ANSIEDADE

O afeto da ansiedade apresenta uma ou duas características cujo estudo promete lançar mais luz sobre o assunto. A ansiedade [Angst] tem inegável relação com a expectativa: é ansiedade por algo. Tem uma qualidade de indefinição e falta de objeto. Em linguagem precisa empregamos a palavra 'medo' [Furcht] de preferência a 'ansiedade' [Angst] se tiver encontrado um objeto. Ademais, além de sua relação com o perigo, a ansiedade tem uma relação com a neurose que há muito estamos tentando elucidar. Surge a questão: por que todas as reações não são neuróticas - por que aceitamos tantas delas como normais? E finalmente o problema da diferença entre ansiedade realística e ansiedade neurótica aguarda um exame completo.

Para começarmos com o último problema. O progresso que alcançamos é que fomos atrás de reações de ansiedade até situações de perigo. Se fizermos a mesma coisa com a ansiedade realística não teremos qualquer dificuldade para solucionar a questão. O verdadeiro perigo é um perigo que é conhecido, sendo a ansiedade realística a ansiedade

por um perigo conhecido dessa espécie. A ansiedade neurótica é a ansiedade por um perigo desconhecido. O perigo neurótico é assim um perigo que tem ainda de ser descoberto. A análise tem revelado que se trata de um perigo instintual. Levando esse perigo que não é conhecido do ego até a consciência, o analista faz com que a ansiedade neurótica não seja diferente da ansiedade realística, de modo que com ela se pode lidar da mesma maneira.

Existem duas reações ao perigo real. Uma reação afetiva, uma irrupção de ansiedade. A outra é uma ação protetora. O mesmo presumivelmente se aplicará ao perigo instintual. Sabemos como as duas reações podem cooperar de forma apropriada, uma dando o sinal para que a outra surja. Mas também sabemos que elas podem comportar-se de modo impróprio: a paralisia proveniente da ansiedade pode sobrevir, difundindo-se uma reação à custa da outra.

Em alguns casos as características da ansiedade realística e da ansiedade neurótica se acham mescladas. O perigo é conhecido e real, mas a ansiedade referente a ele é supergrande, maior do que nos parece apropriado. É esse excedente de ansiedade que trai a presença de um elemento neurótico. Tais casos, contudo, não introduzem qualquer princípio novo, pois a análise revela que ao perigo real conhecido se acha ligado um perigo instintual desconhecido.

Podemos descobrir ainda mais sobre isso se, não contentes em rastreamos a ansiedade no perigo, prosseguirmos indagando qual é a essência e o significado de uma situação de perigo. Claramente, ela consiste na estimativa do paciente quanto à sua própria força em comparação com a magnitude do perigo e no seu relacionamento de desamparo em face desse perigo - desamparo físico se o perigo for real e desamparo psíquico se for instintual. Ao proceder assim o indivíduo será orientado pelas experiências reais que tiver tido. (Quer ele esteja certo ou errado em sua estimativa não importa quanto ao resultado.) Denominemos uma situação de desamparo dessa espécie, que ele realmente tenha experimentado, de situação traumática. Teremos então bons motivos para distinguir uma situação traumática de uma situação de perigo.

O indivíduo terá alcançado importante progresso em sua capacidade de autopreservação se puder prever e esperar uma situação traumática dessa espécie que acarrete desamparo, em vez de simplesmente esperar que ela aconteça. Intitulemos uma situação que contenha o determinante de tal expectativa de uma situação de perigo. É nessa situação que o sinal de ansiedade é emitido. O sinal anuncia: 'Estou esperando que uma situação de desamparo sobrevenha' ou 'A presente situação me faz lembrar uma das experiências traumáticas que tive antes. Portanto, preverei o trauma e me comportarei como se ele já tivesse chegado, enquanto ainda houver tempo para pô-lo de lado.' A ansiedade, por conseguinte, é, por um lado, uma expectativa de um trauma e, por outro, uma repetição dele em forma atenuada. Assim os dois traços de ansiedade que notamos têm uma origem diferente. Sua vinculação com a expectativa pertence à situação de perigo, ao passo que sua indefinição e falta de

objeto pertencem à situação traumática de desamparo - a situação que é prevista na situação de perigo.

Seguindo essa seqüência, ansiedade-perigo-desamparo (trauma), podemos agora resumir o que se disse. Uma situação de perigo é uma situação reconhecida, lembrada e esperada de desamparo. A ansiedade é a reação original ao desamparo no trauma, sendo reproduzida depois da situação de perigo como um sinal em busca de ajuda. O ego, que experimentou o trauma passivamente, agora o repete ativamente, em versão enfraquecida, na esperança de ser ele próprio capaz de dirigir seu curso. É certo que as crianças se comportam dessa maneira em relação a toda impressão aflitiva que recebem, reproduzindo-a em suas brincadeiras. Ao passarem assim da passividade para a atividade tentam dominar suas experiências psiquicamente. Se isto é o que se quer dizer por 'ab-reação de um trauma' não podemos ter mais nada a incitar contra a expressão. [Ver [1].] Mas o que é de importância decisiva é o primeiro deslocamento da reação de ansiedade de sua origem na situação de desamparo para uma expectativa dessa situação - isto é, para a situação de perigo. Depois disso vêm os deslocamentos ulteriores, do perigo para o determinante do perigo - perda do objeto e das modificações dessa perda com as quais já nos familiarizamos.

O resultado indesejável de 'estragar' uma criancinha é ampliar a importância do perigo de perder o objeto (sendo o objeto uma proteção contra toda situação de desamparo) em comparação com qualquer outro perigo. Ele portanto estimula o indivíduo a permanecer no estado de infância, cujo período de vida se caracteriza pelo desamparo motor e psíquico.

Até agora não tivemos oportunidade alguma de considerar a ansiedade realística sob qualquer luz diferente da ansiedade neurótica. Sabemos qual a distinção. Um perigo real é aquele que ameaça uma pessoa a partir de um objeto externo, e um perigo neurótico é aquele que a ameaça a partir de uma exigência instintual. Até onde a exigência instintual é algo, também se pode admitir que a ansiedade neurótica da pessoa tenha uma base realística. Vimos que a razão pela qual parece haver uma vinculação especialmente estreita entre a ansiedade e a neurose é que o ego se defende contra um perigo instintual com a ajuda da reação de ansiedade, do mesmo modo que o faz contra um perigo real externo, mas que essa linha de atividade defensiva resulta numa neurose devido a uma imperfeição do aparelho mental. Chegamos também à conclusão de que uma exigência instintual freqüentemente só se torna um perigo (interno) porque sua satisfação provocaria um perigo externo - isto é, porque o perigo interno representa um perigo externo.

Por outro lado, o perigo externo (real) deve também ter conseguido tornar-se internalizado, se se quiser que seja significativo para o ego. Ele deve ter sido reconhecido como relacionado com certa situação de desamparo que foi experimentada. O homem não parece ter sido dotado, ou ter sido dotado num grau muito pequeno, de reconhecimento instintual dos perigos que o ameaçam de fora. Criancinhas estão constantemente fazendo coisas que põem em perigo suas vidas, e eis precisamente por que não podem passar sem um

objeto protetor. Em relação à situação traumática, na qual o paciente está desamparado, convergem perigos externos e internos, perigos reais e exigências instintuais. Quer o ego esteja sofrendo de uma dor que não pára ou experimentando um acúmulo de necessidades instintuais que não podem obter satisfação, a situação econômica é a mesma, e o desamparo motor do ego encontra expressão no desamparo psíquico.

Nesse sentido as fobias desorientadoras da primeira infância merecem ser mencionadas mais uma vez. [Ver [1].] Fomos capazes de explicar algumas delas, tais como o medo de ficar sozinho ou no escuro ou com estranhos, como reações ao perigo de perder o objeto. Outras, como o medo de animaizinhos, trovoadas etc., talvez pudessem ser explicadas como traços vestigiais do preparo congênito para fazer face a perigos reais tão acentuadamente desenvolvidos em outros animais. No homem, só é apropriada aquela parte dessa herança arcaica que tem referência à perda do objeto. Se as fobias de infância se tornarem fixadas e ficarem mais fortes e persistirem até anos depois, a análise revela que o conteúdo delas se associou às exigências instintuais e veio também representar perigos internos.

C - ANSIEDADE, DOR E LUTO

Sabe-se tão pouco acerca da psicologia dos processos emocionais que as observações experimentais que estou prestes a fazer sobre o assunto podem reivindicar um julgamento muito suave. O problema diante de nós decorre da conclusão à qual chegamos de que ansiedade vem a ser uma reação ao perigo de uma perda de objeto. Agora já conhecemos uma reação à perda de um objeto, que é o luto. A questão portanto é: quando essa perda conduz à ansiedade e quando ao luto? Ao examinar o assunto do luto em ocasião anterior constatei que havia uma característica dele que continuava absolutamente sem explicação. Isto era seu estado de dor peculiar. [Cf. p. 132.] E contudo parece evidente por si mesmo que a separação de um objeto deve ser dolorosa. Assim o problema torna-se mais complicado: quando a separação de um objeto produz ansiedade, quando produz luto e quando produz, pode ser, somente dor?

Digamos de imediato que não há qualquer perspectiva à vista para responder a essas perguntas. Devemos contentar-nos em traçar certas distinções e esboçar certas possibilidades.

Nosso ponto de partida será novamente a única situação que acreditamos compreender - a situação da criancinha quando se lhe apresenta um estranho em vez de sua mãe. A primeira exibirá a ansiedade que atribuímos ao perigo de perda de objeto. Mas sua ansiedade é

indubitavelmente mais complicada do que isto e merece um exame mais completo. Que ela tem ansiedade não resta a menor dúvida, mas a expressão de seu rosto e sua reação de chorar indicam que ela está também sentindo dor. Nela parecem estar reunidas certas coisas que depois serão separadas. Ela não pode ainda distinguir entre a ausência temporária e a perda permanente. Logo que perde a mãe de vista comporta-se como se nunca mais fosse vê-la novamente; e repetidas experiências consoladoras, ao contrário, são necessárias antes que ela aprenda que o desaparecimento da mãe é, em geral, seguido pelo seu reaparecimento. A mãe encoraja esse conhecimento, que é tão vital para a criança, fazendo aquela brincadeira tão conhecida de esconder dela o rosto com as mãos e depois, para sua alegria, de descobri-lo de novo. Nessas circunstâncias a criança pode, por assim dizer, sentir anseio desacompanhado de desespero.

Em conseqüência da incompreensão dos fatos pela criança, a situação de sentir falta da mãe não é uma situação de perigo mais uma situação traumática. Ou, para dizê-lo mais corretamente, é uma situação traumática se acontecer que a criança na época esteja sentindo uma necessidade que sua mãe seja a pessoa a satisfazer. Transforma-se numa situação de perigo se essa necessidade não estiver presente no momento. Assim, o primeiro determinante da ansiedade, que o próprio ego introduz, é perda de percepção do objeto (que é equacionada com a perda do próprio objeto). Ainda não se trata de perda de amor. Posteriormente, a experiência ensina à criança que o objeto pode estar presente mas aborrecido com ela; e então a perda de amor a partir do objeto se torna um novo perigo e muito mais duradouro e determinante de ansiedade.

A situação traumática de sentir falta da mãe difere num aspecto importante da situação traumática de nascimento. No nascimento não existia qualquer objeto e dessa forma não se podia sentir falta alguma deste. A ansiedade era a única reação que ocorria. Desde então, repetidas situações de satisfação criaram um objeto da mãe e esse objeto, sempre que a criança sente uma necessidade, recebe uma intensa catexia que pode ser descrita como de 'anseio'. A dor é assim a reação real à perda de objeto, enquanto a ansiedade é a reação ao perigo que essa perda acarreta e, por um deslocamento ulterior, uma reação ao perigo da perda do próprio objeto.

Sabemos também muito pouco sobre a dor. O único fato do qual temos certeza é que a dor ocorre em primeiro lugar e como uma coisa regular sempre que um estímulo que incide na periferia irrompe através dos dispositivos do escudo protetor contra estímulos e passa a atuar como um estímulo instintual contínuo, contra o qual a ação muscular, que é em geral efetiva porque afasta do estímulo o ponto que está sendo estimulado, é impotente. Se a dor provier não de uma parte da pele mas de um órgão interno, a situação é ainda a mesma. Tudo que aconteceu é que uma parte da periferia interna ocupou o lugar da periferia externa. A criança obviamente tem ocasião de sofrer experiências de dor dessa classe, que são independentes das necessidades de experiência da criança. Esse determinante da geração de dor parece, contudo, ter muito pouca semelhança com a perda de um objeto. E além disso, o

elemento que é essencial à dor, o estímulo periférico, está de todo ausente da situação de anseio da criança. Contudo, não pode ser para nada que o uso comum da palavra tenha criado a idéia de dor interna mental e tenha tratado o sentimento de perda de objeto como equivalente à dor física.

Quando há dor física, ocorre um alto grau do que pode ser denominado de catexia narcísica do ponto doloroso. Essa catexia continua a aumentar e tende, por assim dizer, a esvaziar o ego. Sabe-se que quando os órgãos internos nos transmitem dor recebemos representações espaciais e outras representações de partes do corpo que de maneira comum não são absolutamente representadas em ideação consciente. Ademais, o fato marcante de que, quando há um desvio psíquico ocasionado por algum outro interesse, mesmo as dores físicas mais intensas deixam de seguir (não devo dizer ‘permanecem inconscientes’ nesse caso) pode ser explicado por haver uma concentração de catexia no representante psíquico da parte do corpo que está emitindo dor. Penso ser aqui que encontraremos o ponto de analogia que tornou possível levar sensações de dor até a esfera mental, pois a intensa catexia de anseio que está concentrada no objeto do qual se sente falta ou que está perdido (uma catexia que aumenta com firmeza porque não pode ser apaziguada) cria as mesmas condições econômicas que são criadas pela catexia da dor que se acha concentrada na parte danificada do corpo. Assim, o fato da acusação periférica da dor física pode ser deixado de lado. A transição da dor física para a mental corresponde a uma mudança da catexia narcísica para a catexia de objeto. Uma representação de objeto que esteja altamente catexizada pela necessidade instintual desempenha o mesmo papel que uma parte do corpo catexizada por um aumento de estímulo. A natureza contínua do processo catexial e a impossibilidade de inibi-lo produzem o mesmo estado de desamparo mental. Se o sentimento de desprazer que então surge tem o caráter específico de dor (um caráter que não pode ser descrito mais exatamente) em vez de manifestar-se na forma reativa de ansiedade, plausivelmente podemos atribuir isso a um fator do qual ainda não fizemos suficientemente uso em nossas explicações - o alto nível de catexia e ‘ligação’ que predomina enquanto ocorrem esses processos que conduzem a um sentimento de desprazer. Conhecemos ainda outra reação emocional à perda de um objeto, que é o luto. Mas não temos mais qualquer dificuldade em explicá-la. O luto ocorre sob a influência do teste de realidade, pois a segunda função exige categoricamente da pessoa desolada que ela própria deva separar-se do objeto, visto que ele não mais existe. Ao luto é confiada a tarefa de efetuar essa retirada do objeto em todas aquelas situações nas quais ele foi o recipiente de elevado grau de catexia. Que essa situação deva ser dolorosa ajusta-se ao que acabamos de dizer, em vista da catexia de anseio, elevada e não passível de satisfação, que está concentrada no objeto pela pessoa desolada durante a reprodução das situações nas quais ela deve desfazer os laços que a ligam a ele.

O relato que Freud faz na [1] e [2] da história de seu uso dos dois termos talvez seja um pouco confusa, e seja como for merece ser ampliada. Ambos ocorreram muito livremente durante o período de Breuer. O primeiro aparecimento de ‘repressão (Verdrängung)’ foi na ‘Comunicação Preliminar’ (1893a), Edição Standard Brasileira, Vol, II, p. 51 IMAGO Editora, 1974, e o de ‘defesa (Abwehr)’ foi no primeiro artigo sobre ‘The Neuro-Psychoses of Defense (1894a). Nos Estudos sobre a Histeria (1895d), ‘repressão’ apareceu cerca de doze vezes e ‘defesa’ um pouco mais que isso. Parece ter havido certa discriminação, contudo, entre o emprego dos termos: ‘repressão’ parece ter descrito o processo real, e ‘defesa’ o motivo dele. Não obstante, no prefácio à primeira edição dos estudos (Edição Standard Brasileira, Vol. II, p. 37, IMAGO Editora, 1974) os autores parecem haver equacionado os dois conceitos, porquanto mencionaram sua opinião de que a ‘sexualidade parece desempenhar um papel principal... como motivo para “defesa” - isto é, para reprimir idéias da consciência’. E, ainda mais explicitamente, Freud, no primeiro parágrafo de seu segundo artigo sobre ‘The Neuro-Psychoses of Defense’ (1896b) aludiu ao ‘processo psíquico de “defesa” ou “repressão”’.

Após o período de Breuer - isto é, mais ou menos a partir de 1897 - houve uma redução na freqüência do uso de ‘defesa’. Não foi abandonada inteiramente, contudo, e será encontrada várias vezes, por exemplo, no Capítulo VII da primeira edição de *The Psychopathology of Everyday Life* (1910b) e na Seção 7 do Capítulo VII do livro de chistes (1950c). Mas ‘repressão’ já estava começando a predominar, tendo sido quase exclusivamente empregada no caso clínico de ‘Dora’ (1950e) e nos Três Ensaios (1905d). E logo depois disto, chamou-se explicitamente a atenção para a mudança, num artigo sobre sexualidade das neuroses (1906a), datado de junho de 1905. No curso de um levantamento histórico de seus pontos de vista, e ao tratar do período pós-Breuer imediato, Freud teve ocasião de mencionar o conceito e escreveu: ‘... “repressão” (como eu começara a dizer, em vez de “defesa”)...’ (Edição Standard Brasileira, Vol. VII, p. 288, IMAGO Editora, 1972). A ligeira inexatidão que tinha começado a aparecer nessa frase tornou-se mais acentuada numa frase paralela em ‘A História do Movimento Psicanalítico’ (1914d), Edição Standard Brasileira, Vol. XIV, p. 20, IMAGO Editora, 1974. Aqui Freud, mais uma vez escrevendo sobre o término do período de Breuer, observou: ‘encarava a própria divisão psíquica como o efeito de um processo de repulsão que naquela ocasião denominei de “defesa”, e depois, de “repressão”.’

Após 1905 a predominância de ‘repressão’ aumentou ainda mais, até que, por exemplo, na análise do ‘Rat Man’ (1909d), vamos encontrar (Standard Ed., 10, 196) Freud falando de ‘duas espécies de repressão’, utilizadas respectivamente em histeria e neurose obsessiva. Este é um exemplo especialmente simples onde, no esquema revisto sugerido no presente trabalho, ele teria falado de ‘duas espécies de defesa’.

Mas não foi muito antes da utilidade de ‘defesa’ como um termo mais abrangente que ‘repressão’ começou discretamente a surgir - particularmente nos artigos metapsicológicos. Assim, as ‘vicissitudes’ dos instintos, um dos quais somente é ‘repressão’, foram consideradas como ‘modalidades de defesa’ contra eles (Edição Standard Brasileira, Vol. XIV, Pp. 147, 153 e 170, IMAGO Editora, 1974), e, mais uma vez, ‘projeção’ foi mencionada como um ‘mecanismo’ ou ‘meio de defesa’ (ibid., 211 e 255). Somente dez anos depois, contudo, no presente trabalho, é que se reconheceu explicitamente a conveniência de distinguir entre o emprego dos dois termos.

APÊNDICE B: LISTA DE ESCRITOS DE FREUD QUE TRATAM PREDOMINANTEMENTE OU EM GRANDE PARTE DA ANSIEDADE

[O tópico da ansiedade ocorre em um número muito grande (talvez na maioria) dos escritos de Freud. A relação seguinte poderá, não obstante, ser de algum uso prático. A data no início de cada registro é a do ano no qual o trabalho em questão provavelmente foi escrito. A data no final é a de publicação, e sob essa data maiores pormenores da obra serão encontrados na Bibliografia e Índice de Autores. Os itens entre colchetes foram publicados postumamente.]

[1893 Rascunho B. ‘The Aetiology of the Neuroses’, Seção II. (1950a)]

[1894 Rascunho E. ‘How Anxiety Originates’. (1950a)]

[1894 Rascunho F. ‘Collection III’, Nº 1. (1950 a)]

[1895 (?) Rascunho J. (1950a)]

1894 ‘Obsessions and Phobias’, Seção II. (1895c)

1895 ‘On the grounds for Detaching a Particular Syndrome from Neurasthenia under the description “Anxiety Neurosis”.’ (1895b)

1895 ‘A Reply to Criticisms of my Paper on Anxiety Neurosis’. (1895f)

1909 ‘Analysis of a Phobia in a Five-Year-Old Boy’. (1909b)

1910 ‘Psicanálise “Silvestre”.’ (1910k)

1914 ‘From the History of an Infantile neurosis’. (1918b)

1917 Conferências Introdutórias sobre Psicanálise, Conferência XXV. (1916-17)

1925 Inibições, Sintomas e Ansiedade. (1926d)

1932 New Introductory Lectures on Psycho-Analysis, Conferência XXXII (Primeira Parte). (1933a)

**A QUESTÃO DA ANÁLISE LEIGA: CONVERSACÕES
COM UMA
PESSOA IMPARCIAL (1926)**

NOTA DO EDITOR INGLÊS

DIE FRAGE DER LAIENANALYSE

Unterredungen mit einem Unparteiischen

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1926 Leipzig, Viena e Zurique: Internationaler Psychoanalytischer Verlag, 123 Pp.

1928 G.S., 11, 307-84.

1948 G.W., 14, 209-86.

1927 'Nachwort zur Frage der Laienanalyse', Int. Z. Psychoanal., 13 (3), 326-32

1928 G.S., 11, 385-94.

1948 G.W., 14, 287-96.

(b) TRADUÇÕES INGLESAS:

The Problem of Lay-Analyses

1927 Em The Problem of Lay-Analyses, Nova Iorque: Brentano. Pp. 25-186. (Trad. de A. P. Maerker-Branden; pref. de S. Ferenczi.) O volume abrange também An Autobiographical Study (ver acima, p. 14).

The Question of Lay-Analysis: an Introduction to Psycho-Analysis

1947 Londres: Imago Publishing Co. vi + 81 Pp. (Trad. de N. Procter-Gregg; pref. de Ernest Jones.)

1950 Nova Iorque: Norton. 125 Pp. (Reimpressão da anterior.)

1927 'Concluding Remarks on the Question of Lay Analysis' Int. J. Psycho-Anal., 8 (3), 392-8. (Trad. não especificada.)

1950 'Postscript to a Discussion on Lay Analysis', C.P., 5, 205-14. (Trad. de James Strachey.)

Um resumo do original alemão, sob o título 'Psychoanalyse und Kurpfuscherei'

(‘Psicanálise e Charlatanismo’), foi incluído em Almanach 1927, 47-59, publicado em setembro de 1926 mais ou menos na mesma época que o próprio volume. A presente tradução inglesa da obra principal (com um subtítulo diferente) é um trabalho inteiramente novo de James Strachey; a tradução do ‘Pós-Escrito’ é uma reimpressão revista da publicada em 1950. Em fins da primavera de 1926 foi dado início a um processo, em Viena, contra Theodor Reik, proeminente membro não-médico da Sociedade Psicanalítica de Viena. Foi acusado, segundo informações prestadas por alguém que ele viera tratando analiticamente, de violação de uma antiga lei austríaca contra ‘charlatanismo’ - lei que tornava ilegal que uma pessoa sem um grau médico tratasse de pacientes. Freud de imediato interveio energicamente. Ele discutiu o caso privadamente com um funcionário de alta categoria, e passou a preparar o presente trabalho para publicação imediata. Começou a escrevê-lo no fim de junho, e antes do fim de julho ele estava em impressão, vindo a lume em setembro. Em parte, talvez, como resultado de sua intervenção, mas em parte porque as provas foram insatisfatórias, o promotor público encerrou o processo após uma investigação preliminar. (Ver o ‘Pós-Escrito’, [1].)

O assunto, contudo, não parou aí. A publicação do trabalho de Freud situou em primeiro plano as acentuadas diferenças de opinião sobre a permissibilidade da psicanálise não-médica que existiam no âmbito das próprias sociedades psicanalíticas. Considerou-se aconselhável, portanto, ventilar a questão, e uma longa série de opiniões abalizadas (28 ao todo) de analistas de vários países foi publicada em 1927 nos dois periódicos oficiais - em alemão no Internationale Zeitschrift (Partes 1, 2 e 3 do volume XIII) e em inglês no International Journal (Partes 2 e 3 do Volume VIII). A série foi concluída pelo próprio Freud num pós-escrito (impresso adiante, [1]) no qual ele responde aos argumentos dos seus opositores e enunciou novamente seu próprio caso.

Um relato bem completo dos pontos de vista de Freud sobre o assunto será encontrado no Capítulo IX (‘Lay-Analysis’) do terceiro volume da biografia de Freud por Ernest Jones (1957, 309 e segs.). Desde os primeiros tempos ele se apegou vigorosamente à opinião de que a psicanálise não devia ser considerada puramente como uma preocupação da profissão médica. Sua primeira expressão em letra de forma sobre o assunto parece ter sido em seu prefácio, de 1913, a um livro de Pfister (Freud 1914b); e em carta (citada por Jones, *ibid.*, 323), escrita bem no fim de sua vida, em 1938, ele declarou que ‘Jamais repudiei esses pontos de vista e insisto neles ainda mais intensamente do que antes’. Mas foi no trabalho que se segue que discutiu o assunto mais de perto e plenamente.

Independente, contudo, do exame da questão da análise leiga, Freud apresentou nas páginas seguintes o que foi talvez seu relato não técnico mais bem-sucedido da teoria e prática da psicanálise, escrito no seu estilo mais vivo e leve. A parte teórica, em particular, possui a vantagem sobre suas obras expositórias mais antigas de haver sido elaborada após a grande elucidação de seus pontos de vista sobre a estrutura da mente em O Ego e o Id (1923b).

A QUESTÃO DA ANÁLISE LEIGA: CONVERSACIONES COM UMA PESSOA IMPARCIAL

INTRODUÇÃO

O título deste pequeno trabalho não é de pronto inteligível. Portanto, eu o explicarei. ‘Leigo’ = ‘Não-médico’; e a questão é se os não-médicos bem como os médicos devem ter permissão para praticar a análise. Essa questão tem suas limitações tanto no tempo como no espaço. No tempo, porque até agora ninguém se preocupou com quem pratica a análise. Na realidade, as pessoas se têm preocupado pouquíssimo com isto - a única coisa com a qual estavam concordes era o desejo de que ninguém devia praticá-la. Várias razões foram dadas para isto, mas se basearam na mesma falta de gosto fundamental. Assim, a exigência de que somente médicos devem analisar corresponde a uma atitude nova e aparentemente mais amistosa em relação à análise - se, isto é, ela puder escapar à desconfiança de ser, afinal de contas, apenas um derivado ligeiramente modificado da atitude mais antiga. Admite-se que em certas circunstâncias um tratamento analítico seja empreendido; mas, se for assim, somente os médicos devem empreendê-lo. O motivo dessa restrição torna-se assim um assunto de indagação.

A questão está limitada no espaço porque não surge em todos os países com igual significado. Na Alemanha e nos Estados Unidos isto não passaria de uma discussão acadêmica, pois naqueles países qualquer paciente pode submeter-se a tratamento e por quem ele escolher, e qualquer um que ele escolha pode, como um ‘charlatão’, lidar com quaisquer pacientes, contanto somente que ele assuma a responsabilidade de suas ações. A lei não intervém até que seja chamada a sanar algum dano causado ao paciente. Mas na Áustria, na qual e para a qual escrevo, existe uma lei preventiva, que proíbe aos não-médicos empreenderem o tratamento de pacientes, sem aguardar o seu resultado. Dessa forma, aqui a questão de se leigos (= não-médicos) podem tratar pacientes pela psicanálise tem um sentido prático. Logo que é levantada, contudo, parece ser solucionada pela letra da

lei. Os neuróticos são pacientes, os leigos são não-médicos, a psicanálise é um método paramétodo para curar ou melhorar as perturbações nervosas, e todos esses tratamentos ficam reservados a médicos. Depreende-se que não se permite aos leigos praticar a análise em neuróticos, sendo puníveis se não obstante agirem dessa maneira. Sendo a posição tão simples, dificilmente alguém se aventura a chamar a si a questão da análise leiga. Ainda assim, há certas complicações, com as quais a lei não se preocupa, mas que não obstante exigem consideração. Talvez venha a acontecer que nesse caso os pacientes não sejam como outros, que os leigos não sejam realmente leigos, e que os médicos não tenham exatamente as mesmas qualidades que se teria o direito de esperar deles e nos quais suas alegações devem basear-se. Se isto puder ser provado, haverá fundamentos justificáveis para exigir que a lei não seja aplicada sem modificação ao caso perante nós.

I

Isto acontecer dependerá das pessoas que não são obrigadas a estar familiarizadas com as peculiaridades de um tratamento analítico. Constitui nossa tarefa dar informações sobre o assunto a essas pessoas imparciais, que presumimos estejam, no momento, ainda em ignorância. É de lamentar-se que não possamos permitir-lhes a presença como auditório, em um tratamento dessa espécie. Mas a ‘situação analítica’ não permite a presença de terceiros. Além disso, as diferentes sessões são de valor muito desigual. Um ouvinte não autorizado que por acaso presenciasse uma delas em geral não formaria qualquer impressão útil; ele correria o perigo de não compreender o que se estava passando entre o analista e o paciente, ou ficaria enfadado. Por bem ou por mal, portanto, ele deve contentar-se com nossas informações, que tentaremos tornar tão dignas de confiança quanto possível.

Um paciente, então, pode estar sofrendo de flutuações em seus estados de ânimo que ele pode controlar, ou de um sentimento de desalento pelo qual sua energia se sente paralisada porque pensa ser incapaz de fazer algo adequadamente, ou de um constrangimento entre estranhos. Poderá perceber, sem compreender a razão disso, que tem dificuldades em executar seu trabalho profissional, ou na realidade qualquer decisão relativamente importante ou qualquer empreendimento. Ele poderá um dia ter sofrido de um ataque aflitivo - desconhecido em sua origem - de sentimentos de ansiedade, e desde então tornou-se incapaz, sem luta, de caminhar sozinho pela rua, ou de viajar de trem; talvez tenha tido de desistir de ambos inteiramente. Ou, coisa bem marcante, seus pensamentos poderão seguir seu próprio curso e se recusarem a ser dirigidos pela vontade do paciente. Eles perseguem problemas que lhes são inteiramente indiferentes, mas dos quais não pode livrar-se. Tarefas bem ridículas lhe são também impostas, tais como contar as janelas das frentes das casas. E quando tiver realizado ações simples como pôr uma carta no correio ou desligar um bico de gás, ele se encontra, um momento depois, a duvidar se realmente agiu assim. Isto poderá não ser mais do que aborrecimento e uma amolação. Mas seu estado se torna intolerável se súbito verificar ser incapaz de desviar a idéia de que empurrou uma criança para debaixo das rodas de um carro ou de que lançou um estranho da ponte dentro d’água, ou se tem de

perguntar a si mesmo se não é o assassino que a polícia está à procura em relação a um crime que foi descoberto naquele dia. Isto é pura tolice, como ele próprio sabe; jamais cometeu dano algum contra alguém, mas se fosse realmente o assassino que está sendo procurado, seu sentimento - seu sentimento de culpa - não poderia ser mais forte. Ou ainda nosso paciente - e dessa vez vamos considerá-lo como mulher - pode sofrer de outra forma e em campo diferente. Ela é pianista, mas os dedos estão dominados pela cãibra e se recusam a servi-la. Ou quando pensa em ir a uma recepção ela de pronto se torna cônica de um apelo da natureza cuja satisfação seria incompatível com uma reunião social. Ela desistiu, portanto, de freqüentar festas, bailes, teatros ou concertos. Ela se acha dominada por violentas dores de cabeça ou outras sensações dolorosas em ocasiões que são as mais inconvenientes. Poderá até ser incapaz de sustentar no estômago qualquer refeição que venha a ingerir - o que pode, em última análise, tornar-se perigoso. E, finalmente, constitui um fato lamentável que não possa tolerar quaisquer agitações, que afinal de contas são inevitáveis na vida. Em tais ocasiões ela sofre um desmaio, muitas vezes acompanhado por espasmos musculares que recordam estados patológicos sinistros.

Outros pacientes, além disso, sofrem de perturbações num campo específico no qual a vida emocional converge com exigências de natureza corpórea. Se são homens, verificam ser incapazes de dar expressão física aos seus sentimentos mais ternos para com o sexo oposto, enquanto em relação aos objetos menos amados talvez possam ter todas as reações sob seu domínio. Ou seus sentimentos sensuais ligam-nos a pessoas que desprezam e das quais gostariam de livrar-se; ou esses mesmos sentimentos impõem exigências a eles cuja realização eles próprios acham repulsiva. Se são mulheres, sentem-se impedidas pela ansiedade ou repulsa ou por obstruções desconhecidas quanto ao atendimento das exigências da vida sexual; ou, se se entregaram ao amor, constatam ter-lhes sido negada a fruição que a natureza proporcionou como recompensa por tal atendimento.

Todas essas pessoas reconhecem estar doentes e recorrem a médicos, por meio dos quais as pessoas esperam que perturbações nervosas como essas sejam eliminadas. Os médicos também formulam as categorias nas quais se acham divididos esses males. Eles os diagnosticam, cada um de acordo com seu próprio ponto de vista, sob nomes diferentes: neurastenia, psicastenia, fobias, neurose obsessiva, histeria. Examinam os órgãos que produzem os sintomas, o coração, o estômago, os intestinos, a genitália, e concluem que estão sãos. Recomendam interrupções no modo de vida habitual do paciente, exercícios de fortalecimento, tônicos, e por esses meios ocasionam melhorias habituais - ou absolutamente nenhum resultado. Eventualmente, os pacientes vêm a saber que há pessoas interessadas de modo bem especial no tratamento de tais males e iniciam com elas uma análise.

Durante essa indagação sobre os sintomas dos neuróticos, a Pessoa Imparcial, que imagino estar presente, vem mostrando sinais de impaciência. Nesse ponto, contudo, ela se torna atenta e interessada. 'Então agora', diz ela 'saberemos o que o analista faz com o paciente a quem o médico foi incapaz de ajudar'.

Nada acontece entre eles, salvo que conversam entre si. O analista não faz uso de qualquer instrumento - nem mesmo para examinar o paciente - nem receita quaisquer remédios. Se mesmo for possível, deixa até o paciente em seu ambiente e no seu modo de vida habitual durante o tratamento. Essa não é uma condição necessária, naturalmente, e talvez nem sempre seja praticável. O analista concorda em fixar um horário com o paciente, faz com que ele fale, ouve o que ele diz, por sua vez conversa com ele e faz com que ele ouça.

As feições da Pessoa Imparcial agora revelam sinais de alívio e relaxamento inegáveis, mas também traem claramente certo desprezo. É como se ela estivesse pensando: ‘Nada mais do que isto? Palavras, palavras, palavras, como diz o príncipe Hamlet.’ E sem dúvida ela também está pensando na fala zombeteira de Mefistófeles sobre com que conforto se pode ir passando com palavras - versos que nenhum alemão jamais esquecerá.

‘Assim é uma espécie de mágica’, comenta ela: ‘O senhor fala e dissipa seus males.’

Isto mesmo. Seria mágica se surtisse efeito um pouco mais rapidamente. Um atributo essencial de um mágico é a rapidez - poder-se-ia dizer a subitaneidade - do sucesso. Mas os tratamentos analíticos levam meses e mesmo anos: mágica tão lenta perde seu caráter miraculoso. E incidentalmente não desprezemos a palavra. Afinal de contas, ela é um instrumento poderoso; é o meio pelo qual transmitimos nossos sentimentos a outros, nosso método de influenciar outras pessoas. As palavras podem fazer um bem indizível e causar terríveis feridas. Sem dúvida ‘no começo foi a ação’ e a palavra veio depois; em certas circunstâncias ela significou um progresso da civilização quando os atos foram amaciados em palavras. Mas originalmente a palavra foi magia - um ato mágico; e conservou muito de seu antigo poder.

A Pessoa Imparcial continua: ‘Suponhamos que o paciente não esteja mais bem preparado para compreender o tratamento analítico do que eu; então como o senhor vai fazê-lo acreditar na magia da palavra ou da fala que deve libertá-lo de seus sofrimentos?’ Algum preparo deve naturalmente ser-lhe proporcionado, havendo uma maneira simples de fazê-lo. Convidá-lo a ser inteiramente sincero com o seu analista, nada refrear intencionalmente que lhe venha à cabeça, e portanto pôr de lado toda reserva que o possa impedir de informar sobre certos pensamentos ou lembranças. Cada um está cômico de que existem certas coisas em si que não estaria absolutamente disposto a contar a outras pessoas ou que consideraria inteiramente fora de cogitação revelar. São elas suas ‘intimidades’. Essa pessoa também não tem qualquer idéia - e isto representa um grande progresso no autoconhecimento psicológico - de que há outras coisas que alguém não se importaria de admitir para consigo: coisas que alguém gosta de ocultar de si próprio e que por esse motivo interrompe e expulsa de seus pensamentos se, apesar de tudo, vierem à tona. Talvez ela própria observe que um problema psicológico muito marcante começa a aparecer nessa situação - um pensamento seu sendo mantido em segredo para seu próprio eu (self). É como se seu próprio eu (self) não fosse

mais a unidade que ela sempre considerou que fosse, como se houvesse algo mais também nela que pudesse enfrentar esse eu (self). Ela pode tornar-se obscuramente cônica de um contraste entre um eu (self) e uma vida mental no sentido mais lato. Se agora ela aceita a exigência feita pela análise de que dirá tudo, facilmente se tornará acessível a uma expectativa de que ter relações e trocas de pensamento com alguém sob condições inusitadas talvez possa também levar a resultados inusitados.

‘Compreendo’, diz nossa Pessoa Imparcial. ‘O senhor presume que todo neurótico tem algo que o oprime, algum segredo. E fazendo-o contar-lhe a respeito disto o senhor alivia sua opressão e lhe faz bem. Isto, naturalmente, é o princípio da confusão, que a Igreja Católica utiliza desde tempos imemoriais a fim de assegurar seu domínio sobre as mentes das pessoas.’

Devemos responder: ‘Sim e não!’ A confissão sem dúvida desempenha seu papel na análise como uma introdução a ela, poderíamos dizer. Mas está muito longe de constituir a essência da análise ou de explicar-lhe os efeitos. Na confissão o pecador conta o que sabe; na análise o neurótico tem mais a dizer. Nem ouvimos falar que confissão tenha desenvolvido força suficiente para eliminar sintomas patológicos reais.

‘Então, afinal de contas, eu não compreendo’, retruca nosso interlocutor. ‘O que possivelmente o senhor quer dizer por “dizendo mais do que ele sabe”? Mas posso muito bem acreditar que como analista o senhor consegue uma influência mais acentuada sobre seus pacientes do que um padre confessor sobre seus penitentes, visto que os contatos do senhor com ele são muito mais longos, mais intensos e também mais individuais, e visto que o senhor emprega essa maior influência para desviá-lo de seus pensamentos doentes, para que, pela conversa, ele se livre de seus temores, e assim por diante. Por certo seria estranho se fosse possível por tais meios controlar também fenômenos puramente mecânicos, tais como vômitos, diarreia e convulsões; mas sei que uma influência como esta é de fato bem possível se uma pessoa for levada a um estado de hipnose. Pelo trabalho que o senhor tem com o paciente provavelmente consegue provocar uma relação hipnótica dessa natureza com ele - uma ligação sugestiva com o senhor mesmo - muito embora o senhor talvez tenha essa intenção; e nesse caso os resultados miraculosos do seu tratamento são o efeito de sugestão hipnótica. Mas, que eu saiba, o tratamento hipnótico atua com muito maior rapidez do que a sua análise, a qual, conforme me diz, dura meses e anos.’

Nossa Pessoa Imparcial não pode nem ser tão ignorante nem tão perplexa como de início pensamos. Há sinais inegáveis de que ela está tentando compreender a psicanálise com a ajuda do seu conhecimento anterior, de que está tentando ligá-la com algo que já conhece. Encontra-se agora diante de nós a difícil tarefa de tornar-lhe claro que ela não será bem-sucedida nisto: que a análise é um procedimento *sui generis*, algo novo e especial, que só pode ser compreendida com o auxílio de novas compreensões internas (insights) - ou

hipóteses, se isto soar melhor. Mas ela ainda está aguardando nossas respostas a suas últimas observações.

O que se diz sobre a influência pessoal do analista certamente merece grande atenção. Uma influência existe e desempenha relevante papel na análise - mas não o mesmo papel que no hipnotismo. Deve ser possível convencê-lo de que as situações nos dois casos são bem diferentes. Talvez seja bastante ressaltar que não devemos utilizar essa influência pessoal, o fator de ‘sugestão’, para suprimir os sintomas da doença, como ocorre com a sugestão hipnótica. Ademais, seria um erro crer que esse fator é o veículo e promotor do tratamento em toda sua extensão. No seu início, sem dúvida. Mas depois ele se opõe às nossas intenções analíticas e nos força a adotar as contramedidas mais exageradas. E eu gostaria de mostrar por um exemplo quão longe estão da técnica da análise o desviar os pensamentos de um paciente e pela conversa afastá-lo dos problemas. Se um paciente nosso estiver sofrendo de um sentimento de culpa, como se ele houvesse perpetrado um crime grave, não recomendamos que ele despreze seus escrúpulos de consciência e não frise sua reconhecida inocência; ele próprio muitas vezes tentou fazê-lo sem êxito. O que fazemos é recordar-lhe que um sentimento tão forte e persistente deve, afinal de contas, estar baseado em algo real, que talvez possa ser possível descobrir. {#V20_P186} ‘Surpreender-me-ia’, comenta a Pessoa Imparcial, ‘se o senhor fosse capaz de aliviar seus pacientes concordando com o sentimento de culpa deles dessa maneira. Mas quais são suas intenções analíticas? e que faz o senhor com seus pacientes?’

II

Se devo dizer algo de inteligível ao leitor, sem dúvida terei de dizer-lhe alguma coisa sobre uma teoria psicológica que não é conhecida ou que não é apreciada fora dos círculos analíticos. Será fácil deduzir dessa teoria o que desejamos de nossos pacientes e como obtê-lo. Eu lhe exporei isto dogmaticamente, como se fosse uma estrutura teórica completa. Mas não suponha ele que ela surgiu como essa estrutura, como um sistema filosófico. Nós a desenvolvemos lentamente, lutando com todos os pequenos detalhes da mesma, temo-la modificado sem cessar, mantendo um contato contínuo com a observação, até que ela finalmente adquiriu uma forma na qual parece ser suficiente para nossas finalidades. Apenas há poucos anos tive de revestir essa teoria em outros termos. Nem, naturalmente, posso garantir-lhe que a forma como ela é expressa hoje continue a ser defendida. A ciência, como se sabe, não é uma revelação; muito depois dos seus primórdios ainda lhe faltam os atributos de determinação, imutabilidade e infalibilidade pelos quais o pensamento humano tão profundamente anseia. Mas tal como ela é, é tudo que podemos ter. Se quiser ainda ter em mente que a nossa ciência é muito jovem, não chegando quase a ser tão velha quanto o século, e que ela se interessa pelo que seja talvez o material mais difícil que possa ser o assunto de pesquisa humana, facilmente será capaz de adotar a atitude correta no tocante à minha exposição. Mas interrompa-me sempre que se sentir inclinado, se não puder seguir-me ou se desejar outras explicações.

‘Eu o interrompi antes mesmo de haver começado. O senhor diz que pretende expor-me uma nova psicologia: mas devo ter pensado que a psicologia não era nenhuma nova ciência. Tem havido bastantes psicologias e psicólogos, e ouvi falar em grandes realizações nesse campo quando estava na faculdade.’

Não devo nem sonhar em discuti-las. Mas se o senhor examinar o assunto mais detidamente terá de classificar essas grandes realizações como pertencendo antes à fisiologia dos órgãos dos sentidos. A teoria da vida mental não poderia ser desenvolvida, porque estava inibida por uma única incompreensão essencial. O que ela abrange hoje, como é ensinada na faculdade? Independente dessas valiosas descobertas na fisiologia dos sentidos, grande número de classificações e definições de nossos processos mentais que, graças ao uso lingüístico, se tornou o patrimônio comum de toda pessoa educada. Isto não era suficiente para dar uma visão de nossa vida mental. O senhor não observou que todo filósofo, todo escritor de imaginação, todo historiador e todo biógrafo compõem sua própria psicologia para si, formulam suas próprias hipóteses específicas concernentes às interligações e finalidades dos atos mentais - tudo mais ou menos plausível e tudo igualmente indigno de confiança? Existe evidente falta de qualquer fundamento comum. E é por esse motivo também que no campo da psicologia não há, por assim dizer, qualquer respeito e qualquer autoridade, Nesse campo cada um pode ‘correr sem governo’ conforme lhe aprouver. Se o senhor levantar uma questão de física ou de química, qualquer pessoa sabedora de que não possui ‘conhecimento técnico’ algum calará a boca. Mas se o senhor aventurar-se numa asserção psicológica, deve estar preparado para fazer face a julgamento e contradição de todos os setores. Nesse campo, aparentemente, não existe ‘conhecimento técnico’ algum. Mas isto me surpreende como um título legal inadequado. Conta-se a história de uma pessoa a quem, ao candidatar-se a um emprego como ama de crianças, foi feita a pergunta se sabia cuidar de bebês. ‘Naturalmente’, retrucou ela, ‘ora, afinal de contas, eu própria já fui bebê.’

‘E o senhor alega que descobriu esse “fundamento comum” da vida mental, que foi desprezado por todo psicólogo, a partir de observações de pessoas doentes?’

A fonte dos nossos achados não me parece privá-los do seu valor. A embriologia, para citar um exemplo, não mereceria ser digna de fé se não pudesse dar uma explicação clara da origem das deformações inatas. Já lhe falei de pessoas cujos pensamentos seguem seu próprio curso de modo que elas são obrigadas a preocupar-se com problemas aos quais são inteiramente indiferentes. Você pensa que a psicologia acadêmica jamais poderia prestar a menor contribuição no sentido de explicar uma anormalidade como essa? E, afinal de contas, todos temos a experiência, à noite, de os nossos pensamentos seguirem o seu próprio curso e criarem coisas que não compreendemos, que nos intrigam e que são suspeitamente rememorativas de produtos patológicos. Nossos sonhos, quero dizer. As pessoas comuns sempre têm firmemente acreditado que os sonhos têm um sentido e um valor - que significam

alguma coisa. A psicologia acadêmica jamais foi capaz de nos informar qual é esse significado. Ela nada pode inferir dos sonhos. Se tentasse produzir explicações, estas seriam não-psicológicas - como remontá-las a estímulos sensoriais ou a uma profundidade desigual de sono em diferentes partes do cérebro, e assim por diante. Mas é justo dizer que uma psicologia que não pode explicar os sonhos é também inútil para a compreensão da vida mental normal, e que ela não pode reivindicar a denominação de ciência.

‘O senhor está-se tornando agressivo; dessa forma evidentemente atingiu um ponto sensível. Ouvi dizer, é verdade, que na análise grande valor é atribuído aos sonhos, que eles são interpretados etc. Mas também soube que a interpretação dos sonhos é deixada ao capricho dos analistas, e que eles próprios jamais deixariam de discutir a maneira de interpretar os sonhos e a justificativa para tirar conclusões dos mesmos. Se isto for assim, o senhor não deve sublinhar de maneira tão acentuada a vantagem que a análise conquistou sobre a psicologia acadêmica.’

Existe realmente grande dose de verdade no que o senhor diz. É certo que a interpretação dos sonhos chegou a ter importância incomparável tanto para a teoria como para a prática da análise. Se pareço ser agressivo, isto é apenas uma maneira de defender-me. E ao pensar em todo o mal que alguns analistas têm causado com a interpretação de sonhos, quase perco a coragem e repito o pronunciamento pessimista do nosso grande satirista Nestroy, quando este diz que cada grande passo à frente é apenas a metade do que parece ser de início. Mas o senhor já verificou que os homens fazem tudo para confundir e distorcer aquilo de que lançam mão? Com a ajuda de um pouco de previsão e autodisciplina a maior parte dos perigos da interpretação de sonhos pode ser evitada com certeza. Mas o senhor há de concordar que nunca chegarei à minha exposição se nos deixarmos desviar dessa maneira.

‘Sim. Se bem compreendi, o senhor quis falar-me sobre o postulado fundamental da nova psicologia.’

Não foi com isso que eu desejava começar. Minha finalidade era deixá-lo ouvir falar sobre os quadros que formamos da estrutura do aparelho mental no curso dos nossos estudos analíticos.

‘O que o senhor quer dizer pelo “aparelho mental”? e de que, pergunto eu, é ele construído?’

Logo tornar-se-á claro o que é o aparelho mental; mas peço-lhe que não me pergunte de que material é ele construído. Isto não é assunto de interesse psicológico. A psicologia pode ser tão indiferente a ele como, por exemplo, a óptica pode ser para a questão de se as paredes de um telescópio são feitas de metal ou de papelão. Deixaremos inteiramente de

lado a linha material de abordagem, mas não a espacial, pois imaginamos o aparelho desconhecido que serve às atividades da mente como sendo realmente um instrumento de várias partes (que denominamos de ‘instâncias’), cada uma das quais desempenha uma função particular e tem uma relação espacial fixa umas com as outras: ficando compreendido que por relação espacial - ‘em frente de’ e ‘atrás’, ‘superficial’ e ‘profundo’ - simplesmente queremos dizer em primeiro lugar uma representação da sucessão regular das funções. Será que me fiz claro?

‘Quase que não. Talvez eu compreenda isto depois. Mas, em qualquer caso, eis aqui uma estranha anatomia de alma - uma coisa que, afinal de contas, absolutamente não existe mais para os cientistas.’

O que o senhor espera? É uma hipótese como tantas outras nas ciências: as mais antigas sempre foram um tanto toscas. ‘Aberta à revisão’, podemos dizer em tais casos. Parece-me aqui desnecessário recorrer ao ‘como se’ que se tornou tão popular. O valor de uma ‘ficção’ dessa espécie (como o filósofo Vaihinger a denominaria) depende de quanto se pode alcançar com sua ajuda.

Mas prosseguindo. Pondo-nos a par dos conhecimentos cotidianos, reconhecemos nos seres humanos uma organização mental interpolada entre seus estímulos sensoriais e a percepção das suas necessidades somáticas, por um lado, e seus atos motores, por outro, e que serve de mediador entre eles com vistas a uma finalidade particular. Chamamos essa organização de seu ‘Ich’ [‘ego’; literalmente, ‘eu’]. Ora, não há novidade alguma quanto a isso. Cada um de nós faz essa suposição sem ser filósofo, e alguns até mesmo apesar de serem filósofos. Mas isto, em nossa opinião, não esgota a descrição do aparelho mental. Além desse ‘eu’, reconhecemos outra região mental, mais impositiva e mais obscura que o ‘eu’, e a isto denominamos de ‘Es’ [‘id’; literalmente, ‘it’*]. A relação entre os dois deve ser nossa preocupação imediata.

Provavelmente o senhor protestará por termos escolhido pronomes para descrevermos nossas duas instâncias ou províncias, em vez de dar-lhes nomes gregos bombásticos. Na psicanálise, contudo, gostamos de nos manter em contato com o modo popular de pensar e preferimos tornar seus conceitos cientificamente úteis de preferência a rejeitá-los. Não existe mérito algum nisto. Somos obrigados a assumir essa linha, pois nossas teorias devem ser compreendidas por nossos pacientes, que amiúde são muito inteligentes, mas nem sempre eruditos. O impessoal ‘it’ está imediatamente ligado com certas formas de expressões empregadas pelas pessoas normais. ‘Isto (it) me trespassou’, dizem as pessoas; ‘havia alguma coisa em mim naquele momento mais forte do que eu.’ ‘C’était plus fort que moi.’

Em psicologia só podemos descrever as coisas com a ajuda de analogias. Nada existe de peculiar nisto; é também o caso alhures. Mas temos que estar constantemente a modificar

essas analogias, pois nenhuma delas nos dura bastante. Em conseqüência, ao tentar tornar clara a relação entre o ego e o id, devo pedir-lhe que imagine o ego como uma espécie de fachada do id, como uma frontaria, como uma camada externa e cortical deste. Podemos apegar-nos a essa última analogia. Sabemos que as camadas corticais devem suas características peculiares à influência modificadora do meio externo com que confinam. Assim, supomos que o ego é a camada do aparelho mental (do id) que foi modificada pela influência do mundo externo (da realidade). Isto mostrará como na psicanálise adotamos maneiras especiais de contemplar as coisas seriamente. Para nós o ego é realmente algo superficial e o id algo mais profundo - contemplados de fora, naturalmente. O ego está entre a realidade e o id, que é aquilo verdadeiramente mental.

‘Ainda não farei pergunta alguma quanto a como tudo isto pode ser conhecido. Mas diga-me em primeiro lugar: o que o senhor ganha com a distinção entre um ego e um id? O que o leva a proceder assim?’

Sua pergunta indica-me o caminho certo a trilhar, pois a coisa importante e valiosa é saber que o ego e o id diferem grandemente um do outro em vários aspectos. As normas que regem o curso dos atos mentais são diferentes no ego e no id; o ego persegue diferentes finalidades e por outros métodos. Muito se poderia dizer sobre isto; mas talvez o senhor se contentará com uma nova analogia e com um exemplo. Pense na diferença entre o ‘front’ e ‘atrás das linhas’, como eram as coisas durante a guerra. Não nos surpreendíamos então que algumas coisas no front fossem diferentes do que eram atrás das linhas, e que muitas coisas que eram permitidas atrás das linhas tinham de ser proibidas no front. A influência determinante era, naturalmente, a proximidade do inimigo; no caso da vida mental é a proximidade do mundo externo. Época houve em que ‘fora’, ‘estranho’ e ‘hostil’ eram conceitos idênticos. E agora chegamos ao exemplo. No id não há conflitos; as contradições e antíteses persistem nele lado a lado indiferentemente, sendo freqüentemente ajustados pela formação de conciliações. Em circunstâncias semelhantes, o ego sente um conflito que deve ser resolvido; e a decisão está em um anseio de ser abandonado em favor do outro. O ego é uma organização caracterizada por uma tendência muito marcante no sentido da unificação, da síntese. Essa característica falta ao id; está, como poderíamos dizer, ‘toda em pedaços’; seus diferentes anseios perseguem suas próprias finalidades independentemente e sem levar em conta uns aos outros.

‘E se uma região mental tão importante “atrás das linhas” existe, como pode o senhor explicar ter sido ela desprezada até a ocasião da análise?’

Isto nos leva de volta a uma de suas perguntas anteriores, ver em [[1]]. A psicologia barrara seu próprio acesso à região do id, insistindo num postulado que é bastante plausível mas insustentável: a saber, que todos os atos mentais são conscientes para nós - que ser consciente é o critério do que é normal, e que, se há processos em nosso cérebro que não

são conscientes, não merecem ser chamados de atos mentais e não são de qualquer interesse para a psicologia.

‘Mas eu devia ter pensado que isto era óbvio.’

Sim, e isto é que os psicólogos pensam. Não obstante, facilmente se pode mostrar ser falso - isto é, ser uma distinção inteiramente inapropriada. A auto-observação mais superficial revela que nos podem ocorrer idéias que não podem ter-se verificado sem preparação. Mas o senhor não experimenta nada dessas preliminares do seu pensamento, embora elas também devam, por certo, ter sido de natureza mental; tudo que lhe entra na consciência é o resultado pronto para usar. Ocasionalmente o senhor pode tornar consciente essas estruturas de pensamento preparatórias em retrospectiva, como uma reconstrução.

‘Provavelmente nossa atenção foi distraída, de modo que deixamos de notar os preparativos.’

Evasões! O senhor não pode dessa maneira chegar ao fato de que em sua pessoa podem ocorrer atos de natureza mental, e amiúde muito complicados, dos quais sua consciência nada sabe e o senhor também não. Ou o senhor está preparado para supor que uma dose maior ou menor de sua ‘atenção’ é bastante para transformar um ato não mental num mental? Mas de que vale discutir? Existem experimentos hipnóticos nos quais a existência de tais pensamentos não conscientes é irrefutavelmente demonstrada a qualquer um que deseja saber.

‘Não me retratarei, mas creio que finalmente o compreendo. O que o senhor chama de “ego” é consciência; e o seu “id” é o denominado subconsciente, sobre o qual as pessoas tanto falam hoje em dia. Mas por que o disfarce com os novos nomes?’

Não é disfarce. Os outros nomes não são de valia alguma. E não tente dar-me literatura em vez de ciência. Se alguém fala de subconsciência, não sei dizer se ele tem em mente o termo topograficamente - para indicar algo que está na mente abaixo da consciência - ou qualitativamente - para indicar outra consciência, uma substância, por assim dizer. Essa pessoa provavelmente não está esclarecida sobre nada disso. A única antítese digna de confiança é entre o consciente e o inconsciente. Mas seria grave erro julgar que essa antítese coincide com a distinção entre o ego e id. Naturalmente seria magnífico se fosse tão simples assim: nossa teoria teria trânsito fácil. Mas as coisas não são tão simples. O verdadeiro é que tudo que acontece no id é e permanece inconsciente, e que os processos no id, e somente eles, podem tornar-se conscientes. Mas nem todos eles são, nem sempre, nem necessariamente; e grandes partes do ego podem continuar permanentemente inconscientes.

O tornar-se consciente de um processo mental constitui um caso complicado. Não posso deixar de dizer-lhe - mais uma vez, dogmaticamente - nossas hipóteses a respeito disto. O ego, como o senhor se recordará, é a camada externa, periférica do id. Ora, cremos que na superfície mais externa desse ego há uma instância dirigida imediatamente para o mundo externo, um sistema, um órgão, através de cuja excitação somente ocorre o fenômeno que denominamos de consciência. Esse órgão pode ser igualmente bem excitado de fora - recebendo assim (com a ajuda dos órgãos do sentido) os estímulos do mundo exterior - e de dentro - tornando-se assim cômico, em primeiro lugar, das sensações no id, e então também dos processos no ego.

‘Isto está ficando cada vez pior e eu o compreendo cada vez menos. Afinal de contas, aquilo para o que o senhor me convidou foi um debate da questão sobre se leigos (= não-médicos) devem empreender tratamentos analíticos. Qual é o ponto principal, então, de todas esses exames de teorias ousadas e obscuras que o senhor não me pode convencer que sejam justificadas?’

Sei que não posso convencê-lo. Isto está além de qualquer possibilidade e por esse motivo além de minha finalidade. Quando ministramos aos nossos alunos instrução teórica em psicanálise, podemos ver quão pouca impressão lhes estamos causando, para começar. Eles absorvem as teorias da análise tão friamente quanto outras abstrações com as quais são alimentados. Poucos deles talvez desejam ficar convencidos, mas não há qualquer vestígio de que estejam. Mas também exigimos que todo aquele que quiser praticar a análise em outras pessoas se submeta ele próprio a uma análise. É somente no curso dessa ‘auto-análise’ (como é confusamente denominada), quando eles realmente têm a experiência de que sua própria pessoa é afetada - ou antes, sua própria mente - pelos processos afirmados pela análise, que adquirem as convicções pelas quais são ulteriormente orientados como analistas. Como então poderia esperar convencê-lo, a Pessoa Imparcial, da correção das nossas teorias, quando só posso pôr diante do senhor um relato abreviado e portanto ininteligível das mesmas, sem confirmá-las pelas próprias experiências do senhor?

Estou agindo com uma finalidade diferente. A questão em debate entre nós não é, no mínimo, se a análise é sensata ou insensata, se ela está certa em suas hipóteses ou se incidiu em erros grosseiros. Estou formulando nossas teorias perante o senhor visto que essa é a melhor maneira de tornar-lhe claro qual o âmbito de idéias abrangido pela análise, com base em quais hipóteses ela aborda um paciente e o que faz com ele. Dessa forma uma luz bem definida será lançada sobre a questão da análise leiga. E não fique alarmado. Se o senhor me acompanhou até este ponto já passou pelo pior. Tudo que se segue lhe será mais fácil. - Mas agora, com sua licença, farei uma pausa para tomar alento.

‘Espero que o senhor queira dizer-me como, com base nas teorias da psicanálise, a origem de uma doença neurótica pode ser imaginada.’

Tentarei fazê-lo. Mas para esse fim devemos estudar nosso ego e nosso id de um novo ângulo, do ângulo dinâmico - vale dizer, levando em conta as forças em ação neles e entre eles. Até agora nos contentamos com uma descrição do aparelho mental.

‘Meu único temor é que ela possa tornar-se ininteligível novamente!’

Espero que não. Logo o senhor se orientará nela. Pois bem, presumimos que as forças que impulsionam o aparelho mental em atividade são produzidas nos órgãos corporais como uma expressão das necessidades somáticas principais. O senhor deve recordar-se das palavras do nosso poeta-filósofo: ‘A fome e o amor [são o que move o mundo].’ Incidentalmente, um par de forças formidáveis! Damos a essas necessidades corporais, até onde representam uma instigação à atividade mental, o nome de ‘Triebe’ [instintos], uma palavra por cuja causa somos invejados por muitas línguas modernas. Bem, esses instintos enchem o id: toda a energia do id, expressando-o em breves palavras, se origina deles. Nem as forças do ego têm qualquer outra origem; provêm daquelas do id. O que, então, desejam esses instintos? Satisfação - isto é, o estabelecimento de situações nas quais as necessidades corporais possam ser extintas. Uma diminuição da tensão da necessidade é sentido pelo nosso órgão da consciência como agradável; um aumento dela logo é sentido como desprazer. Dessas oscilações surge a série de sentimentos de prazer-desprazer, de acordo com a qual todo o aparelho mental regula sua atividade. Nesse sentido falamos de uma ‘dominância do princípio de prazer’.

Se as exigências instintuais do id não encontrarem satisfação alguma, surgem condições intoleráveis. A experiência logo revela que essas situações só podem ser estabelecidas mediante a ajuda do mundo externo. Nesse ponto a parte do id que está dirigida para o mundo externo - o ego - começa a funcionar. Se toda a força impulsora que põe o veículo em movimento for derivada do id, o ego, por assim dizer, se encarrega da direção, sem a qual meta alguma pode ser alcançada. Os instintos no id pressionam por satisfação imediata a todo custo, e dessa forma nada alcançam nem chegam mesmo a acarretar dano apreciável. Constitui tarefa do ego resguardar-se contra tais contratemplos, para servir de mediano entre as reivindicações do id e as objeções do mundo externo. Ele leva a efeito sua atividade em duas direções. Por um lado, observa o mundo externo com o auxílio do seu órgão de sentido, o sistema de consciência, a fim de apanhar o momento favorável para satisfação sem dano; e, por outro, influencia o id, refreia suas ‘paixões’, induz seus instintos a adiar sua satisfação, e na realidade, se for reconhecida a necessidade, a modificar seus objetivos ou, em troca de alguma compreensão, a desistir deles. Até onde ele domestica os impulsos do id dessa forma, ele substitui o princípio de prazer, que anteriormente era o único decisivo, pelo que se conhece como o ‘princípio de realidade’, que, embora persiga

os mesmos objetos finais, leva em conta as condições impostas pelo mundo externo real. Posteriormente, o ego aprende que existe ainda outra maneira de obter satisfação além da adaptação ao mundo externo que descrevi. É também possível intervir no mundo externo modificando-o, e nele estabelecer intencionalmente as condições que tornam possível a satisfação. Essa atividade então se torna a função mais elevada do ego; decisões quanto a quando é mais conveniente controlar as paixões e curvar-se diante da realidade, e quando é mais apropriado ficar ao lado delas e lutar contra o mundo externo - tais decisões compõem toda a essência da sabedoria mundial.

‘E o id atura ser dominado assim pelo ego, apesar de ser, se é que eu o compreendo bem, a parte mais forte?’

Sim, tudo correrá bem se o ego estiver de posse de toda a sua organização e eficiência, se tiver acesso a todas as partes do id e puder exercer sua influência sobre elas, pois não existe qualquer oposição natural entre o ego e o id; eles se pertencem, e em condições saudáveis não podem na prática ser distinguidos um do outro.

‘Isto parece muito bem, mas não posso ver como em tal relação ideal possa haver o menor lugar para uma perturbação patológica.’

O senhor tem razão. Enquanto o ego e suas relações com o id atenderem essas condições ideais, não haverá qualquer distúrbio neurótico. O ponto no qual a doença faz sua irrupção é inesperado, embora quem não esteja familiarizado com patologia geral fique surpreendido em encontrar uma confirmação do princípio de que são os desenvolvimentos e diferenciações mais importantes que trazem em si as sementes da doença, da falha de função.

‘O senhor está-se tornando erudito demais. Não posso acompanhá-lo.’

Devo retroagir um pouco mais. Um pequeno organismo vivo é uma coisa verdadeiramente infeliz e impotente, não é assim? comparado com o mundo externo intensamente poderoso, repleto como está de influências destrutivas. Um organismo primitivo, que não tenha desenvolvido uma organização apropriada do ego, encontra-se à mercê de todos esses ‘traumas’. Ele vive pela ‘cega’ satisfação de seus desejos instintuais e muitas vezes perece por causa disto. A diferenciação de um ego é, acima de tudo, um passo no sentido da autopreservação. Nada, é verdade, pode ser aprendido da sua destruição, mas se alguém sobreviveu com sorte a um trauma poderá observar a abordagem de situações semelhantes e dar sinal do perigo por uma repetição abreviada das impressões que experimentou em relação com o trauma - por um afeto de ansiedade. Essa reação à percepção do perigo introduz agora uma tentativa de fuga, que pode ter o efeito de poupar a vida até que se tenha tornado bastante forte para fazer face aos perigos do mundo externo de maneira mais ativa -

mesmo agressivamente, talvez.

‘Tudo isto está muito longe do que o senhor prometeu relatar-me.’

O senhor não tem idéia alguma de como eu estou perto de cumprir minha promessa. Mesmo em organismos que depois se desenvolvem numa eficiente organização do ego, o ego deles é débil e pouco se diferencia, para começar, de seu id, durante seus primeiros anos de infância. Imagine agora o que acontecerá se esse ego impotente experimentar uma exigência instintual do id ao qual ele gostaria de opor resistência (porque sente que satisfazê-lo é perigoso e provocaria uma situação traumática, um choque com o mundo externo), mas que ele não pode controlar, porque ainda não possui bastante força para fazê-lo. Em tal caso o ego trata do perigo instintual como se ele fosse externo; faz uma tentativa de fuga, afasta-se dessa parte do id e o deixa entregue ao seu destino, depois de retirar dele todas as contribuições que em geral presta aos impulsos instintuais. O ego, como costumamos dizer, institui uma repressão desses impulsos instintuais. Por enquanto isto tem o efeito de desviar o perigo, mas não se pode confundir o interno e o externo impunemente. Não se pode fugir de si mesmo. Na repressão o ego está acompanhando o princípio de prazer, que em geral ele tem o hábito de corrigir, estando destinado a sofrer dano como vingança. Isto está no fato de o ego haver permanentemente estreitado sua esfera de influência. O impulso instintual reprimido agora está isolado, abandonado a si mesmo, inacessível, mas também não influenciável. Ele segue seu próprio caminho. Mesmo depois, em geral, quando o ego se tornou mais forte, ainda não pode suspender a repressão; sua síntese fica prejudicada, uma parte do id permanece terreno proibido ao ego. Nem o impulso instintual isolado permanece ocioso; ele compreende como ser compensado por lhe ser negada satisfação normal; produz derivados psíquicos que lhe tomam o lugar; vincula-se a outros processos que por influência dele também arranca do ego; e finalmente irrompe no ego e na consciência sob a forma de um substituto irreconhecivelmente distorcido, criando o que denominamos de um sintoma. De imediato a natureza de uma perturbação neurótica se torna clara para nós: por um lado, um ego que é inibido em sua síntese, que não tem qualquer influência sobre partes do id, que deve renunciar a algumas de suas atividades a fim de evitar novo choque com o que foi reprimido, e que se exaure no que, na maior parte, são atos vãos de defesa contra sintomas, os derivados dos impulsos reprimidos; por outro lado, um id no qual os instintos individuais se tornaram independentes, perseguem seus objetivos independentemente dos interesses da pessoa como um todo e doravante obedecem às leis somente da psicologia que domina nas profundezas do id. Se observarmos toda a situação chegaremos a uma fórmula simples quanto à origem de uma neurose: o ego faz uma tentativa de suprimir certas partes do id de maneira inapropriada; essa tentativa falhou e o id tirou sua vingança. Uma neurose é assim o resultado de um conflito entre o ego e o id, no qual o ego se envolveu porque, como revela uma investigação cuidadosa, ele deseja a todo custo reter sua adaptabilidade em relação com o mundo externo real. A divergência verifica-se entre o mundo externo e o id; e é porque o ego, leal a sua natureza mais íntima, toma o partido do mundo externo que ele se torna envolvido num conflito com seu id. Mas observe que o que cria o determinante da

doença não é o fato desse conflito - pois discordâncias dessa natureza entre a realidade e o id são inevitáveis, sendo uma das principais tarefas do ego servir de mediador nelas -, mas a circunstância de o ego haver feito uso do instrumento ineficiente de repressão para lidar com o conflito. Mas isto por sua vez se deve ao fato de que o ego, na ocasião em que se incumbiu da tarefa, era não desenvolvido e impotente. Todas as repressões decisivas se verificam na primeira infância.

‘Que assunto notável! Seguirei seu conselho e não farei críticas, visto que o senhor deseja apenas mostrar-me aquilo em que a psicanálise crê a propósito da origem da neurose, de modo que o senhor venha a dizer como ela se dispõe a combatê-la. Eu teria várias perguntas a fazer-lhe e depois as formularei. Mas no momento sinto-me tentado, dessa vez, a levar adiante a sua seqüência de pensamento e a aventurar-me numa teoria própria. O senhor expôs a relação entre o mundo externo, o ego e o id, e formulou como sendo determinante de uma neurose que o ego em sua dependência do mundo externo luta contra o id. Não é concebível o caso oposto de o ego, num conflito dessa espécie, permitir a si mesmo ser arrastado para fora pelo id e renunciar à sua consideração pelo mundo externo? O que acontece num caso como este? pelas minhas idéias leigas de natureza da insanidade diria que tal decisão por parte do ego poderia ser o determinante da insanidade. Afinal de contas, uma fuga da realidade dessa espécie parece ser a essência da’insanidade.Sim. Eu próprio pensei nessa possibilidade, e na realidade creio que ela atende aos fatos - embora para provar a verdadeira suspeita exigisse o exame de algumas considerações altamente complicadas. As neuroses e psicoses estão, como é evidente, intimamente relacionadas, mas devem, não obstante, diferir em algum aspecto decisivo. Isto bem poderia ser o partido tomado pelo ego num conflito dessa espécie. Em ambos os casos o id conservaria sua característica de cega inflexibilidade.

‘Muito bem, prossiga! Quais os indícios dados pela sua teoria sobre o tratamento das doenças?’

É fácil agora descrever nossa finalidade terapêutica. Tentamos restaurar o ego, livrá-lo de suas restrições, e dar-lhe de volta o domínio sobre o ego que ele perdeu devido às suas primeiras repressões. É para esse único fim que efetuamos a análise, toda nossa técnica está dirigida para essa finalidade. Temos de procurar as repressões que foram estabelecidas e instigar o ego a corrigi-las com nossa ajuda e a lidar com os conflitos melhor do que mediante uma tentativa de fuga. Visto que essas repressões pertencem bem aos primeiros anos da infância, o trabalho de análise nos leva também de volta àquele período. Nosso caminho a essas situações de conflito, que na maior parte foram esquecidas e que tentamos reviver na lembrança do paciente, nos é mostrado pelos seus sintomas, sonhos e associações livres. Estes devem, contudo, ser em primeiro lugar interpretados - traduzidos -, pois, sob a influência da psicologia do id, assumiram formas de expressão estranhas à nossa compreensão. Podemos presumir que quaisquer associações, pensamentos e lembranças que

o paciente seja incapaz de comunicar-nos sem lutas internas estão de alguma maneira vinculados ao material reprimido ou são seus derivados. Ao estimular o paciente a desprezar suas resistências relatando essas coisas, estamos educando seu ego a superar sua inclinação no sentido de tentativas de fuga e a tolerar uma abordagem ao que é reprimido. No fim, se a situação da repressão puder ser reproduzida com êxito em sua memória, sua obediência será brilhantemente recompensada. Toda a diferença entre sua idade então e agora atua a seu favor, e a coisa da qual seu ego infantil fugiu aterrorizado muitas vezes parecerá ao seu ego adulto e fortalecido nada mais que uma brincadeira de criança.

IV

‘Tudo o que o senhor me relatou até agora foi psicologia. Muitas vezes soou estranho, difícil ou obscuro; mas sempre foi - se é que posso dizê-lo assim - “puro”. Até agora muito pouco tenho sabido, sem dúvida, sobre psicanálise; mas não obstante chegou aos meus ouvidos o rumor de que o senhor se ocupa principalmente com coisas que não têm qualquer direito a esse predicado. O fato de o senhor não haver ainda aflorado nada dessa espécie faz-me sentir que está deliberadamente ocultando algo. E há outra dúvida que não posso reprimir. Afinal de contas, como o senhor mesmo diz, as neuroses são perturbações da vida mental. É possível, então, que coisas tão importantes não desempenhem absolutamente qualquer papel nessas perturbações profundas?’

Então o senhor julga que uma consideração tanto do que é mais baixo quanto do que é mais alto tenha faltado às nossas apreciações até este momento? O motivo disto é que não consideramos absolutamente até agora, por esta vez, desempenhar eu próprio o papel de um interruptor que retém a marcha da conversa. Falei-lhe tanto de psicologia porque desejava que o senhor ficasse com a impressão aplicada - e, além disso, de uma psicologia que é desconhecida fora da análise. Um analista deve, portanto, antes de tudo, ter aprendido essa psicologia, essa psicologia profunda ou psicologia do inconsciente, ou pelo menos tanto dela quanto se conhece nos dias que correm. Necessitaremos disto como uma base para nossas conclusões ulteriores. Mas agora, que foi o senhor quis dizer com sua alusão a ‘pureza’?

‘Bem, geralmente se informa que nas análises os fatos mais íntimos - e os mais sórdidos - da vida sexual são trazidos à tona para apreciação em todos os seus detalhes. Se for assim - não fui capaz de depreender dos seus debates psicológicos que seja necessariamente assim - isto seria um forte argumento para que se restringisse esses tratamentos a médicos. Como se poderia sonhar em permitir tais perigosas liberdades a pessoa de cujo caráter não se tivesse qualquer garantia?’

É verdade que o médicos desfrutam de certos privilégios na esfera do sexo: é-lhes até mesmo permitido examinar os órgãos genitais das pessoas - embora isto não lhes fosse

permitido no Oriente e embora alguns reformadores idealistas (o senhor sabe quem eu tenho em mente) tenham disputado esse privilégio. Mas o senhor quer saber em primeiro lugar se é assim em análise e por que deve ser assim. - Sim, é assim.

E deve ser assim, em primeiro lugar porque a análise está inteiramente fundamentada em completa franqueza. As circunstâncias financeiras, por exemplo, são discutidas com igual detalhe e imparcialidade: dizem-se coisas que são ocultadas de qualquer cidadão, mesmo se ele não for concorrente ou um coletor de impostos. Não discutirei - na realidade, eu próprio insistirei com energia - que essa obrigação à imparcialidade também impõe grave responsabilidade moral ao analista. E deve ser assim, em segundo lugar, porque os fatores da vida sexual desempenham um papel extremamente importante, dominante e talvez mesmo específico entre as causas e fatores precipitantes das doenças neuróticas. Que mais pode a análise fazer se não manter-se perto do seu tema, do material apresentado pelo paciente? O analista jamais induz o paciente até o terreno do sexo. Ele não lhe diz antecipadamente: 'Estaremos lidando com as intimidades de sua vida sexual!' Ele lhe permite que comece o que tem a dizer onde lhe aprouver, e tranqüilamente aguarda até que o próprio paciente aborde fatos sexuais. Sempre costumava advertir meus alunos: 'Nossos antagonistas nos disseram que nos defrontaremos com casos nos quais o fator do sexo não desempenha papel algum. Tenhamos o cuidado de não introduzi-lo em nossas análises e de assim estragar nossa oportunidade de encontrar tal caso.' Mas até agora nenhum de nós teve essa boa sorte.

Estou cômico, naturalmente, de que nosso reconhecimento da sexualidade se tornou - quer confessadamente, quer não - o motivo mais forte da hostilidade de outras pessoas em relação à análise. Poderá isto abalar nossa confiança? Isto simplesmente nos revela como é neurótica toda nossa vida civilizada, visto que pessoas manifestamente normais não se comportam de forma muito diferente das neuróticas. Numa época em que a psicanálise foi solenemente levada a julgamento perante as sociedades cultas da Alemanha - hoje as coisas se tornaram inteiramente mais tranqüilas -, um dos oradores alegou possuir autoridade peculiar porque, assim disse ele, chegou mesmo a permitir que seus pacientes falassem: para finalidades de diagnósticos, claramente e para pôr à prova as asserções dos analistas. 'Mas', acrescentou ele, 'se começarem a falar sobre assuntos sexuais fecho-lhes as bocas.' Que pensa disto como um método de demonstração? A sociedade erudita aplaudiu o orador calorosamente em vez de sentir-se, com razão, envergonhada do seu relato. Só a triunfante certeza proporcionada pela consciência de preconceitos sustentados em comum pode explicar a falta de pensamento lógico do orador. Anos depois alguns daqueles que na época tinham sido meus partidários cederam à necessidade de libertar a sociedade humana do julgo da sexualidade que a psicanálise estava procurando impor-lhe. Um deles explicou que o que é sexual não significa absolutamente sexualidade, mas algo mais, algo abstrato e místico. E outro chegou a declarar que a vida sexual é meramente uma das esferas na qual os seres humanos procuram por uma ação sua necessidade imperiosa de poder e dominação. Eles têm sido acolhidos com grandes aplausos, pelo menos no momento.

‘Aventurar-me-ei de certa maneira, dessa vez, a tomar partido neste ponto. Surpreendi-me como sendo extremamente ousado afirmar que a sexualidade não é necessidade natural e primitiva dos seres vivos, mas uma expressão de algo mais. Só se precisa considerar o exemplo dos animais.’

Isto não faz diferença alguma. Não há qualquer mistura, por mais absurda, que a sociedade de bom grado não esteja disposta a engolir se for anunciada como um antídoto à temida predominância da sexualidade.

Confesso, além disso, que a aversão que o senhor mesmo tem traído de atribuir ao fator da sexualidade um papel tão relevante na causação da neurose - confesso que isto quase não me parece compatível com a sua tarefa como uma Pessoa Imparcial. O senhor não teme que essa antipatia possa interferir em fazer um julgamento justo?

‘Lamento ouvi-lo dizer isto. Sua confiança em mim parece estar abalada. Mas nesse caso por que não escolheu outro como sua Pessoa Imparcial?’

Porque essa outra pessoa não teria pensado em nada diferente do senhor. Mas se ela tivesse sido preparada desde o começo para reconhecer a importância da vida sexual, todos teriam exclamado: ‘Ora, essa não é nenhuma Pessoa Imparcial, é um dos seus partidários!’ Não, estou longe de abandonar a expectativa de ser capaz de influenciar suas opiniões. Devo admitir, contudo, que do meu ponto de vista essa situação é diferente daquela com a qual lidamos antes. No tocante aos nossos debates psicológicos, trata-se para mim de uma questão de indiferença se o senhor acredita ou não em mim, contanto somente que tenha a impressão de que aquilo que nos preocupa são problemas puramente psicológicos. Mas aqui, quanto à questão da sexualidade, deveria não obstante contentar-me se o senhor fosse acessível à compreensão de que seu motivo mais forte de contradição é precisamente a arraigada hostilidade de que partilha com tantas outras pessoas.

‘Mas afinal de contas não possuo a experiência que lhe deu inabalável certeza.’

Muito bem. Posso agora continuar com minha exposição. A vida sexual não é simplesmente algo apimentado; constitui também sério problema científico. Muito havia de novo a ser aprendido sobre ela, muitas coisas estranhas a serem explicadas. Acabo de dizer-lhe que a análise tem de remontar aos primeiros anos da infância do paciente, porque foi então que ocorreram as repressões decisivas, enquanto seu ego era débil. Mas certamente na infância não existe qualquer vida sexual? Com certeza ela só começa na puberdade? Pelo contrário. Temos de aprender que os impulsos instintuais sexuais acompanham a vida a partir do nascimento, sendo precisamente a fim de desviar esses instintos que o ego infantil institui repressões. Uma coincidência notável, não é? que as criancinhas já devem estar

lutando contra a força da sexualidade, do mesmo modo como o orador da sociedade erudita iria fazer depois, e posteriormente ainda meus seguidores que estabeleceram suas próprias teorias. Como isto ocorre? A explicação geral seria que nossa civilização se acha inteiramente estruturada às expensas da sexualidade; mas há muito mais a ser dito sobre o assunto.

A descoberta da sexualidade infantil é uma daquelas da quais temos motivo de nos sentirmos envergonhados [por causa de sua evidência]. Alguns pediatras, assim parece, sempre tiveram conhecimento disto, e algumas enfermeiras de crianças. Homens hábeis, que se denominam a si próprios psicólogos de crianças, logo falaram em tons de censura de uma ‘profanação da inocência da infância’. Mais uma vez, o sentimento em vez do argumento! Fatos dessa espécie são de ocorrência cotidiana em entidades políticas. Um membro da oposição ergue-se e denuncia certo desacerto administrativo no serviço público, no exército, no judiciário e assim por diante. Diante disto outro membro, preferivelmente do governo, declara que tais afirmações constituem uma afronta ao sentimento de honra do organismo político, do exército, da dinastia, ou mesmo da nação. Não passam assim de inverdades. Sentimentos como estes não podem tolerar quaisquer afrontas.

A vida sexual das crianças naturalmente é diferente da dos adultos. A função sexual, desde seus primórdios até a forma definitiva na qual nos é tão familiar, passa por um complicado processo de desenvolvimento. Desenvolve-se juntamente, a partir de numerosos instintos componentes, com diferentes finalidades e passa por várias fases de organização até que finalmente entra a serviço da reprodução. Nem todos os instintos componentes são igualmente úteis para o resultado final; devem ser desviados, remodelados e em parte suprimidos. Tal curso de desenvolvimento de grande alcance nem sempre é percorrido sem uma lacuna; ocorrem inibições no seu desenvolvimento, fixações parciais nas primeiras fases de desenvolvimento. Se depoissurgirem obstáculos ao exercício da função sexual, o anseio sexual - a libido, como o denominamos - é capaz de retornar a esses pontos mais antigos de fixação. O estado da sexualidade das crianças e de suas transformações até a maturidade também nos deu a chave de uma compreensão do que se conhece como as perversões sexuais, que as pessoas sempre costumavam descrever com todos os sinais indispensáveis de repulsa, mas cuja origem jamais foram capazes de explicar. Todo o tópico é de interesse incomum, mas para as finalidades de nossa conversa não faz muito sentido dizer-lhe mais a respeito do mesmo. A fim de nos orientarmos nele, carecemos de conhecimentos anatômicos e fisiológicos, não podendo todos eles, infelizmente, ser adquiridos em escolas de medicina. Mas uma familiaridade com a história da civilização e com a mitologia é igualmente indispensável.

‘Depois de tudo isto, ainda não posso formar um quadro da vida sexual das crianças.’

Então abordarei ainda mais o assunto; seja como for, não me é fácil afastar-me dele. Dir-

lhe-ei, então, que o fato mais notável sobre a vida sexual das crianças, segundo me parece, passa por todo seu desenvolvimento mais amplo nos cinco primeiros anos de vida. A partir desse ponto até a puberdade estende-se o que se conhece como período de latência. Durante ele a sexualidade normalmente não avança mais; pelo contrário, os anseios sexuais diminuem de vigor e são abandonadas e esquecidas muitas coisas que a criança fazia e conhecia. Nesse período da vida, depois que a primeira eflorescência da sexualidade feneceu, surgem atitudes do ego como a vergonha, a repulsa e a moralidade, que estão destinadas a fazer frente à tempestade ulterior da puberdade e a alicerçar o caminho dos desejos sexuais que se vão despertando. Esse ‘desencadeamento bifásico’, como é denominado, da vida sexual muito tem a ver com a gênese das doenças neuróticas. Parece ocorrer somente nos seres humanos, e talvez seja um dos determinantes do privilégio humano de tornar-se neurótico. A pré-história da vida sexual foi tão desprezada antes da psicanálise como, em outro setor, os antecedentes da vida mental consciente. O senhor com razão suspeitará de que os dois estão intimamente ligados.

Há muito a dizer, com relação ao que nossas expectativas não nos prepararam, sobre o conteúdo, manifestações e realizações desse período inicial da sexualidade. Por exemplo, o senhor sem dúvida ficará surpreendido em saber como amiúde meninos de pouca idade têm medo de ser devorados pelo pai. (E talvez também se surpreenda por eu incluir esse medo entre os fenômenos da vida sexual.) Mas gostaria de lembrar-lhe o conto mitológico, do qual é possível que ainda se recorde dos seus dias de escola, de como o deus Cronos engoliu os filhos. Como isto lhe deve ter soado estranho quando o ouviu pela primeira vez! Mas suponho que nenhum de nós pensou nisto naquela época. Hoje podemos também recordar grande número de contos de fadas nos quais aparece algum animal voraz como um lobo, e o reconheceremos como um disfarce do pai. Esta é a oportunidade de assegurar-lhe que foi somente através do conhecimento da sexualidade infantil que se tornou possível compreender a mitologia e o mundo dos contos de fadas. Aqui então algo foi alcançado como um subproduto de estudos analíticos.

O senhor ficará não menos surpreendido em saber que as crianças do sexo masculino sofrem do medo de ser roubadas do seu órgão sexual pelo pai, de modo que esse medo de ser castrado exerce poderosíssima influência sobre o desenvolvimento do seu caráter e na decisão do rumo a ser seguido por sua sexualidade. E mais uma vez aqui a mitologia poderá dar-lhe a coragem de crer na psicanálise. O mesmo Cronos que devorou os filhos também emasculou seu pai Uranos, e depois ele próprio foi emasculado como vingança por seu filho Zeus, que fora salvo pela astúcia de sua mãe. Se o senhor se tiver sentido inclinado a supor que tudo o que a psicanálise informa sobre a sexualidade inicial das crianças provém da imaginação perturbada dos analistas, deve pelo menos admitir que sua imaginação criou o mesmo produto que as atividades imaginativas do homem primitivo, cujos mitos e contos de fadas são o precipitado. A alternativa mais amável, e provavelmente também o ponto de vista mais pertinente, seria que na vida mental das crianças, hoje em dia, podemos ainda detectar os mesmos fatores arcaicos que em geral outrora dominavam nos dias primevos da

civilização humana. Em seu desenvolvimento mental, a criança estaria repetindo a história de sua raça de uma forma abreviada, do mesmo modo como a embriologia de há muito reconheceu ser este o caso do desenvolvimento somático.

Outra característica da sexualidade infantil inicial é que o órgão sexual feminino propriamente dito ainda não desempenha nela qualquer papel: a criança ainda não o descobriu. A ênfase recai inteiramente no órgão masculino, todo o interesse da criança está dirigido para a questão de se ele se acha presente ou não. Sabemos menos acerca da vida sexual de meninas do que de meninos. Mas não é preciso envergonharmo-nos dessa distinção; afinal de contas, a vida sexual das mulheres adultas é um ‘continente negro’ para a psicologia. Mas aprendemos que as meninas sentem profundamente falta de um órgão sexual que seja igual em valor ao masculino; elas se consideram por causa disso inferiores, e essa ‘inveja do pênis’ é a origem de todo um grande número de reações femininas características.

Também é característico das crianças que suas duas necessidades excretórias sejam catexizadas [carregadas] de interesse sexual, que é mais uma vez obliterada na prática de fazer chistes. Para nós pode parecer um fato desagradável, mas leva muito tempo para que as crianças desenvolvam sentimentos de repugnância. Isto não é discutido nem mesmo por pessoas que de outra forma insistem sobre a pureza seráfica da mente da criança.

Nada, contudo, merece mais atenção do que o fato de as crianças regularmente dirigirem seus desejos sexuais para os seus parentes mais próximos - em primeiro lugar, portanto, para o pai e a mãe, e depois para seus irmãos e irmãs. O primeiro objeto do amor de um menino é sua mãe, e de uma menina seu pai (exceto até onde uma disposição bissexual inata favorece a presença simultânea da atitude contrária). Sente-se o outro genitor como um rival perturbador, e não infreqüentemente é encarado com forte hostilidade. O senhor deve compreender-me bem. O que quero dizer não é que a criança deseja ser tratada por seu genitor predileto simplesmente com a espécie de afeição que nós adultos gostamos de considerar como a essência da relação pai-filho. Não, a análise não nos deixa dúvida alguma de que os desejos da criança se estendem, além de tal afeição, a tudo que compreendemos por satisfação sensual - até onde, vale dizer, o permitem os poderes de imaginação da criança. É fácil ver que a criança jamais adivinha os fatos reais das relações sexuais; ela os substitui por outras idéias oriundas de sua própria experiência e sentimentos. Em geral seus desejos culminam na intenção de dar à luz ou, de alguma maneira indefinível, de procriar um bebê. Também os meninos, em sua ignorância, não se excluem do desejo de dar à luz uma criança. Damos a toda essa estrutura mental a denominação de ‘complexo de Édipo’, segundo a conhecida lenda grega. Com o término do período sexual inicial ele deve normalmente ser abandonado, deve desintegrar-se radicalmente e ser transformado, estando os resultados dessa transformação destinados a importantes funções na vida mental ulterior. Mas em geral isso não se efetua de maneira bastante radical, caso em que a puberdade acarreta uma revivescência do complexo, que pode ter graves conseqüências.

Estou surpreendido por o senhor ainda estar calado. Isto dificilmente quer dizer que consente. - Ao afirmar que a primeira escolha de uma criança é, para empregar o termo técnico, uma escolha incestuosa, a análise sem dúvida mais uma vez fere os sentimentos mais sagrados da humanidade, e pode muito bem estar preparada para uma quantidade correspondente de descrença, contradição e ataque. E estes ela tem recebido com abundância. Nada a tem danificado mais na abalizada opinião dos seus contemporâneos do que sua hipótese do complexo de Édipo como uma estrutura universalmente vinculada ao destino humano. O mito grego, incidentalmente, deve ter tido o mesmo significado; mas a maioria dos homens hoje em dia, eruditos igualmente, prefere crer que a Natureza estabeleceu em nós uma aversão inata como salvaguarda contra a possibilidade de incesto.

Mas vamos em primeiro lugar convocar a história em nosso auxílio. Quando Caio Júlio César aportou no Egito, encontrou a jovem rainha Cleópatra (que logo iria tornar-se tão importante para ele) casada com o irmão dela ainda mais jovem, Ptolomeu. Numa dinastia egípcia nada havia de peculiar nisso; os Ptolomeus, que eram de origem grega, haviam simplesmente continuado com o costume que fora praticado por seus antecessores, os antigos faraós, por alguns milhares de anos. Isto, todavia, era meramente um incesto entre irmão e irmã, que mesmo na época atual não é julgado tão rigorosamente. Voltemos assim à nossa principal testemunha em assuntos concernentes aos tempos primevos - a mitologia. Ela nos informa que os mitos de cada povo, e não somente dos gregos, estão repletos de casos amorosos entre pais e filhas e mesmo entre mães e filhos. A cosmologia, não menos que a genealogia de raças reais, está fundamentada no incesto. Para que finalidade o senhor supõe que essas lendas foram criadas? Para estigmatizar deuses e reis como criminosos? para imputar-lhes a repulsa da raça humana? De preferência, por certo, porque os desejos incestuosos constituem um legado humano primordial e jamais foram plenamente superados, de modo que sua realização ainda era concedida aos deuses e aos seus descendentes quando a maioria dos seres humanos comuns já era obrigada a renunciar a tais desejos. Está em completa harmonia com essas lições da história e da mitologia o fato de encontrarmos desejos ainda presentes a atuantes na infância do indivíduo.

‘Eu poderia considerar erroneamente que o senhor tivesse tentado ocultar de mim tudo isso sobre a sexualidade infantil. Parece-me muitíssimo interessante, particularmente por causa de sua ligação com a pré-história humana.’

Temia que pudesse afastar-nos para muito longe de nossa finalidade. Mas talvez, afinal de contas, seja útil.

‘Agora me diga, então, que certeza pode o senhor oferecer para os seus achados analíticos sobre a vida sexual das crianças? Sua convicção baseia-se unicamente em pontos de concordância com a mitologia e a história?’ Oh, de modo algum. Ela tem como base a observação direta. O que aconteceu foi isto. Tínhamos começado por inferir o conteúdo da

infância sexual a partir da análise de adultos - isto é, cerca de vinte a quarenta anos depois. Posteriormente, procedemos a análises sobre as próprias crianças, e não deixou de ser uma grande vitória quando assim fomos capazes de confirmar nelas tudo que tínhamos podido adivinhar, apesar da quantidade do que havia ficado encoberto e distorcido no intervalo.

‘O quê? O senhor submeteu criancinhas à análise? crianças com menos de seis anos? isso pode ser feito? E não é muito arriscado para as crianças?’

Pode muito bem ser feito. Quase não se pode acreditar no que se passa numa criança de quatro ou cinco anos de idade. As crianças têm uma mente muito ativa nessa idade; seu período sexual prematuro é também um período de florescimento intelectual. Tenho a impressão de que com o início do período de latência elas se tornam mentalmente inibidas também, mais estúpidas. Também a partir dessa época muitas crianças perdem seu encanto físico. E, no tocante ao dano causado pela análise prematura, posso informar-lhe que a primeira criança na qual se aventurou o primeiro experimento, há quase vinte anos, desde então se desenvolveu num jovem saudável e capaz, que atravessou a puberdade de maneira irrepreensível, apesar de alguns graves traumas psíquicos. Talvez seja de se esperar que as coisas não sejam piores para as outras ‘vítimas’ da análise prematura. Muito daquilo que é de interesse está ligado a essas análises infantis; é possível que no futuro elas se tornem ainda mais importantes. Do ponto de vista da teoria, seu valor é indubitável, proporcionando informações destituídas de ambigüidade sobre problemas que permanecem insolúveis nas análises de adultos; e dessa forma protegem o analista de erros que poderiam ter para ele conseqüências graves. Surpreendemos os fatores que levam à formação de uma neurose enquanto se acham realmente em ação e não podemos então confundi-los. No interesse da criança, é verdade, a influência analítica deve ser combinada com medidas educacionais. A técnica ainda tem de receber sua confirmação. Mas o interesse prático é despertado pela observação de que grande número de nossas crianças passa por uma fase claramente neurótica no curso de seu desenvolvimento. Visto termos aprendido a observar com maior agudeza, somos tentados a afirmar que a neurose nas crianças não é a exceção mas a regra, como se ela quase não pudesse ser evitada na trilha desde a disposição inata da infância até a sociedade civilizada. Na maioria dos casos essa fase neurótica da infância é superada espontaneamente. Mas será que ela não pode também regularmente deixar seus vestígios no adulto saudável comum? Por outro lado, naqueles que se tornam neuróticos depois, nunca deixamos de encontrar elos com a doença na infância, embora na época não tenha sido necessário ser muito observável. De forma precisamente análoga os médicos hoje, creio, sustentam a opinião de que cada um de nós passou por uma investida de tuberculose em sua infância. É verdade que no caso das neuroses o fator de imunização não atua, mas somente o fator de predisposição.

Voltemos a sua pergunta sobre a certeza. Ficamos de maneira geral bem convictos, pelo exame direto das crianças, de que tínhamos razão em nossa interpretação daquilo que os adultos nos relataram sobre sua infância. Em grande número de casos, contudo, outra espécie

de confirmação tornou-se possível. O material da análise de alguns pacientes permitiu-nos reconstruir certos acontecimentos externos, certos eventos impressionantes de seus anos de infância, dos quais não conservaram qualquer lembrança consciente. Acidentes felizes, informações de pais ou de amas ofereceram depois provas irrefutáveis de que essas ocorrências realmente se verificaram. Isto, naturalmente, não aconteceu com freqüência, mas quando se verificou, foi com esmagadora impressão. A reconstrução correta, o senhor precisa saber, de tais experiências esquecidas da infância tem sempre grande efeito terapêutico, permitam ou não confirmação objetiva. Esses eventos devem sua importância, naturalmente, ao fato de terem ocorrido numa idade tão prematura, numa época em que podiam ainda produzir um efeito traumático sobre o ego frágil.

‘E que espécie de eventos podem ser esses, que têm de ser descobertos pela análise?’

De várias espécies. Primeiramente, impressões capazes de influenciar permanentemente a vida sexual que desabrocha da criança - tais como observações de atividades sexuais entre adultos, ou experiências sexuais suas com um adulto ou outra criança (fatos que não são raros); ou, ainda, o ouvir por acaso conversas, compreendidas na época ou retrospectivamente, das quais a criança pensou poder tirar conclusões sobre assuntos misteriosos ou fantásticos; ou, ainda, observações ou ações da própria criança que dão prova de atitudes significativas de efeito ou inimizade para com outras pessoas. É de especial importância numa análise induzir uma lembrança da atividade sexual esquecida do próprio paciente como criança e também da intervenção dos adultos que acabaram com a mesma.

‘Isso me dá a oportunidade de trazer à baila uma pergunta que há muito desejava formular. Qual é, então, a natureza dessa “atividade sexual” das crianças numa tenra idade, que, como o senhor diz, foi desprezada antes dos dias da análise?’

Constitui um fato estranho que a parte regular e essencial dessa atividade sexual não tenha sido desprezada. Ou antes, ela não é de forma alguma estranha, pois foi impossível desprezá-la. Os impulsos sexuais das crianças encontram suas principais expressões na autogratisação pela fricção de seus próprio órgãos genitais, ou, mais precisamente, da porção masculina deles. A distribuição extraordinariamente ampla dessa forma de ‘travessura’ infantil sempre foi conhecida dos adultos, e foi considerada como grave pecado e severamente punida. Mas por favor não me pergunte como as pessoas podiam reconciliar essas observações das inclinações imorais das crianças - porque as crianças o fazem, como elas próprias dizem, porque lhes dá prazer - com a teoria de sua pureza e não-sensualidade inatas. O senhor tem de fazer com que nossos adversários solucionem esse enigma. Nós temos um problema mais importante diante de nós. Que atitude devemos adotar em relação à atividade sexual da primeira infância? Sabemos a responsabilidade na qual estamos incorrendo se a suprimirmos; mas não nos aventuramos a deixá-la seguir seu curso sem

restrição. Entre as raças num baixo nível de civilização, e entre as camadas inferiores das raças civilizadas, a sexualidade das crianças parece ter recebido livre rédea. Isso provavelmente oferece poderosa proteção contra o subsequente desenvolvimento de neuroses no indivíduo. Mas isso ao mesmo tempo não envolve uma extraordinária perda de aptidão para realizações culturais? Muito há para sugerir que aqui estamos diante de uma nova Sila e Caríbdis.

Mas se os interesses que são estimulados pelo estudo da vida sexual dos neuróticos criam uma atmosfera favorável ao estímulo da lascívia - isso é uma questão que eu me aventuro a deixar ao seu próprio julgamento.

V

‘Creio que compreendo sua finalidade. O senhor deseja demonstrar-me que espécie de conhecimento se faz necessário a fim de praticar a análise, de modo que eu possa ser capaz de julgar se somente os médicos devem ter o direito de praticá-la. Bem, até agora surgiu muito pouco que tem a ver com a medicina: muito de psicologia e um pouco de biologia ou de ciência sexual. Mas talvez não tenhamos chegado ao fim?’

Certamente não. Ainda existem lacunas a ser preenchidas. Posso fazer um pedido? Quer descrever-me como o senhor imagina um tratamento analítico? - da mesma forma como se o senhor mesmo tivesse de proceder a um.

‘Uma bela idéia, sem dúvida! Não, não tenho a menor intenção de resolver nossa controvérsia por uma experiência dessa espécie. Mas apenas para ser agradável, farei o que o senhor pede - a responsabilidade será sua. Muito bem. Suporei que o paciente me procura e se queixa dos seus males. Prometo-lhe recuperação ou melhoria se ele seguir minhas instruções. Estimulo-o a dizer-me com toda franqueza tudo que ele sabe e que lhe ocorre, e que não se desvie dessa intenção mesmo se algumas coisas lhe sejam desagradáveis de dizer. Assimilei a regra de maneira apropriada?’

Assimilou. O senhor deve acrescentar: ‘mesmo se o que lhe ocorrer lhe parecer destituído de importância ou de sentido.’

‘Acrescentarei isso. Logo ele começa a falar e eu a ouvir. E então? Infiro do que ele me diz a espécie de impressões, experiências e desejos que reprimiu porque se defrontou com eles numa época em que seu ego ainda estava fraco e tinha medo deles em vez de enfrentá-los. Quando ele tiver aprendido isso de mim, voltará às antigas situações e com minha ajuda ele se sai melhor. As limitações às quais seu ego estava vinculado então desaparecem, e ele fica curado. Está certo?’

Bravo! bravo! vejo mais uma vez que as pessoas serão capazes de acusar-me de eu haver transformado num analista alguém que não é médico. O senhor apreendeu tudo de maneira admirável.

‘Nada mais fiz senão repetir o que ouvi do senhor - como se fosse algo que eu tivesse aprendido de cor. Seja como for, não posso formar quadro algum de como deva fazê-lo e estou inteiramente desorientado para compreender por que uma tarefa como essa deva levar uma hora por dia durante tantos meses. Afinal de contas, uma pessoa comum em geral não teve tantas experiências assim, o que foi reprimido na infância é provavelmente o mesmo em cada caso.’ Quando realmente se pratica a análise aprendem-se as espécies de coisas além disso. Por exemplo: o senhor não acharia absolutamente que fosse um assunto simples deduzir do que o paciente lhe conta as experiências que ele esqueceu e os impulsos instituais que reprimiu. Ele diz algo que no começo significa tão pouco para o senhor como para ele. O senhor terá de resolver contemplar o material que ele lhe entrega em obediência à regra de uma maneira bem especial: como se fosse minério, talvez, do qual seu teor de metal precioso tem de ser extraído por um processo específico. Estar-se-á também preparado para trabalhar muitas toneladas de minério que podem conter o pouco material valioso que se procura. Aqui devemos ter um primeiro motivo do prolongado caráter do tratamento.

‘Mas como se trabalha com essa matéria-prima - para manter seu símile?’

Presumindo-se que as observações e associações do paciente são apenas distorções do que se procura - alusões, por assim dizer, das quais se tem de adivinhar o que se acha oculto detrás delas. Numa palavra, esse material, quer consista em lembranças, associações ou sonhos, tem primeiramente de ser interpretado. O senhor fará isso, naturalmente, observando as expectativas que formou quando ouvia, graças ao seu conhecimento especial.

“Interpretar!” Que palavra sórdida! Não gosto do seu som; ele me rouba toda a certeza. Se tudo depender de minha interpretação, quem pode garantir que eu interpreto certo? Assim, afinal de contas, tudo é deixado ao meu capricho?’

Um momento! As coisas não são assim tão más. Por que o senhor escolhe excluir seus próprios processos mentais da norma da lei que reconhece nos de outras pessoas? Quando o senhor atingiu certo grau de autodisciplina e possui certo conhecimento à sua disposição, suas interpretações serão independentes de suas características pessoais e atingirão o alvo. Não estou afirmando que a personalidade do analista seja uma questão de indiferença para essa parte da tarefa dele. Uma espécie de agudeza em ouvir o que está inconsciente e reprimido, que não está na posse igualmente de todos, tem seu papel a desempenhar. E aqui, antes de tudo, somos levados à obrigação do analista de tornar-se capaz, por uma profunda análise dele próprio, da recepção sem preconceitos do material analítico. Algo, é verdade, ainda permanece de fora: alguma coisa comparável à ‘equação pessoal’ nas observações

astronômicas. Esse fator individual sempre desempenhará um papel mais significativo na psicanálise do que alhures. Uma pessoa anormal pode tornar-se um médico cuidadoso; como analista ele será prejudicado pela sua própria anormalidade de ver os quadros da vida mental não distorcidos. Visto ser impossível demonstrar a qualquer um sua própria anormalidade, o consenso geral em questão de psicologia profunda será particularmente difícil de ser alcançado. Alguns psicólogos, na verdade, julgam que ele é inteiramente impossível e que todo tolo tem o igual direito de externar sua estultície como sabedoria. Confesso que sou mais otimista a respeito disso. Afinal de contas, nossas experiências revelam que acordos razoavelmente satisfatórios podem ser alcançados mesmo na psicologia. Todo campo de pesquisa tem sua dificuldade particular que devemos tentar eliminar. E, além disso, mesmo na arte interpretativa da análise muito existe que pode ser aprendido como qualquer outro material de estudo: por exemplo, em relação com o método peculiar de representação indireta através de símbolos.

‘Bem, não tenho mais qualquer desejo de empreender um tratamento analítico mesmo na minha imaginação. Quem pode dizer quais as outras surpresas que eu poderia encontrar?’

O senhor tem toda a razão em abandonar a idéia. Está vendo como se fariam necessárias muito mais formação e prática. Quando tiver achado uma interpretação certa, encontra-se à frente outra tarefa. O senhor tem de esperar o momento exato no qual pode comunicar sua interpretação ao paciente com alguma perspectiva de êxito.

‘Como se pode sempre reconhecer o momento certo?’

Isto é uma questão de tato, que pode tornar-se mais requintada com a experiência. O senhor estará cometendo grave erro se, num esforço talvez de encurtar a análise, lançar suas interpretações na cabeça do paciente logo que as houver encontrado. Dessa maneira o senhor obterá dele expressões de resistência, rejeição e indignação, mas não permitirá que seu ego domine seu material reprimido. A fórmula é: esperar até que o paciente tenha chegado tão perto do material reprimido que ele tenha apenas mais alguns passos na dianteira da interpretação que o senhor propuser.

‘Creio que nunca aprenderia a fazer isso. E se adotar essas precauções ao fazer minha interpretação, o que vem depois?’

Será então seu destino fazer uma descoberta para a qual não estava preparado.

‘E o que pode ser isso?’

Que o senhor se enganou com seu paciente; que não pode contar no mínimo com a

colaboração e a condescendência dele; que ele está pronto a colocar toda dificuldade possível em seu trabalho comum - numa palavra, que ele não tem absolutamente qualquer desejo de ficar curado.

‘Ora veja só! Isso é a coisa mais louca que o senhor já me contou. E também não acredito nela. O paciente que está sofrendo tanto, que se queixatão comovedoramente de seu males, que está fazendo um sacrifício tão grande para o tratamento - o senhor diz que ele não tem qualquer desejo de ficar curado! Mas naturalmente o senhor não está dando um significado exato às suas palavras.’

Acalme-se! Realmente confirmo o que digo. O que falei foi a verdade - não toda a verdade, sem dúvida, mas uma parte muito digna de nota dela. O paciente deseja ser curado - mas ele também deseja não ser. Seu ego perdeu sua unidade, e por esse motivo sua vontade também não tem qualquer unidade. Se isto não fosse assim, ele não seria nenhum neurótico.

“Fosse eu sagaz, e não seria o Tell!”

Os derivados do que é reprimido irromperam em seu ego e ali se estabeleceram; e o ego tem tão pouco controle sobre as tendências daquela fonte quanto sobre o que é realmente reprimido, e em geral nada sabe a respeito delas. Esses pacientes, na realidade, são de uma natureza peculiar e criam dificuldades com as quais não estamos habituados a lidar. Todas as nossas instituições sociais são estruturadas para pessoas com um ego unido e normal, que se pode classificar de bom ou mau, que ou cumpre sua função ou é inteiramente eliminado por uma influência esmagadora. Daí a alternativa jurídica: responsável ou irresponsável. Nenhuma dessas distinções se aplica a neuróticos. Deve-se admitir que há dificuldade em adaptar as exigências sociais a sua condição psicológica. Isto foi experimentado em larga escala durante a última guerra. Os neuróticos que burlavam o serviço militar eram simuladores ou não? Eram e não eram. Se eram tratados como simuladores e sua doença era tornada altamente incômoda, eles se recuperavam; se depois de serem ostensivamente restabelecidos eram enviados de volta às forças armadas, imediatamente se refugiavam mais uma vez na doença. Nada podia ser feito com eles. E o mesmo se aplica aos neuróticos na vida civil. Eles se queixam da doença mas a exploram com todas as suas forças; e se alguém tenta afastá-la deles, defendem-na como a proverbial leoa com seus filhotes. Contudo, não faria sentido algum recriminá-los por essa contradição.

‘O melhor plano, porém, não seria deixar de administrar a esses doentes tratamento, qualquer que fosse ele, mas deixá-los entregues à sua sorte? Não penso que valha a pena despender esforços tão grandes com cada um deles como o senhor me leva a supor que faz.’

Não posso aprovar sua sugestão. Indubitavelmente constitui uma atitude mais adequada

aceitar as complicações da vida de preferência a lutar contra elas. Talvez seja verdade que nem todo neurótico que tratamos valha o sacrifício de uma análise, mas existem alguns indivíduos muito valiosos também entre eles. Devemos fixar nós mesmos a meta de que o menor número possível de seres humanos ingresse na vida civilizada com tal aparelho mental defeituoso. E para essa finalidade devemos reunir muita experiência e aprender a compreender muitas coisas. Toda análise pode ser instrutiva e proporcionar-nos um acervo de nova compreensão inteiramente à parte do valor pessoal do paciente individual.

‘Mas se um impulso volitivo formou-se no paciente que deseja reter a doença, o primeiro deve ter suas razões e motivos e ser capaz, de alguma forma, de justificar-se. Mas é impossível compreender por que alguém deseja estar doente ou o que poderá obter disso.’

Oh, isso não é tão difícil de compreender. Penso nos neuróticos de guerra, que não têm de servir precisamente porque são doentes. Na vida civil a doença pode ser utilizada como uma tela para encobrir a incompetência na profissão de alguém ou na concorrência com outras pessoas, enquanto na família pode servir de meio para sacrificar os outros membros e extorquir provas do amor destes, ou para impor a vontade sobre eles. Tudo isso se acha razoavelmente perto da superfície; nós o resumimos na expressão ‘ganho proveniente da doença’. É curioso, contudo, que o paciente - isto é, seu ego - nada saiba de toda a concatenação desses motivos e das ações que eles envolvem. Combate-se a influência dessas tendências compelindo-se o ego a tomar conhecimento delas. Mas há outros motivos, que se acham situados ainda mais profundamente, para que alguém se apegue à doença, com os quais não é tão fácil lidar. Mas esses não podem ser compreendidos sem uma nova viagem pela teoria psicológica.

‘Queira continuar. Um pouco mais de teoria não fará diferença alguma agora.’

Quando lhe descrevi a relação entre o ego e o id, suprimi uma parte importante da teoria do aparelho mental, pois fomos obrigados a presumir que dentro do próprio ego uma instância específica tornou-se diferenciada, sendo ela designada como superego. Esse superego ocupa uma posição especial entre o ego e o id. Ele pertence ao ego e partilha do seu alto grau de organização psicológica; mas tem uma vinculação particularmente íntima com o id. É de fato um precipitado das primeiras catexias do objeto do id e é o herdeiro do complexo de Édipo após o seu falecimento. Esse superego pode confrontar-se com o ego e tratá-lo como um objeto; e ele muitas vezes o trata com grande aspereza. É tão importante para o ego continuar em boas relações com o superego como com o id. Desavenças entre o ego e o superego são de grande importância na vida mental. O senhor já terá adivinhado que o superego é o veículo do fenômeno que chamamos de consciência. A saúde mental muito depende de o superego ser normalmente desenvolvido - isto é, de haver-se tornado suficientemente impessoal. E é isso precisamente o que não ocorre nos neuróticos cujo complexo de Édipo não passou pelo processo correto de transformação. O superego deles

ainda se confronta com seu ego como um pai rigoroso se defronta com um filho: e sua moralidade atua de maneira primitiva devido ao ego ser punido pelo superego. A doença é empregada como um instrumento para essa ‘autopunição’, e os neuróticos têm de comportar-se como se fossem governados por um sentimento de culpa que, a fim de ser satisfeito, precisa ser punido pela doença.

‘Isso realmente parece muito misterioso. A coisa mais estranha a respeito disso é que aparentemente mesmo essa poderosa força da consciência do paciente não alcança sua consciência.’

Sim, estamos apenas começando a apreciar a significação de todas essas circunstâncias importantes. Eis por que minha descrição estava destinada a ser tão obscura. Mas agora posso continuar. Descrevemos todas as forças que se opõem ao trabalho de recuperação como sendo as ‘resistências’ do paciente. O ganho proveniente da doença é uma dessas resistências. O ‘sentimento de culpa inconsciente’ representa a resistência do superego; é o fator mais poderoso, e o mais temido por nós. Encontramos ainda outras resistências durante o tratamento. Se o ego durante o período inicial estabeleceu uma repressão por medo, então este persiste e se manifesta como uma resistência se o ego se aproxima do material reprimido. E finalmente, como o senhor pode imaginar, é provável que haja dificuldades se se esperar que um processo instintual que tenha seguido um caminho específico durante décadas de súbito siga uma nova trilha que acabe de ser aberta para ele. Isso poderia ser denominado de resistência do id. A luta contra todas essas resistências constitui nosso principal trabalho durante um tratamento analítico; a tarefa de fazer interpretações não é nada em comparação com ela. Mas como resultado dessa luta e da superação das resistências, o ego do paciente fica tão alterado e fortalecido que podemos antecipar com tranqüilidade seu futuro comportamento quando o tratamento estiver terminado. Por outro lado, pode-se compreender agora por que são necessários tratamentos tão prolongados. A extensão do caminho de desenvolvimento e a riqueza do material não são os fatores decisivos. É mais uma questão de o caminho estar desimpedido. Um exército pode ficar retido durante semanas numa extensão de terreno que na época de paz um trem expresso percorre em poucas horas - se o exército tiver de superar ali a resistência do inimigo. Essas batalhas exigem tempo também na vida mental. Infelizmente sou obrigado a dizer-lhe que todos os esforços no sentido de acelerar o tratamento analítico de forma apreciável até agora malograram. A melhor maneira de encurtá-lo parece ser levá-lo a efeito de acordo com as regras.

‘Se jamais senti desejo de caçar furtivamente em seu parque de caça e tentar analisar alguém, o que o senhor me diz sobre as resistências me teria curado disso. Mas o que dizer da influência pessoal especial que afinal de contas o senhor próprio admitiu? Isto não entra em ação contra as resistências?’

Foi bom o senhor me perguntar sobre isso. Essa influência pessoal é a nossa ama dinâmica mais poderosa. É o novo elemento que introduzimos na situação e por meio do qual a tornamos fluida. O teor intelectual de nossas explicações não pode fazê-lo, pois o paciente, que partilha de todos os preconceitos do mundo que o cerca, precisa acreditar em nós tão pouco quanto o fazem os nossos críticos científicos. O neurótico põe-se a trabalhar porque tem fê no analista e neste crê porque adquire uma atitude emocional especial para com a figura do analista. Também as crianças só acreditam nas pessoas às quais estão ligadas. Já lhe disse, ver em [[1]] que uso fazemos dessa influência ‘sugestiva’ particularmente grande. Não para suprimir os sintomas - isso distingue o método analítico de outros processos psicoterapêuticos -, mas como uma força motora a fim de induzir o paciente a superar suas resistências.

‘Muito bem, e se isso suceder, tudo então não correrá bem?’

Sim, deve. Mas surge uma complicação inesperada. Talvez constitua a maior surpresa do analista constatar que a relação emocional que o paciente adota para com ele é de natureza bem peculiar. O primeiro médico que tentou uma análise - não fui eu - defrontou-se com esse fenômeno e não soube o que fazer dele, pois essa relação emocional, para expressá-lo de maneira simples, é da natureza do apaixonar-se. Estranho, não é? Especialmente quando se leva em conta que o analista nada faz para provocá-la mas, pelo contrário, antes se mantém à distância do paciente, falando humanamente, e o cerca de certo grau de reserva - quando se aprende, além disso, que essa estranha relação de amor despreza tudo o mais que seja realmente propício e toda variação quanto a atração pessoal, idade, sexo ou classe. Esse amor é de natureza realmente compulsiva. Não que essa característica precise estar ausente do apaixonar-se espontâneo. Como se sabe, o contrário ocorre freqüentemente. Mas na situação analítica surge com inteira regularidade sem haver qualquer explanação racional para isso. Ter-se-ia pensado que a relação do paciente com o analista nada mais exigia senão certa dose de respeito, confiança, gratidão e simpatia humana. Em vez disso, existe esse apaixonar-se, que, ele próprio, dá a impressão de ser um fenômeno patológico. ‘Eu teria pensado da mesma maneira que isso seria favorável às suas finalidades analíticas. Se alguém está apaixonado, ele é dócil, e tudo fará no mundo para o bem de outra pessoa.’

Sim. É favorável para começar. Mas quando esse apaixonar-se se tornou mais profundo, toda a sua natureza vem à luz, grande parte da qual é incompatível com a tarefa de análise. O amor do paciente não se satisfaz com ser obediente; torna-se exigente, exige satisfações afetuosas e sensuais, exclusivismo, torna-se ciumento e revela cada vez mais claramente seu lado oposto, sua disposição de tornar-se hostil e vingativo se não puder alcançar seus fins. Ao mesmo tempo, como todo o apaixonar-se, expulsa todo o outro material mental; extingue o interesse pelo tratamento e recuperação - em suma, não pode haver dúvida alguma de que tomou o lugar da neurose e que nosso trabalho teve o resultado de eliminar uma forma de doença por outra.

‘Isso realmente parece um caso perdido! O que pode ser feito quanto a isso? A análise teria de ser abandonada. Mas se, como o senhor diz, a mesma coisa acontece em todos os casos, seja como for seria impossível levar a efeito qualquer análise.’

Começaremos utilizando a situação a fim de aprendermos algo dela. O que aprendermos talvez poderá então ajudar-nos a dominá-la. Não constitui fato extremamente digno de nota que conseguimos transformar toda neurose, qualquer que seja seu conteúdo, numa condição de amor patológico?

Nossa convicção de que uma parte da vida erótica que tenha sido anormalmente empregada se acha na base das neuroses deve ser inabalavelmente fortalecida por essa experiência. Com essa descoberta estamos mais uma vez numa posição firme e podemos aventurar-nos a tornar esse próprio amor objeto de análise. E podemos fazer outra observação. O amor analítico não se manifesta em todos os casos tão clara e ruidosamente como tentei descrevê-lo. Por que não? Logo poderemos ver. À medida que as facetas puramente sensuais e hostis do seu amor tentam revelar-se, a oposição do paciente a elas é despertada. Ele luta contra elas e tenta reprimi-las perante nossos próprios olhos. O paciente está repetindo com o analista, sob a forma de apaixonar-se, experiências mentais pelas quais já passou antes; ele transferiu para o analista atitudes mentais que estavam prontas nele e intimamente associadas com sua neurose. Ele também está repetindo diante dos nossos olhos suas antigas ações defensivas; ele gostaria mais de repetir em sua relação com o analista toda a história daquele período esquecido de sua vida. Assim, o que ele nos está mostrando é o núcleo da história íntima de sua vida: ele o está reproduzindo de forma tangível, como se ele realmente estivesse acontecendo, em vez de recordar-se dele. Dessa maneira, o enigma do amortransferencial é solucionado e a análise pode seguir seu caminho - com a ajuda da nova situação que lhe parecera uma grande ameaça.

‘Isso é muito engenhoso. E é tão fácil convencer o paciente de que ele não está apaixonado, mas somente obrigado a levar à cena uma revivescência de uma antiga peça?’

Tudo agora depende disso. E toda a habilidade para lidar com a ‘transferência’ é dedicada a ocasioná-la. Como o senhor está vendo, as exigências da técnica analítica alcançam seu máximo nesse ponto. Aqui se podem cometer os erros mais graves ou os maiores êxitos podem ser registrados. Seria estultície tentar fugir às dificuldades suprimindo-se ou negligenciando-se a transferência; qualquer outra coisa mais que se tivesse feito no tratamento não mereceria o nome de análise. Despachar o paciente logo que as inconveniências da sua neurose de transferência surgem não seria mais sensato, e além disso seria covardia. Seria como se alguém houvesse invocado espíritos e deles fugisse logo que aparecessem. Algumas vezes, é verdade, nada mais é possível. Existem casos nos quais não podemos dominar a transferência desencadeada e a análise tem de ser interrompida; mas devemos pelo menos ter lutado com os espíritos maus com o máximo de nossas forças.

Ceder às exigências da transferência, atender aos desejos do paciente no sentido de satisfação afetuosa e sensual, é não só com justiça proibido por considerações morais como também é inteiramente ineficaz como um método técnico para alcançar a finalidade da análise. Um neurótico não pode ser curado por lhe ser permitido reproduzir estereótipos incorretos e inconscientes que nele estão à mão. Se nos empenharmos em conciliações com ele mediante a oferta de satisfações parciais em troca de sua colaboração ulterior na análise, devemos ter cuidado para não incidirmos na situação ridícula do clérigo que devia converter um agente de seguros enfermo. O doente continuou não convertido mas o clérigo despediu-se seguro. A única saída possível da situação de transferência é remontá-la ao passado do paciente, como ele realmente a experimentou ou como ele a imaginou através da atividade realizadora de desejos de sua imaginação. E isto exige do analista muita habilidade, paciência, calma e abnegação própria.

‘E onde o senhor supõe que o neurótico experimentou o protótipo do seu amor transferencial?’

Em sua infância: em geral, em sua relação com um dos seus pais. O senhor deve lembrar-se da importância que tivemos de atribuir a esses primeiros laços emocionais. Assim, aqui o círculo se fecha. ‘O senhor finalmente acabou? Estou-me sentindo um pouco perplexo com tudo o que ouvi do senhor. Queira dizer-me apenas mais uma coisa: como e onde se pode aprender o que é necessário para praticar-se a análise?’

No momento existem dois institutos nos quais se ministra instrução sobre psicanálise. O primeiro foi fundado em Berlim pelo Dr. Max Eitingon, que é membro da Sociedade local. O segundo é mantido pela Sociedade Psicanalítica de Viena às suas próprias expensas e com considerável sacrifício. O papel desempenhado pelas autoridades limita-se, no presente, às muitas dificuldades que antepõem ao novo empreendimento. Um terceiro instituto de formação está sendo agora inaugurado em Londres pela Sociedade dessa cidade, sob a direção do Dr. Ernest Jones. Nesses institutos os próprios candidatos são submetidos à análise, recebem instrução teórica mediante conferências sobre todos os assuntos que são importantes para eles, e desfrutam da supervisão de analistas mais velhos e mais experimentados quando lhes é permitido fazer suas primeiras experiências com casos relativamente brandos. Calcula-se um período de cerca de dois anos para essa formação. Mesmo após esse período, naturalmente, o candidato é apenas um principiante e não ainda um mestre. O que ainda se necessita deve ser adquirido pela prática e por uma troca de idéias nas sociedades psicanalíticas nas quais membros jovens e velhos se reúnem. O preparo para a atividade analítica de modo algum é fácil e simples. O trabalho é árduo, grande a responsabilidade. Mas qualquer um que tenha sido analisado, que tenha dominado o que pode ser ensinado em nossos dias sobre a psicologia do inconsciente, que esteja familiarizado com a ciência da vida sexual, que tenha aprendido a delicada técnica da psicanálise, a arte da interpretação, de combater resistências e de lidar com a transferência - qualquer um que tenha realizado tudo isso não é mais um leigo no campo da psicanálise. Ele

é capaz de empreender o tratamento de perturbações neuróticas e ainda poderá com o tempo alcançar nesse campo o que quer que se possa exigir dessa forma de terapia.

VI

‘O senhor despendeu grande dose de esforço ao mostrar-me o que é a psicanálise e que espécie de conhecimento se faz necessário a fim de praticá-la com certa perspectiva de êxito. Muito bem. Ouvi-lo não pode ter-me causado mal algum. Mas não sei que influência o senhor espera que suas explicações tenham em meu julgamento. Vejo diante de mim um caso que nada tem de inusitado a esse respeito. As neuroses são uma espécie específica de doença e a análise é um método específico de tratá-las - um ramo especializado da medicina. Constitui regra em outros casos, bem como para um médico que tenha escolhido um ramo especial da medicina, não se satisfazer com a educação que é confirmada pelo seu diploma: particularmente se ele pretende fixar-se numa cidade razoavelmente grande, uma cidade que, somente ela, possa oferecer um meio de vida a especialistas. Qualquer um que deseje ser cirurgião tenta trabalhar por alguns anos numa clínica cirúrgica, e de forma semelhante o mesmo se verifica com oculistas, laringologistas, e assim por diante - para não dizer nada de psiquiatras, que talvez jamais sejam capazes de afastar-se de uma instituição ou um sanatório do Estado. E o mesmo acontecerá no caso de psicanalistas: qualquer um que se resolva em favor desse novo ramo especializado da medicina, quando concluídos seus estudos, fará os dois anos de especialização que o senhor mencionou num instituto de formação, se realmente este exigir tanto tempo. Ele também compreenderá depois que lhe será vantajoso manter contato com seus colegas numa sociedade psicanalítica, e tudo correrá bem. Não posso ver onde haja lugar nisso para a questão da análise leiga.’

Um médico que faz o que o senhor prometeu em seu nome será bem acolhido por todos nós. Quatro quintos daqueles que eu reconheço como meus alunos são, de qualquer maneira, médicos. Mas permita-me ressaltar-lhe como as relações de médicos com a análise se desenvolveram realmente e como provavelmente continuarão a desenvolver-se. Os médicos não têm qualquer reivindicação histórica pela posse única da análise. Pelo contrário, até recentemente fizemos face à mesma com tudo aquilo que pudesse prejudicá-la, desde o ridículo mais frívolo à calúnia mais grave. O senhor responderá com razão que isso pertence ao passado e não precisa afetar o futuro. Concordo, mas temo que o futuro será diferente do que o senhor previu.

Permita-me dar à palavra ‘charlatão’ o significado que ela deve ter em vez do significado jurídico. De acordo com a lei, charlatão é qualquer um que trata pacientes sem possuir um diploma oficial que prove que ele é médico. Eu preferiria outra definição: charlatão é todo aquele que efetua um tratamento sem possuir o conhecimento e a capacidade necessários para tanto. Firmando-me nessa definição, aventuro-me a afirmar que - não somente nos países europeus - os médicos formam um contingente preponderante de charlatões na

análise. Eles com grande freqüência praticam o tratamento analítico sem o terem aprendido e sem compreendê-lo.

De nada vale o senhor argumentar que isso é inconsciente e que não pode acreditar que os médicos sejam capazes disso; que afinal de contas um médico sabe que um diploma de médico não é uma carta de curso e que um paciente não é um fora-da-lei; e que se deve sempre admitir que um médico está agindo de boa fé mesmo que talvez esteja laborando em erro.

Os fatos ficam; esperaremos que possam ser explicados como o senhor pensa. Tentarei explicar-lhe como se torna possível a um médico agir em relação com a psicanálise de uma forma que ele cuidadosamente evitaria em todos os outros campos.

A primeira consideração é que na escola de medicina um médico recebe uma formação que é mais ou menos o oposto do que ele necessitaria como preparo para a psicanálise. Sua atenção foi dirigida para fatos objetivamente verificáveis de anatomia, de física e de química, de cuja apreciação correta e influência adequada depende o êxito do tratamento médico. O problema da vida é trazido para seu campo de visão até onde nos tenha sido explicado pelo jogo das forças que também podem ser observadas na natureza inanimada. Seu interesse não é despertado no lado mental dos fenômenos vitais; a medicina não se preocupa com o estudo das funções intelectuais superiores, que se situa na esfera de outra faculdade. Supõe-se que só a psiquiatria lide com as perturbações das funções mentais; mas sabemos de que maneira e com quais finalidades ela o faz. Ela procura os determinantes somáticos das perturbações mentais e os trata como outras causas de doença.

A psiquiatria tem razão de agir dessa forma e a educação médica é claramente excelente. Se for descrita como unilateral, deve-se primeiro descobrir o ponto de vista a partir do qual se está transformando essa característica numa censura. Em si toda ciência é unilateral. Tem de ser assim, visto que ela se restringe a assuntos, pontos de vista e métodos específicos. É uma insensatez, na qual eu não tomaria parte, lançar uma ciência contra a outra. Afinal de contas, a física não diminui o valor da química; ela não pode ocupar seu lugar mas, por outro lado, não pode ser substituída por ela. A psicanálise é, por certo, bem particularmente unilateral, por ser a ciência do inconsciente mental. Não devemos, portanto, contestar às ciências médicas seu direito de serem unilaterais.

Só encontraremos o ponto de vista que estamos procurando se passarmos da medicina científica para a terapêutica prática. Uma pessoa doente é um organismo complicado. Ela poderá lembrar-nos que até mesmo os fenômenos mentais, que são tão difíceis de apreender, não devem ser apagados do quadro da vida. Os neuróticos, realmente, constituem uma complicação indesejável, um estorvo tanto para a terapêutica como para a jurisprudência e o serviço militar. Mas existem e são uma preocupação particular da medicina. A educação médica, contudo, nada faz, literalmente nada, para compreendê-los e tratá-los. Em vista da

estreita ligação entre as coisas que distinguimos como físicas e mentais, podemos antecipar o dia em que os caminhos do conhecimento e, esperamos, da influência serão desbravados, conduzindo da biologia e da química orgânicas para o campo de fenômenos neuróticos. Esse dia ainda parece distante, e no momento essas doenças nos são inacessíveis pela direção da medicina.

Seria tolerável se a educação médica apenas deixasse de proporcionar aos médicos orientação no campo das neuroses. Mas ela faz mais do que isso: dá-lhes uma atitude falsa e prejudicial. Os médicos cujo interesse não foi despertado pelos fatores psíquicos da vida estão mais que prontos para formar uma estimativa deficiente dos mesmos e ridicularizá-los como não científicos. Por essa razão, são incapazes de aceitar algo de realmente sério que tenha a ver com eles e não reconhecem as obrigações provenientes deles. Portanto, caem na falta de respeito do leigo pela pesquisa psicológica e tornam sua própria tarefa fácil para eles próprios. - Sem dúvida os neuróticos têm de ser tratados, visto serem pessoas enfermas e procurarem o médico, devendo-se estar sempre pronto para fazer-se experiência com algo novo. Mas por que arcar com o fardo de uma preparação tediosa? Nós nos arranjaremos muito bem; quem pode dizer se o que ensinam nos institutos analíticos é de alguma valia? - Quanto menos tais médicos compreenderem do assunto, mais aventureiros se tornam. Só um homem que realmente sabe é modesto, pois ele sabe quão insuficiente é o seu conhecimento.

A comparação que o senhor apresentou para tranquilizar-me, entre a especialização na análise e em outros ramos da medicina, não é, então, aplicável. Para a cirurgia, a oftalmologia, e assim por diante, a própria escola de medicina oferece uma oportunidade de educação ulterior. Os institutos analíticos são em pequeno número, recentes e destituídos de autoridade. As escolas de medicina não os reconheceram e deles não tomam qualquer conhecimento. O jovem médico, que teve de confiar tanto em seus mestres que pouca ocasião teve de educar seu julgamento, prazerosamente aproveita o momento propício para desempenhar o papel de crítico por exceção num campo no qual ainda não há qualquer autoridade reconhecida.

Existem também outras coisas que favorecem seu apreçamento como um charlatão analítico. Se ele tentasse efetuar operações na vista sem suficiente preparo, o fracasso de suas extrações de cataratas e iridectomias e a ausência de pacientes logo poriam termo à sua arriscada empresa. A prática de análise é relativamente segura para ele. O público é estragado pelo resultado médio bem-sucedido de operações na vista e espera do cirurgião a cura. Mas se um 'especialista em nervos' deixar de restaurar seus pacientes, ninguém fica surpreendido. As pessoas não foram inutilizadas por êxitos na terapia das neuroses; o especialista em nervos pelo menos 'muito se preocupou com elas'. Realmente, não há muito que possa ser feito; a natureza deve ajudar, ou o tempo. Com as mulheres temos primeiro a menstruação, depois o casamento e posteriormente a menopausa. Finalmente a morte constitui uma verdadeira ajuda. Além disso, o que o analista médico tem feito com seu paciente neurótico é tão insignificante que nenhuma censura lhe pode ser feita. Ele não tem

feito uso de quaisquer instrumentos ou medicamentos; ele tem apenas conversado com ele e tentado persuadi-lo ou dissuadi-lo de alguma coisa. Certamente isto não pode causar mal algum, especialmente se ele evita abordar assuntos aflitivos ou inquietantes. O analista médico, que tem evitado qualquer ensinamento rigoroso, sem dúvida não terá omitido a tentativa de aperfeiçoar a análise, de extrair-lhe as presas venenosas e de torná-la agradável para o paciente. E será prudente que ele pare por aí, pois se ele realmente se aventurar a invocar resistências e depois não souber fazer-lhes face, poderá realmente tornar-se impopular.

A honestidade obriga-me a admitir que a atividade de um analista não formado causa menos mal aos seus pacientes do que a de um cirurgião inábil. O possível dano limita-se ao fato de o paciente ter sido levado a uma despesa inútil e de ter suas possibilidades de recuperação eliminadas ou diminuídas. Além disso, a reputação da terapia analítica foi reduzida. Tudo isso é muito indesejável, mas não tem comparação alguma com os perigos que advêm do bisturi de um charlatão cirúrgico. Segundo me parece, não se devem temer agravamentos severos ou permanentes de uma condição patológica, mesmo com um emprego não especializado da análise. Em confronto com os traumas da vida que provocaram a doença, um pouco de imperícia por parte do médico não tem qualquer importância. Simplesmente ocorre que a tentativa inadequada de curar não causou bem algum ao paciente. ‘Ouvi seu relato sobre o charlatão médico na análise sem interrompê-lo, embora formasse a impressão de que o senhor se acha dominado por uma hostilidade contra a profissão médica, para cuja explicação histórica o senhor mesmo apontou o caminho. Mas admitirei uma única coisa: se as análises têm de ser levadas a efeito, isto deve ser efetuado por pessoas que foram formadas inteiramente para esse mister. E o senhor não pensa que com o tempo os médicos que se dediquem à análise tudo farão para obter essa formação?’

Temo que não. Enquanto a atitude da escola médica em relação ao instituto de formação analítica continuar inalterada, os médicos acharão a tentação de tornarem as coisas mais fáceis para eles próprios grande demais.

‘Mas parece que o senhor fica sistematicamente a fugir de qualquer pronunciamento direto sobre a questão da análise leiga. O que penso agora é que, em vista de ser impossível manter uma observação dos médicos que querem analisar, o senhor está propondo, como vingança, por assim dizer, puni-los, privando-os do monopólio da análise e abrindo de par em par as portas dessa atividade médica também a leigos.’

Não posso dizer se o senhor adivinhou meus motivos de maneira correta. Talvez eu possa mais adiante apresentar-lhe provas de uma atitude menos parcial. Mas ponho ênfase na exigência de quem ninguém deve praticar a análise se não tiver adquirido o direito de fazê-lo através de uma formação específica. Se essa pessoa é ou não um médico, a mim me parece sem importância.

‘Então que propostas definitivas tem a fazer?’

Ainda não fui até esse ponto e não poderei dizer se chegarei lá. Gostaria de examinar outra questão com o senhor, e antes de tudo aflorar um ponto especial. Diz-se que as autoridades, por instigação da profissão médica, desejam proibir inteiramente a prática da análise por leigos. Tal proibição também afetaria os membros não-médicos da Sociedade Psicanalítica, que têm desfrutado de excelente formação e se aperfeiçoado grandemente pela prática. Se a proibição fosse efetivada, nós nos encontraríamos numa posição na qual grande número de pessoas ficariam impedidas de executar uma atividade que podemos com segurança nos sentir convictos de que podem efetuar muito bem, ao passo que a mesma atividade está franqueada a outras pessoas para as quais não há qualquer garantia semelhante. Essa não é precisamente a espécie de resultado ao qual a legislação deva conduzir. Contudo, esse problema especial não é muito importante nem muito difícil de solucionar. Diz respeito apenas a um pequeno número de pessoas, que não pode ser seriamente prejudicado. Elas provavelmente emigrarão para a Alemanha, onde nenhuma legislação as impedirá de encontrar reconhecimento pela sua proficiência. Se se desejar poupá-las disto e abrandar a severidade da lei, isto facilmente pode ser feito com base em alguns precedentes bem conhecidos. Sob a monarquia austríaca com frequência acontecia ser dada permissão a notórios charlatães, *ad personam* [pessoalmente], para levarem a efeito atividades médicas em certos campos, porque as pessoas estavam convencidas da verdadeira capacidade deles. Os interessados eram na sua maior parte curandeiros camponeses, e sua recomendação parece ter sido feita regularmente por um dos arquidukes que outrora eram tão numerosos; mas deve ser possível que isso também seja feito no caso de cidadãos e com base em uma garantia diferente e meramente técnica. Essa proibição teria efeitos mais importantes sobre o instituto de formação analítica de Viena, que daí por diante seria incapaz de aceitar quaisquer candidatos, para formação, de círculos não médicos. Assim, mais uma vez em nosso país uma linha de atividade intelectual seria suprimida, a qual se permite que se desenvolva livremente em outras partes. Sou a última pessoa a reivindicar qualquer competência para julgar leis e regulamentos. Mas posso compreender que dar ênfase à nossa lei sobre charlatanismo não leva em direção à abordagem das condições na Alemanha a que tanto se visa hoje, e que a aplicação dessa lei ao caso da psicanálise traz em si algo de anacrônico, visto que na época de sua promulgação ainda não havia essa coisa que se chama análise e que a natureza peculiar das doenças neuróticas ainda não era reconhecida.

Agora chego a uma questão cujo exame me parece mais importante. A prática da psicanálise é um assunto que deve, em geral, ficar sujeito à interferência oficial, ou seria mais conveniente deixá-lo seguir seu desenvolvimento natural? Certamente não chegarei a qualquer decisão sobre esse ponto aqui e agora, mas tomarei a liberdade de pôr o problema diante do senhor para sua consideração. Em nosso país desde antigamente um verdadeiro furor *prohibendi* [paixão por proibições] tem constituído a regra, uma tendência a manter as pessoas sob tutela, a interferir e a proibir, o que, como todos sabemos, não tem dado frutos

particularmente bons. Em nossa nova Áustria republicana, parece, as coisas ainda não mudaram muito. Imagino que o senhor terá algo de importante a dizer para a solução do caso da psicanálise ora em consideração por nós; não sei se o senhor tem o desejo ou a influência com que opor-se a essas tendências burocráticas. Seja como for, não lhe pouparei meus pensamentos desautorizados sobre o assunto. Em minha opinião, uma pletora de regulamentos e proibições prejudica a autoridade da lei. Pode-se observar que onde há somente poucas proibições elas são cuidadosamente observadas, mas onde alguém é acompanhado de proibições a cada passo, esse alguém se sente realmente tentado a desprezá-las. Além disso, não significa que alguém seja realmente um anarquista se estiver preparado para compreender que as leis e os regulamentos não podem, a partir de sua origem, alegar possuir o atributo de serem sagrados e não infringíveis, que são muitas vezes inadequadamente elaborados e ofendem nosso sentimento de justiça, ou o farão após certo tempo, e que, em vista da lerdeza das autoridades, amiúde não existe outro meio de corrigir tais leis impróprias senão violando-as ousadamente. Além disso, se se deseja manter o respeito pelas leis e regulamentos é aconselhável nada promulgar onde não pode facilmente ser mantida uma vigilância no sentido de serem obedecidos ou transgredidos. Grande parte do que citei acima sobre a prática da análise por médicos poderia ser repetido aqui no tocante à análise autêntica por leigos que a lei vem procurando suprimir. O curso de uma análise é muito modesto, não empregando nem medicamentos nem instrumentos, e consiste apenas em conversa e numa troca de informações; não será fácil provar que um leigo esteja praticando ‘análise’, se ele afirmar que está simplesmente dando estímulo e explicações e tentando estabelecer uma influência humana saudável sobre pessoas que estão à procura de assistência mental. Por certo não seria possível proibir isso meramente porque os médicos algumas vezes fazem a mesma coisa. Nos países de língua inglesa as práticas da Ciência Cristã tornaram-se muito difundidas: uma espécie de negação dialética dos males da vida, baseada num apelo às doutrinas da religião cristã. Não hesito em afirmar que esse procedimento representa uma aberração lamentável do espírito humano; mas quem nos Estados Unidos ou na Inglaterra sonharia em proibi-lo e torná-lo punível? As autoridades estão assim tão certas do caminho correto para a salvação que elas se aventuram a impedir que cada um tente ‘ser salvo segundo a sua própria maneira’. E admitindo-se que muitas pessoas, se entregues a si próprias, correm para o perigo e fracassam, não seria melhor que as autoridades marcassem cuidadosamente os limites das regiões que devem ser consideradas como proibidas, e quanto ao restante, até onde possível, permitir que os seres humanos sejam educados pela experiência e influência mútua? A psicanálise é algo tão novo no mundo, a massa da humanidade é tão pouco instruída sobre ela, a atitude da ciência oficial paracom ela é ainda tão vacilante, que me parece precipitado intervir em seu desenvolvimento com regulamentos legislativos. Deixemos que os próprios pacientes descubram que lhes é prejudicial procurar assistência mental junto a pessoas que não aprenderam a proporcioná-la. Se explicarmos isto a eles e os advertirmos contra tal fato, teremos poupado a nós mesmos a necessidade de proibi-lo. Nas principais estradas da Itália as torres de cabos de alta-tensão trazem a inscrição sucinta e impressionante: ‘Chi tocca, muore [Quem tocar, morre].’ Isso está perfeitamente calculado para regular o comportamento de transeuntes em relação a quaisquer fios que estejam pendentos. Os avisos

alemães correspondentes exibem uma verbosidade desnecessária e ofensiva: ‘Das Berühren der Leitungsdrähte ist, weil lebensgefährlich, strengstens verboten [Tocar as linhas de transmissão é, por ser perigoso à vida, rigorosamente proibido].’ Qualquer um que tenha amor à vida fará a proibição para si mesmo; e qualquer um que deseja matar-se dessa maneira não pedirá permissão.

‘Mas há casos que podem ser citados como precedentes legais contra a permissão da análise leiga; quero dizer, a proibição de leigos praticarem o hipnotismo e a proibição recentemente baixada contra a realização de sessões espíritas ou a fundação de sociedades espíritas.’

Não posso dizer que seja admirador dessas medidas. A segunda é uma invasão indisfarçada de supervisão policial em detrimento da liberdade intelectual. Estou acima da suspeição de ter muita crença naquilo que se conhece como ‘fenômenos ocultos’ ou de sentir qualquer desejo de que sejam reconhecidos. Mas proibições como essas não sufocam o interesse das pessoas por esse mundo supostamente misterioso. Poderão, pelo contrário, ter causado grande dano e ter fechado a porta a uma curiosidade imparcial que poderia haver chegado a um julgamento que nos teria libertado dessas possibilidades vexatórias. Mais uma vez, contudo, isso somente se aplica à Áustria. Em outros países, pesquisas ‘parapsíquicas’ não encontram quaisquer obstáculos legais. O caso do hipnotismo é algo diferente do da análise. O hipnotismo é a evocação de um estado mental anormal e é utilizado por leigos, nos dias que correm, somente com a finalidade de espetáculos públicos. Se a terapia hipnótica tivesse mantido seus inícios muito promissores, ter-se-ia chegado a uma posição semelhante à da análise. E incidentalmente a história do hipnotismo oferece um precedente para o da análise em outra direção. Quando eu era um jovem conferencista de neuropatologia, os médicos invectivavam ardorosamente o hipnotismo, declaravam que ele era um logro, um logro do demônio e um procedimento altamente perigoso. Hoje eles monopolizaram esse mesmo hipnotismo e dele fazem uso, sem hesitações, como um método de exame; para alguns especialistas de nervos ele ainda constitui seu principal instrumento terapêutico.

Mas já lhe disse que não tenho qualquer intenção de fazer propostas que se baseiem na decisão quanto a se o controle legal ou o deixar que as coisas sigam o seu curso deva ser preferido em matéria de análise. Sei que isto é uma questão de princípio, sendo que sobre a resposta a ela as inclinações das pessoas de autoridade terão mais influência do que argumentos. Já estabeleci o que me parece falar em favor de uma política de *laissez faire*. Se a outra decisão for adotada - para uma política de intervenção ativa - então parece que em qualquer caso uma medida imperfeita e injusta de proibir implacavelmente a análise por não-médicos será um resultado insuficiente. Algo mais terá de ser considerado nesse caso: terão de ser lançadas condições sob as quais a prática da análise será permitida a todos aqueles que procurem dela fazer uso, terá de ser estabelecida uma autoridade da qual se possa aprender o que é a análise e que espécie de preparo se faz necessário para isso, e as

possibilidades de instrução em análise terão de ser estimuladas. Devemos portanto, ou deixar as coisas em paz ou estabelecer ordem e clareza; não devemos precipitar-nos numa situação complicada com uma única proibição isolada proveniente mecanicamente de um regulamento que se tornou inadequado.

VII

‘Sim, mas os médicos! os médicos! Não posso induzi-lo a penetrar no verdadeiro tema de nossas conversações. O senhor ainda continua a esquivar-se de mim. Trata-se de se devemos ou não dar aos médicos o direito de praticarem a análise - e isto em nada me afeta, depois de haverem preenchido certas condições. A maioria dos médicos não consiste em charlatães em análise como o senhor os representou. O senhor mesmo afirma que a grande maioria dos seus alunos e seguidores são médicos. Chegou ao meu conhecimento que eles estão longe de partilhar seu ponto de vista sobre a questão da análise leiga. Sem dúvida posso presumir que seu alunos concordam com suas exigências no sentido de suficiente preparo e assim por diante; e contudo esses alunos julgam coerente vedar a prática da análise a leigos. É isso mesmo? e em caso afirmativo, como o senhor o explica?’

Estou vendo que o senhor está bem informado. Sim, de fato. Nem todos, é verdade, mas boa proporção dos meus colegas não concorda comigo em relação a esse ponto, sendo favoráveis a que os médicos tenham o direito exclusivo ao tratamento analítico de neuróticos. Isto lhe mostrará que divergências de opinião são permitidas mesmo em nosso campo. O partido que eu tomo é bem conhecido e a contradição sobre o assunto da análise leiga não interfere em nossa boa compreensão. Como posso explicar-lhe a atitude desses meus alunos? Não sei ao certo; penso que deve ser a força do sentimento profissional. O curso do desenvolvimento deles tem sido diferente do meu, eles ainda não se sentem à vontade em seu isolamento dos colegas, gostariam de ser aceitos pela ‘profissão’ como tendo plenos direitos, e estão preparados, em troca, por essa tolerância, para fazer um sacrifício num ponto cuja importância vital não lhes é evidente. Talvez possa ser de outra forma; imputar motivos de concorrência a eles seria não somente acusá-los de sentimentos baixos, mas também atribuir-lhes uma estranha miopia. Estão sempre prontos a introduzir outros médicos na análise, e de um ponto de vista material deve ser-lhes indiferente ter de partilhar os pacientes disponíveis com colegas médicos ou com leigos. Mas algo diferente provavelmente desempenha seu papel. Esses meus alunos podem ser influenciados por certos fatores que garantem a um médico indubitável vantagem sobre um leigo na prática analítica.

‘Garantir-lhe uma vantagem? Aí está. Então finalmente o senhor está admitindo a vantagem? Isto deve resolver a questão.’ Não me é difícil admiti-lo, o que poderá revelar-lhe que não tenho assim um preconceito tão arraigado como o senhor supõe. Deixei de mencionar essas coisas porque sua discussão mais uma vez tornaria necessárias

considerações teóricas.

‘Em que está pensando agora?’

Primeiramente há a questão do diagnóstico. Quando se submete à análise um paciente que sofre do que se descreve como perturbações nervosas, deseja-se de antemão estar certo - até agora, naturalmente, conforme a certeza possa ser alcançada - de que ele se presta a essa espécie de tratamento, de que se pode ajudá-lo por esse método. Isso, contudo, é o caso apenas se ele realmente tiver uma neurose.

‘Eu teria pensado que isso seria reconhecível a partir dos fenômenos, dos sintomas dos quais ele se queixa.’

É aí que surge uma nova complicação. Ela nem sempre pode ser reconhecida como uma certeza absoluta. O paciente poderá exibir o quadro externo de uma neurose e, contudo, poderá ser algo mais - o início de uma doença mental incurável ou a fase preliminar de um processo destrutivo no cérebro. A distinção - o diagnóstico diferencial - nem sempre é fácil e nem pode ser feita imediatamente em cada fase. A responsabilidade de tal decisão só pode, naturalmente, ser empreendida por um médico. Como eu disse, nem sempre é fácil para ele. A doença pode ter uma aparência inocente por considerável tempo, até que por fim, afinal de contas, apresenta o seu mau caráter. Na realidade, constitui um dos temores comuns dos neuróticos que eles venham a tornar-se insanos. Contudo, se um médico se tiver enganado por algum tempo com um caso dessa espécie ou tiver estado incerto a respeito dele, nenhum mal foi provocado e nada de desnecessário foi feito. Nem realmente o tratamento analítico desse caso teria causado qualquer dano, embora tivesse sido exposto como um desperdício desnecessário. E além disso certamente haveria muitas pessoas que culpariam a análise pelo infeliz resultado. Injustamente, sem dúvida, mas tais ocasiões devem ser evitadas.

‘Mas isso parece um caso perdido. Atinge as raízes de tudo o que o senhor me disse sobre a natureza e a origem de uma neurose.’

De modo algum. Simplesmente conforma mais uma vez o fato de que os neuróticos são uma praga e um estorvo para todos os interessados - inclusive os analistas. Mas talvez eu elucide sua confusão se enunciar minha nova informação em termos mais corretos. Provavelmente seria mais correto dizer dos casos com os quais estamos agora lidando que eles desenvolveram realmente uma neurose, não sendo ela, no entanto, psicogênica mas somatogênica - que suas causas não são mentais, mas físicas. O senhor compreende? ‘Sem dúvida, compreendo. Mas não posso harmonizar isso com a outra faceta, a psicológica.’

Isso pode ser resolvido, contudo, se se tiver em mente as complexidades da substância viva. Em que achamos a essência de uma neurose? No fato de que o ego, a organização superior do aparelho mental (elevada através da influência do mundo externo), não é capaz de cumprir com sua função de mediador entre o id e a realidade, de que na sua debilidade ela recua de certas partes instituais do id e, a fim de compensar isto, tem de aturar as conseqüências de sua renúncia sob a forma de restrições, sintomas e formações reativas malsucedidas.

Uma debilidade do ego dessa espécie é encontrada em todos nós na infância e eis por que as experiências dos primeiros anos da infância são de importância tão grande para a vida ulterior. Sob o fardo extraordinário desse período da infância - temos em poucos anos de abarcar a enorme distância de desenvolvimento entre os homens primitivos da idade da pedra e os participantes da civilização contemporânea, e, ao mesmo tempo e em particular, temos de desviar os impulsos instituais do período sexual inicial -, sob esse fardo, portanto, nosso ego procura refúgio na repressão e fica exposto a uma neurose da infância, cujo precipitado ele carrega consigo até a maturidade como uma disposição a uma doença nervosa ulterior. Tudo agora depende de como o organismo em crescimento é tratado pelo destino. Se a vida tornar-se muito árdua, se o abismo entre reivindicações instituais e as exigências da realidade tornar-se grande demais, o ego poderá falhar em seus esforços para reconciliar os dois, e mais prontamente, quanto mais for inibido pela disposição trazida por ele na infância. O processo de repressão é então repetido, os instintos separam-se violentamente do domínio do ego, encontram suas satisfações substitutivas pelos caminhos da regressão e o pobre ego tornou-se desamparadamente neurótico.

Apeguemo-nos firmemente apenas a isto: o ponto nodal e o pivô de toda a situação é a força relativa da organização do ego. Acharemos então fácil concluir nosso levantamento etiológico. Como o que pode ser denominado de causas normais da doença neurótica, já conhecemos a debilidade do ego infantil, a tarefa de lidar com os primeiros impulsos sexuais e os efeitos das experiências mais ou menos fortuitas da infância. Não é possível, contudo, que ainda outros fatores desempenhem seu papel, proveniente da época anterior ao início da vida da criança? Por exemplo, uma força e insubordinação inatas da vida instintual no id, que desde o começo atribuem ao ego tarefas por demais árduas para ele? Ou uma debilidade de desenvolvimento especial do ego devida a razões desconhecidas? Tais fatores devem, naturalmente, adquirir uma importância etiológica, em alguns casos transcendente. Invariavelmente temos de lidar com a força instintual do id; se ela se tiver desenvolvido de forma excessiva, as perspectivas de nossa terapia são precárias. Ainda sabemos muito pouco a respeito das causas da uma inibição de desenvolvimento do ego. Esses então seriam os casos de neurose com uma base essencialmente constitucional. Sem alguns de tais fatores favoráveis constitucionais e congênitos uma neurose, sem dúvida, dificilmente pode ocorrer.

Mas se a relativa debilidade do ego for o fator decisivo para a gênese de uma neurose, também deve ser possível que uma doença física ulterior produza uma neurose, contanto que

ela possa acarretar um enfraquecimento do ego. E isto, mais uma vez, é verificado muito amiúde. Uma perturbação física dessa espécie pode afetar a vida instintual no id e aumentar a força dos instintos além do limite até o qual o ego é capaz de lidar com eles. O modelo normal de tais processos talvez seja a alteração, nas mulheres, causada pelos distúrbios da menstruação e da menopausa. Ou ainda, uma doença somática geral, na realidade uma doença orgânica do órgão central nervoso, poderá atacar as condições nutritivas do aparelho mental e compeli-lo a reduzir seu funcionamento e paralisar suas operações mais delicadas, uma das quais é a manutenção da organização do ego. Em todos esses casos surge aproximadamente o mesmo quadro da neurose; esta tem sempre o mesmo mecanismo psicológico, mas, como vemos, uma etiologia mais variada e muitas vezes muito complexa.

‘O senhor agora está me agradando mais. Finalmente começou a falar como médico. E agora espero que o senhor admita que um assunto tão complicado como uma neurose só possa ser manejado por um médico.’

Temo que o senhor esteja indo além do alvo. O que vimos examinando era um ponto de patologia, aquilo em que estamos interessados na análise é um procedimento terapêutico. Admito - não, insisto - que em todo caso que esteja em consideração para análise o diagnóstico será estabelecido em primeiro lugar pelo médico. A maior parte das neuroses que nos ocupam é felizmente de natureza psicogênica e não dá motivo para suspeitas patológicas. Uma vez que o médico tenha firmado isto, pode confiantemente passar o tratamento a um analista leigo. Em nossas sociedades analíticas as coisas sempre foram arranjadas dessa maneira. Graças ao estreito contato entre os membros médicos e não-médicos, erros tais que pudessem ser temidos foram inteiramente evitados. Há uma contingência ulterior, aliás, na qual o analista tem de pedir a ajuda do médico. No curso de um tratamento analítico, sintomas - na maior parte das vezes físicos - poderão surgir, havendodúvida se devem ser considerados como pertencentes à neurose ou se devem ser relacionados como uma doença orgânica independente que interveio. A decisão sobre esse ponto deve, mais uma vez, ser deixada ao médico.

‘De modo que mesmo durante o curso de uma análise um analista leigo não pode passar sem um médico. Um novo argumento contra sua aptidão.’

Não. Nenhum argumento contra analistas leigos pode ser arquitetado a partir dessa possibilidade, pois em tais circunstâncias um analista médico não agiria de maneira diferente.

‘Não compreendo isso.’

Há uma regra técnica de que um analista, se surgirem sintomas dúbios como esse durante o

tratamento, não os submeterá ao seu próprio julgamento mas os encaminhará a um médico que esteja ligado à análise - um médico consultor, talvez -, mesmo se o próprio analista for médico e até mesmo bem versado em seus conhecimentos médicos.

‘E por que se deve elaborar uma regra que me parece tão desnecessária?’

Não é desnecessária; de fato, existem várias razões para ela. Em primeiro lugar, não constitui um bom plano que uma combinação de tratamento orgânico e psíquico seja levada a efeito pela mesma pessoa. Em segundo lugar, a relação na transferência pode tornar desaconselhável ao analista examinar o paciente fisicamente. E em terceiro, o analista tem todos os motivos para duvidar se ele está desprovido de preconceitos, visto seus interesses estarem tão intensamente dirigidos para os fatores psíquicos.

‘Compreendo agora sua atitude para com a análise leiga de maneira bem clara. O senhor deliberou que deve haver analistas leigos. E visto que não pode contestar a impropriedade deles quanto à sua tarefa, está reunindo tudo o que pode para desculpá-los e tornar-lhes a vida mais fácil. Mas não posso nem de longe compreender por que deva haver analistas leigos, que, afinal de contas, podem apenas ser terapeutas de segunda classe. Estou pronto, no que me toca, a abrir uma exceção no caso dos poucos leigos que já foram formados como analistas; mas outras não devem ser criadas e os institutos de formação devem ser submetidos à obrigação de não aceitarem mais leigos para formação.’

Estou de acordo com o senhor, se puder ser demonstrado que todos os interesses em jogo serão atendidos por essa restrição. O senhor há de concordar que esses interesses são de três espécies: o dos pacientes, o dos médicos e - último em ordem mas não em importância - o da ciência, que realmente abrange os interesses de todos os futuros pacientes. Vamos examinar esses três pontos juntos?

Para o paciente, portanto, é uma questão de indiferença se o analista for um médico ou não, contanto somente que o perigo de sua condição ser mal compreendida fique excluído pelo relatório médico necessário antes do início do tratamento e em algumas ocasiões possíveis durante o curso do mesmo. Para ele é incomparavelmente mais importante que o analista deva possuir qualidades pessoais que o tornem digno de confiança, e que ele deva ter adquirido o conhecimento e a compreensão, bem como a experiência, que, somente estes, possam tornar-lhe possível cumprir sua tarefa. Poder-se-ia pensar que a autoridade de um analista seria prejudicada se o paciente soubesse que ele não é médico e que não pode, em certas situações, passar sem o apoio de um médico. Naturalmente jamais deixamos de informar os pacientes sobre a qualificação de seu analista, e temos sido capazes de nos convencer de que os preconceitos profissionais não encontram eco neles, estando prontos para aceitar uma cura de qualquer direção da qual provenha - o que, incidentalmente, a profissão médica de há muito descobriu, para sua profunda mortificação. Nem os analistas

leigos que praticam a análise em nossos dias são um bando casual de rebotalho, mas pessoas de educação acadêmica, doutores em filosofia, educadores, juntamente com algumas mulheres de grande experiência na vida e marcante personalidade. A análise, à qual todos os candidatos num instituto de formação analítica têm de submeter-se, é ao mesmo tempo o melhor meio de formar um opinião sobre sua aptidão pessoal para o desempenho de sua exigente profissão.

Agora quanto ao interesse dos médicos. Não julgo que esse interesse possa lucrar com a incorporação da psicanálise à medicina. O currículo médico já dura cinco anos e os exames finais avançam até o sexto ano. De poucos em poucos anos são feitas novas exigências ao aluno, sem o cumprimento das quais o cadebal deste para o futuro teria que ser declarado insuficiente. O acesso à profissão médica é muito difícil e a clínica não é nem muito satisfatória nem muito remuneradora. Se alguém apoiar a exigência, por certo plenamente justificada, de que os médicos devem também familiarizar-se com a parte mental da doença, e se por causa disto se ampliar a instrução médica a ponto de abranger certo preparo para a análise, isto implica ulterior sobrecarga do currículo e um correspondente prolongamento do período letivo. Não sei se os médicos ficarão satisfeitos com essa consequência de sua reivindicação em relação à análise. Mas dificilmente se pode fugir a esse fato. E isto num período em que as condições da existência material se deterioram de tal forma para as classes das quais os médicos são recrutados, um período no qual a geração mais jovem se vê compelida a provar suas necessidades por si mesma com a maior brevidade possível na vida.

Talvez, no entanto, o senhor escolha não sobrecarregar os estudos médicos com o preparo para a prática analítica, mas julgue mais conveniente que os futuros analistas sigam sua formação necessária somente após a conclusão dos seus estudos médicos. Talvez diga que a perda de tempo que isso implica não seja de importância prática alguma, visto que, afinal de contas, um jovem com menos de trinta anos de idade jamais gozará da confiança dos seus pacientes, a qual é um sine qua non para proporcionar assistência mental. Sem dúvida talvez se dissesse como resposta que um médico recém-saído da faculdade e que se dedique a doenças físicas não pode esperar ser tratado pelos seus pacientes também com grande respeito e que um jovem analista poderia muito bem preencher seu tempo trabalhando numa clínica psicanalítica para pacientes externos sob a supervisão de profissionais experimentados.

Mas o que me parece mais importante é que com essa sua proposta o senhor está dando apoio a um desperdício de energia para o qual, nestes tempos difíceis, realmente não posso encontrar qualquer justificativa econômica. O tratamento analítico, é verdade, cruza o campo da educação médica, mas um não inclui o outro. Se - o que pode parecer fantástico hoje em dia - alguém tivesse de fundar uma faculdade de psicanálise, nesta teria de ser ensinado muito do que já é lecionado pela escola de medicina: juntamente com a psicologia profunda, que continua sempre como a principal disciplina, haveria uma introdução à biologia, o

máximo possível de ciência da vida sexual e familiarização com a sintomatologia da psiquiatria. Por outro lado, a instrução analítica abrangeria ramos de conhecimento distantes da medicina e que o médico não encontra em sua clínica: a história da civilização, a mitologia, a psicologia da religião e a ciência da literatura. A menos que esteja bem familiarizado nessas matérias, um analista nada pode fazer de uma grande massa de seu material. À guisa de compensação, a grande massa do que é ensinado nas escolas de medicina não lhe é de utilidade alguma para suas finalidades. Um conhecimento de anatomia dos ossos tarsianos, da constituição dos carboidratos, do curso dos nervos cranianos, uma compreensão de tudo o que a medicina trouxe à luz sobre as causas excitantes bacilares da doença e os meios de combatê-las, sobre reações do soro e sobre neoplasmas - todo esse conhecimento, que é indubitavelmente do mais alto valor em si, não obstante não lhe é de nenhuma conseqüência; não lhe interessa; nem o ajuda diretamente a compreender uma neurose e a curá-la, nem contribuir para um aguçamento daquelas faculdades intelectuais às quais sua ocupação faz as maiores exigências. Não se pode objetar que o caso é o mesmo quando um médico segue algum outro ramo especial de medicina - a odontologia, por exemplo: nesse caso, também, ele poderá não precisar de parte daquilo em que precisa ser aprovado nos exames e muito terá que aprender além disso, em relação ao que sua escolaridade não o preparou. Mas os dois casos não podem ser colocados no mesmo pé de igualdade. Na odontologia os grandes princípios da patologia - as teorias da inflamação, da supuração, da necrose e do metabolismo dos órgãos corporais - ainda conservam sua importância. Mas a experiência de um analista está em outro mundo, com outros fenômenos e outras leis. Por mais que a filosofia possa ignorar o abismo entre o físico e o mental, ele ainda existe para a nossa experiência imediata e ainda mais para os nossos empreendimentos práticos.

É injusto e inconveniente tentar compelir uma pessoa que deseja libertar alguém do tormento de uma fobia ou de uma obsessão a seguir a estrada indireta do currículo médico. Nem esse esforço terá qualquer êxito, a menos que resulte inteiramente na supressão da análise. Imagine uma paisagem na qual dois caminhos levam ao topo de uma colina de onde se descortina um panorama - um curto e reto, o outro longo, sinuoso e tortuoso. Tenta-se impedir o caminho curto mediante um aviso proibitório, talvez porque passa por alguns canteiros de flores que se deseja proteger. A única possibilidade que se tem de a proibição ser respeitada é se o caminho curto for íngreme e difícil, enquanto o mais longo for uma subida suave. Se, contudo, esse não for o caso, pode-se imaginar o uso da proibição e o destino dos canteiros! Temo que se conseguirá compelir os leigos a estudarem medicina tão pouco quanto serei capaz de induzir os médicos a aprenderem análise, pois o senhor conhece a natureza humana tão bem quanto eu.

‘Se o senhor tiver razão, de que o tratamento analítico não pode ser efetuado sem formação especial, mas que o currículo médico não pode suportar ainda mais o fardo de um preparo para ele, e que os conhecimentos médicos são, em grande medida, desnecessários para um analista, como chegaremos ao médico ideal que esteja à altura de todas as tarefas de

sua vocação?’

Não posso prever a maneira de sair dessas dificuldades, nem é da minha alçada ressaltá-la. Compreendo apenas duas coisas - primeiro que a análise constitui um estorvo para o senhor e que a melhor coisa seria que ela não existisse, embora os neuróticos, sem dúvida, constituam também um estorvo; e em segundo lugar, que os interesses de todos os que se preocupam com esse assunto seriam por enquanto atendidos se os médicos pudessem resolver tolerar uma classe de terapeutas que os aliviariam do tédio de tratar as neuroses psicogênicas enormemente comuns, enquanto ficariam em permanente contato com eles em benefício dos pacientes.

‘Essa é a última palavra sobre o assunto? ou tem algo mais a dizer?’

Sim, realmente. Eu quis apresentar um terceiro interesse - o da ciência. O que tenho a dizer sobre isso pouco lhe interessará; mas, por comparação, é de toda a importância para mim.

Pois não consideramos absolutamente conveniente para uma psicanálise ser devorada pela medicina e encontrar seu último lugar de repouso num livro de texto de psiquiatria sob a epígrafe ‘Métodos de Tratamento’, juntamente com procedimentos tais como sugestão hipnótica, auto-sugestão e persuasão, que, nascidas da nossa ignorância, têm de agradecer a indolência e a covardia da humanidade por seus efeitos efêmeros. Merece melhor destino e, pode-se esperar, o terá. Como uma ‘psicologia profunda’, uma teoria do inconsciente mental, pode tornar-se indispensável a todas as ciências que se interessam pela evolução da civilização humana e suas principais instituições como a arte, a religião e a ordem social. Em minha opinião ela já proporcionou a essas ciências considerável ajuda na solução de seus problemas. Mas essas são apenas pequenas contribuições em confronto com o que poderia ser alcançado se historiadores da civilização, psicólogos da religião, filósofos e assim por diante concordassem em manejar o novo instrumento de pesquisa que está a seu serviço. O emprego da análise para o tratamento das neuroses é somente uma das suas aplicações; o futuro talvez demonstre que não é o mais importante. Seja como for, seria errôneo sacrificar todas as outras aplicações a essa única, só porque diz respeito ao círculo de interesses médicos.

Pois aqui uma perspectiva ulterior estende-se adiante, a qual não pode ser invadida com impunidade. Se os representantes das várias ciências mentais devem estudar a psicanálise a fim de ser capazes de aplicar seus métodos e ângulos de abordagem ao seu próprio material, não lhes será suficiente parar de repente nos achados que são formulados na literatura analítica. Eles devem aprender a análise da única maneira possível - submetendo-se eles próprios a uma análise. Os neuróticos que necessitam de análise contariam assim com a companhia de uma segunda classe de pessoas, que aceitam a análise por motivos

intelectuais, mas que sem dúvida também acolherão o aumento da capacidade que incidentalmente alcancem. Para efetuar essa análise far-se-á necessário grande número de analistas, para os quais qualquer conhecimento médico terá particularmente pouca importância. Mas esses 'analistas didatas' - vamos chamá-los assim - precisarão ter tido uma educação especificamente cuidadosa. Se se quiser que ela não fique tolhida, eles devem receber a oportunidade de colher experiência de casos instrutivos e informativos; e visto que pessoas saudáveis, às quais também falta o motivo da curiosidade, não se apresentam para análise, é mais uma vez somente com os neuróticos que será possível aos analistas didatas - sob cuidadosa supervisão - ser educados para a sua atividade não-médica subsequente. Tudo isso, contudo, requer certa dose de liberdade de movimento, não sendo compatível com restrições mesquinhas.

Talvez o senhor não creia nesses interesses puramente teóricos da psicanálise ou não possa permitir-lhes que afetem a questão prática da análise leiga. Então deixe-me adverti-lo de que a psicanálise tem ainda outra esfera de aplicação, que se acha fora do âmbito da lei sobre charlatanismo e com relação à qual os médicos quase não farão reivindicação. Refiro-me à aplicação à educação de crianças. Se uma criança começa a mostrar sinais de um desenvolvimento indesejável, se se tornar mal-humorada, indócil e desatenta, o pediatra e mesmo o médico da escola nada poderão fazer por ela, mesmo se a criança apresenta sintomas neuróticos claros, tais como nervoso, perda de apetite, vômitos ou insônia. Um tratamento que combine a influência analítica com medidas educacionais, levado a efeito por pessoas que não se envergonhem de interessar-se pelos assuntos próprios do mundo da criança, e que compreendam como orientar-se na vida mental de uma criança, pode ocasionar duas coisas ao mesmo tempo: a eliminação dos sintomas neuróticos e a reversão da mudança de caráter que havia começado. Nosso reconhecimento da importância dessas neuroses obscuras das crianças, como sendo o que alicerça a disposição para graves doenças mais adiante na vida, ressalta essas análises infantis como excelente método de profilaxia. A análise indubitavelmente ainda tem seus inimigos. Não sei se estes dispõem de meios ao seu alcance para paralisar as atividades desses analistas educacionais ou educadores analíticos. Não penso que seja muito provável; mas nunca se pode estar muito certo.

Além disso, voltando à nossa questão do tratamento analítico dos neuróticos adultos, mesmo aí anda não esgotamos todas as linhas de abordagem. Nossa civilização nos impõe uma pressão quase intolerável e exige um corretivo. Será demasiado fantástico esperar que a psicanálise, apesar de suas finalidades, possa estar destinada à tarefa de preparar a humanidade para tal corretivo? Talvez mais uma vez um norte-americano tenha a idéia de gastar algum dinheiro para que os 'assistentes sociais' do seu país sejam formados analiticamente e para transformá-los num grupo de auxiliares a fim de combaterem as neuroses da civilização.

‘Ah! uma nova espécie de Exército da Salvação!’

Por que não? Nossa imaginação sempre obedece a padrões. A corrente daqueles ansiosos por aprender, que então fluirá para a Europa, será obrigada a passar por Viena, pois aqui o desenvolvimento da análise poderá ter sucumbido a um trauma prematuro de proibição. O senhor está sorrindo? Não estou dizendo isso como um suborno em seu apoio. De modo algum. Sei que o senhor não me conhece, nem posso garantir que isso me venha a acontecer. Mas de uma coisa eu sei. De forma alguma é tão importante qual a decisão que o senhor possa adotar no tocante à questão da análise leiga. Isso poderá ter um efeito local. Mas as coisas que realmente importam - as possibilidades na psicanálise de desenvolvimento interno - jamais poderão ser afetadas por regulamentos e proibições.

PÓS-ESCRITO (1927)

Logo após eu ter escrito o pequeno volume que constituiu o ponto de partida da presente apreciação, houve uma acusação de charlatanismo apresentada contra um membro não-médico de nossa Sociedade, o Dr. Theodor Reik, nos tribunais de Viena. Em geral se sabe, penso eu, que depois de todos os trâmites preliminares terem sido concluídos e grande número de pareceres técnicos terem sido recebidos, a acusação foi abandonada. Não creio que isso tenha sido resultado do meu livro. Sem dúvida o argumento da procuradoria foi muito fraco, e a pessoa que apresentou a acusação como a parte agravada demonstrou ser uma testemunha indigna de confiança. De modo que a anulação do processo contra o Dr. Reik provavelmente não deverá ser considerada como um julgamento ponderado dos tribunais de Viena sobre a questão geral da análise leiga. Quando tracei a figura da ‘Pessoa Imparcial’ que foi meu interlocutor em meu opúsculo, tive diante de minha mente um dos nossos altos funcionários. Este foi um homem com quem eu próprio conversara sobre o caso de Reik e a quem, a pedido dele, escrevera um parecer confidencial sobre o assunto. Eu sabia que não tinha conseguido convertê-lo aos meus pontos de vista, e foi por isso que fiz com que meu diálogo com a Pessoa Imparcial terminasse também sem acordo.

Nem esperei que conseguisse êxito na obtenção de unanimidade da atitude dos próprios analistas em relação ao problema da análise leiga. Qualquer um que compare os pontos de vista expressos pela Sociedade Húngara nessa apreciação com os do grupo de Nova Iorque talvez conclua que meu livro não produziu efeito algum e que cada um persiste em sua opinião anterior. Mas também não creio nisso. Penso que muitos dos meus colegas modificaram seu extremo *parti pris* e que a maioria aceitou minha opinião de que o problema da análise leiga não deve ser solucionado nos mesmos moldes do uso tradicional, mas que decorre de uma nova situação e, portanto, exige novo julgamento.

Além disso, a forma que dei a todo o exame parece que contou com aprovação. Minha tese principal foi no sentido de que a questão importante não é se um analista possui um diploma médico, mas se ele recebeu a formação especial necessária à prática da análise. Isto serviu de ponto de partida para uma discussão, que foi avidamente adotada, quanto a qual é a formação mais adequada para um analista. Meu ponto de vista foi e ainda continua sendo o de que não é a formação prescrita pela universidade para futuros médicos. O que se conhece como educação médica parece-me uma maneira árdua e indireta de abordagem da profissão da análise. Sem dúvida ela oferece a um analista muito do que lhe é indispensável. Mas ela o sobrecarrega de muitas outras coisas que ele jamais utilizará, havendo o perigo de desviar seu interesse e todo seu modo de pensamento da compreensão dos fenômenos psíquicos. Um esquema de formação para analistas ainda tem de ser criado. Deve ele abranger elementos das ciências mentais, da psicologia, da história e do estudo da evolução. Há tanto a ser ensinado em tudo isso que é justificável omitir do currículo qualquer coisa que não tenha relação direta alguma com a prática da análise e somente sirva indiretamente (como qualquer outro estudo) de formação para o intelecto e para os poderes de observação. É fácil fazer face a essa sugestão objetando-se que as escolas analíticas dessa natureza não existem e que eu estou simplesmente estabelecendo um ideal. Um ideal, sem dúvida. Mas um ideal que pode e deve ser concretizado. E em nossos institutos de formação, apesar de todas as suas insuficiências próprias de seus verdes anos, essa concretização já teve início.

Não terá escapado aos meus leitores que naquilo que afirmei presumi como axiomático algo que é ainda violentamente debatido no exame. Presumi, vale dizer, que a psicanálise não é um ramo especializado da medicina. Não vejo como é possível discutir isso. A psicanálise é uma parte da psicologia; não da psicologia médica no velho sentido, não da psicologia de processos mórbidos, mas simplesmente da psicologia. Certamente não é o todo da psicologia, mas sua subestrutura e talvez mesmo todo o seu alicerce. A possibilidade de sua aplicação a finalidades médicas não nos deve desorientar. A eletricidade e a radiologia também têm sua aplicação médica, mas a ciência à qual ambas pertencem é, não obstante, a física. Nem a situação delas pode ser afetada por argumentos históricos. Toda a teoria da eletricidade teve sua origem numa observação de um preparado muscular nervoso; contudo, ninguém sonharia hoje em considerá-la como parte da fisiologia. Argumenta-se que a psicanálise foi, afinal de contas, descoberta por um médico no curso dos seus esforços para assistir seus pacientes. Mas isto claramente não está nem nesse ponto nem naquele. Além disso, o argumento histórico é uma faca de dois gumes. Poderíamos acompanhar a história e recordar a inamistosidade e mesmo a animosidade com que a profissão médica tratou a análise bem desde o começo. Isso pareceria implicar que ela não pode fazer quaisquer reivindicações à análise no momento atual. E embora eu não aceite essa implicação, ainda sinto certas dúvidas quanto a se o presente cortejar da psicanálise pelos médicos está baseado, do ponto de vista da teoria da libido, na primeira ou na segunda subfases de Abraham - se desejam tomar posse de seu objeto com a finalidade de destruí-lo ou de preservá-lo.

Gostaria de considerar o argumento histórico por mais um momento. Visto que é em mim pessoalmente que estamos interessados, posso lançar um pouco de luz, para qualquer um que esteja interessado, sobre meus próprios motivos. Após quarenta e um anos de atividade médica, meu autoconhecimento me diz que nunca fui realmente médico no sentido adequado. Tornei-me médico por ter sido compelido a desviar-me do meu propósito original; e o triunfo da minha vida está em eu haver, após uma viagem longa e indireta, encontrado meu caminho de volta à minha senda mais antiga. Não tenho conhecimento algum de haver tido qualquer anseio, na minha primeira infância, de ajudar a humanidade sofredora. Minha disposição sádica inata não foi muito forte, de modo que não tive qualquer necessidade de desenvolver essa disposição dos seus derivados. Nem jamais ‘brinquei de médico’; minha curiosidade infantil evidentemente escolheu outros caminhos. Em minha juventude senti uma necessidade absorvente de compreender algo dos enigmas do mundo em que vivemos e talvez mesmo de contribuir com alguma coisa para a solução dos mesmos. O meio mais esperançoso de alcançar esse fim pareceu ser matricular-me na faculdade de medicina; no entanto, mesmo após isto realizei experiências - sem êxito - com a zoologia e a química, até que afinal, sob a influência de Brücke, que teve mais influência sobre mim do que qualquer outra pessoa em toda minha vida, fixei-me em fisiologia, embora naqueles dias ela estivesse muito estreitamente restrita à histologia. Naquela ocasião já havia sido aprovado em todos os meus exames médicos, mas não adquiri qualquer interesse por coisa alguma que tivesse a ver com a medicina, até que o professor que eu tão profundamente respeitava advertiu-me de que em vista das minhas circunstâncias materiais precárias eu não poderia possivelmente seguir uma carreira teórica. Assim, passei da histologia do sistema nervoso para a neuropatologia e depois, incentivado por novas influências, comecei a interessar-me pelas neuroses. Quase não penso, contudo, que a minha falta de autêntico temperamento médico tenha causado grande dano aos meus pacientes, pois não é muito vantajoso para os pacientes se o interesse terapêutico do seu médico tiver uma ênfase emocional muito marcante. Eles são mais bem ajudados se ele executar sua tarefa friamente e obedecendo às regras tão de perto quanto possível.

Sem dúvida o que acabo de dizer lança pouca luz sobre o problema da análise leiga; destinou-se apenas a apresentar minhas credenciais pessoais, como sendo eu próprio um partidário do valor inerente da psicanálise e da independência de sua aplicação em relação à medicina. Mas objetar-se-á, a esta altura, que se a psicanálise, considerada como uma ciência, for considerada uma subdivisão da medicina ou da psicologia, isto será uma questão puramente acadêmica e de nenhum interesse prático. O verdadeiro ponto em debate, dir-se-á, é diferente, a saber, a aplicação da análise ao tratamento de pacientes; até onde ela alega que faz isso, ela deve contentar-se, continuará o argumento, em ser aceita como um ramo especializado da medicina, como a radiologia, por exemplo, e em submeter-se às regras formuladas para todos os métodos terapêuticos. Reconheço que isto seja assim; admito-o. Só quero sentir-me seguro de que a terapia não destruirá a ciência. Infelizmente, as analogias só nos levam até certa distância; logo se alcança um ponto no qual os assuntos da comparação seguem caminhos divergentes. O caso da análise difere do da radiologia. Não é preciso que

um físico tenha um paciente a fim de estudar as leis que regem os raios X. Mas o único tema da psicanálise são os processos mentais dos seres humanos e é somente nos seres humanos que ele pode ser estudado. Por motivos que podem facilmente ser compreendidos, os seres humanos neuróticos oferecem material muito mais instrutivo e acessível do que os normais, e sonegar esse material a qualquer um que deseje estudar e aplicar a análise é privá-lo de boa metade das suas possibilidades de formação. Não tenho, naturalmente, intenção alguma de pedir que os interesses de pacientes neuróticos sejam sacrificados àqueles de instrução e de pesquisa científica. O objetivo do meu pequeno volume sobre a questão da análise leiga foi precisamente demonstrar que, se certas precauções forem observadas, os dois interesses poderão facilmente ser harmonizados e que os interesses da medicina, conforme compreendidos de maneira correta, não serão os últimos a lucrar com tal solução.

Eu mesmo formulei todas as precauções necessárias e posso afirmar com segurança que o debate nada acrescentou a esse ponto. Mas gostaria de acrescentar que a ênfase foi dada muitas vezes da maneira que não fazia justiça aos fatos. O que se disse sobre as dificuldades do diagnóstico diferencial e da incerteza, em muitos casos, de chegar a uma decisão sobre os sintomas somáticos - situações, vale dizer, nas quais os conhecimentos médicos e a intervenção médica são necessários -, tudo isso é perfeitamente verdadeiro. Não obstante, o número de casos em que dúvidas dessa espéciejamais surgem de maneira alguma e que não se exige um médico é por certo incomparavelmente maior. Esses casos podem ser bem desinteressantes cientificamente, mas desempenham papel bastante importante na vida para justificarem as atividades de analistas, que são perfeitamente capazes para lidar com eles. Há algum tempo analisei um colega que dava provas de uma aversão particularmente forte à idéia de permitir que qualquer um se empenhasse numa atividade médica caso não fosse médico. Eu estava em condições de dizer-lhe: ‘Estamos agora trabalhando há mais de três meses. Em que ponto de nossa análise tive ocasião de fazer uso dos meus conhecimentos médicos?’ Ele admitiu que eu não tivera tal ocasião.

Além disso, não atribuo grande importância ao argumento de que um analista leigo, porque ele deve estar preparado para consultar um médico, não tenha autoridade aos olhos dos seus pacientes e não seja tratado com mais respeito do que pessoas tais como endireitas* ou massagistas. Mais uma vez, a analogia é imperfeita - bem independente do fato de que o que rege os pacientes no reconhecimento, por parte destes, da autoridade é, em geral, a transferência emocional deles e que a posse de um diploma médico não os impressiona tanto como os médicos acreditam. Um analista leigo não terá dificuldade alguma em angariar tanto respeito como é devido a um assistente pastoral secular. Realmente, as palavras ‘assistente pastoral secular’ bem poderiam servir como uma fórmula geral para descrever a função que o analista, seja ele médico ou leigo, tem de realizar em relação ao público. Nossos amigos do clero protestante, e mais recentemente também entre o clero católico, são muitas vezes capazes de liberar seus paroquianos das inibições de sua vida cotidiana confirmando-lhes a fé - depois de primeiro lhes haver oferecido um pouco de informação analítica sobre a natureza dos seus conflitos. Nossos antagonistas, os ‘psicólogos do indivíduo’ adlerianos, se

esforçam por produzir um resultado semelhante em pessoas que se tenham tornado instáveis e deficientes, provocando-lhes o interesse pela comunidade social - após terem primeiro lançado alguma luz sobre um único recanto de sua vida mental e lhes terem revelado o papel desempenhado na doença deles pelos seus impulsos egoístas e suspeitosos. Ambos esses processos, que tiram sua força por estarem baseados na análise, têm seu lugar na psicoterapia. Nós que somos analistas pomos diante de nós como nosso objetivo a análise mais completa e mais profunda possível de quem quer que possa ser nosso paciente. Não procuramos levar-lhe alívio recebendo-o na comunidade católica, protestante ou socialista. Antes procuramos enriquecê-lo a partir de suas próprias fontes internas, colocando à disposição do seu ego aquelas energias que, devido à repressão, se acham inacessivelmente confinadas em seu inconsciente, bem como aquelas que seu ego é obrigado a desperdiçar na tarefa infrutífera de manter essas repressões. Uma atividade como essa é trabalho pastoral no melhor sentido da palavra. Atribuímos a nós mesmos uma finalidade demasiado alta? A maioria dos nossos pacientes merece os cuidados que esse trabalho exige de nós? Não seria mais econômico escorar suas fraquezas de fora antes do que reconstruí-las de dentro? Não posso dizer; mas existe algo mais que eu realmente sei. Na psicanálise tem existido desde o início um laço inseparável entre cura e pesquisa. O conhecimento trouxe êxito terapêutico. Era impossível tratar um paciente sem aprender algo de novo; foi impossível conseguir nova percepção sem perceber seus resultados benéficos. Nosso método analítico é o único em que essa preciosa junção é assegurada. É somente pela execução do nosso trabalho pastoral analítico que podemos aprofundar nossa compreensão que desponta da mente humana. Essa perspectiva de ganho científico tem sido a feição mais orgulhosa e feliz do trabalho analítico. Devemos sacrificá-la a bem de quaisquer considerações de natureza prática?

Algumas observações feitas no curso dessa apreciação levaram-me a suspeitar que, apesar de tudo, meu livro sobre análise leiga foi mal compreendido sob um aspecto. Os médicos se têm defendido de mim, como se eu houvesse declarado que eles eram em geral incompetentes para praticar a análise e como se eu tivesse afirmado como uma senha que reforços médicos deviam ser rejeitados. A idéia provavelmente surgiu de eu ter sido levado a declarar no curso de minhas observações (que tinham uma finalidade controversa em vista) que analistas médicos não formados eram ainda mais perigosos que os leigos. Talvez possa tornar clara minha verdadeira opinião sobre essa questão dando eco a uma observação cínica sobre as mulheres que certa vez apareceu em *Simplicissimus*. Um homem se queixava a outro das fraquezas e da natureza melindrosa do belo sexo. ‘Seja como for’, replicou seu companheiro, ‘as mulheres são a melhor coisa que temos dessa espécie’. Sou obrigado a admitir que, enquanto as escolas que desejamos para formação de analistas ainda não existirem, as pessoas que tenham tido uma educação preliminar em medicina constituem o melhor material para futuros analistas. Temos o direito de exigir, contudo, que elas não devem confundir sua educação preliminar com uma formação completa, que elas devem superar a unilateralidade que é estimulada pela instrução nas escolas de medicina e que devem resistir à tentação de flertar com a endocrinologia e o sistema nervoso autônomo, quando aquilo de que se necessita é de uma percepção de fatos psicológicos com a ajuda de

uma estrutura de conceitos psicológicos. Também partilho do ponto de vista de que todos aqueles problemas que se relacionam com a ligação entre os fenômenos psíquicos e seus fundamentos orgânicos, anatômicos e químicos podem ser abordados somente por aqueles que tenham estudado ambos, isto é, por analistas médicos. Não se deve esquecer, contudo, que isso não é o todo da psicanálise, e que quanto ao seu outro aspecto nunca podemos passar sem cooperação de pessoas que tenham tido uma educação preliminar nas ciências mentais. Por motivos práticos temos tido o hábito - e isso é verdade, incidentalmente, também em relação às nossas publicações - de distinguir entre análise médica e aplicada. Mas essa não é uma distinção lógica. A verdadeira linha de divisão situa-se entre a análise científica e suas aplicações igualmente nos setores médico e não-médico.

Nessas apreciações, a rejeição mais rude da análise leiga foi expressa por nossos colegas norte-americanos. Algumas palavras em resposta a eles, não serão, penso, fora de propósito. Dificilmente posso ser acusado de fazer mau uso da análise para finalidades controversas, se expressar a opinião de que a resistência por parte deles provém inteiramente de fatores práticos. Eles vêm como em seu próprio país os analistas leigos submetem a análise a todas as espécies de finalidades nocivas e ilegítimas e, em conseqüência, causam dano tanto aos seus pacientes como ao bom nome da análise. Não é, portanto, de se admirar que em sua indagação eles evitem o mais amplamente possível tais inescrupulosos fomentadores de discórdia e tentem impedir que quaisquer leigos tenham participação na análise. Mas esses fatos já são suficientes para reduzir o significado da posição norte-americana, pois a questão da análise leiga não deve ser resolvida somente com base em considerações práticas, e as condições locais nos Estados Unidos não podem ser a única influência determinante sobre nossos pontos de vista.

A resolução aprovada por nossos colegas norte-americanos contra os analistas leigos, baseada como essencialmente está em razões práticas, parece-me, não obstante, pouco prática, pois não poderá afetar qualquer dos fatores que regem a situação. Ela é mais ou menos equivalente a uma tentativa de repressão. Se for impossível impedir os analistas leigos de exercerem suas atividades e se o público não apoiar a campanha contra eles, não seria mais aconselhável reconhecer o fato de sua existência oferecendo-lhes oportunidades de formação? Talvez não fosse possível, dessa maneira, alcançar certa influência sobre eles? E, se lhes fosse oferecida como incentivo a possibilidade de receberem a aprovação da profissão médica e de serem convidados a cooperar, será que eles não teriam certo interesse em elevar seu próprio padrão ético e intelectual?

VIENA, junho de 1927

PSICANÁLISE (1926)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

(1925 Provável data da composição.)

1934 G.S., 12, 372-80.

1934 Almanach 1935, 9-17. (Omitindo-se a Bibliografia.)

1935 Z. Psychoanal. Päd., 9 (2), 73-80. (Com inclusão da Bibliografia.)

1948 G.W., 14, 299-307.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘Psychoanalysis: Freudian Scholl’

1926 Em Encyclopaedia Britannica, 13^a ed., Novo Vol. 3, 253-5. (Trad. de James Strachey.)

1929 Em Encyclopaedia Britannica, 14^a ed., 18, 672-4. (Reimpressão da anterior.)

A presente tradução é uma revisão daquela publicada pela primeira vez em 1926. O artigo é reimpresso aqui mediante entendimento com autores da Encyclopaedia Britannica.

A Décima-Primeira Edição da Encyclopedia Britannica veio a lume em 1910-11. Não continha qualquer referência à psicanálise. Após a primeira guerra mundial, em 1922, surgiu o que se declarou ser a ‘Décima-Segunda Edição’. Esta consistia na antiga Décima-Primeira Edição juntamente com três ‘Novos Volumes’. Ainda não havia qualquer artigo sobre psicanálise. Logo depois resolveu-se lançar, em 1926, uma ‘Décima-Terceira Edição,’ que iria consistir novamente na antiga Décima-Primeira com o acréscimo, mais uma vez, de três ‘Novos Volumes Suplementares’ - mas diferentes daqueles que haviam integrado a ‘Décima-Segunda Edição’. Dessa vez um artigo sobre psicanálise foi julgado necessário, e solicitaram ao próprio Freud que colaborasse com o mesmo. Sem dúvida ele ficou satisfeito em aceitar o convite, visto que a Encyclopaedia Britannica ocupava um lugar predileto em

seu coração. Enquanto preparava Totem e Tabu, escreveu a Ernest Jones (em 24 de fevereiro de 1912) dando uma lista de todas as autoridades que ele havia consultado, e concluía com evidente orgulho: ‘Estou agora até de posse da Encyclopaedia Britannica, 11ª ed., 1911.’ (Jones, 1953, 395.) E era uma obra que ele estava sempre ávido por consultar. Já, além disso, em 1924, ele havia contribuído com um longo capítulo sobre psicanálise para uma compilação em dois volumes que fora lançada pelos editores da Encyclopaedia Britannica sob o título These Eventful Years. Muito pouco tempo após a publicação da Décima-Terceira Edição, reconheceu-se a necessidade de produzir uma nova edição completa de toda obra. Houve um movimento para substituir o artigo de Freud por um diferente; mas, através dos esforços conjuntos de Ernest Jones e do próprio Freud, essa idéia foi eliminada, e o artigo foi mantido inalterado na Décima-Quarta Edição (1929) e em todas as subseqüentes.

De fato, contudo, quando o original alemão veio à luz em 1934, viu-se que certo número de modificações pequenas, mas não destituídas de importância, tinham, desde o início, sido feitas na versão inglesa. O título do artigo, por exemplo, fora alterado de ‘Psicanálise’ para ‘Psicanálise: Escola Freudiana’ e uma referência pouco lisonjeira a Jung e Adler havia sido omitida. Subtítulos adicionais também tinham sido inseridos, o que não parece ajudar o encadeamento do argumento de Freud. Para finalidades atuais, o melhor plano pareceu remontar ao original alemão, conforme elaborado por Freud, sendo as divergências mais importantes da versão da Encyclopaedia Britannica indicadas em notas de rodapé. Aproveitou-se a oportunidade para rever a tradução e harmonizar alguns dos termos técnicos com o uso adotado em outras partes nesta edição.

PSICANÁLISE

Visto que a psicanálise não foi mencionada na décima-primeira edição da Encyclopaedia Britannica, é impossível restringir este relato aos seus progressos desde 1910. A parte mais importante e mais interessante de sua história está no período antes dessa data.

PRÉ-HISTÓRIA

Nos anos de 1880-2 um médico vienense, o Dr. Josef Breuer (1842-1925), descobriu um novo método por meio do qual aliviou uma moça, que vinha sofrendo de grave histeria, de

seus muitos e variados sintomas. Ocorreu-lhe a idéia de que os sintomas estavam ligados a impressões que ela recebera durante um período de agitação enquanto cuidava do pai enfermo. Ele então induziu-a, enquanto ela se encontrava num estado de sonambulismo hipnótico, a procurar essas ligações em sua memória e a viver através das cenas ‘patogênicas’ mais uma vez, sem inibir, os afetos que surgiam no processo. Ele verificou que quando ela fizera isso, o sintoma em causa desapareceu para sempre.

Isso ocorreu numa data anterior às investigações de Charcot e de Pierre Janet sobre a origem dos sintomas histéricos, e assim a descoberta de Breuer não foi de modo algum influenciada por eles. Mas ele não levou o assunto adiante na época e só uns dez anos depois é que o recomeçou em colaboração com Sigmund Freud. Em 1895 publicaram um livro, Estudos sobre a Histeria, no qual as descobertas de Breuer foram descritas e se fez uma tentativa para explicá-las pela teoria da ‘cartase’. De acordo com essa hipótese, os sintomas histéricos se originam através da energia de um processo mental que é afastado da influência consciente e desviada para a inervação corporal (‘conversão’). Um sintoma histérico seria assim um substituto de um ato mental omitido e uma reminiscência da ocasião que deve ter dado margem a esse fato. E, com base nesse ponto de vista, a recuperação seria o resultado da liberação do afeto que se extraviara e de sua descarga por um caminho normal (‘abreação’). O tratamento catártico deu excelentes resultados terapêuticos, mas verificou-se que não eram permanentes e que não eram independentes da relação pessoal entre o paciente e o médico. Freud, que depois prosseguiu com essas investigações sozinho, fez uma alteração técnica das mesmas, substituindo a hipnose pelo método da associação livre. Ele inventou o termo ‘psicanálise’, que no curso do tempo veio a ter dois significados: (1) um método específico de tratar as perturbações nervosas e (2) a ciência dos processos mentais inconscientes, que também é apropriadamente descrita como ‘psicologia profunda’.

TEMA DA PSICANÁLISE

A psicanálise encontra apoio sempre crescente como método terapêutico, devido ao fato de que pode fazer mais pelos seus pacientes do que qualquer outro método de tratamento. O principal campo de sua aplicação são as neuroses mais brandas - histeria, fobias e estados obsessivos; e nas malformações do caráter e inibições ou anormalidades sexuais ela também pode trazer acentuadas melhorias ou mesmo recuperações. Sua influência sobre a demência precoce e a paranóia é duvidosa; por outro lado em circunstâncias favoráveis pode lidar com estados depressivos, mesmo se forem de tipo grave.

Em cada caso, o tratamento exige muito, tanto do método como do paciente: o primeiro

necessita de uma formação especial e deve dedicar longo período de tempo à exploração da mente do paciente, ao passo que o segundo deve fazer consideráveis sacrifícios, tanto materiais como mentais. Não obstante, todas as preocupações em jogo são, em geral, recompensadas pelos resultados. A psicanálise não atua como uma panacéia conveniente (‘cito, tute, jucunde’) para perturbações psicológicas. Ao contrário, sua aplicação tem sido essencial para tornar claras pela primeira vez as dificuldades e as limitações no tratamento de tais distúrbios. No momento, só em Berlim e em Viena é que há instituições voluntárias que tornam o tratamento psicanalítico acessível às classes assalariadas.

A influência terapêutica da psicanálise depende da substituição de atos mentais inconscientes por conscientes e vigora dentro dos limites desse fator. A substituição é efetivada superando-se as resistências internas na mente do paciente. O futuro provavelmente atribuirá muito maior importância à psicanálise como a ciência do inconsciente do que como um procedimento terapêutico.

A psicanálise, no seu caráter de psicologia profunda, considera a vida mental de três pontos de vista: o dinâmico, o econômico e o topográfico.

Do primeiro desses pontos de vista, o dinâmico, a psicanálise extrai todos os processos mentais (independentes da recepção de estímulos externos) da ação mútua de forças, que ajudam ou inibem umas às outras, se combinam, entram em conciliações umas com as outras etc. Todas essas forças são originalmente da natureza de instintos; assim, possuem uma origem orgânica. São caracterizadas por possuírem uma reserva de energia (somática) imensa (‘a compulsão à repetição’); e são representadas mentalmente como imagens ou idéias com uma carga afetiva. Na psicanálise, não menos do que em outras ciências, a teoria dos instintos é um assunto obscuro. Uma análise empírica conduz à formulação de dois grupos de instintos: os denominados ‘instintos do ego’, que estão dirigidos para a autopreservação, e os ‘instintos do objeto’, que dizem respeito às relações com um objeto externo. Os instintos sociais não são considerados como elementares ou irredutíveis. A especulação teórica leva à suspeita de que há dois instintos fundamentais que jazem ocultos por detrás dos instintos do ego e dos instintos do objeto manifesto: a saber, (a) Eros, o instinto que luta sempre por uma união mais estreita, e (b) o instinto de destruição, que leva no sentido da destruição do que está vivo. Em psicanálise dá-se o nome de ‘libido’ à manifestação da força de Eros.

Do ponto de vista econômico, a psicanálise supõe que os representantes mentais dos instintos têm uma carga (catexia) de quantidades definidas de energia, sendo finalidade do aparelho mental impedir qualquer represamento dessas energias e manter o mais baixo possível o volume total das excitações com que ele se acha carregado. O curso dos processos mentais é automati-camente regulado pelo ‘princípio do prazer-desprazer’; o desprazer está assim de certa forma relacionado com um aumento de excitação, e o prazer com uma redução. No curso do desenvolvimento, o princípio de prazer original passa por

uma modificação com referência ao mundo externo, dando lugar ao ‘princípio de realidade’, de conformidade com o qual o aparelho mental aprende a adiar o prazer da satisfação e a tolerar temporariamente sentimentos de desprazer.

Topograficamente, a psicanálise considera o aparelho mental como um instrumento composto, esforçando-se por determinar em quais pontos dele ocorrem os vários processos mentais. De acordo com os pontos de vista psicanalíticos mais recentes, o aparelho mental compõe-se de um ‘id’, que é o repositório dos impulsos instintuais, de um ‘ego’, que é a parte mais superficial do id e aquela que foi modificada pela influência do mundo externo, e de um ‘superego’, que se desenvolve do id, domina-o e representa as inibições do instinto que são características do homem. A qualidade da consciência, também, conta com uma referência topográfica, pois os processos no id são inteiramente inconscientes, ao passo que a consciência é a função da camada mais externa do ego, que se interessa pela percepção do mundo externo.

A esta altura, duas observações talvez sejam cabíveis. Não se deve supor que estas idéias muito gerais sejam pressuposições das quais depende o trabalho da psicanálise. Pelo contrário, são suas conclusões mais recentes e estão ‘abertas à revisão’. A psicanálise está firmemente alicerçada na observação dos fatos da vida mental e por essa mesma razão sua superestrutura teórica ainda está incompleta e sujeita a constante alteração. Em segundo lugar, não existe motivo para surpresa que a psicanálise, que originalmente nada mais era que uma tentativa de explicar os fenômenos mentais patológicos, deva ter-se desenvolvido numa psicologia da vida mental normal. A justificativa disso surgiu com a descoberta de que os sonhos e os erros [‘parapraxias’, tais como lapsos de linguagem etc.] de homens normais têm o mesmo mecanismo que os sintomas neuróticos.

A primeira tarefa da psicanálise foi a elucidação dos distúrbios neuróticos. A teoria analítica baseia-se em três pedras angulares: o reconhecimento da (1) ‘repressão’, da (2) importância do instinto sexual e da (3) ‘transferência’.

(1) Há uma força na mente que exerce as funções de uma censura e que exclui da consciência e de qualquer influência sobre a ação todas as tendências que a desagradam. Tais tendências são descritas como ‘reprimidas’. Elas permanecem inconscientes e se alguém tentar levá-las para a consciência do paciente provoca-se uma ‘resistência’.² Esses impulsos instintuais reprimidos, contudo, nem sempre se tornaram impotentes. Em muitos casos conseguiram fazer sentir sua influência na mente por caminhos indiretos, e as satisfações indiretas ou substitutivas dos impulsos reprimidos assim alcançadas são o que constitui os sintomas neuróticos. (2) Por motivos culturais, a repressão mais intensa incide sobre os instintos sexuais; mas é precisamente em relação com eles que a repressão mais facilmente falha, de modo que se verifica que os sintomas neuróticos são satisfações substitutivas da sexualidade reprimida. A crença de que no homem a vida sexual começa apenas na puberdade é incorreta. Pelo contrário, sinais dela podem ser detectados desde o

começo da existência extra-uterina; ela atinge um primeiro ponto culminante no ou antes do quinto ano ('período primitivo'), depois do qual fica inibida ou interrompida ('período de latência') até a idade da puberdade, que é o segundo clímax do seu desenvolvimento. Esse desencadeamento bifásico do desenvolvimento sexual parece ser distintivo do gênero Homo. Todas as experiências durante o primeiro período da infância são da maior importância para o indivíduo e em combinação com sua constituição sexual herdada foram as disposições para o desenvolvimento subsequente do caráter e da doença. É errôneo fazer a sexualidade coincidir com a 'genitalidade'! Os instintos sexuais passam por um complicado curso de desenvolvimento, e só no fim deste é que a 'primazia das zonas genitais' é alcançada. Antes disso há grande número de organizações 'pré-genitais' da libido - pontos nos quais ela pode tornar-se 'fixada' e aos quais, no caso de subsequente repressão, ela retornará ('regressão'). As fixações infantis da libido são o que determina a forma de qualquer neurose ulterior. Assim, as neuroses devem ser consideradas como inibições no desenvolvimento da libido. Não existem causas específicas de perturbações nervosas; a questão de se um conflito encontra uma solução saudável ou conduz a uma inibição neurótica de função depende de considerações quantitativas.

O conflito mais importante com o qual se defende uma criancinha é sua relação com os pais, o 'Complexo de Édipo'; é ao tentar lidar com esse problema que aqueles destinados a sofrer de uma neurose habitualmente malogram. As reações contra as exigências instintuais do complexo de Édipo são a fonte das realizações mais preciosas e socialmente importantes da mente humana; e isto é válido não somente na vida dos indivíduos, como também provavelmente na história da espécie humana como um todo. O superego também, a instância moral que domina o ego, tem sua origem no processo de superação do complexo de Édipo.

(3) Por 'transferência' quer-se dizer uma peculiaridade marcante dos neuróticos. Eles desenvolvem para com seu médico relações emocionais, tanto de caráter afetuoso como hostil, que não se baseiam na situação real, mas que derivam de suas relações com os pais (o complexo de Édipo). A transferência é uma prova do fato de que os adultos não superaram sua antiga dependência infantil; ela coincide com a força que foi designada como 'sugestão'; e é somente aprendendo a fazer uso dela que o médico fica capacitado a induzir o paciente a superar suas resistências internas e a eliminar suas repressões. Dessa forma, o tratamento analítico atua como uma segunda educação do adulto, como um corretivo da sua educação enquanto criança.

Dentro desse estreito âmbito foi impossível mencionar muitos assuntos do maior interesse, tais como a 'sublimação' dos instintos, o papel desempenhado pelo simbolismo, o problema da 'ambivalência' etc. Nem houve espaço para aludir às aplicações da psicanálise - originadas, como vimos, na esfera da medicina - a outros setores do conhecimento (como a antropologia social, o estudo da religião, a história literária e a educação), onde sua influência vem constantemente aumentando. Basta dizer que a psicanálise, em seu caráter da psicologia dos atos mentais inconscientes mais profundos, promete tornar-se o elo entre a

psiquiatria e todos aqueles outros ramos da ciência mental.

A HISTÓRIA EXTERNA DA PSICANÁLISE

Os primórdios da psicanálise podem ser assinalados por duas datas: 1895, que viu a publicação dos Estudos sobre a Histeria de Breuer e Freud, e 1900, que testemunhou a da Interpretação de Sonhos, de Freud. De início, as novas descobertas não despertaram interesse algum quer na profissão médica, quer entre o público em geral. Em 1907 os psiquiatras suíços, sob a liderança de E. Bleuler e C. G. Jung, começaram a interessar-se pelo assunto; em 1908 realizou-se em Salzburgo uma primeira reunião dos partidários provenientes de grande número de diferentes países. Em 1909 Freud e Jung foram convidados para visitar os Estados Unidos por G. Stanley Hall a fim de pronunciarem uma série de conferências sobre psicanálise na Universidade de Clark, Worcester, Mass. A partir daquela época, o interesse cresceu rapidamente na Europa; expressou-se contudo, numa rejeição muito enérgica dos novos ensinamentos - uma rejeição que muitas vezes revelou uma coloração não-científica.

As razões dessa hostilidade iriam ser encontradas, do ponto de vista médico, no fato de que a psicanálise dá ênfase a fatores psíquicos, e, do ponto de vista filosófico, na suposição do conceito da atividade mental inconsciente como sendo um postulado fundamental; mas a razão mais forte foi, indubitavelmente, a indisposição geral da humanidade em conceder ao fator da sexualidade a importância que lhe é atribuída pela psicanálise. Apesar dessa oposição generalizada, contudo, o movimento em prol da psicanálise não iria ser refreado. Seus partidários aglutinaram-se numa Associação Internacional, que atravessou incólume as provações da grande guerra, e na hora presente (1925) abrange grupos locais em Viena, Berlim, Budapeste, Londres, Suíça, Holanda, Moscou e Calcutá, bem como dois nos Estados Unidos. Há três periódicos que representam os pontos de vista dessas sociedades: o Internationale Zeitschrift für Psychoanalyse, Imago (que se interessa pela aplicação da psicanálise a campos não-médicos de conhecimentos), e o International Journal of Psycho-Analysis.

Durante os anos de 1911-13 dois ex-partidários, Alfred Adler, de Viena, e C. G. Jung, de Zurique, retiraram-se do movimento psicanalítico e fundaram suas escolas de pensamento, as quais, em vista da hostilidade geral à psicanálise, podiam estar certas de uma acolhida favorável, mas permaneceram cientificamente estéreis. Em 1921 o Dr. M. Eitingon fundou em Berlim a primeira clínica e escola de formação psicanalítica pública, logo acompanhada de uma segunda em Viena.

BIBLIOGRAFIA

Breuer e Freud, Studien über Hysterie (1895); Freud, Traumdeutung (1900); Zur Psychopathologie des Alltagslebens (1904); Drei Abhandlungen zur Sexualtheorie (1905); Vorlesungen zur Einführung in die Psychoanalyse (1916). As obras completas de Freud foram publicadas em alemão (Gesammelte Schriften) (1925) e em espanhol (Obras completas) (1923); a maior parte delas foi traduzida para o inglês e outras línguas. Breves relatos do tema e da história da psicanálise serão encontrados em: Freud, Über Psychoanalyse (as conferências pronunciadas em Worcester, EUA) (1909); Zur Geschichte der psychoanalytischen Bewegung (1914); Selbstdarstellung (na coleção de Grote, Die Medizin der Gegenwart in Selbstdarstellungen) (1925). Particularmente acessíveis aos leitores ingleses são: Ernest Jones, Papers on Psycho-Analysis, e A. A. Brill, Psychoanalysis.

**DISCURSO PERANTE A SOCIEDADE DOS
BNAI BRITH (1941 [1926])**

ANSPRACHE AN DIE MITGLIEDER
DES VEREINS BNAI BRITH

(a) EDIÇÃO ALEMÃ:

1941 G. W., 17, 51-3.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘Adress to the Society of B’nai B’rith.’

A presente tradução, de James Strachey, parece ser a primeira para o inglês. Algumas frases dela foram apresentadas numa nota de rodapé na p.312 de *The Origins of Psycho-Analysis* (1954), a tradução inglesa de Freud, 1950a.

Esse discurso foi lido em nome de Freud numa reunião dos B’nai B’rith realizada em 6 de maio de 1926, em honra ao seu septuagésimo aniversário. Fora precedido por um discurso laudatório feito pelo seu médico, o professor Ludwig Braun.

Os B’nai B’rith (Filhos da Aliança) são uma ordem que representa os interesses judeus - culturais, intelectuais e caritativos. Originalmente fundada nos Estados Unidos em meados do século XIX, tem lojas filiadas em muitas partes do mundo. Como se verá adiante, Freud filiou-se ao grupo de Viena em 1895 e durante muitos anos foi freqüentador assíduo de suas reuniões, realizadas em terças-feiras alternadas. De tempos a tempos ele próprio pronunciou conferências ali, havendo os temas de algumas delas sido registrados: duas conferências sobre sonhos em dezembro de 1897 (Freud, 1950a, Carta 78); outra, não especificada, em março de 1900 (ibid., Carta 130); sobre *La fécondité*, de Zola, em 27 de abril de 1900 (Jones, 1953, 363); sobre *La révolte des anges*, de Anatole France (Sachs, 1945, 103); e a segunda parte de suas ‘Reflexões para os Tempos de Guerra e Morte’, em 1915 (Jones, 1955, 415).

DISCURSO PERANTE A SOCIEDADE DOS BNAI BRITH

Ilustríssimo Grão Presidente, ilustríssimos Presidentes, caros Irmãos, -

Agradeço-vos as honrarias que me prestastes hoje. Sabeis por que não podeis ouvir o som de minha própria voz. Ouvistes um dos meus amigos e alunos falar do meu trabalho científico; mas é difícil formar um julgamento sobre tais coisas e por muito tempo ainda ele não pode ser alcançado com segurança. Permiti-me acrescentar algo ao que foi dito por aquele que é tanto meu amigo como o médico que vela por mim. Gostaria de dizer-vos em breves palavras como me tornei um dos vossos e o que procurei de vós.

Aconteceu que nos anos a partir de 1895 fiquei sujeito a duas poderosas impressões que se combinaram para produzir o mesmo efeito sobre mim. Por um lado, alcançara minha primeira compreensão interna (insight) das profundezas da vida dos instintos humanos; eu vira certas coisas que eram tranqüilizadoras e mesmo, de início, assustadoras. Por outro, a comunicação das minhas descobertas desagradáveis teve como resultado a ruptura da maior parte dos meus contatos humanos; senti-me como se fosse desprezado e universalmente evitado. Em minha solidão fui presa do anseio de encontrar um círculo de homens de escol de caráter elevado que me recebesse com espírito amistoso, apesar da minha temeridade. Vossa sociedade foi-me indicada como o lugar onde tais homens deviam ser encontrados.

O fato de vós serdes judeus só me poderia ser agradável, pois eu próprio sou judeu, e sempre me parecera não somente indigno como positivamente insensato negar esse fato. O que me ligava ao povo judeu não era (envergonho-me de admitir) nem a fé nem o orgulho nacional, pois sempre fui um descrente e fui educado sem nenhuma religião, embora não sem respeito pelo que se denomina de padrões 'éticos' da civilização humana. Sempre que sentia inclinação pelo entusiasmo nacional esforçava-me por suprimi-lo como sendo prejudicial e errado, alarmado pelos exemplos de advertência dos povos entre os quais nós judeus vivemos. Mas restavam muitas outras coisas que tornavam a atração do mundo judeu e dos judeus irresistível - muitas forças emocionais obscuras, que eram mais poderosas quanto menos pudessem ser expressas em palavras, bem como uma nítida consciência de identidade interna, a reserva segura de uma construção mental comum. E além disso havia uma percepção de que era somente à minha natureza judaica que eu devia duas características que se haviam tornado indispensáveis para mim no difícil curso de minha vida. Por ser judeu encontrei-me livre de muitos preconceitos que restringiam outros no uso de seu intelecto, e como Judeu estava preparado para aliar-me à Oposição e passar sem consenso à 'maioria compacta'.

Assim foi que me tornei um dos vossos, tive minha parcela em vossos interesses

humanitários e nacionais, angariei amigos entre vós e persuadi meus próprios e poucos amigos restantes a se filiarem à nossa sociedade. Não houve absolutamente qualquer dúvida em convencer-vos das minhas novas teorias; mas numa época em que ninguém na Europa me dava ouvidos e ainda não tinha nenhum discípulo mesmo em Viena, vós me concedestes vossa amável atenção. Vós fostes o meu primeiro auditório.

Durante cerca de dois terços do longo período que decorreu desde meu ingresso persisti convosco de maneira conscienciosa, e encontrei refrigério e estímulo em minhas relações convosco. Vós tendes sido bastante amáveis hoje para não incriminar-me de que durante a última terça parte do tempo me mantive afastado de vós. Estive sobrecarregado de trabalho e as exigências ligadas ao mesmo pesaram sobre mim; o dia deixou de ser bastante longo para que eu freqüentasse vossas reuniões, e logo meu corpo começou a rebelar-se contra uma refeição tomada tarde da noite. Finalmente sobrevieram os anos de minha doença, o que me impede de estar entre vós até mesmo num dia como o de hoje.

Não posso dizer se fui um autêntico Filho da Aliança no vosso sentido da palavra. Estou quase inclinado a duvidar disso; muitas circunstâncias excepcionais surgiram no meu caso. Mas de uma coisa posso assegurar-vos - que vós muito significastes para mim e muito fizestes por mim durante os anos nos quais fiz parte de vós. Peço-vos, portanto, que aceiteis meus calorosos agradecimentos tanto por esses anos como por hoje.

Vosso em W. B. & E.Sigm. Freud

BREVES ESCRITOS (1926)

KARL ABRAHAM 1926

O Dr. Karl Abraham, presidente do grupo de Berlim, do qual foi o fundador, e presidente, na época, da Associação Psicanalítica Internacional, faleceu em Berlim em 25 de dezembro [1925]. Não havia alcançado a idade de cinquenta anos quando sucumbiu a um mal interno contra o qual sua poderosa constituição tivera de lutar desde a primavera. No Congresso de Houburg ele parecera, para grande alegria de todos nós, ter-se recuperado, mas uma recaída nos trouxe penoso desapontamento.

Enterramos com ele - *integer vitae scelerisque purus* - uma das esperanças mais firmes da nossa ciência, jovem como é e ainda tão implacavelmente agredida, e uma parte do seu futuro que agora, talvez, seja irrealizável. Dentre todos aqueles que me acompanhavam pelos sombrios caminhos da pesquisa psicanalítica, ele granjeou um lugar tão proeminente que somente um outro nome poderia ser posto ao lado dele. É provável que a confiança ilimitada de seus colegas e alunos o teria convocado para a liderança e sem dúvida ele teria sido um líder modelo na busca da verdade, não se deixando desencaminhar nem pelo louvor, nem pela censura dos muitos, nem pela sedutora ilusão de suas próprias fantasias.

Escrevo estas linhas para os amigos e companheiros de trabalho que conheceram e valorizaram Abraham como eu. Eles acharão fácil compreender o que a perda desse amigo, muito mais jovem que eu, significa para mim; e me perdoarão se eu não fizer qualquer outra tentativa de expressar o que é tão difícil de traduzir em palavras. Um relato da personalidade científica de Abraham e uma apreciação do seu trabalho serão empreendidos para a nossa revista por outrem.

A ROMAIN ROLLAND(1926)

Viena IX, Bergasse, 19, 29 de janeiro de 1926.

Inesquecível amigo! Com que dificuldades e sofrimentos você deve ter lutado para atingir o ponto culminante da humanidade como o seu!

Muitos anos antes de vê-lo, eu o havia exaltado como um artista e um apóstolo do amor da humanidade. Eu próprio fui um discípulo do amor da humanidade, não por motivos sentimentais ou em busca de um ideal, mas por motivos desapaixonados e econômicos, porque, sendo os nossos instintos inatos e o mundo que nos cerca o que são, não poderia deixar de considerar esse amor como não menos essencial para a sobrevivência da raça humana do que tais coisas como a tecnologia.

E quando finalmente vim a conhecê-lo pessoalmente, fiquei surpreendido em verificar que você pode apreciar a força e a energia tão altamente e que você mesmo encarna essa força de vontade.

Que a próxima década não lhe traga outra coisa senão êxitos!

Muito cordialmente Sigm. Freud, aetat, 70

NOTA PREAMBULAR A UM ARTIGO DE E. PICKWORTH FARROW (1926)

Conheço o autor deste artigo como um homem de inteligência valiosa e independente. Provavelmente por ser um tanto voluntarioso deixou de manter boas relações com dois analistas com os quais fez a tentativa. Logo depois passou a fazer uma aplicação sistemática do método de auto-análise que eu próprio empreguei no passado para a análise de meus próprios sonhos. Seus achados merecem atenção precisamente por causa do caráter peculiar de sua personalidade e de sua técnica.

O Futuro de uma Ilusão, O mal-estar na civilização e outros trabalhos

VOLUME XXI

(1927-1931)

Dr. Sigmund Freud

O FUTURO DE UMA ILUSÃO (1927)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

DIE ZUKUNFT EINER ILLUSION

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1927 Leipzig, Viena e Zurique: Internationaler Psychoanalytischer Verlag, 91 págs.

1928 2ª ed. Mesmos editores. (Inalterada) 91 págs.

1943 *G. W.*, 11,411-66.

1948 *G. W.*, 14,325-380.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

The Future of an Illusion

1928 Londres: Hogarth Press e Instituto de Psicanálise. 98 págs. (Trad. de W.D. Robson-Scott.)

A presente tradução inglesa baseia-se na que foi publicada em 1928.

Este trabalho foi começado na primavera de 1927, terminado por volta de setembro e publicado em novembro do mesmo ano.

No ‘Pós-Escrito’ que acrescentou em 1935 a seu *Autobiographical Study*, Freud mencionou ‘uma mudança significativa’ ocorrida em seus trabalhos durante a década anterior. ‘Meu interesse’, explicou, ‘após ter feito um longo *détour* pelas ciências naturais, medicina e psicoterapia, retornou aos problemas culturais que me haviam fascinado muito tempo antes, quando eu não passava de um jovem com idade apenas suficiente para pensar’ (*Standard Ed.* 20,72). Naturalmente, ele havia abordado por diversas vezes esses problemas nos anos intermediários - especialmente em *Totem e Tabu* (1912-13), Edição *Standard* Brasileira, Vol. XIII, IMAGO Editora, 1974, mas foi com o *Futuro de Uma Ilusão* que ingressou na série de estudos que vieram a constuir seu interesse principal pelo resto da vida. Destes, os mais importantes foram *O Mal-Estar na Civilização* (1930a), que é o sucessor direto do presente trabalho, o exame de filosofias de vida, tema da última das *New Introductory Lectures* (1933a), *Why War?* (1933b), carta aberta dirigida a Einstein, e, finalmente, *Moses and Monotheism* (1933a), em que trabalhou de 1934 em diante.

Em vista do amplo pronunciamento de Freud na [1] (‘Desprezo ter que distinguir entre cultura e civilização’) e de uma observação semelhante ao final de *Why War?*, parece desnecessário empenhar-nos no enfadonho problema da tradução correta da palavra alemã ‘*Kultur*’. Via de regra, ainda que não invariavelmente, optamos por civilização para o

substantivo e ‘cultural’ para o adjetivo.

O FUTURO DE UMA ILUSÃO

I

Quando já se viveu por muito tempo numa civilização específica e com freqüência se tentou descobrir quais foram suas origens e ao longo de que caminho ela se desenvolveu, fica-se às vezes tentado a voltar o olhar para outra direção e indagar qual o destino que a espera e quais as transformações que está fadada a experimentar. Logo, porém, se descobre que, desde o início, o valor de uma indagação desse tipo é diminuído por diversos fatores, sobretudo pelo fato de apenas poucas pessoas poderem abranger a atividade humana em toda a sua amplitude. A maioria das pessoas foi obrigada a restringir-se a somente um ou a alguns de seus campos. Entretanto, quanto menos um homem conhece a respeito do passado e do presente, mais inseguro terá de mostrar-se seu juízo sobre o futuro. E há ainda uma outra dificuldade: a de que precisamente num juízo desse tipo as expectativas subjetivas do indivíduo desempenham um papel difícil de avaliar, mostrando ser dependentes de fatores puramente pessoais de sua própria experiência, do maior ou menor otimismo de sua atitude para com a vida, tal como lhe foi ditada por seu temperamento ou por seu sucesso ou fracasso. Finalmente, faz-se sentir o fato curioso de que, em geral, as pessoas experimentam seu presente de forma ingênua, por assim dizer, sem serem capazes de fazer uma estimativa sobre seu conteúdo; têm primeiro de se colocar a certa distância dele: isto é, o presente tem de se tornar o passado para que possa produzir pontos de observação a partir dos quais elas julguem o futuro.

Dessa maneira, qualquer pessoa que ceda à tentação de emitir uma opinião sobre o provável futuro de nossa civilização fará bem em se lembrar das dificuldades que acabei de assinalar, assim como da incerteza que, de modo bastante geral, se acha ligada a qualquer profecia. Disso decorre, no que me concerne, que devo efetuar uma retirada apressada perante tarefa tão grande, e com rapidez buscar a pequena nesga de território que até o presente tem reivindicado minha atenção, tão logo determinei sua posição no esquema geral das coisas.

A civilização humana, expressão pela qual quero significar tudo aquilo em que a vida humana se elevou acima de sua condição animal e difere da vida dos animais - e desprezo ter que distinguir entre cultura e civilização -, apresenta, como sabemos, dois aspectos ao observador. Por um lado, inclui todo o conhecimento e capacidade que o homem adquiriu

com o fim de controlar as forças da natureza e extrair a riqueza desta para a satisfação das necessidades humanas; por outro, inclui todos os regulamentos necessários para ajustar as relações dos homens uns com os outros e, especialmente, a distribuição da riqueza disponível. As duas tendências da civilização não são independentes uma da outra; em primeiro lugar, porque as relações mútuas dos homens são profundamente influenciadas pela quantidade de satisfação instintual que a riqueza existente torna possível; em segundo, porque, individualmente, um homem pode, ele próprio, vir a funcionar como riqueza em relação a outro homem, na medida em que a outra pessoa faz uso de sua capacidade de trabalho ou o escolha como objeto sexual; em terceiro, ademais, porque todo indivíduo é virtualmente inimigo da civilização, embora se suponha que esta constitui um objeto de interesse humano universal. É digno de nota que, por pouco que os homens sejam capazes de existir isoladamente, sintam, não obstante, como um pesado fardo os sacrifícios que a civilização deles espera, a fim de tornar possível a vida comunitária. A civilização, portanto, tem de ser defendida contra o indivíduo, e seus regulamentos, instituições e ordens dirigem-se a essa tarefa. Visam não apenas a efetuar uma certa distribuição da riqueza, mas também a manter essa distribuição; na verdade, têm de proteger contra os impulsos hostis dos homens tudo o que contribui para a conquista da natureza e a produção de riqueza. As criações humanas são facilmente destruídas, e a ciência e a tecnologia, que as construíram, também podem ser utilizadas para sua aniquilação.

Fica-se assim com a impressão de que a civilização é algo que foi imposto a uma maioria resistente por uma minoria que compreendeu como obter a posse dos meios de poder e coerção. Evidentemente, é natural supor que essas dificuldades não são inerentes à natureza da própria civilização, mas determinadas pelas imperfeições das formas culturais que até agora se desenvolveram. E, de fato, não é difícil assinalar esses defeitos. Embora a humanidade tenha efetuado avanços contínuos em seu controle sobre a natureza, podendo esperar efetuar outros ainda maiores, não é possível estabelecer com certeza que um progresso semelhante tenha sido feito no trato dos assuntos humanos; e provavelmente em todos os períodos, tal como hoje novamente, muitas pessoas se perguntaram se vale realmente a pena defender a pouca civilização que foi assim adquirida.

Pensar-se-ia ser possível um reordenamento das relações humanas, que removeria as fontes de insatisfação para com a civilização pela renúncia à coerção e à repressão dos instintos, de sorte que, imperturbados pela discórdia interna, os homens pudessem dedicar-se à aquisição da riqueza e à sua fruição. Essa seria a idade de ouro, mas é discutível se tal estado de coisas pode ser tornado realidade. Parece, antes, que toda civilização tem de se erigir sobre a coerção e a renúncia ao instinto; sequer parece certo se, caso cessasse a coerção, a maioria dos seres humanos estaria preparada para empreender o trabalho necessário à aquisição de novas riquezas. Acho que se tem de levar em conta o fato de estarem presentes em todos os homens tendências destrutivas e, portanto, anti-sociais e anticulturais, e que, num grande número de pessoas, essas tendências são suficientemente fortes para determinar o comportamento delas na sociedade humana.

Esse fato psicológico tem importância decisiva para nosso julgamento da civilização humana. Onde, a princípio, poderíamos pensar que sua essência reside no controle da natureza para o fim de adquirir riqueza, e que os perigos que a ameaçam poderiam ser eliminados por meio de uma distribuição apropriada dessa riqueza entre os homens, parece agora que a ênfase se deslocou do material para o mental. A questão decisiva consiste em saber se, e até que ponto, é possível diminuir o ônus dos sacrifícios instintuais impostos aos homens, reconciliá-los com aqueles que necessariamente devem permanecer e fornecer-lhes uma compensação. É tão impossível passar sem o controle da massa por uma minoria, quanto dispensar a coerção no trabalho da civilização, já que as massas são preguiçosas e pouco inteligentes; não têm amor à renúncia instintual e não podem ser convencidas pelo argumento de sua inevitabilidade; os indivíduos que as compõem apóiam-se uns aos outros em dar rédea livre a sua indisciplina. Só através da influência de indivíduos que possam fornecer um exemplo e a quem reconheçam como líderes, as massas podem ser induzidas a efetuar o trabalho e a suportar as renúncias de que a existência depende. Tudo correrá bem se esses líderes forem pessoas com uma compreensão interna () superior das necessidades da vida, e que se tenham erguido à altura de dominar seus próprios desejos instintuais. Há, porém, o perigo de que, a fim de não perderem sua influência, possam ceder à massa mais do que esta a eles; por conseguinte, parece necessário que sejam independentes dela pela posse dos meios de poder à sua disposição. Expressando-o de modo sucinto, existem duas características humanas muito difundidas, responsáveis pelo fato de os regulamentos da civilização só poderem ser mantidos através de certo grau de coerção, a saber, que os homens não são espontaneamente amantes do trabalho e que os argumentos não têm valia alguma contra suas paixões.

Conheço as objeções que serão levantadas contra essas afirmações. Dir-se-á que a característica das massas humanas aqui retratada, a qual se supõem provar que a coerção não pode ser dispensada no trabalho da civilização, constitui, ela própria, apenas o resultado de defeitos nos regulamentos culturais, falhas devido às quais os homens se tornaram amargurados, vingativos e inacessíveis. Gerações novas, que forem educadas com bondade, ensinadas a ter uma opinião elevada da razão, e que experimentarem os benefícios da civilização numa idade precoce, terão atitude diferente para com ela. Senti-la-ão como posse sua e estarão prontas, em seu benefício, a efetuar os sacrifícios referentes ao trabalho e à satisfação instintual que forem necessários para sua preservação. Estarão aptas a fazê-lo sem coerção e pouco diferirão de seus líderes. Se até agora nenhuma cultura produziu massas humanas de tal qualidade, isso se deve ao fato de nenhuma cultura haver ainda imaginado regulamentos que assim influenciem os homens, particularmente a partir da infância.

Pode-se duvidar de que seja de algum modo possível, pelo menos até agora, no presente estágio de nosso controle sobre a natureza, estabelecer regulamentos culturais desse tipo. Pode-se perguntar de onde virão esses líderes superiores, inabaláveis e desinteressados, que deverão atuar como educadores das gerações futuras, e talvez seja alarmante pensar na

imensa quantidade de coerção que inevitavelmente será exigida antes que tais intenções possam ser postas em prática. A grandiosidade do plano e sua importância para o futuro da civilização humana não podem ser discutidas. É algo firmemente baseado na descoberta psicológica segundo a qual o homem se acha aparelhado com as mais variadas disposições instintuais, cujo curso definitivo é determinado pelas experiências da primeira infância. Mas, pela mesma razão, as limitações da capacidade de educação do homem estabelecem limites à efetividade de uma transformação desse tipo em sua cultura. Pode-se perguntar se, e em que grau, seria possível a um ambiente cultural diferente passar sem as duas características das massas humanas que tornam tão difícil a orientação dos assuntos humanos. A experiência ainda não foi feita. Provavelmente uma certa percentagem da humanidade (devido a uma disposição patológica ou a um excesso de força instintual) permanecerá sempre associal; se, porém, fosse viável simplesmente reduzir a uma minoria a maioria que hoje é hostil à civilização, já muito teria sido realizado - talvez tudo o que *pode* ser realizado.

Não gostaria de dar a impressão de me ter extraviado da linha estabelecida para minha investigação, ver em [[1]]. Permitam-me, portanto, fornecer a garantia expressa de que não tenho a menor intenção de formular juízos sobre o grande experimento em civilização que se encontra hoje em desenvolvimento no imenso país que se estende entre a Europa e a Ásia. Não possuo conhecimento especial nem capacidade de decidir sobre sua praticabilidade para testar a adequação dos métodos empregados ou medir a amplitude do inevitável hiato existente entre intenção e execução. O que lá está em preparo, mostra-se inacabado, tornando, portanto, baldada uma investigação para a qual nossa própria civilização, há longo tempo consolidada, nos fornece material.

II

Deslizamos, sem nos darmos conta, do campo econômico para o da psicologia. A princípio, ficamos tentados a procurar as vantagens da civilização na riqueza disponível e nos regulamentos para sua distribuição. Entretanto, com o reconhecimento de que toda civilização repousa numa compulsão a trabalhar e numa renúncia ao instinto, provocando, portanto, inevitavelmente, a oposição dos atingidos por essas exigências, tornou-se claro que a civilização não pode consistir, principal ou unicamente na própria riqueza, nos meios de adquiri-la e nas disposições para sua distribuição, de uma vez que essas coisas são ameaçadas pela rebeldia e pela mania destrutiva dos participantes da civilização. Junto com a riqueza deparamo-nos agora com os meios pelos quais a civilização pode ser defendida: medidas de coerção e outras, que se destinam a reconciliar os homens com ela e a recompensá-los por seus sacrifícios. Estas últimas podem ser descritas como as vantagens mentais da civilização.

Em benefício de uma terminologia uniforme, descreveremos como ‘frustração’ o fato de um instinto não poder ser satisfeito, como ‘proibição’ o regulamento pelo qual essa frustração é estabelecida, e como ‘privação’ a condição produzida pela proibição. O primeiro passo consiste em distinguir entre privações que afetam a todos e privações que não afetam a todos, mas apenas a grupos, classes ou mesmo indivíduos isolados. As primeiras são as mais antigas; com as proibições que as estabeleceram, a civilização - quem sabe há quantos milhares de anos? - começou a separar o homem de sua condição animal primordial. Para nossa surpresa, descobrimos que essas privações ainda são operantes e ainda constituem o âmago da hostilidade para com a civilização. Os desejos instintuais que sob elas padecem, nascem de novo com cada criança; há uma classe de pessoas, os neuróticos, que reagem a essas frustrações através de um comportamento associal. Entre esses desejos instintuais encontram-se os do canibalismo, do incesto e da ânsia de matar. Soa estranho colocar lado a lado desejos que todos parecem unânimes em repudiar e desejos sobre os quais existe tão vívida disputa em nossa civilização quanto a sua permissão ou frustração; psicologicamente, porém, é justificável proceder assim. Tampouco, de modo algum é uniforme a atitude da civilização para com esses antigos desejos instintuais. Apenas o canibalismo parece ser universalmente proscrito e - para a opinião não psicanalítica - ter sido completamente dominado. A intensidade dos desejos incestuosos ainda pode ser detectada por detrás da proibição contra eles, e, sob certas condições, o matar ainda é praticado, e, na verdade, ordenado, por nossa civilização. É possível que ainda tenhamos pela frente desenvolvimentos culturais em que a satisfação de outros desejos, inteiramente permissíveis hoje, parecerá tão inaceitável quanto, atualmente, o canibalismo.

Essas primeiras renúncias instintuais já envolvem um fator psicológico igualmente importante para todas as outras renúncias instintuais. Não é verdade que a mente humana não tenha passado por qualquer desenvolvimento desde os tempos primitivos e que, em contraste com os avanços da ciência e da tecnologia, seja hoje a mesma que era nos primórdios da história. Podemos assinalar de imediato um desses progressos mentais. Acha-se em consonância com o curso do desenvolvimento humano que a coerção externa se torne gradativamente internalizada, pois um agente mental especial, o superego do homem, a assume e a inclui entre seus mandamentos. Toda criança nos apresenta esse processo de transformação; é só por esse meio que ela se torna um ser moral e social. Esse fortalecimento do superego constitui uma vantagem cultural muito preciosa no campo psicológico. Aqueles em que se realizou são transformados de opositores em veículos da civilização. Quanto maior é o seu número numa unidade cultural, mais segura é a sua altura e mais ela pode passar sem medidas externas de coerção. Ora, o grau dessa internalização difere grandemente entre as diversas proibições instintuais. Com referência às primeiras exigências culturais, que já mencionei, a internalização parece ter sido amplamente conseguida, se não levarmos em conta a exceção desagradável dos neuróticos. Contudo, o caso se altera quando nos voltamos para as outras reivindicações instintuais. Aqui observamos com surpresa e preocupação que a maioria das pessoas obedece às proibições culturais nesses pontos apenas sob pressão da coerção externa, isto é, somente onde essa

coerção pode fazer-se efetiva e enquanto deve ser temida. Isso também é verdade quanto ao que é conhecido como sendo as exigências *morais* da civilização, que, do mesmo modo, se aplicam a todos. A maioria das experiências que se tem da infidedignidade moral do homem ocorre nessa categoria. Há incontáveis pessoas civilizadas que se recusam a cometer assassinato ou a praticar incesto, mas que não se negam a satisfazer sua avareza, seus impulsos agressivos ou seus desejos sexuais, e que não hesitam em prejudicar outras pessoas por meio da mentira, da fraude e da calúnia, desde que possam permanecer impunes; isso, indubitavelmente, foi sempre assim através de muitas épocas da civilização.

Se nos voltarmos para as restrições que só se aplicam a certas classes da sociedade, encontraremos um estado de coisas que é flagrante e que sempre foi reconhecido. É de esperar que essas classes subprivilegiadas invejem os privilégios das favorecidas e façam tudo o que podem para se liberarem de seu próprio excesso de privação. Onde isso não for possível, uma permanente parcela de descontentamento persistirá dentro da cultura interessada, o que pode conduzir a perigosas revoltas. Se, porém, uma cultura não foi além do ponto em que a satisfação de uma parte e de seus participantes depende da opressão da outra parte, parte esta talvez maior - e este é o caso em todas as culturas atuais-, é compreensível que as pessoas assim oprimidas desenvolvam uma intensa hostilidade para com uma cultura cuja existência elas tornam possível pelo seu trabalho, mas de cuja riqueza não possuem mais do que uma quota mínima. Em tais condições, não é de esperar uma internalização das proibições culturais entre as pessoas oprimidas. Pelo contrário, elas não estão preparadas para reconhecer essas proibições, têm a intenção de destruir a própria cultura e, se possível, até mesmo aniquilar os postulados em que se baseia. A hostilidade dessas classes para com civilização é tão evidente, que provocou a mais latente hostilidade dos estratos sociais mais passíveis de serem desprezados. Não é preciso dizer que uma civilização que deixa insatisfeito um número tão grande de seus participantes e os impulsiona à revolta, não tem nem merece a perspectiva de uma existência duradoura.

O ponto até o qual os preceitos de uma civilização foram internalizados - ou, para expressá-lo de modo mais popular e não psicológico, o nível moral de seus participantes-, não constitui a única forma de riqueza mental que entra em consideração ao se avaliar o valor de uma civilização. Há, além disso, suas vantagens sob forma de ideais e criações artísticas, isto é, as satisfações que podem ser derivadas dessas fontes.

As pessoas sempre estarão prontamente inclinadas a incluir entre os predicados psíquicos de uma cultura os seus ideais, ou seja, suas estimativas a respeito de que realizações são mais elevadas e em relação às quais se devem fazer esforços por atingir. Parece, a princípio, que esses ideais determinam as realizações da unidade cultural; contudo, o curso real dos acontecimentos parece indicar que os ideais se baseiam nas primeiras realizações que foram tornadas possíveis por uma combinação entre os dotes internos da cultura e as circunstâncias externas, e que essas primeiras realizações são então erigidas pelo ideal como algo a ser levado avante. A satisfação que o ideal oferece aos participantes da cultura

é, portanto, de natureza narcísica; repousa em seu orgulho pelo que já foi alcançado com êxito. Tornar essa satisfação completa exige uma comparação com outras culturas que visaram a realizações diferentes e desenvolveram ideais distintos. É a partir da intensidade dessas diferenças que toda cultura reivindica o direito de olhar com desdém para o resto. Desse modo, os ideais culturais se tornam fonte de discórdia e inimizades entre unidades culturais diferentes, tal como se pode constatar claramente no caso das nações.

A satisfação narcísica proporcionada pelo ideal cultural encontra-se também entre as forças que alcançam êxito no combate à hostilidade para com a cultura dentro da unidade cultural. Essa satisfação pode ser partilhada não apenas pelas classes favorecidas, que desfrutam dos benefícios da cultura, mas também pelas oprimidas, já que o direito a desprezar povos estrangeiros as compensa pelas injustiças que sofrem dentro de sua própria unidade. Não há dúvida de que alguém pode ter sido um plebeu infeliz, atormentado por dívidas e pelo serviço militar, mas, em compensação, não deixava de ser um cidadão romano, com sua própria quota na tarefa de governar outras nações e ditar suas leis. Essa identificação das classes oprimidas com a classe que as domina e explora é, contudo, apenas uma parte de um todo maior. Isso porque, por outro lado, as classes oprimidas podem estar emocionalmente ligadas a seus senhores; apesar de sua hostilidade para com eles, podem ver neles os seus ideais. A menos que tais relações de tipo fundamentalmente satisfatório subsistam, é impossível compreender como uma série de civilizações sobreviveu por tão longo tempo, malgrado a justificável hostilidade de grandes massas humanas.

Um tipo diferente de satisfação é concedido aos participantes de uma unidade cultural pela arte, embora, via de regra, ela permaneça inacessível às massas, que se acham empenhadas num trabalho exaustivo, além de não terem desfrutado de qualquer educação pessoal. Como já descobrimos há muito tempo, a arte oferece satisfações substitutivas para as mais antigas e mais profundamente sentidas renúncias culturais, e, por esse motivo, ela serve, como nenhuma outra coisa, para reconciliar o homem com os sacrifícios que tem de fazer em benefício da civilização. Por outro lado, as criações da arte elevam seus sentimentos de identificação, de que toda unidade cultural carece tanto, proporcionando uma ocasião para a partilha de experiências emocionais altamente valorizadas. E quando essas criações retratam as realizações de sua cultura específica e lhe trazem à mente os ideais dela de maneira impressionante, contribuem também para sua satisfação narcísica.

Nenhuma menção se fez ainda do que talvez constitua o item mais importante do inventário psíquico de uma civilização, item este que consiste, no sentido mais amplo, em suas idéias religiosas, ou, em outras palavras (que posteriormente serão justificadas), em suas ilusões.

III

Em que reside o valor peculiar das idéias religiosas?

Já falamos da hostilidade para com a civilização, produzida pela pressão que esta exerce, pelas renúncias do instinto que exige. Se se imaginarem suspensas as suas proibições - se, então, se pudesse tomar a mulher que se quisesse como objeto sexual; se fosse possível matar sem hesitação o rival ao amor dela ou qualquer pessoa que se colocasse no caminho, e se, também, se pudesse levar consigo qualquer dos pertences de outro homem sem pedir licença-, quão esplêndida, que sucessão de satisfações seria a vida! É verdade que logo nos deparamos com a primeira dificuldade: todos os outros têm exatamente os mesmos desejos que eu, e não me tratarão com mais consideração do que eu os trato. Assim, na realidade, só uma única pessoa se poderia tornar irrestritamente feliz através de uma tal remoção das restrições da civilização, e essa pessoa seria um tirano, um ditador, que se tivesse apoderado de todos os meios de poder. E mesmo ele teria todos os motivos para desejar que os outros observassem pelo menos um mandamento cultural: ‘não matarás’.

Mas quão ingrato, quão insensato, no fim das contas, é esforçar-se pela abolição da civilização! O que então restaria seria um estado de natureza, muito mais difícil de suportar. É verdade que a natureza não exigiria de nós quaisquer restrições dos instintos, deixar-nos-ia proceder como bem quiséssemos; contudo, ela possui seu próprio método, particularmente eficiente, de nos coibir. Ela nos destrói, fria, cruel e incansavelmente, segundo nos parece, e, possivelmente, através das próprias coisas que ocasionaram nossa satisfação. Foi precisamente por causa dos perigos com que a natureza nos ameaça que nos reunimos e criamos a civilização, a qual também, entre outras coisas, se destina a tornar possível nossa vida comunal, pois a principal missão da civilização, sua *raison d'être* real, é nos defender contra a natureza.

Todos sabemos que, de diversas maneiras, a civilização já faz isso bastante bem, e é claro que, na medida em que o tempo passa, o fará muito melhor. Ninguém, no entanto, alimenta a ilusão de que a natureza já foi vencida, e poucos se atrevem a ter esperanças de que um dia ela se submeta inteiramente ao homem. Há os elementos, que parecem escarnecer de qualquer controle humano; a terra, que treme, se escancara e sepulta toda a vida humana e suas obras; a água, que inunda e afoga tudo num torvelinho; as tempestades, que arrastam tudo o que se lhes antepõe; as doenças, que só recentemente identificamos como sendo ataques oriundos de outros organismos, e, finalmente, o penoso enigma da morte, contra o qual remédio algum foi encontrado e provavelmente nunca será. É com essas forças que a natureza se ergue contra nós, majestosa, cruel e inexorável; uma vez mais nos traz à mente nossa fraqueza e desamparo, de que pensávamos ter fugido através do trabalho de civilização. Uma das poucas impressões gratificantes e exaltantes que a humanidade pode oferecer, ocorre quando, em face de uma catástrofe elementar, esquece as discordâncias de sua civilização, todas as suas dificuldades e animosidades internas, e se lembra da grande tarefa comum de se preservar contra o poder superior da natureza.

Tal como para a humanidade em geral, também para o indivíduo a vida é difícil de suportar. A civilização de que participa impõe-lhe uma certa quantidade de privação, e

outros homens lhe trazem outro tanto de sofrimento, seja apesar dos preceitos de sua civilização, seja por causa das imperfeições dela. A isso se acrescentam os danos que a natureza indomada - o que ele chama de Destino - lhe inflige. Poder-se-ia supor que essa condição das coisas resultaria num permanente estado de ansiosa expectativa presente nele e em grave prejuízo a seu narcisismo natural. Já sabemos como o indivíduo reage aos danos que a civilização e os outros homens lhe infligem: desenvolve um grau correspondente de resistência aos regulamentos da civilização e de hostilidade para com ela. Mas, como se defende ele contra os poderes superiores da natureza, do Destino, que o ameaçam da mesma forma que a tudo mais?

A civilização o poupa dessa tarefa; ela a desempenha da mesma maneira para todos, igualmente, e é digno de nota que, nisso, quase todas as civilizações agem de modo semelhante. A civilização não se detém na tarefa de defender o homem contra a natureza, mas simplesmente a prossegue por outros meios. Trata-se de uma tarefa múltipla. A autoestima do homem, seriamente ameaçada, exige consolação; a vida e o universo devem ser despidos de seus terrores; ademais, sua curiosidade, movida, é verdade, pelo mais forte interesse prático, pede uma resposta.

Muito já se conseguiu com o primeiro passo: a humanização da natureza. De forças e destinos impessoais ninguém pode aproximar-se; permanecem eternamente distantes. Contudo, se nos elementos se enfurecerem paixões da mesma forma que em nossas próprias almas, se a própria morte não for algo espontâneo, mas o ato violento de uma Vontade maligna, se tudo na natureza forem Seres à nossa volta, do mesmo tipo que conhecemos em nossa própria sociedade, então poderemos respirar livremente, sentir-nos em casa no sobrenatural e lidar com nossa insensata ansiedade através de meios psíquicos. Talvez ainda nos achemos indefesos, mas não mais desamparadamente paralisados; pelo menos, podemos reagir. Talvez, na verdade, sequer nos achemos indefesos. Contra esses violentos superhomens externos podemos aplicar os mesmos métodos que empregamos em nossa própria sociedade; podemos tentar conjurá-los, apaziguá-los, suborná-los e, influenciando-os assim, despojá-los de uma parte de seu poder. Uma tal substituição da ciência natural pela psicologia não apenas proporciona alívio imediato, mas também aponta o caminho para um ulterior domínio da situação.

Porque essa situação não é nova. Possui um protótipo infantil, de que, na realidade, é somente a continuação. Já uma vez antes, nos encontramos em semelhante estado de desamparo: como crianças de tenra idade, em relação a nossos pais. Tínhamos razões para temê-los, especialmente nosso pai; contudo, estávamos certos de sua proteção contra os perigos que conhecíamos. Assim, foi natural assemelhar as duas situações. Aqui, também, o desejo desempenhou seu papel, tal como faz na vida onírica. Aquele que dorme pode ser tomado por um pressentimento da morte, que ameaça colocá-lo no túmulo. A elaboração onírica, porém, sabe como selecionar uma condição que transformará mesmo esse temível evento uma realização de desejo: aquele que sonha vê-se a si mesmo numa antiga sepultura

etrusca a que desceu, feliz por satisfazer seus interesses arqueológicos. Do mesmo modo, um homem transforma as forças da natureza não simplesmente em pessoas com quem pode associar-se como com seus iguais - pois isso não faria justiça à impressão esmagadora que essas forças causam nele -, mas lhes concede o caráter de um pai. Transforma-as em deuses, seguindo nisso, como já tentei demonstrar, não apenas um protótipo infantil, mas um protótipo filogenético.

No decorrer do tempo, fizeram-se as primeiras observações de regularidade e conformidade à lei nos fenômenos naturais, e, com isso, as forças da natureza perderam seus traços humanos. O desamparo do homem, porém, permanece e, junto com ele, seu anseio pelo pai e pelos deuses. Estes mantêm sua tríplice missão: exorcizar os terrores da natureza, reconciliar os homens com a crueldade do Destino, particularmente a que é demonstrada na morte, e compensá-los pelos sofrimentos e privações que uma vida civilizada em comum lhes impôs.

Contudo, dentro dessas funções há um deslocamento gradual de ênfase. Observou-se que os fenômenos da natureza se desenvolviam automaticamente, de acordo com as necessidades internas. Indubitavelmente, os deuses eram os senhores da natureza; haviam-na disposto para ser como era e agora podiam deixá-la por sua própria conta. Apenas ocasionalmente, no que se conhece como milagres, intervinham eles em seu curso, como para tornar claro que não haviam abandonado nada de sua esfera original de poder. Com referência à distribuição dos destinos, persistia a desagradável suspeita de que a perplexidade e o desamparo da raça humana não podiam ser remediados. Era aqui que os deuses se mostravam aptos a falhar. Se eles próprios haviam criado o Destino, então seus desígnios deviam ser considerados inescrutáveis. Alvoreceu a noção, no povo mais bem dotado da Antiguidade, de que Moira [o Destino] alçava-se acima dos deuses e que mesmo estes tinham os seus próprios destinos. E quanto mais autônoma a natureza se tornava e quanto mais os deuses se retiravam dela, com mais seriedade todas as expectativas se dirigiram para a terceira função deles, ou seja, mais a moralidade tornou-se o seu verdadeiro domínio. Ficou sendo então tarefa dos deuses nivelar os defeitos e os males da civilização, assistir os sofrimentos que os homens infligem uns aos outros em sua vida em conjunto e vigiar o cumprimento dos preceitos da civilização, a que os homens obedecem de modo tão imperfeito. Esses próprios preceitos foram creditados com uma origem divina; foram elevados além da sociedade humana e estendidos à natureza e ao universo.

Foi assim que se criou um cabedal de idéias, nascido da necessidade que tem o homem de tornar tolerável seu desamparo, e construído com o material das lembranças do desamparo de sua própria infância e da infância da raça humana. Pode-se perceber claramente que a posse dessas idéias o protege em dois sentidos: contra os perigos da natureza e do Destino, e contra os danos que o ameaçam por parte da própria sociedade humana. Reside aqui a essência da questão. A vida neste mundo serve a um propósito mais elevado; indubitavelmente, não é fácil adivinhar qual ele seja, mas decerto significa um

aperfeiçoamento da natureza do homem. É provavelmente a parte espiritual deste, a alma, que, no decurso do tempo, tão lenta e relutantemente, se desprende do corpo, que constitui o objeto desta elevação e exaltação. Tudo o que acontece neste mundo constitui expressão das intenções de uma inteligência superior para conosco, inteligência que, ao final, embora seus caminhos e desvios sejam difíceis de acompanhar, ordena tudo para o melhor - isto é, torna-o desfrutável por nós. Sobre cada um de nós vela uma Providência benevolente que só aparentemente é severa e que não permitirá que nos tornemos um joguete das forças poderosas e impiedosas da natureza. A própria morte não é uma extinção, não constitui um retorno ao inanimado inorgânico, mas o começo de um novo tipo de existência que se acha no caminho da evolução para algo mais elevado. E, olhando na outra direção, essa visão anuncia que as mesmas leis morais que nossas civilizações estabeleceram, governam também o universo inteiro, com a única diferença de serem mantidas por uma corte suprema de justiça incomparavelmente mais poderosa e harmoniosa. Ao final, todo o bem é recompensado e todo o mal, punido, se não na realidade, sob esta forma de vida, pelo menos em existências posteriores que se iniciam após a morte. Assim, todos os terrores, sofrimentos e asperezas da vida estão destinados a se desfazer. A vida após a morte, que continua a vida sobre a terra exatamente como a parte invisível do espectro se une à parte visível, nos conduz à perfeição que talvez tenhamos deixado de atingir aqui. E a sabedoria superior que dirige esse curso das coisas, a bondade infinita que nela se expressa, a justiça que nela atinge seu objetivo, são os atributos dos seres divinos que também nos criaram, e ao mundo como um todo, ou melhor, de um ser divino no qual, em nossa civilização, todos os deuses da Antiguidade foram condensados. O povo que pela primeira vez alcançou êxito em concentrar assim os atributos divinos não ficou pouco orgulhoso de seu progresso. Descerrara à vista o pai que sempre se achava oculto por detrás de toda figura divina, como seu núcleo. Fundamentalmente, isso constituía um retorno aos primórdios históricos da idéia de Deus. Agora que este era uma figura isolada, as relações do homem com ele podiam recuperar a intimidade e a intensidade do relacionamento do filho com o pai. Mas, já que se fizera tanto pelo próprio pai, desejava-se obter uma recompensa, ou, pelo menos, ser o seu filho bem amado, o seu Povo Escolhido. Muito mais tarde, a piedosa América reivindicou ser o 'Próprio País de Deus', e, com referência a uma das formas pelas quais os homens adoram a divindade, essa reivindicação é indubitavelmente válida.

As idéias religiosas acima resumidas naturalmente passaram por um longo processo de desenvolvimento, e diversas civilizações a elas aderiram em diversas fases. Isolei uma dessas fases que corresponde aproximadamente à forma final assumida por nossa atual civilização branca e cristã. É fácil perceber que nem todas as partes desse quadro concordam igualmente bem umas com as outras, que nem todas as perguntas que têm premência de resposta a recebem, e que é difícil pôr de lado a contradição da experiência cotidiana. Não obstante, tal como são, essas idéias - idéias religiosas no sentido mais amplo - são prezadas como o mais precioso bem da civilização, como a coisa mais preciosa que ela tem a oferecer a seus participantes. São muito mais altamente prezadas do que todos os artificios para conquistar tesouros da terra, prover os homens com o sustento, evitar suas

doenças, e assim por diante. As pessoas sentem que a vida não seria tolerável se não ligassem a essas idéias o valor que é para elas reivindicado. E é aqui que surge a questão: o que são essas idéias à luz da psicologia? De onde derivam a estima em que são tidas? E, para dar mais um tímido passo, qual é seu valor real?

IV

Uma investigação que progride como um monólogo, sem interrupção, não está inteiramente livre de perigos. Facilmente, fica-se tentado a pôr de lado pensamentos que nela ameaçam irromper, e, em troca, fica-se com uma sensação de incerteza que, no final, se tenta manter submissa por uma decisão radical. Imaginarei, portanto, que tenho um opositor que acompanha meus argumentos com desconfiança e, aqui e ali, permitirei que interponha algumas observações.

Escuto-o dizer: ‘Você empregou repetidamente as expressões “a civilização cria essas idéias religiosas, “a civilização as coloca à disposição de seus participantes”. Há nisso algo que me soa estranho. Não posso dizer por que razão, mas não soa tão natural quanto dizer que a civilização dos produtos do trabalho, ou sobre os direitos referentes às mulheres e crianças’.

Ainda assim, penso que se justifica expressar-me dessa maneira. Tentei demonstrar que as idéias religiosas surgiram da mesma necessidade de que se originaram todas as outras realizações da civilização, ou seja, da necessidade de defesa contra a força esmagadoramente superior da natureza. A isso acrescentou-se um segundo motivo: o impulso a retificar as deficiências da civilização, que se faziam sentir penosamente. Ademais, é especialmente apropriado dizer que a civilização fornece ao indivíduo essas idéias, porque ele já as encontra lá; são-lhe apresentadas já prontas, e ele não seria capaz de descobri-las por si mesmo. Aquilo em que ele está ingressando constitui a herança de muitas gerações, e ele a assume tal como faz com a tabuada de multiplicar, a geometria, e outras coisas semelhantes. Há, na realidade, uma diferença nisso, mas ela reside em outro lugar e ainda não posso examiná-la. A sensação de estranheza que você menciona, talvez se deva em parte ao fato de esse corpo de idéias religiosas ser geralmente apresentado como revelação divina. Contudo, essa própria apresentação faz parte do sistema religioso e ignora inteiramente o desenvolvimento histórico conhecido dessas idéias e suas diferenças em épocas e civilizações diferentes.

‘Temos aqui outro ponto, que me parece ser mais importante. Você argumenta que a humanização da natureza deriva da necessidade de pôr fim à perplexidade e ao desamparo do homem frente a suas forças temíveis, de entrar em relação com elas e, finalmente, de influenciá-las. Mas uma motivação desse tipo parece supérflua. O homem primitivo não tem escolha, não dispõe de outra maneira de pensar. É-lhe natural, algo inato, por assim dizer,

projetar exteriormente sua existência para o mundo e encarar todo acontecimento que observa como manifestação de seres que, no fundo, são semelhantes a ele próprio. É seu único método de compreensão. E de modo algum trata-se de algo auto-evidente, mas, pelo contrário, de uma coincidência notável, que, cedendo assim à sua disposição natural, consegue satisfazer uma de suas maiores necessidades’.

Não acho isso tão notável. Imagina você que o pensamento não possui motivos práticos, que é simplesmente a expressão de uma curiosidade desinteressada? Isso, certamente, é algo muito improvável. Acredito antes que, quando o homem personifica as forças da natureza, está mais uma vez seguindo um modelo infantil. Ele aprendeu, das pessoas de seu primeiro ambiente, que a maneira de influenciá-las é estabelecer um relacionamento com elas; assim, mais tarde, tendo o mesmo fim em vista, trata tudo o mais com que se depara da mesma maneira por que tratou aquelas pessoas. Assim, não contradigo sua observação descritiva; é, de fato, natural ao homem personificar tudo o que deseja compreender, a fim de, posteriormente, controlá-lo (a dominação psíquica como preparação para a dominação física), mas forneço, além disso, um motivo e uma gênese para essa peculiaridade do pensar humano.

‘Mas ainda há um terceiro ponto. Você tratou anteriormente da origem da religião, em seu livro *Totem e Tabu* [1912-13]. Lá, porém, ela aparecia sob uma luz diferente. Tudo era o relacionamento filho-pai. Deus era o pai exaltado, e o anseio pelo pai constituía a raiz da necessidade de religião. Desde então, segundo parece, você descobriu o fator da fraqueza e do desamparo humanos, ao qual, na verdade, o principal papel na formação da religião é geralmente atribuído, e agora transpõe tudo que foi outrora o complexo paterno em função do desamparo. Posso lhe pedir que explique essa transformação?’

Com prazer. Estava esperando esse convite. Contudo, trata-se realmente de uma transformação? Em *Totem e Tabu*, não era meu propósito explicar a origem da religião, mas apenas do totemismo. Poderá você, segundo qualquer dos pontos de vista que lhe são conhecidos, explicar o fato de que a primeira forma pela qual a divindade protetora se revelou aos homens teve de ser a de um animal, que tenha havido uma proibição contra matar e comer esse animal, e que, não obstante, o costume solene tenha sido matá-lo e comê-lo comunalmente uma vez por ano? É exatamente isso que acontece no totemismo. E dificilmente tem propósito argumentar se o totemismo deve ser chamado de religião. Ele possui vinculações estreitas com as posteriores religiões de deuses. Os animais totêmicos tornam-se os animais sagrados dos deuses, e as mais antigas, mas fundamentais restrições morais - as proibições contra o assassinato e o incesto - originam-se do totemismo. Aceite você ou não as conclusões de *Totem e Tabu*, espero que admita que uma série de fatos notáveis e desvinculados são nele reunidos num todo coerente.

A questão de saber por que, a longo prazo, o deus animal não bastou, e foi substituído por um deus humano, mal foi abordada em *Totem e Tabu*, e outros problemas concernentes à formação da religião não foram, de modo algum, mencionados no livro. Considera você uma limitação desse tipo a mesma coisa que uma negação? Meu trabalho constitui um bom exemplo do isolamento estrito da contribuição específica que o exame psicanalítico pode efetuar quanto à solução do problema da religião. Se agora estou tentando acrescentar a outra parte, menos profundamente oculta, acho que você não deveria me acusar de estar me contradizendo, tal como antes me acusou de ser unilateral. Naturalmente, é meu dever apontar os vínculos de união entre o que disse antes e o que apresento agora, entre os motivos manifestos, entre o complexo paterno e o desamparo e a necessidade de proteção do homem.

Essas vinculações não são difíceis de encontrar. Consistem na relação do desamparo da criança com o desamparo do adulto, que a continua, de maneira que, como era de esperar, os motivos para a formação da religião que a psicanálise revela agora, mostram ser os mesmos que a contribuição infantil aos motivos *manifestos*. Transportemo-nos para a vida mental de uma criança. Você se lembra da escolha de objeto de acordo com o tipo anaclítico [ligação], de que fala a psicanálise? A libido segue aí os caminhos das necessidades narcísicas e liga-se aos objetos que asseguram a satisfação dessas necessidades. Desta maneira, a mãe, que satisfaz a fome da criança, torna-se seu primeiro objeto amoroso e, certamente, também sua primeira proteção contra todos os perigos indefinidos que a ameaçam no mundo externo - sua primeira proteção contra a ansiedade, podemos dizer.

Nessa função [de proteção] a mãe é logo substituída pelo pai mais forte, que retém essa posição pelo resto da infância. Mas a atitude da criança para com o pai é matizada por uma ambivalência peculiar. O próprio pai constitui um perigo para a criança, talvez por causa do relacionamento anterior dela com a mãe. Assim, ela o teme tanto quanto anseia por ele e o admira. As indicações dessa ambivalência na atitude para com o pai estão profundamente impressas em toda religião, tal como foi demonstrado em *Totem e Tabu*. Quando o indivíduo em crescimento descobre que está destinado a permanecer uma criança para sempre, que nunca poderá passar sem proteção contra estranhos poderes superiores, empresta a esses poderes as características pertencentes à figura do pai; cria para si próprio os deuses a quem teme, a quem procura propiciar e a quem, não obstante, confia sua própria proteção. Assim, seu anseio por um pai constitui um motivo idêntico à sua necessidade de proteção contra as conseqüências de sua debilidade humana. É a defesa contra o desamparo infantil que empresta suas feições características à reação do adulto ao desamparo que ele tem de reconhecer - reação que é, exatamente, a formação da religião. Mas não é minha intenção levar mais adiante a investigação do desenvolvimento da idéia de Deus; aquilo em que aqui estamos interessados é o corpo acabado das idéias religiosas, tal como transmitido pela civilização ao indivíduo.

Retomemos o fio de nossa investigação. Qual é, então, a significação psicológica das idéias religiosas e sob que título devemos classificá-las? A pergunta de modo algum é fácil de ser imediatamente respondida. Após rejeitar uma série de formulações, nos fixaremos na que se segue. As idéias religiosas são ensinamentos e afirmações sobre fatos e condições da realidade externa (ou interna) que nos dizem algo que não descobrimos por nós mesmos e que reivindicam nossa crença. Visto nos fornecerem informações sobre o que é mais importante e interessante para nós na vida, elas são particular e altamente prezadas. Quem quer que nada conheça a respeito delas é muito ignorante, e todos que as tenham acrescentado a seu conhecimento podem considerar-se muito mais ricos.

Existem, naturalmente, muitos ensinamentos desse tipo sobre as mais variadas coisas do mundo. Toda lição escolar está cheia deles. Consideremos a geografia. É-nos dito que a cidade de Constança fica sobre o Bodensee. Uma canção estudantil acrescenta: ‘se não acredita, vá lá e veja’. Suponhamos que eu estive lá e que pude confirmar que de fato aquela encantadora cidade fica à beira de uma vasta extensão de água, chamada de Bodensee por todos os que vivem em torno dela; então, me convenci totalmente da correção daquela afirmação geográfica. Com respeito a isso, recordo-me de outra experiência, bastante notável. Já era homem maduro quando pela primeira vez me encontrei sobre a colina da Acrópole, em Atenas, entre as ruínas do templo, contemplando o mar azul. Uma sensação de espanto mesclava-se à minha alegria. Ela parecia dizer: ‘Então é realmente verdade, tal como aprendemos na escola!’ Quão superficial e fraca deve ter sido a crença que então adquirira na verdade real do que ouvira, se agora podia ficar tão espantado! Não darei, porém, demasiada ênfase ao significado dessa experiência, pois meu espanto poderia ter tido outra explicação, que não me ocorreu na ocasião, e que é de natureza inteiramente subjetiva, nada tendo a ver com o caráter especial do lugar.

Todo ensinamento como este, então, exige uma crença em seu conteúdo, mas não sem produzir fundamentos para sua reivindicação. Esses ensinamentos são apresentados como o resultado resumido de um processo mais extenso de pensamento, baseado na observação e, decerto, também em inferências. Se alguém desejar passar por esse processo, em vez de aceitar seu resultado, eles lhe mostrarão como fazê-lo. Ademais, é-nos dada sempre, em acréscimo, a fonte do conhecimento que é por eles transmitido, quando essa fonte não é auto-evidente, como no caso das afirmações geográficas. Por exemplo, a Terra tem a forma de uma esfera; as provas aduzidas para isso são o experimento do pêndulo de Foucault, o comportamento do horizonte e a possibilidade de circunavegá-la. Visto ser impraticável, como qualquer pessoa interessada percebe, enviar crianças em idade escolar numa viagem em redor do mundo, satisfazemo-nos em permitir que o que é ensinado na escola seja aceito com confiança; sabemos, no entanto, que a via para a aquisição de uma convicção pessoal permanece aberta.

Tentemos aplicar o mesmo teste aos ensinamentos da religião. Quando indagamos em que se funda sua reivindicação a ser acreditada, deparamo-nos com três respostas, que se harmonizam de modo excepcionalmente mau umas com as outras. Em primeiro lugar, os ensinamentos merecem ser acreditados porque já o eram por nossos primitivos antepassados; em segundo, possuímos provas que nos foram transmitidas desde esses mesmos tempos primevos; em terceiro, é totalmente proibido levantar a questão de sua autenticidade. Em épocas anteriores, uma tal presunção era punida com os mais severos castigos, e ainda hoje a sociedade olha com desconfiança para qualquer tentativa de levantar novamente a questão.

Esse terceiro ponto está fadado a despertar nossas mais fortes suspeitas. Afinal de contas, uma proibição desse tipo só pode ter uma razão - que a sociedade se acha bastante cônica da insegurança da reivindicação que faz em prol de suas doutrinas religiosas. Caso contrário, decerto estaria pronta a colocar os dados necessários à disposição de quem quer que desejasse chegar à convicção. Assim sendo, é com uma sensação de desconfiança difícil de apaziguar que passamos ao exame dos outros dois fundamentos de prova. Temos que acreditar porque nossos antepassados acreditaram. Mas nossos ancestrais eram muito mais ignorantes do que nós. Acreditavam em coisas que hoje não nos é possível aceitar, e ocorrenos a possibilidade de que as doutrinas da religião possam pertencer também a essa classe. As provas que nos legaram estão registradas em escritos que, eles próprios, trazem todos os sinais de infidelidade. Estão cheios de contradições, revisões e falsificações e, mesmo onde falam de confirmações concretas, elas próprias acham-se inconfirmadas. Não adianta muito asseverar que suas palavras, ou inclusive apenas seu conteúdo, se originam da revelação divina, porque essa asserção é, ela própria, uma das doutrinas cuja autenticidade está em exame, e nenhuma proposição pode ser prova de si mesma.

Chegamos assim à singular conclusão de que, de todas as informações proporcionadas por nosso patrimônio cultural, as menos autenticadas constituem precisamente os elementos que nos poderiam ser da maior importância, ter a missão de solucionar os enigmas do universo e nos reconciliar com os sofrimentos. Não poderíamos ser levados a aceitar algo de tão pouco interesse para nós quanto o fato de as baleias darem à luz filhotes, em vez de porem ovos, se não se pudesse apresentar provas melhores do que isso.

Esse estado de coisas é, em si próprio, um problema psicológico bastante notável. E que ninguém imagine que o que declarei a respeito da impossibilidade de provar a verdade das doutrinas religiosas contenha algo de novo. Isso já foi sentido em todas as épocas, e, indubitavelmente, também pelos ancestrais que nos transmitiram esse legado. Muitos deles provavelmente nutriram as mesmas dúvidas que nós, mas a pressão a eles imposta foi forte demais para que se atrevessem a expressá-las. E, visto que incontáveis pessoas foram atormentadas por dúvidas semelhantes e se esforçaram por reprimi-las, por acharem que era seu dever acreditar, muitos intelectos brilhantes sucumbiram a esse conflito e muitos caracteres foram prejudicados pelas transigências com que tentaram encontrar uma saída

para ele.

Se todas as provas apresentadas em prol da autenticidade dos ensinamentos religiosos se originam do passado, é natural que se passe o olhar em volta e se veja se o presente, sobre o qual é mais fácil formar julgamentos, não será capaz de fornecer provas desse tipo. Se, por esse meio, alcançássemos êxito em liberar da dúvida mesmo uma parte isolada do sistema religioso, a sua totalidade ganharia imensamente em credibilidade. Os processos dos espiritualistas vêm a nosso encontro nesse ponto; eles estão convencidos da sobrevivência da alma individual e procuram demonstrar-nos, para além de qualquer dúvida, a verdade dessa doutrina religiosa. Lamentavelmente, não conseguem refutar o fato de o aparecimento e as palavras dos espíritos serem simplesmente produtos de sua própria atividade mental. Invocaram os espíritos dos maiores homens e dos mais eminentes pensadores, mas todos os pronunciamentos e informações que deles receberam foram tão tolos e tão deploravelmente sem sentido que neles nada se pode encontrar de crível, exceto a capacidade dos espíritos em se adaptarem ao círculo de pessoas que os conjuraram. Devo agora mencionar duas tentativas que foram feitas - ambas as quais transmitem a impressão de serem esforços desesperados - para fugir ao problema. Uma, de natureza violenta, é antiga; a outra, sutil e moderna. A primeira é o '*Credo quia absurdum*', do primeiro Padre da Igreja. Sustenta que as doutrinas religiosas estão fora da jurisdição da razão - acima dela. Sua verdade deve ser sentida interiormente, e não precisam ser compreendidas. Mas esse *Credo* só tem interesse como autoconfissão. Como declaração autorizada, não possui força obrigatória. Devo ser obrigado a acreditar em *todos* os absurdos? E caso não, por que nesse em particular? Acima da razão não há tribunal a que apelar. Se a verdade das doutrinas religiosas depende de uma experiência interior que dá testemunho dessa verdade, o que se deve fazer com as muitas pessoas que não dispõem dessa rara experiência? Pode-se exigir que todo homem utilize o dom da razão de que é possuidor, mas não se pode erigir, com base num motivo que existe apenas para poucos, uma obrigação que se aplique a todos. Se determinado homem obteve uma convicção inabalável a respeito da verdadeira realidade das doutrinas religiosas, a partir de um estado de êxtase que o comoveu profundamente, que significação isso tem para os outros?

A segunda tentativa é a efetuada pela filosofia do 'como se', que assevera que nossa atividade de pensamento inclui grande número de hipóteses cuja falta de fundamento e até mesmo absurdez compreendemos perfeitamente. São chamadas de 'ficções', mas, por várias razões práticas, temos de nos comportar 'como se' nelas acreditássemos. Tal é o caso das doutrinas religiosas, devido à sua incomparável importância para a manutenção da sociedade humana. Essa linha de argumentação não se afasta muito do '*Credo quia absurdum*', mas penso que a exigência feita pelo argumento do 'como se' é uma exigência que só o filósofo pode apresentar. Um homem cujo pensar não se acha influenciado pelos artificios da filosofia nunca poderá aceitá-la; na opinião de tal homem, a admissão de que algo é absurdo ou contrário à razão não deixa mais nada a ser dito. Não se pode esperar dele

que, precisamente ao tratar de seus interesses mais importantes, abra mão das garantias que exige para todas as suas atividades comuns. Lembro-me de um de meus filhos que se distinguia, em idade precoce, por uma positividade particularmente acentuada. Quando estava sendo contada às crianças uma história de fadas e todas a escutavam com embevecida atenção, ele se levantava e perguntava: ‘Essa história é verdadeira?’ Quando se respondia que não, afastava-se com um olhar de desdém. Podemos esperar que dentro em breve as pessoas se comportem da mesma maneira para com os contos de fadas da religião, a despeito de tudo o que o ‘como se’ advoga.

Atualmente, porém, elas ainda se conduzem de modo inteiramente diferente e, em tempos passados, as idéias religiosas, a despeito de sua incontrovertível falta de autenticidade, exerceram a mais forte influência possível sobre a humanidade. Trata-se de um novo problema psicológico. Devemos perguntar onde reside a força interior dessas doutrinas e a que devem sua eficácia, independente, como é, do reconhecimento pela razão.

VI

Acho que preparamos suficientemente o caminho para uma resposta a ambas as perguntas. Ela será encontrada se voltarmos nossa atenção para a origem psíquica das idéias religiosas. Estas, proclamadas como ensinamentos, não constituem precipitados de experiência ou resultados finais de pensamento: são ilusões, realizações dos mais antigos, fortes e prementes desejos da humanidade. O segredo de sua força reside na força desses desejos. Como já sabemos, a impressão terrificante de desamparo na infância despertou a necessidade de proteção - de proteção através do amor -, a qual foi proporcionada pelo pai; o reconhecimento de que esse desamparo perdura através da vida tornou necessário aferrar-se à existência de um pai, dessa vez, porém, um pai mais poderoso. Assim o governo benevolente de uma Providência divina mitiga nosso temor dos perigos da vida; o estabelecimento de uma ordem moral mundial assegura a realização das exigências de justiça, que com tanta freqüência permaneceram irrealizadas na civilização humana; e o prolongamento da existência terrena numa vida futura fornece a estrutura local e temporal em que essas realizações de desejo se efetuarão. As respostas aos enigmas que tentam a curiosidade do homem, tais como a maneira pela qual o universo começou ou a relação entre corpo e mente, são desenvolvidas em conformidade com as suposições subjacentes a esse sistema. Constitui alívio enorme para a psique individual se os conflitos de sua infância, que surgem do complexo paterno - conflitos que nunca superou inteiramente -, são dela retirados e levados a uma solução universalmente aceita.

Quando digo que todas essas coisas são ilusões, devo definir o significado da palavra. Uma ilusão não é a mesma coisa que um erro; tampouco é necessariamente um erro. A crença de Aristóteles de que os insetos se desenvolvem do esterco (crença a que as pessoas ignorantes ainda se aferram) era um erro; assim como a crença de uma geração anterior de

médicos de que a *tabes dorsalis* constitui resultado de excessos sexuais. Seria incorreto chamar esses erros de ilusões. Por outro lado, foi uma ilusão de Colombo acreditar que descobriu um novo caminho marítimo para as Índias. O papel desempenhado por seu desejo nesse erro é bastante claro. Pode-se descrever como ilusão a asserção feita por certos nacionalistas de que a raça indo-germânica é a única capaz de civilização, ou a crença, que só foi destruída pela psicanálise, de que as crianças são criaturas sem sexualidade. O que é característico das ilusões é o fato de derivarem de desejos humanos. Com respeito a isso, aproximam-se dos delírios psiquiátricos, mas deles diferem também, à parte a estrutura mais complicada dos delírios. No caso destes, enfatizamos como essencial o fato de eles se acharem em contradição com a realidade. As ilusões não precisam ser necessariamente falsas, ou seja, irrealizáveis ou em contradição com a realidade. Por exemplo, uma moça de classe média pode ter a ilusão de que um príncipe aparecerá e se casará com ela. Isso é possível, e certos casos assim já ocorreram. Que o Messias chegue e funde uma idade de ouro é muito menos provável. Classificar-se essa crença como ilusão ou como algo análogo a um delírio dependerá da própria atitude pessoal. Exemplos de ilusões que mostraram ser verdadeiras não são fáceis de encontrar, mas a ilusão dos alquimistas de que todos os metais podiam ser transformados em ouro poderia ser um deles. O desejo de possuir uma grande quantidade de ouro, tanto ouro quanto possível, foi, é verdade, em grande parte arrefecido por nosso conhecimento atual dos fatores determinantes da riqueza, mas a química não mais encara a transmutação dos metais em ouro como impossível. Podemos, portanto, chamar uma crença de ilusão quando uma realização de desejo constitui fator proeminente em sua motivação e, assim procedendo, desprezamos suas relações com a realidade, tal como a própria ilusão não dá valor à verificação.

Havendo estabelecido desse modo nossas coordenadas, retornemos à questão das doutrinas religiosas. Podemos agora repetir que todas elas são ilusões e insuscetíveis de prova. Ninguém pode ser compelido a achá-las verdadeiras, a acreditar nelas. Algumas são tão improváveis, tão incompatíveis com tudo que laboriosamente descobrimos sobre a realidade do mundo, que podemos compará-las - se consideramos de forma apropriada as diferenças psicológicas - a delírios. Do valor de realidade da maioria delas não podemos ajuizar; assim como não podem ser provadas, também não podem ser refutadas. Conhecemos ainda muito pouco para efetuar sua abordagem crítica. Os enigmas do universo só lentamente se revelam à nossa investigação; existem muitas questões a que a ciência atualmente não pode dar resposta. Mas o trabalho científico constitui a única estrada que nos pode levar a um conhecimento da realidade externa a nós mesmos. É, mais uma vez, simplesmente uma ilusão esperar qualquer coisa da intuição e da introspecção; elas nada nos podem dar, a não ser detalhes sobre nossa própria vida mental, detalhes difíceis de interpretar, nunca qualquer informação sobre as perguntas que a doutrina religiosa acha tão fácil responder. Seria insolente permitir que nossa própria vontade arbitrária ingressasse na questão e, de acordo com nossa estimativa pessoal, declarasse esta ou aquela parte do sistema religioso como mais ou menos aceitável. Tais questões são momentosas demais para isso; poderiam ser chamadas de demasiadamente sagradas. Nesse ponto, é de esperar que se encontre uma

objeção. ‘Bem, então, se mesmos os cétricos impenitentes admitem que as asserções da religião não podem ser refutadas pela razão, por que não devo acreditar nelas, já que possuem tanta coisa de seu lado - a tradição, a concordância da humanidade, e todas as consolações que oferecem?’ De fato, por que não? Assim como ninguém pode ser forçado a crer, também ninguém pode ser forçado a descrer. Mas não nos permitamos ficar satisfeitos em nos enganarmos que argumentos desse tipo nos conduzirão pela estrada do pensamento correto. Se algum dia já houve um exemplo de desculpa esfarrapada, temo-lo aqui. Ignorância é ignorância; nenhum direito a acreditar em algo pode ser derivado dela. Em outros assuntos, nenhuma pessoa sensata se comportaria tão irresponsavelmente ou se contentaria com fundamentos tão débeis para suas opiniões e para a posição que assume. É apenas nas coisas mais elevadas e sagradas que se permite fazê-lo. Na realidade, trata-se apenas de tentativas de fingir para nós mesmos ou para outras pessoas que ainda nos achamos firmemente ligados à religião, quando há muito tempo já nos apartamos dela. Quanto a questões de religião, as pessoas são culpadas de toda espécie possível de desonestidade e mau procedimento intelectual. Os filósofos distendem tanto o sentido das palavras, que elas mal retêm algo de seu sentido original. Dão o nome de ‘Deus’ a alguma vaga abstração que criaram para si mesmos e, assim, podem posar perante todos como deístas, como crentes em Deus, e inclusive gabar-se de terem identificado um conceito mais elevado e puro de Deus, não obstante significar seu Deus agora nada mais que uma sombra sem substância, sem nada da vigorosa personalidade das doutrinas religiosas. Os críticos insistem em descrever como ‘profundamente religioso’ qualquer um que admita uma sensação da insignificância ou impotência do homem diante do universo, embora o que constitua a essência da atitude religiosa não seja essa sensação, mas o passo seguinte, a reação que busca um remédio para ela. O homem que não vai além, mas humildemente concorda com o pequeno papel que os seres humanos desempenham no grande mundo, esse homem é, pelo contrário, irreligioso no sentido mais verdadeiro da palavra.

Avaliar o valor de verdade das doutrinas religiosas não se acha no escopo da presente investigação. Basta-nos que as tenhamos reconhecido como sendo, em sua natureza psicológica, ilusões. Contudo, não somos obrigados a ocultar o fato de que essa descoberta também influencia fortemente nossa atitude para com a questão que a muitos deve parecer a mais importante de todas. Sabemos aproximadamente em que períodos, e por que tipo de homens, as doutrinas religiosas foram criadas. Se, ademais, descobrirmos os motivos que conduziram a isso, nossa atitude para com o problema da religião experimentará um acentuado deslocamento. Dir-nos-emos que seria muito bom se existissem um Deus que tivesse criado o mundo, uma Providência benevolente, uma ordem moral no universo e uma vida posterior; constitui, porém, fato bastante notável que tudo isso seja exatamente como estamos fadados a desejar que seja. E seria ainda mais notável se nossos lamentáveis, ignorantes e espezinhadados ancestrais tivessem conseguido solucionar todos esses difíceis enigmas do universo.

Tendo identificado as doutrinas religiosas como ilusões, somos imediatamente defrontados por outra questão: não poderão ser de natureza semelhante outros predicados culturais de que fazemos alta opinião e pelos quais deixamos nossas vidas serem governadas? Não devem as suposições que determinam nossas regulamentações políticas serem chamadas também de ilusões? E não acontece que, em nossa civilização, as relações entre os sexos sejam perturbadas por ilusão erótica ou um certo número dessas ilusões? E, uma vez despertada nossa suspeita, não nos esquivaremos de também perguntar se nossa convicção de que podemos aprender algo sobre a realidade externa pelo emprego da observação e do raciocínio no trabalho científico, possui um fundamento melhor. Nada deveria impedir-nos de dirigir a observação para nossos próprios eus e de aplicar o pensamento à crítica dele próprio. Nesse campo, uma série de investigações se abre a nossa frente, cujos resultados não podem deixar de ser decisivos para a construção de uma ‘*Weltanschauung*’. Imaginamos, ademais, que um esforço desse tipo não seria vão e que, pelo menos em parte, justificaria nossas suspeitas. O autor, porém, não dispõe dos meios para empreender tarefa tão abrangente; necessita confinar seu trabalho ao seguimento de apenas uma dessas ilusões, a saber, a da religião.

Aqui, a alta voz de nosso opositor nos interrompe. É-nos exigido que expliquemos nossa má ação:

‘Os interesses arqueológicos são, indubitavelmente, bastante dignos de elogios, mas ninguém empreende uma escavação se, assim procedendo, solapar as moradias de pessoas vivas, de maneira que aquelas aluam e soterrem estas sob suas ruínas. As doutrinas da religião não constituem um tema sobre o qual se possa tergiversar, como outro qualquer. Nossa civilização se ergue sobre elas e a manutenção da sociedade humana se baseia na crença da maioria dos homens na verdade dessas doutrinas. Caso se lhes ensine que não existe um Deus todo-poderoso e justo, nem ordem mundial divina, nem vida futura, se sentirão isentos de toda e qualquer obrigação de obedecer aos preceitos da civilização. Sem inibição ou temor, seguirão seus instintos sociais e egoístas, e procurarão exercer seu poder; o Caos, que banimos através de muitos milhares de anos de trabalho civilizatório, mais uma vez retornará. Mesmo que soubéssemos, e pudéssemos provar, que a religião não se acha na posse da verdade, deveríamos ocultar esse fato e nos comportarmos da maneira prescrita pela filosofia do ‘como se’, e isso no interesse da preservação de todos nós. E, à parte o perigo do empreendimento, seria uma crueldade sem propósito. Não poucas pessoas encontram sua única consolação nas doutrinas religiosas, e só conseguem suportar a vida com o auxílio delas. Você as despojará de seu apoio, sem ter nada melhor a lhes oferecer em troca. Admite-se que, até agora, a ciência ainda não conseguiu muita coisa, mas, mesmo que progredisse mais, não bastaria para o homem. Este possui necessidades imperiosas de outro tipo, que jamais poderiam ser satisfeitas pela frígida ciência, sendo muito estranho - na verdade, o auge da incoerência - que um psicólogo, que sempre insistiu em que a inteligência, quando comparada à vida dos instintos, desempenha apenas um papel de menor vulto nos assuntos humanos, tente agora despojar a humanidade de uma preciosa realização

de desejos e proponha compensá-la disso com um alimento intelectual’.

Quantas acusações de uma só vez! Não obstante, estou preparado para refutá-las e, mais ainda, afirmo que a civilização corre um risco muito maior se mantivermos nossa atual atitude para com a religião do que se a abandonarmos.

Contudo, mal sei por onde começar minha réplica. Talvez sirva de garantia o fato de que eu mesma encare meu empreendimento como completamente inócuo e livre de riscos. Aqui, não sou eu quem está supervalorizando o intelecto. Se as pessoas são como meus opositores as descrevem - e não gostaria de contradizê-los -, então não há perigo de que a crença de um devoto seja vencida pelos meus argumentos, e ele, privado de sua fé. Além disso, não disse nada que outros homens, melhores do que eu, já não tenham dito antes de mim, de modo muito mais completo, energético e impressivo. Seus nomes são bem conhecidos e não vou citá-los porque não quero dar a impressão de estar procurando colocar-me entre eles. Tudo o que fiz - e isso constitui a única coisa nova em minha exposição - foi acrescentar uma certa base psicológica às críticas de meus grandes predecessores. É difícil esperar que precisamente esse acréscimo produza o efeito que foi negado àqueles esforços anteriores. Não há dúvida de que aqui se me poderia perguntar qual a vantagem de escrever isso, se estou certo de que será ineficaz. Retornarei a esse ponto mais tarde.

Sou a única pessoa a quem essa publicação pode prejudicar. Serei obrigado a ouvir as mais desagradáveis censuras por causa de minha superficialidade, estreiteza de espírito e falta de idealismo ou compreensão dos mais altos interesses da humanidade. Por um lado, porém, tais admoestações não são novas para mim, e, por outro, se um homem já aprendeu na juventude a se sobrepôr à desaprovação de seus contemporâneos, que lhe pode ela importar na velhice, quando ele está certo de que em breve se achará além do alcance de todo favor ou desfavor? Em épocas passadas, era diferente. Então, declarações como as minhas acarretavam um seguro cerceamento da existência terrena de quem as proferisse e uma aceleração efetiva da oportunidade de conseguir uma experiência pessoal do além. Mas, repito, esses tempos já passaram e, atualmente, os escritos desse tipo não trazem para seu autor mais perigo do que para seus leitores. O máximo que pode acontecer é que a tradução ou distribuição de seu livro sejam proibidas num país ou noutro, e, precisamente, é natural, num país que esteja convencido do alto padrão de sua cultura. Mas se alguém faz um apelo em favor da renúncia aos desejos e da aquiescência ao Destino, tem que ser capaz de tolerar também esse tipo de prejuízo.

Outra questão que me ocorreu foi a de saber se, no fim das contas, a publicação dessa obra não poderia causar danos. Não a uma pessoa, mas a uma causa, a causa da psicanálise, pois não se pode negar que a psicanálise é criação minha e que se deparou com muita desconfiança e má vontade. Se agora me apresento com esses pronunciamentos desagradáveis, as pessoas estarão prontas a efetuar um deslocamento de minha pessoa para a psicanálise: ‘Agora estamos vendo’, dirão, ‘aonde a psicanálise conduz. A máscara caiu;

conduz a uma negação de Deus e de um ideal moral, como sempre desconfiamos. Para nos manter afastados dessa descoberta é que fomos iludidos a pensar que a psicanálise não possuía *Weltanschauung* e que jamais poderia elaborar uma.’

Um clamor desse tipo me seria realmente desagradável, por causa de meus muitos colaboradores, alguns dos quais, de modo algum, partilham de minha atitude para com os problemas da religião. A psicanálise, porém, já enfrentou muitas tempestades e terá agora de arrostar mais essa. Na realidade, a psicanálise constitui um método de pesquisa, um instrumento imparcial, tal como o cálculo infinitesimal, por assim dizer. Se um físico descobrisse, com o auxílio deste último, que ao fim de certo tempo a Terra seria destruída, ainda assim hesitaríamos em atribuir tendências destrutivas ao próprio cálculo e, portanto, em proscrevê-lo. Nada do que eu disse aqui sobre o valor de verdade das religiões precisou do apoio da psicanálise; já foi dito por outros muito antes que a análise surgisse. Se a aplicação do método psicanalítico torna possível encontrar um novo argumento contra as verdades da religião, *tant pis* para a religião, mas os defensores desta, com o mesmo direito, poderão fazer uso da psicanálise para dar valor integral à significação emocional das doutrinas religiosas. Prossigamos com nossa defesa. A religião, é claro, desempenhou grandes serviços para a civilização humana. Contribuiu muito para domar os instintos sociais. Mas não o suficiente. Dominou a sociedade humana por muitos milhares de anos e teve tempo para demonstrar o que pode alcançar. Se houvesse conseguido tornar feliz a maioria da humanidade, confortá-la, reconciliá-la com a vida, e transformá-la em veículo de civilização, ninguém sonharia em alterar as condições existentes. Mas, em vez disso, o que vemos? Vemos que um número estorrecedoramente grande de pessoas se mostram insatisfeitas e infelizes com a civilização, sentindo-a como um jugo do qual gostariam de se libertar; e que essas pessoas fazem tudo que se acha em seu poder para alterar a civilização, ou então vão tão longe em sua hostilidade contra ela, que nada têm a ver com a civilização ou com uma restrição do instinto. Nesse ponto, será objetado contra nós que esse estado de coisas se deve ao próprio fato de a religião ter perdido parte de sua influência sobre as massas humanas, exatamente por causa do deplorável efeito dos progressos da ciência. Tomaremos nota dessa admissão e do motivo que lhe é dado; dela faremos uso posteriormente para nossos próprios fins, mas a objeção em si não possui força.

É duvidoso que os homens tenham sido em geral mais felizes na época em que as doutrinas religiosas dispunham de uma influência irrestrita; mais morais certamente não foram. Sempre souberam como externalizar os preceitos da religião e anular assim suas intenções. Os sacerdotes, cujo dever era assegurar a obediência à religião, foram a seu encontro nesse aspecto. A bondade de Deus deve apor uma mão refreadora à Sua justiça. Alguém peca; faz depois um sacrifício ou se penitencia e fica livre para pecar de novo. A introspectividade russa atingiu o máximo ao concluir que o pecado é indispensável à fruição de todas as bênçãos da graça divina, de maneira que, no fundo, o pecado é agradável a Deus. Não é segredo que os sacerdotes só puderam manter as massas submissas à religião pela

efetivação de concessões tão grandes quanto essas à natureza instintual do homem. Assim, concluíram: só Deus é forte e bom; o homem é fraco e pecador. Em todas as épocas, a imoralidade encontrou na religião um apoio não menor que a moralidade. Se as realizações da religião com respeito à felicidade do homem, susceptibilidade à cultura e controle moral não são melhores que isso, não pode deixar de surgir a questão de saber se não estamos superestimando sua necessidade para a humanidade e se fazemos bem em basearmos nela nossas exigências culturais. Consideremos a situação inequívoca do presente. Escutamos a admissão de que a religião não mais possui sobre o povo a mesma influência que costumava ter. (Estamos aqui interessados na civilização européia cristã.) E isso não aconteceu por que suas promessas tenham diminuído, mas porque as pessoas as acham menos críveis. Admitamos que o motivo - embora talvez não o único - para essa mudança seja o aumento do espírito científico nos estratos mais elevados da sociedade humana. A crítica desbastou o valor probatório dos documentos religiosos, a ciência natural demonstrou os erros neles existentes, e a pesquisa comparativa ficou impressionada pela semelhança fatal existente entre as idéias religiosas que reverenciamos e os produtos mentais de povos e épocas primitivos.

O espírito científico provoca uma atitude específica para com os assuntos do mundo; perante os assuntos religiosos, ele se detém um instante, hesita, e, finalmente, cruza-lhes também o limiar. Nesse processo, não há interrupção; quanto maior é o número de homens a quem os tesouros do conhecimento se tornam acessíveis, mais difundido é o afastamento da crença religiosa, a princípio somente de seus ornamentos obsoletos e objetáveis, mas, depois, também de seus postulados fundamentais. Os americanos que instituíram o 'juízo do macaco' em Dayton mostraram-se, somente eles, coerentes. Em todas as outras partes a transição inevitável é realizada através de meias-medidas e insinceridades.

A civilização pouco tem a temer das pessoas instruídas e dos que trabalham com o cérebro. Neles, a substituição dos motivos religiosos para o comportamento civilizado por outros motivos, seculares, se daria discretamente; ademais, essas pessoas são em grande parte, elas próprias, veículos de civilização. Mas a coisa já é outra com a grande massa dos não instruídos e oprimidos, que possuem todos os motivos para serem inimigos da civilização. Enquanto não descobrirem que as pessoas não acreditam mais em Deus, tudo correrá bem. Mas eles o descobrirão, infalivelmente, mesmo que este meu trabalho não seja publicado. E estarão prontos a aceitar os resultados do pensamento científico, mas sem que neles se tenha dado a modificação que o pensamento científico provoca nas pessoas. Não existe aqui perigo de que a hostilidade dessas massas à civilização se arremesse contra o ponto fraco que encontraram naquela que lhe impõe tarefas? Se a única razão pela qual não se deve matar nosso próximo é porque Deus proibiu e nos punirá severamente por isso nesta vida ou na vida futura, então, quando descobriremos que não existe Deus e que não precisamos temer Seu castigo, certamente mataremos o próximo sem hesitação e só poderemos ser impedidos de fazê-lo pela força terrena. Desse modo, ou essas massas perigosas terão de ser muito severamente submetidas e com todo cuidado mantidas afastadas

de qualquer possibilidade de despertar intelectual, ou então o relacionamento entre civilização e religião terá de sofrer uma revisão fundamental.

VIII

Poder-se-ia pensar que não haveria dificuldades especiais na maneira de executar essa última proposta. É verdade que ela envolveria uma certa parte de renúncia, mas talvez se ganhasse mais do que se perdesse, e um grande perigo seria evitado. No entanto, todos se assustam com isso, como se isso fosse expor a civilização a um perigo ainda maior. Quando São Bonifácio pôs abaixo a árvore que os saxões veneravam como sendo sagrada, os assistentes esperavam que algum acontecimento temível se seguisse ao sacrilégio. Mas nada aconteceu, e os saxões aceitaram o batismo.

Quando a civilização formulou o mandamento de que o homem não deve matar o próximo a quem odeia, que se acha em seu caminho ou cuja propriedade cobiça, isso foi claramente efetuado no interesse comunal do homem, que, de outro modo, não seria praticável, pois o assassino atrairia para si a vingança dos parentes do morto e a inveja de outros, que, dentro de si mesmos, se sentem tão inclinados quanto ele a tais atos de violência. Assim, não desfrutaria de sua vingança ou de seu roubo por muito tempo, mas teria toda possibilidade de ele próprio em breve ser morto. Mesmo que se protegesse contra seus inimigos isolados através de uma força ou cautela extraordinárias, estaria fadado a sucumbir a uma combinação de homens mais fracos. Se uma combinação desse tipo não se efetuasse, o homicídio continuaria a ser praticado de modo infundável e o resultado final seria que os homens se exterminariam mutuamente. Chegaríamos, entre os indivíduos, ao mesmo estado de coisas que ainda persiste entre famílias na Córsega, embora, em outros lugares, apenas entre nações. A insegurança da vida, que constitui um perigo igual para todos, une hoje os homens numa sociedade que proíbe ao indivíduo matar, e reserva para si o direito à morte comunal de quem quer que viole a proibição. Aqui, então, temos justiça e castigo.

Mas não damos publicidade a essa explicação racional da proibição do homicídio. Asseveramos que a proibição foi emitida por Deus. Assim, assumimos a responsabilidade de adivinhar Suas intenções e descobrimos que Ele também não gosta que os homens se exterminem uns aos outros. Comportando-nos dessa maneira, revestimos a proibição cultural de uma solenidade muito especial, mas, ao mesmo tempo, nos arriscamos a tornar sua observância dependente da crença em Deus. Se voltarmos atrás, ou seja, se não mais atribuímos a Deus o que é nossa própria vontade, e nos contentarmos em fornecer a razão social, então, é verdade, teremos renunciado à transfiguração da proibição cultural, mas também teremos evitado seu risco. Contudo, ganhamos algo mais. Através de certo tipo de difusão ou infecção, o caráter de santidade e inviolabilidade - de pertencer a outro mundo, poder-se-ia dizer - espalhou-se de certas poucas proibições de vulto para todas as outras regulamentações, leis e ordenações culturais. Nestas, entretanto, a auréola com frequência não parece cair bem; não apenas se invalidam umas às outras por fornecerem decisões

contrárias em épocas e lugares diferentes como também, à parte isso, apresentam todos os sinais de inadequação humana. É fácil identificar nelas coisas que só podem ser produto de uma compreensão míope, de uma expressão de interesses egoisticamente restritos, ou de uma conclusão baseada em premissas insuficientes. A crítica que não podemos deixar de lhes dirigir também diminui a um grau muito pouco favorável nosso respeito por outras exigências culturais mais justificáveis. Visto ser tarefa difícil isolar aquilo que o próprio Deus exigiu, daquilo que pode ter sua origem remontada à autoridade de um parlamento todo-poderoso ou de um alto judiciário, constituiria vantagem indubitável que abandonássemos Deus inteiramente e admitíssemos com honestidade a origem puramente humana de todas as regulamentações e preceitos da civilização. Junto com sua pretensa santidade, esses mandamentos e leis perderiam também sua rigidez e imutabilidade. As pessoas compreenderiam que são elaborados, não tanto para dominá-las, mas, pelo contrário, para servir a seus interesses, e adotariam uma atitude mais amistosa para com eles e, em vez de visarem à sua abolição, visariam unicamente à sua melhoria. Isso constituiria um importante avanço no caminho que leva à reconciliação com o fardo da civilização.

Aqui, porém, nosso apelo em favor da atribuição de motivos puramente racionais aos preceitos da civilização - isto é, derivá-los da necessidade social - é interrompido por uma dúvida repentina. Escolhemos como exemplo a origem da proibição do homicídio. Mas nossa descrição dela concorda com a verdade histórica? Tememos que não; parece não ser mais do que uma elaboração racionalista. Com o auxílio da psicanálise, efetuamos um estudo precisamente dessa parte da história cultural da humanidade, e, baseando-nos nele, somos obrigados a dizer que, na realidade, as coisas aconteceram de outro modo. Mesmo no homem atual os motivos puramente racionais pouco podem fazer contra impulsões apaixonadas. Quão mais fracos, então, eles devem ter sido no animal humano das eras primevas! Talvez seus descendentes ainda hoje se matassem uns aos outros sem inibição, não fosse o fato de entre aqueles atos homicidas ter ocorrido um - a morte do pai primitivo - que evocou uma reação emocional irresistível, com conseqüências momentosas. Foi dele que surgiu o mandamento. Não matarás. Sob o totemismo, esse mandamento estava restrito ao substituto paterno, mas posteriormente foi estendido às outras pessoas, embora ainda hoje não seja universalmente obedecido.

Contudo, e tal como foi demonstrado por argumentos que não preciso repetir aqui, o pai primevo constituiu a imagem original de Deus, o modelo a partir do qual as gerações posteriores deram forma à figura de Deus. Daí a explicação religiosa ser correta. Deus realmente desempenhou um papel na gênese daquela proibição; foi Sua influência, e não uma compreensão interna (*insight*) de necessidade social, que a criou. E o deslocamento da vontade do homem para Deus é plenamente justificado, pois os homens sabiam que se tinham livrado do pai através da violência, e, em sua reação a esse ato ímpio, resolveram respeitar doravante sua vontade. Dessa maneira, a doutrina religiosa nos conta a verdade histórica - submetida embora, é verdade, a certa modificação e disfarce -, ao passo que nossa descrição racional não a reconhece.

Observamos agora que o cabedal de idéias religiosas inclui não apenas realizações de desejos, mas também importantes reminiscências históricas. Essa influência concorrente de passado e presente tem de conceder à religião uma riqueza de poder verdadeiramente incomparável. Entretanto, talvez, com o auxílio de uma analogia, outra descoberta ainda possa começar a alvorecer em nós. Embora não seja boa política transplantar idéias para longe do solo em que se desenvolveram, há aqui, contudo, uma consonância que não podemos deixar de apontar. Sabemos que a criança humana não pode completar com sucesso seu desenvolvimento para o estágio civilizado sem passar por uma fase de neurose, às vezes mais distinta, outras, menos. Isso se dá porque muitas exigências instintuais que posteriormente serão inaproveitáveis não podem ser reprimidas pelo funcionamento racional do intelecto da criança, mas têm de ser domadas através de atos de repressão, por trás dos quais, via de regra, se acha o motivo da ansiedade. A maioria dessas neuroses infantis é superespontaneamente no decurso do crescimento, sendo isso especialmente verdadeiro quanto às neuroses obsessivas da infância. O remanescente pode ser eliminado mais tarde ainda, através do tratamento psicanalítico. Exatamente do mesmo modo, pode-se supor, a humanidade como um todo, em seu desenvolvimento através das eras, tombou em estados análogos às neuroses, e isso pelos mesmos motivos - principalmente porque nas épocas de sua ignorância e debilidade intelectual, as renúncias instintuais indispensáveis à existência comunal do homem só haviam sido conseguidas pela humanidade através de forças puramente emocionais. Os precipitados desses processos semelhantes à repressão que se efetuou nos tempos pré-históricos, ainda permaneceram ligados à civilização por longos períodos. Assim, a religião seria a neurose obsessiva universal da humanidade; tal como a neurose obsessiva das crianças, ela surgiu do complexo de Édipo, do relacionamento com o pai. A ser correta essa conceituação, o afastamento da religião está fadado a ocorrer com a fatal inevitabilidade de um processo de crescimento, e nos encontramos exatamente nessa junção, no meio dessa fase de desenvolvimento. Nosso comportamento, portanto, deveria modelar-se no de um professor sensato que não se opõe a um novo desenvolvimento iminente, mas que procura facilitar-lhe o caminho e mitigar a violência de sua irrupção. Decerto nossa analogia não esgota a natureza essencial da religião. Se, por um lado, a religião traz consigo restrições obsessivas, exatamente como, num indivíduo, faz a neurose obsessiva, por outro, ela abrange um sistema de ilusões plenas de desejo juntamente com um repúdio da realidade, tal como não encontramos, em forma isolada, em parte alguma senão na amênia, num estado de confusão alucinatória beatífica. Mas tudo isso não passa de analogias, com a ajuda das quais nos esforçamos por compreender um fenômeno social; a patologia do indivíduo não nos provê de um correspondente plenamente válido.

Já foram repetidamente indicados (por mim próprio e, particularmente, por Theodor Reik) os múltiplos pormenores em que a analogia entre religião e neurose obsessiva pode ser acompanhada, e quantas das peculiaridades e vicissitudes da formação da religião podem ser entendidas a essa luz. E harmoniza-se bem com isso o fato de os crentes devotos serem em alto grau salvaguardados do risco de certas enfermidades neuróticas; sua aceitação da neurose universal poupa-lhes o trabalho de elaborar uma neurose pessoal.

Nosso conhecimento do valor histórico de certas doutrinas religiosas aumenta nosso respeito por elas, mas não invalida nossa posição, segundo a qual devem deixar de ser apresentadas como os motivos para os preceitos da civilização. Pelo contrário! Esses resíduos históricos nos auxiliaram a encarar os ensinamentos religiosos como relíquias neuróticas, por assim dizer, e agora podemos argüir que provavelmente chegou a hora, tal como acontece num tratamento analítico, de substituir os efeitos da repressão pelos resultados da operação racional do intelecto. Podemos prever, mas dificilmente lamentar, que tal processo de remodelamento não se deterá na renúncia a transfiguração solene dos preceitos culturais, mas que sua revisão geral resultará em que muitos deles sejam eliminados. Desse modo, nossa tarefa de reconciliar os homens com a civilização estará, até um grande ponto, realizada. Não precisamos deplorar a renúncia à verdade histórica quando apresentamos fundamentos racionais para os preceitos da civilização. As verdades contidas nas doutrinas religiosas são, afinal de contas, tão deformadas e sistematicamente disfarçadas, que a massa da humanidade não pode identificá-las como verdade. O caso é semelhante ao que acontece quando dizemos a uma criança que os recém-nascidos são trazidos pela cegonha. Aqui, também estamos contando a verdade sob uma roupagem simbólica, pois sabemos o que essa ave significa. A criança, porém, não sabe. Escuta apenas a parte deformada do que dizemos e sente que foi enganada; sabemos com que freqüência sua desconfiança dos adultos e sua rebeldia têm realmente começo nessa impressão. Tornamo-nos convencidos de que é melhor evitar esses disfarces simbólicos da verdade no que contamos às crianças, e não afastar delas um conhecimento do verdadeiro estado de coisas, comensurado a seu nível intelectual.

IX

‘Você se permite contradições difíceis de reconciliar. Começa dizendo que um trabalho como o seu é inteiramente inócuo: ninguém se permitirá ser despojado de sua fé por considerações do tipo das que apresenta. Não obstante, desde que, e tal como fica depois evidente, é sua intenção perturbar essa fé, podemos perguntar-lhe por que, na realidade, está publicando sua obra? Ademais, em outra passagem, admite que pode ser perigoso, e de fato muito perigoso, que alguém descubra que as pessoas não acreditam mais em Deus. Até então se mostrara dócil, mas agora parece desprezar sua obediência aos preceitos da civilização. Entretanto, sua asserção de que basear os mandamentos da civilização em fundamentos religiosos constitui um perigo para aquela, repousa na presunção de que o crente pode ser transformado num incrêdo. Sem dúvida isso é uma contradição completa.

‘E eis aqui uma outra. Por um lado, você admite que os homens não podem ser dirigidos por sua inteligência, que são governados por suas paixões e suas exigências instintuais. Por outro, porém, propõe substituir a base afetiva de sua obediência à civilização por uma base racional. Quem puder, que compreenda. A mim, parece que não deve ser uma coisa nem outra.

‘Além disso, não aprendeu nada da história? Já uma vez antes, uma tentativa desse tipo, a de substituir a religião pela razão, foi feita oficialmente e em grande estilo. Decerto se lembra da Revolução Francesa e de Robespierre? E deve também lembrar-se de quão efêmera e deploravelmente ineficaz a experiência foi? A mesma experiência está sendo repetida atualmente na Rússia e não precisamos ficar curiosos sobre o seu resultado. Não acha que podemos aceitar como algo evidente o fato de que os homens não podem passar sem religião?’

‘Você mesmo disse que a religião é mais que uma neurose obsessiva. Mas não tratou desse outro lado dela. Contentou-se em elaborar a analogia com uma neurose. Os homens, diz você, devem ser libertados da neurose. O que se possa perder no processo não lhe interessa.’

A aparência de contradição provavelmente surgiu porque lidei com assuntos complicados de modo muito apressado. Até certo ponto, porém, podemos remediar isso. Continuo a sustentar que o que escrevi é, sob determinado aspecto, inteiramente inócuo. Nenhum crente se permitirá ser desviado de sua fé por esses argumentos ou outros semelhantes. O crente está ligado aos ensinamentos da religião por certos vínculos afetivos. Contudo, indubitavelmente existem inumeráveis outras pessoas que não são crentes, no mesmo sentido. Obedecem aos preceitos da civilização porque se deixam intimidar pelas ameaças da religião e têm medo dela enquanto se vêem obrigados a considerá-la como parte da realidade que as cerca. São as pessoas que desertam tão logo lhes é permitido abandonar sua crença no valor de realidade da religião. No entanto, elas também não são afetadas por argumentos. Deixam de temer a religião quando observam que os outros não a temem, e foi a respeito delas que afirmei que acabariam por saber do declínio da influência religiosa mesmo que eu não publicasse meu trabalho. [[1].]

Mas acho que você mesmo concede maior peso à outra contradição de que me acusa. Visto os homens serem tão pouco acessíveis aos argumentos razoáveis e tão completamente governados por seus desejos instintuais, por que tentar privá-los de uma satisfação instintual e substituí-la por argumentos racionais? É verdade que os homens são assim, mas você já se perguntou se eles *têm* de ser assim, se sua natureza mais íntima tem necessidade disso? Pode um antropólogo fornecer o índice craniano de um povo cujo costume é deformar a cabeça das crianças enrolando-as com ataduras desde os primeiros anos? Pense no deprimente contraste entre a inteligência radiante de uma criança sadia e os débeis poderes intelectuais do adulto médio. Não podemos estar inteiramente certos de que é exatamente a educação religiosa que tem grande parte da culpa por essa relativa atrofia? Penso que seria necessário muito tempo para que uma criança, que não fosse influenciada, começasse a se preocupar com Deus e com as coisas do outro mundo. Talvez seus pensamentos sobre esses assuntos tomassem então os mesmos caminhos que os de seus antepassados. Mas não esperamos por um desenvolvimento desse tipo; introduzimo-la às doutrinas da religião numa

idade em que nem está interessada nelas nem é capaz de apreender sua significação. Não é verdade que os dois principais pontos do programa de educação infantil atualmente consistem no retardamento do desenvolvimento sexual e na influência religiosa prematura? Dessa maneira, à época em que o intelecto da criança desperta, as doutrinas da religião já se tornaram inexpugnáveis. Mas acha você que é algo conducente ao fortalecimento da função intelectual o fato de um campo tão importante lhe ser fechado pela ameaça do fogo do Inferno? Quando outrora um homem se permitia aceitar sem crítica todos os absurdos que as doutrinas religiosas punham à sua frente, e até mesmo desprezar as contradições existentes entre elas, não precisamos ficar muito surpresos com a debilidade de seu intelecto. Não dispomos, porém, de outros meios de controlar nossa natureza instintual, exceto nossa inteligência. Como podemos esperar que pessoas que estão sob domínio de proibições de pensamento atinjam o ideal psicológico, o primado da inteligência? Você sabe também que se diz que em geral as mulheres padecem de ‘debilidade mental fisiológica’, isto é, de uma inteligência inferior à dos homens. O fato em si é discutível, e sua interpretação, duvidosa; contudo, um argumento em favor de essa atrofia intelectual ser de natureza secundária é o de que as mulheres vivem pensando sob o rigor de uma proibição precoce que as impede de voltarem seus pensamentos para o que mais lhes interessaria, isto é, os problemas da vida sexual. Enquanto os primeiros anos da vida de uma pessoa forem influenciados não só por uma inibição sexual mental, mas também por uma inibição religiosa, e por uma inibição leal derivada desta última, não podemos realmente dizer a que ela se assemelha.

Mas moderarei meu zelo e admitirei a possibilidade de que também eu esteja perseguindo uma ilusão. Talvez o efeito da proibição religiosa do pensamento não seja tão negativo quanto suponho; talvez acontecesse que a natureza humana permanecesse a mesma, ainda que não se abusasse da educação para submeter as pessoas à religião. Não sei, e tampouco você pode saber. Não são apenas os grandes problemas da vida que atualmente parecem insolúveis; muitas questões menores também são difíceis de responder. Mas você tem de admitir que, aqui, estamos justificados em ter esperanças no futuro - a de que talvez exista, ainda a ser desenterrado, um tesouro capaz de enriquecer a civilização, e de que vale a pena fazer a experiência de uma educação não religiosa. Se ela se mostrar insatisfatória, estou pronto a abandonar a reforma e voltar a meu juízo anterior, puramente descritivo, de que o homem é uma criatura de inteligência débil, governada por seus desejos instintuais.

Sobre outro ponto concordo irrestritamente com você. Sem dúvida é insensato começar a tentar eliminar a religião pela força, e de um só golpe. Acima de tudo, porque isso seria irrealizável. O crente não permitirá que sua crença lhe seja arrancada, quer por argumentos, quer por proibições. E mesmo que isso acontecesse com alguns, seria crueldade. Um homem que passou dezenas de anos tomando pílulas soporíferas, evidentemente fica incapaz de dormir se lhe tiram sua pílula. Que o efeito das consolações religiosas pode ser assemelhado ao de um narcótico é fato bem ilustrado pelo que está acontecendo nos Estados Unidos. Lá estão tentando agora - claro que sob a influência de um domínio feminista - privar o povo de todos os estimulantes, intoxicantes e outras substâncias produtoras de

prazer, e, em vez delas, a título de compensação, empanturram-no de devoção. Trata-se de outro experimento sobre cujo resultado não precisamos sentir-nos curiosos ,ver em [[1] e [2]].

Assim, tenho de contradizê-lo quando prossegue argumentando que os homens são completamente incapazes de passar sem a consolação da ilusão religiosa, que, sem ela, não poderiam suportar as dificuldades da vida e as crueldades da realidade. Isso é certamente verdade quanto aos homens em que se instilou o doce (ou agridoce) veneno desde a infância. Mas, e os outros, os que foram mais sensatamente criados? Os que não padecem da neurose talvez não precisem de intoxicante para amortecê-la. Encontrar-se-ão, é verdade, numa situação difícil. Terão de admitir para si mesmos toda a extensão de seu desamparo e insignificância na maquinaria do universo; não podem mais ser o centro da criação, o objeto de terno cuidado por parte de uma Providência beneficente. Estarão na mesma posição de uma criança que abandonou a casa paterna, onde se achava tão bem instalada e tão confortável. Mas não há dúvida de que o infantilismo está destinado a ser superado. Os homens não podem permanecer crianças para sempre; têm de, por fim, sair para a ‘vida hostil’. Podemos chamar isso de ‘*educação para a realidade*’. Precisarei confessar-lhe que o único propósito de meu livro é indicar a necessidade desse passo à frente?

Você tem medo, provavelmente, de que não resistam a tão duro teste? Bem, pelo menos tenhamos esperança de que resistam. Já é alguma coisa, de qualquer modo, alguém saber que está entregue a seus próprios recursos: aprende a fazer um emprego correto deles. E os homens não estão completamente sem assistência. Seu conhecimento científico lhes ensinou muito, desde os dias do Dilúvio, e aumentará seu poder ainda mais. E quanto às grandes necessidades do Destino, contra as quais não há remédio, aprenderão a suportá-las com resignação. De que lhes vale a miragem de amplos campos na Lua, cujas colheitas ainda ninguém viu? Como honestos arrendatários nesta Terra, aprenderão a cultivar seu terreno de tal modo que ele os sustente. Afastando suas expectativas em relação a um outro mundo e concentrando todas as energias liberadas em sua vida na Terra, provavelmente conseguirão alcançar um estado de coisas em que a vida se tornará tolerável para todos e a civilização não mais será opressiva para ninguém. Então, com um de nossos companheiros de descrença, poderão dizer sem pesar:

Den Himmel überlassen wir Den Engeln und den Spatzen.

X

‘Isso soa esplêndido! Uma raça de homens que renunciou a todas as ilusões e assim se tornou capaz de fazer tolerável sua existência na Terra! Entretanto, não posso partilhar de suas expectativas. E isso não por ser o obstinado reacionário por quem talvez me tome. Não, mas por ser sensato. Parece que agora trocamos de papéis: você surge como um entusiasta

que permite ser arrebatado por ilusões, e eu represento as reivindicações da razão, os direitos do ceticismo. O que você expôs me parece ser construído sobre erros que, seguindo seu exemplo, eu poderia chamar de ilusões, por traírem de modo bastante claro a influência de seus desejos. Você prende sua esperança à possibilidade de que gerações, que não experimentaram a influência das doutrinas religiosas na primeira infância, alcançarão facilmente a desejada primazia da inteligência sobre a vida dos instintos. Isso é decerto uma ilusão; nesse aspecto decisivo, a natureza humana dificilmente tem probabilidade de mudar. Se não estou equivocado - conhece-se tão pouco sobre as outras civilizações - ainda hoje existem povos que não se desenvolveram sob a pressão de um sistema religioso e que, contudo, não se aproximam mais do seu ideal do que do resto. Se você quiser expulsar a religião de nossa civilização européia, só poderá fazê-lo através de outro sistema de doutrinas, e esse sistema, desde o início, assumiria todas as características psicológicas da religião - a mesma santidade, rigidez e intolerância, a mesma proibição do pensamento - para sua própria defesa. Há que possuir algo desse tipo, a fim de atender aos requisitos da educação. E é impossível passar sem educação. O caminho que vai da criança de peito ao homem civilizado é longo; não poucos jovens se desviariam dele e fracassariam no cumprimento de suas missões na vida, na época correta, se fossem deixados sem orientação quanto a seu próprio desenvolvimento. As doutrinas que tivessem sido aplicadas à sua criação, sempre estabeleceriam limites ao pensar de seus anos de maturidade - que é exatamente o que você censura à religião fazer hoje. Não observa que se trata de um defeito inato e inestimável de nossa e de qualquer outra civilização, o fato de impor às crianças, que são movidas pelo instinto e fracas do intelecto, a tomada de decisões que só a inteligência madura dos adultos pode reivindicar? A civilização, porém, não pode operar de outro modo, de uma vez que o desenvolvimento, tão longo quanto as eras, do gênero humano, está comprimido em uns poucos anos de infância; e é só através de forças emocionais que a criança pode ser induzida a se assenhorear da tarefa que lhe apresentam. Tais são, portanto, as perspectivas para sua “primazia do intelecto”. ‘E você não deve ficar surpreso agora que eu perore em favor da retenção do sistema doutrinário religioso como base da educação e da vida comunal do homem. Trata-se de um problema prático, e não de uma questão de valor de realidade. Já que, para preservar nossa civilização, não podemos adiar a influência sobre o indivíduo até que ele esteja maduro para a civilização (e, ainda assim, muitos nunca estarão), já que somos obrigados a impor à criança em crescimento um sistema doutrinário que nela funcione como um axioma que não admita crítica, parece-me que o sistema religioso é, de longe, o mais apropriado para esse fim. E o é, naturalmente, exatamente por causa de sua realização de desejo e seu poder consolatório, devido aos quais você reivindica identificá-lo como sendo ‘ilusão’. Diante da dificuldade de se descobrir qualquer coisa sobre a realidade - na verdade, da dúvida de saber se nos será possível realmente descobri-la -, não devemos desprezar o fato de que também as necessidades humanas são uma realidade e, na verdade, uma realidade importante, uma realidade que nos interessa especialmente de perto.

‘Outra vantagem da doutrina religiosa, em minha opinião, reside numa de suas

características a que você parece particularmente opor-se, pois permite um refinamento e sublimação das idéias que tornam possível para ela livrar-se da maioria dos resíduos oriundos do pensamento primitivo e infantil. O que então sobra é um corpo de idéias que a ciência não mais contradiz e que é incapaz de refutar. Essas modificações da doutrina religiosa, que você condenou como meias-medidas e transigências, tornam-lhe possível evitar a cisão entre as massas não instruídas e o pensador filosófico, e preservar o vínculo comum entre eles, tão importante para a salvaguarda da civilização. Com isso, não haveria necessidade de temer que os homens do povo descobrissem que as camadas superiores da sociedade “não mais acreditam em Deus”. Acho que agora lhe demonstrei que seus esforços se reduzem a uma tentativa de substituir uma ilusão já provada e emocionalmente valiosa, por outra, que não foi provada e não possui valor emocional.’

Não sou inacessível à sua crítica. Sei como é difícil evitar ilusões; talvez as esperanças que confessei também sejam de natureza ilusória. Aferro-me, porém, a uma distinção. À parte o fato de castigo algum ser imposto a quem não as partilha, minhas ilusões não são, como as religiosas, incapazes de correção. Não possuem o caráter de um delírio. Se a experiência demonstrar - não a mim, mas a outros depois de mim, que pensem como eu - que estávamos enganados, abandonaremos nossas expectativas. Tome minha tentativa pelo que ela é. Um psicólogo que não se ilude sobre a dificuldade de descobrir a própria orientação neste mundo, efetua um esforço para avaliar o desenvolvimento do homem, à luz da pequena porção de conhecimento que obteve através de um estudo dos processos mentais de indivíduos, durante seu desenvolvimento de crianças a adultos. Ao agir assim, impõe-se a ele a idéia de que a religião é comparável a uma neurose da infância, e é otimista bastante para imaginar que a humanidade superará essa fase neurótica, tal como muitas crianças evoluem de suas neuroses semelhantes. Essas descobertas derivadas da psicologia individual podem ser insuficientes, injustificada sua aplicação à raça humana, e infundado otimismo o dele. Concedo-lhes todas essas incertezas. Mas freqüentemente não podemos impedir-nos de dizer o que pensamos, e nos desculpamos disso com o fundamento de que só o dizemos pelo que vale.

Aqui temos dois pontos sobre os quais devo demorar-me um pouco mais. Em primeiro lugar, a fraqueza de minha posição não acarreta fortalecimento algum da sua. Acho que você está defendendo uma causa perdida. Podemos insistir, tão freqüentemente quanto quisermos, em que o intelecto do homem não tem poder, em comparação com sua vida instintual, e podemos estar certos quanto a isso. Não obstante, há algo de peculiar nessa fraqueza. A voz do intelecto é suave, mas não descansa enquanto não consegue uma audiência. Finalmente, após uma incontável sucessão de reveses, obtém êxito. Esse é um dos poucos pontos sobre o qual se pode ser otimista a respeito do futuro da humanidade, e, em si mesmo, é de não pequena importância. E dele se podem derivar outras esperanças ainda. A primazia do intelecto jaz, é verdade, num futuro *infinitamente* distante. Presumivelmente, ela estabelecerá para si os mesmos objetivos que aqueles cuja realização você espera de seu Deus (naturalmente dentro de limites humanos, na medida em que a realidade externa,

‘□□□□□□, permita), a saber, o amor do homem e a diminuição do sofrimento. Assim sendo, podemos dizer-nos que nosso antagonismo é apenas temporário e não irreconciliável. Desejamos as mesmas coisas, mas você é mais impaciente, mais exigente e - por que não dizer? - mais egoísta do que eu e os que se encontram do meu lado. Você faria o estado de bem-aventurança começar diretamente após a morte; espera dele o impossível e não desiste das reivindicações do indivíduo. Nosso Deus, □□□□□□, atenderá todos esses desejos que a natureza a nós externa permita, mas fá-lo-á de modo muito gradativo, somente num futuro imprevisível e para uma nova geração de homens. Não promete compensação para nós, que sofremos penosamente com a vida. No caminho para esse objetivo distante, suas doutrinas religiosas terão de ser postas de lado, por mais que as primeiras tentativas falhem ou os primeiros substitutos se mostrem insustentáveis. Você sabe por que: a longo prazo, nada pode resistir à razão e à experiência, e a contradição que a religião oferece a ambas é palpável demais. Mesmo as idéias religiosas purificadas não podem escapar a esse destino, enquanto tentarem preservar algo da consolação da religião. Indubitavelmente, se se confinarem à crença num ser espiritual superior, cujas qualidades sejam indefiníveis e cujos intuitos não possam ser discernidos, não só estarão à prova do desafio da ciência, como também perderão sua influência sobre o interesse humano.

Em segundo lugar, observe a diferença entre a sua atitude para com as ilusões e a minha. Você tem de defender a ilusão religiosa com todas as suas forças. Se ela se tornar desacreditada - e, na verdade, a ameaça disso é bastante grande - então seu mundo desmoronará. Nada lhe resta a não ser desesperar de tudo, da civilização e do futuro da humanidade. Dessa servidão, estou, estamos livres. Visto estarmos preparados para renunciar a uma boa parte de nossos desejos infantis, podemos suportar que algumas de nossas expectativas mostrem que não passam de ilusões.

É possível que a educação libertada do ônus das doutrinas religiosas não cause grande mudança na natureza psicológica do homem. O nosso deus □ó□□□ talvez não seja um deus muito poderoso, e poderá ser capaz de efetuar apenas uma pequena parte do que seus predecessores prometeram. Se tivermos de reconhecer isso, aceitá-lo-emos com resignação. Não será por causa disso que perderemos nosso interesse no mundo e na vida, pois dispomos de um apoio seguro, que falta a você. Acreditamos ser possível ao trabalho científico conseguir um certo conhecimento da realidade do mundo, conhecimento através do qual podemos aumentar nosso poder e de acordo com o qual podemos organizar nossa vida. Se essa crença for uma ilusão, então nos encontraremos na mesma posição que você. Mas a ciência, através de seus numerosos e importantes sucessos, já nos deu provas de não ser uma ilusão. Ela conta com muitos inimigos manifestos, e muitos outros secretos, entre aqueles que não podem perdoá-la por ter enfraquecido a fé religiosa e por ameaçar derrubá-la. É censurada pela pequenez do que nos ensinou e pelo campo incomparavelmente maior que deixou na obscuridade. Nisso, porém, as pessoas se esquecem de quão jovem ela é, quão difíceis foram seus primórdios e quão infinitesimalmente pequeno foi o período de tempo que decorreu desde que o intelecto humano ficou suficientemente forte para as tarefas que

ela estabelece. Não nos achamos todos nós em falta, ao basear nossos julgamentos em períodos de tempo que são curtos demais? Deveríamos tomar os geólogos como modelo. As pessoas queixam-se da infidedignidade da ciência, do modo como ela anuncia como lei hoje o que a geração seguinte identifica como erro e substitui por uma nova lei cuja validade aceita não perdura por mais tempo. Mas isso é injusto e, em parte, inverídico. As transformações da opinião científica são desenvolvimentos, progressos, e não revoluções. Uma lei que a princípio foi tida por universalmente válida, mostra ser um caso especial de uma uniformidade mais abrangente ou é limitada por outra lei, só descoberta mais tarde; uma aproximação grosseira à verdade é substituída por outra mais cuidadosamente adaptada, a qual, por sua vez, fica à espera de novos aperfeiçoamentos. Existem diversos campos em que ainda não superamos uma fase de pesquisa na qual fazemos experiências com hipóteses que em breve têm de ser rejeitadas como inadequadas; em outros campos, porém, já possuímos um cerne de conhecimento seguro e quase inalterável. Finalmente, tentou-se desacreditar o esforço científico de maneira radical, com o fundamento de que, achando-se ele ligado às condições de sua própria organização, não poderia produzir nada mais senão resultados subjetivos, ao passo que a natureza real das coisas a nós externas permanece inacessível. Mas isso significa desprezar diversos fatores de importância decisiva para a compreensão do trabalho científico. Em primeiro lugar, nossa organização - isto é, nosso aparelho psíquico - desenvolveu-se precisamente no esforço de explorar o mundo externo, e, portanto, teria de ter concebido em sua estrutura um certo grau de utilitarismo; em segundo lugar, ela própria é parte constituinte do mundo que nos dispusemos a investigar e admite prontamente tal investigação; em terceiro, a tarefa da ciência ficará plenamente abrangida se a limitarmos a demonstrar como o mundo nos deve aparecer em consequência do caráter específico de nossa organização; em quarto, as descobertas supremas da ciência, precisamente por causa do modo pelo qual foram alcançadas, são determinadas não apenas por nossa organização, mas pelas coisas que influenciaram essa organização; finalmente, o problema da natureza do mundo sem levar em consideração nosso aparelho psíquico perceptivo não passa de uma abstração vazia, despida de interesse prático.

Não, nossa ciência não é uma ilusão. Ilusão seria imaginar que aquilo que a ciência não nos pode dar, podemos conseguir em outro lugar.

O MAL-ESTAR NA CIVILIZAÇÃO (1930 [1929])

NOTA DO EDITOR INGLÊS

DAS UNBEHAGEN IN DER KULTUR

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1930 Viena: Internationaler Psychoanalytischer Verlag, 136 págs.

1931 2ª ed. (Reimpressão da 1ª ed., com alguns acréscimos.)

1934 *G.S.*, 12, 29-114.

1948 *G.W.*, 14, 421-506.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

Civilization and its Discontents

1930 Londres: Hogarth Press e Institute of Psycho-Analysis. Nova Iorque: Cape and Smith, 144 págs. (Trad. de Joan Riviere.)

A atual tradução baseia-se na publicada em 1930.

O primeiro capítulo do original alemão foi publicado pouco antes do resto do livro, em *Psychoanal. Bewegung*,¹ (4) novembro-dezembro de 1929. O quinto capítulo apareceu separadamente no número seguinte do mesmo periódico, 2 (1), janeiro-fevereiro de 1930. Duas ou três notas de rodapé a mais foram incluídas na edição de 1931 e uma frase final foi acrescentada à obra. Nenhum desses acréscimos apareceram na primeira versão da tradução inglesa.

Freud terminara *O Futuro de uma Ilusão* no outono de 1927. Durante os dois anos seguintes, principalmente, sem dúvida, por causa de sua doença, produziu muito pouco. No verão de 1929, porém, começou a escrever outro livro, mais uma vez sobre um assunto sociológico. O primeiro esboço foi terminado por volta de fins de julho; o livro foi enviado à gráfica no começo de novembro e realmente publicado antes do fim do ano, embora trouxesse a data de '1930' em sua página de rosto (Jones, 1957, 157-8).

O título original para ele escolhido por Freud foi '*Das Unglück in der Kultur*' ('A Infelicidade na Civilização'), mas '*Unglück*' foi posteriormente alterado para '*Unbehagen*', palavra para a qual foi difícil escolher um equivalente inglês, embora o francês '*malaise*' pudesse ter servido. Numa carta à sua tradutora, a Sra. Riviere, Freud sugeriu 'O Desconforto do Homem na Civilização', mas foi ela própria que descobriu a solução ideal para a dificuldade no título finalmente adotado.

O tema principal do livro - o antagonismo irremediável entre as exigências do instinto e as restrições da civilização - pode ter sua origem remontada a alguns dos mais antigos trabalhos psicológicos de Freud. Assim, em 31 de maio de 1897, escreveu a Fliess que 'o incesto é anti-social e a civilização consiste numa progressiva renúncia a ele' (Freud, 1950a, Rascunho N), e, um ano depois, no artigo 'Sexuality in the Aetiology of the Neuroses' (1898a), escreveu que 'podemos com justiça responsabilizar nossa civilização pela disseminação da neurastenia'. Não obstante, em seus primeiros trabalhos, Freud não parece ter considerado a repressão como sendo inteiramente devida a influências sociais externas. Embora em seus *Três Ensaio*s (1905d), fale da 'relação inversa que existe entre a

civilização e o livre desenvolvimento da sexualidade’ (Edição *Standard* Brasileira, Vol. VII, pág. 250, IMAGO Editora, 1972), em outra passagem da mesma obra, fez o seguinte comentário sobre as barreiras opostas ao instinto sexual surgidas durante o período de latência: ‘Tem-se das crianças civilizadas uma impressão de que a construção dessas barreiras é um produto da educação, e sem dúvida, a educação muito tem a ver com ela. Mas, na realidade, este desenvolvimento é organicamente determinado e fixado pela hereditariedade, e pode ocasionalmente ocorrer sem qualquer auxílio da educação.’ (Ibid., pág. 157.)

A noção de haver uma ‘repressão orgânica’ que prepara o caminho para a civilização - noção expandida nas duas longas notas de rodapé ao início e ao final do Capítulo IV (pág. 77 e seg. e 57 e segs., adiante) - remonta ao mesmo período anterior. Numa carta a Fliess, em 14 de novembro de 1897, Freud escreveu que freqüentemente suspeitou ‘que algo orgânico desempenhou um papel na repressão’ (Freud, 1950*a*, Carta 75). Prossegue, no mesmo sentido daquelas notas de rodapé, sugerindo a importância, como fatores de repressão, da adoção de uma postura ereta e da substituição do olfato pela vista como sentido dominante. Uma alusão ainda mais precoce à mesma idéia ocorre numa carta de 11 de janeiro de 1897 (ibid., Carta 55). Nos trabalhos publicados de Freud, as únicas menções dessas idéias, antes do atual, parecem ser uma breve passagem na análise do ‘Rat Man’ (1909*d*), *Standard Ed.*, 10, 247-8, e outra ainda mais sucinta no segundo artigo sobre a psicologia do amor (1912*d*), Edição *Standard* Brasileira, Vol. XI, pág.172, IMAGO Editora, 1972. De modo particular, nenhuma análise das origens internas mais profundas da civilização pode ser encontrada naquilo que é, de longe, o mais longo dos primeiros estudos de Freud sobre o assunto, ou seja, o artigo “‘Civilized’ Sexual Morality and Modern Nervous Illness’ (1908*d*), que dá a impressão de as restrições da civilização serem algo imposto desde fora.

Na verdade, contudo, não foi possível nenhuma avaliação clara do papel desempenhado nessas restrições pelas influências internas e externas e seus efeitos recíprocos, até que as investigações realizadas por Freud sobre a psicologia do ego o conduziram às hipóteses sobre o superego e sua origem nas mais antigas relações objetais do indivíduo. É devido a isso que uma parte tão grande da presente obra (especialmente nos Capítulos VII e VIII) se interessa pela exploração e clarificação ulteriores da natureza do sentimento de culpa, e que Freud, ver ([1]), declara sua ‘intenção de representar o sentimento de culpa como o mais importante problema no desenvolvimento da civilização’. E isso, por sua vez, constitui o fundamento para o segundo tema lateral de importância da obra (embora nenhum deles seja, na verdade, um tema lateral), a saber, o instinto de destruição.

A história das opiniões de Freud sobre o instinto da agressão ou de destruição é complicada e só resumidamente pode ser indicada aqui. Através de todos os seus primeiros escritos, o contexto em que ele predominantemente o encarou foi o do sadismo. Seus

primeiros estudos mais longos sobre ele ocorreram nos *Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade* (1905d), onde surgiu como um dos ‘instintos componentes’ ou ‘parciais’ do instinto sexual. ‘Assim’, escreveu ele na Seção 2 (B) do primeiro ensaio, ‘o sadismo corresponderia a um componente agressivo do instinto sexual que se tornou independente e exagerado e, por deslocamento, usurpou a posição dominante’ (Edição *Standard* Brasileira, Vol. VII, IMAGO Editora, 1972, págs. 159-60). Não obstante, posteriormente, na Seção 4 do segundo ensaio, a independência original dos impulsos agressivos foi reconhecida: ‘Pode-se presumir que os impulsos de crueldade surgem de fontes que são, na realidade, independentes da sexualidade, mas podem unir-se a ela num estágio prematuro’ (ibid., 198n). As fontes independentes indicadas deveriam ter sua origem remontada aos instintos autopreservativos. Essa passagem foi alterada na edição de 1915, onde se declarou que ‘o impulso da crueldade surge do instinto de domínio’ e a frase sobre ser ele ‘independente da sexualidade’ foi omitida. Mas já em 1909, no decorrer do combate às teorias de Adler, Freud fizera um pronunciamento muito mais amplo. Na Seção II do terceiro capítulo da história clínica do ‘Pequeno Hans’ (1909b), Freud escreveu: ‘Não consigo convencer-me da existência de um instinto agressivo especial, ao lado dos instintos familiares de autopreservação e sexo, e em pé de igualdade com eles’ (ibid., 10, 140). A relutância em aceitar um instinto agressivo independente da libido foi auxiliada pela hipótese do narcisismo. Os impulsos de agressividade, e de ódio também, desde o início pareceram pertencer ao instinto autopreservativo, e, visto que este se achava agora incluído na libido, não se exigia qualquer instinto agressivo independente. E assim era a despeito da bipolaridade das relações objetais, das freqüentes misturas de amor e ódio, e da complexa origem do próprio ódio. (Ver ‘Instincts and their Vicissitudes’ (1915 c), *Standard Ed.*, 14, 138-9). Foi somente após a hipótese formulada por Freud de um ‘instinto de morte’ que um instinto agressivo verdadeiramente independente apareceu em *Beyond the Pleasure Principle* (1920g). (Ver, especificamente, o Capítulo VI, ibid., 18, 52-5). Mas é de notar que mesmo aí, e nos escritos posteriores de Freud (por exemplo, no Capítulo IV de *The Ego and the Id.*), o instinto agressivo ainda era algo secundário, derivado do instinto de morte autodestrutivo e primário. Isso é verdadeiro, ainda, quanto à presente obra, embora aqui a ênfase esteja colocada mais nas manifestações do instinto de morte voltadas *para fora*, e também quanto aos estudos ulteriores do problema na última parte da Conferência XXXIII das *New Introductory Lectures* (1922a) e em mais de um ponto do *Esboço da Psicanálise* (1940a [1938] Pequena Coleção das Obras de Freud, Livro 7, IMAGO Editora, 1974), de publicação póstuma. Sem embargo, é tentador citar um par de frases de uma carta escrita por Freud, em 27 de maio de 1937, à Princesa Marie Bonaparte, na qual parece aludir a uma maior independência original da destrutividade externa: ‘A interiorização do instinto agressivo é, naturalmente, o correspondente da exteriorização da libido, quando ela se transfere do ego para os objetos. Teríamos um quadro esquemático nítido se supuséssemos que, originalmente, ao início da vida, toda a libido era dirigida para o interior e toda a

agressividade para o exterior, e que, no decorrer da vida, isso gradativamente se alterava. Mas talvez isso possa não ser correto'. É justo acrescentar que, em sua carta seguinte, Freud escrevia: 'Peço-lhe para não dar muito valor às minhas observações sobre o instinto de destruição. Elas só foram feitas fortuitamente e teriam de ser cuidadosamente pensadas antes de publicadas. Ademais, pouco há de novo nelas.'

É óbvio, portanto, que *O Mal-Estar na Civilização* é uma obra cujo interesse ultrapassa bastante a sociologia.

Partes consideráveis da primeira tradução (1930) do presente trabalho foram incluídas em *Civilization, War and Death: Selections from Three Works by Sigmund Freud* (1939, 26-81), da autoria de Rickman.

O MAL-ESTAR NA CIVILIZAÇÃO

I

É impossível fugir à impressão de que as pessoas comumente empregam falsos padrões de avaliação - isto é, de que buscam poder, sucesso e riqueza para elas mesmas e os admiram nos outros, subestimando tudo aquilo que verdadeiramente tem valor na vida. No entanto, ao formular qualquer juízo geral desse tipo, corremos o risco de esquecer quão variados são o mundo humano e sua vida mental. Existem certos homens que não contam com a admiração de seus contemporâneos, embora a grandeza deles repouse em atributos e realizações completamente estranhos aos objetivos e aos ideais da multidão. Facilmente, poder-se-ia ficar inclinado a supor que, no final das contas, apenas uma minoria aprecia esses grandes homens, ao passo que a maioria pouco se importa com eles. Contudo, devido não só às discrepâncias existentes entre os pensamentos das pessoas e as suas ações, como também à diversidade de seus impulsos plenos de desejo, as coisas provavelmente não são tão simples assim.

Um desses seres excepcionais refere-se a si mesmo como meu amigo nas cartas que me remete. Enviei-lhe o meu pequeno livro que trata a religião como sendo uma ilusão, e ele me respondeu que concordava inteiramente com esse meu juízo, lamentando, porém, que eu não tivesse apreciado corretamente a verdadeira fonte da religiosidade. Esta, diz ele, consiste num sentimento peculiar, que ele mesmo jamais deixou de ter presente em si, que encontra confirmado por muitos outros e que pode imaginar atuante em milhões de pessoas. Trata-se

de um sentimento que ele gostaria de designar como uma sensação de ‘eternidade’, um sentimento de algo ilimitado, sem fronteiras - ‘oceânico’, por assim dizer. Esse sentimento, acrescenta, configura um fato puramente subjetivo, e não um artigo de fé; não traz consigo qualquer garantia de imortalidade pessoal, mas constitui a fonte da energia religiosa de que se apoderam as diversas Igrejas e sistemas religiosos, é por eles veiculado para canais específicos e, indubitavelmente, também por eles exaurido. Acredita ele que uma pessoa, embora rejeite toda crença e toda ilusão, pode corretamente chamar-se a si mesma de religiosa com fundamento apenas nesse sentimento oceânico. As opiniões expressas por esse amigo que tanto respeito, e que outrora já louvara a magia da ilusão num poema, causaram-me não pequena dificuldade. Não consigo descobrir em mim esse sentimento ‘oceânico’. Não é fácil lidar cientificamente com sentimentos. Pode-se tentar descrever os seus sinais fisiológicos. Onde isso não é possível - e temo que também o sentimento oceânico desafie esse tipo de caracterização -, nada resta senão cair no conteúdo ideacional que, de forma mais imediata, está associado ao sentimento. Se compreendi corretamente o meu amigo, ele quer significar, com esse sentimento, a mesma coisa que o consolo oferecido por um dramaturgo original e um tanto excêntrico ao seu herói que enfrenta uma morte auto-infligida: ‘Não podemos pular para fora deste mundo. Isso equivale a dizer que se trata do sentimento de um vínculo indissolúvel, de ser uno com o mundo externo como um todo. Posso observar que, para mim, isto parece, antes, algo da natureza de uma percepção intelectual, que, na verdade, pode vir acompanhada de um tom de sentimento, embora apenas da forma como este se acharia presente em qualquer outro ato de pensamento de igual alcance. Segundo minha própria experiência, não consegui convencer-me da natureza primária desse sentimento; isso, porém, não me dá o direito de negar que ele de fato ocorra em outras pessoas. A única questão consiste em verificar se está sendo corretamente interpretado e se deve ser encarado como a *fons et origo* de toda a necessidade de religião.

Nada tenho a sugerir que possa exercer influência decisiva na solução desse problema. A idéia de os homens receberem uma indicação de sua vinculação com o mundo que os cerca por meio de um sentimento imediato que, desde o início, é dirigido para esse fim, soa de modo tão estranho e se ajusta tão mal ao contexto de nossa psicologia, que se torna justificável a tentativa de descobrir uma explicação psicanalítica - isto é, genética - para esse sentimento. A linha de pensamento que se segue, sugere isso por si mesma. Normalmente, não nada de que possamos estar mais certos do que do sentimento de nosso eu, do nosso próprio ego. O ego nos aparece como algo autônomo e unitário, distintamente demarcado de tudo o mais. Ser essa aparência enganadora - apesar de que, pelo contrário, o ego seja continuado para dentro, sem qualquer delimitação nítida, por uma entidade mental inconsciente que designamos como id, à qual o ego serve como uma espécie de fachada -, configurou uma descoberta efetuada pela primeira vez através da pesquisa psicanalítica, que, de resto, ainda deve ter muito mais a nos dizer sobre o relacionamento do ego com o id. No sentido do exterior, porém, o ego de qualquer modo, parece manter linhas de demarcação bem e claras e nítidas. Há somente um estado - indiscutivelmente fora o comum, embora não possa estigmatizado como patológico - em que ele não se apresenta assim. No auge do

sentimento de amor, a fronteira entre ego e objeto ameaça desaparecer. Contra todas as provas de seus sentidos, um homem que se ache enamorado declara que 'eu' e 'tu' são um só, e está preparado para se conduzir como se isso constituísse um fato. Aquilo que pode ser temporariamente eliminado por uma função fisiológica [isto é, normal] deve também, naturalmente, estar sujeito a perturbações causadas por processos patológicos. A patologia nos familiarizou com grande número de estados em que as linhas fronteiriças entre o ego e o mundo externo se tornam incertas, ou nos quais, na realidade, elas se acham incorretamente traçadas. Há casos em que partes do próprio corpo de uma pessoa, inclusive partes de sua própria vida mental - suas percepções, pensamentos e sentimentos -, lhe parecem estranhas e como não pertencentes a seu ego; há outros casos em que a pessoa atribui ao mundo externo coisas que claramente se originam em seu próprio ego e que por este deveriam ser reconhecidas. Assim, até mesmo o sentimento de nosso próprio ego está sujeito a distúrbios, e as fronteiras do ego não são permanentes.

Uma reflexão mais apurada nos diz que o sentimento do ego do adulto não pode ter sido o mesmo desde o início. Deve ter passado por um processo de desenvolvimento, que, se não pode ser demonstrado, pode ser construído com um razoável grau de probabilidade. Uma criança recém-nascida ainda não distingue o seu ego do mundo externo como fonte das sensações que fluem sobre ela. Aprende gradativamente a fazê-lo, reagindo a diversos estímulos. Ela deve ficar fortemente impressionada pelo fato de certas fontes de excitação, que posteriormente identificará como sendo os seus próprios órgãos corporais, poderem provê-la de sensações a qualquer momento, ao passo que, de tempos em tempos, outras fontes lhe fogem - entre as quais se destaca a mais desejada de todas, o seio da mãe -, só reaparecendo como resultado de seus gritos de socorro. Desse modo, pela primeira vez, o ego é contrastado por um 'objeto', sob a forma de algo que existe 'exteriormente' e que só é forçado a surgir através de uma ação especial. Um outro incentivo para o desengajamento do ego com relação à massa geral de sensações - isto é, para o reconhecimento de um 'exterior', de um mundo externo - é proporcionado pelas freqüentes, múltiplas e inevitáveis sensações de sofrimento e desprazer, cujo afastamento e cuja fuga são impostos pelo princípio do prazer, no exercício de seu irrestrito domínio. Surge, então, uma tendência a isolar do ego tudo que pode tornar-se fonte de tal desprazer, a lançá-lo para fora e a criar um puro ego em busca de prazer, que sofre o confronto de um 'exterior' estranho e ameaçador. As fronteiras desse primitivo ego em busca de prazer não podem fugir a uma retificação através da experiência. Entretanto, algumas das coisas difíceis de serem abandonadas, por proporcionarem prazer, são, não ego, mas objeto, e certos sofrimentos que se procura extirpar mostram-se inseparáveis do ego, por causa de sua origem interna. Assim, acaba-se por aprender um processo através do qual, por meio de uma direção deliberada das próprias atividades sensoriais e de uma ação muscular apropriada, se pode diferenciar entre o que é interno - ou seja, que pertence ao ego - e o que é externo - ou seja, que emana do mundo externo. Desse modo, dá-se o primeiro passo no sentido da introdução do princípio da realidade, que deve dominar o desenvolvimento futuro. Essa diferenciação, naturalmente, serve à finalidade prática de nos capacitar para a defesa contra sensações de

desprazer que realmente sentimos ou pelas quais somos ameaçados. A fim de desviar certas excitações desagradáveis que surgem do interior, o ego não pode utilizar senão os métodos que utiliza contra o desprazer oriundo do exterior, e este é o ponto de partida de importantes distúrbios patológicos. Desse modo, então, o ego se separa do mundo externo. Ou, numa expressão mais correta, originalmente o ego inclui tudo; posteriormente, separa, de si mesmo, um mundo externo. Nosso presente sentimento do ego não passa, portanto, de apenas um mirrado resíduo de um sentimento muito mais inclusivo - na verdade, totalmente abrangente -, que corresponde a um vínculo mais íntimo entre o ego e o mundo que o cerca. Supondo que há muitas pessoas em cuja vida mental esse sentimento primário do ego persistiu em maior ou menor grau, ele existiria nelas ao lado do sentimento do ego mais estrito e mais nitidamente demarcado da maturidade, como uma espécie de correspondente seu. Nesse caso, o conteúdo ideacional a ele apropriado seria exatamente o de ilimitabilidade e o de um vínculo com o universo - as mesmas idéias com que meu amigo elucidou o sentimento 'oceânico'.

Contudo, terei eu o direito de presumir a sobrevivência de algo que já se encontrava originalmente lá, lado a lado com o que posteriormente dele se derivou? Sem dúvida, sim. Nada existe de estranho em tal fenômeno, tanto no campo mental como em qualquer outro. No reino animal, atemo-nos à opinião de que as espécies mais altamente desenvolvidas se originaram das mais baixas; no entanto, ainda hoje, encontramos em existência todas as formas simples. A raça dos grandes sáurios se extinguiu e abriu caminho para os mamíferos; o crocodilo, porém, legítimo representante dos sáurios, ainda vive entre nós. Essa analogia pode ser excessivamente remota, além de debilitada pela circunstância de as espécies inferiores sobreviventes não serem, em sua maioria, os verdadeiros ancestrais das espécies mais altamente desenvolvidas dos dias atuais. Via de regra, os elos intermediários extinguiram-se, e só os conhecemos através de reconstruções. No domínio da mente, por sua vez, o elemento primitivo se mostra tão comumente preservado, ao lado da versão transformada que dele surgiu, que se faz desnecessário fornecer exemplos como prova. Quando isso ocorre, é geralmente em consequência de uma divergência no desenvolvimento: determinada parte (no sentido quantitativo) de uma atitude ou de um impulso instintivo permaneceu inalterada, ao passo que outra sofreu um desenvolvimento ulterior.

Esse fato nos conduz ao problema mais geral da preservação na esfera da mente. O assunto mal foi estudado ainda, mas é tão atraente e importante, que nos será permitido voltarmos um pouco nossa atenção para ele, ainda que nossa desculpa seja insuficiente. Desde que superamos o erro de supor que o esquecimento com que nos achamos familiarizados significava a destruição do resíduo mnêmico - isto é, a sua aniquilação -, ficamos inclinados a assumir o ponto de vista oposto, ou seja, o de que, na vida mental, nada do que uma vez se formou pode perecer - o de que tudo é, de alguma maneira, preservado e que, em circunstâncias apropriadas (quando, por exemplo, a regressão volta suficientemente atrás), pode ser trazido de novo à luz. Tentemos apreender o que essa suposição envolve, estabelecendo uma analogia com outro campo. Escolheremos como exemplo a história da

Cidade Eterna. Os historiadores nos dizem que a Roma mais antiga foi a *Roma Quadrata*, uma povoação sediada sobre o Palatino. Seguiu-se a fase dos *Septimontium*, uma federação das povoações das diferentes colinas; depois, veio a cidade limitada pelo Muro de Sérvio e, mais tarde ainda, após todas as transformações ocorridas durante os períodos da república e dos primeiros césores, a cidade que o imperador Aureliano cercou com as suas muralhas. Não acompanharemos mais as modificações por que a cidade passou; perguntar-nos-emos, porém, o quanto um visitante, que imaginaremos munido do mais completo conhecimento histórico e topográfico, ainda pode encontrar, na Roma de hoje, de tudo que restou dessas primeiras etapas. À exceção de umas poucas brechas, verá o Muro de Aureliano quase intacto. Em certas partes, poderá encontrar seções do Muro de Sérvio que foram escavadas e trazidas à luz. Se souber bastante - mais do que a arqueologia atual conhece -, talvez possa traçar na planta da cidade todo o perímetro desse muro e o contorno da *Roma Quadrata*. Dos prédios que outrora ocuparam essa antiga área, nada encontrará, ou, quando muito, restos escassos, já que não existem mais. No máximo, as melhores informações sobre a Roma da era republicana capacitariam-no apenas a indicar os locais em que os templos e edifícios públicos daquele período se erguiam. Seu sítio acha-se hoje tomado por ruínas, não pelas ruínas deles próprios, mas pelas de restaurações posteriores, efetuadas após incêndios ou outros tipos de destruição. Também faz-se necessário observar que todos esses remanescentes da Roma antiga estão mesclados com a confusão de uma grande metrópole, que se desenvolveu muito nos últimos séculos, a partir da Renascença. Sem dúvida, já não há nada que seja antigo, enterrado no solo da cidade ou sob os edifícios modernos. Este é o modo como se preserva o passado em sítios históricos como Roma. Permitam-nos agora, num vôo da imaginação, supor que Roma não é uma habitação humana, mas uma entidade psíquica, com um passado semelhantemente longo e abundante - isto é, uma entidade onde nada do que outrora surgiu desapareceu e onde todas as fases anteriores de desenvolvimento continuam a existir, paralelamente à última. Isso significaria que, em Roma, os palácios dos césores e as *Septizonium* de Sétimo Severo ainda se estariam erguendo em sua antiga altura sobre o Palatino e que o castelo de Santo Ângelo ainda apresentaria em suas ameias as belas estátuas que o adornavam até a época do cerco pelos godos, e assim por diante. Mais do que isso: no local ocupado pelo Palazzo Cafarelli, mais uma vez se ergueria - sem que o Palazzo tivesse de ser removido - o Templo de Júpiter Capitolino, não apenas em sua última forma, como os romanos do Império o viam, mas também na primitiva, quando apresentava formas etruscas e era ornamentado por antefixas de terracota. Ao mesmo tempo, onde hoje se ergue o Coliseu, poderíamos admirar a desaparecida Casa Dourada, de Nero. Na Praça do Panteão encontraríamos não apenas o atual, tal como legado por Adriano, mas, aí mesmo, o edifício original levantado por Agripa; na verdade, o mesmo trecho de terreno estaria sustentando a Igreja de Santa Maria sobre Minerva e o antigo templo sobre o qual ela foi construída. E talvez o observador tivesse apenas de mudar a direção do olhar ou a sua posição para invocar uma visão ou a outra.

A essa altura não faz sentido prolongarmos nossa fantasia, de uma vez que ela conduz a

coisas inimagináveis e mesmo absurdas. Se quisermos representar a seqüência histórica em termos espaciais, só conseguiremos fazê-lo pela justaposição no espaço: o mesmo espaço não pode ter dois conteúdos diferentes. Nossa tentativa parece ser um jogo ocioso. Ela conta com apenas uma justificativa. Mostra quão longe estamos de dominar as características da vida mental através de sua representação em termos pictóricos.

Há outra objeção a ser considerada. Pode-se levantar a questão da razão por que escolhemos precisamente o passado de uma *cidade* para compará-lo com o passado da mente. A suposição de que tudo o que passou é preservado se aplica, mesmo na vida mental, só com a condição de que o órgão da mente tenha permanecido intacto e que seus tecidos não tenham sido danificados por trauma ou inflamação. Mas influências destrutivas que possam ser comparadas a causas de enfermidade como as citadas acima nunca faltam na história de uma cidade, ainda que tenha tido um passado menos diversificado que o de Roma, e ainda que, como Londres, mal tenha sofrido com as visitas de um inimigo. Demolições e substituições de prédios ocorrem no decorrer do mais pacífico desenvolvimento de uma cidade. Uma cidade é, portanto, *a priori*, inapropriada para uma comparação desse tipo com um organismo mental.

Curvamo-nos ante essa objeção e, abandonando nossa tentativa de esboçar um contraste impressionante, nos voltaremos para o que, afinal de contas, constitui um objeto de comparação mais estreitamente relacionado: o corpo de um animal ou o de um ser humano. Aqui também, no entanto, encontramos a mesma coisa. As primeiras fases do desenvolvimento já não se acham, em sentido algum, preservadas; foram absorvidas pelas fases posteriores, às quais forneceram material. O embrião não pode ser descoberto no adulto. A glândula do timo da infância, sendo substituída, após a puberdade, por tecidos de ligação, não mais se apresenta como tal; nas medulas ósseas do homem adulto posso, sem dúvida, traçar o contorno do osso infantil, embora este tenha desaparecido, alongando-se e espessando-se até atingir sua forma definitiva. Permanecem o fato de que só na mente é possível a preservação de todas as etapas anteriores, lado a lado com a forma final, e o de que não estamos em condições de representar esse fenômeno em termos pictóricos.

Talvez estejamos levando longe demais essa reflexão. Talvez devêssemos contentar-nos em afirmar que o que se passou na vida mental *pode* ser preservado, não sendo, *necessariamente*, destruído. É sempre possível que, mesmo na mente, algo do que é antigo seja apagado ou absorvido - quer no curso normal das coisas, quer como exceção - a tal ponto, que não possa ser restaurado nem revivescido por meio algum, ou que a preservação em geral dependa de certas condições favoráveis. É possível, mas nada sabemos a esse respeito. Podemos apenas prender-nos ao fato de ser antes regra, e não exceção, o passado achar-se preservado na vida mental.

Assim, estamos perfeitamente dispostos a reconhecer que o sentimento 'oceânico' existe

em muitas pessoas, e nos inclinamos a fazer sua origem remontar a uma fase primitiva do sentimento do ego. Surge então uma nova questão: que direito tem esse sentimento de ser considerado como a fonte das necessidades religiosas.

Esse direito não me parece obrigatório. Afinal de contas, um sentimento só poderá ser fonte de energia se ele próprio for expressão de uma necessidade intensa. A derivação das necessidades religiosas, a partir do desamparo do bebê e do anseio pelo pai que aquela necessidade desperta, parece-me incontrovertível, desde que, em particular, o sentimento não seja simplesmente prolongado a partir dos dias da infância, mas permanentemente sustentado pelo medo do poder superior do Destino. Não consigo pensar em nenhuma necessidade da infância tão intensa quanto a da proteção de um pai. Dessa maneira, o papel desempenhado pelo sentimento oceânico, que poderia buscar algo como a restauração do narcisismo ilimitado, é deslocado de um lugar em primeiro plano. A origem da atitude religiosa pode ser remontada, em linhas muito claras, até o sentimento de desamparo infantil. Pode haver algo mais por trás disso, mas, presentemente, ainda está envolto em obscuridade.

Posso imaginar que o sentimento oceânico se tenha vinculado à religião posteriormente. A ‘unidade com o universo’, que constitui seu conteúdo ideacional, soa como uma primeira tentativa de consolação religiosa, como se configurasse uma outra maneira de rejeitar o perigo que o ego reconhece a ameaçá-lo a partir do mundo externo. Permitam-me admitir mais uma vez que para mim é muito difícil trabalhar com essas quantidades quase intangíveis. Outro amigo meu, cuja insaciável vontade de saber o levou a realizar as experiências mais inusitadas, acabando por lhe dar um conhecimento enciclopédico, assegurou-me que, através das práticas de ioga, pelo afastamento do mundo, pela fixação da atenção nas funções corporais e por métodos peculiares de respiração, uma pessoa pode de fato evocar em si mesma novas sensações e cenestesias, consideradas estas como regressões a estados primordiais da mente que há muito tempo foram recobertos. Ele vê nesses estados uma base, por assim dizer fisiológica, de grande parte da sabedoria do misticismo. Não seria difícil descobrir aqui vinculações com certo número de obscuras modificações da vida mental, tais como os transes e os êxtases. Contudo, sou levado a exclamar, como nas palavras do mergulhador de Schiller: ‘...Es freue sich, Wer da atmet im rosigten Licht.’

II

Em meu trabalho *O Futuro de uma Ilusão* [1927c], estava muito menos interessado nas fontes mais profundas do sentimento religioso do que naquilo que o homem comum entende como sua religião - o sistema de doutrinas e promessas que, por um lado, lhe explicam os enigmas deste mundo com perfeição invejável, e que, por outro, lhe garantem que uma Providência cuidadosa velará por sua vida e o compensará, numa existência futura, de quaisquer frustrações que tenha experimentado aqui. O homem comum só pode imaginar essa Providência sob a figura de um pai ilimitadamente engrandecido. Apenas um ser desse tipo

pode compreender as necessidades dos filhos dos homens, enternecer-se com suas preces e aplacar-se com os sinais de seu remorso. Tudo é tão patentemente infantil, tão estranho à realidade, que, para qualquer pessoa que manifeste uma atitude amistosa em relação à humanidade, é penoso pensar que a grande maioria dos mortais nunca será capaz de superar essa visão da vida. Mais humilhante ainda é descobrir como é vasto o número de pessoas de hoje que não podem deixar de perceber que essa religião é insustentável e, não obstante isso, tentam defendê-la, item por item, numa série de lamentáveis atos retrógrados. Gostaríamos de nos mesclar às fileiras dos crentes, a fim de encontrarmos aqueles filósofos que consideram poder salvar o Deus da religião, substituindo-o por um princípio impessoal, obscuro e abstrato, e dirigirmos-lhes as seguintes palavras de advertência: ‘Não tomarás o nome do Senhor teu Deus em vão!’ E, se alguns dos grandes homens do passado agiram da mesma maneira, de modo nenhum se pode invocar seu exemplo: sabemos por que foram obrigados a isso.

Retornemos ao homem comum e à sua religião, a única que deveria levar esse nome. A primeira coisa em que pensamos é na bem conhecida expressão de um de nossos maiores poetas e pensadores, referindo-se à relação da religião com a arte e a ciência:

Wer Wissenschaft und Kunst besitzt, hat auch Religion; Wer jene beide nicht besitzt, der habe Religion!

Esses dois versos, por um lado, traçam uma antítese entre a religião e as duas mais altas realizações do homem, e, por outro, asseveram que, com relação ao seu valor na vida, essas realizações e a religião podem representar-se ou substituir-se mutuamente. Se também nos dispusermos a privar o homem comum [que não possui nem ciência nem arte] de sua religião, é claro que não teremos de nosso lado a autoridade do poeta. Escolheremos um caminho específico para nos aproximarmos mais de uma justa apreciação de suas palavras. A vida, tal como a encontramos, é árdua demais para nós; proporciona-nos muitos sofrimentos, decepções e tarefas impossíveis. A fim de suportá-la, não podemos dispensar as medidas paliativas. ‘Não podemos passar sem construções auxiliares’, diz-nos Theodor Fontane. Existem talvez três medidas desse tipo: derivativos poderosos, que nos fazem extrair luz de nossa desgraça; satisfações substitutivas, que a diminuem; e substâncias tóxicas, que nos tornam insensíveis a ela. Algo desse tipo é indispensável. Voltaire tinha os derivativos em mente quando terminou *Candide* com o conselho para cultivarmos nosso próprio jardim, e a atividade científica constitui também um derivativo dessa espécie. As satisfações substitutivas, tal como as oferecidas pela arte, são ilusões, em contraste com a realidade; nem por isso, contudo, se revelam menos eficazes psiquicamente, graças ao papel que a fantasia assumiu na vida mental. As substâncias tóxicas influenciam nosso corpo e alteram a sua química. Não é simples perceber onde a religião encontra o seu lugar nessa série. Temos de pesquisar mais adiante.

A questão do propósito da vida humana já foi levantada várias vezes; nunca, porém, recebeu resposta satisfatória e talvez não a admita. Alguns daqueles que a formularam acrescentaram que, se fosse demonstrado que a vida *não* tem propósito, esta perderia todo valor para eles. Tal ameaça, porém, não altera nada. Pelo contrário, faz parecer que temos o direito de descartar a questão, já que ela parece derivar da presunção humana, da qual muitas outras manifestações já nos são familiares. Ninguém fala sobre o propósito da vida dos animais, a menos, talvez, que se imagine que ele resida no fato de os animais se acharem a serviço do homem. Contudo, tampouco essa opinião é sustentável, de uma vez que existem muitos animais de que o homem nada pode se aproveitar, exceto descrevê-los, classificá-los e estudá-los; ainda assim, inumeráveis espécies de animais escaparam inclusive a essa utilização, pois existiram e se extinguíram antes que o homem voltasse seus olhos para elas. Mais uma vez, só a religião é capaz de resolver a questão do propósito da vida. Dificilmente incorreremos em erro ao concluirmos que a idéia de a vida possuir um propósito se forma e desmorona com o sistema religioso. Voltar-nos-emos, portanto, para uma questão menos ambiciosa, a que se refere àquilo que os próprios homens, por seu comportamento, mostram ser o propósito e a intenção de suas vidas. O que pedem eles da vida e o que desejam nela realizar? A resposta mal pode provocar dúvidas. Esforçam-se para obter felicidade; querem ser felizes e assim permanecer. Essa empresa apresenta dois aspectos: uma meta positiva e uma meta negativa. Por um lado, visa a uma ausência de sofrimento e de desprazer; por outro, à experiência de intensos sentimentos de prazer. Em seu sentido mais restrito, a palavra 'felicidade' só se relaciona a esses últimos. Em conformidade a essa dicotomia de objetivos, a atividade do homem se desenvolve em duas direções, segundo busque realizar - de modo geral ou mesmo exclusivamente - um ou outro desses objetivos.

Como vemos, o que decide o propósito da vida é simplesmente o programa do princípio do prazer. Esse princípio domina o funcionamento do aparelho psíquico desde o início. Não pode haver dúvida sobre sua eficácia, ainda que o seu programa se encontre em desacordo com o mundo inteiro, tanto com o macrocosmo quanto com o microcosmo. Não há possibilidade alguma de ele ser executado; todas as normas do universo são-lhe contrárias. Ficamos inclinados a dizer que a intenção de que o homem seja 'feliz' não se acha incluída no plano da 'Criação'. O que chamamos de felicidade no sentido mais restrito provém da satisfação (de preferência, repentina) de necessidades represadas em alto grau, sendo, por sua natureza, possível apenas como uma manifestação episódica. Quando qualquer situação desejada pelo princípio do prazer se prolonga, ela produz tão-somente um sentimento de contentamento muito tênue. Somos feitos de modo a só podermos derivar prazer intenso de um contraste, e muito pouco de um determinado estado de coisas.

Assim, nossas possibilidades de felicidade sempre são restringidas por nossa própria constituição. Já a infelicidade é muito menos difícil de experimentar. O sofrimento nos ameaça a partir de três direções: de nosso próprio corpo, condenado à decadência e à dissolução, e que nem mesmo pode dispensar o sofrimento e a ansiedade como sinais de advertência; do mundo externo, que pode voltar-se contra nós com forças de destruição esmagadoras e impiedosas; e, finalmente, de nossos relacionamentos com os outros homens. O sofrimento que provém dessa última fonte talvez nos seja mais penoso do que qualquer outro. Tendemos a encará-lo como uma espécie de acréscimo gratuito, embora ele não possa ser menos fatidicamente inevitável do que o sofrimento oriundo de outras fontes.

Não admira que, sob a pressão de todas essas possibilidades de sofrimento, os homens se tenham acostumado a moderar suas reivindicações de felicidade - tal como, na verdade, o próprio princípio do prazer, sob a influência do mundo externo, se transformou no mais modesto princípio da realidade -, que um homem pense ser ele próprio feliz, simplesmente porque escapou à infelicidade ou sobreviveu ao sofrimento, e que, em geral, a tarefa de evitar o sofrimento coloque a de obter prazer em segundo plano. A reflexão nos mostra que é possível tentar a realização dessa tarefa através de caminhos muito diferentes e que todos esses caminhos foram recomendados pelas diversas escolas de sabedoria secular e postos em prática pelos homens. Uma satisfação irrestrita de todas as necessidades apresenta-se-nos como o método mais tentador de conduzir nossas vidas; isso, porém, significa colocar o gozo antes da cautela, acarretando logo o seu próprio castigo. Os outros métodos, em que a fuga do desprazer constitui o intuito primordial, diferenciam-se de acordo com a fonte de desprazer para a qual sua atenção está principalmente voltada. Alguns desses métodos são extremados; outros, moderados; alguns são unilaterais; outros atacam o problema, simultaneamente, em diversos pontos. Contra o sofrimento que pode advir dos relacionamentos humanos, a defesa mais imediata é o isolamento voluntário, o manter-se à distância das outras pessoas. A felicidade passível de ser conseguida através desse método é, como vemos, a felicidade da quietude. Contra o temível mundo externo, só podemos defender-nos por algum tipo de afastamento dele, se pretendermos solucionar a tarefa por

nós mesmos. Há, é verdade, outro caminho, e melhor: o de tornar-se membro da comunidade humana e, com o auxílio de uma técnica orientada pela ciência, passar para o ataque à natureza e sujeitá-la à vontade humana. Trabalha-se então com todos para o bem de todos. Contudo, os métodos mais interessantes de evitar o sofrimento são os que procuram influenciar o nosso próprio organismo. Em última análise, todo sofrimento nada mais é do que sensação; só existe na medida em que o sentimos, e só o sentimos como consequência de certos modos pelos quais nosso organismo está regulado. O mais grosseiro, embora também o mais eficaz, desses métodos de influência é o químico: a intoxicação. Não creio que alguém compreenda inteiramente o seu mecanismo; é fato, porém, que existem substâncias estranhas, as quais, quando presentes no sangue ou nos tecidos, provocam em nós, diretamente, sensações prazerosas, alterando, também, tanto as condições que dirigem nossa sensibilidade, que nos tornamos incapazes de receber impulsos desagradáveis. Os dois efeitos não só ocorrem de modo simultâneo, como parecem estar íntima e mutuamente ligados. No entanto, é possível que haja substâncias na química de nossos próprios corpos que apresentem efeitos semelhante pois conhecemos pelo menos um estado patológico, a mania, no qual uma condição semelhante à intoxicação surge sem administração de qualquer droga intoxicante. Além disso, nossa vida psíquica normal apresenta oscilações entre uma liberação de prazer relativamente fácil e outra comparativamente difícil, paralela à qual ocorre uma receptividade, diminuída ou aumentada, ao desprazer. É extremamente lamentável que até agora esse lado tóxico dos processos mentais tenha escapado ao exame científico. O serviço prestado pelos veículos intoxicantes na luta pela felicidade e no afastamento da desgraça é tão altamente apreciado como um benefício, que tanto indivíduos quanto povos lhes concederam um lugar permanente na economia de sua libido. Devemos a tais veículos não só a produção imediata de prazer, mas também um grau altamente desejado de independência do mundo externo, pois sabe-se que, com o auxílio desse ‘amortecedor de preocupações’, é possível, em qualquer ocasião, afastar-se da pressão da realidade e encontrar refúgio num mundo próprio, com melhores condições de sensibilidade. Sabe-se igualmente que é exatamente essa propriedade dos intoxicantes que determina o seu perigo e a sua capacidade de causar danos. São responsáveis, em certas circunstâncias, pelo desperdício de uma grande quota de energia que poderia ser empregada para o aperfeiçoamento do destino humano.

A complicada estrutura de nosso aparelho mental admite, contudo, um grande número de outras influências. Assim como a satisfação do instinto equivale para nós à felicidade, assim também um grave sofrimento surge em nós, caso o mundo externo nos deixe definhando, caso se recuse a satisfazer nossas necessidades. Podemos, portanto, ter esperanças de nos libertarmos de uma parte de nossos sofrimentos, agindo sobre os impulsos instintivos. Esse tipo de defesa contra o sofrimento se aplica mais ao aparelho sensorial; ele procura dominar as fontes internas de nossas necessidades. A forma extrema disso é ocasionada pelo aniquilamento dos instintos, tal como prescrito pela sabedoria do mundo peculiar ao Oriente e praticada pelo ioga. Caso obtenha êxito, o indivíduo, é verdade, abandona também todas as outras atividades: sacrifica a sua vida e, por outra via, mais uma vez atinge apenas a

felicidade da quietude. Seguimos o mesmo caminho quando os nossos objetivos são menos extremados e simplesmente tentamos *controlar* nossa vida instintiva. Nesse caso, os elementos controladores são os agentes psíquicos superiores, que se sujeitaram ao princípio da realidade. Aqui, a meta da satisfação não é, de modo algum, abandonada, mas garante-se uma certa proteção contra o sofrimento no sentido de que a não-satisfação não é tão penosamente sentida no caso dos instintos mantidos sob dependência como no caso dos instintos desinibidos. Contra isso, existe uma inegável diminuição nas potencialidades de satisfação. O sentimento de felicidade derivado da satisfação de um selvagem impulso instintivo não domado pelo ego é incomparavelmente mais intenso do que o derivado da satisfação de um instinto que já foi domado. A irresistibilidade dos instintos perversos e, talvez, a atração geral pelas coisas proibidas encontram aqui uma explicação econômica.

Outra técnica para afastar o sofrimento reside no emprego dos deslocamentos de libido que nosso aparelho mental possibilita e através dos quais sua função ganha tanta flexibilidade. A tarefa aqui consiste em reorientar os objetivos instintivos de maneira que eludam a frustração do mundo externo. Para isso, ela conta com a assistência da sublimação dos instintos. Obtém-se o máximo quando se consegue intensificar suficientemente a produção de prazer a partir das fontes do trabalho psíquico e intelectual. Quando isso acontece, o destino pouco pode fazer contra nós. Uma satisfação desse tipo, como, por exemplo, a alegria do artista em criar, em dar corpo às suas fantasias, ou a do cientista em solucionar problemas ou descobrir verdades, possui uma qualidade especial que, sem dúvida, um dia poderemos caracterizar em termos metapsicológicos. Atualmente, apenas de forma figurada podemos dizer que tais satisfações parecem ‘mais refinadas e mais altas’. Contudo, sua intensidade se revela muito tênue quando comparada com a que se origina da satisfação de impulsos instintivos grosseiros e primários; ela não convulsiona o nosso ser físico. E o ponto fraco desse método reside em não ser geralmente aplicável, de uma vez que só é acessível a poucas pessoas. Pressupõe a posse de dotes e disposições especiais que, para qualquer fim prático, estão longe de serem comuns. E mesmo para os poucos que os possuem, o método não proporciona uma proteção completa contra o sofrimento. Não cria uma armadura impenetrável contra as investidas do destino e habitualmente falha quando a fonte do sofrimento é o próprio corpo da pessoa. Enquanto esse procedimento já mostra claramente uma intenção de nos tornar independentes do mundo externo pela busca da satisfação em processos psíquicos internos, o procedimento seguinte apresenta esses aspectos de modo ainda mais intenso. Nele, a distensão do vínculo com a realidade vai mais longe; a satisfação é obtida através de ilusões, reconhecidas como tais, sem que se verifique permissão para que a discrepância entre elas e a realidade interfira na sua fruição. A região onde essas ilusões se originam é a vida da imaginação; na época em que o desenvolvimento do senso de realidade se efetuou, essa região foi expressamente isentada das exigências do teste de realidade e posta de lado a fim de realizar desejos difíceis de serem levados a termo. À frente das satisfações obtidas através da fantasia ergue-se a fruição das obras de arte, fruição que, por intermédio do artista, é tornada acessível inclusive àqueles que não são criadores. As pessoas receptivas à influência da arte não lhe podem atribuir um valor

alto demais como fonte de prazer e consolação na vida. Não obstante, a suave narcose a que a arte nos induz, não faz mais do que ocasionar um afastamento passageiro das pressões das necessidades vitais, não sendo suficientemente forte para nos levar a esquecer a aflição real.

Um outro processo opera de modo mais energético e completo. Considera a realidade como a única inimiga e a fonte de todo sofrimento, com a qual é impossível viver, de maneira que, se quisermos ser de algum modo felizes, temos de romper todas as relações com ela. O eremita rejeita o mundo e não quer saber de tratar com ele. Pode-se, porém, fazer mais do que isso; pode-se tentar recriar o mundo, em seu lugar construir um outro mundo, no qual os seus aspectos mais insuportáveis sejam eliminados e substituídos por outros mais adequados a nossos próprios desejos. Mas quem quer que, numa atitude de desafio desesperado, se lance por este caminho em busca da felicidade, geralmente não chega a nada. A realidade é demasiado forte para ele. Torna-se um louco; alguém que, a maioria das vezes, não encontra ninguém para ajudá-lo a tornar real o seu delírio. Afirma-se, contudo, que cada um de nós se comporta, sob determinado aspecto, como um paranóico, corrige algum aspecto do mundo que lhe é insuportável pela elaboração de um desejo e introduz esse delírio na realidade. Concede-se especial importância ao caso em que a tentativa de obter uma certeza de felicidade e uma proteção contra o sofrimento através de um remodelamento delirante da realidade, é efetuada em comum por um considerável número de pessoas. As religiões da humanidade devem ser classificadas entre os delírios de massa desse tipo. É desnecessário dizer que todo aquele que partilha um delírio jamais o reconhece como tal.

Não pretendo ter feito uma enumeração completa dos métodos pelos quais os homens se esforçam para conseguir a felicidade e manter afastado o sofrimento; sei também que o material poderia ter sido diferentemente disposto. Ainda não mencionei um processo - não por esquecimento, mas porque nos interessará mais tarde, em relação a outro assunto. E como se poderia esquecer, entre todas as outras, a técnica da arte de viver? Ela se faz visível por uma notável combinação de aspectos característicos. Naturalmente, visa também a tornar o indivíduo independente do Destino (como é melhor chamá-lo) e, para esse fim, localiza a satisfação em processos mentais internos, utilizando, ao proceder assim, a deslocabilidade da libido que já mencionamos, ver [[1]]. Mas ela não volta as costas ao mundo externo; pelo contrário, prende-se aos objetos pertencentes a esse mundo e obtém felicidade de um relacionamento emocional com eles. Tampouco se contenta em visar a uma fuga do desprazer, uma meta, poderíamos dizer, de cansada resignação; passa por ela sem lhe dar atenção e se aferra ao esforço original e apaixonado em vista de uma consecução completa da felicidade. Na realidade, talvez se aproxime mais dessa meta do que qualquer outro método. Evidentemente, estou falando da modalidade de vida que faz do amor o centro de tudo, que busca toda satisfação em amar e ser amado. Uma atitude psíquica desse tipo chega de modo bastante natural a todos nós; uma das formas através da qual o amor se manifesta - o amor sexual - nos proporcionou nossa mais intensa experiência de uma transbordante sensação de prazer, fornecendo-nos assim um modelo para nossa busca da

felicidade. Há, porventura, algo mais natural do que persistirmos na busca da felicidade do modo como a encontramos pela primeira vez? O lado fraco dessa técnica de viver é de fácil percepção, pois, do contrário, nenhum ser humano pensaria em abandonar esse caminho da felicidade por qualquer outro. É que nunca nos achamos tão indefesos contra o sofrimento como quando amamos, nunca tão desamparadamente infelizes como quando perdemos o nosso objeto amado ou o seu amor. Isso, porém, não liquida com a técnica de viver baseada no valor do amor como um meio de obter felicidade. Há muito mais a ser dito a respeito. [Ver [1]].

Daqui podemos passar à consideração do interessante caso em que a felicidade na vida é predominantemente buscada na fruição da beleza, onde quer que esta se apresente a nossos sentidos e a nosso julgamento - a beleza das formas e a dos gestos humanos, a dos objetos naturais e das paisagens e a das criações artísticas e mesmo científicas. A atitude estética em relação ao objetivo da vida oferece muito pouca proteção contra a ameaça do sofrimento, embora possa compensá-lo bastante. A fruição da beleza dispõe de uma qualidade peculiar de sentimento, tenuemente intoxicante. A beleza não conta com um emprego evidente; tampouco existe claramente qualquer necessidade cultural sua. Apesar disso, a civilização não pode dispensá-la. Embora a ciência da estética investigue as condições sob as quais as coisas são sentidas como belas, tem sido incapaz de fornecer qualquer explicação a respeito da natureza e da origem da beleza, e, tal como geralmente acontece, esse insucesso vem sendo escamoteado sob um dilúvio de palavras tão pomposas quanto ocas. A psicanálise, infelizmente, também pouco encontrou a dizer sobre a beleza. O que parece certo é sua derivação do campo do sentimento sexual. O amor da beleza parece um exemplo perfeito de um impulso inibido em sua finalidade. 'Beleza' e 'atração' são, originalmente, atributos do objeto sexual. Vale a pena observar que os próprios órgãos genitais, cuja visão é sempre excitante, dificilmente são julgados belos; a qualidade da beleza, ao contrário, parece ligar-se a certos caracteres sexuais secundários.

A despeito da deficiência [de minha enumeração, ver ([1])], aventurar-me-ei a algumas observações à guisa de conclusão para nossa investigação. O programa de tornar-se feliz, que o princípio do prazer nos impõe, ver [[1]], não pode ser realizado; contudo, não devemos - na verdade, não podemos - abandonar nossos esforços de aproximá-lo da consecução, de uma maneira ou de outra. Caminhos muito diferentes podem ser tomados nessa direção, e podemos conceder prioridades quer ao aspecto positivo do objetivo, obter prazer, quer ao negativo, evitar o desprazer. Nenhum desses caminhos nos leva a tudo o que desejamos. A felicidade, no reduzido sentido em que a reconhecemos como possível, constitui um problema da economia da libido do indivíduo. Não existe uma regra de ouro que se aplique a todos: todo homem tem de descobrir por si mesmo de que modo específico ele pode ser salvo. Todos os tipos de diferentes fatores operarão a fim de dirigir sua escolha. É uma questão de quanta satisfação real ele pode esperar obter do mundo externo, de até onde é levado para tornar-se independente dele, e, finalmente, de quanta força sente à sua disposição para alterar o mundo, a fim de adaptá-lo a seus desejos. Nisso, sua constituição

psíquica desempenhará papel decisivo, independentemente das circunstâncias externas. O homem predominantemente erótico dará preferência aos seus relacionamentos emocionais com outras pessoas; o narcisista que tende a ser auto-suficiente, buscará suas satisfações principais em seus processos mentais internos; o homem de ação nunca abandonará o mundo externo, onde pode testar sua força. Quanto ao segundo desses tipos, a natureza de seus talentos e a parcela de sublimação instintiva a ele aberta decidirão onde localizará os seus interesses. Qualquer escolha levada a um extremo condena o indivíduo a ser exposto a perigos, que surgem caso uma técnica de viver, escolhida como exclusiva, se mostre inadequada. Assim como o negociante cauteloso evita empregar todo seu capital num só negócio, assim também, talvez, a sabedoria popular nos aconselhe a não buscar a totalidade de nossa satisfação numa só aspiração. Seu êxito jamais é certo, pois depende da convergência de muitos fatores, talvez mais do que qualquer outro, da capacidade da constituição psíquica em adaptar sua função ao meio ambiente e então explorar esse ambiente em vista de obter um rendimento de prazer. Uma pessoa nascida com uma constituição instintiva especialmente desfavorável e que não tenha experimentado corretamente a transformação e a redistribuição de seus componentes libidinais indispensáveis às realizações posteriores, achará difícil obter felicidade em sua situação externa, em especial se vier a se defrontar com tarefas de certa dificuldade. Como uma última técnica de vida, pelo que menos lhe trará satisfações substitutivas, é-lhe oferecida a fuga para a enfermidade neurótica, fuga que geralmente efetua quando ainda é jovem. O homem que, em anos posteriores, vê sua busca da felicidade resultar em nada ainda pode encontrar consolo no prazer oriundo da intoxicação crônica, ou então se empenhar na desesperada tentativa de rebelião que se observa na psicose.

A religião restringe esse jogo de escolha e adaptação, desde que impõe igualmente a todos o seu próprio caminho para a aquisição da felicidade e da proteção contra o sofrimento. Sua técnica consiste em depreciar o valor da vida e deformar o quadro do mundo real de maneira delirante - maneira que pressupõe uma intimidação da inteligência. A esse preço, por fixá-las à força num estado de infantilismo psicológico e por arrastá-las a um delírio de massa, a religião consegue poupar a muitas pessoas uma neurose individual. Difícilmente, porém, algo mais. Existem, como dissemos, muitos caminhos que *podem* levar à felicidade passível de ser atingida pelos homens, mas nenhum que o faça com toda segurança. Mesmo a religião não consegue manter sua promessa. Se, finalmente, o crente se vê obrigado a falar dos 'desígnios inescrutáveis' de Deus, está admitindo que tudo que lhe sobrou, como último consolo e fonte de prazer possíveis em seu sofrimento, foi uma submissão incondicional. E, se está preparado para isso, provavelmente poderia ter-se poupado o *détour* que efetuou.

III

Até agora, nossa investigação sobre a felicidade não nos ensinou quase nada que já não pertença ao conhecimento comum. E, mesmo que passemos dela para o problema de saber

por que é tão difícil para o homem ser feliz, parece que não há maior perspectiva de aprender algo novo. Já demos a resposta, ver [[1]] pela indicação das três fontes de que nosso sofrimento provém: o poder superior da natureza, a fragilidade de nossos próprios corpos e a inadequação das regras que procuram ajustar os relacionamentos mútuos dos seres humanos na família, no Estado e na sociedade. Quanto às duas primeiras fontes, nosso julgamento não pode hesitar muito. Ele nos força a reconhecer essas fontes de sofrimento e a nos submeter ao inevitável. Nunca dominaremos completamente a natureza, e o nosso organismo corporal, ele mesmo parte dessa natureza, permanecerá sempre como uma estrutura passageira, com limitada capacidade de adaptação e realização. Esse reconhecimento não possui um efeito paralisador. Pelo contrário, aponta a direção para a nossa atividade. Se não podemos afastar todo sofrimento, podemos afastar um pouco dele e mitigar outro tanto: a experiência de muitos milhares de anos nos convenceu disso. Quanto à terceira fonte, a fonte social de sofrimento, nossa atitude é diferente. Não a admitimos de modo algum; não podemos perceber por que os regulamentos estabelecidos por nós mesmos não representam, ao contrário, proteção e benefício para cada um de nós. Contudo, quando consideramos o quanto fomos malsucedidos exatamente nesse campo de prevenção do sofrimento, surge em nós a suspeita de que também aqui é possível fazer, por trás desse fato, uma parcela de natureza inconquistável - dessa vez, uma parcela de nossa própria constituição psíquica.

Quando começamos a considerar essa possibilidade, deparamo-nos com um argumento tão espantoso, que temos de nos demorar nele. Esse argumento sustenta que o que chamamos de nossa civilização é em grande parte responsável por nossa desgraça e que seríamos muito mais felizes se a abandonássemos e retornássemos às condições primitivas. Chamo esse argumento de espantoso porque, seja qual for a maneira por que possamos definir o conceito de civilização, constitui fato incontroverso que todas as coisas que buscamos a fim de nos protegermos contra as ameaças oriundas das fontes de sofrimento, fazem parte dessa mesma civilização.

Como foi que tantas pessoas vieram a assumir essa estranha atitude de hostilidade para com a civilização? Acredito que seu fundamento consistiu numa longa e duradoura insatisfação com o estado de civilização então existente e que, nessa base, se construiu uma condenação dela, ocasionada por certos acontecimentos históricos específicos. Penso saber quais foram a última e a penúltima dessas ocasiões. Não sou suficientemente erudito para fazer remontar a origem de sua cadeia o mais distante possível na história da espécie humana, mas um fator desse tipo, hostil à civilização, já devia estar em ação na vitória do cristianismo sobre as religiões pagãs, de uma vez que se achava intimamente relacionado à baixa estima dada à vida terrena pela doutrina cristã. A penúltima dessas ocasiões se instaurou quando o progresso das viagens de descobrimento conduziu ao contacto com povos e raças primitivos. Em consequência de uma observação insuficiente e de uma visão equivocada de seus hábitos e costumes, eles apareceram aos europeus como se levassem uma vida simples e feliz, com poucas necessidades, um tipo de vida inatingível por seus

visitantes com sua civilização superior. A experiência posterior corrigiu alguns desses julgamentos. Em muitos casos, os observadores haviam erroneamente atribuído à ausência de exigências culturais complicadas o que de fato era devido à generosidade da natureza e à facilidade com que as principais necessidades humanas eram satisfeitas. A última ocasião nos é especialmente familiar. Surgiu quando as pessoas tomaram conhecimento do mecanismo das neuroses, que ameaçam solapar a pequena parcela de felicidade desfrutada pelos homens civilizados. Descobriu-se que uma pessoa se torna neurótica porque não pode tolerar a frustração que a sociedade lhe impõe, a serviço de seus ideais culturais, inferindo-se disso que a abolição ou redução dessas exigências resultaria num retorno a possibilidades de felicidade.

Existe ainda um fator adicional de desapontamento. Durante as últimas gerações, a humanidade efetuou um progresso extraordinário nas ciências naturais e em sua aplicação técnica, estabelecendo seu controle sobre a natureza de uma maneira jamais imaginada. As etapas isoladas desse progresso são do conhecimento comum, sendo desnecessário enumerá-las. Os homens se orgulham de suas realizações e têm todo direito de se orgulharem. Contudo, parecem ter observado que o poder recentemente adquirido sobre o espaço e o tempo, a subjugação das forças da natureza, consecução de um anseio que remonta a milhares de anos, não aumentou a quantidade de satisfação prazerosa que poderiam esperar da vida e não os tornou mais felizes. Reconhecendo esse fato, devemos contentar-nos em concluir que o poder sobre a natureza não constitui a *única* pré-condição da felicidade humana, assim como não é o *único* objetivo do esforço cultural. Disso não devemos inferir que o progresso técnico não tenha valor para a economia de nossa felicidade. Gostaríamos de perguntar: não existe, então, nenhum ganho no prazer, nenhum aumento inequívoco no meu sentimento de felicidade, se posso, tantas vezes quantas me agrada, escutar a voz de um filho meu que está morando a milhares de quilômetros de distância, ou saber, no tempo mais breve possível depois de um amigo ter atingido seu destino, que ele concluiu incólume a longa e difícil viagem? Não significa nada que a medicina tenha conseguido não só reduzir enormemente a mortalidade infantil e o perigo de infecção para as mulheres no parto, como também, na verdade, prolongar consideravelmente a vida média do homem civilizado? Há uma longa lista que poderia ser acrescentada a esse tipo de benefícios, que devemos à tão desprezada era dos progressos científicos e técnicos. Aqui, porém, a voz da crítica pessimista se faz ouvir e nos adverte que a maioria dessas satisfações segue o modelo do 'prazer barato' louvado pela anedota: o prazer obtido ao se colocar a perna nua para fora das roupas de cama numa fria noite de inverno e recolhê-la novamente. Se não houvesse ferrovias para abolir as distâncias, meu filho jamais teria deixado sua cidade natal e eu não precisaria de telefone para ouvir sua voz; se as viagens marítimas transoceânicas não tivessem sido introduzidas, meu amigo não teria partido em sua viagem por mar e eu não precisaria de um telegrama para aliviar minha ansiedade a seu respeito. Em que consiste a vantagem de reduzir a mortalidade infantil, se é precisamente essa redução que nos impõe a maior coerção na geração de filhos, de tal maneira que, considerando tudo, não criamos mais crianças do que nos dias anteriores ao reino da higiene, ao passo que, ao mesmo tempo,

criamos condições difíceis para nossa vida sexual no casamento e provavelmente trabalhamos contra os efeitos benéficos da seleção natural? Enfim, de que nos vale uma vida longa se ela se revela difícil e estéril em alegrias, e tão cheia de desgraças que só a morte é por nós recebida como uma libertação?

Parece certo que não nos sentimos confortáveis na civilização atual, mas é muito difícil formar uma opinião sobre se, e em que grau, os homens de épocas anteriores se sentiram mais felizes, e sobre o papel que suas condições culturais desempenharam nessa questão. Sempre tendemos a considerar objetivamente a aflição das pessoas - isto é, nos colocamos, com nossas próprias necessidades e sensibilidades, nas condições *delas*, e então examinar quais as ocasiões que nelas encontraríamos para experimentar felicidade ou infelicidade. Esse método de examinar as coisas, que parece objetivo por ignorar as variações na sensibilidade subjetiva, é, naturalmente, o mais subjetivo possível, de uma vez que coloca nossos próprios estados mentais no lugar de quaisquer outros, por mais desconhecidos que estes possam ser. A felicidade, contudo, é algo essencialmente subjetivo. Por mais que nos retraíamos com horror de certas situações - a de um escravo de galé na Antiguidade, a de um camponês durante a Guerra dos Trinta Anos, a de uma vítima da Inquisição, a de um judeu à espera de um *pogrom* - para nós, sem embargo, é impossível nos colocarmos no lugar dessas pessoas - adivinhar as modificações que uma obtusidade original da mente, um processo gradual de embrutecimento, a cessação das esperanças e métodos de narcotização mais grosseiros ou mais refinados produziram sobre a receptividade delas às sensações de prazer e desprazer. Além disso, no caso da possibilidade mais extrema de sofrimento, dispositivos mentais protetores e especiais são postos em funcionamento. Parece-me improdutivo levar adiante esse aspecto do problema.

Já é tempo de voltarmos nossa atenção para a natureza dessa civilização, sobre cujo valor como veículo de felicidade foram lançadas dúvidas. Não procuraremos uma fórmula que exprima essa natureza em poucas palavras, enquanto não tivermos aprendido alguma coisa através de seu exame. Mais uma vez, portanto, nos contentaremos em dizer que a palavra 'civilização' descreve a soma integral das realizações e regulamentos que distinguem nossas vidas das de nossos antepassados animais, e que servem a dois intuitos, a saber: o de proteger os homens contra a natureza e o de ajustar os seus relacionamentos mútuos. A fim de aprendermos mais, reuniremos os diversos aspectos singulares da civilização, tal como se apresentam nas comunidades humanas. Agindo desse modo, não hesitaremos em nos deixar guiar pelos hábitos lingüísticos ou, como são também chamados, sentimento lingüístico, na convicção de que assim estamos fazendo justiça e discernimentos internos que ainda desafiam sua expressão em termos abstratos.

A primeira etapa é fácil. Reconhecemos como culturais todas as atividades e recursos úteis aos homens, por lhes tornarem a terra proveitosa, por protegerem-nos contra a violência das forças da natureza, e assim por diante. Em relação a esse aspecto de

civilização, dificilmente pode haver qualquer dúvida. Se remontarmos suficientemente às origens, descobriremos que os primeiros atos de civilização foram a utilização de instrumentos, a obtenção do controle sobre o fogo e a construção de habitações. Entre estes, o controle sobre o fogo sobressai como uma realização extraordinária e sem precedentes, ao passo que os outros desbravaram caminhos que o homem desde então passou a seguir, e cujo estímulo pode ser facilmente percebido. Através de cada instrumento, o homem recria seus próprios órgãos, motores ou sensoriais, ou amplia os limites de seu funcionamento. A potência motora coloca forças gigantescas à sua disposição, as quais, como os seus músculos, ele pode empregar em qualquer direção; graças aos navios e aos aviões, nem a água nem o ar podem impedir seus movimentos; por meio de óculos corrige os defeitos das lentes de seus próprios olhos; através do telescópio, vê a longa distância; e por meio do microscópio supera os limites de visibilidade estabelecidos pela estrutura de sua retina. Na câmara fotográfica, criou um instrumento que retém as impressões visuais fugidias, assim como um disco de gramofone retém as auditivas, igualmente fugidias; ambas são, no fundo, materializações do poder que ele possui de rememoração, isto é, sua memória. Com o auxílio do telefone, pode escutar a distâncias que seriam respeitadas como inatingíveis mesmo num conto de fadas. A escrita foi, em sua origem, a voz de uma pessoa ausente, e a casa para moradia constituiu um substituto do útero materno, o primeiro alojamento, pelo qual, com toda probabilidade, o homem ainda anseia, e no qual se achava seguro e se sentia à vontade.

Essas coisas - que, através de sua ciência e tecnologia, o homem fez surgir na Terra, sobre a qual, no princípio, ele apareceu como um débilorganismo animal e onde cada indivíduo de sua espécie deve, mais uma vez, fazer sua entrada ('oh inch of nature') como se fosse um recém-nascido desamparado - essas coisas não apenas soam como um conto de fadas, mas também constituem uma realização efetiva de todos - ou quase todos - os desejos de contos de fadas. Todas essas vantagens ele as pode reivindicar como aquisição cultural sua. Há muito tempo atrás, ele formou uma concepção ideal de onipotência e onisciência que corporificou em seus deuses. A estes, atribuía tudo que parecia inatingível aos seus desejos ou lhe era proibido. Pode-se dizer, portanto, que esses deuses constituíam ideais culturais. Hoje, ele se aproximou bastante da consecução desse ideal, ele próprio quase se tornou um deus. É verdade que isso só ocorreu segundo o modo como os ideais são geralmente atingidos, de acordo com o juízo geral da humanidade. Não completamente; sob certos aspectos, de modo algum; sob outros, apenas pela metade. O homem, por assim dizer, tornou-se uma espécie de "Deus de prótese". Quando faz uso de todos os seus órgãos auxiliares, ele é verdadeiramente magnífico; esses órgãos, porém, não cresceram nele e, às vezes, ainda lhe causam muitas dificuldades. Não obstante, ele tem o direito de se consolar pensando que esse desenvolvimento não chegará ao fim exatamente no ano de 1930 A.D. As épocas futuras trarão com elas novos e provavelmente inimagináveis grandes avanços nesse campo da civilização e aumentarão ainda mais a semelhança do homem com Deus. No interesse de nossa investigação, contudo, não esqueceremos que atualmente o homem não se sente feliz em seu papel de semelhante a Deus.

Reconhecemos, então, que os países atingiram um alto nível de civilização quando descobrimos que neles tudo o que pode ajudar na exploração da Terra pelo homem e na sua proteção contra as forças da natureza tudo, em suma, que é útil para ele - está disponível e é passível de ser conseguido. Nesses países, os rios que ameaçam inundar as terras são regulados em seu fluxo, e sua água é irrigada através de canais para lugares onde ela é escassa. O solo é cuidadosamente cultivado e plantado com a vegetação apropriada, e a riqueza mineral subterrânea é assiduamente trazida à superfície e modelada em implementos e utensílios indispensáveis. Os meios de comunicação são amplos, rápidos e dignos de confiança. Os animais selvagens e perigosos foram exterminados e a criação de animais domésticos floresce. Além dessas, porém, exigimos outras coisas da civilização, sendo digno de nota o fato de esperarmos encontrá-las realizadas nesses mesmos países. Como se estivéssemos procurando repudiar a primeira exigência que fizemos, reconhecemos, igualmente, como um sinal de civilização, verificar que as pessoas também orientam suas preocupações para aquilo que não possui qualquer valor prático, para o que não é lucrativo: por exemplo, os espaços verdes necessários a uma cidade, como *playgrounds* e reservatórios de ar fresco, são também ornados de jardins e as janelas das casas, decoradas com vasos de flores. De imediato, constatamos que essa coisa não lucrativa que esperamos que a civilização valorize, é a beleza. Exigimos que o homem civilizado reverencie a beleza, sempre que a perceba na natureza ou sempre que a crie nos objetos de seu trabalho manual, na medida em que é capaz disso. Mas isso está longe de exaurir nossas exigências quanto à civilização. Esperamos, ademais, ver sinais de asseio e de ordem. Não concebemos uma cidade do interior da Inglaterra, na época de Shakespeare, como possuidora de um alto nível cultural, quando lemos que havia um grande monte de esterco em frente à casa de seu pai, em Stratford; também ficamos indignados e chamamos de 'bárbaro' (o oposto de civilizado), quando nos deparamos com as veredas do Wiener Wald cobertas de papéis velhos. A sujeira de qualquer espécie nos parece incompatível com a civilização. Da mesma forma, estendemos nossa exigência de limpeza ao corpo humano. Ficamos estupefatos ao saber que o emanava um odor insuportável, meneamos a cabeça quando, na Isola Bella nos é mostrada a minúscula bacia em que Napoleão se lavava todas as manhãs. Na verdade, não nos surpreende a idéia de estabelecer o emprego do sabão como um padrão real de civilização. Isso é igualmente verdadeiro quanto à ordem. Assim como a limpeza, ela só se aplica às obras do homem. Contudo, ao passo que não se espera encontrar asseio na natureza, a ordem, pelo contrário, foi imitada a partir dela. A observação que o homem fez das grandes regularidades astronômicas não apenas o munuiu de um modelo para a introdução da ordem em sua vida, mas também lhe forneceu os primeiros pontos de partida para proceder desse modo. A ordem é uma espécie de compulsão a ser repetida, compulsão que, ao se estabelecer um regulamento de uma vez por todas, decide quando, onde e como uma coisa será efetuada, e isso de tal maneira que, em todas as circunstâncias semelhantes, a hesitação e a indecisão nos são poupadas. Os benefícios da ordem são incontestáveis. Ela capacita os homens a utilizarem o espaço e o tempo para seu melhor proveito, conservando ao mesmo tempo as forças psíquicas deles. Deveríamos ter o direito de esperar que ela houvesse ocupado seu lugar nas atividades humanas desde o início e sem dificuldade, e podemos ficar

admirados de que isso não tenha acontecido, de que, pelo contrário, os seres humanos revelem uma tendência inata para o descuido, a irregularidade e a irresponsabilidade em seu trabalho, e de que seja necessário um laborioso treinamento para que aprendam a seguir o exemplo de seus modelos celestes.

Evidentemente, a beleza, a limpeza e a ordem ocupam uma posição especial entre as exigências da civilização. Ninguém sustentará que elas sejam tão importantes para a vida quanto o controle sobre as forças da natureza ou quanto alguns outros fatores com que ainda nos familiarizaremos. No entanto, ninguém procurará colocá-las em segundo plano, como se não passassem de trivialidades. Que a civilização não se faz acompanhar apenas pelo que é útil, já ficou demonstrado pelo exemplo da beleza, que não omitimos entre os interesses da civilização. A utilidade da ordem é inteiramente evidente. Quando à limpeza, devemos ter em mente aquilo que também a higiene exige de nós, e podemos supor que, mesmo anteriormente à profilaxia científica, a conexão entre as duas não era de todo estranha ao homem. Contudo, a utilidade não explica completamente esses esforços; deve existir algo mais que se encontre em ação.

Nenhum aspecto, porém, parece caracterizar melhor a civilização do que sua estima e seu incentivo em relação às mais elevadas atividades mentais do homem - suas realizações intelectuais, científicas e artísticas - e o papel fundamental que atribui às idéias na vida humana. Entre essas idéias, em primeiro lugar se encontram os sistemas religiosos, cuja complicada estrutura já me esforcei por esclarecer em outra oportunidade. A seguir, vêm as especulações da filosofia e, finalmente, o que se poderia chamar de 'ideais' do homem - suas idéias a respeito de uma possível perfeição dos indivíduos, dos povos, ou da humanidade como um todo, e as exigências estabelecidas com fundamento nessas idéias. O fato de essas criações do homem não serem mutuamente independentes, mas, pelo contrário, se acharem estreitamente entrelaçadas, aumenta a dificuldade não apenas de descrevê-las, como também de traçar sua derivação psicológica. Se, de modo bastante geral, supusermos que a força motivadora de todas as atividades humanas é um esforço desenvolvido no sentido de duas metas confluentes, a de utilidade e a de obtenção de prazer, teremos de supor que isso também é verdadeiro quanto às manifestações da civilização que acabamos de examinar, embora só seja facilmente visível nas atividades científicas e estéticas. Não se pode, porém, duvidar de que as outras atividades também correspondem a fortes necessidades dos homens - talvez a necessidades que só se achem desenvolvidas numa minoria. Tampouco devemos permitir sermos desorientados por juízos de valor referentes a qualquer religião, qualquer sistema filosófico ou qualquer ideal. Quer pensemos encontrar neles as mais altas realizações do espírito humano, quer os deploremos como aberrações, não podemos deixar de reconhecer que onde eles se acham presentes, e, em especial, onde eles são dominantes, está implícito um alto nível de civilização.

Resta avaliar o último, mas decerto não o menos importante, dos aspectos característicos da civilização: a maneira pela qual os relacionamentos mútuos dos homens, seus

relacionamentos sociais, são regulados - relacionamentos estes que afetam uma pessoa como próximo, como fonte de auxílio, como objeto sexual de outra pessoa, como membro de uma família e de um Estado. Aqui, é particularmente difícil manter-se isento de exigências ideais específicas e perceber aquilo que é civilizado em geral. Talvez possamos começar pela explicação de que o elemento de civilização entra em cena com a primeira tentativa de regular esses relacionamentos sociais. Se essa tentativa não fosse feita, os relacionamentos ficariam sujeitos à vontade arbitrária do indivíduo, o que equivale a dizer que o homem fisicamente mais forte decidiria a respeito deles no sentido de seus próprios interesses e impulsos instintivos. Nada se alteraria se, por sua vez, esse homem forte encontrasse alguém mais forte do que ele. A vida humana em comum só se torna possível quando se reúne uma maioria mais forte do que qualquer indivíduo isolado e que permanece unida contra todos os indivíduos isolados. O poder dessa comunidade é então estabelecido como 'direito', em oposição ao poder do indivíduo, condenado como 'força bruta'. A substituição do poder do indivíduo pelo poder de uma comunidade constitui o passo decisivo da civilização. Sua essência reside no fato de os membros da comunidade se restringirem em suas possibilidades de satisfação, ao passo que o indivíduo desconhece tais restrições. A primeira exigência da civilização, portanto, é a da justiça, ou seja, a garantia de que uma lei, uma vez criada, não será violada em favor de um indivíduo. Isso não acarreta nada quanto ao valor ético de tal lei. O curso ulterior do desenvolvimento cultural parece tender no sentido de tornar a lei não mais expressão da vontade de uma pequena comunidade - uma casta ou camada de uma população ou grupo racial -, que, por sua vez, se comporta como um indivíduo violento frente a outros agrupamentos de pessoas, talvez mais numerosos. O resultado final seria um estatuto legal para o qual todos - exceto os incapazes de ingressar numa comunidade - contribuíram com um sacrifício de seus instintos, que não deixa ninguém - novamente com a mesma exceção - à mercê da força bruta.

A liberdade do indivíduo não constitui um dom da civilização. Ela foi maior antes da existência de qualquer civilização, muito embora, é verdade, naquele então não possuísse, na maior parte, valor, já que dificilmente o indivíduo se achava em posição de defendê-la. O desenvolvimento da civilização impõe restrições a ela, e a justiça exige que ninguém fuja a essas restrições. O que se faz sentir numa comunidade humana como desejo de liberdade pode ser sua revolta contra alguma injustiça existente, e desse modo esse desejo pode mostrar-se favorável a um maior desenvolvimento da civilização; pode permanecer compatível com a civilização. Entretanto, pode também originar-se dos remanescentes de sua personalidade original, que ainda não se acha domada pela civilização, e assim nela tornar-se a base da hostilidade à civilização. O impulso de liberdade, portanto, é dirigido contra formas e exigências específicas da civilização ou contra a civilização em geral. Não parece que qualquer influência possa induzir o homem a transformar sua natureza na de uma térmita. Indubitavelmente, ele sempre defenderá sua reivindicação à liberdade individual contra a vontade do grupo. Grande parte das lutas da humanidade centralizam-se em torno da tarefa única de encontrar uma acomodação conveniente - isto é, uma acomodação que traga felicidade - entre essa reivindicação do indivíduo e as reivindicações culturais do grupo, e

um dos problemas que incide sobre o destino da humanidade é o de saber se tal acomodação pode ser alcançada por meio de alguma forma específica de civilização ou se esse conflito é irreconciliável.

Permitindo que o sentimento comum assumisse o papel de nosso guia quanto a decidir sobre quais aspectos da vida humana devem ser encarados como civilizados, conseguimos esboçar uma impressão bastante clara do quadro geral da civilização; contudo, é verdade que, até agora, não descobrimos nada que já não fosse universalmente conhecido. Ao mesmo tempo, tivemos o cuidado de não concordar com o preconceito de que civilização é sinônimo de aperfeiçoamento, de que constitui a estrada para a perfeição, preordenada para os homens. Agora, porém, apresenta-se um ponto de vista que pode conduzir numa direção diferente. O desenvolvimento da civilização nos aparece como um processo peculiar que a humanidade experimenta e no qual diversas coisas nos impressionam como familiares. Podemos caracterizar esse processo referindo-o às modificações que ele ocasiona nas habituais disposições instintivas dos seres humanos, para satisfazer o que, em suma, constitui a tarefa econômica de nossas vidas. Alguns desses instintos são empregados de tal maneira que, em seu lugar, aparece algo que, num indivíduo, descrevemos como um traço de caráter. O exemplo mais notável desse processo é encontrado no erotismo anal das crianças. Seu interesse original pela função excretória, por seus órgãos e produtos, transforma-se, no decurso do crescimento, num grupo de traços que nos são familiares, tais como a parcimônia, o sentido da ordem e da limpeza - qualidades que, embora valiosas e desejáveis em si mesmas, podem ser intensificadas até se tornarem acentuadamente dominantes e produzirem o que se chama de caráter anal. Não sabemos como isso acontece, mas não há dúvida sobre a exatidão da descoberta. Ora, vimos que a ordem e a limpeza constituem exigências importantes de civilização, embora sua necessidade vital não seja muito aparente, da mesma forma que revelam indesejáveis como fonte de prazer. Nesse ponto, não podemos deixar de ficar impressionados pela semelhança existente entre os processos civilizatórios e o desenvolvimento libidinal do indivíduo. Outros instintos [além do erotismo anal] são induzidos a deslocar as condições de sua satisfação, a conduzi-las para outros caminhos. Na maioria dos casos, esse processo coincide com o da *sublimação* (dos fins instintivos), com que nos achamos familiarizados; noutros, porém, pode diferenciar-se dele. A sublimação do instinto constitui um aspecto particularmente evidente do desenvolvimento cultural; é ela que torna possível às atividades psíquicas superiores, científicas, artísticas ou ideológicas, o desempenho de um papel tão importante na vida civilizada. Se nos rendêssemos a uma primeira impressão, diríamos que a sublimação constitui uma vicissitude que foi imposta aos instintos de forma total pela civilização. Seria prudente refletir um pouco mais sobre isso. Em terceiro lugar, finalmente - e isso parece o mais importante de tudo -, é impossível desprezar o ponto até o qual a civilização é construída sobre uma renúncia ao instinto, o quanto ela pressupõe exatamente a não-satisfação (pela opressão, repressão, ou algum outro meio?) de instintos poderosos. Essa 'frustração cultural' domina o grande campo dos relacionamentos sociais entre os seres humanos. Como já sabemos, é a causa da hostilidade contra a qual todas as civilizações têm de lutar. Também ela fará exigências severas à nossa

obra científica, e muito teremos a explicar aqui. Não é fácil entender como pode ser possível privar de satisfação um instinto. Não se faz isso impunemente. Se a perda não for economicamente compensada, pode-se ficar certo de que sérios distúrbios decorrerão disso.

Mas, se quisermos saber qual o valor que pode ser atribuído à nossa opinião de que o desenvolvimento da civilização constitui um processo especial, comparável à maturação normal do indivíduo, temos, claramente, de atacar o problema. Devemos perguntar-nos a que influência o desenvolvimento da civilização deve sua origem, como ela surgiu e o que determinou o seu curso.

IV

A tarefa parece imensa e, frente a ela, é natural que se sinta falta de confiança. Mas aqui estão as conjecturas que pude efetuar.

Depois que o homem primevo descobriu que estava literalmente em suas mãos melhorar a sua sorte na Terra através do trabalho, não lhe pode ter sido indiferente que outro homem trabalhasse com ele ou contra ele. Esse outro homem adquiriu para ele o valor de um companheiro de trabalho, com quem era útil conviver. Em época ainda anterior, em sua pré-história simiesca, o homem adotara o hábito de formar famílias, e provavelmente os membros de sua família foram os seus primeiros auxiliares. Pode-se supor que a formação de famílias deveu-se ao fato de ter ocorrido um momento em que a necessidade de satisfação genital não apareceu mais como um hóspede que surge repentinamente e do qual, após a partida, não mais se ouve falar por longo tempo, mas que, pelo contrário, se alojou como um inquilino permanente. Quando isso aconteceu, o macho adquiriu um motivo para conservar a fêmea junto de si, ou, em termos mais gerais, seus objetos sexuais, a seu lado, ao passo que a fêmea, não querendo separar-se de seus rebentos indefesos, viu-se obrigada, no interesse deles, a permanecer com o macho mais forte. Na família primitiva, falta ainda uma característica essencial da civilização. A vontade arbitrária de seu chefe, o pai, era irrestrita. Em *Totem e Tabu* [1912-13], tentei demonstrar o caminho que vai dessa família à etapa subsequente, a da vida comunal, sob a forma de grupos de irmãos. Sobrepujando o pai, os filhos descobriram que uma combinação pode ser mais forte do que um indivíduo isolado. A cultura totêmica baseia-se nas restrições que os filhos tiveram de impor-se mutuamente, a fim de conservar esse novo estado de coisas. Os preceitos do tabu constituíram o primeiro 'direito' ou 'lei'. A vida comunitária dos seres humanos teve, portanto, um fundamento duplo: a compulsão para o trabalho, criada pela necessidade externa, e o poder do amor, que fez o homem relutar em privar-se de seu objeto sexual - a mulher - e a mulher, em privar-se daquela parte de si própria que dela fora separada - seu filho. Eros e Ananke [Amor e Necessidade] se tornaram os pais também da civilização humana. O primeiro resultado da civilização foi que mesmo um número bastante grande de pessoas podia agora viver reunido numa comunidade. E, como esses dois grandes poderes cooperaram para isso, poder-se-ia

esperar que o desenvolvimento ulterior da civilização progredisse sem percalços no sentido de um controle ainda melhor sobre o mundo externo e no de uma ampliação do número de pessoas incluídas na comunidade. É difícil compreender como essa civilização pode agir sobre os seus participantes de outro modo senão o de torná-los felizes.

Antes de continuarmos a indagar sobre de que direção uma interferência poderia surgir, o reconhecimento do amor como um dos fundamentos da civilização pode servir de pretexto para uma digressão que nos capacitará a preencher uma lacuna por nós deixada num exame anterior, ver [[1]]. Mencionáramos então que a descoberta feita pelo homem de que o amor sexual (genital) lhe proporcionava as mais intensas experiências de satisfação, fornecendo-lhe, na realidade, o protótipo de toda felicidade, deve ter-lhe sugerido que continuasse a buscar a satisfação da felicidade em sua vida seguindo o caminho das relações sexuais e que tornasse o erotismo genital o ponto central dessa mesma vida. Prosseguimos dizendo que, fazendo assim, ele se tornou dependente, de uma forma muito perigosa, de uma parte do mundo externo, isto é, de seu objeto amoroso escolhido, expondo-se a um sofrimento extremo, caso fosse rejeitado por esse objeto ou o perdesse através da infidelidade ou da morte. Por essa razão, os sábios de todas as épocas nos advertiram enfaticamente contra tal modo de vida; apesar disso, ele não perdeu seu atrativo para grande número de pessoas.

Apesar de tudo, uma pequena minoria de pessoas acha-se capacitada, por sua constituição, a encontrar felicidade no caminho do amor. Fazem-se necessárias, porém, alterações mentais de grande alcance na função do amor antes que isso possa acontecer. Essas pessoas se tornam independentes da aquiescência de seu objeto, deslocando o que mais valorizam do ser amado para o amar; protegem-se contra a perda do objeto, voltando seu amor, não para objetos isolados, mas para todos os homens, e, do mesmo modo, evitam as incertezas e as decepções do amor genital, desviando-se de seus objetivos sexuais e transformando o instinto num impulso com uma *finalidade inibida*. Ocasionalmente assim, nelas mesmas, um estado de sentimento imparcialmente suspenso, constante e afetuoso, que tem pouca semelhança externa com as tempestuosas agitações do amor genital, do qual, não obstante, se deriva. Talvez São Francisco de Assis tenha sido quem mais longe foi na utilização do amor para beneficiar um sentimento interno de felicidade. Além disso, aquilo que identificamos como sendo uma das técnicas para realizar o princípio do prazer foi amiúde vinculado à religião; essa vinculação pode residir nas remotas regiões em que a distinção entre o ego e os objetos, ou entre os próprios objetos, é desprezada. De acordo com determinado ponto de vista ético, cuja motivação mais profunda se nos tornará clara dentro em pouco, essa disposição para o amor universal pela humanidade e pelo mundo representa o ponto mais alto que o homem pode alcançar. Mesmo nessa etapa preliminar da discussão, gostaria de apresentar minhas duas principais objeções a essa opinião. Um amor que não discrimina me parece privado de uma parte de seu próprio valor, por fazer uma injustiça a seu objeto, e, em segundo lugar, nem todos os homens são dignos de amor.

O amor que fundou a família continua a operar na civilização, tanto em sua forma original,

em que não renuncia à satisfação sexual direta, quanto em sua forma modificada, como afeição inibida em sua finalidade. Em cada uma delas, continua a realizar sua função de reunir consideráveis quantidades de pessoas, de um modo mais intensivo do que o que pode ser efetuado através do interesse pelo trabalho em comum. A maneira descuidada com que a linguagem utiliza a palavra 'amor' conta com uma justificação genética. As pessoas dão o nome de 'amor' ao relacionamento entre um homem e uma mulher cujas necessidades genitais os levaram a fundar uma família; também dão esse nome aos sentimentos positivos existentes entre pais e filhos, e entre os irmãos e as irmãs de uma família, embora *nós* sejamos obrigados a descrever isso como 'amor inibido em sua finalidade' ou 'afeição'. O amor com uma finalidade inibida foi de fato, originalmente, amor plenamente sensual, e ainda o é no inconsciente do homem. Ambos - o amor plenamente sensual e o amor inibido em sua finalidade - estendem-se exteriormente à família e criam novos vínculos com pessoas anteriormente estranhas. O amor genital conduz à formação de novas famílias, e o amor inibido em sua finalidade, a 'amizades' que se tornam valiosas, de um ponto de vista cultural, por fugirem a algumas das limitações do amor genital, como, por exemplo, à sua exclusividade. No decurso do desenvolvimento, porém, a relação do amor com a civilização perde sua falta de ambigüidade. Por um lado, o amor se coloca em oposição aos interesses da civilização; por outro, esta ameaça o amor com restrições substanciais.

Essa incompatibilidade entre amor e civilização parece inevitável e sua razão não é imediatamente reconhecível. Expressa-se a princípio como um conflito entre a família e a comunidade maior a que o indivíduo pertence. Já percebemos que um dos principais esforços da civilização é reunir as pessoas em grandes unidades. Mas a família não abandona o indivíduo. Quanto mais estreitamente os membros de uma família se achem mutuamente ligados, com mais freqüência tendem a se apartarem dos outros e mais difícil lhes é ingressar no círculo mais amplo da cidade. O modo de vida em comum que é filogeneticamente o mais antigo, e o único que existe na infância, não se deixará sobrepujar pelo modo cultural de vida adquirido depois. Separar-se da família torna-se uma tarefa com que todo jovem se defronta, e a sociedade freqüentemente o auxilia na solução disso através dos ritos de puberdade e de iniciação. Ficamos com a impressão de que se trata de dificuldades inerentes a todo desenvolvimento psíquico - e, em verdade, no fundo, a todo desenvolvimento orgânico.

Além do mais, as mulheres logo se opõem à civilização e demonstram sua influência retardante e coibidora - as mesmas mulheres que, de início, estabeleceram os fundamentos da civilização pelas reivindicações de seu amor. As mulheres representam os interesses da família e da vida sexual. O trabalho de civilização tornou-se cada vez mais um assunto masculino, confrontando os homens com tarefas cada vez mais difíceis e compelindo-os a executarem sublimações instintivas de que as mulheres são pouco capazes. Já que o homem não dispõe de quantidades ilimitadas de energia psíquica, tem de realizar suas tarefas efetuando uma distribuição conveniente de sua libido. Aquilo que emprega para finalidades culturais, em grande parte o extrai das mulheres e da vida sexual. Sua constante associação

com outros homens e a dependência de seus relacionamentos com eles o alienam inclusive de seus deveres de marido e de pai. Dessa maneira, a mulher se descobre relegada a segundo plano pelas exigências da civilização e adota uma atitude hostil para com ela.

A tendência por parte da civilização em restringir a vida sexual não é menos clara do que sua outra tendência em ampliar a unidade cultural. Sua primeira fase, totêmica, já traz com ela a proibição de uma escolha incestuosa de objeto, o que constitui, talvez, a mutilação mais drástica que a vida erótica do homem em qualquer época já experimentou. Os tabus, as leis e os costumes impõem novas restrições, que influenciam tanto homens quanto mulheres. Nem todas as civilizações vão igualmente longe nisso, e a estrutura econômica da sociedade também influencia a quantidade de liberdade sexual remanescente. Aqui, como já sabemos, a civilização está obedecendo às leis da necessidade econômica, visto que uma grande quantidade da energia psíquica que ela utiliza para seus próprios fins tem de ser retirada da sexualidade. Com relação a isso, a civilização se comporta diante da sexualidade da mesma forma que um povo, ou uma de suas camadas sociais, procede diante de outros que estão submetidos à sua exploração. O temor a uma revolta por parte dos elementos oprimidos a conduz à utilização de medidas de precaução mais estritas. Um ponto culminante nesse desenvolvimento foi atingido em nossa civilização ocidental européia. Uma comunidade cultural acha-se, do ponto de vista psicológico, perfeitamente justificada em começar por proscriver as manifestações da vida sexual das crianças, pois não haveria perspectiva de submeter os apetites sexuais dos adultos, se os fundamentos para isso não tivessem sido lançados na infância. Contudo, uma comunidade desse tipo de modo algum pode ser justificada se vai até o ponto de realmente *repudiar* essas manifestações facilmente demonstráveis e, na verdade, notáveis. Quanto ao indivíduo sexualmente maduro, a escolha de um objeto restringe-se ao sexo oposto, estando as satisfações extragenitais, em sua maioria, proibidas como perversão. A exigência, demonstrada nessas proibições, de que haja um tipo único de vida sexual para todos, não leva em consideração as dessemelhanças, inatas ou adquiridas, na constituição sexual dos seres humanos; cerceia, em bom número deles, o gozo sexual, tornando-se assim fonte de grave injustiça. O resultado de tais medidas restritivas poderia ser que, nas pessoas normais - que não se acham impedidas por sua constituição -, a totalidade dos seus interesses sexuais fluísse, sem perdas, para os canais que são deixados abertos. No entanto, o próprio amor genital heterossexual, que permaneceu isento de proscricção, é restringido por outras limitações, apresentadas sob a forma da insistência na legitimidade e na monogamia. A civilização atual deixa claro que só permite os relacionamentos sexuais na base de um vínculo único e indissolúvel entre um só homem e uma só mulher, e que não é de seu agrado a sexualidade como fonte de prazer por si própria, só se achando preparada para tolerá-la porque, até o presente, para ela não existe substituto como meio de propagação da raça humana.

Naturalmente, isso configura um quadro extremado. Todos sabem que ele se mostrou inxequível, mesmo por períodos muito breves. Apenas os fracos se submeteram a uma usurpação tão ampla de sua liberdade sexual, e as naturezas mais fortes só o fizeram

mediante uma condição compensatória, que será posteriormente mencionada. A sociedade civilizada viu-se obrigada a silenciar sobre muitas transgressões que, segundo os seus próprios princípios, deveria ter punido. Mas, por um outro lado, não devemos errar, supondo que, por não alcançar todos os seus objetivos, uma atitude desse tipo por parte da sociedade seja inteiramente inócua. A vida sexual do homem civilizado encontra-se, não obstante, severamente prejudicada; dá, às vezes, a impressão de estar em processo de involução enquanto função, tal como parece acontecer com nossos dentes e cabelos. Provavelmente, justifica-se supor que sua importância enquanto fonte de sentimentos de felicidade e, portanto, na realização de nosso objetivo na vida, diminuiu sensivelmente. Às vezes, somos levados a pensar que não se trata apenas da pressão da civilização, mas de algo da natureza da própria função que nos nega satisfação completa e nos incita a outros caminhos. Isso pode estar errado; é difícil decidir.

V

O trabalho psicanalítico nos mostrou que as frustrações da vida sexual são precisamente aquelas que as pessoas conhecidas como neuróticas não podem tolerar. O neurótico cria em seus sintomas satisfações substitutivas para si, e estas ou lhe causam sofrimento em si próprias, ou se lhe tornam fontes de sofrimento pela criação de dificuldades em seus relacionamentos com o meio ambiente e a sociedade a que pertence. Esse último fato é fácil de compreender; o primeiro nos apresenta um novo problema. A civilização, porém, exige outros sacrifícios, além do da satisfação sexual.

Abordamos a dificuldade do desenvolvimento cultural como sendo uma dificuldade geral de desenvolvimento, fazendo sua origem remontar à inércia da libido, à falta de inclinação desta para abandonar uma posição antiga por outra nova. Dizemos quase a mesma coisa quando fazemos a antítese entre civilização e sexualidade derivar da circunstância de o amor sexual constituir um relacionamento entre dois indivíduos, no qual um terceiro só pode ser supérfluo ou perturbador, ao passo que a civilização depende de relacionamentos entre um considerável número de indivíduos. Quando um relacionamento amoroso se encontra em seu auge, não resta lugar para qualquer outro interesse pelo ambiente; um casal de amantes se basta a si mesmo; sequer necessitam do filho que têm em comum para torná-los felizes. Em nenhum outro caso Eros revela tão claramente o âmago do seu ser, o seu intuito de, de mais de um, fazer um único; contudo, quando alcança isso da maneira proverbial, ou seja, através do amor de dois seres humanos, recusa-se a ir além.

Até aqui, podemos imaginar perfeitamente uma comunidade cultural que consista em indivíduos duplos como este, que, libidinalmente satisfeitos em si mesmos, se vinculem uns aos outros através dos elos do trabalho comum e dos interesses comuns. Se assim fosse, a civilização não teria que extrair energia alguma da sexualidade. Contudo, esse desejável estado de coisas não existe, nem nunca existiu. A realidade nos mostra que a civilização não se contenta com as ligações que até agora lhe concedemos. Visa a unir entre si os membros

da comunidade também de maneira libidinal e, para tanto, emprega todos os meios. Favorece todos os caminhos pelos quais identificações fortes possam ser estabelecidas entre os membros da comunidade e, na mais ampla escala, convoca a libido inibida em sua finalidade, demodo a fortalecer o vínculo comunal através das relações de amizade. Para que esses objetivos sejam realizados, faz-se inevitável uma restrição à vida sexual. Não conseguimos, porém, entender qual necessidade força a civilização a tomar esse caminho, necessidade que provoca o seu antagonismo à sexualidade. Deve haver algum fator de perturbação que ainda não descobrimos.

A pista pode ser fornecida por uma das exigências ideais, tal como as denominamos, da sociedade civilizada. Diz ela: 'Amarás a teu próximo como a ti mesmo.' Essa exigência, conhecida em todo o mundo, é, indubitavelmente, mais antiga que o cristianismo, que a apresenta como sua reivindicação mais gloriosa. No entanto, ela não é decerto excessivamente antiga; mesmo já em tempos históricos, ainda era estranha à humanidade. Se adotarmos uma atitude ingênua para com ela, como se a estivéssemos ouvindo pela primeira vez, não poderemos reprimir um sentimento de surpresa e perplexidade. Por que deveremos agir desse modo? Que bem isso nos trará? Acima de tudo, como conseguiremos agir desse modo? Como isso pode ser possível? Meu amor, para mim, é algo de valioso, que eu não devo jogar fora sem reflexão. A máxima me impõe deveres para cujo cumprimento devo estar preparado e disposto a efetuar sacrifícios. Se amo uma pessoa, ela tem de merecer meu amor de alguma maneira. (Não estou levando em consideração o uso que dela posso fazer, nem sua possível significação para mim como objeto sexual, de uma vez que nenhum desses dois tipos de relacionamento entra em questão onde o preceito de amar meu próximo se acha em jogo.) Ela merecerá meu amor, se for de tal modo semelhante a mim, em aspectos importantes, que eu me possa amar nela; merecê-lo-á também, se for de tal modo mais perfeita do que eu, que nela eu possa amar meu ideal de meu próprio eu (*self*). Terei ainda de amá-la, se for o filho de meu amigo, já que o sofrimento que este sentiria se algum dano lhe ocorresse seria meu sofrimento também - eu teria de partilhá-lo. Mas, se essa pessoa for um estranho para mim e não conseguir atrair-me por um de seus próprios valores, ou por qualquer significação que já possa ter adquirido para a minha vida emocional, me será muito difícil amá-la. Na verdade, eu estaria errado agindo assim, pois meu amor é valorizado por todos os meus como um sinal de minha preferência por eles, e seria injusto para com eles, colocar um estranho no mesmo plano em que eles estão. Se, no entanto, devo amá-lo (com esse amor universal) meramente porque ele também é um habitante da Terra, assim como o são um inseto, uma minhoca ou uma serpente, receio então que só uma pequena quantidade de meu amor caberá à sua parte - e não, em hipótese alguma, tanto quanto, pelo julgamento de minha razão, tenho o direito de reter para mim. Qual é o sentido de um preceito enunciado com tanta solenidade, se seu cumprimento não pode ser recomendado como razoável?

Através de um exame mais detalhado, descubro ainda outras dificuldades. Não meramente esse estranho é, em geral, indigno de meu amor; honestamente, tenho de confessar que ele possui mais direito a minha hostilidade e, até mesmo, meu ódio. Não parece apresentar o

mais leve traço de amor por mim e não demonstra a mínima consideração para comigo. Se disso ele puder auferir uma vantagem qualquer, não hesitará em me prejudicar; tampouco pergunta a si mesmo se a vantagem assim obtida contém alguma proporção com a extensão do dano que causa em mim. Na verdade, não precisa nem mesmo auferir alguma vantagem; se puder satisfazer qualquer tipo de desejo com isso, não se importará em escarnecer de mim, em me insultar, me caluniar e me mostrar a superioridade de seu poder, e, quanto mais seguro se sentir e mais desamparado eu for, mais, com certeza, posso esperar que se comporte dessa maneira para comigo. Caso se conduza de modo diferente, caso mostre consideração e tolerância como um estranho, estou pronto a tratá-lo da mesma forma, em todo e qualquer caso e inteiramente fora de todo e qualquer preceito. Na verdade, se aquele imponente mandamento dissesse ‘Ama a teu próximo como este te ama’, eu não lhe faria objeções. E há um segundo mandamento que me parece mais incompreensível ainda e que desperta em mim uma oposição mais forte ainda. Trata-se do mandamento ‘Ama os teus inimigos’. Refletindo sobre ele, no entanto, percebo que estou errado em considerá-lo como uma imposição maior. No fundo, é a mesma coisa.

Acho que agora posso ouvir uma voz solene me repreendendo: ‘É precisamente porque teu próximo não é digno de amor, mas, pelo contrário, é teu inimigo, que deves amá-lo como a ti mesmo’. Compreendo então que se trata de um caso semelhante ao do *Credo quia absurdum*. Ora, é muito provável que meu próximo, quando lhe for prescrito que me ame como a si mesmo, responda exatamente como o fiz e me rejeite pelas mesmas razões. Espero que não tenha os mesmos fundamentos objetivos para fazê-lo, mas terá a mesma idéia que tenho. Ainda assim, o comportamento dos seres humanos apresenta diferenças que a ética, desprezando o fato de que tais diferenças são determinadas, classifica como ‘boas’ ou ‘más’. Enquanto essas inegáveis diferenças não forem removidas, a obediência às elevadas exigências éticas acarreta prejuízos aos objetivos da civilização, por incentivar o ser mau. Não podemos deixar de lembrar um incidente ocorrido na câmara dos deputados francesa, quando a pena capital estava em debate. Um dos membros acabara de defender apaixonadamente a abolição dela e seu discurso estava sendo recebido com tumultuosos aplausos, quando uma voz vinda do plenário exclamou: ‘Que messieurs les assassins commencent!’

O elemento de verdade por trás disso tudo, elemento que as pessoas estão tão dispostas a repudiar, é que os homens não são criaturas gentis que desejam ser amadas e que, no máximo, podem defender-se quando atacadas; pelo contrário, são criaturas entre cujos dotes instintivos deve-se levar em conta uma poderosa quota de agressividade. Em resultado disso, o seu próximo é, para eles, não apenas um ajudante potencial ou um objeto sexual, mas também alguém que os tenta a satisfazer sobre ele a sua agressividade, a explorar sua capacidade de trabalho sem compensação, utilizá-lo sexualmente sem o seu consentimento, apoderar-se de suas posses, humilhá-lo, causar-lhe sofrimento, torturá-lo e matá-lo. - *Homo homini lupus*. Quem, em face de toda sua experiência da vida e da história, terá a coragem

de discutir essa asserção? Via de regra, essa cruel agressividade espera por alguma provocação, ou se coloca a serviço de algum outro intuito, cujo objetivo também poderia ter sido alcançado por medidas mais brandas. Em circunstâncias que lhe são favoráveis, quando as forças mentais contrárias que normalmente a inibem se encontram fora de ação, ela também se manifesta espontaneamente e revela o homem como uma besta selvagem, a quem a consideração para com sua própria espécie é algo estranho. Quem quer que relembre as atrocidades cometidas durante as migrações raciais ou as invasões dos hunos, ou pelos povos conhecidos como mongóis sob a chefia de Gengis Khan e Tamerlão, ou na captura de Jerusalém pelos piedosos cruzados, ou mesmo, na verdade, os horrores da recente guerra mundial, quem quer que relembre tais coisas terá de se curvar humildemente ante a verdade dessa opinião.

A existência da inclinação para a agressão, que podemos detectar em nós mesmos e supor com justiça que ela está presente nos outros, constitui o fator que perturba nossos relacionamentos com o nosso próximo e força a civilização a um tão elevado dispêndio [de energia]. Em consequência dessa mútua hostilidade primária dos seres humanos, a sociedade civilizada se vê permanentemente ameaçada de desintegração. O interesse pelo trabalho em comum não a manteria unida; as paixões instintivas são mais fortes que os interesses razoáveis. A civilização tem de utilizar esforços supremos a fim de estabelecer limites para os instintos agressivos do homem e manter suas manifestações sob controle por formações psíquicas reativas. Daí, portanto, o emprego de métodos destinados a incitar as pessoas a identificações e relacionamentos amorosos inibidos em sua finalidade, daí a restrição à vida sexual e daí, também, o mandamento ideal de amar ao próximo como a si mesmo, mandamento que é realmente justificado pelo fato de nada mais ir tão fortemente contra a natureza original do homem. A despeito de todos os esforços, esses empenhos da civilização até hoje não conseguiram muito. Espera-se impedir os excessos mais grosseiros da violência brutal por si mesma, supondo-se o direito de usar a violência contra os criminosos; no entanto, a lei não é capaz de deitar a mão sobre as manifestações mais cautelosas e refinadas da agressividade humana. Chega a hora em que cada um de nós tem de abandonar, como sendo ilusões, as esperanças que, na juventude, depositou em seus semelhantes, e aprende quanta dificuldade e sofrimento foram acrescentados à sua vida pela má vontade deles. Ao mesmo tempo, seria injusto censurar a civilização por tentar eliminar da atividade humana a luta e a competição. Elas são indubitavelmente indispensáveis. Mas oposição não é necessariamente inimizade; simplesmente, ela é mal empregada e tornada uma *ocasião* para a inimizade.

Os comunistas acreditam ter descoberto o caminho para nos livrar de nossos males. Segundo eles, o homem é inteiramente bom e bem disposto para como seu próximo, mas a instituição da propriedade privada corrompeu-lhe a natureza. A propriedade da riqueza privada confere poder ao indivíduo e, com ele, a tentação de maltratar o próximo, ao passo que o homem excluído da posse está fadado a se rebelar hostilmente contra seu opressor.

Se a propriedade privada fosse abolida, possuída em comum toda a riqueza e permitida a todos a partilha de sua fruição, a má vontade e a hostilidade desapareceriam entre os homens. Como as necessidades de todos seriam satisfeitas, ninguém teria razão alguma para encarar outrem como inimigo; todos, de boa vontade, empreenderiam o trabalho que se fizesse necessário. Não estou interessado em nenhuma crítica econômica do sistema comunista; não posso investigar se a abolição da propriedade privada é conveniente ou vantajosa. Mas sou capaz de reconhecer que as premissas psicológicas em que o sistema se baseia são uma ilusão insustentável. Abolindo a propriedade privada, privamos o amor humano de um de seus instrumentos, decerto forte, embora, decerto também, não o mais forte; de maneira alguma, porém, alteramos as diferenças em poder e influência que são mal empregadas pela agressividade, nem tampouco alteramos nada em sua natureza. A agressividade não foi criada pela propriedade. Reinou quase sem limites nos tempos primitivos, quando a propriedade ainda era muito escassa, e já se apresenta no quarto das crianças, quase antes que a propriedade tenha abandonado sua forma anal e primária; constitui a base de toda relação de afeto e amor entre pessoas (com a única exceção, talvez, do relacionamento da mãe com seu filho homem). Se eliminamos os direitos pessoais sobre a riqueza material, ainda permanecem, no campo dos relacionamentos sexuais, prerrogativas fadadas a se tornarem a fonte da mais intensa antipatia e da mais violenta hostilidade entre homens que, sob outros aspectos, se encontram em pé de igualdade. Se também removermos esse fator, permitindo a liberdade completa da vida sexual, e assim abolirmos a família, célula germinal da civilização, não podemos, é verdade, prever com facilidade quais os novos caminhos que o desenvolvimento da civilização vai tomar; uma coisa, porém, podemos esperar; é que, nesse caso, essa característica indestrutível da natureza humana seguirá a civilização.

Evidentemente, não é fácil aos homens abandonar a satisfação dessa inclinação para a agressão. Sem ela, eles não se sentem confortáveis. A vantagem que um grupo cultural, comparativamente pequeno, oferece, concedendo a esse instinto um escoadouro sob a forma de hostilidade contra intrusos, não é nada desprezível. É sempre possível unir um considerável número de pessoas no amor, enquanto sobram outras pessoas para receberem as manifestações de sua agressividade. Em outra ocasião, examinei o fenômeno no qual são precisamente comunidades com territórios adjacentes, e mutuamente relacionadas também sob outros aspectos, que se empenham em rixas constantes, ridicularizando-se umas às outras, como os espanhóis e os portugueses por exemplo, os alemães do Norte e os alemães do Sul, os ingleses e os escoceses, e assim por diante. Dei a esse fenômeno o nome de ‘narcisismo das pequenas diferenças’, denominação que não ajuda muito a explicá-lo. Agora podemos ver que se trata de uma satisfação conveniente e relativamente inócua da inclinação para a agressão, através da qual a coesão entre os membros da comunidade é tornada mais fácil. Com respeito a isso, o povo judeu, espalhado por toda a parte, prestou os mais úteis serviços às civilizações dos países que os acolheram; infelizmente, porém, todos os massacres de judeus na Idade Média não bastaram para tornar o período mais pacífico e mais seguro para seus semelhantes cristãos. Quando, outrora, o Apóstolo Paulo postulou o

amor universal entre os homens como o fundamento de sua comunidade cristã, uma extrema intolerância por parte da cristandade para com os que permaneceram fora dela tornou-se uma conseqüência inevitável. Para os romanos, que não fundaram no amor sua vida comunal como Estado, a intolerância religiosa era algo estranho, embora, entre eles, a religião fosse do interesse do Estado e este se achasse impregnado dela. Tampouco constituiu uma possibilidade inexequível que o sonho de um domínio mundial germânico exigisse o anti-semitismo como seu complemento, sendo, portanto, compreensível que a tentativa de estabelecer uma civilização nova e comunista na Rússia encontre o seu apoio psicológico na perseguição aos burgueses. Não se pode senão imaginar, com preocupação, sobre o que farão os soviéticos depois que tiverem eliminado seus burgueses.

Se a civilização impõe sacrifícios tão grandes, não apenas à sexualidade do homem, mas também à sua agressividade, podemos compreender melhor porque lhe é difícil ser feliz nessa civilização. Na realidade, o homem primitivo se achava em situação melhor, sem conhecer restrições de instinto. Em contrapartida, suas perspectivas de desfrutar dessa felicidade, por qualquer período de tempo, eram muito tênues. O homem civilizado trocou uma parcela de suas possibilidades de felicidade por uma parcela de segurança. Não devemos esquecer, contudo, que na família primeva apenas o chefe desfrutava da liberdade instintiva; o resto vivia em opressão servil. Naquele período primitivo da civilização, o contraste entre uma minoria que gozava das vantagens da civilização e uma maioria privada dessas vantagens era, portanto, levada a seus extremos. Quanto aos povos primitivos que ainda hoje existem, pesquisas cuidadosas mostraram que sua vida instintiva não é, de maneira alguma, passível de ser invejada por causa de sua liberdade. Está sujeita a restrições de outra espécie, talvez mais severas do que aquelas que dizem respeito ao homem moderno.

Quando, com toda justiça, consideramos falho o presente estado de nossa civilização, por atender de forma tão inadequada às nossas exigências de um plano de vida que nos torne felizes, e por permitir a existência de tanto sofrimento, que provavelmente poderia ser evitado; quando, com crítica impiedosa, tentamos pôr à mostra as raízes de sua imperfeição, estamos indubitavelmente exercendo um direito justo, e não nos mostrando inimigos da civilização. Podemos esperar efetuar, gradativamente, em nossa civilização alterações tais, que satisfaçam melhor nossas necessidades e escapem às nossas críticas. Mas talvez possamos também nos familiarizar com a idéia de existirem dificuldades, ligadas à natureza da civilização, que não se submeterão a qualquer tentativa de reforma. Além e acima das tarefas de restringir os instintos, para as quais estamos preparados, reivindica nossa atenção o perigo de um estado de coisas que poderia ser chamado de 'pobreza psicológica dos grupos'. Esse perigo é mais ameaçador onde os vínculos de uma sociedade são principalmente constituídos pelas identificações dos seus membros uns com os outros, enquanto que indivíduos do tipo de um líder não adquirem a importância que lhes deveria caber na formação de um grupo. O presente estado cultural dos Estados Unidos da América nos proporcionaria uma boa oportunidade para estudar o prejuízo à civilização, que assim é

de se temer. Evitarei, porém, a tentação de ingressar numa crítica da civilização americana; não desejo dar a impressão de que eu mesmo estou empregando métodos americanos.

VI

Em nenhum de meus trabalhos anteriores tive, tão forte quanto agora, a impressão de que o que estou descrevendo pertence ao conhecimento comum e de que estou desperdiçando papel e tinta, ao mesmo tempo que usando o trabalho e o material do tipógrafo e do impressor para expor coisas que, na realidade, são evidentes por si mesmas. Por essa razão, ficaria feliz em desenvolver o tema se isso levasse à conclusão de que o reconhecimento de um instinto agressivo, especial e independente, significa uma alteração da teoria psicanalítica dos instintos.

Veremos, no entanto, que a coisa não é bem assim, e que se trata simplesmente de focalizar de modo mais nítido uma mudança de pensamento há muito tempo introduzida, seguindo-a até suas últimas conseqüências. De todas as partes lentamente desenvolvidas da teoria analítica, a teoria dos instintos foi a que mais penosa e cautelosamente progrediu. Contudo, essa teoria era tão indispensável a toda a estrutura, que algo tinha de ser colocado em seu lugar. No que constituía, a princípio, minha completa perplexidade, tomei como ponto de partida uma expressão do poeta-filósofo Schiller: 'são a fome e o amor que movem o mundo'. A fome podia ser vista como representando os instintos que visam a preservar o indivíduo, ao passo que o amor se esforça na busca de objetos, e sua principal função, favorecida de todos os modos pela natureza, é a preservação da espécie. Assim, de início, os instintos do ego e os instintos objetais se confrontavam mutuamente. Foi para denotar a energia destes últimos, e somente deles, que introduzi o termo 'libido'. Assim, a antítese se verificou entre os instintos do ego e os instintos 'libidinais' do amor (em seu sentido mais amplo) que eram dirigidos a um objeto. Um desses instintos objetais, o instinto sádico, destacou-se do restante, é verdade, pelo fato de o seu objetivo estar muito longe de ser o amar. Ademais, ele se encontrava obviamente ligado, sob certos aspectos, aos instintos do ego, pois não podia ocultar sua estreita afinidade com os instintos de domínio que não possuem propósito libidinal. Mas essas discrepâncias foram superadas; afinal de contas, o sadismo fazia claramente parte da vidasesexual, em cujas atividades a afeição podia ser substituída pela crueldade. A neurose foi encarada como o resultado de uma luta entre o interesse de autopreservação e as exigências da libido, luta da qual o ego saiu vitorioso, ainda que ao preço de graves sofrimentos e renúncias.

Todo analista admitirá que, ainda hoje, essa opinião não soa como um erro há muito tempo abandonado. Não obstante, alterações nela se tornaram essenciais, à medida que nossas investigações progrediam das forças reprimidas para as repressoras, dos instintos objetais para o ego. O decisivo passo à frente consistiu na introdução do conceito de narcisismo, isto é, a descoberta de que o próprio ego se acha catexizado pela libido, de que o ego, na verdade, constitui o reduto original dela e continua a ser, até certo ponto, seu quartel-

general. Essa libido narcísica se volta para os objetos, tornando-se assim libido objetal, e podendo transformar-se novamente em libido narcísica. O conceito do narcisismo possibilitou a obtenção de uma compreensão analítica das neuroses traumáticas, de várias das afecções fronteiriças às psicoses, bem como destas últimas. Não foi necessário abandonar nossa interpretação das neuroses de transferência como se fossem tentativas feitas pelo ego para se defender contra a sexualidade, mas o conceito de libido ficou ameaçado. Como os instintos do ego também são libidinais, pareceu, por certo tempo, inevitável que tivéssemos de fazer a libido coincidir com a energia instintiva em geral, como C. G. Jung já advogara anteriormente. Não obstante, ainda permanecia em mim uma espécie de convicção, para a qual ainda não me considerava capaz de encontrar razões, de que os instintos não podiam ser todos da mesma espécie. Meu passo seguinte foi dado em *Mais Além do Princípio do Prazer* (1920g), quando, pela primeira vez, a compulsão para repetir e o caráter conservador da vida instintiva atraíram minha atenção. Partindo de especulações sobre o começo da vida e de paralelos biológicos, concluí que, ao lado do instinto para preservar a substância viva e para reuni-la em unidades cada vez maiores, deveria haver outro instinto, contrário àquele, buscando dissolver essas unidades e conduzi-las de volta a seu estado primevo e inorgânico. Isso equivalia a dizer que, assim como Eros, existia também um instinto de morte. Os fenômenos da vida podiam ser explicados pela ação concorrente, ou mutuamente oposta, desses dois instintos. Não era fácil, contudo, demonstrar as atividades desse suposto instinto de morte. As manifestações de Eros eram visíveis e bastante ruidosas. Poder-se-ia presumir que o instinto de morte operava silenciosamente dentro do organismo, no sentido de sua destruição, mas isso, naturalmente, não constituía uma prova. Uma idéia mais fecunda era a de que uma parte do instinto é desviada no sentido do mundo externo e vem à luz como um instinto de agressividade e destrutividade. Dessa maneira, o próprio instinto podia ser compelido para o serviço de Eros, no caso de o organismo destruir alguma outra coisa, inanimada ou animada, em vez de destruir o seu próprio eu (*self*). Inversamente, qualquer restrição dessa agressividade dirigida para fora estaria fadada a aumentar a autodestruição, a qual, em todo e qualquer caso, prossegue. Ao mesmo tempo, pode-se suspeitar, a partir desse exemplo, que os dois tipos de instinto raramente - talvez nunca - aparecem isolados um do outro, mas que estão mutuamente mesclados em proporções variadas e muito diferentes, tornando-se assim irreconhecíveis para nosso julgamento. No sadismo, há muito tempo de nós conhecido como instinto componente da sexualidade, teríamos à nossa frente um vínculo desse tipo particularmente forte, isto é, um vínculo entre as tendências para o amor e o instinto destrutivo, ao passo que sua contrapartida, o masoquismo, constituiria uma união entre a destrutividade dirigida para dentro e a sexualidade, união que transforma aquilo que, de outro modo, é uma tendência imperceptível, numa outra conspícua e tangível.

A afirmação da existência de um instinto de morte ou de destruição deparou-se com resistências, inclusive em círculos analíticos; estou ciente de que existe, antes, uma inclinação freqüente a atribuir o que é perigoso e hostil no amor a uma bipolaridade original de sua própria natureza. A princípio, foi apenas experimentalmente que apresentei as

opiniões aqui desenvolvidas, mas, com o decorrer do tempo, elas conseguiram tal poder sobre mim, que não posso mais pensar de outra maneira. Para mim, elas são muito mais úteis, de um ponto de vista teórico do que quaisquer outras possíveis; fornecem aquela simplificação, sem ignorar ou violentar os fatos, pela qual nos esforçamos no trabalho científico. Sei que no sadismo e no masoquismo sempre vimos diante de nós manifestações do instinto destrutivo (dirigidas para fora e para dentro), fortemente mescladas ao erotismo, mas não posso mais entender como foi que pudemos ter desprezado a ubiqüidade da agressividade e da destrutividade não eróticas e falhado em conceder-lhe o devido lugar em nossa interpretação da vida. (O desejo de destruição, quando dirigido *para dentro*, de fato foge, grandemente à nossa percepção, a menos que esteja revestido de erotismo.) Recordo minha própria atitude defensiva quando a idéia de um instinto de destruição surgiu pela primeira vez na literatura psicanalítica, e quanto tempo levou até que eu me tornasse receptivo a ela. Que outros tenham demonstrado, e ainda demonstrem, a mesma atitude de rejeição, surpreende-me menos, pois ‘as criancinhas não gostam’ quando se fala na inata inclinação humana para a ‘ruindade’, a agressividade e a destrutividade, e também para a crueldade. Deus nos criou à imagem de Sua própria perfeição; ninguém deseja que lhe lembrem como é difícil reconciliar a inegável existência do mal - a despeito dos protestos da Christian Science - com o Seu poder e a Sua bondade. O Demônio seria a melhor saída como desculpa para Deus; dessa maneira, ele estaria desempenhando o mesmo papel, como agente de descarga econômica, que o judeu desempenha no mundo do ideal ariano. Mas, ainda assim, pode-se responsabilizar Deus pela existência do Demônio, bem como pela existência da malignidade que este corporifica. Em vista dessas dificuldades, ser-nos-á mais aconselhável, nas ocasiões apropriadas, fazer uma profunda reverência à natureza profundamente moral da humanidade; isso nos ajudará a sermos populares e, por causa disso, muita coisa nos será perdoada. O nome ‘libido’ pode mais uma vez ser utilizado para denotar as manifestações do poder de Eros, a fim de distingui-las da energia do instinto de morte. Deve-se confessar que temos uma dificuldade muito maior em apreender esse instinto; podemos apenas suspeitá-lo, por assim dizer, como algo situado em segundo plano, por trás de Eros, fugindo à detecção, a menos que sua presença seja traída pelo fato de estar ligado a Eros. É no sadismo - onde o instinto de morte deforma o objetivo erótico em seu próprio sentido, embora, ao mesmo tempo, satisfaça integralmente o impulso erótico - que conseguimos obter a mais clara compreensão interna (*insight*) de sua natureza e de sua relação com Eros. Contudo, mesmo onde ele surge sem qualquer intuito sexual, na mais cega fúria de destrutividade, não podemos deixar de reconhecer que a satisfação do instinto se faz acompanhar por um grau extraordinariamente alto de fruição narcísica, devido ao fato de presentear o ego com a realização de antigos desejos de onipotência deste último. O instinto de destruição, moderado e domado, e, por assim dizer, inibido em sua finalidade, deve, quando dirigido para objetos, proporcionar ao ego a satisfação de suas necessidades vitais e o controle sobre a natureza. Como a afirmação da existência do instinto se baseia principalmente em fundamentos teóricos, temos também de admitir que ela não se acha inteiramente imune a objeções teóricas. Mas é assim que as coisas se nos apresentam atualmente, no presente estado de nosso conhecimento; a pesquisa e a reflexão futuras

indubitavelmente trarão novas luzes decisivas para esse tema.

Em tudo o que se segue, adoto, portanto, o ponto de vista de que a inclinação para a agressão constitui, no homem, uma disposição instintiva original e auto-subsistente, e retorno à minha opinião, ver [[1]] de que ela é o maior impedimento à civilização. Em determinado ponto do decorrer dessa investigação ver [[1]], fui conduzido à idéia de que a civilização constituía um processo especial que a humanidade experimenta, e ainda me acho sob a influência dela. Posso agora acrescentar que a civilização constitui um processo a serviço de Eros, cujo propósito é combinar indivíduos humanos isolados, depois famílias e, depois ainda, raças, povos e nações numa única grande unidade, a unidade da humanidade. Porque isso tem de acontecer, não sabemos; o trabalho de Eros é precisamente este. Essas reuniões de homens devem estar libidinalmente ligadas umas às outras. A necessidade, as vantagens do trabalho em comum, por si sós, não as manterão unidas. Mas o natural instinto agressivo do homem, a hostilidade de cada um contra todos e a de todos contra cada um, se opõe a esse programa da civilização. Esse instinto agressivo é o derivado e o principal representante do instinto de morte, que descobrimos lado a lado de Eros e que com este divide o domínio do mundo. Agora, penso eu, o significado da evolução da civilização não mais nos é obscuro. Ele deve representar a luta entre Eros e a Morte, entre o instinto de vida e o instinto de destruição, tal como ela se elabora na espécie humana. Nessa luta consiste essencialmente toda a vida, e, portanto, a evolução da civilização pode ser simplesmente descrita como a luta da espécie humana pela vida. E é essa batalha de gigantes que nossas babás tentam apaziguar com sua cantiga de ninar sobre o Céu.

VII

Por que nossos parentes, os animais, não apresentam uma luta cultural desse tipo? Não sabemos. Provavelmente alguns deles - as abelhas, as formigas, as térmitas - batalharam durante milhares de anos antes de chegarem às instituições estatais, à distribuição de funções e às restrições ao indivíduo pelas quais hoje os admiramos. Constitui um sinal de nossa condição atual o fato de sabermos, por nossos próprios sentimentos, que não nos sentiríamos felizes em quaisquer desses Estados animais ou em qualquer dos papéis neles atribuídos ao indivíduo. No caso das outras espécies animais, pode ser que um equilíbrio temporário tenha sido alcançado entre as influências de seu meio ambiente e os instintos mutuamente conflitantes dentro delas, havendo ocorrido assim uma cessação de desenvolvimento. Pode ser que no homem primitivo um novo acréscimo de libido tenha provocado um surto renovado de atividade por parte do instinto destrutivo. Temos aqui muitas questões para as quais ainda não existe resposta.

Outra questão nos interessa mais de perto. Quais os meios que a civilização utiliza para inibir a agressividade que se lhe opõe, torná-la inócua ou, talvez, livrar-se dela? Já nos familiarizamos com alguns desses métodos, mas ainda não com aquele que parece ser o mais importante. Podemos estudá-lo na história do desenvolvimento do indivíduo. O que acontece

neste para tornar inofensivo seu desejo de agressão? Algo notável, que jamais teríamos adivinhado e que, não obstante, é bastante óbvio. Sua agressividade é introjetada, internalizada; ela é, na realidade, enviada de volta para o lugar de onde proveio, isto é, dirigida no sentido de seu próprio ego. Aí, é assumida por uma parte do ego, que se coloca contra o resto do ego, como superego, e que então, sob a forma de ‘consciência’, está pronta para pôr em ação contra o ego a mesma agressividade rude que o ego teria gostado de satisfazer sobre outros indivíduos, a ele estranhos. A tensão entre o severo superego e o ego, que a ele se acha sujeito, é por nós chamada de sentimento de culpa; expressa-se como uma necessidade de punição. A civilização, portanto, consegue dominar o perigoso desejo de agressão do indivíduo, enfraquecendo-o, desarmando-o e estabelecendo no seu interior um agente para cuidar dele, como uma guarnição numa cidade conquistada.

Quanto à origem do sentimento de culpa, as opiniões do analista diferem das dos outros psicólogos, embora também ele não ache fácil descrevê-lo. Inicialmente, se perguntarmos como uma pessoa vem a ter sentimento de culpa, chegaremos a uma resposta indiscutível: uma pessoa sente-se culpada (os devotos diriam ‘pecadora’) quando fez algo que sabe ser ‘mau’. Reparámos, porém, em quão pouco essa resposta nos diz. Talvez, após certa hesitação, acrescentemos que, mesmo quando a pessoa não *fez* realmente uma coisa má, mas apenas identificou em si uma *intenção* de fazê-la, ela pode encarar-se como culpada. Surge então a questão de saber por que a intenção é considerada equivalente ao ato. Ambos os casos, contudo, pressupõem que já se tenha reconhecido que o que é mau é repreensível, é algo que não deve ser feito. Como se chega a esse julgamento? Podemos rejeitar a existência de uma capacidade original, por assim dizer, natural de distinguir o bom do mau. O que é mau, freqüentemente, não é de modo algum o que é prejudicial ou perigoso ao ego; pelo contrário, pode ser algo desejável pelo ego e prazeroso para ele. Aqui, portanto, está em ação uma influência estranha, que decide o que deve ser chamado de bom ou mau. De uma vez que os próprios sentimentos de uma pessoa não a conduziram ao longo desse caminho, ela deve ter um motivo para submeter-se a essa influência estranha. Esse motivo é facilmente descoberto no desamparo e na dependência dela em relação a outras pessoas, e pode ser mais bem designado como medo da perda de amor. Se ela perde o amor de outra pessoa de quem é dependente, deixa também de ser protegida de uma série de perigos. Acima de tudo, fica exposta ao perigo de que essa pessoa mais forte mostre a sua superioridade sob forma de punição. De início, portanto, mau é tudo aquilo que, com a perda do amor, nos faz sentir ameaçados. Por medo dessa perda, deve-se evitá-lo. Esta também é a razão por que faz tão pouca diferença que já se tenha feito a coisa má ou apenas se pretenda fazê-la. Em qualquer um dos casos, o perigo só se instaura, se e quando a autoridade descobri-lo, e, em ambos, a autoridade se comporta da mesma maneira.

Esse estado mental é chamado de ‘má consciência’; na realidade, porém, não merece esse nome, pois, nessa etapa, o sentimento de culpa é, claramente, apenas um medo da perda de amor, uma ansiedade ‘social’. Em crianças, ele nunca pode ser mais do que isso, e em

muitos adultos ele só se modifica até o ponto em que o lugar do pai ou dos dois genitores é assumido pela comunidade humana mais ampla. Por conseguinte, tais pessoas habitualmente se permitem fazer qualquer coisa má que lhes prometa prazer, enquanto se sentem seguras de que a autoridade nada saberá a respeito, ou não poderá culpá-las por isso; só têm medo de serem descobertas. A sociedade atual, geralmente, vê-se obrigada a levar em conta esse estado mental. Uma grande mudança só se realiza quando a autoridade é internalizada através do estabelecimento de um superego. Os fenômenos da consciência atingem então um estágio mais elevado. Na realidade, então devemos falar de consciência ou de sentimento de culpa. Nesse ponto, também, o medo de ser descoberto se extingue; além disso, a distinção entre fazer algo mau e desejar fazê-lo desaparece inteiramente, já que nada pode ser escondido do superego, sequer os pensamentos. É verdade que a seriedade da situação, de um ponto de vista real, se dissipou, pois a nova autoridade, o superego, ao que saibamos, não tem motivos para maltratar o ego, com o qual está intimamente ligado; contudo, a influência genética, que conduz à sobrevivência do que passou e foi superado, faz-se sentir no fato de, fundamentalmente, as coisas permanecerem como eram de início. O superego atormenta o ego pecador com o mesmo sentimento de ansiedade e fica à espera de oportunidades para fazê-lo ser punido pelo mundo externo.

Nesse segundo estágio de desenvolvimento, a consciência apresenta uma peculiaridade que se achava ausente do primeiro e que não é mais fácil de explicar, pois quanto mais virtuoso um homem é, mais severo e desconfiado é o seu comportamento, de maneira que, em última análise, são precisamente as pessoas que levaram mais longe a santidade as que se censuram da pior pecaminosidade. Isso significa que a virtude perde direito a uma certa parte da recompensa prometida; o ego dócil e continente não desfruta da confiança de seu mentor, e é em vão que se esforça, segundo parece, por adquiri-la. Far-se-á imediatamente a objeção de que essas dificuldades são artificiais, e dir-se-á que uma consciência mais estrita e mais vigilante constitui precisamente a marca distintiva de um homem moral. Além disso, quando os santos se chamam a si próprios de pecadores, não estão errados - considerando-se as tentações à satisfação instintiva a que se encontram expostos em grau especialmente alto -, já que, como todossabem, as tentações são simplesmente aumentadas pela frustração constante, ao passo que a sua satisfação ocasional as faz diminuir, ao menos por algum tempo. O campo da ética, tão cheio de problemas, nos apresenta outro fato: a má sorte - isto é, a frustração externa - acentua grandemente o poder da consciência no superego. Enquanto tudo corre bem com um homem, a sua consciência é lenitiva e permite que o ego faça todo tipo de coisas; entretanto, quando o infortúnio lhe sobrevém, ele busca sua alma, reconhece sua pecaminosidade, eleva as exigências de sua consciência, impõe-se abstinência e se castiga com penitências. Povos inteiros se comportaram dessa maneira, e ainda se comportam. Isso, contudo, é facilmente explicado pelo estágio infantil original da consciência, o qual, como vemos, não é abandonado após a introjeção no superego, persistindo lado a lado e por trás dele. O Destino é encarado como um substituto do agente parental. Se um homem é desafortunado, isso significa que não é mais amado por esse poder supremo, e, ameaçado por essa falta de amor, mais uma vez se curva ao representante

paterno em seu superego, representante que, em seus dias de boa sorte estava pronto a desprezar. Esse fato se torna especialmente claro quando o Destino é encarado segundo o sentido estritamente religioso de nada mais ser do que uma expressão da Vontade Divina. O povo de Israel acreditava ser o filho favorito de Deus e, quando o grande Pai fez com que infortúnios cada vez maiores desabassem sobre seu povo, jamais a crença em Seu relacionamento com eles se abalou, nem o Seu poder ou justiça foi posto em dúvida. Pelo contrário, foi então que surgiram os profetas, que apontaram a pecaminosidade desse povo, e, de seu sentimento de culpa, criaram-se os mandamentos superrestritos de sua religião sacerdotal. É digno de nota o comportamento tão diferente do homem primitivo. Se ele se defronta com um infortúnio, não atribui a culpa a si mesmo, mas a seu fetiche, que evidentemente não cumpriu o dever, e dá-lhe uma surra, em vez de se punir a si mesmo.

Conhecemos, assim, duas origens do sentimento de culpa: uma que surge do medo de uma autoridade, e outra, posterior, que surge do medo do superego. A primeira insiste numa renúncia às satisfações instintivas; a segunda, ao mesmo tempo em que faz isso exige punição, de uma vez que a continuação dos desejos proibidos não pode ser escondida do superego. Aprendemos também o modo como a severidade do superego - as exigências da consciência - deve ser entendida. Trata-se simplesmente de uma continuação da severidade da autoridade externa, à qual sucedeu e que, em parte, substituiu. Percebemos agora em que relação a renúncia ao instinto se acha com o sentimento de culpa. Originalmente, renúncia ao instinto constituía o resultado do medo de uma autoridade externa: renunciava-se às próprias satisfação para não se perder o amor da autoridade. Se se efetuava essa renúncia, ficava-se, por assim dizer, quite com a autoridade e nenhum sentimento de culpa permaneceria. Quanto ao medo do superego, porém, o caso é diferente. Aqui, a renúncia instintiva não basta, pois o desejo persiste e não pode ser escondido do superego. Assim, a despeito da renúncia efetuada, ocorre um sentimento de culpa. Isso representa uma grande desvantagem econômica na construção de um superego ou, como podemos dizer, na formação de uma consciência. Aqui, a renúncia instintiva não possui mais um efeito completamente liberador; a continência virtuosa não é mais recompensada com a certeza do amor. Uma ameaça de infelicidade externa - perda de amor e castigo por parte da autoridade externa - foi permutada por uma permanente infelicidade interna, pela tensão do sentimento de culpa.

Essas inter-relações são tão complicadas e, ao mesmo tempo, tão importantes, que, ao risco de me repetir, as abordarei ainda de outro ângulo. A seqüência cronológica, então, seria a seguinte. Em primeiro lugar, vem a renúncia ao instinto, devido ao medo de agressão por parte da autoridade *externa*. (É a isso, naturalmente, que o medo da perda de amor equivale, pois o amor constitui proteção contra essa agressão punitiva.) Depois, vem a organização de uma autoridade *interna* e a renúncia ao instinto devido ao medo dela, ou seja, devido ao medo da consciência. Nessa segunda situação, as más intenções são igualadas às más ações e daí surgem sentimento de culpa e necessidade de punição. A agressividade da consciência continua a agressividade da autoridade. Até aqui, sem dúvida,

as coisas são claras; mas onde é que isso deixa lugar para a influência reforçadora do infortúnio (da renúncia imposta de fora), ver [[1]] e para a extraordinária severidade da consciência nas pessoas melhores e mais dóceis ver [[1]]? Já explicamos essas particularidades da consciência, mas provavelmente ainda temos a impressão de que essas explicações não atingem o fundo da questão e deixam ainda inexplicado um resíduo. Aqui, por fim, surge uma idéia que pertence inteiramente à psicanálise, sendo estranha ao modo comum de pensar das pessoas. Essa idéia é de um tipo que nos capacita a compreender por que o tema geral estava fadado a nos parecer confuso e obscuro, pois nos diz que, de início, a consciência (ou, de modo mais correto, a ansiedade que depois se torna consciência) é, na verdade, a causa da renúncia instintiva, mas que, posteriormente, o relacionamento se inverte. Toda renúncia ao instinto torna-se agora uma fonte dinâmica de consciência, e cada nova renúncia aumenta a severidade e a intolerância desta última. Se pudéssemos colocar isso mais em harmonia com o que já sabemos sobre a história da origem da consciência, ficaríamos tentados a defender a afirmativa paradoxal de que a consciência é o resultado da renúncia instintiva, ou que a renúncia instintiva (imposta a nós de fora) cria a consciência, a qual, então, exige mais renúncias instintivas.

A contradição entre essa afirmativa e o que anteriormente dissemos sobre a gênese da consciência não é, na realidade, tão grande, e vemos uma maneira de reduzi-la ainda mais. A fim de facilitar nossa exposição, tomemos como exemplo o instinto agressivo e suponhamos que a renúncia em estudo seja sempre uma renúncia à agressão. (Isso, naturalmente, só deve ser tomado como uma suposição temporária.) O efeito da renúncia instintiva sobre a consciência, então, é que cada agressão de cuja satisfação o indivíduo desiste é assumida pelo superego e aumenta a agressividade deste (contra o ego). Isso não se harmoniza bem com o ponto de vista segundo o qual a agressividade original da consciência é uma continuação da severidade da autoridade externa, não tendo, portanto, nada a ver com a renúncia. Mas a discrepância se anulará se postularmos uma derivação diferente para essa primeira instalação da agressividade do superego. É provável que, na criança, se tenha desenvolvido uma quantidade considerável de agressividade contra a autoridade, que a impede de ter suas primeiras - e, também, mais importantes - satisfações, não importando o tipo de privação instintiva que dela possa ser exigida. Ela, porém, é obrigada a renunciar à satisfação dessa agressividade vingativa e encontra saída para essa situação economicamente difícil com o auxílio de mecanismos familiares. Através da identificação, incorpora a si a autoridade inatacável. Esta transforma-se então em seu superego, entrando na posse de toda a agressividade que a criança gostaria de exercer contra ele. O ego da criança tem de contentar-se com o papel infeliz da autoridade - o pai - que foi assim degradada. Aqui, como tão freqüentemente acontece, a situação [real] é invertida: 'Se eu fosse o pai e você fosse a criança, eu trataria muito mal'. O relacionamento entre o superego e o ego constitui um retorno, deformado por um desejo, dos relacionamentos reais existentes entre o ego, ainda individualizado, e um objeto externo. Isso também é típico. A diferença essencial, porém, é que a severidade original do superego não representa - ou não representa tanto - a severidade que dele [do objeto] se experimentou ou que se lhe atribui.

Representa, antes, nossa própria agressividade para com ele. Se isso é correto, podemos verdadeiramente afirmar que, de início, a consciência surge através da repressão de um impulso agressivo, sendo subsequente reforçada por novas repressões do mesmo tipo.

Qual destes dois pontos de vista é correto? O primeiro, que geneticamente parecia tão inexpugnável, ou o último, que de maneira tão bem-vinda apara as arestas da teoria? Claramente, e também pelas provas de observações diretas, ambos se justificam. Não contradizem mutuamente e, até mesmo, coincidem em determinado ponto, pois a agressividade vingativa da criança será em parte determinada pela quantidade de agressão punitiva que espera do pai. A experiência mostra, contudo, que a severidade do superego que uma criança desenvolve, de maneira nenhuma corresponde à severidade de tratamento com que ela própria se defrontou. A severidade do primeiro parece ser independente da do último. Uma criança criada de forma muito suave, pode adquirir uma consciência muito estrita. No entanto, também seria errado exagerar essa independência; não é difícil nos convenceremos de que a severidade da criação também exerce uma forte influência na formação do superego da criança. Isso significa que, na formação do superego e no surgimento da consciência, fatores constitucionais inatos e influências do ambiente real atuam de forma combinada. O que, de modo algum, é surpreendente; ao contrário, trata-se de uma condição etiológica universal para todos os processos desse tipo. Pode-se também asseverar que, quando uma criança reage às suas primeiras grandes frustrações instintivas com uma agressividade excessivamente forte e um superego correspondentemente severo, ela está seguindo um modelo filogenético e indo além da reação que seria correntemente justificada, pois o pai dos tempos pré-históricos era indubitavelmente terrível e uma quantidade extrema de agressividade lhe pode ser atribuída. Assim, se passarmos do desenvolvimento individual para o desenvolvimento filogenético, as diferenças entre as duas teorias da gênese da consciência ficam menores ainda. Por outro lado, uma nova e importante diferença aparece entre esses dois processos de desenvolvimento. Não podemos afastar a suposição de que o sentimento de culpa do homem se origina do complexo edipiano e foi adquirido quando da morte do pai pelos irmãos reunidos em bando. Naquela ocasião, um ato de agressão não foi suprimido, mas executado; foi, porém, o mesmo ato de agressão cuja repressão na criança se imagina ser a fonte de seu sentimento de culpa. Nesse ponto, não me surpreenderei se o leitor exclamar com raiva: 'Então não faz diferença que se mate o pai ou não - fica-se com um sentimento de culpa do mesmo jeito! Pedimos licença para levantar algumas dúvidas. Ou não é verdade que o sentimento de culpa provém da agressividade reprimida, ou então toda a história da morte do pai é uma ficção e os filhos do homem primevo não mataram os pais mais do que as crianças o fazem atualmente. Além disso, se não for ficção, mas fato histórico plausível, seria o caso de acontecer algo que todos esperam que aconteça, ou melhor, uma pessoa se sentir culpada porque realmente fez algo que não pode ser justificado. E para esse evento, que afinal de contas, constitui uma ocorrência cotidiana, a psicanálise ainda não forneceu qualquer explicação.'

Tudo isso é verdade, e temos de corrigir a omissão. Tampouco existe qualquer grande

segredo quanto ao assunto. Quando se fica com um sentimento de culpa depois de ter praticado uma má ação, e por causa dela, o sentimento deveria, mais propriamente, ser chamado de *remorso*. Este se refere apenas a um ato que foi cometido, e, naturalmente, pressupõe que uma *consciência* - a presteza em se sentir culpado - já existia antes que o ato fosse praticado. Um remorso desse tipo, portanto, jamais pode ajudar-nos a descobrir a origem da consciência e do sentimento de culpa em geral. O que acontece nesses casos cotidianos é geralmente o seguinte: uma necessidade instintiva adquire intensidade para alcançar satisfação, a despeito da consciência, que, afinal de contas, é limitada em sua força, e, com o debilitamento natural da necessidade, devido a ter sido satisfeita, o equilíbrio anterior de forças é restaurado. A psicanálise encontra assim uma justificativa para excluir do presente exame o caso do sentimento de culpa devido ao remorso, por mais freqüentemente que tais casos ocorram e por grande que seja sua importância prática.

Mas, se o sentimento humano de culpa remonta à morte do pai primevo, trata-se, afinal de contas, de um caso de 'remorso'. Por ventura não devemos supor que [nessa época] uma consciência e um sentimento de culpa, como pressupomos, já existiam antes daquele feito? Se não existiam, de onde então proveio o remorso? Não há dúvida de que esse caso nos explicaria o segredo do sentimento de culpa e poria fim às nossas dificuldades. E acredito que o faz. Esse remorso constituiu o resultado da ambivalência primordial de sentimentos para com o pai. Seus filhos o odiavam, mas também o amavam. Depois que o ódio foi satisfeito pelo ato de agressão, o amor veio para o primeiro plano, no remorso dos filhos pelo ato. Criou o superego pela identificação com o pai; deu a esse agente o poder paterno, como uma punição pelo ato de agressão que haviam cometido contra aquele, e criou as restrições destinadas a impedir uma repetição do ato. E, visto que a inclinação à agressividade contra o pai se repetiu nas gerações seguintes, o sentimento de culpa também persistiu, cada vez mais fortalecido por cada parcela de agressividade que era reprimida e transferida para o superego. Ora, penso eu, finalmente podemos apreender duas coisas de modo perfeitamente claro: o papel desempenhado pelo amor na origem da consciência e a fatal inevitabilidade do sentimento de culpa. Matar o próprio pai ou abster-se de matá-lo não é, realmente, a coisa decisiva. Em ambos os casos, todos estão fadados a sentir culpa, porque o sentimento de culpa é expressão tanto do conflito devido à ambivalência, quanto da eterna luta entre Eros e o instinto de destruição ou morte. Esse conflito é posto em ação tão logo os homens se defrontem com a tarefa de viverem juntos. Enquanto a comunidade não assume outra forma que não seja a da família, o conflito está fadado a se expressar no complexo edipiano, a estabelecer a consciência e a criar o primeiro sentimento de culpa. Quando se faz uma tentativa para ampliar a comunidade, o mesmo conflito continua sob formas que dependem do passado; é fortalecido e resulta numa intensificação adicional do sentimento de culpa. Visto que a civilização obedece a um impulso erótico interno que leva os seres humanos a se unirem num grupo estreitamente ligado, ela só pode alcançar seu objetivo através de um crescente fortalecimento do sentimento de culpa. O que começou em relação ao pai é completado em relação ao grupo. Se a civilização constitui o caminho necessário de desenvolvimento, da família à humanidade como um todo, então, em resultado

do conflito inato surgido da ambivalência, da eterna luta entre as tendências de amor e de morte, acha-se a ele inextricavelmente ligado um aumento do sentimento de culpa, que talvez atinja alturas que o indivíduo considere difíceis de tolerar. Aqui, somos lembrados da comovente denúncia dos ‘Poderes Celestes’, feita pelo grande poeta:

Ihr führt in's Leben uns hinein, Ihr lasst den Armen schuldig werden, Dann überlasst Ihr den Pein, Denn iede Schuld rächt sich auf Erden.

E bem podemos suspirar aliviados ante o pensamento de que, apesar de tudo, a alguns é concedido salvar, sem esforço, do torvelinho de seus próprios sentimentos as mais profundas verdades, em cuja direção o resto de nós tem de encontrar o caminho por meio de uma incerteza atormentadora e com um intranquilo tatear.

VIII

Chegando ao fim de sua jornada, o autor se vê obrigado a pedir o perdão dos leitores por não ter sido um guia mais hábil e por não lhes ter poupado as regiões mais ásperas da estrada e os desconfortáveis *détours*. Não há dúvida de que isso poderia ter sido feito de forma melhor. Tentarei, já findando o dia, proceder a algumas correções.

Em primeiro lugar, desconfio que o leitor tem a impressão de que nosso exame do sentimento de culpa quebra a estrutura deste ensaio; que ocupa espaço demais, de maneira que o resto do tema geral, ao qual não se acha sempre estreitamente vinculado, é posto de lado. Isso pode ter prejudicado a estrutura do trabalho, mas corresponde fielmente à minha intenção de representar o sentimento de culpa como o mais importante problema no desenvolvimento da civilização, e de demonstrar que o preço que pagamos por nosso avanço em termos de civilização é uma perda de felicidade pela intensificação do sentimento de culpa. Qualquer coisa que ainda soe estranha a respeito dessa afirmação, que constitui a conclusão final de nossa investigação, pode ser provavelmente localizada no relacionamento bastante peculiar - até agora completamente inexplicado - que o sentimento de culpa mantém com nossa consciência. No caso comum de remorso, que encaramos como normal, esse sentimento se torna claramente perceptível para a consciência. Na verdade, estamos habituados a falar de uma ‘consciência de culpa’, em vez de um ‘sentimento de culpa’. Nosso estudo das neuroses, ao qual, afinal de contas, devemos as mais valiosas indicações para uma compreensão das condições normais, nos leva de encontro a certas contradições. Numa dessas afecções, a neurose obsessiva, o sentimento de culpa faz-se ruidosamente ouvido na consciência; domina o quadro clínico e também a vida do paciente, mal permitindo que apareça algo mais ao lado dele. Entretanto, na maioria dos outros casos e formas de neurose, ele permanece completamente inconsciente, sem que, por isso, produza efeitos menos importantes. Nossos pacientes não acreditam em nós quando lhes atribuímos um ‘sentimento de culpa inconsciente’. A fim de nos tornarmos inteligíveis para eles,

falamos-lhes de uma necessidade inconsciente de punição, na qual o sentimento de culpa encontra expressão. Apesar disso, sua vinculação a uma forma específica de neurose não deve ser superestimada. Mesmo na neurose obsessiva há tipos de pacientes que não se dão conta de seu sentimento de culpa, ou que apenas o sentem como um mal-estar atormentador, uma espécie de ansiedade, se impedidos de praticar certas ações. Deveria ser possível chegar a compreender essas coisas, mas, até agora, não nos foi possível. Aqui, talvez, nos possamos alegrar por termos assinalado que, no fundo, o sentimento de culpa nada mais é do que uma variedade topográfica da ansiedade; em suas fases posteriores, coincide completamente com o *medo do superego*. E as relações da ansiedade com a consciência apresentam as mesmas e extraordinárias variações. A ansiedade está sempre presente, num lugar ou outro, por trás de todo sintoma; em determinada ocasião, porém, toma, ruidosamente, posse da totalidade da consciência, ao passo que, em outra, se oculta tão completamente, que somos obrigados a falar de ansiedade inconsciente, ou, se desejamos ter uma consciência psicológica mais clara - visto a ansiedade ser, no primeiro caso, simplesmente um sentimento -, das possibilidades de ansiedade. Por conseguinte, é bastante concebível que tampouco o sentimento de culpa produzido pela civilização seja percebido como tal, e em grande parte permaneça inconsciente, ou apareça como uma espécie de *mal-estar*, uma insatisfação, para a qual as pessoas buscam outras motivações. As religiões, pelo menos, nunca desprezaram o papel desempenhado na civilização pelo sentimento de culpa. Ademais - ponto que deixei de apreciar em outro trabalho -, elas alegam redimir a humanidade desse sentimento de culpa, a que chamam de pecado. Da maneira pela qual, no cristianismo, essa redenção é conseguida - pela morte sacrificial de uma pessoa isolada, que, desse modo, toma sobre si mesma a culpa comum a todos -, conseguimos inferir qual pode ter sido a primeira ocasião em que essa culpa primária, que constitui também o primórdio da civilização, foi adquirida.

Embora talvez não seja de grande importância, não é supérfluo elucidar o significado de certas palavras, tais como 'superego', 'consciência', 'sentimento de culpa', 'necessidade de punição' e 'remorso', as quais é possível que muitas vezes tenhamos utilizado de modo frouxo e intercambiável. Todas se relacionam ao mesmo estado de coisas, mas denotam diferentes aspectos seus. O superego é um agente que foi por nós inferido e a consciência constitui uma função que, entre outras, atribuímos a esse agente. A função consiste em manter a vigilância sobre as ações e as intenções do ego e julgá-las, exercendo sua censura. O sentimento de culpa, a severidade do superego, é, portanto, o mesmo que a severidade da consciência. É a percepção que o ego tem de estar sendo vigiado dessa maneira, a avaliação da tensão entre os seus próprios esforços e as exigências do superego. O medo desse agente crítico (medo que está no fundo de todo relacionamento), a necessidade de punição, constitui uma manifestação instintiva por parte do ego, que se tornou masoquista sob a influência de um superego sádico; é, por assim dizer, uma parcela do instinto voltado para a destruição interna presente no ego, empregado para formar uma ligação erótica com o superego. Não devemos falar de consciência até que um superego se ache demonstravelmente presente. Quanto ao sentimento de culpa, temos de admitir que existe antes do superego e, portanto,

antes da consciência também. Nessa ocasião, ele é expressão imediata do medo da autoridade externa, um reconhecimento da tensão existente entre o ego e essa autoridade. É o derivado direto do conflito entre a necessidade do amor da autoridade e o impulso no sentido da satisfação instintiva, cuja inibição produz a inclinação para a agressão. A superposição desses dois estratos do sentimento de culpa - um oriundo do medo da autoridade *externa*; o outro, do medo da autoridade *interna* - dificultou nossa compreensão interna (*insight*) da posição da consciência por certo número de maneiras. Remorso é um termo geral para designar a reação do ego num caso de sentimento de culpa. Contém, em forma pouco alterada, o material sensorial da ansiedade que opera por trás do sentimento de culpa; ele próprio é uma punição, ou pode incluir a necessidade de punição, podendo, portanto, ser também mais antigo do que a consciência.

Tampouco fará mal que passemos mais uma vez em revista as contradições que nos confundiram durante algum tempo, no correr de nossa investigação. Assim, em determinado ponto, o sentimento de culpa era a conseqüência dos atos de agressão de que alguém se abstera; em outro, porém - exatamente em seu começo histórico, a morte do pai -, constituía a conseqüência de um ato de agressão que fora executado, ver [[1]]. Encontrou-se uma saída para essa dificuldade, pois a instituição da autoridade interna, o superego, alterou radicalmente a situação. Antes disso, o sentimento de culpa coincidia com o remorso. (Podemos observar, incidentalmente, que o termo 'remorso' deveria ser reservado para a reação que surge depois de um ato de agressão ter sido realmente executado.) Posteriormente, devido à onisciência do superego, a diferença entre uma agressão pretendida e uma agressão executada perdeu sua força. Daí por diante, o sentimento de culpa podia ser produzido não apenas por um ato de violência realmente efetuado (como todos sabem), mas também por um ato simplesmente pretendido (como a psicanálise descobriu). Independentemente dessa alteração na situação psicológica, o conflito que surge da ambivalência - o conflito entre os dois instintos primitivos - deixa atrás de si o mesmo resultado, ver [[1]]. Somos tentados a procurar aqui a solução do problema da relação variável em que o sentimento de culpa se acha para com a consciência. Pode-se pensar que o sentimento de culpa surgido do remorso por uma *ação* má deve ser sempre consciente, ao passo que o sentimento de culpa originado da percepção de um *impulso* mau pode permanecer inconsciente. Contudo, a resposta não é tão simples assim. A neurose obsessiva fala energicamente contra ela.

A segunda contradição se referia à energia agressiva da qual supomos dotado o superego. Segundo determinado ponto de vista, essa energia simplesmente continua a energia punitiva da autoridade externa e a mantém viva na mente, ver [[1]], ao passo que, de acordo com outra opinião, ela consiste, pelo contrário, na própria energia agressiva que não foi utilizada e que agora se dirige contra essa autoridade inibidora, ver [[1]]. A primeira visão parecia ajustar-se melhor à *história* e a segunda à *teoria* do sentimento de culpa. Uma reflexão mais adequada resolveu essa contradição aparentemente irreconciliável de modo quase

excessivamente completo; o que restou como fator essencial e comum foi que, em cada caso, se lida com uma agressividade deslocada para dentro. A observação clínica, ademais, nos permite de fato distinguir duas fontes para a agressividade que atribuímos ao superego; ou uma ou outra exerce o efeito mais forte em qualquer caso determinado, mas, em geral, operam em harmonia.

É este, penso eu, o lugar para apresentar a uma consideração séria uma opinião que anteriormente recomendei para aceitação provisória. Na literatura analítica mais recente, mostra-se predileção pela idéia de que qualquer tipo de frustração, qualquer satisfação instintiva frustrada, resulta, ou pode resultar numa elevação do sentimento de culpa. Acho que se conseguirá uma grande simplificação teórica, se se encarar isso como sendo aplicável apenas aos instintos *agressivos*, e não se encontrará quase nada que contradiga essa afirmação. Pois, como devemos explicar, em fundamentos dinâmicos e econômicos, um aumento no sentimento de culpa que aparece no lugar de uma exigência *erótica* não satisfeita? Isso só parece possível de maneira indireta se supusermos que a prevenção de uma satisfação erótica exige uma agressividade contra a pessoa que interferiu na satisfação, e que essa própria agressividade, por sua vez, tem de ser recalcada. Se as coisas se passam assim, é em suma, apenas a agressividade que é transformada em sentimento de culpa, por ter sido recalcada e transmitida para o superego. Estou convencido de que muitos processos admitirão exposição mais simples e mais clara, se as descobertas da psicanálise sobre a derivação do sentimento de culpa forem restringidas aos instintos agressivos. O exame do material clínico não nos fornece aqui uma resposta inequívoca, porque, como nossa hipótese nos diz, os dois tipos de instinto dificilmente aparecem em forma pura, isolados um do outro, e uma investigação dos casos extremos provavelmente apontaria para a direção por mim prevista.

Sinto-me tentado a extrair uma primeira vantagem dessa visão mais restrita do caso, aplicando-a ao processo da repressão. Conforme aprendemos, os sintomas neuróticos são, em sua essência, satisfações substitutivas para desejos sexuais não realizados. No decorrer de nosso trabalho analítico, descobrimos, para nossa surpresa, que talvez toda neurose oculte uma quota de sentimento inconsciente de culpa, o qual, por sua vez, fortifica os sintomas, fazendo uso deles como punição. Agora parece plausível formular a seguinte proposição: quando uma tendência instintiva experimenta a repressão, seus elementos libidinais são transformados em sintomas e seus componentes agressivos em sentimento de culpa. Mesmo que essa proposição não passe de uma aproximação mediana à verdade, é digna de nosso interesse.

Alguns leitores deste trabalho podem ainda ter a impressão de que já ouviram, de modo demasiado freqüente, a fórmula sobre a luta entre Eros e o instinto de morte. Ela foi não só empregada para caracterizar o processo de civilização que a humanidade sofre, ver [[1]], mas também vinculada ao desenvolvimento do indivíduo ver [[1]] e, além disso, dela se disse

que revelou o segredo da vida orgânica em geral, ver [[1]]. Acho que não podemos deixar de penetrar nas relações existentes entre esses três processos. A repetição da mesma fórmula se justifica pela consideração de que tanto o processo da civilização humana quanto o do desenvolvimento do indivíduo são também processos vitais - o que equivale a dizer que devem partilhar a mesma característica mais geral da vida. Por outro lado, as provas da presença dessa característica geral, pela razão mesma de sua natureza geral, fracassam em nos ajudar a estabelecer qualquer diferenciação [entre os processos], enquanto não for reduzida por limitações especiais. Só podemos ficar satisfeitos, portanto, afirmando que o processo civilizatório constitui uma modificação, que o processo vital experimenta sob a influência de uma tarefa que lhe é atribuída por Eros e incentivada por Ananké - pelas exigências da realidade -, e que essa tarefa é a de unir indivíduos isolados numa comunidade ligada por vínculos libidinais. Quando, porém, examinamos a relação existente entre o processo desenvolvimental ou educativo dos seres humanos individuais, devemos concluir, sem muita hesitação, que os dois apresentam uma natureza muito semelhante, caso não sejam o mesmo processo aplicado a tipos diferentes de objeto. O processo da civilização da espécie humana é, naturalmente, uma abstração de ordem mais elevada do que a do desenvolvimento do indivíduo, sendo, portanto, de mais difícil apreensão em termos concretos; tampouco devemos perseguir as analogias a um extremo obsessivo. Contudo, diante da semelhança entre os objetivos dos dois processos - num dos casos, a integração de um indivíduo isolado num grupo humano; no outro, a criação de um grupo unificado a partir de muitos indivíduos -, não podemos surpreender-nos com a similaridade entre os meios empregados e os fenômenos resultantes.

Em vista de sua excepcional importância, não devemos adiar mais a menção de determinado aspecto que estabelece a distinção entre os dois processos. No processo de desenvolvimento do indivíduo, o programa do princípio do prazer, que consiste em encontrar a satisfação da felicidade, é mantido como objetivo principal. A integração numa comunidade humana, ou a adaptação a ela, aparece como uma condição dificilmente evitável, que tem de ser preenchida antes que esse objetivo de felicidade possa ser alcançado. Talvez fosse preferível que isso pudesse ser feito sem essa condição. Em outras palavras, o desenvolvimento do indivíduo nos parece ser um produto da interação entre duas premências, a premência no sentido da felicidade, que geralmente chamamos de 'egoísta', e a premência no sentido da união com os outros da comunidade, que chamamos de 'altruísta'. Nenhuma dessas descrições desce muito abaixo da superfície. No processo de desenvolvimento individual, como dissemos, a ênfase principal recai sobretudo na premência egoísta (ou a premência no sentido da felicidade), ao passo que a outra premência, que pode ser descrita como 'cultural', geralmente se contenta com a função de impor restrições. No processo civilizatório, porém, as coisas se passam de modo diferente. Aqui, de longe, o que mais importa é o objetivo de criar uma unidade a partir dos seres humanos individuais. É verdade que o objetivo da felicidade ainda se encontra aí, mas relegado ao segundo plano. Quase parece que a criação de uma grande comunidade humana seria mais bem-sucedida se não se tivesse de prestar atenção à felicidade do indivíduo.

Assim, pode-se esperar que o processo desenvolvimental do indivíduo apresente aspectos especiais, próprios dele, que não são reproduzidos no processo da civilização humana. É apenas na medida em que está em união com a comunidade como objetivo seu, que o primeiro desses processos precisa coincidir com o segundo.

Assim como um planeta gira em torno de um corpo central enquanto roda em torno de seu próprio eixo, assim também o indivíduo humano participa do curso do desenvolvimento da humanidade, ao mesmo tempo que persegue o seu próprio caminho na vida. Para nossos olhos enevoados, porém, o jogo de forças nos céus parece fixado numa ordem que jamais muda; no campo da vida orgânica, ainda podemos perceber como as forças lutam umas com as outras e como os efeitos desse conflito estão em permanente mudança. Assim também as duas premências, a que se volta para a felicidade pessoal e a que se dirige para a união com os outros seres humanos, devem lutar entre si em todo indivíduo, e assim também os dois processos de desenvolvimento, o individual e o cultural, têm de colocar-se numa oposição hostil um para com o outro e disputar-se mutuamente a posse do terreno. Contudo, essa luta entre o indivíduo e a sociedade não constitui um derivado da contradição - provavelmente irreconciliável - entre os instintos primevos de Eros e da morte. Trata-se de uma luta dentro da economia da libido, comparável àquela referente à distribuição da libido entre o ego e os objetos, admitindo uma acomodação final no indivíduo, tal como, pode-se esperar, também o fará no futuro da civilização, por mais que atualmente essa civilização possa oprimir a vida do indivíduo.

A analogia entre o processo civilizatório e o caminho do desenvolvimento individual é passível de ser ampliada sob um aspecto importante. Pode-se afirmar que também a comunidade desenvolve um superego sob cuja influência se produz a evolução cultural. Constituiria tarefa tentadora para todo aquele que tenha um conhecimento das civilizações humanas, acompanhar pormenorizadamente essa analogia. Limitar-me-ei a apresentar alguns pontos mais notáveis. O superego de uma época de civilização tem origem semelhante à do superego de um indivíduo. Ele se baseia na impressão deixada atrás de si pelas personalidades dos grandes líderes - homens de esmagadora força de espírito ou homens em quem um dos impulsos humanos encontrou sua expressão mais forte e mais pura e, portanto, quase sempre, mais unilateral. Em muitos casos, a analogia vai mais além, como no fato de, durante a sua vida, essas figuras - com bastante freqüência, ainda que não sempre - terem sido escarnecidas e maltratadas por outros e, até mesmo, liquidadas de maneira cruel. Do mesmo modo, na verdade, o pai primevo não atingiu a divindade senão muito tempo depois de ter encontrado a morte pela violência. O exemplo mais evidente dessa conjunção fatídica pode ser visto na figura de Jesus Cristo - se, em verdade, essa figura não faz parte da mitologia, que a conclamou à existência a partir de uma obscura lembrança daquele evento primevo. Outro ponto de concordância entre o superego cultural e o individual é que o primeiro, tal como o último, estabelece exigências ideais estritas, cuja desobediência é punida pelo 'medo da consciência', ver [[1]]. Aqui, em verdade, nos deparamos com a notável circunstância de que, na realidade, os processos mentais relacionados são mais

familiares para nós e mais acessíveis à consciência tal como vistos no grupo, do que o podem ser no indivíduo. Neste, quando a tensão cresce, é apenas a agressividade do superego que, sob a forma de censuras, se faz ruidosamente ouvida; com freqüência, suas exigências reais permanecem inconscientes no segundo plano. Se as trazemos ao conhecimento consciente, descobrimos que elas coincidem com os preceitos do superego cultural predominante. Neste ponto os dois processos, o do desenvolvimento cultural do grupo e o do desenvolvimento cultural do indivíduo, se acham, por assim dizer, sempre interligados. Daí algumas das manifestações e propriedades do superego poderem ser mais facilmente detectadas em seu comportamento na comunidade cultural do que no indivíduo isolado. O superego cultural desenvolveu seus ideais e estabeleceu suas exigências. Entre estas, aquelas que tratam das relações dos seres humanos uns com os outros estão abrangidas sob o título de ética. As pessoas, em todos os tempos, deram o maior valor à ética, como se esperassem que ela, de modo específico, produzisse resultados especialmente importantes. De fato, ela trata de um assunto que pode ser facilmente identificado como sendo o ponto mais doloroso de toda civilização. A ética deve, portanto, ser considerada como uma tentativa terapêutica - como um esforço por alcançar, através de uma ordem do superego, algo até agora não conseguido por meio de quaisquer outras atividades culturais. Como já sabemos, o problema que temos pela frente é saber como livrar-se do maior estorvo à civilização - isto é, a inclinação, constitutiva dos seres humanos, para a agressividade mútua; por isso mesmo, estamos particularmente interessados naquela que é provavelmente a mais recente das ordens culturais do superego, o mandamento de amar ao próximo como a si mesmo. Ver [[1].] Em nossa pesquisa de uma neurose e em sua terapia, somos levados a fazer duas censuras contra o superego do indivíduo. Na severidade de suas ordens e proibições, ele se preocupa muito pouco com a felicidade do ego, já que considera de modo insuficiente as resistências contra a obrigação de obedecê-las - a força instintiva do id [em primeiro lugar] e as dificuldades apresentadas pelo meio ambiente externo real [em segundo]. Por conseguinte, somos freqüentemente obrigados, por propósitos terapêuticos, a nos opormos ao superego e a nos esforçarmos por diminuir suas exigências. Exatamente as mesmas objeções podem ser feitas contra as exigências éticas do superego cultural. Ele também não se preocupa de modo suficiente com os fatos da constituição mental dos seres humanos. Emite uma ordem e não pergunta se é possível às pessoas obedecê-la. Pelo contrário, presume que o ego de um homem é psicologicamente capaz de tudo que lhe é exigido, que o ego desse homem dispõe de um domínio ilimitado sobre seu id. Trata-se de um equívoco e, mesmo naquelas que são conhecidas como pessoas normais, o id não pode ser controlado além de certos limites. Caso se exija mais de um homem, produzir-se-á nele uma revolta ou uma neurose, ou ele se tornará infeliz. O mandamento 'Ama a teu próximo como a ti mesmo' constitui a defesa mais forte contra a agressividade humana e um excelente exemplo dos procedimentos não psicológicos do superego cultural. É impossível cumprir esse mandamento; uma inflação tão enorme de amor só pode rebaixar seu valor, sem se livrar da dificuldade. A civilização não presta atenção a tudo isso; ela meramente nos adverte que quanto mais difícil é obedecer ao preceito, mais meritório é proceder assim. Contudo, todo aquele que, na civilização atual, siga tal preceito, só se coloca em desvantagem frente à pessoa que despreza esse mesmo preceito. Que poderoso obstáculo à

civilização a agressividade deve ser, se a defesa contra ela pode causar tanta infelicidade quanto a própria agressividade! A ética 'natural', tal como é chamada, nada tem a oferecer aqui, exceto a satisfação narcísica de se poder pensar que se é melhor do que os outros. Nesse ponto, a ética baseada na religião introduz suas promessas de uma vida melhor depois da morte. Enquanto, porém, a virtude não for recompensada aqui na Terra, a ética, imagino eu, pregará em vão. Acho também bastante certo que, nesse sentido, uma mudança real nas relações dos seres humanos com a propriedade seria de muito mais ajuda do que quaisquer ordens éticas; mas o reconhecimento desse fato entre os socialistas foi obscurecido, e tornado inútil para fins práticos, por uma nova e idealista concepção equivocada da natureza humana. Ver [[1].]

Creio que a linha de pensamento que procura descobrir nos fenômenos de desenvolvimento cultural o papel desempenhado por um superego promete ainda outras descobertas. Apresso-me a chegar ao fim, mas há uma questão a que dificilmente posso fugir. Se o desenvolvimento da civilização possui uma semelhança de tão grande alcance com o desenvolvimento do indivíduo, e se emprega os mesmos métodos, não temos nós justificativa em diagnosticar que, sob a influência de premências culturais, algumas civilizações, ou algumas épocas da civilização - possivelmente a totalidade da humanidade - se tornaram 'neuróticas'? Uma dissecação analítica de tais neuroses poderia levar a recomendações terapêuticas passíveis de reivindicarem um grande interesse prático. Eu não diria que uma tentativa desse tipo, de transportar a psicanálise para a comunidade cultural, seja absurda ou que esteja fadada a ser infrutífera. Mas teríamos de ser muito cautelosos e não esquecer que, em suma, estamos lidando apenas com analogias e que é perigoso, não somente para os homens mas também para os conceitos, arrancá-los da esfera em que se originaram e se desenvolveram. Além disso, a diagnose das neuroses comunais se defronta com uma dificuldade especial. Numa neurose individual, tomamos como nosso ponto de partida o contraste que distingue o paciente do seu meio ambiente, o qual se presume ser 'normal'. Para um grupo de que todos os membros estejam afetados pelo mesmo distúrbio, não poderia existir esse pano de fundo; ele teria de ser buscado em outro lugar. E, quanto à aplicação terapêutica de nosso conhecimento, qual seria a utilidade da mais correta análise das neuroses sociais, se não se possui autoridade para impor essa terapia ao grupo? No entanto, e a despeito de todas essas dificuldades, podemos esperar que, um dia, alguém se aventure a se empenhar na elaboração de uma patologia das comunidades culturais.

Por uma ampla gama de razões, está muito longe de minha intenção exprimir uma opinião sobre o valor da civilização humana. Esforcei-me por resguardar-me contra o preconceito entusiástico que sustenta ser a nossa civilização a coisa mais preciosa que possuímos ou poderíamos adquirir, e que seu caminho necessariamente conduzirá a ápices de perfeição inimaginada. Posso, pelo menos, ouvir sem indignação o crítico cuja opinião diz que, quando alguém faz o levantamento dos objetivos do esforço cultural e dos meios que este emprega, está fadado a concluir que não vale a pena todo esse esforço e que seu resultado só pode ser um estado de coisas que o indivíduo será incapaz de tolerar. Minha imparcialidade

se torna mais fácil para mim na medida em que conheço muito pouco a respeito dessas coisas. Sei que apenas uma delas é certa: é que os juízos de valor do homem acompanham diretamente os seus desejos de felicidade, e que, por conseguinte, constituem uma tentativa de apoiar com argumentos as suas ilusões. Acharia muito compreensível que alguém assinalasse a natureza obrigatória do curso da civilização humana e que dissesse, por exemplo, que as tendências para uma restrição da vida sexual ou para a instituição de um ideal humanitário à custa da seleção natural foram tendências de desenvolvimento impossíveis de serem desviadas ou postas de lado, e às quais é melhor para nós nos submetemos, como se constituíssem necessidades da natureza. Também estou a par da objeção que pode ser levantada contra isso, objeção segundo a qual, na história da humanidade, tendências como estas, consideradas insuperáveis, freqüentemente foram relegadas e substituídas por outras. Assim, não tenho coragem de me erguer diante de meus semelhantes como um profeta; curvo-me à sua censura de que não lhes posso oferecer consolo algum, pois, no fundo, é isso que todos estão exigindo, e os mais arrebatados revolucionários não menos apaixonadamente do que os mais virtuosos crentes.

A questão fatídica para a espécie humana parece-me ser saber se, e até que ponto, seu desenvolvimento cultural conseguirá dominar a perturbação de sua vida comunal causada pelo instinto humano de agressão e autodestruição. Talvez, precisamente com relação a isso, a época atual mereça um interesse especial. Os homens adquiriram sobre as forças da natureza um tal controle, que, com sua ajuda, não teriam dificuldades em se exterminarem uns aos outros, até o último homem. Sabem disso, e é daí que provém grande parte de sua atual inquietação, de sua infelicidade e de sua ansiedade. Agora só nos resta esperar que o outro dos dois ‘Poderes Celestes’ ver [[1]], o eterno Eros, desdobre suas forças para se afirmar na luta com seu não menos imortal adversário. Mas quem pode prever com que sucesso e com que resultado?

FETICHISMO (1927)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

FETISCHISMUS

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1927 *Almanach* 1928, 17-24.

1927 *Int. Z. Psychoanal.*, 13 (4), 373-8.

1928 *G.S.*, 11, 395-401

1931 *Sexualtheorie und Traumlehre*, 220-7

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘Fetishism’

1928 *Int. J. Psycho-Anal.*, 9 (2), 161-6. (Trad. de Joan Riviere.)

1950 *C.P.*, 5, 198-204. (Edição revista da anterior.)

A presente tradução inglesa é uma versão modificada da publicada em 1950.

Este artigo, terminado no fim da primeira semana de agosto de 1927 (Jones, 1957, 146), foi publicado quase simultaneamente, no mesmo outono, no *Almanach* 1928 e no último número de 1927 da *Zeitschrift*.

Em seu primeiro estudo sobre o fetichismo, nos *Três Ensaio*s (1905*d*), Edição *Standard Brasileira*, Vol. VII, pág. 153-6, IMAGO Editora 1972, Freud escreveu que nenhuma outra variação do instinto sexual que se aproxima do patológico pode reivindicar tanto nosso interesse quanto esta, e, na realidade, não poucas vezes retornou à sua consideração. Nessa primeira descrição, ele não vai muito além de sustentar que ‘a escolha de um fetiche constitui um efeito posterior de alguma impressão sexual, via de regra recebida na primeira infância’ ficando o tema também nesse ponto, em alguns comentários de passagem ao fetichismo do pé em seu estudo sobre a *Gradiva* (1907*a*), um ano ou dois mais tarde (ibid., 9, 46-7). Sua abordagem seguinte ao assunto parece ter-se dado num artigo não publicado, ‘Sobre a Gênese do Fetichismo’, lido para a Sociedade Psicanalítica de Viena em 24 de

fevereiro de 1909 (Jones, 1955, 332), mas, infelizmente, não conseguimos acesso às atas da Sociedade. Nessa ocasião, preparava a análise do ‘Homem dos Ratos’ (1909d) para publicação e nela mencionou um novo ponto - a vinculação do fetichismo com o prazer em cheirar (ibid., 10, 247) - que ampliou em nota de rodapé acrescentada aos *Três Ensaios*, em sua segunda edição de 1910 (ibid., VII). Mas, logo depois, uma nova e mais importante vinculação deve ter-lhe ocorrido, pois essa mesma nota de rodapé acrescentada continha a primeira afirmativa de que o fetiche representa o pênis que falta à mulher, que figurara de modo proeminente entre as teorias sexuais infantis a que recentemente dedicara um artigo (1908c), Ibid., 9, 215-18. Essa nova explicação do fetiche foi também mencionada (como Freud observa na pág. 180n, adiante) em seu estudo sobre Leonardo (1910c), ibid, XI, publicado muito pouco depois da nota de rodapé aos *Três Ensaios*.

A questão especial da origem do fetichismo do pé (mencionada no presente artigo, ver [1]) atraiu a atenção de Freud alguns anos depois. A 11 de março de 1914, leu para a Sociedade Psicanalítica de Viena outro artigo sobre ‘Um Caso de Fetichismo do Pé’. Este também não foi publicado, mas dessa vez, afortunadamente, possuímos um resumo dele, da autoria de Ernest Jones (1955, 342-3). A explicação da escolha do pé como fetiche - uma abordagem aos órgãos genitais da mulher de maneira deslocada - a que nele se chegou, foi publicada como acréscimo posterior à mesma nota de rodapé aos *Três ensaios*, em sua terceira edição de 1915. Outro caso clínico bastante semelhante foi comunicado muito sucintamente por Freud na Conferência XXII de suas *Introductory Lectures* (1916-17). Entretanto, embora o presente artigo seja importante enquanto reunião e ampliação das primeiras opiniões de Freud sobre o fetichismo, seu principal interesse reside numa direção muito diferente, isto é, no novo desenvolvimento metapsicológico que introduz. Por diversos anos Freud utilizou o conceito de ‘rejeição’ (*Verleugnung*), especialmente quanto às reações das crianças à observação da distinção anatômica entre os sexos. No presente artigo, baseando-se em observações clínicas recentes, apresenta razões para supor-se que essa ‘rejeição’ necessariamente acarreta uma divisão no ego do indivíduo. No fim da vida, Freud retomou o tema e ampliou seu âmbito: em artigo inacabado e postumamente publicado sobre ‘Splitting of the Ego in the Process of Defence’ (1940e [1938]), e nos últimos parágrafos do Capítulo VIII de *Esboço de Psicanálise* (1940a [1938], Livro 7 da Pequena Coleção das Obras de Freud, IMAGO Editora, 1974). Entretanto, embora o fetichismo seja especialmente considerado em ambos esses trabalhos, Freud assinala aí que essa ‘divisão do ego’ não é peculiar ao fetichismo, mas que, na realidade, pode ser encontrada em muitas outras situações em que o ego se defronta com a necessidade de construir uma defesa, e que ela ocorre não apenas na rejeição, mas também na repressão.

FETICHISMO

Nos últimos anos tive oportunidade de estudar analiticamente certo número de homens cuja escolha objetual era dominada por um fetiche. Não é preciso esperar que essas pessoas venham à análise por causa de seu fetiche, pois, embora sem dúvida ele seja reconhecido por seus adeptos como uma anormalidade, raramente é sentido por eles como o sintoma de uma doença que se faça acompanhar por sofrimento. Via de regra, mostram-se inteiramente satisfeitos com ele, ou até mesmo louvam o modo pelo qual lhes facilita a vida erótica. Via de regra, portanto, o fetiche aparece na análise como uma descoberta subsidiária.

Por motivos evidentes, os pormenores desses casos não podem ser publicados; não posso, portanto, mostrar de que maneira as circunstâncias acidentais contribuíram para a escolha de um fetiche. O caso mais extraordinário pareceu-me ser aquele em que um jovem alçou certo tipo de ‘brilho do nariz’ a uma precondição fetichista. A explicação surpreendente para isso era a de que o paciente fora criado na Inglaterra, vindo posteriormente para a Alemanha, onde esquecera sua língua materna quase completamente. O fetiche, originado de sua primeira infância, tinha de ser entendido em inglês, não em alemão. O ‘brilho do nariz’ [em alemão ‘*Glanz auf der Nase*’] era na realidade um ‘vislumbre (*glimpse*) do nariz’. O nariz constituía assim o fetiche, que incidentalmente, ele dotara, à sua vontade, do brilho luminoso que não era perceptível a outros.

Em todos os casos, o significado e o propósito do fetiche demonstraram, na análise, serem os mesmos. Ele se revelou de modo tão natural e me pareceu tão compelativo que me sinto preparado para esperar a mesma solução em todos os casos de fetichismo. Ao enunciar agora que o fetiche é um substituto para o pênis, decerto criarei um desapontamento, de maneira que me apresso a acrescentar que não é um substituto para qualquer pênis ocasional, e sim para um pênis específico e muito especial, que foi extremamente importante na primeira infância, mas posteriormente perdido. Isso equivale a dizer que normalmente deveria ter sido abandonado; o fetiche, porém, se destina exatamente a preservá-lo da extinção. Para expressá-lo de modo mais simples: o fetiche é um substituto do pênis da mulher (da mãe) em que o menino outrora acreditou e que - por razões que nos são familiares - não deseja abandonar. O que sucedeu, portanto, foi que o menino se recusou a tomar conhecimento do fato de ter percebido que a mulher não tem pênis. Não, isso não podia ser verdade, pois, se uma mulher tinha sido castrada, então sua própria posse de um pênis estava em perigo, e contra isso ergueu-se em revolta a parte de seu narcisismo que a Natureza, como precaução, vinculou a esse órgão específico. Na vida posterior, um homem adulto talvez possa experimentar um pânico semelhante, quando se eleva o clamor de que o Trono e o Altar correm perigo e conseqüências ilógicas semelhantes decorrerão disso. Se não estou equivocado, Laforgue, nesse caso, diria que o menino ‘escotomiza’ sua percepção

da falta de pênis da mulher. Um termo técnico novo se justifica quando descreve um fato novo ou lhe dá ênfase. Nesse caso, não é assim. A mais antiga palavra de nossa terminologia psicanalítica, ‘repressão’, já se relaciona com esse processo patológico. Se quisermos diferenciar mais nitidamente a vicissitude da *idéia* como distinta daquela do *afeto*, e reservar a palavra ‘*Verdrängung*’ [‘repressão’] para o afeto, então a palavra alemã correta para a vicissitude da *idéia* seria ‘*Verleugnung*’ [‘rejeição’]. ‘Escotomização’ parece-me particularmente inapropriada, por sugerir que a percepção é inteiramente apagada, de maneira que o resultado é o mesmo que sucede quando uma impressão visual incide sobre o ponto cego da retina. Na situação que estamos considerando, pelo contrário, vemos que a percepção continuou e que uma ação muito enérgica foi empreendida para manter a rejeição. Não é verdade que, depois que a criança fez sua observação da mulher, tenha conservado inalterada sua crença de que as mulheres possuem um falo. Reteve essa crença, mas também a abandonou. No conflito entre o peso da percepção desagradável e a força de seu contradesejo, chegou-se a um compromisso, tal como só é possível sob o domínio das leis inconscientes do pensamento - os processos primários. Sim, em sua mente a mulher *teve* um pênis, a despeito de tudo, mas esse pênis não é mais o mesmo de antes. Outra coisa tomou seu lugar, foi indicada como seu substituto, por assim dizer, e herda agora o interesse anteriormente dirigido a seu predecessor. Mas esse interesse sofre também um aumento extraordinário, pois o horror da castração ergueu um monumento a si próprio na criação desse substituto. Ademais, uma aversão, que nunca se acha ausente em fetichista algum, aos órgãos genitais femininos reais, permanece um *stigma indelebile* da repressão que se efetuou. Podemos perceber agora aquilo que o fetiche consegue e aquilo que o mantém. Permanece um indício do triunfo sobre a ameaça de castração e uma proteção contra ela. Também salva o fetichista de se tornar homossexual, dotando as mulheres da característica que as torna toleráveis como objetos sexuais. Na vida posterior, o fetichista sente desfrutar de ainda outra vantagem de seu substituto de um órgão genital. O significado do fetiche não é conhecido por outras pessoas, de modo que não é retirado do fetichista; é facilmente acessível e pode prontamente conseguir a satisfação sexual ligada a ele. Aquilo pelo qual os outros homens têm de implorar e se esforçar pode ser tido pelo fetichista sem qualquer dificuldade.

Provavelmente a nenhum indivíduo humano do sexo masculino é poupado o susto da castração à vista de um órgão genital feminino. Por que algumas pessoas se tornam homossexuais em conseqüência dessa impressão, ao passo que outras a desviam pela criação de um fetiche, e a grande maioria a supera, francamente não somos capazes de explicar. É possível que, entre todos os fatores em ação, ainda não conheçamos os decisivos para os raros resultados patológicos. Temos de nos contentar se pudermos explicar o que aconteceu, e deixar atualmente de lado a tarefa de explicar por que algo *não* aconteceu.

Esperar-se-ia que os órgãos ou objetos escolhidos como substitutos para o falo ausente da mulher fossem tais, que aparecessem como símbolos do pênis também sob outros aspectos.

Isso pode acontecer com bastante frequência, mas certamente não constitui fator decisivo. Antes, parece que, quando o fetiche é instituído, ocorre certo processo que faz lembrar a interrupção da memória na amnésia traumática. Como nesse último caso, o interesse do indivíduo se interrompe a meio caminho, por assim dizer; é como se a última impressão antes da estranha e traumática fosse retida como fetiche. Assim, o pé ou o sapato devem sua preferência como fetiche - ou parte dela - à circunstância de o menino inquisitivo espiar os órgãos genitais da mulher a partir de baixo, das pernas para cima; peles e veludo - como por longo tempo se suspeitou - constituem uma fixação da visão dos pêlos púbicos, que deveria ter sido seguida pela ansiada visão do membro feminino; peças de roupa interior, que tão frequentemente são escolhidas como fetiche, cristalizam o momento de se despir, o último momento em que a mulher ainda podia ser encarada como fálica. Não sustento, porém, ser invariavelmente possível descobrir com certeza o modo como o fetiche foi determinado.

Uma investigação do fetichismo é calorosamente recomendada a quem quer que ainda duvide da existência do complexo de castração ou que ainda possa acreditar que o susto à vista do órgão genital feminino possua outro fundamento, tal como, por exemplo, que ele derive de uma suposta rememoração do trauma do nascimento.

Para mim, a explicação do fetichismo possui também outro aspecto de interesse teórico. Recentemente, seguindo linhas inteiramente especulativas, cheguei à proposição de que a diferença essencial entre a neurose e a psicose consistia em que, na primeira, o ego, a serviço da realidade, reprime um fragmento do id, ao passo que, na psicose, ele se deixa induzir, pelo id, a se desligar de um fragmento da realidade. Retornei a esse tema mais tarde. Logo depois, porém, tive motivo para lamentar ter-me aventurado tão longe. Na análise de dois jovens aprendi que ambos - um quando tinha dois anos de idade, e o outro, quando contava dez - não haviam conseguido tomar conhecimento da morte do querido pai, haviam-na 'escotomizado', e, contudo, nenhum deles desenvolvera uma psicose. Desse modo, um fragmento de realidade, indubitavelmente importante, fora rejeitado pelo ego, tal como o fato desagradável da castração feminina é rejeitado nos fetichistas. Também comecei a suspeitar que ocorrências semelhantes na infância de maneira alguma são raras, e acreditei ter sido culpado de um erro em minha caracterização da neurose e da psicose. É verdade que havia uma saída para a dificuldade. Minha fórmula precisava apenas ser válida onde houvesse um grau mais elevado de diferenciação no aparelho psíquico; seriam permissíveis a uma criança coisas que acarretariam graves prejuízos a um adulto.

Contudo, a pesquisa posterior conduziu-me a outra solução para a contradição. Tornou-se evidente que os dois jovens não haviam 'escotomizado' a morte dos pais mais do que um fetichista escotomiza a castração feminina. Fora apenas uma determinada corrente em sua vida mental que não reconheceria a morte daqueles; havia outra corrente que se dava plena conta desse fato. A atitude que se ajustava ao desejo e a atitude que se ajustava à realidade existiam lado a lado. Num de meus dois casos, a divisão constituía a base de uma neurose obsessiva moderadamente grave. Em todas as situações da vida, o paciente oscilava entre

duas presunções: uma, de que o pai ainda estava vivo e atrapalhava suas atividades; outra, oposta, de que tinha o direito de se considerar como sucessor do pai. Assim, posso ater-me à expectativa de que, numa psicose, uma daquelas correntes - a que se ajustava à realidade - esteja realmente ausente.

Retornando à minha descrição do fetichismo, posso dizer que existem muitas provas adicionais e de peso quanto à atitude dividida dos fetichistas para com o tema da castração feminina. Em casos bastante sutis, tanto a rejeição quanto a afirmação da castração encontram caminho na construção do próprio fetiche. Assim ocorreu no caso de um homem cujo fetiche era um suporte atlético que também podia ser usado como calção de banho. Essa peça cobria inteiramente os órgãos genitais e ocultava a distinção entre eles. A análise mostrou que isso significava que as mulheres eram castradas e que não eram castradas; e isso também permitiu a hipótese de que os homens eram castrados, porque todas essas possibilidades podiam ser igualmente bem ocultas sob o suporte - cujo primeiro rudimento, em sua infância, fora a folha de parreira de uma estátua. Um fetiche desse tipo, duplamente derivado de idéias contrárias, é, naturalmente, especialmente durável. Em outros casos, a atitude dividida se mostra naquilo que o fetichista faz com o fetiche, seja em realidade ou em sua imaginação. Assinalar que ele o reverencia não é tudo; em muitos casos, trata-o de maneira obviamente equivalente a uma representação da castração. Isso acontece particularmente, caso ele tenha desenvolvido uma forte identificação com o pai e desempenha o papel deste último, pois foi a este que, em criança, atribuiu a castração da mulher. A afeição e a hostilidade no tratamento do fetiche - que correm paralelas com a rejeição e o reconhecimento da castração - estão mescladas em proporções desiguais em casos diferentes, de maneira a que uma ou outra seja mais facilmente identificável. Parecemos aqui aproximar-nos de uma compreensão, ainda que remota, do comportamento do *'coupeur de nattes'*. Nele, a necessidade de executar a castração, que ele mesmo rejeita, veio para o primeiro plano. Sua ação contém em si própria as duas asserções mutuamente incompatíveis: 'a mulher ainda tem um pênis' e 'meu pai castrou a mulher'. Outra variante, que também constitui um paralelo ao fetichismo na psicologia social, poderia ser encontrada no costume chinês de mutilar o pé feminino e, depois disso, reverenciá-lo como um fetiche. Parece algo como se o homem chinês quisesse agradecer à mulher por se ter submetido a ser castrada.

Em conclusão, podemos dizer que o protótipo normal dos fetiches é um pênis de homem, assim como o protótipo normal de órgãos inferiores é o pequeno pênis real de uma mulher, o clitóris.

O HUMOR (1927)

DER HUMOR

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1927 *Almanach* 1928, 9-16.

1928 *Imago*, 14 (1), 1-6.

1928 *G.S.*, 11, 402-8.

1048 *G.W.*, 14, 383-9.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘Humour’

1928 *Int. J. Psycho-Anal.*, 9 (1), 1-6. (Trad. de Joan Riviere.)

1950 C.P., 5, 215-21. (Reimpressão revista da anterior.)

A presente tradução inglesa é versão corrigida da publicada em 1950.

Freud escreveu este artigo em cinco dias, durante a segunda semana de agosto de 1927 (Jones, 1957, 146), e ele foi lido, em seu nome, por Anna Freud, a 1º de setembro, perante o X Congresso Psicanalítico Internacional, em Innsbruck. Foi publicado pela primeira vez no outono do mesmo ano no ‘Almanaque’ psicanalítico referente a 1928.

O artigo retorna, depois de um intervalo de mais de vinte anos, ao tema examinado na última seção do livro sobre os *Chistes* (1905c). Freud considera-o agora à luz de sua nova representação estrutural da mente humana. Alguns pontos metapsicológicos interessantes surgem nas últimas páginas do artigo e, pela primeira vez, encontramos o superego apresentado num estado de espírito afável.

O HUMOR

Em meu volume sobre *Os Chistes e sua Relação com o Inconsciente* (1905c), na realidade considerei o humor apenas do ponto de vista econômico. Meu objetivo era descobrir a fonte do prazer que se obtém do humor e acho que pude demonstrar que a produção do prazer humorístico surge de uma economia de gasto em relação ao sentimento. [*Standard Ed.*, 8, 236.]

Há duas maneiras pelas quais o processo humorístico pode realizar-se. Ele pode dar-se com relação a uma pessoa isolada, que, ela própria, adota a atitude humorística, ao passo que uma segunda pessoa representa o papel de espectador que dela deriva prazer; ou pode efetuar-se entre duas pessoas, uma das quais não toma parte alguma no processo humorístico, mas é tornada objeto de contemplação humorística pela outra. Quando, para

tomar o exemplo mais grosseiro [ibid., 201], um criminoso, levado à força numa segunda-feira, comentou: ‘Bem, a semana está começando otimamente’, ele mesmo estava produzindo o humor; o processo humorístico se completa em sua própria pessoa e, evidentemente, concede-lhe certo senso de satisfação. Eu, ouvinte não participante, sou afetado, por assim dizer, a longo alcance, por essa produção humorística do criminoso; sinto, como ele talvez, a produção de prazer humorístico.

Temos um exemplo da segunda maneira pela qual o humor surge, quando um escritor ou narrador descreve o comportamento de pessoas reais ou imaginárias de modo humorístico. Essas próprias pessoas não precisam demonstrar humor algum; a atitude humorística interessa apenas à pessoa que as está tomando como seu objeto, e, tal como no primeiro exemplo, o leitor ou ouvinte partilha da fruição do humor. Para resumir, então, podemos dizer que a atitude humorística - não importando em que consista - é possível de ser dirigida quer para o próprio eu do indivíduo quer para outras pessoas; é de supor que ocasione uma produção de prazer à pessoa que a adota, e uma produção semelhante de prazer vem a ser a quota do assistente não participante.

Compreenderemos melhor a gênese da produção do prazer humorístico se considerarmos o processo que se dá no ouvinte perante quem um outro produz humor. O ouvinte vê esse outro numa situação que o leva a esperar que ele produza os sinais de um afeto, que fique zangado, se queixe, expresse sofrimento, fique assustado ou horrorizado ou, talvez, até mesmo desesperado; e o assistente ou ouvinte está preparado para acompanhar sua direção e evocar os mesmos impulsos emocionais em si mesmo. Contudo, essa expectativa emocional é desapontada; a outra pessoa não expressa afeto, mas faz uma pilhéria. O gasto de sentimento, que é assim economizado, se transforma em prazer humorístico no ouvinte.

É fácil chegar até aí. Logo, porém, verificamos que é o processo que se realiza na outra pessoa - o ‘humorista’ - que merece maior atenção. Não há dúvida de que a essência do humor é poupar os afetos a que a situação naturalmente daria origem e afastar com uma pilhéria a possibilidade de tais expressões de emoção. Até esse ponto, o processo no humorista tem de concordar com o processo no ouvinte - ou, para dizê-lo mais corretamente, o processo no ouvinte deve ter copiado o do humorista. Mas, de que modo este último ocasiona a atitude mental que torna supérflua a liberação de afeto? Qual é a dinâmica de sua adoção da ‘atitude humorística’? Evidentemente, a solução do problema deve ser buscada no humorista; no ouvinte, temos de supor que existe apenas um eco, uma cópia, desse processo desconhecido.

Já é hora de nos familiarizarmos com algumas das características do humor. Como os chistes e o cômico, o humor tem algo de liberador a seu respeito, mas possui também qualquer coisa de grandeza e elevação, que faltam às outras duas maneiras de obter prazer da atividade intelectual. Essa grandeza reside claramente no triunfo do narcisismo, na afirmação vitoriosa da invulnerabilidade do ego. O ego se recusa a ser afligido pelas

provocações da realidade, a permitir que seja compelido a sofrer. Insiste em que não pode ser afetado pelos traumas do mundo externo; demonstra, na verdade, que esses traumas para ele não passam de ocasiões para obter prazer. Esse último aspecto constitui um elemento inteiramente essencial do humor. Suponhamos que o criminoso levado para execução na segunda-feira dissesse: 'Isso não me preocupa. Que importância tem, afinal de contas, que um sujeito como eu seja enforcado? O mundo não vai acabar por causa disso'. Teríamos de admitir que um discurso desse tipo apresenta de fato a mesma magnífica superioridade sobre a situação real. É sábio e verdadeiro, mas não revela traço de humor. Na verdade, baseia-se numa avaliação da realidade que vai diretamente contra a avaliação feita pelo humor. O humor não é resignado, mas rebelde. Significa não apenas o triunfo do ego, mas também o do princípio do prazer, que pode aqui afirmar-se contra a crueldade das circunstâncias reais.

Essas duas últimas características - a rejeição das reivindicações da realidade e a efetivação do princípio do prazer - aproximam o humor dos processos regressivos ou reativos que tão amplamente atraem nossa atenção na psicopatologia. Seu desvio da possibilidade de sofrimento coloca-o entre uma extensa série de métodos que a mente humana construiu a fim de fugir à compulsão para sofrer - uma série que começa com a neurose e culmina na loucura, incluindo a intoxicação, a auto-absorção e o êxtase. Graças a essa vinculação, o humor possui uma dignidade que falta completamente, por exemplo, aos chistes, pois estes servem simplesmente para obter uma produção de prazer ou colocar essa produção, que foi obtida, a serviço da agressão. Em que, então, consiste a atitude humorística, atitude por meio da qual uma pessoa se recusa a sofrer, dá ênfase à invencibilidade do ego pelo mundo real, sustenta vitoriosamente o princípio do prazer - e tudo isso em contraste com outros métodos que têm os mesmos intuítos, sem ultrapassar os limites da saúde mental? As duas realizações parecem incompatíveis.

Se retornarmos à situação em que determinada pessoa adota uma atitude humorística para com outros, uma conceituação que já apresentei experimentalmente em meu livro sobre chistes se sugerirá por si mesma em seguida. É que o indivíduo se comporta para com eles como um adulto o faz com uma criança, quando identifica e sorri da trivialidade dos interesses e sofrimentos que parecem tão grandes a esta última [ibid., 205]. Assim, o humorista adquiriria sua superioridade por assumir o papel do adulto, identificar-se até certo ponto com o pai, e reduzir as outras pessoas a crianças. Essa conceituação provavelmente abrange os fatos, embora dificilmente pareça ser conclusiva. Perguntamo-nos o que é que faz o humorista arrogar-se esse papel.

Mas temos de recordar a outra situação de humor, provavelmente mais primária e mais importante, na qual uma pessoa adota uma atitude humorística para consigo mesma, a fim de manter afastados possíveis sofrimentos. Há sentido em dizer que alguém está-se tratando a si próprio como criança e, ao mesmo tempo, desempenhando o papel de um adulto superior para com essa criança?

Essa idéia não muito plausível receberá apoio bastante forte, penso eu, se levarmos em consideração aquilo que aprendemos das observações patológicas sobre a estrutura do ego. Esse ego não é uma entidade simples. Abriga dentro dele, como seu núcleo, um agente especial: o superego. Às vezes, acha-se fundido com o superego de maneira que não podemos fazer distinção entre eles, ao passo que, em outras circunstâncias, se acha nitidamente diferenciado dele. Geneticamente o superego é o herdeiro do agente paterno. Frequentemente ele mantém o ego em estrita dependência e, ainda, realmente o trata como os genitores, ou o pai, outrora trataram o filho, em seus primeiros anos. Obteremos uma explicação dinâmica da atitude humorística, portanto, se supusermos que ela consiste em ter o humorista retirado a ênfase psíquica de seu ego, transpondo-a para o superego. Para o superego, assim inflado, o ego pode parecer minúsculo, e triviais todos os seus interesses, e, com essa nova distribuição de energia, pode tornar-se coisa fácil para o superego reprimir as possibilidades de reação do ego.

A fim de permanecermos fiéis à nossa fraseologia habitual, teremos de falar, não de transportar a ênfase psíquica, mas de deslocar grandes quantidades de catexia. A questão, então, é saber se temos o direito de representar amplos deslocamentos como esse, de um agente do aparelho psíquico para outro. Isso parece ser uma nova hipótese, construída *ad hoc*. Contudo, podemos lembrar-nos de que repetidamente (ainda que não com suficiente freqüência) tomamos um fator desse tipo em consideração nas nossas tentativas de representação metapsicológica dos acontecimentos mentais. Assim, por exemplo, supomos que a diferença entre uma catexia objetual erótica normal e o estado de se achar enamorado é que, neste último, uma catexia incomparavelmente maior se transfere para o objeto, e que o ego se esvazia, por assim dizer, em favor do objeto. Estudando certos casos de paranóia, pude estabelecer o fato de que idéias de perseguição se formam precocemente e existem por longo tempo sem qualquer efeito perceptível, até que, em resultado de determinado acontecimento precipitante específico, recebe quantidades de catexia suficientes para levá-las a se tornarem dominantes. Também a cura de tais crises paranóicas residiria não tanto numa solução e correção das idéias delirantes, quanto numa retirada delas da catexia que lhes foi emprestada. As alterações entre melancolia e mania, entre uma cruel opressão do ego pelo superego e uma liberação do ego após essa pressão, sugerem um deslocamento de catexia desse tipo; tal deslocamento, ademais, teria de ser introduzido para explicar um grande número de fenômenos que pertencem à vida mental normal. Se, até o presente, isso só foi feito em grau muito limitado, o fato deve-se à nossa cautela usual, algo que só merecelouvor. A região em que nos sentimos seguros é a da patologia da vida mental; é aqui que efetuamos nossas observações e adquirimos nossas convicções. Atualmente, só nos aventuramos a formar um juízo sobre a mente normal na medida em que podemos discernir o que é normal nos isolamentos e deformações do material patológico. Uma vez superada essa hesitação, reconhecermos quão grande é a contribuição efetuada à compreensão dos processos mentais tanto pelas condições estáticas quanto pelas alterações dinâmicas da *quantidade* da catexia energética.

Acho, portanto, que a possibilidade que aqui sugeri, a de que, numa situação específica, o indivíduo subitamente hipercatexize seu superego, e então, a partir disso, altere as reações do ego, merece ser retida. Ademais, o que sugeri sobre o humor encontra analogia digna de nota no campo aparentado dos chistes. Quanto à origem destes, fui levado a supor que um pensamento pré-consciente é entregue por um momento à revisão inconsciente [ibid., 166]. Um chiste é, portanto, a contribuição feita ao cômico pelo inconsciente [ibid., 208]. Exatamente do mesmo modo, *o humor seria a contribuição feita ao cômico pela intervenção do superego.*

Com respeito a outros assuntos, conhecemos o superego como um senhor severo. Dir-se-á que não combina bem com tal caráter o fato de o superego condescender em capacitar o ego a obter uma pequena produção de prazer. É verdade que o prazer humorístico jamais alcança a intensidade do prazer do cômico ou dos chistes, que jamais encontra vazão no riso cordial. Também é verdade que, ocasionando a atitude humorística, o superego está realmente repudiando a realidade e servindo a uma ilusão. Entretanto (sem saber exatamente por quê), encaramos esse prazer menos intenso como possuindo um caráter de valor muito alto; sentimos que ele é especialmente liberador e enobrecedor. Além disso, a pilhéria feita por humor não é o essencial. Ela tem apenas o valor de algo preliminar. O principal é a intenção que o humor transmite, esteja agindo em relação quer ao eu quer as outras pessoas. Significa: ‘Olhem! Aqui está o mundo, que parece tão perigoso! Não passa de um jogo de crianças, digno apenas de que sobre ele se faça uma pilhéria!’

Se é realmente o superego que, no humor, fala essas bondosas palavras de conforto ao ego intimidado, isso nos ensinará que ainda temos muito a aprender sobre a natureza do superego. Ademais, nem todas as pessoas são capazes da atitude humorística. Trata-se de um dom raro e precioso, e muitas sequer dispõem da capacidade de fruir o prazer humorístico que lhes é apresentado. E finalmente, se o superego tenta, através do humor, consolar o ego e protegê-lo do sofrimento, isso não contradiz sua origem no agente paterno.

UMA EXPERIÊNCIA RELIGIOSA (1928 [1927])

EIN RELIÖGÖSES ERLEBNIS

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1928 *Imago*, 14 (1), 7-10.

1928 *G.S.*, 11, 467-70.

1928 *Almanach* 1929, 9-12.

1948 *G.W.*, 14, 393-6.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘A Religious Experience’

1929 *Int. J. Psycho-Anal.*, 10 (1), 1-4 (Tradutor não especificado.)

1950 *C.P.*, 5, BDC-F. (Trad. de James Strachey.)

A presente tradução inglesa é reimpressão ligeiramente corrigida da publicada em 1950.

Este artigo, publicado em princípios de 1928, foi escrito, segundo Ernest Jones (1957, 151), em fins de 1927. A visita de Viereck a Freud, ponto de partida dos acontecimentos que levaram à redação do artigo, ocorreu, conta-nos Jones (*ibid.*, 133), em fins de junho de 1926. Viereck (jornalista norte-americano bastante conhecido e interessado pela psicanálise) publicou seu relato da visita no outono do ano seguinte, relato reimpresso num volume, *Glimpses of the Great* (1930, 28 e segs.), e do qual alguns extratos são fornecidos por Jones (*loc. cit.*).

Note-se que o texto da carta do médico americano a Freud não concorda exatamente com a versão alemã. A versão inglesa aqui fornecida constitui reimpressão da que foi originalmente apresentada no *International Journal*, havendo razões para supor que os redatores deste utilizaram uma cópia do autógrafo inglês da carta, da qual Freud não dera uma transcrição inteiramente exata. As diferenças entre as duas versões, contudo, são insignificantes.

UMA EXPERIÊNCIA RELIGIOSA

No outono de 1927. G.S. Viereck, jornalista teuto-americano que me fizera uma visita de boas-vindas, publicou o relato de uma conversa comigo, no correr do qual mencionou minha falta de fé religiosa e minha indiferença quando ao tema da sobrevivência depois da morte. Essa ‘entrevista’, como foi chamada, foi amplamente lida e trouxe-me, entre outras, a seguinte carta de um médico americano:

‘...O que mais me impressionou foi sua resposta à pergunta sobre se acreditava numa sobrevivência da personalidade depois da morte. Consta que o senhor disse: “Não penso no assunto.”’

‘Escrevo-lhe agora para narrar-lhe uma experiência que tive no ano em que me formei na Universidade de X. Certa tarde, ao atravessar a sala de dissecação, minha atenção foi atraída por uma velhinha de rosto suave que estava sendo conduzida para uma mesa de dissecação. Essa mulher de rosto suave me causou tal impressão que um pensamento atravessou minha mente: “Não existe Deus; se existisse, não permitiria que essa pobre velhinha fosse levada a sala de dissecação.”’

‘Quando voltei para casa naquela tarde, o sentimento que experimentara à visão na sala de dissecação, fizera-me decidir não mais continuar indo à igreja. As doutrinas do cristianismo, antes disso, já tinham sido objeto de dúvidas em meu espírito.

‘Enquanto meditava sobre o assunto, uma voz falou-me à alma que “eu deveria considerar o passo que estava a ponto de dar”. Meu espírito replicou a essa voz interior: “Se eu tivesse

a certeza de que o cristianismo é verdade e que a Bíblia é a Palavra de Deus, então eu os aceitaria.”

‘No decorrer das semanas seguintes, Deus tornou claro à minha alma que a Bíblia era Sua Palavra, que os ensinamentos a respeito de Jesus Cristo eram verdadeiros e que Jesus era nossa única salvação. Após uma revelação tão clara, aceitei a Bíblia como sendo a Palavra de Deus, e Jesus Cristo, como meu Salvador pessoal. Desde então, Deus Se revelou a mim por meio de muitas provas infalíveis.

‘Imploro-lhe, como um irmão na medicina, para refletir sobre esse tema tão importante e, posso garantir-lhe, se considerá-lo com a mente aberta, Deus revelará a *verdade* à sua alma, assim como fez comigo e com uma infinidade de outros.’ Enviei-lhe uma resposta polida, dizendo que ficava contente em saber que essa experiência o havia capacitado a manter sua fé. Quando a mim, Deus não fizera o mesmo comigo. Nunca me permitira escutar uma voz interior e se, em vista da minha idade, não se apressasse, não seria culpa minha se eu permanecesse até o fim de minha vida o que agora sou - ‘an infidel jew’¹ (um judeu infiel).

Quando de uma resposta amistosa, meu colega garantiu-me que ser judeu não constituía obstáculo no caminho para a fé verdadeira e provou isso com diversos exemplos. Sua carta culminava com a informação de que preces estavam sendo convictamente endereçadas a Deus, a fim de que me concedesse a ‘*faith to believe*’ (*fé para crer*).

Ainda estou esperando o resultado dessa intercessão. Enquanto isso, a experiência religiosa de meu colega fornece substância para reflexão. Parece-me exigir uma certa tentativa de interpretação baseada em motivos emocionais, pois sua experiência é, em si mesma, enigmática, e baseada numa lógica particularmente ruim. Deus, como bem sabemos, permite que aconteçam horrores nada semelhantes à remoção para a sala de dissecação do cadáver de uma velhinha de aparência agradável. Isso é verdade desde sempre, e também deve ter sido enquanto o meu colega americano conduzia seus estudos. Tampouco, como estudante de medicina, pôde ficar tão abrigado do mundo, a ponto de nada conhecer de tais males. Por que, então, sua indignação contra Deus irrompeu precisamente ao receber essa impressão específica na sala de dissecação?

Para quem quer que esteja acostumado a encarar analiticamente as experiências internas e as ações dos homens, a explicação é muito óbvia - tão óbvia, que na realidade se insinuou em minha lembrança dos próprios fatos. Certa vez, quando me referia à carta de meu piedoso colega no decorrer de um debate, disse que ele escrevera que o rosto da mulher morta fizera-o lembrar-se do rosto de sua própria mãe. Na realidade, essas palavras não constavam de sua carta e uma curta reflexão bastará para mostrar que elas não tinham possibilidade de estar lá. Mas essa é a explicação a que somos irresistivelmente forçados por sua descrição afetuosamente enunciada da ‘*sweetfaced dear old woman*’ (velhinha de rosto suave). Dessa maneira, a fraqueza de julgamento demonstrada pelo jovem médico deve ser explicada pela emoção nele despertada pela lembrança de sua mãe. É difícil fugir ao

mau hábito psicanalítico de apresentar como prova pormenores que também permitiriam explicações mais superficiais - e fico tentado a recordar o fato de que posteriormente meu colega se dirigiu a mim como 'brother physician' (irmão na medicina). Podemos supor, portanto, que foi assim que as coisas aconteceram. A visão de um cadáver de mulher, nu ou a ponto de ser despido, recordou ao jovem sua mãe. Despertou nele um anseio pela mãe que se originava de seu complexo de Édipo, e isso foi imediatamente completado por um sentimento de indignação contra o pai. Suas idéias de 'pai' e 'Deus' ainda não se tinham separado inteiramente, de modo que seu desejo de destruir o pai podia tornar-se consciente como dúvida a respeito da existência de Deus e procurar justificar-se aos olhos da razão como indignação com o mau trato dado a um objeto materno. Naturalmente, é típico do filho considerar como mau trato o que o pai faz à mãe nas relações sexuais. O novo impulso, deslocado para a esfera da religião, constituía apenas uma repetição da situação edípica e, conseqüentemente, logo se defrontou com uma sorte semelhante, ou seja, sucumbiu a uma poderosa corrente oposta. Durante o conflito real, o nível do deslocamento não foi sustentado: não há menção de argumentos em justificação de Deus, não nos é dito quais foram os sinais infalíveis pelos quais Deus provou sua existência ao que duvidava. O conflito parece ter-se desdobrado sob a forma de uma psicose alucinatória: escutaram-se vozes interiores que enunciaram advertências contra a resistência a Deus. Mas o resultado da luta foi mais uma vez apresentado na esfera da religião, e era de um tipo predeterminado pelo destino do complexo de Édipo: submissão completa à vontade de Deus Pai. O jovem tornou-se crente e aceitou tudo o que desde a infância lhe havia sido ensinado sobre Deus e Jesus Cristo. Tivera uma experiência religiosa e experimentaria uma conversão.

Tudo isso é tão simples e direto que não podemos deixar de nos perguntar se pela compreensão desse caso lançamos qualquer luz sobre a psicologia da conversão em geral. Posso indicar ao leitor um admirável livro sobre o assunto, de autoria de Sante de Sanctis (1924), o qual, incidentalmente, leva em consideração todas as descobertas da psicanálise. O estudo dessa obra confirma nossa expectativa de que, de modo algum, todos os casos de conversão podem ser compreendidos tão simplesmente quanto esse. Em aspecto algum, contudo, nosso caso contradiz as opiniões sobre o assunto a que se chegou pela pesquisa moderna. O ponto que nossa observação presente coloca em relevo é a maneira pela qual a conversão se ligou a um evento determinante específico, o qual fez com que o ceticismo do indivíduo flamejasse uma última vez, antes de se extinguir finalmente.

DOSTOIEVSKI E O PARRICÍDIO (1928 [1927])

NOTA DO EDITOR INGLÊS

DOSTOJEWSKI UND DIE VATERTÖTUNG

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1928 Em *Die Urgestalt der Bruder Karamasof*, ed. R. Fülöp-Miller e F. Eckstein, Munique. Págs. xi-xxxvi.

1929 *Almanach* 1930, 9-31.

1934 *G.S.*, 12, 7-26.

1948 *G.W.*, 14, 399-418.

(b) TRADUÇÕES INGLESAS:

‘Dostoevski and Parricide’

1929 *The Realist*, 1 (4), 18-33. (Trad. de D. F. Trait.)-'Dostoevski and Parricide'

1945 *Int. J. Psycho-anal*, 26 (1 & 2), 1-8. (A mesma que a anterior, consideravelmente revista e com título ligeiramente modificado.)

1945 *Partisan Review*, 12 (4), 530-44.(Reimpre-ssão da anterior.)

1947 Em *Stavrogin's Confession*, de F.M. Dostoevsky, trad. de V. Woolf e Koteliansky, Nova Iorque, Lear Publications, 87-114. (Reimpressão da anterior.)

1950 *C.P.*, 5, 222-42. (Nova revisão da anterior.)

A presente tradução inglesa é reimpressão ligeiramente corrigida da de 1950.

A partir de 1925, Fülöp-Miller e Eckstein começaram a lançar uma série de volumes suplementares à grande edição alemã completa da obra de Dostoievski, a qual, coordenada por Moeller van den Bruck, tinha sido completada alguns anos antes. Os novos volumes, uniformes com a edição completa, continham trabalhos póstumos, esboços inacabados e material oriundo de diversas fontes a lançar luz sobre o caráter e as obras de Dostoievski. Um desses volumes deveria conter uma compilação de rascunhos e esboços preliminares referentes a *Os Irmãos Karamassovi* e um estudo das fontes do livro, e os editores estavam ansiosos por persuadir Freud a contribuir com uma introdução que tratasse da psicologia tanto do livro quanto de seu autor. Parece que o abordaram em princípios de 1926, e ele começou a escrever o ensaio por volta do fim de junho do mesmo ano. Foi dele desviado, contudo, pela necessidade urgente de redigir seu opúsculo sobre a análise leiga (1926e) em vista do processo iniciado contra Theodor Reik (*Standard Ed.*, 20, 180). Depois disso, parece ter perdido o interesse pelo ensaio sobre Dostoievski, particularmente, conforme Jones nos conta (1957, 152), após ter-se deparado com um livro sobre o mesmo assunto, da autoria de Neufeld (1923), o qual, como diz em,ver ([1]) - com considerável modéstia, é de se notar -, continha a maioria das idéias que ele mesmo estava apresentando. Não fica claro quando retomou o ensaio. Jones (loc. cit.) sugere que foi acabado em princípios de 1927, mas parece pouco provável, visto a história de Stefan Zweig a que a última parte do ensaio

se refere só ter aparecido em 1927. O volume ao qual o ensaio de Freud serviu de introdução (*A Versão Original de Os Irmãos Karamassovi*) só foi publicado no outono de 1928.

O ensaio divide-se em duas partes distintas. A primeira trata do carácter de Dostoievski em geral, de seu masoquismo, seu sentimento de culpa, seus ataques ‘epileptóides’ e sua dúplice atitude no complexo de Édipo. O segundo debate o tema especial de sua paixão pelo jogo e conduz à de um conto de Stefan Zweig que lança luz sobre a gênese desse vício. Como se verá por uma carta subsequente de Freud a Theodor Reik, que imprimimos como apêndice ver ([1]), as duas partes do ensaio estão mais estreitamente relacionadas do que superficialmente parece.

O presente ensaio pode apresentar sinais de ser uma peça ‘ocasional’, mas contém muitas coisas de interesse, tais como, por exemplo, o primeiro exame realizado por Freud das crises histéricas, desde seu primeiro artigo sobre o assunto, escrito vinte anos antes (1909a), um reenunciado de suas últimas opiniões sobre o complexo de Édipo e o sentimento de culpa, e um esclarecimento sobre o problema da masturbação que não se encontra em sua descrição anterior do assunto (1912f). Acima de tudo, porém, Freud teve aqui a oportunidade de expressar seus pontos de vista sobre um escritor que considerava como um dos primeiros entre todos.

DOSTOIEVSKI E O PARRICÍDIO

Quatro facetas podem ser distinguidas na rica personalidade de Dostoievski: o artista criador, o neurótico, o moralista e o pecador. Como encontrar o caminho nessa desnorteadora complexidade?

O artista criador é o menos duvidoso: o lugar de Dostoievski não se encontra muito atrás de Shakespeare. *Os Irmãos Karamassovi* são o mais grandioso romance jamais escrito; quanto ao episódio do Grande Inquisidor, um dos pontos culminantes da literatura mundial, dificilmente qualquer valorização será suficiente. Diante do problema do artista criador, a análise, ai de nós, tem de depor suas armas.

O moralista em Dostoievski é o aspecto mais facilmente acessível. Se procurarmos colocá-lo num elevado plano enquanto moralista, alegando que só um homem que passou pelas profundezas do pecado pode atingir o mais alto cume da moralidade, negligenciaremos

uma dúvida que surge. O homem moral é aquele que reage à tentação tão logo a sente em seu coração, sem submeter-se a ela. Um homem que alternadamente peca e depois, em seu remorso, erige altos padrões morais, fica exposto à censura de tornar as coisas fáceis demais para si. Não alcançou a essência da moralidade, a renúncia, pois a conduta moral de vida é um interesse humano prático. Faz-nos lembrar dos bárbaros das grandes migrações, que matavam e faziam penitência por matarem, até que a penitência se transformou numa técnica real para permitir que o homicídio fosse cometido. Ivan, o Terrível, comportava-se exatamente desse modo; na verdade, essa transigência com a moralidade constitui um traço russo característico. Tampouco o resultado final das batalhas morais de Dostoievski foi muito glorioso. Depois das mais violentas lutas para reconciliar as exigências instintuais do indivíduo com as reivindicações da comunidade, veio a cair na posição retrógrada de submissão à autoridade temporal e à espiritual, de veneração pelo czar e pelo Deus dos cristãos, e de um estreito nacionalismo russo - posição a que mentes inferiores chegaram com menor esforço. Esse é o ponto fraco dessa grande personalidade. Dostoievski jogou fora a oportunidade de se tornar mestre e libertador da humanidade e se uniu a seus carcereiros. O futuro da civilização humana pouco terá por que lhe agradecer. Parece provável que sua neurose o tenha condenado a esse fracasso. A grandeza de sua inteligência e a intensidade de seu amor pela humanidade poderiam ter-lhe aberto outro caminho de vida, um caminho apostólico. Considerar Dostoievski como pecador ou criminoso desperta oposição violenta, que não precisa basear-se numa apreciação filistéia dos criminosos. O motivo real para essa oposição logo se torna visível. Num criminoso, dois traços são essenciais: um egoísmo sem limites e um forte impulso destrutivo. Comum a ambos, e condição necessária para sua expressão, é a ausência de amor, a falta de uma apreciação emocional de objetos (humanos). Imediatamente nos recordamos do contraste que a isso é apresentado por Dostoievski - sua grande necessidade de amor e sua enorme capacidade de amar, que podem ser constatadas em manifestações de bondade exagerada e que o levaram a amar e a ajudar onde tinha direito de odiar e ser vingativo, tal como, por exemplo, em seus relacionamentos com a primeira esposa e o amante dela. Assim sendo, é lícito perguntar por que ficar tentado a classificar Dostoievski entre os criminosos. A resposta é que isso provém não só de sua escolha de material, que isola de todas as outras as personagens violentas, homicidas e egoístas, indicando assim a existência de tendências semelhantes dentro dele próprio, como também de certos fatos de sua vida, tais como sua paixão pelo jogo e sua possível confissão de um ataque sexual a uma garotinha. A contradição é solucionada pela compreensão de que o instinto destrutivo muito intenso de Dostoievski, que facilmente poderia tê-lo transformado num criminoso, foi, em sua vida real, dirigido principalmente contra sua própria pessoa (para dentro, em vez de para fora), encontrando assim sua expressão como masoquismo e sentimento de culpa. Não obstante, sua personalidade reteve traços sádicos em abundância, os quais se mostram em sua irritabilidade, em seu amor de atormentar e em sua intolerância inclusive para com as pessoas que amava, aparecendo também na maneira pela qual, como autor, ele trata seus leitores. Assim, nas coisas mínimas, era um sádico para com os outros, e, nas maiores, um sádico para consigo mesmo, na verdade, um masoquista, vale dizer, a pessoa mais branda, bondosa e prestimosa possível. Selecionamos, da complexa personalidade de Dostoievski, três fatores, um quantitativo e dois qualitativos: a

extraordinária intensidade de sua vida emocional, sua disposição instintual inata e perversa, que inevitavelmente o marcava para ser um sado-masoquista ou um criminoso, e seus dotes artísticos inalisáveis. Essa combinação poderia muito bem existir sem neurose: há pessoas que são masoquistas completas sem serem neuróticas. Não obstante, o equilíbrio de forças entre suas exigências instintuais e as inibições que se lhes opunham (mais os métodos disponíveis de sublimação) tornariam mesmo assim necessário classificar Dostoievski como sendo aquilo que é denominado de ‘caráter instintual’. Contudo, a posição é obscurecida pela presença simultânea da neurose, a qual, como dissemos, não era, nas circunstâncias, inevitável, mas que surge à existência tão mais prontamente quanto mais rica é a complicação que tem de ser dominada pelo ego, pois a neurose, afinal de contas, é apenas um indício de que o ego não conseguiu fazer uma síntese, e de que, ao tentar fazê-la, perdeu sua unidade.

Como, então, falando estritamente, se apresenta sua neurose? Dostoievski considerava-se epilético e era encarado como tal por outras pessoas, por causa de suas graves crises, acompanhadas por perda de consciência, convulsões musculares e depressão subsequente. Ora, é altamente provável que essa chamada epilepsia constituísse apenas um sintoma de sua neurose e devesse, por conseguinte, ser classificada como histeroepilepsia, ou seja, como histeria grave. Não podemos ter certeza absoluta sobre esse ponto por dois motivos: em primeiro lugar, porque os dados anamnésicos da suposta epilepsia de Dostoievski são deficientes e imerecedores de confiança; em segundo, porque nossa compreensão dos estados patológicos combinados com crises epileptiformes é imperfeita.

Tomando o segundo motivo em primeiro lugar, é desnecessário reproduzir aqui toda a patologia da epilepsia, já que ela não lançaria uma luz decisiva sobre o problema; pelo menos, porém, pode-se dizer o seguinte. O antigo *morbus sacer* ainda está em evidência como entidade clínica ostensiva, a misteriosa enfermidade com as suas crises convulsivas incalculáveis e aparentemente não provocadas, sua transformação do caráter em irritabilidade e agressividade, e sua diminuição progressiva de todas as faculdades mentais. Mas falta muito em precisão aos traços gerais desse quadro. As crises, tão selvagens em seu início, acompanhadas por mordidas de língua, incontinência de urina, e evoluindo para o perigoso *status epilepticus*, com seu risco de graves autodanos, podem, não obstante, ser reduzidas a rápidos períodos de *absence*, crises de vertigem que passam logo, ou ser substituídas por curtos espaços de tempo durante os quais o paciente faz algo que está fora de seu caráter, como se se achasse sob o controle do inconsciente. Essas crises, embora via de regra determinadas, de uma maneira que não compreendemos, por causas puramente físicas, podem, entretanto, dever seu primeiro aparecimento a alguma causa puramente mental (um susto, por exemplo), ou reagir sob outros aspectos a excitações mentais. Embora uma deterioração intelectual característica possa acontecer na maioria esmagadora dos casos, pelo menos nos é conhecido *um* caso (o de Helmholtz) em que a moléstia não interferiu na mais elevada realização intelectual. (Outros casos a cujo respeito a mesma

afirmação foi feita são discutíveis ou abertos às mesmas dúvidas que o caso do próprio Dostoievski.) As pessoas vítimas de epilepsia podem dar uma impressão de obtusidade e desenvolvimento interrompido, tal como a enfermidade freqüentemente acompanha a idiotia mais palpável e os mais grosseiros defeitos cerebrais, ainda que não como componente necessário do quadro clínico. Mas essas crises, com todas as suas variações, também ocorrem em outras pessoas que apresentam um desenvolvimento mental completo e, se algo mais, uma vida emocional excessiva, via de regra insuficientemente controlada. Não é de admirar que, nessas circunstâncias, tenha sido considerado impossível sustentar que a ‘epilepsia’ constitui uma entidade clínica isolada. A semelhança que encontramos nos sintomas manifestos parece exigir uma visão funcional deles. É como se houvesse sido disposto organicamente um mecanismo para a descarga instintual anormal, de que se poderia fazer uso em circunstâncias inteiramente diferentes, tanto no caso de distúrbios de atividade cerebral devido a graves afecções histolíticas ou tóxicas, quanto no de um controle inadequado sobre a economia mental, e, às vezes, quando a atividade da energia que opera na mente atinge o ponto de crise. Por trás dessa dicotomia, temos um vislumbre da identidade do mecanismo subjacente de descarga instintual. Tampouco pode esse mecanismo estar afastado dos processos sexuais, fundamentalmente de origem tóxica: os antigos médicos descreviam o coito como uma pequena epilepsia, reconhecendo assim no ato sexual uma mitigação e adaptação do método epiléptico de descarregar estímulos.

A ‘reação epiléptica’, como esse elemento comum pode ser chamado, também está indubitavelmente à disposição da neurose, cuja essência reside em livrar-se, através de meios somáticos, de quantidades de excitação com as quais não pode lidar psiquicamente. Assim, a crise epiléptica se transforma num sintoma de histeria, sendo por ela adaptada e modificada, tal como é pelos processos sexuais normais de descarga. É, portanto, inteiramente correto distinguir entre epilepsia orgânica e epilepsia ‘afetiva’. A significação prática disso é a de que uma pessoa que sofre do primeiro tipo tem uma moléstia do cérebro, ao passo que a que padece do segundo é neurótica. No primeiro caso, sua vida mental está sujeita a uma perturbação estranha, oriunda de fora; no segundo, o distúrbio é expressão de sua própria vida mental.

É extremamente provável que a epilepsia de Dostoievski tenha sido do segundo tipo. Falando estritamente, isso não pode ser provado. Para fazê-lo, precisaríamos estar em posição de inserir o primeiro aparecimento das crises e suas flutuações subseqüentes no encadeamento de sua vida mental, e, para tanto, conhecemos muito pouco. A descrição das próprias crises nada nos informa, e nossas informações sobre as relações entre elas e as experiências de Dostoievski são deficientes e, com freqüência, contraditórias. A suposição mais provável é a de que as crises remontavam muito atrás em sua infância, que seu lugar foi ocupado, de início, por sintomas mais brandos e que não assumiram forma epiléptica até depois da experiência dilaceradora de seu décimo oitavo ano de vida: o assassinato de seu pai. Viria muito a propósito se pudesse ser estabelecido que elas cessaram completamente durante seu exílio na Sibéria, mas outros relatos contradizem isso.

A inequívoca vinculação existente entre o assassinio do pai em *Os Irmãos Karamassovi* e a sorte do próprio pai de Dostoievski já impressionou mais de um de seus biógrafos e os levou a se referirem a ‘certa moderna escola de psicologia’. Do ponto de vista da psicanálise (pois é a ela que se referem), somos tentados a ver nesse acontecimento o trauma mais severo e a encarar a reação de Dostoievski a ele como o ponto decisivo de sua neurose. Mas se eu empreender dar substância psicanalítica a essa opinião, correrei o perigo de me tornar ininteligível para todos os leitores que não estão familiarizados com a linguagem e as teorias da psicanálise.

Dispomos de um ponto de partida seguro. Conhecemos o significado das primeiras crises que Dostoievski sofreu em seus primeiros anos, muito antes da incidência da ‘epilepsia’. Essas crises tinham a significação de morte; eram anunciadas por um temor da morte e consistiam em estados sonolentos, letárgicos. A moléstia o acometeu pela primeira vez quando ainda menino, sob a forma de uma melancolia súbita e infundada, uma sensação, como mais tarde contou a seu amigo Soloviev, de que iria morrer ali mesmo. E, na realidade, seguia-se um estado exatamente semelhante à morte real. Seu irmão Andriei conta que, mesmo quando ainda muito moço, Fiodor costumava deixar espalhadas pequenas anotações antes de dormir, dizendo que tinha medo de poder cair, durante a noite, num sono semelhante à morte; assim, implorava que seu enterro fosse adiado por cinco dias. (Fülöp-Miller e Eckstein, 1925, lx.)

Conhecemos o significado e a intenção dessas crises semelhantes à morte. Significam uma identificação com uma pessoa morta, seja com alguém que está realmente morto ou com alguém que ainda está vivo e que o indivíduo deseja que morra. O último caso é o mais significativo. A crise possui então o valor de uma punição. Quisemos que outra pessoa morresse; agora *somos* nós essa outra pessoa e estamos mortos. Nesse ponto, a teoria psicanalítica introduz a afirmação de que, para um menino, essa outra pessoa geralmente é o pai, e de que a crise (denominada de histérica) constitui assim uma autopunição por um desejo de morte contra um pai odiado.

O parricídio de acordo com uma conceituação bem conhecida, é o crime principal e primevo da humanidade, assim como do indivíduo. (Ver meu *Totem e Tabu*, 1912-13.) É, em todo caso, a fonte principal do sentimento de culpa, embora não saibamos se a única; as pesquisas ainda não conseguiram estabelecer com certeza a origem mental da culpa e da necessidade de expiação. Mas não lhe é necessário ser a única. A situação psicológica é complicada e exige elucidação. O relacionamento de um menino com o pai é, como dizemos, ‘ambivalente’. Além do ódio que procura livrar-se do pai como rival, uma certa medida de ternura por ele também está habitualmente presente. As duas atitudes mentais se combinam para produzir a identificação com o pai; o menino deseja estar no lugar do pai porque o admira e quer ser como ele, e também por desejar colocá-lo fora do caminho. Todo esse desenvolvimento se defronta com um poderoso obstáculo. Em determinado momento, a

criança vem a compreender que a tentativa de afastar o pai como rival seria punida por ele com a castração. Assim, pelo temor à castração - isto é, no interesse de preservar sua masculinidade - abandona seu desejo de possuir a mãe e livrar-se do pai. Na medida em que esse desejo permanece no inconsciente, constitui a base do sentimento de culpa. Acreditamos que o que aqui descrevemos, são processos normais, o destino normal do chamado 'complexo de Édipo'; não obstante, exige uma importante amplificação.

Uma outra complicação surge quando o fator constitucional que denominamos de bissexualidade se acha, comparativamente, fortemente desenvolvido numa criança, porque então, sob a ameaça à masculinidade do menino, por meio da castração, sua inclinação é fortalecida a divergir no sentido da feminilidade, a colocar-se no lugar da mãe e a assumir o papel desta como objeto do amor do pai. Mas o temor à castração torna essa solução também impossível. O menino entende que também deve submeter-se à castração, se deseja ser amado pelo pai como se fosse uma mulher. Dessa maneira, ambos dos impulsos, o ódio pelo pai e o amor pelo pai, experimentam repressão. Há uma certa distinção psicológica do fato de o ódio pelo pai ser abandonado por causa do temor a um perigo *externo* (castração), ao passo que o amor pelo pai é tratado como um perigo interno, embora, fundamentalmente, remonte ao mesmo perigo externo.

O que torna inaceitável o ódio pelo pai é o *temor* a este; a castração é terrível, seja como punição ou como preço do amor. Dos dois fatores que reprimem o ódio pelo pai, o primeiro, ou seja, o medo direto da punição e da castração, pode ser chamado de anormal; sua intensificação patogênica só parece surgir com o acréscimo do segundo fator, o temor à atitude feminina. Dessa maneira, uma forte disposição bissexual inata se torna uma das condições ou reforços da neurose. Uma disposição desse tipo deve ser certamente suposta em Dostoievski, e ela se mostra sob forma viável (como homossexualismo latente) no importante papel desempenhado pelas amizades masculinas na vida dele, em suas atitudes estranhamente ternas para com rivais no amor e em sua notável compreensão de situações que só são explicáveis pelo homossexualismo reprimido, como muitos exemplos extraídos de seus romances demonstram.

Lamento, embora não possa alterar os fatos, que essa exposição das atitudes de amor e ódio para com o pai e as transformações delas sob a ameaça da castração pareça desagradável e incrível a leitores não familiarizados com a psicanálise. Eu deveria esperar que era precisamente o complexo de castração que estava fadado a despertar o repúdio mais geral. Mas posso apenas insistir em que a experiência psicanalítica colocou especificamente esse assunto para além do alcance da dúvida e nos ensinou a reconhecer nele a chave para toda neurose. É essa chave, então, que temos de aplicar à chamada epilepsia de nosso autor. Como são estranhas à nossa consciência as coisas pelas quais nossa vida mental inconsciente é governada!

Mas o que foi dito até agora não esgota as conseqüências da repressão do ódio pelo pai no complexo de Édipo. Há algo de novo a ser acrescentado, a saber: que, apesar de tudo, a identificação com o pai finalmente constrói um lugar permanente para si mesma no ego. É recebida dentro deste, mas lá se estabelece como um agente separado, em contraste com o restante do conteúdo do ego. Damos-lhe então o nome de superego e atribuímos-lhe, como herdeiro da influência parental, as funções mais importantes. Se o pai foi duro, violento e cruel, o superego assume dele esses atributos e nas relações entre o ego e ele, a passividade que se imaginava ter sido reprimida é restabelecida. O superego se tornou sádico e o ego se torna masoquista, isto é, no fundo, passivo, de uma maneira feminina. Uma grande necessidade de punição se desenvolve no ego, que em parte se oferece como vítima ao destino e em parte encontra satisfação nos maus tratos que lhe são dados pelo superego (isto é, no sentimento de culpa), pois toda punição é, em última análise, uma castração, e, como tal, realização da antiga atitude passiva para com o pai. Mesmo o Destino, em última instância, não passa de uma projeção tardia do pai.

Os processos normais da formação da consciência devem ser semelhantes aos anormais, aqui descritos. Ainda não conseguimos fixar a linha limítrofe entre eles. Observar-se-á que, aqui, a parcela maior no resultado é atribuída ao componente passivo de feminilidade reprimida. Além disso, deve ser de importância, como fator acidental, que o pai, que é temido em qualquer caso, seja também especialmente violento na realidade. Isso foi verdadeiro no caso de Dostoievski e podemos fazer remontar a origem de seu extraordinário sentimento de culpa e de sua conduta de vida masoquista a um componente feminino especialmente intenso. Assim, a fórmula para Dostoievski é a seguinte: uma pessoa com uma disposição bissexual inata especialmente intensa, que pode defender-se com intensidade especial contra a dependência de um pai especialmente severo. Essa característica de bissexualidade surge como acréscimo aos componentes de sua natureza que já identificamos. Seus sintomas precoces de crises semelhantes à morte podem ser assim compreendidos como uma identificação paterna por parte de seu ego, a qual é permitida pelo superego como punição. ‘Você queria matar seu pai, a fim de ser você mesmo o pai. Agora, você é seu pai, mas um pai morto’ - o mecanismo regular dos sintomas histéricos. E, além disso: ‘Agora, seu pai está matando você’. Para o ego, o sintoma da morte constitui uma satisfação, em fantasia, do desejo masculino e, ao mesmo tempo, uma satisfação masoquista; para o superego, trata-se de uma satisfação punitiva, isto é, uma satisfação sádica. Ambos, o ego e o superego, levam avante o papel de pai.

Resumindo, a relação entre o indivíduo e o seu objeto paterno, embora retendo seu conteúdo, foi transformada numa relação entre o ego e o superego - um novo cenário num novo palco. Reações infantis oriundas do complexo de Édipo como essas podem desaparecer se a realidade não lhes proporciona novo alimento. Mas o caráter do pai permaneceu o mesmo, ou melhor, se deteriorou com os anos, e assim o ódio de Dostoievski pelo pai e seu desejo de morte contra esse pai malvado foram mantidos. Ora, é algo perigoso a realidade atender a tais desejos reprimidos. A fantasia tornou-se realidade e

todas as medidas defensivas são imediatamente reforçadas. As crises de Dostoievski assumiram então um caráter epiléptico; ainda, indubitavelmente, significavam uma identificação com o pai como punição, mas se tinham tornado terríveis, tais como a própria morte assustadora do pai. Qual outro conteúdo absorveram, especificamente qual conteúdo sexual, foge à conjectura.

Uma coisa é digna de nota: na aura da crise epilépsia, um momento de felicidade suprema é experimentado. Pode bem ser um registro do triunfo e do sentimento de liberação experimentados ao escutar as notícias da morte, seguidos imediatamente por uma punição ainda mais cruel. Imaginamos exatamente essa seqüência de triunfo e de pesar, de alegria festiva e de luto, nos irmãos da horda primeva que mataram o pai, e encontramos-la repetida na cerimônia da refeição totêmica. Se se provasse que, no caso de Dostoievski, ele se libertou de suas crises na Sibéria, isso simplesmente daria substância à opinião de que elas eram sua punição. Não necessitava mais delas quando estava sendo castigado de outra maneira. Isso, porém, não pode ser provado. Essa necessidade de punição por parte da economia mental de Dostoievski antes explica o fato de ele ter passado inabalado por esses anos de tormento e humilhação. A condenação de Dostoievski como prisioneiro político foi injusta e ele deve ter sabido disso, mas aceitou o imerecido castigo das mãos do Paizinho, do Czar, como um substituto da punição que merecia por seu pecado contra o pai real. Em vez de se punir a si mesmo, conseguiu fazer-se punir pelo representante paterno. Temos aqui um vislumbre da justificação psicológica das punições infligidas pela sociedade. É fato que grandes grupos de criminosos desejam ser punidos. O superego deles exige isso; assim se poupam a si mesmos a necessidade de se infligirem o castigo.

Quem quer que esteja familiarizado com a complicada transformação de significado experimentada pelos sintomas histéricos, compreenderá que aqui não se pode fazer tentativa alguma para acompanhar o significado das crises de Dostoievski além desses começos. Basta podermos supor que seu significado original permaneceu inalterado por detrás de todos os acréscimos posteriores. Podemos com segurança dizer que Dostoievski nunca se libertou dos sentimentos de culpa oriundos de sua intenção de matar seu pai. Esses sentimentos também determinaram sua atitude nas duas outras esferas em que a relação paterna constitui o fator decisivo, ou seja, sua atitude para com a autoridade do Estado e para com a crença em Deus. Na primeira delas, fındou pela completa submissão a seu Paizinho, o Czar, que outrora desempenhara com ele, na *realidade*, a comédia de matar que suas crises tão freqüentemente haviam representado em *brincadeira*. Aqui, a penitência levou a melhor. Na esfera religiosa, ele reteve mais liberdade: de acordo com relatórios aparentemente fidedignos, oscilou, até o último momento de sua vida, entre a fé e o ateísmo. Seu grande intelecto tornava-lhe impossível desprezar qualquer das dificuldades intelectuais a que a fé conduz. Através de uma recapitulação individual de um desenvolvimento da história mundial, esperou descobrir uma saída e uma libertação da culpa no ideal cristão e, mesmo, fazer uso de seus sofrimentos como reivindicação de estar representando um papel

semelhante ao de Cristo. Se, em geral, não conseguiu a liberdade, tendo-se tornado um reacionário, isso se deveu ao fato de a culpa filial, que se acha presente nos seres humanos em geral e sobre a qual o sentimento religioso é construído, ter atingido nele uma intensidade superindividual e permanecido insuperável inclusive à sua grande inteligência. Escrevendo isso, expomo-nos à acusação de termos abandonado a imparcialidade da análise e sujeitado Dostoievski a julgamentos que só se podem justificar do ponto de vista particular de uma *Westanschauung* específica. Um conservador tomaria o partido do Grande Inquisidor e julgaria Dostoievski de modo diferente. A objeção é justa e só se pode dizer como desculpa que a decisão de Dostoievski tem toda a aparência de ter sido determinada por uma inibição intelectual devida à neurose.

Difícilmente pode dever-se ao acaso que três das obras-primas da literatura de todos os tempos - *Édipo Rei*, de Sófocles; *Hamlet*, de Shakespeare; e *Os Irmãos Karamassovi*, de Dostoievski - tratem todas do mesmo assunto, o parricídio. Em todas três, ademais, o motivo para a ação, a rivalidade sexual por uma mulher, é posto a nu.

A mais direta é certamente a representação na tragédia da lenda grega. Nesta, ainda é o próprio herói que comete o crime. Mas, sem suavização e disfarce, o tratamento poético é impossível. A admissão nua de uma intenção de cometer parricídio, tal como aquela a que chegamos na análise, parece intolerável sem preparação analítica. O drama grego, embora mantendo o crime, introduz magistralmente a atenuação indispensável, projetando o motivo inconsciente do herói na realidade, sob a forma de uma compulsão por parte de um destino que lhe é estranho. O herói comete o ato sem intenção e, aparentemente, sem ser influenciado pela mulher; esse último elemento, contudo, é levado em consideração na circunstância de o herói só poder obter a posse da mãe-rainha depois de ter repetido seu feito sobre o monstro que simboliza o pai. Após sua culpa ter sido revelada e tornada consciente, o herói não faz qualquer tentativa de se eximir apelando para o expediente artificial da compulsão do destino. Seu crime é reconhecido e punido como se fosse um crime integral e consciente, algo fadado a parecer injusto à nossa razão, mas, psicologicamente correto.

Na peça inglesa, a apresentação é mais indireta; o herói não comete o crime ele próprio; este é executado por outra pessoa, para quem não constitui parricídio. O motivo oculto da rivalidade sexual pela mulher, portanto, não precisa ser disfarçado. Ademais, vemos o complexo de Édipo do herói sob uma luz por assim dizer refletida, tomando conhecimento do efeito causado sobre ele pelo crime do outro. Deveria vingar esse crime, mas, de modo bastante estranho, descobre-se incapaz de fazê-lo. Sabemos que é seu sentimento de culpa que o paralisa, mas, de modo totalmente de acordo com os processos neuróticos, o sentimento de culpa é deslocado para a percepção de sua inaptidão em cumprir sua missão. Há sinais de que o herói sente essa culpa como superindividual. Ele despreza os outros não menos do que a si mesmo: ‘Dê a cada homem o que merece, e quem escapará do açoite?’ O romance russo vai um passo além na mesma direção. Aí também o homicídio é cometido por

um outro. Esse outro, contudo, está, para com o assassinado, na mesma relação filial que o herói, Dimitri; no caso desse outro, o motivo da rivalidade sexual é abertamente admitido; trata-se de um irmão do herói e constitui fato digno de nota que Dostoievski lhe tenha atribuído sua própria doença, a suposta epilepsia, como se estivesse procurando confessar que o epilético, o neurótico nele próprio, era um parricida. Depois, então, no discurso de defesa no julgamento, ocorre a famosa zombaria da psicologia, como sendo uma ‘faca de dois gumes’, um disfarce esplêndido, pois basta invertê-lo para descobrir o significado mais profundo da visão que Dostoievski tinha das coisas. Não é a psicologia que merece a zombaria, mas o processo de investigação judicial. É indiferente saber quem realmente cometeu o crime; a psicologia se interessa apenas em saber quem o desejou emocionalmente e quem o recebeu com alegria quando foi cometido. E, por esse motivo, todos os irmãos, exceto a figura contrastada de Aliocha, são igualmente culpados - o sensual impulsivo, o cínico cético e o criminoso epilético. Em *Os Irmãos Karamassovi* há uma cena particularmente reveladora. No decorrer de sua conversa com Dimitri, o Padre Zossima reconhece que aquele está preparado para cometer parricídio e se ajoelha a seus pés. É impossível que isso possa ser entendido como expressão de admiração; tem de significar que o santo homem está rejeitando a tentação a desprezar ou detestar o assassino e, por isso, se humilha perante ele. A simpatia de Dostoievski pelo criminoso é, de fato, ilimitada; vai muito além da piedade a que o infeliz tem direito e nos faz lembrar do ‘temor sagrado’ com que os epiléticos e os lunáticos eram encarados no passado. Um criminoso, para ele, é quase um Redentor, que tomou sobre si próprio a culpa que, em outro caso, deveria ter sido carregada pelos outros. Não há mais necessidade de que alguém mate, visto que *ele* já matou, e há que ser-lhe grato; não fosse ele, ver-nos-íamos obrigados a matar. Isso não é apenas piedade bondosa, mas uma identificação com base em impulsos assassinos semelhantes - na realidade, um narcisismo ligeiramente deslocado. (Afirmando isso, não estamos discutindo o valor ético dessa benignidade.) Este pode talvez ser, de modo bastante geral, o mecanismo da simpatia benigna por outras pessoas, mecanismo passível de se discernir com facilidade especial no caso extremo de um romancista dominado pela culpa. Não há dúvida de que essa simpatia por identificação constituiu fator decisivo na determinação da escolha de material de Dostoievski. Ele tratou primeiramente do criminoso comum (cujos motivos são egoístas) e do criminoso político e religioso, sendo somente ao fim de sua vida que retornou ao criminoso primevo, ao parricida, e utilizou-o, numa obra de arte, para efetuar sua confissão.

A publicação dos documentos póstumos de Dostoievski e do diário de sua esposa lançaram uma luz ofuscante sobre determinada fase de sua vida, a saber, o período na Alemanha, quando se mostrou obcecado pela mania do jogo (cf. Fülöp-Miller e Eckstein, 1925), impossível de ser considerada senão como um acesso inequívoco de paixão patológica. Não faltaram racionalizações para essa conduta fora do comum e indigna. Como freqüentemente sucede com neuróticos, o sentimento de culpa de Dostoievski tinha assumido forma tangível com se fosse um ônus de dívidas, e ele pôde refugiar-se no pretexto de estar tentando, com seus ganhos nas mesas de jogo, possibilitar a volta à Rússia sem ser preso

pelos credores. Mas isso não foi mais do que um pretexto, e Dostoievski era suficientemente perspicaz para reconhecer o fato e bastante honesto para admiti-lo. Sabia que o importante era o jogo pelo amor ao jogo - *le jeu pour le jeu*. Todos os pormenores de sua conduta impulsivamente irracional demonstram isso, e algo mais também. Ele nunca descansava antes de ter perdido tudo. Para ele, o jogo era também um método de autopunição. Seguidamente fez à sua jovem esposa a promessa, ou deu-lhe sua palavra de honra, de não jogar mais ou de não jogar mais naquele dia específico, e, informa ela, quase sempre as rompeu. Quando suas perdas os reduziam à mais extrema necessidade, extraía disso uma segunda satisfação patológica. Podia então censurar-se e humilhar-se diante dela, convidá-la a desprezá-lo e a se lamentar por se ter casado com um velho pecador; quando havia assim aliviado sua consciência, recomeçava tudo no dia seguinte. A jovem esposa se acostumou a esse ciclo, porque observara que a única coisa que oferecia qualquer esperança real de salvação - a produção literária dele - nunca ia tão bem como quando perdiam tudo e empenhavam suas últimas posses. Naturalmente, ela não compreendia a conexão. Quando o sentimento de culpa dele ficava satisfeito pelos castigos que se havia infligido, a inibição incidente sobre seu trabalho se tornava menos grave e ele se permitia dar alguns passos ao longo da estrada do sucesso.

Qual é a parte da infância, há muito tempo enterrada, de um jogador que força seu caminho à repetição na obsessão pelo jogo? A resposta pode ser percebida sem dificuldade numa história da autoria de um de nossos mais jovens escritores. Stefan Zweig, que, incidentalmente, dedicou ele próprio um estudo a Dostoievski (1920), incluiu em sua coletânea de três histórias, *Die Verwirrung der Gefühle* [*Confusão de Sentimentos*] (1927), uma a que denominou ‘Vierundzwanzig Stunden aus dem Leben einer Frau’ [‘Vinte e Quatro Horas na Vida de Uma Mulher’]. Essa pequena obra-prima dispõe-se, ostensivamente, apenas a demonstrar que criatura irresponsável é a mulher, e a que excessos, surpreendentes inclusive para ela, uma experiência inesperada pode impulsioná-la. Mas a história conta muito mais do que isso. Se for submetida a uma interpretação analítica, descobrir-se-á que representa (sem qualquer intenção apologética) algo inteiramente diferente, algo universalmente humano, ou antes, algo masculino. E essa interpretação é tão extremamente óbvia, que a ela não se pode resistir. É característico da natureza da criação artística que o autor, amigo pessoal meu, tenha podido garantir-me, quando lhe perguntei, que a interpretação que lhe apresentava era completamente estranha a seu conhecimento e intenção, embora alguns dos pormenores entremeados na narrativa parecessem expressamente destinados a fornecer a pista para um segredo.

Nessa história, um senhora distinta e já idosa narra ao autor uma experiência que tivera, mais de vinte anos antes. Ficara viúva ainda jovem e mãe de dois filhos, que não mais precisavam de seus cuidados. Aos 42 anos, nada mais esperando da vida, aconteceu-lhe, numa de suas viagens sem destino, visitar o Cassino de Monte Carlo. Aí, entre todas as notáveis impressões produzidas pelo lugar, ficou logo fascinada pela visão de um par de

mãos que pareciam revelar todos os sentimentos do infeliz jogador, com uma sinceridade e intensidade terrificantes. Essas mãos pertenciam a um belo jovem - o autor, como que sem intenção, dá-lhe a mesma idade que a do filho mais velho da narradora - que, depois de perder tudo, abandonou os salões de jogo no mais profundo desespero, com a intenção evidente de pôr fim à sua vida sem esperança nos jardins do Cassino. Um inexplicável sentimento de simpatia compeliu-a a segui-lo e a fazer todo esforço para salvá-lo. Ele a tomou por uma das importunas mulheres tão comuns naquele lugar, e tentou livrar-se dela, mas ela permaneceu com ele e se viu obrigada, da maneira mais natural possível, a ir encontrá-lo em seu apartamento no hotel e, finalmente, a partilhar de seu leito. Depois dessa improvisada noite de amor, ela exigiu do rapaz, que agora aparentemente se acalmara, um juramento solene de que nunca mais jogaria de novo, forneceu-lhe dinheiro para sua viagem de volta e prometeu encontrá-lo na estação, antes da partida do trem dele. Agora, contudo, ela começava a sentir uma grande ternura pelo jovem, dispunha-se a sacrificar tudo o que era seu a fim de preservá-lo, e tomou a decisão de partir com ele, em vez de lhe dizer adeus. Vários contratempos a retardaram, de maneira que ela perdeu o trem. Em seu anseio por aquele que acabava de perder, retornou aos salões de jogo e aí, para seu horror, viu mais uma vez as mãos que primeiramente tinham despertado sua simpatia: o infiel rapaz retornara ao jogo. Ela o fez lembrar-se de sua promessa mas, obcecado por sua paixão, o jovem a chamou de desmancha-prazeres, disse-lhe que fosse embora, arremessando-lhe o dinheiro com que tentara resgatá-lo. Em profunda mortificação, ela partiu às pressas. Mais tarde, descobriu que não conseguira salvá-lo do suicídio.

Essa história, brilhantemente narrada e impecavelmente motivada, é, naturalmente, completa em si mesma, sendo certo produzir um efeito profundo no leitor. A análise, porém, nos mostra que sua invenção se baseia fundamentalmente numa fantasia plena de desejo pertencente ao período da puberdade, fantasia de que uma série de pessoas, na realidade, se lembra conscientemente. Ela corporifica o desejo do menino de que a própria mãe o inicie na vida sexual, a fim de salvá-lo dos temíveis danos causados pela masturbação. (As numerosas obras criativas que tratam do tema da redenção têm a mesma origem.) O 'vício' da masturbação é substituído pela inclinação ao jogo e a ênfase dada à atividade apaixonada das mãos revela essa derivação. Na verdade, a paixão pelo jogo constitui um equivalente da antiga compulsão a se masturbar; 'brincar' é a palavra real utilizada no quarto das crianças para descrever a atividade das mãos sobre os órgãos genitais. A natureza irresistível da tentação, as resoluções solenes, que, não obstante, são invariavelmente rompidas, de nunca fazê-lo de novo, o prazer entorpecedor e a consciência má que diz ao indivíduo que ele está se arruinando (cometendo suicídio) - todos esses elementos permanecem inalterados no processo de substituição. É verdade que a história de Zweig é contada pela mãe, não pelo filho. Deve ser lisonjeiro ao filho pensar: 'se minha mãe soubesse em que perigos a masturbação me envolve, com certeza me salvaria deles, deixando que eu derramasse toda minha ternura em seu próprio corpo'. A igualização da mãe a uma prostituta, feita pelo rapaz da história vincula-se à mesma fantasia. Traz a mulher inatingível para um alcance fácil. A consciência má que acompanha a fantasia provoca o final infeliz da história. É também

interessante observar como a *façade* que lhe é dada pelo autor parece disfarçar seu significado analítico, pois é extremamente discutível que a vida erótica das mulheres seja dominada por impulsos súbitos e misteriosos. Pelo contrário, a análise revela uma motivação apropriada para a surpreendente conduta dessa mulher, que até então se afastara do amor. Fiel à lembrança do marido morto, armara-se contra todas as atrações semelhantes, mas - e aqui a fantasia do filho se mostra correta - não escapou, como mãe, de sua transferência inteiramente inconsciente do amor para com seu filho, e o Destino pôde apanhá-la nesse ponto sem defesa.

Se a inclinação ao jogo, com as lutas mal-sucedidas para romper o hábito e com as oportunidades que proporciona para autopunição, constitui uma repetição da compulsão a se masturbar, não nos surpreenderemos em descobrir que ela tenha ocupado um espaço tão grande na vida de Dostoievski. Afinal de contas, não encontramos casos de neurose grave em que a satisfação auto-erótica da primeira infância e da puberdade não tenha desempenhado um papel, e a relação entre os esforços para suprimi-la e o temor ao pai são por demais conhecidos para precisarem mais do que uma menção.

APÊNDICE: UMA CARTA DE FREUD A THEODOR REIK

[Alguns meses após a publicação do ensaio de Freud sobre Dostoievski, um exame dele, da autoria de Theodor Reik, apareceu em *Imago* (no segundo número de 1929, 15, 232-42). Embora os comentários de Reik fossem, em geral, favoráveis, argumentou com considerável amplitude que o julgamento de Freud sobre a moral de Dostoievski era injustificadamente severo e discordou também do que Freud escrevera sobre moralidade no terceiro parágrafo do ensaio. Também, incidentalmente, criticou a *forma* do ensaio, com sua conclusão aparentemente desvinculada. Após ler essas críticas, Freud enviou a Reik uma carta em resposta, e quando, não muito depois, este reimprimiu o artigo num livro de trabalhos coligidos (1930), Freud concordou com que sua carta também fosse incluída. Uma tradução inglesa da crítica e da resposta a ela foram posteriormente publicadas em *From Thirty Year with Freud* (Nova Iorque, 1940, e Londres, 1942), da autoria de Reik. É com a gentil permissão do Dr. Theodor Reik que publicamos a carta que Freud lhe dirigiu, numa tradução revisada.]

14 de abril de 1929

... Li a sua resenha crítica de meu estudo sobre Dostoievski com grande prazer. Todas as suas objeções merecem consideração e, em certo sentido, devem ser reconhecidas como apropriadas. Posso apresentar algo em minha defesa, mas, naturalmente, não se tratará de saber quem está certo ou errado.

Acho que você está aplicando um padrão excessivamente alto a essa trivialidade. Foi escrita como um favor a outra pessoa, e escrita com relutância. Atualmente sempre escrevo com relutância. Não há dúvida de que você percebeu isso. Naturalmente, não vai aí qualquer intenção de desculpar juízos apressados ou falsos, mas simplesmente a descuidada arquitetura do ensaio como um todo. Não posso discutir o desarmonioso efeito produzido pelo acréscimo da análise de Zweig, mas um exame mais profundo talvez apresente certa justificação para ela. Se não tivesse sido atrapalhado por considerações a respeito do lugar em que meu ensaio deveria aparecer, certamente teria escrito: 'Podemos esperar que, na história de uma neurose acompanhada por um sentimento de culpa tão severo, um papel especial seja desempenhado pela luta contra a masturbação. Essa expectativa é completamente atendida pela inclinação patológica de Dostoievski ao jogo, pois, como podemos ver num conto de autoria de Zweig (...) etc.' Isso equivale a dizer que o espaço concedido ao conto não corresponde à relação Zweig-Dostoievski, mas a outra: masturbação-neurose. De qualquer maneira, o desfecho ficou desgracioso.

Atenho-me com firmeza a uma avaliação social da ética cientificamente objetiva e, por esse motivo, não desejaria negar ao excelente filisteu um certificado de boa conduta ética, ainda que esta lhe tenha custado pouca autodisciplina. Ao lado disso, porém, consinto na validade da visão psicológica subjetiva da ética que você apóia. Embora concorde com seu julgamento do mundo e da humanidade, tal com hoje são, não posso, como bem sabe, encarar sua rejeição de um futuro melhor como justificada.

Como você sugere, incluí Dostoievski psicólogo sob o artista criador. Outra objeção que poderia ter levantado contra ele, seria que sua compreensão interna estava muito restrita à vida mental anormal. Considere seu espantoso desamparo frente às manifestações do amor. Tudo de que realmente tomamos conhecimento são o desejo bruto e instintual, a submissão masoquista e o amor por piedade. Você tem razão, também, em desconfiar de que, a despeito de toda minha admiração pela intensidade e preeminência de Dostoievski, de fato não gosto dele. Isso se deve a que minha paciência com as naturezas patológicas está exaurida na análise. Na arte e na vida, não as tolero. Trata-se de traços caracterológicos que me são pessoais e não obrigam a outros.

Onde vai publicar seu ensaio? Considero-o de alta qualidade. Só a pesquisa científica não deve possuir presunções. Em qualquer outra espécie de pensamento, a escolha de um ponto

de vista não pode ser evitada, e, naturalmente, existem muitos deles ...

ALGUNS SONHOS DE DESCARTES: UMA CARTA A MAXIME LEROY (1929)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

ÜBER DIE WEIBLICHE SEXUALITÄT

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1931 *Int. Z. Psychoanal.*, 17 (3), 317-22.

1934 *G.S.*, 12, 120-40.

1948 *G.W.*, 14, 517-37.

(b) TRADUÇÕES INGLESAS:

‘Female Sexuality’

1932 *Psychoanal. Quart.*, 1 (1), 191-209. (Trad. de E. B. Jackson.)

1932 *Int. J. Psycho-Anal.*, 13 (3), 281-97. (Trad. de Joan Riviere.)

1950 *C.P.*, 5, 252-72. (Reimpressão revista da anterior.)

A presente tradução inglesa é versão modificada da publicada em 1950.

O primeiro rascunho deste artigo parece ter sido escrito por volta do fim de fevereiro de 1931, mas só foi terminado no verão desse ano (Jones, 1957, 176).

O presente estudo constitui um reenunciado das descobertas anunciadas por Freud seis anos antes, em seu trabalho sobre ‘Some Psychological Consequences of the Anatomical

Distinction between the Sexes' (1925j), do qual um certo exame será encontrado na Nota do Editor Inglês àquela obra, *Standard Ed.*, 19, 243. A publicação desse trabalho anterior provocou consideráveis repercussões entre os psicanalistas, especialmente, talvez, na Inglaterra, e elas podem ter estimulado Freud a retornar ao assunto. A última seção do presente artigo contém - coisa bastante fora do comum nos trabalhos de Freud - algumas críticas de uma série de outros artigos. E é curioso que ele pareça tratá-los como se esses trabalhos tivessem surgido espontaneamente e não, como era claramente o caso, como reação a seu próprio artigo um tanto revolucionário de 1925 - ao qual, na verdade, não faz aqui qualquer referência.

Existem, contudo, um ou dois aspectos sob os quais esta obra amplia sua predecessora. Dá nova ênfase (obviamente com base em material clínico recente) à intensidade e longa duração da ligação pré-edipiana da menina à mãe. Contudo, de mais interesse, talvez, é o longo exame do elemento *ativo* na atitude da menina para com a mãe e na feminilidade em geral. Aproximadamente um ano depois do aparecimento deste artigo, Freud retornou ao tema da sexualidade feminina na Conferência XXXIII das *New Introductory Lectures* (1933a), que trata do assunto em linhas muito semelhantes às presentes, ainda que de maneira bastante menos técnica; termina, ademais, por um certo estudo das características das mulheres na vida adulta.

ALGUNS SONHOS DE DESCARTES: UMA CARTA A MAXIME LEROY

Ao considerar sua carta, em que me pede para examinar alguns sonhos de Descartes, o que primeiro senti foi uma impressão de desalento, pois trabalhar com sonhos sem poder obter da própria pessoa que sonhou quaisquer indicações sobre as relações passíveis de vinculá-los uns aos outros ou ligá-los ao mundo externo - e esse é claramente o caso quando se trata dos sonhos de uma figura histórica -, via de regra proporciona apenas um resultado pobre. No caso, minha tarefa mostrou ser mais fácil do que tinha previsto; não obstante, o fruto de minhas investigações sem dúvida lhe parecerá muito menos importante do que teria o direito de esperar.

Os sonhos de nosso filósofo são aquilo que é conhecido como 'sonhos vindos de cima' (*Traume von oben*), o que equivale a dizer que constituem formulações de idéias que poderiam ter sido criadas tão bem num estado de vigília quanto durante o estado de sono, e que apenas em certas partes derivaram seu conteúdo de estados mentais de nível comparativamente profundo. Por isso, esse sonhos, na maioria, oferecem um conteúdo que

tem forma abstrata, poética ou simbólica.

A análise de sonhos desse tipo geralmente nos conduz à seguinte posição: não podemos compreender o sonho, mas aquele que sonhou - ou o paciente - pode traduzi-lo imediatamente e sem dificuldade, dado que o conteúdo do sonho se aproxima muito de seus pensamentos conscientes. Restam então certas partes do sonho sobre as quais aquele que sonhou não sabe o que dizer, e precisamente essas partes pertencem ao inconsciente, sendo, sob muitos aspectos, as mais interessantes.

Nos casos mais favoráveis, explicamos essa [parte] inconsciente com a ajuda das idéias que aquele que sonhou lhe acrescentou.

Essa maneira de julgar os ‘sonhos vindo de cima’ - e essa expressão deve ser entendida em sentido psicológico, não em sentido místico - é a que deve ser seguida no caso dos sonhos de Descartes.

O próprio filósofo os interpreta e, de acordo com todas as regras da interpretação de sonhos, temos de aceitar sua explicação, mas se deveria acrescentar que nenhum outro caminho, que nos leve mais adiante, se abre para nós.

Em confirmação da explicação dele, podemos dizer que os obstáculos que o impediram de se movimentar livremente nos são perfeitamente bem conhecidos: constituem a representação, por parte do sonho, de um conflito interno. O lado esquerdo representa o mal e o pecado, e o vento, o ‘gênio mau’ ((*animus*)).

As diferentes figuras que aparecem no sonho não podem, naturalmente, ser por nós identificadas, embora Descartes, se fosse interrogado, não teria deixado de identificá-las. Os elementos bizarros, dos quais, incidentalmente, existem poucos, e que são quase absurdos - tais como ‘o melão de uma terra estrangeira’ e os pequenos retratos - permanecem inexplicados.

Quanto ao melão, aquele que sonhou teve a idéia - original - de ver nele ‘os encantos da solidão, mas apresentados por incentivos puramente humanos’. Isso decerto não é correto, mas poderia fornecer uma associação de idéias que conduzisse a uma explicação correta. Se se correlacionar com seu estado de pecado, a associação poderia representar um quadro sexual que ocupasse a imaginação do jovem solitário.

Sobre a questão dos retratos, Descartes não lança luz alguma.

O PRÊMIO GOETHE (1930)

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

Brief an Dr. Alfons Paquet

1930 *Psychoanal. Bewegung*, 2 (5) (set.-out), 419.

1934 *G.S.*, 12, 406-7.

1948 *G.W.*, 14, 545-6.

Ansprache im Frankfurter Goethe-Haus

1930 *Psychoanal. Bewegung*, 2 (5) (set.-out.), 421-6.

1934 *G.S.*, 12, 408-11.

1948 *G.W.*, 14, 547-50.

A presente tradução, a primeira em inglês, é de autoria de Angela Richards.

Em 1927, a cidade de Frankfurt criou o ‘Prêmio Goethe’, que deveria ser anualmente

concedido a ‘uma personalidade de realizações já firmadas cuja obra criadora fosse digna de uma honra dedicada à memória de Goethe’. Os primeiros três prêmios foram concedidos a Stefan George, o poeta; a Albert Schweitzer, o músico e missionário médico; e a Leopold Ziegler, o escritor filosófico. O valor do prêmio era de 10.000 marcos alemães, equivalentes na ocasião, a cerca de 500 libras ou 2.500 dólares.

Por sugestão de Alfons Paquet, homem de letras bem conhecido e secretário dos Curadores do Fundo, decidiu-se conceder o prêmio de 1930 a Freud, o que foi anunciado a este (que, na ocasião, se encontrava em férias no Salzkammergut) numa carta de Paquet datada de 26 de julho de 1930 (impressa no *Psychoanalytische Bewegung*, 2, 417-18), a que Freud respondeu a 3 de agosto. Era costume, como Paquet explicava em sua carta, que o prêmio fosse entregue a 28 de agosto de cada ano, numa cerimônia realizada na casa de Frankfurt em que Goethe nascera, e que o contemplado aí fizesse um discurso, ilustrando sua própria relação interna com Goethe. Devido à sua doença, Freud não pôde fazê-lo ele próprio, mas o discurso que preparou foi lido por Anna Freud na cerimônia na Casa de Goethe, a 28 de agosto.

CARTA AO DR. ALFONS PAQUET

Grundlsee, 3.8.1930.

Prezado Dr. Paquet,

Nunca fui mimado por sinais públicos de honra e adaptei-me tanto a esse estado de coisas, que me foi possível passar sem eles. Não gostaria de negar, contudo, que a concessão do Prêmio Goethe da cidade de Frankfurt deu-me grande prazer. Há nele algo que inflama especialmente a imaginação, e uma de suas estipulações dissipa o sentimento de humilhação que, em outros casos, é concomitante a tais distinções.

Desejo particularmente agradecer-lhe por sua carta; ela me comoveu e espantou. À parte sua penetração simpática da natureza de minha obra, nunca antes encontrara as intenções pessoais e secretas por trás dela identificadas com tal clareza como o senhor o fez, e gostaria muito de lhe perguntar como veio a ter esse conhecimento.

Lamento saber, por sua carta dirigida a minha filha, que não poderei encontrá-lo em futuro próximo, e, com meu tempo de vida, o adiamento é sempre algo de arriscado. Naturalmente, estarei pronto a receber o cavalheiro (Dr. Michel) cuja visita me anuncia.

Infelizmente, não poderei estar presente à cerimônia em Frankfurt; estou muito fraco para tal empreendimento. Nada perderão por isso; minha filha Anna sem dúvida é mais agradável de ver e ouvir do que eu. Proponho que ela leia algumas frases minhas que tratam das vinculações de Goethe com a psicanálise e defendem os próprios analistas da censura de terem ofendido o respeito devido ao grande homem por causa das tentativas analíticas que sobre ele fizeram. Espero que seja aceitável que eu assim adapte o tema que me foi proposto - minhas 'relações internas, como homem e cientista, com Goethe' -, ou então que o senhor tenha a gentileza de me comunicar que não.

Muito sinceramente seu,

Freud

DISCURSO PRONUNCIADO NA CASA DE GOETHE EM FRANKFURT

O trabalho de minha vida se dirigiu a um só objetivo. Observei os mais sutis distúrbios da função mental em pessoas saudáveis e enfermas e procurei inferir - ou, se preferirem, adivinhar -, a partir de sinais desse tipo, como o aparelho que serve a essas funções é construído e quais as forças concorrentes e mutuamente oponentes que nele se acham em ação. O que nós - eu, meus amigos e colaboradores - conseguimos aprender seguindo esse caminho pareceu-nos de importância para a construção de uma ciência mental que torna possível compreender tanto os processos mentais normais quanto os patológicos como partes do mesmo curso natural de eventos.

Fui motivado a tão estreitas considerações pela surpreendente honra que me conferistes. Ao evocar a figura da grande personalidade universal que nasceu nesta casa e passou sua infância nestas salas, vossa distinção incita, por assim dizer, à justificação perante ele, e suscita a questão de saber como *ele* teria reagido se seu olhar, atento a toda inovação na ciência, houvesse recaído na psicanálise.

Goethe pode ser comparado em versatilidade a Leonardo da Vinci, o mestre da Renascença, que, como ele, tanto foi artista quanto investigador científico. Mas as imagens

humanas nunca se podem repetir, e não faltam profundas diferenças entre os dois grandes homens. Na natureza de Leonardo, o cientista não se harmonizou com o artista, interferiu neste e, ao final, talvez o tenha abafado. Na vida de Goethe, ambas as personalidades encontram lugar lado a lado: em diferentes épocas, cada uma permitia à outra predominar. Em Leonardo, é plausível associar seu distúrbio àquela inibição em seu desenvolvimento que afastava tudo o que era erótico, e, daí, a psicologia também, de sua esfera de interesse. A esse respeito, o caráter de Goethe pôde desenvolver-se mais livremente.

Penso que Goethe não teria rejeitado a psicanálise num espírito inamistoso, como tantos de nossos contemporâneos fizeram. Ele próprio dela se aproximou numa série de pontos; identificou, através de sua própria compreensão interna, muita coisa que pudemos confirmar, e certas opiniões, que nos acarretam crítica e zombaria, foram por ele expostas como evidentes por si mesmas. Assim, estava familiarizado com a força incomparável dos primeiros laços afetivos das criaturas humanas. Celebrou-as na Dedicatória de seu poema *Fausto*, em palavras que poderíamos repetir para cada uma de nossas análises: Ihr naht euch wieder, schwankende Gestalten,

Die früh sich einst dem trüben Blick gezeigt,

Versuch' ich wohl, euch diesmal festzuhalten?

.....

Gleich einer alten, halbverklungenen Sage

Kommt erste Lieb' und Freundschaft mit herauf

Explicou a si mesmo o impulso mais forte de amor que experimentou como homem maduro, apostrofando sua bem-amada: 'Ach, du worst in abgelebten Zeiten meine Schester oder meine Frau.

Assim, não negou que essas primeiras inclinações perenes assumem figuras de nosso próprio círculo familiar como seu objeto.

Goethe parafraseia o conteúdo da vida onírica nas evocadoras palavras:

Was von Menschen nicht gewusst

Oder nicht bedacht,

Durch das Labyrinth der Brust

Wandelt in der Nacht

Por detrás dessa magia identificamos o antigo, venerável e incontestavelmente correto pronunciamento de Aristóteles - que o sonhar é a continuação de nossa atividade mental no estado de sono - combinado com o reconhecimento do inconsciente que a psicanálise pela primeira vez lhe acrescentou. Somente o enigma da deformação onírica não encontra solução aqui.

No que constitui talvez sua mais sublime criação poética, *Iphigenie*, Goethe nos apresenta um notável exemplo de expiação, da libertação de uma mente sofredora do fardo da culpa, e faz com que essa catarse se dê através de uma apaixonada irrupção de sentimento, sob a influência benéfica da simpatia amorosa. Na verdade, repetidas vezes ele efetuou tentativas de fornecer auxílio psicológico, tal como, por exemplo, ao desafortunado homem que, nas Cartas, é denominado de Kraft, e ao Professor Plessing, de quem nos fala em *Campagne in Frankreich [Campanha na França]*, e o processo que aplica vai além do método da confissão católica, aproximando-se, em alguns pormenores dignos de nota, da técnica de nossa psicanálise. Há um exemplo de influência psicoterapêutica que é descrito por Goethe como um gracejo, mas que eu gostaria de citar na íntegra, visto que talvez não seja bem conhecido, embora seja muito característico. É extraído de uma carta a Frau von Stein (Nº 1.444, de 5 de setembro de 1785):

‘Ontem à noite realizei uma façanha psicológica. Frau Herder ainda se achava num estado de tensão do tipo mais hipocondríaco, por causa de todas as coisas desagradáveis que lhe haviam acontecido em Carlsbad, particularmente por da causa mulher que fora sua companheira na casa. Fiz com que ela me dissesse e me confessasse tudo, as más ações de outras pessoas e suas próprias faltas com suas mais minuciosas circunstâncias e conseqüências, e, ao final, absolvi-a e tornei-lhe claro, gracejando, nessa fórmula, que aquelas coisas agora tinham passado e sido arrojadas às profundezas do mar. Ela própria achou graça em tudo e está realmente curada.’

Goethe sempre teve Eros em alta consideração, nunca tentou menosprezar seu poder, acompanhou suas expressões primitivas e até mesmo licenciosas com não menos atenção que as mais elevadamente sublimadas, e, segundo me parece, expôs sua unidade essencial através de todas as suas manifestações de modo não menos decisivo do que Platão o fez no passado remoto. Na verdade, talvez ocorra mais que uma coincidência fortuita quando, em *Die Wahlverwandtschaften [As Afinidades Eletivas]*, aplica ao amor uma idéia extraída da

esfera da química - vinculação de que o nome da própria psicanálise dá testemunho.

Estou preparado para a censura de que nós, os analistas, perdemos o direito de nos colocar sob o patrocínio de Goethe, por termos ofendido o respeito que lhe é devido ao tentarmos aplicar a análise a ele próprio, por termos degradado o grande homem à posição de objeto de investigação analítica. Discutirei, porém, em seguida se qualquer degradação tenha sido tentada ou nisso esteja implícita.

Todos nós, que reverenciamos Goethe, nos submetemos, sem demasiado protesto, aos esforços de seus biógrafos, que tentam recriar-lhe a vida a partir dos relatos e indicações existentes. Mas o que podem essas biografias proporcionar-nos? Mesmo a melhor e mais integral delas não pode responder às duas perguntas que, somente elas, parecem merecer serem conhecidas. Ela não lançaria luz alguma sobre o enigma do dom miraculoso que faz um artista, e não poderia ajudar-nos a compreender melhor o valor e o efeito de suas obras. E, contudo, não há dúvida de que uma biografia desse tipo satisfaria uma poderosa necessidade existente em nós. Sentimos isso muito distintamente se o legado da história, sem generosidade, nos recusa a satisfação dessa necessidade, como no caso de Shakespeare, por exemplo. Inegavelmente, é penoso para todos nós que ainda hoje não saibamos quem foi o autor das Comédias, Tragédias e Sonetos de Shakespeare, se foi de fato o filho inculto do cidadão provinciano de Stratford, que atingiu uma modesta posição como ator em Londres, ou se foi ao contrário, o aristocrata, de nascimento e alta instrução, apaixonadamente inconstante, até certo ponto *declassé*, Edward de Vere, Décimo Sétimo Conde de Oxford, Grande Lorde Camareiro Hereditário da Inglaterra. Mas como podemos justificar uma necessidade desse tipo, a de obter conhecimento das circunstâncias da vida de um homem, quando suas obras se tornaram tão plenas de importância para nós? As pessoas geralmente dizem que se trata de nosso desejo de nos aproximarmos de tal homem também de maneira humana. Aceitarmos isso; trata-se, então, da necessidade de adquirir relações afetivas com esses homens, acrescentá-los aos pais, aos professores, aos exemplos que conhecemos ou cuja influência já experimentamos, na expectativa de que suas personalidades sejam tão belas e admiráveis quanto as obras de arte deles que possuímos.

Mesmo assim, podemos admitir que existe ainda outra força motivadora em ação. A justificação do biógrafo também contém uma confissão. É verdade que ele não deseja rebaixar seu herói, mas quer trazê-lo para mais perto de nós. Isso, contudo, significa reduzir a distância que o separa de nós; tende ainda, efetivamente, no sentido de degradação. E é inevitável que se aprendermos mais a respeito da vida de um grande homem, ouviremos também falar de ocasiões em que ele, de fato, não se saiu melhor do que nós, em que, na realidade, se aproximou de nós como ser humano. Não obstante, penso que podemos considerar os esforços do biógrafo como legítimos. Nossa atitude para com os pais e professores é, afinal de contas, uma atitude ambivalente, visto que nossa reverência por eles via de regra oculta um componente de rebelião hostil. Trata-se de uma fatalidade psicológica; não pode ser alterada sem a suspensão, pela força, da verdade, e está fadada a

se estender às nossas relações com os grandes homens cujas vidas queremos investigar.

Quando a psicanálise se põe a serviço da biografia, tem naturalmente o direito de não ser tratada com mais rudeza do que essa última. Ela pode fornecer certas informações às quais não é possível chegar por outros meios, logrando assim demonstrar novos fios vinculadores na ‘obra-prima do tecelão’, disseminados entre os dotes artísticos, as experiências e as obras de um artista. Visto ser uma das principais funções de nosso pensamento dominar psiquicamente o material do mundo externo, parece-me que agradecimentos são devidos à psicanálise se, quando aplicada a um grande homem, ela contribui para a compreensão de sua grande realização. Omito, entretanto, que no caso de Goethe não avançamos muito longe, porque Goethe, como poeta, não foi apenas um grande revelador de si mesmo, mas também, a despeito da abundância de registros autobiográficos, um cuidadoso ocultador de si mesmo. Aqui, não podemos deixar de pensar nas palavras de Mefistófeles:

Das Beste, was du wissen kannstDarfst du den Buben doch nicht sagen.

APÊNDICE: RELAÇÃO DOS TRABALHOS DE FREUD QUE TRATAM PRINCIPALMENTE OU EM GRANDE PARTE DE ARTE, LITERATURA OU TEORIA DA ESTÉTICA.

[A data ao início de cada item é a do ano durante o qual a obra referida foi provavelmente escrita. A data ao final é a da publicação, e sob essa data, pormenores mais completos da obra poderão ser encontrados na Biblio-grafia e Índice de Autores. Os itens em colchetes foram publicados postumamente.]

[1897 Sobre *Édipo Rei e Hamlet*, na Carta 71 a Fliess, de 15 de outubro de 1897. (1950a)]

[1898 ‘Die Richterin’ (‘A Juíza’), na Carta 91 a Fliess, de 20 de junho de 1898. (1950a)]

1898 *A Interpretação de Sonhos*, Capítulo V, Seção D (□), sobre *Édipo Rei e Hamlet*. (1900a)

1905 Os Chistes e sua Relação com o inconsciente. (1905c)

[1905-6 'Caracteres Psicopáticos no Palco'. (1942a)]

1906 *Delírios e Sonhos na 'Gradiva' de Jensen*. (1907a)

1907 'Contribuição a um Questionário sobre Leitura'. (1907d)

1907 'Escritores Criativos e Devaneio'. (1908e)

1910 *Uma Lembrança Infantil de Leonardo da Vinci*. (1910c)

1913 'O Tema dos Três Cofres'. (1913f)

[1913 'As Reivindicações da Psicanálise ao Interesse Científico', Parte II, Seção F. (1913j)]

1914 'O Moisés de Michelangelo'. (1914b)

1915 'Sobre a Transitoriedade'. (1916a)

1916 'Alguns Tipos de Caráter Encontrados no Trabalho Psicanalítico'. (1916d)

1917 'Uma Recordação Infantil de *'Dichtung und Wahrheit'*. (1917b)

1919 'O "Sinistro".' (1919h)

1927 Pós-escrito a 'O Moisés de Michelangelo'. (1927b)

1927 'O Humor' (1927d)

1927 'Dostoievski e o Parricídio.' (1928b)

1929 Carta a Reik sobre Dostoievski. (1930f)

1930 'O Prêmio Goethe'. (1930d e e)

1933 Prefácio a *Edgar Allan Poe*, de Marie Bonaparte. (1933d)

TIPOS LIBIDINAIS (1931)

ÜBER LIBIDINOSE TYPEN

(a) EDIÇÕES ALEMÃS

1931 *Int. Z. Psychoanal.*, 17 (3), 313-16.

1934 *G.S.*, 12, 115-19.

1948 *G.W.*, 14, 509-13.

(b) TRADUÇÕES INGLESAS:

‘Libidinal Types’

1932 *Psychoanal. Quart.*, 1 (1), 3-6. (Trad. de E. B. Jackson.)

1932 *Int. J. Psycho-Anal.*, 13 (3), 277-80. (Trad. de Joan Riviere.)

1950 *C.P.*, 5, 247-51. (Reimpressão revista da anterior.)

A presente tradução inglesa constitui versão corrigida da publicada em 1950.

Tal como o artigo seguinte (‘Sexualidade Feminina’), este foi iniciado em princípios de 1931 e terminado durante o verão. Constitui acréscimo tardio ao número muito pequeno de artigos de Freud que tratam da caracterologia. Embora o tópico aflore à superfície num certo número de seus trabalhos (tal como, por exemplo, na primeira metade do Capítulo III de *The Ego and the Id* (1923*d*), *Standard Ed.*, 19, 28 e segs.), apenas duas de suas obras anteriores se haviam explicitamente relacionado com ele: ‘Caráter e Erotismo Anal’ (1909*b*) e ‘Alguns Tipos de Caráter Encontrados no Trabalho Psicanalítico’ (1916*d*). No presente trabalho, o assunto é considerado à luz do conceito posterior, estrutural, de Freud sobre a mente.

TIPOS LIBIDINAIS

A observação nos ensina que cada ser humano, individualmente, entende o quadro geral da humanidade conforme uma variedade quase infinita de maneiras. Se nos submetemos à multiplicidade, teremos inicialmente de escolher quais as características e os pontos de vista que tomaremos como base de nossa diferenciação. Para esse fim, as qualidades físicas indubitavelmente servirão não menos bem do que as mentais; as distinções mais valiosas

serão aquelas que prometam apresentar uma combinação regular de características físicas e mentais.

É de duvidar que já nos encontremos em posição de descobrir tipos que atendam a esse requisito, como decerto seremos capazes de fazer mais tarde, sobre alguma base que ainda ignoramos. Se limitarmos nosso esforço a estabelecer tipos puramente psicológicos, a situação libidinal terá um primeiro direito a servir de base para nossa classificação. Pode-se com justiça exigir que essa classificação não seja meramente deduzida de nosso conhecimento ou nossas hipóteses sobre a libido, mas que seja facilmente confirmada pela experiência real e que contribua para o esclarecimento da massa de nossas observações e nos auxilie a apreendê-las. Pode-se imediatamente admitir que esses tipos libidinais não precisam ser os únicos possíveis, mesmo no campo psíquico, e que, se partirmos de outras qualidades, poderemos talvez estabelecer todo um conjunto de outros tipos psicológicos. Deve-se, porém, exigir de todos esses tipos que não coincidam com quadros clínicos. Pelo contrário, devem abranger todas as variações que, de acordo com nosso juízo prático incidem dentro dos limites do normal. Em seus desenvolvimentos extremos, contudo, podem aproximar-se de quadros clínicos e dessa maneira, ajudar a unir o abismo que se supõe existir entre o normal e o patológico.

De acordo, portanto, com que a libido seja predominantemente atribuída às províncias do aparelho psíquico, podemos distinguir três tipos libidinais principais. Fornecer nomes a esses tipos não é particularmente fácil; seguindo as linhas de nossa psicologia profunda, gostaria de chamá-los de tipo *erótico*, tipo *narcísico* e tipo *obsessivo*.

O tipo *erótico* é facilmente caracterizado. Eróticos são aqueles cujo principal interesse - a parte relativamente maior de sua libido - está voltado para o amor. Amar, mas acima de tudo ser amado, é a coisa mais importante para eles. São dominados pelo temor da perda do amor e acham-se, portanto, especialmente dependentes de outros que podem retirar seu amor deles. Mesmo em sua forma pura, esse tipo é muito comum. Variantes suas ocorrem segundo se ache mesclado com outro tipo, e proporcionalmente à quantidade de agressividade nele presente. Do ponto de vista social e cultural, esse tipo representa as exigências instintuais elementares do id, a que os outros agentes psíquicos se submeteram.

O segundo tipo é o que denominei de *obsessivo*, nome que, a princípio, pode parecer estranho. Distingue-se pela predominância do superego, que se separa do ego sob grande tensão. As pessoas desse tipo são dominadas pelo temor de sua consciência, em vez do medo de perder o amor. Apresentam, por assim dizer, uma dependência interna, em vez de externa. Desenvolvem um alto grau de autoconfiança e, do ponto de vista social, são os verdadeiros e predominantemente conservadores veículos da civilização.

O terceiro tipo, com justiça chamado de *narcísico*, deve ser principalmente descrito em termos negativos. Não existe tensão entre o ego e o superego (na verdade, se predominasse esse tipo, dificilmente se teria chegado à hipótese de um superego), e não há preponderância de necessidades eróticas. O principal interesse do indivíduo se dirige para a autopreservação; é independente e não se abre à intimidação. Seu ego possui uma grande quantidade de agressividade à sua disposição, a qual também se manifesta na presteza à atividade. Em sua vida erótica, o amar é preferido ao ser amado. As pessoas pertencentes a esse tipo impressionam os outros como ‘personalidades’; são especialmente apropriadas a atuarem como apoio para outros, a assumirem o papel de líderes e a darem um novo estímulo ao desenvolvimento cultural ou a danificarem o estado de coisas estabelecido.

Esses tipos puros dificilmente escaparão à suspeita de terem sido deduzidos da teoria da libido. Mas nos sentimos no terreno firme da experiência quando nos voltamos para os tipos mistos, que podem ser observados com mais freqüência do que os não mistos. Esses novos tipos - o *erótico-obsessivos*, o *erótico-narcísico* e o *narcísico-obsessivo* - parecem realmente permitir uma boa classificação das estruturas psíquicas individuais que viemos a conhecer através da análise. Se estudarmos esses tipos mistos encontraremos neles quadros de caracteres com que há longo tempo estamos familiarizados. No tipo *erótico-obsessivo*, parece que a preponderância da vida instintual é restringida pela influência do superego. Nesse tipo, a dependência simultânea de objetos humanos contemporâneos e de resíduos dos pais, educadores e exemplos é levada a seu mais alto grau. O tipo *erótico-narcísico* é talvez aquele que devemos encarar como o mais comum de todos. Ele une opostos, que nele podem moderar-se mutuamente. Pode-se aprender com esse tipo, quando comparado com os outros dois eróticos, que a agressividade e a atividade vão de par com uma predominância do narcisismo. O tipo *narcísico-obsessivo*, finalmente, produz, do ponto de vista cultural, a mais valiosa variação, pois soma à independência do mundo externo e à consideração pela exigência da consciência uma capacidade de ação vigorosa, e fortalece o ego contra o superego.

Poder-se-ia pensar que estamos gracejando, se perguntássemos por que não se fez aqui menção alguma de outro tipo misto teoricamente possível, a saber, o tipo *erótico-obsessivo-narcísico*. Mas a resposta ao gracejo é séria. De modo algum esse tipo seria um tipo; seria a norma absoluta, a harmonia ideal. Assim, damos-nos conta de que o fenômeno dos tipos surge precisamente do fato de que, das três principais maneiras de utilizar a libido na economia mental, uma ou duas foram favorecidas às expensas das outras.

Pode-se também suscitar a questão de saber qual é a relação desses tipos libidinais com a patologia; se alguns deles possuem uma disposição especial de passar à neurose e, em caso afirmativo, quais os tipos que conduzem a que formas de neurose. A resposta é que a fixação desses tipos libidinais não lança luz nova sobre a gênese das neuroses. A experiência nos

mostra que todos esses tipos podem existir sem qualquer neurose. Os tipos puros, assinalados pela preponderância indiscutida de um agente mental isolado parecem ter melhor possibilidade de se manifestarem como quadros caracterológicos puros, ao passo que podemos esperar que os tipos mistos forneçam um solo mais favorável para as condições que conduzem à neurose. Penso, porém, que não devemos tomar uma decisão sobre esses assuntos até que tenham sido submetidos a um exame cuidadoso e especialmente dirigido.

Parece fácil inferir que, quando pessoas do tipo erótico caem doentes, elas desenvolverão histerias, assim como as do tipo obsessivo desenvolverão neuroses obsessivas; mas essas inferências também partilham da incerteza que acabei de acentuar. As pessoas do tipo narcísico que se expõem a uma frustração do mundo externo, embora sob outros aspectos independentes, estão particularmente dispostas à psicose, e também apresentam precondições essenciais para a criminalidade.

Constitui fato familiar que as precondições etiológicas da neurose ainda não são conhecidas com certeza. As causas precipitantes dela são frustrações e conflitos internos: conflitos entre os três principais agentes psíquicos; conflitos que surgem dentro da economia libidinal em consequência de nossa disposição bissexual e conflitos entre os componentes instintuais erótico e agressivo. É trabalho da psicologia das neuroses descobrir o que faz com que esses processos, pertencentes ao curso normal da vida mental, se tornem patogênicos.

SEXUALIDADE FEMININA (1931)

BRIEF AN MAXIM [sic] LEROY: ÜBER EINEN TRAUM DES CARTESIUS

(a) EDIÇÕES FRANCESAS:

1929 Em *Descartes, le philosophe au masque*, de Leroy, 1, 89-90, Paris, Editions Rieder. (Em francês.)

1934 *G.S.*, 12, 403-5. (Reimpressão da carta de Freud e extratos do livro de Leroy. Em francês.)

1948 *G.W.*, 14, 558-60. (Reimpressão da anterior.)

A presente tradução, a primeira em inglês, é da autoria de Angela Richards.

Nenhum original alemão desta carta subsistiu. A versão francesa foi, quase certamente, feita por Leroy e fornece, na melhor das hipóteses, uma base insatisfatória para a tradução inglesa.

Enquanto Maxime Leroy preparava seu livro sobre Descartes (1929), submeteu a Freud uma série de sonhos do filósofo, para que os comentasse. Não podemos dizer exatamente qual a descrição dos sonhos que Leroy forneceu a Freud, pois as edições alemãs não imprimem o texto de sua carta, citando simplesmente a descrição dos sonhos conforme no livro publicado por Leroy, onde este também incluiu a tradução da resposta de Freud à sua indagação.

A descrição original e a interpretação dos sonhos de Descartes parecem ter ocupado as páginas iniciais de um manuscrito conhecido como ‘Olympica’, provavelmente escrito durante o inverno de 1619, e hoje perdido. Foi visto, entretanto, pelo *abbé* Adrien Baillet (século XVII), que publicou uma tradução parafraseada, contendo algumas citações do latim

original, em sua *Vie de Monsieur Des-Cartes* (Paris, 1691, 1). A descrição dos sonhos está nas págs. 81-5. Foi nessa versão que Leroy buscou seu relato, mas parece certo que Freud estudou o texto integral de Baillet, já que, em sua resposta, fala do ‘melão de uma terra estrangeira’, frase que aparece na transcrição de Baillet, ao passo que, em seu livro, Leroy menciona simplesmente ‘um melão’.

O manuscrito ‘Olympica’ foi visto também por Leibniz, que fez uma cópia de extratos dele. Infelizmente, as notas de Leibniz contêm apenas uma breve referência aos sonhos: ‘*Somnium 1619, nov. in quo carmen 7 cujus initium: Quod vitae sectabor iter?... Auson.* Como não faz menção de ter visto a ‘explicação’ dos sonhos, Leroy inclinou-se a pensar que se tratava, em grande parte pelo menos, de uma invenção do *abbé* Baillet, opinião que expressa em seu livro, embora nenhuma sugestão dela pareça ter chegado a Freud.

A descrição dos sonhos publicada por Leroy (1929, 1, 84) - paráfrase da versão de Baillet - que aparece (em francês) como nota de rodapé nas edições alemãs de Freud, é a seguinte:

‘Então, durante a noite, quando tudo era febre, trovões, pânico, fantasmas se ergueram diante daquele que sonhava. Tentou levantar-se para expulsá-los, mas caiu de novo, envergonhado de si mesmo, sentindo-se perturbado por uma grande fraqueza em seu lado direito. De repente, uma janela do quarto se abriu. Com terror, sentiu-se carregado pelas rajadas de um vento violento, que o fez girar diversas vezes sobre o pé esquerdo.

Arrastando-se, a cambalear, chegou aos prédios da faculdade em que fora educado. Tentou desesperadamente entrar na capela, para fazer suas orações. Nesse momento, algumas pessoas passaram. Tentou detê-las, a fim de lhes falar; notou que uma delas conduzia um melão. Mas um vento violento o empurrou de volta para a capela.

‘Acordou então, com pontadas de dor do lado esquerdo. Não sabia se estava sonhando ou acordado. Semidesperto, disse a si mesmo que um gênio mau estava tentando seduzi-lo, e murmurou uma prece para exorcizá-lo.

‘Adormeceu outra vez. Um estrondo de trovão o acordou novamente, enchendo o quarto de relâmpagos. Mais uma vez se perguntou se estava adormecido ou desperto, se aquilo era um sonho ou um devaneio, abrindo e fechando os olhos como para se certificar. Então, tranqüilizado, readormeceu, levado pela exaustão.

‘Com o cérebro em fogo, excitado por esses rumores e vagos sofrimentos, Descartes abriu um dicionário e, depois, uma coletânea de poema. O intrépido viajante sonhou com o

seguinte verso: “Quod vitae sectabor iter?” Outra viagem à terra dos sonhos? Então, de súbito, apareceu um homem que não conhecia, pretendendo fazê-lo ler uma passagem de Ausônio que começava com as palavras “*Est et non*”. Mas o homem desapareceu e um outro tomou o seu lugar. O livro, por sua vez, se esvaneceu, para depois reaparecer decorado com retratos em talho-doce. Por fim, a noite se acalmou.

A explicação dos sonhos, que Leroy (ibid., 85) cita de Baillet (e também impressa como nota de rodapé nas edições alemãs de Freud), é a seguinte:

‘Ele [Descartes] considerava que o “dicionário” significava simplesmente todas as Ciências combinadas e que a “coletânea de poemas”, intitulada *Corpus Poetarum*, indicava de modo específico e mais distintamente a Filosofia e a Sabedoria unidas... M. Descartes, continuando a interpretar o sonho enquanto dormia, pensou que o fragmento poético sobre a incerteza do tipo de vida que se deve escolher e começando por “*Quod vitae sectabor iter?*”, indicava um bom conselho de uma pessoa sábia, ou mesmo a Teologia Moral...

‘Pelos poetas reunidos na coletânea, ele entendeu a Revelação e o Entusiasmo, de cujo favor não desesperava. Pelo fragmento de verso “*Est et non*” (que é o Sim e o Não de Pitágoras) entendeu a Verdade e a Falsidade no saber humano e nas ciências profanas. Vendo que a aplicação de todas essas coisas era tão de seu gosto, atreveu-se a se convencer de que fora o Espírito da Verdade que decidira abrir-lhe todos os tesouros da ciência através daquele sonho. E já que nada lhe restava a explicar, a não ser os pequenos Retratos em talho-doce [*taille douce*] que encontrara no segundo livro, não procurou mais sua explicação depois que um pintor italiano lhe fez uma visita exatamente no dia seguinte.

‘Esse último sonho, que não continha nada, mas era muito doce [*doux*] e agradável, indicava o futuro, pensou ele, e referia-se apenas ao que lhe deveria ocorrer durante o resto de sua vida. Tomou os dois primeiros, entretanto, como advertências ameaçadoras em relação à sua vida passada, que poderia não ter sido tão inocente aos olhos de Deus quanto aos dos homens. E pensou que era esse o motivo para o terror e o susto com que os dois sonhos se tinham feito acompanhar. O melão com que tentaram presenteá-lo no primeiro sonho significava, disse ele, os encantos da solidão, mas apresentados por incentivos puramente humanos. O vento que o carregava na direção da Igreja da faculdade, onde sentira uma dor no lado direito, nada mais era do que o Gênio mau tentando arrojá-lo à força para um lugar em que era sua intenção entrar voluntariamente. Fora por isso que Deus não lhe permitira avançar mais, ou se deixar ser carregado, mesmo a um lugar santo, por um Espírito que não havia enviado - embora estivesse bastante convencido de que fora um Espírito de Deus que o levava a fazer suas primeiras abordagens a essa Igreja. O terror de que foi acometido no segundo sonho, indicava em sua opinião, sua sindérese, isto é, o remorso de

sua consciência em relação aos pecados que poderia ter cometido no decorrer de sua vida até então. O trovão cujo troar ele ouvira, era o sinal do espírito da verdade descendo sobre ele, para dele tomar posse.’

SEXUALIDADE FEMININA

I

Durante a fase do complexo de Édipo normal, encontramos a criança ternamente ligada ao genitor do sexo oposto, ao passo que seu relacionamento com o do seu próprio sexo é predominantemente hostil. No caso do menino, isso não é difícil de explicar. Seu primeiro objeto amoroso foi a mãe. Continua sendo, e, com a intensificação de seus desejos eróticos e sua compreensão interna mais profunda das relações entre o pai e a mãe, o primeiro está fadado a se tornar seu rival. Com a menina, é diferente. Também seu primeiro objeto foi a mãe. Como encontra o caminho para o pai? Como, quando e por que se desliga da mãe? Há muito tempo compreendemos que o desenvolvimento da sexualidade feminina é complicado pelo fato de a menina ter a tarefa de abandonar o que originalmente constituiu sua principal zona genital - o clitóris - em favor de outra, nova, a vagina. Agora, no entanto, parece-nos que existe uma segunda alteração da mesma espécie, que não é menos característica e importante para o desenvolvimento da mulher: a troca de seu objeto original - a mãe - pelo pai. A maneira pela qual essas duas tarefas estão mutuamente vinculadas ainda não nos é clara.

É bem sabido que existem muitas mulheres que possuem uma forte ligação com o pai, e para isso não precisam ser, de qualquer maneira, neuróticas. Foi em tais mulheres que efetuei as observações que me proponho comunicar aqui e que me conduziram a adotar um ponto de vista específico sobre a sexualidade feminina. Dois fatos sobretudo me impressionaram. O primeiro foi o de que onde a ligação da mulher com o pai era particularmente intensa, a análise mostrava que essa ligação fora precedida por uma fase de ligação exclusiva à mãe, igualmente intensa e apaixonada. Com exceção da mudança de seu objeto amoroso, a segunda fase mal acrescentara algum aspecto novo à sua vida erótica. Sua relação primária com a mãe fora construída de maneira muito rica e multificada. O segundo fato ensinou-me que a *duração* dessa ligação também fora grandemente subestimada. Em diversos casos, durara até os quatro anos de idade - em determinado caso, até os cinco -, de maneira que abrangera, em muito, a parte mais longa do período da primeira eflorescência sexual. Na verdade, tínhamos de levar em conta a possibilidade de um certo número de

mulheres permanecerem detidas em sua ligação original à mãe e nunca alcançarem uma verdadeira mudança em direção aos homens. Assim sendo, a fase pré-edipiana nas mulheres obtém uma importância que até agora não lhe havíamos atribuído.

De uma vez que essa fase comporta todas as fixações e repressões a que podemos fazer remontar a origem das neuroses, talvez pareça que deveríamos retratar-nos da universalidade da tese segundo a qual o complexo de Édipo é o núcleo das neuroses. Se, contudo, alguém se sentir relutante em efetuar essa correção, não há necessidade de que a faça. Por um lado, podemos ampliar o conteúdo do complexo de Édipo de modo a incluir todas as relações da criança com ambos os genitores, e, por outro, levar na devida conta nossas novas descobertas dizendo que a mulher só atinge a normal situação edipiana positiva depois de ter superado um período anterior que é governado pelo complexo negativo. De fato, durante essa fase, o pai de uma menina não é para ela muito mais do que um rival causador de problemas, embora sua hostilidade para com ele jamais alcance a intensidade característica dos meninos. Há muito tempo, afinal de contas, já abandonamos qualquer expectativa quanto a um paralelismo nítido entre o desenvolvimento sexual masculino e feminino.

Nossa compreensão interna dessa fase primitiva, pré-edipiana, nas meninas, nos chega como uma surpresa, tal como a descoberta, em outro campo, da civilização mino-micénica por detrás da civilização da Grécia.

Tudo na esfera dessa primeira ligação com a mãe me parecia tão difícil de apreender nas análises - tão esmaecido pelo tempo e tão obscuro e quase impossível de revivificar - que era como se houvesse sucumbido a uma repressão especialmente inexorável. Mas talvez tenha ficado com essa impressão porque as mulheres que estavam em análise comigo podiam aferrar-se à própria ligação com o pai em que se tinham refugiado da fase primitiva em questão. Na verdade, parece que as analistas femininas - tais como, por exemplo, Jeanne Lampl-de Groot e Helene Deutsch - foram capazes de perceber esses fatos mais fácil e claramente por terem sido auxiliadas, ao lidarem com as que se achavam em tratamento com elas, pela transferência a uma substituta materna adequada. Tampouco alcancei sucesso em divisar completamente o caminho em qualquer caso; portanto, me limitarei a relatar as descobertas mais gerais e fornecerei apenas alguns exemplos das novas idéias a que cheguei. Entre estas acha-se a suspeita de que essa fase de ligação com a mãe está especialmente relacionada à etiologia da histeria, o que não é de surpreender quando refletimos que tanto a fase quanto a neurose são caracteristicamente femininas, e, ademais, que nessa dependência da mãe encontramos o germe da paranóia posterior nas mulheres, pois esse germe parece ser o surpreendente, embora regular, temor de ser morta (devorada?) pela mãe. É plausível presumir que esse temor corresponde a uma hostilidade que se desenvolve na criança, em relação à mãe, em consequência das múltiplas restrições impostas por esta no decorrer do treinamento e do cuidado corporal, e que o mecanismo de projeção é favorecido pela idade precoce da organização psíquica da criança.

II

Comecei por enunciar os dois fatos que me impressionaram como novos: que a intensa dependência de uma mulher quanto ao pai simplesmente assume a herança de uma ligação igualmente forte com a mãe, e que essa fase primitiva demora um período de tempo inesperadamente longo. Voltarei agora um pouco atrás, a fim de inserir essas novas descobertas no quadro do desenvolvimento sexual feminino com que estamos familiarizados. Assim, será inevitável uma certa repetição. Ajudará nossa exposição se, enquanto progredirmos, compararmos o estado de coisas nas mulheres como nos homens.

Antes de tudo, não pode haver dúvida de que a bissexualidade, presente, conforme acreditamos, na disposição inata dos seres humanos, vem para o primeiro plano muito mais claramente nas mulheres do que nos homens. Um homem, afinal de contas, possui apenas uma zona sexual principal, um só órgão sexual, ao passo que a mulher tem duas: a vagina, ou seja, o órgão genital propriamente dito, e o clitóris, análogo ao órgão masculino. Acreditamos que estamos justificados em supor que, por muitos anos, a vagina é virtualmente inexistente e, possivelmente, não produz sensações até a puberdade. É verdade que recentemente um crescente número de observadores tem comunicado que os impulsos vaginais estão presentes mesmo nesses primeiros anos. Nas mulheres, portanto, as principais ocorrências genitais da infância devem ocorrer em relação ao clitóris. Sua vida sexual é regularmente dividida em duas fases, a primeira das quais possui um caráter masculino, ao passo que apenas a segunda é especificamente feminina. Assim, no desenvolvimento feminino, há um processo de transição de uma fase para a outra, do qual nada existe de análogo no homem. Uma outra complicação origina-se do fato de o clitóris, com seu caráter viril, continuar a funcionar na vida sexual feminina posterior, de maneira muito variável e que certamente ainda não é satisfatoriamente entendida. Não conhecemos, naturalmente, a base biológica dessas peculiaridades das mulheres e, menos ainda, podemos atribuir-lhes qualquer intuito teleológico.

Paralela a essa primeira grande diferença existe a outra, relacionada com o encontro do objeto. No caso do homem, a mãe se torna para ele o primeiro objeto amoroso como resultado do fato de alimentá-lo e de tomar conta dele, permanecendo assim até ser substituída por alguém que se lhe assemelhe ou dela se derive. Também o primeiro objeto de uma mulher tem de ser a mãe; as condições primárias para uma escolha de objeto são, naturalmente, as mesmas para todas as crianças. Ao final do desenvolvimento dela, porém, seu pai - um homem - deveria ter-se tornado seu novo objeto amoroso. Em outras palavras, à mudança em seu próprio sexo deve corresponder uma mudança no sexo de seu objeto. Os novos problemas que agora exigem investigação são a maneira pela qual essa mudança ocorre, quão radical ou incompletamente é efetuada, e quais as diferentes possibilidades que se apresentam no decurso desse desenvolvimento.

Já aprendemos também que ainda existe uma outra diferença entre os sexos, a qual se

relaciona com o complexo de Édipo. Temos aqui a impressão de que o que dissemos sobre o complexo de Édipo se aplica de modo absolutamente estrito apenas à criança do sexo masculino, e de que temos razão ao rejeitarmos a expressão 'complexo de Electra', que procura dar ênfase à analogia entre a atitude dos dois sexos. É apenas na criança do sexo masculino que encontramos a fatídica combinação de amor por um dos pais e, simultaneamente, ódio pelo outro, como rival. No caso dela, é a descoberta da possibilidade de castração, tal como provada pela visão dos órgãos genitais femininos, que impõe ao menino a transformação de seu complexo de Édipo e conduz à criação de seu superego, iniciando assim todos os processos que se destinam a fazer o indivíduo encontrar lugar na comunidade cultural. Após o agente paterno ter sido internalizado e ter-se tornado um superego, a tarefa seguinte consiste em desligar este último das figuras de quem originalmente constituiu o representante psíquico. Nesse notável curso de desenvolvimento, é precisamente o interesse narcísico do menino por seus órgãos genitais - seu interesse em preservar o pênis - que é transformado numa restrição de sua sexualidade infantil.

Uma das coisas que remanesce nos homens, da influência do complexo de Édipo, é um certo desprezo em sua atitude para com as mulheres, a quem encaram como castradas. Nos casos extremos, isso dá origem a uma inibição em sua escolha de objeto e, se apoiado por fatores orgânicos, ao homossexualismo exclusivo.

Inteiramente diferentes são os efeitos do complexo de castração na mulher. Ela reconhece o fato de sua castração, e, com ele, também a superioridade do homem e sua própria inferioridade, mas se rebela contra esse estado de coisas indesejável. Dessa atitude, dividida, abrem-se três linhas de desenvolvimento. A primeira leva a uma revulsão geral à sexualidade. A menina, assustada pela comparação com os meninos, cresce insatisfeita com seu clitóris, abandona sua atividade fálica e, com ela, sua sexualidade em geral, bem como boa parte de sua masculinidade em outros campos. A segunda linha a leva a se aferrar com desafiadora auto-afirmatividade à sua masculinidade ameaçada. Até uma idade incredivelmente tardia, aferra-se à esperança de conseguir um pênis em alguma ocasião. Essa esperança se torna o objetivo de sua vida e a fantasia de ser um homem, apesar de tudo, freqüentemente persiste como fator formativo por longos períodos. Esse 'complexo de masculinidade' nas mulheres pode também resultar numa escolha de objeto homossexual manifesta. Só se seu desenvolvimento seguir o terceiro caminho, muito indireto, ela atingirá a atitude feminina normal final, em que toma o pai como objeto, encontrando assim o caminho para a forma feminina do complexo de Édipo. Assim, nas mulheres, o complexo de Édipo constitui o resultado final de um desenvolvimento bastante demorado. Ele não é destruído, mas criado pela influência da castração; foge às influências fortemente hostis que, no homem, tiveram efeito destrutivo sobre ele e, na verdade, com muita freqüência, de modo algum é superado pela mulher. Por essa razão, também, nela as conseqüências culturais de sua dissolução são menores e menos importantes. Provavelmente não estaríamos errados em dizer que é essa diferença na relação recíproca entre o complexo de Édipo e o de castração que dá seu cunho especial ao caráter das mulheres como seres sociais.

Vemos, portanto, que a fase de ligação exclusiva à mãe, que pode ser chamada de fase *pré-edipiana*, tem nas mulheres uma importância muito maior do que a que pode ter nos homens. Muitos fenômenos da vida sexual feminina, que não foram devidamente compreendidos antes, podem ser integralmente explicados por referência a essa fase. Há muito tempo, por exemplo, observamos que muitas mulheres que escolheram o marido conforme o modelo do pai, ou o colocaram em lugar do pai, não obstante repetem para ele, em sua vida conjugal, seus maus relacionamentos com as mães. O marido de tal mulher destinava-se a ser o herdeiro de seu relacionamento com o pai, mas, na realidade, tornou-se o herdeiro do relacionamento dela com a mãe. Isso é facilmente explicado como um caso óbvio de regressão. O relacionamento dela com a mãe foi o original, tendo a ligação com o pai sido construída sobre ele; agora, no casamento, o relacionamento original emerge da repressão, pois o conteúdo principal de seu desenvolvimento para o estado de mulher jaz na transferência, da mãe para o pai, de suas ligações objetivas afetivas.

Com muitas mulheres, temos a impressão de que seus anos de maturidade são ocupados por uma luta com os maridos, tal como suas juventudes se dissiparam numa luta com suas mães. À luz do exame anterior, concluiremos que sua atitude hostil para com a mãe não é consequência da rivalidade implícita no complexo de Édipo, mas se origina da fase precedente, tendo sido simplesmente reforçada e explorada na situação edipiana. E o exame analítico concreto confirma essa opinião. Nosso interesse deve dirigir-se para os mecanismos em ação em seu afastamento da mãe, que era um objeto tão intenso e exclusivamente amado. Estamos preparados para descobrir, não um fator único, mas um grande número deles operando juntos para o mesmo fim.

Entre esses fatores, alguns são determinados pelas circunstâncias da sexualidade infantil em geral e, assim, valem igualmente para a vida erótica dos meninos. Primeiro e acima de tudo, podemos mencionar o ciúme de outras pessoas - de irmãos e irmãs, rivais, entre os quais também o pai encontra lugar. O amor infantil é ilimitado; exige a posse exclusiva, não se contenta com menos do que tudo. Possui, porém, uma segunda característica; não tem, na realidade, objetivo, sendo incapaz de obter satisfação completa, e, principalmente por isso, está condenado a acabar em desapontamento e a ceder lugar a uma atitude hostil. Mais tarde, na vida, a falta de uma satisfação suprema pode favorecer um resultado diferente. Esse mesmo fator pode garantir a continuidade ininterrupta da catexia libidinal, tal como acontece com as relações amorosas inibidas em sua finalidade. Na tensão dos processos de desenvolvimento, porém, acontece regularmente que a libido abandona sua posição insatisfatória, a fim de descobrir outra nova. Outro motivo muito mais específico para o afastamento da mãe surge do efeito do complexo de castração sobre a criatura que não tem pênis. Numa ocasião ou noutra a menina descobre sua inferioridade orgânica, mais cedo e mais facilmente, é natural, se existirem irmãos ou outros meninos a seu redor. Já observamos os três caminhos que divergem a partir desse ponto: (a) o que leva à cessação de toda sua vida sexual; (b) o que leva a uma desafiadora superênfatização de sua masculinidade; (c) os primeiros passos no sentido da feminilidade definitiva. Não é fácil determinar aqui o

momento exato ou o curso típico dos eventos. Mesmo o momento em que a descoberta da castração é efetuada varia, e uma série de outros fatores parece ser inconstante ou depender do acaso. A situação da própria atividade fálica da menina desempenha um papel, bem como a questão de saber se essa atividade foi descoberta ou não, e quanta interferência na mesma ela experimentou posteriormente.

As meninas geralmente descobrem por si próprias sua atividade fálica característica, a masturbação do clitóris, e, de início, isso sem dúvida não se faz acompanhar pela fantasia. O papel desempenhado, em seu começo, pela higiene infantil reflete-se na fantasia muito comum que transforma a mãe ou a babá em sedutora. Que as meninas se masturbem com menos frequência e, desde o princípio, com menos energia que os meninos, não é certo; possivelmente, assim acontece. A sedução real também é bastante comum; é iniciada quer por outras crianças, quer por alguém encarregado da criança que deseja acalmá-la, pô-la para dormir ou torná-la dependente dele. Onde intervém, a sedução invariavelmente perturba o curso natural dos processos de desenvolvimento e com frequência deixa atrás de si conseqüências amplas e duradouras.

A proibição da masturbação, como vimos, transforma-se num incentivo para abandoná-la, mas torna-se motivo para rebelar-se contra a pessoa que a proíbe, ou seja, a mãe, ou o substituto materno que, mais tarde, normalmente se funde com esta. Uma persistência desafiadora na masturbação parece abrir o caminho à masculinidade. Mesmo onde a menina não conseguiu suprimir sua masturbação, o efeito da proibição aparentemente vã é visto em seus esforços posteriores para se libertar, a todo custo, de uma satisfação que lhe foi estragada. Quando atinge a maturidade, sua escolha de objeto ainda pode ser influenciada por esse intuito persistente. Seu ressentimento por ser impedida de uma atividade sexual livre desempenha grande papel em seu desligamento da mãe. O mesmo motivo entra em funcionamento após a puberdade, quando a mãe assume seu dever de guardiã da castidade da filha. Não nos esqueceremos, naturalmente, de que, de forma semelhante, a mãe se opõe à masturbação do menino, fornecendo-lhe assim, também, um forte motivo de rebelião.

Quando a menina descobre sua própria deficiência, por ver um órgão genital masculino, é apenas com hesitação e relutância que aceita esse desagradável conhecimento. Como já vimos, aferra-se obstinadamente à expectativa de um dia também ter um órgão genital do mesmo tipo, e seu desejo por ele sobrevive até muito tempo após sua esperança ter-se expirado. Invariavelmente a criança encara a castração, em primeira instância, como um infortúnio peculiar a ela própria; só mais tarde compreende que ela se estende a certas outras crianças e, por fim, a certos adultos. Quando vem a compreender a natureza geral dessa característica, disso decorre a feminilidade - e com ela, naturalmente, sua mãe - sofrer uma grande depreciação a seus olhos.

A descrição de como as meninas reagem à impressão da castração e à proibição da masturbação, provavelmente impressionará o leitor como confusa e contraditória. Não é,

inteiramente, falha do autor. Na verdade, é quase impossível fornecer uma descrição que possua validade geral. Encontramos as mais diferentes reações em diferentes indivíduos e, no mesmo indivíduo, as atitudes contrárias coexistem lado a lado. Com a primeira intervenção da proibição, o conflito se forma e, doravante, acompanhará o desenvolvimento da função sexual. A compreensão interna do que ocorre é tornada particularmente difícil pelo fato de ser muito difícil distinguir os processos mentais dessa primeira fase dos posteriores, pelos quais são cobertos e deformados na memória. Assim, por exemplo, uma menina pode posteriormente interpretar o fato da castração como sendo uma punição por sua atividade masturbatória, e atribuirá a efetivação dessa punição ao pai; nenhuma dessas idéias, porém, pode ter sido primária. Do mesmo modo, os meninos normalmente temem a castração por parte do pai, embora também em seu caso a ameaça provenha mais geralmente da mãe.

Seja como for, ao final dessa primeira fase de ligação à mãe, emerge, como motivo mais forte para a menina se afastar dela, a censura por a mãe não lhe ter dado um pênis apropriado, isto é, tê-la trazido ao mundo como mulher. Uma segunda censura, que não remonta tão atrás, é bastante surpreendente. É que sua mãe não lhe deu leite bastante, não a amamentou o suficiente. Nas condições da civilização moderna, isso freqüentemente pode ser bastante verídico, embora decerto não tão freqüentemente quanto é asseverado nas análises. Pareceria antes que essa acusação dá expressão à insatisfação geral dos filhos, que, em nossa civilização monogâmica, são desmamados após seis ou nove meses, ao passo que a mãe primitiva se devota exclusivamente ao filho por dois ou três anos. É como se nossos filhos tivessem permanecido para sempre insaciados, como se nunca tivessem sugado por tempo suficiente o seio de sua mãe. Contudo, não estou seguro de que, se analisássemos crianças que tivessem sido amamentadas por tanto tempo quanto as dos povos primitivos, não nos depararíamos com a mesma queixa, tão grande é a voracidade da libido de uma criança!

Quando, passamos em revista toda a gama de motivos para se afastar da mãe que a análise traz à luz - que ela falhou em fornecer à menina o único ou órgão genital correto, que não a amamentou o suficiente, que a compeliu a partilhar o amor da mãe com outros, que nunca atendeu às expectativas de amor da menina, e, finalmente, que primeiro despertou a sua atividade sexual e depois a proibiu -, todos esses motivos, não obstante, parecem insuficientes para justificar a hostilidade final da menina. Alguns deles decorrem inevitavelmente da natureza da sexualidade infantil; outros aparecem como racionalizações imaginadas posteriormente, para explicar a mudança incompreendida no sentimento. Talvez o fato real seja que a ligação à mãe está fadada a se recer, precisamente por ter sido a primeira e tão intensa, tal como freqüentemente se pode ver acontecer nos primeiros casamentos de mulheres jovens, que ingressaram neles quando estavam mais apaixonadamente amorosas. Em ambas as situações, a atitude de amor provavelmente passa para a de pesar pelos inevitáveis desapontamentos e pela acumulação de ocasiões para a agressão. Via de regra, os segundos casamentos se mostram muito melhores.

Não podemos chegar ao ponto de afirmar que a ambivalência de catexias emocionais seja uma lei universalmente válida, e que seja absolutamente impossível sentir grande amor por uma pessoa sem que esse amor seja acompanhado por um ódio talvez igualmente grande, ou vice-versa. Sem dúvida, os adultos normais conseguem separar essas duas atitudes uma da outra, e não estão obrigados a odiar seus objetos amorosos ou a amar seus inimigos tanto quanto a odiá-los. Isso porém, parece resultar de desenvolvimentos posteriores. Nas primeiras fases da vida erótica, a ambivalência é evidentemente a regra. Não poucas pessoas retêm esse traço arcaico durante toda sua vida. É característico dos neuróticos obsessivos que, em seus relacionamentos objetais, o amor e o ódio se contrabalançam mutuamente. Também nas raças primitivas podemos dizer que a ambivalência predomina. Concluiremos, então, que a intensa ligação da menina à mãe é fortemente ambivalente, sendo precisamente em consequência dessa ambivalência que (com a assistência dos outros fatores que aduzimos) sua ligação se afasta à força da mãe mais uma vez, isto é, em consequência de uma característica geral da sexualidade infantil.

A explicação que tentei fornecer defronta-se em seguida com uma pergunta: ‘Como é, então, que os meninos podem manter intacta sua ligação com a mãe, que decerto não é menos forte do que a das meninas?’ A resposta chega com igual presteza: ‘Porque os meninos podem lidar com seus sentimentos ambivalentes para com a mãe dirigindo toda sua hostilidade para o pai.’ Em primeiro lugar, porém, não devemos dar resposta até que tenhamos efetuado um estudo atento da fase pré-ediânica nos meninos, e, em segundo lugar, provavelmente é mais prudente, em geral, admitir que ainda não dispomos de uma compreensão clara desses processos, com os quais só recentemente nos familiarizamos.

III

Uma outra pergunta surge: ‘O que é que a menina exige da mãe? Qual é a natureza de seus objetivos sexuais durante a época da ligação exclusiva à mãe?’ A resposta que obtemos do material analítico é exatamente a que esperaríamos. Os objetivos sexuais da menina em relação à mãe são tanto ativos quanto passivos e determinados pelas fases libidinais através das quais a criança passa. Aqui, a relação da atividade com a passividade é especialmente interessante. Pode-se facilmente observar que em todo campo de experiência mental, não simplesmente no da sexualidade, quando uma criança recebe uma impressão passiva, ela tende a produzir uma reação ativa. Tenta fazer ela própria o que acabou de ser feito a ela. Isso faz parte do trabalho que lhe é imposto de dominar o mundo externo e pode mesmo levar a que se esforce por repetir uma impressão que teria toda razão para evitar, por causa de seu conteúdo aflitivo. Também o brincar das crianças é realizado para servir ao fim de suplementar uma experiência passiva com um comportamento ativo, e desse modo, por assim dizer, anulá-la. Quando um médico abre a boca de uma criança, apesar da resistência dela, para examinar-lhe a garganta, essa mesma criança, após a partida daquele, brincará de ser o médico ela própria e repetirá o ataque com algum irmão ou irmã menor que esteja tão indefeso em suas mãos quanto ela nas do médico. Temos aqui uma revolta inequívoca contra

a passividade e uma preferência pelo papel ativo. Essa oscilação da passividade à atividade não se realiza com a mesma regularidade ou vigor em todas as crianças; em algumas pode não ocorrer de modo algum. O comportamento de uma criança a esse respeito pode capacitar-nos a tirar conclusões quanto à intensidade relativa da masculinidade e feminilidade que ela apresentará em sua sexualidade.

As primeiras experiências sexuais e sexualmente coloridas que uma criança tem em relação à mãe são, naturalmente, de caráter passivo. Ela é amamentada, alimentada, limpa e vestida por esta última, e ensinada a desempenhar todas as suas funções. Uma parte de sua libido continua aferrando-se a essas experiências e desfruta das satisfações e elas relacionadas: outra parte, porém, esforça-se por transformá-las em atividade. Em primeiro lugar, a amamentação ao seio dá lugar ao sugamento ativo. Quanto às outras experiências, a criança contenta-se quer em se tornar auto-suficiente - isto é, executando com ela própria com sucesso o que até então fora feito para ela -, quer em repetir suas experiências passivas, sob forma ativa, no brinquedo, ou, então, transforma realmente a mãe em objeto e comporta-se para com ela como sujeito ativo. Por muito tempo não consegui acreditar nesse último comportamento, que se realiza no campo da ação real, até que minhas observações removeram todas as dúvidas sobre o assunto.

Raramente ouvimos falar numa menina que quer lavar ou vestir sua mãe, ou que lhe diga para efetuar suas funções excretórias. Às vezes, é verdade, ela diz: 'Agora vamos brincar que eu sou a mãe e você é a filha'; geralmente, porém, realiza esses desejos ativos de maneira indireta, em seu brinquedo com a boneca, brinquedo em que representa a mãe, e a boneca, a filha. A predileção que as meninas têm por brincar com bonecas, em contraste com os meninos, é comumente encarada como sinal de uma feminilidade precocemente desperta, e isso não sem razão; não devemos, porém, desprezar o fato de que o que nisso encontra expressão é o lado *ativo* da feminilidade e que a preferência da menina por bonecas provavelmente constitui prova da exclusividade de sua ligação à mãe, com negligência completa do objeto paterno.

A atividade sexual bastante surpreendente de meninas em relação à mãe manifesta-se cronologicamente em inclinações orais, sádicas e, por fim, até fálicas, dirigidas no sentido desta. É difícil fornecer uma descrição pormenorizada dessas inclinações, porque freqüentemente elas constituem impulsos instintuais obscuros que era impossível à criança apreender psiquicamente por ocasião de sua ocorrência, e que, portanto, só foram por ela interpretados posteriormente, aparecendo então na análise sob formas de expressão que decerto não foram as originais. Às vezes, nos deparamos com elas como transferências para o objeto paterno posterior, ao qual não pertencem, e onde interferem seriamente em nossa compreensão da situação. Encontramos os desejos orais agressivos e sádicos da menina sob uma forma a eles forçada pela repressão precoce, como um temor de ser morta pela mãe, temor que, por sua vez, justifica seu desejo de morte contra a mãe, se este se torna consciente. É impossível dizer quão freqüentemente esse temor da mãe é apoiado por uma

hostilidade inconsciente por parte desta, hostilidade que é pela menina. (Até aqui, foi apenas em homens que encontrei o temor de ser comido. Esse medo se refere ao pai, mas provavelmente constitui o produto de uma transformação da agressividade oral dirigida para a mãe. A criança deseja comer a mãe, de quem recebe seu alimento, no caso do pai, não existe um determinante assim tão óbvio para o desejo.) Todas as pacientes que mostravam uma intensa ligação com a mãe em quem pude estudar a fase pré-ediânica, disseram-me que, quando suas mães lhes aplicavam clisteres ou lavagens retais, elas costumavam oferecer a maior resistência e reagiam com medo e gritos de raiva. Esse comportamento pode ser muito freqüente ou mesmo habitual em crianças. Só vim a compreender o motivo para essa oposição especialmente violenta através de uma observação feita por Ruth Mack Brunswick, que estava estudando esses problemas ao mesmo tempo que eu, observação segundo a qual se mostrava inclinada a comparar a irrupção de raiva após a aplicação de um clister com o orgasmo que se segue à excitação genital. A ansiedade acompanhante, pensava ela, deveria ser interpretada como uma transformação do desejo de agressão que fora despertado. Acredito que é realmente assim e que, em nível anal-sádico, a intensa excitação passiva da zona intestinal é respondida por um desencadeamento do desejo de agressão que se manifesta quer diretamente, como raiva, quer, em consequência de sua repressão, como ansiedade. Em anos posteriores, essa reação parece cessar.

Quanto aos impulsos passivos da fase fálica, é digno de nota que as meninas regularmente acusem as mães de seduzi-las. Isso ocorre porque elas necessariamente recebem suas primeiras, ou, de qualquer modo, suas mais fortes sensações genitais quando estão sendo limpas e tendo sua toalete auxiliada pela mãe (ou por alguém, como uma babá, que tomou o lugar desta). Mães me contaram com freqüência, a título de observação, que suas filhinhas de dois e três anos de idade têm prazer com essas sensações e tentam conseguir que suas mães as tornem mais intensas através do tocar e do esfregar repetidos. O fato de assim a mãe inevitavelmente iniciar a filha na fase fálica, constitui, penso eu, o motivo por que, nas fantasias posteriores, o pai tão regularmente aparece como o sedutor sexual. Quando a filha se afasta da mãe, transmite também ao pai sua introdução na vida sexual. Por fim, impulsos cheios de desejo, intensos e *ativos*, dirigidos no sentido da mãe, também surgem durante a fase fálica. A atividade sexual desse período culmina na masturbação clitoriana. Esta é provavelmente acompanhada por idéias referentes à mãe; não consegui, porém, descobrir, a partir de minhas observações, se a criança liga um objetivo sexual à idéia, ou qual seja esse objetivo. Somente quando todos os seus interesses receberam novo ímpeto pela chegada de um bebê, irmão ou irmã, podemos identificar claramente esse objetivo. A menina deseja crer que deu à mãe o novo bebê, tal como o menino também quer; e sua reação a esse acontecimento e sua conduta para com o bebê é exatamente a mesma que a dele. Não há dúvida de que isso soa absurdo, mas talvez seja apenas por soar tão pouco familiar.

O afastamento da mãe constitui um passo extremamente importante no curso do desenvolvimento de uma menina. Trata-se de algo mais do que uma simples mudança de objeto. Já descrevemos o que nele acontece e os muitos motivos apresentados para ele;

podemos agora acrescentar que, de mãos dadas com o mesmo, deve ser observado um acentuado abaixamento dos impulsos sexuais ativos e uma ascensão dos passivos. É verdade que as tendências ativas foram mais intensamente afetadas pela frustração; revelaram-se totalmente irrealizáveis e, portanto, são mais prontamente abandonadas pela libido. Mas tampouco as tendências passivas escaparam ao desapontamento. Com o afastamento da mãe, a masturbação clitoriana não raro cessa também, e, com bastante freqüência, quando a menina reprime sua masculinidade prévia, uma parte considerável de suas tendências sexuais em geral fica também permanentemente danificada. A transição para o objeto paterno é realizada com o auxílio das tendências passivas, na medida em que escaparam à catástrofe. O caminho para o desenvolvimento da feminilidade está agora aberto à menina, até onde não se ache restrito pelos remanescentes da ligação pré-edipiana à mãe, ligação que superou.

Se agora passarmos em revista a fase do desenvolvimento sexual na mulher que acabamos de descrever, não poderemos resistir a tirar uma conclusão definida sobre a sexualidade feminina como um todo. Descobrimos em ação nessa fase as mesmas forças libidinais que na criança do sexo masculino, e pudemos convencer-nos de que, durante algum tempo, essas forças seguem o mesmo curso e têm o mesmo desfecho em ambos.

Subseqüentemente, fatores biológicos desviam essas forças libidinais [no caso da menina] de seus objetivos originais, inclusive conduzindo as tendências ativas e, em todo sentido, masculinas, para canais femininos. Visto não podermos afastar a noção de que a excitação sexual deriva do funcionamento de certas substâncias químicas, parece plausível, a princípio, esperar que a bioquímica um dia nos revele uma substância cuja presença produza uma excitação sexual masculina e outra substância que produza uma feminina. Mas essa esperança parece não menos ingênua do que aquela outra - hoje felizmente obsoleta -, a de ser possível, ao microscópio, isolar os diferentes fatores excitantes da histeria, da neurose obsessiva, da melancolia, e assim por diante.

Mesmo na química sexual, as coisas devem ser muito mais complicadas. Para a psicologia, contudo, é indiferente que exista no corpo uma única substância sexualmente excitante, duas, ou um número incontável delas. A psicanálise nos ensina a lidar com uma libido única, a qual, é verdade, possui objetivos (isto é, modalidades de satisfação) tanto ativos quanto passivos. Essa antítese e, acima de tudo, a existência de tendências libidinais com objetivos passivos, contém em si mesma o restante de nosso problema.

IV

Um exame da literatura analítica sobre o assunto mostra que tudo que aqui foi dito por mim, já pode ser encontrado nela. Teria sido supérfluo publicar este artigo, não fosse pelo fato de que, num campo de pesquisa de acesso tão difícil, todo relato de experiências de primeira mão ou de pontos de vista pessoais pode ser de valor. Ademais, existe uma série

de pontos que defini mais nitidamente e isolei com mais cuidado. Em alguns dos outros trabalhos sobre o tema, a descrição é obscurecida porque eles lidam simultaneamente com os problemas do superego e do sentimento de culpa. Evitei fazer isso. Também, ao descrever os diversos desfechos dessa fase de desenvolvimento, abster-me de debater as complicações que surgem, quando uma criança, em resultado de um desapontamento com o pai, retorna à ligação com a mãe que abandonara, ou quando, no decorrer de sua vida, ela repetidamente muda de uma posição para a outra. Precisamente, porém, por meu artigo constituir apenas uma contribuição entre outras, posso poupar-me de fazer um levantamento exaustivo da literatura e limitar-me a apresentar os pontos mais importantes a respeito dos quais concordo com esses outros trabalhos ou deles discordo.

A descrição feita por Abraham (1921) das manifestações do complexo de castração na mulher ainda não foi ultrapassada, mas teria sido motivo de satisfação que ela tivesse incluído o fator da ligação original exclusiva da menina com a mãe. Concordo com os principais pontos do importante artigo de Jeanne Lampl-de Groot (1927). Nele, a total identidade da fase pré-edipiana em meninos e meninas é reconhecida, e a atividade sexual (fálica) da menina para com a mãe é afirmada e substanciada por observações. O afastamento da mãe tem sua origem remontada à influência do reconhecimento da castração por parte da menina, fato que a obriga a abandonar seu objeto sexual e, com freqüência, a masturbação junto com ele. O desenvolvimento completo é resumido na fórmula de que a menina atravessa uma fase negativa de complexo de Édipo, antes de poder ingressar na positiva. Um ponto sobre o qual acho a descrição da autora inapropriada é o que representa o afastamento da mãe como sendo simplesmente uma mudança de objeto e não examina o fato de ele ser acompanhado pelas manifestações mais diretas de hostilidade. A essa hostilidade justiça plena é feita no último artigo de Helene Deutsch, sobre o masoquismo feminino e sua relação com a frigidez (1930), artigo em que ela também reconhece a atividade fálica da menina e a intensidade de sua ligação à mãe. Helene Deutsch afirma, ainda, que o voltar-se da menina para o pai se realiza *via* suas tendências passivas (que já tinham sido despertadas em relação à mãe). Em seu livro anterior (1925), a autora ainda não se tinha libertado do afã de aplicar o modelo edipiano à fase pré-edipiana e, portanto, interpretara a atividade fálica da menina como sendo uma identificação com o pai.

Fenichel (1930), corretamente, dá ênfase à dificuldade de reconhecer, no material produzido na análise, quais as partes dele que representam o conteúdo não modificado da fase pré-edipiana e quais as partes que foram deformadas pela regressão (ou por outros modos). Não aceita a afirmativa de Jeanne Lampl-de Groot quanto à atitude ativa da menina na fase fálica. Rejeita também o ‘deslocamento para trás’ do complexo de Édipo, proposto por Melanie Klein (1928), que situa seus primórdios já no começo do segundo ano de vida. Essa oposição de data, que necessariamente acarretaria também uma modificação de nossa opinião sobre todo o restante do desenvolvimento da criança, não corresponde, na realidade, ao que aprendemos nas análises de adultos, sendo especialmente incompatível com minhas descobertas quanto à longa duração da ligação pré-edipiana da menina à mãe. Um meio de

suavizar essa contradição é proporcionado pela reflexão de que ainda não estamos capacitados a distinguir, nesse campo, entre o que é rigidamente fixado por leis biológicas e o que se acha aberto ao movimento e à mudança, sob a influência accidental. O efeito da sedução há muito tempo nos é familiar, e, exatamente da mesma maneira, outros fatores - tais como a data em que os irmãos e as irmãs da criança nasceram ou a ocasião em que ela descobre a diferença entre os sexos, ou, ainda, suas observações diretas de relações sexuais ou a conduta dos pais em incentivá-lo ou repeli-lo - podem apressar o desenvolvimento sexual da criança e conduzi-la à maturidade.

Alguns autores inclinam-se a reduzir a importância dos primeiros e mais originais impulsos libidinais da criança em favor de processos desenvolvimentais posteriores, de maneira que - para colocar esse ponto de vista sob sua forma mais extrema - o único papel deixado aos primeiros é simplesmente o de indicar certos caminhos, ao passo que as intensidades [psíquicas] que fluem ao longo dessas vias são abastecidas por regressões e formações reativas posteriores. Assim, por exemplo, Karen Horney (1926) é de opinião que superestimamos grandemente a inveja do pênis primária da menina e que a intensidade da tendência masculina que mais tarde ela desenvolve deve ser atribuída a uma inveja do pênis *secundária*, utilizada para desviar seus impulsos femininos e, em particular, sua ligação feminina com o pai. Isso não concorda com minhas impressões. Certa como é a ocorrência de reforços posteriores através da regressão e da formação reativa, e por difícil que seja estimar a força relativa dos componentes libidinais confluentes, penso, não obstante, que não devemos desprezar o fato de os primeiros impulsos libidinais possuírem uma intensidade que lhes é própria, superior a qualquer outra que surja depois, e que pode ser verdadeiramente chamada de incomensurável. Sem dúvida é verdade que existe uma antítese entre a ligação ao pai e o complexo de masculinidade; trata-se da antítese geral que existe entre atividade e passividade, masculinidade e feminilidade. Mas isso não nos dá direito a supor que apenas uma delas seja primária e que a outra deva sua intensidade simplesmente à força da defesa. E, se a defesa contra feminilidade é tão enérgica, de que outra fonte pode ela haurir sua força senão da tendência masculina que encontrou sua primeira expressão na inveja do pênis da criança e que, portanto, merece ser denominada segundo esta?

Uma objeção semelhante aplica-se à opinião de Ernest Jones (1927) de que a fase fálica nas meninas constitui mais uma reação secundária, protetora, do que um estágio desenvolvimental genuíno. Isso não corresponde quer à posição dinâmica quer à posição cronológica das coisas.

BREVES ESCRITOS (1928-1931)

DR. REIK E O PROBLEMA DO CHARLATANISMO UMA CARTA À *NEUE FREIE PRESSE* (1926)

Prezado senhor,

Num artigo de seu número de 15 de julho, que trata do caso de meu aluno, Dr. Theodor Reik, ou, mais precisamente, numa seção dele intitulada ‘Informações dos Círculos Psicanalíticos’, há uma passagem sobre a qual gostaria de fazer algumas observações, a título de correção.

A passagem diz: ‘...durante os últimos anos ficou convencido de que o Dr. Reik, que angariou uma vasta reputação por seus trabalhos filosóficos e psicológicos, possui um dom muito maior para a psicanálise do que os médicos ligados à escola freudiana, e confiou os casos mais difíceis apenas a ele e a sua filha Anna, que se mostrou especialmente hábil na difícil técnica da psicanálise.’

O próprio Dr. Reik seria, penso eu, o primeiro a rejeitar uma descrição desse tipo de base de nossas relações. É verdade, contudo, que me vali de sua perícia em casos particularmente difíceis, mas isso só aconteceu quando os sintomas residiam numa esfera muito afastada da física. E jamais deixei de informar um paciente de que ele não é médico, mas psicólogo.

Minha filha Anna dedicou-se à análise pedagógica de crianças e adolescentes. Jamais, até agora, lhe encaminhei um caso de doença neurótica grave em adulto. Incidentalmente, o único caso com sintomas moderadamente graves, a beirar o psiquiátrico, de que ela até o presente tratou, recompensou o médico que a ela o encaminhou com seu completo sucesso.

Aproveito a oportunidade para lhe informar que acabei de mandar imprimir um pequeno trabalho sobre *A Questão da Análise Leiga* [1926e]. Nele tentei demonstrar o que é uma psicanálise e quais exigências ela faz ao analista. Considerei as relações, muito longe de serem simples, entre a psicanálise e a medicina, e tirei a conclusão de que qualquer aplicação mecânica, a analistas formados, da seção contra o charlatanismo [do código penal] está aberta a graves dúvidas.

Visto que abandonei minha clínica de Viena e limitei minha atividade ao tratamento de alguns estrangeiros, confio em que esse anúncio não me envolva também num processo por propaganda contra a ética profissional.

Seu,

Professor Freud

O DR. ERNEST JONES (SOBRE SEU 50º ANIVERSÁRIO) (1929)

O primeiro trabalho que coube à psicanálise desempenhar foi a descoberta dos instintos comuns a todos os homens que hoje vivem - e não apenas aos que hoje vivem, mas aos dos tempos antigos e pré-históricos. Portanto, não exigiu grande esforço à psicanálise ignorar as diferenças surgidas entre os habitantes da Terra devido à multiplicidade de raças, linguagem e países. Desde o início ela foi *internacional*, sendo bem sabido que seus seguidores superaram os efeitos divisórios da Grande Guerra mais cedo de que quaisquer outros.

Entre os homens que estavam em Salzburg na primavera de 1908, para o primeiro congresso psicanalítico, proeminente foi um jovem médico inglês, que apresentou um pequeno trabalho sobre a 'Racionalização na Vida Cotidiana'. O conteúdo desse primeiro fruto ainda é válido até hoje: nossa jovem ciência se enriqueceu com um importante conceito e um termo indispensável.

Dessa época em diante, Ernest Jones nunca descansou. Primeiro em seu cargo de professor em Toronto, depois como médico em Londres, como fundador e professor de uma sociedade, como diretor de uma editora, redator-chefe de um periódico e diretor de um instituto de formação, trabalhou incansavelmente pela psicanálise, tornando, através de palestras, suas descobertas correntes conhecidas geralmente, defendendo-a contra os ataques e as incompreensões de seus oponentes através de críticas brilhantes severas, mas justas, mantendo sua difícil posição na Inglaterra contra as exigências da 'profession' (profissão) com tato e moderação, e, juntamente com todas essas atividades externamente dirigidas, realizando, em leal cooperação com o desenvolvimento da psicanálise no Continente, a obra científica da qual, entre outros trabalhos, seus *Papers on Psycho-Analysis e Essays in Applied Psycho-Analysis* dão testemunho. Agora, na plenitude da vida, ele não apenas é, indiscutivelmente, a principal figura entre os analistas de fala inglesa, mas também é reconhecido como um dos representantes de proa da psicanálise em geral - um sustentáculo

para seus amigos e, tanto quanto sempre foi, uma esperança para o futuro de nossa ciência. Agora que o Diretor deste periódico rompeu o silêncio a que se condenou - ou a que tem direito - devido a sua idade, a fim de saudar o amigo, permita-se-lhe que conclua, não com um desejo - pois não acreditamos na onipotência dos pensamentos -, mas com a admissão de que não pode pensar em Ernest Jones, mesmo após seu quinquagésimo aniversário, como outro que não o de antes: zeloso e enérgico, combativo e devotado à causa.

O PARECER DO PERITO NO CASO HALSMANN (1931 [1930])

Até onde sabemos o complexo de Édipo está presente na infância em todos os seres humanos, sofre grandes alterações durante os anos de desenvolvimento e, em muitos indivíduos, é encontrado em graus variáveis de intensidade, mesmo em idade madura. Suas características essenciais, sua universalidade, seu conteúdo e seu destino foram reconhecidos, muito antes dos dias da psicanálise, por aquele agudo pensador, Diderot, tal como mostra uma passagem de seu famoso diálogo, *Le Neveu de Rameau*: ‘Si le petit sauvage était abandonné à lui-même, qu’il conservât tout son imbécilité, et qu’il reunît au peu de raison de l’enfant au berceau la violence des passions de l’homme de trente ans, il tordrait le cou à son père et coucherait avec sa mère’.

Se tivesse sido objetivamente demonstrado que Philipp Halsmann assassinara seu pai, haveria, em todo caso, alguns fundamentos para introduzir o complexo de Édipo, a fim de fornecer um motivo para um ato de outro modo inexplicável. Visto que nenhuma prova desse tipo foi aduzida, menção do complexo de Édipo possui um efeito desorientador; é, na melhor das hipóteses, ociosa. Discordâncias como as que se revelou existirem pela investigação na família de Halsmann entre o pai e o filho são inteiramente inapropriadas para fornecer uma base sobre a qual presumir no filho um mau relacionamento com o pai. Mesmo que fosse de outra maneira, seríamos obrigados a dizer que há uma grande distância entre isso e a causação de tal feito. Precisamente por estar sempre presente, o complexo de Édipo não é apropriado para fornecer uma decisão sobre a questão da culpa. A situação considerada por uma anedota bem conhecida poderia ter sido facilmente apresentada. Houve um roubo com arrombamento. Um homem que tinha um pé-de-cabra entre suas posses foi julgado culpado do crime. Depois que o veredicto foi pronunciado e que lhe perguntaram se tinha algo a dizer, implorou que fosse sentenciado por adultério ao mesmo tempo, já que carregava o instrumento consigo também para isso.

No grande romance de Dostoievski, *Os Irmãos Karamassovi*, a situação edipiana se situa

no ponto focal de interesse. O velho Karamassovi fez-se detestar pelos filhos através de uma opressão cruel; aos olhos de um deles é, além disso, um poderoso rival quanto à mulher que deseja. Esse filho, Dimitri, não faz segredo de sua intenção de vingar-se do pai pela força. É, portanto, natural que, depois de o pai ter sido assassinado e roubado, ele seja acusado como seu homicida e, apesar de todos os seus protestos de inocência, condenado. Contudo, Dimitri é inocente; foi outro irmão seu quem cometeu o ato. Uma frase que se tornou famosa ocorre durante a cena do julgamento nesse romance: ‘A psicologia é uma faca de dois gumes’.

O Parecer da Faculdade de Medicina de Innsbruck parece inclinado a atribuir um ‘efetivo’ complexo de Édipo a Philipp Halsmann, mas se abstém de definir a medida dessa efetividade, visto que, sob a pressão da acusação, as condições necessárias para uma ‘exposição irrestrita’ por parte de Philipp Halsmann não foram atendidas. Quando a Faculdade prossegue recusando, mesmo ‘na suposição de o acusado ser culpado, procurar a raiz do ato num complexo de Édipo’, estão levando sua negação longe demais, sem necessidade alguma.

No mesmo Parecer, deparamo-nos com uma contradição que de modo algum é sem significação. A possível influência do choque emocional sobre o distúrbio da memória com referência a impressões antes e durante a ocasião decisiva é minimizada ao extremo, em minha opinião injustamente. As suposições quanto a um estado mental excepcional ou de doença mental são decisivamente rejeitadas, mas a explicação de uma ‘repressão’ ter ocorrido em Philipp Halsmann após o ato é prontamente admitida. Devo dizer, contudo, que uma repressão desse tipo, a cair do céu sobre um adulto que não indica neurose grave - a repressão de uma ação que certamente seria mais importante do que quaisquer pormenores discutíveis de distância e a passagem do tempo, e que ocorre num estado normal ou num estado alterado apenas pela fadiga física -, seria uma raridade de primeira ordem.

O Dr. Feigenbaum pediu-me para escrever algumas palavras para [um número] da Revista de que é o responsável e aproveitou a oportunidade para desejar o melhor êxito a seu empreendimento.

Freqüentemente escuto que a psicanálise é muito popular nos Estados Unidos e que aí não se defronta com a mesma obstinada resistência que na Europa. Minha satisfação por isso, contudo, é turbada por diversas circunstâncias. Parece-me que a popularidade do nome da psicanálise nos Estados Unidos não significa uma atitude amistosa para com a coisa em si, nem qualquer conhecimento especialmente amplo ou profundo dela. Como prova do primeiro fato posso apontar que, embora apoio financeiro possa ser fácil e abundantemente conseguido para toda espécie de empresas científicas e pseudocientíficas, nunca alcançamos êxito em obter respaldo para nossas instituições psicanalíticas. Tampouco é difícil encontrar provas para minha segunda afirmação. Embora os Estados Unidos possuam diversos analistas excelentes e, no Dr. A. A. Brill, pelo menos uma autoridade, as contribuições à nossa ciência provindas desse imenso país são exíguas e pouco apresentam que seja novo. Psiquiatras e neurologistas fazem uso freqüente da psicanálise como método terapêutico, mas, via de regra, mostram pouco interesse por seus problemas científicos e sua significação cultural. Particularmente com freqüência encontramos nos médicos e autores americanos uma familiaridade muito insuficiente com a psicanálise, de modo que só conhecem seus termos e algumas palavras de engodo - embora isso não os abale na certeza de seu discernimento. E esses mesmos homens misturam a psicanálise a outros sistemas de pensamento, que dela podem ter-se desenvolvido, mas que com ela são atualmente incompatíveis. Ou, então, fazem uma miscelânea com a psicanálise e outros elementos, e citam esse procedimento como prova de sua *broad-mindedness* (tolerância), ao passo que isso só prova sua *lack of judgement* (falta de critério)

Muitos desses males que mencionei com pesar indubitavelmente se originam do fato de existir nos Estados Unidos uma tendência geral a abreviar o estudo e a preparação e a passar tão rápido quanto possível à aplicação prática. Há uma preferência também a estudar um tema como a psicanálise não a partir das fontes originais, mas de relatos de segunda mão e, com freqüência, inferiores. A perfeição está fadada a sofrer com isso.

É de esperar que trabalhos do tipo que o Dr. Feigenbaum pretende publicar em sua Revista sejam um poderoso incentivo ao interesse pela psicanálise nos Estados Unidos.

INTRODUÇÃO A ELEMENTOS DE PSICANÁLISE, DE EDOARDO WEISS(1931[1930])

O autor destas conferências, meu amigo e aluno, Dr. Edoardo Weiss, expressou o desejo de que eu lançasse sua obra com algumas palavras de recomendação. Assim fazendo, estou plenamente ciente de que tal recomendação é supérflua. A obra fala por si mesma. Todos que sabem apreciar a seriedade de um esforço científico, valorizar a honestidade de um investigador que não procura diminuir ou negar as dificuldades, e auferir prazer da perícia de um mestre que traz luz à escuridão e ordem ao caos, através de sua exposição, deverão formar uma alta estima deste livro e partilhar de minha esperança de que ele desperte, entre os círculos cultos e eruditos da Itália, um interesse duradouro pela jovem ciência da psicanálise.

Sigm. Freud

PREFÁCIO A TEN YEARS OF THE BERLIN PSYCHO-ANALYTIC INSTITUTE (1930)

As páginas seguintes descrevem a fundação e as realizações do Instituto Psicanalítico de Berlim, ao qual estão destinadas três importantes funções dentro do movimento psicanalítico. Em primeiro lugar, ele se esforça por tornar nossa terapia acessível à grande multidão que padece com suas neuroses não menos do que os abastados, mas não está em condições de enfrentar o custo de seu tratamento. Em segundo, procura fornecer um centro em que a análise possa ser teoricamente ensinada e no qual a experiência de analistas mais antigos possa ser transmitida a alunos ansiosos por aprender. Por fim, visa a aperfeiçoar nosso conhecimento das doenças mentais e nossa técnica terapêutica, por sua aplicação e verificação sob novas condições.

Um Instituto dessa espécie era indispensável, mas tínhamos esperado em vão pela assistência do Estado ou pelo interesse da Universidade em sua fundação. Aqui, foram a energia e o auto-sacrifício de um analista, individualmente, que tomaram a iniciativa. Dez anos atrás, o Dr. Max Eitingon, hoje Presidente da Associação Psicanalítica Internacional, criou um Instituto como este com seus próprios recursos, e desde então o manteve e dirigiu por seus próprios esforços. Esse Relatório sobre a primeira década do Instituto de Berlim

constitui um tributo a seu criador e diretor - uma tentativa de lhe prestar agradecimentos públicos. Todos aqueles que, em qualquer sentido, partilham da psicanálise, se unirão em assim agradecer-lhe.

PREFÁCIO A GENERAL THEORY OF THE NEUROSES ON A PSYCHO-ANALYTIC BASIS, DE HERMANN NUNBERG, (1931[1931])

Este volume da autoria de Hermann Nunberg contém a mais completa e conscienciosa apresentação de uma teoria psicanalítica dos processos neuróticos que atualmente possuímos. Quem quer que esteja ansioso por ter simplificados e reduzidos os problemas pertinentes, dificilmente achará satisfação nesta obra, mas todos os que preferirem o pensamento científico e puderem apreciar como mérito o fato de a especulação nunca abandonar a linha diretriz da experiência, bem como todos os que puderem fruir da bela diversidade dos acontecimentos mentais, valorizarão esta obra e a estudarão assiduamente.

VIENA, outubro de 1931.

CARTA AO BURGOMESTRE DE PRIBOR (1931)

Apresento meus agradecimentos ao Burgomestre da cidade de Príbor-Freiberg, aos organizadores desta homenagem e a todos aqueles que a estão assistindo, pela honra que me prestaram em assinalar a casa em que nasci com esta plaqueta comemorativa, saída das mãos de um artista - e isso no decorrer de minha vida e enquanto o mundo ao redor de nós ainda não chegou a um acordo em sua estimativa a respeito de minha obra.

Deixei Freiberg com a idade de três anos e visitei-a quando contava dezesseis, durante minhas férias escolares, como hóspede da família Fluss, nunca mais a ela retornando. Desde essa época, muita coisa me aconteceu; meus trabalhos foram muitos, experimentei algum sofrimento e também felicidade, e tive minha quota de sucesso - a mistura comum da vida humana. Aos setenta e cinco anos de idade, não me é fácil colocar-me de novo naqueles tempos; de suas ricas experiências, apenas algumas relíquias permanecem em minha lembrança. Mas de uma coisa posso estar certo: profundamente enterrada dentro de mim ainda vive a criança feliz de Freiberg, o primeiro filho de uma mãe ainda moça, que recebeu suas primeiras e indeléveis impressões deste ar e deste solo. Assim, seja-me permitido terminar minhas palavras de agradecimento por um voto sincero pela felicidade deste lugar e daqueles que nele vivem.

Novas conferências introdutórias sobre psicanálise e outros trabalhos

VOLUME XXII

(1932-1936)

Dr. Sigmund Freud

NOVAS CONFERÊNCIAS INTRODUTÓRIAS SOBRE PSICANÁLISE (1933 [1932])

NOTA DO EDITOR INGLÊS

NEUE FOLGE DER VORLESUNGEN ZUR EINFÜHRUNG IN DIE PSYCHOANALYSE

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1933 Viena: Internationaler Psychoanalytischer Verlag. 255 págs.

1934 *G.S.*, 12, 149-345.

1940 *G.W.*, 15, iv + 206 págs.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

New Introductory Lectures on Psycho-Analysis

1933 Londres: Hogarth Press e Institute of Psycho-Analysis. xi + 240 págs. (Tr. de W. J. H. Sprott)

1933 Nova Iorque: Norton. xi + 257 págs. (Reimpressão da anterior.)

A presente tradução inglesa é uma nova tradução feita por James Strachey.

Partes das Conferências XXX e XXXI do texto original foram incluídas em *Almanach* 1933 (9-30 e 35-58); e parte da Conferência XXXIV, em *Psychoanal. Bewegung*, 4 (novembro-dezembro, 1932), 481-97. A Conferência XXX, na tradução inglesa de 1933, foi incluída em Devereux, *Psychoanalysis and the Occult* (Nova Iorque, 1953), 91-109. Um resumo da parte inicial da Conferência XXX, escrito pelo próprio Freud, apareceu numa tradução húngara na edição de *Magyar Hirlap*, Budapeste, de 25 de dezembro de 1932 (Freud 1932d).

Sabemos, de Ernest Jones, (1957, 186-7), que, embora o volume levasse a data ‘1933’ no seu frontispício, ele foi realmente publicado em 6 de dezembro de 1932 - com isso repetindo a história de *A Interpretação de Sonhos* (ver [1]).

No início de 1932, a situação financeira do quadro editorial psicanalítico (a 'Verlag') estava difícil, e Freud teve a idéia de vir em seu auxílio com uma nova série ('*Neue Folge*', no título em alemão) de *Conferências Introdutórias*. A primeira e a última conferências estavam prontas no fim de maio, e o livro todo estava completo em fins de agosto.

Estas conferências diferem da série original em diversos aspectos, e não apenas no fato de que jamais se cogitou em pronunciá-las. Conforme assinala Freud, no prefácio que ele mesmo escreveu, elas não possuem vida própria; são, na sua essência, suplementos. Aspecto especialmente digno de nota nestas conferências, porém, é a forma pela qual diferem, nas suas características, umas das outras. A primeira conferência, sobre sonhos, não é muito mais do que um resumo da seção sobre sonhos da série anterior. Por sua vez a terceira, a quarta e a quinta conferências (sobre a estrutura da mente, sobre a ansiedade e a teoria dos instintos, e sobre a psicologia feminina) introduzem material e teorias inteiramente novos e, ao menos no que respeita à terceira e à quarta conferências, aprofundam-se em discussões metapsicológicas e teóricas de uma dificuldade que havia sido diligentemente evitada, quinze anos antes. As três conferências restantes - a segunda e as duas últimas - abordam conjuntamente assuntos diversos, apenas indiretamente relacionados à psicanálise; e os abordam, acima de tudo, segundo o que se poderia quase descrever como uma forma popular. Isto não sugere que sejam destituídas de interesse - longe disso -, mas exigem espécie e grau de atenção muito diferentes, por parte do leitor, em comparação com as demais conferências. Se o leitor desejar ouvir o que Freud pensa sobre telepatia, educação, religião e comunismo, ou se deseja conhecer os últimos pontos de vista de Freud sobre o superego, sobre a ansiedade, sobre o instinto de morte e sobre a fase pré-edipiana das meninas, certamente encontrará abundante material com que se ocupar nestas conferências.

PREFÁCIO

Minhas *Conferências Introdutórias sobre Psicanálise* foram proferidas durante os dois períodos de inverno de 1915-16 e 1916-17, em uma sala de conferências da Clínica Psiquiátrica de Viena, perante ouvintes provenientes de todas as faculdades da Universidade. As conferências da primeira metade foram improvisadas, sendo providenciada a sua redação logo após; as das segunda metade foram delineadas num esboço feito durante as férias do verão desse intervalo, em Salzburg, e lidas palavra por palavra no inverno seguinte. Naquela época eu ainda tinha o dom de uma memória fonográfica.

Estas novas conferências, diferentemente das anteriores, nunca foram proferidas. Minha idade, nesse ínterim, havia-me liberado da obrigação de expressar minha condição de membro da Universidade (que, de qualquer modo, era uma condição periférica) fazendo conferências; e uma operação cirúrgica havia-me impossibilitado de falar em público. Se, portanto, mais uma vez tomo o meu lugar na sala de conferências, durante os comentários que se seguem, é somente por um artifício de imaginação; isto pode ajudar-me a não me esquecer de levar em conta o leitor, à medida que me aprofundar mais em meu tema.

As novas conferências de modo algum pretendem ocupar o lugar das anteriores. Em nenhum sentido elas formam uma entidade independente, com a expectativa de encontrar um círculo de leitores apenas seus; são continuações e suplementos que, em relação à série anterior, se dividem em três grupos. Um primeiro grupo contém novas abordagens de assuntos que já haviam sido discutidos, há quinze anos, mas que, em consequência de um aprofundamento de nosso conhecimento e de uma modificação em nossos pontos de vista, requerem atualmente uma exposição diferente, ou seja, revisões críticas. Os dois outros grupos contêm o que na verdade são ampliações, pois tratam de coisas que não existiam na psicanálise à época das primeiras conferências, ou que estavam muito pouco em evidência para justificar que constituíssem título de capítulo. É inevitável, mas não é de se lamentar, que algumas das novas conferências reúnam características de mais de um desses grupos.

Também assinalei a dependência destas novas conferências em relação às *Conferências Introdutórias*, dando-lhes uma numeração contínua com a destas últimas. A primeira conferência deste volume, por conseguinte, tem o nº XXIX. Assim como as suas predecessoras, oferecem ao analista profissional pouca coisa nova; são endereçadas à multidão de pessoas instruídas às quais talvez possamos atribuir um interesse benévolo, ainda que cauteloso, pelas características e descobertas da jovem ciência. Também desta vez, meu objetivo principal foi o de não fazer concessões que visassem a dar uma aparência de que as coisas sejam simples, completas, acabadas, procurei não camuflar problemas e não negar a existência de lacunas e de incertezas. Em nenhum campo de trabalho científico seria necessário proclamar tais intenções modestas. São universalmente consideradas evidentes por si mesmas; o público não espera nada diferente. Nenhum leitor de um artigo sobre astronomia se sentirá desapontado e desdenhoso em relação à ciência quando lhe são mostradas aquelas fronteiras em que nosso conhecimento do universo se transforma em nebulosidade. Somente na psicologia isto é diferente. Nesta, a inabilidade constitucional da humanidade para a investigação científica surge inteiramente à mostra. O que as pessoas parecem exigir da psicologia não é o progresso no conhecimento, mas satisfações de algum outro tipo; todo problema não resolvido, toda incerteza reconhecida é transformada em vitupério contra ela.

Todo aquele que zela pela ciência da vida mental deve aceitar também essas injustiças que a acompanham.

FREUD

VIENA, *verão* de 1932.

CONFERÊNCIA XXIX

REVISÃO DA TEORIA DOS SONHOS

SENHORAS E SENHORES:

Depois de um intervalo de mais de quinze anos, se eu os reuni novamente para discutir com os senhores quais novidades, e quais melhoramentos, talvez, o tempo intercorrente possa ter introduzido na psicanálise, é correto e adequado, sob mais de um ponto de vista, que devamos voltar nossa atenção primeiramente para a posição que ocupa a teoria dos sonhos. Esta ocupa um lugar especial na história da psicanálise e assinala um ponto decisivo; foi com ela que a psicanálise progrediu de método psicoterapêutico para psicologia profunda. Também, desde aí, a teoria dos sonhos permaneceu o que é mais característico e peculiar na jovem ciência, algo em relação ao qual não há similar no restante de nosso conhecimento, uma área de território novo que foi reavido das crenças populares e do misticismo. O caráter exótico das asserções que ela foi obrigada a apresentar, fê-la desempenhar o papel de senha, cujo uso decidiu quem poderia tornar-se seguidor da psicanálise e a quem ela permaneceria para sempre incompreensível. Eu próprio considerei a teoria dos sonhos âncora de salvação durante aqueles tempos duros nos quais os fatos não-reconhecidos das neuroses costumavam confundir meu julgamento inexperiente. Sempre que eu começava a ter dúvidas com referência à correção de minhas conclusões hesitantes, a transformação exitosa de um sonho absurdo e intrincado em processo mental inteligível da pessoa que teve o sonho vinha renovar minha confiança de estar no caminho certo.

Portanto, é de especial interesse para nós, no caso particular da teoria dos sonhos, por um lado, seguir as vicissitudes por que passou a psicanálise durante este intervalo, e, por outro lado, verificar que progressos fez para ser compreendida e valorizada pelo mundo contemporâneo. Posso dizer-lhes desde logo que os senhores ficarão desapontados em ambos esses sentidos.

Examinemos os volumes da *Internationale Zeitschrift für (ärztliche) Psychoanalyse* [Revista Internacional de Psicanálise (Médica)], na qual, desde 1933, os escritos de peso em nossa área de trabalho têm sido reunidos. Nos volumes iniciais, os senhores encontrarão um título de seção que se repete, ‘Sobre a Interpretação de Sonhos’, contendo numerosas contribuições sobre diferentes pontos da teoria dos sonhos. No entanto, quanto mais prosseguirem cronologicamente nesse exame, mais raras se tornam essas contribuições e, por fim, o título de seção desaparece completamente. Os analistas fazem como se não tivessem nada mais a dizer acerca de sonhos, como se nada mais houvesse a ser acrescentado à teoria dos sonhos. Se os senhores, contudo, perguntarem quanto da interpretação de sonhos foi aceito pelos intrusos - pelos muitos psiquiatras e psicoterapeutas que aquecem sua panela de sopa em nosso fogo (aliás, sem serem muito agradecidos à nossa hospitalidade), por aqueles que são catalogados como pessoas cultas, que têm o hábito de assimilar os achados mais surpreendentes da ciência, pelos literatos e pelo público em geral -, a resposta dá poucos motivos para se ficar satisfeito. Algumas fórmulas passaram a ser do conhecimento geral, entre elas algumas que nós nunca apresentamos - tal como a tese de que todos os sonhos são de natureza sexual -, mas coisas realmente importantes, como a fundamental diferença entre o conteúdo manifesto dos sonhos e os pensamentos oníricos latentes, a percepção de que a função de realização de desejos dos sonhos não é contradita pelos sonhos de ansiedade, a impossibilidade de interpretar um sonho a menos que se tenha à disposição as respectivas associações do sonhador, acima de tudo a descoberta de que o essencial nos sonhos é o processo da elaboração onírica - tudo isso ainda parece quase tão alheio ao conhecimento da maioria das pessoas, como o era há trinta anos. Estou em condições de dizer isto, pois, no decorrer desse período, tenho recebido inumeráveis cartas cujos autores apresentam seus sonhos para interpretação, ou pedem informações acerca da natureza dos sonhos, e declaram que leram o meu trabalho *A Interpretação de Sonhos*, embora em cada frase revelem sua falta de compreensão de nossa teoria dos sonhos. Tudo isso, porém, não nos dissuadirá de mais uma vez dar uma descrição coerente daquilo que sabemos acerca dos sonhos. Os senhores haverão de lembrar-se de que, da última vez, dedicamos uma série inteira de conferências a mostrar como chegamos a compreender esse fenômeno mental até então inexplicado.

Suponhamos, pois, que alguém - um paciente em análise, por exemplo - nos conta um de seus sonhos. Haveremos de supor que, dessa maneira, ele nos estará fazendo uma das

comunicações a que se obrigou pelo fato de haver iniciado um tratamento analítico. Por certo que é uma comunicação feita por meios inadequados, pois os sonhos não são, em si mesmos, uma forma de comunicação social, não são um meio de fornecer informação. Na verdade, nem nós compreendemos o que o sonhador tenta dizer-nos, e ele próprio igualmente o ignora. E, então, temos de tomar uma decisão rápida. Por um lado, o sonho pode ser, conforme no-lo asseguram os médicos não-analistas, um sinal de que o sonhador dormiu mal, de que nem todas as partes do seu cérebro repousaram por igual, de que algumas áreas do cérebro, sob a influência de estímulos desconhecidos, esforçaram-se por continuar funcionando, mas só foram capazes de fazê-lo de um modo muito incompleto. Se é este o caso, faremos bem em não mais nos interessar pelo produto de uma perturbação noturna destituída de valor psíquico: pois o que poderíamos esperar obter, da investigação dele, que fosse de utilidade para nossos propósitos? Ou, por outro lado - mas é claro que, desde o princípio, decidimos de outro modo. Temos - bastante arbitrariamente, forçoso é admiti-lo - feito a suposição, adotada como postulada, de que mesmo esse sonho ininteligível deve ser um ato psíquico inteiramente válido, com sentido e valor, que podemos utilizar na análise como qualquer outra comunicação. Somente o resultado de nosso experimento pode demonstrar se estamos certos. Se formos capazes de transformar o sonho em uma comunicação de valor desse tipo, evidentemente teremos a perspectiva de aprender algo novo e de receber comunicações de uma espécie que de outro modo seria inacessível para nós.

Agora, no entanto, as dificuldades de nossa tarefa e os enigmas de nosso tema surgem diante de nossos olhos. Como iremos propor a transformação do sonho em comunicação normal e como iremos explicar o fato de que algumas das comunicações do paciente assumiram uma forma que é ininteligível tanto para ele como para nós?

Como vêm senhoras e senhores, desta vez estou tomando o caminho não de uma exposição genética, mas de uma exposição dogmática. Nosso primeiro passo consiste em estabelecer nossa nova atitude para com o problema dos sonhos, introduzindo dois novos conceitos e nomes. O que tem sido chamado de sonho descrevemos como texto do sonho, ou sonho *manifesto*, e aquilo que estamos procurando, o que suspeitamos existir, por assim dizer, situado por trás do sonho, descreveremos como pensamentos oníricos *latentes*. Havendo feito isto, podemos expressar nossas duas tarefas conforme se segue. Temos de transformar o sonho manifesto em sonho latente, e explicar como, na mente do sonhador, o sonho latente se tornou sonho manifesto. A primeira parte é uma tarefa *prática*, pela qual é responsável a interpretação de sonho; exige uma técnica. A segunda parte é uma tarefa *teórica*, cuja atribuição é explicar a hipotética elaboração onírica; e só pode ser uma teoria. Ambas, a técnica de interpretação de sonhos e a teoria da elaboração onírica, têm de ser recriadas.

Por qual delas, pois, haveremos de começar? Pela técnica da interpretação de sonhos,

penso eu; apresentará uma aparência mais concreta e causará uma impressão mais vívida nos senhores.

Pois bem, então o paciente nos contou um sonho, que nos caberá interpretar. Ouvimos passivamente, sem colocar em ação nossa capacidade de reflexão. Que fazemos, a seguir? Decidimos preocupar-nos o menos possível com aquilo que ouvimos, o sonho *manifesto*. Naturalmente, esse sonho manifesto mostra todos os tipos de características que não nos são propriamente indiferentes. Pode ser coerente, harmoniosamente construído como uma composição literária, ou pode apresentar-se confuso a ponto de ser ininteligível, quase como um delírio; pode conter elementos absurdos, ou anedotas, e conclusões aparentemente espirituosas; ao sonhador pode parecer claro e preciso, ou obscuro e nebuloso; suas imagens podem exibir uma intensidade de percepções sensoriais plenas, ou pode estar cheio de sombras como nevoeiro indistinto; as mais diversas características podem estar presentes no mesmo sonho, distribuídas por diferentes partes dele; o sonho, enfim, pode mostrar um tom afetivo indiferente, ou estar acompanhado de sentimentos da mais intensa alegria ou sofrimento. Os senhores não devem supor que não pensamos nada acerca dessa interminável diversidade encontrada nos sonhos manifestos. A ela retornaremos posteriormente, e nela encontraremos muita coisa de que podemos fazer uso em nossas interpretações. Mas, por agora, despreza-la-emos e seguiremos o caminho principal que leva à interpretação de sonhos. Ou seja, pedimos ao sonhador, também, para livrar-se da impressão que lhe causou o sonho manifesto, desviar sua atenção do sonho como um todo para as diferentes partes do seu conteúdo e nos referir sucessivamente tudo o que lhe ocorre à mente com relação a cada uma dessas partes - quais associações se lhe apresentam, se ele as focaliza uma por uma, separadamente.

É curiosa essa técnica, não? - não é a maneira habitual de lidar com uma comunicação ou expressão. E sem dúvida os senhores adivinham que, por trás desse procedimento, há hipóteses que ainda não foram explicitamente formuladas. Prossigamos, porém. Em que ordem havemos de fazer com que o paciente conte as partes do seu sonho? Aqui, várias possibilidades se nos abrem. Simplesmente podemos seguir a ordem cronológica na qual apareceram durante a narrativa do sonho. Isto é o que se pode chamar de o método mais estrito, clássico. Ou podemos dirigir o sonhador a fim de que inicie com a procura dos 'resíduos diurnos' no sonho; pois a experiência nos ensinou que quase todo sonho inclui remanescentes de uma recordação ou de uma alusão a algum evento (ou, freqüentemente, a diversos eventos) do dia anterior ao sonho, e, se seguimos essas conexões, muitas vezes, de modo imediato, chegamos à transição do mundo onírico, aparentemente muito remoto, para a vida real do paciente. Ou ainda, podemos dizer-lhe que comece por aqueles elementos do conteúdo do sonho que lhe chamaram a atenção por sua especial clareza e intensidade sensorial; pois sabemos que o paciente achará especialmente fácil produzir associações a

eles. Não faz nenhuma diferença por qual desses métodos abordamos as associações que andamos buscando.

E a seguir obtemos essas associações. O que elas nos trazem é das mais variadas espécies: lembranças do dia anterior, o ‘dia do sonho’, e de épocas há muito transcorridas, reflexões, discussões, com argumentos pró e contra, confissões e indagações. Algumas dessas associações, o paciente as despeja; quando chega a outras, detém-se, por um momento. A maioria delas mostra nítida conexão com alguns elementos do sonho; não é para admirar, de vez que esses elementos eram o seu ponto de partida. Mas também acontece, às vezes, o paciente apresentá-las com estas palavras: ‘Isto me parece não ter absolutamente nenhuma relação com o sonho, mas conto-lhe porque me ocorre à mente.’

Se se ouvem essas abundantes associações, logo se observa que elas têm mais em comum com o conteúdo do sonho, do que seus pontos de partida sozinhos. Elas lançam surpreendente luz sobre todas as diferentes partes do sonho, preenchem lacunas entre as mesmas, e tornam inteligíveis suas estranhas justaposições. No final, é-se levado a entender a relação entre as associações e o conteúdo do sonho. Vê-se que o sonho é uma seleção resumida, feita a partir das associações, uma seleção feita, é verdade, consoante regras que ainda não temos compreendido: os elementos do sonho são como representantes escolhidos por eleição dentre uma massa de pessoas. Não pode haver dúvida de que, por meio de nossa técnica, apreendemos algo do qual o sonho é um substituto e no qual se situa o valor psíquico do sonho, mas que não mostra mais suas enigmáticas peculiaridades, sua aparência estranha e sua confusão. No entanto, não se façam confusões. As associações ao sonho ainda não são os pensamentos oníricos latentes. Estes estão contidos nas associações, assim como um álcali no líquido-mãe, mas ainda não muito inteiramente contidos nelas. Por um lado, as associações nos dão muito mais do que nos é necessário para formular os pensamentos oníricos latentes - ou seja, todas as explicações, transições e conexões que o intelecto do paciente há de produzir no decorrer de sua aproximação aos pensamentos oníricos. Por outro lado, uma associação freqüentemente sofre uma parada precisamente diante do pensamento onírico genuíno: ela somente chegou perto deste e apenas teve contato com ele através de alusões. Nesse ponto, nós próprios intervimos; completamos aquilo que são idéias vagas, tiramos conclusões inegáveis e damos expressão plena àquilo que o paciente apenas mencionou com suas associações. Isto soa como se permitíssemos ao nosso engenho e capricho brincarem com o material posto à nossa disposição pelo sonhador, e como se dele nós fizéssemos mau uso a fim de interpretar em suas comunicações aquilo que não pode ser interpretado a *partir* delas. E não é fácil mostrar a legitimidade de nosso procedimento numa descrição do mesmo. Basta, porém, que os senhores efetuem uma análise por si mesmos ou estudem um bom relato de uma análise em nossa bibliografia, e os senhores se certificarão da maneira convincente como atua um trabalho interpretativo como este.

Se, de modo geral, basicamente, ao interpretar sonhos, dependemos das associações do sonhador, já em relação a determinados elementos do conteúdo onírico adotamos uma

atitude bastante independente, principalmente porque assim temos de fazê-lo, porque, via de regra, as associações deixam de se concretizar no caso desses mesmos elementos. Em um estágio inicial, verificamos que isto acontece sempre em relação ao mesmos elementos; não são muito numerosos, e a experiência repetida nos tem ensinado que eles devem ser considerados e interpretados como *símbolos* de alguma outra coisa. Em contraste com os outros elementos oníricos, pode ser-lhes atribuída uma significação fixa, a qual, no entanto, não precisa ser isenta de ambigüidade e cujo alcance é determinado por meio de regras especiais, desconhecidas para nós. De vez que *nós* sabemos como traduzir esses símbolos, e o sonhador não sabe, a despeito de se haver utilizado deles, pode acontecer que o sentido de um sonho possa, de imediato, se nos tornar claro tão logo tenhamos ouvido o texto do sonho, antes mesmo de havermos feito qualquer esforço de interpretá-lo, ao passo que ele ainda permanece um enigma para o sonhador. Contudo, falei-lhes tanto, em minhas conferências anteriores sobre simbolismo, sobre nossos conhecimentos acerca do mesmo e sobre os problemas que ele nos propõe, que não necessito repeti-lo hoje.

Este, pois, é o nosso método de interpretar sonhos. Uma primeira questão justificável é a seguinte: ‘Podemos interpretar *todos* os sonhos por meio desse método? E a resposta é: ‘Não, absolutamente não; mas são tantos os que podemos interpretar, que nos sentimos confiantes na utilidade e na correção do procedimento.’ ‘Mas por que não todos?’ A resposta a isto tem algo importante a nos ensinar, que de imediato nos conduz aos fatores determinantes psíquicos da formação dos sonhos: ‘Porque o trabalho de interpretar é efetuado contra uma resistência, que varia desde dimensões banais até a inexpugnabilidade (pelo menos até onde alcança a eficiência de nossos métodos atuais).’ É impossível, durante o nosso trabalho, desprezar as manifestações dessa resistência. Em determinados pontos, as associações são fornecidas sem hesitação e a primeira ou a segunda idéia que ocorrem ao paciente proporcionam uma explicação. Em outros pontos, há uma parada, o paciente hesita antes de nos fornecer uma associação e, com isso, muitas vezes temos de ouvir uma longa cadeia de idéias antes de receber algo que nos ajude a compreender o sonho. Certamente temos razão ao pensar que, quanto mais longa e cheia de rodeios for a cadeia de associações, tanto maior a resistência. Podemos detectar a mesma influência em ação no esquecimento de sonhos. Muito freqüentemente acontece que um paciente, apesar de todos os esforços, não consegue lembrar-se de um dos seus sonhos. Contudo, depois de termos sido capazes de, no decurso de uma certa quantidade de trabalho analítico, eliminar uma dificuldade que tinha estado perturbando sua relação com a análise, o sonho esquecido subitamente reemerge. Cabem aqui, também, duas outras observações. Freqüentemente sucede que, no início, uma parte do sonho é omitida, e, depois, acrescentada como adendo. Isto deve ser considerado como uma tentativa de esquecer essa parte. A experiência mostra que é essa determinada parte a mais importante: supomos ter havido uma resistência maior no caminho da comunicação desta, do que na das demais porções do sonho. Ademais, amiúde verificamos que uma pessoa que teve um sonho se esforça por evitar esquecer-se de seus sonhos, pondo-os por escrito imediatamente após acordar. Podemos dizer-lhe que isto

não tem utilidade. Pois a resistência, contra a qual garantiu a preservação do texto do sonho, se deslocará, então, para as associações respectivas e tornará o sonho manifesto inacessível à interpretação. Tendo em vista esses fatos, não temos por que nos surpreender se um aumento adicional na resistência suprime as associações completamente e, por conseguinte, não leva a nada a interpretação do sonho.

De tudo isso concluímos que a resistência que encontramos no trabalho de interpretar os sonhos deve também ter compartilhado da origem destes. Realmente, podemos fazer uma distinção entre sonhos que surgiram sob leve e sob elevada pressão da resistência. Essa pressão, contudo, varia também de lugar para lugar, dentro de um mesmo sonho; é responsável pelas lacunas, obscuridades e confusões que podem interromper a continuidade até dos sonhos mais nítidos.

Mas, que coisa cria a resistência, e contra o que ela se dirige? Bem, a resistência é, para nós, o sinal mais seguro de um conflito. Deve haver aqui uma força que procura expressar algo e outra força que se esforça por evitar sua expressão. O que então resulta, em consequência, como sonho manifesto, pode combinar todas as decisões em que se condensou essa luta entre duas tendências. Num ponto, uma dessas forças pode ter conseguido efetuar o que quis dizer, ao passo que, em outro ponto, é a instância contrária que fez a comunicação pretendida eclipsar-se completamente, ou ser substituída por algo que não revela qualquer traço seu. Os casos mais comuns e mais característicos de construção onírica são aqueles nos quais o conflito terminou em uma conciliação, de forma tal que a instância com voz ativa certamente foi capaz de dizer o que quis, mas não da forma como quis - apenas numa forma acentuada, distorcida, irreconhecível. Assim, se os sonhos não fornecem um quadro fiel dos pensamentos oníricos, e se o trabalho de interpretação se faz necessário a fim de transpor o hiato entre estes, isto é resultado da instância oponente, inibidora e limitadora, que inferimos de nossa percepção da resistência enquanto estamos interpretando sonhos. Enquanto estudávamos os sonhos como fenômenos isolados, independentes das estruturas psíquicas que lhes são afins, denominávamos essa instância de o *ensor dos sonhos*. Há muito os senhores estão cientes de que essa censura não é uma instituição exclusiva da vida onírica. Sabem que o conflito entre as duas instâncias psíquicas, que nós - impropriamente - descrevemos como o 'reprimido inconsciente' e o 'consciente', domina toda a nossa vida mental e que a resistência contra a interpretação dos sonhos, sinal de uma censura onírica, nada mais é que a resistência devida à repressão, pela qual as duas instâncias estão separadas. Os senhores também sabem que o conflito entre essas duas instâncias pode, sob determinadas condições, produzir outras estruturas psíquicas que, assim como os sonhos, são o resultado de conciliações; e os senhores não deverão de esperar que eu lhes repita aqui tudo o que estava contido em minha introdução à teoria das neuroses, a fim de lhes demonstrar o que sabemos acerca dos fatores determinantes da formação de tais conciliações. Os senhores perceberam que o sonho é um produto patológico, o primeiro membro da classe que inclui os sintomas histéricos, as obsessões e os delírios, sendo, contudo, diferenciado dos outros por sua transitoriedade e por sua ocorrência sob condições

que fazem parte da vida normal. Pois levemos na devida conta que, conforme já foi assinalado por Aristóteles, a vida onírica é a forma como funciona nossa mente durante o estado de sono. O estado de sono implica um afastamento do mundo externo real, e aí temos a condição necessária para o desenvolvimento de uma psicose. O mais cuidadoso estudo das psicoses graves não nos revelará um único aspecto que seja mais característico desses estados patológicos. Nas psicoses, porém, o apartar-se da realidade é levado a cabo por duas espécies de vias: ou porque o reprimido inconsciente se tornou excessivamente forte, de modo a dominar o consciente, que se liga à realidade; ou porque a realidade se tornou tão intoleravelmente angustiante, que o ego ameaçado se lança nos braços das forças instintuais inconscientes, em uma revolta desesperada. A inofensiva psicose onírica é o resultado de uma retirada em relação ao mundo externo, retirada conscientemente desejada e apenas temporária, e desaparece quando são reassumidas as relações com o mundo externo. Durante o isolamento da pessoa em estado de sono, também se efetua uma modificação na distribuição de sua energia psíquica; uma parte do dispêndio em repressão, que normalmente é exigido a fim de submeter o inconsciente, pode ser economizada, pois se o inconsciente faz uso de sua relativa liberação para propósitos ativos, encontra fechada a via que conduz à motilidade, e o único caminho aberto é um caminho inofensivo que leva à satisfação alucinatória. Agora, portanto, um sonho pode ser formado; mas o fato da censura mostra que, mesmo durante o sono, mantém-se muito da resistência devida à repressão.

Aqui se nos apresenta um meio de responder à pergunta que pretende saber se os sonhos também possuem uma função, se eles estão incumbidos de alguma realização útil. A condição de repouso livre de estímulo, que o estado de sono deseja estabelecer, é ameaçada desde três direções diferentes: de modo relativamente casual, por estímulos externos, durante o sono, e por interesses do dia anterior, que não podem ser interrompidos, e, de uma forma inevitável, pelos impulsos instintuais reprimidos insatisfeitos que estão à espera de uma oportunidade de se expressarem. Em consequência da diminuição das repressões, no sono, haveria o risco de que o repouso proporcionado pelo sono fosse interrompido sempre que uma estimulação de fora ou de dentro conseguisse vincular-se com uma fonte instintual inconsciente. O processo de sonhar permite ao produto de elementos confluentes desse tipo encontrar uma saída através de uma experiência alucinatória inofensiva, e desse modo assegura a continuação do sono. O fato de um sonho ocasionalmente acordar a pessoa que dorme, quando se desenvolve ansiedade, não contradiz essa função, mas antes, talvez, assinala que o guardião considera a situação por demais perigosa e não se sente mais em condições de controlá-la. E então, muito freqüentemente, enquanto ainda dormimos, ocorrem-nos um consolo que busca impedir-nos o despertar: ‘Mas, afinal, é apenas um sonho!’

Isto era o que eu queria dizer-lhes, senhoras e senhores, acerca da interpretação de sonhos, cuja tarefa é abrir caminho do sonho manifesto para os pensamentos oníricos latentes. Quando isto foi conseguido, o interesse por um sonho, na medida em que diz respeito à análise prática, na sua maior parte chega ao fim. A comunicação que recebemos na forma de sonho, nós a acrescentamos ao restante das comunicações do paciente e

prossequimos com a análise. Entretanto, temos interesse em nos demorar um pouco mais no sonho. Somos tentados a estudar o processo pelo qual os pensamentos oníricos latentes são transformados em sonho manifesto. A isto denominamos 'elaboração onírica'. Conforme os senhores se recordam, descrevi esse processo de modo tão detalhado em minhas conferências anteriores, que posso limitar minha atual revisão ao resumo mais conciso. O processo da elaboração onírica, portanto, é algo inteiramente novo e diferente, não se assemelhando a nada conhecido anteriormente. Ele nos deu a oportunidade de entrevermos, pela primeira vez, os processos que se realizam no sistema inconsciente, mostrando-nos que são bastante diferentes daquilo que conhecemos acerca de nosso pensar consciente, e a este forçosamente hão de parecer absurdos e incorretos. A importância dessa constatação foi ainda acrescida da descoberta de que, na construção dos sintomas neuróticos, estão em atividade os mesmos mecanismos (não nos aventuramos a dizer 'processos de pensamento') que aqueles que transformaram os pensamentos oníricos latentes em sonho manifesto.

Nisto que segue, não poderei evitar um método esquemático de exposição. Suponhamos que, num determinado caso, temos diante de nós todos os pensamentos latentes, carregados de uma quantidade maior ou menor de afeto, pelos quais o sonho manifesto foi substituído após sua interpretação ter sido completada. Então nos causará espécie uma diferença entre esses pensamentos latentes, e essa diferença nos assinala um ponto importante. Quase todos esses pensamentos oníricos são reconhecidos ou identificados pelo sonhador; ele admite haver pensado isto, agora ou em alguma outra época, ou admite que pudesse haver pensado. Há somente um único pensamento que recusa aceitar; é-lhe estranho ou até mesmo repulsivo; talvez possa rejeitá-lo com sentimentos veementes. Torna-se agora evidente para nós que os outros pensamentos são partes de uma cadeia de pensamentos conscientes ou, mais precisamente, pré-conscientes. Podem ter sido pensados na vida desperta, também, e, na verdade, foram formados provavelmente durante o dia precedente. Esse único pensamento, o pensamento repudiado, porém, ou, para dizer melhor, esse único impulso é filho da noite; pertence ao inconsciente do sonhador, e por esse motivo é repudiado e rejeitado por ele. Teve de esperar pelo relaxamento noturno da repressão, a fim de chegar a alguma forma de expressão. Ainda assim, é uma expressão acentuada, deformada e disfarçada; sem nosso trabalho de interpretação de sonhos não o teríamos encontrado. Esse impulso inconsciente tem de agradecer à sua vinculação com os demais pensamentos oníricos, os não-censuráveis, pela oportunidade de transpor furtivamente a barreira da censura em um disfarce não evidente. Por outro lado, os pensamentos oníricos pré-conscientes têm de agradecer a essa mesma vinculação pela possibilidade de ocupar a vida mental também durante o sono. Pois não há dúvida quanto a isto: esse impulso inconsciente é o verdadeiro criador do sonho; é o que produz a energia psíquica para a construção do sonho. Assim como qualquer outro impulso instintual, não pode tender a nenhuma outra coisa se não à sua própria satisfação; e nossa experiência em interpretar sonhos nos mostra também que este é o sentido de todo o sonhar. Em todo sonho existe um impulso instintual que é apresentado como estando já satisfeito. Pelo fato de que, durante o sono, a vida mental está cerrada à realidade e se produz uma regressão a mecanismos primitivos, isto possibilita que a almejada satisfação

seja experimentada numa forma alucinatória, como estando a ocorrer no presente. Em consequência dessa regressão que existe, no sonho, as idéias são transformadas em imagens visuais, ou seja, os pensamentos oníricos latentes são dramatizados e ilustrados.

Esse elemento da elaboração onírica dá-nos informações acerca de alguns dos mais surpreendentes e peculiares aspectos dos sonhos. Repetirá o curso dos eventos da formação onírica. Para começar: o desejo de dormir é o afastamento intencional do mundo externo. E depois, duas consequências disto para o aparelho mental: a primeira, a possibilidade de nele emergirem métodos de funcionamento mais antigos e mais primitivos - a regressão; a segunda, a diminuição da resistência devida à repressão que pesa sobre o inconsciente. Como resultado desse último fator, surge a possibilidade para a formação de um sonho, e disto tiram vantagem as causas precipitantes, os estímulos internos e externos que se tornaram ativos. O sonho que se origina dessa maneira já é uma estrutura fundada em conciliação. Tem uma dupla função: por um lado, é egossintônico, pois, eliminando os estímulos que estão interferindo com o sono, serve ao desejo de dormir; por outro lado, permite que um impulso instintual reprimido obtenha a satisfação que nessas circunstâncias é possível na forma da realização alucinada de um desejo. Todo o processo de formar um sonho, que é permitido pelo ego em estado de sono, é, entretanto, sujeito à condição da censura, exercida pelo resto de repressão ainda operante. Não posso apresentar de modo mais simples esse processo: ele não é mais simples. Posso, contudo, prosseguir, agora, com minha descrição da elaboração onírica.

Retornemos, uma vez mais, aos pensamentos oníricos latentes. Seu elemento mais poderoso é o impulso instintual reprimido, que neles criou uma expressão para si mesmo, com base na presença de estímulos casuais e pela transferência para os resíduos diurnos - embora uma expressão atenuada e disfarçada. Como todo impulso instintual, também ele pressiona no sentido da satisfação pela ação; mas o seu caminho à motilidade está bloqueado pelas regulações fisiológicas que o estado de sono implica; é compelido a tomar o caminho de retorno em direção à percepção e acontentar-se com uma satisfação alucinada. Os pensamentos oníricos latentes se transformam, pois, em um agrupamento de imagens sensoriais e de cenas visuais. O que nos parece tão novo e tão estranho é o modo como lhes ocorre fazer esse percurso. Todos os instrumentos lingüísticos pelos quais expressamos as relações mais sutis dos pensamentos - as conjunções e as preposições, as alterações devidas à declinação e à conjugação - são eliminados, porque não há meio de representá-los; assim como uma linguagem primitiva, sem nenhuma gramática, expressa-se apenas a matéria-prima do pensamento, e os termos abstratos são substituídos pelos termos concretos que estão na sua base. Depois disso, o que resta certamente pode parecer desconexo. O abundante emprego de símbolos, que se tornaram estranhos ao pensar consciente, para representar determinados objetos e processos, está em harmonia semelhante com a regressão arcaica do aparelho mental e com as exigências da censura.

Outras modificações feitas nos elementos dos pensamentos oníricos, contudo, vão muito

além disto. Aqueles elementos que podem permitir que qualquer ponto de contato seja detectado entre eles, são *condensados* em novas unidades. No processo de transformar os pensamentos em imagens, dá-se inequívoca preferência àqueles que permitem esse agrupamento, essa condensação; é como se atuasse uma força que sujeitasse o material à compressão e concentração. Em consequência da condensação, um elemento do sonho manifesto pode corresponder a numerosos elementos dos pensamentos oníricos latentes; mas, também, inversamente, um elemento dos pensamentos oníricos pode estar representado por diversas imagens no sonho.

Ainda mais notável é o outro processo - *deslocamento* ou mudança do acento - que, no pensar consciente, encontramos somente como raciocínio falho ou como meio de construir uma anedota. As diversas idéias contidas nos pensamentos oníricos, na realidade, não possuem todas valor igual; são caracterizadas com quotas de afeto de magnitude variável e, por conseguinte, julgadas importantes e merecedoras de interesse em maior ou menor grau. Na elaboração onírica, essas idéias estão separadas dos afetos a elas vinculados. Os afetos são tratados independentemente; podem ser deslocados para alguma coisa diversa, podem ser mantidos, podem sofrer modificações, ou podem absolutamente não aparecer no sonho. A importância das idéias que foram despojadas de seu afeto retorna, no sonho, como intensidade sensorial das imagens oníricas; mas observamos que esse acento passou de elementos importantes para elementos indiferentes. Assim, algo que desempenhou apenas um papel secundário nos pensamentos oníricos, parece ter sido empurrado para o primeiro plano, no sonho, como sendo a coisa principal; ao passo que, pelo contrário, o que era a essência dos pensamentos oníricos só encontra passagem e representação indistinta no sonho. Nenhuma outra parte da elaboração onírica é tão responsável por tornar o sonho estranho e incompreensível para o sonhador. O deslocamento é o meio principal usado na *distorção onírica*, à qual os pensamentos oníricos devem submeter-se sob a influência da censura.

Após haverem essas influências sido aplicadas sobre os pensamentos oníricos, o sonho está quase completo. Um fator adicional, um tanto variável, também entra em jogo - o fator conhecido como 'elaboração secundária' - depois de o sonho ter sido apresentado perante a consciência como objeto da percepção. Neste ponto, tratamo-lo como em geral estamos acostumados a tratar os conteúdos de nossa percepção: preenchemos as lacunas e introduzimos conexões, e, ao fazê-lo, freqüentemente somos culpados de grandes equívocos. Essa atividade, que poderia ser descrita como uma atividade racionalizadora e que, pelo menos, provê o sonho de uma aparência externa homogênea que não pode corresponder ao seu conteúdo verdadeiro, também pode, contudo, estar omitida ou apenas estar expressa em grau muito modesto - caso em que o sonho exhibirá ostensivamente todas as suas fendas e rachaduras. Também não se deve esquecer, por outro lado, que a elaboração onírica nem sempre opera com igual energia; muitas vezes limita-se apenas a determinadas partes dos pensamentos oníricos, e a outras permite que apareçam inalteradas no sonho. Em tais casos,

tem-se a impressão de o sonho ter efetuado as mais delicadas e complexas operações intelectuais, de haver meditado, feito chistes, chegado a decisões e resolvido problemas, enquanto tudo isso é produto de nossa atividade mental normal, pode ter sido executado igualmente durante o dia anterior ao sonho, assim como durante a noite, não tem nenhuma relação com a elaboração onírica e não esclarece nada de característico dos sonhos. E não é demais insistir, mais uma vez, no contraste existente, dentro dos próprios pensamentos oníricos, entre o impulso instintual inconsciente e os resíduos diurnos. Enquanto estes mostram toda a multiplicidade de nossos atos mentais, aquele, que se torna propriamente a força motriz da formação do sonho, encontra sua saída invariavelmente na realização de um desejo.

Eu poderia ter-lhes dito todas essas coisas há quinze anos atrás; e, na verdade, creio ter dito, de fato, naquela época. Agora, permitam-me reunir essas mudanças e descobertas novas tal como podem ter sido feitas durante o intervalo. Já expressei meu temor de que os senhores achem que isto representa muito pouco e deixem de compreender por que eu os obriguei a ouvir a mesma coisa duas vezes. No entanto, nesse período se passaram quinze anos, e espero ser este o meu mais fácil meio de restabelecer contato com os senhores. Ademais, estas são coisas tão fundamentais, de tão decisiva importância para compreender a psicanálise, que se pode sentir-se satisfeito ao ouvi-las uma segunda vez; e vale a pena saber que permaneceram exatamente as mesmas por quinze anos.

Na bibliografia desse período, os senhores, naturalmente, encontrarão uma grande quantidade de material que confirma os dados anteriores e que aduz novos detalhes, e disto pretendo dar-lhes algumas amostras. Aliás, também poderei dizer-lhes algumas coisas que, de fato, já eram conhecidas anteriormente. O que está em questão é principalmente o simbolismo nos sonhos e os outros métodos de representação dos mesmos. Agora ouçam isto. Faz só bem pouco tempo, a faculdade de medicina de uma universidade americana recusou-se a permitir à psicanálise o status de ciência, com base no fato de que ela não comporta nenhuma prova experimental. Poderiam ter levantado a mesma objeção com relação à astronomia; na realidade, a experimentação com corpos celestes é particularmente difícil. Aí, tem-se de buscar apoio na observação. Não obstante, alguns investigadores vienenses efetivamente deram um passo inicial com a confirmação experimental de nosso simbolismo onírico. Já em 1912, um certo Dr. Schrötter verificou que, se forem dadas instruções para sonhar sobre temas sexuais a pessoas profundamente hipnotizadas, então, no sonho que assim é provocado, o material sexual emerge, sendo o seu lugar ocupado por símbolos que nos são familiares. Por exemplo, foi dito a uma mulher que sonhasse com relação sexual com uma amiga. Em seu sonho, aparecia com um saco de viagem no qual estava colado o letreiro: ‘Só para Senhoras’. Experimentos ainda mais impressionantes foram efetuados por Betlheim e Hartmann, em 1924. Eles trabalharam com pacientes que sofriam daquilo que se conhece como psicose confusional de Korsakoff. A esses pacientes

contaram histórias do tipo evidentemente sexual e observaram as distorções que apareciam quando os pacientes eram instruídos a reproduzir o que lhes havia sido contado. Também aí surgiram os símbolos de órgãos sexual e de relação sexual que conhecemos - entre eles, o símbolo da escada, o qual, conforme acertadamente observam os escritores, jamais poderia ter sido alcançado por um desejo consciente de deformar. Em uma série de experimentos muito interessante, Herbert Silberer [1909 e 1912] mostrou que se pode, por assim dizer, pegar em flagrante a elaboração onírica no ato de transformar pensamentos abstratos em imagens visuais. Se ele tentava forçar a si mesmo a executar trabalho intelectual enquanto estava em estado de fadiga e sonolência, o pensamento muitas vezes desaparecia e era substituído por uma visão, que obviamente era um substituto do pensamento.

Aqui está um exemplo simples. ‘Eu pensei’, diz Silberer, ‘em ter que revisar uma passagem imperfeita em um ensaio.’ A visão: ‘Vi-me aplainando um pedaço de madeira.’ Durante essas experiências, muitas vezes sucedeu que o conteúdo da visão não era o pensamento de que então se tratava, mas o próprio estado subjetivo do experimentador, enquanto este fazia o esforço - o estado em lugar do objeto. Isto é descrito por Silberer como um ‘fenômeno funcional’. Um exemplo mostrar-lhes-á prontamente o que se quer dizer com isso. O autor estava esforçando-se por comparar as opiniões de dois filósofos acerca de determinada questão. Em sua condição sonolenta, porém, uma dessas opiniões passou a escapar dele e, finalmente, ele teve uma visão de que estava pedindo informações a uma secretária descortês que estava inclinada sobre sua escrivaninha e que começou a não lhe dar atenção, e então ela lançou-lhe um olhar desagradável e inamistoso. As condições sob as quais os experimentos foram feitos provavelmente explicam por si mesmas por que a visão, que foi induzida, representava com tanta freqüência um evento de auto-observação.

Ainda não terminamos esse assunto dos símbolos. Existem alguns que acreditamos ter identificado, os quais, não obstante, nos preocuparam porque não pudemos explicar como esse determinado símbolo veio a ter *essa* determinada significação. Em tais casos, confirmações de outras fontes - da filologia, do folclore, da mitologia ou do ritual - tinham de ser especialmente bem-vindas. Um exemplo desse tipo é o símbolo de um sobretudo ou capote [em alemão ‘*Mantel*’]. Temos afirmado que, num sonho de uma mulher, isto significa um homem. Suponho que os senhores ficarão impressionados ao ouvir que Theodor Reik (1920) nos dá esta informação: ‘Durante as extremamente antigas cerimônias nupciais dos beduínos, o noivo cobre a noiva com um capote especial conhecido como “Aba” e diz as seguintes palavras rituais: “De hoje em diante, ninguém te cobrirá, exceto eu!”’ (Citado de Robert Eisler [1910, 2, 599 e seg.]). Também encontramos diversos símbolos novos; a respeito de pelo menos dois deles eu lhes falarei. Segundo Abraham (1922), uma aranha, em sonhos, é um símbolo da mãe, mas da mãe *fálica*, a qual tememos; assim, o medo de aranhas expressa temor do incesto materno e horror aos genitais femininos. Os senhores sabem, talvez, que a criação mitológica, a cabeça da Medusa, pode ser atribuída ao mesmo *motif* do medo de castração. O outro símbolo, sobre o qual quero falar-lhes, é o da *ponte*, que foi

explicado por Ferenczi (1921 e 1922). Primeiro, ela significa o órgão masculino, que une os pais no coito; mas depois desenvolve outras significações que derivam desta primeira. Na medida em que é absolutamente graças a esse órgão que somos capazes de vir ao mundo, para fora do líquido amniótico, uma ponte se torna a travessia desde o outro mundo (o estado de não-nascido, o útero) até este mundo (a vida); e, como os homens também descrevem a morte como um retorno ao útero (a água), uma ponte também adquire o significado de algo que leva à morte, e finalmente, em mais uma mudança de seu sentido original, significa transições ou modificações de condição, genericamente. Está de acordo com isto o fato de que uma mulher, que ainda não sobrepujou seu desejo de ser homem, tenha freqüentes sonhos com pontes que são muito curtas para alcançar a outra margem.

No conteúdo manifesto dos sonhos, com muita freqüência encontramos quadros e situações que lembram temas familiares em contos de fadas, lendas e mitos. A interpretação de tais temas, portanto, elucida os interesses originais que criaram esses temas, embora, ao mesmo tempo, não devamos esquecer, naturalmente, a alteração de significado pela qual esse material foi atingido no decorrer do tempo. Nosso trabalho de interpretação traz à luz, por assim dizer, a matéria-prima, que deve, no mais das vezes, ser descrita como sexual no mais amplo sentido, mas que encontrou as mais variadas aplicações em adaptações posteriores. Derivações desse tipo são capazes de fazer despenhar sobre nós a fúria de todos os eruditos investigadores não-analíticos, como se nós estivéssemos procurando negar ou menosprezar tudo o que foi posteriormente erigido em sua base original. Não obstante, tais descobertas são instrutivas e interessantes. O mesmo fato procede, quando se situa a origem de determinados temas nas artes plásticas, como, por exemplo, quando M. J. Eisler (1919), seguindo indicações de sonhos de seus pacientes, deu uma interpretação analítica do jovem brincando com um menininho, representado no Hermes de Praxíteles. E, por fim, não posso resistir à vontade de assinalar quão freqüentemente a interpretação dos sonhos elucida, de modo especial, temas mitológicos. Assim por exemplo, a lenda do Labirinto pode ser reconhecida como uma representação do nascimento anal: as vias sinuosas são os intestinos e o fio de Ariadne é o cordão umbilical.

Os métodos de representação empregados pela elaboração onírica - material fascinante, dificilmente capaz de ser exaurido - têm-se tornado, através de estudo mais atento, cada vez mais familiares para nós. Dar-lhes-ei alguns exemplos deles. Assim, por exemplo, os sonhos representam uma relação de freqüência por meio da multiplicação de coisas semelhantes. Eis aqui um notável sonho de uma jovem. Sonhou que chegava a um grande saguão e encontrava nele alguém sentado numa cadeira; isto se repetia seis ou oito vezes, ou mais; porém, em cada uma das vezes, era seu pai. Compreende-se isto facilmente quando descobrimos, partindo de detalhes acessórios da interpretação, que tal sala significava o útero. O sonho então se torna equivalente à fantasia, habitualmente encontrada em meninas, de se haverem encontrado com o pai já durante sua vida intra-uterina, quando ele visitava o útero enquanto sua mãe estava grávida. Os senhores não devem confundir-se pelo fato de algo estar invertido no sonho - que o 'entrar' de seu pai é deslocado para ela; aliás, isto

também tem um significado especial todo próprio. A multiplicação da figura do pai só pode expressar o fato de que o evento em questão ocorria repetidas vezes. Afinal, deve-se admitir que o sonho não se está excedendo muito ao expressar a freqüência através da multiplicidade. Foi necessário apenas remontar à significação original da primeira palavra; hoje ela significa para nós uma repetição no tempo, contudo deriva de uma acumulação no espaço. De modo geral, com efeito, onde é possível, a elaboração onírica muda as relações temporais em espaciais, e assim as representa. Em um sonho, por exemplo, pode-se ver uma cena entre duas pessoas que parecem muito pequenas e à grande distância, como se estivessem sendo olhadas pelo lado errado de um binóculo de ópera. Aqui, tanto a pequenez como o distanciamento no espaço têm o mesmo significado: o que significa é o distanciamento no *tempo* e devemos entender que a cena é de um passado remoto.

E, também, os senhores podem recordar que, em minhas conferências anteriores, já lhes disse (e illustrei o fato com exemplos) que aprendemos a fazer uso, em nossas interpretações, até mesmo dos aspectos puramente *formais* do sonho manifesto - isto é, transformá-los em material oriundo dos pensamentos oníricos latentes. Conforme os senhores já sabem, todos os sonhos que se passam numa noite só pertencem a um mesmo contexto. Não é, contudo, um fato destituído de importância se esses sonhos parecem, ao sonhador, um todo contínuo, ou se ele os divide em diversas partes, e em quantas partes. O número de tais partes, com freqüência, corresponde a igual número de pontos focais separados na formação estrutural dos pensamentos oníricos latentes, ou de tendências conflitantes na vida mental da pessoa que teve o sonho, cada um dos quais encontra uma expressão dominante, embora nunca exclusiva, em uma determinada parte do sonho. Um sonho introdutório breve e um sonho principal, mais longo, que àquele se segue, freqüentemente estão na relação de prótase e de apódose [cláusulas condicional e conseqüencial], da qual um exemplo claro será encontrado nas anteriores conferências. Um sonho que é descrito pelo sonhador como ‘um tanto interpolado’ realmente corresponderá a uma cláusula dependente nos pensamentos oníricos. Franz Alexander (1925) mostrou, em um estudo sobre pares de sonhos, que não raro acontece dois sonhos de uma mesma noite compartilharem do cumprimento da tarefa do sonho produzindo uma realização de desejos em dois estádios, se eles são tomados conjuntamente, embora cada sonho separadamente não atinja esse resultado. Suponha-se, por exemplo, que o desejo contido no sonho tenha como seu conteúdo alguma ação ilícita com relação a determinada pessoa. Então, no primeiro sonho, a pessoa aparecerá sem disfarce, mas a ação será apenas timidamente insinuada. O segundo sonho comportar-se-á de modo diferente. A ação será nomeada sem disfarce, mas a pessoa será tornada irreconhecível ou será substituída por alguém indiferente. Isto, os senhores haverão de recordar, dá uma impressão de efetiva astúcia. Outra relação semelhante entre dois membros de um par de sonhos se encontra onde um representa uma punição e o outro representa a realização de desejos condenáveis. Equivale ao seguinte: ‘se se aceita o castigo por isto, pode-se continuar a se permitir a coisa proibida.’

Não posso deter os senhores, por mais tempo, nessas descobertas de menor importância ou nas discussões relativas ao emprego da interpretação de sonhos no trabalho da análise. Sinto que seguramente os senhores estão impacientes por ouvir quais mudanças foram feitas em nossos pontos de vista fundamentais relativos à natureza e significação dos sonhos. Já os avisei de que, precisamente nisto, há pouco a relatar-lhes. O ponto mais controvertido em toda a teoria foi, sem dúvida, a afirmação de que todos os sonhos são realizações de desejos. A objeção inevitável e sempre recorrente, levantada pelos leigos, de que, não obstante, há tantos sonhos de ansiedade, foi, penso que posso dizê-lo, completamente eliminada em minhas conferências anteriores. Com a divisão em sonhos de realização de desejos, sonhos de ansiedade e sonhos de punição, mantivemos intacta nossa teoria.

Também os sonhos de punição constituem realizações de desejo, embora não de desejos dos impulsos instintuais, mas de desejos da instância crítica, censora e punidora da mente. Se temos diante de nós um sonho de punição puro, uma operação mental fácil nos possibilitará restaurar o sonho de realização de desejos ao qual o sonho de punição é a resposta correta, e que, devido a esse repúdio, foi substituído como sonho manifesto. Como sabem, senhoras e senhores, o estudo dos sonhos foi o que por primeiro nos auxiliou a compreender as neuroses, e os senhores julgarão natural que nosso conhecimento das neuroses, posteriormente, conseguiu influenciar nossa visão dos sonhos. Conforme os senhores haverão de ouvir, fomos obrigados a postular a existência, na mente, de uma especial instância crítica e proibidora, a qual denominamos de 'superego'. Embora reconhecendo que a censura dos sonhos é também uma função dessa instância, fomos levados a examinar, com maior cuidado, a parte desempenhada pelo superego na construção dos sonhos.

Contra a teoria da realização de desejos dos sonhos surgiram apenas duas dificuldades sérias. Uma discussão a respeito destas afastar-nos-ia muito do caminho que seguimos e, na verdade, ainda não nos proporcionou qualquer conclusão inteiramente satisfatória.

A primeira dessas dificuldades apresenta-se no fato de que as pessoas que experimentaram um choque, um trauma psíquico grave - tal como acontecia, com tanta freqüência, durante a guerra, e tal como propicia a base para a histeria traumática -, são regularmente reconduzidas, em seus sonhos, à situação traumática. De acordo com nossas hipóteses referentes à função dos sonhos, isto não deveria ocorrer. Que impulso decorrente de desejospoderia satisfazer-se retornando, dessa maneira, a essa experiência traumática tão desagradável? É difícil imaginar.

Encontramos a segunda dificuldade quase diariamente no curso de nosso trabalho analítico; e não implica objeção tão importante quanto a outra. Uma das atribuições da

psicanálise, como sabem, é erguer o véu da amnésia que oculta os anos iniciais da infância, e trazer à memória consciente as manifestações do início da vida sexual infantil que está contida neles. Ora, essas experiências sexuais iniciais de uma criança estão vinculadas a penosas vivências de ansiedade, proibição, desapontamento e punição. Podemos entender que tenham sido reprimidas; mas, sendo assim, não podemos compreender como têm elas acesso tão livre à vida onírica, como oferecem o padrão para tantas fantasias oníricas e como os sonhos se enchem de reproduções dessas cenas da infância e de alusões às mesmas. Deve-se admitir que seu caráter desagradável e o propósito realizador de desejos da elaboração onírica parecem estar longe de serem mutuamente compatíveis. Pode ser, contudo, que, nesse caso, estejamos exagerando a dificuldade. Afinal, essas mesmas experiências infantis têm ligadas a elas todos os desejos instintuais não satisfeitos, duradouros, os quais, através da vida, proporcionam a energia para a construção dos sonhos e a que podemos sem dúvida creditar a possibilidade de, em sua poderosa irrupção, forçar a vinda à superfície, junto com o restante, do material de eventos penosos. E, por outro lado, a maneira e a forma em que esse material é reproduzido mostra inequivocamente os esforços da elaboração onírica dirigidos a negar o desprazer, por meio da deformação, e a transformar a decepção em concessão.

Nas neuroses traumáticas as coisas são diferentes. No caso destas, os sonhos regularmente terminam em geração de ansiedade. Não teríamos receio de admitir, penso eu, que aqui a função do sonho falhou. Não invocarei o ditado segundo o qual a exceção comprova a regra: sua sabedoria me parece ser a mais questionável. Mas, sem dúvida, a exceção não subverte a regra. Se, no interesse de estudá-la, isolamos determinada função psíquica, como o sonhar, do mecanismo psíquico como um todo, possibilitamos a descoberta das leis que lhe são peculiares; quando, porém, a inserimos novamente no contexto geral, devemos estar preparados para descobrir que esses achados são obscurecidos e prejudicados por colidirem com outras forças. Dizemos que um sonho é a realização de um desejo; mas se os senhores querem levar em conta essas últimas objeções, os senhores podem dizer, ainda assim, que um sonho é uma *tentativa* de realização de um desejo. Ninguém que possa devidamente constatar a dinâmica da mente haverá de supor que os senhores tenham dito algo diferente disto. Em determinadas circunstâncias, um sonho só é capaz de levar a efeito a sua intenção de modo muito incompleto, ou, então, tem de abandoná-la por inteiro. A fixação inconsciente a um trauma parece estar, acima de tudo, entre esses obstáculos à função de sonhar. Enquanto a pessoa que dorme é obrigada a sonhar, porque o relaxamento da repressão, à noite, permite que se torne ativa a pressão ascendente da fixação traumática, há um fracasso no funcionamento da sua elaboração onírica, que gostaria de transformar os traços de memória do evento traumático em realização de um desejo. Nessas circunstâncias, acontecerá que a pessoa não pode dormir, que ela desiste de dormir por medo de que falhe a função do sonhar. As neuroses traumáticas oferecem-nos aqui um caso extremo; mas devemos admitir que as experiências da infância também são de natureza traumática, e não há por que nos surpreendermos se interferências relativamente banais na função dos sonhos podem surgir também sob outras condições.

CONFERÊNCIA XXX

SONHOS E OCULTISMO

SENHORAS E SENHORES:

Hoje, prosseguimos através de um caminho estreito, mas que nos pode conduzir a uma perspectiva ampla.

Difícilmente ficarão surpresos com a notícia de que vou falar-lhes sobre a relação entre sonhos e ocultismo. Os sonhos, na verdade, freqüentemente têm sido considerados como o portão de entrada para o mundo do misticismo, e, mesmo hoje em dia, são vistos por muitas pessoas como fenômeno oculto. Até nós próprios, que os transformamos em tema de estudo científico, não impugnamos o fato de que um ou mais fios os vinculam a essas matérias obscuras. Misticismo, ocultismo - que significam essas palavras? Os senhores não devem esperar que eu faça alguma tentativa de abarcar essa mal-circunscrita região com definições.

Todos nós sabemos, de um modo genérico e indefinido, o que essas palavras significam para nós. Referem-se a alguma espécie de ‘outro mundo’, situado além deste mundo visível, governado por leis imutáveis, construído para nós pela ciência.

O ocultismo afirma que existem, de fato, ‘mais coisas no céu e na terra do que sonha a nossa filosofia’. Pois bem, não precisamos nos sentir amarrados pela estreiteza de vistas da filosofia acadêmica; estamos prontos a acreditar naquilo que nos é demonstrado de forma a merecer crédito.

Propomos lidar com essas coisas da mesma forma como o fazemos com qualquer outro material científico: antes de mais nada, estabelecer se se pode realmente demonstrar que tais eventos acontecem, e então, e somente então, quando sua natureza factual não pode ser posta em dúvida, dedicar-nos à sua explicação. Não se pode negar, entretanto, que mesmo o colocar em ação essa decisão se faz difícil para nós, devido a fatores intelectuais, psicológicos e históricos. O caso não é o mesmo quando abordamos outras investigações.

Em primeiro lugar, a dificuldade intelectual. Permitam-me que lhes dê uma explicação chã e óbvia do que tenho em mente. Suponhamos que a questão em referência seja a constituição do interior da Terra. Conforme os senhores estão cientes, não temos um conhecimento certo a respeito dele. Suspeitamos que consiste de metais pesados em estado incandescente. Imaginemos, pois, que alguém nos apresenta a assertiva de que o interior da Terra consiste de água saturada de ácido carbônico - ou seja, uma espécie de água de soda. Sem dúvida, diremos que isto é muito improvável, que contradiz todas as nossas expectativas e que não concede nenhuma atenção aos fatos conhecidos que nos levaram a adotar a hipótese dos metais. Ainda assim, não é inconcebível; se alguém viesse a nos mostrar uma forma de testar a hipótese da água de soda, nós a seguiríamos sem objeção. Mas suponham agora que vem uma outra pessoa e afirma com seriedade que o miolo da Terra consiste de geléia. Nossa reação a isto será bastante diferente. Diremos a nós mesmos que a geléia não ocorre na natureza, que ela é um produto da culinária do homem e que, ademais, a existência desse material pressupõe a existência de árvores frutíferas e de seus frutos, e que não podemos ver como localizar vegetação e culinária humana no interior da Terra. O resultado dessas objeções intelectuais será uma mudança em nosso interesse: em vez de começar a investigar se o centro da Terra de fato é feito de geléia, haveremos de nos perguntar que espécie de pessoa deve ser essa que consegue chegar a uma tal idéia, ou, quando muito, perguntar-lhe-emos de onde tirou essa idéia. O infeliz autor da teoria da geléia sentir-se-á muito insultado e se queixará de que nós nos recusamos a fazer uma investigação objetiva de sua afirmação com base num pretenso preconceito científico. Isto, porém, de nada lhe servirá. Percebemos que nem sempre se deve reprovar os preconceitos, mas que, às vezes, eles se justificam e têm utilidade de vez que nos poupam trabalho inútil. De fato, eles são apenas conclusões baseadas em uma analogia com outros juízos bem fundamentados.

Toda uma série de afirmações ocultistas têm o mesmo tipo de efeito que a hipótese da

geléia, de modo que nos consideramos justificados ao rejeitá-las à primeira vista, sem outras investigações. Ainda assim, a situação não é tão simples. Uma comparação como a que escolhi, nada prova, ou prova tão pouco quanto as comparações em geral. Permanece duvidoso se ela é procedente, e é claro que sua escolha já foi determinada por nossa atitude de rejeição desdenhosa. Os preconceitos, às vezes, são convenientes e justificados; mas, às vezes, são errôneos e prejudiciais, e jamais se pode dizer quando são uma coisa ou outra. A própria história da ciência oferece abundantes exemplos que são uma advertência contra a condenação prematura. Durante muito tempo considerou-se absurda a hipótese que aventava que as pedras, que agora chamamos de meteoritos, pudessem ter chegado à Terra vindas do espaço exterior, ou que as rochas que formam as montanhas, nas quais estão incrustados os remanescentes de conchas, pudessem, em alguma época, ter formado o leito do mar. Aliás, coisa muito semelhante aconteceu com a nossa psicanálise, quando apresentou sua conclusão da existência de um inconsciente. Assim, nós, analistas, temos motivos especiais para sermos cautelosos no uso das considerações intelectuais para rejeitar hipóteses novas, e devemos admitir que elas não nos isentam de sentimentos de antipatia, dúvida e incerteza.

Falei do segundo fator [que complica nossa abordagem do tema] como sendo o fator psicológico. Com isto quero significar a tendência geral da humanidade à credulidade e à crença no miraculoso. Desde o início, quando a vida nos submete à sua rígida disciplina, dentro de nós se levanta uma resistência contra a inflexibilidade e monotonia das leis do pensamento e contra as exigências do teste de realidade. A razão se torna o inimigo que nos priva de tantas possibilidades de prazer. Descobrimos quanto prazer nos dá retrair-nos dela, temporariamente ao menos, e nos entregar aos atrativos do absurdo. Os escolares deliciam-se com deturpar palavras; quando um congresso científico termina, os especialistas se divertem com suas próprias atividades; até mesmo homens de mentalidade séria apreciam uma anedota. Uma hostilidade mais séria à ‘Razão e Ciência, o mais elevado poder que o homem possui’ aguarda sua oportunidade; apressa-se a preferir ao médico habilitado o médico milagroso ou praticante de curas pela natureza; é favorável às afirmações do ocultismo na medida em que esses pretensos fatos podem ser tomados como rupturas de leis e de regras; faz adormecerem as dúvidas, falsifica as percepções e força confirmações e concordâncias que não podem ser justificadas. Se se leva em conta essa tendência do homem, há toda razão em descontar muita coisa das informações apresentadas na literatura ocultista.

A terceira dúvida, denominei-a dúvida histórica; e com isto tenho a intenção de assinalar que, de fato, não há nada de novo no mundo do ocultismo. Nele emergem, mais uma vez, todos os sinais, milagres, profecias e aparições que nos foram relatados desde tempos antigos e em antigos livros, e que pensávamos terem sido, há muito tempo, colocados de lado como produto de imaginação desenfreada ou de fraude tendenciosa, ou produto de uma era na qual a ignorância do homem era muito grande e o espírito científico estava ainda no seu berço. Se aceitamos a verdade daquilo que, segundo as informações dos ocultistas, ainda acontece hoje em dia, também devemos acreditar na autenticidade dos relatos que nos foram

transmitidos pela tradição desde épocas antigas. E então devemos raciocinar que a tradição e os livros sagrados de todos os povos estão repletos de semelhantes lendas maravilhosas justamente sobre tais acontecimentos miraculosos, e neles encontrar provas da atuação de poderes sobre-humanos. Sendo assim, ser-nos-á difícil evitar a suspeita de que o interesse pelo ocultismo é, de fato, um interesse religioso e que um dos motivos secretos do movimento ocultista é vir em auxílio da religião, ameaçada, como ela está, pelo avanço do pensamento científico. E, com a descoberta desse motivo, nossa desconfiança deve crescer e nossa aversão para nos dedicar ao exame desses supostos fenômenos ocultos deve aumentar.

Mais cedo ou mais tarde, porém, essa aversão deve ser superada. Defrontamo-nos com uma questão de fato: o que nos dizem os ocultistas é verdadeiro ou não? Deve ser possível, afinal de contas, esclarecer esse ponto. No fundo, temos motivos para sermos gratos aos ocultistas. As histórias miraculosas de épocas antigas estão além do alcance de nossas provas. Se, em nossa opinião, não podem ser comprovadas, devemos admitir que, estritamente falando, não podem ser refutadas. Mas, quanto a acontecimentos contemporâneos, aos quais podemos estar presentes, deve ser-nos possível chegar a um julgamento definido. Se chegamos à convicção de que tais milagres não ocorrem hoje em dia, não precisamos temer o contra-argumento de que, mesmo assim, eles podem ter acontecido em tempos antigos; nesse caso, outras explicações serão mais plausíveis. Assim, delineamos nossas dúvidas e estamos prontos para tomar parte em uma investigação dos fenômenos ocultos.

Infelizmente, porém, aqui deparamos com circunstâncias que são por demais desfavoráveis para nossas honestas intenções. As observações, das quais se supõe dependa o nosso julgamento, realizam-se sob condições que tornam incertas as nossas percepções sensoriais e que turvam a nossa capacidade de atenção; ocorrem na escuridão, ou sob luz vermelha mortífera, após longos períodos de vã expectativa. É-nos dito que, de fato, nossa atitude descrente - ou seja, nossa atitude crítica - pode evitar que os fenômenos esperados aconteçam. A situação assim criada não é senão uma caricatura das circunstâncias em que geralmente estamos acostumados a realizar pesquisas científicas. As observações são feitas no que se chama de 'médiuns' - indivíduos aos quais se atribuem faculdades especialmente 'sensíveis', mas que de modo algum se distinguem por qualidades excepcionais de inteligência ou de caráter, e que não são, como os fazedores de milagres do passado, inspirados por qualquer idéia grandiosa ou propósito sério. Pelo contrário, são considerados, até mesmo por aqueles que acreditam em seus poderes secretos, como particularmente indignos de confiança; a maior parte deles já foi desmascarada como sendo constituída de trapaceiros, e com razão podemos esperar que o mesmo destino aguarda os restantes. Suas práticas dão a impressão de travessuras maliciosas de crianças ou de truques de prestidigitação.¹ Até hoje, nunca surgiu nada de importante das séances com esses médiuns - a revelação de uma nova fonte de poder, por exemplo. É verdade que não esperamos receber indicações sobre criação de pombos do mago que, através de mágica, faz sair pombos de sua cartola vazia. Facilmente posso me colocar no lugar de uma pessoa que

tenta satisfazer as exigências de uma atitude objetiva e assim toma parte em séances ocultas, mas que se cansa logo após e se afasta, desgostosa com aquilo que dela é esperado, e volta sem ter esclarecidos os seus preconceitos anteriores. A uma tal pessoa pode ser feita a censura de que não é esta a maneira correta de se conduzir: que não se deve antecipadamente formular quais serão os fenômenos que se está procurando estudar e em que circunstâncias eles aparecerão. Ao contrário, deve-se perseverar e conferir importância às medidas acauteladoras e fiscalizadoras, pelas quais recentemente dispenderam-se esforços, para precaver-se contra a deslealdade dos médiuns. Infelizmente, essa moderna técnica de proteção acaba com a fácil acessibilidade das observações do oculto. O estudo do ocultismo torna-se uma profissão especializada e difícil - uma atividade que não se pode praticar paralelamente aos demais interesses que se tem. E até que aqueles que se dedicam a essas investigações tenham chegado às suas conclusões, nós ficamos com nossas dúvidas e com nossas conjecturas.

Dentre essas conjecturas, sem dúvida a mais provável é aquela segundo a qual existe um fundamento real nos fatos do ocultismo, até hoje não reconhecido e ao redor do qual o embuste e a fantasia teceram um véu que é difícil descerrar. Como, porém, haveremos de nos aproximar desse fundamento? Em que ponto podemos atacar o problema? Penso que aqui os sonhos podem vir em nosso auxílio, dando-nos uma indicação de que, de dentro desse caos, podemos tirar o tema da telepatia.

O que denominamos ‘telepatia’ é, conforme sabem, o fato suposto de que um evento, que ocorre em um determinado tempo, aproximadamente no mesmo momento chega à consciência de alguém distante no espaço, desprezando as vias de comunicação conhecidas. Pressupõe-se implicitamente que tal evento interessa a essa pessoa, por quem a outra pessoa (o receptor da informação) tem um intenso interesse afetivo. Por exemplo, a Pessoa A pode ser vítima de um acidente, ou pode morrer, e a Pessoa B, que lhe tem uma ligação estreita - sua mãe, ou filha, ou noiva - sabe do fato, quase ao mesmo tempo, através de uma percepção visual ou auditiva. Nesse último caso, portanto, é como se tivesse sido informada por telefone, embora não seja este o caso; é um tipo de equivalente psíquico da telegrafia sem fio. Não preciso insistir com os senhores sobre a improbabilidade de tais fatos, e há bons motivos para desprezar a maior parte desses relatos. Restam alguns que não podem ser eliminados assim tão facilmente. Permitam-me, agora, em razão do propósito daquilo que tenho para dizer-lhes, que eu omita a cautelosa palavrinha ‘suposto’ e continue como se eu acreditasse na realidade objetiva do fenômeno da telepatia. Mas tenham claro em mente que não é este o caso e que não aderi a nenhuma convicção.

Tenho, realmente, pouco para contar-lhes - apenas um fato modesto. Também de pronto reduzirei ainda mais as suas expectativas dizendo que, no fundo, os sonhos têm escassa

relação com a telepatia. A telepatia não lança nenhuma nova luz sobre a natureza dos sonhos, e nem recebem os sonhos qualquer evidência direta da realidade da telepatia. Ademais, o fenômeno da telepatia não está de modo algum vinculado aos sonhos; pode ocorrer também durante o estado de vigília. O único motivo pra discutir a relação entre sonhos e telepatia é que o estado de sono parece particularmente adequado para a recepção de mensagens telepáticas. Em tais casos, a pessoa tem o que se chama sonho telepático, e, quando analisado, adquire-se a convicção de que a notícia telepática desempenhou o mesmo papel que qualquer outra parte dos resíduos diurnos, e que foi modificada da mesma maneira pela elaboração onírica e transformada para servir ao propósito desta.

Durante a análise de um desses sonhos telepáticos, ocorreu algo que me parece ser de interesse suficiente, apesar de sua banalidade, para servir como ponto de partida para esta conferência. Quando, em 1922, dei minha primeira descrição desse assunto, tinha à minha disposição somente uma única observação. Desde então, fiz numerosas observações semelhantes, mas mantereí o primeiro exemplo, porque é o mais fácil de descrever, e eu os levarei em seguida in medias res.

Um homem obviamente inteligente, que, por sua própria descrição, pelo menos, não era ‘inclinado ao ocultismo’, escreveu-me acerca de um sonho que tinha tido, e que lhe parecia digno de nota. Começou por informar-me que sua filha casada, distante dele, estava esperando seu primeiro parto para meados de dezembro. Essa filha significava muito para ele e ele também sabia que ela lhe era muito afeiçoada. Durante a noite de 16 para 17 de novembro, então, ele sonhou que sua mulher havia dado à luz gêmeos. Seguiam-se diversos detalhes, que aqui posso omitir, e nenhum destes realmente jamais foi explicado. A mulher, que no sonho se havia tornado mãe de gêmeos, era sua segunda esposa, madrasta de sua filha. Ele não desejava ter filhos dessa sua segunda esposa, que, dizia ele, não tinha aptidão para criar filhos sensatamente; além disso, à época do sonho, ele, há longo tempo, havia cessado de ter relações sexuais com ela. O que o levava a escrever-me fora, não a dúvida a respeito da teoria dos sonhos, já que o conteúdo manifesto de seu sonho a teria justificado, mas por que o sonho, em completa contradição com seus desejos, fez sua esposa dar à luz? E, segundo ele, não havia qualquer motivo para temer a ocorrência desse indesejado evento. O que o induziu a relatar-me esse sonho foi a circunstância de que, na manhã de 18 de novembro, recebeu um telegrama anunciando que sua filha havia dado à luz gêmeos. O telegrama havia sido expedido no dia anterior, e o nascimento havia ocorrido durante a noite de 16 para 17 de novembro, quase na mesma hora em que ele tinha tido o sonho do nascimento de gêmeos de sua esposa. Esse homem que teve o sonho perguntava-me se eu pensava ser acidental a coincidência entre o sonho e o ocorrido. Ele não se arriscou a chamar o sonho de telepático, de vez que a diferença entre seu conteúdo e o evento afetava justamente o que lhe parecia essencial no sonho - a identidade da pessoa que deu à luz as crianças. Um dos seus comentários, contudo, mostra que ele não se teria surpreendido com

um sonho telepático real; acreditava que sua filha certamente teria ‘pensado especialmente nele’ durante o trabalho de parto.

Senhoras e senhores, estou certo de que já conseguiram explicar esse sonho e compreender, também, por que o contei para os senhores. Era esse um homem insatisfeito com sua segunda esposa, que preferiria que sua esposa fosse como a filha de seu primeiro casamento. Esse ‘como’ desapareceu, naturalmente, no que se referia ao inconsciente. E agora a mensagem telepática chegada durante a noite, para dizer que sua filha havia tido gêmeos. A elaboração onírica assumiu o controle da notícia, permitiu que o desejo inconsciente operasse sobre ela - o desejo de ele poder colocar a filha no lugar da segunda esposa - e assim surgiu o enigmático sonho manifesto, que disfarçou o desejo e deformou a mensagem. Devemos admitir que é só a interpretação do sonho que nos mostrou que era um sonho telepático: a psicanálise revelou um evento telepático que de outra forma não haveríamos de descobrir.

Mas, por favor, não se deixem equivocar! Apesar de tudo isso, a interpretação de sonhos não nos disse nada acerca da realidade objetiva do evento telepático. Pode ser igualmente uma ilusão explicável de outra maneira. Os pensamentos oníricos latentes do homem podem ter sido assim: ‘Hoje é o dia em que o parto se realizaria se minha filha estivesse mesmo enganada em seus cálculos em um mês, conforme suspeito. E quando a vi pela última vez, ela parecia justamente como se estivesse para ter gêmeos. Como se teria alegrado com gêmeos a minha falecida mulher, que tanto gostava de crianças!’ (Baseio esse último dado em algumas associações tidas por esse sonhador, as quais não mencionei.) Nesse caso, a origem do sonho teriam sido suspeitas bem fundamentadas, por parte do sonhador, e não uma mensagem telepática; mas o resultado teria sido o mesmo. Os senhores vêem, pois, que mesmo a interpretação desse sonho nada nos disse acerca da questão de saber se devemos admitir realidade objetiva à telepatia. Isto só poderia ser decidido por esmerada investigação de todas as circunstâncias do caso - o que, infelizmente, não foi mais possível nesse exemplo do que em qualquer outro de minha experiência. Posto que a hipótese da telepatia oferece, sem dúvida, a explicação mais simples, ainda assim não nos auxilia muito. A explicação mais simples nem sempre é a correta; a verdade, com frequência, não é uma questão fácil, e antes de nos decidirmos a favor de uma hipótese de tão grande alcance, devemos preferentemente ter tomado todo cuidado.

Podemos agora abandonar o assunto dos sonhos e da telepatia: sobre isto, nada mais tenho a dizer-lhes. Mas observem cuidadosamente que aquilo que nos pareceu ensinar-nos algo a respeito da telepatia, não foi o sonho, mas a interpretação do sonho, a sua elaboração psicanalítica. Por conseguinte, nessas coisas que se seguem, podemos deixar inteiramente de lado os sonhos e podemos manter a expectativa de que o emprego da psicanálise possa

clarear um pouco outros eventos descritos como ocultos. Existe, por exemplo, o fenômeno da transmissão de pensamento, que tem tão estreitas relações com a telepatia e pode, na verdade, sem deturpação demasiada, ser considerado a mesma coisa. Afirma que os processos mentais numa pessoa - idéias, estados emocionais, impulsos conativos - podem ser transferidos para uma outra pessoa através do espaço vazio, sem o emprego dos métodos conhecidos de comunicação que usam palavras e sinais. Os senhores perceberão quão notável, e talvez mesmo de que importância prática, isto seria, se algo desse teor realmente acontecesse. Pode-se notar aliás que, de maneira muito estranha, justamente esse fenômeno é mencionado muito menos freqüentemente nas histórias miraculosas do passado.

No decorrer do tratamento psicanalítico de pacientes, formei a concepção de que as atividades dos adivinhos profissionais escondem uma oportunidade de fazer observações especialmente irrefutáveis sobre transmissão de pensamento. Esses indivíduos são pessoas insignificantes, e mesmo inferiores, que se aprofundam em determinado tipo de representação - pôr as cartas, estudar a escrita ou as linhas da palma da mão, ou fazer cálculos astrológicos - e, ao mesmo tempo, após haverem-se mostrado conhecedores de partes do passado ou das circunstâncias presentes do visitante, continuam profetizando seu futuro. Via de regra, seus clientes mostram grande satisfação com esses efeitos e não sentem qualquer ressentimento se, depois, essas profecias não se cumprem. Encontrei diversos casos assim e pude estudá-los analiticamente; em seguida, contar-lhes-ei o mais notável desses exemplos. Sua força de convicção, infelizmente, é prejudicada por numerosas reticências a que sou compelido pela obrigação do segredo médico. No entanto, evitei rigorosamente distorções. Ouçam, pois, a história de uma de minhas pacientes, que teve uma experiência desse tipo com um adivinho. Ela era a mais velha de uma família numerosa e havia crescido com uma ligação extremamente intensa com seu pai. Tinha casado ainda jovem e encontrara inteira satisfação em seu casamento. Só uma coisa estava faltando em sua felicidade: havia permanecido sem filhos, não podendo, assim, colocar seu amado esposo inteiramente no lugar de seu pai. Quando, após longos anos de desapontamento, decidiu submeter-se a uma operação ginecológica, seu marido revelou-lhe que a culpa era dele: uma doença, anterior ao casamento, o incapacitara para procriar filhos. Ela suportou mal essa desilusão, tornou-se neurótica e sofreu muito com temores de ser tentada [a ser infiel ao marido]. Para alegrá-la, ele a levou consigo a Paris, em viagem de negócios. Certo dia, lá estavam eles sentados no saguão do seu hotel, quando ela percebeu alguma agitação entre os empregados do hotel. Perguntou o que é que estava acontecendo, e disseram-lhe que Monsieur le Professeur havia chegado e estava dando consultas numa salinha ali perto. Expressou o desejo de fazer uma tentativa. O marido rejeitou a idéia, mas enquanto ele não estava observando, ela se esgueirou para dentro da sala de consultas e encontrou-se à frente do adivinho. Ela estava com 27 anos, mas parecia muito mais jovem, e havia tirado sua aliança de casada. Monsieur le Professeur fê-la pousar a mão numa bandeja cheia de cinzas e estudou atentamente a marca deixada pela mão; então ele lhe disse todos os tipos de coisas a respeito de árduas lutas que a esperavam, e terminou com a confortadora promessa de que, apesar de tudo, ela ainda haveria de casar-se e ter dois filhos quando chegasse à idade de 32

anos. Quando me contou esta história, ela estava com 43 anos, estava gravemente doente e sem qualquer perspectiva de algum dia ter um filho. Assim, a profecia não se realizara; contudo, falou disso sem qualquer tipo de amargura, com uma inconfundível expressão de satisfação, como se estivesse recordando um ditoso evento. Foi fácil estabelecer que ela não tinha a mais leve noção do que poderiam significar os dois números na profecia [2 e 32] ou se eles, de algum modo, significavam alguma coisa.

Os senhores dirão que esta é uma história estúpida e incompreensível e perguntarão por que a contei aos senhores. Eu deveria ser inteiramente da opinião dos senhores - e este é o ponto saliente -, se a análise não tivesse tornado possível chegar a uma interpretação da profecia, que é convincente precisamente a partir da explicação, que ela permite, dos detalhes. Pois os dois números encontram seu lugar na vida da mãe de minha paciente. Ela havia casado tardiamente - não antes de ter mais de trinta anos, e na família haviam freqüentemente insistido no êxito com que ela se havia apressado para compensar o tempo perdido. Seus dois primeiros filhos (sendo nossa paciente a mais velha) haviam nascido com o mais curto intervalo possível entre si, em um só período de um ano; e tinha, de fato, dois filhos, ao chegar aos 32 anos de idade. Portanto, o que Monsieur le Professeur dissera à minha paciente significava: 'Console-se com o fato de ser tão jovem. Terá o mesmo destino que sua mãe, que também teve de esperar longo tempo pelos filhos, e terá dois filhos quando tiver 32 anos.' Ter o mesmo destino que sua mãe, colocar-se no lugar de sua mãe, tomar o lugar dela junto ao pai - fora este, contudo, o mais intenso desejo de sua mocidade, e precisamente em virtude da não-realização desse desejo é que ela estava começando a adoecer. A profecia prometia-lhe que o desejo ainda se cumpriria, apesar de tudo; como poderia ela deixar de sentir simpatia pelo profeta? Entretanto, consideram os senhores possível que Monsieur le Professeur fosse sabedor dos fatos da história íntima da família de sua cliente casual? Absolutamente não! Como, então, chegou ele ao conhecimento que lhe possibilitou expressar o desejo mais intenso e mais secreto de minha paciente incluindo os dois números em sua profecia? Posso ver apenas duas explicações possíveis. Ou a história, tal como me foi contada, é inverídica, e os fatos ocorreram de modo diverso, ou a transmissão de pensamento existe como fenômeno real. Pode-se supor, indubitavelmente, que, após um intervalo de 16 anos, a paciente houvesse introduzido os dois números em questão em sua lembrança, vindos do inconsciente. Não tenho base para essa suspeita, mas não posso excluí-la; e imagino que os senhores estarão mais prontos a acreditar numa solução dessa espécie, do que na realidade da transmissão de pensamento. Se os senhores se decidem mesmo pela segunda alternativa, não se esqueçam de que foi somente a análise que criou o fato oculto - descobriu-o quando estava distorcido a ponto de ser irreconhecível.

Se se tratasse apenas de um caso, como o dessa minha paciente, não se lhe daria maior importância. Ninguém sonharia erigir sobre uma única observação uma crença que implica tomar uma direção tão decisiva. Mas os senhores devem dar-me crédito quando lhes

asseguro que este não é o único caso em minha experiência. Coligi toda uma série de tais profecias, e de todas elas ficou-me a impressão de que o adivinho simplesmente havia dado expressão aos pensamentos, e, mais especialmente, aos desejos secretos daqueles que vinham consultá-lo, e que, portanto, estávamos autorizados a analisar essas profecias como sendo produções subjetivas, fantasias ou sonhos das pessoas em questão. Naturalmente, nem todo caso é igualmente convincente, e não é, em todos os casos, igualmente possível excluir explicações mais racionais; contudo, tomando esses casos em conjunto, permanece um forte saldo de probabilidades a favor da transmissão de pensamento como um fato. A importância do tema justificaria que eu relatasse aos senhores todos os meus casos; mas não posso fazê-lo, devido à prolixidade da descrição que se faria necessária e à inevitável quebra do dever do sigilo. Na medida do possível, tentarei tranquilizar minha consciência dando-lhes mais alguns exemplos.

Um dia, procurou-me um homem jovem, muito inteligente, um estudante que se preparava para seus exames finais de doutorado, mas incapaz de fazê-los, de vez que, conforme se queixou, havia perdido todo o interesse e capacidade de concentração e até mesmo toda a faculdade de memorizar regularmente. A história prévia dessa condição de quase paralisia logo foi revelada: havia adoecido após ter realizado um grande ato de autodisciplina. Tinha uma irmã, a quem estava ligado por uma afeição intensa, porém sempre refreada, e o mesmo se passava nela, em relação a ele. ‘Que pena nós não podermos casar!’, diziam freqüentemente um ao outro. Um senhor respeitável apaixonou-se pela irmã; ela correspondeu a essa paixão, mas seus pais não consentiram na união. Em sua dificuldade, o jovem casal voltou-se para o irmão dela, e este não recusou sua ajuda. Fez o possível para que mantivessem correspondência, e sua influência finalmente persuadiu os pais a consentirem. No decorrer do noivado, entretanto, ocorreu um incidente cujo significado era fácil deduzir. Em companhia de seu futuro cunhado, ele empreendeu uma difícil escalada de montanha, sem guia; perderam o caminho e estiveram em perigo de não regressar sãos e salvos. Logo após o casamento de sua irmã, ele caiu nesse estado de exaustão mental.

A influência da psicanálise restaurou sua capacidade de trabalho, e ele deixou-me para prestar seus exames; mas após tê-los efetuado com êxito, voltou a mim por um curto período, no outono do mesmo ano. Foi então que me referiu uma experiência singular que tivera antes do verão. Na cidade de sua universidade, vivia uma adivinha que gozava de grande popularidade. Até mesmo os príncipes da Casa Real costumavam ir fazer-lhe consultas antes de empreendimentos importantes. O modo de trabalhar dela era muito simples. Pedia que lhe dissessem a data do nascimento da pessoa interessada; não exigia saber nada mais sobre a pessoa, nem sequer seu nome. Então elapassava a consultar seus livros de astrologia, fazia longos cálculos e, finalmente, formulava uma profecia referente à pessoa em questão. Meu paciente decidiu recorrer às artes místicas dessa mulher, com referência a seu cunhado. Foi visitá-la e disse-lhe a data pertinente. Depois de efetuar seus cálculos, ela fez sua profecia: ‘A pessoa em questão morrerá em julho ou agosto deste ano, de intoxicação causada por lagosta ou ostra.’ Meu paciente terminou sua história com as palavras: ‘Foi simplesmente

maravilhoso!’

Desde o início, eu escutava com irritação. Depois dessa exclamação sua, cheguei a perguntar: ‘Que é que o senhor está vendo de tão maravilhoso nessa profecia? Agora estamos no fim do outono, e o seu cunhado não está morto, ou o senhor me teria contado isto há muito tempo. Então a profecia não se realizou.’ ‘Sem dúvida, é isto’, replicou, ‘mas é isto que é maravilhoso. Meu cunhado tem paixão por lagosta e ostras, e, no verão anterior - isto é, antes de minha visita à adivinha - ele teve um ataque de intoxicação por ostra do qual quase morreu.’ Que é que eu iria dizer em face disto? Apenas pude sentir-me aborrecido por esse homem altamente instruído (que, ademais, havia passado por uma análise bem-sucedida) não conseguir ter uma visão mais clara de sua situação. Quanto a mim, a acreditar que é possível calcular o início de um ataque de intoxicação por lagosta ou ostras, com base em tabelas astrológicas, prefiro supor que meu paciente ainda não vencera o ódio que sentia por seu rival, cuja repressão, anteriormente, o levava a adoecer, e que a adivinha simplesmente estava expressando a expectativa dele mesmo: ‘um gosto desse tipo, não é de se desistir, e um dia, de qualquer modo, vai chegar o fim dele.’ Devo admitir que não consigo pensar em nenhuma outra explicação para este caso, a não ser que, talvez, meu paciente estivesse fazendo uma brincadeira comigo. No entanto, nem naquela ocasião, nem em época posterior, ele me deu motivos para semelhante suspeita, e pareceu estar levando a sério o que disse.

Aqui está outro caso. Um senhor jovem, que ocupava uma posição de destaque, foi envolvido numa liaison com uma demi-mondaine, a qual se caracterizava por uma compulsão curiosa. De tempos em tempos, ele era obrigado a provocá-la com comentários irônicos e insultuosos até ela se sentir em completo desespero. Quando ele a levava até esse ponto, aliviava-se, reconciliava-se com ela e dava-lhe um presente. Mas, agora, queria ver-se livre da mulher: a compulsão parecia-lhe uma coisa muito estranha. Percebeu que a liaison estava prejudicando sua reputação; queria ter sua esposa e constituir sua família. Entretanto, como não podia livrar-se da demi-mondaine por suas próprias forças, procurou o auxílio da análise. Depois de uma dessas cenas injuriosas, quando a análise já havia iniciado, ele a fez escrever algo num pedaço de papel, a fim de mostrá-lo a um grafólogo. O informe que recebeu deste dizia que a escrita era de alguém em extremo desespero, que certamente cometeria suicídio nos próximos dias. É verdade que isto não ocorreu, e a mulher conuiu viva; mas a análise conseguiu afrouxar os laços dessa ligação. Abandonou a mulher e voltou-se para uma moça jovem, esperando poder vir a fazer dela uma boa esposa. Logo depois, surgiu um sonho que só podia insinuar uma incipiente dúvida quanto ao valor da moça. Conseguiu uma amostra de sua escrita, também, levou-a ao mesmo grafólogo e recebeu um veredicto da escrita dela que confirmava suas apreensões. Com isso, abandonou a idéia de tomá-la como esposa.

A fim de formar uma opinião a respeito dos informes do grafólogo, especialmente do primeiro, devemos conhecer algo da história de nosso personagem. No início de sua

mocidade, ele (de acordo com sua natureza impetuosa) se apaixonara arrebatadamente por uma mulher casada, ainda jovem, mas mesmo assim mais velha do que ele. Quando ela o rejeitou, ele fez uma tentativa de suicídio que, não pode haver dúvidas, foi empreendida a sério. Foi apenas por um fio que escapou da morte, e só se recuperou depois de longo período de convalescença. Essa ação tresloucada, porém, causou profunda impressão na mulher que amava; ela lhe concedeu seus favores, ele se tornou amante dela e daí por diante permaneceu secretamente ligado a ela, servindo-a com dedicação verdadeiramente cavalheiresca. Mais de vinte anos depois, quando ambos haviam-se tornado mais velhos - mas a mulher, naturalmente, envelhecera mais do que ele -, despertou nele a necessidade de se desligar dela, de tornar-se livre, de levar a sua própria vida, de montar casa e constituir família. E ao lado dessa sensação de saciedade, surgiu nele a profunda ânsia, há muito tempo reprimida, de vingar-se de sua amante. Assim como uma vez ele havia tentado matar-se porque ela o desprezara, também desejava ele, agora, ter a satisfação de ela buscar a morte porque ele a abandonava. O amor que ele tinha, porém, era ainda muito forte para possibilitar que esse desejo se tornasse consciente nele; e não estava em condições de causar a ela dano suficiente para levá-la à morte. Dentro desse esquema mental, fez da demi-mondaine uma espécie de bode expiatório para satisfazer a sua sede de vingança in corpore vili; e ele passou a infligir-lhe todos os tormentos que podia esperar causassem nela o resultado que ele queria produzir em sua amante. Que a vingança se aplicava a esta revelava-se no fato de ele fazer desta, da amante, uma confidente e conselheira de sua liaison, em vez de ocultar dela a sua deserção. A desventurada senhora, que há muito tempo havia deixado de dar para receber favores, provavelmente sofreu muito mais com essas confidências do que a demi-mondaine com as brutalidades dele. A compulsão em relação a essa figura substitutiva, de que se queixava e que o levou à análise, naturalmente havia sido transferida a ela a partir de sua antiga amante; era dela que queria livrar-se, mas não podia. Não sou autoridade em assuntos de escrita e não tenho em alto conceito a arte de adivinhar o caráter a partir da escrita; tampouco acredito na possibilidade de assim predizer o futuro do autor da letra. Os senhores podem ver, no entanto, seja o que for que se pense do valor da grafologia, não haver engano no fato de o perito, quando prometeu que o autor da letra da amostra que lhe era apresentada, cometeria suicídio nos próximos dias, havia, mais uma vez, tão-somente manifestado um poderoso desejo secreto da pessoa que lhe vinha fazer a consulta. Algo do mesmo teor aconteceu posteriormente, no caso do segundo relato. Ali, o que estava em questão, porém, não era um desejo inconsciente; era a dúvida crescente e a apreensão do consulente que encontravam uma clara expressão na boca do grafólogo. Aliás, meu paciente conseguiu, com o auxílio da análise, encontrar um objeto para seu amor, fora do círculo mágico em que tinha sido enfeitado.

Senhoras e senhores, ouviram agora como a interpretação dos sonhos e a psicanálise em geral elucidam o ocultismo. Mostrei-lhes com exemplos que, por sua aplicação, têm sido trazido à luz fatos ocultos que de outro modo teriam permanecido desconhecidos. A psicanálise não pode dar uma resposta direta à pergunta que, sem dúvida, mais lhes interessa - se haveremos de acreditar na realidade objetiva desses achados. O material revelado com

sua ajuda, contudo, produz uma impressão que, sob todos os aspectos, é favorável a uma resposta afirmativa. O interesse dos senhores não se deterá neste ponto, entretanto. Desejarão saber que conclusões se justificam pelo material incomparavelmente mais rico no qual a psicanálise não tem qualquer ingerência. Mas nisso não posso acompanhá-los; situa-se fora de meus domínios. A única coisa adicional que poderia fazer, seria relatar-lhes observações que pelo menos têm tanta relação com a psicanálise, por terem sido feitas durante tratamento psicanalítico e, até mesmo, talvez, se tornaram possíveis por influências desta. Contar-lhes-ei um desses exemplos - o exemplo que deixou em mim a impressão mais profunda. Relata-lo-ei extensamente e solicitarei a atenção dos senhores para um grande número de detalhes, embora, ainda assim, tenha de suprimir muita coisa que em muito haveria de aumentar a força de convicção da observação. É um exemplo no qual o fato veio claramente à luz e não necessitou ser desenvolvido pela análise. Ao discuti-lo, entretanto, não poderemos prescindir da ajuda da análise. Contudo lhes direi antecipadamente que também este exemplo de aparente transmissão de pensamento na situação analítica não está isento de toda dúvida e não nos permite assumir uma posição de irrestrito apoio à realidade dos fenômenos ocultos.

Ouçam, pois: Num dia do outono do ano de 1919, cerca das 10h.45m. da manhã, o Dr. David Forsyth, que, havia pouco, chegara de Londres, enviou-me seu cartão de visita enquanto eu estava tendo uma sessão com um paciente. (Meu prezado colega da Universidade de Londres, estou certo, não considerará indiscrição se, dessa maneira, revelo o fato de que passou alguns meses sendo iniciado por mim na arte da técnica psicanalítica.) Apenas tive tempo de saudá-lo e marcar um encontro para vê-lo mais tarde. O Dr. Forsyth tinha direito ao meu interesse particular; foi o primeiro estrangeiro a vir ter comigo, após eu haver sido interrompido em minhas atividades pelos anos de guerra, e a trazer uma promessa de dias melhores. Logo depois, às onze horas, chegou Herr P., um dos meus pacientes, um homem inteligente e agradável, entre quarenta e cinquenta anos de idade, que, inicialmente, me havia procurado por causa de dificuldades com mulheres. Seu caso não prometia qualquer êxito terapêutico; muito tempo antes, eu havia proposto que parássemos o tratamento, mas ele quisera continuá-lo, evidentemente porque se sentia à vontade em uma transferência paterna bem temperada em relação a mim. Nessa época, o dinheiro não tinha qualquer papel de importância: havia muito pouco em circulação. As sessões que eu tinha com ele eram estimulantes e também reconfortantes, e, por conseguinte, passando por cima de estritas regras da clínica médica, o trabalho analítico estava sendo levado adiante, até um limite de tempo previsto.

Aquele dia, P. retornava a seus intentos de ter relações eróticas com mulheres e, mais uma vez, mencionava uma jovem linda, provocante e muito pobre, com quem ele sentia que poderia ter êxito, se o fato de ela ser virgem não amedrontasse alguma tentativa séria por parte dele. Frequentemente, havia falado nela, antes; contudo, nesse dia, pela primeira vez,

embora naturalmente ele não tivesse noção dos verdadeiros motivos do impedimento dele, disse-me que ela costumava chamá-lo ‘Herr von Vorsicht’ Sr. Cuidado. Surpreendi-me com essa informação; o cartão de visita do Dr. Forsyth estava junto a mim e mostrei-lho.

Estes são os fatos do caso. Suponho que aos senhores eles parecerão insignificantes; ouçam, porém, um pouco mais, há mais coisas por trás deles.

Quando era jovem, P. havia passado alguns anos na Inglaterra e desde então conservara um permanente interesse pela literatura inglesa. Possuía uma rica biblioteca inglesa e costumava trazer-me livros dela. Devo a ele um conhecimento de autores tais como Bennett e Galsworthy, dos quais até então havia lido pouca coisa. Um dia, emprestou-me um romance de Galsworthy intitulado *The Man of Property*, cuja ação se passa no seio de uma família, inventada pelo autor, de nome ‘Forsyte’. O próprio Galsworthy estava evidentemente fascinado com essa criação sua, pois, em livros subseqüentes, repetidamente retornou aos membros dessa família e, por fim, coletou todas as histórias referentes a eles sob o título *The Forsyte Saga*. Apenas alguns dias antes da ocorrência de que estou falando, ele me trouxera um volume recente dessa série. O nome ‘Forsyte’, e tudo o que de típico o autor havia procurado incorporar nele, tinha desempenhado um papel, também, em minhas conversações com P. e se tornara parte da linguagem secreta que tão facilmente se desenvolve entre duas pessoas que se vêem muito. Ora, o nome ‘Forsyte’ desses romances difere pouco do de meu visitante ‘Forsyth’ e, conforme é pronunciado por um alemão, os dois dificilmente podem ser distinguidos; e há uma palavra inglesa com uma significação - ‘foresight’ - que também teremos de pronunciar da mesma maneira e que seria traduzida como ‘Voraussicht’ ou ‘Vorsicht’. Assim, P. realmente selecionara de suas preocupações pessoais exatamente o nome que, ao mesmo tempo ocupava meus pensamentos, como resultado de uma ocorrência da qual ele não tinha conhecimento.

Isto parece tomar rumos melhores, concordarão os senhores. Mas penso que ficaremos mais impressionados com o surpreendente fenômeno e até mesmo obteremos uma compreensão interna (insight) dos seus fatores determinantes se lançarmos a luz da análise sobre duas outras associações apresentadas por P. durante a mesma sessão. Primeira associação: Um dia, na semana anterior, eu ficara esperando em vão por Herr P., às onze horas, e então saí para visitar o Dr. Anton von Freund em sua pension. Surpreendi-me ao verificar que Herr P. morava num outro andar do mesmo prédio em que se localizava a pension. Com relação a isso, mais tarde, eu disse a P. que, em certo sentido, eu lhe havia feito uma visita a sua casa; mas sei claramente que não lhe disse o nome da pessoa que visitei na pension. E agora, logo depois de mencionar ‘Herr von Vorsicht’, ele me perguntou se talvez a Freud-Ottorego, que estava dando um ciclo de conferências sobre inglês na *Volksuniversität*, era minha filha. E, pela primeira vez durante nosso longo período de relacionamento, ele dava a meu nome a forma distorcida, a que realmente eu me acostumei devido a autoridades, funcionários e tipógrafos: em vez de ‘Freud’ ele disse ‘Freund’.

Segunda associação: No fim da mesma sessão, contou-me um sonho do qual acordara com pavor - um verdadeiro 'Alptraum', disse ele. Acrescentou que, havia não muito tempo, tinha esquecido a palavra inglesa que significa isso, e quando alguém lhe perguntara, disse que a palavra inglesa para 'Alptraum' era 'a mare's nest.' Isto era absurdo, naturalmente, prosseguia ele; 'a mare's nest' significava algo incrível, um conto policial: a tradução de Alptraum era 'nightmare'. O único elemento comum a essa associação e à anterior parecia ser o elemento 'inglês'. Porém, eu me lembrava de um pequeno incidente, ocorrido cerca de um mês antes. P. estava sentado junto a mim, na sala, quando outro visitante, um querido amigo proveniente de Londres, o Dr. Ernest Jones, chegou inesperadamente, depois de uma longa separação. Fiz a este um sinal para que entrasse na sala contígua, enquanto eu terminava a entrevista com P. Este, porém, o reconheceu imediatamente, por causa de sua fotografia na sala de espera, e até expressara o desejo de ser-lhe apresentado. Ora, Jones é o autor de uma monografia sobre o Alptraum - o pesadelo. Eu não sabia que P. o conhecia; ele evitava ler literatura analítica. [Cf. Jones, 1912.]

Gostaria de, inicialmente, investigar com os senhores que compreensão analítica se obteve com os antecedentes das associações de P. e com os seus motivos. Em relação ao nome 'Forsyte' ou 'Forsyth', P. e eu nos situávamos de modo semelhante; para ele, o nome significava a mesma coisa, e era inteiramente a ele, P., que eu devia o conhecimento do nome. O fato digno de nota era que ele trouxe para a análise esse nome sem anunciá-lo, somentepouco tempo depois de ter-se tornado importante para mim, num outro sentido, devido a um evento novo, a chegada do médico de Londres. Mas a maneira pela qual o nome emergiu em sua sessão analítica é, talvez, não menos interessante do que o fato em si. Ele não disse, por exemplo: 'O nome "Forsyte", dos romances que o senhor conhece, acaba de me vir à mente.' Ele conseguiu, sem qualquer relação consciente com essa fonte, a partir daí, juntar esse nome às suas próprias experiências e expressá-lo - coisa que poderia ter acontecido muito tempo antes, mas não acontecera até então. O que ele disse mesmo foi, pois: 'Também eu sou um Forsyth: é como a namorada me chama!' É difícil deixar de perceber a mistura de exigência ciumenta e de autodesvalorização melancólica que encontra expressão no seu comentário. Não haveremos de errar o rumo se o complementarmos de uma forma como esta: 'Para mim é doloroso que os pensamentos do senhor se ocupem tão intensamente com essa nova chegada. Volte para mim; afinal, eu também sou um Forsyth - embora, é verdade, eu seja apenas um Herr von Vorsicht [cavalheiro do cuidado], conforme diz a namorada'. E, com isso, sua cadeia de pensamentos, passando pelas linhas associativas do elemento 'inglês', voltava a fatos anteriores, capazes de fazer despertar os mesmos sentimentos de ciúme. 'Uns dias atrás o senhor fez uma visita a minha casa - que pena, não a mim, mas a Herr von Freund.' Esse pensamento fê-lo distorcer o nome 'Freud' em 'Freund'. O nome 'Freud-Ottorego', tirado do roteiro de conferências, deve entrar aqui porque, tratando-se de professora de inglês, proporcionou a associação manifesta. E agora veio a lembrança de um outro visitante, umas semanas antes, do qual, sem dúvida, estava com ciúmes, mas com este sentia que não podia competir, pois o Dr. Jones era capaz de escrever uma monografia sobre o pesadelo, ao passo que ele, quando muito, conseguia apenas ter tais

sonhos. Sua menção do erro a respeito do significado de ‘a mare’s nest’ vem a se encaixar aqui, pois só pode querer dizer: ‘Afinal, não sou um verdadeiro inglês, assim como não sou um verdadeiro Forsyth.’

Não posso descrever agora seus sentimentos de ciúmes nem como estando fora de lugar, nem como ininteligíveis. Ele havia sido avisado de que sua análise, e ao mesmo tempo nossos contatos, terminariam tão logo os discípulos e os pacientes estrangeiros retornassem a Viena; e foi realmente isto o que aconteceu, pouco depois. O que realizamos, no entanto, foi determinada quantidade de trabalho analítico - a explicação das três associações apresentadas por ele na mesma sessão e originadas do mesmo motivo; e isto não tem muita relação com a outra questão, isto é, se essas associações podiam ter sido feitas sem transmissão de pensamento. Essa questão aplica-se a cada uma das três associações e, portanto, divide-se em três questões separadas: Poderia P. ter sabido que o Dr. Forsyth acabava de me fazer sua primeira visita? Poderia ele saber o nome da pessoa que eu havia visitado em sua casa? Sabia ele que o Dr. Jones escrevera uma monografia sobre o pesadelo? Ou foi apenas o meu conhecimento acerca dessas coisas que se revelou em suas associações? Dependerá da resposta a essas três diferentes questões a eventualidade de minha observação permitir uma conclusão favorável à transmissão de pensamento.

Deixemos de lado, por um momento, a primeira questão; as outras duas podem ser elaboradas mais facilmente. O caso de minha visita à sua pension causa uma impressão particularmente convincente, à primeira vista. Estou certo de que, em minha breve e jocosa referência à minha visita à sua casa, não mencionei qualquer nome. Penso ser muito improvável que P. tivesse feito perguntas na pension quanto ao nome da pessoa em referência; preferentemente acredito que a existência dessa pessoa tenha permanecido inteiramente desconhecida para ele. O valor probatório desse caso é, porém, totalmente desfeito por uma circunstância casual. O homem a quem fizera uma visita na pension não só se chamava ‘Freund’; era um verdadeiro amigo de todos nós. Era o Dr. Anton von Freund, cuja doação havia possibilitado a fundação de nossa casa editora. Sua morte prematura, junto com a de nosso colega Karl Abraham, alguns anos antes, são os mais graves infortúnios que atingiram o desenvolvimento da psicanálise. É possível, pois, que eu tivesse dito a P.: ‘Visitei um amigo [Freund] na sua casa’ e, com essa possibilidade, desaparece o interesse oculto de sua segunda associação.

A impressão causada pela terceira associação também se desfaz rapidamente. Podia P. saber que Jones publicara uma monografia sobre pesadelo, se ele nunca lia literatura analítica? Sim, podia. Possuía livros de nossa editora e poderia, de algum modo, ter visto os títulos das novas publicações anunciados nas capas. Isto não pode ser provado, mas também não pode ser refutado. Por essa via, portanto, não podemos chegar a conclusão alguma. Para infelicidade minha, essa observação que fiz padece da mesma debilidade de tantas outras: foi escrita muito depois e foi discutida numa época em que não estava mais em contato com Herr P., e não pude fazer-lhe mais perguntas.

Voltamos ao primeiro evento, que, mesmo tomado de per si, apóia o fato aparente de transmissão de pensamento. Poderia P. saber que o Dr. Forsyth estivera comigo um quarto de hora antes dele? Poderia ele ter absolutamente algum conhecimento de sua existência ou de sua presença em Viena? Não devemos ceder à tendência a repelir sem exame ambas as perguntas. Posso entrever um caminho que leva a uma resposta parcialmente afirmativa. Afinal, eu podia ter dito a Herr P. que eu estava esperando um médico, vindo da Inglaterra, que vinha receber formação em análise, como uma primeira pomba após o dilúvio. Isto poderia ter acontecido no verão de 1919, pois o Dr. Forsyth havia mantido entendimentos comigo, por carta, alguns meses antes de sua chegada. Posso até mesmo haver mencionado seu nome, embora isto me pareça muito improvável. Em vista da outra conexão que o nome evocava a nós dois, uma discussão a respeito inevitavelmente deve ter tido lugar, e dela teria ficado algo em minha memória. Não obstante, tal discussão pode ter-se dado e posso tê-la esquecido totalmente, depois, de modo que isto possibilitou à emergência de ‘Herr von Vorsicht’, na sessão analítica, surpreender-me como se fosse milagre. Se alguém se considera um cético, é bom ter dúvidas, às vezes, também acerca do ceticismo próprio. Pode ser que também eu tenha uma secreta inclinação ao miraculoso, o que seria meio caminho andado para ir ao encontro da criação de fatos ocultos.

Se assim eliminarmos de nosso caminho uma das possibilidades miraculosas, há uma outra esperando-nos, e é de todas a mais difícil. Supondo que Herr P. soubesse que havia um Dr. Forsyth e que este era esperado em Viena no outono, como explicar que ele ficasse receptivo a sua presença justamente no dia de sua chegada e imediatamente após sua primeira visita? Poder-se-ia dizer que era uma casualidade - isto é, não há o que explicar. Mas foi justamente com a finalidade de excluir a casualidade que discuti as duas outras associações de P., a fim de mostrar-lhes que ele realmente estava ocupado com pensamentos a respeito de pessoas que me visitavam. Ou se poderia, não desprezando a possibilidade mais extrema, aventar a hipótese de que P. havia observado um especial estado de excitação em mim (do que, para dizer a verdade, eu mesmo não sabia nada) e tirou sua conclusão a partir disto. Ou Herr P. (embora ele chegasse um quarto de hora depois de o inglês ter saído) encontrou-se com ele, no breve trecho de rua que tanto um como o outro tinham de percorrer, reconheceu-o por sua aparência caracteristicamente inglesa e, estando em permanente estado de expectativa ciumenta, pensou: ‘Ah, então é este o Dr. Forsyth, com cuja chegada minha análise vai chegar ao fim! E provavelmente ele acaba de vir agora mesmo do professor.’ Não posso levar mais adiante essas especulações de raciocínio. Mais uma vez, resta-nos um non liquet [não provado]; mas devo confessar que tenho a impressão de que também aqui os pratos da balança se inclinam a favor da transmissão de pensamento. Ademais, certamente não estou só ao ter-me decidido experimentar eventos ‘ocultos’ como este na situação analítica. Helene Deutsch publicou algumas observações semelhantes, em 1926, e estudou a questão de serem eles determinados pela relação transferencial entre paciente e analista.

Estou certo de que os senhores não se sentirão totalmente satisfeitos com minha atitude referente a esse problema - com o fato de eu não estar inteiramente convencido, mas predisposto a me convencer. Talvez os senhores possam dizer para si mesmos: 'Está aí mais um caso de um homem que fez um trabalho honesto, como cientista, durante toda a vida, e, ao ficar idoso, tornou-se parvo, piedoso, ingênuo.' Estou consciente de que alguns grandes nomes devem ser incluídos nessa categoria, mas não devem contar-me entre eles. Pelo menos piedoso não me tornei, e espero que ingênuo também não. Apenas o que acontece é que, se alguém, durante toda a vida, tratou de se abaixar a fim de evitar uma colisão dolorosa com os fatos, também na velhice ainda mantém as costas prontas a se dobrarem diante de novas realidades. Sem dúvida, os senhores gostariam que eu aderisse a um teísmo moderado e me mostrasse incansável em minha rejeição a tudo o que é oculto. Sou, contudo, incapaz de cortejar favores, e devo insistir em que tenham idéias mais gentis acerca da possibilidade objetiva da transmissão de pensamentos e, ao mesmo tempo, também da telepatia.

Os senhores não se esquecerão de que aqui estou apenas tratando esses problemas na medida em que é possível abordá-los do ponto de vista da psicanálise. Quando, pela primeira vez, eles ficaram ao alcance de minha visão, há mais de dez anos, também eu senti o receio de uma ameaça contra nossa Weltanschauung científica, que, eu temia, estava fadada a dar lugar ao espiritualismo e ao misticismo, se partes do ocultismo se comprovassem verdadeiras. Atualmente, penso de modo diverso. Em minha opinião, não mostra grande confiança na ciência quem não pensa ser possível assimilar e utilizar tudo aquilo que talvez venha a se revelar verdadeiro nas assertivas dos ocultistas. E especialmente no que diz respeito à transmissão de pensamento, ela parece realmente favorecer a extensão do modo científico - ou, como dizem nossos opositores, mecanicista - de pensamento aos fenômenos mentais que são tão difíceis de apreender. Supõe-se que o processo telepático consiste num ato mental que se realiza numa pessoa e que faz surgir o mesmo ato mental em uma outra pessoa. Aquilo que se situa entre esses dois atos mentais facilmente pode ser um processo físico, no qual o processo mental é transformado, em um dos extremos, e que é reconvertido, mais uma vez, no mesmo processo mental no outro extremo. A analogia com outras transformações, tal como ocorre no falar e no ouvir por telefone, seria então inequívoca. Imaginem só se alguém pudesse apreender esse equivalente físico do ato psíquico! A mim haveria de parecer que a psicanálise, ao inserir o inconsciente entre o que é físico e o que era previamente chamado 'psíquico', preparou o caminho para a hipótese de processos tais como a telepatia. Basta que a pessoa se habitue à idéia da telepatia, para que possa realizar muita coisa com ela - por enquanto, é verdade, apenas na imaginação. É um fato bastante conhecido que não sabemos como se realiza o propósito comum nas grandes comunidades de insetos: possivelmente se faz por meio de uma transmissão psíquica direta desse tipo. É-se levado à suspeita de que este é o método original, arcaico, de comunicação entre indivíduos e que, no decurso da evolução filogenética, foi substituído pelo método melhor de dar informações com o auxílio de sinais captados pelos órgãos dos sentidos. O método anterior, contudo, poderia ter persistido nos

bastidores e ainda ser capaz de se pôr em ação sob determinadas condições - por exemplo, em multidões de pessoas apaixonadamente excitadas. Tudo isso ainda é incerto e pleno de enigmas não solucionados; não há, porém, razão para temê-lo.

Se existe telepatia como processo real, podemos suspeitar que, apesar de tão difícil de demonstrar, seja um fenômeno bastante comum. Ela concordaria com nossas expectativas se fôssemos capazes de demonstrá-la especialmente na vida mental das crianças. Aqui nos recordamos da freqüente ansiedade sentida pelas crianças ante a idéia de que seus pais conhecem todos os seus pensamentos, sem que estes tenham sido contados a eles - equivalente exato e talvez fonte da crença dos adultos na onisciência de Deus. Há pouco tempo, Dorothy Burlingham, uma testemunha fidedigna, em um artigo sobre a análise da criança e da mãe [1932], publicou algumas observações que, podendo ser confirmadas, viriam a terminar com as dúvidas remanescentes a respeito da realidade da transmissão de pensamento. Fez uso da situação, que já não é mais uma situação rara, em que uma mãe e seu filho estão simultaneamente em análise, e relatou alguns eventos notáveis, como o que se segue. Um dia, a mãe, durante sua sessão analítica, falou de uma moeda de ouro que tinha desempenhado um papel especial em uma das cenas de sua infância. Imediatamente depois, tendo retornado a casa, seu filhinho, de cerca de dez anos, veio até o quarto dela e lhe trouxe uma moeda de ouro e pediu-lhe que ela a guardasse para ele. Surpresa, ela lhe perguntou de onde ele a tinha obtido. Haviam-lhe dado a moeda no seu aniversário; mas o aniversário do menino tinha transcorrido diversos meses antes e não havia motivo para a criança dever lembrar-se da moeda de ouro justamente agora. A mãe referiu a ocorrência à analista do filho e pediu-lhe para descobrir junto à criança o motivo de sua ação. A análise da criança, contudo, não elucidou nada do assunto; a ação se havia intrometido, naquele dia, na vida da criança, como se fora um corpo estranho. Poucas semanas depois, a mãe estava sentada à sua escrivaninha, redigindo, como lhe havia sido dito que fizesse, um relato da experiência, quando entrou o menino e lhe pediu de volta a moeda de ouro, pois queria tê-la consigo para mostrar em sua sessão de análise. Mais uma vez, a análise da criança não pôde descobrir explicação alguma para esse desejo.

E isto nos faz retornar à psicanálise, que foi de onde partimos.

CONFERÊNCIA XXXI

A DISSECÇÃO DA PERSONALIDADE PSÍQUICA

SENHORAS E SENHORES:

Sei que estão conscientes, no que diz respeito aos seus próprios relacionamentos, seja com pessoas, seja com coisas, da importância do ponto de partida dos senhores. Também foi isto o que se passou com a psicanálise. Não foi uma coisa sem importância, para o curso do seu desenvolvimento ou para a acolhida que ela encontrou, o fato de ela ter começado seu trabalho sobre aquilo que é, dentre todos os conteúdos da mente, o mais estranho ao ego - sobre os sintomas. Os sintomas são derivados do reprimido, são, por assim dizer, seus representantes perante o ego; mas o reprimido é território estrangeiro para o ego - território estrangeiro interno - assim como a realidade (que me perdoem a expressão inusitada) é território estrangeiro externo. A trajetória conduziu dos sintomas ao inconsciente, à vida dos instintos, à sexualidade; e foi então que a psicanálise deparou com a brilhante objeção de que os seres humanos não são simplesmente criaturas sexuais, mas têm, também, impulsos mais nobres e mais elevados. Poder-se-ia acrescentar que, exaltados por sua consciência desses impulsos mais elevados, eles muitas vezes assumem o direito de pensar de modo absurdo e desprezar os fatos.

Os senhores estão bem informados. Já desde o início temos dito que os seres humanos adoecem de um conflito entre as exigências da vida instintual e a resistência que se ergue dentro deles contra esta; e nem por um momento nos esquecemos dessa instância que resiste, rechaça, reprime, que consideramos aparelhada com suas forças especiais, os instintos do ego, e que coincide com o ego da psicologia popular. A verdade foi simplesmente que, em vista da natureza laboriosa do progresso feito pelo trabalho científico, até mesmo a psicanálise não conseguiu estudar todas as áreas simultaneamente e expressar suas opiniões sobre todos os problemas de um fôlego só. Mas, por fim, atingiu-se o ponto em que nos foi possível desviar nossa atenção do reprimido para as forças repressoras, e encontramos esse ego que pareceratão evidente por si mesmo, com a segura expectativa de que aqui novamente haveríamos de encontrar coisas para as quais não podíamos estar preparados. Não foi fácil, porém, encontrar uma abordagem inicial; e é a respeito disto que pretendo falar-lhes hoje.

Devo, no entanto, transmitir-lhes a minha suspeita de que esta minha exposição sobre psicologia do ego os influenciará de forma diferente da introdução ao submundo psíquico, a qual a precedeu. Não posso dizer com certeza por que isto tem de ser assim. Pensei, antes, que os senhores descobririam que, enquanto anteriormente eu lhes relatei principalmente fatos, embora estranhos e característicos, os senhores, agora, estarão ouvindo principalmente opiniões - isto é, investigações teóricas. Isto, contudo, não contradiz a situação. Considerando melhor, devo afirmar que o montante da elaboração do material concreto de nossa psicologia do ego não é muito maior do que era na psicologia das neuroses. Fui obrigado a rejeitar também outras explicações do resultado que prevejo: agora acredito que é, de certo modo, uma decorrência da natureza do material em si, e de não estarmos acostumados a abordá-lo. Em todo caso, não me surpreenderei se os senhores se mostrarem ainda mais reservados e cautelosos no seu julgamento do que até agora.

Pode-se esperar que a própria situação em que nos encontramos no início de nossa investigação nos aponte o caminho. Queremos transformar o ego, o nosso próprio ego, em tema de investigação. Mas isto é possível? Afinal, o ego é, em sua própria essência, sujeito; como pode ser transformado em objeto? Bem, não há dúvida de que pode sê-lo. O ego pode tomar-se a si próprio como objeto, pode tratar-se como trata outros objetos, pode observar-se, criticar-se, sabe-se lá o que pode fazer consigo mesmo. Nisto, uma parte do ego se coloca contra a parte restante. Assim, o ego pode ser dividido; divide-se durante numerosas funções suas - pelo menos temporariamente. Depois, suas partes podem juntar-se novamente. Isto não é propriamente novidade, embora talvez seja conferir ênfase incomum àquilo que é do conhecimento geral. Por outro lado, bem conhecemos a noção de que a patologia, tornando as coisas maiores e mais toscas, pode atrair nossa atenção para condições normais que de outro modo nos escapariam. Onde ela mostra uma brecha ou uma rachadura, ali pode normalmente estar presente uma articulação. Se atiramos ao chão um cristal, ele se parte, mas não em pedaços ao acaso. Ele se desfaz, segundo linhas de clivagem, em fragmentos cujos limites, embora fossem invisíveis, estavam predeterminados pela estrutura do cristal. Os doentes mentais são estruturas divididas e partidas do mesmotipo. Nem nós mesmos podemos esconder-lhes um pouco desse temor reverente que os povos do passado sentiam pelo insano. Eles, esses pacientes, afastaram-se da realidade externa, mas por essa mesma razão conhecem mais da realidade interna, psíquica, e podem revelar-nos muitas coisas que de outro modo nos seriam inacessíveis.

Um dos grupos dentre tais pacientes, nós o descrevemos como padecendo de delírios de estar sendo observado. Queixam-se a nós de que, permanentemente, e até em suas ações mais íntimas, estão sendo molestados pela observação de poderes desconhecidos - presumivelmente pessoas - e que, em alucinações, ouvem essas pessoas referindo o resultado de sua observação: 'agora ele vai dizer isto, agora ele está se vestindo para sair' e assim por diante. Uma observação dessa espécie ainda não é a mesma coisa que perseguição, mas não está longe disto; pressupõe que as pessoas desconfiam deles e esperam pilhá-los executando atos proibidos pelos quais seriam punidos. Como seria se essas pessoas insanas estivessem certas, se em cada um de nós estivesse presente no ego uma instância como essa que observa e ameaça punir, e que nos doentes mentais se tornou nitidamente separada de seu ego e erroneamente deslocada para a realidade externa?

Não posso dizer se com os senhores acontece a mesma coisa que a mim. Há longo tempo, sob a poderosa impressão deste quadro clínico, formei a idéia de que a separação da instância observadora, do restante do ego, poderia ser um aspecto regular da estrutura do ego; essa idéia nunca me abandonou, e fui levado a investigar as demais características e conexões da instância que assim estava separada. O passo seguinte é dado rapidamente. O conteúdo dos delírios de ser observado já sugere que o observar é apenas uma preparação do julgar e do punir e, por conseguinte, deduzimos que uma outra função dessa instância

deve ser o que chamamos nossa consciência. Dificilmente existe em nós alguma outra coisa que tão regularmente separamos de nosso ego e a que facilmente nos opomos como justamente nossa consciência. Sinto-me inclinado a fazer algo que penso irá dar-me prazer, mas abandono-o pelo motivo de que minha consciência não o admite. Ou deixei-me persuadir por uma expectativa muito grande de prazer de fazer algo a que a voz da consciência fez objeções e, após o ato, minha consciência me pune com censuras dolorosas e me faz sentir remorsos pelo ato. Poderia dizer simplesmente que a instância especial que estou começando a diferenciar no ego é a consciência. É mais prudente, contudo, manter a instância como algo independente e supor que a consciência é uma de suas funções, e que a auto-observação, que é um preliminar essencial da atividade de julgar da consciência, é mais uma de tais funções. E desde que, reconhecendo que algo tem existência separada, lhe damos um nome que lhe seja seu, de ora em diante descreverei essa instância existente no ego como o *'superego'*.

Estou preparado para ouvir agora os senhores perguntarem-me ironicamente se nossa psicologia do ego não está senão tomando literalmente abstrações de uso corrente, e num sentido primário, e transformando-as de conceitos em coisas - com o que não se teria muito a ganhar. A isto eu responderia que, na psicologia do ego, seria difícil evitar aquilo que é conhecido universalmente; antes, será mais uma questão de novas formas de ver as coisas e novas maneiras de situá-las, do que de novas descobertas. Assim, refreiem suas críticas irônicas, por agora, e aguardem mais explicações. Os fatos da patologia conferem ao nosso trabalho uma base de informações que os senhores procurariam inutilmente na psicologia popular. Portanto, prosseguirei.

Seria difícil familiarizarmo-nos com a idéia de um superego como este, que goza de um determinado grau de autonomia, que age segundo suas próprias intenções e que é independente do ego para a obtenção de sua energia; há, porém, um quadro clínico que se impõe à nossa observação e que mostra nitidamente a severidade dessa instância e até mesmo sua crueldade, bem como suas cambiantes relações com o ego. Estou-me referindo à situação da melancolia, ou, mais precisamente, dos surtos melancólicos, dos quais os senhores terão ouvido falar muito, ainda que não sejam psiquiatras. O aspecto mais evidente dessa doença, de cujas causas e de cujo mecanismo conhecemos quase nada, é o modo como o superego - *'consciência'*, podem denominá-la assim, tranqüilamente - trata o ego. Embora um melancólico possa, assim como outras pessoas, mostrar um grau maior ou menor de severidade para consigo mesmo nos seus períodos sadios, durante um surto melancólico seu superego se torna supersevero, insulta, humilha e maltrata o pobre ego, ameaça-o com os mais duros castigos, recrimina-o por atos do passado mais remoto, que haviam sido considerados, à época, insignificantes - como se tivesse passado todo o intervalo reunindo acusações e apenas tivesse estado esperando por seu atual acesso de severidade a fim de apresentá-las e proceder a um julgamento condenatório, com base nelas. O superego aplica o mais rígido padrão de moral ao ego indefeso que lhe fica à mercê; representa, em geral, as exigências da moralidade, e compreendemos imediatamente que nosso sentimento moral de

culpa é expressão da tensão entre o ego e o superego. Constitui experiência muitíssimo marcante ver a moralidade, que se supõe ter-nos sido dada por Deus e, portanto, profundamente implantada em nós, funcionando nesses pacientes como fenômeno periódico. Pois, após determinado número de meses, todo o exagero moral passou, a crítica do superego silencia, o ego é reabilitado e novamente goza de todos os direitos do homem, até o surto seguinte. Em determinadas formas da doença, na verdade, passa-se algo de tipo contrário, nos intervalos; o ego encontra-se em um estado beatífico de exaltação, celebra um triunfo, como se o superego tivesse perdido toda a sua força ou estivesse fundido no ego; e esse ego liberado, maníaco, permite-se uma satisfação verdadeiramente desinibida de todos os seus apetites. Aqui estão acontecimentos ricos em enigmas não solucionados!

Sem dúvida, os senhores esperarão que eu lhes dê mais do que uma simples ilustração quando lhes informo haveremos descoberto todo tipo de coisas acerca da formação do superego - isto é, sobre a origem da consciência. Seguindo um conhecido pronunciamento de Kant, que liga a consciência dentro de nós com o céu estrelado, um homem piedoso bem poderia ser tentado a venerar essas duas coisas como as obras-primas da criação. As estrelas são, na verdade, magníficas, porém, quanto à consciência, Deus executou um trabalho torto e negligente, pois da consciência a maior parte dos homens recebeu apenas uma quantia modesta, ou mal recebeu o suficiente para ser notado. Longe de nós desprezarmos a parcela de verdade psicológica da afirmação segundo a qual a consciência é de origem divina; contudo a tese requer interpretação. Conquanto a consciência seja algo 'dentro de nós', ela, mesmo assim, não o é desde o início. Nesse ponto, ela é um contraste real com a vida sexual, que existe de fato desde o início da vida e não é apenas um acréscimo posterior. Pois bem, como todos sabem, as crianças de tenra idade são amorais e não possuem inibições internas contra seus impulsos que buscam o prazer. O papel que mais tarde é assumido pelo superego é desempenhado, no início, por um poder externo, pela autoridade dos pais. A influência dos pais governa a criança, concedendo-lhe provas de amor e ameaçando com castigos, os quais, para a criança, são sinais de perda do amor e se farão temer por essa mesma causa. Essa ansiedade realística é o precursor da ansiedade moral subsequente. Na medida em que ela é dominante, não há necessidade de falar em superego e consciência. Apenas posteriormente é que se desenvolve a situação secundária (que todos nós com demasiada rapidez havemos de considerar como sendo a situação normal), quando acoerção externa é internalizada, e o superego assume o lugar da instância parental e observa, dirige e ameaça o ego, exatamente da mesma forma como anteriormente os pais faziam com a criança.

O superego, que assim assume o poder, a função e até mesmo os métodos da instância parental, é, porém, não simplesmente seu sucessor, mas também, realmente, seu legítimo herdeiro. Procedo diretamente dele, e verificaremos agora por que processo. Antes, porém, atentemos para uma discrepância entre os dois. O superego parece ter feito uma escolha unilateral e ter ficado apenas com a rigidez e severidade dos pais, com sua função proibidora e punitiva, ao passo que o cuidado carinhoso deles parece não ter sido

assimilado e mantido. Se os pais realmente impuseram sua autoridade com severidade, facilmente podemos compreender que a criança desenvolva, em troca, um superego severo. Contrariando nossas expectativas, porém, a experiência mostra que o superego pode adquirir essas mesmas características de severidade inflexível, ainda que a criança tenha sido educada de forma branda e afetuosa, e se tenham evitado, na medida do possível, ameaças e punições. Mais adiante, retornaremos a essa contradição, quando tratarmos das transformações do instinto durante a formação do superego.

Não posso dizer-lhes tanto quanto gostaria a respeito da metamorfose do relacionamento parental em superego, em parte porque esse processo é tão complexo, que uma exposição dele não cabe dentro do esquema de trabalho de uma série de conferências de introdução, como a que tento dar-lhes, mas em parte, também, porque não nos sentimos seguros de que estejamos compreendendo-a por inteiro. Assim, devem satisfazer-se com o esboço que se segue.

A base do processo é o que se chama ‘identificação’ - isto é, a ação de assemelhar um ego a outro ego, em conseqüência do que o primeiro ego se comporta como o segundo em determinados aspectos, imita-o e, em certo sentido, assimila-o dentro de si. A identificação tem sido comparada, não inadequadamente, com a incorporação oral, canibalística, da outra pessoa. É uma forma muito importante de vinculação a uma outra pessoa, provavelmente a primeira forma, e não é o mesmo que escolha objetal. A diferença entre ambas pode ser expressa mais ou menos da seguinte maneira. Se um menino se identifica com seu pai, ele quer *ser igual* a seu pai; se fizer dele o objeto de sua escolha, o menino quer *tê-lo*, possuí-lo. No primeiro caso, seu ego modifica-se conforme o modelo de seu pai; no segundo caso, isso não é necessário. Identificação e escolha objetal são, em grande parte, independentes uma da outra; no entanto, é possível identificar-se com alguém que, por exemplo, foi tomado como objeto sexual, e modificar o ego segundo esse modelo. Diz-se que a influência sobre o ego, motivada pelo objeto sexual, ocorre com particular freqüência em mulheres e é característica da feminilidade. Devo ter-lhes falado, já, em minhas conferências anteriores, daquilo que é, sem dúvida, a relação mais esclarecedora entre identificação e escolha objetal. Pode ser observado com igual facilidade em crianças e em adultos, tanto em pessoas normais como em pessoas doentes. Se alguém perdeu um objeto, ou foi obrigado a se desfazer dele, muitas vezes se compensa disto identificando-se com ele e restabelecendo-o novamente no ego, de modo que, aqui, a escolha objetal regride, por assim dizer à identificação.

Eu próprio não estou, de modo algum, satisfeito com esses comentários sobre identificação; mas isto será suficiente se os senhores puderem assegurar-me de que a instalação do superego pode ser classificada como exemplo bem-sucedido de identificação com a instância parental. O fato que fala decisivamente a favor desse ponto de vista é que essa nova criação de uma instância superior dentro do ego está muito intimamente ligada ao destino do complexo de Édipo, de modo que o superego surge como o herdeiro dessa

vinculação afetiva tão importante para a infância. Abandonando o complexo de Édipo, uma criança deve, conforme podemos ver, renunciar às intensas catexias objetais que depositou em seus pais, e é como compensação por essa perda de objetos que existe uma intensificação tão grande das identificações com seus pais, as quais provavelmente há muito estiveram presentes em seu ego. Identificações desse tipo, cristalização de catexias objetais a que se renunciou, repetir-se-ão muitas vezes, posteriormente, na vida da criança; contudo, está inteiramente de acordo com a importância afetiva desse primeiro caso de uma tal transformação o fato de que se deve encontrar no ego um lugar especial para seu resultado. Uma investigação atenta mostrou-nos, também, que o superego é tolhido em sua força e crescimento se a superação do complexo de Édipo tem êxito apenas parcial. No decurso do desenvolvimento, o superego também assimila as influências que tomaram o lugar dos pais - educadores, professores, pessoas escolhidas como modelos ideais. Normalmente, o superego se afasta mais e mais das figuras parentais originais; torna-se, digamos assim, mais impessoal. E não se deve esquecer que uma criança tem conceitos diferentes sobre seus pais, em diferentes períodos de sua vida. À época em que o complexo de Édipo dá lugar ao superego, eles são algo de muito extraordinário; depois, porém, perdem muito desse atributo. Realizam-se, pois, identificações também com esses pais dessa fase ulterior, e, na verdade, regularmente fazem importantes contribuições à formação do caráter; nesse caso, porém, apenas atingem o ego, já não mais influenciam o superego que foi determinado pelas imagos parentais mais primitivas.

Espero que já tenham formado uma opinião de que a hipótese do superego realmente descreve uma relação estrutural, e não é meramente uma personificação de abstrações tais como a da consciência. Resta mencionar mais uma importante função que atribuímos a esse superego. É também o veículo do ideal do ego, pelo qual o ego se avalia, que o estimula e cuja exigência por uma perfeição sempre maior ele se esforça por cumprir. Não há dúvida de que esse ideal do ego é o precipitado da antiga imagem dos pais, a expressão de admiração pela perfeição que a criança então lhes atribuía.

Tenho como certo que os senhores já ouviram falar muito no sentimento de inferioridade, que se supõe caracterize especialmente os neuróticos. Ele freqüenta, em particular, as páginas do que se conhece como *belles lettres*. Um autor, ao usar a expressão ‘complexo de inferioridade’, pensa que com isto satisfaz todas as exigências da psicanálise e elevou sua criação literária a um plano mais elevado. De fato, ‘complexo de inferioridade’ é um termo técnico quase nunca usado em psicanálise. Para nós, ele não comporta o significado de algo simples, nem, muito menos, de algo elementar. Atribuí-lo à autopercepção de possíveis defeitos orgânicos, como pretende fazê-lo a escola daqueles que são conhecidos como ‘psicólogos do indivíduo’, parece-nos um erro insensato. O sentimento de inferioridade possui fortes raízes eróticas. Uma criança sente-se inferior quando verifica que não é amada,

e o mesmo se passa com o adulto. O único órgão corporal realmente considerado inferior é o pênis atrofiado, o clitóris da menina. A parte principal do sentimento de inferioridade, porém, deriva-se da relação do ego com o superego; assim como o sentimento de culpa, é expressão da tensão entre eles. Em conjunto, é difícil separar o sentimento de inferioridade do sentimento de culpa. Talvez seja correto considerar aquele como o complemento erótico do sentimento moral de inferioridade. Deu-se pouca atenção, na psicanálise, à questão referente à delimitação dos dois conceitos.

Justamente porque o complexo de inferioridade se tornou tão popular, arriscar-me-ei, aqui a entretê-los com uma breve digressão. Um personagem histórico dos nossos dias, que ainda vive, embora no momento se tenha retirado de cena, sofre de um defeito em um dos membros, devido a uma lesão no nascimento. Um conhecido escritor contemporâneo, especialmente dado a compilar biografias de celebridades, abordou, entre outras coisas, a vida do homem de quem estou falando. Ora, ao escrever uma biografia, talvez seja difícil suprimir uma necessidade de sondar as profundezas psicológicas. Por essa razão, nosso autor arriscou-se a uma tentativa de erigir todo o desenvolvimento do caráter de seu herói sobre o sentimento de inferioridade que devia ter sido provocado por seu defeito físico. Com isso, desprezou ele um fato diminuto, mas não insignificante. É comum as mães, a quem o destino presenteou com um filho doentio ou portador de alguma outra desvantagem, tentarem compensá-lo de sua injusta desvantagem com uma superabundância de amor. No exemplo em questão, a orgulhosa mãe portou-se de modo diferente; retirou do filho o seu amor, por causa da enfermidade dele. Quando chegou a ser um homem de grande poder, demonstrou inequivocamente, por seus atos, não se haver jamais esquecido de sua mãe. Quando os senhores considerarem a importância do amor de uma mãe para a vida mental de uma criança, sem dúvida efetuarão uma tácita correção da teoria da inferioridade proposta pelo biógrafo.

Retornemos, porém, ao superego. Atribuímos-lhe as funções de auto-observação, de consciência e de [manter] o ideal. Daquilo que dissemos sobre sua origem, segue-se que ele pressupõe um fato biológico extremamente importante e um fato psicológico decisivo; ou seja, a prolongada dependência da criança em relação a seus pais e o complexo de Édipo, ambos intimamente inter-relacionados. O superego é para nós o representante de todas as restrições morais, o advogado de um esforço tendente à perfeição - é, em resumo, tudo o que pudemos captar psicologicamente daquilo que é catalogado como o aspecto mais elevado da vida do homem. Como remonta à influência dos pais, educadores, etc., aprendemos mais sobre seu significado se nos voltamos para aqueles que são sua origem. Via de regra, os pais, e as autoridades análogas a eles, seguem os preceitos de seus próprios superegos ao educar as crianças. Seja qual for o entendimento a que possam ter chegado entre si o seu ego e o seu superego, são severos e exigentes ao educar os filhos. Esqueceram as dificuldades de sua própria infância e agora se sentem contentes com identificar-se eles próprios,

inteiramente, com seus pais, que no passado impuseram sobre eles restrições tão severas. Assim, o superego de uma criança é, com efeito, construído segundo o modelo não de seus pais, mas do superego de seus pais; os conteúdos que ele encerra são os mesmos, e torna-se veículo da tradição e de todos os duradouros julgamentos de valores que dessa forma se transmitiram de geração em geração. Facilmente podem adivinhar que, quando levamos em conta o superego, estamos dando um passo importante para a nossa compreensão do comportamento social da humanidade - do problema da delinquência, por exemplo - e, talvez, até mesmo estejamos dando indicações práticas referentes à educação. Parece provável que aquilo que se conhece como visão materialista da história peque por subestimar esse fator. Eles o põem de lado, com o comentário de que as 'ideologias' do homem nada mais são do que produto e superestrutura de suas condições econômicas contemporâneas. Isto é verdade, mas muito provavelmente não a verdade inteira. A humanidade nunca vive inteiramente no presente. O passado, a tradição da raça e do povo, vive nas ideologias do superego e só lentamente cede às influências do presente, no sentido de mudanças novas; e, enquanto opera através do superego, desempenha um poderoso papel na vida do homem, independentemente de condições econômicas. [Cf. [1]]

Em 1921, procurei utilizar a diferenciação entre o ego e o superego num estudo sobre psicologia de grupo. Cheguei a uma fórmula do seguinte teor: um grupo psicológico é uma coleção de indivíduos que introduziram a mesma pessoa em seu superego e, com base nesse elemento comum, identificaram-se entre si no seu ego. Isto se aplica, naturalmente, apenas a grupos que têm um líder. Se possuíssemos mais aplicações dessa espécie, a hipótese do superego perderia seus últimos resquícios de ser uma coisa estranha para nós, e nos livraríamos completamente da perplexidade de que somos tomados quando, acostumados como estamos à atmosfera do submundo, nos movemos nas camadas mais superficiais, mais elevadas, do aparelho mental. Não supomos, naturalmente, que, com o destaque dado ao superego, tenhamos dito a última palavra sobre a psicologia do ego. É, antes, um primeiro passo; porém, nesse caso, o difícil não é só o primeiro passo.

Agora, contudo, um outro problema nos aguarda - no lado oposto do ego, poderíamos dizer. No-lo apresenta um fato observado durante o trabalho da análise, uma observação que é realmente muito antiga. Como não raro acontece, levou muito tempo até se chegar ao ponto de ser avaliada sua importância. Toda a teoria da psicanálise, como sabem, é de fato construída sobre a percepção da resistência que o paciente nos oferece, quando tentamos tornar-lhe consciente o seu inconsciente. O sinal objetivo dessa resistência é suas associações deixarem de fluir livremente do assunto que está sendo tratado. Pode, também, o paciente reconhecer *subjetivamente* a resistência pelo fato de que tem sentimentos desagradáveis quando se aproxima do assunto. Esse último sinal, contudo, também pode estar ausente. Dizemos então ao paciente que inferimos de sua conduta que ele está, agora,

num estado de resistência; e ele responde que nada sabe disso e só se apercebe de que suas associações se tornaram mais difíceis. Acontece que tínhamos razão; mas, nesse caso, sua resistência também era inconsciente, tão inconsciente quanto o reprimido, em cujo esclarecimento estamos trabalhando. Há muito deveríamos ter feito a pergunta: de que parte de sua mente surge uma resistência de tal ordem? O principiante em psicanálise está pronto para responder de imediato: é, naturalmente, a resistência do inconsciente. Resposta ambígua e inútil! Se significa que a resistência surge do reprimido, devemos acrescentar: certamente não! Devemos, antes, atribuir ao reprimido uma tendência ascendente, um impulso de irromper na consciência. A resistência só pode ser manifestação do ego, que originalmente forçou a repressão e agora deseja mantê-la. Ademais, esta é a opinião que sempre tivemos. Porque chegamos a supor uma instância especial no ego, o superego, o qual representa as exigências de caráter restritivo e objetável, podemos dizer que a repressão é o trabalho desse superego, e que é efetuada ou por este mesmo, ou pelo ego, em obediência a ordens dele. Se, pois, na análise, deparamos com o caso de a resistência não ser consciente para o paciente, isto significa que, em situações muito importantes, o superego e o ego podem operar inconscientemente, ou que - e isto seria ainda mais importante - partes de ambos, do ego e do superego, são inconscientes. Nos dois casos, temos de contar com a desagradável descoberta de que, por um lado, o (super)ego e o consciente e, por outro lado, o reprimido e o inconsciente não são de modo algum coincidentes.

E aqui, senhoras e senhores, sinto que devo fazer uma pausa para tomar fôlego - o que os senhores receberão com alívio - e, antes de prosseguir, pedir-lhes desculpas. Minha intenção é fornecer-lhes alguns acréscimos às conferências introdutórias sobre psicanálise, que iniciei há quinze anos, e sinto-me obrigado a conduzir-me como se, tanto os senhores como eu, nesse intervalo, não tivéssemos feito outra coisa senão exercer a psicanálise. Sei que uma tal suposição é descabida; não tenho, porém, outro recurso, não posso agir de modo diferente. Isto se relaciona, sem dúvida, ao fato de que, em geral, é tão difícil proporcionar a quem não é psicanalista uma compreensão interna (*insight*) da psicanálise. Os senhores podem acreditar em mim, quando lhes digo que não é de nosso agrado dar uma impressão de sermos membros de uma sociedade secreta e de praticarmos uma ciência mística. Mesmo assim, temos sido obrigados a reconhecer e a expressar nossa convicção de que ninguém tem o direito de participar de uma discussão sobre psicanálise, se não teve experiência própria, que só pode ser obtida ao ser analisado. Quando lhes proféri minhas conferências, há quinze anos, procurei poupar-lhes determinadas partes especulativas de nossa teoria; mas é justamente delas que derivam as novas aquisições de que devo falar-lhes, hoje.

Retorno, agora, ao nosso tema. Em face da dúvida quanto a saber se o ego e o superego são inconscientes, ou se simplesmente produzem efeitos inconscientes, decidimo-nos, por boas razões, a favor da primeira possibilidade. E é realmente este o caso: grande parte do ego e do superego pode permanecer inconsciente e é normalmente inconsciente. Isto é, a

pessoa nada sabe dos conteúdos dos mesmos, e é necessário dispender esforços para torná-los conscientes. É um fato que o ego e o consciente, o reprimido e o inconsciente não coincidem. Sentimos necessidade de proceder a uma revisão fundamental de nossa atitude relativa a esse problema consciente-inconsciente. Em primeiro lugar, sentimo-nos muito inclinados a reduzir o valor do critério do ser consciente, de vez que se mostrou tão pouco digno de fé. Mas estaríamos fazendo-lhe uma injustiça. E como se pode dizer de nossa vida: não tem muito valor, mas é tudo o que temos. Sem a revelação proporcionada pela qualidade da consciência, estaríamos perdidos na obscuridade da psicologia profunda; devemos, contudo, encontrar nosso rumo.

Não há necessidade de discutir o que se deva denominar consciente: não pairam dúvidas sobre isto. O mais antigo e o melhor significado da palavra 'inconsciente' é o significado descritivo. Denominamos inconsciente um processo psíquico cuja existência somos obrigados a supor - devido a algum motivo tal que o inferimos a partir de seus efeitos -, mas do qual nada sabemos. Nesse caso, temos para tal processo a mesma relação que temos com um processo psíquico de uma outra pessoa, exceto que, de fato, se trata de um processo nosso, mesmo. Se quisermos ser ainda mais corretos, modificaremos nossa assertiva dizendo que denominamos inconsciente um processo se somos obrigados a supor que ele está sendo ativado *no momento*, embora *no momento* não saibamos nada a seu respeito. Essa restrição faz-nos raciocinar que a maioria dos processos conscientes são conscientes apenas num curto espaço de tempo; muito em breve se tornam *latentes*, podendo, contudo, facilmente tornar-se de novo conscientes. Também poderíamos dizer que se tornaram inconscientes, se fosse absolutamente certo que, na condição de latência, ainda constituem algo de psíquico. Até aí, não teríamos aprendido nada novo; e não teríamos adquirido o direito de introduzir o conceito de inconsciente na psicologia. Mas então surge a observação que já pudemos fazer com referência às parapraxias. A fim de explicar um lapso de língua, por exemplo, achamo-nos na obrigação de supor que a intenção de fazer um determinado comentário estava presente na pessoa. Concluímos-lo, com segurança, a partir da interferência dessa intenção no comentário que ocorreu; mas a intenção não foi levada a cabo e era, portanto, inconsciente. Quando, a seguir, nós a revelamos à pessoa que cometeu o lapso, se ela reconhece tal intenção como sendo-lhe já familiar, era-lhe esta, então, apenas temporariamente inconsciente; se, contudo, a repele como algo alheio, tal intenção foi, então, permanentemente inconsciente. Partindo dessa experiência, retrospectivamente adquirimos o direito de afirmar ser inconsciente também algo que tinha sido qualificado como latente. Uma reflexão sobre essa relação dinâmica permite-nos, agora, distinguir duas espécies de inconsciente - uma que é facilmente transformada, em circunstâncias de ocorrência freqüente, em algo consciente; e uma outra, na qual essa transformação é difícil e apenas se realiza quando sujeita a considerável dispêndio de esforços, ou, possivelmente, jamais se efetue, absolutamente. Com a finalidade de evitar a ambigüidade no sentido de estarmos nos referindo, a um ou a outro inconsciente, de estarmos usando a palavra no sentido descritivo ou no sentido dinâmico, utilizamo-nos de um expediente permissível e simples. O inconsciente que está apenas latente, e portanto facilmente se torna consciente, denominamo-lo 'pré-consciente', e reservamos o termo 'inconsciente' para o outro. Temos, agora, três termos, 'consciente', 'pré-consciente' e 'inconsciente', com os quais podemos ser bem-sucedidos em nossa descrição dos fenômenos mentais. Repetindo: o pré-consciente também é inconsciente no sentido puramente descritivo, mas não lhe atribuímos esse nome, exceto quando falamos sem a preocupação de conferir-lhe precisão, ou quando temos de fazer a defesa da existência, na vida mental, de processos inconscientes em geral.

Os senhores admitirão, segundo espero, que até esse ponto isto não está totalmente mal e permite um manejo conveniente. Sim, mas infelizmente o trabalho da psicanálise viu-se compelido a empregar a palavra 'inconsciente' em mais um sentido, o terceiro, e isto,

certamente, pode ter causado confusão. Sob o novo e poderoso impacto da existência de um extenso e importante campo da vida mental, normalmente afastado do conhecimento do ego, de modo que os processos que nele ocorrem têm de ser considerados como inconscientes, em sentido verdadeiramente dinâmico, vimos a entender o termo 'inconsciente' também num sentido topográfico ou sistemático; passamos a falar em 'sistema' do pré-consciente e em 'sistema' do inconsciente, em conflito entre o ego e o sistema *Inc.*, e temos empregado cada vez mais freqüentemente essa palavra com a finalidade de assinalar, antes, uma região mental, do que para designar uma qualidade daquilo que é mental. A descoberta, realmente inconveniente, de que partes do ego e também do superego são inconscientes, no sentido dinâmico, atua, nesse ponto, como um alívio - possibilita a remoção de uma complicação. Percebemos não termos o direito de denominar 'sistema *Inc.*' a região mental alheia ao ego, de vez que a característica de ser inconsciente não lhe é exclusiva. Assim sendo, não usaremos mais o termo 'inconsciente' no sentido sistemático e daremos àquilo que até agora temos assim descrito um nome melhor, um nome que não seja mais passível de equívocos. Aceitando uma palavra empregada por Nietzsche e acolhendo uma sugestão de George Groddeck [1923], de ora em diante chama-lo-emos de 'id'. Esse pronome impessoal parece especialmente bem talhado para expressar a principal característica dessa região da mente - o fato de ser alheia ao ego. O superego, o ego e o id - estes são, pois, os três reinos, regiões, províncias em que dividimos o aparelho mental de um indivíduo, e é das suas relações mútuas que nos ocuparemos a seguir.

Antes, porém, uma breve interpolação. Penso que os senhores se sentem insatisfeitos porque as três qualidades da consciência e as três regiões do aparelho mental não se agrupam em três pares harmônicos, e os senhores podem considerar esse fato, em certo sentido, obscurecedor de nossos achados. Não penso, todavia, que devemos lamentá-lo, e devemos dizer a nós mesmos que não tínhamos o direito de esperar nenhuma disposição homogênea nessas coisas. Permitam-me mostrar-lhes uma analogia; é verdade que as analogias nada decidem, mas podem fazer a pessoa sentir-se mais à vontade. Estou imaginando uma região com uma paisagem de configuração variada - montanhas, planícies e cadeias de lagos - e com uma população mista: é habitada por alemães, magiares e eslovacos, que se dedicam a atividades diferentes. Ora, poderiam as coisas estar repartidas de tal modo que os alemães, criadores de gado, habitam a região montanhosa, os magiares, que plantam cereais e videiras, moram nas planícies, e os eslovacos, que capturam peixes e tecem o junco, vivem junto aos lagos. Se a partilha pudesse ser tão simples e definida, um Woodrow Wilson ficaria feliz da vida com isso; também seria conveniente um tal arranjo para uma conferência numa aula de geografia. Entretanto, seria provável que os senhores encontrassem menos homogeneidade e mais mistura, se viajassem pela região. Alemães, magiares e eslovacos vivem disseminados por toda parte; na região montanhosa também há terras cultiváveis, e cria-se gado também nas planícies. Algumas coisas, naturalmente, são conforme os senhores esperavam, pois não se pode capturar peixes nas montanhas e os vinhedos não crescem na água. Realmente, o quadro da região, que os senhores se afiguravam, pode, na sua totalidade, ajustar-se aos fatos; os senhores, no entanto, terão de

conformar-se com desvios nos detalhes.

Os senhores não deverão de esperar que eu tenha muita coisa nova a dizer-lhes acerca do id, exceto o seu nome novo. É a parte obscura, a parte inacessível de nossa personalidade; o pouco que sabemos a seu respeito, aprendemo-lo de nosso estudo da elaboração onírica e da formação dos sintomas neuróticos, e a maior parte disso é de caráter negativo e pode ser descrita somente como um contraste com o ego. Abordamos o id com analogias; denominamo-lo caos, caldeirão cheio de agitação fervilhante. Descrevemo-lo como estando aberto, no seu extremo, a influências somáticas e como contendo dentro de si necessidades instintuais que nele encontram expressão psíquica; não sabemos dizer, contudo, em que substrato. Está repleto de energias que a ele chegam dos instintos, porém não possui organização, não expressa uma vontade coletiva, mas somente uma luta pela consecução da satisfação das necessidades instintuais, sujeita à observância do princípio de prazer. As leis lógicas do pensamento não se aplicam ao id, e isto é verdadeiro, acima de tudo, quanto à lei da contradição. Impulsos contrários existem lado a lado, sem que um anule o outro, ou sem que um diminua o outro: quando muito, podem convergir para formar conciliações, sob a pressão econômica dominante, com vistas à descarga da energia. No id não há nada que se possa comparar à negativa e é com surpresa que percebemos uma exceção ao teorema filosófico segundo o qual espaço e tempo são formas necessárias de nossos atos mentais. No id, não existe nada que corresponda à idéia de tempo; não há reconhecimento da passagem do tempo, e - coisa muito notável e merecedora de estudo no pensamento filosófico nenhuma alteração em seus processos mentais é produzida pela passagem do tempo. Impulsos plenos de desejos, que jamais passaram além do id, e também impressões, que foram mergulhadas no id pelas repressões, são virtualmente imortais; depois de se passarem décadas, comportam-se como se tivessem ocorrido há pouco. Só podem ser reconhecidos como pertencentes ao passado, só podem perder sua importância e ser destituídos de sua catexia de energia, quando tornados conscientes pelo trabalho da análise, e é nisto que, em grande parte, se baseia o efeito terapêutico do tratamento analítico.

Muitíssimas vezes, tive a impressão de que temos feito muito pouco uso teórico desse fato, estabelecido além de qualquer dúvida, da inalterabilidade do reprimido com o passar do tempo. Isto parece oferecer um acesso às mais profundas descobertas. E, infelizmente, eu próprio não fiz qualquer progresso nessa parte.

Naturalmente, o id não conhece nenhum julgamento de valores: não conhece o bem, nem o mal, nem moralidade. Domina todos os seus processos o fator econômico ou, se preferirem, o fator quantitativo, que está intimamente vinculado ao princípio de prazer. Catexias instintuais que procuram a descarga - isto, em nossa opinião, é tudo o que existe no id. Parece mesmo que a energia desses impulsos instintuais se acha num estado diferente

daquele encontrado em outras regiões da mente, muito mais móvel e capaz de descarga; de outro modo, não ocorreriam os deslocamentos e as condensações, que são tão característicos do id e que tão radicalmente desprezam a *qualidade* daquilo que é catexizado - aquilo que no ego chamaríamos de uma idéia. Daríamos muito para entender mais acerca dessas coisas! Aliás, os senhores podem verificar que estamos em condições de atribuir ao id características outras além dessa de ser inconsciente, e podem reconhecer a possibilidade de partes do ego e do superego serem inconscientes, sem possuírem as mesmas características primitivas e irracionais.-Podemos esclarecer melhor as características do ego real, na medida em que este pode ser diferenciado do id e do superego, examinando sua relação com a parte mais superficial do aparelho mental, que descrevemos como o sistema *Pcpt.-Cs*. Esse sistema está voltado para o mundo externo, é o meio de percepção daquilo que surge de fora, e durante o seu funcionamento surge nele o fenômeno da consciência. É o órgão sensorial de todo o aparelho; ademais, é receptivo não só às excitações provenientes de fora, mas também àquelas que emergem do interior da mente. Quase não necessitamos procurar uma justificativa para a opinião segundo a qual o ego é aquela parte do id que se modificou pela proximidade e influência do mundo externo, que está adaptada para a recepção de estímulos, e adaptada como escudo protetor contra os estímulos, comparável à camada cortical que circunda uma pequena massa de substância viva. A relação com o mundo externo tornou-se o fator decisivo para o ego; este assumiu a tarefa de representar o mundo externo perante o id - o que é uma sorte para o id, que não poderia escapar à destruição se, em seus cegos intentos que visam à satisfação de seus instintos, não atentasse para esse poder externo supremo. Ao cumprir com essa função, o ego deve observar o mundo externo, deve estabelecer um quadro preciso do mesmo nos traços de memória de suas percepções, e, pelo seu exercício da função de 'teste de realidade', deve excluir tudo o que nesse quadro do mundo externo é um acréscimo decorrente de fontes internas de excitação. O ego controla os acessos à motilidade, sob as ordens do id; mas, entre uma necessidade e uma ação, interpôs uma protelação sob forma de atividade do pensamento, durante a qual se utiliza dos resíduos mnêmicos da experiência. Dessa maneira, o ego destronou o princípio de prazer, que domina o curso dos eventos no id sem qualquer restrição, e o substituiu pelo princípio de realidade, que promete maior certeza e maior êxito.

A relação com o tempo, tão difícil de descrever, também é introduzida no ego pelo sistema perceptual; dificilmente pode-se duvidar de que o modo de atuação desse sistema é o que dá origem à idéia de tempo. O que, contudo, muito particularmente distingue o ego do id é uma tendência à síntese de seu conteúdo, à combinação e à unificação nos seus processos mentais, o que está totalmente ausente no id. Quando, agora, abordarmos os instintos na vida mental, conseguiremos, segundo espero, reconstituir essa característica essencial do ego em sua origem. Somente ela produz o alto grau de organização que o ego requer para suas melhores realizações. O ego evolui da percepção dos instintos para o controle destes; esse controle, porém, apenas é realizado pelo representante [psíquico] do instinto quando tal representante se situa no lugar que lhe é próprio, num amplo conjunto de

elementos, quando tomado em um contexto coerente. Para adotar um modo popular de falar, poderíamos dizer que o ego significa razão e bom senso, ao passo que o id significa as paixões indomadas.

Até aqui, temo-nos deixado impressionar pelos méritos e capacidades do ego; é tempo, agora, de considerar também o outro lado. O ego, afinal, é apenas uma parte do id, uma parte que foi adequadamente modificada pela proximidade com o mundo externo, com sua ameaça de perigo. Do ponto de vista dinâmico, ele é fraco, tomou emprestadas ao id as suas forças, e em parte entendemos os métodos - poderíamos chamá-los subterfúgios - pelos quais extrai do id quantidades adicionais de energia. Um dentre tais métodos, por exemplo, consiste em identificar-se com objetos reais ou abandonados. As catexias objetais procedem das exigências instintuais do id. O ego tem de, em primeiro lugar, registrá-las. Mas, identificando-se com o objeto, o ego recomenda-se ao id em lugar do objeto e procura desviar a libido do id para si próprio. Já vimos [[1]] que, no decurso de sua vida, o ego assume dentro de si um grande número de precipitados, como este das mencionadas catexias objetais. O ego deve, no geral, executar as intenções do id, e cumpre sua atribuição descobrindo as circunstâncias em que essas intenções possam ser mais bem realizadas. A relação do ego para com o id poderia ser comparada com a de um cavaleiro para com seu cavalo. O cavalo provê a energia de locomoção, enquanto o cavaleiro tem o privilégio de decidir o objetivo e de guiar o movimento do poderoso animal. Mas muito freqüentemente surge entre o ego e o id a situação, não propriamente ideal, de o cavaleiro só poder guiar o cavalo por onde este quer ir.

Há uma parte do id da qual o ego separou-se por meio de resistências devidas à repressão. A repressão, contudo, não se estende para dentro do id: o reprimido funde-se no restante do id.

Adverte-nos um provérbio de que não sirvamos a dois senhores ao mesmo tempo. O pobre do ego passa por coisas ainda piores: ele serve a três severos senhores e faz o que pode para harmonizar entre si seus reclamos e exigências. Esses reclamos são sempre divergentes e freqüentemente parecem incompatíveis. Não é para admirar se o ego tantas vezes falha em sua tarefa. Seus três tirânicos senhores são o mundo externo, o superego e o id. Quando acompanhamos os esforços do ego para satisfazê-los simultaneamente - ou antes, para obedecer-lhes simultaneamente -, não podemos nos arrepender por termo-lo personificado ou por termo-lo erigido em um organismo separado. Ele se sente cercado por três lados, ameaçado por três tipos de perigo, aos quais reage, quando duramente pressionado, gerando ansiedade. Devido à sua origem decorrente das experiências do sistema perceptual, ele é destinado a representar as exigências do mundo externo, contudo também se esforça por ser um servo leal do id, manter bom relacionamento com este, recomendar-se ao id como um objeto e atrair para si a libido do id. Em suas tentativas de exercer mediação entre o id e a realidade, freqüentemente é obrigado a encobrir as ordens *Inc.* do id mediante suas próprias

racionalizações *Pcs.*, a ocultar os conflitos do id com a realidade, a reconhecer, com diplomática dissimulação, que percebe a realidade mesmo quando o id permaneceu rígido e intolerante. Por outro lado, é observado a cada passo pelo superego severo, que estabelece padrões definidos para sua conduta, sem levar na mínima conta suas dificuldades relativas ao mundo externo e ao id, e que, se essas exigências não são obedecidas, pune-o com intensos sentimentos de inferioridade e de culpa. Assim, o ego, pressionado pelo id, confinado pelo superego, repellido pela realidade, luta por exercer eficientemente sua incumbência econômica de instituir a harmonia entre as forças e as influências que atuam nele e sobre ele; e podemos compreender como é que com tanta freqüência não podemos reprimir uma exclamação: ‘A vida não é fácil!’ Se o ego é obrigado a admitir sua fraqueza, ele irrompe em ansiedade - ansiedade realística referente ao mundo externo, ansiedade moral referente ao superego e ansiedade neurótica referente à força das paixões do id. Gostaria de configurar as relações estruturais da personalidade mental, segundo as descrevi para os senhores, neste desprezioso esquema com que os apresento:

Como vêem, o superego se funde no id; na verdade, como herdeiro do complexo de Édipo, tem íntimas relações com o id; está mais distante do sistema perceptual do que o ego. O id relaciona-se com o mundo externo somente através do ego - ao menos de acordo com esse diagrama. Por certo é difícil dizer, atualmente, em que medida o esquema está correto. Em um aspecto, indubitavelmente não está. O espaço ocupado pelo id inconsciente devia ter sido incomparavelmente maior do que o do ego ou do pré-consciente. Devo pedir-lhes que o corrijam em seus pensamentos.

E aqui está outra advertência para completar essas observações, que certamente foram cansativas e talvez não muito esclarecedoras. Ao pensar nessa divisão da personalidade em um ego, um superego e um id, naturalmente, os senhores não terão imaginado fronteiras nítidas como as fronteiras artificiais delineadas na geografia política. Não podemos fazer justiça às características da mente por esquemas lineares como os de um desenho ou de uma pintura primitiva, mas de preferência por meio de áreas coloridas fundindo-se umas com as outras, segundo as apresentam artistas modernos. Depois de termos feito a separação, devemos permitir que novamente se misture, conjuntamente, o que havíamos separado. Os senhores não devem julgar com demasiado rigor uma primeira tentativa de proporcionar uma representação gráfica de algo tão intangível como os processos psíquicos. É altamente provável que o desenvolvimento dessas divisões esteja sujeito a grandes variações em

diferentes indivíduos; é possível que, no decurso do funcionamento real, elas possam mudar e passar por uma fase temporária de involução. Particularmente no caso da que é filogeneticamente a última e a mais delicada dessas divisões - a diferenciação entre o ego e o superego - algo desse teor parece verdadeiro. Está fora de dúvida que a mesma coisa se produz através da doença psíquica. Também é fácil imaginar que determinadas práticas místicas possam conseguir perturbar as relações normais entre as diferentes regiões da mente, de modo que, por exemplo, a percepção pode ser capaz de captar acontecimentos, nas profundezas do ego e no id, os quais de outro modo lhe seriam inacessíveis. Pode-se, porém, com segurança, duvidar se a esse caminho nos levará às últimas verdades das quais é de se esperar a salvação. Não obstante, pode-se admitir que os intentos terapêuticos da psicanálise têm escolhido uma linha de abordagem semelhante. Seu propósito é, na verdade, fortalecer o ego, fazê-lo mais independente do superego, ampliar seu campo de percepção e expandir sua organização, de maneira a poder assenhorear-se de novas partes do id. Onde estava o id, ali estará o ego. É uma obra de cultura - não diferente da drenagem do Zuider Zee.

CONFERÊNCIA XXXII

ANSIEDADE E VIDA INSTINTUAL

SENHORAS E SENHORES:

Não se surpreenderão se saberem que tenho muitas novidades a relatar-lhes a respeito de nossa concepção [*Auffassung*] da ansiedade e dos instintos básicos da vida mental; e não se surpreenderão ao verificar que nenhuma dessas novidades pode pretender oferecer uma solução definitiva para esses problemas não solucionados. Tenho um motivo especial para usar a palavra ‘concepção’, aqui. Estes são os problemas mais difíceis que se nos apresentam, mas sua dificuldade não está em alguma insuficiência de observações; o que nos propõem esses enigmas são realmente os fenômenos mais comuns e mais conhecidos. Nem a dificuldade se situa na natureza recôndita das especulações a que eles dão origem; a reflexão especulativa desempenha uma parte insignificante nessa esfera. É, contudo, verdadeiramente uma questão de concepções - isto é, de introduzir as idéias abstratas corretas, cuja aplicação ao material bruto da observação nele produzirá ordem e clareza.

Dediquei uma conferência (a vigésima quinta), em minha série anterior, à ansiedade; e preciso recapitular rapidamente o que ali disse. Descrevemos a ansiedade como um estado afetivo - isto é, uma combinação de determinados sentimentos da série prazer-desprazer, com as correspondentes inervações de descarga, e uma percepção dos mesmos, mas, provavelmente, também como um precipitado de um determinado evento importante, incorporado por herança - algo que pode, por conseguinte, ser assemelhado a um ataque histérico individualmente adquirido. O evento que consideramos como tendo deixado atrás de si uma marca dessa espécie é o processo do nascimento, ocasião em que os efeitos sobre a ação do coração e sobre a respiração, característicos da ansiedade, foram efeitos adequados. Assim, a primeira ansiedade teria sido uma ansiedade tóxica. Daí partimos para uma distinção entre ansiedade realística e ansiedade neurótica, sendo aquela uma reação, que nos parecia compreensível, face a um perigo - isto é, reação a um dano esperado, de fora -, ao passo que esta, a ansiedade neurótica, era completamente enigmática, e parecia despropositada.

Em uma análise da ansiedade realística, reduzimo-la ao estado de atenção sensorial e tensão motora aumentadas, que descrevemos como 'estado de preparação para a ansiedade'. É disto que se desenvolve a reação de ansiedade. Aqui, dois resultados são possíveis. Ou a geração da ansiedade - repetição da antiga experiência traumática - limita-se a um sinal, caso em que o restante da reação pode adaptar-se à nova situação de perigo e pode resultar em fuga ou defesa; ou a antiga situação pode continuar mantendo o domínio, e a reação total pode consistir em nada mais que geração de ansiedade, caso em que o estado afetivo se torna paralisante e será inadequado para os propósitos atuais.

Passamos depois à ansiedade neurótica e assinalamos que a observamos sob três condições. Em primeiro lugar, encontramos-na na forma livremente flutuante, um estado de apreensão difusa, pronta a vincular-se temporariamente, sob a forma do que se conhece como 'ansiedade expectante', a qualquer possibilidade que de imediato possa surgir - como acontece, por exemplo, numa neurose de angústia típica. Em segundo lugar, encontramos-na firmemente vinculada a determinadas idéias, nas chamadas 'fobias', em que ainda é possível reconhecer uma relação com um perigo externo, nas quais, porém, devemos considerar que o medo é exagerado, desproporcionado. Em terceiro e último lugar, encontramos a ansiedade na histeria e em outras formas de neurose grave, onde ou ela acompanha os sintomas, ou surge independentemente como ataque, ou como estado mais persistente, mas sempre sem qualquer base visível em um perigo externo. Fazemo-nos, então, duas perguntas: 'O que as pessoas temem na ansiedade neurótica?' e 'Como podemos relacioná-la com a ansiedade realística sentida em face de perigos externos?'

Nossas investigações de modo algum ficaram infrutíferas: chegamos a algumas conclusões

importantes. Com referência à expectativa ansiosa, a experiência clínica revelou que ela possuía regularmente uma conexão com a economia libidinal da vida sexual. A causa mais comum da neurose de angústia é a excitação não consumada. A excitação libidinal é despertada mas não satisfeita, não utilizada; o estado de apreensão surge, então, no lugar dessa libido que foi desviada de sua utilização. Até pensei estar justificado ao dizer que essa libido insatisfeita era transformada diretamente em ansiedade. Essa opinião encontrou apoio em algumas fobias de crianças pequenas, de ocorrência bastante freqüente. Muitas dessas fobias são deveras enigmáticas para nós; contudo, outras, tais como o medo de estar só e o medo de estranhos, podem ser explicadas de forma convincente. A solidão, assim como um rosto estranho, despertam na criança um anelo por sua mãe, a quem conhece tão bem: a criança é incapaz de controlar sua excitação libidinal, não consegue mantê-la em suspenso e transforma-a em ansiedade. Essa ansiedade infantil deve, pois, ser considerada não como pertencente ao tipo realístico, e sim, neurótica. As fobias infantis e a expectativa ansiosa da neurose de angústia nos oferecem dois exemplos da maneira como se origina a ansiedade neurótica: transformação direta da libido. Logo viremos a conhecer um segundo mecanismo, que se revelará não muito diferente do primeiro.

Consideramos o processo de repressão responsável pela ansiedade na histeria e em outras neuroses. Acreditamos que é possível fornecer disto uma descrição mais completa do que anteriormente, se separarmos o que acontece à idéia, que tem de ser reprimida, daquilo que acontece à quota de libido vinculada a ela. É a idéia que é submetida à repressão, e que pode ser deformada a ponto de ficar irreconhecível; sua quota de afeto, porém, é regularmente transformada em ansiedade - e isto é assim, qualquer que possa ser a natureza do afeto, seja ele de agressividade ou de amor. Não faz, pois, nenhuma diferença essencial por que razão uma quota de libido se tornou não-utilizável: se é por causa da debilidade infantil do ego, como nas fobias de crianças, ou se é por causa de processos somáticos da vida sexual, como na neurose de angústia, ou se devido à repressão, como na histeria. Assim, na realidade, os dois mecanismos que produzem ansiedade neurótica coincidem.

No curso dessas investigações, nossa atenção foi atraída para uma relação altamente significativa entre a geração da ansiedade e a formação dos sintomas - ou seja, verificamos que essas duas se representam e se substituem uma à outra. Por exemplo, um paciente agorafóbico pode iniciar sua doença com um acesso de ansiedade na rua. Isto se repetiria cada vez que fosse à rua novamente. Desenvolverá então o sintoma da agorafobia: este também pode ser qualificado como inibição, como restrição do funcionamento do ego, e, por meio dele, o paciente se poupa dos ataques de ansiedade. Podemos evidenciar o inverso disto, se interferirmos na formação dos sintomas, como é possível, por exemplo, com as obsessões. Se impedimos um paciente de executar seu ritual de abluções, ele cai num estado de ansiedade que acha difícil suportar e do qual, evidentemente, se tinha protegido por meio de seu sintoma. E parece, com efeito, que a geração da ansiedade é o que surgiu primeiro, e a formação dos sintomas, o que veio depois, como se os sintomas fossem criados a fim de evitar a irrupção do estado de ansiedade. Isto é confirmado também pelo fato de que as

primeiras neuroses da infância são as fobias - estados nos quais vemos tão claramente como uma geração inicial de ansiedade é substituída pela formação subsequente de um sintoma; temos a impressão de que é dessas inter-relações que melhor obteremos acesso à compreensão da ansiedade neurótica. E, ao mesmo tempo, também conseguimos responder à questão de saber que coisa a pessoa teme na ansiedade neurótica, e assim estabelecer a conexão entre a ansiedade neurótica e a realística. Aquilo que ela teme é, evidentemente, a sua própria libido. A diferença entre essa situação e a da ansiedade realística reside em dois pontos: que o perigo é um perigo interno, ao invés de externo, e que esse perigo não é conscientemente reconhecido.

Nas fobias, é muito fácil verificar a forma como esse perigo interno é transformado num perigo externo - ou seja, como uma ansiedade neurótica é mudada em ansiedade aparentemente realística. Com vistas a simplificar o que muitas vezes constitui um assunto muito complicado, suponhamos que o paciente agorafóbico tema invariavelmente sentimentos de tentação que nele despertam ao encontrar pessoas na rua. Em sua fobia, realiza ele um deslocamento e daí em diante teme uma situação externa. Com isso, o que ele ganha é, obviamente, pensar que pode proteger-se melhor dessa forma. Uma pessoa pode proteger-se de um perigo externo pela fuga; fugir de um perigo interno é um empreendimento difícil.

No final de minha conferência anterior, sobre ansiedade, expressei a opinião de que, embora essas diferentes descobertas de nossa investigação não fossem mutuamente contraditórias, de alguma forma elas não se ajustavam umas às outras. Parece que a ansiedade, na medida em que constitui um estado afetivo, é a reprodução de um evento antigo que representou uma ameaça de perigo; a ansiedade serve ao propósito de autopreservação e é sinal de um novo perigo; surge da libido que se tornou de algum modo não-utilizável e também surge durante o processo de repressão; é substituída pela formação de um sintoma, é, digamos assim, psiquicamente vinculada - tem-se a impressão de que aqui está faltando algo que juntaria todas essas peças em um todo.

Senhoras e senhores, a dissecação da personalidade mental em um superego, um ego e um id, que lhes apresentei na minha última conferência, obrigou-nos a refazer nossa orientação também no problema da ansiedade. Com a tese de que o ego é a única sede da ansiedade - de que apenas o ego pode produzir e sentir ansiedade - estabelecemos uma posição nova e estável, a partir da qual numerosas coisas assumem um novo aspecto. E, verdadeiramente, é difícil verificar que sentido haveria em falar em 'ansiedade do id' ou em atribuir ao superego capacidade para sentir um estado de apreensão. Por outro lado, temos verificado de bom grado um desejável elemento de correspondência no fato de que as três principais espécies de ansiedade, a realística, a neurótica e a moral, podem com tanta facilidade ser

correlacionadas com as três relações dependentes que o ego mantém - com o mundo externo, com o id e com o superego, ver em [[1]]. Ao mesmo tempo que essa nova visão, em especial a função da ansiedade como sinal que anuncia uma situação de perigo (uma noção, aliás, não desconhecida nossa), assume proeminência, perde interesse a questão de saber qual é o material de que é feita a ansiedade, e as relações entre ansiedade realística e neurótica se tornaram surpreendentemente claras e simples. Também é de observar que, agora, aqueles casos aparentemente complexos de geração de ansiedade, nós os compreendemos melhor do que aqueles que eram considerados simples.

Isto porque recentemente estivemos examinando a forma como a ansiedade é gerada em determinadas fobias, que classificamos como histeria de angústia, e escolhemos casos nos quais estávamos lidando com a típica repressão de impulsos plenos de desejos oriundos do complexo de Édipo. Era de se esperar que encontrássemos uma catexia libidinal referente à mãe do menino, escolhida esta como objeto, a qual, em consequência da repressão, se teria mudado em ansiedade e agora emergia expressa em termos de sintomas, vinculada a um substituto de seu pai. Não posso mostrar-lhes os passos detalhados de uma investigação como esta; será suficiente dizer que o resultado surpreendente foi o oposto daquilo que esperávamos. Não era a repressão que criava a ansiedade; a ansiedade já existia antes; era a ansiedade que causava a repressão. Entretanto, que tipo de ansiedade pode ter sido? Somente ansiedade em face de uma ameaça de perigo externo - ou seja, ansiedade realística. É verdade que o menino sentia ansiedade em face de uma exigência feita por sua libido - nesse caso, ansiedade por estar apaixonado por sua mãe, assim, era, de fato, um caso de ansiedade neurótica. Mas este estar apaixonado só lhe aparecia como um perigo interno, o qual devia evitar, renunciando ao objeto, porque este suscitava uma situação externa de perigo. E, em todos os casos que examinamos, obtemos o mesmo resultado. Deve ser confessado que não estávamos preparados para constatar que o perigo instintual interno se revelaria fator determinante e preparação para uma situação de perigo externo, real.

Até agora, contudo não fizemos absolutamente qualquer menção de qual o perigo real que o menino teme, como consequência de estar apaixonado por sua mãe. O perigo é a punição de ser castrado, de perder seu órgão genital. Os senhores objetarão que, afinal de contas, isso não é um perigo real. Nossos meninos não são castrados porque estão apaixonados por suas mães, durante a fase do complexo de Édipo. O problema não pode ser eliminado de forma tão simples. Antes de mais nada, não se trata de a castração ser ou não ser realmente efetuada; o que é decisivo é que o perigo ameaça de fora e a criança acredita nele. Tem alguns motivos para isso, pois as pessoas ameaçam, muito freqüentemente, cortar fora o pênis da criança durante a fase fálica, na época do início da masturbação, e insinuações desse castigo devem encontrar com regularidade um reforço filogenético no menino. Suspeitamos que, durante o período primevo da família humana, a castração costumava ser usada, realmente, por um pai ciumento e cruel, nos meninos em crescimento, e que a circuncisão, que tão freqüentemente desempenha um papel nos ritos da puberdade entre povos primitivos, é um vestígio claramente identificável desse fato. Estamos conscientes de

que nisto divergimos amplamente da opinião geral; mas devemos reafirmar a opinião de que o temor de castração é um dos motivos mais comuns e mais fortes para a repressão e, portanto, para a formação das neuroses. A análise de casos em que a circuncisão, embora não a castração, na verdade foi executada em meninos como cura ou castigo para a masturbação (essa ocorrência não é nada rara na sociedade anglo-americana), conferiu à nossa convicção o máximo grau de certeza. Nesse ponto, sentimo-nos muito tentados a nos aprofundar no complexo de castração; porém, ater-me-ei ao nosso assunto.

O temor de castração não é, naturalmente, o único motivo para repressão: na verdade, não sucede nas mulheres, pois, embora tenham elas um complexo de castração, não podem ter medo de serem castradas. Em seu sexo, o que sucede é o temor à perda do amor, o que é, evidentemente, um prolongamento posterior de ansiedade da criança quando constata a ausência da mãe. Os senhores perceberão quão real é a situação de perigo indicada por essa ansiedade. Se uma mãe está ausente ou retirou seu amor de seu filho, este não tem mais certeza de que suas necessidades serão satisfeitas e talvez seja exposto aos mais angustiantes sentimentos de tensão. Não rejeitem a idéia de que esses fatores determinantes de ansiedade possam, no fundo, repetir a situação de ansiedade original, ocorrida no nascimento, que, de fato, também representou uma separação da mãe. Realmente, se os senhores acompanharem uma seqüência de idéias sugeridas por Ferenczi [1925], podem acrescentar a essa série o temor de castração, pois a perda do órgão masculino resulta na incapacidade de unir-se novamente à mãe (ou a uma substituta dela) no ato sexual. Posso dizer-lhes, aliás, que a tão freqüente fantasia de retornar ao útero materno é um sucedâneo desse desejo de copular. Haveria, nesse ponto, muitas coisas interessantes e correlações surpreendentes para referir aos senhores; porém, não posso afastar-me do esquema de uma introdução à psicanálise. Apenas chamarei a atenção dos senhores para o fato de que, aqui, as pesquisas psicológicas invadem os fatos da biologia.

Otto Rank, a quem a psicanálise deve muitas contribuições excelentes, também tem o mérito de haver expressamente acentuado a importância do ato do nascimento e da separação da mãe [Rank, 1924]. Todavia, achamos de todo impossível aceitar as conclusões extremas que extraiu desse fator, com relação à teoria das neuroses e, mesmo, ao tratamento analítico. O cerne dessa teoria - de que a experiência de ansiedade no nascimento é o modelo de todas as subseqüentes situações de perigo -, ele já o encontrou pronto. Se nos detivermos um pouco nessas situações de perigo, podemos dizer que, de fato, para cada estágio do desenvolvimento está reservado, como sendo adequado para esse desenvolvimento, um especial fator determinante de ansiedade. O perigo de desamparo psíquico ajusta-se ao estágio da imaturidade inicial do ego; o perigo de perda de um objeto (ou perda do amor) ajusta-se à falta de auto-suficiência dos primeiros anos da infância; o perigo de ser castrado ajusta-se à fase fálica; e, finalmente, o temor ao superego, que assume uma posição especial, ajusta-se ao período de latência. No decorrer do desenvolvimento, os antigos fatores determinantes de ansiedade deveriam sumir, pois as situações de perigo correspondentes a eles perderam sua importância devido ao fortalecimento do ego. Isto,

contudo, só ocorre de forma muito incompleta. Muitas pessoas são incapazes de superar o temor da perda do amor; nunca se tornam suficientemente independentes do amor de outras pessoas e, nesse aspecto, comportam-se como crianças. O temor ao superego normalmente jamais deve cessar, pois, sob a forma de ansiedade moral, é indispensável nas relações sociais, e somente em casos muito raros pode um indivíduo tornar-se independente da sociedade humana. Algumas das antigas situações de perigo também conseguem sobreviver em períodos posteriores, fazendo modificações concomitantes nos fatores determinantes de ansiedade. Assim, por exemplo, o perigo de castração persiste sob a marca da fobia à sífilis. É verdade que, como adulto, se sabe que a castração não mais faz parte do costume de punir excessos de desejos sexuais, mas, por outro lado, verifica-se que a liberdade instintual desse tipo é ameaçada por graves doenças. Não há dúvida de que as pessoas que qualificamos como neuróticas, permanecem infantis em sua atitude relativa ao perigo e não venceram as obsoletas causas determinantes de ansiedade. Podemos tomar isto como contribuição concreta para a caracterização dos neuróticos; não é muito fácil dizer por que isto tem de ser assim.

Espero que não tenham perdido a visão de conjunto disto que estou dizendo e se lembrem de que estamos investigando as relações entre ansiedade e repressão. E nisto aprendemos duas coisas novas: primeiro, que a ansiedade faz a repressão e não, conforme costumávamos pensar, o oposto; e [segundo], que a situação instintual temida remonta basicamente a uma situação de perigo externa. A questão seguinte será: como imaginamos agora o processo de uma repressão sob a influência da ansiedade? A resposta será, segundo penso, a que se segue. O ego percebe que a satisfação de uma exigência instintual emergente recriaria uma situação de perigo ainda viva na lembrança. Essa catexia instintual deve, portanto, ser de algum modo suprimida, paralisada, inativada. Sabemos que o ego consegue realizar tal tarefa, se é forte e se atraiu o impulso instintual em questão para a sua organização. Mas o que sucede no caso da repressão é o impulso instintual ainda pertencer ao id, e que o ego se sente fraco. Então o ego se serve de uma técnica no fundo idêntica ao pensar normal. O pensar é um ato experimental executado com pequenas quantidades de energia, do mesmo modo como um general muda pequenas figuras num mapa antes de colocar em movimento seus grandes corpos de tropas. Assim, o ego antecipa a satisfação do impulso instintual suspeito e permite efetuar-se a reprodução dos sentimentos desprazerosos no início da situação de perigo temida. Com isto, o automatismo do princípio de prazer-desprazer é posto em ação e agora executa a repressão do impulso instintual perigoso.

‘Um momento!’ os senhores exclamarão; ‘não podemos mais acompanhar o senhor nessas coisas!’ Têm toda a razão; devo acrescentar alguma coisa mais, antes de poder tornar-me inteligível para os senhores. Primeiro, devo admitir que tentei traduzir para a linguagem de nosso pensar normal aquilo que de fato deve ser um processo que não é consciente, nem pré-consciente, realizando-se entre quantidades de energia em algum substrato inimaginável. Esta, porém, não é uma objeção sólida, pois não se pode expressar essas coisas de outra maneira. Mais importante é que devíamos distinguir claramente o que acontece no ego e o

que acontece no id, quando existe uma repressão. Acabamos de dizer o que faz o ego: faz uso de uma catexia experimental e desperta o automatismo do prazer-desprazer por meio de um sinal de ansiedade. Depois disso, diversas reações são possíveis, ou surge uma combinação delas, em proporções variáveis. Ou o ataque de ansiedade desenvolve-se completamente e o ego se afasta inteiramente da excitação censurável; ou, em lugar da catexia experimental, o ego opõe à excitação uma anticatexia, e esta se combina com a energia do impulso reprimido para formar um sintoma; ou a anticatexia é assimilada no ego como formação reativa, como intensificação de determinadas disposições do ego, como alteração permanente deste. Quanto mais a geração da ansiedade pode limitar-se a um mero sinal, tanto mais o ego gasta em ações defensivas que importam em vincular psiquicamente o [impulso] reprimido, e tanto mais o processo se aproxima de uma superelaboração normal, embora, por certo sem alcançá-la.

Aliás, aqui está um ponto em que podemos deter-nos por um momento. Os senhores mesmos sem dúvida supunham que aquilo que se conhece como ‘caráter’, coisa tão difícil de definir, deve ser atribuído inteiramente ao ego. Um pouco disso que cria o caráter já compreendemos. Primeiramente e acima de tudo, existe a incorporação, sob a forma de superego, da anterior instância parental, que é, indubitavelmente, a sua parte mais importante e decisiva; e, ademais, identificações com ambos os pais do período subsequente e com outras figuras de influência, e as identificações semelhantes formadas como remanescente de relações objetivas a que se renunciou [cf. [1]]. E podemos agora acrescentar como contribuições à construção do caráter, que nunca estão ausentes, as formações reativas que o ego adquire - no início, executando suas repressões e, depois, por um método mais normal, quando rejeita impulsos instintuais indesejáveis.

Retornemos, agora, e passemos ao id. Não é fácil saber o que ocorre, durante a repressão, em relação ao impulso instintual que está sendo combatido. A principal questão que nosso interesse levanta é saber o que acontece à energia, à carga libidinal dessa excitação - como é ela utilizada. Os senhores recordam-se de que a hipótese inicial era ser ela justamente aquilo que se transforma, pela repressão, em ansiedade. Não mais nos sentimos capazes de dizer isso. A modesta resposta será, antes, que aquilo que acontecesse essa energia não é, provavelmente, sempre a mesma coisa. Provavelmente há uma correspondência íntima, a respeito da qual deveríamos obter conhecimento, entre o que então ocorre, no ego e no id, com relação ao impulso reprimido. Pois, desde que decidimos que o princípio de prazer-desprazer, posto em ação pelo sinal da ansiedade, desempenha um papel na repressão, devemos modificar nossa perspectiva. Esse princípio exerce um domínio inteiramente irrestrito sobre o que acontece no id. Podemos ter certeza de que efetua modificações bastante profundas no impulso instintual em questão. Estamos preparados para verificar que a repressão terá conseqüências muito diversas, de maior ou menor alcance. Em alguns casos, o impulso instintual reprimido pode conservar sua catexia libidinal, e pode persistir inalterado no id, embora sujeito a constante pressão do ego. Em outros casos, parece suceder que ele é totalmente destruído, enquanto sua libido é desviada, permanentemente,

por outras vias. Expressei meu ponto de vista de que é isto que ocorre quando o complexo de Édipo é manejado normalmente - um caso como é de se desejar, portanto, não sendo simplesmente reprimido, mas destruído no id. A experiência clínica também nos mostrou que, em muitos casos, em lugar do habitual resultado da repressão, dá-se uma degradação da libido - uma regressão da organização libidinal a um estágio anterior. Isto, naturalmente, só pode ocorrer no id, e, se ocorrer, será sob a influência do mesmo conflito que se fez anunciar pelo sinal da ansiedade. O exemplo mais claro dessa espécie é dado pela neurose obsessiva, na qual atuam conjuntamente a regressão e a repressão.

Senhoras e senhores, receio que acharão essa exposição difícil de acompanhar, e sabem que ainda não está completa. Lamento ter provocado sua insatisfação. Não posso, contudo, propor-me nenhum outro objetivo além daquele de dar-lhes uma impressão referente à natureza de nossos achados e às dificuldades envolvidas na sua elucidação. Quanto mais nos aprofundamos no estudo dos processos mentais, mais reconhecemos sua abundância e complexidade. Muitas fórmulas simples, que, de início, pareciam preencher nossas necessidades, posteriormente vieram a se revelar inadequadas. Não nos cansamos de modificá-las e aperfeiçoá-las. Em minha conferência sobre a teoria dos sonhos [a primeira da presente série], mostrei-lhes uma região na qual, durante quinze anos, praticamente não houve uma descoberta nova. Aqui, onde estamos tratando da ansiedade, os senhores vêm tudo em um estado de fluidez e modificação. Essas inovações, ademais, ainda não foram elaboradas totalmente, e talvez isto também se some às dificuldades de demonstrá-las. Tenham paciência, no entanto! Em breve conseguiremos deixar o tema da ansiedade. Não posso prometer que terá sido resolvido a contento nosso, mas é de se esperar que teremos feito um pequeno progresso. E nesse ínterim, temos feito todo o tipo de descobertas novas. Agora, por exemplo, nosso estudo da ansiedade leva-nos a acrescentar um novo aspecto à nossa descrição do ego. Dissemos que o ego é fraco, se comparado com o id; que é um servo leal deste, pronto a executar suas ordens e cumprir suas exigências. Não tencionamos retirar essa afirmação. Mas, por outro lado, esse mesmo ego é a parte mais bem organizada do id, com sua face voltada para a realidade. Não devemos exagerar demasiadamente a separação entre os dois e não devemos nos surpreender se o ego, de seu lado, pode aplicar essa influência sobre os processos do id. Acredito que o ego exerce essa influência colocando em ação o quase todo-poderoso princípio de prazer-desprazer por meio do sinal da ansiedade. Por outro lado, mostra sua debilidade de novo, imediatamente após, de vez que, pelo ato da repressão, renuncia a parte de sua organização e tem de convir em que o impulso instintual reprimido se mantenha permanentemente afastado de sua influência.

Agora, apenas mais um comentário a respeito do problema da ansiedade. A ansiedade neurótica, em nossa forma de considerá-la, transformou-se em ansiedade realística, em temor a determinadas situações de perigo. Contudo não podemos parar aí, devemos dar mais um passo - embora seja um passo atrás. Perguntamo-nos o que é que realmente é perigoso e temido em uma situação de perigo desta espécie. Por certo que não é dano ao sujeito, objetivamente considerado, pois esse dano pode não ter nenhuma importância,

psicologicamente, mas seria algo efetuado por ele na mente. Por exemplo, o nascimento, nosso modelo de estado de ansiedade, afinal, dificilmente pode ser considerado em si mesmo causa de dano, embora possa explicar um perigo de danos. O essencial no nascimento, assim como em toda situação de perigo, é que ele imprime à experiência mental um estado de excitação marcadamente intensa, que é sentida como desprazer e que não é possível dominar descarregando-a. Um estado desse tipo, ante o qual os esforços do princípio de prazer malogram, chamemo-lo de momento 'traumático'. Então, se colocarmos numa série a ansiedade neurótica, a ansiedade realística e a situação de perigo, chegamos a essa proposição simples: o que é temido, o que é o objeto da ansiedade, é invariavelmente a emergência de um momento traumático, que não pode ser arrostado com as regras normais do princípio de prazer. De imediato compreendemos que, dotados do princípio de prazer, não nos garantimos contra danos objetivos, mas sim apenas contra determinado dano à nossa economia psíquica. Vai uma grande distância desde o princípio de prazer ao instinto de autopreservação. As intenções de ambos estão longe de coincidir desde o início. Vemos, porém, ainda mais uma coisa; talvez seja a solução que estamos procurando. Ou seja, tudo isso é uma questão de quantidades relativas. É apenas a magnitude da soma de excitação que transforma uma impressão em momento traumático, paralisa a função do princípio de prazer e confere à situação de perigo a sua importância. E, sendo assim as coisas, podendo esses enigmas serem solucionados tão prosaicamente, pergunta-se por que não seria possível que momentos traumáticos semelhantes surjam na vida mental sem referência a hipotéticas situações de perigo - momentos traumáticos, pois, nos quais a ansiedade não é despertada como um sinal, mas sim gerada de novo, por um motivo novo. A experiência clínica evidencia abertamente que, de fato, é este o caso. São apenas as repressões *posteriores* que mostram o mecanismo que descrevemos, no qual a ansiedade é despertada como sinal de uma situação de perigo prévia. As repressões primeiras e originais surgem diretamente de momentos traumáticos, quando o ego enfrenta uma exigência libidinal excessivamente grande; elas formam de novo a sua ansiedade, embora, na verdade, a partir do modelo do nascimento. O mesmo pode aplicar-se à geração da ansiedade na neurose de angústia, devida a prejuízo somático causado à função sexual. Não mais sustentaremos ser a libido que é transformada em ansiedade, em tais casos. No entanto, não posso ver como objetar contra a existência de uma dupla origem da ansiedade - uma, como consequência direta do momento traumático, e a outra, como sinal que ameaça com uma repetição de um tal momento.

Sinto que, por certo, estão-se regozijando, senhoras e senhores, por não terem de ouvir nada mais sobre ansiedade. Mas não ganharam nada com isto: o que se segue não é certamente melhor. É meu intento mostrar-lhes, hoje, também a área da teoria da libido, ou teoria dos instintos, onde tem havido, igualmente, numerosos desenvolvimentos recentes. Não proclamarei que nela tenhamos feito grandes avanços, de modo que os senhores,

tranqüilamente, podem poupar-se a qualquer preocupação de aprender acerca dessas teorias. Não. Esta é uma região na qual estamos lutando com afinco no sentido de encontrar nosso rumo e fazer descobertas; os senhores apenas serão testemunhas de nossos esforços. Aqui, também, devo retornar a algumas coisas de que lhes falei anteriormente.

A teoria dos instintos é, por assim dizer, nossa mitologia. Os instintos são entidades míticas, magníficos em sua imprecisão. Em nosso trabalho, não podemos desprezá-los, nem por um só momento, de vez que nunca estamos seguros de os estarmos vendo claramente. Os senhores sabem como o pensamento popular lida com os instintos. As pessoas supõem existirem tantos e tão diversos instintos quantos aqueles de que elas necessitam no momento - um instinto de auto-afirmação, um instinto de imitação, um instinto lúdico, um instinto gregário e muitos outros semelhantes. As pessoas os pegam, por assim dizer, fazem cada um deles desempenhar sua função particular, e, depois, os dispensam novamente. Sempre se nos impôs a suspeita de que, por trás de todos esses pequenos instintos *ad hoc*, escondia-se algo sério e poderoso, do qual gostaríamos de nos aproximar com cautela. Nosso primeiro passo foi muito modesto. Dissemos a nós mesmos que provavelmente não iríamos perder o rumo, se começássemos por separar dois principais instintos, ou duas classes de instintos, ou dois grupos de instintos, em consonância com as duas grandes necessidades - fome e amor. Por mais ciosamente que em geral defendamos a independência da psicologia, de toda outra ciência, aqui se nos impõe o fato biológico inamovível de que o organismo individual vivo está sob o domínio de duas intenções, a autopreservação e a preservação da espécie, que parecem ser independentes uma da outra, que, até onde por ora sabemos, não têm origem comum, e cujos interesses muitas vezes estão em conflito na vida animal. Realmente, aquilo a cujo respeito estamos falando agora é sobre a psicologia biológica; estamos estudando os concomitantes psíquicos dos processos biológicos. Foi representando esse aspecto da pessoa que os ‘instintos do ego’ e os ‘instintos sexuais’ foram introduzidos na psicanálise. Nos instintos do ego incluímos tudo o que tinha relação com autopreservação, afirmação e engrandecimento do indivíduo. Aos instintos sexuais tivemos de atribuir a diversidade necessária à vida sexual infantil e pervertida. No decorrer da investigação das neuroses, vimos a conhecer o ego como o poder limitante e repressor, e as tendências sexuais, como sendo o poder limitado e reprimido; acreditávamos, pois, que tínhamos claras provas não só da diferença entre os dois grupos de instintos, mas também do conflito entre eles. O primeiro objeto de nosso estudo era só os instintos sexuais, cuja energia denominávamos ‘libido’. Foi em relação a eles que procuramos clarear nossas idéias a respeito do que é um instinto e do que se devia atribuir-lhe. Aqui temos a teoria da libido.

Um instinto, por conseguinte, distingue-se de um estímulo pelo fato de surgir de fontes de estimulação situadas dentro do corpo, de atuar como força constante, e de a pessoa não poder evitá-lo pela fuga, como é possível fazer com um estímulo externo. Em um instinto podemos distinguir sua origem, seu objeto e sua finalidade. Sua origem é um estado de excitação do corpo, sua finalidade é a remoção dessa excitação; no caminho que vai desde sua origem até sua finalidade, o instinto torna-se atuante psiquicamente. Imaginamo-lo como

uma determinada quantidade de energia que faz pressão em determinada direção. É dessa pressão que deriva seu nome '*Trieb*'. Fala-se em instintos 'ativos' e 'passivos', mas seria mais correto falar em instintos com finalidades ativas e passivas: isso porque também se faz necessário um dispêndio de atividade para atingir uma finalidade passiva. A finalidade pode ser atingida no corpo da própria pessoa; via de regra, inclui-se um objeto externo, com relação ao qual o instinto atinge sua finalidade externa; sua finalidade interna permanece sendo a modificação corporal que é sentida como satisfação. Não ficou claro para nós se a relação do instinto para com sua origem somática confere-lhe uma qualidade específica, e, em caso afirmativo, qual seria esta. A evidência da experiência analítica mostra como fato indubitável que os impulsos instintuais provenientes de uma fonte ligam-se àqueles que provêm de outras fontes e compartilham de suas vicissitudes, e que, de modo geral, uma satisfação instintual pode ser substituída por outra. Deve-se admitir, contudo, que não entendemos isto muito bem. As relações de um instinto com a sua finalidade e com o seu objeto também são passíveis de modificações; ambos podem ser trocados por outros embora sua relação com seu objeto seja, não obstante, a que cede mais facilmente. Um determinado tipo de modificação da finalidade e de mudança do objeto, na qual se levam em conta nossos valores sociais, é descrito por nós como 'sublimação'. Ademais, temos motivos para diferenciar instintos que são 'inibidos em sua finalidade' - impulsos instintuais oriundos de fontes bem conhecidas nossas, com uma finalidade inequívoca, os quais, porém, sofrem uma parada no caminho rumo à satisfação, de maneira que se efetua uma duradoura catexia objetual e se estabelece uma permanente tendência [de sentimento]. Tal, por exemplo, é a relação do sentimento de ternura que, sem dúvida, se origina das fontes da necessidade sexual e invariavelmente renuncia à sua satisfação.

Os senhores constatarem quantas características e vicissitudes dos instintos ainda fogem à nossa compreensão. Aqui se deve mencionar mais uma diferença que aparece entre os instintos sexuais e os de autopreservação e que seria da maior importância teórica se se aplicasse aos grupos como um todo. Os instintos sexuais fazem-se notar por sua plasticidade, sua capacidade de alterar suas finalidades, sua capacidade de se substituírem, que permite uma satisfação instintual ser substituída por outra; e por sua possibilidade de se submeterem a adiamentos, do que acabamos de dar um exemplo adequado nos instintos inibidos em suas finalidades. Agradar-nos-ia negar essas características aos instintos de autopreservação, dizer que estes são inflexíveis, não admitem atrasos, são imperiosos num sentido muito diverso e têm uma relação bem diferente com a repressão e a ansiedade. Mas uma breve reflexão nos diz que essa posição excepcional se aplica não a todos os instintos do ego, mas apenas à fome e à sede, e evidentemente se baseia numa característica peculiar das fontes desses instintos. Uma boa parte da impressão de confusão causada por tudo isso se deve ao fato de que não consideramos em separado as alterações que a influência do ego organizado efetua nos impulsos instintuais que originalmente pertenciam ao id.

Encontramo-nos em solo mais firme quando investigamos a maneira como a vida dos instintos serve à função sexual. Nesse ponto, temos adquirido conhecimentos bem definidos,

com os quais também os senhores já estão familiarizados. Não é que reconhecemos, pois, um instinto sexual que seja desde o início o veículo de uma corrente dirigida para a finalidade da função sexual - a união das duas células sexuais. O que vemos é um grande número de instintos componentes que surgem de diferentes áreas e regiões do corpo, que se empenham por obter satisfação muito independentemente uns dos outros e encontram essa satisfação em algo que podemos chamar de 'prazer do órgão'. Os genitais constituem a última dessas 'zonas erógenas', e o nome prazer 'sexual' não pode ser abstraído do respectivo prazer do órgão. Esses impulsos que buscam o prazer não são todos agrupados na organização final da função sexual. Muitos deles são postos de lado como inservíveis, pela repressão ou por outros meios; alguns deles são desviados de sua finalidade pela maneira extraordinária que mencionei ver em [[1]], e usados para reforçar outros impulsos; e ainda outros subsistem em papéis secundários e servem à execução de atos introdutórios, à produção de pré-prazer. Os senhores já sabem como, no decorrer desse desenvolvimento prolongado, podem ser reconhecidas diversas fases da organização primitiva, e também sabem como essa história da função sexual explica suas aberrações e atrofias. A primeira dessas fases 'pré-genitais' é conhecida como fase *oral*, porque, de conformidade com a maneira como um lactente é alimentado, a zona erógena da boca domina o que se pode denominar de atividade sexual desse período da vida. Numa etapa seguinte, passam a primeiro plano os impulsos *sádicos e anais*, sem dúvida em conexão com o aparecimento dos dentes, o fortalecimento do aparelho muscular e o controle das funções esfinterianas. Aprendemos numerosos detalhes interessantes a respeito desse estágio notável do desenvolvimento, em particular. Em terceiro lugar, vem a fase *fálica* na qual, em ambos os sexos, o órgão masculino (e o que corresponde a este nas meninas) assume uma importância que não pode mais ser negligenciada. Reservamos o nome de fase *genital* para a organização sexual definitiva, que se estabelece após a puberdade e na qual o órgão genital feminino, pela primeira vez, encontra o reconhecimento que o órgão masculino havia adquirido muito tempo antes.

Até aqui, tudo isso é repetição cediça. E não devem os senhores supor que as muitas coisas que não mencionei desta vez, não tenham mais validade. Essa repetição fez-se necessária, de modo que eu pudesse utilizá-la como ponto de partida para um relato dos progressos em nossos conhecimentos. Podemos orgulhar-nos de haver aprendido muita coisa nova, especialmente acerca das primeiras organizações da libido, e de havermos obtido uma compreensão mais nítida da importância daquilo que é antigo; e para demonstrar isto dar-lhes-ei pelo menos alguns exemplos. Abraham mostrou, em 1924, que se pode distinguir dois estádios na fase sádico-anal. O primeiro desses estádios é dominado pelas tendências destrutivas de destruir e de perder, e o segundo estágio, por tendências afetuosas para com os objetos - tendências de manter e de possuir. É no meio dessa fase, portanto, que a consideração pelo objeto aparece, pela primeira vez, como precursora de uma catexia erótica ulterior. Da mesma forma estamos certos ao fazer uma subdivisão semelhante na primeira fase, a fase oral. No primeiro subestádio, o que está em questão é somente a incorporação oral, não há absolutamente ambivalência em relação ao objeto - o seio

materno. O segundo estágio, caracterizado pelo surgimento da atividade de morder, pode ser descrito como estágio 'oral-sádico', este mostra, pela primeira vez, os fenômenos da ambivalência, que se tornam tão mais claros, posteriormente, na fase sádico-anal. O valor dessas novas distinções pode ser verificado especialmente se procurarmos os pontos disposicionais na evolução da libido em determinadas neuroses, tais como a neurose obsessiva ou a melancolia. Aqui os senhores devem recordar o que já temos apreendido acerca da correlação entre fixação da libido, disposição e regressão.

Nossa atitude para com as fases da organização da libido modificou-se um pouco, de um modo geral. Ao passo que, anteriormente, enfatizávamos principalmente a forma como cada fase transcorria antes da fase seguinte, nossa atenção, agora, dirige-se aos fatos que nos mostram quanto de cada fase anterior persiste junto a configurações subseqüentes, e depois delas, e obtém uma representação permanente na economia libidinal e no caráter da pessoa. Tornaram-se ainda mais interessantes os estudos que nos ensinaram com que frequência, sob condições patológicas, ocorrem regressões a fases anteriores, e que determinadas regressões são características de determinadas formas de doença. Não posso, contudo, entrar nesse assunto, aqui; ele faz parte da psicologia especializada das neuroses.

Temos conseguido estudar as transformações do instinto e processos similares, especialmente no erotismo anal, as excitações que surgem das fontes da zona erógena anal; e causou-nos surpresa a multiplicidade de usos a que esses impulsos instintuais são destinados. Talvez não possa ser fácil livrar essa zona específica daquele menosprezo em que caiu no curso da evolução. Deixemos, pois, que Abraham nos lembre que, embriologicamente, o ânus corresponde à boca primitiva que migrou para baixo, para a parte terminal do intestino. Temos constatado, ainda, que, depois que as fezes, os excrementos de uma pessoa, perderam seu valor para essa pessoa, esse interesse intestinal, derivado da origem anal, transfere-se para objetos que podem ser dados como *dádivas*. E isto é exatamente assim, pois as fezes foram a primeira dádiva que uma criança pôde dar, algo que ela pôde entregar por amor a quem estivesse cuidando dela. Depois disso, correspondendo exatamente a mudanças análogas de significado que ocorrem na evolução lingüística, esse antigo interesse pelas fezes transforma-se no grande valor concedido ao *ouro* e ao *dinheiro*, mas também contribui para a catexia afetiva de *bebê* e de *pênis*. Entre as crianças, as quais por longo tempo conservam a teoria da cloaca, constitui convicção universal que os bebês nascem do intestino como o excremento: a defecação é o modelo do ato do nascimento. No entanto, também o pênis tem o seu precursor na coluna fecal que enche e estimula a membrana mucosa do intestino. Quando uma criança, muito a contragosto, vem a perceber que há criaturas humanas que não possuem pênis, este aparece-lhe como algo destacável do corpo e se torna inequivocamente análogo ao excremento, que foi a primeira peça de material corporal a que teve de renunciar. Assim, uma grande parte do erotismo anal é transportada para a catexia do pênis. O interesse por essa parte do corpo tem, contudo, além de sua origem anal-erótica, uma origem oral, que talvez seja ainda mais poderosa: pois

quando a sucção chega ao fim, o pênis também se torna herdeiro do mamilo do seio materno.

Se não se está cômico dessas conexões profundas, é impossível orientar-se nas fantasias dos seres humanos, nas suas associações, que são tão influenciadas pelo inconsciente, e na sua linguagem sintomática. Fezes - dinheiro - dádiva - bebê - pênis são aí tratados como se significassem a mesma coisa, e representados, também, pelos mesmos símbolos. E não devem esquecer que apenas pude dar-lhes informações muito incompletas. Rapidamente posso acrescentar, talvez, que o interesse pela vagina, que desperta mais tarde, também é essencialmente de origem anal-erótica. Isto não é de causar admiração, de vez que a vagina, para tomar emprestada uma expressão adequada de Lou Andreas-Salomé [1916], é ‘alugada’ do reto: na vida dos homossexuais, que fracassaram na complementação duma parte do desenvolvimento sexual normal, a vagina é representada pelo reto. Nos sonhos, muitas vezes, aparece um local que era anteriormente um só compartimento, mas que agora está dividido em dois, por meio de uma parede, ou vice-versa. Isto sempre significa a relação entre vagina e intestino. Também é fácil compreender como, nas meninas, aquilo que é inteiramente um desejo nada feminino de possuir um pênis, normalmente se transforma no desejo de ter um bebê, e, portanto, no desejo de ter um homem, detentor do pênis e doador do bebê; de modo que nisto podemos ver, também, como uma parte do que originalmente era interesse anal-erótico obtém acesso à organização genital subsequente.

Durante nossos estudos das fases pré-genitais da libido, também adquirimos novas compreensões internas (*insights*) da formação do caráter. Verificamos existir uma tríade de traços de caráter que se encontram juntos, com grande regularidade: ordem, parcimônia e obstinação; e da análise de pessoas que mostram esses traços, inferimos que estes se originam do seu erotismo anal, que foi absorvido e utilizado de maneira diferente. Por conseguinte, falamos de um ‘caráter anal’ no qual encontramos essa notável contribuição e assinalamos um determinado contraste entre o caráter anal e o erotismo anal inalterado. Descobrimos, ademais, uma vinculação semelhante, contudo talvez ainda mais definida, entre ambição e erotismo uretral. Uma notável alusão a essa correlação pode ser observada na lenda segundo a qual Alexandre Magno nasceu na mesma noite em que certo Heróstrato ateou fogo ao venerado Templo de Artêmis, em Éfeso, por simples desejo de obter fama. Assim pareceria que os antigos não desconheciam essa correlação. Os senhores naturalmente sabem quanto o urinar tem a ver com fogo e com extinguir fogo. Por certo esperamos que também outros traços de caráter venham a revelar-se, de modo semelhante, como cristalização ou formações reativas relacionadas a determinadas estruturas libidinais pré-genitais; mas ainda não conseguimos demonstrar esse fato.

É, agora, no entanto, a ocasião e eu voltar atrás, tanto na história, como no meu tema, e novamente abordar os problemas mais gerais da vida instintual. No início, a oposição entre

os instintos do ego e os instintos sexuais jazia na base de nossa teoria da libido. Quando, mais tarde, começamos a estudar mais detidamente o ego propriamente dito e chegamos à concepção do narcisismo, essa distinção como tal perdeu sua razão de ser. Em casos raros, pode-se observar que o ego se tomou a si mesmo como objeto e se comporta como se estivesse apaixonado por si próprio. Daí o termo narcisismo, tomado do mito grego. No entanto, isso é apenas um exagero extremo de uma situação normal. Chegamos a compreender que o ego é sempre o principal reservatório de libido, do qual emanam catexias libidinais de objeto e ao qual elas retornam, enquanto a maior parte dessa libido mantém-se permanentemente no ego. Assim, a libido do ego está sendo constantemente transformada em libido objetual, e a libido objetual, em libido do ego. Mas, nesse caso, elas não podiam ser diferentes em sua natureza, e não podia haver sentido em distinguir a energia de um da energia do outro; poderíamos ou eliminar o termo 'libido' ou deixar de empregá-lo como sinônimo de energia psíquica em geral.

Não mantivemos muito tempo essa posição. Nossa intuição de haver um antagonismo na vida instintual encontrou, em pouco tempo, uma outra expressão mais nítida. Não é meu desejo, todavia, expor aos senhores a origem dessa inovação na teoria dos instintos; também ela se baseia essencialmente em razões biológicas. Mostrá-la-ei aos senhores, como um produto acabado. Nossa hipótese reside em que existem essencialmente duas classes diferentes de instintos: os instintos sexuais, compreendidos no mais amplo sentido - Eros, se preferem esse nome -, e os instintos agressivos, cuja finalidade é a destruição. Quando isto é, assim, posto diante dos senhores, dificilmente o considerarão novidade. Parece uma tentativa de transfiguração teórica da comum oposição entre amar e odiar, que coincide, quem sabe, com a outra polaridade, atração e repulsão, que a física supõe existir no mundo inorgânico. Contudo, deve-se observar que essa hipótese, não obstante, é sentida por muitas pessoas como inovação e, na verdade, como inovação das mais indesejáveis, que deveria ser eliminada tão depressa quanto possível. Suponho que nessa rejeição está em jogo um poderoso fator afetivo. Por que necessitamos de tempo tão longo para nos decidirmos a reconhecer um instinto agressivo? Por que hesitamos em utilizarmos, em benefício de nossa teoria, de fatos que eram óbvios e familiares a todos? Teríamos, provavelmente, encontrado pouca resistência, se quiséssemos atribuir a animais um instinto com uma tal finalidade. Todavia, parece sacrílego incluí-lo na constituição humana; contradiz muitíssimas suposições religiosas e convenções sociais. Não; naturalmente, o homem deve ser bom, ou, ao menos, de boa índole. Se, ocasionalmente, se mostra brutal, violento ou cruel, isto são apenas perturbações transitórias de sua vida emocional, na sua maior parte provocadas, ou, talvez, apenas conseqüências das regras sociais inadequadas que ele, até então, impôs a si mesmo.

Infelizmente, o que a História nos conta e o que nós mesmos temos experimentado, não fala nesse sentido, mas, antes, justifica a conclusão de que a crença na 'bondade' da natureza humana é uma dessas perniciosas ilusões com as quais a humanidade espera seja sua vida embelezada e facilitada, enquanto, na realidade, só causam prejuízo. Não temos por que

prosseguir nessa controvérsia, pois temos argumentado a favor de um instinto agressivo e destrutivo nos homens, não por causa dos ensinamentos da história, ou da nossa experiência de vida, mas com base em razões gerais, às quais fomos levados ao examinar os fenômenos do sadismo e do masoquismo. Conforme sabem, denominamos sadismo àquela situação em que o sujeito, para obter satisfação sexual, depende da condição de o seu objeto sofrer dor, maus-tratos e humilhações; e masoquismo, a situação em que o sujeito sente necessidade de ser ele mesmo o objeto maltratado. Conforme todos sabem, uma determinada mistura dessas duas tendências está incluída nas relações sexuais normais, e falamos em perversões quando estas deslocam para o plano secundário os fins sexuais e os substituem por seus próprios fins. E dificilmente os senhores terão deixado de perceber que o sadismo está mais intimamente relacionado à masculinidade, e o masoquismo, à feminilidade, como se houvesse a presença de um parentesco secreto; todavia, devo acrescentar que não temos feito progresso nessa área. Ambos os fenômenos, tanto o sadismo como o masoquismo, contudo muito especialmente o masoquismo, apresentam um problema verdadeiramente enigmático para a teoria da libido, o qual será equacionado apenas se o que constituiu uma pedra no caminho de uma teoria, puder tornar-se a pedra angular da teoria que a substitui.

É nossa opinião, portanto, que no sadismo e no masoquismo temos diante de nós dois excelentes exemplos e uma mistura das duas classes de instinto, de Eros e de agressividade; e formulamos a hipótese de que essa relação é uma relação-modelo - que todo impulso instintual que pudermos examinar, consiste em fusões ou ligas parecidas das duas categorias de instintos. Naturalmente, essas fusões far-se-iam nas mais variadas proporções. Assim, os instintos eróticos introduziriam a multiplicidade de seus fins sexuais na fusão, enquanto os outros apenas admitiriam atenuações ou gradações em sua tendência uniforme. Essa hipótese abre-nos a perspectiva de investigações que um dia poderão ser de grande importância para a compreensão de processos patológicos. Isso porque as fusões também podem desfazer-se, e podemos supor que o funcionamento será afetado de forma muito grave por desfusões dessa espécie. Essas concepções, porém, ainda são demasiado novas; ninguém ainda tentou aplicá-las, em nosso trabalho.

Retornemos ao problema especial que o masoquismo nos apresentou. Se, por um momento, colocamos de lado seus componentes eróticos, ele nos dá a certeza da existência de uma tendência que tem como objetivo a autodestruição. Se também no que diz respeito ao instinto de destruição e à libido, corresponde à verdade que o ego - porém aqui queremos nos referir preferentemente ao id, à pessoa total - originalmente inclui todos os impulsos instintuais, somos levados a pensar que o masoquismo é mais antigo do que o sadismo e que este, o sadismo, é o instinto destrutivo dirigido para fora, adquirindo assim a característica de agressividade. Uma determinada quantidade do instinto destrutivo original pode ainda permanecer no seu interior. Parece que apenas podemos percebê-lo sob duas condições: se está combinado com instintos eróticos no masoquismo, ou se - com um acréscimo erótico maior ou menor - está dirigido contra o mundo externo, sob forma de agressividade. E, com isso, acode-nos ao pensamento a importância da possibilidade de que a agressividade pode

não conseguir encontrar satisfação no mundo externo, porque se defronta com obstáculos reais. Se isto acontece, talvez ela se retraia e aumente a quantidade de autodestrutividade reinante no interior. Veremos como é que de fato isto ocorre, e como é importante esse processo. A agressividade tolhida parece implicar um grave dano. Realmente, parece necessário que destruamos alguma outra coisa ou pessoa, a fim de não nos destruirmos a nós mesmos, a fim de nos protegermos contra a impulsão de autodestruição. Realmente, uma triste descoberta para o moralista! O moralista, contudo, se consolidará, por muito tempo, pensando na improbabilidade de nossas especulações. Realmente, estranho instinto é este, que se volta para a destruição de sua própria morada orgânica essencial! É verdade que os poetas falam dessas coisas; mas os poetas são pessoas irresponsáveis e gozam do privilégio da licença poética. Aliás, essas idéias não são estranhas nem à fisiologia; atentem para a idéia, por exemplo, da membrana mucosa do estômago digerindo a si própria. Deve-se admitir, contudo, que nosso instinto autodestrutivo exija apoio numa base mais ampla. Afinal, não se pode arriscar com uma hipótese de tão largo alcance, simplesmente porque uns pobres loucos uniram sua satisfação sexual a condições peculiares. Acredito que um estudo mais profundo dos instintos nos proporcionará aquilo de que necessitamos. Os instintos regem não só a vida mental, mas também a vida vegetativa, e esses instintos essenciais exibem uma característica que merece o nosso mais profundo interesse. (Não poderemos julgar, senão mais tarde, se se trata de uma característica geral dos instintos.) O fato é que eles revelam uma propensão a restaurar uma situação anterior. Podemos supor que, desde o momento em que uma situação, tendo sido uma vez alcançada, é desfeita, surge um instinto para criá-la novamente e ocasiona fenômenos que podemos descrever como uma ‘compulsão à repetição’. Assim, toda a embriologia é um exemplo da compulsão à repetição. Uma capacidade de regenerar órgãos perdidos estende-se amplamente ao reino animal, e o instinto de recuperação, ao qual, ao lado da ajuda terapêutica, devemos nossas curas, deve ser o remanescente dessa capacidade tão extraordinariamente desenvolvida em animais inferiores. Peixes que migram para a desova, pássaros que voam em migração, e possivelmente tudo o que qualificamos como manifestação de instinto em animais, realizam-se sob as ordens da compulsão à repetição, que exprime a *natureza conservadora* dos instintos. E não temos de procurar muito por suas manifestações na área mental. Chamou-nos a atenção o fato de que experiências reprimidas e esquecidas da infância são reproduzidas, durante o trabalho da análise, nos sonhos e nas reações, particularmente naquelas ocorrentes na transferência, embora seu revivescimento vá de encontro ao interesse do princípio de prazer. [Cf. [1]]; explicamos esse fato com a suposição de que, nesses casos, uma compulsão à repetição vence até mesmo o princípio de prazer. Fora da análise, também, pode-se observar algo semelhante. Há pessoas em cujas vidas se repetem indefinidamente as mesmas reações não-corrigidas, em prejuízo delas próprias, assim como há outras pessoas que parecem perseguidas por um destino implacável, embora uma investigação mais atenta nos mostre que tais pessoas, sem se aperceberem, causam a si mesmas esse destino. Em tais casos, atribuímos um caráter ‘demoníaco’ à compulsão à repetição.

Como essa característica conservadora dos instintos pode, contudo, auxiliar-nos a

entender nossa autodestrutividade? Que situação anterior um instinto desses quer restaurar? Bem, a resposta, não é tão difícil encontrá-la, e ela abre amplas perspectivas. Se é verdade que - em alguma época incomensuravelmente remota e numa forma que não podemos imaginar - a vida se originou da matéria inorgânica, então, de acordo com nossa suposição, deve ter surgido um instinto que procurou eliminar a vida novamente e restabelecer o estado inorgânico. Se reconhecemos nesse instinto a autodestrutividade de nossa hipótese, podemos considerar a autodestrutividade expressão de um 'instinto de morte' que não pode deixar de estar presente em todo processo vital. Ora, os instintos, nos quais acreditamos, dividem-se em dois grupos - os instintos eróticos, que buscam combinar cada vez mais substância viva em unidades cada vez maiores, e os instintos de morte, que se opõem a essa tendência e levam o que está vivo de volta a um estado inorgânico. Da ação concorrente e antagônica desses dois procedem os fenômenos da vida que chegam ao seu fim com a morte.

Talvez os senhores venham a sacudir os ombros e dizer: 'Isto não é ciência natural, é filosofia de Schopenhauer!' Mas, senhoras e senhores, por que um pensador ousado não poderia ter entrevisto algo que depois se confirma por intermédio de uma pesquisa séria e laboriosa? Ademais, não há nada que já não tenha sido dito, e coisas parecidas tinham sido ditas por muitas pessoas, antes de Schopenhauer. E mais, o que estamos dizendo não é nem mesmo Schopenhauer autêntico. Não estamos afirmando que a morte é o único objetivo da vida; não estamos desprezando o fato de que existe vida, assim como existe morte. Reconhecemos dois instintos básicos, e atribuímos a cada um deles a sua própria finalidade. Como os dois se mesclam no processo de viver, como o instinto de morte é posto a serviço dos propósitos de Eros, especialmente sendo voltado para fora na forma de agressividade - estas são tarefas reservadas à investigação futura. Não fomos além do ponto em que essa perspectiva está aberta para nós. Também a questão de saber se o caráter conservador não poderia pertencer a todos os instintos, sem exceção; se também os instintos eróticos não poderiam estar buscando reconstituir uma situação prévia, ao se empenharem por efetuar uma síntese de coisas vivas em unidades sempre maiores - também essas questões devemos deixar sem resposta.

Desviamo-nos bastante de nossa base. Relatar-lhes-ei, num retrospecto, o ponto de partida dessas reflexões sobre a teoria dos instintos. Foi o mesmo que nos levou a rever a relação entre o ego e o inconsciente - a impressão, decorrente do trabalho analítico, de que o paciente, que opõe uma resistência, muitas vezes não se apercebe dessa resistência. Todavia, não só o fato da resistência lhe é inconsciente, como também o são os seus motivos. Fomos obrigados a investigar os motivos, ou o motivo, e, para nossa surpresa, encontramos-os numa profunda necessidade de punição, que só podíamos classificar como desejo masoquista. A importância prática dessa descoberta não é menor do que sua importância teórica, de vez que a necessidade de punição é o pior inimigo de nosso trabalho terapêutico. Ela obtém satisfação no sofrimento que está vinculado à neurose, e por essa razão aferra-se à condição de estar doente. Parece que esse fato, uma necessidade inconsciente de punição, faz parte de toda doença neurótica. E aqui são inteiramente

convincentes aqueles casos nos quais o sofrimento neurótico pode ser substituído por sofrimento de outra espécie. Referirei uma experiência desse tipo.

Certa vez, consegui livrar uma senhora, ainda solteira, já não tão jovem, do complexo de sintomas que a tinham condenado, por uns quinze anos, a uma existência de tormento, havendo-a excluído de qualquer participação na vida. Sentindo, então, que estava bem, lançou-se a uma intensa atividade, a fim de desenvolver seu talento, que não era pequeno, e de obter um pouco de reconhecimento, prazer e êxito, embora o momento fosse um pouco tardio. Cada um dos seus intentos, porém, terminava quando as pessoas a faziam reconhecer, ou ela própria reconhecia, que já possuía demasiada idade para realizar alguma coisa naquela área. Depois de cada desfecho dessa espécie, uma recaída na doença teria sido a coisa evidente; porém, ela não conseguia mais efetuar esse fato. E, no lugar disso, em cada oportunidade, ela se envolvia num acidente, que a colocava fora de ação, por um tempo, e lhe causava sofrimento. Caía e sofria entorse do tornozelo, ou contundia o joelho, ou feria a mão em alguma coisa que estava fazendo. Quando tomou consciência de quão grande podia ser sua participação nesses aparentes acidentes, ela, por assim dizer, mudou de técnica. Em vez de acidentes, surgiram indisposições com as mesmas causas - resfriados, amigdalites, estados gripais, afecções reumáticas -, até que, por fim, resolveu renunciar às suas tentativas, e toda a agitação findou.

Pensamos não existir dúvidas quanto à origem dessa necessidade inconsciente de punição. Comporta-se como uma parcela de consciência, como um prolongamento de nossa consciência para dentro do inconsciente; e deve ter a mesma origem que a consciência e corresponde, pois, a uma parcela de agressividade que foi internalizada e assumida pelo superego. Aqui nos bastaria ordenar adequadamente as palavras para que se justificasse, para todos os fins práticos, chamá-la de 'sentimento inconsciente de culpa'. Teoricamente, com efeito, temos dúvidas quanto a se devemos supor que toda a agressividade que retornou do mundo externo é ligada pelo superego e, por conseguinte, voltada contra o ego; ou se devemos supor que uma parte da mesma está exercendo sua atividade muda e sinistra, sob forma de instinto destrutivo livre, no ego e no id. Uma distribuição segundo a última forma citada é a mais provável; porém, não sabemos nada mais a esse respeito. Sem dúvida, quando o superego foi instituído pela primeira vez, para equipar essa instância, fez-se uso da parcela de agressividade infantil dirigida contra os pais, pelo que lhe foi impossível efetuar uma descarga para fora, devido à sua fixação erótica, bem como em virtude de dificuldades externas; e, por esse motivo, a severidade do superego não corresponde necessariamente à rigidez da criação da criança [ver [1]] É bem possível que, quando há, subsequente, ocasião para suprimir a agressividade, o instinto possa tomar o mesmo caminho que lhe esteve aberto naquele momento decisivo.

As pessoas, nas quais esse sentimento inconsciente de culpa é excessivamente forte, manifestam-se no tratamento analítico pela reação terapêutica negativa, que é tão desagradável do ponto de vista prognóstico. Quando se lhes proporciona a solução de um

sintoma, que pelo menos deveria acompanhar-se do desaparecimento deste, o que essas pessoas apresentam é, ao invés, uma exacerbação do sintoma e da doença. Muitas vezes, basta elogiar tais pacientes por sua conduta no tratamento, ou dizer-lhes umas palavras de esperança a respeito do progresso da análise, para causar uma inequívoca piora de sua condição. Um não-analista diria que a ‘vontade de se recuperar’ estava ausente. Se seguirem a maneira analítica de pensar, verão nesse comportamento uma manifestação do sentimento inconsciente de culpa, para o qual estar doente, com seus sofrimentos e limitações, é exatamente o que se deseja. Os problemas que o sentimento inconsciente de culpa desvendou, suas conexões com a moralidade, a educação, o ciúme e a delinqüência são, atualmente, o campo de trabalho preferido dos psicanalistas. E aqui, num ponto inesperado, emergimos do subterrâneo psíquico para a plena luz do dia. Não posso levá-los mais longe, mas, antes de despedir-me dos senhores, por hoje, devo retê-los com mais uma seqüência de idéias. Tornou-se hábito nosso dizer que nossa civilização foi construída à custa das tendências sexuais que, sendo inibidas pela sociedade, são, com efeito, em parte reprimidas, mas, em parte, tornaram-se utilizáveis em outros fins. Também temos admitido que, a despeito de todo o nosso orgulho por nossas conquistas culturais, não nos é fácil satisfazer os requisitos dessa civilização e sentir-nos à vontade nela, porque as restrições instintuais impostas a nós constituem uma pesada carga psíquica. Pois bem, o que vimos acerca dos instintos sexuais aplica-se igualmente, e talvez ainda mais, a outros instintos, os instintos agressivos. São estes, acima de tudo, que tornam difícil a vida do homem em comunidade e ameaçam sua sobrevivência. A restrição à agressividade do indivíduo é o primeiro e talvez o mais severo sacrifício que dele exige a sociedade. Temos verificado de que maneira simplista se conseguiu domar essa coisa indomável. A instituição do superego, que toma conta dos impulsos agressivos perigosos, introduz um destacamento armado, por assim dizer, nas regiões inclinadas à rebelião. Mas, por outro lado, se a encaramos exclusivamente do ponto de vista psicológico, devemos reconhecer que o ego não se sente feliz ao ser assim sacrificado às necessidades da sociedade, ao ter que se submeter às tendências destrutivas da agressividade, que ele teria tido a satisfação de empregar contra os outros. É como que um prolongamento, na esfera mental, do dilema ‘comer ou ser comido’ que domina o mundo orgânico animado. Felizmente, os instintos agressivos nunca estão sozinhos, mas sempre amalgamados aos eróticos. Estes, os instintos eróticos, têm muita coisa a atenuar e muita coisa a obviar sob as condições da civilização que a humanidade criou.

CONFERÊNCIA XXXIII

FEMINILIDADE

SENHORAS E SENHORES:

Durante todo esse tempo em que me estou preparando para falar-lhes, luto com uma dificuldade interna. Não tenho certeza, por assim dizer, da extensão daquilo que me é permitido. É verdade que, no decurso de quinze anos de trabalho, a psicanálise modificou-se e se tornou mais rica; apesar disso, uma introdução à psicanálise poderia ter ficado sem alteração ou suplemento. Está constantemente em meu pensamento que estas conferências não têm uma *raison d'être*. Para analistas estou dizendo muito pouca coisa e não estou absolutamente dizendo algo novo; mas, para os senhores, estou dizendo muitíssimo, dizendo coisas que os senhores não estão preparados para entender, coisas que não estão no seu campo de atividade. Procurei desculpas e tentei justificar cada conferência, isoladamente, com base em motivos diferentes. A primeira, sobre a teoria dos sonhos, assim se supôs, reconduziu-os, novamente e sem delongas, à atmosfera analítica e mostrou-lhes como nossos pontos de vista se revelaram duráveis. Passei, depois, à segunda conferência, que abrangeu desde os sonhos até o chamado ocultismo, aproveitando a oportunidade de, sem restrições, dizer o que penso acerca de uma área de trabalho, na qual, atualmente, expectativas preconceituosas lutam contra resistências acirradas, e eu podia esperar que o discernimento dos senhores, instruídos para serem tolerantes, tendo como exemplo a psicanálise, não se recusaria a acompanhar-me nessa empreitada. A terceira conferência, sobre a dissecação da personalidade, exigiu dos senhores o máximo, com seu tema desconhecido; mas para mim foi impossível sonegar-lhes esse primeiro começo de uma psicologia do ego, e, se a tivéssemos quinze anos atrás, te-la-ia mencionado para os senhores naquela época. Por fim, minha última conferência, que os senhores provavelmente só puderam acompanhar com grande esforço, apresentou correções necessárias - novastentativas de solucionar os mais importantes enigmas; e minha introdução te-los-ia deixado desorientados, se tivesse silenciado a respeito delas. Como vêem, quando alguém começa a desculpar-se, no final resulta que tudo foi inevitável, foi tudo obra do destino. Submeto-me a ele, e peço-lhes que façam o mesmo.

A conferência de hoje também não deveria caber numa introdução; pode, contudo, servir para ilustrar-lhes uma parte detalhada do trabalho analítico, e posso dizer duas coisas para recomendá-la. Ela não nos apresenta senão fatos observados, quase sem qualquer acréscimo teórico, e trata de um assunto que, quase mais do que qualquer outro, faz jus ao interesse dos senhores. Através da história, as pessoas têm quebrado a cabeça com o enigma da natureza da feminilidade.

E nem *os senhores* escaparam de se preocupar com esse problema - aqueles dentre os senhores que são homens; a quem, dentre os senhores, é mulher, isto não se aplica - as senhoras mesmas constituem o problema. Quando encontram um ser humano, a primeira distinção que fazem é ‘homem ou mulher?’ e os senhores estão habituados a fazer essa distinção com certeza total. A ciência anatômica compartilha dessa certeza dos senhores num ponto, não mais que isto. O produto sexual masculino, o espermatozóide, e seu veículo são masculinos; o óvulo e o organismo que o abriga são femininos. Em ambos os sexos, formaram-se órgãos que servem exclusivamente às funções sexuais; provavelmente desenvolveram-se da mesma disposição [inata] em duas formas diferentes. Ademais disso, em ambos os sexos os outros órgãos, as formas e tecidos corporais mostram a influência do sexo do indivíduo, mas isto é inconstante, sua quantidade é variável; são aquilo que se conhece como características sexuais secundárias. Depois, a ciência diz-lhes algo que se opõe às expectativas dos senhores e por certo haverá de confundir os seus sentimentos. Chama a atenção dos senhores para o fato de que partes do aparelho sexual masculino também aparecem no corpo da mulher, ainda que em estado atrofiado, e vice-versa.

Considera tais ocorrências como indicações de *bissexualidade*, como se um indivíduo não fosse homem ou mulher, mas sempre fosse ambos - simplesmente um pouco mais de um, do que de outro. E então se lhes pede familiarizarem-se com a idéia de que a proporção em que masculino e feminino se misturam num indivíduo, está sujeita a flutuações muito amplas. De vez que, excetuando casos muitíssimos raros, apenas uma espécie de produto sexual - óvulos ou sêmen - está presente numa pessoa, os senhores, contudo, não poderão senão ter dúvidas quanto à importância decisiva desses elementos e devem concluir que aquilo que constitui a masculinidade ou a feminilidade é uma característica desconhecida que foge do alcance da anatomia.

Estaria, quem sabe, nos domínios da psicologia? Estamos habituados a empregar ‘masculino’ e ‘feminino’ também como qualidades mentais, e da mesma forma temos transferido a noção de bissexualidade para a vida mental. Assim, dizemos que uma pessoa, seja homem ou mulher, se comporta de modo masculino numa situação e de modo feminino, em outra. Os senhores, porém, logo percebem que isto é apenas ceder à anatomia ou às convenções. Os senhores não podem conferir aos conceitos de ‘masculino’ e ‘feminino’ nenhuma conotação nova. A distinção não é uma distinção psicológica; quando dizem ‘masculino’, os senhores geralmente querem significar ‘ativo’, e quando dizem ‘feminino’, geralmente querem dizer ‘passivo’. Ora, é verdade que existe uma relação desse tipo. A

célula sexual masculina é ativamente móvel e sai em busca da célula feminina, e esta, o óvulo, é imóvel e espera passivamente. Essa conduta dos organismos sexuais elementares é, na verdade, um modelo da conduta sexual dos indivíduos durante o coito. O macho persegue a fêmea com o propósito de união sexual, agarra-a e penetra nela. Com isso, os senhores justamente reduziram as características de masculinidade ao fator agressividade, no que se refere à psicologia. Bem podem duvidar se auferiram daí alguma vantagem real, quando refletem que, em algumas classes de animais, as fêmeas são mais fortes e mais agressivas e o macho é ativo unicamente no ato da união sexual. Assim ocorre, por exemplo, nas aranhas.

Mesmo as funções de criar e de cuidar do filhote, que temos na conta de papel feminino *par excellence*, não estão invariavelmente ligadas ao sexo feminino, nos animais. Em espécies animais bem superiores, verificamos que ambos os sexos dividem entre si o trabalho de cuidar do filhote, ou que o próprio macho, sozinho, dedica-se a essa tarefa. Até mesmo na esfera da vida sexual humana, os senhores logo verão como é inadequado fazer o comportamento masculino coincidir com atividade e o feminino, com passividade. Uma mãe é ativa para com seu filho, em todos os sentidos; a própria amamentação também pode ser descrita como a mãe dando o seio ao bebê, ou ela sendo sugada por este. Quanto mais se afastarem da estreita esfera sexual, mais óbvio se lhes tornará o ‘erro de superposição’. As mulheres podem demonstrar grande atividade, em diversos sentidos; os homens não conseguem viver em companhia dos de sua própria espécie, a menos que desenvolvam uma grande dose de adaptabilidade passiva. Se agora os senhores me disserem que esses fatos provam justamente que tanto os homens como as mulheres são bissexuais, no sentido psicológico, concluirei que decidiram, na sua mente, a fazer coincidir ‘ativo’ com ‘masculino’ e ‘passivo’ com ‘feminino’. Mas advirto-os de que não o façam. Parece-me que não serve a nenhum propósito útil e nada acrescenta aos nossos conhecimentos.

Poder-se-ia considerar característica psicológica da feminilidade dar preferência a fins passivos. Isto, naturalmente, não é o mesmo que passividade; para chegar a um fim passivo, pode ser necessária uma grande quantidade de atividade. Talvez seja o caso de que numa mulher, com base na sua participação na função sexual, a preferência pelo comportamento passivo e por fins passivos se estenda à sua vida, em grau maior ou menor, proporcionalmente aos limites, restritos ou amplos, dentro dos quais sua vida sexual serve, assim, de modelo. Devemos, contudo, nos acautelar nesse ponto, para não subestimar a influência dos costumes sociais que, de forma semelhante, compelem as mulheres a uma situação passiva. Tudo isso ainda está longe de uma elucidação. Existe uma relação particularmente constante entre feminilidade e vida instintual, que não devemos desprezar. A supressão da agressividade das mulheres, que lhes é instituída constitucionalmente e lhes é imposta socialmente, favorece o desenvolvimento de poderosos impulsos masoquistas que conseguem, conforme sabemos, ligar eroticamente as tendências destrutivas que foram desviadas para dentro. Assim, o masoquismo, como dizem as pessoas, é verdadeiramente feminino. Mas, como acontece tantas vezes, se os senhores encontram masoquismo em homens, que lhes resta senão dizer que tais homens mostram traços femininos muito evidentes?

Os senhores, agora, já estão preparados para saber que também a psicologia é incapaz de solucionar o enigma da feminilidade. Sem dúvida, a explicação deve provir de outras fontes e só pode vir quando houvermos aprendido de que modo, em geral, se efetuou a diferenciação dos organismos vivos em dois sexos. Disto nada sabemos, conquanto a existência de dois sexos seja uma característica muito surpreendente da vida orgânica, que a distingue nitidamente da natureza inanimada. Contudo, encontramos muito que estudar nesses indivíduos humanos que, mediante a posse de genitais femininos, são caracterizados como manifestamente ou predominantemente femininos. De acordo com sua natureza peculiar, a psicanálise não tenta descrever o que é a mulher - seria esta uma tarefa difícil de cumprir -, mas se empenha em indagar como é que a mulher se forma, como a mulher se desenvolve desde a criança dotada de disposição bissexual. Em épocas recentes, começamos a aprender um pouco acerca dessas coisas, graças à circunstância de várias de nossas excelentes colegas de análise terem começado a trabalhar a questão. A discussão desse aspecto adquiriu atração especial, a partir da distinção entre os sexos. Pois essas senhoras, sempre que alguma comparação parecia mostrar-se desfavorável ao seu sexo, conseguiram expressar a suspeita de que nós, analistas homens, não tínhamos conseguido superar determinados preconceitos profundamente arraigados contra aquilo que era feminino, e que esse fato estava sendo responsável pela parcialidade de nossas pesquisas. Nós, por nossa vez, com base na bissexualidade, não tínhamos dificuldade em evitar a indelicadeza. Apenas tínhamos de dizer: 'Isto não se aplica às *senhoras*. As senhoras são a exceção; neste ponto, são mais masculinas do que femininas.'

Abordamos a investigação do desenvolvimento sexual da mulher com duas expectativas. A primeira é que, aqui, novamente, a constituição não se adaptará à sua função sem uma luta. A segunda reside em que os pontos críticos decisivos já terão sido preparados ou completados antes da puberdade. Ambas as expectativas confirmam-se de imediato. Ademais, a comparação com o que acontece com os meninos nos mostra ser o desenvolvimento de uma menina em mulher normal mais difícil e mais complexo, de vez que inclui duas tarefas extras às quais não há nada de equivalente no desenvolvimento de um homem. Acompanhem as linhas paralelas desde o seu começo. Indubitavelmente, o material é diferente, no início, em meninos e em meninas: não era necessário que a psicanálise estabelecesse isto. A diferença na estrutura dos genitais acompanha-se de outras diferenças corporais que são por demais conhecidas para requerer menção aqui. As diferenças sobressaem também na disposição instintual que permite entrever a natureza subsequente das mulheres. Uma menina é, em geral, menos agressiva, desafiadora e auto-suficiente; ela parece ter mais necessidade de obter carinho e, por esse motivo, de ser mais dependente e dócil. Provavelmente, é apenas como consequência dessa docilidade que ela pode ser ensinada mais facilmente e com maior rapidez a controlar suas excreções: urina e fezes são as primeiras dádivas que as crianças dão a quem cuida delas [ver [1]], e controlá-las é a primeira concessão a que pode ser induzida a vida instintual das crianças. Também fica-se com a impressão de que as meninas são mais inteligentes e mais espertas do que os meninos da mesma idade; elas saem mais ao encontro do mundo externo e, ao mesmo

tempo, formam catexias objetais mais intensas. Não sei dizer se essas sondagens no desenvolvimento foram confirmadas por observações exatas; mas, em todo caso, não há dúvida de que as meninas não podem ser classificadas como intelectualmente atrasadas. Essas diferenças sexuais não possuem consequência maior: podem ser sobrepujadas por variações individuais. Para nossos fins imediatos, podem ser negligenciadas.

Ambos os sexos parecem atravessar da mesma maneira as fases iniciais do desenvolvimento libidinal. Poder-se-ia esperar que, nas meninas, já teria havido algum abrandamento da agressividade na fase sádico-anal, mas não é este o caso. A análise do brinquedo de crianças mostrou às nossas analistas de crianças que os impulsos agressivos de meninas não deixam nada a desejar em matéria de quantidade e de violência. Com seu ingresso na fase fálica, as diferenças entre os sexos são completamente eclipsadas pelas suas semelhanças. Nisto somos obrigados a reconhecer que a menina é um homenzinho. Nos meninos, conforme sabemos, essa fase é marcada pelo fato de que aprenderam a obter sensações prazerosas do seu pequeno pênis, e relacionam seu estado de excitação às suas idéias de relação sexual. As meninas fazem o mesmo com seu diminuto clitóris. Parece que em todas elas a atividade masturbatória é executada nesse equivalente do pênis e que a vagina verdadeiramente feminina, a essa época, ainda não foi descoberta por ambos os sexos. É verdade que há também alguns relatos isolados de sensações vaginais precoces, mas não poderia ser fácil distingui-las de sensações no ânus ou no vestibulo; de qualquer maneira, não podem ter muita importância. Estamos autorizados a manter nossa opinião segundo a qual, na fase fálica das meninas, o clitóris é a principal zona erógena. Mas, naturalmente, não vai permanecer assim. Com a mudança para a feminilidade, o clitóris deve, total ou parcialmente, transferir sua sensibilidade, e ao mesmo tempo sua importância, para a vagina. Esta seria uma das duas tarefas que uma mulher tem de realizar no decorrer do seu desenvolvimento, ao passo que o homem, mais afortunado, só precisa continuar, na época de sua maturidade, a atividade que executara anteriormente, no período inicial do surgimento de sua sexualidade.

Retornaremos ao papel que desempenha o clitóris; passemos agora à segunda tarefa que sobrecarrega o desenvolvimento da menina. Para um menino, sua mãe é o primeiro objeto de seu amor, e ela assim permanece também durante a formação do complexo de Édipo e, em essência, por toda a vida dele. Para a menina, também, o seu primeiro objeto deve ser sua mãe (e as figuras da babá e da nutriz, que nela se fundem). As primeiras catexias objetais ocorrem em conexão com a satisfação de necessidades vitais importantes e simples, e as circunstâncias relativas à criação dos filhos são as mesmas para ambos os sexos. Na situação edipiana, porém, a menina tem seu pai como objeto amoroso, e espera-se que no curso normal do desenvolvimento ela haverá de passar desse objeto paterno para sua escolha objetual definitiva. Com o passar do tempo, portanto, uma menina tem de mudar de zona erógena e de objeto - e um menino mantém ambos. Surge então a questão de saber como isto ocorre: particularmente, como é que a menina passa da vinculação com sua mãe para a vinculação com seu pai? ou, em outros termos, como passa ela da fase masculina para a

feminina, à qual biologicamente está destinada?

Seria uma solução idealmente simples, se pudéssemos supor que, a partir de determinada idade em diante, a influência fundamental da atração recíproca entre os sexos se faz sentir e impele a mulherzinha para o homem, enquanto a mesma lei permite ao menino continuar com sua mãe. Poderíamos supor, de resto, que nesse ponto os filhos estão seguindo a indicação que lhes foi dada pela preferência sexual de seus pais. Não haveremos de encontrar as coisas tão fáceis assim, contudo; mal sabemos se podemos acreditar com seriedade no poder do qual os poetas falam tanto e com tanto entusiasmo, o qual, porém, analiticamente não pode ser investigado em maior profundidade. Encontramos uma resposta de tipo bem diverso à custa de laboriosas investigações, e pelo menos foi fácil chegar ao material respectivo. Pois os senhores devem saber que é muito grande o número de mulheres que continuam, ainda em idade madura, dependentes de um objeto paterno, ou, na verdade, de seu pai real. A respeito dessas mulheres com uma intensa vinculação de longa duração para com o pai, temos constatado alguns fatos surpreendentes. Sabíamos, naturalmente, que houvera um estágio preliminar de vinculação com a mãe, mas não sabíamos que pudesse ser tão rico e tão duradouro, e pudesse deixar atrás de si tantas oportunidades para fixações e disposições. Durante essa fase, o pai da menina é apenas um rival incômodo; em alguns casos, a vinculação à mãe perdura além do quarto ano de vida. Quase tudo o que posteriormente encontramos em sua relação com o pai, já estava presente em sua vinculação inicial e foi transferido, subsequente, para seu pai. Em suma, fica-nos a impressão de que não conseguimos entender as mulheres, a menos que valorizemos essa fase de sua vinculação pré-edipiana à mãe.

Será então de nosso agrado conhecermos a natureza das relações libidinais da menina para com sua mãe. A resposta é que tais relações se apresentam sob muitas formas diferentes. De vez que persistem através de todas as três fases da sexualidade infantil, também assumem as características das diversas fases e se expressam por desejos orais, sádico-anais e fálcos. Esses desejos representam impulsos ativos e também passivos; se os relacionamos à diferenciação dos sexos que vai surgir depois - embora devamos evitar de fazê-lo, até onde for possível -, podemos chamá-los de masculino e feminino. A par disto, são completamente ambivalentes, possuindo tanto uma natureza carinhosa, como hostil e agressiva. Esta última muitas vezes só vem à luz depois de haver-se transformado em idéias angustiantes. Nem sempre é fácil precisar uma formulação desses desejos sexuais iniciais; o que mais claramente se expressa é um desejo da menina, de ter da mãe um filho, e o desejo correspondente de ela mesma ter um filho - ambos desejos pertencentes ao período fálco e certamente surpreendentes, porém estabelecidos, acima de qualquer dúvida, pela observação analítica. O aspecto atraente dessas investigações está nas detalhadas e surpreendentes descobertas que nos trazem. Assim, por exemplo, descobrimos o medo de ser assassinada ou envenenada, o qual posteriormente poderá formar o núcleo de uma doença paranóide, presente já nesse período pré-edipiano, em relação à mãe. Ou um outro caso: os senhores haverão de recordar-se de um interessante episódio da história da pesquisa

analítica, que me causou muitas horas de dissabor. No período em que o principal interesse voltava-se para a descoberta de traumas sexuais infantis, quase todas as minhas pacientes contavam-me haverem sido seduzidas pelo pai. Fui forçado a reconhecer, por fim, que tais relatos eram inverídicos, e assim cheguei a compreender que os sintomas histéricos derivam de fantasias, e não de ocorrências reais. Apenas mais tarde pude reconhecer nessa fantasia de ser seduzida pelo pai a expressão do típico complexo de Édipo nas mulheres. E agora encontramos mais uma vez a fantasia de sedução na pré-história pré-edipiana das meninas; contudo, o sedutor é regularmente a mãe. Aqui, a fantasia toca o chão da realidade, pois foi realmente a mãe quem, por suas atividades concernentes à higiene corporal da criança, inevitavelmente estimulou e, talvez, até mesmo despertou, pela primeira vez, sensações prazerosas nos genitais da menina.

Não tenho dúvidas de que os senhores estão dispostos a manifestar a suspeita de que esse quadro da quantidade e da intensidade do relacionamento sexual da menininha com sua mãe estaria exagerado. Afinal, tem-se ocasião de ver menininhas, e não se observa nada dessa espécie. A objeção não procede, entretanto. São muitas as coisas que se pode ver nas crianças, basta saber olhar. Ademais, deveriam considerar quão pouco dos seus desejos sexuais uma criança pode admitir em plano pré-consciente, ou, muito menos, pode comunicar. Por conseguinte, estamos simplesmente dentro dos nossos direitos quando estudamos, em retrospecto, os remanescentes e as conseqüências do mundo emocional de pessoas nas quais esses processos de desenvolvimento atingiram um grau de expansão especialmente evidente, e até mesmo excessivo. A patologia sempre nos serviu para tornar perceptíveis, ao isolar e exagerar, aquelas situações que permaneceriam ocultas em um estado normal. E como nossas investigações foram efetuadas em pessoas que não eram, de modo algum, gravemente anormais, penso que devemos considerar merecedores de crédito os seus resultados.

Orientaremos, agora, nosso interesse no sentido de saber unicamente que coisa põe fim a essa poderosa vinculação da menina à sua mãe. Conforme sabemos, este é o seu destino habitual: está determinado a dar lugar a uma vinculação a seu pai. Aqui, deparamos com um fato que constitui uma indicação para nosso esclarecimento subsequente. Esse passo no desenvolvimento não envolve apenas uma simples troca de objeto. O afastar-se da mãe, na menina, é um passo que se acompanha de hostilidade; a vinculação à mãe termina em ódio. Um ódio dessa espécie pode tornar-se muito influente e durar toda a vida; pode ser muito cuidadosamente supercompensado, posteriormente; geralmente, uma parte dele é superada, ao passo que a parte restante persiste. Os eventos de anos subsequentes naturalmente influenciam muito isto. Entretanto, limitar-nos-emos a estudá-lo na época em que a menina se volta para seu pai, e a pesquisar os motivos desse fato. Apresenta-se-nos, então, uma longa lista de acusações e queixas contra a mãe, as quais, supõe-se, justificam os sentimentos hostis da criança; sua validade é variável e não deixaremos de examiná-la. Muitas dentre elas são evidentes racionalizações e as verdadeiras origens da hostilidade restam por ser encontradas. Penso que os senhores ficarão interessados se lhes apresento agora todos os

detalhes de uma investigação psicanalítica.

A censura contra a mãe, que remonta à época mais remota, é a de que esta deu à criança muito pouco leite - censura que lhe é feita como falta de amor. Ora, existe alguma justificação para essa acusação em nossas famílias. As mães, amiúde, têm leite insuficiente para dar a seus filhos e se contentam com dar-lhes de mamar por uns poucos meses, por meio ano ou três quartos de ano. Entre povos primitivos, as crianças são amamentadas ao seio materno por dois ou três anos. A figura de nutriz que amamenta a criança geralmente se funde com a figura da mãe; quando isso não acontece, a censura transforma-se numa outra - a de que a nutriz, que amamentou a criança com tanta vontade, foi mandada embora pela mãe muito precocemente. Mas, seja qual for a verdadeira situação ocorrida, é impossível que a acusação da criança possa ser justificada tantas vezes quantas surgir. Mais parece que a avidez da criança pelo primeiro alimento é completamente insaciável, que a criança nunca supera o sofrimento de perder o seio materno. Não me causaria surpresa se a análise de uma criança primitiva, que ainda pudesse ser amamentada ao seio materno quando já capaz de andar e de falar, viesse a apresentar a mesma queixa. O temor de ser envenenada provavelmente também está relacionado ao desmame. Veneno é comida que faz adoecer. Talvez as crianças atribuam suas primeiras doenças também a essa frustração. Uma grande soma de aprendizado intelectual é pré-requisito para se acreditar no acaso; os povos primitivos e os povos sem instrução, e certamente também as crianças, conseguem atribuir um motivo para tudo o que acontece. Talvez originalmente se tratasse de motivos de natureza animista. Ainda hoje em dia, em determinadas camadas da população, ninguém pode morrer sem ter sido morto por outrem - de preferência pelo médico. E a reação habitual de um neurótico à morte de alguém de suas relações próximas é colocar a culpa em si mesmo por haver causado a morte.

A acusação seguinte contra a mãe da criança explode quando surge o bebê seguinte. Se possível, a conexão com a frustração oral é mantida: a mãe não podia, ou não iria, dar mais leite à criança, porque necessitava do alimento para o recém-chegado. Nos casos em que duas crianças têm uma diferença de idade tão pequena, que a lactação é prejudicada pela segunda gravidez, essa censura adquire uma base real, sendo surpreendente que uma criança, até com uma diferença de idade de apenas 11 meses, já tenha suficiente capacidade para perceber o que está acontecendo. Contudo, o que a criança não perdoad ao indesejado intruso e rival não é apenas a amamentação, mas sim todos os outros sinais de cuidado materno. Sente que foi destronada, espoliada, prejudicada em seus direitos; nutre um ódio ciumento em relação ao novo bebê e desenvolve ressentimento contra a mãe infiel, o que muitas vezes se expressa em desagradável mudança na conduta. Torna-se 'arteira', talvez, irritável e desobediente, e sofre um retrocesso nos progressos que havia feito quanto ao controle das excreções. Tudo isso tem sido conhecido há muito tempo e aceito como evidente por si mesmo; mas, raramente formamos uma idéia correta da força desses impulsos ciumentos, da tenacidade com que persistem e da magnitude de sua influência no desenvolvimento ulterior. Especialmente porque esse ciúme recebe constantemente novos reforços nos anos seguintes

da infância, e todo o abalo se repete com o nascimento de cada novo irmão ou irmã. Ademais não faz muita diferença se acontece a criança continuar sendo a preferida de sua mãe. As exigências de amor de uma criança são ilimitadas; exigem exclusividade e não toleram partilha.

Uma fonte abundante de hostilidade de uma criança para com sua mãe é o que proporcionam os desejos sexuais multiformes, que se modificam de acordo com a fase da libido e que, em sua maior parte, não podem ser satisfeitos. As mais intensas frustrações ocorrem no período fálico, se a mãe proíbe a atividade prazerosa com os genitais - muitas vezes com ameaças severas e todos os sinais de desagrado -, atividade em que, afinal de contas, ela mesma iniciara a criança. Daria para pensar que estas são razões bastantes para fazer com que a menina se afaste de sua mãe. Se assim for, seria de julgar que a desavença decorra inevitavelmente da natureza da sexualidade infantil, do caráter ilimitado de suas exigências de amor e da impossibilidade de realizar seus desejos sexuais. Na verdade, poder-se-ia pensar que essa primeira relação amorosa da criança está destinada à dissolução pelo próprio motivo de ser a primeira, pois essas primeiras catexias objetais são, habitualmente, em grau elevado ambivalentes. Uma poderosa tendência à agressividade está sempre presente ao lado de um amor intenso, e quanto mais profundamente uma criança ama seu objeto, mais sensível se torna aos desapontamentos e frustrações provenientes desse objeto; e, no final, o amor deve sucumbir à hostilidade acumulada. Ou então deve ser rejeitada a idéia de que haja uma ambivalência inicial básica como esta nas catexias objetais, podendo ser assinalado que é a natureza especial da relação mãe-filho que leva, com igual inevitabilidade, à destruição do amor da criança; a própria educação mais branda não pode evitar o uso da coerção e a introdução de restrições, e toda intervenção desse tipo na liberdade da criança deve provocar como reação uma inclinação à rebeldia e à agressividade. Penso que seria muito interessante uma discussão dessas possibilidades; no entanto, logo surge uma objeção que força o nosso interesse noutra direção. Todos esses fatores - as desfeitas, os desapontamentos no amor, o ciúme, a sedução seguida da proibição - afinal também estão atuantes na relação do menino com sua mãe e, ainda assim, não são capazes de afastá-lo do objeto materno. A menos que possamos encontrar algo que seja específico das meninas e não esteja presente, ou não esteja presente da mesma maneira, nos meninos, não teremos explicado o término da vinculação das meninas à sua mãe.

Acredito haveremos encontrado esse fator específico, e, na verdade, no lugar onde esperávamos encontrá-lo, embora numa forma surpreendente. Eu disse onde esperávamos encontrá-lo, pois se situa no complexo de castração. Afinal, a distinção anatômica [entre os sexos] deve expressar-se em conseqüências psíquicas. Foi uma surpresa, no entanto, constatar, na análise, que as meninas responsabilizam sua mãe pela falta de pênis nelas e não perdoam por terem sido, desse modo, colocadas em desvantagem.

Como vêem, pois, atribuímos às mulheres um complexo de castração. E por boas razões o fazemos, embora seu conteúdo não possa ser o mesmo que o dos meninos. Nestes, o

complexo de castração surge depois de haverem constatado, à vista dos genitais femininos, que o órgão, que tanto valorizam, não acompanha necessariamente o corpo. Nisto, acodem à lembrança do menino as ameaças que provocou contra si, ao brincar com esse órgão; começa a dar crédito a elas, e cai sob a influência do temor de castração, que será a mais poderosa força motriz do seu desenvolvimento subsequente. O complexo de castração nas meninas também inicia ao verem elas os genitais do outro sexo. De imediato percebem a diferença e, deve-se admiti-lo, também a sua importância. Sentem-se injustiçadas, muitas vezes declaram que querem 'ter uma coisa assim, também', e se tornam vítimas da 'inveja do pênis'; esta deixará marcas indeléveis em seu desenvolvimento e na formação de seu caráter, não sendo superada, sequer nos casos mais favoráveis, sem um extremo dispêndio de energia psíquica. O fato de a menina reconhecer que lhe falta o pênis, não implica, absolutamente, que ela se submeta a tal fato com facilidade. Pelo contrário, continua a alimentar, por longo tempo, o desejo de possuir algo semelhante e acredita nessa possibilidade durante muitos anos; e a análise pode mostrar que, num período em que o conhecimento da realidade há muito rejeitou a realização do desejo, por sabê-lo inatingível, ele persiste no inconsciente e conserva uma considerável catexia de energia. O desejo de ter o pênis tão almejado pode, apesar de tudo finalmente contribuir para os motivos que levam uma mulher à análise, e o que ela racionalmente pode esperar da análise - capacidade de exercer uma profissão intelectual, por exemplo - amiúde pode ser identificado como uma modificação sublimada desse desejo reprimido.

É difícil duvidar da importância da inveja do pênis. Os senhores podem imaginar como sendo um exemplo de injustiça masculina eu afirmar que a inveja e o ciúme desempenham, mesmo, um papel de relevo maior na vida mental das mulheres, do que na dos homens. Não é que eu pense estarem essas características ausentes nos homens, ou julgue que elas não tenham nas mulheres outras raízes além da inveja do pênis; estou inclinado, no entanto, a atribuir sua quantidade maior nas mulheres a essa influência. Alguns analistas mostraram uma tendência a minimizar a importância dessa primeira instalação da inveja do pênis na fase fálica. Opinam que aquilo que encontramos dessa atitude em mulheres, é, principalmente, uma estrutura secundária surgida por ocasião de conflitos posteriores, mediante regressão a esse impulso infantil inicial. Isto, porém, é um problema geral de psicologia profunda. Em muitas atitudes instintuais patológicas - ou mesmo raras - (por exemplo, em todas as perversões sexuais) a questão que surge é: que parcela de sua força deve ser atribuída a fixações do início da infância e que parcela se atribuirá à influência de experiências e desenvolvimento posteriores. Em tais casos, quase sempre se trata de uma série complementar, tal como aquela que apresentamos em nossa exposição sobre a etiologia das neuroses. Ambos os fatores desempenham um papel na causação, em proporções variáveis; a menor influência de uma parte é compensada por uma influência maior da outra parte. O fator infantil estabelece o padrão em todos os casos, mas nem sempre determina o resultado, embora freqüentemente o faça. Justamente no caso da inveja do pênis, argumento a favor da preponderância do fator infantil.

A descoberta de que é castrada representa um marco decisivo no crescimento da menina. Daí partem três linhas de desenvolvimento possíveis: uma conduz à inibição sexual ou à neurose, outra, à modificação do caráter no sentido de um complexo de masculinidade, a terceira, finalmente, à feminilidade normal. Temos aprendido uma quantidade considerável, embora não tudo, a respeito das três.

O conteúdo essencial da primeira é o seguinte: a menininha viveu, até então, de modo masculino, conseguiu obter prazer da excitação do seu clitóris e manteve essa atividade em relação a seus desejos sexuais dirigidos à mãe, os quais, muitas vezes, são ativos; ora, devido à influência de sua inveja do pênis, ela perde o prazer que obtinha da sua sexualidade fálica. Seu amor próprio é modificado pela comparação com o equipamento muito superior do menino e, em conseqüência, renuncia à satisfação masturbatória derivada do clitóris, repudia seu amor pela mãe e, ao mesmo tempo, não raro reprime uma boa parte de suas inclinações sexuais em geral. Seu afastamento da mãe, sem dúvida, não se dá de uma só vez, pois, no início, a menina considera sua castração como um infortúnio individual, e somente aos poucos estende-a a outras mulheres e, por fim, também à sua mãe. Seu amor estava dirigido à sua mãe fálica; com a descoberta de que sua mãe é castrada, torna-se possível abandoná-la como objeto, de modo que os motivos de hostilidade, que há muito se vinham acumulando, assumem o domínio da situação. Isso significa, portanto, que, como resultado da descoberta da falta de pênis nas mulheres, estas são rebaixadas de valor pela menina, assim como depois o são pelos meninos, e posteriormente, talvez, pelos homens.

Os senhores todos conhecem a imensa importância etiológica atribuída por nossos pacientes neuróticos à sua masturbação. Fazem-na responsável por todos os seus problemas, e temos a maior dificuldade em persuadi-los de que estão equivocados. Na realidade, porém, devíamos admitir-lhes que têm razão, pois a masturbação é o agente executor da sexualidade infantil, de cujodesenvolvimento falho estão verdadeiramente sofrendo. O que os neuróticos mais censuram, porém, é a masturbação do período da puberdade; na sua maior parte, esqueceram-se da masturbação da infância, a qual, realmente, é o que está em questão. Desejaria ter, um dia, a oportunidade de explicar aos senhores, minuciosamente, quão importantes todos os detalhes concretos da masturbação inicial se tornam para a ulterior neurose ou caráter do indivíduo: se ela foi, ou não, descoberta, como os pais a combateram ou permitiram, ou se o indivíduo por si mesmo conseguiu suprimi-la. Tudo isso deixa marcas permanentes no seu desenvolvimento. De um modo geral estou satisfeito, contudo, porque não necessito fazê-lo. Seria tarefa difícil e enfadonha, e, no final, os senhores me colocariam em situação embaraçosa, porquanto muito provavelmente iriam pedir-me para dar-lhes alguns conselhos práticos sobre o modo como um pai ou educador deve lidar com a masturbação dos filhos pequenos. Do desenvolvimento das meninas, e é disso que se ocupa esta minha presente conferência, posso dar-lhes o exemplo de uma menina que tenta livrar-se da masturbação. Ela nem sempre o consegue. Se a inveja do pênis suscitou um poderoso impulso contra a masturbação clitoridiana, e esta, não obstante, se recusa a desaparecer, trava-se uma violenta luta pela liberação, na qual a própria menina

assume, por assim dizer, o papel de sua mãe deposta e dá expressão a toda a sua insatisfação com seu clitoris inferior, em seus esforços contra a obtenção de satisfação a partir dele. Muitos anos depois, quando sua atividade masturbatória há muito já fora suprimida, ainda persiste algum interesse, o qual deve ser interpretado como defesa contra uma tentação ainda temida. Manifesta-se na emergência de simpatia por aqueles a quem são atribuídas dificuldades parecidas, desempenha o papel de motivo para contrair casamento e, realmente, pode determinar a escolha de um marido ou amante. Suprimir a masturbação infantil não é, verdadeiramente, uma tarefa fácil ou destituída de importância.

Paralelamente ao abandono da masturbação clitoridiana, renuncia-se a uma determinada soma de atividade. Predomina, agora, a passividade, e o voltar-se da menina para seu pai realiza-se com o auxílio de impulsos instintuais passivos. Os senhores podem verificar que semelhante sinuosidade no desenvolvimento, o qual remove a atividade fálica, prepara o caminho para a feminilidade. Se, no decurso desse desenvolvimento, não se perdem demasiados elementos através da repressão, essa feminilidade pode vir a ser normal. O desejo que leva a menina a voltar-se para seu pai é, sem dúvida, originalmente o desejo de possuir o pênis que a mãe lhe recusou e que agora espera obter de seu pai. No entanto, a situação feminina só se estabelece se o desejo do pênis for substituído pelo desejo de um bebê, isto é, se um bebê assume o lugar do pênis, consoante uma primitiva equivalência simbólica, ver em [[1]]. Não nos passou despercebido o fato de que a mesma desejou um bebê anteriormente, na fase fálica não perturbada: este era, naturalmente, o significado de ela brincar com bonecas. Todavia esse brinquedo não era, de fato, expressão de sua feminilidade: serviu como identificação com sua mãe, com a intenção de substituir a atividade pela passividade. *Ela* estava desempenhando o papel de sua mãe, e a boneca era ela própria, a menina: agora ela podia fazer com o bebê tudo o que sua mãe costumava fazer com ela. Não é senão com o surgimento do desejo de ter um pênis que a boneca-bebê se torna um bebê obtido de seu pai e, de acordo com isso, o objetivo do mais intenso desejo feminino. Sua felicidade é grande se, depois disso, esse desejo de ter um bebê se concretiza na realidade; e muito especialmente assim se dá, se o bebê é um menino que traz consigo o pênis tão profundamente desejado. Com muita frequência, em seu quadro combinado de ‘um bebê de seu pai’, a ênfase é colocada no bebê, e o pai fica em segundo plano. Assim, o antigo desejo masculino de posse de um pênis ainda está ligeiramente visível na feminilidade alcançada desse modo. Talvez devêssemos identificar esse desejo do pênis como sendo, *par excellence*, um desejo feminino.

Com a transferência, para o pai, do desejo de um pênis-bebê, a menina inicia a situação do complexo de Édipo. A hostilidade contra sua mãe, que não precisa ser novamente criada, agora se intensifica muito, de vez que esta se torna rival da menina, rival que recebe do pai tudo o que dele deseja. Por muito tempo, o complexo de Édipo da menina ocultou à nossa observação a sua vinculação pré-edipiana com sua mãe, embora seja tão importante e deixe atrás de si fixações tão duradouras. Para as meninas, a situação edipiana é o resultado de

uma evolução longa e difícil; é uma espécie de solução preliminar, uma posição de repouso que não é logo abandonada, especialmente porque o início do período de latência não está muito distante. E então nos surpreende uma diferença entre os dois sexos, provavelmente transitória, no que diz respeito à relação do complexo de Édipo com o complexo de castração. Num menino, o complexo de Édipo, no qual ele deseja a mãe e gostaria de eliminar seu pai, por ser este um rival, evolui naturalmente da fase de sexualidade fálica. A ameaça de castração, porém, impele-o a abandonar essa atitude. Sob a impressão do perigo de perder o pênis, o complexo de Édipo é abandonado, reprimido e, na maioria dos casos, inteiramente destruído [ver [1]], e um severo superego instala-se como seu herdeiro. O que acontece à menina é quase o oposto. O complexo de castração prepara para o complexo de Édipo, em vez de destruí-lo; a menina é forçada a abandonar a ligação com sua mãe através da influência de sua inveja do pênis, e entra na situação edipiana como se esta fora um refúgio. Na ausência do temor de castração, falta o motivo principal que leva o menino a superar o complexo de Édipo. As meninas permanecem nele por um tempo indeterminado; destroem-no tardiamente e, ainda assim, de modo incompleto. Nessas circunstâncias, a formação do superego deve sofrer um prejuízo; não consegue atingir a intensidade e a independência, as quais lhe conferem sua importância cultural, e as feministas não gostam quando lhes assinalamos os efeitos desse fator sobre o caráter feminino em geral.

Voltemos um pouco atrás. Mencionamos na [[1]], como segunda reação possível face à descoberta da castração feminina, o desenvolvimento de um intenso complexo de masculinidade. Com isto queremos dizer que a menina se recusa, digamos, a reconhecer o fato indesejado, e, desafiantemente rebelde, até exagera sua masculinidade prévia, apega-se à sua atividade clitoridiana e refugia-se numa identificação com sua mãe fálica ou com seu pai. Que será que decide em favor de um tal desfecho? Só podemos supor que é um fator constitucional, uma quantidade maior de atividade, tal como geralmente é característico do homem. Seja como for, a essência desse processo é que, nesse ponto do desenvolvimento, evita-se a afluência da passividade que abre caminho à mudança rumo à feminilidade. O máximo de realização de semelhante complexo de masculinidade pareceria ser a influência sobre a escolha de um objeto no sentido do homossexualismo manifesto. A experiência analítica realmente nos ensina que o homossexualismo feminino raramente, ou nunca, é continuação direta da masculinidade infantil. Mesmo para uma menina nessas condições, parece necessário que ela deva tomar seu pai como objeto, por algum tempo, e ingressar na situação edipiana. Depois, contudo, em consequência do inevitável desapontamento com o pai, é forçada a regressar a seu complexo de masculinidade anterior. A importância desses desapontamentos não deve ser exagerada; uma menina que está destinada a se tornar feminina, não é poupada deles, embora eles não tenham igual efeito. A predominância do fator constitucional parece indiscutível; mas as duas fases do desenvolvimento do homossexualismo feminino se espelham bem nas práticas das homossexuais, que desempenham entre si papéis de mãe e de bebê, com tanta frequência e tão claramente como os de marido e mulher. Isto que estive mostrando-lhes, aqui, pode ser descrito como a pré-história da mulher. É o produto desses anos mais recentes e pode ter-lhes interessado como

um exemplo de trabalho analítico detalhado. Como o seu tema é a mulher, proponho-me, nesta ocasião, mencionar o nome de algumas das mulheres que fizeram valiosas contribuições a esta investigação. A Dra. Ruth Mack Brunswick [1928] foi a primeira a descrever um caso de neurose que remontava a uma fixação na fase pré-edipiana e que jamais, absolutamente, atingira a situação edipiana. O caso assumia a forma de paranóia de ciúmes e mostrou-se acessível ao tratamento. A Dra. Jeanne Lampl-de Groot [1927] constatou, por meio de observações comprovadas, a incrível atividade fálica de meninas em relação à mãe, e a Dra. Helene Deutsch [1932] mostrou que os atos eróticos de mulheres homossexuais reproduzem as relações entre mãe e bebê.

Não é minha intenção seguir o comportamento ulterior da feminilidade através da puberdade até o período de maturidade. Nossos conhecimentos seriam, de resto, insuficientes pra tal propósito. No que se segue, porém, acrescentarei alguns esclarecimentos. Tomando sua pré-história como ponto de partida, apenas acentuarei, aqui, que o desenvolvimento da feminilidade permanece exposto a perturbações motivadas pelos fenômenos residuais do período masculino inicial. Muito freqüentemente ocorrem regressões às fixações das fases pré-edipianas; no transcorrer da vida de algumas mulheres existe uma repetida alternância entre períodos em que ora a masculinidade, ora a feminilidade, predominam. Determinada parte disso que nós, homens, chamamos de ‘o enigma da mulher’, pode, talvez, derivar-se dessa expressão da bissexualidade na vida da mulher. Uma outra questão parece madura para um julgamento no curso dessas pesquisas. Denominamos a força motriz da vida sexual de ‘libido’. A vida sexual é dominada pela polaridade masculino-feminino; assim, insinua-se a idéia de considerarmos a relação da libido com essa antítese. Não seria surpreendente se se verificasse ter cada sexualidade a sua libido especial, apropriada para si, de forma que um tipo de libido perseguiria as finalidades de uma vida sexual masculina e um outro tipo, as finalidades de uma vida sexual feminina. Mas nada disso procede. Existe apenas uma libido, que tanto serve às funções sexuais masculinas, como às femininas. À libido como tal não podemos atribuir nenhum sexo. Se, consoante a convencional equação ‘atividade e masculinidade’, nos inclinamos a qualificá-la como masculina, devemos não esquecer que ela também engloba tendências com uma finalidade passiva. Mesmo assim, a justaposição ‘libido feminina’ não tem qualquer justificação. Ademais, temos a impressão de que maior coerção foi aplicada à libido quando ela é moldada para servir à função feminina, e de que - falando teleologicamente - a Natureza tem em menor conta as suas exigências referentes a essa função, do que às da masculinidade. E a razão disto pode estar - novamente pensando em termos teleológicos - no fato de que a realização do objetivo da biologia foi confiada à agressividade dos homens e se tornou, em certa medida, independente do consentimento das mulheres.

A frigidez sexual das mulheres, cuja freqüência parece confirmar esse descaso, é um fenômeno ainda insuficientemente compreendido. Às vezes, é psicogênica e, nesse caso, acessível a influência; em outros casos, porém, sugere a hipótese de ser constitucionalmente determinada e, até mesmo, de existir um fator anatômico coadjuvante.

Prometi referir-lhes mais algumas peculiaridades psíquicas da feminilidade madura, conforme as encontramos no trabalho analítico. Não pretendemos senão adjudicar a tais asserções uma validade média; e nem sempre é fácil distinguir o que se deveria atribuir à influência da função sexual e o que atribuir à educação social. Assim, atribuímos à feminilidade maior quantidade de narcisismo, que também afeta a escolha objetal da mulher, de modo que, para ela, ser amada é uma necessidade mais forte que amar. A inveja do pênis tem em parte, como efeito, também a vaidade física das mulheres, de vez que elas não podem fugir à necessidade de valorizar seus encantos, do modo mais evidente, como uma tardia compensação por sua inferioridade sexual original. A vergonha, considerada uma característica feminina *par excellence*, contudo, mais do que se poderia supor, sendo uma questão de convenção, tem, assim acreditamos, como finalidade a ocultação da deficiência genital. Não nos estamos esquecendo de que, em época posterior, a vergonha assume outras funções. Parece que as mulheres fizeram poucas contribuições para as descobertas e invenções na história da civilização; no entanto, há uma técnica que podem ter inventado - trançar e tecer. Sendo assim, sentir-nos-íamos tentados a imaginar o motivo inconsciente de tal realização. A própria natureza parece ter proporcionado o modelo que essa realização imita, causando o crescimento, na maturidade, dos pêlos pubianos que escondem os genitais. O passo que faltava dar era fazer os fios unirem-se uns aos outros, enquanto, no corpo, eles estão fixos à pele e só se emaranham. Se os senhores rejeitarem essa idéia como fantasiosa e considerarem *idée fixe* a minha crença na influência da falta de pênis na configuração da feminilidade, estarei, naturalmente, sem apoio. Os fatores determinantes da escolha objetal da mulher muitas vezes se tornam irreconhecíveis devido a condições sociais. Onde a escolha pode mostrar-se livremente, ela se faz, freqüentemente, em conformidade com o ideal narcisista do homem que a menina quisera tornar-se. Se a menina permaneceu vinculada a seu pai - isto é, no complexo de Édipo -, sua escolha se faz segundo o tipo paterno. De vez que, quando se afastou da mãe e se voltou para o pai, permaneceu a hostilidade de sua relação ambivalente com a mãe, uma escolha desse tipo asseguraria um casamento feliz. Muito freqüentemente, porém, o resultado é de molde a representar uma ameaça geral à solução do conflito devido à ambivalência. A hostilidade que ficou para trás segue na trilha da vinculação positiva e se alastra ao novo objeto. O marido da mulher, inicialmente herdado, por ela, do pai, após algum tempo se torna também o herdeiro da mãe. Assim, facilmente pode acontecer que a segunda metade da vida da mulher venha a ser preenchida pela luta contra seu marido, do mesmo modo como a primeira metade, mais breve, fora preenchida pela rebelião contra a mãe. Quando essa reação foi esgotada no decurso da vida, um segundo casamento pode facilmente vir a ser muito mais satisfatório. Uma outra modificação na natureza da mulher, para a qual o casal não está preparado, pode, num casamento, ocorrer após o nascimento do primeiro filho. Sob a influência da transformação da mulher em mãe, pode ser revivida uma identificação com sua própria mãe, contra a qual ela vinha batalhando até a época do casamento, e isto é capaz de atrair para si toda a libido disponível, de modo que a compulsão à repetição reproduz um casamento infeliz dos pais. A diferença na reação da mãe ao nascimento de um filho ou de uma filha mostra que o velho fator representado pela falta de pênis não perdeu, até agora, a sua força.

A mãe somente obtém satisfação sem limites na sua relação com seu filho menino; este é, sem exceção, o mais perfeito, o mais livre de ambivalência de todos os relacionamentos humanos. Uma mãe pode transferir para o seu filho aquela ambição que teve de suprimir em si mesma, e dele esperar a satisfação de tudo aquilo que nela restou do seu complexo de masculinidade. Um casamento não se torna seguro enquanto a esposa não conseguir tornar seu marido também seu filho, e agir com relação a ele como mãe.

A identificação de uma mulher com sua mãe permite-nos distinguir duas camadas: a pré-edipiana, sobre a qual se apóia a vinculação afetiva com a mãe e esta é tomada como modelo, e a camada subsequente, advinda do complexo de Édipo, que procura eliminar a mãe e tomar-lhe o lugar junto ao pai. Sem dúvida justifica-se dizermos que muita coisa de ambas subsiste no futuro e que nenhuma das duas é adequadamente superada no curso do desenvolvimento. A fase da ligação afetiva pré-edipiana, contudo, é decisiva para o futuro de uma mulher: durante essa fase são feitos os preparativos para a aquisição das características com que mais tarde exercerá seu papel na função sexual e realizará suas inestimáveis tarefas sociais. É também nessa identificação que ela adquire aquilo que constitui motivo de atração para um homem; a ligação edipiana deste à sua mãe transfigura a atração da mulher em paixão. No entanto, com quanta frequência sucede que apenas o filho obtém aquilo a que o homem aspirava! Tem-se a impressão de que o amor do homem e o amor da mulher psicologicamente sofrem de uma diferença de fase.

O fato de que as mulheres devem ser consideradas possuidoras de pouco senso de justiça sem dúvida se relaciona à predominância da inveja em sua vida mental; isso porque a exigência de justiça é uma fixação da inveja e estabelece a condição sob a qual uma pessoa pode pôr de lado a inveja. Também consideramos as mulheres mais débeis em seus interesses sociais e possuidoras de menor capacidade de sublimar os instintos, do que os homens. O primeiro desses dois aspectos certamente deriva da qualidade dissocial que indiscutivelmente caracteriza todos os relacionamentos sexuais. O casal basta-se a si mesmo, e também as famílias resistem à inclusão em associações mais amplas. A capacidade de sublimação está sujeita às maiores variações individuais. Por outro lado, não posso deixar de mencionar uma impressão que estamos tendo constantemente durante a prática analítica. Um homem, nos seus trinta anos, parece-nos um adolescente, um indivíduo não formado, que esperamos faça pleno uso das possibilidades de desenvolvimento que se lhe abrem com a análise. Uma mulher da mesma idade, porém, muitas vezes nos atemoriza com sua rigidez psíquica e imutabilidade. Sua libido assumiu posições definitivas e parece incapaz de trocá-las por outras. Não há vias abertas para um novo desenvolvimento; é como se todo o processo já tivesse efetuado seu percurso e permanecesse, daí em diante, insuscetível de ser influenciado - como se, na verdade, o difícil desenvolvimento na direção da feminilidade tivesse exaurido as possibilidades da pessoa em questão. Como terapeutas, lamentamos tal estado de coisas, ainda quando conseguimos pôr um fim à doença da paciente eliminando o conflito neurótico.

Isto é tudo o que tinha a dizer-lhes a respeito da feminilidade. Certamente está incompleto e fragmentário, e nem sempre parece agradável. Mas não se esqueçam de que estive apenas descrevendo as mulheres na medida em que sua natureza é determinada por sua função sexual. É verdade que essa influência se estende muito longe; não desprezamos, todavia, o fato de que uma mulher possa ser uma criatura humana também em outros aspectos. Se desejarem saber mais a respeito da feminilidade, indaguem da própria experiência de vida dos senhores, ou consultem os poetas, ou aguardem até que a ciência possa dar-lhes informações mais profundas e mais coerentes.

CONFERÊNCIA XXXIV

EXPLICAÇÕES, APLICAÇÕES E ORIENTAÇÕES

SENHORAS E SENHORES:

Talvez me permitiriam, por agora, a título de pausa no tom árido destas conferências, falar-lhes a respeito de algumas coisas que têm muito pouca importância teórica, mas que lhes interessam de perto, na medida em que os senhores demonstram uma atitude amistosa para com a psicanálise. Imaginemos, por exemplo, que, nas suas horas de lazer, os senhores tomam um romance alemão, inglês ou americano, no qual esperam encontrar um retrato das pessoas e da sociedade contemporâneas. Lidas algumas páginas, encontram um primeiro comentário sobre psicanálise e, logo depois, outros comentários mais, embora o contexto não pareça necessitar deles. Não devem os senhores imaginar tratar-se, aí, de aplicar psicologia, para um melhor entendimento dos personagens do livro ou das suas ações - conquanto, diga-se de passagem, haja outras obras, mais sérias, nas quais se faz realmente uma tentativa em tal sentido. Não, esses comentários são, na sua maior parte, comentários jocosos com que o autor tenciona exhibir suas vastas leituras e sua superioridade intelectual. E nem sempre os senhores ficarão com a impressão de que realmente conhece aquilo de que

está falando. Ou, então, os senhores podem ir a uma reunião social a fim de se divertirem, e isto não precisa ser necessariamente em Viena. Dentro de pouco tempo, a conversação gira em torno de psicanálise, e os senhores ouvirão as mais diferentes pessoas emitindo sua opinião a respeito dela, na sua maioria em tom de inabalável certeza. Muito freqüentemente, o julgamento é desdenhoso, ou, amiúde, difamatório, ou, no mínimo, jocoso. Se os senhores forem imprudentes ao ponto de revelarem o fato de que conhecem algo acerca do assunto, essas pessoas lhes cairão em cima, unanimemente, pedirão informações e explicações, e logo os convencerão de que todos esses julgamentos severos a que elas chegaram carecem de qualquer base de conhecimento, de que dificilmente algum desses críticos alguma vez abriu um livro referente à análise, ou, no caso de assim terem procedido, de que não devem ter ido além da primeira resistência despertada pelo contato com esse material novo.

Os senhores, talvez esperam que uma introdução à psicanálise também lhes dê instruções sobre quais os argumentos que deveriam usar para corrigissem erros evidentes a respeito da análise, sobre que livros deveriam recomendar para informações mais precisas, ou mesmo que exemplos deveriam apresentar na discussão, extraídos de suas leituras ou de sua experiência, a fim de modificar a atitude dos circunstantes. Devo pedir-lhes que não façam nada disso. Seria inútil. A melhor conduta para os senhores seria ocultar completamente o conhecimento superior que possuem. Se isto já não é possível, limitem-se a dizer que, na medida dos seus conhecimentos, a psicanálise é um ramo especial do conhecimento, muito difícil de entender e de ter uma opinião formada a seu respeito, que se ocupa de coisas muito sérias, de modo que não serão algumas anedotas que farão com que uma pessoa consiga aproximar-se da análise, e, enfim, seria melhor encontrar algum outro brinquedo para entretenimento social. Ademais, naturalmente os senhores não participarão de tentativas de interpretação, se pessoas incautas referirem seus sonhos; e os senhores resistirão à tentação de cortejar favores para a análise através de relatos de suas curas.

Os senhores, todavia, podem perguntar-se por que essas pessoas - tanto aquelas que escrevem livros, como essas de uma reunião social - se conduzem de forma tão lamentável; e os senhores podem inclinar-se a pensar que a responsabilidade disto está não só nessas pessoas, mas também na psicanálise. Também penso assim. Aquilo que os senhores encontram como preconceito na literatura e na sociedade é efeito posterior de um julgamento precedente, ou seja, o julgamento que os representantes da ciência oficial fizeram a respeito da jovem análise. Uma vez, queixei-me disto num relato histórico que escrevi, e não o farei de novo - talvez aquela única vez já fosse demais -, porém o fato é que não houve violação da lógica, não houve violação da propriedade e do bom gosto a que não recorressem, então, os opositores científicos da psicanálise. A situação faz lembrar o que realmente era posto em prática na Idade Média, quando um malfeitor, ou mesmo um simples adversário político, era colocado no pelourinho e exposto aos maus-tratos da população. Talvez os senhores não possam se afigurar claramente a que ponto se estendem as características de ralé de nossa sociedade, e de que má conduta são capazes as pessoas, quando se sentem fazendo parte de uma turba e aliviadas da responsabilidade pessoal. No início daquela época, eu estava mais

ou menos sozinho e logo vi que não havia futuro nas polêmicas, vi, contudo, que era igualmente absurdo lamentar-se e invocar a ajuda de espíritos mais benignos, de vez que não havia instâncias a que dirigir tais apelos. Assim sendo, tomei outro caminho. Fiz a primeira aplicação prática da psicanálise, explicando a mim mesmo que essa conduta da multidão era uma manifestação da mesma resistência contra a qual eu tinha de lutar nos pacientes em particular. Abstive-me de polêmicas e influenciei na mesma direção os meus seguidores, quando estes pouco a pouco surgiram. Esse procedimento foi correto. A proscricção que pesava sobre a psicanálise naqueles dias tem sido suspensa desde então. Contudo, da mesma forma como uma fé abandonada sobrevive como superstição, assim como uma teoria que foi posta de lado pela ciência continua a existir como crença popular, também o banimento inicial da psicanálise pelos círculos científicos persiste atualmente no desprezo das anedotas dos leigos, quando escrevem livros ou conversam. Logo, isto não mais surpreenderá os senhores.

Não devem esperar, no entanto, ouvir a boa notícia de que a luta contra a psicanálise terminou, e que esta, afinal, foi reconhecida como ciência e aceita como tema de ensino nas universidades. Não é nada disso. A luta continua, se bem que sob formas mais educadas. O que também é novo é o fato de se haver formado uma espécie de crosta isolante, na sociedade científica, entre a análise e os seus adversários. Essa crosta consiste em pessoas que admitem a validade de determinadas partes da análise, e admitem apenas esse tanto, sujeito às mais divertidas restrições, mas que, por outro lado, rejeitam outras partes dela, fato que não proclamam com muito alarde. Não é fácil adivinhar qual o fator determinante de tal escolha. Parece depender de simpatias pessoais. Uma pessoa fará objeções à sexualidade, uma outra ao inconsciente; o que parece especialmente impopular é o caso do simbolismo. Embora a estrutura da psicanálise esteja inacabada, ela apresenta, mesmo nos dias atuais, uma unidade da qual os elementos componentes não podem ser separados ao capricho de qualquer um: mas esses ecléticos parecem desprezar isto. Jamais me convenci de que esses meio-adeptos, ou adeptos pela quarta parte, baseassem sua rejeição num exame dos fatos. Também se incluem nessa categoria alguns homens de destaque. Na verdade, estes estão excusados pelo fato de que seu tempo e seu interesse pertencem a outras coisas, ou seja, àquelas coisas em cujo domínio tanto realizaram. Nesse caso, porém, não lhes ficaria melhor suspender seu julgamento, em lugar de tomar partido de forma tão decidida? Com um desses grandes homens, certa ocasião, pude realizar uma rápida conversão. Tratava-se de um crítico de renome internacional, que havia acompanhado com benévola compreensão e profética penetração as correntes espirituais da época. Somente vim a conhecê-lo quando ele já passava dos oitenta anos; todavia, ainda era um homem de conversação encantadora. Facilmente adivinharão a quem me estou referindo. E não fui eu quem introduziu o assunto da psicanálise. Foi ele quem o fez, comparando-se a mim da maneira mais modesta. ‘Sou apenas um literato’, dizia ele, ‘mas o senhor é um cientista e descobridor da natureza. No entanto, há uma coisa que devo dizer-lhe: nunca tive sentimentos sexuais para com minha mãe’. ‘Mas absolutamente não há necessidade de o senhor tê-los reconhecido’, foi minha resposta; ‘nas pessoas adultas, estes são sentimentos inconscientes’. ‘Oh! então é isto o que

o senhor pensa!’, disse ele, aliviado, e apertou minha mão. Continuamos a conversar, de maneira muito agradável, por mais algumas horas. Posteriormente, soube que, nos poucos anos de vida que ainda teve, muitas vezes falava na psicanálise de modo amistoso, e agradava-lhe poder usar uma palavra que era nova para ele - ‘repressão’.

Há um ditado corrente segundo o qual nós deveríamos aprender com os nossos inimigos. Confesso que nunca consegui fazer isso; mas pensei que, de qualquer modo, seria instrutivo para os senhores se eu empreendesse um estudo de todas as acusações e objeções que os adversários da psicanálise levantaram contra ela, e se também assinalasse as injustiças e ofensas contra a lógica que tão facilmente nelas poderiam ser reveladas. Mas, ‘depois de pensar bem’, disse a mim mesmo que absolutamente não seria interessante, antes, tornar-se-ia tedioso e desagradável, e seria justamente o que eu estivera evitando cuidadosamente todos esses anos. Assim sendo, devem perdoar-me se não continuo por esse caminho e se os poupo dos julgamentos dos nossos adversários ditos científicos. Afinal de contas, quase sempre se trata de pessoas cuja única prova de competência é a imparcialidade, que elas preservaram, mantendo-se à distância das experiências da psicanálise. Sei, contudo, que há outros casos nos quais os senhores não me deixarão escapar tão facilmente. ‘Não obstante’, me dirão os senhores, ‘existem tantas pessoas às quais não se aplica o seu último comentário. Elas não evitaram a experiência analítica, analisaram pacientes, e talvez elas mesmas tenham sido analisadas; durante algum tempo foram até colaboradores seus. No entanto, chegaram a outras opiniões e teorias, e, com base nestas, separaram-se do senhor e fundaram escolas independentes de psicanálise. O senhor deveria esclarecer-nos sobre o significado e a importância desses movimentos separatistas, que foram tão freqüentes na história da análise’.

Bem, procurarei fazê-lo; só que com brevidade, pois contribuem menos para uma compreensão da análise do que os senhores poderiam esperar. Estou certo de que os senhores estarão pensando, em primeiro lugar, na ‘Individual Psychology’, de Adler, que, na América, por exemplo, é considerada uma linha de pensamento colateral com a nossa psicanálise e no mesmo nível desta, sendo regularmente mencionada ao lado da psicanálise. Na realidade, a psicologia do indivíduo muito pouco tem a ver com a psicanálise, mas, como decorrência de determinadas circunstâncias históricas, leva, em relação a esta e às suas custas, uma espécie de existência parasita. Os motivos que atribuímos a esse grupo de adversários aplicam-se ao fundador da psicologia do indivíduo apenas em um grau restrito. O seu próprio nome é inadequado e parece ter sido produto de confusão. Não podemos permitir que interfira no emprego legítimo do termo ‘psicologia de grupo’, como se fora uma antítese deste. Ademais, nossa atividade se ocupa, na sua maior parte e sobretudo, da psicologia dos indivíduos humanos. Não me adentrarei numa crítica objetiva à psicologia do indivíduo, de Adler; não há lugar para isto no plano destas conferências introdutórias. Aliás, já tentei fazê-lo uma vez, e não me sinto tentado a mudar nada daquilo que eu disse naquela

ocasião. A impressão produzida pelos pontos de vista dele, ilustra-la-ei, porém, com um pequeno episódio datado de época anterior à análise.

Nos arredores da pequena cidade da Morávia em que nasci, e que deixei quando tinha três anos de idade, existe uma modesta estação de cura, magnificamente localizada na floresta. Durante o período escolar, estive lá, diversas vezes, nas férias. Cerca de vinte anos depois, a doença de um parente próximo ensejou que eu visitasse o lugar novamente. No decorrer da conversacom um médico ligado à estação de águas, o qual havia assistido meu parente, perguntei, entre outras coisas, acerca do seu relacionamento com os aldeões - eslovacos, me parece - que constituíam toda a sua *clientèle* durante o inverno. Contou-me que sua clínica médica se fazia da seguinte maneira. Em suas horas de atendimento, os pacientes entravam na sua sala e ficavam de pé numa fila. Um após o outro adiantava-se e descrevia suas queixas: dor lombar, dor de estômago, cansaço nas pernas, e assim por diante. O médico então o examinava e, após contentar-se com o que observara, fazia o diagnóstico, que era o mesmo para todos os casos. Ele me traduziu a palavra: significava mais ou menos ‘enfeitado’. Surpreso, perguntei se os aldeões não faziam objeção ao fato de esse veredicto ser o mesmo para cada paciente. ‘Não!’, replicou ele, ‘eles ficam muito contentes: é o que esperavam. Cada um deles, assim que volta a seu lugar na fila, mostra aos outros, pela fisionomia e pelos gestos, que eu sou um sujeito que entendo das coisas’. Mal adivinhava eu, naquele tempo, em que circunstâncias haveria de encontrar novamente uma situação análoga.

Explicando esses fatos, se um homem é um homossexual ou necrófilo, um histérico sofrendo de ansiedade, um neurótico obsessivo segregado da sociedade, ou um louco furioso, o ‘psicólogo do indivíduo’ da corrente adleriana afirmará que o motivo básico de sua condição é o desejo de auto-afirmar-se, de supercompensar sua inferioridade, de ficar ‘por cima’, de passar da linha feminina para a masculina. Nos meus anos de jovem estudante, costumávamos ouvir algo muito parecido no departamento de pacientes de ambulatório, quando um caso de histeria era apresentado: os pacientes histéricos, assim nos era dito, forjavam seus sintomas para se mostrarem interessantes, para chamar atenção sobre si mesmos. É notável como essas velhas mostras de sabedoria continuam a pulular. Mas, mesmo naquela época, esse arremedo de psicologia não parecia elucidar o enigma da histeria. Deixava por explicar, por exemplo, por que os pacientes não usavam outros métodos para satisfazerem seus propósitos. Naturalmente, deve haver *alguma coisa* correta nessa teoria dos ‘psicólogos do indivíduo’: uma partícula mínima é tomada pelo todo. O instinto de autopreservação tentará tirar proveito de todas as situações; o ego procurará transformar até mesmo a doença em vantagem sua. Na psicanálise isto se conhece como ‘ganho secundário proveniente da doença’. Deveras, quando pensamos no caso do masoquismo, na necessidade inconsciente de punição e de se autoprejudicar, do neurótico, que tornam plausível a hipótese de haver impulsos instintuais contrários à autopreservação, até nos sentimos abalados em nossa crença na validade geral da verdade banal sobre a qual

se ergue a estrutura teórica da psicologia do indivíduo. Uma teoria como esta, contudo, está fadada a ser muito bem recebida pela grande massa do povo, uma teoria que não apresenta complicações, que não introduz conceitos novos, difíceis de compreender, que nada sabe do inconsciente, que com apenas um gesto elimina o problema universalmente opressivo da sexualidade, e que se limita à descoberta de artifícios pelos quais as pessoas tornam fácil a vida. Pois a massa do povo aceita as coisas facilmente: ela não exige mais do que um único motivo à maneira de explicação, não agradece à ciência por sua falta de limites, quer ter soluções simples e saber que os problemas estão solucionados. Ao considerarmos até que ponto vai a psicologia do indivíduo para satisfazer a tais exigências, não podemos evitar a lembrança de uma frase de *Wallenstein*:

Wär' der Gedank' nicht so verwünscht gescheidt,

Man wär' versucht, ihn herzlich dumm zu nennen.

As críticas feitas por círculos de especialistas de forma tão incessante contra a psicanálise têm lidado com a psicologia do indivíduo, de modo geral, com luvas de pelica. É verdade que, na América, um dos mais respeitados psiquiatras publicou um artigo contra Adler intitulado 'Enough', no qual expressou energicamente seu fastio pela 'compulsão à repetição' da psicologia do indivíduo. Se outros a trataram muito mais amavelmente, por certo o seu antagonismo à análise tem muito a ver com isso.

Não tenho muita coisa a dizer a respeito de outras escolas que se desmembraram de nossa psicanálise. O fato de assim haverem procedido não pode ser usado a favor ou contra a validade das teorias psicanalíticas. Basta os senhores pensarem nos poderosos fatores emocionais que tornam difícil a muitas pessoas adaptar-se ou subordinar-se a outras, e na dificuldade ainda maior na qual justamente insiste o ditado 'Quot capita tot sensus'. Quando as diferenças de opinião foram além de certo ponto, a coisa mais sensata consistiu em partir, e, daí em diante, prosseguir por vias diferentes - especialmente quando a divergência teórica envolvia uma modificação no procedimento prático. Suponham, por exemplo, que um analista atribui pouco valor à influência do passado pessoal do paciente e busca a causa das neuroses exclusivamente nos motivos atuais e em expectativas do futuro. Nesse caso, negligenciará a análise da infância; terá de adotar uma técnica inteiramente diferente e terá de compensar a omissão dos eventos advindos da análise da infância mediante um aumento em sua influência pedagógica e mediante a indicação direta de determinados objetivos particulares da vida. De nossa parte diremos, pois: 'Isto pode ser uma escola de sabedoria;

porém, já não é mais análise.’ Ou então outro pode chegar à conclusão de que a experiência de ansiedade no nascimento condiciona todos os distúrbios neuróticos subsequentes. A partir daí pode achar-se no direito de limitar a análise às conseqüências dessa única impressão e de prometer êxito terapêutico em um tratamento de três ou quatro meses de duração. Conforme haverão de observar, escolhi dois exemplos que partem de premissas diametralmente opostas. É uma característica quase universal desses ‘movimentos de secessão’ o fato de que cada um deles, de toda a variada riqueza de temas da psicanálise, apreende apenas um fragmento e se faz independente com base nessa apreensão - escolhendo o instinto de domínio, por exemplo, ou o conflito ético, ou a [importância da] mãe, ou a genitalidade, e assim por diante. Se lhes parece que as secessões desse tipo já são atualmente mais numerosas na história da psicanálise do que em outros movimentos intelectuais, não tenho certeza de que deva concordar com os senhores. Se é este o caso, a responsabilidade deve estar nas relações íntimas, existentes na psicanálise, entre os pontos de vista teóricos e o procedimento terapêutico. Simples diferenças de opinião seriam por muito tempo toleradas. As pessoas gostam de acusar-nos de intolerância, a nós, psicanalistas. A única manifestação dessa feia característica foi precisamente o fato de havermo-nos afastado daqueles que pensam diferentemente de nós. Nenhum outro dano lhes foi feito. Pelo contrário, caíram por sua própria causa, e estão melhor fora, do que anteriormente. Isto porque, com sua separação, geralmente se livraram de uma dessas cargas que nos oprimem - o ódio da sexualidade infantil, talvez, ou o absurdo do simbolismo - e em seu meio são considerados medianamente respeitáveis, o que ainda não se aplica àqueles dentre nós que ficaram para trás. Ademais, ressalvada uma exceção notável, foram eles que se excluíram a si mesmos.

Que outras exigências os senhores fazem em nome da tolerância? Que, quando alguém expressa uma opinião que consideramos totalmente errônea, nós lhe digamos: ‘Muito obrigado por ter expressado essa contradição. O senhor nos está defendendo do perigo da complacência e nos está dando uma oportunidade de mostrar aos americanos que nós somos realmente tão “liberais” como eles sempre desejam ser. A bem da verdade, não acreditamos numa só palavra do que o senhor esteve dizendo, mas isto não faz qualquer diferença. Provavelmente o senhor tem tanta razão como nós. Afinal quem pode, talvez, saber quem está certo? Apesar de nosso antagonismo, permita-nos, por favor, que apresentemos seu ponto de vista em nossas publicações. Esperamos que o senhor seja suficientemente gentil, em troca, para encontrar um lugar para nossos pontos de vista que o senhor contesta.’ No futuro, quando tiver sido atingido plenamente o mau uso da relatividade de Einstein, isto se tornará obviamente o costume regular nos assuntos científicos. Por enquanto, é verdade, ainda não chegamos a tal ponto. À moda antiga, limitamo-nos a apresentar somente as nossas convicções, expomo-nos ao risco de errar porque não há como evitá-lo, e rejeitamos aquilo que está em contradição conosco. Na psicanálise temos usado muito o direito de modificar nossas opiniões, se pensamos ter encontrado algo melhor.

Uma das primeiras aplicações da psicanálise consistiu em nos ensinar a compreender a oposição que os nossos contemporâneos nos movem pelo fato de exercermos a psicanálise. Outras aplicações, de natureza objetiva, podem reivindicar um interesse mais geral. Nosso primeiro propósito, naturalmente, foi o de compreender os distúrbios da mente humana, porque uma notável experiência mostrara que, aqui, a compreensão e a cura quase coincidem, que existe reciprocidade entre uma e outra. E por muito tempo este foi nosso único propósito. Depois, no entanto, percebemos as estreitas relações, a própria identidade interna entre processos patológicos e aquilo que se conhece como processos normais. A psicanálise tornou-se psicologia profunda; e, de vez que nada daquilo que o homem cria ou faz, é compreensível sem a cooperação da psicologia, as aplicações da psicanálise a numerosas áreas do conhecimento, em especial àquelas das ciências mentais, ocorreram espontaneamente, entraram em cena e requereram debate. Essas tarefas, infelizmente, encontraram obstáculos que, arraigados como estavam nas circunstâncias, ainda atualmente não foram superados. Uma aplicação desse tipo pressupõe conhecimento especializado, que um analista não possui, ao passo que aqueles que o possuem, os especialistas, nada conhecem da análise, e talvez nada queiram conhecer. Como resultado, os analistas, como amadores lidando com um equipamento dotado de maiores ou menores recursos, muitas vezes reunidos às pressas, fizeram incursões em áreas de conhecimentos tais como mitologia, história da civilização, etnologia, ciência da religião, etc. Foram tratados pelos peritos dessas áreas de forma não melhor do que o são os infratores em geral: seus métodos e descobertas, na medida em que chamavam atenção, foram liminarmente rejeitados. Essas situações estão melhorando constantemente, e em toda parte há um crescente número de pessoas que estudam psicanálise a fim de utilizá-la em seus setores especializados e a fim de, como se fossem colonizadores, assumir o lugar dos pioneiros. Aqui podemos esperar uma abundante colheita de novos descobrimentos. As aplicações da análise são, também, sempre confirmações dela. Ademais disso, ali onde o trabalho científico está de algum modo distanciado da atividade prática, as inevitáveis diferenças de opinião assumem, por certo, um tom menos extremado.

Sinto-me fortemente atraído a mostrar-lhes todas as aplicações da psicanálise às ciências mentais. São coisas que merecem ser conhecidas por toda pessoa que tenha interesses intelectuais; e não ouvir falar em anormalidade e doença durante determinado tempo seria uma pausa bem merecida. Devo, contudo, abandonar tal idéia: ela também nos afastaria do esquema destas conferências e, para admiti-lo francamente, eu não estaria à altura da tarefa. É verdade que, em algumas dessas regiões, eu próprio dei o primeiro passo; hoje, no entanto, já não abarco mais o mundo inteiro e teria de empreender um amplo estudo, a fim de dominar aquilo que foi realizado desde quando comecei. Qualquer um dos senhores que se tenha desapontado com minha recusa, pode obter compensação nas páginas de nossa revista *Imago*, que se destina a cobrir as aplicações não-médicas da análise.

Existe um tema, todavia, que não posso deixar passar tão facilmente - assim mesmo, não porque eu entenda muito a respeito dele, e nem tenha contribuído muito para ele. Muito pelo contrário: aliás, desse assunto ocupei-me muito pouco. Devo mencioná-lo porque é da maior importância, é tão pleno de esperanças para o futuro, talvez seja a mais importante de todas as atividades da análise. Estou pensando nas aplicações da psicanálise à educação, à criação da nova geração. Sinto-me contente com o fato de pelo menos poder dizer que minha filha, Anna Freud, fez desse estudo a obra de sua vida e, dessa forma, compensou a minha falha.

É fácil traçar o caminho que levou a essa aplicação. Quando, no tratamento de um neurótico adulto, estabelecíamos a seqüência dos fatores determinantes de seus sintomas, éramos, com regularidade, reconduzidos ao início de sua infância. O conhecimento dos fatores etiológicos subseqüentes não era suficiente nem para compreender o caso, nem para produzir um efeito terapêutico. Portanto, víamo-nos compelidos a conhecer as peculiaridades da infância; aprendemos uma grande quantidade de coisas, que não poderíamos aprender senão por meio da análise, e pudemos corrigir muitas opiniões, geralmente aceitas, acerca da infância. Reconhecemos que os primeiros anos da infância possuíam uma importância especial - até a idade de cinco anos, possivelmente - por diversos motivos. Em primeiro lugar, porque esses anos incluíam o primeiro surgimento da sexualidade, que deixa após si fatores causais decisivos para a vida sexual da maturidade. Em segundo lugar, porque as impressões desse período incidem sobre um ego imaturo e débil e atuam sobre este como traumas. O ego não consegue desviar as tempestades emocionais que esses traumas de algum modo provocam, exceto por meio da repressão, e assim adquire na infância todas as disposições para uma doença ulterior e para distúrbios funcionais. Percebemos que a dificuldade da infância reside no fato de que, num curto espaço de tempo, uma criança tem de assimilar os resultados de uma evolução cultural que se estende por milhares de anos, incluindo-se aí a aquisição do controle de seus instintos e a adaptação à sociedade - ou, pelo menos, um começo dessas duas coisas. Só pode efetuar uma parte dessa modificação através do seu desenvolvimento; muitas coisas devem ser impostas à criança pela educação. Não nos surpreendemos se muitas vezes as crianças executam essa tarefa de modo muito imperfeito. Durante esses primeiros anos, muitas delas passam por estados que podem ser equiparados a neuroses - e isto se dá certamente assim em todas aquelas que posteriormente apresentam uma doença manifesta. Em algumas crianças, a doença neurótica não espera até a puberdade, mas irrompe já na infância e dá muito trabalho aos pais e aos médicos.

Não receamos aplicar tratamento analítico a crianças que, ou mostraram inequívocos sintomas neuróticos, ou estavam a caminho de um desenvolvimento desfavorável do caráter. A apreensão, expressa pelos adversários da análise, de que a criança seria prejudicada, mostrou-se infundada. O que ganhamos com esses tratamentos foi havermos conseguido confirmar num ser vivo aquilo que havíamos inferido (de documentos históricos, por assim dizer) no caso dos adultos. No entanto, também para as crianças o ganho foi muito

satisfatório. Verificou-se que a criança é muito propícia para tratamento analítico; os resultados são seguros e duradouros. A técnica de tratamento usada em adultos deve, naturalmente, ser muito modificada para sua aplicação em crianças. Uma criança é um objeto psicologicamente diferente de um adulto. De vez que não possui superego, o método da associação livre não tem muita razão de ser, a transferência (porquanto os pais reais ainda estão em evidência) desempenha um papel diferente. As resistências internas contra as quais lutamos, no caso dos adultos, são na sua maior parte substituídas, nas crianças, pelas dificuldades externas. Se os pais são aqueles que propriamente se constituem em veículos da resistência, o objetivo da análise - e a análise como tal - muitas vezes corre perigo. Daí se deduz que muitas vezes é necessária determinada dose de influência analítica junto aos pais. Por outro lado, as inevitáveis variantes das análises de crianças, diferentes da análise de adultos, são diminuídas pela circunstância de que alguns dos nossos pacientes conservaram tantas características infantis, que o analista (também aqui adaptando-se ao caso) não pode evitar o emprego, em tais pacientes, de determinadas técnicas da análise infantil. Aconteceu automaticamente que a análise de crianças se tornou domínio das analistas mulheres, e sem dúvida isto continuará assim.

O reconhecimento de que a maioria das nossas crianças atravessa uma fase neurótica no curso desenvolvimental impõe medidas de profilaxia. Pode-se levantar a questão de saber se não seria adequado vir em auxílio de uma criança com a análise, embora não mostre sinais de algum distúrbio, como forma de salvaguardar sua saúde, do mesmo modo como atualmente vacinamos as crianças contra a difteria, sem esperar para ver se contraíram a doença. No momento atual, essa discussão tem apenas interesse acadêmico, contudo me disponho a considerá-la aqui. À grande massa de nossos contemporâneos a simples sugestão de tal medida pareceria uma ofensa monstruosa, e, em vista da atitude para com a análise, manifestada pela maioria das pessoas na condição de pais, qualquer esperança de colocar em prática tal idéia deve ser abandonada, na época atual. Semelhante profilaxia contra a doença neurótica, que provavelmente seria muito eficaz, também pressupõe uma constituição bem diversa da sociedade. A iniciativa para a aplicação da psicanálise à educação deve, hoje, ser buscada em outra área. Vamos tornar claro para nós mesmos qual a tarefa primeira da educação. A criança deve aprender a controlar seus instintos. É impossível conceder-lhe liberdade de pôr em prática todos os seus impulsos sem restrição. Fazê-lo seria um experimento muito instrutivo para os psicólogos de crianças; mas a vida seria impossível para os pais, e as próprias crianças sofreriam grave prejuízo, que se exteriorizaria, em parte, imediatamente, e, em parte, nos anos subseqüentes. Por conseguinte, a educação deve inibir, proibir e suprimir, e isto ela procurou fazer em todos os períodos da história. Na análise, porém, temos verificado que precisamente essa supressão dos instintos envolve o risco de doença neurótica. Conforme os senhores haverão de se lembrar, examinamos detalhadamente como isto ocorre. Assim, a educação tem de escolher seu caminho entre o Sila da não-interferência e o Caríbdis da frustração. A menos que o problema seja inteiramente insolúvel, deve-se descobrir um ponto ótimo que possibilite à educação atingir o máximo com o mínimo de dano. Será, portanto, uma questão de decidir quanto proibir, em que hora e

por que meios. E, ademais, devemos levar em conta o fato de que os objetos de nossa influência educacional têm disposições constitucionais inatas muito diferentes, de modo que é quase impossível que o mesmo método educativo possa ser uniformemente bom para todas as crianças. Uma simples reflexão nos diz que até agora a educação cumpriu muito mal sua tarefa e causou às crianças grandes prejuízos. Se ela descobrir o ponto ótimo e executar suas tarefas de maneira ideal, ela pode esperar eliminar um dos fatores da etiologia do adoecer - a influência dos traumas acidentais da infância. Ela não pode, em caso nenhum, suprimir o outro fator - o poder de uma constituição instintual rebelde. Se considerarmos agora os difíceis problemas com que se defronta o educador - como ele tem de reconhecer a individualidade constitucional da criança, de inferir, a partir de pequenos indícios, o que é que está se passando na mente imatura desta, de dar-lhe a quantidade exata de amor e, ao mesmo tempo, manter um grau eficaz de autoridade -, haveremos de dizer a nós mesmos que a única preparação adequada para a profissão de educador é uma sólida formação psicanalítica. Seria melhor que o educador tivesse sido, ele próprio, analisado, de vez que o certo é ser impossível assimilar a análise sem experimentá-la pessoalmente. A análise de professores e educadores parece ser uma medida profilática mais eficiente do que a análise das próprias crianças, e são menores as dificuldades para pô-la em prática.

Podemos mencionar, conquanto apenas como consideração incidental, um meio indireto de a educação das crianças poder ser ajudada pela análise, um modo que, com o tempo, pode adquirir maior influência. Os pais que tiverem em si a experiência da análise, e devem muito a ela, além de lhe deverem compreensão interna (*insight*) das falhas havidas na sua própria educação, tratarão seus filhos com melhor compreensão e lhes pouparão muitas coisas de que não foram poupados.

Paralelamente ao trabalho dos analistas no sentido de influenciar a educação, estão sendo feitas outras investigações quanto à origem e prevenção da delinqüência e do crime. Também aqui estou apenas abrindo a porta para os senhores e mostrando-lhes os compartimentos que se situam detrás dela, sem conduzi-los para dentro. Estou certo de que, se os senhores permanecerem leais ao seu interesse pela psicanálise, poderão aprender muita coisa nova e valiosa a respeito desses temas. Entretanto, não devo abandonar o assunto da educação sem me referir a um seu aspecto especial. Tem-se afirmado - e certamente com razão - que toda educação possui um objetivo tendencioso, que ela se esforça por fazer a criança alinhar-se conforme a ordem estabelecida da sociedade, sem considerar qual o valor ou qual o fundamento dessa ordem como tal. Se [pergunta-se] uma pessoa está convencida dos defeitos das nossas atuais instituições sociais, a educação segundo uma linha psicanalítica também não pode justificadamente se colocar a serviço dessas instituições: a tal educação deve-se dar finalidades outras e mais elevadas, isentas das exigências reinantes na sociedade. Contudo, em minha opinião, esse argumento não cabe aqui. Tal pretensão está além da função legítima da análise. Da mesma forma, não compete ao médico, que é chamado para tratar um caso de pneumonia, preocupar-se com coisas tais como, por exemplo, se o paciente é um homem honesto, um suicida, ou um criminoso, se

merece continuar vivo ou se se deveria querer mantê-lo com vida. Esse outro objetivo que se deseja dar à educação também será um objetivo tendencioso, e não é da competência do analista decidir entre as partes. Estou abandonando totalmente o fato de que a psicanálise deveria recusar qualquer influência na educação, no caso de esta se propor objetivos incompatíveis com a ordem social estabelecida. A educação psicanalítica estará assumindo uma responsabilidade para a qual não foi convidada, se ela tencionar transformar seus discípulos em rebeldes. Ela terá desempenhado seu papel se os tornar tão sadios e eficientes quanto é possível. A psicanálise já encerra em si mesma fatores revolucionários suficientes para garantir que todo aquele que nela se educou jamais tomará em sua vida posterior o partido da reação e da repressão. Penso até mesmo que as crianças revolucionárias não são desejáveis, sob nenhum ponto de vista.

Proponho-me, ainda, senhoras e senhores, dizer-lhes algumas palavras a respeito da psicanálise como forma de terapia. Discuti o lado teórico da questão, há quinze anos atrás, e não consigo formulá-lo de nenhuma outra maneira, hoje; agora, tenho de contar-lhes a nossa experiência durante esse intervalo. Como sabem, a psicanálise originou-se como método de tratamento; ela o desenvolveu muito, mas não abandonou seu chão de origem e ainda está vinculada ao seu contato com os pacientes para aumentar sua profundidade e se desenvolver mais. As informações acumuladas, de que derivamos nossas teorias, não poderiam ser obtidas de outra maneira. As falhas que nós, na qualidade de terapeutas, encontramos, constantemente nos propõem novas tarefas, e as exigências da vida real estão efetivamente em guarda contra um exagero da especulação, da qual não podemos, afinal, prescindir em nosso trabalho. Já faz muito tempo, debati os meios usados pela psicanálise para auxiliar os pacientes, quando os auxilia, e o método pelo qual o faz; hoje perguntarei sobre quanto ela realiza.

Talvez os senhores saibam que nunca fui um terapeuta entusiasta; não há o perigo de eu fazer mau uso desta conferência excedendo-me em elogios. De preferência, diria antes pouco do que muito. Durante o período em que eu era o único analista, as pessoas ostensivamente amáveis para com minhas idéias costumavam dizer-me: 'Tudo isto é muito bonito e inteligente, mas me mostre um caso que o senhor tenha curado pela análise.' Esta era uma das muitas fórmulas que no decorrer do tempo se sucederam na função de afastar do caminho a incômoda inovação. Hoje em dia, está tão em desuso como tantas outras: o analista também tem em seus escaninhos uma pilha de cartas de pacientes agradecidos que foram curados. A analogia não pára aí. A psicanálise é realmente um método terapêutico como os demais. Tem seus triunfos e suas derrotas, suas dificuldades, suas limitações, suas indicações. Em certa época, fazia-se contra a análise a queixa de que não podia ser tomada a sério, na qualidade de tratamento, de vez que não se atrevia a publicar estatísticas de seus êxitos. Partindo disto, o Instituto Psicanalítico de Berlim, que foi fundado por Max Eitingon, publicou um documento sobre seus resultados durante os seus primeiros dez anos. Os seus

sucessos terapêuticos não constituem motivo, nem de orgulho, nem de vergonha. Estatísticas dessa espécie não são, porém, em geral, instrutivas. O material com que lidam é tão heterogêneo, que apenas números muito elevados mostrariam algo. É mais correto examinar as próprias experiências do indivíduo. E aqui gostaria de acrescentar que não penso poderem as nossas curas competir com as que se verificam em Lourdes. São muito mais numerosas as pessoas que crêem nos milagres da Santa Virgem, do que aquelas que acreditam na existência do inconsciente. Se nos voltarmos para os competidores deste mundo, devemos comparar o tratamento psicanalítico com outros tipos de psicoterapia. Mal se pode mencionar, aqui, os atuais métodos orgânicos de tratamento dos estados neuróticos. A análise, enquanto método psicoterapêutico, não se situa em oposição a outros métodos usados nesse ramo especializado da medicina; não lhes diminui o valor e nem os exclui. Não há nenhuma incoerência teórica se um médico, que gosta de se dizer psicoterapeuta, usa a análise em seus pacientes paralelamente a algum outro método de tratamento, segundo as peculiaridades do caso e as circunstâncias externas favoráveis ou desfavoráveis. É realmente a técnica que obriga à especialização na prática da medicina. Assim, a cirurgia e a ortopedia, do mesmo modo, foram obrigadas a separar-se. A atividade psicanalítica é árdua e exigente; não pode ser manejada como um par de óculos que se põe para ler e se tira para sair a caminhar. Via de regra, a psicanálise possui um médico inteiramente, ou não o possui em absoluto. Aqueles psicoterapeutas que empregam a psicanálise, entre outros métodos, ocasionalmente pelo que sei, não se situam em chão analítico firme; não aceitaram toda a análise, tornaram-na aguada - mudaram-lhe a essência, quem sabe; não podem ser incluídos entre os analistas. Penso que isto é lamentável. Na prática médica, a cooperação entre um analista e um psicoterapeuta que se limita a outras técnicas, serviria a propósitos muito úteis.

Comparada com outros procedimentos psicoterapêuticos, a psicanálise é, fora de dúvida, o mais eficiente. Também, é justo e correto que seja assim, de vez que também é o mais laborioso e demorado; não seria usado em casos leves. Nos casos apropriados, é possível, através dela, suprimir os distúrbios e promover modificações que, em épocas pré-analíticas, não se ousaria esperar obter. Tem, contudo, os seus limites bem definidos. A ambição terapêutica de alguns de meus adeptos fez os maiores esforços no sentido de superar tais obstáculos, de modo que todo tipo de doença neurótica pudesse ser curável por meio da psicanálise. Tentaram comprimir o trabalho analítico num tempo mais curto, intensificar a transferência de modo a poder vencer qualquer resistência, juntar-lhe outras formas de influência a fim de forçar uma cura. Esses esforços são certamente dignos de elogios, mas, segundo penso, são vãos. Ademais, trazem consigo o risco de a pessoa ser arrastada para fora da análise e atraída para uma série de experiências sem limites. A expectativa de que todo fenômeno neurótico possa ser curado, pode ser, conforme suspeito, derivada da crença do leigo de que as neuroses são algo muito desnecessário, que não têm qualquer razão de existir. E, no entanto, elas são, com efeito, doenças graves, fixadas na constituição, que raramente se limitam apenas a alguns ataques, mas persistem geralmente por longos períodos, ou por toda a vida. Nossa experiência analítica, segundo a qual elas podem ser

extensamente influenciadas se as causas precipitantes históricas e os fatores acidentais acessórios da doença puderem ser abordados, levou-nos a negligenciar o fator constitucional em nosso procedimento terapêutico, e em todo caso não podemos fazer nada quanto a esse fator; mas, em teoria, devemos tê-lo sempre em mente. A radical inacessibilidade das psicoses ao tratamento analítico, tendo em vista a estreita relação delas com as neuroses, deveria limitar nossas pretensões com referência às últimas. A eficácia terapêutica da psicanálise permanece tolhida por numerosos fatores de peso e dificilmente abordáveis. Quanto ao caso das crianças, em que se pode contar com os maiores êxitos, as dificuldades são externas, influenciadas pelo relacionamento com os pais, embora tais dificuldades, afinal, necessariamente façam parte da condição da criança. Quanto aos adultos, as dificuldades surgem, em primeiro lugar, de dois fatores: o montante da rigidez psíquica presente e a forma da doença, com tudo o que isto abrange em termos de fatores determinantes mais profundos.

O primeiro desses fatores amiúde é negligenciado sem razão. Por maiores que sejam a elasticidade da vida mental e a possibilidade de reviver antigas situações, nem tudo pode ser trazido à luz novamente. Determinadas modificações parecem ser definitivas e correspondem a cicatrizes que se formaram quando um processo completou seu curso. Em outras ocasiões, tem-se a impressão de um enrijecimento geral na vida psíquica; os processos mentais, aos quais se poderia muito bem indicar outros caminhos, parecem incapazes de abandonar os antigos rumos. Mas, talvez isto seja equivalente àquilo que acabei de mencionar, só que visto de forma diferente. Muitas vezes, parece que se verifica que aquilo que está faltando ao tratamento é apenas a necessária força motriz, e que essa falta impede efetuar-se a modificação. Determinada relação de dependência ou um componente instintual especial podem ser demasiado poderosos em comparação com as forças opostas que somos capazes de mobilizar. É quase sempre isto o que ocorre com as psicoses. Nós as conhecemos o suficiente para sabermos em que ponto devem ser aplicadas as alavancas; estas, contudo, não seriam capazes de mover o peso. Realmente, é aqui o lugar onde está a esperança no futuro: na possibilidade de que nosso conhecimento da atuação dos hormônios (os senhores sabem o que eles são) nos possa fornecer os meios de combater com êxito os fatores quantitativos das doenças: mas estamos longe disto, atualmente. Apercebo-me de que, em todos esses assuntos, a incerteza é um estímulo constante para aperfeiçoar a análise e especialmente a transferência. Os iniciantes em análise, principalmente, ficam em dúvida, em caso de insucesso, se devem atribuí-lo a peculiaridades do caso ou à sua própria inabilidade de manejar o procedimento terapêutico. Mas, conforme já disse anteriormente, não creio que se possa conseguir muito com intentos nessa direção.

A segunda limitação aos êxitos da análise é causada pela forma da doença. Já sabem os senhores que o campo de aplicação da terapia analítica se situa nas neuroses de transferência - fobias, histeria, neurose obsessiva - e, além disso, anormalidades de caráter que se desenvolveram em lugar dessas doenças. Tudo o que difere destas, as condições narcísicas e psicóticas, é inevitável em grau maior ou menor. Seria inteiramente legítimo

acautelar-nos dos insucessos, excluindo cuidadosamente esses casos. Tal precaução levaria a uma grande melhora nas estatísticas da análise. Todavia, aqui há uma armadilha. Nossos diagnósticos são feitos após os eventos. Assemelham-se à prova do rei escocês para identificar feiticeiras, que li em Victor Hugo. Esse rei declarava que possuía um método infalível de reconhecer uma feiticeira. Mandava cozer lentamente as mulheres num caldeirão de água fervendo, e então provava o caldo. Depois disso era capaz de dizer: ‘Esta era feiticeira’ ou ‘Não, esta não era’. Conosco se passa o mesmo, exceto que nós somos os que sofremos. Não podemos julgar o paciente que vem para tratamento (ou, igualmente, o candidato que vem para formação), senão depois de havê-lo estudado analiticamente por algumas semanas ou meses. De fato, estamos comprando nabos em saco. O paciente traz consigo aspectos doentios indefinidos e gerais que não comportam um diagnóstico conclusivo. Depois desse período de prova, pode acontecer que o caso se revele inviável. Com isto, mandamo-lo embora, se for um candidato, ou prolongamos a tentativa um pouco mais, se for um paciente, na expectativa de ainda podermos ver as coisas sob uma luz mais favorável. O paciente vingá-se acrescentando-se à nossa lista de fracassos, e vingá-se o candidato rejeitado, se for um paranóide, escrevendo livros sobre psicanálise. Como vêem, nossas precauções foram inúteis.

Receio que essas discussões detalhadas estejam exaurindo o interesse dos senhores. Contudo me sentiria ainda mais pesaroso se os senhores dessem para pensar que minha intenção é diminuir o conceito que os senhores têm da psicanálise como terapia. Talvez eu realmente haja feito um começo desajeitado. Pois eu quis fazer o contrário; excusar as limitações terapêuticas da análise mostrando a inevitabilidade delas. Com o mesmo propósito em vista, passo a outro ponto: a acusação, feita contra o tratamento analítico, de que ele leva um tempo exageradamente longo. Quanto a isto, deve-se dizer que as modificações psíquicas de fato só se fazem lentamente; se ocorrem rápida, subitamente, isto é mau sinal. É verdade que o tratamento de uma neurose muito grave pode, com facilidade, estender-se por vários anos; mas pensem, no caso de haver êxito, quanto tempo a doença teria durado. Uma década, provavelmente, por ano de tratamento, ou seja, a doença (como vemos tantas vezes, em casos não tratados) absolutamente não teria findado. Em alguns casos, justifica-se que retomemos uma análise, muitos anos depois. A vida desenvolveu novas reações patológicas a novas causas precipitantes; mas, nesse ínterim, nosso paciente tinha estado bem. A primeira análise realmente não tinha trazido à luz todas as suas disposições patológicas, e era natural que a análise houvesse parado, uma vez obtido o êxito. Existem também pessoas gravemente prejudicadas que são mantidas sob supervisão analítica por toda a vida e retornam à análise de tempos em tempos. Essas pessoas, não fosse dessa maneira, seriam, porém, totalmente incapazes de viver, e devemos-nos contentar com o fato de poderem manter-se sobrevivendo às suas próprias custas, por meio desse tratamento parcelado e recorrente. A análise dos distúrbios de caráter também exige longos períodos de tratamento; mas, muitas vezes, obtém êxito; conhecem os senhores alguma outra terapia com a qual se poderia empreender semelhante tarefa? A ambição terapêutica pode sentir-se insatisfeita com esses resultados: mas, tendo como exemplos a tuberculose e o

lupo, aprendemos que o sucesso só pode ser obtido quando o tratamento se adapta às características da doença

Disse-lhes que a psicanálise começou como um método de tratamento; mas não quis recomendá-lo ao interesse dos senhores como método de tratamento e sim por causa das verdades que ela contém, por causa das informações que nos dá a respeito daquilo que mais interessa aos seres humanos - sua própria natureza - e por causa das conexões que ela desvenda entre as mais diversas atividades. Como método de tratamento, é um método entre muitos, embora seja, para dizer a verdade, *primus inter pares*. Se não tivesse valor terapêutico não teria sido descoberto, como o foi, em relação a pessoas doentes, e não teria continuado desenvolvendo-se por mais de trinta anos.

CONFERÊNCIA XXXV

A QUESTÃO DE UMA *WELTANSCHAUUNG*

SENHORAS E SENHORES:

Em nosso encontro anterior, ocupamo-nos com pequenos assuntos cotidianos; colocando nossa modesta casa em ordem, digamos assim. Proponho que demos um salto ousado e nos arrisquemos a responder à pergunta que constantemente se faz em outros setores: a psicanálise conduz a uma determinada *Weltanschauung* e, em caso afirmativo, a qual?

Suponho que *Weltanschauung* seja um conceito especificamente alemão, cuja tradução para línguas estrangeiras certamente apresenta dificuldades. Se eu tentar uma definição sua, minha definição estará fadada a ser incompleta. Em minha opinião, a *Weltanschauung* é uma construção intelectual que soluciona todos os problemas de nossa existência, uniformemente, com base em uma hipótese superior dominante, a qual, por conseguinte, não deixa nenhuma pergunta sem resposta e na qual tudo o que nos interessa encontra seu lugar fixo. Facilmente se compreenderá que a posse de uma *Weltanschauung* desse tipo situa-se entre os desejos ideais dos seres humanos. Acreditando-se nela, pode-se sentir segurança na vida, pode-se saber o que se procura alcançar e como se pode lidar com as emoções e

interesses próprios da maneira mais apropriada.

Sendo esta a natureza da *Weltanschauung*, torna-se fácil a resposta, no que respeita à psicanálise. Na qualidade de ciência especializada, ramo da psicologia - psicologia profunda, ou psicologia do inconsciente -, ela é praticamente incapaz de construir por si mesma uma *Weltanschauung*: tem de aceitar uma *Weltanschauung* científica. A *Weltanschauung* da ciência, porém, já diverge muito de nossa definição. É verdade que também supõe a *uniformidade* da explicação do universo; mas, o faz apenas na qualidade de projeto, cuja realização é relegada ao futuro. Ademais, marcam-na características negativas, como o fato de se limitar àquilo que no momento presente é cognoscível e de rejeitar completamente determinados elementos que lhe são estranhos. Afirma que não há outras fontes de conhecimento do universo além da elaboração intelectual de observações cuidadosamente escolhidas - em outras palavras, o que podemos chamar de pesquisa - e, a par disso, que não existe nenhuma forma de conhecimento derivada da revelação, da intuição ou da adivinhação. Parece que esse ponto de vista chegou muito perto de obter reconhecimento geral, no curso dos últimos séculos; e coube ao nosso século manifestar a atrevida objeção segundo a qual uma *Weltanschauung* como esta é simultaneamente muito pobre, sem esperança, e despreza as reivindicações do intelecto humano e as necessidades da mente do homem.

Essa objeção não pode ser repelida com demasiada energia. Praticamente carece de fundamento, pois o intelecto e a mente são objetos de pesquisa científica exatamente da mesma forma como o são as coisas não-humanas. A psicanálise tem um direito especial de falar de uma *Weltanschauung* científica nesse ponto, de vez que não pode ser acusada de ter negligenciado aquilo que é mental no quadro do universo. Sua contribuição à ciência consiste justamente em ter estendido a pesquisa à área mental. E, aliás, sem tal psicologia, a ciência estaria muito incompleta. Se, no entanto, a investigação das funções intelectuais e emocionais do homem (e do animal) é incluída na ciência, então se verá que nada é modificado na atitude da ciência como um todo, que nenhuma nova fonte de conhecimento ou novo método de pesquisa resultou daí. A intuição e a adivinhação seriam as mesmas, se existissem; porém, seguramente, podem ser tidas na conta de ilusões, de realização de impulsos plenos de desejos. Também é fácil verificar que essas exigências feitas a uma *Weltanschauung* somente se baseiam na emoção. A ciência apercebe-se do fato de que a mente do homem cria tais exigências e está pronta a examinar suas origens, mas não tem o mais leve motivo para considerá-las justificadas. Pelo contrário, vê isto como advertência no sentido de cuidadosamente separar do conhecimento tudo o que é ilusão e o que é resultado de exigências emocionais como estas.

Isto absolutamente não significa que se deva repelir com desprezo esses desejos, ou

subestimar seu valor para a vida humana. Estamos em condições de destacar as realizações que esses desejos criaram para si mesmos, nos produtos da arte e nos sistemas de religião e de filosofia; porém, não podemos desprezar o fato de que seria ilícito e muito impróprio permitir fossem essas exigências transferidas para a esfera do conhecimento. Pois isto equivaleria a deixar abertos os caminhos que levam à psicose, seja psicose individual, seja grupal, e retiraria valiosas somas de energia de empreendimentos voltados para a realidade, com a finalidade de, na medida do possível, nela encontrar satisfação para os desejos e para as necessidades.

Do ponto de vista da ciência, não se pode evitar exercer, aqui, a faculdade de crítica e apresentar objeções e rejeições. Não é lícito declarar que a ciência é um campo da atividade mental humana, e que a religião e a filosofia são outros campos, de valor pelo menos igual, e que a ciência não tem por que interferir nelas: que todas elas têm iguais pretensões de serem verdadeiras e que toda pessoa tem a liberdade de escolher de qual delas irá derivar suas convicções e em qual delas depositará sua crença. Uma opinião como esta é vista como especialmente superior, tolerante, emancipada e livre de preconceitos incultos. Infelizmente, não é sustentável e compartilha de todos os aspectos perniciosos de uma *Weltanschauung* não-científica, e a esta equivale, na prática. É que a verdade simplesmente não pode ser tolerante, não admite conciliações ou limitações, e o fato é que a pesquisa considera como propriedade sua todas as esferas da atividade humana, e deve exercer uma crítica incessante se algum outro poder tenta arrebatá-lhe alguma parte.

Dos três poderes que podem disputar a posição básica da ciência, apenas a religião deve ser considerada seriamente como adversária. A arte quase sempre é inócua e benéfica; não procura ser nada mais do que uma ilusão. Excetuando algumas pessoas que se dizem serem ‘possessas’ pela arte, esta não tenta invadir o reino da realidade. A filosofia não se opõe à ciência, comporta-se como uma ciência e, em parte, trabalha com os mesmos métodos; diverge, porém, da ciência, apegando-se à ilusão de ser capaz de apresentar um quadro do universo que seja sem falhas e coerente, embora tal quadro esteja fadado a ruir ante cada novo avanço em nosso conhecimento. Perde o rumo com seu método de superestimar o valor epistemológico de nossas operações lógicas e ao aceitar outras fontes de conhecimento, como a intuição. E muitas vezes parece que não é injustificado o mordaz comentário do poeta quando diz do filósofo:

Mit seinen Nachtmützen und Schlafrockfetzen Stopft er die Lücken des Weltenbaus. A filosofia, no entanto, não exerce influência direta na grande massa da humanidade; é objeto do interesse de apenas um pequeno número de pessoas da camada superior de intelectuais, e

difícilmente é compreensível para alguém mais. Por outro lado, a religião é um poder imenso que tem a seu serviço as mais fortes emoções dos seres humanos. Sabe-se muito bem que, em períodos anteriores, abrangia tudo o que desempenhava um papel intelectual na vida do homem, que ela assumia o lugar da ciência ali onde mal havia algo que se assemelhasse à ciência, e que ela construía uma *Weltanschauung* coerente e auto-suficiente num grau sem paralelo e que, embora profundamente abalada, persiste na atualidade.

Se quisermos dar uma noção da natureza grandiosa da religião, devemos ter em mente o que ela se propõe fazer pelos seres humanos. Dá-lhes informações a respeito da origem e da existência do universo, assegura-lhes proteção e felicidade definitiva nos altos e baixos da vida e dirige seus pensamentos e ações mediante preceitos, os quais estabelece com toda a sua autoridade. Com isto ela preenche três funções. Com a primeira delas satisfaz a sede de conhecimento do homem; faz a mesma coisa que a ciência tenta fazer, com os seus próprios meios, e nesse ponto entra em choque com ela. É à segunda das suas funções que a religião deve certamente a maior parte de sua influência. A ciência não pode competir com a religião quando esta acalma o medo que o homem sente em relação aos perigos e vicissitudes da vida, quando lhe garante um fim feliz e lhe oferece conforto na desventura. É verdade que a ciência nos pode ensinar como evitar determinados perigos e mostrar-nos existirem determinados sofrimentos que ela é capaz de combater com êxito; seria muito injusto negar que ela é um poderoso auxiliar do homem; há, contudo, muitas situações em que se vê obrigada a deixar o homem entregue ao sofrimento e apenas pode aconselhá-lo a resignar-se. Em sua terceira função, mediante a qual estabelece preceitos, proibições e restrições, a religião vai muito além da ciência. Isso porque a ciência se contenta com investigar e estabelecer fatos, embora seja verdade que de suas aplicações se derivam normas e orientações quanto à conduta de vida. Em algumas circunstâncias, estas coincidem com aquelas que a religião oferece, mas, quando tal fato se verifica, os motivos de uma e de outra são diferentes.

A convergência desses três aspectos da religião não está inteiramente clara. Qual a inter-relação entre a explicação da origem do universo e a inculcação de determinados preceitos éticos especiais? As garantias de proteção e felicidade estão mais intimamente ligadas aos requisitos éticos. São a recompensa pela observância desses mandamentos; somente aqueles que obedecem a esses últimos podem contar com esses benefícios; a punição espera o desobediente. Aliás, algo parecido se verifica com a ciência. Aqueles que desprezam suas lições, assim ela nos diz, expõem-se a dano.

A notável combinação de ensino, consolo e exigências, que se verifica na religião, pode ser compreendida apenas quando submetida a uma análise genética. Esta pode ser abordada desde o ponto mais surpreendente do conjunto, ou seja, do seu ensino acerca da origem do universo; pois podemos perguntar por que uma cosmogonia faz parte, regularmente dos sistemas religiosos? Assim, a doutrina afirma que o universo foi criado por um ser semelhante ao homem, contudo magnificado em todos os aspectos, em poder, sabedoria e

força de suas paixões - um super-homem idealizado. Animais, na qualidade de criadores do universo, assinalam a influência do totemismo, sobre o qual teremos pelo menos algumas palavras a dizer, no momento. É interessante constatar que esse criador quase sempre é um único ser, mesmo nos casos em que se acredita existirem muitos deuses. Também é interessante o fato de que o criador geralmente é um homem, embora não sejam nada raras as indicações referentes a deidades femininas; e algumas mitologias realmente fazem a criação começar com um deus masculino eliminando uma divindade feminina, que é degradada em monstro. Aqui se nos apresentam os mais interessantes problemas de detalhes; mas não podemos determos aí. Nosso caminho torna-se mais fácil de reconhecer, de vez que esse criador-deus é abertamente chamado de 'pai'. A psicanálise infere que realmente é o pai, com toda a magnificência em que, durante determinada época, ele aparecia para a criancinha. Um homem religioso imagina a criação do universo assim como imagina sua própria origem.

Vistas essas coisas, é fácil explicar o modo como garantias do consolo e rígidas normas éticas se combinam com uma cosmogonia. A mesma pessoa, à qual a criança deveu sua existência, o pai (ou, mais corretamente, sem dúvida, a instância parental composta do pai e da mãe), também protegeu e cuidou da criança em sua debilidade e desamparo, exposta como estava a todos os perigos que a esperavam no mundo externo; sob a proteção do pai, a criança sentiu-se segura. Quando um ser humano se torna adulto, ele sabe, na verdade, que possui uma força maior, mas sua compreensão interna (*insight*) dos perigos da vida também se tornou maior, e com razão conclui que fundamentalmente ainda permanece tão desamparado e desprotegido como era na infância; ele sabe que, na sua confrontação com o mundo, ainda é uma criança. Mesmo agora, portanto, não pode prescindir da proteção que usufruía na infância. Também reconheceu, desde então, que seu pai é um ser que possui um poder muito limitado e não está dotado de todas as virtudes. Por esse motivo, retorna à imagem mnêmica do pai, a quem, na infância, tanto supervalorizava. Exalta a imagem transformando-a em divindade, e torna-a contemporânea e real. A força afetiva dessa imagem mnêmica e a persistência de sua necessidade de proteção conjuntamente sustentam sua crença em Deus.

O terceiro item principal do programa religioso, a exigência ética, também se adapta facilmente a essa situação de infância. Posso lembrar aos senhores o famoso pronunciamento de Kant, no qual ele cita, de um fôlego só, os céus estrelados e as leis morais dentro de nós [ver [1]]. Por mais estranha que possa soar essa justaposição - pois que têm a ver os corpos celestes com a questão de saber se uma criatura humana mata ou ama a outra? - ela toca numa grande verdade psicológica. O mesmo pai (ou instância parental) que deu a vida à criança e a protegeu contra os perigos, ensinou-lhe também o que podia fazer e o que devia deixar de fazer, instruiu-a no sentido de adaptar-se a determinadas restrições em seus desejos instintuais e fê-la compreender o respeito que devia ter para com os pais e os irmãos, se quisesse tornar-se um membro tolerado e benquisto do círculo familiar e, posteriormente, de associações mais amplas. A criança é educada no sentido de conhecer os

seus deveres sociais mediante um sistema de recompensas carinhosas e de punições; é-lhe ensinado que sua segurança na vida depende de que seus pais (e, depois, de que outras pessoas) a amem e de que eles possam acreditar que a criança os ama. Todas essas relações são posteriormente introduzidas, inalteradas, pelo homem, na religião. A quantidade de proteção e de satisfação destinada a uma pessoa depende do seu cumprimento das exigências éticas; seu amor a Deus e sua consciência de ser amado por Deus são os fundamentos da segurança que adquire contra os perigos do mundo externo e do seu ambiente humano. Finalmente, pela prece assegura para si uma influência direta sobre a vontade divina, e com isto compartilha da onipotência divina. Estou seguro de que, enquanto os senhores estavam me ouvindo, foram molestados por numerosas questões que os senhores gostariam de ter ouvido já com respostas. Não posso empreender essa tarefa aqui e agora, mas confio em que nenhuma dessas indagações detalhadas viria a perturbar nossa tese segundo a qual a *Weltanschauung* religiosa é determinada pela situação de nossa infância. Com tudo isso, ainda se torna mais notável o fato de que, a despeito de sua natureza infantil, ela teve um precursor. Não cabem dúvidas de que houve uma época sem religião, sem deuses. Tal época se conhece como a fase do animismo. Nessa época, o mundo era povoado de seres espirituais semelhantes ao homem - nós os denominamos de demônios. Todos os objetos do mundo externo eram sua habitação, ou talvez fossem idênticos a tais demônios; contudo, não havia um poder superior que os tivesse criado a todos eles, e, depois, os regesse, e ao qual a pessoa pudesse voltar-se para pedir proteção e auxílio. Os demônios do animismo eram na sua maioria hostis em sua atitude para com os seres humanos, mas parece que, então, os seres humanos tinham mais autoconfiança do que posteriormente. Por certo se encontravam num constante estado do mais agudo medo em relação a esses maus espíritos; mas deles se defendiam por meio de determinados atos, aos quais atribuíam o poder de afastá-los. Ademais disso, não se consideravam indefesos. Se desejavam algo da Natureza - se desejavam chuva, por exemplo -, não faziam uma oração diretamente ao deus do tempo, mas executavam um ato mágico que esperavam influenciasse diretamente a Natureza: eles mesmos faziam algo que se semelhava à chuva. Em sua luta contra os poderes do mundo que os circundava, sua primeira arma foi a *magia*, o mais antigo precursor da tecnologia de hoje. Sua confiança na magia, conforme supomos, derivou da supervalorização de suas operações intelectuais, de sua crença na 'onipotência dos pensamentos' que, aliás, encontramos revivida em nossos pacientes neuróticos obsessivos. Podemos supor que os seres humanos, naquela época, orgulhavam-se particularmente de suas aquisições em termos de linguagem, que devem ter sido acompanhadas de grande facilitação do pensamento. Atribuíam poderes mágicos às palavras. Esse aspecto, mais tarde, foi assumido pela religião. 'E Deus disse "Faça-se a luz!", e a luz foi feita.' O caso dos atos mágicos ademais nos mostra que o homem animista não se apoiava apenas no poder de seus desejos. Preferentemente, esperava resultados da execução de um ato que induziria a Natureza a imitar esse mesmo ato. Se desejava chuva, ele mesmo derramava água; se queria exortar a terra a ser dadivosa, mostrava à terra, nos campos, uma vívida execução do ato sexual.

Os senhores sabem como é difícil algo desaparecer após haver alguma vez conseguido

expressão psíquica. Assim, não se surpreenderão ao ouvir dizer que muitas das expressões do animismo persistiram até hoje, na maior parte segundo o que chamamos superstição, paralelamente e por trás da religião. E, mais ainda, dificilmente os senhores poderão rejeitar o raciocínio de que a filosofia de hoje conservou alguns aspectos essenciais do modo animista de pensamento - a supervalorização da magia das palavras e a crença segundo a qual os fatos reais do mundo tomam o rumo que nosso pensamento deseja impor-lhes. Com efeito, ela pareceria ser um animismo sem atos mágicos. Por outro lado, podemos supor que, mesmo naqueles tempos, havia ética de alguma espécie, havia preceitos sobre as relações mútuas dos homens; mas nada sugere que tivessem uma conexão íntima com as crenças animistas. Eram, provavelmente, expressão direta dos poderes relativos do homem e de suas necessidades práticas.

Por certo valeria a pena conhecer o que causou a transição do animismo para a religião; todavia, os senhores podem imaginar a obscuridade que, ainda nos dias atuais, encobre esses tempos primitivos da evolução do espírito humano. Parece que a primeira forma assumida pela religião foi o notável fenômeno do totemismo, a adoração dos animais, em cuja seqüência apareceram os primeiros mandamentos éticos, os tabus. Em um volume intitulado *Totem e Tabu* [1912-13], desenvolvi a idéia que situava a origem dessa transformação numa revolução das circunstâncias da família humana. A principal realização da religião, quando comparada com o animismo, está na vinculação psíquica do temor aos demônios. Não obstante, um vestígio dessa era primeva, o Espírito do Mal, manteve um lugar no sistema religioso.

Sendo esta a pré-história da *Weltanschauung* religiosa, retornemos, agora, àquilo que aconteceu desde então e àquilo que ainda está acontecendo diante de nossos olhos. O espírito científico, reforçado pela observação dos processos naturais, começou no decorrer do tempo, a tratar a religião como um assunto humano e a submetê-la a exame crítico. A religião não podia suportar isto. O que primeiro deu origem à suspeita e ao ceticismo foram suas lendas de milagres, pois contradiziam tudo o que tinha sido constatado mediante acurada observação, e traíam muito nitidamente a influência da atividade da imaginação humana. Depois disto, as suas doutrinas que explicavam a origem do universo se defrontaram com a contestação, pois evidenciavam uma ignorância que trazia a marca de épocas antigas, e em relação às quais as pessoas, graças à sua maior familiaridade com as leis da natureza, sabiam que estas eram superiores. A idéia de que o universo passou a existir por meio de atos de cópula ou criação, análogos à origem das pessoas individualmente, havia deixado de ser a hipótese mais óbvia e evidente por si mesma desde quando a distinção entre as criaturas animadas com uma mente e a Natureza inanimada se havia imposto ao pensamento do ser humano, distinção esta que tornou impossível manter a crença no animismo original. Nem devemos desprezar a influência do estudo comparativo

dos diferentes sistemas religiosos e a impressão causada por sua recíproca exclusividade e intolerância.

Fortalecido por esses exercícios preliminares, o espírito científico adquiriu coragem suficiente para, afinal, arriscar-se a examinar os elementos mais importantes e emocionalmente valiosos da *Weltanschauung* religiosa. As pessoas muitas vezes verificaram - e isto foi muito antes de ousarem dizer assim tão abertamente - que os pronunciamentos da religião, prometendo aos homens proteção e felicidade, bastando que estes cumprissem determinados requisitos éticos, também se haviam mostrado indignos de crédito. Parece não ser verdade que existe um Poder no universo que vela pelo bem-estar dos indivíduos com desvelo parental e conduz todas as coisas a um desfecho feliz. Pelo contrário, o destino dos homens não pode ser harmonizado, nem pela hipótese de uma Benevolência Universal, nem pela hipótese parcialmente contraditória de uma Justiça Universal. Terremotos, maremotos, conflagrações não fazem nenhuma distinção entre o virtuoso, o piedoso e o patife, o descrente. Mesmo ali onde o que está em questão não é a natureza inanimada, mas onde um destino individual depende de suas relações com outras pessoas, de modo algum se verifica a regra segundo a qual a virtude é recompensada e o mal é punido. No mais das vezes, o homem violento, ardiloso, implacável agarra as coisas boas que o mundo cobiça, e o homem piedoso fica de mãos vazias. Poderes obscuros, insensíveis, cruéis determinam o destino do homem; o sistema de recompensas e punições que a religião atribui ao governo do universo parece não existir. Aqui está mais uma razão para abandonar uma parte da teoria animista que fora salva do animismo pela religião.

A última contribuição à crítica da *Weltanschauung* religiosa foi feita pela psicanálise, ao mostrar como a religião se originou a partir do desamparo da criança, e ao atribuir seu conteúdo à sobrevivência, na idade madura, de desejos e necessidades da infância. Isto não significou necessariamente uma contestação à religião; não obstante, representou um ajustamento de nosso conhecimento a seu respeito e, pelo menos em um aspecto, foi uma impugnação, de vez que a própria religião se arroga uma origem divina. E, na realidade, nisto parece estar correta, desde que seja aceita nossa interpretação de Deus.

Em suma, portanto, o julgamento da ciência sobre a *Weltanschauung* religiosa é este. Enquanto as diferentes religiões altercam entre si pela posse da verdade, nossa opinião reside em que a questão da verdade das crenças religiosas pode ser totalmente colocada à parte. A religião é uma tentativa de obter domínio do mundo perceptível no qual nos situamos, através do mundo dos desejos que desenvolvemos dentro de nós em consequência de necessidades biológicas e psicológicas. Mas a religião não pode conseguir isso. Suas doutrinas conservam a marca dos tempos em que surgiram, dos tempos de ignorância da infância da humanidade. Seu consolo não merece fé. A experiência nos ensina que o mundo não é um aposento de crianças. As exigências éticas, sobre as quais a religião procura apoiar-se, acentuam, antes, a necessidade de lhe serem dadas outras bases; pois são elas

indispensáveis à sociedade humana, e é perigoso vincular à fé religiosa a obediência aos princípios éticos. Se tentarmos situar o lugar da religião na evolução da humanidade, ela aparece não como uma aquisição permanente, mas sim como um equivalente da neurose pela qual o homem civilizado, individualmente, teve de passar, em sua transição da infância à maturidade. Naturalmente, os senhores têm a liberdade de criticar essa minha exposição; até mesmo os ajudarei, em parte. O que lhes disse a respeito do desmoronamento gradual da *Weltanschauung* religiosa ficou muito incompleto na sua forma abreviada. A ordem dos diferentes processos não foi exposta com toda a correção; as diversas forças que concorreram para o despertar do espírito científico não foram rastreadas. Também não foram levadas em conta as modificações que se fizeram na própria *Weltanschauung* religiosa durante o período de seu domínio irrestrito e, posteriormente, sob a influência de críticas crescentes. Finalmente, devo assinalar que restringi meus comentários, para dizer a verdade, a uma única forma assumida pela religião, a religião dos povos ocidentais. Construí, digamos assim, um modelo anatômico com a finalidade de uma demonstração apressada que fosse tão marcante quanto possível. Deixemos de lado a questão de saber se meu conhecimento de algum modo teria sido suficiente para tornar a coisa melhor e mais completa. Estou consciente de que tudo isso que lhes disse os senhores poderão encontrar descrito de modo mais adequado em algum outro lugar. Nisto não há nada de novo. Permitam-me, porém, expressar a convicção de que a mais cuidadosa elaboração do material dos problemas da religião não abalará nossas conclusões.

A luta do espírito científico contra a *Weltanschauung* religiosa, como sabem, ainda não chegou ao fim: ainda está-se desenvolvendo atualmente, diante de nossos olhos. Embora, de modo geral, a psicanálise empregue pouco a arma da controvérsia, não me absterei de examinar tal disputa. Com isso, talvez posso elucidar melhor nossa atitude referente às *Weltanschauungen*. Os senhores verão com que facilidade alguns dos argumentos apresentados pelos adeptos da religião podem ser respondidos, embora outros realmente possam escapar à refutação.

A primeira objeção que encontramos é no sentido de ser uma impertinência, da parte da ciência, fazer da religião um objeto de suas investigações, pois a religião é algo sublime, superior a qualquer operação do intelecto do homem, algo que não deve ser abordado mediante críticas excessivamente sutis. Em outras palavras, a ciência não tem competência para julgar a religião: é muito útil e respeitável em outros aspectos, desde que se mantenha dentro de sua própria esfera. Mas a religião não é sua esfera, nela a ciência não tem o que fazer. Se não nos deixarmos desarmar por essa repulsa brusca e se, ademais, indagarmos qual é a base dessa pretensão a uma posição excepcional entre todos os assuntos humanos, a resposta que recebemos (se formos julgados dignos de alguma resposta) é que a religião não pode ser medida por critérios humanos, visto ter origem divina e haver-nos sido dada como uma revelação por um Espírito que o espírito humano não consegue compreender. Poder-se-ia pensar que não houvesse nada mais fácil do que a refutação desse argumento: é um caso

claro de *petitio principii*, de ‘tomar como confirmada a questão’ - não conheço nenhuma expressão alemã equivalente que seja boa. A questão real que surge é saber se existe um espírito divino e uma revelação a atribuir-lhe; e a matéria, por certo, não encontra uma decisão, dizendo-se que essa questão não pode ser respondida, uma vez que a divindade não pode ser colocada em questão. Aqui a situação é a mesma observável, por vezes, durante o trabalho da análise. Se um paciente, geralmente inteligente, rejeita uma determinada sugestão, com base em motivos especialmente tolos, essa debilidade da lógica é prova da existência de um motivo especialmente forte para ele fazer a rejeição - um motivo que só pode ser de natureza afetiva, um nexó emocional.

Também nos pode ser dada uma outra resposta na qual se admite francamente um motivo dessa ordem: a religião não pode ser examinada criticamente, porque é a coisa mais elevada, mais preciosa e mais sublime que o espírito humano produziu, porque dá expressão aos sentimentos mais profundos, e porque apenas ela torna o mundo tolerável e a vida digna do homem. Não devemos responder pondo em dúvida esse valor da religião, mas dirigindo a atenção para outro tema. O que fazemos é enfatizar o fato de que, de modo algum, está sendo cogitada uma invasão da área da religião pelo espírito científico; pelo contrário, sim uma invasão, pela religião, na esfera do pensamento científico. Qualquer que seja seu valor e importância, ela não tem o direito, em nenhum sentido, de limitar o pensamento - não tem o direito, portanto, de se furtar à eventualidade de o pensamento tentar investigá-la.

O pensar científico não difere, em sua natureza, da atividade normal do pensamento que todos nós, crentes ou incrédulos, empregamos ao cuidar de nossos assuntos na vida corrente. Ele apenas desenvolveu determinados aspectos: interessa-se por determinadas coisas, conquanto estas não tenham uso imediato, tangível; procura evitar, cuidadosamente, fatores individuais e influências afetivas; examina mais rigorosamente a credibilidade dos sentidos de percepção nos quais baseia suas conclusões; equipa-se com novas percepções que não se podem obter pelos meios habituais, e isola os fatores determinantes dessas novas experiências em experimentações modificadas deliberadamente. Seu esforço é no sentido de chegar à correspondência com a realidade - ou seja, com aquilo que existe fora de nós e independentemente de nós, e, segundo nos ensinou a experiência, é decisivo para a satisfação ou a decepção de nossos desejos. A essa correspondência com o mundo externo real chamamos de ‘verdade’. Permanece este o objetivo do trabalho científico, ainda que deixemos de considerar o valor prático desse trabalho. Quando, portanto, a religião afirma poder tomar o lugar da ciência, que, por ser benéfica e porque dignifica, também deve ser verdadeira, isto realmente é uma intromissão que deve ser repelida em nome dos mais elevados interesses. É pedir demais a uma pessoa que aprendeu a conduzir seus assuntos comuns de acordo com as regras da experiência e, respeitando a realidade, sugerir-lhe que ceda o cuidado daquilo que constitui precisamente seus mais íntimos interesses a uma instância que se arroga o privilégio de estar isenta das regras do pensar racional. E, relativamente à proteção prometida pela religião a seus crentes, penso que nenhum de nós estaria disposto a entrar num automóvel se o motorista nos anuncia que ele, desdenhando as

regras do trânsito, dirige segundo os arroubos de sua imaginação desenfreada.

A proibição do pensamento, estabelecida pela religião para assegurar sua autopreservação, também está longe de ser isenta de perigos, seja para o indivíduo, seja para a sociedade humana. A experiência analítica nos ensinou que uma proibição como esta, embora originalmente limitada a apenas uma determinada área, tende a alastrar-se e, daí, a se tornar causa de graves inibições na conduta de vida da pessoa. Pode-se observar esse resultado também no sexo feminino, conseqüente à proibição que lhe é feita de relacionar-se com qualquer coisa concernente à sua sexualidade, ainda que em pensamento. As biografias podem mostrar os danos causados pela inibição religiosa do pensamento, na história da vida de quase todas as pessoas célebres do passado. Por outro lado, o intelecto - ou chamemo-lo pelo nome que nos é familiar, a razão - está entre os poderes que mais esperamos vir a exercer uma influência unificadora sobre os homens - sobre os homens que são tão difíceis de manter unidos e tão difíceis de governar. Pode-se imaginar como seria impossível existir a sociedade humana, se cada pessoa simplesmente tivesse a sua tabuada particular para multiplicar e suas próprias medidas para aferir comprimento e peso. Nossa maior esperança para o futuro é que o intelecto - o espírito científico, a razão - possa, com o decorrer do tempo, estabelecer seu domínio sobre a vida mental do homem. A natureza da razão é uma garantia de que, depois, ela não deixará de dar aos impulsos emocionais do homem, e àquilo que estes determinam, a posição que merecem. A compulsão comum exercida por um tal domínio da razão, contudo, provará ser o mais forte elo de união entre os homens e mostrará o caminho para uniões subseqüentes. Tudo aquilo que, à semelhança das proibições da religião contra o pensamento, se opõe a uma evolução nesse sentido, é um perigo para o futuro da humanidade.

Pode-se, então, perguntar por que a religião não põe um fim a essa controvérsia, que é tão sem esperança para ela, declarando francamente: 'Realmente não posso dar-lhes o que comumente é chamado de "verdade"; se a querem, apeguem-se à ciência. Mas o que tenho a oferecer-lhes é algo incomparavelmente mais belo, mais consolador e mais elevado do que tudo o que podem conseguir da ciência. E, por causa disso, digo-lhes que é verdadeiro, num outro sentido, mais elevado.' É fácil encontrar a resposta para isto. A religião não pode admitir tal coisa, porque senão implicaria a perda de toda a sua influência sobre a massa da humanidade. O homem comum conhece apenas uma espécie de verdade, no sentido corrente da palavra. Não consegue imaginar o que possa ser uma verdade, assim como a morte, não admite graus de comparação; e não consegue acompanhar o salto que vai do belo ao verdadeiro. Talvez os senhores pensem, como eu, que ele está com a razão, a esse respeito.

A luta, pois, não chegou ao fim. Os adeptos da *Weltanschauung* religiosa agem segundo o velho ditado: a melhor defesa é o ataque. Dizem eles: 'O que é essa ciência que se atreve a desacreditar nossa religião - nossa religião que trouxe a salvação e o consolo a milhões de pessoas durante muitos milhares de anos? O que a ciência realizou até agora? Que podemos esperar dela, no futuro? Ela própria admite ser incapaz de proporcionar consolo e alegria.

Mas deixemos isto de lado, embora não constitua uma renúncia fácil. Agora, de suas teorias, o que dizer? Pode a ciência dizer-nos como se fez o universo e que destino nos espera? Pode, ao menos, dar-nos um quadro coerente do universo, ou mostrar-nos onde haveremos de procurar os fenômenos inexplicados da vida, ou como as forças da mente são capazes de agir sobre a matéria inerte? Se ela pudesse fazer isto, não lhe recusaríamos o nosso respeito. No entanto, pelo contrário, nenhum problema desse tipo foi solucionado por ela, até hoje. Dá-nos fragmentos de supostas descobertas, as quais não consegue tornar coerentes entre si; coleciona observações de constâncias no curso dos eventos que dignifica com o nome de leis e as submete a suas perigosas interpretações. E pensem no reduzido grau de certeza que ela confere a seus achados! Tudo o que ela ensina é provisoriamente verdadeiro: o que hoje é valorizado como a mais alta sabedoria, amanhã será rejeitado e substituído por alguma outra coisa, embora também esta seja apenas uma tentativa. O último erro é, então, qualificado como a verdade. E é por essa verdade que devemos sacrificar nosso bem máximo!

Senhoras e senhores, espero que, na medida em que os senhores mesmos são adeptos da *Weltanschauung* científica, que é atacada nessas palavras, não se deixarão abalar tão profundamente por essas críticas. E aqui eu gostaria de lhes recordar o comentário que certa vez circulou pela Áustria imperial. O idoso cavalheiro, de certa feita, gritou na comissão de um partido do parlamento que lhe causava embaraços: ‘Isto não é jamais uma oposição verdadeira! É oposição *facciosa!*’ De modo parecido, conforme os senhores reconhecerão, as acusações contra a ciência, de ainda não ter resolvido os problemas do universo, são exageradas de forma injusta e maliciosa; de fato, ela ainda não teve tempo suficiente para essas grandes realizações. A ciência é muito nova - é uma atividade humana que se desenvolveu tardiamente. Recordemos, escolhendo apenas algumas datas, que se passaram apenas uns trezentos anos desde que Kepler descobriu as leis do movimento dos planetas, que a vida de Newton, que decompôs a luz nas cores do espectro e estabeleceu a teoria da gravitação, findou em 1727 - isto é, há pouco mais de duzentos anos -, e que Lavoisier descobriu o oxigênio um pouco antes da Revolução Francesa. A vida de um indivíduo é muito curta em comparação com a duração da evolução humana; eu posso ser um homem muito velho, atualmente, não obstante, já era nascido quando Darwin publicou seu livro sobre a origem das espécies. Naquele mesmo ano, 1859, nasceu Pierre Curie, o descobridor do rádio. E se os senhores retrocederem ainda mais, no tempo, para os começos da ciência exata entre os gregos, para Arquimedes, para Aristarco de Samos (cerca de 250 a.C.), que foi o precursor de Copérnico, ou até para os primórdios da astronomia entre os babilônios, terão apenas percorrido uma diminuta fração da extensão de tempo que os antropólogos requerem para a evolução do homem, desde a forma semelhante à do macaco, e que certamente abrange mais de cem mil anos. E não devemos esquecer que o último século trouxe tal quantidade de descobertas novas, tão grande aceleração do progresso científico, que temos toda a razão ao olhar com confiança o futuro da ciência.

Em certa medida, devemos admitir serem corretas as outras críticas. A marcha da ciência é realmente lenta, hesitante, laboriosa. Esse fato não pode ser negado, nem modificado. Não admira, pois, que os cavaleiros do outro lado estejam insatisfeitos. Eles estão espoliados: a revelação facilitava-lhes as coisas. O progresso no trabalho científico é o mesmo que se dá numa análise. Trazemos para o trabalho as nossas esperanças, mas estas necessariamente devem ser contidas. Mediante a observação, ora num ponto, ora noutra, encontramos alguma coisa nova; mas, no início, as peças não se completam. Fazemos conjecturas, formulamos hipóteses, as quais retiramos quando não se confirmam, necessitamos de muita paciência e vivacidade em qualquer eventualidade, renunciemos às convicções precoces, de modo a não sermos levados a negligenciar fatores inesperados, e, no final, todo o nosso dispêndio de esforços é recompensado, os achados dispersos se encaixam mutuamente, obtemos uma compreensão interna (*insight*) de toda uma parte dos eventos mentais, temos completado o nosso trabalho e, então, estamos livres para o próximo trabalho. Na análise, porém, temos de prescindir da ajuda fornecida à pesquisa, mediante a experimentação.

Existe, ademais, uma boa dose de exagero nessas críticas à ciência. Não é fato procedente que ela cambaleia, cega, de um a outro experimento, que substitui um erro por outro. Via de regra, trabalha como um escultor no seu modelo de argila, o qual, incansável, modifica o esboço primitivo, remove, acrescenta, até chegar àquilo que sente ser um satisfatório grau de semelhança com o objeto que vê ou imagina. Além do mais, ao menos nas ciências mais antigas e maduras, existe, ainda hoje em dia, um sólido fundamento que é somente modificado e aperfeiçoado, não mais demolido, contudo. As coisas não vão tão mal assim nos domínios da ciência.

E, afinal, qual é o objetivo dessas apaixonadas depreciações cometidas à ciência? Apesar de ser atualmente incompleta, apesar das dificuldades que isto representa, ela continua indispensável para nós, e nada pode tomar o seu lugar. É capaz de melhoramentos jamais sonhados, ao passo que a *Weltanschauung* religiosa não o é. Esta está completa em todas as suas partes essenciais; se ela foi um erro, assim deve ser, para sempre. Nenhum menosprezo à ciência pode de algum modo alterar o fato de que ela está procurando levar em conta nossa dependência do mundo externo real, ao passo que a religião é uma ilusão e deriva sua força da sua presteza em ajustar-se aos nossos impulsos instintuais plenos de desejos.

Sinto-me na obrigação de prosseguir e tratar de outras *Weltanschauungen* que estão em oposição à científica; faço-o, porém, com relutância, pois sei que não tenho competência suficiente para julgá-las. Assim, lembrem-se dessa cláusula minha ao ouvirem os comentários que se seguem e, se o seu interesse foi despertado, devem procurar melhores informações em outras obras.

Devo mencionar, aqui, primeiramente, os diversos sistemas filosóficos que se aventuraram a traçar um quadro do universo, tal como se reflete na mente dos pensadores que, na sua maior parte, já se foram deste mundo. Já procurei dar uma descrição geral das características da filosofia, ver em [[1]], e de seus métodos, e, para fazer uma avaliação dos diferentes sistemas, provavelmente estou tão despreparado como poucas pessoas estiveram. Assim, convida-os-ei a que me acompanhem ao passarmos a considerar dois outros fenômenos que, mormente em nossos dias, é impossível negligenciar.

A primeira dessas *Weltanschauungen* é como se fosse um equivalente do anarquismo político, e talvez seja um derivado deste. Por certo houve nihilistas intelectuais dessa espécie, no passado; mas, justamente agora, a teoria da relatividade da física moderna parece ter-lhes subido à cabeça. Eles partem da ciência, é um fato, mas se empenham em forçá-la à auto-anulação, ao suicídio; propõem-lhe a tarefa de ela própria abandonar o seu caminho refutando, ela própria, as suas reivindicações. Tem-se, amiúde, a impressão de que, a esse respeito, o nihilismo é apenas uma atitude temporária, a ser mantida até que essa tarefa se tenha concretizado. Uma vez eliminada a ciência, o espaço vago pode ser preenchido por algum tipo de misticismo ou, de algum modo, pela antiga *Weltanschauung* religiosa. Segundo a teoria anarquista, a verdade não existe, não há conhecimento seguro do mundo externo. O que proclamamos como verdade científica é apenas produto de nossas próprias necessidades, tal como estas hão de se expressar sob condições externas mutáveis; ou seja, também são ilusões. Fundamentalmente, encontramos somente aquilo de que necessitamos e vemos apenas o que queremos ver. Não temos outra possibilidade. De vez que está ausente o critério de verdade - correspondência com o mundo externo -, não importa, em absoluto, que opiniões adotamos. Todas elas são igualmente verdadeiras e igualmente falsas. E ninguém tem o direito de acusar outrem de erro.

Uma pessoa inclinada à epistemologia poderia sentir-se tentada a seguir os caminhos - os sofismas - pelos quais os anarquistas conseguem arrancar à ciência semelhantes conclusões. Sem dúvida, devemos encontrar situações similares àquelas derivadas do conhecido paradoxo do cretense, que diz que todos os cretenses são mentirosos. Não tenho, todavia, o desejo nem a capacidade de me aprofundar mais nisto. Tudo quanto posso dizer é que a teoria anarquista soa como sendo maravilhosamente superior enquanto se refere a opiniões sobre coisas abstratas: desmorona ao primeiro passo que dá na vida prática. Ora, as ações do homem são governadas por suas opiniões, por seu conhecimento; e é o mesmo espírito científico que especula acerca da estrutura dos átomos, ou acerca da origem do homem, e que planeja a construção de uma ponte capaz de suportar uma carga. Se isso em que acreditamos fosse realmente coisa sem importância, se não houvesse aquilo que se chama conhecimento, e que se diferencia dentre nossas opiniões por corresponder à realidade, poderíamos construir pontes tanto com papelão, como com pedras, poderíamos injetar em

nossos pacientes um decagrama de morfina, em vez de um centigrama, e poderíamos usar gás lacrimogêneo como anestésico, em lugar de éter. Mas os próprios anarquistas intelectuais rejeitariam tais aplicações práticas de sua teoria.

Já essa outra oposição deve ser levada mais a sério, e, nesse caso, sinto o mais vivo pesar pela insuficiência das minhas informações. Penso que a respeito desse assunto os senhores sabem mais do que eu; penso que há muito tempo os senhores assumiram sua posição em relação ao marxismo, a favor ou contra. As investigações de Karl Marx sobre a estrutura econômica da sociedade e sobre a influência de diferentes sistemas econômicos em todos os setores da vida humana adquiriram inegável autoridade nos dias atuais. Em que medida os seus pontos de vista, em seus detalhes, estão corretos ou são errôneos, não posso dizer, naturalmente. Compreendo que esse assunto não é fácil sequer para outros mais bem instruídos do que eu. Existem assertivas nas teorias de Marx que me pareceram estranhas: como a afirmação de que o desenvolvimento de formas de sociedade é um processo histórico natural, que as mudanças na estratificação social surgem umas das outras segundo um processo dialético. Não estou nada seguro de estar compreendendo corretamente essas assertivas; e não me parecem 'materialistas' mas, antes, semelhantes ao precipitado da obscura filosofia hegeliana, em cuja escola Marx se formou. Não sei como posso desembaraçar-me da minha opinião leiga segundo a qual a estrutura de classes da sociedade remonta às lutas que, desde o começo da história, se desenrolaram entre hordas humanas muito pouco diferentes umas das outras. As diferenças sociais, assim pensava eu, foram originalmente diferenças entre clãs ou raças. A vitória era decidida por fatores psicológicos, como a quantidade de agressividade constitucional, contudo também pela firmeza da organização dentro da horda e por fatores materiais, como a posse de armas superiores. Vivendo juntos na mesma área, os vitoriosos tornavam-se os senhores e os vencidos se tornavam os escravos. Não há como ver nisto sinais de uma lei natural ou de uma evolução conceitual [dialética]. Por outro lado, é inequívoca a influência exercida sobre as relações sociais da humanidade pelo progressivo controle das forças da natureza. Pois os homens sempre colocam seus instrumentos de poder recentemente adquiridos a serviço de sua agressividade e usam-nos contra os outros homens. A descoberta dos metais - bronze e ferro - pôs fim a épocas inteiras de civilização e às respectivas instituições sociais. Realmente acredito que foram a pólvora e as armas de fogo que aboliram a cavalaria e o governo aristocrático, e que o despotismo russo já fora condenado antes de perder a guerra, porque não havia casamentos entre famílias reais da Europa que pudessem produzir uma raça de czares capaz de fazer frente à força explosiva da dinamite.

Com efeito, é possível que com a nossa atual crise econômica, que sucedeu a grande guerra, estejamos apenas pagando o preço de nossa última e extraordinária vitória sobre a natureza, a conquista do ar. Isso não parece muito esclarecedor, mas pelo menos os primeiros elos da cadeia são claramente reconhecíveis. A política inglesa baseava-se na

segurança que lhe era garantida pelos mares que banham as costas da Inglaterra. No momento em que Blériot, no seu aeroplano, transpôs o Canal da Mancha, esse isolamento protetor foi rompido; e na noite durante a qual (em época de paz e em exercício) um zepelim alemão cruzou sobre Londres, a guerra contra a Alemanha sem dúvida era uma conclusão antecipada. E não se deve esquecer, em relação a isto, a ameaça dos submarinos alemães.

Tenho alguma vergonha de comentar para os senhores um assunto de tamanha importância e complexidade, com essas poucas observações inadequadas, e também sei que não lhes disse nada novo. Simplesmente quero chamar-lhes a atenção para o fato de que a relação da humanidade para com o seu controle da natureza, do qual os homens derivam suas armas para lutar contra seus semelhantes, deve também, necessariamente, afetar suas instituições econômicas. Parece que nos afastamos muito do problema de uma *Weltanschauung*, mas haveremos de retornar a ele, muito em breve. A força do marxismo está, evidentemente, não em sua visão da história, ou nas profecias do futuro baseadas nela, mas sim na arguta indicação da influência decisiva que as circunstâncias econômicas dos homens têm sobre as suas atitudes intelectuais, éticas e artísticas. Com isso foram descobertas numerosas correlações e implicações, que anteriormente haviam sido quase totalmente negligenciadas. Não se pode, contudo, supor que os motivos econômicos sejam os únicos que determinam o comportamento dos seres humanos em sociedade. O fato inquestionável de que indivíduos, raças e nações diferentes se conduzem de forma diferente, sob as mesmas condições econômicas, por si só é bastante para mostrar que os motivos econômicos não são os únicos fatores dominantes. É completamente incompreensível como os fatores psicológicos podem ser desprezados, ali onde o que está em questão são as reações dos seres humanos vivos; pois não só essas reações concorreram para o estabelecimento das condições econômicas, mas até mesmo apenas sob o domínio dessas condições é que os homens conseguem pôr em execução seus impulsos instintuais originais - seu instinto de autopreservação, sua agressividade, sua necessidade de serem amados, sua tendência a obter prazer e evitar desprazer. Em uma pesquisa anterior, também assinalei as importantes reivindicações feitas pelo superego, que representa a tradição e os ideais do passado e que, por certo tempo, resistirá aos estímulos de uma situação econômica nova. E, finalmente, não devemos esquecer que a massa de seres humanos sujeitos às necessidades econômicas também sofre o processo de desenvolvimento cultural - de civilização, como diriam outras pessoas - o qual, embora sem dúvida influenciado por todos os outros fatores, é, por certo, independente deles em sua origem, sendo comparável a um processo orgânico e provavelmente capaz de, por seu lado, exercer uma influência sobre os outros fatores. Ele desloca os objetivos instintuais e faz com que as pessoas se tornem adversárias daquilo que anteriormente tinham tolerado. O fortalecimento progressivo do espírito científico, ademais, parece formar parte essencial desse processo. Estivesse alguém em condições de mostrar detalhadamente a maneira como esses diferentes fatores - a disposição humana geral, herdada, suas variações raciais e suas transformações culturais - se inibem e se estimulam uns aos outros sob as condições de categoria social, profissão e capacidade de realização; se alguém fosse capaz de fazê-lo, teria suplementado o marxismo de modo que este se teria tornado autêntica

ciência social. Pois também a sociologia, lidando, como é de seu ofício, com o comportamento das pessoas em sociedade, não pode ser senão psicologia aplicada. Estritamente falando, só há duas ciências: psicologia pura ou aplicada, e ciência natural.

A recente descoberta da importância extraordinária das relações econômicas trouxe consigo a tentação de não deixar que as alterações nelas ficassem entregues ao curso do desenvolvimento histórico, mas sim, de pô-las em execução pela ação revolucionária. O marxismo teórico, tal como foi concebido no bolchevismo russo, adquiriu a energia e o caráter auto-suficiente de uma *Weltanschauung*; contudo, adquiriu, ao mesmo tempo, uma sinistra semelhança com aquilo contra o que está lutando. Embora sendo originalmente uma parcela da ciência, e construído, em sua implementação, sobre a ciência e a tecnologia, criou uma proibição para o pensamento que é exatamente tão intolerante como o era a religião, no passado. Qualquer exame crítico do marxismo está proibido, dúvidas referentes à sua correção são punidas, do mesmo modo que uma heresia, em outras épocas, era punida pela Igreja Católica. Os escritos de Marx assumiram o lugar da Bíblia e do Alcorão, como fonte de revelação, embora não parecessem estar mais isentos de contradições e obscuridades do que esses antigos livros sagrados.

Embora o marxismo prático tenha varrido impiedosamente todos os sistemas idealísticos e as ilusões, ele próprio desenvolveu ilusões que não são menos questionáveis e merecedoras de desaprovação do que as anteriores. Ele espera, no curso de algumas gerações, de tal modo alterar a natureza humana, que as pessoas viverão juntas quase sem atrito na nova ordem da sociedade e que elas assumirão as tarefas do trabalho sem qualquer coerção. Nesse meio-tempo, ele muda para algum outro setor as restrições instintuais que são essenciais na sociedade; desvia para o exterior as tendências agressivas que ameaçam todas as comunidades humanas e apóia-se na hostilidade do pobre contra o rico e na hostilidade daquele que até então esteve impotente contra os governantes anteriores. Mas uma transformação da natureza humana, como esta que pretende, é altamente improvável. O entusiasmo com que a massa do povo segue a instigação bolchevista, atualmente, enquanto a nova ordem está incompleta e ameaçada de fora, não oferece nenhuma certeza para um futuro no qual estaria completamente construída e isenta de perigos. Exatamente da mesma forma como a religião, o bolchevismo deve também oferecer aos seus crentes determinadas compensações pelos sofrimentos e privações de sua vida atual, mediante promessas de um futuro melhor, em que não haverá mais qualquer necessidade insatisfeita. Esse paraíso, no entanto, tem de ser nesta vida, ser instituído sobre a terra e ser descerrado num tempo previsível. Convém lembrar, contudo, que também os judeus, cuja religião nada sabe de uma vida após a morte, esperavam a chegada de um Messias sobre a terra, e que a Idade Média cristã, muitas vezes, acreditava que o Reino de Deus estava próximo.

Não há dúvida quanto à maneira como o bolchevismo responderá a essas objeções. Dirá que, como por enquanto a natureza dos homens ainda não se transformou, é necessário empregar os meios que os atingem, hoje em dia. É impossível prescindir da coerção para

que se eduquem, ou prescindir da proibição contra o pensamento, ou prescindir do emprego da força, ao ponto de derramar sangue; e se não fossem despertadas neles as ilusões, não se poderia levá-los a concordar com essa coerção. E seríamos educadamente solicitados a dizer como é que as coisas poderiam ser manejadas de outra maneira. Isto nos derrotaria. Eu não poderia pensar em conselho algum a dar. Eu admitiria que as condições desse experimento haveriam dissuadido a mim e aos meus semelhantes de empreendê-lo; não somos, porém, as únicas pessoas a considerar. Existem homens de ação, inabaláveis em suas convicções, inacessíveis à dúvida, destituídos de sentimentos pelo sofrer dos outros que se opõem às suas intenções. É a homens dessa espécie que temos de agradecer o fato de que o terrível experimento de produzir uma nova ordem desse tipo esteja sendo posto em prática, atualmente, na Rússia. Numa época em que as grandes nações anunciam que esperam a salvação apenas da manutenção da fé cristã, a revolução na Rússia - apesar de todos os seus detalhes desagradáveis - assemelha-se, não obstante, com uma mensagem de futuro melhor. Infelizmente nem o nosso ceticismo, nem a fé fanática do outro lado fornecem uma indicação de como será o desfecho desse experimento. O futuro no-lo dirá; talvez venha a mostrar-nos que o experimento foi empreendido prematuramente, que uma modificação radical da ordem social tem escassas perspectivas de êxito até o momento em que novas descobertas tiverem aumentado nosso controle sobre as forças da natureza e, dessa forma, tiverem tornado mais fácil a satisfação de nossas necessidades. Talvez somente então se tornaria possível que uma nova ordem social não só dê um fim às necessidades materiais das massas, como também se disponha a ouvir as exigências culturais do indivíduo. Mesmo então, na realidade ainda teremos de lutar, durante um tempo incalculável, com as dificuldades que o caráter indomável da natureza humana apresenta a qualquer espécie de comunidade social.

Senhoras e senhores: permitam-me que, para concluir, eu resuma o que tinha a dizer sobre a relação da psicanálise com a questão de uma *Weltanschauung*. Em minha opinião, a psicanálise é incapaz de criar uma *Weltanschauung* por si mesma. A psicanálise não precisa de uma *Weltanschauung*; faz parte da ciência e pode aderir à *Weltanschauung* científica. Esta, porém, dificilmente merece um nome tão grandiloquente, pois não é capaz de abranger tudo, é muito incompleta e não pretende ser auto-suficiente e construir sistemas. O pensamento científico ainda é muito novo entre os seres humanos; ainda são muitos os grandes problemas que até agora não conseguiu solucionar. Uma *Weltanschauung* erigida sobre a ciência possui, excetuada a sua ênfase no mundo externo real, principalmente traços negativos, tais como a submissão à verdade e a rejeição às ilusões. Todo semelhante nosso que está insatisfeito com essa situação, que exige mais do que isso para seu consolo momentâneo, haverá de procurá-lo onde o possa encontrar. Não o levaremos a mal, não podemos ajudá-lo, mas nem podemos, por causa disso, pensar de modo diferente.

A AQUISIÇÃO E O CONTROLE DO FOGO (1932 [1931])

NOTA DO EDITOR INGLÊS

ZUR GEWINNUNG DES FEUERS

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1932 *Imago*, 18 (1), 8-13.

1932 *Almanach* 1933, 28-35.

1934 *G. S.*, 12, 141-7.

1950 *G. W.*, 16, 3-9.

(b) TRADUÇÕES INGLESAS:

‘The Acquisition of Fire’

1932 *Psychoan. Quart.*, 1 (2), 210-15. (Trad. de E. B. Jackson.)

“The Acquisition of Power over Fire’

1932 *Int. J. Psycho-Anal.*, 13, (4) 405-10. (Trad. de Joan Riviere)

1950 *C. P.*, 5, 288-94. (Reimpressão revista da anterior.)

A presente tradução inglesa, com título alterado, é uma versão modificada da publicada em 1950.

Este artigo parece ter sido escrito no último mês de 1931 (Jones, 1957, 177).

A correlação entre fogo e micção, que é o aspecto central deste estudo sobre o mito de Prometeu, há muito tempo era assunto familiar a Freud. Proporciona a chave para a análise do primeiro sonho no caso clínico de ‘Dora’ (1905e [1901]), Edição *Standard* Brasileira, Vol. VII, pág. 61 e segs., IMAGO Editora, 1972, e reaparece, mais uma vez, na análise bem posterior do ‘Homem dos Lobos’ (1918b) [1914]), *ibid.*, Vol. XVII, pág. 116, IMAGO Editora, 1976. Em ambos esses casos, o tópico enurese está envolvido, e este se liga a uma linha principal do presente artigo - a estreita associação, fisiológica e psicológica, entre as duas funções do pênis, ver em ([1]). Esse aspecto também possui uma longa história, que se encontra nos escritos anteriores de Freud, de vez que igualmente está comentado, de forma explícita, na análise de ‘Dora’ (*ibid.*, Vol. VII, pág. 29). E já anteriormente, em uma carta a Fliess, em 27 de setembro de 1898, Freud declarara que ‘uma criança que regularmente urina na cama até os sete anos..., deve ter experimentado excitação sexual na infância’ (Freud, 1950a, Carta 97). Repetidamente insisti, em diversas ocasiões, na equivalência entre enurese e masturbação, assim por exemplo: no caso ‘Dora’, Edição *Standard* Brasileira, Vol. VII, págs. 76-7, IMAGO Editora, 1972; nos *Três Ensaio*s (1905d), *ibid.*, pág. 195; no artigo sobre os ataques histéricos (1909a), *Standard Ed.*, 9, 233, e, bem posteriormente, em ‘A Dissolução do Complexo de Édipo’ (1924d), Edição *Standard* Brasileira, Vol. XIX, pág. 219, IMAGO Editora, 1976, e no artigo sobre a diferença anatômica entre os sexos (1925j), *ibid.*, Vol. XIX, pág. 311.

Outra correlação referente ao erotismo uretral, na área da formação do caráter, não é mencionada neste artigo, embora apareça em uma nota de rodapé, em *O Mal-Estar na Civilização* (1930a), *ibid.*, Vol. XXI, págs. 109-10, IMAGO Editora, 1974, de que este artigo é uma ampliação. A relação entre erotismo uretral e ambição foi assinalada explicitamente, pela primeira vez, em ‘Character and Anal Erotism’ (1908b), *Standard Ed.*, 9, 175; contudo, algo muito semelhante, sua conexão com sentimentos de grandeza e megalomania, tinha sido abordada em duas passagens de *A Interpretação de Sonhos* - (1900a), Edição *Standard* Brasileira, Vol. IV, pág. 231, e Vol. V, pág. 501, IMAGO

Editora, 1972, na última das quais aparece casualmente o assunto referente à extinção do fogo. A conexão com a ambição foi objeto de uma alusão, feita de passagem, uma ou duas vezes, posteriormente, e foi mencionada bem mais extensamente, logo após o surgimento do presente artigo, na Conferência XXXII das *Novas Conferências Introdutórias* (1933a), ver em [1].

A AQUISIÇÃO E O CONTROLE DO FOGO

Em meu trabalho *O Mal-Estar na Civilização* [1930a], em nota de rodapé, mencionei, embora apenas de passagem, uma conjetura que se poderia formular, com base em material psicanalítico, a respeito da fundamental aquisição humana do controle sobre o fogo. Sou levado a mais uma vez retomar o tema em virtude da contestação feita por Albrecht Schaeffer (1930) e da surpreendente referência de Erlenmeyer, no artigo precedente, à lei mongol contra ‘mijar nas cinzas’.

Pois eu penso que a minha hipótese - de que, com a finalidade de conseguir controle sobre o fogo, os homens tiveram de renunciar ao desejo, mesclado de homossexualismo, de apagá-lo com um jato de urina - pode ser confirmada mediante uma interpretação do mito grego de Prometeu, contanto que tenhamos em mente as distorções que se deve esperar ocorram na transição dos fatos ao conteúdo de um mito. Essas distorções são da mesma espécie, e não piores, que aquelas que reconhecemos diariamente, quando reconstruímos a partir dos sonhos dos pacientes as experiências de sua infância reprimidas, porém extremamente importantes. Os mecanismos utilizados nas distorções a que me refiro são a representação simbólica e a transformação no oposto. Não me arriscaria a explicar dessa forma todos os aspectos de nosso mito; excetuando o conjunto de fatos originais, outras ocorrências subseqüentes podem ter contribuído para o seu conteúdo. Os elementos que comportam interpretação analítica, contudo, são, afinal, os mais surpreendentes e importantes, ou seja: a maneira pela qual Prometeu transportou o fogo, as características desse ato (um ultraje, um roubo, um logro contra os deuses) e a significação do seu castigo.

O mito conta-nos que Prometeu, o titã, herói cultural que era ainda um deus e que originalmente talvez fosse mesmo um demiurgo e criador de homens, trouxe o fogo aos homens, tendo-o roubado aos deuses e escondendo-o num pau oco, um caule de funcho. Se estivéssemos interpretando um sonho, tenderíamos a considerar esse objeto como um símbolo do pênis, embora o acento incomum que se coloca no fato de ser oco nos faça hesitar. Mas, como podemos correlacionar tal tubo-pênis com a preservação do fogo?

Parece difícil fazer essa correlação, até que nos lembramos do uso da inversão, da transformação no contrário, da inversão da relação, que é tão comum nos sonhos e que tantas vezes nos oculta o seu significado. O que um homem contém no seu tubo-pênis não é o fogo. Pelo contrário, é o meio de *apagar* o fogo; é a água do seu jato de urina. Essa relação entre fogo e água então entra em conexão com uma grande quantidade de material analítico conhecido.

Em segundo lugar, a aquisição do fogo constituiu um crime; foi realizada mediante roubo ou furto. Esse aspecto é constante em todas as lendas sobre a aquisição do controle do fogo. É encontrado entre os povos mais diversos e espalhados pelas mais distantes regiões, e não apenas no mito grego de Prometeu, o Portador do Fogo. Aqui deve estar, por conseguinte, um conteúdo essencial das lembranças distorcidas da humanidade. Logo, por que a aquisição do fogo está em conexão inseparável com a idéia de crime? Quem é que foi insultado ou defraudado com isto? O mito de Prometeu, em Hesíodo, dá-nos uma resposta direta; pois, numa outra história, não diretamente relacionada ao fogo, Prometeu dispôs os sacrifícios aos deuses de tal forma que os homens levavam vantagem sobre Zeus. São os deuses, portanto, que são defraudados. Sabemos que, nos mitos, aos deuses é garantida a satisfação de todos os desejos a que as criaturas humanas têm de renunciar, tal como constatamos no caso do incesto. Falando em termos analíticos, diríamos que a vida instintual - o id - é o deus que é defraudado quando se renuncia à extinção do fogo: na lenda, o desejo humano transforma-se em privilégiodivino. No entanto, na lenda, a divindade não possui nada das características do superego, ainda representa a vida soberana dos instintos.

A transformação no oposto está mais radicalmente representada num terceiro aspecto da lenda, na punição do Portador do Fogo. Prometeu foi acorrentado a um rochedo, e todos os dias um abutre vinha comer-lhe uma parte do fígado. Também nas lendas referentes ao fogo, em outros povos, entra em cena um pássaro, que deve ter algo a ver com o assunto; mas, por enquanto, não tentarei uma interpretação. Por outro lado, sentimo-nos em chão firme quando se trata de explicar por que o fígado foi escolhido como o local do castigo. Em épocas primitivas, o fígado era considerado a sede de todas as paixões e desejos; daí, uma punição como a de Prometeu ter sido a correta para um criminoso que se deixara arrastar pelo instinto, que havia cometido uma ofensa sob a instigação de maus desejos. Contudo, justamente o oposto é o que se verifica com o Portador do Fogo: ele renunciara a um instinto e tinha mostrado quão benéfica e, ao mesmo tempo, quão indispensável era essa renúncia, para os propósitos da civilização. E por que a lenda haveria de retratar um efeito que era um benefício para a civilização como sendo um crime que merecia castigo? Ora, se, malgrado todas as distorções, transparece o fato de que a aquisição do controle do fogo pressupõe uma renúncia instintual, a lenda pelo menos não mantém em segredo o ressentimento que o herói cultural não deixaria de suscitar nos homens movidos pelos instintos. E isto está de acordo com o que sabemos e esperamos. Sabemos que a exigência de renunciar ao instinto e a coerção dessa exigência despertam hostilidade e agressividade, que só se transformam em sentimento de culpa em uma fase posterior do desenvolvimento psíquico.

A obscuridade da lenda de Prometeu, bem como a de outros mitos do fogo, aumenta com o fato de que o homem primitivo estava fadado a considerar o fogo como algo análogo à paixão do amor - ou, conforme diríamos nós, um símbolo da libido. O calor que se irradia do fogo evoca a mesma sensação que acompanha um estado de excitação sexual, e a forma e os movimentos de uma chama sugerem um falo em atividade. Não pode haver dúvida a respeito da significação mitológica da chama como um falo; temos mais uma prova disto na lenda que refere a origem de Sérvio Túlio, o rei romano. Quando falamos do 'fogo devorador' do amor ou das chamas que 'lambem' - comparando assim o fogo a uma língua - não nos distanciamos do modo de pensar de nossos ancestrais primitivos. Uma das suposições em que baseamos nossa descrição do mito da aquisição do fogo foi, com efeito, a de que o homem primitivo tentou apagar o fogo com sua própria água, e isto teve o significado de uma luta prazerosa com um outro falo.

Provavelmente, através dessa analogia de símbolos, outros elementos de natureza puramente imaginativa se incorporaram ao mito e se mesclaram a seus elementos históricos. É difícil resistir à idéia de que, se o fígado é a sede da paixão, sua importância, simbolicamente, é a mesma que a do fogo; e que, com isso, o caso de ser diariamente devorado e renovado dá um quadro apropriado do comportamento dos desejos eróticos que, embora satisfeitos todos os dias, também revivem todos os dias. A ave que se alimenta do fígado teria, pois, a significação de pênis - significação que não lhe é estranha em outras correlações, de vez que a conhecemos de lendas, sonhos, expressões de linguagem e representações plásticas em tempos primitivos. Um pequeno passo adiante leva-nos à fênix, a ave que, tão logo é consumida pelo fogo, surge rejuvenescida mais uma vez, e que, de preferência e antes de ser uma alusão ao sol que se põe no crepúsculo vespertino a fim de novamente erguer-se, é, muito provavelmente, uma alusão ao pênis que surge revivescido, depois de haver relaxado.

Aqui se pode perguntar se nos é permitido atribuir à atividade mitopoética uma tentativa de dar (ludicamente, digamos assim) uma representação disfarçada para os processos mentais universalmente conhecidos, embora também extremamente interessantes, que se acompanham de manifestações físicas, sem outro motivo que o de um simples prazer de representá-lo. Certamente não podemos dar uma resposta definitiva a essa questão sem havermos apreendido inteiramente a natureza dos mitos: contudo, nos dois exemplos que estamos examinando [o do fígado de Prometeu e o da fênix], é fácil reconhecer o mesmo conteúdo e, com ele, um propósito definido. Cada um deles descreve o revivescimento de desejos libidinais depois de estes terem sido extintos pela saciedade. Ou seja, cada um deles se refere à indestrutibilidade desses desejos; e essa ênfase é particularmente apropriada como consolo, ali, onde o cerne histórico do mito aborda a derrota da vida instintual, com uma renúncia ao instinto que se tornou necessária. É, por assim dizer, a segunda parte de uma reação compreensível do homem primitivo quando este sofreu um golpe em sua vida instintual: após a punição do delinqüente, vem a garantia de que, enfim, no fundo, ele não causou nenhum prejuízo.

Uma inversão ao oposto é inesperadamente encontrada num outro mito que, aparentemente, tem pouca relação com o mito do fogo. A hidra de Lerna, com suas inúmeras cabeças de serpente oscilantes - uma das quais imortal - era, conforme nos diz seu nome, um dragão das águas. Hércules, o herói cultural, lutou com a hidra decepando-lhe as cabeças; estas, porém, sempre cresciam novamente, e só venceu ao monstro depois de ele ter queimado a fogo a sua cabeça imortal. Um dragão aquático vencido pelo fogo - isto por certo não faz sentido. Mas, como sucede em tantos sonhos, o sentido vem à tona se invertermos o conteúdo manifesto. Nesse caso, a hidra é uma fogueira e as cabeças de serpente com seus movimentos sinuosos são as chamas; e estas, como prova de sua natureza libidinal, também aqui mostram, tal como o fígado de Prometeu, o fenômeno do crescimento renovado, do ressurgimento após tentada a sua destruição. Hércules, portanto, extingue essa fogueira com - água. (A cabeça imortal, sem dúvida, é o próprio falo, e sua destruição significa a castração.) Hércules, todavia, também foi o libertador de Prometeu e matou a ave que devorava seu fígado. Não suspeitaríamos de uma correlação mais profunda entre os dois mitos? É como se o feito de um herói fosse compensado pelo feito do outro. Prometeu, assim como a lei mongol, havia proibido a extinção do fogo; Hércules permitiu-a, no caso em que a fogueira ameaçou provocar um desastre. O segundo mito parece corresponder à reação de uma época posterior da civilização aos eventos da aquisição do poder sobre o fogo. Parece que essa linha de abordagem nos possibilita uma maior penetração nos mistérios do mito; mas reconhecidamente essa certeza nos acompanharia por pouco tempo.

Na antítese entre fogo e água, que domina toda a área desses mitos, pode ser demonstrado ainda um terceiro fator, além do fator histórico e do fator da fantasia simbólica. Esse terceiro fator é um fato fisiológico, que o poeta Heine descreve nos seguintes versos:

Was dem Menschen dient zum Seichen
Damit schafft er Seinesgleichen.

O órgão sexual masculino tem duas funções; e existem pessoas para as quais essa duplicidade constitui motivo de desagrado. Serve para o esvaziamento da bexiga e realiza o ato de amor que satisfaz o desejo da libido genital. A criança ainda acredita que pode unir as duas funções. Segundo uma teoria infantil, as crianças são feitas quando o homem urina dentro do corpo da mulher. Entretanto, o adulto sabe que, na realidade, esses atos são mutuamente inconciliáveis - como são incompatíveis o fogo e a água. Quando o pênis se encontra no estado de excitação, que o levou a ser comparado a um pássaro, e enquanto estão sendo experimentadas sensações que sugerem o calor do fogo, a micção é impossível; e, ao contrário, quando o órgão está servindo para eliminar urina (a água do corpo), toda as suas conexões com a função genital parecem ter-se extinguido. A antítese entre as duas funções poderia levar-nos a dizer que o homem apaga o seu próprio fogo com sua própria água. E o homem primitivo, que tinha de compreender o mundo externo com ajuda de suas próprias sensações e estados corporais, certamente não teria deixado de perceber e utilizar as analogias que lhe foram mostradas mediante o comportamento do fogo.

POR QUE A GUERRA? (EINSTEIN E FREUD) (1933 [1932])

NOTA DO EDITOR INGLÊS

WARUM KRIEG?

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1933 Paris: Internationales Institut für Geistige Zusammenarbeit (Völkerbund). 62 págs.

1934 *G. S.*, 12, 349-63. (Apenas com um resumo muito breve da carta de Einstein.)

1950 *G. W.*, 16, 13-27. (Reimpressão da anterior.)

(b) TRADUÇÕES INGLESAS:

Why War?

1933 Paris: Instituto Internacional para Cooperação Intelectual (Liga das Nações). 57 págs. (Trad. de Stuart Gilbert.)

1939 Londres: Peace Pledge Union. 24 págs. (Reimpressão da anterior.)

A presente tradução inglesa da carta de Freud é uma versão corrigida publicada em 1950. A carta de Einstein é incluída aqui com autorização de seus testamentários e, por solicitação destes, é apresentada na versão original inglesa de Stuart Gilbert. Parte do texto alemão da carta de Freud foi publicada em *Psychoanal. Bewegung*, 5 (1933), 207-16. Parte da tradução inglesa de 1933 foi incluída na obra de Rickman, *Civilization, War and Death: Selections from Three Works by Sigmund Freud* (1939), 82-97.

Foi em 1931 que o Instituto Internacional para a Cooperação Intelectual foi instruído pelo Comitê Permanente para a Literatura e as Artes da Liga das Nações a promover trocas de correspondência entre intelectuais de renome ‘a respeito de assuntos destinados a servir aos interesses comuns à Liga das Nações e à vida intelectual’, e a publicar essas cartas periodicamente. Entre os primeiros que o Instituto abordou estava Einstein, e foi ele quem sugeriu o nome de Freud. Assim sendo, em junho de 1932, o secretário do Instituto escreveu a Freud, convidando-o a participar, ao que ele prontamente aceitou. A carta de Einstein chegou-lhe no início de agosto, e sua resposta estava concluída um mês depois. A correspondência foi publicada em Paris, pelo Instituto, em março de 1933, em alemão, francês e inglês, simultaneamente. No entanto, sua circulação foi proibida na Alemanha.

Freud não ficou propriamente entusiasmado com o trabalho e qualificou-o como discussão enfadonha e estéril (Jones, 1957, 187). Einstein e Freud absolutamente nunca foram íntimos um do outro e apenas tiveram um encontro no início de 1927, na casa do filho mais novo de Freud, em Berlim. Em carta a Ferenczi, dando conta do ocorrido, Freud escreveu: ‘Ele entende tanto de psicologia quanto eu entendo de física, de modo que tivemos uma conversa muito agradável.’ (Ibid., 139). Algumas cartas muito amistosas foram trocadas entre os dois, em 1936 e 1939. (Ibid., 217-18 e 259.)

Já anteriormente Freud escrevera sobre o tema da guerra: na primeira seção (‘The Disillusionment of War’) de seu artigo ‘Reflexões para os Tempos de Guerra e Morte’ (1915*b*), escrito logo após o início da primeira guerra mundial. Embora algumas das idéias expressas no presente artigo apareçam no anterior, elas estão mais estreitamente relacionadas às idéias contidas em seus escritos recentes sobre temas sociológicos - *O Futuro de uma Ilusão* (1927*c*) e *O Mal-Estar na Civilização* (1930*a*). Um interesse

especial surge aqui em relação a um desenvolvimento maior de pontos de vista de Freud sobre civilização como ‘processo’, que tinham sido apresentados por ele em diversos tópicos do último desses trabalhos mencionados (por exemplo, no final do Capítulo III, Edição *Standard* Brasileira, Vol. XXI, págs. 117-18, IMAGO Editora, 1974, e na última parte do Capítulo VIII, *ibid.*, pág. 164 e segs.). Também retoma, uma vez mais, o tema do instinto destrutivo, sobre o qual discorrera extensamente nos Capítulos V e VI do mesmo livro, e ao qual haveria de retornar em escritos posteriores. (Cf. a Introdução do Editor Inglês a *O Mal-Estar na Civilização*, *ibid.*, págs. 78-80.)

CARTA DE EINSTEIN

Caputh junto a Potsdam, 30 de julho de 1932

Prezado Professor Freud

A proposta da Liga das Nações e de seu Instituto Internacional para a Cooperação Intelectual, em Paris, de que eu convidasse uma pessoa, de minha própria escolha, para um franco intercâmbio de pontos de vista sobre algum problema que eu poderia selecionar, oferece-me excelente oportunidade de conferenciar com o senhor a respeito de uma questão que, da maneira como as coisas estão, parece ser o mais urgente de todos os problemas que a civilização tem de enfrentar. Este é o problema: Existe alguma forma de livrar a humanidade da ameaça de guerra? É do conhecimento geral que, com o progresso da ciência de nossos dias, esse tema adquiriu significação de assunto de vida ou morte para a civilização, tal como a conhecemos; não obstante, apesar de todo o empenho demonstrado, todas as tentativas de solucioná-lo terminaram em lamentável fracasso.

Ademais, acredito que aqueles cuja atribuição é atacar o problema de forma profissional e prática, estão apenas adquirindo crescente consciência de sua impotência para abordá-lo, e agora possuem um vivo desejo de conhecer os pontos de vistas de homens que, absorvidos na busca da ciência, podem mirar os problemas do mundo na perspectiva que a distância permite. Quanto a mim, o objetivo habitual de meu pensamento não me permite uma

compreensão interna das obscuras regiões da vontade e do sentimento humano. Assim, na indagação ora proposta, posso fazer pouco mais do que procurar esclarecer a questão em referência e, preparando o terreno das soluções mais óbvias, possibilitar que o senhor proporcione a elucidação do problema mediante o auxílio do seu profundo conhecimento da vida instintiva do homem. Existem determinados obstáculos psicológicos cuja existência um leigo em ciências mentais pode obscuramente entrever, cujas inter-relações e filigranas ele, contudo, é incompetente para compreender; estou convencido de que o senhor será capaz de sugerir métodos educacionais situados mais ou menos fora dos objetivos da política, os quais eliminarão esses obstáculos.

Como pessoa isenta de preconceitos nacionalistas, pessoalmente vejo uma forma simples de abordar o aspecto superficial (isto é, administrativo) do problema: a instituição, por meio de acordo internacional, de um organismo legislativo e judiciário para arbitrar todo conflito que surja entre nações. Cada nação submeter-se-ia à obediência às ordens emanadas desse organismo legislativo, a recorrer às suas decisões em todos os litígios, a aceitar irrestritamente suas decisões e a pôr em prática todas as medidas que o tribunal considerasse necessárias para a execução de seus decretos. Já de início, todavia, defronto-me com uma dificuldade; um tribunal é uma instituição humana que, em relação ao poder de que dispõe, é inadequada para fazer cumprir seus veredictos, está muito sujeito a ver suas decisões anuladas por pressões extrajudiciais. Este é um fato com que temos de contar; a lei e o poder inevitavelmente andam de mãos dadas, e as decisões jurídicas se aproximam mais da justiça ideal exigida pela comunidade (em cujo nome e em cujos interesses esses veredictos são pronunciados), na medida em que a comunidade tem efetivamente o poder de impor o respeito ao seu ideal jurídico. Atualmente, porém, estamos longe de possuir qualquer organização supranacional competente para emitir julgamentos de autoridade incontestável e garantir absoluto acatamento à execução de seus veredictos. Assim, sou levado ao meu primeiro princípio; a busca da segurança internacional envolve a renúncia incondicional, por todas as nações, em determinada medida, à sua liberdade de ação, ou seja, à sua soberania, e é absolutamente evidente que nenhum outro caminho pode conduzir a essa segurança.

O insucesso, malgrado sua evidente sinceridade, de todos os esforços, durante a última década, no sentido de alcançar essa meta, não deixa lugar à dúvida de que estão em jogo fatores psicológicos de peso que paralisam tais esforços. Alguns desses fatores são mais fáceis de detectar. O intenso desejo de poder, que caracteriza a classe governante em cada nação, é hostil a qualquer limitação de sua soberania nacional. Essa fome de poder político está acostumada a medrar nas atividades, de um outro grupo, cujas aspirações são de caráter econômico, puramente mercenário. Refiro-me especialmente a esse grupo reduzido, porém decidido, existente em cada nação, composto de indivíduos que, indiferentes às condições e aos controles sociais, consideram a guerra, a fabricação e venda de armas simplesmente como uma oportunidade de expandir seus interesses pessoais e ampliar a sua autoridade pessoal.

O reconhecimento desse fato, no entanto, é simplesmente o primeiro passo para uma avaliação da situação atual. Logo surge uma outra questão: como é possível a essa pequena súcia dobrar a vontade da maioria, que se resigna a perder e a sofrer com uma situação de guerra, a serviço da ambição de poucos? (Ao falar em maioria, não excluo os soldados, de todas as graduações, que escolheram a guerra como profissão, na crença de que estejam servindo à defesa dos mais altos interesses de sua raça e de que o ataque seja, muitas vezes, o melhor meio de defesa.) Parece que uma resposta óbvia a essa pergunta seria que a minoria, a classe dominante atual, possui as escolas, a imprensa e, geralmente, também a Igreja, sob seu poderio. Isto possibilita organizar e dominar as emoções das massas e torná-las instrumento da mesma minoria.

Ainda assim, nem sequer essa resposta proporciona uma solução completa. Daí surge uma nova questão: como esses mecanismos conseguem tão bem despertar nos homens um entusiasmo extremado, a ponto de estes sacrificarem suas vidas? Pode haver apenas uma resposta. É porque o homem encerra dentro de si um desejo de ódio e destruição. Em tempos normais, essa paixão existe em estado latente, emerge apenas em circunstâncias anormais; é, contudo, relativamente fácil despertá-la e elevá-la à potência de psicose coletiva. Talvez aí esteja o ponto crucial de todo o complexo de fatores que estamos considerando, um enigma que só um especialista na ciência dos instintos humanos pode resolver.

Com isso, chegamos à nossa última questão. É possível controlar a evolução da mente do homem, de modo a torná-lo à prova das psicoses do ódio e da destrutividade? Aqui não me estou referindo tão-somente às chamadas massas incultas. A experiência prova que é, antes, a chamada ‘Intelligentzia’ a mais inclinada a ceder a essas desastrosas sugestões coletivas, de vez que o intelectual não tem contato direto com o lado rude da vida, mas a encontra em sua forma sintética mais fácil - na página impressa.

Para concluir: Até aqui somente falei das guerras entre nações, aquelas que se conhecem como conflitos internacionais. Estou, porém, bem consciente de que o instinto agressivo opera sob outras formas e em outras circunstâncias. (Penso nas guerras civis, por exemplo, devidas à intolerância religiosa, em tempos precedentes, hoje em dia, contudo, devidas a fatores sociais; ademais, também nas perseguições a minorias raciais.) Foi deliberada a minha insistência naquilo que é a mais típica, mais cruel e extravagante forma de conflito entre homem e homem, pois aqui temos a melhor ocasião de descobrir maneiras e meios de tornar impossíveis qualquer conflito armado.

Sei que nos escritos do senhor podemos encontrar respostas, explícitas ou implícitas, a todos os aspectos desse problema urgente e absorvente. Mas seria da maior utilidade para nós todos que o senhor apresentasse o problema da paz mundial sob o enfoque das suas mais recentes descobertas, pois umatal apresentação bem poderia demarcar o caminho para novos e frutíferos métodos de ação.

Muito cordialmente,

A. EINSTEIN. Viena, setembro de 1932.

CARTA DE FREUD

Prezado Professor Einstein,

Quando soube que o senhor intencionava convidar-me para um intercâmbio de pontos de vista sobre um assunto que lhe interessava e que parecia merecer o interesse de outros além do senhor, aceitei prontamente. Esperava que o senhor escolhesse um problema situado nas fronteiras daquilo que é atualmente cognoscível, um problema em relação ao qual cada um de nós, físico e psicólogo, pudesse ter o seu ângulo de abordagem especial, e no qual pudéssemos nos encontrar, sobre o mesmo terreno, embora partindo de direções diferentes. O senhor apanhou-me de surpresa, no entanto, ao perguntar o que pode ser feito para proteger a humanidade da maldição da guerra. Inicialmente me assustei com o pensamento de minha - quase escrevi 'nossa' - incapacidade de lidar com o que parecia ser um problema prático, um assunto para estadistas. Depois, no entanto, percebi que o senhor havia proposto a questão, não na condição de cientista da natureza e físico, mas como filantropo: o senhor estava seguindo a sugestão da Liga das Nações, assim como Fridtjof Nansen, o explorador polar, assumiu a tarefa de auxiliar as vítimas famintas e sem teto da guerra mundial. Além do mais, considerei que não me pediam para propor medidas práticas, mas sim apenas que eu delimitasse o problema da evitação da guerra tal como ele se configura aos olhos de um cientista da psicologia. Também nesse ponto, o senhor disse quase tudo o que há a dizer sobre o assunto. Embora o senhor se tenha antecipado a mim, ficarei satisfeito em seguir no seu rasto e me contentarei com confirmar tudo o que o senhor disse, ampliando-o com o melhor do meu conhecimento - ou das minhas conjecturas.

O senhor começou com a relação entre o direito e o poder. Não se pode duvidar de que seja este o ponto de partida correto de nossa investigação. Mas, permita-me substituir a palavra 'poder' pela palavra mais nua e cruaviolência'? Atualmente, direito e violência se

nos afiguram como antíteses. No entanto, é fácil mostrar que uma se desenvolveu da outra e, se nos reportarmos às origens primeiras e examinarmos como essas coisas se passaram, resolve-se o problema facilmente. Perdoe-me se, nessas considerações que se seguem, eu trilhar chão familiar e comumente aceito, como se isto fosse novidade; o fio de minhas argumentações o exige.

É, pois, um princípio geral que os conflitos de interesses entre os homens são resolvidos pelo uso da violência. É isto o que se passa em todo o reino animal, do qual o homem não tem motivo por que se excluir. No caso do homem, sem dúvida ocorrem também conflitos de *opinião* que podem chegar a atingir a mais raras nuances da abstração e que parecem exigir alguma outra técnica para sua solução. Esta é, contudo, uma complicação a mais. No início, numa pequena horda humana, era a superioridade da força muscular que decidia quem tinha a posse das coisas ou quem fazia prevalecer sua vontade. A força muscular logo foi suplementada e substituída pelo uso de instrumentos: o vencedor era aquele que tinha as melhores armas ou aquele que tinha a maior habilidade no seu manejo. A partir do momento em que as armas foram introduzidas, a superioridade intelectual já começou a substituir a força muscular bruta; mas o objetivo final da luta permanecia o mesmo - uma ou outra facção tinha de ser compelida a abandonar suas pretensões ou suas objeções, por causa do dano que lhe havia sido infligido e pelo desmantelamento de sua força. Conseguia-se esse objetivo de modo mais completo se a violência do vencedor eliminasse para sempre o adversário, ou seja, se o matasse. Isto tinha duas vantagens: o vencido não podia restabelecer sua oposição, e o seu destino dissuadiria outros de seguirem seu exemplo. Ademais disso, matar um inimigo satisfazia uma inclinação instintual, que mencionarei posteriormente. À intenção de matar opor-se-ia a reflexão de que o inimigo podia ser utilizado na realização de serviços úteis, se fosse deixado vivo e num estado de intimidação. Nesse caso, a violência do vencedor contentava-se com subjugar, em vez de matar, o vencido. Foi este o início da idéia de poupar a vida de um inimigo, mas a partir daí o vencedor teve de contar com a oculta sede de vingança do adversário vencido e sacrificou uma parte de sua própria segurança.

Esta foi, por conseguinte, a situação inicial dos fatos: a dominação por parte de qualquer um que tivesse poder maior - a dominação pela violência bruta ou pela violência apoiada no intelecto. Como sabemos, esse regime foi modificado no transcurso da evolução. Havia um caminho que se estendia da violência ao direito ou à lei. Que caminho era este? Penso ter sido apenas um: o caminho que levava ao reconhecimento do fato de que a força superior de um único indivíduo, podia-se contrapor a união de diversos indivíduos fracos. *‘L’union fait la force.’* A violência podia ser derrotada pela união, e o poder daqueles que se uniam representava, agora, a lei, em contraposição à violência do indivíduo só. Vemos, assim, que a lei é a força de uma comunidade. Ainda é violência, pronta a se voltar contra qualquer indivíduo que se lhe oponha; funciona pelos mesmos métodos e persegue os mesmos objetivos. A única diferença real reside no fato de que aquilo que prevalece não é mais a violência de um indivíduo, mas a violência da comunidade. A fim de que a transição da violência a esse novo direito ou justiça pudesse ser efetuada, contudo, uma condição

psicológica teve de ser preenchida. A união da maioria devia ser estável e duradoura. Se apenas fosse posta em prática com o propósito de combater um indivíduo isolado e dominante, e fosse dissolvida depois da derrota deste, nada se teria realizado. A pessoa, a seguir, que se julgasse superior em força, haveria de mais uma vez tentar estabelecer o domínio através da violência, e o jogo se repetiria *ad infinitum*. A comunidade deve manter-se permanentemente, deve organizar-se, deve estabelecer regulamentos para antecipar-se ao risco de rebelião e deve instituir autoridades para fazer com que esses regulamentos - as leis - sejam respeitadas, e para superintender a execução dos atos legais de violência. O reconhecimento de uma entidade de interesses como estes levou ao surgimento de vínculos emocionais entre os membros de um grupo de pessoas unidas - sentimentos comuns, que são a verdadeira fonte de sua força.

Acredito que, com isso, já tenhamos todos os elementos essenciais: a violência suplantada pela transferência do poder a uma unidade maior, que se mantém unida por laços emocionais entre os seus membros. O que resta dizer não é senão uma ampliação e uma repetição desse fato.

A situação é simples enquanto a comunidade consiste em apenas poucos indivíduos igualmente fortes. As leis de uma tal associação irão determinar o grau em que, se a segurança da vida comunal deve ser garantida, cada indivíduo deve abrir mão de sua liberdade pessoal de utilizar a sua força para fins violentos. Um estado de equilíbrio dessa espécie, porém, só é concebível teoricamente. Na realidade, a situação complica-se pelo fato de que, desde os seus primórdios, a comunidade abrange elementos de força desigual - homens e mulheres, pais e filhos - e logo, como conseqüência da guerra e da conquista, também passa a incluir vencedores e vencidos, que se transformam em senhores e escravos. A justiça da comunidade então passa a exprimir graus desiguais de poder nela vigentes. As leis são feitas por e para os membros governantes e deixa pouco espaço para os direitos daqueles que se encontram em estado de sujeição. Dessa época em diante, existem na comunidade dois fatores em atividade que são fonte de inquietação relativamente a assuntos da lei, mas que tendem, ao mesmo tempo, a um maior crescimento da lei. Primeiramente, são feitas, por certos detentores do poder, tentativas, no sentido de se colocarem acima das proibições que se aplicam a todos - isto é, procuram escapar do domínio pela lei para o domínio pela violência. Em segundo lugar, os membros oprimidos do grupo fazem constantes esforços para obter mais poder e ver reconhecidas na lei algumas modificações efetuadas nesse sentido - isto é, fazem pressão para passar da justiça desigual para a justiça igual para todos. Essa segunda tendência torna-se especialmente importante se uma mudança real de poder ocorre dentro da comunidade, como pode ocorrer em conseqüência de diversos fatores históricos. Nesse caso, o direito pode gradualmente adaptar-se à nova distribuição do poder; ou, como sucede com maior freqüência, a classe dominante se recusa

a admitir a mudança e a rebelião e a guerra civil se seguem, com uma suspensão temporária da lei e com novas tentativas de solução mediante a violência, terminando pelo estabelecimento de um novo sistema de leis. Ainda há uma terceira fonte da qual podem surgir modificações da lei, e que invariavelmente se exprime por meios pacíficos: consiste na transformação cultural dos membros da comunidade. Isto, porém, propriamente faz parte de uma outra correlação e deve ser considerado posteriormente. Ver em [[1]].

Vemos, pois, que a solução violenta de conflitos de interesses não é evitada sequer dentro de uma comunidade. As necessidades cotidianas e os interesses comuns, inevitáveis ali onde pessoas vivem juntas num lugar, tendem, contudo, a proporcionar a essas lutas uma conclusão rápida, e, sob tais condições, existe uma crescente probabilidade de se encontrar uma solução pacífica. Outrossim, um rápido olhar pela história da raça humana revela uma série infindável de conflitos entre uma comunidade e outra, ou diversas outras, entre unidades maiores e menores - entre cidades, províncias, raças, nações, impérios -, que quase sempre se formaram pela força das armas. Guerras dessa espécie terminam ou pelo saque ou pelo completo aniquilamento e conquista de uma das partes. É impossível estabelecer qualquer julgamento geral das guerras de conquista. Algumas, como as empreendidas pelos mongóis e pelos turcos, não trouxeram senão malefícios. Outras, pelo contrário, contribuíram para a transformação da violência em lei, ao estabelecerem unidades maiores, dentro das quais o uso da violência se tornou impossível e nas quais um novo sistema de leis solucionou os conflitos. Desse modo, as conquistas dos romanos deram aos países próximos ao Mediterrâneo a inestimável *pax romana*, e a ambição dos reis franceses de ampliar os seus domínios criou uma França pacificamente unida e florescente. Por paradoxal que possa parecer, deve-se admitir que a guerra poderia ser um meio nada inadequado de estabelecer o reino ansiosamente desejado de paz 'perene', pois está em condições de criar as grandes unidades dentro das quais um poderoso governo central torna impossíveis outras guerras. Contudo, ela falha quanto a esse propósito, pois os resultados da conquista são geralmente de curta duração: as unidades recentemente criadas esfacelam-se novamente, no mais das vezes devido a uma falta de coesão entre as partes que foram unidas pela violência. Ademais, até hoje as unificações criadas pela conquista, embora de extensão considerável, foram apenas parciais, e os conflitos entre elas ensejaram, mais do que nunca, soluções violentas. O resultado de todos esses esforços bélicos consistiu, assim, apenas em a raça humana haver trocado as numerosas e realmente infindáveis guerras menores por guerras em grande escala, que são raras, contudo muito mais destrutivas.

Se nos voltamos para os nossos próprios tempos, chegamos a mesma conclusão a que o senhor chegou por um caminho mais curto. As guerras somente serão evitadas com certeza, se a humanidade se unir para estabelecer uma autoridade central a que será conferido o direito de arbitrar todos os conflitos de interesses. Nisto estão envolvidos claramente dois requisitos distintos: criar uma instância suprema e dotá-la do necessário poder. Uma sem a outra seria inútil. A Liga das Nações é destinada a ser uma instância dessa espécie, mas a segunda condição não foi preenchida: a Liga das Nações não possui poder próprio, e só

pode adquiri-lo se os membros da nova união, os diferentes estados, se dispuserem a cedê-lo. E, no momento, parecem escassas as perspectivas nesse sentido. A instituição da Liga das Nações seria totalmente ininteligível se se ignorasse o fato de que houve uma tentativa corajosa, como raramente (talvez jamais em tal escala) se fez antes. Ela é uma tentativa de fundamentar a autoridade sobre um apelo a determinadas atitudes idealistas da mente (isto é, a influência coercitiva), que de outro modo se baseia na posse da força. Já vimos [[1]] que uma comunidade se mantém unida por duas coisas: a força coercitiva da violência e os vínculos emocionais (identificações é o nome técnico) entre seus membros. Se estiver ausente um dos fatores, é possível que a comunidade se mantenha ainda pelo outro fator. As idéias a que se faz o apelo só podem, naturalmente, ter importância se exprimirem afinidades importantes entre os membros, e pode-se perguntar quanta força essas idéias podem exercer. A história nos ensina que, em certa medida, elas foram eficazes. Por exemplo, a idéia do pan-helenismo, o sentido de ser superior aos bárbaros de além-fronteiras - idéia que foi expressa com tanto vigor no conselho anfictiônico, nos oráculos e nos jogos -, foi forte a ponto de mitigar os costumes guerreiros entre os gregos, embora, é claro, não suficientemente forte para evitar dissensões bélicas entre as diferentes partes da nação grega, ou mesmo para impedir uma cidade ou confederação de cidades de se aliar com o inimigo persa, a fim de obter vantagem contra algum rival. A identidade de sentimentos entre os cristãos, embora fosse poderosa, não conseguiu, à época do Renascimento, impedir os Estados Cristãos, tanto os grandes como os pequenos, de buscar o auxílio do sultão em suas guerras de uns contra os outros. E atualmente não existe idéia alguma que, espera-se, venha a exercer uma autoridade unificadora dessa espécie. Na realidade, é por demais evidente que os ideais nacionais, pelos quais as nações se regem nos dias de hoje, atuam em sentido oposto. Algumas pessoas tendem a profetizar que não será possível pôr um fim à guerra, enquanto a forma comunista de pensar não tenha encontrado aceitação universal. Mas esse objetivo, em todo caso, está muito remoto, atualmente, e talvez só pudesse ser alcançado após as mais terríveis guerras civis. Assim sendo, presentemente, parece estar condenada ao fracasso a tentativa de substituir a força real pela força das idéias. Estaremos fazendo um cálculo errado se desprezarmos o fato de que a lei, originalmente, era força bruta e que, mesmo hoje, não pode prescindir do apoio da violência.

Passo agora, a acrescentar algumas observações aos seus comentários. O senhor expressa surpresa ante o fato de ser tão fácil inflamar nos homens o entusiasmo pela guerra, e insere a suspeita, ver em[[1]], de que neles exige em atividade alguma coisa - um instinto de ódio e de destruição - que coopera com os esforços dos mercadores da guerra. Também nisto apenas posso exprimir meu inteiro acordo. Acreditamos na existência de um instinto dessa natureza, e durante os últimos anos temo-nos ocupado realmente em estudar suas manifestações. Permita-me que me sirva dessa oportunidade para apresentar-lhe uma parte da teoria dos instintos que, depois de muitas tentativas hesitantes e muitas vacilações de opinião, foi formulada pelos que trabalham na área da psicanálise?

De acordo com nossa hipótese, os instintos humanos são de apenas dois tipos: aqueles que tendem a preservar e a unir - que denominamos ‘eróticos’, exatamente no mesmo sentido em que Platão usa a palavra ‘Eros’ em seu *Symposium*, ou ‘sexuais’, com uma deliberada ampliação da concepção popular de ‘sexualidade’ -; e aqueles que tendem a destruir e matar, os quais agrupamos como instinto agressivo ou destrutivo. Como o senhor vê, isto não é senão uma formulação teórica da universalmente conhecida oposição entre amor e ódio, que talvez possa ter alguma relação básica com a polaridade entre atração e repulsão, que desempenha um papel na sua área de conhecimentos. Entretanto, não devemos ser demasiado apressados em introduzir juízos éticos de bem e de mal. Nenhum desses dois instintos é menos essencial do que o outro; os fenômenos da vida surgem da ação confluyente ou mutuamente contrária de ambos. Ora, é como se um instinto de um tipo dificilmente pudesse operar isolado; está sempre acompanhado - ou, como dizemos, amalgamado - por determinada quantidade do outro lado, que modifica o seu objetivo, ou, em determinados casos, possibilita a consecução desse objetivo. Assim, por exemplo, o instinto de autopreservação certamente é de natureza erótica; não obstante, deve ter à sua disposição a agressividade, para atingir seu propósito. Dessa forma, também o instinto de amor, quando dirigido a um objeto, necessita de alguma contribuição do instinto de domínio, para que obtenha a posse desse objeto. A dificuldade de isolar as duas espécies de instinto em suas manifestações reais, é, na verdade, o que até agora nos impedia de reconhecê-los.

Se o senhor quiser acompanhar-me um pouco mais, verá que as ações humanas estão sujeitas a uma outra complicação de natureza diferente. Muito raramente uma ação é obra de um impulso instintual *único* (que deve estar composto de Eros e destrutividade). A fim de tornar possível uma ação, há que haver, via de regra, uma combinação desses motivos compostos. Isto, há muito tempo, havia sido percebido por um especialista na sua matéria, o professor G. C. Lichtenberg, que ensinava física em Göttingen, durante o nosso classicismo, embora, talvez, ele fosse ainda mais notável como psicólogo do que como físico. Ele inventou uma ‘bússola de motivos’, pois escreveu: ‘Os motivos que nos levam a fazer algo poderiam ser dispostos à maneira da rosa-dos-ventos e receber nomes de uma forma parecida: por exemplo, “pão - pão - fama” ou “fama - fama - pão”.’ De forma que, quando os seres humanos são incitados à guerra, podem ter toda uma gama de motivos para se deixarem levar - uns nobres, outros vis, alguns francamente declarados, outros jamais mencionados. Não há por que enumerá-los todos. Entre eles está certamente o desejo da agressão e destruição: as incontáveis crueldades que encontramos na história e em nossa vida de todos os dias atestam a sua existência e a sua força. A satisfação desses impulsos destrutivos naturalmente é facilitada por sua mistura com outros motivos de natureza erótica e idealista. Quando lemos sobre as atrocidades do passado, amiúde é como se os motivos idealistas servissem apenas de excusa para os desejos destrutivos; e, às vezes - por exemplo, no caso das crueldades da Inquisição - é como se os motivos idealistas tivessem assomado a um primeiro plano na consciência, enquanto os destrutivos lhes emprestassem um reforço inconsciente. Ambos podem ser verdadeiros.

Receio que eu possa estar abusando do seu interesse, que, afinal, se volta para a prevenção da guerra e não para nossas teorias. Gostaria, não obstante, de deter-me um pouco mais em nosso instinto destrutivo, cuja popularidade não é de modo algum igual à sua importância. Como consequência de um pouco de especulação, pudemos supor que esse instinto está em atividade em toda criatura viva e procura levá-la ao aniquilamento, reduzir a vida à condição original de matéria inanimada. Portanto, merece, com toda seriedade, ser denominado instinto de morte, ao passo que os instintos eróticos representam o esforço de viver. O instinto de morte torna-se instinto destrutivo quando, com o auxílio de órgãos especiais, é dirigido para fora, para objetos. O organismo preserva sua própria vida, por assim dizer, destruindo uma vida alheia. Uma parte do instinto de morte, contudo, continua atuante *dentro* do organismo, e temos procurado atribuir numerosos fenômenos normais e patológicos a essa internalização do instinto de destruição. Foi-nos até mesmo imputada a culpa pela heresia de atribuir a origem da consciência a esse desvio da agressividade para dentro. O senhor perceberá que não é absolutamente irrelevante se esse processo vai longe demais: é positivamente insano. Por outro lado, se essas forças se voltam para a destruição no mundo externo, o organismo se aliviará e o efeito deve ser benéfico. Isto serviria de justificação biológica para todos os impulsos condenáveis e perigosos contra os quais lutamos. Deve-se admitir que eles se situam mais perto da Natureza do que a nossa resistência, para a qual também é necessário encontrar uma explicação. Talvez ao senhor possa parecer serem nossas teorias uma espécie de mitologia e, no presente caso, mitologia nada agradável. Todas as ciências, porém, não chegam, afinal, a uma espécie de mitologia como esta? Não se pode dizer o mesmo, atualmente, a respeito da sua física?

Para nosso propósito imediato, portanto, isto é tudo o que resulta daquilo que ficou dito: de nada vale tentar eliminar as inclinações agressivas dos homens. Segundo se nos conta, em determinadas regiões privilegiadas da Terra, onde a natureza provê em abundância tudo o que é necessário ao homem, existem povos cuja vida transcorre em meio à tranquilidade, povos que não conhecem nem a coerção nem a agressão. Dificilmente posso acreditar nisso, e me agradaria saber mais a respeito de coisas tão afortunadas. Também os bolchevistas esperam ser capazes de fazer a agressividade humana desaparecer mediante a garantia de satisfação de todas as necessidades materiais e o estabelecimento da igualdade, em outros aspectos, entre todos os membros da comunidade. Isto, na minha opinião, é uma ilusão. Eles próprios, hoje em dia, estão armados da maneira mais cautelosa, e o método não menos importante que empregam para manter juntos os seus adeptos é o ódio contra qualquer pessoa além das suas fronteiras. Em todo caso, como o senhor mesmo observou, não há maneira de eliminar totalmente os impulsos agressivos do homem; pode-se tentar desviá-los num grau tal que não necessitem encontrar expressão na guerra.

Nossa teoria mitológica dos instintos facilita-nos encontrar a fórmula para métodos

indiretos de combater a guerra. Se o desejo de aderir à guerra é um efeito do instinto destrutivo, a recomendação mais evidente será contrapor-lhe o seu antagonista, Eros. Tudo o que favorece o estreitamento dos vínculos emocionais entre os homens deve atuar contra a guerra. Esses vínculos podem ser de dois tipos. Em primeiro lugar, podem ser relações semelhantes àquelas relativas a um objeto amado, embora não tenham uma finalidade sexual. A psicanálise não tem motivo porque se envergonhar se nesse ponto fala de amor, pois a própria religião emprega as mesmas palavras: ‘Ama a teu próximo como a ti mesmo.’ Isto, todavia, é mais facilmente dito do que praticado. O segundo vínculo emocional é o que utiliza a identificação. Tudo o que leva os homens a compartilhar de interesses importantes produz essa comunhão de sentimento, essas identificações. E a estrutura da sociedade humana se baseia nelas, em grande escala.

Uma queixa que o senhor formulou acerca do abuso de autoridade, ver em [[1]] leva-me a uma outra sugestão para o combate indireto à propensão à guerra. Um exemplo da desigualdade inata e irremovível dos homens é sua tendência a se classificarem em dois tipos, o dos líderes e o dos seguidores. Esses últimos constituem a vasta maioria; têm necessidade de uma autoridade que tome decisões por eles e à qual, na sua maioria devotam uma submissão ilimitada. Isto sugere que se deva dar mais atenção, do que até hoje se tem dado, à educação da camada superior dos homens dotados de mentalidade independente, não passível de intimidação e desejosa de manter-se fiel à verdade, cuja preocupação seja a de dirigir as massas dependentes. É desnecessário dizer que as usurpações cometidas pelo poder executivo do Estado e a proibição estabelecida pela Igreja contra a liberdade de pensamento não são nada favoráveis à formação de uma classe desse tipo. A situação ideal, naturalmente, seria a comunidade humana que tivesse subordinado sua vida instintual ao domínio da razão. Nada mais poderia unir os homens de forma tão completa e firme, ainda que entre eles não houvesse vínculos emocionais. No entanto, com toda a probabilidade isto é uma expectativa utópica. Não há dúvida de que os outros métodos indiretos de evitar a guerra são mais exequíveis, embora não prometam êxito imediato. Vale lembrar aquela imagem inquietante do moinho que mói tão devagar, que as pessoas podem morrer de fome antes de ele poder fornecer sua farinha.

O resultado, como o senhor vê, não é muito frutífero quando um teórico desinteressado é chamado a opinar sobre um problema prático urgente. É melhor a pessoa, em qualquer caso especial, dedicar-se a enfrentar o perigo com todos os meios à mão. Eu gostaria, porém, de discutir mais uma questão que o senhor não menciona em sua carta, a qual me interessa em especial. Por que o senhor, eu e tantas outras pessoas nos revoltamos tão violentamente contra a guerra? Por que não a aceitamos como mais uma das muitas calamidades da vida? Afinal, parece ser coisa muito natural, parece ter uma base biológica e ser dificilmente evitável na prática. Não há motivo para se surpreender com o fato de eu levantar essa

questão. Para o propósito de uma investigação como esta, poder-se-ia, talvez, permitir-se usar uma máscara de suposto alheamento. A resposta à minha pergunta será a de que reagimos à guerra dessa maneira, porque toda pessoa tem o direito à sua própria vida, porque a guerra põe um término a vidas plenas de esperanças, porque conduz os homens individualmente a situações humilhantes, porque os compele, contra a sua vontade, a matar outros homens e porque destrói objetos materiais preciosos, produzidos pelo trabalho da humanidade. Outras razões mais poderiam ser apresentadas, como a de que, na sua forma atual, a guerra já não é mais uma oportunidade de atingir os velhos ideais de heroísmo, e a de que, devido ao aperfeiçoamento dos instrumentos de destruição, uma guerra futura poderia envolver o extermínio de um dos antagonistas ou, quem sabe, de ambos. Tudo isso é verdadeiro, e tão incontestavelmente verdadeiro, que não se pode senão sentir perplexidade ante o fato de a guerra ainda não ter sido unanimemente repudiada. Sem dúvida, é possível o debate em torno de alguns desses pontos. Pode-se indagar se uma comunidade não deveria ter o direito de dispor da vida dos indivíduos; nem toda guerra é passível de condenação em igual medida; de vez que existem países e nações que estão preparados para a destruição impiedosa de outros, esses outros devem ser armados para a guerra. Mas não me deterei em nenhum desses aspectos; não constituem aquilo que o senhor deseja examinar comigo, e tenho em mente algo diverso. Penso que a principal razão por que nos rebelamos contra a guerra é que não podemos fazer outra coisa. Somos pacifistas porque somos obrigados a sê-lo, por motivos orgânicos, básicos. E sendo assim, temos dificuldade em encontrar argumentos que justifiquem nossa atitude.

Sem dúvida, isto exige alguma explicação. Creio que se trata do seguinte. Durante períodos de tempo incalculáveis, a humanidade tem passado por um processo de evolução cultural. (Sei que alguns preferem empregar o termo ‘civilização’). É a esse processo que devemos o melhor daquilo em que nos tornamos, bem como uma boa parte daquilo de que padecemos. Embora suas causas e seus começos sejam obscuros e incerto o seu resultado, algumas de suas características são de fácil percepção. Talvez esse processo esteja levando à extinção a raça humana, pois em mais de um sentido ele prejudica a função sexual; povos incultos e camadas atrasadas da população já se multiplicam mais rapidamente do que as camadas superiormente instruídas. Talvez se possa comparar o processo à domesticação de determinadas espécies animais, e ele se acompanha, indubitavelmente, de modificações físicas; mas ainda não nos familiarizamos com a idéia de que a evolução da civilização é um processo orgânico dessa ordem. As modificações psíquicas que acompanham o processo de civilização são notórias e inequívocas. Consistem num progressivo deslocamento dos fins instintuais e numa limitação imposta aos impulsos instintuais. Sensações que para os nossos ancestrais eram agradáveis, tornaram-se indiferentes ou até mesmo intoleráveis para nós; há motivos orgânicos para as modificações em nossos ideais éticos e estéticos. Dentre as características psicológicas da civilização, duas aparecem como as mais importantes: o fortalecimento do intelecto, que está começando a governar a vida instintual, e a internalização dos impulsos agressivos com todas as suas conseqüentes vantagens e perigos. Ora, a guerra se constitui na mais óbvia oposição à atitude psíquica que nos foi inculcada pelo

processo de civilização, e por esse motivo não podemos evitar de nos rebelar contra ela; simplesmente não podemos mais nos conformar com ela. Isto não é apenas um repúdio intelectual e emocional; nós, os pacifistas, temos uma intolerância *constitucional* à guerra, digamos, uma idiossincrasia exacerbada no mais alto grau. Realmente, parece que o rebaixamento dos padrões estéticos na guerra desempenha um papel dificilmente menor em nossa revolta do que as suas crueldades.

E quanto tempo teremos de esperar até que o restante da humanidade também se torne pacifista? Não há como dizê-lo. Mas pode não ser utópico esperar que esses dois fatores, a atitude cultural e o justificado medo das conseqüências de uma guerra futura, venham a resultar, dentro de um tempo previsível, em que se ponha um término à ameaça de guerra. Por quais caminhos ou por que atalhos isto se realizará, não podemos adivinhar. Mas uma coisa *podemos* dizer: tudo o que estimula o crescimento da civilização trabalha simultaneamente contra a guerra.

Espero que o senhor me perdoe se o que eu disse o desapontou, e com a expressão de toda estima, subscrevo-me,

Cordialmente,

SIGM. FREUD

MEU CONTATO COM JOSEF POPPER- LYNKEUS (1932)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

MEINE BERÜHRUNG MIT JOSEF POPPER-LYNKEUS

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1932 *Allgemeine Nährpflicht* (Viena), 15.

1932 *Psychoanal. Bewegung*, 4, 113-18.

1934 *G.S.*, 12, 415-20.

1950 *G.W.*, 16, 261-6.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘My Contact with Josef Popper-Lynkeus’

1942 *Int. J. Psycho-Anal.*, 23 (2), 85-7. (Trad. de James Strachey.)

1950 *C.P.*, 5, 295-301. (Reimpressão da anterior.)

A presente tradução inglesa é uma versão corrigida da de 1950.

Este artigo apareceu, pela primeira vez, numa revista fundada sob a influência de Josef Popper (1838-1921), em número especial editado para comemorar o décimo aniversário de sua morte. Freud havia escrito um artigo mais curto, em moldes semelhantes, dez anos antes, na própria ocasião da morte de Popper (1923f). Pode-se encontrar uma explicação sobre o homenageado na Nota do Editor Inglês que apresenta aquele artigo (Edição *Standard*

Brasileira, Vol. XIX, pág. 323, IMAGO Editora, 1976). As primeiras páginas do presente artigo proporcionam uma verdadeira sinopse de toda a essência da teoria psicológica de Freud, escrita com clareza e precisão características.

MEU CONTATO COM JOSEF POPPER- LYNKEUS

No inverno de 1899, meu livro sobre *A Interpretação de Sonhos* (embora a página de rosto tivesse recebido a pós-data do novo século) encontrava-se diante de mim, finalmente pronto. Essa obra foi produto de quatro ou cinco anos de trabalho e sua origem não foi comum. Ocupando o cargo de professor conferencista de doenças nervosas, na Universidade, eu vinha tentando sustentar-me e a minha família, que crescia rapidamente, exercendo a clínica médica entre os chamados ‘neuróticos’, tão numerosos em nossa sociedade. Mas a tarefa se mostrou mais difícil do que eu imaginara. Os métodos usuais de tratamento evidentemente ofereciam pouco ou nenhum auxílio: outros caminhos deviam ser seguidos. E como haveria de ser possível ajudar de algum modo os pacientes, quando não se conhecia nada de sua doença, nada das causas de seus sofrimentos ou do significado de suas queixas? Assim sendo, procurei sequiosamente orientação e ensino junto ao grande Charcot, em Paris, e junto a Bernheim, em Nancy; por fim, uma observação feita por meu mestre e amigo Josef Breuer, de Viena, pareceu abrir uma nova perspectiva para a compreensão e o êxito terapêutico.

O fato é que essas novas experiências tornaram claro que os pacientes que qualificávamos como neuróticos, em certa medida sofriam de distúrbios *mentais* e deviam, por conseguinte, ser tratados por métodos psicológicos. Nosso interesse, portanto, voltou-se necessariamente para a psicologia. A psicologia que vigorava naqueles tempos, nos cursos acadêmicos de filosofia, tinha muito pouco a oferecer e absolutamente nada que servisse aos nossos propósitos: tínhamos de descobrir, desde o início, tanto os métodos como as hipóteses teóricas que os sustentassem. Assim, pus-me a trabalhar nesse sentido, primeiramente em colaboração com Breuer e, depois, independentemente dele. No final, transformei em parte inseparável da minha técnica solicitar a meus pacientes que me falassem, sem se criticarem, tudo o que lhes viesse à mente, conquanto se tratasse de idéias que não pareciam fazer sentido ou que eram difíceis de referir.

Quando concordaram com minhas instruções, os pacientes contavam-me seus sonhos, entre outras coisas, como se fossem coisa da mesma espécie que os seus demais pensamentos. Isto era evidente indicação de que eu devia atribuir tanta importância a esses sonhos quanto a

outros fenômenos inteligíveis. Não eram, porém, compreensíveis, e sim estranhos, confusos, absurdos: tais como os sonhos, de fato, os quais, por essa mesma razão, eram condenados pela ciência como uma espécie de repuxões fortuitos e absurdos do órgão da mente. Se meus pacientes tinham razão - e pareciam estar apenas repetindo antigas crenças mantidas, durante milhares de anos, por pessoas sem bases científicas -, eu me encontrava perante a tarefa de interpretar sonhos numa forma que pudesse resistir às críticas científicas.

No início, eu, a respeito dos sonhos dos meus pacientes, naturalmente entendia não mais do que esses mesmos sonhadores. Contudo, aplicando a esses sonhos, e, mais especialmente a meus próprios sonhos, o método que eu já utilizara para o estudo de outras construções psicológicas anormais, consegui responder à maior parte das questões que se podia levantar numa interpretação de sonhos. Havia muitas questões: Com que sonhamos? Por que sonhamos? Qual a origem de todas as características estranhas que diferenciam os sonhos da vida desperta? - e muitas outras questões mais. Algumas das respostas puderam ser dadas com facilidade e vieram a confirmar pontos de vista que já haviam sido apresentados; outras, porém, envolviam hipóteses completamente novas, referentes à estrutura e ao funcionamento do aparelho da mente. As pessoas sonham com as coisas de que a mente se ocupou durante as horas da vida desperta. As pessoas sonham a fim de apaziguar impulsos que ameaçam perturbar o sono e a fim de poderem dormir. No entanto, por que se tornou possível aos sonhos apresentarem aparência tão estranha, tão confusamente absurda, em contraste tão evidente com o conteúdo do pensamento desperto, apesar de tratarem do mesmo material? Não podia haver dúvida de que os sonhos eram apenas um subtítulo de um processo racional de pensamento e podiam ser interpretados, isto é, traduzidos para um processo racional. O que precisava ser explicado era, contudo, a *distorção* que a elaboração onírica efetuara sobre o material racional e inteligível.

A distorção onírica era o mais profundo, o mais difícil problema da vida onírica. E o que a esclareceu foi a noção segundo a qual os sonhos formavam uma classe em pé de igualdade com outras formações psicopatológicas e se revelavam, por assim dizer, como psicoses normais dos seres humanos. Isso porque nossa mente, esse precioso instrumento por intermédio do qual nos mantemos vivos, não constitui uma unidade pacificamente independente. Antes, pode ser comparada a um Estado moderno no qual uma plebe, sedenta de prazer e de destruição, tem de ser reprimida à força por uma classe superior mais prudente. Todo o fluxo de nossa vida mental e tudo o que se expressa em nossos pensamentos são derivações e representações dos instintos multiformes que são inatos em nossa constituição física. Mas nem todos esses instintos são igualmente suscetíveis de serem orientados e educados e nem todos eles têm igual facilidade para se ajustarem às exigências do mundo externo e da sociedade humana. Diversos deles conservam sua natureza primitiva, ingovernável, irrefreável; se os deixássemos à solta, infalivelmente nos levariam à ruína. Conseqüentemente, aprendendo pela experiência, desenvolvemos em nossa mente organizações que, sob a forma de inibições, se opõem às manifestações diretas dos instintos.

Todo impulso com caráter de desejo, que surge das fontes de energia instintual, deve ser submetido ao exame das mais altas instâncias de nossa mente e, não sendo aprovado, é rejeitado e impedido de exercer influência sobre nossos movimentos - isto é, de ser posto em execução. Realmente são muitas as vezes em que esses desejos são proibidos até mesmo de ingressar na consciência, que, habitualmente, não chega a tomar conhecimento da existência dessas fontes instintuais perigosas. Descrevemos esses impulsos como estando *reprimidos*, do ponto de vista da consciência, sobrevivendo apenas no inconsciente. Se aquilo que está reprimido empenha-se, de alguma forma, por obter ingresso à consciência ou ao movimento, ou a ambos, já não estamos mais normais: nesse ponto, emerge toda a gama de sintomas neuróticos e psicóticos. A manutenção das inibições e repressões necessárias exige de nossa mente um grande dispêndio de energia, do qual ela se alivia com satisfação. Uma boa oportunidade para isso parece surgir à noite, através do estado de sono, pois o sono implica uma cessação de nossas funções motoras. A situação parece segura e a severidade de nossa força policial interna pode, portanto, ser relaxada. Como não se pode ter certeza, ela não é retirada por completo: possivelmente o inconsciente jamais dorme, em absoluto. E, então, a redução da pressão sobre o inconsciente reprimido produz seu efeito. Dele originam-se desejos que durante o sono poderiam encontrar aberta a porta de entrada para a consciência. Se chegássemos a conhecê-los, ficaríamos aterrorizados tanto por seus temas como por sua falta de freios e, na verdade, pela mera possibilidade de sua existência. No entanto, isto só acontece raramente, e, quando acontece, acordamos o mais depressa possível, em estado de medo. Mas, via de regra, nossa consciência não experimenta o sonho como ele realmente se passou. É verdade que as forças inibidoras (*a censura de sonhos*, conforme as denominamos) não estão inteiramente despertas, outrossim não dormem por completo. Elas exerceram uma influência sobre o sonho enquanto este lutava para encontrar expressão mediante palavras e imagens, eliminaram aquilo que era mais censurável, modificaram outras partes do sonho, até se tornarem irreconhecíveis, desfizeram conexões reais enquanto introduziam conexões falsas, até que a fantasia plena de desejos, franca porém brutal, que estava por trás do sonho, transformou-se no sonho manifesto, tal como dele nos lembramos: mais ou menos confuso, quase sempre estranho e incompreensível. Assim, o sonho (ou a distorção que o caracteriza) é a expressão de uma conciliação, é a evidência de um conflito entre impulsos e tendências reciprocamente incompatíveis de nossa vida mental. E não nos esqueçamos de que o mesmo processo, a mesma influência mútua de forças, que explica os sonhos de uma pessoa normal, nos possibilita compreender todos os fenômenos da neurose e da psicose.

Devo pedir desculpas se até aqui falei tanto a respeito de mim mesmo e de meu trabalho relativo aos problemas do sonho; mas isto foi um preliminar necessário para o que vem a seguir. Minha explicação da distorção onírica parecia-me nova: em parte alguma eu encontrara qualquer coisa parecida. Anos depois (já não consigo lembrar quando), encontrei o livro de Josef Popper-Lynkeus *Phantasien eines Realisten*. Uma das histórias deste livro tinha como título ‘Träumen wie Wachen’ [‘Sonhar Acordado’], e não podia deixar de suscitar meu mais profundo interesse. Havia nele a descrição de um homem que podia gabar-

se de jamais ter sonhado qualquer coisa absurda. Seus sonhos podiam ser fantásticos, como contos de fadas, mas não eram tão desprovidos de concordância com o mundo desperto, que fosse possível dizer terminantemente que ‘eram impossíveis ou absurdos em si mesmos’. Traduzindo para a minha forma de expressar, isto significa que, no caso desse homem, não ocorria distorção onírica; o motivo apresentado para a ausência desta explicava ao mesmo tempo o motivo de sua ocorrência. Popper deu ao homem uma compreensão interna (*insight*) completa dos motivos de sua peculiaridade. Fê-lo dizer: ‘A ordem e a harmonia reinam tanto em meus pensamentos como em meus sentimentos, e esses dois não lutam entre si... Eu sou um só e indiviso. Outras pessoas estão divididas e suas duas partes - vigília e sonho - estão quase permanentemente em guerra uma com a outra.’ E ainda, quanto à interpretação dos sonhos: ‘Certamente que essa não é uma fácil tarefa; mas com um pouco de atenção por parte daquele que sonha, deve sem dúvida alcançar êxito. - Você pergunta por que é que na sua maioria não alcança êxito? Em outros como você, sempre parece haver algo que jaz oculto em seus sonhos, algo de impuro num sentido especial e mais elevado, uma certa qualidade secreta em seu ser que é difícil de acompanhar. E eis por que seus sonhos, tão amiúde, parecem estar destituídos de significado ou mesmo ser absurdos. Mas no sentido mais profundo não é isso de modo algum o que ocorre; realmente, não pode ser assim absolutamente - pois é sempre o mesmo homem, quer esteja acordado, quer sonhando.’

Ora, se deixarmos de lado a terminologia psicológica, era esta a mesma explicação da formação onírica a que eu chegara com meu estudo dos sonhos. A distorção era uma conciliação, algo de dissimulado havia na sua própria natureza, era um conflito entre pensamento e sentimento, ou, como eu o formulara, um conflito entre o consciente e o reprimido. Onde não houvesse um conflito desse tipo e não fosse necessária a repressão, os sonhos não poderiam ser estranhos nem absurdos. O homem que sonhasse de modo não diverso do modo como pensa quando acordado, teria garantido para si, segundo Popper, a própria condição de harmonia interna que, na qualidade de reformador social, almejava na formação do corpo político. E se a ciência nos informa que um homem assim, inteiramente isento de maldade e falsidade, isento de repressões, não existe e não poderia sobreviver, podemos, não obstante, suspeitar que, na medida em que é possível uma aproximação a semelhante ideal, este encontrou sua concretização na pessoa do mesmo Popper.

Dominado pela emoção de encontrar tamanha sabedoria, comecei a ler todas as suas obras - seus livros sobre Voltaire, sobre religião, sobre guerra, sobre a provisão universal da subsistência, etc. - até haver-se formado nitidamente diante de meus olhos uma imagem desse grande homem sincero, que foi um pensador e crítico, e, ao mesmo tempo, um afetuoso humanitário e reformador. Refleti muito a respeito dos direitos do indivíduo, que ele advogava, e a que com satisfação teria dado meu apoio, não estivesse eu sido refreado pela idéia de que nem o processo da Natureza nem os fins da sociedade humana justificavam muito essas reivindicações. Um especial sentimento de simpatia atraía-me a ele, de vez que também ele, evidentemente, tivera uma experiência dolorosa da amargura da vida de um judeu e do vazio de ideais da civilização de nossos dias. No entanto, nunca o vi

pessoalmente. Ele sabia de mim através de conhecidos comuns e, certa vez, tive oportunidade de responder a uma carta sua, na qual me pedia algumas informações. Mas nunca o procurei. Minhas inovações em psicologia tinham-me separado de seus contemporâneos, e especialmente daqueles mais idosos: muitíssimas vezes, quando me aproximava de um homem que eu tinha venerado a distância, via-me repellido, digamos assim, por sua falta de compreensão daquilo que se tornara toda a minha vida para mim. E, afinal, Josef Popper tinha sido um físico: fora amigo de Ernst Mach. Eu desejava ardentemente que a feliz impressão de nossa concordância quanto ao problema da distorção onírica não viesse a ser desfeita. Assim aconteceu que adiei a ocasião de visitá-lo, até que se tornou tarde demais, e agora o que posso fazer é saudar seu busto nos jardins em frente ao nosso Rathaus.

SÁNDOR FERENCZI (1933)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

SÁNDOR FERENCZI

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1933 *Int. Z. Psychoanal.*, 19 (3), 301-4.

1934 *G.S.*, 12, 397-9.

1950 *G.W.*, 16, 267-9.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘Sándor Ferenczi’

1933 *Int. J. Psycho-Anal.*, 14, (3) 297-9. (Tradutor não especificado.)

A presente tradução inglesa é nova e de autoria de James Strachey.

Sándor Ferenczi nasceu em 16 julho de 1873 e faleceu em 23 de maio de 1933. A homenagem anterior que lhe fez Freud, e que este menciona aqui (Freud, 1923*i*), encontra-se em Edição *Standard* Brasileira, Vol. XIX, pág. 333, IMAGO Editora, 1976.

SÁNDOR FERENCZI

Temos aprendido com a experiência que felicitar custa pouco; assim, apresentamo-nos uns aos outros generosamente com os melhores e mais calorosos votos de felicidades. E, entre estes, a maioria é no sentido de uma vida longa. Uma conhecida lenda oriental nos revela justamente a duplicidade desse desejo. O sultão ordenou que dois sábios lhe revelassem seu horóscopo. ‘Vossa sorte é propícia, senhor!’, disse um deles. ‘Está escrito nas estrelas que haveis de ver todos os vossos parentes morrerem antes de vós.’ Esse profeta foi executado. ‘Vossa sorte é propícia!’, disse também o outro, ‘pois li nas estrelas que haveis de sobreviver a todos os vossos parentes’. Este foi ricamente recompensado. Ambos tinham expressado a realização do mesmo desejo.

Em janeiro de 1926, coube-me escrever um obituário de nosso inesquecível amigo Karl Abraham. Alguns anos antes, em 1923, eu podia cumprimentar Sándor Ferenczi quando este completava seus cinquenta anos. Hoje, mal passada uma década, constringe-me ter eu sobrevivido também a ele. Naquilo que escrevi para seu aniversário, pude homenagear francamente sua versatilidade, sua originalidade e a riqueza de seu talento; mas a discrição que se exige de um amigo proibia-me de falar de sua personalidade afável e afetuosa, sempre disposta a receber bem tudo o que tivesse importância.

Desde os dias em que o levou até mim o seu interesse pela psicanálise, então ainda nos seus primórdios, compartilhamos, juntos, de muitas coisas. Convidei-o a ir comigo a Worcester, Massachusetts, quando, em 1909, ali fui convidado a dar conferências durante uma semana de comemorações. Pela manhã, antes de chegar a hora de começar minha conferência, caminhava junto com ele, em frente ao edifício da Universidade, e pedia-lhe que me sugerisse o que eu deveria abordar naquele dia. Ele me dava então um esboço daquilo que, meia hora depois, eu improvisava na minha conferência. Dessa maneira, ele participou da origem das *Cinco Lições*. Logo depois disto, no Congresso de Nuremberg de 1910, dispus as coisas de modo tal que ele devesse propor a organização dos analistas numa associação internacional - esquema que elaboramos juntos. Com pequenas modificações, ela foi aceita e vigora até hoje. Por muitos anos seguidos, passamos as férias de outono, juntos, na Itália, e numerosos artigos que posteriormente surgiram na bibliografia, com o seu nome ou com o meu nome, derivavam sua forma inicial de nossas conversas naqueles locais onde estivemos. Quando a irrupção da guerra mundial pôs fim à nossa liberdade de movimentos, e também paralisou nossa atividade analítica, ele utilizou o intervalo para começar sua análise comigo. Esta foi interrompida quando de sua convocação para o serviço militar, mas conseguiu retomá-la posteriormente. O sentimento de um vínculo comum seguro que se

desenvolveu entre nós, a partir de tantas experiências compartilhadas, não foi interrompido quando, em época já infelizmente tardia, uniu-se à ilustre mulher que hoje o pranteia como viúva.

Há dez anos, quando a *Internationale Zeitschrift* [e o *International Journal*] dedicou um número especial a Ferenczi por seu quinquagésimo aniversário, ele já havia publicado a maior parte de seus trabalhos, que tornaram todos os analistas seus discípulos. Ele, contudo, estava retendo sua realização mais brilhante e mais fértil. Eu a conhecia, e, na fase final de minha contribuição, instei com ele para que no-la desse. Então, em 1924, surgiu a sua *Versuch einer Genitaltheorie*. Esse pequeno livro constitui, antes, um estudo biológico do que psicanalítico; é uma aplicação das atitudes e das compreensões internas (*insight*) associadas à psicanálise em relação à biologia dos processos sexuais e, além destes, à vida orgânica em geral. Foi talvez a mais ousada aplicação da psicanálise que já se tentou. Em suas linhas-mestras, acentua a natureza conservadora dos instintos, que procura restabelecer toda situação interrompida em virtude de alguma interferência externa. Os símbolos são reconhecidos como prova de primitivas correlações. São apresentados exemplos impressionantes, para mostrar como as características daquilo que é psíquico conservam vestígios de antigas modificações na substância corporal. Depois de se ler esse livro, parece que se compreende muitas particularidades da vida sexual, das quais antes nunca se pôde obter uma visão abrangente, e sente-se enriquecido pelas sugestões que prometem uma profunda compreensão interna (*insight*) de amplas áreas da biologia. É tarefa inútil tentar, já hoje em dia, diferenciar aquilo que pode ser aceito como descoberta autêntica, daquilo que busca, à maneira de fantasia científica, adivinhar os conhecimentos do futuro. Colocamos o livro de lado com este sentimento: ‘Isto é quase demais para ser apreendido numa primeira leitura; vou lê-lo novamente, em breve.’ Mas não sou eu, apenas, que sinto assim. É provável que um dia, no futuro, haverá realmente uma ‘bio-análise’, conforme profetizou Ferenczi, e ele terá de remeter-se à *Versuch einer Genitaltheorie*.

Depois desse apogeu de realização, sucedeu que nosso amigo lentamente se afastou de nós. Quando de seu regresso de um período de trabalho na América, pareceu retrair-se cada vez mais para um trabalho solitário, embora anteriormente participasse muito ativamente de tudo o que acontecia nos círculos analíticos. Sabíamos que um só problema vinha monopolizando seu interesse. Nele, a necessidade de curar e de ajudar havia-se tornado soberana. Provavelmente ele se havia proposto objetivos que, mediante nossos meios terapêuticos, estão, atualmente, totalmente fora do nosso alcance. De fontes inesgotáveis de emoção, brotara nele a convicção de que se podia efetuar muito mais com os pacientes, se se lhes desse todo aquele amor que tinham desejado profundamente quando crianças. Ele queria descobrir o modo como isto podia ser realizado, dentro do quadro referencial da situação psicanalítica; e como não o conseguisse, mantinha-se afastado, talvez já não mais seguro de que pudesse haver concordância com seus amigos. Fosse qual fosse a direção a que pudesse levá-lo a estrada por que havia enveredado, não pôde prosseguir nela até o fim. Lentamente,

revelaram-se nele sinais de um processo orgânico destrutivo grave, que provavelmente já tivesse entristecido sua vida por muitos anos. Um pouco antes de completar sessenta anos, sucumbiu à anemia perniciosa. É impossível imaginar que a história de nossa ciência algum dia venha a esquecê-lo.

*Mai*o de 1933

AS SUTILEZAS DE UM ATO FALHO (1935)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1935 *Almanach*, 1936, 15-17.

1950 *G.W.*, 16, 37-9.

(b) TRADUÇÕES INGLÊSAS:

‘The Fineness of Parapraxia’

1939 *Psychoan. Rev.*, 26 (2), 153-4. (Trad. de A. N. Foxe.)

‘The Subleties of a Parapraxis’

1950 *C.P.*, 5, 313-15. (Trad. de James Strachey.)

A presente tradução inglesa, com título modificado, é uma versão corrigida da que foi publicada em 1950.

Esta foi uma contribuição posterior, contudo não a última, de Freud, ao seu tema predileto, a psicopatologia da vida cotidiana. (Freud, 1901*b*.) Retornou ao assunto, mais uma vez, em suas inacabadas ‘Lições Elementares’ (1940*b* [1938]).

AS SUTILEZAS DE UM ATO FALHO

Eu estava preparando para uma amiga um presente de aniversário - uma pequena pedra preciosa trabalhada, para ser engastada num anel. Ela estava fixa no centro de um recorte de cartolina resistente, e neste escrevi as seguintes palavras: ‘Comprovante para entrega, à

firma L., joalheiros, de um anel de ouro ... para a pedra anexa, na qual está gravado um barco, com vela e remos.’ Contudo, no ponto em que ali deixei uma lacuna, entre ‘ouro’ e ‘para’ havia uma palavra que eu fora obrigado a riscar por ser inteiramente desnecessária. Era a pequena palavra ‘bis’ [‘até’, em alemão]. Mas por que eu a teria escrito?

Ao ler toda a breve inscrição que havia feito, surpreendeu-me o fato de que continha a palavra ‘für’ [‘para’] duas vezes, em rápida sucessão: ‘para entrega’ - ‘para a pedra anexa’. Isto pareceu feio, devia ser evitado. Então me ocorreu que ‘bis’ tinha sido substituído por ‘für’, numa tentativa de evitar a deselegância estilística. Certamente era isto; era, porém, uma tentativa que se utilizava de meios extremamente inadequados. A preposição ‘bis’ estava muito fora de lugar nesse contexto e não tinha como ser substituída pelo necessário ‘für’. Assim sendo, por que justamente ‘bis’?

Talvez a palavra ‘bis’ não fosse a preposição indicativa de tempo-limite. Pode ter sido algo totalmente diferente - a palavra latina ‘bis’ - ‘uma segunda vez’, que conservou seu significado em francês. ‘*Ne bis in idem*’ é uma máxima da lei romana. ‘*Bis! bis!*’ é o que grita o francês, quando deseja ver repetida uma apresentação. Assim, esta deve ser a explicação de meu absurdo lapso de escrita. Eu estava sendo advertido contra o segundo ‘für’, contra uma repetição da mesma palavra. Alguma outra devia ser colocada em seu lugar. A fortuita identidade de som entre a palavra estrangeira ‘bis’, que incorporava a crítica à fraseologia original, e a preposição alemã possibilitou a inserção de ‘bis’ em lugar de ‘für’ na forma de lapso de escrita. Esse engano, todavia, atingiu seu objetivo, não ao ser efetuado, mas somente depois de ter sido corrigido. Tive de riscar o ‘bis’, e com isto, por assim dizer, eliminei a repetição que me perturbava. Realmente digna de interesse essa variante do mecanismo de uma parapraxia!

Senti-me muito satisfeito com essa solução. Na auto-análise, porém, o perigo de fazer coisas incompletas é muito grande. Pode-se, com muita facilidade, ficar satisfeito com uma explicação parcial, atrás da qual a resistência facilmente pode estar ocultando algo que talvez seja mais importante. Conteí esta pequena análise a minha filha, e ela imediatamente viu como a coisa acontecera:

‘Mas o senhor já deu a ela uma pedra igual a essa, para um anel, anteriormente. *Esta* é provavelmente a repetição que o senhor quer evitar. As pessoas não gostam de dar sempre o mesmo *presente*.’ Isto me convenceu; havia realmente a objeção contra uma repetição do mesmo *presente*, não da mesma palavra. Tinha havido um deslocamento para algo banal com a finalidade de desviar a atenção de algo mais importante: uma dificuldade estética, talvez, em lugar de um conflito instintual.

Pois foi fácil descobrir a outra seqüência. Eu estava procurando um motivo para não dar

de presente a pedra, e esse motivo foi providenciado pela reflexão de que eu já havia dado o mesmo presente (ou um muito parecido). Por que essa objeção devia ser ocultada, ou disfarçada? Logo vi por quê. Não tinha nenhuma vontade de me desfazer da pedra. Gostava muito dela e a queria para mim.

A explicação para essa parapraxia foi encontrada sem maiores dificuldade. Na realidade, logo me ocorreu uma idéia consoladora: pesares desse tipo só aumentam o valor de um presente. Que espécie de presente seria este, se não se lamentasse um pouco dá-lo? Não obstante, o episódio possibilita que se perceba, mais uma vez, como podem ser compilados os processos mentais mais modestos e aparentemente mais simples. Cometi um lapso ao redigir umas anotações - coloquei '*bis*' onde devia escrever '*für*' -, percebi-o e o corriji: um pequeno erro, ou antes, uma tentativa de erro, e assim mesmo encerrava tão grande número de premissas e de fatores dinâmicos. Com efeito, o erro não podia ter ocorrido se o material não fosse especialmente favorável.

UM DISTÚRBO DE MEMÓRIA NA ACRÓPOLE (1936)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

BRIEF AN ROMAIN ROLLAND (EINE ERINNERUNGSSTORUNG AUF DER AKROPOLIS)

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1936 *Almanach* 1937, 9-21.

1950 *G.W.*, 16, 250-7.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘A Disturbance of Memory on the Acropolis’

1941 *Int. J. Psycho-Anal.*, 22 (2), 93-101. (Trad. de James Strachey.)

1950 *C.P.*, 5, 302-12. (Reimpressão da anterior.)

A presente tradução inglesa baseou-se na versão corrigida da que foi publicada em 1950.

Romain Rolland nasceu a 29 de janeiro de 1866, e este trabalho foi-lhe dedicado por ocasião de seu setuagésimo aniversário. Freud tinha por ele a maior admiração, conforme comprovou não só pelo presente trabalho, mas também pela mensagem a Rolland quando este completou sessenta anos (Freud, 1926a), e pelas seis ou sete cartas que lhe escreveu e que foram publicadas (Freud, 1960a), bem como por uma passagem no começo de *O Mal-Estar na Civilização* (1930a), Edição *Standard* Brasileira, Vol. XXI, págs. 81-2, IMAGO Editora, 1974. Freud correspondera-se com ele, pela primeira vez, em 1923, e uma única vez, parece, em 1924, teve um encontro com ele.

Foi impossível localizar qualquer publicação anterior deste artigo em alemão, a não ser a do *Almanach*, assinalada acima. Deve-se ter em mente que todas as publicações

relacionadas a Romain Rolland, como as de muitos outros autores, inclusive Thomas Mann e, naturalmente, todos os escritores judeus, foram suprimidas, durante aquele período, pelos nazistas.

UM DISTÚRBO DE MEMÓRIA NA ACRÓPOLE

CARTA ABERTA A ROMAIN ROLLAND POR OCASIÃO DE SEU SETUAGÉSIMO ANIVERSÁRIO

Meu caro Amigo,

Vi-me na emergência de contribuir, com algo escrito, para a comemoração do seu setuagésimo aniversário, e fiz grandes esforços por encontrar algo que pudesse, de algum modo, ser digno do senhor e pudesse expressar minha admiração pelo seu amor à verdade, pela sua coragem nas suas crenças e por seu carinho e boa vontade para com a humanidade; ou, então, algo que pudesse testemunhar-lhe minha gratidão, como escritor que me tem proporcionado tantos momentos de enlevo e prazer. Mas foi em vão. Sou dez anos mais velho que o senhor, e minha capacidade de produção está no fim. Tudo o que posso encontrar para oferecer-lhe é o dom de uma criatura empobrecida que ‘viu dias melhores’.

O senhor sabe que meu trabalho científico consistiu em elucidar manifestações incomuns, anormais ou patológicas da mente, isto é, atribuir sua origem às forças psíquicas que operam por trás delas e indicar os mecanismos em ação. Comecei tentando isto em mim próprio e então passei a aplicá-lo a outras pessoas e, finalmente, fazendo uma extensão ousada, a toda

a raça humana. Durante os últimos anos, um fenômeno destes, que eu mesmo havia experimentado há uma geração atrás em 1904, e que eu jamais compreendera, passou a assediá-la minha mente. De início, não vi o motivo desse fato; porém, afinal resolvi analisar o incidente - e agora apresento o senhor com os resultados dessa investigação. No transcurso do que se segue, naturalmente terei de solicitar-lhe que dispense a alguns eventos de minha vida particular uma atenção maior do que eles de outro modo mereceriam.

Todos os anos, naquela época, em fins de agosto ou no começo de setembro, eu costumava, em companhia de meu irmão mais novo, partirmos viagem de férias, que durava algumas semanas e nos levava a Roma, ou a alguma outra região da Itália, ou a alguma parte da costa do Mediterrâneo. Meu irmão é dez anos mais novo que eu, de modo que tem a mesma idade que o senhor - uma coincidência que só agora me ocorreu. Naquele ano, em particular, meu irmão me disse que seus negócios não lhe permitiriam manter-se afastado por muito tempo: uma semana seria o máximo que ele podia conseguir, e devíamos abreviar nossa viagem. Assim sendo, decidimos viajar via Trieste até a ilha de Corfu e passar ali os poucos dias de nossas férias. Em Trieste, ele visitou uma pessoa que conhecia dos seus negócios e que morava nessa cidade, e o acompanhei. Nosso anfitrião, no seu modo afável, perguntou a respeito de nossos planos e, ao saber que era nossa intenção ir a Corfu, advertiu-nos com veemência que não o fizéssemos: 'Que é que os leva a pensar em ir lá, nesta época do ano? Seria quente demais para que pudessem fazer alguma coisa. Melhor seria se, em vez disso, fossem a Atenas. O navio do Lloyd parte hoje à tarde; lá os senhores terão três dias para ver a cidade, e, na viagem de volta, o navio os apanha novamente. Isto seria mais agradável e valeria mais a pena.'

Enquanto voltávamos dessa visita, estávamos ambos em um estado de espírito muito deprimido. Discutimos o plano que fora proposto, concordamos em que era quase impraticável e não víamos senão dificuldades na sua realização; supúnhamos, ademais, que não nos permitiriam desembarcar na Grécia sem passaportes. As horas que antecederam à abertura do escritório do Lloyd, passamo-las vagando pela cidade, num estado de ânimo aborrecido e indeciso. Mas, quando chegou a hora, dirigimo-nos ao guichê e compramos nossas passagens para Atenas, como se fosse tudo muito natural, sem nos preocuparmos em absoluto com as supostas dificuldades, e realmente sem havermos trocado idéias um com o outro acerca dos motivos de nossa decisão. Esse comportamento, deve ser dito, foi muito estranho. Posteriormente, reconhecemos que instantaneamente, muito rápido, aceitáramos a sugestão de irmos a Atenas em vez de Corfu. Não obstante, por que passamos o intervalo de tempo anterior à abertura dos escritórios num estado tão sombrio e não prevíamos senão obstáculos e dificuldades?

Quando, por fim, na tarde após nossa chegada eu me encontrava na Acrópole e pousava

meus olhos sobre o cenário; um pensamento surpreendente passou rápido em minha mente: ‘Então tudo isso realmente existe *mesmo*, tal como aprendemos no colégio!’ Para descrever a situação de modo mais preciso, em mim essa pessoa que expressou esse comentário estava dividida, muito mais nitidamente dividida do que em geral seria perceptível, de uma outra pessoa que tomava conhecimento do comentário; e ambas as pessoas estavam surpresas, se bem que não com relação à mesma coisa. A primeira comportava-se como se estivesse obrigada, sob o impacto de uma observação inequívoca, a acreditar em algo cuja realidade parecia, até então, duvidosa. Se me permito um pequeno exagero, era como se alguém, caminhando na margem do Loch Ness, subitamente enxergasse a forma do famoso monstro enalhado na praia e se visse compelido a admitir: ‘Então realmente existe *mesmo* - a serpente marinha, na qual nunca acreditávamos!’ A segunda pessoa, por outro lado, com razão estava surpresa, pois desconhecia a possibilidade de que a existência real de Atenas, da Acrópole e do cenário em torno, alguma vez tivesse sido objeto de dúvida. O que essa pessoa estivera esperando era, preferentemente, alguma expressão de alegria ou admiração.

Ora, seria fácil argumentar que esse estranho pensamento que me ocorreu na Acrópole só serve para acentuar o fato de que ver algo com os próprios olhos é, afinal, coisa muito diferente de ouvir contar ou de ler a respeito. Mas continuaria sendo uma forma muito estranha de explicar um lugar-comum sem interesse. Ou então, seria possível afirmar que era verdade que, quando eu era um colegial, *pensara* estar convencido da realidade histórica da cidade de Atenas e de sua história, mas que a ocorrência dessa idéia na Acrópole justamente mostrara que, em meu inconsciente, eu *não* tinha acreditado, e que só agora estava adquirindo uma convicção que ‘atingia o fundo do inconsciente’. Semelhante explicação parece muito profunda, contudo é mais fácil de afirmar do que de provar; ademais, é muito mais passível de ataque em bases teóricas. Não. Creio que os dois fenômenos, a depressão em Trieste e a idéia na Acrópole, relacionavam-se intimamente. E a primeira, a depressão, é mais facilmente compreensível e pode ajudar-nos no sentido de explicar a segunda, a idéia.

A experiência em Trieste foi, também, como se pode notar, simplesmente uma expressão de incredulidade. ‘Vamos ver Atenas? Impossível! - vai ser difícil demais!’ A depressão concomitante correspondia a um lamento de que *era* impossível: teria sido tão lindo. E agora, sabemos onde estamos. Este é mais um caso de ‘bom demais para ser verdade’ que encontramos com tanta freqüência. É um exemplo da incredulidade que surge tantas vezes quando nos surpreendemos com uma boa notícia, quando sabemos que ganhamos um prêmio, por exemplo, ou que saímos vencedor, ou quando uma jovem vem a saber que o homem que ela amava em segredo pediu aos pais dela permissão para fazer-lhe a corte.

Quando estabelecemos a existência de um fenômeno, o passo seguinte é, naturalmente, conhecer sua causa. A incredulidade, como essa que se verificou, é evidentemente uma tentativa de repelir uma parte da realidade; há, porém, algo de estranho nesse fato. Não

ficaríamos nem um pouco surpresos se uma tentativa dessa espécie tivesse como objetivo uma parte da realidade que ameaçasse causar desprazer: o mecanismo de nossa mente é, por assim dizer, planejado para funcionar segundo essas diretrizes. No entanto, por que haveria de surgir essa incredulidade com relação a algo que, pelo contrário, promete trazer um elevado grau de prazer? Conduta realmente paradoxal! Lembro-me de que, em uma ocasião anterior, tratei do caso parecido de pessoas que, conforme expressei, são ‘arrasadas pelo sucesso’. Geralmente as pessoas adoecem de frustração, da não-realização de alguma necessidade vital ou de um desejo. A estas pessoas, contudo, sucede o contrário; adoecem, ou, até mesmo, ficam aniquiladas, porque um desejo seu, excepcionalmente intenso, realizou-se. O contraste entre as duas situações não é tão grande como parece à primeira vista. O que acontece no caso paradoxal é simplesmente que o lugar da frustração externa é assumido por uma frustração interna. O sofredor não se permite a felicidade: a frustração interna ordena-lhe que se aferre à frustração externa. Mas por quê? Porque - esta é a resposta, em muitos casos - a pessoa não pode esperar que o Destino lhe proporcione algo tão bom. De fato, é outro exemplo de ‘bom demais para ser verdade’, é a expressão de um pessimismo do qual uma grande parte parece estar presente em muitos dentre nós. Em um outro grupo de casos, como naqueles que se arruinam com o êxito, encontramos um sentimento de culpa ou de inferioridade que pode ser traduzido assim: ‘Não mereço tanta felicidade, não mereço.’ Mas esses dois motivos são, em essência, o mesmo, por ser um apenas uma projeção do outro. Conforme há muito já se sabe, o Destino, que esperamos nos trate tão mal, é materialização de nossa consciência, do severo superego que há dentro de nós, sendo ele próprio um remanescente da instância primitiva de nossa infância. Isto, segundo penso, explica nosso comportamento em Trieste. Não podíamos acreditar que nos seria dada a alegria de ver Atenas. O fato de que a realidade que estávamos tentando repelir era, no início, apenas uma *possibilidade*, determinava o caráter de nossas reações imediatas. Quando, porém, estávamos na Acrópole, a possibilidade se tornara realidade, e a mesma descrença encontrou uma expressão diferente, todavia muito mais clara. Numa forma isenta de distorção, isto poderia ter sido expresso assim: ‘Realmente, eu não poderia ter imaginado ser possível que me fosse dado ver Atenas com meus próprios olhos - como indubitavelmente agora está ocorrendo!’ Quando relembro meu vivo desejo de viajar e ver o mundo, que me dominava nos tempos de colégio e posteriormente, e quanto tempo se passara até que meu desejo se concretizasse, não me surpreendo com esse efeito retardado na Acrópole; eu tinha, então, quarenta e oito anos. Não perguntei a meu irmão mais novo se ele sentia algo dessa mesma natureza. Determinada dose de reserva envolveu todo o episódio; e foi isto que já interferira em nossa troca de idéias em Trieste.

Supondo que eu tenha adivinhado corretamente o significado do pensamento que me veio na Acrópole, e que realmente expressei minha alegre surpresa por me encontrar naquele lugar, a outra questão emergente é saber por que esse significado teve de estar sujeito, no pensamento, a um disfarce tão dissimulado e desorientador.

O tema essencial do pensamento - isto é, a incredulidade - realmente estava contido na

própria distorção: ‘Pela evidência dos meus sentidos, estou agora na Acrópole, mas não consigo acreditar nisto.’ Essa incredulidade, essa dúvida quanto a um aspecto da realidade, estava, contudo, duplamente deslocada em sua expressão real: primeiro, estava atribuída ao passado e, segundo, estava transportada de minha relação para com a Acrópole, para a própria existência da Acrópole. E assim ocorreu algo que equivalia a uma afirmação de que, em certa época do passado, eu duvidara da real existência da Acrópole -, um fato que, no entanto, minha memória rejeitava como incorreto e, com efeito, impossível.

As duas distorções envolvem dois problemas independentes. Podemos tentar penetrar mais fundo no processo de transformação. Sem especificar, no momento, como foi que cheguei à idéia, partirei da suposição de que o fator original deve ter sido o sentimento do inacreditável e do irreal na situação daquele momento. A situação incluía a mim próprio, a Acrópole e a minha percepção dela. Eu não podia explicá-la; evidentemente, não podia ligar a dúvida às minhas impressões sensoriais referentes à Acrópole. Lembrei-me, contudo, de que, no passado, tivera uma dúvida a respeito de algo relacionado precisamente a esse local e, assim, encontrei o meio de deslocar a dúvida para o passado. Nesse processo, entretanto, o tema da dúvida foi modificado. Não só me recordei de que, em meus anos de jovem, duvidara se um dia haveria de ver a Acrópole, mas também afirmei que naquele tempo eu desacreditara da realidade da própria Acrópole. É justamente esse efeito do deslocamento que me leva a pensar que a situação atual na Acrópole encerrava um elemento de dúvida acerca da realidade. Certamente ainda não consegui tornar claro o processo; assim, concluirei dizendo, em sinopse, que toda essa situação psíquica, de aparência tão confusa e tão difícil de descrever, pode ser elucidada satisfatoriamente supondo-se que, no momento, tive (ou poderia ter tido) um sentimento instantâneo: ‘*O que estou vendo aqui não é real.*’ Tal sentimento é conhecido como ‘sentimento de desrealização’ [‘*Entfremdungsgefühl*’]. Fiz um intento de afastar esse sentimento, e o consegui à custa de uma falsa afirmação acerca do passado.

Essas desrealizações são fenômenos notáveis, ainda pouco compreendidos. Diz-se serem ‘sensações’, mas, evidentemente, são processos complexos, vinculados a conteúdos mentais peculiares e vinculados a operações feitas a respeito desses conteúdos. Surgem com muita freqüência em determinadas doenças mentais, não sendo, contudo, desconhecidos entre pessoas sadias. Não obstante, são falhas do funcionamento e são estruturas anormais, como os sonhos, os quais, apesar de ocorrerem normalmente em pessoas sadias, nos servem como modelo de distúrbio psicológico. Esses fenômenos podem ser observados sob duas formas: a pessoa sente que uma parte da realidade, ou que uma parte do seu próprio eu, lhe é estranha. Nesse último caso, falamos em ‘despersonalização’; existe uma íntima relação entre desrealizações e despersonalizações. Existe mais um outro grupo de fenômenos que podem ser considerados como suas contrapartidas positivas - é o que se conhece como ‘*fausse reconnaissance*’, ‘*déjà vu*’, ‘*déjà raconté*’, etc. ilusões em que procuramos aceitar algo como pertencente ao nosso ego, do mesmo modo como, nas desrealizações, nos empenhamos em manter algo fora de nós. Uma tentativa ingênua e não-psicológica de

explicar o fenômeno do ‘*déjà vu*’ procura encontrar nele a prova de uma existência anterior de nosso eu (*self*) mental. A despersonalização leva-nos à extraordinária situação de ‘*double conscience*’ que se descreve mais corretamente como ‘personalidade dividida’. Tudo isso, contudo, é tão obscuro e tem sido tão mal dominado cientificamente, que tenho de me abster de lhe falar mais a respeito dessas coisas.

Para os meus propósitos, ser-me-á suficiente retornar às características gerais dos fenômenos da desrealização. A primeira característica consiste em que todos eles servem ao objetivo de defesa; visam a manter algo distanciado do ego, visam a rechaçá-lo. Ora, novos elementos capazes de ensejar medidas defensivas acercam-se do ego oriundos de duas direções - do mundo externo real e do mundo interno dos pensamentos e impulsos que emergem no ego. É possível que essa opção coincida com a escolha entre desrealizações propriamente ditas e despersonalizações. Há um número extraordinariamente grande de métodos (ou, conforme dizemos, de mecanismos) utilizados por nosso ego na descarga de suas funções defensivas. Neste momento está sendo desenvolvida uma investigação, muito próxima de mim, dedicada ao estudo desses métodos de defesa: minha filha, analista de crianças, está escrevendo um livro a respeito deles. O mais primitivo e mais verdadeiro representante desses métodos, a ‘repressão’, foi o ponto de partida de toda a nossa compreensão mais profunda da psicopatologia. Entre a repressão e aquilo que se pode chamar de método normal de afastar o que é aflitivo ou insuportável, reconhecendo, considerando, ajuizando e passando a uma ação adequada a respeito dessa mesma coisa, existe toda uma série de métodos de comportamento, mais ou menos claramente patológicos, por parte do ego. Posso fazer uma pausa momentânea, a fim de lembrar-lhe um caso relacionado a esse tipo de defesa? O senhor recorda-se do famoso lamento dos mouros de Espanha ‘*Ay de mi Alhama*’ [‘Minha pobre Alhama’], que refere como o rei Boabdil recebeu a notícia de que sua cidade Alhama tinha sido tomada. Ele sente que sua perda significa o fim de seu reinado. Contudo, não permitirá ‘que seja verdade’, determina que se trate a notícia como ‘*non arrivée*’. Diz o poema:

‘Cartas le fueron venidas

que Alhama era ganada:

las cartas echó en el fuego,

y al mensajero matara.’

É fácil perceber que um outro motivo para essa conduta do rei era sua necessidade de combater um sentimento de impotência ante a situação. Queimando as cartas e mandando

matar o mensageiro, ele ainda tentava mostrar seu poder absoluto.

A segunda característica geral das desrealizações - sua dependência do passado, do repertório de recordações e de experiências angustiantes da infância, que talvez tenham sucumbido à repressão - não é aceita sem controvérsia. Mas justamente minha própria experiência na Acrópole, que realmente culminou num distúrbio de memória e numa falsificação do passado, ajuda-nos a demonstrar essa conexão. Não é procedente o fato de que, em meus tempos de colegial, eu, alguma vez, duvidasse da existência real de Atenas. Apenas duvidava se algum dia chegaria a ver Atenas. Parecia-me além dos limites do possível, eu, algum dia, viajar tão longe - eu 'percorrer um caminho tão longo'. Isto se ligava às limitações e à pobreza de nossas condições de vida em minha adolescência. Minha ânsia de viajar, sem dúvida, era também expressão de um desejo de escapar daquela pressão, como a força que impele tantos adolescentes a fugirem de casa. Há muito tempo, compreendera claramente que uma grande parte do prazer de viajar se baseia na realização desses antigos desejos - isto é, tem suas origens na insatisfação com a casa e com a família. Quando, pela primeira vez, uma pessoa enxerga o mar, cruza o oceano e sente como realidades as cidades e os países que por tanto tempo tinham sido distantes, inatingíveis coisas desejadas, então a pessoa se sente como um herói que realizou feitos de inimaginável grandeza. Naquele dia, na Acrópole, eu podia ter dito a meu irmão: 'Ainda se lembra, quando éramos jovens, como costumávamos caminhar, dia após dia, pelas mesmas ruas, em nosso caminho para a escola, e como todos os domingos costumávamos ir ao Prater, ou a alguma excursão, que conhecíamos tão bem? E agora, aqui, estamos nós, em Atenas, na Acrópole! Realmente, *realizamos* muitas coisas!' Se me for facultado comparar esse pequeno evento com um outro, maior, também Napoleão, durante sua coroação como imperador em Notre Dame, voltou-se para um de seus irmãos - deve ter sido, sem dúvida, o irmão mais velho, José - e observou: 'O que *Monsieur notre Père* teria dito disto, se ele pudesse ter estado aqui, no dia de hoje?'

Nesse ponto, porém, deparamos com a solução do pequeno problema da causa pela qual, já em Trieste, interferíamos em nosso regozijo pela viagem a Atenas. Pode ser que um sentimento de culpa estivesse vinculado à satisfação de havermos realizado tanto: havia nessa conexão algo de errado, que desde os primeiros tempos tinha sido proibido. Era alguma coisa relacionada com as críticas da criança ao pai, com a desvalorização que tomou o lugar da supervalorização do início da infância. Parece como se a essência do êxito consistisse em ter realizado mais do que o pai realizou, e como se ainda fosse proibido ultrapassar o pai.

Como acréscimo a esse motivo, cuja validade é geral, estava presente um fator especial, em nosso caso particular. O próprio tema referente a Atenas e à Acrópole continha provas da superioridade do filho. Nosso pai se dedicara ao comércio, não tinha tido instrução secundária, e Atenas podia não ter significado muito para ele. Assim, o que interferia em

nossa satisfação de viajar a Atenas era um sentimento de *respeito filial*. E agora o senhor não mais haverá de se admirar de que a lembrança desse incidente na Acrópole me tenha perturbado tantas vezes, depois que envelheci, agora que tenho de ter paciência e não posso mais viajar.

Com a estima de sempre,

SIGM. FREUD

Janeiro de 1936

BREVES ESCRITOS (1931-1936)

CARTA A GEORG FUCHS(1931)

Depois de ler sua carta, senti uma onda da mais profunda simpatia, mas logo duas reflexões me detiveram - uma dificuldade interna e um obstáculo externo. Uma frase do seu

próprio prefácio oferece-me uma expressão adequada para a primeira: ‘Sem dúvida, porém, há pessoas que têm uma opinião tão desfavorável da humanidade civilizada de hoje, que negam a existência de uma consciência do mundo.’ Acredito que sou uma dessas pessoas. Por exemplo, eu não poderia subscrever a afirmativa de que o tratamento dispensado aos presos condenados é uma desgraça de nossa civilização. Pelo contrário, uma voz haveria de me dizer, isto está em perfeita harmonia com nossa civilização, expressão necessária da brutalidade e falta de compreensão que dominam a humanidade civilizada da época atual. E se, por algum milagre, as pessoas de repente se convencessem de que a reforma do sistema penal é a primeira e mais urgente tarefa de nossa civilização, o que mais haveria de surgir senão o fato de que essa sociedade capitalista não possui agora os meios de fazer frente aos gastos que tal reforma exigiria? A segunda reflexão se refere à dificuldade externa e é esclarecida naquelas passagens de sua carta nas quais o senhor me exalta como sendo eu um líder intelectual reconhecido e um inovador cultural, e me atribui o privilégio de gozar das boas graças do mundo civilizado. Meu caro senhor, muito gostaria de que isto fosse assim: em tal caso, eu não recusaria o seu pedido. Parece, contudo, que sou persona ingrata, se não ingrátissima, para o povo alemão - e, além do mais, para as pessoas cultas, bem como para as incultas. Decididamente faço votos para que o senhor não pense que me sinto gravemente contristado por esses sinais de desaprovação. Já faz algumas dezenas de anos que tenho sido tão tolo; de resto, comparado com o seu exemplo, seria por demais ridículo. Menciono essas trivialidades apenas para confirmar o fato de que não sou o advogado apropriado para um livro que procura despertar as simpatias dos seus leitores em benefício de uma causa boa. Permita-me acrescentar que o seu livro é comovente, nobre, sábio e bom.

PREFÁCIO AO *DICIONÁRIO DE PSICANÁLISE*, DE RICHARD STERBA (1936
[1932])

3 de julho de 1932.

CARO DR. STERBA,

Seu *Dicionário* me dá a impressão de constituir valioso auxílio para os estudiosos e de ser em si mesmo uma realização brilhante. A precisão e a correção de cada verbete realmente são de uma qualidade elogiável. As traduções dos títulos para o inglês e o francês não são indispensáveis, mas se somariam ao valor que essa obra possui.² Não desconheço ser longo o caminho desde a letra A até o fim do alfabeto, e que segui-lo significaria uma carga enorme de trabalho para o senhor. Por isso, não o faça, a não ser que sinta uma obrigação interna - obedecer apenas a uma compulsão dessa natureza, e certamente não a uma pressão externa.

Cordialmente,

FREUD

PREFÁCIO A *A VIDA E AS OBRAS DE EDGAR ALLAN POE: UMA INTERPRETAÇÃO PSICANALÍTICA*, DE MARIE BONAPARTE (1933)

Neste livro, Marie Bonaparte, minha amiga e discípula, dirigiu a luz da psicanálise sobre a vida e a obra de um grande escritor de tipo patológico. Graças ao trabalho de interpretação realizado pela autora, podemos compreender agora em que medida as características da obra desse escritor foram determinadas pela natureza especial do mesmo. Contudo, também verificamos que isto foi consequência de poderosos laços afetivos e de experiências dolorosas do início de sua adolescência. Investigações como esta não se destinam a explicar o caráter de um autor, porém mostram quais as forças motrizes que o moldaram e qual o material que lhe foi oferecido pelo destino. Existe um fascínio especial no estudo das leis da mente humana, tal como o exemplificam pessoas notáveis.

A THOMAS MANN, NO SEU SEXAGÉSIMO ANIVERSÁRIO (1935)

MEU CARO THOMAS MANN,

Aceite como amigo minhas cordiais felicitações por seu sexagésimo aniversário. Eu sou um dos seus 'mais velhos' leitores e admiradores e poderia desejar-lhe uma vida muito longa e feliz, conforme é costume em tais ocasiões. Mas não farei isso. Felicitar é barato, parece-me uma recaída nos velhos tempos em que as pessoas acreditavam na onipotência mágica dos pensamentos. Penso, ademais, baseado na minha experiência muito pessoal, que está tudo bem se um destino compassivo põe oportuno fim à duração de nossa vida.

Além disso, penso que não é digno de ser imitado o costume segundo o qual, em tais ocasiões festivas, a afeição menospreza o respeito, e pelo qual a pessoa homenageada é compelida a ver-se, como ser humano, cumulada de elogios, e, como artista, analisada e criticada. Não me farei culpado de semelhante excesso. Posso permitir-me, no entanto, algo diverso. Em nome de um número incontável de contemporâneos seus, posso expressar-lhe a nossa confiança em que o senhor jamais fará ou dirá - pois as palavras de um escritor são ações - alguma coisa covarde ou indigna. Mesmo em épocas e em circunstâncias que confundem o raciocínio, o senhor seguirá o caminho correto e o assinalará aos demais.

Muito cordialmente,

FREUD

Junho de 1935

**Moisés e o monoteísmo, Esboço de psicanálise
e outros trabalhos**

VOLUME XXXIII

(1937-1939)

MOISÉS E O MONOTEÍSMO TRÊS ENSAIOS (1939[1934-38])

NOTA DO EDITOR INGLÊS

DER MANN MOSES UND DIE MONOTHEISTISCHE RELIGION:

DREI ABHANDLUNGEN

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1939 Amsterdam, Verlag Allert de Lange, 241 págs.

1950 G.W., 16, 101-246.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

Moses and Monotheism

1939 Londres, Hogarth Press e Instituto de Psicanálise, 223 págs. Nova Iorque, Knopf, viii + 218 págs. (Trad. de Katherine Jones.)

A presente tradução é da autoria de James Strachey.

Os dois primeiros dos três ensaios que constituem esta obra apareceram originalmente em 1937, em *Imago*, 23 (1), 5-13 e (4), 387-419; traduções inglesas de ambos apareceram na *Int. J. Psycho-Anal.*, 19 (3) (1938), 291-8, e 20 (1) (1939), 1-32. A Seção C da Parte II do terceiro ensaio foi lida em nome do autor por Anna Freud no Congresso Psicanalítico Internacional de Paris, a 2 de agosto de 1938, e posteriormente publicada em separata no *Int. Z. Psychoanal. Imago* 24 (1/2) (1939), 6-9, sob o título de ‘Der Fortschritt in der Geistigkeit’ (‘O Avanço da Intelectualidade’). O primeiro ensaio e as três primeiras seções do segundo foram incluídos no *Almanach* 1938, 9-43. Apenas pouquíssimas modificações sem importância foram feitas nessas publicações primitivas, ao serem incluídas na obra completa. Elas são apontadas na presente edição.

Foi aparentemente durante o verão de 1934 que Freud completou seu primeiro rascunho deste livro, com o título: *O Homem Moisés, um Romance Histórico* (Jones, 1957, 206). Numa longa carta a Arnold Zweig, de 30 de setembro de 1934 (incluída em Freud, 1960a, Carta 276), forneceu uma descrição do livro, bem como de suas razões para não publicá-lo. Estas eram quase as mesmas que as que explica na primeira de suas notas preambulares ao terceiro ensaio adiante ver em ([1]), a saber: por um lado, dúvidas quanto a seu arrazoado ter sido suficientemente bem estabelecido, e, por outro, temores das reações à sua publicação por parte da hierarquia católico-romana que, na época, era dominante no governo austríaco. A partir da descrição que então forneceu da própria obra, parece que ela é essencialmente a mesma que agora possuímos; inclusive sua forma, em três seções independentes, permaneceu inalterada. Não obstante, mudanças devem ter sido feitas, pois Freud constantemente expressou sua insatisfação em relação a ela, particularmente com o terceiro ensaio. Parece que houve uma nova redação geral durante o verão de 1936, embora o que nos é contado sobre o assunto esteja longe de ser claro (Jones, 1957, 388). De todos os modos, o primeiro ensaio foi publicado no início do ano seguinte (1937), e o segundo, em seu final. Mas o terceiro ensaio foi ainda retido e só entregue finalmente à gráfica após a

chegada de Freud à Inglaterra, na primavera de 1938. O livro foi impresso no outono desse ano na Holanda e a tradução inglesa publicada em março do ano seguinte.

O que talvez tenha probabilidade de impressionar em primeiro lugar o leitor, a respeito de *Moisés e o Monoteísmo*, é certa inortodoxia, ou mesmo excentricidade, em sua construção: três ensaios de tamanho bastante diferente, dois prefácios, ambos situados no início do terceiro ensaio, e um terceiro ensaio, e um terceiro prefácio localizado na metade deste último, recapitulações e repetições constantes. Essas irregularidades são desconhecidas nos outros trabalhos de Freud, ele próprio as aponta e por elas se desculpa mais de uma vez. Explicação? Indubitavelmente as circunstâncias da composição do livro: o longo período - quatro anos ou mais - durante o qual foi constantemente revisado, e as agudas dificuldades externas da fase final, com uma sucessão de distúrbios na Áustria que culminaram na ocupação nazista de Viena e a migração forçada de Freud para a Inglaterra. Que o resultado dessas influências deveria ser visto apenas no campo restrito e temporário deste volume isolado é coisa conclusivamente provada pelo trabalho que imediatamente o seguiu: o Esboço de Psicanálise, um dos mais concisos e bem organizados textos de Freud.

Mas julgar que a *Moisés e o Monoteísmo* falta algo na forma da apresentação não se destina a acarretar uma crítica do interesse de seu conteúdo ou da força convincente de seus argumentos. Sua base histórica é sem dúvida questão para o debate dos peritos, mas a engenhosidade com que os desenvolvimentos psicológicos se ajustam às premissas, tem probabilidade de persuadir o leitor que não se mostre predisposto. Particularmente aqueles familiarizados com a psicanálise do indivíduo ficarão fascinados em ver a mesma sucessão de desenvolvimentos apresentada na análise de um grupo nacional. A totalidade da obra, naturalmente, deve ser encarada como continuação dos primeiros estudos de Freud sobre as origens da organização social humana em *Totem e Tabu* (1912-13) e *Psicologia de Grupo* (1921c). Um exame bem elaborado e informativo do livro poderá ser encontrado no Capítulo XIII do terceiro volume da biografia escrita por Ernest Jones (1957), 388-401.

NOTA SOBRE A TRANSCRIÇÃO DOS NOMES PRÓPRIOS

A ocorrência, em *Moisés e o Monoteísmo*, de grande número de nomes egípcios e hebraicos apresenta ao tradutor alguns problemas especiais.

A escrita egípcia em geral não registra as vogais, de modo que a pronúncia real dos

nomes egípcios só pode ser adivinhada através de um incerto processo de inferências. Diversas interpretações convencionais, portanto, foram adotadas por várias autoridades. Examinando essa questão, Gardiner (1927, Apêndice B), por exemplo, cita quatro versões diferentes do nome do dono de uma tumba bem conhecida em Tebas: Tehutihetep, Thuthotep, Thothotep e Dhuthotpe. Outras tantas variantes podem ser encontradas a partir do nome do ‘rei herético’ que figura tão proeminentemente aqui, na argumentação de Freud. A escolha parece ser bastante governada pela nacionalidade. Assim, no passado, os egiptólogos ingleses inclinavam-se por Akhnaton, os alemães preferiam Echnaton, os americanos (Breasted) escolheram Ikhnaton e o grande francês (Maspero) decidiu-se por Khouniatonou. Defrontado por essas alternativas sedutoras, o presente tradutor recaiu na versão trivial que por muitos anos tem sido adotada pelo *Journal of Egyptian Archaeology* e agora parece ser a que se está tornando mais geralmente aceita, pelo menos nos países de fala inglesa: Akhenaten. Esta mesma autoridade foi geralmente seguida na transcrição de todos os outros nomes egípcios.

Com referência aos nomes do Antigo Testamento, a resposta foi mais simples, e empregaram-se as formas encontradas na Versão Autorizada Inglesa. Deve-se acrescentar, contudo, que o nome imencionável da Divindade recebeu aqui a transcrição normalmente encontrada nas obras dos estudiosos ingleses: Yahweh(Javé ou Iavé).*

I - MOISÉS, UM EGÍPCIO

Privar um povo do homem de quem se orgulha como o maior de seus filhos não é algo a ser alegre ou descuidadamente empreendido, e muito menos por alguém que, ele próprio, é um deles. Mas não podemos permitir que uma reflexão como esta nos induza a pôr de lado a verdade, em favor do que se supõe serem interesses nacionais; além disso, pode-se esperar que o esclarecimento de um conjunto de fatos nos traga um ganho em conhecimento.

O varão Moisés, que libertou o povo judeu, que lhe deu suas leis e fundou sua religião, data de tempos tão remotos que não podemos fugir a uma indagação preliminar quanto a saber se foi ele personagem histórico ou criatura de lenda. Se viveu, foi no décimo terceiro - embora possa ter sido no décimo quarto - século antes de Cristo. Não possuímos informações sobre ele, exceto as oriundas dos livros sagrados dos judeus e de suas tradições, tal como registradas por escrito. Embora à decisão sobre o assunto falte certeza final, uma esmagadora maioria de historiadores pronunciou-se em favor da opinião de que Moisés foi uma pessoa real e que o Êxodo do Egito a ele associado realmente aconteceu.

Argumenta-se que, se essa premissa não fosse aceita, a história posterior do povo de Israel seria incompreensível. Na verdade, a ciência hoje tornou-se em geral muito mais circunspecta, e trata as tradições de modo muito mais indulgente do que nos primeiros dias da crítica histórica.

A primeira coisa que atrai nossa atenção a respeito da figura de Moisés é seu nome, que em hebraico é ‘Mosheh’. ‘Qual é a sua origem’, podemos perguntar, ‘e o que significa?’ Como sabemos, a descrição contida no segundo capítulo do Êxodo já fornece uma resposta. É-nos dito aí que a princesa egípcia que salvou o menininho abandonado no Nilo deu-lhe esse nome, fornecendo-se um razão etimológica: ‘porque das águas o tenho tirado’. Essa explicação, contudo, é claramente inadequada. ‘A interpretação bíblica do nome como “o que foi tirado das águas”’, argumenta um autor no *Jüdisches Lexikon*, ‘constitui etimologia popular, com a qual, de início, é impossível harmonizar a forma ativa da palavra hebraica, pois “Mosheh” pode significar, no máximo, apenas “o que tira fora”. Podemos apoiar essa rejeição por dois outros argumentos: em primeiro lugar, é absurdo atribuir a uma princesa egípcia uma derivação do nome a partir do hebraico, e, em segundo, as águas de onde a criança foi tirada muito provavelmente não foram as do Nilo.

Por outro lado, há muito tempo foi expressa uma suspeita, em muitas direções diferentes, de que o nome ‘Moisés’ deriva-se do vocabulário egípcio. Em vez de enumerar todas as autoridades que argumentaram nesse sentido, citarei a pertinente passagem de um livro comparativamente recente, *The Dawn of Conscience* (1934), da autoria de J.H. Breasted, autor cuja *History of Egypt* (1906) é considerada obra padrão: ‘É importante notar que seu nome, Moisés, era egípcio. Ele é simplesmente a palavra egípcia “mose”, que significa “criança”, e constitui uma abreviação da forma mais completa de nomes tais como “Amon-mose”, significando “Amon-uma-criança”, ou “Ptah-mose”, significando “Ptah-uma-criança”, sendo essas próprias formas, semelhantemente, abreviações da forma completa “Amon-(deu)-uma-criança” ou “Ptah-(deu)-uma-criança’. A abreviação “criança” cedo tornou-se uma forma breve e conveniente para designar o complicado nome completo, e o nome Mós ou Més (Mose), “criança”, não é incomum nos monumentos egípcios. O pai de Moisés indubitavelmente prefixou ao nome do filho o de um deus egípcio como Amon ou Ptah, e esse nome divino perdeu-se gradativamente no uso corrente, até que o menino foi chamado “Mose”. (O s fial constitui um acréscimo tirado da tradução grega do Antigo Testamento. Ele não se acha no hebraico, que tem “Mosheh”)

Repeti essa passagem palavra por palavra e de maneira alguma estou disposto a partilhar da responsabilidade por seus pormenores. Fico também bastante surpreso que Breasted tenha deixado de mencionar precisamente os nomes teóforos que figuram na relação dos reis egípcios, tais como Ahmose, Toth-mose e Ra-mose.

Ora, deveríamos esperar que uma das muitas pessoas que reconheceram ser ‘Moisés’ um nome egípcio, houvesse também tirado a conclusão, ou pelo menos considerado a possibilidade, de que a pessoa que portava esse nome egípcio fosse ela própria egípcia. Em

relação aos tempos modernos, não hesitamos em tirar mais conclusões, embora atualmente as pessoas tenham não um nome, mas dois - um nome de família e um nome pessoal - e embora uma alteração de nome ou a adoção de um semelhante, em circunstâncias novas, não estejam além das possibilidades. Assim, de modo algum ficamos surpresos por vermos confirmado que o poeta Chamisso era francês de nascimento, que Napoleão Bonaparte, por outro lado, era de origem italiana, e que Benjamim Disraeli era na verdade um judeu italiano, tal como esperaríamos de seu nome. Em relação a épocas antigas e primitivas, pensar-se-ia que uma conclusão como essa, quanto à nacionalidade de uma pessoa baseada em seu nome, pareceria muito mais fidedigna e, na verdade, inatacável. Não obstante, até onde sei, nenhum historiador tirou essa conclusão no caso de Moisés, nem mesmo aqueles que, mais uma vez como o próprio Brasted (1934, 354), estão prontos a supor que ‘Moisés foi instruído em toda a ciência dos egípcios’.

O que os impediu de proceder assim não pode ser ajuizado com certeza. Possivelmente, sua reverência pela tradição bíblica era invencível. Possivelmente, a idéia de que o homem Moisés pudesse ter sido outra coisa que não um hebreu pareceu monstruosa demais. Como quer que seja, surge que o reconhecimento de o nome de Moisés ser egípcio não foi considerado como fornecendo prova decisiva de sua origem, e que nenhuma outra conclusão foi disso tirada. Se a questão da nacionalidade desse grande homem é encarada como algo importante, pareceria desejável apresentar novos materiais que auxiliassem no sentido de sua resposta.

É a isso que meu breve artigo visa. Sua reivindicação a receber lugar nas páginas de *Imago* repousa no fato de que a substância do que ele tem a contribuir constitui uma aplicação da psicanálise. A demonstração a que dessa maneira se chegou sem dúvida impressionará apenas aquela minoria de leitores que se acha familiarizada com o pensamento analítico e está capacitada a apreciar suas descobertas. A essa minoria, contudo, espero eu, ela parecerá significativa.

Em 1909, Otto Rank, que, nessa época, ainda estava sob minha influência, publicou, seguindo sugestão minha, um livro com o título de *Der Mythos von der Geburt des Helden*. Ele trata do fato de que ‘quase todas as nações civilizadas proeminentes começaram, em fase precoce, a glorificar seus heróis, príncipes e reis legendários, fundadores de religiões, dinastias, impérios ou cidades, em suma, seus heróis nacionais, numa série de contos e lendas poéticas. A história do nascimento e da vida primitiva dessas personalidades veio a ser especialmente recoberta de características fantásticas, as quais, em povos diferentes, ainda que amplamente separados pelo espaço e totalmente independentes uns dos outros, apresentam uma semelhança desconcertante, e em parte, na verdade, uma conformidade literal. Não poucos investigadores se impressionaram com esse fato, de há muito reconhecido.’ [P. 1.] Se, acompanhando Rank, construirmos (por uma técnica um pouco semelhante à de Galton) uma ‘lenda média’ que coloque em realce as características

essenciais de todas essas histórias, chegaremos ao quadro seguinte:

‘O herói é filho de pais muito *aristocráticos*; geralmente, filho de um rei.

‘Sua concepção é precedida por dificuldades, tal como a abstinência ou a esterilidade prolongada, ou seus pais têm de ter relações em segredo, por causa de proibições ou obstáculos externos. Durante a gravidez, ou mesmo antes, há uma profecia (sob a forma de sonho ou oráculo) que alerta contra seu nascimento, que geralmente ameaça perigo para o pai.

‘Como resultado disso, a criança recém-nascida é condenada à morte ou ao abandono, geralmente por ordem do *pai ou de alguém que o representa*; via de regra é abandonada às *águas*, num *cesto*.

‘Posteriormente ele é salvo por animais ou por gente humilde (tais como pastores) e amamentado por uma *fêmea de animal* ou por uma *mulher humilde*.‘Após ter crescido, redescobre seus pais aristocráticos depois de experiências altamente variadas, *vinga-se do pai*, por um lado, é reconhecido, por outro, e alcança grandeza e fama.’Ver em [[1]].A mais antiga das figuras históricas a quem esse mito de nascimento está ligado é Sargão de Agade, fundador de Babilônia (por volta de 2800 a.C.) Para nós, em particular, não deixará de ter interesse citar a descrição desse mito, atribuída a ele próprio:

‘Sargão, o poderoso Rei, o Rei de Agade, sou eu. *Minha mãe era uma vestal, a meu pai não conheci*, ao passo que o irmão de meu pai morava nas montanhas. Em minha cidade, Azupirani, que fica à margem do Eufrates, minha mãe, a vestal, concebeu-me. Em *segredo ela me teve. Depositou-me num caixote feito de caniços*, tampou a abertura com piche, e abandonou-me ao rio, que não me afogou. O rio me conduziu até Akki, o tirador de água. Akki, o tirador de água, na bondade de seu coração, tirou-me para fora. *Akki, o tirador de água, criou-me como seu próprio filho*. Akki, o tirador de água, fez-me seu jardineiro. Enquanto eu trabalhava como jardineiro, [a deusa] Istar ficou gostando de mim; tornei-me Rei e, por quarenta e cinco anos, governei regiamente.’Ver em [[1]]

Os nomes que nos são mais familiares na série que começa com Sargão de Agade são Moisés, Ciro e Rômulo. Mas, além destes, Rank reuniu grande número de outras figuras heróicas da poesia ou da lenda, de quem se conta a mesma história a respeito de sua juventude, quer em sua totalidade quer em fragmentos facilmente reconhecíveis, incluindo Édipo, Karna, Páris, Telefos, Perseu, Héracles, Gilgamesh, Anfion e Zetos, e outros.

As pesquisas de Rank familiarizaram-nos com a fonte e o propósito desse mito. Só preciso referir-me a elas por algumas breves indicações. O herói é alguém que teve a coragem de rebelar-se contra o pai e, ao final, sobrepujou-o vitoriosamente. Nosso mito faz essa luta remontar até a pré-história do indivíduo, já que o representa como nascendo contra a vontade do pai e salvo apesar das más intenções paternas. O abandono num cesto é uma representação simbólica inequívoca do nascimento: cesto é o útero, e a água, o líquido amniótico. O relacionamento genitor-criança é representado, em incontáveis sonhos, por tirar para fora das águas ou delas salvar. Quando a imaginação de um povo liga o mito de nascimento que estamos examinando a uma figura fora do comum, está pretendendo, dessa maneira, reconhecê-la como herói e anunciar que ela correspondeu ao modelo regular de uma vida de herói. Na verdade, contudo, a fonte de toda ficção poética é aquilo que é conhecido como o 'romance familiar' de uma criança, no qual o filho reage a uma modificação em sua relação emocional com os genitores e, em especial, com o pai. Os primeiros anos de uma criança são dominados por uma enorme supervalorização do pai; em consonância com isso, rei e rainha nos sonhos e nos contos de fadas invariavelmente representam os genitores. Mais tarde, sob a influência da rivalidade e do desapontamento na vida real, a criança começa a desligar-se deles e a adotar uma atitude crítica para com o pai. Assim, ambas as famílias do mito - a aristocrática e a humilde - são reflexos da própria família da criança, tal como lhe apareceram em períodos sucessivos de sua vida.

Podemos dizer com justiça que essas explicações tornam plenamente inteligível a natureza difundida e uniforme dos mitos de nascimento de heróis. Por essa razão, é algo ainda mais merecedor de interesse que a lenda do nascimento e abandono de Moisés ocupe uma posição especial e que, na verdade, sob um aspecto essencial, contradiga o restante.

Começemos com as duas famílias entre as quais, segundo a lenda, o destino da criança é lançado. Segundo a interpretação analítica, como sabemos, as famílias são uma só e a mesma, apenas cronologicamente diferenciadas. Na forma típica da lenda, a primeira família, aquela em que a criança nasceu, é a aristocrática, freqüentemente de categoria real; a segunda família, aquela em que a criança cresceu, é humilde ou passa por maus dias. Isso concorda, ademais, com as circunstâncias [do 'romance familiar'] a que a interpretação faz a lenda remontar. Apenas na lenda de Édipo essa diferença se torna indistinta: a criança que foi exposta por uma família real é recebida por outro casal real. Sente-se que dificilmente pode ser acaso que exatamente nesse exemplo de identidade original das duas famílias possa ser vagamente percebida na própria lenda. O contraste social entre duas famílias proporciona ao mito - que, como sabemos, se destina a acentuar a natureza heróica de um grande homem - uma segunda função, que adquire significação especial quando ele é aplicado a personagens históricas, uma vez que o mito também pode ser utilizado para criar uma patente de nobreza para o herói, para elevar a sua posição social. Para os medos, Ciro foi um conquistador estrangeiro, mas, mediante uma lenda de abandono, tornou-se neto de seu rei. A mesma coisa se aplica a Rômulo. Se tal pessoa existiu, deve ter sido um aventureiro de origem desconhecida, um adventício; a lenda, contudo, fê-lo descendente e

herdeiro da casa real de Alba Longa.

Com Moisés, as coisas foram inteiramente diferentes. Em seu caso, a primeira família; em outros casos, a aristocrática, foi suficientemente modesta. Ele era filho de levitas judeus. Contudo, o lugar da segunda família, em outros casos a humilde, foi tomado pela casa real do Egito; a princesa o criou como se fosse seu próprio filho. Esse afastamento do tipo intrigou a muitas pessoas. Eduard Meyer, e outros que o seguiram, presumiram que, originalmente, a lenda foi diferente. O faraó, segundo eles, fora advertido por um sonho profético de que um filho nascido de sua filha traria perigo para ele e para seu reino. Dessa maneira, fez com que a criança fosse abandonada no Nilo, depois do nascimento, mas ela foi salva por judeus e criada como filho deles. Por ‘motivos nacionalistas’ (como diz Rank), a lenda teria então recebido a forma modificada segundo a qual a conhecemos.

Basta a reflexão de um momento, porém, para dizer-nos que uma lenda original de Moisés como essa, uma lenda que não mais se desvie das outras, não pode ter existido, pois seria de origem egípcia ou judaica. A primeira alternativa está afastada: os egípcios não tinham motivo para glorificar Moisés, visto este não ser um herói para eles. Temos de supor, então, que a lenda foi criada entre os judeus, o que equivale a dizer que foi ligada, em sua forma familiar [isto é, na forma típica de uma lenda de nascimento], à figura de seu líder. Mas ela era totalmente inapropriada para esse fim, pois que utilidade poderia ter para um povo uma lenda que transformava seu grande homem em estrangeiro?

A lenda de Moisés, sob a forma em que hoje a possuímos, deixa de alcançar, de modo notável, sua intenção secreta. Se o nascimento de Moisés não era real, a lenda não poderia cunhá-lo como herói; se o deixava como uma criança judia, nada teria feito para elevar sua posição social. Apenas um pequeno fragmento de todo o mito permanece eficaz: a certeza de que a criança sobreviveu perante poderosas forças externas. (Essa característica reaparece na história da infância de Jesus, na qual o rei Herodes assume o papel do faraó.) Assim, na verdade, estamos livres para presumir que algum posterior e canhestro adaptador do material da lenda teve oportunidade para introduzir na história de seu herói, Moisés, algo que se assemelhava às clássicas lendas de abandono que assinalam um herói, mas que, devido às circunstâncias especiais do caso, não era aplicável a Moisés.

Nossas investigações poderiam ter sido obrigadas a contentar-se com esse inconclusivo e, ademais, incerto resultado, e poderiam nada ter feito no sentido de responder a questão de saber se Moisés era egípcio. Há, contudo, outra linha de abordagem, talvez mais esperançosa, para a avaliação da lenda de abandono.

Retornemos às duas famílias do mito. No nível da interpretação analítica, elas são, como sabemos, idênticas, ao passo que no nível do mito são diferenciadas em uma família aristocrática e em outra humilde. Onde, porém, a figura a quem o mito é ligado é histórica, existe um terceiro nível: o da realidade. Uma das famílias é a real, na qual a pessoa em

apreço (o grande homem) nasceu e cresceu realmente; a outra é fictícia, fabricada pelo mito, na perseguição de suas próprias intenções. Via de regra, a família humilde é a real, e a aristocrática, a fabricada. A situação, no caso de Moisés, pareceu um tanto diferente. E aqui a nova linha de abordagem talvez conduza a um esclarecimento: em todos os casos em que foi possível verificá-la, a primeira família, aquela por quem a criança foi exposta, era a inventada, e a segunda, na qual ela foi recebida e cresceu, a real. Se tivermos a coragem de reconhecer essa asserção como universalmente verídica e como aplicável também à lenda de Moisés, então, imediatamente, veremos as coisas de modo claro: Moisés era um egípcio - provavelmente um aristocrata - sobre quem a lenda foi inventada para transformá-lo num judeu. E esta seria a nossa conclusão. O abandono às águas estava em seu lugar correto na história, mas, a fim de ajustar-se à nova intenção, seu objetivo teve de ser um tanto violentamente deformado. De maneira de sacrificar a criança, transformou-se em meio de salvá-la.

O desvio da lenda de Moisés em relação a todas as outras de sua espécie pode ser remontado a uma característica especial de sua história. Ao passo que normalmente um herói, no correr de sua vida, se eleva acima de seu começo humilde, a vida heróica do homem Moisés começou com ele descendo de sua posição elevada e baixando ao nível dos Filhos de Israel.

Começamos essa breve investigação na expectativa de dela derivar um novo argumento em apoio da suspeita de que Moisés era egípcio. Vimos que o primeiro argumento, baseado em seu nome, levou muitas pessoas a falharem em produzir convicção. Devemos estar preparados para descobrir que esse novo argumento, baseado numa análise da lenda do abandono, pode não ter melhor sucesso. Sem dúvida, objetar-se-á que as circunstâncias de construção e transformação das lendas são, afinal de contas, obscuras demais para justificar uma conclusão como a nossa, e que as tradições que rodeiam a figura heróica de Moisés - com toda sua confusão e contradições, e seus inequívocos sinais de séculos de revisões e superposições contínuas e tendenciosas - estão fadadas a baldar todo esforço de trazer à luz o núcleo de verdade histórica que jaz por trás delas. Não partilho dessa atitude discordante, mas tampouco me acho em posição de refutá-la.

Se certeza maior do que essa não podia ser alcançada, por que, poder-se-á perguntar, trouxe eu essa investigação a público? Lamento dizer que mesmo minha justificação para fazê-lo não pode ir além de sugestões, pois, se permitirmos ser levados pelos dois argumentos que apresentei aqui, e se nos dispusermos a tomar a sério a hipótese de que Moisés era um egípcio aristocrata, perspectivas muito interessantes e de grande alcance se abrirão. Com o auxílio de algumas suposições não muito remotas, poderemos, acredito, compreender os motivos que levaram Moisés ao passo fora do comum que deu, e, intimamente relacionado a isso, poderemos conseguir um domínio da possível base de uma série de características e peculiaridades das leis e da religião que ele forneceu ao povo judeu, e, ainda, seremos levados a importantes considerações relativas à origem das

religiões monoteístas em geral. Tais conclusões ponderáveis não podem, contudo, fundar-se apenas em probabilidades psicológicas. Mesmo que aceitemos o fato de que Moisés era egípcio como primeira base histórica, precisaremos dispor pelo menos de um segundo fato firme, a fim de defender a riqueza de possibilidades emergentes contra a crítica de que elas não passam de um produto da imaginação e são afastadas demais da realidade. Provas objetivas do período ao qual a vida de Moisés e, com ela, o Êxodo do Egito devem ser referidos, teriam atendido, talvez, a esse requisito. Mas elas não foram obtidas; portanto, será melhor deixar sem menção quaisquer outras implicações da descoberta de que Moisés era egípcio.

II - SE MOISÉS FOSSE EGÍPCIO...

Numa contribuição anterior a esse periódico, tentei trazer à baila um novo argumento em apoio à hipótese de que o homem Moisés, o libertador e legislador do povo judaico, não era judeu, mas egípcio. Há muito tempo observou-se que seu nome derivava do vocabulário egípcio, embora o fato não tenha sido devidamente apreciado. O que acrescentei foi que a interpretação do mito do abandono vinculado a Moisés conduzia necessariamente à inferência de que ele fora um egípcio a quem as necessidades de um povo procuraram transformar em judeu. Observei, no final de meu artigo, que implicações importantes e de grande alcance decorriam da hipótese de Moisés ser egípcio, mas que não estava preparado para argüir publicamente em favor dessas implicações, já que elas se baseavam apenas em probabilidades psicológicas e lhes faltava qualquer prova objetiva. Quanto maior for a importância das opiniões a que se chega dessa maneira, mais fortemente se sente a necessidade de eximir-se de expô-las sem base segura contra os ataques críticos do mundo que nos cerca - como uma estátua de bronze com os pés de barro. Sequer a probabilidade mais tentadora constitui proteção contra o erro; mesmo que todas as partes de um problema pareçam ajustar-se como peças de um quebra-cabeça, há que refletir que aquilo que é provável não é necessariamente a verdade, e que a verdade nem sempre é provável. E, por fim, não parece atraente alguém encontrar-se classificado com os eruditos e talmudistas que se deliciam em exibir sua engenhosidade, sem considerar quão afastada da realidade sua tese pode estar.

Apesar dessas hesitações, que para mim pesam hoje tanto quanto antes, o resultado de meus motivos conflitantes é a decisão de produzir a presente seqüência à minha primeira comunicação. Mas, ainda uma vez, esta não é toda a história, nem tampouco a parte mais importante dela.

(1)

Se, então, Moisés foi egípcio, nosso primeiro proveito dessa hipótese é um novo enigma, um enigma difícil de decifrar. Se um povo ou uma tribo se dispõe a um grande empreendimento, é de esperar que um de seus membros assuma o lugar de líder ou seja escolhido para esse posto. Mas não é fácil imaginar o que poderia ter induzido um egípcio aristocrata - um príncipe, talvez, ou então um sacerdote ou alto funcionário - a colocar-se à testa de uma multidão de estrangeiros imigrantes, num nível atrasado de civilização, e abandonar seu país com eles. O bem conhecido desprezo que os egípcios sentiam pelos estrangeiros torna particularmente improvável tal procedimento. Na verdade, eu bem poderia acreditar que foi precisamente por isso que mesmo naqueles historiadores que reconheceram ser egípcio o nome do homem, e que lhe atribuíram toda a sabedoria dos egípcios, ver em [[1]], não se dispuseram a aceitar a possibilidade óbvia de que Moisés era egípcio.

Essa primeira dificuldade é seguida de imediato por outra. Não devemos esquecer que Moisés foi não apenas o líder político dos judeus estabelecidos no Egito, mas também seu legislador e educador, forçando-os a se porem a serviço de uma nova religião, que até o dia de hoje é conhecida, por sua causa, como a religião mosaica. Mas, é tão fácil a um homem isolado criar uma nova religião? E se alguém quisesse influenciar a religião de outra pessoa, mais naturalmente não a converteria ele à sua própria? Decerto, de uma forma ou de outra, não faltava ao povo judeu no Egito uma religião, e se Moisés, que lhes forneceu uma nova, era egípcio, não se pode colocar de lado a suposição de que essa outra nova religião era a egípcia.

Há algo que se coloca no caminho dessa possibilidade: o fato de haver o mais violento contraste entre a religião judaica atribuída a Moisés e a religião do Egito. A primeira é um monoteísmo rígido em grande escala: há apenas um só Deus, ele é o único Deus, onipotente, inaproximável; seu aspecto é mais do que os olhos humanos podem tolerar, nenhuma imagem dele deve ser feita, mesmo seu nome não pode ser pronunciado. Na religião egípcia, há uma quantidade quase inumerável de divindades de dignidade e origem variáveis: algumas personificações de grandes forças naturais como o Céu e a Terra, o Sol e a Lua, uma abstração ocasional como Ma'at (Verdade ou Justiça), ou uma caricatura como Bes, semelhante a um anão. A maioria delas, porém, são deuses locais, a datar do período em que o país estava dividido em numerosas províncias, deuses com a forma de animais, como se ainda não tivessem completado sua evolução a partir dos antigos animais totêmicos, sem distinções nítidas entre eles, mas diferindo nas funções que lhes eram atribuídas. Os hinos em honra desses deuses dizem quase as mesmas coisas sobre todos eles e os identificam decididamente uns com os outros, de maneira desesperadoramente confusa para nós. Os nomes dos deuses são combinados mutuamente, de modo que um deles pode ser quase reduzido a um epíteto do outro. Assim, no apogeu do 'Novo Reinado', o principal deus da cidade de Tebas foi chamado de Amen Re', a primeira parte desse composto representa o

deus de cabeça de carneiro da cidade, ao passo que Re' é o nome do deus solar de cabeça de falcão de On [Heliópolis]. Atos, encantamentos e amuletos mágicos e cerimoniais dominavam o serviço desses deuses, assim como governavam a vida cotidiana dos egípcios.

Algumas dessas diferenças podem facilmente derivar-se do contraste fundamental existente entre um monoteísmo estrito e um politeísmo irrestrito. Outras são evidentemente resultado de uma diferença em nível espiritual e intelectual, já que uma dessas religiões estava muito próxima de fases primitivas [de desenvolvimento], ao passo que a outra se elevou a alturas de abstração sublime. Pode ser devido a esses dois fatores que, ocasionalmente, se tem a impressão de que o contraste entre as religiões mosaica e egípcia é deliberado e foi intencionalmente intensificado, tal como quando, por exemplo, uma delas condena a magia e a feitiçaria nos termos mais severos, enquanto na outra elas proliferam abundantemente, ou quando o insaciável apetite dos egípcios por corporificar seus deuses em argila, pedra e metal (a que nossos museus tanto devem hoje), se confronta com a dura proibição de fazer imagens de qualquer criatura viva ou imaginada.

Mas ainda existe outro contraste entre as duas religiões que não é atendido pelas explicações que tentamos. Nenhum outro povo da Antiguidade fez tanto [como os egípcios] para negar a morte, ou se deu a tais trabalhos para tornar possível a existência no próximo mundo. Por conseguinte, Osíris, o deus dos mortos, o soberano desse outro mundo, era o mais popular e indiscutido de todos os deuses do Egito. Por outro lado, a antiga religião judaica renunciou inteiramente à imortalidade; a possibilidade de a existência continuar após a morte em parte alguma jamais é mencionada. E isso ainda é mais notável por experiências posteriores terem demonstrado que a crença num após-vida é perfeitamente compatível com uma religião monoteísta.

Era nossa esperança que a possibilidade de Moisés ser egípcio se mostrasse frutífera e esclarecedora em diversas direções, mas a primeira conclusão que tiramos dessa hipótese - que a nova religião que ele deu aos judeus era a sua, egípcia - foi invalidada por nossa compreensão do caráter diferente e, em verdade, contraditório das duas religiões.

(2)

Outra possibilidade nos é aberta por um acontecimento marcante na história da religião egípcia, um acontecimento que só ultimamente foi reconhecido e apreciado. Continua sendo possível que a religião que Moisés deu a seu povo judeu era, mesmo assim, a sua própria, que era uma religião egípcia, embora não a religião egípcia.

Na gloriosa XVIII Dinastia, sob a qual o Egito se tornou uma potência mundial, um jovem faraó subiu ao trono, por volta de 1375 a.C. Inicialmente ele foi chamado, tal como seu pai, Amenófis (IV); mais tarde, porém, mudou seu nome, e não apenas seu nome. Esse rei dispôs-se a impor uma religião a seus súditos egípcios, uma religião que ia de encontro às suas

tradições de milênios e a todos os hábitos familiares de suas vidas. Ela era um monoteísmo escrito, a primeira tentativa dessa espécie, até onde sabemos, na história do mundo, e, juntamente com a crença num deus único, nasceu inevitavelmente a intolerância, que anteriormente fora alheia ao mundo antigo e que por tão longo tempo permaneceu depois dele. O reino de Amenófis, contudo, durou apenas 17 anos. Logo após sua morte, em 1358 a.C., a nova religião foi varrida e proscrita a memória do rei herético. O pouco que sabemos dele deriva-se das ruínas da nova capital real que construiu e dedicou a seu deus, e das inscrições nas tumbas de pedra adjacentes a ela. Tudo o que pudemos aprender sobre essa personalidade marcante e, na verdade, única, será merecedor do mais elevado interesse.

Toda novidade deve ter suas preliminares e pré-condições em algo anterior. As origens do monoteísmo egípcio podem ser um pouco remontadas com alguma certeza. Durante um tempo considerável, entre os sacerdotes do templo do Sol em On (Heliópolis), tinham-se manifestado tendências no sentido de desenvolver a idéia de um deus universal e de dar ênfase ao lado ético de sua natureza. Ma'at, a deusa da Verdade, da Ordem e da Justiça, era filha do deus-Sol Re'. Durante o reinado de Amenófis III, pai e predecessor do reformador, a adoração do deus-Sol já tinha ganho novo ímpeto, provavelmente em oposição a Aman de Tebas, que se tornara poderoso demais. Um nome muito antigo do deus-Sol, Aten ou Atum, foi trazido a nova proeminência, e o jovem rei encontrou nessa religião de Aten um movimento já pronto, que não teve de ser o primeiro a inspirar, mas de que podia tornar-se um aderente.

Por esse tempo, as condições políticas do Egito haviam começado a exercer influência duradoura na religião egípcia. Como resultado das façanhas militares do grande conquistador, Tutmósis III, o Egito havia-se tornado uma potência mundial; o império incluía agora a Núbia, ao sul, a Palestina, a Síria e uma parte da Mesopotâmia, ao norte. Esse imperialismo refletiu-se na religião como universalismo e monoteísmo. Visto as responsabilidades do faraó abrangerem agora não apenas o Egito, mas ainda a Núbia e a Síria, também a divindade foi obrigada a abandonar sua limitação nacional e, tal como o faraó era o único e irrestrito soberano do mundo conhecido dos egípcios, isso também teve de aplicar-se à nova deidade destes. Além disso, com a ampliação das fronteiras do império, era natural que o Egito se tornasse mais acessível a influências estrangeiras; algumas das princesas reais eram princesas asiáticas, e é possível que incentivos diretos ao monoteísmo tenham inclusive aberto caminho desde a Síria.

Amenófis nunca negou sua adesão ao culto solar de On. Nos dois hinos a Aten que sobreviveram nas tumbas de pedra, e que foram provavelmente compostos por ele próprio, louva o Sol como criador e preservador de todas as coisas vivas, tanto dentro quanto fora do Egito, com um ardor que não se repete senão muitos séculos depois, nos Salmos em honra do deus judeu Javé. Ele, porém, não se contentou com essa espantosa previsão da descoberta científica do efeito da radiação solar. Não há dúvida de que ele foi um passo além, de que não adorou o Sol como um objeto material, mas como símbolo de um ser divino cuja energia

manifestava em seus raios.

Entretanto, não estaríamos fazendo justiça ao rei se o encarássemos simplesmente como um aderente ou fomentador de uma religião de Aten já em existência antes de sua época. Sua atividade foi uma intervenção muito mais enérgica. Ele introduziu algo de novo, que, pela primeira vez, converteu a doutrina de um deus universal em monoteísmo: o fator da exclusividade. Em um de seus hinos, ele declara expressamente: ‘Ó tu, único Deus, ao lado de quem nenhum outro existe!’, E não devemos esquecer que, ao avaliar uma nova doutrina, não é suficiente o conhecimento de seu conteúdo *positivo*; seu lado *negativo* é quase igualmente importante, ou seja, o conhecimento daquilo que ela rejeita. Também seria um equívoco supor que a nova religião foi completada de um só golpe e surgiu em vida completamente armada, tal como Atena da cabeça de Zeus. Tudo sugere antes que, no correr do reinado de Amenófis, ela tenha crescido pouco a pouco no sentido de uma clareza, congruência, dureza e intolerância cada vez maiores. É provável que esse desenvolvimento se tenha realizado sob a influência da violenta oposição à reforma do rei, surgida entre os sacerdotes de Amun. No sexto ano do reinado de Amenófis, esse antagonismo havia atingido um ponto tal, que o rei mudou seu nome, do qual o nome proscrito do deus Amun fazia parte. Em vez de ‘Amenófis’, denominou-se então ‘Akhenaten’. Mas não foi apenas do próprio nome que ele expungiu o do detestado deus: apagou-o também de todas as inscrições, inclusive onde aparecia no nome de seu pai, Amenófis III. Pouco depois de alterar seu nome, Akhenaten abandonou a cidade de Tebas, dominada por Amun, e construiu para si uma nova capital real rio abaixo, à qual deu o nome de Akhenaten (o horizonte de Aten). Seu sítio em ruínas é hoje conhecido como Tell el-’Amarna.,

A perseguição por parte do rei incidiu mais duramente sobre Amun, mas não só sobre ele. Por todo o reino, foram fechados templos, proibido o serviço divino, confiscadas as propriedades dos templos. Na verdade, o zelo do rei chegou ao ponto de fazer examinar os monumentos antigos, a fim de que a palavra ‘deus’ fosse nele obliterada, quando ocorresse no plural., Não é de espantar que essas medidas tomadas por Akhenaten provocassem um estado de ânimo de vingança fanática entre a classe sacerdotal suprimida e o povo comum insatisfeito, estado que pôde encontrar expressão livre após a morte do rei. A religião de Aten não se tornara popular; provavelmente permanecera restrita a um círculo estreito em torno da pessoa do rei. O fim de Akhenaten permanece envolto em obscuridade. Sabemos de alguns vagos sucessores, de vida efêmera, de sua própria família. Já seu genro, Tut’ankhaten, foi obrigado a regressar a Tebas e a substituir, em seu nome, o nome do deus Aten pelo de Amun.* Seguiu-se um período de anarquia até que, em 1350 a.C., um general, Haremhab, obteve êxito em restaurar a ordem. A gloriosa XVIII Dinastia estava no fim e, simultaneamente, suas conquistas na Núbia e na Ásia foram perdidas. Durante esse sombrio interregno, as antigas religiões do Egito foram restabelecidas. A religião de Aten foi abolida. A cidade real de Akhenaten foi destruída e saqueada, e a memória dele proscrita como a de um criminoso. É com um intuito particular que enfatizaremos agora certos pontos entre as características negativas da religião de Aten. Em primeiro lugar, tudo relacionado

com mitos, magia e feitiçaria é excluído dela., A seguir, a maneira pela qual se representava o deus-Sol não era mais, como no passado, através de uma pequena pirâmide e um falcão,, mas - e isso parece quase prosaico - por um disco redondo com raios a partir dele, raios que terminam em mãos humanas. A despeito de toda a exuberante arte do período Amarna, nenhuma outra representação do deus-Sol - nenhuma imagem pessoal de Aten - foi encontrada, e pode-se confiantemente dizer que nenhuma o será., Por fim, houve completo silêncio sobre o deus dos mortos, Osíris, e o reino dos mortos. Nem os hinos nem as inscrições tumulares tomam qualquer conhecimento do que talvez estivesse mais perto dos corações dos egípcios. O contraste com a religião popular não pode ser mais claramente demonstrado.

(3)

ostaria agora de arriscar esta conclusão: se Moisés era egípcio e se comunicou sua própria religião aos judeus, ela deve ter sido a de Akhenaten, a religião de Aten.

Já comparei a religião judaica com a religião popular do Egito e demonstrei a oposição existente entre elas. Devo agora fazer uma comparação entre as religiões judaica e de Aten, na expectativa de provar sua identidade original. Isso, estou ciente, não será fácil. Graças à vingatividade dos sacerdotes de Amun, talvez saibamos muito pouco a respeito da religião mosaica em sua forma final, tal como foi fixada pela classe sacerdotal judaica, cerca de oitocentos anos mais tarde, em épocas pós-exílicas. Se, apesar desse estado desfavorável do material, encontrarmos algumas indicações que favoreçam nossa hipótese, poderemos atribuir-lhes um alto valor.

Haveria um caminho mais certo para provar nossa tese de que a religião mosaica outra não era que a de Aten: a saber, se tivéssemos uma confissão de fé, uma declaração. Mas temo que nos seja dito que esse caminho está fechado para nós. A confissão judaica de fé, como é bem sabido, proclama: ‘Schema Jisroel Adonai Elohenu Adonai Echod’, Se não é simplesmente por acaso que o nome de Aten (ou Atum) egípcio soa como a palavra hebraica Adonai [Senhor] e o nome da divindade síria Adônis - devendo-se isso, porém, a um parentesco primevo de fala e significado - então a fórmula judaica pode ser assim traduzida: ‘Ouve, Israel, nosso deus Aten (Adonai) é o único deus.’ Infelizmente, sou totalmente incompetente para dar resposta a essa questão e pouco pude encontrar a respeito dela na leitura sobre o assunto., Mas, com toda probabilidade, isso equivale a tornar as coisas fáceis demais para nós. De qualquer modo, teremos de retornar mais uma vez aos problemas referentes ao nome do deus.,

a fazer remontar o que possuem em comum a essa característica Tanto as semelhanças quanto as diferenças entre as duas religiões são facilmente discerníveis, sem nos fornecerem muita luz. Ambas foram formas de monoteísmo escrito, e estaremos inclinados, a priori, fundamental. Sob certos aspectos, o monoteísmo judaico comportava-se ainda mais

duramente do que o egípcio: ao proibir representações pictóricas de qualquer tipo, por exemplo. A diferença mais essencial (à parte os nome dos deuses) deve ser vista no fato de a religião judaica ser inteiramente desprovida de adoração solar, na qual a egípcia ainda encontrava apoio. Ao fazermos a comparação com a religião popular do Egito, tivemos a impressão de que, além do contraste fundamental, um fator de contradição intencional desempenhava papel na diferença entre as duas religiões. Essa impressão parecerá justificada se, agora, ao fazermos a comparação, substituirmos a religião judaica pela religião de Aten, que, como sabemos, foi desenvolvida por Akhenaten em hostilidade deliberada à popular. Com toda razão ficamos surpresos por descobrir que a religião judaica nada tinha que ver com o próximo mundo ou com a vida após a morte, embora uma doutrina desse tipo fosse compatível com o mais estrito monoteísmo. Contudo, a surpresa se desvanece quando tornamos da religião judaica para a de Aten e imaginamos que essa recusa foi extraída desta última, de uma vez que, para Akhenaten, ela constituía uma necessidade em sua luta contra a religião popular, na qual Osíris, o deus dos mortos, desempenhava um papel maior, talvez, do que qualquer outro deus do mundo superior. A concordância entre as religiões judaica e de Aten nesse importante ponto é o primeiro argumento forte em favor de nossa tese. Viremos a saber que não é o único.

Moisés não apenas forneceu aos judeus uma nova religião; pode-se afirmar com igual certeza que ele introduziu para eles o costume da circuncisão. Esse fato é de importância decisiva para nosso problema e sequer foi levado em consideração. É verdade que o relato bíblico o contradiz mais de uma vez. Por um lado, faz a circuncisão remontar à era patriarcal, como sinal de um pacto entre Deus e Abraão; por outro, descreve, em passagem particularmente obscura, como Deus ficou irado com Moisés por ter negligenciado um costume que se tornara sagrado, e procurou matá-lo; a esposa dele, porém, uma madianita, salvou-o da ira de Deus realizando rapidamente a operação. Estas, contudo, são deformações que não nos devem desencaminhar; posteriormente, descobriremos a razão para elas. Permanece o fato de haver apenas uma só resposta para a questão de saber de onde os judeus derivaram o costume da circuncisão - a saber, do Egito. Heródoto, o 'pai da História', conta-nos que o costume da circuncisão por muito tempo fora indígena no Egito, e suas afirmações são confirmadas pelas descobertas em múmias e, na verdade, por pinturas nas paredes dos túmulos. Nenhum outro povo do Mediterrâneo oriental, até onde sabemos, praticava esse costume, e pode-se com segurança supor que os semitas, os babilônios e os sumérios não eram circuncidados. A própria história da Bíblia diz que isso é típico dos habitantes de Canaã; constitui uma premissa necessária para a aventura da filha de Jacó e o príncipe de Siquém. A possibilidade de que os judeus tenham adquirido o costume da circuncisão durante sua estada no Egito por outra maneira, que não a vinculação com o ensinamento religioso de Moisés, pode ser rejeitada como completamente despida de fundamento. Ora, tomando como certo que a circuncisão era costume popular e universal no Egito, adotemos por um momento a hipótese de que Moisés era judeu, de que buscou libertar da servidão seus compatriotas no Egito e de que os conduziu a desenvolver uma existência nacional independente e autoconsciente em outro país - que foi realmente o que aconteceu.

Que sentido poderia ter, nesse caso, o fato de que, ao mesmo tempo, ele lhes tenha imposto um costume incômodo, que inclusive, até certo ponto, os transformava em egípcios e devia manter permanentemente viva a lembrança deles em relação ao Egito, ao passo que os esforços de Moisés só podiam visar à direção oposta, isto é, a tornar alheio o povo à terra de sua servidão e a superar o anseio pelas ‘panelas de carne’ do Egito? Não, o fato do qual partimos e a hipótese que lhe acrescentamos são tão incompatíveis entre si, que podemos atrever-nos a chegar a esta conclusão: se Moisés deu aos judeus não apenas uma nova religião, como também o mandamento da circuncisão, ele não foi um judeu mas um egípcio, e, nesse caso, a religião mosaica foi provavelmente uma religião egípcia, que, em vista de seu contraste com a religião popular, era a religião de Aten, com a qual a religião judaica posterior concorda em alguns aspectos marcantes. Já indiquei que minha hipótese de que Moisés não era judeu, mas egípcio, criou um novo enigma. O desenvolvimento de sua conduta, que parecia facilmente inteligível num judeu, era incompreensível num egípcio. Se, contudo, colocarmos Moisés na época de Akhenaten e o supusermos em contato com esse faraó, o enigma se desfará, mostrando-se possíveis os motivos que responderão a todas as nossas perguntas. Começamos pela suposição de que Moisés era um aristocrata, um homem proeminente, talvez, na verdade, um membro da casa real, tal como a lenda diz a seu respeito. Indubitavelmente, estava cômulo de suas grandes capacidades, era ambicioso e enérgico; pode ter inclusive acalentado a idéia de um dia vir a ser o líder de seu povo, de se tornar o governante do reino. Achando-se perto do faraó, era um aderente convicto da nova religião, cujos pensamentos básicos fizera seus. Quando o rei morreu e a reação se instalou, ele viu destruídas todas as suas esperanças e projetos; se não estivesse preparado para abjurar de todas as convicções que lhe eram tão caras, o Egito nada mais teria a lhe oferecer: ele perdera seu país. Nesse dilema, encontrou uma solução fora do comum. Akhenaten, o sonhador, afastara de si o povo e deixara seu império despedaçar-se. A natureza mais enérgica de Moisés sentia-se melhor com o plano de fundar um novo reino, de encontrar um novo povo, a quem apresentaria, para adoração, a religião que o Egito desdenhara. Era, como podemos ver, uma tentativa heróica de combater o destino, de compensar em dois sentidos as perdas em que a catástrofe de Akhenaten o envolvera. Talvez ele fosse, nessa época, governador da província da fronteira (Gósen), onde certas tribos semitas se tinham estabelecido talvez já no período dos hicsos. A elas escolheu para ser seu novo povo - uma decisão histórica., Chegou a um acordo com elas, pôs-se à sua testa e realizou o Êxodo ‘com mão forte’. Em total contraste com a tradição bíblica, podemos supor que o Êxodo realizou-se pacificamente e sem perseguição. A autoridade de Moisés tornou isso possível e, àquela época, não havia autoridade central que pudesse ter interferido.

De acordo com essa nossa construção, o Êxodo do Egito teria ocorrido durante o período que vai de 1358 a 1350 a.C., isto é, após a morte de Akhenaten e antes do restabelecimento, por Haremhab, da autoridade estatal., O objetivo da migração só poderia ter sido a terra de Canaã. Após o colapso da dominação egípcia, hordas de belicosos arameus irromperam naquela região, conquistando e saqueando, e demonstraram dessa maneira onde um povo

capaz poderia conquistar novas terras para si. Tomamos conhecimento desses guerreiros pelas cartas encontradas, em 1887, na cidade em ruínas de Amarna. Nelas, eles são chamados de ‘habiru’, e o nome foi transferido (não sabemos como) para os invasores judeus posteriores - ‘hebreus’ -, aos quais as cartas de Amarna não podiam referir-se. Ao sul da Palestina também, em Canaã, viviam as tribos que eram os parentes mais próximos dos judeus que então abriam caminho para fora do Egito.

Os motivos que descobrimos para o êxodo como um todo aplicam-se também à introdução da circuncisão. Estamos familiarizados com a atitude adotada pelas pessoas (tanto em nações, como individualmente) para com esse costume primevo, o qual mal é compreendido ainda. Aqueles que não praticam a circuncisão, encaram-na como muito estranha e ficam um pouco horrorizados com ela, mas os que a adotaram, orgulham-se dela. Sentem-se exalçados por ela, enobrecidos, por assim dizer, e olham com desprezo para os outros, a quem consideram sujos. Ainda hoje, inclusive, um turco injuriará um cristão chamando-o de ‘cão incircunciso’. Pode-se supor que Moisés, o qual, sendo egípcio, era ele próprio circuncidado, partilhava dessa atitude. Os judeus com quem partiu de seu país deveriam servir-lhe como um substitutivo superior aos egípcios que deixara atrás de si. De modo algum os judeus deveriam ser inferiores a eles. Quis transformá-los num ‘povo santo’, tal como está expressamente enunciado no texto bíblico,, e, como sinal de sua consagração, introduziu também entre eles o costume que os tornava, pelo menos, iguais aos egípcios. E ele só podia acolher bem o fato de que eles fossem isolados por tal sinal e mantidos separados dos povos estrangeiros entre os quais suas peregrinações os levassem, tal como os próprios egípcios se tinham mantido separados de todos os estrangeiros.,

Posteriormente, contudo, a tradição judaica comportou-se como se tivesse sido posta em desvantagem pela inferência que estivemos tirando. Caso se admita que a circuncisão foi um costume egípcio introduzido por Moisés, isso será quase a mesma coisa que reconhecer que a religião que lhes foi dada por ele, era também uma religião egípcia. Houve bons motivos para negar esse fato, de maneira que a verdade sobre a circuncisão também teve de ser contraditada.

(4)

Nesse ponto, espero defrontar-me com uma objeção a minha hipótese. Essa hipótese situou Moisés, um egípcio, no período de Akhenaten. Fez sua decisão de assumir o povo judeu derivar das circunstâncias políticas do país naquela ocasião, e identificou a religião que ele apresentou ou impôs a seus protegés como a religião de Aten, que, na realidade, tinha desmoronado no próprio Egito. Espero que me seja dito que apresentei essa estrutura de conjecturas com excessiva positividade, para a qual não existe base alguma no material.

Acho que essa objeção não se justifica. Já dei ênfase ao fator de dúvida em minhas observações introdutórias; por assim dizer, coloquei esse fator fora dos colchetes e pode-se permitir que eu me poupe o trabalho de repeti-lo em vinculação a cada item dentro deles.

Posso continuar o exame com algumas considerações críticas elaboradas por mim mesmo. O cerne de minha hipótese - a dependência do monoteísmo judaico do episódio monoteísta na história egípcia - já fora suspeitado e mencionado por diversos autores. Poupo-me o trabalho de citar essas opiniões aqui, pois nenhuma delas foi capaz de indicar como essa influência pode ter entrado em operação. Ainda que, em nossa opinião, a influência permaneça vinculada à figura de Moisés, devemos também mencionar algumas outras possibilidades, em acréscimo àquela que preferimos. Não se deve supor que a queda da religião oficial de Aten tenha imposto uma interrupção completa à corrente monoteísta no Egito. A classe sacerdotal de On, a partir da qual ela se iniciou, sobreviveu à catástrofe e pode ter continuado a influenciar, pela tendência de suas idéias, gerações posteriores a Akhenaten. Assim, a ação empreendida por Moisés é ainda concebível, mesmo que não tenha vivido na época de Akhenaten e não tenha caído sob sua influência pessoal, quer fosse ele apenas um adepto, quer, talvez, um membro da classe sacerdotal de On. Essa possibilidade adiaria a data do Êxodo e a colocaria mais próxima da data geralmente adotada (no século XII), mas nada tem a recomendá-la. Nossa compreensão interna (insight) dos motivos de Moisés se perderia e a facilitação do Êxodo pela anarquia dominante no país não mais se aplicaria. Os sucessivos reis da XIX Dinastia estabeleceram um regime forte. Só no período imediatamente posterior à morte do rei herético, houve uma convergência de todas as condições, tanto externas quanto internas, favoráveis ao Êxodo. Os judeus possuem, independentemente da Bíblia, uma copiosa literatura onde podem ser encontradas as lendas e mitos que se desenvolveram, no decurso dos séculos, em torno da imponente figura de seu primeiro líder e fundador de sua religião, lendas e mitos que tanto a iluminaram quanto a obscureceram. Disseminados nesse material, talvez existam fragmentos de tradição fidedigna para os quais não se encontrou lugar no Pentateuco. Uma lenda desse tipo fornece uma descrição atraente de como a ambição do homem Moisés encontrou expressão mesmo em sua infância. Certa vez, quando o faraó o tomara nos braços e, de brincadeira, suspendera-o no ar, o menino de três anos apossou-se da coroa que estava na cabeça do rei e a colocou sobre a sua. Esse augúrio alarmou o rei, que não deixou de consultar seus conselheiros sobre ele. Existem, em outras partes, histórias de suas ações militares vitoriosas como general egípcio na Etiópia, e, em vinculação a isso, de como fugiu do Egito porque tinha motivos para temer a inveja de um partido na Corte ou do próprio faraó. O próprio relato bíblico atribui a Moisés certas características, às quais pode-se muito bem dar crédito. Descreve-o como sendo de natureza irascível, a encolerizar-se facilmente, tal como quando, indignado, matou o brutal feitor que estava maltratando um trabalhador judeu, ou quando, em sua ira pela apostasia do povo, quebrou as tábuas da Lei que trouxera do Monte de Deus [Sinai]; na verdade, o próprio Deus o puniu ao final por um ato impaciente, mas não nos é dito qual foi esse ato. Como um traço dessa espécie não constitui algo que sirva para sua glorificação, talvez possa corresponder a uma verdade histórica. Tampouco se pode excluir a

possibilidade de que alguns dos traços caracterológicos que os judeus incluíram em sua primitiva representação de seu Deus - descrevendo-o como ciumento, severo e cruel -, possam ter sido, no fundo, derivados de uma lembrança de Moisés, pois, de fato, não fora um Deus invisível, mas sim o varão Moisés que os tirara do Egito.

Outro traço atribuído a Moisés possui direito especial a nosso interesse. É dito que Moisés era 'pesado de boca'; ele deve ter sofrido de uma inibição ou distúrbio da fala. Por conseguinte, em suas supostas negociações com o faraó, precisou do apoio de Aarão, que é chamado de seu irmão. Essa, mais uma vez, pode ser uma verdade histórica, e constituiria uma contribuição bem-vinda à apresentação de um retrato vívido do grande homem. Contudo, também pode ter outra significação, mais importante. Pode recordar, de modo ligeiramente deformado, o fato de que Moisés falava outra língua e não podia comunicar-se com seus neo-egípcios semíticos sem intérprete, pelo menos no início de suas relações - uma nova confirmação, portanto, da tese de que Moisés era egípcio.

Agora, porém, ou assim parece, nosso trabalho chegou a um final provisório. No momento, não podemos tirar outras conclusões de nossa hipótese de que Moisés era egípcio, tenha ela sido provada ou não. Nenhum historiador pode encarar a descrição bíblica de Moisés e do Êxodo como algo mais do que um piedoso fragmento de ficção imaginativa, que moldou uma tradição remota em benefício de seus próprios intuítos tendenciosos. A forma original dessa tradição nos é desconhecida; deveríamos contentar-nos em descobrir quais foram os intuítos deformantes, mas nossa ignorância dos acontecimentos históricos nos mantém no escuro. O fato de nossa reconstrução não deixar lugar para uma série de ostentações da história da Bíblia, tais como as dez pragas, a passagem do Mar Vermelho e a solene entrega das leis no Monte Sinai, não nos desconcerta. No entanto, não poderemos tratar o assunto como sendo indiferente se nos encontrarmos em contradição com as descobertas das sóbrias pesquisas históricas dos dias atuais.

Esses historiadores modernos, dos quais podemos tomar Eduard Meyer (1906) como representante, concordam com a história bíblica num ponto decisivo. Também eles acham que as tribos judaicas, que mais tarde se desenvolveram no povo de Israel, adquiriram uma nova religião num determinado ponto do tempo. Contudo, segundo eles isso não se realizou no Egito ou ao sopé de um montanha na Península de Sinai, mas numa certa localidade conhecida como Meribá-Cades, um oásis distinguido por sua riqueza em fontes e poços, na extensão de terra ao sul da Palestina, entre a saída oriental da Península de Sinai e a fronteira ocidental da Arábia. Aí eles assumiram a adoração de um deus Iavé ou Javé, provavelmente da tribo árabe vizinha dos madianitas. Parece provável que outras tribos da vizinhança também fossem seguidoras desse deus.

Javé era, indiscutivelmente, um deus vulcânico. Ora, como é bem sabido, o Egito não possui vulcões e as montanhas da Península de Sinai nunca foram vulcânicas; por outro lado, existem vulcões que podem ter sido ativos, até tempos recentes, ao longo da fronteira

ocidental da Arábia. Assim, uma dessas montanhas deve ter sido Sinai-Horeb, considerado a morada de Javé. Apesar de todas as revisões a que a história bíblica foi submetida, o retrato original do caráter do deus pode ser reconstruído, segundo Eduard Meyer: era um demônio sinistro e sedento de sangue, que vagueava pela noite e evitava a luz do dia.

O mediador entre Deus e o povo, na fundação dessa religião, chamava-se Moisés. Era o genro do sacerdote madianita Jetro e cuidava de seus rebanhos quando recebeu a convocação de Deus. Foi também visitado por Jetro em Cades e recebeu alguns conselhos dele.⁴

Embora Eduard Meyer diga, é verdade, que nunca duvidou de que havia certo âmago histórico na versão da estada no Egito e da catástrofe para os egípcios, evidentemente não sabe como localizar e que uso fazer desse fato que ele reconhece. A única coisa que se mostra pronto a fazer derivar do Egito é o costume da circuncisão. Acrescenta duas importantes indicações, que confirmam nossos argumentos anteriores: primeiro, que Josué ordenou que o povo fosse circuncidado, a fim de ‘revolver de sobre vós o opróbrio [a desobediência] do Egito’, e, segundo, uma citação de Heródoto que diz que ‘os próprios fenícios (sem dúvida os judeus) e os sírios da Palestina admitem que aprenderam com os egípcios esse costume. Mas ele pouco tem a dizer em favor de um Moisés egípcio: ‘O Moisés que conhecemos é o ancestral dos sacerdotes de Cades, isto é, uma figura oriunda de uma lenda genealógica, colocada em relação a um culto, não uma personalidade histórica. Assim (à parte aqueles que aceitam as raízes e ramificações da tradição como verdade histórica), ninguém que o tenha tratado, como figura histórica foi capaz de dar-lhe qualquer conteúdo, representá-lo como indivíduo concreto ou apontar o que pode ter feito e qual pode ter sido seu trabalho histórico.

Por outro lado, Meyer não se cansa de insistir na relação de Moisés com Cades e Madiã: ‘A figura de Moisés, que está intimamente ligada a Madiã e aos centros de culto no deserto...e ‘Essa figura de Moisés, portanto, está inseparavelmente vinculada a Cades (Massá e Meribá), e isso é suplementado por ser ele genro do sacerdote madianita. Seu vínculo com o Êxodo, pelo contrário, e toda a história de sua juventude são inteiramente secundários e simplesmente a consequência da interpolação de Moisés numa história legendária encadeada e contínua. Meyer também aponta que todos os temas incluídos na história da juventude de Moisés foram, sem exceção, abandonados mais tarde: ‘Moisés em Madiã não é mais um egípcio e neto do faraó, mas um pastor a quem Javé se revelou. No relato das pragas, não se fala mais em suas vinculações anteriores, embora um uso eficaz pudesse facilmente ter sido feito delas, e a ordem de matar os filhos [recém-nascidos] dos israelitas, fosse completamente esquecida. No Êxodo e na destruição dos egípcios, Moisés não desempenha papel algum; sequer é mencionado. O caráter heróico que a lenda de sua infância pressupõe está totalmente ausente do Moisés posterior; ele é apenas o homem de Deus, um taumaturgo equipado por Javé com poderes sobrenaturais.

Não podemos discutir a impressão de que esse Moisés de Cades e Madiã, a quem a tradição podia realmente atribuir o erguimento de uma serpente de metal como um deus da cura, é alguém inteiramente diferente do aristocrático egípcio por nós inferido, que apresentou ao povo uma religião em que toda a magia e todos os encantamentos eram proscritos nos termos mais estritos. Nosso Moisés egípcio não é menos diferente, talvez, do Moisés madianita do que o deus universal Aten o é do demônio Javé em sua morada no Monte de Deus. E se tivermos alguma fé nos pronunciamentos dos historiadores recentes, teremos de admitir que o fio que tentamos tecer a partir de nossa hipótese de que Moisés era egípcio rompeu-se pela segunda vez. E dessa vez, parece, sem esperança de remendo.

(5)

Inesperadamente, uma vez mais um caminho de fuga apresenta-se aqui. Os esforços para ver em Moisés uma figura que vai além do sacerdote de Cades, e confirmar a grandeza com que a tradição o glorifica, não cessaram desde Eduard Meyer. (Cf. Gressmann [1913] e outros.) Em 1922, Ernest Sellin fez uma descoberta que influenciou decisivamente nosso problema. Descobriu no profeta Oséias (segunda metade do século VIII a.C.) sinais inequívocos de uma tradição segundo a qual Moisés, o fundador da religião dos judeus, encontrou um final violento num levante de seu povo refratário e obstinado, ao mesmo tempo que a religião por ele introduzida era repudiada. Essa tradição, contudo, não se restringe a Oséias; reaparece na maioria dos profetas posteriores, e, na verdade, segundo Sellin, tornou-se a base de todas as expectativas messiânicas mais tardias. Ao fim do cativeiro babilônico, surgiu entre o povo judeu a esperança de que o homem que fora tão vergonhosamente assassinado retornasse dentre os mortos e conduzisse seu povo cheio de remorso, e talvez não apenas esse povo, para o reino da felicidade duradoura. A vinculação óbvia disso com o destino do fundador de uma religião mais tardia não nos interessa aqui.

Mais uma vez, naturalmente, não me acho em posição de julgar se Sellin interpretou corretamente as passagens tiradas dos profetas. Se estiver certo, porém, poderemos atribuir credibilidade histórica à tradição que ele identificou, pois tais coisas não são facilmente inventadas. Não existe motivo tangível para fazê-lo, mas, se tais coisas realmente aconteceram, é fácil compreender que as pessoas estavam ansiosas por esquecê-las. Não precisamos aceitar todos os pormenores da tradição. Na opinião de Sellin, Shittim, na região a leste do Jordão, deve ser encarada como a cena do ataque a Moisés. Contudo, logo veremos que essa região não é aceitável para nossas idéias.

Tomaremos de empréstimo a Sellin sua hipótese de que o egípcio Moisés foi assassinado pelos judeus e de que a religião que ele introduziu foi abandonada. Isso nos permite tecer para mais além nossos fios, sem contradizer as descobertas autênticas da pesquisa histórica.

À parte isso, porém, nos aventuraremos a manter independência em relação às autoridades e a 'seguir nosso próprio caminho'. O Êxodo do Egito permanece nosso ponto de partida. Um número considerável de pessoas deve ter abandonado o país com Moisés; um pequeno grupo não teria parecido valer a pena a esse homem ambicioso, com seus grandes objetivos em vista. Os imigrantes provavelmente viveram no Egito por tempo suficientemente longo para se terem desenvolvido numa população bastante grande. Mas decerto não estaremos errados se presumirmos, com a maioria das autoridades, que apenas uma fração daquilo que posteriormente viria a ser o povo judeu experimentou os acontecimentos do Egito. Em outras palavras, a tribo que retornou do Egito juntou-se, posteriormente, na faixa de terra entre o Egito e Canaã, com outras tribos aparentadas, que aí se tinham estabelecido havia muito tempo. Essa união, da qual surgiu o povo de Israel, encontrou expressão na adoção de uma nova religião, comum a todas as tribos, a religião de Javé - acontecimento que, segundo Eduard Meyer [1906, p. 60 e segs.], se realizou sob a influência madianita em Cades. Mais tarde, o povo sentiu-se suficientemente forte para empreender a invasão da terra de Canaã. Não se harmonizaria com o curso dos eventos supor que a catástrofe ocorrida com Moisés e sua religião aconteceu no país a leste do Jordão; deve ter acontecido muito antes da união das tribos.

Não pode haver dúvida de que elementos muito diferentes se uniram na construção do povo judeu, mas o que deve ter causado a maior diferença entre essas tribos foi o fato de elas terem experimentado ou não a estada no Egito e aquilo que se seguiu a essa estada. Considerando esse ponto, podemos dizer que a nação surgiu da união de suas partes componentes, e a isso se ajusta o fato de, após breve período de unidade política, ela se ter cindido em dois fragmentos - o reino de Israel e o reino de Judá. A história gosta de reintegrações como essa, onde uma fusão posterior é desfeita e uma separação anterior reemerge. O exemplo mais impressionante disso foi fornecido, como é bem sabido, pela Reforma, a qual, após um intervalo superior a mil anos, trouxe mais uma vez à luz a fronteira existente entre a Alemanha que fora outrora romana e a Alemanha que permanecera independente. No caso do povo judeu, não é possível indicar uma reprodução tão fiel do antigo estado de coisas; nosso conhecimento daqueles tempos é incerto demais para nos permitir afirmar que as tribos estabelecidas se reuniram mais uma vez no Reino do Norte, e que as retornadas do Egito se reuniram no Reino do Sul; contudo, também aqui a divisão posterior não pode ter ficado sem relação com a reunião anterior. O número dos ex-egípcios era provavelmente menor do que o dos outros, embora eles se tenham mostrado culturalmente mais fortes. Exerceram uma influência mais poderosa sobre a evolução posterior do povo, porque trouxeram consigo uma tradição que faltava aos outros.

Talvez tenham trazido consigo algo mais tangível do que uma tradição. Um dos maiores enigmas da pré-história judaica é o da origem dos levitas. Eles são remontados a uma das doze tribos de Israel - a de Levi -, mas nenhuma tradição aventurou-se a dizer onde essa tribo estava originalmente localizada, ou qual a parte da terra conquistada de Canaã que lhe foi atribuída. Os levitas preenchiam os ofícios sacerdotais mais importantes, mas eram

distintos dos sacerdotes. Um levita não é necessariamente um sacerdote; tampouco é o nome de uma casta. Nossa hipótese sobre a figura de Moisés sugere uma explicação. É inacreditável que um grande senhor, como Moisés, o egípcio, se tivesse reunido desacompanhado a esse povo estranho. Sem dúvida, deve ter trazido com ele um séquito - seus seguidores mais chegados, escribas, criados domésticos. Estes é que foram originalmente os levitas. A tradição que alega que Moisés foi um levita parece ser uma deformação clara do seguinte fato: levitas eram os seguidores de Moisés. Essa solução é apoiada pelo fato que já mencionei em meu ensaio anterior: é apenas entre os levitas que os nomes egípcios ocorrem mais tarde., Presume-se que um bom número desses seguidores de Moisés tenha escapado à catástrofe que desabou sobre ele e a religião que fundara. Eles se multiplicaram no decorrer das gerações seguintes, fundiram-se com o povo entre o qual viviam, mas permaneceram fiéis a seu senhor, preservaram a memória dele e continuaram a tradição de suas doutrinas. Por ocasião da união com os discípulos de Javé, formavam uma minoria influente, culturalmente superior ao resto.

Apresento como hipótese provisória que, entre a queda de Moisés e o estabelecimento da nova religião em Cades, duas gerações, ou talvez mesmo um século, se passaram. Não vejo meio de decidir se os neo-egípcios (como gostaria de chamá-los aqui), isto é, aqueles que retornaram do Egito, encontraram seus parentes tribais após estes já terem adotado a religião de Javé, ou antes. A segunda possibilidade poderia parecer a mais provável, mas, no resultado, não haveria diferença. O que aconteceu em Cades foi uma conciliação, em que a parte assumida pelas tribos de Moisés é inequívoca.

Aqui, mais uma vez podemos invocar as provas fornecidas pela circuncisão, a qual repetidamente nos foi de auxílio, tal como, por assim dizer, um fósil-chave fundamental. Esse costume tornou-se obrigatório também na religião de Javé e, uma vez que estava indissolúvelmente vinculado ao Egito, sua adoção só pode ter sido uma concessão aos seguidores de Moisés, ou aos levitas entre estes, que não renunciariam a esse sinal de sua santidade, ver em[[1]]. Pelo menos isso de sua antiga religião eles desejavam salvar e, em troca, estavam prontos a aceitar a nova divindade e o que os sacerdotes de Madiã lhes contaram a respeito dela. Talvez tenham conseguido ainda outras concessões. Já mencionamos que o ritual judaico prescrevia certas restrições ao emprego do nome de Deus. Em vez de 'Javé', a palavra 'Adonai [Senhor]' deve ser pronunciada. É tentador trazer essa prescrição para nosso contexto, mas é apenas uma conjectura sem qualquer outra base. A proibição incidente sobre o nome de um deus é, como bem se sabe, um tabu das eras primevas. Não compreendemos por que ele foi revivido precisamente na Lei Judaica, e não é impossível que isso tenha acontecido sob a influência de um novo motivo. Não há necessidade de supor que a proibição era levada a cabo sistematicamente na construção de nomes pessoais teóforos - ou seja, em compostos -, o nome do Deus Iavé ou Javé podia ser livremente empregado (Jochanan, Jaú, Josué, por exemplo.) Havia, contudo, circunstâncias especiais vinculadas a esse nome. Como sabemos, a pesquisa bíblica crítica supõe que o Hexateuco teve duas fontes documentárias., Elas são distinguidas como J e E, porque uma

delas utiliza ‘Javé’ como nome de Deus e a outra, ‘Eloim’; ‘Eloim’, é verdade, não ‘Adonai’. Mas podemos manter em mente a observação feita por uma de nossas autoridades: ‘Os nomes diferentes constituem clara indicação de dois deuses originalmente diferentes’.

Trouxemos à baila a retenção da circuncisão como prova do fato de que fundação da religião em Cades envolvia uma conciliação. Podemos perceber sua natureza a partir dos relatos concordantes fornecidos por J e E, que assim retornam, nesse ponto, a uma fonte comum (uma tradição documentária ou oral). Seu intuito principal era demonstrar a grandeza e o poder do novo deus Javé. Como os seguidores de Moisés davam tanto valor à sua experiência do Êxodo do Egito, esse ato de libertação tinha de ser representado como devido a Javé, e forneceram-se ao evento aperfeiçoamentos que davam prova da terrificante grandeza do deus vulcânico, tais como a coluna de fumaça [nuvem] que se transformava à noite numa coluna de fogo e a tempestade que pôs a nu o leito do mar por algum tempo, de maneira que os perseguidores foram afogados pelas águas que retornavam. Esse relato aproximou o Êxodo e a fundação da religião e renegou o longo intervalo ocorrido entre um e outro. Assim, também, a entrega da lei foi representada como a ocorrer não em Cades, mas ao sopé do Monte de Deus, assinalada por uma erupção vulcânica. O relato, contudo, fez grave injustiça à memória do homem Moisés; fora ele e não o deus vulcânico que libertara do Egito o povo. Desse modo, era-lhe devida uma compensação, e esta consistiu em o homem Moisés ser transferido para Cades ou para Sinai-Horeb e colocado no lugar dos sacerdotes madianitas. Descobriremos mais tarde que essa solução satisfiz outro intuito imperativamente premente. Dessa maneira, chegou-se, por assim dizer, a um acordo mútuo: permitiu-se a Javé, que vivia numa montanha em Madiã, estender-se até o Egito, e, em troca disso, a existência e a atividade de Moisés foram estendidas até Cades e o país a leste do Jordão. Assim, ele foi fundido com a figura do fundador religioso posterior, o genro do madianita Jetro [[1]], e emprestou-lhe seu nome, Moisés. Desse segundo Moisés, contudo, não podemos fornecer uma descrição pessoal, tão completamente foi ele eclipsado pelo primeiro, o egípcio Moisés, a menos que recolhamos as contradições existentes na descrição bíblica do caráter de Moisés. Ele é quase sempre representado como prepotente, de temperamento arrebatado e até mesmo violento, embora também seja descrito como o mais suave e paciente dos homens. Essas últimas qualidades evidentemente se ajustariam mal ao Moisés egípcio, que teve de lidar com seu povo em tão grandes e difíceis assuntos; elas podem ter pertencido ao caráter do outro Moisés, o madianita. Estamos, penso eu, justificados em separar as duas figuras e em presumir que o Moisés egípcio nunca esteve em Cades e nunca escutou o nome de Javé, e que o Moisés madianita nunca esteve no Egito e nada sabia de Aten. A fim de soldar as duas figuras, a tradição ou a lenda receberam a missão de trazer o Moisés egípcio a Madiã, e vimos que mais de uma explicação disso era corrente.

Mais uma vez, estou preparado para me ver acusado de ter apresentado minha reconstrução da primitiva história do povo de Israel com certeza demasiadamente grande e injustificada. Não me sentirei muito severamente atingido por essa crítica, visto ela encontrar eco em meu próprio julgamento. Eu mesmo sei que minha estrutura possui seus pontos fracos, mas tem seus pontos fortes também. Em geral, minha impressão predominante é a de que vale a pena continuar o trabalho na direção que ele tomou.

A narrativa bíblica que temos perante nós contém dados históricos preciosos e, na verdade, valiosíssimos, os quais, contudo, foram deformados pela influência de poderosos intuits tendenciosos e embelezados pelos produtos da invenção poética. No decorrer de nossos esforços até agora, pudemos detectar um desses intuits deformantes, ver em [[1]]. Essa descoberta nos aponta o caminho posterior. Temos de descobrir outros intuits tendenciosos semelhantes. Se contratarmos meios de reconhecer as deformações produzidas por esses propósitos, traremos à luz novos fragmentos do verdadeiro estado de coisas que jaz por trás deles.

E começaremos ouvindo o que a pesquisa bíblica crítica pode dizer-nos sobre a história da origem do Hexateuco, os cinco livros de Moisés e o livro de Josué, os quais, somente eles, nos interessam aqui. A mais antiga fonte documentária é aceita como J (o autor javístico ou iavístico), que, em épocas mais recentes, foi identificado como sendo o sacerdote Ebiatar (Ebyatar), contemporâneo do Rei Davi. Um pouco mais tarde - não se sabe quanto -, chegamos ao chamado autor eloístico [E], que pertenceu ao Reino do Norte.³ Após o colapso desse reino em 722 a.C., um sacerdote judeu combinou partes de J e E e efetuou alguns acréscimos de sua própria autoria. Sua compilação é designada como JE. No século VII, o Deuterônômio, o quinto livro, foi acrescentado a isso. Supõe-se que ele tenha sido encontrado completo no Templo. No período posterior à destruição do Templo (586 a.C.), durante e após o Exílio, foi compilada a revisão conhecida como 'Código Sacerdotal' e, no século V, a obra recebeu sua revisão final; desde então não foi alterada em seus elementos essenciais. A história do Rei Davi e seu período é, mais provavelmente, obra de um contemporâneo. Trata-se de escrito histórico genuíno, quinhentos anos antes de Heródoto, o 'Pai da História'. Torna-se mais fácil compreender essa realização se, segundo as linhas de nossa hipótese, pensarmos na influência egípcia. Surge mesmo uma suspeita de que os israelitas daquele período primitivo - o que equivale a dizer, os escribas de Moisés - podem ter tido alguma parte na invenção do primeiro alfabeto. Naturalmente, está além de nosso conhecimento descobrir até onde os relatos sobre tempos anteriores remontam a registros primitivos ou à tradição oral, e, em casos individuais, qual a duração do intervalo de tempo existente entre um acontecimento e seu registro. O texto, contudo, tal como o possuímos hoje, nos dirá bastante sobre suas próprias vicissitudes. Dois tratamentos mutuamente opostos deixaram suas marcas nele. Por um lado, foi submetido a revisões que o falsificaram no sentido de seus objetivos secretos, mutilaram-no e amplificaram-no e, até mesmo, o transformaram em seu reverso; por outro, uma piedade solícita dirigiu-o e procurou conservar tudo tal como era, pouco importando se era coerente ou se se

contradizia. Assim, em quase toda parte ocorreram lacunas observáveis, repetições perturbadoras e contradições óbvias, indicações que nos revelam coisas que não se destinavam a serem comunicadas. Em suas implicações, a deformação de um texto assemelha-se a um assassinato: a dificuldade não está em perpetrar o ato, mas em livrar-se de seus traços. Bem poderíamos emprestar à palavra ‘Entstellung [deformação]’ o sentido duplo a que tem direito, mas do qual, hoje em dia, não se faz uso. Ela deveria significar não apenas ‘mudar a aparência de algo’, mas também ‘pôr algo em outro lugar, deslocar’. Por conseguinte, em muitos casos de deformação textual, podemos não obstante esperar descobrir que o que foi suprimido ou renegado está oculto em outro lugar, embora modificado e despojado de seu contexto. Apenas, nem sempre será fácil reconhecê-lo.

Os intuitos deformantes que estamos ansiosos por apreender já deviam ter estado em ação sobre as tradições antes que qualquer delas fosse registrada por escrito. Já descobrimos um deles, talvez o mais poderoso de todos. Como dissemos, com o estabelecimento do novo Deus, Javé, em Cades, tornou-se necessário fazer algo para glorificá-lo. Seria mais correto dizer: tornou-se necessário ajustá-lo, abrir espaço para ele, apagar os traços de religiões mais antigas. Isso parece ter sido conseguido com completo sucesso com referência à religião das tribos residentes: nada mais ouvimos dela. Com os que retornavam do Egito, isso não foi tão fácil; eles não se deixariam ser privados do Êxodo, do varão Moisés ou da circuncisão. É verdade que tinham estado no Egito, mas tinham-no abandonado, e, daí por diante, todo sinal de influência egípcia deveria ser renegado. Lidou-se com o homem Moisés deslocando-o para Madiã e Cades, e fundindo-o com o sacerdote de Javé que fundou a religião. A circuncisão, a indicação mais suspeita de dependência para com o Egito, teve de ser mantida, mas não se pouparam esforços para desligar o costume do Egito - toda evidência em contrário. É apenas como negação deliberada do fato revelador que podemos explicar a passagem enigmática e incompreensivelmente enunciada no Êxodo [iv, 24-6], segundo a qual, em certa ocasião, Javé ficou irado com Moisés por ele ter negligenciado a circuncisão, e sua esposa madianita salvou-lhe a vida executando rapidamente a operação. Dentro em pouco, nos depararemos com outra invenção destinada a tornar inócua a desconfortável prova material.

O fato de encontrarmos sinais de esforços feitos para negar explicitamente que Javé era um novo deus, estrangeiro aos judeus, mal pode ser descrito como sendo o aparecimento de novo intuito tendencioso; trata-se, antes, de uma continuação do anterior. Com esse objetivo em vista, as lendas dos patriarcas do povo - Abraão, Isaac e Jacó - foram introduzidas. Javé asseverou que ele já era o deus desses antepassados, embora seja verdade que ele próprio teve de admitir que eles não o tinham adorado sob esse nome. Não acrescenta, contudo, qual era o outro nome. E aqui estava a oportunidade para um golpe decisivo contra a origem egípcia do costume da circuncisão: Javé, foi dito, já insistira nela com Abraão e a introduzira como penhor do pacto celebrado entre ele e este último. Mas foi uma invenção particularmente inábil. Como marca destinada a distinguir determinada pessoa das outras e preferir aquela a estas, escolher-se-ia algo que não pudesse ser encontrado em outro povo, e

não uma coisa que podia ser exibida, da mesma maneira, por milhões de outras pessoas. Um israelita que se tivesse transplantado para o Egito teria sido obrigado a reconhecer todo egípcio como irmão no pacto, como irmão em Javé. É impossível que os israelitas que criaram o texto da Bíblia pudessem ignorar o fato de a circuncisão ser indígena ao Egito. A passagem em Josué [v, 9] citada por Eduard Meyer, ver em [[1]] admite isso sem discussão, mas, por esse próprio motivo, tinha de ser renegada a qualquer preço.

Não devemos esperar que as estruturas míticas da religião dêem demasiada atenção à coerência lógica. De outra maneira, o sentimento popular, justificadamente, poderia ter-se ofendido contra uma divindade que fez um pacto com seus antepassados, com obrigações mútuas, e que depois, por séculos a fio, não mais concedeu atenção a seus sócios humanos, até que, subitamente, lhe ocorreu manifestar-se de novo a seus descendentes. Ainda mais enigmática é a noção de um deus que repentinamente ‘escolhe’ um povo, que o declara como seu e a ele próprio como seu deus. Acredito que este é o único exemplo desse tipo na história das religiões humanas. Comumente, deus e povo estão indissolúvelmente vinculados, são um só desde o próprio início das coisas. Sem dúvida, às vezes ouvimos falar de um povo que adquire um deus diferente, mas nunca de um deus que busca um povo diferente. Poderemos talvez entender esse acontecimento único se relembrarmos as relações existentes entre Moisés e o povo judeu. Moisés abaixara-se até os judeus, fizera-os o seu povo: eles eram o seu ‘povo escolhido’. A introdução dos patriarcas serviu ainda a outro propósito. Eles tinham vivido em Canaã e sua lembrança estava ligada a localidades específicas nesse país. É possível que eles próprios fossem, originalmente, heróis canaanitas ou divindades locais, sendo depois tomados pelos israelitas imigrantes para a sua pré-história. Apelando para os patriarcas, eles estavam, por assim dizer, afirmando seu caráter indígena e defendendo-se contra o ódio que se liga a um conquistador estrangeiro. Foi uma torção hábil declarar que o deus Javé estava apenas devolvendo-lhes o que seus antepassados tinham possuído outrora.

Nas contribuições posteriores ao texto da Bíblia, colocou-se em efeito a intenção de evitar a menção de Cades. O local em que a religião fora fundada foi definitivamente fixado como sendo o Monte de Deus, o Sinai-Horeb. Não é fácil perceber o motivo para isso; talvez as pessoas não estivessem dispostas a ser lembradas da influência de Madiã. Mas todas as deformações posteriores, especialmente as do período do Código Sacerdotal, tinham outro objetivo em vista. Não havia mais necessidade alguma de alterar descrições de acontecimentos num sentido desejado, pois isso já tinha sido feito havia muito tempo. Mas tomou-se o cuidado de deslocar de volta ordens e instituições da época atual para os tempos primitivos, o cuidado de fundamentá-los, via de regra, na legislação mosaica, de maneira a derivar disso sua reivindicação a serem sagrados e obrigatórios. Por mais que o retrato do passado possa ter sido assim falsificado, o procedimento não deixava de ter certa justificação psicológica. Ele refletia o fato de que, no curso de longas eras - entre o Êxodo do Egito e a fixação dos textos da Bíblia, sob Ezra e Neemias, cerca de oitocentos anos haviam transcorrido -, a religião de Javé tivera sua forma modificada em conformidade, ou

talvez até em identidade, com a religião original de Moisés.

E esse é o resultado essencial, a momentosa substância, da história da religião judaica.

(7)

De todos os acontecimentos de tempos primitivos que posteriormente poetas, sacerdotes e historiadores empreenderam elaborar, um se salienta, cuja supressão foi imposta pelos mais imediatos e melhores motivos humanos. Trata-se do assassinato de Moisés, o grande líder e libertador, descoberto por Sellin a partir de alusões nos escritos dos profetas. A hipótese de Sellin não pode ser chamada de fantástica; é bastante provável. Moisés, derivando-se da escola de Akhenaten, não empregou métodos diferentes dos que o rei usara; ele ordenou, forçou sua fé ao povo. A doutrina de Moisés pode ter sido inclusive mais dura do que a de seu mestre. Ele não tinha necessidade de manter o deus solar como apoio: a escola de On não possuía significação para seu povo estrangeiro. Moisés, como Akhenaten, defrontou-se com o mesmo destino que espera todos os déspotas esclarecidos. O povo judeu, sob Moisés, era tão capaz de tolerar uma religião tão altamente espiritualizada e encontrar satisfação de suas necessidades no que ele tinha a oferecer quanto os egípcios da XVIII Dinastia. Em ambos os casos, aconteceu o mesmo: aqueles que tinham sido dominados e mantidos em falta levantaram-se e lançaram fora o fardo da religião que lhes fora imposta. Mas, ao passo que os dóceis egípcios esperaram até que o destino removesse a figura sagrada de seu faraó, os selvagens semitas tomaram o destino nas mãos e livraram-se de seu tirano.

Tampouco se pode sustentar que o texto remanescente da Bíblia não nos dá ciência de um fim desse tipo para Moisés. A descrição do ‘pastoreio no deserto’, que pode representar o período durante o qual Moisés governou, descreve uma sucessão de sérias revoltas contra sua autoridade, as quais também foram, por ordem de Javé, suprimidas mediante sangrentos castigos. É fácil imaginar que uma dessas rebeliões terminou de maneira diferente daquela que o texto sugere. A defecção do povo quanto à nova religião também é descrita no texto, na história do bezerro de ouro. Nesse episódio, através de uma mudança engenhosa, o rompimento das tábuas da lei (que deve ser entendido simbolicamente: ‘ele rompeu a lei’) é transposto para o próprio Moisés, e sua indignação furiosa é atribuída como motivo desse rompimento.

Chegou um tempo em que o povo começou a lamentar o assassinato de Moisés e a procurar esquecê-lo. Isso certamente aconteceu na época da união das duas partes do povo em Cades. Mas, quando o Êxodo e a fundação da religião no oásis [de Cades] foram aproximados, ver em [[1]], e Moisés foi representado como relacionado com esta última, em vez de outro homem [o sacerdote madianita], não apenas as exigências dos seguidores de

Moisés foram satisfeitas, mas também o fato aflitivo de seu fim violento foi renegado com sucesso. Na realidade, é muito improvável que Moisés pudesse ter tomado parte nas ações de Cades, ainda que sua vida não houvesse sido abreviada.

Temos agora de fazer uma tentativa de elucidar as relações cronológicas desses acontecimentos. Colocamos o Êxodo no período posterior ao fim da XVIII Dinastia (1350 a.C.). Ele pode ter ocorrido então ou um pouco depois, já que os cronistas egípcios incluíram os anos supervenientes de anarquia no reinado de Haremhab, que lhes pôs fim e durou até 1315 a.C. O ponto fixado seguinte (mas também único) da cronologia é fornecido pela estela de [o faraó] Merenptah (1225-15 a.C.), que se gaba de sua vitória sobre Isiraaal (Israel) e da dispersão de sua semente (?). O sentido a ser ligado a essa inscrição é, infelizmente, duvidoso, supondo-se que prove que as tribos israelitas já estavam, nessa época, estabelecidas em Canaã. Eduard Meyer, corretamente, conclui a partir dessa estela que Merenptah não pode ter sido o faraó do Êxodo, como levemente foi anteriormente presumido. A data do Êxodo deve ter sido anterior. A questão de saber quem foi o faraó do Êxodo, parece-me inteiramente ociosa. Não houve faraó do Êxodo, porque este ocorreu durante um interregno; tampouco a descoberta da estela de Merenptah lança qualquer luz sobre a possível data da união e fundação da religião em Cades. Tudo o que podemos dizer com certeza é que ocorreu em alguma ocasião entre 1350 e 1215 a.C. Desconfiamos de que o Êxodo ocorreu bastante perto do início desses cem anos e os eventos de Cades não muito longe de seu fim. Gostaríamos de reivindicar a maior parte desse período para o intervalo entre as duas ocorrências, de uma vez que necessitamos de um tempo comparativamente longo para que as paixões das tribos que retornavam se esfriassem após o assassinato de Moisés, e para a influência de seus seguidores, os levitas, se tornasse tão grande quanto a que está implícita na conciliação de Cades. Duas gerações, sessenta anos, poderiam aproximadamente bastar para isso, mas trata-se de um acerto apertado. O que é inferido da estela de Merenptah chega demasiado cedo para nós e, como reconhecemos que, nessa nossa hipótese, cada suposição se baseia em outra, temos de admitir que esse exame revela um lado fraco de nossa construção. É desafortunado que tudo que se relaciona com o estabelecimento do povo judeu em Canaã seja tão obscuro e confuso. Nossa única saída consiste em supor que na estela o nome de 'Israel' não se relacione às tribos cuja sorte estamos tentando acompanhar e que, combinadas, formaram o povo posterior de Israel. Afinal de contas, o nome de 'habiru' (hebreus) foi transferido para essas mesmas pessoas no período Amarna, ver em [[1]].

A união dessas tribos numa nação, através da adoção de uma religião comum, não importa quando tenha ocorrido, facilmente poderia ter-se transformado num acontecimento bastante sem importância na história mundial. A nova religião seria arrastada pela corrente de eventos, Javé teria tido de ocupar seu lugar na procissão de deuses passados na visão de Flauberte todas as doze tribos se teriam 'perdido', e não apenas as dez que os anglo-saxões há tanto tempo andam procurando. O deus Javé, a quem o Moisés madianita então apresentou um novo povo, provavelmente não era, sob aspecto algum, um ser proeminente. Um deus

grosseiro, tacanho, local, violento e sedento de sangue prometera a seus seguidores dar-lhes ‘uma terra que mana leite e mel’ e os concitara a exterminar seus habitantes de então ‘ao fio da espada’. É espantoso o quanto resta, apesar de todas as revisões nas narrativas bíblicas, que nos permita reconhecer a natureza original dele. Sequer é certo que sua religião fosse um monoteísmo genuíno, que negasse a divindade das deidades de outros povos. Provavelmente era suficiente que seu povo encarasse seu próprio deus como mais poderoso do que qualquer deus estrangeiro. Se, não obstante, subseqüentemente, tudo tomou um curso diferente do que tais primórdios teriam levado a esperar, a causa só pode ser encontrada num único fato. O Moisés egípcio dera a uma parte do povo uma noção mais altamente espiritualizada de deus, a idéia de uma divindade única a abranger o mundo inteiro, que era não menos amantíssimo do que todo-poderoso, com aversão a todo cerimonial e magia, e que apresentava aos homens, como seu objetivo mais elevado, uma vida na verdade e na justiça, pois, por incompletas que sejam as descrições que temos do lado ético da religião de Aten, não pode constituir fato sem importância que Akhenaten comumente se referisse a si mesmo, em suas inscrições, como ‘vivendo em Ma’at’ (Verdade, Justiça). A longo prazo, não fez diferença que o povo tivesse rejeitado o ensinamento de Moisés (provavelmente pouco tempo depois) e o tivesse matado. A tradição desse ensinamento permaneceu e sua influência alcançou (apenas gradativamente, é verdade, no decorrer dos séculos) aquilo que fora negado ao próprio Moisés. O deus Javé conseguira honras imerecidas quando, a partir da época de Cades em diante, fora creditado com o feito da libertação realizada por Moisés, mas teve de pagar pesadamente por essa usurpação. A sombra do deus cujo lugar ele ocupara tornou-se mais forte do que ele próprio; ao final do processo de evolução, a natureza do deus esquecido de Moisés veio à luz por trás da sua própria. Ninguém pode duvidar de que foi apenas a idéia desse outro deus que capacitou o povo de Israel a sobreviver a todos os golpes do destino e o manteve vivo até nossos dias.

Não é mais possível avaliar a parte assumida pelos levitas na vitória final do deus mosaico sobre Javé. Eles haviam tomado o partido de Moisés no passado, quando o acordo fora alcançado em Cades, numa lembrança ainda viva do amo de quem haviam sido o séquito e os compatriotas. Durante os séculos que passaram desde então, fundiram-se com o povo ou com a classe sacerdotal, e tornou-se função principal dos sacerdotes desenvolver e supervisionar o ritual, e, ao lado disso, preservar a escritura sagrada e revisá-la de acordo com seus fins. Mas todo sacrifício e todo cerimonial, no fundo, não eram somente magia e feitiçaria, tais como haviam sido incondicionalmente rejeitados pelo antigo ensinamento mosaico? Surgiu então, dentre o povo, uma sucessão infundável de homens que não eram ligados a Moisés em sua origem, mas que foram cativados na obscuridade: foram esses homens, os profetas, que incansavelmente pregaram a antiga doutrina mosaica - a de que a divindade desdenhava o sacrifício e o cerimonial e pedia apenas fé e uma vida na Verdade e na Justiça (Ma’at). Os esforços dos profetas alcançaram sucesso duradouro; as doutrinas com que haviam restabelecido a velhafé tornaram-se o conteúdo permanente da religião judaica. É honra bastante para o povo judeu que tenha conseguido preservar tal tradição e produzir homens que lhe deram voz, ainda que a iniciativa para isso tenha provindo do

exterior, de um grande forasteiro.

Não deveria sentir-me seguro em fornecer essa descrição, se não pudesse apelar para o julgamento de outros investigadores com conhecimento especializado, que perceberam a significação de Moisés para a religião judaica à mesma luz que eu, ainda que não tenham reconhecido sua origem egípcia. Assim, por exemplo, Sellin (1922, 52) escreve: ‘Conseqüentemente, temos de pintar a verdadeira religião de Moisés - sua crença num só Deus moral, que ele prega - como sendo, daí por diante, necessariamente propriedade de um pequeno círculo do povo. Não devemos, necessariamente, esperar encontrá-la no culto oficial, na religião dos sacerdotes ou nas crenças do povo. Podemos, necessariamente, apenas calcular encontrar uma faísca ocasional e emergir, ora aqui, ora ali, da tocha espiritual que ele outrora ateava, descobrir que suas idéias não pereceram inteiramente, mas estiveram silentemente em ação, aqui e ali, sobre crenças e costumes, até que, mais cedo ou mais tarde, mediante o efeito de experiências especiais ou de pessoas especialmente movidas pelo seu espírito, elas mais uma vez irromperam intensamente e conquistaram influência sobre massas mais amplas da população. É a partir desse ponto de vista que a história da antiga religião de Israel deve, necessariamente, ser encarada. Todo aquele que procurar elaborar a religião mosaica segundo as linhas da religião que encontramos, segundo as crônicas, na vida do povo durante seus primeiros quinhentos anos em Canaã, estará cometendo o mais grave erro metodológico.’ Volz (1907, 64) fala ainda mais claramente: acredita ele que ‘a obra excelsa de Moisés foi compreendida e levada a cabo, a princípio apenas débil e esparsamente, até que, no decorrer dos séculos, ela penetrou cada vez mais, e, por fim, encontrou-se, nos grandes profetas, com espíritos semelhantes que continuaram a obra do homem solitário.’

E aqui, segundo parece, cheguei à conclusão de meu estudo, que se dirigiu para o objetivo único de introduzir a figura de um Moisés egípcio no nexos da história judaica. Nossos achados podem ser assim expressos na fórmula mais concisa. A história judaica nos é familiar por suas dualidades: dois grupos de pessoas que se reúnem para formar a nação, dois reinos em que essa nação se divide, dois nomes de deuses nas fontes documentárias da Bíblia. A elas, acrescentamos outras duas, novas: a fundação de duas religiões - a primeira reprimida pela segunda, não obstante emergindo depois vitoriosamente, por trás dela, e dois fundadores religiosos, ambos chamados pelo mesmo nome de Moisés e cujas personalidades temos de distinguir uma da outra. Todas essas dualidades são as conseqüências necessárias da primeira: o fato de uma parte do povo ter tido uma experiência que tem de ser considerada como traumática, à qual a outra parte escapou. Mais além disso, haveria muita coisa a examinar, explicar e asseverar. Somente assim um interesse em nosso estudo puramente histórico encontraria sua verdadeira justificação. Em que reside a natureza real de uma tradição, em que repousa seu poder especial, quão impossível é discutir a influência pessoal, sobre a história mundial, dos grandes homens tomados individualmente, qual o sacrilégio que se comete contra a esplêndida diversidade da vida humana se se reconhecerem apenas os motivos que se originam das necessidades materiais, de que fontes

algumas idéias (e, especificamente, as religiosas) derivam seu poder de submeter tanto homens quanto povos a seu jogo - estudar tudo isso no caso especial da história judaica seria tarefa sedutora. Continuar meu trabalho segundo linhas como essas seria descobrir um vínculo com as afirmativas que apresentei vinte e cinco anos atrás em Totem e Tabu [1912-13], mas não mais sinto que possua força para fazê-lo.

III - MOISÉS, O SEU POVO E A RELIGIÃO MONOTEÍSTA

PARTE I

NOTA PREAMBULAR I

([Viena], antes de março de 1938)

Com a audácia daquele que tem pouco ou nada a perder, proponho-me pela segunda vez romper uma intenção bem fundada e acrescentar a meus dois ensaios sobre Moisés aparecidos em *Imago* parte final que retive. Terminei o último ensaio com a asserção de que sabia que minhas forças não seriam suficientes para isso. Quis significar, naturalmente, o debilitamento dos poderes criativos que acompanham a velhice, mas pensava também em outro obstáculo.

Estamos vivendo num período especialmente marcante. Descobrimos, para nosso espanto, que o progresso aliou-se à barbárie. Na Rússia Soviética, dispuseram-se a melhorar as condições de vida de algumas centenas de milhões de pessoas que eram mantidas firmemente em sujeição. Foram suficientemente precipitados para retirar-lhes o ‘ópio’ da religião e avisados o bastante para conceder-lhes uma razoável quantidade de liberdade sexual; ao mesmo tempo, porém, submeteram-nas à mais cruel coerção e despojaram-nas de qualquer possibilidade de pensamento. Com violência semelhante, o povo italiano está sendo treinado na organização e no sentido de dever. Sentimos como um alívio de uma apreensão opressiva quando vemos, no caso do povo alemão, que uma recaída numa barbárie quase pré-histórica pode ocorrer também sem estar ligada a quaisquer idéias

progressistas. De qualquer modo, as coisas revelaram-se tais, que, atualmente, as democracias conservadoras se tornaram as guardiãs do progresso cultural e, estranho é dizê-lo, é precisamente a instituição da Igreja Católica que ergue uma defesa poderosa contra a disseminação desse perigo à civilização - a Igreja que até constituía o incansável inimigo da liberdade de pensamento e dos progressos no sentido da descoberta da verdade!

Estamos vivendo aqui, num país católico, sob a proteção dessa Igreja, incertos quanto ao tempo que essa proteção resistirá. Mas, enquanto durar, naturalmente hesitamos em fazer algo que estaria sujeito a despertar a hostilidade da Igreja. Não se trata de covardia, mas de prudência. O novo inimigo, que desejamos evitar servir, é mais perigoso do que o antigo, com quem já havíamos aprendido a entrar em acordo. As pesquisas psicanalíticas que conduzimos são, em todo caso, encaradas com atenção suspeitosa pelo catolicismo. Não sustentarei que isso seja injusto. Se nosso trabalho nos leva a uma conclusão que reduz a religião a uma neurose da humanidade e explica seu enorme poder da mesma maneira que uma compulsão neurótica em nossos pacientes individuais, podemos estar certos de atrair o ressentimento de nossos poderes governantes sobre nós. Não que tenha algo a dizer que seja novo ou que não tenha dito claramente um quarto de século atrás, mas isso foi esquecido nesse ínterim e não poderia deixar de ter efeito se o repetisse hoje e o ilustrasse por um exemplo que oferece um padrão para todos os fundamentos religiosos. Conduziria provavelmente a sermos proibidos de exercer a psicanálise. Métodos violentos de repressão desse tipo não são, em verdade, de maneira alguma estranhos à Igreja; o fato é, antes, que ela sente como invasão de seus privilégios alguém mais fazer uso desses métodos. Mas a psicanálise, que, no decurso de minha longa vida, foi a todas as partes, ainda não possui um lar que possa ser mais valioso para ela do que a cidade em que nasceu e se desenvolveu.

Não apenas acho, mas *sei* que me deixarei ser dissuadido por esse segundo obstáculo, pelo perigo externo, de publicar a última parte de meu estudo sobre Moisés. Fiz ainda outra tentativa de afastar do caminho a dificuldade, dizendo-me que meus temores se baseiam numa superestimação de minha própria importância pessoal, que provavelmente será completamente indiferente às autoridades que eu escolha escrever sobre Moisés e a origem das religiões monoteístas. Mas sinto-me incerto de meu julgamento sobre isso. Parece-me bem mais possível que a malícia e o sensacionalismo contrabalancem qualquer falta de reconhecimento de mim no julgamento do mundo contemporâneo. Assim, não entregarei este trabalho ao público. Mas isso não precisa impedir-me de escrevê-lo, especialmente se já o pus por escrito no passado, dois anos atrás, de modo que só tenho de revisá-lo e uni-lo aos dois ensaios que o precederam. Ele pode então ser preservado às ocultas até que, algum dia, chegue a hora em que possa aventurar-se à luz sem perigo, ou até que se possa dizer a alguém que chegue às mesmas conclusões: ‘Houve alguém, em épocas mais sombrias, que pensou o mesmo que você!’

NOTA PREAMBULAR II

([Londres], junho de 1938)

As dificuldades bastante especiais que pesaram sobre mim durante a composição deste estudo relacionado à figura de Moisés - dúvidas internas, assim como obstáculos externos - resultaram no fato de este terceiro e conclusivo ensaio ser introduzido por dois prefácios diferentes, os quais se contradizem e, na verdade, se anulam mutuamente, pois, no breve espaço de tempo existente entre os dois, ocorreu uma mudança fundamental nas circunstâncias do autor. Na data anterior, eu estava vivendo sob a proteção da Igreja Católica, e temia que a publicação de meu trabalho resultasse na perda dessa proteção e conjurasse uma proibição sobre o trabalho dos adeptos e estudiosos da psicanálise na Áustria. Então, subitamente, veio a invasão alemã e o catolicismo mostrou ser, para empregar as palavras da Bíblia, ‘uma cana quebrada’. Na certeza de que seria agora perseguido não apenas por minha linha de pensamento, mas também por minha ‘raça’, acompanhado por muitos de meus amigos abandonei a cidade que, desde minha primeira infância, fora meu lar durante setenta e oito anos.

Encontrei a mais amistosa recepção na encantadora, livre e magnânima Inglaterra. Aqui vivo agora, hóspede bem-vindo; posso exalar um suspiro de alívio agora que o peso foi tirado de mim e mais uma vez posso falar e escrever - quase disse ‘e pensar’ - como quero ou como devo. Aventuro-me a apresentar ao público a última parte de minha obra.

Não restam obstáculos externos, ou, pelo menos, nenhum de que se deva ter medo. Nas poucas semanas de minha estada aqui, recebi incontáveis saudações de amigos que ficaram satisfeitos por minha chegada, e de estranhos desconhecidos e, na verdade, não envolvidos, que apenas queriam dar expressão à sua satisfação por eu ter encontrado liberdade e segurança aqui. E, além disso, chegaram, com uma frequência surpreendente para um estrangeiro, comunicações de outro tipo, interessadas no estado de minha alma, apontando-me o caminho de Cristo e procurando esclarecer-me sobre o futuro de Israel. As boas pessoas que dessa maneira escrevem não podem ter sabido muito sobre mim, mas espero que quando este trabalho sobre Moisés se torne conhecido, em tradução, entre meus novos compatriotas, serei privado em muito da simpatia que também um certo número de outras pessoas sente agora por mim. Com referência às dificuldades *internas*, uma revolução política e uma mudança de domicílio nada poderiam alterar. Não menos do que antes, sinto-me incerto face a meu próprio trabalho; falta-me a consciência de unidade e de ser da mesma

classe que deveria existir entre um autor e sua obra. Não é como se houvesse ausência de convicção na correção de minha conclusão. Adquiri-a um quarto de século atrás, quando, em 1912, escrevi meu livro sobre *Totem e Tabu*, e desde então ela só se tornou mais firme. Desde aquela época nunca duvidei de que os fenômenos religiosos só podem ser compreendidos segundo o padrão dos sintomas neuróticos individuais que nos são familiares - como o retorno de acontecimentos importantes, há muito tempo esquecidos, na história primeva da família humana - e de que eles têm de agradecer exatamente a essa origem por seu caráter compulsivo, e de que, por conseguinte, são eficazes sobre os seres humanos por força da verdade histórica de seu conteúdo. Minha incerteza se instala apenas quando me pergunto se alcancei sucesso em provar essas teses no exemplo que aqui escolhi do monoteísmo judaico. A meu senso crítico, este livro, que tem sua origem no homem Moisés, assemelha-se a uma dançarina a equilibrar-se na ponta de um dedo do pé. Se não tivesse podido encontrar apoio numa interpretação analítica do mito e passar daí para a suspeita de Sellin sobre o fim de Moisés, tudo teria tido de permanecer sem ser escrito. De qualquer modo, demos agora o mergulho.

A - A PREMISSE HISTÓRICA

Aqui, pois, temos o pano de fundo histórico dos acontecimentos que absorveram nosso interesse. Em resultado das conquistas da XVIII Dinastia, o Egito tornou-se um império mundial. O novo imperialismo refletiu-se no desenvolvimento das idéias religiosas, se não de todo o povo, pelo menos de seu estrato superior governante e intelectualmente ativo. Sob a influência dos sacerdotes do deus solar em On (Heliópolis), fortalecida talvez por impulsos provindos da Ásia, surgiu a idéia de um deus universal Aten, a quem a restrição a um único país e a um único povo não mais se aplicava. No jovem Amenófis IV, chegou ao trono um faraó que não tinha interesse mais alto do que o desenvolvimento dessa idéia de um deus. Ele promoveu a religião de Aten a religião estatal e, através dele, o deus universal tornou-se o *único* deus: tudo o que se contava dos outros deuses era engano e mentira. Com magnífica inflexibilidade, ele resistiu a toda tentação ao pensamento mágico, e rejeitou a ilusão, tão cara aos egípcios, especificamente, de uma vida após a morte. Num espantoso pressentimento de descobertas científicas posteriores, identificou na energia da radiação solar a fonte de toda a vida sobre a Terra e adorou-a como símbolo do poder de seu deus. Gabava-se de sua alegria na criação e de sua vida em Ma'at (Verdade e Justiça).

Esse é o primeiro e talvez o mais claro caso de uma religião monoteísta na história humana; uma compreensão interna (*insight*) mais profunda dos determinantes históricos e

psicológicos de sua origem seria de valor incomensurável. Entretanto, cuidou-se de que informações demasiadas sobre a religião de Aten não chegassem até nós. Já sob os débeis sucessores de Akhenaten tudo o que ele havia criada entrou em colapso. A vingança da classe sacerdotal que ele havia suprimido grassou contra sua memória; a religião de Aten foi abolida, e a cidade capital do faraó, estigmatizado como um criminoso, foi destruída e saqueada. Por volta de 1350 a.C., a XVIII Dinastia terminou; após um período de anarquia, a ordem foi restaurada pelo general Haremhab, que reinou até 1315 a.C. A reforma de Akhenaten parecia ser um episódio fadado ao esquecimento.

Até aqui, o que está estabelecido historicamente; agora, começa nossa seqüência hipotética. Entre os que compunham o *entourage* de Akhenaten havia um homem talvez chamado Tuthmosis, como muitas outras pessoas daquela época; o nome não é de grande importância, exceto o fato de que seu segundo componente deve ter sido ‘-mose’. Achava-se ele numa elevada posição e era um adepto convicto da religião de Aten, mas, em contraste com o rei meditativo, era enérgico e apaixonado. Para ele, a morte de Akhenaten e a abolição da religião deste significaram o fim de todas as suas esperanças. Só poderia permanecer no Egito como fora-da-lei ou como renegado. Talvez, como governador da província da fronteira, tenha entrado em contato com uma tribo semita que imigrara para ela algumas gerações antes. Pela necessidade de seu desapontamento e solidão, voltou-se para esses estrangeiros e neles buscou compensação para suas perdas. Escolheu-os como seu povo e neles tentou realizar seus ideais. Após ter abandonado o Egito com eles, acompanhado por seus seguidores, transformou-os em santos pelo sinal da circuncisão, forneceu-lhe leis e introduziu-os nas doutrinas da religião de Aten, que os egípcios tinham acabado de rejeitar. Os preceitos que esse varão Moisés deu a seus judeus podem ter sido ainda mais severos do que os de seu senhor e mestre Akhenaten, e ele pode também ter abandonado a dependência do deus solar de On, que Akhenaten continuara a seguir.

Devemos tomar o período do interregno posterior a 1350 a.C. como a data do Êxodo do Egito. O intervalo de tempo que se seguiu, até o término da ocupação da terra de Canaã, é particularmente inescrutável. A pesquisa histórica moderna foi capaz de extrair dois fatos da obscuridade que a narrativa bíblica deixou, ou melhor, criou, nesse ponto. O primeiro desses fatos, descobertos por Ernst Sellin é que os judeus, que, mesmo segundo a descrição da Bíblia, eram obstinados e indisciplinados para com seu legislador e líder, levantaram-se contra ele um dia, mataram-no e livraram-se da religião de Aten que lhes fora imposta, tal como os egípcios se tinham livrado dela anteriormente. O segundo fato, demonstrado por Eduard Meyer, é que esses judeus que tinham retornado do Egito uniram-se mais tarde com tribos estreitamente relacionadas na região entre a Palestina, a Península de Sinai e a Arábia, e lá, numa localidade bem regada por águas, chamada Cades, sob a influência dos madianitas árabes, assumiram uma nova religião, a adoração do deus vulcânico Javé. Pouco depois disso, estavam prontos para invadir Canaã como conquistadores.

As relações cronológicas entre esses dois eventos e entre eles e o Êxodo do Egito são

muito incertas. O ponto de referência histórico mais aproximado é fornecido por uma estela do faraó Merenptah (que reinou até 1215 a.C.), a qual, no correr de uma descrição de campanhas na Síria e na Palestina, nomeia 'Israel' entre os inimigos derrotados. Se tomarmos a data dessa estela como um *terminus ad quem*, ficamos com aproximadamente um século (desde depois de 1350 até antes de 1215 a.C.) para todo o decorrer dos acontecimentos, começando com o Êxodo. É possível, contudo, que o nome 'Israel' ainda não se relacionasse às tribos cuja sorte estamos acompanhando, e que, de fato, tenhamos um intervalo mais longo à nossa disposição. O estabelecimento, em Canaã, do que deveria ser mais tarde o povo judeu certamente não foi uma conquista rapidamente completada, mas realizou-se em ondas e durante consideráveis períodos de tempo. Se nos libertarmos da limitação imposta pela estela de Merenptah, poderemos ainda mais facilmente atribuir uma geração (trinta anos) ao período de Moisés, e permitir que pelo menos duas gerações, e provavelmente mais, tenham decorrido até a época da união em Cades. O intervalo entre Cades e a irrupção em Canaã precisa apenas ser curto. A tradição judaica, como foi demonstrado no ensaio anterior, ver em [[1]], dispunha de bons fundamentos para abreviar o intervalo entre o Êxodo e a fundação da religião em Cades, ao passo que o contrário disso é do interesse de nosso relato.

Tudo isso, contudo, ainda é história, uma tentativa de preencher as lacunas em nosso conhecimento histórico e, em parte, uma repetição de meu segundo ensaio em *Imago* [Ensaio II, acima]. Nosso interesse acompanha a sorte de Moisés e de suas doutrinas, às quais o levante dos judeus apenas aparentemente pôs fim. A partir da descrição fornecida pelo Javista, assentada por escrito por volta de 1000 a.C., mas sem dúvida baseada em registros anteriores, descobrimos que a união e a fundação da religião em Cades foram acompanhadas por um acordo em que os dois lados ainda são facilmente distinguíveis. Uma das partes ficou interessada apenas em renegar a novidade e o caráter estrangeiro do deus Javé e em aumentar sua reivindicação à devoção do povo; a outra estava ansiosa por não sacrificar-lhe preciosas lembranças da libertação do Egito e da grande figura do líder Moisés. O segundo lado conseguiu, também, introduzir tanto o fato quanto o homem no novo relato da pré-história, retendo pelo menos o sinal externo da religião de Moisés - a circuncisão -, e possivelmente estabelecendo certas restrições ao uso do nome do novo deus. Como dissemos, os representantes dessas reivindicações foram os descendentes dos seguidores de Moisés, os levitas, que estavam separados de seus contemporâneos e compatriotas por apenas algumas gerações, e a que ainda estavam ligados à lembrança dele por uma recordação viva. A narrativa poeticamente embelezada que atribuímos ao Javista, e a seu rival posterior, o Eloísta, era algo como mausoléus sob os quais, afastada do conhecimento de gerações posteriores, a verdadeira descrição daquelas primeiras coisas - a natureza da religião mosaica e o final violento do grande homem - deveriam, por assim dizer, encontrar seu descanso eterno. E se adivinhamos o que aconteceu corretamente, nada resta a respeito que seja enigmático, mas bem poderia ter significado o ponto final do episódio de Moisés na história do povo judeu.

O notável, porém, é que não foi esse o caso - que os efeitos mais poderosos da experiência do povo deveriam vir à luz apenas mais tarde e abrir caminho para a realidade no decorrer de muitos séculos. É improvável que Javé diferisse muito em caráter dos deuses dos povos e tribos circunvizinhos. É verdade que combateu com eles, tal como os próprios povos lutavam uns com os outros, mas não podemos supor que viesse à cabeça de um adorador de Javé daqueles dias negar a existência dos deuses de Canaã, Moab ou Amalek, e assim por diante, mais do que negar a existência dos povos que neles acreditavam.

A idéia monoteísta, que flamejara com Akhenaten, mais uma vez escurecera e deveria permanecer nas trevas por longo tempo vindouro. Descobertas na ilha Elefantina, logo abaixo da Primeira Catarata do Nilo, forneceram-nos a surpreendente informação de que uma colônia militar judaica lá estivera estabelecida durante séculos, e em cujo templo, juntamente com o deus principal Yahu, duas divindades femininas eram adoradas, uma delas denominada Anat-Yahu. Esses judeus, é verdade, estavam isolados de sua pátria-mãe e não tinham tomado parte no desenvolvimento religioso dela; o governo persa do Egito (do século V a.C.) transmitiu-lhes a informação das novas normas de adoração emitidas por Jerusalém. Remontando a tempos anteriores, podemos dizer que o deus Javé certamente não apresentava semelhança com o deus mosaico. Aten fora um pacifista como o seu representante na Terra - ou, mais apropriadamente, como o seu protótipo, o faraó Akhenaten, que ficou passivamente olhando enquanto o império mundial conquistado por seus ancestrais se desagregava. Sem dúvida, Javé era mais apropriado a um povo que estava começando a ocupar novas pátrias pela força. E tudo no deus mosaico que merecia admiração estava muito além da compreensão das massas primitivas.

Já disse - e, nesse ponto, alegrei-me por ter podido reivindicar um acordo com outros escritores - que o fato central do desenvolvimento da religião judaica foi que, com o decorrer do tempo, o deus Javé perdeu suas próprias características e começou a assemelhar-se cada vez mais ao antigo deus de Moisés, Aten. É verdade que permaneceram diferenças às quais se estaria inclinado, à primeira vista, a atribuir grande importância, mas que podem ser facilmente explicadas.

No Egito, Aten começara a dominar durante um período afortunado de posse estabelecida, e mesmo quando o império começou a oscilar, seus seguidores tinham podido voltar as costas à perturbação e continuar a louvar suas criações e delas desfrutar. O povo judeu estava fadado a experimentar uma série de graves provas e penosos eventos; seu deus tornou-se duro e severo e, por assim dizer, envolto em tristeza. Manteve a característica de ser um deus universal, a reinar sobre todos os países e povos, mas o fato de sua adoração ter passado dos egípcios para os judeus encontrou expressão na crença adicional de que estes últimos eram seu povo escolhido, cujas obrigações especiais acabariam por receber também uma recompensa especial. Pode não ter sido fácil ao povo reconciliar uma crença em ser preferido por seu deus onipotente com as tristes experiências de seu infeliz destino. Mas eles não se deixaram abalar em suas convicções; aumentaram seu próprio sentimento de

culpa a fim de sufocar suas dúvidas a respeito de Deus, e pode ser que, por fim, tenham apontado para os 'inescrutáveis desígnios da Providência', como as pessoas piedosas fazem até hoje. Se eles se sentiram inclinados a se espantar por ele ter permitido que um agressor violento após outro surgisse, os expulsasse e os maltratasse - assírios, babilônios, persas - ainda puderam reconhecer o poder dele no fato de todos esses perversos inimigos terem sido, por sua vez, conquistados e seus impérios se terem desvanecido.

Sob três importantes aspectos, o deus posterior dos judeus tornou-se, ao final, semelhante ao velho deus mosaico. O primeiro e decisivo ponto é que ele foi verdadeiramente reconhecido como o único deus, ao lado do qual qualquer outro deus era impensável. O monoteísmo de Akhenaten foi levado a sério por um povo inteiro; na verdade, esse povo apegou-se tanto a essa idéia, que ela se tornou o principal conteúdo de sua vida intelectual e não lhe deixou interesse para outras coisas. Sobre isso, o povo e a classe sacerdotal que se tinha tornado dominante entre ele estavam acordes. Mas, enquanto os sacerdotes exauriam esforços em erguer o cerimonial para a sua adoração, entraram em oposição com intensas correntes dentro do povo, que buscavam reviver duas outras das doutrinas de Moisés sobre seu deus. As vozes dos Profetas nunca se cansaram de declarar que Deus desprezava o cerimonial e o sacrifício, e exigia apenas que as pessoas acreditassem nele e levassem uma vida de verdade e justiça. E quando louvavam a simplicidade e a santidade da vida no deserto, estavam certamente sob a influência dos ideais mosaicos.

É hora de levantar a questão de saber se existe qualquer necessidade de invocar a influência de Moisés como causa da forma final assumida pela idéia judaica de Deus, ou se não seria suficiente presumir um desenvolvimento espontâneo para a intelectualidade mais elevada no correr de uma vida cultural a se estender por centenas de anos. Há duas coisas a serem ditas sobre essa possível explicação, que colocaria fim a todas as nossas enigmáticas conjecturas. Em primeiro lugar, ela não explica nada. No caso dos gregos - indiscutivelmente, um povo altamente dotado -, as mesmas condições não conduziram ao monoteísmo, mas à desintegração de sua religião politeísta e ao início do pensamento filosófico. No Egito, até onde podemos compreender, o monoteísmo cresceu como um subproduto do imperialismo. Deus era um reflexo do faraó, que era soberano absoluto de um grande império mundial. Com os judeus, as condições políticas eram altamente desfavoráveis ao desenvolvimento da idéia de um deus nacional exclusivo para a de um soberano universal do mundo. E onde foi que essa minúscula e impotente nação achou a arrogância de declarar-se a si própria filha favorita do grande Senhor? O problema da origem do monoteísmo entre os judeus permaneceria assim irresolvido, ou teríamos de nos contentar com a resposta comum segundo a qual o monoteísmo era expressão do gênio religioso peculiar desse povo. É bem sabido que o gênio é incompreensível e irresponsável; portanto, não devemos trazê-lo à baila como explicação até que toda outra solução nos tenha falhado.

Além disso, deparamo-nos com o fato de que os próprios registros e escritos históricos

judaicos nos apontam o caminho, asseverando bastante definidamente - dessa vez, sem contradizer-se - que a idéia de um deus único foi trazida ao povo por Moisés. Se há uma objeção à fidedignidade dessa afirmação, é a de que a revisão sacerdotal do texto que temos perante nós faz, obviamente, demasiadas coisas remontarem a Moisés. Instituições tais como as ordenações rituais, que datam inequivocamente de épocas posteriores, são dadas como mandamentos mosaicos, com a clara intenção de lhes emprestar autoridade. Isso certamente nos fornece fundamentos para suspeita, mas não o suficiente para uma rejeição, pois o motivo mais profundo para um exagero desse tipo é óbvio. A narrativa sacerdotal busca estabelecer uma continuidade entre seu período contemporâneo e o remoto passado mosaico; busca repudiar exatamente o que descrevemos como sendo o fato mais notável da história religiosa judaica, a saber, a existência de uma lacuna hiante entre a legislação de Moisés e a religião judaica posterior - lacuna que foi, a princípio, preenchida pela adoração de Javé, e só lentamente remendada depois. Ela discute esse curso de eventos por todos os modos possíveis, embora sua correção histórica esteja estabelecida para além de qualquer dúvida, desde que, no tratamento específico dado ao texto bíblico, provas superabundantes foram deixadas para prová-lo. Aqui, a revisão sacerdotal tentou algo semelhante à deformação tendenciosa que transformou o novo deus Javé no deus dos Patriarcas, ver em [[1]]. Se levarmos em consideração esse motivo do Código Sacerdotal, acharemos difícil reter nossa crença a partir da asserção de que foi realmente o próprio Moisés que forneceu a idéia monoteísta aos judeus. Estaremos ainda mais prontos a dar assentimento já que podemos dizer de onde Moisés derivou essa idéia, a qual, certamente, os sacerdotes judeus não conheciam mais.

E, aqui, alguém poderia perguntar o que lucrarmos fazendo remontar o monoteísmo judaico ao egípcio. Isso simplesmente leva o problema a voltar um pouco mais para trás: não nos diz nada sobre a gênese da idéia monoteísta. A resposta é que não se trata de questão de lucro, mas de investigação. Talvez possamos aprender algo a partir dela, se descobrirmos o curso real dos eventos.

B - O PERÍODO DE LATÊNCIA E A TRADIÇÃO

Confessamos a crença, portanto, de que a idéia de um deus único, bem como a rejeição do

cerimonial magicamente eficaz e a ênfase dada às exigências éticas feitas em seu nome, foram de fato doutrinas mosaicas, às quais de início nenhuma atenção foi prestada, mas que, após um longo intervalo ter transcorrido, entraram em operação e acabaram por tornar-se permanentemente estabelecidas. Como explicaremos um efeito retardado desse tipo e onde nos deparamos com um fenômeno semelhante?

Ocorre-nos em seguida que tais coisas não são infreqüentemente encontradas nas esferas mais variadas e que elas provavelmente acontecem através de uma série de maneiras que são compreensíveis com maior ou menor facilidade. Tomemos, por exemplo, a história de uma nova teoria científica, tal como a teoria da evolução, de Darwin. A princípio, ela defrontou-se com acerba rejeição e foi violentamente discutida durante décadas; contudo, não foi preciso mais de uma geração para ser reconhecida como um grande passo à frente no sentido da verdade. O próprio Darwin conquistou a honra de ter uma sepultura ou cenotáfio na Abadia de Westminster. Um caso como esse deixa-nos pouco a esclarecer. A nova verdade desperta resistências emocionais; estas encontram expressão em argumentos pelos quais as provas em favor da teoria impopular não podem ser discutidas; o combate de opiniões toma um certo período de tempo; desde o princípio, há adeptos e oponentes; tanto o número quanto o peso dos primeiros continuam a crescer, até que, por fim, levam a palma; durante todo o tempo de luta, o assunto com que ela se relaciona jamais é esquecido. Mal nos surpreendemos que o curso inteiro dos acontecimentos tome uma extensão considerável de tempo, e provavelmente não apreciamos suficientemente que aquilo em que estamos interessados constitui um processo de psicologia de grupo.

Não há dificuldade em encontrar, na vida mental de um indivíduo, uma analogia que corresponde exatamente a esse processo. Tal seria o caso se uma pessoa aprendesse algo de novo para ela, que, com base em certas provas, teria de reconhecer como sendo verdadeiro, mas que contradiz alguns de seus desejos e choca algumas convicções que lhe são preciosas. A seguir, essa pessoa hesitará, buscará razões que a capacitem a lançar dúvidas sobre essa coisa nova, e, por algum tempo, ela lutará consigo mesma, até que, finalmente, admitirá para si: ‘De qualquer modo, é assim, embora não me seja fácil aceitar, embora me seja aflitivo ter de acreditar. O que a partir disso aprendemos é simplesmente que leva tempo para a atividade raciocinante do ego superar as objeções sustentadas por intensas catexias afetivas. A semelhança entre esse caso e aquele que estamos nos esforçando por compreender não é muito grande.

O próximo exemplo para o qual nos voltamos parece ter ainda menos em comum com nosso problema. Pode acontecer que um homem que experimentou algum acidente assustador - colisão ferroviária, por exemplo, - deixe a cena desse evento aparentemente incólume. No decorrer das semanas seguintes, contudo, desenvolve uma série de sintomas psíquicos e motores graves, os quais só podem ser remontados a seu choque, à concussão, ou ao que quer que seja. Agora, esse homem tem uma 'neurose traumática'. Trata-se de um fato inteiramente ininteligível - o que equivale a dizer: novo. O tempo decorrido entre o acidente e o primeiro aparecimento dos sintomas é descrito como sendo o 'período de incubação', numa clara alusão à patologia das doenças infecciosas. Refletindo, deve impressionar-nos que, apesar da diferença fundamental entre os dois casos - o problema da neurose traumática e do monoteísmo judaico -, exista, não obstante, um ponto de concordância; a saber: a característica que poderia ser descrita como 'latência'. Segundo nossa ousada hipótese, na história da religião judaica houve, após a defecção em relação à religião de Moisés, um longo período durante o qual não se detectou sinal algum da idéia monoteísta, do desprezo pelo cerimonial, ou da grande ênfase dada à ética. Assim, ficamos preparados para a possibilidade de que a solução de nosso problema deva ser procurada numa situação psicológica específica.

Já descrevemos repetidamente o que sucedeu em Cades, quando as duas partes do que mais tarde viria a ser o povo judeu se reuniram para receber uma nova religião. Naqueles que, por um lado, estiveram no Egito, as lembranças do Êxodo e da figura de Moisés eram ainda tão fortes e vívidas, que exigiram sua inclusão numa descrição dos primeiros tempos. Eram netos, talvez, de pessoas que conheceram o próprio Moisés, e alguns ainda se sentiam, eles próprios, egípcios, e portavam nomes egípcios. Mas tinham bons motivos para reprimir a lembrança da sorte que seu líder e legislador encontrara. O intuito determinante da outra parte do povo era glorificar o novo deus e discutir sua condição de estrangeiro. Ambas as partes possuíam o mesmo interesse em repudiar o fato de terem tido uma religião anterior e a natureza do conteúdo dela. Foi desse modo que ocorreu o primeiro acordo, provavelmente logo registrado por escrito. O povo oriundo do Egito trouxera consigo a escrita e o desejo de escrever história; mas longo tempo deveria passar-se antes que a escrita histórica compreendesse que estava comprometida com uma veracidade inabalável. Inicialmente, ela não tinha escrúpulos em modelar suas narrativas segundo as necessidades e os propósitos do momento, como se ainda não tivesse reconhecido o conceito de falsificação. Em resultado dessas circunstâncias, pôde desenvolver-se uma discrepância entre o registro escrito e a transmissão oral do mesmo material - a *tradição*. O que fora omitido ou alterado no registro escrito poderia muito bem ter sido preservado intacto na tradição. Esta constituía não só um suplemento, mas, ao mesmo tempo, uma contradição do escrito histórico. Estava menos sujeita à influência de intuítos deformantes e talvez, em certos pontos, inteiramente isenta deles; poderia, portanto, ser mais verídica do que o relato registrado por escrito. Sua fidedignidade, contudo, padecia do fato de ser menos estável e menos definida do que a descrição escrita, e exposta a numerosas mudanças e alterações quando era transmitida, de uma geração para outra, através da comunicação oral. Uma tradição dessa espécie poderia

defrontar-se com variados tipos de destino. O que deveríamos esperar mais, seria que ela fosse esmagada pelo relato escrito, incapacitada de erguer-se contra este, se tornasse cada vez mais esmaecida e, finalmente, passasse para o esquecimento. Mas ela poderia defrontar-se com outros destinos: um deles seria o de que a própria tradição terminasse num registro escrito, e ainda teremos de lidar com outros, à medida que progredimos.

O fenômeno da latência na história da religião judaica, com o qual estamos lidando, pode ser explicado, portanto, pela circunstância de que os fatos e as idéias que foram intencionalmente repudiados pelos que podem ser chamados de historiadores oficiais, nunca se perderam realmente. Informações sobre eles persistiram em tradições que sobreviveram entre o povo. Na verdade, como Sellin nos assegura, houve realmente uma tradição sobre o fim de Moisés que contradizia redondamente a descrição oficial e que estava muito mais perto da verdade. O mesmo, podemos presumir, também se aplicou a outras coisas que aparentemente deixaram de existir ao mesmo tempo que Moisés - a alguns dos conteúdos da religião mosaica que tinham sido inaceitáveis para a maioria de seus contemporâneos.

O fato marcante com que somos aqui confrontados é, contudo, que essas tradições, em vez de se tornarem mais fracas com o tempo, se tornaram cada vez mais poderosas no decorrer dos séculos, impuseram sua entrada nas revisões posteriores dos relatos oficiais e, finalmente, se mostraram suficientemente fortes para exercer influência decisiva nos pensamentos e ações do povo. No momento, é verdade, os determinantes que tornaram possível esse resultado estão fora de nosso conhecimento.

Esse fato é tão notável, que nos sentimos justificados em examiná-lo de novo. Nosso problema está abrangido nele. O povo judeu abandonou a religião de Aten que lhes foi dada por Moisés e voltou-se para a adoração de outro deus que pouco diferia dos Baalim dos povos vizinhos. Todos os esforços tendenciosos de épocas posteriores fracassaram em disfarçar esse fato vergonhoso. Mas a religião mosaica não se desvaneceu sem deixar traço; algum tipo de lembrança dela manteve-se viva: uma tradição possivelmente obscurecida e deformada. E foi essa tradição de um grande passado que continuou a operar (do fundo da cena, por assim dizer), que gradativamente adquiriu cada vez mais poder sobre as mentes das pessoas e que, ao final, conseguiu transformar o deus Javé no deus mosaico e redespertar para a vida a religião de Moisés que fora introduzida e, depois, abandonada havia longos séculos. Que uma tradição assim mergulhada no olvido exercesse efeito tão poderoso sobre a vida mental de um povo constitui uma idéia pouco familiar para nós. Aqui, encontramos-nos no campo da psicologia grupal, onde não nos sentimos à vontade. Procuramos em volta, em busca de analogias, de fatos que sejam pelo menos de natureza semelhante, ainda que em campos diferentes. E fatos desse tipo, acredito, podem ser encontrados.

Durante o período em que, entre os judeus, o retorno da religião de Moisés estava em preparação, o povo grego descobriu-se na posse de um acervo excepcionalmente rico de

lendas tribais e mitos heróicos. Acredita-se que o século IX ou VIII a.C. viu a origem das duas epopéias homéricas, que hauriram seu material nesse círculo de lendas. Com nossa atual compreensão interna (*insight*) psicológica, poderíamos, muito antes de Schliemann e Evans, ter levantado a questão de saber de onde os gregos conseguiram todo o material legendário elaborado por Homero e os grandes dramaturgos áticos em suas obras-primas. A resposta teria tido de ser a de que esse povo provavelmente experimentara em sua pré-história um período de brilhantismo externo e eflorescência cultural perecido numa catástrofe histórica, do qual uma obscura tradição sobrevivia nessas lendas. As pesquisas arqueológicas de nossos dias confirmaram agora essa suspeita, que no passado certamente teria sido pronunciada como sendo audaciosa demais. Essas pesquisas revelaram as provas da impressionante civilização minóico-micênica, que provavelmente chegou ao fim na Grécia continental antes de 1250 a.C. Difícilmente uma alusão a ela pode ser encontrada nos historiadores gregos da época posterior; no máximo, uma observação de que houve um tempo em que os cretenses exerciam o comando do mar, e o nome do rei Minos e de seu palácio, o Labirinto. Isso é tudo; além disso nada remanesceu, exceto as tradições de que os poetas se apossaram.

As epopéias nacionais de outros povos - alemães, indianos, finlandeses - também vieram à luz. É tarefa dos historiadores da literatura investigar se podemos presumir em relação à sua origem os mesmos determinantes que os dos gregos. Uma tal investigação renderia, acredito, um resultado positivo. Aqui está o determinante que identificamos: um fragmento de pré-história que, imediatamente depois, estaria sujeito a parecer rico em conteúdo, importante, esplêndido, e sempre, talvez, heróico, mas que jaz tão atrás, em tempos tão remotos, que apenas uma tradição obscura e incompleta informa as gerações posteriores sobre ele. Sentiu-se surpresa por que a epopéia, como forma artística, se tenha extinguido em épocas posteriores. A explicação pode ser que sua causa determinante não existe mais. O velho material foi utilizado e, para todos os eventos posteriores, a escrita histórica tomou o lugar da tradição. Os maiores feitos heróicos de nossos dias não foram capazes de inspirar um poema épico, e mesmo Alexandre, o Grande, tinha direito a se lamentar de não encontrar um Homero.

As eras há muito tempo passadas exercem uma grande e freqüentemente enigmática atração para a imaginação dos homens. Sempre que estão insatisfeitos com seu ambiente atual - e isso acontece quase sempre - se voltam para o passado e esperam ser agora capazes de demonstrar a verdade do imperecível sonho de uma Idade de Ouro. Provavelmente ainda se encontram sob o encantamento de sua infância, que lhes é apresentada por sua memória não imparcial como uma época de ininterrupta felicidade.

Se tudo o que resta do passado são as incompletas e enevoadas lembranças que chamamos de tradição, isso oferece ao artista uma atração peculiar, pois, nesse caso, ele fica livre para preencher as lacunas da memória de acordo com os desejos de sua imaginação e para retratar o período que quer reproduzir segundo suas intenções. Quase se poderia dizer que,

quanto mais vaga uma tradição, mais útil ela se torna para um poeta. Não precisamos, portanto, ficar surpresos pela importância da tradição para a escrita imaginativa, e a analogia com a maneira pela qual as epopéias são determinadas nos deixará mais inclinados a aceitar a estranha hipótese de que foi a tradição de Moisés que, para os judeus, alterou a adoração de Javé no sentido da antiga religião mosaica. Contudo, sob outros aspectos, os dois casos ainda são muito diferentes. Por um lado, o resultado é um poema; por outro, é uma religião, e, nesse último caso, presumimos que, sob o acicate da tradição, ele foi reproduzido com uma fidelidade para a qual o exemplo da epopéia naturalmente não pode oferecer contrapartida. Por conseguinte, resta muita coisa de nosso problema para justificar a necessidade de analogias mais apropriadas.

C - A ANALOGIA

A única analogia satisfatória com o notável curso de acontecimentos que encontramos na história da religião judaica reside num campo aparentemente remoto, mas é bastante completa e aproxima-se da identidade. Nela, mais uma vez nos deparamos com o fenômeno da latência, o surgimento de manifestações ininteligíveis, a exigir uma explicação, e um acontecimento precoce, e depois esquecido, como determinante necessário. Encontramos também a característica da compulsão, que se impõe à mente juntamente com uma subjugação do pensamento lógico, aspecto que, por exemplo, não entrou em consideração na gênese do poema épico.

A analogia é encontrada na psicopatologia, na gênese das neuroses humanas, num campo, equivale a dizer, pertencente à psicologia dos indivíduos, ao passo que os fenômenos religiosos, naturalmente, têm de ser considerados como parte da psicologia grupal. Veremos que essa analogia não é tão surpreendente como a princípio se poderia pensar; na verdade, ela se assemelha mais a um postulado.

Denominamos *traumas* aquelas impressões, cedo experimentadas e mais tarde esquecidas, a que concedemos tão grande importância na etiologia das neuroses. Podemos deixar de lado a questão de saber se a etiologia das neuroses em geral pode ser encarada como traumática. A objeção óbvia a isso é que não é possível, em todos os casos, descobrir um trauma manifesto na história primitiva do indivíduo neurótico. Com frequência, devemos resignar-nos a dizer que tudo o que temos perante nós é uma reação anormal, fora do comum, a experiências e exigências que afetam a todos, mas são elaboradas e tratadas por outras pessoas de uma outra maneira, que pode ser chamada de normal. Quando não temos nada

mais à nossa disposição para explicar uma neurose, exceto disposições hereditárias e constitucionais, ficamos naturalmente tentados a dizer que ela não foi adquirida, mas desenvolvida.

Quanto a isso, porém, dois pontos devem ser enfatizados. Em primeiro lugar, a gênese de uma neurose invariavelmente remonta a impressões muito primitivas da infância. Em segundo, é verdade que existem casos que se distinguem como 'traumáticos' porque seus efeitos remontam inequivocamente a uma ou mais impressões poderosas nessas épocas primitivas - impressões que escaparam de ser lidadas normalmente, de maneira que se fica inclinado a julgar que, se não tivessem ocorrido, tampouco a neurose teria surgido. Seria bastante para nossos fins se fôssemos obrigados a restringir a analogia de que estamos à procura a esses casos traumáticos. Mas o hiato entre os dois grupos [de casos] não parece ser intransponível. É inteiramente possível unir os dois determinantes etiológicos numa só concepção; trata-se simplesmente da questão de como definir 'traumático'. Se presumirmos que a experiência adquire seu caráter traumático apenas em resultado de um fator quantitativo - isto é, que em cada caso é um excesso de exigência o responsável por uma experiência que evoca reações patológicas fora do comum -, então poderemos facilmente chegar ao expediente de dizer que algo age como um trauma no caso de determinada constituição, mas, no caso de outra, não teria tal efeito. Dessa maneira, atingimos o conceito de uma 'série complementar' deslizante, tal como é chamada na qual dois fatores convergem para o preenchimento de um requisito etiológico. Uma parte menor de um dos fatores é equilibrada por uma parte maior do outro via de regra, ambos operam em conjunto e é somente nas duas extremidades da série que se pode discutir se um motivo simples está em ação. Após mencionar isso, podemos desprezar, como sendo irrelevante para a analogia que estamos buscando, a distinção entre etiologias traumáticas e não-traumáticas.

Apesar do risco de repetição, talvez seja bom reunir aqui os fatos que abrangem a analogia que nos é significativa. São os seguintes. Nossas pesquisas demonstraram que aquilo que chamamos de fenômenos (sintomas) de uma neurose são o resultado de certas experiências e impressões que, por essa mesma razão, encaramos como traumas etiológicos. Temos agora duas tarefas perante nós: descobrir (1) características comuns dessas experiências e (2) as dos sintomas neuróticos, e, assim procedendo, não precisamos evitar traçar um quadro um tanto esquemático.

(1) (a) Todos esses traumas ocorrem na primeira infância até aproximadamente o quinto ano de idade. Impressões da época em que uma criança está começando a falar ressaltam como sendo de particular interesse; os períodos entre as idades de dois e quatro anos parecem ser os mais importantes; não se pode determinar com certeza quanto tempo após o nascimento esse período de receptividade começa. (b) As experiências em apreço são, via de regra, totalmente esquecidas, não são acessíveis à memória e incidem dentro do período de amnésia infantil, geralmente interrompida por alguns resíduos mnêmicos isolados, conhecidos como 'recordações encobridoras'. (c) Elas relacionam-se a impressões de

natureza sexual e agressiva, e, indubitavelmente, também a danos precoces ao ego (mortificações narcísicas). Com relação a isso, deve-se observar que essas crianças de tenra idade não estabelecem distinção nítida entre atos sexuais e agressivos, como o fazem posteriormente. (Cf. a má interpretação do ato sexual, num sentido sádico.) O predomínio do fator sexual é, naturalmente, mais marcante e exige consideração teórica.

Esses três pontos - o aparecimento bastante precoce dessas experiências (durante os cinco primeiros anos de vida), o fato de serem esquecidas, e seu conteúdo sexual-agressivo - estão estreitamente intervenculados. Os traumas são ou experiências sobre o próprio corpo do indivíduo ou percepções sensoriais, principalmente de algo visto e ouvido, isto é, experiências ou impressões. A intervenculação desses três pontos é estabelecida por uma teoria, um produto do trabalho de análise que, apenas ele, pode provocar um conhecimento das experiências esquecidas, ou, para expressá-lo do modo mais vivo, embora também mais incorretamente, trazê-las de volta à memória. A teoria é que, em contraste com a opinião popular, a vida sexual dos seres humanos (ou o que a ela corresponde mais tarde) apresenta uma eflorescência precoce que chega ao fim por volta do quinto ano, sendo seguida pelo que é conhecido como período de latência (até a puberdade), em que não há desenvolvimento ulterior da sexualidade e, na verdade, o que fora atingido experimenta uma retrogressão. Essa teoria é confirmada pela investigação anatômica do crescimento dos órgãos genitais internos; ela nos leva a supor que a raça humana descende de uma espécie animal que atingiu a maturidade sexual aos cinco anos e desperta a suspeita de que o adiamento da vida sexual e seu desencadeamento difásico [em duas ondas] estão intimamente vinculados à função de hominização. Os seres humanos parecem ser os únicos organismos animais com um período de latência e um retardamento sexual desse tipo. Investigações efetuadas em primatas (que, até onde sei, não estão disponíveis) seriam indispensáveis para a verificação dessa teoria. Não pode ser psicologicamente indiferente que o período de amnésia infantil coincida com esse período primitivo da sexualidade. Pode ser que esse estado de coisas forneça o verdadeiro determinante para a possibilidade da neurose, que é, em certo sentido, uma prerrogativa humana e, desse ponto de vista, aparece como um vestígio - um 'survival' - de tempos primevos, tal como certas partes de nossa anatomia corporal.

(2) Dois pontos devem ser acentuados quanto às características ou peculiaridades comuns dos fenômenos neuróticos: (a) Os efeitos dos traumas são de dois tipos, positivos e negativos. Os primeiros são tentativas de pôr o trauma em funcionamento mais uma vez, isto é, recordar a experiência esquecida ou, melhor ainda, torná-la real, experimentar uma repetição dela de novo, ou, mesmo que ela seja apenas um relacionamento emocional primitivo, revivê-la num relacionamento análogo com outra pessoa. Resumimos esses esforços sob o nome de 'fixações' no trauma e como uma 'compulsão a repetir'. Eles podem ser percebidos no que passa por ser um ego normal e, como tendências permanentes nele, podem emprestar-lhe traços caracterológicos inalteráveis, embora, ou melhor, precisamente por causa disso, sua verdadeira base e origem históricas estejam esquecidas. Assim, um homem que passou a infância numa ligação excessiva e atualmente esquecida com a mãe

pode passar toda a vida procurando uma esposa de quem possa conseguir ser nutrido e apoiado. Uma menina que foi tornada objeto de uma sedução sexual na infância pode orientar sua vida sexual posterior de maneira a constantemente provocar ataques semelhantes. Pode-se facilmente adivinhar que, a partir de tais descobertas sobre o problema da neurose, podemos penetrar numa compreensão da formação do caráter em geral.

As reações negativas seguem o objetivo oposto: que nada dos traumas esquecidos seja recordado e repetido. Podemos resumi-las como 'reações defensivas'. Sua expressão principal constitui aquilo que é chamado de 'evitações', que se podem intensificar em 'inibições' e 'fobias'. Essas reações negativas também efetuam as contribuições mais poderosas para a cunhagem do caráter. Fundamentalmente, elas são fixações no trauma, tanto quanto seus opostos, exceto por serem fixações com intuito contrário. Os sintomas de neurose, no sentido mais estrito, são conciliações em que ambas as tendências procedentes dos traumas se reúnem, de maneira que a cota, ora de uma, ora de outra tendência, encontre nelas expressão preponderante. Essa oposição entre as reações dá início a conflitos que, no curso comum dos acontecimentos, não conseguem chegar a qualquer conclusão.

(b) Todos esses fenômenos, tanto os sintomas quanto as restrições ao ego e as modificações estáveis de caráter, possuem uma qualidade *compulsiva*: isso equivale a dizer que têm uma grande intensidade psíquica e, ao mesmo tempo, apresentam uma independência de grandes conseqüências quanto à organização dos outros processos mentais, que se ajustam à exigências do mundo externo real e obedecem às leis do pensamento lógico. Eles [os fenômenos patológicos] são insuficientemente ou de modo algum influenciados pela realidade externa, não lhe concedeu atenção ou a seus representantes psíquicos, de maneira que podem facilmente entrar em oposição ativa a ambos. São, poder-se-ia dizer, um Estado dentro de um Estado, um partido inacessível, com o qual a cooperação é impossível, mas que pode alcançar êxito em dominar o que é conhecido como partido normal e forçá-lo a seu serviço. Se isso acontecer, acarreta uma dominação, por parte de uma realidade psíquica interna, sobre a realidade do mundo externo, e está aberto o caminho para a psicose. Mesmo se as coisas não vão até esse ponto, a inibição prática dessa situação dificilmente pode ser superestimada. A inibição sobre a vida daqueles que são dominados por uma neurose e sua incapacidade de viver constituem fator muito importante numa sociedade humana, e podemos identificar em seu estado uma expressão direta de sua fixação numa parte primitiva de seu passado.

E agora investiguemos a latência, que, em vista da analogia, está fadada a nos interessar especialmente. Um trauma na infância pode ser imediatamente seguido por um desencadeamento neurótico, uma neurose infantil, com uma abundância de esforços de defesa, e acompanhada pela formação de sintomas. Esta neurose pode durar um tempo considerável e provocar perturbações acentuadas, mas pode também seguir um curso latente e não ser notada. Via de regra, as defesas levam a palma nisso; seja como for, alterações do

ego, comparáveis a cicatrizes, são deixadas atrás. Só raramente uma neurose infantil prossegue, sem interrupção, numa neurose adulta. Muito mais freqüentemente ela é sucedida por um período de desenvolvimento aparentemente não perturbado - curso de coisas apoiado ou tornado possível pela intervenção do período fisiológico da latência. Só posteriormente realiza-se a mudança com que a neurose definitiva se torna manifesta, como um efeito retardado do trauma. Isso ocorre ou na irrupção da puberdade ou algum tempo depois. No primeiro caso, isso sucede porque as reações e alterações do ego provocadas pela defesa se mostram agora um estorvo no lidar com as novas tarefas da vida, de maneira que graves conflitos surgem entre as exigências do mundo externo real e o ego, que busca manter a organização a que penosamente chegou em sua luta defensiva. O fenômeno de uma latência das neuroses entre as primeiras reações ao trauma e o desencadeamento posterior da doença deve ser considerado como típico. Essa última doença também pode ser encarada como uma tentativa de cura - como mais um esforço para reconciliar com o resto aquelas partes do ego que foram expelidas (*split off*) pela influência do trauma, e uni-las num todo poderoso vis-à-vis o mundo externo. Contudo, uma tentativa desse tipo raramente tem êxito, a menos que o trabalho de análise venha em sua ajuda, e mesmo então, nem sempre; finda, com bastante freqüência, por uma devastação ou fragmentação completa do ego, ou por ele ser esmagado pela parte que foi precocemente expelida e que é dominada pelo trauma.

A fim de convencer o leitor, seria necessário fornecer relatórios pormenorizados das histórias da vida de numerosos neuróticos. Entretanto, em vista da difusão e dificuldade do assunto, isso destruiria completamente o caráter do presente trabalho. Transformá-lo-ia numa monografia sobre a teoria das neuroses e, ainda assim, provavelmente só teria efeito sobre aquela minoria de leitores que optaram pelo estudo e a prática da psicanálise como seu trabalho de vida. Visto que estou dirigindo-me aqui a uma audiência mais ampla, só posso pedir ao leitor para conceder-me uma certa crença provisória na descrição abreviada que forneci acima, e isso deve ser acompanhado por uma admissão de minha parte de que as implicações a que estou agora conduzindo-o só precisam ser aceitas se as teorias em que se baseiam se mostrarem corretas.

Não obstante, posso tentar contar a história de um caso isolado que apresenta com especial clareza algumas das características de neurose que mencionei. Não devemos esperar, naturalmente, que um único caso demonstre tudo, e precisaremos não nos sentir desapontados se seu tema geral estiver muito afastado do tópico para o qual estou buscando uma analogia.

Um menininho que, como tão freqüentemente acontece nas famílias de classe média, partilhara do quarto de dormir dos pais durante os primeiros anos de sua vida, tivera repetidas e, na verdade, regulares oportunidades de observar atos sexuais entre os pais - de ver algumas coisas e ouvir outras mais - numa idade em que mal aprendera a falar. Em sua neurose posterior, que irrompeu imediatamente depois de sua primeira emissão espontânea, o primeiro e mais perturbador dos sintomas foi o distúrbio do sono. Era extraordinariamente

sensível a barulhos à noite e, uma vez acordado, não conseguia dormir de novo. Esse distúrbio do sono era um verdadeiro sintoma de conciliação. Por um lado, constituía expressão de sua defesa contra as coisas que havia experimentado à noite, e, por outro, uma tentativa de restabelecer o estado de vigília em que pudera escutar aquelas impressões.

A criança foi prematuramente despertada, por observações desse tipo, a uma masculinidade agressiva e começou a excitar seu pequeno pênis com a mão e a tentar variados assaltos sexuais à mãe, identificando-se assim com o pai, em cujo lugar se colocava. Isso prosseguiu até que, por fim, a mãe proibiu-o de tocar no pênis e ameaçou-o ainda de contar a seu pai, que o castigaria tirando-lhe fora o órgão pecaminoso. Essa ameaça de castração exerceu um efeito traumático extraordinariamente poderoso sobre o menino. Ele abandonou sua atividade sexual e alterou seu caráter. Em vez de se identificar com o pai, ficou com medo dele, adotou para com ele uma atitude passiva e, através de travessuras ocasionais, provocava-o à administração de castigos corporais, que tinham para ele significado sexual, de maneira a assim poder identificar-se com sua maltratada mãe. Apegou-se à mãe cada vez mais ansiosamente, como se não pudesse passar sem o amor dela por um só momento, visto que percebia nele uma proteção contra o perigo de castração que o ameaçava do lado do pai. Nessa modificação do complexo de Édipo, passou ele seu período de latência, que foi livre de quaisquer distúrbios acentuados. Tornou-se um menino exemplar e era muito bem-sucedido na escola.

Até agora, acompanhamos o efeito imediato do trauma e confirmamos o fato da latência.

A chegada da puberdade trouxe consigo a neurose manifesta e revelou seu segundo sintoma principal - a impotência sexual. Perdera a sensibilidade do pênis, não tentava tocá-lo, não se arriscava a aproximar-se de uma mulher para fins sexuais. Sua atividade sexual permanecia limitada à masturbação psíquica, acompanhada por fantasia sado-masoquista nas quais não era difícil identificar ramificações de suas primitivas observações da relação sexual entre os pais. A onda de masculinidade intensificada que a puberdade trouxera consigo foi empregada num ódio furioso ao pai e na insubordinação a ele. Essa relação extremada com o pai, ousada ao ponto de autodestruição, era responsável tanto por seu fracasso na vida quanto por seus conflitos com o mundo externo. Ele tinha de ser um fracasso em sua profissão, porque o pai o forçara a segui-la. Tampouco fazia amigos e nunca esteve em bons termos com seus superiores.

Quando, onerado por esses sintomas e incapacidades, ele por fim, depois da morte do pai, encontrou uma esposa, emergiram nele, como se constituíssem o cerne de seu ser, traços caracterológicos que tornavam o contato com ele tarefa difícil para aqueles que o rodeavam. Desenvolveu uma personalidade completamente egoísta, despótica e brutal, que claramente sentia necessidade de dominar e insultar outras pessoas. Constituía uma cópia fiel de seu pai, tal como formara uma imagem deste em sua memória, o que equivale a dizer, uma revivescência da identificação com o pai que, no passado, ele assumira como rapazinho, por

motivos sexuais. Nessa parte da história, reconhecemos o *retorno do reprimido, o qual (juntamente com os efeitos imediatos do trauma e o fenômeno da latência) descrevemos como estando situado entre as características essenciais de uma neurose.*

D - APLICAÇÃO

Trauma primitivo - defesa - latência - desencadeamento da doença neurótica - retorno parcial reprimido: tal é a fórmula que estabelecemos para o desenvolvimento de uma neurose. O leitor é agora convidado a dar o passo de supor que ocorreu na vida da espécie humana algo semelhante ao que ocorre na vida dos indivíduos, de supor, isto é, que também aqui ocorreram eventos de natureza sexualmente agressiva, que deixaram atrás de si conseqüências permanentes, mas que foram, em sua maioria, desviados e esquecidos, e que após uma longa latência entraram em vigor e criaram fenômenos semelhantes a sintomas, em sua estrutura e propósito.

Acreditamos que podemos adivinhar esses eventos e nos propomos demonstrar que suas conseqüências semelhantes a sintomas são os fenômenos da religião. Visto que o surgimento da idéia da evolução não mais deixa lugar para dúvidas de que a raça humana possui uma pré-história, e visto que esta é desconhecida - isto é, esquecida -, uma conclusão desse tipo carrega quase o peso de um postulado. Quando aprendemos que, em ambos os casos, os traumas operantes e esquecidos se referem à vida na família humana, podemos acolher isso como um prêmio altamente bem-vindo e imprevisto, que não foi invocado por nossos estudos até esse ponto.

Apresentei essas asserções já um quarto de século atrás, em meu *Totem e Tabu* (1912-13), e basta que eu as repita aqui. Minha construção parte de um enunciado de Darwin (1871, 2, p. 362 e seg.) e inclui uma hipótese de Atkinson [1903, p. 220 e seg.]. Afirmo ela que, em épocas primevas, o homem primitivo vivia em pequenas hordas cada uma das quais sob o domínio de um macho poderoso. Nenhuma data pode ser atribuída a isso; tampouco isso se acha sincronizado às épocas geológicas que nos são conhecidas; é provável que essas criaturas humanas não tivessem progredido muito no desenvolvimento da fala. Uma parte essencial da construção é a hipótese de que os eventos que me disponho a descrever ocorreram a todos os homens primitivos, isto é, a todos os nossos antepassados. A história é contada sob forma enormemente condensada, como se tivesse acontecido numa só ocasião, ao passo que, de fato, ela abrange milhares de anos e se repetiu incontáveis vezes durante esse longo período. O macho forte era senhor e pai de toda a horda, e irrestrito em seu

poder, que exercia com violência. Todas as fêmeas eram propriedade sua - esposas e filhas de sua própria horda, e algumas, talvez, roubadas de outras hordas. A sorte dos filhos era dura: se despertavam o ciúme do pai, eram mortos, castrados, ou expulsos. Seu único recurso era reunirem-se em pequenas comunidades, arranjarem esposas para si através do rapto, e, quando um ou outro deles podia ter êxito nisso, elevarem-se a uma posição semelhante à do pai, na horda primeva. Por razões naturais, os filhos mais novos ocupavam uma posição excepcional. Eram protegidos pelo amor de suas mães e podiam tirar vantagem da idade crescente do pai e sucedê-lo quando de sua morte. Podemos detectar, em lendas e contos de fadas, ecos tanto da expulsão dos filhos mais velhos quanto do favorecimento dos mais novos.

O primeiro passo decisivo no sentido de uma modificação nesse tipo de organização 'social' parece ter sido que os irmãos expulsos, vivendo numa comunidade, uniram-se para derrotar o pai e, como era costume naqueles dias, devoraram-no cru. Não há necessidade de esquivar-se a esse canibalismo; ele continuou bem adiante, em épocas posteriores. O ponto essencial, contudo, é que atribuímos a esses homens primitivos as mesmas atitudes emocionais que pudemos estabelecer pela investigação analítica nos primitivos da época atual - em nossos filhos. Isto é, supomos que eles não apenas odiaram e temeram o pai, mas também o honraram como modelo, e que cada um deles desejou ocupar seu lugar na realidade. Podemos, se assim for, compreender o canibalismo como uma tentativa de assegurar uma identificação com ele, pela incorporação de um pedaço seu.

Deve-se supor que, após o parricídio, um tempo considerável se passou, durante o qual os irmãos disputaram uns com os outros a herança do pai, que cada um deles queria para si sozinho. Uma compreensão dos perigos e da inutilidade dessas lutas, uma lembrança do ato de liberação que haviam realizado juntos, e os vínculos emocionais mútuos que haviam surgido durante o período de sua expulsão, conduziram por fim a um acordo entre eles, a uma espécie de contrato social. A primeira forma de organização social ocorreu com uma *renúncia ao instinto*, um reconhecimento das *obrigações* mútuas, a introdução de *instituições* definidas, pronunciadas invioláveis (sagradas), o que equivale a dizer, os primórdios da moralidade e da justiça. Cada indivíduo renunciou a seu ideal de adquirir a posição do pai para si e de possuir a mãe e as irmãs. Assim, surgiram o *tabu do incesto* e a injunção à *exagomia*. Boa parte do poder absoluto liberado pelo afastamento do pai passou para as mulheres; veio um período de *matriarcado*. A recordação do pai persistiu nesse período da 'aliança fraterna'. Um animal poderoso - a princípio, talvez, sempre um que também era temido - foi escolhido como substituto do pai. Uma escolha desse tipo pode parecer estranha, mas o abismo que os homens estabeleceram mais tarde entre eles próprios e os animais não existia para os novos primitivos, nem tampouco existe para nossas crianças, cujas fobias animais podemos compreender como sendo medo do pai. Com relação ao animal totêmico, a dicotomia original na relação emocional com o pai (ambivalência) foi

inteiramente mantida. Por um lado, o totem era encarado como ancestral de sangue e espírito protetor do clã, a ser adorado e protegido, e, por outro, marcava-se um festival em que se lhe achava preparado o mesmo destino que o pai primevo havia encontrado. Ele era morto e devorado por todos os membros da tribo, em comum. (A refeição totêmica, segundo Robertson Smith [1894].) Esse grande festival, na realidade, era uma celebração triunfante da vitória dos filhos combinados sobre o pai.

Qual é o lugar da religião com relação a isso? Penso que estamos completamente justificados em encarar o totemismo, com sua adoração de um substituto paterno, com sua instituição de festivais comemorativos e de proibições cuja infração era punida pela morte, estamos justificados, dizia eu, em encarar o totemismo como a primeira forma em que a religião se manifestou na história humana, e em confirmar o fato de ele ter sido vinculado, desde o início, aos regulamentos sociais e às obrigações morais. Aqui, só podemos fornecer o levantamento mais resumido dos outros desenvolvimentos da religião. Eles, sem dúvida, progrediram paralelamente com os avanços culturais da raça humana e com as modificações na estrutura das comunidades humanas.

O primeiro passo para longe do totemismo foi a humanização do ser que era adorado. Em lugar dos animais, aparecem deuses humanos, cuja derivação do totem não é escondida. O deus ainda é representado sob a forma de um animal ou, pelo menos, com um rosto de animal, ou o totem se torna o companheiro favorito do deus, inseparável dele, ou a lenda nos conta que o deus matou esse animal exato, que era, afinal de contas, apenas um estágio preliminar dele próprio. Em certo ponto dessa evolução, que não é facilmente determinado, aparecem grandes deusas-mães provavelmente antes mesmo dos deuses masculinos, persistindo após, por longo tempo, ao lado destes. Nesse meio tempo, uma grande revolução social ocorrera. O matriarcado fora sucedido pelo restabelecimento de uma ordem patriarcal. Os novos pais, é verdade, jamais conquistaram a onipotência do pai primevo; havia muitos deles que viviam juntos em associações maiores do que a horda. Estavam obrigados a se manter em bons termos uns com os outros, e permaneceram sob as limitações das ordenanças sociais. É provável que as deusas-mães se tenham originado na época do cerceamento do matriarcado, como compensação da desatenção às mães. As divindades masculinas aparecem a princípio com filhos, ao lado das grandes mães, e só mais tarde assumem claramente as características de figuras paternas. Esses deuses masculinos do politeísmo refletem as condições existentes durante a era patriarcal. São numerosos, mutuamente restritivos, e ocasionalmente subordinados a um deus superior. O passo seguinte, contudo, nos conduz ao tema que aqui nos interessa: ao retorno de um deus-pai único, de domínio ilimitado.

Tem-se de admitir que esse levantamento histórico possui lacunas e é incerto em alguns pontos. Mas todo aquele que esteja inclinado a pronunciar nossa construção da história primeva como sendo puramente imaginária estaria subestimando gravemente a riqueza e o valor probatório do material nela contido. Grandes partes do passado, que aqui foram

reunidas num todo, estão historicamente atestadas: totemismo e as confederações masculinas, por exemplo. Outras partes sobreviveram em réplicas excelentes. Assim, as autoridades freqüentemente se impressionaram pela maneira fiel mediante a qual o sentido e o conteúdo da antiga refeição totêmica são repetidos no rito da Comunhão Cristã, na qual o crente incorpora o sangue e a carne de seu deus, em forma simbólica. Numerosas relíquias da era primeva esquecida sobrevieram nas lendas populares e nos contos de fadas, e o estudo analítico da vida mental das crianças proporcionou inesperada abundância de material para preencher as lacunas em nosso conhecimento dos tempos primitivos. Como contribuições à nossa compreensão da relação do filho com o pai, de tão grande importância, basta-me apenas apresentar as fobias animais, o medo, que nos impressiona como tão estranho, de ser comido pelo pai, e a enorme intensidade do pavor de ser castrado. Nada existe de inteiramente fabricado em nossa construção, nada que não possa apoiar-se em fundamentos sólidos.

Se nossa descrição da história primeva é aceita como, em geral, digna de crédito, dois tipos de elementos serão identificados nas doutrinas e rituais religiosos: por um lado, fixações na história antiga da família e sobrevivências dela, e, por outro, revivescências do passado e retornos, após longos intervalos, daquilo que fora esquecido. É essa última parte, até agora desprezada e, portanto, não compreendida, que vai ser demonstrada aqui, pelo menos num caso impressionante.

Vale a pena acentuar especialmente o fato de que cada parte que retorna do olvido afirma-se com força peculiar, exerce uma influência incomparavelmente poderosa sobre as pessoas na massa, e ergue uma reivindicação irresistível à verdade, contra a qual as objeções lógicas permanecem impotentes: uma espécie de '*credo quia absurdum*'. Essa característica fora do comum só pode ser compreendida segundo o modelo dos delírios dos psicóticos. Há muito tempo compreendemos que uma parte de verdade esquecida jaz oculta nas idéias delirantes, que quando aquela retorna tem de se apresentar com deformações e más compreensões, e que a convicção compulsiva que se liga ao delírio surge desse cerne de verdade e se espalha para os erros que a envolvem. Temos de conceder a existência de um ingrediente como esse, do que pode ser chamado de verdade *histórica*, também nos dogmas da religião, os quais, é verdade, apresentam o caráter de sintomas psicóticos, mas que, como fenômenos grupais, fogem à maldição do isolamento.

Nenhuma outra parte da história da religião se nos tornou tão clara quanto a introdução do monoteísmo no judaísmo e sua continuação no cristianismo, se deixamos de lado o desenvolvimento, que podemos traçar não menos ininterruptamente, do animal totêmico ao deus humano, com seus companheiros regulares. (Cada um dos quatro evangelistas cristãos ainda possui seu próprio animal favorito.) Se provisoriamente aceitarmos o império mundial dos faraós como causa determinante do surgimento da idéia monoteísta, veremos que essa idéia, libertada de seu solo nativo e transferida para outro povo, foi, após longo período de latência, assumida por este, por ele preservada como uma possessão preciosa, e, por sua

vez, ela própria o manteve vivo, por fornecer-lhe o orgulho de ser um povo escolhido: foi à religião de seu pai primevo que ligou sua esperança de recompensa, de distinção e, finalmente, de domínio mundial. Essa última fantasia de desejo, há muito tempo abandonada pelo povo judeu, ainda sobrevive entre os inimigos desse povo, na crença numa conspiração por parte dos ‘Velhos de Sion’. Reservamos para exame em páginas posteriores a maneira pela qual as peculiaridades especiais da religião monoteísta, tomada de empréstimo ao Egito, afetaram o povo judeu, e como estava fadada a deixar uma marca permanente em seu caráter, através de sua rejeição da magia e do misticismo, de seu convite a avanços em intelectualidade, e de seu incentivo às sublimações; como o povo, extasiado pela posse da verdade, esmagado pela consciência de ser escolhido, veio a ter uma alta opinião do que é intelectual e a dar ênfase ao que é moral, e como seus melancólicos destinos e seus desapontamentos na realidade serviram apenas para intensificar todas essas tendências. De momento, seguiremos seu desenvolvimento em outra direção.

O restabelecimento do pai primevo em seus direitos históricos constituiu um grande passo à frente, mas não podia ser o fim. As outras partes da tragédia pré-histórica insistiam em ser reconhecidas. Não é fácil discernir o que colocou esse processo em movimento. Parece como se um crescente sentimento de culpa se tivesse apoderado do povo judeu, ou, talvez, de todo o mundo civilizado da época, como um precursor de retorno do material reprimido, até que, por fim, um desses judeus encontrou, ao justificar um agitador político-religioso, ocasião para desligar do judaísmo uma nova religião - a cristã. Paulo, um judeu romano de Tarso, apoderou-se desse sentimento de culpa e o fez remontar corretamente à sua fonte original. Chamou essa fonte de ‘pecado original’; fora um crime contra Deus, e só podia ser expiado pela morte. Com o pecado original, a morte apareceu no mundo. Na verdade, esse crime merecedor de morte fora o assassinato do pai primevo posteriormente deificado. Mas o assassinato não era recordado; ao invés, havia uma fantasia de sua expiação, e, por essa razão, essa fantasia podia ser saudada como uma mensagem de redenção (*evangelium*). Um filho de Deus se permitira ser morto sem culpa e assim tomara sobre si próprio a culpa de todos os homens. Tinha de ser um filho, visto que fora o assassinato de um pai. É provável que tradições de mistérios orientais e gregos tenham exercido influência na fantasia da redenção. O essencial nela parece ter sido a própria contribuição de Paulo. No sentido mais próprio, ele foi um homem de disposição inatamente religiosa: os traços sombrios do passado espreitavam em sua mente, prontos a irromperem para suas regiões mais conscientes.

Que o redentor se sacrificara sem culpa era evidentemente uma deformação tendenciosa, que oferecia dificuldades para a compreensão lógica, pois como podia alguém sem culpa do ato do assassinato tomar sobre si a culpa dos assassinos, permitindo-se ser morto? Na realidade histórica, não havia tal contradição. O ‘redentor’ não podia ser outro senão a pessoa mais culpada, o cabeça da reunião de irmãos que havia derrotado o pai. A meu juízo, temos de deixar indecيدido se houve esse rebelde principal e cabeça. É possível, mas temos também de manter em mente que cada um do grupo de irmãos certamente tinha desejo de

cometer o feito por si próprio, sozinho, e criar assim uma posição excepcional para si e encontrar um substituto para sua identificação com o pai, que estava tendo de ser abandonada e se estava fundindo na comunidade. Se não houve tal cabeça, então Cristo foi o herdeiro de uma fantasia de desejo que permaneceu irrealizada; se houve, então ele foi seu sucessor e sua reencarnação. Mas não importa que aquilo que temos aqui seja uma fantasia ou o retorno de uma realidade esquecida; seja como for, a origem do conceito de um herói deve ser encontrada neste ponto; o herói que sempre se rebela contra o pai e o mata sob a uma forma outra. Aqui também está a verdadeira base para a 'culpa trágica' do herói do teatro, que, de outra maneira, é difícil de explicar. Mal se pode duvidar de que o herói e o coro do teatro grego representem o mesmo herói rebelde e o grupo de irmãos, e não é sem significância que, na Idade Média, aquilo com que o teatro se iniciou de novo foi a representação da história da Paixão.

Já dissemos que a cerimônia cristã da Sagrada Comunhão, na qual o crente incorpora o sangue e a carne do Salvador, repete o conteúdo da antiga refeição totêmica, indubitavelmente apenas em seu significado agressivo. A ambivalência que domina a relação com o pai foi claramente demonstrada, contudo, no desfecho final da inovação religiosa. Ostensivamente visando a propiciar o deus paterno, termina por ele ser destronado e por livrar-se dele. O judaísmo fora uma religião do pai; o cristianismo tornou-se uma religião do filho. O antigo Deus Pai tombou para trás de Cristo; Cristo, o Filho, tomou seu lugar, tal como todo filho tivera esperanças de fazê-lo, nos tempos primevos. Paulo, que conduziu o judaísmo à frente, também o destruiu. Fora de dúvida, ele deveu seu sucesso, no primeiro caso, ao fato de, através da idéia do redentor, exorcizar o sentimento de culpa da humanidade, mas deveu-o também à circunstância de ter abandonado o caráter 'escolhido' de seu povo e seu sinal visível - a circuncisão -, de maneira que a nova religião podia ser uma religião universal, a abranger todos os homens. Ainda que no fato de Paulo dar esse passo um papel possa ter sido desempenhado por seu desejo pessoal de vingança pela rejeição de sua inovação nos círculos judaicos, ele, contudo, restaurou também uma característica da antiga religião de Aten; afastou uma restrição que essa religião havia adquirido quando fora transmitida a um novo veículo, o povo judeu.

Sob certos aspectos, a nova religião significou uma regressão cultural, comparada com a mais antiga, a judaica, tal como regularmente acontece quando uma nova massa de povo, de um nível mais baixo, consegue ingresso à força ou recebe admissão. A religião cristã não manteve o alto nível em coisas da mente a que o judaísmo se havia alçado. Não era mais estritamente monoteísta, tomou numerosos rituais simbólicos de povos circunvizinhos, restabeleceu a grande deusa-mãe e achou lugar para introduzir muitas das figuras divinas do politeísmo, apenas ligeiramente veladas, ainda que em posições subordinadas. Acima de tudo, como a religião de Aten e a religião mosaica que a seguiu haviam feito, não excluiu o ingresso de elementos supersticiosos, mágicos e místicos, que deveriam mostrar-se como uma inibição grave sobre o desenvolvimento intelectual dos dois mil anos seguintes.

O triunfo do cristianismo foi um novo triunfo dos sacerdotes de Amun sobre o deus de Akhenaten, após um intervalo de mil e quinhentos anos e num palco mais amplo. E, contudo, na história da religião - isto é, com referência ao retorno do reprimido - o cristianismo constituía um avanço e, a partir dessa época, a religião judaica foi, até certo ponto, um fósil.

Valeria pena entender como foi que a idéia monoteísta causou uma impressão tão profunda exatamente sobre o povo judeu, e como foram eles capazes de mantê-la tão tenazmente. É possível, penso, encontrar uma resposta. O destino trouxera o grande feito e o malfeito dos dias primevos, a morte do pai, para mais perto do povo judeu, fazendo-o repeti-lo na pessoa de Moisés, uma destacada figura paterna. Tratou-se de um caso de ‘atuação’ (*acting out*) ao invés de recordação, como sucede tão amiúde com os neuróticos durante o trabalho de análise. À sugestão de que deviam recordar, que lhes foi feita pela doutrina de Moisés, reagiram, contudo, pelo repúdio de sua ação; permaneceram detidos no reconhecimento do grande pai e bloquearam assim seu acesso ao ponto a partir do qual, mais tarde, Paulo deveria iniciar sua continuação da história primeva. Dificilmente pode ser questão indiferente ou fortuita que a morte violenta de outro grande homem se tenha tornado também o ponto de partida da nova criação religiosa de Paulo. Tratava-se de um homem a quem um pequeno número de adeptos na Judéia encarava como sendo o Filho de Deus e o Messias anunciado, e a quem, igualmente, uma parte da história da infância inventada para Moisés foi posteriormente transferida ver em[[1]], mas de quem, na verdade, pouco mais conhecemos, com certeza, do que de Moisés: se ele foi realmente o grande mestre retratado pelos Evangelhos, ou se, antes, não foram o fato e as circunstâncias de sua morte que foram decisivos para a importância que sua figura adquiriu. O próprio Paulo, que se tornou apóstolo, não o conhecera.

A morte de Moisés por seu povo judeu, identificada por Sellin a partir de traços dela na tradição (e também, estranho é dizê-lo, aceita pelo jovem Goethe sem qualquer prova), torna-se assim parte indispensável de nossa construção, um vínculo importante entre o evento olvidado dos tempos primevos e seu surgimento posterior sob a forma de religiões monoteístas. É plausível conjecturar que o remorso pelo assassinato de Moisés forneceu o estímulo para a fantasia de desejo do Messias, que deveria retornar e conduzir seu povo à redenção e ao prometido domínio mundial. Se Moisés foi o primeiro Messias, Cristo tornou-se seu substituto e sucessor, e Paulo poderia exclamar para os povos, com certa justificação histórica: Olhai! O Messias realmente veio: ele foi assassinado perante vossos olhos!’ Além disso, também, existe um fragmento de verdade histórica na ressurreição de Cristo, pois ele foi o Moisés ressurto e, por trás deste, o pai primevo retornado da horda primitiva, transfigurado e, como o filho, colocado no lugar do pai. O pobre povo judeu, que, com sua obstinação habitual, continuava a repudiar o assassinato do pai, expiou-o pesadamente no decurso do tempo. Defrontou-se constantemente com a recriminação: ‘Vocês mataram nosso Deus!’ E essa censura é verdadeira, se for corretamente traduzida. Colocada em relação com a história das religiões, ela diz: ‘Vocês não *admitem* que mataram Deus (a figura primeva

de Deus, o pai primevo, e suas reencarnações posteriores).’ Deveria haver um acréscimo, declarando-se: ‘Fizemos a mesma coisa, é verdade, mas o *admitimos*, e, desde então, fomos absolvidos.’ Nem todas as censuras com que o anti-semitismo persegue os descendentes do povo judeu podem apelar para justificação semelhante. Um fenômeno de tal intensidade e permanência como o ódio do povo pelos judeus deve, naturalmente, possuir mais de um fundamento, alguns deles claramente derivados da realidade, que não exigem interpretação, e outros a fazer mais profundamente, derivados de fontes ocultas, que poderiam ser consideradas as razões específicas. Dos primeiros, a censura por serem estrangeiros é talvez a mais débil, visto que em muitos lugares hoje dominados pelo anti-semitismo, os judeus estavam entre as partes mais antigas da população, ou mesmo lá se encontravam antes dos atuais habitantes. Isso se aplica, por exemplo, à cidade de Colônia, à qual os judeus chegaram junto com os romanos, antes que fosse ocupada pelos germânicos. Outros fundamentos para odiar os judeus são mais fortes; assim, as circunstâncias de eles viverem, em sua maior parte, como minorias entre outros povos, pois o sentimento comunal dos grupos exige, a fim de completá-lo, a hostilidade para com alguma minoria externa, e a debilidade numérica dessa minoria excluída encoraja sua supressão. Há, contudo, duas outras características dos judeus que são inteiramente imperdoáveis. A primeira é o fato de, sob alguns aspectos, serem diferentes de suas nações ‘hospedeiras’. Não são fundamentalmente diferentes, pois não são asiáticos, de uma raça estrangeira, conforme seus inimigos sustentam, mas compostos, na maioria, de remanescentes dos povos mediterrâneos e herdeiros da civilização mediterrânea. São, não obstante, diferentes, com freqüência diferentes de maneira indefinível, especialmente dos povos nórdicos, e a intolerância dos grupos é quase sempre, de modo bastante estranho, exibida mais intensamente contra pequenas diferenças do que contra diferenças fundamentais. O outro ponto possui um efeito ainda maior: a saber, que eles desafiam toda opressão, que as perseguições mais cruéis não conseguiram exterminá-los e que, na verdade, pelo contrário, exibem uma capacidade de manter o que é seu na vida comercial e, onde são admitidos, de efetuar contribuições valiosas a todas as formas de atividade cultural.

Os motivos mais profundos do ódio pelos judeus estão enraizados nas mais remotas eras passadas; operam desde o inconsciente dos povos, e acho-me preparado para descobrir que, a princípio, não parecerão críveis. Aventuro-me a asseverar que o ciúme para com o povo que se declarou o filho primogênito e favorito de Deus Pai ainda hoje não foi superado entre os outros povos; é como se estes tivessem pensado que havia verdade na reivindicação. Ademais, entre os costumes pelos quais os judeus se tornam separados, o da circuncisão causou impressão desagradável e sinistra, que deve ser explicada, indubitavelmente, por ela relembrar a temida castração e, juntamente com ela, uma parte do passado primevo que fora alegremente esquecida. E finalmente, como último motivo dessa série, não devemos esquecer que todos os povos que hoje sobressaem em seu ódio pelos judeus se tornaram cristãos apenas em épocas históricas tardias, amiúde impulsionados a isso por sanguinolenta coerção. Poder-se-ia dizer que todos eles são ‘mal batizados’. Sobrou-lhes, sob delgado verniz de cristianismo, aquilo que eram seus ancestrais, que adoravam um politeísmo

bárbaro. Ainda não superaram um ressentimento contra a nova religião que lhes foi imposta, mas deslocaram esse ressentimento para a fonte de onde o cristianismo os foi buscar. O fato de os Evangelhos contarem uma história que se desenrola entre judeus e que, na verdade, trata apenas de judeus, tornou-lhes fácil esse deslocamento. Seu ódio pelos judeus é, no fundo, um ódio pelos cristãos, e não precisamos surpreender-nos de que, na revolução nacional-socialista alemã, essa relação íntima entre as duas religiões monoteístas encontre expressão tão clara no tratamento hostil que é dado a ambas.

E - DIFICULDADES

Talvez, pelo que disse, tenha tido sucesso em estabelecer a analogia entre os processos neuróticos e os acontecimentos religiosos e, assim, em indicar a origem insuspeitada dos últimos. Nessa transferência da psicologia individual para a de grupo, duas dificuldades surgem, a diferirem em natureza e importância, para as quais agora nos devemos voltar.

A primeira delas é que lidamos aqui apenas com um exemplo isolado da copiosa fenomenologia das religiões, e não lançamos luz sobre quaisquer outras. Pesarosamente tenho de admitir que sou incapaz de dar mais do que esse único exemplo e que meu conhecimento técnico é insuficiente para completar a investigação. A minhas informações limitadas, posso talvez acrescentar que o caso da fundação da religião maometana me parece assemelhar-se a uma repetição abreviada da judaica, da qual emergiu como imitação. Parece, na verdade, que o Profeta pretendia originalmente aceitar o judaísmo completamente, para si e para seu povo. A retomada do grande e único pai primevo trouxe aos árabes uma extraordinária exaltação de sua autoconfiança, que conduziu a grandes sucessos mundiais mas neles exauriu-se. Alá mostrou-se muito mais grato a seu povo escolhido do que Javé ao seu. Mas o desenvolvimento interno da nova religião logo se interrompeu, talvez por lhe faltar a profundidade que, no caso judaico, fora causada pelo assassinato do fundador de sua religião. As religiões aparentemente racionalistas do Leste são, em sua essência, veneração dos ancestrais e detiveram-se também num estágio primitivo da reconstrução do passado. Se é verdade que nos povos primitivos da atualidade o reconhecimento de um ser supremo é o único conteúdo de sua religião, só podemos encarar isso como uma atrofia do desenvolvimento religioso e colocá-la em relação com os incontáveis casos de neuroses rudimentares que podem ser observadas no outro campo. Por que tanto num caso quanto no outro as coisas não foram mais além, nosso conhecimento é, em ambos, insuficiente para dizer-nos. Podemos apenas atribuir a responsabilidade aos dotes individuais desses povos, à direção tomada por sua atividade e sua condição social geral. Além disso, é boa regra no trabalho de análise contentar-se em explicar o que

realmente está perante nós e não procurar explicar o que *não* aconteceu.

A segunda dificuldade sobre essa transferência para a psicologia de grupo é muito mais importante, já que coloca um problema novo, de natureza fundamental. Esse problema levanta a questão de saber sob que forma a tradição operante na vida do povo se apresenta, questão que não ocorre com os indivíduos, visto que é solucionada pela existência, no inconsciente, de traços mnêmicos do passado. Retornemos a nosso exemplo histórico. Atribuímos o acordo de Cades à sobrevivência de uma tradição poderosa entre aqueles que tinham retornado do Egito. Esse caso não envolve problema algum. Segundo nossa teoria, uma tradição desse tipo baseava-se em lembranças conscientes de comunicações orais que as pessoas então vivas tinham recebido de seus ancestrais de apenas duas ou três gerações atrás, ancestrais que, eles próprios, tinham sido participantes e testemunhas oculares dos acontecimentos em apreço. Mas podemos acreditar na mesma coisa dos séculos posteriores, ou seja, que a tradição ainda tivesse base num reconhecimento normalmente transmitido de avô para neto? Não é mais possível dizer, como no primeiro caso, quais foram as pessoas que preservaram esse conhecimento e o transmitiram oralmente. Segundo Sellin, a tradição do assassinato de Moisés esteve sempre na posse dos círculos sacerdotais, até que acabou por encontrar expressão por escrito, o que, e somente isso, permitiu a Sellin descobri-las. Mas ela só pode ter sido conhecida de algumas pessoas; não constituía propriedade pública. E isso é suficiente para explicar seu efeito? É possível atribuir a um conhecimento como esse, detido por poucas pessoas, o poder de produzir uma emoção tão duradoura nas massas, ao chegar ao seu conhecimento? Parece antes que, também nas massas ignorantes, deve ter havido algo que era, de certa maneira, aparentado ao conhecimento dos poucos, e que foi encontrar esse conhecimento a meio caminho quando ele foi enunciado.

A decisão é tornada ainda mais difícil quando nos voltamos para o caso análogo, nos tempos primevos. É bastante certo que, no decurso de milhares de anos, foi esquecido o fato de que houvera um pai primevo, com as características que conhecemos, e qual fora a sua sorte; tampouco podemos supor que existisse qualquer tradição oral disso, como no caso de Moisés. Em que sentido, então, uma tradição se torna importante? Sob que forma pode ter estado presente?

A fim de torná-lo mais fácil aos leitores que não desejam ou não estão preparados para mergulhar num complicado estado de coisas psicológicas, anteciparei o resultado da investigação que deve seguir-se. Em minha opinião, existe, a esse respeito, uma conformidade quase completa entre o indivíduo e o grupo: também no grupo uma impressão do passado é retida em traços mnêmicos inconscientes. No caso do indivíduo, acreditamos que podemos ver claramente. O traço mnêmico de sua experiência primitiva foi nele preservado, mas numa condição psicológica especial. Pode-se dizer que o indivíduo sempre o conheceu, tal como se conhece a respeito do reprimido. Aqui formamos idéias, que podem ser confirmadas sem dificuldades através da análise, de como algo pode ser esquecido e depois reaparecer, após algum tempo. O que é esquecido não se extingue, mas é apenas

‘reprimido’; seus traços mnêmicos estão presentes em todo seu frescor, mas isolados por ‘anticatexias.’ Eles não podem entrar em comunicação com outros processos intelectuais; são inconscientes - inacessíveis à consciência. Pode ser também que certas partes do reprimido, havendo escapado ao processo [de repressão], permaneçam acessíveis à lembrança e ocasionalmente emergjam na consciência, mas, mesmo assim, se encontrem isoladas, como corpos estranhos sem conexão com o restante. Pode ser assim, mas não precisa sê-lo; a repressão também pode ser completa e é com essa alternativa que lidaremos no que se segue.

O reprimido mantém seu impulso ascendente, seu esforço para abrir caminho até a consciência. Ele consegue seu objetivo em três condições: (1) se a força da anticatexia é diminuída por processos patológicos que tomam conta da outra parte [da mente] que chamamos de ego, ou por uma distribuição diferente das energias catexiais nesse ego, como acontece normalmente no estado de sono; (2) se os elementos instintuais que se ligam ao reprimido recebem um reforço especial (do qual o melhor exemplo são os processos que ocorrem durante a puberdade); e (3) se, em qualquer ocasião na experiência recente, ocorrem impressões ou vivências que se assemelham tão estreitamente ao reprimido, que são capazes de despertá-lo. No último caso, a experiência recente é reforçada pela energia latente do reprimido e este entra em funcionamento por trás da experiência recente e com a ajuda dela. Em nenhuma dessas três alternativas, o que até então foi reprimido ingressa na consciência de modo suave ou inalterado; tem sempre de defrontar-se com deformações que dão testemunho da influência da resistência (não inteiramente superada) que surge da anticatexia, da influência modificadora da experiência recente, ou de ambas.

A diferença entre um processo psíquico ser consciente ou inconsciente serviu-nos como critério e meio de orientação. O reprimido é inconsciente. Ora, simplificaria agradavelmente as coisas se essa frase admitisse inversão, isto é, se a diferença entre qualidades de consciente (*Cs.*) e inconsciente (*Ics.*) coincidissem com a distinção existente entre ‘pertencente ao ego’ e ‘reprimido’. O fato de existirem coisas isoladas e inconscientes como essas em nossa vida mental já seria suficientemente novo e importante. Na realidade, porém, a posição é mais complicada. É verdade que tudo que é reprimido é inconsciente, mas não é verdade que tudo que pertença ao ego seja consciente. Constatamos que a consciência é uma qualidade transitória, que se liga a um processo psíquico apenas de passagem. Para nossos fins, portanto, temos de substituir ‘consciente’ por ‘capaz de ser consciente’ e chamamos essa qualidade de ‘pré-consciente’ (*Pcs.*). Dizemos, então, de modo mais correto, que o ego é principalmente pré-consciente (virtualmente consciente), mas que partes do ego são inconscientes.

O estabelecimento desse último fato nos demonstra que as qualidades sobre as quais até aqui nos apoiamos são insuficientes para nos orientar na obscuridade da vida psíquica. Temos de introduzir uma outra distinção que não é mais qualitativa, mas *topográfica* e, o

que lhe dá valor especial, simultaneamente *genética*. Distinguimos, agora, em nossa vida psíquica (que encaramos como um aparelho composto de diversas instâncias, distritos ou províncias) uma determinada região que chamamos de *ego* propriamente dito e uma outra que denominamos de *id*. O *id* é a mais antiga das duas; o *ego* desenvolveu-se a partir dele, como uma camada cortical, através da influência do mundo externo. É no *id* que todos os nossos instintos primários estão em ação; todos os processos no *id* se realizam inconscientemente. O *ego*, como já dissemos, coincide com a região do pré-consciente; inclui partes que normalmente permanecem inconscientes. O curso dos acontecimentos no *id* e sua interação mútua são governados por leis inteiramente diferentes das que prevalecem no *ego*. Foi, na verdade, a descoberta dessas diferenças que nos conduziu à nossa visão e que a justifica.

O *reprimido* deve ser considerado como pertencente ao *id* e sujeito aos mesmos mecanismos; distingue-se dele apenas quanto à sua gênese. A diferenciação se cumpre no mais primitivo período da vida, enquanto o *ego* se está desenvolvendo a partir do *id*. Nessa época, uma parte do conteúdo do *id* é absorvida pelo *ego* e elevada ao estado pré-consciente; outra parte é afetada por esse traslado e permanece atrás, no *id*, como o inconsciente propriamente dito. No curso ulterior da formação do *ego*, contudo, certas impressões e processos psíquicos do *ego* são excluídos [isto é, expelidos] dele através de um processo defensivo; a característica de serem pré-conscientes é deles retirada, de modo que são mais uma vez reduzidos a serem partes componentes do *id*. Aqui, então, temos o 'reprimido' no *id*. No que concerne à relação entre as duas províncias mentais, presumimos portanto que, por um lado, processos inconscientes do *id* são levados ao nível do pré-consciente e incorporados ao *ego*, e que, por outro lado, material pré-consciente do *ego* pode seguir o caminho oposto e ser devolvido ao *id*. O fato de posteriormente uma região especial - a do 'superego' - separar-se do *ego* está fora de nosso interesse atual.

Tudo isso pode parecer longe de ser simples, mas, quando nos reconciliamos com essa visão espacial fora do comum do aparelho psíquico, ela não pode apresentar dificuldades específicas para a imaginação. Acrescentarei ainda o comentário de que a topografia psíquica que aqui desenvolvi nada tem que ver com a anatomia do cérebro, e, na realidade, entra em contato com ela apenas num ponto. O que é insatisfatório nesse quadro - e estou ciente disso tão claramente quanto qualquer um - se deve à nossa completa ignorância da natureza dinâmica dos processos mentais. Dizemo-nos que o que distingue uma idéia consciente de outra pré-consciente, e esta de uma inconsciente, só pode ser uma modificação, ou talvez uma distribuição diferente, de energia psíquica. Falamos de catexias e hipercatexias, mas, além disso, achamo-nos sem qualquer conhecimento sobre o assunto, ou mesmo sem qualquer ponto de partida para uma hipótese de trabalho útil. Do fenômeno da consciência, podemos pelo menos dizer que esteve originalmente ligado à percepção. Todas as sensações que se originam da percepção de estímulos penosos, tácteis, auditivos ou visuais, são as mais prontamente conscientes. Os processos de pensamento, e tudo o que

possa ser análogo a eles no id, são, em si próprios, inconscientes, e obtêm acesso à consciência vinculando-se aos resíduos mnêmicos de percepções visuais e auditivas ao longo do caminho da função da fala. Nos animais, aos quais esta falta, as condições devem ser de tipo mais simples.

As impressões dos traumas primitivos, das quais partimos, não são traduzidas para o pré-consciente ou são rapidamente devolvidas pela repressão para o estado de id. Seus resíduos mnêmicos, nesse caso, são inconscientes e operam a partir do id. Acreditamos que podemos facilmente seguir suas vicissitudes ulteriores, enquanto se trata do que foi experimentado pelo próprio indivíduo. Mas uma nova compilação surge quando nos damos conta da probabilidade de que aquilo que pode ser operante na vida psíquica de um indivíduo pode incluir não apenas o que ele próprio experimentou, mas também coisas que estão inatamente presentes nele, quando de seu nascimento, elementos com uma origem filogenética - uma *herança arcaica*. Surgem então as questões de saber em que consiste essa herança, o que contém, e qual é a sua prova.

A resposta imediata e mais certa é que ela consiste em certas disposições [inatas], características de todos os organismos vivos: isto é, na capacidade e tendência de ingressar em linhas específicas de desenvolvimento e de reagir, de maneira específica, a certas excitações, impressões e estímulos. Visto a experiência demonstrar que, a esse respeito, existem distinções entre os indivíduos da espécie humana, a herança arcaica deve incluir essas distinções; elas representam o que identificamos como sendo o fator *constitucional* no indivíduo. Ora, desde que todos os seres humanos, em todos os acontecimentos de seus primeiros dias, têm aproximadamente as mesmas experiências, eles reagem a elas, também, de maneira semelhante. Pôde, portanto, surgir uma dúvida sobre se não deveríamos incluir essas reações, juntamente com suas distinções individuais, na herança arcaica. Essa dúvida deve ser posta de lado: nosso conhecimento da herança arcaica não é ampliado pelo fato dessa semelhança.

Não obstante, a pesquisa analítica trouxe-nos alguns resultados que nos dão motivo para reflexão. Temos, em primeiro lugar, a universalidade do simbolismo na linguagem. A representação simbólica de determinado objeto por outro - a mesma coisa aplica-se a ações - é familiar a todos os nossos filhos e lhes vem, por assim dizer, como coisa natural. Não podemos demonstrar, em relação a eles, como a aprenderam, e temos de admitir que, em muitos casos, aprendê-la é impossível. Trata-se de um conhecimento original que os adultos, posteriormente, esquecem. É verdade que o adulto faz uso dos mesmos símbolos em sonhos, mas não os compreende a menos que um analista os interprete para ele, e, mesmo então, fica relutante em acreditar na tradução. Se ele faz uso de uma das figuras de retórica muito comuns em que esse simbolismo lhe fugiu completamente. Ademais, o simbolismo despreza as diferenças de linguagem; investigações provavelmente demonstrariam que ele é ubíquo - o mesmo para todos os povos. Aqui, então, parecemos ter um exemplo seguro de uma herança arcaica a datar do período em que a linguagem se desenvolveu. Mas ainda se

poderia tentar outra interpretação. Poder-se-ia dizer que estamos lidando com vinculações de pensamento entre idéias - vinculações que foram estabelecidas durante o desenvolvimento da fala e que têm de ser repetidas agora, toda vez que, num indivíduo, o desenvolvimento da fala tem de ser percorrido. Seria assim um caso de herança de uma disposição instintual, e, mais uma vez, não constituiria contribuição para nosso problema.

O trabalho da análise, entretanto, trouxe à luz algo mais que excede em importância o que até agora consideramos. Quando estudamos as reações a traumas precoces, ficamos amiúde bastante surpresos por descobrir que elas não se limitam estritamente ao que o próprio indivíduo experimentou, mas dele divergem de uma maneira que se ajusta muito melhor ao modelo de um evento filogenético, e, em geral, só podem ser explicadas por tal influência. O comportamento de crianças neuróticas para com os pais nos complexos de Édipo e de castração abunda em tais reações, que parecem injustificadas no caso individual e só se tornam inteligíveis filogeneticamente - por sua vinculação com a experiência de gerações anteriores. Valeria bem a pena apresentar esse material, para o qual posso apelar aqui, perante o público, de forma reunida. Seu valor probatório parece-me suficientemente forte para que me aventure a dar um passo à frente e postule a assertiva de que a herança arcaica dos seres humanos abrange não apenas disposições, mas também um tema geral: traços de memória da experiência de gerações anteriores. Dessa maneira, tanto a extensão quanto a importância da herança arcaica seriam significativamente ampliadas.

Refletindo mais, tenho de admitir que me comportei, por longo tempo, como se a herança de traços de memória da experiência de nossos antepassados, independentemente da comunicação direta e da influência da educação pelo estabelecimento de um exemplo, estivesse estabelecida para além de discussão. Quando falei da sobrevivência de uma tradição entre um povo ou da formação do caráter de um povo, tinha principalmente em mente uma tradição herdada desse tipo, e não uma tradição transmitida pela comunicação. Ou, pelo menos, não fiz distinção entre as duas e não me dei claramente conta de minha audácia em negligenciar fazê-lo. Minha posição, sem dúvida, é tornada mais difícil pela atitude atual da ciência biológica, que se recusa a ouvir falar na herança dos caracteres adquiridos por gerações sucessivas. Devo, contudo, com toda modéstia, confessar que, todavia, não posso passar sem esse fator na evolução biológica. Na verdade, não é a mesma coisa que está em questão nos dois casos: num, trata-se de caracteres adquiridos que são difíceis de apreender; no outro, de traços de memória de acontecimentos externos - algo tangível, por assim dizer. Mas bem pode ser que, no fundo, não possamos imaginar um sem o outro.

Se presumirmos a sobrevivência desses traços de memória na herança arcaica, teremos cruzado o abismo existente entre psicologia individual e de grupo: podemos lidar com povos tal como fazemos com um indivíduo neurótico. Sendo certo que, atualmente, não temos provas mais fortes da presença de traços de memória na herança arcaica do que os fenômenos residuais do trabalho da análise que exigem uma derivação filogenética, ainda

assim essas provas nos parecem suficientemente fortes para postular que esse é o fato. Se não for, não avançaremos, quer na análise quer na psicologia de grupo. A audácia não pode ser evitada.

E, mediante essa punição, estamos efetuando algo mais. Estamos diminuindo o abismo que períodos anteriores de arrogância humana rasgaram entre a humanidade e os animais. Se se quiser encontrar qualquer explicação dos chamados instintos dos animais, que permitem que eles se comportem, desde o início, numa nova situação da vida como se fosse antiga e conhecida, se se quiser encontrar qualquer explicação dessa vida instintiva dos animais, ela só pode ser a de que eles trazem consigo as experiências da espécie para sua própria e nova existência - isto é, que preservaram recordações do que foi experimentado por seus antepassados. A posição do animal humano, no fundo, não seria diferente. Sua própria herança arcaica corresponde aos instintos dos animais, ainda que seja diferente em extensão e conteúdo. Após esse exame, não hesito em declarar que os homens sempre souberam (dessa maneira especial) que um dia possuíram um pai primevo e o assassinaram.

Duas outras questões devem agora ser respondidas. Primeiro, sob que condições uma recordação desse tipo ingressa na herança arcaica? E, segundo, em que circunstâncias pode ela tornar-se ativa - isto é, progredir para a consciência a partir de seu estado inconsciente no id, ainda que sob forma alterada e deformada. A resposta à primeira pergunta é fácil de formular: a recordação ingressa na herança arcaica se o acontecimento foi suficientemente importante, repetido com bastante frequência, ou ambas as coisas. No caso do parricídio, ambas as condições são atendidas. Da segunda questão, há que dizer o seguinte. Um grande número de influências pode estar relacionado, mas nem todas são necessariamente conhecidas. Um desenvolvimento espontâneo também é concebível, segundo a analogia do que acontece em certas neuroses. Contudo, o que, certamente, é de importância decisiva é o despertar do traço da memória esquecido por uma repetição real e recente do acontecimento. O assassinato de Moisés constituiu uma repetição desse tipo e, posteriormente, o suposto assassinato judicial de Cristo, de maneira que esses acontecimentos vêm para o primeiro plano como causas. Parece como se a gênese do monoteísmo não pudesse passar sem essas ocorrências. Somos lembrados das palavras do poeta:

Was unsterblich im Gesang soll leben, Mus im Leben untergehen.

E, por fim, uma observação que traz à baila um argumento psicológico. Uma tradição que se baseasse unicamente na comunicação não poderia conduzir ao caráter compulsivo que se liga aos fenômenos religiosos. Ela seria escutada, julgada e talvez posta de lado, como qualquer outra informação oriunda do exterior; nunca atingiria o privilégio de ser liberada da coerção do pensamento lógico. Ela deve ter experimentado a sorte de ser reprimida, o estado de demorar-se no inconsciente, antes de ser capaz de apresentar efeitos tão poderosos quando de seu retorno, de colocar as massas sob seu fascínio, como vimos com espanto, e, até aqui, sem compreensão, no caso da tradição religiosa. E essa consideração pesa

consideravelmente em favor de acreditarmos que as coisas realmente aconteceram da maneira por que tentamos retratá-las ou, pelo menos, de algum modo semelhante.

PARTE II - RESUMO E RECAPITULAÇÃO

A parte deste estudo que se segue não pode ser entregue ao público sem extensas explicações e desculpas, pois ela nada mais é do que uma repetição fiel (e, quase sempre, palavra por palavra) da primeira parte [do terceiro Ensaio], abreviada em algumas de suas indagações críticas e aumentada com acréscimos referentes ao problema de saber como surgiu o caráter especial do povo judeu. Estou ciente de que um método de exposição como esse é tão inconveniente quanto pouco artístico, e eu mesmo o deploro sem reservas. Por que não o evitei? Não me é difícil descobrir a resposta para isso, mas não é fácil confessar. Descobri-me incapaz de apagar os traços da história da origem da obra, o que foi, de qualquer modo, fora do comum.

Na realidade, ela foi escrita duas vezes: pela primeira vez, alguns anos atrás, em Viena, onde não pensei que fosse possível publicá-la. Decidi abandoná-la, mas ela me atormentou como um fantasma insepulto e descobri uma saída tornando independentes duas partes suas e publicando-as em nosso periódico *Imago*: o ponto de partida psicanalítico de todo o assunto, ‘Moisés, um Egípcio’ [Ensaio I], e a construção histórica sobre isso erigida, ‘Se Moisés fosse Egípcio...’ [Ensaio II]. O restante, que incluía o que estava realmente aberto à objeção e era perigoso - a aplicação [desses achados] à gênese do monoteísmo e a visão da religião em geral -, eu retive, para sempre, segundo pensava. Então, em março de 1938, veio a inesperada invasão alemã, que me forçou a abandonar meu lar, mas também me libertou da ansiedade de que minha publicação pudesse conjurar uma proibição da psicanálise num lugar onde ainda era tolerada. Mal chegara à Inglaterra quando achei irresistível a tentação de tornar acessível ao mundo o conhecimento que eu havia retido, e comecei a revisar a terceira parte de meu estudo para acomodá-lo às duas partes que já tinham sido publicadas. Isso, naturalmente, envolvia uma predisposição parcial do material. Não tive êxito, contudo, em incluir a totalidade dele em minha segunda versão; por outro lado, não podia decidir-me a abandonar inteiramente as versões primitivas. E assim aconteceu que adotei o expediente

de ligar, sem modificação, toda uma parte da primeira apresentação à segunda, o que acarretou a desvantagem de envolver extensa repetição.

Poderia, contudo, consolar-me com a reflexão de que as coisas que estou tratando são, seja como for, tão novas e importantes, independentemente de quanto a minha descrição delas é correta, que não pode constituir desventura que o público seja obrigado a ler a mesma coisa sobre elas duas vezes. Há coisas que deveriam ser ditas mais de uma vez e que não podem ser ditas com freqüência suficiente. Mas o leitor deve decidir, de sua própria e livre vontade, entre estender-se sobre o assunto ou retornar a ele. Não deve ser subrepticamente levado a ver a mesma coisa apresentada a ele duas vezes num só livro. Trata-se de uma inépcia cuja culpa deve ser assumida pelo autor. Infelizmente, o poder criativo de um autor nem sempre obedece à sua vontade: o trabalho avança como pode e com freqüência se apresenta a ele como algo independente ou até mesmo estranho.

A - O POVO DE ISRAEL

Se está claro em nossa mente que um procedimento como o nosso, o de aceitar o que nos parece útil no material que nos é apresentado, rejeitar o que não nos convém e reunir os diferentes fragmentos de acordo com a probabilidade psicanalítica, se mantemos claro que uma técnica desse tipo não pode dar qualquer certeza de que chegemos à verdade, então pode-se justamente perguntar por que estamos empreendendo este trabalho. A resposta constitui um apelo ao resultado do trabalho. Se abandonarmos grandemente a rigidez dos requisitos que se exigem de uma investigação histórico-psicológica, talvez seja possível lançar luz sobre problemas que sempre pareceram merecer atenção e que acontecimentos

recentes impuseram de novo à nossa observação. Como sabemos, de todos os povos que viveram ao redor da bacia do Mediterrâneo na Antiguidade, o povo judeu é quase o único que ainda existe em nome e também em substância. Ele enfrentou infortúnios e maus tratos com uma capacidade sem precedentes de resistência; desenvolveu sincera antipatia de todos os outros povos. Ficaríamos alegres em compreender mais a respeito da fonte dessa viabilidade dos judeus e a respeito de como suas características estão vinculadas à sua história.

Podemos partir de um traço caracterológico dos judeus que domina sua relação com os outros. Não há dúvida de que eles têm uma opinião particularmente elevada de si próprios, de que se consideram mais eminentes, de posição mais alta, superiores a outros povos - dos quais também se distinguem por muitos de seus costumes. Ao mesmo tempo, são inspirados por uma confiança peculiar na vida, tal como a que se deriva da posse secreta de algum bem precioso, uma espécie de otimismo: pessoas idosas chamá-lo-iam de confiança em Deus.

Conhecemos a razão desse comportamento e qual é seu tesouro secreto. Eles realmente se consideram o povo escolhido de Deus, acreditam que estão especialmente próximos dele, e isso os torna orgulhosos e confiantes. Relatos dignos de fé dizem-nos que se comportavam nos tempos helenísticos tal como se comportam hoje, de maneira que o judeu completo já estava lá, e os gregos, entre os quais e junto dos quais viveram, reagiram às características judaicas do mesmo modo que seus 'hospedeiros' de hoje. Poder-se-ia pensar que reagiram como se eles também acreditassem na superioridade que o povo de Israel reivindicara para si. Quando se é favorito declarado do pai temido, não se precisa ficar surpreso com o ciúme dos próprios irmãos e irmãs, e a lenda judaica de José e seus irmãos mostra muito bem aonde esse ciúme pode conduzir. O curso da história mundial parecia justificar a presunção dos judeus, visto que, quando mais tarde agradou a Deus enviar à humanidade um Messias e redentor, mas uma vez escolheu-o entre o povo judeu. Os outros povos poderiam então ter tido ocasião para dizer a si próprios: 'Na verdade, eles estavam com a razão; eles *são* o povo escolhido de Deus.' Ao invés, porém, o que aconteceu foi que a redenção por parte de Jesus Cristo só intensificou o ódio deles pelos judeus, ao passo que estes últimos, eles próprios, não obtinham vantagem alguma desse segundo ato de favoritismo, já que não reconheceram o redentor.

Com base em nossos debates anteriores, podemos agora asseverar que foi o varão Moisés que imprimiu esse traço - significativo para todo o tempo - no povo judeu. Ele elevou a sua auto-estima, assegurando-lhe ser o povo escolhido de Deus, prescreveu-lhe a santidade, ver em [[1]], e comprometeu-o a ser separado dos outros. Não que aos outros povos faltasse auto-estima. Tal como acontece hoje, também naqueles dias cada nação se julgava melhor do que qualquer outra. Mas a auto-estima dos judeus recebeu de Moisés um arrimo religioso: ela tornou-se parte de sua fé religiosa. Devido à sua relação especialmente íntima com seu Deus, adquiriram uma parcela da grandeza dele. E visto sabermos que por trás do Deus que escolhera os judeus e os libertara do Egito ergue-se a figura de Moisés, que fizera

precisamente isso ostensivamente por ordem de Deus, aventuramo-nos a declarar que foi esse homem Moisés que criou os judeus. É a ele que esse povo deve não só sua tenacidade de vida, mas também muito da hostilidade que experimentou e ainda experimenta.

B - O GRANDE HOMEM

Como é possível a um homem isolado desenvolver uma eficácia tão extraordinária para poder formar um povo a partir de indivíduos e famílias ocasionais, cunhá-los com seu caráter definitivo e determinar seu destino por milhares de anos? Não constitui uma hipótese como essa uma recaída na modalidade de pensamento que levou aos mitos de um criador e à adoração de heróis, em épocas em que a redação da história nada mais era do que uma relação das façanhas e destinos de indivíduos isolados, de dominadores ou conquistadores? A tendência moderna é antes no sentido de fazer remontar os acontecimentos da história humana a fatores mais ocultos, gerais e impessoais, à influência irresistível das condições econômicas, a alterações em hábitos alimentares, a avanços no uso de materiais e ferramentas, a migrações ocasionais provocadas por aumentos de população e mudanças climáticas. Os indivíduos não têm nisso outro papel a desempenhar que o de expoentes ou representantes de tendências grupais, que estão fadadas a encontrar expressão, e a encontram, nesses indivíduos específicos, em grande parte por acaso.

Trata-se de linhas de abordagem perfeitamente justificáveis, mas elas nos fornecem ocasião de chamar a atenção para uma importante discrepância entre a atitude assumida por nosso órgão de pensamento e a disposição das coisas no mundo, as quais se imagina sejam apreendidas por intermédio de nosso pensamento. É suficiente para nossa necessidade de descobrir causas (que, com efeito, é imperativa) que cada acontecimento tenha *uma* causa desmontável. Mas na realidade que jaz fora de nós, esse dificilmente é o caso; pelo contrário, cada acontecimento parece ser supradeterminado e prova ser efeito de diversas causas convergentes. Assustadas pela imensa complicação dos acontecimentos, nossas investigações tomam o partido de determinada correlação contra outra e estabelecem contradições que não existem, mas que só surgiram devido a uma ruptura de relações mais abrangentes. Por conseguinte, se a investigação de um caso específico nos demonstra a influência transcendente de uma personalidade isolada, não é preciso que nossa consciência nos censure por nos termos, através dessa hipótese, precipitado em desafio da doutrina da importância dos fatores gerais e impessoais. Há lugar, em princípio, para ambas as coisas. No caso da gênese do monoteísmo, contudo, não podemos apontar para fator externo, exceto o que já mencionamos - que esse desenvolvimento esteve vinculado ao estabelecimento de relações mais estreitas entre nações diferentes e à construção de um grande

império. Reservamos assim um lugar para os ‘grandes homens’ na cadeia, ou melhor, na rede de causas. Mas talvez não seja inteiramente inútil indagar sob que condições conferimos esse título de honra. Ficaremos surpresos em descobrir que nunca é muito fácil dar uma resposta a essa questão. Uma primeira formulação - ‘fazemo-lo se um homem possui em grau especialmente alto qualidades que valorizamos grandemente’ - claramente erra o alvo, sob todos os aspectos. A beleza, por exemplo, e a força muscular, por invejáveis que possam ser, não constituem reivindicações à ‘grandeza’. Pareceria, então, que as qualidades têm de ser mentais - distinções psíquicas e intelectuais. Com referências a estas, somos detidos pela consideração de que, todavia, não despreveríamos sem hesitação alguém como sendo um grande homem simplesmente porque foi extraordinariamente eficiente em alguma esfera específica. Certamente não o faríamos no caso de um mestre de xadrez ou de um virtuoso num instrumento musical, mas não muito facilmente, tampouco, no caso de um eminente artista ou cientista. Em tais casos, naturalmente e falaríamos dele como um grande poeta, pintor, matemático ou físico, ou como um pioneiro no campo desta ou daquela atividade, mas nos abstermos de pronunciá-lo um grande homem. Se sem hesitação declaramos que, por exemplo, Goethe, Leonardo da Vinci e Beethoven foram grandes homens, temos de ser levados a isso por algo mais do que admiração por suas esplêndidas criações. Se precisamente exemplos como esses não se interpusessem, nos ocorreria provavelmente a idéia de que o nome de ‘grande homem’ é reservado de preferência para homens de ação - conquistadores, generais, governantes -, e isso em reconhecimento da grandeza de suas realizações, da força dos efeitos a que deram origem. Mas também isso é insatisfatório, sendo inteiramente contraditado por nossa condenação de tantas figuras inúteis cujos efeitos sobre seu mundo contemporâneo e sobre a posterioridade não podem, todavia, ser discutidos. Tampouco poderemos escolher o sucesso como sinal de grandeza, quando refletimos sobre a maioria dos grandes homens que, ao invés de o alcançarem, pereceram no infortúnio. No momento, então, estamos inclinados a decidir que não vale a pena procurar uma conotação do conceito de ‘grande homem’ que não seja ambigualmente determinada. Esse conceito parece ser apenas um reconhecimento frouxamente empregado e um tanto arbitrariamente conferido de um desenvolvimento excessivamente grande de certas qualidades humanas, com alguma aproximação ao sentido original e literal de ‘grandeza’. Temos de lembrar, também, que não estamos interessados tanto na essência dos grandes homens quanto na questão dos meios pelos quais eles influenciam seus semelhantes. Manteremos, contudo, essa investigação tão sucinta quanto possível, visto que ela ameaça conduzir-nos para longe de nosso objetivo. Permitam-nos, portanto, tomar como certo que um grande homem influencia seus semelhantes por duas maneiras: por sua personalidade e pela idéia que ele apresenta. Essa idéia pode acentuar alguma antiga imagem de desejo das massas, ou apontar um novo objetivo de desejo para elas, ou lançar de algum outro modo seu encantamento sobre as mesmas. Ocasionalmente - e esse é indubitavelmente o caso mais primário -, a personalidade funciona por si só e a idéia desempenha papel bastante trivial. Nem por um só momento nos achamos às escuras quanto a saber por que um grande homem se torna um dia importante. Sabemos que na massa humana existe uma poderosa necessidade de uma autoridade que possa ser admirada, perante quem nos curvamos, por quem sejamos

dirigidos e, talvez, até maltratados. Já aprendemos com a psicologia dos indivíduos qual é a origem dessa necessidade das massas. Trata-se de um anseio pelo pai que é sentido por todos, da infância em diante, do mesmo pai a quem o herói da lenda se gaba de ter derrotado. E pode então começar a raiar em nós que todas as características com que aparelhamos os grandes homens são características paternas, e que a essência dos grandes homens, pela qual em vão buscamos, reside nessa conformidade. A decisão de pensamento, a força de vontade, a energia da ação fazem parte do retrato de um pai - mas, acima de tudo, a autonomia e a independência do grande homem, sua indiferença divina que pode transformar-se em crueldade. Tem-se de admirá-lo, pode-se confiar nele, mas não se pode deixar de temê-lo, também. Deveríamos ter sidolevados a entender isso pela própria expressão: quem, senão o pai, pode ter sido o 'homem grande' na infância? Não há dúvida de que foi um poderoso protótipo de um pai que, na pessoa de Moisés, se curvou até os pobres escravos judeus para lhes assegurar que eram seus filhos queridos. E não menos esmagador deve ter sido o efeito sobre eles da idéia de um Deus único, eterno e todo poderoso, para quem não eram humildes demais para que com eles fizesse um pacto e promettesse cuidar deles se permanecessem leais à sua adoração. Provavelmente não lhes foi fácil distinguir a imagem do varão Moisés da de seu Deus e, nisso, o sentimento estava com a razão, pois Moisés pode ter introduzido traços de sua própria personalidade no caráter do seu Deus - tais como seu temperamento irado e sua inquietude. E se, assim sendo, eles mataram um dia seu grande homem, estavam apenas repetindo um malfeito que em tempos antigos fora cometido, como prescrito pela lei, contra o Rei Divino e que, como sabemos, remontava a um protótipo ainda mais antigo.

Se, por um lado, vemos assim a figura do grande homem exalçada a proporções divinas, por outro, contudo, temos de recordar que também o pai foi outrora uma criança. A grande idéia religiosa que o homem Moisés representava não era, em nossa opinião, propriedade sua: ele a tomara do Rei Akhenaten. E este, cuja grandeza como fundador de uma religião está inequivocamente estabelecida, pode talvez ter seguido sugestões que lhe chegaram - de partes próximas ou distantes da Ásia - através de sua mãe ou por outros caminhos.

Não podemos seguir a cadeia de acontecimentos mais além, mas se identificamos corretamente esses primeiros passos, a idéia monoteísta retornou como um bumerangue à terra de sua origem. Assim, parece infrutífero tentar fixar o crédito devido a um indivíduo, em relação a uma nova idéia. É claro que muitos tiveram parte em seu desenvolvimento e lhe deram contribuições. E, mais uma vez, seria obviamente injusto interromper abruptamente a cadeia de causas em Moisés e desprezar o que foi efetuado por aqueles que o sucederam e levaram à frente suas idéias, os Profetas judaicos. A semente do monoteísmo fracassou em amadurecer no Egito. A mesma coisa poderiater acontecido em Israel, após o povo ter-se libertado da religião onerosa e exigente. Mas constantemente surgiram, no povo judeu, homens que reviveram a tradição a esmaecer-se, que renovaram as admoções e as exigências feitas por Moisés, e que não descansaram até que aquilo que estava perdido fosse mais uma vez estabelecido. No curso de constantes esforços, através dos séculos, e

finalmente devido a duas grandes reformas, uma antes e outra após o exílio babilônico, efetuou-se a transformação do deus popular Javé no Deus cuja adoração fora imposta aos judeus por Moisés. E provas da presença de uma aptidão psíquica peculiar nas massas que se tinham tornado o povo judeu são reveladas pelo fato de terem sido capazes de produzir tantos indivíduos preparados para assumir o ônus da religião de Moisés, em troca da recompensa de ser o povo escolhido e talvez por alguns outros prêmios de grau semelhante.

C - O AVANÇO EM INTELECTUALIDADE

A fim de ocasionar resultados psíquicos duradouros num povo, é claro que não basta assegurar-lhes que foram escolhidos pela divindade. O fato também deve ser-lhes *provado* de alguma maneira, se é que devem crer nele e tirar conseqüências da crença. Na religião de Moisés, o Êxodo do Egito serviu como prova; Deus, ou Moisés em seu nome, nunca se cansava de apelar para essa prova de favor. A festa da Páscoa foi introduzida a fim de manter a lembrança desse acontecimento, ou, antes, injetou-se numa festa de antiga criação o conteúdo dessa lembrança: o Êxodo pertencia a um passado enevoado. No presente, os sinais do favor de Deus eram decididamente escassos; a história do povo apontava antes para seu desfavor. Os povos primitivos costumavam depor seus deuses ou até mesmo castigá-los, se deixavam de cumprir seu dever de assegurar-lhes vitória, felicidade e conforto. Em todos os períodos, os reis não foram tratados de modo diferente dos deuses; uma antiga identidade assim se revela: uma origem a partir de uma raiz comum. Assim, também os povos modernos têm o hábito de expulsar seus reis se a glória do reinado deles é conspurcada por derrotas e as perdas correspondentes em território e dinheiro. Por que o povo de Israel, contudo, apegou-se cada vez mais submissamente a seu Deus quanto pior era tratado por este, é um problema que, por ora, temos de deixar de lado.

Esse problema pode incentivar-nos a indagar se a religião de Moisés trouxe ao povo algo mais além de uma acentuação de sua auto-estima, devida à sua consciência de ter sido escolhido. E, na verdade, outro fator pode ser facilmente encontrado. Essa religião trouxe também aos judeus uma concepção muito mais grandiosa de Deus, ou, como poderíamos dizer mais modestamente, a concepção de um Deus mais grandioso. Todo aquele que acreditasse nesse Deus possuía algum tipo de parte em sua grandeza, ele próprio poderia sentir-se exalçado. Para um descrente, isso não é inteiramente auto-evidente, mas talvez possamos torná-lo mais fácil de compreender se apontarmos para o senso de superioridade sentido por um britânico num país estrangeiro que se tornou inseguro devido a uma insurreição - sentimento completamente ausente no cidadão de qualquer pequeno Estado

continental. Pois o britânico conta o fato de que seu *Government* enviará um navio de guerra se um só dos cabelos de sua cabeça for tocado, e que os rebeldes compreendem isso muito bem - ao passo que o pequeno Estado não possui navio de guerra algum. Assim, o orgulho da grandeza do *British Empire* tem raiz também na consciência da maior segurança - da proteção - desfrutada pelo indivíduo britânico. Isso pode assemelhar-se à concepção de um Deus grandioso. E, visto que mal se pode ter o direito de auxiliar Deus na administração do mundo, o orgulho da grandeza de Deus se funde com o orgulho de ser escolhido por ele.

Entre os preceitos da religião de Moisés há um que é de importância maior do que parece inicialmente. Trata-se da proibição contra fabricar uma imagem de Deus - a compulsão a adorar um Deus que não se pode ver. Nisso, suspeito eu, Moisés excedia a rigidez da religião de Aten. Talvez ele simplesmente quisesse ser coerente: seu Deus, nesse caso, não teria nome nem semblante. Talvez fosse uma nova medida contra abusos mágicos. Mas, se essa proibição fosse aceita, deveria ter um efeito profundo, pois significava que uma percepção sensória recebia um lugar secundário quanto ao que poderia ser chamado de idéia abstrata - um triunfo da intelectualidade sobre a sensualidade, ou, estritamente falando, uma renúncia instintual, com todas as suas seqüências psicológicas necessárias.

Isso pode não parecer óbvio à primeira vista, e, antes que possa proporcionar convicção, temos de recordar outros processos do mesmo caráter no desenvolvimento da civilização humana. O mais antigo desses, e talvez o mais importante, está fundido à obscuridade das eras primevas. Seus assombrosos efeitos compelem-nos a asseverar sua ocorrência. Em nossos filhos, em adultos que são neuróticos, bem como em povos primitivos, deparamo-nos com o fenômeno mental que descrevemos como sendo uma crença na 'onipotência de pensamentos'. Em nosso juízo, esse fenômeno reside numa superestimação da influência que nossos atos mentais (nesse caso, intelectuais) podem exercer na alteração do mundo externo. No fundo, toda a magia, precursora de nossa tecnologia, repousa nessa premissa. Também toda a magia das palavras encontra aqui seu lugar, e a convicção do poder ligado ao conhecimento e à pronúncia de um nome. A 'onipotência de pensamentos' foi, supomos nós, expressão do orgulho da humanidade no desenvolvimento da fala, que resultou em tão extraordinário avanço das atividades intelectuais. Escancarou-se o novo reino da intelectualidade, no qual idéias, lembranças e inferências se tornaram decisivas, em contraste com a atividade psíquica inferior que tinha como seu conteúdo as percepções diretas pelos órgãos sensórios. Esse foi, indiscutivelmente, um dos mais importantes estádios no caminho da hominização ver em [[1]].

Podemos muito mais facilmente apreender outro processo, de data posterior. Sob a influência de fatores externos nos quais não precisamos ingressar aqui e que também, em parte, são insuficientemente conhecidos, aconteceu que a ordem social matriarcal foi sucedida pela patriarcal, o que, naturalmente, acarretou uma revolução nas condições jurídicas até então predominantes. Um eco dessa revolução parece ainda ser audível na

Oréstia, de Ésquilo. Mas esse afastamento da mãe para o pai aponta, além disso, para uma vitória da intelectualidade sobre a sensualidade - isto é, para um avanço em civilização, já que a maternidade é provada pela evidência dos sentidos, ao passo que a paternidade é uma hipótese, baseada numa inferência e numa premissa. Tomar partido, dessa maneira, por um processo de pensamento, de preferência a uma percepção sensória, provou ser um passo momentoso.

Em algum lugar entre os dois acontecimentos que mencionei, ocorreu outro que apresenta a máxima afinidade com o que estamos investigando na história da religião. Os seres humanos viram-se obrigados, em geral, a reconhecer as forças ‘intelectuais [*geistige*]’, isto é, forças que não podem ser apreendidas pelos sentidos (particularmente pela vista), mas que não obstante produzem efeitos indubitáveis e, na verdade, extremamente poderosos. Se nos apoiarmos na prova da linguagem, foi o movimento do ar que proporcionou o protótipo da intelectualidade [*Geistigkeit*], pois o intelecto [*Geist*] deriva seu nome de um sopro de vento - ‘*animus*’, ‘*spiritus*’, e o hebraico ‘*ruach* (fôlego)’. Isso conduziu também à descoberta da mente [*Seele* (alma)] como o princípio intelectual [*geistigen*] nos seres individuais. A observação encontrou o movimento do ar mais uma vez na respiração dos homens, que cessa quando eles morrem. Até o dia de hoje, um homem moribundo ‘exala o espírito [*Selle*]’. Agora, contudo, o mundo dos espíritos [*Geisterreich*] jaz aberto aos homens. Eles estavam preparados para atribuir a alma [*Seele*] que tinham descoberto em si próprios a tudo na Natureza. O mundo inteiro era animado [*beseelt*], e a ciência, que surgiu tão mais tarde, muito teve de fazer para mais uma vez despir parte do mundo de sua alma; na verdade, mesmo nos dias de hoje, ela não completou essa tarefa.

A proibição mosaica elevou Deus a um grau superior de intelectualidade; abriu-se então o caminho para novas alterações na idéia de Deus, as quais ainda temos de descrever. Mas podemos considerar primeiro outro efeito da proibição. Todos os avanços em intelectualidade desse tipo têm, como consequência, o aumento da auto-estima do indivíduo, tornando-o orgulhoso, de maneira que se sente superior a outras pessoas que permaneceram sob o encantamento da sensualidade. Moisés, como sabemos, transmitiu aos judeus um exaltado sentimento de serem um povo escolhido. A desmaterialização de Deus trouxe uma nova e valiosa contribuição para o secreto tesouro desse povo. O infortúnio político da nação ensinou-o a apreciar em seu justo valor a única possessão que lhe restou - sua literatura. Imediatamente após a destruição do Templo em Jerusalém por Tito, o rabino Jochanan ben Zakkai solicitou permissão para abrir a primeira escola de Torá em Jabné. Dessa época em diante, a Escritura Sagrada e o interesse intelectual por ela mantiveram reunido o povo dispersado.

Tudo isso é geralmente sabido e aceito. Tudo o que eu quis fazer foi acrescentar que esse desenvolvimento característico da natureza judaica foi introduzido pela proibição mosaica contra adorar a Deus numa forma visível.

A permanência concedida aos labores intelectuais através de cerca de dois mil anos na vida do povo judeu teve, naturalmente, seu efeito. Ela ajudou a controlar a brutalidade e a tendência à violência, aptas a aparecer onde o desenvolvimento da força muscular constitui o ideal popular. A harmonia no cultivo da atividade intelectual e física, tal como alcançada pelo povo grego, foi negada aos judeus. Nessa dicotomia, a decisão deles foi pelo menos a favor da alternativa mais digna.

D - A RENÚNCIA AO INSTINTO

Não é óbvio nem imediatamente compreensível por que um avanço em intelectualidade, um retrocesso da sensualidade, deva elevar a autoconsideração tanto de um indivíduo quanto de um povo. Esse avanço parece pressupor a existência de um padrão definido de valor e de alguma outra pessoa ou instância que o sustente. Para uma explicação, voltemo-nos para um caso análogo na psicologia individual, caso que chegamos a compreender.

Se o id de um ser humano dá origem a uma exigência instintual de natureza agressiva ou erótica, o mais simples e natural é que o ego, que tem o aparelho de pensamento e o aparelho muscular à sua disposição, satisfaça a exigência através de uma ação. Essa satisfação do instinto é sentida pelo ego como prazer, tal como sua não satisfação indubitavelmente se tornaria fonte de desprazer. Ora, pode surgir um caso em que o ego se abstenha de satisfazer o instinto, por causa de obstáculos externos, a saber, se percebesse que a ação em apreço provocaria um sério perigo ao ego. Uma abstenção da satisfação desse tipo, a renúncia a um instinto por causa de um obstáculo externo - ou, como podemos dizer, em obediência ao princípio da realidade -, não é agradável em caso algum. A renúncia ao instinto conduziria a uma tensão duradoura, devida ao desprazer, se não fosse possível reduzir a intensidade do próprio instinto mediante deslocamentos de energia. A renúncia instintual, contudo, pode também ser imposta por outras razões, as quais corretamente descrevemos como *internas*. No curso do desenvolvimento de um indivíduo, uma parte das forças inibidoras do mundo externo é internalizada e constrói-se no ego uma instância que confronta o restante do ego num sentido observador, crítico e proibidor. Chamamos essa nova instância de *superego*. Doravante o ego, antes de colocar em funcionamento as satisfações instintuais exigidas pelo id, tem de levar em conta não simplesmente os perigos do mundo externo, mas também as objeções do superego, e terá ainda mais fundamentos para abster-se de satisfazer o instinto. Mas onde a renúncia instintual, quando se dá por razões externas, é *apenas* desprazerosa, quando ela se deve a razões internas, em obediência ao superego, ela tem um efeito econômico diferente. Em acréscimo às inevitáveis conseqüências desprazerosas, ela também

traz ao ego um rendimento de prazer - uma satisfação substitutiva, por assim dizer. O ego se sente elevado; orgulha-se da renúncia instintual, como se ela constituísse uma realização de valor. Acreditamos que podemos entender o mecanismo desse rendimento de prazer. O superego é o sucessor e o representante dos pais (e educadores) do indivíduo, que lhe supervisionaram as ações no primeiro período de sua vida; ele continua as funções deles quase sem mudança. Mantém o ego num permanente estado de dependência e exerce pressão constante sobre ele. Tal como na infância, o ego fica apreensivo em pôr em risco o amor de seu senhor supremo; sente sua aprovação como libertação e satisfação, e suas censuras como tormentos de consciência. Quando o ego traz ao superego o sacrifício de uma renúncia instintual, ele espera ser recompensado recebendo mais amor deste último. A consciência de merecer esse amor é sentida por ele como orgulho. Na época em que a autoridade ainda não fora internalizada como superego, poderia ter havido a mesma relação entre a ameaça de perda do amor e as reivindicações do instinto; havia um sentimento de segurança e satisfação quando se conseguia uma renúncia instintual por amor ao país. Mas esse sentimento feliz só poderia assumir o peculiar caráter narcísico de orgulho depois que a própria autoridade se tivesse tornado parte do ego.

Que auxílio essa explicação da satisfação que surge da renúncia instintual nos dá no sentido de compreendermos os processos que desejamos estudar - a elevação da autoconsideração quando existem avanços em intelectualidade? Muito pouco, parece. As circunstâncias são inteiramente diferentes. Não se trata de qualquer renúncia instintual e não existe segunda pessoa alguma ou instância por cujo amor o sacrifício é feito. Logo sentiremos dúvidas sobre essa última asserção. Pode-se dizer que o grande homem é exatamente a autoridade por cujo amor a realização é levada a cabo; e, visto que o próprio grande homem opera por virtude de sua semelhança com o pai, não há necessidade de sentir surpresa se, na psicologia de grupo, o papel de superego cabe a ele. Desse modo, isso também se aplicaria ao homem Moisés em relação ao povo judeu. Com referência ao outro ponto, contudo, nenhuma analogia pode ser estabelecida. Um avanço em intelectualidade consiste em decidir contra a percepção sensória direta, em favor do que é conhecido como processos intelectuais superiores - isto é, lembranças, reflexões e inferências. Consiste, por exemplo, em decidir que a paternidade é mais importante do que a maternidade, embora não possa, como esta última, ser estabelecida pela prova dos sentidos, e que, por essa razão, a criança deve usar o nome do pai e ser herdeira dele. Ou declara que nosso Deus é o maior e o mais poderoso, embora seja invisível como uma rajada de vento ou como a alma. A rejeição de uma exigência instintual sexual ou agressiva parece ser algo inteiramente diferente disso. Ademais, no caso de alguns avanços em intelectualidade - no caso da vitória do patriarcado, por exemplo -, não podemos apontar a autoridade que estabelece o padrão que deve ser considerado superior. Nesse caso, não pode ser o pai, visto que ele só é elevado a autoridade pelo próprio avanço. Somos assim defrontados pelo fenômeno de que, no curso do desenvolvimento da humanidade, a sensualidade é gradativamente superada pela intelectualidade e que os homens se sentem orgulhosos e exaltados por cada avanço desse tipo. Contudo, somos incapazes de dizer por que isso deve ser assim. Acontece ainda,

posteriormente, que a própria intelectualidade é superada pelo fenômeno emocional bastante enigmático da fé. Aqui, temos o famoso '*credo quia absurdum*', e, mais uma vez, todo aquele que tenha alcançado êxito nisso encara-o como uma realização suprema. Talvez o elemento comum em todas essas situações psicológicas seja outra coisa. Talvez os homens simplesmente afirmem que aquilo que é mais difícil é superior, e seu orgulho seja meramente seu narcisismo aumentado pela consciência de uma dificuldade vencida.

Essas certamente não são considerações muito frutíferas, e poder-se-ia pensar que nada têm que ver, de modo algum, com nossa investigação a respeito do que determinou o caráter do povo judeu. Isso só nos seria proveitoso, mas uma certa vinculação com nosso problema é não obstante revelada por um fato que posteriormente nos interessará ainda mais. A religião que começou com a proibição de fabricar uma imagem de Deus transforma-se cada vez mais, no decurso dos séculos, numa religião de renúncias instintuais. Não é que ela exija *abstinência sexual*; contenta-se com uma acentuada restrição da liberdade sexual. Deus, contudo, afasta-se inteiramente da sexualidade e eleva-se para o ideal de perfeição ética. Mas a ética é uma limitação do instinto. Os profetas nunca se cansaram de asseverar que Deus nada exige de seu povo senão uma conduta de vida justa e virtuosa - isto é, abstenção de toda satisfação instintual, que ainda é condenada como impura também por nossa mortalidade atual. E mesmo a exigência de crença nele parece ficar em segundo lugar, em comparação com a seriedade desses requisitos éticos. Dessa maneira, a renúncia instintual parece desempenhar um papel preeminente na religião, mesmo que não se tivesse salientado nela desde o início.

Aqui é o lugar, contudo, para uma interpelação, a fim de evitar um mal-entendido. Ainda que possa parecer que a renúncia instintual e a ética nela fundada não façam parte do conteúdo essencial da religião, geneticamente, contudo, elas estão bastante intimamente vinculadas à religião. O totemismo, a forma mais primitiva de religião que identificamos, traz consigo, como constituintes indispensáveis de seu sistema, uma série de ordens e proibições que não possuem outra significação, naturalmente, que a de renúncias instintuais: a adoração do totem, que inclui uma proibição contra danificá-lo ou matá-lo; a exogamia - isto é, a renúncia às apaixonadamente desejadas mães e irmãs da horda -, a concessão de direitos iguais a todos os membros da aliança fraterna - isto é, a restrição da inclinação para a rivalidade violenta entre eles. Nesses regulamentos, devem ser visto os primórdios de uma ordem moral e social. Não nos escapa que dois motivos diferentes estão em ação aqui. As duas primeiras proibições operam do lado do pai, que foi eliminado: dão continuidade a sua vontade, por assim dizer. A terceira ordem - a concessão de direitos iguais aos irmãos aliados - despreza essa vontade; justifica-se por um apelo à necessidade de manter permanentemente a nova ordem que sucedeu ao afastamento do pai, pois, de outra maneira, uma recaída no estado anterior se tornaria inevitável. É aqui que as ordens sociais divergem das outras, as quais, como poderíamos dizer, se derivam diretamente de vinculações religiosas.

A parte essencial desse curso de acontecimentos repete-se no desenvolvimento abreviado do indivíduo humano. Também aqui é autoridade dos pais da criança - essencialmente, a de seu pai autocrático, a ameaçá-la com seu poder de punir - que lhe exige uma renúncia ao instinto e que por ela decide o que lhe deve ser concedido e proibido. Mais tarde, quando a Sociedade e o superego assumiram o lugar dos pais, o que na criança era chamado de 'bem-comportado' ou 'travesso', é descrito como 'bom' e 'mau', ou 'virtuoso' e 'vicioso'. Mas ainda é sempre a mesma coisa - renúncia instintual sob a pressão da autoridade que substitui e prolonga o pai.

Uma nova profundidade é adicionada a essas descobertas quando examinamos o notável conceito de santidade. O que é que realmente nos parece 'santo' de preferência a outras coisas que valorizamos altamente e reconhecemos como importantes? Por um lado, a vinculação de santidade ou sacralidade com o religioso é inequívoca. Nela se insiste enfaticamente: tudo que é religioso é sagrado, ela é o próprio cerne da sacralidade. Por outro lado, nosso julgamento é perturbado pelas numerosas tentativas de aplicar as características de sacralidade a tantas outras coisas - pessoas, instituições, funções - que pouco têm que ver com a religião. Esses esforços servem a propósito óbvios e tendenciosos. Começamos pelo caráter proibitivo que está tão firmemente ligado à sacralidade. O sagrado é obviamente algo em que não se pode tocar. Uma proibição sagrada possui um tom emocional muito forte, mas, na realidade, nenhuma base racional. Por que, por exemplo, deveria o incesto com uma filha ou irmã ser um crime tão especialmente grave - tão pior de que qualquer outra relação sexual? Se pedirmos uma base racional, certamente nos será dito que todos os nossos sentimentos se revoltam contra isso. Mas isso apenas significa que as pessoas encaram a proibição como auto-evidente e não conhecem base alguma para ela.

É bastante fácil demonstrar a futilidade de tal explicação. O que é representado como insultante a nossos mais sagrados sentimentos constituía costume universal - poderíamos chamá-lo de um uso tornado sagrado - entre as famílias dominantes dos antigos egípcios e de outros povos primitivos. Era aceito como coisa natural que o faraó tomasse a irmã como sua primeira e principal esposa, e os sucessores dos faraós, os Ptolomeus gregos, não hesitaram em seguir esse modelo. Somos compelidos, antes, a uma compreensão de que o incesto - nesse caso, entre irmão e irmã - constituía um privilégio retirado dos mortais comuns e reservado aos reis como representantes dos deuses, tal como, semelhantemente, nenhuma objeção se fazia a relações incestuosas dessa espécie no mundo das lendas grega e germânica. Pode-se suspeitar de que a escrupulosa insistência sobre a igualdade de nascimento entre nossa aristocracia é uma relíquia sobre esse antigo privilégio, e pode-se estabelecer que, em resultado do cruzamento consangüíneo praticado durante tantas gerações nos estratos sociais mais elevados, a Europa é hoje governada por membros de uma única família e de uma segunda.

A evidência do incesto entre deuses, reis e heróis ajuda-nos também a lidar com outra tentativa, que busca explicar biologicamente o horror ao incesto e fazê-lo remontar a um

obsuro conhecimento dos danos causados pelo cruzamento consanguíneo. Sequer é certo, entretanto, que *exista* algum perigo de danos por causa desse cruzamento, quanto mais dizer que povos primitivos pudessem tê-lo identificado e contra ele reagido. Do mesmo modo, a incerteza na definição dos graus permitidos e proibidos de parentesco pouco argumenta em favor da hipótese de que um ‘sentimento natural’ constitui a base suprema do horror ao incesto.

Nossa construção da pré-história nos força a outra explicação. A ordem em favor da exogamia, da qual o horror ao incesto é a expressão negativa, era um produto da vontade do pai e deu continuidade a essa vontade depois que ele foi afastado. Daí provém a força de seu tom emocional e a impossibilidade de descobrir uma base racional para ela - isto é, sua sacralidade. Confiantemente esperamos que uma investigação de todos os outros casos de proibição sagrada conduza à mesma conclusão que à do horror ao incesto: que aquilo que é sagrado originalmente nada mais era do que o prolongamento da vontade do pai primevo. Isso também lançaria luz sobre a ambivalência até aqui incompreensível das palavras que expressam o conceito de sacralidade. Trata-se da ambivalência que em geral domina a relação com o pai. [O latim] ‘*sacer*’ significa não apenas ‘sagrado’, ‘consagrado’, mas também algo que só podemos traduzir por ‘infame’, ‘detestável’, (e.g., ‘*auri sacra fames*’).

Mas a vontade do pai não era apenas algo que não podia ser tocado, que se tinha de ter em elevado respeito, mas também algo perante o que se tremia, por exigir uma penosa renúncia instintual. Quando ouvimos que Moisés tornou santo seu povo, ver em [[1]], pela introdução do costume da circuncisão, compreendemos o significado profundo dessa asserção. A circuncisão é o substituto simbólico da castração que o pai primevo outrora infligira aos filhos na plenitude de seu poder absoluto, e todo aquele que aceitava esse símbolo demonstrava através disso que estava preparado para submeter-se à vontade do pai, mesmo que esta lhe impusesse o mais penoso sacrifício.

Retornando à ética, podemos dizer, em conclusão, que uma parte de seus preceitos se justifica racionalmente pela necessidade de delimitar os direitos da sociedade contra o indivíduo, os direitos do indivíduo contra a sociedade, e os dos indivíduos uns contra os outros. Mas o que nos parece tão grandioso a respeito da ética, tão misterioso e, de modo místico, tão auto-evidente, deve essas características à sua vinculação com a religião, à sua origem na vontade do pai.

E - O QUE É VERDADEIRO EM RELIGIÃO

Quão invejáveis, para aqueles de nós que são pobres de fé, parecem ser aqueles investigadores que estão convencidos da existência de um Ser Supremo! Para esse grande Espírito, o mundo não oferece problemas, pois ele próprio criou todas as suas instituições. Quão amplas, exaustivas e definitivas são as doutrinas dos crentes, comparadas com as laboriosas, insignificantes e fragmentárias tentativas de explicação que constituem o máximo que somos capazes de conseguir! O Espírito divino, que é, ele próprio, ideal da perfeição ética, plantou nos homens o conhecimento desse ideal e, ao mesmo tempo, o impulso a assemelhar suas próprias naturezas a ele. Eles percebem diretamente o que é superior e mais nobre e o que é inferior e mais vil. Sua vida afetiva se regula de acordo com sua distância do ideal, em qualquer momento. Quando dele se aproximam - em seu periélio, por assim dizer -, é-lhes trazida alta satisfação; quando, em seu afélio, se tornam distantes dele, a punição é o severo desprazer. Tudo isso é estabelecido tão simples e inabalavelmente. Só podemos lamentar que certas experiências da vida e observações do mundo nos tornem impossível aceitar a premissa da existência de tal Ser Supremo. Como se no mundo já não houvesse enigmas suficientes, é-nos proposto o novo problema de compreender como essas outras pessoas puderam adquirir sua crença no Ser Divino de onde essa crença obteve seu imenso poder, que esmaga 'a razão e a ciência'.

Retornemos ao problema mais modesto que nos ocupou até aqui. Desejávamos explicar a origem do caráter especial do povo judeu, caráter que provavelmente tornou possível sua sobrevivência até os dias presentes. Descobrimos que o homem Moisés imprimiu nesse povo esse caráter dando-lhes uma religião que aumentou tanto sua auto-estima que ele se julgou superior a todos os outros povos. Depois disso, sobreviveram mantendo-se apartados dos outros. Misturas de sangue pouco interferiram nisso, visto que o que os mantinha unidos era um fator ideal, a posse em comum de certa riqueza intelectual e emocional. A religião de Moisés conduziu a esse resultado porque (1) permitiu ao povo participar da grandiosidade de uma nova idéia de Deus, (2) afirmou que esse povo fora escolhido por esse grande Deus e destinado a receber provas de seu favor especial, e (3) impôs ao povo um avanço em intelectualidade que, bastante importante em si mesmo, lhe abriu o caminho, em acréscimo, à apreciação do trabalho intelectual e a novas renúncias aos instintos.

Foi a isso que chegamos. E, embora não queiramos retirar nada, não podemos esconder de nós que, de uma ou outra maneira, é insatisfatório. A causa, por assim dizer, não combina com o efeito; o fato que desejamos explicar parece-nos ser de magnitude diferente de tudo pelo qual o explicamos. Talvez todas as investigações que até aqui fizemos não tenham revelado a totalidade da motivação, mas apenas certa camada superficial, e talvez, por trás desta, outro fator muito importante aguarde a descoberta? Em vista da extraordinária complexidade de toda a causação na vida e na história, algo dessa espécie era de esperar.

O acesso a essa motivação mais profunda pareceria ter sido fornecido num ponto específico dos debates anteriores. A religião de Moisés não produziu seus efeitos de imediato, mas de modo notavelmente indireto. Isso não quer dizer simplesmente que ela não

funcionou logo em seguida, que levou longos períodos de tempo, centenas de anos, para desdobrar todo o seu efeito, pois isso é auto-evidente quando se trata de imprimir o caráter de um povo. A restrição, porém, relaciona-se a um fato que derivamos da história da religião judaica, ou, se quiserem, nela introduzimos. Dissemos que, após certo tempo, o povo judeu rejeitou a religião de Moisés mais uma vez; se o fez completamente ou se reteve alguns de seus preceitos é coisa que não podemos adivinhar. Se supusermos que, no longo período da tomada de Canaã e da luta com os povos que a habitavam, a religião de Javé não diferiu essencialmente da adoração de outros Baalim, ver em [[1]], encontrar-nos-emos em terreno histórico, apesar de todos os tendenciosos esforços posteriores para lançar um véu sobre esse envergonhante estado de coisas.

A religião de Moisés, contudo, não desapareceu sem deixar traço. Uma espécie de lembrança sua sobreviveu, obscurecida e deformada, apoiada, talvez, entre membros individuais da classe sacerdotal, mediante antigos registros. E foi essa tradição de um grande passado que continuou a operar em segundo plano, por assim dizer, que gradativamente conquistou cada vez mais poder sobre as mentes dos homens, e finalmente conseguiu transformar o deus Javé no Deus de Moisés e chamar de volta à vida a religião de Moisés, que se estabelecera e fora depois abandonada, muitos séculos antes.

Numa parte anterior deste Estudo [ver em [1]], consideramos qual presunção parecerá inevitável se quisermos achar compreensível esse feito da tradição.

F - O RETORNO DO REPRIMIDO

Há uma quantidade de processos semelhantes entre os que a investigação analítica da vida mental nos ensinou a conhecer. Alguns deles são descritos como patológicos; outros se contam entre a diversidade dos acontecimentos normais. Mas isso pouco importa, já que as fronteiras entre os dois [os patológicos e os normais] não estão nitidamente traçadas, seus mecanismos são em grande parte os mesmos, sendo de muito maior importância saber se as alterações em apreço se realizam no próprio ego ou se confrontam com ele como estranhas a ele - caso em que são conhecidas como sintomas.

Da massa de material, apresentarei primeiramente alguns casos que se relacionam com o desenvolvimento do caráter. Tome-se, por exemplo, a moça que atingiu um estado da mais decidida oposição à mãe. Ela cultivou todas aquelas características que percebeu faltarem à mãe, e evitou tudo que a lembrasse da mesma. Podemos suplementar isso, dizendo que, em seus primeiros anos, como toda criança do sexo feminino, adotou uma identificação com a

mãe e agora se rebela energicamente contra ela. Mas quando essa moça se casa e se torna, ela própria, esposa e mãe, não precisamos surpreender-nos por descobrir que ela começa a ficar cada vez mais parecida com a mãe a quem tanto antagonizou, até que finalmente a identificação com esta, identificação que ela supera, é inequivocamente restabelecida. O mesmo também acontece com os rapazes; inclusive o grande Goethe, que, no período de seu gênio, decerto olhava com desprezo para seu inflexível e pedante pai, em sua velhice desenvolveu traços que faziam parte do caráter deste. O resultado pode tornar-se ainda mais notável quando o contraste entre as duas personalidades é mais nítido. Um jovem cujo destino foi crescer ao lado de um pai inútil, começou por transformar-se, em desafio a ele, numa pessoa capaz, digna de confiança e honrada. No apogeu da vida, seu caráter se inverteu, e daí por diante comportou-se como se tivesse tomado aquele mesmo pai como modelo. A fim de não perdermos a vinculação com nosso tema, devemos manter em mente o fato de que, no início de tal curso de acontecimentos, há sempre uma identificação com o pai na primeira infância. Esta é posteriormente repudiada e até mesmo supercompensada, mas, ao final, mais uma vez se estabelece.

Há muito tempo é do conhecimento comum que as experiências dos cinco primeiros anos de uma pessoa exercem efeito determinante sobre sua vida, efeito que mais tarde pode enfrentar. Muita coisa que merece ser sabida poderia ser dita sobre a maneira como essas impressões precoces se mantêm contra quaisquer influências em períodos mais maduros da vida - mas isso não seria pertinente aqui. Contudo, pode ser menos conhecido que a influência compulsiva mais forte surge de impressões que incidem na criança numa época em que teríamos de encarar seu aparelho psíquico como ainda não completamente receptivo. O fato, em si, não pode ser posto em dúvida, mas é tão enigmático que podemos torná-lo mais compreensível comparando-o a uma exposição fotográfica que pode ser revelada após qualquer intervalo de tempo e transformada num retrato. Não obstante, fico contente em indicar que essa nossa incômoda descoberta foi antecipada por um escritor imaginativo, com a audácia que é permitida aos poetas. E.T.A. Hoffmann costumava fazer remontar a riqueza das figuras que se lhe punham à disposição para seus escritos criativos a imagens e impressões mutantes que experimentara durante uma viagem de algumas semanas, numa carruagem de correio, quando ainda era um bebê ao seio da mãe. O que as crianças experimentaram na idade de dois anos e não compreenderam, nunca precisa ser recordado por elas, exceto em sonhos; elas só podem vir a saber disso através do tratamento psicanalítico. Em alguma época posterior, entretanto, isso irromperá em sua vida com impulsos obsessivos, governará suas ações, decidirá de suas simpatias e antipatias e, com muita freqüência, determinará sua escolha de um objeto amoroso, para a qual quase sempre é impossível encontrar uma base racional. Não podemos enganar-nos sobre os dois pontos em que esses fatos fazem aflorar nosso problema.

Em primeiro lugar, há a distância do período em apreço, que é reconhecido aqui como o verdadeiro determinante - no estado especial da lembrança que, por exemplo, no caso dessas experiências infantis, classificamos de 'inconsciente'. Esperamos encontrar nisso

uma analogia com o estado que estamos procurando atribuir à tradição na vida mental do povo. Não foi fácil, com efeito, introduzir a idéia do inconsciente na psicologia de grupo.

[Em segundo lugar], contribuições regulares são feitas aos fenômenos de que estamos à procura pelos mecanismos que levam à formação das neuroses. Aqui, mais uma vez, os acontecimentos determinantes ocorrem nas primeiras épocas infantis; só que o acento não se coloca sobre o *tempo* mas sobre os processos pelos quais o acontecimento é enfrentado, pela reação a ele. Esquemáticamente, podemos descrevê-lo da seguinte maneira. Em resultado da experiência, surge uma experiência instintual que reclama satisfação. O ego recusa essa satisfação, seja porque está paralisado pela magnitude da exigência, seja porque a reconhece como um perigo. O primeiro desses fundamentos é o mais primário; ambos equivalem à evitação de uma situação de perigo. O ego desvia o perigo pelo processo da repressão. O impulso instintual é, de alguma maneira, inibido, e esquecida sua causa precipitante, com suas percepções e idéias concomitantes. Isso, contudo, não constitui o fim do processo: o instinto ou reteve suas forças ou as reúne novamente ou é redespertado por alguma nova causa precipitante. Logo após, ele renova sua exigência, e, como o caminho à satisfação normal lhe permanece fechado pelo que podemos chamar de cicatriz da repressão, alhures, em algum ponto fraco, ele abre para si outro caminho ao que é conhecido como satisfação substitutiva, que vem à luz como sintoma, sem a aquiescência do ego, mas também sem sua compreensão. Todos os fenômenos da formação de sintomas podem ser justamente descritos como o 'retorno do reprimido'. Sua característica distintiva, contudo, é a deformação, de grandes conseqüências, a qual o material que retorna foi submetido, quando comparado com o original. Pensar-se-á talvez que esse último grupo de fatos nos levou para muito longe da semelhança com a tradição, mas não devemos lamentar se nos trouxe para mais perto dos problemas da renúncia ao instinto.

G - VERDADE HISTÓRICA

Empreendemos todos esses desvios psicológicos a fim de tornar mais crível para nós que a religião de Moisés só transmitiu seu efeito ao povo judeu como uma tradição. É provável que não tenhamos conseguido mais do que um certo grau de probabilidade. Suponhamos, contudo, que tivemos êxito em provar isso completamente. Ainda assim permaneceria a impressão de que simplesmente satisfizemos o fator *qualitativo* do que foi exigido, mas não o fator quantitativo. Há um elemento de grandiosidade a respeito de tudo o que se relaciona à origem da religião, decerto inclusive à da judaica, e esse elemento não foi igualado pelas explicações que até aqui fornecemos. Deve estar envolvido algum outro fator, com o qual há

pouco que seja análogo e nada que seja da mesma espécie, algo único, algo da mesma ordem de magnitude do que dele surgiu, como a própria religião. Ver em [[1]]

Tentemos abordar o assunto a partir da direção oposta. Compreendemos como um homem primitivo tem necessidade de um deus como criador do universo, como chefe de seu clã, como protetor pessoal. Esse deus assume posição por trás dos pais mortos [do clã], a respeito de quem a tradição ainda tem algo a dizer. Um homem de dias posteriores, de nossos próprios dias, comporta-se da mesma maneira. Também ele permanece infantil e tem necessidade de proteção, inclusive quando adulto; pensa que não pode passar sem o apoio de seu deus. Tudo isso é indiscutível. Menos fácil, porém, é compreender por que só pode haver um *único* deus, por que precisamente o avanço do henoteísmo ao monoteísmo adquire uma significância esmagadora. Não há dúvida, é verdade, como já explicamos ver em[[1]e[2]], de que o crente participa da grandeza de seu deus e, quanto maior este, mais digna de confiança é a proteção que pode oferecer. Mas o poder de um deus não pressupõe necessariamente que ele seja o único. Muitos povos encaravam apenas como uma glorificação de seu deus principal que ele governasse outras divindades que lhe eram inferiores, e não pensavam que diminuísse sua grandeza a existência de outros deuses além dele. Indubitavelmente, se esse deus se tornasse universal e tivesse todos os países e povos como sua preocupação, isso significaria um sacrifício da intimidade, também. Era como se se partilhasse o próprio deus com os estrangeiros, e havia que compensar isso pela estipulação de se ser preferido por ele. Podemos ainda argumentar que a idéia de um único deus significa, em si própria, um avanço em intelectualidade, mas é impossível considerar esse ponto tão altamente.

Os crentes piedosos, contudo, sabem como preencher adequadamente essa lacuna óbvia na motivação. Dizem que a idéia de um deus único produziu um efeito tão esmagador sobre os homens porque se tratava de uma parte da *verdade* eterna, a qual, longo tempo oculta, por fim veio à luz, estando então fadada a conduzir todos consigo. Temos de admitir que um fator desse tipo é, por fim, algo que iguala a magnitude, tanto do assunto quanto do seu efeito.

Também nós gostaríamos de aceitar essa solução. Mas uma dúvida se apresenta a nós. O piedoso argumento repousa numa premissa otimista e idealista. Não foi possível demonstrar, em relação a outros assuntos, que o intelecto humano possua um faro particularmente bom para a verdade, ou que a mente humana demonstre qualquer inclinação especial para reconhecê-la. Encontramos antes, pelo contrário, que nosso intelecto facilmente se extravie sem qualquer aviso, e que nada é mais facilmente acreditado por nós do que aquilo que, sem referência à verdade, vem ao encontro de nossas ilusões carregadas de desejo. Temos, por esta razão, de acrescentar uma reserva à nossa concordância. Nós também acreditamos que a solução piedosa contém a verdade - mas a verdade *histórica*, não a verdade *material*. E assumimos o direito de corrigir uma certa deformação a que essa verdade foi submetida em

seu retorno. Isso equivale a dizer que não acreditamos que exista um único e grande deus hoje, mas que, em tempos primevos, houve uma pessoa isolada que estava fadada a parecer imensa nessa época e que, posteriormente, retornou na memória dos homens, elevada à divindade.

Já presumimos que a religião de Moisés foi, inicialmente, rejeitada e semi-esquecida, irrompendo posteriormente como uma tradição. Estamos agora presumindo que esse processo estava sendo repetido pela segunda vez. Quando Moisés trouxe ao povo a idéia de um deus único, ela não constituiu uma novidade, mas significou a revivescência de uma experiência das eras primevas da família humana, a qual havia muito tempo se desvanecera na memória consciente dos homens. Mas ela fora tão importante e produzira ou preparara o caminho para mudanças tão profundamente penetrantes na vida dos homens, que não podemos evitar crer que deixara atrás de si, na mente humana, alguns traços permanentes, os quais podem ser comparados a uma tradição. Aprendemos das psicanálises de indivíduos que suas impressões mais primitivas, recebidas numa época em que a criança mal era capaz de falar, produzem, numa ou noutra ocasião efeitos de um caráter compulsivo, sem serem, elas próprias, conscientemente recordadas. Acreditamos que temos o direito de fazer a mesma presunção sobre as experiências mais primitivas da totalidade da humanidade. Um desses efeitos seria o surgimento da idéia de um único e grande deus - idéia que deve ser reconhecida como uma lembrança que foi deformada. Uma idéia como essa possui um caráter compulsivo: ela *deve* ser acreditada. Até o ponto em que é deformada, ela pode ser descrita como um *delírio*; na medida em que traz um retorno do passado, deve ser chamada de *verdade*. Também os delírios psiquiátricos contêm um pequeno fragmento de verdade e a convicção do paciente estende-se dessa verdade para seus invólucros delirantes.

O que se segue daqui até o fim, é uma repetição ligeiramente modificada dos debates da Parte I [do presente (terceiro) ensaio].

Em 1912, tentei, em meu *Totem e Tabu*, reconstruir a antiga situação da qual essas conseqüências decorreram. Assim procedendo, fiz uso de certas idéias teóricas apresentadas por Darwin, Atkinson e, particularmente, Robertson Smith, e combinei-as com os achados e indicações derivados da psicanálise. De Darwin tomei de empréstimo a hipótese de que os seres humanos originalmente viviam em pequenas hordas, cada uma das quais sob o governodespótico de um macho mais velho que se apropriava de todas as fêmeas e castigava ou se livrava dos machos mais novos, inclusive os filhos. De Atkinson, em continuação dessa descrição, tomei a idéia de que esse sistema patriarcal terminou por uma rebelião por parte dos filhos, que se reuniram em bando contra o pai, o derrotaram e o devoraram em comum. Baseando-me na teoria totêmica de Robertson Smith, presumi que, subseqüentemente, a horda paterna cedeu lugar ao clã fraterno totêmico. A fim de poder viver em paz uns com os outros, os irmãos vitoriosos renunciaram às mulheres por cuja causa, afinal de contas, haviam matado o pai, e instituíram a exogamia. O poder dos pais foi

rompido e as famílias se organizaram em matriarcado. A atitude emocional ambivalente dos filhos para com o pai permaneceu em vigor durante a totalidade do seu desenvolvimento posterior. Um animal específico foi colocado em lugar do pai, como totem. Era encarado como ancestral e espírito protetor, e não podia ser ferido ou morto. Uma vez por ano, toda a comunidade masculina se reunia numa refeição cerimonial, em que o animal totêmico (adorado em todas as outras ocasiões) era despedaçado e devorado em comum. Ninguém podia ausentar-se dessa refeição: ela era a repetição cerimonial da morte do pai, com a qual a ordem social, as leis morais e a religião haviam iniciado. A conformidade entre a refeição totêmica de Robertson Smith e a Ceia do Senhor cristã impressionara certo número de escritores antes de mim. Ver em [[1][2]].

Até o dia de hoje, ateno-me firmemente a essa construção. Repetidamente defrontei-me com violentas censuras por não ter alterado minhas opiniões em edições posteriores de meus livros, apesar do fato de etnólogos mais recentes terem unanimemente rejeitado as hipóteses de Robertson Smith e em parte apresentado outras teorias, totalmente divergentes. Posso dizer em resposta que esses avanços ostensivos me são bem conhecidos. Mas não fui convencido quer da correção dessas inovações, quer dos erros de Robertson Smith. Uma negação não é uma refutação, uma inovação não é necessariamente um avanço. Acima de tudo, porém, não sou etnólogo, mas psicanalista. Tenho o direito de extrair, da literatura etnológica, o que possa necessitar para o trabalho de análise. Os escritos de Robertson Smith - um homem de gênio - forneceram-me valiosos pontos de contato com o material psicológico da análise e indicações para seu emprego. Nunca me encontrei em campo comum com seus opositores.

H - O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO

Não posso aqui repetir pormenorizadamente o conteúdo de *Totem e Tabu*. Mas tenho de tentar preencher a longa extensão existente entre aquele hipotético período primevo e a vitória do monoteísmo, nos tempos históricos. Após a instituição da combinação de clã fraterno, matriarcado, exogamia e totemismo, começou um desenvolvimento que deve ser descrito como um lento ‘retorno do reprimido’. Aqui, não estou empregando o termo ‘o reprimido’ em seu sentido próprio. O que está em tela é algo na vida de um povo que é passado, perdido de vista, relegado, e que nos aventuramos a comparar com o que é reprimido na vida mental de um indivíduo. Não podemos, à primeira vista, dizer sob que forma esse passado existiu durante o tempo de seu eclipse. Não nos é fácil transferir os conceitos da psicologia individual para a psicologia de grupo, e não acho que ganhemos

alguma coisa introduzindo o conceito de um inconsciente 'coletivo'. O conteúdo do inconsciente, na verdade, é, seja lá como for, uma propriedade universal, coletiva, da humanidade. Por ora, pois, teremos de nos arranjar com o uso de analogias. Os processos da vida dos povos que estamos estudando aqui são muito semelhantes àqueles que nos são familiares na psicopatologia; contudo, não são inteiramente os mesmos. Temos de finalmente decidir-nos por adotar a hipótese de que os precipitados psíquicos do período primevo se tornaram propriedade herdada, a qual, em cada nova geração, não exigia aquisição, mas apenas um redespertar. Nisso, temos em mente o exemplo do que é certamente o simbolismo 'inato' que deriva do período do desenvolvimento da fala, familiar a todas as crianças sem que elas sejam instruídas, e que é o mesmo entre todos os povos, apesar de suas diferentes línguas. O que talvez ainda nos possa faltar em certeza aqui é compensado por outros produtos da pesquisa psicanalítica. Descobrimos que, em certo número de relações importantes, nossas crianças reagem, não de maneira correspondente às suas próprias experiências, mas instintivamente, como animais, de um modo que só é explicável como aquisição filogenética. O retorno do reprimido realizou-se de modo lento e decerto não espontâneo, mas sob a influência de todas as mudanças em condições de vida que preenchem a história da civilização humana. Não posso fornecer aqui um levantamento desses determinantes, não mais do que uma enumeração fragmentária dos estádios desse retorno. O pai mais uma vez tornou-se o cabeça da família, mas de modo algum era tão absoluto quanto o pai da horda primeva o fora. O animal totêmico foi substituído por um deus, numa série de transições que ainda são muito claras. Inicialmente, o deus em forma humana ainda portava uma cabeça de animal; mais tarde, transformou-se, de preferência, nesse animal específico, e, posteriormente, este foi consagrado a ele e constituiu-se em seu assistente preferido, ou, então, o deus matava o animal e portava-lhe o nome, como epíteto. Entre o animal totêmico e o deus, surgiu o herói, amiúde como passo preliminar no sentido de deificação. A idéia de uma divindade suprema parece ter começado cedo, a princípio apenas de maneira indistinta sem interferir nos interesses cotidianos dos homens. À medida que tribos e povos se reuniam em unidades maiores, os deuses também se organizavam em famílias e hierarquias. Um deles era com freqüência elevado a senhor supremo sobre deuses e homens. Após isso, deu-se hesitadamente o passo seguinte de prestar respeito apenas a um só deus, e, finalmente, tomou-se a decisão de conceder todo poder a um deus único e de não tolerar outros deuses além dele. Somente assim foi que a supremacia do pai da horda primeva foi restabelecida e as emoções referentes a ele puderam ser repetidas.

O primeiro efeito de encontrar o ser que por tanto tempo estivera faltando e pelo qual se ansiara foi esmagador e semelhante à descrição tradicional da entrega das leis no Monte Sinai. Admiração, temor respeitoso e agradecimento por ter encontrado graça a seus olhos - a religião de Moisés não conhecia outros que não fossem esses sentimentos positivos para com o deus pai. A convicção de sua irresistibilidade, a submissão à sua vontade não poderiam ter sido mais indiscutidas no desamparado e intimidado filho do pai da horda - na verdade, esses sentimentos só se tornaram plenamente inteligíveis quando transpostos para o ambiente primitivo e infantil. Os impulsos emocionais de uma criança são intensa e

inexaurivelmente profundos, num grau inteiramente diferente dos de um adulto; só o êxtase religioso pode trazê-los de volta. O enlevo da devoção a Deus foi assim a primeira reação ao retorno do grande pai.

A direção a ser tomada por essa religião paterna foi, dessa maneira, estabelecida para todo o tempo. Contudo, isso não levou seu desenvolvimento a um final. A ambivalência faz parte da essência da relação com o pai: nodecurso do tempo, também a hostilidade não podia deixar de despertar, o que mais uma vez impulsionou os filhos a matarem seu admirado e temido pai. Não havia lugar, na estrutura da religião de Moisés, para uma expressão direta do ódio assassino pelo pai. Tudo o que podia vir à luz era uma reação poderosa contra ele - um sentimento de culpa por causa dessa hostilidade, uma má consciência por ter pecado contra Deus e por não ter deixado de pecar. Esse sentimento de culpa, que foi ininterruptamente mantido desperto pelos Profetas, e que cedo constituiu parte essencial do sistema religioso, possuía ainda outra motivação superficial que habilmente disfarçava sua verdadeira origem. As coisas estavam indo mal para o povo; as esperanças que repousavam no favor de Deus não eram comprimidas; não era fácil manter a ilusão, amada acima de tudo o mais, de ser o povo escolhido de Deus. Se queriam evitar renunciar a essa felicidade, um sentimento de culpa devido à sua própria pecaminosidade oferecia um meio bem-vindo de exculpar Deus: não mereciam mais do que serem punidos por ele, visto não terem obedecido a seus mandamentos. E, impulsionados pela necessidade de satisfazer esse sentimento de culpa, que era insaciável e provinha de fontes muito mais profundas, tinham de fazer com que esses mandamentos se tornassem ainda mais estritos, mais meticulosos e, até mesmo mais triviais. Num novo arroubo de ascetismo moral, impuseram-se mais e mais novas renúncias instintuais e por essa maneira atingiram - em doutrina e preceito, pelo menos - alturas éticas que permaneceram inacessíveis aos outros povos da Antiguidade. Muitos judeus consideram essa consecução de alturas éticas como a segunda característica principal e a segunda grande realização de sua religião. A maneira pela qual ela está vinculada à primeira - a idéia de um deus único - deveria ficar clara a partir de nossas considerações. Essas idéias éticas não podem, contudo, renegar sua origem a partir do sentimento de culpa sentido por causa de uma hostilidade recalcada para com Deus. Elas possuem a característica - incompleta e incapaz de conclusão - de formações reativas neuróticas obsessivas; podemos adivinhar também que servem aos propósitos secretos de punição.

O desenvolvimento ulterior leva-nos para além do judaísmo. O remanescente do que retornou do trágico drama do pai primevo não foi mais reconciliável, de maneira alguma, com a religião de Moisés. O sentimento de culpa daqueles dias estava muito longe de restringir exclusivamente ao povo judeu; apoderara-se de todos os povos mediterrâneos como um apático *malaise*, uma premonição de calamidade para a qual ninguém podia sugerir uma razão. Os historiadores de nossos dias falam de envelhecimento da antiga civilização, mas suspeito de que aprenderam apenas causas acidentais contribuintes desse humor deprimido dos povos. A elucidação dessa situação de depressão surgiu do judaísmo.

Independentemente de todas as aproximações e preparações do mundo circunvizinho, foi afinal de contas no espírito de um judeu, Saulo de Tarso (que, como cidadão romano, chamava-se Paulo), que a compreensão pela primeira vez emergiu: ‘a razão por que somos tão infelizes é que matamos Deus, o pai.’ E é inteiramente compreensível que ele só pudesse apreender esse fragmento de verdade no disfarce delirante da boa notícia: ‘estamos libertos de toda culpa, uma vez que um de nós sacrificou a vida para absolver-nos.’ Nessa fórmula, a morte de Deus naturalmente não foi mencionada, mas um crime que tinha de ser explicado pelo sacrifício de uma vítima só poderia ter sido um assassinato. E o passo intermediário entre o delírio e a verdade histórica foi proporcionado pela garantia de que derivou da fonte da verdade histórica, essa nova fé derrubou todos os obstáculos. O sentimento bem-aventurado de ser escolhido foi substituído pelo sentimento liberador da redenção. Mas o fato do parricídio, retornando à memória da humanidade, teve de superar resistências maiores do que o outro fato, que constituía o tema geral do monoteísmo; ele também foi obrigado a submeter-se a uma deformação mais poderosa. O crime inominável foi substituído pela hipótese do que deve ser descrito como um indistinto ‘pecado original’.

O pecado original e a redenção pelo sacrifício de uma vítima tornaram-se as pedras fundamentais de nova religião fundada por Paulo. Deve permanecer incerto se houve um cabeça e instigador ao crime entre o bando de irmãos que se rebelou contra o pai primevo, ou se tal figura foi criada posteriormente pela imaginação de artistas criativos, a fim de se transformarem em heróis, tendo sido então introduzida na tradição. Após a doutrina cristã ter queimado a estrutura do judaísmo, recolheu componentes de muitas outras fontes, renunciou a uma série de características do monoteísmo puro e adaptou-se, em muitos pormenores, aos rituais de outros povos mediterrâneos. Foi como se o Egito mais uma vez se vingasse dos herdeiros de Akhenaten. Vale a pena notar como a nova religião lidou com a antiga ambivalência na relação com o pai. Seu conteúdo principal foi, é verdade, a reconciliação com o Deus pai, a expiação pelo crime cometido contra ele, mas o outro lado da relação emocional mostrava-se no fato de o filho, que tomara a expiação sobre si, tornar-se um deus, ele próprio, ao lado do pai, e, na realidade, em lugar deste. O cristianismo, tendo surgido de uma religião paterna, tornou-se uma religião filial. Não escapou ao destino de ter de livrar-se do pai.

Apenas uma parte do povo judeu aceitou a nova doutrina. Aqueles que a recusaram ainda hoje são chamados de judeus. Devido a essa cisão, tornaram-se ainda mais nitidamente separados dos outros povos do que antes. Foram obrigados a ouvir a nova comunidade religiosa (que, ao lado de judeus, incluía egípcios, gregos, sírios, romanos e, por fim, germânicos) censurá-los por terem matado Deus. Na íntegra, essa censura diria o seguinte: ‘Eles não aceitarão como algo verdadeiro que assassinaram Deus, ao passo que nós o admitimos e fomos limpos dessa culpa.’ É fácil, portanto, ver quanta verdade reside por trás da censura. Exigir-se-ia uma investigação especial para descobrir por que foi impossível aos judeus reunirem-se nesse passo à frente, que estava implícito, apesar de todas as suas deformações, pela admissão de ter matado Deus. Em certo sentido, eles, dessa maneira,

tomaram uma trágica carga de culpa sobre si próprios, e viram-se obrigados a pagar uma pesada penitência por isso.

Talvez nossa investigação tenha alcançado um pouco de luz sobre a questão de saber como o povo judeu adquiriu as características que o distinguem. Uma luz menor foi lançada sobre o problema de saber como foi que puderam reter sua individualidade até o dia de hoje. Mas respostas exaustivas para tais enigmas não podem, com justiça, ser pedidas ou esperadas. Uma contribuição, a ser julgada à vista das limitações que mencionei de início, ver em[[1]], é tudo o que posso oferecer.

ESBOÇO DE PSICANÁLISE (1940 [1938])

NOTA DO EDITOR INGLÊS

ABRISS DER PSYCHOANALYSE

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1940 Int. Z. Psychoanal. Imago, 25, (1), 7-67.

1941 G. W., 17, 63-138.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

An Outline of Psychoanalysis

1940 Int. J. Psycho-Anal., 21, (1) 27-82. (Trad. de James Strachey.)

1949 Londres, Hogarth Press e Instituto de Psicanálise. ix + 84 págs. (Reimpressão revista da acima, em forma de livro.)

1949 Nova Iorque, Norton, 127 págs. (Reimpressão da acima.)

A atual é uma versão consideravelmente revista da tradução publicada em 1949.

Quando este trabalho foi publicado pela primeira vez, tanto em alemão quanto em inglês, fez-se acompanhar de dois resumos do pequeno trabalho escrito por Freud na mesma época, “Some Elementary Lessons in Psycho-Analysis” (1940b [1938]). Esses resumos apareceram como nota de rodapé no Capítulo IV da versão alemã e como apêndice na inglesa. O trabalho do qual foram extraídos no resumo foi publicado na íntegra pouco depois (aparece na [1]do vol. XXIII da *Standard Edition*), e a nota de rodapé e o apêndice foram conseqüentemente omitidos das reimpressões subseqüentes do presente trabalho.

Por um descuido lamentável, o “Prefácio” do autor ver em ([1]) foi omitido da reimpressão das G.W. e, assim, só pode ser encontrado, em alemão, no *Zeitschrift*. Deve-se observar que o Volume XVII das *Gesammelte Werke*, que foi o primeiro de seus volumes a ser publicado (1941), foi também lançado simultaneamente, com página de rosto e encadernação diferentes, como *Schriften aus dem Nachlass*. (Trabalhos Póstumos).

O manuscrito de todo este trabalho acha-se redigido de forma inusitadamente abreviada, sobretudo o terceiro capítulo (“O Desenvolvimento da Função Sexual”, ver em [1]) é, em grande parte, muito abreviado, com a omissão, por exemplo, dos artigos definidos e indefinidos e de muitos verbos principais- no que poderia ser descrito como um estilo telegráfico. Os coordenadores alemães, segundo nos informam, ampliaram essas abreviações. O sentido geral não se acha em dúvida e, embora a editoração seja, em certos pontos, um pouco livre, pareceu mais simples aceitá-la e traduzir a versão fornecida pelas *Gesammelte Werke*.

A Parte I do trabalho não recebeu título por parte do autor. Os coordenadores alemães adotaram, para esse fim, “Die Natur des Psychischen” (“A Natureza do Psíquico”), que é subtítulo do pequeno trabalho escrito na época e já citado aqui, “Some Elementary Lessons in Psycho-Analysis” ver em ([1] do Vol. XXIII da *Standard Edition*). Para a presente edição, imaginou-se um título bastante mais geral.

Há uma certa controvérsia quanto à época em que Freud começou a escrever o *Esboço*. Segundo Ernest Jones (1957, 255), “começou-o durante o tempo de espera em Viena” - o que significaria abril ou maio de 1938. O manuscrito, contudo, traz em sua página inicial a data de “22 de julho”, o que confirma a opinião dos coordenadores alemães de que o trabalho foi começado em julho de 1938, equivale a dizer, logo após a chegada de Freud a Londres, no início de junho. No começo de setembro, ele já havia escrito 63 folhas do

Esboço, quando teve de interromper o trabalho para submeter-se a uma operação muito séria, e não mais retomou-o, embora tivesse começado, pouco depois, outro trabalho expositivo (“Some Elementary Lessons in Psycho-Analysis”), que logo foi interrompido também.

Assim, o *Esboço* deve ser descrito como inacabado, mas é difícil considerá-lo incompleto. O último capítulo, é verdade, é mais curto que o resto e bem poderia ter prosseguido com o exame de coisas como sentimento de culpa, embora isto já houvesse sido afluído no Capítulo VI. Em geral, contudo, a questão de até onde e em que direção Freud teria continuado o livro é intrigante, pois o programa estabelecido pelo autor em seu prefácio parece ter sido cumprido de maneira bastante satisfatória.

Na longa sucessão dos trabalhos expositivos de Freud, o *Esboço* apresenta um caráter único. Os outros, sem exceção, visam a explicar a Psicanálise a um público estranho a ela, um público com graus e tipos mais variados de abordagem geral ao tema de Freud, mas, sempre, um público relativamente *ignorante*. Não se pode dizer isto do *Esboço*. Deve-se entender claramente que não se trata de um livro para principiantes, sendo algo muito mais semelhante a um “curso de atualização” para estudantes adiantados. Em todo ele, espera-se que o leitor esteja familiarizado não apenas com a abordagem geral de Freud à Psicologia, mas também com os pormenores de seus achados e teoria. Exemplificando, umas duas alusões muito sucintas ao papel desempenhado pelos traços mnêmicos de impressões sensoriais verbais, ver em ([1]e[2]), dificilmente seriam inteligíveis a quem não se achasse familiarizado com certo número de difíceis argumentos do último capítulo de *A Interpretação de Sonhos* e da seção final do artigo metapsicológico sobre “O Inconsciente”. E, ainda, as considerações muito escassas, em dois outros lugares, sobre a identificação e sua relação com objetos amorosos abandonados, ver em ([1] e [2]), implicam o conhecimento de, pelo menos, o Capítulo III de *The Ego and the Id*. Mas aqueles que já estão familiarizados com as obras de Freud acharão este *Esboço* um epílogo fascinante. Uma nova luz é lançada sobre todos os pontos que ele aborda - as teorias mais fundamentais ou as observações clínicas mais pormenorizadas - e tudo é debatido no vocabulário de sua mais recente terminologia. Há mesmo alusões ocasionais e desenvolvimentos inteiramente novos, sobretudo na parte final do Capítulo VIII, onde a questão da divisão (*splitting*) do ego e o seu repúdio de partes do mundo externo, tal como exemplificada no caso do fetichismo, recebe consideração ampliada. Tudo isto demonstra que, aos 82 anos de idade, Freud ainda possuía um dom espantoso de efetuar uma abordagem nova ao que poderia parecer tópicos muito batidos. Em parte alguma, talvez, atinge o seu estilo nível mais alto de concisão e lucidez. Todo o trabalho nos dá uma sensação de liberdade em sua apresentação, o que é talvez de se esperar na última descrição, por parte de um mestre, das idéias de que foi o criador.

ESBOÇO DE PSICANÁLISE [PREFÁCIO]

O objetivo deste trabalho breve é reunir os princípios da Psicanálise e enunciá-los, por assim dizer, dogmaticamente, sob a forma mais concisa e nos termos mais inequívocos. Sua intenção, naturalmente, não é compelir à crença ou despertar convicção.

Os ensinamentos da Psicanálise baseiam-se em número incalculável de observações e experiências, e somente alguém que tenha repetido estas observações em si próprio e em outras pessoas acha-se em posição de chegar a um julgamento próprio sobre ela.

PARTE I - [A MENTE E O SEU FUNCIONAMENTO]

CAPÍTULO I - O APARELHO PSÍQUICO

A Psicanálise faz uma suposição básica, cuja discussão se reserva ao pensamento filosófico, mas a justificação da qual reside em seus resultados. Conhecemos duas espécies de coisas sobre o que chamamos nossa psique (ou vida mental): em primeiro lugar, seu órgão corporal e cena de ação, o cérebro (ou sistema nervoso), e, por outro lado, nossos atos de consciência, que são dados imediatos e não podem ser mais explicados por nenhum outro tipo de descrição. Tudo o que jaz entre eles é-nos desconhecido, e os dados não incluem nenhuma relação direta entre estes dois pontos terminais de nosso conhecimento. Se existisse, no máximo permitir-nos-ia uma localização exata dos processos da consciência e não nos forneceria auxílio no sentido de compreendê-los. Nossas duas hipóteses partem desses fins ou inícios de nosso conhecimento. A primeira delas está relacionada com a localização. Presumimos que a vida mental é função de um aparelho ao qual atribuímos as características de ser extenso no espaço e de ser constituído por diversas partes - ou seja, que imaginamos como semelhante a um telescópio, microscópio, ou algo desse gênero. Não obstante algumas tentativas anteriores no mesmo sentido, a elaboração sistemática de uma concepção como esta constitui uma novidade científica.

Chegamos ao nosso conhecimento deste aparelho psíquico pelo estudo do desenvolvimento individual dos seres humanos. À mais antiga destas localidades ou áreas de ação psíquica damos o nome de *id*. Ele contém tudo o que é herdado, que se acha presente no nascimento, que está assente na constituição - acima de tudo, portanto, os instintos, que se originam da organização somática e que aqui [no *id*] encontram uma primeira expressão psíquica, sob formas que nos são desconhecidas.

Sob a influência do mundo externo que nos cerca, uma porção do *id* sofreu um

desenvolvimento especial. Do que era originalmente uma camada cortical, equipada com órgãos para receber estímulos e com disposições para agir como um escudo protetor contra estímulos, surgiu uma organização especial que, desde então, atua como intermediária entre o *id* e o mundo externo. A esta região de nossa mente demos o nome de *ego*.

São estas as principais características do ego: em consequência da conexão preestabelecida entre a percepção sensorial e a ação muscular, o ego tem sob seu comando o movimento voluntário. Ele tem a tarefa de autopreservação. Com referência aos acontecimentos *externos*, desempenha essa missão dando-se conta dos estímulos, armazenando experiências sobre eles (na memória), evitando estímulos excessivamente intensos (mediante a fuga), lidando com os estímulos moderados (através da adaptação) e, finalmente, aprendendo a produzir modificações convenientes no mundo externo, em seu próprio benefício (através da atividade). Com referência aos acontecimentos *internos*, em relação ao *id*, ele desempenha essa missão obtendo controle sobre as exigências dos instintos, decidindo se elas devem ou não ser satisfeitas, adiando essa satisfação para ocasiões e circunstâncias favoráveis no mundo externo ou suprimindo inteiramente as suas excitações. É dirigido, em sua atividade, pela consideração das tensões produzidas pelos estímulos, estejam essas tensões nele presentes ou sejam nele introduzidas. A elevação dessas tensões é, em geral, sentida como desprazer, e o seu abaixamento, como *prazer*. É provável, contudo, que aquilo que é sentido como prazer ou desprazer não seja a altura *absoluta* dessa tensão, mas sim algo no ritmo das suas modificações. O ego se esforça pelo prazer e busca evitar o desprazer. Um aumento de desprazer esperado e previsto é enfrentado por um *signal de ansiedade*; a ocasião de tal aumento, quer ele ameace de fora ou de dentro, é conhecida como um *perigo*. De tempos em tempos, o ego abandona sua conexão com um mundo externo e se retira para o estado de sono, no qual efetua alterações de grande alcance em sua organização. É de inferir-se do estado de sono que essa organização consiste numa distribuição específica de energia mental.

O longo período da infância, durante o qual o ser humano em crescimento vive na dependência dos pais, deixa atrás de si, como um precipitado, a formação, no ego, de um agente especial no qual se prolonga a influência parental. Ele recebeu o nome de *superego*. Na medida em que este superego se diferencia do ego ou se lhe opõe, constitui uma terceira força que o ego tem de levar em conta.

Uma ação por parte do ego é como deve ser se ela satisfaz simultaneamente as exigências do *id*, do superego e da realidade - o que equivale a dizer: se é capaz de conciliar as suas exigências umas com as outras. Os pormenores da relação entre o ego e o superego tornam-se completamente inteligíveis quando são remontados à atitude da criança para com os pais. Esta influência parental, naturalmente, inclui em sua operação não somente a personalidade

dos próprios pais, mas também a família, as tradições raciais e nacionais por eles transmitidas, bem como as exigências do *milieu* social imediato que representam. Da mesma maneira, o superego, ao longo do desenvolvimento de um indivíduo, recebe contribuições de sucessores e substitutos posteriores aos pais, tais como professores e modelos, na vida pública, de ideais sociais admirados. Observar-se-á que, com toda a sua diferença fundamental, o id e o superego possuem algo comum: ambos representam as influências do passado - o id, a influência da hereditariedade; o superego, a influência, essencialmente, do que é retirado de outras pessoas, enquanto o ego é principalmente determinado pela própria experiência do indivíduo, isto é, por eventos acidentais e contemporâneos.

Pode-se supor que este quadro esquemático geral de um aparelho psíquico aplique-se também aos animais superiores que se assemelham mentalmente ao homem. Temos de presumir que um superego se acha presente onde quer que, como é o caso do homem, exista um longo período de dependência na infância. Uma distinção entre o ego e id é uma suposição inevitável. A Psicologia Animal ainda não tomou a seu cargo o interessante problema que é aqui apresentado.

CAPÍTULO II - A TEORIA DOS INSTINTOS

O poder do id expressa o verdadeiro propósito da vida do organismo do indivíduo. Isto consiste na satisfação de suas necessidades inatas. Nenhum intuito tal como o de manter-se vivo ou de proteger-se dos perigos por meio da ansiedade pode ser atribuído ao id. Essa é a tarefa do ego, cuja missão é também descobrir o método mais favorável e menos perigoso de obter a satisfação, levando em conta o mundo externo. O superego pode colocar novas necessidades em evidência, mas sua função principal permanece sendo a limitação das satisfações.

As forças que presumimos existir por trás das tensões causadas pelas necessidades do id são chamadas de *instintos*. Representam as exigências somáticas que são feitas à mente. Embora sejam a suprema causa de toda atividade, elas são de natureza conservadora; o estado, seja qual for, que um organismo atingiu dá origem a uma tendência a restabelecer esse estado assim que ele é abandonado. É assim possível distinguir um número determinado de instintos, e, na prática comum, isto é realmente feito. Para nós, contudo, surge a importante questão de saber se não será possível fazer remontar todos esses numerosos instintos a uns poucos básicos. Descobrimos que os instintos podem mudar de objetivo (através do deslocamento) e também que podem substituir-se mutuamente, a energia de um

instinto transferindo-se para outro. Este último processo é ainda insuficientemente compreendido. Depois de muito hesitar e vacilar, decidimos presumir a existência de apenas dois instintos básicos, *Eros e o instinto destrutivo*. (O contraste entre os instintos de autopreservação e a preservação da espécie, assim como o contraste entre o amor do ego e o amor objetual, incidem dentro de Eros.) O objetivo do primeiro desses instintos básicos é estabelecer unidades cada vez maiores e assim preservá-las - em resumo, unir; o objetivo do segundo, pelo contrário, é desfazer conexões e, assim, destruir coisas. No caso do instinto destrutivo, podemos supor que seu objetivo final é levar o que é vivo a um estado inorgânico. Por essa razão, chamámo-lo também de *instinto de morte*. Se presumirmos que as coisas vivas apareceram mais tarde que as inanimadas e delas se originaram, então o instinto de morte se ajusta à fórmula que propusemos, a qual postula que os instintos tendem a retornar a um estado anterior. No caso de Eros (ou instinto do amor), não podemos aplicar esta fórmula. Fazê-lo pressuporia que a substância viva foi outrora uma unidade posteriormente desmembrada e que se esforça no sentido da reunião.

Nas funções biológicas, os dois instintos básicos operam um contra o outro ou combinam-se mutuamente. Assim, o ato de comer é uma destruição do objeto como o objetivo final de incorporá-lo, e o ato sexual é um ato de regressão com o intuito da mais íntima união. Esta ação concorrente e mutuamente oposta dos dois instintos fundamentais dá origem a toda a variedade de fenômenos da vida. A analogia de nossos dois instintos básicos estende-se da esfera das coisas vivas até o par de forças opostas - atração e repulsão - que governa o mundo orgânico.

Modificações nas proporções da fusão entre os instintos apresentam os resultados mais tangíveis. Um excesso de agressividade sexual transformará um amante num criminoso sexual, enquanto uma nítida diminuição no fator agressivo torna-lo-á acanhado ou impotente.

Não se pode pensar em restringir um ou outro dos instintos básicos a uma das regiões da mente. Eles, necessariamente, têm de ser encontrados em toda parte. Podemos imaginar um estado inicial como sendo o estado em que a energia total disponível de Eros, a qual, doravante, mencionaremos como "libido", acha-se presente no ego-id ainda indiferenciado e serve para neutralizar as tendências destrutivas que estão simultaneamente presentes. (Não dispomos de um termo análogo a "libido" para descrever a energia do instinto destrutivo.) Num estágio posterior, torna-se relativamente fácil acompanhar as vicissitudes da libido, mas isto é mais difícil com o instinto destrutivo.

Enquanto esse instinto opera internamente, como instinto de morte, ele permanece silencioso; só nos chama a atenção quando é desviado para fora, como instinto de destruição. Parece ser essencial à preservação do indivíduo que esse desvio ocorra e o aparelho muscular serve a esse intuito. Quando o superego se estabelece, quantidades consideráveis do instinto agressivo fixam-se no interior do ego e lá operam autodestrutivamente. Este é um

dos perigos para a saúde com que os seres humanos se defrontam em seu caminho para o desenvolvimento cultural. Conter a agressividade é, em geral, nocivo e conduz à doença (à mortificação). Uma pessoa num acesso de raiva com frequência demonstra como a transição da agressividade, que foi impedida, para a autodestrutividade, é ocasionada pelo desvio da agressividade contra si própria: arrancar os cabelos ou esmurrar a face, embora, evidentemente, tivesse preferido aplicar esse tratamento a outrem. Uma porção de autodestrutividade permanece interna, quaisquer que sejam as circunstâncias, até que, por fim, consegue matar o indivíduo, talvez não antes de sua libido ter sido usada ou fixada de uma maneira desvantajosa. Assim, é possível suspeitar de que, de uma maneira geral, o *indivíduo* morre de seus conflitos internos, mas que a *espécie* morre de sua luta malsucedida contra o mundo externo se este mudar a ponto de as adaptações adquiridas pela espécie não serem suficientes para lidar com as dificuldades surgidas.

É difícil dizer algo do comportamento da libido no id e no superego. Tudo o que sabemos sobre ela relaciona-se com o ego, no qual, a princípio, toda a cota disponível de libido é armazenada. Chamamos a este estado absoluto de *narcisismo* primário. Ele perdura até o ego começar a catexizar as idéias dos objetos com a libido, a transformar a libido narcísica em libido objetal. Durante toda a vida, o ego permanece sendo o grande reservatório, do qual as catexias libidinais são enviadas aos objetos e para o qual elas são também mais uma vez recolhidas, exatamente como uma ameba se conduz com os seus pseudópodos. É somente quando uma pessoa se acha completamente apaixonada que a cota principal de libido é transferida para o objeto e este, até certo ponto, toma o lugar do ego. Uma característica da libido que é importante na vida é a sua mobilidade, a facilidade com que passa de um objeto para outro. Isto deve ser contrastado com a *fixação* da libido a objetos específicos, a qual freqüentemente persiste durante toda a vida. Não se pode discutir que a libido tenha fontes somáticas, que ela flua para o ego de diversos órgãos e partes do corpo. Isto se vê mais claramente no caso daquela porção da libido que, por seu objetivo instintivo, é descrita como excitação sexual. As partes mais proeminentes do corpo de que esta libido se origina são conhecidas pelo nome de “*zonas erógenas*”, embora, de fato, o corpo inteiro seja uma zona erógena desse tipo. A maior parte do que conhecemos sobre Eros - isto é, sobre o seu expoente, a libido - foi obtida de um estudo da função sexual, que, na verdade, segundo a opinião dominante, ainda que não segundo a nossa teoria, coincide com Eros. Podemos formar uma imagem da maneira como o impulso sexual, que está destinado a exercer uma influência decisiva em nossa vida, desenvolve-se gradativamente a partir de contribuições sucessivas de um certo número de instintos componentes que representam zonas erógenas específicas.

CAPÍTULO III - O DESENVOLVIMENTO DA FUNÇÃO SEXUAL

Segundo a opinião predominante, a vida sexual humana consiste essencialmente numa busca de colocar o próprio órgão genital em contato com o de alguém do sexo oposto. A isto acham-se associados, como fenômenos acessórios e atos introdutórios, beijar esse corpo alheio, olhar para ele e tocá-lo. Imagina-se que essa busca faça seu aparecimento na puberdade - isto é, na idade da maturidade sexual - e esteja a serviço da reprodução. Não obstante, sempre foram conhecidos certos fatos que não se encaixam na estreita moldura desta visão. (1) Constitui um fato marcante existirem pessoas que só são atraídas por indivíduos de seu próprio sexo e pelo órgão genital deles. (2) É igualmente notório existirem pessoas cujos desejos se comportam exatamente como os sexuais, mas que, ao mesmo tempo, desprezam inteiramente o órgão sexual ou sua utilização normal; as pessoas deste tipo são conhecidas como “pervertidas”. (3) E, por fim, é uma coisa notável que algumas crianças (que são, por causa disso, encaradas como degeneradas) tenham um interesse muito precoce pelo seu órgão genital e apresentem nele sinais de excitação.

Bem se pode acreditar que a Psicanálise tenha provocado espanto e oposição quando, em parte com base nesses fatos negligenciados, contradisse todas as opiniões populares sobre a sexualidade. Os seus principais achados são os seguintes:

(a) A vida sexual não começa apenas na puberdade, mas inicia-se, com manifestações claras, logo após o nascimento.

(b) É necessário fazer uma distinção nítida entre os conceitos de “sexual” e “genital”. O primeiro é o conceito mais amplo e inclui muitas atividades que nada têm que ver com os órgãos genitais.

(c) A vida sexual inclui a função de obter prazer das zonas do corpo, função que, subseqüentemente, é colocada a serviço da reprodução. As duas funções muitas vezes

falham em coincidir completamente.

O interesse principal focaliza-se naturalmente na primeira destas afirmações, a mais inesperada de todas. Descobriu-se que, na tenra infância, existem sinais de atividade corporal a que somente um antigo preconceito poderia negar o nome de sexual e que se acha ligada a fenômenos psíquicos com que nos deparamos mais tarde, na vida erótica adulta - tais como a fixação a objetos específicos, o ciúme, e assim por diante. Descobriu-se ainda, entretanto, que esses fenômenos que surgem na tenra infância fazem parte de um curso ordenado de desenvolvimento, que atravessam um processo regular de aumento, chegando a um clímax por volta do final do quinto ano de idade, após o qual segue-se uma acalmia. Durante esta, o progresso se interrompe, muita coisa é desaprendida e há muito retrocesso. Após o fim deste período de latência, como é chamado, a vida sexual avança mais uma vez, com a puberdade; poderíamos dizer que tem uma segunda eflorescência. E aqui deparamo-nos com o fato de o início da vida sexual ser *difásico*, de ele ocorrer em duas ondas - algo que é desconhecido, exceto no homem, e que, evidentemente, tem uma relação importante com a hominização. Não é um fato sem importância que os acontecimentos deste período primitivo, exceto esses poucos resíduos, sejam vítimas da *amnésia infantil*. Os nossos pontos de vista sobre a etiologia das neuroses e a nossa técnica de terapia analítica derivam-se dessas concepções e nosso rasteio dos processos desenvolvimentais nesse primeiro período forneceu também provas para outras conclusões mais.

O primeiro órgão a surgir como zona erógena e a fazer exigências libidinais à mente é, da época do nascimento em diante, a boca. Inicialmente, toda a atividade psíquica se concentra em fornecer satisfação às necessidades dessa zona. Primariamente, é natural, essa satisfação está a serviço da autopreservação, mediante a nutrição; mas a fisiologia não deve ser confundida com a psicologia. A obstinada persistência do bebê em sugar dá prova, em estágio precoce, de uma necessidade de satisfação que, embora se origine da ingestão da nutrição e seja por ela instigada, esforça-se todavia por obter prazer independentemente da nutrição e, por essa razão, pode e deve ser denominada de *sexual*.

Durante esta fase oral, já ocorrem esporadicamente impulsos sádicos, juntamente com o aparecimento dos dentes. Sua amplitude é muito maior na segunda fase, que descrevemos como anal-sádica, por ser a satisfação então procurada na agressão e na função excretória. Nossa justificativa para incluir na libido os impulsos agressivos baseia-se na opinião de que o sadismo constitui uma fusão instintiva de impulsos puramente libidinais e puramente destrutivos, fusão que, doravante, persiste ininterruptamente.

A terceira fase é conhecida como fálica, que é, por assim dizer, uma precursora da forma final assumida pela vida sexual e já se assemelha muito a ela. É de se notar que não são os órgãos genitais de ambos os sexos que desempenham um papel nesta fase, mas apenas o masculino (o falo). Os órgãos genitais femininos por muito tempo permanecem

desconhecidos; nas tentativas das crianças de compreender os processos sexuais, elas se rendem à respeitável teoria da cloaca - teoria que tem justificação genética.

Com a fase fálica, e ao longo dela, a sexualidade da tenra infância atinge seu apogeu e aproxima-se da sua dissolução. A partir daí, meninos e meninas têm histórias diferentes. Ambos começaram a colocar sua atividade intelectual a serviço de pesquisas sexuais; ambos partem da premissa da presença universal do pênis. Mas agora os caminhos dos sexos divergem. O menino ingressa na fase edipiana; começa a manipular o pênis e, simultaneamente, tem fantasias de executar algum tipo de atividade com ele em relação à sua mãe, até que, devido ao efeito combinado de uma ameaça de castração e da visão da ausência de pênis nas pessoas do sexo feminino, vivencia o maior trauma de sua vida e este dá início ao período de latência, com todas as suas conseqüências. A menina, depois de tentar em vão fazer as mesmas coisas que o menino, vem a reconhecer sua falta de pênis ou, antes, a inferioridade de seu clitóris, com efeitos permanentes sobre o desenvolvimento de seu caráter; como resultado deste primeiro desapontamento em rivalidade, ela com freqüência começa a voltar as costas inteiramente à vida sexual

Seria um erro supor que essas três fases se sucedem de forma clara. Uma pode aparecer em aditamento a outra; podem sobrepor-se e podem estar presentes lado a lado. Nas primeiras fases, os diferentes componentes dos instintos empenham-se na busca de prazer independente uns dos outros; na fase fálica, há os primórdios de uma organização que subordina os outros impulsos à primazia dos órgãos genitais e determina o começo de uma coordenação do impulso geral em direção ao prazer na função sexual. A organização completa só se conclui na puberdade, numa quarta fase, a genital. Estabelece-se então um estado de coisas em que (1) algumas catexias libidinais primitivas são retidas, (2) outras são incorporadas à função sexual como atos auxiliares, preparatórios, cuja satisfação produz o que é conhecido como pré-prazer, e (3) outros impulsos são excluídos da organização, e são ou suprimidos inteiramente (reprimidos) ou empregados no ego de outra maneira, formando traços de caráter ou experimentando a sublimação, com deslocamento de seus objetivos.

Este processo nem sempre é realizado de modo perfeito. As inibições em seu desenvolvimento manifestam-se como os muitos tipos de distúrbio da vida sexual. Quando é assim, encontramos fixações da libido a condições de fases anteriores, cujo impulso, que é independente do objetivo sexual normal, é descrito como *perversão*. Uma dessas inibições do desenvolvimento é, por exemplo, a homossexualidade, quando ela é manifesta. A análise mostra que em todos os casos um vínculo objetal de caráter homossexual esteve presente e, na maioria dos casos, persistiu em estado *latente*. A situação complica-se porque, via de regra, os processos necessários a um desfecho normal não se acham completamente presentes ou ausentes, mas *parcialmente* presentes, de maneira que o resultado final fica dependente dessas relações *quantitativas*. Nessas circunstâncias, a organização genital é, na verdade, obtida, mas faltam-lhe aquelas porções da libido que não avançaram com o resto e

permaneceram fixadas em objetos e metas pré-genitais. Este enfraquecimento revela-se numa tendência, se há ausência de satisfação genital ou se existem dificuldades no mundo externo real, de a libido retornar a suas catexias pré-genitais anteriores (*regressão*).

Durante o estudo das funções sexuais, chegamos a uma certeza preliminar, ou melhor, a uma suspeita, de duas descobertas que logo mais se verá serem de importância para todo o nosso campo. Em primeiro lugar, as manifestações normais e anormais por nós observadas (isto é, fenomenologia do assunto) necessitam ser descritas do ponto de vista de sua dinâmica e economia (em nosso caso, do ponto de vista da distribuição quantitativa da libido). E, em segundo, a etiologia dos distúrbios que estudamos deve ser procurada na história do desenvolvimento do indivíduo - ou seja, no começo de sua vida.

CAPÍTULO IV - QUALIDADES PSÍQUICAS

Descrevi a estrutura do aparelho psíquico e as energias ou forças que nele são ativas, e delineei num exemplo notório a maneira como essas energias (principalmente a libido) organizam-se numa função fisiológica que serve ao propósito da preservação da espécie. Nada havia, nisso tudo, que demonstrasse a característica inteiramente peculiar do que é psíquico, à parte, naturalmente, o fato empírico de que esse aparelho e essas energias são as bases das funções que descrevemos como nossa vida mental. Voltar-me-ei agora para algo que é exclusivamente característico do psíquico, e que, na verdade, de acordo com opinião largamente aceita, coincide com ele, à exclusão de tudo o mais.

O ponto de partida dessa investigação é um fato sem paralelo, que desafia toda explicação ou descrição - o fato da consciência. Não obstante, quando se fala da consciência, sabemos imediatamente, e pela experiência mais pessoal, o que se quer dizer com isso. Muitas pessoas, tanto ligadas à ciência [psicológica] quanto estranhas a ela, satisfazem-se com a suposição de que só a consciência é psíquica; nesse caso a Psicologia não terá senão de fazer a discriminação entre fenômenos psíquicos, percepções, sentimentos, processos de pensamento e volições. No entanto, há uma concordância geral no sentido de que esses processos conscientes não formam seqüências ininterruptas, completas em si mesmas; assim, não haveria alternativa para a pressuposição de que existem processos físicos ou somáticos concomitantes aos psíquicos e que teríamos de reconhecer necessariamente como mais completos que as seqüências psíquicas, visto que alguns teriam processos conscientes paralelos a eles, mas outros não. Sendo assim, torna-se plausível dar ênfase, em Psicologia, a esses processos somáticos, ver *neles* a verdadeira essência do psíquico e procurar outra

determinação dos processos conscientes. A maioria dos filósofos, entretanto, assim como muitas outras pessoas, discute isso e declara que a idéia de algo psíquico ser inconsciente é autocontraditória. Mas é isso precisamente que a Psicanálise é obrigada a afirmar, e esta é a sua segunda hipótese fundamental ver em [[1]]. Ela explica os fenômenos concomitantes supostamente somáticos como sendo o que é verdadeiramente psíquico, e assim, em primeira instância, menospreza a qualidade da consciência. Não está sozinha ao assim proceder. Alguns pensadores (como Theodor Lipps por exemplo) afirmaram a mesma coisa nas mesmas palavras e a insatisfação geral com a visão costumeira do que é psíquico resultou numa exigência cada vez mais urgente da inclusão, no pensamento psicológico, de um conceito de inconsciente, embora essa experiência tenha assumido forma tão indefinida e obscura que não poderia ter nenhuma influência sobre a ciência.

Pode parecer que essa disputa entre Psicanálise e Filosofia fosse apenas uma frívola questão de definição - se o nome “psíquico” deve ser aplicado a uma ou outra seqüência de fenômenos. Na realidade, porém, este passo tornou-se da mais alta significação. Enquanto a psicologia da consciência nunca foi além das seqüências rompidas que eram obviamente dependentes de algo mais, a outra visão, que sustenta que o psíquico é inconsciente em si mesmo, capacitou a Psicologia a assumir seu lugar entre as ciências naturais como uma ciência. Os processos em que está interessada são, em si próprios, tão incognoscíveis quanto aqueles de que tratam as outras ciências, a Química ou a Física, por exemplo; mas é possível estabelecer as leis a que obedecem e seguir suas relações mútuas e interdependentes ininterruptas através de longos trechos - em resumo, chegar ao que é descrito como uma “compreensão” do campo dos fenômenos de novas hipóteses e criação dos novos conceitos, e estes não devem ser pormenorizados com indício de embaraço de nossa parte, mas, pelo contrário, merecem ser apreciados como um enriquecimento da Ciência. Podem pretender, como aproximações, o mesmo valor dos andaimes intelectuais correspondentes encontrados em outras ciências naturais e esperamos que sejam modificados, corrigidos e mais precisamente determinados à medida que uma maior experiência for acumulada e filtrada. Assim, também estará inteiramente de acordo com nossas expectativas que os conceitos e princípios básicos da nova ciência (instinto, energia nervosa, etc.) permaneçam por tempo considerável não menos indeterminados que os das ciências mais antigas (força, massa, atração, etc.).

Toda ciência se baseia em observações e experiências a que se chegou através do veículo de nosso aparelho psíquico. Mas visto que a *nossa* ciência tem por assunto esse próprio aparelho, a analogia acaba aqui. Efetuamos nossas observações através do mesmo aparelho perceptivo, precisamente com o auxílio das rupturas na seqüência de ocorrências “psíquicas”: preenchemos o que é omitido fazendo deduções plausíveis e traduzindo-as em material consciente. Desta maneira construímos, por assim dizer, uma seqüência de ocorrências conscientes que é complementar aos processos psíquicos inconscientes. A relativa certeza de nossa ciência psíquica baseia-se na força aglutinante dessas deduções. Quem quer que se aprofunde em nosso trabalho descobrirá que nossa técnica tem

fundamentos para defender-se contra qualquer crítica.

Ao longo deste trabalho, as distinções que descrevemos como qualidades psíquicas se impõem à nossa atenção. Não há necessidade de caracterizar o que chamamos de “consciente”: é o mesmo que a consciência dos filósofos e do senso comum. Tudo o mais que é psíquico é, em nosso ponto de vista; “o inconsciente”. Logo somos levados a fazer uma divisão importante nesse inconsciente. Alguns processos se tornam facilmente conscientes; podem depois deixar de ser conscientes, mas podem mais uma vez tornar-se conscientes sem qualquer dificuldade: como as pessoas dizem, podem ser reproduzidos ou lembrados. Isto nos faz lembrar que a consciência é, em geral, um estado altamente fugaz. O que é consciente é consciente só por um momento. Se nossas percepções não confirmaram isto, a contradição é apenas aparente; explica-se pelo fato de que os estímulos que levam à percepção podem persistir por consideráveis períodos, de maneira que, entretanto, a percepção deles pode ser repetida. A posição global torna-se clara em relação à percepção consciente de nossos processos de pensamento: também estes podem persistir por algum tempo, mas podem também, da mesma maneira, passar num relâmpago. Tudo o que for inconsciente e que se comporte desta maneira, que pode assim facilmente trocar o estado inconsciente pelo consciente, é, portanto, preferivelmente descrito como “capaz de tornar-se consciente” ou como pré-consciente. A experiência nos ensinou que é muito difícil um processo psíquico, por complicado que seja, que não possa ocasionalmente permanecer pré-consciente, ainda que, via de regra, force o seu caminho para a consciência, como dizemos. Há outros processos psíquicos e material psíquico que não têm um acesso tão fácil a se tornarem conscientes, mas têm de ser inferidos, reconhecidos e traduzidos para forma consciente através da maneira descrita. Para tal material, reservamos o nome de inconsciente propriamente dito.

Atribuímos, assim, três qualidades aos processos psíquicos: eles são conscientes, pré-conscientes ou inconscientes. A divisão entre as três classes de material que possui estas qualidades não é absoluta nem permanente. O que é pré-consciente se torna consciente, como vimos, sem qualquer assistência de nossa parte; o que é inconsciente pode, através de nossos esforços, vir a ser consciente, e, no processo, temos muitas vezes a impressão de estar superando resistências muito fortes. Quando tentamos fazer isto com outra pessoa, não devemos esquecer que o preenchimento consciente das lacunas de percepção - a construção que lhe estamos apresentando - não significa ainda que tenham conseguido tornar consciente o material inconsciente em questão. Tudo isso é verdadeiro na medida em que o material se acha nele presente em dois registros uma vez na reconstrução consciente que foi fornecida e, além disso, em seu estado inconsciente original. Os nossos esforços continuados geralmente acabam conseguindo tornar consciente esse material inconsciente, em consequência do que os dois registros são levados a coincidir. A quantidade de esforços que temos de dispender, pela qual avaliamos a resistência contra a conscientização do material, varia de magnitude segundo os casos individuais. Exemplificando, o que ocorre num tratamento analítico como resultado de nossos esforços pode também ocorrer espontaneamente: um material que

ordinariamente é inconsciente pode se transformar em pré-consciente e, então, tornar-se consciente - coisa que acontece, em grande escala, nos estados psicóticos. Disto inferimos que a manutenção de certas resistências internas constitui um *sine qua non* da normalidade. Um relaxamento de resistências como este, com um conseqüente impulsionamento para a frente do material inconsciente, realiza-se normalmente no estado de sono, e ocasiona assim uma pré-condição necessária à construção de sonhos. Inversamente, o material pré-consciente pode tornar-se temporariamente inacessível e bloqueado por resistências - como acontece quando algo é temporariamente esquecido ou foge à memória - ou um pensamento pré-consciente pode ser mesmo temporariamente devolvido ao estado inconsciente, como parece ser uma pré-condição no caso dos chistes. Veremos que uma transformação semelhante de volta de material ou processos pré-conscientes ao estado inconsciente desempenha grande papel na causa dos distúrbios neuróticos.

A teoria das três qualidades do psíquico, descrita assim de maneira generalizada e simplificada, pode parecer mais uma fonte de confusão ilimitada do que um auxílio no sentido do esclarecimento. Mas não se deve esquecer que, de fato, ela não é absolutamente uma teoria, mas sim um primeiro inventário dos fatos de nossas observações, que se mantém tão preso a esses fatos quanto possível e não tenta explicá-los. As complicações que ela revela podem pôr em relevo as dificuldades peculiares que temos de enfrentar em nossas investigações. É de se esperar, entretanto, que chegaremos a uma compreensão mais clara desta própria teoria se determinarmos as relações existentes entre as qualidades psíquicas e as regiões ou agências do aparelho psíquico que postulamos - embora estas relações também estejam longe de ser simples.

O processo de algo tornar-se consciente está, acima de tudo, ligado às percepções que nossos órgãos sensoriais recebem do mundo externo. Do ponto de vista topográfico, portanto, trata-se de um fenômeno que se efetua no córtex mais externo do ego. É verdade que também recebemos informações conscientes do interior do corpo - os sentimentos, que na realidade exercem em nossa vida mental uma influência mais peremptória do que as percepções externas; ademais, em certas circunstâncias, os próprios órgãos sensoriais transmitem sentimentos, sensações de dor, além das percepções que lhes são específicas. No entanto, desde que essas sensações (como as chamamos, em contraste com as percepções conscientes) emanam também dos órgãos terminais e desde que encaramos todas elas como prolongamentos ou ramificações da camada cortical, continuamos a poder manter a afirmação feita acima [no início deste parágrafo]. A única distinção seria que, em relação aos órgãos terminais de sensação e sentimento, o próprio corpo tomaria o lugar do mundo externo.

Processos conscientes na periferia do ego e tudo o mais no ego inconsciente - esse seria o estado de coisas mais simples que poderíamos imaginar. E tal pode ser de fato o estado que predomina nos animais. Nos homens, porém, há uma complicação adicional, através da qual os processos internos do ego podem adquirir também a qualidade de consciência. Este o

trabalho da função da fala, que leva o material ao ego numa firme conexão com resíduos mnêmicos de percepções visuais, porém, mais particularmente, auditivas. Daí por diante, a periferia perceptiva da camada cortical pode ser excitada em muito maior grau a partir de dentro também, acontecimentos internos como passagens de idéias e processos de pensamentos podem tornar-se conscientes, e exige-se um artifício especial para fazer a distinção entre as duas possibilidades - um artifício conhecido como *teste de realidade*. A equação “percepção = realidade (mundo externo)” não mais se sustenta. Erros, que podem então facilmente surgir e surgem com regularidade nos sonhos, são chamados de *alucinações*.

O interior do ego, que encerra, acima de tudo, os processos de pensamento, possui a qualidade de ser pré-consciente. Esta é característica do ego e só a ele pertence. Não seria correto, entretanto, pensar que a vinculação com os resíduos mnêmicos da fala seja uma pré-condição necessária ao estado pré-consciente. Ao contrário, esse estado independe de uma vinculação com eles, embora a presença dessa vinculação torne segura a dedução da natureza pré-consciente de um processo. O estado pré-consciente, caracterizado, por um lado, pelo acesso à consciência e, por outro, pela vinculação com os resíduos da fala, é todavia algo peculiar, cuja natureza não se esgota nessas duas características. Prova disto é o fato de que grandes porções do ego, e particularmente do superego, a que não se pode negar a característica de pré-consciência, permanecem, não obstante, em sua maior parte, inconscientes no sentido fenomenológico da palavra. Não sabemos porque isto tem de ser assim. Tentaremos, a seguir, atacar o problema da verdadeira natureza do pré-consciente.

A única qualidade predominante no id é a de ser inconsciente. Id e inconsciente acham-se tão intimamente ligados quanto ego e pré-consciente; na verdade, no primeiro caso, a vinculação é ainda mais exclusiva. Se voltarmos o olhar para a história do desenvolvimento de um indivíduo e de seu aparelho psíquico, poderemos perceber uma distinção importante no id. Originalmente, com efeito, tudo era id; o ego desenvolveu-se a partir dele, através da influência contínua do mundo externo. No decurso desse lento desenvolvimento, alguns dos conteúdos do id foram transformados no estado pré-consciente e assim incorporados ao ego; outros de seus conteúdos permaneceram no id, imutáveis, como o seu núcleo dificilmente acessível. Durante esse desenvolvimento, entretanto, o jovem e débil ego devolveu ao estado inconsciente algo do material que havia incorporado, abandonou-o, e comportou-se da mesma maneira em relação a algumas novas impressões que *poderia* ter incorporado, de modo que estas, havendo sido rejeitadas, só podiam deixar um vestígio no id. Em consideração à sua origem, falamos desta última parte do id como o *reprimido*. Pouco importa que não possamos sempre traçar uma linha nítida entre essas duas categorias de conteúdos do id. Elas coincidem aproximadamente com a distinção entre o que se achava originalmente presente, inato, e o que foi adquirido ao longo do desenvolvimento do ego.

Tendo já estabelecido a dissecação topográfica do aparelho psíquico em um ego e um id,

com os quais a diferença de qualidade entre pré-consciente e inconsciente corre paralela, e havendo concordado em que esta qualidade deve ser considerada apenas como *indicação* da diferença e não como sua essência, uma outra questão se nos apresenta. Se as coisas são assim, qual é a verdadeira natureza do estado que é revelado no id pela qualidade de ser inconsciente e, no ego, pela de ser pré-consciente, e em que consiste a diferença entre eles?

Disso, porém, nada sabemos. E a profunda obscuridade do pano de fundo de nossa ignorância é escassamente iluminada por alguns lampejos de percepção interna (*insight*). Aqui aproximamo-nos do segredo ainda velado da natureza do psíquico. Presumimos, como as outras ciências naturais nos levaram a esperar, que na vida mental esteja em ação alguma espécie de energia, mas não temos nada em que nos basear que nos capacite a aproximarmos de um conhecimento dela através de analogias com outras formas de energia. Parecemos reconhecer que a energia nervosa ou psíquica ocorre de duas formas, uma livremente móvel, e outra, em comparação, presa; falamos de catexias e hipercatexias do material psíquico, e até mesmo aventuramo-nos a supor que uma hipercatexia ocasiona uma espécie de síntese de processos diferentes - uma síntese no curso da qual a energia livre é transformada em energia presa. Mais longe que isto, ainda não avançamos. De qualquer modo, atemo-nos firmemente à opinião de que a distinção entre o estado inconsciente e o pré-consciente reside em relações dinâmicas desse tipo, que explicariam como é que, espontaneamente ou com a nossa assistência, um pode se transformar no outro.

Por trás de todas essas incertezas, contudo, reside um fato novo, cuja descoberta devemos à pesquisa psicanalítica. Descobrimos que os processos no inconsciente ou no id obedecem a leis diferentes daqueles do ego pré-consciente. Denominamos essas leis, em sua totalidade, de *processo primário*, em contraste com o *processo secundário*, que dirige o curso das ocorrências no pré-consciente, no ego. No cômputo geral, portanto, o estudo das qualidades psíquicas provou, afinal de contas, não ser infrutífero.

Uma investigação de estados estáveis, normais, em que as fronteiras do ego são resguardadas contra o id mediante resistências (anticatexias) e se agüentam firmes, e nos quais o superego não se distingue do ego, por trabalharem juntos harmoniosamente - uma investigação desse tipo pouco nos ensinaria. A única coisa que pode ajudar-nos são estados de conflito e tumulto, quando os conteúdos do id inconsciente têm perspectiva de forçar caminho para o ego, e a consciência e o ego mais uma vez se põem na defensiva contra essa invasão. É somente nestas condições que podemos fazer as observações que confirmarão ou corrigirão nossas afirmações sobre os dois parceiros. Ora, nosso sono noturno é precisamente um estado desse tipo, e, por essa razão, a atividade psíquica durante o sono, que percebemos como sonhos, é o nosso objeto de estudo mais favorável. Dessa maneira, também, evitamos a acusação costumeira de basearmos nossas construções da vida mental normal em achados patológicos, pois os sonhos são ocorrências comuns na vida de uma pessoa normal, por mais que suas características possam diferir das produções de nossa vida desperta. Os sonhos, como todos sabem, podem ser confusos, ininteligíveis ou positivamente absurdos, o que dizem pode contradizer tudo o que sabemos da realidade, e comportamo-nos neles como pessoas insanas, visto que, enquanto estamos sonhando, atribuímos realidade objetiva ao conteúdo do sonho.

Encontramos nosso caminho para a compreensão (“interpretação”) de um sonho presumindo que o que lembramos como sendo o sonho depois de termos acordado não é o verdadeiro processo onírico, mas apenas uma *façade* por trás da qual esse processo jaz escondido. Aqui temos a nossa distinção entre o conteúdo *manifesto* de um sonho e os pensamentos oníricos latentes. O processo que produz aquele a partir desse é descrito como *elaboração onírica*. O estudo da elaboração onírica nos ensina, através de um exemplo excelente, a maneira como o material inconsciente oriundo do id (originalmente inconsciente e da mesma maneira inconsciente reprimido) força seu caminho até o ego, torna-se pré-consciente e, em conseqüência da oposição do ego, experimenta as modificações que conhecemos como *deformação onírica*. Não existem aspectos de um sonho que não possam ser explicados desta maneira.

É melhor começar ressaltando que a formação de um sonho pode ser provocada de duas maneiras diferentes. Ou um impulso instintivo que é comumente suprimido (um desejo inconsciente) encontra durante o sono força suficiente para fazer-se sentido pelo ego, ou um impulso que sobrou da vida desperta, uma seqüência pré-consciente de pensamento, com todos os impulsos conflitantes a ela ligados, recebe reforços, durante o sono, de um elemento inconsciente. Em resumo, os sonhos podem originar-se do id ou do ego. O mecanismo da formação de sonhos é em ambos os casos o mesmo e assim também a pré-condição dinâmica necessária. O ego dá prova de sua derivação original do id fazendo cessar ocasionalmente suas funções e permitindo uma reversão a um estado anterior de coisas. Isto é logicamente desencadeado pelo rompimento das suas relações com o mundo externo e pela retirada de suas catexias dos órgãos dos sentidos. Justifica-se assim dizermos

que surge no nascimento um instinto de retornar à vida intra-uterina que foi abandonada - um instinto de dormir. O sono é um retorno desse tipo ao útero. Visto que o ego desperto governa a motilidade, esta função é paralisada no sono e, por conseguinte, uma boa parte das inibições impostas ao id inconsciente torna-se supérflua. A retirada ou redução destas “anticatexias” dá assim ao id o que é agora uma liberdade inofensiva.

As provas do papel desempenhado pelo id inconsciente na formação dos sonhos são abundantes e convincentes. (a) A memória é muito mais ampla nos sonhos que na vida de vigília. Os sonhos trazem à tona recordações que o sonhador esqueceu, que lhe são inacessíveis quando está acordado. (b) Os sonhos fazem uso irrestrito de símbolos lingüísticos, cujos significados são, na maioria, desconhecidos da pessoa que sonha. Nossa experiência, contudo, permite-nos confirmar o seu sentido. Eles provavelmente originam-se de fases mais antigas do desenvolvimento da fala. (c) A memória muito freqüentemente reproduz em sonhos impressões da tenra infância de quem sonha, das quais podemos definitivamente dizer que foram não apenas esquecidas, mas que se tornaram inconscientes devido à repressão. Isso explica o auxílio - geralmente indispensável - que nos é proporcionado pelos sonhos nas tentativas que fazemos, durante o tratamento analítico das neuroses, de reconstruir o início da vida do sonhador. (d) Além disso, os sonhos trazem à luz material que não pode ter-se originado nem da vida adulta de quem sonha nem de sua infância esquecida. Somos obrigados a considerá-lo parte da *herança arcaica* que uma criança traz consigo ao mundo, antes de qualquer experiência própria, influenciada pelas experiências de seus antepassados. Descobrimos a contrapartida desse material filogenético nas lendas humanas mais antigas e em costumes que sobreviveram. Dessa maneira, os sonhos constituem uma fonte da pré-história humana que não deve ser menosprezada. Mas o que torna os sonhos tão valiosos para nos dar uma compreensão interna (*insight*) é a circunstância de que, quando o material inconsciente abre seu caminho para o ego, ele traz consigo as suas próprias modalidades de funcionamento. Isto significa que os pensamentos pré-conscientes em que o material inconsciente encontrou sua expressão são manejados no curso da elaboração onírica como se fossem partes inconscientes do id; e, no caso do método alternativo de formação dos sonhos, os pensamentos pré-conscientes que obtiveram reforço de um impulso instintivo inconsciente são rebaixados ao estado inconsciente. Somente dessa maneira é que aprendemos as leis que regulam a passagem de acontecimentos no inconsciente e os aspectos em que diferem das regras que nos são familiares no pensamento desperto. Assim, a elaboração onírica é essencialmente um exemplo do trabalho inconsciente dos processos de pensamento pré-conscientes. Tomando-se uma analogia da história: conquistadores invasores governam um país conquistado, não segundo o sistema jurídico que lá encontram em vigor, mas de acordo com o seu próprio. É entretanto um fato inequívoco que o resultado da elaboração onírica é uma conciliação. A organização do ego não está todavia paralisada e sua influência pode ser vista na distorção imposta ao material inconsciente e naquilo que são freqüentemente tentativas muito ineficazes de dar ao resultado total uma forma não demasiado inaceitável pelo ego (*revisão secundária*). Em nossa analogia, isso seria uma expressão da resistência contínua do povo derrotado.

As leis que governam a passagem de acontecimentos no inconsciente, e que assim vêm à luz, são bastante notáveis e bastam para explicar a maior parte do que nos parece estranho nos sonhos. Acima de tudo, há uma tendência impressionante à *condensação*, uma inclinação para formar novas unidades a partir de elementos que, em nosso pensamento de vigília, certamente teríamos mantido separados. Em consequência disso, um elemento isolado do sonho manifesto freqüentemente representa um grande número de pensamentos oníricos latentes, como se fosse uma alusão conjunta a todos eles; e, em geral, o âmbito do sonho manifesto é extraordinariamente pequeno em comparação com a riqueza de material de que se originou. Outra peculiaridade da elaboração onírica, não inteiramente independente da anterior, é a facilidade com que intensidades psíquicas (catexias) são *deslocadas* de determinado elemento para outro de maneira que com freqüência acontece que um elemento que era de pequena importância nos pensamentos oníricos apareça como o aspecto mais claro, e, por conseguinte, mais importante do sonho manifesto e vice-versa, que elementos essenciais dos pensamentos oníricos sejam representados no sonho manifesto apenas por ligeiras alusões. Ademais, via de regra, a existência de pontos em comum inteiramente insignificantes entre dois elementos é suficiente para permitir à elaboração onírica substituir um pelo outro em todas as operações ulteriores. É fácil imaginar quanto esses mecanismos de condensação e deslocamento podem aumentar a dificuldade de interpretar um sonho e de revelar as relações existentes entre o sonho manifesto e os pensamentos oníricos latentes. Da prova da existência dessas duas tendências à condensação e ao deslocamento, nossa teoria infere que, no id inconsciente, a energia se acha num estado livremente móvel e que o id dá mais valor à possibilidade de descarregar quantidades de excitação do que a qualquer outra consideração; e nossa teoria faz uso dessas duas peculiaridades ao definir o caráter do processo primário que atribuímos ao id.

O estudo da elaboração onírica nos ensinou muitas outras características dos processos do inconsciente que são tão notáveis quanto importantes, mas só devemos mencionar aqui algumas delas. As regras que regem a lógica não têm peso no inconsciente; ele poderia ser chamado de Reino do Ilógico. Impulsos com objetivos contrários coexistem lado a lado no inconsciente, sem que surja qualquer necessidade de acordo entre eles. Ou não têm nenhuma influência um sobre o outro, ou, se têm, nenhuma decisão é tomada, mas acontece um acordo que é absurdo, visto envolver detalhes mutuamente incompatíveis. A isso está ligado o fato de que os contrários não são mantidos separados, mas tratados como se fossem idênticos, de maneira que, no sonho manifesto, qualquer elemento pode também possuir o significado do seu oposto. Certos filólogos descobriram que o mesmo é válido nas línguas mais antigas e que contrários tais como “forte-fraco”, “claro-escuro” e “alto-profundo” foram originalmente expressos pelas mesmas raízes, até que duas modificações diferentes da palavra primitiva estabeleceram a distinção entre os dois significados. Resíduos desse duplo significado original parecem ter sobrevivido mesmo numa língua altamente desenvolvida como o latim, no uso de palavras como “*altus*” (“alto” e “profundo”) e “*sacer*” (“sagrado” e “infame”). [Cf. *Moses and Monotheism*, S.E. 21, p. 121.]

Em vista da complicação e ambigüidade das relações existentes entre o sonho manifesto e o conteúdo latente que jaz por trás dele, é naturalmente justificável perguntar como afinal de contas é possível deduzir um a partir do outro e se tudo o que temos para prosseguir não será apenas um palpite feliz, auxiliado talvez por uma tradução dos símbolos que ocorrem no sonho manifesto. Pode-se dizer, em resposta, que na grande maioria dos casos o problema pode ser satisfatoriamente solucionado, mas somente com a ajuda das associações aos elementos do conteúdo manifesto feitas pelo próprio sonhador. Qualquer outro procedimento é arbitrário e não pode produzir resultado certo. Mas as associações do sonhador trazem à luz ligações intermediárias que podemos inserir na lacuna entre os dois [entre o conteúdo manifesto e o latente] e com o auxílio dos quais podemos restabelecer o conteúdo latente do sonho e “interpretá-lo”. Não é de admirar se esse trabalho de interpretação (atuando numa direção oposta à da elaboração onírica) fracassa às vezes em chegar a numa certeza completa.

Resta-nos dar uma explicação dinâmica do porquê de o ego adormecido se dar o trabalho da elaboração onírica. A explicação, felizmente, é fácil de encontrar. Com a ajuda do inconsciente, todo sonho em processo de formação faz uma exigência ao ego - a satisfação de um instinto, se o sonho se origina do id; a solução de um conflito, a remoção de uma dúvida ou a formação de uma intenção, se o sonho se origina de um resíduo da atividade pré-consciente na vida de vigília. O ego adormecido, contudo, está focalizado no desejo de manter o sono; ele sente essa exigência como uma perturbação e procura livrar-se dela. O ego consegue realizar isto através do que parece ser um ato de submissão: ele satisfaz a exigência com o que, nas circunstâncias, é uma *realização* inofensiva de *um desejo* e, assim livra-se dele. Esta substituição da exigência pela realização de um desejo permanece sendo a função essencial da elaboração onírica. Talvez valha a pena ilustrar isso com três exemplos simples - um sonho de fome, um sonho de conveniência e um sonho induzido pelo desejo sexual. Uma necessidade de comida faz-se sentir numa pessoa que sonha durante o sono; ela sonha com uma refeição deliciosa e continua a dormir. Naturalmente, estava aberta a essa pessoa a escolha de despertar e comer algo ou de continuar o sono. Decidiu em favor do último e satisfaz a fome por meio do sonho - por enquanto, pelo menos, pois se a fome persistisse, teria de acordar, apesar de tudo. Aqui temos o segundo exemplo: uma pessoa adormecida tinha de acordar para chegar na hora ao seu trabalho no hospital. Continuou, porém, a dormir, e teve um sonho de que já se achava no hospital - mas como um paciente, que não tem necessidade de levantar-se. Ou, ainda, durante a noite tornou-se ativo um desejo de gozo de um objeto sexual proibido, a esposa de um amigo. Ele sonha então que está tendo relações sexuais - não, na verdade, com essa pessoa, mas com outra do mesmo nome e que lhe é, de fato, indiferente; ou a luta contra o desejo pode encontrar expressão na amante que permanece inteiramente anônima.

Naturalmente, todos os casos não são tão simples. Sobretudo em sonhos que se originaram de resíduos não tratados do dia anterior, e que só obtiveram um reforço inconsciente durante o estado de sono, com freqüência não é tarefa fácil descobrir a força motivadora

inconsciente e sua realização de desejo, mas podemos admitir que sempre estão lá. A tese de que os sonhos são realizações de desejos facilmente despertará ceticismo, quando é lembrado quantos sonhos possuem um conteúdo realmente aflitivo ou chegam até a despertar a pessoa que sonha em ansiedade, inteiramente à parte dos numerosos sonhos sem qualquer tom de sentimento definido. Mas a objeção baseada nos sonhos de ansiedade não pode ser sustentada contra a análise. Não se deve esquecer que os sonhos são invariavelmente o produto de um conflito, que eles são uma espécie de estrutura de conciliação. Algo que é uma satisfação para o id inconsciente pode, por essa mesma razão, ser causa de ansiedade para o ego.

À medida que a elaboração onírica progride, às vezes o inconsciente pressiona com mais êxito e outras o ego se defende com maior energia. Os sonhos de ansiedade são muitas vezes aqueles cujo conteúdo experimentou a menor deformação. Se a exigência feita pelo inconsciente é grande demais para que o ego adormecido esteja em posição de desviá-la pelos meios à sua disposição, ele abandona o desejo de dormir e retorna à vida desperta. Estaremos tomando toda experiência em consideração se dissermos que o sonho é invariavelmente uma *tentativa* de livrar-se de uma perturbação do sono por meio de uma realização de desejo, de maneira que o sonho é um guardião do sono. A tentativa pode alcançar êxito mais ou menos completo; pode também fracassar, e, nesse caso, a pessoa acorda, ao que parece, despertada precisamente pelo sonho. Do mesmo modo, também, existem ocasiões em que aquela excelente pessoa, o vigia noturno, cuja missão é guardar o sono da cidadezinha, não tem outra alternativa senão fazer soar o alarma e despertar a população adormecida.

Encerrarei estas considerações com um comentário que justificará o tempo que concedi ao problema da interpretação de sonhos. A experiência mostrou que os mecanismos inconscientes que viemos a conhecer através do estudo da elaboração onírica e que nos forneceram a explicação da formação dos sonhos também nos auxiliam a entender os enigmáticos sintomas que atraem nosso interesse para neuroses e psicoses. Uma semelhança dessa espécie não pode deixar de despertar grandes esperanças em nós.

PARTE II - O TRABALHO PRÁTICO

CAPÍTULO VI - A TÉCNICA DA PSICANÁLISE

Um sonho, então, é uma psicose, com todos os absurdos, delírios e ilusões de uma psicose. Uma psicose de curta duração sem dúvida, inofensiva, até mesmo dotada de uma função útil, introduzida com o consentimento do indivíduo e concluída por um ato de sua vontade. Ainda assim é uma psicose e com ela aprendemos que mesmo uma alteração da vida mental tão profunda como essa pode ser desfeita e dar lugar à função normal. Será então uma ousadia muito grande pretender que também deve ser possível submeter as temidas doenças espontâneas da vida mental à nossa influência e promover a sua cura?

Já conhecemos certo número de coisas preliminares a esse empreendimento. De acordo com nossa hipótese, é função do ego enfrentar as exigências levantadas por suas três relações de dependência - da realidade, do id e do superego - e não obstante, ao mesmo tempo, preservar a sua própria organização e manter a sua própria autonomia. A pré-condição necessária aos estados patológicos em debate só pode ser um enfraquecimento relativo ou absoluto do ego, que torna impossível a realização de suas tarefas. A exigência mais severa feita ao ego é provavelmente a sujeição das reivindicações instintivas do id, para o que ele é obrigado a fazer grandes dispêndios de energia em anticatexias. Mas as exigências feitas pelo superego também podem tornar-se tão poderosas e inexoráveis que o ego pode ficar paralisado, por assim dizer, frente às suas outras tarefas. Podemos desconfiar de que, nos conflitos econômicos que surgem neste ponto, o id e o superego freqüentemente fazem causa comum contra o ego arduamente pressionado que tenta apegar-se à realidade a fim de conservar o seu estado normal. Se os outros dois se tornam fortes demais, conseguem afrouxar e alterar a organização do ego, de maneira que sua relação correta com a realidade é perturbada ou até mesmo encerrada. Vimos isto acontecer no sonhar: quando o ego se desliga da realidade do mundo externo, desliza, sob a influência do mundo interno, para a psicose. Nosso plano de cura baseia-se nessas descobertas. O ego acha-se enfraquecido pelo conflito interno e temos de ir em seu auxílio. A posição é semelhante à de uma guerra civil que tem de ser decidida pela assistência de um aliado vindo de fora. O médico analista e o ego enfraquecido do paciente, baseando-se no mundo externo real, têm de reunir-se num partido contra os inimigos, as exigências instintivas do id e as exigências conscienciosas do superego. Fazemos um pacto um com o outro. O ego enfermo nos promete a mais completa sinceridade - isto é, promete colocar à nossa disposição todo o material que a sua autopercepção lhe fornece; garantimos ao paciente a mais estrita discricção e colocamos a seu serviço a nossa experiência em interpretar material influenciado pelo inconsciente. Nosso conhecimento destina-se a compensar a ignorância do paciente e a devolver a seu ego o domínio sobre regiões perdidas de sua vida mental. Esse pacto constitui a situação analítica.

Mal acabamos de dar esse passo e um primeiro desapontamento nos espera, uma primeira advertência contra o excesso de confiança. Se o ego do paciente vai ser um aliado útil em nosso trabalho comum, deve - por mais árdua que tenha sido a pressão das forças hostis - ter conservado uma certa coerência e algum fragmento de compreensão das exigências da realidade. Mas isto não é de se esperar do ego de um psicótico; ele não pode cumprir um pacto desse tipo; na verdade, mal poderá engajar-se. Muito cedo ter-nos-á abandonado, bem como à ajuda que lhe oferecemos, e nos juntado às partes do mundo externo que não querem dizer mais nada para ele. Assim, descobrimos que temos de renunciar à idéia de experimentar nosso plano de cura com os psicóticos - renunciar a ele talvez para sempre ou talvez apenas por enquanto, até que tenhamos encontrado um outro plano que se lhes adapte melhor.

Existe, entretanto, outra classe de pacientes psíquicos que visivelmente se assemelha

muito de perto aos psicóticos - o vasto número de pessoas que sofrem de graves neuroses. Os determinantes de sua doença, bem como seus mecanismos patogênicos, devem ser os mesmos ou, pelo menos, muito semelhantes. Mas o ego mostrou-se mais resistente e tornou-se menos desorganizado. Muitos deles, apesar da doença e das inadequações dela decorrentes, foram capazes de manter-se na vida real. Esses neuróticos podem mostrar-se prontos a aceitar nosso auxílio. Limitaremos a eles nosso interesse e veremos até onde e mediante que métodos seremos capazes de “curá-los”.

Com os neuróticos, então, fazemos nosso pacto: sinceridade completa de um lado e discrição absoluta do outro. Isso soa como se estivéssemos apenas visando ao posto de um padre confessor. Mas há uma grande diferença, porque o que desejamos ouvir de nosso paciente não é apenas o que sabe e esconde de outras pessoas; ele deve dizer-nos também o que *não* sabe. Com este fim em vista, fornecemos-lhe uma definição mais detalhada do que queremos dizer com sinceridade. Fazemo-lo comprometer-se a obedecer à *regra fundamental* da análise, que dali em diante deverá dirigir o seu comportamento para conosco. Deve dizer-nos não apenas o que pode dizer intencionalmente e de boa vontade, coisa que lhe proporcionará um alívio semelhante ao de uma confissão, mas também tudo o mais que a sua auto-observação lhe fornece, tudo o que lhe vem à cabeça, mesmo que lhe seja *desagradável* dizê-lo, mesmo que lhe pareça *sem importância* ou realmente absurdo. Se, depois dessa injunção, conseguir pôr sua autocrítica fora de ação, nos apresentará uma massa de material - pensamentos, idéias, lembranças - que já estão sujeitos à influência do inconsciente, que, muitas vezes, são seus derivados diretos, e que assim nos colocam em condição de conjecturar sobre o material inconsciente reprimido do paciente e de ampliar, através das informações que lhe fornecemos, o conhecimento do ego a respeito do inconsciente.

Mas o ego está longe de contentar-se em desempenhar o papel de nos trazer passiva e obedientemente o material que pedimos e de aceitar nossa tradução do mesmo e nela acreditar. Acontece um certo número de outras coisas, algumas das quais poderíamos ter previsto, mas também outras que estão destinadas a surpreender-nos. A mais notável é a seguinte: o paciente não fica satisfeito de encarar o analista, à luz da realidade, como um auxiliar e conselheiro que, além do mais, é remunerado pelo trabalho que executa e que se contentaria com um papel semelhante ao de guia numa difícil escalada de montanha. Pelo contrário, o paciente vê nele o retorno, a reencarnação, de alguma importante figura saída de sua infância ou do passado, e, conseqüentemente, transfere para ele sentimentos e reações que, indubitavelmente, aplicam-se a esse protótipo. Essa transferência logo demonstra ser um fator de importância inimaginável, por um lado, instrumento de insubstituível valor e, por outro, uma fonte de sérios perigos. A transferência é *ambivalente*: ela abrange atitudes positivas (de afeição), bem como atitudes negativas (hostis) para com o analista, que, via de regra, é colocado no lugar de um ou outro dos pais do paciente, de seu pai ou de sua mãe.

Enquanto é positiva, ela nos serve admiravelmente. Altera toda a situação analítica; empurra para o lado o objetivo racional que tem o paciente para ficar sadio e livre de seus achaques. Em lugar disso, surge o objetivo de agradar o analista e de conquistar o seu aplauso e amor. Este passa a ser a verdadeira força motivadora da colaboração do paciente; o seu ego fraco torna-se forte; sob essa influência realiza coisas que, ordinariamente, estariam além de suas forças; desiste dos sintomas e aparenta ter-se restabelecido - simplesmente por amor ao analista. Este pode modestamente admitir para si próprio que se dispôs a uma empresa difícil sem suspeitar sequer dos extraordinários poderes que estariam sob seu comando.

Ademais, a relação de transferência traz consigo duas outras vantagens. Se o paciente coloca o analista no lugar do pai (ou mãe), está também lhe concedendo o poder que o superego exerce sobre o ego, visto que os pais foram, como sabemos, a origem de seu superego. O novo superego dispõe agora de uma oportunidade para uma espécie de *pós-educação* do neurótico; ele pode corrigir erros pelos quais os pais foram responsáveis ao educá-lo. A essa altura, cabe uma advertência contra o mau uso dessa nova influência. Por mais que o analista possa ficar tentado a transformar-se num professor, modelo e ideal para outras pessoas, e criar homens à sua própria imagem, não deve esquecer que essa não é a sua tarefa no relacionamento analítico, e que, na verdade, será desleal a essa tarefa se permitir-se ser levado por suas inclinações. Se o fizer, estará apenas repetindo um equívoco dos pais, que esmagaram a independência do filho através de sua influência, e estará simplesmente substituindo a primitiva dependência do paciente por uma nova. Em todas as suas tentativas de melhorar e educar o paciente, o analista deve respeitar a individualidade deste. A influência que possa legitimamente permitir-se será determinada pelo grau de inibição no desenvolvimento apresentado pelo paciente. Alguns neuróticos permaneceram tão infantis que, também na análise, só podem ser tratados como crianças.

Outra vantagem ainda da transferência é que, nela, o paciente produz perante nós, com clareza plástica, uma parte importante da história de sua vida, da qual, de outra maneira, ter-nos-ia provavelmente fornecido apenas um relato insuficiente. Ele a representa diante de nós, por assim dizer, em vez de apenas nos contar.

E, agora, o outro lado da situação. Uma vez que a transferência reproduz a relação do paciente com seus pais, ela assume também a ambivalência dessa relação. Quase inevitavelmente acontece que, um dia, sua atitude positiva para com o analista se transforma em negativa, hostil. Também isso, via de regra, é uma repetição do passado. Sua obediência ao pai (se se tratar do pai), sua corte para obter as simpatias deste, tem raízes num desejo erótico para ele voltado. Numa ocasião ou noutra, esta exigência pressionará seu caminho no sentido da transferência e insistirá em ser satisfeita. Na situação analítica, ela só pode defrontar-se com a frustração. Relações sexuais reais entre pacientes e analista estão fora de cogitação e mesmo os métodos mais sutis de satisfação, tais como preferência, intimidade, etc., só são concedidos parcialmente pelo analista. Uma rejeição desse tipo é tomada como

ocasião para a mudança; provavelmente as coisas aconteceram da mesma maneira na infância do paciente.

Os sucessos terapêuticos que ocorreram sob a influência da transferência positiva estão sujeitos à suspeita de serem de natureza *sugestiva*. Se a transferência negativa leva a melhor, eles são soprados como farelo ao vento. Observamos com horror que todo o nosso esforço e labuta até ali foi em vão. Na verdade, o que poderíamos ter considerado como ganho intelectual permanente por parte do paciente, a sua compreensão da Psicanálise e sua confiança na eficácia desta, subitamente se desvanece. Ele se comporta como uma criança que não tem poder de julgamento próprio, mas que cegamente acredita em qualquer pessoa que ame e em ninguém que lhe seja estranho. O perigo desses estados de transferência evidentemente reside em o paciente não compreender a sua natureza e tomá-los por experiências novas e reais, em vez de reflexos do passado. Se ele (ou ela) se dá conta do forte desejo erótico que se acha escondido por trás da transferência muda, sente-se então insultado e desprezado, odeia o analista como seu inimigo e está pronto a abandonar a análise. Em ambos esses casos extremos, esqueceu o pacto que fez no início do tratamento e que se tornou inútil para a continuação do trabalho comum. É tarefa do analista tirar constantemente o paciente da ilusão que o ameaça e mostrar-lhe sempre que o que ele toma por uma vida nova e real é um reflexo do passado. E para que não caia num estado em que fique inacessível a qualquer prova, o analista toma o cuidado de que nem o amor nem a hostilidade atinjam um grau extremo. Isto se faz preparando o paciente, em tempo, para estas possibilidades e não negligenciando os primeiros sinais delas. Um manejo cuidadoso da transferência, de acordo com essa orientação, é, via de regra, extremamente compensador. Se conseguimos, como geralmente acontece, esclarecer o paciente quanto à verdadeira natureza dos fenômenos de transferência, teremos tirado uma arma poderosa da mão de sua resistência e convertido perigos em lucros, pois um paciente nunca se esquece novamente do que experimentou sob a forma de transferência; ela tem uma força de convicção maior do que qualquer outra coisa que possa adquirir por outros modos.

Achamos muito indesejável que o paciente *atue* fora da transferência, em vez de recordar. A conduta ideal para os nossos fins seria que ele se comportasse tão normalmente quanto possível fora do tratamento e expressasse suas reações anormais somente na transferência.

O método pelo qual fortalecemos o ego enfraquecido tem como ponto de partida uma ampliação do autoconhecimento. Isso, naturalmente, não é toda a história, mas apenas seu primeiro passo. A perda de tal conhecimento significa, para o ego, uma abdicação de poder e influência; é o primeiro sinal tangível de que está sendo encurralado e tolhido pelas exigências do id e do superego. Por conseguinte, a primeira parte do auxílio que temos a oferecer é um trabalho intelectual de nossa parte e um incentivo ao paciente para nele colaborar. Esse primeiro tipo de atividade, como sabemos, destina-se a preparar o caminho para outra tarefa, mais difícil. Não perderemos de vista o elemento dinâmico nessa tarefa,

mesmo durante o seu estágio preliminar. Coletamos o material para o nosso trabalho de uma variedade de fontes - do que nos é transmitido pelas informações que nos são dadas pelo paciente e por suas associações livres, do que ele nos mostra nas transferências, daquilo a que chegamos pela interpretação de seus sonhos e do que ele revela através de lapsos ou *parapraxias*. Todo esse material ajuda-nos a fazer construções acerca do que lhe aconteceu e foi esquecido, bem como sobre o que lhe está acontecendo no momento, sem que o compreenda. Nisso tudo, porém, nunca deixamos de fazer uma distinção rigorosa entre o nosso conhecimento e o conhecimento *dele*. Evitamos dizer-lhe imediatamente coisas que muitas vezes descobrimos num primeiro estágio, e evitamos dizer-lhe a totalidade do que achamos que descobrimos. Refletimos cuidadosamente a respeito de quando lhe comunicaremos o conhecimento de uma de nossas construções e esperamos pelo que nos pareça ser o momento apropriado - o que nem sempre é fácil de decidir. Via de regra, adiamos falar-lhe de uma construção ou explicação até que ele próprio tenha chegado tão perto dela que só reste um único passo a ser dado, embora esse passo seja, de fato, a síntese decisiva. Se procedemos doutra maneira e o esmagamos com nossas interpretações antes que esteja preparado para elas, nossa informação ou não produziria efeito algum ou, então, provocaria uma violenta irrupção da *resistência* que tornaria o avanço de nosso trabalho mais difícil ou poderia mesmo ameaçar interrompê-lo por completo. Mas se preparamos tudo adequadamente, com freqüência acontece que o paciente imediatamente confirma nossa construção e ele próprio recorda o acontecimento interno ou externo que esqueceu. Quanto mais exatamente a construção coincidir com os pormenores do que foi esquecido, mais fácil ser-lhe-á assentir. Nesse assunto em particular, o *nosso* conhecimento tornar-se-á, então, também o *seu* conhecimento.

Com a menção de resistência, chegamos à segunda e mais importante parte de nossa tarefa. Já dissemos que o ego se protege contra a invasão de elementos indesejáveis provenientes do inconsciente e do id reprimido por meio de anticatexias, que devem permanecer intactas para poderem funcionar normalmente. Quanto mais premido o ego se sente, mais convulsivamente se apega (como num susto) a essas anticatexias, a fim de proteger o que resta de si contra outras irrupções. Mas esse intuito defensivo de maneira alguma concorda com os objetivos de nosso tratamento. O que desejamos, pelo contrário, é que o ego, que se tornou afoito pela certeza de nosso auxílio, atreva-se a tomar a ofensiva, a fim de reconquistar o que foi perdido. E é aqui que nos damos conta da força dessas anticatexias, sob a forma de *resistências* ao nosso trabalho. O ego recua, em alarma, ante tais empreendimentos, que parecem perigosos e ameaçam com o desprazer; para não nos falhar, tem de ser constantemente incentivado e apaziguado. Essa resistência, que persiste durante todo o tratamento e se renova a cada novo período de trabalho, é conhecida, não muito corretamente, como *resistência devida à repressão*. Descobriremos que não é a única com que nos defrontamos. É interessante notar que, nessa situação, as divisões partidárias são, até certo ponto, invertidas: pois o ego luta contra o nosso estímulo, enquanto o inconsciente,

que comumente é nosso adversário, vem em nosso auxílio, visto possuir um “impulso ascendente” natural e não desejar nada melhor que pressionar além de suas fronteiras estabelecidas, até o ego, e, assim, até a consciência. A luta que se desenvolve, se alcançamos nosso fim e podemos induzir o ego a superar suas resistências, é realizada sob nossa direção e com nossa assistência. O seu desfecho é indiferente, quer resulte na aceitação por parte do ego, após novo exame, de uma exigência instintiva que até então rejeitara, quer a rejeite de novo, desta vez definitivamente. Em qualquer desses casos, um perigo permanente foi liquidado, o âmbito do ego foi ampliado e um dispêndio inútil de energia tornou-se desnecessário.

A superação das resistências é a parte de nosso trabalho que exige mais tempo e maior esforço. Ela vale a pena, contudo, pois ocasiona uma alteração vantajosa do ego, a qual será mantida independentemente do resultado da transferência e se manterá firme na vida. Trabalhamos também, simultaneamente, para livrar-nos da alteração do ego que foi ocasionada sob a influência do inconsciente, pois onde quer que pudemos detectar qualquer de seus derivados no ego, apontamos-lhes sua origem ilegítima e incentivamos o ego a rejeitá-los. Será lembrado que foi uma das pré-condições necessárias de nosso pacto de ajuda que qualquer alteração desse tipo no ego, devida à intrusão de elementos inconscientes, não deveria ir além de certa medida.

Quanto mais nosso trabalho progride e mais profundamente a nossa compreensão interna (*insight*) penetra na vida mental dos neuróticos, mais claramente se impõem à nossa observação dois novos fatores, os quais exigem a mais rigorosa atenção, como fontes de resistência. Ambos são completamente desconhecidos do paciente, nenhum deles poderia ter sido levado em conta quando o nosso pacto foi feito; tampouco originam-se do ego do paciente. Ambos podem ser englobados sob a denominação única de “necessidade de estar doente ou de sofrer”, mas têm origens diferentes, embora, sob certos aspectos, sejam de natureza aparentada. O primeiro desses dois fatores é o sentimento de culpa ou consciência de culpa, como é chamado, embora o paciente não o sinta e não se dê conta dele. Trata-se, evidentemente, da parte da resistência que é contribuição de um superego particularmente severo e cruel. O paciente não deve ficar bom, mas tem de permanecer doente, pois não parece melhorar. Essa resistência não interfere concretamente em nosso trabalho intelectual, mas torna-o inoperante; na verdade, com freqüência nos permite remover determinada forma de sofrimento neurótico, mas está imediatamente pronta a substituí-la por outra, ou, talvez, por alguma doença somática. O sentimento de culpa explica também a cura ou melhora de graves neuroses que ocasionalmente observamos depois de infortúnios reais: tudo o que importa é que o paciente seja desgraçado - de que maneira, não tem importância. A resignação sem queixas com que essas pessoas freqüentemente se acomodam à sua árdua sorte é muito notável, mas também reveladora. Para desviar essa resistência, somos obrigados a restringir-nos a torná-la consciente e a tentar promover a lenta demolição do superego hostil.

É menos fácil demonstrar a existência da outra resistência, para a qual os nossos meios de combate são especialmente inadequados. Existem alguns neuróticos em quem, a julgar por todas as suas reações, o instinto de autopreservação na realidade foi invertido. Eles parecem visar a nada mais que à autolesão e à autodestruição. É possível também que as pessoas que, de fato, terminam por cometer suicídio pertençam a esse grupo. É de se presumir que, em tais pessoas, efetuaram-se defusões de instinto de grandes conseqüências, em conseqüência do que houve uma liberação de quantidades excessivas do instinto destrutivo voltado para dentro. Os pacientes dessa espécie não podem tolerar o restabelecimento mediante o nosso tratamento e lutam contra ele com todas as suas forças. Mas temos de confessar que se trata de caso que ainda não conseguimos explicar completamente.

Lancemos mais um olhar sobre a situação a que chegamos, em nossa tentativa de trazer auxílio ao ego neurótico do paciente. Esse ego não é mais capaz de cumprir a tarefa que lhe foi estabelecida pelo mundo externo (inclusive a sociedade humana). Nem todas as suas experiências se acham à sua disposição; uma grande parte de seu estoque de lembranças lhe fugiu. Sua atividade está inibida por rigorosas proibições oriundas do superego e sua energia é consumida em vãs tentativas de desviar as exigências do id. Além disso, como resultado de contínuas irrupções por parte do id, sua organização acha-se danificada, não é mais capaz de qualquer síntese correta, está dilacerada por impulsos mutuamente opostos, por conflitos não resolvidos e por dúvidas não solucionadas. Para começar, conseguimos que o ego do paciente assim enfraquecido participe do trabalho puramente intelectual de interpretação, que visa a provisoriamente preencher as lacunas em seu patrimônio mental e a transferir-nos a autoridade de seu superego; incentivâmo-lo a aceitar a luta contra cada exigência individual feita pelo id e a vencer as resistências que surgem em conexão com isso. Ao mesmo tempo, restauramos a ordem no ego detectando o material e os impulsos que forçaram caminho a partir do inconsciente e expômo-los à crítica, remontando-os à sua origem. Servimos ao paciente em diversas funções, como autoridade e substituto dos pais, como professor e educador, e fizemos o melhor por ele se, como analistas, elevamos os processos mentais de seu ego a um nível normal, transformamos o que se tornou inconsciente e reprimido em material pré-consciente, e assim devolvêmo-lo, mais uma vez, à posse de seu ego. Do lado do paciente, alguns fatores racionais trabalham em nosso favor, tais como a necessidade de restabelecimento, que tem seu motivo nos sofrimentos dele, e o interesse intelectual que possamos ter-lhe despertado pelas teorias e revelações da Psicanálise; de muito maior força, porém, é a transferência positiva com que ele nos recebe. Lutando contra nós, por outro lado, estão a transferência negativa, a resistência do ego devido à repressão (isto é, seu desprazer por ter de abrir-se ao árduo trabalho que lhe é imposto), o sentimento de culpa que surge de sua relação com o superego e a necessidade dos seus instintos [do paciente]. A parte ocupada pelos dois últimos fatores decide se o caso deve ser considerado leve ou grave. Fora esses, pode-se discernir alguns outros fatores como tendo relação favorável ou desfavorável. Uma certa inércia psíquica, uma indolência da libido, que não está disposta a abandonar suas fixações, não podem ser olhadas com bons olhos; a capacidade do paciente de sublimar seus instintos desempenha um grande papel e assim

também a sua capacidade de elevar-se acima da vida grosseira dos instintos, bem como, ainda, o relativo poder de suas funções intelectuais.

Não ficaremos desapontados, mas, pelo contrário, acharemos perfeitamente inteligível, se chegarmos à conclusão de que o desfecho final da luta em que nos empenhamos depende de relações *quantitativas* da cota de energia que podemos mobilizar no paciente, em nosso favor, comparada à soma de energia das forças que trabalham contra nós. Aqui, mais uma vez, Deus acha-se do lado dos grandes batalhões. É verdade que nem sempre conseguimos ganhar, mas, pelo menos, podemos geralmente identificar por que foi que não vencemos. Aqueles que estiverem acompanhando a nossa exposição apenas por interesse terapêutico provavelmente se afastarão com desprezo, após esta admissão. Aqui, porém, estamos interessados na terapia apenas na medida em que ela funciona através de meios psicológicos e, por enquanto, não possuímos outra. O futuro pode ensinar-nos a exercer influência direta, através de substâncias químicas específicas, nas quantidades de energia e na sua distribuição no aparelho mental. Pode ser que existam outras possibilidades ainda não imaginadas de terapia. De momento, porém, nada temos de melhor à nossa disposição do que a técnica da psicanálise, e, por essa razão, apesar de suas limitações, ela não deve ser menosprezada.

CAPÍTULO VII - UM EXEMPLO DE TRABALHO PSICANALÍTICO

Chegamos a uma familiaridade geral com o aparelho psíquico, com as partes, órgãos e áreas de ação de que se compõe, com as forças que nele operam e com as funções atribuídas às partes. As neuroses e as psicoses são os estados em que se manifestam distúrbios no funcionamento do aparelho. Escolhemos as neuroses como assunto de nosso estudo porque somente elas parecem acessíveis aos métodos psicológicos de nossa intervenção. Enquanto estamos tentando influenciá-las, coligimos observações que nos proporcionam um quadro de sua origem e da maneira como elas surgem.

Enunciarei antecipadamente um de nossos principais achados, antes de prosseguir com minha descrição. As neuroses (diferentemente das moléstias infecciosas, por exemplo) não possuem determinantes específicos. Seria ocioso buscar nelas excitantes patogênicos. Elas se transformam gradualmente, através de fáceis transições, no que é descrito como normal, e, por outro lado, dificilmente existe qualquer estado reconhecido como normal em que indicações de traços neuróticos não possam ser apontadas. Os neuróticos possuem aproximadamente as mesmas disposições inatas que as outras pessoas, têm as mesmas

experiências e as mesmas tarefas a desempenhar. Por que é, então, que vivem de modo tão pior e com tão grande dificuldade, e, no processo, padecem de mais sentimentos de desprazer, ansiedade e sofrimento?

Não precisamos embaraçar-nos para encontrar uma resposta a esta pergunta. O que deve ser tido como responsável pela inadequação e sofrimentos dos neuróticos são *desarmonias quantitativas*. A causa determinante de todas as formas assumidas pela vida mental humana deve, na verdade, ser buscada na ação recíproca entre as disposições inatas e as experiências acidentais. Ora, um determinado instinto pode ser inatamente forte ou fraco demais, ou uma determinada capacidade pode ser sustada ou desenvolvida de modo insuficiente na vida. Por outro lado, as impressões e experiências externas podem fazer exigências de intensidade diferente a pessoas diferentes e aquilo que é passível de ser manejado pela constituição de uma pessoa pode ser uma tarefa impossível para a de outra. Essas diferenças quantitativas determinarão a variedade dos resultados.

Muito cedo acharemos, contudo, que esta explicação é insatisfatória: ela é muito geral, explica demasiado. A etiologia apresentada aplica-se a todos os casos de sofrimento, infelicidade ou incapacidade mental, mas nem todos os estados desse tipo podem ser denominados de neuróticos. As neuroses possuem características específicas, são infelicidades de um tipo determinado. Dessa maneira, temos de, afinal de contas, esperar encontrar causas específicas para elas. Ou podemos adotar a suposição de que, entre as tarefas com que a vida mental tem de lidar, há algumas nas quais se pode muito facilmente fracassar, de modo que a peculiaridade dos fenômenos da neurose, que quase sempre são tão notáveis, decorreria disto, sem que necessitássemos retirar nossas asserções anteriores. Se acreditamos que as neuroses não diferem, em qualquer aspecto essencial, do normal, o seu estudo promete render valiosas contribuições para o conhecimento do normal. Pode ser que assim descubramos os “pontos fracos” de uma organização normal.

A suposição que acabamos de fazer encontra confirmação. As experiências analíticas nos ensinam que existe, de fato, uma exigência instintiva para com a qual as tentativas de com ela lidar muito facilmente fracassam ou conseguem um sucesso insatisfatório, e que há um período da vida que aparece exclusiva ou predominantemente em conexão com a geração de uma neurose. Esses dois fatores - a natureza do instinto e o período de vida relacionado - exigem consideração separada, embora estejam intimamente ligados.

Podemos falar com um bom grau de certeza sobre o papel desempenhado pelo período da vida. Parece que as neuroses são adquiridas somente na tenra infância (até a idade de seis anos), ainda que seus sintomas possam não aparecer até muito mais tarde. A neurose da infância pode tornar-se manifesta por um curto tempo ou pode mesmo nem ser notada. Em todo caso, a doença neurótica posterior se liga ao prelúdio na infância. É possível que aquelas que são conhecidas como neuroses traumáticas (devido a um susto excessivo ou

graves choques somáticos, tais como desastres ferroviários, soterramentos, etc.) constituem exceção a isto; suas relações com determinantes na infância até aqui fugiram à investigação. Não há dificuldade em explicar esta preferência etiológica pelo primeiro período da infância. As neuroses são, como sabemos, distúrbios do ego e não é de admirar que o ego, enquanto é débil, imaturo e incapaz de resistência, fracasse em lidar com tarefas que, posteriormente, seria capaz de enfrentar com a máxima facilidade. Nessas circunstâncias, exigências instintivas provenientes do interior, não menos que excitações oriundas do mundo externo, operam como “traumas”, particularmente se certas disposições inatas as vão encontrar a meio caminho. O ego desamparado defende-se delas por meio de tentativas de fuga (*repressões*), que posteriormente se mostram ineficazes e que envolvem restrições permanentes ao futuro desenvolvimento. O dano infligido ao ego por suas primeiras experiências dá-nos a impressão de ser desproporcionadamente grande, mas podemos fazer uma analogia com as diferenças dos resultados produzidos pela picada de uma agulha numa massa de células no ato da divisão celular (como nas experiências de Roux) e no animal crescido que se desenvolveu a partir delas. Nenhum indivíduo humano é poupado de tais experiências traumáticas; nenhum escapa às repressões a que elas dão origem. Essas reações discutíveis por parte do ego podem talvez ser indispensáveis para a consecução de outro objetivo que é estabelecido para o mesmo período da vida: no espaço de poucos anos, a pequena criatura primitiva deve transformar-se num ser humano civilizado; ela tem de atravessar um período imensamente longo de desenvolvimento cultural humano de uma forma abreviada de maneira quase misteriosa. Isso se torna possível pela disposição hereditária, mas quase nunca pode ser conseguido sem o auxílio adicional da educação, da influência parental, que, como precursora do superego, restringe a atividade do ego mediante proibições e punições, e incentiva ou força o estabelecimento de repressões. Não devemos, portanto, esquecer de incluir a influência da civilização entre os determinantes da neurose. É fácil, como podemos ver, a um bárbaro ser sadio; para um homem civilizado, a tarefa é árdua. O desejo de um ego poderoso e desinibido pode parecer-nos inteligível, mas, tal como nos é ensinado pelos tempos em que vivemos, ele é, no sentido mais profundo, hostil à civilização. E visto que as exigências da civilização são representadas pela educação familiar, não devemos esquecer o papel desempenhado por essa característica biológica da espécie humana - o prolongado período de sua dependência infantil - na etiologia das neuroses.

Com referência ao outro ponto - o fator instintivo específico - deparamo-nos com uma discrepância interessante entre a teoria e a experiência. Teoricamente, não há objeção a supor que qualquer tipo de exigência instintiva possa ocasionar as mesmas repressões e suas conseqüências, mas nossa observação demonstra-nos, invariavelmente, até onde podemos julgar, que as excitações que desempenham esse papel patogênico se originam dos instintos componentes da vida sexual. Os sintomas das neuroses, poder-se-ia dizer, são, sem exceção, ou uma satisfação substitutiva de algum impulso sexual ou medidas para impedir tal satisfação, e, via de regra, são conciliações entre as duas, do tipo que ocorre em consonância com as leis que operam entre contrários, no inconsciente. A lacuna em nossa

teoria não pode, presentemente, ser preenchida e nossa decisão torna-se mais difícil pelo fato de a maioria dos impulsos da vida sexual não ser de natureza puramente erótica, mas surgir de combinações do instinto erótico com partes do instinto destrutivo. Mas não se pode duvidar de que os instintos que se manifestam fisiologicamente como sexualidade desempenham um papel preeminente e inesperadamente grande na causação das neuroses - se é um papel exclusivo, é o que resta a ser decidido. Deve-se também ter em mente que, no curso do desenvolvimento cultural, nenhuma outra função foi tão enérgica e extensamente repudiada como precisamente a função sexual. A teoria tem de satisfazer-se com algumas alusões que revelam uma conexão mais profunda: o fato de que o primeiro período da infância, durante o qual o ego começa a diferenciar-se do id, é também o período da primeira eflorescência sexual, que chega a um fim com o período de latência; o de que dificilmente pode ser fortuito que este momentoso período inicial mais tarde venha a ser vítima da amnésia infantil, e, por fim, o de que as modificações biológicas na vida sexual (tais como o início difásico da união que já mencionamos, o desaparecimento do caráter periódico da excitação sexual e a transformação na relação entre menstruação feminina e excitação masculina) - o de que essas inovações na sexualidade devem ter sido de alta importância na evolução dos animais para o homem. Deixa-se para a ciência do futuro reunir numa nova compreensão esses dados ainda isolados. Não é na Psicologia, mas na Biologia, que há uma lacuna aqui. Não estaremos errados, talvez, em dizer que o ponto fraco na organização do ego parece residir em sua atitude para com a função sexual, como se a antítese biológica entre autopreservação e preservação da espécie houvesse encontrado expressão psicológica neste ponto.

A experiência analítica convenceu-nos da completa verdade da afirmação, ouvida com tanta freqüência, de que a criança psicologicamente é pai do adulto e de que os acontecimentos de seus primeiros anos são de importância suprema em toda a sua vida posterior. Terá, assim, interesse especial para nós algo que possa ser descrito como a experiência central deste período da infância. Nossa atenção é atraída primeiro pelos efeitos de certas influências que não se aplicam a todas as crianças, embora sejam bastante comuns - tais como o abuso sexual de crianças por adultos, sua sedução por outras crianças (irmãos ou irmãs) ligeiramente mais velhas que elas e, o que não esperaríamos, ficarem elas profundamente excitadas por ver ou ouvir, em primeira mão, um comportamento sexual entre adultos (seus pais), principalmente numa época em que não se pensaria que pudessem interessar-se por tais impressões ou compreendê-las, ou serem capazes de recordá-las mais tarde. É fácil confirmar até onde essas experiências despertam a suscetibilidade de uma criança e forçam os seus próprios impulsos sexuais para certos canais dos quais depois não se podem safar. Visto essas impressões estarem sujeitas à repressão, seja em seguida, seja logo que buscam retornar como lembranças, constituem elas o determinante para a compulsão neurótica que depois tornará impossível ao ego controlar a função sexual e provavelmente o fará voltar as costas permanentemente a essa função. Se ocorre esta última reação, o resultado será uma neurose; se não ocorre, desenvolver-se-á uma variedade de perversões, ou a função, que é de importância imensa não apenas para a reprodução, mas

também para toda a modelação da vida, tornar-se-á impossível de manejar.

Por mais instrutivos que casos desse tipo possam ser, um grau ainda mais alto de interesse deve ligar-se à influência de uma situação pela qual toda criança está destinada a passar e que decorre inevitavelmente do fato de ser ela cuidada por outras pessoas e viver com os pais durante um período prolongado. Estou pensando no *complexo de Édipo*, assim denominado porque sua substância essencial pode ser encontrada na lenda grega do rei Édipo, a qual felizmente pôde chegar até nós na versão de um grande dramaturgo. O herói grego matou o pai e tomou a mãe como esposa. Que assim tenha procedido inintencionalmente, visto não os conhecer como pais, constitui um desvio dos fatos analíticos que podemos facilmente compreender e que, na verdade, reconheceremos como inevitável.

Neste ponto, temos de fazer relatos separados do desenvolvimento de meninos e meninas (de indivíduos dos sexos masculino e feminino), pois é agora que a diferença entre os sexos encontra expressão psicológica pela primeira vez. Defrontamo-nos aqui com o grande enigma do fato biológico da dualidade dos sexos: trata-se de um fato supremo para o nosso conhecimento; ele desafia qualquer tentativa de remontá-lo a algo mais. A Psicanálise não contribuiu em nada para o esclarecimento deste problema, que, não há dúvida, incide de todo na área da Biologia. Na vida mental, encontramos apenas reflexos desta grande antítese e sua interpretação torna-se mais difícil pelo fato, há muito suspeitado, de que ninguém se limita às modalidades de reação de um único sexo; há sempre lugar para as dos sexo oposto, da mesma maneira que o corpo carrega, juntamente com os órgãos plenamente desenvolvidos de determinado sexo, rudimentos atrofiados, e com freqüência inúteis, dos do outro. Para distinguir entre masculino e feminino, na vida mental, usamos o que é, sem dúvida alguma, uma equação empírica, convencional e inadequada: chamamos de masculino tudo o que é forte e ativo, e de feminino tudo o que é fraco e passivo. Este fato da bissexualidade psicológica dificulta também todas as nossas investigações sobre o assunto e torna-as mais difíceis de descrever.

O primeiro objeto erótico de uma criança é o seio da mãe que a alimenta; a origem do amor está ligada à necessidade satisfeita de nutrição. Não há dúvida de que, inicialmente, a criança não distingue entre o seio e o seu próprio corpo; quando o seio tem de ser separado do corpo e deslocado para o “*exterior*”, porque a criança tão freqüentemente o encontra ausente, ele carrega consigo, como um “*objeto*”, uma parte das catexias libidinais narcísicas originais. Este primeiro objeto é depois completado na pessoa da mãe da criança, que não apenas a alimenta, mas também cuida dela e, assim, desperta-lhe um certo número de outras sensações físicas, agradáveis e desagradáveis. Através dos cuidados com o corpo da criança, ela se torna seu primeiro sedutor. Nessas duas relações reside a raiz da importância única, sem paralelo, de uma mãe, estabelecida inalteravelmente para toda a vida como o primeiro e mais forte objeto amoroso e como protótipo de todas as relações amorosas posteriores - para ambos os sexos. Em tudo isso, o fundamento filogenético leva tanto a

melhor sobre a experiência acidental da pessoa, que não faz diferença que uma criança tenha realmente sugado o seio ou sido criada com mamadeira e nunca desfrutado da ternura do cuidado de uma mãe. Em ambos os casos, o desenvolvimento da criança toma o mesmo caminho; pode ser que, no segundo caso, seu anseio posterior torne-se ainda mais forte. E, por mais tempo que tenha sido amamentada ao seio materno, ficará sempre com a convicção, depois de ter sido desmamada, de que sua amamentação foi breve e muito pouca.

Este prefácio não é supérfluo, pois ele pode elevar nossa compreensão da intensidade do complexo de Édipo. Quando um menino (a partir da idade de dois ou três anos) ingressou na fase fálica de seu desenvolvimento libidinal, está sentindo sensações prazerosas em seu órgão sexual e aprendeu a proporcionar-se essas sensações à vontade, mediante a estimulação manual, ele se torna o amante da mãe. Quer possuí-la fisicamente, das maneiras que adivinhou de suas observações e intuições sobre a vida sexual, e tenta seduzi-la mostrando-lhe o órgão masculino que está orgulhoso de possuir. Numa palavra, a sua masculinidade, precocemente despertada, procura ocupar o lugar do pai junto a ela; este, até aqui, seja como for, constituía um modelo invejado para o menino, devido à força física que nele percebe e à autoridade de que o acha investido. O pai agora se torna um rival que se interpõe em seu caminho e de quem gostaria de livrar-se. Se, enquanto o pai está ausente, é permitido à criança partilhar do leito da mãe e se, quando ele volta, ela é mais uma vez afastada, a sua satisfação quando o pai desaparece e o seu desapontamento quando surge novamente são experiências profundamente sentidas. Este é o tema do complexo de Édipo que a lenda grega traduziu do mundo da fantasia de uma criança para a suposta realidade. Nas condições de nossa civilização, ele está invariavelmente fadado a um fim assustador.

A mãe do menino compreende muito bem que a excitação sexual dele relaciona-se com ela, mais cedo ou mais tarde reflete que não é correto permitir-lhe continuar. Pensa estar fazendo certo proibindo-lhe manipular seu órgão genital. Sua proibição tem pouco efeito; no máximo, ocasiona uma certa modificação em seu método de obter satisfação. Por fim, a mãe adota medidas mais severas; ameaça tirar fora dele a coisa com que a está desafiando. Geralmente, a fim de tornar a ameaça mais assustadora e mais crível, delega a execução ao pai do menino, dizendo que contará a este e que ele lhe cortará fora o pênis. É estranho dizer que esta ameaça funciona somente se outra condição foi preenchida antes ou depois dela. Em si própria, parece inconcebível demais para o menino que tal coisa possa acontecer. Entretanto, se na ocasião da ameaça ele pode recordar a aparência dos órgãos genitais femininos ou se pouco depois tem uma visão deles - de órgãos genitais, equivale a dizer, a que falta realmente essa parte supremamente valorizada, então ele toma a sério que ouviu e, caindo sob a influência do *complexo de castração*, experimenta o trauma mais sério de sua vida em início.

Os resultados da ameaça de castração são multifários e incalculáveis; afetam a totalidade das relações do menino com o pai e a mãe e, mais tarde, com os homens e as mulheres em geral. Via de regra, a masculinidade da criança é incapaz de resistir a este primeiro choque.

A fim de preservar seu órgão sexual, ele renuncia à posse da mãe de modo mais ou menos completo; sua vida sexual com freqüência fica permanentemente dificultada pela proibição. Se um forte componente feminino, tal como o chamamos, acha-se presente nele, a força deste é aumentada por esta intimidação de sua masculinidade. Ele cai numa atitude passiva para com o pai, tal como a que atribui à mãe. É verdade que, em conseqüência da ameaça, abandonou a masturbação, mas não as atividades de sua imaginação que a acompanhavam. Pelo contrário, visto serem esta agora a única forma de satisfação sexual que lhe resta, entrega-se a elas mais do que antes e, nessas fantasias, embora ainda continue a identificar-se com o pai, também se identifica, simultânea e talvez predominantemente, com a mãe. Derivados e produtos modificados dessas primeiras fantasias masturbatórias geralmente abrem caminho em seu futuro ego e desempenham um papel na formação de seu caráter. Independentemente deste encorajamento de sua feminilidade, o medo e o ódio do pai cresceram muito em intensidade. A masculinidade do menino se retrai, por assim dizer, numa atitude desafiadora em relação ao pai, a qual dominará o seu comportamento posterior, na sociedade humana, de maneira compulsiva. Um resíduo de sua fixação erótica na mãe com freqüência subsiste sob a forma de uma dependência excessiva dela, e isto persiste como uma espécie de servidão às mulheres. Ele não mais se aventura a amar a mãe, mas não pode correr o risco de não ser amado por ela, pois, nesse caso, ficaria em perigo de ser por ela traído e entregue ao pai para a castração. A experiência completa, com todos os seus antecedentes e conseqüências, dos quais minha descrição só pôde dar uma seleção, é submetida a uma repressão altamente enérgica, e, tal como se torna possível pelas leis que operam no id inconsciente, todos os impulsos e reações emocionais mutuamente conflitantes que estão sendo postos em movimento nessa ocasião são preservados no inconsciente e ficam prontos a perturbar o desenvolvimento posterior do ego, após a puberdade. Quando o processo somático de maturação sexual dá nova vida às antigas fixações libidinais que aparentemente haviam sido superadas, a vida sexual mostrará ser inibida, sem homogeneidade e dividida em impulsos mutuamente conflitantes.

Está fora de dúvida, é verdade, que o impacto da ameaça de castração sobre a vida sexual incipiente de um menino nem sempre tem essas conseqüências temíveis. Dependerá, mais uma vez, das relações *quantitativas*, de quanto dano é causado e de quanto é evitado. Toda a ocorrência, que pode provavelmente ser encarada como a experiência central dos anos de infância, o maior problema do início da vida e a fonte mais intensa de inadequação posterior, é tão completamente esquecida que sua reconstrução, durante o trabalho de análise, se defronta nos adultos com a descrença mais decidida. Na verdade, a aversão a ela é tão grande que as pessoas tentam silenciar qualquer menção ao assunto proscrito e os mais óbvios lembretes dele são menosprezados por uma estranha cegueira intelectual. Pode-se ouvir objetar, por exemplo, que a lenda do rei Édipo não tem de fato nenhuma conexão com a construção feita pela análise: os casos são inteiramente diferentes, visto Édipo não saber que o homem a quem matara era seu pai e a mulher com que casara era sua mãe. O que não se leva em conta aí é que uma deformação desse tipo é inevitável se se faz uma tentativa de manejo poético do material, e que não há introdução de material estranho, mas apenas um

emprego hábil dos fatores apresentados pelo tema. A ignorância de Édipo constitui representação legítima do estado inconsciente em que, para os adultos, toda a experiência caiu, e a força coercitiva do oráculo, que torna ou deveria tornar inocente o herói, é um reconhecimento da inevitabilidade do destino que condenou todo filho a passar pelo complexo de Édipo. Foi ainda ressaltado, por parte das fileiras psicanalíticas, quão facilmente o enigma de outro herói dramático, o procrastinador de Shakespeare, Hamlet, pode ser solucionado tendo como ponto de referência o complexo de Édipo, desde que o príncipe fracassou na tarefa de punir outrem pelo que coincidia com a substância de seu próprio desejo edípiano - em consequência do que a falta geral de compreensão por parte do mundo literário demonstrou quão pronto está o grosso da humanidade a aferrar-se às suas repressões infantis. Entretanto, mais de um século antes do surgimento da Psicanálise, o filósofo francês Diderot deu testemunho da importância do complexo de Édipo, ao expressar a diferença entre os mundos primitivo e civilizado nesta frase: “Si le peti sauvage était abandonné à lui même, qu’il conservât toute son imbécilité, et qu’il réunît au peu de raison de l’enfant au berceau la violence des passions de l’homme de trente ans, il tordrait le col à son père et coucherait avec sa mère” Aventuro-me a dizer que, se a Psicanálise não pudesse gabar-se de mais nenhuma realização além da descoberta do complexo de Édipo reprimido, só isso já lhe daria direito a ser incluída entre as preciosas novas aquisições da humanidade.

Os efeitos do complexo de castração nas meninas são mais uniformes e não menos profundos. Uma criança do sexo feminino, naturalmente, não tem necessidade de recear a perda do pênis; ela reage, todavia, ao fato de não ter recebido um. Desde o início, inveja nos meninos a posse dele; pode-se dizer que todo o seu desenvolvimento se realiza à sombra da inveja do pênis. Ela começa por efetuar vãs tentativas de fazer o mesmo que os meninos e, mais tarde, com maior sucesso, faz esforços por compensar a sua falta - esforços que podem conduzir, afinal, a uma atitude feminina normal. Se, durante a fase fálica, tenta obter prazer com um menino, pela estimulação manual de seus órgãos genitais, com frequência acontece fracassar em obter satisfação suficiente e estende os julgamentos de inferioridade de seu pênis atrofiado a todo o seu eu (*self*). Via de regra, cedo desiste da masturbação, visto não ter desejos de ser lembrada da superioridade de seu irmão ou companheiro de brincadeiras, e volta as costas completamente à sexualidade.

Se uma menina persiste em seu primeiro desejo - transformar-se em menino - em casos extremos, acabará homossexual manifesta, ou, doutra maneira, apresentará traços marcadamente masculinos no encaminhamento de sua vida futura, escolherá uma vocação masculina, e assim por diante. O outro caminho é feito através do abandono da mãe que amou: a filha, sob a influência de sua inveja do pênis, não pode perdoar à mãe tê-la trazido ao mundo tão insuficientemente aparelhada. Em seu ressentimento por isto, abandona a mãe e coloca em lugar dela outra pessoa, como objeto de seu amor - o pai. Se se perdeu um objeto amoroso, a reação mais óbvia é identificar-se com ele, substituí-lo dentro de si própria, por assim dizer, mediante a identificação. Este mecanismo vem agora em auxílio da menina. A identificação com a mãe pode ocupar o lugar da ligação com ela. A filha se põe

no lugar da mãe, como sempre fizera em seus brinquedos; tenta tomar o lugar dela junto ao pai e começa a odiar a mãe que costumava amar, e isso por dois motivos: por ciúme e por mortificação pelo pênis que lhe foi negado. Sua nova relação com o pai pode começar tendo por conteúdo um desejo de ter o pênis dele à sua disposição, mas culmina noutro desejo - ter um filho dele como um presente. O desejo de um bebê ocupou assim o lugar do desejo de um pênis, ou, pelo menos, dele foi dissociado e expelido (*split off*).

É interessante que a relação entre o complexo de Édipo e o complexo de castração assumam forma tão diferente - uma forma oposta, na realidade - no caso das mulheres, quando comparada com a dos homens. Nos indivíduos do sexo masculino, como vimos, a ameaça de castração dá fim ao complexo de Édipo; nas mulheres, descobrimos que, ao contrário, é a falta de um pênis que as impele ao seu complexo de Édipo. Pouco prejuízo é causado a uma mulher se ela permanece em sua atitude edipiana feminina. (O termo “complexo de Electra” foi proposto para esta.) Nesse caso, escolherá o marido pelas características paternas dele e estará pronta a reconhecer a sua autoridade. O seu anseio de possuir um pênis, que é, na realidade, insaciável, pode encontrar satisfação se ela for bem-sucedida em completar o seu amor pelo órgão estendendo-o ao portador do órgão, tal como aconteceu anteriormente, quando progrediu do seio da mãe para a mãe como uma pessoa completa.

Se perguntarmos a um analista o que a sua experiência demonstrou serem as estruturas mentais menos acessíveis à influência em seus pacientes, a resposta será: numa mulher, o desejo de um pênis; num homem, a atitude feminina para com o seu próprio sexo, cuja pré-condição, naturalmente, seria a perda do pênis.

PARTE III - O RENDIMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO VIII - O APARELHO PSÍQUICO E O MUNDO EXTERNO

Todas as descobertas e hipóteses gerais que apresentei no primeiro capítulo foram feitas através de um pormenorizado trabalho laborioso e paciente, do tipo de que dei um exemplo

no capítulo anterior. Podemos agora ceder à tentação de fazer um levantamento das ampliações de conhecimentos que conseguimos através de um trabalho como esse e considerar quais os caminhos que abrimos para avanços ulteriores. Em relação a isto, nos impressiona o fato de termos sido obrigados, com tanta freqüência, a aventurar-nos além das fronteiras da ciência da Psicologia. Os fenômenos de que estamos tratando não pertencem somente à Psicologia; têm um lado orgânico e biológico também, e, por conseguinte, no decorrer de nossos esforços para construir a Psicanálise, fizemos também algumas importantes descobertas biológicas e não pudemos evitar a estruturação de novas hipóteses biológicas.

Por ora, porém, atenhamo-nos à Psicologia. Vimos que não é cientificamente viável traçar uma linha de demarcação entre o que é psiquicamente normal e anormal, de maneira que esta distinção, apesar de sua importância prática, possui apenas um valor convencional. Estabelecemos assim um direito a chegar a uma compreensão da vida normal da mente a partir do estudo de seus distúrbios - o que não seria admissível se esses estados patológicos, as neuroses e as psicoses, tivessem causas específicas operando à maneira de corpos estranhos.

O estudo de um distúrbio mental que ocorre durante o sono, que é passageiro e inofensivo, e que, na verdade, desempenha uma função útil, nos deu uma chave para a compreensão das doenças mentais, que são permanentes e prejudiciais à vida. E podemos agora aventurar-nos à afirmação de que a psicologia da consciência não era mais capaz de compreender o funcionamento normal da mente do que de compreender os sonhos. Os dados da autopercepção consciente, os quais, somente eles, se achavam à sua disposição, mostraram-se sob todos os aspectos inadequados para sondar a profusão e complexidade dos processos da mente, para revelar as suas interligações e assim reconhecer os determinantes de suas perturbações.

A hipótese que adotamos, de um aparelho psíquico que se estende no espaço, convenientemente reunido, desenvolvido pelas exigências da vida, que dá origem aos fenômenos da consciência somente em um determinado ponto e sob certas condições - essa hipótese nos colocou em posição de estabelecer a Psicologia em bases semelhantes às de qualquer outra ciência, tal como, por exemplo, a Física. Em nossa ciência, tal como nas outras, o problema é o mesmo: por trás dos atributos (qualidades) do objeto em exame que se apresenta diretamente à nossa percepção, temos de descobrir algo que é mais independente da capacidade receptiva particular de nossos órgãos sensoriais e que se aproxima mais do que se poderia supor ser o estado real das coisas. Não temos esperança de poder atingir esse estado em si mesmo, visto ser evidente que tudo de novo que inferimos deve, não obstante, ser traduzido de volta para a linguagem das nossas percepções, da qual nos é simplesmente impossível libertar-nos. Mas aqui reside a verdadeira natureza e limitação de nossa ciência. É como se devêssemos dizer, em Física: “Se pudéssemos ver de modo bastante claro, descobriríamos que o que parece ser um corpo sólido é constituído de

partículas de tal e qual formato e tamanho, a ocupar tais e quais posições relativas.” Enquanto isso, tentamos aumentar ao máximo possível a eficiência de nossos órgãos sensoriais mediante auxílios artificiais, mas pode-se esperar que todos os esforços desse tipo não conseguirão atingir o resultado último. A realidade sempre permanecerá sendo “incognoscível”. O rendimento trazido à luz pelo trabalho científico de nossas percepções sensoriais primárias consistirá numa compreensão interna (*insight*) das ligações e relações dependentes que estão presentes no mundo externo, que podem de alguma maneira ser fidedignamente reproduzidas ou refletidas no mundo interno de nosso pensamento, um conhecimento das quais nos capacita a “compreender” algo no mundo externo, provê-lo e, possivelmente alterá-lo. O nosso procedimento na Psicanálise é inteiramente semelhante. Descobrimos métodos técnicos de preencher as lacunas existentes nos fenômenos de nossa consciência e fazemos uso desse métodos exatamente como um físico faz uso da experiência. Dessa maneira, inferimos um certo número de processos que são em si mesmos “incognoscíveis” e os interpolamos naqueles que são conscientes para nós. E se, por exemplo, dizemos: “Neste ponto, interveio uma lembrança inconsciente”, o que queremos dizer é: “Neste ponto, ocorreu algo de que nos achamos totalmente incapazes de formar uma concepção, mas que, se houvesse penetrado em nossa consciência, só poderia ter sido descrito de tal e qual maneira.” Nossa justificação por fazer tais inferências e interpolações e o grau de certeza que a elas se liga naturalmente permanecem abertos à crítica em cada caso individual, e não se pode negar que com freqüência é extremamente difícil chegar a uma decisão - fato que encontra expressão na falta de concordância entre analistas. A novidade do problema é que deve ser culpada por isto - isto é, uma falta de treinamento. Mas, ao lado disso, há um fator especial, inerente ao próprio assunto, pois na Psicologia, diferentemente da Física, não estamos sempre interessados em coisas que só podem despertar um frio interesse científico. Assim, não ficaremos muito surpresos se uma analista que não ficou suficientemente convencida da intensidade de seu próprio desejo de um pênis venha a fracassar também em dar uma importância correta a este fator em suas pacientes. Mas tais fontes de erro, que se originam da equação pessoal, não têm grande importância a longo prazo. Se se examinarem antigos livros didáticos sobre o uso de microscópio, fica-se espantado ao descobrir as extraordinárias exigências que se faziam à personalidade dos que efetuavam observações com o instrumento, enquanto a sua técnica ainda era incipiente - exigências das quais não se fala mais hoje.

Não posso pretender dar aqui um quadro completo do aparelho psíquico e de suas atividades; eu seria impedido, entre outras coisas, pela circunstância de que a Psicanálise ainda não teve tempo para estudar igualmente todas essas funções. Vou-me contentar, portanto, com uma recapitulação pormenorizada da descrição feita no capítulo inicial.

O âmago de nosso ser é, então, formado, pelo obscuro *id*, que não tem comunicação direta com o mundo externo e só é acessível, mesmo ao nosso conhecimento, mediante outro agente. Dentro de *id* operam os *instintos* orgânicos, que são, eles próprios, compostos de

fusões de duas forças primevas (Eros e destrutividade) em proporções que variam e se diferenciam umas das outras por sua relação com órgãos ou sistemas de órgãos. O único e exclusivo impulso destes instintos é no sentido da satisfação, a qual se espera que surja de certas modificações nos órgãos, com o auxílio de objetos do mundo externo. Mas a satisfação imediata e desregrada dos instintos, tal como o *id* exige, conduziria com frequência a perigosos conflitos com o mundo externo e à extinção. O *id* desconhece a solicitude acerca da garantia de sobrevivência e desconhece igualmente a ansiedade, ou talvez fosse mais correto dizer que, embora ele possa gerar os elementos sensoriais da ansiedade, não pode utilizar-se deles. Os processos que são possíveis nos supostos elementos psíquicos do *id* e entre eles (*o processo primário*) diferem amplamente daqueles que nos são familiares, através da percepção consciente, em nossa vida intelectual e emocional; tampouco estão eles sujeitos às restrições críticas da lógica, que repudia alguns desses processos como inválidos e busca desfazê-los.

O *id*, excluído do mundo externo, possui seu próprio mundo de percepção. Ele detecta com extraordinária agudez certas modificações em seu interior, especialmente oscilações na tensão de suas necessidades instintivas, e essas modificações tornam-se conscientes como sensações na série prazer-desprazer. É difícil dizer, com efeito, por que meios e com a ajuda de que órgãos sensórios terminais essas percepções ocorrem. Mas é fato estabelecido que as autopercepções - sensações cenestésicas e sensações de prazer-desprazer - governam a passagem de acontecimentos no *id* com força despótica. O *id* obedece ao inexorável princípio de prazer. Mas não o *id* sozinho. Parece que também a atividade dos outros agentes psíquicos só é capaz de modificar o princípio de prazer, mas não de anulá-lo, e permanece sendo questão da mais alta importância teórica, questão que ainda não foi respondida, quando e como é possível este princípio de prazer ser superado. A consideração de que o princípio de prazer exige uma redução, no fundo a extinção, talvez, das tensões das necessidades instintivas (isto é, o *Nirvana*) leva às relações ainda não avaliadas entre o princípio de prazer e as duas forças primevas, Eros e o instinto de morte.

A outra região da mente, que acreditamos conhecer melhor e na qual nos reconhecemos mais facilmente - a que é conhecida como *ego* -, desenvolveu-se a partir da camada cortical do *id*, que, por ser adaptada à recepção e exclusão de estímulos, está em contato direto com o mundo externo (*realidade*). Partindo da percepção consciente, ela submeteu à sua influência regiões cada vez maiores e estratos cada vez mais profundos do *id*, e, na persistência com que mantém sua dependência do mundo externo, traz a marca indelével de sua origem (como se fosse “Made in Germany”) Sua função psicológica consiste em levar a passagem [de acontecimentos] no *id* a um nível dinâmico mais alto (talvez pela transformação de energia livremente móvel em energia ligada, tal como corresponde ao estado pré-consciente); sua função construtiva consiste em interpolar, entre a exigência feita por um instinto e a ação que a satisfaz, a atividade de pensamento que, após orientar-se no presente e avaliar experiências anteriores, se esforça, mediante ações experimentais, por

calcular as conseqüências do curso de ação proposto. Dessa maneira, o ego chega a uma decisão sobre se a tentativa de obter satisfação deve ser levada a cabo ou adiada, ou se não será necessário que a exigência do instinto seja suprimida completamente por ser perigosa. (Temos aqui o *princípio de realidade*.) Da mesma maneira que o id é voltado unicamente para a obtenção de prazer, o ego é governado por considerações de segurança. O ego estabeleceu-se a tarefa de autopreservação, que o id parece negligenciar. Ele [o ego] faz uso das sensações de ansiedade como sinal de alerta dos perigos que ameaçam a sua integridade. Uma vez que os traços anêmicos podem tornar-se conscientes, tal como as percepções, especialmente mediante sua associação com resíduos da fala, surge a possibilidade de uma confusão que conduziria a uma má compreensão da realidade. O ego se guarda contra esta possibilidade pela instituição do *teste de realidade*, que se permite cair em inatividade temporária nos sonhos em virtude das condições predominantes no estado de sono. O ego, que procura manter-se num meio ambiente de forças mecânicas esmagadoras, é ameaçado por perigos que provêm, em primeira instância, da realidade externa, mas perigos não o ameaçam somente daí. O seu próprio id é uma fonte de perigos semelhantes, e isso por duas razões diferentes. Em primeiro lugar, uma intensidade excessiva de instinto pode prejudicar o ego de maneira semelhante a um “estímulo” excessivo proveniente do mundo externo. É verdade que aquela intensidade não pode destruí-lo, mas pode destruir a sua organização dinâmica característica e transformar o ego, novamente, numa parte do id. Em segundo lugar, a experiência pode ter ensinado ao ego que a satisfação de alguma exigência instintiva, que não seja em si própria insuportável, envolveria perigos no mundo externo, de maneira que uma exigência instintiva desse tipo torna-se, ela própria, um perigo. Assim, o ego combate em duas frentes: tem de defender sua existência contra um mundo externo que o ameaça com a aniquilação, assim como contra um mundo interno que lhe faz exigências excessivas. Ele adota os mesmos métodos de defesa contra ambos, mas a sua defesa contra o inimigo interno é particularmente inadequada. Em conseqüência de haver sido originalmente idêntico a este último inimigo e de ter vivido com ele, desde então, nos termos mais íntimos, o ego tem grande dificuldade de escapar aos perigos internos. Eles persistem como ameaças, mesmo que possam ser temporariamente subjugados.

Já vimos como o fraco e imaturo ego, no primeiro período da infância, é permanentemente prejudicado pelas tensões a que é submetido em seus esforços de desviar os perigos que são peculiares a esse período da vida. As crianças são protegidas contra os perigos que as ameaçam do mundo externo pela solicitude dos pais; pagam esta segurança com um temor de *perda de amor* que as deixaria desamparadas face aos perigos do mundo externo. Este fator exerce influência decisiva no resultado do conflito quando um menino se encontra na situação do complexo de Édipo, no qual a ameaça ao seu narcisismo representada pelo perigo da castração, reforçado desde fontes primevas, se apossa dele. Impulsionada pela operação combinada dessa duas influências, o perigo real e presente e o perigo lembrado com sua base filogenética, a criança embarca em suas tentativas de defesa - repressões - que

são momentaneamente eficazes, mas que, todavia, se tornam psicologicamente inadequadas quando a reanimação posterior da vida sexual traz reforço às exigências instintivas que haviam sido repudiada no passado. Se as coisas são assim, teria de ser dito, de um ponto de vista biológico, que o ego fracassa na tarefa de dominar as excitações do período sexual primitivo, numa época em que sua imaturidade o torna incompetente para fazê-lo. É nesse atraso do desenvolvimento do ego em relação ao desenvolvimento libidinal que vemos a pré-condição essencial da neurose, e não podemos fugir à conclusão de que as neuroses poderiam ser evitadas se se poupasse ao ego infantil essa tarefa - isto é, se à vida sexual da criança fosse concedida liberdade de ação, como acontece entre muitos povos primitivos. Pode ser que a etiologia das doenças neuróticas seja mais complicada do que aqui a descrevemos; se assim for, pelo menos chamamos a atenção para uma parte essencial do complexo etiológico. Tampouco devemos esquecer as influências filogenéticas, que se acham representadas de alguma maneira no id, sob formas que ainda não somos capazes de apreender, e que devem certamente agir sobre o ego mais poderosamente nesse período primitivo do que mais tarde. Por outro lado, desponta em nós a compreensão de que essa tentativa precoce de represar o instinto sexual, um partidarismo tão decidido por parte do incipiente ego em favor do mundo externo, em oposição ao mundo interno, ocasionado pela proibição da sexualidade infantil, não pode deixar de ter efeito na disposição posterior do indivíduo para com a cultura. As exigências instintivas forçadas a afastar-se da satisfação direta são compelidas a ingressar em novos caminhos que conduzem à satisfação substituta, e, no curso desses *détours*, podem tornar-se dessexualizadas e a sua vinculação com seus objetivos instintivos originais pode tornar-se mais frouxa. E, neste ponto, podemos antecipar a tese de que muitos dos bens altamente valorizados de nossa civilização foram adquiridos à custa da sexualidade e através da restrição das força motivadoras sexuais. Repetidamente tivemos de insistir no fato de que o ego deve a sua origem, bem como a mais importante de suas características adquiridas, à sua relação com o mundo externo real. Estamos assim preparados para presumir que os estados patológicos do ego, nos quais ele mais se aproxima novamente do id, fundamentam-se numa cessação ou num afrouxamento dessa relação com o mundo externo. Isto harmoniza-se muito bem com o que aprendemos da experiência clínica - a saber, que a causa precipitadora da irrupção de uma psicose é ou que a realidade tornou-se insuportavelmente penosa ou que os instintos se tornaram extraordinariamente intensificados - ambas as quais, em vista das reivindicações rivais feitas ao ego pelo id e pelo mundo externo, devem conduzir ao mesmo resultado. O problema das psicoses seria simples e claro se o desligamento do ego em relação à realidade pudesse ser levado a cabo completamente. Mas isso parece só acontecer raramente ou, talvez, nunca. Mesmo num estado tão afastado da realidade do mundo externo como o de confusão alucinatória, aprende-se com os pacientes, após seu restabelecimento, que, na ocasião, em algum canto da mente (como o dizem) havia uma pessoa normal escondida, a qual, como um espectador desligado, olhava o tumulto da doença passar por ele. Não sei se podemos presumir que isso seja assim em geral, mas posso relatar o mesmo de outras psicoses com um curso menos tempestuoso. Recordo um caso de paranóia crônica em que, após cada crise de ciúmes, um sonho transmitia ao analista uma representação correta da causa precipitadora, livre de

qualquer delírio. Um contraste interessante foi assim trazido à luz: embora estejamos acostumados a descobrir, nos sonhos dos neuróticos, ciúmes que são alheios à vida desperta, neste caso psicótico o delírio que dominava o paciente durante o dia era corrigido pelo sonho. Podemos provavelmente tomar como verdadeiro, de modo geral, que o que ocorre em todos esses casos é uma divisão (*split*) psíquica. Duas atitudes psíquicas formaram-se, em vez de uma só - uma delas, a normal, que leva em conta a realidade, e outra que, sob a influência dos instintos, desliga o ego da realidade. As duas coexistem lado a lado. O resultado depende da sua força relativa. Se a segunda é ou se torna a mais forte, a pré-condição necessária para uma psicose acha-se presente. Se a relação é invertida, há então uma cura aparente do distúrbio delirante. Na realidade, ele apenas se retira para o inconsciente - tal como numerosas observações nos levam a acreditar que o delírio existia, já pronto, muito tempo antes de sua irrupção manifesta.

O ponto de vista que postula que em todas as psicoses há uma *divisão do ego (splitting of the ego)* não poderia chamar tanta atenção se não se revelasse passível de aplicação a outros estados mais semelhantes às neuroses e, finalmente, às próprias neuroses. Esta anormalidade, que pode ser englobada entre as perversões, baseia-se, como é bem sabido, em o paciente (que é quase sempre do sexo masculino) não reconhecer o fato de que as mulheres não possuem pênis - fato que lhe é extremamente indesejável, visto tratar-se de uma prova da possibilidade de ele próprio ser castrado. Nega, portanto, a sua própria percepção sensorial, que lhe mostrou que falta um pênis aos genitais femininos, e aferra-se à convicção contrária. A percepção negada, contudo, não fica inteiramente sem influência, pois, apesar de tudo, ele não tem a coragem de afirmar que realmente viu um pênis. Em vez disso, o paciente apodera-se de alguma outra coisa - uma parte do corpo ou algum outro objeto - e lhe atribui o papel do pênis sem o qual não pode passar. Trata-se geralmente de algo que ele realmente viu no momento em que viu os genitais femininos, ou então é algo que pode apropriadamente servir como substituto simbólico do pênis. Ora, seria incorreto descrever este processo, quando um fetiche é construído, como divisão do ego; ele é uma conciliação formada com a ajuda do deslocamento, tal como aquela com que nos familiarizamos nos sonhos. Mas nossas observações nos revelam ainda mais. A criação do fetiche foi devida a uma intenção de destruir a prova da possibilidade de castração, de maneira a que o temor desta possa ser evitado. Se os indivíduos do sexo feminino, como outras criaturas vivas, possuem um pênis, não há necessidade de temer pela posse continuada do próprio pênis. Ora, deparamo-nos com fetichistas que desenvolveram o mesmo temor da castração dos não-fetichistas e reagem da mesma maneira a ela. O seu comportamento, portanto, expressa simultaneamente duas premissas contrárias. Por um lado, negam o fato de sua percepção - o fato de que não viram pênis nos genitais femininos - e, por outro, reconhecem o fato de que as mulheres não possuem pênis e tiram dele as conclusões corretas. As duas atitudes persistem lado a lado durante toda a vida, sem se influenciarem mutuamente. Temos aqui o que pode ser corretamente chamado de divisão do ego. Esta circunstância também capacita-nos a compreender como é que o fetichismo, com tanta

frequência, é apenas parcialmente desenvolvido. Ele não governa exclusivamente a escolha de objeto, mas deixa lugar para um maior ou menor comportamento sexual normal; às vezes, na verdade, contenta-se com o desempenho de um papel modesto ou se limita a uma mera alusão. Nos fetichistas, portanto, o desligamento do ego em relação à realidade do mundo externo nunca alcançou êxito completo.

Não se deve pensar que o fetichismo apresente um caso excepcional com referência à divisão do ego; trata-se simplesmente de um tema particularmente favorável para estudar a questão. Voltemos à nossa tese de que o ego da criança, sob o domínio do mundo real, livra-se das exigências instintivas indesejáveis através do que é chamado de repressões. Suplementaremos agora isto afirmando ainda que, durante o mesmo período da vida, o ego com bastante frequência se encontra em posição de desviar alguma exigência do mundo externo que acha aflitiva e que isto é feito por meio de uma *negação* das percepções que trazem ao conhecimento essa exigência oriunda da realidade. Negações desse tipo ocorrem com muita frequência e não apenas com fetichistas e, sempre que nos achamos em posição de estudá-las, revelam ser meias-medidas, tentativas incompletas de desligamento da realidade. A negação é sempre suplementada por um reconhecimento: duas atitudes contrárias e independentes sempre surgem e resultam na situação de haver uma divisão do ego. Mais uma vez, o resultado depende de qual das duas pode apoderar-se da maior intensidade.

Os fatos desta divisão do ego, que acabamos de descrever, não são tão novos nem tão estranhos quanto podem a princípio parecer. É, na verdade, uma característica universal das neuroses que estejam presentes na vida mental do indivíduo, em relação a algum comportamento particular, duas atitudes diferentes, mutuamente contrárias e independentes uma da outra. No caso das neuroses, entretanto, uma dessas atitudes pertence ao ego e a contrária, que é reprimida, pertence ao id. A diferença entre este caso e o outro [examinado no parágrafo anterior] é essencialmente uma diferença topográfica ou estrutural, e nem sempre é fácil decidir, num caso individual, com qual das duas possibilidades se está lidando. Elas possuem, contudo, a seguinte importante característica em comum. Seja o que for que o ego faça em seus esforços de defesa, procure ele negar uma parte do mundo externo real ou busque rejeitar uma exigência instintiva oriunda do mundo interno, o seu sucesso nunca é completo e irrestrito. O resultado sempre reside em duas atitudes contrárias, das quais a derrotada, a mais fraca, não menos que a outra, conduz a complicações psíquicas. Para concluir, é necessário apenas apontar quão pouco de todos estes processos se torna conhecido de nós através de nossa percepção consciente.

Não temos maneira de transmitir o conhecimento de um conjunto complicado de acontecimentos simultâneos, a não ser descrevendo-os sucessivamente, e assim acontece que todas as nossas descrições são falhas, em princípio, devido à simplificação unilateral, e têm de esperar até que possam ser suplementadas, elaboradas e corrigidas.

A representação de um ego que medeia entre o id e o mundo externo, que assume as exigências instintivas daquele, a fim de conduzi-las à satisfação, que deriva percepções do último e utiliza-as como lembranças, que, concentrado em sua autopreservação, põe-se em defesa contra reivindicações excessivamente intensas de ambos os lados, e que, ao mesmo tempo, é guiado em todas as suas decisões pelas injunções de um princípio de prazer modificado - essa representação, de fato, aplica-se ao ego apenas até o fim do primeiro período da infância, até aproximadamente a idade de cinco anos. Por volta dessa época, uma mudança importante se realizou. Uma parte do mundo externo foi, pelo menos parcialmente, abandonada como objeto e foi, por identificação, incluída no ego, tornando-se assim parte integrante do mundo interno. Esse novo agente psíquico continua a efetuar as funções que até então haviam sido desempenhadas pelas pessoas [os objetos abandonados] do mundo externo: ele observa o ego, dá-lhe ordens, julga-o e ameaça-o com punições, exatamente como os pais cujo lugar ocupou. Chamamos este agente de *superego* e nos damos conta dele, em suas funções judiciárias, como nossa *consciência*. É impressionante que o superego freqüentemente demonstre uma severidade para a qual nenhum modelo foi fornecido pelos pais reais, e, ademais, que chame o ego a prestar contas não apenas de suas ações, mas igualmente dos seus pensamentos e intenções não executadas, das quais o superego parece ter conhecimento. Isso nos lembra que o herói do mito de Édipo também sentia-se culpado pelas suas ações e submeteu-se à autopunição, embora a força coercitiva do oráculo devesse tê-lo isentado de culpa em nosso julgamento e no seu. O superego é, na verdade, herdeiro do complexo de Édipo e só se estabelece após a pessoa haver-se libertado desse complexo. Por essa razão, a sua excessiva severidade não segue um modelo real, mas corresponde à força da defesa utilizada contra a tentação do complexo de Édipo. Fora de dúvida, uma certa suspeita desse estado de coisas reside, no fundo, na afirmação feita pelos filósofos e crentes de que o senso moral não é instalado nos homens pela educação ou por eles adquirido na vida social, mas lhes é implantado de uma fonte mais alta.

Enquanto o ego trabalha em plena harmonia com o superego, não é fácil distinguir entre as suas manifestações, mas tensões e desavenças entre eles fazem-se muito claramente visíveis. Os tormentos causados pelas censuras da consciência correspondem precisamente ao medo da perda de amor, por parte de uma criança, medo cujo lugar foi tomado pelo agente moral. Por outro lado, se o ego resistiu com êxito à tentação de fazer algo que, para o superego, seria censurável, ele sente-se elevado em sua auto-estima e fortalecido em seu orgulho,

como se houvesse feito alguma preciosa aquisição. Dessa maneira, o superego continua a desempenhar o papel de um mundo externo para o ego, embora se tenha tornado uma parte do mundo interno. Durante toda a vida posterior, ele representa a influência da infância de uma pessoa, do cuidado e da educação que lhe foram dados pelos pais e de sua dependência destes - uma infância que é tão grandemente prolongada, nos seres humanos, por uma vida familiar em comum. E, em tudo isso, não são apenas as qualidades pessoais desses pais que se fazem sentir, mas também tudo o que teve um efeito determinante sobre eles próprios, os gostos e padrões da classe social em que viveram e as disposições e tradições inatas da raça da qual se originaram. Aqueles que têm gosto por generalizações e distinções nítidas podem dizer que o mundo externo, no qual o indivíduo se descobre exposto, após desligar-se dos pais, representa o poder do presente; que o id, com suas tendências herdadas, representa o passado orgânico, e que o superego, que vem a juntar-se a eles posteriormente, representa, mais do que qualquer outra coisa, o passado cultural, que uma criança tem por assim dizer, de repetir como pós-experiência durante os poucos anos do início de sua vida. É pouco provável que essas generalizações possam ser universalmente corretas. Alguma parte das aquisições culturais indubitavelmente deixou um precipitado atrás de si no id; muita coisa do que é contribuição do superego despertará eco no id; não poucas das novas experiências da criança serão intensificadas por serem repetições de alguma primeva vivência filogenética.

“*Was du ererbt von deinen Vätern hast, Erwirb es, um es zu besitzen.*” Assim, o superego assume uma espécie de posição intermediária entre o id e o mundo externo; ele une em si as influências do presente e do passado. No estabelecimento do superego, temos diante de nós, por assim dizer, um exemplo da maneira como o presente se transforma no passado (...)

ANÁLISE TERMINÁVEL E INTERMINÁVEL (1937)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1937 *Int. Z. Psychoanal.*, 23 (2), 209-40.

1950 *G. W.*, 16, 59-99.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘*Analysis Terminable and Interminable*’

1937 *Int. J. Psycho-Anal.*, 18 (4), 374-405. (Trad. de Joan Riviere.)

1950 *C.P.* 5, 316-57. (Reimpressão revista da anterior.)

A presente tradução é uma versão modificada da publicada em 1950. Os últimos oito e meio parágrafos da Seção VI do original alemão foram reimpressos no outono de 1937, no *Almanach der Psychoanalyse* 1938, 44-50.

Este artigo foi escrito no começo de 1937 e publicado em junho. Ele e o seguinte, sobre ‘Construções em Análise’ (1937d), foram os últimos escritos estritamente psicanalíticos de Freud a serem publicados em sua vida. Quase vinte anos se tinham passado desde que ele publicara um trabalho puramente técnico, embora, naturalmente, tivesse tratado de questões de técnica em seus outros escritos.

O principal exame anterior, por parte de Freud, do funcionamento da terapia psicanalítica

fora feito nas Conferências XXVII e XXVIII das *Introductory Lectures* (1916-17). Retornara ao assunto, de modo muitíssimo mais breve, na Conferência XXXIV das *New Introductory Lectures* (1933a). Os leitores desses trabalhos anteriores ficam às vezes impressionados por aquilo que parece constituir diferenças entre o presente artigo e seus predecessores, e essas divergências aparentes exigem exame.

O artigo, como um todo, dá impressão de pessimismo quanto à eficácia terapêutica da psicanálise. As limitações desta são constantemente acentuadas, e insiste-se nas dificuldades do procedimento e nos obstáculos que se interpõem em seu caminho. Na verdade, essas limitações constituem seu tema principal. Na realidade, contudo, nada há de revolucionário nisso. Freud sempre esteve bem ciente das barreiras ao sucesso da análise e sempre se mostrou pronto a investigá-las. Ademais, sempre esteve ávido por dirigir a atenção para a importância dos interesses não terapêuticos da psicanálise, direção em que jaziam suas próprias preferências pessoais, particularmente no último período de sua vida. Recordar-se-á que no breve debate sobre a técnica nas *New Introductory Lectures* (1933a), ele escrevera que ‘nunca fora um terapeuta entusiasta.’ (*Standard Ed.*, 22, 151.) Assim, nada há de inesperado na fria atitude demonstrada neste artigo para com as ambições terapêuticas da psicanálise ou na enumeração das dificuldades com que ela se defronta. O que pode talvez causar mais surpresa são alguns aspectos do exame, feito por Freud, da natureza e causas subjacentes dessas dificuldades.

Deve-se notar, em primeiro lugar, que os fatores para os quais ele chama grandemente a atenção são de natureza fisiológica e biológica, sendo assim, em geral, insuscetíveis a influências psicológicas. Desse tipo, por exemplo, são a relativa força ‘constitucional’ dos instintos, ver em ([1]), e a relativa fraqueza do ego, devido a causas fisiológicas como a puberdade, a menopausa e a doença física ver em ([1]). Mas o fator impeditivo mais poderoso de todos, um fator que está além de qualquer possibilidade de controle (ao qual algumas páginas do trabalho são dedicadas, ver em [1]), é o instinto de morte. Freud sugere aqui que este não é apenas, como apontara em trabalhos anteriores, responsável por grande parte da resistência encontrada na análise, mas que é, realmente, a causa suprema de conflito na mente, ver em ([1]). Em tudo isso, contudo, mais uma vez nada há de revolucionário. Freud pode estar dando ênfase maior do que a costumeira aos fatores constitucionais entre as dificuldades com que a psicanálise se defronta, mas ele sempre reconheceu sua importância.

Tampouco são novos quaisquer dos três fatores que Freud seleciona aqui como ‘decisivos’ para o sucesso de nossos esforços terapêuticos ver em ([1]): o prognóstico mais favorável dos casos de origem ‘traumática’, de preferência aos de ‘origem constitucional’; a importância das considerações ‘quantitativas’, e a questão de uma ‘alteração do ego’. É sobre esse terceiro ponto que muita luz nova é lançada no presente artigo. Em descrições anteriores do processo terapêutico, um lugar essencial era sempre atribuído a uma alteração

no ego que deveria ser ocasionada pelo analista, como preliminar à anulação das repressões do paciente (ver, por exemplo, a descrição na Conferência XXVIII das *Introductory Lectures, Standard Ed.*, 16, 455). Quanto à natureza da alteração, e como ela podia ser efetuada, muito pouco era sabido. Os recentes avanços na análise do ego, por parte de Freud, tornaram-lhe agora possível levar a investigação mais adiante. A alteração terapêutica do ego era agora vista mais como a anulação de alterações já presentes como resultados do processo defensivo. E vale a pena lembrar que o fato das alterações do ego ocasionadas por processos defensivos já fora mencionado por Freud em data muito anterior. O conceito pode ser encontrado em seus estudos dos delírios, em seu segundo artigo sobre as neuropsicoses de defesa (1896b), *Standard Ed.*, 3, 185, e em diversos pontos de seu Rascunho K, ainda mais anterior (Freud, 1950a), de 1º de janeiro de 1896. Posteriormente, a noção parece ter ficado temporariamente inativa, a conexão entre anticatexias, formações reativas e alterações do ego é claramente anunciada pela primeira vez em *Inhibitions, Symptoms and Anxiety* (1926d), *Standard Ed.*, 20, 157, 159 e 164. Reaparece nas *New Introductory Lectures* (1933a), *ibid.*, 22, 90, e, após longo exame dela no presente artigo, em *Moisés e o Monoteísmo* (1939a), ver em [1], e finalmente, no *Esboço de Psicanálise* (1940a), ver em [1], acima.

Há um aspecto, contudo, em que as opiniões expressas por Freud neste trabalho parecem diferir de suas opiniões anteriores, ou mesmo contradizê-las - a saber, o ceticismo por ele expresso em relação ao poder profilático da psicanálise. Suas dúvidas estendem-se às perspectivas de impedir não simplesmente a ocorrência de uma neurose nova e diferente, mas inclusive o retorno de uma neurose que já foi tratada. A mudança aparente fica demonstrada se relembremos uma frase da Conferência XXVII, das *Introductory Lectures* (1916-17), *Standard Ed.*, 16, 445-5: 'Uma pessoa que se tornou normal e livre da operação dos impulsos instintuais reprimidos em sua relação com o médico permanecerá assim em sua própria vida, depois de o médico mais uma vez ter-se retirado dela.' E, novamente, na Conferência XXVIII (*ibid.*, 451), onde Freud compara os efeitos da sugestão hipnótica e da psicanálise: 'um tratamento analítico exige, tanto do médico quanto do paciente, a realização de um trabalho sério, que é empregado para levantar resistências internas. Mediante a superação dessa resistências, a vida mental do paciente é permanentemente modificada, elevada a um nível mais alto de desenvolvimento, ficando protegida contra novas possibilidades de cair doente.' Semelhantemente, nas frases finais da Conferência XXXI, das *New Introductory Lectures* (1933a), Freud escreve que a intenção da psicanálise é 'fortalecer o ego, ampliar seu campo de percepção e aumentar sua organização, de maneira a que possa apropriar-se de novas partes do id. Onde era o id, ficará o ego.' (*Standard Ed.*, 22, 80.) A teoria que fundamenta essas passagens parece ser a mesma, e parece diferir, em importantes aspectos, da teoria implícita no presente trabalho. A base desse aumentado ceticismo de Freud parece ser uma convicção quanto à impossibilidade de lidar com um

conflito que não é ‘atual’, e quanto às graves objeções a converter um conflito ‘latente’ num conflito ‘atual’. Essa posição parece implicar uma modificação de opinião não simplesmente sobre o processo terapêutico, mas também sobre os eventos mentais, de um modo mais geral. Aqui Freud parece estar encarando o conflito ‘presentemente ativo’ como algo isolado, algo, por assim dizer, num compartimento estanque. Mesmo que o ego seja auxiliado a enfrentar *este* conflito, sua capacidade de lidar com *outro* não será afetada. Do mesmo modo, também as forças instintuais parecem ser pensadas como isoladas: o fato de sua pressão ter sido relaxada no conflito atual não lança luz sobre seu comportamento subsequente. Em contraste, segundo a opinião anterior, o processo analítico parece ter sido considerado capaz de alterar o ego num sentido mais *geral*, um sentido que persistiria após o final da análise, e as forças instintuais parecem ter sido encaradas como se fizessem derivar sua pressão de um reservatório indiferenciado de força. Dessa maneira, na proporção em que a análise foi bem-sucedida, qualquer nova incursão por parte das forças instintuais teria tido um pouco de sua pressão reduzida pela análise, e seriam enfrentadas por um ego que a análise tornara mais capaz de lidar com elas. Assim, não haveria uma segregação absoluta do conflito ‘atual’ em relação aos conflitos ‘latentes’, e o poder profilático da análise (bem como seu resultado imediato) dependeria de considerações quantitativas - do relativo aumento ocasionado por ela na força do ego e da diminuição relativa na força dos instintos.

Pode-se observar que a descrição dos efeitos terapêuticos da análise, feita por Freud cerca de um ano após o presente artigo, em seu *Esboço de Psicanálise* (1940a [1938]), embora em geral concorde de perto com a descrição aqui fornecida, talvez pareça reverter à sua opinião anterior sobre a questão específica que estivemos considerando. Por exemplo, escreve ele naquele trabalho, após comentar o grande esforço envolvido na superação das resistências: ‘Ela vale a pena, contudo, pois ocasiona uma alteração vantajosa do ego, a qual será mantida independentemente do resultado da transferência e se manterá firme na vida.’ Ver em ([1]) Isso pareceria sugerir uma alteração de um tipo *geral*.

É de interesse notar que, no próprio começo de sua clínica, Freud estava preocupado com quase os mesmos problemas que estes, dos quais se pode dizer que se prolongaram por toda a extensão de seus estudos analíticos. Aqui temos um extrato de uma carta escrita por ele a Wilhelm Fliess a 16 de abril de 1900 (Freud, 150a, Carta 133) sobre Herr E., que certamente estivera em tratamento desde 1897 e, provavelmente, pelo menos desde 1885, e a cujo caso, em seus altos e baixos, há repetidas referências na correspondência: ‘A carreira de E. como paciente chegou finalmente a um fim, com um convite para passar uma noite aqui. Seu enigma está *quase* completamente solucionado, sua condição é excelente, e todo o seu ser está alterado; no momento, permanece um resíduo de seus sintomas. Estou começando a entender que a natureza aparentemente interminável do tratamento é algo determinado por lei e depende da transferência. Espero que esse resíduo não prejudique o sucesso prático.

Compete apenas a mim decidir se o tratamento deve ser ainda mais prolongado, mas raiou em mim que tal prolongamento constitui uma conciliação entre estar doente e estar bom que os próprios pacientes desejam, e na qual, por essa razão, o médico não deve consentir. A conclusão assintótica do tratamento é substancialmente indiferente para mim; é mais para os estranhos que ela constitui um desapontamento. De qualquer modo, mantereí um olho no homem...’

ANÁLISE TERMINÁVEL E INTERMINÁVEL

I

A experiência nos ensinou que a terapia psicanalítica - a libertação de alguém de seus sintomas, inibições e anormalidades de caráter neuróticas - é um assunto que consome tempo. Daí, desde o começo, tentativas terem sido feitas para encurtar a duração das análises. Tais esforços não exigiam justificação; podiam alegar que se baseavam nas mais fortes considerações de razão e conveniência. Provavelmente, porém, havia também em ação neles algum traço do desprezo impaciente com que a ciência médica de dias anteriores encarava as neuroses como conseqüências importunas de danos invisíveis. Se agora se tornou necessário atendê-las, deveríamos, pelo menos, livrar-nos delas tão rapidamente quanto possível.

Uma tentativa particularmente enérgica nesse sentido foi efetuada por Otto Rank, secundando seu livro *O Trauma do Nascimento* (1924). Supôs ele que a verdadeira fonte da neurose era o ato do nascimento, uma vez que este envolvia a possibilidade de a ‘fixação primeva’ de uma criança à mãe não ser superada, mas persistir como ‘repressão primeva’. Rank tinha esperança de que, se lidássemos com esse trauma primevo através de uma análise subsequente, nos livraríamos de toda a neurose. Assim, esse pequeno fragmento de trabalho analítico pouparia a necessidade de todo o resto e alguns meses seriam suficientes para realizá-lo. Não se pode discutir que o argumento de Rank era audaz e engenhoso, mas não suportou o teste do exame crítico. Ademais, foi um produto de seu tempo, concebido sob a tensão do contraste entre a miséria do pós-guerra na Europa e a ‘prosperity’ dos Estados Unidos, e projetado para adaptar o ritmo da terapia analítica à pressa da vida americana. Não ouvimos muito sobre o que a colocação em prática do plano de Rank fez pelos casos de doença. Provavelmente, não fez mais do que faria o Corpo de Bombeiros se, chamado para socorrer a uma casa que se incendiara por causa de uma lâmpada a óleo emborcada, se contentasse em retirar a lâmpada do quarto em que o fogo começara. É fora de dúvida que,

por esse meio, seria conseguida uma considerável diminuição das atividades dos bombeiros. A teoria e a prática do experimento de Rank são hoje coisas do passado - não menos do que a própria 'prosperidade' americana.

Eu mesmo adotei outro modo de acelerar um tratamento analítico, inclusive antes da guerra. Nessa época, aceitei o caso de um jovem russo, homem estragado pela opulência, que chegara a Viena em estado de completo desamparo, acompanhado por um médico particular e um assistente. No curso de poucos anos, foi possível devolver-lhe grande parte de sua independência, despertar seu interesse pela vida e ajustar suas relações com as pessoas que lhe eram mais importantes. Mas aí o progresso se interrompeu. Não progredimos mais no esclarecimento da neurose de sua infância, em que se baseava a doença posterior, e era óbvio que o paciente achava sua situação atual altamente confortável e não desejava dar qualquer passo à frente que o trouxesse para mais perto do fim do tratamento. Era um caso de tratamento a inibir-se a si próprio; corria perigo de fracassar em resultado de seu - parcial - sucesso. Nesse dilema, recorri à medida heróica de fixar um limite de tempo para a análise. Ao início de um ano de trabalho, informei o paciente de que o ano vindouro deveria ser o último de seu tratamento, não importando o que ele conseguisse no tempo que ainda lhe restava. A princípio, não acreditou em mim, mas, assim que se convenceu de que eu falava absolutamente a sério, a mudança desejada se estabeleceu. Suas resistências definharam e, nesses últimos meses de seu tratamento, foi capaz de reproduzir todas as lembranças e descobrir todas as conexões que pareciam necessárias para compreender sua neurose primitiva e dominar a atual. Quando me deixou, em meados do verão de 1914, suspeitando tão pouco quanto o restante de nós do que estava tão próximo à frente, acreditei que sua cura fora radical e permanente.

Numa nota de rodapé acrescentada em 1923 à história clínica desse paciente, já comunicara que eu estava enganado. Quando, por volta do fim da guerra, ele retornou a Viena, refugiado e destituído, tive de ajudá-lo a dominar uma parte da transferência que não fora resolvida. Isso foi realizado em alguns meses, e pude encerrar minha nota de rodapé com a declaração de que, 'desde então, o paciente tem-se sentido normal e se comportado de modo não excepcional, apesar de a guerra tê-lo despojado de seu lar, de suas posses e de todos os seus relacionamentos familiares'. Quinze anos se passaram desde então sem que tenha sido refutada a verdade desse veredicto, mas certas reservas tornaram-se necessárias. O paciente permanecera em Viena e mantivera um lugar na sociedade, ainda que humilde. Diversas vezes, porém, durante esse período, seu bom estado de saúde foi interrompido por crises de doença que só podiam ser interpretadas como ramificações de sua doença perene. Graças à perícia de uma de minhas alunas, a Dra. Ruth Mack Brunswick, um breve tratamento, nessas ocasiões, pôs fim a essas condições. Tenho esperança de que a própria Dra. Mack Brunswick dentro em breve comunique as circunstâncias. Algumas dessas crises ainda estavam relacionadas a partes residuais da transferência, e onde isso assim acontecia, por efêmeras que fossem, apresentavam caráter distintamente paranóico. Em outras crises, contudo, o material patogênico consistia em fragmentos da história da infância do paciente,

que não tinham vindo à luz enquanto eu o estava analisando e que agora se desprendiam - a comparação é inevitável - como suturas após uma operação ou pequenos fragmentos de osso necrosado. Achei a história do restabelecimento do paciente pouco menos interessante do que a de sua doença.

Subseqüentemente, empreguei a fixação de um limite de tempo também em outros casos, e levei ainda em consideração as experiências de outros analistas. Só pode haver um veredicto sobre o valor desse artifício de chantagem: é eficaz desde que se acerte com o tempo correto para ele. Mas não se pode garantir a realização completa da tarefa. Pelo contrário, podemos estar seguros de que, embora parte do material se torne acessível sob a pressão da ameaça, outra parte será retida e, assim, ficará sepultada, por assim dizer, e pedida para nossos esforços terapêuticos, pois, uma vez que o analista tenha fixado o limite de tempo, não pode ampliá-lo; de outro modo, o paciente perderia toda a fé nele. A saída mais óbvia seria, para o paciente, continuar o tratamento com outro analista, embora saibamos que tal mudança envolveria nova perda de tempo e o abandono dos frutos do trabalho já realizado. Tampouco se pode estabelecer qualquer regra geral quanto à ocasião correta para recorrermos a esse artifício técnico compulsório; a decisão deve ser deixada ao tato do analista. Um erro de cálculo não pode ser retificado. O ditado de que o leão só salta uma vez deve ser aplicado aqui.

II

A discussão do problema técnico de saber como acelerar o lento progresso de uma análise nos conduz a outra questão, mais profundamente interessante: existe algo que se possa chamar de término de uma análise - há alguma possibilidade de levar uma análise a tal término? A julgar pela conversa comum dos analistas, assim pareceria ser, já que freqüentemente os ouvimos dizer, quando deploram ou desculpam as imperfeições reconhecidas de algum mortal seu colega: 'Sua análise não foi terminada' ou 'ele nunca se analisou até o fim.'

Temos, primeiro, de decidir o que se quer dizer pela expressão ambígua 'o término de uma análise'. De um ponto de vista prático, é fácil responder. Uma análise termina quando analista e paciente deixam de encontrar-se para a sessão analítica. Isso acontece quando duas condições foram aproximadamente preenchidas: em primeiro lugar, que o paciente não mais esteja sofrendo de seus sintomas e tenha superado suas ansiedades e inibições; em segundo, que o analista julgue que foi tornado consciente tanto material reprimido, que foi explicada tanta coisa ininteligível, que foram vencidas tantas resistências internas, que não há necessidade de temer uma repetição do processo patológico em apreço. Se se é impedido, por dificuldades externas, de alcançar esse objetivo, é melhor falar de análise

incompleta, de preferência a análise inacabada.

O outro significado do 'término' de uma análise é muito mais ambicioso. Nesse sentido, o que estamos indagando é se o analista exerceu uma influência de tão grande consequência sobre o paciente, que não se pode esperar que nenhuma mudança ulterior se realize neste, caso sua análise venha a ser continuada. É como se fosse possível, por meio da análise, chegar a um nível de normalidade psíquica absoluta - um nível, ademais, em relação ao qual pudéssemos confiar em que seria capaz de permanecer estável, tal como se, talvez, tivéssemos alcançado êxito em solucionar todas as repressões do paciente e em preencher todas as lacunas em sua lembrança. Podemos primeiro consultar nossa experiência para indagar se tais coisas de fato acontecem, e depois nos voltarmos para nossa teoria, a fim de descobrir se há qualquer possibilidade de elas acontecerem.

Todo analista já terá tratado de alguns casos que apresentaram esse gratificante desfecho. Ele teve êxito em aclarar o distúrbio neurótico do paciente, esse distúrbio não retornou, nem foi substituído por alguma outra perturbação do mesmo tipo. Tampouco nos achamos sem compreensão interna (insight) dos determinantes desses sucessos. O ego do paciente não foi notavelmente alterado e a etiologia de seu distúrbio foi essencialmente traumática. A etiologia de todo distúrbio neurótico é, afinal de contas, uma etiologia mista. Trata-se de uma questão de os instintos serem excessivamente fortes - o que equivale a dizer, recalcitrantes ao amansamento por parte do ego - ou dos efeitos de traumas precoces (isto é, prematuros) que o ego imaturo foi incapaz de dominar. Via de regra, há uma combinação de ambos os fatores, o constitucional e o acidental. Quanto mais forte for o fator constitucional, mais prontamente um trauma conduzirá a uma fixação deixando atrás de si um distúrbio desenvolvimental; quanto mais forte for o trauma, mais certamente seus efeitos prejudiciais se tornarão manifestos, mesmo quando a situação instintual é normal. Não há dúvida de que uma etiologia do tipo traumático oferece, de longe, o campo mais favorável para a análise. Somente quando um caso é predominantemente traumático é que a análise alcançará sucesso em realizar aquilo que é tão superlativamente capaz de fazer; apenas então ela conseguirá, graças a ter fortalecido o ego do paciente, substituir por uma solução correta a decisão inadequada tomada em sua vida primitiva. Só em tais casos pode-se falar de uma análise que foi definitivamente terminada. Neles, a análise fez tudo o que deveria e não precisa ser continuada. É verdade que, se o paciente que dessa maneira foi restaurado nunca produz outro distúrbio que exija análise, não sabemos quanto sua imunidade pode ser devida a um destino bondoso que lhe poupou provações demasiadamente severas.

Uma força constitucional do instinto e uma alteração desfavorável do ego, adquirida em sua luta defensiva, no sentido de ele ser deslocado e restringido, são os fatores prejudiciais à eficácia da análise e que podem tornar interminável sua duração. Fica-se tentado a tornar o primeiro fator - força do instinto - responsável também pelo surgimento do segundo - a alteração do ego -, mas parece que também este último possui sua própria etiologia. E, na verdade, tem-se de admitir que nosso conhecimento desses assuntos ainda é insuficiente. Só

agora eles se estão tornando matéria de estudo analítico. Nesse campo, parece-me que o interesse dos analistas está bastante erradamente dirigido. Em vez de indagar como se dá uma cura pela análise (assunto que acho ter sido suficientemente elucidado), se deveria perguntar quais são os obstáculos que se colocam no caminho de tal cura. Isso me conduz a dois problemas que surgem diretamente da clínica analítica, como espero demonstrar pelos exemplos que se seguem. Certo homem que, ele próprio, praticara a análise com grande sucesso, chegou à conclusão de que suas relações com homens e mulheres - com os homens que eram seus competidores e com as mulheres que amava - não eram, apesar de tudo, livres de impedimentos neuróticos e, portanto, fez-se submeter a uma análise por parte de outrem a quem considerava como superior a si. Essa iluminação crítica de seu próprio eu (self) teve um resultado totalmente bem-sucedido. Casou-se com a mulher que amava e transformou-se em amigo e mestre de seus supostos rivais. Muitos anos se passaram dessa maneira, durante os quais suas relações com o antigo analista permaneceram também desanuviadas. Mas então, sem qualquer razão externa atribuível, surgiram problemas. O homem que fora analisado tornou-se antagonista do analista e censurou-o por ter falhado em lhe proporcionar uma análise completa. O analista, dizia ele, devia ter sabido e levado em consideração o fato de uma relação transferencial nunca poder ser puramente positiva; deveria ter concedido atenção à possibilidade de uma transferência negativa. O analista defendeu-se dizendo que, à época da análise, não havia sinal de transferência negativa. Mas, mesmo que tivesse falhado em observar certos sinais muito débeis dela - o que não estava inteiramente excluído, considerando o horizonte limitado da análise naqueles primeiros dias -, ainda era duvidoso, achava o analista, se teria tido o poder de ativar um assunto (ou, como dizemos, um 'complexo') simplesmente por apontá-lo enquanto este não estivesse presentemente ativo no próprio paciente naquela ocasião. Ativá-lo teria certamente exigido, na realidade, um comportamento inamistoso por parte do analista. Ademais, acrescentou, nem toda boa relação entre um analista e seu paciente, durante e após a análise, devia ser encarada como transferência; havia também relações amistosas que se baseavam na realidade e que provavam ser viáveis.

Passo agora a meu segundo exemplo, que levanta o mesmo problema. Uma mulher solteira, não mais jovem, fora cerceada da vida desde a puberdade por uma incapacidade de caminhar, devido a severas dores nas pernas. Seu estado era obviamente de natureza histérica e desafiara muitos tipos de tratamento. Uma análise que durou três quartos de ano removeu o problema e devolveu à paciente, pessoa excelente e capaz, seu direito a participar da vida. Nos anos que se seguiram ao restabelecimento, ela foi sistematicamente desafortunada. Houve desventuras em sua família, perdas financeiras e, à medida que ficava mais velha, via desvanecer-se toda esperança de felicidade no amor e casamento. Mas a ex-inválida resistiu a tudo isso valentemente e constituiu um apoio para a família, nos tempos difíceis. Não consigo recordar se foi doze ou catorze anos após o fim de sua análise que, devido a hemorragias profusas, ela foi obrigada a submeter-se a um exame ginecológico. Encontrou-se um mioma, o que tornava aconselhável uma histerectomia completa. A partir da ocasião dessa operação, a mulher mais uma vez caiu doente. Enamorou-se de seu

cirurgião, afundou-se em fantasias masoquistas sobre as temíveis alterações dentro de si - fantasias com que ocultava seu romance - e mostrou-se inacessível a uma nova tentativa de análise. Ela permaneceu anormal até o fim da vida. O tratamento analítico bem-sucedido realizara-se há tanto tempo, que não podíamos esperar muito dele; ele se processara nos primeiros anos de meu trabalho como analista. Indubitavelmente, a segunda moléstia da paciente pode ter-se originado da mesma fonte que a primeira, que fora superada com êxito: pode ter sido uma manifestação diferente dos mesmos impulsos reprimidos, que só incompletamente solucionara. Mas estou inclinado a pensar que, não fosse pelo novo trauma, não teria havido nova irrupção da neurose.

Esses dois exemplos, intencionalmente selecionados dentre um grande número de outros semelhantes, bastarão para iniciar um exame dos tópicos que estamos considerando. Os céticos, os otimistas e os ambiciosos assumirão, quanto a eles, pontos de vista inteiramente diferentes. Os primeiros dirão que está provado agora que mesmo um tratamento analítico bem-sucedido não protege o paciente, que numa determinada ocasião foi curado, de cair doente mais tarde de outra neurose - ou, na verdade, de uma neurose derivada da mesma raiz instintual -, o que equivale a dizer, de uma recorrência de seu antigo problema. Os outros considerarão que isso não está provado. Objetarão que os dois exemplos datam dos primeiros dias da análise, vinte e trinta anos atrás, respectivamente, e que, desde então, adquirimos uma compreensão interna (insight) mais profunda e um conhecimento mais amplo, e que nossa técnica se modificou de acordo com nossas novas descobertas. Hoje, dirão eles, podemos exigir e esperar que uma cura analítica se mostre permanente, ou, pelo menos, caso um paciente caia doente de novo, que sua nova doença não mostre ser uma revivificação de seu primeiro distúrbio instintual a manifestar-se sob novas formas. Nossa experiência, sustentarão, não nos obriga a restringir tão materialmente as exigências que podem ser feitas a nosso método terapêutico.

Minha razão para escolher esses dois exemplos, é natural, foi precisamente o fato de que eles residiam tão atrás no passado. É óbvio que quanto mais recente foi o desfecho bem-sucedido de uma análise, menos utilizável será ele para nosso debate, visto que não dispomos de meios para predizer qual será a história posterior do restabelecimento. As expectativas dos otimistas pressupõem claramente uma série de coisas que não são precisamente auto-evidentes. Presume, de início, que há realmente uma possibilidade de livrar-se de um conflito instintual (ou, de modo mais correto, de um conflito entre o ego e um instinto) definitivamente e para todo o sempre; em segundo, que, enquanto estamos tratando alguém por causa de determinado conflito instintual, podemos, por assim dizer, vaciná-lo contra a possibilidade de quaisquer outros conflitos desse tipo; e, em terceiro, que temos o poder, para fins de profilaxia, de despertar um conflito patogênico dessa espécie que não se está revelando, na ocasião, por nenhuma indicação, e que é aconselhável fazê-lo. Lanço essas questões sem me propor respondê-las agora. Talvez atualmente de modo algum seja possível dar-lhes qualquer resposta certa.

Talvez se possa lançar alguma luz sobre elas mediante considerações teóricas. Mas outro ponto já se tornou claro: se quisermos atender às exigências mais rigorosas feitas à terapia analítica, nossa estrada não nos conduzirá a um abreviamento de sua duração, nem passará por ele.

III

Uma experiência analítica que agora se estende por diversas décadas, e uma modificação que se efetuou na natureza e no modo de minha atividade incentivaram-me a tentar responder as questões que se nos apresentam. Em dias passados, tratei um número bastante grande de pacientes, os quais, como era natural, desejavam ser tratados tão rapidamente quanto possível. Nos últimos anos, dediquei-me principalmente a análises didáticas; no entanto, um número relativamente pequeno de casos graves de doença permaneceu comigo para tratamento contínuo, interrompido, embora, por intervalos mais breves. Com eles, o objetivo terapêutico já não era o mesmo. Não se tratava mais de abreviar o tratamento; o intuito era, radicalmente, o de exaurir as possibilidades de doença neles e ocasionar uma alteração profunda de sua personalidade.

Dos três fatores que reconhecemos como sendo decisivos para o sucesso ou não do tratamento analítico - a influência dos traumas, a força constitucional dos instintos e as alterações do ego -, o que nos interessa aqui é apenas o segundo, a força dos instintos. Um instante de reflexão levanta uma dúvida quanto a saber se o uso restritivo do adjetivo 'constitucional' (ou 'congênito') é essencial. Por verdadeiro que possa ser que o fator constitucional seja de importância decisiva desde o próprio início, é concebível que um reforço instintual que chegue tarde na vida possa produzir os mesmos efeitos. Se assim for, teremos de modificar nossa fórmula e dizer 'a força dos instintos na ocasião', em vez de 'a força constitucional dos instintos'. A primeira de nossas questões, ver em [[1]], foi: 'É possível, mediante a terapia analítica, livrar-se de um conflito entre um instinto e o ego, ou de uma exigência instintual patogênica ao ego, de modo permanente e definitivo?' Para evitar a má compreensão é necessário, talvez, explicar mais exatamente o que se quer dizer por 'livrar-se permanentemente de uma exigência instintual'. Certamente não é 'fazer-se com que a exigência desapareça, de modo que nada mais se ouça dela novamente'. Isso em geral é impossível, e tampouco, de modo algum, é de se desejar. Queremos dizer outra coisa, algo que pode ser grosseiramente descrito como um 'amansamento' do instinto. Isso equivale a dizer que o instinto é colocado completamente em harmonia com o ego, torna-se acessível a todas as influências das outras tendências neste último e não mais busca seguir seu independente caminho para a satisfação. Se nos perguntarem por quais métodos e meios esse resultado é alcançado, não será fácil achar uma resposta. Podemos apenas dizer: 'So muss denn doch die Hexe dran!' - a Metapsicologia da Feiticeira. Sem especulação e teorização

metapsicológica - quase disse 'fantasiar' -, não daremos outro passo à frente. Infelizmente, aqui como alhures, o que a Feiticeira nos revela não é muito claro nem muito minucioso. Temos apenas uma única pista para começar - embora seja uma pista do mais alto valor -, a saber, a antítese entre o processo primário e o secundário, e é para essa antítese que me voltarei neste ponto.

Se agora retomarmos nossa primeira questão, descobriremos que nossa nova linha de abordagem nos conduz inevitavelmente a uma conclusão específica. A questão era a de saber se é possível livrar-se de modo permanente e definitivo de um conflito instintual - isto é, 'amansar' desse modo uma exigência instintual. Formulada nesses termos, a questão não faz menção alguma à força do instinto, mas é precisamente disso que o resultado depende. Partamos da presunção de que aquilo que a análise realiza para os neuróticos nada mais é do que aquilo que as pessoas normais ocasionam para si próprias sem o auxílio dela. A experiência cotidiana, contudo, nos ensina que, numa pessoa normal, qualquer solução de um conflito instintual só é válida para uma força específica de instinto, ou, mais corretamente, só para uma relação específica entre a força do instinto e a força do ego. Se a força deste diminui, quer pela doença, quer pela exaustão, ou por alguma causa semelhante, todos os instintos, que até então haviam sido amansados com êxito, podem renovar suas exigências e esforçar-se por obter satisfações substitutivas através de maneiras anormais. Uma prova irrefutável dessa afirmação é fornecida por nossos sonhos noturnos; eles reagem à atitude de sono assumida pelo ego com um despertar das exigências instintuais.

O material do outro lado [a força dos instintos] é igualmente sem ambigüidade. Duas vezes no curso do desenvolvimento individual certos instintos são consideravelmente reforçados: na puberdade e, nas mulheres, na menopausa. De modo algum ficamos surpresos se uma pessoa, que antes não era neurótica, assim se torna nessas ocasiões. Quando seus instintos não eram tão fortes, ela teve sucesso em amansá-los, mas quando são reforçados, não mais pode fazê-lo. As repressões comportam-se como represas contra a pressão da água. Os mesmos efeitos produzidos por esses dois reforços fisiológicos do instinto podem ser ocasionados, de maneira irregular, por causas acidentais em qualquer outro período da vida. Tais reforços podem ser estabelecidos por novos traumas, frustrações forçadas ou a influência colateral e mútua dos instintos. O resultado é sempre o mesmo, e ele salienta o poder irresistível do fator quantitativo na causação da doença.

Sinto-me como se devesse estar envergonhado de tão poderosa exposição, ao ver que tudo o que disse há muito tempo é conhecido e auto-evidente. É fato que sempre nos comportamos como se soubéssemos de tudo isso, mas, em sua maioria, nossos conceitos teóricos negligenciaram dar à linha econômica de abordagem a mesma importância que concederam às linhas dinâmica e topográfica. Minha desculpa, portanto, é a de que estou chamando a atenção para essa negligência.

Antes, porém, de decidirmos sobre a resposta a essa questão, temos de considerar uma

objeção cuja força reside no fato de estarmos provavelmente predispostos em seu favor. Nossos argumentos, dir-se-á, são todos deduzidos a partir dos processos que se efetuam espontaneamente entre o ego e os instintos, e pressupõem que a terapia analítica nada pode realizar que, sob condições favoráveis e normais, não ocorra por si. Mas será isso realmente assim? Não é precisamente a reivindicação de nossa teoria o fato de que a análise produz um estado que nunca surge espontaneamente no ego e que esse estado recentemente criado constitui a diferença essencial entre uma pessoa que foi analisada e outra que não o foi? Mantenhamos em mente aquilo em que se baseia essa reivindicação. Todas as repressões se efetuam na primeira infância; são medidas primitivas de defesa, tomadas pelo ego imaturo, débil. Nos anos posteriores, não são levadas a cabo novas repressões, mas as antigas persistem, e seus serviços continuam a ser utilizados pelo ego para o domínio dos instintos. Livramo-nos de novos conflitos através daquilo que chamamos de ‘repressão ulterior’. Podemos aplicar a essas repressões infantis nossa afirmação geral de que as repressões dependem absoluta e inteiramente do poder relativo das forças envolvidas, e que elas não se podem manter contra um aumento na força dos instintos. A análise, contudo, capacita o ego, que atingiu maior maturidade e força, a empreender uma revisão dessas antigas repressões; algumas são demolidas, ao passo que outras são identificadas, mas construídas de novo, a partir de material mais sólido. O grau de firmeza dessas novas represas é bastante diferente do das anteriores; podemos confiar em que não cederão facilmente ante uma maré ascendente da força instintual. Dessa maneira, a façanha real da terapia analítica seria a subsequente correção do processo original de repressão, correção que põe fim à dominância do fator quantitativo.

Até aqui vem nossa teoria, que não podemos abandonar, exceto sob uma compulsão irresistível. E o que tem nossa experiência a dizer sobre isso? Talvez ainda não seja suficientemente ampla para que cheguemos a uma conclusão firmada. Ela confirma nossas expectativas com bastante freqüência, mas não sempre. Tem-se a impressão de que não se deve ficar surpreso se, ao final, ela mostrar que a diferença entre uma pessoa que não foi analisada e o comportamento de uma pessoa após tê-lo sido não é tão radical como visamos a torná-lo, e como esperamos e sustentamos que seja. Se assim for, isso significará que a análise às vezes tem êxito em eliminar a influência de um aumento no instinto, mas não invariavelmente, ou que o efeito da análise se limita a aumentar o poder de resistência das inibições, de maneira que se mostram à altura de exigências muito maiores do que antes da análise ou se nenhuma análise se tivesse efetuado. Realmente não posso comprometer-me com uma decisão sobre esse ponto, nem tampouco sei se atualmente é possível uma decisão.

Existe, contudo, outro ângulo a partir do qual podemos abordar o problema da variabilidade no efeito da análise. Sabemos que o primeiro passo no sentido de chegar ao domínio intelectual de nosso meio ambiente é descobrir generalizações, regras e leis que tragam ordem ao caos. Fazendo isso, simplificamos o mundo dos fenômenos, mas não podemos evitar falsificá-lo, especialmente se estivermos lidando com processos de desenvolvimento e mudança. Estamos interessados em discernir uma alteração qualitativa e,

via de regra, assim procedendo, negligenciamos, inicialmente pelo menos, um fator quantitativo. No mundo real, as transições e estágios intermediários são muito mais comuns do que estados opostos nitidamente diferenciados. Ao estudar desenvolvimentos e mudanças, dirigimos nossa atenção unicamente para o resultado; desprezamos prontamente o fato de que tais processos são geralmente mais ou menos incompletos, o que equivale a dizer que são, de fato, apenas alterações parciais. Um arguto satirista da antiga Áustria, Johann Nestroy disse certa vez: ‘todo passo à frente tem somente a metade do tamanho que parece ter a princípio.’ É tentador atribuir uma validade bastante geral a esse ditado malicioso. Há quase sempre fenômenos residuais, uma pendência parcial. Quando um mecenas generoso nos surpreende com algum traço isolado de avareza, ou quando uma pessoa que é sistematicamente muito bondosa súbito se permite uma ação hostil, tais ‘fenômenos residuais’ são valiosos para a pesquisa genética. Eles nos mostram que essas louváveis e preciosas qualidades baseiam-se na compensação e na supercompensação, as quais, como era de esperar, não foram absoluta e completamente bem-sucedidas. Nossa primeira descrição do desenvolvimento da libido foi a de que uma fase oral original cedia caminho a uma fase anal-sádica e que esta, por sua vez, era sucedida por uma fase fálico-genital. A pesquisa posterior não contradisse essa opinião, mas corrigiu-a acrescentando que essas substituições não se realizam de modo repentino, mas gradativamente, de maneira que partes da organização anterior sempre persistem lado a lado da mais recente, e que mesmo no desenvolvimento normal a transformação nunca é completa e resíduos de fixações libidinais anteriores ainda podem ser mantidos na configuração final. O mesmo pode ser visto em muitos outros campos. De todas as errôneas e supersticiosas crenças da humanidade que foram supostamente superadas não existe uma só cujos resíduos não perdurem hoje entre nós, nos estratos inferiores dos povos civilizados ou mesmo nos mais elevados estratos da sociedade cultural. O que um dia veio à vida, aferra-setenazmente à existência. Fica-se às vezes inclinado a duvidar se os dragões dos dias primevos estão realmente extintos.

Aplicando essas observações a nosso presente problema, penso que a resposta à questão de como explicar os resultados variáveis de nossa terapia analítica, bem poderia ser a de que nós também, esforçando-nos por substituir repressões, que são inseguras, por controles egossintônicos dignos de confiança, nem sempre alcançamos nosso objetivo em toda a sua extensão - isto é, não o alcançamos de modo bastante completo. A transformação é conseguida, mas, com frequência, apenas parcialmente: partes dos antigos mecanismos permanecem intocada pelo trabalho da análise. É difícil provar que isso é realmente assim, pois não temos outra maneira de ajuizar o que acontece, exceto pelo resultado que estamos tentando explicar. Não obstante, as impressões que se recebem durante o trabalho de análise não contradizem essa suposição; na verdade, parecem antes confirmá-la. Contudo não devemos tomar a clareza de nossa própria compreensão interna (insight) como medida da convicção que produzimos no paciente. Seria possível dizer que a convicção dele pode faltar ‘profundidade’; trata-se sempre de uma questão do fator quantitativo, que é tão facilmente desprezado. Se essa for a resposta correta à nossa questão, podemos dizer que a análise, ao reivindicar a cura das neuroses assegurando o controle sobre o instinto, está

sempre correta na teoria, mas nem sempre na prática, e isso porque ela nem sempre obtém êxito em garantir, em grau suficiente, as fundações sobre as quais um controle do instinto se baseia. É fácil descobrir a causa de tal fracasso parcial. No passado, o fator quantitativo da força instintual opôs-se aos esforços defensivos do ego; por essa razão, convocamos o auxílio do trabalho da análise. Agora, o mesmo fator estabelece um limite à eficácia desse novo esforço. Se a força do instinto é excessiva, o ego maduro, apoiado pela análise, fracassa em sua missão, tal como o ego desamparado anteriormente fracassara. Seu controle sobre o instinto é melhorado, mas permanece imperfeito porque a transformação no mecanismo defensivo é apenas incompleta. Nada há de surpreendente nisso, visto que o poder dos instrumentos com que a análise opera não é ilimitado mas restrito, e o resultado final depende sempre da força relativa dos agentes psíquicos que estão lutando entre si.

Sem dúvida, é desejável abreviar a duração do tratamento analítico, mas só podemos conseguir nosso intuito terapêutico aumentando o poder da análise em vir em assistência do ego. A influência hipnótica pareceu ser um instrumento excelente para nossos fins, mas as razões por que tivemos de abandoná-la são bem conhecidas. Ainda não foi encontrado substituto algum para a hipnose. Desse ponto de vista, podemos compreender como um mestre da análise como Ferenczi veio a dedicar os últimos anos de sua vida a experimentos terapêuticos, os quais, infelizmente, se mostraram vãos.

IV

As duas outras questões - se, enquanto estamos tratando determinado conflito instintual, podemos proteger o paciente de futuros conflitos e se é viável e conveniente, para fins profiláticos, despertar um conflito que não está manifesto na ocasião - devem ser tratadas em conjunto, pois obviamente a primeira tarefa só pode ser levada a cabo na medida em que a segunda o é - ou seja, na medida em que um possível conflito futuro se transforma em conflito concreto e atual, ao qual a influência é então aplicada. Essa nova maneira de enunciar o problema é, no fundo, apenas uma ampliação da anterior. Ao passo que, no primeiro caso, estivemos considerando como nos resguardarmos contra um retorno do mesmo conflito, estamos agora considerando como nos resguardarmos contra sua possível substituição por outro conflito. Isso soa como uma proposição muito ambiciosa, mas tudo o que estamos tentando fazer é tornar claros quais os limites estabelecidos à eficácia da terapia analítica.

Por muito que nossa ambição terapêutica possa ficar tentada a empreender tais tarefas, a experiência rejeita categoricamente a noção. Se um conflito instintual não está presentemente ativo, se não está manifestando-se, não podemos influenciá-lo, mesmo pela análise. A advertência de que deixemos repousar os cães a dormir, que com tanta freqüência ouvimos

em relação a nossos esforços por explorar o submundo psíquico, é peculiarmente despropositada quando aplicada às condições da vida mental, pois, se os instintos estão provocando distúrbios, isso é prova de que os cães não estão dormindo, e, se eles realmente parecem estar adormecidos, não está em nosso poder despertá-los. Essa última afirmação, contudo, não parece ser inteiramente exata e exige um debate mais pormenorizado. Consideremos quais os meios que temos à nossa disposição para transformar um conflito instintual que é, no momento, latente, num outro presentemente ativo. Obviamente, só podemos fazer duas coisas. Podemos ocasionar situações em que o conflito se torna presentemente ativo, ou podemos contentar-nos em debatê-lo na análise e apontar a possibilidade de ele despertar. A primeira dessas duas alternativas pode ser levada a cabo por duas maneiras: na realidade ou na transferência, em qualquer dos casos expondo o paciente a certa quantidade de sofrimento real, mediante a frustração e o represamento da libido. Ora, é verdade que já fazemos uso de uma técnica desse tipo em nosso procedimento analítico comum, pois qual, de outra maneira, seria o significado da regra segundo a qual a análise deve ser levada a cabo ‘num estado de frustração’? Mas essa é uma técnica que utilizamos ao tratar um conflito que já é presentemente ativo. Procuramos levar esse conflito a um ponto culminante, desenvolvê-lo até seu tom mais alto, a fim de aumentar a força instintual disponível para sua solução. A experiência analítica ensinou-nos que o melhor é sempre inimigo do bom e que, em todas as fases do restabelecimento do paciente, temos de lutar contra sua inércia, que está pronta a se contentar com uma solução incompleta.

Se, contudo, aquilo a que estivermos visando é o tratamento profilático de conflitos instintuais que não estão presentemente ativos, mas são meramente potenciais, não será suficiente regular sofrimentos que já se acham presentes no paciente e que ele não pode evitar. Teríamos de decidir provocar-lhe novos sofrimentos, e isso, até aqui, muito corretamente, deixamos ao destino. Receberíamos admonições de todos os lados contra a presunção de emular o destino, no que sujeitássemos pobres criaturas humanas a experimentos tão cruéis. E que tipo de experimentos seriam eles? Poderíamos, para fins de profilaxia, assumir a responsabilidade de destruir um casamento satisfatório, ou fazer com que um paciente abandone um cargo do qual depende sua subsistência? Afortunadamente, nunca nos encontramos na posição de ter de considerar se tais intervenções na vida real do paciente são justificadas; não possuímos os plenos poderes que elas teriam tornado necessários, e o objeto de nosso experimento terapêutico certamente se recusaria a cooperar com isso. Na prática, então, tal procedimento está virtualmente excluído, mas existem, além disso, objeções teóricas a ele, pois o trabalho de análise progride melhor se as experiências patogênicas do paciente pertencem ao passado, de modo que seu ego possa situar-se a certa distância delas. Em estados de crise aguda, a análise é, para todos os fins e intuídos, inutilizável. Todo o interesse do ego é tomado pela realidade penosa, e ele se retrai da análise que está tentando ir além da superfície e revelar as influências do passado. Assim, criar um novo conflito só tornaria o trabalho de análise mais prolongado e mais difícil.

Objetar-se-á que essas observações são inteiramente desnecessárias. Ninguém pensa em,

propositadamente, conjurar novas situações de sofrimento, a fim de tornar possível a um conflito instintual latente ser tratado. Comofaçonha profilática, não haveria muito, em relação a isso, de que se gabar. Sabemos, por exemplo, que um paciente que se restabeleceu de escarlatina está imune a um retorno da mesma doença; no entanto, jamais ocorre a um médico pegar uma pessoa sadia que tem possibilidades de adoecer de escarlatina e infectá-la com esta, a fim de torná-la imune à mesma. A medida protetora não deve produzir a mesma situação de perigo que é produzida pela própria doença, mas apenas algo muito mais leve, como é o caso com a vacina contra a varíola e muitos outros procedimentos semelhantes. Na profilaxia analítica contra conflitos instintuais, portanto, os únicos métodos que entram em consideração são os outros dois que mencionamos: a produção artificial de novos conflitos na transferência (conflitos a que, afinal de contas, falta o caráter de realidade) e o despertar de tais conflitos na imaginação do paciente, falando-lhe sobre eles e tornando-o familiarizado com sua possibilidade.

Não sei se podemos asseverar que o primeiro desses dois procedimentos mais brandos está inteiramente excluído na análise. Nenhuma experiência foi feita especificamente nessa direção. Mas sugerem-se logo as dificuldades, as quais não lançam uma luz muito promissora sobre tal empreendimento. Em primeiro lugar, a escolha de tais situações para a transferência é muito limitada. Os pacientes não podem, eles próprios, trazer todos os seus conflitos para a transferência, nem tampouco está o analista capacitado a invocar todos os possíveis conflitos instintuais deles, a partir da situação transferencial. Ele pode torná-los ciumentos ou fazê-los experimentar desapontamentos no amor, mas não se exige nenhum intuito técnico para ocasionar isso. Seja como for, tais coisas acontecem por si mesmas na maioria das análises. Em segundo lugar, não devemos desprezar o fato de que todas as medidas desse tipo obrigariam o analista a se comportar de maneira inamistosa para com o paciente, e isso teria um efeito prejudicial sobre a atitude afetiva - sobre a transferência positiva - que é o motivo mais forte para o paciente participar do trabalho conjunto da análise. Assim, de modo algum devemos esperar muito desse procedimento.

Isso, portanto, deixa-nos aberto apenas um método: aquele que, com toda probabilidade, foi o único originalmente considerado. Falamos ao paciente sobre as possibilidades de outros conflitos instintuais e despertamos sua expectativa de que tais conflitos possam ocorrer nele. O que esperamos é que essa informação e essa advertência tenham o efeito de ativar nele um dos conflitos que indicamos, em grau modesto, mas suficiente para o tratamento. Dessa vez, porém, a experiência não fala com voz incerta. O resultado esperado não ocorre. O paciente escuta nossa mensagem, mas não há reação. Pode pensar consigo: 'É muito interessante, mas não sinto traço algum disso.' Aumentamos seu conhecimento, mas nada mais alteramos nele. A situação é muito semelhante à que acontece quando as pessoas lêem trabalhos psicanalíticos. O leitor é 'estimulado' apenas por aquelas passagens que sente se aplicarem a si próprio - isto é, que interessam a conflitos que estão ativos nele na ocasião. Tudo o mais o deixa frio. Podemos ter experiências análogas, creio, quando fornecemos às crianças esclarecimentos sexuais. Estou longe de sustentar que isso é

prejudicial ou desnecessário, mas é claro que o efeito profilático dessa medida liberal tem sido grandemente superestimado. Após tais esclarecimentos, as crianças sabem algo que não conheciam antes, mas não fazem uso do novo conhecimento que lhes foi apresentado. Viemos a perceber que sequer têm grande pressa de sacrificar, a esse novo conhecimento, as teorias sexuais que poderiam ser descritas como um crescimento natural e que elas construíram em harmonia com sua organização libidinal imperfeita, e na dependência desta - teorias sobre o papel desempenhado pela cegueira, sobre a natureza da relação sexual e sobre o modo como os bebês são feitos. Por longo tempo após receberem esclarecimentos sexuais, elas se comportam como as raças primitivas que tiveram o cristianismo enfiado nelas, mas que continuam a adorar em segredo seus antigos ídolos.

V

Partimos da questão de saber como podemos abreviar a duração inconvenientemente longa do tratamento analítico e, ainda com essa questão em mente, passamos a considerar se é possível conseguir uma cura permanente ou mesmo impedir uma doença futura através do tratamento profilático. Assim procedendo, descobrimos que os fatores decisivos para o sucesso de nossos esforços terapêuticos foram a influência da etiologia traumática, a força relativa dos instintos que têm de ser controlados, e algo que denominamos de alteração do ego. [Ver em [1]] Apenas o segundo desses fatores foi pormenorizadamente examinado por nós, e, em conexão com ele, tivemos ocasião de reconhecer a importância suprema do fator quantitativo e de acentuar a reivindicação da linha de abordagem metapsicológica a ser levada em consideração em qualquer tentativa de explicação.

Quanto ao terceiro fator, a alteração do ego, ainda não dissemos nada. Quando voltamos nossa atenção para ele, a primeira impressão que recebemos é a de que há muito a perguntar e muito a responder aqui, e a de que o que temos a dizer sobre ele mostrará ser bastante inadequado. Essa primeira impressão é confirmada quando ingressamos no problema. Como é bem sabido, a situação analítica consiste em nos aliarmos com o ego da pessoa em tratamento, a fim de submeter partes de seu id que não estão controladas, o que equivale a dizer, incluí-las na síntese de seu ego. O fato de uma cooperação desse tipo habitualmente fracassar no caso dos psicóticos, nos fornece uma primeira base sólida para nosso julgamento. O ego, se com ele quisermos poder efetuar um pacto desse tipo, deve ser um ego normal. Mas um ego normal dessa espécie é, como a normalidade em geral, uma ficção ideal. O ego anormal, inútil para nossos fins, infelizmente não é ficção. Na verdade, toda pessoa normal é apenas normal na média. Seu ego aproxima-se do ego do psicótico num lugar ou noutro e em maior ou menor extensão, e o grau de seu afastamento de determinada extremidade da série e de sua proximidade da outra nos fornecerá uma medida provisória daquilo que tão indefinidamente denominamos de ‘alteração do ego’.

Se perguntarmos qual a fonte da grande variedade de tipos e graus de alteração do ego, não poderemos fugir à primeira alternativa óbvia, ou seja, a de que tais alterações são congênitas ou adquiridas. Desta, o segundo tipo seria o mais fácil de tratar. Se forem alterações adquiridas, isso certamente terá acontecido no decurso do desenvolvimento, a partir dos primeiros anos de vida, pois o ego tem de tentar, desde o próprio início, desempenhar sua tarefa de mediar entre seu id e o mundo externo, a serviço do princípio de prazer, e de proteger o id contra os perigos do mundo externo. Se, no decurso desses esforços, o ego aprende a adotar uma atitude defensiva também para com seu próprio id, e a tratar as exigências instintuais deste último como perigos externos, isso acontece, pelo menos em parte, porque ele compreende que uma satisfação do instinto conduziria a conflitos com o mundo externo. Posteriormente, sob a influência da educação, o ego se acostuma a remover a cena da luta de fora para dentro e a dominar o perigo interno antes que se tenha tornado externo, e, provavelmente, com mais freqüência, tem razão em assim proceder. Durante essa luta em duas frentes - posteriormente haverá também uma terceira frente -, o ego faz uso de diversos procedimentos para desempenhar sua tarefa, que, para exprimi-la em termos gerais, consiste em evitar o perigo, a ansiedade e o desprazer. Chamamos esses procedimentos de 'mecanismos de defesa'. Nosso conhecimento deles ainda não é suficientemente completo. O livro de Anna Freud (1936) forneceu-nos uma primeira compreensão interna (insight) de sua multiplicidade e significação multilateral.

Foi a partir de um desses mecanismos, a repressão, que o estudo dos processos neuróticos se iniciou. Nunca houve qualquer dúvida de que a repressão não era o único procedimento que o ego podia empregar para seus intuits. Não obstante, a repressão é algo bastante peculiar, sendo mais nitidamente diferenciada dos outros mecanismos do que estes o são entre si. Gostaria de tornar clara essa relação com os outros mecanismos através de uma analogia, embora saiba que, nestes assuntos, as analogias nunca nos levam muito longe. Imaginemos o que poderia ter acontecido a um livro, numa época em que os livros ainda não eram impressos em edições, mas redigidos individualmente. Suponhamos que um livro desse tipo contivesse afirmações que, em épocas posteriores, fossem consideradas indesejáveis - tal como, por exemplo, segundo Robert Eisler (1929), os escritos de Flávio Josefo devem ter contido passagens sobre Jesus Cristo que foram ofensivas ao cristianismo posterior. Nos dias de hoje, o único mecanismo defensivo de que a censura oficial poderia valer-se seria o de confiscar e destruir todos os exemplares da edição inteira. Naquela época, contudo, diversos métodos eram utilizados para tornar inócuo o livro. Uma das maneiras seria riscar cerradamente as passagens ofensivas, de modo a ficarem ilegíveis. Nesse caso, elas não poderiam ser transcritas, e o copista seguinte do livro produziria um texto inatacável, mas com lacunas em certas passagens, e, assim, nestas ele poderia ser ininteligível. Outra maneira, contudo, se as autoridades não se satisfizessem com isso, mas desejassem ocultar também qualquer indicação de que o texto fora mutilado, seria, para elas, passar a deformar o texto. Palavras isoladas seriam deixadas de fora ou substituídas por outras, e novas frases seriam interpoladas. Melhor do que tudo, toda a passagem seria apagada e colocadas em seu lugar outras novas dizendo exatamente o oposto. O transcritor seguinte poderia então

produzir um texto que não despertaria suspeita, mas que seria falsificado. Ele não mais conteria o que o autor desejara dizer, no sentido da verdade.

Se a analogia não é perseguida estritamente demais, podemos dizer que a repressão tem com os outros métodos de defesa a mesma relação que a omissão tem com a deformação do texto, e podemos descobrir, nas diferentes formas dessa falsificação, paralelos com a variedade de maneiras pelas quais o ego é alterado. Pode-se tentar levantar a objeção de que a analogia erra num ponto essencial, pois a deformação de um texto é obra de uma censura tendenciosa, da qual nenhuma contrapartida se pode encontrar no desenvolvimento do ego. Mas não é assim, pois um intuito tendencioso desse tipo é, em grande grau, representado pela força compeltiva do princípio de prazer. O aparelho psíquico não tolera o desprazer; tem de desviá-lo a todo custo, e se a percepção da realidade acarreta desprazer, essa percepção - isto é, a verdade - deve ser sacrificada. No que se refere a perigos externos, o indivíduo pode ajudar-se durante algum tempo através da fuga e evitando a situação de perigo, até ficar suficientemente forte, mais tarde, para afastar a ameaça alterando ativamente a realidade. Mas não é possível fugir de si próprio; a fuga não constitui auxílio contra perigos internos. E, por essa razão, os mecanismos defensivos do ego estão condenados a falsificar nossa percepção interna e a nos dar somente uma representação imperfeita e deformada de nosso próprio id. Em suas relações com o id, portanto, o ego é paralisado por suas restrições ou cegado por seus erros, e o resultado disso, na esfera dos eventos psíquicos, só pode ser comparado a caminhar num país que não se conhece, sem dispor de um bom par de pernas.

Os mecanismos de defesa servem ao propósito de manter afastados os perigos. Não se pode discutir que são bem-sucedidos nisso, e é de duvidar que o ego pudesse passar inteiramente sem esses mecanismos durante seu desenvolvimento. Mas é certo também que eles próprios podem transformar-se em perigos. Às vezes, se vê que o ego pagou um preço alto demais pelos serviços que eles lhe prestam. O dispêndio dinâmico necessário para mantê-los, e as restrições do ego que quase invariavelmente acarretam, mostram ser um pesado ônus sobre a economia psíquica. Ademais, esses mecanismos não são abandonados após terem assistido o ego durante os anos difíceis de seu desenvolvimento. Nenhum indivíduo, naturalmente, faz uso de todos os mecanismos de defesa possíveis. Cada pessoa não utiliza mais do que uma seleção deles, mas estes se fixam em seu ego. Tornam-se modalidades regulares de reação de seu caráter, as quais são repetidas durante toda a vida, sempre que ocorre uma situação semelhante à original. Isso os transforma em infantilismos, e partilham da sorte de tantas instituições que tentam manter-se em existência depois que a época de sua utilidade passou. 'Vernunft wird Unsinn, Wohltat Plage', como se queixa o poeta. O ego do adulto, com sua força aumentada, continua a se defender contra perigos que não mais existem na realidade; na verdade, vê-se compelido a buscar na realidade as situações que possam servir como substituto aproximado ao perigo original, de modo a poder justificar, em relação àquelas, o fato de ele manter suas modalidades habituais de reação. Assim, podemos facilmente entender como os mecanismos defensivos, por

ocasionarem uma alienação cada vez mais ampla quanto ao mundo externo e um permanente enfraquecimento do ego, preparam o caminho para o desencadeamento da neurose e o incentivam.

No momento, contudo, não estamos interessados no papel patogênico dos mecanismos defensivos. O que estamos tentando descobrir é qual a influência que a alteração do ego a eles correspondente tem sobre nossos esforços terapêuticos. O material para a resposta a essa pergunta é fornecido no volume a que já me referi, da autoria de Anna Freud. O ponto essencial é que o paciente repete essas modalidades de reação também durante o trabalho de análise, que as produz diante de nossos olhos, por assim dizer. Na verdade, é apenas dessa maneira que chegamos a conhecê-las. Isso não significa que tornem impossível a análise. Pelo contrário, constituem a metade de nossa tarefa analítica. A outra metade, aquela que a análise primeiro enfrentou em seus dias iniciais, é a revelação do que está escondido no id. Durante o tratamento, nosso trabalho terapêutico está constantemente oscilando para trás e para frente, como um pêndulo, entre um fragmento de análise do id e um fragmento de análise do ego. Num dos casos, desejamos tornar consciente algo do id; no outro, queremos corrigir algo no ego. A dificuldade da questão é que os mecanismos defensivos dirigidos contra um perigo anterior reaparecem no tratamento como resistências contra o restabelecimento. Disso decorre que o ego trata o próprio restabelecimento como um novo perigo. O efeito terapêutico depende de tornar consciente o que está reprimido (no sentido mais amplo da palavra) no id. Preparamos o caminho para essa conscientização mediante interpretações e construções, mas interpretamos apenas para nós próprios, não para o paciente, enquanto o ego se apega a suas defesas primitivas e não abandona suas resistências. Ora, essas resistências, embora pertençam ao ego, são inconscientes e, em certo sentido, isoladas dentro do ego. O analista as identifica mais facilmente do que o faz com o material oculto no id. Poder-se-ia supor que seria suficiente tratá-las como partes do id e, tornando-as conscientes, colocá-las em conexão com o restante do ego. Dessa maneira, suporíamos, metade da tarefa da análise estaria realizada; não devemos contar com enfrentar uma resistência contra a revelação das resistências. Contudo, o que acontece é isso. Durante o trabalho sobre as resistências, o ego se retrai - com maior ou menor grau de seriedade - do acordo em que a situação analítica se funda. Ele deixa de apoiar nossos esforços para revelar o id; opõe-se a eles, desobedece a regra fundamental da análise e não permite que surjam novos derivados do reprimido. Não podemos esperar que o paciente possua uma forte convicção do poder curativo da análise. Pode ter trazido consigo uma certa confiança em seu analista, que será fortalecida até um ponto eficaz pelos fatores de transferência positiva que nele serão despertados. Sob a influência dos impulsos desprazerosos que sente em resultado da nova ativação de seus conflitos defensivos, as transferências negativas podem agora levar a melhor e anular completamente a situação analítica. O paciente agora encara o analista como não mais do que um estranho que lhe está fazendo exigências desagradáveis, e comporta-se para com ele exatamente como uma criança que não gosta do estranho e não acredita em nada do que este diz. Se o analista tenta explicar ao paciente uma das deformações por este efetuadas para fins de defesa, e corrigi-la, encontra-o

incompreensível e inacessível a argumentos bem fundados. Assim, percebemos que há uma resistência contra a revelação das resistências e que os mecanismos defensivos realmente merecem o nome que lhe demos originalmente, antes de terem sido examinados mais de perto. Constituem resistências não apenas à conscientização dos conteúdos do id, mas também à análise como um todo, e, assim, ao restabelecimento.

O efeito ocasionado no ego pelas defesas pode ser corretamente descrito como uma ‘alteração do ego’, se por isso entendemos um desvio quanto à ficção de um ego normal, que garantiria lealdade inabalável ao trabalho de análise. É fácil, portanto, aceitar o fato, demonstrado pela experiência cotidiana, de que o resultado de um tratamento analítico depende essencialmente da força e da profundidade da raiz dessas resistências que ocasionam uma alteração do ego. Mais uma vez nos confrontamos com a importância do fator quantitativo e mais uma vez somos lembrados de que a análise só pode valer-se de quantidades de energia definidas e limitadas que têm de ser medidas contra as forças hostis. E aparece como se a vitória, de fato, via de regra esteja do lado dos grandes batalhões.

VI

A questão seguinte a que chegamos é a de saber se toda alteração do ego - em nosso sentido do termo - é adquirida durante as lutas defensivas dos primeiros anos. Não pode haver dúvida sobre a resposta. Não temos razão para discutir a existência e a importância de características distintivas, originais e inatas do ego. Isso é certificado pelo ato singular de que cada pessoa faz uma seleção dos mecanismos possíveis de defesa, de que ela sempre utiliza apenas alguns deles, sempre os mesmos ver em [[1]]. Isso pareceria indicar que cada ego está dotado, desde o início, com disposições e tendências individuais, embora seja verdade que não podemos especificar sua natureza ou o que as determina. Ademais, sabemos que não devemos exagerar a diferença existente entre caracteres herdados e adquiridos, transformando-a numa antítese; o que foi adquirido por nossos antepassados decerto forma parte importante do que herdamos. Quando falamos numa ‘herança arcaica’ geralmente estamos pensando apenas no id e parecemos presumir que, no começo da vida do indivíduo, ainda não existe ego algum. Mas não desprezaremos o ato de que id e ego são originalmente um só; tampouco implica qualquer supervalorização mística da hereditariedade acharmos crível que, mesmo antes de o ego surgir, as linhas de desenvolvimento, tendências e reações que posteriormente apresentará, já estão estabelecidas para ele. As peculiaridades psicológicas de famílias, raças e nações, inclusive em sua atitude para com a análise, não permitem outra explicação. Em verdade, mais do que isso: a experiência analítica nos impôs a convicção de que mesmo conteúdos psíquicos específicos, tais como o simbolismo, não possuem outras fontes senão a transmissão hereditária, e pesquisas em diversos campos da antropologia social tornam plausível supor que outros precipitados, igualmente

especializados, deixados pelo primitivo desenvolvimento humano, também estão presentes na herança arcaica.

Com o reconhecimento de que as propriedades do ego com que nos defrontamos sob a forma de resistências podem ser tanto determinadas pela hereditariedade, quanto adquiridas em lutas defensivas, a distinção topográfica entre o que é ego e o que é id perde muito de seu valor para nossa investigação. Se avançarmos um passo adiante em nossa experiência analítica, nos depararemos com resistências de outro tipo, que não mais podemos localizar e que parecem depender de condições fundamentais do aparelho mental. Só posso fornecer alguns exemplos desse tipo de resistência; todo o campo de investigação ainda é desconcertantemente estranho e insuficientemente explorado. Deparamo-nos com pessoas, por exemplo, a quem estaríamos inclinados a atribuir uma especial ‘adesividade da libido’. Os processos que o tratamento coloca em movimento nessas pessoas são muito mais lentos do que em outra, porque, aparentemente, elas não podem decidir-se a desligar catexias libidinais de um determinado objeto e deslocá-las para outro, embora não possamos descobrir nenhuma razão especial para essa lealdade catexial. Encontra-se também o tipo oposto de pessoa, em quem a libido parece particularmente móvel; ela ingressa prontamente nas novas catexias sugeridas pela análise, abandonando as anteriores em troca desta. A diferença entre os dois tipos é comparável à sentida por um escultor, conforme ele trabalhe na pedra dura ou no gesso macio. Infelizmente, nesse segundo tipo, os resultados da análise freqüentemente se mostram muito impermanentes; as novas catexias são logo abandonadas de novo, e temos a impressão, não de ter trabalhado em gesso, mas de ter escrito na água. Como diz o provérbio: ‘como vêm, assim vão.’

Em outro grupo de casos, ficamos surpreendidos por uma atitude de nossos pacientes que só pode ser atribuída a um esgotamento da plasticidade, da capacidade de modificação e desenvolvimento ulterior, que comumente esperaríamos encontrar. É verdade que estamos preparados para encontrar na análise uma certa quantidade de inércia psíquica. Quando o trabalho da análise descerrou novos caminhos para um impulso instintual, quase invariavelmente observamos que o impulso não ingressa neles sem uma hesitação acentuada. Chamamos esse comportamento, talvez não muito corretamente, de ‘resistência oriunda do id.’ Com os pacientes que tenho em mente, porém, todos os processos mentais, relacionamentos e distribuições de força são imutáveis, fixos e rígidos. Encontra-se a mesma coisa em pessoas muito idosas, em cujo caso ela é explicada como sendo devida ao que se descreve como força do hábito ou exaustão da receptividade - uma espécie de entropia psíquica. Aqui, no entanto, estamos tratando com pessoas ainda jovens. Nosso conhecimento teórico não parece adequado para fornecer uma explicação correta de tais tipos. Provavelmente, estão relacionadas algumas características temporais - certas alterações de um ritmo de desenvolvimento na vida psíquica que ainda não apreciamos.

Em outro grupo ainda de casos, as características distintivas do ego, que devem ser consideradas como fontes de resistências ao tratamento analítico e obstáculos ao êxito

terapêutico, podem originar-se de raízes diferentes e mais profundas. Estamos lidando aqui com as coisas supremas que a pesquisa psicológica pode aprender: o comportamento dos dois instintos primevos, sua distribuição, mistura e defusão - coisas que não podemos imaginar como confinadas a uma única província do aparelho psíquico, ao id, ao ego ou ao superego. Impressão alguma mais forte surge das resistências durante o trabalho de análise do que a de existir uma força que se está defendendo por todos os meios possíveis contra o restabelecimento e que está absolutamente decidida a apegar-se à doença e ao sofrimento. Uma parte dessa força já foi por nós identificada, indubitavelmente com justiça, como sentimento de culpa e necessidade de punição, e foi por nós localizada na relação do ego com o superego. Mas essa é apenas a parte dela que, por assim dizer, está psiquicamente presa pelo superego e assim se torna reconhecível; outras cotas da mesma força, quer presas, quer livres, podem estar em ação em outros lugares não especificados. Se tomarmos em consideração o quadro total formado pelos fenômenos de masoquismo imanentes em tantas pessoas, a reação terapêutica negativa e o sentimento de culpa encontrados em tantos neuróticos, não mais poderemos aderir à crença de que os eventos mentais são governados exclusivamente pelo desejo de prazer. Esses fenômenos constituem indicações inequívocas da presença de um poder na vida mental que chamamos de instinto de agressividade ou de destruição, segundo seus objetivos, e que remontamos ao instinto de morte original da matéria viva. Não se trata de uma antítese entre uma teoria pessimista da vida e outra otimista. Somente pela ação concorrente ou mutuamente oposta dos dois instintos primevos - Eros e o instinto de morte -, e nunca por um ou outro sozinho, podemos explicar a rica multiplicidade dos fenômenos da vida.

Como partes dessas duas classes de instintos se combinam para desempenhar as diversas funções vitais, sob que condições tais combinações se afrouxam ou se rompem, a que distúrbios essas mudanças correspondem e com que sensações a escala perceptual do princípio de prazer a elas responde - são problemas cuja elucidação seria a façanha mais gratificante da pesquisa psicológica. No momento, temos de nos curvar à superioridade das forças contra as quais vemos nossos esforços redundar em nada. Mesmo exercer uma influência psíquica sobre o simples masoquismo constitui um ônus muito severo para nossos poderes.

Ao estudar os fenômenos que dão testemunho da atividade do instinto destrutivo, não nos confinamos a observações sobre material patológico. Numerosos fatos da vida mental normal exigem uma explicação desse tipo, e, quanto mais penetrantes nossos olhos se tornam, mais copiosamente esses fatos nos impressionam. O assunto é novo e importante demais para que o trate como um tema lateral desse debate. Contentar-me-ei, portanto, em selecionar alguns casos exemplificativos.

Aqui temos um exemplo. É bem sabido que em todos os períodos houve, como ainda há, pessoas que podem tomar como objetos sexuais membros de seu próprio sexo, bem como do sexo oposto, sem que uma das inclinações interfira na outra. Chamamos tais pessoas de

bissexuais e aceitamos sua existência sem sentir muita surpresa sobre elas. Viemos a saber, contudo, que todo ser humano é bissexual nesse sentido e que sua libido se distribui, quer de maneira manifesta, quer de maneira latente, por objetos de ambos os sexos. Mas ficamos impressionados pelo ponto seguinte. Ao passo que na primeira classe de pessoas as duas tendências prosseguem juntas sem se chocarem, na segunda classe, mais numerosa, elas se encontram num estado de conflito irreconciliável. A heterossexualidade de um homem não se conformará com nenhuma homossexualidade e vice-versa. Se a primeira é a mais forte, ela obtém êxito em manter a segunda latente e em afastá-la, pela força, da satisfação na realidade. Por outro lado, não existe maior perigo para a função heterossexual de um homem do que o de ser perturbada por sua homossexualidade latente. Poderíamos tentar explicar isso dizendo que cada indivíduo só possui à sua disposição uma certa cota de libido, pela qual as duas inclinações rivais têm de lutar. Mas não está claro por que as rivais nem sempre dividem a cota disponível de libido entre si, de acordo com sua força relativa, já que assim podem fazer em certo número de casos. Somos forçados à conclusão de que a tendência a um conflito é algo especial, algo recentemente adicionado à situação, sem considerar a quantidade de libido. Uma tendência ao conflito desse tipo, a emergir independentemente, dificilmente pode ser atribuída a algo que não seja a intervenção de um elemento de agressividade livre.

Se reconhecermos o caso que estamos examinando como expressão do instinto destrutivo ou agressivo, surge imediatamente a questão de saber se essa visão não deve ser estendida a outros exemplos de conflito, e, na verdade, de saber se tudo o que conhecemos sobre o conflito psíquico não deveria ser revisto a partir desse novo ângulo. Afinal de contas, presumimos que, no decurso do desenvolvimento do homem de um estado primitivo para um civilizado, sua agressividade experimenta um grau bastante considerável de internalização ou volta para o interior; se assim for, seus conflitos internos certamente seriam o equivalente apropriado para as lutas internas que então cessaram. Estou bem cômico de que a teoria dualista, segundo a qual um instinto de morte ou de destruição ou agressão reivindica iguais direitos como sócio de Eros, tal como este se manifesta na libido, encontrou pouca simpatia e na realidade não foi aceita, mesmo entre psicanalistas. Isso me deixou ainda mais satisfeito quando, não muito tempo atrás, me deparei com essa teoria de minha autoria nos escritos de um dos maiores pensadores da antiga Grécia. Estou prontíssimo a ceder o prestígio da originalidade em favor de tal confirmação, em especial porque nunca pode ficar certo, em vista da ampla extensão de minhas leituras nos primeiros anos, se aquilo que tomei por uma nova criação não constituía um efeito da criptoamnésia.

Empédocles de Acragas (Girgenti), nascido por volta de 495 a.C., é uma das maiores e mais notáveis figuras da história da civilização grega. As atividades de sua personalidade multifacetada seguiram as mais variadas direções. Ele foi investigador e pensador, profeta e mágico, político, filantropo e médico com conhecimentos de ciências naturais. Diz-se que libertou a cidade de Selinunte da malária e seus contemporâneos o reverenciavam como a um deus. Sua mente parece ter unido os mais agudos contrastes. Era exato e sóbrio em suas

pesquisas físicas e fisiológicas; contudo, não se retraiu ante as obscuridades do misticismo e construiu especulações cósmicas de audácia espantosamente imaginativa. Capelle comparo-o ao Dr. Fausto, ‘a quem muitos segredos foram revelados’. Nascido, como foi, numa época em que o reino da ciência ainda não estava dividido em tantas províncias, algumas de suas teorias devem inevitavelmente impressionar coisas pela mistura dos quatro elementos, a terra, o ar, o fogo e a água. Sustentava que toda a natureza era animada, e acreditava na transmigração das almas. Mas também incluiu no corpo teórico do conhecimento idéias modernas, como a evolução gradual das criaturas vivas, a sobrevivência dos mais aptos e o reconhecimento do papel desempenhado pelo acaso (□□□□) nessa evolução.

Mas a teoria de Empédocles que merece especialmente nosso interesse é uma que se aproxima tanto da teoria psicanalítica dos instintos, que ficaríamos tentados a sustentar que as duas são idênticas, não fosse pela diferença de a teoria do filósofo grego ser uma fantasia cósmica, ao passo que a nossa se contenta em reivindicar validade biológica. Ao mesmo tempo, o ato de Empédocles atribuir ao universo a mesma natureza animada que aos organismos individuais despoja essa diferença de grande parte de sua importância.

O filósofo ensinou que dois princípios dirigem os eventos na vida do universo e na vida da mente, e que esses princípios estão perenemente em guerra um com o outro. Chamou-os de □□□□ (amor) e □□□□□□ (discórdia). Desses dois princípios - que ele concebeu como sendo, no fundo, ‘forças naturais a operar como instintos, e de maneira alguma inteligências com um intuito consciente’ -, um deles se esforça por aglomerar as partículas primevas dos quatro elementos numa só unidade, ao passo que o outro, ao contrário, procura desfazer todas essas fusões e separar umas das outras as partículas primevas dos elementos. Empédocles imaginou o processo do universo como uma alternância contínua e incessante de períodos, nos quais uma ou outra das duas forças fundamentais leva a melhor, de maneira que em determinada ocasião o amor e noutra a discórdia realizam completamente seu intuito e dominam o universo, após o que o outro lado, vencido, se afirma e, por sua voz, derrota seu parceiro.

Os dois princípios fundamentais de Empédocles - □□□□□□□□□□□□ - são, tanto em nome quanto em função, os mesmos que nossos dois instintos primevos, Eros e destrutividade, dos quais o primeiro se esforça por combinar o que existe em unidades cada vez maiores, ao passo que o segundo se esforça por dissolver essas combinações e destruir as estruturas a que elas deram origem. Não ficaremos surpresos, contudo, em descobrir que, em seu ressurgimento após dois milênios e meio, essa teoria se alterou em algumas de suas características. À parte a restrição ao campo biofísico que se nos impõe, não mais temos como substâncias básicas os quatro elementos de Empédocles: o que é vivo foi nitidamente diferenciado do que é inanimado, e não mais pensamos em mistura e separação de partículas de substância, mas na solda e na defusão dos componentes instintuais. Ademais, fornecemos um certo tipo de fundamento ao princípio de ‘discórdia’, fazendo nosso instinto de destruição remontar ao instinto de morte, ao impulso que tem o que é vivo a retornar a um

estado inanimado. Isso não se destina a negar que um instinto análogo já existiu anteriormente, nem, é natural, a asseverar que um instinto desse tipo só passou a existir com o surgimento da vida. E ninguém pode prever sob que disfarce o núcleo de verdade contida na teoria de Empédocles se apresentará à compreensão posterior.

VII

Em 1927, Ferenczi leu um instrutivo artigo sobre o problema da terminação das análises. Ele finda com a confortadora garantia de que ‘a análise não é um processo sem fim, mas um processo que pode receber um fim natural, com perícia e paciência suficientes por parte do analista’. O artigo como um todo, contudo, parece-me ter a natureza de uma advertência a não visar a abreviar a análise, mas a aprofundá-la. Ferenczi demonstra ainda o importante ponto de que o êxito depende muito de o analista ter aprendido o suficiente de seus próprios ‘erros e equívocos’ e de ter levado a melhor sobre ‘os pontos fracos de sua própria personalidade’. Isso fornece um suplemento importante a nosso tema. Entre os fatores que influenciam as perspectivas do tratamento analítico e se somam às suas dificuldades da mesma maneira que as resistências, deve-se levar em conta não apenas a natureza do ego do paciente, mas também a individualidade do analista.

Não se pode discutir que analistas, em suas próprias personalidades, não estiveram invariavelmente à altura do padrão de normalidade psíquica para o qual desejam educar seus pacientes. Os opositores da análise quase sempre apontam esse fato com escárnio e o utilizam como argumento para demonstrar a inutilidade dos esforços analíticos. Poderíamos rejeitar essa crítica porque faz exigências injustificáveis. Os analistas são pessoas que aprenderam a praticar uma arte específica; a par disso, pode-se conceder-lhes que são seres humanos como quaisquer outros. Afinal de contas, ninguém sustenta que um médico será incapaz de tratar doenças internas se seus próprios órgãos internos não forem sadios; ao contrário, pode-se argumentar que há certas vantagens no fato de um homem que foi, ele próprio, ameaçado pela tuberculose, se especializar no tratamento de pessoas que sofrem dessa doença. Os casos, porém, não são absolutamente idênticos. Enquanto for capaz de clinicar, um médico que sofre de uma doença dos pulmões ou do coração não se acha em desvantagem para diagnosticar ou tratar queixas internas, ao passo que as condições especiais do trabalho analítico fazem realmente com que os próprios defeitos do analista interfiram em sua efetivação de uma avaliação correta do estado de coisas em seu paciente e em sua reação a elas de maneira útil. É, portanto, razoável esperar de um analista, como parte de suas qualificações, um grau considerável de normalidade e correção mental. Além disso, ele deve possuir algum tipo de superioridade, de maneira que, em certas situações analíticas, possa agir como modelo para seu paciente e, em outras, como professor. E, finalmente, não devemos esquecer que o relacionamento analítico se baseia no amor à

verdade - isto é, no reconhecimento da realidade - e que isso exclui qualquer tipo de impostura ou engano.

Detenhamo-nos aqui por um momento para garantir ao analista que ele conta com nossa sincera simpatia nas exigências muito rigorosas a que tem de atender no desempenho de suas atividades. Quase parece como se a análise fosse a terceira daquelas profissões ‘impossíveis’ quanto às quais de antemão se pode estar seguro de chegar a resultados insatisfatórios. As outras duas, conhecidas há muito mais tempo, são a educação e o governo. Evidentemente, não podemos exigir que o analista em perspectiva seja um ser perfeito antes que assuma a análise, ou em outras palavras, que somente pessoas de alta e rara perfeição ingressem na profissão. Mas onde e como pode o pobre infeliz adquirir as qualificações ideais de que necessitará em sua profissão? A resposta é: na análise de si mesmo, com a qual começa sua preparação para a futura atividade. Por razões práticas, essa análise só pode ser breve e incompleta. Seu objetivo principal é capacitar o professor a fazer um juízo sobre se o candidato pode ser aceito para formação posterior. Essa análise terá realizado seu intuito se fornecer àquele que aprende uma convicção firme da existência do inconsciente, se o capacitar, quando o material reprimido surge, a perceber em si mesmo coisas que de outra maneira seriam inacreditáveis para ele, e se lhe mostra um primeiro exemplo da técnica que provou ser a única eficaz no trabalho analítico. Só isso não bastaria para sua instrução, mas contamos com que os estímulos que recebeu em sua própria análise não cessem quando esta termina, com que os processos de remodelamento do ego prossigam espontaneamente no indivíduo analisado, e com que se faça uso de todas as experiências subseqüentes nesse recém-adquirido sentido. Isso de fato acontece e, na medida em que acontece, qualifica o indivíduo analisado para ser, ele próprio, analista. Infelizmente, algo mais acontece também. Ao tentar descrevê-lo, só podemos apoiar-nos em impressões. Hostilidade, por um lado, e partidarismo, por outro, criam uma atmosfera desfavorável à investigação objetiva. Parece que certo número de analistas aprende a fazer uso de mecanismos defensivos que lhes permitem desviar de si próprios as implicações e as exigências da análise (provavelmente dirigindo-as para outras pessoas), de maneira que eles próprios permanecem como são e podem afastar-se da influência crítica e corretiva da análise. Tal acontecimento poderia justificar as palavras do escritor que nos adverte que, quando se dota um homem de poder, é difícil para ele não utilizá-lo mal. Às vezes, quando tentamos compreender isso, somos levados a traçar uma analogia desagradável com o efeito dos raios X nas pessoas que os manejam sem tomar precauções especiais. Não seria de surpreender que o efeito de uma preocupação constante com todo o material reprimido que luta por liberdade na mente humana despertasse também no analista as exigências instintuais que de outra maneira ele é capaz de manter suprimidas. Também esses são ‘perigos da análise’, embora ameacem não o parceiro passivo, mas o parceiro ativo da situação analítica, e não deveríamos negligenciar enfrentá-los. Não pode haver dúvida sobre o modo como isso deve ser feito. Todo analista deveria periodicamente - com intervalos de aproximadamente cinco anos - submeter-se mais uma vez à análise, sem se sentir envergonhado por tomar essa medida. Isso significaria, portanto, que não seria apenas a

análise terapêutica dos pacientes, mas sua própria análise que se transformaria de tarefa terminável em interminável.

Nesse ponto, contudo, temos de nos resguardar contra uma concepção equivocada. Não estou pretendendo afirmar que a análise é, inteiramente, um assunto sem fim. Qualquer que seja nossa atitude teórica para com a questão, a terminação de uma análise é, penso eu, uma questão prática. Todo analista experimentado será capaz de recordar uma série de casos em que deu a seu paciente um adeus definitivo, *rebus bene gestis*. Nos casos daquilo que é conhecido como análise de caráter, há uma discrepância muito menor entre a teoria e a prática. Aqui não é fácil prever um término natural, ainda que se evitem quaisquer expectativas exageradas e não se estabeleçam para a análise tarefas excessivas. Nosso objetivo não será dissipar todas as peculiaridades do caráter humano em benefício de uma 'normalidade' esquemática, nem tampouco exigir que a pessoa que foi 'completamente analisada' não sinta paixões nem desenvolva conflitos internos. A missão da análise é garantir as melhores condições psicológicas possíveis para as funções do ego; com isso, ela se desincumbiu de sua tarefa.

VIII

Tanto em análises terapêuticas quanto em análises de caráter, observamos que dois temas vêm a ter preeminência especial e fornecem ao analista quantidade inusitada de trabalho. Logo se torna evidente que aqui um princípio geral está em ação. Os dois temas estão ligados à distinção existente entre os sexos; um deles é tão característico dos homens quanto o outro o é das mulheres. Apesar da dessemelhança de seu conteúdo, há uma correspondência óbvia entre eles. Algo que ambos os sexos possuem em comum foi forçado, pela diferença entre eles, a formas diferentes de expressão.

Os dois temas correspondentes são, na mulher, a inveja do pênis - um esforço positivo por possuir um órgão genital masculino - e, no homem, a luta contra sua atitude passiva ou feminina para com outro homem. O que é comum nos dois temas foi distinguido pela nomenclatura psicanalítica, em data precoce, como sendo uma atitude para com o complexo de castração. Subseqüentemente, Alfred Adler colocou o termo 'protesto masculino' em uso corrente. Ele se ajusta perfeitamente ao caso dos homens, mas penso que, desde o início, 'repúdio da feminilidade' teria sido a descrição correta dessa notável característica da vida psíquica dos seres humanos.

Ao tentar introduzir esse fator na estrutura de nossa teoria, não devemos desprezar o fato de que ele não pode, por sua própria natureza, ocupar a mesma posição em ambos os sexos. Nos homens, o esforço por ser masculino é completamente egossintônico desde o início; a atitude passiva, de uma vez que pressupõe uma aceitação da castração, é energicamente reprimida e amiúde sua presença só é indicada por supercompensações excessivas. Nas mulheres, também, o esforço por ser masculino é egossintônico em determinado período - a saber, na fase fálica, antes que o desenvolvimento para a feminilidade se tenha estabelecido. Depois, porém, ele sucumbe ao momentoso processo de repressão cujo desfecho, como tão freqüentemente foi demonstrado, determina a sorte da feminilidade de uma mulher. Muita coisa depende de que uma quantidade suficiente de seu complexo de masculinidade escape à repressão e exerça influência permanente em seu caráter. Normalmente, grandes partes do complexo se transformam e contribuem para a construção de sua feminilidade; o desejo apaziguado de um pênis destina-se a ser convertido no desejo de um bebê e de um marido, que possui um pênis. É estranho, contudo, quão amiúde descobrimos que o desejo de masculinidade foi retido no inconsciente e que, a partir de seu estado de repressão, exerce uma influência perturbadora.

Como se verá pelo que eu disse, em ambos os casos foi a atitude própria ao sexo oposto que sucumbiu à repressão. Já afirmei em outro lugar que foi Wilhelm Fliess que chamou minha atenção para esse ponto. Fliess inclinava-se a encarar a antítese entre os sexos como a verdadeira causa e a força motivadora primeva da repressão. Estou apenas repetindo o que disse então ao discordar de sua opinião, quando declino de sexualizar a repressão dessa maneira - isto é, explicá-la em fundamentos biológicos, em vez de puramente psicológicos.

A importância suprema desses dois temas - nas mulheres, o desejo de um pênis, e, nos homens, a luta contra a passividade - não escapou à observação de Ferenczi. No artigo lido por ele em 1927, transformou num requisito que, em toda análise bem-sucedida, esses dois complexos tivessem sido dominados. Gostaria de acrescentar que, falando por minha própria experiência, acho que quanto a isso Ferenczi estava pedindo muito. Em nenhum ponto de nosso trabalho analítico, se sofre mais da sensação opressiva de que todos os nossos repetidos esforços foram em vão, e da suspeita de que estivemos 'pregando ao vento', do que quando estamos tentando persuadir uma mulher a abandonar seu desejo de um pênis, com fundamento de que é irrealizável, ou quando estamos procurando convencer um homem de que uma atitude passiva para com homens nem sempre significa castração e que ela é indispensável em muitos relacionamentos na vida. A supercompensação rebelde do homem produz uma das mais fortes resistências transferenciais. Ele se recusa a submeter-se a um substituto paterno, ou a sentir-se em débito para com ele por qualquer coisa, e, conseqüentemente, se recusa a aceitar do médico seu restabelecimento. Nenhuma transferência análoga pode surgir do desejo da mulher por um pênis, mas esse desejo é fonte de irrupções de grave depressão nela, devido à convicção interna de que a análise não lhe será útil e de que nada pode ser feito para ajudá-la. E só podemos concordar que ela está com a razão, quando aprendemos que seu mais forte motivo para buscar tratamento foi a

esperança de que, ao fim de tudo, ainda poderia obter um órgão masculino, cuja falta lhe era tão penosa.

Mas também aprendemos com isso que não é importante sob que forma a resistência aparece, seja como transferência ou não. A coisa decisiva permanece sendo que a resistência impede a ocorrência de qualquer mudança - tudo fica como era. Frequentemente temos a impressão de que o desejo de um pênis e o protesto masculino penetraram através de todos os estratos psicológicos e alcançaram o fundo, e que, assim, nossas atividades encontram um fim. Isso é provavelmente verdadeiro, já que, para o campo psíquico, o campo biológico desempenha realmente o papel de fundo subjacente. O repúdio da feminilidade pode ser nada mais do que um fato biológico, uma parte do grande enigma do sexo. Seria difícil dizer se e quando conseguimos êxito em dominar esse fator num tratamento analítico. Só podemos consolar-nos com a certeza de que demos à pessoa analisada todo incentivo possível para reexaminar e alterar sua atitude para com ele.

CONSTRUÇÕES EM ANÁLISE (1937)

KONSTRUKTIONEN IN DER ANALYSE

(a) EDIÇÕES ALEMÃS

1937 *Int. Z. Psychoanal.*, 23 (4), 459-69.

1950 *G. W.* 16, 43-56.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

'Constructions in Analysis'

1938 *Int. J. Psycho-Anal.*, 19 (4), 377-87. (Trad. de James Strachey.)

1950 *C. P.*, 5, 358-71. (Reimpressão revista da anterior.)

A presente tradução é uma reimpressão corrigida da publicada em 1950.

Este artigo foi publicado em dezembro de 1937.

Embora, como Freud observa, as construções tenham recebido muito menos atenção do que as interpretações nos debates da técnica analítica, seus próprios escritos contêm muitas alusões a elas. Há dois ou três exemplos completos delas em suas histórias clínicas: na análise do ‘Rat Man’ (1909d), *Standard Ed.*, 10, Pp. 182 e 205, e na análise do ‘Wolf Man’ (1918b). Todo o último caso gira em torno de uma construção, mas a questão é especificamente examinada na Seção V (*Standard Ed.*, 17, p. 50 e segs.). Finalmente, as construções desempenharam grande papel na história clínica da jovem homossexual (1920a), como fica claro na Seção I (*ibid.*, 18, p. 152).

O artigo termina pelo exame de um assunto em que Freud estava muito interessado nesse período - a distinção entre o que descreveu como verdade ‘histórica’ e ‘material’.

CONSTRUÇÕES EM ANÁLISE

Sempre me pareceu ser algo grandemente a crédito de certo bem-conhecido homem de ciência ter ele tratado a psicanálise com justiça, numa época em que a maioria das outras pessoas não se sentiam em tal obrigação. Em determinada ocasião, todavia, expressou ele uma opinião sobre a técnica analítica que foi, ao mesmo tempo, depreciativa e injusta. Disse que, ao fornecermos interpretações a um paciente, tratamo-lo segundo o famoso princípio do ‘*Heads I win, tails you lose*’. Isso equivale a dizer que se o paciente concorda conosco, então a interpretação está certa, mas, se nos contradiz, isso constitui apenas sinal de sua resistência, o que novamente demonstra que estamos certos. Desse modo, estamos sempre com a razão contra o pobre e desamparado infeliz que estamos analisando, não importando como ele reaja ao que lhe apresentamos. Ora, de uma vez que é realmente verdade que um ‘não’ de nossos pacientes não é, via de regra, suficiente para nos fazer abandonar uma interpretação como incorreta, uma revelação como essa sobre a natureza de nossa técnica foi muito bem acolhida pelos opositores da análise. Vale a pena, portanto, fornecer uma descrição pormenorizada de como estamos acostumados a chegar a uma avaliação do ‘sim’ ou do ‘não’ de nossos pacientes durante o tratamento analítico - de sua expressão de concordância ou de negação. No correr dessa apologia, naturalmente, o analista militante nada aprenderá que já não saiba.

É terreno familiar que o trabalho da análise visa a induzir o paciente a abandonar as repressões (empregando a palavra no sentido mais amplo) própria a seu primitivo desenvolvimento e a substituí-las por reações de um tipo que corresponda a uma condição psiquicamente madura. Com esse intuito em vista, ele deve ser levado a recordar certas

experiências e os impulsos afetivos por ela invocados, os quais, presentemente, ele esqueceu. Sabemos que seus atuais sintomas e inibições são conseqüências de repressões desse tipo; que constituem um substituto para aquelas coisa que esqueceu. Que tipo de material põe ele à nossa disposição, de que possamos fazer uso para colocá-lo no caminho da recuperação das lembranças perdidas? Todos os tipos de coisa. Fornece-nos fragmentos dessas lembranças em seus sonhos, valiosíssimos em si mesmos, mas via de regra seriamente deformados por todos os fatores relacionados à formação dos sonhos. Se ele se entrega à ‘associação livre’, produz ainda idéias em que podemos descobrir alusões às experiências reprimidas e derivados dos impulsos afetivos recalçados, bem como das reações contra eles. Finalmente, há sugestões de repetições dos afetos pertencentes ao material reprimido que podem ser encontradas em ações desempenhadas pelo paciente, algumas bastante importantes, outras, triviais, tanto dentro quanto fora da situação analítica. Nossa experiência demonstrou que a relação de transferência, que se estabelece com o analista, é especificamente calculada para favorecer o retorno dessas conexões emocionais. É dessa matéria-prima - se assim podemos descrevê-la - que temos de reunir aquilo de que estamos à procura.

Estamos à procura de um quadro dos anos esquecidos do paciente que seja igualmente digno de confiança e, em todos os aspectos essenciais, completo. Nesse ponto, porém, somos recordados de que o trabalho de análise consiste em duas partes inteiramente diferentes, que ele é levado a cabo em duas localidades separadas, que envolve duas pessoas, a cada uma das quais é atribuída uma tarefa distinta. Pode, por um momento, parecer estranho que um fato tão fundamental não tenha sido apontado muito tempo atrás, mas imediatamente se perceberá que nada estava sendo retido nisso, que se trata de um fato universalmente conhecido e, por assim dizer, auto-evidente, e que simplesmente é colocado em relevo aqui e examinado isoladamente para um propósito específico. Todos nós sabemos que a pessoa que está sendo analisada tem de ser induzida a recordar algo que foi por ela experimentado e reprimido, e os determinantes dinâmicos desse processo são tão interessantes que a outra parte do trabalho, a tarefa desempenhada pelo analista, foi empurrada para o segundo plano. O analista não experimentou nem reprimiu nada do material em consideração; sua tarefa não pode ser recordar algo. Qual é, então, sua tarefa? Sua tarefa é a de completar aquilo que foi esquecido a partir dos traços que deixou atrás de si ou, mais corretamente, *construí-lo*. A ocasião e o modo como transmite suas construções à pessoa que está sendo analisada, bem como as explicações com que as faz acompanhar, constituem o vínculo entre as duas partes do trabalho de análise, entre o seu próprio papel e o do paciente. Seu trabalho de construção, ou, se se preferir, de reconstrução, assemelha-se muito à escavação, feita por um arqueólogo, de alguma morada que foi destruída e soterrada, ou de algum antigo edifício. Os dois processos são de fato idênticos, exceto pelo fato de que o analista trabalha em melhores condições e tem mais material à sua disposição para ajudá-lo, já que aquilo com que está tratando não é algo destruído, mas algo que ainda está vivo - e talvez por outra razão também. Mas assim como o arqueólogo ergue as paredes do prédio a partir dos alicerces que permaneceram de pé, determina o número e a posição das colunas

pelas depressões no chão e reconstrói as decorações e as pinturas murais a partir dos restos encontrados nos escombros, assim também o analista procede quando extrai suas inferências a partir dos fragmentos de lembranças, das associações e do comportamento do sujeito da análise. Ambos possuem direito indiscutido a reconstruir por meio da suplementação e da combinação dos restos que sobreviveram. Ambos, ademais, estão sujeitos a muitas das mesmas dificuldades e fontes de erro. Um dos mais melindrosos problemas com que se defronta o arqueólogo é, notoriamente, a determinação da idade relativa de seus achados, e se um objeto faz seu aparecimento em determinado nível, freqüentemente resta decidir se ele pertence a esse nível ou se foi carregado para o mesmo devido a alguma perturbação subsequente. É fácil imaginar as dúvidas correspondentes que surgem no caso das construções analíticas.

O analista, como dissemos, trabalha em condições mais favoráveis do que o arqueólogo, já que dispõe de material que não pode ter correspondente nas escavações, tal como as repetições de reações que datam da tenra infância e tudo o que é indicado pela transferência em conexão com essas repetições. Mas, além disso, há que manter em mente que o escavador está lidando com objetos destruídos, dos quais grandes e importantes partes certamente se perderam, pela violência mecânica, pelo fogo ou pelo saque. Nenhum esforço pode resultar em sua descoberta e levar a que sejam unidas aos restos que permaneceram. O único curso que se lhe acha aberto é o da reconstrução, que, por essa razão, com freqüência só pode atingir um certo grau de probabilidade. Mas, com o objeto psíquico cuja história primitiva o analista está buscando recuperar, é diferente. Aqui, defrontamo-nos regularmente com uma situação que, com o objeto arqueológico, ocorre apenas em circunstâncias raras, tais como as de Pompéia ou da tumba de Tutancâmon. Todos os elementos essenciais estão preservados; mesmo coisas que parecem completamente esquecidas estão presentes, de alguma maneira e em algum lugar, e simplesmente foram enterradas e tornadas inacessíveis ao indivíduo. Na verdade, como sabemos, é possível duvidar de que alguma estrutura psíquica possa realmente ser vítima de destruição total. Depende exclusivamente do trabalho analítico obtermos sucesso em trazer à luz o que está completamente oculto. Há apenas dois outros fatos que pesam contra a extraordinária vantagem que assim é desfrutada pelo trabalho de análise, a saber, que os objetos psíquicos são incomparavelmente mais complicados do que os objetos materiais do escavador, e que possuímos um conhecimento insuficiente do que podemos esperar encontrar, uma vez que sua estrutura mais refinada contém tanta coisa que ainda é misteriosa. Mas nossa comparação entre as duas formas de trabalho não pode ir além disso, pois a principal diferença entre elas reside no fato de que, para o arqueólogo, a reconstrução é o objetivo e o final de seus esforços, ao passo que, para o analista, a construção constitui apenas um trabalho preliminar.

A construção não é, porém, um trabalho preliminar no sentido de que a totalidade dela deve ser completada antes que o trabalho seguinte possa começar, tal como, por exemplo, é o caso com a construção de casas, onde todas as paredes devem estar erguidas e todas as janelas inseridas antes que a decoração interna das peças possa ser empreendida. Todo analista sabe que as coisas acontecem de modo diferente no tratamento analítico e que aí ambos os tipos de trabalho são executados lado a lado, um deles sempre um pouco à frente e o outro a segui-lo. O analista completa um fragmento da construção e o comunica ao sujeito da análise, de maneira a que possa agir sobre ele; constrói então um outro fragmento a partir do novo material que sobre ele se derrama, lida com este da mesma maneira e prossegue, desse modo alternado, até o fim. Se nas descrições da técnica analítica se fala tão pouco sobre ‘construções’, isso se deve ao fato de que, em troca, se fala nas ‘interpretações’ e em seus efeitos. Mas acho que ‘construção’ é de longe a descrição mais apropriada. ‘Interpretação’ aplica-se a algo que se faz a algum elemento isolado do material, tal como uma associação ou uma parapraxia. Trata-se de uma ‘construção’, porém, quando se põe perante o sujeito da análise um fragmento de sua história primitiva, que ele esqueceu, aproximadamente da seguinte maneira: ‘Até os onze anos de idade, você se considerava o único e ilimitado possuidor de sua mãe; apareceu então um outro bebê e lhe trouxe uma séria desilusão. Sua mãe abandonou você por algum tempo e, mesmo após o reaparecimento dela, nunca mais se dedicou exclusivamente a você. Seus sentimentos para com ela se tornaram ambivalentes, seu pai adquiriu nova importância para você...’, e assim por diante.

No presente artigo, nossa atenção se voltará exclusivamente para esse trabalho preliminar desempenhado pelas construções. E aqui, no próprio início, surge a questão de saber que garantia temos, enquanto trabalhamos nessas construções, de que não estamos cometendo equívocos e arriscando o êxito do tratamento pela apresentação de alguma construção incorreta. Pode parecer que em todos os casos seja impossível dar alguma resposta a essa questão; contudo mesmo antes de debatê-la, podemos dar ouvidos a certa informação confortadora que é fornecida pela experiência analítica, uma vez que com esta aprendemos que nenhum dano é causado se, ocasionalmente, cometemos um equívoco e oferecemos ao paciente uma construção errada como sendo a verdade histórica provável. Acha-se envolvido, é natural, um desperdício de tempo, e todo aquele que não faça mais do que apresentar ao paciente combinações falsas, não criará boa impressão nele nem levará o tratamento muito longe; entretanto um equívoco isolado desse tipo não pode causar prejuízo. O que realmente ocorre em tal caso é antes o fato de o paciente permanecer intocado pelo que foi dito e não reagir nem com um ‘sim’ nem com um ‘não’. Isso tem possibilidade de não significar nada mais senão que sua reação é adiada; se, porém, nada mais se desenvolve, podemos concluir que cometemos um equívoco, e admitiremos isso para o paciente em alguma oportunidade apropriada, sem nada sacrificar de nossa autoridade. Essa oportunidade surgirá quando vier à luz um novo material que nos permita fazer uma construção melhor e, assim, corrigir nosso erro. Dessa maneira, a construção falsa é abandonada, como se nunca tivesse sido feita, e, na verdade, freqüentemente ficamos com a impressão de que, tomando de empréstimo as palavras de Polônio, nossa isca de falsidade

figou uma carpa de verdade.* O perigo de desencaminharmos um paciente por sugestão, persuadindo-o a aceitar coisa em que nós próprios acreditamos, mas que ele não deveria aceitar, decerto foi enormemente exagerado. Um analista teria de se comportar muito incorretamente antes que tal infortúnio pudesse dominá-lo; acima de tudo, teria de se culpar por não permitir que seus pacientes tenham oportunidade de falar. Posso garantir, sem me gabar, que um tal abuso de ‘sugestão’ jamais ocorreu em minha clínica.

Já decorre do que foi dito que de modo algum estamos inclinados a negligenciar as indicações que podem ser inferidas a partir da reação do paciente quando lhe oferecemos uma de nossas construções. O assunto deve ser examinado em pormenor. É verdade que não aceitamos o ‘não’ de uma pessoa em análise por seu valor nominal; tampouco, porém, permitimos que seu ‘sim’ seja aceito. Não há justificação para que nos acusem de que invariavelmente deformamos suas observações, transformando-as em confirmação. Na realidade, as coisas não são tão simples assim, e não tornamos fácil para nós próprios chegar a uma conclusão.

Um simples ‘sim’ do paciente de modo algum deixa de ser ambíguo. Na verdade, pode significar que ele reconhece a correção da construção que lhe foi apresentada, mas pode também não ter sentido ou mesmo merecer ser descrito como ‘hipócrita’, uma vez que pode convir à sua resistência fazer uso de um assentimento de uma verdade que não foi descoberta. O ‘sim’ não possui valor, a menos que seja seguido por confirmações indiretas, a menos que o paciente, imediatamente após o ‘sim’, produza novas lembranças que completem e ampliem a construção. Apenas em tal caso consideramos que o ‘sim’ tratou completamente do assunto em debate.

Um ‘não’ provindo de uma pessoa em análise é tão ambíguo quanto um ‘sim’ e, na verdade, de menor valor ainda. Em alguns raros casos, ele mostra ser a expressão de uma dissensão legítima. Muito mais freqüentemente, expressa uma resistência que pode ter sido evocada pelo tema geral da construção que lhe foi apresentada, mas que, de modo igualmente fácil, pode ter surgido de algum outro fator da complexa situação analítica. Um ‘não’ de um paciente, portanto, não constitui prova de correção de uma construção, ainda que seja perfeitamente compatível com ela. Uma vez que toda construção desse tipo é incompleta, pois abrange apenas um pequeno fragmento dos eventos esquecidos, estamos livres para supor que o paciente não está de fato discutindo o que lhe foi dito, mas baseando sua contradição na parte que ainda não foi revelada. Via de regra, não dará seu assentimento até que tenha sabido de toda a verdade - a qual amiúde abrange um campo muito grande. Dessa maneira, a única interpretação segura de seu ‘não’ é que ele aponta para a qualidade de não ser completo; não se pode haver dúvida de que a construção não lhe disse tudo.

Parece, portanto, que as elocuições diretas do paciente, depois que lhe foi oferecida uma construção, fornecem muito poucas provas sobre a questão de saber se estivemos certos ou errados. É do maior interesse que existam formas indiretas de confirmação, que são, sob

todos os aspectos, fidedignas. Uma delas é uma forma de expressão utilizada (como que por consenso) com muito pequena variação pelas mais diferentes pessoas: ‘Nunca pensei’ (ou ‘Nunca teria pensado’) ‘isso’ (ou ‘nisso’). Isso pode ser traduzido, sem qualquer hesitação, por: ‘Sim, o senhor está certo dessa vez - sobre meu inconsciente.’ Infelizmente, essa fórmula, tão bem-vinda ao analista, chega a seus ouvidos com mais frequência depois de interpretações isoladas do que depois de ele ter produzido uma ampla construção. Confirmação igualmente valiosa está implícita (dessa vez, expressa positivamente) quando o paciente responde com uma associação que contém algo semelhante ou análogo ao conteúdo da construção. Em vez de extrair um exemplo disso de uma análise (o que seria fácil de achar, mas longode relatar), prefiro fornecer um relato de uma pequena experiência extra-analítica que apresenta uma situação semelhante de modo tão notável, que produz efeito quase cômico. Essa experiência se relacionou a um de meus colegas que - há muito tempo atrás - me escolhera como consultor em sua clínica médica. Certo dia, contudo, trouxe sua jovem esposa para me ver, pois estava causando problemas para ele. Recusava-se, sob toda a sorte de pretextos, a ter relações sexuais com ele, e o que ele esperava de mim, evidentemente, era que expusesse a ela as conseqüências de seu comportamento imprudente. Ingressei no assunto e expliquei-lhe que sua recusa provavelmente teria resultados desafortunados para a saúde de seu marido, ou o deixaria exposto a tentações que poderiam conduzir ao rompimento de seu matrimônio. Nesse ponto, ele subitamente me interrompeu com a observação: ‘O inglês que você diagnosticou como sofrendo de um tumor cerebral morreu também.’ A princípio, a observação pareceu incompreensível; o ‘também’ em sua frase era um mistério, pois não faláramos de ninguém que tivesse falecido. Pouco tempo depois, porém, compreendi. Evidentemente o homem estava pretendendo confirmar o que eu dissera; estava querendo dizer ‘Sim, você certamente tem toda a razão. Seu diagnóstico foi confirmado no caso do outro paciente também.’ Era um excelente paralelo às confirmações indiretas que, na análise, obtemos a partir das associações. Não tentarei negar que, postos de lado por meu colega, também havia outros pensamentos que tinham sua parte na determinação da observação dele.

Confirmações indiretas oriundas de associações que se ajustam ao conteúdo de uma construção - que nos forneceu um ‘também’ como aquele de minha história - proporcionam base valiosa para julgar se a construção tem probabilidade de ser confirmada no decorrer da análise. É particularmente notável quando, por meio de uma parapraxia, uma confirmação desse tipo se insinua numa negação direta. Publiquei outrora, em outro lugar, um belo exemplo disso. O nome ‘Jauner’ (familiar em Viena) surgira repetidamente nos sonhos de um de meus pacientes sem que uma explicação suficiente aparecesse em suas associações. Finalmente, apresentei a interpretação de que, quando dizia ‘Jauner’, provavelmente queria dizer ‘Gaurer’ [velhaco] ao que ele prontamente replicou: ‘Isso me parece “jewagt” demais [em vez de “gewagt” (ousado, exagerado)]. Ou então, outra vez, quando sugeri a um paciente que ele considerava determinados honorários muito altos, ele pretendeu negar a sugestão com as palavras ‘Dez dólares não são nada para mim’, mas, em vez de dólares, inseriu uma moeda de menor valor e disse ‘dez xelins’.

Se uma análise é dominada por poderosos fatores que impõem uma reação terapêutica negativa, tais como sentimento de culpa, necessidade masoquista de sofrer ou repugnância por receber auxílio do analista, o comportamento do paciente, depois que lhe foi oferecida uma construção, freqüentemente torna bastante fácil para nós que chegemos à decisão que estamos procurando. Se a construção é errada, não há mudança no paciente, mas, se é correta ou fornece uma aproximação da verdade, ele reage a ela com um inequívoco agravamento de seus sintomas e de seu estado geral.

Podemos resumir o assunto afirmando que não há justificativa para a censura de que negligenciamos ou subestimamos a importância da atitude assumida pelos que estão em análise para com nossas construções. Prestamo-lhes atenção e, com freqüência, dela derivamos informações valiosas. Mas essas reações do paciente raramente deixam de ser ambíguas, e não dão oportunidade para um julgamento final. Só o curso ulterior da análise nos capacita a decidir se nossas construções são corretas ou inúteis. Não pretendemos que uma construção individual seja algo mais do que uma conjectura que aguarda exame, confirmação ou rejeição. Não reivindicamos autoridade para ela, não exigimos uma concordância direta do paciente, não discutimos com ele, caso a princípio a negue. Em suma, conduzimo-nos segundo modelo de conhecida figura de uma das farsas de Nestroy - o criado que tem nos lábios uma só resposta para qualquer questão ou objeção: 'Tudo se tornará claro no decorrer dos futuros desenvolvimentos.'

III

Como é que isso ocorre no processo da análise - o modo como uma conjectura nossa se transforma em convicção do paciente - mal vale a pena ser descrito. Tudo isso é familiar a todo analista, a partir de sua experiência cotidiana, e é inteligível sem dificuldade. Apenas um ponto exige investigação e explicação. O caminho que parte da construção do analista deveria terminar na recordação do paciente, mas nem sempre ele conduz tão longe. Com bastante freqüência não conseguimos fazer o paciente recordar o que foi reprimido. Em vez disso, se a análise é corretamente efetuada, produzimos nele uma convicção segura da verdade da construção, a qual alcança o mesmo resultado terapêutico que uma lembrança recapturada. O problema de saber quais as circunstâncias em que isso ocorre e de saber como é possível que aquilo que parece ser um substituto incompleto produza todavia um resultado completo - tudo isso constitui assunto para uma investigação posterior.

Concluirei esse breve artigo com algumas considerações que descerram uma perspectiva mais ampla. Fiquei impressionado pelo modo como, em certas análises, a comunicação de uma construção obviamente apropriada evocou nos pacientes um fenômeno surpreendente e, a princípio, incompreensível. Tiveram evocadas recordações vivas - que eles próprios

descreveram como ‘ultraclaras’ -, mas o que eles recordaram não foi o evento que era o tema da construção, mas pormenores relativos a esse tema. Por exemplo, recordaram com anormal nitidez os rostos das pessoas envolvidas na construção ou as salas em que algo da espécie poderia ter acontecido, ou, um passo adiante, os móveis dessas salas - sobre os quais, naturalmente, a construção não tinha possibilidade de ter qualquer conhecimento. Isso ocorreu tanto em sonhos, imediatamente depois que a construção foi apresentada, quanto em estados de vigília semelhantes a fantasias. Essas próprias recordações não conduziram a nada mais e pareceu plausível considerá-las como produto de uma conciliação. O ‘Impulso ascendente’ do reprimido, colocado em atividade pela apresentação da construção, se esforçou por conduzir os importantes traços de memória para a consciência; uma resistência, porém, alcançou êxito - não, é verdade, em deter esse movimento -, mas em deslocá-lo para objetos adjacentes de menor significação.

Essas recordações poderiam ser descritas como alucinações, se uma crença em sua presença concreta se tivesse somado à sua clareza. A importância dessa analogia pareceu maior quando observei que alucinações verdadeiras corriam ocasionalmente no caso de outros pacientes que certamente não eram psicóticos. Minha linha de pensamento progrediu da seguinte forma: talvez seja uma característica geral das alucinações - à qual uma atenção suficiente não foi até agora prestada - que, nelas, algo que foi experimentado na infância e depois esquecido retorne - algo que a criança viu ou ouviu numa época em que ainda mal podia falar e que agora força o seu caminho à consciência, provavelmente deformado e deslocado, devido à operação de forças que se opõem a esse retorno. E, em vista da estreita relação existente entre alucinações e formas específicas de psicose, nossa linha de pensamento pode ser levada ainda mais além. Pode ser que os próprios delírios em que essas alucinações são constantemente incorporadas sejam menos independentes do impulso ascendente do inconsciente e do retorno do reprimido do que geralmente presumimos. No mecanismo de um delírio, via de regra, acentuamos apenas dois fatores: o afastamento do mundo real e suas forças motivadoras, por um lado, e a influência exercida pela realização de desejo sobre o conteúdo do delírio, por outro. Mas não poderá acontecer que o processo dinâmico seja antes o ato de o afastamento da realidade ser explorado pelo impulso ascendente do reprimido, a fim de forçar seu conteúdo à consciência, enquanto as resistências despertadas por esse processo e a inclinação à realização de desejo partilham da responsabilidade pela deformação e pelo deslocamento do que é recordado? Esse é, afinal de contas, o mecanismo familiar dos sonhos, o qual, desde tempos imemoriais, a intuição igualou à loucura.

Essa visão dos delírios não é, penso eu, inteiramente nova; não obstante, dá ênfase a um ponto de vista que geralmente não é trazido para o primeiro plano. A essência dela é que há não apenas método na loucura como o poeta já percebera, mas também um fragmento de verdade histórica, sendo plausível supor que a crença compulsiva que se liga aos delírios derive sua força exatamente de fontes infantis desse tipo. Tudo o que posso produzir hoje em apoio dessa teoria são reminiscências, não impressões novas. Provavelmente valeria a pena

fazer uma tentativa de estudar casos do distúrbio em apreço com base nas hipóteses que foram aqui apresentadas e também efetuar seu tratamento segundo essas mesmas linhas. Abandonar-se-ia o vão esforço de convencer o paciente do erro de seu delírio e de sua contradição da realidade, e, pelo contrário, o reconhecimento de seu núcleo de verdade permitiria um campo comum sobre o qual o trabalho terapêutico poderia desenvolver-se. Esse trabalho consistiria em libertar o fragmento de verdade histórica de suas deformações e ligações com o dia presente real, e em conduzi-lo de volta para o ponto do passado a que pertence. A transposição de material do passado esquecido para o presente, ou para uma expectativa de futuro, é, na verdade, ocorrência habitual nos neuróticos, não menos do que nos psicóticos. Com bastante freqüência, quando um neurótico é levado, por um estado de ansiedade, a esperar a ocorrência de algum acontecimento terrível, ele de fato está simplesmente sob a influência de uma lembrança reprimida (que está procurando ingressar na consciência, mas não pode tornar-se consciente) de que algo que era, naquela ocasião, terrificante, realmente aconteceu. Acredito que adquiriríamos um grande e valioso conhecimento a partir de um trabalho desse tipo com psicóticos, mesmo que não conduzisse a nenhum sucesso terapêutico.

Estou ciente de que é de pouca utilidade tratar um assunto tão importante da maneira apressada que aqui empreguei. Contudo, não pude resistir à sedução de uma analogia. Os delírios dos pacientes parecem-me ser os equivalentes das construções que erguemos no decurso de um tratamento analítico - tentativas de explicação e de cura, embora seja verdade que estas, sob as condições de uma psicose, não podem fazer mais do que substituir o fragmento de realidade que está sendo rejeitado no passado remoto. Será tarefa de cada investigação individual revelar as conexões íntimas existentes entre o material da rejeição atual e o da repressão original. Tal como nossa construção só é eficaz porque recupera um fragmento de experiência perdida, assim também o delírio deve seu poder convincente ao elemento de verdade histórica que ele insere no lugar da realidade rejeitada. Desse maneira, uma proposição que originalmente asseverei apenas quanto a histeria se aplicaria também aos delírios, a saber, que aqueles que lhes são sujeitos, estão sofrendo de suas próprias reminiscências. Nunca pretendi, através dessa breve fórmula, discutir a complexidade da causação da doença ou excluir o funcionamento de muitos outros fatores.

Se considerarmos a humanidade como um todo e substituirmos o indivíduo humano isolado por ela, descobriremos que também ela desenvolveu delírios que são inacessíveis à crítica lógica e que contradizem a realidade. Se, apesar disso, esses delírios são capazes de exercer um poder extraordinário sobre os homens, a investigação nos conduz à mesma explicação que no caso do indivíduo isolado. Eles devem seu poder ao elemento de verdade histórica que trouxeram à tona a partir da repressão do passado esquecido e primevo.

**A DIVISÃO DO EGO NO PROCESSO DE DEFESA (1940
[1938])**

NOTA DO EDITOR INGLÊS

DIE ICHSPALTUNG IM ABWEHRVORGANG

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1940 *Int. Z. Psychoanal., Imago*, 25 (3/4), 241-4.

1941 *G. W.*, 17, 59-62.

(a) TRADUÇÃO INGLESA:

‘*Splitting of the Ego in the Defensive Process*’

1941 *Int. J. Psycho-Anal.*, 22 (1), 65-8. (Trad. de James Strachey.)

1950 *C. P.*, 5, 372-5. (Reimpressão da anterior.)

A presente tradução, com o título alterado, é versão consideravelmente corrigida da publicada em 1950.

O manuscrito deste importante trabalho inacabado, publicado postumamente, está datado de 2 de janeiro de 1938 e, segundo Ernest Jones (1957, 255), foi ‘escrito no Natal de 1937’.

O artigo leva mais além do que antes a investigação do ego e seu comportamento em circunstâncias difíceis. Dois tópicos inter-relacionados estão envolvidos, ambos os quais tinham ultimamente ocupado a mente de Freud: a noção do ato de ‘rejeição’ (*Verleugnung*) e a noção de que esse ato resulta numa ‘divisão’ (*splitting*) do ego. A ‘rejeição’ foi geralmente debatida por Freud, como o é aqui, em conexão com o complexo de castração.

Surgiu, por exemplo, no artigo sobre ‘The Infantile Genital Organization’ (1923e), *Standard Ed.*, 19, p. 143, onde uma nota de rodapé do Editor Inglês fornece certo número de referências a outros aparecimentos do termo. Um destes é no breve estudo ‘Fetichismo’ (1927e), Edição *Standard Brasileira* Vol. XXI, Pp. 182-3, IMAGO Editora, 1974, do qual o presente artigo pode ser encarado como seqüência, pois, naquele estudo, a divisão do ego conseqüente à rejeição foi enfatizada. (Já se aludira a ela em ‘Neurosis and Psychosis’ (1924b), *ibid.* 19, Pp. 152-3.)

Embora o presente artigo, por alguma razão inexplicada, tenha sido deixado inacabado por Freud, ele retoma seu tema um pouco mais tarde, nas duas ou três últimas páginas do Capítulo VIII de seu *Esboço de Psicanálise* (1940a [1938]), ver em [1],[2],[3],[4] acima. Aí, contudo, estende a aplicação da idéia de uma divisão de ego, para além dos casos de fetichismo e das psicoses, às neuroses em geral. Dessa maneira, o tópico vincula-se à questão mais ampla da ‘alteração do ego’, invariavelmente ocasionada pelos processos de defesa. Isso, mais uma vez, era algo com que Freud lidara recentemente, em seu artigo técnico sobre ‘Análise Terminável e Interminável’ (1937c, especialmente na Seção V), mas que nos conduz de volta a tempos bastante iniciais, ao segundo artigo sobre as neuropsicoses de defesa (1896b), *Standard Ed.*, 3, p. 185, e o ainda mais inicial Rascunho K da correspondência com Fliess (1950a).

A DIVISÃO DO EGO NO PROCESSO DE DEFESA

Encontro-me, por um momento, na interessante posição de não saber se o que tenho a dizer deve ser encarado como há muito tempo conhecido ou como algo inteiramente novo e enigmático. Estou, porém, inclinado a pensar que é este último.

Acabei por ficar impressionado pelo fato de que o ego de uma pessoa a quem conhecemos como paciente em análise, deve, dezenas de anos atrás quando era jovem, ter-se comportado de maneira notável em certas situações específicas de pressão. Podemos designar em termos gerais e um tanto vagos as condições nas quais isso sucede, dizendo que ocorre sob a influência de um trauma psíquico. Prefiro selecionar um caso especial isolado e nitidamente definido, ainda que ele, certamente, não abranja todos os modos possíveis de causação.

Suponhamos, portanto, que o ego de uma criança se encontra sob a influência de uma poderosa exigência instintual que está acostumado a satisfazer, e que é subitamente

assustado por uma experiência que lhe ensina que a continuação dessa satisfação resultará num perigo real quase intolerável. O ego deve então decidir reconhecer o perigo real, ceder-lhe passagem e renunciar à satisfação instintual, ou rejeitar a realidade e convencer-se de que não há razão para medo, de maneira a poder conservar a satisfação. Existe assim um conflito entre a exigência por parte do instinto e a proibição por parte da realidade. Na verdade, porém, a criança não toma nenhum desses cursos, ou melhor, toma ambos simultaneamente, o que equivale à mesma coisa. Ela responde ao conflito por duas reações contrárias, ambas válidas e eficazes. Por um lado, com o auxílio de certos mecanismos, rejeita a realidade e recusa-se a aceitar qualquer proibição; por outro, no mesmo alento, reconhece o perigo da realidade, assume o medo desse perigo como um sintoma patológico e subseqüentemente tenta desfazer-se do medo. Deve-se confessar que se trata de uma solução bastante engenhosa da dificuldade. Ambas as partes na disputa obtêm sua cota: permite-se que o instinto conserve sua satisfação e mostra-se um respeito apropriado pela realidade. Mas tudo tem de ser pago de uma maneira ou de outra, e esse sucesso é alcançado ao preço de uma fenda no ego, a qual nunca se cura, mas aumenta à medida que o tempo passa. As duas reações contrárias ao conflito persistem como ponto central de uma divisão (*splitting*) do ego. Todo esse processo nos parece tão estranho porque tomamos por certa a natureza sintética dos processos do ego. Quanto a isso, porém, estamos claramente em falta. A função sintética do ego, embora seja de importância tão extraordinária, está sujeita a condições particulares e exposta a grande número de distúrbios.

Será de ajuda que eu introduza uma história clínica individual nessa dissertação esquemática. Um menino, quando se achava entre os três e quatro anos de idade, familiarizou-se com os órgãos genitais femininos mediante a sedução por parte de uma menina mais velha. Depois que essas relações foram interrompidas, ele prosseguiu a estimulação sexual, posta em andamento dessa maneira, praticando zelosamente a masturbação manual; cedo, porém, foi apanhado nela por sua enérgica babá e ameaçado de castração, cuja realização foi, como de costume, atribuída ao pai. Estavam assim presentes nesse caso condições calculadas para produzir um tremendo efeito de susto. Em si mesma, uma ameaça de castração não necessita produzir grande impressão. A criança se recusará a acreditar nela, pois não pode imaginar facilmente a possibilidade de perder uma parte tão altamente prezada de seu corpo. A visão [anterior] dos órgãos genitais femininos poderia ter convencido nossa criança dessa possibilidade. Mas ela não tirou conclusão alguma disso, já que sua desinclinação a fazê-lo era grande demais e não havia motivo presente que a isso o compelsse. Pelo contrário, qualquer apreensão que pudesse ter sentido foi acalmada pela reflexão de que aquilo que ainda faltava faria seu aparecimento: ela desenvolveria um [pênis] mais tarde. Todo aquele que tenha observado meninos bastante pequenos será capaz de recordar que se deparou com alguma observação desse tipo à visão dos órgãos genitais de uma irmãzinha. Mas é diferente se ambos os fatores estão presentes em conjunto. Nesse caso, a ameaça revive a lembrança da percepção que até então fora considerada como inofensiva, encontrando nessa lembrança uma confirmação temível. O menino agora pensa compreender por que os órgãos genitais da menina não apresentavam sinais de pênis, e não

mais se arrisca a duvidar de que seus próprios órgãos genitais possam encontrar o mesmo destino. Daí por diante, ele não pode deixar de acreditar na realidade do perigo de castração.

O resultado costumeiro do susto da castração, aquele que passa por normal, é que imediatamente, ou depois de considerável luta, o menino cede à ameaça e obedece à proibição, integralmente ou pelo menos em parte (isto é, não mais tocando nos genitais com as mãos). Em outras palavras, ele abandona, no todo ou em parte, a satisfação do instinto. Estamos preparados para ouvir, contudo, que nosso paciente atual encontrou outra saída. Criou um substituto para o pênis de que sentia falta nos indivíduos do sexo feminino - o que equivale a dizer, um fetiche. Procedendo assim, é verdade que rejeitou a realidade, mas poupou seu próprio pênis. Enquanto não foi obrigado a reconhecer que as mulheres tinham perdido o pênis delas, não houve necessidade, para ele, de acreditar na ameaça que lhe fora feita; não precisava temer por seu próprio pênis, de modo que prosseguiu imperturbado com sua masturbação. Esse comportamento por parte de nosso paciente forçosamente nos impressiona como sendo um afastamento da realidade - procedimento que preferiríamos reservar para as psicoses. E ele, de fato, não é muito diferente. Contudo, suspenderemos nosso julgamento, já que, a uma inspeção mais rigorosa, descobriremos uma distinção não pouco importante. O menino não contradisse simplesmente suas percepções, e alucinou um pênis onde nada havia a ser visto; ele não fez mais do que um deslocamento de valor - transferiu a importância do pênis para outra parte do corpo, procedimento em que foi auxiliado pelo mecanismo de regressão (de uma maneira que não precisa ser explicada aqui). Esse deslocamento, é verdade, relacionou-se apenas ao corpo feminino; com referência a seu próprio pênis, nada se modificou.

Essa maneira de lidar com a realidade, que quase merece ser descrita como astuta, foi decisiva quanto ao comportamento prático do menino. Ele continuou com sua masturbação como se esta não implicasse perigo para seu pênis; ao mesmo tempo, porém, em completa contradição com sua aparente audácia ou indiferença, desenvolveu um sintoma que demonstrava que, todavia, reconhecia o perigo. Ele fora ameaçado de ser castrado pelo pai e, imediatamente após, de modo simultâneo à criação de seu fetiche, desenvolveu um intenso medo de que o pai o punisse, medo que exigiu toda a força de sua masculinidade para ser dominado e supercompensado. Também esse medo do pai silenciava sobre o tema da castração; pela ajuda da regressão à fase oral, assumia a forma de um medo de ser comido pelo pai. Nesse ponto, é impossível esquecer um primitivo fragmento da mitologia grega, que nos conta como Cronos, o velho Deus Pai, engoliu os filhos e procurou engolir seu filho mais novo, Zeus, tal como os restantes, e como Zeus foi salvo pela habilidade de sua mãe que, posteriormente, castrou o pai. Contudo, temos de retornar à nossa história clínica e acrescentar que o menino produziu ainda outro sintoma, leve embora, o qual ele reteve até o dia de hoje. Tratava-se de uma suscetibilidade ansiosa contra o fato de qualquer de seus dedinhos do pé ser tocado, como se, em todo o vaivém entre rejeição e reconhecimento, fosse todavia a castração que encontrasse a expressão mais clara...

ALGUMAS LIÇÕES ELEMENTARES DE PSICANÁLISE
(1940 [1938])

SOME ELEMENTARY LESSONS IN PSYCHO-ANALYSIS

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1940 *Int. Z. Psychoanal., Imago*, 25 (1), 21-2. (Em parte.)

1941 *G. W.* 17, 141-7. (Completo.)

(b) TRADUÇÕES INGLÊSAS:

1940 *Int. J. Psycho-Anal.*, 21 (1), 83-4. (Em parte.) (Trad. de James Strachey.)

1950 *C. P.*, 5, 376-82. (Completo. Mesmo tradutor.)

A presente tradução é reimpressão revista da que foi publicada em 1950. As publicações parciais originais foram publicadas como nota de rodapé à primeira edição alemã do *Esboço de Psicanálise* (1940 [1938]) e como Apêndice à primeira tradução inglesa dessa obra.

O título do original está em inglês. Foi escrito em Londres e o manuscrito vem datado de 20 de outubro de 1938. Permaneceu, porém, como um fragmento. o *Esboço* fora abandonado em começos de setembro anterior - também um fragmento, mas muito maior e mais importante -, e este constituiu uma abordagem nova e diferente do mesmo problema. Cf. exame mais completo da Nota do Editor Inglês ao *Esboço*, ver em [1].

Um autor que se dispõe a introduzir algum ramo do conhecimento - ou, para falar de modo mais modesto, algum ramo da pesquisa - para um público não instruído tem claramente de fazer sua escolha entre dois métodos ou técnicas.

É possível partir daquilo que todo leitor sabe (ou pensa que sabe) e encara como auto-evidente, sem, em primeira instância, contradizê-lo. Logo ocorrerá oportunidade de chamar a atenção dele para fatos do mesmo campo que, embora lhe sejam conhecidos, até então negligenciou ou apreciou de modo insuficiente. Partindo destes, podem-se-lhe apresentar novos fatos dos quais *não* tem conhecimento e assim prepará-lo para a necessidade de ultrapassar seus juízos anteriores, de procurar novos pontos de vista e de levar em consideração novas hipóteses. Dessa maneira, pode-se conseguir que ele tome parte na construção de uma nova teoria sobre o assunto, e lidar com suas objeções para com ela durante o decurso concreto do trabalho conjunto. Um método desse tipo bem poderia ser chamado de *genético*. Ele segue o caminho ao longo do qual o próprio investigador viajou anteriormente. Apesar de todas as suas vantagens, tem o defeito de não ocasionar um efeito suficientemente impressivo sobre aquele que aprende. Este não ficará tão impressionado por algo a que assistiu vir à existência e passar por um lento e difícil período de crescimento, quanto ficará por algo que lhe é apresentado já pronto, como um todo aparentemente auto-abrangente.

É exatamente esse último efeito que é produzido pelo método alternativo de apresentação. O outro método, o *dogmático*, começa diretamente pelo enunciado de suas conclusões. Suas premissas fazem exigências à atenção e à crença da assistência, e muito pouco lhes é aduzido em apoio. E há ainda o perigo de que um ouvinte crítico balance a cabeça e diga: ‘tudo isso soa muito peculiar; de onde foi que esse sujeito o tirou?’

No que se segue, não me basearei exclusivamente em nenhum dos dois métodos de apresentação: farei uso ora de um, ora de outro. Não tenho ilusões sobre a dificuldade de minha tarefa. A psicanálise tem poucas perspectivas de se tornar apreciada ou popular. Não se trata simplesmente do fato de que muito do que ela tem a dizer ofende os sentimentos das pessoas. Uma dificuldade quase igual é criada pelo fato de nossa ciência envolver certo número de hipóteses - é difícil dizer se elas devem ser encaradas como postulados ou como produtos de nossa pesquisas - que estão sujeitas a parecerem muito estranhas às modalidades comuns de pensamento e que contradizem fundamentalmente opiniões correntes. Mas não há saída para isso. Temos de começar nosso breve estudo com duas dessas arriscadas hipóteses.

A NATUREZA DO PSÍQUICO

A psicanálise constitui uma parte da ciência mental da psicologia. Também é descrita como ‘psicologia profunda’; mais tarde, descobriremos por quê. Se alguém perguntar o que realmente significa ‘o psíquico’, será fácil responder pela enumeração de seus constituintes: nossas percepções, idéias, lembranças, sentimentos e atos volitivos - todos fazem parte do que é psíquico. Mas se o interrogador for mais longe e perguntar se não existe alguma qualidade comum, possuída por todos esses processos, que torne possível chegar mais perto da *natureza*, ou, como as pessoas às vezes dizem, da *essência* do psíquico, então será mais difícil fornecer uma resposta.

Se uma pergunta análoga tivesse sido feita a um físico (quanto à natureza da eletricidade, por exemplo), a resposta deste, até muito recentemente, teria sido: ‘Para o fim de explicar certos fenômenos, presumimos a existência de forças elétricas que estão presentes nas coisas e que delas emanam. Estudamos esses fenômenos, descobrimos as leis que os governam e até mesmo colocamo-los em uso prático. Isso nos satisfaz provisoriamente. Não conhecemos a *natureza* da eletricidade. Talvez possamos descobri-la mais tarde, na medida em que nosso trabalho progrida. Há que admitir que aquilo que dela ignoramos é precisamente a parte mais importante e interessante de todo o assunto, mas, no momento, isso não nos preocupa. É simplesmente como as coisas acontecem nas ciências naturais.’

Também a psicologia é uma ciência natural. O que mais pode ser? Mas seu caso é diferente. Nem todos são bastante audazes para emitir julgamento sobre assuntos físicos, mas todos - tanto o filósofo quanto o homem da rua - têm sua opinião sobre questões psicológicas e se comportam como se fossem, pelo menos, psicólogos *amateurs*. E agora vem a coisa notável. Todos - ou quase todos - concordaram que o que é psíquico *tem* realmente uma qualidade comum na qual sua essência se expressa, a saber, a qualidade de *ser consciente* - única, indescritível, mas sem necessitar de descrição. tudo o que é consciente, dizem eles, é psíquico, e, inversamente, tudo o que é psíquico é consciente; isso é auto-evidente e contradizê-lo é absurdo. Não se pode dizer que essa decisão lance muita luz sobre a natureza do psíquico, pois a consciência é um dos fatos fundamentais de nossa vida e nossas pesquisas dão contra ele como contra uma parede lisa, e não podem encontrar qualquer caminho além. Ademais, a igualação do que é mental ao que é consciente tem o resultado incômodo de divorciar os processos psíquicos do contexto geral dos acontecimentos no universo e de colocá-los em completo contraste com todos os outros. Mas isso não serviria,

uma vez que não se pode desprezar por muito tempo o fato de que os fenômenos psíquicos são em alto grau dependentes das influências somáticas e o de que, por seu lado, possuem os mais poderosos efeitos sobre os processos somáticos. Se alguma vez o pensamento humano se encontrou num *impasse*, foi aqui. Para descobrir uma saída, os filósofos, pelo menos, foram obrigados a presumir que havia processos orgânicos paralelos aos processos psíquicos conscientes, a eles relacionados de uma maneira difícil de explicar, que atuavam como intermediários nas relações recíprocas entre ‘corpo e mente’, e que serviam para reinserir o psíquico na textura da vida. Mas essa solução permaneceu insatisfatória.

A psicanálise escapou a dificuldades como essas, negando energicamente a igualação entre o que é psíquico e o que é consciente. Não; ser consciente não pode ser a essência do que é psíquico. É apenas uma *qualidade* do que é psíquico, e uma qualidade inconstante - uma qualidade que está com muito mais frequência ausente do que presente. O psíquico, seja qual for sua natureza, é em si mesmo inconsciente e provavelmente semelhante em espécie a todos os outros processos naturais de que obtivemos conhecimento.

A psicanálise baseia essa asserção numa série de fatos, dos quais passarei agora a fornecer uma seleção.

Sabemos o que se quer dizer por idéias que ‘ocorrem’ a alguém - pensamentos que subitamente vêm à consciência sem que se esteja ciente dos passos que a eles levaram, embora também estes devam ter sido atos psíquicos. Pode mesmo acontecer que se chegue dessa maneira à solução de algum difícil problema intelectual, que anteriormente, durante certo tempo, frustrou nossos esforços. Todos os complicados processos de seleção, rejeição e decisão que ocuparam o intervalo foram retirados da consciência. Não estaremos apresentando nenhuma teoria nova se dissermos que eles foram inconscientes e que talvez, também, assim permaneceram.

Em segundo lugar, colherei um exemplo isolado para representar uma imensa classe de fenômenos. O presidente de um órgão público (a CâmaraBaixa do Parlamento Austríaco) em certa ocasião abriu uma reunião com as seguintes palavras: ‘Constato que um *quorum* completo de membros está presente e por isso declaro *encerrada* a sessão.’ Foi um lapso verbal, pois não pode haver dúvida de que aquilo que o presidente pretendia dizer era ‘aberta’. Por que então disse o contrário? Esperaremos que nos digam que foi um equívoco acidental, uma falha em levar a cabo uma intenção, tal como pode facilmente acontecer por diversas razões: não teve significado e, de qualquer modo, os contrários, de modo particular e fácil, substituem-se uns aos outros. Se, contudo, tivermos em mente a situação em que o lapso verbal ocorreu, ficaremos inclinados a preferir outra explicação. Muitas das sessões anteriores da Câmara tinham sido desagradavelmente tempestuosas e nada haviam produzido, de modo que seria muito natural que o presidente pensasse, no momento de fazer

sua declaração de abertura: ‘Se a sessão que está apenas começando estivesse acabada! Preferiria muito mais encerrá-la do que abri-la!’ Quando começou a falar, provavelmente não estava cômico desse desejo - não lhe era consciente -, mas ele achava-se certamente presente e alcançou sucesso em se fazer efetivo, contra a vontade do orador, em seu aparente equívoco. Um exemplo isolado dificilmente pode capacitar-nos a decidir entre duas explicações tão diferentes. Mas, e se todos os outros exemplos de lapsos verbais pudessem ser explicados da mesma maneira, e, semelhantemente, todos os lapsos de escrita, todos os casos de leitura ou audição equivocada, e todos os atos falhos? E se em todos esses casos (sem uma única exceção, poder-se-ia corretamente dizer) fosse possível demonstrar a presença de um ato psíquico - um pensamento, um desejo ou uma intenção - que explicasse o equívoco aparente e que fosse inconsciente no momento em que se tornou efetivo, ainda que anteriormente pudesse ter sido consciente? Se assim fosse, realmente não seria mais possível discutir o fato de que existem atos psíquicos que são inconscientes e o de que às vezes eles são mesmo ativos enquanto se acham inconscientes, e nesse caso podem inclusive, ocasionalmente, levar a melhor sobre as intenções conscientes. A pessoa envolvida num equívoco desse tipo pode reagir a ele de diversas maneiras. Pode desprezá-lo completamente ou notá-lo e ficar embaraçada e envergonhada. Via de regra, não pode encontrar a explicação dele por si própria, sem auxílio externo, e quase sempre se recusa - por certo tempo, pelo menos - a aceitar a solução quando esta lhe é apresentada.

Em terceiro lugar, finalmente, é possível, no caso de pessoas em estado de hipnose, provar experimentalmente que existem coisas tais como atos psíquicos inconscientes e que a consciência não constitui condição indispensável da atividade [psíquica]. Todo aquele que tenha assistido a uma experiência desse tipo receberá uma impressão inesquecível e uma convicção que jamais poderá ser abalada. Aqui temos, mais ou menos, o que acontece. O médico entra na enfermaria do hospital, coloca seu guarda-chuva a um canto, hipnotiza um dos pacientes e lhe diz: ‘Vou sair agora. Quando eu entrar de novo, você virá a meu encontro com o guarda-chuva aberto e o segurará sobre minha cabeça.’ O médico e seus assistentes deixam então a enfermaria. Assim que retornam, o paciente, que não está mais sob hipnose, executa exatamente as instruções que lhe foram dadas enquanto hipnotizado. O médico o interroga: ‘O que é que você está fazendo? Qual é o significado disso tudo?’ O paciente fica claramente embaraçado. Faz alguma observação desajeitada, tal como: ‘Como está chovendo lá fora, doutor, achei que o senhor abriria seu guarda-chuva na sala antes de sair.’ A explicação é evidentemente bastante inadequada e efetuada impulsivamente, para oferecer algum tipo de motivo para seu comportamento insensato. É claro para nós, espectadores, que ele ignora seu motivo real. Nós, contudo, sabemos qual é, pois estávamos presentes quando lhe foi feita a sugestão que ele está levando a cabo agora, ao passo que ele próprio nada sabe do fato que se acha em ação nele.

A questão da relação do consciente com o psíquico pode agora ser considerada resolvida: a consciência é apenas uma *qualidade* inconstante. Mas há ainda uma objeção com a qual temos de lidar. Dizem-nos que, apesar dos fatos mencionados, não há necessidade de

abandonar a identidade entre o que é consciente e o que é psíquico: os chamados processos psíquicos inconscientes são os processos orgânicos que há muito tempo foram reconhecidos como correndo paralelos aos mentais. Isso, naturalmente, reduziria nosso problema a uma questão aparentemente indiferente de definição. Nossa resposta é que seria injustificável e inconveniente provocar uma brecha na unidade da vida mental em benefício da sustentação de uma definição, de uma vez que é claro, seja lá como for, que a consciência só nos pode oferecer uma cadeia incompleta e rompida de fenômenos. E dificilmente pode ser questão de acaso que só depois de ter sido efetuada a mudança na definição do psíquico, se tenha tornado possível construir uma teoria abrangente e coerente da vida mental. Tampouco é preciso supor que essa visão alternativa do psíquico constitui uma inovação devida à psicanálise. Um filósofo alemão, Theodor Lipps afirmou muito explicitamente que o psíquico é em si mesmo inconsciente e que o inconsciente é o verdadeiro psíquico. O conceito de inconsciente por muito tempo esteve batendo aos portões da psicologia, pedindo para entrar. A filosofia e a literatura quase sempre o manipularam distraidamente, mas a ciência não lhe pôde achar uso. A psicanálise apossou-se do conceito, levou-o a sério e forneceu-lhe um novo conteúdo. Por suas pesquisas, ela foi conduzida a um conhecimento das características do inconsciente psíquico que até então não haviam sido suspeitadas, e descobriu algumas das leis que o governam. Mas nada disso implica que a qualidade de ser consciente tenha perdido sua importância para nós. Ela permanece a única luz que ilumina nosso caminho e nos conduz através das trevas da vida mental. Em consequência do caráter especial de nossas descobertas, nosso trabalho científico em psicologia consistirá em traduzir processos inconscientes em conscientes, e assim preencher as lacunas da percepção consciente...

UM COMENTÁRIO SOBRE O ANTI-SEMITISMO (1938)

NOTA DO EDITOR INGLÊS

EIN WORT ZUM ANTISEMITISMUS

(a) EDIÇÃO ALEMÃ:

1938 *Die Zukunft: ein neues Deutschland ein neues Europa*, nº 7, 2. (25 de novembro.)

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

‘On Antisemitism’

1938 Como acima. (Tradutor não especificado.)

A presente tradução é da autoria de James Strachey.

Alguns pormenores do periódico em que este trabalho apareceu foram fornecidos por Arthur Koestler (1954, p. 406 e segs.), que o editava na época em que estamos interessados. Era publicado em Paris e ele o descreveu como ‘um semanário alemão *émigré*’. Começou

sua publicação no outono de 1938 e cessou-a cerca de 18 meses mais tarde. O Sr Koestler esteve encarregado dele durante os primeiros meses de sua existência. O número específico em que o artigo de Freud apareceu foi um número ‘anglo-alemão’, impresso em ambas as línguas, e o Sr. Koestler relata que veio até Londres para persuadir Freud a contribuir para o mesmo. O periódico é hoje difícil de conseguir e ficamos em débito para com o Dr. K. R. Eissler, dos Arquivos Sigmund Freud, por nos fornecer cópias fotostáticas do manuscrito original de Freud, do artigo impresso e da tradução contemporânea, anônima e muito livre.

O artigo, como se verá, consiste quase integralmente na citação de uma fonte que Freud declara que não mais pode traçar. Foi sugerido com alguma plausibilidade (cf. Ernest Jones, 1957, p. 256) que a citação, realmente, é do próprio Freud, que assim escolheu uma maneira indireta de expressar algumas opiniões bastante antipáticas. Seja como for, existe um forte parentesco entre muito do que está aqui contido e as opiniões apresentadas por Freud em outros lugares, particularmente em *Moisés e o Monoteísmo* (1939a), que acabara de completar. (Ver, por exemplo, os exames do caráter judeu na Parte I (D) e Parte II (A) do terceiro ensaio.) E, ainda, o apelo, feito tão convincentemente aqui, para que os protestos contra a perseguição aos judeus fossem feitos por *não judeus*, aparece também na carta de Freud a *Time and Tide* (1938c-3), publicada apenas um dia após o presente artigo ver em ([1]).

UM COMENTÁRIO SOBRE O ANTI-SEMITISMO

Examinando as considerações na imprensa e na literatura provocadas pelas recentes perseguições aos judeus, deparei-me com um determinado ensaio que me impressionou como sendo tão fora do comum, que dele fiz um *précis* para meu próprio uso. O que o autor escreveu foi aproximadamente o seguinte:

‘A título de prefácio, devo explicar que não sou judeu e, portanto, não sou levado a fazer estas observações por qualquer preocupação egoísta. Entretanto, senti um vivo interesse pelos excessos anti-semitas da atualidade e dirigi minha atenção particular para os protestos contra eles. Esses protestos provieram de duas direções - a eclesiástica e a secular -, os primeiros em nome da religião, os últimos a apelar para os direitos de humanidade. Os primeiros foram escassos e vieram tarde, mas *vieram* por fim, e mesmo Sua Santidade, o Papa elevou sua voz. Confesso que houve algo de que senti falta nas demonstrações providas de *ambos* os lados - algo em seu começo e também em seu fim. Tentarei agora fornecê-lo.

‘Todos esses protestos, penso eu, poderiam ser precedidos por uma introdução específica, que diria: “bem, é verdade, tampouco eu gosto de judeus. De certa maneira, eles me parecem estranhos e antipáticos. Têm muitas qualidades desagradáveis e grandes defeitos. Acho também que a influência que tiveram sobre nós e nossos assuntos foi predominantemente nociva. Sua raça, comparada à nossa, é obviamente inferior; todas as suas atividades argumentaram em favor disso.” E após isso, que é coisa que esses protestos realmente contêm, poderia seguir-se *sem qualquer discrepância*: “Mas nós professamos uma religião de amor. Deveríamos amar inclusive nossos inimigos como a nós mesmos. Sabemos que o Filho de Deus deu Sua vida na Terra para redimir *todos* os homens do fardo do pecado. Ele constitui nosso modelo e, portanto, é pecar contra a Sua intenção e contra as ordens da religião cristã consentirmos que os judeus sejam insultados, maltratados, despojados e mergulhados na desgraça. Deveríamos protestar contra isso, independentemente de quão muito ou pouco os judeus mereçam esse tratamento.” O escritores seculares, que acreditam no evangelho da humanidade, protestam em termos semelhantes.

‘Confesso que não fiquei satisfeito com nenhuma dessas demonstrações. À parte a religião do amor e da humanidade, há também uma religião da verdade, e ela tem-se saído muito mal nesses protestos. Mas a verdade é que, por longos séculos, tratamos o povo judeu injustamente, e que assim continuamos a proceder por julgá-los injustamente. Quem quer de nós que não comece por admitir nossa culpa não cumpriu seu dever quanto a isso. Os judeus não são piores do que nós; eles possuem características um tanto diferentes e defeitos um tanto diferentes, mas, no total, não temos direito a olhá-los de cima. Sob alguns aspectos, na verdade, são superiores a nós. Não necessitam de tanto álcool quanto nós para tornar tolerável a vida; crimes de brutalidade, assassinato, roubo e violência sexual são raridades entre eles; sempre concederam alto valor à realização e aos interesses intelectuais; sua vida familiar é mais íntima; cuidam melhor dos pobres; para eles, a caridade é um dever sagrado. Tampouco podemos chamá-los, em qualquer sentido, de inferiores. Desde que permitimos que eles cooperassem em nossas tarefas culturais, granjearam méritos por contribuições valiosas em todas as esferas da ciência, arte e tecnologia, e reembolsaram abundantemente nossa tolerância. Assim, cessemos por fim de lhes conceder favores, quando têm direito à justiça.’

Era natural que um partidarismo tão determinado oriundo de alguém que não era judeu causasse impressão profunda em mim. Mas tenho agora de fazer uma confissão notável. Sou homem muito velho e minha memória já não é o que era. Não consigo mais recordar onde foi que li o ensaio de que fiz o *précis*, nem quem era seu autor. Será que algum dos leitores deste periódico é capaz de vir em minha ajuda?

Acabou de chegar a meus ouvidos um sussurro de que aquilo que eu provavelmente tinha

em mente era o livro do Conde Heinrich Coudenhove-Kalergi, *Das Wesen des Antisemitismus* [A Essência do Anti-Semitismo], que contém precisamente aquilo que o autor de que estou em busca sentiu falta nos protestos recentes, e outras coisas mais. Conheço o livro. Apareceu pela primeira vez em 1901 e foi relançado pelo filho (Conde Richard Coudenhove-Kalergi] em 1929, com uma introdução admirável. Mas não pode ser esse. Aquilo em que estou pensando é um pronunciamento mais sucinto e de data muito recente. Ou será que estou inteiramente enganado? Não existe nada dessa espécie? E o trabalho dos dois Coudenhove não teve qualquer influência em nossos contemporâneos?

Sigm. Freud

BREVES ESCRITOS (1937-1938)

LOU ANDREAS-SALOMÉ (1937)

A 5 de fevereiro deste ano, *Frau* Lou Andreas-Salomé faleceu pacificamente em sua casinha de Göttingen, com quase 76 anos de idade. Durante os últimos 25 anos de sua vida, essa notável mulher esteve ligada à psicanálise, à qual contribuiu com trabalhos valiosos e que também praticou. Não estarei dizendo demais se reconhecer que todos nós sentimos como uma honra quando ela se juntou às fileiras de nossos colaboradores e companheiros de armas, e, ao mesmo tempo, como uma nova garantia da verdade das teorias da análise.

Sabia-se que, quando moça, ela manteve intensa amizade com Friedrich Nietzsche, baseada em sua profunda compreensão das audazes idéias do filósofo. Esse relacionamento teve um fim abrupto quando ela recusou a proposta de casamento que ele lhe fez. Era bem sabido, também, que, muitos anos depois, ela atuou como Musa e mãe protetora para Rainer Maria Rilke, o grande poeta, que era um pouco desamparado em enfrentar a vida. Além disso, porém, sua personalidade permaneceu obscura. Sua modéstia e discrição eram mais do que comuns. Ela nunca falou de suas próprias obras poéticas e literárias. Claramente sabia onde devem ser procurados os verdadeiros valores da vida. Aqueles que lhe foram mais íntimos tiveram a mais forte impressão da genuinidade e da harmonia de sua natureza, e puderam descobrir com espanto que todas as fraquezas femininas e talvez a maioria das fraquezas humanas lhe eram estranhas ou tinham sido por ela vencidas no decorrer de sua vida.

Foi em Viena que, há muito tempo atrás, o mais comovente episódio de seu destino feminino fora representado. Em 1912, ela retornou a Viena, a fim de ser iniciada na psicanálise. Minha filha, que foi sua amiga íntima, ouviu-a um dia lamentar não ter conhecido a psicanálise em sua juventude. Mas, afinal, naqueles dias não existia tal coisa.

Sigm. Freud

Fevereiro de 1937.

ACHADOS, IDÉIAS, PROBLEMAS (1941 [1938])

Londres, junho.

16 de junho. - é interessante que, em conexão com experiências primitivas, quando contrastadas com experiências posteriores, todas as variadas reações a elas sobrevivem, naturalmente inclusive as contraditórias. Em vez de uma decisão, que teria sido o desfecho mais tarde. Explicação: fraqueza do poder de síntese, retenção da característica dos processos primários.

12 de julho. - Como um substituto para a inveja do pênis, identificação com o clitóris: expressão mais nítida de inferioridade, fonte de todas as inibições. Ao mesmo tempo [no caso X], rejeição da descoberta de que as outras mulheres também não possuem pênis.

‘Ter’ e ‘ser’ nas crianças. As crianças gostam de expressar uma relação de objeto por uma identificação: ‘Eu sou o objeto.’ ‘Ter’ é o mais tardio dos dois; após a perda do objeto, ele recai para ‘ser’. Exemplo: o seio. ‘O seio é uma parte de mim, eu sou o seio.’ Só mais tarde: ‘Eu o tenho’ - isto é, ‘eu não sou ele’...

12 de julho. - Com os neuróticos, é como se estivéssemos numa paisagem pré-histórica - no Jurássico, por exemplo. Os grandes sáurios ainda andam por ali; as cavalinhas crescem tanto quanto as palmeiras (?).

20 de julho. - A hipótese de existirem vestígios herdados no id altera, por assim dizer, nossos pontos de vista sobre ele.

20 de julho. - O indivíduo parece por seus conflitos internos; a espécie, em sua luta com o mundo externo ao qual não está mais adaptada. - Isso merece ser incluído no Moisés.

3 de agosto. - Um sentimento de culpa também se origina do amor insatisfeito. Como o ódio. De fato, fomos obrigados a derivar toda coisa concebível desse material: como Estados economicamente auto-suficientes com seus ‘produtos *Ersatz* [Substitutos]’.

3 de agosto. - O fundamento supremo de todas as inibições intelectuais e de todas as inibições de trabalho parece ser a inibição da masturbação na infância. Mas talvez isso vá mais fundo; talvez não seja sua inibição por influências externas, mas sua natureza insatisfatória em si. Há sempre algo que falta para a descarga e a satisfação completas - *en attendant toujours quelque chose qui ne venalt point* - e essa parte que falta, a reação do orgasmo, manifesta-se em equivalentes em outras esferas, em absences, acessos de riso, pranto [Xy], e talvez outras maneiras. - Mais uma vez a sexualidade infantil fixou nisso um modelo.

22 de agosto. - O espaço pode ser a projeção da extensão do aparelho psíquico. Nenhuma outra derivação é provável. Em vez dos determinantes a priori, de Kant, de nosso aparelho

psíquico. A psique é estendida; nada sabe a respeito.

22 de agosto. - O misticismo é a obscura autopercepção do reino exterior ao ego, do id.

ANTI-SEMITISMO NA INGLATERRA (1938)

20 Maresfield Gardens Londres, N. W. 316.11. 1938

Ao Redator-Chefe de *Time and Tide*.

Ceguei a Viena como uma criança de quatro anos de idade, vindo de uma cidadezinha da Morávia. Após 78 anos de trabalho assíduo, tive de abandonar meu lar, vi dissolvida a Sociedade Científica que fundei, destruídas nossas instituições, tomada pelos invasores nossa Impressora ('Verlag'), os livros que publiquei confiscados ou reduzidos a bagaço, meus filhos expulsos de suas profissões. Não acha que deveria reservar as colunas de seu número especial para as manifestações de pessoas não judias, menos pessoalmente envolvidas do que eu próprio?

Com relação a isso, minha mente se apropria de um velho ditado francês:

Le bruit est pour le fat La plainte est pour le sot; L'honnête homme trompé S'en va et ne dit mot. Sinto-me profundamente abalado pela passagem de sua carta que reconhece 'um certo crescimento do anti-semitismo mesmo neste país.' Não deveria a atual perseguição dar origem antes a uma onda de simpatia neste país?

Respeitosamente seu, Sigm. Freud